00100.066896/2026-17

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. A AO Nº 41, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Março de 2023 9

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Março de 2023 17

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Março de 2023 52

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Março de 2023 103

Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 e 22 de Novembro de 2023 191

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de Março de 2024 338

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2024 392

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de Agosto de 2024 420

Ata da 64ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 475

Ata da 67ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2024 496

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de Abril de 2025 571

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 662

Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 686

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025 745

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Fevereiro de 2026 762

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Fevereiro de 2026 782

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de Fevereiro de 2026 793

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Fevereiro de 2026 805

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 821

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Fevereiro de 2026 864

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2026 936

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2026 965

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Maio de 2023 1001

Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de Dezembro de 2023 1066

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 1103

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 1305

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 1307

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2025 1310

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2026 1445

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Março de 2023 1499

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de Maio de 2023 (em conjunto com a 8ª Reunião da CCT e 15ª Reunião da CI)**(Vide item 1.11)**

Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de Julho de 2023 (em conjunto com a 50ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.6)**

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Setembro de 2023 1531

Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 1578

Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 1608

Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Dezembro de 2023 1636

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2024 1683

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Março de 2024 1702

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Março de 2024 1720

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2024 1750

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 1794

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2024 1817

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2024 1853

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Fevereiro de 2026 (em conjunto com a 4ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.6)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17

1.4.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de Junho de 2024 1938

Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de Dezembro de 2024 1956

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 1963

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 1971

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025 1987

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Fevereiro de 2026 2039

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Abril de 2023 2065

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Junho de 2023 2195

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Junho de 2023 2214

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Junho de 2023 2252

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Junho de 2023 2324

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Junho de 2023 2368

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Junho de 2023 2456

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2023 2508

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2023 2541

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Julho de 2023 2601

Ata da 50ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de Julho de 2023 (em conjunto com a 45ª Reunião da CE) 2632

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Agosto de 2023 2701

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Março de 2024 2708

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Maio de 2024 2744

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Maio de 2024 2783

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Agosto de 2024 2833

Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2025 2874

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Fevereiro de 2026 (em conjunto com a 1ª Reunião da CE) 2913

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.6.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de Setembro de 2025 3001

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Maio de 2023 3046

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 3111

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 3113

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de Setembro de 2025 3115

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Fevereiro de 2026 3169

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 3180

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de Maio de 2023 (em conjunto com a 8ª Reunião da CDR)**(Vide item 1.9)**

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de Maio de 2023 (em conjunto com a 8ª Reunião da CCT e 21ª Reunião da CE)**(Vide item 1.11)**

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Outubro de 2023 3217

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 3245

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Abril de 2024 3276

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Maio de 2024 3315

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de Maio de 2023 (em conjunto com a 13ª Reunião da CI) 3374

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Julho de 2023 3376

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Agosto de 2023 3419

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 3425

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2024 3448

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 3486

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2024 3526

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Março de 2026 3543

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Fevereiro de 2024 3639

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Maio de 2024 3665
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2024 3675
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2024 3683
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 3697
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 3725
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 3756
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 3794
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Fevereiro de 2026 3826
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 3844
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2026 3858
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2026 3892

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Março de 2023 3924
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Março de 2023 3932
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Março de 2023 3946
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Março de 2023 3969
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Abril de 2023 3988
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Abril de 2023 4011
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Maio de 2023 4030
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de Maio de 2023 (em conjunto com a 21ª Reunião da CE e 15ª Reunião da CI) 4057
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Maio de 2023 4120
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025 4153

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4196

1.13 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Setembro de 2023 4242
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 4243
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2024 4259

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Fevereiro de 2026 4275

1.14 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Dezembro de 2023 4304

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 4340

1.15 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 4360

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 4386

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2026 4409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Oriovisto Guimarães, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Alan Rick, Rogerio Marinho, Professora Dorinha Seabra, Wilder Morais, Rodrigo Cunha, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Fernando Farias, Augusta Brito, Mecias de Jesus, Teresa Leitão, Flávio Arns, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Otto Alencar, Efraim Filho, Romário, Dr. Samuel Araújo, Esperidião Amin, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Marcos do Val, Damares Alves e Jaques Wagner, e ainda dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Irajá, Angelo Coronel, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2023/2024. **Resultado:** Comissão instalada e eleito o senador Vanderlan Cardoso presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Oriovisto Guimarães
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Prezados Senadores, cabe-me, como o mais experiente membro desta Comissão, para não dizer o mais idoso, presidir esta reunião de instalação da CAE.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Instalação e eleição.

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2023-2024.

Consulto o Plenário se há indicação para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente. (*Pausa.*)

O Senador Vanderlan é candidato a Presidente.

Comunico também que o entendimento dos blocos é o de que a eleição dos Vice-Presidentes se faça em reunião posterior, não só desta Comissão, mas de todas as outras.

Foi apresentada até o presente a seguinte chapa: para Presidente, Senador Vanderlan Cardoso.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente Oriovisto, primeiro, agradeço a V. Exa. a oportunidade de nos dirigirmos aqui a esta augusta assembleia.

Nobres pares aqui presentes, em especial o Senador Vanderlan Cardoso, que certamente será um extraordinário e competente Presidente desta Comissão tão importante, pelo seu espírito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, pela sua retidão, pelos serviços prestados anteriormente como Senador da República e vai orgulhar, com certeza, esta Casa e o Estado de Goiás. Entretanto, Sr. Presidente, eu preciso falar, como Líder da oposição, que, infelizmente, nós vamos nos abster, o nosso bloco, o Bloco Vanguarda. Nós não iremos votar.

Fizemos, o trabalho, inclusive, de colocar o nosso nome na lista de votação para não obstaculizarmos a votação, para darmos o quórum necessário. A nossa posição não vai afetar a ordem dos trabalhos, mas é importante que se diga que nós estamos em um evidente contrassenso, eu diria até em um paradoxo.

Nós ouvimos durante o embate que se deu por ocasião da disputa para Presidente do Senado da República palavras que foram proferidas pelo nosso Presidente Rodrigo Pacheco, vencedor da disputa, de pacificação, de entendimento, de cooperação. Entretanto, Sr. Presidente, nos deparamos com uma realidade diferente. O nosso bloco, representado por 22 Senadores – com a entrada do Senador Eduardo Girão, 23 Senadores –, seguramente uma parcela expressiva desse Colegiado, se vê impedido e participar da Presidência das Comissões Temáticas Permanentes. Nós achamos inaceitável, é uma discriminação evidente, e isso certamente altera o equilíbrio e a relação saudável necessária que precisa haver dentro da instituição.

Por isso, Sr. Presidente, nós iremos nos abster, respeitando aqui o augusto Colegiado, e protestamos da forma como podemos fazer, democraticamente. A Constituição brasileira, neste caso, está sendo desrespeitada pelos Srs. Líderes que representam os blocos constituídos, os dois outros blocos, no que diz respeito expressamente ao §1º do art. 58 da nossa Constituição Federal – eu não vou ler aqui, mas qualquer um pode consultar – e, sobretudo, eu diria, o clima de civilidade, de necessária harmonia que os pares precisam ter entre si para que cada um de nós possa exercer livremente a sua prerrogativa de Senador da República.

Aqueles que compõem a base que apoiará este Governo certamente terão um trabalho hercúleo pela frente, e nós, que fazemos parte da oposição, e os Senadores independentes precisamos também ter o nosso espaço e as nossas prerrogativas que estão sendo neste momento, infelizmente, Sr. Presidente, desrespeitadas.

Então, saudando e agradecendo o espaço que V. Exa. me concede, saudando igualmente aqui o Senador Vanderlan e desejando a ele uma profícua administração e citando aqui, em especial, o Senador Wilder Morais, que também representa o Estado do Goiás e que certamente se sente representado por V. Exa., o Senador Mecias, que é o Líder dos Republicanos, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, o Senador Eduardo Gomes, que estará conosco lá no Congresso... Acho que da oposição... Deixe me ver quem está mais aqui, desculpe-me: o Esperidião Amin e o Laércio, que aqui estiveram, desejo aos senhores boa sorte, mas deixo aqui o nosso registro de indignação com esse ato de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Senador Rogério Marinho, eu o cumprimento pela forma elegante e educada de fazer oposição e de exercer o seu direito de se manifestar. Acatada a manifestação. E eu espero que suas palavras ecoem, que este Senado encontre realmente uma harmonia e que possamos ter uma legislatura profícua, respeitando a todos os Senadores. Conte comigo nesta sua luta. Tudo o que pudermos fazer para a harmonia desta Casa certamente nós o faremos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, apenas para reiterar que seja registrado em ata o meu pronunciamento.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Peço ao Secretário que faça o registro em ata do pronunciamento do Senador Marinho.

Dando sequência, eu consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação, visto que só há uma chapa inscrita.

Os Senadores que concordam com a eleição para Presidência do Senador Vanderlan Cardoso permaneçam como estão. Os contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Deixar claro que houve abstenção dos Senadores que fazem parte da oposição que estão aqui presentes: Senador Mecias, eu, pessoalmente, Wilder Morais, acho que o Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Mecias, V. Exa. não vai votar no Vanderlan? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, é sério. Declare seu voto, por favor, Senador. Eu não acredito que o Senador Mecias vai deixar de votar no Vanderlan.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – O Wilder não vai votar não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Wilder não vai votar também não?

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Registrado...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Que o Rogério Marinho não vote eu entendo. Mas você, Mecias? Acabamos de aprovar o nome do seu filho... Eu não estou brincando.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Creio que houve aqui um racha na bancada evangélica. Os dois são evangélicos. Houve um racha na bancada evangélica, pela primeira vez no Senado Federal. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Wilder, não se esconde não!

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Registrada a abstenção dos três Senadores: Senador Rogerio Marinho, Senador Mecias... V. Exa. se absteve também, Senador?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Estou tentando confirmar a abstenção. Vou ficar quieto.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está bem. Registradas as abstenções devidas, declaro eleito para a Presidência da CAE o Senador Vanderlan Cardoso, a quem convido... (*Palmas.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não estou conseguindo registrar minha presença. Eu queria que a Mesa providenciasse a minha presença.

Rachou aí, Mecias? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Senador Vanderlan, queira vir assumir a Presidência. A cadeira é sua. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Meus cumprimentos aos Senadores aqui presentes.

Senador Oriovisto, que assumiu a Presidência, conduziu essa eleição, meus cumprimentos.

Senador Rogerio Marinho, que falou em nome da Oposição de uma forma muito respeitosa, meus agradecimentos.

Senador Sergio Moro, Senador Mecias de Jesus, Senador Fernando Farias, Senador Eduardo Gomes, Senador Wilder Morais, Senador Rogério Carvalho, meus cumprimentos.

Senador Cid, Senador Omar Aziz, Senador Sérgio Petecão, Senador Marcos do Val, Senador Rodrigo Cunha, meus cumprimentos.

Quero fazer um cumprimento especial aqui ao meu Líder, Otto Alencar.

Quero agradecer-lhe, Otto, primeiro pelos os dois anos em que fui seu Vice-Presidente, aqui nesta Comissão, pelas oportunidades que você me deu em conduzir esta Comissão várias vezes e por sua forma ética e moral em levar os assuntos do Senado Federal, em especial desta Comissão, a CAE.

Eu quero, antes de começar a minha fala, parabenizar as mulheres pelo dia da mulher. Faço isso hoje de uma maneira muito especial porque aqui está presente a minha esposa, mulher guerreira, atuante.

Inclusive, Senador Otto, aquele assunto, ela já está providenciando.

Àqueles que por ventura não sabem, ela é a Primeira Suplente do Senador Wilder Morais, do nosso Estado de Goiás. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus estar aqui hoje. Cristão como sou, sei que não cai nenhuma folha de uma árvore se isso não for da vontade d'Ele. Sei que a definição do meu nome para presidir esta Comissão, que é uma das mais importantes do Senado Federal, não é obra do acaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já aproveito e peço a Deus ainda mais sabedoria para continuar trabalhando sempre com foco direcionado para a bem da população do nosso país, como sempre fiz em toda a minha vida pública.

Quero também agradecer ao meu partido, o PSD, por ter me dado esta oportunidade, indicando meu nome para ocupar tão honroso cargo como este.

Quero afirmar que sei bem a força desta Comissão. Por isso também sei a responsabilidade que assumo para com os meus nobres Pares e, principalmente, para com o Brasil.

Também torno públicos os meus agradecimentos – já o fiz, mas torno-os públicos novamente – ao Senador Otto Alencar, meu Líder no PSD, que presidiu esta Comissão na legislatura passada, conduzindo com maestria, Senador Otto, todos os trabalhos desta Casa. A sua experiência e a sua competência foram fundamentais para o bom andamento dos projetos que por aqui passaram. Para mim, foi uma satisfação ter atuado como Vice-Presidente desta Comissão ao seu lado, juntamente com todos os membros desta Comissão.

Preciso ainda citar a sua generosidade por ter me permitido presidir algumas vezes esta Comissão tão importante.

Obrigado aos nobres colegas que fizeram parte da CAE na legislatura passada e aos que estarão com a gente nesta legislatura. Obrigado aos assessores, a todos vocês que nos dão todo o suporte necessário. Quem ainda não presidiu uma Comissão pode não saber, mas o trabalho da assessoria nos bastidores – não é mesmo, Senador Rodrigo? – é muito intenso e fundamental para o bom andamento dos trabalhos. Obrigado a todos que nos prestigiam aqui hoje.

Nobres colegas, quero reafirmar o meu compromisso de trabalhar cada vez mais para fazer do Brasil um país melhor para todos os brasileiros. Falo isso porque sei bem que isso passa diretamente pelo trabalho desta Comissão. Assuntos econômicos não tratam de temas que dizem respeito apenas a governos ou a grandes empresas. Assuntos econômicos são questões que afetam a vida de cada cidadão. O que vamos debater aqui, senhores e senhoras, vai interferir na vida de cada trabalhador brasileiro, seja ele patrão ou empregado. Tive a experiência de presidir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aqui no Senado Federal, ainda no primeiro ano do meu mandato. E o que me comprometo aqui hoje – o que, aliás, na época também, Senadores, sucedendo V. Exa. naquela Comissão – é me dedicar da mesma intensidade com que me dediquei à CCT, quando aprovamos projetos fundamentais para o país como, por exemplo, os que inseriram o Brasil na era da internet banda larga e abriram as portas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a chegada do 5G em nosso país e que hoje já se mostra uma realidade em dezenas de municípios.

Assuntos como taxa Selic, inflação, dívida pública, carga tributária e tantos outros temas que dominam o noticiário e estão no centro das atenções passam diretamente por esta Comissão. Por isso, reafirmo aqui a disposição para debatermos esses temas tanto quanto for necessário para amadurecermos soluções e resolvermos problemas antigos que afetam a nossa economia, sempre de forma célere, mas sem açodamentos.

Esta Casa será, acima de tudo, um espaço para o diálogo. Sei da competência de cada membro desta Comissão e o quanto cada um poderá contribuir com o debate nacional acerca dos assuntos que afetam nossa economia. Por isso, quero que todos tenham o seu espaço de fala. Será também um espaço aberto para a população contribuir com sugestões e opiniões e seremos ainda a porta de entrada para que técnicos, com *expertise* em diferentes linhas de pensamento, possam contribuir com a construção das leis que regem nossa economia com a realização de debates e audiências públicas.

Sem me delongar muito, agradeço a todos aqui presentes e já deixo o convite para que acompanhem o trabalho desta Comissão.

Deus abençoe a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Primeira reunião é quando?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Terça pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Primeira reunião, terça às 9h da manhã. Já estão todos convocados. Não é nem convidados, é convocados mesmo.

Obrigado a todos. Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rogerio Marinho, Irajá, Professora Dorinha Seabra, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Eduardo Gomes, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fernando Farias, Rogério Carvalho, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Flávio Arns, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Margareth Buzetti, Romário, Esperidião Amin, Paulo Paim, Fernando Dueire, Laércio Oliveira e Plínio Valério, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Augusta Brito, Teresa Leitão, Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Wellington Fagundes, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 2, de 2023** que: "Convite presidente BACEN" **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado em conjunto o Requerimento nº 5/2023. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 4, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal e doart. 154, § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas acomparecer ao Plenário, a fim de prestar informações sobre a dívida, inicialmente,anunciado de R$ 20 bilhões, no balanço das Lojas Americanas, as pessoas abaixo:• o Senhor Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez;• a Senhora Anna Christina Ramos Saicali, ex-diretora das AmericanasS/A;• o Senhor José Timotheo de Barros, ex-diretor das Americanas S/A;• o Senhor Marcio Cruz Merelles, ex-diretor das Americanas S/A;• o Senhor Sergio Rial, ex-CEO das Americanas S/A;• o Senhor Isaac Sidney Menezes Ferreira, presidente da FEBRABAN." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado em conjunto com o Requerimento nº 6/2023. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 257, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação das emendas 4 e 5-Plen. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 229, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a licença-maternidade para atletas profissionais." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório favorável à matéria. **Observação:** A MATÉRIA SEGUE PARA A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1449, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a exigência de aquisição de material escolar nos estabelecimentos de educação básica pública." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado à matéria. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com acatamento da Emenda nº 1 - CAS. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 5, de 2023** que: "Requerimento para convite do presidente do Banco Central do Brasil a prestar a fim de prestar informações sobre erro ocorrido na série de câmbio contratado das estatísticas do setor externo do Banco Central, no período de outubro de 2021 a dezembro de 2022, em magnitude total de US$ 14,5 bilhões (quatorze bilhões e quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 6, de 2023** que: "Requer que seja aditado o REQ 4/2023 - CAE para estender o convite ao Senhor João Pedro Barroso do Nascimento, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição para Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o Biênio 2023/2024. **Resultado:** Eleito por aclamação o senador Angelo Coronel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/14

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter presencial e destina-se à deliberação de matérias e à eleição do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2023-2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 8 de março de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicação de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos documentos originários do Ministério da Economia, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas da União.

Comunico ainda que foram recebidas também manifestações diversas de entidades externas e cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Esta Presidência comunica aos Senadores e às Senadoras que está ocorrendo uma sessão – a das mulheres –, comandada pela Senadora Leila, e tem aqui um projeto que será relatado pela Senadora Margareth Buzetti, que pediu que mudássemos a ordem dos itens.

Então, item nº...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – É só para lembrar a V. Exa. de que não foi feita a eleição do Vice-Presidente para a qual há a indicação do Senador Angelo Coronel. Eu pediria a V. Exa. que, se possível, coloque em votação o nome do Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em votação a indicação do Senador Otto Coronel para Vice-Presidente desta Comissão... Angelo Coronel. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Otto Coronel seria a nova díade, não é? Em vez de Santíssima Trindade, seria a santíssima díade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Angelo Coronel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sendo baiano, é perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Senador Angelo Coronel, que eu terei o maior prazer de ter na Vice-Presidência da CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável. V. Exa. sabe que o Senador Angelo Coronel não é mais a maior patente do Senado Federal desde que chegou o General Mourão? Ele foi rebaixado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Vanderlan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – É sobre esse projeto da Senadora Leila, porque, na pauta da sessão de hoje, eu consto como Relator dele e preparei um relatório. Parece-me que, se analisado na CAE, cai lá no Plenário. Eu queria só esclarecer... É o PLP 257. Na pauta de hoje, eu apareço como Relator em Plenário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Essa matéria – já fui informado – foi aprovada já na Comissão, e o que nós vamos estar hoje deliberando aqui é sobre as emendas, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Certo.

Então, eu vou clarear: se eu continuo Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Continua.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Aliás, o Senador dessas emendas: veja com o Senador Omar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá.

E a outra, Sr. Presidente: eu não sei em que termo está o requerimento para chamamento do Presidente do Bacen aqui, mas como autor da lei de autonomia do Banco Central eu quero ler aqui o art. 11 da lei que deu autonomia ao Banco Central, que é de minha autoria. Ela diz:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O Presidente do Banco Central do Brasil deverá apresentar, no Senado Federal, em arguição pública, no primeiro e no segundo semestres de cada ano, relatório de inflação e relatório de estabilidade financeira, explicando as decisões tomadas no semestre anterior.

Portanto, já faz parte da lei. Eu não sei em que termo está esse requerimento e se é necessário esse requerimento. É simplesmente citar a lei, no seu art. 11, que já coloca essa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Plínio, devido às questões pelas quais está agora este debate no país inteiro sobre a questão da Selic e taxa de juros, o nosso Presidente Roberto Campos Neto sempre foi solícito em todas as vezes que a gente o chamou, o convidou para vir aqui à CAE e a outras Comissões. Então, ele vem para tirar as nossas dúvidas que a gente porventura tenha.

Então, ele já se colocou disposto. Aliás, em uma entrevista dele em um programa de televisão, ele disse que quantas vezes forem necessárias, tanto no Senado como na Câmara...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eu só estou dizendo, Presidente, que não é necessário o requerimento. A lei já prevê isso – a lei já prevê isso. A lei está dizendo que ele tem que vir aqui duas vezes por ano.

Então, eu só quero... Longe de mim querer atrapalhar, mas eu não vejo necessidade de votar requerimentos se a lei já prevê essa presença semestralmente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu fui um dos que leu – não sei se leram – a cartilha muito oportuna que o Senador Plínio Valério distribuiu. Está me escutando, Senador? A cartilha que V. Exa. distribuiu sobre a autonomia do Banco Central esclarece isso, mas eu acho que, para confirmar, nós podemos marcar a data do convite – do convite – ao Presidente do Banco Central. É o está previsto, como V. Exa. esclarece, na lei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas nós aqui apenas aprazaríamos o convite, não é convocação, não cabe isso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu só estou aproveitando a oportunidade para dizer que a lei não foi omissa quanto a isso,

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não foi omissa, o mérito se deve a V. Exa., e a cartilha esclarece.

Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O mérito é do Senado, que aprovou e depois mandou para a Câmara Federal. O mérito é do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Plínio, a informação que eu tenho aqui da assessoria da Mesa é que, mesmo constando na lei trimestralmente, para que ele venha outras vezes é preciso aprovar o requerimento. Certo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O.k.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É apenas para recordar que, além do requerimento da autoria de V. Exa. que convida o Presidente do Banco Central para explicar os dados referentes à taxa de juros, há um requerimento meu que pede também explicações com relação ao erro no fluxo de câmbio que foi apontado ao longo de mais de um ano pelo Banco Central. É um erro que supera a casa dos US$14 bilhões. Evidentemente, um erro dessa magnitude exige esclarecimentos para toda a nação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Nós vamos colocar em votação o requerimento de V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – V. Exa. me permite...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – O Banco Central adota um algoritmo – esse nome está na moda – para definir a sua taxa de juros, essa é a razão de ser do convite que V. Exa. faz ao Presidente do Banco Central. Esse algoritmo recebe um nome assim bem popular, embora seja de muito pouco conhecimento até de técnicos especialistas. O nome dele é Samba. O algoritmo que o Banco Central usa ou pelo menos diz que usa para determinar a taxa de juros, a taxa básica da Selic, chama Samba.

Então, se V. Exa. permitisse, poderia acrescentar ao seu requerimento que, além de explicar a taxa de juros, ele também possa dar conhecimento do algoritmo utilizado para definir a taxa de juros, de nome Samba. Então, se V. Exa. permitir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É aprofundar um pouco o desejo de V. Exa., porque, se existe um algoritmo, vamos ver o que é levado em conta, quais são os fatores, quais são os itens, quais são os indicadores que são levados em conta. Essa é a base da definição da taxa de juros ou pelo menos deveria ser. Eu acredito pouco nisso. Mas permita V. Exa. incluir no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, nós aprovamos, aqui no Senado, uma lei que cria um novo instrumento de gestão monetária, que é a remuneração dos depósitos voluntários em substituição às operações compromissadas, que é dívida de curto prazo contraída para fazer gestão de liquidez interbancária.

Acontece que essa lei foi aprovada aqui no Senado, foi acordada com o Presidente do Banco Central, Roberto Campos, e foi para a Câmara. Na Câmara, houve um impedimento, uma dificuldade de aprovação, mas o Pix nos auxiliou, porque o sistema financeiro precisava de liquidez e, com os depósitos voluntários, a liquidez está ali, os bancos podem fazer uso do recurso quando precisam. Só que a remuneração dos depósitos voluntários se restringiu a R$60 bilhões, a necessidade para garantir a movimentação do Pix. Acontece que a dívida pública brasileira de curto prazo, ou seja, que foi contraída a partir de operações compromissadas, que impacta na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida bruta e que aumenta o prêmio sobre a nossa dívida, inclusive sobre a taxa de juros, é de 20% a 25%.

A pergunta que nós precisamos fazer ao Presidente do Banco Central é: por que esse instrumento de gestão monetária que não gera dívida de curto prazo e que não impacta na dívida bruta brasileira – poderíamos hoje estar com uma dívida em menos de 70% em relação ao PIB – não está sendo utilizado como fora programado quando da aprovação do projeto de lei que foi de nossa autoria aqui no Senado, de minha autoria, foi aprovado na Câmara e com o apoio dele? Quem é que obsta a utilização desse instrumento de gestão monetária que reduziria em quase 1 trilhão a dívida pública brasileira?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, Presidente, eu quero tomar a liberdade de endossar o gesto de fazer o convite ao Presidente do Banco Central. Acho que ele tem, em mares turbulentos, gerido bem esse equilíbrio das taxas de juros, tendo em vista as dificuldades fiscais do Governo e acho que a forma apropriada é colocar o convite mesmo para que ele venha aqui esclarecer. Não ignoramos o dever legal que tem o Presidente do Banco Central de prestar contas ao Congresso na lei muito bem relatada pelo Senador Plínio Valério, mas é oportuno que seja feito o convite.

Eu vou pedir escusas, Senador Vanderlan, por antecipar um assunto. Eu, infelizmente, vou ter de me ausentar por conta de um compromisso ali na Câmara que foi agendado com a minha esposa – eu não posso falhar com a minha esposa neste momento. No item 2 da pauta, pedindo vênia aos colegas por ter que antecipar esta questão, foi feito um requerimento de convite para ouvir dirigentes das Lojas Americanas, para que seja tratada a questão da suposta fraude contábil que tem abalado o mercado de crédito, e eu tomei a liberdade de fazer um aditamento ao requerimento do ilustre Senador Otto Alencar para ouvir também o Presidente da CVM, que é o órgão fiscalizador sobre o mercado mobiliário de ações. E penso que é extremamente importante para que nós foquemos nesta Casa em melhorar a legislação sobre o mercado societário, para prevenir que situações dessa espécie ocorram novamente.

Se nós formos fazer um paralelo, quando houve nos Estados Unidos o escândalo do caso Enron, eles aprovaram a Lei Sarbanes-Oxley; quando houve, em 2008, a crise financeira, foi aprovada a Lei Dodd-Frank. E agora, com esses eventos recentes nos Estados Unidos, ontem mesmo o Presidente Biden já adiantou que pretende aprovar controles mais estritos para prevenir fraudes e uma falência sistêmica do sistema bancário. E penso que nós poderíamos aproveitar estas audiências para ouvir as pessoas envolvidas no caso das Americanas, mas também ouvir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgão fiscalizar sobre as dificuldades e o que este Senado poderia fazer para aprimorar a legislação a respeito.

Então, mais uma vez pedindo desculpas por adiantar esse assunto porque terei que me ausentar, foi apresentado o requerimento, que deixo aqui em boas mãos, com o Senador Esperidião Amin, que já disse que irá também endossá-lo, para que possamos agregar essa oitiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Nós compreendemos, Senador Moro, porque é um caso de urgência. E essa questão quando envolve esposa é complicada. Tem que atender mesmo, porque... Não é Margareth? Não é Romário?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para esclarecer ao Senador Sergio Moro, o nome do Presidente da CVM já está incluído no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Já está incluído? Então, está endossado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Aliás, os quatro irmãos proprietários das Americanas davam aula de como gerir, de gestão. Eles eram verdadeiros Ph.D. em gestão. Imagina! E davam papoco em cima do Governo e tal e vejam no que deu.

Sr. Presidente, o Senador Plínio há pouco falou sobre as duas emendas. Tem um problema nesse projeto. Se eu pudesse apresentar para a semana que vem, para ver se eu faço uma emenda como Relator.

Senador Plínio, hoje está dividido entre o MDR e o Ministério das Cidades o cuidado em relação aos problemas que podem acontecer com grandes chuvas. Na verdade, o MDR só pode agir depois que acontece o desastre, e o Ministério das Cidades demora uma eternidade para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar um projeto de contenção de alguma encosta ou algo parecido. É disso que se trata esse projeto da Senadora Leila. É um projeto que a princípio coloca 25% garantidos para se investir nesses desastres que estão acontecendo no país.

Ontem infelizmente, na cidade de Manaus, na minha cidade, faleceram oito pessoas no soterramento. Quatro crianças faleceram. E eu aprendi, ao longo da minha vida, como todos nós aqui, que ninguém vai morar em uma área de risco porque quer; vai por necessidade. E, como, nos últimos anos, nós aumentamos o déficit habitacional no país – construímos pouco ou quase nada de novas casas para poder retirar... –, nós teríamos que aprimorar um projeto em que a prioridade de qualquer casa construída pelo poder público se desse primeiro a essas pessoas.

Segundo, tanto o MDR como o Ministério das Cidades, a partir do momento em que detectam que pode haver uma calamidade naquele momento, têm que agir imediatamente – ou colaborar ou ajudar. Isso é papel do Governador e do Prefeito –, eu não estou tirando a responsabilidade dos dois –, mas a colaboração do Governo... E está aqui o ex-Ministro do MDR: o Senador Rogério sabe que o projeto demora às vezes meses ou anos para ser aprovado. Uma simples encosta, num valor às vezes de R$2, R$3, R$4 milhões, vai para a Caixa Econômica; a Caixa Econômica manda para o ministério; o ministério diz que está faltando não sei o quê... As pessoas morrem e você não aprova o projeto.

Então, nós tínhamos que ver – porque nós temos órgãos de fiscalização: o Tribunal de Contas da União; os tribunais de contas dos estados; e alguns estados têm os tribunais de contas dos municípios – que esses recursos que sejam alocados sejam fiscalizados, mas que se dê celeridade para a liberação dessas verbas, porque, depois que morrem, não tem dinheiro que traga a vida de volta dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – E muitas vezes esses recursos ficam contingenciados pelo Governo ou na Lei Orçamentária Anual, e a gente não consegue ajudar.

Hoje mesmo nós estávamos discutindo... Então, eu vou pedir para tirar de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Omar, esse projeto está na pauta hoje do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Aí nós temos que... V. Exa. tem que pedir também...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, são duas emendas que foram feitas. Eu sou pela aprovação das duas emendas. O projeto que a Senadora Leila apresenta é um projeto muito bom, mas eu acredito que nós temos que debater essa questão da prevenção.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não pode fazer um a mais?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois é. Por isso eu estou pedindo para botar uma semana a mais, para eu fazer...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Bom, o risco que se corre, Senador Omar, é de, se não votarmos aqui, ele ser votado no Plenário hoje à tarde.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V. Exa. que eu estava aguardando a discussão desse projeto de que oportunamente o Senador Omar pede a retirada para dar uma olhada com mais profundidade, mas eu quero lembrar aqui à augusta Casa, à Comissão, que nós temos um problema que é superveniente: nós temos um arcabouço fiscal hoje, Sr. Presidente, que esteriliza os fundos setoriais. Então nós estamos aqui propondo alocação de recurso – parece-me que retirado da previdência, se não estou enganado, um percentual de 1% ou coisa parecida – que vai ser colocado para uma reserva de contingência para atender as questões ligadas à defesa civil.

Parece-me – é até bom que o Senador Omar tenha pedido esse tempo aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Porém, isso foi retirado do projeto, a reserva, porque não pode, é inconstitucional.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Isso, exatamente. Nós vamos criar uma lei que não vai ter eficácia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Isso aqui foi retirado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É, mas, de qualquer forma, há a criação do fundo, e a criação do fundo está contingenciada pela questão do arcabouço fiscal. Eu estou, na verdade, elogiando a iniciativa de V. Exa., sempre precavido.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu sei.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu gostaria de me debruçar também sobre esse projeto, até para ajudá-lo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu queria sua colaboração nisso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... a encontrar uma forma mais eficaz para que a lei possa realmente, na hora que for aprovada, ter subsistência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Plínio; em seguida, Senador Irajá.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu não sei como seria votado primeiro aqui, mas, Omar, não tenho nada a opor a já tratarmos dessas duas emendas, porque eu posso apresentar o relatório com aprovação ou não das duas emendas. Eu não vejo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, quanto às emendas está tranquilo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, temos que aprovar aqui. Não vejo por que adiarmos mais uma semana, mas, ao mesmo tempo, eu acho pertinente o que o senhor está dizendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu quero saber se é regimental e eu pediria vista. (*Fora do microfone.*) Se for regimental, eu pediria vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então eu vou pedir vista do processo, porque eu gostaria de olhar com mais cuidado aqui o projeto, pedindo licença aos senhores aqui, mas já inclusive me solidarizando com o Senador Omar...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Nós estamos discutindo o terceiro item da pauta sem ter apreciado o primeiro, o segundo. É isso mesmo?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Presidente, exatamente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ele está fazendo uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 4. Foi o combinado feito aqui e atendido, na pauta das mulheres, não é?

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 229, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a licença-maternidade para atletas profissionais.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: favorável à matéria.

Observações:

A matéria seguirá posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Margareth Buzetti, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Bom dia.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relatora.) – Primeiro quero pedir permissão ao senhor para me dirigir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Permissão concedida, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre "o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente", conforme o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao aspecto econômico e financeiro do PL 229, de 2022, não observamos óbices. Tampouco, verificamos problemas quanto à redação e à boa técnica legislativa.

Acreditamos que a proposição é válida, pois deixa clara na legislação desportiva a determinação constitucional, disposta em seu art. 7º, inciso XVIII, do direito a todas as trabalhadoras urbanas e rurais de "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias".

As discussões sobre o direito de licença-maternidade para atletas profissionais aumentaram nos últimos anos, principalmente depois que grandes atletas, como a jogadora Alex Morgan e a tenista Serena Williams, passaram a protestar publicamente a favor do reconhecimento.

O reconhecimento desse direito é uma grande conquista para as profissionais do esporte, que muitas vezes têm que escolher entre a maternidade e a carreira profissional no meio esportivo. É algo de extrema relevância, que deve ser, cada vez mais, reconhecido para as atletas de todas categorias esportivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante reforçar o compromisso dos países republicanos e democráticos em relação aos tratados internacionais ratificados, em que se comprometem a não discriminar o trabalho da mulher.

A discriminação do esporte brasileiro é tanta que as atletas mulheres são reprimidas para não engravidar. No geral, as jogadoras sentem muito medo de perder a carreira atlética com uma gestação inesperada ou até mesmo planejada. Faltava uma lei específica sobre o trabalho desportivo, que preveja, entre outras questões, o direito de a mulher atleta profissional engravidar, ter acesso à efetiva licença-maternidade e estabilidade provisória para ter acesso aos direitos laborais gravídicos.

Por fim, finalizo parabenizando o Senador Romário pela iniciativa e por ter confiado a mim essa importante matéria.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 229, de 2022.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senador Romário, o senhor é o autor do projeto, mas o Senador Irajá, há um tempinho, já pediu a palavra. Eu acho que é para discutir. Ele vai falar sobre o projeto.

Em discussão o relatório.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, na verdade, sem prejuízo ao bom trabalho aqui da Comissão e aos outros projetos que estão em debate, eu queria pedir a V. Exa. a inversão de pauta do item 6, que é um projeto que eu estou relatando e é o único projeto terminativo hoje na pauta. Para a gente aproveitar o quórum qualificado e não perder a oportunidade de votar esse projeto, eu faço este apelo a V. Exa.: fazer a antecipação e a inversão de pauta do item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Certo.

Senador Romário, autor do projeto ora relatado pela Senadora Margareth.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia a todos. Como não poderia ser diferente, eu queria aqui apenas parabenizar a Senadora Margareth pelo excelente relatório feito diante de um projeto de tanta importância e relevância para as nossas mulheres e também dizer que aqui estamos juntos e contamos com a unanimidade na votação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação relatório apresentado pela Senadora Margareth Buzetti.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só para esclarecer: nós já apreciamos o 3, já apreciamos o 4, e não votamos o 2, em que já há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não apreciamos o 3, Senador Amin. Não apreciamos o 3 ainda. Mas a discussão adiantou, agora é só colocar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já foi debatido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Já foi debatido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o 2 já é objeto de consenso. É só para referendar o convite ao Presidente da CVM acrescentado ao requerimento original que consta aí do... Se foi publicado... O que foi publicado tem seis nomes. Este aqui é o sétimo. É o requerimento do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Segundo o Senador Otto Alencar, o Presidente da CVM já estava no relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Houve um equívoco da minha parte. Eu peço desculpas ao Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas não está nos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não estava, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... nos autos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe-me explicar: eu estive em meu gabinete com o Presidente da CVM, conversamos, e eu pedi que colocasse. Foi um erro da assessoria, que não colocou. Mas vale o seu requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, está aditado, mas temos que votar o principal; o principal com o aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 1 da pauta.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Finalmente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Cid, item 1 pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, qual foi o item? O quatro?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Quatro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas estávamos discutindo o terceiro e o Senador Cid reclamou!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, DE 2023

- Não terminativo -

Convite presidente BACEN

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Requer que seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, para prestar informações sobre o valor da taxa de juros.

A autoria é do Senador Vanderlan.

Requerimento no mesmo sentido foi apresentado pelo Senador Alessandro Vieira. É o Requerimento nº 5, de 2023.

Consulto a Comissão se podemos votar os dois requerimentos em conjunto. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 2, de 2023, da CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Tem data marcada, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A assessoria do Presidente do Banco Central estava aqui, o David, que sugeriu o dia 4.

V. Exas. concordam com a data do dia 4?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Quatro de abril vem a ser que dia da semana?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Terça-feira.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Dia originário da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Aprovado o dia 4?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Aprovado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Tudo bem. Se fosse convocação, já seria terça-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 2 da pauta, Senador Amin.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do art. 154, § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas a comparecer ao Plenário, a fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestar informações sobre a dívida, inicialmente, anunciado de R$ 20 bilhões, no balanço das Lojas Americanas, as pessoas abaixo:• o Senhor Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez;• a Senhora Anna Christina Ramos Saicali, ex-diretora das AmericanasS/A;• o Senhor José Timotheo de Barros, ex-diretor das Americanas S/A;• o Senhor Marcio Cruz Merelles, ex-diretor das Americanas S/A;• o Senhor Sergio Rial, ex-CEO das Americanas S/A;• o Senhor Isaac Sidney Menezes Ferreira, presidente da FEBRABAN.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Recebi também o Requerimento nº 6, do Senador Sergio Moro.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 6, DE 2023

Requer que seja aditado o REQ 4/2023 - CAE para estender o convite ao Senhor João Pedro Barroso do Nascimento, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR) e outros

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, tem que definir a data também do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Do 3?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Convite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Omar? Vista do...

Queria combinar com V. Exa., se for possível fazer, a data da vinda do diretor das Lojas Americanas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Qual a data sugerida, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Poderia ser a data anterior à do Banco Central, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto, podemos fazer as duas na mesma semana: terça e quarta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aí não vai dar, porque o espaço vai ser quase tomado por uma e por outra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – As próximas reuniões serão 21 e 28.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode ser 28.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Dia 28? Essa data atende a todos? Aprovada? Então, dia 28.

O item nº 3 foi retirado de pauta a pedido do Senador Rogerio Marinho e do Senador Omar Aziz. Aliás, pedido de vista concedido.

(É o seguinte o item para o qual foi concedido vista:

1ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 257, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Jean-Paul Prates

Relatório: Não apresentado)

Quais os outros itens? (*Pausa.*)

O item 5 da pauta está adiado a pedido da Relatora, Senadora Augusta Brito.

(É o seguinte o item adiado:

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 6040, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Não apresentado

Observações:

A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 6 da pauta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas antecipando, no tocante ao item 6, considerando... O item 6 é o do Irajá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Do item 6 a Professora Dorinha é a Relatora. A Professora se encontra?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Eu acho que tem algum erro no sistema aqui. O item 6 é sobre material escolar, do Romário e da Professora Dorinha. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Isso. É o item 6.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Mas é porque o Irajá pediu outra coisa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Foi acrescido um item na pauta, Senador Irajá, e mudou a numeração.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Sim. Eu fiz uma indagação a V. Exa., se seria possível fazer a inversão, tendo em vista que é o único item terminativo da pauta, Presidente. E a gente não pode perder esse quórum qualificado. Então, faço esse apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Professora Dorinha, concorda?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Então, vamos para o item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3071, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR no destino da arrecadação das loterias.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto com acatamento da Emenda nº 1 - CAS.

Observações:

A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável, com a Emenda nº 1 - CAS.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Irajá, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator.) – Direto ao relatório, Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de lei número...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Cid, o Senador Irajá...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir vista dessa matéria, Sr. Presidente. Essa questão de ficar incluindo, no rol de entidades, no rol de beneficiário de loterias, se a gente começar a abrir precedentes para entidades regionais, enfim, isso pode...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... criar um grande problema futuramente para esta Casa.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu queria pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Presidente, pela ordem, aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Olha, eu acho, Sr. Presidente, que a proposição do nobre Senador Cid Gomes é intempestiva, é fora de tempo.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Era isso que eu iria falar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Irajá foi interrompido já no relatório. Não há precedente, aqui na Casa, para um Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar já relatando a matéria e ser interrompido com pedido de vista para a matéria que está sendo relatada. Não tem precedente aqui na Comissão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – A minha palavra foi pela ordem antes de começar o relatório.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Sim, mas, pelo Regimento, Senador Cid...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A falha foi do Presidente, que já tinha...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor me desculpe, mas já estava relatando.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Existe um regimento...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não tem precedentes.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – ... e o Regimento determina que o pedido de vista seja após a leitura do parecer. Todo Senador aqui sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Irajá, com a palavra, Senador.

Senador Irajá.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Quem sou eu para entrar numa briga de pessedistas, não é?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Vem ao exame...

Vem...

Vem ao exame...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Relator pessedista...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O Líder do PSD e o Presidente do PSD.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, é o Regimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. tem...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu tenho que me resignar aqui, humildemente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. tem tudo para ser voto vencido.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O meu pedido de vista fica na sequência do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 3.071, de 2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) no destino da arrecadação das loterias.

O art. 1º do projeto altera o art. 19 da Lei nº 13.756, de 2018, acrescentando ao rol das entidades beneficiadas por renda líquida em concurso da loteria de prognósticos esportivos a ABBR.

O art. 2º é a cláusula de vigência, que é imediata à publicação da lei.

Na justificação, o autor aponta a importância da entidade filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 1954, no atendimento em medicina de reabilitação de crianças, adolescentes e adultos com deficiência física. Ressalta, ainda, que: "A despeito da importante função exercida, essa nobre instituição encontra-se em situação de endividamento e com comprometimento do seu funcionamento, podendo inclusive, em curto prazo, ter suas atividades paralisadas, com interrupção dos tratamentos das pessoas com deficiência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Sociais, onde, também como Relator, encaminhamos parecer favorável, com uma emenda. Nesta Comissão, chega para análise terminativa.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental. Com relação à Emenda nº 1-CAS, trata-se de correção de redação da ementa da proposição.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, conforme o art.99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Como devemos fazer a análise terminativa do PL nº 3.071, de 2019, apresentamos o exame de seus aspectos formais: constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e redação.

A inclusão da ABBR, entre as beneficiadas com a renda líquida de um concurso anual da loteria de prognósticos esportivos, é meritória. A ABBR foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, com o objetivo de possibilitar que vítimas de poliomielite e pessoas com sequelas motoras tivessem acesso a um tratamento especializado e fossem reintegradas à sociedade.

Em setembro de 1957, o Presidente Juscelino Kubitscheck inaugurou o Centro de Reabilitação da ABBR, o primeiro do Brasil, dentro da concepção moderna da reabilitação como um processo integrado. Presentemente, atende 1,2 mil pacientes por dia, sendo 70% de baixa renda, conforme dados de seu sítio eletrônico.

Lembramos que, atualmente, a legislação concede esse benefício a outras três entidades de grande relevância nacional: a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes); a Cruz Vermelha Brasileira; e a Federação Nacional das Associações Pestalozzi. A última acrescida com a Lei nº 13.756, de 2018.

Segundo a Caixa Econômica Federal, entre 2011 e 2018, os valores destinados pela Loteca à Cruz Vermelha e à Fenapaes oscilaram de cerca de R$200 mil a R$1 milhão. Neste ano, já se arrecadaram R$805 mil. É um valor ínfimo em termos da arrecadação anual das diversas modalidades lotéricas, que foi de cerca de R$14 bilhões nos dois últimos anos; no entanto, contribui sobremaneira para que essas instituições se mantenham em funcionamento. Dessarte, a proposição poderá amparar a ABBR, sem retirar recursos expressivos advindos das modalidades lotéricas, nem da Caixa, nem dos demais beneficiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade, posto que a Constituição Federal de 1988 determina que compete à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. Também, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea, não há vício de iniciativa e observam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Quanto à sua juridicidade, observamos que o projeto obedece aos princípios de imperatividade, coercibilidade, organicidade, generalidade, abstratividade e inovação. Também é coerente com os princípios gerais do Direito. Por fim, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja, a normatização via edição de lei é o adequado.

Tampouco, a proposição fere as regras de regimentalidade.

No que diz respeito à boa técnica legislativa e à redação, apenas consideramos que a correção feita pela Emenda nº 1, da CAS, atende a necessidade de tornar mais clara e concisa a ementa do projeto.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.071, de 2019, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com o acatamento da Emenda nº 1.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em discussão o relatório.

Senador Irajá, parabéns pelo relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para discutir.) – Bom, o precedente de pedido de vista aconteceu na matéria anterior, a nº 3, antes de o Relator dar o seu parecer sobre duas emendas. O parecer, a rigor, já existe sobre a matéria; foi pedido vista pelo Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas não houve contestação, como fez V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ah, bom. Muito bem. Estou falando de precedentes...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa é a diferença.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k. Está certo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A diferença foi essa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Na próxima, eu contestarei.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista da matéria. É fundamental, a meu juízo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É fundamental, a meu juízo, que a gente examine a vida pregressa dessa instituição. Pode ser uma extraordinária instituição, mas pode ser uma instituição que tenha comprometimentos, que tenha desvio de recursos. No próprio relatório, fala-se de dificuldades financeiras. Não estou querendo, aqui, levantar, já, de antemão, algum juízo, mas é fundamental que nós examinemos e que isso não gere precedentes, não crie precedentes.

Então, Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... eu mantenho o pedido de vista e fico feliz em saber que o Senador Otto também pedirá vista e, acredito, deverá examinar essas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vista coletiva.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... preocupações manifestadas por mim.

Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Só para esclarecer ao Senador, meu prezado amigo, Cid Gomes, que eu conheço essa Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação. Ela fica no Estado do Rio Janeiro e é dirigida por um ex-aluno meu da Universidade Federal da Bahia: professor de Medicina hoje no Rio de Janeiro e melhor especialista em atendimento às lesões e enfermidades da coluna vertebral. Um grande cirurgião, que trabalhou muitos anos comigo. Eu tenho certeza absoluta de que V. Exa. vai encontrar essa associação. Por isso eu me manifestei, pelo conhecimento que tenho. Jamais eu tomaria uma decisão dessa forma se não tivesse conhecimento da associação de que trata o item.

Trata-se do Dr. Deusdeth Gomes do Nascimento, um homem negro, que, na vida dele, superou todas as adversidades e que hoje é um dos maiores cirurgiões de coluna do Brasil e toma conta dessa associação com toda a dedicação. Já veio me visitar várias vezes e foi meu residente médico – fui eu que coloquei bisturi nas mãos dele –, mas hoje eu não sei metade do que ele sabe sobre as enfermidades da coluna vertebral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Otto Alencar, eu tenho a impressão de que o Senador Cid Gomes deve ter ouvido alguma coisa sobre os seus alunos, sobre os do Senador Tasso Jereissati...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não tenho dificuldades com os cearenses, são meus amigos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque, muitas vezes, teceu comentários a respeito do professor de traumatologia, ortopedia e afins Otto Alencar, e é coisa de cearense isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedo vista coletiva ao item nº 7 da pauta.

Item nº 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1449, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a exigência de aquisição de material escolar nos estabelecimentos de educação básica pública.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Não apresentado

Observações:

A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a matéria.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Projeto de lei do Sr. Senador Romário.

Vou direto à análise.

Cumpre à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da matéria, em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento do Senado Federal.

Antes de mais nada, cumpre apontar que o projeto em exame tem mérito inequívoco. Aliviar as famílias de menor renda, usuárias da educação básica pública, do fardo financeiro representado pela compra de materiais escolares a pedido das instituições de ensino é um nobre e necessário objetivo. Ademais, a eventual impossibilidade da família de arcar com essa despesa não pode em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipótese alguma impedir que as crianças sejam atendidas pelo poder público em todas as suas necessidades relacionadas à educação, inclusive quanto a materiais diversos de uso individual ou coletivo.

Sob a ótica fiscal, reconhecemos que a proposição precisa ser adequada ao que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras normas vigentes que regem a matéria. Em particular, é necessário que haja uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro tanto no exercício que entrar em vigor quanto nos dois subsequentes, ou que seja apontada a forma de compensação do aumento de despesa, seja por redução permanente de outras despesas ou aumento permanente de receitas. Sem tais providências, é impossível assegurar que as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias sejam cumpridas.

A esse respeito, conforme já relatado, aguarda-se manifestação do Ministério da Educação, em resposta ao pedido de informação sobre o impacto orçamentário e financeiro do PL nº 1.449, de 2019, contido no Ofício nº 064/2019/CAE/SF, o qual conviria ser reiterado. Enquanto isso, em face da relevância da matéria, é importante que o processo legislativo siga seu curso.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.449, de 2019.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora. Parabéns pelo relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da CAE.

A matéria segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Nada mais havendo a tratar...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Wilder, com a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria cumprimentar V. Exa. pela Presidência desta importante Comissão.

Na semana passada, quando se estava instalando esta Comissão, eu estava escalado para ser o Senador que também estaria lá na CI para que a gente pudesse também fazer um papel, naquele momento, da obstrução de todos os Senadores que não iriam participar da votação das Comissões. Então, eu queria esclarecer a V. Exa. que o senhor tem aí a minha confiança, a dos goianos e dos brasileiros de que vai fazer um grande papel aqui na Comissão e com certeza vai dar resultados para o nosso país. Então, não é questão de eu votar ou não; foi uma decisão do nosso bloco, que não votou em nenhuma Comissão. Eu queria esclarecer e dizer da nossa contribuição.

Torço para que tenha muito sucesso. Sei da sua competência, do grande empresário que é, e sei que vai representar muito bem esta Comissão do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Wilder, quero até elogiar a conduta que teve o bloco da Oposição. Antes de começar aquela reunião, foi V. Exa. – juntamente com o Senador Mecias de Jesus e o Senador Rogerio Marinho – que nos procurou, e quero até agradecer, porque deram a presença para dar quórum. Então, a gente segue aí, com certeza, trabalhando em prol do nosso Estado de Goiás e do nosso Brasil.

Muito obrigado pela sua palavra.

Nada mais havendo a tratar...

Mais algum Senador quer usar a palavra?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Professora Dorinha Seabra, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Rodrigo Cunha, Omar Aziz, Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Angelo Coronel, Ciro Nogueira, Rogério Carvalho, Fernando Farias, Augusta Brito, Carlos Viana, Flávio Arns, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Sergio Moro, Flávio Bolsonaro, Margareth Buzetti, Efraim Filho, Romário, Esperidião Amin, Dr. Samuel Araújo e Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Irajá, Teresa Leitão, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 178, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável com adequação redacional. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria, com adequação redacional. **Observação:** Aprovado, também, requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 245, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com o acolhimento das Emendas nºs 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 22, 25 e 26, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Vista coletiva. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com acatamento da Emenda nº 1 - CAS. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1–CAS-CAE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4144, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e o art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para permitir que os contribuintes optantes pelo desconto simplificado possam deduzir do imposto de renda as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e eleva o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limite de dedução dessas doações para seis por cento quando realizadas na Declaração de Ajuste Anual." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CDH, com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3596, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redação dada pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para incluir as despesas com cursos de graduação e pós-graduação no rol das isenções das contribuições previdenciárias das empresas." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Vista coletiva. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 8, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, aditamento do Req nº 4- CAE, para que sejam incluídas as seguintes pessoas abaixo: • Representante Price Watrehouse Coopers - PwC; • Sr. Moacir de Almeida Reis, Diretor de Operações da Forte Minas e • Sr. João Wanderley de Oliveira Junior, Diretor Comercial da Forte Minas" **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2023** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a edição da Portaria Normativa AGU nº 83, de 14 de março de 2023, que revoga a Portaria Normativa AGU nº 73, de 12 de dezembro de 2022, que regulamentava os procedimentos a serem adotados para a utilização de precatórios em pagamentos para órgãos e entidades públicas federais." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **Observação:** O objeto do requerimento foi convertido em convite. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado, Fernando Haddad, informações acerca do processo de seleção e indicação do Senhor João Luiz Fukunaga, para assumir a presidência da Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S/A." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa Diretora do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/21

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter presencial e destina-se à deliberação de matérias.

Comunicação de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentadas à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos manifestações de entidades externas e cidadãos. Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Item 1 da pauta, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 178, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável com adequação redacional.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Alan Rick, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

Com a palavra, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, primeiramente quero agradecer a V. Exa. pela oportunidade de debatermos uma matéria fundamental para o Brasil. Eu costumo dizer que a proposta é o início do debate efetivo da reforma tributária em nosso país, e digo também que não cria conflito algum com as proposições que nós já estamos debatendo aqui no Senado, no Congresso Nacional, de maneira geral – pelo contrário, as favorece, pois estrutura o funcionamento integrado dos entes públicos, com a participação da sociedade civil, quanto às obrigações tributárias acessórias, viabilizando a simplificação tecnológica, desburocratizando e facilitando a vida daqueles que pagam impostos e de quem os recolhe.

Então, Sr. Presidente, se for de concordância desta Comissão, gostaríamos de fazer a leitura do nosso voto. Peço permissão ao Sr. Presidente, se for de concordância, para já irmos direto à análise do voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedido, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senhoras e senhores, a competência da Comissão de Assuntos Econômicos para analisar a proposta relativa a tributos advém do inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à constitucionalidade, em relação ao PLP 178, de 2021, verificamos:

a) a competência da União para legislar sobre normas gerais de direito tributário, em especial sobre obrigações (inclusive acessórias), nos termos dos arts. 24, I, e §1º, e 146, III, alínea "b", da Constituição Federal; e

b) a utilização de espécie legislativa adequada (projeto de lei complementar) para o estabelecimento de normas gerais em matéria tributária, a teor do art. 146, III, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, o PLP 178, de 2021, está em harmonia com o ordenamento jurídico pátrio e não viola qualquer princípio geral do Direito.

No que tange à técnica legislativa, pode-se dizer que a proposição atende aos ditames da Lei Complementar 95, de 1998. Faz-se necessário apenas um pequeno ajuste redacional no art. 5º, para deixar explícita a remissão ao §4º do art. 1º, já que ambos os dispositivos tratam do âmbito de aplicação do novo estatuto e se complementam.

No que diz respeito aos aspectos orçamentário-financeiros, a proposição é adequada, pois não implica aumento da despesa pública ou diminuição da receita.

No tocante ao mérito, a proposta merece prosperar.

Periodicamente, o Banco Mundial e a PricewaterhouseCoopers publicam o estudo *Paying Taxes*, com dados de quase 200 países acerca do quão fácil é para cada empresa pagar seus tributos, analisando o peso para a *tax compliance* diante da legislação tributária.

A edição mais recente do estudo, que é de 2020, reconhece que o Brasil apresentou a maior redução de horas necessárias, em termos absolutos, para cumprimento das obrigações acessórias. Aponta, contudo, alguns desafios para evoluções subsequentes. Uma tradução livre diz o seguinte:

> Em termos absolutos, a maior redução na quantidade de horas necessárias para o cumprimento das obrigações acessórias foi no Brasil, mas o país ainda tem muito espaço a percorrer. O tempo anual necessário para o cumprimento das obrigações acessórias no Brasil caiu de 2.600 horas em 2004 para 1.958 horas em 2016 e caiu para 1.501 horas em 2018 — uma redução de 23% [...]. No entanto, nossa empresa do estudo de caso ainda requer mais tempo para cumprir suas principais obrigações fiscais no Brasil do que em qualquer outro lugar do mundo, e o tempo para cumprir no Brasil ainda é 476 horas a mais do que na Bolívia, que tem o segundo maior tempo para cumprir [essas obrigações]: 1.025 horas.
>
> A simples introdução de tecnologia não é suficiente. O Brasil tem um sistema de escrituração eletrônica e um sistema de depósito e pagamento online, conhecido como SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), há mais de uma década. Mas, graças à complexidade subjacente do sistema tributário brasileiro, isso teve um impacto limitado no tempo necessário para o cumprimento das obrigações acessórias. Os tributos são cobrados no Brasil nos níveis federal, estadual e municipal, e há três tributos principais sobre o consumo. Assim, embora o SPED tenha amadurecido desde a sua introdução e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> outros passos tenham sido dados pelas empresas na digitalização e automação de seus processos de administração tributária, a complexidade subjacente impediu que o Brasil chegasse a um tempo necessário para o cumprimento das obrigações acessórias comparável à média global. O governo brasileiro está atualmente considerando propostas para simplificar o regime de impostos indiretos no país. Se as propostas forem adotadas, elas podem ter um efeito substancial no tempo de cumprimento, embora um programa significativo de reforma possa exigir um longo período de transição para sua implementação.

Como se percebe, o estudo reconhece a importância do Sped, iniciativa instituída pelo Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007, na simplificação das obrigações acessórias.

A proposta contida no nosso PLP 178, de 2021, pode ser entendida como um aperfeiçoamento institucional do Sped, especialmente em termos de representatividade e governança. Deixará de ser uma iniciativa da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para se tornar um colegiado interfederativo. Ademais, contará com membros representantes das entidades setoriais, que inclusive estão presentes aqui, nesta Comissão – CNI, CNC, CNA, CNS, CNT e Sebrae –, cuja participação hoje depende de "solicitação" – ou convite – da Receita Federal. Essas mudanças podem reduzir dificuldades ou resistências até então existentes pela inexistência de semelhante colegiado.

A aprovação do Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, com a criação Cnsoa (Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias) propiciará a padronização da legislação e dos respectivos sistemas voltados para o cumprimento de obrigações tributárias acessórias, com a consequente redução de custos para as administrações tributárias e para os contribuintes.

A título de ilustração, existem atualmente mais de mil, exatamente mil formatos de nota fiscal de serviços eletrônica, Senador Omar Aziz, e nove formatos diferentes de documentos eletrônicos, cuja manutenção custa mais de R$36 bilhões por ano, Sr. Presidente. Para se abrir uma empresa, é necessária a abertura de múltiplos cadastros, o que consome mais de R$22 bilhões ao ano, ilustríssimo Vice-Presidente, Senador Angelo Coronel.

Esses custos serão reduzidos com a modernização dos sistemas por meio da digitalização das operações, facilitando a vida de Fiscos e de contribuintes. Isso tem o potencial de gerar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, aumento de arrecadação, com a regularização de micros e pequenos empreendimentos, com o fortalecimento da formalização.

Aliás, a melhora proporcionada pelo estatuto tende a ser potencializada com a aprovação da nossa reforma tributária, racionalizando o sistema tributário nacional e reduzindo os diversos regimes especiais de tributação.

Os resultados, obviamente, não serão imediatos, dado o tempo requerido para a adequada operacionalização do comitê, mas se trata, sem dúvida alguma, de um passo importante e indispensável na direção correta.

Por fim, entendemos que a proposta não conflita com as proposições de reforma tributária em debate; pelo contrário, ela as favorece, pois estrutura o funcionamento integrado dos entes públicos, com a participação da sociedade civil quanto às obrigações tributárias acessórias, viabilizando e simplificando o sistema.

Sr. Presidente, o nosso voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 178, de 2021, incluindo-se, como adequação redacional, a expressão "Observado o §4º do art. 1º," no início do art. 5º, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 5º Observado o §4º do art. 1º, o disposto nesta Lei Complementar aplica-se a todos os tributos, mesmo os que venham a ser instituídos após sua publicação.".

Sr. Presidente, é o nosso voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alan Rick.

Em discussão o relatório.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Para discutir.) – Eu não encontrei aqui ainda o autor do projeto, mas tenho boas referências dele, apesar de ter sido apontado pelo nosso Senador Rogerio Marinho, apesar disso. (*Risos.*)

E tenho do projeto a melhor referência. Acho que ele é uma antevisão operacionalmente de um sistema tributário que seja mais simples e mais moderno. Por isso, como eu tenho orientação ou a informação de que é possível que o Governo esteja hesitando a respeito do assunto, eu não apenas quero aplaudir o autor – aí sim falando com sinceridade e com respeito; não que tenha faltado com respeito, mas fiz...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quantos anos tem esse projeto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – É um projeto contemporâneo e para o futuro, ou seja, daqui para frente. Ele vai ter que se aperfeiçoado, é só olhar aí a corrida tecnológica para você imaginar.

O Senador Omar Aziz, como levantino, conhece bem essas evoluções tecnológicas uma vez que preteritamente é um dos inventores dos algarismos arábicos. Por isso, são arábicos. Não é verdade?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Eu estou compartilhando com V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Aliás, você começou bem antes do que eu. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Mas, então, é daqui para frente.

Eu quero aplaudir o relatório do nosso Senador Alan Rick e tomar a liberdade de fazer essa antecipação da discussão, porque tenho conhecimento razoável da causa, da finalidade e da estruturação do projeto para dar a minha opinião, pelo menos com alguma consciência.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que irão pedir vista coletiva do projeto, mas, antes do pedido de vista coletiva – não serei eu que farei esse pedido, mas vou seguir a orientação do meu Líder aqui, que vai pedir –, primeiro, quero parabenizar o Senador Alan Rick pelo relatório e as palavras que o Senador Amin coloca muito bem, porque é uma pessoa que, de todos nós, talvez seja o que mais estude essa matéria tributária no Brasil, principalmente essa questão de renúncia fiscal que é feita. Ele tem um estudo desde a década de 90 e sempre acha que nós temos que rever. E eu acho que temos que rever. Eu só não entro no discurso de que vamos esperar a reforma tributária. Não, acho que nós podemos votar esse projeto e, lá na frente, seja quem for, quando chegar aqui – até hoje nós não sabemos qual é o teor da reforma tributária –, a gente inclui isso. Qual é o problema?

Agora votar, esperar a reforma tributária... Eu estou aqui há oito anos esperando todo ano; o Amin está há 40 e está esperando todo ano. (*Risos.*)

É todo ano essa reforma tributária... E até agora a gente não viu, o Ministério da Economia não mandou para a gente os arranjos fiscais que serão feitos para que a gente possa discutir futuramente a reforma tributária.

A reforma tributária não vai ser discutida a toque de caixa. Esse projeto já foi aprovado na Câmara, aqui só tem uma adequação redacional. O projeto, diferentemente da reforma tributária, tem o apoio da Confederação Nacional da Indústria, tem apoio do Fecomércio... Até hoje, eu não vi ninguém dessas entidades se pronunciar, eu não vi o agronegócio se pronunciar a favor de reforma tributária, eu não vi a Confederação Nacional da Indústria... Eu vi o Vice-Presidente e o Ministro da Fazenda irem, em menos de um mês, três vezes à Federação das Indústrias de São Paulo, e eles até hoje não deram uma nota sequer falando sobre isso. Todo mundo quer, mas ninguém bota a cara para dizer qual é a reforma tributária que o Brasil quer.

Mas isso aqui é bom para todos. Eu acho que o pedido de vista é natural, mas não se justifica não votar esse projeto porque depois vai ser incluído dentro da reforma tributária. Isso não é justificativa. Isso não inviabiliza mais tarde ser adequado e colocado dentro da reforma tributária esse projeto que nós iremos votar não hoje, mas futuramente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Para discutir a matéria está inscrito aqui o Senador Efraim. Pois não, meu Líder. O Senador Otto está inscrito também.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Senador Rogerio quer um aparte para...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedido o aparte, então.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, agradeço a gentileza de V. Exa. e do Senador Efraim, que é inclusive o autor da peça.

Acho que é importante, nesse momento em que estamos aí nas vésperas da discussão, Senador Omar, se Deus quiser, de uma reforma tributária que efetivamente possa ser colocada em prática no nosso país, todos reconhecermos aqui a necessidade de melhorarmos o nosso sistema tributário, simplificarmos o sistema. E essa palavra simplificação é muito forte aqui no cerne desse projeto.

Em 2022 – eu estava compulsando aqui a internet –, o Brasil foi reconhecido como segundo líder em governo digital do mundo, no *ranking* do GovTech, que é um organismo internacional que afere a evolução dos países no sentido de trabalhar a digitalização dos seus processos e a facilitação ou a simplificação para que os usuários, para que os cidadãos, para que os empreendedores tenham melhores condições de empreender. Então, esse projeto vem nesta linha de permitir que haja uma facilitação para quem quer edificar, quem quer construir, quem quer empreender, quem quer, de alguma forma, contribuir para geração de emprego, de renda, de oportunidades no nosso país.

Apenas para deixar claro aqui que, no nosso entendimento, esse é um projeto meritório. Eu espero que o Governo se debruce sobre ele, nas próximas sessões traga de volta o projeto para que nós possamos debatê-lo e aprová-lo com os aperfeiçoamentos, com as contribuições que o Governo achar conveniente, mas que nós não tenhamos um óbice por um tempo muito longevo, porque a economia brasileira precisa, mais do que nunca, de projetos dessa natureza que melhoram e que deixam mais saudável o nosso ambiente negocial no país.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Efraim, para discutir a matéria.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Presidente Vanderlan, agradeço e acredito que é extremamente importante, nesse momento aqui, como autor da matéria que foi aprovada na Câmara inclusive no ano passado, trazer alguns argumentos para nivelar a informação e o conhecimento, até porque conversava... E, é lógico, às vezes, é o primeiro contato de alguns Senadores com o projeto.

Esse projeto, Presidente, tem sido apontado como a iniciativa mais ousada de se conseguir superar a burocracia do sistema tributário brasileiro, que é apontado como um dos mais complexos do mundo. Aqui, Senador Omar, até o Simples é confuso. Então, tem que se buscar a simplificação e desburocratização de que tanto se fala na reforma tributária.

E aí, aproveitando o argumento trazido pelo Relator Alan e pelos Senadores que debateram a matéria até o momento – Esperidião Amin, Rogerio Marinho e Omar Aziz –, esse projeto aproveita, Presidente, a tecnologia para dar solução aos problemas da burocracia. E as pessoas se perguntam: "Por que isso não foi pensado 15 anos atrás?". Não foi por desídia da Receita Federal ou de quem elaborou a lei no passado; é porque a tecnologia da automação de pagamentos que existe hoje não existia lá atrás. O Brasil passou por um processo de digitalização do papel e do carimbo. Aquilo que era papel e carimbo foi digitalizado. Isso é um avanço? É, saiu lá do papel, do carimbo, que todos nós conhecíamos, e passou a estar na tela do computador. Mas não se avançou tecnologicamente nos métodos, nos procedimentos. E é isso que esse projeto cria.

Ele elimina nove formulários, que são chamados de obrigações tributárias acessórias, e substitui por um, apenas um, uma nota fiscal eletrônica chamada Nota Fiscal Brasil. E aí ela é boa para quem? Ela é boa para quem produz, ela é boa para o empreendedor. Aliás, aqui diz: ele é um projeto de ganha-ganha. Não tem ninguém contra esse projeto. Tirando uma ciumeira ou outra que existe, ninguém é contra. A gente vivenciou isso na Câmara. Foi aprovado à unanimidade – à unanimidade! – na Câmara, do PT ao Novo, exceto – e aí registro – o PSOL, que nem destaque apresentou. Disseram: "Efraim, para marcar posição, nós vamos marcar contra no painel." Mas do PT ao Novo, todo mundo aprovou na Câmara dos Deputados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O PSOL, se jogar contra a Seleção Brasileira, vai torcer contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Exatamente.

Então, é esse apelo que faço. Eu sei que o aprofundamento na discussão é inevitável. Pedir que não se tivesse vista seria estéril neste momento, mas eu queria nivelar essa informação sobre o projeto. Ele traz essa tecnologia da automação de pagamento, porque hoje, Presidente, um pão que se compra na padaria lá na cidade do nosso Relator, lá no Acre, ou lá no interior da minha querida Paraíba ou na região metropolitana de São Paulo, com automação de pagamento, essa informação está quase de imediato de conhecimento do Banco Central.

E o que é que essa Nota Fiscal Brasil Eletrônica faz? Ela já pega essa informação, se estiver parametrizada – é isso que o projeto coloca –, e, de imediato, por iniciativa do sistema, já comunica ao Fisco municipal, ao Fisco estadual, à Receita Federal, à junta comercial, ao Banco Central. Ela elimina esses nove formulários que cabe hoje ao empreendedor estar preenchendo – se não é no papel, mas é digitando –, ela desburocratiza.

Então, eu faço o apelo para todos os Senadores que vão se aprofundar, porque ela é boa até para o Governo – ela é boa até para o Governo! – e é melhor ainda para o empreendedor, porque ela não mexe com alíquota.

E aí me permitam entrar no tema da reforma tributária. Esse projeto é a parte da reforma tributária que fala de simplificação e desburocratização. A reforma tributária sempre empaca na obrigação principal. Qual é a obrigação principal? É o pagamento, é a alíquota. É na discussão da alíquota que sempre se perdeu a discussão dentro deste Parlamento. Qual foi a iniciativa que eu fiz? Deixa a alíquota para discutir depois. Vamos discutir só a parte das obrigações acessórias, a parte da desburocratização. Já teve setor que me procurou e disse: "Efraim, esse projeto reduz mais o meu custo do que a redução da alíquota. É mais importante para a minha empresa aprovar esse projeto, porque ele reduz o custo Brasil."

Então, Presidente, concluo dizendo que nós temos essa decisão a ser tomada. E o Senado... Gostei muito da posição que disse: "O Senado não pode esperar." Se lá se discute reforma tributária, não impede que a agenda econômica também faça parte das discussões num projeto dessa envergadura no Senado. O caminho e a bifurcação que se coloca é a omissão e a inércia, de um lado, e a ousadia e o passo adiante para sair da zona de conforto – aliás, neste momento, a zona de desconforto.

Então, eu faço esse apelo à Receita Federal. A Receita Federal me procurou, gentilmente, para colocar argumentos. Estamos de portas abertas e mãos estendidas para receber os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumentos e os pedidos de aperfeiçoamento do texto. Agora, eu só não vou aceitar dizerem: "Não, é que eu estou estudando um outro modelo", e, aí, esse modelo tem que ficar parado. Não! Estamos dispostos a contribuir. Aquilo que a Receita já tem pronto, que pode agregar, é muito bem-vindo.

Que a gente possa seguir a votação na Comissão; em seguida, no Plenário; e, como já foi aprovado na Câmara, devolver esse protagonismo ao Senado, para poder ser vanguarda do futuro e da simplificação que o sistema precisa oferecer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Efraim, autor do projeto.

Para discutir a matéria, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, o Senador Omar Aziz se antecipou. Ele é Vice-Líder, foi o primeiro Líder do PSD. E a colocação dele me convence de que eu não devo pedir vista, obedecendo aqui ao nosso Omar, que é um grande companheiro.

Os argumentos que ele colocou são importantes. O projeto do Senador Efraim Moraes Filho é um projeto importante, simplifica; é tão simples que só tem 11 artigos. Acho que é o primeiro projeto referente a alguma coisa de tributação que tem 11 artigos.

Foi muito bem relatado pelo nosso Relator, o Senador Alan Rick. Quero parabenizá-lo pelo relatório. Tem só uma emenda, só uma modificação redacional. Ele não é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, vai para o Plenário.

Portanto, não seria eu que iria discordar do Omar Aziz, não só pelo respeito, mas também pelo companheirismo, até porque eu moro no quarto andar, ele no sexto, e, à noite, fala: "Otto, suba". Eu não quero discordar dele, subo sempre. Para obedecer-lhe, portanto, eu não vou pedir vista do projeto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Agradeço o gesto, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – De califa para califa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Por isso que o Otto é o Otto. O Otto é aquele cara que convive com a gente aqui e você não o vê ser deselegante. Ele consegue ser elegante comigo, para você ter uma ideia... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mas sempre tem aquele comprimido lá que acalma, não é, Otto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senadora Margareth com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero me juntar ao Senador Omar Aziz e ao Senador Otto Alencar, porque a única reforma tributária aceitável neste momento, de tudo que eu vi da reforma tributária, é a simplificação.

Então, parabéns por esse projeto. Eu assino embaixo, porque, se você não quer aumento de carga, não faça reforma tributária da alíquota, porque você vai ter aumento de carga.

Então, a simplificação é tudo que é aceitável neste momento.

Parabéns pelo projeto e pela relatoria.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Senadora. Muito obrigado. Suas palavras somam muito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, Senador Vanderlan, só quero elogiar aqui a iniciativa do Senador Efraim e a relatoria do Senador Alan Rick. Eu confesso que, quando vi o projeto pela primeira vez, achei: "Puxa, mas está sendo discutida uma reforma tributária; será que não seria melhor aqui aguardar um pouco?". Mas ver o conteúdo do projeto... E ele, na verdade, vai na esteira do que pretende essa reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária, que é a simplificação, e até se fala de reforma em meios eletrônicos ou necessidade de se apurar um *cashback*, que eu não sei até se é viável, na prática, a reforma tributária, mas esse projeto vai bem na esteira em simplificar, em informatizar e em permitir o compartilhamento de informações.

Da forma como foi redigido, o mais importante foi estabelecido no princípio: simplificação e compartilhamento. Parece-me que há uma largueza aqui, uma possibilidade de uma certa flexibilização nos meios de execução dessa simplificação e desse compartilhamento.

Então, ao contrário, não prejudica em nada a reforma tributária, vai na esteira da reforma tributária. Não sei se essa reforma tributária vai ser ou não bem-sucedida, mas, de todo modo, a forma como foi colocado o projeto já é um alívio ao contribuinte, que hoje é obrigado, muitas vezes, a ficar preenchendo cadastro atrás de cadastro, formulário atrás de formulário, números de inscrição diferentes de CNPJ, de inscrição municipal, de inscrição estadual.

Então, eu quero aqui registrar o meu apoio ao projeto e parabenizar os dois Senadores, o Efraim e o Alan Rick, pela autoria e pela relatoria do projeto, e recomendo aqui, humildemente, que a Casa o aprove, para que nós possamos acelerar, de alguma maneira, essas simplificações sem ficar dependente de um projeto de envergadura maior do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado.

Está em discussão.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, parabenizo o colega Efraim pelo excelente projeto. Concordo com a quase unanimidade da Comissão, no sentido da aprovação, mas tenho o dever de reportar aqui um pedido de vista do nosso colega Cid Gomes. Ele manifesta um pedido de vista, e, por uma lealdade ao colega, não posso deixar de traduzir aqui, para a Comissão, para que a gente possa apreciar isso, e, certamente, o Senador Cid fará essa observação e a devolução.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Dê-me tempo para eu ligar para o Cid, já que foi terceirizado o pedido de vista.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Agradeço muito a interlocução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Presidente Vanderlan, é apenas para ir na linha do que eu estou acompanhado do importante trabalho apresentado aqui, através do projeto do nosso Líder Efraim, que demonstra, em todas as suas atitudes, justamente a busca por celeridade, a busca por desburocratizar nosso sistema tributário e simplificar aquilo que hoje é complicado no nosso país.

Então, até em momentos como este, eu acho importante realmente os Parlamentares aqui tentarem dar sua contribuição de celeridade, tendo em vista que teremos outras oportunidades também para aprimorar ainda mais o projeto. Com certeza, a relatoria do nosso Alan Rick, nosso Senador também partidário, já contribuiu no melhoramento, no aperfeiçoamento, e nós aqui iremos acompanhar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, enquanto está havendo essa ligação do Senador Efraim...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – ... só um esclarecimento. Perguntarei à Mesa.

No intervalo entre a votação deste projeto de lei e do seguinte, é possível o pedido de uma inversão de pauta para votação de requerimento? Eu pergunto a V. Exa., pedindo vênia aqui aos colegas, porque está havendo uma sessão também na CDR, e nós todos aqui estamos em várias Comissões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Seria possível, regimentalmente, esse pedido?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para atualizar a Comissão, não teremos pedido de vista. O nosso autor, de forma muito diligente, já conseguiu dirimir as dúvidas do colega Cid.

Obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Imagino o que ele não teve que dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogerio, o pedido de V. Exa. de inversão de pauta... O Senador Esperidião tinha pedido o item 2 devido a um compromisso, em seguida...

Senador Otto com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – O requerimento a que se refere o Senador Rogerio Marinho, na pauta, não consta o requerimento. Qual é o requerimento?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É o item 7.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aqui só tem o item 6.

Aqui só tem até o item 6.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Está na tela aqui do computador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não está na pauta, entrou como...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em virtude deste posicionamento favorável de todos os colegas, se pudermos votar o nosso relatório, eu creio que nós temos a oportunidade de iniciarmos efetivamente a reforma tributária neste dia 21 de março.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Algum Senador ou Senadora quer ainda discutir a matéria? (*Pausa.*)

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Alan Rick, os Senadores e as Senadoras que o aprovam...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, aqui, Senadora Augusta, do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Augusta com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Eu atrasei um pouco porque estava em outra Comissão, eu gostaria só de receber a pauta para eu saber de qual item está-se falando. É do item?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 1 da pauta, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu gostaria de pedir vistas para ter tempo de estudar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Já está encerrada a discussão.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já estava em declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Inclusive já tinha sido pedido de vista pelo Senador...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Lamento não poder estar aqui antes para poder fazer o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Tinha sido feito um pedido de vista pelo Senador Cid para que se retirasse de pauta, e houve um acordo do Senador Cid com o Senador Efraim, e ele concordou, certo?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Tudo bem, é porque eu realmente não pude estar aqui no início, mas eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A matéria ainda vai ao Plenário.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria deixar registrado aqui o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto com ajuste redacional.

A matéria vai ao Plenário.

Item 2 da pauta, não terminativo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Quero agradecer a toda a bancada da Comissão de Assuntos Econômicos pelo apoio, pela concertação que foi preciso ser feita.

V. Exa. bem delimitou, e isso foi importantíssimo quando disse que o projeto não era terminativo. Alguns argumentos, sugestões de ajustes poderão ser feitos preliminarmente à pauta de Plenário.

Concluo convidando a todos, já que, com essa bela aprovação, vai tornar ainda mais festiva hoje a solenidade de posse da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo. Será hoje à noite, às 19h, no salão de eventos Porto Vittoria.

É uma Frente Parlamentar Mista que eu presido pelo Senado, Deputado Domingos Sávio preside pela Câmara. Várias entidades, como a Abrasel, Abras, Abad, CBLs, associações comerciais estarão presentes. Foi enviada ao gabinete dos Senadores, naquele calhamaço de frentes parlamentares, a de comércio e serviços, já está lá. Quem puder assinar, participar junto conosco será importantíssimo tanto na discussão desse projeto como na discussão da reforma tributária e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em toda agenda econômica, representando o setor de comércio e serviços. Agradeço o aparte concedido e o convite está feito para hoje às 19h.

Muito obrigado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a esta Comissão, a V. Exa., aos colegas Senadores e parabenizar, primeiramente, o Brasil, porque hoje iniciamos efetivamente a reforma tributária em nosso país; parabenizar o Senador Efraim pela presteza, pelo excelente trabalho, pela luta, desde o início, lá na Câmara dos Deputados, onde fomos colegas. Acompanhei de perto, sempre ao seu lado e do lado daqueles que lutaram, e vencemos, na Câmara, por 373 votos contra apenas 10, esta matéria. E hoje o Senado está de parabéns por iniciar efetivamente a reforma tributária no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Parabéns pelo seu relatório, Senador Efraim.

Senador Efraim, eu pude observar nesse projeto – não o conheço na sua totalidade – que, como Senador Otto disse, são 11 artigos somente. Talvez isso sirva de lição para nós que estamos discutindo reforma tributária há 32 anos. Talvez o desânimo que chega a alguns quando se fala de reforma tributária, em que se complica demais, deve-se ao fato de que se apresenta tanta coisa e quer se colocar tudo de uma vez só, e aí esse embate vem, Senador Alan Rick, nosso Líder Otto, Margareth, há 32 anos. O que eu vi aqui hoje é que, quando um projeto é bom, não tem o que se discutir.

Esse projeto de V. Exa... Primeiro, eu tenho observado V. Exa. na sua condução, e tudo que V. Exa. fala com relação a matéria tributária fala com conhecimento. Então, parabéns. Tenho certeza de que vai ser muito bem analisado no Plenário do Senado Federal. E, aprovado, vai ser um avanço muito grande para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan Rick disse uma coisa aqui muito certa: é o início da reforma tributária esse projeto de V. Exa. Não tem ninguém contra. Talvez – o Governo se manifestou contrário – seja esperar mais um pouco para que seja incluído na reforma tributária o que está discutido, mas vamos avançar. Quando a reforma tributária for aprovada – eu espero que não passe mais 32 anos; sou otimista e precisamos da reforma tributária –, tenho certeza de que esse projeto vai ajudar muito na nossa reforma tributária.

Parabéns.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, só para complementar: o Governo às vezes fala que vai ser fatiada. Aprovando-se esse projeto do Senador Efraim, tira-se essa fatia. Já fica uma coisa aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É verdade.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, o pedido de urgência é encaminhado também por V. Exa. na Comissão aqui?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim. V. Exa. pode pedir o pedido de urgência.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Solicito o pedido de urgência para que possa ir à pauta do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do Senador Efraim para ir para o Plenário.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 245, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com o acolhimento das Emendas nºs 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 22, 25 e 26, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Observações: *1- Foram apresentadas 42 emendas à matéria.*

Concedo a palavra ao Relator, Senador Esperidião Amin, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este projeto foi apresentado num momento muito importante da história do Senado e do Parlamento. Os últimos pontos de divergência e dificuldades de entendimento da reforma da previdência remanesceram, e, numa reunião presidida pelo então Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, foi deliberado que essas questões seriam apresentadas pelo Senador Eduardo Braga. E foi decidido nessa reunião que eu teria essa incumbência em função de um incidente que tinha cercado a questão da aposentadoria dos mineiros de subsolo: numa sessão memorável da Comissão que tratou da reforma da previdência, liderada pelo Senador Tasso Jereissati, que fez um trabalho extraordinário, os mineiros de subsolo apareceram pela primeira vez, até porque são predominantemente de Santa Catarina. E foi lá no meu estado que ocorreu, em 1984, o maior acidente com mina de subsolo, com a morte de 31 mineiros, às 5h15 da manhã de um dia pós-feriado, por explosão de metano, que não tem cheiro, ou seja, foi realmente uma tragédia.

Outras categorias também estavam com essa dúvida, que é, Senador Sergio Moro, uma aula sobre o que é o direito do trabalho, o direito social. Ninguém tem o direito de se aposentar porque ocupa um cargo, uma função ou um nome de um emprego, mas sim pela exposição a circunstâncias, ou seja, a agentes inerentes àquela atividade que podem afetar a sua saúde e, com isso, ensejar a aposentadoria especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou procurar resumir este relatório. Tenho absoluta consciência de que será prudente e inevitável o pedido de vista, creio eu, pela complexidade da matéria, e por isso vou procurar conter as 20 páginas dele em um número menor, permitindo que todos possam se informar.

Eu já falei sobre o histórico.

Em resumo, as principais disposições são as dos arts. 2º, 3º e 8º.

O projeto estabelece, no seu art. 2º, que a aposentadoria especial será devida ao segurado cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos, sejam eles químicos, físicos, biológicos, prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, incluídos em lista definida pelo Poder Executivo, ou atividades equiparadas. Deverá ser observada carência de 180 meses de contribuições sempre.

Os requisitos mencionados divergem para os segurados que se filiaram ao regime geral antes da reforma da previdência e os que se filiaram depois.

Senador Rogerio Marinho, esse é o busílis, é o centro do problema.

Para os filiados anteriormente, são três possibilidades, dentro da sistemática de pontos. A primeira é a soma de idade e tempo de contribuição de 66 pontos, com 15 anos de efetiva exposição. A segunda é a soma de 76 pontos com 20 anos de efetiva exposição. A terceira é a soma de 86 pontos com 25 anos de efetiva exposição.

Para os filiados posteriormente à reforma, não há o sistema de pontos, mas regras de idade mínima. A primeira é de 55 anos de idade, com 15 anos de efetiva exposição. A segunda é de 58 anos de idade, com 20 anos de efetiva exposição. A terceira é de 60 anos de idade, com 25 anos de efetiva exposição.

Esses requisitos já estão previstos no texto constitucional, mas o PL promove detalhamentos que orientam sobre que segurados terão direito à aposentadoria especial.

O projeto especifica o enquadramento de determinadas atividades quanto ao tempo de efetiva exposição – portanto, sempre presentes as circunstâncias do trabalho. A mineração subterrânea, quando em frente de produção, será sempre enquadrada com o tempo máximo de 15 anos. A mineração subterrânea, quando houver afastamento da frente de produção e exposição a amianto, será enquadrada com tempo máximo de 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seu art. 3º, o projeto dispõe que as atividades em que há risco à integridade física serão equiparadas às atividades em que se permite 25 anos de efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, quando estas atividades forem de vigilância ostensiva e outras.

Em seu art. 8º, o PLP prevê o pagamento de um benefício indenizatório, pago pela Previdência Social, equivalente a 15% do salário de contribuição quando o segurado for exposto quando já tiver completado o tempo mínimo de contribuição.

Como já foi dito, foram apresentadas 42 emendas. E é apenas nesta Comissão, em face do acordo havido, que este projeto vai tramitar. Por isso, eu mesmo considero que numa nova legislatura esse assunto mereça a nossa atenção redobrada.

Preliminarmente, quero dizer que o Regimento Interno do Senado estabelece que compete à CAE esta matéria.

Quanto à juridicidade e à técnica legislativa, não vemos óbice a esta matéria. Tampouco há que se falar em inconstitucionalidade. Afinal, o projeto vem expressamente regulamentar um dispositivo da Constituição.

A principal controvérsia que poderia haver neste sentido, a nosso ver, é a concessão de aposentadoria especial por categoria profissional ou ocupação, o que é vedado pela Constituição Federal. Contudo, o projeto trata tão somente de atividades, circunstâncias, ambientes.

E aqui eu quero enaltecer o trabalho da nossa Consultoria, na pessoa do Pedro Nery, e pela primeira vez vou fazer um elogio público ao meu companheiro de trabalho, já do outro mandato, grande paraquedista, Eduardo Siqueira, que montou a tenda para receber, paciente e respeitosamente, durante três anos, todas as demandas que aportaram ao nosso gabinete, selecionando-as. Não se habitue com isso.

No mérito, somos favoráveis. Em primeiro lugar, porque se combate a judicialização. Esse é o grande problema que nós enfrentamos ao longo desses três anos. Algumas das nossas deliberações foram alteradas por decisões judiciais, nem todas transitadas em julgado, mas que estão produzindo efeitos. Esse tema tem sido há anos disputado nos tribunais, tirando o protagonismo que deveria haver na área por parte do Parlamento. Busca dirimir assim a insegurança jurídica, inclusive para as atividades que estão – ou estavam – em uma espécie de "limbo", que é uma coisa tão cruel que já foi abolida do catecismo, o limbo é nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até por isso, e em segundo lugar, a proposta é justa. Quando há risco à integridade física, há uma exposição prejudicial à saúde mental, que tende a afetar a própria capacidade laboral do segurado, razão pela qual vira uma preocupação previdenciária. É aí que entra a importância desse tipo de atividades, como, por exemplo, vigilância, guarda municipal, etc.

Nesses três anos, eu repito, nós recebemos várias demandas, inúmeras, e igualmente fomos nos atualizando em face de decisões judiciais. Reitero que, já na deliberação da reforma da previdência, nós conseguimos, graças a uma exposição de mineiros de subsolo diante do Senador Tasso Jereissati, uma solução que os retirou do limbo, posto que, pela lei trabalhista, eles tinham que ser forçosamente, todos, readaptados, em face do que a reforma da previdência, como veio da Câmara, preconizava.

É importante observar que a regra de transição proposta pelo Senador Eduardo Braga no texto original é vantajosa para os brasileiros que se utilizarão da aposentadoria especial, como, por exemplo, os mineiros de subsolo. A regra de transição significa que eles não ficarão sujeitos à regra de idade mínima estabelecida pela reforma da previdência, podendo em vez disso se aposentar de acordo com uma combinação de tempo de contribuição e idade.

Além de ser vantajosa para os segurados, acreditamos que a regra é equilibrada para as contas públicas, ressaltando que ela foi fruto de deliberações com o corpo técnico do Poder Executivo. Este é um ponto caro ao nosso relatório. Buscamos garantir o máximo de direitos aos segurados respeitando a situação das contas públicas do país. Estamos sempre em busca do que é possível, como manda a política.

Trata-se, portanto, de um projeto essencial. Ainda assim, a discussão dos últimos três anos permitiu amadurecer nosso julgamento sobre alguns pontos da proposta, razão pela qual apresentamos alterações na forma de um substitutivo.

Seguem-se aí as alegações e a discriminação das decisões judiciais. Inclusive, ressalto na p.5, que o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido o direito à aposentadoria especial, inclusive depois da reforma da previdência, para as atividades que não fazem uso de arma de fogo – decisões do STJ.

É de interesse o Tema Repetitivo nº 1.031, com acórdão publicado em 2 de março de 2021, que firmou o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> É possível o reconhecimento da especialidade da atividade de Vigilante, mesmo após EC 103/2019, com ou sem o uso de arma de fogo, em data posterior à Lei 9.032/1995 e ao Decreto 2.172/1997, desde que haja a comprovação da efetiva nocividade da atividade, por qualquer meio de prova até 5.3.1997, momento em que se passa a exigir apresentação de laudo técnico ou elemento material equivalente, para comprovar a permanente, não ocasional nem intermitente, exposição à atividade nociva, que coloque em risco a integridade física do Segurado.

É verdade que a União está recorrendo contra esta decisão no STF, e sabemos que não cabe a uma lei complementar superar entendimentos de natureza constitucional. Por isso, cabe a nós neste momento harmonizar o projeto com a jurisprudência do tribunal.

Da mesma forma, acompanhamos o entendimento do Poder Judiciário de que – e aí me refiro à questão dos aeronautas – a pressão atmosférica anormal é um agente nocivo, cuja exposição pode ensejar o reconhecimento ao direito à aposentadoria especial – causa dos representantes do serviço aéreo embarcado. Estamos, assim, atentos às recentes decisões, posteriores à reforma da previdência, que vislumbram o direito. Já há algum tempo o STJ vinha decidindo nesse sentido. Esperamos, portanto, que a judicialização possa agora ser reduzida e o acesso a esse direito ser garantido de forma menos lenta.

Aqui, nos beneficiamos também da audiência pública, realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por iniciativa do Senador Paulo Paim, em que representantes de pilotos, copilotos e comissários de bordo explicaram de forma convincente o papel da pressão atmosférica anormal sobre o corpo humano – junto do Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Aeroespacial (e o nosso Senador Marcos Pontes não estava presente), o Dr. Flávio Suto.

Mantivemos, como no texto original, o direito à aposentadoria especial para esses segurados. Houve, ao tramitar da proposta, uma discussão sobre limitar o direito apenas aos empregados de empresas, o que não concordamos, sem prejuízo de norma infralegal regulamentar tal controvérsia de outra forma, desde que compatível. Acreditamos, aliás, que a lei já oferece uma bússola para eventual regulamentação, estabelecendo formas diferenciadas de contribuição no art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, bem como no art. 1º da Lei nº 10.666, de 2003.

Optamos, ademais, por suprimir do texto a previsão sobre formulário eletrônico, detalhe mais aderente a este regulamento. Não há prejuízo já que, em qualquer caso, determinamos que os arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 1991, devem ser observados na aplicação desta nova lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalva-se que o §1º do art. 58 já exige a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos por meio de formulário, na forma estabelecida pelo INSS.

Outro avanço do nosso texto é a possibilidade de conversão de tempo especial em comum, demanda feita por diversas categorias. Consideramos que a vedação de se converter tempo especial em comum, conforme previsto no §2º do art. 6º, prejudica os trabalhadores filiados ao Regime Geral da Previdência Social, que sempre puderam fazer tal conversão.

Quanto ao limite de 24 meses para a manutenção dos postos de trabalho daqueles em readaptação, optamos por alterá-lo para 12 meses. É mais razoável. Evitamos, assim, que empregadores respondam de maneira adversa a esta regra, por exemplo, desligando funcionários em antecipação à estabilidade. Igualmente, modificamos o texto original para retirar da possibilidade de continuidade e adaptação às atividades de exposição de 25 anos, por considerarmos que esta nova regra seria onerosa neste caso.

Gostaria de destacar, ainda, que não há como, em sede de lei complementar, alterar a regra de transição para aposentadoria especial prevista na reforma da previdência, que tem caráter constitucional. O art. 21 da Emenda Constitucional 103 não possibilita que norma infraconstitucional altere a regra de transição, uma regra de pontos ali estabelecida, colocando em seu escopo todo segurado que se tenha afiliado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor daquela emenda constitucional. Cabe salientar que o tratamento diferenciado permitido pelo §1º do art. 201 vale apenas para a regra permanente.

Vamos às emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do saudoso Senador Major Olimpio, insere o serviço aéreo embarcado nas atividades que regem aposentadoria especial. Em sentido semelhante vão as Emendas nºs 8, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; 11, do Senador Acir Gurgacz; 13, do Senador Paulo Paim; 18, do Senador Cid Gomes; 19, do Senador Elmano Férrer; 22, do Senador Chico Rodrigues; e 25, do Senador Rodrigo Pacheco. Não podemos prever o enquadramento por categoria, mas de fato estamos convencidos da exposição à pressão atmosférica anormal. Esse agente nocivo é expressamente mencionado em nosso substitutivo. As emendas foram, por isso, acatadas e respeitadas.

A Emenda nº 2, do Senador Izalci Lucas, insere a enfermagem e o apoio à enfermagem nas atividades. Avaliamos, contudo, que a categoria já está contemplada na proposta quando há exposição a agentes nocivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 3, do Senador Paulo Paim, trata de servidores públicos e foge ao escopo do projeto, que está limitado ao inciso II do §1º do art. 201 da Constituição.

A Emenda nº 4, também do Senador Paim, dispensa de devolução da aposentadoria especial prevista no art. 9º o segurado que perceber o benefício por força de decisão judicial ainda não transitada em julgado. A devolução do art. 9º é baseada no retorno indevido do segurado ao exercício de atividade nociva à sua saúde. Logo, em nosso sentir, ainda que o fato gerador do benefício seja uma decisão judicial, cabe a sua devolução, caso o segurado retorne ao exercício da referida atividade.

A Emenda nº 5, também do Senador Paulo Paim, estabelece financiamento adicional para a concessão da aposentadoria especial prevista, inclusive em relação aos segurados individuais. Nosso julgamento é de que, em relação aos empregados avulsos, a providência é contemplada no art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, que já está sendo referida em nosso substitutivo.

A Emenda nº 6, também do Senador Paulo Paim, altera o art. 3º, para determinar que somente energia elétrica acima de 250V enseja a concessão de aposentadoria especial. Inclui no referido dispositivo os inflamáveis, a radiação ionizante e as substâncias radioativas. Além disso, suprime o §2º do art. 5º da proposição. Por fim, permite a conversão de tempo especial em comum para atividades exercidas até a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Esta Emenda vai ao mesmo sentido das emendas do Senador Lasier Martins e do próprio Senador Paim.

Em relação à eletricidade, por se tratar de agente perigoso, ela contraria o disposto no art. 201, §1º, inciso II, da Carta Magna. O mesmo pode ser afirmado em relação aos inflamáveis, que não devem ser incluídos no corpo do texto legal. A radiação ionizante é nociva à saúde do segurado e consta do nosso texto. Quanto à conversão de tempo especial em comum, prestigiamos o pleito na forma de nosso substitutivo.

Seguem as Emendas 7, 14 e 15, bem como a 16, do Senador Paim, que nós não conseguimos acolher.

A Emenda nº 17, do Senador Randolfe Rodrigues, busca determinar que a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, já mencionado, na forma estabelecida pelo INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista, sendo obrigatória a sua elaboração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas mesmas condições em que executada a atividade. Consideramos, porém, tratar-se de alteração técnica que pode ser feita por medida infralegal e, por isso, não acolhemos.

A Emenda nº 20, do nosso ex-Senador Jean Paul Prates, inclui a exploração, perfuração, produção, refino e transporte de petróleo – é uma emenda profética! –, bem como a exploração e produção do xisto betuminoso, no rol de atividades que ensejam a concessão de aposentadoria especial. Consideramos desnecessária a inclusão, já que qualquer trabalhador exposto a agentes nocivos é que tem o direito.

A Emenda nº 21, do Senador Paulo Paim, cria nova regra de transição, o que não pode ser feito.

Acatamos a Emenda nº 26, do Senador Rogério Carvalho. Ela altera o PLP para determinar que o fornecimento de equipamentos de proteção somente elimina o direito de aposentadoria especial se for eficaz para elidir a ação do agente nocivo. Logo, se o equipamento de proteção individual não elide a nocividade do referido agente, não se deve afastar o direito à aposentadoria especial.

A Emenda nº 29, do Senador José Serra, inclui os motoristas profissionais com vínculo celetista entre os beneficiários da aposentadoria especial, com o fundamento de que a sua atividade é perigosa. Como em outros casos, avaliamos o pleito como extrapolando aquilo que a Constituição prevê.

A Emenda nº 35, do Senador Jorginho Mello, diz respeito à inclusão das atividades de transporte de pessoas ou animais. O direito já está garantido quando há exposição a agentes nocivos. Portanto, não se trata de incluir uma categoria.

A Emenda nº 36, do Senador Paim, como a emenda anterior, não pode ser acatada.

As Emendas nº 38 e nº 39, do Senador Rogério Carvalho, propõem nova regra de transição, o que não pode ser feito.

Por fim, a Emenda nº 40, do eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo, prevê aposentadoria especial para agentes de trânsito, o que também colide com a Constituição.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 245, bem como pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 22, 25 e 26, na forma do substitutivo que está aqui apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco no substitutivo o art. 2º, que, no seu inciso I, prevê para o segurado que tenha se filiado ao regime geral da previdência até a data da emenda e, no inciso II, para o segurado que tenha se filiado ao regime da previdência social após a data da emenda constitucional.

Destaco a importância do art. 3º, que aborda a questão dos vigilantes e guardas, e, finalmente, o art. 8º, conforme dito inicialmente.

Sr. Presidente, ao apresentar este relatório, eu estou me desincumbindo de três anos de muro de aflições e quero agradecer, mais uma vez, a paciência e a ajuda da Consultoria, na pessoa do Pedro Nery, mas não restrito a ele, que já foi muito útil por ocasião da tramitação da reforma da previdência, ou seja, está colhendo alguns dos seus frutos, ao Eduardo Siqueira e à minha equipe de gabinete, porque, nesses três anos, eu não recebi queixa de ninguém por não ter sido atendido ou não ter sido ouvido – de forma que eu me desincumbo. Claro que permaneço à disposição e tenho certeza de que os nobres pares darão a atenção devida.

Quero homenagear também o Senador Eduardo Braga, que foi o autor da proposição, e o próprio Senador Davi Alcolumbre, então Presidente do Senado, que estabeleceu esse foro agora a ser objeto de deliberação na legislatura seguinte. É claro que a pandemia e outros fatores conspiraram para este retardamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Antes de passar à discussão, eu só queria registrar aqui, ainda em tempo: veio trazer aqui os cumprimentos a esta Comissão o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Sr. Robinson Barreirinhas, muito bem representado pela Sra. Elis Regina, Chefe de Assessoria Legislativa; Sr. Saulo Quintilhão, Assessoria da Receita; Sra. Rita Amorim, também Assessoria Parlamentar; e a Sra. Flávia Honorato, da Aspar, do Ministério da Fazenda. Nossos agradecimentos, obrigado pela presença de todos.

Em discussão o relatório.

Com a palavra, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria externar aqui os parabéns ao relatório do Senador Esperidião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin, iniciativa do Senador Eduardo Braga. No entanto, essa matéria precisa de estudo mais aprofundado.

Nós tivemos a reforma da previdência e vem agora uma complementação dela. Portanto, eu pediria a V. Exa. vista para analisar com mais profundidade o que significa essa letra de lei do projeto do Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Alan Rick, para discutir a matéria.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente parabenizo o Senador Esperidião Amin pelo extraordinário relatório. Nós lá no Acre, Senador Esperidião, temos também a luta dos guardas da Sucam, que por muitos anos foram expostos àquele produto altamente nocivo, o DDT, banido do mundo – DDT –, que causou inúmeros prejuízos à saúde e inclusive a morte de muitos desses servidores.

Devido a isso, a matéria é extremamente meritória, haja vista o pedido de vista do Senador Otto Alencar. Quero reiterar a minha posição favorável à matéria, em virtude de tudo que representa para a vida não só daqueles que colocaram a sua saúde, a sua integridade física em risco, mas também de seus familiares.

Portanto, mais uma vez, parabéns, Senador Esperidião! Conte com o nosso apoio a este brilhante relatório! Um forte abraço.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mais alguém para discutir a matéria?

Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Bom, eu queria cumprimentar o autor, o Senador Eduardo Braga; cumprimentar o Relator pelo relatório e dizer que essa é uma matéria muito relevante. Cumprimento V. Exa. por ter pautado um tema que ficou, como disse o próprio Relator, no limbo. Milhares de trabalhadores, depois da reforma da previdência, ficaram sem a sua aposentadoria especial, o que tem gerado, de fato, muita ação judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é necessário, é fundamental que – ainda que no Plenário e no momento da votação definitiva – a gente tenha que incluir ou acrescentar novas ou algumas profissões que talvez tenham passado despercebido pelo Relator e por todos nós ao longo do período de emendas que o projeto recebeu.

Mas, no mais, eu queria cumprimentar e dizer que é bem-vinda essa lei e a apreciação na data de hoje.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Mais algum Senador para discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

Há um pedido de vista do item 2, não terminativo.

O Projeto de Lei Complementar nº 245, de 2019, volta na próxima reunião deliberativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3071, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR no destino da arrecadação das loterias.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto com acatamento da Emenda nº 1 - CAS.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável, com a Emenda nº 1 - CAS.

2- Foi concedida vista coletiva no dia 14/05/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na reunião realizada em 14 de março, o relatório foi apresentado e lido pelo Senador Irajá, oportunidade em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senador nº 3.071, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

A votação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu não queria discutir, só fazer um comentário sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Primeiro, eu não vou votar contra, mas acho que nós precisamos refletir sobre o precedente que nós estamos abrindo no dia de hoje. Nós estamos destinando recursos das loterias, que têm um papel complementar para as despesas gerais de previdência, de entidades que têm um cunho nacional, que têm abrangência em todo o território nacional, que atendem milhões de brasileiros – certo? –, para uma entidade que tem uma atuação localizada e específica.

Então, eu acho que, apesar de não votar contra, não vou votar contra, a gente precisa ficar atento a projetos dessa natureza, porque é muito particular, é muito específico e é um precedente. Daqui a pouco, eu vou querer trazer aqui, e outros Senadores vão querer trazer também, projetos específicos dos seus estados, das suas relações para poderem ser apreciados e ter recursos específicos de loteria.

Então, fica aqui o registro da minha preocupação em relação à aprovação dessa lei no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Flávio, com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, apesar de ter acabado a discussão – eu quero agradecer ao Senador Rogério –, essa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma associação que atende ao Brasil inteiro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, que todos os anos passa por uma luta para atender milhares, dezenas de milhares de pessoas com próteses, com tratamentos de reabilitação. É o equivalente ao instituto Sarah, sempre foram até parceiros ali, concorrentes, mas sempre um trabalho social, que atende as pessoas de graça, aquelas pessoas que não têm condições de serem atendidas, e que está à beira de fechar suas portas, porque a conta nunca fecha. O que tem sustentado, inclusive, essa ação, ao longo dos anos, são exatamente as emendas parlamentares. Dezenas de Parlamentares do Rio e de outros estados colocam suas emendas individuais parlamentares, uma parcela pequena, apenas para custeio das despesas anuais da ABBR. Inclusive, ela teve uma grande visibilidade exatamente no momento em que o Dr. Deusdeth, um grande ortopedista, negro, presidia aquela associação. Inclusive, é muito amigo do Senador Otto. Ele vai poder falar aqui da relação com o Dr. Deusdeth. É uma entidade séria e, obviamente, uma questão humanitária.

Por isso, eu peço o voto a favor nesse projeto, Presidente. Casos específicos nós vamos avaliar: qual caso precisa, qual caso não precisa, para onde está indo esse dinheiro, esse recurso. Hoje nós estamos tirando uma parcela irrisória desse montante para colocar na ABBR.

Portanto, eu acho que é um projeto muito meritório, sem dúvida alguma. Apesar de os Senadores que não são do Rio do Janeiro não conhecerem essa entidade, qualquer um que fizer uma pesquisa vai saber da seriedade e da grande importância que essa associação tem hoje para aqueles mais pobres no Rio de Janeiro.

Então, peço aí, Presidente, o voto "sim" dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A votação é nominal.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Relator votam "sim", os que não estiverem de acordo com o Relator votam "não".

Peço que abram o painel.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode-se votar pelo aplicativo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Podem, sim, votar por aplicativo. Registrou presença? Se registrou presença, pode votar. Como todos registraram presença, praticamente, estão todos aptos a votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não. Para abrir aqui, tem que ser pelo aplicativo.

Está aberto. Já podem votar, Senador Otto, Senador Flávio... (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vejo aqui que, nos itens 4 e 5, há pedidos de vista apresentados aos dois projetos: o PL 4.144, de 2019, e o PL 3.596, de 2019.

Em seguida, há um requerimento da minha autoria, convidando um representante da Price; o Moacir Reis, Diretor de Operações da Forte Minas; e o João Wanderley de Oliveira Junior, Diretor Comercial da Forte Minas, para a audiência pública que teremos das Lojas Americanas. Também foi incluído convite e encaminhado ao Sr. João Pedro, da Comissão de Valores Mobiliários.

Então, se esses dois projetos forem retirados de pauta, eu pediria a V. Exa. que colocasse também esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Certo.

Senador Otto, após essa votação, nós faremos inversão de pauta, a pedido de V. Exa. e a pedido do Senador Rogerio. Em seguida, voltaremos para a pauta, com os itens 4 e 5. Não foram feitos ainda pedidos de retirada dos itens 4 e 5, mas V. Exa. será atendido. (*Pausa.*)

Peço que abram o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – SIM, 13; NÃO, 1.

Nenhuma abstenção.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – NÃO, 1; e abstenção, zero.

A Comissão aprova o Projeto 3.071, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 91, §2º, do Regimento Interno.

Senador Flávio, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 8, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, aditamento do Req nº 4- CAE, para que sejam incluídas as seguintes pessoas abaixo: • Representante Price Waterhouse Coopers - PwC; • Sr. Moacir de Almeida Reis, Diretor de Operações da Forte Minas e • Sr. João Wanderley de Oliveira Junior, Diretor Comercial da Forte Minas

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 8, de 2023, da CAE.

Item 7...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a respeito desse item 7, o Senador Rogerio Marinho conversou há pouco, e há a indicação de se tirar a convocação para que seja um mero convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, foi uma prática que exerci, quando ocupei a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, nesses casos de convocação fazer convites. Lembro-me agora do período em que veio à tona, em 3 de outubro de 2021, pela imprensa, pelos jornalistas investigativos, a questão das empresas do então Ministro da Economia Paulo Guedes em paraíso fiscais, e do Presidente do Banco Central Campos Neto, também da mesma forma. Eles não foram informados na época, mas deveriam ter sidos informados, já que ocupavam cargos de tanta relevância, não é? Veio à tona, e foi feito encaminhamento pelos Senadores e Senadoras para que os convocássemos, e nós transformamos essa convocação em convite, o que não é nada novo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Terminei até aceitando que eles mandassem confidencialmente as razões de por que tinham esses investimentos em paraísos fiscais. Não me lembro mais onde eram, se eram nas Ilhas Cayman, alguma coisa assim... Eles mandaram as informações, que encaminhei a todos os membros desta Comissão. Analisei, inclusive, as razões que eles apresentaram, e eles não vieram nem a convite aqui. Ou seja, não é uma posição nova transformar convocação em convite nesta Comissão, para que aqueles que vierem possam se apresentar e mostrar...

Essa portaria da AGU foi do dia 10/12/2022, no fim do Governo Bolsonaro, na questão dos precatórios para pagamento de dívidas com a União. Portanto, foi no apagar das luzes. O Ministro Jorge Messias, que assumiu, cancelou essa portaria, e o Senador Rogerio Marinho encaminha para que ele apresente as suas razões de ter cancelado a portaria.

Portanto, eu concordo com que se tire a convocação e se faça o convite ao Ministro Jorge Messias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogerio, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, primeiro, agradeço aqui a compreensão e o acordo que nós firmamos anteriormente, que foi colocado de público aqui pelo Senador Otto.

Nós entendemos que há uma necessidade de ouvirmos o Ministro-Chefe da AGU não apenas pelo fato em si, mas pelo que ele significa, Senador Otto. Nós estamos dando uma sinalização enviesada ao mercado de que o que nós aprovamos aqui por ocasião da alteração da Constituição, que inclusive é autoaplicável, em que criamos um mercado de precatórios... Os empreendedores e os investidores que têm interesse de disputar os ativos da União... Estima-se aí que mais de R$30 bilhões em precatórios foram adquiridos. Nós temos leilões que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"bidados" do ano passado, que estão em curso em ativos importantes, que precisam ter investimentos para melhorar a qualidade do serviço para a população.

E a nossa preocupação é entender os motivos e principalmente verificarmos o prazo, porque os 120 dias dados me parecem excessivos. Nós precisamos entender aonde o Governo quer chegar, até porque, independentemente da posição do Ministro-Chefe da AGU, houve declarações aqui do Ministro Márcio França, que antecederam a própria portaria que revoga a anterior, muito fortes no sentido de ser contra os projetos que foram "bidados" em governos anteriores e foram feitos pelo Estado brasileiro – não foi por esse ou por aquele Presidente –, inclusive com o apoio desta Casa que votou a alteração constitucional que permitiu que os precatórios pudessem ser utilizados como moeda na obtenção de ativos.

Então, aceito aqui a ponderação do Senador Otto, agradeço a sua mediação e espero que o Senador Otto e os demais Líderes do Governo possam fazer chegar ao Ministro-Chefe da AGU, o Sr. Messias, o nosso convite para que ele possa vir aqui o mais breve possível.

Parece que, na próxima terça-feira, nós teremos uma agenda aqui com os representantes das Lojas Americanas, acho que a pedido do próprio Senador Otto. Então, queria verificar se pode ser na terça-feira da semana seguinte. Faço esse apelo aqui ao Senador já de antemão para verificar qual é o tempo, mas que seja o mais breve possível.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Na semana seguinte, só para comunicar a V. Exa., nós teremos aqui o Presidente do Banco Central para falar principalmente com relação aos juros.

Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente, primeiro, dizer que o mercado, nos últimos dias, está sob forte questionamento. Nós estamos vendo a crise das Lojas Americanas e, como essa, de outras lojas geridas por fundos, o que é a essência do mercado de capitais.

Nós estamos vendo um banco que, em tese, seria a segurança do sistema financeiro universal quebrando, o Credit Suisse. Nós vimos o Silicon Bank quebrando. Então, tem alguma coisa que o mercado não informa para a sociedade para a qual a gente precisa ficar atento, porque, na prática, aqueles que estão trabalhando, produzindo, gerando emprego, gerando riqueza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

efetivamente têm sido muito prejudicados e têm sido muito massacrados por taxas de juros elevadas – as mais altas do mundo. Nós temos visto um endividamento muito grande das famílias; nós não conseguimos reduzir taxas de juros do crédito rotativo do cartão de crédito, do cheque especial; e a gente sempre vê o mercado sendo esse deus oculto, que está acima do bem e do mal. E a gente tem visto que, ao fim e ao cabo, é o povo, é a sociedade que tem pago a conta do mercado. Foi assim no *subprime*, foi assim na quebra do Banco Nacional, está sendo assim agora com as Lojas Americanas, está sendo assim para os europeus com o Credit Suisse, com os correntistas. Então, a gente precisa fazer esse debate.

Eu acho fundamental que o Ministro da AGU venha para que a gente possa fazer esse debate e desmistificar, de uma vez por todas, determinadas medidas que foram adotadas que beneficiam e que favorecem sobremaneira esse tal mercado, que não tem ajudado, não tem transformado, só tem tirado da sociedade e não tem agregado à sociedade aquilo que a gente precisa: emprego, renda, desenvolvimento. E, neste caso em particular, isso atrapalha diretamente o nosso desenvolvimento, porque, ao invés de o Governo fazer arrecadação, o Governo vai pegar crédito que a gente sabe que tem uma regra de liquidação, e esse dinheiro não vem de imediato para os cofres do Estado. Então, é importante... E quem compra os créditos de precatórios sabe muito bem o que está comprando, por que está comprando. Não tem nenhum ingênuo nesse debate. Então, acho muito importante a vinda do Ministro da AGU aqui para a gente fazer esse debate com toda a profundidade que ele requer.

Obrigado, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, o Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero endossar aqui o requerimento do Senador Rogerio Marinho, que acho bastante oportuno. E esse tema dos precatórios realmente é complexo. A gente tem que lembrar que a dívida do Governo Federal tem que ser honrada, porque isso dá estabilidade, dá credibilidade ao país.

Presidente, quero só fazer aqui uma observação. Eu fiz um requerimento, que recebeu o nº 9, acabou não entrando na pauta, e nós estamos vendo aqui o Requerimento nº 10. Eu não quero atropelar nada aqui, mas pediria para esse Requerimento nº 9, então, ser incluído pelo menos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pauta da semana que vem, se tiver espaço para isso, ou, se for possível, se não tiver espaço semana que vem, para ser deliberado agora.

É um requerimento muito simples de solicitação de documentação. Foi nomeado o Presidente da Previ por indicação do Banco do Brasil, e isso gerou uma certa discussão no mercado no sentido de que a pessoa eventualmente não teria as qualificações – confesso que não sei se ela as tem ou não; talvez as tenha. Mas basicamente é um pedido relacionado aqui à atividade da CAE para a gente obter cópias dos documentos relativos à essa indicação e à aprovação do nome, algo, assim, bastante simples.

Não me importo que seja colocado na pauta da semana que vem, mas pediria, então, que fosse colocado, já que já fomos aí para o Requerimento 10.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Acho que na semana que vem cumpriria o Regimento. É um direito do Senador e acho que atende a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério, nossa próxima reunião não é deliberativa. Nós vamos ter aqui os ex-diretores, a convite de um requerimento apresentado pelo Senador Otto Alencar. Hoje inclusive houve a apresentação de outro requerimento, incluindo mais alguns convidados. Então, nós já temos aí uma reunião que deve se prolongar.

Mas, Senador Moro, tão logo aconteçam – passando a semana que vem, na outra é o Presidente do Banco Central – essas reuniões, nós incluiremos, logo após essas.

Eu quero aqui só pedir a compreensão de todos os Senadores e Senadoras membros desta Comissão. Nós estamos procurando colocar a pauta, fazer a pauta. Por isso, eu tenho ligado para os Senadores para ver se realmente estão prontos os relatórios, para que sejam colocados em pauta. Então, eu estou decidindo... O prazo que eu estipulei aqui, para que dê tempo para as assessorias verem melhor o relatório, é a quinta-feira. Até mesmo para não acontecer o que talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu, como V. Exa. falou – teve o Requerimento nº 10, teve o Requerimento nº 8. –, e que isso seja visto com certa atenção.

Isso não quer dizer que nós não teremos extrapauta. Lógico, o Regimento diz... Mas eu só estou dizendo a V. Exas. aqui que observem bem até quinta-feira, porque dá tempo de todos, inclusive os Senadores, acompanharem a pauta, o que está entrando, para que não sejam pegos de surpresa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu concordo em absoluto. Até peço escusas aqui, mas é que, na esteira do que foi colocado pelo Senador Rogério, existe hoje um cenário de certa intranquilidade no mercado, infelizmente por questões até internacionais, mas também questões locais. A esta preocupação me foi chamada a atenção pelo mercado, inclusive por operadores, por pessoas entendidas: a Previ administra o maior fundo da América Latina, mais de R$200 bilhões e, como eu disse – não sei se procedente ou não –, houve a indicação desse Sr. João Luiz Fukunaga, sobre cuja habilitação para este cargo há uma série de questionamentos.

No fundo, a ideia aqui é exatamente esclarecer o fato, sem qualquer espécie de preconceito.

Eu concordo totalmente que dá para deixar para depois, não tem problema. Mas é só essa questão de certa ansiedade e preocupação do mercado em relação à gestão do Previ, que é esse fundo tão importante para economia do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não só esse requerimento, mas os demais requerimentos que entrarem de convites feitos aqui para autoridades nesta Comissão nós colocaremos, sim, em votação.

O Senador Rogério concordou. Então, nós passaremos à leitura.

Requerimento nº 10, de 2023...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, primeiro, é um requerimento novo. Ele requer 48h, segundo o Regimento da própria Comissão, que seja apresentado com 48h de antecedência, caso em situação de urgência. Eu não vejo urgência nessa questão de uma indicação que é discricionária do Poder Executivo. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgência de um ato discricionário do Poder Executivo ter que ser pautada para pedir informações, não vejo isso como uma questão urgente. Temos aqui uma pequena divergência.

Por fim...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério, desculpe interrompê-lo, mas não é o requerimento do Senador Moro, nós estamos falando do requerimento sobre o qual foi feito um acordo do Senador Otto, que é o de nº 10.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem. Perfeito.

Eu quero só concluir, e concordando aqui com o Senador Moro em termos da necessidade de a gente fazer determinados debates, essa semana a gente viu que o Silicon Valley só quebrou porque foram e estavam ali dirigindo os melhores, os inquestionáveis diretores, os ases do mercado. E eles quebraram o Silicon Valley Bank. Então, a gente precisa dizer para o mercado que os bons estão gerando muita crise e eles são os principais responsáveis pela crise de credibilidade do próprio mercado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Inclusive das Lojas Americanas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sem querer atrapalhar, só uma questão aqui relevante.

Parece-me que o requerimento que o Senador Moro faz não é um requerimento de convite, não é um requerimento que vai impactar esta Comissão. Ele apenas pede documentos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pede informações.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Informações. Parece-me uma coisa assim absolutamente pouco impactante. Eu faço um apelo ao Senador Rogério, que está tão convencido, tão convicto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sem problemas.

Eu não tenho problema com isso. Isso é uma decisão do Presidente. Quem define se vai ou não excepcionalizar é o Presidente. Eu não tenho...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu faço um apelo a V. Exa. para que não obstacule esse requerimento, porque ele não está convidando ninguém. Acho que não vai ter nenhum problema aqui para que sejam apresentados os documentos que teoricamente são públicos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A informação que o João nos passa aqui é que requerimento de informação é feito à Mesa do Senado. Talvez deva ser o caso aqui de não ter sido colocado em pauta. O que se pode fazer na Comissão em relação a isso? (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Encaminha para a Mesa, Presidente. Aprova aqui o encaminhamento para a Mesa. Acho que isso já é pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu consulto os Senadores presentes aqui sobre esse item extrapauta, porque vai entrar como extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado, Fernando Haddad, informações acerca do processo de seleção e indicação do Senhor João Luiz Fukunaga, para assumir a presidência da Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S/A.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Observações: *Aprovado o encaminhamento à Mesa do Senado Federal.*

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovando para encaminhar à Mesa Diretora...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Aprovado o requerimento para encaminhamento da CAE à Mesa do Senado Federal.

Vamos voltar ao item... (*Pausa.*)

O item 7 da pauta.

Conforme acordo e conforme bem lembrado pelo Senador Otto Alencar, eu tive o prazer de ser Vice-Presidente aqui nesta Comissão durante os dois últimos anos, e aqui, por hábito – não é, Senador? –, a gente nunca teve convocação. Então, como houve o acordo...

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 10, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a convocação do Exmo. Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a edição da Portaria Normativa AGU nº 83, de 14 de março de 2023, que revoga a Portaria Normativa AGU nº 73, de 12 de dezembro de 2022, que regulamentava os procedimentos a serem adotados para a utilização de precatórios em pagamentos para órgãos e entidades públicas federais.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Requer o convite do Ilmo. Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento nº 10, de 2023, convertido em convite. O requerimento de convocação foi convertido, por acordo, em convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4, terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4144, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e o art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para permitir que os contribuintes optantes pelo desconto simplificado possam deduzir do imposto de renda as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e eleva o limite de dedução dessas doações para seis por cento quando realizadas na Declaração de Ajuste Anual.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CDH, com quatro emendas apresentadas.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável, com emenda nº 1-CDH

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Alessandro Vieira, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

Em discussão... Encerro por ali, está muito apressado... (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Pois não.

É só para um esclarecimento, Sr. Presidente: nós teremos votação nominal nessa matéria, que é terminativa?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim, é terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Então indago a V. Exa. se não é mais oportuno fazer a leitura em um momento de sessão com quórum mais amplo, porque nós já temos um certo esvaziamento. É um projeto meritório do nosso colega Luis Carlos Heinze, e seria importante ter a possibilidade de votação. Queria ter avaliação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Alessandro, os Senadores podem votar pelo aplicativo, não é? Quem registrou presença pode votar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Perfeito. Então, vamos à leitura.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mas, sem V. Exa. concordar, eu creio que praticamente todos os Senadores aí já estavam até acostumados a votar pelo aplicativo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – E para a gente não perder esse tempo, esse espaço.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Vamos lá, então.

Então, passo à leitura, Sr. Presidente.

O PL 4.144, de 2019, é composto por cinco artigos e possui dois objetivos. O primeiro é permitir que as doações realizadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente por contribuintes optantes pelo desconto simplificado na declaração de Imposto de Renda possam ser dedutíveis do imposto sobre a renda devido. Atualmente essa dedução é vedada por força da alínea "a" do inciso II do § 2º do art. 260-A do ECA. O segundo objetivo é a ampliação do teto dedutível (art. 3º do PL), que passaria de 3% para 6% do imposto apurado na declaração das pessoas físicas.

Esse segundo objetivo, Sr. Presidente, apenas registro, já foi alcançado pela aprovação desta CAE do PL 1.789, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns, que está pendente de aprovação na Câmara dos Deputados.

Passo à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria apresentada refere-se à concessão de incentivos fiscais relativos ao Imposto de Renda, cuja competência para disciplinar é da União, a teor do inciso III do art. 153 da Constituição da República Federativa do Brasil. Desse modo, lei federal pode regular o assunto.

No que se refere à iniciativa, quanto aos aspectos formais, não encontramos nenhum tipo de vício na proposta apresentada.

O sistema normativo em vigor não permite que as deduções aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam deduzidas do imposto devido pelos optantes pelo desconto simplificado na DAA.

É relevante destacar que há duas formas de reduzir o montante do Imposto de Renda: primeiro, a dedução de valores da base tributável – como as despesas com educação – ou a dedução do imposto devido – a exemplo das contribuições para os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. A primeira é o modo legal de reduzir a receita tributada, e a segunda é a redução direta do tributo a pagar.

No caso dos contribuintes que optam pelo desconto simplificado, o que se impede é a utilização das deduções da base tributável, pois o desconto único já substitui estas (art. 10 da Lei 9.250, de 1995). Diferentemente o art. 260-A do ECA trata da dedução do imposto devido. Dessa maneira, não há sentido em modificar o art. 10 da Lei 9.250, de 1995, para permitir algo que a referida lei não veda.

A impossibilidade de dedução do imposto devido consta somente e expressamente na alínea "a" do inciso II do §2º art. 260-A do ECA. Assim, o objetivo pretendido pelo autor da proposição, nosso colega Senador Heinze, pode ser alcançado com a simples revogação da citada alínea. Por isso, deve ser excluído o art. 2º do PL e ajustada a redação da ementa. Entretanto, para evitar interpretações restritivas pelo órgão fazendário, optamos por incluir também novo inciso ao art. 260-A da Lei 8.069, de 1990, para deixar expresso que os contribuintes optantes pelo desconto simplificado também poderão utilizar essa dedução.

Há outra falha no art. 5º do PL, que não observou a técnica legislativa adequada, pois não indicou o inciso a que pertencem as alíneas.

Em razão desses equívocos, foram propostas as emendas anexas.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, não há qualquer reparo, haja vista ser necessário conferir tratamento isonômico às doações realizadas no curso do ano calendário e daquelas efetivadas no exercício de apresentação da DAA. Ademais, é necessário corrigir a distorção legislativa que impede a desconto do imposto devido pelos optantes pelo desconto simplificado.

A forma como a dedução poderá ser realizada aumenta os valores destinados às instituições que cuidam de crianças e adolescentes, pois o contribuinte, no instante em que realiza a doação, já terá conhecimento do montante do imposto efetivamente devido. É como se o cidadão retirasse o dinheiro que seria destinado à Receita Federal e o destinasse diretamente aos projetos específicos que podem receber esse incentivo. É uma medida democrática, visto que o indivíduo escolhe diretamente onde deseja que seu tributo seja aplicado.

Ademais, o benefício social gerado pela medida será muito mais relevante do que a eventual diminuição de recursos da União, pois o projeto prevê a manutenção dos limites globais atualmente em vigor para o abatimento do imposto.

É plenamente justificada a alteração legislativa para que sejam garantidas a isonomia e a adequada destinação de recursos imprescindíveis ao atendimento de parcela tão carente da população.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação com as emendas que seguem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço vista do projeto para uma análise mais apurada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedida.

Próximo item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3596, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redação dada pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para incluir as despesas com cursos de graduação e pós-graduação no rol das isenções das contribuições previdenciárias das empresas.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CAS.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável, com a Emenda nº 1 - CAS*

Concedo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a matéria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço licença à Comissão para ir diretamente à análise.

Compete à CAE examinar o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, de acordo com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à constitucionalidade, não encontramos óbices.

Compete à União, privativamente, legislar sobre direito do trabalho e seguridade social, conforme os incisos I e XIII do art. 22 da Constituição Federal. No campo da competência concorrente, a União, os Estados e o Distrito Federal legislam sobre previdência social, sendo que a União se limita a estabelecer normas gerais, segundo o inciso XII e o §1º do art. 24 da CF.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional, dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme determina a Constituição no *caput* do art. 48.

No tocante à juridicidade, não verificamos problemas.

Quanto ao mérito, a proposição merece ser aprovada. O autor pretende incentivar o investimento na educação, em qualquer nível, do trabalhador brasileiro, harmonizando com o disposto no inciso II do §2º do art. 458 da CLT. Nele, retira-se a natureza salarial de quaisquer valores despendidos pelo empregador em prol da educação de seu empregado, neles incluídos a matrícula, as mensalidades e os materiais didáticos. A CLT, portanto, visa a estimular o empregador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a investir na formação profissional do trabalhador, o que gera retornos para a empresa e para o próprio empregado, que se torna mais valorizado pelo mercado de trabalho.

Julgamos que o parecer da CAS corrigiu uma séria distorção. Nele, a Emenda nº 1-CAS apresentada restabelece o texto dos itens 1 e 2 da alínea "t" do §9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991.

Não se deve suprimir o item 1 porque os valores relativos à educação superior do empregado não podem substituir a sua remuneração. Trata-se de mecanismo que preserva direito do trabalhador de não ter o seu salário substituído por utilidade que, em última instância, se reverte em benefício do tomador dos serviços.

Quanto ao item 2, é importante manter a proibição de que o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, ultrapasse 5% da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição, o que for maior. Trata-se aqui de barreira que garante que o empregador não se utilizará de mecanismos tendentes a reduzir drasticamente o salário do empregado e, consequentemente, a base de cálculo de seus benefícios previdenciários.

Assim, as restrições supracitadas devem ser mantidas no texto legal. Elas constituem relevantes mecanismos que garantem vida digna ao trabalhador, ressaltando os valores sociais do trabalho, conforme o inciso IV do art. 1º da Constituição Federal.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do projeto, com a Emenda 1-CAS.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar o Senador Alessandro e também a iniciativa do Senador Wellington Fagundes, que comparece agora à nossa reunião da CAE, mas eu peço vista para apreciação da matéria com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedida vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 2ª Reunião, realizada no dia 14 de março de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Não existindo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Angelo Coronel e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Efraim Filho, Fernando Dueire, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Augusta Brito, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Dr. Samuel Araújo, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Irajá, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2023 - CAE, de autoria Senador Otto Alencar (PSD/BA), REQ 6/2023 - CAE, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 8/2023 - CAE, de autoria Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Finalidade:** Informações sobre a dívida no balanço das Lojas Americanas. **Participantes:** Sr. Leonardo Coelho Pereira, CEO das Americanas; Sr. Sergio Agapito Lires Rial, Ex-CEO das Americanas; Sr. Moacir de Almeida Reis, Diretor de Operações da Forte Minas; Sr. João Pedro Barroso do Nascimento, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira, Presidente da FEBRABAN; e Sr. João Wanderlay de Oliveira Junior, Diretor Comercial Forte Minas. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Angelo Coronel
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/28

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de março de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de obter informações sobre a dívida no balanço das Lojas Americanas, em atenção ao Requerimento nº 4, de 2023, de nossa autoria, na CAE, com autoria dos Senadores que o subscreveram: Senador Sergio Moro e Senador Esperidião Amin.

Informo, para melhor condução dos trabalhos, que esta reunião será dividida em três partes. Na primeira parte, a participação da mesa será composta pelos Sr. Leonardo Coelho Pereira, das Lojas Americanas, e também pelo Sr. Sergio Rial, diretor das Lojas Americanas.

Na segunda, serão ouvidos o Sr. Moacir de Almeida Reis, Diretor de Operações da Forte Minas, que já está presente, e o Sr. João Wanderley de Oliveira Junior, Diretor Comercial da Forte Minas.

Na terceira parte falarão o Sr. Isaac Sidney Ferreira, Presidente da Febraban, e também o Sr. João Pedro Barroso do Nascimento, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Eu queria agradecer aqui ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Tradicionalmente, o autor do requerimento da audiência pública preside a sessão. Eu agradeço a concessão feita pelo Senador Vanderlan Cardoso. Quanto eu era Presidente, fazia da mesma forma. Agradeço ao Vice-Presidente Angelo Coronel e aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aqui estão.

Lamento... Eu queria que o João Pedro me trouxesse o nome do representante da Price, que não compareceu. Não compareceram também, pelo convite, o Sr. Miguel Gutierrez, que foi diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por 20 anos da empresa – pela informação que nós temos, ele hoje reside na Espanha –, e nenhum dos outros diretores das Lojas Americanas que estavam no período em que foi detectada, encontrada essa situação de ordem financeira das Lojas Americanas. Eu lamento isso. A Comissão não tem poder de convocar, de acordo com o Regimento, mas no caso da Price, do Sr. Marcio Cruz Meirelles, e também da empresa de auditoria, é um sintoma, talvez seja um atestado de que errou na auditoria de uma empresa tão importante, que empregava tantas pessoas, responsável pela situação de crise de tantos acionistas com os quais eu fiz contato – alguns deles perderam tudo –, até porque as ações imediatamente caíram 82% no Ibovespa. Eles teriam que explicar, porque isso, sem dúvida nenhuma, mexe com a vida de todas as pessoas que aplicavam os recursos, perderam todas as aplicações, tiveram um prejuízo muito grande, e, consequentemente, precisam da reparação.

No dia 11 de janeiro deste ano, foi levada ao conhecimento do mercado a situação falimentar das Lojas Americanas; no dia 19, entraram com o pedido de recuperação judicial, que foi concedido; e, depois, teve uma ação do Banco BTG Pactual numa tentativa de resolver a questão, que foi negada pela Justiça; e nós estamos vivendo este momento ainda de grandes incertezas.

Nós fizemos contato com os diretores atuais da empresa, e eles se dispuseram a comparecer a esta audiência pública.

Eu peço para que sejam conduzidos aqui ao plenário o Sr. Leonardo Pereira e o Sr. Sergio Rial, mas quero registrar a negativa de comparecer da empresa Price – porque, certamente, fazendo um juízo de valor no sentido de que, se auditava e levou a um prejuízo, a um rombo de R$48 bilhões e teve fraude, a Price está envolvida na fraude – na figura do Sr. Marcio Cruz Meirelles.

Eu lamento isso porque a auditoria independente deveria ver essa situação, tanto que nós tomamos a iniciativa – que não foi só minha – e já redigimos um projeto que apresentei ontem, um projeto que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras podem melhorar, podem acrescentar emendas, um projeto endurecendo a legislação se, por acaso, venham a acontecer fatos parecidos com o das Lojas Americanas.

Eu encaminhei esse projeto ontem, e os Senadores já têm esse projeto, que está disponibilizado para todos. Inclusive, no §4º, Senador Eduardo Braga, Senador Oriovisto, Senador Angelo Coronel, Senador Vanderlan, e todos os Senadores que estão aqui, consta que os auditores independentes poderão sofrer sanções administrativas ou penais – e isso remete para o Código Penal –, caso seja constatada negligência ou imperícia no exercício da suas funções, no caso dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditores independentes, porque auditar uma empresa e deixar chegar a essa situação de só tomar conhecimento depois de um rombo de R$48 bilhões, essa empresa não merece, sinceramente, confiança de quem deseja ter uma auditoria independente correta no âmbito das suas empresas.

Portanto, eu vou passar a palavra, inicialmente, ao Sr. Sergio Rial e agradecer-lhe – é um prazer e obrigado por ter comparecido –, para que ele possa fazer, por dez minutos, uma explanação a respeito da situação atual das Lojas Americanas.

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL (Para expor.) – Bom... Funcionando? (*Pausa.*)

Funcionando.

Então, muito bom dia.

Presidente, eu gostaria de agradecer o convite. Tão logo o meu nome havia sido mencionado, eu prontamente confirmei a minha presença. E gostaria realmente de aproveitar esta oportunidade para poder esclarecer tudo aquilo que vi, ouvi durante os nove dias que presidi a empresa, do dia 2 de janeiro ao dia 11 de janeiro, quando eu apresento a minha renúncia, e também das reuniões que tive ao longo do segundo semestre de 2022, dentro do processo de ambientação que normalmente acontece na transição de qualquer presidente.

Sou Sergio Rial, tenho uma trajetória longa no Brasil e fora do Brasil na área financeira e no agronegócio. Então, são 40 anos de trabalho, trabalho esse pautado pela técnica e pela forma correta de fazer as coisas.

Entrando no tema Americanas propriamente dito, no início de 2022, eu recebo uma primeira ligação de um dos acionistas de referência perguntando ou pelo menos indagando da possibilidade de eu poder entreter a ideia de fazer parte de algum dos conselhos das empresas em que eles são investidores. Essa conversa evolui... Eu não tenho e não tinha agenda ou possibilidade de tempo, ao longo de 2022, de assumir novos compromissos. Eu estava completamente tomado em termos de responsabilidades administrativas junto a diversos conselhos. Essa conversa, então, evolui para o que era o processo de sucessão da presidência das Americanas. O Presidente Miguel Gutierrez esteve na empresa por 30 anos e, como Presidente Executivo, até onde eu fui capaz de ver, por 20 anos presidindo a empresa, uma pessoa com muita experiência no varejo e, obviamente, diretamente ligado à própria construção da empresa nas últimas décadas. Passo por um processo normal que acontece em qualquer tipo de governança, sou entrevistado, etc., e, no dia 19 de agosto, anuncia-se, então, a minha ida para as Americanas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia 1º de janeiro. E por que janeiro e não antes? Porque eu não poderia fazê-lo antes pelos compromissos que eu, naquele momento, tinha entre agosto e dezembro.

Como forma de eu poder me ambientar e ter entendimento de uma operação extremamente complexa... Para ter uma ideia, a Americanas, no ano de 2022, na realidade, reúne a fusão de duas empresas, a empresa chamada B2W e a empresa tradicional Lojas Americanas, ou seja, a Americanas era um modelo e é um modelo que eu chamaria de híbrido: ela tem uma plataforma digital e tem lojas físicas tradicionais de varejo. Essa combinação é uma combinação única, pois ou você tem, normalmente, uma empresa quase voltada para plataforma puramente digital ou você tem lojas físicas. E ela – não é a única – tinha claramente o modelo híbrido. E o que me interessava era o processo de transformação dessa empresa, uma das grandes empresas do país, 40 mil pessoas, um faturamento superior a 50 bilhões, nas mãos de acionistas de reputação inquestionável, quando se olha a história dos três grandes acionistas de referência, em 2022. E essa história começa comigo me ambientando ao longo de setembro a dezembro. E o que claramente fica é que o Presidente anterior, com vasta experiência, como já mencionei, não fez a sua sucessão.

Então o primeiro ponto é: não aconteceu a sucessão como havia sido imaginado por ele, quer dizer, uma pessoa de fora estaria chegando. O segundo ponto, que é natural: uma preocupação muito grande de que não houvesse dualidade de liderança. Eu falei: "Não, eu assumo, dia 2 de janeiro". Como comunicado dado no dia 19 de agosto, ele permaneceu Presidente-Executivo até 31 de dezembro. E o terceiro: uma pessoa com características de CEO, com vasta experiência, tendo estado na empresa há tanto tempo, centralizador, no sentido de que as informações eram muito bem controladas, se pode dizer, por ele, juntamente com a sua diretoria.

Eu consigo... Ao longo de setembro a dezembro, eu tenho 21 reuniões, reuniões essas cujo meu objetivo era entender uma série de desafios que eu estaria assumindo em janeiro. "Que desafios são esses, Sergio?". Eles sofreram um ataque cibernético no primeiro trimestre de 2022, um dos maiores ataques cibernéticos, que paralisou a empresa durante muito tempo. Então era muito importante entender a qualidade da plataforma tecnológica. Eu tinha que entender como funcionaria uma logística de um mundo digital e de um mundo físico. Uma coisa é vender um chocolate numa loja, outra coisa é vender o chocolate através da internet. Como é que isso funcionava?

Então, visitei um centro logístico, um único centro logístico em Seropédica, no Rio de Janeiro; visitei lojas – não muitas – com o ex-Presidente da empresa, o Sr. Miguel Gutierrez; investi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos reflexões no que é a operação financeira da Americanas, que é a AME, como ela pode se desenvolver nos próximos anos; tentei auxiliar o hortifrúti, que foi uma operação de supermercado. Na sua cadeia de carnes – eu sou uma pessoa que esteve muito tempo no agronegócio –, então, tentei ajudar a pensar de maneira a melhorar a origem da categoria carnes, mas nunca, nunca, de maneira em que eu pudesse prospectivamente entender o tamanho do desafio, principalmente financeiro, que eu estaria encontrando. E parte dessa explicação se dá por esse entendimento ou racionalização. De novo, retrospectivamente tudo fica mais fácil. Vivendo o momento, você racionaliza da forma em que há uma sucessão em que o ex-Presidente naturalmente não teria conduzido.

Chego na última semana de dezembro de 2022, muito interessado em saber o que seria o fechamento do ano – o Natal é uma data importante para o ano de uma operação de varejo – e até o dia 26 de dezembro não se sabia prospectivamente o que seriam os resultados das Americanas para 2022. Na realidade, não sabemos até hoje. Na realidade, o quarto trimestre até agora não foi publicado.

E eu, obviamente, estava tentando entender o que seria esse ano, que seria a base para poder projetar um orçamento para 2023. Há uma reunião organizada pelo ex-Presidente, em que ele pede que eu não participe do fechamento desse ano. Pouco comum essa atitude. Não participo. Estou na empresa nos últimos dias do ano de 2022, como uma espécie também de despedida dele.

No dia 27, surpreendentemente, ele convoca uma reunião com o Presidente do Conselho, eu não havia sido convidado, mas, depois, o Presidente do Conselho julga importante que eu, como futuro presidente, estivesse presente nessa reunião, uma reunião que eu chamaria de legado, onde ele apresenta a sua história e, entre outras coisas, as oportunidades e desafios da empresa sob o ponto de vista financeiro para os próximos anos.

É uma apresentação extremamente densa, com muitos eslaides, e o que é importante dessa apresentação é que ela dá a dimensão de que a fusão da B2W com as Lojas Americanas torna-a muito mais eficiente, e que, dado o crescimento do negócio digital, 70% das vendas das Americanas eram na plataforma digital. Então, dado o crescimento das vendas digitais, ficou muito difícil só ter financiamento com fornecedores e os bancos entram na estrutura de financiamento da empresa. Se o banco entra, é dívida bancária.

Assumo a empresa dia 2 de janeiro, estou agora em 2023, e, quando eu assumo dia 2 de janeiro, eu tenho a precaução de trazer comigo um novo diretor financeiro. Então, eu levo comigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um diretor financeiro novo que também assume a gestão, a administração da empresa a partir do dia 2 de janeiro, o Sr. André Covre, que foi, durante muitos anos, Diretor Financeiro do Grupo Ultra. Eu não havia trabalhado com ele antes e ele assume comigo, ele a Direção Financeira e eu a Presidência Executiva, no dia 2. E, por conta dessa apresentação, eu peço a um dos diretores que explicasse a ele em detalhes essa apresentação do dia 27, que me pareceu extremamente densa, principalmente na parte tributária.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Acelerarei então.

No dia 3, um dos diretores sinaliza para mim a necessidade de conversar comigo porque eu não havia entendido corretamente a apresentação do dia 27. Não demonstrei nenhum tipo de preocupação naquele primeiro momento e, no dia 4, quarta-feira, dia 4 de janeiro, na parte da manhã, dois diretores então me fazem saber, revelam-me que aquilo que era dívida bancária, que havia sido apresentado no dia 27, não estava devidamente contabilizado na rubrica bancos, no balanço. Ou seja, a dívida bancária da empresa que, no terceiro trimestre, era R$19 bilhões – o número que eu vi nessa apresentação era o número de 15,9 –, a dívida bancária dessa empresa se torna de R$35 bilhões, R$ 36 bilhões, com um patrimônio líquido de 16. A partir daquele momento, eu tenho absoluta consciência de que a empresa tinha uma estrutura patrimonial de insolvência.

Posso continuar, Presidente?

Obviamente que a situação e a revelação são graves e completamente diferentes daquilo que eu havia imaginado. Eu fui e abracei um processo de transformação de uma das grandes empresas de varejo. Na parte da tarde, na mesma quarta-feira, dia 4, eu me preocupo que aquilo que me foi revelado seja também revelado ao ex-Diretor Financeiro da empresa que começou comigo no dia 2, e assim é feito. Os próprios diretores revelam a mesma informação que me foi revelada, então, na quarta-feira de manhã, ao ex-Diretor Financeiro. Um choque. Ele reage extremamente atônito, para dizer um adjetivo, e ele sugere que até quinta-feira, ou seja, dia 5 de janeiro, apresente-se um balancete de novembro demonstrando corretamente como seria principalmente a conta fornecedor, porque, até então, o que não ficou claro para nós era: se aquilo era dívida bancária e não havia sido reportada na rubrica bancos, onde estava? Onde estavam os R$15,9 bilhões que não haviam sido reportados corretamente como dívida bancária? E esse passa a ser, obviamente, o nosso trabalho de diligência, para que a gente pudesse, minimamente, ter os elementos para poder cumprir a lei. O que é cumprir a lei? Informar o mercado de tamanha gravidade em termos patrimoniais da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não poderia sair com um fato relevante histérico. Eu tinha que ter, no mínimo, o mínimo de diligência, juntamente com o meu ex-Diretor Financeiro, de forma que, quando saíssemos, saíssemos com certeza daquilo que era possível, de novo, em sete dias.

Aquilo é revelado no dia 4; o fato relevante sai no dia 11, sem qualquer vazamento da informação – o que era outra coisa que me preocupava, que tudo isso acontecesse dentro da mais absoluta confidencialidade. No dia 5 de janeiro, quinta-feira, o balancete é preparado; no dia 6, eu peço que eu não comente... Eu informo ao conselho no dia 4, quando me é revelado, como qualquer governança assim o manda, e, na sexta-feira, dia 6, eu peço que os mesmos diretores, agora em posse do balancete de novembro, expliquem o que fizeram ao Presidente do Conselho e a um dos acionistas da empresa e conselheiro, o Sr. Alberto Sicupira. Isso acontece na sexta-feira, dia 6, com o balancete na tela, e eles explicando o que depois se demonstram ser as inconsistências contábeis, que eram todos aqueles lançamentos que deveriam ter ido em outras contas contábeis, dentro da estrutura patrimonial ou da estrutura de contas e perdas, que eram lançadas como contas redutoras da conta fornecedor.

E por que isso, Senadores e Senadoras? Porque, quando você avalia o risco de uma empresa, como o banco, você normalmente, principalmente em varejo, adiciona a dívida bancária mais a conta fornecedor. Se a conta fornecedor está camuflada, o número total da dívida é estruturalmente menor. Portanto, você manda um sinal de melhor estrutura patrimonial do que efetivamente acontecia.

Isso é explicado ao Presidente do Conselho. Em detalhe, eu aí faço perguntas que me vão ser feitas: quem mandou fazer? Por que isso foi feito? O que motiva tamanha incongruência e tamanha gravidade do problema? Na segunda, dia 9, me reúno, então, com o comitê de auditoria da empresa, do Conselho, juntamente com o ex-Diretor Financeiro, para informar daquilo que nós havíamos escutado, aquilo que tinha sido revelado. Da mesma forma, absolutamente surpresos.

É importante lembrar que o risco sacado nada mais foi do que um instrumento através do qual essa dívida bancária acontecia. Risco sacado é um instrumento absolutamente comum em operações, mas, dada a natureza dele, transacional e recorrente, ficou mais fácil fazê-lo através do risco sacado; caso contrário, com uma dívida que tem início e fim, fica muito mais difícil você poder, contabilmente, fazer de outra forma. Podemos explorar isso um pouco mais à frente.

O comitê de auditoria ficou surpreso, e aí eu também convoco o auditor externo para apresentar à Price Waterhouse, quando eu digo à sócia: "Olha, isso me chega; gostaria da sua reação, da sua...". Também ficou completamente surpresa – para não dizer chocada. Sugiro a ela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, que converse com a equipe na terça-feira, no dia 10. Ela conversa com a equipe, a equipe contábil mais retraída. Já nesse momento, as coisas já não saíam com uma certa fluência.

Aqui é muito importante. Do dia 4 ao dia 11, eu não recebi algo no papel, eu não recebi algo como fosse um mapa. Eu extraía, a conta-gotas, as informações dia após dia, de maneira incessante com o ex-Diretor Financeiro. Não havia uma pré-disposição: "Deixe-me explicar tudo o que aconteceu, deixe-me explicar tudo como aconteceu e por que aconteceu". Nada disso, nada disso. O que eu sabia é que a empresa tinha muito mais dívida bancária do que havia reportado. E o que eu não sabia é como conseguiram fazer isso durante tanto tempo e por quê.

Nisso a Price tem a primeira reunião, então, com a equipe no dia 10 de janeiro, na parte da manhã, e volta claramente preocupada: existe um fato relevante, existe algo sério, mas não conseguia ver a possibilidade de mencionarmos um número – ou seja, o que depois se tornam os R$20 bilhões de inconsistências contábeis.

No dia 11 de janeiro, quarta-feira de manhã, o dia do fato relevante – eu termino com o dia do fato relevante –, eu reúno a equipe das Americanas, reúno a contadora – que até então eu não havia conhecido; ela havia interagido mais com o ex-Diretor Financeiro – e, nesse momento, eu deixo muito claro que nós iríamos comunicar e, para isso, eu precisava de alguns elementos concretos. O primeiro: se essa dívida bancária é real, vamos ao sistema do Banco Central chamado SCR e verificar se está lá. Nós verificamos; nesse caso não fui eu, mas o ex-Diretor Financeiro com um dos executivos da empresa, e a dívida estava lá. Segundo ponto: se é dívida bancária, ela tem nome e sobrenome; vamos criar a lista dos credores dessa nova dívida bancária; isso é dado. E terceiro e último: eu preciso que o ex-Diretor Financeiro veja, no mínimo, algo do livro de razão, como essas inconsistências, esses lançamentos contábeis se davam, e ele teve acesso à parte, na medida do que foi possível. Com isso, eu me senti, juntamente com o ex-Diretor Financeiro, confortável em sair com o fato relevante, mencionar o número. E, de novo, em retrospectiva, a não menção do número poderia ter sido muito pior. Nós tomamos a decisão de mencionar "na ordem de" – obviamente, não havia uma precisão técnica, mas na ordem de R$20 bilhões, e assim foi feito. Nesse dia, eu apresento a minha renúncia, juntamente com o ex-Diretor Financeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero agradecer ao Dr. Sergio Rial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Dr. Leonardo Pereira. Posteriormente à fala dele, vamos abrir aqui para que os Senadores possam formular as devidas perguntas.

O Dr. Leonardo Pereira, que hoje é o Diretor. O Dr. Sergio deixou no dia 11 a direção, diante da exposição que ele fez, e assumiu agora o Dr. Leonardo Pereira, a quem eu passo a palavra.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia!

Eu quero agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui falando um pouco sobre as Americanas após o evento.

Eu chego às Americanas no dia 15 de fevereiro com uma experiência de restruturação praticamente nos meus últimos 15 anos. Então, entendendo bem como funciona uma empresa em crise, entendendo bem quais são as métricas que precisam ser gerenciadas nesse momento e tentando fazer, a partir do dia 15 de fevereiro, o melhor desenho possível para que, independentemente da crise que se estabeleceu, que houvesse um plano exequível focado para a manutenção dos 40 mil empregos que a Americanas tem e desenvolve, para a manutenção da capacidade de pagamento de impostos, para a manutenção do impacto social que a Americanas tem para além do impacto econômico, e, principalmente, para conduzir, deixar a Americanas naquele formato que ela sempre teve, como sendo uma empresa capaz de gerar o primeiro emprego, capaz de gerar o primeiro consumo para milhares e milhares de brasileiros.

A responsabilidade, obviamente, é grande; são milhares de acionistas, como o Sergio Rial colocou, uma dívida bastante grande, não é? Mas o fundamental é: existe uma possibilidade de recuperação desse ativo. Esse ativo é resiliente, esse ativo formado por 40 mil pessoas é um ativo que aguentou muita malcriação nesses últimos 30, 45 dias; e continua gerando emprego, continua gerando resultado, continua gerando faturamento.

Tem muita coisa a fazer, e a gente tem endereçado isso de três formas. A primeira forma é relacionada à investigação. Naquilo que se refere à investigação, o meu trabalho, após 15 de fevereiro, é basicamente entender o que virá como resultado da investigação que está sendo conduzida pelo comitê independente, e, a partir daí, montar um plano para se dar respostas tanto do ponto de vista de processo, quanto do ponto de vista de qualquer malversação que tenha havido, para correr atrás de quem quer que seja.

Segundo ponto que é mais importante é um trabalho que já começou. A gente apresentou o plano de recuperação judicial agora, mais ou menos dez dias atrás. É um plano, comparado aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais planos de varejo brasileiro, muito melhor. Não está na sua versão final, a gente ainda tem muita coisa para discutir, mas ele é um plano que já foi construído com várias mãos. Ele é um plano que já teve a capacidade de reunir credores tanto financeiros, quanto credores fornecedores na concepção dos seus parâmetros mais amplos, tá?

Com a recuperação judicial, o que a Americanas se propõe é ajustar exatamente aquele desbalanço que aconteceu nos seus demonstrativos financeiros, em especial no seu balanço de pagamento. Então, o que se faz na recuperação judicial é basicamente reequacionar o montante de dívidas que a empresa consegue pagar, *vis-à-vis* a sua capacidade de geração de caixa.

Nesse contexto, eu mencionei que o plano da Americanas é melhor do que a média do varejo, e a razão para eu mencionar dessa forma é porque ele partiu, logo do seu começo, já com uma estrutura de liquidez de mais ou menos R$1 bilhão num primeiro momento, com mais duas possíveis *tranches* de R$500 milhões que ajudam, têm ajudado a Americanas a passar por essa fase mais crítica. Os senhores e as senhoras devem imaginar que, nesse processo todo, a bancabilidade, a capacidade da empresa de continuar fazendo dívidas foi zerada; não existe mais capacidade de levantar recursos pelo sistema financeiro na situação em que a Americanas está hoje.

Então, o que a gente montou nesse plano foi, com esse aporte comprometido pelo acionista de referência, uma estratégia para continuar operando, para continuar fazendo com que a Americanas possa manter as suas lojas, manter o seu quadro de colaboradores. Nós não fizemos nenhuma demissão que não sejam as demissões comuns do dia a dia. Não teve nenhuma demissão em massa, não teve nenhum encerramento de lojas em massa. O que tem é a cabeça muito focada em achar formas de recuperar o valor desse ativo.

Dentro do plano de recuperação judicial, eu acho que é importante mencionar quatro grandes fatores. Primeiro, ele imagina um aporte de R$10 bilhões pelos acionistas... E aqui eu coloco acionistas não me referenciando exclusivamente aos acionistas de referência, porque até por uma questão de legislação, de regramento, é importante deixar essa possibilidade aberta para todo e qualquer acionista das Americanas que queira seguir no mesmo ritmo de aporte de capital. A segunda parte desse primeiro bloco diz respeito à venda de ativos. As Americanas têm ativos importantes, ativos interessantes, como hortifrúti, por exemplo, que são ativos que faziam sentido naquele contexto das Americanas do passado. Não faz mais sentido nesse contexto das Americanas hoje, em recuperação judicial. O ativo continua bom. O ativo hortifrúti continua bom, assim como o ativo Americanas, mas, dentro de uma recuperação judicial, dentro de um processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de restruturação, é importante você estar leve, com a capacidade de agir rápido. Por isso, esses recursos também foram aportados dentro do conceito do plano de recuperação judicial, para que possam chegar aos seus credores no final do dia.

O segundo bloco diz respeito aos credores fornecedores. Aqui a gente pode dividir em quatro categorias. Primeira, uma tentativa da empresa de retirar do processo de recuperação judicial classe um e classe quatro. Classe um são os credores trabalhistas; classe quatro, os credores micro e pequena empresa. Esse processo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor tem noção da quantidade de fornecedores?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Nós temos mais ou menos 4 mil trabalhistas nesse bloco. Grosseiramente, dos 9,5 mil credores do plano de recuperação judicial, nessas duas classes são 4,5 mil – mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tenho informação de que são 16,3 mil credores e fornecedores.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – No quadro geral de credores, a gente tinha nove mil trezentos e alguma coisa. Podemos checar os números na sequência.

Mas o mais importante para mim aqui é mencionar a responsabilidade social da empresa. O que a gente tentou fazer no plano de recuperação judicial foi retirar exatamente aqueles credores menores, credores que são muito machucados com esse processo.

O segundo aparte dentro desse bloco de credores e fornecedores foi garantir para aqueles credores que não são pequenas e microempresas, mas que têm uma dívida pequena, relativamente pequena... Estamos falando de dívidas de até R$12 mil ou credores que tenham dívidas superiores a essa, mas que desejem dar a sua quitação por até R$12 mil. Por exemplo: eu sou um credor, tenho R$15 mil contra as Americanas e resolvo encerrar a minha briga com as Americanas recebendo os R$12 mil, isso é possível no plano. Esses R$12 mil são pagos de maneira praticamente à vista, em 30 dias, após a homologação do plano de recuperação judicial, e representa um segundo elemento de compromisso das Americanas em diminuir o impacto sobre seus credores.

Dentro desse segundo bloco ainda de credores e fornecedores, existem credores colaboradores, que também vão receber sem desconto nenhum na sua dívida. Obviamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existem condições. O fundamental para uma empresa de varejo é ter a habilidade, a capacidade de continuar comprando. Então, fornecedores de revenda são basicamente aqueles que a gente olha dentro dessa classe de fornecedores colaboradores e tenta trazê-los para dentro do concurso, para dentro da recuperação judicial, como possíveis facilitadores de uma aprovação.

E o último grande bloco que a gente tem dentro de credores fornecedores são os credores que não serão colaboradores. São credores por qualquer razão – por desejo deles, impossibilidade de balanço, às vezes impossibilidade das matrizes lá fora. Não vão poder assumir as condições necessárias para um credor colaborador, que são basicamente manter preço, manter prazo de entrega, manter quantidades e condições comerciais vistas, no ano de 2022, com as Americanas. Então, esses credores que não têm essa capacidade ficam nesse último bloco. Esse, sim – esse último bloco –, tem um deságio de 50%. E a ele ainda é pago em 48 meses.

O terceiro grande bloco são os credores financeiros. E, dentro dos credores financeiros, nós temos credores que querem sair relativamente rápido – e aí entram no mecanismo chamado leilão reverso, com um desconto mínimo de 70%, que é basicamente para aqueles credores que realmente querem a liquidez agora, querem encerrar suas oposições dentro da Americanas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Leonardo, mas isso é um efeito cascata. Está quebrando os caras de baixo também.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Não, não. Senador, com todo...

O volume de financeiro são R$36 bilhões, quanto, em cabeça, os credores financeiros são menos de 200 – menos de 200. Eu diria menos de cem, para...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E o recebível quanto é da Americanas hoje?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Tem muita informação aqui, Senador, que, por ser uma empresa de capital aberto, eu não vou poder dividir dessa forma. Mas o que eu posso...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas vocês vêm escondendo isso há muito tempo.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Não, ninguém está escondendo...

Senador, é muito importante... Agradeço a sua intervenção, porque acho que esse é um ponto extremamente relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mencionei aqui que, desde o dia 15 de fevereiro, nós estamos lá na Americanas buscando uma saída que signifique o menor custo para todos os envolvidos. E esse plano de recuperação judicial que está apresentado hoje, comparativamente a qualquer outro plano de recuperação judicial do varejo, já é melhor do que qualquer outro, porque ele traz, já na partida, aquele 1 bilhão de capital, de dinheiro, já na partida, com mais 1 bilhão de possibilidade de integralização.

Quando a gente fala nos eventos que acontecem depois do dia 15 de fevereiro, tudo o que tem sido feito – e eu garanto para os senhores isto – é para fazer com que essa empresa, pagadora de impostos, geradora de primeiros empregos para vários brasileiros, geradora de 40 mil empregos diretos, geradora de mais centenas de milhares de empregos indiretos, continue operando.

O meu catálogo de reestruturador seria muito mais difícil se não houvesse esse aporte na partida. O plano que foi apresentado só foi possível por causa daquele primeiro bloco que eu mencionei, que são R$12 bilhões de novo dinheiro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... porque o Dr. Sergio denunciou isso.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Eu chego no dia 15 de fevereiro – e eu vou repetir isto mais uma vez –, eu chego no dia 15 de fevereiro com a responsabilidade de ajustar a situação das Americanas. Eu mencionei aqui, logo na partida, Senador, que um dos pontos relevantes do meu trabalho é receber o resultado das investigações. Eu não vou... Eu vou tratar o que as investigações trouxerem. Eu não faço parte do comitê independente, nem tenho que fazer, não é atribuição da empresa fazer. Basicamente o meu trabalho é garantir que tudo aquilo que for identificado será tratado e resolvido e não afetará a capacidade da empresa de continuar gerando resultado e gerando valor.

E só para terminar, eu acho que é importante mencionar que, dentro da categoria dos credores financeiros, a primeira parte é esse leilão reverso, a segunda parte permite a conversão exatamente dos grandes credores financeiros, das suas dívidas, em capital na empresa, uma conversão de dívida mais ou menos de 10 bilhões também, portanto aí ajustando bastante a situação do desbalanço que a gente tinha naquelas posições. E aí vem uma última parte para aqueles credores que não quiseram converter, não aceitaram leilão reverso: eles entram numa estrutura de dívidas subordinada.

Então, de uma forma geral...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Elas estão com o BTG Pactual?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – O BTG é um credor do processo de recuperação judicial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eles foram para a Justiça, não é?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Tem vários credores... E é natural, o processo de recuperação judicial não ocorre sem a movimentação do devedor e dos credores na Justiça. Ele é um processo, especialmente num caso como esse, bastante complexo. Então, não existe uma saída simples para um problema complexo. Se existisse, ela seria falha. Então, esse plano é um plano relativamente complexo para um problema bastante complexo, e obviamente que credores, nesse processo, nesse jogo, tentam se ajustar também sob a ótica jurídica para ganhar alavancagem. É normal, faz parte do processo de recuperação judicial, e é um direito que é facultado aos credores, assim como é um direito facultado ao devedor apresentar o seu plano de recuperação judicial e se colocar à disposição para renegociar, na máxima capacidade do seu repagamento, e é isso que a gente tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, eu quero agradecer ao Dr. Leonardo, mas, antes das perguntas dos Srs. Senadores e Senadoras, eu vou fazer uma alteração, coisa rápida, mas esse depoimento é muito importante com a presença de ambos aqui.

Eu conversei com alguns acionistas e fornecedores e queria agradecer aos diretores da Forte Minas, sobretudo na figura do Dr. Moacir, mineiro. Antes das perguntas, eu pediria ao Dr. Moacir que apenas relatasse o ocorrido com a empresa do senhor em poucos minutos, aqui à frente, enquanto os dois diretores estão conosco. Basta o Dr. Moacir.

Dr. Moacir, o senhor tem condições de fazer um relato de cinco a dez minutos do que aconteceu com a sua empresa, até para ter uma noção das dificuldades do outro lado, daqueles que...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Mas vai quebrar um monte de empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ô, Omar, tenha paciência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Dr. Moacir é quem mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Moacir é Diretor da Forte Minas.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Forte Minas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor faça um relato sucinto, de dez minutos, do que aconteceu com o senhor.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS (Para expor.) – O.k.

Bom dia a todos.

A Forte Minas é uma empresa de logística. Nós começamos um contrato com a Direct, do grupo da Americanas, para fazer entregas para eles na região do Centro-Oeste de Minas. E com a qualidade do serviço nós fomos desenvolvendo um bom trabalho, uma boa *performance* de entrega e, a pedido da própria gerência de logística da Direct e Americanas, nós fomos ampliando o estado, abrindo outras filiais, e abrangemos todo o Estado de Minas Gerais, com 28 filiais, 800 agregados fazendo as entregas, que são terceiros, microempresas com contrato com a nossa empresa, a Forte Minas, e 350 funcionários. E, nesse período, ganhamos vários prêmios de qualidade e a própria Direct também nos convidou a abraçar o Espírito Santo.

Então, nós fomos sempre investindo em uma estrutura para atender à demanda de entrega deles, que era *e-commerce*, no pacotinho, e que, depois, virou também a linha branca, que era o pesado – geladeiras, micro-ondas, máquinas de lavar. Com isso, a empresa foi sempre investindo na nossa... Todo o nosso ganho – e a margem do transporte é muito pequena – nós fomos reinvestindo. A cada abertura de filial, os padrões, a estrutura eram os mesmos. Então, todas as informações fluíam da mesma condição, e isso nos diferenciava no mercado.

Ficamos uns três anos sem conseguir corrigir a nossa tabela. Então, nós, em fevereiro de 2019, reivindicamos um reajuste, que nos foi concedido, um reajuste de 13% na época. Nós pleiteamos mais pelos custos. Assinamos novo contrato, novas tabelas, mandamos tudo e, quando se passou um mês, quando achamos que todo o serviço já viria com uma planilha aplicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o reajuste, nós tivemos um deságio de 8% na tabela anterior. Então, aquilo foi um caos para nós financeiramente, que já estávamos com os preços curtos.

Naquele momento, muitos perguntam: "Por que vocês não entregaram o serviço naquele momento?". É que a gente cria uma estrutura tão grande que era impossível parar. Então, mesmo diminuindo mais ainda a sua margem, você tenta manter o negócio e impulsiona um comercial para tentar agregar outros clientes com o mesmo perfil de carga, para poder suportar aquela queda. Era inviável a gente falar: "Vamos parar aqui". E a nossa responsabilidade em cima de tantas filiais abertas, todas com custos de aluguéis, com tantos funcionários ali? Era impossível parar. E fomos trabalhando nesse período todo.

Com o convite de abrirmos o Espírito Santo, também foi desenhado para a gente que seria uma boa oportunidade. A gente sempre abria as filiais, abria aquela região que eles ofertavam baseado nos números que eles tinham de entregas naquela região. Assim, a gente planilhava e conseguia encampar a região. E, no Espírito Santo, nós assumimos praticamente a estrutura física da Direct, que foi todo o galpão, todos os funcionários deles nós assumimos em cima de tudo aquilo que nos foi passado sobre a relevância dos números que iriam compor a nossa receita para pagarmos aquela estrutura. E, a bem da verdade, aqueles números não aconteceram também na mesma condição.

Então, isso foi desgastando a empresa, desgastando o nosso caixa e, no decorrer de 2020, nós já próximos à *black* – e, na *black*, a tensão é muito grande, porque há a captação de novos prestadores de serviço para conseguir colocar toda a carga na rua –, eu pleiteei junto ao nosso contato na gerência de logística que nós precisávamos reduzir o nosso prazo. E abro parênteses aí: quando eu iniciei o contrato com a Direct, eram 15 dias de prestação de serviço faturados com 30 dias; depois, virou faturados com 45 dias; depois, virou faturados com 60 dias. Então, isso só ia estrangulando o nosso fluxo de caixa, além, como eu já citei aqui, da redução da tabela.

Eu, então, próximos à preparação da *black* de 2020, quando eu pleiteei que eles poderiam tentar, pelo menos, reduzir esse prazo de entrega nesse período da *black*, para a gente ter fôlego na captação de novos carros para entrega, eles nos apresentaram a opção de fazer um desconto das nossas faturas junto ao banco indicado por eles, e, obviamente, esse desconto tinha um deságio ainda. Então, quer dizer, em cima de tudo que já estava apertado para eu poder ter o capital na mão e bancar aquele período, eu tinha ainda que me sujeitar a esse deságio se eu quisesse ter esse capital. Nós acabamos pegando a oportunidade desse deságio só por umas três quinzenas de faturamento para podermos superar esse movimento da *black*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passou esse período da *black*, passou o Natal, em janeiro de 2021, na primeira semana de janeiro, nós marcamos uma reunião com eles para poder explanar toda a situação da empresa, que ela estava estrangulada devido à tabela reduzida, aos prazos longos... E, nesse momento também, o mercado já falava... A empresa tinha um potencial muito grande – 28 filiais em Minas, quatro filiais no Espírito Santo, uma filial em São Paulo – e o mercado já falava que o Mercado Livre tinha intenção na compra da nossa empresa. Mas, quando nós assinamos um contrato novo para ir para o Espírito Santo, foi exigência, por parte da Direct, colocar uma cláusula de preferência de compra caso, um dia, a gente viesse a querer vender. Então, eu falei: "Eticamente, nós temos que nos sentar com a Direct e expor isso para ela, que existe essa intenção de um concorrente direto dela nos comprar, e, como ela tem essa preferência, vamos expor isso a ela". Para nossa surpresa, essa colocação foi muito bem aceita. Eles falaram: "Não, nós temos interesse. Nós temos essa opção, nós temos interesse em adquirir".

E começou-se, então, a tratar.. Eu sou da área operacional e o João é o nosso diretor comercial. Ele começou a tratar dessa negociação da possível venda da Forte Minas para o grupo. Eles ainda questionaram o preço, porque eles eram os maiores tomadores dos nossos serviços. A empresa passou por um processo de *valuation* em outubro de 2020. Então, nós já tínhamos uma avaliação da empresa, que nós apresentamos a eles. E, assim, começou essa negociação, tanto por *e-mails* como por WhatsApp, para se chegar a um valor – isso, da primeira semana de janeiro até o dia 29 de janeiro de 2021, quando, apesar de todos os *e-mails* trocados, tendentes a essa negociação de compra, eles nos dão um telefonema às 21h da noite, no dia 29, uma sexta-feira, comunicando que no dia seguinte não iria mais carga para nenhuma das nossas filiais.

Então, interrompeu de repente, sem um aviso prévio. Foi um tumulto geral. Todos os caminhões da Direct que chegavam às nossas filiais todas as manhãs com cargas para entregar, para que nós pudéssemos movimentá-las, chegavam vazios. Os funcionários agregados olhavam o caminhão vazio e falavam: "Cadê a carga?". O motorista só comunicava: "Nós viemos recolher". Vocês não imaginam o caos que foi ter que administrar trinta e tantas filiais ao total, com pessoas desesperadas. Carreteiros autônomos que estavam com cargas nossas em rotas de entregas de viagem recebiam telefonemas dos colegas falando: "Não entrega não, porque a empresa quebrou. Segura isso, porque vai ser a sua maneira de ter algum ganho".

Tudo parou para nós de repente. No dia 30, eu já teria um recebimento. Normalmente, os nossos recebimentos eram no dia 30 ou no dia 15. Já não tivemos esse recebimento. Todos os nossos recebíveis eles não pagaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO WANDERLAY DE OLIVEIRA JUNIOR – Só um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode ir, pode ir. Pode seguir.

O SR. JOÃO WANDERLAY DE OLIVEIRA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – A gente recebia quinzenal com 60 dias.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Quinzenal com 60 dias.

O SR. JOÃO WANDERLAY DE OLIVEIRA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – No dia em que nós estivemos lá em São Paulo com a diretoria e eles se propuseram à compra da Forte Minas, eles pararam no dia... Na semana seguinte eles pararam de pagar todos os nossos recebíveis.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – É. Então, assim...

O SR. JOÃO WANDERLAY DE OLIVEIRA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – O que eles fizeram? Eles tiraram a nossa carga e pararam de pagar os recebíveis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio, por favor (*Fora do microfone*.)

Agradeço.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Essa interrupção sem um aviso... Porque o aviso prévio está aí para a gente poder reestruturar e ir modelando a empresa. Eu tinha outros clientes, clientes de nome. Eu fazia também entrega para a Fiat Automóveis nas concessionárias. Então, a gente tinha uma estrutura. Só que, sendo que ela detinha 90% da minha receita, receber um corte desses, de imediato, foi incontrolável. Hoje nós não estamos nem citados como fornecedores na recuperação judicial, porque na versão dela, ela entende que, em relação aos valores de recebimentos que eu teria, de serviços prestados, extraviou-se mais carga do que esse valor, mas essas cargas foram extraviadas pela falta de um aviso, pela falta de um planejamento nesse encerramento, já que eles decidiram não comprar e encerrar o contrato. Deveriam ter pelo menos nos pagado os recebimentos normais e dado os avisos. E um detalhe: o seguro é por conta dela. Então, se hoje existem essas mercadorias todas soltas, uma apropriação indébita, que ela acione a seguradora para poder correr atrás.

Então, isso aí literalmente quebrou a nossa empresa, e ficou inviável dar continuidade. Tentamos por mais uns dois ou três meses, mas sem capital nenhum para tocar transferências e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregas de todo o Estado de Minas Gerais. É o estado com o maior número de municípios, então ficou inviável conduzir e administrar a empresa. A opção foi a paralisação do serviço, e estamos com um passivo hoje nas alturas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quanto é o passivo?

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Nosso passivo trabalhista hoje está em torno de uns R$6 milhões a R$7 milhões, e mais ainda o dos prestadores de serviço, também, que deve estar mais ou menos em R$5 milhões a R$6 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o Mercado Livre se interessou mais por sua empresa?

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Não. A empresa desestruturou-se. No mês seguinte, as minhas filiais todas ficaram sem carga, sem movimento, sem funcionário. Até mobiliário nosso foi saqueado. E ficamos sem condição nenhuma de controlar. Isso causou, três meses depois, um infarto em mim. E o meu sócio da área administrativa e financeira está com síndrome de pânico e tentou suicídio algumas vezes.

Está lamentável a desestruturação que houve em todas as famílias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero agradecer ao senhor e quero passar a palavra aos Senadores para que façam as perguntas.

Senador Eduardo Braga, pela ordem.

Inscritos: o Senador Angelo Coronel; o Senador Carlos Portinho, por via remota, me parece; o Senador Rogério Marinho; a Senadora Tereza Leitão; o Senador Eduardo Gomes; o Senador Wilder...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só pediria que cada um utilizasse um tempo mínimo, porque nós temos duas pessoas para ver, o Presidente da CVM e o Diretor da Febraban.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Senador Otto Alencar, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. Quero cumprimentar também o Presidente da CAE, o Senador Vanderlan, e o Senador Angelo Coronel pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso registrar que esta audiência pública é o primeiro fato público de prestação de contas sobre a maior fraude corporativa de que se tem notícia no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo com V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... de uma empresa que foi fundada em 1929; portanto, há 93 anos. Como foi dito aqui, gerava 40 mil empregos, faturava R$50 bilhões, que tem como acionistas referência pessoas que têm credibilidade e que, portanto, tinham não só fé pública como a esperança de muitas pessoas que acreditavam na corporação, que acreditavam no empreendimento e que colocavam, como foi dito aqui pelo seu Moacir, as suas esperanças de vida, de trabalho e de poder realizar seus sonhos.

E, aí, começa um grande pesadelo, porque, quanto a essa fraude corporativa – e aí me perdoe, Sr. Leonardo, eu compreendo que existem questões que precisam ter o sigilo e o respeito –, agora, há uma questão de opinião pública e uma questão de reputação que precisa ser explicada. E não dá para deixar de responder a certas questões.

Portanto, primeiro, cumprimento o Dr. Rial, que, em sete dias, descobriu uma fraude de R$48 bilhões, que ficou escondida aos olhos de quem tem reputação de governança em inúmeras empresas mundo afora, não é apenas na Americanas ou na BW2 ou na Ambev ou na InBev, mas em inúmeras empresas. E uma reputação elogiada na governança pelo sucesso dos acionistas de referência exatamente por isso. Portanto, essas explicações, Dr. Leonardo, a empresa precisa dar porque o que está em jogo para o futuro das Lojas Americanas é o resgate da confiança e da credibilidade. É preciso esclarecer as razões de uma fraude gigantesca, criminosa, porque ela é gigantesca e criminosa. Um aporte de um R$1 bilhão, na minha opinião, Dr. Leonardo, é pouco. E mais, os acionistas referência deveriam depositar em juízo o valor equivalente aos micro e pequenos credores e pedir em juízo que fossem liberados esses recursos. Este é um erro gravíssimos dos acionistas referência porque o que está aqui em jogo é a reputação – é a reputação. Esclarecer fatos é fundamental.

Algumas questões aqui colocadas que são eminentemente técnicas precisam ser explicadas porque pequenos acionistas que, pela credibilidade da empresa, pela credibilidade dos acionistas referência, acreditaram as suas poupanças nas ações dessa empresa. Precisam entender: o que é risco sacado? Nós precisamos traduzir essa expressão "risco sacado". Porque, afinal de contas, como o senhor mesmo disse, Dr. Rial: de repente, do que estava no balanço como uma dívida de R$15 bilhões aos bancos, se descobriu, da noite para o dia, que não eram R$15 bilhões, eram R$39

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões; e que a dívida a fornecedores estava sonegada; e que, entre aspas "numa manipulação de risco sacado" se escondia. E mais: como é que a Price – que fazia há quanto tempo mesmo a auditagem das Americanas? – não conseguiu identificar aquilo que o Dr. Rial em cinco dias, em 48 horas identificou. E pelo que ele disse, sem muitos instrumentos, apenas perguntando: "Olha, me explica aqui aquele eslaide que apresentaram na reunião do conselho".

Então, eu estou aqui fazendo alguns comentários porque acho que além de assegurar que não haverá mais prejuízos além dos que já aconteceram... Porque os pequenos fornecedores não são como o BTG, como o Bradesco, como os bancos que poderão ter seus prejuízos, mas sobreviverão ao problema financeiro. Mas aqui, como o Moacir... E olha, com todo respeito, Moacir, eu sei o que significa um sofrimento como esse para uma empresa do seu porte, mas existem pequenas empresas – como ele estava dizendo – que têm R$12 mil reais para receber. E esses R$12 mil reais para essas empresas é a diferença entre ter arroz e feijão na mesa deles. Você era uma empresa com 30 filiais, era uma empresa grande; agora, existem 4 mil – foi isso que você disse? – micro e pequenos fornecedores que estão na lista de credores. Não é isso? São 4 mil micro e pequenos...

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Trabalhistas, micro e pequenos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Trabalhistas... Pelo que eu entendi, os trabalhistas foram pagos.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Eu ia esperar o senhor terminar para comentar, mas, rapidamente, trabalhistas e micro e pequenos empresários a companhia começou a pagar, baseado em um pedido dela própria. A companhia levantou a mão e falou: "Classe 1, que é o trabalhista, e classe 4, que é micro e pequeno empresa, nós vamos tirar da recuperação judicial e vamos pagar agora". Tivemos a aprovação para fazer isso – o Ministério Público deu, o juiz também concedeu – e começamos a fazer os pagamentos no mesmo momento, só que veio o recurso de um banco pedindo para que se suspendessem os pagamentos. Então, a gente fez mais ou menos R$120 milhões em pagamentos para esses credores de R$240 milhões. Cumprimos 50% quando veio a ação que suspendeu o nosso direito de tirar esses credores de dentro da recuperação judicial e pagá-los à vista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O que eu gostaria de dizer é o seguinte: nada impede que a empresa deposite por dentro da recuperação judicial e recorra dessa liminar, para que possa honrá-los. Veja, a opinião pública, a credibilidade... Essas pessoas não podem esperar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Isso está sendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não podem esperar.

E mais: é preciso que se garanta – e aqui quero encerrar – que essa empresa possa ser recuperada. Que os acionistas referência – e é isto que a sociedade brasileira espera – possam garantir para a nação brasileira que essa empresa, que é uma empresa praticamente centenária, possa passar por essa experiência, esclarecer, punir os culpados com a severidade necessária da lei, que tudo fique esclarecido e que as pessoas não sofram os prejuízos que já sofreram de forma irreparável. E mais: que não aconteça que os trabalhadores percam seus empregos e que as empresas desempreguem outros tantos. Portanto, que essa fraude corporativa possa sair desse processo com uma espécie de recuperação de credibilidade e de cura de um processo lamentavelmente escandaloso que provocou graves e profundas feridas em milhares e milhares e milhares e milhares de pessoas, que estão sem respostas.

Em 11 dias, houve uma posição muito firme por parte do Dr. Rial, que tomou posições elogiáveis. Eu quero aqui dizer que a posição que o senhor adotou é absolutamente transparente e elogiável, mas, de lá para cá, é preciso que... Eu acho que a transparência com relação a essas ações e a esses números é o grande questionamento.

E, com relação à conduta futura, é preciso ter posições que possam tranquilizar. O que todos queremos é que possam ter posições que assegurem pelos acionistas referência e pela própria empresa a continuidade da empresa para a manutenção dos empregos, para o pagamento dos fornecedores e para a retomada, obviamente, das funções, sem que aqueles que não têm culpa nenhuma estejam pagando por uma culpa que não foi provocada por eles, como é o caso da empresa Forte Minas, que aqui representa os fornecedores que não tiveram nenhuma culpa com relação ao que aconteceu.

Era isso.

Cumprimento-o mais uma vez, inclusive pelo projeto apresentado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero agradecer ao Senador Eduardo Braga.

Só uma pergunta: a auditoria continua com a Price? Porque, na nossa opinião, pelos levantamentos que nós fizemos, a Price fez uma maquiagem na contabilidade. Perdoe-me o termo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais duro, mas foi uma auditoria de uma empresa bandida nesse caso, que maquiou toda a contabilidade das Lojas Americanas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem em cima disso. Eu não vou poder ficar mais, e não ter a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não! Depois do Senador Angelo Coronel.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Até porque o *compliance*, sei lá o que eles falam aí, não pode responder.

Mas eu posso aqui alertar... Eu queria saber, acionistas que estão nos ouvindo aqui: tem como tomar cuidado com a empresa Price, que está fazendo essa auditoria? Porque, se ela maquiou ou deixou maquiar as empresas americanas, em relação às outras para as quais elas faziam auditoria do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil tem que tomar providência. E nós temos que ser mais rigorosos com esse tipo de atitude de algumas empresas. Já sofri isso... Até porque a Price trabalha para governo de estado... Não tem só a Price, eu não vou citar as outras porque eu não tenho absolutamente prova nenhuma sobre maquiagem. Em relação à Price, nós temos nas Americanas.

Então, vocês que são acionistas da Ambev, de empresas que estão na bolsa de valores – eu não tenho ação na bolsa de valores, em empresa nenhuma, mas para quem tem –, hoje, se preocupariam, eu me preocuparia muito se, por trás da empresa de que eu tenho ações, e eu não tenho, estivesse a Price como auditora. Então, isso é uma questão que é séria porque o efeito cascata, Sr. Leonardo, é sério – é sério. Empresas como a Samsung, por exemplo, que tem 1 bilhão para receber de vocês, aguentam, porque é uma multinacional. Empresas pequenas, como o Moacir estava falando aqui, e médias empresas, essas não aguentam, até porque você não pode me dizer quais são os recebíveis, para a gente fazer uma conta rápida. Agora, me cheira muito mal, Eduardo. Sabe por quê? Aonde esse dinheiro foi? Esse dinheiro teve rumo certo. Sabe para onde? Para alguém, depois que houve desvalorização do capital, vir e comprar tudo e ficar com mais ações ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meu Senador Omar, muito obrigado.

O senhor queria fazer alguma consideração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que eu fiz ao senhor é se a Price continua, porque, se a Price continua, vai continuar a maquiagem da contabilidade. Então, se a empresa quer consertar, contrata outra empresa para fazer auditoria. Não existe, sem dúvida nenhuma, uma complacência e uma articulação interna das Americanas com a Price para continuar o mesmo processo.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Não, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se vocês não mudarem, vocês estão dando aqui um recibo: "Eu quero continuar com a empresa que maquiou a contabilidade", que é uma empresa bandida, a Price.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Srs. Senadores, eu acho que é importante explicar esse processo aqui com um pouquinho mais de cautela.

Quando um comitê independente é instaurado para fazer as investigações, ato contínuo, ele coloca profissionais investigando exatamente tudo aquilo que aconteceu. Eles precisam de um tempo para chegar às conclusões. Por mais que a leitura pareça indicar, com transparência, fraude, eles precisam terminar. Talvez seja essa a conclusão, mas eles precisam terminar o trabalho.

Eu não quero aqui e não posso aqui... De novo, porque eu estou à frente de uma empresa a partir de 15 de fevereiro, de uma S.A. de capital aberto, com 40 mil funcionários, eu não posso me colocar em posição de julgar. Isso tem gente fazendo.

Sobre a sua pergunta, na parte financeira o que tem acontecido é: a Price continua fazendo trabalhos operacionais e tem uma ferramenta chamada... Uma auditoria sombra, que está na Deloitte hoje, fazendo....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sombra?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – É, fazendo toda a parte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então está explicado: sombra. (*Risos.*)

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – É o nome de mercado.

Mas fazendo toda a parte de validação desses números. Então, hoje nós temos duas auditorias fazendo a validação dos números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: todo o departamento financeiro, que foi refeito, foi remodelado – então, a diretoria financeira –, todos os seus diretores financeiros também entraram depois dos eventos e estão refazendo todos os balanços, todos os lançamentos contábeis, para garantir que não haja mais erros. A gente não tem mais a capacidade de errar. A Americanas, depois da recuperação judicial, não pode errar mais, tá?

E uma das coisas que eu não posso errar na partida é assumir o resultado da investigação sem esse resultado ter sido me dado. O que eu posso fazer e já estou fazendo é ajustar as condições de operação dessa companhia, seja do ponto de vista do balanço, seja do ponto de vista de operação mesmo. A gente tem um plano de transformação bastante amplo lá dentro que vai no desenho de uma nova Americanas, mas para garantir que a gente continue sendo aquela empresa que, quando você não sabe o que você quer comprar e quer ter uma ideia, você vai lá e a visita, porque no portfólio dela tem tudo dentro. Se você sabe o que você vai comprar, mas não sabe aonde você vai, você também vai à Americanas, porque o portfólio dela lhe permite achar que lá vai ter.

E, do nosso lado – só para terminar –, a revisão é completa. Então, dentro desse plano de transformação, uma das categorias que a gente também está analisando é a nossa relação com todos os fornecedores. Nós não estamos falando aqui, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, de um desenho de recuperação judicial que vai exclusivamente tratar do tema financeiro. Não é isso. Nós estamos remodelando uma empresa para que ela continue, de fato, operando na plenitude da sua capacidade. E, ao fazer isso, eu tenho que fazer um corte, e o meu corte é: eu me preocupo com tudo aquilo que acontece a partir de 15 de fevereiro e tenho que esperar os resultados das investigações. É simples assim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu queria fazer aqui um comentário.

É que existem prazos legais, e, quanto a esses prazos legais, a Price não está acima da lei, ela está submetida à lei. E a Americanas também não está acima da lei. Ela precisa cumprir os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazos legais: tem prazo para apresentação de balanço, tem prazo para apresentação das informações para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta é, na minha opinião, uma das maiores fraudes corporativas do mundo e não pode ser tratada como pouca coisa. Não é uma coisa simples. E eu espero sinceramente, Presidente, que as Americanas possam dar a resposta à altura do tamanho da fraude e que a resposta seja também à altura dos acionistas referência, porque afinal de contas são milhares e milhares e milhares de pessoas que trabalham, e milhares e milhares de pessoas que forneceram e acreditaram nas Americanas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Eduardo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Senador Otto, pela ordem, aqui, só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Angelo Coronel, para...

Há inscrição, Senador, peço desculpas a V. Exa.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Só para contribuir com o nosso Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque ele já está inscrito.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou passar para o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o nosso Presidente da reunião, Senador Otto; Sr. Rial; Sr. Pereira; Sr. Moacir.

Eu vou começar aqui, com uma síntese, perguntando primeiro ao Sr. Moacir.

O senhor, quando abriu a Forte Minas, foi a pedido das Americanas e também houve a promessa de que o senhor seria *ad aeternum* cliente das Lojas Americanas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS (Para expor.) – Não, nós iniciamos a Forte Minas em 2015, já atendendo ao Centro-Oeste de Minas e, em 2016, nós iniciamos o primeiro contrato com a Direct do grupo Americanas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Certo.

Então, o senhor disse que foi levado a fazer desconto de recebíveis, que é uma prática normal do mercado. Eu tenho certeza de que, talvez a maioria das empresas brasileiras, quando fatura, é gerada uma duplicata, chega ao banco e há o desconto desses recebíveis; é prática do mercado. O senhor aqui falou fazendo quase uma crítica de que foi levado a fazer o desconto desses recebíveis.

Você não acha que ter um cliente único na sua empresa é muito temerário, muito perigoso?

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Concordo. A gente sabe disso, empresariamente a gente sabe que eu não devo colocar todos os ovos numa cesta só, mas nós iniciamos, como eu disse, no Centro-Oeste, e, logo que veio esse contrato e a partir daí – veio a pedido das Americanas –, abre-se no sul de Minas, porque nós estávamos prestando uma boa qualidade de serviço. Você abre no sul de Minas, com aqueles números de volumetria que tem para aquela região e estrutura. A partir daí, você vai agregar outros clientes naquela região.

Foi passando; abre-se no norte de Minas, abre-se no Triângulo Mineiro, abre-se na Zona da Mata... Então, você vai crescendo a pedido desse cliente...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas tem um contrato de fornecimento firmado entre as Americanas e a sua empresa?

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Tem um contrato...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dá a garantia do serviço?

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – O contrato de fornecimento de todas as entregas daquela região.

Agora, tem um contrato de que falei também. É criado um contrato e no contrato tem uma cláusula de aviso-prévio, porque o aviso serve justamente para você se reestruturar em cima de uma demanda que você cresceu para atender aquela volumetria. Eu saí de galpões térreos que eram para poder fazer entrega de celulares, para galpões de plataforma, porque a pedido foi nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocado. Nessa parte do galpão de plataforma, a linha branca foi uma imposição, porque nós já estávamos com a estrutura montada e foi uma imposição de que o fornecedor deveria absorver toda a linha branca que não seria...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vocês foram contratados, e esse contrato levou a fazer esse investimento em galpão...

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Correto.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... atendendo a distribuição?

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Fomos crescendo para esse atendimento.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, porque o senhor sabe que, na relação entre cliente e fornecedor, é natural você estar hoje, e amanhã a empresa achar: "Eu não quero mais seu serviço". Você não é obrigado a ficar eternamente como fornecedor de uma empresa.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Sim, mas, se ela tivesse seguido o contrato e me dado o aviso-prévio, a gente conseguiria controlar.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Certo.

Eu vou, agora, partir para o Sr. Rial e o Sr. Pereira.

Rial, Pereira, toda sociedade anônima tem uma diretoria que geralmente é nomeada pelos acionistas majoritários, pelos controladores. Quem foi que assinou o seu contrato para ser diretor, CEO da Americanas, e também o Pereira?

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL (Para expor.) – Senador, no meu caso, em governança normal, o conselho, ou seja, o conselho faz as respectivas entrevistas através do seu comitê de pessoas, e o contrato é efetivamente assinado pelo Diretor de Recursos Humanos da empresa, supervisionado pelo comitê de pessoas do conselho, ou seja, conselho da empresa, no caso de presidência.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Presidente do conselho foi quem o nomeou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Quem me nomeia é o conselho da empresa, ou seja, o Presidente do conselho com os demais conselheiros da empresa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E quem era o Presidente do conselho à época?

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Eduardo Saggioro. Permanece sendo o mesmo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acionista?

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Não... Não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando, ao passar pouco mais de dez dias, você solicitou a sua saída da direção da empresa, você chegou a discutir a sua saída antes com quem o convidou para fazer parte da empresa?

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Eu fiquei exatamente, sob o ponto de vista estatutário, nove dias. E claramente, quando tudo, quando me é revelado, no dia 4, como mencionado, eu deixo claro que, após a apuração, eu renunciaria no fato relevante no dia 11. Isso é informado ao conselho no dia 11, quando se dá o fato relevante.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E você comunicou ao conselho que encontrou esse suposto rombo de R$20 bilhões?

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Comunico. A resposta é absolutamente sim. Começo através dos respectivos comitês, o Comitê de Auditoria sendo o mais próximo às avaliações financeiras de uma empresa, o auditor externo, como foi mencionado anteriormente e, por último, óbvio, o conselho, que é o último órgão a aprovar, então, em definitivo o fato relevante.

E não houve, Senador, o que é importante... Não houve qualquer resistência nesse sentido. No momento em que se encontra – e vale lembrar de novo – o não reporte da dívida bancária que existia na empresa que precisava ser reportado e precisava – eu, nesse caso – cumprir a lei, não houve qualquer sinal... Havia obviamente... Estávamos atônitos, mas não houve qualquer resistência a que a verdade fosse publicada.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – As Americanas e o conglomerado de empresas, antes, eram liderados pelos acionistas B2W. Depois, passou para o 3G Capital. Um montante dessa natureza, evidentemente... Não sei se aconteceu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o senhor chegou a comunicar, discutir esse assunto com os acionistas da 3G Capital, que são os majoritários das Americanas?

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Não, Senador. Minha atuação se restringia ao perímetro de governança da empresa, ou seja, o conselho. Então, na quarta-feira, quando me é revelado que aquilo não estava, aquele número não estava contabilizado como dívida bancária, a partir dali, eu aciono o que normalmente é o processo de governança de uma empresa listada, que é informar ao Presidente do conselho, informar aos órgãos de governança e, a partir daí... Mas não entrei em discussão com outros acionistas nesse sentido.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Pereira: o Morgan Stanley acabou de comprar uma quantidade significativa de ações das Americanas com deságio de 80%. Você já tem uma ideia do que é que significou isso?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Senador, antes, não tenho ideia, não tenho informação específica sobre isso, tá? E, respondendo à sua primeira pergunta, o processo foi basicamente o mesmo: contratação pelo conselho, avaliação pelo conselho.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas o conselho é uma figura. Eu digo: mas quem foi o humano que assinou o contrato?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Todas as sete pessoas do conselho me entrevistaram e a assinatura do contrato é diretamente com a Americanas, assinada pelo Diretor de Recursos Humanos das Americanas dentro do comitê dirigente, da mesma forma como aconteceu antes.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o que eu vejo nesta audiência pública, Srs. Deputados, Srs.Senadores e Senadoras, é que as Americanas, por mais que tenha acontecido esse rombo no seu balanço, um erro grosseiro por parte da Price e talvez também os olhos fechados por parte do conselho – não vou nominar nomes, já que foi o conselho que contratou os senhores –, ainda continua sendo uma empresa solvente, porque se não fosse solvente, o Morgenstern não ia investir, na semana passada, na compra de ações. O Capital Group também mantem ações, é um dos maiores grupos de investimento do mundo.

Então, eu acredito que neste momento caberá aos acionistas majoritários, para acabar com essa pendenga, chamar os seus fornecedores, pagar as suas dívidas, porque existe capital para isso, e tocar a empresa, porque é uma empresa, como vocês disseram, com mais de 40 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionários, não pode uma empresa dessas quebrar, não pode uma empresa dessas sair do mercado.

Eu me preocupo muito com isso, se ficar somente na hostilização da marca, termina essa marca sendo degradada; as suas afiliadas, degradadas, e quem vai terminar perdendo com isso são os seus funcionários, que terão de ser demitidos porque se não tem produção não tem porque ter funcionários.

Então, é importante que o Senado tenha muito cuidado a esse respeito, porque essa audiência pública só está sendo realizada na minha ótica porque é uma empresa que tem ações na Bolsa, porque o Senado da República nem a Câmara dos Deputados não têm a prerrogativa de trazer para cá empresa privada para discutir o seu *modus operandi* de contratar ou distratar. Essa é uma questão particular do empresariado brasileiro e mundial.

Mas como se trata de uma empresa que tem ações na Bolsa, que é regida e fiscalizada pela CVM, que daqui a pouco estará aqui, aí é outra situação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Angelo Coronel, dentro de poucos momentos nós vamos ouvir aqui o Dr. João Pedro, que é da CVM...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. E eu gostaria muito de ouvir a Price também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... um órgão público e, por isso, vale...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Há uma fraude...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... tranquilamente...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós temos que descobrir onde está a fraude.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... audiência pública...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Há uma fraude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós também temos que descobrir onde está a fraude. Mas não podemos sacrificar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero só consertar aí. A audiência pública vale porque tem a CVM...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. Eu acabei de falar, porque tem a CVM envolvida.

Mas nós não podemos aqui fazer uma campanha de matar uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, ninguém está fazendo uma campanha. Quer se esclarecer...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que gera 40 mil postos de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, quer se esclarecer o porquê de tanto acionistas, fornecedores, como ele, que teve um infarto do miocárdio – podia ter morrido por uma ação dessas – vão continuar penando sem receber aquilo que é de direito deles.

Ninguém quer aqui acabar com...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, Senador Otto Alencar, mas em nenhum momento as Americanas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, existe uma fraude.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... disseram que não vão pagar a Forte Minas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e a fraude precisa ser...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... se é que existe o débito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei. Eu quero também deixar claro que eu não sou nenhum advogado, eu sou engenheiro. Agora, eu não gosto de ver empresário nenhum ser sacrificado, massificado sem ter o direito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mesmo se for fraude?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... de se explicar.

Eu acho que o direito de explicação cabe a todos os lados, tanto do lado que acusa como do lado que está sendo a vítima.

Da mesma maneira que ele diz que investiu para abrir a empresa dele eu perguntei se ele fez um contrato *ad aeternum*, porque ele queria o quê? Que as Americanas, mesmo que fechassem, tinham que mantê-lo.

Ele nunca foi chamado pelas Americanas, segundo ele, para fazer um contrato dizendo: "Olha, você vai ser meu fornecedor até o final das nossas vidas". Isso não aconteceu, pelo menos foi o que o Sr. Moacir falou aqui.

Aliás, a relação cliente fornecedor...

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – Eu cobro aqui é justamente como fornecedor...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu posso contratá-lo e demiti-lo amanhã.

O SR. MOACIR DE ALMEIDA REIS – É, mas vamos dizer, ele pode encerrar um contrato igual está no contrato: encerrar dando um aviso, encerrar pagando as faturas emitidas. Agora, encerrar sem um aviso e bloquear todo o pagamento para poder ver o que vai dar, é lógico que ia dar carne extraviada, da maneira como foi interrompido o serviço.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, caberá agora ao senhor realmente cobrar, se é que existe o débito. Evidentemente se existir, eles terão que pagar.

Mas eu agradeço o tempo dispensado, Senador Otto Alencar.

Continuemos a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Angelo Coronel.

Passo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso, que é o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Otto, Senadoras, Senadores presentes, convidados Rial, Leonardo e o Sr. Moacir...

Presidente, eu vejo um momento oportuno para a gente discutir essa questão das Lojas Americanas. Como Senador da República e também como empresário, eu entendo grande parte do que está sendo discutido aqui. Em primeiro lugar, quando uma empresa vai prestar um serviço para uma grande empresa, principalmente como a Americanas, o empresário olha quem são os donos e quem está por trás dessa empresa; quem é a empresa de auditoria que está auditando essa empresa, qual é a condição financeira que é passada dessa empresa.

Sr. Sergio Rial, até pelo que o senhor fez nas Americanas: em tão pouco tempo, o senhor descobriu tudo que vinha acontecendo de errado, eu até sugiro ao senhor, já que está essa crise de confiança, principalmente na Price, que é uma das maiores do mundo – eu nunca tive a minha empresa auditada pela Price, já trabalhei com a KPMG, mas a Price é uma das maiores do mundo –, pelo conhecimento que V. Sª mostrou, pelo seu currículo, sugiro ao senhor abrir uma empresa de auditoria. A minha empresa vai ser... Eu quero ser o primeiro cliente de V. Sª, caso assim for, porque é inadmissível uma empresa de auditoria que está desde 2019 nas Lojas Americanas, Senador Eduardo, não perceber um rombo como esse.

Uma empresa que presta serviço de operador logístico, Sr. Moacir, como o senhor – eu tenho alguns operadores logísticos, em cada estado, a gente tem operador logístico, alguns até em mais de um estado –, a margem, Senador Otto, é tão pequena desse pessoal... E, Senador Angelo Coronel, esse pessoal aperfeiçoou, foi atrás de tecnologia, ao ponto de que as empresas que fazem a distribuição, como é o caso das Lojas Americanas, preferirem entregar a sua operação logística para essas empresas. Eu sou um caso desse aqui. Estamos mudando tudo para operador logístico, porque o custo é menor. Então, a margem é muito pequena.

Eu sei a agonia por que V. Sª está passando, porque não é em se tratando de pequeno, de médio ou de grande fornecedor. Tem grandes fornecedores nas Americanas, talvez até com bilhões para receber. Mas o que me causa estranheza, Sr. Leonardo, é que os acionistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

majoritários, que eram referência para o brasileiro, para todos nós, principalmente empresários, de prosperidade, pessoas empreendedoras, que foram investindo no mundo inteiro, que viraram livro, que viraram tudo isso, não colocaram a mão no bolso, neste momento em que muitos estão aí agonizando, alguns tentando suicídio, para aportar recurso para a empresa e dizer: "Olha, vocês fiquem calmos, não vamos demitir ninguém". São 40 mil funcionários, são 9,7 mil entre funcionários, causas trabalhistas e fornecedores. Mão no bolso. Colocar os recursos para essa empresa, que é o orgulho do brasileiro.

A Americanas é orgulho do brasileiro. Até surgir essa questão das Americanas, esses três principais acionistas, Lemann, Sucupira e eu me esqueci do outro, também eram referência para todos nós. A Price, que devia estar aqui para explicar essa magia de como um rombo como esse não foi detectado, não veio. É uma pena eles não terem vindo. Mas, Sr. Leonardo, o senhor tem um trabalho pela frente, o seu currículo é espetacular, e eu espero que, com esse currículo que V. Exa. tem, que ele não fique manchado com a quantidade de fornecedores pequenos... Porque a recuperação judicial é desumana.

Quando eu vi V. Exa. falar em deságio de 70%, parcelamento em 48 vezes... E, a gente sabe até um pouco sobre o modo, a política das Lojas Americanas com seus fornecedores, às vezes ela é até desumana, como foi falado aqui pelo Sr. Moacir. Olha, você tem esse recurso, e com o deságio aqui, tem que dar um desconto de 8%. E aqui eu fazia as contas, Senador Otto, 8% para um operador logístico é muito mais do que a margem dele. Essa turma trabalha entre 4 a 6% do valor. Eu não sei com quanto a sua empresa trabalha, eu não perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Com 4%.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Então, essa audiência aqui veio no momento certo. Nós temos que esclarecer, o Senado Federal é o local, sim, a Comissão de Assuntos Econômicos é o local, sim, para esclarecermos. Já vamos ter o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, teremos também o Presidente da Febraban, e, no final de tudo isso, quando chegarem os descontos, se for acertado com bancos, descontos, deságios, fornecedores e tudo, sabe aonde vai, não é, Sr. Rial?

O senhor que mostrou aqui muita competência, Moacir, Presidente Otto, Senadores e Leonardo, a conta vai sobrar para o contribuinte, porque, quando forem abatidos no Imposto de Renda esses prejuízos, sobra para o contribuinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós temos que encarar, realmente, com muita seriedade. Eu acho que as leis têm que ser mudadas.

Senador Otto, parabéns. O senhor já está apresentando, já apresentou a lei, para que se tenha mais garantias com as nossas empresas, no fornecimento, ou seja, na conduta de nossas empresas. Não tenho pergunta para ninguém. É só essa a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Vanderlan Cardoso.

Pelo sistema remoto, pela ordem de inscrição, o Senador Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Senador Carlos Portinho não ouviu a nossa chamada.

Pela inscrição, Senador Rogerio Marinho; depois o Senador Wilder

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Bem, bom dia a todos.

Uma saudação especial ao nosso Presidente, que conduz a audiência pública, Senador Otto; Senador Angelo, o nosso Presidente da Comissão, que aqui está entre nós, Senador Vanderlan, demais pares, convidados, aqueles que estão na mesa e aqueles que virão daqui a pouco, eu acredito que essa seja uma das situações que, neste começo de ano, mais causa preocupações ao nosso sistema de crédito no país. A gente está falando aqui de crédito de sacados, que é uma modalidade que é muito forte no varejo brasileiro. E quando há uma crise de confiança, isso acarreta uma espécie de problema sistêmico. Os bancos de menor porte perdem a confiança de continuarem a financiar essa operação, o crédito rareia. É necessária uma ação do Banco Central para que nós não tenhamos essa crise de crédito que impulsiona, em última instância, a economia brasileira, principalmente nesse segmento tão importante que é o varejo brasileiro, tanto o varejo de caráter geral, que é o caso das Americanas, que é uma loja de departamentos, até os nichos, como vestuário, como roupas esportivas, como alimentos. Então, nós estamos falando aqui, Senador Otto, de um assunto muito sensível para a economia, em especial para milhares, para não dizer milhões de pessoas envolvidas nesse processo. As Americanas são ou foram durante muito tempo uma espécie de joia da coroa. As próprias empresas de auditoria e os fundos de investimentos ligados aos próprios bancos que financiam a empresa estipulavam a nota triplo A, em termos de garantia de investimento na Bolsa de Valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando se fala hoje, Senador Eduardo, e eu o ouvi com muita atenção, quando a gente escuta alguns próceres do Governo falarem com certo desdém do mercado, eles se esquecem que o mercado é a dona de casa, é a aposentada, é o cidadão que investiu a sua vida inteira numa poupança, ou acreditou na empresa da qual fazia parte e se associou comprando uma pequena ação. Nós estamos falando de milhões de anônimos que vivem em função dessa fidúcia, dessa confiança necessária que o mercado estabelece com a sociedade brasileira. E o que me chama a atenção e eu acho que a todos nós é que, inopinadamente, com todo o respeito ao Sergio Rial, que é um dos grandes executivos do nosso mercado financeiro, ele adentra essa empresa e, com oito ou dez dias, se depara com um problema fiscal, com um problema contábil, que de alguma forma estava encoberto, mesmo com todo o aparato e com todo o cuidado do *compliance* da empresa e com esses números que, necessariamente, precisavam ser expostos numa companhia de capital aberto, já que as suas ações estavam disponíveis numa bolsa de valores, com a sua operação também monitorada pelo Banco Central, com seu grau de exposição em relação aos empréstimos que porventura estivessem sendo feitos para girar o seu capital de giro, a alavancagem da sua dívida de curto prazo com fornecedores, que me parece que girava em torno de 90 dias, inicialmente...

Então, a primeira pergunta que lhe faço, Sr. Sergio Rial, é: qual foi o mecanismo que lhe permitiu encontrar essa incongruência no balanço, e, na sua opinião, o que aconteceu para que toda essa parafernália, essa estrutura, essa blindagem que existia anteriormente não tenha detectado esse problema de tão grande vulto? Não estamos falando aqui de alguma coisa de milhões, mas de bilhões de reais. Então, é uma pergunta que eu gostaria que o senhor guardasse. Eu vou fazendo em seguida, e o senhor responde em sequência. É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: encontrado o problema, o senhor teve a possibilidade de conversar com o Conselho, mas conversou com os controladores? Eu acho que o Eduardo fala aqui de um termo: são sócios de referência?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Acionistas de referência.

O senhor teve também a oportunidade de conversar com os acionistas de referência? E, se teve, qual a posição dos acionistas? Qual é o espírito que os move? É liquidar a empresa? Resgatar a empresa? É resolver o problema? Voltar a buscar essa fidúcia? Resgatar essa credibilidade, que é necessária não apenas para eles, mas, eu falo, para o sistema como um todo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de saber se houve essa interlocução e qual foi o sentimento que o senhor capturou dos acionistas de referência.

E, por fim, quero perguntar aqui ao Dr. Leonardo, que já está lá há 40 dias ou um pouco mais, na mesma linha, se houve essa orientação para o senhor. Eu ouvi o senhor falando aqui que houve um depósito, um aporte por parte desses acionistas, em que se priorizou, inicialmente, o pagamento das verbas rescisórias da área trabalhista. Isso significa que já está havendo uma espécie de diminuição da força de trabalho, se eu puder deduzir assim, e também o pagamento dos pequenos fornecedores da empresa de forma prioritária. Mas isso, por si só, não é suficiente. Se o senhor poderia dar ou reiterar qual é o plano de recuperação. A gente está falando de R$20 bilhões. Qual o tamanho do aporte que os empresários pretendem fazer, caso tenham essa pretensão, e que tipo de negociação será feita ou apresentada aos bancos credores, se o senhor puder antecipar aqui, já que, certamente, está acontecendo agora, para que nós tenhamos aí alguma tranquilidade no resgate dessa credibilidade, que é importante para o sistema como um todo.

Terceiro, nós estamos hoje com uma crise do varejo e também com uma crise de liquidez no sistema. Uma parte dela vem de fora para dentro – a quebra do Silicon Valley, dos bancos daquela região; a quebra do Credit Suisse. Há também a liquidez excessiva que foi ofertada ao mercado, como um todo, em função da crise da pandemia, da própria crise da energia e dos alimentos com a guerra da Ucrânia. E aqui no Brasil nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério, peço a V. Exa. que... É que nós temos dois ainda para ouvir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, eu só estou concluindo o raciocínio. Imagino que a curiosidade que tenho seja a curiosidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – De todos nós.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... de todos nós e de milhões de brasileiros que aguardam com muita ansiedade que nós tenhamos um bom desfecho. Acho que aqui a nossa intenção não é crucificar nem perseguir ninguém, mas encontrar quem, de fato, tenha cometido o ilícito e verificar se há a boa vontade da empresa de resolução do problema. Eu estou nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tentando concluir o raciocínio, Sr. Presidente, agradecendo já a sua paciência, gostaria de saber se a empresa vislumbra, diante desse quadro, ou se reconhece diante desse quadro, que esse grau de instabilidade que foi estabelecido pode estar impactando todo o sistema de varejo brasileiro, se nós estamos diante de uma crise sistêmica. Qual é a opinião que os senhores têm a respeito dessa tragédia anunciada?

E a última pergunta, Otto: por que é que a Price não teve condição de averiguar esse processo? Qual foi o mecanismo que falhou? Que proposta vocês teriam para que, no futuro, problemas como esse não ocorram?

Agradeço a paciência do Presidente e peço, de antemão, desculpas pela extensão das minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu é que agradeço. Obrigado a V. Exa.

Dr. Sérgio Rial e, depois, Dr. Leonardo.

O SR. SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL (Para expor.) – Senador, muito obrigado.

É importante pontuar que a descoberta se dá a partir de uma revelação de dois diretores, que claramente sinalizam para mim na quarta-feira, dia 4 de janeiro, que aquela dívida bancária, que eu assumia, que estaria dentro do conjunto da dívida bancária reportada, não estava no item "dívida bancária", na rubrica "dívida bancária". É a partir daí que o novelo começa a ser desenrolado e, a conta-gotas, nos próximos dias, eu vou em busca, com a minha experiência e com a experiência do ex-diretor financeiro, daquilo como foi construído da melhor forma possível entre dia 4 e dia 11.

Então, a revelação é importante; não foi simplesmente experiência pela experiência. Não tenho a menor dúvida de que, no fechamento do resultado, ou logo a seguir, eu me depararia com o problema e o descobriria, mas se deu muito mais rápido até, pelo fato da sinalização por dois diretores no dia 4.

Em relação aos acionistas de referência ou aos três grandes acionistas que dão, que deram e que vão continuar dando credibilidade à empresa, se demonstraram absolutamente surpresos e não tiveram nenhuma outra ação naquele momento senão a tentativa, primeiro, de revelar a verdade. Então, eu voltei a dizer isto: não houve da minha parte qualquer tipo de resistência, muito pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a terceira é: a partir dali, inclusive me pedem que eu permaneça mais alguns dias como assessor para que possa pelo menos conduzir a empresa a um caminho viável.

Então, eu permaneço muito crente no compromisso – cabe ao Leonardo, obviamente agora – de que se encontrará um acordo de acionistas, e a empresa terá um novo desenrolar.

E por último, se me permite, só talvez... Nesta Casa, e aqui, Senador Otto, é muito importante nós pensarmos... Já existem instrumentos de delação, existem instrumentos mais variados; mas um analista júnior contábil não poderia necessariamente chegar e falar. O custo de fricção da verdade é muito alto.

É importante a gente criar certa proteção, não para a delação vil, a delação que busca a maledicência, mas aquele que efetivamente pode dizer que, numa empresa, algo está errado, sem com isso se sentir o investigado num primeiro momento. Então, nós temos que criar... Caso contrário, as fraudes, ou o que quer que seja que venha a ser provado – não cabe a mim aqui –, elas se tornarão... Ou seja, nós temos que reduzir a probabilidade desse risco, criando o ambiente para que qualquer pessoa, de qualquer nível hierárquico, possa, no seu devido momento, trazer as provas, falar de forma correta – não da forma como eu disse – e se sentir minimamente protegido ou protegida para o fazer.

Então, fica aqui a minha reflexão. Obviamente eu tenho a experiência, a resiliência de poder fazer, mas não é fácil. Não é fácil, porque em qualquer processo, antes de qualquer prova, você já é julgado anteriormente a qualquer coisa.

Então, fica essa reflexão de fundo para nós, nesta Casa tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao Sr. Leonardo Pereira.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Bom, Senador, acho vários pontos importantes aqui e interessantes.

Primeiro, a questão trabalhista. O valor que está lá não se refere a demissões. O que acontece, numa recuperação judicial, é que se trava uma linha do tempo. Então, todas aquelas dívidas que uma empresa tem até a data da recuperação judicial entram no concurso. Então, se eu paguei o salário de um colaborador, e passaram-se dez dias do próximo salário dele, esses dez dias são colocados dentro do plano de recuperação judicial, porque é uma dívida trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui o que a gente está fazendo, dentro do plano que a gente tinha lá, de classe trabalhista dentro do plano, nada mais era do que o *pro rata* desses salários desde o último pagamento até o momento da recuperação judicial.

Com relação ao compromisso, acho que o Sérgio comentou bem, e eu ressalto as palavras dele: de todas as conversas que eu tive com acionistas de referência, em todas elas, o compromisso com o ativo é maior do que qualquer outra coisa. Isso explica por que, mesmo sem ainda uma resolução concreta do que aconteceu dentro da Americanas, o que foi de fraude, quem perpetrou a fraude, o que foi que teve de erro... O caso do analista júnior, por exemplo, certamente entra mais na categoria do erro do que da fraude. Mas em todos esses momentos, o acionista de referência se mostrou o principal ator para construir uma saída para essa empresa daqui a pouco.

Tanto é que mesmo numa situação tão difícil quanto essa, numa situação de dívida bastante grande, está existindo algo que é muito incomum. O Sérgio vem do mercado financeiro, conhece bem essa história. Está acontecendo algo muito incomum na Americanas, que é a conversão de dívidas bancárias em participação societária da empresa. Isso acontece quando existe a credibilidade de que aquele ativo vai conseguir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Dentro do bojo da recuperação judicial. O plano de recuperação – R$10 bilhões de conversão de dívida –, é o que se tem hoje dentro do plano de recuperação judicial apresentado aos credores.

Para mim, isso é a amostra de como esse plano tem sido construído a várias mãos. Ele tem sido construído pelas mãos do acionista de referência, pelas mãos dos credores financeiros, pelas mãos dos credores fornecedores e pelas mãos de quem está dentro da empresa hoje. Eu acho que esse ponto, para mim, é a resposta mais tangível que eu recebi, de todas as interações, não muitas, que eu tive com o acionista de referência.

Com relação às crises e ao impacto no varejo. O varejo, talvez, seja o segmento da economia mais afetado do ponto de vista macroeconômico. Então, tudo aquilo que acontece em termos de inflação, tudo aquilo que acontece em termos de juros, desemprego, impacta diretamente a propensão ao consumo.

O que a gente está vendo é um momento, sim, crítico para o varejo, especialmente quando se considera, inclusive, a vinda – principalmente pelo digital – de fornecedores internacionais que, talvez, não respeitem tanto a carga tributária que é colocada em cima dos varejistas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um momento de muito cuidado. Nós temos de lembrar o seguinte: o varejo é o empregador de primeiro nível. Então, a gente tem dentro das Americanas várias e várias pessoas em posição de liderança, hoje, que começaram como atendentes na loja, como caixa de loja, que foram treinadas e que ganharam todas as oportunidades para crescer lá dentro e para chegar aonde chegaram hoje. E acho que esse aspecto do varejo demanda uma atenção especial para quem formula políticas de proteção ao emprego.

Por fim, com relação ao futuro. Dentro do plano de transformação que a gente está fazendo são quatorze frentes e duas delas tocam exatamente a questão do *compliance* financeiro. Então, o que a gente tem feito é criar as condições, primeiro, de controle, para que qualquer tipo de desvio seja rapidamente identificado; segundo, de capacidade para que aquele analista júnior, para aquela pessoa que se vê obrigada a fazer alguma coisa errada pelo medo de ser demitida, que ela tenha as condições e a segurança de fazer o trabalho dela bem feito, do jeito que é esperado, e com a tranquilidade necessária para poder levantar a mão e dizer: "Aqui o negócio não está legal, o que vocês estão pedindo para fazer é errado". E fazer isso de uma forma que essa denúncia, essa crítica, chegue para pessoas, dentro da organização, que possam agir de maneira independente. Então, é mais ou menos por aí que a gente está andando.

Há muito trabalho ainda, Senador – o Senador Vanderlan colocou isso também –, mas eu estou confiante de que a gente vai conseguir fazer essa travessia. Não vai ser fácil, não vai ser rápido, mas eu estou confiante de que a gente vai conseguir fazer essa travessia sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério, satisfeito?

Senador Wilder...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Senador, primeiro quero cumprimentá-lo como Presidente desta audiência pública, quero cumprimentar o nosso Presidente da CAE, o Senador Vanderlan, do meu Estado, assim como o Angelo Coronel.

Então, Leonardo, o que entendemos aqui é que você, como o novo CEO, aceita, e também a companhia, o trabalho que foi feito de denúncia pelo Sergio. Então, reconhecendo que houve um erro nessa pequena passagem dele lá, como o novo CEO, você e as Americanas acreditam que essa dívida é real. Então, tudo o que se fez ao longo dos anos estava errado. E agora, nessa nova chegada sua, com a presença dele e com a renúncia dele, hoje, você assume que esses números de dívida que não estavam alocados como dívida bancária ou dívida de fornecedores, isso é real?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Senador, eu mencionei isto logo na partida: eu preciso esperar o resultado das investigações. É o meu dever de fidúcia, que a gente estava comentando aqui antes, garantir que o comitê independente seja e aja de maneira independente, e eu não posso fechar verdades do meu lado. O que eu posso fazer – e eu o tenho feito – é garantir que esses erros, se ocorreram, não se repitam. E como eu faço isso? Revendo todos os processos, revendo a estrutura de governança da empresa de *compliance*, como se diz, para ter essa certeza, mas eu não posso dizer para o senhor se foi erro ou se foi fraude, porque eu preciso esperar os resultados do comitê independente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para interpelar.) – Senador Otto, isso é importante porque é uma empresa que vinha distribuindo dividendos desde 2011; inclusive, até 2022, R$1,7 bilhão foram distribuídos para os acionistas. Isso faz com que essa empresa estivesse em condições alinhadas na Bolsa, e incentivando que as pessoas continuassem a investir em ações e, o pior de tudo, que essa empresa pudesse se expandir cada vez mais em faturamento, porque esse é um item importante para quem vive no mercado de varejo. A empresa vale o que ela fatura no ano, aí ela pode ser até uma vez o valor do faturamento. Então, isso foi feito.

Agora, é muito simples chegar a uma posição dessas: "Erramos e vamos fazer uma recuperação". Uma recuperação para você comprar os créditos com 70% de deságio, eu, o banqueiro também, como investidor e empresário, eu fico com as ações, é melhor do que eu perder; eu vou ficar na fila lá atrás. Então, não existe nenhuma novidade nesse aspecto.

Então, é uma empresa que vai... E aí eu acho que compete a nós, Senadores, acompanhar o resultado dessa recuperação. Por quê? Resolver a parte financeira dessa empresa agora, dentro de um aspecto econômico, fica fácil com os grandes acionistas que tem dentro dela e principalmente colocando, dentro do bojo agora dos acionistas, os bancos. Então, perdem os fornecedores e perdem todos aqueles que tinham...

E como nós vamos precificar essa empresa? É uma empresa que tem um nome em nível não só brasileiro como em nível internacional, e isso precisa ser avaliado muito bem aqui, Senador Vanderlan, porque, nesse fato agora, fazer uma recuperação judicial das empresas nossas do Brasil que não têm nenhum acionista com nome, os bancos vão para a fila, chegam a vender, e colocam o que é principal de tudo – e tanto o Sergio quanto você, Leonardo, sabem disso –, e isso entra como prejuízo dele e ainda deduz Imposto de Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é uma avaliação que nós temos que pegar aqui e saber como vai terminar. Ou, senão, uma possível recuperação judicial, ou, senão, uma manobra econômica para colocar a Americanas... Logicamente, em pouco tempo, reduz-se aí: paga-se a 50% do número de funcionários, demite-se a metade, e, depois, nós a colocamos de novo no mercado e ainda todos bonitos os acionistas como grandes recuperadores da empresa. Isso é o que nós temos que avaliar daqui para frente.

Eu acho que esta audiência foi importante, e o é. E, agora, nós temos que saber: o que nós, que somos empresários, se nós não temos os balanços auditados, e por que os bancos também participaram disso, se tinha também aí controle também dos bancos? E será que tínhamos algum avalista de segundo acionista também nessa operação, até por ser um número tão grande? Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Leonardo.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA (Para expor.) – Senador, eu acho que são pontos bastante relevantes.

A única forma de se fazer uma recuperação judicial equilibrada, correta, é você partir da capacidade de geração de valor, de geração de riqueza da empresa e distribuir a máxima capacidade de repagamento da riqueza gerada para o benefício dos credores. Essa é a teoria que funciona na prática quando se trata de recuperação judicial.

No caso da Americanas, para além da capacidade de geração de riqueza dela, o que tem se colocado é um aporte de acionistas e uma conversão de bancos, então, o que está se tentando criar é mais capacidade de pagamento para o coletivo dos credores. Quando a gente olha do lado dos fornecedores, especificamente do lado dos fornecedores, a gente enxerga os fornecedores de micro e pequenas empresas sendo pagos fora da recuperação judicial a pedido da companhia – eu mencionei isso aqui um pouco antes. Há um agravo contra essa decisão, pelo qual nós já estamos brigando, para poder liberar realmente e fazer o pagamento. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, dentro da classe de credores ainda, aqueles credores que não são pequenas e microempresas, mas que detêm pequenos créditos, até R$12 mil, pequenos no conjunto dessa recuperação judicial, também são pagos basicamente com 30 dias da homologação. E aí você tem os fornecedores colaboradores, que são aqueles que, de fato, fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a empresa girar, na sua capacidade de vender produtos dentro da Americanas, produtos e serviços. Esses recebem também de maneira integral, só que ao longo de 12 meses, geralmente são os fornecedores maiores. O que eu quero dizer com isso, Senador, é que, dentro desse processo dessa recuperação judicial da Americanas, tem se tentado, sim, fazer essa distribuição da máxima capacidade de geração de caixa para o benefício dos credores.

Com isso, eu acho que a parte que falta nessa equação é a parte que todos os senhores aqui estão tentando, assim como nós na empresa, ajustar, que é: O que houve de fraude? Quem cometeu a fraude? Como e por quê não foi pega a fraude? E isso nós estamos fazendo, nenhum de nós... Eu cheguei dia 15 de fevereiro e poderia muito bem falar assim: "Olha, esse problema não é meu". A Americanas é meu problema hoje. E, no momento em que eu olho para a investigação, a única coisa que eu faço é: o que vier, eu vou ter que solucionar, o que vier de descoberta, eu vou ter que solucionar. Eu só não posso, Senador, parar as minhas ações hoje de mexer e organizar junto com o time financeiro da Camille a recuperação judicial, de deixar de fazer as mudanças operacionais que a gente tem que fazer.

O Rial esteve lá e viu os números de digital, por exemplo, que são os números que sofrem com rentabilidade, então, eu tenho que ajustar a rentabilidade do modelo digital para fazer com que essa máxima capacidade que a gente está colocando dentro do plano de recuperação judicial aconteça.

O meu único ponto nessa história é que eu não estou fugindo da responsabilidade da investigação, eu vou tratar quando tiver o resultado, mas se eu não me preocupar 100% do meu tempo hoje com a transformação dessa operação, provavelmente a hora em que chegar no final do processo da investigação não vai ter empresa para sobreviver, então, eu não posso fazer isso. Eu tenho, como dever de fidúcia, de cuidar dessa operação de maneira separada.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente Otto, só para complementar.

O que acontece hoje, Presidente, é que essa recuperação judicial vai chegar no seu Moacir e dizer: Você pegaria, Seu Moacir, 30% do valor da sua receita?". E o Moacir: "Onde é que eu assino?". Na hora! Aí você vai resolver um problema, sim, de uma empresa que entra numa recuperação judicial, só que o Moacir não vai dar conta de pegar os 30% dele e ser acionista da Americanas, porque ele não aguenta operacionalizar esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, quando você tem uma empresa com grandes acionistas que, com toda certeza, como bem disse, o nosso Presidente da CAE, o Vanderlan, isso incentiva e cria, no mercado, uma credibilidade muito grande para se investir nessas empresas.

Então, hoje se termina uma recuperação judicial, porque eu tenho certeza, Presidente, de que ela vai ser feita. Agora, vai ser feita aos custos de todos os pequenos fornecedores e da mão de obra que são os funcionários dessa grande empresa, porque, até por uma questão de honra dos grandes acionistas, vai se fazer, mas dentro de uma negociação, dentro de uma regra que, com toda certeza, o Leonardo vai dar conta de fazer, com toda a competência, como têm vários outros que fazem isso aí no mercado de recuperação. Cria-se um grupo econômico que vai comprar os passivos, com uma taxa, com um deságio que, se for banco, chega a 70%, 80%, e, depois, os outros fornecedores, aí vai mais longe ainda.

Então, o cara precisa sair... O caso dele que hoje fechou as portas, não é? Então, não precisa ser 30 não, 20 você já está pegando e já vamos embora, para seguir.

Então, isso é preocupante e, como bem disse aqui o nosso Senador Angelo Coronel, é preocupante essas empresas que fizeram toda essa auditoria ao longo dos anos. Em 2022, se a conta aqui não estiver errada, da minha assessoria, distribuíram-se R$333 milhões aos acionistas. É isso? O senhor pode confirmar, Leonardo?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Infelizmente, eu não tenho esses números de cabeça.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Está aqui nas informações nossas.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Mas tem no *site* da empresa, você consegue consultar.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então, você imagina que se alguém desinformado... Eu estava, continuando, mexendo com ações, inclusive hoje.

Parabéns aí, Otto, por essa grande audiência pública!

E vamos ver os outros que estão chegando aí, porque, de repente, eles podem esclarecer até mais ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos andar aqui.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Eu posso fazer um comentário de cinco segundos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

Eu vou passar para o Senador Fernando Farias, porque nós temos ainda dois para serem ouvidos.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Otto, parabéns aí pela convocação!

Os três acionistas maiores sempre foram referência no mercado de capital. Aonde eles iam, vários acionistas os seguiam, baseados no sucesso que eles sempre tiveram. Não sei a quem perguntar, se seria a Luciano ou a Sérgio: vocês poderiam dar um sentimento sobre se eles vão continuar no barco ou vão sair na primeira maré?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Eu posso dizer que, na formulação do plano de recuperação judicial de hoje, existe um compromisso desses acionistas de fazerem a travessia junto com a empresa, tá? Essa é a formatação do dia de hoje, o que demonstra, em última análise, o compromisso que eles têm, de fato, com o ativo.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mesmo sabendo que essa recuperação vai para dez anos. Aí... É o estilo deles ou eles são mais do curto prazo?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Das minhas poucas interações com eles, a percepção – até porque isso está respaldado no plano de recuperação judicial –, é que a preocupação maior é de manter o ativo funcionando, sim; é a preocupação maior. Tanto que, de novo, essa recuperação judicial é uma recuperação judicial em que já se pediu para serem pagas a Classe I - Trabalhista, e a Classe IV - Micro e Pequenas Empresas, fora do certame da recuperação judicial. Conta com um aporte, na partida, do acionista de referência de R$1 bi para ajudar a companhia a fazer essa...

Ninguém está falando que o tamanho é razoável, mas é o tamanho necessário para que, no momento em que você entra em uma recuperação judicial e perde toda a sua bancabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os seus limites de crédito com instituições financeiras e com fornecedores, você consiga manter a sua loja minimamente abastecida.

Então, Senador, eu acho que a resposta de tudo que eu ouvi até agora é que existe o compromisso com o ativo sim, independente do tempo.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Falando com referência ao que Eduardo Braga falou no começo, vocês estão honrando os de R$12 mil... Esse número você não acha muito pequeno? É normal ser maior. Em recuperações judiciais, esse número é, no mínimo, o dobro disso aí, não é?

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – Esse é um ponto importante, que era um pouco do comentário que eu ia fazer ali atrás.

Quando a gente está falando nesses deságios grandes, de 70%, o que se fala é da dívida financeira. O credor fornecedor recebe esses R$12 mil, e a gente tem, grosseiramente, 60% do número de credores, 53%, para ser mais exato, do número de fornecedores, então, a gente consegue quitar esses R$12 mil, especialmente porque dá a chance de os credores que estão um pouquinho acima acertarem a dívida também por R$12 mil.

Os fornecedores colaboradores entram de novo na categoria, que é a maior classe de pagamento, a de fornecedor colaborador, também sem desconto nenhum. O desconto em fornecedor fica em um grupo menor, da ordem de 50% de desconto, com o pagamento em 48 meses.

Então, o ponto desse comentário, Senador, é que se tentou fazer, de fato, uma ponderação pela capacidade do credor, tentando tirar aqueles credores menores, que sofrem mais, de dentro da recuperação judicial.

Quanto ao número, especificamente, de R$12 mil, eu volto para a questão de como montar uma recuperação judicial equilibrada. É a máxima capacidade de geração de recurso disponível para essa massa de credores.

O plano – é importante que se diga – ainda é um instrumento vivo até o dia de sua apresentação na assembleia geral de criadores. Então, pode ser que haja ajustes aqui e acolá. Geralmente, esses ajustes vêm para beneficiar a coletividade dos credores. Essa é a minha experiência em processos de reestruturação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O.k. Obrigado, mas ainda acho R$12 mil muito pouco. Eu acho que, em relação a isso aí, vocês poderiam tentar raciocinar para levantar mais essa...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Fernando Farias.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em tempo ainda, o Sr. Leonardo prontamente veio atender a esta Comissão, e hoje é um dia muito importante para ele. Daqui ele está indo para o Rio de Janeiro. Ele se fez presente a esta Comissão, mas ele deve ser pai hoje ou, no máximo, amanhã. É um dos dias mais importantes da vida do cidadão, mas ele não deixou o seu dever e veio aqui prestar esses esclarecimentos.

Então, nossa admiração, Sr. Leonardo. Obrigado pela presença mais uma vez.

O SR. LEONARDO COELHO PEREIRA – De novo: eu que agradeço a oportunidade de estar aqui e apresentar um pouco do que a gente está tentando construir das Americanas para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, pelo sistema remoto. (*Pausa.*)

Bom, Senador Carlos Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, nós estamos aqui encerrando a primeira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu sei, eu sei.

Eu tenho algumas questões importantes. Eu peço só um instantinho para eu me organizar aqui. (*Pausa.*)

Obrigado.

Sr. Presidente, eu tenho algumas perguntas objetivas a fazer basicamente ao Sr. Sergio Rial, que peço que sejam anotadas para a gente ganhar tempo, porque eu não pretendo "digredir" sobre elas. Quero apenas fazê-las e ter as respostas.

A primeira pergunta é básica. O Sr. Sergio Rial foi... Um instante só! (*Pausa.*)

Desculpem.

O Sr. Sergio Rial foi Diretor de Crédito do Banco Santander antes de vir a ser o CEO das Americanas. Minha primeira pergunta, já que foi dito muito que o Dr. Sergio só teve conhecimento em pouco tempo, de 2 de janeiro até 11 de janeiro, que em poucos dias ele levantou tudo isso. E aí fiquei com uma pergunta: quando é que o Sr. Sergio Rial foi contratado pelas Americanas? Eu tenho a informação de que o Sr. Sergio Rial foi contratado pelas Americanas em maio de 2022 para fazer uma consultoria, mas já sendo previsto o processo de transição para que ele assumisse em janeiro, ou seja: em maio de 2022, os 3Gs contrataram – não sei se com o conhecimento ou não do Conselho de Administração da empresa – o Sr. Sergio Rial como consultor para que tivesse, em agosto, iniciada a transição e, em janeiro, ele assumisse como CEO da empresa. Esta é a primeira pergunta: isso é verdadeiro? Existe esse documento? Esse documento é de conhecimento da CVM?

Segundo, existe um conflito ou existia um conflito de o Sr. Sergio Rial, que era Diretor de Crédito do Santander, que é credor das Americanas, assumir, como consultor, paralelo à sua função de Diretor de Crédito do Santander, uma empresa? Como consultor que seja, mas contratado já desde maio de 2022 pelos três sócios de referência, acionistas, administrador de referência. Há um conflito nisso ou não? Essa é outra pergunta.

Tenho uma pergunta também que me deixa intrigado. Qual era o volume do crédito, qual era o valor do crédito do Santander com as Americanas no dia da sua contratação como consultor, em maio de 2022, e qual era o valor em janeiro de 2023, quando se tornou o CEO das Americanas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que, no processo, tenha sido desligado, imagino, no mínimo, da Diretoria de Crédito do Santander.

Tem outra questão. Eu peço desculpas, porque esse assunto eu acompanho desde o início e, como advogado, tenho me interessado por ele desde o primeiro momento. Eu gostaria de saber... Eu vi que houve o anúncio do fato relevante – inclusive, foi feito no próprio BTG, foi feito, se não me engano, no escritório do BTG pelo Sr. Sergio Rial. Mesmo nesse dia, foi pedida a recuperação judicial, que já estava prevista, até porque as custas da recuperação judicial foram pagas um dia antes do anúncio do fato relevante, na sede do BTG. O BTG sabia, naquele dia, do fato relevante que já havia sido decidido – porque se pagam as custas quando está tudo decidido – do ingresso da recuperação judicial das Americanas?

Tem uma outra questão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor anotou as perguntas?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Tem uma outra questão ainda.

Esse comitê que foi criado para acompanhamento – deixa eu ver exatamente o nome. É um comitê... comitê de... Esse comitê interno de auditoria das Americanas foi criado e há uma pessoa lá, a Sra. Vanessa Claro Lopes. Essa senhora era membro do comitê de auditoria das Americanas e hoje está no comitê independente, que foi criado após ter sido revelado o rombo, etc., ou seja, uma pessoa que estava no comitê de auditoria, ou seja, teria participado da auditoria, hoje está também nesse comitê independente. Qual é a independência desse comitê nesse levantamento?

E aí já deixo a outra pergunta subsequente, que vou repetir também para a CVM, além de saber se a CVM tem noção do seu contrato de consultoria, Dr. Sergio Rial, de maio de 2022. Eu vou querer saber da CVM se ela abriu investigação e por que não é ela que conduz a investigação. Por que é um comitê independente, feito dentro da estrutura da própria empresa Americanas, com uma pessoa que participou da auditoria? E a gente já viu aí as críticas a toda a auditoria que foi conduzida.

E uma última questão, das mais relevantes, considerando toda essa cronologia, desde a sua contratação, Dr. Sergio, no dia... Eu não tenho a data, mas foi em maio de 2023. E eu sei que foi assinada a sua contratação como consultor pelos 3Gs todos. E aí eu pergunto: nessa cronologia, as Americanas adquiriram ativos, empresas de porte, como o Hortifruti, só para dar exemplo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma. Sem aumento de capital?! Ninguém colocou recurso lá em agosto, em junho, lá atrás, no ano de 2022. A Americanas comprou empresas, ativos, quando ela já rolava a dívida, porque a operação de crédito de varejo é uma operação de rolagem de dívida e formação de caixa com antecipação de recebíveis. Como é que ela comprou empresas, ativos, no meio de um processo em que ela já vinha com dificuldades do varejo e sem aumento de capital lá atrás?! Como isso foi possível?! Porque agora eu vejo, Dr. Leonardo, que diz que vai separar o Hortifruti e tal.

E essa pergunta tem a ver com o que o Senador Wilder falou.

Eu estou achando que isso daí... E aí eu já me antecipo na minha conclusão e gostaria de ouvir as respostas, mas isso me leva a crer – posso estar completamente enganado – que todo esse processo começou a partir da sua contratação, Dr. Sergio, em maio de 2022, e levou, em 1º de janeiro, quando o senhor assume como CEO, à derrubada das Americanas, e agora a um processo de recuperação judicial, que já era sabido, quando foi anunciado o fato relevante no BTG, em prejuízo a esses credores!

É quase que uma reestruturação judicial forçada da dívida das Americanas, em detrimento dos pequenos fornecedores, para fazer uma rearrumação societária em que os 3Gs não aportaram aumento de capital nem quando compraram o ativo, nem quando quebrou, e agora sinalizam só com 1 bilhão. Ou seja, com todo respeito, Sr. Presidente Otto, eu gostaria muito dessas respostas, que vão me importar para as perguntas que eu farei à CVM.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, agradeço a V. Exa. e passo a palavra para o Dr. Sergio Rial, para que ele possa responder.

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL (Para expor.) – Senador, primeiro quero agradecer a possibilidade de esclarecer alguns dos fatos.

Eu nunca fui diretor de crédito do banco Santander; eu era Presidente do Conselho do banco Santander e, como Presidente do Conselho, você não tem capacidade executiva em termos de aprovação de crédito. Então a noção de diretor de crédito não cabe.

E aí já aproveito para lincar com a sua pergunta em relação à exposição do banco Santander ao longo desse processo. Claramente se comprova que o Santander tem uma exposição absolutamente em linha com todos os credores que estão lá, então não houve qualquer tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível o que o senhor chama de conflito nesse sentido. Então, isso se denota claramente. Ao contrário, creio que o Santander inclusive pode ter incrementado suas atividades após saber e conhecer a minha credibilidade como executivo. Mas cabe, sem dúvida nenhuma, a sua indagação.

Em relação a maio, aqui há uma certa... Houve uma notícia, claramente, na imprensa carioca. Nunca houve, de forma alguma, qualquer contrato em maio de 2022. O meu anúncio se dá em 19 de agosto de 2022, e o que acontece, como em qualquer processo normal de transição de presidência, é que eu faço um contrato de setembro a dezembro – como consultor, porque não sou executivo da empresa –, de forma que me permita o mínimo de ambientação da empresa que estaria assumindo dia 1º de janeiro. Eu tive 21 reuniões, foi exatamente o que aconteceu de setembro a dezembro, de forma que eu pudesse conhecer o centro logístico, como foi mencionado, porque no dia 1º de janeiro, oficialmente, eu estaria assumindo a Presidência Executiva. Esse é um processo absolutamente normal.

Em relação ao BTG, eu tive o interesse de ser parte do diálogo com o mercado. Eu já não era mais o Presidente-Executivo, Senador; eu o fiz na qualidade de assessor, naquele momento, dos acionistas, de forma que eu pudesse argumentar e explicar para o mercado aquilo que eu descubro a partir de uma revelação que acontece no dia 4, não por ordem puramente de experiência. E essa revelação é que me permite cumprir a lei, como fiz. Infelizmente, como também acontece, o mensageiro acaba sendo mais atacado do que a gente gostaria. Nesse sentido, eu me sinto bastante confortável de que tudo que foi apurado foi claramente reportado naquele dia.

Em relação ao comitê independente, não cabe a mim. Esse é um tema da companhia, do conselho.

E em relação, só simplesmente respondendo, à questão do aumento de capital, que também não cabe a mim, mas, em 2020, a empresa levantou R$8 bilhões num *follow-on*. Então houve, sim, um aumento de capital lá anteriormente, de que eu não fiz parte, não tinha nenhuma ligação com isso, mas só simplesmente para pontuar.

Então, resumindo, é isto: não há contrato em maio, não era diretor de crédito do Santander. Portanto, agradeço a oportunidade de poder ter esclarecido isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a réplica o Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu tenho a via de um contrato firmado em maio e gostaria de saber se ele é verdadeiro, até porque a gente está aqui justamente querendo entender.

Eu posso encaminhar a V. Exa.? Não sei se o Senador Wilder está aí porque eu gostaria de saber do Sr. Sergio se esse contrato que me chegou é verdadeiro ou não, assinado em maio por Eduardo Saggioro, Cláudio Garcia, Carlos Alberto Sicupira.

Como eu posso lhe encaminhar, Sr. Presidente? Eu gostaria de saber do Sr. Sergio se esse contrato é verdadeiro, porque tem assinaturas, me parece. E foi daí que partiu a minha pergunta.

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Dr. Sergio Rial.

O SR. SERGIO AGAPITO LIRES RIAL – Respondendo rapidamente, primeiro, agradeço mais uma vez pela possibilidade de esclarecer: em maio, o que acontece, Senador, é exatamente quando nós acordamos o que seria a eventual compensação do Presidente-Executivo da Americanas no dia 1º de janeiro.

Então, isso é a moldura do desenho de compensação que é apresentado ao conselho, e é ele que o aprova em julho e agosto. Nenhum presidente de nenhuma empresa embarca num processo de contratação sem antes saber qual é o escopo e o desenho da sua compensação.

Essa compensação é, sim, discutida em maio, e o que o senhor tem em mãos, por favor, distribua, porque o meu contrato como Presidente-Executivo era calcado em ações. Era calcado na valorização das ações em cinco anos da empresa. Então, eu me sinto extremamente confortável.

Quanto à consultoria, esse, sim, foi assinado dia 1º de setembro pela Sra. Diretora Anna Saicali e pelo Diretor Fábio Abrate como parte do meu processo de ambientação antes de 1º janeiro de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pergunto ao Senador Carlos Portinho se deseja fazer alguma consideração.

Senador Carlos Portinho, pode encaminhar aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos porque o Presidente Vanderlan Cardoso está presente e ele vai tomar as providências quanto ao encaminhamento de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Excelência, eu vou encaminhar à minha assessoria, que está presente, para que chegue às suas mãos ainda possivelmente nesta audiência pública, porque o contrato inclusive...

Agora o Dr. Sergio disse a verdade. Há um contrato desde maio de 2022. Isso não foi dito até o momento da última resposta dele. E esse contrato, que é de consultoria... E é isso que me deixa estupefato: quem presta uma consultoria desde maio de 2022 sentar aí e dizer que só em janeiro, do dia 2 ao dia 11, tomou conhecimento, quem tem um contrato de consultoria desde maio de 2022.

E é de consultoria entre as partes signatárias, que não é de dezembro, Dr. Sergio. O seu contrato é de maio, como o senhor diz, o senhor assina junto com os 3Gs.

Então, eu vou fazer chegar à mão da minha assessoria agora, neste momento, Senador Otto, para que inclusive depois a gente possa saber se a CVM tinha conhecimento desse contrato, se isso geraria um fato relevante, e para V. Exas. poderem avaliar, como está escrito aqui e assinado que é um contrato de consultoria desde maio de 2022, que prevê outros *steps*, outras fases, inclusive até chegar à sua presidência como CEO em janeiro de 2023.

Estou encaminhando agora para a minha assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Carlos Portinho, o Dr. João Pedro está presente e pode, inclusive, responder a V. Exa. imediatamente.

Passo a palavra para o Dr. João Pedro, da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos. Primeiro, eu queria registrar a minha satisfação de estar nesta Casa.

Eu tenho uma mensagem inicial, de que eu queria poder fazer aqui a leitura, de forma organizada, dentro dos minutos que me são assegurados. Mas, respondendo aqui primeiro ao Senador Carlos Portinho, sobre essa questão em específico, a CVM tem um processo administrativo em curso. É o Processo Administrativo nº 19957-001555/2023-01, que trata de algumas apurações que são feitas em relação à divulgação de informação sobre essa remuneração que o Sr. Sergio Rial recebia da companhia durante esse período aí, se ele é de maio até dezembro de 2022, se ele é de setembro até 2022. A gente não está aqui para tirar conclusões precipitadas, mas, de fato, existe aí uma inconsistência na lisura da prestação dessas informações. E o papel do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulador do mercado de capitais é apurar tudo, como está sendo feito, de maneira muito responsável, pelos meus servidores.

Posso fazer minha leitura?

Vou consumir alguns minutos iniciais aqui para contextualizar a minha fala e apresentar o papel da CVM aqui neste encontro.

Exmo. Sr. Vanderlan Cardoso, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Angelo Coronel, Vice-Presidente desta Comissão, Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, que é o autor do requerimento de informação que oportunamente me traz hoje ao Senado para auxiliar no esclarecimento dos fatos relacionados com esse episódio das Americanas S.A., Exmas. Senadoras e todas as presentes, Exmos. Senadores e todos os presentes, bom dia.

Eu inicialmente agradeço pela contribuição para o esclarecimento desse caso, que é lamentável e gravíssimo. É um caso que surpreendeu o Brasil e ganhou o noticiário econômico a partir de 11 de janeiro de 2023, com algumas divulgações de fatos relevantes e comunicados ao mercado, realizados pela companhia Americanas S.A. Entre essas divulgações, registre-se, algumas foram feitas de forma espontânea, e outras, por provocação da nossa CVM.

É um caso emblemático, em que supostamente aconteceram inconsistências contábeis bilionárias nas Americanas, uma das principais empresas de varejo do Brasil e com uma importante função econômica e social para o país. Até onde se sabe, o valor dessas inconsistências contábeis oscila entre R$20 bilhões e R$25 bilhões, sendo que esses valores, somados ao endividamento que já estava contabilizado nessa companhia, perfazem um somatório de quase R$50 bilhões.

A descoberta dessas inconsistências contábeis trouxe impactos e efeitos adversos à economia do país, especialmente ao setor de crédito.

Farei uma exposição inicial. Serei breve, em respeito a V.Sas. e a fim de que sobre tempo para algumas perguntas ao final.

A CVM é o regulador do mercado de capitais no Brasil. Entre as suas atribuições como regulador do mercado de capitais, cabe à CVM exercer: o poder normativo, no sentido de editar normas e regras; o poder fiscalizador, no sentido de verificar se essas normas e regras estão sendo cumpridas; o poder sancionador, que é o poder de polícia atribuído à CVM, no sentido de aplicar sanções e, conforme o caso, punir ilícitos praticados contra o mercado de capitais; e o poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimentista, no sentido de fomentar o desenvolvimento e crescimento do nosso mercado de capitais.

A regulação da CVM é, em linha com os reguladores do mundo inteiro, uma regulação de conduta, no sentido de estar pautada por padrões de conduta dos participantes do mercado e de assegurar que esses padrões de condutas sejam cumpridos e respeitados com base em um severo regime informacional. Compete à CVM definir esses padrões de conduta e verificar se eles estão sendo observados.

A prestação de informações de forma adequada e tempestiva é fundamental nesse contesto para que a CVM possa fazer esse acompanhamento.

No caso em tela, as áreas competentes da CVM estão cuidadosa e diligentemente apurando as práticas da companhia no que diz respeito à forma como ela lançou ou deixou de lançar contas a pagar, endividamento e operações com fornecedores. Nesse sentido, registre-se que a CVM orientou, expressamente, todos os participantes de mercado, nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, sobre como deveria ser feita a contabilização dessa operação de risco sacado, que parece polêmica na manhã de hoje. A gente, inclusive, por meio das nossas áreas técnicas, emitiu um ofício circular, que é renovado anualmente, sobre a maneira como são feitos os lançamentos nessa conta (risco sacado, *confirming*, *forfait*, *reverse factoring*).

Para além disso, a regulação de conduta é assentada na governança corporativa. Esse é um conjunto de regras destinadas a reforçar as relações existentes no ambiente interno e externo das companhias. As soluções oferecidas pela governança corporativa concentram esforços no fortalecimento de um sistema de freios e contrapesos, no sentido de você ter acionistas controladores e minoritários, acionistas e administradores, ambiente interno e ambiente externo, credores, *stakeholders*, fornecedores.

O tema da governança corporativa é muito caro para a CVM. A CVM entende que, na missão dela de regulador de conduta, assegurar as melhores práticas em relação a isso faz com que os agentes privados sejam capazes de monitorar os próprios agentes privados, diminuindo a necessidade da intervenção do poder público. Então, isso é absolutamente fundamental para o regulador de conduta, para o regulador do mercado de capitais.

Esse caso é gravíssimo. Mas, aparentemente, o que a gente está observando é que essas relações de freios e contrapesos falharam. Não podemos tirar conclusões precipitadas, precisamos conduzir investigações, apurações e identificar todas as irregularidades praticadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse trabalho é conduzido pelas áreas técnicas da CVM, sem o envolvimento do Presidente da autarquia e sem o envolvimento de qualquer dos membros do colegiado da CVM. A CVM é extremamente rigorosa com a segregação de funções e com o respeito da sua governança interna.

No momento, as áreas técnicas estão aqui representadas: pelo Sr. Fernando Soares, a quem agradeço a presença, um servidor histórico da nossa casa, responsável pela SEP (Superintendência de Empresas), está conosco há 25 anos; pelo Sr. Carlos Guilherme, responsável pela área de Superintendência de Processos Sancionadores, um servidor também histórico, na CVM há mais de 20 anos. Eles estão aqui para nos dizer como funciona essa governança e essa segregação de funções tão cara para a gente.

A CVM montou uma força-tarefa, com diversas superintendências, para apurar esse episódio em cooperação com outros órgãos. A CVM está fazendo uso dos convênios com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal e, no que tange à sua atuação em juízo, a CVM está em constante diálogo com a AGU (Advocacia-Geral da União), por meio da PRF2.

Até o momento, foram instaurados doze processos administrativos e dois inquéritos administrativos. Eu posso, posteriormente, falar sobre cada um deles com os senhores, respeitados os limites para não ter o prejuízo a essa fase investigativa.

Estamos muito empenhados em esclarecer esse assunto e esperamos dar uma resposta adequada à sociedade. A CVM não tolerará ilícitos no mercado de capitais. Se os processos demonstrarem que infrações ocorreram, todos os responsáveis serão devidamente responsabilizados, com o rigor da lei, na extensão que lhes for aplicável.

Aliás, falando do empenho dos servidores da CVM, eu queria aproveitar esses minutos finais deste meu registro, desta mensagem inicial para fazer uma menção. Há exatamente um ano, eu tive o prazer de vir aqui à CAE, sabatinado – o Relator do meu processo foi o nosso atual Presidente da CAE, Senador Vanderlan Cardoso –, e, naquela ocasião, eu tive a oportunidade de pedir a todos que olhassem com carinho para a CVM.

A CVM não tem um concurso público desde 2010. Estamos com um corpo de servidores extremamente enfraquecido. Somos apenas 400 servidores, incluindo 39 em abono aposentadoria, que, a qualquer momento, podem nos deixar. Adotando como parâmetro o mercado de capitais de 2010, a CVM é 30% menor do que deveria, sendo que, de lá para cá, o nosso mercado de capitais cresceu muito em tamanho e em complexidade. Exemplos: volumes negociados em Bolsa, a gente tem um crescimento de quase 4.000%; números de CPF de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidores na Bolsa, tínhamos, aproximadamente, 500 mil, hoje temos, aproximadamente, 6 milhões de CPFs registrados negociando nas bolsas do Brasil; o mercado sob regulação cresceu 135%, atingindo R$27 trilhões, em 2022.

Então, assim, a questão aqui é só aproveitar para fazer uma consignação nesse sentido e para fazer um agradecimento de público ao Ministro da Fazenda, na figura do nosso Ministro Fernando Haddad, aos Secretários Gabriel Galípolo e Marcos Pinto e ao Assessor Especial Francisco Mansur. Todos têm sido bastante solícitos às necessidades da CVM e têm sido bastante sensíveis à necessidade de a gente reforçar a casa para melhor cumprir o nosso mandato.

Obrigado.

Coloco-me à disposição para as perguntas que vierem.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou passar a palavra ao Dr. Isaac Sidney Ferreira, pela Febraban, e, depois disso, as perguntas estão abertas aí para o Dr. João Pedro e para o próprio Dr. Isaac.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA (Para expor.) – Senador Otto, muito obrigado. Agradeço a V. Exa. pelo convite.

Quero saudar a iniciativa da CAE em promover este debate e agradecer pela oportunidade de os bancos, aqui representados pela Febraban, poderem colaborar com a elucidação dos fatos. Cumprimento também os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e os participantes desta audiência pública.

Eu quero iniciar dizendo que os bancos credores não deram causa a esse grave problema da Americanas, mas nós estamos aqui, representados pela Federação de Bancos, porque queremos contribuir para a solução dessa crise da Americanas, que afeta um setor importante que é o setor de varejo, que tem muita relevância para a nossa economia.

A nossa postura aqui, Senador Otto, portanto, é construtiva, é colaborativa. Nós não pretendemos aqui – e nem poderíamos fazê-lo – apontar culpados. Nós não estamos aqui também para defender os bancos, porque, ao lado dos credores, fornecedores e investidores, fomos todos surpreendidos com uma descoberta até então, eu diria, inimaginável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós confiamos que as instâncias administrativas, e isso inclui os comitês e a própria investigação da CVM, que há pouco o Sr. Presidente mencionou, e também confiamos que o Poder Judiciário, todos eles se encarregarão de elucidar os fatos e de apurar quais foram efetivamente os responsáveis pelas práticas contábeis que omitiram a real situação patrimonial da Americanas.

Eu quero também ressaltar que a relação comercial dos bancos com a Americanas não é um tema setorial tratado dentro da Febraban. Não há qualquer liderança da entidade na condução dessas tratativas comerciais, portanto, cabe a cada um dos bancos credores cuidar de todas essas situações negociais relativas aos créditos que acabaram se tornando inadimplidos. A atuação da Febraban é meramente institucional sob a ótica, eu diria, da robustez e da solidez do mercado de crédito e, bem como, da funcionalidade do mercado de crédito que, em última instância, é o que importa para a federação de bancos sob a ótica setorial.

Quero também mencionar que a Febraban apoia toda e qualquer iniciativa que procure conciliar os interesses que possam levar a uma composição entre credores, fornecedores, sejam esses credores financeiros ou não, para que possamos, os bancos, continuar alavancando esse setor de varejo, dada a sua importância para a economia brasileira.

Eu quero também dizer que nós estamos aqui com a expectativa de que a CAE possa dar sua contribuição para esclarecer o que efetivamente aconteceu e nós temos toda a tranquilidade, o setor bancário, os bancos e a Febraban, em afirmar, e as investigações em curso assim haverão de concluir, que as instituições financeiras foram vítimas de uma gestão que adotou práticas contábeis que ocultaram a verdadeira situação patrimonial.

Eu queria, Senador Otto, nesse tempo que me resta, mencionar dois pontos que eu considero relevantes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fique à vontade.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA – ... em relação a essa temática da Americanas.

Eu queria iniciar falando sobre o que significa esse produto, essa linha de crédito do risco sacado, e também, sob a ótica legal, qual é a nossa visão em relação a quem cabe a responsabilidade pela integridade das demonstrações financeiras de uma companhia, a exemplo da Americanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi aqui relatado, a imprensa noticiou isso com uma cobertura muito grande que, no início de janeiro, portanto, a própria Americanas anuncia ao mercado, sem maiores explicações, que teria identificado um rombo, aquilo que se chamava ou que se chama ainda de inconsistência contábil. Esse rombo, algo em torno de R$20 bilhões, e parte desse rombo estariam relacionados à forma como se contabilizavam ou não essas operações de risco sacado.

O que seria, então, esse produto risco sacado? Eu acho que isso é relevante para que nós possamos compreender qual é o papel dos bancos em fomentar o setor de varejo.

Portanto, a gente tem uma situação em que uma grande empresa varejista adquire mercadorias e, portanto, tem fornecedores, precisa pagar esses fornecedores. E, esses fornecedores, que precisam de liquidez imediata, que precisam de disponibilidade imediata, procuram os bancos para antecipar esses recebíveis. Então, essa é a primeira parte de uma operação muito simples, usual, recorrente e que, na verdade, faz parte do dia a dia do setor bancário.

O fornecedor envia uma série de dados para os bancos, confirma essas informações e dados, como a quantidade de mercadorias que foi vendida, valores envolvidos, prazos para pagamento, as condições em que esse fornecedor entabulou o negócio com a grande empresa de varejo. E, ainda, nós recebemos, também, os bancos, a confirmação, por parte da empresa de varejo, dessas condições, desse negócio, tudo isso materializado por meio de documentos, de regra, duplicatas, faturas. E, a partir do momento em que há essa certificação, só, então, os bancos passam a conceder e a antecipar esses recebíveis para os fornecedores.

Então, é dessa forma que funciona, portanto, essa linha crédito. Como eu mencionei, é uma operação muito singela, recorrente. Praticamente, os grandes bancos praticam essa operação, não só os grandes, mas também médios e pequenos bancos, oferecendo capital, oferecendo, portanto, liquidez imediata a esses fornecedores, para que eles não aguardem o prazo que foi celebrado com a grande empresa de varejo.

Portanto, esse produto de risco sacado é uma, eu diria, relevante operação de fomento à economia, praticada no mercado há muitos anos. Para que nós tenhamos uma ideia de valores, neste momento, nós temos um saldo, Senador Otto, da carteira de antecipação de recebíveis para o varejo da ordem de R$120 bilhões. Isso significa, aproximadamente, 10% do total da carteira de crédito com recursos livres dos bancos para as pessoas jurídicas. É uma operação que nós consideramos muito importante, sobretudo para fornecedores de menor porte, para empresas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequeno e de médio porte, porque permite que essas empresas possam, ao tomar essa linha, fazê-lo com custos mais baixos e taxas mais baixas.

Aqui vai uma informação que eu diria que é importante. O *spread* dessa linha de risco sacado é um dos menores *spreads* de linhas de crédito para as pessoas jurídicas, o segundo menor custo de juros de uma linha de crédito para as empresas que a tomam. Na prática, portanto, o risco sacado é uma operação muito simplória de desconto de papéis, desconto esse em que acaba sendo aplicado um deságio. Esse deságio é proporcional ao tempo em que aquela empresa receberia da grande empresa de varejo.

Eu posso aqui assegurar, Senador Otto, demais Senadores aqui presentes, que todas as operações, e também me refiro aqui ao Presidente da CVM, todas as operações realizadas pelos bancos nessa linha de risco sacado, todas, sem qualquer exceção, possuíam lastro. O que significa isso? A mercadoria, de fato, era adquirida pela Americanas, tínhamos fornecedores que, efetivamente, forneciam essas mercadorias, precisavam receber os valores em razão da venda dessas mercadorias e, portanto, toda essa documentação comprobatória era trazida para os bancos para que se pudesse, então, formalizar a concessão dessa linha de crédito. Tudo isso materializado em duplicatas. Não havia, e não houve, e não existia nada de errado nessas operações, porque elas, simplesmente, têm lastro, como, corriqueiramente, sempre acontece.

O que na prática aconteceu é que a Americanas, e não os bancos, na sua contabilidade, não fazia refletir todas as suas obrigações, todos os seus passivos, vindo-se, depois, a se descobrir um rombo patrimonial. Então, era uma questão contábil por parte dessa empresa de varejo, dessa companhia de varejo, e isso era completamente apartado, digamos assim, da forma de concessão dessa linha de crédito.

Eu quero aqui reforçar, por exemplo, que, em outubro recente, quando a Americanas, pelo que me dou conta, fez a sua última emissão de debêntures, a própria Americanas atestou toda a regularidade das suas demonstrações financeiras. Quando a gente verifica, por exemplo, a escritura de emissão das debêntures, a gente vê, claramente, a Americanas, inclusive por sua empresa de auditoria, atestando a integridade das demonstrações financeiras da companhia.

Quero também mencionar que a Americanas pagava em dia as suas obrigações. Isso aqui é algo sintomático, ou seja, não havia no radar um risco de inadimplência, um risco de *default*. A Americanas cumpria com as suas obrigações, ou seja, não havia um problema de liquidez, não havia um problema de fluxo de caixa; havia, o que se descobriu depois, um problema patrimonial em razão da forma como a Americanas registrava as suas obrigações na sua contabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não por outra razão, os bancos, Senador Otto, concediam esse produto, essa linha de risco sacado sem garantias. E assim o faziam considerando que nós estávamos tratando de uma empresa com risco de crédito chamado t*riple A,* assim atestado por empresas de auditoria, assim atestado, inclusive, pela notoriedade do empreendedorismo e da capacidade dos seus controladores, que, de fato, estavam à frente.

Do ponto de vista da responsabilidade – e com isso eu concluo o segundo e último ponto, Senador, desta minha fala inaugural –, eu acho que vale a pena que nós possamos divisar, do ponto de vista da lei, de quem seria a responsabilidade pela integridade das demonstrações financeiras. Eu mencionei no início e reitero: nós não vamos aqui apontar culpados, mas a lei existe para ser cumprida, e a responsabilidade recai sobre os administradores da empresa. Também pela lei, essa responsabilidade pode alcançar os controladores, pois são eles que acabam também elegendo os gestores da empresa – aqui, mais uma vez, sem nominar, sem identificar, mas é o que prevê a Lei das S.As. Portanto, cabe à Americanas, cabe aos seus administradores, aos seus controladores, eventualmente, explicarem essas inconsistências, especialmente porque essa linha do risco sacado é uma linha notória, é uma linha que tinha cifras bilionárias. Portanto, tudo era feito de acordo com a melhor prática de transparência em relação à técnica bancária. Certo é que, do ponto de vista da responsabilidade legal, não cabe aos bancos, na verdade, fiscalizar o balanço de qualquer companhia. É claro que os bancos, na sua modalidade de risco de crédito, se certificam do risco do tomador do empréstimo, do tomador do crédito, mas, pela legislação, não são os bancos aqueles que têm a responsabilidade legal de fiscalizar, de auditar os balanços e as demonstrações financeiras de qualquer companhia. E isso inclui aqui a Americanas. Eu quero mencionar, por fim, que também há normas que são rigorosas por parte da CVM no que diz respeito a essa responsabilidade. Portanto, são marcos regulatórios infralegais que as companhias de capital aberto têm de observar.

Eu concluo dizendo que os bancos, assim como outros credores, não tinham e não têm, portanto, responsabilidade pela integridade das demonstrações financeiras e também – acho que é o ponto mais relevante aqui que me cabe ressaltar – que nós bancos tínhamos e temos créditos bilionários, perto de R$20 bilhões, sendo que, certamente, os bancos seriam os últimos a se interessarem por anuir a qualquer tipo de prática que pudesse colocar em risco o recebimento desses valores. Eu tenho, Senador Otto, 35 anos de atuação no setor financeiro, eu fui funcionário de carreira do Banco Central por 18 anos, fui funcionário de carreira do Banco do Brasil. E eu não consigo encontrar qualquer tipo de racionalidade em um banco que queira aumentar o seu risco, contribuindo para uma fraude ou para uma ilicitude no balanço de uma empresa. Isso seria algo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fato, impensável. O que o banco faz é totalmente o contrário: pela técnica bancária, o que ele quer é mitigar os riscos para que ele possa ter uma recuperação do crédito que ele empresta.

Eu quero aqui dizer que nós temos uma posição muito tranquila em relação a essa linha do risco sacado. Os bancos possuem recursos bilionários para serem recuperados, créditos que foram dados, inclusive sem garantia, dentro de uma modelagem de uma empresa que não aparentava qualquer risco patrimonial. E, portanto, nós bancos não tínhamos motivos para desacreditar ou para colocar em xeque, em dúvida, digamos assim, a própria postura da Americanas, até que todos nós pudéssemos, inclusive a sociedade, descobrir o que aconteceu. É uma empresa listada em Bolsa, com risco de crédito, como mencionei, menor, classificado como *triple A* por empresas que são renomadas do ponto de vista da auditoria. Nesse cenário, ninguém parte do pressuposto de que estamos negociando e transacionando com uma empresa que oculta o seu patrimônio.

Seriam, Senador Otto e demais Senadores, esses os esclarecimentos iniciais que eu me permito fazer.

Fico à disposição para questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Sa.

E passo a palavra para o Senador Wellington Fagundes, em um questionamento que faz ao Dr. João Pedro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, estou justificando que nós não pudemos estar todo o tempo aqui na reunião, já que nós estávamos na Marcha dos Prefeitos lá também.

Eu quero aqui indagar, com esse rombo de 20 bilhões inicialmente, que depois chegou a 40 bilhões... É claro que todos nós temos preocupação com a celeridade da investigação e também, claro, com a atribuição das responsabilidades. E aí a nossa indagação também: como é que pode, neste momento, século XXI, com toda a tecnologia disponível, que seja ainda possível que a empresa se utilize de maquiagem para causar esse rombo bilionário?

E aí eu pergunto. Considerando ainda que, além desses investidores, também outras empresas estão sendo prejudicadas com dificuldades na obtenção de crédito, com um ambiente de desconfiança em todo o mercado, esse caso denota que existem problemas estruturais no mercado que precisam ser endereçados. A governança das empresas de capital aberto está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

xeque e precisa ser discutida. Onde estavam as empresas de auditoria externa, os mecanismos de segurança interna da empresa, o agente regulador desse mercado? Eu acredito que isso seria muito mais para a CVM, mas a Febraban também pode fazer suas considerações.

Eu também quero perguntar à Febraban quais são os impactos desse caso sobre o mercado bancário. V. Sa. já falou aí de bilhões, não é? Isso pode trazer a curto prazo algum desequilíbrio ao nosso sistema? Por isso, então, quais são os riscos que se tornaram mais evidentes com esse caso? A Febraban está tomando ações de forma a proteger o sistema bancário de casos como este? E quais seriam essas ações?

Eu não sei se é possível também a Febraban dizer qual seria o volume de maior prejuízo e de quais bancos. Principalmente, a nossa preocupação é com os bancos públicos: Caixa Econômica, Banco do Brasil e outros bancos ainda públicos. Pergunto se isso, para a Febraban, também já está bem analisado.

E também para nós, que estamos aqui no dia a dia, a população sempre pergunta: "O que será feito?". Então, eu gostaria que também fosse... Esta Comissão aqui tem essa função, não é? Tem alguma recomendação legislativa que V. Sas., que estão aqui neste momento ainda, tanto da Febraban como também da CVM poderiam sugerir? É porque vocês é que estão no dia a dia... E, pelo pouco que eu ouvi aqui, o João Pedro foi bem incisivo também em colocações de que aconteceu e que a própria CVM não teve como acompanhar, não tinha como... Vamos dizer que era uma confiança que existia numa empresa tão tradicional. Agora, eu perguntaria, porque tem hoje muitas pequenas e médias empresas entrando também neste mercado de debêntures e em outras alternativas que o sistema financeiro está oferecendo. E muitas dessas empresas, que estão começando, abrindo o seu capital, neste momento, correm um risco maior?

Eu encerro.

Eu vi que o João Pedro está doido para responder, não é? É porque é muita, realmente, a angústia de todos nós, e eu acredito que a de vocês também.

Finalizando, eu quero deixar bem claro isto aqui, Presidente Otto: é a sugestão, porque nós precisamos buscar o caminho para que a gente possa fazer com que o nosso sistema seja acreditado. Nós temos investidores brasileiros, mas temos também investidores do mundo inteiro acreditando num país de oportunidades como é o Brasil. E a conclusão de V. Sas.: até que ponto isso vai afetar e até que ponto o Governo também, a Fazenda, tem efetivamente algo a tomar de providência sobre esse assunto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador Wellington Fagundes, o senhor traz aqui muitas perguntas, várias delas absolutamente interessantes de serem comentadas. Eu vou tentar fazer aqui uma sequência do que, na minha cabeça, é uma construção lógica para tantas provocações bem colocadas.

Começo, dizendo da seguinte maneira: no Brasil e no mundo, as companhias abertas foram concebidas com relações de controle. Então, vamos pensar assim: cabe ao conselho de administração monitorar e acompanhar o bem desempenhar das funções da diretoria.

No caso de uma companhia como as Lojas Americanas, listada no segmento de listagem novo mercado, *crème de la crème* do mercado de capitais brasileiro, ela tem um comitê de auditoria que ainda faz um trabalho adicional de supervisão, acompanhamento e inspeção. Essa companhia, em vários momentos, durante esse período em que houve essas inconsistências contábeis e esses problemas na maneira de contabilização ou não contabilização, teve o conselho fiscal instalado. Em paralelo a isso, ela também teve uma empresa de auditoria independente.

Aqui é interessante a gente entender assim: o regulador de conduta não faz análise de mérito em relação às oportunidades de investimento que são colocadas pelos emissores ao mercado, de maneira geral. Não cabe ao regulador de conduta dizer: "Olhe, essas ações dessa companhia", que agora é objeto desse episódio lamentável e gravíssimo, "estão cotadas a mais do que deveriam". Não cabe ao regulador de conduta fazer isso. Cabe ao regulador de conduta assegurar que essa companhia preste, com lisura e transparência, de forma completa e tempestiva, todas as informações para que o mercado como um todo possa fazer uma análise de mérito em relação à oportunidade de investimento que se coloca.

Quando a companhia deixa de reportar a existência de endividamentos que variam entre 20 bilhões e 25 bilhões, existe um tema aqui que realmente precisa de uma sessão extraordinária – e aqui eu parabenizo a CAE –, que realmente precisa de tantos processos administrativos na CVM e que precisa de fato ser tratado com rigor técnico, porque as relações de controle falharam! Um caso como este não poderia acontecer. E um caso como este precisa de uma resposta à altura para que o mercado de capitais brasileiro continue se desenvolvendo. O mercado de capitais brasileiro não deixa nada a desejar para os países mais desenvolvidos do mundo. Eu tenho o prazer de ocupar um assento na OCDE justamente numa comissão de governança corporativa e vou falar que o Brasil tem que se orgulhar do seu mercado de capitais. A gente tem é que pegar um caso como este, apurar todos os responsáveis e puni-los severamente. Por quê? Fazendo isso, este caso não se reproduz; fazendo isso, a gente evita um efeito sistêmico, a gente evita que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações semelhantes venham a se perpetuar. E, na realidade, a gente aqui não está falando de 50 mil, 100 mil, 200 mil; a gente está falado de 25 bilhões, que, somados aos valores dos endividamentos que já estavam registrados nessa companhia, perfazem um montante que vai, sim, gerar impacto para o Brasil, vai gerar impacto para os investidores. Os acionistas dessa companhia enfrentaram perdas de 90% entre dezembro e janeiro, na virada dessas coisas que a gente teve aí a oportunidade de conhecer por conta dos fatos relevantes. Então, os credores perderam muito, sim. Os prestadores de serviço – e teve um senhor aqui que fez uma fala em nome dos fornecedores – perderam muito. Mas os acionistas minoritários, os investidores, aqueles destinatários da proteção, os investidores de varejo também sofreram prejuízos. E a gente precisa se certificar de que os responsáveis serão devidamente responsabilizados e de que os mecanismos eventualmente existentes em outras searas para além da CVM, para que essas pessoas possam buscar reparação dos danos que sofreram, estejam disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu só queria, Presidente, nesse raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor vai dirigir alguma pergunta ao Dr. Isaac? O senhor queria perguntar alguma coisa ao Dr. Isaac? Ele está querendo falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

Nesse raciocínio, a gente sabe que tudo que é judicializado no Brasil é lento, demora demais. Então, eu também gostaria de receber de vocês dois a sugestão de como não fazer desse caso uma luta *ad aeternum*, porque aí não tem nem como responsabilizar. E qual é o aconselhamento para a nossa Comissão nesse sentido por parte de V. Sas?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – A colocação feita pelo senhor é absolutamente pertinente e me remete a um caso relevante que é uma discussão que existe na OCDE e que o Brasil, no Governo anterior e no Governo atual, vem patrocinando, que é o tema do *private enforcement*, que é a gente assegurar mecanismos para que os agentes privados consigam ter as reparações, o exercício efetivo dos seus direitos de uma forma mais adequada. Aqui a gente está falando em simplificar o acesso à Justiça, ter certeza de que a resposta vem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira adequada. Esse é um tema que também envolve o reforço nos instrumentos de ações coletivas existentes dentro do nosso direito societário.

Pode ter certeza de que o Ministério da Fazenda, junto da Secretaria de Reformas Econômicas, está olhando esse assunto com muito carinho e de que, no que depender da CVM, eles encontrarão apoio irrestrito, porque esse é realmente um tema importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só complementando o Senador Wellington, eu queria fazer uma pergunta objetiva: qual é a punição que pode ser imposta às Lojas Americanas pela CVM?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Na realidade, dentro do nosso mandato, temos a possibilidade de impor sanções pecuniárias, multas pecuniárias. E, hoje, pelos valores envolvidos, a depender dos parâmetros identificados, esse valor pode ser bastante substancioso. Seria precipitado atribuir um número aqui, porque a temática envolve a dosimetria das penas, e a dosimetria das penas tem uma relação técnica com a questão da imputação dos ilícitos. Eu não poderia, como Presidente da CVM, sentar a esta mesa e dizer qual seria a dosimetria atribuível antes de conhecer das áreas acusatórias a imputação que será formulada em cada um dos casos para a gente poder entender se, de fato, houve um ilícito e aí, posteriormente, dizer qual é a sanção cabível.

O mais importante de tudo e a mensagem que fica é a seguinte: a CVM está extremamente alerta ao caso e dará uma resposta à altura da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Isaac Sidney.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA (Para expor.) – Senador Wellington Fagundes, eu quero também, rapidamente, tecer algumas considerações sobre o ponto da sua fala relacionado com o mercado de crédito, que acho que é um ponto relevante.

Nós temos, hoje, no mercado de crédito, um saldo para as empresas da ordem de R$2,1 trilhões. Esse é o saldo total de tudo quanto os bancos, o setor financeiro tem emprestado para as empresas dos mais diversos portes, grande, médio, pequeno e até microempresas.

Nós tivemos, em 2020, uma experiência que mostra a robustez, a solidez do setor bancário, que não faltou ao país na prática de irrigar a economia com recursos. Ali nós tivemos uma situação em que o próprio mercado de capitais colapsou, naquele momento mais crítico da pandemia, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2020, houve uma expansão do crédito para as empresas da ordem de 21%, o que quer dizer que é uma magnitude realmente bastante relevante do ponto de vista da expansão. Isso não era algo usual no mercado de crédito, mas isso demonstra a capacidade de resposta do setor bancário em crises. Então, aquele era um momento, de fato, eu diria, de uma crise aguda que acabou atingindo a economia como um todo.

Agora nós temos uma situação que consideramos mais localizada, mais isolada, de uma grande empresa de varejo que entrou em um processo pré-falimentar, num processo de recuperação judicial, quando se deu a descoberta do rombo patrimonial, do desfalque patrimonial, digamos assim. E, portanto, nós temos uma situação que ainda consideramos, eu diria, bem localizada. Eu não enxergo que exista, neste momento, uma crise de crédito. Os canais de crédito estão fluindo para pessoas físicas e para pessoas jurídicas.

O que a gente está vendo, eu diria, são consequências de situações e de condições monetárias e financeiras mais adversas. Nós estamos, neste momento, com uma taxa básica da economia de fato fazendo frente para poder conter a pressão inflacionária. Existe um processo de desinflação em curso. E temos, portanto, uma Selic mais elevada, custo de captação mais elevado, risco de crédito, de certa forma, também maior. Nessas situações, os bancos costumam ser mais seletivos, mais cuidadosos, para evitar que se amplie o risco de crédito.

Em relação ao setor de varejo, quero dar um dado que eu considero relevante. Os bancos têm... Desses R$2,1 trilhões, Senador Wellington Fagundes, mais de R$500 bilhões, quase R$600 bilhões são recursos emprestados para o setor de varejo, o que significa algo em torno de 25% do total da carteira de crédito dos bancos para as empresas, denotando a importância do setor de varejo.

Quando nós olhamos para os recursos livres, que são aqueles que os bancos livremente podem alocar na economia, vemos que 35% dos recursos livres dos bancos se destinam ao setor de varejo. Aqui e ali pode ter algum gargalo, aqui e ali pode ter uma situação pontual, localizada, mas o mercado de crédito tem neste momento uma funcionalidade adequada, o Banco Central, que é o regulador do mercado de crédito, se mantém vigilante.

Hoje mesmo, na ata do Copom, há informações de que o Banco Central tem condições, tem ferramentas e instrumentos para prover liquidez se houver situações que possam reclamar uma atuação do regulador de crédito. Os bancos estão bem capitalizados, estão líquidos, bem provisionados, com uma rentabilidade adequada, de tal sorte que eu não consigo enxergar neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento uma crise de crédito que possa levar a uma atuação conjugada, mas isso não nos exime de fazermos diagnósticos e avaliarmos quais são as perspectivas.

Nós criamos, na Febraban, um grupo de trabalho focado em fazer um diagnóstico sobre as perspectivas do crédito para as empresas. Esse grupo de trabalho está em curso e tem a participação dos bancos públicos – V. Exa. mencionou também, há pouco, os bancos públicos. São bancos associados à Febraban o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que integram esse grupo de trabalho.

Portanto, nós estamos, no dia a dia, fazendo diagnósticos, analisando as perspectivas. Consideramos que existe uma situação um pouco mais adversa, um cenário um pouco mais adverso, de crédito um pouco mais caro, um pouco mais escasso, mas longe de uma crise de crédito.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Um breve comentário aqui.

O Presidente da Febraban foi muito feliz em "termos cuidado para não condenarmos de antemão a conta risco sacado". O problema do caso da Americanas está ali tangenciando essa questão, mas não podemos matar uma operação bancária de crédito que pode ser relevante para a indústria brasileira de uma maneira bastante abrangente. Se o problema no caso das Americanas fosse, pontualmente e exclusivamente, a questão do risco sacado, seria uma questão de geografia dentro do balanço da companhia onde estariam esses valores, e, no caso concreto, a questão parece ser um pouco mais complexa do que isso.

Era só isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o Sr. Isaac e o Sr. João Pedro pela presença nesta Comissão.

Como, Isaac, V. Sa. citou a questão do Banco Central, pergunto: como tem sido a interação da Febraban com o Banco Central nessa matéria?

Eu já vou fazer outra pergunta também, ao João, da CVM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas companhias pagam remunerações variáveis muito expressivas aos seus diretores. O Senador Wilder falou que, só no ano de 2022, se não me engano...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Fora do microfone*.) – Foram R$333 milhões distribuídos.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Foram R$ 333 milhões distribuídos.

Na sua visão, existe alguma correlação entre esses pagamentos, que são volumosos, e essas práticas de uma contabilização?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone*.) – Qual é a sequência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Dr. Isaac.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA (Para expor.) – Senador Vanderlan, é uma satisfação reencontrá-lo. Muito obrigado por sua indagação.

A interação da Febraban com o Banco Central é uma interação que eu diria ser muito recorrente dentro daquilo que deve ser a relação do regulador com a entidade que representa os regulados.

Em relação a esse caso concreto, o Banco Central monitora por meio dos seus instrumentos. Existe uma espécie de central de risco em que o Banco Central consegue enxergar a exposição de risco dos bancos a todos os seus clientes. Então, toda operação, a partir de determinado valor, cerca de R$200, entra nesse monitor do Banco Central, e o Banco Central acaba fazendo a supervisão, na modelagem de risco, no modelo de risco, para identificar quais são as maiores exposições.

Sobre esse caso da Americanas, desde que se deu a descoberta do rombo patrimonial, houve e continua havendo conversas com o Banco Central, com a área de supervisão do Banco Central, do Banco Central com os bancos credores. E aqui eu volto a ressaltar um ponto importante: não há uma atuação de liderança da Febraban na condução desse tema Americanas, porque o cerne da questão diz respeito aos créditos dos bancos frente a Americanas, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma relação comercial, negocial, que é tratada diretamente entre os bancos credores, a Americanas e o próprio Banco Central. Mas, naquilo que toca à funcionalidade do mercado de crédito, à robustez do mercado de crédito, a Febraban interage de forma muito recorrente com o Banco Central, que é o regulador do mercado de crédito, para que a gente possa, então, mostrar o diagnóstico que temos, as perspectivas que temos sobre eventuais problemas nesse mercado de crédito.

Continuo aqui fazendo menção e reiterando a nossa posição de tranquilidade em relação ao mercado de crédito, que passa por um momento adverso em razão de condições monetárias e financeiras mais apertadas, mas não em termos de crise.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Vanderlan, satisfeito com a resposta?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Satisfeito.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Sr. Presidente, eu posso responder à minha parte?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, seja breve.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Serei breve.

Senador Vanderlan e Senador Wilder, na realidade, as duas colocações feitas pelos senhores se complementam. O senhor traz uma colocação sobre o pagamento de remunerações variáveis a executivos e o senhor traz uma questão sobre o pagamento de dividendos aos acionistas da companhia.

O ser humano responde a incentivos, todos nós. Então, não podemos tirar conclusões precipitadas, mas existe realmente uma relação de causa e efeito numa contabilização que passa num cenário de que a companhia tem uma situação de saúde financeira extremamente melhor do que aquela que ela verdadeiramente tem. Eventualmente, se esses descasamentos de 20 bilhões a 25 bilhões tivessem sido revelados nos anos anteriores, dificilmente essa companhia teria condições de pagar remuneração variável, dividendos e outras questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu volto aqui também a uma outra temática que é relevante ao direito societário: o valor, o preço de emissão dessas ações, o valor pelos quais elas eram negociadas em bolsa até dezembro de 2022, ficava na casa de uns R$15 e agora em janeiro era um valor próximo de R$1 ou alguma coisa dessa natureza. Então, até os incentivos para que uma posterior contribuição de capital seja realizada com preço de emissão extremamente inferior àquele denotam a necessidade de o regulador do mercado de capitais olhar para esse tema com muita atenção, especialmente atento aos acionistas minoritários, que foram quem mais experimentaram essas perdas. Os executivos tiveram pagamentos de remunerações variáveis, enfim, esse é um tema que eu posso ter certeza de que está entregue em muito boas mãos quando eu olho para a minha área técnica.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. João Pedro, eu vou usar aqui um termo médico. Eu sou cirurgião e, fazendo-se um diagnóstico precoce de qualquer enfermidade, a cura é quase 100% correta. Faz a radiografia, faz a ressonância, a tomografia, pede os exames de sangue... O doente está no início. Você bota na sala e opera, o doente fica bom.

O que eu quero perguntar é o seguinte: nessas fraudes, pode acontecer alguma fraude semelhante no varejo atual? E depois: essas empresas controladas pelos mesmos acionistas controladores das Americanas têm alguma possibilidade disso? E a Comissão de Valores Mobiliários pode fazer esse diagnóstico para prevenir uma situação dessa igual à das Americanas?

Era isso o que eu queria perguntar.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Começo com respeito referencial à experiência que o senhor traz na sua vida como médico e tentando trazê-la para a minha experiência como regulador do mercado de capitais, tentando fazer o diagnóstico adequado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Uma ressonância, no mínimo, você deveria fazer.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Nem sempre é fácil passar uma ressonância em 700 companhias abertas, 25 mil fundos de investimento, auditores, etc., com 400 servidores. Eu posso dizer que a gente está aqui fazendo o melhor para que essa ressonância aconteça sempre de forma responsável.

Mas o senhor traz algumas questões muito importantes também. A primeira questão é a seguinte: caramba, se as Lojas Americanas, que eram tão relevantes para o setor de varejo, tiveram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma crise dessa magnitude, quais são as possibilidades de uma crise semelhante acontecer em outras empresas do varejo?

Realmente, esse é um tema que requer um cuidado adicional da nossa casa, requer uma atenção de todos nós. O que eu posso dizer aqui, de maneira bastante responsável e pública, é que a SEP, que é a nossa área de relação com empresas, no contexto dessa revelação que deixou a todos bastante desconfortável sobre o episódio da Americanas, a gente fez alguns questionamentos iniciais para dez das companhias de varejo que são companhias abertas, que são assim maiores.

A gente está ali fazendo um trabalho responsável, mas a gente tem a sensação inicial, e eu não quero aqui também cruzar nenhuma fronteira, porque essa avaliação é feita pela área técnica, de que essa é uma questão episódica, que não terá efeitos sistêmicos.

Ao mesmo tempo, a gente está ciente de que essa temática do risco sacado e da maneira como são feitas essas contabilizações dos endividamentos por contas com fornecedores demandarão uma atenção especial.

A pergunta do senhor, se eu entendi também corretamente, se estende para outras companhias que tenham assim os acionistas de referência como controladores ou como acionistas mais relevantes. Essa é uma outra questão que precisa ser avaliada.

Com todo o respeito que nós temos a eles e a vários outros empreendedores do Brasil, que são fundamentais para a geração de emprego e renda, para o crescimento econômico do país, todos nós estamos comprometidos com isso. E também, sem querer tirar nenhuma conclusão precipitada, eles notoriamente têm políticas bastante agressivas em relação à contabilização de despesas, em relação à ideia de tentar tirar a maior vantagem possível dos prazos de pagamento de fornecedores.

Isso tudo faz com que, sim, a gente esteja atento a outras companhias que são controladas por eles. Mas também volto a dizer, neste momento, que a gente não tem nenhuma razão para acreditar que esse seja um risco sistêmico e que tenha um efeito dominó para essas companhias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Carlos Portinho.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Não era eu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente. Eu só gostaria de saber se chegou às mãos da Presidência desta Comissão o documento.

E, ao Presidente da CVM, é sobre ele que eu quero dirigir uma única pergunta.

Esse documento põe por terra todo o depoimento do Sr. Sergio Rial e pega na mentira, porque estavam achando fantástico, ele deve ser um mago. Em duas semanas, ele entrou e descobriu um rombo, e a gente acaba de perceber, por esse documento, que ele tinha um contrato de consultoria, em que essa transição, a assunção dele como CEO já estava prevista no documento desde maio de 2023. O Sr. Sergio era conselheiro, diretor, mas tinha relações com o banco Santander direto naquela época.

Então, até à guisa de sugestão legislativa, que eu acho que é o maior interesse desta sessão, Sr. Presidente, a gente tem que tratar desses conflitos. Não dá para uma pessoa que é conselheira, diretora de um banco credor ser, ao mesmo tempo, consultor e depois se transformar em presidente, CEO das Americanas, com quem o seu banco originalmente tinha um crédito, e as Americanas, uma dívida, não é?

Ele disse que foi em setembro. Em setembro, foi a transição, que estava prevista nesse documento assinado em maio. Não admito mentira no Senado, Sr. Presidente. O documento está aí para provar. Eu gostaria, chegando às mãos da CVM, de saber objetivamente: se esse documento tivesse sido revelado antes, eu imagino que o senhor não tenha conhecimento, Sr. Presidente, esse documento, por si só, geraria um fato relevante, obrigação de fato relevante, declarar ao mercado ou não?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador Carlos Portinho, primeiro, acho que cabe um registro aqui realmente, nesta sessão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um minuto.

Senador Carlos Portinho, o documento já está nas mãos do Presidente da CAE, o Senador Vanderlan Cardoso, e vou passar a cópia para o Dr. João Pedro. Já está na mão do Dr. João Pedro também, para verificação do que V. Exa. pede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Senador Carlos Portinho, então, eu acho que realmente o senhor trouxe aqui um elemento que precisa ser objeto de um aprofundamento por parte da CVM.

Como eu falei no início, por conta da nossa governança interna, eu não tenho ingerência absolutamente nenhuma em relação aos processos administrativos nessa fase investigativa, nessa fase inicial, que está ali tentando apurar a ocorrência dos ilícitos.

Mas, conversando aqui com os nossos superintendentes Fernando Soares e Carlos Guilherme, que são servidores que hoje nos dão a honra de me acompanharem aqui ao Senado, eu tomo conhecimento de que esse contrato até hoje não tinha sido juntado aos autos daquele processo administrativo. E foram franqueadas inúmeras oportunidades para que isso pudesse ser esclarecido, mesmo porque havia saído uma matéria no jornal noticiando que existia um contrato com o Sr. Sergio Rial a partir de setembro, quando, nas primeiras manifestações públicas dele, as manifestações eram no sentido de que ele havia ingressado na companhia ali no dia 2 e havia tido uma permanência bastante breve, por assim dizer.

E, na realidade, realmente existe aí uma contradição nessas falas, no sentido de que esse é um tema que precisa ser apurado. Tenho certeza de que a área técnica fará esse trabalho com todo o cuidado. E aqui a gente tem, então, uma confusão temporal, não é? A gente sabe que o fato relevante foi divulgado no dia 11 de janeiro, a gente sabe que ele assume a companhia no dia 2 de janeiro. Ele havia admitido publicamente que havia iniciado a prestar consultoria em setembro de 2022. Isso também foi uma admissão que veio na sequência, depois da revelação de algumas questões. E agora a gente descobre que também existia um contrato desde maio.

Não podemos tirar considerações, nem conclusões precipitadas, mas pode ter certeza de que essa questão aqui vai ser objeto de uma análise muito cuidadosa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu acompanho o trabalho do Dr. João Pedro. Estivemos discutindo a sociedade anônima de futebol. Merece toda a nossa confiança, a nossa credibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico feliz de poder, nesta audiência, ter contribuído com um fato novo, e dos mais relevantes, porque a gente, no final, tem que ter a preocupação com os fornecedores, com os pequenos empreendedores que têm contas a receber, mas tem que entender também se essa operação está no fim ou se está no meio. Isso tudo me faz supor, Sr. Presidente, se essa recuperação judicial não faz parte de todo um engendramento que começou em maio de 2022 e que agora permite a negociação de créditos com deságio, permite a separação do mercado do Hortifruti do ativo principal, que vai ser vendido ao mercado. A gente vai acompanhar depois quem é que vai comprar para entender se a gente está só no meio de um grande engendramento ou se a gente está no fim, olhando para o passado e tentando salvar uma empresa realmente.

Olha, vou falar a verdade: os três 3Gs... Não posso admitir que eles são tão bobos que não perceberam um rombo de 40 bilhões. Isso me traz muitas suposições, a partir do que foi colocado nesta audiência. Mas, tanto a CVM quanto o Judiciário saberão lidar. Eu acho que é um assunto da alçada privada e a nossa participação fica aqui.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. as colocações, que são relevantes, importantes e que serão consideradas pelo Presidente da CAE, o Senador Vanderlan Cardoso, e por todos nós as suas contribuições neste momento.

Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente, eu estou com um contrato de trabalho aqui em mãos. São três pontos para ele desenvolver na empresa. Agora, a consultoria numa empresa tem diversas áreas. O que a gente tem que observar – e aí ele vai ter oportunidade de esclarecer – é se esses pontos que estão aqui, o 1, o 2 e o 3, foram executados no seu contrato. Ele não está aqui para falar sobre isso. Na sua fala inicial, esclareceu que tinha um contrato de auditoria, aliás, de prestações de serviço às Lojas Americanas.

Então, nós vamos encaminhar e tomar as devidas providências para que isso chegue às mãos daqueles Senadores e Senadoras, daqueles que tiverem interesse. Com certeza, ele e o senhor Sergio Rial vão ter a oportunidade de esclarecer melhor esses fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma, Senador Vanderlan Cardoso. Nós poderemos fazer esse questionamento, inclusive, posteriormente, ao Dr. Sergio Rial.

Com a palavra, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para interpelar.) – Senador Otto, eu queria fazer uma pergunta ao Sr. João Paulo, que é o Presidente da CVM, e também ao Isaac, que é da Febraban.

Com certeza, eles acompanharam os últimos, os que os antecederam e os dois convidados que estavam aqui, a posição de um ex-CEO e depois, na sequência, a do novo CEO.

O Senador Portinho fez uma colocação muito importante: se essa consultoria já foi preparada para um período de dois meses como presidente e já conseguiu descobrir essa grande falha contábil, isso foi premeditado para que a gente possa fazer uma recuperação judicial nos termos que está sendo feita hoje.

A gente sabe muito bem, João Paulo, que as empresas que estão no varejo, praticamente, fazem uma operação financeira. Então, elas compram... Estava aqui agorinha o Sr. Moacir, que era um fornecedor. Ele prestava serviço, sei lá, um mês e recebia 15 dias depois. Então, essa operação financeira, que dá esses créditos – Febraban, com certeza, são os créditos de riscos sacados –, faz com que um volume de recurso muito grande dentro dessas empresas fosse feito para chegar a uma ordem de faturamento de quase R$50 bilhões por ano. E a gente sabe – com certeza, as empresas que estão listadas na Bolsa – o quanto se avalia uma empresa no mercado financeiro. Praticamente ela é avaliada pelo quanto fatura no ano. E boa parte das empresas organizadas, inclusive, tem até bancos delas, já fazem operação dentro da própria sociedade econômica.

Então, preocupa-nos muito, porque existem várias, centenas, milhares de empresas no varejo, e fica o alerta aí, principalmente para os bancos. Não sei quanto dessa dívida toda, Isaac, quantos por cento são de riscos sacados ou são de financiamentos, seja para aquisição de ativos ou até para capital de giro, que deveriam ter, logicamente, também fiadores, porque para nenhuma empresa de pequeno, médio ou grande porte que não esteja na Bolsa se faz um tipo de financiamento nessa ordem sem ter avalista até de terceiro, quarto, quinto grau para endossar que ela tem condição de pagar esse financiamento. Então, preocupa-nos.

Eu acho que é uma grande companhia. E hoje uma simples recuperação judicial dela, neste momento agora, como bem disse aqui o CEO atual: "Trazemos os bancos para dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade", logicamente, faz com que o valor das ações... Como bem disse o Presidente da CVM, tinha-se um valor de mercado até poucos dias, até para injetar capital na empresa, de R$15 a ação e, hoje, vale R$1 a ação.

Então, nós temos que acompanhar isso aí, porque talvez essa empresa seja recuperada, seja trazida aí como grande salvadora dos acionistas, mas, na verdade, foi provocado isso ao longo dos anos, porque foram distribuídos dividendos, desde 2011 até 2022, todo santo ano. E a gente descobrir uma fraude dessas simplesmente com o CEO que chegou há 60 dias ou com os órgãos, com as empresas que faziam toda auditoria dessa contabilidade fica muito estranho, ver uma posição dessas de uma grande empresa, de uma empresa desse tamanho do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu não vou fazer pergunta aqui nem ao Isaac, nem ao João Pedro, mas eu queria fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, parabenizo o nosso Presidente Vanderlan e, por tão bem presidir esta Comissão, o nosso Senador Otto, autor do requerimento.

A reflexão que eu faço é a respeito do varejo. O varejo hoje no Brasil sofre muito com Alibaba, Amazon, esses *marketplaces* internacionais que entram aqui sem pagar R$1 de imposto e sem ter um posto de trabalho.

Ouvi atentamente aqui o que o Dr. João Pedro falou e concordo em parte com ele. Eu acredito que nós temos que manter o CNPJ aberto até que se aplique multa, que se venha a punir o CPF de algum responsável direto, porque nós tivemos, Senador Otto, Senador Vanderlan e Senador Wilder, um passado muito triste em que se fecharam várias empresas, geraram-se várias demissões, não foi fácil, e demorou um certo tempo para o nosso mercado se recuperar, porque houve uma judicialização muito grande que, consequentemente, só fez prejudicar o Brasil.

Nós precisamos salvar esses 40 mil empregos das Americanas, nós precisamos simplesmente passar essa bola para a Justiça, para os órgãos de controle, que têm realmente o poder de aplicar qualquer punição, qualquer multa, e torcer para que os investidores macro injetem novos recursos na empresa para que a empresa volte a trabalhar no mercado, volte a ter a sua credibilidade, mantendo os seus postos de emprego e gerando arrecadação para os estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Angelo Coronel e passo a palavra ao Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Senador, é só um esclarecimento ao João.

Voltando ao início de sua apresentação, você falou que a CVM tem um poder de polícia e informou ou informa, no geral, como deve contabilizar o risco sacado. Foi isso? Eu ouvi bem?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Uma parte da exposição compreendeu essas questões sim.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vocês avisaram a Americanas que elas estavam contabilizando errado?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – A gente, na realidade, por meio de um ofício circular da SNC, que é a nossa área de normas contábeis, avisa o mercado como um todo, a gente avisa para todas as companhias. Na realidade, o ofício é destinado a todos os emissores.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando você falou: 2011, 2012, 2013?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Em 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E isso chegou na Americanas, dizendo que ela estava contabilizando errado?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – O ofício chegou a todas as companhias. Ele está disponível no *site*, está disponível para consulta. Na realidade, é uma das informações postas pelo regulador do mercado de capitais à disposição dos emissores para eles bem desempenharem a sua atividade de prestação de informações.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não entendi bem. À Americanas você informou: "Você está contabilizando errado"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Não, a gente não informou nem para a Americanas que ela estava contabilizando errado, nem para outra companhia que ela estava contabilizando certo.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É como deve se contabilizar?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Isso não é o papel do regulador de conduta. O regulador de conduta estabelece um padrão de conduta e assenta o seu funcionamento com base no regime informacional, pedindo para que os emissores informem ao mercado e ao próprio regulador como é que eles estão tratando cada uma daquelas questões dentro da cesta do padrão de conduta. Então, a gente tinha ali, com muita clareza, como o tema do risco sacado deveria ser contabilizado.

Mas, Senador, deixa eu até aproveitar aqui para mais uma vez fazer uma fala. A gente não pode criminalizar a conta do risco sacado, que é absolutamente fundamental para, como bem disse aqui o nosso Senador Angelo Coronel, que o varejo consiga se financiar, para que as operações bancárias possam antecipar o recebimento de valores que os fornecedores têm a receber.

Na questão das Lojas Americanas, a questão parece até um pouco mais complexa, porque se o problema fosse pura e simplesmente o risco sacado seria uma questão geográfica dentro do balanço da companhia e seria uma contabilização: "Olha, o senhor lançou aqui e deveria ter lançado lá". O que a gente está tentando entender é onde isso foi lançado, se é que foi lançado ou não foi lançado, e o porquê que não foi lançado.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O.k.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Muito obrigado pela sua pergunta.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente Otto, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Na fala do João, eu fiquei com uma dúvida aqui, não quero sair daqui com essa dúvida. Você disse aqui que as ações, até o final de dezembro, valiam R$15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Alguma coisa nesse valor. Eu não tenho certeza.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Quinze reais, por aí.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Você pode verificar? Só para a gente dar o valor correto.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – E agora está R$1.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Também não... Vou pedir para verificar para passar esse número cravado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É, mas é aproximado, certo?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Tá.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A dúvida que eu tenho é a seguinte: nós estamos vendo aí falar em um aporte de R$10 bilhões pelos acionistas majoritários, em torno disso – me corrija se eu estiver errado. Como é que fica o acionista minoritário quando se faz esse aporte? Essas ações deles desaparecem? Como é que é? Explique, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Essa questão é absolutamente importante ser esclarecida, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Exatamente. Some.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO – Posso até colocar aqui em perspectiva para nós discutirmos uma questão.

Eu não conheço os detalhes do plano de recuperação judicial das Americanas, mas esse é um tema que vem nos estimulando a estudar o caso. Pelo que eu tenho observado, existe ali uma promessa por parte dos acionistas de referência de realizarem um aporte numa casa de R$10 bilhões. Parece que os credores gostariam que esse valor fosse de R$12 bilhões. Em esse valor sendo desse montante, parece que existe um compromisso dos credores de capitalizarem dívidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mesmo montante. Então, de um dia para o outro, essa companhia teria ali o *market cap* dela diluído em R$20 bilhões ou R$24 bilhões.

O preço de emissão... Existe todo um procedimento na Lei das S.As. de como se determina o preço de emissão das ações no contexto de um aumento de capital. No caso de uma companhia aberta, como é o caso das Americanas, com ações cotadas em bolsas, há de se esperar que o valor seja alguma coisa parecida com uma média dos últimos pregões. Então, o preço de emissão seria um valor muito pequeno, que levaria esses acionistas minoritários a serem diluídos à milésima centena.

Então, assim, tão importante quanto o valor dos aportes, um tema que precisa ser enfrentado no plano de recuperação judicial em respeito aos minoritários, é qual será o critério adotado para determinação do preço de emissão no contexto desse aumento. Esse valor vai ser destinado integralmente à conta do capital social ou terá uma destinação para outras contas para minimizar o efeito nocivo que ele vai ter na diluição dos minoritários?

Então, assim, Senador Vanderlan, essa questão é de grande importância, sim, porque ela pode fazer com que esses acionistas minoritários sejam diluídos à enésima potência. E tem outro detalhe. Vamos pensar assim: hoje, essa companhia não tem, propriamente, ali, do ponto de vista técnico do direito societário, um acionista controlador. A gente tem um acionista com uma participação... O principal dos minoritários exercendo o poder de controle em relação à companhia, que são esses acionistas de referência. A depender de como funcione esse aumento de capital no contexto da recuperação judicial, quem vai tomar o controle dessa companhia serão os acionistas de referência e esses acionistas credores a fórceps, que se viram forçados a contribuir a sua dívida em capital para terem a possibilidade de receber no futuro.

Então, é uma situação que, realmente, demanda sensibilidade para que a gente use esse caso como um exemplo, para que, eventualmente, os acionistas de referência se sintam estimulados a fazer um aumento de capital num preço de emissão mais alto e alguma outra questão dessa natureza, o que é cedo para se falar sobre, mas eu vi aqui preocupações em relação a: "O que levou a companhia para esse cenário?". Eu vi preocupações sobre: "O que a gente faz para sair desse cenário?", "O que a gente faz para preservar os direitos de todas as pessoas que investiram a sua poupança nessa companhia?".

Então, a sua fala é realmente muito relevante. Estamos atentos à questão do preço de emissão que servirá de referência para esse aumento de capital que virá. E a CVM vai dar uma resposta à altura para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não há nenhum outro Senador que deseja formular perguntas? (*Pausa.*)

Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Faltou uma pergunta para o João Pedro.

Falta algum mecanismo na realização para que a CVM consiga prevenir ilícitos no mercado de capitais?

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador, eu diria para o senhor que a nossa legislação, especialmente a Lei 6.385/76, que é a legislação que criou a CVM, e também a Lei 6.404/76 são duas legislações muito bem concebidas no Brasil, que sempre merecem a homenagem de quem opera nessas legislações.

Tem várias questões ali colocadas. Por exemplo, para prevenir a ocorrência dessa circunstância, a nossa legislação tem lá, no art. 158, que trata da responsabilidade dos administradores, a possibilidade de os administradores monitorarem uns aos outros. Inclusive, é uma excludente de punibilidade e culpabilidade do administrador quando ele presta esclarecimentos sobre os seus antecessores. Assim, ele se previne de um problema. O art. 142 também traz lá nas competências privativas do Conselho de Administração o bem desempenhar da função desse órgão social, como é que ele pode fazer para evitar.

Enfim, eu não tenho a menor dúvida de que aprimoramentos sempre são possíveis. A CVM não tem compromisso com o erro. Se a gente descobrir que pode dar uma contribuição para melhorar, pode ter certeza de que a CVM vai fazer. Mas a legislação não é o problema. Talvez esse problema possa ser minimizado se a gente equipar adequadamente a CVM. Hoje a CVM tem 400 servidores, a CVM tem um terço do tamanho que ela deveria ter neste momento de mercado de capitais brasileiro. Então, talvez, um ponto para reflexão seria: quem sabe a gente não consegue alguns concursos públicos, no curso do meu mandato, para conseguir colocar a CVM no tamanho que ela merece?

Mas é uma colocação muito boa a que o senhor trouxe também.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pelo sistema remoto, o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só duas questões breves, para não perder a oportunidade, porque está aí o nosso Presidente da CVM.

Uma, o Senador Sergio Moro me pergunta: por que não adotar o *whistleblower*? Aqui, em 2008, nos Estados Unidos, deu certo, ou seja, a possibilidade dessa denúncia com proteção e etc. a quem denunciar, a gente falou dos auditores juniores, eventualmente. Então, essa é a pergunta que o Senador Sergio Moro me pediu para passar.

A segunda pergunta diz respeito a esse comitê independente que está criado nas Americanas do qual faz parte uma pessoa que estava no comitê de auditoria, cuja auditoria fracassou. Então, não é melhor deixar isso com a CVM? É possível dar legitimidade, credibilidade a um comitê independente? Ele vai ajudar no quê a CVM? Até por conta dessa participação também conflitada de quem já estava no comitê de auditoria.

Essa é a minha pergunta.

O SR. JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador Carlos Portinho, então, vou segregar a resposta em dois campos. Um primeiro, para a temática do *whistleblower*, que, enfim, é a ideia do sujeito que sopra o apito para fazer uma denúncia. Na realidade, é importante que se registre que a CVM não havia recebido nenhuma denúncia em relação a essa companhia e/ou em relação ao varejo até o dia 11 de janeiro de 2023.

É importante que também se registre que a CVM criou um canal de denúncias para escutar cada uma das pessoas – agentes de mercado, poder público, iniciativa privada – que tivessem interesse em fazer uma denúncia. Algumas dessas denúncias deram origem, sim, a alguns processos administrativos, sempre com muita responsabilidade para a gente também não trazer aqui acusações frívolas sem elementos de autoria e materialidade, respeitando, inclusive, as pessoas que supostamente são objeto de uma eventual acusação.

Mas essa é uma provocação interessante. Eventualmente, é um tema em que a gente pode aprofundar na nossa análise, ao mesmo tempo deixando claro que, na legislação brasileira, desde 1976, já existia, dentro dessa estrutura de freios e contrapesos dos membros da diretoria e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselho, a possibilidade de esses sujeitos que integram o ambiente interno da companhia fazerem, eventualmente, acusações. E o que a gente vem observando no Brasil é o desenvolvimento dos canais de *compliance*. Então, essa é uma questão que, certamente, será objeto de um aprofundamento.

Eu agradeço aí ao Senador Carlos Portinho, repassando uma pergunta que me parece que foi formulada pelo Senador Sergio Moro, e a CVM está atenta a esse tema.

A segunda questão sobre o comitê de investigação ou comitê de auditoria, o que é importante? Existindo ou não esse comitê, a CVM estará empenhada em fazer todas as apurações que forem necessárias para uma investigação responsável desse caso. Eu entendo que, eventualmente, a existência desse comitê não trará prejuízo à atuação da CVM. Eventualmente, eles podem, inclusive, fornecer informações adicionais que subsidiarão a nossa atuação. Ao mesmo tempo, com o devido respeito a todos os integrantes desse comitê, a gente não o tratará como sendo um órgão capaz de dizer se aconteceu o certo ou o errado; quem fará isso será a área técnica da CVM, aqui, novamente, muito bem representada pelo Sr. Fernando Soares, que é o Superintendente da SEP; pelo Sr. Carlos Guilherme, que é o representante da SPS; pelo Sr. Thiago Paiva, que é o Superintendente de Relações Institucionais; pelo Sr. João Mançal, que é o representante da nossa área de comunicação. Eu tenho certeza de que a CVM vai fazer isso de maneira muito responsável e que a eventual condução de uma apuração interna pode contribuir, mas jamais substituirá o papel do regulador do mercado de capitais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, V. Exa. quer ainda fazer alguma consideração? (*Pausa.*)

Nenhum outro Senador está inscrito para fazer questionamento a respeito dos temas.

Eu quero agradecer ao Presidente da CAE, o Senador Vanderlan Cardoso; ao Vice-Presidente Senador Angelo Coronel; a todos os Senadores; e a todos os participantes desta audiência pública. Agradeço a presença do Dr. Sergio Rial e do Dr. Leonardo Pereira.

Dr. Leonardo Pereira, em outra oportunidade, mas no setor público, e agora, nesta audiência pública, que tem a interação do setor privado e também do público, porque está aqui presente o Presidente da CVM, nós deliberamos que, em caso de alguma dúvida, possa V. Sa. encaminhar à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Vanderlan Cardoso, uma proposta clara de recuperação das Lojas Americanas no sentido de mostrar que realmente vai acontecer o que V. Sa. falou há pouco aqui no sentido de que os acionistas maiores possam colocar capital ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomar as providências para minimizar o sofrimento daqueles que tiveram tantos prejuízos em todos os sentidos, dos grandes aos médios e aos pequenos. Eu acho que isso é importante, até para que se evite um retorno a uma audiência pública de igual teor na Comissão de Assuntos Econômicos. Isso já aconteceu nas oportunidades e satisfez a todos os Senadores pelas razões expostas no documento que seria confidencial.

E agradeço também a presença do Dr. Isaac Sidney, Presidente da Febraban e do Dr. João Pedro. Faço um ato de solidariedade a todos os acionistas nas pessoas do Sr. Moacir de Almeida Reis, Diretor de Operações da Forte Minas, e do Sr. João Wanderlay de Oliveira Junior, brasileiros lesionados por uma legislação frágil. Exatamente por isso apresentei um projeto para ser discutido na Comissão de Assuntos Econômicos, para ser apreciado e melhorado por emendas, inclusive com sugestões dos Senadores e Senadoras, para que seja um documento de prevenção a uma situação que enfraquece os seus acionistas e aqueles todos que perderam.

Portanto, eu espero que o Dr. Leonardo possa assim proceder e, diante disso, observaremos o andamento dessa situação.

Sr. Moacir, o senhor é um grande brasileiro. Espero que o senhor possa se recuperar da situação. O senhor teve um infarto, quase vai a óbito, mas se erga e tenha força para que também a parte das Lojas Americanas possa suprir com decisão, com correção, de forma honesta o pagamento daqueles que foram prejudicados por essa situação, que é inusitada no Brasil. Como perguntei ao Dr. João Pedro se existe alguma outra empresa no varejo, é importante que V. Sa. possa também tomar essas providências e ter um olhar mais agudo e dedicado para a prevenção de atos como aconteceu agora com as Lojas Americanas.

Eu quero agradecer a todos, sobretudo ao Vanderlan Cardoso, meu grande amigo e um grande Senador da República, por esta oportunidade de presidir esta audiência pública.

Declaro encerrada a audiência neste momento.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Carlos Portinho, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Damares Alves e Margareth Buzetti, e ainda das Senadoras Eliziane Gama e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Irajá e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às quinze horas e vinte minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três. Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel e Otto Alencar, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4173, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, e 10.892, de 13 de julho de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável à matéria, com seis emendas que apresenta; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 7 e 15-U; e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável à matéria, com as emendas nºs 19 a 24-CAE; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 7 e 15-U; e contrário às demais emendas. **Observação:** 1. Foram retirados os requerimentos de destaques. 2. Votam contrário os Senadores: Carlos Viana, Rodrigo Cunha, Carlos Portinho, Oriovisto Guimarães e Izalci Lucas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6569, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2850, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quiropraxista." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3626, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, 4, 8, 19, 24-U-CAE; as Emendas nºs 57, 64, 69, 72, 89, 110-CAE; as Emendas nºs 117 a 138-CAE (com adequações redacionais); pelo acolhimento parcial das Emendas nº 5-U, 6-U, 14-U, 16-U, 17-U, 18-U, 22-U, 23-U, 25-U, 26-U, 27-U, 32-U, 33-U, 39-U, 47-U, 48-U, 49-U, 50, 62, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 98, 103, 108, 111, 115 e 116; e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, 4, 8, 19, 24-U-CAE; as Emendas nºs 57, 64, 69, 72, 89, 110-CAE; as Emendas nºs 117 a 138-CAE (com adequações redacionais); pelo acolhimento parcial das Emendas nº 5-U, 6-U, 14-U, 16-U, 17-U, 18-U, 22-U, 23-U, 25-U, 26-U, 27-U, 32-U, 33-U, 39-U, 47-U, 48-U, 49-U, 50, 62, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 98, 103, 108, 111, 115 e 116; e contrário às demais emendas. **Observação:** 1. Votam contrário os Senadores Eduardo Girão, Rogério Marinho, Carlos Portinho e Damares Alves; 2. Destacada, é rejeitada a emenda nº 91, com votos favoráveis dos Senadores Eduardo Girão, Rogério Marinho, Carlos Portinho e Damares Alves; 3. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para matéria, com votos contrários dos Senadores Eduardo Girão, Rogério Marinho, Carlos Portinho, Izalci Lucas e Damares Alves. 4. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2694, de 2021 - Terminativo -** que: "Isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, de tecnologias geradas e produtos." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovada a matéria por 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria vai à SLSF. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2331, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1994, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e acolhimento integral das Emendas nº 40, 43, 44, 50, 51 e 52; o acolhimento parcial da Emendas nº 22, 23, 25, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 46, 47, 48, 49 e 54, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, e das Emendas nº 24, 27, 28, 29, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 45 e 53. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 59-CAE (substitutivo) por 24 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicados os projetos e as demais emendas. **Observação:** 1. Aberto o painel, são verificados 23 votos favoráveis e 1 voto contrário. Entretanto, foi corrigido para "favorável" o voto do Senador Rodrigo Cunha; 2. Destacada, é rejeitada a Emenda nº 56, por 23 votos contrários e 1 voto favorável. Também foi corrigido o voto do Senador Alan Rick; 3. De acordo com o art. 282, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria será submetida a turno suplementar. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 204, de 2023** que: "Requer a convocação do Exmo Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 80, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 128,000,000.00 (cento e vinte e oito milhões dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia Águas de Joinville - CAJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Básico Sustentável de Joinville - PROSAJ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** 1. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. 2. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 206, de 2023** que: "Requer destaque da emenda nº 10U." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 207, de 2023** que: "Requer destaque da emenda nº 9U." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 11 - Projeto de Lei Complementar n° 243, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE, favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE, favorável à matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Lei n° 5610, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para dispor sobre o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovada a matéria por 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 210, de 2023** que: "Requer o adiamento da discussão do PL 3626/ 2023" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório. **2ª Parte - Deliberação das emendas ao PPA 2024/2027**. **Finalidade:** 2ª Parte da Reunião já realizada. Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PPA/2024-2027 (PLN 28/2023-CN), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição". Relator na CAE: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovadas as Emendas: No âmbito do Programa 2310 – Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda, para o Objetivo Específico 0133 – Fomentar o crédito às atividades; No Programa 2801 – Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional; No Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização, para o Objetivo Específico 0210 – Ampliar os investimentos em P&D para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de novembro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 29.970, de 2023, do Banco Central do Brasil, que encaminha, em cumprimento à Lei Complementar nº 179, de 2021, o Relatório de Inflação de setembro de 2023 e o Relatório de Estabilidade Financeira de novembro de 2023.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

A presente reunião será dividida em duas partes. Na primeira parte serão deliberadas matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Na segunda parte, ocorrerá a deliberação de emendas ao PPA.

Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação de inversão de pauta para o item 6, tendo em vista a extensão do relatório, a dificuldade da matéria e sabendo que hoje teremos uma sessão muito intensa aqui na CAE e também em outras Comissões. Então, gostaria de saber se há concordância, se eu posso, já que vim mais cedo à Comissão para tentar esse adiantamento... Queria pedir o apoio dos colegas, especialmente do Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu consulto os Senadores e Senadoras se podemos atender o pedido de inversão de pauta do Senador Eduardo Gomes.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há um requerimento da nossa autoria, que é o Requerimento 204, é o item 7. Eu fui, inclusive, assim que cheguei, abordado pelo membro do Governo, propondo um acordo que, de pronto, nós aceitamos, desde que seja dada uma data, a convocação do Ministro do Trabalho para que ele possa nos explicar quais são os critérios que utilizou para a emissão da portaria que impede o funcionamento do comércio, neste final de ano, nos domingos e feriados, sem a interveniência dos sindicatos.

Então, eu pediria a V. Exa. e aos meus pares que nós votássemos esse convite – transformado em convite, já que, com a data, eu pediria... Qual seria a data em que ele viria à CAE? Nós precisamos só de uma definição de data. Enquanto, na votação, o Luizinho nos daria uma definição de data, para a próxima semana.

Eu pediria a V. Exa. que colocasse em inversão de pauta, se fosse possível também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Atendendo ao pedido de V. Exa., Líder, item 7.

1ª PARTE
ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 204, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a convocação do Exmo Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Concedo a palavra ao senador Rogerio Marinho, autor do requerimento, que já a usou. Quer usar a palavra novamente?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para encaminhar.) – Sim. Já estamos em votação? O.k.

Então eu pediria ao Governo apenas que definisse uma data, na próxima semana – o Luizinho está me acenando aqui positivamente, conversou com o Ministro –, dada a urgência dessa situação. Porque, nessa mudança que foi feita pelo Ministério do Trabalho, a nossa principal preocupação, além dos transtornos que causa, é que foi decidida sem consultar uma das partes interessadas mais importantes, que é quem emprega. No final do ano, como todos sabemos, milhões de empregos são criados, e esses empregos estão sob risco em função dessas mudanças. Nós esperamos que, na próxima semana, em uma data a ser aprazada por V. Exa., nós tenhamos a oportunidade de ouvir o Ministro aqui a respeito do tema.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, item 7 da pauta, do Senador Rogerio Marinho.

Quero registrar que hoje é o aniversário do grande Líder Ciro Nogueira. (*Palmas.*)

Esta Comissão parabeniza V. Exa., Senador. O senhor é muito querido por todos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Oitenta e seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quarenta e seis, por aí, Kajuru.

Parabéns, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 6 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 6
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI Nº 2331, DE 2022
- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

1ª PARTE
TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI Nº 1994, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Terminativo -

Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, com o acolhimento integral da Emendas nº 40, 43 e 44 o acolhimento parcial da Emendas nº 22, 23, 25, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 46, 47, 48 e 49 na forma do Substitutivo apresentado a seguir, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, e das Emendas nº 24, 27, 28, 29, 31, 36, 37, 38, 41, 42 e 45 - CAE

Observações:

1. Tramitam em conjunto o PL 2331/2022 e o PL 1994/2023.

2. Foram recebidas, na CAE, as Emendas nºs 22 a 47.

2. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2331/2022, nos termos da Emenda nº 21– CE (Substitutivo), com acolhimento integral das Emendas nº 1, 3, 5, e acolhimento parcial das Emendas nº 6, 7, 8, 13, 14, 17, 18 e 20, na forma das subemendas nº 1, 2 e 3 – CE à Emenda nº 21– CE (Substitutivo), e contrário ao Projeto de Lei nº 1994/2023, às Emendas nº 2, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 19 e à subemenda sem número de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Foram recebidas, na CAE, as Emendas nºs 22 a 54.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Gomes para a leitura de seu relatório.

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meus cumprimentos ao Senador Ciro também, a todos os Líderes.

Sr. Presidente, só uma observação antes da leitura do relatório. Quero falar sobre o trabalho que nós fizemos, ouvindo todas as correntes, todos os amigos e amigas desse setor, um setor que está se definindo por relação de trabalho e de meio numa nova dinâmica de comunicação no país e no mundo, e isso foi um trabalho extenso. Nós iniciamos esse debate aqui com centenas de dúvidas e de divergências e encerramos essa primeira fase do relatório com três ou quatro dúvidas para serem tiradas no processo de tramitação e no processo de votação, o que me faz observar, Sr. Presidente, pedindo apoio aos pares, que, se houver, se ocorrer o pedido de vista, que seja vista coletiva e que V. Exa. analise a possibilidade de sessão extraordinária para que a gente encerre essa fase no Senado, sabendo que vivemos num processo de análise legislativa bicameral, então, é evidente que esse processo irá para a Câmara, ganhando proeminência, e retornará ao Senado.

É urgente a necessidade de estabelecimento de regras e de regulamentação desse setor neste momento no país, porque mesmo os atores desse cenário, que estão em divergência, estão perdendo espaço, capacidade de arrecadação, geração de emprego e renda, e vivem num ambiente de insegurança e até, em pontos do setor, de irregularidade.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero agradecer à assessoria da Comissão, da CAE; à assessoria do nosso gabinete, através da Adriana e de todos os técnicos; à assessoria do Ministério da Cultura, à Ministra Margareth Menezes pelos debates que tivemos e a toda a assessoria; ao Mauri, meu colega Deputado; à nossa Secretária Nacional do Audiovisual; a todos aqueles que se debruçaram sobre esse tema e entendem que estamos naquele momento, para quem gosta de tocar violão, música, em que você enjoa de ensaiar, porque está na hora de sair a primeira nota harmoniosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo ao relatório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vêm ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, de autoria do nobre Senador Nelsinho Trad, que propõe a incidência de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) sobre a oferta de serviços de vídeo sob demanda, e o Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, do ilustre Senador Humberto Costa, que, além de dispor sobre a incidência de Condecine sobre os serviços de vídeo sob demanda, propõe regulamentação mais ampla destes serviços.

Os projetos tramitam em conjunto e foram inicialmente apreciados pela Comissão de Educação e Cultura, que aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, nos termos das Emendas nºs 3, 5 e 21 – CE (Substitutivo), com as Subemendas nº 1, 2 e 3 – CE.

Perante este Colegiado, foram apresentadas as Emendas de nºs 22 a 54.

Análise.

Os projetos de lei dispõem sobre a oferta de conteúdo audiovisual em modalidade sob demanda, comumente referido no mercado do setor cultural como VOD, assim como sobre incidência da Condecine sobre esse serviço. Esse tema vem sendo objeto de debate por parte de diversos atores do setor audiovisual nos últimos anos, inclusive no âmbito do Poder Executivo. É sabido que órgãos como o Ministério da Cultura, assim como a Ancine, têm envidado esforços realizando atividades ao longo desse período para a proposição de arcabouços regulatórios sobre o assunto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... com oitiva e participação de representantes do setor audiovisual nacional.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal já tentaram apreciar o assunto a partir das proposições apresentadas em 2017 e 2018, tendo em vista o caráter incipiente desse mercado à época.

Entendemos, porém, que o momento atual é marcado pela entrada e a consolidação de novos provedores internacionais do serviço no Brasil, bem como o surgimento e amadurecimento de provedores brasileiros. Esse novo cenário demanda o estabelecimento de um marco legal para o segmento de VOD. (*Palmas.*)

Nesse sentido, temos por louváveis as iniciativas do Senador Nelsinho Trad e do Senador Humberto Costa, que foram aprimoradas e atualizadas pelo substitutivo aprovado na Comissão de Educação. O referido substitutivo oferece um regramento moderno, factível e compatível com o mercado audiovisual brasileiro e com o segmento específico de VOD. Trata-se de proposta equilibrada de regulamentação, que busca fomentar a produção audiovisual brasileira e independente, ao mesmo tempo em que não cria barreiras excessivas aos diversos agentes provedores do serviço de vídeo sob demanda no mercado brasileiro.

Passamos à análise do texto.

Considerando-se a necessidade de promover mais alguns ajustes pontuais ao texto, em relação ao que foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura, oferecemos, na seção seguinte deste relatório, uma nova emenda substitutiva, com as seguintes alterações:

(a) Alteração no conceito de produtora brasileira independente para esclarecer que estas empresas também não podem possuir vínculos empresariais com plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual e com provedores de televisão por aplicação de internet;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(b) Alteração na descrição dos chamados serviços de *catch up* a serem excluídos do escopo deste projeto de lei, para determinar que a exclusão apenas se aplica a conteúdos anteriormente veiculados em serviços de radiodifusão e em serviços de acesso condicionado, pelo período de um ano, e desde que a disponibilização se dê em serviços de VOD que pertençam aos mesmos grupos econômicos dos agentes econômicos de radiodifusão e SeAC, evitando interpretação de que qualquer conteúdo anteriormente veiculado nessas janelas esteja fora do âmbito da lei de VOD, ainda que disponibilizado em serviços de VOD pertencentes a outros agentes econômicos;

(c) Inclusão de §5º ao art. 9º para tratar sobre a não exigibilidade da regra de proeminência para o conteúdo brasileiro no caso de serviços organizados em sequência linear temporal e de provedores de nicho específico que impeçam a presença de conteúdo brasileiro;

(d) Previsão de que os recursos aportados em investimentos diretos para fins de dedução de Condecine possam ser realizados por outras empresas do mesmo grupo econômico do sujeito passivo contribuinte da Condecine;

(e) Modificação parcial do art. 12 para promover o aumento de 15% para 20% dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual a serem destinados à Região Sul, e aos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais;

(f) Permissão para que os provedores de menor porte e faturamento – aqueles que estejam na alíquota intermediária de Condecine ou na de isenção – possam ser dispensados do cumprimento do dispositivo de cotas de conteúdo brasileiro e do impedimento de atuarem, por exemplo, também como programadoras.

Passamos agora à análise das emendas apresentadas nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

A Emenda nº 22, do Senador Laércio Oliveira, e a Emenda nº 25, do Senador Carlos Viana, propõem que o valor da Condecine seja reduzido a 20% para os provedores de VOD com catálogos compostos por mais de 50% de horas de conteúdo classificado como conteúdo audiovisual brasileiro. Entendemos que tais emendas merecem acolhimento parcial, pois a redução a apenas 20% do valor de Condecine representaria grande diminuição do aporte de recursos, motivo pelo qual propomos no substitutivo abaixo a redução para 50% da alíquota. Além disso, a contagem de conteúdo brasileiro por meio do critério de horas, e não de obras, não encontra respaldo em nenhum outro mecanismo proposto no projeto de lei, motivo pelo qual entendemos ser necessário ajustar este ponto para que sejam consideradas as obras, não as respectivas horas de conteúdo para cálculo da proporção de conteúdo brasileiro.

A Emenda nº 23, do Senador Weverton, assim como a Emenda nº 26, do Senador Carlos Viana, e a Emenda nº 32, do Senador Angelo Coronel, e a Emenda nº 35, da Senadora Professora Dorinha Seabra, sugerem alterações ao art. 3º, que trata das exclusões à regulamentação do VOD para promover ajustes aos conceitos de disponibilização de conteúdo organizado de forma linear e de conteúdo já disponibilizado anteriormente em serviços de radiodifusão e de acesso condicionado, alterando o tratamento a ser dado aos serviços caracterizados no setor FAST e *catch up*. Entendemos que as emendas merecem acolhimento parcial, para fixação da janela de um ano de limite de disponibilização de conteúdo em VOD, sem a incidência das respectivas obrigações legais previstas nesta regulamentação, na modalidade de *catch up*, que é quando esse mesmo conteúdo já foi anteriormente exibido em serviços de radiodifusão e serviço de acesso condicionado pertencente ao mesmo grupo econômico. Nesse sentido, as emendas são acolhidas parcialmente na forma da nova redação proposta no substitutivo.

Por sua vez, a Emenda nº 24, do Senador Carlos Viana, sugere alteração no conceito de provedor de televisão por aplicação de internet aprovado pela Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Educação, por uma conceituação do serviço, o que não segue a lógica adotada pela proposta, de conceituar os tipos de conteúdos e de provedores sujeitos a esta regulamentação. Assim, a alteração proposta no atual conceito de provedor de televisão por aplicação de internet pode gerar dúvida em termos das obrigações que o projeto de lei atribui aos agentes econômicos que atuam no oferecimento desses serviços, razão pela qual entendemos por sua rejeição.

A Emenda nº 27, do Senador Izalci, propõe alterações nos conceitos de "disponibilização" e de "produção", para inserir menções à atividade de curadoria editorial no catálogo e de produção profissional entre os critérios para delimitação do escopo da regulamentação do VOD. A aprovação desta emenda teria como efeito a retirada do escopo desta regulamentação de provedores que prestam serviços de VOD em plataformas de compartilhamento de vídeo, o que não se coaduna com todo o espírito da legislação em discussão, dado que esses provedores possuem cada vez mais conteúdo audiovisual em concorrência direta com o conteúdo dos demais serviços, em termos de qualidade e de quantidade. As plataformas que entendam que possuem conteúdos que não devam ser tratados como conteúdo de VOD poderão promover a segregação de suas receitas, para fins de tributação, conforme previsto no art. 11, e solicitar dispensa do cumprimento de outras obrigações, como as previstas nos arts. 9º e 10. Assim, entendemos pela rejeição da proposta.

A Emenda nº 28, do Senador Angelo Coronel, assim como a Emenda nº 45, do Senador Esperidião Amin, pretendem inserir no projeto dispositivo para corrigir a mencionada assimetria regulatória em relação à veiculação de publicidade nos meios digitais. Nesse sentido, propõe estender as obrigações de registro de título, de Certificado de Produto Brasileiro e de pagamento da Condecine para as obras publicitárias que forem veiculadas nos meios digitais, incluindo os serviços de VOD, de plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais e de televisão por IP. Em que pese ser louvável a preocupação em relação à eventual assimetria regulatória entre os segmentos do mercado audiovisual, devemos considerar que o Capítulo III do substitutivo confere poderes para a Ancine regulamentar e fiscalizar o serviço de VOD, inclusive para fins de recolhimento da Condecine. A ampliação da carga regulatória proposta para o setor não se afigura adequada, uma vez que pode ter impacto negativo sobre o seu desenvolvimento, além de gerar incertezas sobre quanto a incidência da Condecine remessa para o segmento. Diante disso, as emendas não devem prosperar.

A Emenda nº 29, do Senador Angelo Coronel, e a Emenda nº 31, do Senador Carlos Viana, sugerem que todo o recurso a ser destinado por meio do mecanismo de investimento direto por dedução de Condecine seja encaminhado para a finalidade de licenciamento e pré-licenciamento de conteúdo brasileiro. A medida proposta irá impactar negativamente em outras ações destinadas a promover o setor audiovisual brasileiro, tais como capacitação técnica, preservação e implantação, operação e manutenção de infraestrutura para a produção de conteúdos audiovisuais no Brasil. Por entendermos que tais finalidades são absolutamente relevantes para o desenvolvimento e manutenção do crescimento do setor audiovisual, recomendamos a rejeição das emendas.

A Emenda nº 36, da Senadora Professora Dorinha Seabra, além de propor a mesma modificação, também sugere a redução do percentual de dedução de Condecine de 70% para 50%, proposta que também entendemos merece ser acolhida parcialmente, dado que o investimento direto é o mecanismo mais eficaz no âmbito desta regulamentação para o incentivo da indústria audiovisual nacional. Nesse sentido, estamos propondo no substitutivo um meio-termo, fixando a dedução em 60%. Esse ponto também contempla parcialmente a emenda proposta e apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues na Emenda nº 39.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As Emendas nºs 30 e 33, respectivamente dos Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel, permitem que alguns tipos de serviços de VOD sejam liberados do cumprimento das obrigações de proeminência e cota de conteúdo brasileiro. Estas emendas estão sendo parcialmente acolhidas na forma proposta no substitutivo.

A Emenda nº 34, do Senador Carlos Viana, propõe alterações ao conceito de provedor de televisão por aplicação de internet. Cabe destacar que a preocupação apontada pelo Senador em sua justificativa, de esclarecer que tal regra não será aplicável aos serviços vinculados a radiodifusão e acesso condicionado já está devidamente contemplada na redação do substitutivo. Contudo, a redação proposta pela emenda neste ponto acabaria tendo efeito mais amplo, restringindo esses serviços de FAST e *channels* para agentes que agreguem ou ofertem canais de serviço de televisão exclusivo por aplicação de internet, quando a redação do substitutivo aprovado previa canais lineares, fossem eles exclusivos do provedor ou não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Adicionalmente, no conteúdo trazido no inciso XI, exclui-se a modalidade paga por assinatura do serviço de TV por aplicação, restringindo à forma gratuita ao usuário de prestação do serviço.

A mesma emenda ainda sugere a alteração do art. 5º, *caput*, propondo mudança do foco da aplicação da legislação de defesa econômica do serviço para o agente econômico prestador do serviço. Entendemos que a Lei de Defesa da Concorrência já estabelece os sujeitos passivos aos quais ela incide, não sendo da competência desta proposta incluir ou excluir agentes do campo daquela legislação, mas disciplinar questões relacionadas à atividade que ela busca regulamentar. Assim, o foco deve ser mantido no serviço de VOD, abarcando todos os agentes que façam parte desse ecossistema. Em relação aos parágrafos propostos a esse mesmo artigo na emenda, entendemos que estes sugerem importantes complementações: vedação à sobreposição ou inserção de conteúdos em canais de radiodifusoras e prestadoras de SeAC tem a intenção de impedir a utilização do acesso aos canais como meio de publicização ou monetização de outros conteúdos;

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigação de tratamento isonômico na oferta de conteúdos por provedores de televisão por aplicação de internet que sejam fabricantes de equipamentos, bem como de oferta destacada dos serviços das radiodifusoras e vedação ao privilégio na oferta de produtos próprios e condutas anticompetitivas. Assim, entendemos pelo acolhimento parcial da Emenda.

As Emendas nº 37 e 38, ambas do Senador Paulo Paim, buscam trazer obrigações para os provedores dos serviços de VOD em relação a canais de campos públicos e seus conteúdos, reproduzindo regras aplicáveis a outros serviços, como o SeAC e a radiodifusão. O espírito do substitutivo é no sentido de desonerar os canais e provedores do campo público do cumprimento da regulamentação em discussão. A emenda, contudo, acaba por introduzir para outros provedores privados obrigações referentes a esses conteúdos, razão pela qual acatamos parcialmente a emenda para regulamentação

As Emendas nº 39, do Senador Randolfe Rodrigues, nº 41, do Senador Weverton, e nº 49, do Senador Rogério Carvalho, propõem o aumento da alíquota de Condecine para 4% e 6%. Por entendermos que a alíquota já proposta de 3% mostra-se adequada a razoável, rejeitamos essas propostas.

Contudo, a Emenda nº 39, do Senador Randolfe Rodrigues, assim como a Emenda nº 49, do Senador Rogério Carvalho, além do ponto já mencionado anteriormente sobre a redução do percentual passível de dedução da Condecine por investimento direto e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

proposta de aumento da alíquota da Condecine, propõem também alterações nas hipóteses de destinação de recursos, que também estão sendo parcialmente acolhidas no substitutivo abaixo apresentado, de modo a prever que ao menos 50% dos recursos sejam destinados a licenciamento e pré-licenciamento de obras independentes.

A Emenda nº 40, do Senador Randolfe Rodrigues, bem como a Emenda nº 43, do Senador Weverton, e também a Emenda nº 48, do Senador Rogério Carvalho, propõem que metade da cota de conteúdo brasileiro seja cumprida com obras independentes. Entendemos que essas sugestões devem ser acolhidas, porém complementadas com a possibilidade de que tal cota seja cumprida com conteúdo produzido no Brasil, mas que seja de titularidade de provedores, ainda que internacionais.

A Emenda nº 42, do Senador Weverton, sugere alterações no art. 10, que trata da cota. Contudo, propõe alterações baseadas em texto anterior, que não leva em consideração a modificação já aprovada na Comissão de Educação, que retirou o percentual mínimo de 10%. Por essa razão, sugere-se a rejeição.

A Emenda nº 44, do Senador Randolfe Rodrigues, altera o conceito de produtora brasileira para remeter aos preceitos já vigentes na legislação brasileira. Para manter o conceito conforme já existente, recomendamos seu acolhimento integral.

A Emenda nº 46, do Senador Esperidião Amin, propõe aumento dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual a serem destinados à Região Sul, ponto já contemplado em nosso substitutivo, portanto concluímos pelo acolhimento parcial da emenda.

A Emenda nº 47, do Senador Carlos Viana, altera o parágrafo único do art. 4º do substitutivo, no ponto que trata sobre minorias a serem contempladas nos projetos de destinação de recursos públicos. Estamos acolhendo parcialmente a proposta.

A Emenda nº 50, do Senador Rodrigo Cunha, busca permitir, quanto ao cálculo da Condecine incidente sobre vídeo sob demanda, a exclusão de comissões retidas por prestadoras de atividades complementares de comercialização, atendimento ao usuário, faturamento, cobrança e disponibilização secundária por agente não responsável pelo catálogo. Entendemos que esse aprimoramento é relevante e necessário do ponto de vista técnico, motivo pelo qual acolhemos integralmente a emenda.

A Emenda nº 51, do Senador Rodrigo Cunha, visa esclarecer que a Condecine-Remessas não incida sobre serviços de vídeo sob demanda remunerados por publicidade, já que também esses agentes econômicos estarão sujeitos ao pagamento da Condecine sobre seus faturamentos.

Entendemos que se trata de aprimoramento relevante e, portanto, acolhemos integralmente a emenda.

A Emenda nº 52, do Senador Rodrigo Cunha, determina que os recursos aportados em investimentos diretos para fins de dedução de Condecine possam ser realizados por outras empresas do mesmo grupo econômico do sujeito passivo contribuinte da Condecine. Esse ponto já havia sido, inclusive, também proposto no nosso relatório, no item "d", razão pela qual entendemos pelo acolhimento integral da emenda.

As Emendas nºs 53 e 54, da Senadora Teresa Leitão, apresentam propostas similares às das Emendas nºs 37 e 38 e, pelas mesmas razões já apresentadas no relatório, recomendamos a sua rejeição.

Além das emendas acima mencionadas, entendemos necessário promover alguns ajustes pontuais ainda no texto do substitutivo, apresentando, por isso, subemendas ao substitutivo.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, com o acolhimento integral das Emendas 40, 43, 44, 50, 51, 52; o acolhimento parcial das Emendas 22, 23, 25, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 46, 47, 48 e 49, na forma do substitutivo apresentado, complementando com as subemendas apresentadas abaixo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, e das Emendas nºs 24, 27, 28, 29, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 45, 53, 54, apresentadas à CAE.

E, Sr. Presidente, também faço uma observação sobre o debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... exaustivo dessa matéria e uma certa dificuldade de entendermos que a sua tramitação por vezes morosa na Casa ou até sem entendimento político sofre ainda uma possibilidade que nós temos que ver em outras matérias de fortalecimento da agência reguladora. Há matérias que tramitam na Casa que ficam de tamanha extensão que nós notamos que o Congresso Nacional e que os setores envolvidos precisam fortalecer financeiramente, tecnicamente e estruturalmente as agências reguladoras, para que nós não tenhamos a pretensão de desregulamentar o setor, pendendo para uma regulamentação excessiva e de pouca prática na atuação e no crescimento do setor.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Agradeço a colaboração de todos. Fico à disposição para as discussões e faço ainda a observação de, em possibilidade de vista, se podemos ter a vista coletiva para a votação em seguida, aproveitando todo esse trabalho que foi feito, com apoio de todas as Lideranças e ouvindo todas as Lideranças do Senado e do Congresso Nacional.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Eduardo.

Eu sou testemunha do quanto V. Exa. se dedicou a esse seu relatório. Parabéns.

Eu quero aqui, em tempo, registrar a presença do Deputado Amauri Ribeiro – seja bem-vindo, Deputado, à nossa Comissão – e também do Paulo Ganime – seja bem-vindo, Paulo.

Está conosco também, seja bem-vindo, Sr. Alan Linhares, ex-Prefeito da cidade de Bacabeira, no Maranhão, e a Sra. Geise Rocha, cunhada e irmã do nosso Senador.

A matéria está em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O primeira inscrito é o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para discutir.) – É bem rápido. Eu queria aqui só, Senador Eduardo Gomes, como vai ser dada... Senador Eduardo Gomes, é bem rápido. Primeiro, quero parabenizar V. Exa., sei do seu esforço.

Claro que não estou muito satisfeito, porque eu sei que V. Exa. negou aqui várias emendas minhas, as rejeitou, mas tiveram algumas que foram acatadas. Então, eu lhe agradeço. Mas tem um ponto... Sei que vai ser dada vista coletiva e nela você tem condição de aperfeiçoar ainda mais. Vai sair da Comissão para o Plenário, Câmara, mas eu queria fazer só duas considerações rápidas.

A primeira é pontual, é sobre a Emenda 22. Em outras palavras, ali quando V. Exa. coloca um ano de janela, quem é que assiste hoje a Vale a Pena Ver de Novo, Mulheres de Areia, não sei o que e tudo? É o público idoso. Você está dizendo ali, em outras palavras, que, daqui a um ano, esse público vai poder ser taxado. Eu queria, claro, melhorar e formar mais opinião, mas queria que V. Exa. pudesse avaliar a possibilidade de essa janela ser mais elástica ou por tempo indeterminado. Acredito que esse público que assiste a esse tipo de conteúdo de repetição, conteúdos que já foram publicados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

repito, novelas antigas e tudo é um público que está em casa, idoso e tudo. E você taxá-los? Eles têm mal o dinheiro já para comprar remédio e têm em casa ali uma distração. Você taxar esse tipo de acesso eu acho complicado. Temos que ter só cuidado com esse ponto.

O segundo, e aí fica já a minha contribuição e encerro para que a gente possa evoluir aqui na discussão, é o diálogo com a Câmara. Eu soube, agora há pouco, que... Agora há pouco, não, eu já sabia que o Líder André Figueiredo, meu Líder lá na Câmara, é o Relator desta mesma matéria na Câmara dos Deputados. Como vai ser dada vista, eu sugiro a V. Exa., como ao André, o total diálogo para ver se a gente constrói, à tarde ou amanhã pela manhã, uma conversa entre vocês, porque eu sei que as Casas são independentes – por isso é que o sistema é bicameral. Mas, se nós podemos já mais ou menos tentar construir um diálogo das duas, nós não vamos aqui correr o risco de, depois desse esforço enorme que V. Exa. fez, chegar à Câmara e parar lá esse projeto, andar o outro ou apensar, enfim, não ter sintonia para que a gente possa finalmente entregar uma boa legislação já avançada e modernizada para a sociedade.

Então, era só essa a consideração que eu queria fazer a V. Exa. Obviamente, nós vamos ler com calma todo o relatório, vamos avaliar a possibilidade de algum destaque, de algum diálogo com V. Exa. também para poder melhorar o texto, mas eu tenho certeza de que foi de total relevância e vamos aqui partir para poder votar essa matéria.

É só essa consideração, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, quero me inscrever.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só um momento. O Presidente está votando em outra Comissão. Por favor. (*Risos.*)

Com a palavra, Senador Rodrigo Cunha, que está inscrito.

Em seguida, Senador Humberto.

Senador Rodrigo Cunha e, em seguida, Senador Humberto.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero começar minha fala parabenizando, primeiro, V. Exa., que, na semana passada, fez aniversário. Quero parabenizá-lo também, Senador Vanderlan, pela condução, parabenizar Ciro Nogueira também pelo seu aniversário e dar um parabéns muito especial ao nosso Relator, o Senador Eduardo, que foi muito feliz aqui ao construir um texto extremamente equilibrado que demonstra a importância de debates e de se aprofundar esse tema.

O projeto inicial foi apresentado em 2017, então, eu tenho quase absoluta certeza, Senador Eduardo Gomes, de que, se V. Exa. tivesse feito um relatório em 2017, muito provavelmente seria diferente do de hoje. Nós estamos falando de um produto que está em constante mudança, e a velocidade de mudança é cada vez mais impressionante, então, legislar sobre *streaming* e legislar sobre o audiovisual não é fácil, porque é uma tecnologia que muda com o passar do tempo.

Eu quero ressaltar que toda a nossa atribuição aqui não pode ser diferente senão visando a aumentar a possibilidade de crescimento do audiovisual nacional. Temos que ter sempre isso em mente. Como é que fazemos para gerar mais emprego, como é que fazemos para proteger a nossa nacionalidade, sim, através dos conteúdos que são expostos? Não podemos apenas consumir os enlatados que vêm de fora, temos, sim, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

criar uma proteção e um estímulo para o audiovisual, que gera muitos empregos aqui no país e injeta muitos recursos no nosso PIB, sem dúvida nenhuma.

Então, esse texto foi muito bem desenhado porque traz regras e regulamentação que são necessárias para trazer, inclusive, uma segurança para os investidores de fora, mas também para quem opera aqui no mercado do audiovisual nacional. É um mercado que tem que ser estimulado cada vez mais.

Então, aqui eu parabenizo, por fim, mais uma vez, o Relator porque ele, além de ler o relatório, praticamente pediu vista também porque, desde a sua primeira fala, ele disse: "Olha, vamos pedir uma vista que seja coletiva". Eu acho que esse é o sentido.

O texto que está pronto já é não digo nem um ponto de partida, mas quase um ponto final, é um ponto de chegada, porque foi debatido, foi discutido, aproveitou todos os outros projetos que estavam em tramitação na Casa, e nós conseguimos avançar, em uma época atrás, antes da pandemia, nesse assunto, e parou, mas, agora, voltou extremamente qualificado, todos foram ouvidos.

O nosso objetivo é este, Sr. Presidente, pedir vista desse projeto, para que a gente possa, de maneira coletiva, contribuir ainda mais com o que foi posto aqui. Foram dezenas de emendas, muitas delas aproveitadas, e eu tenho certeza de que esta Casa vai, sim, ainda este ano, dar essa contribuição para o audiovisual nacional, que é um patrimônio nosso, que tem que ser estimulado para criar uma permanência para quem está no setor, mas, mais ainda, atrair novos talentos para esse segmento tão importante para o nosso país.

Então, Sr. Presidente, é um pedido de vista solicitado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Com a palavra, o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, já houve o pedido de vista, inclusive, coletivo. Eu só queria pedir a V. Exa. que esse pedido ele se estenda pelo tempo necessário para se avaliar uma matéria de tamanha complexidade cujo relatório foi apresentado no dia de ontem e já é diferente, inclusive, do relatório que foi votado na Comissão de Educação.

Eu sou autor de um dos projetos que foi apensado ao projeto inicial, já tinha apresentado esse projeto anteriormente e sei da complexidade do tema e da complexidade de se tentar atender todos os segmentos envolvidos nessa atividade que é tão importante. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que esse pedido de vista se estendesse por um tempo maior do que 24 horas, enfim, não pode ser 24 horas. Poderia ser na próxima semana, na reunião, com o compromisso nosso de levar para o Plenário em regime de urgência. Não haveria nenhum tipo de problema em relação a isso, mas é importante sentar e analisar cada uma das proposições que constam desse relatório.

A outra coisa importante é que hoje eu vou, mais uma vez, demandar do Presidente da Casa uma outra questão que é extremamente importante para o setor do audiovisual brasileiro, que é a cota de tela. Nós já estamos chegando quase ao final do ano. Nós já temos um projeto que veio da Câmara, foi votado, está aqui, me parece que vai ser apensado ao projeto do Senador Eduardo Gomes, mas é importante que, qualquer que seja o projeto que venha a prevalecer, nós possamos votar antes do final desta legislatura, porque o período inicial do ano que vem, período de férias, é fundamental para as atividades de exibição de filmes. Neste ano, nós temos vários filmes nacionais que estão com excelente bilheteria, mostrando que o cinema nacional tem realmente esse potencial, e poderíamos, antes de terminar o ano, votar aqui e na Câmara, definitivamente, a cota de tela para também prestigiar o cinema nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin. Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu serei muito conciso, mas não posso deixar de registrar o meu aplauso e o meu reconhecimento ao esforço, primeiro, à lucidez da sua decisão de designar o Senador Eduardo Gomes e, segundo, ao zelo, à dedicação, à paciência, ao trabalho de tecelão, de costureiro, de rendeira, como fazem as rendeiras da ilha de Santa Catarina, a paciência de lidar como um artesão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ele foi rendeiro no Tocantins.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e por ter tratado de maneira tão compreensível esse assunto.

O que vai acontecer, regimentalmente, é permitido, mas eu estou muito satisfeito, apesar do atendimento parcial de uma das minhas emendas. Eu recebi muita pressão e não posso deixar de agradecer a todos aqueles que me iluminaram, porque eu não sou nem produtor, nem artista, nem mesmo um aficionado, mas sou um admirador de todas as artes visuais. A cidade de Florianópolis e o Estado de Santa Catarina têm legislação antiga a respeito do assunto. Então, eu estou procurando ser coerente com uma cultura e com os aficionados pela arte da imagem no meu estado.

Então, quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes pelo avanço de qualidade que o seu relatório nos trouxe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Amin.

Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção do Sr. Relator. Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho sempre de fôlego que ele faz aqui em suas relatorias, sempre em temas complexos, e cumprimentar o nosso colega Ciro Nogueira pela passagem do seu aniversário.

Mas eu quero chamar a atenção do Senador Eduardo Gomes que os canais públicos não podem ficar de fora do *streaming*, porque nós vamos ficar de fora da comunicação, pois, no futuro, a maior parte da veiculação de conteúdos vai se dar através do *streaming*, do sistema VOD. E, até mesmo como Primeiro-Secretário, na defesa dos interesses do Senado da República, da Câmara dos Deputados, da Justiça, das emissoras públicas, isso não pode ficar fora do *streaming* por uma questão de interesse público. Ainda que não se receba pagamento por isso, ainda que esteja aqui contido e que seja submetido a uma regulamentação posterior – que o Governo faça – de como isso vai acontecer, nós não podemos deixar a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça e as TVs que produzem conteúdo educacional público de fora do *streaming*. Eu acho que tem que ter espaço no *streaming* para essas emissoras e para esse tipo de conteúdo. É fundamental. Então, eu faço um apelo aqui ao meu querido amigo e querido Relator Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Viana. Com a palavra, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como quem militou em televisão e produção de veículos jornalísticos, tanto no público quanto na iniciativa privada, por 23 anos, eu quero dizer da minha satisfação pelo relatório feito pelo Senador Eduardo Gomes.

Primeiramente, ele é democrático. Todas as áreas modernas, contemporâneas da transmissão de som e imagem estão sendo contempladas. Sobre a questão, por exemplo – acredito que ele irá falar –, das TVs públicas, elas estão incluídas no *streaming*, pelo menos eu vi no relatório, eu li.

Quero dizer também do meu apoio – e eu tenho certeza de que é um consenso – em nós financiarmos a produção nacional, a cultura audiovisual brasileira. Nós somos um país difícil para se produzir. V. Exa. é empresário, quem tem empresa sabe o quanto o Brasil cria dificuldades para quem quer empreender alguma coisa, especialmente na área cultural. Nessa questão da televisão, nós avançamos num financiamento que é hoje visível, fiscalizável e que deu bons resultados na produção nacional da nossa cultura em televisão. E agora nós estamos avançando nessa questão do *streaming*, fazendo correções importantes.

Eu quero dar os parabéns pelo relatório. As emendas que nós apresentamos foram – a maioria – acatadas ou parcialmente acatadas, o que demonstra claramente o desejo de nós construirmos um relatório que atenda a todos e diminua o fosso que existe entre a questão de televisões abertas e digitais, que têm uma legislação muito severa, e as TVs que chegam sob demanda ou mesmo TVs a cabo. A legislação brasileira precisa equipará-las e criar as mesmas responsabilidades e as mesmas condições de competição entre os dois sistemas, nunca impedindo o crescimento de nenhum deles, mas dando às TVs tradicionais, vamos dizer assim, e às rádios a capacidade de disputar com aqueles que chegam trazendo uma tecnologia muito mais em conta e que trazem conteúdos também já prontos do exterior. Nós temos que preservar a programação nacional, dentro de um limite, e temos que dar às emissoras de TV e rádio condições de competirem de igual para igual e principalmente a mesma responsabilidade. A meu ver, o relatório caminha muito nesse sentido.

Obrigado ao Relator Eduardo Gomes pelo acatamento de todas as emendas, e há o meu pedido de que a gente vote o relatório hoje. Nós estamos já num prazo muito exíguo para o final do ano. Muitos Senadores vão viajar para a COP, muito em breve. Eu mesmo sigo numa missão oficial para o Estado de Israel, juntamente com outros Senadores, a partir de quinta-feira. Seria muito interessante que nós entregássemos ao país esse relatório já aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Com a palavra, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas aqui presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação e redes sociais.

Presidente Vanderlan Cardoso, inicialmente como goiano e como seu parceiro, eu quero cumprimentá-lo. O senhor tem feito história aqui na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos pela sua agilidade, pela sua postura, pela sua independência.

Eu penso como o Carlos Viana: precisamos aprovar o mais rápido possível.

Eu, numa condição não como a do Viana – o Viana é um homem de comunicação de Minas Gerais, embora tenha talento para ser do Brasil inteiro –, fiz televisão 45 anos em carreira nacional. Eu fiz novelas, eu fiz seis filmes – o Amin talvez não tenha visto nenhum, mas eu o convido para ver agora o meu próximo filme, que é sobre o Sócrates, o craque Sócrates... O Rogerio Marinho está dizendo que a qualidade não estava boa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como ele diria, por que não? (*Risos.*)

O Sócrates sempre respondeu com uma pergunta: por que não?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por que não? Não é isso?

Então, eu, como um homem do meio, quero cumprimentar e aplaudir mesmo o Senador Eduardo Gomes, porque há algo aqui que precisa ser ressaltado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu conversei com todos os atores e atrizes do Brasil, com todo mundo do cinema, e todos fizeram rasgados elogios ao Senador Eduardo Gomes, porque ele ouviu todos. Foram 28 audiências públicas – e o senhor sabe bem, Presidente, do conteúdo de todas elas.

Então, não há nenhuma dúvida da importância deste projeto e da resposta que nós precisamos dar a esta classe, para que o Brasil volte a amá-la como sempre amou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu tive o privilégio de, alguns anos atrás, em 2019 – alguma coisa assim –, do projeto do Humberto Costa ser o Relator, e chegamos a debater este projeto diversas vezes.

Eu tinha duas preocupações – e cheguei atrasado na leitura, Senador Eduardo Gomes –, eram duas preocupações que acho que V. Exa. já contemplou, que é a questão da tributação da pessoa física...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... mas foi contornado isso. E também eu sou o maior defensor da produção nacional, óbvio, mas, quando você bota 10% de um negócio que é infinito, nós não temos nem conteúdo para dizer o que é 10%. O que interessa é ter recursos para investir no conteúdo nacional.

Então, Presidente, eu acho assim: vamos pedir vista coletiva, 24 horas, para a gente ajustar, mas eu já peço que sejam 24 horas, para a gente não ficar também na mão da Câmara, porque hoje esta Casa aqui não pode chegar carimbando as coisas, nós temos que ter a nossa posição de revisor.

E aí o pedido que faço é este: o pedido de vista de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do Senador Izalci, até porque essa relatoria já vem se arrastando há algum tempo e o Senador Eduardo Gomes ouviu quem tinha que ouvir.

Como é uma precedência desta Casa o respeito àquele que ainda quer dar mais uma revisada no projeto, concordo que essa precedência seja mantida, mas que o tempo seja, conforme é a precedência, de 24 horas, para que a gente possa exaurir esse tema, até porque, assim sendo, esse projeto irá para a Câmara, com certeza poderá ter alterações, como é de praxe, e voltará para cá para uma revisão, o que dará tempo necessário para que esse assunto possa ser devidamente analisado.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deu o desconto devido, ou seja, está na regra.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nosso Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, rapidamente, só para passar algumas informações importantes, algumas que até estão contidas no texto. Então, só para esse aferimento aqui...

Quero também cumprimentar meu amigo Paulo Ganime, que está aqui presente, nosso Líder – tivemos uma convivência muito boa nesses primeiros quatro anos do mandato –, por quem eu tenho um respeito muito grande.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, primeiro, eu gostaria de informar ao Senador Weverton que, com relação à Emenda 22, já há uma evolução da discussão feita na Comissão de Educação e o estabelecimento de um ano de prazo agora nesse relatório. Portanto, isso faz com que eu também tenha algumas observações, Sr. Presidente, sobre o que foi questionado e que foi respondido, porque já está contemplado.

Como é o caso do Senador Izalci e do Senador Rogério Carvalho, houve o acatamento para a regulamentação. E algumas matérias que ainda trazem insatisfação, Sr. Presidente, podem ser discutidas para que sejam contempladas numa regulamentação.

Agora o importante que eu queria deixar como mensagem, Sr. Presidente, é que um relatório como este tem um benefício natural, compulsório, que é o exercício da memória. Então, eu só peço que alguns agentes da discussão dessa matéria que, durante mais de 90 dias, têm discutido esse relatório saibam que eu tenho memória e que, nesse relatório, vai ser contemplado o efeito eco. Eu vou começar a colocar posição de pessoas desse setor que falaram determinado ponto, fecharam questão, fecharam acordo e descumpriram o acordo demandando novamente. Então, assim, é para ser bem sincero com relação ao trabalho que é feito, porque ninguém está brincando. Então, entendam que o cinema e a produção audiovisual têm *flashback* de matérias passadas e têm efeito eco. Cuidado para não ouvir a própria voz naquilo que está sendo discutido, porque ninguém está para brincadeira.

Então, votar a favor ou votar contra é uma prerrogativa. Agora, avançar no setor, negociar com os setores com interesses divergentes, chegar a um ponto de consenso e depois refazer aquilo a que se comprometeu é crime capital para a tramitação legislativa, não só nessa, em qualquer outra que vier da Câmara para cá, porque todo mundo que debateu o assunto tem memória e isso vai ficar marcado. Então, é importante que, a partir do momento... Eu primo muito, Presidente, pela palavra aqui que nós mantivemos na Lei Paulo Gustavo, na Lei Aldir Blanc.

Então, é importante que as pessoas entendam que não é um comportamento normal debater o assunto por 90 dias e aparecerem 95 emendas faltando cinco minutos para o relatório. Não é o relatório que atrasa; são as razões que mudam. A gente compreende, mas não pode mudar todas as razões; senão, a gente volta à estaca zero, e aí nós estamos fazendo um retrabalho.

Sr. Presidente, quero agradecer a participação de todos e concordo também com o pedido de vista, mas aqui, diante do autor, aos autores, o Senador Humberto Costa e o Senador Nelsinho Trad, a importância de que a prevalência desse projeto seja do Senado Federal.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, é um pedido diante do altar. É do altar; não é do autor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Amin.

Bom, conforme o entendimento da maioria, será concedido pedido de vista de 24 horas. Nós temos horário amanhã reservado. Pode ser às 10h30 da manhã.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ótimo! O.k., 10h30.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, amanhã, às 10h30 da manhã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, o senhor poderia incluir extrapauta aquela solicitação que eu já tinha lhe feito, do pedido de empréstimo que beneficia o Município de Joinville?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de passarmos para o próximo item, o pedido do Senador Amin, como é muito rápido, extrapauta.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 8
MENSAGEM (SF) N° 80, DE 2023

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 128,000,000.00 (cento e vinte e oito milhões dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia Águas de Joinville - CAJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Básico Sustentável de Joinville - PROSAJ.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Relatório: favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou abreviar a apresentação do relatório, mas estarei à disposição para prestar qualquer esclarecimento.

Quem já administrou sabe o que é navegar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... num empréstimo internacional. No caso, é um empréstimo internacional com uma agência bilateral, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na maior cidade do Estado de Santa Catarina, que, além de mais populosa, também é uma cidade extensa, espalhada, de grande área geográfica. Então, o saneamento básico sempre é uma tarefa difícil. Na década de 80, nós realizamos dois grandes projetos de saneamento básico além de Florianópolis e região, exatamente em Joinville e Balneário Camboriú, mas jamais teremos como considerar concluída essa tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, esse empréstimo obtido pela competência da gestão municipal da maior cidade, da cidade mais populosa de Santa Catarina, singrou todos os caminhos dentro da burocracia do Governo, da fiscalização. E eu não posso deixar de agradecer publicamente ao Senador Jaques Wagner e dizer a ele, Senador Sergio Moro, que ele vai ter que ir conosco comer uma empada na Jerke, se isso der certo. (*Risos.*)

A Jerke é uma confeitaria especialista em empadas, que existe há 102 anos na Rua Dr. João Colin, em Joinville.

O senhor será agregado a esse convite pela boa vontade que manifesta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para o Senador Jaques Wagner o senhor manda fazer um acarajé também, que ele vai ficar muito satisfeito. Com a empada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para melhorar o molho da empada, digamos.

Mas o projeto, em síntese, abrange uma operação de US$128 milhões, em que o devedor é o Município de Joinville, representado pela Companhia Águas de Joinville, o credor é o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o garantidor é a República Federativa do Brasil.

O programa... Porque eu acho que nós temos que aplaudir, assim como aplaudimos o marco legal do saneamento... Uma cidade ter uma companhia municipal, e esta companhia municipal estar habilitada ao investimento de quase R$1 bilhão de saneamento básico... Acho que nós devemos aprovar com louvor, porque é uma ação descentralizada... E eu quero aqui cumprimentar tanto a direção da Companhia Águas de Joinville quanto o Prefeito municipal, Adriano, a Câmara de Vereadores toda, na pessoa do Presidente Diego Machado, e dizer que, como catarinense, ao lado dos Senadores Jorge Seif Júnior e da Senadora Ivete Appel da Silveira, cujo esposo foi, além de Governador, um grande Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, eu interpreto o sentimento dos catarinenses ao pedir a aprovação. E, uma vez obtida a aprovação, já vou antecipando o pedido de urgência, porque eu não tenho cerimônia nisso.

Muito obrigado a V. Exa. pela demonstração de apreço ao meu estado que mais uma vez houve na administração deste processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu que agradeço, Senador Esperidião Amin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encero a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já agradecendo, Presidente, renovo o pedido de urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência da Mensagem SF nº 80, de 2023, feita pelo Relator, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Deputado Paulo não pode falar, mas fala por meu intermédio: o único Prefeito do Brasil eleito pelo Partido Novo é o Prefeito de Joinville, e ele está todo alvoroçado aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Representando. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação, item extrapauta, Mensagem SF nº 80, de 2023.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4173, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, e 10.892, de 13 de julho de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda nº 2, com três emendas que apresenta; e contrário às Emendas nºs 1-U, 3-U e 4-U.

Observações:

1- A matéria se encontra em regime de urgência constitucional.

2- Foram recebidas as emendas 1 a 10-U.

Relatório: favorável à matéria, com a Emenda nº 2, com três emendas que apresenta, com acolhimento parcial das Emendas nºs 1-U, 7-U e 15-U; e contrário às Emendas nºs 3-U a 6-U, 8-U a 14-U e 16-U.

Com a palavra, o Relator, Senador Alessandro Vieira, para leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise do projeto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 99, I, cumpre à CAE opinar acerca de proposições que versem sobre o aspecto econômico de matéria que lhe seja submetida por deliberação do Plenário.

O presente projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. O Ministério da Fazenda apontou que as pessoas físicas possuem ativos no exterior em valor total superior a USD 200 bilhões e parte expressiva se refere a participações em empresas e fundos de investimento, especialmente em países ou regimes de baixa ou nula tributação, os chamados "paraísos fiscais", sendo que os rendimentos auferidos pelas pessoas físicas por meio de tais estruturas investimentos raramente são levados à tributação do Imposto de Renda brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda segundo o Ministério da Fazenda, o diferimento tributário na tributação dos lucros das entidades controladas no exterior pode se estender por toda a vida da pessoa física, ou até mesmo após o seu falecimento, criando uma situação de grave injustiça tributária e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atuando como um mecanismo de concentração de renda, ao desonerar os contribuintes de alta renda, que são os titulares dos investimentos no exterior.

O projeto em análise tem como objetivo proporcionar segurança jurídica ao estabelecer diretrizes para a tributação de aplicações em fundos de investimento no país e da renda auferida por pessoas físicas residentes no país em aplicações financeiras, entidades controladas e *trusts* no exterior. No que diz respeito à tributação dos rendimentos provenientes de aplicações em fundos de investimento no Brasil, o texto proveniente da Câmara dos Deputados incorpora disposições que consolidam as normas já existentes sobre o assunto, introduzindo melhorias na legislação correspondente. Apesar de haver um aumento global da carga tributária, não é possível afirmar que haverá, em todos os casos concretos, aumento da imposição tributária, devendo cada situação ser avaliada de forma individualizada.

Com relação à tributação de rendimentos de aplicações no exterior, atualmente, a tributação é feita de acordo com a natureza do ganho e da estrutura de investimento, situação que gera complexidade, iniquidade e proporciona brechas para planejamentos tributários agressivos. Este tipo de rendimento continuará a ser tributado quando ocorrido o fato gerador do Imposto de Renda da Pessoa Física e segundo o regime de caixa, na data da liquidação do investimento ou no resgate de uma aplicação.

A norma em discussão unifica o tratamento tributário para ganhos de dividendos ou de capital da pessoa física. O residente no país passará a declarar, de forma separada dos demais rendimentos e dos ganhos de capital, anualmente, na Declaração de Ajuste Anual, os rendimentos do capital aplicado no exterior, sujeitos à alíquota de 15% sobre a parcela anual dos rendimentos. Dessa forma, os investimentos realizados pela pessoa física terão tributação sob uma alíquota única e não terão mais de ser tributados mensalmente. Mantém-se a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física devido o imposto sobre a renda pago no exterior e institui-se a possibilidade de compensação de perdas.

Além disso, o projeto prevê a possibilidade de a pessoa física atualizar o valor dos bens e direitos no exterior informados em sua DAA para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 e tributar a diferença em relação ao custo de aquisição através do Imposto de Renda da Pessoa Física, com uma alíquota menor. Assim, a base de cálculo de uma possível realização de ganhos no futuro em que se incidirá a alíquota de 15% será menor. Essa possibilidade, conforme explica o Poder Executivo, pretende estimular o contribuinte a tributar de forma antecipada futuro ganho de capital, tendo como contrapartida uma alíquota menor. De maneira geral, o PL simplifica a apuração do imposto, de modo que, em vez de tributar tais rendimentos mensalmente, o contribuinte passará a tributar o total de rendimentos recebidos apenas anualmente, na sua Declaração de Ajuste Anual.

Com relação aos investimentos realizados por meio de empresas controladas no exterior, conhecidas como *offshores*, a tributação no Brasil só ocorre, atualmente, quando a pessoa jurídica no exterior efetivamente transfere o lucro para o seu sócio pessoa física, o qual estaria sujeito a uma alíquota de até 27,5% de Imposto de Renda, mas que poderia ter o pagamento postergado eternamente caso ele optasse por manter os recursos no exterior indefinidamente.

O presente projeto muda o regime de tributação dessas estruturas, de modo que, a partir de 2024, as pessoas físicas detentoras de *offshores* deverão declará-las em suas DAAs e realizar a apuração do lucro da pessoa jurídica, o qual estará sujeito à tributação de 15%, independentemente de sua distribuição. Essa medida é fundamental para reduzir o diferimento tributário que a estrutura de *offshores* em paraísos fiscais proporciona.

A situação concreta que se busca alterar é aquela em que a pessoa física residente no Brasil constitui e controla empresa no exterior, em país ou dependência nos quais a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incidência tributária é pouca ou nenhuma, para realizar investimentos. Ou seja, a pessoa jurídica estrangeira não exerce, de fato, atividade produtiva ou empresarial, mas tem como finalidade obter rendimentos por meio de aplicações financeiras no exterior.

O diferimento da tributação das *offshores* em paraísos fiscais cria uma vantagem financeira relevante para o investimento sob essa estrutura, em comparação com investimentos financeiros feitos diretamente pela pessoa física, que são tributados pelo regime de caixa, violando a isonomia tributária. Dados do Banco Central do Brasil sobre investimento no exterior demonstram que as pessoas físicas possuem ativos no exterior em valor total superior a US$200 bilhões. Eu vou repetir o valor, Sr. Presidente: as pessoas físicas brasileiras, no caso, possuem ativos no exterior em valor total superior a US$200 bilhões, e parte expressiva se refere a participações em empresas e fundos de investimento, cujos rendimentos raramente são levados à tributação brasileira.

Os países e entidades internacionais preocupam-se com a erosão das bases tributárias e transferência de lucros. Entre os temas relacionados está a existência de situações nas quais a interação entre diferentes legislações fiscais leva a uma não dupla tributação ou a uma imposição tributária inferior à ordinária.

Frise-se que a conduta referida não é ilegal e configura opção tributária legítima do contribuinte residente do Brasil, até mesmo para proteger o seu capital de poupanças compulsórias, congelamentos e outras medidas temerárias já tomadas pelo Governo brasileiro no passado. Contudo, a aprovação das regras contidas no presente projeto é importante para equiparar a legislação brasileira com a das principais economias do mundo, onde regras antidiferimento tributário já são aplicadas sob o argumento de evitar a erosão desarrazoada da base tributável nacional e de conceder tratamento isonômico aos investimentos realizados por pessoas físicas.

Vale ressaltar que muitos dos conceitos abordados no projeto já existem na legislação brasileira, como na Lei 12.973, de 2014, relacionado à tributação em bases universais de pessoas jurídicas, na Lei 9.430, de 1996, em conjunto com a Lei 6.404, de 1976 (Lei das S.As.), e na Lei 12.973, de 2014, que define termos como pessoa vinculada, coligada, controlada, influência significativa e equiparação à controladora.

O projeto traz, ainda, uma inovação, ao permitir que a estrutura de *offshore* seja transparente para fins de apuração do Imposto de Renda. Isso significa que a pessoa física que possui investimentos por meio dessa estrutura no exterior pode escolher declarar seus ativos e rendimentos como pessoa física, de modo que estaria sujeita a tributação apenas quando auferisse os ganhos de suas aplicações, sem abrir mão dos benefícios societários e sucessórios da *offshore*. A escolha pela transparência deverá ser exercida para cada entidade controlada individualmente, de maneira irrevogável e irretratável. Essa opção soluciona o problema de carteiras ilíquidas, que poderiam experimentar valorizações sem ter de fato acesso aos recursos para o pagamento dos tributos.

O texto também traz regras para a regulamentação dos *trusts*, instrumentos utilizados em planejamento patrimonial e sucessório no exterior, ainda não regulamentados pela legislação nacional. Em resumo, o principal mérito do PL é positivar na legislação brasileira o instituto dos *trusts*, que passam a ser reconhecidos pelo direito tributário nacional e ficam transparentes para fins de tributação de seus rendimentos, preenchendo uma lacuna importante do ordenamento jurídico brasileiro.

A falta de regulamentação para o tratamento tributário de rendimentos, lucros, dividendos, bens e direitos detidos pelo *trust* gera incerteza, principalmente em relação à incidência do Imposto de Renda sobre essas operações, levantando dúvidas também com relação à aplicação do Imposto de Renda da Pessoa Física ou do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, este último de competência estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O PL em discussão busca trazer clareza à tributação, considerando a flexibilidade do uso do *trust*. Pela nova regra, os ativos contidos nessas estruturas terão de ser declarados nas DAAs pelos seus instituidores ou beneficiários e estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física, a depender da natureza dos rendimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A norma deixa claro que a mudança de titularidade sobre o patrimônio do *trust* será considerada como transmissão a título gratuito pelo instituidor para o beneficiário, consistindo em doação, se ocorrida durante a vida do instituidor, ou transmissão *causa mortis*, se decorrente do falecimento do instituidor. Essa questão suscitava dúvidas práticas, e o texto do PL estabelece uma regra objetiva.

Assim, no caso de transferência de bens e direitos por parte do *trustee* para o beneficiário residente no Brasil, não haveria a incidência de Imposto de Renda da Pessoa Física, mas, sim, do ITCMD.

Forçoso reconhecer que, mesmo com essa regulamentação, ainda existem lacunas relevantes sobre o *trust* como instituto jurídico, das quais decorrem dúvidas sobre a incidência tributária sobre seus bens, direitos e frutos.

A norma proposta busca solucionar a hipótese de *trust* irrevogável, em que há negócio definitivo, situação em que a forma de cobrança proposta pelo PL geraria questionamentos. Isso porque, considerando a transferência definitiva do patrimônio do instituidor para a administração do *trustee*, não haverá fundamento para tributar as operações do *trust* na pessoa daquele. Note-se que o instituidor, nesse caso, não possui mais relação jurídica com eventual fato gerador de rendimentos, lucros, dividendos, ganhos etc., oriundos do patrimônio em *trust*. Neste caso, o beneficiário estaria sujeito à tributação.

Mas essa incidência também não é cristalina. Na hipótese de recebimento de transferência pelo beneficiário de frutos da exploração dos bens e direitos em *trust* (juros, lucros, dividendos, aluguéis, *royalties*), a questão fica mais complexa e controversa, partindo-se da premissa de que a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física depende da onerosidade do acréscimo patrimonial. Isso porque, no caso, os rendimentos pagos ao beneficiário são oriundos de patrimônio do qual ele não é titular, uma vez que pertencente ao *trust*. Em princípio, o beneficiário teria acréscimo patrimonial a título não oneroso, uma vez que não é fruto de seu patrimônio, o que geraria a incidência do ITCMD ao invés do Imposto de Renda da Pessoa Física.

No entanto, a Solução de Consulta nº 41, de 31 de março de 2020, da Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal, contém entendimento de que, atualmente, o recebimento de rendimentos oriundos de *trust* por residente no país é fato gerador do Imposto de Renda da Pessoa Física...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e sujeita-se à tributação mensal mediante a aplicação da tabela progressiva mensal (carnê-leão) e na DAA. Assim, para que não paire dúvidas, essa questão terá de ser regulamentada após a aprovação do PL.

Sobre a atualização de bens e direitos de propriedade de pessoas físicas, localizados no exterior, a valor de mercado no dia 31 de dezembro de 2023, o PL oferece uma alíquota reduzida como vantagem ao contribuinte, de forma a estimulá-lo a antecipar um eventual pagamento de ganho de capital futuro. Tanto o PL sob análise quanto a MPV nº 1.171, de 2023, traziam, em seus textos originais, a alíquota de 10%, que foi reduzida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para 8% pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Entende-se que a alíquota proposta seja suficiente para estimular os contribuintes a optarem pela antecipação do pagamento do ganho de capital, beneficiando o Tesouro Nacional com um aumento na arrecadação e os próprios contribuintes, que podem evitar a incidência da alíquota de 15% sobre um ganho de capital acumulado.

No que diz respeito à tributação das aplicações em fundos de investimento no país, o presente projeto é meritório ao consolidar as regras de tributação vigentes e corrigir algumas iniquidades.

Em geral, os rendimentos provenientes dessas estruturas, seja de renda fixa ou variável, estão sujeitos ao Imposto de Renda com alíquotas variando de 15% a 22,5%, decrescendo à medida que aumenta o prazo da aplicação (conforme o art. 1º da Lei nº 11.033/2004). Essa tributação é considerada definitiva nas situações de pessoa física residente no país, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional e é tratada como antecipação do imposto devido no encerramento do período de apuração, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado (conforme o art. 76, *caput*, incisos I e II, da Lei nº 8.981/1995, art. 51 da Lei nº 9.430/1996 e art. 13, §1º, inciso V, e §2º, da Lei Complementar nº 123/2006).

A maior parte dos fundos de investimento estão sujeitos a uma tributação semestral periódica (conhecida como "come-cotas") nos meses de maio e novembro de cada ano, com alíquotas de 15% para fundos de longo prazo e 20% para fundos de curto prazo, sendo o restante do imposto devido no momento do resgate, com as alíquotas mencionadas anteriormente. Essa medida é aplicada para que seja reduzido o diferimento do pagamento do imposto.

Entretanto, como destacado no art. 9º, §4º, e no art. 16 da Instrução Normativa nº 1.585/2015 da Receita Federal, os fundos fechados não estão atualmente sujeitos ao "come-cotas". De acordo com a legislação atual, tais investimentos somente têm seus rendimentos tributados no momento do resgate, ou seja, da distribuição de tais rendimentos aos titulares das cotas dos fundos. Por conta disso, servem a vários propósitos, desde o planejamento patrimonial e sucessório, na pessoa física, até a reserva de caixa, na pessoa jurídica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – O texto ora proposto mantém as características mencionadas da regra geral aplicável aos fundos de investimento, mas busca estender o regime de tributação periódica aos fundos fechados. A nova regra estabelece que, além da tributação no resgate, será devido o Imposto de Renda, pelo menos, a cada seis meses (maio e novembro), como já acontece com os fundos de investimento de maneira geral. Além disso, o texto introduz e aprimora disposições relativas à definição da base de cálculo do imposto, bem como sua incidência em eventos, como amortizações e alienações. Outras regras de procedimentos relacionadas à tributação dos fundos de investimento são consolidadas e mantidas, como as isenções de retenção na fonte dos rendimentos de titularidade de instituições financeiras e os prazos de pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física.

O PL lista algumas exceções. O art. 18 determina que não estarão sujeitos à tributação pelo “come-cotas” os seguintes fundos: Fundos de Investimento em Participações (FIP); Fundos de Investimento em Índice de Mercado (ETF), com exceção dos ETFs de Renda Fixa; e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os rendimentos produzidos por tais fundos ficarão sujeitos à alíquota fixa de 15% de Imposto de Renda, apenas na data da distribuição de rendimentos, amortização ou resgate das cotas. Tais exclusões mantêm a situação atual desses fundos, exceto pela exigência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que eles sejam considerados entidades de investimento para evitarem a tributação pelo “come-cotas".

Os Fundos de Investimento em Ações (FIAs) também foram excluídos do "come-cotas".

A exclusão dos FIAs da tributação semestral antecipada justifica-se pela volatilidade das cotações das ações, seu principal investimento, o que poderia gerar o pagamento de Imposto de Renda sobre ganhos não realizados em um semestre, não compensados pela devolução do imposto no semestre em que ocorressem perdas devido à queda das cotações das ações. Já a exclusão dos FIPs é justificada pela iliquidez dos ativos em que investem, empresas de capital fechado, e a exclusão dos ETFs de Renda Variável deve-se à volatilidade das cotações dos ativos em que eles investem, bem como a características operacionais típicas dos fundos de índice. A exceção dada aos FIDCs se justifica em razão também da iliquidez e da dificuldade de aferição de valor de mercado dos ativos em que esses fundos investem, que são recebíveis de empresas, tais como valores a receber de clientes, representados por duplicatas, faturas de cartão de crédito, notas promissórias etc.

Além do cumprimento de regras de alocação da carteira, o FIP, FIDC e ETF precisam ser classificados como "entidades de investimento" para não ficarem sujeitos ao "come-cotas". Esse conceito remete aos fundos de investimento utilizados no mercado, em que um gestor, com livre atuação, capta recursos com diversos investidores, com determinado objetivo. O PL define como entidades de investimento os fundos que tiverem estrutura de gestão profissional, no nível do fundo ou de seus cotistas, quando organizadas como fundos ou veículos de investimentos, no Brasil ou no exterior, representadas por agentes ou prestadores de serviços com poderes para tomar decisões de investimento e desinvestimento de forma discricionária, com o propósito de obter retorno por meio de apreciação do capital investido, renda ou ambos, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pessoal, eu queria só pedir um pouco de silêncio. O nosso Relator aqui, Senador Alessandro, está fazendo a leitura do seu relatório, um relatório complexo, muito importante. Gostaria da compreensão de todos, dos nossos assessores, de nossos convidados para que o Relator terminasse o seu relatório.

Obrigado, Senador. Desculpa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu que agradeço pela intervenção.

Essa definição e limitação do regime específico às entidades de investimento é essencial para evitar que tais estruturas sejam utilizadas para o planejamento tributário de fundos patrimoniais, que, muitas vezes, organizam investimentos familiares ou até *holdings*. Os rendimentos das aplicações nos FIPs, nos ETFs e nos FIDCs que não forem classificados como entidades de investimentos ficarão sujeitos à tributação semestral pelo "come-cotas". Poderão ser excluídos da base de incidência dessa tributação os ganhos apenas contábeis decorrentes da reavaliação do valor patrimonial de participações societárias representativas de controle ou coligação, desde que segregados em uma subconta específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não foram excluídos da nova tributação pelo “come-cotas” as seguintes categorias de fundos fechados: fundos de renda fixa e fundos multimercados. Os fundos de renda fixa e multimercados fechados investem em ativos líquidos e com limitada volatilidade de suas cotações, o que justifica passarem a ter o mesmo tratamento tributário dos fundos abertos.

Sobre a tributação em fusão, cisão, incorporação ou transformação de fundos de investimento, o art. 30 do PL prevê que, nessas hipóteses, a partir de 1º de janeiro de 2024, os rendimentos correspondentes à diferença positiva entre o valor patrimonial da cota na data do evento e o custo de aquisição da cota ficarão sujeitos à retenção do Imposto de Renda. Nesses eventos de reorganização, é encerrado o vínculo jurídico dos condôminos no fundo original e iniciado um novo vínculo com o fundo remanescente. O PL resolve o problema apontado no texto da MPV nº 1.184, de 2023, ao determinar que não haverá incidência do Imposto de Renda quando a fusão, a cisão, a incorporação ou a transformação envolver, exclusivamente, fundos que estiverem sujeitos ao mesmo regime de tributação; não implicar mudança na titularidade das cotas; e não implicar disponibilização de ativo pelo fundo aos cotistas.

No que tange a tributação dos ganhos dos fundos acumulados até o final de 2023 que não estavam sujeitos anteriormente à tributação pelo “come-cotas” e passarão a estar, os arts. 27 a 29 preveem que tais rendimentos serão submetidos ao Imposto de Renda à alíquota de 15%, que poderá ser pago à vista, até 31 de maio de 2024, ou parcelado, em até 24 meses, com correção pela taxa Selic.

Alternativamente, o pagamento do Imposto de Renda poderá ser antecipado, com redução da alíquota para 8%. Nesse caso, os pagamentos ocorrerão em parcelas mensais, entre dezembro de 2023 e maio de 2024. A sistemática de tributação sobre os ganhos acumulados até o final de 2023 pelos fundos que agora passarão a estar sujeitos ao “come-cotas” prevê, de forma correta, a possibilidade de parcelamento do imposto devido. Isso é importante, pois, dependendo das características dos ativos em que o fundo investe, pode haver uma restrição de liquidez para a realização de tal pagamento. Ao mesmo tempo, os fundos que não tiverem problemas de liquidez têm a opção de antecipar o pagamento dos valores devidos com desconto. Entende-se, ainda, que o desconto proporcionado pela antecipação do pagamento do tributo foi fruto de intenso debate político durante a tramitação na Câmara dos Deputados, logrando um equilíbrio entre os interesses do Fisco e dos contribuintes. Ainda, o texto altera o art. 3º da Lei nº 11.033, de 2004, de modo a condicionar a isenção aplicável aos rendimentos distribuídos pelo FII e pelo Fiagro à efetiva negociação das cotas em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado e amplia o número mínimo de cotistas necessário para que tais fundos sejam beneficiados com a isenção. Determina, ainda, que não será concedido o benefício tributário ao conjunto de cotistas pessoas físicas ligadas, que sejam titulares de cotas que representem 30% ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos FIIs ou pelos Fiagros, ou ainda cujas cotas lhes deem direito ao recebimento de rendimento superior a 30% do total de rendimentos auferidos pelo fundo. Dessa maneira, evita-se o uso desses fundos, com o benefício tributário da isenção do Imposto de Renda na distribuição dos rendimentos, como forma de planejamento tributário e sucessório por famílias com patrimônio imobiliário elevado, em vez de facilitador de novos investimentos no setor imobiliário e no agronegócio.

É preciso ressaltar, por fim, que a aprovação desse PL faz parte de um movimento mais amplo de reforma do sistema tributário nacional. A ele se junta a aprovação da PEC 45/2019, a Reforma Tributária do Consumo, que estabelecerá um novo paradigma de tributação para as transações com bens e serviços no Brasil, acabando com a guerra fiscal entre os entes federados, modernizando e simplificando todo o sistema. Ela ainda impõe que sejam enviadas ao Congresso Nacional, em 90 dias, medidas que continuem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo de reforma, com alterações na tributação do Imposto de Renda e da folha de salários. Essas proposições devem se somar a outras importantes medidas que já tramitam no Legislativo, como é o caso, por exemplo, do PLP 183/19, que trata do imposto sobre grandes fortunas, de autoria do Senador Plínio Valério, que, se aprovadas no seu conjunto, contribuirão sobremaneira para a melhoria de nosso sistema tributário.

Essas medidas visam a contribuir para a simplificação e aumento da equidade do sistema tributário nacional. O PL 4.173, de 2023, simplifica e unifica o tratamento tributário dos investimentos no exterior realizados por pessoas físicas. No que diz respeito ao problema do uso de estruturas *offshore* para adiar o pagamento de impostos sobre a renda, conforme apontou o eminente Relator do projeto na Câmara dos Deputados, o texto em análise está alinhado com recomendações internacionais, incluindo as recomendações feitas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa medida é importante para adequar a regulamentação dessas operações aos padrões internacionais.

O projeto ainda aumenta a justiça tributária na tributação de aplicações no país, consolida sua regulamentação e contribui com a sustentabilidade fiscal e a implementação de políticas públicas essenciais.

Conforme a exposição de motivos que acompanhou a MPV nº 1.184, dados da CVM indicam que, no final de junho de 2023, os fundos multimercado e de renda fixa constituídos na forma de condomínios fechados, com até 20 cotistas, tinham um patrimônio total de R$530,7 bilhões, distribuídos entre 16.194 cotistas pessoas físicas, o que equivale a um patrimônio médio, apenas nesses fundos, de quase R$32,8 milhões por cotista. Esses fundos serão os principais afetados pela extensão da cobrança do Imposto de Renda na forma do “come-cotas”.

Ainda conforme a exposição de motivos, estima-se que a nova sistemática aumentará a arrecadação de impostos do Governo Federal em R$3,21 bilhões, em 2023; em R$13,28 bilhões, em 2024; e em R$3,51 bilhões, em 2025. O valor mais elevado em 2024 decorre da tributação dos rendimentos acumulados até o final de 2023 pelos fundos afetados. Após 2024, os ganhos de arrecadação serão modestos, indicando que o principal ganho da proposta não está no aumento da receita, mas sim na correção de um benefício usufruído por poucas famílias de elevada renda.

Foram apresentadas, Sr. Presidente, 17 emendas ao texto. Passamos à análise.

As Emendas nº 1-U e 2-U, do Senador Mecias de Jesus, e 7-U, do Senador Magno Malta, versam sobre o mesmo tema e visam a suprimir a restrição a mercados multilaterais no conceito de bolsas de valores e mercados de balcão organizado no Brasil. Tal conceito é relevante para determinar as ações nas quais um FIA (sem “come-cotas”) poderá investir. Optamos por acatar a sugestão, na forma da Emenda nº 2-U, pois o texto atual do projeto restringe o conceito a “sistemas centralizados e multilaterais” de forma equivocada. A sugestão suprime o trecho “e multilaterais” para incluir balcões bilaterais ao conceito.

Essa mudança não altera o mérito nem a qualidade da regra em termos de segurança e transparência, uma vez que tais mercados teriam que ter formação pública de preço. A Resolução CMN 135, no seu art. 142, inciso III, contempla os sistemas centralizados e bilaterais de negociação como mercado de balcão organizado, no qual há formação pública de preço. Nesse caso, não é possível operacionalizar operações puramente privadas, garantindo a transparência das operações. É essencial que essas ações sejam negociadas em mercado com formação pública de preço para garantir que não haja nenhuma incerteza em relação aos ativos contidos nas carteiras de fundos beneficiados com a não incidência da regra de antidiferimento.

Desse modo, entende-se que o texto atual traz uma restrição sem razoabilidade no que concerne à definição do conceito de bolsas de valores e mercados de balcão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

organizado, restringindo-o aos sistemas multilaterais sem motivo, já que o próprio CMN entende de forma diferente. Tal equívoco foi corrigido com o aceite da Emenda nº 2-U na forma da emenda de redação e com o acolhimento parcial das Emendas nº 1-U e 7-U.

As Emendas nº 3-U do Senador Sérgio Petecão, 8-U do Senador Wellington Fagundes, 11-U do Senador Alan Rick, e 16-U, do Senador Mecias de Jesus, apesar de seus méritos, correspondem a assuntos estranhos ao abordado pelo presente PL, de modo que seu acolhimento fica prejudicado.

Particularmente, faço referência à proposta de extensão do chamado décimo terceiro do BPC, que é uma medida que nós enxergamos como de justiça social, mas que não tem nenhuma compatibilidade com o projeto em exame.

A Emenda nº 4-U, do Senador Angelo Coronel, Presidente desta sessão no momento, promove alterações importantes no que tange à incidência do regime específico de tributação aos fundos de investimentos (sem “come-cotas”). Ela o estende aos FIPs, ETFs, FIDCs e Fundo de Investimento Multimercado, mesmo quando não sejam caracterizados como entidades de investimento. Optamos por não acatar a emenda, pois como já dito anteriormente, a restrição do regime específico de tributação aos fundos caracterizados como entidade de investimento é uma medida importante para evitar que tais estruturas sejam utilizadas para fins de planejamento tributário. Desse modo, a emenda sugerida, se acatada, abriria essa brecha interpretativa, indo contra o espírito de redução dos privilégios proporcionado pelo PL.

As Emendas nº 5-U do Senador Carlos Portinho, 10-U do Senador Carlos Viana e 14-U, do Senador Mecias de Jesus incluem o inciso V ao §1º do art. 14, permitindo a atualização, com pagamento da alíquota reduzida de 8%, de "ativos e direitos financeiros que não estejam custodiados em instituição financeira". Na justificativa, os autores esclarecem que se tratam de direitos de subscrição de ações de empresas estrangeiras, detidos por executivos. Em que pese a boa intenção dos eminentes Senadores, optamos por não acatar as emendas, pois a redação amplia demasiadamente o escopo de ativos sujeitos à atualização e traz um risco à rastreabilidade do ativo em questão ou dificuldade de documentação – documentação insuficiente – para que se possa aferir novo valor ao ativo.

A Emenda nº 6-U, do Senador Carlos Portinho, visa a evitar a tributação da renda não realizada dentro de entidades controladas. Apesar da boa intenção, optamos por não acatar a emenda, pois o PL já endereça essa situação por meio de regime de transparência fiscal de entidade controlada no exterior. Nesse regime, a pessoa física declara os bens e direitos detidos pela entidade como se fossem detidos pela pessoa física. Quando a entidade *offshore* detém aplicações financeiras e a pessoa física opta pela transparência fiscal, a pessoa física atrai o regime de tributação das aplicações financeiras no exterior, que segue o regime de caixa (tributação somente na medida da realização da renda, como no recebimento de juros ou venda de ativos financeiros). O projeto ainda permite a compensação de eventuais perdas de aplicações financeiras no exterior com ganhos de outras aplicações no exterior e lucros e dividendos de entidades controladas (isso está no art. 9º).

A Emenda nº 9, do Senador Carlos Viana, tem o objetivo de excluir a aplicação da lei aos rendimentos que estejam previstos em tratados e convenções internacionais, com o intuito de evitar a bitributação. Não acatamos a emenda, pois o texto atual do PL já prevê que o imposto sobre a renda pago no país de origem poderá ser deduzido do Imposto de Renda devido, na ficha da DAA (art 4º). Desse modo, não haverá bitributação com o texto atual do PL.

As Emendas nºs 12 e 13, do Senador Mecias de Jesus, versam sobre o aumento na quantidade mínima de cotistas para que os FII e Fiagro obtenham isenção do Imposto de Renda, já referida. O PL aumenta essa quantidade de 50 para 100 cotistas. A Emenda nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12 reduz o aumento de 100 para 60 cotistas. A Emenda nº 13 tem por objetivo suprimir o dispositivo de aumento. As emendas não foram acatadas, pois a supressão do aumento ou um aumento menor implicaria uma perda significativa no efeito buscado pelo aumento na quantidade mínima de cotistas desses tipos de aplicação, qual seja, o de evitar que essas estruturas sejam utilizadas exclusivamente para fins de planejamento tributário.

A Emenda nº 15 visa a alterar o art. 40 para que sejam incluídos no regime específico, sem "come-cotas", os fundos que investem pelo menos 95% de suas carteiras, indiretamente, em ativos em que não incide a tributação periódica. Acatamos a emenda parcialmente como emenda de redação, uma vez que consideramos que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados não foi claro o suficiente para evitar interpretações dúbias. Queremos deixar claro que o referido artigo também se aplica aos fundos de investimento multimercado de "duas camadas". Nesses fundos, há um primeiro fundo gerido, por exemplo, pelo escritório responsável pelas fortunas de famílias (os *family offices*); e há um segundo fundo do gestor de recursos, que capta valores com possibilidade de aplicação em uma variedade de estratégias de investimento. Pode-se interpretar que a atual redação do art. 40 já seria suficiente para afastar do "come-cotas" também esses fundos, já que ambos os fundos de investimento multimercado utilizados na estrutura aplicam, em última instância, mais de 95% do patrimônio líquido em fundos sem "come-cotas". Para permitir que essa interpretação seja aplicada com segurança jurídica, por parte dos contribuintes e da administração tributária, minimizando o risco de contencioso, sugere-se, na emenda, pequeno ajuste redacional para esclarecer que 95% do patrimônio líquido podem ser aplicados "direta ou indiretamente".

Quanto à Emenda 17, de autoria do Senador Izalci Lucas, que inclui dispositivo que permite a dedução de doações da base de cálculo do Imposto de Renda incidente sobre o rendimento acumulado dos fundos de investimento que não estavam sujeitos até o ano de 2023 à tributação periódica, optamos pela rejeição da emenda, pois, apesar de a cultura de doação dever ser fomentada e incentivada no Brasil, a emenda cria uma renúncia tributária, na medida em que tira da base de incidência do Imposto de Renda uma parcela dos rendimentos financeiros de pessoas físicas que são tributáveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Por fim, estamos propondo ajustes redacionais no que concerne às alíneas "a" e "b" do inciso I do §10 do art. 5º, ao inciso III do §2º do art. 14 e à alínea "d" do inciso II do art. 21. O art. 5º, §10, inciso I, alíneas "a" e "b", prevê, entre os critérios para elaboração do balanço da entidade controlada, para fins da tributação, a observância da "legislação comercial brasileira". Já o art. 14, §2º, III, prevê que o valor das entidades controladas no exterior até 31 de dezembro de 2023 será calculado com base no valor das suas demonstrações financeiras, as quais deverão ser preparadas com observância "aos padrões contábeis da legislação brasileira". Apesar de todos os dispositivos se referirem aos padrões contábeis brasileiros, os quais seguem os atos normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que é órgão competente para a edição de normas contábeis no Brasil, as diferentes redações podem gerar dúvida interpretativa se realmente se referem a remissões distintas, o que não faria sentido. Então, é sugerida a presente emenda de redação para uniformizar as referências nos três dispositivos acima, usando a expressão "padrões contábeis brasileiros".

A segunda alteração, no art. 21, diz respeito à contradição da alínea "d" do inciso II, cujo texto é o seguinte: "cotas negociadas em bolsa de valores no exterior de fundos de índice de ações, ainda que não sejam admitidos à negociação em bolsas de valores no exterior". O dispositivo se refere aos ETFs (*exchange-traded funds* ou fundos de índice), necessariamente negociados em bolsa de valores no exterior, por definição. Como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

depreende de uma leitura rápida, a segunda oração da alínea contradiz a primeira, motivo pelo qual propomos a sua supressão.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto e, no mérito, pela rejeição das Emendas 3-U a 6-U, 8-U a 14-U, 16-U e 17; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.173...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... com a aprovação da Emenda 2-U, como emenda de redação, e o acolhimento parcial das Emendas 1-U e 7-U, o acolhimento parcial da Emenda 15-U, também como emenda de redação, conforme texto abaixo, e com os demais ajustes redacionais já referidos, Sr. Presidente.

É como voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro, parabéns pelo seu relatório.

Encontram-se...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes da discussão, encontram-se sobre a mesa os Requerimentos nºs 206 e 207, de autoria do Senador Carlos Viana, de destaque para as Emendas nºs 9-U e 10-U.

Em votação o pedido de destaque para as Emendas nºs 9-U e 10-U.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, uma questão de ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – A votação, na verdade, poderia ser precedida – eu acredito –, porque nós vamos pedir vista. Então, a gente já está votando, na verdade, a própria matéria na hora em que a gente pede destaque.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, só os destaques. Só os requerimentos de destaque.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Só os requerimentos. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós estamos votando os requerimentos.

Em votação os pedidos de destaque para as Emendas nºs 9-U...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria de explicar o porquê do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado.

Esse é um projeto, diferentemente da reforma tributária, para aumentar impostos no Brasil. O objetivo desse projeto é aumentar a arrecadação em cima de impostos de quem, inclusive, já pagou os impostos para ter esses fundos no exterior. Eu não tenho *offshore*, gostaria até de ter, e quem sabe um dia poderei ter, então me sinto livre o suficiente para conversar com os Srs. Senadores sobre esse assunto e dizer que tenho amigos, parentes que têm *offshore* e que fazem declaração nos dois países. Por exemplo, tenho três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gerações de primos que emigraram para os Estados Unidos, que têm bens nos Estados Unidos e têm bens no Brasil e fazem as duas declarações de Imposto de Renda, porque existe um acordo entre os dois países em que você pode fazer a declaração e pagar os impostos lá e aqui no Brasil você declara, ou ao contrário, para que você tenha legalizado. Essas pessoas pagam os seus impostos tanto no exterior quanto no Brasil e, com o lucro, elas transferem esse dinheiro para fora.

Isso quer dizer que 100% façam isso? Talvez não, mas a maioria são empresários, empreendedores brasileiros que já pagaram os seus impostos na origem e que colocaram o dinheiro lá fora como forma de proteção. Infelizmente, a economia brasileira, os projetos, os planos econômicos todos não levam o empresário a ter a segurança necessária no Brasil e é preciso muitas vezes você alavancar o negócio em dólar. Por quê? Porque você está livre de variações cambiais e até de mudanças nas regras, como esse projeto está propondo.

Então, o primeiro passo: há a possibilidade, sim, apesar do texto muito bem lido pelo Relator, de bitributação. É preciso deixar claro que quem pagou o imposto no exterior, quem tem uma empresa lá, é brasileiro, tem um CPF válido no país, mas tem também um *social security*, ou um número de pagador de impostos nos Estados Unidos, se ele lá fez o pagamento e colocou em um fundo, declarou no Brasil que tem esse fundo, já pagos os impostos, é preciso colocar em lei que não vai ser bitributado. Não é claro isso no texto. Esse é o meu primeiro ponto: bitributação em quem já pagou os impostos.

O segundo ponto: a questão de que a pessoa possa declarar a diferença dos imóveis, como aconteceu no Brasil aqui recentemente, e poder pagar um imposto de 8%, uma taxa definitiva para que isso aconteça. Não há dificuldade nenhuma em se auferir valor de imóvel. Desculpe o Senador Alessandro, mas eu não concordo. É a pessoa a responsável pela declaração, em toda declaração de Imposto de Renda, você assume a responsabilidade do que você está declarando. Se você tem um imóvel no exterior que foi comprado por US$100 mil, mas o valor de revenda dele é US$200 mil, é você que tem que declarar. Se posteriormente houver fraude nessa declaração, a lei tranquilamente vai punir. Mas hoje você tem que dar o direito da pessoa de saber o seguinte: se eu atualizar o valor, quanto eu vou pagar? Vou pagar 8%, 10%?

Esses dois pontos, a meu ver, são fundamentais: evitar a bitributação, porque o texto não é claro sobre essa questão, dos acordos internacionais que o Brasil tem – e você tem muitas empresas que transitam entre a sua origem, muitos empreendedores que transitam no exterior e no Brasil –, e a questão da atualização dos impostos. É o meu posicionamento, pedindo a aprovação dos destaques.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Apenas para orientar a votação: não existe absolutamente nenhum risco de bitributação, absolutamente nenhum risco, o texto é bastante claro ao garantir a compensação entre o imposto já pago e o imposto que será novamente cobrado. Então, não há esse risco.

E, no mais, a gente já sustentou a rejeição das emendas e repete o pedido, pedindo agora aos colegas a confiança pela rejeição dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mais uma vez, eu quero fazer a leitura...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Excelência, quero fazer uma colocação. Se não tem risco, qual é o problema de a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocar na lei, aprovar o requerimento? Não há risco nenhum e nós só vamos deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Encontram-se à mesa os Requerimentos nºs 206 e 207, de autoria do Senador Carlos Viana, de destaque para as Emendas 9-U e 10-U.

Em votação o pedido de destaque para as Emendas 9-U e 10-U.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório, rejeitando as emendas, permaneçam como se encontram.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Quem levanta o braço está votando com o Carlos Viana. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Carlos Viana.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovados os requerimentos.

Os requerimentos de destaque estão aprovados.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só porque eu, daqui da mesa, achei que estava muito empatado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, o senhor já proclamou o resultado. Jaques Wagner estava conversando com um baiano ali, estava conversando com outro baiano ali. Tem baiano demais na mesa aqui. Vamos diante.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei que não é o mérito que a gente está votando. Só estamos votando a aprovação para ser apresentado o destaque. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É a aprovação do requerimento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como diria um democrata, eu discordo do que você fala, mas defendo o direito de você falar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu sou favorável à Bahia? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, o senhor fez o pedido de verificação?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, mas já anunciou, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Já proclamou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas é um direito dele segundo a Mesa me informou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele pode pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pode. Então, vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Segundo informação aqui da Mesa, pode sim.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se eu posso pedir, eu vou pedir então.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Precisa de três apoiamentos.

Senador Jaques Wagner, dois, três, quatro. Já deu o suficiente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Direito de conferir me foi ensinado pelo São Tomé, e eu nasci no dia de São Tomé.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Conforme o pedido do Líder do Governo Senador Jaques Wagner, vamos abrir o painel para a votação dos requerimentos.

Peço que abra o painel.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Qual é a orientação do voto, Sr. Presidente? Quem vota pelos destaques, vota "sim". É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem vota com o Relator, Senador Alessandro, vota "sim". (*Pausa.*)

E vota "não" quem está com o autor dos requerimentos, Senador Carlos Viana.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vota "sim" quem está com o Relator, Senador Alessandro Vieira, e "não" com o autor dos dois requerimentos, Senador Carlos Viana.

Aberta a votação.

Senadores e Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem vota com o Relator vota "sim"; quem vota com...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora é o mérito, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É.

Aprovação dos requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desculpe, verificação de votação. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para ajudar, Sr. Presidente, é importante... Eu voto "não", porque é o voto que deixa mais clara a legislação, conforme a argumentação do Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Otto ainda não votou. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 8; NÃO, 13.

Aprovados os requerimentos do Senador Carlos Viana.

Vamos à discussão da matéria.

O Senador Carlos Viana é o primeiro inscrito. (*Pausa.*)

O Senador Angelo Coronel é o segundo inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu ouvi o relatório do nobre Senador Alessandro e eu tenho muito receio de haver uma fuga de investidores do Brasil com tamanha sanha arrecadatória que o Governo propõe nesse fundo. Os fundos não estão sendo tratados com a mesma isonomia. Para os senhores terem uma ideia, os fundos de investimento em participações privados, os fundos de multimercado, os fundos de investimento em direito creditório estão sendo taxados com "come-cotas" a cada seis meses, a não ser que eles fossem enquadrados como fundo de investimento, coisa que é muito improvável na CVM nos dias de hoje. A França, no passado, usou essa mesma prática, Senador Jaques Wagner, e a maioria dos investidores migraram para a Suíça. Depois de um ano, a França mudou a sua lei, e retornaram esses investidores.

Imaginem os senhores e as senhoras: Senador Izalci, se V. Exa. pegar seu CPF e abrir um fundo, o senhor vende uma casa, uma fazenda, tira seu dinheiro de aplicação e abre um fundo de investimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É o meu sonho.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse fundo de investimento compra ações ou cotas, Senador Oriovisto, de empresas produtivas. O que acontece? Essa empresa produtiva vai pagar 34% de imposto, ou seja, 15% de Imposto de Renda, mais 10% de adicional de Imposto de Renda, mais 9% de Contribuição Social sobre o Lucro, dá uma soma aí de 34%. Quando ele sobe o lucro para o fundo reinvestir em uma outra companhia, ele vai cair no "come-cotas" de 15%. Ora, então, isso é um desestímulo à produtividade. Então, nós temos que ter consciência de que ser Governo é ser Governo, mas também ir de encontro a quem produz não deve ser preponderante aqui nesta Casa.

Então, eu concordo: o Governo quer arrecadar recursos, é natural, todo Governo quer isso, agora não pode também querer arrecadar recursos sacrificando quem gera emprego e quem gera renda. Eu sempre digo que o capital e o trabalho têm que andar irmanados. Não adianta querer matar o trabalho para favorecer o capital ou matar o capital para favorecer o trabalho; tem que ser uma irmandade, porque um depende, literalmente, do outro.

Então, eu faço um apelo ao nobre Relator, Senador sergipano, que acate a nossa emenda para fazer justiça e isonomia dos fundos de investimento em participações, dos fundos de investimento em multimercado, dos fundos de investimento em direitos creditórios, para fazer pelo menos a associação como é feito hoje com o fundo de investimento em ações. Por que um tem um tratamento, e os outros não?

Então, eu vi, no seu relatório, V. Exa. falar que pode haver uma dúvida, mas o empresário não pode viver da dúvida. O empresário vai ter que ficar o tempo todo ajuizando; quer dizer, aumentando simplesmente essa margem brutal que já é o passivo tributário brasileiro? Quer dizer, a gente vai ter que continuar tributando, porque no projeto diz: "Pode vir a surgir uma dúvida"?

Então, fica aqui o meu apelo, nobre Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu pediria pela ordem para ficar claro, para não ser atropelado aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, como contador, eu me lembro do ICMS. Antigamente, você tinha 90 dias para pagar o ICMS, porque você tinha tempo para vender, dar um prazo para o cara pagar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje você tem que, praticamente, pagar sem receber e não sabe nem se vai receber. Agora, eu fico vendo um absurdo com relação a isso. Primeiro, essa sanha de arrecadação. Nós estamos no meio de uma reforma tributária – ainda vêm Imposto de Renda, dividendos, patrimônio, não sei o quê –, e a gente fica aprovando exatamente para buscar arrecadar de qualquer forma.

O Senador Angelo Coronel foi muito feliz. Vamos fazer aqui um investimento em debêntures – investimento em debêntures. Você investe, a empresa está maravilhosa, ótimo. Você vai lá e paga antecipado. Três ou quatro meses depois, a empresa quebra. Cara, não tem condição. As pessoas têm que raciocinar um pouco, porque quem paga imposto, quem gera emprego são as empresas. Não tenho dinheiro no exterior, não tenho nada. Mas é coisa absurda. Por isso... E dá margem, inclusive, a esse Supremo ficar decidindo as coisas. Se você bota uma lei que não fica clara, o que vai acontecer? Qualquer um vai para o Supremo. Aí o Supremo vai e define do jeito que ele quer. E a gente fica aqui reclamando.

Então, eu acho que eu faço das palavras do Angelo Coronel as minhas palavras. Nós precisamos de investimento no Brasil. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil. A turma não quer investir, porque é uma insegurança muito grande. No Brasil, as empresas têm planejamento. Ninguém decide, da noite para o dia, as suas ações empresariais, mas no Brasil, não. Se quer pagar imposto assim, já ano que vem. Está aí a desoneração. Nós estamos em dezembro. Temos que votar essa desoneração, porque como o empresário vai precificar o seu preço, se você não tem nada definido aqui?

Então, parabéns, Senador Angelo Coronel! Fico com a fala de V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Art. 14-B, eu fui citado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para explicação pessoal.) – E é importante frisar que, se você não resgata – você sobe o lucro para o FIP, está lá guardado no banco por 30 dias, porque a lei só permite 30 dias; você é obrigado a investir em outra empresa –, e você subir para o acionista, para o Izalci, que vendeu seus bens para investir no fundo, tudo bem. Você vai lá, paga os 15%, já que você está resgatando suas cotas. Agora, enquanto você está produzindo naquele ciclo do fundo, você pagar 15%; você não está pagando 15%, você está pagando 49%, ou seja, o Governo é sócio majoritário se o empresário tiver dois sócios no seu empreendimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Só no lucro. No prejuízo, não participa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não entra na despesa. Se você quebrar, o Governo diz: "Quebrou, porque foi incompetente. Eu quero os meus 49%".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, em seguida, Senador Rogerio.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer uma pequena crítica à maneira como as coisas estão sendo conduzidas aqui. O Senador Alessandro apresentou esse relatório hoje de manhã ou foi ontem, às 6h da tarde? Foi um desses dois dias. Aí ele ficou quase uma hora aqui lendo o relatório. Se fizéssemos uma prova aqui para alguém tentar resumir o que ele leu, tiraríamos todos menos de um ou dois pontos. Os mais aplicados tirariam dois. É uma leitura a que ninguém presta atenção, só fica lendo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós perdemos o tempo da leitura e não temos o tempo da análise, porque não tínhamos o relatório. Então, votar isso hoje é para mim o fim do mundo.

Agora, vamos ao mérito.

Sr. Presidente, no mundo inteiro, no mundo civilizado pelo menos, você faz um investimento, apura o lucro no fim desse investimento e aí você paga imposto. Se você tem prejuízo, você não paga. Essa história de "come-cotas" é uma jabuticaba, é uma invenção brasileira. O "come-cotas" tinha que ser tirado de todos os fundos, dos fundos abertos também.

O que acontece com o pequeno investidor? Ele tem lá uma pequena poupança, R$20 mil, R$30 mil, coloca num fundo desse, um fundo multimercado. Chega no mês de março, no mês de outubro, vem lá o "come-cotas" e come um pedaço dele. Aí o coitado, dali a pouco, precisa daqueles R$20 mil. Tira o dinheiro. Ou, nesse meio tempo, aquele fundo deu prejuízo, ele tira o dinheiro, mas já pagou, pagou imposto sobre prejuízo. Eu estou falando do pequeno investidor. O grande investidor o que vai fazer? Vai cair fora disso, ele não é trouxa.

Então, essa história de querer cobrar imposto sobre lucro não realizado, como diz o Senador Angelo Coronel – e eu o estou citando de novo para que ele possa falar de novo, já que as palavras dele são músicas para o meu ouvido –, está errado, na essência está errado. Você está cobrando imposto de alguém... É simples, simples, simples. Olha, eu como investidor já comprei muitas debêntures, comprei muito papel de empresa que quebrou, e o risco era da empresa e eu não recebi. Nessa filosofia, eu teria pagado imposto.

Outra coisa com relação a *offshore*. Então, aí a coisa vai muito mais longe, porque você começa a pensar que é punido por ser brasileiro. O Governo brasileiro fez uma política ruim, o real caiu de valor frente ao dólar, você vai pagar imposto sobre a desvalorização da sua moeda. Eu não vejo nenhuma lógica nisso, não vejo nenhuma lógica nisso. Nós vamos fazer a contabilidade em qual moeda, em dólar ou em real? Nós vamos apresentar uma declaração convertendo em real. Então, eu levo lá US$1 milhão, aplico numa porção de coisas. Tenho prejuízo naquela porção de coisas, não deu certo. Mas acontece que o real... o dólar que valia R$4 ou R$3,5 agora vale R$5,50. "Ah, mas em reais você ganhou um montão." Que beleza, paga imposto, ou, então, faz o seguinte, seja medíocre, não pense globalmente como eu penso americano, não pense em investir no mundo inteiro, invista só no Brasil, que você não corre o risco de pagar imposto sobre a desvalorização da sua moeda. Eu acho que está tudo errado.

E olha, para terminar, Senador Jaques Wagner, nós estamos vivendo uma política econômica insana, é uma roda da insanidade. De um lado, nós queremos aumentar a arrecadação; e, de outro lado, nós queremos gastar cada vez mais. Hoje está na imprensa do Brasil inteiro: a reforma tributária, ganhou por quatro votinhos só aqui no Senado, mas ganhou, passou. Hoje os Governos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, Sul e Sudeste, todos aumentaram ICMS para 19,5%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Santa Catarina não aumentou.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Santa Catarina não ainda, mas espere.

Pois é, mas o Norte e Nordeste já aumentou também, Brasília para 20%. Por quê? Porque todo mundo está se prevenindo. E quem é que vai pagar o pato? O consumidor. Por outro lado, tem coisas que nós aprovamos aqui, por exemplo, tem uma PEC 10, que não vai ser votada aqui porque é PEC, vai ser votada só na CCJ, que dá o quinquênio para os juízes. Só essa PEC vai consumir umas três vezes mais do que eventualmente esse projeto que o Alessandro está relatando vai criar de arrecadação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Quem falou que ela vai passar?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Pois é... Pois é, mas as propostas estão aí e o *lobby* é forte, não é?

Nós aprovamos aí outro dia um monte de benefícios da Previdência, bilhões. Aprovamos. Essa já passou, viu, Kajuru? Já passou. A Previdência, por exemplo, dos benefícios da Previdência já passou. Quer dizer, vão arrecadar de um lado e vamos jogar dinheiro fora do outro, vamos gastar do outro. Aonde é que vai dar isso? Isso me parece um eixo que tem uma roda que gira no sentido horário e outra que gira no sentido anti-horário. É uma loucura.

Então, eu acho, primeiro de tudo, Sr. Presidente, havendo pedido de vista, que seja, pelo amor de Deus, de uma semana, porque não dá para analisar isso aí em 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio, com a palavra, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, na verdade, o que eu iria dizer – e por isso eu vou economizar aqui – já foi praticamente antecipado por aqueles que falaram antes de mim, é que o relatório do Senador Alessandro é um relatório bastante denso. É um relatório que trata, por exemplo, de um volume de recursos de US$200 bilhões ou, pelo menos, R$1 trilhão. Isso significa aí uma poupança de milhares de brasileiros que vai mudar, simplesmente, a condição tributária de forma abrupta. Então, é importante que nós tenhamos tempo para refletir a respeito do tema. E aí, nesse caso, eu reitero aqui o nosso pedido de vista e a necessidade de que nós tenhamos uma semana para amadurecer o tema.

Pari passu, é sempre importante colocar que o Governo, Presidente, tem teimado – é uma coisa assim que me parece até um processo esquisito – por primar o ajuste das contas públicas pela parte da receita. É como se estivesse – vou fazer aqui uma figura de linguagem diferente, Senador Oriovisto – alguém numa canoa, com quatro ou cinco furos, com a água entrando, e ele com a canequinha botando a água fora. Quer dizer, ao mesmo tempo em que o Governo faz um esforço gigantesco para aumentar a arrecadação, por mais meritório que isso seja, mesmo que signifique aumento de carga tributária – o que, de antemão, nós temos muita dificuldade de aceitar, dada a relação de tributos com o Produto Interno Bruto, que já me parece bastante elevada no Brasil –, o Governo faz aqui um esforço nesta Casa e no Congresso Nacional como um todo com políticas que aumentam diariamente as despesas. O próprio Presidente da República teve o desplante – desculpem-me, mas essa é a palavra – de apresentar uma ideia nova ao Brasil: o PAC. Apresenta um terceiro PAC de R$1,3 trilhão – porque os números são portentosos: R$1,3 trilhão – sem votar PPA, LDO e Orçamento. Sr. Presidente, é jogar fumaça nos olhos do brasileiro, não é?

Então, é importante que nós tenhamos aqui o cuidado, já que nós somos a Comissão de Assuntos Econômicos, de olhar, de nos debruçar com muita calma a respeito desses temas; de, na hora de votar, ter o nosso juízo de valor a respeito do que está sendo feito; e, mesmo que a votação ocorra, de cobrar o Governo que faça seu dever de casa, sob pena de prejudicar o conjunto da sociedade brasileira, reiterando práticas que o passado já mostrou que não levam a bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero aqui estender os meus cumprimentos ao Senador Alessandro Vieira pela tarefa honrosa de relatar um tema de tamanha relevância para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não existe justiça tributária se não houver um sistema progressivo de cobrança de impostos, ou seja, quem ganhar mais pagar mais imposto. Eu tenho vários amigos que definem o Brasil como residência fiscal e trabalham em empresas estrangeiras. Por quê? Porque aqui eles pagam 6% de imposto, ao fim e ao cabo. Se ele declarasse o lugar onde ele mora, onde ele trabalha, como executivo, como Presidente, como CEO dessa empresa, ele pagaria 45%, porque lá se tributam, para essas pessoas, os dividendos; tributam-se, para essas pessoas, todas as entradas que compõem o ganho da pessoa.

Então, o interessante é que, quando se trata de cobrar um pouco mais de quem ganha mais, a gente coloque o prejuízo para todos, mas a gente não considera que ampliar o gasto público é uma necessidade da maioria do povo brasileiro para comer, para ter transporte de melhor qualidade, para termos infraestrutura, para termos mais recursos para a saúde, porque as tecnologias mudaram, porque o mundo mudou, porque as pessoas estão morrendo nas filas.

Nós precisamos ter mais arrecadação. Nós exigimos para as nossas bases, de forma legítima, mais recursos. E esse dinheiro precisa vir de algum lugar. E não pode ser cortando mais a carne, o osso dos mais pobres. A gente precisa encontrar uma equação.

Eu entendo que a fala do Senador Angelo Coronel vem no sentido de: "Bom, vamos encontrar um jeito de a gente igualar o jogo para todos, para que a gente não vá produzindo jabuticabas que não dialoguem universalmente com o sistema global". Está certo. Acho que cabe o tempo, cabe o espaço para reflexão. Mas eu quero deixar aqui a reflexão mais profunda.

O mérito desse projeto e a coragem de pautar esse debate são muito significativos, Senador Cid Gomes. É fundamental que a gente... Veja, nós que vivemos de uma renda decorrente de um salário, por exemplo, pagamos 27,5%. Conheço pessoas que recebem 5, 6, 10 milhões, 20 milhões, como receberam nos últimos anos, 30 milhões de dividendos e o que pagaram? Nada. Quem recebeu 200 pagou 27,5%.

Então, é preciso fazer justiça fiscal, justiça tributária no Brasil. A gente precisa caminhar nessa direção. E acho que esse espírito a gente não pode perder, ainda que a gente tenha que fazer alguns ajustes nesse projeto. Eu não estou me opondo aos destaques em si, mas a gente não pode deixar de fazer justiça tributária no Brasil se a gente quiser ser um país civilizado, moderno e que consiga pagar as suas contas, porque não é – não é! – desrespeitoso com o povo, nem com o Estado e nem com o país dar uma saúde um pouquinho melhor para o povo brasileiro.

Eu fui na OCDE em 2015 e fiz um desafio aos técnicos da OCDE, de 33 países, porque a gente fala em corrupção, a gente fala em gasto com a saúde, Senador Otto Alencar, e eu fiz um desafio aos técnicos da OCDE: "Me digam o que vocês fazem com US$1 mil em qualquer lugar do mundo e vamos comparar com o que o SUS faz com US$1 mil no Brasil". Ninguém topou o desafio, porque o nosso sistema é um dos mais eficientes, mesmo com a desorganização que ele tem, do que o resto do mundo, por conta da sua concepção e da sua construção que, historicamente, veio depois dos sistemas previdenciários francês e inglês. Assim como o espanhol, ele é mais eficiente, mais eficaz, porque vem depois, e o nosso também.

Portanto, nós estamos falando de financiar áreas que são importantes, como a infraestrutura. Então, vamos garantir esse espírito de Mais Brasil. Mais Brasil, é mais dinheiro para investir; Mais Brasil é um país onde o povo tem mais acesso àquilo que materializa a cidadania; Mais Brasil não é mais miséria, não é mais pobreza, não é mais incapacidade de investimento. Eu acho que é isso que a gente precisa refletir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro, agradeço aos Senadores o voto pelo destaque, que, tenho certeza, traz à luz aqui uma discussão fundamental sobre bitributação. Esse é um projeto única e exclusivamente para aumentar imposto, e aumentar imposto em cima de quem já paga imposto, porque só quem nunca teve uma empresa, teve uma carteira de um empregado assinada é que pode concordar que no país não se paga imposto, sob a ótica de que alguns setores podem estar não pagando imposto como os outros – nós estamos na hipótese –, podem estar dando margem à sonegação, podem estar não pagando em igualdade. Essa hipótese está nos levando aqui a querer taxar todos, isolando o país, como já foi dito.

O que nós vamos ter, em boa parte de quem consegue empreender no Brasil, investir, é passar tudo para fora e, muitas vezes, até interromper um CPF brasileiro. Essa é a minha visão, se nós não tomarmos muito cuidado com o que nós estamos votando aqui.

A questão da bitributação é clara. Uma pessoa que empreende em qualquer lugar do mundo, que tem um acordo com o Brasil, que faz as declarações corretas, tem um empreendimento nos Estados Unidos, como é mais comum, e tem no Brasil, essa pessoa tem o direito de pagar o imposto em um dos dois. Nós não podemos permitir que, a partir da hipótese de que pode estar havendo sonegação, a Receita venha com o direito de cobrar o que já está lá fora. Se ele produziu lá fora e já pagou lá fora, como é que vai ser esse cálculo?

Na questão dos imóveis no Brasil, disse muito bem o nosso Líder, Senador Oriovisto, a Receita quer ganhar, da maneira que nós estamos colocando, em cima de valorização cambial. O país teve uma dor de barriga, o dólar subiu, você está declarando lá o valor, vai ter que pagar a diferença.

A questão do come-cota. Você não auferiu lucro, você ainda não tirou do fundo, mas você já está pagando antecipadamente.

Olha, senhores, vamos falar a verdade: colocar nas mãos de agentes públicos um poder desse tamanho é você dar a possibilidade... Até você recorrer para dizer que o agente não está agindo corretamente, porque a lei não permite, você já teve que pagar muito mais. Esse é o meu ponto de vista.

É uma discussão que precisa ser feita com muito mais abrangência. O nosso partido tem um pedido de vista já colocado de no mínimo uma semana para analisarmos pontualmente aqui, trazendo sugestões. Se existem pontos da sonegação, Senador Angelo Coronel, que a Receita aponte. A Receita brasileira é uma das mais competentes do mundo. Aponte: "Olha, são esses, esses e esses os fundos em que pode haver algum tipo de desigualdade e de sonegação", para que a gente possa trabalhar aqueles fundos; não colocarmos aqui, goela abaixo dos contribuintes brasileiros, uma tributação, sobretudo aumentando da maneira como estamos propondo aqui as alíquotas.

O Governo quer arrecadar? O discurso de arrecadar para saúde é um discurso forte, mas a saúde, no Brasil, precisa passar por um controle de administração muito profundo de qualidade do investimento. A gente joga dinheiro num sistema que, infelizmente, atende, mas poderia ser muito melhor.

"A educação no Brasil precisa de mais investimento". Não é verdade. O Brasil já investe, e investe muito. Nós precisamos é discutir.

Agora mesmo tem um projeto do Governo que vem fazendo um parêntese sobre o ensino médio que atende só aos sindicados, porque vai mudar. Eles querem que a gente mude o ensino médio tirando a possibilidade dos cursos técnicos e voltando aos cursos como eram anteriormente, que já não davam resultado. É dinheiro que a gente vai jogar num investimento que não vai dar resultado, dinheiro do contribuinte.

O Governo quer arrecadar mais? Então, primeiro proponha a geração de mais renda. Incentive quem gera renda no Brasil. Inverta o processo. Vamos começar a facilitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a vida de quem gera renda, quem gera emprego no Brasil. Não é taxando sob hipótese de que um não está pagando, que é um número muito pequeno, e taxando todos os outros da mesma maneira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, repare, Presidente, eu queria fazer quase que uma questão de ordem. Evidentemente que a matéria já foi aprovada, o requerimento, nós não estamos julgando o mérito...

Eu acho que o momento mais próprio de aprofundar o debate do mérito dos dois requerimentos do Senador Carlos Viana seria quando nós voltarmos, já que a vista está preanunciada.

Eu acho que o Senador Rogério já colocou... Não se trata sempre de aumentar gastos. Às vezes, até nas duas Casas se criam despesas. Nós estamos na porta aí da PEC do quinquênio. Eu não sei se alguém já fez essa conta. A conta é estratosférica, até porque é retroativa a todos os aposentados. Significa que, na folha de pensionistas do Poder Judiciário, ou seja, dos aposentados, é 35%, já que conta para trás... Todo mundo é 35 anos. Com 1 por ano, 35%. Que tal? Não, fora as outras categorias, que vão vir na fila, não é? Porque puxa um, ninguém segura o resto.

Bom... Assim como algumas decisões do Supremo.

O Supremo fez uma decisão correta, na minha opinião, do ponto de vista de mérito. Ele tirou do PIS/Cofins, da base de cálculo dele, o ICMS. Correto. O ICMS é juro. Não pode entrar para compor. Está corretíssimo. Agora, retroagiu cinco anos.

Prefiro não citar o nome da empresa, mas uma empresa de venda ao consumidor tem a receber – e já começou a Fazenda a pagar – 1,5 bilhão. Perguntou eu: quem foi lesado foi o consumidor final, porque a empresa jogou, no preço, aquilo que ela estava pagando de tributo. Ele vai procurar os consumidores de cigarro, para devolver, um a um, aquilo que ele pagou a mais? Ou qualquer outo item que for reivindicado agora.

Então, que que é isso? Entra na conta 1,5 bilhão.

Bom...

Então, o que eu quero dizer, Presidente? Eu acho que talvez seja o caso de suspender a discussão, já que nós estamos... Já aprovamos o requerimento. O debate pode ser feito depois da vista – não sei se o Senador Carlos Viana concorda –, e a gente passa a vista, porque existem outras matérias igualmente importantes.

O veto está aí, para ser lido o relatório. Então, é uma sugestão que eu passo a V. Exa., na forma de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro, o senhor tinha pedido a palavra? Ainda quer usar a palavra, para nós encerrarmos a discussão?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Só com muita brevidade, Sr. Presidente.

Primeiro, é para tratar da preocupação do meu amigo Angelo Coronel com relação à migração de investidores. A alíquota proposta pelo projeto é inferior à metade da alíquota que é cobrada nos países da OCDE. Então, esse é o primeiro ponto. A segunda questão: a referência feita a uma migração de investidores na França foi por ocasião da aprovação do imposto sobre grandes fortunas e não da tributação de fundos, porque já existe a tributação de fundos. E, segundo, novamente, é colocar aqui: o Brasil precisa de um espelho para poder entender o que é... Eu vejo discursos, a depender da hora do dia, que exigem que o Brasil tenha uma postura compatível com a dos países da OCDE, todo mundo quer ser OCDE, mas, quando se colocam as obrigações que são aplicadas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países da OCDE, aí o pessoal levanta e diz: "Não, não quero. Quero manter o meu privilégio, o privilégio do meu amigo, do meu parceiro, do meu grupo".

E aqui nós não estamos tratando... E só uma última correção, também muito breve. Este projeto não trata de sonegação, não é sonegação fiscal, é planejamento tributário, absolutamente legal. Hoje, quem tem capacidade de recursos contrata uma boa equipe, faz o seu planejamento e paga muito menos imposto, o que não é ilegal. Do que este projeto tenta tratar é justiça fiscal, fazer com que finalmente no Brasil quem tem mais pague mais. E, no caso, não vai ser mais, porque a alíquota, como já foi dito várias vezes, é de 15% – 15%! O funcionário público aqui, o cidadão que está aqui nos prestando serviço, paga 27,5%. Então, é uma coisa que foge muito da razoabilidade.

É apenas para fazer esses três pequenos esclarecimentos e concordar com o pedido de vista. Eu espero que seja um pedido de vista de 24 horas para que a gente possa ter apreciação a tempo, lembrando a todos que nós teremos em breve a COP, em que um grupo significativo de Senadores participará de comitivas, e, então, isso pode gerar uma dificuldade até de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alan Rick, o senhor pediu a palavra, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

É para defender aqui a nossa emenda que trata do benefício da prestação continuada, um clamor que temos recebido no Brasil inteiro de milhões de famílias de brasileiros que recebem esse benefício e que, diferentemente dos pensionistas e dos aposentados do INSS, não têm direito ao décimo terceiro salário no final do ano. Nós achamos justo apresentar essa proposta, atendendo ao clamor dessas famílias.

Imaginem só um pai de família que ganha um salário mínimo, que tem três filhos, sendo um desses filhos com deficiência; a mãe não pode trabalhar, porque tem que cuidar do filho; ou um aposentado que não recebe aposentadoria, ou seja, ele não teve direito de receber o recurso e recebe aquela parcela do BPC para poder se manter e ter um mínimo de dignidade.

Então, eu entendo que, já no projeto, está previsto um recurso para a despesa desse benefício de prestação continuada, desse décimo terceiro, através da tributação da parcela mais rica da população, prevista no projeto dos *offshores*. Então, Sr. Presidente, o nosso clamor é que, neste pedido de vista, haja uma avaliação das famílias que recebem o BPC e que clamam por terem o mesmo tratamento dispensado aos outros pensionistas.

Eu entendo que é uma forma meritória o que nós apresentamos. E obviamente isso impacta a vida dessas pessoas. Eu peço ao nobre Relator que faça avaliação desta emenda com todo o carinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais inscritos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, só...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, eu fui citado pelo Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... uma rápida questão de ordem. Pode ser posterior ao...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Angelo Coronel foi... É art. 14? É isso?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, se já foi concedida vista, é só por uma semana.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Elogiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo Coronel, o senhor quer usar a palavra?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para explicação pessoal.) – Eu queria questionar aqui o nobre Senador Alessandro, já que ele me citou, qual foi o conceito dos fundos de investimento em ações estarem isentos da tributação e por que somente os FIPs, os FIDCs e os FIIs são tributados no "come-cotas"?

Será que estudaram corretamente? Porque o fundo de investimento em ações, Senador Oriovisto, de que V. Exa. é bem sabedor, você pode comprar ações de várias empresas, se ganhou ou perdeu, você vai receber os dividendos ou não e você não tem a responsabilidade da geração de emprego. A partir do momento que você pega seu capital e investe num fundo de investimento de participação, o que é que vai acontecer? Você está comprando participação em empresas produtivas, ou seja, você está fomentando a geração de emprego e renda. Esses vão ser penalizados. E o fundo de ações, que é só especulação, ficaram isentos por parte do relatório do Senador Alessandro Vieira. Então nós temos que fazer um equilíbrio entre os fundos: ou todos são tributados com "come-cota" ou nenhum é tributário com "come-cota", agora, pagar imposto antecipado nesse Brasil...

V. Exa. falou de 49%; é a maior carga tributária do mundo. Me diga um país do mundo onde se tributa 49%. Eu não conheço. Se tiver, eu quero até conhecer que eu gosto muito de aprender. Qual país do mundo que tributa 49%? Eu não conheço. E aqui no Brasil vai ser 34% direto, repito, Imposto de Renda e contribuição social, e mais 15% a cada seis meses de "come-cota", e os 15% sem realizar. Você está pagando na flor, não é nem no fruto. Isso é um absurdo, e eu não posso ficar calado como brasileiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Aprovamos o pedido de vista. Não cabe nenhuma discussão. Se é um dia ou uma semana, eu voto por uma semana. Se eu perder, eu aceito um dia. Acabou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora discutir e rediscutir o conteúdo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin, não é colocado em votação.

Eu tenho que esclarecer aos Senadores e às Senadoras: este projeto tramita com urgência constitucional. A próxima reunião, se for em uma semana, é dia 28; não vai ter ninguém aqui por causa dessa COP. Acho que nem o Relator vai estar aqui, certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem para subsidiá-lo.

V. Exa. inclusive está arguindo para tanto o art. 132 do Regimento Interno, combinado com o §2º, inciso II, que diz que em projetos de lei em regime de urgência a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vista tem de ser de 24 horas, conforme pressupõe o Regimento da Casa, sendo nosso dever segui-lo.

Então aproveitando inclusive o ensejo, Presidente, não somente ao projeto relatado aqui pelo ilustre Senador Alessandro, não é facultativa, porque na verdade está imposta pelo Regimento, a vista de 24 horas, ou seja, não é uma faculdade para ser aqui apreciada... E, aproveitando, creio que V. Exa. poderia colocar matérias de que com certeza nesta sessão será pedida vista. Eu já estou antecipando eventual vista que teremos a matérias, como é o caso da próxima, que é de relatoria do Senador Angelo Coronel, como é o caso do projeto de lei complementar que está para ser apreciado extrapauta, para essa sessão posterior que fatalmente, não por faculdade de V. Exa., mas por força regimental, V. Exa. convocará para o dia de amanhã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu vou pedir inversão de pauta, se é para tratar de outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, esclarecendo, o projeto tramita com urgência constitucional. Dessa forma, a matéria é sujeita a prazo. Dia 28, vai ter praticamente ninguém aqui.

Então, o pedido de vista será por 24 horas, voltando amanhã, na reunião de amanhã, às 10h30 da manhã.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora, eu quero me manifestar aqui, como conhecedor um pouco da matéria, Senador Alessandro, Senador Oriovisto: é uma matéria complexa, o Relator apresentou o relatório dele, se eu não me engano, anteontem, houve emendas e foi apresentado novo relatório.

Se nós formos analisar devido à complexidade do projeto, sim, seria um prazo maior para analisar. Agora, nós temos esse entrave, e não adianta, pelo que eu estou vendo e pela quantidade de membros desta Comissão que vai estar em Dubai, nós protelarmos esse projeto.

Então, como a Casa é soberana, vamos para o voto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos para o voto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Vamos para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, pedido de vista concedido de 24 horas, voltando amanhã. (*Pausa.*)

Senador, item 4 da pauta.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – A maioria aqui quer uma semana – a maioria quer uma semana –, o projeto precisa de uma semana. Agora, o que vai acontecer é que a maioria não vai dar quórum daqui a 24 horas. E daí nós vamos fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador, é regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Mas e se não houver quórum daqui a 24 horas?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Assim, aí já é prever o futuro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir inversão de pauta do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, é regimental, Senador Oriovisto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, prevendo que o item 4 é complicado, eu peço inversão de pauta para o item 5, que é da Embrapa. Se tem uma empresa que todos nós brasileiros temos que reverenciar, é a Embrapa. Então, eu peço inversão de pauta para o projeto da Embrapa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pelo amor de Deus...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pedido de inversão de pauta do Senador Amin...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, por favor, o senhor me conhece pessoalmente, há muito tempo, em Goiás, e o Amin, meu irmão, me conhece: eu sou diabético. Eu juro por Deus: eu estou, neste momento, aqui, com hipoglicemia. Acabei de reclamar com o Senador Marinho. E comi uma paçoca aqui que eu não podia comer.

Então, por favor, vamos ter o item 4 agora, porque eu faço parte do relatório.

O item 4 é de... V. Exa. é o Relator, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, o Senador Angelo Coronel e eu, em quatro mãos, mas ele que vai fazer a leitura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu fiz o pedido de inversão de pauta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu consulto aqui o Senador Angelo Coronel sobre se concorda com a inversão de pauta, a pedido do Senador Esperidião Amin.

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Olha, eu vou seguir a liderança do nobre Senador Kajuru, porque ele está enfermo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de inversão de pauta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta, Senador.

Senador Kajuru, também sou diabético. Vamos comer um...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Você não é diabético; você é de Iporá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu serei brevíssimo. Alguém aqui conhece uma criatura da administração pública brasileira à qual nós devemos mais respeito e apoio do que a Embrapa? Eu não conheço. Então, o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos ao item 5. (*Fora do microfone.*)

1ª PARTE
ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI N° 2694, DE 2021
- Terminativo -

Isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, de tecnologias geradas e produtos.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – O projeto tem três artigos, Presidente.

O art. 1º determina que a Embrapa será isenta, por prazo indeterminado, da cobrança de taxas, contribuições por serviços prestados e similares, de pedidos de registro, etc., feitos por quem? Pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, órgão do Ministério da Agricultura; Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Ou seja, é isenta de pagar para o Governo registro de invenções e de experimentos aprovados da própria Embrapa.

O art. 2º estabelece que a Embrapa, para obter a isenção, deve apresentar ao órgão respectivo os documentos exigíveis pela legislação aplicável a cada pedido que venha a requerer.

O art. 3º faz a lei entrar em vigor.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Diante do exposto, manifesto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.694, de 2021, e, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Foram apresentadas aqui em plenário duas emendas.

No caso da emenda que eu creio que pode ser aprovada, é a emenda... Perdão, nenhuma emenda foi aprovada... Nenhuma emenda foi apresentada, o projeto está limpo e tem dois artigos só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só vou registrar que realmente a Embrapa é de fato prioridade para o Brasil, para os Parlamentares, mas muito mais no discurso. A Embrapa não tem recurso.

Eu fiz duas audiências da Comissão Mista de Orçamento e peço aqui aos Parlamentares para manifestar esse apoio à Embrapa, que é o Pelé, comparado ao Pelé do futebol no mundo todo, todo mundo conhece a Embrapa.

E, por exemplo, no ano passado, foi de 116 milhões o orçamento da Embrapa e 250 milhões de emendas. Então, está sobrevivendo em função de emendas.

Então, peço para que esse apoio seja manifestado na Comissão Mista de Orçamento, Presidente.

Parabéns, Senador Esperidião Amin, pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 2.694, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

Por favor, Senadores e Senadoras, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já está aberto.

Senador Girão... Senador Portinho... Já pode votar, Senador Portinho.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem vota "sim" vota com o Amin. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

Amin, o Senador Angelo Coronel está perguntando.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem vota "sim" vota com o Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim rima com Amin.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Kajuru, duas horas de leitura.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – E, no Plenário, vai ser mais, se prepare.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – No Plenário vai durar mais.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto...

Cadê o Otto? Votou? (*Pausa.*)

Não está ali fora.

Senador Otto Alencar, para votar.

Amin, o Otto está aí.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Gente, alguém tem um cereal aí, pelo amor de Deus?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan...

Presidente, aproveitando o ensejo, está como extrapauta o meu projeto, o projeto de lei do Senador Humberto Costa, que é o Projeto de Lei Complementar 243. Logo antecipa o ilustre Líder Rogerio Marinho que, obviamente, teremos vista dessa matéria.

Se no ensejo V. Exa. pudesse antecipar, colocar com antecedência, com a antecipação necessária a matéria para apreciação, eu lhe agradeceria.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Só para... Eu já disse... Presidente, só porque eu acho que é importante ler o das *bets*, eu já me comprometi com o Líder da Oposição, para uma convivência harmoniosa, que, assim que terminar a leitura do relatório do Senador Randolfe, eu pedirei vista para atender o que ele quer, na medida em que ele tem uma necessidade de sair, sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – São 24 ou uma semana?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Podemos encerrar a votação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, eu vou explicar o porquê da vista.

Dentro do contexto da apreciação, essa matéria já foi votada por esta Comissão de Assuntos Econômicos. Na semana atrasada, foi votada no âmbito da Lei Paulo Gustavo. Ocorreu uma reclamação da oposição, em Plenário – justa reclamação –, de que tinha uma matéria estranha no âmbito da Lei Paulo Gustavo. A base do Governo e nós, sob orientação do Líder Jaques Wagner, aquiescemos, retiramos essa parte da matéria e transformamos em um projeto autônomo, que é este que agora está sendo relatado; ou seja, estamos falando de uma matéria sobre a qual esta Comissão de Assuntos Econômicos já votou favoravelmente, só foi apartada de um texto, a pedido da Oposição, inclusive em uma matéria que era de urgência, no caso da Lei Paulo Gustavo.

Então, diante disso, nós estamos retirando e apresentamos como projeto autônomo. A ideia era, obviamente, ser lido agora e, se concedida a vista, entrar na sessão de amanhã, junto com o PL dos fundos exclusivos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esse é o projeto que V. Exa. pediu extrapauta de hoje?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Podemos encerrar, Senador Otto? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 17.

Aprovado o Projeto de Lei nº 26, de 1994. (*Pausa.*)

Item extrapauta.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 11
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 243, DE 2023

Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Como Relator.) – Agradeço V. Exa., Presidente.

Vem para o exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei Complementar 243, de 2023, que dispõe sobre a utilização de despesas voltadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio, a ser instituído em legislação específica.

Passando diretamente para a análise.

No que tange à juridicidade da preposição, não há nenhum óbice. Na verdade, o art. 12 da Lei Complementar 200, de 2023, nada mais é do que uma disposição transitória que não é absoluta em sua inalteração. Dessa maneira, a desassociação do limite estabelecido pela Lei 14.535, de 2023, a Lei Orçamentária de 2023...

A proposição é destacada não só por estipular a fonte de custeio para programas de fomento da educação, como também pela tentativa de resgatar a utilização eficiente e conforme do Fundo Social, que, segundo o art. 49, I, de sua lei instituidora, as riquezas do pré-sal devem ser destinadas ao desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de desenvolvimento da educação.

Não obstante a clara destinação legal das verbas do Fundo Social, os recursos estão sendo utilizados para fins diversos em virtude da proibição estabelecida pelo teto fiscal de 2023.

Quanto ao mérito, somos favoráveis. Vemos sentido nos argumentos do autor e qualidade na forma com que os inscreve na lei. De fato, é imperioso que a permanência de estudantes no ensino médio seja objeto de esforço e atenção do poder público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... isso porque as estatísticas brasileiras de evasão escolar, durante a última etapa da vida escolar, são alarmantes.

Nesse contexto, a proposição é de especial importância porque, a um só tempo, atribui a correta destinação do fundo social e endereça um problema patente da sociedade brasileira, na tentativa louvável de quebrar um ciclo vicioso causado pela não conclusão do ensino médio. Explica-se: a evasão escolar acompanha o indivíduo durante o resto da vida, influenciando na sua renda *per capita*, no estado geral da saúde e até mesmo na probabilidade de os seus filhos também não conseguirem completar o ensino médio.

Todos esses dados corroboram com a ideia de que a presente proposição, ainda que esteja dispondo sobre as fontes de recursos específicas, auxiliará na ruptura de um ciclo vicioso para milhões de brasileiros e brasileiras e suas famílias.

Em simples e apartada análise, Presidente, trata-se de um projeto dando cabo a uma matéria que o Congresso Nacional já apreciou: a constituição do Fundo Social do Pré-Sal e a destinação dos seus recursos para a educação. Trata-se de um projeto que cria uma poupança estudantil para combater a evasão escolar e possibilitar que os estudantes, aquiescendo, fazendo uso dessa poupança concedida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... por esse fundo social – uma poupança que será constituída de recursos do Governo, de recursos dos entes federados e, inclusive, de recursos privados –, possam se manter na escola, ou seja, dando cabo à função social para a qual o Fundo Social do Pré-Sal foi destinado, desde a sua criação, há dez anos, no ano de 2013.

Para fim, só destacando, essa matéria esta Comissão aprovou no âmbito da Lei Paulo Gustavo. Essa matéria não foi votada, na última semana, no âmbito da Lei Paulo Gustavo, por uma justa reclamação da oposição de que tinha que ser apartada da Lei Paulo Gustavo. Assim o foi, por iniciativa do Senador Humberto Costa, e, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquiescência de V. Exa., a quem os estudantes brasileiros agradecem, colocada como extrapauta na Ordem do Dia de hoje.

É esta a apartada e simples análise desse projeto: cria uma poupança estudantil para combater a evasão escolar.

Então, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 243, de 2023, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Matéria, em discussão.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Bem, primeiro, foi feito um acordo, e estou de pleno acordo com o acordo celebrado. Só lembrar que essa emenda, lá atrás, há dez anos, é de minha autoria, quando nós exigimos que 50% do pré-sal fossem para a educação. Só para ressaltar, porque as pessoas, às vezes, esquecem, mas é meritório.

No mérito, não tenho dúvida alguma, e nós vamos votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Como Relator.) – Faço no relatório a justa reparação e dou o devido mérito ao autor, Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues!

Bem lembrado, Senador Izalci. Está registrado.

A matéria continua em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Como Relator.) – Presidente, por acordo, houve a concessão de vista. Eu peço a V. Exa. que seja incluído na...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu peço a vista, conforme combinado com o Senador Rogerio Marinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente.

Se possível, que seja incorporado na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedido o pedido de vista, por 24 horas, voltando à pauta amanhã, às 10h30 da manhã.

Item 4 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 3626, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Não apresentado

Observações:

1- Em 14/11/2023, foi retirado o regime de urgência constitucional para a matéria (Mensagem nº 586, de 2023, da Presidência da República).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2- Foram recebidas as emendas nºs 1 a 49-U.

3- A matéria tem favorável da Cesp com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 6-U, 14-U, ,16-U, 17-U, 22-U, 32-U , 38-U , 39-U, 40-U, 45-U, 47-U, 48-U, 49-U, 61, 73, 74, 96, 106 e 107, e pela rejeição das demais emendas apresentadas

4- Na CAE Foram recebidas as emendas 50 a 111.

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Vanderlan.

Cumprimento aqui os dois ex-Governadores que estão aqui na mesa: Otto Alencar e Cid Gomes. Fico até feliz em ter o prazer de dividir aqui essa mesa com dois grandes líderes do Nordeste.

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei n° 3.626, de 2023, da Presidência da República, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Vou direto ao relatório aqui, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, de iniciativa da Presidência da República, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, e dá outras providências.

Sr. Presidente, eu queria, inclusive, ao iniciar esse relatório, aqui agradecer o apoio do Senador Kajuru, que foi também um grande parceiro e artífice desse relatório em conjunto, cuidando da área de publicidade e outras áreas. Também agradecer a reunião que tivemos com o Senador Portinho, com o Senador Girão, em que discutimos alguns temas a respeito desse tão polêmico tema. Conversei também com o Senador Rogério Carvalho; aliás, eu acho que com o Senador Izalci. Enfim, acredito que devo ter conversado aí com a grande maioria dos Senadores desta Casa.

É evidente que, por ser uma matéria polêmica, é difícil você construir um consenso, mas pelo menos tentamos, de toda maneira, fazer um relatório que, ao chegar à Câmara, não tenha dificuldades da sua aprovação, lá no segundo turno, e que também venha atender aos anseios do Governo, já que o Governo é autor desse projeto.

O Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, tem como objetivo definir as regras gerais da regulamentação da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, criada pela Lei nº 13.756, de 2018, e definida como "sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico".

De início, já digo que esse PL rompe uma barreira importante na chamada pauta de costumes no Brasil. Este Congresso Nacional passa a compreender que certas atividades, ainda que em algum momento da nossa história tenham sido lançadas num espaço de marginalidade, sempre continuaram presentes no cotidiano do brasileiro. Se provocam algum tipo de malefício, é preciso construir mecanismos de mitigar esses danos. Se trazem benefícios, é preciso distribuí-los na forma mais eficaz para que toda a sociedade se beneficie.

Ressaltando ainda que este mesmo Congresso Nacional aprovou a lei em 2018, permitindo a atividade de que agora criamos os parâmetros para a regulamentação. Portanto, o que fazemos é seguir o comando do próprio Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dito isso, de início, e com sua permissão, Sr. Presidente Vanderlan, vou direto à análise, fazendo, na verdade, uma síntese do relatório completo que está disponível aos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Angelo Coronel, cito o art. 14 porque eu fui citado. Permissão concedida. (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Da constitucionalidade e legalidade. O PL nº 3.626, de 2023, vem ao exame da CAE para que esta opine sobre seus aspectos econômico e financeiro e, neste caso, com maior importância, pois será a última Comissão a analisar o PL antes de ele ir ao Plenário do Senado Federal.

Desta forma, deveremos analisar também a constitucionalidade e juridicidade, bem como a técnica legislativa. E sem vislumbrar necessidade de maiores justificativas no que se refere à constitucionalidade da proposição, observamos que a escolha por um projeto de lei ordinário se revelou correta, pois compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, nos termos do art. 22, inciso XX, da Constituição Federal. E a matéria não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de quaisquer de suas Casas, conforme Constituição Federal, arts. 49, 51 e 52.

No que concerne à juridicidade, o PL 3.626, de 2023, é meio adequado inovar ordenamento jurídico. Possui abstratividade e generalidade, imperatividade, coercibilidade, revelando-se, portanto, compatível com os princípios diretores do nosso sistema jurídico.

Também não devem ser feitos reparos à técnica legislativa do projeto, uma vez que atende as regras estabelecidas na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quero aproveitar que falou na técnica legislativa, agradecer também a todos os nossos consultores desta Casa, aos nossos assessores Sergio e Dalmoro, que não tiveram um minuto de preguiça para que esse relatório pudesse chegar a este momento.

Dessa forma, não se encontram óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou de técnica legislativa para a aprovação do projeto.

Do mérito.

O mercado de apostas de quota fixa tem crescido rapidamente e envolve diversas modalidades esportivas, em especial o futebol, mas ainda carece de uma regulamentação adequada para que seu funcionamento seja legítimo e o Estado brasileiro possa auferir os benefícios desse tipo de atividade econômica, especialmente por meio da justa tributação. O PL nº 3.626, de 2023, vem completar a previsão legal já iniciada pela Lei 13.756, de 2018, trazendo regras claras para a sua autorização e a identificação dos ofertantes, do volume de apostas, da fiscalização, mecanismos de mitigação de riscos, como o jogo patológico, e vários outros aspectos relevantes, além de possibilitar a arrecadação de impostos.

Nos Capítulos I e II a matéria estabelece as bases norteadoras e os princípios da regulamentação ao estabelecer as formas para a exploração das apostas de quota fixa em um ambiente concorrencial, com ênfase na autorização expedida pelo Ministério da Fazenda e nas condições que regem essa autorização.

O Capítulo III estabelece importantes requisitos e critérios para os agentes operadores de apostas de quota fixa, visando garantir a transparência, a integridade e a proteção dos consumidores.

O Capítulo IV estabelece o procedimento para a solicitação e a obtenção da autorização para a exploração de apostas de quota fixa. Ele fornece diretrizes claras sobre como as empresas podem solicitar essa autorização, como o processo será conduzido em meio eletrônico, as condições para a emissão da autorização e os requisitos de pagamento. O mérito deste capítulo está em sua capacidade de estabelecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um processo eficiente e transparente para a obtenção de autorizações, garantindo que os requisitos legais e regulamentares sejam cumpridos e que o pagamento da contraprestação seja feito dentro dos prazos estipulados. A lista pública de requerimentos também promove a transparência.

O Capítulo V aborda a forma de oferta e realização das apostas, a publicidade, a integridade das apostas e as medidas para evitar a manipulação de resultados em eventos esportivos. Ele fornece diretrizes importantes para garantir que as apostas sejam realizadas de forma transparente e responsável. O mérito deste capítulo está em estabelecer regras claras para a oferta de apostas, garantindo que os canais eletrônicos e físicos exibam informações relevantes para os jogadores. Além disso, o capítulo busca promover a integridade das apostas, coibindo a manipulação de resultados e estabelecendo medidas de segurança. A regulamentação da publicidade também é um ponto relevante do capítulo, incentivando a autorregulação e estabelecendo restrições para evitar publicidade enganosa e direcionada a menores de idade. Aliás, na questão da publicidade, julgo importante ouvir o Senador Kajuru, que, como profissional da área de comunicação, com uma carreira reconhecida, muito colaborou para o melhor entendimento daquilo que é razoável permitir ou proibir.

O Capítulo VI tem como principal objetivo estabelecer regras rigorosas para garantir a transparência e a segurança nas transações de pagamento relacionadas a apostas. Isso inclui a proibição de transações não autorizadas, a necessidade de identificação dos apostadores, o registro detalhado de operações e a prevenção de atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. A implementação dessa proibição e os mecanismos que garantam seu cumprimento ficarão a cargo da regulamentação pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. O capítulo busca a regulamentação e o controle das operações financeiras relacionadas a apostas, com o objetivo de prevenir atividades ilegais e garantir a integridade do setor de apostas regulamentado pela futura lei.

O Capítulo VII aborda os impedimentos para apostar, os direitos e proteções dos apostadores, a disponibilidade de serviços de atendimento e as condutas vedadas na oferta de apostas. O capítulo tem como objetivo garantir a transparência, proteger os direitos dos apostadores e prevenir práticas abusivas no setor de apostas regulamentado pela lei.

O projeto elenca condutas vedadas aos agentes operadores, como está no art. 29. Importante notar que o projeto busca evitar que os operadores de apostas também atuem no fornecimento de crédito aos apostadores, com a intenção de evitar o superendividamento e o estímulo ao comportamento compulsivo, Senador Jaques Wagner.

O Capítulo VIII aborda a questão dos prêmios e da tributação. Julgamos relevante estabelecer que o pagamento dos prêmios deve ser feito exclusivamente para contas bancárias ou de pagamento em instituições autorizadas e com sede no Brasil. Tal providência busca permitir maior rastreabilidade de valores.

Inclusive, Srs. Senadores e Senadoras, foi importante isso, porque, como existem muitos meios de pagamento tanto no Brasil como fora do Brasil, para evitar que alguns desses agentes operadores possam fazer uma evasão de divisas, nós amarramos que tem que ser um arranjo de pagamento brasileiro com sede aqui – brasileiro com sede no Brasil, vamos ser redundante.

Os Capítulos IX e X possuem o mérito de estabelecer um sistema de regulamentação, fiscalização e punição para as loterias de apostas de quota fixa, visando garantir a integridade das operações, proteger os interesses públicos e desencorajar práticas ilegais. Isso é importante para garantir a transparência e a confiança dos jogadores e da sociedade em geral nas loterias de quota fixa, Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Das disposições finais.

O Capítulo XI contém várias alterações propostas à legislação existente que regulamenta a distribuição de prêmios, atividades esportivas e modalidades lotéricas, e a criação de uma nova modalidade de aposta. Essas mudanças visam modernizar e ajustar a legislação brasileira para lidar com novas atividades e práticas no campo do entretenimento, do esporte e dos jogos de azar, meu caro Senador Girão.

O projeto destaca que a modalidade *fantasy sport* não configura exploração de modalidade lotérica, promoção comercial ou aposta de quota fixa. Assim, fica dispensada de autorização do poder público a atividade de desenvolvimento ou prestação de serviços relacionados ao *fantasy sport*, Senador Izalci.

O art. 51 do PL apresenta alterações fundamentais na Lei nº 13.756, de 2018. Altera a referida lei para definir que a modalidade lotérica de quota é uma forma de serviço público, mas não exclusivo da União. Altera a definição de aposta de quota fixa para acrescentar eventos virtuais e retirar a restrição de que sejam apenas apostas relativas a 'eventos reais de temática esportiva", para serem apostas relativas a "eventos reais ou virtuais". Essa alteração amplia o tipo de apostas que podem ser feitas com a autorização da lei. É retirado o prazo de dois anos, já decaído, para que o Ministério da Fazenda regulamente a matéria. Assim como foram modificadas as destinações do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa em meio físico ou virtual, que também foi alterada.

Dessa forma, como mérito geral, a aprovação do projeto, Senadora Damares, tem grande potencial para elevar a arrecadação com tributos, organizar o mercado de apostas de quota fixa, permitir a fiscalização, permitir as ações para coibir manipulação de resultados, garantir os direitos dos consumidores e regulamentar a veiculação de publicidade e propaganda.

Ora, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, hoje nós aqui não estamos inventando o jogo. O jogo já existe livremente, campeado livremente, sem trazer R$1 para os cofres públicos. Nós estamos simplesmente aproveitando a lei, da época do Presidente Temer, de 2018, para regulamentar para que esses agentes de aposta tragam recursos para os cofres públicos da União.

Das emendas.

No julgamento do mérito das emendas, adotamos o critério de avaliar na ordem do dispositivo alterado e buscamos respeitar ao máximo as referências ao regulamento a ser editado pelo Ministério da Fazenda por entender que, como órgão regulador desse mercado, é necessário que seja mantida a discricionariedade mínima para que possa atuar tempestivamente. O texto do projeto, Senador Rogério, já aponta as bases da atuação do referido Ministério e os princípios da regulamentação.

Vamos às emendas.

As Emendas nºs 27-U e 82 alteram definições presentes no art. 2º. Acatamos parcialmente as emendas, de forma a prover uma definição mais adequada ao termo "canal eletrônico" que remeta a uma plataforma, seja ela sítio eletrônico, aplicações de internet ou ambas, que viabilize a realização de apostas por meio exclusivamente virtual e especifique que seja de propriedade ou subadministração do agente operador de apostas.

A Emenda nº 13-U altera a definição de "agente operador de apostas", com o objetivo de deixar expressa a exigência de que seja pessoa jurídica nacional. Ocorre que o PL já deixa claro, no seu art. 7º, que somente serão elegíveis a autorização para exploração de apostas de cotas fixas as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional. Sendo assim, não acolhemos a emenda, porque ela não cita essas exigências, porque é importante, porque, quando vier uma *bet* do estrangeiro, que ela monte a sua empresa, a sua *bet* Brasil, que tenha direção nacional, que possa a Justiça ir buscar, se tiver algum fato que esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desabonando essa *bet*. Inclusive – vai estar no texto mais para a frente – com a obrigatoriedade de 20% do seu capital ser de brasileiro, para que o brasileiro que entre numa sociedade de uma *bet* internacional possa ser corresponsável, ou seja, vai evitar que uma *bet* dê prejuízos; ela pega viagem, mas o brasileiro está aqui para responder. Isso que é importante.

A Emenda nº 45-U objetiva suprimir o inciso IX do art. 2º que conceitua "evento virtual de jogo *online*", o §2º do art. 14, que estabelece que as apostas de quota fixa que tenham por objeto os eventos de jogo *online* somente poderão ser ofertadas em meio virtual, bem como a expressão "ou ato de jogo *online*", do inciso VIII do mesmo artigo. Ocorre que a justificação da referida emenda intenciona vedar que as apostas de quota fixa tenham por objeto eventos virtuais de jogos *online*. Para tanto, deveria suprimir, ainda, o inciso II do art. 3º, que é o objeto da Emenda nº 40-U.

A Emenda nº 105 tem como objetivo impedir que se proliferem cassinos, casas de máquinas caça-níqueis, assim como a instalação de equipamentos em comércios como padarias, bares e estabelecimentos comerciais diversos. Nesse sentido, nós acatamos a emenda.

Não merece prosperar a Emenda 2-U, que objetiva conceder preferência às empresas nacionais no processo de autorização para exploração de apostas de cotas fixas. Lembramos que o PL 3.626, de 2003, em seu art. 7º, estabelece que somente serão elegíveis à autorização as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional. Além disso, a Emenda Constitucional nº 6, de 1995, Senador Kajuru, eliminou do ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de concessão de proteção ao benefício às então chamadas empresas brasileiras de capital nacional.

Acatamos parcialmente as Emendas 14-U e 48-U, que alteram o art. 5º, inciso III, com o objetivo de permitir que o Ministério da Fazenda possa outorgar autorização para exploração das apostas de cota fixa por um prazo de duração de cinco anos em vez de três anos, como estava previsto no projeto que veio da Câmara dos Deputados, apesar de que, no projeto original, já constavam cinco anos; restabelecemos os cinco anos.

A Emenda nº 68 sugere a inserção do §3º no art. 5º, para estabelecer que realização de aposta física, por meio de canal físico, será privativa de permissionários lotéricos, mediante autorização ao outorgante de serviços lotéricos – ou seja, Caixa Econômica Federal. Entendemos que o projeto em análise aborda um novo mercado de apostas, com novas autorizações e cuja regulamentação deve ficar a cargo do Ministério da Fazenda, para que possa haver melhor controle e potencialize os benefícios para a sociedade. Sendo assim, não acolhemos a emenda.

A Emenda nº 90 altera o *caput* do art. 5º, para estabelecer que a autorização para a exploração das apostas e quota fixa terá natureza de ato administrativo vinculado. Entendemos que a alteração tende a engessar a regulamentação por parte do Ministério da Fazenda, por restringir a ação do órgão por meio de ato vinculado. Julgamos que o texto conforme enviado pela Câmara dos Deputados, prevendo ato administrativo discricionário, é mais adequado. A emenda em tela também sugere alteração no §1º do mesmo art. 5º. Avaliamos que a alteração proposta limita a ação do Ministério da Fazenda como órgão regulador, o que pode acarretar prejuízos à regulação e ao controle aqui propostos, e, portanto, optamos pela sua rejeição.

Na mesma linha, apresenta-se a Emenda nº 111, que, além do exposto, inclui ainda §3º ao art. 5º, a fim de garantir regras mínimas para os atos de revisão das autorizações nos termos do *caput*. Entendemos que esta alteração é bem-vinda e, por isso, acatamos a emenda parcialmente, no sentido de acolher a sugestão nos termos do §3º proposto.

Acolhemos a Emenda nº 3-U, que insere o art. 7º-A, para estabelecer que o sócio ou acionista controlador de uma empresa operadora de loteria de apostas de quota fixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não pode ter qualquer participação direta ou indireta em Sociedade Anônima do Futebol (SAFs), ou em organização esportiva profissional nem atuar como dirigente de equipe desportiva brasileira.

Incluímos o texto na emenda de Relator, que ainda veda ao agente operador de apostas ser sócio de instituição de pagamento que processe apostas em quota fixa, ou seja, o dono da *bet* não pode ser dono da empresa de pagamento. Tem que ser separado. Hoje não há essa vedação.

A Emenda nº 15-U altera o inciso I do art. 7º, para estabelecer que a regulamentação do Ministério da Fazenda acerca dos requisitos gerais para a autorização para a exploração de apostas de quota fixa, ao dispor sobre o valor mínimo e a forma de integralização do capital social de uma pessoa jurídica interessada, deverá respeitar a Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, especialmente no que diz respeito às micro, pequenas e médias empresas. Entendemos que tal providência pode colidir com o objetivo de arrecadação diante do valor estipulado para a contraprestação de outorga, sendo mais adequado deixar para que o regulamento do Ministério da Fazenda possa adentrar na política de controle do perfil dos agentes operadores de apostas. Assim, não acolhemos a emenda.

Imaginem os senhores ter emendas que queriam contemplar as microempresas para serem também proprietárias de *bet*. Ora, uma microempresa fatura, no máximo, até 4,8 milhões por ano. Dá o quê? Então, não tem sentido uma microempresa ser dona de uma *bet*. Não tem estrutura nem capital para isso, a não ser que o Ministério da Fazenda, lá à frente, estipule umas minibets para atender às micro e pequenas empresas, se assim desejar.

A Emenda nº 44-U sugere a inserção do §2º no art. 7º, para proibir de atuar no mercado de apostas de quota fixa, por um período de dez anos a partir da data da sentença, independentemente de outras penalidades penais ou administrativas aplicáveis, o operador autorizado de jogos ou qualquer diretor da empresa que tenha sido condenado em processo judicial com sentença confirmada em segunda instância por crimes relacionados a fraudes em resultados esportivos, especificamente por incitar, aliciar, coagir, recrutar ou praticar atividades similares envolvendo atletas, árbitros ou treinadores de modalidades esportivas. A emenda não merece prosperar, pois entendemos ser inconstitucional proibir a participação no mercado sem haver condenação com trânsito em julgado. Isso é Constituição da República.

A Emenda nº 89 altera o inciso VII do parágrafo único do art. 7º no sentido de suprimir o termo "facultada" no que diz respeito à exigência de certificação técnica para a garantia de segurança cibernética na infraestrutura de tecnologia da informação e nos sistemas dos agentes operadores. A emenda não foi acatada.

A Emenda 6-U altera o parágrafo único do art. 12 para estabelecer que o valor estipulado a título de outorga para exploração de apostas de quota fixa deverá considerar o limite de até duas marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização em vez de o limite de até um canal eletrônico por ato de autorização. A Emenda 16-U altera o mesmo dispositivo, mas apenas para deixar claro que o valor da outorga estará limitado a “no máximo” R$30 milhões. Acatamos parcialmente essas emendas oferecendo uma redação que combina essas duas propostas, considerando três marcas autorizadas.

Por outro lado, Srs. Senadores e Senadoras, não merece acolhimento a Emenda 31-U, que altera o art. 12 para prever emissão de autorização especial, sem ônus, para a Caixa Econômica e/ou a Caixa Loterias S.A. e permissionários lotéricos. Da mesma forma, não foi acatada a Emenda 93, que também altera o art. 12, mas para limitar o valor da outorga a no mínimo de R$30 milhões e para um canal eletrônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Senador Izalci fez uma emenda sobre esse tema. Há uma polêmica entre a Caixa Econômica e os lotéricos. Recebemos as duas comissões, Senador Izalci. Hoje, qualquer *bet* para entrar tem que pagar R$30 milhões. E chegou-se à conclusão de que não é justo abrir para que os lotéricos entrem sem pagar nada, a não ser que a própria Caixa Econômica compre a sua outorga e credencie os seus lotéricos, o que é normal, como já é feito hoje. Então, aí eles têm que se unir lá: lotéricos e Caixa Econômica. Não vamos entrar nessa briga.

O art. 14, que trata da forma de realização de apostas, é objeto de três emendas. A Emenda 35-U altera o §1º para estabelecer que a Caixa Econômica Federal e/ou Caixa Loterias e os permissionários lotéricos atuarão em ambas as modalidades, de forma a utilizá-las para oferta de todos os produtos lotéricos autorizados, outros decorrentes de convênios e demais instrumentos subsequentes a essas medidas. Ocorre que tal redação substitui o texto original que estabelece que o ato de autorização do Ministério da Fazenda especificará se o agente operador poderá atuar em uma ou em ambas as modalidades. A referida emenda não deve prosperar, pois, caso aceita, provocará perda de coerência da norma. A Emenda 36-U altera o §2º para acrescentar que apostas de quota fixa que tenham por objeto os eventos de jogo *online* poderão ser ofertadas também em meio físico. A Emenda nº 41-U acrescenta o §2º para vedar aos operadores autorizados oferecer no mesmo canal de distribuição, seja na modalidade física, seja na modalidade virtual, quaisquer outras modalidades de jogos não expressamente autorizadas pela legislação. Tais emendas também não foram acolhidas.

As Emendas nºs 1-U, 25-U, 33-U, 61 e 78 buscam alterar disposições referentes ao art. 16 do projeto, que dispõe sobre ações de comunicação, publicidade, e *marketing* da loteria de apostas por cota fixa.

A Emenda nº 1-U altera o art. 16 do PL nº 3.626, de 2023, e a Lei nº 13.675, de 2018, para vedar a veiculação, em qualquer meio de comunicação, de ações de comunicação, publicidade e *marketing* que promovam a loteria de apostas de quota fixa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendemos a preocupação com a excessiva exposição de jovens às peças publicitárias em diversos meios de comunicação, entretanto, acreditamos que o melhor caminho seja a regulamentação adequada da publicidade e da propaganda, com as sanções previstas no projeto – contribuição muito efetiva do nosso Senador Kajuru.

A Emenda nº 25-U insere dois novos parágrafos ao art. 16 do PL, para prever que essas ações devem conter aviso de classificação indicativa de faixa etária, conforme normas do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda prevê a vedação dessas ações em ambientes escolares e em outras instituições de ensino, inclusive de ensino superior. A iniciativa é meritória e por isso foi acatada na íntegra.

A Emenda nº 33-U insere §2º ao art. 16 para prever que essas ações se aplicam à Caixa Econômica Federal, à Caixa Loterias S/A e aos permissionários lotéricos. O objetivo é alcançar o público mais diverso possível, de modo a abranger a divulgação de produtos lotéricos e autorizados, convênios e demais instrumentos derivados. Entendemos salutar a iniciativa, por isso apresentamos modificação ao art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para permitir que outorga à Caixa Econômica Federal comercialize em pontos físicos de permissionários lotéricos apostas de quota fixa. Ou seja, Senador, ficam autorizados os permissionários, contando que a Caixa se organize. Não serão os permissionários que vão se organizar; a Caixa é que tem que montar a sua estrutura de *bets* e credenciar seus permissionários. Então V. Exa. foi bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquinhoado. Sei que vai ter uma grande votação agora com os membros da Caixa Econômica.

A Emenda nº 64, Senador Sergio Moro, pretende estabelecer que as ações de publicidade e propaganda devem ser destinadas ao público adulto, excluindo-se crianças e adolescentes. Acolhemos a emenda na forma integral.

A Emenda nº 65 busca vedar publicidade ou propaganda comercial que veiculem afirmações inverídicas sobre as probabilidades de ganhar. Ainda estabelece que empresas que divulgarem campanhas de agente operador não autorizado devem promover a exclusão após notificação do Ministério da Fazenda. Apesar de meritória a intenção do Senador, entendemos que a medida já está contemplada pelo texto do projeto.

A Emenda nº 83 pretende alterar o *caput* e os §§1º e 2º do art. 17 para: a) especificar que a vedação de publicidade é dirigida aos agentes de apostas de quota fixa; b) incluir provedores de aplicação de internet na obrigação de excluir divulgações e das campanhas irregulares; e c) especificar que o bloqueio de sítios eletrônicos deve se circunscrever àqueles sítios que explorem a atividade de loteria. Ainda insere §3º para determinar que os provedores de aplicações de internet que ofertam aplicações de terceiros deverão proceder à exclusão, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, das aplicações que tenham por objeto a exploração da loteria de apostas de quota fixa em desacordo com a legislação; e §4º para regulamentar a notificação de retirada do conteúdo irregular o qual disciplina o art. 17. Acolhemos a emenda parcialmente, rejeitando a alteração ao §2º.

As Emendas 4-U, 38-U, 42-U, 92, 99 e 101 visam alterar o art. 17 do projeto de modo a vedar publicidade ou propaganda comercial em condições que especifica.

A Emenda 4-U altera os incisos IV e V para vedar ações que promovam o *marketing* em escolas e universidades ou promova apostas esportivas dirigidas a menores de idade e que realizem ações sem o aviso de classificação indicativa da faixa etária direcionada, conforme previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Entendemos que as medidas já se encontram amparadas no texto do projeto, em especial no art. 16 do projeto.

A Emenda 38-U insere dois novos incisos ao art. 17 para vedar publicidade ou propaganda comercial em arenas esportivas e em quaisquer meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, televisão, rádios e mídias sociais, entre 6h e 22h59, e, ainda, vedar ações que patrocinem equipes, atletas individuais, ex-atletas, árbitros, membros de comissões técnicas profissionais e amadores de todas as modalidades esportivas, bem como campeonatos organizados por confederações esportivas olímpicas, reconhecidas e vinculadas ao COB, assim como as federações a elas filiadas de todas as modalidades esportivas. Entendemos que as vedações sugeridas são amplas e podem conflitar com o princípio constitucional da livre iniciativa e da liberdade de contratar, de modo que a emenda foi acolhida de parcialmente nos termos de emenda do Relator.

É bom que se frise aqui que, com isso aqui, está se mantendo a publicidade em camisa de jogadores, em placas em estádio, porque acreditamos, depois de várias consultas, apesar de haver divergências – discutimos isso, inclusive, com o Senador Girão, o Senador Portinho e o Senador Kajuru... Alguns Senadores achavam que botar o nome *bet* numa camisa pode gerar problema, uma placa num estádio pode gerar problema, mas este Relator entendeu, ouvindo a maioria dos colegas, que esta a emenda era procedente e mantivemos essa permissão.

A Emenda nº 42-U pretende considerar abusiva a publicidade ou propaganda realizada por equipes esportivas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... atletas, ex-atletas, bem como apresentadores ou comentaristas de qualquer modalidade e de qualquer meio de comunicação, pessoas consideradas celebridades ou que possam influenciar o comportamento de número significativo de pessoas. Ademais, prevê que compete ao Judiciário, no caso concreto, apontar quem estaria vedado. Entendemos que as vedações sugeridas são amplas e podem conflitar com o princípio constitucional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... da livre iniciativa e da liberdade de contratar, de modo que não merece acolhimento.

A Emenda nº 92 sugere a inserção do inciso VI no *caput* do art. 17 para vedar a participação de atleta individual em publicidade. Embora vejamos a intenção da emenda como meritória, optamos pela rejeição por entendermos que tal medida se enquadra melhor na regulamentação do setor publicitário ou ainda do próprio Ministério da Fazenda.

A Emenda nº 99 sugere alteração na redação do *caput* do art. 17, no sentido de trocar o termo "infundado" por "inverídico". Entendemos que a mudança não se faz necessária pelo fato de os termos serem sinônimos, e a alteração de um por outro, portanto, não trará diferença para a interpretação do texto legal. A emenda ainda inclui um novo parágrafo ao *caput* do mesmo art. 17 para dispor sobre o encaminhamento das denúncias de que trata.

Entendemos desnecessária a alteração por entendermos que tais procedimentos já estão entendidos com parte da regulamentação de que trata a lei, bem como na regulamentação da publicidade do setor. Portanto, rejeitamos a emenda.

A Emenda nº 101 sugere a inclusão dos incisos VI e VII no *caput* do art. 17 para vedar a publicidade ou a propaganda comercial em meios de comunicação e horários que especifica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... bem como proíbe ações publicitárias em determinadas condições. Entendemos que limitar a referida emenda impõe condições que inviabilizam qualquer tipo de publicidade para o setor que está sendo regulado e, por isso, a estamos rejeitando.

A emenda...

Olha, gente, são 179 emendas, praticamente 60 foram acatadas. Eu estou lendo só as que foram rejeitadas para poder dar uma justificativa.

A Emenda nº 9-U, Senadora Damares, altera o art. 18 do PL para permitir que as operadoras das atividades de loteria de apostas de quota fixa relativas a eventos reais de temática esportiva, bem como suas controladas e controladoras, possam explorar o mercado de direitos de eventos desportivos de forma ampla.

Entendemos que esse assunto não está maduro para análise nesta oportunidade, sendo merecedor de tratamento específico por iniciativa própria, razão pela qual rejeitamos a presente emenda.

A Emenda nº 28-U altera o art. 21 para que seja apenas em território nacional a vedação aos instituidores de arranjos de pagamento e às instituições de pagamento de permitir ou dar curso a transações que tenham por finalidade a realização de apostas com pessoas jurídicas que não tenham recebido a autorização prevista nesta lei. Entendemos a preocupação da autora, mas a vedação neste dispositivo atinge apenas as eventuais transações com casas de apostas não autorizadas dentro do território nacional, não abarcando outras jurisdições. Sendo assim, a emenda não deve ser acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas é importante frisar que, mesmo essa emenda não sendo acolhida, a *bet* não terá como fazer o pagamento de um prêmio se ela não estiver autorizada pelo Ministério da Fazenda. Então, isso aí não adianta achar assim: "Ah, não vou pagar a outorga de 30 milhões, vou continuar na clandestinidade e vou olhar qualquer arranjo de pagamento ou instituição de pagamento, suas IPs, ou algum banco para pagar o prêmio". Isso aí não vai acontecer porque fica vedado ao Sistema Financeiro Nacional, pelo Banco Central, que só pode receber ou pagar a *bet* autorizada a funcionar pelo Ministério da Fazenda.

Acolhemos, na forma de emenda de Relator, a Emenda nº 50, pois torna o texto do art. 21 mais claro quanto à vedação dada aos instituidores de arranjos de pagamento, bem como às instituições financeiras e de pagamento, em permitir transações, ou a elas dar curso, que tenham por finalidade a realização de apostas em quota fixa com pessoas jurídicas que não tenham recebido a autorização para exploração de apostas de quota fixa. É o que eu falei anteriormente: não tem autorização, não tem liberação de pagamento.

A Emenda nº 51 altera o art. 22 para exigir que sejam credenciadas pelo Ministério da Fazenda as instituições que ofertem contas transacionais ou de serviços financeiros que permitam ao operador e ao apostador efetuar transações de pagamento e recebimento de apostas de quota fixa. Entendemos a intenção do autor, mas acreditamos que o Banco Central do Brasil possui as ferramentas necessárias para tal controle, não carecendo de chancela do Ministério da Fazenda para tanto. Assim, não acolhemos a emenda.

As Emendas nºs 19-U e 26-U propõem a inserção de dispositivo que trata da autenticação com protocolo de segurança das transações para efetivação de pagamento de apostas por meio de cartões. Acolhemos a sugestão, na forma proposta pela Emenda nº 19-U.

O que acontece com isso? Empresa de cartão nos procurou e disse que o cara chega lá e joga, depois ele pega e liga para o cartão: "Olhe, essa transação não fui eu que fiz". Aí, simplesmente, estornam o valor da aposta e quem leva o prejuízo é a empresa de cartão. Então, isso aí também foi regulamentado aqui.

As Emendas nº 47-U, 87 e 103 alteram o art. 23, que determina ao agente operador de apostas a adoção de procedimentos de identificação que permitam verificar a validade da identidade dos apostadores, para inserir exigências adicionais de verificação de identidade, como tecnologia de reconhecimento facial ou confirmação via canais alternativos de comunicação informados pelo usuário. Entendemos que as medidas propostas dão mais segurança no acesso às apostas e podem ser um importante instrumento para evitar fraudes e, principalmente no caso do reconhecimento facial, barrar as apostas por menores de idade, Senador Girão, sobretudo crianças. Por isso, acatamos as três emendas nos termos de emenda de Relator.

Foi uma emenda protocolada, se não me falha a memória, pela Senadora Leila, exigindo o reconhecimento facial. E acredito que... Eu não sei se foi o Senador Girão também que apresentou ou o Senador Portinho. Então, ao abrir uma conta numa *bet*, você vai fazer o reconhecimento facial, que é uma coisa normal e comum hoje, para ver se você realmente é Carlos Portinho.

A Emenda nº 52 altera o art. 24 para que as instituições financeiras e de pagamento contratadas por agentes operadores de apostas devem ser “credenciadas perante o Ministério da Fazenda”. A Emenda nº 53 altera o art. 25 para determinar que não apenas o agente operador de apostas, mas também “as instituições financeiras e de pagamento credenciadas perante o Ministério da Fazenda” também devem implementar procedimentos para analisar as apostas para identificar se há indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo e para informar ao Coaf sobre apostas suspeitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dessas atividades. Julgamos que os detalhes da regulamentação devem ficar a critério do Ministério da Fazenda. Assim, não acolhemos as referidas emendas.

A Emenda nº 23-U insere dois incisos ao art. 26, que veda, Senador Otto Alencar, a participação na condição de apostador de pessoa diagnosticada com ludopatia, por laudo médico. Acolhemos parcialmente essa emenda com uma redação que indica o laudo feito por profissional de saúde mental qualificado.

Por isso, aqui eu quero parabenizar o Senador Eduardo Girão, que realmente defendeu muito esse tema do combate à ludopatia.

A Emenda nº 11-U altera o art. 29 para, essencialmente, excluir das vedações previstas ao agente operador de apostas acordos, promoções ou patrocínios firmados entre o agente operador e terceiros, notadamente, clubes esportivos. Entendemos que a emenda não merece prosperar com esse tipo de negociata.

As Emendas nºs 18-U e 29-U alteram o art. 31 para permitir uma espécie de benefício tributário para apostadores, em que se pagaria imposto sobre a diferença entre o que se ganhou de prêmios e o valor gasto em apostas. A emenda não merece prosperar, pois fere princípios tributários. Acolhemos parcialmente a Emenda nº 18-U, com uma redação oferecida pelo Relator, que considere um imposto de renda de 15% sobre o ganho líquido anual, respeitando o limite de isenção.

Isso aqui é importante, Senador Rogério, Senador Otto, Senador Kajuru, Senador Girão, Senador Portinho, Senador Moro, Senadora Damares, Senador Oriovisto, Deputado Ganime. Por que nós optamos por anual? Todo final de ano, o empregado brasileiro recebe o seu informe de rendimento. Então, as *bets* vão também dar o informe de rendimento a todos os seus jogadores. Ele junta com o que já tem em outras atividades e vai ver se paga o imposto ou não, respeitando o limite de isenção de R$2.112.

Há uma estatística em que eu não acredito, Senador Rogério Carvalho e Deputado Diego Coronel, que diz que até R$2.112 é responsável por 98% dos jogadores do mundo. Como não temos dados e estamos trabalhando no empirismo, vamos acreditar que 2% ficam livres para ganhar valores até R$2.112. Ou seja, a grande massa não vai ter o imposto a pagar, mas aqueles que são apostadores que apostam pesado vão entrar nessa estatística do 2% e aí eles pagarão imposto, abatendo R$2.112 da faixa de isenção.

É evidente que os grandes, Senadores, eu conheço vários, viajam para Punta del Este, viajam para Porto Iguaçu, e os cassinos ainda mandam o avião pegá-los na quinta-feira e voltam na segunda-feira. Ainda tem os navios de cruzeiro que ficam fora da nossa costa – porque, na costa brasileira, não pode jogar –, também atraindo jogadores que gostam dessa prática.

Então, são atitudes que nós temos que conceber que o cidadão brasileiro não vai ser penalizado na sua renda, porque, imaginem, ele vai ter somente a sua faixa até R$ 2.112. Eu acho que é uma proteção para aqueles que gostam de jogar.

Eu quero até ressaltar que eu joguei a primeira vez na semana passada. Joguei R$500 e perdi em 15 minutos, não demorou mais de 15.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, perdi. Eu joguei R$500 e, quando estava em R$800, eu falei: "Bingo, ganhei!". Daí depois eu comecei a apertar mais o dedão no celular, e foi embora o dinheiro... Eu disse: "Não quero mais conta com esse negócio de jogo".

A Emenda 21-U altera o art. 32 para dar destinação integral – não metade – do valor dos prêmios não reclamados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até 31 de dezembro de 2035. Entendemos a preocupação da autora, mas tal alteração retira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos para calamidades públicas tão necessários nesses períodos de tragédias climáticas. Além disso, não prevê qual a destinação após o ano de 2035.

Acatamos na forma de emenda de Relator a Emenda 24-U, que altera o mesmo artigo, para destinar o mínimo de 10% dos recursos do Fies a estudantes das populações do campo, dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas. Se não me falha a memória, foi emenda do Senador Mecias de Jesus.

A Emenda nº 34-U altera o art. 34 para definir que a regulamentação do Ministério da Fazenda sobre as informações a serem prestadas pelos agentes operadores deve incluir "cadastro de apostadores". O objetivo é proporcionar mais informações ao órgão regulador e proporcionar maior segurança aos apostadores. Entendemos mais adequado deixar para a regulamentação do Ministério da Fazenda o detalhamento das informações que julgar pertinentes.

A Emenda 84 visa a alterar o inciso VI do art. 39 para especificar que constitui infração administrativa a divulgação de publicidade ou propaganda comercial de operadores de loteria de apostas de quota fixa não autorizadas, desatendendo à notificação do Ministério da Fazenda prevista no art. 17. Ainda, suprime o inciso VII que prevê que o descumprimento de normas legais e regulamentares é infração administrativa. Por fim, insere §2º para estabelecer que não constitui infração administrativa o não atendimento, quando devidamente fundamentado, de requisições extrajudiciais de fornecimento ou acesso a dados pessoais, informações confidenciais ou conteúdo cuja divulgação ou acesso por terceiros dependa de autorização judicial, na forma da legislação aplicável. Optamos pela rejeição da emenda, mas, por entendermos a necessidade de garantir a proteção de dados pessoais, apresentamos alterações no texto neste sentido na forma de emendas de Relator.

Estamos no fim das emendas.

As Emendas nºs 5-U, 7-U, 8-U, 10-U, 12-U, 17-U, 20-U, 22-U, 30-U, 32-U, 39-U, 43-U, 46-U, 49-U, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 67, 70, 71, 74, 77, 80, 85, 86, 88, 95 e 100, todas elas, alteram o art. 51 do PL, o qual promove mudanças na Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, voltada, precipuamente, à destinação dos recursos provenientes das loterias. Dessa forma, a análise das supracitadas emendas fará referência direta às alterações pretendidas na Lei 13.756, de 2018.

A Emenda nº 5-U insere dois parágrafos ao art. 29, para prever (i) que o agente operador que obtiver a autorização, permissão ou concessão para explorar loterias de quota fixa não fica exonerado de negociar com as entidades organizadoras de competição, em conjunto com as entidades de prática esportiva, a cessão de direitos de uso de eventos esportivos reais, dados, marcas, apelidos, símbolos e similares e (ii) que também será objeto de negociação o direito da organização nacional de administração da modalidade de perceber parcela da arrecadação quando os participantes do evento não integrarem o Sistema Nacional do Esporte. A Emenda nº 56 possui previsão nesse mesmo sentido.

A Emenda nº 5-U busca ainda inserir parágrafo ao art. 33-D, para impor ao agente operador, à administração pública e ao Banco Central o dever de firmar acordos com as entidades nacionais de administração do esporte, visando ao repasse de informações para garantir o monitoramento na prevenção à manipulação de resultados. Por fim, pretende inserir parágrafo ao art. 35-D da referida lei, para configurar a possibilidade de cassação de autorização, extinção da permissão ou da concessão para exploração da loteria, na hipótese de utilização de denominações, apelidos, imagens, marcas e similares sem a devida celebração do instrumento contratual.

Não acolhemos as referidas emendas, uma vez pretender criar obrigações que fogem ao escopo da regulação da matéria. Nesse sentido, interessante sublinhar que a autorização, permissão ou concessão para explorar loterias de quota fixa não exonera os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

operadores de negociar com organizações esportivas quaisquer questões contratuais. É livre de contrato, livre comércio.

A Emenda nº 7-U altera o §1º-A do art. 30, para incluir, antes da destinação de recursos do produto da arrecadação, as deduções referentes aos insumos essenciais da atividade, tais como publicidade, propaganda, *marketing*, pessoal e infraestrutura tecnológica, entre outras que venham a ser especificadas pelo Ministério da Fazenda. A Emenda nº 30-U possui idêntico teor. Então, não merecem acolhimento.

A Emenda nº 8-U trata da Taxa de Fiscalização, prevista no art. 32; busca assentar a dedução das importâncias previstas no §1º-A do art. 30 na base de incidência da referida taxa; objetiva estabelecer ainda que a Taxa de Fiscalização não incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente, tal como previsto atualmente na Lei nº 13.756, de 2018, mas, sim, de acordo com as faixas de valores destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador. Entendemos pertinente essa emenda e a acolhemos integralmente.

A Emenda nº 43-U também aborda a Taxa de Fiscalização, alterando o teor do §5º do art. 32 para estabelecer que o valor decorrente da referida taxa deva ser utilizado para financiar o orçamento das instituições de fiscalização e controle por meio de recursos humanos, bem como desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas tecnológicas voltadas para impedir fraudes no mercado de jogos. A emenda não merece prosperar, tendo em vista que recursos destinados à área de segurança já estão previstos no PL.

A Emenda nº 10-U pretende alterar a definição de eventos reais de temática esportiva, a fim de afastar a atual previsão de exclusão daqueles eventos que envolvem exclusivamente a participação de menores de 18 anos de idade. A justificativa decorre da elevada participação de menores de idade em esportes eletrônicos. No entanto, a nosso ver, a exclusão prevista no PL é salutar e vai ao encontro da proteção e defesa das crianças e dos adolescentes, devendo a emenda ser rejeitada. Não podemos ter nada aqui que vá de encontro ao ECA.

A Emenda nº 12-U acrescenta o art. 35-E à Lei nº 13.756, de 2018, com o fim de vedar a participação em apostas esportivas de pessoas formalmente inadimplentes, inclusive por pessoa interposta, na forma do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. A emenda não merece acolhimento.

Tanto a Emenda nº 17-U, quanto a Emenda nº 49-U e a Emenda nº 62 destinam percentual para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol), previsto na Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997. Ambas retiram tais valores do montante proposto para a cobertura das despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa. Isso aí foi emenda do Senador Kajuru, na Comissão de Esporte, que ele conseguiu lá aprovar. Também nós estamos acatando.

As supracitadas emendas – evidentemente não com o percentual que o Senador Kajuru colocou – estão sendo parcialmente acolhidas.

Entendemos pertinente destinar recursos para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol), previsto na Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997. Assim, em nossa emenda proposta a respeito da destinação de recursos, conferimos o percentual de recursos ao Funapol, a partir do remanejamento da verba atualmente destinada ao FNSP.

A Emenda nº 20-U pretende aumentar em 1% a destinação de recursos para a área de educação, remanejando, para tanto, da verba originalmente destinada à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa. Conforme já assentamos, embora louvável a intenção, a diminuição do montante já destinado ao custeio e manutenção poderia comprometer a atividade do agente operador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tanto a Emenda nº 22-U quanto a Emenda nº 39-U destinam o percentual de 2% para medidas de prevenção e mitigação de danos sociais decorrentes da ludopatia. Para tanto, ambas emendas diminuem o percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria. Tal iniciativa revela-se, a nosso ver, bastante louvável e meritória. No entanto, a retirada de recursos voltados às despesas de custeio e manutenção do agente operador poderia comprometer a própria atividade de exploração das apostas de quota fixa. Ressalto que existe no texto percentual para atender a essa área.

Ademais, o referido percentual de 2% mostra-se elevado, uma vez que impactaria sobremaneira o setor que arcar com essa perda.

Senador Vanderlan, acatamos parcialmente essas emendas, na forma da nossa emenda proposta, direcionando certo montante ao Ministério da Saúde.

A Emenda nº 32-U altera o art. 29 com o escopo de incluir o §2º e os incisos I a X, referentes à atuação da Caixa Econômica Federal, da Caixa Loterias S/A e dos Permissionários Lotéricos no mercado de apostas de quota fixa. Conforme exposto, a emenda foi acatada parcialmente na forma da emenda de Relator.

A Emenda nº 46-U suprime as modificações feitas ao §1º do art. 29, mantendo-se, assim, a redação atual da Lei nº 13.756, de 2018. Na prática, a supressão refere-se ao vocábulo “virtuais”, de modo que se possa permitir apenas as apostas relativas a eventos reais de temática esportiva. A referida modificação iria de encontro ao propósito da regulação do mercado, de modo a não merecer acolhimento.

A Emenda nº 50 busca incluir parágrafo único ao art. 21 do PL, para estabelecer que a vedação constante no *caput* do referido artigo somente entrará em vigor após prazo não inferior a 90 (noventa) dias a ser estabelecido pelo Ministério da Fazenda, depois da devida regulamentação da modalidade.

Entendemos que é meritória a concessão de prazo aos instituidores de arranjos de pagamento e às instituições financeiras e de pagamento para se ajustarem à nova regulamentação. No entanto, para evitar eventual vício de inconstitucionalidade, optamos por não impor ao Poder Executivo prazo específico, acolhendo, portanto, parcialmente essa emenda, propondo emenda própria no sentido de que o prazo será definido na forma do regulamento.

Emenda nº 57 pretende alterar a redação atual do art. 33-C da Lei nº 13.756, de 2018, para vedar a participação de cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção, de sócio ou acionista controlador de empresa operadora, na participação direta ou indireta em sociedade anônima do futebol ou em organização esportiva profissional e na atuação como dirigente de equipe desportiva brasileira. Consideramos meritória e oportuna a emenda e a acolhemos em nosso relatório.

A Emenda nº 58 estabelece a obrigatoriedade de acordos entre, de um lado, o agente operador, a administração pública e o Banco Central e, de outro, entidades nacionais de administração do esporte cujos eventos sejam utilizados no funcionamento da loteria de quota fixa. Esses acordos visariam ao repasse de informações para garantir o monitoramento eficaz na prevenção à manipulação de resultados. A emenda não merece prosperar, uma vez que os mecanismos de segurança e integridade na realização da loteria de apostas de quota fixa, observarão a regulamentação do Ministério da Fazenda, conforme já previsto no art. 33-D da Lei nº 13.756, de 2018.

A Emenda nº 59 também não merece acolhimento. Pretende incluir novo parágrafo ao art. 35 da Lei nº 13.756, de 2018, de modo a configurar operação vedada sujeita a cassação da autorização, extinção da permissão ou da concessão a utilização das denominações, apelidos desportivos, imagens, marcas, emblemas, hinos, símbolos e similares, bem como eventos reais esportivos e dados estatísticos sem a devida celebração do instrumento contratual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Emenda nº 63 – Senador Moro e Senador Otto Alencar, se V. Exas. me permitirem ler...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Estamos falando bem de V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... busca diminuir de 4% para 3% verba destinada ao Ministério do Esporte, remanejando tal valor a entidades do esporte nacional, tais como o Comitê Olímpico Brasileiro e os clubes de futebol, dentre outras. A emenda não foi acolhida, porquanto esvaziaria recursos do Ministério do Esporte, figura central na formulação de políticas públicas voltadas ao esporte em nosso País.

A Emenda nº 70, Senador Wagner, buscar alterar a destinação de recursos decorrentes da exploração das loterias de prognósticos numéricos, estabelecida no art. 16 da Lei nº 13.756, de 2018. É nesta modalidade que se inserem jogos tradicionais como a Mega-Sena e a Quina. A nosso ver, tal modificação fugiria do escopo do PL nº 3.626, de 2023, Senador Rogério Carvalho.

A Emenda nº 80 busca redistribuir os valores atribuídos para a área da segurança pública, destinando 1% ao Ministério da Defesa, para aplicação em ações de controle, monitoramento, proteção e vigilância das fronteiras. Para tanto, remaneja essa verba daquela atualmente prevista para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Acolhemos parcialmente essa emenda, porquanto revela-se salutar a destinação de recursos para o fortalecimento do Sisfron, que pode ser uma salvação futura do monitoramento das nossas fronteiras secas, que são 16 mil quilômetros, com 11 países, onde hoje o tráfico, o contrabando entra livremente, sem nenhuma ação eficaz ao longo desses anos. Então, fortalecer o Sisfron é muito importante para a gente ter a soberania nacional, evitar o descaminho, evitar o contrabando, o que será de grande valia. Consequentemente, quando você deixa de comprar o produto pirateado, contrabandeado, você vai comprar o produto oficial; se você compra o oficial, vai gerar impostos. Quem vai ganhar com isso? A União, os estados e municípios. Mas, para isso, tem que ter coragem, raça para poder fechar as fronteiras secas do nosso Brasil.

A Emenda nº 85, por sua vez, retira recursos do montante proposto para a cobertura das despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e remaneja para a CBDU. Não merece prosperar tal emenda, uma vez que a verba direcionada à CBDU já está devidamente discriminada.

A Emenda nº 86 acrescenta novo capítulo a Lei nº 13.756, de 2018, para dispor sobre a exploração das loterias pelos estados e pelo Distrito Federal. A emenda é pertinente uma vez que disciplina em boa medida a exploração de loterias pelos estados e pelo Distrito Federal, atividade esta autorizada pelo Supremo Tribunal Federal. A emenda foi acatada parcialmente.

A Emenda nº 98 propõe dar segurança jurídica para que os permissionários de loterias definam a gama de produtos lotéricos que poderão comercializar, dentro daqueles autorizados pelo poder concedente de qualquer esfera. A emenda foi rejeita por entendermos que tal alteração deve ser tema de legislação específica.

As Emendas nºs 88 e 95 propõem alterações na distribuição dos recursos provenientes da exploração das apostas de quota fixa e dos jogos *online*. Ambas foram acatadas parcialmente no que diz respeito ao atendimento ao Comitê Brasileiro do Esporte Master, e, quanto à Emenda nº 95, também concordamos com a destinação de recursos para as entidades da sociedade civil ali especificadas – inclusive já constando no relatório da Comissão de Esporte, presidida pelo Senador Romário –, sendo rejeitadas as demais sugestões constantes em ambas as emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Emenda nº 91 suprime o inciso IX do art. 2º, o inciso II do art. 3º e propõe nova redação para o §1º do art. 29 para excluir a possibilidade de apostas em jogos *online*. A emenda foi rejeitada por limitar o escopo do projeto e da regulamentação proposta.

A Emenda nº 100 propõe retomar a divisão dos recursos oriundos da tributação das modalidades propostas no PL aos termos da Medida Provisória 1.182 de 2023. Não acolheremos a sugestão porque acreditamos que as destinações devem ser aquelas já definidas pela Câmara dos Deputados somadas àquelas propostas por diversos Senadores e abarcadas neste relatório.

Noutro giro, entendemos meritória a iniciativa apresentada pelo Relator na CEsp (Comissão de Esporte) de destinar recursos a entidades da sociedade civil que desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e na inclusão de diversas parcelas da população, como a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes), a Federação Nacional das Associações Pestalozzi e a Cruz Vermelha Brasileira. Dessa forma, mantivemos essa destinação em nossa emenda referente à destinação dos recursos.

Tais mudanças foram realizadas na forma de emenda de relator, em que se fixou em 88% o teto para cobertura de despesas de custeio e manutenção dos operadores de jogos de apostas, após o pagamento de prêmios e do imposto de renda do apostador, excetuadas as demais loterias regulamentadas pela Lei nº 13.756, de 2018.

No caso do *fantasy sport*, tendo em vista a necessidade de novas fontes de recursos à seguridade social e a regulamentação de setor cujos resultados resguardam, ainda que em parte, aleatoriedade, acrescentou-se previsão, Senador Jaques Wagner, de aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para 12% para o setor de *fantasy sport*, que estava com um valor bem aquém da realidade.

Inclusive, se o Ministro estiver me escutando, juntamente com sua equipe econômica e o Presidente, podem até aplaudir, porque eu estou aumentando aqui o imposto do *fantasy sport* para os cofres da União.

A Emenda nº 37-U, Senadora Damares, altera o art. 55 para que, em vez de revogar o art. 1º do Decreto-Lei nº 204, de 1967, o mesmo passe a vigorar com a supressão da expressão “exclusivo da União não suscetível de concessão”, para que não se fragilizem os conceitos no que tange às loterias federais serem um serviço público.

Acolhemos as Emendas nºs 69 e 72, que inserem novo artigo ao projeto para estabelecer, Ganime, que o imposto de renda sobre prêmios obtidos em títulos de capitalização na modalidade filantropia premiável incidirá apenas sobre o valor do prêmio em dinheiro que exceder ao valor da primeira faixa da tabela de incidência mensal do Imposto de Renda.

A Emenda nº 108 traz vedação para as apostas que tenham como objeto as categorias de base. Estamos acolhendo a sugestão como emenda de relator apresentada ao PL 3626/2023.

Acolhemos ainda a sugestão apresentada na Emenda nº 110 que auxilia a proteção aos menores de idade ao reforçar a proibição da participação de menores de 18 anos no mercado aqui regulado.

A Emenda nº 115, Senador Girão, Senador Portinho, Senador Izalci, Senadora Damares, Deputado Ganime, Senador Kajuru, Senador Wagner, Senador Rogerio Marinho, Deputado Diego Coronel, a Emenda nº 115 traz a preocupação com o período de transição entre a regulamentação e a adequação dos operadores no sentido de não haver um “apagão” no mercado de apostas, Senador Rogerio. Acolhemos parcialmente a sugestão na forma de emenda de relator incluindo parágrafo único ao art. 9º estabelecendo um prazo não inferior a seis meses para tais adequações, ou seja, o operador paga a concessão, dá entrada na documentação, tem até 30 dias para pagar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

30 milhões da concessão e tem seis meses para adequar os sistemas da operadora com os meios de pagamento e com o Ministério da Fazenda.

Incluímos ainda emenda de relator para alterar o art. 20 no sentido de dar maior segurança ao combate à manipulação dos jogos e garantir a integridade do mercado na forma da suspensão dos pagamentos de apostas sob investigação. Neste sentido, prevemos como condição de validade de apostas o registro de apostas em entidade registradora autorizada pelo Banco Central.

A Emenda nº 112 altera o art. 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e estabelece que os beneficiários do Reporto descritos no art. 15 desta lei ficam acrescidos das empresas de dragagem definidas na lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (Lei dos Portos), dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de formação profissional e treinamento multifuncional de que trata o art. 33 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31 de dezembro de 2028.

Essa emenda... Na verdade, o Senador Jaques Wagner poderia até falar sobre essa emenda do Reporto, mas eu também vou aproveitar e falar. O Reporto é um, vamos considerar, sistema que está vencendo agora, em dezembro deste ano. Para os senhores terem uma ideia, 96% das nossas cargas, que entram e saem do Brasil, são pelo setor náutico, pelo setor marítimo. E as empresas se reuniram – inclusive essa emenda veio do Governo –, porque estava havendo pouco tempo para que o Reporto, que vence agora, em dezembro, fosse prorrogado. Com isso, iria prejudicar o agronegócio, que vive essencialmente da exportação, e também os outros insumos que vivem da importação.

Então, eu abri isso aqui, recebi, acolhi a emenda que veio do Ministério da Fazenda e acatei por achar meritória, porque eu não quero ter nenhuma culpa de estar prejudicando o setor de importação e exportação do Brasil. Repito: 96% dos nossos produtos vêm pelo setor náutico. Então, por isso, fica aqui a justificativa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu posso fazer um comentário sobre esse último tema que o Senador Coronel fez? É apenas, realmente eu diria, para justificar.

O Ministro Silvio, que assumiu os portos há pouco tempo, então, se deparou com esse problema. O Reporto nada mais é do que um incentivo para a modernização dos portos no Brasil, e todos nós sabemos que os portos, no Brasil – não todos, evidentemente –, estão para lá de defasados. O Reporto é, na verdade, vamos dizer, uma facilitação para novos investimentos, novos guindastes, novos...

Então, é óbvio que está em cima da hora. Eu já sei do reclamo que será feito por alguns e eu entendo. Por isso que eu já, à frente do Relator, tomo as culpas e as dores do Governo, para dizer que realmente não está, mas é um pedido das empresas. Se extinguirem em 31 de dezembro... Estão pedindo uma extensão de cinco anos.

Como eu acho... Por exemplo, nós, na Bahia, sofremos muito, porque o porto público de lá é altamente defasado. Então, na verdade, a emenda foi colocada, ela ainda vai para a Câmara, exatamente para a gente poder sancioná-la a ponto de ter a continuidade do programa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Jaques Wagner, ninguém mais do que eu, como Senador do Rio de Janeiro, pode, além de você e de outros também que têm portos, apoiar. Quero deixar bem claro, mas a minha questão é a técnica legislativa. Está-se tratando de lei de apostas e se colocou um assunto de Reporto.

O Senador Randolfe Rodrigues, hoje, aqui, disse que, na semana passada, tiraram do texto uma matéria estranha – do texto agora, não me lembro do que era –, e ele já está trazendo aqui, para esta sessão. Por que não trazer para esta sessão, num projeto autônomo. A gente faz o compromisso, faz até um acordo para votar. Agora, dentro –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse texto da lei de apostas já é polêmico – uma matéria tão estranha, a gente abrir um precedente, por mais meritório que seja, e voto a favor, e faço acordo... Se quiserem votar na semana, amanhã, na CCJ, o projeto, acho que todo mundo aprova, mas dentro de um projeto de lei de apostas, meus amigos, com todo o respeito... Eu quero aprovar esse outro assunto, mas vamos botar na CCJ amanhã.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como eu dei espaço a um lado e ao outro, vou continuar meu relatório e depois vocês ajustam esse texto, para não ter problema de dizer aqui que eu estou sendo tendencioso. Então, é um de cada lado.

No mesmo sentido...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Coronel, tem aqui uma lista de oradores. Claro que cedi ao Senador Jaques Wagner, mas não é apropriada a interrupção de um relatório sem uma questão de ordem regimental. Então, tem aqui inscritos os Senadores Eduardo Girão, o Senador Portinho e o Senador Izalci para discutirem o tema depois, *a posteriori*. Então, pode retomar a leitura.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inclusive, eu fiz até uma emenda, não sei se foi no projeto da semana passada, para contemplar o Reporto, não foi acatada, mas, na época... (*Pausa.*)

Não, na reforma tributária, aqui na Câmara. O Secretário, juntamente com o Appy, fez um compromisso conosco e disse que traria ou uma medida provisória ou colocaria num PL que estivesse tramitando. Por sorte minha ou azar, caiu aqui no PL dos jogos, Senador Moro.

Mas dando sequência: no mesmo sentido, as Emendas nºs 113 e 114 também visam à prorrogação do Reporto por mais cinco anos e acrescentam que a lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, com a produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. Por tratarem do mesmo texto, as sugestões foram parcialmente acatadas nos termos da Emenda nº 112.

Entendemos, Senador Portinho, Senador Wagner, Senador Girão, meus caros amigos assessores que estão aqui nos escutando, entendemos que a prorrogação é meritória, uma vez que os portos brasileiros, repito, são responsáveis por 95% do fluxo de comércio exterior do país – eu até tinha falado antes 96 – e representam 80% do PIB nacional, o que demonstra a importância estratégica do setor. Tal medida, cabe ressaltar, é incluída neste relatório em comum acordo com o Poder Executivo e atendendo a emendas de diversos partidos.

Quanto ao relatório apresentado pelo Senador Romário e aprovado na Comissão de Esporte, entendemos meritória a iniciativa apresentada de destinar recursos a entidades da sociedade civil que desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e na inclusão de diversas parcelas da população, como a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, a Federação Nacional das Associações Pestalozzi e a Cruz Vermelha Brasileira. Dessa forma, mantivemos essa destinação no substitutivo aqui proposto.

Também na distribuição dos recursos, mantivemos a destinação de um percentual ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (Funapol), conforme também aprovado pela Comissão de Esporte.

Da mesma forma – praticamente chegando aqui ao fim do meu relatório –, comungamos em nosso substitutivo da sugestão de se alterar o prazo de duração das autorizações para exploração das apostas de quota fixa. Em vez do prazo de três anos proposto pela Câmara dos Deputados, nós nos alinhamos ao período de cinco anos aprovado no relatório da Comissão de Esporte. Ainda sobre as outorgas, também incluímos a possibilidade de serem três marcas exploradas pelo mesmo grupo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

econômico. Ainda incluímos, a exemplo do Senador Romário, o reconhecimento facial para o registro de apostadores como forma de garantir segurança e evitar que menores entrem nesses *sites* e aplicativos.

Em relação ainda ao relatório da Comissão de Esporte, não acatamos a Emenda 38, inserida naquela Comissão via destaque com votação em separado. De outro modo, como já explicitado, acolhemos parcialmente a Emenda 32-U, também aprovada na forma de destaque e incluída no relatório do Senador Romário.

Por fim, entendemos que a regulação do mercado de apostas de quota fixa precisa ser também uma oportunidade de geração de empregos e incentivo à participação de empresas brasileiras no setor. Nesse sentido, oferecemos emenda no sentido de garantir a participação de acionistas também brasileiros na composição das empresas que atuarem no setor.

Sr. Presidente, após a entrega do relatório, foi apresentada à Comissão a Emenda nº 116. A sugestão tem exatamente o mesmo teor da Emenda 32-U. Como já explicitado na Emenda 32-U, estamos acatando a Emenda 116 parcialmente na forma de emenda de Relator.

Passo agora ao voto, com alguns ajustes em relação ao texto apresentado à CAE. São apenas ajustes redacionais no sentido de adequar o voto à análise de mais de cem emendas apresentadas.

Voto.

Ante o exposto, somos pela adequação financeira e orçamentaria, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 3.626, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 3-U e 4-U, do Senador Ciro Nogueira; 8-U, do Senador Rogério Carvalho; 19-U, da Senadora Dorinha Seabra; 24-U, do Senador Mecias de Jesus; 57 e 113, do Senador Weverton; 64, do Senador Kajuru; 69, do Senador Paim; 72, do Senador Eduardo Gomes; 89, do Senador Eduardo Gomes; 105, da Senadora Tereza Cristina; 110, do Senador Carlos Viana; e 112, do Senador Rogério Carvalho; e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 5-U, do Dr. Hiran; 6-U, Rogério Carvalho; 14-U e 16-U, Senadora Soraya; 17-U, Senador Kajuru; 18-U, Senador Ciro Nogueira; 22-U, 23-U, 25-U e 26-U, Senador Mecias de Jesus; 27-U, Senadora Margareth Buzetti; 32-U, 33-U e 116-U, Senador Izalci; 39-U e 47-U, Senador Eduardo Girão; 48-U, 115 e 111, Senador Nelsinho Trad; 49-U, Senadora Ana Paula Lobato; 62, Kajuru; 80, Senadora Tereza Cristina; 50, 82, 83, 87 e 88, Senador Eduardo Gomes; 86 e 108, Senador Rogério Carvalho; 95, Senador Alan Rick; 103, Senador Kajuru; e 114, Senador Wellington Fagundes.

Eu quero ressaltar, ao concluir, que tive uma conversa – eu, o Senador Kajuru, o Senador Portinho e o Senador Girão – quanto à exclusão da modalidade jogos *online*. Eu vi alguma ventilação de que foi feito um acordo. Numa Casa de 81 Senadores, não serão três ou quatro Senadores que irão ditar como será o regime de votação.

Então, ao ouvir os nossos colegas, que eu fiz questão de ouvir, praticamente tirando o Senador Girão e o Senador Portinho, a maioria esmagadora foi clara: "Angelo Coronel, se você tirar os jogos *online,* pode pegar o projeto e jogar na lata de lixo, porque os jogos *online* representam 80% do faturamento". E, ao ouvir também o Governo sobre a sugestão de retirar os jogos *online,* o Governo também se colocou contrário. Então, como eu não sou dono, nem líder de mim mesmo, eu tive que ouvir a grande maioria para definir como seriam os ditames do meu relatório. Por isso peço desculpa a vocês dois por não poder...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só um reparo: não são os jogos *online;* são jogos virtuais, e não os reais.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, tudo bem. Então, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Online* são todos, para deixar claro.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Taquigrafia, corrija aí: não é *online*; é virtual. Pronto, resolvi.

Eu gosto de fazer isso, porque eu gosto de, quando eu converso com as pessoas, manter palavra, mas, em um Colegiado de 81, nós não podemos fazer com que a minoria supere a maioria.

Então, fica aqui essa correção, ressaltando, Senador Kajuru, que, quando esse projeto for ao Plenário, nós vamos dividir aqui esse calhamaço, que deve ser três vezes mais do que isso aqui. O Senador Kajuru ficará por discorrer sobre uma grande pauta que ele realmente trabalhou para aprovar. Talvez vá ser um fato inédito aqui, na história do Senado, com um relatório lido por dois Relatores. É bom sempre na vida a gente inovar, e nós vamos inovar aqui. Valeu?

Então, pela rejeição das demais emendas apresentadas e pelo oferecimento das emendas de Relator que integram o parecer, esse é o relatório, Sr. Presidente e povo brasileiro que nos assiste neste momento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Coronel pelo esforço e pela leitura do seu relatório. Realmente ele mostrou que estudou muito a matéria.

Tinha um destaque que foi apresentado pelo Senador Carlos Viana, que era a Emenda 110, mas, com acolhimento, o destaque foi retirado. Portanto, a matéria vai para discussão.

Está inscrito para discussão, pela ordem, o Senador Girão; depois, o Senador Portinho; e, depois, o Senador Izalci.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Antes da discussão, só quero tentar o consenso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Quero saber se vai ter pedido de vista...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso, exatamente. Essa é a minha sugestão: que a gente pudesse chegar ao consenso de um pedido de vista de uma semana. Não tem urgência. E eu acho inclusive que, se não for o caso, isso iria a requerimento para votação, mas acho que a gente pode chegar... A gente está tomando conhecimento do relatório agora. Teve pontos que eu não vou tratar se foram descumpridos ou não, mas teve pontos que foram conversados, vou colocar assim, que não foram atendidos. Eu deixo o resto para discussão, mas peço vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu queria só responder...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ao Senador Portinho: essa matéria está prevista para avaliação e votação amanhã, em uma sessão extraordinária, em que está prevista também uma outra matéria. Portanto, foi já uma decisão tomada pelo Presidente Vanderlan, que me passou. E eu gosto de acatar o Presidente. Portanto, vai ser apreciada amanhã, em uma sessão extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, justamente sobre essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Justamente sobre essa questão eu conversei também com o Senador Vanderlan. Esse é um projeto em que eu tenho me debruçado durante um bom tempo junto com outros colegas aqui. É um assunto de extrema gravidade que impacta as pessoas menos favorecidas. É uma tragédia humana, e a gente precisa ter muito cuidado para legislar. E não é de uma forma açodada.

Eu tive esse cuidado também, não apenas com o Presidente, de conversar com vários Senadores que estavam aqui hoje e liguei para outras dezenas de Senadores que não estavam aqui, e todos estão apelando para que não haja um tratoramento. A urgência, Presidente Otto, foi retirada pelo Governo. Então, diferentemente de outros projetos que nós tivemos aqui e que têm urgência constitucional, esse não tem.

Então, só para contar um pouco do histórico para o senhor – o Senador Vanderlan está voltando –, eu queria deixar muito claro o seguinte: nós fizemos audiência pública aqui, na CAE; fizemos audiência pública na Comissão de Esporte. Inclusive, em muitas dessas audiências públicas, Senador Portinho, assessores e Senadores chegaram a se emocionar com o depoimento da pessoa mais frágil que vai ser detonada com esse projeto. Não estou aqui discutindo – não estou discutindo, nós vamos ter horas e horas para discutir –, mas o impacto vai ser no brasileiro, no brasileiro que está lá na ponta recebendo uma lavagem cerebral para jogar, para se viciar: perde moto, perde carro, perde casa, perde emprego, perde a família e a vida. A quantidade de tentativa de suicídio... Isso dito por psiquiatra aqui, nesta sessão, trazendo casos reais, estatísticas. É algo assustador o que essas apostas trazem.

Para cada US$1 arrecadado com esse tipo de jogo, você gasta US$3 com o social: custo com dependência, vai para o SUS; custo com segurança pública, porque, para sustentar o vício, vai para a criminalidade. Gasta-se isso. Então, não é razoável a gente votar de forma açodada.

Eu sou favorável a que toda matéria nós possamos encarar, eu estou disposto a encarar, tanto é que participei de todas as sessões de audiência pública, fiquei do começo ao fim – o Senador Kajuru também estava, o Senador Portinho, a Senadora Leila. Eu queria dizer que, depois de uma dessas audiências públicas, nós fizemos uma votação, e tem uma figura-chave nisso tudo, que é um exemplo de desportista, que é colega nosso... Nós estamos falando de esporte, e o senhor é o atual campeão brasileiro da Série B, com o Vitória, seu time do coração. O Senador Romário, que é uma inspiração para nós não apenas nos campos – quantas vezes a gente foi torcer pelo Senador Romário, pelo Brasil? –, mas também é uma inspiração nossa aqui, dentro desta Casa; eu falei com ele há pouco. Ele conduziu uma sessão histórica na Comissão de Esportes, que foi criada neste ano. Nós construímos um texto juntos – até o Senador Paulo Paim estava lá, o Senador Izalci também –, votamos, depois ajustamos, porque tinha pontos delicados, e nós conseguimos um consenso lá, para quê, minha querida Senadora Damares? Para colocar travas, para colocar mecanismos importantes para evitar que as pessoas vão para o abismo, porque os brasileiros serão jogados, com esse projeto do jeito que está.

E quero aqui fazer uma menção ao Senador, meu querido amigo, Senador Angelo Coronel, respeitando o seu trabalho, sua dedicação. A gente tem que considerar isso. Mas, quando nós terminamos aquela sessão, naquele dia histórico, na Comissão de Esporte, exatamente 15 dias atrás, nós fomos ao seu gabinete, nos reunimos e construímos ali pontos importantes para que se pudesse fazer um acordo para que, quem sabe, até todos nós votássemos por unanimidade. Só que o que a gente acordou ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

praticamente caiu tudo. Caíram essas travas importantes para preservar os menos favorecidos, que vão ser impactados – aliás, já estão sendo impactados, porque eu recebo todo dia, e acredito que os senhores também, na minha base lá no Ceará...

Eu fui presidente de clube, sou louco por futebol, desportista, mas percebo que os clubes de futebol não estão ainda percebendo que eles estão matando a galinha dos ovos de ouro deles, sabe por quê? O sócio torcedor, que é o maior patrocinador de um time de futebol – a maior receita que se tem é de sócio torcedor, em time grande –, vai deixar de pagar, já está deixando de pagar, porque ele aposta tudo e fica desesperado porque não tem mais. E o pior, nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro, que é o futebol, o patrimônio do povo brasileiro, sabe por quê? Você, que é torcedor do Atlético, gosta de futebol, sabe por quê? Porque o futebol brasileiro... As pessoas vão pegar abuso, as famílias, os desportistas, porque estão perdendo o que têm para o futebol brasileiro.

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um apelo, além da vista, óbvio, mas que essa vista... Nós não somos robôs. O relatório foi apresentado aqui minutos antes de começar a ser lido. Nem nesse sistema está, nem no nosso sistema aqui, dessa sessão, está. Ele está no sistema do Senado, entrou agora há pouco. A gente não podia acessar aqui nos computadores desta Comissão.

Então, amanhã nós já temos matérias que foram acordadas, essas, sim, com urgência constitucional, para que a gente possa fazer a deliberação. Essa matéria específica das apostas é densa, é complexa, é perigosa, coloca em xeque a saúde mental dos brasileiros e coloca em xeque o próprio futebol na essência, porque foi feito para unir, foi feito para entreter uma vida saudável e não foi feito para ser instrumento do vício de ninguém. Não podemos subverter a premissa do esporte.

Então, eu peço, Sr. Presidente, que a gente tenha uma semana, pelo menos – é o mínimo, uma semana –, para analisar, decantar esse relatório, comparar com o que aprovamos juntos lá na Comissão de Esporte, e que os Senadores tenham consciência das consequências de uma aprovação dessas. Então, o pedido que eu faço é de uma semana, eu quero fazer esse pedido encarecidamente.

Conversei com o Senador Romário, Senador Angelo Coronel, ele pediu que fosse uma semana também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Romário pediu que fosse uma semana, vários outros Líderes, inclusive, estão esperando para colocar para votar, está certo?

Então, se a gente não chegar a um consenso aqui, eu faço um apelo aos colegas, porque esse é um assunto de gravidade. Se não chegarmos a um consenso aqui, eu peço que coloque em votação. Como eu conversei com o Senador Vanderlan, que pudesse colocar em votação para que a gente tenha uma posição da maioria do Colegiado.

E o pedido de vista também está feito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu ouvi com atenção os argumentos de V. Exa., Senador Eduardo Girão, mas V. Exa. sabe que esta é uma Casa de decisões coletivas. A posição de V. Exa. é uma posição que eu respeito; não é a minha. Como Presidente, não vou contestar, até porque, como Presidente, tenho que ouvir V. Exa., ouvir o Relator e os outros Senadores. Mas já tem uma decisão tomada pelo Presidente Vanderlan, que me passou aqui a Presidência, para a apreciação 24 horas depois dessa sessão que será amanhã. Então, essa decisão está tomada e é irrevogável. Lamento não atender a questão de ordem de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci Lucas.

Pela inscrição aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... é o Senador Portinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. encaminha o requerimento. V. Exa. pretende a votação nominal?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Uma votação nominal para saber se é um pedido de vista, como sempre foi feito, de uma semana.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso não existe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É democrático. Democracia é isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, lamento. Aliás, já falei com V. Exa. que essa decisão é do Presidente. Não cabe o requerimento de votação para adiar a votação que está prevista para amanhã. Não cabe requerimento. Do ponto de vista regimental, não cabe. Eu expliquei a V. Exa. Se fosse um encaminhamento de requerimento que obedecesse ao que está pré-estatuído no Regimento do Senado, eu faria, mas não está. Portanto, a decisão é do Presidente do Colegiado. Lamento explicar a V. Exa.

Senador Portinho.

Senador Portinho, inclusive, quando V. Exa. fez a questão de ordem pedindo vista, eu não quis interromper...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Era como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque V. Exa. não é membro do Colegiado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, como Líder, eu permiti que V. Exa. pudesse explanar a sua posição.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E eu lhe cedo agora para as suas considerações na discussão da matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É como Líder mesmo que eu discuto. E o pedido de vista eu apenas posso aqui apoiar, mas não tem valor nenhum no cômputo. Na verdade, pelo Bloco Vanguarda, o pedido de vista é feito pelo Senador Girão, que é membro titular.

Eu quero aproveitar aqui, primeiro, para agradecer ao Senador Angelo Coronel, elogiando o trabalho e o diálogo que ele buscou travar, agradecer pelas emendas que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentei, porque justamente elas tinham esta conotação: a gente precisa buscar travas. Aliás, eu já disse isto aqui: se o esporte escolheu o jogo, azar do esporte. E será assim, azar do futebol. Eles que escolheram. Então, se eles escolheram, não me cabe aqui manifestar nem o que eu penso. O que me coube foi tentar buscar, através de emendas, disciplinar melhor e tentar colocar as travas, como disse o Senador Girão.

A primeira delas, agradecendo ao Senador Angelo Coronel, é a emenda aceita do reconhecimento facial, porque hoje, em qualquer *fintech*, banco de aplicativo digital, para você abrir, você faz o reconhecimento, junto com os seus dados pessoais. O que eu quero com isso? Evitar que crianças, que jovens... Isso está acontecendo de maneira muito grave nas escolas públicas e particulares do Rio. O que eu recebi de relatos de mães preocupadas porque os seus filhos, na sala de aula, passam mais tempo apostando do que recebendo os ensinamentos como deveriam... Então, quanto ao reconhecimento facial – obrigado, Senador Angelo –, é muito importante essa trava.

Outro agradecimento é por um percentual justo para o Comitê Brasileiro do Esporte Master, porque os nossos atletas e ídolos, na terceira idade, continuam sendo ídolos e dando exemplos. Essa destinação, Kajuru, que você aprovou e apoiou, o Senador Romário também, na Comissão de Esporte, onde foi incluída e aqui acatada, deixando claro que o Senador Eduardo Gomes foi quem encaminhou essas emendas de que eu fui autor lá na Comissão de Esporte.

Outra emenda também, outra trava muito importante foi a exigência do mínimo de certificação, uma certificação reconhecida, nacional e internacionalmente, para as casas de aposta. Assim, a gente vai separando o joio do trigo, não só pelo critério financeiro.

Agora, há algumas outras que eu lamento e quero aqui citá-las, porque não foram acatadas, não fizeram, deixo claro, pelo menos essas que eu vou ler agora, parte de acordo algum, mas seriam importantes, primeiro, porque o ato administrativo de aceitar ou não o cadastro de uma empresa *bet* deve ser um ato administrativo vinculado, porque ele é vinculado a outras exigências, dentre essas, a própria certificação.

Quando a gente diz que o ato administrativo é discricionário significa que, mesmo as empresas apresentando as certificações, Kajuru, o Governo pode escolher qual empresa ele quer cadastrar ou não. E isso é perigoso, até porque não é só o cartel, Girão, é daí que vem a corrupção, porque, se você aceita discricionariamente, ou seja, a seu critério, qual empresa pode ou não se cadastrar, a gente sabe que deixa uma porta aberta para o agente público aceitar, mediante contraprestação ilegal.

Deveria ser, como sujeita a emenda, um ato vinculado: uma vez a empresa pagando e apresentando a documentação e os certificados, não importa se a empresa é A, B, C. Se ela preenche os requisitos, obrigatoriamente, o Governo tem que cadastrá-la, não por ato discricionário, mas, sim, por ato vinculado.

Peço inclusive a reflexão, Senador Angelo Coronel, porque, talvez, V. Exa. tenha pensado como eu, mas eu quero aqui dizer que o ato discricionário significa que o Governo – se duas empresas apresentam a documentação – pode dizer: "Essa vai ser cadastrada e essa não vai ser cadastrada", porque o ato aí é discricionário. É questão jurídica, não é de mérito! Chamo muita atenção!

Bom, essa daqui é sobre um tema mais controvertido...

Eu queria evitar que atletas, individualmente, pudessem fazer contratos, que eles fizessem assistidos pelos seus sindicatos, pela sua associação, pela sua federação ou coletivamente, porque quero lembrar que um jogador de futebol – o Ronaldinho – foi chamado a uma CPI que está imputando a ele um crime porque ele emprestou a sua imagem para uma empresa de bitcoin. Nos casos aqui das apostas, quando a gente vê manipulação de resultado – e teremos muitas CPIs sobre isso nos próximos anos, não tenham dúvida –, um atleta que emprestou a sua imagem corre o risco de sair daqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indiciado, porque isso já aconteceu lá no bitcoin com o atleta Ronaldinho Gaúcho. Pelos sindicatos, pelas associações, seria mais prudente, cauteloso.

Com relação ao valor de R$30 milhões, eu acho que seria maior e, com relação à questão das lotéricas, eu vou deixar com o Senador Izalci, mas eu acho que as lotéricas hoje estão no mundo real, físico e virtual. Então, deveria ser agente credenciado em ambos, porque, inclusive, quem vai credenciar vai ser a própria empresa de *bets* que foi credenciada, vai terceirizar via lotérica, porque senão amanhã todos vão apostar em empresa de *bets*, e o que vai acontecer com as lotéricas? Vão perder suas receitas, e o Governo vai perder receita, de igual forma. Então, é o mínimo de isonomia.

Mas agora o ponto, para encerrar, mais complexo, além do acordo que estou fazendo aqui sobre reporto – sou a favor do reporto, apenas a técnica legislativa não –, o tema mais complexo diz respeito aos jogos virtuais; não são jogos *online*, porque tudo é jogo *online*, são jogos reais. Originalmente, o projeto era para disciplinar jogos reais, jogos esportivos com atletas de carne e osso disputando partidas, e aqui no Senado – para concluir – incluíram jogos virtuais. Para quem nos assiste, o que são jogos virtuais? Cassino, jogo do bicho, bingo, tudo que tem num cassino, roleta e tudo mais. Estão liberando geral o jogo. Não sou purista, poderia tratar disso em um projeto à parte.

Deixo como conclusão uma pergunta, Senador Angelo, e eu gostaria de sua resposta: a empresa tem que estar no Brasil, a sede; agora, a operação dela vai estar lá na China? A lei trata disso? Como é que o Governo brasileiro vai fiscalizar um jogo virtual, uma roleta que está rodando no seu aplicativo no celular, mas a operação – 70% do lucro das empresas são em jogos virtuais; nos reais, são só 30% –, ou seja, a manipulação está acontecendo lá na sua operação na China? Eu gostaria de saber, Senador Angelo Coronel, se a operação também, obrigatoriamente, estará no Brasil.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Senador Portinho, antes de responder a V. Exa., eu quero responder aqui ao Senador Girão.

Como eu disse, fiz o possível para poder ouvir a muitos, inclusive recebi uma correspondência em que praticamente quase 100% dos times de futebol da primeira e segunda divisões subscreveram apoio a esse projeto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Trinta e dois dos 40, com os quais eu conversei, sexta-feira, em videoconferência, Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inclusive o Fortaleza de V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive o Flamengo, do meu irmão Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Azar do futebol, como eu disse.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Rodrigo, do Flamengo, disse que discordava dele, assim como o Presidente do Fortaleza, Marcelo, com todo respeito ao Girão, disse que discordava frontalmente do Girão. Então, é uma situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Kajuru, eu vou seguir pelo Regimento e pela ordem com o Senador Izalci.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele liberou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci, eu queria chamar a atenção de V. Exa. V. Exa. é o Relator do PPA, o PLN 28, de 2023, do Congresso Nacional, que está previsto ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para análise hoje, com emendas. Então, logo depois que terminar – eu vou suspender porque ela continua amanhã –, V. Exa. terá o direito aqui de relatar o PPA.

Eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador, o Izalci me liberou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É porque o Kajuru tem problemas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está inscrito aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Vou trocar com ele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu fiz um pedido a ele. Em quatro anos e meio de mandato, Presidente Otto, que eu tanto amo, é a primeira vez que eu fico sem almoçar. Eu sei que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pode ir almoçar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu quero só falar rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até porque foi pedida vista...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a sessão está suspensa, o quórum será mantido para amanhã e amanhã vai se analisar a matéria. Não tem problema.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas eu posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, eu posso até pedir um almoço para...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não, a minha comida é de diabético, não é essa comida, essa porcaria, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu mando pegar de diabético, não tem nenhum problema.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, eu vou falar cinco minutos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senador Izalci concordou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque ele vai relatar esse PPA. Já tem vista para amanhã, então vai ser votado amanhã.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mas todo mundo falou, e eu não posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode falar, porque ele está... Senador Kajuru, eu observo sempre a inscrição, porque é um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mas ele trocou comigo, ele aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele aceitou?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, pode falar V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Depois eu vou falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Depois, ele vai falar. Eu vou só falar cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas tem aqui a relatoria do PPA.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É isso? Está bom.

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente, agradeço.

Bom, vamos lá. Objetivamente.

Primeiro, em relação à questão lotérica, eu concordo plenamente com o Senador Izalci.

Bom, vamos lá. Gente, a questão de algo que já está definido pelo Presidente Vanderlan e o Presidente Otto o acompanhou. Esse assunto está há sete meses nesta Casa, pois eu fui o primeiro responsável a apresentar um projeto de lei sobre as casas de apostas e me acompanhou neste projeto o Senador General Hamilton Mourão.

O Ministro Haddad, na época, declarou que o meu projeto de lei era melhor até do que a medida provisória dele, na época, que agora virou projeto de lei. Eu quero colocar – e falei isso com o Senador Angelo Coronel – a preocupação, porque, eu juro, eu sou Governo, sou Vice-Líder, eu não vou contrariar o que me pediu o Ministro Haddad. Mas eu disse a ele: "Ministro, eu vou votar a favor, contra a minha vontade, porque, para mim, jogos virtuais cheiram a manipulação de resultado de futebol, mas vou apoiar o relatório do Senador Angelo, que, em conjunto, em quatro mãos fizemos". Portanto, eu jamais iria discordar de cada ponto apresentado pelo Senador Angelo.

E uma questão que eu falei ao Ministro Haddad, em que eu quero que os senhores pensem, porque isso aconteceu em Portugal. Prestem atenção. E o Ministro Haddad, na época, falou assim: "Ah, Senador Kajuru, agora eu entendi a sua opinião. Eu acho que o senhor tem razão". Só que não adiantou nada, ele não concordou comigo. Ele concordou lá atrás, depois ele discordou. Eu estou falando isso aqui publicamente, mesmo sendo Vice-Líder do Governo.

O que é que foi? Eu falei, "Ministro, o senhor colocar a licença no valor de 30 milhões para todas as casas de apostas é um risco. É melhor o senhor fazer de forma proporcional". "Por que proporcional?" "Porque, de acordo com o tamanho da casa, o senhor estabelece uma licença". Portugal foi fazer isso de forma radical. O que aconteceu lá? Portugal perdeu 35 milhões de euros em tributos, as empresas foram para a clandestinidade, saíram do país e levaram os apostadores. Portanto, nós corremos esse risco aqui de perder empresas das casas de apostas para a clandestinidade.

Para concluir. Eu transmiti nove Copas do Mundo em 45 anos de carreira, trabalhei em todas as televisões e, principalmente, no futebol. Como é que eu vou discordar de 32

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos 40 maiores times do Brasil que falaram da questão de placa? E eu tinha concordado com o Girão, com o Portinho, assim como os dois concordaram comigo em relação à publicidade na TV, especialmente, e nas camisas dos times de futebol. Porque a questão do sócio-torcedor, eu respeito a opinião do Girão, mas sócio-torcedor tem em pouco time, não tem mais do que dez times que têm sócio-torcedor. Da Série B, por exemplo, nenhum time vive de sócio-torcedor. Então a gente precisa refletir sobre isso, sobre a sobrevivência desse time de futebol. Flamengo, Palmeiras, a Daniele, do Palmeiras, disse: "Senador Kajuru, placa de publicidade para a gente é fundamental para despesa nossa no dia a dia. Isso é fundamental, Senador". Então eu tive que ouvir os clubes nessa videoconferência da última sexta-feira.

E para terminar de vez, eu penso o seguinte: o voto que o Senador Girão tem, por exemplo, é um voto que ele não precisa daqui a uma semana definir, já é o voto dele, já é a opinião dele. Então, de hoje para amanhã, vai mudar o quê? Não vai mudar nada. E não vai mudar daqui uma semana, vai ser a mesma opinião dele. E de outros colegas também, eles vão manter a mesma opinião. Aí vamos para o voto, no que for, no que tiver que ser, e pronto, acabou, gente. Eu penso assim. Acho que é mais razoável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Kajuru, vamos seguir? Já são 3h da tarde, o Senador Izalci vai ter que relatar ainda aqui o PPA.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu falei rápido, hein, Presidente? Os outros falaram 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele pediu para discutir. Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Com a palavra V. Exa., Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente e meu querido Relator, Senador Angelo Coronel, que com muita competência fez o relatório, agradeço o acatamento, mas eu precisaria de um tempinho, que sejam 24 horas, mas a gente precisa conversar sobre isso.

Aqui, por exemplo, na redação em que V. Exa. acatou parcialmente, fala em pontos físicos, mas "/virtual", tem que ter esse "virtual", porque se tudo é virtual, eles precisam acatar.

A Caixa Econômica, que pague lá os 30 milhões dela, mas ela precisa ser uma operadora e dar condições para os permissionários, porque eu estou vendo aqui na internet, estão aqui os operadores hoje, eles estão buscando... Aqui, olha aqui: "Estamos contratando cambistas. Comissão: 18%. Vem fazer e tal. Seja nosso parceiro, 20% por aposta realizada, 10% por aposta premiada". Ora, como você estabelece esse cambista aí de todo mundo, e os permissionários, que prestam relevantes serviços para o Brasil, para o país, porque muitos municípios deste país sequer têm banco. Então, quem faz o papel público de atendimento são as lotéricas. E deixar as lotéricas fora desse processo seria realmente uma injustiça muito grande.

Então, primeiro assim, que nesse acatamento que fosse colocado "ponto fixo e virtual", porque nós estamos falando aqui de apostas virtuais, e que a Caixa, pagando ou não pagando, mas se tiver que pagar, eu acho que tem que pagar também, mais 30, paga lá os 30 milhões dela, mas você não pode deixar a Caixa Econômica e os permissionários fora disso. Então eu faço um apelo para o Relator para acatar isso no projeto. Por isso que o tempo seria importante, não sei se em 24 horas a gente consegue fechar isso.

E outra coisa, Senador Angelo Coronel, deixe-me dizer para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Estou aqui com a assessoria trabalhando para V. Exa., já consultando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Mas existe mais um ponto, mais um ponto aqui que eu acho que é importante. Por mais que a gente... E eu apoio completamente a Polícia Federal, precisa mesmo, porque vai fiscalizar, mas se tem que mudar o conceito e conscientização é a educação, cara.

Então, formação de professor. Eu estou com um projeto já apresentando um fundo igual ao FNDCT; fazer um fundo de formação do professor, porque hoje o maior problema da educação é a formação. Que a gente coloque também, se V. Exa. puder, emenda de Relator, para botar parte desse recurso para curso de formação dos professores, porque é através da educação que você vai... Não estou tirando da aposta, não; desses monte de coisa que foi colocada aqui, colocar lá o... Depois, o Ministério da Fazenda regulamenta, mas seria importante fazer isso. A educação hoje passa por essa questão da formação.

É lógico que o apelo aqui era para que houvesse mais tempo para a gente convencer o Relator. Se você já está convencido, eu concordo plenamente, mas V. Exa. precisava ter esse tempinho – não sei se já está convencido. Porque nós aprovamos por unanimidade, lá na Comissão de Esporte, e teve o acatamento integral.

Então, eu indago a V. Exa.: V. Exa. pode corrigir esse relatório?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci, eu sou simpático à sua ideia e já solicitei à assessoria para dar uma analisada, porque dá tempo ainda de fazer a modificação. V. Exa. defende que fiquem incluídos os jogos físicos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não; físico e virtual, porque o processo todo é virtual...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, físico e virtual.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É, virtual, porque só está escrito aqui físico.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Que seja virtual.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Que se inclua o jogo virtual também. Entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É, que eles possam operar através da Caixa Econômica.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendi, entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – E a Caixa vai ter que dar para eles as condições de operação, lógico.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, a Caixa vai ter que pagar a outorga. A Caixa não pode ficar sem pagar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, não estou... Isso aí eu nem... Isso é mixaria.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tudo bem que é de um bolso para outro, mesma União, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O Senador Jaques Wagner já sabe da importância para a Caixa. Deixar a Caixa Econômica fora de um processo desses... Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Então, agradeço a V. Exa.

E pense na relatoria da educação, porque isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente Otto, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está encerrada a discussão – um minutinho, Senador Girão.

Está encerrada...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A Senadora Damares quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não... me desculpe. Eu não estava aqui colocando...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Não; é só um minuto.

Eu quero ver se eu faço o apelo, e desta vez é uma senhorinha que está sentada do lado de cá e que está com muita vontade de se debruçar sobre o seu relatório. Senador, é muito texto para a gente analisar em 24 horas. A nossa equipe está lá no gabinete quebrando a cabeça com emenda. É humanamente impossível colocar a assessoria para analisar três projetos agora à tarde para serem votados amanhã.

Senador, pense na assessoria! É uma semana, só mais uma semana, para a gente se debruçar sobre o texto. Eu estou fazendo o apelo ao Presidente e ao Relator: uma semana só. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Eu já coloquei o seu nome aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Relator... Estão me ouvindo – a senhorinha?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Eu... (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós não estamos fazendo... Isso não é visto; é uma espia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora, eu lamento não atender o apelo de V. Exa., porque já está prevista a votação amanhã.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso é uma espia, não é visto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso é uma decisão do Presidente, que me deixou presidindo a sessão, e eu vou acompanhar aquilo que ele me orientou. E eu também concordo que seja votada amanhã. Essa matéria tem sete meses que estamos aqui discutindo. Nós conhecemos praticamente todos esses itens que foram colocados; os novos serão debatidos, e podem ser debatidos em Plenário.

Mas o Senador Eduardo Girão me pede e eu concedo mais um tempo para que ele possa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... expressar o que ele pensa. Depois, estará encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador Otto. Quero cumprimentá-lo. Eu sei que o senhor está aí temporariamente e cumprindo uma missão.

Mas eu queria só deixar, Senador Angelo Coronel... O meu interesse é apenas na sociedade. Fui presidente de clube, converso com os clubes, mas a minha preocupação é lá na ponta. Por isso é que eu faço esses apelos. Por isso é que eu coloco a questão da publicidade. Porque o clube de futebol tem como trocar essa publicidade; tem outras propostas que não sejam de casas *bets*. Então, esses argumentos não fecham.

Com relação aos jogos virtuais, se são *online*, se são virtuais, o problema é que eles não são reais. Eles são jogos facilmente manipulados, porque não têm jogo real, como o de um time de futebol. Então, ali, a possibilidade de manipulação é tremenda e a transparência é zero – é zero a transparência.

O senhor falou a palavra "transparência". Com esses jogos virtuais, é zero. E ele é um jabuti. E por que é um jabuti? Porque não estava no projeto original. O próprio Governo não queria, a medida provisória não tinha.

Então, só para passar aqui, pelo e-Cidadania... A minha preocupação é com as pessoas. Pelo e-Cidadania, o Senado Federal, de forma oficial, Senadora Damares, fez uma pesquisa, abriu para a população votar. E o senhor sabe de quanto foi o resultado? Queria que os Senadores tivessem isto em mente: 1.310 votos "não" e apenas 21 votos "sim" a esse projeto de lei que o senhor está relatando. Então, a população está gritando. Os interesses de magnatas, os interesses de clubes de futebol a gente tem que ouvir, mas tem que travar, porque a população é que vai ser a mais prejudicada, ela que vai pagar a conta, inclusive com a própria vida.

Então, que Deus nos dê sabedoria!

Quero deixar um registro: estou me sentindo desrespeitado, porque é um tratoramento o que está acontecendo aqui. Era de, no mínimo, uma semana, como sempre foi feito em todo projeto... Não tem urgência constitucional, os Senadores não estão sabendo desse assunto – pode perguntar, eles não estão sabendo, tanto é que estão me ligando, pedindo sete dias para analisar, mas é uma decisão que a gente tem que acatar, embora eu deixe o meu voto de protesto.

Obrigado, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para que ele possa, ainda nesta reunião, relatar o PPA, o Projeto de Lei 28, de 2023.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – O Congresso Nacional recebeu do Poder Executivo, em 31 de agosto de 2023, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2024-2027, Projeto de Lei nº 28/2023-CN – PLPPA 2024-2027, que foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a CMO fixou o prazo de 22/11/2023 a 28/11/2023 para apresentação de emendas ao PLPPA.

A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no art. 99, atribui ao parecer preliminar dispor sobre apresentação e apreciação de emendas individuais e coletivas ao projeto de PPA. O relator da matéria propôs, como regras de emendamento, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quantitativo de três emendas à despesa por autor (individual, comissão e bancada estadual), sem limitação para emendas de texto à proposta.

Nos termos da art. 100 da resolução supramencionada, aplicam-se, no que couber, às emendas às ações orçamentárias do plano plurianual, as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual. Devem, portanto, possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta Comissão de Assuntos Econômicos delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLPPA 2024-2027.

Sob a análise deste Plenário, encontram-se sete indicações de emendas, sendo todas emendas à despesa (não foram apresentadas emendas de texto). As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à Comissão. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito atendido é de que almeja... Todas as emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2024-2027, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas à despesa:

a) No âmbito do Programa 2310 – Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda, a Emenda nº 1, do Senador Omar Aziz, para o Objetivo Específico 0133 – Fomentar o crédito às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado;

b) No Programa 2801 – Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional, a Emenda nº 1, da Senadora Professora Dorinha Seabra. No momento do envio da emenda pelo sistema Lexor, a Senadora precisa registrar o objetivo específico; e

c) No Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização, a Emenda nº 3, do Senador Omar Aziz, para o Objetivo Específico 0210 – Ampliar os investimentos em P&D para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos.

Os Senadores que apresentaram as emendas precisam adequar as respectivas metas no momento do envio para a CAE, pelo sistema de elaboração de emendas ao PPA (Lexor).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como nenhum Senador ou Senadora se manifesta para discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria.

Em votação a Ata da 53ª Reunião, realizada nesta data.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A sessão está suspensa para ser reiniciada na próxima quarta-feira, 24 horas depois do encerramento.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 19 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bençãos de Deus, declaro reaberta a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de novembro de 2023.

Quero dar as boas-vindas aos nossos convidados hoje que estão aqui presentes, aos assessores e ao pessoal da imprensa, que tem dado cobertura praticamente a todas as reuniões da nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Sejam todos bem-vindos.

Na presente reunião, serão apreciados os itens 1, 4, 6 e 11, aos quais foi concedida vista coletiva por 24 horas.

Item 1.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4173, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, e 10.892, de 13 de julho de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável à matéria, com seis emendas que apresenta; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 7 e 15-U; e contrário às demais emendas.

Observações:

1. Em 21/11/2023, foi concedida vista coletiva da matéria

2. Foram aprovados requerimentos de destaque para as Emendas nºs 9 e 10-U.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3. A matéria se encontra em regime de urgência constitucional.

4. Foram recebidas as emendas 1 a 16-U e 17.

Relatório favorável à matéria e à Emenda nº 2-U, com três emendas que apresenta; e ainda com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1-U, 7-U, 15-U e contrário às Emendas nºs 3-U, 6-U, de 3 a 6-U, 8-U a 14-U e 16-U a 17-U, e emendas de redação.

Concedo da palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu sugiro uma inversão breve de pauta, porque foi apresentada mais uma emenda, agora, antes da leitura do complemento de voto. Então, para não deixar de dar atenção à proposta do colega, eu peço que me dê mais um pequeno prazo para que a gente possa fazer essa avaliação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O senhor está pedindo que se inverta a pauta?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso, dois ou três minutos para poder avaliar a emenda apresentada pelo colega aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo...

Ele se encontra? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Nós temos o relatório já apresentado para a Lei do Bem. Está disponível, desde ontem, para os Srs. Senadores e para as Sras. Senadoras, e eu gostaria de pedir a inclusão como item extrapauta.

Até faço um acordo aqui – já proponho – para lermos o relatório, deixarmos o relatório lido para avaliação do Governo e também dos Senadores, mantendo o prazo para emendas e modificações no texto, se for necessário, já para que a gente possa deixar pronto para votação na próxima sessão da CAE. Assim, adiantaríamos um assunto que é importante. Nós estamos falando de pesquisa e financiamento por parte daqueles que usam Imposto de Renda. Nós estamos repetindo, na verdade, a Lei do Bem, que está agora para ser renovada, sem nenhum impacto diferente do que já estava previsto.

Se V. Exa. entender por bem, neste momento, nós podemos fazer a leitura do relatório e deixamos em aberto para a avaliação do Governo, até o final desta sessão, ou para a próxima, dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, com palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu só quero reforçar também o pedido do Relator, o Senador Carlos Viana, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação.

É um projeto de suma importância, de inovação das empresas. É um investimento, não é nem despesa. São investimentos que são feitos em P&D e inovação. Então, se for possível já fazer a leitura do relatório, a gente tira as dúvidas com relação a...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu entendo a preocupação do Senador Carlos Viana, mas esta reunião foi convocada com uma pauta específica. Acho que incluir outros temas extrapauta, no dia de hoje, não seria adequado e, regimentalmente, a gente pode ter óbices.

Outra questão para a qual eu queria chamar a atenção é que o tempo todo a gente passa falando sobre arrecadar. E, quando a gente fala em arrecadar, é um problema, mas desonerar parece que não é um problema. E como nós vamos pagar as contas? Então, é preciso a gente encontrar um equilíbrio sobre arrecadar e deixar de arrecadar. Ontem o debate era porque o Governo queria uma sanha de arrecadação; o debate, hoje, é aumentar as desonerações.

Então, a gente precisa fazer um debate mais profundo sobre esse tema e sobre o que é que a gente quer do Brasil, porque senão a gente cria uma situação de ingovernabilidade e a gente não quer isso para o nosso país.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Deixe-me só fazer um esclarecimento, Senadores?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Só um esclarecimento, Presidente.

Primeiro é o seguinte: esta reunião de hoje foi suspensa, era a reunião de ontem. Foi suspenso o prazo, então é a mesma reunião.

Segundo é o seguinte: este projeto não é desoneração, é ajustar, porque hoje qualquer empresa que investe em inovação, em pesquisa, é só o lucro real e, se der prejuízo, no ano seguinte ela não pode continuar o projeto com aquele valor que deveria ser o fundo contábil. Pesquisa você não faz, para e depois continua, tem que ter regularidade. Então, nós estamos corrigindo isso e permitindo que as empresas do lucro presumido também, é lógico, possam inovar.

Inovação, Senador Rogério Carvalho, é investimento, não é despesa. O Brasil precisa investir em ciência e tecnologia. Se V. Exa. verificar lá, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e conversar com a Ministra Luciana, você vai ver a importância da aprovação deste projeto. Inclusive, já tinha, no Governo passado, um acordo de votar, logo no início do Governo também. Então, é uma coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci... Senador Carlos Viana, a proposta de V. Exa. é fazer a leitura hoje do relatório, é isso?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – E colocar ao Senador Rogério que...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não colocar em votação hoje, seria só a leitura do relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Fazer a leitura para a avaliação do Governo, inclusive para emendas dos Senadores também, porque é um tema muito importante para o país essa questão do financiamento à pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Viana, vamos ouvir o Líder do Governo. Senador Jaques Wagner.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, Senador.

Só para que se tenha uma ideia, todo o dinheiro que já é previsto, inclusive, no Orçamento, que não entraria, porque a lei já existe, nós estamos apenas renovando, esse dinheiro é aplicado, em sua maioria, nas universidades federais brasileiras no apoio às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pesquisas aos vários setores. Então, nós não estamos falando aqui de desonerar para nada de ingovernável.

Outra coisa, nós somos a favor de arrecadar, o Estado precisa arrecadar. Agora, precisa arrecadar corretamente, ele precisa arrecadar com regras claras ao contribuinte e, principalmente, sem bitributação, porque a reforma tributária que nós aprovamos aqui recentemente, um dos grandes benefícios dela é exatamente acabar com os impostos em cascata no país. Então, não é problema nenhum arrecadar, mas bitributar o contribuinte brasileiro que já paga imposto, aí nós estamos criando um peso muito maior para o desenvolvimento da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, só sobre essa questão da...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela Liderança.) – A matéria é complexa. O Senador Viana falou comigo. Eu só queria ver se é possível regimentalmente a leitura sem caracterizar o início do processo de discussão, está certo? Ou seja, não caberia vista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu quero saber se tem esse acordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, a gente não vai votar hoje, não. Depois, vamos sentar... É porque é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É um pedido de vista? Essa é a...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas não vou considerar pedido de vista. Vamos receber pela primeira vez. Se o Senador Viana e V. Exa. acordarem, a gente lê o relatório para dar o conhecimento. Eu estou dizendo que não inicia o processo, teria que voltar aqui, se decidir pedir vista, para pedir vista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Entendi. Não tem problema, não. Eu acho que é só para adiantar. E essa matéria a gente já debateu bastante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Feito o acordo, nós vamos dar sequência à nossa pauta.

Senador Alessandro Viera, já está tudo o.k.?

Então, com a palavra, para o seu complemento de voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, uma manifestação com relação à emenda recém-apresentada pelo Senador Rogerio Marinho. Nosso voto é pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Pessoal, eu queria só pedir a compreensão de todos. O Relator está com a palavra, é um projeto muito importante, então eu gostaria que os assessores, todos vocês, os nossos convidados, permanecessem um pouco em silêncio para nós ouvirmos o Relator.

Com a palavra, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação à emenda apresentada pelo Senador Rogerio Marinho, em que pese sua boa intenção, já está contemplada no projeto. A preocupação dele era com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eventual tributação de variação cambial e isso já está endereçado no projeto original, sem nenhum tipo de problema. Então, a emenda é rejeitada.

E apresento, Sr. Presidente, a complementação de voto apenas em atenção ao acordo firmado com o Senador Mecias de Jesus, que resultou no atendimento, como emenda de redação, das Emendas 1-U, 2-U e 7-U para garantir a clareza daquilo que é considerado sistema de negociação em parágrafo apartado do dispositivo alterado.

No mais, o relatório persiste intacto com relação às demais proposições, é pela aprovação, e volto a reiterar a importância do projeto como um passo adiante na Justiça tributária no Brasil, garantindo tributação em parâmetros absolutamente compatíveis com a média internacional daqueles que mais recebem, que mais têm recursos para contribuir com o nosso país.

E, por fim, Sr. Presidente, registro que tive um diálogo muito produtivo com o Senador Angelo Coronel, e ele se sente contemplado também com o endereçamento das demandas que fez para que a gente possa, em outro momento, solucionar aquilo que ele questionou.

Então, imagino que, dirimidos esses problemas todos, nós possamos avançar para a votação e – espero eu – a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alessandro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Rogerio Marinho. Com a palavra, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, dirigindo-me em especial aqui ao Relator e aos demais Senadores, nós entendemos que para um projeto dessa monta é necessário um escrutínio, uma preocupação muito grande, para que não haja injustiça na questão tributária.

Todos nós entendemos que o Governo está fazendo um esforço do ponto de vista da receita – que não é o esforço mais adequado – para ajustar as contas públicas, e na hora em que você antecipa a atualização dos investimentos que, porventura, algum cidadão brasileiro tenha no exterior ou tenha investido em fundos privados e dá uma vantagem para que isso ocorra, para antecipar a receita, é evidente que, nos anos subsequentes, nós vamos ter dificuldade porque não se tratará de uma receita recorrente. Há uma grande possibilidade de que haja uma migração desses fundos e uma erosão da base, o que significa que as despesas que estão sendo incorporadas dentro do Orçamento, que são permanentes, não possam ser suportadas no ano subsequente com as receitas que, eventualmente, vão ser apresentadas a partir da votação desse projeto.

A preocupação, eminente Relator – e eu peço a atenção de V. Exa., louvando, inclusive, o esforço, o trabalho que V. Exa. teve, como sempre extremamente expedito na sua ação... Quero dizer a V. Exa. que acabei de ouvir a palavra de V. Exa. de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... a nossa preocupação estaria contemplada. Então, eu só pediria a V. Exa. que, se pudesse, me clareasse um pouco de que forma essa contemplação se dará, porque a preocupação que tive é a de que o investimento que é feito numa moeda estrangeira poderá sofrer uma desvalorização dos recursos iniciais aqui no Brasil e, quando você coteja um recurso com outro, ao final, isso ainda pode significar, em nível de moeda nacional, um ganho. Então, como é que isso poderia estar salvaguardado no relatório de V. Exa.? Como eu cheguei há pouco, eu gostaria que V. Exa. esclarecesse, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Perfeito. Senador Rogerio, pela regra do projeto de lei, perdas com variação cambial vão poder ser deduzidas da cobrança futura do imposto. Então, na hipótese de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

você ter um resultado motivado pela perda, pela variação cambial, isso pode ser compensado adiante. Então, não existe risco de prejuízo ao contribuinte neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – A nossa preocupação é que parece que o projeto, ano a ano, estabelece uma espécie de compensação entre a receita e quem fez o investimento. E a realização do investimento, às vezes – ou via de regra, se você faz a médio e longo prazo –, tem um período de maturação. Então, a preocupação é que essa antecipação ano a ano signifique de fato uma distorção entre o que efetivamente vai ser pago ao final do período da realização. Foi essa a preocupação que nós apresentamos. Se V. Exa. está dentro do mesmo espírito, eu lhe pediria que acatasse a nossa emenda porque ela está na linha que eu acredito que V. Exa. também defende, o que evitaria no futuro um acúmulo de situações em que pode haver dificuldade depois no cotejamento do investimento e da situação a tempo presente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador Rogerio, a bem do processo legislativo, eu entendo pelo não acatamento da emenda. A sua preocupação, na minha visão, está plenamente atendida pelo texto original, de modo que a aprovação da emenda apenas resultaria em maior morosidade e prejuízo para o país. Entendo e me somo à sua preocupação, mas rejeito a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desculpe. Há um destaque do Senador Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em seguida. Nós vamos votar agora o relatório. Em seguida, os destaques. O.k.?

Em votação o relatório apresentado, ressalvados os destaques.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Registro aqui o voto contrário do Senador Portinho.

Senador Carlos Viana.

Mais alguém quer se manifestar? (*Pausa.*)

Foi recebido requerimento do Senador Rogerio Marinho de destaque para a Emenda nº 18.

Com a palavra, o Senador Rogerio Marinho, autor do requerimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Vou retirar o destaque. Presidente, eu vou retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Retirado o destaque para a Emenda nº 18, do Senador Rogerio Marinho.

Em votação a Emenda nº 9-U.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento com relação à 9U: ela é referente ao destaque apresentado? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É o destaque aprovado ontem do Senador Carlos Viana.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então precisamos de votação nominal, Sr. Presidente, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Relator Senador Alessandro Vieira, tem que ser apoiado por mais três.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apoiamento para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, Senador Alessandro e Senador Humberto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Votação...

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Desculpe-me. Eu estava aqui discutindo outra coisa com o Senador Rodrigo Cunha, não prestei atenção. V. Exa. votou o mérito das emendas? A 9U e a 10U?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não. Nós estamos votando agora. O Relator Senador Alessandro Vieira pediu para que fosse nominal. Nós estamos...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até onde?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Foram os destaques, Líder...

Líder Jaques, foram os destaques aprovados ontem do Senador Carlos Viana.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Querido, saia da frente, que eu preciso falar com o Presidente.

É só para dizer o seguinte: nós estamos trabalhando com a equipe da Fazenda aqui, que ainda não falou com o Senador Viana, mas estamos trabalhando para absorver, não necessariamente... Por isso que eu queria pedir... Não sei se já foi proclamado. Aí teria que pedir vista e pedir para não fazer a votação agora, porque, se ele resolver incluir, não teria mais sentido o destaque.

Eu não estou pedindo que suspenda o mérito que foi de votar "não", só estou dizendo o seguinte... Senão, eu vou pedir vista e pedir que a vista não seja votada nominalmente agora. Só para me dar cinco a dez minutos, para eles discutirem aqui e ver se o Relator absorve no texto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder, não foi proclamado o resultado ainda.

Senador Carlos Viana.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. pode, então, suspender cinco minutos para que a equipe trabalhe com o proponente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, concordo.

Vamos suspender por cinco minutos para ver se se chega a um entendimento. (*Pausa.*)

Não dá. Só cinco minutos...

(Suspensa às 11 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para ganharmos tempo, vamos ao próximo item da pauta, enquanto se costura o acordo.

1ª PARTE
ITEM 6
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI N° 2331, DE 2022
- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes.

Relatório: Pela aprovação do projeto e acolhimento integral das Emendas nºs 40, 43, 44, 50, 51 e 52; e acolhimento parcial das Emendas nºs 22, 23, 25, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 46, 47, 48, 49 e 54, nos termos do substitutivo apresentado com adequação redacional; e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, e das Emendas nºs 24, 27, 28, 29, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 45 e 53.

Observações:

1. Em 21/11/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.
2. Tramitam em conjunto o PL 2.331, de 2022, e o PL 1.994, de 2023.

Foram recebidas na CAE as Emendas nºs 22 a 57...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, nos termos da Emenda nº 21, CE (Substitutivo), com acolhimento integral das Emendas nºs 1, 3 e 5, e acolhimento parcial das Emendas 6, 7, 8, 13, 14, 17, 18 e 20, na forma das Subemendas nºs 1, 2 e 3, da CE, a Emenda nº 21, CE (Substitutivo), e contrário ao Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, às Emendas nºs 2, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 19 e à Subemenda sem número de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, cumprimento o nosso querido Senador Carlos Fávaro, nosso Ministro da Agricultura, nosso colega, que nos visita.

Sr. Presidente, depois de um amplo acordo e essa discussão importante que foi feita nas últimas 24 horas, apresento rapidamente o complemento de voto, com o acordo entre os atores desse sistema.

Quero agradecer a todos pela compreensão e encaminhar o voto final, com os reparos que foram feitos no atendimento parcial de algumas emendas, e a finalização do relatório.

Em 22 de novembro de 2023, foram apresentadas as Emendas nºs 55 e 57, do Senador Ciro Nogueira e do Senador Izalci Lucas, que propõem a regra de esclarecimento dos conteúdos a serem abarcados pela regulamentação. Entendemos que a proposta merece ser acolhida.

Foi também apresentada a Emenda nº 56, do Senador Carlos Portinho, que propõe a redução dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual a serem destinados às Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Entendemos que as destinações já sugeridas no relatório são mais adequadas, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também, de certa forma, atendem parcialmente à solicitação do Parlamentar, razão pela qual concluímos pela rejeição da emenda.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, com acolhimento integral das Emendas nºs 40, 43, 44, 50, 51 e 52, com acolhimento parcial das Emendas nºs 22, 23, 25, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 46, 47, 48, 49, 54, 55 e 58, na forma do substitutivo já apresentado, contemplado com mais a subemenda apresentada abaixo, além das emendas apresentadas anteriormente, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, e das Emendas nºs 24, 27, 29, 31, 37, 38, 41, 42, 45, 53 e 56, da CAE.

Durante a discussão final do acordo, foi apresentada ainda emenda do Senador Rodrigo Cunha, que estava contemplada no acordo que tinha acabado de ser feito.

Então, a Emenda de V. Exa. não fica prejudicada, porque foi atendida nessa discussão sobre a segregação de conteúdo, atendida parcialmente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Fora do microfone*.) – Essa última...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sim, a 58. Exatamente.

Então, acolhidas as emendas, formulado o acordo, Sr. Presidente, encaminhamos para a votação do mérito, agradecendo a todos pela compreensão – e, depois de um debate longo, de mais de seis meses de análise –, para que a matéria possa ir à Câmara e volte a ser discutida posteriormente pelo Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Parabéns pelo seu relatório!

Antes de passarmos à discussão, quero registrar a presença aqui do nobre Ministro e membro desta Comissão, nosso Senador Carlos Fávaro – seja bem-vindo! –, do Paulo Ganime, Deputado que está nos visitando – seja bem-vindo! –, e o Deputado Diego, o amigo Diego – seja bem-vindo a esta Comissão! É filho do nosso Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Angelo Coronel.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que essa matéria tem a minha participação desde o primeiro momento. Eu apresentei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... um projeto na legislatura passada, depois reapresentei esse projeto.

Ele é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... bastante mais completo do que o projeto que foi utilizado como base, sem nenhum demérito ao Senador Nelsinho Trad, e, nesse sentido, entendo que poderíamos ter colocado como base o meu projeto, mas são águas passadas.

A segunda questão que eu considero é que o relatório apresentado tem muitas imperfeições e imprecisões, porém, como ele vai ser objeto ainda de análise na Câmara dos Deputados, esperamos que essas imprecisões e imperfeições venham a ser corrigidas. Entre elas, talvez a mais importante é o fato de que adotamos a cobrança da Condecine em relação aos vídeos por demanda. No entanto, eu entendo, em primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lugar, que o percentual que foi dado de dedução da Condecine está além do que seria razoável. O próprio Ministério da Cultura levantou a possibilidade de que esse desconto, essa dedução, pudesse atingir, no máximo, 50%, e, mais do que isso, que houvesse a garantia de que essas deduções acontecessem para projetos, proposições e para produtoras brasileiras independentes.

Aqui, quando se fala de parceria com produtoras independentes, abre-se a possibilidade de que, em vez da produção como um todo, possa haver uma simples prestação de serviço por uma produtora independente, e isso ser considerado para a possibilidade dessa dedução.

Bom, mas, como foi feito um acordo, e eu sou de respeitar os acordos, eu espero que a Câmara dos Deputados faça as mudanças necessárias para que esse projeto possa, de fato, favorecer as produtoras brasileiras independentes e, assim, nós fortalecermos o audiovisual nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Carlos Portinho, para discutir a matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sobre esse assunto, eu quero só uma consulta, uma confirmação, porque eu ainda não peguei o relatório aqui – pelo menos não está disponibilizado, Senador Eduardo Gomes: nessa discussão, o que era 70% virou 50% e, no acordo, ficou em 60%. É isso?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Líder, você me perguntou sobre uma questão específica. Eu pensei que era na questão do investimento.

Quanto ficou no acordo: 60% ou baixou para 50%? (*Pausa.*)

A dedução fiscal, 60%, e, com relação às regiões, Senador, ficou 50%. Agora, isso depois de um acordo exaustivo com todo o Brasil, inclusive incluindo regiões que estavam fora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, vou me manifestar diante disso, Senador Eduardo Gomes, muito obrigado.

Eu tenho uma emenda. Rio de Janeiro e São Paulo hoje realmente concentram toda – a maior – produção, inclusive a independente, e esse percentual está prejudicando sobremaneira justamente os centros já constituídos.

Nada contra a interiorização, nada contra a distribuição de recursos para o Norte, para o Nordeste. Aliás, geralmente o Norte e o Nordeste são privilegiados em diversos temas, como foram na reforma tributária. Agora, esse é um tema específico que afeta os produtores de dois estados que têm a produção – além de Minas Gerais, do Sudeste em si – do maior conteúdo hoje no país, que gera o maior número de empregos; e esse deslocamento de empregos não é na mesma proporção do deslocamento dos recursos.

Então, eu tenho uma emenda, e eu sinto por você, que é meu colega, meu Líder, mas eu vou manter o destaque sobre a minha emenda, elevando a 70% – 30% para Centro-Oeste, Regiões Norte, Nordeste, Minas e Espírito Santo; e 70%.

Faria um acordo de 60%, ou seja, nem eu, nem os 50% do Governo, e assim a gente mexeria menos no mercado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Líder, eu lamento não poder fazer o acordo sozinho, porque, disso aí, nós tivemos, só na questão dos produtores independentes, mais de 25 apresentações aqui, que estão todas disponíveis – 28 apresentações –, com todos os produtores conversando.

É uma matéria que está viva, porque ela vai para a Câmara dos Deputados e vai retornar. Eu acredito que a gente pode amadurecer esse debate. O problema é que, de mais de 170 emendas, inclusive 50 de ontem para hoje... É um projeto importante, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele estabelece um ambiente de arrecadação, investimento, melhoria do setor, que até hoje, neste momento, neste minuto, é de zero. Zero centavo.

Então, está se colocando um mercado que está se estabelecendo no VOD com a participação das regiões brasileiras todas. Houve esse equilíbrio de debate. Eu acho que a gente já pode manter, mas eu não posso fazer o acordo sozinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, até porque, só para complementar, dentro desses 60% – ou 70% da minha emenda –, Rio e São Paulo concorrem com todos os estados, não é para Rio e São Paulo isso não. Então, estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste especificamente já estão tendo uma cota de 30%, podendo concorrer também com Rio de Janeiro, São Paulo, com os outros dentro do todo.

Então, acho que há um prejuízo muito grande para o meu Estado do Rio de Janeiro especificamente, mas para a produção nacional, que está muito concentrada, porque não havia essa disposição antes, no Rio e São Paulo. Ali estão os empregos. Então, que possa ser feito isso gradativamente, essa abertura. A gente quer levar para outros estados.

Então, eu vou manter o meu destaque na emenda, em que se joga para 70% a disputa entre todos os estados e resguarda 30% de cota, e não 50%.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Portinho, o senhor tem que formalizar esse destaque.

Não chegou ainda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está formalizado, a mesa deve estar processando, dado...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, só para fazer uma observação, Líder, que é importante.

Reafirmo o mérito do seu destaque, não há dificuldade nenhuma. Apenas pediria que observasse que, em um acordo dessa proporção, numa matéria dessa proporção, podia ser inversamente questionado, por exemplo, o fato no atendimento às empresas de radiodifusão, que estas têm localizadas no Sul e Sudeste também 90% das suas sedes, onde geram empregos; e, inversamente à distribuição do investimento em detrimento do investimento público, nós mantivemos o percentual mais alto, para que essas empresas mantivessem os investimentos e a geração de emprego e renda. Então, se fizéssemos essa gangorra, para sermos bem justos, nós teríamos uma proporção inversa, rapidamente, sem nenhuma dificuldade.

Por isso que estou dizendo: um projeto desse é muito difícil! Tem hora que é muito difícil conseguir fazer o acordo. Nós caminhamos até aqui, mas eu acho que tem mérito, sim, no destaque, não tenho dúvida. Agora, não digo que eles não possam gerar alguns outros na Câmara e aqui, porque vão dizer a mesma coisa: na questão do investimento das empresas que têm sede, geram muito mais empregos lá e não geram nenhum emprego no Nordeste e no Norte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, esta Presidência... Só a título mesmo de contribuir com essa matéria: os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste já são um pouco discriminados. Por exemplo, na reforma tributária e agora com relação à extensão dos incentivos fiscais até 2032, os estados do Centro-Oeste e do Nordeste não podem ter montadoras. Nós temos que ficar produzindo, esses estados, só arroz, feijão, produtos básicos. E, agora, estou vendo aqui que nós também não podemos produzir conteúdo, não podemos produzir filmes.

O Estado Goiás, Senador Portinho, é um grande produtor de filmes, temos festival de cinema, nós investimos bastante. Eu acho justo o que foi proposto aqui, 50/50, e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se dê chance para nós também, esses estados, produzirmos mais. Tenho certeza de que não vai tomar mercado nenhum nem do Rio, nem de São Paulo.

Se V. Exa. puder atender o pedido desta Presidência, como goiano e também como um defensor desses estados que estão em desenvolvimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, esses estados concorrem, além da cota de 50, com a cota geral. Então, eles estão sendo beneficiados, como, inclusive, foi na Emenda Fiat na reforma tributária. Mas não vamos criar uma guerra federativa, porque somos um único país, um único Brasil.

Eu encaminho um acordo de 60/40. Acho que é bem razoável.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Relator, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – A questão é que a gente deveria abrir uma... Seria injusto, Líder, não abrir a rodada de discussão, porque eu tenho certeza absoluta de que isso vai puxar uma redução das produções que são no Sul e no Sudeste para menos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Não sei se...

É que eu não posso. Acho que até melhor manter o destaque, mas eu não posso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha, para discutir a matéria.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Eduardo Gomes, primeiro, Senador Eduardo, V. Exa. demonstrou, neste momento, que o adiamento da... O pedido de vistas de ontem para hoje não foi apenas *pro forma*. Então, escutou vários Senadores, absorveu várias emendas.

Mas, aqui, eu quero partir da mesma premissa, da premissa de que esse regulamento busca demonstrar que todos os vídeos que são produzidos não são iguais, existem várias diferenciações. E, de posse disso, nessa Emenda n° 58, que eu apresentei... V. Exa. diz que foi atendida parcialmente; então, aqui, eu quero também me direcionar à assessoria, que eu tenho certeza absoluta de que, de uma maneira coerente, vai identificar que o que estou falando aqui faz sentido. Então, não tinha essa informação ontem e estou tendo essa informação hoje. Pela correria, não consegui falar para esclarecer.

Vamos lá!

Existem algumas plataformas, como o Vimeo e o YouTube, por exemplo, que têm como um dos grandes fatores os conteúdos amadores. As emendas propostas pelo Senador Ciro Nogueira e pelo Senador Izalci são parecidas com a que eu apresentei, mas V. Exa. acatou no que eles falam para deixar fora dessa contribuição, que só não vai incidir sobre o conteúdo não remunerado. E aí eu quero dar um exemplo. Os vídeos caseiros, amadores, que são disponibilizados numa plataforma como o YouTube, por exemplo, podem ser remunerados, esses conteúdos. No entanto, são esporádicos. No entanto, não há uma profissionalização, eles não estão dentro da Ancine, não têm uma produtora por trás, e, nesse contexto, no texto que está sendo colocado aqui, mesmo eles sendo remunerados esporadicamente, eles serão cobrados.

A nossa emenda pede para excluir não totalmente aquele conteúdo que está sendo exposto, porque há um pagamento de remuneração, até para estimular a que mais pessoas, de maneira individual, caseira, amadora, produzam seus conteúdos, mas, após esse pagamento, sobra um residual, e desse residual, sim, se paga a Condecine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, aqui, eu não estou falando sobre conteúdos que não são remunerados, e sim daqueles que têm uma remuneração, mas em que não há um profissionalismo, em que não há uma produtora por trás e que não incidiriam por não estarem regulamentados, regulados junto à Ancine, ou seja, eles não poderiam, no meu ponto de vista, ser cobrados porque não irão fazer uso do Condecine, por exemplo, que é o nosso foco aqui.

Então, esses conteúdos existem, temos que olhar para eles, e é por isso que eu faço aqui uma reflexão com V. Exa. para que avalie esse ponto e, se puder, também diga o que foi que refletiu ou se não foi deixado claro, porque coincide bastante com as duas emendas dos Senadores Izalci e Ciro Nogueira, mas são diferentes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Senador, primeiro, a contribuição foi fundamental. Acontece que, se a gente for olhar, observar bem o que estava constando no texto desde ontem, a passagem, muitas vezes, de vista coletiva abre também a imunidade do relatório para uma série de interpretações. Eu acho que, neste caso, como em vários casos aqui, na Casa, em outros assuntos, a gente confunde a formulação de legislação com a atuação da agência reguladora. A gente está quase que funcionando como a Ancine, porque descer a esse detalhe nessa dinâmica, na minha opinião, no texto da lei, vai ser impossível. A gente vai ter a tramitação na Câmara, a regulamentação, e essa informação foi feita, como eu disse ontem, numa mesa de debate, emenda por emenda, *check* por *check* de cada um dos atores do ecossistema do VOD, para validar os acordos. O acordo não é feito só entre Parlamentares. A gente ouviu todo mundo, e ouviu agora as plataformas também. Tanto é que há questionamento de uma ou outra plataforma que a gente submeteu às assessorias de relações governamentais dessas plataformas o possível. Eu acho que, neste momento, é o possível que a gente pode fazer.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Se me permite, eu entendo, mas, quando a gente busca quem estaria sendo prejudicado, quem seria contra esse texto, eu não consigo identificar, porque aqui o audiovisual brasileiro vai ser estimulado, a produção de conteúdo individual armadora é estimulada, não prejudica a plataforma, de maneira alguma, e a plataforma vai pagar com o que for abatido daquilo que for repassado individualmente para o cidadão a Condecine. Mas aquilo que for pago a ele, não pagaria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu entendo, Senador, mas o que acontece? O que eu vejo que está acontecendo hoje. Primeiro que é um recurso que já está sendo disponibilizado sem virar realidade porque todo mundo de alguma maneira ou está faturando ou está perdendo recurso num ambiente completamente desregulado.

Então, hoje qualquer coisa que fique no meio do caminho, como o próprio Governo ou o Ministério da Cultura, que não é desse Governo ou de outro governo, ele sempre será a área da cultura e sempre será a área de governo. Se ele tem uma área nebulosa de receita, já que ele teve que abrir mão de uma série de outros percentuais para investimento no setor, a única coisa que acontece nesse momento é perda de receita.

E da outra forma também, se houver cobrança injusta em outro campo, que seja um vídeo não registrado na Ancine, mas rentável. E existem também, V. Exa. sabe que existem. Então, existe isso. Eu acho que isso é uma matéria para regulamentação e para regulação da agência, que já tira dinheiro disso para trabalhar.

Se ela precisa de mais técnicos, mais fiscais, ela tem que ter. Mas eu acho que nesse detalhe aí, por isso que a gente conversou também com as plataformas, com as assessorias para ver se havia entendimento, nessa aprovação de hoje, para a gente começar a contar o ambiente de regulação que deixe seguro o Governo e que deixe seguros os investidores, ou independentes ou radiodifusão. É um ambiente novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que vai ser impossível a gente aprovar uma matéria hoje que não gere alguma correção na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado novamente. É por isso que eu digo a V. Exa. que eu acho que o temor é esse. Porque, se a gente faz o corte puro, o que vai acontecer é que por parte do Governo também as concessões que o Governo abriu, as concessões do Ministério da Agricultura vão voltar para a base do acordo, aí perdeu o acordo.

Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para reforçar aqui o item do relatório que foi colocado pelo Senador Eduardo Gomes e que trata da distribuição desses recursos da Condecine, levando em consideração as questões regionais.

V. Exa. disse muito bem. Vários estados brasileiros hoje têm uma produção extremamente qualificada. O meu estado, por exemplo, está concorrendo em nome do Brasil ao Oscar com o filme Retratos Fantasmas, do Diretor premiado Kleber Mendonça Filho. E, como ele, muitos outros diretores e diretoras têm produções importantes que precisam do apoio público, exatamente para que possam se diferenciar, se qualificar. E, como nós sabemos, o audiovisual é uma área hoje de atividade econômica extremamente importante para geração de emprego e renda e de afirmação das nossas identidades culturais e regionais.

Então, eu quero aqui, contrariamente à manifestação do Senador Portinho, concordar com o Relator e pedir a manutenção dessa proposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria continua em discussão. Não havendo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Só uma observação.

Primeiro, Senador Eduardo, V. Exa. conseguiu pegar um tema de extrema complexidade, com vários elementos que precisam ser compatibilizados e fez o máximo que era possível fazer até este momento da discussão.

Temos a Câmara, que vai mexer, que vai ter outros interlocutores, outras ideias, e, depois, volta para cá para a gente finalizar o processo legislativo, e ainda tem a análise do Governo, na hora de sancionar, que pode fazer alguns vetos, e é tudo uma questão que compõe o processo legislativo.

Eu quero chamar a atenção para a importância de a gente ter iniciado a regular essa atividade. E mais, quero chamar a atenção para países, Senador Vanderlan Cardoso, como a Coreia, que hoje vira uma referência em produção audiovisual, em produção musical, em produção artística no mundo. Ela não fez isso sem ter uma regulamentação e sem ter transformado isso numa questão central de Governo, porque um país daquele tamanho, para ter a importância cultural que tem hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e aparecer no mundo com as produções que tem, é porque tem um interesse de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tornar aquele país atrativo, conhecido pelo mundo, através de algum produto que é o mais importante de todos, que é a produção cultural.

Portanto, eu quero dizer que este tema não é secundário, não é de menor importância, ele é fundamental para qualquer país que queira se posicionar como um grande país no mundo. E, para isso, a gente precisa avançar na regulamentação.

Por isso, eu o parabenizo pelo excelente trabalho que você e toda a equipe do Senado e da sua assessoria, do seu gabinete fizeram.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Presidente, só quero alinhar uma preocupação sobre a qual o Relator já se pronunciou, o Senador Rodrigo Cunha também trouxe algo nesse sentido, que é qual é o grau de precisão e de certeza que temos no texto de que a pessoa física que subiu o vídeo não poderá amanhã ser taxada por isso? Acho que até para preservar a nossa Casa e o Relator, porque sempre tem aquela situação de dizer: "Vão querer taxar a internet, o uso da internet". Então, eu não sei... Eu vi que o Relator – por isso que eu não peguei bem, vou pedir esse esclarecimento – falou: "Não, a agência reguladora tratará sobre isso". Eu não sei com que grau de precisão se pode deixar claro, escrito que a pessoa física, o usuário do Instagram, do TikTok, do Google, do Facebook, seja lá qual for, que é uma pessoa física, não poderá amanhã ser cobrada por subir um vídeo na sua rede social.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Senador, primeiro, por uma questão básica da emenda acatada pelo Senador Izalci e pelo Senador Ciro, é que essa responsabilidade é da produtora, então, se você tem um vídeo inscrito, segregado pelo próprio distribuidor, isso gera Condecine, para a pessoa física, não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Que é o teor da emenda. O Izalci que está aqui do lado... Porque não estava no texto inicial, mas a Emenda de nº 57 acolhida responde a essa situação. Então, agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.331, de 2023, nos termos do relatório apresentado, ressalvado o destaque da Emenda 56, do Senador Carlos Portinho.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

Já abriu? Só um momento. (*Pausa.*)

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo Cunha. Vote, Senador Rodrigo Cunha. V. Exa. não votou ainda.

Senador Oriovisto, Senador Carlos Viana, Senador Wilder Morais, Senador Sergio Moro, Senador Fernando Dueire. (*Pausa.*)

Já podemos encerrar a votação?

Senador Angelo Coronel. V. Exa. poderia votar, Senador Angelo Coronel, Vice-Presidente desta Comissão?

Senadora Zenaide, Senadora Augusta Brito, Senador Ciro Nogueira, Senadora Teresa acaba de votar, Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu ontem declinei, fui contrário a este projeto, mas hoje pela manhã conversei com o pessoal do Ministério da Fazenda.

Tem algumas correções que serão feitas no decorrer deste ano para que os fundos tenham o mesmo tratamento, ou seja, sejam isonômicos, porque não podemos admitir que um fundo de investimento em ações, que é um fundo especulativo, tenha a regalia de não cobrar o come-cotas, e os fundos produtivos, que geram emprego e geram renda, estão, vamos dizer assim, já taxados – além dos 34% das empresas produtivas, 15% é do come-cotas.

Então, espero que o Ministério da Fazenda venha a corrigir essa grave distorção ao longo deste ano, no máximo no início do ano, antes que entre em vigor o que nós estamos votando aqui.

Por isso eu vou votar "sim", porque houve esse compromisso do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar Aziz.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Augusta Brito.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Efraim, com a palavra, Senador.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, só fazer um registro.

Neste debate, nós fomos procurados pelo Diretor Alex, que é o Diretor da Ancine, que nos trouxe argumentos razoáveis para a gente compreender toda essa travessia que está sendo feita na legislação. Então, em nome do Diretor Alex, quero deixar aqui o registro pela gentileza e cordialidade com que nos trouxe os argumentos sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Efraim, bem lembrado.

Já foi comunicado, já foi falado aqui que a Sra. Joelma Gonzaga, Secretária de Audiovisual do Ministério da Cultura, está presente aqui acompanhando esta votação. Seja bem-vinda, Joelma.

O próximo item é o do Alessandro: *offshore*. (*Pausa.*)

Senadora Professora Dorinha.

Consulto os Senadores e as Senadoras se já podemos encerrar a votação.

Senadora Teresa Leitão. Já podemos encerrar, Senadora? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Votaram SIM 23; NÃO, 1.

Aprovado o texto...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Opa, corrigindo ali. Estava entendendo que era o destaque, mas é o texto principal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É o texto principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – O meu é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O senhor quer fazer uma correção do voto? Esse 1 voto NÃO foi de V. Exa.?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Tem ali "N", e é para ser "S".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, o Senador Rodrigo Cunha faz uma correção do seu voto para voto "sim". Vai constar na pauta.

Então, está aprovado o texto apresentado.

Parabéns, Senador. O senhor quer usar a palavra, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, antes de ele usar a palavra, eu só quero agradecer, Eduardo, essa questão do acatamento da Emenda 57 e deixar claro para a população, que está com medo dessa taxação, que não haverá, em função do vídeo, que não seja remunerado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Eu quero agradecer a todos que colaboraram, que participaram das audiências públicas, da análise das emendas, agradecer a V. Exa., Presidente, que teve sensibilidade de conduzir a votação possibilitando o acordo no dia de hoje, agradecer a todos os colegas Senadores e Senadoras, e dizer que o Parlamento é isto: votamos 24 votos favoráveis numa matéria que ainda merece reparo e uma análise posterior da Câmara e em seguida do Senado.

Então agradeço a todos pela colaboração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador, e parabéns pelo seu relatório.

Em votação a Emenda nº 56. A votação será nominal.

Os Senadores favoráveis à emenda...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Tem defesa? Pela ordem. Tem defesa da emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já ia passar para V. Exa.

Os Senadores favoráveis à Emenda 56 votam "sim".

Senador Carlos Portinho, com a palavra para defender a sua emenda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Antes até que comecem a votar, eu queria encaminhar um acordo, tentando buscar a forma mais justa ainda: que ficasse, em vez de 30%, a cota do novo recurso – a gente está tratando de um novo recurso; ninguém está mexendo no passado, está tratando de um novo recurso –, em vez de ficar 30% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ficasse 25%; em vez de ficar 20% para os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, ficasse 15%, e a gente chega a 60% para a disputa entre todos os estados. Pelo seguinte: quero lembrar que a cota que for determinada estará na mão do Governo, para o Governo distribuir. O que sobra é para a disputa democrática entre todos os estados.

Eu estou tentando chegar a uma equação que permita, que garanta um privilégio e uma cota para que possam desenvolver, gerar emprego e conteúdo esses estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e de Minas Gerais e Espírito Santo. E que esses também possam disputar com os produtores do Rio e de São Paulo – e falo Rio e São Paulo porque é onde hoje está a maior produção; no Sul do país também. Mas que eles possam disputar com todos. Se não, o pote que é para franca disputa – que não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dinheiro que o Governo vai escolher para quem dar, essa franca disputa será para todos os estados... Não vamos transformar numa disputa federativa, porque é dinheiro novo e é dinheiro para todo mundo, garantindo uma cota mínima.

Se não for aceita a minha proposta, que seja acatada a Emenda de 70/30 mas eu estou ainda sustentando uma proposta de acordo, Sr. Relator, que seja 40/60, 25% para Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 15% para o Estado de Minas e para o Espírito Santo. E o resto para a disputa entre todos os estados.

Na minha opinião, devia ir tudo para disputa entre todos os estados, mas eu entendo que tem uma cota.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, pelo que eu entendi, o Relator pode falar melhor, mas o acordo foi firmado dessa maneira. Então, teria...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero só lembrar, desculpa, é porque eu participei, originalmente, do acordo na Comissão de Educação. A minha proposta está em cima do acordo feito na Comissão de Educação, do texto que vem de lá.

Então, acordo por acordo...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Bom, o problema, Líder, é que, realmente, nessa última fase, até o motivo de a gente ter suspendido a sessão e voltado para hoje, foi o fato de o Ministério da Cultura, de o Governo e de outras correntes abrirem mão, em outros segmentos desse ecossistema, de percentuais que eram para o Governo a favor do setor privado, para investimento. Então, houve essa...

Eu acho que essa evolução pode ocorrer, sim, na passagem do projeto para a Câmara e no retorno ao Senado se a gente conseguir convencer todos os atores de novo. Eu não estou contra essa decisão percentual. Só acho que, nessa construção inicial, foi feita uma opção para abrir mão em outras áreas desse projeto, para manter esse equilíbrio de 50%, que 50% sempre será a metade do todo.

Então, foi isso que foi discutido, para se ter uma igualdade de oportunidades. Foi assim que entenderam aqueles que defenderam a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Então, vamos lá.

Os Senadores favoráveis à Emenda nº 56 – favoráveis à emenda –, votam "sim". Os Senadores que são contrários à emenda votam "não" – votam "não" com o Relator.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem vota com o Relator, vota "não", com o relatório. (*Pausa.*)

Senador Angelo Coronel, Senador Rogério Carvalho, Senadora Augusta Brito, Senadora Zenaide Maia, Senador Ciro Nogueira, Senadora Tereza Cristina, Senador Mecias de Jesus, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Efraim Filho...

Em votação o destaque à Emenda 56.

Senador Carlos Portinho...

Senador Randolfe Rodrigues, Senador Plínio Valério, Senador Weverton, Senador Marcos do Val, Senador Fernando Dueire, Senador Giordano, Senador Sergio Moro, Senador Cid... Só cumprimentando V. Exa. (*Pausa.*)

Senador Fernando Farias já votou? Já está lá. (*Pausa.*)

Consulto os Senadores e Senadoras se já podemos encerrar a votação. O.k.?

Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 02; NÃO, 22.

Está rejeitado o destaque à Emenda 56.

Aprovada a Emenda nº 59, da CAE (Substitutivo), com adequação redacional ao Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, ficam prejudicados os projetos e as emendas a ela apresentados.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Rejeitado o substitutivo... (*Pausa.*)

Senador Eduardo, quer usar a palavra? Eu quero primeiro te parabenizar pela condução, por ouvir todos os Senadores e Senadoras. Foi uma condução que não era para ser diferente, visto que foi feita por V. Exa. Foi exemplar. Parabéns!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Eu queria agradecer a todos, ao Ministério da Cultura, Senadores e Senadoras, plataformas, produtores independentes, formuladores desse setor importante, radiodifusão, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Sr. Presidente, esta é uma matéria que estabelece, a partir de agora, indo e voltando da Câmara dos Deputados, a possibilidade de compreensão de um novo mercado, de uma nova condição de trabalho, de uma arrecadação maior para este setor, para que as pessoas tenham um sistema regulado e que a gente fortaleça o sistema regulatório também, para que tudo corra bem.

Então, quero pedir desculpas pelos excessos e pelas dificuldades que a gente tem num processo de construção desse tamanho, mas fico muito feliz por escrever o nome ali do Tocantins numa história que é permanente, que é uma história da produção audiovisual no país e uma mudança de plataforma que foi possível ser acompanhada a tempo pelo Congresso Nacional.

E agradeço a V. Exa. também. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Voltamos à discussão do Projeto de Lei 4.173.

Com a palavra o Relator, o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, construímos um acordo com o Senador Viana para acatamento, por emenda de redação, das suas duas demandas. Então, peço que o senhor passe a palavra para o Senador Viana para a confirmação do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Viana... Com a palavra, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu só gostaria que o Relator lesse aqui a redação, como ficou, para que haja clareza. Por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Relator e Sr. Presidente, se o Relator puder colocar que eu tinha uma emenda no mesmo sentido... Por isso também apoiei a emenda do Senador Carlos Viana. Para que conste do relatório se foi aceita parcialmente ou como foi.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> Art. 3º. Os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma prevista no art. 2º desta lei.
> §1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se:
> I - aplicações financeiras no exterior: quaisquer operações financeiras fora do País, incluídos, de forma exemplificativa, depósitos bancários remunerados, certificados de depósitos remunerados, ativos virtuais, carteiras digitais ou contas-correntes com rendimentos, cotas de fundos de investimento, com exceção daqueles tratados como entidades controladas no exterior, instrumentos financeiros, apólices de seguro cujo principal e cujos rendimentos sejam resgatáveis pelo segurado ou pelos seus beneficiários, certificados de investimento ou operações de capitalização, fundos de aposentadoria ou pensão, títulos de renda fixa e de renda variável, operações de crédito, inclusive mútuo de recursos financeiros, em que o devedor seja residente ou domiciliado no exterior, derivativos e participações societárias, com exceção daquelas tratadas como entidades controladas no exterior; [e aí, em atendimento específico ao demandado pelo Senador Viana], incluindo os direitos de aquisição.

E o segundo ponto, Sr. Presidente:

> Art. 4º As pessoas físicas que declararem rendimentos de que trata esta Seção poderão deduzir do IRPF devido, na ficha da DAA de que trata o art. 2º desta lei, o imposto sobre a renda pago no país de origem dos rendimentos, desde que:
> I - esteja prevista a compensação em acordo ou em convenção internacional firmados com o país de origem dos rendimentos para rendimentos, para os fins de evitar a dupla tributação.

Então, assim, eu deixo o texto ainda mais claro, atende às preocupações dos colegas e viabiliza a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Perfeito, Sr. Presidente.

Acordo fechado, e eu retiro o destaque sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Conforme o acordo feito com o Relator e o autor das Emendas nºs 9-U e 10-U, retirados os destaques.

Em votação a Emenda nº 6-U.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação.

Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não... É só orientação de voto do MDB para votar a favor do relatório do Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação a Emenda nº 6-U, destacada pelo Líder Oriovisto.

Senador Oriovisto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Oriovisto vai retirá-la.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Emenda 6-U, apresentada pelo Senador Oriovisto, retirada de pauta a pedido do Relator.

Peço, já encerrada a votação, que proclame o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Abra o resultado, por favor. (*Pausa.*)

Erro técnico. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CAE, e 19, 20, 21 e 22, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Excelência... Excelência... (*Palmas.*)

Não, não, Excelência... Quero pedir a correção aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Os três votos do Podemos são "não", tanto o meu, o do Oriovisto, quanto o do Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Registro voto contrário do Rodrigo Cunha, do Carlos Viana e do Oriovisto.

E Carlos Portinho.

1ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 3626, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Aprovado o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, 4, 8, 19, 24-U-CAE; as Emendas nºs 57, 64, 69, 72, 89, 110-CAE; as Emendas nºs 117 a 138-CAE (com adequações redacionais); pelo acolhimento parcial das Emendas nº 5-U, 6-U, 14-U, 16-U, 17-U, 18-U, 22-U, 23-U, 25-U, 26-U, 27-U, 32-U, 33-U, 39-U, 47-U, 48-U, 49-U, 50, 62, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 98, 103, 108, 111, 115 e 116; e contrário às demais emendas.

Observações:

1. Em 21/11/2023, foi concedida vista coletiva da matéria e encerrada a discussão.

2. Em 14/11/2023, foi retirado o regime de urgência constitucional para a matéria (Mensagem nº 586, de 2023, da Presidência da República).

3. Foram recebidas as emendas nºs 1 a 49-U.

4. A matéria tem favorável da Cesp com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 6-U, 14-U, ,16-U, 17-U, 22-U, 32-U , 38-U , 39-U, 40-U, 45-U, 47-U, 48-U, 49-U, 61, 73, 74, 96, 106 e 107, e pela rejeição das demais emendas apresentadas

5. Na CAE Foram recebidas as emendas 50 a 116.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Girão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, Girão.

Girão – desculpa –, deixe-me só, pela ordem, primeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Foi feito um acordo ontem de se retirar o Reporto do projeto de apostas, matéria estranha, e ser colocado hoje em pauta o projeto do Reporto que está pronto para ser votado extrapauta.

Parece-me, Sr. Presidente – V. Exa., é lógico, tem a condução –, que seria mais razoável votarmos primeiro o extrapauta, do Reporto, e, uma vez aprovado, ficaria prejudicado nesse projeto o capítulo do Reporto.

Só uma sugestão de se antecipar o extrapauta para poder dar por prejudicado o Reporto nesse.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Portinho, foi informado aqui que o projeto não chegou. Não está aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Jaques... (*Pausa.*)

O relatório está pronto até.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O acordo foi feito, V. Exa. está falando, mas ele não chegou a esta Comissão. Ele não pode ser pautado como extrapauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o Senador Jaques disse que teria até o relatório... Espere aí um instantinho só.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, enquanto isso, enquanto a Mesa avalia a solicitação do Senador Portinho, eu queria fazer também um requerimento com relação a esse assunto, que é um assunto muito delicado, polêmico esse tema... Eu fiz um requerimento, com base no que nós conversamos com os colegas, ontem, de adiamento dessa votação.

Nós tivemos um prazo de 24 horas apenas, o que não é comum, porque não tem urgência constitucional essa matéria. Então, esse requerimento de adiamento eu peço aqui a sua autorização para ler, rapidamente. Eu gostaria do apoio dos colegas para que todos nós possamos ler.

Eu tive a oportunidade de debater esse assunto na Comissão de Esporte. Nós fizemos audiências públicas. Foram muito produtivas as audiências públicas. Inclusive, Senador Carlos Viana, nós fizemos um relatório, na Comissão de Esporte, que votamos e aprovamos por unanimidade. O Senador Romário é o Presidente da Comissão de Esporte. Nós resgatamos aqui os termos e foi tudo mudado, praticamente tudo, Senador Rodrigo Cunha, foi mudado e foi colocado algo que estava em um acordo que foi descumprido, que é de tirar jogo ilegal, que é de colocar cassinos *online*, uma verdadeira arapuca para as pessoas menos favorecidas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu só peço uma palavra, Sr. Presidente, para terminar aqui o requerimento que eu estou lendo.

Requeiro, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do PL 3.626/2023, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada aposta de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências para o dia 28 de novembro de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O PL, Sr. Presidente, que trata da regulamentação dos jogos de aposta de quota fixa traz inúmeras complexidades inerentes à essa temática que é tão sensível por todas as implicações que essa acarreta para a sociedade. Os impactos são os mais diversos e vão desde a área econômica, caminhando pela tributária, até a implicações sociais.

O assunto que envolve a jogatina tem *nuances* que necessitam ser olhadas com muito cuidado e profundidade. A ludopatia, que é o vício em jogo, uma doença inclusive considerada pela Organização Mundial de Saúde, é uma delas. As apostas esportivas têm levado muitas pessoas, muitos brasileiros a contrair dívidas impagáveis acarretando perda de patrimônio, desagregação familiar e até o suicídio, que é a pandemia do momento. Os depoimentos colhidos nas audiências públicas foram categóricos nesse sentido.

No campo do esporte, esse tipo de aposta vem acarretando manipulação de resultados, situação vexatória que envolve vários atletas profissionais e amadores de todas as modalidades.

A economia também tem sentido seu revés, pois, como esse tipo de atividade não gera nova riqueza, ramos de negócios que já pagam seus impostos, muitas vezes, inclusive, superiores à pífia taxação de 12% presente no parecer apresentado pelo Senador Angelo Coronel, estão saindo prejudicados pela perda de receita.

Em tempo, Sr. Presidente, o relatório apresentado ontem já com a sessão desta Comissão em andamento, parecer esse com dezenas de páginas e com alto nível de dificuldade em face das mais de cem emendas apresentadas, demanda um prazo maior para análise do que essas 24 horas que foram concedidas. Até a urgência constitucional já não existe mais para justificar tão grande açodamento na votação.

Durante a sessão de ontem, vários Senadores, vários colegas – aqui conversamos – se manifestaram, ligaram pedindo que eu levantasse a bandeira por um prazo maior para avaliação desse texto, para que eles e suas equipes pudessem analisar. Não é justo que o Relator permaneça tanto tempo com a matéria em suas mãos e, a toque de caixa, tenhamos nós que votar sem uma avaliação mais meticulosa de um tema tão caro para sociedade brasileira.

Por tudo isso, Sr. Presidente, e em face do exposto, há uma necessidade de que seja disponibilizado aos membros desta Comissão um prazo mais elástico para o exame de todos os meandros do conteúdo apresentado no relatório.

Eu submeto, então, este requerimento, pedindo encarecidamente o apoio de todos colegas aqui, que estão conosco nesta Comissão, para que a gente possa colocar como primeiro item da pauta na próxima sessão.

Só esse é o pedido e é isso que eu aguardo dos colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Líder Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu lhe agradeço, Presidente Vanderlan Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós ainda não abrimos a discussão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Inclusive, o acordo feito – acabou de ser feito o acordo –, o combinado do Senador Líder Portinho com o Líder do Governo, Jaques Wagner, para aprovarmos, colocarmos extrapauta, foi confirmado. O projeto acaba de chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Havendo a concordância de todos, a gente coloca extrapauta o projeto... "reporto" que estão chamando?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Lei do Reporto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Lei do Reporto.

Essa Presidência já designa o Senador Jaques Wagner para ser o Relator dessa matéria.

Então, Senador Kajuru, volto a palavra para V. Exa., e nós vamos suspender a discussão desse projeto do item 4 de ontem da pauta, e vamos votar, fazer a leitura e votar, o projeto, ora o motivo do acordo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Primeiro, parabéns por esse entendimento, por esse diálogo e pela sua postura, Presidente Vanderlan Cardoso.

Eu só quero colocar aqui respeitosamente ao meu irmão Girão que, para mim, adiar a votação, adiar este momento aqui, é um desrespeito ao senhor como Presidente desta Comissão, porque o senhor tomou uma decisão ontem absolutamente coerente de dar o prazo de 24 horas.

Porque é o que eu disse: quem já tem o seu voto definido não precisa de mais uma semana, até porque o voto dele não vai mudar. Nós já sabemos qual é o voto dele, e respeitamos.

Então, vamos para o voto e que, democraticamente, vença quem tem que vencer. Agora, adiar isso aqui hoje... me desculpe, isso é um desrespeito à sociedade brasileira e especialmente ao senhor, como Presidente desta Comissão, pela decisão que o senhor tomou ontem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito pelo contrário, não é desrespeito, porque é um requerimento. Cabe analisar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, esta Presidência vai colocar em votação, no momento oportuno, o seu requerimento, garantindo o seu direito.

Senador Rogério, o senhor tinha pedido a palavra pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós não estamos tratando, neste caso, de criar uma lei para autorizar o jogo no Brasil. Essa lei já foi aprovada no Governo de Temer e todos os jogos, em tese, estão autorizados a serem praticados, virtuais, esportivos, está tudo autorizado. Nós estamos tratando aqui – é só uma questão de esclarecimento, para que a população não fique desinformada – de como vamos regulamentar aquilo que já foi aprovado. Então, aqui, por exemplo, o Senador Farias estava com uma preocupação sobre jogos *online.* Já estão autorizados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Estão não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estão autorizados sim, pelo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não estão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como as *bets* não estão e estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – As *bets* estão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me falar, por favor, eu respeito V. Exa. Com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores...

Senador Girão, o senhor usou a sua palavra. O Senador Rogério está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com todo o respeito a V. Exa.

É porque, veja, é a técnica de quem não consegue vencer no debate: quer vencer no grito, quer vencer na obstrução. Por favor, Girão, eu o respeito.

Então, eu quero dizer o seguinte: aquele projeto fala de jogo genericamente, genericamente. Não fala de *bets*, não fala... Veja, aquilo foi aprovado. Está sendo explorado sem regulamentação. E eles são jogos *online*. Ou não são jogos *online?* Ou você joga fisicamente? Você joga *online*, através de um *site*. Isso é *online* ou não é *online*?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Agora é cassino.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não importa. É *online*. O que nós estamos falando aqui é que é *online*. Isso está acontecendo sem regulamentação.

O projeto de lei dos cassinos está na pauta para ser votado na sequência. E aí você pode corrigir. Eu quero chamar a atenção e esclarecer o povo do Brasil de que essa lei já foi aprovada, que os jogos já foram aprovados. É por isso que as *bets* estão aí patrocinando jogos de futebol, tudo acontecendo sem regulamentação e o Governo sem poder arrecadar. Nós estamos falando aqui de como regulamentar para que gere riqueza também, fruto da autorização que já existe hoje no Brasil. É isso que eu queria deixar claro, muito bem claro para todos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Jaques com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Como V. Exa. já acolheu o requerimento de inversão, até para facilitar o trabalho do Relator, conforme foi amplamente discutido aqui, vamos colocar o relatório da Lei do Reporto para que o Relator dê por prejudicada essa parte, se for possível, senão a gente fica discutindo o próximo tema...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Próximo Item.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 12
PROJETO DE LEI Nº 5610, DE 2023

Altera a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para dispor sobre o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO.

Autoria: Senador Carlos Portinho
Relatoria: Senador Jaques Wagner
Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jaques Wagner, e convido o Senador Angelo Coronel para assumir aqui.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Bom Presidente, eu vou direto para a análise.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos o exame de proposições que alterem normas de tributação, inclusive as relativas a regimes aduaneiros especiais. O projeto é bastante simples e objetivo. Propõe a prorrogação, por mais cinco anos, do chamado Reporto, que desonera de tributos federais a realização de investimentos na modernização e ampliação das estruturas portuárias.

O regime foi inicialmente pensado para aquisições e importações realizadas até o final de 2007. No entanto, a dimensão dos investimentos que viabilizou vem justificando seguidas prorrogações. A última delas, inclusive, foi realizada durante o último Governo, por meio da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022.

Trata-se, portanto, de um regime que tem justificativa e fundamento econômico e jurídico para ser estendido por mais cinco anos. A justificação do projeto, inclusive, menciona o volume de investimentos já realizados e a necessidade da prorrogação para que novos investimentos sejam feitos.

A discussão em torno da prorrogação do Reporto e de outros regimes aduaneiros especiais permeou os debates da Reforma Tributária. Naquela oportunidade, ficou acordado que a PEC 45/2019 manteria a possibilidade de que o novo sistema tributário pudesse acolher regimes aduaneiros, mas que a prorrogação ou modificação dos regimes específicos seriam feitos por legislação ordinária.

E, no cumprimento desse compromisso, assumi a relatoria e encaminho meu voto favorável, tanto em relação aos aspectos constitucionais, regimentais e jurídicos, quanto em relação ao mérito.

O voto, portanto.

Ante todo o exposto, o voto é pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 5.610, de 2023, de autoria do Senador Portinho, e, no mérito, por sua aprovação.

É o relatório, Sr. Presidente.

É só o que nós discutimos ontem, porque havia o famoso jabuti, que foi designado aqui de jamanta, de dinossauro, porque era grande demais, e, acolhendo a ponderação feita, apesar de que no mérito, pelo que eu percebi ontem, todos concordavam, nós nos apressamos, foi feito, a Mesa designou terminativo para esta Comissão e o voto é este.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Líder Jaques Wagner, eu queria, inclusive, agradecer e parabenizá-lo pela manutenção da sua palavra no momento da votação da reforma tributária, na sala vizinha. Eu, V. Exa. e o Secretário Appy ficamos combinados de que viria um projeto autônomo ou uma MP. Então, eu quero aqui registrar que a palavra foi dada e está sendo cumprida para votarmos este projeto do Reporto.

A matéria está em discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, o Senador carioca, flamenguista, Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só quero enaltecer o trabalho de articulação, inclusive, do Senador Jaques Wagner, que permitiu, em tão breve tempo e com o apoio de todos os nossos Parlamentares, trazer este projeto à votação de forma individualizada, como V. Exa. disse, num projeto próprio. Este é um dos projetos, talvez, mais importantes, essa prorrogação do Reporto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o nosso país e, especialmente, para todos os estados que têm portos, como o meu Estado do Rio de Janeiro. E a maneira correta da técnica legislativa adotada é um projeto autônomo, e, não... Eu entendo, naturalmente, as razões de mérito que o levaram a colocar no seu relatório do projeto das apostas, tema tão diferente, sem nenhuma similitude, mas é pela urgência do mérito. E nós conseguimos, aqui, numa grande articulação, renovar, hoje, aprovando... Que é como o PL encaminha o voto favorável à prorrogação do Reporto, projeto de minha autoria, de relatoria do Senador Jaques Wagner, de coautoria do Senador Wellington Fagundes, quero deixar registrado, e, na verdade, desta Comissão, todos aqui contribuíram para ele e para o bem do país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 5.610, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim". Quem vota com o Relator vota "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, enquanto V. Exas. conversam aí, eu queria...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Abriu o painel, Sr. Presidente?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Tem que abrir o painel, Excelência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ainda não abriu.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – É. Não abriu ainda, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque o Presidente Vanderlan ficou com a chave e, agora que ele chegou, ele vai... (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – É o cofre.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente Vanderlan, eu queria fazer uma fala de orientação pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria primeiro agradecer ao Senador Portinho, por ter proposto essa separação, e ao nosso Líder do Governo, que hoje fez a relatoria de uma emenda que é de minha autoria e que foi acatada pelo Relator do projeto das *bets*, que é o Senador Angelo Coronel. Ao fim e ao cabo, a gente acabou fazendo a discussão no lugar mais correto, da forma mais adequada, mas eu queria agradecer a V. Exa. por ter acatado a emenda que nós apresentamos, que deu origem ao debate por conta da premência de resolver essa questão relacionada aos portos de todo o Brasil.

Obrigado, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cumprimento aqui o nosso querido Senador Portinho e V. Exa., Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Quero só fazer um registro da iniciativa do Senador Rogério Carvalho e, por isso...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores e Senadoras já podem votar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele é coautor. (*Pausa.*)

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre se já podemos encerrar a votação.

Líder Kajuru, está autorizado? Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Senador Otto, já votou?

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Resultado: SIM, 19; nenhum NÃO.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Presidente, só para agradecer aos colegas a votação, ao Senador Portinho a compreensão. E eu acho que a gente conseguiu evoluir nesse processo e mostrou que tinha unanimidade do ponto de vista do mérito.

Obrigado a todos, a V. Exa. e ao Relator, Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, em virtude da votação desse novo PL, as emendas referentes ao Reporto nºs 112, 113 e 114, que foram acolhidas nos termos da Emenda 112, e diante da aprovação do PL 5.610, de 2023, que trata justamente da prorrogação do Reporto, consideramos as emendas prejudicadas, sendo retiradas do relatório e não acolhidas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Rapidamente aqui, só para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão com a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas ao meu amigo Senador Rogério Carvalho, eu não tive a intenção absolutamente. É um assunto que causa realmente uma dedicação muito grande de muitos colegas aqui, de muitos meses.

Eu só queria fazer um esclarecimento para o Senador Rogério Carvalho, para os demais colegas: esse PL amplia e muito a legislação aprovada na época do Governo Temer. Esse é que é o problema. Se fosse só regulamentar o que foi aprovado no Governo Temer, o.k., mas não! Essa questão dos cassinos *online*, que são os jogos virtuais, são ilegais hoje, e isso causa, segundo estudiosos no assunto, médicos, psiquiatras, uma dependência muito grande.

Então, são coisas completamente diferentes. Só para deixar claro isso aqui e pedir mais uma vez desculpa ao Senador Rogério Carvalho, por quem eu tenho o maior respeito e a quem eu não queria absolutamente causar transtorno.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo Coronel, o Relator, com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Após a retirada das emendas referentes ao Reporto, dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sequência, reafirmo o voto proferido, pela aprovação do PL 3.626, de 2023, com o acolhimento das Emendas 3-U, 4-U, 8-U, 19-U, 24-U, 57, 64, 69, 72, 89, 105, 110 e pelo acolhimento parcial das emendas 5-U, 6-U, 14-U, 16-U, 17-U, 18-U, 22-U, 23-U, 25-U, 26-U, 27-U, 32-U, 33-U, 39-U, 47-U, 48-U, 49-U, 50, 62, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 103, 108, 111, 115, 116 e pela rejeição das demais emendas apresentadas, pelo oferecimento das emendas de Relator oferecidas no voto do dia 21 de novembro de 2023 e pelos ajustes redacionais mencionados.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Questão de ordem, na verdade, Sr. Presidente. Questão de ordem do art. 403 e seguintes. Se me permite, Sr. Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Em seguida, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para questão de ordem.) – Eu formulo, nos termos do art. 403 e seguintes, e com fundamento no art. 132, §1º, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a seguinte questão de ordem, porque V. Exa. ontem não pôde concluir o compromisso, a conclusão da reunião da CAE ontem, em que tratávamos justamente desse projeto.

E ficou bem claro que nós não adentramos o mérito do projeto. A discussão de mérito não foi adentrada. O que discutimos ontem era se o pedido de vista seria de 24 horas ou de cinco dias, nos termos do Regimento, e o Presidente – o Senador Otto, se eu não me engano; era o Senador Otto – decidiu por 24 horas. Mas ficou a dúvida, porque da maneira como foi relatada a decisão, parecia que havia encerrado a questão de mérito da discussão do projeto, e não foi isso.

Então eu suscito esta questão de ordem, para que a gente possa ainda reabrir o prazo de discussão do mérito, que não foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, ontem nós tivemos a discussão do mérito e tivemos a discussão do pedido de adiamento da matéria para a próxima semana. Então houve, sim, a discussão, e foi encerrada a discussão ontem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas se foi dada a vista, Sr. Presidente, a vista é justamente para que depois prossiga a discussão de qualquer projeto, mas a discussão de mérito, porque senão a vista não tem proveito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A vista é para o Senador se inteirar da matéria, não é? Isso foi dado, 24 horas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E apresentar as suas emendas em momento de discussão, porque senão não tem proveito a vista.

Se foi encerrada a discussão, não é possível dar vista para emendar o projeto. E justamente o que a gente pediu ontem foi um tempo para ler e entender um relatório que foi apresentado na iminência do início da sessão, a que os Parlamentares não tiveram acesso, que tinha ajustes para serem feitos, como fizemos no Reporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então a discussão era do prazo de vista. Nunca houve, Senador Otto, que, talvez, por tê-lo pegado no meio a Presidência, e depois eu fui ver, fiquei... Inclusive, quando eu me manifesto ontem, está nas notas taquigráficas, eu falo: "Não estou discutindo o mérito; vou discutir se a vista é de 24 horas ou de 5 dias". Eu nem entrei na discussão de mérito, senão não faz sentido a vista, senão a gente não pode emendar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, é só para corroborar com o que acabou de falar o Senador Portinho. Inclusive as notas taquigráficas estão muito claras com relação a isso. Nós estávamos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não o mérito...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com relação ao pedido, inclusive motivo do requerimento de V. Exa., eu vou consultar aqui o Relator, porque me parece que está havendo um entendimento com o Líder do Governo, com o Relator, com o Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição com relação ao prazo.

Então, com a palavra o Relator.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Olha, conversando com o Líder do Bloco do Governo, o Senador Jaques Wagner, e também conversei com o Líder da Oposição, Rogerio Marinho, não tenho nenhuma objeção a essa prorrogação, contanto que seja mantido o quórum de hoje e também com a garantia de que o nobre Líder Roberto Marinho, como o Portinho, como...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Rogerio Marinho.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Rogerio Marinho. Não, porque V. Exa. tem, assim, uma pinta de que pode ser dono de ações da Globo. (*Risos.*)

E também com o compromisso do Líder Rogerio Marinho, Carlos Portinho e Girão de votar favorável à matéria na próxima terça-feira. O acordo é esse, Senador Jaques Wagner?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Acordo em que só um lado se beneficia não é acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acordo tem que ter um...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, pedirei a V. Exa. só para fazer um esclarecimento aqui e ver se a gente chega a um bom termo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro, quero elogiar V. Exa. pela recepção, pela flexibilidade e pelo espírito público, bem como o Senador Jaques Wagner, o Senador Carlos Portinho, o Senador Girão, que está preocupado, porque essa é uma ação que tem tudo a ver com o seu mandato – ele está justamente preocupado.

O que nós propusemos – e eu acho que é bastante razoável – é que, mantido o painel, nós não teremos dificuldade de quórum para a nossa reunião da próxima semana, não é? Mas isso não impede que nós possamos fazer a discussão de mérito e votar. Na próxima semana, faremos a discussão de mérito e votaremos. Quem estiver aqui discutirá a proposta, viu, Senador Jaques Wagner, Presidente e eminente Relator?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele diz que vai rediscutir e vai botar para votar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ou seja, e se ele não estiver aqui?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu não vejo dificuldade. Vamos votar na próxima semana. Não vamos obstacular.

Agora, impedir a discussão? Vamos discutir e votar. Vai haver a reunião, e com o painel mantido. Então não vai ter dificuldade de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom, o acordo é feito em qual sentido então? Se o acordo está sendo feito para adiar...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – É importante citar, Presidente, é importante citar que, na próxima semana, o quórum aqui no Congresso Nacional será muito baixo, em virtude da COP. Muitos Senadores estarão viajando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Viajam segunda-feira, Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E somente o painel, para poder ter quórum de abertura, é uma coisa; a garantia de votação é uma outra coisa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque as pessoas estão viajando, nos Emirados Árabes, com fuso horário totalmente diverso do nosso. Então nós temos que pensar isso, Senador Jaques Wagner.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só viajam quinta, Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Não, tem gente viajando na segunda-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A maioria está viajando quinta-feira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A viagem é segunda-feira. O Ministro Carlos Fávaro veio aqui e relatou para todos nós. Nós vamos ficar sem 28 Senadores.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inclusive a minha passagem está para segunda-feira, quer dizer, eu já vou ter que sacrificar ainda para a COP.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós vamos ficar sem 28 Senadores aqui. E quem garante que o Senador vai votar pelo aplicativo de lá? Exatamente pelo fuso horário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O cara vai estar dormindo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós estamos falando de um fuso horário aí de 12 horas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo amor de Deus!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Se me permite. Se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Eu faria apenas uma ponderação ao eminente Senador Angelo Coronel, que fez um brilhante relatório, apenas para não toldar o final.

Veja bem, V. Exa. traz um argumento que é bastante respeitável, mas eu quero lhe trazer uma argumentação técnica. Primeiro, os Emirados Árabes, ao que me consta, têm um sistema *online* melhor do que o nosso. Então, a gente vai ter dificuldade na questão do acesso onde nós estivermos.

E aqui, inclusive, eu tenho reclamado, eminente Senador, que esse mecanismo que nós utilizamos, aliás, fruto de todos nós que estivemos aqui no Parlamento e votamos a famosa reforma trabalhista, que permitiu o *home office* – é bom lembrar, o *home office* também no Senado em função da pandemia... Eu acho que, passada a pandemia, e não sendo as excepcionalidades de que esse é um caso, nós deveríamos ter aqui a presença física dos Srs. Senadores. Eu fico muito mais feliz quando tenho a possibilidade de debater com o Senador olhando a expressão facial dele, se ele está convencido, se ele não está convencido. É evidente que seria o ideal.

Mas o apelo que fazemos a V. Exa. é no sentido de fazermos a votação do projeto que tão brilhantemente V. Exa. relatou de uma forma tranquila, ordeira. Quem quiser fazer a discussão, de onde estiver, fará, até porque o sistema aqui tem funcionado perfeitamente.

Então, o apelo que eu faço à V. Exa... (*Pausa.*)

Girão, permita-me a atenção do eminente Relator.

O apelo que eu faço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Relator, o Senador Rogerio está conversando com V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É que quem quiser eventualmente discutir...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Girão já se encostou aqui para me persuadir. (*Risos.*)

Então, eu pedi a ele para que voltasse ao seu local de origem para que eu possa ouvi-lo, Senador.

Desculpe.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Mas a preocupação que nós temos aqui, o apelo que faço a V. Exa., eminente Relator, é que quem tiver interesse em fazer a discussão vá se preparar para fazer a discussão; quem já tiver a convicção do voto vá votar.

Então, é apenas para que quem tiver interesse em discutir tenha a permissão de fazer a discussão. Mas nós temos aqui o compromisso de todos nós de que ninguém vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer nenhum obstáculo, nenhuma chicana, ninguém vai tergiversar. Nós vamos votar tranquilamente o projeto na próxima terça-feira.

É o apelo que faço à generosidade de V. Exa., para que nós não abramos mão aqui, porque nós não temos condição de abrir mão aqui do que é essencial nesta Casa, que é a possibilidade de que cada um possa manifestar o seu sentimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho algumas dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu tenho algumas dúvidas que eu queria... A primeira dúvida é se o Senado não estiver em sistema remoto se é possível funcionar uma Comissão em sistema remoto, certo? Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que nós temos um evento na semana que vem, que é a COP 28, com vários Senadores fora, certo? Eu não acho pertinente a gente... outros vão para Israel. Então, eu acho que essas pessoas vão estar em atividades fora, para poder participar de um debate... não vai poder ter debate. Você pode até votar se houver essa exceção, e eu não sei se o Presidente está abrindo exceção quando o sistema de votação, o sistema de funcionamento não é semipresencial.

Então, isso significa que o Governo vai ficar na insegurança de se vai ter ou não mais arrecadação para o ano que vem, porque o grande debate aqui não é se o jogo é bom, se o jogo é ruim; é a questão da arrecadação, tributos, se o Governo vai ter mais dinheiro ou menos dinheiro, se vai ter mais viabilidade ou menos viabilidade enquanto Governo.

Então, eu, particularmente, acho que a gente tem que encarar o debate, fazer e terminar essa votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores e Senadoras, a discussão já foi encerrada, mas nós podemos abrir a discussão, abrir a palavra para V. Exas. pela ordem. Isso eu posso fazer. Agora, voltar de novo a discussão... Ela foi encerrada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Mas, Presidente, não houve a discussão. Até o Senador Cid Gomes entrou com uma emenda agora e foi surpreendido por saber que a discussão foi encerrada.

Peguem aí. A gente discutiu 24 horas ou... Pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Otto, que conduziu ontem a reunião...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso vai dar uma judicialização. Não é por mim não; é pelo mercado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – O Senador Carlos Portinho estava presente – e os outros Senadores – quando ontem eu encerrei a discussão.

Pode pegar as notas taquigráficas, porque foi encerrada a discussão, para hoje fazer a votação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa matéria teve aqui audiências públicas, teve reunião, e não pôde votar, se postergou essa decisão, e hoje vêm para, de novo, postergar a decisão. Quer votar? Por que não vota agora, já que encerrou a discussão? Já se debateu isso aqui, várias vezes. Tem alguns discursos aqui...

Senador Kajuru, Senador Kajuru, eu já ouvi tantos discursos dessa matéria, que tem alguns deles que eu já decorei. É a mesma ladainha – é a mesma ladainha –, é a mesma coisa: que não pode regularizar porque o jogo não pode ser regulamentado.

O jogo continua agora. Nós estamos debatendo o tema, está todo mundo jogando agora no bicho, jogando agora na maquininha, jogando em *bet*, em todo tipo de jogo. E vai dizer: vai regulamentar e aí vai aumentar? Não vai aumentar, não. Aqui para nós, me lembrei agora – e V. Exa. conhece também a Bíblia como eu conheço –, se você abrir em Provérbios, Senador Carlos Portinho – Provérbios, 9:17 –, vai estar lá escrito: "As águas roubadas são [mais] doces e o pão comido [...] [às escondidas] é [...] [mais gostoso]". Até jogar escondido é melhor, entendeu?

Então, não tem nada, não vai aumentar em nada a jogatina. Quem quer jogar e gosta joga. Eu nunca joguei na minha vida absolutamente nada. Não tenho relação com nenhum estilo de jogo, não conheço nenhum cara dono de banca ou dono de *bet*, do que quer que seja.

Então, isso é postergar uma decisão. O Parlamento é para votar, e essa matéria chegou a hora de votar.

Peço a V. Exa. que coloque em votação. Já foi encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fui citado, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... o Senador Girão e, em seguida, a Senadora Damares.

Pela ordem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Vanderlan, Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Art. 14.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria só fazer uma ponderação aqui, com muita serenidade. Eu estou com as notas taquigráficas aqui.

Ficou muito claro, e a gente vai nadar, nadar, nadar e morrer na praia com algo que foi um erro de ofício, um erro. Está aqui. Eu peço aqui... O Portinho, na fala dele, do Senador Portinho, diz o seguinte: "A gente está tomando conhecimento do relatório agora. Teve pontos que eu não vou tratar se foram descumpridos ou não, mas teve pontos que foram conversados, vou colocar assim, que não foram atendidos". Olhe só em negrito o que coloca aqui: "Eu deixo o resto para discussão". Olhe só, Presidente, nota taquigráfica: "Eu deixo o resto para discussão, mas peço vista". Isso o Senador Portinho. E eu também. Estão aqui as notas taquigráficas, que estão aí no Senado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu sou membro, sim. Estou aqui como membro. E sou Líder do partido. Vamos ter respeito com cada um dos Senadores. Que história é essa de que eu não sou membro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu não estou dizendo que... Eu estou lhe faltando com o respeito, Senador? Tenha calma.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Faltou, sim, quando o senhor diz que eu não sou membro. Eu sou membro. Meu nome está ali como membro, me respeite.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não está como membro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que isso? Que isso, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não estou faltando com respeito a V. Exa. Deixe de bravata, porque você não é esse homem todo para ficar querendo ofender as pessoas. Eu não o ofendi, eu disse que seu nome não está ali, como não está ali.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você me ofendeu. Eu sou membro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como não está ali.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Estou membro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa... Seu nome não está ali.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Estou membro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu disse ontem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bloco Parlamentar Vanguarda, o senhor não deve estar vendo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, vamos só esclarecer essa dúvida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entrou hoje, ontem eu falei que não estava...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – V. Exa. ontem não era membro da Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não era membro ontem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu falei como Líder. E Líder tem espaço para discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu sou membro, eu sou membro...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sou tão Senador quanto um...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não o ofendi, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e como Líder eu tenho espaço para discussão...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E essa bravata de V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é bravata, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... não me intimida, não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... encerre, por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nem a mim. Apenas estou me colocando no lugar que eu tenho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dizer "me respeite"... Eu desrespeitei V. Exa.?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nunca o desrespeitei, sempre o tratei muito bem. Ontem o nome de V. Exa. não estava aí. Estava aí? Eu pergunto a V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estava discutindo o pedido de vista como Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estou perguntando se o nome de V. Exa. estava aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor virou e falou: "Você nem é membro". Eu falei: "Sou membro", estou ali. Hoje eu estou membro, estou falando de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, Senador Líder Otto, Líder Portinho, vocês dois são Líderes aqui. Vamos só...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ontem V. Exa. não estava. Essa história de ficar nervosinho e de bravata não me intimida.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... voltar a palavra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não me intimida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode ter certeza absoluta de que não me intimida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, deixe-me falar uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos buscar aqui o bom senso. Independentemente de se o Senador Portinho estava ontem como membro ou como Líder, eu sou membro desta Comissão e falei a mesma coisa que ele. Está aqui nas notas taquigráficas. Está aqui nas notas taquigráficas, eu falo aqui. Então, é só contar um pouco do histórico para o senhor, Senador Vanderlan. Está voltando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria deixar muito claro o seguinte: nós fizemos audiência pública aqui na CAE, fizemos audiência pública na Comissão de Esporte, e, inclusive em muitas dessas audiências públicas, Senador Portinho, assessores e Senadores chegaram a se emocionar com depoimento das pessoas mais frágeis, que são detonadas com esse projeto.

Aí eu falo, em negrito, está aqui, ó: "Não estou aqui...". Olha aqui, está aqui a nota taquigráfica: "Não estou aqui discutindo – não estou discutindo, nós vamos ter horas e horas para discutir" a matéria. São as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para concluir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para concluir. Eu tenho emenda, inclusive, que eu fiz a partir da leitura do relatório. Eu fiz emenda, tem destaque. Então, retirar isso é uma violência, retirar isso de um Parlamentar que está querendo fazer o seu trabalho. Eu fui eleito para fazer o trabalho. O povo do Ceará me colocou aqui para fazer esse trabalho legislativo. Então, não pode tirar.

Eu tenho certeza de que o senhor é uma pessoa muito ponderada, responsável, tem feito um grande trabalho na Presidência desta Comissão. Houve um erro ontem, e eu acho que tem que abrir a possibilidade de a gente apresentar emenda e apresentar destaque. É isso que eu espero dessa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, vamos aos fatos, Senador Girão. O que V. Exa. falou que está nessas notas taquigráficas é no momento da discussão. Agora, já pedi aqui também as notas taquigráficas de quando o Presidente, ontem, Senador Otto Alencar, encerrou a discussão. Então, quando... Se V. Exa. for pegar todas as falas nas discussões, é isso daí. Todos aqui usaram a palavra no dia de ontem. Agora, o que vale do final é que o Presidente encerrou a discussão. Eu, como Presidente hoje, não posso em hipótese alguma desfazer, voltar a uma discussão, não sou autorizado a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas qual é o sentido de pedir vista e não poder apresentar emenda, não poder apresentar destaque? Não faz sentido nenhum, não tem lógica. O Relator apresentou o relatório em cima da hora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe-me. Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O destaque supressivo pode ser apresentado, tanto é que foi apresentado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, Presidente Vanderlan, nós fizemos destaques e emendas de ontem para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aqui o seu... Emenda não pode mais, porque já encerrou. Agora, destaque pode ser apresentado. Inclusive, está aqui, V. Exa. apresentou um requerimento de adiamento de votação, que, passada essa discussão que nós estamos fazendo aqui, nós vamos colocar em votação. Só que estava se costurando o acordo para ser em outro dia, mas, pelo que eu estou vendo, nós vamos para a votação, porque, senão, essa discussão vai voltar na próxima semana, tem problema de quórum...

Eu, particularmente, Senador Girão, quero dizer a V. Exa., que sabe meu posicionamento com relação a esse projeto, que não tenho conhecimento nenhum com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quem joga ou quem não joga. Aliás, eu tenho um problema na minha família por jogo. Então, como Presidente, eu não podia nem estar usando aqui a palavra e dizendo se eu sou contra, se eu sou...

Então, Senador Girão, agora o Parlamento... Nós estamos aqui para votar. Então, vai discutir mais, vai colocar mais prazo, mais isso. Nós vamos ter que votar.

A nossa Comissão aqui, Senador Girão, é uma das que está dando mais rendimento aqui, porque a gente não fica protelando muito as nossas votações.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, eu queria aqui consultar os Senadores e as Senadoras se nós já podemos colocar em votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente... Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – De qualquer forma, entendendo aqui a discussão acalorada, porque eu acho que, na hora em que se defende determinado ponto de vista, as pessoas podem ser mais ríspidas e eu acho que, aqui dentro de um Colegiado e até pelo relacionamento que nós temos aqui, é importante que isso seja relevado, porque todos nós aqui nos respeitamos mutuamente, eu mantenho o pedido de acordo.

Eu gostaria de ouvir o eminente Relator se é possível mantermos o painel, mantermos a votação para a próxima terça-feira. Quem tiver interesse de votar já tem o seu voto definido e o faz. É apenas para que haja tempo para que aqueles que têm interesse de se debruçar sobre o relatório de V. Exa., que foi bastante volumoso e bastante consistente, tenham a oportunidade de fazê-lo e quem tiver ainda interesse de discutir o faça. Agora, isso não vai alterar o resultado da votação.

O pedido que faço aqui é até em nome do relacionamento que nós temos aqui. Se for possível – e eu faço diretamente ao Relator –, eu gostaria que V. Exa. avaliasse a possibilidade de aceitar essa mediação, porque aí nós teremos uma votação tranquila na próxima semana.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Nobre Deputado Rogerio Marinho, estou aqui me esforçando para não falar Roberto, mas existe.... Nobre Senador.

Existe um requerimento do nobre Senador Girão solicitando o adiamento. Então, a minha opinião é que bota em votação e, se for adiar, adia; se não for, vamos ao voto. Aqui é uma casa, é um Colegiado. Eu não posso estar aqui como Relator quando eu vejo que está dividido. E, quando há uma divisão, a melhor opção é o voto. Então, é a melhor opção, porque eu não vou agradar V. Exa. e desagradar também outros que estão contra. Então, como eu gosto de ser mais diplomático, vamos ao voto, porque aí ganha quem tiver o maior número aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem, Senador Girão, eu pedi as notas taquigráficas aqui para nós tirarmos essas dúvidas.

Às 15h08 – 15h08 – de ontem:

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) - Então, agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E pense na relatoria da educação, porque isso é importante. [Senador Izalci falando.]

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Está encerrada a discussão.

Em seguida, novamente:

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Está encerrada a discussão [e disse para V. Exa.] - um minutinho, Senador Girão.

Então, foi encerrada ontem.

Nós aqui... Eu, como Presidente – e não fui eu que conduzi ontem essa matéria –, mas, como Presidente, eu não posso passar por cima do que foi feito ontem. Eu estaria aqui desmoralizando esta Comissão e a nós mesmos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente Vanderlan, pela ordem. Só rapidamente.

Veja bem, é porque não faz sentido, só isso. Não tem lógica, não tem lógica. Esse é um processo legislativo, como é que eu peço vista... Vamos lá, vamos todo mundo se colocar no meu lugar aqui: como é que eu posso pedir vista de algo e se encerrar na mesma hora a discussão? Para que adiantou a vista? Não tem lógica. A vista é justamente para que nós possamos trabalhar e pedir emendas, fazer destaque, fazer emenda.

Então, Presidente Vanderlan, é uma questão de bom senso. Eu faço um apelo aqui para o senhor, para a gente pelo menos... Nem que seja para suspender durante alguns momentos, porque é um precedente perigosíssimo o que está acontecendo aqui! A Mesa... Como é que eu...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, vamos votar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... o seu requerimento de adiamento da votação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem. Mesmo que a decisão de V. Exa. – que será ainda declarada, eu imagino – seja essa, eu quero só...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu solicito que a questão de ordem seja levantada baseada no artigo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não! Já foi, já foi, Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu quero que você faça qual é o artigo da questão de ordem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já foi. Eu já li.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, eu queria que o senhor lesse, eu queria que o senhor lesse...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu já li. Eu comecei... Rogério querido...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, por favor. Porque aí está parecendo protelação. Aí o senhor está desrespeitando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu ainda comecei dizendo: "Formulo nos termos do art. 403 e seguintes e com fundamento no artigo...". Não foi assim que eu comecei?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – "... 132, §1º, todos do Regimento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso foi dito, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos ver se ele vai seguir, vamos ver se ele vai seguir a questão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Portinho está com a palavra. Conclua, por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria só concluir, Presidente. Não tem essa razão desse desgaste todo.

Agora, V. Exa. Decida a questão de ordem, é o que eu peço, e quero só fazer um esclarecimento que justifica a nota taquigráfica.

V. Exa. não pôde conduzir até o final a sessão da CAE. Quando o Senador Otto assumiu, ele não participou da discussão inicial, em que foi dito que estávamos discutindo o pedido de vista, que seria de 24 horas ou de 5 dias. Quando ele assumiu, havia uma discussão sobre isso e se entrou no mérito, e ele entendeu que era a discussão do mérito. Ele pegou a sessão pelo meio. Não o culpo por ter encerrado achando que era discussão de mérito. Mas eu lembro a V. Exa. que iniciou, quando eu disse – e está na nota taquigráfica –: "Não vou entrar no mérito, vou discutir". Mas decida, Sr. Presidente. Não quero tumultuar mais a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, o Senador Otto Alencar acompanhou praticamente toda a reunião de ontem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu não concordo com a colocação do Senador Portinho, até porque eu colhi a lista de oradores e ele foi um dos oradores. Ele; o Senador Girão foi orador; depois o Senador Izalci falou; a Senadora Damares falou. Eu tive a condução regimental. A condução foi totalmente regimental, e as notas taquigráficas confirmam o que eu estou dizendo. Até porque, se não fosse regimental, eu não o faria, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – É nominal? (*Pausa.*)

Senadora Damares, a senhora está inscrita aqui... Para acalmar um pouco os ânimos, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu vou tentar acalmar. Vou tentar acalmar. Uma voz feminina, quem sabe, agora, vai acalmar os corações.

Presidente, a nossa reunião terminou ontem depois das 15h. Ontem, eu não sei os senhores, mas a maioria estava envolvida com emendas parlamentares. Nós estamos na semana de decisão de orçamento. As Comissões estão se debruçando sobre isso:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emendas individuais, emendas de bancada... Terminamos às 15h. Fomos para o Plenário, onde nós fomos discutir o novo regime da nossa PEC 8, que todo mundo está querendo muito que seja aprovada hoje.

Eu queria fazer um desafio: qual foi o Senador que conseguiu chegar em casa, depois das 9h ontem, e se debruçar sobre o relatório...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... do nosso Senador Angelo Coronel. Não deu tempo, Presidente!

Sabe qual é a mensagem que nós estamos passando para a população? Que o pedido de vista é de faz de conta. É o que está acontecendo. Pedimos vista de faz de conta. Isso não é certo.

Veja só: eu tenho posição com relação aos jogos, mas eu sei que, pela maioria aqui, isso vai passar – eu sei. Mas eu quero contribuir com esse processo, Presidente. Eu quero contribuir com a indústria, eu quero contribuir com as lotéricas, eu quero contribuir com a nação. Vocês estão me obrigando a dar um voto "não" porque eu não vou ter tempo de contribuir com o debate.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vinte e quatro horas é muito pouco, gente! O texto do nosso Relator é imenso; não dá para a gente apenas olhar. Eu tenho que olhar e buscar a emenda que ele está rejeitando e por quê; olhar e buscar a emenda que ele está acolhendo e por quê. Impossível, gente! Se alguém me disser que ficou acordado a noite inteira se debruçando sobre o relatório dele e me der segurança no meu voto, eu desisto do meu pedido agora.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas não deu tempo, Presidente. Confesso que nós estamos passando uma mensagem muito ruim para a sociedade, de que os nossos pedidos de vista aqui são de faz de conta.

Então, eu peço que o Relator reveja a possibilidade de a gente fazer o acordo e deixar a votação para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo Coronel, o pedido da Senadora Damares, com muito jeitinho...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Respeito muito a capacidade que a Senadora Damares tem desenvolvido aqui nesta Casa, mas, infelizmente, na próxima semana – ou felizmente –, eu estou incluso no roteiro da COP, nos Emirados Árabes, não vou estar aqui, e ficaria muito até aético o Relator estar ausente numa votação tão importante como essa.

Então, eu acredito que já está maduro, já teve muitas discussões. Não acredito que ninguém vai mudar voto aqui, nem para "sim" nem para "não" – a verdade é essa, vamos dizer. A gente está vendo que, evidentemente, faz parte do Parlamento protelar, protelar... Mas, se depender do meu voto, votaremos essa matéria de imediato.

E, no Plenário, com certeza, vai para a próxima semana ou, quem sabe, para daqui a uns 15 dias ainda, porque ninguém sabe se o Presidente Rodrigo Pacheco vai transformar a sessão em remota. Seria aqui a gente pregar a futurologia. Então, como eu não sou futurólogo e não vou estar aqui na próxima semana... Infelizmente, Senadora, eu a respeito muito pela sua capacidade, mas o meu voto é que nós votemos logo essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem. Só para dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, V. Exa. terá a palavra agora para defender o seu requerimento.

Com a palavra, o Senador Eduardo Girão, para defender o requerimento de adiamento da votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu chamo atenção...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, é o Requerimento 210, de 2023.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 210, DE 2023

Requer o adiamento da discussão do PL 3626/ 2023

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Eu chamo a atenção das minhas colegas Senadoras, dos meus colegas Senadores e dos assessores também, que se desdobram aqui num trabalho hercúleo para procurar decantar todas as matérias que gente vota aqui. É uma digital que a gente coloca, que vai ficar repercutindo para os nossos filhos e para os nossos netos.

Eu cheguei aqui em 2019, Sr. Presidente, e eu considero essa matéria uma das principais do mandato, porque a vida me levou para ser dirigente de um clube de futebol, a vida me levou desde a infância a entrar em campo como desportista apaixonado que eu sempre fui e a vida me levou pelas veredas de encontrar chagas, de encontrar pessoas sofrendo a dor do vício.

Essa é uma matéria que a gente tem que encarar. Eu não tenho a menor dúvida de que a gente tem que encarar, mas a gente não pode fazer nada tratorado, a gente não pode fazer nada pressionado numa matéria que tem dezenas de páginas e de que, só hoje, nós tivemos dois pareceres. Eu peço a atenção dos colegas. Hoje, na hora de uma votação de um pedido de vista que não houve, nós tivemos dois pareceres diferentes. Eu fico extremamente, Senador Vanderlan, preocupado porque...

Àqueles que dizem defender os menos favorecidos e que têm um discurso social é a hora de mostrar isso, é a hora de mostrar, porque eu sou procurado, e eu acredito que muitos colegas aqui, quando eu vou às praças e aos mercados. As pessoas me identificam como Presidente ainda do clube, do Fortaleza, e chegam para a mim... E eu trouxe depoimentos aqui no Senado em audiência pública de pessoas que me procuraram e eu disse sabe o quê? "O senhor topa dar um depoimento? O senhor topa falar publicamente isso que o senhor está me falando?". E veio aqui e falou. Teve a coragem, a ousadia. Dois – dois – conterrâneos meus vieram dar o depoimento que emocionou aqui os assessores e Senadores há 15 dias.

Porque essas pessoas começam por curiosidade, Senador Vanderlan. O jogo é muito atrativo. Elas começam por curiosidade. Vai primeiro ali na questão de "ah, não, é um atleta que está pedindo aqui; o meu ídolo está pedindo para eu jogar". E aí começam na curiosidade pessoas que muitas vezes nunca colocaram uma gota de álcool – foi um depoimento que a gente teve aqui. Entraram por curiosidade, perderam e, na tentativa de ganhar, perderam a moto, perderam a casa, perderam o emprego, perderam a família e tentaram o suicídio. Eu trouxe um caso aqui de um depoimento corajoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse projeto é um projeto em que nós Senadores precisamos ter a consciência do que estamos votando, e com um pedido de vista negado, porque foi abortado. Eu não gosto nem de usar essa palavra, mas foi um pedido de vista *fake* o que nós tivemos aqui, em algo que tramita há décadas nesta Casa. Eu quero fazer uma lembrança a vocês, aos nossos colegas: há décadas tramita aqui a legalização de cassino, de jogo do bicho, de bingo, e esse projeto vai muito além do que está regulamentado pelo Governo Temer, porque tributar eu acho que tem que tributar mesmo, mas esse projeto foi além, esse projeto entrou em uma seara perigosíssima, Senador Portinho – perigosíssima! –, que é jogo virtual.

Vocês sabem o que é jogo virtual? Queria que a população que sofre, a população que sofre esta tragédia humana que é o vício, que tem que vender tudo dentro de casa até para comprar comida... O jogo *online* está sendo uma praga, uma febre, porque ele não tem transparência nenhuma, a manipulação é total, os lucros são 70% porque ninguém tem como abrir essa caixa. E esse projeto incorpora esses jogos virtuais.

Sabe o que é o jogo virtual, Senador Vanderlan? É cassino, é roleta, é Tigrinho, essas coisas todas – bicho! O que nós estamos fazendo aqui é projeto que tem décadas de discussão, tocando de caixa, para votar agora, sem os Senadores tomarem conhecimento. Esse é o fato.

Então, o pedido que eu faço é o seguinte... Nós vamos encarar essa votação. Eu só gostaria, eu mesmo, de ter tempo. Eu, que participei de sessões aqui de debates com minha assessoria, gostaria de ter tempo, por essas emendas, essas mudanças que foram feitas até no dia de hoje. Eu gostaria de ter consciência e que os nossos colegas a tivessem para votar. O pedido que eu faço é apenas este: o que é que custa, em décadas, uma semana de algo que é um jabuti que foi colocado de projetos totalmente estranhos? Foi colocado aqui nesse PL de apostas, que não tem nada a ver com aposta esportiva. Aposta esportiva é uma coisa, jogo virtual é outro, jogo virtual de cassino é outro.

Então, o que eu peço, Sr. Presidente, é que os colegas tenham – e eu peço – sabedoria. Eu peço que confiem, que vai ser elucidador.

Eu aprendi aqui, Senador Vanderlan, nesses quatro anos que eu estou com os senhores, aprendendo com cada um, eu aprendi uma coisa: quando a coisa é votada às pressas, a toque de caixa, para excluir o debate, isso é muito ruim para a sociedade, é péssimo, tem um preço muito alto para quem mais precisa! E nós estamos aqui não é para servir a *lobby* de clube de futebol, nós não estamos aqui para servir a *lobby* de magnatas poderosos, de lobistas! Nós estamos aqui para servir as pessoas mais humildes, que essas é que vão se arrasar com esse projeto, que a gente não está tendo a oportunidade de ler. O que eu peço é que a gente só possa ler.

Eu vou, até o último dia do meu mandato, levar para o travesseiro esse momento, porque eu sei que cada consciência aqui, quando colocar a cabeça num travesseiro, que a gente se lembre das pessoas que vão se endividar, que estão adoecendo, que a própria Organização Mundial de Saúde, Senador Vanderlan e meus colegas presentes, declarou o vício em jogo como algo gravíssimo. Tem até uma CID, que é um código internacional de doenças, específico para jogo.

Quem não tem filhos, quem não tem netos... É uma preocupação. O Brasil pode dar esse passo importante. Sabe o que os outros países estão fazendo, a Europa, a Inglaterra? Estão tirando, chegando ao ponto já de tirar do futebol o máximo, colocar travas, como a gente fez, Senador Portinho, lá na Comissão de Esporte, com o Senador Romário, com a Senadora Leila, com o Senador Kajuru, com o Senador Izalci, com o Senador Paulo Paim. Nós colocamos travas de primeiro mundo, já aprendendo com os erros de outros países, que estão voltando atrás com relação a esse libera geral – libera geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, não tem dinheiro no mundo – dinheiro no mundo – que vá compensar a vida de uma pessoa perdida, porque o esporte foi concebido para unir, para entreter, para uma vida saudável. O esporte não é porta de vício, o esporte não é porta de perdição. Nós estamos corrompendo os valores, as premissas do esporte, e o futebol, Sr. Presidente, que é o grande lance de apostas, hoje, quem gosta, quem acompanha sabe que virou até difícil você assistir: é propaganda o tempo todo, é uma lavagem cerebral. Ele está perdendo aquela essência, a pureza da espontaneidade do futebol.

Então, para o bem do futebol – nós somos o país do futebol –, nós temos a responsabilidade de resguardar esse nosso patrimônio, mas, muito mais do que isso – muito mais do que isso –, resguardar a vida das pessoas, que está ameaçada com esse projeto, que vai empurrá-las para um abismo, para uma arapuca.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, para finalizar, eu peço que a gente adie por uma semana, para que os Senadores possam ler as dezenas de páginas, ter consciência do que está ali, para que a gente possa fazer um trabalho legislativo. É esse o apelo, de coração, a todos os meus colegas.

Muito obrigado e desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Girão.

Em votação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço só que V. Exa. também possa declarar a sua decisão, se defere ou indefere a questão de ordem que eu apresentei. Isso é requisito legal, inclusive para que eu possa fazer o recurso ao Plenário e, eventualmente, até judicializar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o Requerimento nº 210, de 2023, do Senador Eduardo Girão, para adiamento da votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Quem é contrário se manifesta. Aliás, quem é contrário... Vamos fazer ao contrário, Senador Kajuru. Quem é contrário permaneça como se encontra; quem é favorável levanta a mão. (*Pausa.*)

Então, está rejeitado o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu peço... Quórum... Eu peço verificação, Sr. Presidente. Eu peço verificação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, mais três apoiamentos para verificação de quórum.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Eu apoio o pedido do...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Apoio o pedido de verificação. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, Presidente, eu insisto: se V. Exa. puder declarar se defere ou indefere... Precisa ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só um momento, Senador. Vamos por etapas por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, enquanto V. Exa. define com a assessoria, eu queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está aberta. Peço que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, enquanto se procede à votação...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Voto "sim" apoia o Relator, contra o requerimento. É isso? Só para não haver dúvidas. Não, espere aí... (*Pausa.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Vanderlan, é bom explicar direito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem é favorável ao requerimento vota "sim". Quem é contrário ao requerimento, ou seja, vota com o Relator, vota "não".

Repetindo, para esclarecer...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem apoia o Girão vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É, Girão vota "sim".

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pronto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, enquanto a votação está acontecendo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pelas famílias, é "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... eu peço a V. Exa. pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Eu queria me dirigir aqui ao Plenário, mas em especial à Mesa.

Nós tivemos agora uma discussão que é normal que ocorra em qualquer ambiente colegiado – às vezes, com mais aspereza ou com menos aspereza–, mas há um fato que eu chamaria a atenção do Presidente: há uma questão regimental envolvida, e é importante que não haja jurisprudência em relação a ela. Quando se pede aqui vista de uma determinada matéria, qualquer que seja ela, se imagina que quem pediu a vista... E normalmente ela é coletiva, outros pedem juntamente. É o momento de as pessoas poderem se debruçar sobre o relatório e fazer seu juízo de valor.

Então, me parece evidente que a discussão deveria continuar após a apresentação do relatório de quem recepcionou o relatório pela vista. É só para que não fique a jurisprudência. Foi ultrapassado aqui, acho que a maioria, de qualquer maneira, é estabelecida, mas que no futuro a gente tenha um pouco mais de cuidado nesse processo, porque a proposta que fizemos aqui de acordo foi uma proposta, na verdade, em que nós tivéssemos a oportunidade de nos debruçar sobre o alentado relatório feito pelo Angelo Coronel... E esse relatório, sem nenhum demérito, é um maravilhoso relatório, mas ele está com muitos detalhes, é muito complexo. Eu sei que vários aqui já têm juízo de valor, o.k., mas outros não têm e gostariam de ter oportunidade de observar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passou, Presidente. Nós já sabemos que já foi tomada a decisão apenas para que, em outros momentos como esse, a gente tenha o cuidado em relação a essa questão regimental.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – ... votação.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu recebi aqui a informação de que está tendo algum problema na questão da conexão com o painel. Vamos aguardar mais cinco minutos para que os Parlamentares possam declarar o seu voto?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Tem uns colegas, Presidente, que estão votando e pediram para aguardar.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Enquanto os Senadores votam, eu queria fazer aqui uma ressalva de uma discussão que teve aqui anteriormente, quando o Senador Otto Alencar disse que não é jogador, que nunca jogou nada. Como eu o conheço há 37 anos, eu quero discordar, porque V. Exa. foi um grande jogador de capoeira na Bahia, com várias láureas, também jogava muita bola de gude, no Campo da Graça, e foi um lateral esquerdo do Esporte Clube Vitória, campeão da Série B, com muita eficiência. Então, V. Exa. não se lembrou do seu passado. Então, está aí. Eu sei muito bem das suas especialidades.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Lateral esquerdo. Tenho provas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos em processo de votação.

Senador Flávio, Senador Magno, Senador Romário, Senador Wilder, Senador Eduardo Gomes, Professora Dorinha, Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Carlos Viana, Oriovisto.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Cid.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Alessandro Vieira.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, Presidente. Pediu aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Falta só um.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas espere aí. Eu lhe peço. A gente já teve o atropelo do pedido de vista. A gente já teve... Poxa, pelo amor de Deus, espere mais uns dez minutos aí, porque os colegas estão pedindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, nosso quórum é 27, já deu 27.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, poxa...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Girão, o suplente não precisa votar, não. Já completou os 27 titulares.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está encerrada a votação. Com o número máximo, viu, Senador? Acho que não teve nenhuma votação por esses dias com 27.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 9; NÃO, 16.

Rejeitado o requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Pronto, acabou. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Kajuru, estou preocupado com a sua saúde. V. Exa. tomou seu medicamento para não ter problema da queda de pressão? Estou aguardando me anunciar aqui para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Requerimento de destaque individual.

Com a palavra, o Senador Weverton. Ele não se encontra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Requerimento de destaque para a Emenda 105.

Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para dizer se deferiu ou indeferiu a minha questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sua questão de ordem nós já tínhamos comunicado. Não tem... Já foi encerrada a discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, não. Mas tem que ser claro. Agora, mais do que nunca, tem que ser claro: deferiu ou indeferiu? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Indeferiu, Senador. Já tínhamos comunicado e dito para V. Exa. que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Indeferiu.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogério Carvalho vai substituir o Senador Weverton.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Eu vou fazer a leitura *ad hoc*.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado para a supressão da Emenda nº 105, da CAE, ao PL 3.626, de 2023, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de cota fixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não tem requerimento. Só tem esse requerimento.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Há sobre a mesa aqui, protocolados, três requerimentos para votação em separado. O requerimento lido agora pelo Senador Rogério Carvalho, fruto do Senador Weverton; tem o requerimento segundo aqui do Senador Jorge Kajuru, se ele tiver desejo, pode sustentar; e tem o requerimento terceiro do Senador Portinho. Então, o Senador Rogério já leu.

Senador Kajuru, quer sustentar o seu requerimento? Se não precisar, não há necessidade. Só se V. Exa. desejar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, tem um voto em separado meu também, tá? Eu apresentei aí um voto em separado para a gente votar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Voto em separado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Mantenho o destaque, então. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mantem o destaque?

Então, irei acatar o destaque do Senador Weverton, irei acatar o destaque do Senador Kajuru. Então, agora tem o destaque do Senador Portinho, que, se V. Exa. desejar, Senador, pode até fazer a sustentação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Gostaria.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei que, inclusive, não é o rito, mas, como eu tenho uma deferência muito grande por V. Exa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... principalmente porque o meu Botafogo vai ser o campeão este ano, V. Exa... (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí nós vamos discutir ainda mais asperamente do que hoje.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. Então, vamos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Eu quero brevemente discutir essa emenda, apenas fazer um histórico breve. Esse projeto nasce de uma medida provisória do Governo que vem a regular uma outra legislação da época do Governo Temer e que, na falta de regulação, como disse realmente o Senador Otto – hoje virou uma zona praticamente –, todo mundo está jogando. O Senador Otto não disse isso, mas é a conclusão. Todo mundo está jogando. Que todo mundo está jogando foi o que ele disse. Virou uma zona, digo eu, porque o Governo também não tem controle.

A gente já vivenciou, Senador Girão, casos reais de manipulação de resultado em apostas esportivas lá no Goiás, Senador Kajuru, que eu sei que é uma preocupação de V. Exa. e sempre manifestou essa preocupação com relação à manipulação. E a legislação veio também para trazer a arrecadação para o Governo, que é importante, sim, Senador Rogério Carvalho. Não acho que seja o fundamental desse projeto, mas ele tem a sua importância porque o projeto faz destinações sociais para a área da saúde...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para a área da Polícia Federal, de fiscalização, para entidades esportivas, inclusive para o Máster é emenda minha acolhida.

Só que o projeto que o Governo encaminhou, Senador Jaques Wagner – não sei se está aqui –, à MP, originalmente, não trouxe as apostas virtuais; tratava única e exclusivamente de apostas esportivas, que todos nós queremos e devemos, o mais brevemente, regulamentar. Isso é ponto pacífico, e há convergência.

Com relação às apostas virtuais – estamos falando de cassino, *blackjack*, bacará, jogo do bicho e todos os derivados –, foram incluídas no texto, não era a proposta original do Governo.

E, na minha emenda e na minha defesa, Senador Otto, com todo o carinho e respeito que tenho pelo senhor, também acho que a gente deve discutir isso, mas talvez não nesse projeto, e eu digo por quê.

Tramitam aqui, há décadas, diversos outros de legalização de cassino – inclusive tem um do Senador Irajá, dos cassinos *resorts* –, que têm o maior argumento na sua defesa a geração de emprego e o desenvolvimento regional, mas nós estamos trocando tudo isso, para, no açodamento, nesse projeto, incluir o cassino do celular, que não gera emprego, que não traz divisas para o país, porque os lucros dessas empresas que estão sediadas lá fora são remetidos para fora, na sua grande maioria. E o pior: que o projeto não trata... E o Senador Angelo Coronel, ontem...

Senador Angelo Coronel, eu lhe fiz uma pergunta... Tanto estávamos, Senador Angelo Coronel, no meio da discussão, quando foi encerrada naquele dia a discussão, que eu lhe fiz uma pergunta, que continua sem resposta.

A sede dessas empresas é no Brasil – bom, melhor assim –, mas a operação do jogo virtual, do cassino, do *blackjack* está onde? A lei obriga que seja aqui, no Brasil, Senador Jaques Wagner, para que a nossa Polícia Federal possa fiscalizar a manipulação de resultados aqui dentro, dentro do celular? "Não" é a resposta, Senador Vanderlan, e é isso que nos faz pedir nessa emenda, para tirar o jogo virtual, para que a gente possa tratar num projeto específico, que gere emprego, que gere divisa para o país, em que a fiscalização seja possível, porque V. Exas. sabem – eu sei – onde estão a maioria das operações dos cassinos virtuais que a gente está liberando: em Chipre – Chipre! –, quando não estão na China ou na Rússia. E eu quero saber se o projeto de lei trata da fiscalização disso.

Como é que a gente vai saber se não estão lavando dinheiro? Como é que a gente vai saber da manipulação do resultado do jogo virtual, que vai levar a muita dependência, sim, Senador Girão? Como é que a gente vai saber se a operação do jogo virtual não está em outro país, se a lei não diz que tem que estar aqui no Brasil? Ninguém vai saber.

E, como já foi trazido em audiências públicas – e eu participei de todas aqui –, 70% do lucro das empresas de aposta se dá no jogo virtual, 30% no jogo real. Sabe por quê? Porque o jogo real é de mais difícil manipulação. O jogo virtual é feito para ser manipulado: o cidadão joga, ganha um pouquinho, joga mais um pouquinho, joga mais, aí perde tudo. Aí, daqui a pouco, ele joga mais um pouquinho: "Opa, estou ganhando, vou recuperar", aí volta e perde tudo, porque a manipulação existe é no jogo virtual, e eu não sou purista nisso não.

Para concluir, Sr. Presidente –, eu não corro da raia não, vamos discutir o jogo virtual, mas não nesse projeto. E a emenda, ao que ela visa é subtrair desse projeto esse jabuti, porque não era a intenção do Governo, na sua proposta original, e ele surgiu aqui dentro desse projeto e sem as travas, sem o rigor da fiscalização, porque, até agora – estávamos na discussão ontem, interrompida –, não me foi respondido se a operação do jogo virtual estará obrigatoriamente no país, e isso é da maior relevância para a fiscalização, inclusive, dos órgãos de Estado, porque, senão, com todo o respeito, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lei que libera o jogo geral e para inglês ver, porque a manipulação, que é o que mais nos preocupa, está absolutamente liberada para levar as famílias brasileiras à falência.

Então, eu peço a todos o voto para tirar desse projeto o jogo virtual, e que nos possibilitem discutir em outro, como o do Senador Irajá, do *resort* e cassino, e tantos outros que tem aqui.

Essa é a defesa que faço. Por isso eu peço o voto a favor da minha emenda.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Os destaques do Senador Weverton e Senador Kajuru, uma vez acatados pelo Relator, Senador Angelo Coronel, estão prejudicados.

Sim, Sr. Relator?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – O destaque do Senador Portinho não iremos acatar, em virtude de que, se fosse acatado, acabaria o projeto. Então, como nós estamos votando o projeto, não tem por que acatar. Então, vai a voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Foi apresentado voto em separado do Senador Eduardo Girão.

A votação do relatório do Senador Angelo Coronel deve ser feita antes do voto em separado, Senador Girão.

Nós vamos fazer a votação e, em seguida, a questão do voto em separado.

Votação da matéria.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado, ressalvados os destaques.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou pedir verificação, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não pode, não tem uma hora de intervalo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente quer deixar claro quem é que vai votar a favor, quem vai votar contra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não tem uma hora de intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, Senadores e Senadoras, por favor, um pouco de silêncio, por favor.

Para verificação de quórum, Senador Girão, tem que decorrer...

Senador Girão, Senadores...

Senador Girão, só para registrar que a verificação de quórum e só após decorrida uma hora. Como houve a outra, então só, sendo bem claro, às 14h25 seria possível a verificação de quórum. Como nós já estamos aqui desde as 10 da manhã e ainda tem matéria para ser aprovada, então...

Aprovado o relatório do Senador Angelo Coronel, registrando o voto contrário do Senador Carlos Portinho, Rogerio Marinho, Senadora Damares e Senador Eduardo Girão.

Se este Presidente votasse, meu voto também seria contrário ao projeto. Como ele não vota... Mas eu quero deixar registrado.

Em votação a Emenda nº 91.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a emenda permaneçam como se encontram.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que emenda?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A 91, destacada.

Senador Carlos Portinho...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O senhor quer...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – A Emenda 91 foi a que o Senador Portinho acabou de defender cinco minutos atrás. Então, é a que nós vamos agora apreciar, já que não foi acatada no relatório.

Então, quem é a favor do Senador Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – As Senadoras e os Senadores que concordam com a emenda permaneçam como se encontram.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Não, não. Aprovar, não. Aprovar, não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espere aí. Replique aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu estou replicando o que está escrito aqui, só que está uma confusão hoje. Então, vamos lá por etapas. Vamos consertar aqui.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a emenda permaneçam como se encontram.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem é contra a emenda de Portinho levante o braço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem é contra a emenda levante a mão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Rejeitado, aliás. Perdão.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Rejeitada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Rejeitada a Emenda nº 91.

Por favor, nas notas taquigráficas: rejeitada a Emenda nº 91.

Aprovado o relatório, que passa a constituir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente... Presidente, eu queria votar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está rejeitada a emenda. Já está registrado lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A votação... Eu queria a contagem só. Só para ter certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só a contagem. Só a contagem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu não sei. Eu não contei. Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação é simbólica, Senador Carlos, não tem contagem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas só registrando os votos de quem está presente.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, eu gostaria que V. Exa., inclusive....

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos dar sequência.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... chamasse a atenção de alguns assessores que estão fazendo papel aqui até de Parlamentares, sem nenhum menosprezo, mas estão tumultuando a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, 4, 8, 19, 24, 91 e 105-U da CAE, as Emendas nºs 57, 64, 69, 72, 89, 110, da CAE, as Emendas nºs 117 a 138 da CAE, com adequações redacionais; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 5-U, 6-U, 14-U, 16-U,17-U, 18-U, 22-U, 23-U, 25-U, 26-U, 27-U, 32-U, 33-U, 39-U, 47-U, 48-U, 49-U, 50, 62, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 98, 103, 108, 111, 115 e 116; e contrário às demais emendas.

Fica prejudicado o voto em separado.

Uma correção: Emendas 91 e 105 foram rejeitadas.

A matéria vai ao Plenário.

O próximo item da pauta é o item 11, Projeto de Lei Complementar nº...

Desculpe-me, Senador. Você vai usar a palavra?

Por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente, eu não poderia ficar sem dar uma resposta a meu nobre amigo Carlos Portinho.

A partir do momento, Senador Portinho, que forem legalizados os jogos no Brasil, as empresas serão obrigadas a ter sede no Brasil, com CNPJ no Brasil, com 20% de participação de brasileiros na sociedade, e os jogos serão por servidores que ficarão instalados no Brasil. Por isso é que nós fizemos, inclusive, um aumento para o Funapol, para o pessoal da Polícia Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ter mais até agilidade nessa fiscalização. Então, os jogos serão transferidos para o Brasil. Não estão no Brasil hoje porque não estão regularizados.

Então, quanto a isso aí, V. Exa. fique tranquilo, porque os órgãos de controle ficarão bem respaldados para fiscalizar e evitar que haja qualquer problema ou reclamação nesse momento. Inclusive, se houver a reclamação, é só evocar a abertura dos servidores, para ver se houve manipulação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto Alencar... Com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminho a V. Exa. um pedido de requerimento de urgência para apreciação da matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Contrário. Sou contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência apresentado pelo Senador Otto Alencar ao projeto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, Presidente, contrário, contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... ao Projeto de Lei 3.626, de 2023.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Contrário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Votos contrários dos Senadores Izalci, Girão, Damares e Portinho.

Requerimento aprovado, com os votos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só para registrar, porque...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Um, dois, três, quatro, cinco Senadores.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estou com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, por favor, por favor, Vanderlan.

Presidente Vanderlan, por favor, essa, essa foi rejeitada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, já que existe essa dúvida, vamos para o voto nominal. O requerimento no voto nominal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Voto nominal não pode.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas vocês acabaram de dizer que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não cabe voto nominal. Acabou de ter...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Voto nominal só às 14h25.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, a votação foi feita. A votação foi feita.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ô Wagner...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu peço apenas que se respeite o que nós votamos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, na contagem aqui está seis a cinco.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seis a cinco. Seis a cinco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está seis a cinco.

Mas vamos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Levanta a mão aí. Vamos contar de novo. Vamos contar de novo: Wagner, Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo, Senador Wagner, Senador Ciro, Senador Randolfe...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Ciro aí, o Senador Ciro, Senador Wagner, Senador Randolfe, Kajuru, eu... Nós ganhamos: seis a cinco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ganhamos sim, conte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não. Jaques Wagner está aí.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Randolfe Rodrigues, questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, o procedimento, como está, está totalmente antirregimental.

O Regimento consagra a verificação e uma nova verificação uma hora depois, porque a posição da maioria da verificação anterior prevalece, independente do contraste visual. É esse o espírito que rege o Regimento.

Essa discussão é inócua. É inócua. Essa discussão é inócua.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas, independente, Senador Randolfe, já tem o número para...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – V. Exa. tem uma criatividade extremada, viu?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... aprovar o requerimento. Está seis a cinco.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O placar foi seis a cinco. Então não se sabe mais contar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, é um direito...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas ele está na Comissão.

Pessoal, aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... conduzir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu já até manifestei meu voto contrário ao projeto, agora, vamos para a votação...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, claramente nós ganhamos essa votação, porque estava cinco a cinco... Espere aí...

Estava cinco a cinco, e V. Exa. vota favorável no desempate.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos para o próximo item da pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, não faça isso não, Presidente, porque estava cinco a cinco. O senhor próprio... O Jaques Wagner não estava nem aqui na hora, o Senador Jaques Wagner. O senhor estava ali.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, se estiver cinco a cinco, o Presidente vai votar então. O Presidente vai votar favorável ao requerimento. Pronto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Resolvido o problema. Resolvido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor não disse que era contra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ninguém conseguiu mudar meu voto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Exato!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Meu voto, eu já disse, V. Exa. sabe, é contrário ao projeto. E não tem ninguém que vai fazer mudar!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, todos que já sabem... Inclusive, o meu Líder aqui vai liberar a bancada, a meu pedido, certo? Então, vamos para a votação. Esse projeto já se está discutindo há muito tempo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Vamos para o Plenário!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos para o Plenário, vamos para a votação, que é o que eu defendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O problema é que não se está discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E lá vocês vão ver o voto do Senador Vanderlan.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O problema é que está sendo a toque de caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 11 da pauta. Vamos dar sequência.

Eu mais o Senador Kajuru – quero que V. Exas. entendam –, nossa glicose já está chegando aos 400 a 500...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Nós dois!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Daqui a pouco, nós vamos começar a dar sapituca aqui, e aí V. Exas. vão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – "Bora", Presidente, me passe a palavra!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Encerre...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, item 11 da pauta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Encerre a reunião, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) –

1ª PARTE
ITEM 11
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 243, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE, favorável à matéria.

Observações:

1. Em 21/11/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.

A matéria está em discussão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Randolfe, o senhor quer usar da palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Como Relator.) – Não, Presidente, só comunicar – como uma gentileza aqui para o querido Líder Kajuru – ao Plenário que não foram apresentadas emendas ao projeto. Então, consta o relatório tal qual ontem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu novamente venho me posicionar aqui, nesta Casa, a favor do Ministro Fernando Haddad. Todos os dias, o Ministro leva uma bola nas costas aqui do Governo; essa é mais uma. Eu estou aqui preocupado com o discurso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministro da Fazenda, porque parece que ele não está afinado; a orquestra não está tocando junto em relação ao Governo.

Nós tivemos já dois problemas em relação a essa questão do arcabouço. Esse é o terceiro. O senhor deve estar lembrado – está registrado aqui, inclusive foi veiculado aqui na TV – que eu disse, por ocasião da votação do arcabouço fiscal, que votaria contrariamente porque o Governo não cumpriria no primeiro ano. Eu estava errado, Presidente; o Governo não cumpriu antes de começar o primeiro ano da sua execução. Nós começamos o ano, Presidente, com uma perspectiva de déficit em torno de R$70 bilhões; vamos terminar em quase R$130 bilhões. No próximo ano, a discussão que existe dentro do Governo é a seguinte, é um segredo de polichinelo: é evidente que já ultrapassaram as metas que foram definidas no arcabouço; quando isso vai ser anunciado? É um segredo que está desvendado há muitos anos, então é um segredo de faz de conta. Vão aguardar o primeiro trimestre do próximo ano, com o relatório fiscal, para dizer o tamanho do problema que vai ser apresentado ao país.

Eu vou repetir, novamente, para ficar claro: nós estamos repetindo os mesmos métodos, com os mesmos personagens, e nós já sabemos o final dessa história. O final foi 2015, Sr. Presidente, com a catástrofe econômica, social e moral deste país. Nós tivemos a maior recessão da nossa história desde 1948: nós tivemos a maior queda do nosso Produto Interno Bruto; nós tivemos a maior diminuição do número de empregos formais; nós tivemos o maior fechamento em centenas de milhares de empresas. E este Governo persevera pelo mesmo caminho.

Nós assistimos aqui a um debate em que o Governo tenta resolver a questão fiscal do país pelo lado da receita, querendo aumentar a arrecadação, mas não faz o seu dever de casa, não tem credibilidade, não passa confiança à população brasileira de que vai exercer a sua missão e o seu papel de zelar bem pelos recursos públicos.

Nós tivemos, Sr. Presidente, uma consulta ao Tribunal de Contas feita pelo Governo acerca dos limites constitucionais da saúde e votamos aqui R$20 bilhões, além do que foi preconizado dentro do arcabouço fiscal. Em seguida, o Governo começou a fazer discussão sobre o crescimento 0,6% em despesas em 2024, para se sobrepor à necessidade de contingenciamento, que vai ser estabelecida na Lei Diretrizes Orçamentárias e foi feita no próprio arcabouço – isso dá mais 30 bilhões. E agora nós temos um projeto meritório. Eu não estou contra resolvermos a questão da educação do país. Aliás, a educação neste país é uma catástrofe em função da ideologia que foi implantada na formação dos professores e educadores que, infelizmente, saem das universidades desprovidos de ferramentas adequadas para combater o analfabetismo funcional, que virou uma epidemia na nossa sociedade. Basta comparar com países vizinhos; o Brasil está sempre nos últimos lugares do Pisa. Pois muito bem, o Governo aparece com um projeto brilhante: vamos combater a evasão no ensino médio, utilizando para isso R$4 bilhões de um superávit da PPSA, fora do arcabouço fiscal e do Orçamento.

Sr. Presidente, nós estamos praticando o que se denomina aqui de contabilidade criativa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Senador Rogerio, o senhor me permite um aparte?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Essa é a terceira vez, Sr. Presidente, a terceira vez, Líder, que se tenta esse projeto. Agora, até que enfim, da forma correta. As outras vezes tentaram jabutis, tentaram jabuti na calada da noite. Ainda bem que nós detectamos isso e evitamos que esse absurdo acontecesse.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para concluir aqui a minha preocupação, eu, na verdade, aqui faço aqui um papel de zagueiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que o eminente Líder Jaques Wagner deve gostar muito da minha atuação aqui, porque estou preocupado com a questão fiscal, estou protegendo aqui a Fazenda, mas é difícil proteger a Fazenda contra o próprio Governo. É difícil proteger a Fazenda contra a sanha de gastos, de forma populista e irresponsável, que se avolumam.

O mérito de se trabalhar a questão da educação é inegável. Eu gostaria de ver qual é esse projeto. A gente está aqui abrindo uma janela, um furo no casco do tal do arcabouço, que já virou calabouço ou, sei lá, uma canoa vazada, para permitir que nós tenhamos no futuro um projeto para combater a evasão no ensino médio. Por que não dentro do Orçamento? Por que não dentro das regras que estão estabelecidas para dar segurança fiscal ao país? Então essa é a preocupação que nós queremos colocar aqui para os nossos pares e, por isso, nós nos posicionamos contrários a mais essa exceção dentro da regra fiscal do nosso país, que foi proposta por este Governo este ano ainda e foi votada aqui. Está fresquinha, nem começou o ano de 2024.

São essas as observações. Peço aqui aos Srs. Senadores que se atentem a respeito desse projeto.

E volto a afirmar: meritório trabalhar educação dentro das regras previstas. Apresente um projeto para melhorar a questão da evasão, da qualidade, da proficiência da educação dentro do Orçamento e não continue a buscar puxadinhos e volteios em uma ação fiscal que já está completamente remendada.

Em homenagem ao Ministro Fernando Haddad, ao Ministério da Fazenda e à economia brasileira, eu me coloco contrário a mais essa exceção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu só queria fazer uma ponderação, com a vênia do Senador Rogerio Marinho.

É que eu acho que sempre há uma confusão quando se fala da exceção desse ou daquele segmento. A regra do arcabouço, que nós só veremos funcionar – como V. Exa. disse – no ano que vem, ela é clara no limite de despesa do Governo, para cima e para baixo. O fato de você tirar esse ou aquele setor não está bulindo na estrutura básica do arcabouço, que diz até quanto o Governo pode gastar. A depender da variação que tivermos no fechar deste ano, ele tem a banda dele: se a arrecadação subir, ele poderá subir, mas tem que ficar abaixo da arrecadação naquele limite de 70%.

Eu vi essa discussão no fundo de Brasília, vi essa discussão em outro setor daquele primeiro momento, como se dissesse o seguinte: quem está fora pode gastar à vontade. Não pode gastar à vontade! Não é verdade que possa gastar à vontade. Fora ou dentro tem uma lei do arcabouço superior que diz que a despesa total tem que estar escorada em 70% do que for arrecadado. Se subir, tem folga para o Governo. Se baixar, tem um piso para ele não deixar de atender as questões básicas de saúde e educação.

Então, só para entender, isso aqui não é uma liberação do "gastou geral": é dar foco num item que é o item que eu acho fundamental para nós que defendemos a melhoria da educação brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, só um esclarecimento também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Como Relator.) – Secundando o Líder Jaques Wagner e com *data maxima venia* ao caríssimo Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho, primeiramente é o seguinte. O que está sendo feito aqui é a utilização dos recursos do pré-sal para um exercício somente, o exercício 2023, para o fim ao qual o pré-sal se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

destina, inclusive em homenagem a essa emenda originalmente apresentada pelo então Deputado Izalci Lucas no ano de 2011-2012, quando o Fundo Social do Pré-Sal foi criado, que era a destinação desses recursos para a educação. Eu fiz questão, inclusive, de ontem, no meu relatório, adendar a lembrança mais pertinente do colega Izalci Lucas.

Então, nós estamos utilizando o Fundo Social do Pré-Sal, utilizando o fim que o legislador originário aqui – e aqui está uma testemunha dessa – deu para o Fundo Social do Pré-Sal, para um exercício, para 2023, para atender os jovens em condições de vulnerabilidade, que não têm condições, os jovens em situação de vulnerabilidade, do ensino médio, que não têm condições de dar sequência aos seus estudos, e criar uma poupança para esses jovens. É única e exclusivamente este.

A Oposição, corretamente, nos alertou na semana passada de que não era aceitável ir, nesse projeto, essa emenda no âmbito da Lei Paulo Gustavo, embora já tivesse sido aprovada aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Nós aquiescemos, retiramos a Lei Paulo Gustavo e reapresentamos por uma necessidade, primeiro porque não tem nenhuma alteração – reitero – no arcabouço fiscal, nenhuma alteração no marco fiscal. A proposta apenas viabiliza a utilização desse recurso para um exercício para jovens, que, neste momento em que a gente está discutindo agora, estão tendo que abandonar a escola; para jovens que, pela ausência de condições que têm de frequentar a escola, a ausência de condições para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... compra até de material escolar, dos meios mais básicos, estão tendo que abandonar para combater a evasão escolar.

Então, não é única e exclusivamente isso; é para atender a juventude do ensino médio, que está buscando concluir os seus estudos e não tem os meios necessários para isso. É essa a única finalidade desse projeto.

Por isso, precisamos aprovar agora. A pressa é por isto: porque é para o exercício de 2023; não é para o de 2024, não é para o de 2025; não é para o de 2026. Nós não estamos... É uma alteração com um fundo que não está dentro da regra do arcabouço fiscal para um exercício, para atender a juventude brasileira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... que, neste momento, está tendo que abandonar a escola. É esse o sentido do projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Citado, com toda a razão. Art. 14.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Depois do Izalci, um pela ordem rápido também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para explicação pessoal.) – Presidente, é só que eu acho estranho assim: nós aprovamos essa matéria quando discutimos lá a questão do Fundo Social, e apresentei uma emenda para que 50% desse fundo fosse destinado à educação. Então, eu não sei por que não estão aplicando. Até vou dar uma checada agora, para fazer um balanço dos últimos anos sobre aplicação do Fundo Social, se 50% estão indo para a educação. Pelo que me lembro da aprovação de tudo isso, isto aqui já estaria contemplado dentro da obrigação até de investir em educação.

Mas é só para reforçar. Isto aqui, quando fomos discutir o Plano Nacional de Educação, veio a questão do pré-sal; a gente debateu muito para realmente usar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Infelizmente, a educação vem perdendo a qualidade já há algum tempo. Talvez por falta de políticas de Estado, cada um fazendo o que quer e tal, programas que, às vezes, não têm um *link* com os estados e municípios, porque a educação não acontece aqui, na União; ela acontece lá – não é? –, no caso do ensino médio, nos estados.

Então, acho que o Governo precisa fazer uma coordenação e uma articulação melhor com os estados, para, de fato, trazer resultado nessa qualidade e na evasão do ensino médio. Será que alguém sabe por que o aluno vai embora do ensino médio e há evasão? Porque não tem laboratório de ciência, porque não tem computador, não tem internet, não tem nada, não tem valorização da profissão, não tem qualificação, educação continuada para os professores. Esse é o problema.

Então, a gente precisa... Manter apenas o aluno, só com grana, isso já existe em vários estados. Aqui, em Brasília já teve, lá em Goiás, teve – eu não sei se ainda tem – a poupança do ensino médio: bota na poupança; só saca quando terminar o ensino médio, mas é quase que obrigar o aluno a ir por questão financeira, entendeu? Não é pela... Eu aprendi, quando estudei em escola pública, eu ia com vontade, com garra, sonhava em ir para a escola rápido, queria ir para a escola, mas hoje só a questão financeira não resolve; tem que melhorar a qualidade.

É isso aí, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão.

O art. 1º diz claramente aqui que: "[...] [em] 2023, as despesas voltadas a programa instituído por legislação específica para incentivo à permanência de estudantes no ensino médio não serão contabilizadas nos limites de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023", que é justamente o tal do arcabouço, o dito cujo.

Bom, mas a preocupação aqui é o seguinte: o superávit, quando existe, precisa, necessariamente, ser apropriado pelo Orçamento e vira primário. Então, nós estamos dizendo que uma parte desse superávit já vai ter uma destinação específica, o que não está previsto anteriormente pelo arcabouço.

Eu não tenho aqui nenhuma dificuldade de votar um projeto contra ou a favor, até porque quem está instituindo a política é o Governo Federal. A minha crítica não é sobre resolver a questão da educação, porque todos nós somos favoráveis. Eu quero me alinhar com a palavra do Líder Jaques Wagner: todos aqui estão a favor da qualidade da educação. Estou entre eles, Senador. Passei dez ou doze anos lá na Comissão de Educação da Câmara, junto com o Izalci e com outros, trabalhando na questão da educação. O problema é que nós estamos fazendo novamente pelo mecanismo equivocado, nós estamos fragilizando a questão fiscal. Então, quando o Governo apresentar o projeto, qual será esse projeto, de que maneira ele vai ser implementado, eu quero participar do processo de discussão para aperfeiçoá-lo dentro do meu papel como Parlamentar.

Mas, neste momento, nós nos colocamos contrários a mais esse furo no casco, como eu repito aqui, homenageando aqui o Ministro Haddad e reconhecendo o esforço dos nobres Líderes aqui presentes, o Randolfe e o Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sou contra... Todo mundo foi contra. Foi derrotado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Contagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Rejeitado! Rejeitado o relatório, rejeitado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está empatado 4 a 4.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não! Izalci, levante o braço aí de repente. Faça assim: levante o braço aí. Faça assim! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está 4...

O Senador Izalci é favorável ao projeto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ele foi comprometido por Randolfe ali no negócio de 2011...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Não com o Governo, comprometido com a educação, porque essa emenda de 50% do pré-sal para a educação é minha desde a concepção. Agora, na aplicação é que o Governo precisa melhorar a ação, no sentido de melhorar os programas, mas que é um problema grave é. Então, na dúvida, não sou contra, não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Como foi empate, a Presidência tem que desempatar. O meu voto é favorável ao projeto. O apelo é grande, é a educação. E V. Exa. também me convenceu com a sua emenda, que foi apresentada já há algum tempo.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria.

A matéria vai ao Plenário...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu pediria verificação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, tem verificação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A verificação só às 14h25.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, mas é outra votação, Sr. Presidente, outra...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas tem que decorrer uma hora na mesma sessão, na mesma reunião.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Você parece que é do Rio Grande do Norte com esse "oxe"! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Se V. Exas. quiserem esperar até às 14h25, vou passar a Presidência para o Senador Angelo Coronel ou para a Senadora Damares para eu tomar minhas providências com meus comprimidos. (*Risos.*)

Então, aprovado...

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 53ª Reunião, iniciada no dia 20/11...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, Presidente, só uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – A Senadora Damares vai fazer a leitura do relatório do Carlos Viana, como foi feito um acordo com o Jaques Wagner. Só vai fazer a leitura rápida.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah, sim. Só vou terminar essa parte aqui.

A dispensa da leitura e aprovação da Ata da 53ª reunião, iniciada no dia 20/11 de 2023 e reaberta nesta data.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Extrapauta, bem lembrado.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 14
PROJETO DE LEI N° 2838, DE 2020

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo).

Observações: A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo).

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do relatório *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, Senadora, um instantinho só.

Eu queria, nessa questão de ordem, porque eu tenho que sair para tomar os remédios, agradecer aí a nossa equipe, que trabalhou o tempo todo, intensivamente, nesse relatório que foi aprovado hoje aqui na CAE, a todos aqueles que contribuíram, agradecer aos colegas Senadores e Senadoras que votaram favorável ao nosso texto, que esperamos agora aprovar em Plenário, e que se faça justiça para que o clandestino acabe e se torne oficial no Brasil, gerando recursos para os cofres da União, para fazer efeito nos programas sociais.

Eu queria também neste momento, Sr. Presidente, registrar a presença do Deputado Federal Diego Coronel, que está aqui presente, e de toda a equipe da Assembleia da Bahia, liderada lá pelo nosso Deputado Estadual Angelo Coronel Filho, que está lá também vibrando pela aprovação de mais uma matéria nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Tem dois Coronéis na Assembleia da Bahia!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Dois. Lá no Estado da Bahia só dá Coronel.

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise e, ainda, fazendo um resumo. O relatório está muito bem-feito pelo nosso Senador Carlos Viana.

Eu vou direto à análise já, fazendo um resumo da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A competência regimental para que a CAE opine, em decisão terminativa, sobre a matéria advém da interpretação combinada dos arts. 91, inciso I; e 99, incisos I e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

Os incentivos fiscais concedidos são efetivos em aumentar o investimento privado em P&D e a inovação pelas pessoas jurídicas beneficiárias. Há estudos que apontam aumentos de 43% a 81% nos dispêndios de P&D pelas empresas, crescimento de 7% a 11% do pessoal técnico e científico ligado à P&D e incremento na produtividade das beneficiárias. Segundo levantamento da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), a lei proporcionou a criação de ao menos 15 novos centros de P&D, responsáveis pela criação de mais de 20 mil produtos ou inovações desde 2005.

Na audiência pública realizada em 2 de agosto de 2023, percebeu-se a relevância da Lei do Bem para o setor produtivo. Conforme os dados apresentados pelo Sr. José Afonso Cosmo Jr., representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Lei do Bem beneficia atualmente cerca de 4.130 empresas, cuja desoneração total corresponde a uma renúncia de receita de R$5,86 bilhões por ano, mas que, em contrapartida, aumenta o investimento privado em P&D em R$27,19 bilhões.

Ou seja, a Lei do Bem é uma política pública bem-sucedida em promover a inovação no Brasil. Porém, isso não significa que não possa ser melhorada, como nós pudemos perceber nos discursos proferidos na audiência pública que debateu a lei.

Para contemplar as sugestões de melhoria legislativas que foram aventadas na audiência pública, decidimos pela apresentação de um substitutivo que contemple o PL nº 2.838, de 2020, mas que não se limite a ele, compatibilizando-o com o PL nº 2.707, de 2020, também de autoria do Senador Izalci Lucas, e, ainda, com o PL nº 4.944, de 2020, de autoria da Deputada Luisa Canziani, na forma do substitutivo apresentado pelo Deputado Vitor Lippi e aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Por isso, com o substitutivo que ora apresentamos, teremos uma proposição mais completa e compatível com as necessidades do setor produtivo, de modo a dar mais segurança jurídica e a favorecer a inovação aberta, beneficiando micro e pequenas empresas e *startups*.

O substitutivo consiste em 12 artigos. No art. 1º definimos o objeto; do art. 2º ao art. 11, apresentamos as mudanças na Lei do Bem; e, por fim, o último artigo traz a cláusula de vigência imediata.

Assim, com as propostas apresentadas no substitutivo, fortalecemos a Lei do Bem, dando-lhe mais segurança jurídica, reduzindo sua burocracia e fortalecendo a capacidade do MCTI de analisar os projetos de forma célere e transparente.

Voto.

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e pela boa técnica legislativa do PLS nº 2.838, de 2020, e no mérito por sua aprovação na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia, que segue e que já foi publicado.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogerio Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Agradeço a V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um comunicado aqui: amanhã, às 9h30, lá no ministério, Bloco E...

O SR. PRESIDENTE (Rogerio Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... haverá uma cerimônia da Lei do Bem, exatamente essa de que nós estamos propondo alteração. São 18 anos de incentivo à inovação. Então, tem 18 anos que foi aprovada a Lei do Bem, e nós estamos inovando, desburocratizando e investindo. Isso não é despesa, é investimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogerio Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Muito bem, Senador Izalci Lucas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos e suspensa às 15 horas e 19 minutos do dia 21/11/2023, a reunião é reaberta às 10 horas e 51 minutos e encerrada às 14 horas e 12 minutos do dia 22/11/2023.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 836, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 3-CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 836, de 2021. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 42, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a(s) Emendas nºs 2, 3 e 4-CAE. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para o projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 262, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, contrário à Emenda nº 1-PLEN. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 49, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Define novos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para os serviços que especifica; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para o projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Projeto de Lei n° 4849, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria e contrário à emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1246, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CDH. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4809, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir no rol de coberturas obrigatórias insumos e tecnologias aprovados pela Anvisa para tratamento das pessoas com diabetes mellitus tipo 1." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5008, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável à matéria, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Lido o relatório, é aprovado o requerimento nº 24/2024-CAE, para realização de audiência pública, ficando sobrestada a tramitação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 23, de 2024** que: "Requer seja convidado o Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) a fim de prestar informações sobre a interferência indevida do Poder Executivo na gestão da Petrobras sobre a política de retenção do pagamento dos dividendos." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2024** que: "Requer, os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 29, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2024 - CAE sejam incluídos os seguintes que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 30, de 2024** que: "Requer o aditamento ao REQ 24/2024 - CAE para que sejam incluídas as Comissões de Assuntos Sociais e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/12

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de março de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício 74, de 2024, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Ofício 61, de 2024, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Ofício 137, de 2024, da Prefeitura de Belém.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período. (*Pausa.*)

Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer seja convidado o Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) a fim de prestar informações sobre a interferência indevida do Poder Executivo na gestão da Petrobras sobre a política de retenção do pagamento dos dividendos.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 8, de 2024, da CAE.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento do Senador Sergio Moro, tá?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Sr. Senador. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Girão.

O Senador Jorge Kajuru – se a assessoria estiver aqui – é o Relator do primeiro item da pauta. Ele está na CSP.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Como nós tivemos hoje uma audiência pública que acabou se prolongando um pouco, os colegas estão se desdobrando aí entre a Comissão de Segurança Pública e esta Comissão, Senador.

Em primeiro lugar, queria cumprimentá-lo por essa Presidência desta Comissão tão importante da Casa.

Ontem, eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de conversar com o Senador Eduardo Gomes, porque nós temos um projeto de lei da Senadora Soraya Thronicke, que é o PL 5.008, de 2023, sobre a questão da produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e eu tive a oportunidade de conversar com ele ontem, pois tínhamos combinado, no Plenário do Senado, algumas semanas atrás, que, quando esse projeto viesse para a pauta da CAE, antes a gente pudesse trocar umas ideias, porque eu tenho recebido, Sr. Presidente, associações do Brasil inteiro, Sociedade Brasileira de Pneumologia, Instituto Nacional de Câncer, tantas entidades extremamente preocupadas com essa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem querer entrar no mérito, porque nós vamos ter a oportunidade de debater esse assunto, eu fiz um pedido para ele, para que a gente pudesse retirar esse projeto de pauta hoje, pudéssemos conversar... Eu me prontifiquei a ir ao gabinete dele e eu estou nessa expectativa, porque é um assunto em que a gente não está maduro, é um assunto sobre o que teve apenas uma audiência pública, lá na Comissão de Assuntos Sociais, eu estava presente nessa audiência pública, inclusive a Anvisa não foi ouvida naquela audiência pública.

Então, a gente está com um projeto que é extremamente polêmico e que a gente precisa ter calma e enfrentar. Óbvio que precisamos enfrentar esse assunto, mas, como toca na questão de crianças e jovens, eu acredito que a gente precisa maturar, ouvir as entidades. Eu queria levar para o Senador Eduardo Gomes essas ponderações e ele ficou de me receber.

Então, eu queria fazer esse pedido a V. Exa., com a vênia aqui da Senadora Soraya Thronicke, que é a autora do projeto, para que a gente possa retirar de pauta, até porque hoje nós temos uma sessão que está esvaziada, por causa da audiência pública que se prolongou, sobre a questão da rastreabilidade do ouro no Brasil, e deixar para um outro momento essa pauta. É o pedido que eu faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Como o Relator não se encontra, mas se encontra a autora. Senadora Soraya, a senhora quer usar a palavra?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Agradeço, Sr. Presidente, conquanto eu não seja membro desta Comissão. O item é o último da pauta. São 8 itens. Então, o próprio Senador Eduardo Gomes não chegou ainda aqui, mas eu gostaria só de ponderar e dizer que eu estou junto com o Senador Eduardo Girão no que tange à preocupação. Eu estou muito preocupada com as nossas crianças. Eu estou muito preocupada com a saúde das pessoas, eu estou muito preocupada com o que está acontecendo no país acerca dessa temática, que é o uso de dispositivos de fumar, dispositivos eletrônicos de fumar. Por que eu estou preocupada, Sr. Presidente, caros colegas? Porque está liberado no Brasil, totalmente liberado. Totalmente liberado! As crianças, se quiserem, fumam, compram. Está liberado! O intuito é restringir.

E aí eu não sei se o colega, o Senador, leu o projeto de lei. Ele é extremamente rígido com tudo, inclusive prevê pena de prisão, regime fechado, para quem vender para menor de idade. Então, eu não sei se nós estamos aqui discutindo algo que... Devido à urgência deste tema! É urgente! É urgente! Nós não sabemos o que tem aqui dentro disso. Então, vou pontuar. Quantas pessoas estão passando mal por conta do uso disso aqui? Quantas pessoas já morreram no Brasil? Nem o Ministério da Saúde sabe. Se alguém chegar ao hospital dizendo que está passando mal porque utilizou isso aqui...

Aí eu pergunto, o médico vai dizer: "Não, realmente é...". E eu pergunto para esse médico: o que tem aqui dentro? Como foi que ele combateu? O que tem aqui dentro? Nosso colega é veterinário, não sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dia, se você vai ter esse problema, mas um médico tem que saber qual é a substância que ele tem que combater para ajudar o paciente, para cuidar do paciente.

Enfim, eu desafio todos os Senadores nessa urgência. A urgência é na saúde, na segurança pública, na vida das pessoas e também no que causa ao Erário. Todo mundo que atua no nosso país e que tem um CNPJ tem regulamentação, paga imposto. Por que vocês estão defendendo quem vende isso? Por que todo mundo tem que pagar imposto, e esse pessoal aqui, não? Por que todo mundo tem responsabilidade, e esse pessoal aqui, não?

Eu desafio vocês. Eu vou sair agora. Sumam todos os vendedores que não quiserem ser presos, porque eu vou para aquela feira lá, de onde isso aqui veio – porque não fui eu que fui lá buscar –, e vou dar voz de prisão para todos eles. Alguém algum dia fez isso? Teve a coragem de fazer isso? Enquanto isso, o crime organizado toma conta; enquanto isso, as pessoas passam mal; enquanto isso, não sabemos o que tem aqui. E, enquanto se discute algo extremamente simples, porque, na verdade, em tese, é para haver nicotina, e a nicotina é permitida no nosso país. Então, é um contrassenso enorme.

E quero justificar, Senador.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O próprio Barra Torres, naquela audiência pública, disse que a Anvisa não deveria se manifestar, porque seria um caso de prejulgamento. Ela iria ouvir. A resposta que a Anvisa deve dar é no papel, se responsabilizando com o "sim" ou com o "não", mas, dizendo "não", eu quero saber quem paga essa conta e quem segura este uso desenfreado.

Então, só para a gente partir de uma discussão mais adulta, está liberado. O que nós queremos é restringir e responsabilizar. Quem é contra o PL é a favor da plena liberação e da anarquia neste país, do não recolhimento de impostos e da morte de crianças, adolescentes e adultos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu fui citado e eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, tem aqui um requerimento de V. Exa. extrapauta. Eu só pediria, porque o Relator do item nº 1 chegou e ele está na Comissão de Segurança, para nós passarmos por esse item. Depois, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ler aqui o requerimento extrapauta, que é um pedido de audiência de V. Exa., com relação a esse projeto de cigarros eletrônicos. Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ser, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 836, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CRA, com relatório favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo).

2. Em reunião realizada em 27/02/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

3. Em 12/3/2024, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do senador Sergio Moro.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Jorge Kajuru se gostaria de fazer uso da palavra.

Com a palavra, Senador Jorge.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Respeitado amigo goiano, Senador Vanderlan Cardoso, Presidente desta importantíssima Comissão, eu vou ser rápido, em função de que tenho presencialmente um voto lá na Comissão de Segurança Pública, da qual sou Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, de forma muito clara, que a supressão do art. 9º vem ao encontro do acordo que fiz com o Senador Moro e com a Senadora Margareth, e mantenho a posição do meu Líder, Senador Jaques Wagner, em relação ao prazo de 90 dias.

É o que eu tenho a dizer. Nada mais a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Kajuru.

A matéria está em discussão.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Também de uma forma rápida, eu quero aqui parabenizar, mais uma vez, a Presidência aqui da CAE...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... exercida pelo senhor e dizer aqui, parabenizando o Relator e também o Líder do Governo pela construção que foi feita depois da audiência pública, em que o nosso Líder Jaques Wagner sugeriu aqui que realmente fosse acatada, mostrando que vai ser unânime, um projeto votado por unanimidade, acatada a emenda tanto do Senador Moro como também da Margareth, que estavam aqui também presenciando a discussão.

Eu quero aqui só parabenizar a construção coletiva dessa unanimidade num projeto que é muito importante, parabenizando o autor e todos os trabalhos que estão acontecendo para que a gente pudesse ter uma discussão aprofundada através das audiências públicas, para que a gente construísse um consenso e hoje pudesse votar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E o Relator a senhora não vai parabenizar, não? (*Risos.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O primeiro que parabenizei foi o Relator, que acatou a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Kajuru, preste atenção! Foi o primeiro que ela cumprimentou.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei. Eu adoro cutucar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Uma observação que eu gostaria de fazer é sobre a importância das audiências públicas. Eu não pude participar, Senador Lucas Barreto, da audiência pública que aconteceu há pouco, mas tive informação de que foi esclarecedora. Algumas dúvidas que tiveram foram tiradas pelo Relator, pelo Líder e pelo autor da matéria. Isso facilitou para que houvesse o acordo que a Senadora Augusta acabou de mencionar.

Então, quero parabenizar o Senador Jaime Bagattoli, que foi o autor do requerimento dessa audiência pública, e todos aqueles que participaram dessa discussão.

A votação será nominal.

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei nº 836, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim" – os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Acho que está com problema o painel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós estamos com um problema no painel, mas dizem que é um minuto e já começou a contar esse minuto.

Vamos aproveitar e pedir aos Senadores presentes aqui que façam ligações para os colegas para eles virem votar. Nós estamos com um quórum de 25, Senador Kajuru. Então vai ser rápido para votar esse projeto aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode ser, Senador, pelo aplicativo, desde que volte aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Desde quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Desde que volte aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, está aberto.

Está com um probleminha aqui. Ele está aguardando só um pouquinho. Se não resolvesse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É nominal, Senador.

Se não voltar rápido, Senador, nós vamos passar para o item 2. Mas vamos aguardar só mais um segundinho aí, um minuto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Um minuto já passou. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esse item 2 é simples? (*Pausa.*)

Item 2 da pauta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já? Disse que está vindo, que está chegando. Está passando ali no Plenário. Disse que está vindo. (*Pausa.*)

A informação é que já abriu. Vai aparecer. (*Pausa.*)

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Lucas Barreto!

Quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

Senadora Teresa Leitão, a votação está aberta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Weverton, Senador Cid, Senador Izalci – matéria que ele queria tanto votar... Senador Rogerio Marinho também.

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Peço que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Votos: 16 SIM; NÃO, nenhum.

Aprovada a Emenda nº 2–CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 836 de 2021.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Presidente Vanderlan Cardoso, eu creio que o senhor pode anotar como mais uma marca inédita na sua história como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, porque, da maneira como foi o diálogo, isso raramente aconteceu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu creio que o senhor não tem lembrança semelhante.

Então, tanto o Senador Jaques Wagner, autor, como eu, Relator, saímos satisfeitos e agradecemos a todos e todas.

Como ele é terminativo, não tem pedido de urgência do Plenário.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado e parabéns, Senador Kajuru, pela construção; a V. Exa., nosso Líder Senador Jaques Wagner, que foi o autor do projeto, muito bem construído – parabéns! –; e a todos os Senadores que participaram dessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 42, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.*

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Nelsinho Trad se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente Vanderlan Cardoso, como já lemos o relatório anteriormente e disponibilizamos antecipadamente o novo relatório, com as três emendas que apresentamos, vamos direto ao voto, se V. Exa. permitir.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017, da Emenda nº 1 – CAS, e das seguintes emendas:

> EMENDA Nº – CAE
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017, a seguinte redação.
> "[...] 2º Os medicamentos e equipamentos necessários aos pacientes de que trata esta Lei poderão ser encaminhados para suas residências ou instituições onde são acompanhados, cadastradas pelas autoridades de saúde competentes, sem qualquer ônus para o usuário, na forma do regulamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Caso o Poder Executivo não publique a regulamentação de que trata o *caput* em até dois anos após o início da vigência desta Lei, os pacientes terão direito aos medicamentos e equipamentos indicados pelo profissional de saúde competente."

A outra emenda:

EMENDA Nº – CAE
No art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017, insira-se a expressão "na forma do regulamento" após a expressão "por parte da autoridade de saúde responsável por seu fornecimento".

A última emenda:

EMENDA Nº – CAE
No art. 4º [...], substitua-se a expressão "na forma do regulamento" pela expressão "na forma da legislação".

Sr. Presidente, em síntese, esse é um projeto que vem atender as necessidades dos pacientes com doenças raras que levam ao atrofiamento da musculatura em geral.

Para alguns que não sabem, o diafragma é um músculo responsável pela respiração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... e ele se movimenta involuntariamente, sem a gente perceber. Com essa doença, o diafragma também é afetado. Ele para de fazer as contrações para o indivíduo respirar. Esse indivíduo, para poder sobreviver, tem que fazer uma traqueostomia definitiva e ficar com um aparelho que promova esse estímulo ao diafragma para ele poder respirar. Então, é uma situação extremamente grave. O paciente sabe que ele tem a data marcada para ele poder partir deste mundo para um mundo melhor.

E digo a V. Exa.: nada mais sensível e justo do que a gente poder, nesses poucos casos – ainda bem – que existem no Brasil, dar uma assistência completa ao paciente que precisa.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Nelsinho Trad, V. Exa., médico que é, conhece bem e sabe do que está falando.

Essa doença não está tão rara assim mais. Ela tem se alastrado, e eu tenho acompanhado. Inclusive, a nossa Universidade Federal de Goiás, nossos pesquisadores, cientistas, está fazendo um trabalho belíssimo com o estudo de doenças raras, principalmente a ELA, que é essa que atrofia, essa que deixa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa sem condições nenhuma, mas com a cabeça perfeita, o que talvez seja mais doído nela, porque a pessoa não mexe mais, às vezes mexe o olho... E eu tenho um grande amigo que está nessa fase.

Então, nós intensificamos ali, junto à Universidade de Goiás, Senador Girão, colocando ali equipamentos, através de nossas emendas, para adquirir aparelhos para intensificar essas pesquisas. Inclusive, o último aparelho agora foi quase R$3 milhões. E eu sou otimista, Senadora Soraya. Eu creio que nós vamos encontrar uma maneira de, através da pesquisa, da ciência, em poucos anos – eu estipulo aí entre três, quatro, no máximo cinco anos, porque eu sou muito otimista –, pelo menos paralisá-la, Senadora Augusta, pelo menos paralisá-la; que ela não vá naquela velocidade que vai.

A desse amigo de que eu estou falando foi em muito pouco tempo. Eu o estive visitando há duas semanas, então já está nesse estado, com o aparelho aqui, não come mais nada. Então é uma doença que precisa, sim... Graças a Deus, ele tem condições de manter os aparelhos, manter enfermeira, manter... E quem não tem?

Então, parabéns, Senador, pela defesa. Eu creio que nós não vamos ter problema nenhum em aprovar esse projeto, porque ele é justo, ele é meritório. E V. Exa. fez um relatório perfeito. Parabéns.

A matéria está em discussão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – É apenas para registrar para os colegas que semana retrasada a gente participou, na Catedral de Brasília, de uma missa, no Dia Internacional das Doenças Raras. Essa missa foi celebrada pelo Padre Márlon Múcio, que tem uma doença rara que também leva à paralisação das musculaturas. Ele tem uma traqueostomia definitiva, ele usa um aparelho para conseguir respirar, mas é um padre que tem um astral e que tem uma vivência de otimismo, mesmo diante de toda a situação que ele vive. Foi realmente um momento único na minha vida participar dessa celebração, ao lado de vários pacientes com doenças raras.

Esse padre até foi notícia no último domingo, no programa Fantástico. Ele vai ser recebido pelo Papa. Através da sua luta em Taubaté, ele conseguiu formar um centro de especialidade de doenças raras, que vai evoluir para um hospital. Ele vai promover uma corrida para que essas pessoas possam sair um pouco de casa, para andarem alguns metros, para viverem.

Então, eu quero compartilhar isso com os colegas. Quem não conhece a história desse padre, que pesquise, porque é algo muito forte espiritualmente. Parece que a gente sente a presença de Deus na hora em que você está perto dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria de deixar esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2, 3 e 4 da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

Será que cabe urgência? Senador Nelsinho, o senhor quer pedir urgência no Plenário?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Sim, senhor. Gostaria porque a esperança de dias melhores tem pressa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Eu vou ceder o microfone para V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A esperança é algo em que o ser humano precisa ter pressa para que ela possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017. Pedido pelo Relator Senador Nelsinho Trad.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador. Vai ao Plenário.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 262, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAE e pela CDR, com parecer favorável de ambas.

2. De autoria do senador Carlos Viana, foi apresentada em Plenário a Emenda nº 1-PLEN, que volta à CAE para receber parecer.

3. A matéria será apreciada pela CDR.

Designo a Senadora Augusta Brito para relatoria *ad hoc*.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada mais uma vez, Sr. Presidente.

Eu quero já pedir permissão, em se tratando de um projeto que foi amplamente discutido aqui também, para que eu possa fazer a leitura do relatório, que é só da emenda que foi apresentada no Plenário, ressaltando que já foi aprovado o projeto aqui na Comissão, a partir da análise. Pode ser?

Obrigada, meu querido Presidente.

Então, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei Complementar nº 262, de 2019, do Senador Flávio Arns, que "altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já indo direto para a análise porque este parecer é só da emenda que foi apresentada no Plenário, conforme o art. 99, compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos de quaisquer matérias que lhes sejam submetidas por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário e, ainda, que tratem de política de crédito.

De acordo com o inciso IX do art. 21 da Constituição Federal, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. Nos termos do art. 48, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. A matéria tampouco se enquadra entre as competências privativas do Presidente da República previstas nos arts. 61 e 84 do texto constitucional, ou viola cláusula pétrea. Ademais, não fere a técnica legislativa, consoante a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, nem apresenta vício de juridicidade.

A Emenda nº 1 – PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana, foi apresentada perante a Mesa do Senado com o objetivo de acrescentar as franquias empresariais, de que trata a Lei nº 13.966, de 26 de dezembro de 2019, como beneficiárias dos recursos do FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste), do FDA e do FDCO, juntamente com as sociedades cooperativas. Para tanto, altera a redação do art. 3º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 2001, do art. 3º também da Medida Provisória nº 2.157-5, de 2001, e do art. 16 da LCP nº 129, de 2009, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º do PLP nº 262, de 2019, respectivamente.

Na justificação, o autor aponta que as franquias empresariais são um setor importante da economia, mas têm enfrentado dificuldades para acessar os recursos dos fundos de desenvolvimento, argumentando que há uma semelhança entre essa situação e aquela que motivou a apresentação do PLP nº 262, de 2019, no caso das cooperativas. Concordamos que se trata de um setor relevante, sobretudo para a geração de empregos. No entanto, avaliamos que a dificuldade apontada possivelmente seja explicada em grande parte pela incompatibilidade entre os projetos do setor de franquias empresariais e os objetivos e prioridades dos fundos de desenvolvimento.

Por seu turno, o setor de franquias se concentra em atividades comerciais de varejo, com projetos tipicamente de pequeno porte, para os quais, a propósito, há uma variedade de instrumentos de crédito disponíveis, por exemplo, por meio da Caixa Econômica Federal, entre outras instituições financeiras. Vale lembrar que inclusive recursos do BNDES e de fundos constitucionais de financiamento são disponibilizados para o financiamento de empreendimentos de franquias empresariais.

Posto isso, não acatamos a Emenda nº 1 – PLEN.

Vou direto agora ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLP nº 262, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1 – PLEN.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 1 – PLEN.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Eu queria aqui fazer uma observação sobre esse projeto, muito bem relatado pela Senadora Augusta. Esse é um projeto que autoriza, Senador Girão, os fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste a repassarem os recursos também, para as nossas cooperativas terem acesso a esses recursos.

Eu tenho certeza de que hoje, Senador Izalci, o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, o Sr. Márcio, está muito feliz; e, em especial, também o do meu Estado de Goiás, o Luiz, está muito feliz, porque esse projeto vai atender milhares e milhares de cooperados pelo Brasil afora. O cooperativismo, Senador Efraim, tem crescido bastante em nosso país.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 2022

- Não terminativo -

Define novos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para os serviços que especifica; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senadora Damares.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só pedindo vênia à nossa Relatora, eu tenho uma entrevista agora ao meio-dia, ao vivo, e vou ver se consigo retornar, mas só queria deixar uma posição sobre os temas que estão na pauta, porque acredito que V. Exa. também irá refletir para decidir.

O PL seguinte, que é o item 5, é sobre a questão do Cadastro Positivo, e o Relator não está presente. Eu gostaria de discutir a matéria e não sei se será decisão de V. Exa. fazer *ad hoc* ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Relator pediu para retirar de pauta esse item, Senador.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4849, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável à matéria e contrário à emenda nº 1.

Observações:

1. Em 6/6/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana.

2. Em 26/02/2024, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

3. A matéria será apreciada pela CTFC, em decisão terminativa.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, ótimo! Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Volta na próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu gosto de me aproximar...

No item 7, que é a respeito da diabetes, minha posição é favorável, até por ter diabetes tipo 2, e aí se trata do tipo 1.

E, no 8, que é o tema dos *vapers*, eu também gostaria de avançar na discussão. Tem aí um requerimento de audiência pública. Não sei se uma solução mediada poderia ser fazer a vista do parecer, para que todo mundo tenha conhecimento, e deixar essa decisão da discussão para depois.

Era essa a minha contribuição.

Vou tentar voltar e agradeço a tolerância da Senadora Damares Alves para esse pequeno aparte.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Efraim, já que a Senadora Damares está ali tranquila, aguardando o desdobramento dessa nossa prosa, sobre o item 7, que é dos diabéticos – tem muita gente que veio de fora –, o Senador Otto está terminando uma reunião e provavelmente vai chegar aqui até chamarmos esse item.

O outro item, que é o item 8, que V. Exa. mencionou, é o dos cigarros eletrônicos. É isso?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Tem um pedido de audiência pública, que eu vou ler logo em seguida. É um requerimento do Senador Girão de audiência pública. Está aqui a Relatora... (*Pausa.*)

É, então, tem esse pedido aqui de audiência pública, e, logo que chegar a esse item, nós vamos chegar a um entendimento aqui sobre esse item.

Senador Izalci.

A Senadora Damares está com muita paciência.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Otto! Com a onipresença da palavra, V. Exa. o mencionou, e ele acabou de adentrar o recinto. Está aqui conosco.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Conte com o meu voto a favor, Otto. Estamos juntos!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, total apoio também ao item 7, mas eu queria pedir a V. Exa... Nós chegamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Carlos Viana leu o relatório e deu parecer favorável ao projeto da Lei do Bem, a Senadora Damares leu o relatório, e aí tiraram de pauta para voltar na sequência e ainda não foi resolvida essa questão da Lei do Bem, que é muito importante para o país.

Parece que não tem pedido de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, quanto ao pedido de audiência, devido à agenda nossa, nós já estamos marcando duas audiências por dia. Se eu não me engano, hoje vai ter uma às 2h da tarde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Pode ser na quinta, na sexta, em qualquer horário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas vamos dar prioridade aqui. Inclusive, vamos marcar, e V. Ex. vai presidir para dar mais agilidade. Pode ser?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Na sequência, eu pediria a V. Exa. que botasse na pauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Senador Izalci tem vantagem. Ele pode fazer no sábado e no domingo também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É, pode ser sábado...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É, já que ele mora aqui. (*Risos.*)

Tranquilo, Senador Izalci.

Já nós vamos votar o requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Próxima terça-feira, Senador Izalci, serve para V. Exa.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então vamos marcar para as 9h da manhã. V. Exa. preside.

Senador Wellington, lembrando que a Senadora Damares está...

Ela disse que está tudo tranquilo, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro aqui que eu acho que é muito importante. Se V. Exa. me permitir dois ou três minutos, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui, eu tenho certeza que principalmente por ser mato-grossense, a nossa felicidade de ver hoje o destaque do Presidente do Banco Central do Brasil. Ele é neto do nosso Roberto Campos, que é cuiabano, ali de Santo Antônio do Livramento, e foi nosso Senador da República.

Hoje o Banco Central do Brasil, eu quero registrar, recebe o prêmio do Bank of the Year, que é concedido ao Banco Central. E esse reconhecimento é o resultado direto do compromisso, dedicação e liderança exemplar demonstrada pela atual diretoria, em especial pelo Presidente Roberto Campos Neto.

Sob a orientação visionária de Roberto Campos Neto e toda a Diretoria, o Banco Central do Brasil tem navegado por águas desafiadoras, com destreza e também determinação. Em um cenário global marcado por incertezas e volatilidades, a equipe do Banco Central demonstrou uma capacidade excepcional de adaptação e resiliência, garantido a estabilidade e a solidez do sistema financeiro brasileiro.

O Presidente Roberto Campos Neto tem sido uma força motriz por trás das iniciativas inovadoras e das políticas pragmáticas que fortaleceram a posição do Brasil no cenário internacional. Sua liderança inspiradora e sua visão estratégica têm sido fundamentais para impulsionar o Banco Central do Brasil rumo ao sucesso, elevando-o à posição de destaque que hoje ocupamos.

Esse prêmio não é apenas um reconhecimento do desempenho excepcional do Banco Central do Brasil, mas também um testemunho da competência e liderança exemplar da atual Diretoria. Em um momento em que a confiança e a credibilidade das instituições são mais importantes do que nunca, a Diretoria tem demonstrado um compromisso inabalável com os mais altos padrões de excelência e integridade.

Por isso, gostaria de estender aqui os nossos agradecimentos e reconhecimento a cada membro da Diretoria pelo seu trabalho incansável e dedicação em servir ao povo brasileiro. Seu profissionalismo, *expertise* e compromisso com a missão do Banco Central do Brasil são verdadeiramente inspiradores e merecem ser celebrados.

À medida que avançamos para o futuro inspirados por essa conquista notável, recebemos nosso compromisso, assim como toda a Diretoria – isso aí foi um trecho que ele falou –, de continuar trabalhando incansavelmente, para promover a estabilidade econômica, fortalecer o sistema financeiro e promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a liderança exemplar da atual Diretoria, o Roberto Campos diz que está confiante de que continuará a alcançar novos patamares de excelência e a servir como um farol...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... de confiança e estabilidade em tempos de desafios.

Por isso, eu quero aqui, Sr. Presidente, parabenizar a Diretoria e também o Presidente Roberto Campos Neto pelo merecido reconhecimento. Que esse prêmio seja um testemunho também do nosso compromisso inabalável com o progresso e a prosperidade do Brasil.

E aí, Sr. Presidente, sem citar um trabalho nosso, do Congresso Nacional e de V. Exa., que na pandemia esteve sempre presente aqui, para que a gente votasse as matérias, principalmente na área econômica, para que o Brasil não parasse. E aí nós temos que registrar também o Pix, não é, Sr. Presidente?

Também o Roberto Campos já recebeu esse prêmio nos Estados Unidos. Hoje é reconhecido como a maior democratização do sistema financeiro brasileiro, onde o papel-moeda praticamente inexiste. Em qualquer lugar, é possível fazer uma transação – lá numa praia, em qualquer canto – com um ambulante que está vendendo ali um produto a R$1, a centavos, enfim. Então, esse é verdadeiramente um registro que fazemos aqui do papel do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Justo esse registro, porque é motivo de orgulho para nós tudo que foi implementado sob a gestão do Roberto Campos Neto no Banco Central. Estamos colhendo os frutos desse trabalho. O Pix, hoje, a gente sabe que está vindo o mundo inteiro querendo copiar. Então, já estamos exportando tecnologia. O Pix é motivo de muito orgulho para todos nós. Eu só fiz uma observação por esses dias, porque os juros estão baixando muito devagar. Nós temos que dar um jeito aí, Girão, de o juro dar uma... Já que a inflação está muito baixa, baixar pelo menos mais um pouquinho, viu, Damares? Nós estamos precisando, precisamos retomar o desenvolvimento deste país com o jurinho mais em conta – pelo menos, mais um pouquinho.

Senador Moro, já que a Senadora está aqui tão paciente conosco – e ela está com a palavra, a Senadora Damares –, se V. Exa. pediu a palavra, ela já me autorizou a dar a palavra para V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, ela vai ler um relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Não, rapidamente, Presidente, sei que há o adiantado da hora aí, mas também não posso deixar de secundar aqui as palavras do Senador Wellington Fagundes do elogio ao reconhecimento internacional, mais uma vez, do Banco Central brasileiro e da gestão atual do Roberto Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aliás, até me permito aqui, Senador Wellington, dizer que esse tipo de reconhecimento é um indicativo de que nós temos que avançar na autonomia do Banco Central, com o projeto do Senador Plínio Valério, para dar ao Banco Central também autonomia orçamentária e financeira, já que o Banco Central, apesar desse reconhecimento internacional, tem perdido os quadros profissionais por conta das dificuldades de gestão e em ter um orçamento adequado para o exercício da plenitude das suas funções.

Mas sem me alongar aqui, poderia falar bastante em termos de elogio, mas já que já estamos no horário do meio-dia, apenas endosso as palavras do nosso Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Na mesma linha, rapidamente, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, Senador Moro, e o trabalho que vem sendo feito pelo Presidente do Banco Central, a partir de uma iniciativa nossa aqui, que foi a questão da autonomia, independência do Banco Central. E eu quero aqui render as minhas homenagens ao Senado Plínio Valério, que foi o pioneiro naquele momento, que foi o Relator desse projeto, e cumprimentá-lo também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque eu acredito muito importante esse equilíbrio, esse contraponto, e ele tem feito com muita técnica, tem feito com muita serenidade, com muita firmeza, segurando pressões mil aí. Está de parabéns o nosso Presidente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares, agora de fato e de direito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Damares pediu para eu falar aqui duas frases de Roberto Campos, com autorização dela. (*Risos.*) É isso, Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai, Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, entre as dez frases famosas de Roberto Campos, eu quero citar duas, que eu acho que são bem oportunas. Ele dizia o seguinte: "Quando cheguei ao Congresso, queria fazer o bem. Hoje acho que o que dá para fazer é evitar o mal". E ainda ele dizia: "As reformas não conseguirão piorar nosso manicômio fiscal. Mas, como dizia um engraxate da Câmara, não há perigo de melhorar". Portanto, nós estamos nesse momento, não é? Vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentar aí a reforma fiscal, e aí lá fora, a grande preocupação da população: "Gente, para de aumentar imposto".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares, por favor, Senadora Damares. Não abre mais exceção, não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Não, eu vou abrir, eu vou abrir. Eu vou abrir por uma causa justa. Essas mães que estão na luta pela diabetes, pelo tratamento da diabetes, estão de pé desde 8h30 da manhã; algumas chegaram aqui antes das 8h da manhã. E elas são mães, têm que ir para casa, dar comida para os meninos, levar para a escola. Então, eu queria propor que eu fizesse uma inversão. O Senador Otto lê o relatório dele, para elas festejarem – a gente vai aprovar por unanimidade, tenho certeza –, irem embora, e eu leio em seguida. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu consulto aqui os Senadores e as Senadoras se podemos fazer a inversão. O.k.? (*Pausa.*)

Vamos fazer a inversão. Item 7 da pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4809, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir no rol de coberturas obrigatórias insumos e tecnologias aprovados pela Anvisa para tratamento das pessoas com diabetes mellitus tipo 1.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Vanderlan Cardoso e também a sensibilidade social da Senadora Damares, para a leitura desse projeto a respeito de uma doença crônica grave que é o diabetes *mellitus*, sobretudo grave no início, na infância.

As pessoas que têm essa doença desde o começo da vida têm sérias complicações, graves complicações. É uma doença que cursa com cansaço físico, micção frequente, vista turva, uma série de sintomas e leva, quando não tem um tratamento adequado, a outras graves complicações, como o pé diabético. E tantas e quantas vezes eu tive a oportunidade de intervir cirurgicamente para resolver problemas por falta de tratamento, por falta de insumos necessários para corrigir e inibir as complicações graves da diabetes tipo 2, diabetes *mellitus*, de que são acometidas pessoas, sobretudo, na juventude e na infância. E a diabetes da infância é muito complicada.

Eu peço a V. Exa. que possa ir à análise do tema.

Quero dizer da iniciativa do Senador Alessandro Vieira em incluir essa matéria, que eu acho justa, e que os planos de saúde, claro, terão que incluir no rol para a cobertura obrigatória com insumos e tecnologias aprovadas pela Anvisa para o tratamento do diabetes *mellitus* tipo 1.

Na análise do projeto, eu devo dizer a V. Exa. que esta Comissão, de acordo com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, pode opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário. Tendo em vista que a matéria foi distribuída para a Comissão de Assuntos Sociais... Saindo daqui, vai para... Ela não é terminativa aqui.

É importante ressaltar que o diabetes tipo 1 é uma doença crônica que requer tratamento de longo prazo. Os pacientes com essa condição necessitam de cuidados específicos, incluindo o uso de insumos e tecnologias, para controlar adequadamente seus níveis de glicose no sangue, pela insuficiência do pâncreas de produzir a insulina. A incorporação desses elementos como cobertura obrigatória nos planos de saúde tem implicações significativas tanto para os pacientes quanto para o sistema de saúde como um todo.

No que se refere aos impactos econômicos dessa medida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... é preciso considerar que o diabetes, como doença crônica, tem que ter o tratamento moderno e adequado para a solução, e o sistema de saúde, sobretudo os planos de saúde, deve arcar com essa responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inclusão dos insumos e tecnologias essenciais para o tratamento do diabetes *mellitus* tipo 1 nos planos de saúde privados pode contribuir para reduzir a pressão sobre os recursos públicos inclusive, porque o Sistema Único de Saúde hoje arca com, praticamente, em quase todos os estados... No meu estado, o SUS é responsável por 82% de todos os atendimentos na área de saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ou seja, só 18% têm seguro de saúde, incluindo-se aí os segurados do estado.

Além disso, ao garantir o acesso a esses insumos e tecnologias por meio dos planos de saúde, a proposta visa a aprimorar a qualidade de vida dos pacientes com diabetes *mellitus* tipo 1, reduzindo o risco de complicações graves associadas à doença. Com um melhor controle da glicose no sangue, é esperado que a longo prazo haja uma diminuição nos custos relacionados ao tratamento de complicações, como retinopatia diabética, doença renal do diabetes, neuropatia periférica, amputações e tantas outras complicações do diabetes.

Dessa forma, sob uma perspectiva econômica, a inclusão dessas coberturas obrigatórias nos planos de saúde pode ser vista como uma medida preventiva que busca reduzir custos no sistema de saúde a médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que promove a qualidade de vida dos pacientes que são acometidos por essa doença.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.809, de 2023, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto.

Esse relatório de V. Exa. foi feito com muita propriedade, porque é médico e entende muito bem desse assunto.

A matéria está em discussão.

Senador Lucas Barreto, com a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui o relatório do Senador Otto e dizer também que no serviço público, na saúde, na atenção primária, quanto a diabetes tipo 2, já aí, nós precisamos também modernizar não só a insulina mas as drogas que cuidam. Nós ainda estamos na época da glimepirida, da metformina, quando já tem coisa muito mais avançada que pode ser distribuída, e eu penso até que com um custo bem menor para o Governo Federal.

Parabéns, Senador Otto. Meu voto é favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senadora Zenaide, com a palavra.

Médica também, viu, gente?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar o Senador Alessandro Vieira e o nosso Relator Otto. Realmente, a diabetes tipo 1 é uma doença crônica, considerada uma doença autoimune e que leva a milhares de dificuldades na vida dessas pessoas. Começa quando crianças e uma grande maioria demora até ter o diagnóstico. Muitas crianças têm o diagnóstico já quando entram em coma. Então, nós temos que ter esse olhar diferenciado. A diabetes, gente, é uma grande doença, ela mexe com todos os órgãos vitais do ser humano. E essa infantojuvenil é algo sobre a qual a gente deve ter um olhar bem diferenciado, para essas crianças e para essas famílias dessas crianças, que muitas vezes têm novas tecnologias, mas que não foram incorporadas ao elenco SUS e que ficam tendo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... um tratamento; e com esse tratamento sem as novas tecnologias, eles ficam tendo muito mais sequelas do que tem acesso a coisa mais moderna e tal. Lembrando que a infantojuvenil, a tipo 1, é uma doença crônica e autoimune, e ela não é fácil de lidar.

Por isso, parabéns, Otto. Vamos ter um olhar porque a quantidade de brasileiros... Eu nem tenho aqui a estatística, mas já é um número bem avançado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. (*Palmas.*)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui cumprimentar o pessoal do Instituto Diabetes Brasil, pessoas com diabetes: Anna Patrícia, meus cumprimentos. Os nomes das mães pâncreas, que estão aqui: Jaqueline Correia, Presidente do Instituto Diabetes Brasil; Cristina Orráxi – meus cumprimentos, Cristina; Célia – meus cumprimentos, Célia; Carlene, meus cumprimentos; Naiara, que veio hoje de madrugada, gente. Damares, que decisão maravilhosa que você teve, que ideia brilhante! Ela veio hoje de madrugada de Minas Gerais. Cadê ela? Seja bem-vinda. Está sem dormir, mas agora você já pode tirar uma soneca na parte da tarde. Então, parabéns! Obrigado. Sejam sempre bem-vindas a esta Comissão.

Senador Otto, o senhor quer usar a palavra?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Quero só destacar aqui a sensibilidade social da Senadora Damares, que pediu a inversão da pauta para que as mães pudessem ter essa votação por unanimidade, simbólica. A matéria vai para a Comissão de Assuntos Sociais – espero que lá seja definitivamente aprovada e passe a ser uma lei que seja cumprida pelos planos de saúde. É perfeitamente legal que seja feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O item 4 da pauta já foi lido, Projeto de Lei de Complementar nº 49, de 2022.

A palavra está com a Relatora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Antes da leitura, eu quero fazer coro com os demais colegas aos elogios ao nosso Presidente do Banco Central, que já ganhou duas vezes como o melhor Presidente de Banco Central do mundo. E, agora, ele coloca o nosso Banco Central como o melhor do mundo. Parabéns, Roberto!

Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

Como a proposição foi distribuída apenas à CAE, seguindo posteriormente a Plenário, vamos também opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do PLP nº 49, de 2022, ora em análise.

O PLP nº 49 é constitucional tanto do ponto de vista formal quanto material. A constitucionalidade formal é assegurada, uma vez que não há vício de iniciativa, nem de competência, sendo a matéria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência da União e regida por lei complementar, conforme dispõem os incisos I do art. 24 e III do art. 146, ambos da Constituição Federal. A proposição não afronta cláusula pétrea...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... nem qualquer outro ditame da Carta Magna, logo é formal e materialmente constitucional.

A proposta atende ao pré-requisito da juridicidade, inovando o ordenamento jurídico ao alterar o Cnae e a Lei Complementar nº 123, de 2006, que rege aqueles que optam pelo MEI.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A proposição tramita conforme o Risf, atendendo ao requisito da regimentalidade. Igualmente, ela respeita a boa técnica legislativa disposta na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao aspecto econômico e financeiro, a proposição não implica aumento nem redução de receita orçamentária, haja vista que os profissionais dos serviços contemplados pela matéria já utilizam o regime simplificado do MEI, porém se enquadrando em outra subclasse Cnae 9602-5/02 (atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza).

Ou seja, a proposição não terá impacto sobre as receitas fiscais do Governo nem implicará desoneração.

Mesmo que os profissionais de serviços – atenção, mulheres, geração de emprego – de bronzeamento e de *design* de sobrancelha já sejam MEI, há enorme insegurança jurídica pois ambas atividades não têm um código Cnae próprio, entrando na subclasse que engloba diversos serviços estéticos que não se enquadram como "cabeleireiros, manicure, pedicure", ou seja, as atividades identificadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas 9602-5/02 são definidas por exclusão, o que cria insegurança jurídica quanto ao seu enquadramento legal.

Ao dar um código próprio para o serviço de bronzeamento e *design* de sobrancelhas, a proposição aumenta a segurança jurídica, diminui a burocracia e incentiva indiretamente esse importante setor econômico. Atualmente – olha que lindo, Presidente – há cerca de 120 mil profissionais desses serviços no Brasil e, com a proposição, a tendência é aumentar, haja vista a maior facilidade que terão para se identificarem enquanto MEI e, consequentemente, formalizarem o seu negócio. Portanto, o projeto é meritório e poderá gerar muito emprego no país.

Meu voto: pelo exposto votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 49, de 2022, e, quanto ao mérito, por sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senadora Damares, você vai fazer o pedido de urgência da...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sim, Presidente. Por ser o mês da mulher e por ser uma área que contempla tantas profissionais mulheres, eu quero pedir urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 4, Projeto de Lei Complementar nº 49, de 2022.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1246, DE 2021

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CDH, e contrário à Emenda nº 1.

2. A matéria será apreciada pela CCJ.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira designa a Senadora Augusta Brito para fazer o relatório.

Relatório favorável ao projeto com a emenda nº 2-CDH.

Observações: a matéria foi apreciada pela CDH com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 2-CDH e contrária à Emenda nº 1. A matéria será apreciada pela CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada. Obrigada mais uma vez, Sr. Presidente, quero aqui já pedir a permissão para começar a fazer a leitura do relatório a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Permissão concedida, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já agradeço.

E estou vendo aqui vários projetos importantíssimos pautados que vão beneficiar nós mulheres. E quero registrar: que bom que está sendo neste mês, mas que a gente continue todos os meses aí pautando esses importantes projetos.

Conforme o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são distribuídas. Como o PL nº 1.246, de 2021, será posteriormente analisado pela CCJ, focalizaremos nossa análise no mérito econômico e financeiro da proposição, deixando à última Comissão uma apreciação mais detida sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade do projeto.

Segundo dados de 2019 do IBGE, as mulheres compõem 51,1% da população brasileira, sendo que 55% delas estão presentes na população economicamente ativa do país e apresentam elevado grau de instrução, superando a quantidade de homens com nível superior em quase 30%. Apesar de terem melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrução, as mulheres ocupam menor quantidade de cargos gerenciais (37%) e recebem 22% a menos que os homens para desempenhar funções semelhantes.

Ainda conforme o IBGE, essa diferença na ocupação de cargos e de remuneração vai se ampliando na medida em que se comparam as funções mais elevadas. Assim, entre diretores, gerentes, profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres recebem, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens.

No caso dos conselhos de administração das empresas, uma pesquisa internacional realizada em 2019 em 51 países revelou que, no Brasil, apenas 10,4% dos cargos eram ocupados por mulheres, correspondendo esse percentual à metade da média mundial, em que aproximadamente 20% dos postos de trabalho em conselhos de administração são ocupados por mulheres. Das 165 empresas brasileiras pesquisadas no levantamento, em nosso país, há apenas 115 mulheres nos conselhos, sendo que somente 4,4% delas ocupam a cadeira da presidência do conselho. A pesquisa revela, ainda, que 1,2% das mulheres ocupam cargos de direção executiva no país. Os cinco setores da economia que têm, no Brasil, mais mulheres nos conselhos são: tecnologia, mídia e telecomunicações (14,7%); bens de consumo (11,5%); energia (11%); manufatura (10,1%) e serviços financeiros (9,8%). Esses dados mostram a realidade brasileira para as empresas em geral, tanto estatais quanto privadas. Considerando apenas as empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pelo poder público, pesquisa do *Valor Econômico* de 2017 revelou que, das 79 empresas pesquisadas, apenas quatro eram presididas por mulheres e, dos 400 cargos de direção disponíveis, menos de 10% eram ocupados por mulheres. Portanto, não há diferença significativa entre o setor privado e o público, sendo ambos marcados pela desigualdade em função do gênero no acesso aos cargos mais altos.

A dificuldade em acessar os cargos de administração e gerência das empresas é descrito pela literatura como "afunilamento hierárquico" ou "segregação hierárquica". Como vimos, ele não se baseia em diferenças de capital humano, haja vista que as mulheres têm em média mais instrução.

Efetivamente, a segregação hierárquica está pautada em preconceitos de gênero que atribuem às mulheres papeis sociais relacionados à reprodução da vida doméstica e ao homem à produção econômica. De fato, trata-se de preconceitos sem correspondência empírica e, em face deles, as mulheres têm mais dificuldades para serem escolhidas aos cargos eletivos em conselhos de administração. Estabelecer uma cota feminina mandatória e mínima é, portanto, benéfico para quebrar esse preconceito, haja vista que, a partir da maior presença feminina nesses cargos, ficará claro a seus colegas homens sua competência e capacidade de gerência e liderança em igualdade de condições aos profissionais do sexo masculino.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, há diversos benefícios decorrentes da presença de mulheres nos conselhos de administração, como: a melhoria da *performance* financeira das empresas; maior qualificação do processo decisório pela ampliação das perspectivas e pontos de vista; o aprimoramento da governança corporativa; a formação de bancos de talentos; e a melhoria da reputação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das empresas perante os consumidores. Em vista disso, a presença das mulheres em cargos de chefia está alinhada às boas práticas, por cujo respeito são cada vez mais valorizadas por investidores e consumidores mundialmente. Ademais, estudos indicam que empresas com maior diversidade de gênero em cargos de liderança têm maior probabilidade de superar seus pares em termos de rentabilidade a longo prazo. Um dos fatores que contribui para isso é a diversidade de perspectivas na formulação do planejamento estratégico.

Então, o PL 1.246, de 2021, está em conformidade com o compromisso internacional assumido pelo Brasil de cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5, que visa a "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". O ODS nº 5 estabelece metas relacionadas à igualdade de gênero em várias esferas da sociedade, incluindo a participação das mulheres em posições de liderança e tomada de decisões.

Internacionalmente, outros países já adotaram leis similares. A Noruega foi pioneira na implementação de política afirmativa de representação feminina em conselhos de administração. Na década passada, o país percebeu que a liderança das empresas era um nicho resistente aos progressos obtidos no campo da igualdade de gênero. Ciente dessa dificuldade de abertura à participação feminina, em 2006, o Parlamento norueguês aprovou uma lei que, em síntese, assegura o equilíbrio de gênero nos conselhos de administração de empresas de capital aberto. De acordo com a lei, ambos os sexos devem estar representados nos conselhos de direção dessas empresas em aproximadamente 40%. A sanção pelo descumprimento é rigorosa e pode consistir, inclusive, na dissolução da empresa.

Temos outros vários países também com bons exemplos.

Isso revela como o PL 1.246, de 2021, não é ousado em suas métricas; pelo contrário. Como o art. 9º estabelece a revisão da lei após 20 anos, acreditamos que os percentuais poderão ser revistos: se a média brasileira continuar abaixo da internacional, metas mais ousadas poderão ser estabelecidas; por outro lado, se a média brasileira for superior, haja vista a quebra progressiva do preconceito de gênero mencionada anteriormente, a meta poderá até ser suprimida.

Se as mulheres em geral já têm dificuldades para acessar os cargos de administração das sociedades empresárias, as mulheres negras ou com deficiência enfrentam dificuldades ainda maiores. Pela interseção entre preconceito em razão do sexo, racismo e capacitismo, as mulheres negras e com deficiência ficam à margem dos cargos de direção e gerência, o que contribui ainda mais para o agravamento dos preconceitos existentes. Ademais, quanto maior a diversidade de perspectivas, melhor o planejamento estratégico das empresas. Logo, ter mulheres negras e com deficiência em conselhos de administração irá contribuir para a *performance* das empresas públicas, sociedades de economia mista controladas pelo Poder Público ou para as empresas de capital aberto que aderirem ao programa de ação afirmativa.

Portanto, o projeto de lei é meritório, pois busca promover a igualdade de gênero nos conselhos de administração das empresas, o que é fundamental para a equidade de gênero e o empoderamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres. Ao estabelecer cotas de representação feminina nos conselhos e incentivar a inclusão de mulheres negras e com deficiência, o projeto visa a corrigir desigualdades históricas e criar oportunidades iguais para as mulheres em cargos de liderança. Além disso, a lei enfatiza a transparência e a prestação de contas, exigindo que as empresas divulguem informações sobre igualdade de gênero, o que contribui para monitorar o progresso na direção da igualdade e destacar áreas onde ações adicionais podem ser necessárias.

Consideramos que a emenda de redação trazida pelo parecer da CDH ao PL nº 1.246, de 2021, é benéfica, corrigindo falhas redacionais que implicavam, erroneamente, na exclusão das empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Distrito Federal das empresas abrangidas pela proposição.

Meu voto, pelo exposto, com certeza, é pela aprovação do PL nº 1.246, de 2021, com a Emenda nº 2, de redação, da CDH.

Já agradeço imensamente ao Sr. Presidente e a atenção de todos os Senadores e Senadoras nesse grande projeto, que é fundamental e essencial, para que a gente possa aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado Senadora. Parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão.

Senador Sergio Moro.

Com a palavra, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu acho um projeto bastante interessante, elogio a Senadora Augusta Brito pelo relatório e, como se dirige às empresas estatais, evidentemente nós temos aí uma possibilidade de legislar a respeito da composição dos conselhos de administração. Eu não vejo maiores problemas, até porque se coloca como facultativa a adesão das empresas privadas. Teria uma dificuldade em colocar isso como compulsório.

Agora, é importante destacar também, Presidente, e aqui tem que ser feita uma crítica: é que não se precisa de lei para nomear mulheres para os conselhos de administração das empresas estatais ou para cargos públicos relevantes. A gente vê, por exemplo, este Governo, que teve duas vagas no Supremo Tribunal Federal – e, inclusive, uma de uma ministra que se aposentou –, e não foi indicada nenhuma mulher para o Supremo Tribunal Federal. Nós temos um Governo que tem um grupo minoritário das mulheres. Eram 11 mulheres no início do Governo como ministras do Poder Executivo, e o que a gente viu nesse um ano e tanto de governo é que foram demitidas ministras mulheres. A Ministra do Turismo foi substituída por um ministro homem e, depois, também a Ministra dos Esportes foi substituída por um ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o projeto é meritório, eu vou votar a favor do projeto e elogio aqui a iniciativa e o relatório, mas a gente tem que apontar a responsabilidade do atual Governo, que tem um discurso, mas não cumpre na prática, porque vem discriminando as mulheres, não as colocando em posição de destaque e reduzindo, cada vez mais, a presença delas dentro do Poder Executivo e mesmo dentro do Poder Judiciário.

Aliás, nesse projeto mesmo de conselho de administração das estatais, o Governo Lula pode indicar, desde logo, lá para a Petrobras – está mudando inclusive lá, parece, alguns indicados –, e pode indicar uma mulher, pode indicar para outros cargos. Agora, também é importante, nesses casos, que sejam indicadas pessoas que entendam do assunto para as posições às quais estão sendo indicadas.

Esses tempos, nós tivemos uma notícia, Presidente, do Governo Lula indicando a Ministra da Igualdade Racial, nenhum demérito em relação a ela, mas indicando para um conselho de administração de uma empresa privada, a Tupy, lá em Santa Catarina, uma empresa de metalurgia. Por mais que a Ministra possa ser qualificada para a função que exerce como Ministra, o fato é que nunca ninguém ouviu falar que ela tenha alguma habilidade na área da indústria metalúrgica.

Então, precisa, sim, o Governo, primeiro, atentar para essa necessidade de diversidade, mas também fazer apontamentos técnicos. Esse mesmo Governo, aliás, atropelou a Lei das Estatais, promoveu um ataque contra ela, junto ao Supremo Tribunal Federal, e obteve a suspensão de suas disposições.

Particularmente, embora apoie o projeto, vejo que esse Governo atual teria muita dificuldade, muita dificuldade em cumprir essa lei, seja porque já não cumpre, seja porque tem diminuído o espaço da mulher no âmbito da administração pública e no alto Judiciário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, de fato, eu também sou superfavorável a se ocupar com até 70% das mulheres, agora, tem que ter, realmente, os pré-requisitos. Realmente, este Governo não demonstra nenhuma preocupação com essa questão. A insistência de colocar Guido Mantega, por exemplo, no Conselho da Vale, é um negócio, assim... A gente já assistiu a esse filme lá atrás.

Eu pediria a V. Exa. – se tiver apoio aqui – vista desse projeto e vou dar uma olhada, porque concordo, plenamente, que tem que incentivar a colocar mulher nos conselhos, em todas as áreas, mas, na iniciativa privada, você tem que ter alguns cuidados. A sociedade anônima é uma situação que não dá para brincar com isso nas empresas, e a gente sabe qual é o *modus operandi* desse Governo: é, realmente, colocar militância nas empresas, independentemente de qualificação. É o que está acontecendo aí, e é a forma pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual eles remuneram, inclusive, alguns ministros e outros agentes do Governo. Colocam lá no Conselho Fiscal. A pessoa não tem nenhuma noção do que seja isso, é só para receber o *jeton.*

Então, eu vou pedir vista. Tenho compromisso, realmente, com a questão de prestigiar as mulheres, mas, nesse aspecto, eu vou dar uma olhada, Presidente, se puder, para a gente transferir essa votação para a próxima sessão. Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) –

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Respeitando aqui a vista do colega, se está se falando aqui que os Governos não respeitam essa paridade entre homens e mulheres no serviço público, a saída é a gente aprovar uma lei, porque, se não tem uma lei dizendo, vai continuar, como vocês falaram aqui, acontecendo.

Eu não estou falando aqui de governo A, B ou C. Se a gente faz uma lei, é claro que não é para o serviço privado, porque a gente um dia vai chegar lá, nós, mulheres. Mas, se já tem uma lei de que nas estatais há a necessidade dessa equidade mínima entre homens e mulheres, a gente vai facilitar. Porque, como não tem uma lei, nenhum governo se preocupou com isso. Inclusive, o governo anterior, essa história de dizer o governo A, B ou C, eu não gosto muito disso.

Eu gosto de ver a política como um todo. O governo anterior quase não tinha mulheres também. Por isso, a necessidade de ter uma lei, porque aí nós vamos ter como cobrar, gente. Então, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, entendeu? É isso aí que eu quero dizer. Já tem a lei, por que os governos não vêm cumprindo? Nós não estamos falando de iniciativa privada, embora depois a gente vá começar a cobrar deles. Quando disserem que defendem mulheres nos cargos, vamos ver se na teoria a prática é outra. Então, vamos aprovar a lei, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Vamos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Você está me entendendo? Vamos aprovar a lei porque aí a gente vai poder cobrar do Executivo. Mas, sem lei, como vamos cobrar, gente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Augusta, com a palavra, Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também de uma forma rápida, mas eu quero aqui só, diante das falas, entendendo também a vista, que não é um privilégio para nós, mulheres, certo? É questão de justiça. Os números estão aí dizendo, e é facultada a possibilidade de essa empresa aderir ou não. E nunca se falou aqui em dar essa oportunidade para a mulher se ela não está capacitada para estar lá.

Assim, só para ficar claro. É um projeto que está possibilitando fazer justiça, não dar privilégios. E outra coisa, além disso, não está obrigando nenhuma empresa particular a fazer, a tomar a decisão de aderir, enfim, se essa lei aqui for aprovada. E, da mesma forma, aqui não se está falando sobre questão de competência não, de culpa ou não culpa, de que governo ou de não governo. A gente está falando que a gente está chamando a nossa atenção para o nosso papel dentro do Congresso, como Senadora, como Relatora, como Senador, que tem direito de analisar qualquer projeto que seja, independentemente de qualquer outro tipo de governo que possa vir.

E eu quero registrar que, com todos os defeitos que foram citados aqui, o Governo do Presidente Lula é realmente o que mais está incluindo nós, mulheres, dentro dele e de todos os processos, desde sancionar uma lei que dá a igualdade salarial, e a gente agora vai começar a cobrar, o Governo vai começar a cobrar os órgãos competentes para que realmente ela seja executada, porque não adianta nada a gente estar aqui morrendo de discutir, debater lei se ela não for efetivada no que trata nos seus artigos.

Então, a gente está discutindo e falando da proposição que, independentemente de qual for o governo, a gente vai ter uma lei realmente para fazer justiça.

Era só isso que eu queria registrar, entendendo que todo mundo quer aprimorar e contribuir. A gente acha que também isso é muito positivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Relatora.

Senador Eduardo com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu concordo com a matéria e, na volta da vista, já que foi concedida, eu votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Matéria está em discussão.

Fica concedida vista coletiva, pedida pelo Senador Izalci.

A matéria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, pode assumir inclusive de colocar na pauta da próxima sessão, me comprometo a...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria volta devido a... (*Pausa.*)

Nós vamos voltar com o projeto na próxima reunião, Senador Izalci. Até lá, V. Exa. terá tempo para entender melhor o projeto. (*Pausa.*)

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5008, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda apresentada.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CTFC e, em decisão terminativa, pela CAS.*

Concede a palavra ao Senador Eduardo Gomes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, gostaria que pudesse garantir a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu faço um pedido pela ordem, é regimental.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Claro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem um requerimento meu protocolado no início desta reunião para ajudar a instruir esse relatório do Senador Eduardo Gomes. Nós sugerimos alguns nomes para que possamos ter mais maturidade para votar. Inclusive, eu fui o Relator do relatório de um projeto de lei do Senador Ciro Nogueira, que, infelizmente, foi retirado de pauta – não na sua gestão –, que proíbe cigarro eletrônico no Brasil.

Então, esse é um assunto muito polêmico, é um assunto que a gente não pode fazer de forma açodada, sem entrar no mérito agora, nós vamos ter muita oportunidade. Os números são uma tragédia humana e, se regulamentar isso, a tendência é ser muito pior – foi assim em outros países, mas nós vamos ter a oportunidade de debater isso. Eu só peço que a gente possa – até para instruir o relatório – votar a nossa audiência pública e aí fica sobrestado, a gente pode deixar a avaliação do projeto para a próxima sessão.

Inclusive, sempre nesta Casa foi adiada qualquer deliberação de matéria quando se tem um requerimento de audiência pública. É óbvio, porque isso ajuda a instruir a matéria, é fundamental que a gente possa fazer. Então não tem sentido algum ler agora, antes da audiência, o relatório, porque o objetivo é claramente ter mais informações para que a gente possa deliberar com sabedoria e com muita responsabilidade, porque nós estamos tratando de saúde. Nós temos uma médica aqui, a Senadora Zenaide, o Senador Otto. Eu conversei com ele há pouco tempo também. Eles sabem da gravidade desse assunto. A Sociedade Brasileira de Pneumologia está assustada com isso.

E eu quero aproveitar, Sr. Presidente, e colocar que nada é por acaso. O Cristo Redentor, nesse domingo, foi iluminado contra a regulamentação de cigarro eletrônico. Então, o mal... Você não tem como dourar a pílula, você tem que endurecer a proibição.

Eu tenho um projeto de lei nesse sentido, que endurece a proibição. Eu acho que a gente tem que ir nesse caminho, em respeito à vida. Se a gente quer defender a vida, é nesse caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, o requerimento de V. Exa. vai ser lido e com certeza vai ser aprovado. Mas o requerimento de V. Exa. para que, através do relatório...

É preciso instruir a matéria, não é isso? (*Pausa.*)

Então, nós precisamos que o relator leia o relatório. Em seguida, nós vamos aprovar... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas sem audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... o requerimento para a audiência pública. Não vai ser votado hoje.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas sem audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – V. Exa. está deliberando com sabedoria e com base no Regimento. Queria agradecer a V. Exa., mas queria também entender que questão de ordem tida por motivo regimental com relação a relatório ou a qualquer procedimento da Comissão tem que se ater àquela providência. Eu também tenho as minhas considerações que vou colocar em relatório, mas também publicamente sobre a matéria e gostaria de que isso fosse respeitado, principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo, a palavra é para a leitura do relatório com V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar também o economista Roberto Campos Neto, o Ministro Ciro Nogueira, que está aqui, que era Ministro da Casa Civil quando foi implementada a independência do Banco Central, e fazer referência à frase de Roberto Campos também de que, quando a gente não pode fazer o bem, mas pode evitar o mal, que o Congresso sirva para essa matéria, e falo isso em respeito, Sr. Presidente, aos milhares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... quase milhões de brasileiros que ainda insistem na migração da indústria do tabaco, que são plantadores, são agricultores de pequenas comunidades.

Ainda, a população brasileira vê a 200m da Anvisa venda desregulada de contrabando de vaporizadores. E a realidade brasileira mostra que, para tomar qualquer medida com relação a cigarro eletrônico, é preciso passar para o controle do Estado. É evidente que não teremos aqui, próximo, portadores daqueles que comandam esse mercado ilegal no Brasil, que, além de gerar evasão fiscal, tem o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde, porque crianças de 12 anos, 13 anos, 15 anos compram cigarro eletrônico em qualquer lugar. Então esse relatório, Sr. Presidente, vai baseado, primeiro, em restabelecer a verdade.

É mentira que o Reino Unido retirou a regulamentação sobre cigarros eletrônicos. É mentira! É mentira que o Canadá retirou a sua regulamentação. É mentira! Então, vamos debater com números, com responsabilidade.

Sr. Presidente, cheguei aqui em 2002, no Congresso Nacional. Votei 17 matérias contra o tabagismo. Fui aliado permanente do Ministro Serra, a quem presto uma homenagem. E descobri que, retirando propaganda de Fórmula 1, propaganda da escola, com educação infantil, foi possível melhorar a condição de contrabando de tabaco. Portanto, esse debate será feito de maneira séria, de maneira responsável.

Concordo, inclusive, com que a audiência pública proposta pela Senadora Damares seja feita em conjunto com as três Comissões em que vão tramitar o tema, para que a gente tenha condição de tramitar essa matéria com respeito. Não fumo, não fumei vaporizador, não fumo, eu só não tenho raiva de quem fuma. Eu quero que a pessoa seja assistida pelo Estado, pela Polícia Federal, pelos órgãos de controle e pela agência, que vê nos seus arredores contrabando e venda. Se quiserem comprar aqui 50 mil cigarros eletrônicos até a terça-feira, a gente sai para comprar e traz. Então, o problema é muito mais sério do que o proselitismo.

Eu quero levar aqui, na leitura desse relatório, Sr. Presidente, a minha história de combate ao câncer, sendo o Parlamentar brasileiro que mais recurso destinou a essa atividade dos 594 Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Portanto, Sr. Presidente, entendo que quem quiser discutir esse assunto a sério, é preciso fazer tendo pelo menos ao lado dele o Estado brasileiro, e o Estado brasileiro é Judiciário, Legislativo e todos os órgãos de regulamentação, porque nunca teremos numa audiência aqui o PCC ou o Comando Vermelho ou aqueles que hoje fazem venda de contrabando em Brasília, no Rio de Janeiro, no Ceará, e em qualquer lugar do Brasil.

Então, Sr. Presidente, passo ao relatório e até motivado pelo pedido de audiência pública, como V. Exa. interpretou, para que a gente tenha audiência pública – e é preciso que ela seja conjunta, já que nós tivemos uma audiência pública, Sr. Presidente, no dia 28/09/2023, aqui nesta Comissão, com a presença do Ministério da Saúde e com a presença da Anvisa – uma presença tímida, porque não assumiram a responsabilidade de discutir – e ainda, Sr. Presidente, audiências públicas, com votação aberta no *site* da Anvisa e da Casa Civil, que tiveram resultados favoráveis.

Como eu disse aqui, para encerrar, na minha família ninguém fuma vaporizador, mas, se fumar, eu quero saber o que está fumando. É isso.

Então, vamos tratar o assunto com verdade, com maturidade e principalmente com respeito à história de cada um que está nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, nós vamos ter a discussão, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas eu não estou querendo discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E, na discussão, depois do relatório...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não estou querendo discutir. Eu vejo o seguinte... Eu participo de várias Comissões nesta Casa, Sr. Presidente, de várias Comissões. Para você instruir a matéria, é necessária uma audiência pública. Como é que se vai ler um relatório... Olha a que ponto nós estamos chegando! Como é que a gente vai ler um relatório com a audiência pública marcada para depois?

Eu quero dizer ao Senador Eduardo Gomes – eu não...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Peço garantia, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... sei se ele estava aqui na audiência pública que nós tivemos – que a Anvisa foi proibida de falar. A Dra. Glória foi proibida de falar. Eu quero dizer para o senhor que, por duas vezes, a Anvisa já definiu o risco gravíssimo à saúde, negando a proibição. Então, essa questão do Reino Unido, que foi falada...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, a palavra está com o Relator.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, vamos ler o relatório. Até mesmo para audiência pública, Senador, precisa do relatório, porque, senão, na audiência pública, ele pode mudar o relatório. Então, vamos ler o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou indo aqui em cima do Regimento. Eu não posso mudar o Regimento. Não fui eu que fiz o Regimento. Eu estou cumprindo o Regimento. Nós precisamos de que o Relator leia o relatório – certo? –, para depois fazer a audiência pública, que vai ser motivo... O senhor vai fazer a audiência pública em cima de quê, se nós não temos o relatório?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, a decisão é do senhor – a decisão é do senhor –, mas o que eu tenho visto aqui no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, não é decisão minha, eu não fiz aqui o Regimento. O Regimento já está claro com relação a isso. Eu sou muito bem orientado aqui pela nossa equipe. Eu não posso simplesmente aceitar o que V. Exa. quer: fazer a audiência pública sem a leitura do relatório. Então, por favor...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Só perguntar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Vai ler o relatório e vamos discutir a matéria ou vai ler o relatório e vamos...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós vamos ler o relatório e vamos pôr em votação o requerimento.

O que eu quero que V. Exas. compreendam é que, depois da leitura do relatório, eu passo a palavra para V. Exas., mas nós não vamos ter hoje como votar esse projeto, porque, com certeza, vai ser aprovado o requerimento, certo?

Senador Eduardo, por favor, o relatório que é... Tem muita gente aqui que...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Parecer nº 5.008, de 2024.

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 5.008, de 2023, da Senadora Soraya Thronicke, que dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.

Relator: Senador Eduardo Gomes.

Relatório.

Chega ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal o Projeto de Lei nº 5.008, de 2023, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, que regulamenta a produção, importação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.

O PL nº 5.008, de 2023, está dividido em 37 artigos, organizados em seis capítulos, cujo conteúdo resumiremos brevemente. O Capítulo I é denominado "Disposições Iniciais" e consiste no art. 1º, cujo *caput* explicita que a proposição permite a produção, importação, exportação, comercialização e consumo de cigarros eletrônicos no Brasil nos termos da lei e da regulamentação. O §1º do art. 1º fixa o conceito de "cigarro eletrônico". Para a proposição, cigarro eletrônico é uma categoria ampla, dentro da qual se incluem vários tipos, quais sejam: os sistemas eletrônicos de administração de nicotina (Sean), os sistemas eletrônicos sem nicotina (Sesn), os sistemas eletrônicos de aquecimento de tabaco (Seat) e, por fim, os sistemas eletrônicos de aquecimento sem tabaco (Seast). O §2º estabelece que o projeto de lei também se aplicará a produtos complementares ao aparelho, isto é, refis, cartuchos, líquidos, dentre outros.

O Capítulo II, chamado "Registro e Cadastro de Cigarros Eletrônicos", compreende os arts. 2º ao 9º. O art. 2º torna obrigatório o registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fabricação ou importação, e comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil. O §2º fixa a Taxa de Vigilância e Fiscalização Sanitária de R$100 mil para cada novo registro ou para cada renovação. A proposição determina que portaria conjunta do Ministério da Saúde e do Ministério da Fazenda irá definir a correção monetária do valor.

O art. 3º proíbe a reentrada no Brasil de cigarro eletrônico destinado exclusivamente à exportação. O parágrafo único sujeita ao crime de contrabando a prática dolosa de reintrodução de cigarro eletrônico exportado.

O art. 4º obriga o cadastro dos sistemas eletrônicos na Receita Federal do Brasil.

O art. 5º torna obrigatório à empresa apresentar a avaliação de risco toxicológico do produto quando solicitar o registro na Anvisa, em que constem os aditivos e os materiais usados, além de uma comparação toxicológica em relação ao cigarro convencional.

O art. 6º determina que o laudo de avaliação toxicológica pode conter laudos anteriormente aceitos por autoridade reguladora estrangeira equivalente.

O art. 7º atribui competência ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) de definir critérios não sanitários de funcionamento do produto. Similarmente, o art. 8º fixa que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentará os critérios de comunicabilidade dos cigarros eletrônicos. O parágrafo único torna obrigatório o cadastro do produto junto também à Anatel.

O art. 9º determina que os cigarros eletrônicos se submetem à Política Nacional de Resíduos Sólidos, devendo as empresas providenciar sua logística reversa e tratamento adequado.

O Capítulo III, chamado "Especificações dos Cigarros Eletrônicos", é composto pelos arts. 10 a 16.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 10 traz especificações técnicas do cigarro tipo Sean; o art. 11, do tipo Sesn; o art. 12, do tipo Seat; o art. 13, do tipo Seast.

O *caput* do art. 14 determina que as empresas devem fornecer informações claras aos consumidores, disponibilizando-as em folheto que acompanha o cigarro eletrônico e nas embalagens dos produtos.

O art. 15 estabelece, nos incisos I a VIII do *caput*, uma lista de vedações às embalagens. Entre elas, citamos que as embalagens não podem induzir diretamente o consumo nem conter apelo imagético a menores de idade. O §1º reitera que, no nome, sabor, número ou embalagem do cigarro eletrônico, não pode haver doces ou sobremesas e outros elementos apelativos para o público infantojuvenil. O §2º especifica que não constituem sabor de sobremesa as essências de tabaco – frutas, menta, mentolados ou similares.

Os incisos I a V do art. 16 listam uma série de aditivos e substâncias que não podem conter nos cigarros eletrônicos. O parágrafo único afirma a competência da Anvisa de definir a lista de substâncias proibidas.

O Capítulo IV é denominado "Monitoramento dos Cigarros Eletrônicos" e é composto pelos arts. 17 a 20.

O art. 17 fixa a obrigação de a empresa coletar e manter sistema de informações de efeitos adversos de que tomar ciência. O §2º obriga a empresa a tomar medidas para restabelecer a conformidade do produto de imediato e a tirar de circulação aqueles desconformes em até 30 dias úteis.

O art. 18 fixa a obrigação de a empresa informar a Anvisa dos riscos toxicológicos a que tomou conhecimento em decorrência do art. 17.

O art. 19 estabelece que fabricantes ou importadores deverão ter sistema de atendimento ao consumidor, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, sete dias por semana).

O art. 20 determina que a Anvisa disponibilizará canal eletrônico para toda a rede credenciada ao Sistema Único de Saúde e ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para informar sobre eventos de saúde graves envolvendo cigarros eletrônicos, com sua especificação técnica e a doença desenvolvida.

O Capítulo V é denominado "Comercialização de Cigarros Eletrônicos" e é composto pelos arts. 21 a 30.

O art. 21 proíbe propagandas comerciais de cigarros eletrônicos, excetuando aquela efetuada no interior do ponto de venda física ou comércio eletrônico virtual com controle de maioridade. O §1º explicita que publicações informativas ou científicas sem exposição de nomes de marcas não serão consideradas propagandas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 22 fixa, nos incisos I a IV do *caput*, as regras que a exposição e divulgação do produto deve seguir nos pontos de venda físicos e virtuais, por exemplo, deixar claro que se trata de um cigarro eletrônico, indicar se tem nicotina, incluir advertência sanitária em 20% da área do instrumento publicitário.

O art. 23 define, nos incisos I a VII do *caput*, uma série de proibições expressas à exposição e divulgação de cigarros eletrônicos, por exemplo, alegar que o produto é medicinal, destinar a propaganda ao público não fumante, retratar jovens menores de 25 anos ou elementos apelativos ao público infantojuvenil, na forma das alíneas "a", "b" e "c" do inciso V.

O art. 24 proíbe o fornecimento direto ou indireto a indivíduo menor de 18 anos de idade, seja a título oneroso ou gratuito. O parágrafo único fixa multa mínima de R$10 mil e máxima de R$10 milhões a quem descumprir o *caput*. O art. 25 determina que o fabricante, importador ou o comerciante devem afixar em local visível a proibição de venda a menores de 18 anos. O art. 26 determina que a empresa que realiza venda *online* de cigarros eletrônicos deve ter um sistema para verificar a idade do consumidor no acesso ao *site* e no momento da venda. O parágrafo único determina que esse sistema de verificação deve se basear na biometria ou em outro instrumento cuja segurança seja equiparável. O art. 27 determina que, nos casos de venda *online*, a encomenda somente poderá ser recebida por indivíduo maior de 18 anos, comprovado por documento oficial com foto.

O art. 28 fixa as regras dentro do ponto de venda físico para exposição dos cigarros eletrônicos. O *caput* determina que o local não pode ser livremente acessado pelos consumidores. O §1º dispõe que os cigarros devem ser expostos a pelo menos 1,50m acima do solo para não serem visíveis às crianças. O §2º proíbe que o local de exibição seja adjacente a balas, doces ou brinquedos. O art. 29 complementa a proibição do *caput* do art. 28 ao estabelecer que, nos casos de autoatendimento para a compra de cigarros eletrônicos, deve haver controle de acesso ao ponto de venda, com verificação de idade. O art. 30 proíbe que cigarros eletrônicos sejam fornecidos de forma gratuita para fins promocionais.

O Capítulo VI é denominado "Disposições Finais e Transitórias" e é composto pelos arts. 31 a 37. O art. 31 reitera que cigarros eletrônicos em desconformidade com a proposição estão proibidos. O art. 32 autoriza a Anvisa a realizar inspeções junto aos fabricantes, exportadores, importadores e terceirizados para verificar a conformidade dos produtos. O art. 33 obriga que os fabricantes e os importadores mantenham informações sobre a cadeia de distribuição de cigarros eletrônicos por dez anos, para fins de auditoria sanitária ou fiscal. O art. 34 reforça que as mesmas regras de uso de cigarros convencionais se aplicam a cigarros eletrônicos. O art. 35 estabelece que o descumprimento desta proposição ensejará infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. O art. 36 estabelece a obrigação dos órgãos competentes de regulamentar a lei em 90 dias. O art. 37 traz a cláusula de vigência imediata.

Na justificação, a autora lembra que a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 28 de agosto de 2009, da Anvisa proibiu a comercialização, importação e divulgação de cigarros eletrônicos no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porém, a medida não foi suficiente para coibir o avanço do uso desses dispositivos pela população brasileira, em especial pelos mais jovens.

O PL nº 5.008, de 2023, foi distribuído à CAE, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e à Comissão de Assuntos Sociais, a quem caberá a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

Conforme o inciso do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são distribuídas. Como o PL nº 5.008, de 2023, será analisado posteriormente por outras Comissões, focalizaremos nossa análise no mérito econômico e financeiro da proposição.

Segundo dados do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), antigo Ibope, 2,2 milhões de brasileiros usavam algum dispositivo eletrônico para fumar (DEF) em 2022. Em 2018, esse montante era de apenas 500 mil pessoas. Gostaríamos de destacar que a demanda pelos cigarros eletrônicos é crescente, o que indica que o consumidor não tem dificuldade para encontrar o produto; logo, a proibição da Anvisa pela Resolução nº 46, de 2009, é ineficaz em coibir o consumo. Desse modo, a regulamentação do mercado se faz ainda mais necessária, para proteger o consumidor de produtos adulterados e para permitir legalizar a fabricação e a importação. Uma vez na legalidade, as empresas fabricantes, comercializadoras, importadoras e exportadoras terão mais facilidade em ampliar seus negócios, gerando empregos e renda, além de aumentar a arrecadação fiscal do Governo e a fiscalização.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) estimou o impacto econômico da regulamentação da produção e venda de cigarros eletrônicos no Brasil. Por meio da técnica macroeconômica de matriz insumo-produto, o estudo projeta que existe uma demanda potencial e uma ampliação da oferta, que geraria um faturamento potencial de R$16,405 bilhões por ano e 114.320 novos postos de trabalho formais, e não informais pelo contrabando, ou seja, os benefícios da regulamentação corresponderiam a 0,2% do Produto Interno Produto (PIB).

Ainda segundo estudos da Fiemg, o setor que mais será beneficiado será o da fabricação de produtos do fumo, com aumento do faturamento, via aumentos de produção, de R$7,7 bilhões. Também a agricultura se beneficiaria, aumentando o faturamento em R$2,8 bilhões. Vale ressaltar que a demanda por cigarros eletrônicos gera impactos positivos ao longo de toda a cadeia de produção, distribuição dos produtos e fiscalização, estimulando as indústrias que fornecem insumos à fabricação dos dispositivos.

Quanto aos empregos, o estudo da Fiemg estima que, somente na agricultura, haverá a geração de 55 mil empregos com o fim do contrabando e a regularização da atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novos postos de trabalho.

No comércio por atacado e a varejo, haveria a criação de 14 mil empregos. Ademais, com a regulamentação do setor, muitos trabalhadores do setor que hoje se encontram na informalidade poderão se formalizar, permitindo seu acesso a direitos trabalhistas básicos, como férias e décimo terceiro. Por isso, além de gerar novos empregos, a regulamentação proposta pelo PL 5.008, de 2023, contribui para a formalização dos postos de trabalho já existentes.

Quanto à arrecadação, o estudo estima que, ao ano, serão arrecadados R$673 milhões por meio da regulamentação do mercado de cigarros eletrônicos.

Os setores que mais contribuiriam para o aumento da arrecadação seriam o de fabricação de produtos de fumo e a agricultura. Ou seja, quanto mais tempo o poder público se furta em regulamentar esse setor, menos arrecada verba necessária para a consecução de políticas públicas, inclusive aquelas voltadas à redução do tabagismo.

Por fim, acatando sugestão do Senador Randolfe Rodrigues, gostaríamos de propor emenda ao parágrafo único do art. 24, haja vista que consideramos insuficiente a multa de R$10 mil a quem vende cigarros eletrônicos a crianças e adolescentes menores de 18 anos. Por isso, propomos a majoração desse valor para R$20 mil, bem como a aplicação em dobro das penas previstas no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além disso, acrescentamos o §3º ao art. 24 para prever que os valores mínimo e máximo das multas sejam atualizados periodicamente. Trata-se de uma medida necessária para garantir a manutenção do valor real das multas em face da deterioração do valor nominal em função da inflação.

Por isso, Sr. Presidente, na Comissão de Assuntos Econômicos, diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 5008, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE
Dê-se ao art. 24 do PL nº 5.008, de 2023, a seguinte redação:
"Art.24. .....
§1º Aquele que infringir o *caput* deste artigo dolosamente estará sujeito à aplicação de multa não inferior a R$20.000,00 (vinte mil reais) e não superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
§2º Além da multa prevista no parágrafo anterior, aquele que infringir o *caput* deste artigo dolosamente incide no crime previsto no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, devendo as penas previstas serem aplicadas em dobro.
§3º Periodicamente, os valores das multas previstos no §1º serão reajustados mediante índice de preços e periodicidade fixados em regulamento."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das Comissões.

É esse o relatório, Sr. Presidente, reafirmando que concordo com que tenhamos a participação das duas Comissões de mérito em qualquer proposta aprovada de audiência pública, para que o debate seja positivo e que, ao fim, os Senadores e as Senadoras tomem a melhor decisão, que seja a de não permanecer na ilegalidade, e com qualquer pessoa de qualquer idade comprando em qualquer lugar cigarro eletrônico sem procedência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado e parabéns, Senador Eduardo, pelo seu relatório.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, DE 2024

Requer, os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências".

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 24, de 2024, da CAE.

O item é retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5008, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda apresentada.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CTFC e, em decisão terminativa, pela CAS.*)

Eu quero aqui, em tempo ainda, registrar a presença, que nos honra muito, da Marina Demori, da CNN, que está dando cobertura, divulgando o trabalho dessa Comissão; e também do Leandro Prazeres, da BBC News Brasil.

Sejam sempre bem-vindos a esta Comissão.

Também, antes de encerrarmos, eu quero aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, vou só esse comunicado aqui, porque eu ouvi a Senadora Damares já se levantando ali para sair.

Eu queria aqui dizer à nossa Comissão que ontem foi aniversário da Senadora Damares, que é muito atuante aqui na nossa Comissão. (*Palmas.*)

Senadora, parabéns! Que Deus continue a abençoando ricamente. Também ontem foi o do Senador Marcos Pontes. Então, parabéns também ao Senador Marcos Pontes.

Senador Girão, com a palavra.

Senadora Zenaide, a senhora me pediu a palavra?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero, rapidamente aqui, só aditar dois nomes ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mais dois?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que acabou de ser aprovado: o Dr. Vilson Romero, da Anfip, e a representante do Ministério da Economia. É muito importante isso para a audiência pública que nós vamos ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Se a Comissão não tiver objeção, vamos incluir esses dois nomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria, além de incluir esses dois nomes, incluir a solicitação de audiência conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e com a Comissão de Saúde, comissão de mérito e terminativa, na audiência pública, para enriquecer o debate sobre o tema. Eu acho que é meritório que sejam as três Comissões juntas discutindo. E V. Exa. como Presidente pode estender esse convite. Acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será acatado. Eu só peço tanto ao Senador Girão como ao Senador Eduardo que façam só o pedido para ser incluído.

Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, ouvi atentamente a relatoria do nosso mestre, que é o Eduardo, mas eu queria dizer o seguinte: esse projeto de lei vai autorizar literalmente a dependência química para os jovens, gente. Antes de um cigarro matar ou deixar mutilados neste país, ele já causa uma dependência química. Se você quer destruir a vida de um jovem, você dê uma dependência para ele. Ela destrói não só dele, mas a da família.

Segundo, um dos maiores argumentos para legalizar é que está tendo contrabando e que o país, o Estado brasileiro, não tem como... Para combater contrabando, não é necessário autorizar.

O cigarro mata, sim, em curto, médio e longo prazo. Um cigarro causa infarto, sim. O cigarro causa AVC (acidente vascular cerebral), sim. E o cigarro é um dos maiores causadores de câncer, gente, sim. Então, contra fatos não existe argumento, gente.

Aqui é uma Comissão que avalia o impacto financeiro. Tem um impacto maior do que a vida? Já fizeram avaliação de quantos brasileiros vão morrer em curto, médio e longo prazo, porque nós vamos legalizar? E porque vai ficar o contrabando... Vamos aprovar aqui, em qualquer Comissão, que o Brasil precisa de um investimento maior na segurança pública desse país, não só com recursos humanos, mas com novas tecnologias.

Agora, aprovar a morte, sim. Aprovar a dependência química, sim. E aprovar a morte por câncer, por AVC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, pergunte a algum médico se alguém consegue tratar uma hipertensão com o paciente continuando a fumar. Não trata. E a diabetes, gente? Então o cigarro dá câncer de boca, de pulmão, bexiga, tudo. Isso não precisa de estudos. Morrem quase 500 brasileiros em consequência do cigarro por dia. Então eu queria ver se tem um impacto na vida. É isso que me perguntou, se é só economicamente: impacto econômico, arrecadação. Duvido que a arrecadação por cigarro eletrônico vá cobrir o SUS com a quantidade de jovens, adultos e idosos ou por morte.

Enfisema pulmonar. Vocês têm ideia do que é um enfisema pulmonar? O paciente não pode ir para casa, porque ele depende de oxigênio 24 horas. Isso não precisa de debate. Isso é fato. Isso é real.

Então, meus amigos, me desculpem com todo o respeito a meus colegas, mas isso é no mínimo... Por que essa correria para aprovar cigarro eletrônico se o custo é a vida? Eu quero o impacto não só financeiro, mas eu quero da vida e das pessoas que ficaram mutiladas para o resto da vida. Isso aqui eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Dra. Zenaide.

Relator, com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, bem brevemente, que a sessão está extensa. Só vou deixar claro, Sr. Presidente, eu vou, eu tenho que fazer isso com meus colegas, porque primeiro a exposição é institucional. Esse é um debate que precisa ser feito.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, meu pai faleceu de câncer no pulmão, era fumante. Tenho dois irmãos que são fumantes e que, se dependessem de mim, não seriam. E o que a gente está debatendo aqui, se na semana que vem, antes da audiência pública, aparecer um plano sério de que vão sumir com 7 milhões de cigarros eletrônicos que circulam no Brasil, eu rasgo o meu relatório.

Então, hipocrisia, demagogia, esse tipo de coisa com quem está lidando com dramas sociais e pessoais... Como eu fui citado, Sr. Presidente, eu posso falar. Eu lido diretamente com essas questões através das comunidades terapêuticas, através do trabalho que eu já faço.

Agora é engraçado que tem gente militando para liberar maconha e não vai fazer um trabalho sério para regulamentar. Se a regulamentação indicar a extinção de cigarros eletrônicos, ótimo, Sr. Presidente. Eu só quero ver cumprir.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapidamente, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, nós temos uma audiência pública, daqui a pouquinho. A Comissão tem que preparar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É um minuto cravado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós temos uma audiência pública, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Porque nós temos uma responsabilidade com a verdade. Aqui não é uma audiência pública, aqui é uma sessão que está sendo transmitida para o Brasil.

O Senador Eduardo Gomes disse uma inverdade infelizmente. Ele colocou que o Reino Unido não está revisando. O Reino Unido está aqui – *Poder360*:

> Governo britânico vê com preocupação uso dos "vapes" entre [os] jovens com menos de 18 anos. O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, disse nesta 2ª feira [agora dia 24 já] [...] que o país planeja banir os cigarros eletrônicos [do país] [...] depois de um "alarmante" [número] [...] do uso do aparelho entre os jovens.

Aqui está a criança. Está aqui a criança que entrou em coma por causa dos cigarros eletrônicos. Então a gente tem que ter responsabilidade.

Se é para regulamentar, vai ao encontro... É para regulamentar a cocaína também? Se é para dar garantia de segurança, é para regulamentar a cocaína?

Pelo amor de Deus, a gente não pode ser incoerente, temos que ter coerência. Ou defende a vida ou defende as drogas, e isso é uma droga, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e sete minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Dueire, Plínio Valério, Irajá, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 240/2023 - CAE, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), REQ 1/2024 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), e REQ 33/2024 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Instruir o PL 2838/2020, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem". **Participantes:** Sra. Marcela Flores, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras- ANPEI; Sra. Gianna Sagazio, CEO da SOSA Brazil; Dr. João Paulo de Resende, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Fiscais - Ministério da Fazenda; e Sr. Paulo Foina, Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação- ABIPTI. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2024. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2.838, de 2020, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem, em atenção ao Requerimento 240/2023-CAE, de autoria do Senador Jaques Wagner, e aos Requerimentos 1/2024 e 33/2024, da CAE, ambos de autoria do Senador Izalci.

Convido para tomarem assento à mesa os seguintes convidados: Sr. João Paulo de Resende, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Fiscais do Ministério da Fazenda.

Podem bater palmas para ele, para animar o ambiente. (*Palmas.*)

Até para ele abrir mão também de uma série de coisas. (*Risos.*)

Convido também a Sra. Marcela Flores, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei). (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Gianna Sagazio, CEO da Sosa Brasil. (*Palmas.*)

Vou convidar também o Sr. Paulo Foina, que é o nosso Presidente da Abipti. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal assim que as apresentações forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis, e, ao final da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, que farão as perguntas e os comentários.

Já temos algumas participações aqui – perguntas e também comentários. As perguntas, eu vou já fazer algumas aqui, para que vocês, na medida do possível, possam respondê-las.

André, de Santa Catarina, pergunta: "Como o PL 2.838/2020 pode contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras no mercado global?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anderson, do Rio de Janeiro: "De que forma será feito o controle dos investimentos? Haverá uma porcentagem em cima do lucro líquido? Haverá eixos temáticos centrais?".

Antonio, do Maranhão: "Como o PL contribuirá [...] [financeiramente] aos pesquisadores e instituições IES públicas depositantes de patentes usadas como PD&I pelas pessoas jurídicas?".

Rodrigo, do Espírito Santo: "O Governo Federal estaria comprometido em determinar um piso mínimo para evitar a desvalorização da função de pesquisador?".

Eliane, do Rio de Janeiro: "Considerando essencial investir em pesquisa científica, campo muito abrangente, como contemplar [...] e estimular a [...] [pesquisa científica] na área básica?".

Gwan, Pernambuco: "Como essa atividade vai ser implementada? Como será feita a fiscalização das empresas, de modo a investir em diferentes tipos de pesquisas?".

Juliano, do Paraná: "Quais critérios serão utilizados para determinar se uma empresa é elegível para os benefícios fiscais previstos pelo projeto de lei?".

Luiz, de Minas Gerais: "Como proceder para que regiões mais carentes, e por isso com menos empresas e menor estrutura, possam receber equitativamente investimentos?".

Então, na medida possível, quem puder já tocar nesses assuntos para esclarecer os nossos internautas, será muito bom.

Bem, eu vou passar, imediatamente, a palavra para a Marcela Flores, que é a nossa Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei).

A SRA. MARCELA FLORES (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos. Em nome aqui da Anpei, que é a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, e das nossas centenas de associados, quero agradecer a oportunidade de debatermos, mais uma vez, as melhorias na Lei do Bem, Senador, de modo que a gente possa instruir e subsidiar, com dados, esse PL 2.838.

Quero cumprimentar os membros desta Comissão, na pessoa do Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, e também os Parlamentares, que são parceiros importantes e que não têm medido esforços – não é, Senador? –, para o fortalecimento das nossas políticas públicas em pesquisa, desenvolvimento e inovação, representados aqui pelo Senador Izalci Lucas e pelo Senador Jaques Wagner, que solicitou a realização deste encontro, permitindo estarmos aqui hoje.

Gostaria também de saudar os Parlamentares e as autoridades aqui presentes, em especial os meus colegas de mesa, Dr. João Paulo, Gianna e Paulo Foina.

Muito bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre uma grande honra poder representar a Anpei neste fórum e colaborar com os trabalhos desta Casa. Nós somos uma associação multissetorial de inovação que atua já há 40 anos, com o propósito de contribuir para a ciência, tecnologia e inovação no Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, o que apareceu bastante nas perguntas que o senhor já antecipou, Senador. E, para contextualizar por que a gente acredita ser muito importante fazer o exercício que está sendo proposto, atualmente as associadas da Anpei são quase 200 instituições, que representam 20% do PIB brasileiro, e sendo que 85% das empresas de grande porte associadas a Anpei utilizam a Lei do Bem nas suas operações.

E vou falar sobre a Lei do Bem em si. A gente discutiu muito isso na Comissão de Ciência e Tecnologia, o histórico dela e as características importantes que ela tem com relação à transversalidade, à multissetorialidade, o que acho que também responde a um pouco das perguntas provocadas pelo público, com relação a como isso chega; então, ela tem essa característica de poder ter uma abrangência regional e multissetorial – isso é bastante importante. E, desde 2005, quando ela foi implementada, tem sido de fato fundamental para estimular o investimento privado nos projetos de pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas estratégicas: tecnologia da informação, transição energética, energia renovável, biotecnologia, enfim, muitas outras, tendo alavancado aí já R$205 bilhões em investimentos de empresas privadas para a inovação no país. E esses investimentos, por óbvio, contribuem diretamente no avanço tecnológico das nossas empresas brasileiras, o que aumenta a nossa competitividade global – também uma das perguntas que já foi feita –, agregando também valor aos produtos e aos serviços que o nosso setor produtivo desenvolve. A gente tem um dado, inclusive, de que foram já viabilizadas a instalação de 16 novos centros de P&D no país, por conta do benefício da Lei do Bem, e a criação de 20 mil novos produtos.

E é interessante a gente, quando faz uma análise nesse quadro comparativo entre os instrumentos fiscais em alguns países, dados da OCDE comparando países como França, Estados Unidos e Canadá, por exemplo, que usam a isenção fiscal para a inovação como uma das mais relevantes estratégias de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação privada... E, se a gente faz esse comparativo e olha esse quadro, a gente percebe que a nossa legislação, a Lei do Bem, é uma legislação competitiva. Então, de fato, ela precisa ser atualizada.

E aí, chamando atenção para dois pontos que não estão aqui no quadro, mas que a gente sabe e acho que é importante citar: hoje a nossa dedução fiscal está baseada no lucro operacional do ano, o que dificulta a provisão e a apuração dos recursos quando a gente olha a inovação de médio e longo prazo. E a gente sabe que pesquisa e inovação de médio e longo prazo que têm risco tecnológico não acontecem num horizonte de curto prazo, de um a três anos; a gente não desenvolve tecnologia para a indústria de aviação em menos de algumas décadas. Então, esse é um ponto importante que essa melhoria está trazendo. Os Estados Unidos prorrogam a condição de a gente usar o benefício nos anos seguintes em até 20 anos, e a França em três, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quando a gente fala dos impactos da aplicação aqui da Lei do Bem no Brasil, a gente tem resultados que são absolutamente evidentes. A gente tem dados que demonstram que as empresas que usam o mecanismo aumentaram seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento em pelo menos 43%, chegando a até 81%, impulsionando assim a criação de novas tecnologias, produtos e processos, como eu comentei anteriormente, mas também a geração de empregos qualificados, Senador. Quando a gente fala de empregos qualificados, é importante a gente lembrar o nosso desafio como país da questão da fuga dos cérebros.

Por meio da Lei do Bem, por exemplo, só em 2021, foram registrados 31.902 profissionais especializados com dedicação exclusiva nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A gente está falando aqui também de pós-graduados, de mestres, doutores, o que também é uma das perguntas que apareceu do público. Isso sem contar talvez o dado mais conhecido, que é o efeito multiplicador que atualmente a lei produz: a cada R$1 incentivado, as empresas participantes investem mais R$4,60, que é um número que pode também e deve ser melhorado.

Quando a gente olha para o histórico do período, de 2014 a 2021 – de novo, a Lei do Bem se mostrando uma ferramenta muito valiosa, trazendo investimentos significativos –, nesse intervalo a gente teve R$144 bilhões de investimento privado para esses projetos inovadores, em especial uma variação no ano de 2022, com aumento de mais de 24% com relação ao ano anterior, de 2021.

Então, o fato de a gente ter esses números hoje, que são resultados bons e, ainda assim, as organizações que estão investindo em inovação não possuírem a segurança jurídica necessária, com base no instrumento mais moderno, mostra para a gente e justifica, mais uma vez, o enorme potencial que a gente tem com o mecanismo da Lei do Bem.

Por isso, Senador, eu quero só incluir aqui uma temática que talvez a gente não tenha falado tanto ainda no âmbito da Lei do Bem, nas nossas discussões, mas é imprescindível a gente ter um olhar de manter a política de incentivo à inovação ligada a uma política de Estado para a gente promover, de fato, uma legislação efetiva. A gente tem hoje uma excelente oportunidade, que é observar essas missões, essas seis grandes missões que foram apresentadas como prioritárias pelo CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), no âmbito da NIB (Nova Indústria Brasil), para que a gente possa também, então, impulsionar projetos inovadores alinhados às metas dessa política.

Portanto, a Lei do Bem, sendo aprimorada e modernizada, pode e certamente deve ser o grande motor para impulsionar projetos, principalmente disruptivos, em todas essas áreas. A gente está falando de bioeconomia e descarbonização; das questões das mudanças climáticas; das tecnologias de soberania e defesa; de infraestrutura, saneamento e moradia; do complexo industrial para a questão de saúde; da agroindústria sustentável; e da transformação digital. A inovação é transversal e ela, de fato, precisa pautar as discussões e as ações prioritárias em cada uma dessas missões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando aqui, eu queria reforçar, Presidente, que, em pleno 2024, a gente poderia estar liderando algumas discussões sobre inteligência artificial e outras tecnologias emergentes, elevando, assim, o nível de desenvolvimento científico e tecnológico do nosso país ao patamar das nações mais maduras nesses temas. Mas a gente está ainda estagnado num debate em que já deveria estar claro para todos os envolvidos que é inegável a importância dos incentivos para pesquisa, ciência e inovação.

Então, a gente precisa que o Governo esteja alinhado ao setor produtivo quanto à importância desse incentivo, a gente precisa que esta Comissão analise todos os dados que estão sendo aqui trazidos, para uma celeridade na tramitação desse projeto e, então, a gente aproveitar o bom momento que a gente está vivendo aqui de retomada do nosso desenvolvimento econômico.

Então, a gente acredita ser necessário essa mudança na legislação vigente para a gente ampliar e aprimorar os benefícios fiscais da Lei do Bem, apoiando, assim, o desenvolvimento econômico e social do nosso país, além de trazer segurança jurídica nos investimentos privados, engajando, então, as empresas para realizarem mais inovações tecnológicas e tornar o nosso país cada vez mais competitivo, com mais emprego e renda.

Pela atenção, obrigada, Presidente.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Marcela.

Já passo, imediatamente, então, para a Gianna, também para fazer sua apresentação.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos e a todas!

Eu queria agradecer ao Senador Izalci Lucas pelo convite para participar desta importantíssima audiência pública sobre um tema que é central e estratégico para o desenvolvimento do nosso país e aproveitar e agradecer ao Senador, que é o Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, por todas as suas iniciativas, por seu histórico de forte apoio à área de ciência, tecnologia e inovação do nosso país.

Para quem não sabe, o Senador foi o autor do PL do FNDCT, que criou a nova lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com isso, nós liberamos os recursos para investimento em ciência, tecnologia e inovação, que hoje são da ordem de R$200 bilhões, e no ano que vem isso vai aumentar, e isto graças a uma iniciativa do Senador, além dos projetos de lei de aprimoramento da Lei do Bem, do marco de *startups*... Então, são várias iniciativas, e eu aproveito esta oportunidade para agradecer a ele e registrar o nosso apoio, o nosso agradecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tratar do assunto da Lei do Bem, eu acredito que é necessário entender o contexto da Lei do Bem.

Hoje, os países mais avançados são os países que reconhecem ciência, tecnologia e inovação como o grande vetor do desenvolvimento econômico e social. Ou seja, os países mais avançados têm investido cada vez mais em ciência, tecnologia e inovação. Com isso, é importante entender as políticas públicas, o papel das políticas públicas no desenvolvimento dos países, inclusive como vetor fundamental das próprias políticas industriais. É importante registrar que precisamos, sim, ter uma política de ciência, tecnologia e inovação integrada a uma política industrial de longo prazo que busque metas de país, desenvolvimento do país, resultados para o país.

Com isso, eu também gostaria de complementar essa introdução ao tema da Lei do Bem informando sobre a localização do Brasil no contexto internacional. Hoje, no Índice Global de Inovação, nós estamos em 49º lugar em 132 países. Melhoramos uma, duas posições, poucas posições nos últimos anos. Acontece que o Brasil ocupar a 49ª posição, sendo que nós somos a nona economia do mundo, não é compatível com a nossa economia, com as nossas vantagens comparativas, com a qualidade, com a sofisticação do nosso setor empresarial, com a qualidade da pesquisa que é desenvolvida no Brasil. O Brasil hoje, apesar de ter caído, no último ano, mais de 7%, ainda é o país que ocupa a 14ª posição em produção científica no mundo, mas ocupamos a 49ª posição no *ranking* de inovação. Ou seja, existe uma dificuldade no Brasil em transformar conhecimento em inovação no mercado, porque pela própria definição da inovação, a inovação acontece no mercado, as empresas inovam.

Eu queria frisar um pouco esse contexto, porque a gente não está aqui discutindo a Lei do Bem pela Lei do Bem. Nós estamos aqui discutindo a importância da lei do bem para o futuro do Brasil. Essa é a importância da Lei do Bem, porque ela é o único incentivo fiscal que nós temos no Brasil para inovação empresarial. E ela tem se mostrado um instrumento de muito sucesso nos últimos anos.

Cabem – e isso está proposto pelo Senador – aprimoramentos. E também reconheço a iniciativa de vários outros Parlamentares, como a Deputada Canziani e o Deputado Lippi. Enfim, existe hoje, eu acredito, no Congresso Nacional, uma compreensão da importância da Lei do Bem como um instrumento que dá suporte a uma estratégia de desenvolvimento para o país, que interessa a todos os setores, empresas de todos os níveis. É claro que ela é mais focada em empresas grandes, mas ela também estimula a cadeia das empresas, e eu diria para o próprio Governo, uma vez que, produzindo mais nós teremos mais arrecadação, e para a academia, que também é importantíssima para essa articulação entre ciência, tecnologia e inovação.

Então, lembrando que, nesse *ranking* de inovação, que é reconhecido como principal *ranking* no mundo, o Brasil ocupa a 39ª posição em sofisticação empresarial, que é a melhor posição, o melhor indicador do Brasil, nesse *ranking*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, nós ocupamos a 99ª posição em instituições, ou seja, precisamos desenvolver todo esse arcabouço que dá suporte para que a inovação possa, de fato, ocorrer no mercado.

Então, indo agora diretamente à Lei do Bem, como eu já mencionei, esse é um instrumento que tem se mostrado bastante eficaz, bem-sucedido. Ela prevê a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Isso em troca de investimentos, estimulando que as empresas, de fato, possam investir mais em inovação.

Alguns dados que eu acho que são importantes aqui frisar: desde a sua promulgação, mais de R$170 bilhões foram destinados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Então, vejam que a Lei do Bem é uma lei que tem um poder de alavancagem muito grande. Esses números são números de 2021, que mostram que a quantidade das empresas beneficiadas subiu em relação a 2020, passando de por volta de 2,5 mil para mais de 3 mil empresas; ou seja, todas as propostas que nós vamos discutir aqui hoje, dos pontos específicos de aprimoramento buscam expandir a base, o acesso das empresa à lei, de forma que mais empresas possam inovar e com isso criar empregos – empregos de qualidade –, estimular a academia, a pesquisa e gerar aqui um círculo bastante positivo para o nosso desenvolvimento.

Então, eu vou destacar agora alguns pontos que nós consideramos bastante positivos na Lei do Bem.

A atividade inovativa é arriscada e o risco reduz o retorno esperado do investimento. Então, a Lei do Bem reduz o risco do investimento.

O investimento em inovação tende a gerar externalidades positivas na economia, como ganhos de produtividade, de eficiência – eu acrescentaria aqui aumento de arrecadação de impostos. Então, ela beneficia a sociedade como um todo.

A principal política adotada pela maior parte das grandes economias – a Marcela já citou isso aqui – são os incentivos fiscais, devido a sua eficiência em impulsionar a inovação. Então, nós temos países – os países da OCDE – que vêm utilizando os incentivos fiscais de uma maneira muito intensa, e cada vez mais, porque esse é o instrumento que se mostra mais eficaz no estímulo à inovação empresarial.

Então, de acordo com a OCDE – você colocou esse dado –, cerca de 46% dos países adotam esse tipo de política, até países emergentes, como México, Chile, Rússia e China, se é que a gente pode chamá-los de emergentes, sendo que eles estão dando saltos enormes.

Entre mais de dez estudos, mais de 15 estudos disponíveis, no Brasil, sobre a Lei do Bem, pelo menos a metade, utiliza o *benchmark* internacional, as melhores práticas internacionais, e todos os estudos concluíram que os incentivos são a forma mais efetiva de aumentar o investimento privado em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos os estudos que são feitos no Brasil, os estudos que são feitos lá fora e as políticas públicas que são praticadas nos países mais avançados, que concluem pela eficácia desse instrumento. Eu acredito que, aqui no Brasil, nós não vamos reinventar a roda, a gente vai fazer o que está dando certo. O aumento do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas beneficiadas, nesses estudos, vai de 7% a 80%.

Bom, o PL 2.838, de 2020, permite a dedução em mais de um período de apuração fiscal e permite a contratação de outras empresas para a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação externa. Por que isso é importante? A inovação não acontece sozinha. A empresa não inova sozinha, ela está inserida em um ecossistema de inovação. Então, ela precisa interagir e precisa se relacionar com várias instituições e outras empresas que fazem parte dos ecossistemas de inovação. Esse PL prevê isso e permite a dedução com investimentos em fundos voltados para aplicação em empresas de base tecnológica.

Eu queria falar um pouquinho sobre isso. A gente tem estudado, já há muitos anos, as melhores práticas internacionais e como a inovação acontece nos principais *hubs* de inovação no mundo. Existem países que apoiam estritamente *deep tech*, ou seja, projetos – eu estou falando por parte das políticas públicas –, projetos em tecnologia de ponta. Isso é muito importante e isso dá resultado, de fato, para o país.

Também esse PL permite a redução de IPI sobre equipamentos e máquinas destinadas a registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares, e permite a dedutibilidade dos dispêndios com assistência para patentes industriais pagas no exterior.

Quais são as melhorias que estão propostas? Permitir a depreciação de máquinas e equipamentos ainda que não exclusivas; aprimorar a redução do art. 18, alterando a Lei Complementar 123, a fim de que micro e pequenas empresas possam não constituir receita ao prestar os serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação; inserir a possibilidade de deduzir com dispêndios realizados em projetos de sustentabilidade; ampliar o incentivo para outros regimes tributários.

Já estou terminando.

Eu só queria aproveitar a oportunidade e chamar a atenção para o art. 19. Precisamos dar uma atenção grande a esse artigo pelo seguinte: o relatório de Carlos Viana mantém o raciocínio do PL 4.944, de dedução direta com 20,4% em cima do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No segundo relatório, ele mantém o termo "dedução", mas atrela essa dedução ao somatório das alíquotas dos dois impostos, para chegar ao total dos benefícios que a empresa precisa fazer. A empresa precisa fazer esse somatório. Aí volta o risco, porque, uma vez que a própria alíquota faz parte do cálculo do incentivo, toda vez que essa alíquota for alterada, for modificada, existirá um impacto no incentivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso mantém o incentivo mais alto para quem tem uma alíquota maior nesses dois impostos, mas coloca em risco quem tiver uma alíquota menor.

Queria chamar a atenção para isso, mas a ideia aqui é de reforçar a importância da lei.

Mais uma vez, parabenizo o senhor e todos os Parlamentares que têm trabalhado incessantemente, de uma forma bastante contundente, pela aprovação PL.

Mas eu diria que este assunto já está no Congresso há muito tempo. E o Brasil precisa ampliar a sua capacidade de inovação, porque isso compromete o desenvolvimento e o futuro do nosso país.

Não é aceitável que o Brasil seja a nona economia do mundo e tenha, hoje, uma indústria de transformação que signifique 11% do PIB ou que o Brasil tenha 1,3% no comércio internacional.

Para a gente alterar isso, para a gente poder avançar e cuidar do futuro do país, a Lei do Bem é fundamental.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Muito bem, Gianna.

Passo, agora, ao Paulo Foina, da Abipti, para fazer as suas considerações.

O SR. PAULO FOINA (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns pelo seu trabalho junto à ciência e tecnologia. O senhor e o Deputado Lippi são os dois bastiões da defesa da ciência e tecnologia no Brasil. Muito obrigado pelo trabalho. Parabéns.

Na sua pessoa, cumprimento Gianna, Marcela e João por participarem deste debate, que é importante.

Aqui, eu não acredito que alguém da plateia seja contra a Lei do Bem. A gente está falando para quem já está convertido. A gente está precisando arrumar opositores para ouvirem os nossos debates. Como a Gianna e a Marcela já expuseram, há uma série de vantagens na Lei do Bem.

Só me apresentando, eu sou Presidente da Abipti. A Abipti congrega os institutos de pesquisa tecnológica, que são as organizações que fazem a ponte entre a pesquisa científica acadêmica desenvolvida no Brasil e a aplicação na indústria.

A gente pega lá projetos, iniciativas científicas que estão no TRL 3, TRL 4, e as coloca no TRL – nível de maturidade, para quem conhece – 7 ou 8, para a indústria transformar aquilo em produto.

Então, isso é feito com sucesso enorme na Lei de Informática. Acho que é um grande exemplo de legislação de incentivo ao desenvolvimento tecnológico brasileiro, só que é voltado para a TI. E a Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem podia se espelhar nela para desenvolver isso também nas outras áreas de conhecimento, agronomia, agropecuária, fármacos, indústria naval, indústria bélica, indústria aeronáutica etc. Então a Abipti faz esse papel, esse é o grande trabalho. E, por sermos contratados pelas empresas para desenvolver pesquisa tecnológica que vai virar produto para elas, somos interessados na Lei do Bem, porque é ela que pode nos fomentar nesse trabalho.

Eu costumo dizer, quem já me conhece já ouviu essa história, que os institutos de pesquisa tecnológica brasileira, vou citar alguns exemplos que vocês conhecem, tem Fiocruz, tem Embrapa, são institutos de pesquisa tecnológica, mas tem também Cesar, tem Eldorado, tem CPQD, em outras áreas de conhecimento, Lactec, Tecpar, nas diversas áreas de conhecimento, Inpa, Inpe e tal.

Nós somos reconhecidamente as organizações mais desconhecidas do país, porque todo mundo usa o que a gente faz, mas ninguém sabe que fomos nós que fizemos, que foram os institutos que desenvolveram, porque os institutos são contratados pelas empresas, e as empresas colocam a sua marca no produto que foi desenvolvido pelo instituto. É óbvio que, por questões de *marketing*, não vão dizer que a origem tecnológica veio do instituto, simples. Tem carro, carro brasileiro andando, que foi projeto de ICT. Os respiradores que salvaram a gente na pandemia foram projetos de ICT, que foi passado para a indústria, a indústria industrializou etc., transformou em produto e pôs no mercado, que é o papel dela. Então nós temos esse *gap*.

Eu represento essas organizações, e para nós a Lei do Bem é uma das fontes de projeto, fonte de tema de projeto e de recurso para funcionar. E aí a gente fica olhando do lado de cá, do lado da pesquisa, todo mundo concorda que pesquisa tecnológica, inovação, vai gerar, entre outras coisas, produtos novos, ou melhoria de processo, ou aumento em produtividade, que, em última instância, do ponto de vista de Governo, agora falando para o nosso amigo, gera imposto a mais, quer dizer, é um ganho para o Governo.

E todos nós sabemos, eu sou empresário também... Aliás, eu sou empresário, sou professor universitário, sou usuário de informática, sou físico, quer dizer, eu sou o mais próximo que um cara pode chegar do inferno, sou eu, porque estou em todas as áreas que levam porrada de todo lado. A gente, como empresário, sabe que tem um grande sócio da gente que é o Governo. O Governo é um grande sócio, só que é um sócio que só participa da vantagem. Quando a gente ganha, ele ganha; quando a gente perde, ele ganha também, quer dizer, não tem jeito de sacanear o Governo. A gente está sempre pagando.

Quando a gente inova, há um risco para o empresário muito grande. Ele está colocando o seu dinheiro, que é suado para conseguir, às vezes ele não tem, vai buscar empréstimo, para fazer pesquisa de inovação. E essa pesquisa, por termos um grande sócio, o Governo tem que ser partícipe dessa, tem que ser sócio da gente também no investimento, porque vai gerar aumento de receita para ele.

Só pegando um parêntese de um estudo que nós fizemos com a Deloitte, usando uma metodologia europeia dos EARTOs europeus, dos institutos de pesquisa tecnológica europeus, nós mostramos que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para cada real de fomento colocado num instituto de pesquisa tecnológica privado – porque a gente não fez ainda para os institutos públicos, mas acredito que a relação está do mesmo tamanho... Para cada real colocado de fomento – fomento é dinheiro de imposto, ou é de imposto direto, ou é renúncia fiscal, ou é dinheiro do orçamento, é de imposto... Para cada real colocado de fomento, retornam para os cofres públicos R$3,6. Ou seja, eu estou colocando um real, o Governo está colocando um real em pesquisa tecnológica e está retornando para ele, em imposto, não estou falando de receita, em imposto gerado por aquele real, R$3,6. Quer dizer, não existe despesa para pesquisa tecnológica, isso é um tremendo investimento e eu acho que não tem outro investimento no Brasil que dê essa taxa de retorno. Então é um tremendo investimento. Não estamos falando em renúncia fiscal, nós estamos falando de investimento. É para ganhar mais dinheiro, não é para perder dinheiro.

Fechando esse parêntese, a gente tem pesquisa... Só para dar um outro exemplo, na Embrapa, nos órgãos públicos, fica mais difícil a gente fazer esse retorno, porque ela não gera receita, aquela coisa toda, mas tem orçamento público. Pegando o exemplo da Embrapa, a gente só descobriu que a Fiocruz faz vacina depois da pandemia. Faz mais de cem anos que ela faz vacina, e a população só descobriu depois da pandemia. Por isso que eu digo que nós somos reconhecidamente uma das organizações mais desconhecidas do país. Só conhecem a gente quando tem algum problema sério.

Mas vamos pegar o caso da Embrapa, que eu acho que é um exemplo grande e precisa ser mostrado e duplicado. Só com a receita gerada pela exportação de soja do cerrado – lembra, soja só dá em clima subtropical, então ela não dava no cerrado. Você precisaria ter uma inovação, que foi feita pela Embrapa, que criou sementes próprias para plantar soja no cerrado, e que hoje é uma grande exportadora de soja no cerrado brasileiro.

Só a receita de exportação da soja tirada do cerrado, criada no cerrado, que é de origem da Embrapa, é maior que o orçamento da própria Embrapa. Só a pesquisa com aquela bactéria que fixa nitrogênio no solo, que foi desenvolvida pela Embrapa – com isso quase eliminamos a importação de fertilizantes nitrogenados no Brasil, porque agora a gente tem uma bactéria que fixa o nitrogênio do ar no solo –, gerou R$30 bilhões de receita o ano passado e economia de importação o ano passado. É mais do que o orçamento da própria Embrapa.

E a Embrapa não vende isso. Olha que legal, ela desenvolve a pesquisa tecnológica com dinheiro público e coloca isso gratuitamente no mercado. Tem empresa ganhando dinheiro com isso. A Embrapa, não, mas o Brasil ganhou. Já que é um órgão público, o Brasil ganhou com a economia de despesa com importação ou com o aumento de receita propriamente dita. Então inovação é isso.

Quanto à Lei do Bem, o projeto de lei que está em discussão hoje é genial, é ótimo, ele melhora muita coisa, e temos que defendê-lo a unhas e dentes, temos que fazer ganhá-lo, mas tem algumas coisas que ainda precisam ser melhoradas. Uma a Gianna tocou de leve no que eu acho que ela não quis abrir muito o jogo, mas é abrir para outros regimes tributários. Quer dizer, é só empresa de lucro real que pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usufruir da Lei do Bem. E isso são hoje parece que 150, 160 empresas no Brasil inteiro, e são as grandes empresas que usam. Mais de 1,5 mil empresas estão disponíveis para usar a Lei do Bem, que são lucro real. Pouquíssimas usam, por quê?

Por várias razões. Primeiro que é uma complexidade operacional para isso. Segundo que tem um risco de glosa. Eu invisto na lei do bem *a priori*, quer dizer, acho que o que estou fazendo aqui, que é um sistema de gestão de menopausa de mariposa, é inovador, ninguém fez isso no mundo, eu vou investir. E no final do ano eu descubro que aquilo não era inovador, porque o Ministério da Ciência Tecnologia vai julgar aquilo como não inovação. E aí eu sou obrigado a devolver o dinheiro, que eu já gastei, por ter sonegado imposto durante aquele ano.

Então tem um risco tecnológico muito grande, e as empresas têm medo desse risco. A gente sabe que existe uma incerteza jurídica no Brasil muito grande em quase tudo. Nós temos um risco que o empresário não quer correr e não corre. Quem corre esse risco? Grandes empresas que têm bons advogados, que têm grupos de pesquisa já instalados, que podem fazer isso com uma certa segurança.

Então nossa sugestão é que as empresas pudessem ter uma espécie de... Já que elas não têm uma aprovação prévia, que é uma grande vantagem da lei do bem, não exige aprovação prévia do governo para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FOINA – ... você fazer a pesquisa, ela permite que um instituto de pesquisa, por exemplo, alguém habilitado, o IPT, o Sesi, o CPQD...

Algum desses grandes institutos, a própria Embrapa, etc., valide, avalize aquele tema de pesquisa: "Olha, isto aqui é inovador este ano".

Porque o outro problema que nós temos com a Lei da Informática – e isso é recorrente – é o tempo que demora para o ministério julgar se aquele projeto é inovador ou não: demora tanto que, quando ele vai ser julgado, depois de cinco, seis anos – como está acontecendo com a Lei da Informática – aquilo já não é mais inovador – seis anos depois não é mais inovador, tem um chinês que já está fazendo aquilo. E aí o técnico glosa, por exemplo, dizendo que aquilo ali não é inovador. Não é hoje, mas era quando foi feita a pesquisa.

Então, ter um aval prévio de um instituto de pesquisa, de uma organização de pesquisa tecnológica, dizendo: "Olha, isto aqui tem boas chances de ser inovador; pode tocar para frente, que isso aí dá ganhos". Isso dá uma segurança para o empresário investir, e daria segurança mesmo para os pequenos e microempresários, que têm lucros presumidos, poderem fazer esse investimento – ainda mais para quem é micro e pequeno empresário, porque aí é que não tem dinheiro mesmo para correr risco. O grande ainda tem; tem investidores, etc. O pequeno não tem, é o dinheiro da casa dele que ele está colocando na empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, fechando a minha participação, o Governo é um grande sócio das empresas, precisa participar, precisa ser um partícipe do investimento em pesquisa tecnológica. A pesquisa tecnológica via Lei do Bem precisa reduzir o risco para o empresário. Como fazer isso? Dando um aval prévio do tema – não pelo Governo, que vai demorar muito; a burocracia governamental é muito grande, mas pelos institutos habilitados para isso. Nós temos excelentes institutos para fazer esse aval prévio e permitir que os micro e pequenos empresários, médias empresas – ou seja, empresas que não sejam de lucro real, que sejam de lucro presumido – possam participar da Lei do Bem.

É isso.

Senador, obrigado pela oportunidade e agradeço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo.

Vou passar agora, então, para o nosso representante, o Subsecretário de Assuntos Econômicos e Fiscais do Ministério da Fazenda, o Sr. João Paulo de Resende.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE (Para expor.) – Funcionou?

Bom dia a todos.

Senador, como estamos de tempo aí? Eu sei que a gente... Está tranquilo?

Então está bom, vou falar os meus dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Se for favorável, a gente aumenta mais... (*Risos.*)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE – Se for contra, corta. (*Risos.*)

Bom, é um prazer estar aqui representando o Ministério da Fazenda. Parabenizo a iniciativa da CAE de trazer para discussão esse assunto. É assim que se faz política pública, não é? Debatendo, fazendo audiências, ouvindo os dois lados e tudo mais, o que permite que, inclusive, possamos aprimorar projetos antes que eles sejam julgados ou deliberados pelas Casas e pelo Poder Executivo. Portanto, eu parabenizo essa iniciativa.

Acho que sou o único aqui que vou fazer algumas observações um pouco mais críticas – levemente críticas, não bastante críticas –, mas a bem do debate que o Paulo provocou aqui, de que todo mundo é a favor da inovação, da pesquisa e desenvolvimento. E, de fato, nós também somos, o Governo Federal, obviamente, é bastante; entende que essa é uma agenda estratégica, tem tomado uma série de iniciativas que prestigiam os esforços do país para investimentos de pesquisa, tecnologia e inovação. Cito aqui, por exemplo – e acho que foi mencionado até pela Dra. Gianna, se eu não me engano –, o aumento e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontingenciamento dos recursos do FNDCT, que hoje conta com R$10 bilhões de orçamento anual. Esse orçamento era praticamente completamente contingenciado nos anos anteriores; isso foi resgatado e, no formato anterior, ele era um orçamento para empréstimos que precisariam ser pagos. Agora, metade disso é a fundo perdido. Então, os projetos são financiados e, parte deles, sem a necessidade de pagar de volta.

Está aí o investimento do Governo nessa sociedade, Dr. Paulo.

Também aumentamos os valores das bolsas de pesquisadores; restauramos os orçamentos das universidades, que muitas delas também são responsáveis por pesquisas – o Dr. Paulo sabe muito bem –; e tem algumas iniciativas – eu acho, não sei se foi a Dra. Marcela ou a Dra. Gianna que comentou, mas a Lei do Bem é a única lei de incentivo ao desenvolvimento, pesquisa e inovação...

O Dr. Paulo mencionou a Lei da Informática.

Então, temos a Lei da Informática. O Mover, que é o novo programa de incentivo à indústria automobilística, que está tramitando já aqui no Congresso – foi enviado como um PL, se eu não me engano, com regime de urgência, pelo Ministério de Minas e Energia –, dosa a desoneração de impostos – se eu não me engano, do IPI –, em função da quantidade de gasto que é feito em pesquisa e tecnologia, justamente porque temos consciência da necessidade desse gasto para que a indústria automobilística evolua para uma indústria de menor emissão de gases de efeito estufa, principalmente de CO_2. Portanto, isso também está refletido lá, e o Governo está para soltar – uma questão só de publicar, que já está resolvido – uma nova versão do decreto de debêntures de infraestrutura, que incentiva investimentos em infraestrutura; e estão sendo contemplados investimentos, gastos com P&D também, ou atividades de P&D, como potencialmente beneficiárias de uma debênture, que é um título de dívida privada, emitido pela empresa que investe, que conta com desconto de Imposto de Renda. Então, tem essas várias outras, fora o mencionado aqui pelo Dr. Paulo.

Obviamente, os gastos e os investimentos feitos pela Embrapa, pela Fiocruz e por outras instituições públicas que fazem pesquisa e desenvolvimento – pela própria Petrobras também – e que têm tido sucesso numa série de atividades e de produtos que são lançados no mercado.

Então, acho que isso é suficiente para demonstrar o valor que o Governo Federal dá, principalmente essa nova administração, a esse tipo de gasto. E, assim, realmente é difícil você contestar o argumento de que gastos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica não geram aumento do PIB e aumento, eventualmente, da arrecadação de impostos, da produtividade e tudo mais, desde que esses gastos sejam benfeitos.

Eu vou voltar nesse ponto daqui a pouco, mas, antes, eu faço só algumas ponderações, aquelas preocupações usuais do Ministério da Fazenda, não é Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a gente sabe que foi aprovado pelo Congresso, no ano passado, e o Governo tem demonstrado um esforço muito grande, principalmente o Ministério da Fazenda, em cumprir, o novo arcabouço fiscal, que tem limitações de aumento de gastos e tem também uma meta de superávit primário a ser cumprida.

Esse arcabouço fiscal se insere dentro de outras legislações já existentes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, mas principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determinam – leis também, obviamente, aprovadas pelo Congresso Nacional –, exigem, que haja uma compensação dos gastos adicionais em função de qualquer projeto de lei. E isso não é só uma exigência legal. Isso tem sido uma cobrança que o TCU tem feito ao Poder Executivo, sugerindo, inclusive, que o Ministério Público acionasse a Justiça nesse sentido, para que desenvolvamos e implementemos procedimentos para os casos de legislações que são submetidas à sanção presidencial e que não contam com esse tipo de cumprimento da determinação da LRF. Então, muita legislação tem chegado para a sanção do Presidente da República sem indicar de onde virão os recursos.

No caso específico aqui, eu confesso que nós não temos uma estimativa atualizada, Senador, do projeto do Senado, mas temos já uma feita no começo do ano passado, relacionada ao projeto que tramita na Câmara, do Deputado Vitor Lippi, em que o impacto seria em torno de R$1,5 bilhão, em função das novas desonerações. É evidente que há um impacto porque, obviamente, o que está se propondo é que haja uma extensão, que se permita que determinados gastos também sejam descontados, que se permita que determinadas empresas de menor porte também sejam contempladas. Aliás, tem uma questão em relação a isso, na parte do Simples, não sei quem é que tocou nisso, o Simples é regido, precisa ser alterado por lei complementar, então acho que é por isso que ele não está sendo contemplado aqui no projeto do Senador nem naquele que está na Câmara.

Então, eu volto a esse ponto. Temos o TCU, que é um órgão desta Casa, que é um órgão que fiscaliza as contas públicas, dizendo: vocês têm que cumprir essa obrigação da LRF de apontar de onde vão vir os aumentos de receita, ou redução de receita, ou aumento de despesa. O projeto da Câmara traz uma previsão de aumento da CSLL sobre os bancos, mas a estimativa disso é que é um percentual muito inferior ao necessário para zerar o impacto. Nesse ponto eu acho que caberia uma reflexão aqui da Casa em como endereçar essa questão, no intuito de aprimorar o projeto que está sendo submetido.

O segundo ponto que eu queria fazer é que há um esforço muito grande do Governo Federal, com o apoio também do Parlamento, que é consumado na aprovação da reforma tributária, ano passado, de simplificar o sistema tributário. Então, assim como não há como negar a importância de gastos com pesquisa e desenvolvimento, também não há como negar o avanço que foi a aprovação da reforma tributária, que não vai mexer na carga tributária, não aumenta nem reduz impostos, mas tenta simplificar e tenta reduzir custos de transação. Uma aprovação histórica, um debate de mais de 30 anos, foi talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente vai ser um dos maiores legados deste Governo e desta gestão tanto da Câmara quanto do Senado, mas o espírito todo é de simplificação.

E esse tipo de iniciativa, por mais que seja meritória em relação ao seu objetivo, torna mais complexo o sistema tributário. Então, nós temos tentado privilegiar esses estímulos a determinados setores a partir de uma fórmula mais transparente, que é passando um gasto no orçamento, semelhante, por exemplo, a esses 10 bilhões do FNDCT. Porque a gente vai, em todo setor, quem já passou pelo Ministério da Fazenda vive isto diariamente: eu vou receber o Dr. Paulo, de investimento em pesquisa e tecnologia, mas eu vou receber o pessoal que investe em soja, em biocombustíveis, eu vou receber o pessoal da educação, vou receber a indústria química, a indústria de fertilizantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE – ... que teve o Profert – obrigado, Senador –, então todos vão argumentar: o meu setor é diferente, o meu setor merece um tratamento especial, e aí eu termino o processo com uma legislação tributária, e vão vir aqui dizer que o país, o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo, que era até a aprovação dessa nova legislação. Por quê? Porque a gente vai criando exceção em cima de exceção em cima de exceção, em setores cada um com uma regra diferente. Portanto, isso tem que ser... Imagino que a simplicidade deve ser um princípio que se busque nesse debate.

E aí, o terceiro e último ponto que eu vou fazer, eu sei que meu tempo também já está próximo de esgotar – Senador, obrigado –, é que a gente precisa também, é claro que somos a favor do mérito da medida, mas precisamos também garantir que a legislação tenha contornos que impeçam ou minimizem os riscos de vazamento. Ou seja, uma aplicação indevida do recurso, da política, do estímulo.

Claro que muitas empresas estão fazendo pesquisa de desenvolvimento de ponta, gastando e gerando produtos, mas ao mesmo tempo nós temos alguns indicadores, foram até trazidos aqui pela Dra. Marcela, se eu não me engano, que nos trazem algumas curiosidades. Por exemplo, durante a pandemia, 2020, 2021, 2022, momento em que as empresas estavam, grande parte, com risco de falência, criamos programas para salvar empresas, como o Peac, criamos o Pronampe, melhoramos o Pronampe e toda a injeção de recursos públicos para que as empresas conseguissem ficar, enfim, minimamente acima do vermelho, pagando funcionários. Muitos tributos deixaram de ser pagos, muitas pessoas demitidas.

O número de empresas que se beneficia de gastos da Lei do Bem e que, portanto, está fazendo pesquisa e tecnologia, passa de 2,3 mil para 3 mil. Então, assim, aumenta o número de empresas que estão fazendo ciência e tecnologia. Aumenta o número de projetos, aumenta o valor investido e aumenta o valor da renúncia, obviamente.

Então, é estranho a gente imaginar que, num período mais crítico para a sobrevivência das empresas, tenha havido um aumento bastante significativo. Isso é um indicativo de quê? De que parte das empresas viram na Lei do Bem uma forma de encontrar uma desoneração tributária para poder, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum juízo de valor, precisavam sobreviver naquele momento, mas conseguem fazer uso da legislação muito provavelmente não para sua finalidade precípua.

Então, eu chamo a atenção para esse fato e que, portanto, o projeto tenha esse cuidado de minimizar os riscos de que haja uma utilização não exatamente da forma como ela foi prevista. Eu teria até alguns outros comentários aqui.

Chamo a atenção também, acho que foi o comentário da Dra. Gianna, que, de fato, a gente tem essa preocupação que o Brasil produz muito *paper* e pouca patente. Se você for olhar o número de trabalhos científicos que o Brasil produz, é a mesma quantidade que a Coreia do Sul. Aí, quando você vai ver o número de patentes, é 1%. E isso nos coloca lá na 49ª posição entre 132 países.

Mas temos que lembrar que a Lei do Bem está aí há 20 anos. Então, assim, por que, depois de 20 anos de estímulo, a gente ainda está nessa situação? É só expandir o gasto que falta ou falta fazê-lo de uma forma mais inteligente?

Então, peço que levem em consideração esses aspectos na redação da lei para que a gente possa, de fato, ter um incentivo efetivo para pesquisa e desenvolvimento. E assim eu encerro e agradeço, Senador Izalci, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, João Paulo. Eu vou fazer algumas considerações até para, nas considerações finais, cada um poder também comentar.

Bem, primeiro, a gente tem essa luta da ciência e tecnologia há anos porque eu acho que a gente precisa conscientizar as autoridades de um modo geral da importância do investimento, que não é gasto, mas é investimento na área de inovação.

Bem, começando pelo último comentário sobre a questão dos artigos científicos e com relação às patentes, uma coisa muito simples, não precisa nem de lei: o problema é que as nossas universidades prestigiam o plano de carreira em termos de artigo científico. Então, quanto mais artigos os pesquisadores escrevem, maior a chance de aumentar a sua remuneração no plano de carreira.

Então, evidentemente, nós temos que mudar o plano de carreira, o que não precisaria nem de lei. Basta uma iniciativa do Governo, seja do Ministério da Educação, junto com a Fazenda, de poder realmente prestigiar as patentes, e não somente os artigos científicos. Até em função dos artigos, muitos países acabam copiando as ideias aqui do Brasil.

Bem, com relação ao período da covid, evidente que, numa situação como a covid, a busca por uma inovação, por uma mudança é muito maior. Então, o crescimento de empresas se deu muito também em função de várias empresas buscando soluções para sobreviverem exatamente em função de um período aí, que foi esse período da covid, que foi muito ruim para as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos algumas leis de incentivo, como a informática, como agora a questão da indústria automobilística, mas o que a gente precisa é evoluir nas pequenas e médias empresas. Não se faz inovação só nas grandes empresas. E a grande maioria das nossas empresas do Brasil são pequenas e microempresas. Então, as empresas do lucro presumido... Porque inovação não acontece apenas nos produtos, acontece muito no processo.

Então, nós temos várias empresas, e o próprio Governo, ainda na era analógica. Então, o Governo precisaria até inclusive criar uma Lei do Bem para o Governo entrar nessa inovação, porque de fato a gente precisa incentivar as pequenas e médias empresas a entrarem também na inovação.

Bem, se não estiverem furados os dados, o próprio Paulo Foina disse aqui: "para cada R$1 investido na tecnologia, na inovação, há um impacto, um retorno de impostos de 3,6". E a agenda colocou em termos de investimento 1 para 4,6. Então, quer dizer, nós não estamos falando aqui em gasto, nós estamos falando aqui exatamente em investimento, e com retorno.

Então, se a Fazenda consegue provar que tudo que foi falado aqui não é correto, aí tudo bem. Mas, pelo que a gente tem de informação, tanto na questão econômica de investimento, quanto na questão tributária, a gente tem retorno maior do que a aplicação: 1 para 3,6 e 1 para 4,6.

Então, a gente vai ter que mudar. Desculpe, viu, João. Eu sei que vocês são muito competentes na Fazenda, e é sempre o gargalo nosso aqui da ciência e tecnologia, porque a gente nem chamou aqui o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque é óbvio que eles são favoráveis também. Mas a gente precisa talvez mudar a grade curricular das universidades, para o curso de Economia, para mostrar o que é investimento, e o que é gasto. Porque, na ciência e tecnologia, na inovação, não é gasto, é investimento. Então, não há impacto, muito pelo contrário. Qualquer subsídio que é dado há o retorno 3,6 maior do que o investimento.

Então, a gente precisa tirar esse conceito que eu sempre ouço aqui, sempre, em todas as áreas, não é só neste projeto, não; em todas, a gente tem essa questão de impacto. E a gente percebe claramente que o investimento na ciência e tecnologia realmente é positivo, e merece realmente a gente ampliar isso.

A questão do arcabouço fiscal, na medida em que você tem para cada R$1 incentivado um retorno de 3,6 de impostos, não tem impacto; ao contrário, vai aumentar a receita. Portanto, aumenta... Quero registrar a presença do nosso querido Rogerio Marinho, nosso grande defensor da educação e da ciência e tecnologia.

Então, essas questões é que a gente precisa... Nesse projeto, nós temos aí, por exemplo, a questão da regularidade. Pesquisa e inovação não se faz com interrupções. Tem que ter regularidade. Então, na medida em que você tem uma empresa que, em um determinado ano, teve um lucro, portanto, tem o incentivo. No ano seguinte, em função de alguma coisa, leva um prejuízo, ela tem que interromper o projeto, a pesquisa, só porque deu prejuízo, mesmo que tenha dado lucro no ano seguinte. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa melhorar. A Lei do Bem tem há vários anos, e precisa aperfeiçoá-la. Um dos motivos também é essa questão da regularidade na aplicação do investimento da pesquisa, porque não pode ter essas interrupções. E, evidentemente, contemplar, que é o objetivo maior, as pequenas e médias empresas que ainda estão no mundo analógico. A gente precisa realmente incentivá-las também a entrar na indústria 4.2 e também nos processos de inovação disso aí.

Eu vou retomar então para as considerações finais, se vocês puderem também já responder essas perguntas que foram feitas. Indago ao nosso querido Senador Marinho se quer fazer alguma colocação. Então, eu vou passar aqui, na ordem... Vamos voltar aqui. Eu vou fazer na ordem inversa.

Paulo Foina, você pode fazer as suas considerações finais. Vamos deixar o nosso Secretário por último. Paulo Foina.

O SR. PAULO FOINA (Para expor.) **–** Obrigado, Senador.

Eu acho que o Subsecretário mostrou bem a posição do ministério, e a gente entende. Acho que o desafio é acharmos uma solução para isso. A gente precisa colocar mais recursos, o Governo precisa participar mais como sócio do investimento em pesquisa tecnológica visando a inovação, sem que isso prejudique os demais compromissos que o Governo tem, o orçamento. Esse é o desafio. É muito fácil simplesmente cortar recursos. Até aí qualquer um faz, não precisa da genialidade.

Eu acho que abordou dois pontos que foram tocados que afetam a Lei do Bem de maneira... Afetam a pesquisa tecnológica, a pesquisa inovadora, na verdade, tocam na tangente dela. É a questão da educação, que o próprio Senador citou. E não é só nas universidades. A Capes é o grande responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação, e a pesquisa no Brasil é feita pelos programas de pós-graduação. Então, enquanto a Capes avaliar apenas com maior intensidade *papers*...

Aliás, eu vivo nesse mundo. Sou pesquisador há muito tempo. Infelizmente, muitas patentes geradas no estrangeiro são por pesquisa nossa. Não sei se você sabe, mas quando um pesquisador publica um artigo, ele tem um ano para registrar a patente daquele artigo. Como ele já publicou e cumpriu o compromisso dele, ele não faz nada. A patente acaba sendo registrada por um país estrangeiro que pega aquele artigo e publica a patente. E aí a gente perdeu, quer dizer, é pesquisa nossa que vira patente fora. Então, nós vemos um percentual muito grande de patente... Eu tenho um caso em família disso. Meu filho patenteou várias patentes de um estudo que ele fez no Brasil e patenteou nos Estados Unidos. Poderia ter feito aqui. Tem n razões para isso. O INPI é um deles, mas há falta de incentivo de pontuação dos programas de pós-graduação.

E aí nós temos uma falta de formação de mão de obra capacitada para a pesquisa. Na educação, os programas de graduação estão descolados da realidade de mercado. Isso, infelizmente, é uma realidade. Nós já estivemos no ápice da pesquisa tecnológica, na nossa universidade, mas aí perdemos. Ficou concentrando na pesquisa acadêmica apenas, esquecemos outra a parte. Esse é o espaço ocupado pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ICTs, pelos Institutos de Ciência e Tecnologia, mas está faltando aí uma formação mais técnica dos nossos profissionais.

Então, eu acho que reforço... É até um ponto que eu queria ter falado a primeira vez, não falei, é o seguinte. A opção de investimento em fundos de pesquisa do dinheiro, quer dizer, tem um risco muito grande. Eu sou avaliador de projetos, alguns fundos me contratam para avaliar projetos. E você vê que o interesse do fundo é ganhar dinheiro, não é a pesquisa tecnológica. Então, eles acabam investindo em pesquisa que tem um retorno garantido, ou seja, tem baixo risco tecnológico, tem baixo risco de negócio.

Então, aquela pesquisa que é interessante, que vai dar uma inovação, é uma pesquisa mais disruptiva, com mais cara de disruptiva, que pode realmente estourar a boca do balão, nisso não se investe porque o risco é maior. Então, o fundo é uma alternativa, mas tem esse grande risco. A gente precisaria moderar esse investimento nos fundos porque pode correr o risco de só investir naquilo que dá dinheiro. Ele não está preocupado com a inovação. O investidor não está preocupado com a inovação, está preocupado em ganhar dinheiro, que é o papel dele.

Então, era isso, Senador. Obrigado pela oportunidade e agradeço a chance de falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo.

Vou passar, então, para a Marcela também fazer as suas considerações finais.

A SRA. MARCELA FLORES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Queria falar três comentários aqui, Doutor, dos pontos muito relevantes que o senhor traz. E acho que é muito interessante a gente observar a necessidade que a gente tem ainda de alinhamento com relação a essas informações. Isso é muito interessante.

Primeiro, a observação com relação ao aumento do número de empresas que se utilizaram da Lei do Bem no período da pandemia. Você sabe que lá na Anpei nós somos uma associação *member-based*, então nós temos associados que pagam uma anuidade associativa para estar conosco. E a gente teve esse mesmo efeito, nós aumentamos o nosso número de associados na pandemia. E a gente ficou pensando por que isso se dava. Deveria todo mundo estar economizando dinheiro para proteger as suas empresas, enfim, a sua saúde e até as suas vidas e a gente teve esse mesmo efeito.

E a nossa conclusão, na verdade, foi diferente. A gente percebeu que hoje há uma diferença grande entre a maturidade que a gente fala do tema de inovação nas próprias empresas. Então, a gente tem empresas que são muito maduras, que são essas que a gente conhece bem, que estão sempre muito bem posicionadas nos *rankings* de inovação, inclusive, e algumas empresas que estão ainda entendendo, de fato, a inovação como uma ferramenta de sobrevivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, no período da pandemia, a gente viu isso acontecendo de uma forma muito clara. A gente percebeu que as empresas que ainda não estavam valorizando tanto a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação para a sua estratégia de longo prazo passaram a entender que isso era necessário. Além do fato de que ficou muito mais popular, vamos dizer assim, alguns conceitos de P&D que até então só eu, Paulo, o Senador e a Gianna conversávamos e de repente todo mundo estava falando sobre vacinas e entendendo como é que é um processo de pesquisa e desenvolvimento de um medicamento ou de uma vacina, por exemplo.

Então, eu acho que a gente deveria explorar um pouco mais essas motivações até para a gente não gerar algumas impressões que podem não estar, vamos dizer assim, tão compatíveis com o que de fato acontece ali na ponta das empresas, respeitando muito a preocupação absolutamente válida, necessária, extremamente importante e relevante de que a gente precisa ter o uso devido do recurso, que é o ponto que o Doutor traz, e estou absolutamente de acordo com isso.

Com relação à universidade-empresa, a gente tem um dado – para o qual o senhor chamou a atenção também –, a Gianna falou do dado dos *papers* e do próprio Global Innovation Index: eles fazem um indicador, além do índice h, que é esse das publicações de qualidade – em que a gente está sempre muito bem posicionado: ficamos, em 2023, na posição 23; 49 em geral e 23 nessas publicações científicas. Eles têm uma outra medida, que é a colaboração em pesquisas entre universidades e empresas, que fala um pouco sobre essa nossa defasagem. E o Brasil vem caindo posições: por exemplo, em 2013, ele estava na posição 42; em 2019, na posição 58; e, no ano passado, em 2023, na posição 78 – ou seja, nós estamos piorando a nossa colaboração entre as universidades e as empresas.

Isso se dá por uma série de fatores, eu diria que há dois grandes blocos de motivos: um que tem a ver com a legislação, porque a gente tem legislação no nível federal, estadual e municipal, e não necessariamente há um alinhamento – e o alinhamento disso também com as políticas de educação superior e as políticas industriais –; também o próprio alinhamento do Marco Legal da Inovação em todas essas esferas; a questão toda de segurança jurídica, de burocracia e até a falta que a gente hoje vê, de a gente estar tentando resolver o artigo anterior, o 19 da legislação atual, da Lei do Bem.

Então, um é o aspecto grande de legislação, que é um dos motivadores pelos quais a gente tem essa dificuldade; e o outro aspecto tem a ver com a cultura, porque a gente não tem uma cultura de conversa e um diálogo próximo e aberto entre a universidade e as empresas, de modo que muita coisa é criada nas universidades, como o Paulo falou, e não vira nada depois de mercado.

Então não tem hoje esse *match. O* pesquisador que está dentro da universidade às vezes nunca esteve numa linha de uma empresa, desconhece esse mundo; ao mesmo tempo que o executivo ou a executiva que está sentado lá nas nossas grandes empresas brasileiras nunca esteve numa universidade, num centro de pesquisa, numa bancada de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente tem um aspecto cultural bastante relevante, é um trabalho contínuo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCELA FLORES – ... de a gente se debruçar cada vez mais sobre isso para atender, de fato, essa questão que ainda faz com que, mesmo depois de 20 anos de existência da Lei do Bem, a gente ainda não tenha atendido esse desafio – ele é cultural, ele é legislativo, ele é maior e precisa de fato de mais tempo, mais discussão e mais avanço.

Por fim, quero reforçar o ponto da abertura, Dr. João, que a gente gostaria de ter, Senador e colegas, com relação a esse diálogo com a Fazenda, cuja intenção não é fazer uma bagunça, Senador, a intenção é a gente fazer uma coisa boa e, para a gente fazer uma coisa boa, a gente precisa fazer junto.

Nós da inovação acreditamos muito em construir junto, a gente sabe que inovação – a Gianna vinha falando aqui – a gente não faz sozinha; então, da mesma forma, as melhorias... A gente quer estar junto, discutir, dialogar, olhar os dados, melhorar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCELA FLORES – ... para que a gente consiga, de fato, atingir algo que seja bom para o nosso país, para o desenvolvimento econômico e social, dentro de todos os pontos de preocupação muito corretos que o Doutor coloca aqui para esta mesa.

É isso, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Marcela.

Passo agora então para nossa querida Gianna Sagazio.

Gianna.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Alguns comentários finais, mais uma vez destacando a importância desse diálogo, de a gente manter esse diálogo sobre a Lei do Bem, que tem um título muito feliz, não é? É uma lei para o bem do nosso país.

Eu queria destacar o seguinte. Eu mencionei que, no Brasil, hoje, a participação da indústria de transformação é de 11% do PIB. Eu acredito que nenhum de nós quer que o Brasil seja reconhecido, no mundo, por ser um grande exportador apenas de soja, de minério de ferro, de petróleo e gás, porque nós temos conhecimento, inteligência, um setor empresarial desenvolvido, vantagens comparativas para exportar muito mais do que soja, minério de ferro, petróleo e gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, a gente precisa investir em inovação. Não há outro caminho. E, como eu disse anteriormente, não acredito que nós vamos reinventar essa questão, já que os países mais avançados e os países em desenvolvimento têm investido em instrumentos transversais de incentivo fiscal à inovação. Essa é a melhor prática dos países da OCDE.

Então, reafirmo aqui a importância de aprimorarmos a Lei do Bem. Eu acho que as contribuições do Ministério da Fazenda serão super bem-vindas ao projeto do Senador...

(*Soa a campainha.*)

... porque, de fato, não há como não estimular o setor empresarial.

Eu vou dar aqui um exemplo. Como Israel se tornou a S*tartup Nation*, mas hoje nem é mais S*tartup Nation*, é um país totalmente voltado para inovação. Eles criaram lá o *Innovation Authority*, que é como se fosse o Ministério da Inovação, e começaram a investir, a colocar recurso público em projetos de inovação.

A empresa apresenta, isso até hoje, o projeto de inovação. Eu estou resumindo bastante, eu tenho condição depois de explicar isso com mais detalhes. Se o projeto der certo, o.k.; ela vai pagar de volta aquele recurso que ela pegou. E, se ele não der certo, está o.k.; eles vão estimular para que aquela empresa apresente outro projeto – porque errar faz parte do risco tecnológico de se desenvolver um projeto de inovação.

Então, eu acredito que além da evolução do nosso marco regulatório, eu reforço aqui as contribuições que o Legislativo tem dado para que a gente possa avançar com a ciência, tecnologia e inovação: com o novo marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação; com a nova Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e iniciativa do Senador Izalci Lucas; com o novo marco de *startups. V*ários exemplos podem ser dados.

Para além disso, a gente precisa da contribuição do Executivo, do Poder Executivo, para a gente avançar. Essa discussão que estamos tendo aqui hoje, nós já temos há alguns anos aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – E é sempre a questão do impacto fiscal.

Eu acredito que, para a gente vencer essa questão, a gente precisa decidir se, de fato, ciência, tecnologia e inovação é importante para o Brasil. Porque, se for, e a gente já comprovou aqui por vários estudos que existe ganho para o país – mas, ainda que tivesse perda, o que não é o caso, se nós queremos assegurar um futuro, como um país desenvolvido, como um país que exporta produtos e serviços com maior complexidade, que a gente possa, de fato, desenvolver a nossa economia, a gente precisa fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhas. E aí não cabe a nós fazer essas escolhas, e, sim, ao Governo. Quais são as áreas que vão levar o país a ter um futuro garantido?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – Não vejo como não passar por incentivo fiscal para a ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis.

Eu também queria remarcar que, quando eu levantei o dado sobre a pesquisa científica, de forma alguma – a gente estimula que existam mais investimentos em educação e a melhoria da gestão, com alcance de melhores resultados... O Brasil tem que se posicionar melhor no Pisa, por exemplo. O que eu levantei aqui é que, em diversos índices, e o que eu citei aqui, 14º é da... O Brasil estar em 14º lugar é a nossa dificuldade em transformar o conhecimento em inovação. Mas, de forma alguma, a gente quer que se reduza, ou acha que é menos importante a ciência em relação à tecnologia e inovação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – Concluindo, eu acho que vale a pena também a gente se debruçar nos dados oficiais do Governo, da Pintec, em que as empresas também relatam grande dificuldade em acesso a recursos públicos para inovar. Então, muito da inovação, Dr. João, que tem sido feita – você levantou a questão do porquê a Lei do Bem não funciona... É que, de maneira geral, as empresas têm tido muita dificuldade em acessar recursos públicos para inovação. Isso é comprovado pela Pintec, mas tem vários outros estudos que mostram isso, e acreditamos, então, que a Lei do Bem é o melhor mecanismo, pela sua transversalidade, porque ela alcança todos os setores e empresas de diversos portos, e é a melhor prática no mundo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Muito bem.

Eu quero agradecer a participação de todos.

Nós temos agora a sessão ordinária. Mas eu quero propor aqui, só para aproveitar a presença do Líder do Governo, nosso querido Senador Jaques Wagner, para a gente poder realmente sair daqui com uma proposta concreta de...

Senador Jaques Wagner, nosso Líder do Governo, esta audiência pública se trata exatamente de um requerimento de V.Exa. com relação à Lei do Bem.

Resumindo o que foi dito aqui, vai completar, agora, 20 anos, a Lei do Bem. A proposta apresentada, desse projeto – uma é de 2019 e a outra 2020, e está tramitando na Câmara também uma proposta semelhante –, é exatamente aperfeiçoar a Lei do Bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi colocado aqui e demonstrado que para cada R$1 aplicado na ciência e tecnologia, no investimento, há um retorno de 4,6% de receita, e de 3,6% de tributo, de retorno. Então, não há impacto negativo com relação a essa Lei do Bem.

O que eu gostaria de pedir a V. Exa., para que a gente possa definir a votação desse projeto, é talvez uma conversa no ministério, já aproveitando aqui as nossas convidadas, para ver de que forma a gente pode ajustar o projeto lá no Ministério da Fazenda, para a gente poder realmente evoluir um pouco e aperfeiçoar esse projeto e votar o mais rápido possível.

Então é uma proposta que a gente poderia fazer aqui a V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia, Senador Izalci, que preside esta sessão; aos colegas Marinho e Irajá; e a todas e a todos os expositores aqui.

Eu quero dizer para V. Exa. que eu pedi e fiz o requerimento – e minha política nunca é de ficar empurrando com a barriga, mas, às vezes, você precisa ou de esclarecimento ou de até um tempo maior.

O projeto que tramita na Câmara dos Deputados, diferentemente do nosso aqui, ele aloca a compensação, ele aponta onde está a compensação, que é a questão levantada, evidentemente, por quem cuida de orçamento, de fazenda, de tudo isso.

Então, eu não vejo nenhum problema. Evidentemente que nós somos a favor, todos nós sabemos – o Presidente Lula mais ainda – qual é o caminho de futuro que nós temos, seja na economia verde, na transição energética e fundamentalmente na tecnologia. Os países que estão avançando estão investindo alto. Você pega a China e em todo lugar tem investimento em ciência e tecnologia, uma formação imensa de engenheiros, de tecnólogos, de pesquisadores, e não é à toa que a nação está avançando; ou Israel, que transformou praticamente um deserto em um oásis de soluções pela dificuldade enfrentada – independentemente da questão que vivemos lá hoje, cada um tem a sua opinião. Sou da opinião de buscar a paz com a convivência de dois Estados igualmente respeitados e independentes, porque eu acho que é a única forma de pacificar, mas não é o tema aqui da sua...

Então, eu me disponho... Quer dizer, eu só não posso responder aqui agora se é hoje ou se é amanhã, mas eu tenho, por acaso, um almoço com o Presidente da Casa e o Ministro da Fazenda, que deve ir com o Secretário-Executivo para discutir outros temas que estão em votação aqui. E, na verdade, não tem por que retardar. O meu problema só é... Eu conheço tudo, sei o quanto é... Eu fui Governador, a gente apostou muito, a gente tem o Cimatec, que é da iniciativa privada, mas é uma referência em ciência e tecnologia lá do Nordeste.

Eu só lhe pediria isso. Eu saio daqui e falo com o Ministro para ele designar alguém, para que a gente discuta, ou alguém da Casa Civil. Eu repito, é a mesma coisa da lei do pró-fértil, ninguém está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra. É que, quando falta pão, todo mundo grita e ninguém tem razão. Então, é um pouco isso, cada um tem que apertar de um lado, porque a gente não está num momento fiscal muito bom.

Mas eu só quero dizer o seguinte: colocando as compensações conforme a exigência legal, não é uma vontade do Governo, é uma exigência legal... O TCU fica em cima: "Se está botando a despesa, está tirando de onde?". Então é preciso fazer pelo menos essa coisa para poder... Porque não me adianta aqui a gente votar, mesmo que seja derrubado, para chegar lá e dizer: "Por ilegalidade eu vou ter que vetar isso ou aquilo". Então, eu prefiro sentar e conversar.

O colega é da Fazenda? Porque ele balançou a cabeça quando eu disse que tinha que botar a compensação.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE (*Fora do microfone.*) – É...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, ele deve estar representando a Fazenda aqui, mas...

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

Não, então, pronto, falei o óbvio.

Mas eu me comprometo, se for possível, ainda hoje, aproveitando a chegada das expositoras... Tenho que ver lá com o pessoal de equipe, tá?

Eu só não quero que seja votado hoje, senão aí fica assim: aí vai para a Câmara, e é na Câmara que nós vamos fazer o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Claro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como na Câmara me dizem, apesar de não aprovado, que lá apontaram a compensação, e eu não conheço o projeto, mas eu me comprometo a fazer o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Aqui nós apontamos, porque há dados concretos, do próprio Governo inclusive, tanto na receita quanto nos impostos, que, para cada R$1 investido em ciência e tecnologia, você tem um aumento de 4,6% no investimento e de 3,6% na arrecadação de impostos. Então, há um aumento da arrecadação. Mas isso aí pode ser discutido nessa reunião com o Ministério da Fazenda.

Então, eu agradeço. O objetivo é a gente poder realmente encontrar uma solução que possa beneficiar o país. Então, muito obrigado.

Bem, gente, vamos entrar na sessão ordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer mais uma vez aos nossos expositores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e declaro encerrada a presente audiência.

(*Iniciada às 09 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, André Amaral, Jader Barbalho, Castellar Neto, Weverton, Otto Alencar, Omar Aziz, Augusta Brito, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 31ª e 32ª Reuniões, realizadas em 13 de agosto de 2024., que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5008, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável à matéria, com uma emenda apresentada, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **Observação:** A matéria volta à pauta no dia 03/09/2024. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 13, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Aperfeiçoa a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores; adequa o prazo de concessão de incentivos e de estímulo à tecnologia nacional; cria o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon); e altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 13.969, de 26 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável à matéria com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. Aprovada urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4622, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas e perfumes no regime fiscal aplicado à entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Mensagem (SF) n° 36, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo - PROINFRA II." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), substituiu Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do Projeto de Resolução apresentado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Mensagem (SF) n° 37, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 69,704,279.00 (sessenta e nove milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, para o financiamento do Programa Ribeirão ÁGIL - Cidade Acolhedora, Global e Inteligente de Ribeirão Preto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), substituiu Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do Projeto de Resolução apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/20

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 15.148/2024, do Banco Central do Brasil; Ofício nº 39.733, de 2024, do Ministério da Fazenda; Ofício nº 31.875, de 2024, do Ministério da Fazenda; Mensagem nº 613, de 2024, da Presidência da República.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 31ª e 32ª Reuniões, realizadas em 13 de agosto de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberação de matérias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em caso de deliberações nominais, aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente – repito: aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Eu queria, Senadora Damares, registrar com pesar o falecimento de um grande amigo nessa madrugada: o apóstolo Sinomar, da Igreja, é o nosso amigo.

Eu quero aqui prestar os nossos pêsames, a nossa solidariedade a toda a família: a apóstola Noeme e os filhos Simeyzon, Geisler, Jonatas. Ele é o fundador da Igreja Apostólica Luz para os Povos, que faz um trabalho de evangelização não só no nosso país, mas em vários países pelo mundo. E fica aqui o nosso registro e o nosso pesar.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5008, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda apresentada, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 12/3/2024, foi lido o relatório e adiada a apreciação para realização de audiência pública.

2. Em 21/5/2024, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 17/4/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

4. Em 11/6/2024 foi apresentado voto em separado da senadora Zenaide Maia.

5. Em 11/6/2024 foi apresentado e aprovado requerimento de adiamento da discussão da matéria para o dia 9/7/2024.

6. Em 9/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

7. Em 9/7/2024, foi aprovado o Requerimento nº 84/2024, de renovação do adiamento da discussão da matéria, para o dia 20 de agosto.

8. Em 9/7/2024, foi apresentado voto em separado do senador Eduardo Girão.

9. Em 9/7/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 9, de autoria do senador Mecias de Jesus.

10. Em 20/8/2024, foi apresentado novo voto em separado do senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Gomes, para se manifestar sobre as Emendas nºs 3 e 9.

Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, Senadoras, Senadores, bom dia.

Sr. Presidente, o relatório que vai ser colocado à disposição com análise das Emendas nºs 3 a 9, do Senador Mecias de Jesus, vem com a recomendação de torná-las inabilitadas, Algumas foram atendidas parcialmente no relatório da 4ª Reunião, Extraordinária. Então esse é o relatório, composto com a análise das emendas que são, com o nosso parecer, pela rejeição.

Sr. Presidente, gostaria apenas de um minuto para fazer um registro importante, muito em desagravo aos últimos acontecimentos da Comissão, primeiro, por ser V. Exa. um democrata, com especialidade nesse assunto que nós estamos discutindo, de voto público e conhecido contrário à matéria, uma matéria difícil, uma matéria que tem um embate direto com a realidade brasileira.

Nós estamos falando sobre uma coisa que existe, que não é proibida, porque é clandestina e está na casa de todo mundo. Basta o brasileiro fazer um movimento rápido que chega à casa

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele um *vape*, sem ele saber o que está fumando, o que está consumindo, assim como também com crianças.

Na semana passada, a Polícia Federal, num relatório que fez sobre a identificação de terroristas do Hamas no país, no Brasil, identificou que um traficante de cigarro eletrônico tinha pagado a passagem desses cidadãos que vieram aqui para fazer uma espécie de *workshop* do terrorismo.

Assim, todos os dias, é um assunto sabido, é um assunto que a academia está discutindo. Nós respeitamos todas as posições – de quem é contra, de quem é favorável –, mas entendemos que existe uma realidade irrefutável para debater esse assunto no nosso país, assim como aconteceu em 80 países. Nós não vamos escapar dessa discussão, porque é a discussão de uma realidade de mais de 7 milhões de pessoas que estão consumindo cigarros eletrônicos ilegais no nosso país.

Mesmo assim, Sr. Presidente, em todos os movimentos de que o senhor fez um histórico rapidamente, nós tivemos a compreensão e a atitude democrática de V. Exa. de respeitar a maioria, respeitar o rito e respeitar os acordos, que infelizmente não foram cumpridos, em especial detalhe nesse último momento em que nós tínhamos feito um acordo filmado, televisado, da Senadora Soraya, pela votação no dia 20.

Duas compreensões precisam ocorrer aqui para deixar registro e prevalecer o espírito cidadão das divergências que podem existir entre um Senador e uma Senadora e vice-versa. É preciso, Sr. Presidente, primeiro, ter respeito, respeito à dignidade do mandato. Todos nós aqui somos iguais, fomos eleitos democraticamente, com pensamentos diferentes, mas com responsabilidades iguais e, no mínimo, respeito de um colega com outro colega.

Fazer uma carta aberta a um colega de convivência de mais de 20 anos é absolutamente fora de qualquer padrão de uma atitude legislativa honrada, de caráter. E a isso, Sr. Presidente, eu me levanto com muita tranquilidade, porque sempre fiz o bom diálogo com todos os partidos da Casa – afinal de contas, por eles fui, de qualquer maneira, credenciado para ficar três anos e três meses na Liderança do Congresso. Então a gente sempre pede, Sr. Presidente, desde a escola, desde o colegial, o respeito que a gente dá. É assim que a gente aprende com os nossos pais, com os nossos familiares e é assim que a vida é constituída.

Sr. Presidente, nesse caso específico, cabe ainda um segundo registro. Nós somos 81 Senadores e Senadoras. Desde que estabelecemos sobre resolução e voto constitucional, na

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha cabeça, pelo menos, o voto semipresencial tem o mesmo valor do voto presencial. Quem está acessando equipamento digital eletrônico é um Parlamentar com a responsabilidade do seu mandato. Até por isso nós colocamos o rosto lá. Já votamos aqui nesta Casa emenda constitucional por voto semipresencial, votamos e estamos analisando, nesta semana, por deliberação do Colégio de Líderes e do próprio Senador Rodrigo Pacheco, nosso Presidente, a proposta de desoneração, o que, em outros momentos, em especial na pandemia, foi a única solução para resolver a vida dos brasileiros, dar auxílio emergencial. Então aqui ninguém se exime da responsabilidade do voto por estar fazendo um voto semipresencial. A responsabilidade é a mesma e digo ainda que é até maior porque precisa depender da segurança digital, mas não do conceito da matéria.

Então, Sr. Presidente, baseado nisso, e para preservar, como se fosse um reconhecimento de todos nós, a sua condução isenta, correta, o tempo inteiro nesta Comissão, eu estou solicitando a retirada da matéria, Sr. Presidente, para que a gente possa analisar no dia 3. Quem quiser votar a favor vota a favor, evidentemente quem quiser votar contra vota contra, mas que a gente preserve nesta Casa a dignidade primeiro da palavra e segundo do respeito que a gente precisa ter com nossos adversários e ainda mais com os nossos colegas.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado. Eu peço para retirar, sem prejuízo nenhum. Agora, é evidente que, no histórico dessa matéria, quem está forçando demais não está querendo discutir o mérito, não está preocupado se criança de 12 anos está comprando *vape*, não está preocupado se o crime organizado é quem está faturando com esse absurdo e não está preocupado em resolver o problema das famílias brasileiras que ainda existem e que plantam fumo na Região Sul do país, no sul da Bahia e em todos os outros estados brasileiros, daqueles que precisam sustentar suas famílias – e nem isso, nem esse direito eles têm, porque 100% do *vape* do Brasil é contrabandeado.

Então, Sr. Presidente, sem acelerar a discussão da matéria, mas em desagravo a tudo isso que aconteceu, digo a V. Exa. que não tem problema nenhum, a gente retira a matéria e pede para que volte – já que não foi possível segurar um acordo feito publicamente, filmado, televisado –, para que a gente vote essa matéria no dia 3.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo Gomes, Líder Ciro, nós estamos vivendo um momento de eleição. Senadora Damares, o que eu tenho observado, principalmente com algumas atitudes que estão

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo, Senador Astronauta Marcos Pontes, em momento de eleição, quando os nervos estão à flor da pele, em que algumas atitudes estão sendo tomadas e alguns absurdos estão acontecendo com relação a esse projeto... Esse projeto é do ano passado, foi apresentado o relatório em março; de março para cá, várias reuniões, audiências públicas foram realizadas, conforme V. Exa. mesmo... Quando o designei Relator dessa matéria, eu disse o meu posicionamento com relação a essa matéria.

O Presidente desta Comissão aqui não pauta somente aquilo a que ele é favorável, Senador Omar, que já foi Presidente desta Comissão, mas de uma forma democrática a gente vem discutindo os projetos e chega o momento em que tem que votar. Eu falei isso na última reunião.

O que eu sinto aqui, Senador Humberto, depois de tudo que está acontecendo, da desinformação que tem sido levada à população sobre esse projeto e principalmente sobre a conduta nossa aqui à frente desta Comissão... E os senhores e senhoras são testemunhas da forma como a gente conduz esta Comissão, da forma diplomática; eu nunca tomei decisão aqui que não fosse de acordo com a Comissão, são 27 Senadores e Senadoras titulares e 27 suplentes nesta Comissão. Então essa desinformação que tem sido levada à população tem prejudicado muito o nosso trabalho. Em especial, eu estou falando sobre esse projeto.

Não sei se é o fato de nós estarmos bem posicionados às vezes em pesquisas eleitorais – e, no meu estado, eu estou sendo, Senador Humberto, atacado de todos os lados. Não buscaram somente o pessoal de lá; agora estão buscando e importando gente de fora para me atacar, como se, aqui na Comissão, Senador Oriovisto, que está de forma semipresencial, eu tomasse todas as decisões de forma arbitrária e passasse para V. Exas. Eu não tenho esse poder. Se eu o tivesse, talvez o rumo seria até outro, mas não tenho e nem queria exercê-lo de forma antidemocrática.

Antes do recesso, aqui nesta Comissão, os Senadores e as Senadoras favoráveis ao projeto e aqueles contrários ao projeto fizeram um acordo para que ele voltasse, no dia 20, à discussão. Não foi esta Presidência que decidiu isso.

Mas eu parabenizo V. Exa. pela decisão, pelo rumo que está tomando e quero agradecer ao senhor e a todos os meus pares aqui.

Senadora Damares, V. Exa. pediu a palavra?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sim, Senador. Eu acho que eu tenho a obrigação de também assinar, junto com o Senador Eduardo, esse ato de desagravo ao senhor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu só quero corrigir uma informação que eu fiquei sabendo agora, Senador Eduardo: a carta aberta não foi feita pelo Girão; é de um grupo de instituições – acho que são 31 instituições – que assinam a carta aberta, a que, parece, o Senador Girão deu publicidade.

Então, vamos registrar.

Mas eu precisava, Senador, falar do senhor, porque eu vi os ataques e eu fiquei muito preocupada, porque os ataques foram para um chamamento à Igreja Evangélica de Goiás, especialmente de Goiânia, contra o senhor. E eu, mais que ninguém aqui, tenho a legitimidade de falar quem é o senhor para o segmento evangélico. Mesmo que essa pauta tivesse sido feita de uma forma que não nos agradasse por sua iniciativa – mas foi um acordo –, esse ato não o define. Esse ato não pode anular toda a sua história e trajetória com o segmento evangélico, com o segmento conservador. O senhor tem uma história. Eu sou sua vizinha aqui há anos. Eu acompanho o senhor e sua esposa e sei do seu compromisso com as pautas conservadoras e com a Igreja. O senhor é aqui o tempo todo um dos maiores defensores dos evangélicos: nós estamos diante da reforma tributária, e os seus movimentos para a garantia da imunidade para as igrejas, para que as igrejas não sejam prejudicadas em tudo que o senhor fez neste Congresso...

Então, assim, Senador, eu fiquei muito triste e eu quero, junto com o Senador Eduardo, fazer o desagravo, mas mandar um recado para a Igreja Evangélica de Goiás. O senhor é um representante muito digno do segmento evangélico aqui dentro. Então, receba o meu abraço, a minha solidariedade, que isto aqui fique registrado e que, se os pastores de Goiás tiverem alguma dúvida com relação ao seu trabalho aqui dentro... Eu fui Ministra de uma pasta extremamente complexa e fui extremamente atacada no início, e o senhor me deu um voto de confiança: o senhor quis me ouvir antes; o senhor não foi para os ataques. O senhor queria me ouvir: "O que a senhora vai fazer nessa pasta?". Eu preciso deixar isso registrado. Então, que Deus o abençoe.

E parabenizo o Relator pela retirada do projeto. Realmente eu acho que, com todo mundo aqui presente, com a presença de todos, é melhor a gente discutir, mas eu precisava fazer justiça ao Girão e ao senhor. Siga firme! Siga firme, a Igreja Evangélica, os pastores o conhecem. Não são ataques assim que vão, de uma hora para a outra, destruir a sua reputação dentro do segmento.

Que Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares. Agradeço-lhe pelas suas palavras, Senadora Damares.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador...

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, primeiramente quero dizer que eu participo de várias Comissões. V. Exa. é uma pessoa que, quando procurada por um de nós, na mesma hora retorna para tratar de assuntos relativos a esta Comissão, de uma forma muito transparente, muito democrática.

É natural que qualquer projeto que venha aqui seja polêmico. Você ouviu aqui especialistas na área de epidemiologia, ouviu pessoas que são a favor, ouviu contra. O Senado não pode deixar de pautar uma matéria pelo simples fato de que tem gente a favor e tem gente contra. O que vai decidir isso é a votação. É muito claro isso.

Veja bem, muitos o atacam aqui, agora, e quem subscreve essa nota era contra a vacina, defendia a não vacina. Dizia que... Inventavam coisas na época da CPI da Covid, falou-se aqui um monte de coisas que era contra a ciência. E agora vira a favor da ciência. É um debate que nós temos que ter, e esse debate, Senador Vanderlan... V. Exa. é Presidente desta CAE, mas o senhor não é dono da CAE. Então, as pessoas acharem que o senhor pode ou que não deve pautar e achando que o senhor tem esse poder, elas estão totalmente equivocadas.

Então, a minha solidariedade.

Não tenha dúvida nenhuma... Eu já sofri esse tipo de ataque várias vezes, e a gente sobrevive até porque ninguém é porta-voz de Deus. A gente fala com Deus e não precisa de intermediário, a gente fala direto com Deus. Não tem intermediário para falar com Deus, até porque, se Jesus é filho de Deus, eu sou irmão de Jesus porque eu também sou filho de Deus. Então, para eu falar com Deus, eu não preciso de intermediário. E muito menos, sinceramente, a gente chegar a este ponto em que a Igreja Evangélica toma posições do ponto de vista político e não do ponto de vista de salvar almas. E V. Exa. tem demonstrado isso. O senhor é do PSD, os seus posicionamentos são muito claros através das suas votações em relação a pautas conservadoras. O senhor é contra o aborto, como eu sou contra o aborto. V. Exa. defende a família, como eu defendo a família. V. Exa. tem sido aqui um Senador que, desde o primeiro dia em que assumiu, tem posições muito claras em relação ao seu posicionamento de vida – não é de Senador, é de vida! Quando V. Exa. chegou aqui, V. Exa. já tinha essa posição, e o senhor manteve essa posição, como a Senadora Damares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente discorda, e é natural na democracia. Agora, esses ataques, para quem está fazendo esse tipo de coisa, não ajudam em nada a discussão. Essa questão aí nós vamos debater. Eu tenho alguns pontos de que, se existe contrabando, isso é coisa de polícia, não é coisa de votação no Senado, não.

A Ministra da Saúde, Nísia – eu tenho um carinho muito grande por ela –, tinha que estar com uma propaganda mostrando o mal que esse tipo de cigarro faz. O Governo tem que agir também. Não é o Senado que tem que fazer isso, não.

O Ministério da Saúde... Aliás, a comunicação do Presidente Lula é a pior comunicação de todos os governos que eu já vi. Não tem igual. É uma péssima comunicação! Ele mesmo se comunica muito bem, mas o Governo não consegue.

Veja bem, se faz mal à saúde, você tem pontos, e a ciência prova isso, o Ministério da Saúde tinha que estar com uma propaganda a cada 15 minutos na televisão, alertando os pais, as crianças, os jovens sobre o mal que isso faz. Agora, querer jogar para uma votação aqui pura e simples? Não. Então, tem a Anvisa, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Governo, o Ministério da Justiça. Se tem contrabando, quem tem que agir é a Polícia Federal. Não é uma lei que vai resolver o problema do contrabando, não é uma lei que vai resolver o problema do narcotráfico, não vai resolver o problema do PCC e de outras organizações criminosas. Não é lei, porque senão bastava fazer lei. Se a gente seguisse os dez mandamentos, o mundo viveria bem. Não precisa de mais nada. Os dez mandamentos são as dez leis que resolveriam o problema do mundo. Não é um problema do Brasil, não. Aí fica essa questão.

Então, há equívoco, e é um equívoco muito grande, da comunicação do Governo Federal. E eu vou sugerir à Ministra Nísia, que tem um orçamento para esse tipo de propaganda, que mostre os males que esse tipo de coisa faz. Agora, querer discutir se a lei vai aprovar ou vai desaprovar e dizer que isso vai resolver o problema do contrabando, que vai resolver o problema de que criança está usando... Isso resolveria com outras drogas também muito mais fortes do que o próprio cigarro. Então, não é a lei que vai resolver o problema. Não é regularização, não é regulamentação, nem nada, até porque, Senador Eduardo, Senador Ciro, o Governo está perdendo bilhões desde quando nós aprovamos aqui as *bets*, que eu era contra, porque eu disse: isso vai acabar com o futebol brasileiro, vai colocar as pessoas... Continuam fazendo as apostas. Nós aprovamos aqui, há oito meses, e até hoje o Governo não recebeu R$1, porque não regulamentou as *bets*, e vai continuar assim. Então, essas coisas todas, Senador Vanderlan, foram aprovadas aqui, inclusive. Foi discutido, está aprovado e até hoje não foi regulamentado. O Governo se queixa de falta de

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro, o Haddad se queixa de falta de dinheiro, mas não resolve esse tipo de regulamentação do que o Senado e o Congresso já aprovaram.

Era só para me solidarizar com V. Exa. e lhe dizer o seguinte: eu sou testemunha da sua postura como cidadão, como Senador e como um ser humano que tem um carinho enorme pelo seu Estado e por aquilo que o senhor representa aqui, não usando a religião como ponta, mas usando aquilo que é a sua consciência e a sua camaradagem em termos de tratamento com os companheiros Senadores e Senadoras deste Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Omar, pelas suas palavras.

Senador Izalci, com a palavra.

Em seguida, o Senador Oriovisto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu também não poderia deixar de manifestar aqui a minha solidariedade a V. Exa. pela pessoa que V. Exa. é, como Presidente da CAE, como Parlamentar, como amigo aqui. V. Exa. deu uma demonstração recente aqui na minha indicação e votação para coordenar o grupo da reforma tributária e V. Exa. sabe que eu sou oposição ao Governo. Então, V. Exa. tem uma posição republicana.

De fato, o Senador Omar disse muito bem, V. Exa. não é dono da CAE. Então, essas questões de pauta foram realmente os Parlamentares que apresentaram, discutiram e fizeram acordo, inclusive, para a votação. Então, V. Exa. está totalmente isento dessas acusações injustas que foram feitas.

É um tema delicado realmente essa discussão. Se existe no Brasil o consumo, a gente tem que regulamentar? Vamos ter que regulamentar tudo então, o *crack*, a droga, tudo, porque existem também da mesma forma.

Agora, o que tem que fazer é agir mesmo com o fiscal, recolher tudo isso aí, pegar a polícia, mandar buscar aí onde estiver e dar multa de 20 mil, como está previsto no projeto. Vá multar; pega o estabelecimento que está vendendo nas feiras, onde foi e fecha tudo.

Agora, de fato, essa questão da comunicação é importante. Eu, quando era Deputado, apresentei um projeto obrigando o Governo a destinar 70% das verbas de publicidade para campanhas institucionais. Ficam essas propagandas enganosas de Governo, a maioria dos

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governos fazendo propaganda que não existe. Então, deveria dedicar a essas questões da saúde, principalmente, e da educação.

Então, Senador Vanderlan, conte com o nosso apoio. V. Exa. foi injustamente acusado e em véspera de eleição, isso é sinal de que V. Exa. está bem nas pesquisas. É muito ruim, mas, de qualquer forma, V. Exa. tem todo o meu respeito, minha admiração pela condução que V. Exa. tem aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Senador Oriovisto, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto, o seu microfone... Senador Oriovisto, o seu microfone está fechado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – E agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Está bom.

Presidente, não posso deixar de me somar às palavras de todos os colegas Senadores que me antecederam. Também quero deixar aqui o meu testemunho do seu espírito democrático, da sua postura ética, da sua condução justa e imparcial dos trabalhos desta Comissão.

Realmente, não cabe ao Presidente de uma Comissão se portar como se dono fosse. A Comissão é uma reunião de 27 Senadores que votam, e o que Presidente faz é coordenar os trabalhos, e não impedir o voto daqueles que estão nesta Comissão.

Essa história de inventarem calúnias a respeito de candidato que está na frente das pesquisas não é nova. Eu sofri isso, Senador, na minha própria pele quando era candidato. Divulgaram, no Paraná inteiro, que eu era favorável ao aborto, criaram textos mentirosos que seriam de minha autoria. Enfim, ao cabo e ao final, ficou muito evidente que aquilo era uma armação, que aquilo era uma mentira. E essas pessoas que usam de mentira, usam da boa-fé daqueles que acreditam nelas. Então, eu quero expressar o meu testemunho do seu caráter, da

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua ética, da sua postura democrática. E é um dos Presidentes de Comissão a quem eu mais aprecio neste Senado.

Sobre o projeto, Sr. Presidente, é lastimável até que a gente ainda não tenha rejeitado de vez esse projeto. Nós já cometemos um erro esses dias que foi a aprovação dessas *bets*. Os jornais todo dia estão publicando as consequências maléficas sobre as quais tanto o Girão alertou a todos nós aqui: tem gente deixando de comer para apostar, apostar, apostar. Um povo que não tem maturidade não pode ter certas liberdades.

E, se nós formos por esse caminho do *vape*... Já tem países voltando atrás; a Bélgica, por exemplo, quer voltar a proibir. Todas as associações médicas, a Anvisa, todo mundo contra isso. E aí usam argumentos que são verdadeiros sofismas – sofismas. Tentam aparentar como se fosse lógico, mas não é. Dizer que se regulamentar vai controlar é uma tolice sem tamanho. Então, libera a cocaína, isso vale para qualquer coisa. Não tem nenhum sentido, não vai controlar coisa nenhuma. Se o cidadão tem na sua casa, no bar, em algum lugar a possibilidade de legalmente fumar aquilo, quem é que vai controlar o que ele botou lá dentro para queimar? Põem o que quiserem!

Se hoje, a Anvisa dizendo que é proibido, já não tem controle, imaginem se a lei disser que pode! Aí sim que nós vamos ter o caos. Nós temos e vamos ter jovens morrendo de câncer, o que é pior de tudo.

Então, em nenhuma hipótese nós podemos aprovar isso. Em nenhuma hipótese! Acho acertada a decisão de deixar para votar presencialmente, mas eu espero, espero que nós rejeitemos esse absurdo por unanimidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra agora a Senadora Zenaide Maia, Dra. Zenaide, com a palavra. (*Pausa.*)

O seu microfone, Senadora, está desligado. Agora sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, todos sabem da minha posição a respeito do cigarro. Aliás, para qualquer vício, porque a gente sabe que se quiser acabar com a vida de um jovem ou de uma jovem, dê um vício.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria dizer que concordo com os colegas. O senhor é o Presidente desta Comissão, o senhor não é o dono. Eu acho que o senhor tem o direito de pautar e cabe aos Parlamentares discutir e votar.

Eu queria dizer aqui que me somo a Omar Aziz no seguinte: precisamos, sim, de campanhas seguidas de publicidade mostrando os danos que são causados à saúde. Todos nós sabemos que o maior interesse disso é a indústria do fumo. Sabemos disso, mas temos que discutir. E que se faz necessário que o Ministério da Saúde mostre à população isso aí.

E também concordo com que não é legalizando os cigarros eletrônicos... porque a gente sabe que ele mata a curto, médio e longo prazo. Isso não é uma nova droga. Todos nós... Por isso que tem essas 70 instituições de saúde mostrando isso. Mas isso não quer dizer...

Isso é tão grande, porque um projeto desse, se aprovado, ceifa vidas, centenas, milhares. Isso não é uma coisa tão pequena para se ficar discutido e querendo condenar um Presidente de uma Comissão que pauta porque é candidato a algo mais. Isso é muito pequeno para você ficar... É muito grande para a sociedade, para você estar discutindo individualmente, jogando um colega contra o outro. A gente tem que respeitar as divergências.

O nosso Relator aí, como sempre, Eduardo Gomes, foi brilhante. Mas Eduardo, eu espero que a gente repudie esse projeto. O que é que acontece? Nós precisamos, como o Omar falou, de segurança pública, porque a gente sabe que pelo fato de legalizar esse cigarro não vai deixar de ter o contrabando. O que a gente está precisando é fortalecer nossa segurança pública com mais policiais federais, rodoviários federais, e botar recursos para eles terem tecnologias. Agora eu lhe digo, isso aqui é a indústria do fumo contra vidas. Isso é vida, nós estamos falando de vida! Porque inclusive, quando foi discutido, o senhor sabe, como Presidente... Porque eu disse que a CAE estuda os impactos econômicos. Mas vamos ver se a indústria do tabaco ou do fumo, como queria chamar, vai dizer quantas vidas já foram ceifadas neste país com a industrialização, a venda do cigarro.

E o que eu queria dizer para os senhores é que a indústria do fumo, olhou assim e disse: "Nós perdemos 30% de usuários nesses últimos anos, porque o Brasil teve uma redução grande do tabagismo. Então, vamos pegar esses jovens e adolescentes, porque nós precisamos de lucro". E mesmo... Queria dizer aqui: independentemente de que governo for, qualquer projeto de lei que seja para dar um vício a um jovem, a um homem, a mulher, Zenaide vai votar contra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sou contra isso, mas sou contra também usar um projeto desse para fazer política menor de um município ou de outro e condenar. Isto aqui é uma Casa, um Parlamento – parlar, parlar. Então, todos sabem minha posição sobre isso, porque eu, como médica há 30 anos... No hospital universitário é onde chega o resultado: câncer da boca até a bexiga, de pulmão, tudo a gente sabe.

Então, acho que a gente vai refutar esse projeto, com todo o respeito. E ninguém venha me dizer que, mesmo que aumente a arrecadação... Nós aumentamos a arrecadação e ceifamos vidas. E isso é o que a gente pensa aqui.

Agora, eu também concordo: é algo que está pautado, e vai chegar uma hora em que a gente vai ter que votar.

Obrigada, Sr. Presidente, e aguardando.

Todos só sabem o que é alguém que fumou na sua casa e que precisa de um balão de oxigênio como a gente diz, em casa, 24 horas, com a sensação de que está se afogando o tempo todo... Quem já teve um... ou a gente, como médica, porque o paciente tem que ficar internado, não pode ir para casa porque não tem como respirar.

Obrigada, Sr. Presidente, e quero dizer da minha indignação por botarem a culpa em um Presidente ou um Relator. Isto está aqui e precisa ser pautado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Dra. Zenaide. Falou com muita propriedade.

Eu queria pedir licença aqui aos Senadores e às Senadoras para eu passar esta Presidência ao Senador Izalci, convidá-lo para assumir. Nós tínhamos, Senadora Damares, um compromisso às 10h, na ANTT, e eu pedi que fosse às 10h30, para vir aqui, devido à polêmica com esse projeto. Eu gostaria de pedir licença a V. Exas.

Está aqui todo o pessoal – aqui registrado.

O Presidente, Senador Izalci.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente Izalci, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Eduardo Gomes, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a V. Exa... O Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, foi a uma reunião com o Presidente Rodrigo Pacheco e pediu que fizéssemos aqui uma solicitação de dois projetos extrapauta para esta Comissão, dada a urgência da matéria, e pediu que eu ficasse *ad hoc* para fazer a leitura simples do voto.

Eu queria pedir a V. Exa. e aos colegas essa compreensão, já que vou ter que sair também daqui a pouquinho. É coisa rápida, o meu relatório já está pronto; só lerei o cabeçalho e o voto em si, porque está disponibilizado para os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., concordo e com o pedido de V. Exa., mas ainda tem algumas pessoas inscritas para falar.

Aqui estão o Senador Girão, o Flavio Azevedo, o Esperidião Amin, Humberto Costa e Margareth Buzetti. Então eu passo a palavra... Magno Malta também.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vou retirar, então. Não é possível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque eles estão inscritos, então fica mais... Se concordarem aqui, sem prejuízo da discussão, V. Exa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Prejuízo tem, mas não tem problema também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Magno Malta, V. Exa. também...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu vou conceder porque...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A gente precisa fazer a leitura e imediatamente eu retorno para que V. Exas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Essa é a palavra: se ele fizer a leitura imediatamente, mais rápido que imediatamente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... aí a gente ganha tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., então item extrapauta...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 36, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo - PROINFRA II.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

Não terminativo.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

A matéria depois vai ao Plenário.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes, para a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria foi distribuída e já lida por V. Exa., na sua razão, eu passo direto à conclusão do voto, passando à seguinte conclusão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pleito encaminhado pelo Município de São Bernardo do Campo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024

Autoriza o Município de São Bernardo do Campo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 70.000.000,00 (setenta milhões dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Bernardo do Campo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de US$ 70.000.000,00 (setenta milhões dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo – PROINFRA II".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de São Bernardo do Campo;

II – credor: Corporação Andina de Fomento – CAF;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US$ 70.000.000,00 (setenta milhões dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

VI – juros: SOFR (taxa de financiamento noturno garantida), acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – cronograma estimado das liberações: US$ 24.300.000,00, em 2024; US$ 10.857.960,93, em 2025; US$ 15.751.340,66, em 2026; US$ 13.483.184,37, em 2027, e US$ 5.607.514,04, em 2028;

IX – cronograma estimado das contrapartidas: US$6.075.000,00, em 2024; US$2.714.490,23, em 2025; US$3.937.835,17, em 2026; US$3.370.796,09, em 2027, e US$1.401.878,51, em 2028.

X – prazo total: 216 (duzentos e dezesseis) meses;

XI – prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;

XII – prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses;

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XIII – periodicidade de amortização: semestral;
XIV – sistema de amortização: constante;
XV – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado;
XVI – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo;
XVII – gastos de avaliação: US$50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);
XVIII – juros de mora: acréscimo de 2% ao ano à taxa de juros do empréstimo.
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.
Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de São Bernardo do Campo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada ao seguinte:
I – que seja comprovada junto ao Ministério da Fazenda a situação de adimplência de todas as obrigações da administração direta do Município de São Bernardo do Campo junto à União, incluindo as entidades controladas;
II – que sejam cumpridas de maneira substancial as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;
III – que o Município celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, inciso I, alíneas *b* e *d* a *f*, da Constituição Federal, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 156, igualmente da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Essa é a leitura do primeiro relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constitui o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos de resolução do Senado apresentada.

A matéria vai ao Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 69.704.279,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, para o financiamento do Programa Ribeirão ÁGIL - Cidade Acolhedora, Global e Inteligente de Ribeirão Preto.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

A autoria é do Presidente da República, com relatoria do Senador Davi Alcolumbre, o voto é favorável ao projeto, nos termos de resolução do Senado que apresenta, e a matéria vai ao Plenário.

Eu peço ao Senador Eduardo Gomes para ir direto ao voto. Como o projeto já está disponível, o relatório, então V. Exa. já iria direto ao voto, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu passo direto ao voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$69.704.279,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento (CAF).
> Parágrafo único. Os recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Ribeirão ÁGIL - Cidade Acolhedora, Global e Inteligente de Ribeirão Preto.
> Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:
> I - Devedor: Município de Ribeirão Preto, do Estado de São Paulo;
> II - Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
> III - Garantidor: República Federativa do Brasil;
> IV - Valor da operação: US$69.704.279,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América);
> V - Valor da contrapartida: US$17.426.069,00 (dezessete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e sessenta e nove dólares dos Estados Unidos da América);
> VI - Liberações previstas: US$16.339.018,34 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e nove mil, dezoito dólares dos Estados Unidos da América e trinta e quatro centavos) em 2024, US$19.091.200,85 (dezenove milhões, noventa e um mil, duzentos dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos) em 2025, US$12.160.271,60 (doze milhões, cento e sessenta mil, duzentos e setenta e um dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos) em 2026, US$11.990.271,40 (onze milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e setenta e um dólares dos Estados Unidos da América e quarenta centavos) em 2027; e US$ 10.123.516,81(dez milhões, cento e vinte e três mil,

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quinhentos e dezesseis dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e um centavos) em 2028;

VII - Aportes estimados: US$9.443.283,00 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e três dólares dos Estados Unidos da América) em 2024; US$7.956.436,00 (sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis dólares dos EUA) em 2025; e US$26.350,00 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta dólares dos EUA em 2026;

VIII - Destinação dos recursos: Programa Ribeirão ÁGIL - Cidade Acolhedora, Global e Inteligente de Ribeirão Preto;

IX - Juros: SOFR *(secured overnight financing rate*) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;

X - Atualização monetária: variação cambial;

XI - Prazo total: 216 (duzentos e dezesseis) meses;

XII - Prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato;

XIII - Prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta meses);

XIV - Periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XV - Sistema de Amortização: sistema de amortização constante;

XVI - Lei autorizadora: Lei Municipal n° 14.821, de 15 de maio de 2023;

XVII - Demais encargos e comissões: comissão de abertura de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo; comissão de compromisso de 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado; gastos de avaliação de US$50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América); e juros de mora equivalente ao acréscimo de 2% a.a. (dois por cento ao ano) à taxa de juros do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos e contrapartidas previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Ribeirão Preto na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo referida nesta Resolução;

II - que seja comprovada junto ao Ministério da Fazenda a regularidade do Município com relação ao pagamento de precatórios;

III - que o Município de Ribeirão Preto celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Município na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 156, igualmente da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos colegas pela concessão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Eu só vou pedir a compreensão aqui da Senadora Margareth e do Senador Magno Malta, porque o Senador... É rápida a votação do item 2, porque o Senador Omar tem que ir à outra Comissão, mas a gente volta à discussão já, já. É porque o Senador Vanderlan já tinha anunciado aqui o item 2, que é uma matéria superimportante. A gente volta já, já com a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 13, DE 2020

- Não terminativo -

Aperfeiçoa a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores; adequa o prazo de concessão de incentivos e de estímulo à tecnologia nacional; cria o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon); e altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda apresentada.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para a leitura do relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 13, de 2020.

O Projeto de Lei nº 13, de 2020, é composto por 13 artigos. O art. 1º traz os objetivos da proposição e o art. 2º estabelece as diretrizes da política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores.

O art. 3º institui o Programa Brasil Semicondutores, cujo objetivo é "incentivar o avanço tecnológico e o fortalecimento do ecossistema de pesquisa, desenvolvimento, inovação, *design*, produção e aplicação de componentes semicondutores, *displays* e painéis solares".

O art. 4º autoriza a criação do Conselho Gestor do Brasil Semicon, responsável por monitorar e avaliar o programa, cujas atribuições serão definidas em regulamento.

Existe um recurso do P&D muito alto, em que são pagos quatro pontos percentuais das indústrias que estão fora da Zona Franca, e, na Zona Franca, é um pouco mais: são cinco pontos percentuais. Esses índices são aplicados para se fazer pesquisa e desenvolverem tecnologias novas nos semicondutores. Isso é de uma importância muito grande, senão o Brasil fica para trás. Nós estamos perdendo espaço. E aqui o Astronauta, que foi Ministro de uma pasta muito importante da área de tecnologia, sabe da importância de a gente, cada vez mais, investir na pesquisa,

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizando a mão de obra brasileira qualificada, porque isso é um trabalho qualificado que nós temos nas universidades, mas também trazendo gente de fora para nos ajudar nisso.

Então, essa é uma questão que serve para todos os estados. Em todos os estados, praticamente, nós temos indústrias de semicondutores hoje trabalhando em pesquisa, principalmente dentro das universidades.

O art. 5º autoriza a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

Os arts. 6º a 9º alteram, respectivamente, o Decreto-Lei nº 288, de 1967, a Lei nº 8.248, de 1991, a Lei nº 13.969, de 2019, e a Lei nº 11.484, de 2007.

O art. 10 estabelece o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações como responsável pela definição de normas sobre a caracterização de bens ou produtos com tecnologia desenvolvida no país.

O art. 11 estabelece que os incentivos previstos nas Leis nº 8.248, de 1991, nº 11.484, de 2007, e nº 13.969, de 2019, vigorarão até 31 de dezembro de 2029, admitindo-se, nas condições constantes do parágrafo único, a prorrogação até dezembro de 2073.

Nós somos favoráveis a que, a cada cinco anos, sejam revistos esses incentivos, para saber se realmente nós estamos cumprindo essas etapas, porque não adianta a gente manter um... Hoje se mantém... Desde quando existe algum tipo de incentivo para algumas indústrias que hoje não necessitariam mais desse incentivo? O Brasil perde com isso. E a outras, que precisam de incentivos, não são dados. E o Senador Amin vem batendo muito nesta tecla – desde quando era Deputado, como Senador, na primeira vez, e agora – de a gente rever incentivos de cinco em cinco anos nesse país. É necessário se fazer isso para o bem do país. É importante que a gente discuta esse tipo de incentivo. V. Exa. sabe também, Senador Izalci, dessa importância em se discutir isso, porque, ao dar incentivo, é lógico que você protege a indústria nacional. Mas tem algumas coisas que hoje já estão convalidadas como se fossem permanentes para o resto da vida, e não pode ser assim.

Por fim, o art. 12 revoga dispositivos da lei, e o art. 13 estabelece a entrada em vigor da norma a partir de 1º de janeiro de 2025.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado na Câmara dos Deputados, o PL foi enviado ao Senado e distribuído à CAE para apreciação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Nós temos só uma emenda de redação, que foi feita por nós.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2020, com o acolhimento da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CAE
Dê-se ao art. 9º do Projeto de Lei nº 13, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 9º .....
"Art. 2º .....
.....
.....
Concluindo, Srs. Senadores.
§1º O investimento em pesquisa e desenvolvimento e o exercício das atividades de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo devem ser efetuados de acordo com as habilitações concedidas na forma do art. 5º- A desta Lei." (NR)
....." (NR)
....."

Sem nada mais a tratar, eu sou a favor da aprovação desse projeto de lei.

Pediria também, caso aprovado por esta Comissão, que fosse também aprovada a urgência, até para ser votado em Plenário ainda hoje, se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo. Em se aprovando a matéria, nós vamos votar o requerimento de urgência dessa matéria tão importante para o país.

A matéria está em discussão.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia! Bom dia a todos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, gostaria de parabenizar o Relator, Senador Omar Aziz. Esse é um tema extremamente importante, que tratávamos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com grande carinho, porque essa é uma área que pode e precisa ser desenvolvida para a nossa soberania, aqui no país, assim como para o desenvolvimento econômico e social.

Sem dúvida nenhuma, um ponto que o Senador citou e com o qual eu concordo 100% é a necessidade de avaliação das políticas de incentivo. Então, a gente precisa observá-las de tempos em tempos, inclusive isso aí tem que ser ao encontro da política para o setor, assim como dos planos para o setor, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. E esses planos precisam ter um critério de avaliação, para que qualquer projeto seja acompanhado como um projeto comum, qualquer. A gente precisa de controle do projeto, precisa saber como está sendo utilizado, quais são os resultados daquilo lá, se precisa ser corrigido ou mesmo cancelado. Então, é importante que se faça isso.

O Brasil tem plenas condições de desenvolvimento no setor. A gente tem um domínio muito grande – como a China, como outros países, como Taiwan, que trabalham com desenvolvimento de semicondutores e de células solares também, outro ponto extremamente importante – e nós temos plenas condições de desenvolver isso aqui.

Então, no ministério, comecei algumas das políticas com isso, no Nordeste especialmente, com um centro de desenvolvimento de tecnologias para energias renováveis, junto com o Insa (Instituto Nacional do Semiárido) e com o Cetene também, mas não dá para ficar só fazendo saltos pequenos. A gente precisa ter um programa instituído que consiga dar sequência tanto na parte de formação de pessoal, pesquisa, desenvolvimento de inovações no país – inovações incrementais nos casos aí, ou mesmo disruptivas –, e que isso seja apoiado com incentivo. O retorno é grande. Mas, novamente, precisa ser acompanhado para que a gente tenha resultados que possam ser medidos, resultados mensuráveis para o país.

Então, parabéns! Muito obrigado.

E eu subscrevo também o pedido de urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Também quero, primeiro, parabenizar o Senador Omar Aziz pela relatoria e reforçar que é um tema importantíssimo para o país. Eu mesmo estive em Taiwan exatamente para ver as condições de a gente implementar no Brasil a questão dos semicondutores. É um incentivo muito importante, mas, de qualquer forma, também tem que ser avaliado como os demais incentivos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabenizo a relatoria e também vou subscrever o requerimento de urgência.

Senador Amin, V. Exa. quer falar sobre esta matéria? Nós vamos voltar, daqui a pouco, à matéria anterior, mas eu vou passar para V. Exa. para tratar desta matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É desta matéria que eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Omar Aziz, que foi muito preciso nas duas principais observações que fez, a meu sentir.

Primeiro, o Brasil não pode ficar de fora disso, e isso o Senador Izalci e o Senador Marcos Pontes também corroboraram.

E é importante que, Senador Omar Aziz, o senhor leve para o Plenário, na condição de Relator, a informação sobre o que os Estados Unidos estão investindo para conseguir fazer frente às suas próprias necessidades e dependência, especialmente em relação a Taiwan, mas também em face do crescimento da indústria do semicondutor na China: várias dezenas e centenas de bilhões de dólares que estão sendo investidos pelos Estados Unidos, e nós não podemos ficar imobilizados. É por isso que eu vou dar meu voto favorável, mas eu não tenho dúvida de que a avaliação é necessária.

Eu agradeço a sua referência, Senador Omar Aziz, porque nós sempre aprovamos com boa vontade, com compreensão da necessidade nacional, mas muitos dos benefícios que nós aprovamos deixam de considerar uma avaliação elementar. Eu queria deixar aqui gravada avaliação sob três aspectos: geração ou manutenção de emprego; melhoria da nossa competitividade – melhora a nossa competitividade –; e benefício para o consumidor. Trabalho, competitividade e benefício para o consumidor, acho que esse trinômio tem que estar presente na avaliação para que nós tenhamos consciência de que a nossa responsabilidade foi praticada. Nossa manifestação de responsabilidade está sendo concretizada quando aprovamos uma matéria relevante como esta.

Muito obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Amin. E é bom lembrar que, depois da covid, nós tivemos sérios problemas, inclusive com a indústria automobilística, exatamente por falta de *chips*, semicondutores.

Bem, Senadora Zenaide, também sobre essa matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você está de cabeça para baixo, Zenaide, mas está tudo certo. (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Eu estou de cabeça para baixo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, está de lado. Aí, agora está certo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Eu não queria ficar de cabeça para baixo. (*Risos.*)

Eu quero aqui parabenizar o nosso Senador Omar Aziz e todos os que estão a favor disso. Como falou nosso Senador Astronauta, isso é soberania, essa independência que a gente tem. O mundo todo que quer se desenvolver investe: se une à academia e investe em ciência e tecnologia. Então, bem dizendo, esse controle a cada cinco anos se faz necessário, isso é feito em tudo.

Avaliação, como falou Esperidião Amin, é essencial. E é assim que a gente descobre se valeu a pena subsidiar ou estimular os projetos, mas a gente sabe que o país que quer independência... Como falou o Izalci, nós vimos o que era a dependência na pandemia: tudo tinha que vir de outros países, como os respiradores.

A China e os Estados Unidos acordaram, como falou o Esperidião Amin: tem que ter independência de energia, de ciência e de tecnologia. Isso é necessário.

Parabéns, Omar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos votar hoje mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos votar agora o requerimento solicitado pelo Relator, o requerimento de urgência para que isso possa sair para o Plenário.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do projeto.

Bem, retomamos então a discussão do item 1.

Aqui na ordem de inscrição, Senador Girão.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Senador Izalci, você está me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, muito bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Meus cumprimentos ao senhor e aos demais colegas Senadores que estão presentes ainda na sessão da Comissão de Assuntos Econômicos**.**

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que está aí a prova. Nós acabamos de ter a prova de que esse sistema remoto não funciona, não é democrático para que a gente possa debater projetos polêmicos. Está aí a prova agora. Estou esperando aqui há uns 40 minutos para falar do assunto, que perdeu completamente o calor, porque entraram três outras matérias com relação a assuntos completamente distintos – importantes, mas distintos –, que tiram o foco, enquanto a mãozinha estava levantada aqui há algum tempo.

Já aconteceu um caso comigo no Senado, na CCJ, outra Comissão importante como a CAE, de eu querer votar contra uma matéria, para discutir, fiquei pedindo aqui para justificar o voto contra, aí foi encerrada a discussão e foi votada a matéria.

Isso é desrespeito. Isso é um completo desrespeito com um Senador, porque cada um é igual ao outro, como foi dito aqui. Esse sistema remoto serve apenas para projetos que não têm nenhum tipo de polêmica, que são acordados previamente – aí, tudo bem. Tem um colega nosso que está aí, que acredito que esteja esperando para falar também, com paciência, que é o Senador Magno Malta, que diz o seguinte: "A regra da boa convivência é o respeito". Eu acho que isso nós precisamos ter, cada um aqui com o outro, em relação a todos os assuntos. Nós convivemos, cada um tem seu potencial, seu talento em determinada área, e é importante, porque a gente aprende com cada um, Senador Izalci.

Quanto à discussão, embora tenha perdido o calor do momento, muitos colegas já saíram, eu vou fazer uma pontuação aqui sobre cigarro eletrônico. Esse projeto estava pautado hoje, quando ninguém imaginava que seria decretada votação remota, seria decretada sessão virtual para esta semana. Então, é óbvio que esse tipo de projeto tinha que ser retirado de pauta. Isso aí eu estava esperando, mas a gente fica sempre na perspectiva, porque a gente sabe como as coisas funcionam.

Com relação à questão desse tema gravíssimo de que nós tivemos aqui, Sr. Presidente, uma carta aberta, a que eu dei divulgação, é uma carta aberta, porque eu acho que nós temos o dever de dar divulgação, porque são entidades seriíssimas que assinaram essa carta para a Comissão de Assuntos Econômicos, que é da ACT Promoção da Saúde. Sabe quem assina essa carta? Quem assina essa carta é a Associação Alagoana de Doenças do Tórax; Associação Amazonense de Pneumologia e Cirurgia Torácica; Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço; Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas; Associação de Pneumologia e Cirurgia Torácica do Rio Grande do Norte; Associação Médica Brasileira; Associação Mundial Antitabagismo e Antialcoolismo; Associação Paraense de Pneumologia e Tisiologia; Associação Paranaense de

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pneumologia e Tisiologia também; Sociedade Pernambucana de Pneumologia e Tisiologia; Associação Piauiense de Pneumologia e Cirurgia Torácica; Centro de Apoio ao Tabagista; Federação Internacional das Associações de Estudantes de Medicina do Brasil; Grupo de Pesquisa em Direito do Consumidor da PUC do Rio Grande do Sul; Policlínica Universitária Piquet Carneiro, no Rio de Janeiro; Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Sociedade Brasiliense de Doenças Torácicas; Sociedade Brasileira de Pediatria; Sociedade Cearense de Pneumologia e Cirurgia Torácica; Sociedade de Pneumologia do Espírito Santo; a mesma lá do Mato Grosso, do Estado do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul; também a Sociedade Goiana de Pneumologia e Tisiologia; Sociedades Mineira, Paraibana, Paulista e Sergipana de Pneumologia e Tisiologia.

Todas essas entidades, Sr. Presidente, disseram ser terminantemente contra esse projeto que regulamenta a morte. A gente não pode dourar a pílula aqui, não. Eu acredito que tem muito mais projetos interessantes para a sociedade brasileira nesta e em outras Comissões para a gente votar e não se submeter a algo que vai matar gente – vai matar gente.

Eu sei que a gente vai discutir isso em outros momentos durante a votação, mas você tem aqui dados escandalosos. Por exemplo, foi falado de arrecadação. Estima-se aí, Senador Oriovisto – eu estou vendo que o senhor está bem atento a esses números –, que a arrecadação... Olha só, os números inflados da indústria do tabaco dizem que vai chegar a R$7,5 bilhões – "b" de "bola", "i" de "índio". Os dados oficiais do Governo brasileiro, do Ministério da Saúde, mostram que o custo só do cigarro, só do cigarro convencional, já atinge para o país R$125 bilhões – "b" de "bola", "i" de "índio". Sabe como? Dividido da seguinte forma: R$50,2 bilhões de custos médicos diretos; R$42,4 bilhões de custos indiretos, como a questão da produtividade das pessoas, que é afetada diretamente; R$32,4 bilhões de custos com cuidados de familiares.

Oito milhões de pessoas morrem por ano pelo tabagismo, por causa de doenças, que são muitas: do coração, pulmonares, diabetes, câncer. São milhares de doenças em que isso interfere diretamente, por causa do cigarro. E, olha só, desse número de 8 milhões, 1,3 milhão é de pessoas fumantes passivas, ou seja, a gente que não fuma – está lá o carro, está lá uma pessoa com cigarro ou com cigarro eletrônico – vai lá e vira passivo.

Lá nos Estados Unidos, quando foi regulamentado, foram 2,5 mil casos de intoxicação e morreram 55 americanos. Foi um escândalo à época, a regulamentação aumentou aí 78% do consumo entre jovens, e é por isso que as pessoas que são contra a regulamentação do cigarro

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônico dizem, e com muita legitimidade, que é uma arma química, uma arma química contra especialmente a juventude.

Foi falado de agronegócio, que isso vai beneficiar o pessoal da Bahia, do Rio Grande do Sul... Não é verdade, não é verdade. O cigarro eletrônico não absorve insumos desse tipo de indústria. Isso é o tabaco convencional; não o cigarro eletrônico.

É importante se dizer também que o Reino Unido e a própria Nova Zelândia já fizeram uma política dura de proibição aos nascidos a partir de 1996, que não vão poder consumir esse cigarro. Quem nasceu a partir dali já não pode.

Outro caso importante que a gente precisa saber é sobre, por exemplo, o argumento de que "ah, mas já existe cigarro eletrônico ilegal e, se não regulamentar, vai continuar". Gente, o cigarro tradicional foi regulamentado, foi legalizado – lembra-se disso? –, e hoje, segundo o Instituto do Câncer, 40% do cigarro consumido no Brasil é ilegal, é contrabandeado.

Quer outro dado? A Anvisa regulamentou... A Anvisa, que é contra, que é duramente contra a liberação do cigarro eletrônico, relacionou, em 2019, cerca de 96 marcas de cigarro consumidas no Brasil, todas ilegais. Então, isto é uma falácia de que vai acabar com o produto ilegal se fizer aí a regulamentação.

O grande lance é o *lobby*: é um *lobby* poderoso que atua, a gente sabe disso; a indústria do tabaco perdeu um faturamento gigantesco no Brasil pela política pública correta. E eu tenho que parabenizar os ex-Ministros da Saúde, inclusive o José Serra, que foi o pioneiro disso, e o Humberto Costa, que estava aí até há pouco tempo, não sei se está mais, que também fez essa política dar certo para o Brasil. Agora, caímos aí da década de 80: de cerca de 25% da população que fumava, hoje nós caímos – sabem para quanto? – para 9%! E a indústria começou a glamorizar esses cigarros eletrônicos, que, repito, são uma arma química contra os jovens, para recuperar faturamento à custa de vida de inocentes.

Então, eu espero que a gente possa debater isso de forma presencial – foi marcado aí para o dia 3 de setembro –, que a população brasileira, essas entidades estejam no Senado, juntas, reivindicando, de forma ordeira, pacífica e respeitosa, aos seus Senadores um voto com responsabilidade pela vida, e não pela morte. São 120 substâncias, a maioria cancerígenas, que esses cigarros eletrônicos aí utilizam, e a gente tem esse peso muito forte de que... Como foi colocado pelo Senador Oriovisto de uma forma brilhante: "Ah, mas, se existe, vamos regulamentar".

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma coisa botar cocaína também para regulamentar. Quer o quê? A prostituição, a prostituição infantil, a pedofilia? Regulamenta, não existe? Não existe? Regulamenta. Assassino... Quer dizer, é um absurdo! Isso é um absurdo, esse tipo de argumento para legalizar isso.

Então, quero dizer e dar o meu testemunho de que o Senador Vanderlan Cardoso é um homem democrático, que sempre se posicionou contra as drogas, inclusive votou contra essa questão da volta de bingos e cassinos, ele votou contra lá na CCJ, e também é a favor da vida, da família, e eu entendo que a gente precise fazer um debate. Se tiver que debater esse assunto, porque eu acho que não é prioridade para o Brasil, mas se tiver, que seja um debate pleno, ouvindo... Foi pouca audiência pública. Vamos combinar: fazer duas audiências públicas, não é? Porque não foi uma só na CAE, foi outra em outra Comissão. Isso é pouco, tem que fazer mais, tem que ouvir todas as entidades para que a gente possa fazer um voto com consciência, rejeitando essa arma química contra os jovens.

Então, muito obrigado, Presidente Izalci.

E fica aí o registro de como esse sistema não merece que a gente faça votações. Por exemplo, eu não estou vendo ninguém aí, não é? Eu estou vendo aqui pela imagem o Senador Oriovisto, não estou vendo quem está no plenário, até para me dirigir para algum colega e tudo mais, certas colocações aí que foram feitas, os *bets,* que foram lembrados.

E eu agradeço ao Senador Oriovisto: nós avisamos tudo isso que iria acontecer, não é? Então, nós precisamos – isso é vício! – também tomar uma medida rápida com relação à proibição disso. A tragédia está no meio do mundo, a gente está vendo só a ponta do *iceberg*, do endividamento em massa que está acontecendo aos brasileiros, o comércio sentindo já, a indústria já começa a sentir, e, isso aí, só quem ganha são poucos, em detrimento de toda a sociedade, que adoece.

Grande abraço, muita paz a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Girão.

Só quero registrar que vários Senadores estão aqui – estavam e estão. O Senador Magno Malta está aqui; a Senadora Margareth; o Senador Dr. Hiran; estava aqui o Humberto Costa; estava aqui também Eduardo Gomes; a Zenaide estava de forma semipresencial; a Senadora Damares, que está aqui ainda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós temos aqui ainda sobre esse assunto... Eu mudei para o Senador Eduardo Gomes, primeiro pelo gesto de retirar o projeto; e segundo porque ele tinha urgência. Mas já voltou aqui o calor da discussão, nós vamos continuar discutindo isso, inclusive no dia 3, presencialmente.

Mas estão aqui: o Flavio Azevedo agora; depois, o Senador Amin; depois, a Senadora Margareth; depois, o Senador Magno Malta; e agora, o Dr. Hiran.

Com a palavra, então, o Senador Flavio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar também o Relator, agora ausente, dessa matéria sobre os *vapes*.

Quero só dizer rapidamente que esses assuntos muito difíceis... Existem assuntos muito difíceis de serem discutidos por via remota, e nisso eu dou razão ao que foi abordado aqui, a forma como o assunto foi abordado aqui. Mas é só pra dizer que esse assunto merece uma discussão mais ampla.

Eu quero dar minha solidariedade ao Senador Eduardo Gomes e manifestar também minha solidariedade ao Senador Vanderlan, mas também dar razão aos argumentos que foram alinhados pelo Senador... Desculpe, acabei esquecendo o nome, eu sou novo na praça. Pelo Senador Girão. Então, fica aqui o meu apelo para que, no próximo dia 3, esse assunto seja terminativo e que os colegas pensem na responsabilidade que todos nós vamos ter na aprovação ou não desta matéria.

E, sobretudo, respeitando a opinião do Senador Girão, em certas situações, opiniões de terceiros não devem ser trazidas, a não ser se combinado previamente, para as nossas reuniões de Comissões. Eu entendo a importância da matéria, mas nós temos que combinar que a opinião de terceiros, por maior que seja o peso desses terceiros, só seja trazida para as nossas Comissões depois de uma combinação e de acertos feitos entre os Senadores, principalmente o Relator e o Presidente da Comissão.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Flavio.

Passo imediatamente ao Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Estou sendo ouvido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Então, eu gostaria de cumprimentar V. Exa., que está conduzindo muito bem uma reunião difícil como esta.

Faço minhas as palavras daqueles que reclamam do fato de que uma matéria com esse grau de controvérsia... Não é que as outras não tenham a possibilidade de serem controvertidas, mas esta é, sem dúvida, pelo alcance da deliberação, uma matéria de alta indagação. E eu espero que, no dia 3 de setembro, nós tenhamos um tempo razoável para deliberar.

Hoje eu quero fazer três colocações.

Eu respeito tanto quem propõe quanto quem diverge, mas eu tenho lado nesse caso e tenho alguma experiência. Eu tenho comigo dois queridos amigos que foram escravizados pelo cigarro eletrônico. Eu não vou dar o nome todo deles hoje, mas vou pedir licença para enunciar parte do nome todo. Um se chama Paulo G. e o outro se chama Rodrigo B., e foram escravizados ainda relativamente jovens – são bem mais moços do que eu – por esta coisa. Acho que é, mais ou menos parecido com o que o Senador Girão falou, uma arma química. E é uma arma química que deve seduzir, porque, devidamente advertidos, esses meus amigos não se cuidaram e acabaram perdendo o melhor da vida, que é ter a oportunidade de ter um prazer sadio.

Eu tenho posição firmada, como ex-fumante que sou. Faz 34 anos, 3 meses e 10 dias que eu parei de fumar. Respeito quem não conseguiu ainda, mas eu acho que a introdução desta arma sob a forma de regulamentação, mesmo que coercitiva na sua proibição ou na sua regulamentação, é a legalização da arma.

Então, eu tenho posição clara a respeito: estou contra o projeto e sou contra a regulamentação do cigarro eletrônico, por considerá-lo uma forma mais sofisticada de vício, e um vício que, se tem 7 bilhões de receita, vai ter muito mais de despesa – se é para levar para o campo financeiro – no SUS, nos planos de saúde e na vida da pessoa, que é muito mais importante e vale mais do que qualquer bilhão de reais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, desde já, quero anunciar que votarei contra com absoluta convicção e que estou desagradando até alguns amigos meus, espero que não esses dois que eu estou mencionando, Paulo e Rodrigo, cujos nomes eu não vou pronunciar hoje, mas vou pronunciar no dia 3 de setembro, desde que eles não me proíbam, que representam pessoas que sofreram da sedução e acabaram perdendo o que de bom a vida poderia e pode nos dar. Essa é a minha afirmação, resumidamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Amin.

Passo a palavra agora à Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente Izalci.

Eu só quero me juntar a todos que falaram sobre o Presidente Vanderlan, porque, desde que eu cheguei a esta Casa, eu não vi um Presidente mais democrático e uma pessoa que fala com todos e discute com todos qualquer assunto. E ele ouve, coisa que muitos não fazem.

Eu tenho uma preocupação muito grande com a interferência de fora no Parlamento. Eu sou de uma família conservadora, tenho duas filhas, tenho três netos, meu pai era uma pessoa, um alemão muito duro. Tenho uma família linda. Sou casada há 47 anos com o mesmo marido, então você pode ver que eu não sou de mudar muito, não é? Mas eu me preocupo com a Igreja interferindo na política e de uma forma muito ruim. Ela faz uma afirmação e ela faz uma situação, assim, degradando a imagem da pessoa.

Eu sou contra o cigarro eletrônico, eu fui contra as *bets*, mas eu sou a favor do cassino. E aí falei com a Tereza Cristina, ela votou; aí veio um pastor e se achou no direito de falar que a Tereza Cristina é isso, que a Tereza Cristina é aquilo, chamou o Vanderlan Cardoso de vagabundo. Como assim? Não é possível isso. A Igreja tem outro papel, que eu saiba. Eu fui batizada na Igreja Luterana, casei na Igreja Católica, respeito qualquer religião, porque Deus é um só e o Estado é laico.

O senhor é testemunha do que aconteceu esses dias: vieram me pedir para assinar uma frente parlamentar evangélica. Eu falei: "Não". Logo em seguida veio uma frente parlamentar

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

católica. Eu falei: "Não, não tem uma frente parlamentar ecumênica?". Não é possível, o Estado é laico, não pode ter essa interferência de fora desse jeito!

Então me solidarizo com o Presidente Vanderlan, e fica aqui meu registro de total apoio a ele e à Tereza Cristina, que não está aqui, que foi, assim, humilhada pelo mesmo pastor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora Margareth.

O próximo inscrito é o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente Izalci, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, acho que essa discussão está posta e acho que não chegamos nem a um terço de discutir a profundidade desse assunto, porque ele é altamente letal. Ele é letal. E necessário se faz que a sociedade como um todo se levante.

As associações que tenho aqui na mão são associações que todos já citaram, que estão nas mãos de todos, repudiando e se posicionando. Mas volto a dizer, na minha introdução, que não se separa um homem das suas convicções e que no processo eleitoral ninguém fala isso, de que a religião tem que ser separada da política. Um homem é religioso, eu sou de confissão evangélica, mas a Igreja, seja ela de qualquer confissão, serve para os políticos no processo eleitoral. Depois que passa o processo eleitoral, aí as pessoas acham que tem que separar.

Antigamente, eu comentava, lá no cafezinho, com a Senadora Damares – ela não era Senadora –, que o sujeito vinha me entrevistar sobre uma matéria alheia, por exemplo, sobre saneamento básico, e falava assim: "O senhor, como evangélico, o que acha disso?". Cara, por quê? Vá lá entrevistar o Serra e pergunte a ele, como católico, o que ele pensa dessa medida que estão tomando aí? Então, parece uma coisa discriminatória em que a gente não pode se posicionar. Tem que se posicionar! E pode se posicionar – e pode se posicionar!

Eu me lembro do PL 122, que se não fôssemos nós... E aí eu convido a Senadora a vir para a Frente Parlamentar Mista da Família, que foi com essa visão que nós criamos, porque a gente achava que era sectário, era muito sectarismo, ficava individual, e nós separamos essas questões doutrinárias e unimos evangélicos, católicos, espíritas, e criamos essa frente que hoje faz enfrentamento a todas essas pautas a que nós somos contra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Girão... A candidatura dele nasceu de uma palestra, de um encontro que nós fizemos em Fortaleza. Ele só era um militante de levantar cartaz contra as drogas aqui, no nosso gabinete. Aliás, na Frente Parlamentar Mista da Família, que a Senadora Damares comandava. E lá nasceu o desejo, quer dizer, ele era um indivíduo absolutamente tímido, a gente não sabia que ele tinha essa valentia depois que chegou aqui, em defesa dos valores, mas foi em função disso, dessa junção de pessoas, mas qualquer um pode se posicionar.

E aqui, eu acho, com relação ao Presidente da Comissão, que realmente a pauta pertence ao Presidente. A jogatina, passei aqui 16 anos, e não deixamos aprovar. E tinha duas pessoas tão somente; éramos eu e Randolfe. Hoje acho que Randolfe é a favor, não é? Mas ele era contra, e os votos em separado eram dele e meu. E muitas vezes, Lobão, que era Presidente da Comissão, da CCJ, retirava de pauta a pedido, dando esse entendimento, porque ele tem esse poder.

Eu não entendo como maldade, como vontade de aprovar, até porque o Presidente da Comissão, Vanderlan... Muitas vezes aqui você atende amigos, você atende colegas que pedem que se pautem determinados assuntos, mas, numa hora como esta, em que você está diante de um quadro eleitoral desenhado, em que a votação poderia acontecer remotamente... E esse não é um assunto para se debater remotamente; é um assunto para que nós debatamos, essa letalidade. E aqui eu falo da minha experiência, mas citando o Presidente da Comissão, o Senador, eu me lembro de que, no PL 122, a luta grande foi feita e, se não fossem os religiosos... E aqui nós tínhamos o Paulo, que era um militante católico e que ajudava demais – depois virou Deputado Federal aqui –, mas nós tínhamos lá, no Plenário, o Abner, o Samuel Ferreira, tudo de cartaz na mão gritando, e o povo da Baleia da Assembleia de Deus lotava aqui para nós o auditório.

Então, essa luta do PL 122... E esse crime não existe, não é tipificado de homofobia, não existe esse crime, não há tipificação, e, por não conseguir o intento, eles colocaram dentro do crime de racismo, que nada tem a ver com nada – nada tem a ver com nada –, mas houve essa luta da igreja.

Quando, depois de 20 anos – agora mais de 30 –, o Código Civil foi promulgado, na época do primeiro mandato do Lula, as igrejas, a confissão religiosa no Brasil estava no mesmo patamar de uma escola de samba ou de um clube de futebol, e foi uma guerra em que foram os cristãos unidos de novo que levaram à mudança. Uma emenda que foi feita na Câmara, que foi relatada pelo Pinheiro, veio para cá, para o Senado, e aqui Sarney, que era católico, quebrou todos os interstícios, e eu relatei. E nós mudamos o Código Penal, o Código Civil naquela ocasião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer que é uma coisa não pode se separar; porque eu sou de confissão evangélica, eu não posso ser político? Na verdade, eu cumpro uma missão, eu estou político. Político eu sou porque o cidadão que se relaciona faz o bem, ele está cumprindo a sua missão. Eu tenho mais de 40 anos na minha vida, Senador Izalci – mais, vai para 43 agora –, que tiro drogados da rua. As minhas filhas nasceram, já tinham drogado na sala de casa. Senadora Damares, de novo, conhece a minha família , a minha luta, como é que minhas filhas cresceram.

Já comecei a receber viciado em cigarro eletrônico agora lá no projeto. Vem ver, Damares! A letalidade disso é absolutamente maior do que a letalidade de um cigarro branco, porque exatamente afeta o que é mais importante no indivíduo: os seus pulmões, a sua respiração. E muita gente morre hoje, a juventude está todo dia, ninguém está dando número. O pulmão sofre uma infecção por conta dessa desgraça chamada de cigarro eletrônico. Existe até no próprio aroma – que parece artificial – uma dose absurda para a morte lenta. E aí você ouve o discurso: "Não, nós temos é que aumentar mais polícia". Nós vamos legalizar isso agora para ter que aumentar mais polícia? Vamos legalizar isso agora para aumentar mais presídios? Não! Nós temos que fazer o bem à sociedade. Quando o cara troca o bem por dinheiro, fica difícil de entender – ou fácil de entender. Trocar o bem por dinheiro? "Não, vamos legalizar porque vai gerar tanto em receita". Meu Deus do céu, a vida tem receita? A vida tem valor? Qual é o bem que se faz à sociedade legalizando essa desgraça, essa arma letal, que a juventude pode comprar em qualquer lugar? E tem um *lobby* desgraçado por trás de tudo isso. É dinheiro, ninguém está interessado na vida, nas mortes súbitas que acontecem, infecção de pulmão todo dia nos hospitais, jovens, atletas... Mas ninguém quer falar de vacina, não é? Eu estou falando da vacina da covid, não estou falando das vacinas normais que uma criança tem que tomar na vida, como nós tomamos, nós somos plenamente a favor. A vacina da covid...

Eu quero reverenciar a memória de um campeão olímpico, medalha de ouro, amigo querido nosso do gabinete chamado Pampa, Pampa medalha de ouro. Pampa morreu faz exatamente 60 dias. Apareceu um nódulo no pescoço dele, Pampa só era um atleta, foi vacinado, Pampa não fumava, ele tinha que tomar quatro doses de quimioterapia. Ele tomou três, a quarta foi bater no pulmão dele, num órgão vital, e rapidamente ele foi jogado na UTI, rapidamente ele se foi.

Ora, a casa que reúne para fazer lei não pode achar que o bem maior é arrecadação, é dinheiro para a nação. Nós precisamos incentivar é que tenhamos coragem de fazer enfrentamento da repressão ao crime; mas, o que esperar num momento desse, como país, onde o Ministro da Justiça que diz que é preciso humanizar os pequenos crimes? Onde nós temos a

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suprema Corte que toma para si a responsabilidade de forma irresponsável, porque a eles não é devida constitucionalmente a legalização de drogas, a legalização da morte?

E esta Casa toma sua providência, meia boca, a meu ver; meio tímido, a meu ver. Aquilo que é mais importante, decisões monocráticas, colocar a posição no seu devido lugar, colocar a Suprema Corte no seu devido lugar. A vida é a vida! E a vida não pode ser trocada pela ideologia de uma ministra ou de três ou quatro cidadãos que pensam que têm poder mais do que Deus, para que um ministro seja levado, como o Toffoli, a dizer que eles têm mais de 100 milhões de votos. Que votos? E a gente está aqui reunido, num Senado da República, nós chegamos aqui pela via do voto. E me perdoe, eu não peço licença por conta da ausência, mas o Presidente desta Casa, o Brasil é órfão dele, é órfão dele – o dever de casa de botar as coisas no seu devido lugar –, porque, se nós derrubarmos essa desgraça aqui, o *lobby* – o lobby – que não tem compromisso com a vida, vai tentar legalizar pela via de uma decisão monocrática. Agora, dizem que o Lira resolveu sair e resolveu colocar para votar na CCJ. E a velha mídia já está chamando de retaliação de Lira ao Supremo, porque vai votar o fim do voto monocrático, decisão monocrática num pedaço de pão.

É preciso que resgatemos a Constituição brasileira, a força do Parlamento, a força do Senado, é preciso que este Senado tenha coragem de pelo menos convocar o Ministro Alexandre de Moraes, os Ministros do Supremo, pelo menos convocar, se não quer impitimar, porque essa conversa fiada de que não adianta botar *impeachment* porque não vai passar... Não interessa, Presidente do Senado, se vai passar ou se não vai, o seu dever é fazer, porque é monocrático. É monocrático! É você que assina.

Agora tomou uma ordem de Flávio Dino. Flávio Dino deu uma ordem a ele: "Suspenda as emendas de Pix". Alguém pensou diferente, que Flávio Dino no Supremo ia ser o que ele falou aqui? Meu Deus! Agora estão pagando o preço. Nossa! E as nossas emendas? Veio um repórter me perguntar: "Senador, e as emendas?". "Não tenho nada a ver com emenda, rapaz". "Como é que vai ficar esse negócio?" Pergunte para o Presidente da Casa, pergunte para quem votou em Flávio Dino, pergunte para quem votou no filhote de Lenin, pergunte a ele. E que também é a favor da humanização dos pequenos crimes. Enquanto o ministro não entregou uma imagem dessa pouca vergonha, dessa coisa putrefata que aparece agora, que são as conversas seis gigabytes de conversas dos assessores do Ministro Alexandre de Moraes.

Agora, esta Casa ou toma uma atitude ou fecha! Ou toma uma atitude ou fecha, porque esse aqui é um peso para a nação. São salários pagos, isso aqui tem um orçamento maior do que

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas cidades no país, um peso morto que não reage nas necessidades do país. Nós tínhamos que estar discutir era isso! Discutir cigarro eletrônico: jogue isso no lixo! Pelo amor de Deus, isso é letal! Isso é letal, isso é morte lenta!

Em nome da arrecadação... Também só se fala em arrecadação, não é? Só se fala em arrecadação. E sempre o furo, sempre o furo, sempre o furo... Arrecadação, sempre o furo, sempre o furo, sempre o furo, sempre o furo...

Nós estamos caminhando para o cumprimento do programa de governo dessa aranha comunista que colocou as patas em cima do Brasil, porque esse é o projeto. O partido vive nababescamente numa ditadura, e o resto vive de cesta básica.

Eu sei, Sr. Presidente, que o assunto em voga é esse, mas eu queria dizer que todo argumento é este: legalizar maconha. "Ah, todo mundo já fuma maconha, então vamos legalizar, vamos colocar imposto em cima, que gera imposto para o país." Essa foi a conversa fiada na época da Lei Seca, para poder legalizar o álcool. O grande drama da sociedade é o álcool. Na minha experiência recuperando drogados, de cada 50 viciados em cocaína que recupero, só consigo recuperar um bêbado – um! O que a bebida alcoólica faz no sistema nervoso de uma pessoa – aqui tem um médico –, no sistema nervoso central de uma pessoa!

"Ah, e arrombamento de banco existe?" Existe. Vai legalizar? Espancamento de mulher? Existe. Vai legalizar? Não. O Presidente da República disse que, se não for dentro de casa, mas se for em outro lugar, pode; e o filho dele pode também bater em mulher. Ora, violência doméstica existe, e agora vai legalizar? Porque aí pode legalizar, e aí tem imposto a ser cobrado para a nação brasileira.

Nós devíamos estar discutindo outra coisa: o respeito à Constituição, a retomada do Estado democrático de direito deste país; e só o povo pode fazer isso. Ulysses dizia que só o povo pode ajudar o povo. Só o povo pode ajudar o povo.

Eu fiz dois ofícios, convocando os dois ex-juízes, um foi demitido sumariamente; o outro já não estava mais dentro desses *gigabytes* das revelações dos assessores de Alexandre de Moraes, para que eles venham à Comissão de Segurança – até o Senador Petecão acabou de chegar, que é o Presidente da Comissão –, para que eles venham à Comissão de Segurança para poder nos explicar, até porque é muito sério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um trecho em que eles falam sobre Allan dos Santos, em que eles tinham vontade de arrumar um jagunço para pegá-lo na marra – pegá-lo na marra, não é? Há trechos escabrosos, cabeludos, com relação a tudo isso.

Então, eu queria dizer que foi de bom tom, de bom senso, ter retirado de pauta. Ao Senador Vanderlan, o meu respeito. Vim conhecê-lo agora, nesse processo eleitoral, quando eu voltei, mas sei que, por conta da confissão de fé dele, ele é contra.

Os líderes da Assembleia de Deus, onde ele confessa a sua fé, o Bispo Primaz Manoel Ferreira... Samuel Ferreira, que é o Presidente da denominação, e Abner Ferreira, que é meu amigo particular, meu amigo do coração, com quem converso... No PL 122, aquele chamado PL da Homofobia, contra o qual lutei oito anos aqui e depois mais três anos com a chegada da Marta, para que isso não se tornasse verdade. Aquele PL tão brutal contra a vida, contra a família e valores. Foram eles que estavam aqui.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradeço o tempo a mim concedido. Voto contra por convicção; voto contra por essa geração que aí está; voto contra pelas gerações vindouras. E a miséria que vai se estabelecer... Não tem como fiscalizar nada, e o *lobby* está por trás disso porque o dinheiro vale mais do que a vida.

Eu poderia contar aqui também a experiência de três Senadores que fumavam o eletrônico. Em conversas lá no meu gabinete – em conversas, porque eu me vi no direito, em função até de que essa é a grande luta da minha vida, de chamá-los para conversar, até porque eu não podia admitir que eles se sentassem à mesa ali comigo, conversando, na época da CPMI, e fumando um troço contra o qual eu sempre lutei na minha vida, dentro da minha casa –, eles começaram a contar as mazelas que aquilo já havia produzido no organismo deles, tomaram a decisão – difícil, porque é difícil – e pararam de fumar. Pararam de fumar o tal cigarro eletrônico.

Saiba, V. Exa., que o crime organizado está por trás disso tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Magno Malta.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente, pela ordem...

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tenho aqui o Dr. Hiran e o Senador Petecão que gostariam de falar também...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O meu nome foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para explicação pessoal.) – Eu só gostaria de responder ao Senador Magno Malta que eu não sou uma pessoa que não tem fé, não. Eu tenho uma fé imensa. Eu passei por um câncer. Eu tenho a minha fé, que é inabalável em qualquer situação, mas eu penso e tenho certeza de que um líder religioso não faz grupos: ele une pessoas. É isso que eu penso, e é por isso que eu tenho um pouco de receio dessa interferência da Igreja na política, não por questões de fé, de que a gente tenha uma ou outra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora.

Senador Hiran...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para explicação pessoal.) – Não fui ofendido, não; jamais ela me ofenderia e jamais eu a ofenderia...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... mas ai deste país se não fosse a Igreja; ai deste país se não fosse a Igreja. A maior obra social que se faz é a pregação do Evangelho. Tudo que eles queriam era que gente de fé, como a senhora, de confissão católica, praticante – não é dizer "Eu sou porque sou"... Tudo que eles não queriam era que houvesse esse engajamento nosso na política, porque as coisas seriam muito mais fáceis, muito mais fáceis.

Ai deste país se não fosse a Igreja.

Obrigado pela sua palavra, Senadora.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concordo com V. Exa.

Senador Dr. Hiran, por favor.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Izalci. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores, a todos que nos acompanham remotamente e ao povo em geral.

Eu vim acompanhando, Presidente Izalci, esse debate desde o gabinete e fiz questão de vir aqui para externar, primeiro, a minha solidariedade ao nosso... Ele é meu amigo. O Senador Malta disse que conheceu o Senador Vanderlan há pouco tempo. Senador Malta, eu conheço o Senador Vanderlan há mais de 40 anos, porque ele começou a vida profissional dele lá em Roraima. Quando eu cheguei, como médico, ainda muito jovem, o Vanderlan tinha um estabelecimento comercial lá; depois, ele foi para Goiás, tornou-se um empresário de muito sucesso, um político de muito sucesso e se casou com a Izaura, que é uma grande amiga minha e, inclusive, é suplente do Senador Wilder Morais – a esposa dele. Eu tive e tenho a honra até hoje de ser oftalmologista da família. E conheço a história do Vanderlan como homem, como pai, as suas convicções religiosas, a seriedade nas coisas. Então eu vejo isso também com muita preocupação.

Aliás, esse senhor, que fez essa crítica injusta ao Vanderlan, também já desrespeitou aqui a Teresa, a nossa Senadora Teresa, e também o nosso Senador Mecias de Jesus, e foi assim extremamente agressivo com eles. Eu quero aqui manifestar a minha solidariedade a todos. Quero dizer que, num Estado laico como o nosso, eu tenho um profundo respeito pelas religiões. Eu sou católico e sou extremamente respeitoso com a crença de todos. Eu acho que todos que professam uma crença que nos leve a Deus merecem de nós todo o respeito.

E agora eu vou passar aqui para uma coisa que não tem nada a ver com religião, nem com crença nem com nada disso. Aliás, o mundo não vai acabar, como o Senador Girão falou, por conta disso também, que é cigarro eletrônico. Vamos combinar.

O que acontece é que essa discussão está virando assim um fla-flu ou um Flamengo e Botafogo, e não é assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu sou botafoguense.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus pais nunca fumaram, Senador Izalci, senhores e senhores. Eu tenho cinco filhos, nenhum nunca fumou. Eu também não fumo, minha esposa não fuma, ninguém fuma. E eu, como médico que sou e Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, do Congresso Nacional, tenho certeza de que os DEFs (Dispositivos Eletrônicos para Fumar), que são dos mais variados tipos, são prejudiciais à saúde. Mas, para dizer assim: todos matam, todos não matam, temos que fazer uma discussão técnica sobre isso, até porque cada dispositivo eletrônico tem uma concentração de propilenoglicol, de nicotina, que é extremamente viciante. Mas nós nem sabemos onde eles são fabricados.

Como o Senador Malta falou, eles têm importação aí através de milícias, através de crime organizado, são lacrados, e a gente não sabe qual a concentração que vem ali dentro, qual a temperatura da bateria, que aquece aquele dispositivo, para produzir o vapor. Então, não há nenhum controle sobre isso. Às vezes você compra um que tem uma concentração de nicotina maior, produz vapores mais nocivos, ou você compra outro que tem nicotina menor, concentração de nicotina menor, e causa dano menor. Mas todos eles viciam e todos são prejudiciais à saúde.

Agora, o que mais é prejudicial à saúde é nós fazermos de conta que isso não existe. E aonde a gente vai nesse país, aonde a gente vai numa festa, e aqui dentro do nosso Parlamento, nós temos pessoas utilizando esses dispositivos, não é verdade, Senador Petecão? Então, até para proteger essas pessoas, a gente tem que explicar muito para elas que é nocivo à saúde, assim como o cigarro. O cigarro é nocivo – extremamente nocivo – à saúde.

Não vou entrar na discussão técnica, porque, no cigarro, a queima do tabaco gera muito mais benzopireno, muito mais monóxido de carbono do que os DEFs. Eu não vou explicar isso aqui, porque senão vamos discutir até de tarde, e nós não temos tempo para isso. Mas o que acontece? Um é mais prejudicial que o outro? Não sabemos. Tem gente que fuma um cigarro por dia e tem gente que vive colocando aquele negócio na boca o dia todo. Aí aquilo vai ser mais prejudicial do que um cigarro, quer dizer, tudo é muito relativo.

Agora nós precisamos, sim, ter uma regra. E a Organização Mundial de Saúde diz: quando é proibido, que tenha mecanismos efetivos de se proibir. "Ah, é proibido? Não pode entrar de jeito nenhum." É risível fazer isso no nosso país, porque tem gente aqui que nem sabe que isso é proibido. Se você falar com um jovem e disser: "Você sabia que isso é proibido?" "Não, porque eu vou bem ali e compro, tem em todo lugar para vender." A Organização Mundial de Saúde diz: se for para permitir, que se estabeleçam critérios rigorosos para se permitir o uso. Como? Restringir para menores de 18 anos; restringir publicidade; divulgar maciçamente que faz mal; estabelecer

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigorosos quantitativos de nicotina e outras substâncias nocivas à saúde que os DEFs contêm; e que eles sejam, Senador Petecão, blindados.

O que aconteceu nos Estados Unidos, que o Senador Girão diz: "Olha, morreram vários garotos nos Estados Unidos de Evali", que é uma sigla em inglês... Eles morreram sabe por quê, Senador? Porque existiam dispositivos eletrônicos de fumar que não eram blindados. E eles abriram, colocaram uma determinada vitamina do complexo B, líquida, um pouco oleosa, dentro do dispositivo; colocaram *Cannabis* aí, diluíram *Cannabis* para ter um efeito entorpecente nos DEFs. E aquele óleo, em se localizando nos alvéolos, causou insuficiência pulmonar e matou vários jovens dos Estados Unidos – uns 30, 40 jovens. Isso ficou conhecido como a síndrome de utilização desses cigarros. Eu sei que faz mal, mas nós devemos enfrentar com coragem aqui. Não adianta dizer assim: "Ah, eu sou contra".

O Senador Magno Malta, que é um homem que forma muita opinião, diz: "Olha, vamos jogar esse cigarro no lixo". O senhor sabe quantos jovens vão ouvir o senhor e vão jogar no lixo? Poucos, poucos. Por quê? Porque a nossa influência neles é muito pequena. A influência dos jovens é através de redes sociais, de informação entre os amigos. Mas, se nós fizermos uma campanha que seja pareada às nossas campanhas antitabaco, que são um exemplo no mundo... O Brasil diminuiu muito o índice de portadores de doenças causadas pelo cigarro, porque a utilização de cigarro diminuiu muito pelas nossas políticas públicas, que são um exemplo. Que tal nós inserirmos nessa política a utilização dos dispositivos? Que tal nós estabelecermos a concentração de nicotina nesses dispositivos? E que tal nós dizermos para os jovens, agora, com inteligência, com técnica, provando para eles que realmente faz muito mal? E não é taxar alto, nem taxar baixo, é taxar e colocar parte desses impostos para ser utilizado no Sistema Único de Saúde, como já fazemos no cigarro convencional.

Então, eu acho que hoje, ao ser suspensa essa votação aqui e prorrogada para setembro, foi algo que nós devemos aplaudir. Por quê? Porque essas discussões precisam ser feitas presencialmente, Senador Izalci. Cada um tem que colocar aqui o seu ponto de vista, com muito respeito a quem pensa diferente, mas eu, como médico, penso diferente da maioria dessas sociedades que aqui se apresentaram nessa lista, que foram subscritoras dessa manifestação. Mas eu estou aqui para discutir como profissional da saúde e tentar reduzir danos, porque, se a gente diz que é proibido... Cocaína é proibida, e é utilizada por tanta gente e enriquece tanta gente e acaba com a vida de tanta gente... Quer dizer, eu acho que não é a coisa mais inteligente que nós devemos fazer.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu queria dizer para vocês: nos países mais desenvolvidos neste mundo, como Suíça, por exemplo, é regulamentado, e a Suíça não acabou. Lá, maior de idade fuma se quiser e são estabelecidos valores rigorosos na fabricação dos dispositivos eletrônicos. Eu estou dando só um exemplo.

E aí depende muito da nossa formação, da nossa personalidade, de a gente utilizar ou não, como é a vida. A vida é assim. Tem pessoas que sabem que álcool faz mal. A maioria aqui... eu bebo. Eu tomo um vinhozinho, eu tomo meu uísque e tudo, e não morri por causa disso. Eu sei que faz mal se eu utilizar em excesso. Aí isso depende da discricionalidade de cada pessoa, da sua formação, enfim, de fatores familiares, de fatores ambientais, de fatores sociais. Isso é muito complexo.

A gente dizer assim: "Olha, vamos proibir", eu acho que a gente termina estimulando mais essas instituições de que ele falou, com muita propriedade, que são crime organizado, que são milícias que têm ganhado muito dinheiro com a importação desses dispositivos, que, flavorizados, com aquela corzinha, com aquele desenho bonitinho, têm atraído jovens nas suas festas, nas suas comemorações. O que a gente vê são os coloridinhos, os cheirosos, e isso realmente é extremamente nocivo para a nossa sociedade. Esse é o meu pensamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Senador Dr. Hiran, eu já me sinto contemplado com a tua fala.

Eu penso o seguinte: eu estava no meu gabinete agora acompanhando o debate. Tem um servidor do meu gabinete que faz uso do cigarro, desse cigarro eletrônico. Nós abrimos um debate ali, e eu disse para ele o que eu penso – o que eu penso. Esse debate não é de quem é a favor ou é contra, porque o discurso do ser contra é muito mais fácil. Fazendo uma média... se eu quiser fazer uma média aqui, eu digo: "Olha, eu sou contra o cigarro".

Eu sou um privilegiado. Nunca fumei, tenho pavor de cigarro, meus filhos não fumam, então eu sou um privilegiado. Mas não é por conta disso que eu vou...

O cargo que eu ocupo não me permite que eu só pense em tirar proveito político. Eu moro no Acre, que é fronteira com a Bolívia. Uma boa parte desse produto, desse cigarro, que faz um mal muito grande para a nossa juventude, para o nosso povo, para o povo brasileiro, entra por lá,

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Bolívia. Outra parte, eu creio, pelas informações que nós temos, entra pelo Paraguai. E eu não tenho dúvida de que tem muita gente ganhando dinheiro com isso – tem muita gente ganhando dinheiro com isso, Senador Izalci.

Qual é o problema da Anvisa... Olha, eu tenho um cigarro que prejudica a minha juventude muito. Se eu posso ter um cigarro fiscalizado... Eu vi uma palestra de pessoas dessa Philip Morris, que fabrica isso. Elas nunca disseram que o cigarro não faz mal, elas não dizem isso. Elas dizem que o cigarro fabricado com responsabilidade, com fiscalização pode fazer menos mal. E se eu tenho essa oportunidade... Não é pensando "oh, o pessoal está pensando em arrecadar dinheiro", não, não é só isso. Eu quero um produto...

Foram ouvidos 6 milhões de jovens, e 3 milhões disseram que não vão parar de fumar – 3 milhões de jovens. Aí a Anvisa: é proibido fumar o cigarro eletrônico. Do lado da Anvisa, aqui na Feira do Paraguai, você pode ir lá... Ou eu estou mentindo? Ou eu estou mentindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem muitos. Não tem fiscalização, mas tem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Qualquer um vai lá e compra. E por que eu não posso ter?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – É Feira dos Importados ou Feira do Paraguai?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já foi. Esse apelido hoje é...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas, se eu chegar lá, esse negócio de Feira dos Importados é Feira do Paraguai do mesmo jeito. (*Risos.*)

Mas você sabe onde é. Você está me chamando a atenção.

É isso que eu não consigo entender. Tem uma máfia, Senador Izalci, por trás disso. Tem muita gente ganhando dinheiro. Eu não estou pensando só em o Governo Federal ganhar dinheiro, não. Eu só quero que a Anvisa, que é o órgão que foi criado para fiscalizar isso, possa fiscalizar. Ah, é proibido. Proibido de quê, rapaz? A 500m da Anvisa está a Feira dos Importados – corrigindo –, vendendo esse cigarro. Tem ou não tem nego ganhando dinheiro com isso? É isso que eu quero...

Agora, lógico que eu fazer um discurso...

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também, na mesma linha dos colegas, prestar a minha solidariedade ao Senador Vanderlan, um homem trabalhador. Eu conheço o Vanderlan, um homem trabalhador, um homem digno. Lógico que é muito mais fácil... Eu sou amigo de todas as lideranças das igrejas. Eu duvido o Manoel Ferreira fazer um negócio desse aqui. Eu duvido o Mário de Oliveira, da Quadrangular, fazer isso aqui. O Mário foi colega nosso Deputado. Não faz, rapaz, porque não pode ser tratado assim, com sensacionalismo, tentando tirar proveito político.

Esse negócio é muito sério. Eu estou falando de 3 milhões de jovens que disseram que não vão parar de fumar – a pesquisa diz isso. Que não sejam três, que sejam dois, que seja um, mas tem muita gente fumando e tem muito cigarro entrando neste país de uma forma clandestina. E quem está ganhando com isso? Tem gente ganhando dinheiro com isso. Eu não tenho dúvida disso. Eu não tenho medo de dizer isso.

E o que eu defendo não é que fumem. Se todo mundo pudesse parar de fumar, seria o ideal. O que eu defendo é que tem um órgão do Governo brasileiro que pode dizer: "Ó, esse cigarro aqui faz menos mal do que esse cigarro que estão fumando hoje, porque o que estão fumando hoje está matando muita gente e vai continuar matando". Se a Anvisa botar o lenço preto no rosto e disser assim: "Não, está proibido"... Proibido de quê? Não tem nada proibido. Está tudo liberado.

Agora nós, aqui do Parlamento, temos que ter a responsabilidade de tentar ajudar. Como é que ajuda? É todo mundo ser contra? É todo mundo ir com a Anvisa: "Está proibido! Está proibido!"?

E tem muita gente ganhando dinheiro com isso, Izalci. E é preciso que a Polícia Federal, é preciso que a Justiça brasileira possa investigar isso. Porque eu não acredito, eu sinceramente não acredito que ninguém esteja vendo esse derramamento desse cigarro nocivo, nocivo à nossa juventude, nocivo ao povo brasileiro, que não esteja vendo isso. O discurso mais fácil é dizer: "Eu sou contra o cigarro, a Igreja é contra o cigarro". Todo mundo sabe que a Igreja é contra o cigarro. Ninguém é a favor de cigarro. Eu tenho um pavor, eu não consigo ficar dentro de uma sala onde pessoas fumam – eu não consigo –, mas não é por isso que eu tenho que fingir que está tudo bem. Eu tenho que ter responsabilidade.

É isso que eu penso.

Obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, nós não vamos encerrar esse assunto, porque dia 3 nós vamos continuar o debate. Eu só vou deixar uma reflexão...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Será que alguém que fuma *crack* hoje teria condições de voltar a fumar maconha? Essa é uma pergunta. Mas é o que eu digo, será que regulamentando um produto que seja oficial, que pode... as pessoas que estão fumando esse, que é viciante e tem outros produtos, vão deixar... Então é um tema que a gente precisa debater e vamos continuar este debate aí.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, só para encerrar aqui, porque o Senador Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só porque tem ainda a pauta aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É porque o Senador Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não. Senador Petecão, pediu um aparte lá com V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, acho que encerrou o dele lá. Encerrou? (*Pausa.*)

Encerrou.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Encerrou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Eu só queria um minutinho.

Eu acho que o debate... Por isso que é preciso debate, não é, Hiran? Presencial. Ele citou a situação aí de parte da droga que é consumida no Brasil. Maconha, por exemplo, entra pela Bolívia, vem da Bolívia ali, passa pelo estado dele...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Peru e Bolívia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu sou testemunha ocular. E, veja, quando ele disse... Quando você faz o discurso pelo discurso, é irresponsável. Eu não faço o discurso pelo discurso. Essa minha luta é uma luta de vida. Nós temos que fazer o enfrentamento. Eu fui para o estado dele: não é coincidência isso aqui que está acontecendo, não.

Queria que o senhor, Senador Hiran, ouvisse essa história. Eu fui ao Acre como Presidente da CPI do Narcotráfico, por causa de droga, porque estavam putrefatas as instituições, principalmente as policiais. E o Senador Petecão era novo; eu era mais novo do que ele. Ele era o Presidente da Assembleia; ele era o Presidente da Assembleia. E eu recebi aqui o desespero de Marina Silva, de Tião Viana – são de esquerda, não têm nada a ver comigo, acho que nem com o Petecão, desde aquela época – e de uma Deputada do PT chamada Naluh, sobre a situação do Coronel Hildebrando Pascoal, que, além de ser dono de tudo, queria tanto tudo que até as bocas eram dele. E eu fui para lá; eu fui para lá. Se não houver... Aqui é para além do discurso. É o que V. Exa. está falando. A coragem de fazer o enfrentamento – o enfrentamento...

Porque tem duas coisas que podem salvar: a prevenção, e desde 20 anos de idade que eu faço palestras sobre prevenção, avisando que poderia ocorrer o que já acontece hoje – eu falava quando eu tinha 20 anos de idade! –, e o enfrentamento. E lá só minimizou, só minimizou quando houve o enfrentamento. Muita gente ganhando dinheiro por trás com o tapume das autoridades! Quem iria fazer a segurança desse indivíduo? Um Coronel valente, sabe, assim, que metia medo, terror num estado inteiro – num estado inteiro –, à disposição! Governador escondido, Deputados, autoridades... Até as autoridades judiciais! Eu me lembro de que, quando a CPI pediu, Senador Hiran, para se instalar, lá em Boa Vista, no Acre...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Rio Branco!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... em Rio Branco, o Poder Judiciário teve medo de nos ceder o auditório do Poder Judiciário e do Fórum. E Petecão atendeu o ofício – cruzei com ele poucas vezes porque ele ficava lá no gabinete, o pau estava quebrando cá embaixo e tal... Mas não era uma pressão de colega, não; era pressão do crime mesmo, pelo lado de fora, de que podia fazer ocorrer qualquer coisa. E foi lá que nós descobrimos o cemitério clandestino dele, onde ele botava as pessoas, numa cova de meio palmo, e dava um tiro na cabeça, serrava gente...

O enfrentamento é necessário, mas aí você fala "tá", e é a mesma coisa. Confiar também numa decisão da Anvisa? A Anvisa tomou a decisão de que todo mundo tinha que usar máscara,

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e está comprovado no mundo inteiro que aquilo nunca valeu nada – nunca valeu nada. Mesmo com esse argumento de que você compra ali na esquina? Não! Ali na esquina, não tem só o eletrônico, não. Você acha um cara lá com um bonezinho na cabeça vendendo maconha, acho que mais próximo de nós do que a gente pensa e muitas vezes num ambiente onde a gente está – onde a gente está.

Por isso, é necessário se fazer o enfrentamento, ainda que dizendo "nós precisamos proibir", porque, se proibido está desse jeito, se não tivesse proibição, estaria absolutamente pior.

Agora, vejam como raciocinam as autoridades. O que um ministro do Supremo sabe de maconha boa ou maconha ruim? De qualidade boa ou qualidade ruim? O que ele sabe para falar de quantidade, para se andar com tal quantidade? De quanto satisfaz um viciado e quanto não satisfaz? A gente sabe que um viciado em maconha não é viciado só em maconha, porque maconha é só a porta de abertura. Quer dizer, nós estamos vivendo num Estado tão difícil que eu ainda fico com o entendimento: você faz a prevenção, mas é preciso também fazer o enfrentamento – a prevenção e o enfrentamento.

E V. Exa. colaborou com o enfrentamento. V. Exa. era muito jovem. Se V. Exa. tivesse já esse cabelo branco e essa barba branca com que você está agora, naquela época... V. Exa. não tinha, não detinha a experiência, mas teve a coragem, a coragem de receber aquela CPI, porque sabia quem é que iria ser convocado, quem iria depor e aonde ela queria chegar. Então, esse enfrentamento é necessário, Senador Petecão, ainda que os resultados sejam pequenos. E o Senador Hiran disse que, se você fala isto, "joga no lixo", quantos jovens podem atendê-lo? Dois, três? A Bíblia diz que uma alma vale mais que o mundo inteiro. São 43 anos tirando drogado da rua. Se eu tivesse recuperado só um, já teria valido a pena.

E a V. Exa., mais uma vez, parabéns por ter aceitado a CPI, porque, a gente contando, as pessoas têm uma visão, mas está lá dentro, naquela semana que nós vivemos lá, aquele inferno, só quem estava lá e viveu.

Por isso, eu, como Presidente da CPI, agradeço a V. Exa., como Presidente da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado.

Bem, os projetos, os demais itens ficarão para a semana que vem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, lembrando que, agora, às 14h, faremos já a audiência pública da reforma tributária – hoje e amanhã, às 14h.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1139001173

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Efraim Filho, Fernando Dueire, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1657, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta para fins de audiência pública (Req. 174/2024 - CAE). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 537, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Contrário às Emendas nºs 7 e 8-Plen. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, contrário às Emendas nºs 7 e 8-Plen. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2670, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a natureza das bolsas de estudo de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 153, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros de exercícios passados resultantes de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - [CAE]. **Observação:** Aprovado o requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, com sete emendas de sua autoria; e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1867, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR” e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao PL 5634/2019 (que tramita em conjunto), nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5703, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes no caso de recém-nascido inscrito em plano privado de assistência à saúde dentro do prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2440, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado a Emenda nº 3 - [CAE] (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 2440, de 2023. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 174, de 2024** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PL 1657/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5%dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar"" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 173, de 2024** que: "Requer que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Senhor Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, e o Senhor Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da França em relação ao Acordo de Associação Mercosul - União Europeia, considerando as recentes declarações do Presidente Emmanuel Macron e os boicotes promovidos por grandes empresas e corporações francesas contra o agronegócio brasileiro." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 66.753/2024, do Ministério da Fazenda, que informa a publicação no sítio do Tesouro Nacional dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em setembro de 2024, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- Ofício nº 6.9881/2024, do Ministério da Fazenda, que encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias da União a operações de crédito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Senador Fernando Dueire, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 63ª Reunião, realizada em 12 de novembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião homenageando os novos pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), que passaram a constar da lista dos mais influentes do mundo, feita pela Universidade Stanford, na Califórnia, Estados Unidos. Trata-se de levantamento feito anualmente pelo Centro de Inovação em Metainvestigação (Metrics) da Universidade Stanford. Para destacar os nomes, são aplicadas métricas que avaliam o impacto da ciência desenvolvida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, identificando os mais influentes globalmente. Os resultados consideraram desempenho dos cientistas em 22 campos e 174 subcampos científicos, com base em informações da plataforma Scopus.

Faço, então, questão de mencionar individualmente cada um dos novos pesquisadores goianos que passaram a integrar essa importante lista, além do Prof. Alejandro Luquetti, de Medicina, que já constava desse seleto grupo: Carolina Horta Andrade, de Química; Bruno Junior Neves, de Química; Carlos Estrela, de Odontologia; Edgardo Latrubesse, de Geografia; Jadson Diogo Pereira Bezerra, de Biomedicina; José Alexandre Filizola Diniz Filho, de Ciências Biológicas; Luís Maurício Bini, de Ecologia; Weimar S. Barroso, de Medicina; Wendell Coltro, de Química. Parabéns a esses nossos nobres conterrâneos que representam brilhantemente a formação de conhecimento científico e acadêmico dentro de nosso estado, em benefício de toda a sociedade brasileira e mundial!

Outro assunto que gostaria de tratar hoje se refere à declaração do Presidente de uma grande rede de supermercados na França, no sentido de não mais comercializar carne oriunda dos países do Mercosul. Infelizmente, a politização e a ideologia exageradas têm passado fronteiras que afetam diretamente as economias dos países e o bem-estar de suas populações. Consequência imediata dessa infeliz declaração está sendo sentida aqui no Brasil, com o anúncio de importantes fornecedores de carne de que já interromperam no Brasil o fornecimento de carne bovina a todas as lojas desse grupo empresarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, esse resultado não é bom para os produtores, não é bom para os distribuidores, nem para os vendedores, tanto do Brasil quanto da França, ou seja, não há ganhadores. Essa atitude resultou apenas em perdas para todos.

Segundo os dados da associação brasileira de indústrias e do Ministério da Agricultura e Pecuária, o peso da União Europeia correspondeu a apenas 3,39% do que foi exportado de carne bovina brasileira; e, do total exportado à União Europeia, a França significou apenas 0,66%. O mesmo movimento aconteceu entre janeiro e outubro de 2024, quando, do total exportado para a União Europeia, que foi 2,79%, a França correspondeu a apenas 0,53%.

Senador Fernando Dueire, ou seja, os caras não compram nada e estão botando banca ainda. Fizeram bem aos fornecedores aqui, mas eu espero que isso seja corrigido, não podemos perder venda de forma alguma, que sejam alguns euros aí.

Dessa forma, o peso francês não é tão impactante quanto em outras regiões da balança de exportação bovina.

A carne brasileira tem outros destinos mais relevantes, Senador Otto, como China, 52%; Estados Unidos, 6%; Hong Kong, 5%; Chile, 4,39% – o Chile sozinho compra mais do que toda França; União Europeia, 3,39%; e Egito, 3,11%. No entanto, mesmo sem representar um grande comprador, o Brasil tem a tradição de manter boa relação comercial com a França e, por menor que seja a quantidade comercializada, nunca é interessante interromper uma relação comercial de mais de 40 anos, que certamente tem potencial para crescer e ser mais significativa para todos os agentes econômicos envolvidos e as populações de ambos os países.

Assim, manifestamos aqui o nosso sincero desejo de que esse momento seja logo ultrapassado da melhor forma, sendo restabelecido o relacionamento saudável entre os envolvidos. E, no que pudermos contribuir para dirimir esse conflito, nos mantemos à disposição.

Por fim, gostaria de destacar o Projeto de Lei nº 537, de 2019, que institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas. Todos aqui certamente sabem que o cooperativismo tem inegável importância como gerador de renda e que tem crescido de maneira exponencial nos últimos anos. E, por incrível que pareça, apesar da organização do setor, de sua força econômica e dos empregos gerados, ainda não há legislação própria no país dispondo sobre o estatuto profissional dos trabalhadores que prestam serviços às cooperativas. Assim, o projeto em questão visa conferir tratamento específico ao trabalhador das cooperativas, aquele que mantém vínculo de emprego com uma cooperativa ao preencher os requisitos legais da legislação trabalhista: pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação.

Parabéns ao nobre Relator, Senador Fernando Dueire, pelo trabalho realizado para a elaboração de seu parecer.

Era o que tinha a dizer. (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

Bom dia, Senador Otto! A presença de V. Exa. aqui é importante para esta Comissão, Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero concordar com V. Exa. nessa sua fala a respeito dessa questão que foi estabelecida entre a França e o Brasil no que tange à nossa carne, que é de ótima qualidade, consumida em vários países do mundo. Eu achei uma posição quase de discriminação querer desqualificar um produto brasileiro que é reconhecido em todo o mundo, em todos os países consumidores do mundo.

A reação do Carlos Fávaro, nosso Ministro da Agricultura, foi correta. O Governo também vai tomar as providências e realmente chamar o Embaixador da França para mostrar as razões pelas quais essa iniciativa foi tomada. E também a reação dos produtores, dos grandes frigoríficos, que suspenderam o abastecimento de carne bovina para as lojas do Carrefour aqui no Brasil. É preciso respeitar o Brasil, é preciso respeitar o agro brasileiro, que é muito importante para a nação e superbem qualificado do ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de vista técnico pelos avanços todos que nós tivemos sobretudo na pecuária de corte bovina.

Então, quero parabenizar V. Exa. e dizer que nós estamos juntos nessa posição que o Brasil tomou e que o Carlos Fávaro, nosso colega do PSD, Ministro da Agricultura, também tomou. E quero apenas dizer da minha posição, que externei ontem no meu Estado, a Bahia, numa reunião que nós tivemos lá.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Bom dia, Presidente.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1657, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria

Observações:

1. A matéria vai à CCJ e, em decisão terminativa, à CSP.

2. Em 12/11/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

Isso aqui já foi lido. (*Pausa.*)

Bem, há um requerimento sobre a mesa, que é um item extrapauta, Requerimento nº 174, de 2024. É um pedido de audiência pública para essa matéria, feito pelo Senador Rogério Carvalho.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 174, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PL 1657/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar"

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Senador Rogério, quer usar da palavra?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Quero.

Presidente, esse tema é um tema que mexe com várias questões. Nós estamos, neste momento, discutindo o quanto o Orçamento nacional, o Orçamento do Brasil, tem vinculações e a dificuldade de manejo com essa quantidade excessiva de vinculações. Então, de qualquer forma, eu acho importante que nós possamos fazer uma discussão com alguns representantes:

- representante da Confederação Nacional dos Municípios;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- representante do Ministério da Educação;
- representante do Departamento Nacional de Trânsito;
- representante do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Acredito que a gente possa fazer este debate para verificar que esse recurso já tem vários destinos e que a gente pode melhorar o projeto e diminuir essa quantidade de vinculações do Orçamento da União, diminuindo a discricionariedade na hora da aplicação do recurso, conforme a orientação e destinação do Orçamento da União.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Em votação o Requerimento nº 174, de 2024, da CAE, pedido de audiência pública feito pelo Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será retirada de pauta para a realização da audiência pública.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 537, DE 2019
- Não terminativo -

Institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Contrário às Emendas nºs 7 e 8-Plen.
Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 6.

2. Em plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 7 e 8-PLEN, que vêm à CAE para serem apreciadas.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Senador Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Querido Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Projeto de Lei nº 537, de 2019, oriundo da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pelo Deputado Baleia Rossi, institui o Instituto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas.

Aqui na CAE já houve aprovação de relatório instruindo a matéria, ocorrida em 3 de setembro. Neste momento voltamos a analisar a matéria para relatar as Emendas nºs 7 e 8, de Plenário.

A Emenda nº 7, de Plenário, tem como objetivo garantir que todos os trabalhadores em cooperativas desfrutem dos mesmos direitos e proteções que os trabalhadores de outras modalidades de empresas, conforme previsto na CLT. A Emenda nº 7, à qual me referi agora há pouco, deve ser rejeitada, dado que o texto do projeto em sua totalidade busca justamente garantir a integralidade dos referidos direitos e proteções a esses trabalhadores, sendo desnecessária essa reiteração.

A Emenda nº 8, de Plenário, tem como objetivo suprimir o art. 3º do projeto. Ora, Sr. Presidente, a Emenda nº 8 deve ser rejeitada, como já o foi emenda de igual teor apresentada na CAE.

O projeto tem, por escopo, a regulamentação integral da situação profissional dos trabalhadores contratados por cooperativa. Neste sentido, é necessário garantir explicitamente na norma o seu direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sindicalização, de forma a garantir que os interesses peculiares à categoria sejam reconhecidos.

Voto.

Assim, pelo exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, de Plenário, ao Projeto de Lei (PL) nº 537, de 2019.

É o que eu tenho a relatar, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exa. esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Sr. Senador Fernando Dueire. Parabéns pelo seu complemento de voto!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fernando Dueire.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário às Emendas nºs 7 e 8, de Plenário. (*Palmas.*)

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador, com a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Com a aprovação, neste momento, do relatório oferecido, e com a rejeição das emendas por esta Comissão, pedimos a V. Exa. e aos colegas aqui, neste momento, presentes à reunião, urgência, de modo que esta matéria possa ser apreciada ainda hoje no Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência feito pelo Senador Fernando Dueire, Relator do Projeto de Lei nº 537, de 2019.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto vai a Plenário com pedido de urgência.

Parabéns, Senador Fernando Dueire!

Quero aqui destacar a presença de Clair Spanhol, Presidente da Federação dos Trabalhadores de Cooperativas do Estado do Paraná (Fetracoop), e Adão Luís Teles, Presidente do Sindicoop de Goiás.

Estão aí os dois mencionados? (*Pausa.*)

Obrigado pela presença de vocês aqui. Parabéns pela aprovação do projeto! (*Palmas.*)

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 173, DE 2024

Requer que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Senhor Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, e o Senhor Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da França em relação ao Acordo de Associação Mercosul - União Europeia, considerando as recentes declarações do Presidente Emmanuel Macron e os boicotes promovidos por grandes empresas e corporações francesas contra o agronegócio brasileiro.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Senador Wellington Fagundes, o requerimento é de V. Exa. O senhor quer usar a palavra para falar sobre o requerimento? É o 173, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, todos hoje são sabedores da situação que vivemos na relação com a França em função de o CEO da rede Carrefour definir por não mais comprar carne do Mercosul, na verdade, mas, é claro, afetando principalmente o Brasil.

Mas o mais importante, Sr. Presidente, não é a questão de quanto nós vamos exportar para a França. Praticamente é insignificante o volume de carne que a França hoje compra do Brasil, é menos de 1% de toda a nossa exportação. O problema é exatamente o argumento da questão da qualidade do nosso produto. Eu falo aqui, como médico veterinário, que conheço muito bem a indústria frigorífica e de embutidos do Brasil. É uma das melhores do mundo. E também a nossa inspeção sanitária, com certeza, tem um dos maiores rigores do mundo.

Então, o objetivo deste requerimento é exatamente convocar aqui, convidar o Sr. Emmanuel Lenain, que é o Embaixador da França no Brasil, bem como o Sr. Alexandre Bompard, que é o CEO do Carrefour na França. E nós estamos pedindo, inclusive, uma audiência em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores. Isso inclusive já foi lá proposto pela Senadora Tereza Cristina.

Esse assunto hoje é o assunto que todo mundo discute, e principalmente o Brasil, que é um grande produtor das *commodities* agropecuárias e de carne também. No caso do Mato Grosso, nós somos o maior rebanho bovino do Brasil, e sabemos que o produtor é muito competente, extremamente competente.

Então nós não podemos aceitar que um CEO de uma empresa venha colocar em dúvida a qualidade do produto brasileiro. Este é o requerimento que faço. E peço aqui o apoio a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu quero concordar com a proposição do Senador Wellington Fagundes. Quero cumprimentar o Senador Omar Aziz, que chegou agora, e dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E ele passou aqui sem cumprimentar, sem falar nada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está com manequim agora. Perdeu peso. Está em plena forma técnica e física.

Eu queria só dizer a V. Exa. que eu vou propor – pelo menos eu vou fazer isso –, vou fazer uma greve para não consumir mais vinho francês. Só vou consumir agora vinho produzido na minha região, na Chapada Diamantina. O vinho chama-se Uvva, com dois "v". É bem melhor do que os vinhos franceses e também tem um preço bem em conta. Eu realmente... Na bebida, na verdade, o que é bom é o efeito. Eu vou tomar agora só o vinho produzido na Chapada Diamantina. Estou em greve, não compro nem consumo mais vinho francês.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu quero também corroborar com o Senador Wellington Fagundes e com a brincadeira séria do Senador Otto Alencar.

Eu tive o privilégio de acompanhar a Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Carnes). Eu tive a oportunidade de acompanhar tanto os criadores de frango, os produtores de proteína de frango, quanto os produtores de proteína bovina. E visitamos no ano passado sete, oito países, no Oriente Médio, a Coreia, o Japão. Nós somos responsáveis por 35% do mercado de frango do mundo. Trinta e cinco por cento do frango consumido no mundo é produzido no Brasil. Nós somos o quarto produtor de ovos do mundo, o quarto produtor e exportador de carne suína do mundo, o segundo exportador e o maior produtor de carne bovina do mundo.

Então, esse ataque não é um ataque inocente de uma rede de supermercados que não tem soberania para decidir sobre política e sobre comércio exterior. É um ataque da diplomacia e dos negociantes franceses, do Governo francês contra o acordo do Mercosul com a União Europeia. Acho importante que essa reação tenha ocorrido e acho mais importante ainda que o Senador e atual Ministro Carlos Fávaro tenha se manifestado, ontem, em defesa desta posição dos produtores, dos mais de 40 produtores de carne bovina do Brasil e dos produtores de carne de frango, de proteína de frango no Brasil.

Eu acho que foi uma resposta rápida e necessária a essa agressão a todos os produtores e a nossa indústria da proteína, a indústria da proteína brasileira, que é uma das mais importantes, senão a mais importante do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, antes de passar a palavra para V. Exa., vou fazer só um comentário, uma observação que é relevante. Na semana passada, nós fomos num jantar no Itamaraty com o Presidente da China, Senador Otto. Antes, tinham assinado ali vários protocolos, entre eles o aumento, mais frigoríficos sendo capacitados a vender para aquele país, que já representa 53% das compras de carne do Brasil, segundo o que eu acabei de ler. Então, olha só a diferença: enquanto um está discriminando a nossa carne, que é a melhor carne do mundo, o outro está aumentando as suas compras de carne. Só essa observação que eu gostaria de fazer aqui.

Senador Omar, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Primeiro, o Carrefour, quando se instala no Brasil, Senador Vanderlan, ele vai pedir para as prefeituras um terreno para construir, está certo? Ele não... A França é menor do que um município do Estado do Amazonas, Barcelos, e polui mais do que o Brasil. Vejam bem: eu estou dizendo que a França, sozinha, é menor do que um município do Estado do Amazonas, que é Barcelos. O município é maior do que a França toda. E ela emite mais CO_2 do que o Brasil todinho. Primeiro, questão ambiental: é de dez a zero que nós damos neles.

Segundo, eles subsidiam tudo, eles gastam por dia milhões e milhões de euros para subsidiar o agronegócio deles.

Terceiro, representam absolutamente quase nada da exportação nossa para eles. Se eles não quiserem, tem quem queira. Agora, também nós não queremos o Carrefour aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não esqueça o vinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A questão do vinho, Garanhuns, que é a terra do Presidente Lula: eu recebi o outro dia de presente três garrafas de vinho. Garanhuns está produzindo vinho muito bom. Eu não vou aqui mensurar qual é a qualidade, até porque eu não sou um tomador de vinho. Quem pode falar isso é especialista, e eu não sou especialista nisso.

Mas eu quero dizer para V. Exas. que o Brasil não pode se sujeitar... E aí não é só o Ministro Fávaro, não; é o Brasil. Quando você ataca um setor do agro nosso, você está atacando a nossa autonomia em produzir. Nós somos grandes produtores e o mundo precisa da produção. Como eu sempre falo, a Amazônia é brasileira, diferente do que pensa uma francesa lá dizendo que ela é mundial. Essa francesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está equivocada. A Amazônia é brasileira, a serviço da humanidade, e nós não recebemos por esse serviço. No ano que vem, a perspectiva é de que nós vamos bater todos os recordes em produção – todos os recordes. Apesar da seca, apesar das queimadas, apesar de tudo o que aconteceu no país este ano, nós superamos metas em exportação e isso nos deu um equilíbrio comercial muito importante. A França primeiro tem que cuidar da emissão de CO_2, porque ela quer que a gente cuide daqui e elas não cuidam lá.

Então, o Carrefour não se instala e não vem aqui e compra terrenos, ele vai pedir para prefeituras para construir um supermercado do tamanho deles. Então, eu acho que a partir de agora realmente o Brasil não deve fornecer nem hoje, nem amanhã, nem depois de amanhã, nem 1kg de carne mais para o Carrefour. Nós não precisamos do Carrefour para sobreviver no agro, o Carrefour é que precisa dos produtos nossos. Eles que tragam agora a carne deles lá da França e vendam no preço competitivo que nós temos, porque o nosso preço é competitivo. Comerciante não compra porque é mais caro e também não olha se o rótulo é ambientalmente correto. Não está lá "ambientalmente correto" no rótulo para comprar. E mesmo que tivesse, eles não iriam comprar o produto mais caro, Senador Rogério, eles vão comprar sempre o mais barato. E o produto brasileiro é muito mais barato, é mais competitivo. Se eles não querem, os países árabes querem, a China quer e outros países querem comprar nossa carne, que nós vamos vender. O Brasil não vai quebrar se deixar de exportar a carne para a França.

E essa convocação, esse convite feito é importante para que venham realmente explicar aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, qual é a deles em relação a gente. Nós temos que parar de achar que a França é nossa amiga, até porque a França sempre precisou de ajuda para sobreviver. E nós fomos... Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil mandou tropa lá para ajudar a tirar os nazistas que estavam ocupando naquele momento a Europa praticamente toda. Foram os americanos, foram os brasileiros que foram ajudar lá, porque eles não tinham condição de se proteger. Aliás, foram invadidos em 24 horas e não trocaram um tiro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação, o Requerimento nº 173, de 2024.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – A palavra é para me associar ao que os colegas Senadores aqui colocam, sobretudo no requerimento do Senador Fagundes, que agora apresenta o requerimento.

Na verdade, está muito claro que, por detrás desse movimento, como falou o Senador Rogério Carvalho, tem um outro pano de fundo. E se faz necessário, de fato, uma reunião conjunta em que o Embaixador seja convidado e o infeliz porta-voz desse recado seja também aqui convidado, para que nós possamos expressar a nossa indignação, mas sobretudo colocar em xeque essa questão, eu diria, irresponsável que foi posta por ele, colocando em dúvida a qualidade dos produtos brasileiros, sobretudo da carne bovina, da carne suína. Enfim, isso precisa ser corrigido e reparado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Em votação o Requerimento 173, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 173, de 2024, da CAE.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria também aqui de registrar que, na minha justificativa – eu não quis ler aqui para não demorar muito –, eu cito, inclusive, a posição do Ministério da Agricultura, claro, uma posição de Governo, rechaçando também as declarações desse senhor, então, o Ministro Carlos Fávaro, que é nosso colega... E aqui eu acho, Senador Rogério Carvalho, não é questão de linha nem ideológica, nem partidária; é o Brasil, é a nossa soberania acima de tudo, não é? Então, não dá para aceitar essa colocação. Por isso, nós estamos propondo aqui – e agradeço a aprovação – uma audiência conjunta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... com a Comissão de Relações Exteriores, porque também a Senadora Cristina já apresentou lá esse requerimento e ela também, que foi Ministra da Agricultura, tem um amplo conhecimento nessa área, até porque tivemos, muitas vezes, ministros brasileiros – eu acompanho alguns, Senador Rogério Carvalho – também exatamente nessa luta de lá mostrar a qualidade do nosso produto.

E eu quero aqui, encerrando, parabenizar também a indústria brasileira frigorífica, porque suspendeu a venda de carne para a rede Carrefour. E a rede Carrefour, além do Carrefour, é o Atacadão também, ainda tem mais outra aí. Pela primeira vez, a gente vê, de uma forma muito forte, também a indústria brasileira frigorífica se unindo para defender a soberania brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 2440, DE 2023
- Terminativo -

Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CE.

2. Em 16/11/2023, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria da senadora Daniella Ribeiro.

Em reunião realizada em 12/11/2024, foi concedida vista coletiva.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Rodrigo Cunha se gostaria de fazer uso da palavra.

Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Vanderlan, primeiramente, quero parabenizar V. Exa., que sempre tratou esta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com eficiência.

Esse projeto é um projeto que foi bastante debatido, com várias idas e vindas, sem pressa. E chegamos agora à fase final, quando foi apresentado um substitutivo, já analisado esse substitutivo, e espero que agora não tenha mais nenhum entrave. Todos os envolvidos foram ouvidos e chegamos à consciência de que estamos diante do melhor projeto possível a ser escrito neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.440, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores – peço que abram o painel, por favor – que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como estamos no intervalo para registrar as presenças, eu também queria aqui pedir um apoiamento a todos, porque nós fizemos também uma moção de repúdio do Senado da República a essa situação do CEO do Carrefour. Então, daqueles que puderem assinar, também gostaria de ter esse apoiamento. Essa é uma proposição que ontem tivemos lá, com vários Senadores, no Plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Este Presidente informa a V. Exa. que já assinou. E o Senador Efraim diz que já vai assinar também, se já não assinou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Até porque – não é, Presidente? –, no nosso Centro-Oeste, Goiás e Mato Grosso, a economia, a produção também de proteína animal é muito forte, mas, claro, e no Nordeste. Todo mundo hoje, o Brasil inteiro sabe da importância que representa isso para a nossa economia, e, claro, também, para a nossa soberania, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É verdade.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Seguindo a orientação do Presidente Vanderlan – tomei conhecimento apenas agora –, está aqui, Presidente, assinado *online* já no aplicativo. Tem prestígio, Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O que eu agradeço.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... a orientação do Líder.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Rogério, é só então...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É logo o primeiro documento do aplicativo, Senador Rogério.

Até porque, Senador Wellington, merece, é meritório. A gente sabe que o agro brasileiro é campeão da porteira para dentro. Então, não dá para a gente ver da porteira para fora esse tipo de rejeição e esse tipo de preconceito contra o agro brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assino, confirmo e subscrevo todos os seus argumentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Senador Efraim.

Senador Vanderlan, eu vou ler o nosso requerimento, até para torná-lo público aqui.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 173, DE 2024

Requer que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Senhor Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil, e o Senhor Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, a fim de prestar informações sobre o posicionamento da França em relação ao Acordo de Associação Mercosul - União Europeia, considerando as recentes declarações do Presidente Emmanuel Macron e os boicotes promovidos por grandes empresas e corporações francesas contra o agronegócio brasileiro.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Grupo Carrefour pelas declarações do CEO do Carrefour, Alexandre Bompard, e também do Presidente da França, Emmanuel Macron, que anunciou que não assinará o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul.

Justificativa.

O Brasil enfrenta atualmente um ataque direto ao seu setor agropecuário, impulsionado por ações de boicote promovida por grandes corporações francesas. Tais iniciativas, como a suspensão da importação de carne brasileira e também do Mercosul pelo Grupo Carrefour, estão impactando diretamente a economia nacional e, de maneira mais grave, os Estados do Mato Grosso, Goiás, do Centro-Oeste – todos os estados produtores.

Essas ações se somam à recente declaração do Presidente da França, Emmanuel Macron, que anunciou que não assinará o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Macron justificou sua posição citando preocupações com a reindustrialização da Argentina e a proteção da agricultura francesa. Essa decisão ocorre em meio a intensos protestos de agricultores franceses, que consideram o acordo uma ameaça à competitividade dos seus produtos.

A pressão política e econômica levou o Carrefour a ceder às demandas dos agricultores franceses, suspendendo a importação de carne do Brasil, resultando na interrupção de fornecimento por parte de frigoríficos brasileiros e gerando preocupações para o impacto no comércio e na cadeia produtiva local.

Repudiamos veementemente essas ações, que comprometem não apenas o agronegócio nacional, mas também as relações bilaterais entre o Brasil e a França.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O agronegócio brasileiro, amplamente reconhecido por sua qualidade, inovação e sustentabilidade, é responsável por milhões de empregos e pela alimentação de bilhões de pessoas em todo o mundo. A tentativa de desestabilizar esse setor vital por meio de boicotes infundados é inaceitável.

O Brasil exige esclarecimentos do Governo francês e das empresas envolvidas e reitera a importância de respeito e parceria nas relações internacionais.

É fundamental defender os interesses dos produtores brasileiros e reforçar o compromisso com a diplomacia, que promove justiça e equilíbrio nas relações comerciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil não aceitará ações discriminatórias que prejudiquem o seu desenvolvimento econômico e sua posição de destaque no cenário global.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto todos os Senadores e todas as Senadoras se já votaram. Podemos encerrar a votação?

Senadora Dorinha já votou? Já, não é?

Senadora Soraya, Senador Izalci, Senador Rogerio Marinho, Senador Wilder...

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Senador Oriovisto, podemos encerrar? (*Pausa.*)

Votação encerrada.

Peço que abram o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 16; NÃO, nenhum.

Está aprovada a Emenda nº 3, da CAE, Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.440, de 2023.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentados.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

ITEM 4
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 153, DE 2024
- Não terminativo -

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros de exercícios passados resultantes de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria.

Concedo a palavra à Senadora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sras. e Srs. Senadores, eu quero inicialmente parabenizar a iniciativa de V. Exa. ao pensar nesse projeto, esclarecer o principal objeto.

Nós temos hoje represados em contas de diferentes entes – em especial, municípios e estados; às vezes, até escolas... Represados porque eles estão lá, eles não podem ser utilizados, muitas vezes já cumpriram o objeto. Em alguns casos, os programas e projetos já não mais existem, e, às vezes, a sua aplicação tem um saldo de recurso, ou foi cumprido totalmente o objeto, esse dinheiro está parado, e logicamente o ente federado não quer devolver o recurso, porque é um recurso de um programa, de um projeto que foi a ele direcionado. Esse projeto permite que seja utilizado na mesma área e pelo mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ente federado.

Ontem eu tive uma reunião técnica com as preocupações que o Governo elencou. Acho que, na sua maioria, nós conseguimos entrar num acordo. Eles mandaram já o texto hoje, pela manhã, mas eu vou fazer verbalmente a alteração, uma vez que, no meu entendimento, inclusive, o projeto já tinha esse escopo. É um esclarecimento para segurança.

Eu vou fazer a leitura, mas, no texto original, a gente falava nos respectivos convênios. Estão colocando termos de compromisso também, além de convênio, que é um outro modelo de pactuação – então, sem nenhum problema –; a não utilização desse recurso para pagamento de pessoal, que também eu creio que é pertinente – o objetivo é para o benefício da educação no caso específico aqui, mas não para pagar pessoal, porque o dinheiro foi para uma escola para a compra de um equipamento, para a compra de ar-condicionado. Logicamente, se, por algum motivo, sobrou recurso, ele não pode voltar para o município pagar pessoal, mas para um benefício da própria escola, porque essa é a intenção do projeto.

Também já estava e eles estão sugerindo o cumprimento dos objetos e metas estabelecidos – já estava no texto inicial. O recurso só é considerado represado e sobrando se ele tiver cumprido a meta inicial e os seus compromissos ou, obviamente, se o programa deixou de existir. Se deixou de existir, não pode ser investido naquela ação. E é isto que nós não queremos: que o dinheiro fique parado. E que fica ao mesmo ente federativo, que é do mesmo jeito. É lógico que nós não vamos pegar o recurso de um ente que recebeu aquele convênio e passar para um outro beneficiário. Tudo isso já fazia parte do projeto original. Então, agora eu vou ler o texto com essas ressalvas de adequação, muito mais de esclarecimento, que dá segurança. E o nosso objetivo é... Eu não sei os números de hoje, Presidente, mas, há cerca de cinco anos, quase 13 bilhões eram recursos represados na área da educação, dentro do âmbito do FNDE. Então, é muito dinheiro para uma realidade em que faltam recursos para o transporte, para a estrutura das escolas, para o funcionamento das escolas públicas, estaduais e municipais, obviamente, e aqui abre para o Distrito Federal também. Então, o projeto vai contribuir, com certeza, de maneira muito significativa com o funcionamento da educação.

Todos os componentes de constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária estão cumpridos, atendem aos requisitos.

Mais especificamente, o art. 113 das Disposições Transitórias...

Há a questão legal da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O meu voto é pela aprovação, nestes termos de alteração: no art. 1º, ficam autorizadas aos estados e municípios a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes de seus respectivos convênios e termos de compromisso, o que foi acrescido, ou instrumentos congêneres, provenientes de repasses. Quando a gente colocava "instrumentos congêneres", obviamente que "termos de compromisso" já estava incluído, mas não tem problema nenhum ter essa inclusão.

No art. 2º, a transposição e a transferência de saldos de que trata esta lei serão destinadas exclusivamente à realização de ações e serviços públicos de educação, vedado o pagamento de pessoal, e ficarão condicionadas à observância prévia pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios dos seguintes requisitos: i) cumprimento dos objetos e metas previamente estabelecidos em convênio, termo de compromisso ou instrumento congênere, nos termos do Conselho Deliberativo do FNDE; ii) inclusão dos recursos financeiros transpostos e transferidos na Programação Anual de Educação e na respectiva lei orçamentária anual do ente beneficiário; e iii) ciência ao respectivo Conselho de Educação, se houver.

No art. 3º, estados, Distrito Federal e municípios que realizarem a transposição ou a transferência de que trata o art. 1º dessa lei complementar deverão comprovar a execução na respectiva prestação de conta, obviamente.

No art. 4º, os valores relacionados à transposição e à transferência de saldos financeiros de que trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a lei complementar não serão considerados parâmetros para cálculos de futuros repasses financeiros por parte do FNDE.

No art. 5º, a transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta lei ficam restritas ao mesmo ente federativo e aplicam-se até o final do exercício financeiro de 2024. O projeto original de V. Exa. falava em 2024, e nós atualizamos aqui a possibilidade.

Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem informar ao FNDE, conforme normas dessa autarquia, a nova destinação e a posterior execução orçamentária e financeira. O descumprimento do dever de informar a nova destinação e a posterior execução orçamentária e financeira prevista no *caput* deste artigo torna inaplicáveis os benefícios de transposição e transferências previstos no art. 1º dessa lei complementar. O FNDE deve atualizar seus dados e despesas com educação, com a finalidade de garantir a transparência e a fidelidade das informações e aplicações dos recursos da União repassados aos entes federativos. O Conselho Deliberativo do FNDE poderá editar normas complementares necessárias à implementação desta lei.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senadora Dorinha, pela leitura do seu relatório!

A matéria está em discussão.

Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Senadora Dorinha, primeiro, quero parabenizar tanto a iniciativa do autor quanto o relatório apresentado por V. Exa. Este é um tema que, para quem tem essa característica municipalista, como é muito próprio dos nossos estados, a gente convive com essa realidade, Senador Rodrigo Cunha, todos os dias, de recursos que estão vinculados a uma conta municipal, mas que não conseguem ser utilizados, seja por ser um saldo extra remanescente, seja por ser uma obra que está paralisada.

E aí, Dorinha, como eu não tive tempo de me aprofundar, gostaria de tirar uma dúvida e até fazer uma contribuição. Não sei se estão contemplados, dentro do escopo do projeto, apenas os saldos remanescentes – pelo que eu estou vendo aqui –, mas, no caso de obras paralisadas, esse saldo poderia ser passado para que a prefeitura concluísse, ela mesma, a obra? Porque eu lido muito com esta situação prática: um Prefeito, por exemplo, que vai assumir agora, tem ali, na conta dele, uma escola com 12 salas de aula, que é de 2019, 2020. Já não dá para concluir, mas ele gostaria de fazer aquele complemento com recurso próprio. Então, se aquele recurso pudesse ser repassado à prefeitura, para que ela fizesse essa complementação, melhorar essa relação, que hoje é muito burocrática – até me parece ter um decreto do Governo que chegou a permitir isso, mas os gestores hoje continuam encontrando muita dificuldade para concluir obras paralisadas.

Não sei se o projeto contempla, e a minha dúvida é essa. Até em outros temas, como a Professora Dorinha é a nossa maior expertise e referência na área da educação e também de gestão, que ela possa esclarecer e nos ajudar. E, se não tiver, de repente, pergunto à Senadora se não seria o caso de aproveitar esse PLP, que está sendo votado, para a gente incluir alguma forma mais efetiva de solução desses problemas.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Na verdade, o escopo do projeto não entra no detalhamento sobre obras porque tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

regramento específico de obras. Nós votamos, inclusive, um programa para obras inacabadas, paralisadas, que está sendo fruto, hoje, de assinatura de vários termos de acordo. O que eu entendo é que seja possível no escopo amplo, porque também aqui tem um universo temporário. Ele é muito mais para aquele recurso que está represado e que pode, eventualmente, até estar na escola, eu penso que num programa... Por exemplo, ontem eu falei sobre um recurso que foi enviado para compra de ar-condicionado nas escolas. A empresa licitada pelo FNDE desistiu de entregar e segurou até o final, porque ela não tinha interesse em entregar o ar-condicionado naquele valor. Esse dinheiro está hoje parado na conta das escolas: as escolas nem têm o ar e nem podem fazer nada com o recurso e, obviamente, não vão devolver. Esse recurso é um exemplo que pode ser repactuado para aquela escola ou para comprar um novo equipamento ou um outro equipamento destinatário. Eu penso que o FNDE, de acordo com os programas, vai ter que orientar essa natureza.

Ao mesmo tempo, Senador Efraim Filho, eu falo desse exemplo talvez não tenha uma obra que está inacabada, mas, por exemplo, um saldo de recurso de uma execução de alguma obra que exista e que sobrou recurso, o que pode ser feito, o FNDE, às vezes, faz isto: não estava previsto o muro e tem saldo do recurso da obra, permitir usar o saldo do recurso da obra na própria obra. Então, aqui, acho que o que tem que ficar claro é que está se assegurando que o ente seja beneficiado, seja o mesmo que houve a intenção, através do convênio, do termo de compromisso, e que vai dar essa flexibilidade, inclusive, de ter uma outra ação, desde que se mantenha o beneficiário. Logicamente, aqui, a preocupação do FNDE foi, como eu disse, eu acho que é pertinente a questão de não pagar pessoal, porque tem uma série de limitações, inclusive legais, de o FNDE transferir dinheiro para pagar pessoal de um outro ente federado. Mas eu acho que o restante pode, eventualmente, ser analisado em cada situação, embora entenda que, no caso de obras, quando for o caso, precisa do FNDE aqui se posicionar sobre o recurso.

O que eu acho importante é que nós não vamos devolver para a União e nem vamos ficar com o dinheiro parado, represado. Na época, inclusive, em que a gente acompanhava, em que tinha um Presidente que assumia lá o FNDE, havia uma ordem de recursos, Senador Efraim, parado nas contas, na época, há muitos anos, cinco anos – isso não mudou, deve ter aumentado –, de mais de R$13 bilhões. Até para a merenda escolar tem dinheiro parado, de alimentação parado, porque mudou algum programa, ele era direcionado a um tipo de programa que deixou de existir, e aí não pode ser gasto em outra modalidade.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Compreendido, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha e Senador Efraim...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Oriovisto. Só, baseado na pergunta de V. Exa., que... Um exemplo, um município – que é o caso, Senadora Dorinha, da pergunta dele – que recebeu recurso para construir uma creche, mas que ela teve a obra interrompida, poderá usar o saldo de anos anteriores para adquirir materiais para terminar essa obra. E também, em alguns casos, esses recursos, Senador, poderá o FNDE, através de uma regulamentação, por exemplo, usar recurso na mão de obra para concluir essa creche, ou uma escola, ou assim por diante.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, o que eu queria dizer é o seguinte: primeiro, cumprimentá-lo pela iniciativa, o projeto é maravilhoso, é muito bom, cumprimento a Professora Dorinha, já adianto o meu voto "sim" a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse projeto, mas a observação que eu tenho não é sobre o mérito desse projeto, mas sim sobre a forma como nós estamos fazendo o nosso trabalho.

Posso agora, então, continuar?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Então tá.

Veja, ao que eu quero me referir? Lá em 2020, na época da pandemia, eu me lembro muito bem de que, com a saúde, surgiu uma questão muito parecida com essa, que até a Relatora cita como inspiração, que dizia que, ao fecharmos todas as cirurgias eletivas, aquelas coisas todas nos hospitais, sobrava dinheiro para determinadas coisas e faltava obviamente para vacina ou para outras necessidades próprias da pandemia.

Então nós fizemos lá a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e dissemos, na lei, que tão somente "durante a vigência do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020" ela valeria, era só para aquele tempo. Aí, de novo, nós viemos um ano depois dizer o seguinte – fizemos uma nova lei, tudo lei complementar –: "A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar aplicam-se até o final do exercício financeiro de 2021". Aí, de novo: "Art. 5º A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar aplicam-se até o final do exercício financeiro de 2023" – Lei Complementar 197. E, de novo, mais uma lei complementar: "A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar aplicam-se até o final do exercício financeiro de 2024".

Então isso foi com a saúde – isso foi com a saúde. Mas eu temo que aqui, no caso da educação, daqui a um ano, Professora Dorinha, a senhora vai ter que relatar um outro projeto para dizer que essa lei se aplica até o final de 2026; e depois outra até o final de 2027; e assim vamos até não sei quando.

Nós deveríamos, de uma vez por todas, eu entendo, enfrentar a norma que regula essas transferências, porque se trata de um cipoal burocrático, uma pretensão tola e centralista de que o Governo central vai controlar, na minúcia, a aplicação de cada centavo do dinheiro público. Isso é uma tolice total. Nós precisamos realmente pensar no espírito de Federação e no princípio municipalista de realmente dividir os poderes, porque ninguém pode mandar no detalhe da escola do Município de Astorga, no interior do Paraná, estando aqui em Brasília. Isso é ridículo. Mas nós temos um cipoal burocrático que deixa preso o administrador municipalista ou o estadual. Tudo se centraliza no ministério, tudo se centraliza em Brasília. É aquela velha história de mais Brasil e menos Brasília, que alguém já disse.

Então, assim, eu apoio, o projeto é meritório, mas nós estamos fazendo uma coisa que é repetir eternamente a justificativa de que, no Brasil, não tem nada mais definitivo do que o provisório. Então é assim que nós funcionamos.

No caso da saúde, já é a quinta vez. No caso da educação, espere o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador, para discutir a matéria.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Permita-me só uma informação importante, porque a gente tratou aqui, Senador. A força da CAE é tão grande que bastou a gente comentar o assunto que o Carrefour já publicou uma nota de recuo e desagravo ao Brasil. Está vendo? Bastou você falar aqui no microfone, Presidente, que já saiu a carta de recuo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Efraim é um marqueteiro de primeira linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E todos aqui que participaram.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E a outra notícia boa para a Comissão é que o Presidente Lula sancionou também o projeto de lei que trata do Orçamento e que o Congresso votou, cuja votação saiu agora, pela manhã, esperando que volte a andar o Orçamento como se espera.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Boas informações.

Eu queria, Presidente... Primeiro, eu creio que, nessa questão levantada pelo Senador Oriovisto Guimarães, eu tendo a concordar com ele que a Federação precisa ser mais respeitada nos termos da Constituição. Quando você repassa um recurso para um determinado ente, esse recurso, ainda que haja um questionamento sobre os tribunais de contas estaduais, a meu ver, deveria ser auditado na sua aplicação pelos tribunais de contas estaduais, e não pelo Tribunal de Contas da União, e não pela Controladoria-Geral da União, porque são recursos que passam a integrar o orçamento dos estados e dos municípios, que têm como órgão de auditoria a Assembleia Legislativa e como seu órgão assessor os tribunais de contas estaduais.

Seria fundamental, e eu quero até pedir à minha assessoria... Não sei se a gente pode fazer isso. Não sei se a gente pode criar ou sugerir a criação de um tipo... Nós não temos o Conselho Nacional de Justiça? Não temos o Conselho Nacional do Ministério Público? Ou o Conselho Nacional de Justiça incorpora os tribunais de contas... O do Ministério Público não pode, porque ali é uma casa que tem um papel judicante.

Nós precisamos fazer esse debate, para que haja algum espaço de correição dos tribunais de contas, mas eles precisam de fato assumir um protagonismo maior do ponto de vista da auditoria dos recursos federais transferidos fundo a fundo.

Agora mesmo, essa regulamentação, em que a gente repassa recursos sob a forma de custeio no valor de 30% dos 50% de emenda individual, tem que ser acompanhada pelo Tribunal de Contas da União. Isso é a mesma coisa que Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios. Em tese, deveriam integrar os recursos desses entes e, portanto, ser auditados pelos tribunais de contas estaduais.

Neste caso em particular, eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exa., que é o autor desse projeto, e cumprimentar a Senadora Professora Rosinha – é Dorinha; desculpe, Dorinha –, por essa definição.

Quando eu vi o projeto hoje, na sua forma original, eu disse: "Precisamos definir para onde vai". E eu acho que aqui ela conseguiu dizer claramente como vai ser aplicado, de que forma vai ser aplicado.

Eu acho que nós precisamos andar com essa reforma tributária, Senador Oriovisto Guimarães, para que a gente possa ter os recursos da União e dos estados já mais ou menos definidos desde sempre, com a arrecadação definida, para não ter essa necessidade tamanha e dependência tão grande dos estados e municípios de recursos arrecadados pela União, podendo ficar os estados e os municípios com a sua própria arrecadação e isso ter uma divisão mais equilibrada, ficando a União... e fazer investimentos estruturantes com recursos do Orçamento Geral da União. Então, eu acho que a gente está caminhando para menos Brasília e mais Brasil, mas para isso a gente precisa aprovar a reforma tributária, que efetivamente deixa de ser um discurso retórico e passa a ser efetivamente aquilo que de fato pode mudar esta realidade.

E, no mais, quero cumprimentar a Professora Dorinha, Senadora Professora Dorinha, pelo relatório e desde já declaro meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Professora Dorinha, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, na verdade, agradeço as contribuições e queria colocar... Eu acho que a preocupação aqui colocada pelo Senador Oriovisto é procedente. E eu acho que, em grande parte, o que nós estamos votando hoje... Se a burocracia administrativa funcionasse, a gente não precisaria estar votando esse projeto, eu concordo, porque, se tinha um programa de educação de jovens e adultos, o dinheiro foi para a escola ou para o município, o programa por algum motivo deixou de existir ou aquela escola já atendeu, não tem mais público, a ânsia de que o dinheiro seja devolvido muitas vezes não permite a boa vontade de entender que é possível fazer uma reprogramação, mantendo logicamente o mesmo beneficiário e mantendo a área para que foi direcionado. Hoje não é o que nós temos. Eu acho que o Senador Oriovisto coloca um desafio. Quem sabe a gente consiga mexer em algumas normas, o que dê segurança em especial ao servidor público que tem a responsabilidade de analisar e tem receio de ter problema futuro com os órgãos de controle, de permitir a alteração.

Mas o fato é que hoje temos uma realidade concreta na educação – e não é na educação só, mas nós estamos tratando aqui da educação – de recursos represados por diferentes motivos. Às vezes, uma situação... Eu me lembro de que eu era gestora, eu tive um questionamento do FNDE, porque eu tinha que comprar... Era um programa que foi direcionado pelo Banco Mundial para o ensino médio e tinha uma previsão de comprar, sei lá, 200 mesas do professor para algumas escolas. No processo licitatório, o processo conseguia comprar 300 ou 350 com o mesmo valor, nas mesmas especificações. Eu tive que justificar, porque o órgão de controle queria saber, se eu precisava só de 200, por que eu comprei 350. Eu não precisava só de 200, eu tinha dinheiro numa expectativa para comprar 200. No processo formal, a gente conseguiu avançar – eu estou chutando números, obviamente –, conseguiu avançar, mas virou um problema e, às vezes, a gente que mexe com os municípios, vez ou outra, tem um Prefeito respondendo... E eu tenho caso concreto no Tocantins: ele tinha que fazer 50 banheiros e ele fez 60; então, ele está respondendo um processo por ter feito os 60 banheiros e não os 50 iniciais. A burocracia, às vezes, chega a esse limite estranho.

Mas parabéns, mais uma vez, pela sua iniciativa! E eu quero que a gente possa aprovar e pedir a urgência para que a gente possa votar esse projeto, uma vez que a janela para transposição e transferência é prevista aqui para 2025.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha, só quem já foi gestor público, como no caso de V. Exa. – eu já fui gestor público, fui Prefeito por dois mandatos –, vai entender um pouco o que a gente está falando, o que V. Ex. acabou de falar.

O FNDE tem um valor específico para a construção de escolas. Então, uma escola de dez salas de aula tem um valor previsto, geralmente, em uma tabela Sinapi. Se o gestor, no seu município, conseguir fazer por 10%, 15%, 20% desse valor, ele vai economizar, mas esse recurso vai ficar retido.

No caso que V. Ex. citou, se era para ter 50 banheiros, e fizeram 60, então tem alguma coisa errada na cabeça de alguns gestores, principalmente de alguns burocratas. Então, aí vêm esses processos, e passa anos e anos um gestor público tentando justificar que ele economizou e comprou mais barato com a mesma especificação.

Então, quando nós apresentamos esse projeto, ele foi muito bem discutido, e eu lembro que, quando Prefeito, por várias vezes, Senador Oriovisto, nós procuramos, aqui em Brasília, resolver essas questões de esses recursos que sobram ou de uma obra inacabada poderem ser usados dentro da própria educação. Esses anos todos em discussão, e não se conseguiu.

Dias atrás, o Presidente da Federação Goiana de Municípios, o Sr. Haroldo Naves, Prefeito de uma cidade não tão grande, fez uma pergunta para mim: "Senador, o senhor defendia isso"... Eu fui Prefeito na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mesma época em que ele, lá atrás, foi também. Ele já deve estar no quarto mandato como Prefeito da cidade. "E, agora, o senhor, Senador da República, não se preocupou em resolver esse problema?".

Então, nós elaboramos esse projeto a quatro mãos, e ele vem, sim, resolver um problemaço que têm os municípios hoje, os gestores, com relação a esses recursos que não podem ser usados.

O Governo Federal, Senadora Dorinha, não pode também usar o dinheiro, o recurso. Então, esse recurso fica lá, e a inflação... Não é corrigido. Pelo que eu saiba, não é corrigido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Tem que estar aplicado? Então é corrigido.

Então, foi o motivo de nós apresentarmos esse projeto.

Agradeço a participação de todos.

E a matéria...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era este o nosso pedido: a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Urgência?

Em votação o pedido de urgência do item 4, Projeto de Lei Complementar nº 153, de 2024.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência feito pela Relatora do projeto, Senadora Dorinha Seabra.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Efraim Filho, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 62, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 57,600,000.00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Serra, Estado do Espírito Santo, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Requalificação Sustentável para o Desenvolvimento e a Mobilidade Urbana no Município de Serra/ES - REQUALIFICA SERRA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 77, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador - BA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 78, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Bahia Mais Digital – Transformação Digital do Governo do Estado da Bahia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 358, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial, conferido a empresas que contribuam para a redução dos impactos ao meio ambiente, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dar preferência, como critério de desempate nas licitações, às empresas detentoras do Selo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à CMA. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 127, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte"." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Relatório favorável às Emendas nºs 4, 5 e 6–PLEN e contrário à Emenda nº 7–PLEN. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1343, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Cria cadastro informatizado de obras públicas custeadas com recursos federais." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nos 1 e 2, na forma da emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº 3 – CAE (substitutiva). **Observação:** A matéria vai à CTFC. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1226, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais patronais, modifica a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Favorável à matéria com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1856, de 2019 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Institui o Fundo Nacional de Apoio à cultura da Palmeira do Babaçu – FUNBABAÇU." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com conversão em uma Indicação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2183, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever prazo para análise de declarações passíveis de restituição de valores e retidas em malha fiscal ou semelhante." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1103, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 2-CRA (substitutivo), e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 2-CRA-CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 1103, de 2022, por 20 (vinte) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** Não havendo objeção o turno suplementar foi realizado imediatamente. Não foram oferecidas emendas em turno suplementar, a matéria é dada como definitivamente adotada. A matéria vai ao Plenário para providências. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Lei n° 386, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para permitir a criação de certificações privadas de seguros para prestadores de serviços." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE. (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Mensagem (SF) n° 79, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento da reestruturação de dívida do Estado de Sergipe, no âmbito do Programa Sergipe Mais Próspero e Sustentável (BR Enhancing Prosperity and Sustainability in the State of Sergipe Development Policy Financing)." **Autoria:** Presidência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Mensagem (SF) n° 80, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo o, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao programa "Apoio ao novo Programa Bolsa Família (PBF)", de interesse do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Projeto de Lei n° 5706, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5790, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao PL nº 5706, de 2023, e pela prejudicialidade do PL nº 5790, de 2023. **Observação:** A matéria vai à CAS. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/17

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de dezembro de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão o seguinte documento: Mensagem nº 1.558, de 2024, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do disposto do art. 71 da Lei nº 14.791, de 2023, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, extemporâneo, de novembro de 2024. O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à liberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, não poderia deixar de falar aqui sobre a reforma tributária, não é? V. Exa. acompanhou até tarde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da noite aqui o trabalho que nós fizemos, discutindo e apresentando várias emendas, negociando as emendas, e agora vem a Câmara e desconsidera tudo o que foi feito aqui. Como eu disse, a gente precisava ter tratado essa matéria aqui na Comissão de Assuntos Econômicos com mais tempo. E eu espero, Presidente, que esse pacote que está na Câmara, que deve votar essa semana, não vá direto para o Plenário – é matéria de cunho fiscal, econômico – e que a gente traga para... Não tem condição de votar essa matéria este ano lá, esse pacote que está na Câmara, sem analisar realmente tudo isso.

Então eu pediria a V. Exa. como Presidente da CAE que forçasse um pouco para que o Presidente mandasse essa matéria para cá, para a gente debater, avaliar, porque realmente mexe muito com o BPC, e realmente é uma maldade muito grande, como estão fazendo agora lá também com os BPCs lá do... com o PCD, na reforma tributária, estão tirando isso também. Tem consequências graves ali então no pacote.

Então eram essas considerações. Vamos ver se a CAE realmente se posiciona no sentido de trazer essa matéria para debater aqui. Evidentemente não dá tempo de fazer isso esta semana.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, Senador Izalci.

Eu quero reforçar aqui, Senador, concordando com V. Exa., que tudo o que nós fizemos aqui praticamente está sendo desconsiderado ali na Câmara, aliás, com os nossos Deputados. É lamentável.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É lamentável porque foi bem discutido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Inclusive há o seguinte: eles colocam lá tudo o que têm direito, até 26,5%, até um pouco mais, aí vem para o Senado e você não pode botar mais nada, só pode considerar o que eles decidiram; quer dizer, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido. O Senado precisa realmente se impor com relação à Câmara, porque, do jeito que está, não precisa de Senado. Para quê, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discursar.) – Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião registrando que hoje é nossa última reunião na Presidência desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria, então, de lembrar alguns números deste período à frente desta honrada Comissão e fazer breves registros sobre nossos trabalhos. No total, Senador Izalci, Senador Otto e Senador Fabiano Contarato, realizamos 127 produtivas reuniões, contando com a de hoje, onde foram deliberados e aprovados quase 300 projetos de lei, além dos requerimentos, das mensagens de crédito e das mensagens de indicação de autoridades, e, ainda, dos que serão os projetos de hoje.

Além das reuniões deliberativas, realizamos 45 audiências públicas, sempre presididas pelos autores dos requerimentos, prática que fiz questão de manter durante todo o meu mandato, para dividir com os demais membros da Comissão a posição de liderar as principais atividades sob nossa responsabilidade. Também sabatinamos 15 autoridades, no total, entre indicados à diretoria do Banco Central, Conselheiros do Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade), e o Presidente do Banco Central no período de 2025 a 2028.

Dentre os quase 300 projetos aprovados, tivemos proposta de extrema relevância para o aperfeiçoamento de nosso ordenamento jurídico, contribuindo para o melhor funcionamento de nossa economia e o maior bem-estar de nossa população. Deliberamos sobre áreas e setores diversos da economia, como agronegócio, agricultura familiar, ciência e tecnologia, saúde, educação, direito das mulheres, meio ambiente, respostas a calamidades públicas, como as de enchentes que ocorreram durante esse período.

Discutimos e votamos também proposições sobre economia solidária e empreendedorismo, e ainda diversos projetos visando a oferecer maior eficiência ao Estado, desde enfrentamento de filas do INSS, igualdade salarial entre mulheres e homens, o programa Desenrola, crédito para micro e pequenas empresas, e muitos outros, e até o projeto que concedeu indenização por dano moral e pensão especial às vítimas do zika vírus, e outros que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferem saldos remanescentes da educação de anos anteriores para execução neste ano, permitindo a retomada da construção de escolas e creches, entre outras despesas.

Sobre a reforma tributária, constituímos grupos de trabalho, tanto na etapa da proposta de emenda à Constituição (PEC), quanto na etapa da regulamentação por meio de projeto de lei complementar. Realizamos 30 encontros com especialistas de todos os setores da economia, o que resultou em relatórios elaborados pelos coordenadores, Senador Efraim Filho, da PEC, e Senadores Izalci Lucas, do projeto de lei. Os relatórios continham uma série de sugestões de emendas que foram acatadas em sua grande maioria: na PEC, 22 emendas; e no PLP, 40 emendas, incorporadas ao texto da reforma.

Nesses dois anos à frente desta Comissão, tivemos muitas horas de reflexão e discussão aqui neste plenário, que certamente trarão frutos aos cidadãos brasileiros e aos seus governantes no âmbito federal, estadual ou municipal.

Assim, por fim, gostaria de agradecer às Senadoras e aos Senadores que estiveram aqui por todos esses meses fazendo questão de estudar as matérias e trazer suas contribuições de extrema relevância para o debate consistente e saudável que verificamos aqui de forma habitual.

Sim, neste Colegiado de tão importante atribuição de deliberar sobre proposições de extrema relevância e profundidade, verificamos debates técnicos e fundamentados e, ao mesmo tempo, amistosos e respeitosos. Obrigado a todos também por isto, por colaborarem, de forma substancial, para sermos produtivos, com profundidade nos conteúdos e com admirável harmonia no convívio durante todos os nossos encontros semanais.

Agradeço também ao Secretário da CAE, João Pedro, e a toda a equipe de servidores da Comissão pela dedicação e competência no exercício de suas atividades.

Por fim, sobre a nossa reunião de hoje, gostaria de destacar o Projeto de Lei nº 1.103, de 2022, que inclui assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens, de autoria do Senador Jader Barbalho e relatoria da Senadora Damares Alves. O parecer registra que "o Censo Agropecuário do IBGE indica que a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros de até 20 mil habitantes, com uma produção diversificada de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verduras e legumes". E ainda: "Nesse universo, os agricultores familiares têm importância tanto para o abastecimento do mercado interno quanto para o controle da inflação dos alimentos do Brasil, produzindo cerca de 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos". Atualmente, as linhas de crédito rural são estabelecidas somente por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), de forma que a criação de legislação específica poderá promover a necessária segurança jurídica a esses importantes agentes de nossa economia.

Então, é o que tinha a dizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Parabenizo V. Exa. pelo trabalho deste ano aqui na Presidência desta Comissão.

Bom dia, caros colegas.

Presidente, nós teremos a CPI das Bets agora, que vai começar, e eu gostaria de pedir a sensibilidade dos colegas para que eu leia o relatório do Projeto de Lei 801, de 2024, do Senador Giordano. E vou resumir o máximo possível. Então, se fosse possível colocar agora como primeiro item extrapauta, já foi conversado da importância de aprovarmos este projeto neste ano. Então, peço vênia aos colegas, atenção e prometo ser breve.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inversão de pauta aqui, com o item extrapauta pedido pela Senadora Soraya Thronicke.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu pediria a V. Exa., Sr. Presidente, como eu estou na CPI da Bets também, que, na sequência, eu pudesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatar o item 6 e até o 5, do Irajá, também, porque parece o Irajá pediu que eu relatasse *ad hoc* o 5. O meu é o 6.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Concordo, Presidente, com todas as antecipações, contanto que não prejudique o meu, que é o segundo item da pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço a vênia à Senadora Soraya, aos Senadores, para destacar o seu trabalho à frente da Comissão de Assuntos Econômicos, a segunda Comissão mais importante do Senado Federal, que, no seu comando, aprovou várias matérias que foram determinantes para ajuda ao Governo Federal, inclusive o próprio Governo do seu estado, do Estado de Goiás, V. Exa. sempre, de uma forma correta... E, acima de tudo, se eu tivesse que definir com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso, eu diria: um trabalhador, alguém que gosta de trabalhar. Ao longo da sua vida, sempre foi assim na sua parte empresarial, profissional, empregador, assinador de carteira de trabalho de muita gente, com a vida ilibada, determinado a fazer aquilo que é correto, como fez à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

No meu estado, eu vivo de uma frase que eu trago desde a época de médico e professor da Universidade Federal da Bahia, e também na área política: nada resiste ao trabalho, trabalho ninguém esquece. Eu vejo V. Exa. às vezes ser criticado por pessoas até do seu próprio estado, mas nada, uma calúnia não resiste ao trabalho, uma tentativa de deslustrar a imagem de um homem de bem como V. Exa. não resiste ao trabalho. V. Exa. é esse trabalhador, esse executor, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deu uma contribuição muito grande agora na reforma tributária, com tantas e quantas reuniões que fez para colaborar com a PEC, primeiro a PEC da reforma tributária, e agora, com a lei complementar que foi para a Câmara dos Deputados para finalizar e ser sancionada pelo Presidente da República.

Eu quero dizer da minha admiração por V. Exa. Espero que V. Exa. continue contribuindo com o nosso país e com seu querido Estado de Goiás.

Parabéns pelo seu trabalho à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só tenho que agradecer a V. Exa., Senador Otto, pelas suas palavras.

Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de fazer o registro aqui. V. Exa. sabe do meu carinho, respeito e admiração que tenho pela serenidade, sobriedade e equilíbrio que sempre demonstrou à frente de uma Comissão tão importante como esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Marco Aurélio, grande filósofo, tem uma frase de que eu gosto e que retribuo ao senhor: a gente não pode perder tempo dizendo o que um homem bom deve ser, seja um. E V. Exa. é esse tipo de homem, esse homem que efetivamente dignifica a boa classe, a boa política brasileira. Eu, como neófito dentro deste Senado na política, pode ter certeza de que eu fico extremamente feliz tendo V. Exa. nos quadros do Senado Federal e, em particular, na Presidência desta CAE.

Parabenizo-o por todo o trabalho que vem aqui desenvolvendo por esta tão importante Comissão. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador, pelas suas palavras.

Senador Omar, com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, primeiro, quero falar da enorme satisfação de V. Exa. ser do mesmo partido de que eu sou; segundo, quero dizer que V. Exa., durante esse período em que esteve na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, procurou ouvir a todos e ser bastante equilibrado na distribuição, para todos os membros, de relatórios de máxima importância para o país e para o funcionamento do nosso país.

A Comissão de Assuntos Econômicos é uma das Comissões mais importantes que temos no Senado Federal. V. Exa. fica registrado como um dos Presidentes desta Comissão. Mas além da relação de amizade e carinho que eu tenho por V. Exa., eu quero parabenizá-lo. Goiás deve ficar muito orgulhoso pelo seu trabalho não como Senador num todo, mas especificamente como Presidente. E me somo às palavras do Senador Otto. A maledicência, às vezes... E nós estamos sujeitos a isso. Eu já fui muito sujeito a isto, de colocarem pechas que a gente... não é por aí. O trabalho de V. Exa. foi excelente. V. Exa. nunca esteve aqui para tirar proveito do cargo de Senador ou de Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos. O senhor sempre lutou a boa luta, a luta que beneficiasse a população brasileira e, principalmente, o Estado de Goiás.

Por isso, meus parabéns! V. Exa. está de parabéns por ter exercido, com tanta transparência, com tanto equilíbrio... esta Comissão tão importante. Muito obrigado por ser meu amigo e por pertencer ao nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Omar. Mas Senador Omar, eu tive bons professores. Fui observando primeiramente o Otto, que eu tive o prazer de suceder na Comissão de Ciência e Tecnologia, ao chegar aqui, ao Senado Federal, e V. Exa. também, aqui na CAE. Então procurei observar e ver como era a condução feita por vocês dois aqui, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu conversei com a Senadora Soraya... O meu projeto é um projeto simples, o relatório já foi disponibilizado, e eu só vou fazer a leitura do voto, porque é de fundamental importância.

Ela entendeu e, se V. Exa. assim aquiescer, como é o primeiro item, eu pediria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 1.

O dele é o 1, tá?

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 57.600.000,00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Serra, Estado do Espírito Santo, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Requalificação Sustentável para o Desenvolvimento e a Mobilidade Urbana no Município de Serra/ES - REQUALIFICA SERRA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, Senador, para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como o relatório já foi disponibilizado para os colegas Senadores, eu vou direto ao voto.

Após o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 62, de 2024, nos termos do seguinte projeto de resolução, que está em anexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, apenas falo que Serra é o maior município do Estado do Espírito Santo, que tem ali 570 mil habitantes e tem muita desigualdade social. Eu fui delegado de trânsito. Aqui nós vamos implementar transporte público de qualidade, uma infraestrutura melhorada, a integração nos modais, políticas inclusivas. Então, eu agradeço a colaboração dos colegas, Senadores e Senadoras, para a aprovação desse crédito à Prefeitura do Município da Serra, que está tendo uma excelente gestão com o atual Prefeito Sergio Vidigal, a quem aqui estendo o meu agradecimento enquanto capixaba, não sendo morador do município, pelo trabalho que ele sempre desempenhou à frente dessa prefeitura.

Obrigado. E caso seja aprovado, que seja em regime de urgência, para que seja aprovado no Plenário do Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre o pedido de urgência da Mensagem SF nº 62, de 2024. Pedido de urgência ao Plenário feito pelo Relator, Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Oitocentos e um...

Como a mensagem, Senadora, é muito rápida, é um minuto, o Senador Angelo...

Eu estou meio que com ciúme dessa Comissão das *bets,* viu? Hoje está todo mundo indo lá para as *bets*. (*Risos.*)

Então, vou pedir a V. Exa...

Será um prazer, hoje a nossa reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador - BA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Angelo Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Angelo Coronel.

Senador Angelo, queria registrar a presença aqui do Deputado Leo Prates, da Bahia, do PDT.

Seja bem-vindo, Deputado!

Com a palavra, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente Vanderlan, antes de mais nada, eu gostaria de parabenizá-lo... (*Pausa.*)

Gostaria, Presidente, de parabenizá-lo pela condução e dizer que a Bahia hoje também se sente honrada, porque foi protocolado agora o título cidadão baiano, pelo Deputado Estadual Angelo Coronel Filho, para V. Exa., na assembleia legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Que honra.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por ser investidor no estado, por ter segunda moradia no estado, quem sabe V. Exa., virando baiano de fato e de direito, não venha a investir mais ainda, porque precisamos gerar emprego na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É uma honra para mim. Aliás, estou sendo mais baiano hoje do que goiano.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, a honra é nossa.

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem do Senado Federal nº 77, de 2024, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$125 milhões, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador, Bahia.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise do Senado Federal a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$125 milhões, de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador, Bahia.

O Programa de Inclusão Social e Territorial (Pist), desenvolvido em Salvador, Bahia, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento urbano sustentável e a inclusão social, buscando melhorar as condições de vida de comunidades vulneráveis. Focado especialmente em áreas de ocupação irregular ou com infraestrutura precária, o programa visa integrar esses territórios ao tecido urbano formal da cidade, proporcionando acesso a direitos e oportunidades para os moradores.

Uma das principais metas do programa é melhorar a infraestrutura urbana dessas comunidades, Deputado Leo Prates, por meio da ampliação e qualificação de redes de água, esgoto, drenagem, energia elétrica e pavimentação das vias. Além disso, o Pist também trabalha para regularizar áreas de ocupação irregular e oferecer moradias dignas para famílias que vivem em condições inadequadas. Esses esforços visam assegurar segurança jurídica e melhores condições de habitação para os beneficiados.

Outro eixo fundamental do programa é a promoção da inclusão social. Por meio de ações integradas, o Pist busca ampliar o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e assistência social, além de oferecer programas voltados para a qualificação profissional e geração de emprego e renda. Dessa forma, o programa contribui para reduzir a vulnerabilidade social e criar oportunidades de desenvolvimento para os moradores.

Análise, Sr. Presidente Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que o mutuário, ou seja, a Prefeitura de Salvador, recebeu classificação "A+" quanto à capacidade de pagamento.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente), o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Secretaria do Tesouro Nacional também emitiu parecer em que constam a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

Portanto, fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Município de Salvador, no Estado da Bahia.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto original.

Aqui, Sr. Presidente, gostaria de que os nobres colegas apreciassem esta matéria e a votassem, porque ela é de grande importância para a capital do Estado da Bahia, Salvador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como V. Exa. anunciou, estamos aqui ao lado do nosso Deputado Federal, pelo PDT, Léo Prates, que já foi Secretário de Saúde, exercendo um trabalho brilhante no Município de Salvador, mas agora ele virou polivalente: além de estar na área de saúde, também está preocupado com a área social, com a área de saneamento. Isso é muito importante, porque é um jovem com uma carreira promissora na vida política e que muito honra a Bahia com o seu mandato.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador. Parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Exa. encaminhasse em regime de urgência para que fosse apreciado hoje no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o pedido de urgência da Mensagem SF nº 77, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam com o pedido de urgência feito pelo Relator Angelo Coronel permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

Projeto de Lei nº 801, de 2024, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 801, DE 2024

Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

Autoria: Senador Giordano (MDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação com emendas

Relatório: favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T e contrário à Emenda nº 2-T.

Observações: a matéria será apreciada pela CRA, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, agradeço a sensibilidade de V. Exa. e dos colegas, mas, antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começar, eu serei bastante rápida aqui, eu gostaria de fazer coro aos elogios que foram tecidos em relação à sua atuação nesta Comissão.

Trabalhamos muito, deliberamos muito. E, acima de tudo, quero dizer aqui, repetir as palavras do Senador Otto, que nada resiste ao trabalho. O senhor passou por uma série de situações, de calúnia, difamação, e eu também – eu também. E, por um certo lado, a gente busca ver qual é o lado positivo. Neste ano, do ano passado para cá, eu subi 11 pontos, de 7% no meu estado, eu fui para 18% – 11 pontos no período de um ano. E essas calúnias vêm, geralmente, no momento em que a gente está chamando a atenção. Agora, calúnia, difamação ou denúncia, sem provas, isso não passa de fofoca, mexerico, fuxico, de gente futriqueira.

Então, o senhor não é o único, nós estamos trabalhando; só quem não passa por isso é quem não trabalha, quem não causa nenhum medo para os demais, o medo de ser derrotado nas urnas, questões assim. Então, eu me solidarizo com V. Exa., estou no mesmo barco de V. Exa. E isso passa, nada resiste ao trabalho, e a gente combate isso com provas. Então, vai aí minha solidariedade.

Bom, vou passar à leitura do relatório do Projeto de Lei 801, de 2024, do Senador Giordano, que dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais sem fins lucrativos.

Essa matéria é muito importante mormente quando no G20 o que mais foi discutido... e foi um marco a adesão dos chefes de Estado num volume impressionante ao projeto do Presidente Lula no combate à fome.

Todos os requisitos de admissibilidade, de competência, de juridicidade estão presentes.

Eu vou passar para a análise do mérito em si, tá?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – No que concerne ao mérito, esta proposição é oportuna e trata de enfrentar uma questão importante para nosso país que é a segurança alimentar, mais especificamente a doação de alimentos. Isso porque, embora o Brasil tenha uma produção agrícola robusta, a preços competitivos, que permite alimentar cerca de 1 bilhão de pessoas aqui dentro do nosso país e no mundo, a questão da insegurança alimentar ainda afeta milhões de brasileiros por causa da dificuldade de acesso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... ou seja, comida há, o que não há é o acesso e proibições que não fazem sentido num momento deste.

Para se ter uma ideia, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) detectou que, no começo de 2022, cerca de 33 milhões de brasileiros sofriam, em algum grau, a insegurança alimentar, o que eu, que sou leiga na área de alimentação, não sou nutricionista, chamo de fome, é fome que as pessoas passam.

Neste sentido, podemos atestar que este projeto de lei vem estimular a doação de alimentos, o que pode somar esforços, junto a outras políticas públicas de segurança alimentar, para amenizar este problema e trazer dignidade às pessoas. Também a proposição enfrenta a questão da segurança jurídica das doações, prevendo cadastro e registro, bem como define de forma clara e equilibrada as responsabilidades dos diversos atores neste processo.

Ademais, essa proposição cria incentivos econômicos à doação de alimentos ao permitir que os doadores possam auferir alguma redução na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

E aqui eu já antecipo que não há renúncia fiscal. Vou ler um trechinho de um texto importante sobre esse aspecto.

Este PL também contribui para a proteção dos animais, considerando que permite que a doação financeira de pessoas físicas – na verdade, são pessoas naturais, é assim que o texto legal diz, pessoas naturais e não físicas mais –, pessoas naturais para organizações que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dediquem à causa da proteção dos animais possa se somar àquelas hipóteses de dedução já previstas na legislação do Imposto de Renda, ou seja, com a aprovação deste PL, a proteção dos animais seria acrescentada ao rol de hipóteses de dedução, sem no entanto, alterar o limite total que pode ser deduzido, ou seja, sem prejudicar a potencial arrecadação desse tributo.

Por isso, a proposta legislativa ora analisada não implica em novas renúncias de receita e, por isso, não necessita de estimativa de impacto econômico e financeiro, nos termos do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, a este PL foram oferecidas duas emendas. A Emenda 1-T é oportuna por inserir na proposição a questão do transporte da doação de alimentos, prevendo expressamente a figura do transportador, ampliando assim a segurança jurídica deste processo. Ao prever o cadastro também do transportador, facilita a fiscalização deste processo, dando condições de integridade. Também acerta ao permitir o acréscimo dos valores gastos com transporte das doações no cômputo das deduções do Imposto de Renda.

Por sua vez, a Emenda 2-T também é bem-intencionada ao buscar ampliar o universo de deduções possíveis às empresas que doarem alimentos. Para além da dedução para empresas que apurem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo lucro real, a Emenda 2-T prevê que aquelas empresas que apuram pelo lucro presumido também poderiam doar.

Entretanto, em que pese a boa intenção exarada nesta segunda emenda, ela traz complicações adicionais a uma questão já delicada neste momento em que o país se esforça por encontrar um balanço importante no ajuste fiscal para aumentar a credibilidade junto aos mercados e potenciais investidores. Dessa forma, consideramos que a Emenda 2-T ainda não estaria em condições de ser aprovada, e sua ideia poderia ser reapresentada posteriormente, de forma autônoma, para permitir melhor estudo pela área econômica, permitindo a aprovação, neste momento, das questões já pacificadas.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PL nº 801, de 2024, bem como pela aprovação da Emenda 1-T e pela rejeição da Emenda 2-T a ele apresentadas.

Não sei de quem é a emenda 1-T. Não sei de quem é para poder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As duas, do Senador Mecias de Jesus. Então, parabenizo o Senador Mecias de Jesus e peço a compreensão dele. Parabenizo-o em relação à Emenda 1-T, acatada, e à 2-T, não neste momento.

Sr. Presidente, o Consultor Alberto Zouvi trata dessa questão de renúncia, por isso eu peço à Liderança do Governo a sensibilidade de, como não é terminativo este projeto aqui, poder analisar posteriormente. Não há renúncia fiscal.

As doações aos fundos serão dedutíveis até o limite de 6% do Imposto de Renda de Pessoa Física devido. Esse limite será compartilhado com doações a projetos culturais, esportivos, de audiovisual e aos fundos dos direitos da criança e do adolescente e para pessoas idosas.

Ao manter o limite de dedução vigente, os projetos não dão ensejo ao aumento do potencial de renúncia de receitas, apenas habilitam os fundos a competirem pelas doações.

De acordo com a Receita Federal, em 2024, já foram registradas 237 mil doações, totalizando um valor de R$330,4 milhões. A maior parte delas, 59%, foi destinada a fundos de crianças e adolescentes. Os fundos de pessoa idosa receberam 41%. Segundo Zouvi, as deduções são pouco exploradas pelos contribuintes. Esse permissivo de 6% ainda é pouco utilizado. E, a meu ver, segundo ele, não é uma perda significativa para a União. Nós temos que respeitar o desejo das pessoas de quererem dar uma destinação para o imposto que elas pagam.

Para o contabilista Gustavo Nunes, aumentar a possibilidade de deduções na hora de declarar Imposto de Renda pode ser benéfico para a sociedade e para o contribuinte. A dedução para fins de Imposto de Renda ainda é muito limitada. O contribuinte não tem muita opção de se beneficiar na hora de fazer sua declaração. Com esses projetos que ainda estão para ser aprovados, esse leque tende a se estender – ressalta o especialista –, e, com isso, ajuda o poder público a cuidar de crianças, de adolescentes, de animais. Os animais estão dentro de uma saúde única e integrada.

Então, não há motivo pelo qual se preocupar, porque, cuidando de crianças, adolescentes, idosos e animais, nós também estamos colaborando com o SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é este o voto, Sr. Presidente, e gostaria também de pedir a votação do requerimento de urgência para Plenário.

Obrigada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Para discutir a matéria, Senador e Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu peço até vênia à Relatora e também ao autor, o Senador Giordano, mas repare, Sr. Presidente: o relatório foi apresentado hoje, como extrapauta. Eu acho que tem temas dentro do projeto que precisam ser aprofundados. Vou repetir, é nobre a intenção, mas, por exemplo, está isentando de responsabilidade civil ou criminal, por hipótese, se algum alimento desse acabar sendo utilizado e produzir, sei lá, um mal-estar ou alguma coisa desse tipo, está isentando o doador.

Na minha opinião, eu acho que a iniciativa é nobre, mas eu peço vênia por isso, porque foi apresentado hoje no relatório. Então, eu queria pedir vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pedido de vista feito pelo Líder, Senador Jaques Wagner, concedido.

Senador, para discutir a matéria? Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Na verdade, eu gostaria que a Relatora me esclarecesse um pouco mais desses alimentos. Que tipo de alimento seria? Por exemplo, num restaurante, o que mais se discute é isto: o restaurante pode doar, fazer um programa de doação de alimentos que eles entendam em condições de ser utilizados? Porque essa é a grande reclamação. Ou não, seria só alimento empacotado, enlatado, definido? Só esse esclarecimento, porque eu não consegui aqui pegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Senador Wellington, o art. 2º prevê registro dessas entidades que recebem doações, obrigando que confiram a qualidade dos alimentos, proibindo a revenda, sendo que seu parágrafo único prevê contrato entre doadores e donatários, com as condições específicas.

O art. 3º obriga o atendimento a normas sanitárias, sendo que o parágrafo único permite doação de alimentos que perderam condição de comercialização, mas que estejam em condições de consumo.

O art. 4º, Senador Wellington, isenta de responsabilidade civil e penal os doadores por eventuais danos, desde que não haja culpa ou dolo.

O art. 5º permite que alimentos recebidos sejam novamente doados, desde que os novos donatários estejam no cadastro.

O art. 6º obriga manutenção de registro de doações pelas empresas doadoras.

O art. 7º permite excluir da apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica os valores doados, mediante recibo, não excluindo outros benefícios.

Então, há contrato. E, na verdade, o que eu vejo aqui... Há toda uma segurança em torno dessa questão, porque a responsabilidade civil é realmente algo que nos preocupa, tanto é que foi proibido, mas, dentro dos critérios apresentados, porque ele trata de restaurantes também...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso é para humanos ou só para...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Humanos e animais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É que nós aprovamos, recentemente, um projeto aqui do Ciro Nogueira, relatado pelo Senador Alan Rick, sobre doações também com relação a humanos. Mas eu acho que o projeto tem um mérito maravilhoso, acho que é importante isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pelo que eu entendi do projeto, Senadora Soraya, Senador Wellington, o aproveitamento, por exemplo, de verduras, frutas, nos Ceasas... Então, se chega uma verdura cuja aparência não está bonita para a banca, para ir para a banca, ali ela já é descartada, mas ela está 100% própria para o consumo. Então, muitas vezes, essas verduras, essas frutas, esses legumes são jogados fora.

Então, acho que esse projeto vem regulamentar isso também, regularizar para que as pessoas sejam autorizadas, podendo até, dependendo do valor, ser abatido no Imposto de Renda – não é isso, Senadora? –, tanto de lucro presumido como lucro real.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Só para contribuir, Sr. Presidente, porque não vamos votar mesmo, já foi pedida vista, mas, na condição também de médico veterinário, é claro que os restaurantes... Seria muito possível criar um programa, inclusive, de industrialização daqueles produtos alimentares que já estão em situação de descarte.

Eu não sei a abrangência do projeto, mas eu creio que isso inclusive é estimular para que o empresário possa, em vez de, inclusive, prejudicar, às vezes, o meio ambiente, utilizar a bem da alimentação não só animal como humana também. Eu acho que o projeto tem essa...

Eu gostaria muito, se possível – eu vou procurar, inclusive, o proponente também, mas a nossa Relatora –, que esses detalhes, para que a gente possa... Como tem outros projetos similares, não sei se dá para apensar também, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Item 3 da pauta...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu pedi o item 6. V. Exa... Após o pedido da Soraya, eu fiz o pedido também, porque eu vou para a CPI das Bets, como V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só ler meu empréstimo, querido amigo Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, sim...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O item 3 é empréstimo.

Hoje a Bahia está levando os recursos todos da República.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Bahia Mais Digital – Transformação Digital do Governo do Estado da Bahia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Não apresentado

Relatoria do Senador Jaques Wagner, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para a leitura do relatório, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, para a economizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Na verdade, é um empréstimo com o BID, para a digitalização das várias áreas do Governo estadual. Não é um programa que está começando agora. Ele já existe, e esse dinheiro vem para reforçar o trabalho.

O projeto de resolução...

O voto, aliás.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024
> Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares [...]), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento [...], cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Bahia Mais Digital [...].
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art.1º- É autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, [...] de US$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares [...]),[...] entre o Governo do Estado da Bahia e o [...] BID.
> Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento do Programa Bahia Mais Digital – Transformação Digital do Governo do Estado da Bahia.
> Art.2º- A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, há uma série de coisas técnicas, Presidente Alessandro, que eu vou também me eximir de ler, porque eu vejo que há outros colegas – com outros projetos – que querem apresentar. E como estamos nesta semana de muitas coisas...

Na verdade, o restante, no máximo, são dispositivos técnicos.

Então, o projeto é no sentido de autorizar o Estado da Bahia a contratar, com as condições que já estão descritas e estão publicadas. É o convencional de empréstimo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tem a palavra, colega.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom, eu também. como filho de baianos. quero colocar o meu pedacinho nesse voto, é claro, apoiando, sim. Acho que é importante que os estados neste momento... Inclusive, recursos como esse, a longo prazo, são extremamente importantes principalmente para projetos estruturantes de cada estado, que, normalmente, são assim.

Portanto, não só voto, como também aqui aplaudo o trabalho de todos aqueles que se envolveram e principalmente os três Senadores da Bahia. O nosso Senador Angelo Coronel me pediu que inclusive registrasse o voto dele – estava aqui presente... (*Risos.*)

Mas é extremamente importante, porque, também, junto com o Otto, enfim... Todos os nossos Senadores da Bahia têm feito esse trabalho pela nossa querida Bahia.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Só para votar, eu vou pedir a urgência convencional.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório e o empréstimo para a nossa querida Bahia.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu peço a urgência, Sr. Presidente, para poder, eventualmente, levar ao Plenário ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário com a urgência solicitada e aprovada pelos presentes. (*Pausa.*)

Atendendo à solicitação de inversão de pauta, a gente chama agora o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1343, DE 2022

- Não terminativo -

Cria cadastro informatizado de obras públicas custeadas com recursos federais.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nos 1 e 2, na forma da emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 26/02/2024, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela CTFC, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhes são submetidas.

No âmbito dessa competência, como mencionado na justificação da proposta, o Poder Executivo já dispôs de alguns sistemas que serviam exatamente ao propósito de acompanhar obras, como o ObrasNet e o SisPAC, que cuidavam das obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Embora tais sistemas não atendessem integralmente aos termos propostos no PL nº 1.343, de 2022, a experiência passada nos dá a convicção de que a implementação do novo cadastro de obras públicas não significará impacto orçamentário e financeiro relevante, de tal forma que não necessitamos de uma estimativa de seu impacto e muito menos apontar medidas compensatórias.

De fato, além das experiências do ObrasNet e do SisPAC, citadas na justificação da proposição, o Decreto nº 10.496, de 2020, instituiu o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento (CIPI).

Com as alterações promovidas pelo Decreto nº 11.272, de 2022, o CIPI passou a ser o registro centralizado de informações de projetos de investimento em infraestrutura, custeados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. O registro é operacionalizado por meio da plataforma denominada Obrasgov.br, disponível inclusive para os outros Poderes da União que queiram utilizá-lo e, também, para Estados, Municípios e Distrito Federal.

Essas iniciativas nos dão a certeza da inexpressiva magnitude financeira da implantação do cadastro de obras proposto no PL nº 1.343, de 2022. Porém, por se tratar de iniciativas próprias do Poder Executivo, mediante a edição de decretos, estão passíveis de eventuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retrocessos caso algum governo decida desistir ou simplificar demasiadamente o cadastro centralizado.

A edição de uma lei determinando a obrigação do cadastro de obras é, portanto, fundamental para que a sociedade tenha garantia de que pode acompanhar com transparência as obras em execução com recursos públicos e justifica plenamente a aprovação do projeto em análise.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que elas aperfeiçoam o projeto e devem ser acatadas, sendo necessário apenas um ajuste redacional já que ambas propõem o acréscimo de um mesmo § 5º. Detectamos uma pequena falha redacional na Emenda nº 2, pela ausência do termo "se encontram", quando se refere ao repositório onde as informações estão "situadas", termo que julgamos inclusive que deve ser substituído por "armazenadas".

Quanto às sugestões recebidas dos órgãos da administração pública federal, elas aperfeiçoam o projeto por: i) sugerir a inclusão de imagens e vídeos para o acompanhamento das obras; ii) oferecer um procedimento de registo que melhor identifique as obras, sem engessar demasiadamente os formatos a serem utilizados, permitindo uma maior flexibilidade, especialmente quanto ao registro de vinculações de trechos, subtrechos, lotes, serviços ou etapas que compõem o empreendimento como um todo; iii) passar a responsabilidade do registro, tratamento e atualização das informações dos ordenadores de despesas para os respectivos órgãos e entidades; iv) determinar que a União autorize a adesão de Estados, Municípios e do Distrito Federal ao cadastro, caso desejem; v) garantir o devido sigilo quando for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; vi) ajustar o projeto para as situações em que, em vez do empenho, trate-se de instrumento de repasse; e vii) excluir as empresas estatais não dependentes, regidas pela Lei 13.303, de 2016, do escopo da nova norma, em conformidade com o tratamento que vem sendo conferido pelas leis de diretrizes orçamentárias (LDOs) dos últimos anos.

Entendemos que tais sugestões também aprimoram o projeto e, por esta razão, as acatamos. Considerando, porém, a quantidade de emendas que seriam necessárias para tantos aperfeiçoamentos e ainda o entendimento que alcançamos em profícuas reuniões com técnicos do MGI, no sentido de conferir mais flexibilidade ao texto da lei, evitando um excessivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhamento, que deve ser remetido à regulamentação da matéria, entendemos ser adequada a apresentação de uma emenda substitutiva.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei 1.343, de 2022, bem como às Emendas 1 e 2, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVA)
PROJETO DE LEI Nº 1.343, DE 2022
Cria cadastro informatizado de obras públicas custeadas com recursos federais.
Art. 1º O Poder Executivo deve manter cadastro informatizado para consulta pública de obras de engenharia e serviços a elas associados custeados com recursos oriundos dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal.
§ 1º São objetivos do cadastro informatizado:
I – aprimorar o acompanhamento das obras públicas financiadas com recursos da União;
II – melhorar a eficiência e a eficácia no uso dos recursos públicos;
III – promover a transparência e o controle social; e
IV – ampliar a capacidade do Estado de prover bens e serviços públicos.
Art. 2º Ato do Poder Executivo estabelecerá critérios, classificações, conceitos, procedimentos e regras para a implementação do cadastro referido no art. 1º, devendo dispor, no mínimo, sobre:
I – formas de identificação e georreferenciamento;
II – descrição do objeto com as características relevantes;
III – valor estimado da obra ou serviço;
IV – data de início e data de término da execução;
V – a programação orçamentária federal correspondente;
VI – identificação dos responsáveis;
VII – informações referentes à execução física e financeira;
VIII – aproveitamento e consolidação das informações dos atuais sistemas e bancos de dados;
IX – inserção de recursos de imagem e vídeo para o acompanhamento das obras; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

X – hipóteses de dispensa de cadastro, total ou parcial, quando estritamente necessário, mediante justificativa, como nos casos de segurança nacional e/ou situações de emergência.

§ 1º A solução tecnológica deverá possibilitar o cadastro do empreendimento como um todo, preservando sua integralidade, e permitir associações de trechos, subtrechos, lotes, serviços ou etapas que o compõe.

§ 2º O cadastro deve ter acesso público irrestrito e ser disponibilizado em sítio eletrônico.

§ 3º As informações do cadastro de que trata o *caput* deverão ser de fácil acesso, representadas em meio digital, estruturadas em formato aberto referenciadas na *internet* e disponibilizadas sob licença aberta, que permita sua livre utilização.

§ 4º Os órgãos e as entidades que possuam sistemas próprios de gestão de obras devem realizar a transferência eletrônica de dados para o cadastro informatizado de que trata esta Lei.

§ 5º O repositório do cadastro deverá fornecer ferramentas de acessibilidade, em plataforma amigável, inclusive que possibilitem pesquisas com a utilização de filtros para as informações cadastradas.

§ 6º As informações do cadastro devem ser passíveis de serem exportadas do repositório em que se encontram armazenadas, através de *downloads* em diversos formatos de arquivos de banco de dados, sendo disponibilizados, no mínimo, nos formatos dos *softwares* livres e daqueles mais utilizados pelos cidadãos comuns.

Art. 3º A unidade responsável pela programação orçamentária por meio da qual o projeto de investimento em infraestrutura será executado deverá registrar e atualizar as informações no cadastro de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigatoriedades previstas no *caput* é motivo de rescisão do instrumento de repasse.

Art. 4º Mediante autorização da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aderir ao cadastro informatizado instituído na forma desta Lei.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo editar os atos que se fizerem necessários para a implementação desta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 6º As estatais não dependentes, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, não se sujeitam ao escopo desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 360 (trezentos e sessenta) dias após a data de sua publicação.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A matéria está em discussão.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha, autor da matéria.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente eu quero parabenizar o Relator, o Senador Izalci Lucas, como sempre muito preciso e detalhista no seu parecer.

Esse projeto surgiu exatamente de uma necessidade que eu identifiquei indo pessoalmente a 82 creches que estavam paralisadas no Estado de Alagoas com recursos federais. Essas creches estavam distribuídas em 65 municípios. Ou eu, pessoalmente, ou alguém na minha equipe foi lá, fotografou e fez toda uma radiografia para comparar com as informações oficiais. E o FNDE tinha uma informação, o TCU tinha outra informação, a Caixa Econômica outra informação. Desde a nomenclatura, a informação que era passada, em algumas, era de que a obra estava paralisada; em outra, de que a obra estava atrasada; em outra, de que a obra estava inacabada, sendo conceitualmente cada uma diferente da outra. Então é inadmissível que hoje, com todas as informações, não se tenha um cadastro unificado para que se possa, desde o Prefeito até as pessoas a exercerem o seu controle social, ter acesso com exatidão tanto da geolocalização como de uma padronização de informações e da realidade do que se trata, até para saber o que é possível fazer para tentar tirar essas obras que estão causando grande prejuízo ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois de todo esse movimento, inclusive em uma audiência pública aqui no Senado Federal, com a presença do CNJ, foi criada uma solução para buscar dar celeridade a essas creches paralisadas. E aí se criou mais um novo cadastro.

Então é uma troca de informações na qual esperamos um dia chegar de maneira uniformizada, através de um sistema eletrônico padronizado e centralizado.

Então, quero agradecer e parabenizar o Senador Izalci Lucas, por ter complementado ainda mais esse projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Eu é que elogio o nosso querido proponente, o Rodrigo Cunha. Muito bacana o projeto e importante para a transparência dos gastos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é também para elogiar a iniciativa do Senador Rodrigo Cunha e o relatório do Senador Izalci. Essa é uma realidade muito clara nos municípios brasileiros.

Em especial, o Governo lança um novo programa de creches, mas era preciso arrematar esse programa ainda existente em governos passados, porque é um aparelho público que fica no município sofrendo depreciação. E nós, que tivemos... A partir do advento das emendas, alguns Parlamentares as colocaram para complementação, mas a política natural de recursos do próprio FNDE carece realmente de informações – e que já são disponíveis hoje; hoje até com *drones* se acompanha isso, com filmagens e tudo.

Então, a iniciativa é meritória.

E, depois da votação da matéria, Senador, gostaria, Presidente, só de fazer um comunicado – mas não agora, logo depois da aprovação.

Parabéns ao autor e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha com a palavra, para discutir a matéria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Quero só também me somar aos colegas no sentido da necessidade que se tem de fazer um acompanhamento rigoroso.

O senhor conhece o nosso Estado do Pará, também tem empreendimentos lá. Em um estado daquele tamanho – são praticamente três estados num só –, a dimensão territorial impede certamente muita coisa de avançar por falta de maiores contatos ou de presença de Governo. O que a sociedade paraense e a brasileira têm perdido em termos de recurso pela falta de continuidade do Governo que se segue, não só o Governo Federal, mas os outros governos estaduais e municipais, é um prejuízo absurdo. Seria muito bom que o projeto também abarcasse não só obras do Governo Federal, mas obra dos outros governos que lamentavelmente ficam perdidas. Isso é investimento, é dinheiro público que vai embora, que vai pelo ralo, que não chega à sua finalidade. E, lamentavelmente, quem perde é a população daquele local.

Então, parabéns! Vamos avançando. Esse é o caminho para que a gente em breve possa estancar essa hemorragia financeira através de obras inacabadas pelo interior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, é possível...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Projeto de lei... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, só uma comunicação rápida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa. e falar do prazer que foi a honra de ter ficado esses dois anos sob sua Presidência aqui na CAE; falar dos grandes avanços que foram possíveis devido à sua dinâmica, sempre democrática com todos os membros desta Comissão.

E, ao final do ano, na minha última participação aqui na CAE, quero também fazer alguns registros – registros simples – da importância das matérias que nós votamos aqui, do acompanhamento desta Comissão sobre a reforma tributária, fatos que fazem com que a gente esteja conversando entre os colegas aqui sobre a necessidade de restabelecimento dos papéis da Câmara e do Senado, um processo de inovação legislativa que deve ocorrer. É urgente que isso aconteça para que não haja confusão de papéis. A gente aqui está praticamente estabelecido como Casa revisora que vem sendo revisada ultimamente. Isso acontece todos os dias.

Então, é preciso... Já que são todos entes públicos do país, Casa da população, a Casa dos estados, eu acho que uma boa pedida para o começo do ano que vem é a gente sentar e redefinir os papéis, para o bem da Câmara, para o bem do Senado e do Congresso Nacional. Sempre que os Poderes não se entendem, principalmente internamente, quem acaba levando a vantagem é um poder concernente, que não tem legitimidade para isso, e acaba a população sendo prejudicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nisso, Sr. Presidente, eu faço um último desagravo aqui, mas uma coisa importante nesta Comissão. Nesses dias, estive analisando a realidade fática que nós vivemos hoje no Brasil. Basta chegar ao corredor de qualquer Comissão, ao Plenário ou até a qualquer salão do Congresso Nacional e numa rápida pergunta nós vamos ver aí que bom percentual das pessoas estão usando ainda o tal do cigarro eletrônico, que deu tanta polêmica nesta Comissão e no Congresso.

Eu até pensei em falar com o Senador Jaques Wagner e com o Senador Humberto, que é especialista também no assunto, foi Ministro da Saúde. Nós estamos vivendo, de verdade, uma pandemia de cigarros eletrônicos sem nenhum controle e não temos a condição política hoje, sinceramente, de a Casa discutir esse assunto sem politizar. Então, outros instrumentos desta Casa, como proposta de fiscalização e controle, uma Comissão que eu queria até sugerir, mas uma comissão externa do Senado para olhar essa parte real do que está acontecendo.

O problema é que se já 80 países fizeram a regulamentação, o Estado brasileiro não dá conta da demanda ainda e os problemas de saúde só se agravam, que o Governo tome a decisão de identificar, requalificar e ver qual vai ser a solução para o problema, assim como já fez – e até eu tenho que elogiar o Governo nisso. Em dois ou três assuntos, como foi com as *bets*, o Governo Federal interferiu diretamente para tentar reorganizar o setor devido aos problemas que a sociedade tem sofrido com isso. Como isso é uma coisa real, e há dias eu venho dizendo que muito mais importante neste momento do que votar um projeto que vai passar por três Comissões, acima de tudo, que o Governo Federal tome providências enérgicas e que a Casa escolha uma comissão externa para acompanhar a realidade, fora da ideologia ou das disputas políticas. Que seja feita uma análise concreta de um problema de saúde pública que é muito sério.

Fora isso, Sr. Presidente, quero desejar a todos boas-festas aqui na CAE, já que vou para outras Comissões, quando eu voltar já vai ser depois do recesso. Quero dizer do grande trabalho que V. Exa. fez pelo país...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... como já era de se esperar, porque todas as funções que o senhor ocupou o fez de maneira muito tranquila, muito serena. Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 386, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para permitir a criação de certificações privadas de seguros para prestadores de serviços.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: A Matéria vai à CCJ.

A matéria será apreciada pela CCJ, posteriormente pela CTFC, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do seu relatório.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Análise.

Em análise pela Comissão de Assuntos Econômicos, o PL nº 386, de 2022, do Senador Zequinha Marinho, terá seus dispositivos examinados de acordo com as linhas traçadas pelo artigo 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Compete a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente (inciso I), opinar sobre os problemas econômicos do país e a política de crédito (inciso II) e opinar sobre outros assuntos correlatos (inciso IV).

O autor constatou de modo percuciente a existência de significativas falhas de mercado no setor de prestação de serviços brasileiro.

Há entre o contratante de serviço e o prestador desse serviço uma assimetria de informação sobre qual será a qualidade do serviço a ser futuramente prestado, há um problema de agente principal e um custo de agência que deflui dessa falha de mercado.

No clássico artigo "O mercado de 'limões': incerteza de qualidade e mecanismo de mercado", do laureado pelo Prêmio Nobel de Economia, George Akerlof, seu autor identifica o surgimento de instituições como resposta a falhas de mercado como essa. A incerteza sobre a qualidade final de um produto ou serviço, que pode impedir, inclusive, a existência de um mercado, pode ser oposta institucionalmente, por exemplo, por um sistema de garantias na contratação, por um sistema de marcas e reputação a elas relacionadas, por um sistema de certificação de médicos, advogados, barbeiros etc., dentre diversos outros sistemas.

O que o autor do Projeto de Lei nº 386, de 2022, busca é aproximar o sistema de seguros privados do mercado de prestação de serviços e fazer com que a sinalização daquele possa reduzir as incertezas existentes neste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso o projeto faz com maestria. Portanto, do ponto de vista econômico, a ideia que justificou a proposição do Projeto de Lei nº 386, de 2022, é meritória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A justificação da proposição explicita que, por meio dessa alteração legislativa na competência do CNSP, criar-se-ia, em termos de economia comportamental, um empurrão aos agentes econômicos para fomentar no mercado a adoção de seguros contratuais pelos prestadores de serviço.

O seguro é um contrato por meio do qual uma seguradora se obriga, mediante o recebimento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado contra riscos predeterminados. No contexto mencionado pela justificação do projeto, a adoção mais difundida de seguros de garantia sobre execução contratual e de seguros de responsabilidade civil contratual na prestação de serviços seria positiva. Esses seguros protegem o contratante de um serviço contra a inexecução contratual, a execução com vício ou ocorrência de dano nessa execução.

São eles, contudo, seguros incomuns nas contratações de prestação de serviço de menor porte – como de manutenção ou reforma de imóveis residenciais ou de reparo de veículos, por exemplo –, embora sejam comuns em grandes contratos, principalmente na área de construção civil.

O projeto destaca o poder de sinalização que possuiria uma certificação do próprio CNSP ou de entidade por ele autorizada, atestando a existência de um seguro em favor de um contratante de serviço. O CNSP, como ente público, atribuiria fé pública à informação por ele certificada, direta ou indiretamente, o que uma simples apólice de seguro, enquanto contrato privado, não possui.

A intenção legislativa se direciona no sentido de retirar assimetrias de informação sobre a existência autêntica ou não de um seguro referido por um contratado, ao mesmo tempo que favorece no mercado os prestadores de serviço detentores desse seguro. Se, com isso, o ganho esperado pelos prestadores cobertos por um contrato de seguro for superior ao custo dessa contratação, é válido presumir uma consequente maior difusão dessa prática comercial, inclusive no mercado de contratação de serviços de menor porte.

O autor do projeto pretende corretamente que, com a difusão e o aprofundamento desse modelo de seguro, o mercado de serviços de menor porte mude sua forma de sinalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acerca da expectativa de adimplemento contratual, alterando-a da tradicional mera expectativa decorrente de recomendação de um prestador para uma efetiva garantia securitária.

À CAE compete analisar os aspectos econômicos do projeto e não há como negar que são todos favoráveis. Contudo, esta relatoria não pode deixar de fazer uma breve incursão em seus aspectos constitucionais.

Do ponto de vista jurídico, a edição de uma lei se faz necessária para que um órgão possa exercer nova atribuição. Enquanto no âmbito privado, ao particular é permitido fazer tudo que a lei não proíba, no direito público, vige o princípio da legalidade estrita, segundo o qual à administração somente é facultado fazer aquilo que a lei autoriza que seja feito. Esse é um entendimento clássico do Direito Constitucional e é lido nos art. 5º, II, e 37 da Constituição da República.

A Constituição também estabeleceu, no âmbito do processo de criação de leis, certas balizas para dar densidade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º).

Como se sabe, os três Poderes podem participar do processo legislativo. No entanto, a participação de cada Poder é bem definida pela Constituição e essa definição ganha maior propriedade na fase de iniciativa de proposições. Ao Poder Judiciário compete, por exemplo, a iniciativa de lei complementar acerca do estatuto da magistratura e somente a ele. Ao Poder Executivo, também, reservam-se matérias sobre as quais a iniciativa legal apenas a ele compete.

Dentro desse campo de inciativa privativa do Poder Executivo, estão normas que “disponham sobre [...] organização administrativa” e “disponham sobre [...] criação [...] de [...] órgãos da administração pública” (art. 61, §1º, II, “b” e “e”).

Há de se observar que a ampliação do rol de competências de um órgão do Poder Executivo, como feito pelo Projeto de Lei nº 386, de 2022, insere-se dentro desse parâmetro legal. O órgão se define por suas atribuições e a alteração destas, mesmo que por inclusão de uma faculdade, o reorganiza administrativamente e modifica sua forma originária.

Nesse sentido, o Projeto de Lei nº 386, de 2022, pode vir a ser considerado inconstitucional tanto por qualquer das Casas Legislativas quanto pelo Presidente da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no exercício do seu poder de veto, ou, ainda, pelo Poder Judiciário, ao ser provocado exercer o controle de constitucionalidade.

Em pesquisa acerca do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre esse assunto, encontrou-se jurisprudência nesse sentido, que segue em nota a este relatório.

Não há, contudo, como se olvidar do mérito desta proposição, mesmo diante de um possível problema de vício de iniciativa. Por conta disso, apresentamos um substitutivo. O substitutivo esquiva-se da problemática questão da inciativa privativa do chefe do Poder Executivo ao estabelecer não uma competência ao CNSP, mas consagrando o direito à informação aos consumidores e demais contratantes dos mais variados tipos de serviço, assegurando-lhes acesso ao conteúdo, vigência e autenticidade dos contratos de seguro avençados por prestadores de serviços.

A utilização da expressão "prestador de serviço" mostra-se tecnicamente mais adequada, na medida em que engloba o contratante do seguro, que pode ser um tomador de seguro (nos casos de contratação de seguro garantia) ou aquele que contrata em favor de um terceiro. Assim, a proposta torna a redação mais compatível com o que se almeja alcançar, qual seja, que o interessado em contratar o serviço tenha ciência se o prestador de serviço em questão é contratante de seguro.

Pela emenda substitutiva proposta, a partir do documento comprobatório do contrato de seguro fornecido pelo prestador de serviço ao terceiro interessado, a ele é franqueada a possibilidade de compulsar, pela internet, os sistemas de registro homologados pelo Susep, a fim de comprovar a vigência, o conteúdo e a autenticidade do referido contrato.

A propósito, a Resolução CNSP 383, de 20 de março de 2020, instituiu o Sistema de Registro de Operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (SRO), estabelecendo a obrigatoriedade de o setor de seguro efetuar o registro de suas operações em sistemas de registro previamente homologados pela Susep, órgão fiscalizador do setor, e administrados por entidades registradoras credenciadas pela referida autarquia. O SRO atualmente contempla todas as informações do contrato de seguro, razão pela qual mostra-se um relevante instrumento de verificação da autenticidade do documento probatório do contrato de seguro disponibilizado ao interessado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mantém-se, assim, integralmente a *mens legislatoris* do autor do projeto, apenas alterando-se a forma como a norma é veiculada no Sistema Nacional de Seguros Privados.

Voto.

Em virtude do exposto e por sermos favoráveis ao Projeto de Lei nº 386, de 2022, opinamos, por razões constitucionais, por sua aprovação na forma da Emenda Substitutiva abaixo.

> Emenda nº - CAE (Substitutivo)
> Projeto de Lei nº 386, de 2022
> Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer que o prestador de serviço, mediante solicitação de terceiro interessado, disponibilizará documento probatório do contrato de seguro, passível de comprovação, pela internet, de sua vigência, conteúdo e autenticidade junto a sistema de registro homologado pela Susep.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:
> "Art. 21-A. O prestador de serviço, mediante solicitação do terceiro interessado em cobertura conferida pelo seguro, disponibilizará documento probatório do contrato de seguro.
> Parágrafo único. A comprovação da vigência, do conteúdo e da autenticidade do seguro deverá ser passível de verificação, pela internet, em sistemas de registro homologados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e administrados por registradoras credenciadas pela Susep."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 358, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial, conferido a empresas que contribuam para a redução dos impactos ao meio ambiente, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dar preferência, como critério de desempate nas licitações, às empresas detentoras do Selo.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: *1- A matéria será apreciada pela CMA, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só para lembrar da demanda que eu fiz de inclusão como ponto extrapauta daquele projeto de lei que regulamenta a profissão de salva-vidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto, nosso Presidente, já foi incluído em extrapauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Lucas, com a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – É só para pedir... Eu sou o Relator do 1.226, do Senador Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Certo. É o item 7.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu estive conversando aqui com o Senador Laércio, houve um pedido da CNC, CNI e outras confederações, e ele vai fazer uma audiência pública. Então, eu queria pedir a V. Exa. para retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Retirar de pauta? Atendido o pedido de V. Exa. e do autor do projeto, o Senador Laércio.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1226, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais patronais, modifica a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Vanderlan Cardoso, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, todos que estão aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, eu fiquei muito surpreso quando comecei a acompanhar no gabinete, através da assessoria, as manifestações de diversas confederações alegando que isso poderia trazer um problema sério para as confederações, nas relações e tudo o mais.

Eu fiquei muito surpreso com isso, não encontro nenhuma sintonia com a manifestação das confederações, mas eu sou de uma confederação. Eu sou da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e tenho um largo relacionamento com todas as outras confederações. E a nossa prática aqui é sempre discutir ao máximo, tentar construir pontes, e não abismos entre os interesses.

Então, Presidente, conversando com o Relator, Senador Lucas, a quem eu agradeço a compreensão, eu convencei com o V. Ex. também, eu estou retirando... retirando, não... Eu convencei com o Relator, ele pediu a V. Ex. para retirar esse projeto, e eu vou encaminhar a esta Comissão um requerimento com o pedido de audiência com todas as confederações, para que a gente faça uma discussão larga, a gente construa um entendimento e consiga trazer o projeto para votação aqui na Comissão de uma forma mais transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Rodrigo, agora, sim. Com a palavra, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Vandelan Cardoso, confesso que eu estou ansioso aqui esperando a publicação da revista da Comissão de Assuntos Econômicos. Provavelmente vai estar lá constando mais uma vez que V. Ex. bateu o recorde de eficiência de produtividade à frente de uma Comissão. Eu aqui quero parabenizar toda a condução desses dois anos, onde V. Ex. foi extremamente democrático, atendeu todas as pautas que lhe chegaram, não sentou em projetos nem os engavetou, colocou para votação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... e deixou ao crivo dos Senadores se aquele projeto seria bom ou não para o país.

Então, a condução de V. Ex. é corroborada por todos os Senadores como sendo uma condução como deve ser a de quem está à frente de uma das principais Comissões desta Casa, a Comissão de Assuntos Econômicos. Além disso, aqui eu percebi que até o título de Cidadão Baiano V. Ex. vai receber pelos investimentos que fez na sua área privada, mas com certeza Alagoas e Maceió também estarão esperando esses investimentos, tendo em vista essa eficiência que V. Ex. traz em prol de um Brasil desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, quero ressaltar que V. Ex. trabalha sem vaidade qualquer, mas, sim, com compromisso no resultado. Então, por isso, estão aqui os nossos parabéns por toda essa condução.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Dito isso, vou direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, autorizado.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – É um projeto de autoria do Senador Styvenson Valentim, que institui o Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial.

Consideramos a proposição meritória, pois a concessão do Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial significa a administração pública federal reconhecendo que as ações desenvolvidas pelas empresas vão além do atendimento à legislação. Diante das diversas certificações relacionadas à sustentabilidade conferidas por instituições privadas nos mais variados setores econômicos, além daquelas que os próprios estados da Federação criaram, é oportuno que a União também se posicione a respeito.

Do ponto de vista do consumidor, o reembolso estabelecido é um estímulo à busca por produtos de empresas certificadas, favorecendo a fidelização a elas. Este hábito, por consequência, potencializa a disseminação das iniciativas desenvolvidas pelas empresas, o que pode gerar ainda mais impactos positivos na sociedade.

Pela perspectiva da empresa, o acesso aos benefícios propostos possibilita a implementação de projetos que, em cenário diverso, teriam sua viabilidade dificultada. Em especial, a proposição é relevante ao favorecer a percepção de valor que a certificação do selo possui mediante seu emprego como critério de desempate em licitações. Aqui, é importante destacar que a própria Lei de Licitações – Lei nº 14.133, de 2021 – já reconhece o impacto ambiental das contratações públicas, mensuráveis em termos financeiros, como critério para julgamento de propostas.

É necessário pontuar que o PL pretende incluir o critério de desempate à antiga Lei de Licitações – Lei nº 8.666, de 1993 –, que não se encontra mais vigente. Assim, a alteração ora proposta deve ser realizada no art. 60, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, mediante o acréscimo do inciso V, razão pela qual apresentamos a emenda a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo ao voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 358, de 2020, e da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do PL nº 358, de 2020:

"Art. 7º O §1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

'Art. 60. .....

.....

§1º.....

.....

V – empresas detentoras do Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial.'" (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo Cunha, parabéns pela leitura do seu relatório, pelo seu brilhante relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, o senhor me permite um pela ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro para prestar uma homenagem a V. Exa., que ao longo desses dois últimos anos tem prestado grandes serviços ao Brasil e ao povo brasileiro como Presidente da CAE. E, portanto, eu não poderia deixar encerrar a sessão de hoje sem me manifestar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa., como um homem experiente, um homem público experiente, um homem do setor privado, investidor, gerador de emprego, pagador de impostos, buscou aqui na CAE dar o dinamismo econômico ao Brasil. E é um Brasil que está crescendo a 3,5% ao ano, que está com os menores índices de desemprego do registro histórico do país, mas que ainda tem muitos desafios como nós sabemos: desafios da inflação, desafios no câmbio, desafios no ajuste fiscal. Neste momento, a Câmara dos Deputados está votando a reforma tributária, e a reforma tributária que aqui na CAE sofreu uma atenção muito especial por parte de V. Ex. que, mais uma vez, formou um grupo de trabalho, desta feita, coordenado pelo Senador Izalci, que apresentou sugestões ao trabalho da CCJ, sugestões essas que, em grande número, foram acatadas e que melhoraram, e muito, o relatório e o projeto do PLP 68.

Desde cedo, eu tenho ouvido muitos discursos com relação ao procedimento da Câmara dos Deputados em relação ao Senado. Eu quero aqui, ao contrário da maioria dos discursos, fazer um balanço, porque, ao longo da manhã, vim acompanhando as manifestações da Câmara, vim acompanhando, com a minha assessoria e com a Consultoria do Senado, o que representam as modificações aprovadas pela Câmara que ainda não estão, obviamente, decididas, mas em processo de decisão.

Primeiro, é preciso dizer, Presidente, que muitas modificações aconteceram, na regulamentação da reforma tributária, a pedido do próprio Ministério da Fazenda, porque o texto precisava ser aprimorado do ponto de vista da simplificação, do ponto de vista da segurança jurídica, do ponto de vista da transparência, do ponto de vista do melhor controle ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combate à sonegação, de um melhor sistema para o *split payment* poder efetivamente dar o resultado que esperamos, tanto para o setor produtivo quanto para a Federação brasileira, na partilha dos recursos que serão recolhidos em conta única, Senador Jaques Wagner, a partir do IVA Dual, seja pela CBS, seja pelo IBS.

A maioria das modificações apontadas, que eu não sei se serão materializadas ainda pela Câmara, vem no sentido de divergir sobre algumas dessas mudanças técnicas que foram apresentadas pela comissão de trabalho formada pelo Ministério da Fazenda junto com o Senado da República, através dos consultores, e junto com a assessoria técnica do meu gabinete. Portanto, das 32, 33 modificações, eu diria que mais de 20 são nesse sentido e diria que cinco das modificações são de emendas, inclusive, que eu acatei por sugestão dos Senadores e da própria CAE, que, no meu entendimento, aprimoram o PLP-68; mas é direito democrático da Câmara dos Deputados entender se a versão que nós demos ao transporte de aviação regional, que era mais transparente, mais conciso, mais cartesiano, para que houvesse maior controle e maior efetividade... Eles fizeram um texto mais, vamos dizer assim, *lato sensu* da palavra em torno da aviação regional. Esse é um direito que eles têm.

E, em alguns pontos, ainda há divergência, e nós continuamos defendendo a posição do Senado, como na questão das bebidas açucaradas, que foram decididas pela CAE, foram decididas pela CCJ, foram decididas pelo Plenário do Senado, tendo em vista que: se o açúcar está na cesta básica com alíquota zero, como a água com açúcar pode ser maléfico à saúde quando o açúcar não, e está com benefício pleno? Essa é uma contradição – não é? – em que nós ainda estamos trabalhando, ainda estamos na argumentação junto à questão dos técnicos da Câmara, do Relator Reginaldo Lopes e do próprio Presidente Arthur Lira, conversando com a maior humildade e com a maior transparência.

Mas do que eu estou convencido, Presidente Vanderlan, é de que o texto, com as modificações maiores ou menores, sem dúvida nenhuma, marcará na história da República brasileira e da democracia brasileira uma reforma da magnitude da reforma que está sendo aprovada em regime democrático, pela primeira vez. E na democracia existem correlações de forças divergentes; nem em tudo que nós acreditamos outros acreditam. Portanto, há divergências naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja a questão das armas. Nós perdemos, na CCJ, na questão das armas, e no Plenário nós tivemos maioria de votos e só não ganhamos, não alcançamos os 41 votos, porque mais de oito Senadores da nossa base não estavam presentes no Plenário do Senado – porque nós tivemos maioria dos votos. Mas isso é democracia! Eu tenho o meu pensamento, V. Exa. tem o pensamento de V. Exa. Nós vamos fazer o debate e vamos construir algo melhor para o país.

Portanto, ao contrário de ficar aqui criticando a Câmara dos Deputados, eu quero construir soluções para o Brasil, construir soluções para o setor produtivo, construir soluções para o crescimento econômico do Brasil, construir soluções para gerar emprego e renda para o Brasil. E a CAE é exatamente a Comissão dos Assuntos Econômicos no Senado, que trata das matérias que impulsionam a economia brasileira.

Afinal de contas, o Brasil tem razões para comemorar. Existem preocupações? Existem. Já citei a questão do câmbio, a questão fiscal, que nós precisamos enfrentar. O ano está terminando, mas eu não quero sequer dar uma palavra contra o que está sendo construído na Câmara, porque tenho a esperança de que, até o final, nós vamos fazer deste limão uma limonada que seja positiva para o povo brasileiro e para o Brasil.

Quero prestar essa homenagem à V. Exa., à CAE, ao Senado da República, ao Presidente Rodrigo Pacheco, que, nesses quatro anos como Presidente do Senado, foi um Presidente extremamente democrático, extremamente acessível, compreendeu as grandes causas. Com seu estilo próprio ele conduziu, com muita sabedoria, o Senado da República, o Congresso Nacional. Com relação à questão da democracia, foi um dos grandes defensores da democracia e do direito democrático brasileiro. Portanto, eu quero aqui prestar a minha homenagem ao Presidente Rodrigo Pacheco, que também começa a concluir o seu mandato como Presidente do Senado da República, dizendo, como membro da CAE e como membro da CCJ, como Relator da reforma tributária e como Líder do MDB, terceiro maior partido do Senado, que eu estou muito orgulhoso do trabalho de V. Exa. e do trabalho que nós estamos fazendo no Senado da República.

E não quero aqui – ao contrário – apresentar críticas à Câmara. Eu quero encontrar caminhos de construção e de diálogo com a Câmara para que o Presidente Lula possa, em tempo hábil – nos 14 dias, nos 15 dias que ele terá –, promulgar essa importante lei para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia brasileira, e que nós possamos ter um texto para o bem do Brasil e para o bem do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Eduardo.

Senador Eduardo, muito obrigado mesmo pela palavra de V. Exa., o senhor que é um Líder aqui, respeitado por todos nós. Na verdade, Senador Eduardo, eu, Senador de primeiro mandato, ao chegar aqui, qual era o segredo? – se é que nós tivemos sucesso aqui, e eu creio que tivemos, não só aqui na Comissão, mas na CCT também foi assim... É porque eu observo muito os Líderes aqui, Senador. Então, eu sou muito observador, eu fico observando para que a gente possa, se errar, errar menos. E V. Exa. é um desses Líderes. Eu tenho observado muito a conduta de V. Exa. em Plenário e aqui na Comissão. Na primeira etapa – que eu a chamo assim – da reforma tributária, a maneira como V. Exa. trabalhou ouvindo a todos nós, Senadores e Senadoras, a todos os segmentos que procuraram V. Exa., ouvindo.

Eu sou favorável desde o início à reforma tributária. Aliás, há quanto tempo a gente está discutindo e falando sobre reforma tributária? É lamentável que a desinformação chegue, e é o que está prevalecendo muito, até mesmo pela questão ideológica, é o que está se tornando tudo quanto é matéria. Quantas vezes eu ouvi dizerem, no meu estado, pessoas, que chegam: "Não, aqui, nessa última eleição, não vou votar no senhor porque o senhor foi favorável à reforma tributária"? Mas reforma tributária não é de Governo, reforma tributária é do Congresso Nacional. Quando a gente vê a CNA favorável ao projeto, quando a gente vê a CNI favorável ao projeto e tantas outras se manifestando favoráveis à reforma tributária, Senador Eduardo, a gente vê que está no caminho certo. As distorções, as correções com certeza vão se fazer. Até mesmo, se houver injustiça – pode ser que haja injustiça –, ao longo do tempo nós vamos procurar corrigi-las, essas injustiças.

Mas eu fico muito feliz de ter contribuído, através de emendas aqui na Comissão, do grupo de trabalho, e V. Exa. foi um gigante – um gigante! Mesmo nos momentos mais difíceis de saúde que V. Exa. teve nesse período, soube conduzir com maestria, ouvindo a todos. E, se hoje tem um resultado da aprovação aqui no Senado – essa pequena correção que está havendo na Câmara dos Deputados, que ainda está em processo, como disse V. Exa., ainda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção em alguns desses itens, nesses pontos –, isso se deve à forma como V. Exa. conduziu. E muitas vezes foi até injustiçado: quando se fala de Zona Franca, se fala de Manaus, do Amazonas, tem muitas pessoas que entendem tudo errado. Como eu morei naquela região, sei da importância que é a Zona Franca de Manaus para o Brasil, então a gente sabe compreender e até mesmo tirar algumas dúvidas de alguns colegas nossos.

Então, obrigado pela palavra de V. Exa. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 15

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5706, DE 2023

Regulamenta o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

EXTRAPAUTA

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 5790, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao PL nº 5.706, de 2023, e pela prejudicialidade do PL nº 5.790, de 2023.

Observação: as matérias serão apreciadas pela CAS em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer a V. Exa. a inclusão dessa matéria na agenda do dia de hoje da CAE.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei 5.706, de 2023, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que regulamenta o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas.

Por força da decisão da Presidência do Senado Federal, essa matéria tramita conjuntamente com o Projeto de Lei 5.790, de 2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, que dispõe sobre o mesmo objeto.

Convém destacar que este projeto se originou da Sugestão nº 5, de 2023, de autoria da Associação Baiana de Salvamento Aquático.

O PL 5.706 define, em seus três primeiros artigos, as características, os requisitos e as atribuições destes profissionais. A responsabilidade pela contratação é disposta no art. 4º. Por seu turno, o art. 5º dispõe sobre os direitos dos salva-vidas ou guarda-vidas, enquanto o art. 6º determina que legislação específica disciplinará o piso salarial da categoria, o art. 7º afirma que a futura lei se aplica a todos os civis profissionais de salvamento aquático, inclusive aqueles que já atuam, e o art. 8º determina que o exercício da profissão requer prévio registro perante a autoridade trabalhista competente. O art. 9º, por fim, estabelece a vigência a partir da data de publicação da lei.

O PL possui a mesma estrutura da matéria anteriormente descrita, inovando apenas no parágrafo único acrescido ao art. 1º para determinar que o salva-vidas ou guarda-vidas será profissional de segurança pública quando atuando em serviço público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 260, II, "b", do Regimento Interno, a precedência para exame será da proposição mais antiga, qual seja, o PL 5.706, de 2023.

Após apreciação deste Colegiado, a matéria será apreciada pela CAS e, posteriormente, pelo Plenário.

À matéria não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Com fundamento no Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise dos aspectos econômicos e financeiros atinentes às matérias.

No que se refere aos aspectos financeiros, nada temos a obstar à tramitação das matérias, por entender que estas não importam, necessariamente, em aumento de despesas, atendendo aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isto posto, ainda que a obrigação de contratar profissionais salva-vidas ou guarda-vidas possa fazer com que órgãos ou empresas públicas se adéquem à nova legislação, consideramos que tais ajustes não deverão provocar impactos financeiros significativos a serem aqui ressalvados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em termos econômicos, é importante destacar que o reconhecimento e a normatização destes profissionais são importantes mecanismos para reduzir a precariedade do exercício laboral, proporcionando, inclusive, maior segurança para os cidadãos. Ressalte-se que os números de morte acidental por afogamento no Brasil têm crescido nos últimos anos.

Segundo o boletim epidemiológico publicado pela Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa), a cada 90 minutos, em média, um brasileiro morre afogado, sendo que, a cada dez óbitos, nove ocorrem antes de chegar ao hospital. Aponta, ainda, que afogamento é a segunda causa óbito em crianças de um a quatro anos, e a quarta causa em pessoas de cinco a 24 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O material disponibilizado pela Sobrasa aponta ainda que o risco estimado de morte por afogamento em área de banho sem salva-vidas ou guarda-vidas é 60 vezes maior. Os números apontados reforçam a necessidade da regulamentação e da valorização destes profissionais.

No que tange à constitucionalidade, há um problema formal que precisa ser destacado no Projeto de Lei 5.790, de 2023: em que pese a boa intenção da associação que apresentou a sugestão, o parágrafo único do art. 1º desta proposição, o qual aponta que "Quando atuando em serviço público, o salva-vidas ou guarda-vidas é profissional de segurança pública", apresenta vício de inconstitucionalidade, uma vez que o art. 144 da Constituição Federal é exaustivo a apresentar o rol dos órgãos que devem atuar como agentes de segurança pública. Convém ressaltar, ainda, que é de iniciativa privativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios legislar sobre servidores públicos e a organização de seus respectivos quadros de pessoal. Logo, tal previsão não pode ser realizada por intermédio do instrumento que ora analisamos.

Quanto ao PL 5.706, de 2023, não vislumbramos quaisquer vícios de inconstitucionalidade que prejudiquem esta proposição. No que tange à regimentalidade e juridicidade, não observamos óbices que impeçam ambos os projetos de tramitar.

Ressalte-se que a análise do mérito das proposições é de competência da CAS, mas destacamos aqui a relevância destes profissionais para a saúde e segurança dos usuários de espaços aquáticos, evitando que possíveis vítimas sejam atendidas ou socorridas por profissionais inabilitados. Além disso, as matérias que estamos analisando contribuem sobremaneira para a valorização da profissão, promovendo verdadeiras condições de trabalho e remuneração justa para estes trabalhadores.

Por fim, atendendo ao disposto no art. 260, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 5.706, do Senador Alessandro Vieira, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei 5.790, de 2023, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, louvando a iniciativa das entidades que representam a categoria, em nome da Associação Baiana de Salvamento Aquático.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.706, de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei 5.790, de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto, parabéns pela leitura do seu relatório, do seu brilhante relatório!

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao PL nº 5.706, de 2023, e pela prejudicialidade do PL nº 5.790, de 2023.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para cumprimentar V. Exa., o Relator, Senador Humberto Costa. É um projeto importante, uma categoria essencial para a segurança das pessoas. Estou muito satisfeito com a aprovação breve que tivemos. Parabéns para todos!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 80, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo o, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao programa "Apoio ao novo Programa Bolsa Família (PBF)", de interesse do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação

Relatório: favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, Senador Jaques Wagner, para a leitura do seu relatório, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, como a mensagem chegou hoje, efetivamente não é um relatório já pronto, está sendo elaborado, mas eu vou antecipar que, como V. Exa. já leu, essa Mensagem nº 80, da Presidência da República, é para o empréstimo de US$300 milhões exatamente para o PBF, que é o Programa Bolsa Família, com o novo formato que está sendo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Então, é óbvio que eu peço a aprovação, seguindo todos os regimentos de empréstimos a serem tomados pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu queria só pedir a aprovação também da urgência para que a matéria possa ir...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação, o pedido de urgência à Mensagem nº 80, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai com o pedido de urgência ao Plenário.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento da reestruturação de dívida do Estado de Sergipe, no âmbito do Programa Sergipe Mais Próspero e Sustentável (BR Enhancing Prosperity and Sustainability in the State of Sergipe Development Policy Financing).

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise, mas, particularmente, para fazer um registro sobre a tramitação dessa mensagem tão importante e para fazer um agradecimento, em nome do povo sergipano, a V. Exa., em primeiro lugar, por ter garantido a pauta – é uma mensagem que também chegou apenas no dia de hoje –; aos Ministros Alexandre Padilha, Rui Costa e Fernando Haddad, que deram a celeridade necessária; e ao próprio Senhor Presidente da República, que está convalescendo de uma cirurgia, mas se dispôs a fazer a assinatura para chegar aqui esta mensagem para que a gente possa agora fazer essa leitura. É um programa, Sr. Presidente, cuja expectativa é de uma economia de R$100 milhões por ano para o Estado de Sergipe, com essa operação financeira. Então, é fundamental para os sergipanos e nós todos temos um grande dever de gratidão com todos os senhores.

Indo logo ao final da análise, aproveitando a praticidade do meu Líder Jaques Wagner, com base nas informações apresentadas seja pela Secretaria de Estado da Fazenda, seja pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), não existe nenhum tipo de obstáculo à contratação, seja legal, constitucional ou formal. Então, com base nessas informações e considerando que se encontram satisfeitas todas as condições estipuladas nas referidas resoluções do Senado Federal e nas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, concluímos não haver motivos, do ponto de vista legal, para se negar autorização ao pleito em exame.

O voto, Sr. Presidente, é favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 79, de 2024, nos termos seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência da Mensagem nº 79, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vai ao Plenário com pedido de urgência.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2183, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever prazo para análise de declarações passíveis de restituição de valores e retidas em malha fiscal ou semelhante.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Giordano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quero só pedir vênia a V. Exa.

Bom, como Líder do Governo, a pedido da Receita, eu terei que pedir vista, a menos que seja retirado de pauta. Aí, para mim, a decisão é... Como o Relator original não está, por isso, eu estou fazendo essa ponderação antes da leitura, mas também, se ler, eu registro o meu pedido de presença de vista, tudo bem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu deixo a cargo do Presidente a decisão. Eu posso fazer a leitura, deixá-lo dar como lido, ou já tirar de pauta. Fica a cargo de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Como o Relator não se encontra, vamos retirá-lo de pauta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – V. Exa. concorda? Vamos retirá-lo de pauta?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pode retirar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Eu quero aproveitar, até por este momento, que está perto do final desta nossa sessão e, portanto, perto do final da sua Presidência à frente da CAE... Deveria tê-lo feito quando o Senador Eduardo Braga, talvez com uma verve melhor do que a minha, fez todos os elogios, não exagerados, todos merecidos, a V. Exa., à frente desta Comissão. A produtividade da Comissão foi incrível. V. Exa. nunca deixou de trazer matérias para ficarem dormindo na gaveta; sempre trouxe as matérias para cá, permitindo que o debate entre Senadoras e Senadoras se resolvesse.

Então, eu quero parabenizá-lo. Eu acho que, como V. Exa. disse – nós já aqui conversamos em *off* –, esta Casa ensina, e a gente aprende muito. Também é o meu primeiro mandato como Senador; mesmo tendo tido outros mandatos como Deputado Federal, são casas que têm uma lógica diferente de funcionamento, e, portanto, eu quero só dizer que V. Exa. sai maior do que entrou na Presidência da CAE.

E não poderia deixá-lo de fazer, já que V. Exa. hoje foi aquinhoado com o título de cidadão baiano, se confessou e é investidor na nossa Bahia, para dizer que a Bahia se orgulha muito desse filho adotivo que vem brilhando aqui na CAE.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado Senador Jaques.

Quero dizer a V. Exa. também que foi uma honra estar presidindo aqui esta Comissão com V. Exa. sendo Líder do Governo aqui, no Senado, e sempre de uma forma muito equilibrada conduzindo os trabalhos aqui. Até mesmo quando pede vista é com muita elegância, não é?

Item 10... (*Pausa.*)

Senadora Damares? (*Pausa.*)

A assessoria da Senadora? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Senadora Damares é muito atuante nesta Comissão, nós vamos esperar o tempo necessário para que ela chegue. (*Pausa.*)

Enquanto a gente aguarda a Senadora Damares, que está em outra Comissão, eu não poderia deixar de agradecer à imprensa, que, durante todos esses dois anos, deu cobertura, divulgou os trabalhos daqui, da Comissão, aos jornais, aos jornais, às televisões, aos blogs, a todos aqueles que estiveram sempre participando, toda terça-feira, aqui conosco.

Não poderia também deixar de agradecer, Senadora Damares – estou fazendo alguns agradecimentos –, ao Presidente Rodrigo Pacheco, que conduziu também, nesse período, de uma forma muito respeitosa a Comissão de Assuntos Econômicos; e a todos aqueles, à população, de modo geral, que sempre acompanhou os nossos trabalhos.

Senadora, pronta?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronta! Que dia, hoje! Eu estive já em quatro Comissões.

Obrigada, Presidente, por ter aguardado a leitura do relatório, mas, mais que ler o relatório hoje – a proposta é extremamente importante – quero também lhe dar um abraço no seu último dia como Presidente da Comissão.

Mas, vamos a análise? Pode ser, Presidente? Posso ler o voto, já?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Deixe-me só...

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1103, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 2-CRA (substitutivo), e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável à matéria, na forma da Emenda nº 2-CRA (substitutivo).*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise.

No que tange à atenção ao mérito da proposição, é importante ter em conta, inicialmente, que, segundo o Programa Mundial de Alimentos da ONU, a população mundial em situação de insegurança alimentar aguda atualmente é de 845 milhões de pessoas no planeta, as quais ainda carecem de alimentação adequada. Segundo a ONU, estima-se que a população humana atingirá 8,5 bilhões, em 2030, e 9,7 bilhões, em 2050.

Outrossim, segundo o Relatório Mundial das Cidades 2022, publicado pela ONU – o lançamento do relatório foi feito durante a 11ª sessão do Fórum Urbano Mundial, a principal conferência sobre desenvolvimento urbano sustentável, encerrada em 30 de junho, na Polônia –, apontou-se que a população mundial será 68% urbana até 2050, estimando uma população urbana de 2,2 bilhões de pessoas, anualmente, até 2050.

Diante dos dados apresentados, concluímos que a situação de insegurança alimentar deve aumentar consideravelmente em todo o mundo, sendo ainda agravada em razão de vários fatores, entre eles a situação de debilidades da oferta causada por conflitos bélicos, eventos climáticos extremos, consequências da covid-19, a elevação de custos agrícolas e dos transportes, em associação às cotações do petróleo.

Segundo os Índices de Preços de Alimentos (IPA) da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) os gêneros alimentícios, em termos reais, ficaram 28% mais caros, entre 2020 e 2021, e 18% mais caros em 2022 (até agosto).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Censo Agrícola do IBGE indica que a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, com uma produção diversificada de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes. Nesse universo, os agricultores familiares têm importância tanto para o abastecimento do mercado interno quanto para o controle da inflação dos alimentos do Brasil, produzindo cerca de 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Segundo a Embrapa, o fenômeno da degradação de solos e pastagens e as suas causas é essencial para formular estratégias e o financiamento para que seja feita a recuperação da produtividade dessas áreas, reduzindo, assim, as pressões de desmatamento que visam à formação de novas pastagens.

Por outro lado, a recuperação de pastagens degradadas é uma das alternativas tecnológicas que compõem os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP 15, realizada em Copenhague, e que prevê a redução das emissões de gases, projetada para 2020 entre 36,1% e 38,9%, estimando assim uma redução da ordem de 1 bilhão de toneladas de CO2 equivalente.

Esses compromissos foram ratificados na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei no 12.187/09) e regulamentados pelo Decreto nº 7390/10.

Ressaltamos ainda que, em relação à conquista do tão sonhado desenvolvimento sustentável, segundo dados do Fórum Econômico Mundial, é necessário adotar estratégias de sustentabilidade para gerar uma inovação de impacto no mercado, podendo promover uma série de benefícios como: redução de custos, melhora na imagem da organização, diferencial competitivo, entre outros.

Com relação à política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), existe o Crédito de Investimento - Pronaf Mulher, que estabelece Taxa efetiva de juros pré-fixada de até 4% a.a, para formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente as linhas de crédito rural são estabelecidas somente por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), que disciplinam o crédito rural, o que nos motiva a criar em âmbito nacional uma da legislação federal que irá promover a necessária segurança jurídica sobre o tema.

Em síntese, o Projeto de Lei nº 1.103, de 2022, é altamente meritório no sentido de regulamentar a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens e tão somente para isso.

Tendo em vista tudo o que falei, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.103, de 2022, na forma da Emenda nº 2, da CRAS (Substitutiva) e pela rejeição da Emenda 1-T.

Esse é o voto e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senadora Damares, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o substitutivo – quase não sai, Senadora – ao Projeto de Lei nº 1.103, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Peço que abra aí o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Os Senadores já podem votar.

As assessorias dos Senadores e Senadoras que estiverem presentes e puderem comunicar aos Senadores da Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto os Senadores votam, gostaria de dizer que eu abri aqui o painel da nossa pauta hoje: há 15 itens na pauta no último dia de reunião – e essa foi a média da pauta desta Comissão ao longo do ano. Eu acho que esta Comissão, se não foi a que mais deliberou ao longo do ano, foi uma das que mais deliberou. E isso, Presidente, se deve ao seu trabalho, à forma como o senhor conduziu. Nós tivemos pautas polêmicas aqui, mas o consenso sempre esteve presente. Nós tivemos pautas extremamente importantes. Se a gente for fazer um relatório – e eu sei que o senhor já o leu –, a gente fica sem saber o que é mais importante, porque foi tanta coisa importante votada!

A contribuição desta Comissão nesses dois anos para o Brasil, no momento em que o Brasil está passando por tantas crises, num pós-pandemia, com as brigas políticas que estão instauradas no Brasil... As matérias econômicas precisavam ter uma atenção especial, e esta Comissão fez o dever de casa. E eu preciso lhe cumprimentar. Não é a primeira vez que eu venho aqui, que eu uso o microfone, uso a tribuna para elogiar o senhor, Presidente, mas eu não me canso de fazer isso, não me canso.

O Brasil deve muito ao trabalho que o senhor conduziu nesses dois anos. O senhor conseguiu trazer equilíbrio entre oposição e Governo o tempo todo. O senhor foi do diálogo. Teve um momento em que o senhor nem dormiu, porque tinha que ouvir todo mundo. O senhor fez o consenso de tal forma que nesta Comissão a gente não via briga, a gente via todo mundo pensando no Brasil; mas isso é por causa da liderança. Eu acho que a gente se comporta nesta bancada conforme o Presidente conduz uma Comissão. Então, parabéns, Presidente, parabéns!

E nesse momento de grandes decisões, como a reforma tributária... Foram dois grupos de trabalho nesta Comissão, capitaneados por dois grandes Senadores, designados pelo senhor. Participei dos dois grupos. Esses grupos de trabalho trouxeram contribuições enormes ao texto. Lutamos, lutamos muito. No período em que todo mundo achava que esta Casa ia ficar parada por causa da eleição, esta Comissão estava trabalhando no grupo de estudos e debates sobre a reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este plenário aqui, Presidente, foi palco de encontros de todos os segmentos. Todos os segmentos foram ouvidos. Sabe o que é isso, Presidente? Sabe o que é, mesmo que não seja o resultado que eles queriam no final, na reforma tributária? Eles saíram daqui assim: "A Comissão nos ouviu; a Comissão parou para nos ouvir; o Presidente determinou que a Comissão nos ouvisse". Saíram felizes daqui. Saíram entendendo que tem Parlamentares comprometidos com a nação. E isso foi graças ao seu trabalho. Parabéns, Presidente!

Eu quero continuar nesta Comissão e desejar ao próximo Presidente muito boa sorte. Vai ser difícil ele chegar à sua *performance*, mas eu quero continuar. E quero continuar sendo sua parceira em outras Comissões. Obrigada. Obrigada pela paciência comigo. Uma Senadora chegando na Casa e chegando sob tantos ataques e dúvidas sobre o meu trabalho. O senhor acreditou em mim, o senhor me deu importantes matérias para relatar, o senhor me deixou presidir a Comissão. Eu estive em audiências públicas, eu só quero lhe agradecer pelo acolhimento. E vou, Presidente, daqui para frente, conduzir o meu mandato muito me espelhando no senhor. Que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares. A senhora sempre com a palavra animadora.

Tivemos aqui momentos difíceis, como foi aquela questão dos ataques que nós sofremos durante a campanha. Mas eu nunca, jamais vou esquecer que, naquele momento, poucas foram as pessoas que tiveram a coragem de se manifestar. V. Exa. foi uma delas, foi uma dessas pessoas. E o segredo aqui do nosso sucesso nesta Comissão é porque os membros desta Comissão, todos eles participaram, sentiam que faziam parte verdadeiramente de uma Comissão. Então, eu tenho muito orgulho de todos os Senadores e Senadoras, independentemente se eram titulares ou se eram suplentes, mas todos quiseram participar, todos quiseram ter relatorias importantes para estar mostrando ao nosso eleitor que a gente veio para cá foi para fazer a diferença, que não veio para cá para ficar muitas das vezes em lacrações, em rede social e tudo isso.

Então, muito obrigado por essas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos encerrando aqui... Interessante, estamos encerrando a Comissão, já quase uma hora da tarde, com V. Exa. relatando um projeto tão importante como esse. Parabéns, obrigado por tudo, obrigado pelo companheirismo, pela parceria aqui. Seu trabalho nesta Comissão fez com que ela tivesse uma produtividade alta. Acho que... Não estou concorrendo com outras Comissões, mas esta Comissão aqui fez a diferença nesses dois anos. Obrigado pela parceria mesmo.

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 20; NÃO, nenhum voto.

Quando o projeto é bem relatado e o projeto é interessante, olha o resultado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, já que foi aprovado, a gente poderia também já fazer votação do turno suplementar dessa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Governo está muito feliz com essa matéria, todo mundo votou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovada a Emenda nº 2 da CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 1.103, de 2022.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de esta ser a última reunião da Comissão nesta sessão legislativa, consulto se há objeção de darmos seguimento ao turno suplementar nesta mesma reunião. (*Pausa.*)

Turno suplementar do PL 1.103, de 2022.

Como não foram apresentadas emendas, a matéria é dada como definitivamente aprovada e segue para a Secretaria-Geral da Mesa para providências.

Parabéns, Senadora!

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à liberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 107ª Reunião, na presente data, dia 17 de dezembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Jaques Wagner, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é abertaPassa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Comparecimento regular do Presidente do Banco Central. **Participante:** Sr. Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de abril de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública regular com o Presidente do Banco Central do Brasil para discutir as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária, nos termos do art. 99, inciso VII, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em obediência à legislação pertinente, em especial a Lei Complementar 179, de 2021, e o Regimento Interno do Senado Federal, estamos reunidos nesta Comissão de Assuntos Econômicos para ouvir do eminente Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Gabriel Galípolo, relevantes informações sobre a economia do país.

Informo que esta audiência pública é transmitida pelo sistema de comunicação do Senado Federal, incluindo a TV Senado e suas redes sociais, e tem caráter interativo, facultando a participação popular por meio da Ouvidoria da Casa ou do Portal e-Cidadania.

Sras. e Srs. Senadores, hoje a temática mais relevante do nosso país figura entre as atribuições e competências da instituição conduzida pelo Dr. Galípolo e sua Diretoria Colegiada.

Com efeito, a política monetária constitui assunto da mais alta importância e seus impactos afetam todos os agentes da economia nacional: do consumidor, que enfrenta alta de preços, a carestia, ao empresário, que busca financiamento para os negócios, não esquecendo, evidentemente, o Estado, duramente afetado pelo aumento da dívida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enfrentamos incertezas no cenário internacional, com flutuações no câmbio e medidas tarifárias por parte do Governo americano, que ainda não permitem ver com clareza qual será a trajetória das *commodities* e de outros itens de exportação do Brasil.

A pressão externa influencia o preço dos alimentos dentro do país, considerado um dos vilões do aumento da inflação.

Segundo a Carta de Conjuntura mais recente do Ipea, a projeção do INPC passou de 4,7% para 4,9%. A esperada supersafra deste ano, sem dúvida, vai ajudar mais os preços dos alimentos, não devem regredir com velocidade.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, temos uma situação peculiar.

Vamos muito bem, segundo diversos indicadores macroeconômicos, a começar pelo crescimento do PIB, pelo aumento da renda média das famílias e pela taxa de desemprego muito baixa. No entanto, como um fantasma a nos assombrar, paira o perigo do descontrole inflacionário.

O Governo Federal, em um grande esforço fiscal, como fala, e contrariando as expectativas do mercado, atingiu a meta de superávit primário em 2024, após uma célere aprovação de medidas aqui, no Congresso Nacional, mas um processo inflacionário persistente, puxado, sobretudo, pelos alimentos, conduziu o Copom à utilização sistemática de um remédio amargo: o aumento da taxa básica de juros da economia – é, evidentemente, uma faca de dois gumes.

Espera-se a contenção das pressões inflacionárias, mas isso também pode levar ao desaquecimento da economia, com desemprego e queda no consumo.

Certamente, hoje, aqui, a autoridade monetária vai explicar suas escolhas e demonstrar a eficiência de suas políticas sobre a atividade econômica de longo prazo sobre o curso da inflação e nos dar detalhes acerca da política fiscal e monetária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todos sabemos que o aumento dos juros é uma ferramenta eficaz para conter a inflação. Apesar desse fato, é um remédio amargo para o cidadão comum e para empresas. Não podemos focar também em outras medidas menos dolorosas, não podemos diminuir a duração de medidas contracionistas e não podemos repensar sua própria dosimetria.

O Dr. Galípolo encontrou, neste Colegiado, um forte amparo, ao ter seu nome aprovado por unanimidade à Presidência do Banco Central do Brasil. Possui, indiscutivelmente, qualidades técnicas, políticas e administrativas para exercer a missão institucional do Banco Central nestes tempos difíceis, atuando para garantir a estabilidade da moeda, cuidar da estabilidade do sistema financeiro e fomentar o bem-estar econômico da sociedade, de modo que nenhum remédio possa, eventualmente, tornar-se um veneno.

Destaco, por fim, a importância desta audiência no âmbito dos eixos do planejamento estratégico desta Comissão de Assuntos Econômicos, dada a centralidade do papel institucional do Banco Central, neste momento, em que se busca aperfeiçoar a governança no mercado de capitais e no sistema financeiro.

O Presidente Galípolo tem o apoio de todos, do Ministério da Fazenda, do Presidente da República, e também conta com a confiança majoritária e apoiamento do Congresso Nacional e dos diversos mercados.

Da minha parte, falando em nome deste Colegiado, desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, desde já, eu agradeço pela presença e pela presteza do Presidente Galípolo em nos atender, em sua observância estrita ao princípio da transparência na administração pública.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra, por um prazo inicial de 20 minutos – se V. Exa. precisar de um tempo maior, por favor, fique inteiramente à vontade –, ao Presidente do Banco Central, Gabriel Muricca Galípolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Este aqui ligou. Pronto.

Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores que estão aqui presentes, para mim é uma enorme satisfação poder voltar aqui, à Comissão de Assuntos Econômicos, para poder prestar contas.

Tenho sempre defendido que cabe à autoridade monetária explicar e dar, cada vez mais, transparência sobre o que faz e o porquê faz. E este é um fórum absolutamente privilegiado para eu ter esse tipo de oportunidade. Então, agradeço demais ao Presidente Renan Calheiros pela possibilidade de poder vir aqui explicar e também ouvir – não só falar, mas também ouvir –, o que é superimportante para todos nós.

O Senador, que já é, praticamente, um pós-doutorado em economia, já facilitou muito o meu trabalho aqui, ao fazer a apresentação dele, porque tocou em vários dos pontos pelos quais eu pretendia perpassar. Isso já facilita bastante aqui o meu trabalho.

Vou começar discutindo o cenário internacional, porque acho que esse tem sido – acho não, com certeza – o vetor principal na determinação da dinâmica dos preços de mercado hoje. E acho que a gente está entrando, hoje, numa terceira fase, vamos dizer assim, do que é a leitura do mercado sobre o Governo Trump.

E aí é importante ressaltar que ao Banco Central não cabe ou é menos relevante a opinião que os técnicos do Banco Central ou o Presidente do Banco Central têm sobre efetivamente alguma coisa, como um Governo ou uma política especificamente. A gente está sempre trabalhando, dentro do nosso mandato e da estabilidade monetária e financeira, em entender como é que os mercados e esses preços que refletem a estabilidade financeira e monetária estão interpretando essas ações. Então, aqui é muito mais uma leitura de como o mercado está lendo do que efetivamente uma leitura do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar separar essas três fases meio que por trimestres, assim. Então, poderia dizer que, no último trimestre de 2024, existia uma interpretação, por parte do mercado, do Governo Trump mais benigna, no sentido de que seria uma gestão mais pró-mercado. Esta gestão mais pró-mercado tenderia a reduzir impostos e regulamentação sobre empresas, provavelmente tentando substituir parte dessa base de arrecadação do Governo norte-americano com tarifas, mas não se imaginava que seriam feitas de maneira drástica ou de uma vez só, imaginava-se mais gradual ou até que fosse de maneira mais errática, como foi no primeiro mandato do Presidente Trump. E isso impulsionou uma visão mais benigna para a economia norte-americana, impulsionando o valor dos ativos, especialmente do dólar e de ativos americanos como *equities*, como preços de ações, em função dessa perspectiva de menor tributação e de uma economia mais pujante, lembrando que a economia já vinha num cenário de bolsa americana crescendo bastante, num cenário de economia próxima ao pleno emprego, migrando ali para se aproximar da meta de inflação.

Depois, ao longo do primeiro trimestre deste ano, aquilo que está presente no balanço de risco que o Copom comunicou na sua primeira decisão em janeiro, da possibilidade de o impacto tarifário produzir algum tipo de desaceleração na economia norte-americana e, por consequência, pelo tamanho da economia norte-americana, uma desaceleração na economia global, foi ganhando força. Aquilo que a gente fala em janeiro vai ganhando força, e vai-se tendo esse entendimento de uma possibilidade de que as tarifas possam desacelerar a economia, e, para além das tarifas, há a própria incerteza. O fato de você ter muita dúvida sobre o que vai acontecer... E essa é uma incerteza meio exponencializada, não é? Você tem uma incerteza sobre o que irá ocorrer, ou seja, quais são as tarifas que vão ser implementadas, dadas até as idas e vindas a que nós temos assistido, e, uma vez implementadas, quais são os desdobramentos que tem sobre as cadeias produtivas. Então, você tem dúvida sobre o que vai ocorrer e quais são os efeitos sobre aquilo que vai ocorrer.

Esse cenário foi ganhando força ao longo desse primeiro trimestre, o que sinalizou já uma ideia de um dólar mais fraco e uma atividade econômica mais fraca nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unidos. Essa foi a dinâmica que foi ganhando predominância ao longo do primeiro trimestre. E agora nós estamos meio no limite de uma interpretação que oscila entre essa que eu acabei de dizer, de alguma desaceleração em função da própria incerteza que foi gerada, que posterga consumo, posterga investimento, para um cenário de possível aversão a risco, ou seja, de que você teria uma escalada nessa disputa e nessa guerra tarifária e de que essa escalada pode trazer um cenário de uma desaceleração mais abrupta e mais forte em função disso.

Num cenário como esse, é comum que os investidores busquem se proteger com ativos mais líquidos e ativos que ofereçam menos risco, o que costuma já ser absolutamente desafiador para economias emergentes, quando isso acontece, e não é positivo do ponto de vista da dinâmica econômica, porém, agora, então, num cenário ainda mais complexo, porque nós estamos falando de um cenário de aversão a risco onde aquilo que é conhecido como o ativo de última instância, o ativo mais seguro da economia está sendo um pouco questionado. Ou seja, historicamente, quando você tem um cenário de aversão de risco, o que você costuma fazer é correr para o dólar ou correr para títulos soberanos norte-americanos. Como, desta vez, o epicentro da crise está vindo da própria economia norte-americana, há, é perceptível, entre os agentes econômicos, uma dúvida sobre para onde se deve procurar proteção no momento de aversão a risco. Esse é o cenário em que a gente está entrando, e por isso que a gente está vendo alguns cenários de arbitragem entre moedas de alguns países ou o próprio preço do ouro, como o ouro tem se valorizado e batido recordes, a gente tem assistido. Então, esse é um cenário de preocupação.

Prospectivamente, a gente tem algumas possibilidades, não é? Um cenário que eu acho que está mais forte na visão dos mercados é um cenário de desaceleração já em função da incerteza gerada com as idas e vindas tarifárias, independentemente de qual vai ser o modelo final de tarifa que vai ser praticado. Ou seja, a própria incerteza já deve provocar algum tipo de desaceleração. Vimos, hoje, pela manhã, o próprio FMI revendo a projeção de crescimento global para baixo, meio nessa linha de que a guerra tarifária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deve, a incerteza acerca da guerra tarifária deve provocar algum tipo de desaceleração global.

A partir daí, você tem alguns desdobramentos para o resto do ano. Você pode entender que você vai desescalar, para usar uma tradução livre aqui, a disputa tarifária, e, a partir de você ter acordos que vão saindo entre os países, essa desaceleração vai se esvaindo, e você vai caminhando para a trajetória que já era mais ou menos aguardada, retomando a trajetória que era pensada. Esse é um cenário.

Um outro cenário é um cenário em que você continua escalando essas tarifas, o que vai provocando desarticulações nas cadeias produtivas; e algo que não é simples para os economistas pensarem, porque a gente está falando de um movimento que não é um movimento, como a gente costuma dizer, "ao longo da curva", ou seja, que costuma produzir aquilo que a gente chama de trocas ou *trade-offs* tradicionais e, provavelmente, um deslocamento da curva de oferta para uma posição pior, em que você teria, para conseguir ofertar a mesma coisa, um custo mais elevado.

Então, o *trade-off* tradicional, a troca tradicional que você estava imaginando, entre preços e atividade econômica, talvez não responda da maneira como a gente foi treinado para pensar num cenário como esse. Você pode ter menos atividade econômica, e com preços mais elevados.

Um outro cenário é um cenário de você importar desinflação, em função de uma desaceleração global que tende a reduzir os preços de *commodities*, entre outros preços de ativos, e isso gera um processo mais desinflacionário.

E existe ainda uma perspectiva de você conseguir racionalizar, na qual os Estados Unidos possam chegar a um termo com a maior parte dos países que são historicamente seus parceiros e aliados, e em que, eventualmente, a disputa tarifária comercial entre Estados Unidos e China fique circunscrita a produtos que são entendidos como estratégicos – e, aí, pode-se entender desde veículos elétricos até microprocessadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que seriam questões mais estratégicas, e a disputa ficaria restrita a isso. Então seria uma desarticulação mais contida, vamos dizer assim.

Mas tudo isso ainda está muito em discussão, e, como eu disse, estamos num ambiente de elevada incerteza, tanto sobre o que deve ocorrer quanto sobre quais são as consequências da aplicação das tarifas.

Quando a gente olha para a atividade econômica aqui do Brasil, o Brasil está crescendo pelo quarto ano consecutivo, a uma taxa superior a 3%, bem acima do que as projeções imaginavam no começo do ano e também acima daquilo que indicam os modelos ser o crescimento potencial do país. O PIB cresceu, em 2024, 3,4%, após ter crescido 3,2% em 2023 e 3% em 2022.

Quando a gente olha para esse crescimento, a gente percebe, nessa tendência, que ele é um crescimento que, sim, muitas vezes ele é explicado por essa grande produtividade e exuberância de safras, que foram excepcionais, do agro, mas não só.

A gente está próximo do que a gente pode entender do pleno emprego, até porque nós estamos com níveis de desemprego que estão na mínima da série histórica. Então, mesmo que a gente quebre ali em serviços, em comércio, em indústria e por vários outros indicadores, nós vamos conseguir encontrar ali indicadores que mostram que há um dinamismo bastante acentuado da economia brasileira. Vendas de veículos novos atingiram, em novembro de 2024, o maior nível em cerca de cinco anos, na média móvel trimestral; em fevereiro de 2025, o nível de utilização da capacidade instalada da construção civil atingiu o maior nível em dez anos; e o volume de serviço e comércio está próximo do maior nível registrado da série. Então, não está circunscrito a um setor especificamente, é algo que, como a gente pode perceber, está bastante disseminado na economia.

A gente está, como eu comentei, com a menor taxa de desemprego da série histórica e também observou a queda mais rápida e acentuada da taxa de desemprego da série histórica: ela caiu de 15%, em setembro de 2020, para 6,4%, em fevereiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a renda disponível das famílias também cresceu: 22%, de dezembro de 2021 a dezembro de 2024 – é a maior alta de três anos da série histórica. Então, por diversas métricas que você possa medir, seja relativas a mercado de trabalho, seja em nível de atividade dos diversos setores, o que a gente passa a assistir é a que a economia brasileira mostra um dinamismo excepcional e que ela está bastante aquecida.

O crédito bancário também, como percentual do PIB, está próximo dos maiores valores da história: ao redor de 55% do PIB. O crédito às famílias, tanto livre quanto direcionado, aumentou de menos de 20% do PIB, em 2008, para cerca de 35%, recentemente. E o crédito ampliado às empresas, que envolve empréstimos, títulos da dívida interna e externa, também está próximo ao máximo histórico. A concessão de crédito livre para pessoa física, exceto cartão à vista, também teve crescimento de quase R$14 bilhões, de abril de 2023 para fevereiro de 2025.

Nesse cenário – e aí há um pouco do que o Presidente Senador Renan Calheiros estava comentando sobre o remédio ser amargo e os dois lados –, o primeiro ponto é, e não é por acaso que a comunidade de banqueiros centrais costuma ser unida: a vida do banqueiro central sempre é uma vida de estar meio no contrapé, porque o que o Banco Central tem de fazer, se conseguir fazer bem-feito, é estar numa política anticíclica ou contracíclica, ou seja... Eu usei já a metáfora do chato da festa algumas vezes, mas não é chato da festa porque tem algum tipo de satisfação em ser chato, é simplesmente porque o seu papel é, quando a economia está aquecida, você tentar fazer uma política anticíclica, ou seja, se mais aquecida do que ela poderia e gerando pressões inflacionárias, você deveria tentar segurar a economia, refrear um pouquinho a economia para que essa pressão inflacionária não virasse uma espiral e, a partir daí, como bem disse o Presidente Renan, não se perdesse o controle da estabilidade monetária.

Num caso contrário, quando você vê a economia perdendo dinamismo e desacelerando, é nesse momento que o Banco Central tende a flexibilizar a política monetária, justamente para permitir condições financeiras mais favoráveis ao investimento, ao consumo e à retomada do crescimento. Daí que eu disse que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

costuma ser esse sujeito na festa que, quando a festa está ficando muito aquecida, o pessoal está subindo em cima da mesa, você tira a bebida da festa; mas também, quando o pessoal está querendo ir embora, você fala: "Fiquem, está chegando mais bebida, fiquem tranquilos, vai ter música, podem continuar na festa". Então, você já tem esse papel meio chato de ser o cara que está sempre na contramão, ou seja, quando está todo mundo contente que a economia está dinâmica, como a gente acabou de falar, você é o sujeito que está preocupado com a pressão em preços; e vice-versa, você deve ter um cenário mais de possibilitar flexibilizar a política monetária justamente no momento quando você tem uma desaceleração da economia.

Quando a gente olha para os preços, também a gente percebe que esses preços estão bastante... a inflação acima da meta está bastante disseminada, ela também não é algo pontual. Quando a gente olha para o IPCA, para os segmentos mais voláteis – administrados ou alimentação a domicílio –, a gente consegue enxergar uma inflação que está bastante acima da meta, fora inclusive da banda superior da meta, disseminada por diversos produtos, sejam bens industriais, sejam serviços, seja através do IPCA, ou administrados, ou alimentação a domicílio.

As expectativas de inflação passam, então, a sofrer uma desancoragem. Isto é um elemento muito importante na gestão da política monetária, o manejo das expectativas de inflação. Como vocês podem perceber, ela já vinha parcialmente desancorada ao longo de 2023, e essa desancoragem cresce para todos os vértices, tanto para 2025 quanto para 2026 e para 2027, estando, inclusive, acima da meta em todos os vértices que a gente acabou de colocar.

Então, seja por qual teoria a gente goste de analisar a embocadura aqui sobre a questão de metas de inflação, você reuniu elementos e fatores para iniciar um ciclo de aperto mais acentuado de política monetária; seja porque você está olhando para as expectativas, seja porque você está olhando para a atividade corrente, seja porque você está próximo ou no pleno emprego, a partir da ideia de que está na taxa mais baixa de desemprego, seja também pelo cenário internacional. E aí entra um elemento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

complexidade adicional, que vale eu mencionar aqui, quando você é autoridade monetária de um país emergente, vamos dizer assim, ou de uma economia que não tem uma moeda que é uma moeda internacional.

Aquilo que eu comentei agora há pouco, de que você tem essa... de que a autoridade monetária geralmente está no contraciclo, ou seja, está sempre tentando fazer algo na direção oposta da que está indo a economia – se a economia está andando rápido demais, gerando pressão inflacionária, e o consumo está muito acentuado para aquela capacidade de oferta, subir juros para tentar conter; e o inverso também é verdadeiro, se a gente tiver desemprego, aí tentar flexibilizar as condições monetárias –, essa é uma regra que é praticamente o livro-texto, vamos dizer assim, de um banqueiro central de uma economia avançada. E para uma economia emergente, ele teve de considerar isso mais o cenário internacional, ou seja, a política monetária do país que detém a moeda internacional também tende a afetar o valor da nossa moeda, a dinâmica da nossa economia e, a partir daí, muitas vezes, cabe ao Banco Central ter de responder, aumentando, por exemplo, o prêmio em função de um momento de aversão a risco. Para dar um exemplo hipotético, se eu tenho aqui uma aversão a risco aumentando e você entende que o papel de um país emergente é um papel que detém e apresenta maior risco, muitas vezes você vê autoridades monetárias de países emergentes, mesmo num momento de desaceleração econômica, tendo de manter a taxa de juros mais elevada para manter um prêmio, para oferecer um prêmio maior para quem decidir investir no país e aí conter um processo de desvalorização da sua própria moeda.

A gente costuma medir a atratividade de você estar apostando naquela moeda ou apostando contra a moeda do país pelo *carry*, por aquilo que a gente chama de *carry trade*, que é uma rentabilidade oferecida ao investidor que adquire essa moeda ao longo de um determinado período. E aí o que a gente pode comparar é como é que estava esse *carry*, ou seja, essa rentabilidade de quem estava investindo no real ao longo do ano de 2024. Percebam que vai ser só lá no final mesmo, em dezembro de 2024, que a atratividade de investir no real estava maior do que você investir, por exemplo, em peso mexicano. Esse ponto é relevante, porque neste processo de arbitragem entre moedas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se é percebido que essa atratividade que é paga, que vem de uma taxa de juros mais a variação da moeda, para quem está comprando o peso mexicano beneficia; e para quem está vendido, vamos dizer assim, apostando contra o real, também beneficia, o investidor pode somar essas duas posições e fazer essas duas coisas, ou seja, usar recursos que estão saindo do Brasil e se financiando no Brasil, investindo nessa moeda, como é o caso do peso mexicano, o que promove uma apreciação dessa moeda e uma desvalorização da nossa.

Então, o processo que foi feito no final do ano de elevação da taxa de juros, de estabilização da taxa de juros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... direcionou para que você pudesse ultrapassar o prêmio para quem estava apostando, por exemplo, em moeda mexicana e tornar mais atrativo ou menos atrativo apostar contra a moeda brasileira.

Eu vou passar aqui rapidamente, como o tempo está acabando. Só isso aqui acho que...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Fico.

Aqui acho que tem um ponto que eu acho que era importante, Presidente, falar, que é o impacto que nós temos hoje de repasse cambial para a inflação de alimentos, por exemplo, mesmo quando você está falando de agricultura familiar ou de outras produções em que você fala: "Poxa, mas isso o Brasil não importa". As *commodities*, obviamente, são impactadas diretamente pelo preço internacional, independentemente de a gente exportar ou não, ou de importar ou não, mas, para além disso, o que é importante colocar aqui é o quanto os custos estão ligados ao câmbio. Ali a gente está vendo: mesmo na agricultura familiar, na agropecuária total, quantos por cento são diretamente ligados ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

câmbio; quantos são parcialmente ligados ao câmbio; e não ligados ao câmbio a gente vai ter alguma coisa ali entre 30% e 40%. Então, estamos falando de 60% a 70% da produção de *commodities* e alimentos no país ligados diretamente ou com alguma correlação elevada com a taxa de câmbio. E ali um pouco do quanto que a gente vê esse repasse cambial para a inflação, o que se correlaciona com aquela conversa que a gente comentou, no eslaide anterior, sobre como são vistos esses prêmios comparativamente.

Isso é importante, porque a gente, muitas vezes, fica analisando simplesmente o diferencial do Brasil para os juros americanos ou alguma coisa desse tipo. A brincadeira que eu costumo fazer nesse processo é mais ou menos como aquela história do sujeito que está num safári e que começa a colocar um tênis quando vê o leão correndo, e o outro sujeito diz assim "Mas você acha que você vai correr mais que o leão?", e ele diz "Eu não preciso correr mais que o leão, eu preciso correr mais do que você". Quando você é um país emergente, geralmente os investidores estão olhando como pares esses países emergentes. Então, você vai ser comparado com esses pares, e é muito importante essa comparação entre pares para você entender se você vai ser um polo de atração de investimentos ou de retirada e fuga de capitais.

E isso vai, obviamente, também bater nesse repasse de câmbio para inflação. E, por isso, eu comecei falando tanto da economia internacional, porque a dinâmica que vem das incertezas da política econômica norte-americana, notadamente a política tarifária, tem sido determinante para o preço dos ativos.

Eu vou passar aqui rapidamente sobre o que é o objetivo fundamental do Banco Central, como está previsto na Lei Complementar 179: "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o [...] [BC] também tem por objetivos zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego". É o Conselho Monetário Nacional que determina e fixa a meta de inflação, e ao BC cabe executar as políticas necessárias ao cumprimento da meta, ou seja, uma vez determinado qual é a meta de inflação, cabe à Diretoria do Banco Central, na formação do Comitê de Política Monetária, colocar a taxa de juros num patamar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

viabilize o atendimento e o alcance daquela meta de inflação que foi determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

Por fim, eu queria falar aqui – vou tomar mais cinco a sete minutinhos, mas eu acho que é importante eu falar – um pouquinho sobre o que eu entendo serem os eixos fundamentais aqui, pilares para o que a gente imagina como agenda da autoridade monetária pelos próximos anos.

Um primeiro ponto é o que eu estou chamando de normalização da política monetária. O que eu quero dizer com isso? Se a gente tomar um pouco a história econômica do Brasil, ela é bem destacada ali em três fases, como a gente pode chamar – tanto a história econômica quanto a literatura econômica do Brasil. A gente tem um primeiro momento, que é o momento de industrialização por processo de substituição de importações, que visa justamente superar a condição de ser um país dependente da exportação de uma monocultura, notadamente naquele momento o café. O Brasil era praticamente uma economia exclusivamente dependente da exportação de café e que tendia a importar todo o resto que precisava a partir das receitas que vinham da exportação de café.

Foram 50 anos de processo de industrialização, o Brasil cresceu a 7% ao ano, dobrando o seu PIB a cada dez anos. Ao final dos anos 70, chegou a ser ali provavelmente a economia com um parque industrial dos mais densos e diversificados que a gente tinha na periferia do sistema econômico mundial. Mas, passado esse processo, o que a gente vai enfrentar, ao final dos anos 70 e início dos anos 80, é um processo de tentar superar a inflação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – E aí quem lê qualquer tipo de texto sobre os anos 80 no Brasil vê que era impossível você ser economista e fazer mestrado, doutorado ou qualquer *paper* que não fosse para debater a inflação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O processo inflacionário do Brasil é um processo bastante peculiar que a gente viveu nesse período, existe um grande debate sobre o que é tecnicamente e como é que se define hiperinflação. Eu não vou aqui tomar o tempo das Senadoras e dos Senadores debatendo isso, mas basta dizer que esses processos com inflação acima de três dígitos, muitas vezes de quatro dígitos, quando a gente olha para outros casos históricos, são processos agudos e curtos, ou seja, você viu lá um ano, dois anos, três anos de uma inflação bastante elevada, mas que foi um período mais curto. O Brasil conviveu com essa inflação mais elevada por mais de 15 anos. Ela começa ali acima de 100% nos anos 80, e a gente vai chegar a uma inflação acima de 1.000%; se a gente pegar 12 meses ali no comecinho dos anos 90, chegamos a ter 6.700% de inflação num intervalo de 12 meses. Então, durante 15 anos, a gente teve um processo de uma inflação muito elevada, que foi duradouro, foi o mais duradouro que a gente encontra na história econômica. E aí, naquele momento, o grande debate econômico era como superar esse processo inflacionário, que foi superado a partir de 1994 com o Plano Real.

Obviamente, estamos todos no Banco Central bastante incomodados de não estarmos cumprindo a meta, estarmos fora da meta. Porém, estamos falando de um nível de patamar de inflação muito inferior ao que nós estávamos discutindo antes e muito mais próximo do que a gente vê com as economias avançadas e com as economias emergentes. O que eu acho que sobrou para a gente enquanto geração, neste momento de debate central na política econômica ou em política monetária ao menos, é esse incômodo que existe – e a gente entende e tem empatia com ele – de por que é que o Brasil sustenta durante tanto tempo taxas de juros que são mais elevadas comparativamente aos pares, ou seja, o Brasil tem apresentado taxas de juros que são mais elevadas quando comparado a outros países. Mas colocar a pergunta nestes termos eu acho que não esclarece totalmente a questão.

Quando a gente vai fazer boa parte das reuniões fora do Brasil, o questionamento que surge não é simplesmente por que você está com uma taxa de juros mais elevada comparativamente aos pares, seja uma taxa de juros real alta ou uma taxa de juros nominal alta, mas como é possível um país que sustenta uma taxa de juros que é para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outros países entendida como bastante restritiva ainda apresentar o dinamismo que nós comentamos aqui sobre a economia. Você está com uma taxa de juros que para uma outra economia deveria representar uma taxa de juros muito restritiva. E o que eu estou dizendo é que, com essas taxas de juros, o Brasil está convivendo com a menor taxa de desemprego da série histórica dele, com o maior nível de renda das famílias da série histórica dele e com diversos recordes do ponto de vista de atividade econômica quando eu perpasso vários tipos de indicadores sobre atividade econômica, o que sugere para a gente que talvez os mecanismos de transmissão da política monetária no Brasil não apresentem a mesma fluidez que a gente consegue observar em outros países.

Talvez existam alguns canais entupidos de política monetária, o que acaba demandando que as doses do remédio sejam mais elevadas para que você consiga atingir o mesmo efeito. E aí é óbvio que é desejável que a gente consiga normalizar a política monetária no Brasil, para que a gente possa ter um nível de juros que seja mais semelhante ao que a gente pode enxergar nos nossos pares, mas de maneira que a potência da política monetária seja aumentada, ou seja, que com uma dose menor do remédio se consiga o mesmo efeito, para que o paciente não precise ficar convivendo durante muitos anos com uma dose muito elevada do remédio.

Diferente do caso da estabilidade monetária que foi conquistada com o Plano Real... E eu não quero de maneira nenhuma parecer que foi uma coisa que foi rápida ou simples, os primeiros textos da moeda indexada são discutidas ainda ali no final dos anos 70, começo dos anos 80, e o Plano Real vai ser colocado em prática só em 94. Mas foi perceptível em poucos meses a redução da inflação, a partir da implementação da URV e do Plano Real. Nesse caso, me parece que a normalização da política monetária vai demandar uma série de reformas contínuas, muitas vezes reformas que não estão simplesmente dentro da alçada do Banco Central, e que não vamos ter uma bala de prata disponível, né? Vai demandar bastante debate com a sociedade, discussão, para que a gente possa conquistar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma segunda agenda que é bastante importante é a ampliação do acesso da população a um crédito de menor custo. O que eu quero dizer com isto? É um outro nome para a agenda do *spread* bancário que já está dentro do Banco Central há algum tempo, mas o porquê da alteração? O conceito é bem próximo ao que está sendo colocado lá já algum tempo. Quando a gente analisa, a maior parte das pessoas, muitas pessoas usam, por exemplo, o crédito rotativo como parte da sua renda disponível, para consumo, inclusive. E o crédito rotativo é aquele tipo de crédito que foi pensado para um momento absolutamente emergencial e por isso que ele tem, costuma ter taxas de juros mais elevadas. E ele foi praticamente incorporado por uma fatia da população como renda disponível. Essa fatia da população paga taxas de juros que são múltiplos da taxa Selic. Elas pagam muitas e muitas vezes mais do que a taxa Selic. Essa fatia da população tem uma sensibilidade baixa, inclusive, às alterações na política monetária. Dado que a taxa de juros que ela está pagando é tão elevada, há uma baixa sensibilidade nesse sentido e muitas vezes isso provoca um endividamento maior do que o necessário para essas famílias e afeta, inclusive, estabilidade.

Então, que a gente consiga fazer a substituição desses créditos de maior custo, que são de maior custo justamente porque a gente não tem garantias a serem oferecidas, tem uma baixa colateralização nesse tipo de crédito, para linhas de crédito que são mais planejadas, com garantias, com colaterais. E que se possa aproximar essa taxa de juros praticada para essas famílias da taxa de juros que é a taxa básica de juros absolutamente saudável, tanto para a potência da política monetária quanto para o acesso a crédito por parte das famílias.

Do ponto de vista da estabilidade financeira, eu acho que aí tem um tema de discussão que é global hoje, que basicamente divide ali as discussões sobre estabilidade. Há um consenso sobre o diagnóstico, ou seja, o mundo todo... Quando você fala com as demais autoridades monetárias, há um consenso de que boa parte da liquidez fluiu dos bancos para outros tipos de veículos e muitas vezes também se criaram novos tipos de possibilidades de atores no setor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tudo bem, Senador? Como é que vai? Tudo bem? (*Pausa.*)

Novos tipos de atores que conseguem fazer funções que historicamente eram desempenhadas por bancos, através de algumas combinações. A partir deste diagnóstico, de um lado, você vai encontrar uma posição dizendo assim: "Bom, isso se deu por uma regulação que se ampliou e se elevou em cima dos bancos. O que deveria ser feito é reduzir a regulação em cima dos bancos". E, de um outro lado, vão dizer: "Não, isso se deu por uma possibilidade de arbitragem regulatória, em função do diferencial regulatório. O que se deveria fazer é ampliar a regulação de maneira mais homogênea, que deveria alcançar não só bancos, mas também outras instituições que conseguem desempenhar papéis análogos a bancos". Então, eu, pessoalmente, sou mais simpático à segunda alternativa: a de criar uma isonomia regulatória para se tentar retirar a arbitragem possível nessa isonomia, alcançando, de maneira mais homogênea e isonômica, os diversos agentes e atores.

Por fim, a questão da autoridade monetária e a comunicação. Sabe que esse negócio de comunicar, para o Banco Central, é algo relativamente novo. O Banco Central, até 30 anos atrás, não comunicava nem suas decisões de política monetária. Quando um jornalista queria saber se tinha tido uma decisão de política monetária, ele tinha que ligar para uma tesouraria de um banco e saber: "O Banco Central está pagando mais ou menos na compromissada?". E não era o Banco Central do Brasil, não; era o Banco Central dos Estados Unidos. Começou lá em 1995, só, a partir daí, a fazer comunicação. Então, o Banco Central está aprendendo este processo ainda de comunicar. Acho que a comunicação sobre política monetária virou uma ciência em si mesma. Como as Senadoras e Senadores sabem, hoje, a cada comunicado do Copom, a cada a cada ata do Copom, é estudada cada vírgula, cada palavra, sobre qual é o sentido, qual é o significado de cada uma daquelas palavras. Porém, o Banco Central tende a exercitar este processo de conseguir dialogar com um público mais amplo, não dialogar simplesmente com quem monitora e acompanha as decisões de política monetária. É uma demanda, é uma necessidade, seja por uma questão de prevenção a golpes, prevenção a fraudes, seja porque ele precisa informar sobre medidas que vão impactar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vida das pessoas no cotidiano. Alguns bancos centrais estão sendo mais ousados. Existem bancos centrais, inclusive, em que o Presidente do Banco Central está cantando *jingles* com atores. Eu prometo que os Senadores não vão precisar passar por isto de ver o Presidente do Banco Central cantando *jingles* ou coisas desse tipo. (*Risos.*)

Mas achar linguagens que são mais acessíveis e como é que a gente consegue comunicar com a população é um desafio, para permitir a gente poder explicar o que a gente está fazendo e por que a gente está fazendo.

Quanto ao avanço institucional em excelência, ele se correlaciona com o terceiro, ou seja, acho que ocorreram grandes transformações no sistema financeiro, muitas delas impulsionadas pela agenda de inovação e competição do Banco Central. Essas transformações e mudanças do mercado financeiro precisam de uma transformação proporcional nas ferramentas de que o Banco Central dispõe para poder fazer o processo de supervisão e fiscalização dos entes no mercado financeiro.

Eu vou só passar pelo Pix um segundo e aí eu encerro.

Aqui é um pouco da agenda evolutiva que a gente está programando para questão do Pix. O Pix por aproximação já está funcional, já está operando, a depender do tipo de tecnologia que o seu aparelho celular tem ou do modelo do seu aparelho celular, e ele possibilita essa realização de pagamento por meio de aproximação, aumentando a rapidez e a segurança na transação e melhorando a experiência do usuário. A gente vai ter também o Pix Automático, que vai permitir pagamento recorrente por meio do Pix, como conta de luz ou assinatura de *streaming*.

Isso é interessante porque – só para dar dois exemplos aqui – a gente tem mais de 60 milhões de pessoas que não têm acesso a cartão de crédito, que hoje não têm cartão de crédito e que vão poder assinar serviços como esses sem precisar ter um cartão de crédito ou algo que muitos de nós já podem ter sofrido na vida, que é quando você tem o seu cartão de crédito clonado em alguma compra que você fez e é obrigado a cancelar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tudo e refazer tudo. Se você tiver um Pix Automático, esse risco não existe, você está mais seguro.

O Pix Parcelado vai possibilitar o parcelamento de transação de Pix para compra, para o comprador, com o recebimento imediato para o vendedor, estimulando o uso do Pix no varejo para compra de bens e serviços, até de valor mais elevado, gerando novas alternativas mais competitivas para o mercado. Então, é a ideia de que você possa também parcelar pelo Pix. Você vai conseguir chegar ao varejo e poder parcelar pelo Pix, um instrumento bastante importante.

O MED (Mecanismo Especial de Devolução) vai permitir contestar transações de Pix que podem ter sido algum tipo de golpe que você sofreu. Então, você vai conseguir facilmente ali contestar pelo próprio aplicativo e você vai conseguir rastrear esse dinheiro por um número maior de contas para que você consiga ter a devolução desses recursos.

E, por fim, o Pix em Garantia, para quem muitas vezes não tem nenhum tipo de salário recorrente, é um autônomo, é um empreendedor, mas que tem um fluxo de recebíveis que é percebido através de uma chave Pix, e esse fluxo de recebíveis percebido pela chave Pix possa servir como um fluxo de garantias para um financiamento, né?

No crédito imobiliário, há também um desafio que é importante eu ressaltar aqui. A gente vem assistindo a uma queda do volume de recursos na poupança. A poupança é o mecanismo de financiamento, de *funding* para o crédito imobiliário. Há uma grande discussão se isso é conjuntural ou estrutural. Eu sou daqueles que entendem que é uma redução mais estrutural, e a gente vai precisar migrar para um novo modelo de *funding*. Isso não vai ser feito do dia para a noite, isso tem que ser gradual, e a gente vem discutindo já alternativas de *funding* se aproximando de captações de mercado, para que a gente possa financiar o crédito imobiliário.

O Open Finance, que já é bastante conhecido para priorizar a facilitação do processo de portabilidade de crédito e criação de um *marketplace* de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Drex, como eu já tenho dito, não é exatamente uma moeda digital de Banco Central, como é pensado na Europa, por exemplo. Ele é uma infraestrutura que permite, através de contratos inteligentes e da tokenização, conseguir ampliar aquela ideia que eu comentei de colateralização, você ter a custódia do bem e do ativo numa única infraestrutura para aumentar a colateralização.

E, por fim, um fluxo padronizado de informações de transações financeiras, um birô de crédito, para que, através de acesso à informação, o crédito também possa ficar mais barato.

Peço desculpas por ter me estendido demais, Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Dr. Galípolo e passamos agora à fase das perguntas, da interpelação, na forma do Regimento.

Nós tínhamos dito que, dependendo do número de inscritos, até para garantir uma melhor evolução da audiência pública, do debate e, evidentemente, facilitando a participação de todos, nós faríamos blocos de três Senadores.

Cada Senador terá direito, na forma do Regimento, a fazer pergunta por cinco minutos. O Presidente do Banco Central terá tempo igual para responder a pergunta. O Senador, se desejar, terá direito à réplica e, em seguida, a tréplica.

Nós temos inscritos, pela ordem, o Senador Vanderlan Cardoso, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Oriovisto Guimarães, Leila Barros e Cid Gomes.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Vanderlan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Renan, a quem cumprimento.

Presidente Gabriel Galípolo, os meus cumprimentos, parabenizando pela condução à frente do Banco Central.

Colegas Senadores e Senadoras...

Presidente, como o senhor bem sabe, as taxas de juros no Brasil estão em 14,25% ao ano; a inflação medida pelo IPCA, em 0,56% em março, com um acumulado de 5,48% nos últimos 12 meses, e projeção do Boletim Focus divulgado hoje de 5,57% para o final deste ano. Temos, então, uma taxa de juros real de mais de 9% ao ano.

Nos Estados Unidos, Sr. Presidente, que V. Exa. já citou como exemplo, a taxa de juros está em 4,25% e 4,5%; e a inflação está em 2,4% no acumulado de 12 meses até março de 2025, com uma expectativa para o ano de 3,6% em março de 2025.

Conforme pesquisa da Universidade de Michigan, a taxa de juros real nos Estados Unidos é de cerca de 2% ao ano, podendo chegar a menos de 1% ao final deste ano.

Diante deste cenário, vimos que o Presidente Donald Trump está pressionando fortemente o Presidente do FED, o Banco Central dos Estados Unidos, a baixar a taxa de juros urgentemente – palavras do Presidente Trump.

Eu quero aqui também fazer um comparativo, Presidente Gabriel. Muito se falou dessa última fala do Presidente de querer trocar o Presidente do Banco Central americano, mas eu tenho uns dados aqui que pedi de um outro país que está em ascensão, crescendo até mais do que o Brasil, com muito mais exportações do que o Brasil, que é o Vietnã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Vietnã, em um dia desses, virou cinza, Esperidião Amin, com a guerra que houve com os Estados Unidos. Então, ele ressurgiu das cinzas. Era um exportador de arroz, de café, e hoje exporta valores agregados – tem valor agregado.

Nós temos ali, em 2024, uma exportação de US$405 bilhões, contra US$340 bilhões do Brasil; uma inflação de 3,63% em 2024 – no Brasil, 4,83% –; e a inflação para 2025 está projetada em 3,13% – no Brasil, 5,48%. Taxa de juros atual no Vietnã: 4,50% ao ano; ou seja, menos de 1% de juro real; e aqui no Brasil, 14,25%. A projeção da Selic para este ano – é uma projeção, e creio que pode não se concretizar – é de 15%. O PIB do Vietnã, 5% em 2024; o do Brasil, 3,4%. O PIB projetado para 2025: Vietnã, 6%; Brasil, 2%.

Então, esse comparativo eu procurei fazer entre Estados Unidos e um país em crescimento, como está o nosso país, o Vietnã.

Então, eu gostaria aqui de saber de V. Exa., Presidente... Eu falava há pouco aqui com o meu Líder aqui, no Senado, Jaques Wagner. Eu venho do setor da indústria. Esse setor está padecendo muito. V. Exa. sabe – já conversamos sobre isso – como o setor de serviço, o setor do comércio, do agro têm sofrido bastante com essas taxas de juros. Falava ao Senador Jaques Wagner, graças a Deus, nas nossas empresas, é política nossa não dever, mas dos amigos que eu tenho – são inúmeros, em vários estados, inclusive Estado da Bahia, Estado de Goiás, Maranhão, Tocantins, Minas Gerais –, tem muitos deles que estão fechando, Presidente Renan, por condições. Alguns pegaram recursos dos fundos constitucionais – no caso nosso, do Centro-Oeste, o FCO – com uma taxa; com esses aumentos aí, estão se vendo numa condição de ter que leiloar, vender suas empresas, e muitos deles não estão nem conseguindo fazer isso.

Nós temos aí um crescimento previsto para o país, e o mercado está aquecido, não é? A nossa sorte é que o mercado está aquecido, mas até quando, não é?

Então, gostaria, só fazendo esse comparativo... Um país que foi destruído pela guerra, que virou pó realmente. Eu conheço aquele país que está construindo para todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os lados. Acredito que V. Exa. também conheça. Eu estive lá esse tempo atrás, visitando ali os países da Indochina, Presidente Renan. Todos eles estão num crescimento muito acelerado, uns pelo turismo, outros pela indústria, pelo comércio, pela área de serviço, que é o caso do Vietnã.

Com os cenários que V. Exa. mesmo já colocou aí, de cenário externo, essa questão desse tarifaço aí do Donald Trump, eu vejo, Presidente, que esse tarifaço vai beneficiar muito o país. Falava ali dentro para o nosso Presidente Renan, nós tínhamos fornecedor na China de produtos que a gente comprava para fazer promoção ali, na nossa empresa, e, em oito anos que nós deixamos de comprar, eles nunca ligaram para saber o que tinha acontecido. E agora já ligaram várias vezes. Inclusive tem...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Não atendeu?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu tanto atendi que mandei uma equipe nossa, Senador Jaques, lá para a China, na feira de Cantão, ali em Guangzhou, para visitar e para ver se realmente é o que eles estão falando, mas houve uma queda já brusca nos preços que estavam praticando, certo?

Então, a opinião de V. Exa. sobre essa questão... Porque eu acho que a pauta aqui hoje vai ser isto: a nossa choradeira, de todos aqui, é com relação aos juros mesmo e se há previsão aí realmente de a gente combater isso de outra forma, não é? Nós precisamos de uma luz, Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze. Com a palavra a V. Exa.

Nós temos agora dez inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, o décimo é exatamente V. Exa. Estamos fazendo blocos de três Senadores para garantir uma participação mais efetiva de todos.

Com a palavra V. Exa., Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, primeiro quero cumprimentar o Presidente Galípolo por sua apresentação.

O meu assunto é um pouco diferente do Vanderlan, mas diz respeito ao meu estado. Nós estamos sofrendo um problema sério com a agricultura, que hoje é o carro-chefe da economia brasileira.

Em seis anos, tivemos quatro estiagens e uma enchente. Produtores... Inclusive, estão aqui agora a Luciane Agazzi, de Tapes, e a Vereadora Andressa, que representa Bagé, representando um grupo que tem uma audiência pública hoje à tarde, Deputado Afonso Hamm, tratando desse assunto. E esse assunto, Senador Hiran, virá também a esta Comissão.

A gente está propondo um tipo de securitização. Ao longo desses anos, para V. Exas. terem uma noção, nós perdemos praticamente um PIB do Estado da Bahia, Senador Jaques Wagner, mais de R$400 bilhões. Mais de 200 mil produtores, Senador Esperidião, estão hoje afetados pelas estiagens e também por essa enchente. Daí que a gente busca uma nova securitização.

No ano 2000, Malan era o Ministro da Fazenda; Pratini era o Ministro da Agricultura, e com eles nós ajustamos – com o Malan e com o Pratini – uma securitização dos débitos dos agricultores brasileiros. Era Brasil naquele momento, e hoje nós estamos precisando para o Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aquele fato, Sr. Galípolo, foi fundamental. O Brasil ali, Renan, naquele momento, passou de 90 para 120 milhões de toneladas – Fernando Henrique plantou com 90 e Lula colheu com 120 –, aumentou quase 50%, e hoje nós estamos em 320 milhões de toneladas. Aquilo alavancou o crescimento da agricultura brasileira.

Vi V. Exa. falando sobre os preços, a inflação, alimentos, enfim. Imagine nós, do Rio Grande do Sul, que não temos produção. Então, esse é um problema sério, nós precisamos de uma ajuda do Banco Central. Já estamos conversando com o Ministro Fávaro, Paulo Teixeira e também com o próprio Ministro Haddad, a equipe dele, tratando desse assunto, porque nós precisamos de uma definição sobre esse tema, é uma nova securitização.

E, basicamente, o que nós fizemos naquela ocasião com Malan e com Pratini é possível fazer agora, de uma medida que não impacte praticamente nos custos da União, porque se paga numa modalidade de securitização que nós estamos propondo, e podemos usar até o Fundo Social, já foi usada uma parte para a enchente do Rio Grande do Sul ano passado e tem um recurso.

Essa é a forma como nós precisamos da sua ajuda para nós podermos trabalhar e resolver o impasse dos produtores, porque muita gente não planta mais a próxima safra. E quanto à nossa economia, para vocês terem uma ideia, com o tamanho desse PIB – e se pegar os últimos cinco anos, o Brasil está crescendo 2%, 3%, nós não estamos crescendo no Rio Grande do Sul em função desse problema –, o estado está perdendo, não apenas os produtores.

Portanto, é uma ajuda que a gente pede a V. Exa. Vamos conversar com a sua equipe lá para nos ajudar também a buscar solução e saída. As prorrogações que estão vindo para o ano que vem, para a outra safra, não resolvem o nosso problema. É uma questão muito mais ampla, que precisa ser resolvida.

Então, é a minha colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Sr. Galípolo, a primeira não é nem uma pergunta, mas eu preciso enfatizar a importância da autonomia de um Banco Central.

A lei aprovada neste Senado, em 2021, rende frutos, por exemplo, a sua presença aqui, que é prevista no art. 11. Então, as leis que a gente faz aqui quase sempre colaboram muito para isso. E nós estamos agora com uma PEC de autoria do Senador Vanderlan, da qual eu sou o Relator. O relatório já foi colocado no sistema, e a gente notou que o Governo protela. Isso é normal no Parlamento; essa protelação é normal, é normalíssima. Com a mudança, saindo o Roberto Campos e entrando o senhor, a gente precisa acelerar se a gente vai votar ou não.

Quando eu conversei com o senhor antes da sabatina, o senhor me convenceu de que tem conhecimento da PEC e que é favorável a grande parte dela. Então, aqui vai um pedido para que nós possamos acelerar.

Eu já tenho recebido mensagens do Governo. O Senador Rogério Carvalho e o próprio Senador Jaques Wagner estão sinalizando que a gente pode avançar.

A pergunta seria esta: se a gente pode acelerar, o quanto antes, a PEC 65, porque aí a autonomia vai ser bem mais ampla e vai permitir, inclusive, aquela exposição de Pix, a diversificação do Pix, que a gente fala, mas o BC tem problema de pessoal, com poucas pessoas e pessoas saindo. Então, eu acho que essa autonomia financeira, fiscal e orçamentária vai proporcionar o avanço no Pix, que foi um avanço da gestão passada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Vanderlan falou dessas críticas do Presidente Trump ao BC. É claro que ele tem problemas, mas eu pergunto: até que ponto, não em números, não em fração, ele aumenta o custo para trazer a inflação para a meta? Eu acho que tem problemas aí. Eu não sou da área, embora seja o autor da lei que deu autonomia ao Banco Central, nem especialista, mas a gente nota que tem problema. Vai ser muito alto o custo dessas críticas do Trump ao BC americano ou a gente passa sem nenhum problema?

Eu ouvi – acho que eu talvez tenha escutado mal; no começo eu devia estar no telefone – que o senhor falou que nós estamos próximos ao pleno emprego. Eu ouvi isso então. Eu gostaria de uma exposição sobre isso para que eu pudesse entender, de uma forma bem didática, porque, como leigo, eu vejo isso muito longe, muito longe, para não dizer bem impossível, sim.

E, por último, quero enfatizar essa abertura do diálogo pelo BC. O BC faz parte da vida no dia a dia. Eu aprendi isso com a lei da qual a gente foi autor e, agora, com o relatório. Eu acho que é muito bom esse diálogo, essa coisa transparente. O que é o BC? É uma coisa de outro mundo? Não é de outro mundo e diz respeito a todos nós.

Então, como o senhor pode observar, seriam observações e só a curiosidade. E eu tenho certeza de que a gente vai, logo, logo, se encontrar, para que nós possamos levar adiante a PEC 65.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu vou começar tentando fazer um *mix* entre o que o Senador Vanderlan falou e o que o Senador Plínio comentou sobre a questão dos Estados Unidos.

De um lado, a questão do Vietnã é interessante, porque o que acabou acontecendo foi: desde o momento em que a China entra na OMC em 2001, a expectativa que existia – e foi o anúncio que o Clinton fez – é que as empresas americanas teriam acesso a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos maiores mercados consumidores potenciais do mundo, dado o tamanho da população. E ao que a gente assistiu foi meio que a um processo inverso, ou seja, as empresas, a oferta se deslocou para lá, especialmente aquela oferta que é intensiva em manufatura para a China e para a periferia da China, lá no Sudeste Asiático, e de lá passaram a exportar para os Estados Unidos, para a Europa e para outros países essas manufaturas. Daí o crescimento que a gente vê vertiginoso. O Brasil exportava muito mais do que a China nos anos 80, por exemplo. E hoje a China exporta muitas vezes o PIB do Brasil.

O que começa a acontecer, a partir da primeira vitória do Trump, do início da guerra tarifária, é que essa articulação das cadeias produtivas que havia sido criada começa a sofrer algum tipo de desgaste, que vai se acentuar com dois eventos que são choques de oferta: a pandemia e a invasão da Ucrânia. Esses dois eventos vão acentuar a desarticulação dessas cadeias produtivas que haviam sido montadas numa ideia de que a manufatura estava intensiva lá, nós exportávamos *commodities* e o consumo continuava vindo da Europa Ocidental e dos Estados Unidos para fazer uma redução aqui empobrecedora.

E aí a gente começa a assistir que alguns países passam a ter elevação na participação das exportações para os Estados Unidos. O Vietnã é um deles, o México é outro, assim como outros países – países, inclusive, que são hoje acusados pelo Governo americano de serem um lugar onde o produto que sai da China passa para sofrer algum pedaço dessa manufatura, antes de chegar até os Estados Unidos. No caso do México, as acusações costumam ser mais graves até, por parte do Governo americano, ao dizer que existem regiões em que se faz só colocar na embalagem, eles chegam a dizer publicamente.

Mas o tema, que é curioso, até o final do ano passado, o que se imaginava era o seguinte: bom, como essas economias, como é o caso do Vietnã ou do México, têm uma articulação muito maior com a economia norte-americana – e o que se esperava é que a economia norte-americana ia manter essa sua exuberância, essa pujança que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava assistindo –, se imaginava que o Brasil não está tão articulado, tão lincado com a economia norte-americana, logo é melhor apostar em México ou é melhor apostar em uma economia como essa. Agora, dada a guerra tarifária, a coisa se inverteu, ou seja, a diversificação que o Brasil tem do ponto de vista da sua pauta comercial e o fato de que o Brasil tem um mercado doméstico que é bastante relevante para sua atividade econômica – o fato de o comércio internacional ter um peso que não é tão grande quanto nessas economias, por seu dinamismo na economia – passaram a apresentar o Brasil como um potencial local de proteção, vamos dizer assim.

A ideia não é que fica melhor com a guerra tarifária, mas voltamos àquela ideia da relatividade. Na comparação com os pares, o Brasil pode ser uma economia que sofra menos, comparativamente com os pares, e por isso se destaque positivamente pela sua diversificação na pauta comercial, nas relações comerciais e pela relevância do mercado doméstico do ponto de vista de dinamismo.

Existe inclusive uma pesquisa, um *research* como a gente costuma chamar aqui, um centro de pesquisa de mercado privado que costuma fazer análises e que recentemente publicou, inclusive, assim: "olha, se você for comprar algum tipo de título público, evite Europa ou Estados Unidos, compre do Brasil". É uma coisa que seria inimaginável, alguns anos atrás, você ver uma recomendação nesse sentido, mas essa recomendação vem dessa ideia de que a diversificação e o mercado doméstico podem oferecer algum tipo de proteção adicional.

O que linca com a questão do Powell, também, que eu gostaria de falar. O Powell passa por essas duas crises, por esses dois choques de oferta, ou seja, o choque da pandemia e o choque da invasão da Ucrânia, e estava conseguindo entregar algo que é raro de a gente ver na prática – que é conhecido em livro e texto, mas é raro de a gente ver na prática –, que é uma aterrissagem suave que a gente chama. Ele tem ali o duplo mandato, então ele estava conseguindo entregar uma inflação que vinha convergindo gradativamente para a meta, com uma economia aquecida, em pleno emprego e com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exuberância que a gente vinha vendo em todos os mercados, tanto no mercado de dívida, quanto no mercado de ações americano.

E, agora, esse terceiro choque tarifário vem bagunçar um pouquinho o que ele vinha fazendo e, provavelmente, criar pressões, de um lado, inflacionárias, pela tarifa, e pressões do ponto de vista de atividade econômica, e o quanto cada uma dessas coisas vai se sobrepor é que está todo mundo meio analisando. É um cenário onde a desaceleração é mais forte, e isso provoca desinflação, exporta desinflação para o mundo todo, ou é um cenário de uma desaceleração mais acentuada, que vai provocar a necessidade de uma aversão a risco e uma corrida para ativos mais seguros? Essa é um pouco a discussão que está sendo colocada e o quanto... E você vai ver as falas dos diretores do Banco Central americano olhando para os dois lados. Tem gente que diz assim: "olha, você deve migrar para uma posição de combinação de oferta e cadeia produtiva menos eficiente a partir das tarifas. Logo, você deve conviver com preços mais elevados". E tem gente que vai dizer: "não, vai ser um impacto de uma vez só, como se fosse um degrau que acontece uma vez só, e, uma vez acontecido isso, você não continua tendo inflação, porque a inflação é a aceleração, não é o nível. Então, você não vai continuar mais tendo inflação". Então, tem um pouco dessa discussão de o quanto – a gente está assistindo como é que o Banco Central americano vai reagir – é possível esperar passar o choque de oferta ou o quanto o Banco Central tem que ter uma função de reação para o choque de oferta. Mas o Powell tem sido, tem reiterado que o mandato é um mandato de estabilidade monetária, e eles têm esse comprometimento com a persecução da estabilidade monetária.

Do ponto de vista do pleno emprego, Senador, o que a gente mostrou aqui foi qual era o nível que a gente está, olhando para a série histórica. Então, a gente está no nível mais baixo de desemprego da série histórica. Sabe que nós economistas costumamos ter problemas de falhar pelos dois extremos. O senhor vai encontrar economistas que acham que o Brasil nunca está em pleno emprego, logo, nunca deveria o Banco Central reagir subindo os juros; e o senhor também vai encontrar economistas que defendem que o Brasil está sempre em pleno emprego. É um desemprego de 11%? É o pleno emprego do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil. É um desemprego de 13%? É um pleno emprego do Brasil. Eu costumo tentar fugir dessas duas caudas extremas.

Então, o que a gente pode assegurar é: a gente nunca teve um nível de desemprego tão baixo na série histórica. E, para além disso, ela nunca caiu tão rápido, ou seja, o desemprego nunca teve uma com uma queda tão acentuada. E, do outro lado, a renda também, ela sofreu uma elevação bastante acentuada, dos maiores dos níveis históricos, atingindo também um nível bastante elevado. Essas duas composições... Eu ousaria dizer que, independentemente da matiz econômica a que a pessoa possa estar afiliada – isso não é desejável que seja uma influência do ponto de vista do Banco Central, assim como no caso, para dar um exemplo aqui, um paralelismo judiciário, o que o juiz leu ou deixou de ler não deveria influenciar a sentença –, quanto mais o Banco Central conseguir ser objetivo, como o senhor falou, transparente e técnico nas suas decisões, melhor para a estabilidade monetária do país.

Mas, neste processo de você analisar razões para você ter um aperto do ponto de vista da política monetária, quando você vai somando todos esses indicadores que mostram que a atividade econômica está para níveis, olhando para a série histórica, em patamares bastante acelerados, foi isso que levou o Banco Central a migrar para um patamar de taxa de juros que possa estar restritivo com alguma segurança. Aí, os economistas costumam utilizar essa definição de taxa de juros neutra, que é para entender aquela taxa de juros que, numa redução empobrecedora, nem acelera, nem freia a economia. Então, como você quer, agora, frear a economia, você tem que botar essa taxa de juros num patamar acima da neutra. Então, o que o Banco Central está fazendo é migrando para um patamar em que ele tenha alguma segurança de que está num patamar restritivo. E a gente está tateando agora, nesse ajuste, se a gente está num patamar restritivo suficiente, qual é esse patamar restritivo suficiente, ao longo desse ciclo de alta que nós ainda estamos fazendo.

Relativo à PEC, eu acho que é muito importante eu fazer esse diálogo com os servidores que eu venho fazendo, ao longo do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe, Senador, que eu sou relativamente novo nesse processo do debate público, e eu aprendi que existem algumas palavras, às vezes, ou algumas terminologias que, em vez de ajudar, atrapalham. Às vezes você está discutindo alguma coisa com a pessoa de uma maneira absolutamente civilizada, aí você usa uma terminologia e aquilo provoca um gatilho em que as coisas, as posições se cristalizam de maneira antagônica, e a gente não consegue mais dialogar.

Conversando com os servidores – e não quero aqui falar em nome deles. Eles têm todo o direito de se manifestar, e peço até que eles que se manifestem sobre isso –, o meu sentimento é de que não há... Há uma unanimidade na casa sobre a necessidade de haver uma modernização e uma atualização sobre o arcabouço orçamentário, financeiro e legal da autoridade monetária, para que ela possa responder às suas atribuições.

Há, sim, uma discussão – que ainda não está pacificada – relativa a questões do regime trabalhista dos servidores do Banco Central, e isso, sim, tem uma divisão.

Eu não tenho a pretensão de chegar a um consenso dentro da casa, após tantos diálogos que eu já produzi ali dentro, mas o que eu acho que é importante é que a gente consiga escapar de uma polarização dentro, genérica, que usa uma terminologia e, a partir dessa terminologia, cinde a casa, e a gente conseguir confinar para quais são as divisões e quais são os pontos de divergência existentes, porque às vezes acontece mesmo. Você pode conversar, conversar, conversar, e chegar ao final e dizer "bom, eu entendo que eu prefiro esse modelo", e o outro vai dizer "eu entendo que eu prefiro esse modelo".

Mas eu diria que há, sim, um elevado consenso da necessidade de atualização do arcabouço financeiro, orçamentário e institucional do Banco Central, para que ele possa responder aos desafios e manter a excelência nos serviços que ele já presta e nos que ele vai precisar ainda prestar, adicionais.

Sobre o tema da questão dos impactos climáticos e, efetivamente, dessa política – a ser desenvolvida – de securitização, primeiro, o tema dos impactos climáticos é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que tem tomado o tempo e a atenção de todas as autoridades monetárias. Eles têm ocorrido de maneira cada vez mais disseminada. Diferentemente do que costumava acontecer antes, em que você tinha um impacto que era pontual, esses impactos, hoje, como acontecem de maneira disseminada, tendem a afetar e ter um choque de preços maior – no mundo como um todo isso –, e isso gera uma combinação bastante perversa para países emergentes de baixa renda, porque, se a gente olhar, o esforço financeiro que foi feito por países de alta renda, os países avançados, foi muito maior do que o dos emergentes e, especialmente, de baixa renda. Eles se endividaram muito mais para responder, por exemplo, à covid.

Esse endividamento maior impôs a esses países uma necessidade de financiamento e rolagem de dívida ainda maior. Essa oferta maior de títulos públicos por parte deles impõe um custo de rolagem de dívida mais alto, juros mais altos. Como os juros dos países emergentes e de baixa renda é o deles mais alguma coisa, via de regra, isso impõe um custo mais elevado para esses países. E, quando a gente olha para países de baixa renda e boa parte dos emergentes, muitos deles dependem da exportação de *commodities*, especialmente de produtos agrícolas, para terem acesso a recursos internacionais.

Então, você está tendo esses países pagando juros mais altos para acessar esse recurso e com mais dificuldade para exportar os seus bens, em função de uma mudança climática pela qual a maior parte desses países não é responsável. Eles não são os principais emissores de poluentes. Então, esse é um tema que vai demandar cada vez mais de a gente estar atualizando as políticas e entendendo como enfrentar isso.

Como o senhor sabe, as políticas públicas não são desenhadas pelo Banco Central. O Banco Central tem dentro do seu mandato a estabilidade financeira e a estabilidade monetária, mas, sempre, o Banco Central vai estar sempre à disposição para dar todo o apoio técnico na formulação, no desenvolvimento, no subsídio técnico e depois na implementação das políticas públicas que os Poderes desenharem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto aos Senadores Vanderlan, Plínio Valério e Luis Carlos Heinze se desejam adicionalmente fazer alguma pergunta ou alguma colocação.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – É só uma observação, Presidente.

Ainda nesse comparativo dos Estados Unidos com o Brasil, Presidente Gabriel Galípolo, são dois Presidentes com ideologias diferentes, totalmente diferentes, mas os dois querem que os juros baixem nos seus países, o Presidente Lula aqui no Brasil – foi assim com o Presidente anterior, Bolsonaro – e o Presidente Trump, que, até de uma forma truculenta, tem manifestado ali palavras até de ódio contra o Presidente do Banco Central americano. Era só essa observação. São dois Presidentes com ideologias distintas, totalmente diferentes, mas neste ponto convergem: a queda de juros. É só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Plínio Valério. Com a palavra, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – A título de informação, no dia em que nós estávamos prestes a votar aqui o relatório, que tinha manifestantes a favor e contra lá, eu fui a um dos que eram contra, dos trabalhadores. E eu lembro que eu peguei o relatório e falei: "está aqui, se vocês me mostrarem que tem uma vírgula prejudicando o servidor, eu mudo na hora. Levem e digam o que vocês querem, porque a gente tem que blindar o servidor de A e B". E a questão não era essa: "Não, a questão não é essa. A questão é se é empresa pública, privada ou mista". Aí já foge disso, aí não compete a mim discutir isso com o servidor que está satisfeito, porque, se eu pedi que eles fizessem a observação, se eu entreguei o capítulo ao servidor para que eles fizessem as mudanças necessárias e não fizeram, há de se supor que concordam. E a unanimidade nós sabemos que não se consegue, não é, Presidente? Era só a observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Luis Carlos Heinze...

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner. Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – Bom dia ao Presidente Renan. Bom dia ao Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central, a todos os colegas Senadoras e Senadores que estão aqui nesta sessão, que eu acho extremamente importante.

Primeiro eu quero, evidentemente, elogiar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Presidente Galípolo, algumas vezes até mal compreendido ou mal transmitido por aqueles que fizeram a transmissão, como aquele episódio do Pix, que virou uma grande... um susto, que na verdade não tinha nada de susto; era uma tentativa de alcançar o uso indevido das *fintechs* ou de outros para a circulação de dinheiro dos traficantes. Então, como o Governo Central mudou os orientadores da sua comunicação, espero que também no Banco Central vocês mudem para a gente não pagar um preço afora aqueles que temos que pagar.

Dito isso, eu queria voltar ao tema dos juros, até porque recentemente tivemos uma conversa – eu, o Presidente Renan e o Ministro da Fazenda, Haddad – e estávamos discutindo essa questão.

Em 2004, eu fui o condutor do chamado conselhão, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, à época, com 90 membros que iam desde a área bancária, dos grandes bancos, até o movimento social, era um caleidoscópio da nossa sociedade. E a primeira missão que me foi dada foi buscar uma agenda nacional de desenvolvimento que pudesse ser perene e, portanto, representasse efetivamente um desenvolvimento com musculatura. Depois de um ano de debate com 90 pessoas, como eu já disse, de vários setores, por unanimidade – foram debates em São Paulo, no Rio –, a pergunta era: qual é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o maior obstáculo para o desenvolvimento pleno do Brasil? E, para mim foi até uma surpresa, todos apontaram as discrepâncias sociais e regionais como elemento fundamental, ou seja, o excesso de concentração de renda e uma massa sem acesso a quase nada. Eu não vou repetir aqui números que todos os Senadores sabem de quantos ganham acima, por exemplo, de R$5 mil, e tudo isso que nós já sabemos. O nosso país tem uma desigualdade que, na minha opinião, está na raiz do problema de desenvolvimento, porque acaba que você fala e pensa o país para 10%, 15%, 20%, ou seja, 40 milhões de pessoas, um belo mercado, mas nós temos 80% fora, pelo menos, de uma forma mais segura. Então, eu acho que a gente não pode abandonar o debate sobre os juros.

E eu queria aproveitar uma fala sua há pouco que diz que, estranhamente, no Brasil, diferentemente de outros lugares, o processo agudo de inflação altíssima, que poderia durar um, dois anos em qualquer país, aqui durou quinze. Aí é de se perguntar: por que as pessoas se acomodaram naquela quadra até que chegasse o Governo do Presidente Fernando Henrique e tivéssemos uma elaboração, com o real, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que pudesse conter esse processo que eu entendo que vivemos até hoje? A pergunta que eu faço é: não está na hora de lançarmos um desafio a nós mesmos, Senadores? E aí eu falo fora da ideologia, porque esse é um problema para todo mundo, independentemente se o cidadão é liberal, se é conservador, se é progressista, seja o que for.

O problema dos juros foi relatado aqui por um empresário e é relatado por um agente do endividamento das famílias também. Aí eu pergunto: V. Exa. mostrou aquele gráfico de quanto é a atratividade de um país. E, para mim, me chamou a atenção, porque tudo bem que a gente precisasse fazer alguma oferta, e nós não temos só juros para pagar, porque nós temos uma mão de obra que eu considero excepcional, uma natureza que eu considero excepcional. Então, para a atratividade daqui, com estabilidade jurídica, com toda a dificuldade que agora eu espero que diminua com a reforma tributária, nós não temos só isso. E quando o senhor mostra aquele gráfico, o *gap* entre Colômbia, México e Brasil vai de zero a 100, é muito grande. Então, eu fico me perguntando: nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos utilizando inteligentemente essa busca de competitividade ou a gente está, desculpe o termo, dando de barato o que a gente tem de atratividade?

Eu tenho um irmão que trabalhava em multinacional, e ele disse que, na reunião que ele tinha com os colegas empresários, diziam: "Olhe, eu não entendo nada que acontece no seu país. Eu tomo dinheiro aqui no banco da Inglaterra – é óbvio que eu corro o risco do real –, aplico lá, pego o dinheiro, volto aqui, pago o que eu tomei e ainda me sobra um trocado – um bom trocado". Então, ele dizia assim: "Como é que vai funcionar isso? Como é que vai respirar uma economia?".

Apesar de V. Exa. ter dito que, mesmo com esses juros, estamos com muitos indicadores, eu sei que hoje o chamado mercado sempre aponta: "Não, mas as expectativas não são boas". Quer dizer, é uma luta contra a realidade. Você tem uma realidade, mas o futuro provavelmente está comprometido com isso e com aquilo. Então, na verdade, é mais do que uma pergunta para um comentário seu.

E aproveito, Presidente Renan... Eu acho que a CAE é o espaço para a gente fazer um debate oxigenado. Não precisa fazer um debate entrincheirado porque, se for entrincheirado, nós não vamos para lugar nenhum. Por que o Brasil tem que, com todas as condições de desenvolvimento, pagar fora... O Senador Vanderlan falou aqui. É óbvio que o sistema, o regime do Vietnã é outro, não é o nosso. Eu me lembro de que, quando eu era Ministro do Trabalho, alguns empresários me procuravam e diziam assim: "Mas nós estamos com o custo de mão de obra muito alto. Na China...". E eu brincava e perguntava: "Você quer importar só o custo de mão de obra ou o modelo completo?". Porque as coisas funcionam com o modelo que é de partido único. E eu não vou questionar, porque até agora está dando sucesso. Eu perguntei, quando eu fui visitar a Huawei, a um jovem de trinta e poucos anos... Quando o Xi Jinping tinha acabado de mudar a regra para poder ser reconduzido, eu perguntei, achando que ia ter uma resposta típica nossa ocidental, a ele: "E como é que vocês viram essa mudança de regra para beneficiar o Xi Jinping?". Ele falou com a maior naturalidade: "Enquanto ele estiver fazendo bem para a China e para o chinês, por mim ele pode ficar aí o tempo que quiser".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente está deixando os juros altos no Brasil virarem quase que um vício. Assim que funciona, apesar de que a gente já teve um momento... Então, eu queria só lançar e aprofundar esse debate. Parece que o Presidente Renan vai querer fazer um debate sobre essa matéria. E aí eu estou dizendo para todos nós – estou olhando aqui para pessoas que pensam diferente de mim – que nós temos um problema no Brasil que a gente precisa enfrentar para achar um caminho.

Era só o que eu queria comentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Zenaide, com a palavra V. Exa.

O Senador Wagner colocou a questão aqui de que os últimos dias do Senado Federal, especialmente desta Comissão, demonstraram que, em temas econômicos, nós poderemos produzir consensos aqui nesta Comissão. Como ela tem uma previsão constitucional, pode garantir celeridade na discussão e na apreciação de alguns temas. O que aconteceu aqui, na semana que passou, com a Lei da Reciprocidade, votada por unanimidade nesta Comissão e por unanimidade também no Plenário do Senado Federal e votada no Congresso num curtíssimo espaço de tempo, demonstra que nós poderemos obter os mesmos resultados em outros temas de interesse público comum que podem se colocar acima da própria polarização.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Gabriel Galípolo.

A minha formação é médica. E durante a pandemia da covid, eu não conseguia entender, porque quando a gente aprovou a PEC de 1,2 trilhão, que era para o Banco Central irrigar os bancos e oferecer recursos para as micro e pequenas empresas poderem tomar emprestado e manter seus servidores ou investir nos seus trabalhadores, chamava a minha atenção que, mesmo com o fundo garantidor, essas empresas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conseguiam esses empréstimos. Então, mesmo como médica de formação, eu fui saber. Aí cheguei – aí eu vou fazer a pergunta ao senhor – aos famosos depósitos compromissados. Na verdade, tem essa parte, mas é a remuneração de sobras de caixas de banco, que em 2006 era de 1% da dívida bruta do Governo brasileiro; e, em 2024, passou, gente, para 1,7 trilhão.

Então, o que me chama a atenção? Nós temos um sistema financeiro, que eu sei que é administrado e que já fica com quase 50% do orçamento deste país, porque eu saí há pouco tempo da CMO. E, na verdade, neste Congresso – eu queria a união de todos –, a gente passa o ano na CMO discutindo sem a presença, Presidente Renan, de quem fica com a maior parte do orçamento deste país: juros e serviços de uma dívida. Eu não estou falando aqui de calote, de passar dívida, mas que fica com isso aí.

Eu queria dizer ao senhor o seguinte: até quando nós vamos manter, pelo que eu sei, esses depósitos compromissados no Brasil? É o único que tem esse volume todo. E isso, gente, interfere em como vamos crescer nosso comércio e nossa indústria, se o sistema financeiro não vai ter interesse em emprestar o dinheiro, porque ele já tem a garantia de no mínimo a taxa Selic. E o setor produtivo, que gera emprego e renda? Então, com isso, vão dizer: "Zenaide, médica, dona de casa". Eu digo que ninguém entende mais de economia do que dona de casa.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte, a primeira pergunta é esta: nós vamos manter esses depósitos compromissados? A sobra de caixa de banco, gente, para a dona de casa que está ouvindo. Se chega às 16h, não emprestou, aí já tem a remuneração do Tesouro Nacional com no mínimo a taxa Selic. Não vai ter. Eu já falei isso com o Vice-Presidente Alckmin. Nunca vamos ter incentivo do sistema financeiro para financiar quem gera emprego e renda, seja nos *commodities...*

Gente, para quem está me ouvindo, *commodity* é aquele produto – porque a gente fala uns nomes difíceis – que não agrega valor e exporta sem agregação de valor. Então, um é isso aí. Nós temos um prazo para isso, ou pelo menos para diminuir, fortalecendo o setor produtivo. Mas, segundo, Presidente, do jeito que meu colega pediu apoio aí para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa PEC sobre o Banco Central, eu tenho uma PEC, junto com mais 32 Senadores, de 2019, a 79, que limita os juros dos cartões de crédito, cheques especiais, a no máximo três vezes a taxa Selic. Nós não engessamos a política monetária. Agora, a gente vê toda a sociedade brasileira ser extorquida, literalmente, por juros até de 400% ao ano. Isso dói, porque cartão de crédito não é só para quem tem dinheiro – pelo contrário, quem tem dinheiro nem usa. É para dona de casa, o pai de família que, principalmente durante a pandemia, transformou aquilo no orçamento para comprar alimento, para comprar medicamento. Faz parte do orçamento. Até 400% ao ano, gente! Isso é assustador! Com isso, qualquer brasileiro que financiar um celular desse pagando o mínimo do cartão de crédito pagará pelo menos mais quatro celulares desse. Isso prejudica o comércio, sim, a indústria, sim, porque, em vez de se comprar mais, não se vai comprar, porque tudo fica para o sistema financeiro.

E quero dizer o seguinte, Presidente: como esta Casa é muito jurista e econômica, eu tenho que me debruçar... As dívidas públicas maiores do mundo são do Japão e dos Estados Unidos – os senhores sabem disso –, mas o Estado chama o sistema financeiro e diz: "Nós vamos pagar tantos por cento, porque eu não vou deixar de investir nos gastos primários, como saúde, educação, segurança pública e no investimento de rodovias, ferrovias, em que a gente precisa do investimento". Eu não tenho dúvida de que esse sistema financeiro não vai encontrar algo que não seja o Estado, que é garantido para eles.

Agora, era isto que eu queria saber: o senhor é a favor da PEC 79, de 2019, que tira essa espada, a verdadeira sanguessuga, das famílias brasileiras ou o senhor acha que vai interferir na economia, na autonomia do Banco Central? Nada, porque são três vezes a taxa Selic – e os senhores quem dizem isso. Agora, esta Casa se calar diante dessa extorsão dos pais e mães de família deste país, mesmo assistindo a isso aí, vendo eles serem extorquidos com juros de 400% ao ano, é difícil de acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é esta sobre a adesão final desses depósitos compromissados de mais de 1 trilhão, 1,7 trilhão, e também sobre a redução dos juros, mantendo a autonomia do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente Galípolo. Eu me lembro da nossa última conversa, ainda quando o senhor estava aqui como candidato à Presidência do Banco Central, em que me garantiu que teria total autonomia na gestão do Banco Central. E quero cumprimentá-lo, porque o vejo exercer essa autonomia.

Sr. Presidente, eu sou daqueles que não vejo juros como o grande problema da nação. O juro é a consequência de um outro problema, que são os gastos públicos sem cobertura. Alguns economistas têm feito comparações dizendo que o Brasil dança à beira do abismo. Eu diria que, a cada ano que passa, ele dança alcoolizado à beira do abismo. O senhor sabe do que eu estou falando. Sabe, tenho certeza, muito melhor do que eu.

Nós falamos sempre em déficit primário, como se o déficit nominal não existisse. O problema do Brasil é sobretudo o déficit nominal. O crescimento disso, quando nós estamos com um juro de 14,25% sobre uma dívida bruta de 9 trilhões, ou de uma dívida líquida de 7,2 trilhões, é catastrófico. É coisa de mais de 1 trilhão por ano que essa dívida vai aumentar.

E não é à toa que agora o próprio Ministério da Economia, quando teve que fazer a LDO, teve que apontar três anos para a frente. E aí não se trata, Jaques, de dizer que o presente está bom e que o futuro está ruim. Não, não é isso. Pensar um pouquinho no futuro é tão essencial como quando você está dirigindo, a estrada está ótima, mas, se vier

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um aviso no Waze de que ali na frente tem um buraco, você vai desviar ou vai frear um pouco para evitar isso. Então, um olho no futuro é fundamental, no caminho que as coisas estão tomando.

O senhor vai ser Presidente do Banco Central em 2009... Em 2029, perdoe-me. É, 2009 não tem mais como ser, não é? É 2029. Em 2029, este país vai estar numa situação maluca. Vão faltar mais de 200 bilhões para pagar as despesas obrigatórias, com previdência, educação e outras coisas. Não sou eu que estou dizendo isso; é o Ministério da Fazenda na LDO. Estão lá os números para quem quiser ver.

O Presidente Renan Calheiros veio com uma ideia outro dia que eu aplaudi muito, propondo que nós estudássemos aqui um limite para a dívida pública brasileira. Eu entendo e vejo que, quando o senhor está lá, aumentando a taxa de juros – o senhor não, o Colegiado do Banco Central –, suas medidas não são isoladas. O senhor não é um ditador, tem um conselho todo de *experts* que entendem muito de economia e que decidem a taxa de juro.

Por outro lado, eu vejo o Presidente Lula fazendo o papel contrário. Enquanto o senhor está jogando o juro para as alturas para segurar a inflação, o Presidente Lula insiste em jogar dinheiro no mercado para manter o crescimento. Um busca o crescimento, outro busca a estabilidade monetária. Joga-se dinheiro, não sempre gastando, mas criando problemas, por exemplo, como crédito consignado na iniciativa privada; quantos bilhões a mais entraram? Quer dizer, é lenha na fogueira do consumo. Isso é bom? Isso é maravilhoso, sobretudo para quem vai disputar uma eleição daqui a pouco.

Enfrentar o problema do déficit, o problema da dívida, é totalmente inconveniente para quem vai disputar uma eleição daqui a pouco. Como é que, em 2026, este Governo, que vai ser candidato à reeleição, vai enfrentar o problema de um déficit que já em 2027 vai faltar dinheiro para as despesas básicas. Vamos deixar para resolver o problema da dívida em 2027? Não vamos fazer nada? É mais ou menos, de novo, Jaques, quando o próprio Governo diz que em 2027 vai faltar dinheiro para as coisas básicas, continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dirigindo o carro com o Waze avisando que tem uma barreira, que tem um buraco logo ali, mas dizer: "Não, mas agora não posso diminuir a marcha porque eu tenho que ser reeleito. Depois eu vejo o que eu faço".

O senhor tem tido uma relação maravilhosa com o Presidente Lula e com o Governo, e eu o elogio por isso, porque isso é bom para o Brasil. Presidente que fica xingando o Presidente do Banco Central ou Presidente do Banco Central que fica criticando o Presidente não contribui para a paz e para o encontro das soluções. Nós estamos vendo o exemplo dos Estados Unidos, já vimos exemplos aqui no Brasil mesmo, quando o Presidente Lula criticava fortemente seu antecessor, não é? Não vi que aquelas críticas trouxessem qualquer benefício ao país. Ele parou de criticar, embora a taxa de juro hoje seja muito mais alta. Ele passou a entender, de alguma maneira o senhor conseguiu ter o dom de explicar a ele que precisava fazer isso. Ele explicou como sendo, como é que chama, um giro de 180 graus, um cavalo de pau que o senhor não podia dar. A coisa é mais complicada do que um cavalo de pau, muito mais complicada.

Mas eu lhe peço alguns comentários. Sei que o senhor não é responsável pela dívida pública, sei que o senhor não é responsável pelo superávit primário ou superávit nominal do Governo central; sei que o senhor tem que reagir a essas coisas que o Governo faz, e a sua reação segue a cartilha que todos os bancos centrais do mundo estão seguindo, ou seja, se o senhor estiver errado, o resto do mundo também está. Mas vai estar aqui em 2029: como Presidente do Banco Central, como é que o senhor acha que essa coisa vai ficar, essa fogueira em que um joga álcool na fogueira e outro tenta jogar água? Embora o relacionamento de vocês seja bom, o coitado do trabalhador brasileiro é incentivado a tomar empréstimo consignado, numa economia que tem um dos maiores juros reais do mundo, e vai continuar assim, se não ficar muito maior. Essa visão mais global da economia, dos fundamentos da economia, com relação à dívida brasileira, o reflexo disso sobre os juros, como é que, por que é que ninguém comenta o déficit nominal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu fiz algumas projeções simples. Se o Brasil crescer 2% ao ano e nós continuarmos com essa taxa de juro, com relação à dívida bruta, em 2027, a dívida já vai ser 108% do PIB, e com relação à dívida líquida vai ser 86%. Como é que fica isso? Nós vamos continuar ignorando? O Banco Central, também não é a sua obrigação, o senhor não tem poder para isso, mas o senhor sofre as consequências disso. Qual é a sua visão dessa trajetória?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Primeiro, quero dizer que o Banco Central e até o processo dos mandatos visa a justamente estar mais alinhado com o que é o horizonte, vamos dizer assim, que o Banco Central está olhando. O Banco Central costuma olhar vários anos para frente e também olhando vários anos para trás, aí pegando a fala do Senador Jaques. O tema de a gente estar convivendo com patamares de juros que são comparativamente elevados, quando comparado com os pares, não é um tema novo, é um debate, como eu disse, que há algumas décadas tem ocupado o debate acadêmico e a literatura econômica brasileira. E aí, essa relação sobre os caminhos, que são a fluidez, vamos dizer assim, do mecanismo de transmissão da política monetária é relevante para a gente poder analisar, porque o que eu acho que acaba acontecendo é que, a cada momento que a gente tem, ou a gente aprendeu a conviver, como o senhor comentou, Senador, assim, aprendemos a conviver com uma inflação mais alta, aprendemos a conviver com juros que têm um patamar mais elevado, o que eu acho, sendo muito franco aqui, é que o que acaba acontecendo é que a maneira como se aprendeu a conviver foi criando algumas vacinas para alguns setores para poderem eles conviver com juros mais elevados. O problema é que, quando você cria essas vacinas, você protegeu algum setor específico, porque você fala "bom, dado que o juro está mais alto, qual é a solução para que esse setor não sofra com isso?" Cria uma exceção. É uma coisa que acontece muito também no regime tributário. Cria uma exceção aqui. Só que, como está sendo comentado, tem alguém que não tem vacina, que é o Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional não tem vacina para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a normalização da política monetária, e eu fico muito contente de ouvir a proposta do Senador Jaques aqui para que a gente possa tentar enfrentar isso de uma maneira mais ampla e escapando das diferenças que podem ser de mais curto prazo, de divergências políticas, eu acho que é essencial para que a gente possa conseguir fornecer um horizonte para quem vai investir aqui e produzir ganho de produtividade, um crescimento sustentável ao longo do tempo, é essencial.

E o que eu acho, a minha modesta contribuição é achar que a gente foi aprendendo a conviver criando algumas exceções. Então, é muito comum, quando a gente vai conversar fora do Brasil, tentar explicar algumas regras de financiamento, alguns papéis que... Às vezes, um sujeito consegue pagar, uma empresa consegue pagar juros abaixo dos juros que é a taxa livre de risco, que é o título soberano. Por que tem empresas que conseguem pagar a taxa? Qualquer manual de custo de capital médio ponderado e que qualquer aluno de economia está fazendo, e não precisa nem ser aluno de economia, vai ver que essa é taxa livre de risco do país, do risco soberano. Por que tem empresas que conseguem se financiar abaixo disso? E por que, de outro lado, vão existir famílias que estão pagando taxas que são muitas e muitas vezes a taxa Selic? Para eles, não faz a menor diferença se está em 14,25 ou está num outro patamar, porque ele está pagando um múltiplo disso. E, como bem falou a Senadora, acabou-se incorporando como uma fatia da renda da população disponível, fenômeno esse que não aconteceu só no Brasil. É verdade que ele foi um fenômeno meio global a partir da pandemia, quando se passa a medir o número de relações que as pessoas passaram a ter com o cartão de crédito. Mas, como a Senadora bem colocou, o crédito rotativo não deveria ser um crédito utilizado de maneira cotidiana e frequente. O crédito rotativo é um crédito pensado para que você possa usar numa situação de emergência, e essas pessoas estão pagando uma taxa de juros que não guarda correlação com a Selic. É uma taxa de juros muito mais elevada que a Selic.

Daí, pensar em instrumentos que você possa oferecer mais garantias para que o custo de capital possa cair, ou seja, que você possa migrar do crédito que tem alto custo para o crédito de baixo custo, de uma maneira estrutural, ou seja, porque se está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oferecendo garantias, está aumentando o que a gente chama de colateralização, na minha posição, na minha visão, do ponto de vista estrutural, é bem-vindo por isto, porque eu consigo sair daquele crédito que está sendo utilizado de maneira equivocada, muitas vezes, como um pedaço da renda disponível, e, através de estruturas de garantias, quem concede o crédito tem uma percepção de redução de risco e as famílias que estão tomando o crédito têm uma percepção de redução de custo. O risco que a gente corre das alternativas de você tentar, seja através dos juros que o Governo paga, o Tesouro paga, ou seja, nos juros que as famílias pagam, tentar algum tipo de tabelamento de juros...

Eu estou tendo a oportunidade, agora, aos 60 anos do Banco Central, de fazer uma série de diálogos e conversas com os ex-Presidentes de Banco Central, e está sendo muito rico isto para mim. E a grande discussão no momento da Constituinte ali era se ia ter um tabelamento de juros ou não. Esse era um dos grandes temas relativos ao Banco Central, se iria ter um teto para a taxa de juros.

Na economia que a gente tem hoje, que é tão lincada e tão globalizada, o risco que a gente corre quando a gente põe algum tipo de limitante, nesse sentido, é que aquele que está ali, financiando, aquele que está oferecendo crédito para você vá considerar uma outra alternativa e possa faltar aquele crédito para você. Por isso que pensar numa alternativa, antes de retirar, é importante.

Se a gente conseguir oferecer alternativas, como a gente tentou propor ali na Agenda Evolutiva e como eu acho que outras medidas que estão sendo tomadas vão nesse sentido, de oferecer alternativas com mais colateral, com mais garantia, para que a percepção de risco reduza e o cidadão possa ter acesso a uma linha que é mais competitiva para ele e quem está concedendo crédito possa ter uma percepção de risco menor, eu acho que isso é bem-vindo, e a gente tenta mitigar esse risco, que vem sempre quando a gente tem um tabelamento.

O risco do tabelamento, talvez, dadas as alternativas de quem está oferecendo crédito, seja comprando títulos públicos, seja oferecendo um crédito para rotativo, é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que talvez ele simplesmente restrinja a oferta, e, aí, você coloca o cidadão numa situação ainda pior, porque, se ele está utilizando, ele precisa daquela renda.

A gente tem uma máxima de que o pior dinheiro que você tem é aquele a que você não consegue ter acesso. Essa é uma máxima em economia, que funciona sempre. Então, se a pessoa está usando aquele crédito, eu realmente acredito que ela precisa daquele crédito. Eu não acho que a pessoa está usando porque ela é perdulária ou desse tipo. Acho que ela precisa. Ainda mais quando a gente vê a pessoa utilizando num supermercado, alguma coisa desse tipo. Ela está precisando daquele crédito.

Então, a gente criar alternativas, para que quem concede o crédito possa enxergar um risco menor e para quem toma ter um custo menor, eu acho super bem-vindo.

A Senadora também me dá uma grande oportunidade aqui de explicar o que é que são as operações compromissadas, e agradeço.

Ainda hoje, no senso comum – vamos chamar assim – ou no imaginário, existe uma ideia de que a inflação está relacionada com a quantidade de moedas que o governo emite. Ainda, muitas vezes, a gente vê as pessoas conversando, na conversa, que tem uma relação com isso. Isso foi abandonado por todos os bancos centrais nos anos 80.

A partir dos anos 80, tinha-se uma grande discussão, em teoria econômica, ali – não quero ser chato –, de – chamava-se de moeda endógena ou exógena – se quem emite moeda de verdade é o governo ou se são os bancos que emitem moeda. A que conclusão se chegou? Que, por uma mesma quantidade de moedas que pode ser emitida por governo, os bancos podem colocar em circulação cem ou mil, porque o banco é um concessionário deste bem que encerra essa contradição, porque ele é um bem público, que é a moeda, mas ele é uma riqueza privada.

Então, o banco, como concessionário – por isso que se chama intermediação –, é ele que tem a relação com o cliente e é ele quem concede o crédito, e, na concessão de crédito, ele colocou liquidez no sistema, ele gerou riqueza nova, porque você tinha um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

depósito, e aquele depósito virou crédito para alguém, e, a partir do pagamento daquele crédito, você vai repor aquele crédito que foi feito. Então, os bancos são que geram crédito no sistema.

A partir daí, o último banco que passou a controlar a quantidade de moeda ali emitida mesmo, a base monetária, nesse sentido, foi em 1981, e, a partir daí, todos os bancos centrais funcionam com operações compromissadas ou depósitos remunerados. Todos.

O que é que você faz? Exatamente o que a Senadora descreveu. A intenção da política monetária e o mandato da política monetária são exatamente o que a Senadora descreveu. Você vai dizer: "Vocês, que têm liquidez disponível, não emprestem ou não precisam emprestar para nada abaixo dessa taxa Selic, porque até essa taxa Selic não precisa correr risco de crédito, porque eu sou o risco soberano. Você não precisa correr risco de crédito.

Para que se faz isso? Justamente para reduzir a injeção de liquidez que os bancos fazem na economia e, com isso, arrefecer a atividade econômica e controlar a demanda. Como generosamente lembrou o Senador Oriovisto, isto é a política monetária que todos os bancos centrais do mundo... Tem alguns bancos centrais que têm política de meta de câmbio, por exemplo, porque tem um câmbio fixo ou tem algum tipo de âncora cambial, mas todos os bancos que têm taxa de juros controlando meta de inflação funcionam por meio dessa política. O que existe é, em vez de você dar um título, que é o que faz a compromissada, dar um título para você enxugar a liquidez e em troca disso você ter o compromisso de pagar essa taxa básica de juros para o período determinado, às vezes existe o tal do depósito remunerado, que é falar: "O banco pode depositar no Banco Central e ele recebe essa remuneração, o que dispensa a necessidade de eu entregar um título para você em troca dos recursos".

O tema remete àquela discussão anterior que eu fiz sobre regulação. O que acontece é, aqui no Brasil – aquele fenômeno que eu comentei, que é a liquidez hoje fluiu dos bancos para outros agentes –, hoje, quando vou olhar as operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compromissadas, os doadores de recursos são majoritariamente fundos, não bancos. Os fundos não têm a sua infraestrutura lincada com o Banco Central. O Banco Central não irriga diretamente, não tem uma infraestrutura diretamente lincada com os fundos, só os bancos. Por isso que quem enxuga são os bancos. O banco, para enxugar, precisa de um título público, porque não tem risco de crédito, para fazer uma operação compromissada. Então, ele fala: "Está aqui, eu lhe entrego esse título e você me dá o dinheiro para que eu possa enxugar a liquidez que está sendo injetada na economia e, através disso, tentar controlar".

Aí, entra só esse último tema, que é o tema das condições financeiras para além daquilo que é a taxa de juros que o Banco Central determina. Perceba, as condições financeiras nos Estados Unidos apertaram bastante nos últimos meses, sem que o Banco Central tenha subido taxa de juros. Por quê? Porque, um, o preço das ações caiu, então a riqueza e a poupança despencaram, em oito, dez dias se perdeu ali próximo a US$8 trilhões. Além disso, você tem os títulos que são negociados no momento em que o Tesouro faz um leilão. Então, essas taxas de juros, que a gente chama de médio e longo prazo, que são as que os títulos públicos pagam, decorrem da oferta e demanda que o mercado tem pelos títulos do Tesouro.

Os Estados Unidos não têm aquilo que a gente chama de *yield curve control*, que é um controle da sua taxa de juros ao longo de toda a curva. O Japão teve – a senhora tem razão –, mas o Japão não tem mais, ele já abandonou também isso. Então, essas condições – que são essas taxas de juros de mais dois anos, três anos, dez anos, trinta anos, que muitas vezes são elas que têm uma correlação maior com a taxa de juros de financiamento – decorrem justamente dessa oferta e demanda. Por isso que um dos pontos principais que surgiram de receio e crítica ao que aconteceu com o impacto tarifário do Governo Trump foi a elevação do custo de financiamento por parte do Tesouro americano, ou seja, o Tesouro americano passou a ter que pagar mais e passou a ter uma elevação. Você está tendo uma elevação do patamar, que é essa taxa de juros do Tesouro, e uma elevação do *gap*, como a gente chama, que é o diferencial de *spread* de risco entre esses diversos papéis. Então, esse não é controlado pelo Banco Central e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

raramente é controlado pelo Governo; ele decorre da oferta e demanda por títulos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu consulto o Senador Jaques Wagner, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Oriovisto Guimarães se adicionalmente desejam fazer alguma colocação.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para interpelar.) – Presidente, eu só pediria ao Presidente Galípolo que dissesse pelo menos uma palavra sobre a evolução da nossa dívida interna e sobre as consequências disso, sobre a dança à beira do abismo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Não, o que eu estava comentando justamente sobre criar algum tipo de limitação ou teto para você ter na questão da dívida era sobre isto: o risco que se corre é, ao você criar algum tipo de limitação nesse sentido, que o sujeito vá procurar financiar num outro lugar, porque hoje a livre mobilidade de capitais é elevada e você corre esse risco.

A discussão sobre você poder conviver com taxas de juros mais baixas, o que colabora para que aquilo que é o juro que onera o Tesouro seja mais baixo, passa um pouco por aquela discussão que eu acho que o Senador Jaques colocou, ou seja, acho que é um desafio geracional. Por que é que o Brasil, quando a gente compara com os pares, convive com taxas de juros relativamente mais elevadas e, ainda assim, mesmo com taxas de juros relativamente mais elevadas, como a gente mostrou aqui, nós estamos com uma inflação fora da meta e próximo ao pleno emprego?

Do ponto de vista fiscal, para o Banco Central interessa menos ou importa menos ter uma opinião dele sobre o que está sendo feito. O Banco Central sempre tem que analisar como se fosse o tal do concurso de *miss* que um grande economista do século

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passado colocou: me interessa analisar como que os outros estão julgando e como é que isso está precificando os ativos.

Quando eu olho para as evoluções que nós tivemos ao longo de quatro décadas, falando do cenário de inflação que a gente teve ao longo dos anos 80 até o começo dos anos 90, falando do fato de que a gente tinha um país que tinha moratória, excluído do circuito financeiro internacional, como a gente teve nos anos 80, falando de um país que não tinha democracia naquele momento, entre outras tantas coisas, a gente olha para um país hoje que está incomodado com uma inflação acima da meta, mas num patamar de 5%, muito inferior ao patamar de que a gente falava antes, um país que tem 330 bilhões de reservas internacionais, é credor líquido internacional e tem uma das maiores democracias do mundo. Eu tenho convicção de que talvez a maior parte dos agentes econômicos e até nós mesmos achamos que a evolução não é tão linear e rápida quanto nós gostaríamos. Porém, eu acho que isso faz parte do processo dos pesos e contrapesos de um processo democrático e eu prefiro as dores do processo democrático a qualquer outra alternativa.

Então, o Banco Central não comenta política fiscal. Obviamente não é papel do Banco Central comentar política fiscal, mas eu tenho consciência de que a discussão sobre por que é que nós temos uma taxa de juros estruturalmente alta e ainda assim temos uma economia dinâmica e por que é que nós temos uma dificuldade em enfrentar indexações de arrecadação com receita ou níveis de engessamento por parte do orçamento vai demandar um grande debate público e amplo com a sociedade, que não vai ser feito do dia para a noite, mas que acho que são dores da democracia e eu prefiro mil vezes estar passando pelas dores que a democracia impõe.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Para terminar, Sr. Presidente, eu quero só agradecer ao Presidente Galípolo. Uma frase sua respondeu à minha pergunta: "O Banco Central não comenta a política fiscal". Eu entendi por que é que o senhor não respondeu à minha pergunta: porque o Banco Central não comenta o déficit fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Imagine, Senador.

Acho que é importante esclarecer isto. A gente sempre comenta, se o senhor vê nos comunicados e na ata, como é que os agentes estão vendo, porque, nessa história do concurso de *miss*, que quem escreve é o Keynes, ele está dizendo o seguinte: para quem está olhando para o mercado não importa você votar naquele concorrente que você acha mais bonito ou bonita.

Se você quer apostar no vencedor, você tem que apostar naquele que você acha que os juízes vão votar como sendo a mais bonita e o mais bonito. Então, a opinião pessoal, como o meu mandato é estabilidade monetária e financeira, importa menos.

Eu tenho acompanhado o esforço que esta Casa tem feito, que o Ministro Haddad tem feito, que a Simone tem feito, a Ministra Simone tem feito, todo mundo tem feito para tentar a gente enfrentar temas que são temas de muito tempo já que a gente tem aqui para enfrentar. Acho que todos esses temas vão demandar um grande debate e em economia toda decisão tem *trade-off.* Toda decisão que você mexer tem algum tipo de... Toda escolha é uma renúncia. Esses debates vão acontecer na velocidade que o regime democrático permitir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Gabriel, queria dizer ao senhor que de cara eu já sei que o senhor não apoia essa PEC 79, se eu entendi. Agora eu queria deixar claro que o que existia na Constituição, com limite de juros, engessava a política monetária. E essa aqui, não. E dizer: quais são as alternativas fora um cartão de crédito? Isso. E insisto no senhor, porque eu conheço empresários que me procuraram e disseram: "Chega no banco, se você tiver 6 milhões e quiser investir numa empresa, o gerente já vai dizendo: 'Pô, cara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por que é que você vai investir, se você já tem, mesmo que fosse 1%, R$1 milhão por mês sem investir em nenhuma geração de emprego e renda?'".

O que eu quero dizer... E o senhor já deixou claro que chama aqui as operações compromissadas. O senhor está me dizendo que no mundo todo tem esse valor de operações compromissadas. O Brasil não é o único que é isso. Então, eu acho que é totalmente diferente a PEC 79, porque ela não engessa. De repente, vamos debater isso. Acha que três vezes a taxa Selic é pouco? Vamos aumentar. Porque tudo que o senhor falou tem razão, mas existe algo, concentração de renda, recurso para os gastos essenciais, como saúde, educação, segurança pública.

Sabe quanto é que está destinado aí para segurança pública deste país? Menos de meio porcento. Pode olhar o Orçamento. A saúde vai ser 4%, a educação 4%. E a gente sabe que, quando aumenta essa taxa, que é considerada a maior do mundo, a gente sabe... Eu não acredito muito, porque, quando se controla a compra, você... o Governo deixa de arrecadar. E quando se fala aqui em responsabilidade fiscal, eu sempre digo, a responsabilidade fiscal não é só do Poder Executivo, mas de todos os Poderes. E algo que a gente tem que sentar aqui e discutir são as renúncias fiscais bilionárias, Renan, que passam por esta Casa.

Ao mesmo tempo, como nós vamos sair desse ajuste fiscal, se o Governo não arrecadar? E a arrecadação é investindo no setor que gera emprego e renda – comércio, micro e pequenas empresas. E com essa operação aqui, esses compromissados, já pagando no mínimo a taxa Selic, eu acho que vai ser difícil... A gente pode ajustar a um nível que eu acho que a gente não vai sair mais dessa cadeira com esse ajuste fiscal e a desigualdade campeando, e o sistema financeiro...

Porque eu acho que um sistema financeiro saudável é aquele que quer vir investir no setor que produz e que gera emprego e renda, e não só para ter esses juros exorbitantes. E a gente tem essa prova, porque eles não têm interesse, mesmo com o fundo garantidor, de emprestar para as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Com a palavra V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Só um ponto, se eu me expressei mal, para não ficar nenhuma dúvida: o mecanismo que é utilizado, de você usar depósito remunerado ou compromissada, pode até alterar de acordo com cada país – qual é o mecanismo –, mas, em todos os casos, o que você faz é enxugar a liquidez do sistema, pagando exatamente a taxa que foi determinada pelo Comitê de Política Monetária ou o equivalente em cada um dos países. Então, sempre todos os países vão pagar isso.

Agora, para além disso, também é importante dizer que, por exemplo, a gente tem emissões de títulos públicos... Vou dar um exemplo: uma NTN-B pode estar pagando IPCA mais 7,5% para um título de 10, 15, 20, 30 anos; uma NTN-F pode estar pagando 14,5%, 15%. Essa taxa guarda correlação com a política monetária do Banco Central? Não é o Banco Central que determina essa taxa. Se você olhar para o manual de política monetária, geralmente o que acaba acontecendo é: se o mercado entende que o Banco Central está com uma taxa de juros bastante restritiva, a ponto de que ele vai provocar uma desaceleração excessiva na economia, ocorre o que a gente chama de uma inversão da curva, que é o juro de curto prazo, que é o que eu determino no Banco Central, que nós, do Comitê de Política Monetária, determinamos no Banco Central, fica mais alto do que o juro futuro. Ele inverte, porque você acha que no futuro a economia vai perder dinamismo e com isso vai cair o juro no futuro. A gente não enxerga essa inversão de curva nos títulos que são emitidos pelo Tesouro e pagos, ou seja, você continua pagando IPCA mais 7,5%, ou 14%, 15% nessas NTN-Fs.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós registramos, com muita satisfação, a honrosa presença entre nós do Deputado Mauro Filho nesta audiência pública com o Presidente do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E passamos ao próximo bloco. Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Renan Calheiros.

Cumprimento também o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Bom, só dando continuidade a esse questionamento da Senadora Zenaide, eu sou signatária da PEC 79. E aí você apresentou um contexto geral de uma visão do porquê das taxas, do porquê dos juros. Mas eu pergunto: que tipo de mecanismos nós poderíamos adotar para barrar, para estabelecer um teto na cobrança desses juros, Presidente? Porque foi falado muito, mas não se trouxe uma solução. E aí eu te questiono: sendo Presidente e entendendo tão bem como funciona, como é estabelecido esse percentual, esse juro tão elevado, que tipo de mecanismo nós poderíamos aqui, na discussão desta PEC, adotar para, enfim, estabelecermos esse teto? Gostaria de ouvi-lo como técnico, com todo o seu conhecimento.

A outra coisa: eu me sinto absolutamente contemplada pelas falas dos meus colegas com relação a juros, à autonomia do Banco Central, enfim, a todo o seu trabalho à frente do Banco Central. Mas, como Senadora do Distrito Federal, eu acho que não tem como passar por esta sessão, entendendo o objeto da sua vinda a esta Comissão, sem tratar da compra do Banco Master pelo Banco regional de Brasília (BRB).

A gente tem aqui alguns requerimentos, Presidente Galípolo – requerimento para instalação de CPI –, requerimentos para audiência pública, mas eu acho que seria importante a gente aproveitar este momento em que você está aqui, para gente entender um pouquinho desse processo e qual que é a visão do Banco Central com relação à compra, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou ser... eu vou ler muito da sugestão da minha equipe técnica, porque eu não quero depois que cortem, porque na internet a gente tem muito isto: tiram de contexto, te põem no fogo. Agora eu estou mais inteligente, estou mais esperta. Então, eu vou pegar aqui, as perguntas. Não é nem inteligente, eu estou mais esperta.

Então, considerando as recentes notícias, sobre o Banco Master, que possui uma carteira significativa de ativos de alto risco, como precatórios, empréstimos a empresas em recuperação judicial, e a sua captação depende fortemente de CDBs com remuneração elevada, como o Bacen avalia o potencial de risco sistêmico a uma eventual insolvência do grupo Master?

E dado o elevado volume de distribuição de títulos de renda fixa de bancos pequenos e médios por meio de plataformas com grande incentivo a vender títulos de maior risco com garantia do Fundo Garantidor de Créditos, eu gostaria de saber se o Banco Central já possui um raio-X de casos similares ao do Banco Master, que representem elevado percentual do Fundo Garantidor e que possam, num contexto de elevação de riscos, representar risco sistêmico por dificuldades de captação.

No caso do BRB, havendo insolvência da carteira do Banco Master, após aquisição pelo BRB, qual seria a exposição do Fundo Garantidor? E essa insolvência poderia levar à falência o BRB?

Eu pergunto isso porque é um patrimônio da cidade, e existe uma preocupação muito grande sobre essa transação. A aquisição do Banco Master pelo BRB foi aprovada? Os colegas estão vendo aí, em várias entrevistas que nós estamos acompanhando nas últimas semanas, que a aquisição foi feita sem aprovação, sem consulta prévia aos acionistas minoritários ou à Assembleia Geral. Não foi, ninguém foi consultado. Considerando que o BRB é um banco público, controlado pelo Governo do Distrito Federal, como o Bacen avalia – e eu já até sei sua resposta, mas, mas enfim, tenho que questionar, não é? – esse processo decisório à luz das melhores práticas de governança, governança corporativa e transparência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Era isso que eu gostaria de saber.

Obrigada, Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes. Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para interpelar.) – Senador Renan, Presidente desta Comissão, Presidente Galípolo...

Bom, eu quero, Presidente Renan, cumprimentá-lo pela iniciativa de promover este debate. Eu estou absolutamente incomodado com a ausência de debate sobre a política monetária no nosso país. Até aqueles resistentes, como era Zé Alencar, Vice-Presidente do Lula durante os seus dois primeiros mandatos, e o próprio Presidente Lula, que era uma voz que criticava a política de juro, silenciaram-se, não é? Silenciaram-se. E a gente vê o Senador Oriovisto, um empresário, empreendedor, dizer que o juro não é o maior problema do Brasil.

Então, a ausência de debate é algo que precisa ser revertido, e não há espaço mais nobre, mais adequado, do que esta Comissão e esta Casa, o Senado Federal, que é o responsável pela aprovação do nome, não só como membro da diretoria, mas, já sabido, renovando como Presidente do Banco Central.

Então, o debate tem que existir, e ele não pode ser, não deve ser o debate de economistas e um debate de acadêmicos, um debate que usa termos que não chegam à compreensão popular, que acaba fugindo, acaba desistindo de entender.

Sr. Presidente, eu vou procurar traduzir o problema brasileiro na linguagem mais simples possível.

O Brasil tem uma dívida pública de R$9 trilhões, a uma taxa de juro projetada de 14,5%, média, para este ano, porque já está em 14,25 e já está anunciado que vai para 14,75 e que, depois, passará de 15 – olhe onde é que nós estamos, Sr. Presidente –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para combater uma inflação de 5. Isso dá uma margem de lucratividade, de ganho, para a gente botar no bolso, de 10%.

Qual é a atividade econômica, neste país, que dá, com segurança, uma remuneração de 10%? Talvez vender cocaína, lembra-me aqui o Senador Rogerio, mas com muito mais risco, com muito mais risco... Sem risco nenhum, 10% livres? Isso é, Sr. Presidente, uma mamata! É uma mamata das grandes, que a elite brasileira teima em arrumar termos bonitos, em arrumar argumentos sofisticados, para justificar.

Quando nós tínhamos uma inflação, lembrada aqui pelo Presidente Galípolo, que chegou a 6.000% ao ano, a elite brasileira não tinha nenhuma preocupação, por um motivo: havia a famigerada correção monetária, e os seus patrimônios financeiros estavam assegurados.

A inflação prejudicava o pobre. Um trabalhador começava ganhando R$100, ou cem dinheiros de antigamente, num mês, e houve mês em que, ao final do mês, ele recebia 30. O salário nominal era 100, com a inflação de 70% ao mês, que aconteceu, ele recebia, ao final do mês, 30. Os investidores, o famoso mercado e as instituições financeiras estavam protegidos pela correção monetária.

Por isso é que o Brasil conviveu década ou década e meia com inflação, porque, se a elite estivesse perdendo, isso não teria durado dois meses. Teria caído Presidente, teria caído Congresso, teria acontecido o que acontecesse, mas eles não perderiam dinheiro.

Nós finalmente conquistamos, a partir de uma coisa criativa, que foi o real, vinculando ao dólar, a estabilidade financeira, e acabou-se a correção monetária. Daí para cá, o que se tenta fazer é descolar essa taxa de juro básica... Eu não estou falando da de 400% não, Zenaide, porque, sobre isso aí, era para estar preso por usura quem cobra de uma pessoa 400% de juros ao ano. Era para estar preso! Se este fosse um país sério, era para estar preso. Eu estou falando é do Governo Federal, do próprio Governo, ou do instrumento do Governo, que é o Banco Central – com a autonomia que eu fui contra e que hoje deixa essas pessoas na liberdade de servirem com exclusividade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perdoem-me a minha opinião, ao mercado, e não ao Brasil. Eles dão satisfação ao mercado. O Banco Central dá satisfação ao mercado financeiro, porque dali vieram boa parte dos seus integrantes, da sua diretoria, e para ali vão. E, tanto melhor sirvam ao mercado financeiro, maiores serão os seus salários ou até as suas sociedades em futuras *fintechs*, agências, fundos, etc., etc. É só olhar para trás! Eu não estou projetando o futuro, não, olhem para trás. Onde é que estão os ex-diretores, os ex-presidentes do Banco Central brasileiro? Onde é que eles estão? Estão no mercado, sócios dessa mamata; sócios dessa mamata que se comete no Brasil.

Sr. Presidente, nós estamos falando, voltando aqui para os números frios, nós estamos falando de R$9 trilhões de dívida, R$7,5 trilhões se for líquida, pouco importa – R$9 trilhões, vamos ficar no número absoluto. A uma taxa média de 14,5%, isso dá um R$1,3 trilhão ao ano. Some o que se investe, o que se aplica em educação, saúde, infraestrutura, e não se chega à metade disso. "Ah, mas isso é o famoso déficit nominal, né? Nós temos que olhar é para o déficit primário." Inventaram até isso, déficit primário; esse é o déficit... Olha, isso é uma bola de neve, Presidente; isso é uma bola de neve, que vem descendo ladeira abaixo e vem se multiplicando de uma forma exorbitante. Nós estamos falando de chegar ao final do ano que vem a mais de R$10 trilhões de dívida pública, e de um percentual do PIB aumentando significativamente.

Presidente Renan, quem é que ganha com isso? Há ganhador nisso? Eu sei que perdem os empreendedores, eu sei que perdem os brasileiros que acreditam neste país, eu sei que perde o investimento, quem se dispõe a investir, eu sei que perde quem se dispõe a trabalhar, né? Mas ganham. Há quem ganhe, e há quem ganhe muito com isso. O sistema financeiro ganha muito com isso. Os fundos de investimentos, que remontam ao sistema financeiro, ganham muito com isso. Os fundos de pensão ganham muito com isso, e, a meu juízo, é uma elite deste país, é a elite quem tem fundos de pensão. Investidores estrangeiros ganham muito com isso. E isso responde por mais de 90% dos ganhadores. Então, esse público é que tem que ser objeto de uma discussão, de uma análise, de um aprofundamento nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, não é razoável, não é inteligente que o Banco Central, que tem o dever de proteger a moeda, a estabilidade da moeda, tenha monotematicamente e mediocremente, ou, se a gente imaginar uma outra coisa a partir de quem ganha, por intenção – né? – de ajudar alguém, de fazer alguém aumentar os seus lucros, adote como único instrumento de combate à inflação a elevação de taxa de juro. Não é razoável.

Sr. Presidente, no fim do ano passado, eu estive com o Presidente Lula numa oportunidade, fui convidado para uma festa, uma homenagem ao único Prefeito eleito do PT, e eu modestamente procurei ajudar a sua eleição lá em Fortaleza, e pensei: "Eu vou aproveitar essa oportunidade, porque eu acho que o Presidente Lula está sendo enganado, porque ele fica falando da política alta de juro, dizem para ele que é isso mesmo, que tem que ser assim, todos os bancos centrais do mundo adotam essa política. Eu vou levar para ele uns dados". E levei.

Eu peguei os dados do dólar de janeiro – era outubro, final de outubro –, de janeiro a outubro, e a sua elevação nesse período – não tinha chegado ao pico, chegou logo depois, passou de R$6; nessa época, salvo engano, estava cinco e oitenta e alguma coisa, R$5,83. E levei a evolução, no mesmo período, das reservas cambiais do Brasil. Pasmem! Senador Rogerio Marinho, V. Exa., que é um cuidadoso com essas coisas, as reservas cambiais... O dólar subiu 15%, depois passou, parece-me, a 25% de subida. E as reservas cambiais, no mesmo período, subiram também – reservas cambiais mantidas pelo Banco Central.

Onde é que já se viu isso, meu Deus? Se o dólar estava subindo, qual era o cuidado para proteger a moeda? Porque V. Exa. disse, V. Sa. disse aqui que 70% dos preços, 60% a 70% dos preços são impactados pelo dólar. Ora, se o dólar estava subindo e a subida do dólar impacta os preços, e o Banco Central, a meu juízo, não devia ser tão medíocre de ter só taxa de juro como combate à inflação, como estabilização da moeda, ele devia ter vendido dólar, porque, se o dólar está subindo, qual é o instrumento? Quando a banana sobe, se você tem um mercado regulador, um estoque de banana, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quer proteger o bolso do consumidor, você desova as bananas que tem em casa para que o preço volte ao normal. Alta procura, alta de preço. Isso é uma lei máxima da economia.

Pois o Banco Central estava comprando dólar, Sr. Presidente, nesse período – comprando dólar. E eu fiz essa denúncia aqui; dias após, eles começaram a vender dólar. Obviamente – e isso é uma outra questão que eu, ao final, quero colocar –, não conseguiu, à época, resolver essa questão.

Então, como essa questão de compra e venda de dólar, Sr. Presidente, é uma questão, assim, que fica meio na zona cinzenta, eu queria aproveitar essa oportunidade para pedir aqui ao Presidente do Banco Central que envie a esta Comissão um relatório. E aí, para que a gente não fique, assim, colocando sob suspeita ninguém individualmente, vamos estabelecer um período aqui de dois anos, dois anos para trás. Um relatório de venda de dólar por período, o preço médio, e compra de dólar por período, o preço médio.

Há uma máxima aí que diz que, em alguns países – e o Brasil é vezeiro em fazer isso –, socializa-se o prejuízo e privatiza-se o lucro. Muita gente, Sr. Presidente, pode estar ganhando dinheiro e isso ser mais uma mamata. Além da mamata pública do juro alto, que só favorece a quem tem capital, a quem tem dinheiro aplicado, a quem tem dinheiro na especulação e prejudica... Isso está a tal ponto que os empresários brasileiros vivem agora uma esquizofrenia: eles não sabem mais se empreendem ou se vão investir, porque, para investir, eles têm todas as dificuldades de um investimento e, para especular, para aplicar no mercado financeiro, eles têm todas as facilidades. Então, não faltam empresários, empreendedores tradicionalmente que defendam essa coisa maluca, porque resolveram desistir dos negócios da indústria, do comércio, da agricultura e resolveram colocar todo o seu dinheiro aplicado e viver de renda – viver de renda.

Então, é importante que, para além dessa mamata, que é pública, a gente possa também ter acesso a esses relatórios. Quem comprou? A quanto? Aliás, eu não vou querer quebrar sigilo bancário de ninguém. Não precisa dizer quem comprou. Eu quero saber... Que o Banco Central, que é um órgão público e que deve satisfações a esta Casa, mande um relatório, nos últimos dois anos: quanto vendeu, em média, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

períodos, a que preço e quanto comprou, em média, por períodos, a que preço, para que a gente, pelo menos, ponha fora de suspeita a questão do "socializa-se o prejuízo e privatiza-se o lucro".

Sr. Presidente, o Brasil precisa sair desse círculo vicioso. Eu não sei até quando o povo brasileiro, talvez pela ausência de debate, vai suportar um Governo cumprindo um papel de Robin Hood ao contrário, porque, no final das contas, o Banco Central é Governo e é o Banco Central quem tira dos pobres, dos trabalhadores, dos que empreendem para dar aos especuladores. Isso, certamente, tem que ter um fim.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Cid Gomes e concedo a palavra ao Senador Rogerio Marinho.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em especial aos meus colegas Parlamentares, eu tive a oportunidade de ouvir dez Parlamentares que me antecederam, com visões diversas a respeito de um tema controverso, mas muito importante para a saúde financeira do país, para a questão da economia do país, que é a política monetária, que está sendo conduzida agora pelo eminente Presidente que aqui está, Gabriel Galípolo.

Permitam-me também contextualizar um pouco o que eu gostaria de falar – o que falarei, aliás –, diante das doutas explicações que me antecederam – até me deram uma responsabilidade muito maior – e visões díspares aqui, algumas delas na contramão do que eu imagino que seja o ideal, o adequado para o país, o que é bom, porque mostra a pluralidade que esta Casa tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero começar dizendo a V. Exas. que uma das grandes ações do Governo que nos antecedeu, que antecedeu este Governo – aliás, o Governo de que participei – foi justamente a independência do Banco Central. E essa independência permitiu que tivéssemos, ao longo desses dois anos e três meses, a possibilidade de respirarmos algum ambiente de sanidade num Governo absolutamente controverso.

Eu farei aqui uma figura de linguagem para me fazer entender. Imaginem os senhores um barco com oito remadores, como esses barcos de competição, no meio de um corpo d'água; quatro remadores fazem força numa direção e quatro, na direção contrária. Esse barco não sai do lugar, eminente Presidente. E é mais ou menos o que acontece com o nosso país. Nós temos, de um lado, um Governo com a política fiscal extremamente expansionista, que tem tentado sustentar um crescimento econômico em bases movediças, não há sustentabilidade claramente a médio e a longo prazo... Aliás, a lei de diretrizes orçamentárias foi apresentada semana passada, sem pompa nem circunstância, porque nem sequer tiveram a dignidade de estarem presentes nesse velório, nesse enterro da economia brasileira, os responsáveis por ela – a eminente Ministra do Planejamento e o eminente Ministro da Fazenda. Lá foram representados pelo terceiro escalão dos seus respectivos ministérios, num desapreço enorme ao Legislativo e à sociedade brasileira, porque deveriam estar lá para explicar o descompasso, a catástrofe a que estão precipitando o país, da qual nós todos somos signatários.

E vejam, isso é – como é que a gente poderia falar? – o samba de uma morte anunciada, ou a crônica de uma morte anunciada, o célebre livro lá do Gabriel García Márquez. Em 2022, por ocasião da transição, já se plantou o que nós chamamos de pecado original, que foi a PEC da transição, na qual se plantou R$200 bilhões a mais de despesas sem a contrapartida de receita. Então, literalmente, nós nos transformamos no cachorro correndo atrás do próprio rabo; ou seja, o Governo buscando receitas, muitas dessas receitas não são recorrentes, não se repetem nos anos subsequentes, para tentar tapar os buracos que foram apresentados dentro da nossa política fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ler para os senhores aqui o Relatório Focus, feito pelo órgão do Estado brasileiro que é o Banco Central, não um aparelho de um partido político, como muitas repartições do Governo se transformaram – ruim para a democracia, né? Mas o relatório, no final de 2022, dizia o seguinte: que a inflação, ao final de 2024, seria em torno de 3,5%, e, ao final de 2025, em torno de 3% – nós estamos acima de 5% –; que a taxa Selic, ao final de 2024, seria em torno de 8%, e em torno de 7,75% ao final de 2025 – nós estamos com, conforme anunciado aqui pelos senhores, 14,25%, com possibilidade de chegar a 15%.

Eu vou fazer aqui uma conta de padaria para a gente entender de que forma este Governo temerário, irresponsável e populista está levando o nosso país. Se pegar o dado colocado aqui da nossa dívida, de R$9 trilhões, a dívida pública nominal, absoluta, e levarmos em consideração uma Selic de 14%, R$1,2 trilhão – mas a composição dessa dívida vai variar, porque alguma parte dessa dívida foi contraída com uma taxa de juro menor, então bota aí uma taxa média de 10%, R$900 bilhões de reais por ano –, se ela fosse a metade, como o Relatório Focus preconizava, nós estamos falando aí de quase R$500 bilhões pagos a mais de juros em função da temeridade, em função da má condução da política fiscal por este Governo populista, que não tem projeto de país – e isso está cada vez mais claro. Eu quero dizer a V. Sa., Presidente Galípolo, que eu sou solidário a V. Exa. Eu imagino as dificuldades que V. Exa. tem na condução de uma política monetária que tem que levar em consideração pressupostos básicos de dar estabilidade e sanidade ao nosso sistema econômico e financeiro, e fazer isso na contramão do que o Governo, durante dois anos, colocou, como se o Banco Central fosse o grande vilão desse processo.

Só que o Banco Central mudou. V. Exa. foi indicado pelo Governo que aí está e a maioria daqueles que fazem parte, com V. Sa., da diretoria também, e nem por isso mudou a forma como o Banco Central tem se comportado; uma forma, eu quero aqui deixar consignado, responsável, na contramão das diatribes que são faladas praticamente diariamente por aqueles que comandam o Governo – à exceção de V. Exa., viu, Senador Jaques Wagner? V. Exa. até que é bastante sóbrio. Mas o Líder do PT na Câmara, o Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Lindbergh, meu Deus do céu! Ele e a ex-Presidente do PT, a Sra. Gleisi Hoffmann, que hoje é Ministra de Estado, passaram dois anos e meio dizendo o seguinte: "Tudo que está errado no país foi o Banco Central e aqueles que nos antecederam", olhando sempre pelo retrovisor.

Mudaram os elementos do Banco Central e o Banco Central continua com a mesma política monetária responsável. Então, se nós estamos hoje a 14,25% não é por acaso, senhores. Ninguém muda nada com a caneta, muda-se com atitudes; muda-se tendo responsabilidade; muda-se gastando apenas o que se arrecada – ou, aliás, economizando –; muda-se mostrando que há segurança jurídica, que há previsibilidade, que há respeito às leis, aos marcos regulatórios, que não se quer mudar o que está dando certo.

Nós temos quase R$1 trilhão contratado nos quatro anos do Presidente Bolsonaro nas concessões que foram feitas, nas privatizações, em que se atraiu o capital privado para ser sócio do Brasil. E o que é que nós temos agora? Nós temos uma economia tracionada em função do que foi feito e nós temos um legado sob ataque permanente de um Governo revisionista, que não saiu do muro de Berlim da década de 80, que continua pensando com a cabeça no passado.

Vejam, por exemplo, a questão do pleno emprego, de que V. Exa. falou na demonstração que fez. Nós somos um país que tem uma deformação clara. Qual é o número de desalentados que existem no Brasil, que sequer procuram emprego, mas deveriam estar na PEA e que estão sendo contemplados por programas sociais? Se você pegar outro país e comparar conosco, com o Brasil nas mesmas condições, você vai ver que há uma distorção evidente no nosso mercado de trabalho.

E hoje, o que nós vemos é uma situação em que o estímulo ao crédito de forma artificial e a apropriação de receitas que não são recorrentes, e as ações populistas deste Governo já têm um prazo para sucumbir, para naufragar. Está aí o que foi dito pelo Governo quando apresentou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 2027, nós estamos em *shutdown*, nós estamos impactados, nós estamos mortos, do ponto de vista orçamentário. E o que é que o Governo diz, através da sua Ministra do Planejamento? “A gente resolve em 2027.”

Ou seja, quem sair por último apague a luz e feche a porta, porque não há projeto de país, há projeto de perpetuação no poder.

Eu acredito, Sr. Presidente, que nós estamos vivendo um momento no país – e aqui o Senador Oriovisto falou que o problema não era o juro, mas a consequência dos juros. Eu quero reiterar o que ele falou, porque tudo isso é efeito do problema que está sendo gestado. A má condução da política fiscal no país é o que está gerando todo esse desequilíbrio.

Nós tivemos, há 14 anos, uma catástrofe do ponto de vista econômico, e eu quero lembrar aos senhores: desde 1948, não se tem no Brasil uma referência de uma crise econômica tão grave à qual o Brasil foi exposto em 2015, 2016, fruto das mesmas políticas que estão sendo implementadas por este Governo, que não esqueceu nada, mas não aprendeu coisa nenhuma. É o DNA do Partido dos Trabalhadores.

Então, nós estamos vendo, por exemplo, um governo cujo ministro da Fazenda, ao apresentar as contas públicas de 2023 e 2024, afirma o seguinte: "Olha, nós tivemos a herança maldita dos precatórios."

Ele se esquece de dizer que os R$90 bilhões que foram pagos em 2023 – porque ele acusa o governo anterior de ter dado um drible na questão fiscal – foram recursos que só R$30 bilhões eram oriundos do governo anterior; R$60 bilhões foram antecipação do Governo do Presidente Lula. E eu não estou dizendo que são recursos que foram gestados e planejados pelo Governo do Presidente Lula, até porque precatórios são ações judiciais até de governos anteriores.

Houve um aumento de 85%, de 2021 para 2022, nos precatórios apresentados no orçamento do ano subsequente. E o que é que o governo daquela época fez? “Eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabelecer um teto de R$60 bilhões; o que passar daqui eu vou diferir, vou transformar em moeda do ponto de vista de se 'bidar' eventuais privatizações ou concessões públicas, e posso transformar também em moeda para bater imposto pelo valor de face". O.k. E o que é que o Governo atual faz? Acusa de que se está dando um drible no orçamento e se tem anuência do Supremo Tribunal Federal de se colocar tudo que está acima de R$60 bilhões fora do Orçamento – fora do Orçamento, Senador Renan – ou seja, é exatamente o que ele acusou o governo anterior de fazer, com uma diferença: desta feita, está sendo pago fora dos parâmetros fiscais. Mas entra no déficit nominal, aumenta a dívida pública, gera insegurança no mercado.

Nós estamos falando de um governo que está driblando o arcabouço que ele fez oito vezes. Posso ler aqui para os senhores: oito vezes. E eu disse aqui, na CAE: "Não vou colocar minha digital nesse projeto, porque este Governo não vai manter a higidez desse instrumento nem por um ano." Eu estava enganado. Não demorou três meses! Não demorou três meses, o Governo transgrediu o que apresentou aqui como se fosse uma peça de higidez fiscal.

Então, nós estamos vivendo um momento em que V. Exa. literalmente está remando para um lado e o Governo remando para o outro.

V. Exa. tenta enxugar a liquidez da economia, tenta segurar a inflação, tenta manter o câmbio sob controle, porque V. Exa. sabe – ao contrário do Presidente Lula – que o pobre de verdade não come dólar, mas come as consequências do aumento da moeda. Então, por favor, vamos parar de enganar a população brasileira.

Mas o mais grave, que me causa uma certa perplexidade e eu diria até uma confusão, porque todos nós que estamos aqui temos a vontade de ajudar o país, mesmo pensando diferente... E eu quero que V. Exa. tenha um grande, um exitoso mandato à frente do Banco Central; eu quero que o país saia forte no final. Nós temos aqui as nossas diferenças, mas V. Sa. vai verificar que todos nós nos tratamos aqui de uma forma bastante cordial. Eu acho que a política é feita, como disse o Senador Cid anteriormente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com mais debate. É importante que tanto o posicionamento que ele externou aqui, como o que eu estou externando agora, possam ser cotejados pela opinião pública.

Eu não acredito em golpe de caneta, eu não acredito em jactâncias, eu não acredito em populismo. Eu acredito em trabalho sério, porque a consequência do trabalho sério é o que faz com que o país cresça.

Então, V. Exa. hoje está literalmente como aquela figura de linguagem que eu coloquei, no centro do rio, liderando remadores numa direção, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República lidera remadores na direção contrária, e esse barco, essa canoa é o Brasil. Por isso que nós estamos numa situação muito séria!

E eu pergunto a V. Exa., ao final... A V. Sa., porque aqui a gente se acostuma com excelência, mas com V. Sa.: esse colapso das contas públicas, como é que espera o Banco Central que a dívida pública se comporte nos próximos dois anos, principalmente após a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias?

O que vai acontecer com a dívida pública se sair totalmente do controle? Porque essa apresentação da LDO disse que depois de 2027, 2028, é que vai declinar a questão da dívida pública. Deve ser por mágica, não é? Porque o Governo está dizendo que não tem nada a fazer. Então, deve ser por inércia, não é? Suponho que o Governo deve ter alguma varinha de condão para imaginar o futuro sem fazer a parte dele para que as coisas aconteçam.

E quais medidas que o Banco Central identifica como mais importante para a estabilidade da dívida pública nos próximos anos?

E digo isso porque eu vou ler aqui um pedaço, rapidamente, porque eu já falei muito, do trecho que V. Exas. produziram por ocasião do último Copom. E V. Exa. afirmou, há pouco, que não comenta a política fiscal, apenas reverbera o que os agentes econômicos, de uma maneira geral, pensam a respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"O Comitê manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas".

Tudo o que este Governo não faz.

"Em particular, o debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas".

Como eu coloquei anteriormente, é evidente que estão em desacordo. Aliás, eu diria antagônicas.

> No período recente, a percepção dos agentes econômicos sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida seguiu impactando, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm um potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo da desinflação em termos de atividade.

Isso aqui foi transcrito por V. Exa. após a reunião da Selic. Ou seja: V. Exa. faz uma crítica contundente à política fiscal – V. Exa. não; o Comitê, claro. Desculpe-me – conduzida pelo Governo.

E eu quero dizer a V. Exa. que eu me somo a V. Exa. e a todos aqueles que têm bom senso neste país.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes de concedermos a palavra ao Presidente do Banco Central, eu vou conceder a...

Eu vou incluir neste bloco o Senador Rogério Carvalho e, em seguida, eu também me permito, em homenagem ao Deputado Mauro Filho, fazer uma pergunta sobre projeto da limitação da dívida consolidada da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.; Senador Fernando em seguida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Eu queria cumprimentar o Presidente Galípolo, do Banco Central.

Em primeiro lugar, eu acho que um debate dessa natureza enseja uma certa polidez ao nos referirmos a governos de uma maneira geral. Então, eu quero dizer que este Governo é um governo que ganhou pela eleição. Este Presidente foi eleito, reeleito e eleito novamente pelas urnas e nunca atentou contra a democracia. É importante deixar isso muito claro.

Mesmo a Presidente Dilma, que também foi eleita e reeleita, quando foi retirada, a partir de um crime inventado de pedaladas fiscais, respeitou as instituições, e o nosso partido – é importante que se diga – não quebrou, nem invadiu, nem destruiu nenhum símbolo da República brasileira.

Então, essa é uma questão que a gente precisa sempre pontuar, para não deixar passar que nós estamos falando de um governo democraticamente eleito, de um governo que já foi eleito e reeleito em outros dois governos.

E, neste período, eu estava vendo uma comparação: o Brasil, na década de 60, era responsável por 26% do PIB de toda a América Latina, de toda a América do Sul; em 2025, o Brasil é responsável por 51% do PIB da América do Sul. Então, nós estamos falando de um país que saiu da 13ª posição, beirando a 14ª posição, em comparação com outras economias em termos de tamanho, para um país que está entre as dez maiores economias e a sexta maior economia em transação comercial.

Então, nós estamos falando não é de uma catástrofe, não é do fim do mundo, porque esse sentimento que a gente passa para o povo brasileiro, para fazer política, de que estamos sempre no fim do mundo é sempre o velho complexo de vira-lata que a gente vai buscar para poder quebrar a autoestima do brasileiro, quebrar a expectativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um futuro e de estímulo para que as pessoas possam investir e fazer este país acontecer, e isso eu vi entre 2011 e 2015, e depois o golpe, e depois o 2013, e depois não éramos capazes de fazer a Copa, não éramos capazes de organizar uma Olimpíada... Perdemos a oportunidade de mostrar este país com grandiosidade para toda a população mundial, ganhar, do ponto de vista do turismo, e mostrar o que é o Brasil para o mundo, porque ficamos numa disputa interna entre o complexo de vira-lata e a perspectiva de consolidar a nossa autoestima.

Venceu, naquele momento, em 2013, o complexo de vira-lata. Quebrou a nossa espinha dorsal quando derrotou a nossa autoestima.

Porque um povo só é derrotado ou primeiro é derrotado quando a sua autoestima é abatida. E eu me recuso a abater a autoestima do nosso país no momento em que a gente tem menor desemprego; no momento em que a gente está crescendo a uma taxa, nesses dois anos, de aproximadamente 3% – na média, 3% – ao ano; no momento em que o país sai da 14ª economia do mundo para a décima, para a sexta em transações comerciais; no momento em que a gente sai de um déficit de R$240 bilhões, em 2023, e cai para R$0,09 bilhão em 2024; no momento em que este país, ao contrário de outros países, tem respeitado – e este Governo tem respeitado – aquilo que de forma soberana este Congresso tem definido, como, por exemplo, a autonomia do Banco Central.

Então, enquanto isso, aqueles que acusam a gente não conseguem falar nada sobre o que está acontecendo no mundo, neste momento que gera instabilidade para todo o mundo. E gera instabilidade e vai atingir, pode atingir todos nós, mas foi colocado o chapéu na cabeça do Maga – é Maga ou Mega? Mega, não é? Eu nem sei porque acho um absurdo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Maga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Maga, certo? Bota o chapéu na cabeça. E essa tragédia traz instabilidade cambial, essa tragédia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

traz instabilidade para toda a humanidade e quebra todo um esquema construído no pós-guerra, que estabelece regras contratuais de comércio internacional, de convivência, de contenção do excesso de força de uma nação sobre outra.

Eu quero saber: o que está sendo dito aqui sobre isso? Absolutamente nada. Este, que era o farol desses ideólogos, está querendo acabar com a autonomia do Banco Central – mas era o farol desses ideólogos. O trumpismo era a outra face do bolsonarismo no Brasil. Como é que se convive com tanta contradição?

Eu acho que a gente tem tarefas a cumprir. Muitas! Uma delas é como o Brasil deixa de ter uma dívida pública bruta distante da dívida pública líquida. Porque isso é um R$1,7 trilhão aproximadamente, que eleva a nossa dívida líquida, que é a que vale, mas, para fins de relação dívida-PIB, é a bruta, não é a líquida. Quando a gente resolver isso... E, para resolver isso, precisamos discutir qual é o papel do Banco Central em relação aos fundos, porque neste país quem tem 75% da liquidez não são mais os bancos; são os bancos através de fundos, sobre os quais o Banco Central não tem autonomia. Eu quero saber se esta Casa vai conceder de fato autonomia para a gestão monetária, para lidar com esses fundos que têm 75% do dinheiro. Isso é fundamental, e não o blá-blá-blá de muita conversa ideológica sobre um tema tão profundo quanto este é profundo.

Outra coisa: quem define o valor do dólar não é o Governo de plantão. Quem define o valor do dólar são, por exemplo, as maluquices e a dependência do mundo de uma única moeda para fazer comércio exterior e para alimentar o déficit trilionário em dólar dos Estados Unidos.

"Como é que nós vamos...", "A gente não pode fazer muita coisa..." Mas pode!

Nós lideramos, junto com outros países, um bloco econômico que tem 40% de toda a riqueza do mundo. E se a gente tiver uma moeda para negociar entre esses países, o dólar já vai se enfraquecer e já vai interferir muito menos na vida de outras nações em desenvolvimento, como a nossa! Então, quando a gente vê um ataque especulativo, como foi feito no final do ano – aquilo é criminoso, aquilo tem uma intenção clara! –, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa discutir essas coisas. E o nosso mercado e os nossos agentes de mercado apostaram contra a nossa moeda, apostaram contra a nossa moeda, e o Banco Central agiu e tinha que reverter essa situação e não premiar quem estava apostando na moeda brasileira, estava apostando no dólar. Isso aconteceu. Agora nós temos que ver como é que o dólar vai chegar num patamar para que possamos pensar e para que possamos rapidamente fazer essa desaceleração ou essa diminuição da taxa de juros no país.

Então, eu quero dizer, Presidente, que eu acho que esses debates são fundamentais. Acho que, sobre a questão do arcabouço fiscal, nenhum país europeu saiu da crise com austeridade! A austeridade lançou a Grécia num buraco sem fim, quase destrói a economia da França, quase destrói a economia espanhola e a economia portuguesa, a tal da austeridade, como diz o autor americano, essa ideia perigosa chamada austeridade. Foi quando a Europa mudou o seu arcabouço fiscal que criou um arcabouço mais flexível que tem uma capacidade de se movimentar quando a economia está em baixa, quando a economia está em alta, em momentos de pandemia, em momentos de crise, para poder fazer intervenções anticíclicas.

Esse arcabouço fiscal nosso não é uma jabuticaba, como foi o teto de gastos, que contraiu e contorceu, tirando riqueza da população mais pobre do Brasil, levando 30 milhões à fome e à miséria! Ou a gente não se lembra disso? É porque a gente tem uma memória muito curta! Ou a gente não lembra que a gente tinha um Bolsa Família estruturado, que foi desestruturado, que depois veio o Renda Brasil, que depois virou esse Bolsa Família que a gente está vivendo hoje? Porque não era um programa para resolver criança na escola, para poder tirar as pessoas da fome... Era para poder ganhar as eleições de 2022! E perderam. Mesmo com isso, perderam! Mas ficou um legado que a gente precisa remodelar, não é diminuir a renda, mas remodelar, reempacotar, redefinir como vai se dar esse novo programa que, no Brasil, não é mais uma bolsa, é um programa de renda básica, de renda familiar mínima. Ou seja, nós estamos falando de uma outra coisa, é quase um BPC que foi introduzido através do novo Bolsa Família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa rediscutir todas essas questões e definir, dos lugares certos, para que a gente saiba qual é o tamanho deste país, e dizer que este país é, de fato, o país que – vou concluir – mais transfere renda para pobres, muito pobres e para muito ricos. Porque ninguém nesta Casa, com exceção de poucos, foi contra acabar com as desonerações fiscais.

Aqui nesta Casa, quando se trata de tirar dinheiro dos mais ricos, todo mundo é contra. Quando se trata de garantir renda e direito dos mais pobres, que está na Constituição, uma grande parte é contra. Então a gente precisa ter um equilíbrio.

Por que a gente não retirou os... Esses setores, o Amin todo dia diz que quer rever esses setores que vão receber subsídios ou que vão receber... Se isso não tivesse, quanto a gente teria hoje? A gente teria tido superávit no ano passado? Nós teríamos superávit este ano? Nós não teríamos problemas nas contas públicas.

Quando agora a gente vai entrar na discussão do Imposto de Renda, para concluir, Presidente, eu quero ver como é que nós vamos nos posicionar, porque vão querer tirar das desonerações. As desonerações são passageiras, vão acabar. O Imposto de Renda é o que vai trazer justiça tributária e progressividade na cobrança do imposto sobre a renda, que é um tabu neste país. Só paga quem é pobre ou quem é assalariado, rico não paga imposto neste país, paga a pessoa jurídica, mas dividendo, onde está a renda dos ricos, ninguém cobra imposto sobre isso.

Eu quero saber como é que a gente vai fazer para enfrentar a crise fiscal que todos os países vão viver se não resolverem questões dessa natureza que estão imbricadas nos interesses de uma parte da sociedade, cuja representação é majoritária nessas duas Casas, ou seja, os interesses majoritários na Câmara e no Senado, infelizmente, é importante dizer isso ao povo brasileiro, representam geralmente os mais ricos. Os mais pobres, Senador Cid Gomes, têm poucos representantes que ficam aqui lutando, labutando para evitar que retirem o direito de comer, de vestir, de ter saúde e de ter educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias, com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar vocês dois por nos proporcionar esse debate e dizer o seguinte, eu acho que você ouviu aqui que não temos partido e todos estão com uma grande preocupação nas taxas de juros. Acredito que você vá se debruçar com a sua equipe, como o Malan falou com você em sua entrevista, tem que usar a equipe para chegar a uma conclusão.

Em cima disso, eu já sugiro ao Presidente Renan um outro debate disso, marcar uma outra data para a gente rebater isso.

Mas eu tenho uma curiosidade, Presidente.

Recentemente o BRB, pegando um gancho na Leila, anunciou a aquisição do capital do Banco Master, uma operação que chamou a atenção pelo volume de recursos públicos e um banco que aparece na mídia envolvendo situações delicadas. Ano passado, uma tentativa de compra de 500 milhões em letras financeiras da mesma instituição pela Caixa Federal acabou barrada por gerentes que identificaram riscos excessivos.

Já que o Banco Central tem como diretriz zelar pela estabilidade financeira e eficiência, diante desse episódio, como o Banco Central atua? No momento, o Banco Central atua para intervir ou não pode intervir para evitar esses riscos excessivos do mercado financeiro?

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes de conceder a palavra ao Presidente Galípolo, eu gostaria de dizer que nós recebemos, por meio do nosso portal, algumas manifestações que gostaria de passar a V. Exa.

Do Lilean, de Goiás: "Como o Banco Central concilia controle da inflação com crédito acessível e geração de empregos, especialmente para pequenos empreendedores?".

Da Raíssa, do Mato Grosso: "As ações do Banco Central estão alinhadas com os interesses da população ou priorizam apenas o mercado financeiro e seus lucros?".

Do Erivelton, da Bahia: "Quais são os critérios objetivos usados pelo Banco Central para definir a taxa Selic, especialmente em um cenário de queda na inflação?".

Finalmente, do Lucas, do Rio Grande do Sul: "Como manter a efetividade da política monetária em meio ao descompasso gerado por uma política fiscal expansionista?".

Atendendo, sobretudo, a presença do Deputado Mauro Filho aqui nesta audiência pública, eu gostaria de fazer também uma pergunta que considero atual e pertinente.

Na última ata do Copom, de março de 2025, na parte citada aqui pelo Senador Rogerio Marinho, o Banco Central apresenta argumentos importantes sobre o descontrole de preços. Abro aspas: "O Comitê segue acompanhando com atenção como os desenvolvimentos da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. A percepção dos agentes econômicos sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida segue impactando, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes". De acordo com o próprio Banco Central, é de extrema importância garantir níveis sustentáveis de dívida pública.

Nesse mesmo diapasão, na quinta reunião desta Comissão, ocorrida no dia 8 de abril deste ano, nós apresentamos um projeto de resolução do Senado que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

disposto no art. 52, VI, da Constituição Federal, e no art. 30, I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Em 2000, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou, para tramitar no Congresso Nacional, um projeto de lei complementar que limitava as dívidas consolidadas da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. O Congresso, ao final da tramitação e da apreciação, limitou as dívidas consolidadas de estados e de municípios, e até hoje nós não limitamos a da União, como manda que nós façamos, repito, o art. 52, VI, da Constituição Federal.

Eu queria, em função desses fatos, perguntar, sobretudo, duas coisas a V. Exa. Primeiro, se o Banco Central já tem uma posição sobre a regulamentação do art. 52, inciso VI, da Constituição Federal, e, consequentemente, sobre esse projeto e como pode, verdadeiramente, ajudar no combate à inflação, reduzindo a rigidez da taxa de juros no Brasil e as dificuldades encontradas para redução dessas taxas. E é importante incluir, na medida do possível, na sua resposta, uma avaliação de um problema essencial que o país vivencia devido à elevada taxa de juros básica: o custo de uma elevada taxa de juros sobre a evolução da dívida e como isso drena recursos para o pagamento de juros, os quais, de outro modo, poderiam ser usados para o desenvolvimento do país.

Eu, com muita satisfação, concedo a palavra ao Presidente Gabriel Galípolo, do Banco Central, para as perguntas formuladas aqui pela Senadora Leila, pelo Senador Cid Gomes, pelo Senador Rogerio Marinho, pelo Senador Rogério Carvalho, pelo Senador Fernando Farias e, modestamente, por mim, ao final.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Começando aqui, por ordem, com o que a Senadora Leila perguntou sobre o que a gente pode fazer para reduzir o custo de capital para as pessoas, o custo de juros. Está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entre os cinco pilares principais que a gente está colocando aqui como objetivos centrais para os próximos anos do Banco Central, justamente.

As medidas que estão sendo apresentadas envolvem desde mudanças legais que permitem a gente aumentar processos de garantia e colateralização até inovações tecnológicas, como é o caso do Pix em garantia, ou o Pix parcelado, ou até o Drex. Eu realmente acredito que a melhor solução que a gente tem para apresentar sempre, ao invés de privar o cidadão de algo que ele já está utilizando hoje, que vai causar dor, é você tentar oferecer alternativas mais competitivas. Se a gente pegar o que aconteceu, por exemplo... Falamos aqui tanto – não é? – do processo de estabilização monetária... A URV foi uma moeda que, por si só, por conseguir reunir uma série de atributos mais vantajosos, produziu uma migração das pessoas para aquela moeda.

Então, a gente conseguir oferecer mais alternativas que são mais competitivas me parece ser o caminho mais inteligente. E aí o que acaba acontecendo é que, quando eu estou utilizando uma linha de crédito que não foi pensada para que a pessoa tenha um financiamento de longo prazo com aquela linha, ela é uma linha de rotativo, ela foi pensada para uma situação emergencial, para quando você precisa de um dinheiro para algo que você não tinha planejado e você precisa daquele dinheiro rapidamente, não tem condição de oferecer garantia, nem nada disso, se isso for utilizado como uma fatia da sua renda de maneira recorrente, é óbvio que essa é uma linha pensada para cobrar a taxa de juros mais alta possível, porque eu tenho o maior risco possível. Ela não tem garantias.

Se a gente conseguir inserir alternativas para que para o cidadão seja mais fácil fazer isso no aplicativo dele, para que quem está concedendo o crédito consiga ter mais higidez no sistema que concede créditos para que toda a infraestrutura utilizada e disponível consiga ter alternativas para que a gente amplie o crédito com garantia... Se a gente pegar no resto do mundo, a maior parte dos financiamentos tem como colateral o mercado imobiliário. O Brasil usa muito pouco os ativos imobiliários que a gente tem como colateral para redução de crédito. Assim como você pode usar seus recebíveis. Cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menos as pessoas estão trabalhando simplesmente recebendo salário; nós temos empreendedores que têm outras fontes de receita.

Como é que a gente consegue segregar essas fontes de receita? Através de inovações, novos produtos, novos serviços que vão ser prestados pelo mercado. Mas como é que o Banco Central facilita que o mercado ofereça esse tipo de serviço e que a população consiga ter acesso a esse tipo de serviço para que a gente tenha uma redução estrutural da taxa de juros que chega para as pessoas? Porque realmente houve uma redução de risco. Eu saí de uma linha que historicamente é chamada de linha de alto custo para uma linha de menor custo, porque oferece colaterais e garantias.

Então, isso permeia e perpassa praticamente todas as políticas de que a gente falou ali, desde o Pix parcelado, desde o Pix em garantia, o Drex, as novas modalidades de *funding* para mercado imobiliário. São essas medidas que a gente tem tentado implementar, e, em discussão, há várias outras, com o Legislativo, com o Poder Executivo, para a gente poder fazer melhorias também do ponto de vista legal e infralegal para que isso possa acontecer.

Eu podia fazer uma longa leitura aqui do material que a Procuradoria me mandou para responder o porquê que a gente não pode comentar casos específicos de fusão e aquisição – a autoridade monetária –, mas acho que talvez, para a boa utilização do tempo, seja mais produtivo eu dar a resposta relativa à fusão e aquisição do BRB e Master, eu explicar mais ou menos o que o Banco Central faz.

O Banco Central não julga, em qualquer processo de fusão e aquisição, a conveniência da venda ou da compra. A decisão e a conveniência de comprar ou vender qualquer tipo de ativo, parcialmente, integralmente, é uma decisão de quem está comprando e quem está vendendo. A obrigação do mandato do Banco Central é julgar a viabilidade econômica da aquisição, ou seja, quem está adquirindo um ativo, tem viabilidade econômica para comprar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – E os riscos da viabilidade?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Os riscos da viabilidade estão dentro. Agora, se você está analisando enquanto acionista, assim: "Poxa, estou vendendo um ativo e acho que esse ativo eu não deveria vender, deveria ficar com ele"... Ou o inverso: "Estou comprando um ativo e acho que não devia comprar", essa conveniência de compra e venda, o Banco Central não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mesmo sendo um banco estatal?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Mesmo sendo um banco estatal. Perfeita essa sua pergunta. Os órgãos de controle, para você julgar a conveniência, no caso de um banco privado, será o Conselho de Administração, no caso de um banco estatal, serão os próprios órgãos que vão julgar a conveniência da compra. Não é esse o mandato do Banco Central. O mandato do Banco Central é julgar e avaliar a viabilidade da aquisição, ou seja, se a fatia que está sendo comprada, seja integral ou parcial, pode ser absorvida e como é que isso impacta o plano de negócio de quem está adquirindo, e se o que vai sobrar, se você não vender integralmente, também tem viabilidade econômica. Então, a função do Banco Central, o mandato do Banco Central é esse, e, do ponto de vista da supervisão, vai ter uma série de indicadores que ele vai estar analisando.

O Brasil é um dos países mais alinhados às regras de Basileia, que são regras internacionais do ponto de vista de como é que você analisa e acompanha as exposições de risco e apetite de risco de cada uma das instituições. Então, acho que esta é a resposta do que está dentro do quadrado do Banco Central: a gente não analisa conveniência, a gente analisa sempre a...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas imediatamente à compra, ao negócio fechado, o banco já pode intervir em alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Que banco intervir?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Logo no...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – A aprovação de qualquer fusão e aquisição depende de uma aprovação do Banco Central. Então o Banco Central... Como é que costuma...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isso demora muito?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – A gente tem um prazo legal que é elástico, passa de 360 dias, mas este processo costuma... Eu não queria me alongar aqui muito, mas são duas coisas. A primeira coisa... Geralmente o que acontece – isto acontece com grande frequência, existir esses tipos de transações no mercado financeiro –, quem está pensando em comprar ou está pensando em vender, pode pedir uma reunião, marcar uma reunião ou com o diretor da área ou até com o Presidente do Banco Central. O Banco Central não se manifesta prévia e informalmente sobre nada, ele recebe a documentação. Uma vez recebida a documentação e definido o perímetro da transação, é a partir da definição do perímetro da transação que pode ser feita a análise do Banco Central sobre a viabilidade da compra e da venda. E é em cima disso que vai sair a aprovação ou não dessa aquisição.

Sobre o debate a respeito de política monetária. Eu queria dizer que eu sublinho e concordo plenamente com o Senador Cid Gomes sobre a importância de a gente fazer o debate sobre política monetária. A autonomia, de maneira nenhuma... Pelo contrário, a autonomia impõe que o Banco Central fique cada vez mais disponível para explicar o que está fazendo e o porquê que está fazendo. Isso é absolutamente essencial. Cenários como este e oportunidades como esta que a gente está tendo aqui são absolutamente essenciais para que a gente possa fazer as explicações. Existe uma brincadeira que se faz nos Estados Unidos de que quando o Presidente do Banco Central dos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unidos está falando ele é a segunda pessoa mais importante. As pessoas mais importantes são as pessoas da imprensa que estão dando os piscas ali e os *headlines* sobre o que ele está dizendo. Cenários como este em que a gente tem a possibilidade de falar ao vivo e com a imprensa nos acompanhando são muito importantes porque eliminam, muitas vezes, algum ruído que pode ser gerado. Porque, como o senhor sabe, Senador, existe um grande campeonato de interpretação de textos sobre tudo o que o Banco Central fala e, às vezes, têm pessoas que querem achar uma terceira, uma quarta camada daquilo que foi dito. Para evitar que a utilização de uma terceira, quarta camada, daquilo que foi dito possa desviar e provocar algum tipo de distúrbio no mercado, poder ter essa oportunidade de falar de maneira ampla e clara é bastante útil.

Então, sobre o tema cambial, por exemplo, o primeiro ponto a reforçar é que o câmbio é flutuante, no Brasil, que o regime do Brasil é de câmbio flutuante. E a todo momento, quando a gente apresentou... É até por isso que a gente colocou primeiro um eslaide sobre o impacto do câmbio na inflação, especialmente na inflação de alimentos, depois passou a discutir as questões de qual era o impacto do *carry* e de valorização. Ele sempre se dá olhando para um mandato, que é um mandato de inflação. Então, o mandato do Banco Central do Brasil é a meta de inflação e o câmbio vai ter um impacto a partir do *pass-through* que ele tem para a inflação – é isso o que a gente vai estar sempre analisando – e o câmbio flutuante é um amortecedor. Acho que ficou bastante claro para todo mundo, que está aqui na sala, quando eu falei aqui.

Isso se junta com o que o senhor colocou, Senador, sobre a necessidade da transparência sobre os dados. O Banco Central, hoje, já deixa todos os dados transparentes no portal que a gente tem lá, do Banco Central, da transparência, com todos os dados desde 1999 sobre as aquisições que a gente faz, sobre o que a gente deixa de fazer, não deixa de fazer. Mas, ainda assim, como o Senador comentou aqui, muitas vezes o dado pode não ser simples de compreender. Como o senhor colocou bem, às vezes a linguagem do Banco Central é muito hermética e é necessário esclarecer numa linguagem que seja mais acessível. O caso, por exemplo, das reservas. O Brasil não compra reserva, o Banco Central não compra reservas, desde abril de 2012. Em 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de abril, de 2012, foi a última vez que a gente comprou reservas. A confusão ali surgiu claramente porque essas reservas sofrem marcação ao mercado. O que é isso, para gente poder explicar para as pessoas? Os valores dos ativos são marcados a mercado. Eles sofrem uma valorização ou desvalorização em função do que acontece com o preço no mercado. Isso está lá disponível. Se o senhor abrir, o senhor vai ver que 3 bilhões que aconteceram... As reservas cresceram 13 bilhões, nesse período que o senhor está colocando: 3 bilhões é a valorização do ouro e 10 bilhões são fechamento da taxa. Porque como a gente compra reservas, a gente compra títulos americanos, por exemplo, *treasures*. Se a taxa caiu, a taxa de juros fechou, futura, o valor do título subiu, porque você, na verdade, para tentar fazer uma explicação aqui...

Se, por acaso, você tem um título que está pagando dez e agora tem um título no mercado que paga 20, ninguém vai topar comprar o seu título pagando 10. Então, você vai ter que dar um desconto no valor do seu título, para equiparar a taxa que está disponível no mercado para um título com uma duração parecida. O inverso é verdadeiro. Se, por acaso, as taxas fecharem, você tem uma oportunidade de poder vender mais caro. Então, ali, o que está colocado foi um processo de valorização que gerou a confusão de parecer, quem está comprando, mas a última vez, que está lá nos dados do portal da transparência dos dados abertos do Banco Central, mas queria só reforçar.

Todas as vezes, e o Senador Mauro sabe disso bem, que tiver alguma questão de dúvida nesse sentido, alguma coisa que está mal explicada, por favor, Senador, não é mais que a nossa obrigação, mas nós estamos sempre à disposição para esclarecer, ou numa reunião, e depois até esclarecer de novo, se for necessário, publicamente, a gente entende perfeitamente, porque às vezes é necessário fazer essas duas colocações – e nós estamos à disposição para fazer esse esclarecimento.

Só para reforçar, as reservas, então, variaram em função da marcação a mercado e, obviamente, o Brasil funciona com um regime de câmbio flutuante. Todas as vezes, quando nós discutimos *carry*, ou qualquer questão relativa à política internacional, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos pensando sempre como é que isso se dá com o mecanismo de transmissão para a inflação, como eu acho que ficou claro para todos que estão acompanhando aqui a fala.

Quanto ao custo da dívida e à questão do limite para a dívida, eu acho que tem um tema bastante interessante aí a ser colocado.

Perceba que, no Brasil, quando o custo da dívida começa a ficar mais correlacionado com a taxa básica de juros, é porque o Tesouro passou a emitir mais LFT. O LFT é um título para uma letra, um título público que paga taxas que vão variar de acordo com a taxa básica de juros, o que é uma coisa estranha, porque, pelo mecanismo que eu acabei de falar de marcação a mercado, o que acaba acontecendo nos mecanismos de transmissão de política monetária é: quando o juro sobe, geralmente o estoque de riqueza cai. Pela razão que eu acabei de explicar, se você tem um título que pagava dez e amanhã os juros passaram a ser 20, quem detém o título vai ser obrigado a vender esse título com desconto, com deságio, para conseguir achar um comprador.

Então, elevações na taxa de juros geralmente implicam uma desvalorização do estoque de riqueza existente, porém, se você tem um título como esse, você não perde valor, porque você vai receber mais juros. O seu papel está indexado com mais juros. Aí a pergunta é, por que é que o Tesouro, então, emite esse título? Ou, por que ele concentra mais, em um dado momento, nesse título? Provavelmente, porque ele está entendendo que esse é o título que melhor lhe serve naquele momento, comparativamente a outros títulos que vão pagar IPCA mais alguma coisa, ou vão pagar uma taxa de juros nominal fechada, como é o caso do NTN-F.

Portanto, essa taxa de juros que está lincada à taxa básica de juros está se apresentando como a taxa mais competitiva e acessível para o Tesouro se financiar. A alternativa seria mais cara do que esta. Esse é um ponto relevante a ser colocado. Se ele concentrou em LFT, por que ele não emitiu NTN-B ou uma NTN-F? Porque ele está apresentando para ele que a LFT está pagando, ou ele espera que vá pagar com aquilo um custo inferior da dívida do que ele pagaria com outro tipo de papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nessa lógica, o que a gente precisa entender é: ao restringir o financiamento do Tesouro...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Mas aí, Galípolo, pode não conseguir vender, se não tiver a Selic...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Quem não conseguir vender?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – O Tesouro...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Se não tiver a LFT, você está dizendo? Isso, perfeito. Nós estamos concordando. O que eu estou dizendo para o senhor é o seguinte, se o senhor criar uma limitação sobre os instrumentos do Tesouro para se financiar, a gente corre um risco muito maior, muito, infinitamente maior. Então, a gente não deveria criar limitações para o Tesouro se financiar, porque, se você criar limitações para o Tesouro se financiar, você vai dizer que o Tesouro não vai acessar dinheiro.

De outro lado, se se criar... E foi uma discussão que foi feita agora recentemente pelo Powell, inclusive. Alguém perguntou se o Powell devia considerar limites para a taxa de juros em função do tamanho da dívida. Ele foi bastante claro – só vou terminar e passo para o senhor, Deputado – em dizer o seguinte: "Olha, a minha meta é a meta de estabilidade monetária. Eu tenho meta de estabilidade monetária". Se se criar algum tipo de limitação para que o Tesouro não possa emitir acima de uma certa taxa de juros, ele não vai conseguir acessar o mercado de capitais para se financiar. Se ele não conseguir se financiar, aí sim nós estamos num problema.

Por isso é que eu volto ao que eu falei para a Senadora Zenaide: o dinheiro mais caro que existe é o dinheiro que eu não consigo acessar – esse é o mais caro que existe. Os títulos que o Tesouro está negociando são títulos decorrentes de leilões que ocorrem toda terça e quinta. Os credores que compram esses títulos têm alternativas a esses títulos, eles podem comprar em outro lugar. Hoje a livre mobilidade de capital garante que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eles possam comprar em qualquer outro lugar. Restringir a disponibilidade de acesso a recursos ao Tesouro é que me parece ser temerário. Por isso é que eu acho que, sempre, quando se vai acessar qualquer coisa nesse sentido, é precisa entender... Eu acho que atacar o efeito não me parece ser a solução mais adequada. É dizer: "Bom, então vamos acabar com a maioridade penal e eu acabo com a delinquência juvenil". Não adianta eu tentar olhar por esse lado, porque eu acho que a gente vai criar um problema para o Tesouro. O Tesouro está pagando a taxa porque ele consegue rolar a sua dívida. Ele está rolando a sua dívida com leilões, toda terça e quinta. Se limitar, talvez, provavelmente, quem está financiando vá buscar uma alternativa.

Diga.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O que está sendo proposto não é limitar a taxa de juros. É isso, não? O que está sendo proposto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É limitar a dívida.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – É a dívida. É a dívida consolidada ali que só precisa de um projeto de lei. Aí o Banco Central vai ter um *mix,* o Tesouro vai ter o *mix,* para decidir o que fazer.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Então...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Os Estados Unidos têm isso, a Alemanha tem isso, tem outros países que têm isso. Todo ano, a Lei Orçamentária Americana vê lá... E tem o *shutdown* de que o Senador Rogério acabou de falar.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso. E quando chega nesse limite, geralmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E é de longo prazo.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – É de longo prazo.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – A minha sugestão... É lógico, é uma discussão que o Legislativo deve fazer, mas como me foi perguntado, estou tomando a liberdade de falar aqui. A minha sugestão é: restringir instrumentos de emissão por parte do Tesouro. Não me parece que o Tesouro, hoje, paga a taxa de juros que ele paga pela ausência de um teto, parece-me que é por outras razões. É a minha posição. Mas eu acho que é uma questão que o Banco Central está totalmente disponível para discutir. Eu só alerto para esse ponto específico aqui que eu acho que valeria a pena eu falar.

Não sei se deixei para trás alguma coisa aqui ou se eu consegui responder a tudo. Ah, o Senador Rogério Carvalho falou sobre um tema que ele já tinha comentado antes e que eu acho muito importante, que é: hoje existe uma discussão global sobre onde se deve fazer o nivelamento, numa tradução livre aqui, do ambiente regulatória de supervisão. Eu acho que o Banco Central tem uma oportunidade de fazer uma atualização e um *catching-up* para que a gente possa ter um nível de supervisão mais disseminado, considerando que, hoje, sim, surgiram novos agentes e boa parte da liquidez fluiu dos bancos para outras instituições.

Obrigado, Presidente. Desculpa se eu falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Rapidinho, Presidente Galípolo, só para entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando se fala de risco sistêmico, a gente escuta muito isso na imprensa, dos especialistas. Você pode falar um pouquinho desse risco sistêmico? Porque está se falando muito sobre o risco, o tal risco sistêmico dessa compra. Claro que você não vai... Você está aqui analisando só a viabilidade da compra, que eu já acho assim estranho, porque nós estamos falando de um banco estatal, mas já entendi todos os argumentos. Mas e essa questão dos tais riscos sistêmicos?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – O Banco Central...

Primeiro, assim, a questão que a Senadora colocou. É muito importante, eu disse aquele dia lá no tema da...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive quero agradecer, porque você atendeu prontamente...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Imagina.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... os três Senadores...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É minha obrigação, é minha obrigação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... e, em nome dos três Senadores, eu já agradeço, Presidente.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É minha obrigação.

É muito importante que o Banco Central não deixe as suas prerrogativas serem invadidas e que ele também não invada as prerrogativas de outros órgãos.

A questão do porquê você não analisa a conveniência, para não também me alongar aqui muito, mas toda vez que a gente tem um processo de compra e venda de qualquer coisa, pode ser de uma ação listada em bolsa, aquela compra e venda numa ação listada em bolsa só ocorre porque existem percepções contrárias sobre o futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

daquele preço daquele ativo. Quem comprou achou que estava fazendo um bom negócio comprando, porque provavelmente entende que vai valorizar; quem vendeu acha o contrário.

Então, no mercado, o mercado funciona de percepções contrárias. Todo o processo que existe de *valuation*, como a gente chama, de calcular, são balizas para que a gente possa restringir o diferencial e chegar num valor que no final vai ter uma dimensão negocial e consensual.

Por isso que não cabe... No Banco Central, eu posso estar com o Presidente, duas instituições privadas, um decidiu comprar e o outro falou assim: "Não, eu não venderia se fosse eu". Ou o outro diria: "Não, em vez de pegar esse dinheiro, eu iria me aposentar". Não é a função do Banco Central. A função do Banco Central é analisar se há viabilidade para o comprador. É esse o nosso quadradinho que a gente não pode, pelo bem da institucionalidade do Banco Central, ultrapassar.

E, essa é uma fusão, é uma questão que está absolutamente confinada, está confinada ali entre essas instituições e a gente está analisando ali dentro disso. Não temos nenhum tipo de questão que ultrapasse as instituições que são a compradora e a vendedora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradecemos ao Presidente Galípolo, do Banco Central, pela presteza com que esteve aqui durante esta manhã toda neste debate, nesta Comissão.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2147, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para contemplar no Pronampe as cooperativas com ingressos anuais decorrentes de operações com atos cooperativos e não cooperativos de até R$ 4,8 milhões (quatro milhões e oitocentos mil reais) ao ano." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2387, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2356, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2133, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para prever o uso do Sistema de Compras Expressas (Sicx) na contratação de bens e serviços comuns padronizados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 25, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, para incluir os aditamentos previstos na Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, entre as exceções aos limites e condições para contratação de operações de crédito." **Autoria:** Senador Pedro Chaves (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 109, de 2025** que: "Convite ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Gabriel Muricca Galípolo" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 25.973/2025, do Banco Central do Brasil, que encaminha relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo do terceiro trimestre.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 28ª, 29ª, 30ª, 31ª e 32ª Reuniões, realizadas em 7, 8, 14, 16 e 21 de outubro de 2025, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam essas atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Senador Paulo Paim, muita honra.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O item primeiro da pauta...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. a inclusão, na pauta de hoje, do Projeto de Resolução 25, de minha autoria, relatado pelo Senador Veneziano, que já está na Comissão. Se V. Exa. puder colocá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O projeto referido por V. Exa. já foi incluído na pauta.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item primeiro da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2147, DE 2021

- Terminativo -

Altera Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para contemplar no Pronampe as cooperativas com ingressos anuais decorrentes de operações com atos cooperativos e não cooperativos de até R$ 4,8 milhões (quatro milhões e oitocentos mil reais) ao ano.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu vou ao relatório.

Vem à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 2.147, de 2021, de autoria do Senador Jaques Wagner, que propõe estender os benefícios do Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) às cooperativas com ingressos anuais de até R$4,8 milhões. Esse valor coincide com o limite máximo de receita que uma atividade comercial pode auferir para ser tratada como pequena empresa e, assim, gozar dos benefícios creditícios e regimes diferenciados de tributação que a lei assegura aos negócios de pequeno porte.

Convém lembrar que o Pronampe foi lançado em 2020, como medida emergencial de enfrentamento dos impactos econômicos da pandemia da covid-19. Foi concebido como um programa de concessão de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte, com condições especiais, conforme estabelecido em sua lei instituidora, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Um ano depois, contudo, o Pronampe foi perpetuado como política oficial de crédito para pequenos negócios pela Lei 14.161, de 2 de junho de 2021.

O art. 1º do projeto propõe inserir parágrafo único no art. 1º da Lei nº 14.161, de 2021, para que as linhas de crédito oferecidas sobre as regras do Pronampe estejam à disposição de cooperativas com ingressos não superiores ao limite anual de R$4,8 milhões, sem qualquer discriminação quanto à finalidade da cooperativa.

Tendo sido concebida em um contexto de crise econômica gerada pela pandemia da covid-19, no qual o faturamento de todas as atividades comerciais estava sensivelmente prejudicado, a Lei nº 14.161, de 2021, pretendia evitar que o limite de crédito referenciado pelo faturamento da empresa ficasse circunstancialmente comprometido em um momento de maior necessidade.

Nesse sentido, previu, em seu art. 8º, que o faturamento bruto a ser considerado para determinar o limite de crédito das operações que viessem a ser contratadas em 2021 seria o referente aos anos de 2019 ou 2020, o que fosse maior. O art. 2º do PL nº 2.147, de 2021, altera a redação deste dispositivo para restabelecer regra específica para as cooperativas.

Por fim, o art. 3º da proposição define como imediata a vigência de lei que venha a ser publicada.

A análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhes são distribuídas.

Dado o caráter terminativo da tramitação da CAE, é preciso apreciar a constitucionalidade da matéria. Nesse sentido, registre-se que, nos termos da Constituição Federal de 1988, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito de câmbio, seguro de transferência de valores (art. 22, VII), temática sobre a qual o Congresso pode dispor livremente, conforme o *caput* do art. 48. Os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Tampouco há vício de iniciativa, não sendo infringidas as disposições dos arts. 61 e 84.

O PL também respeita os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Quanto à sua juridicidade, o PL nº 2.147, de 2021, atende aos atributos de inovação, generalidade, imperatividade e organicidade. É coerente com os princípios gerais do direito. Além disso, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja a normatização via edição de lei, é o adequado.

Quanto ao mérito, o que se discute é a conveniência de estender às cooperativas as condições de crédito e, sobretudo, a garantia referente ao risco de crédito oferecido pelo Fundo Garantidor de Operações, de que trata o art. 7º, da Lei nº 12.087, de 2009.

As cooperativas são arranjos produtivos, eficientes e, assim, promotoras de desenvolvimento socioeconômico do país. Além disso, fomentam a economia solidária. As cooperativas são agentes da inclusão produtiva e geração de renda, reforçando a economia local e os princípios de autogestão e solidariedade. Nesse sentido, faz sentido incorporá-las à política oficial de crédito aplicável em pequenos negócios.

Além disso, a proposta se coaduna com os objetivos do Pronampe. Não se trata apenas de facilitar acesso ao crédito para pequenos negócios que tomaram a forma de cooperativa, mas de estimular a manutenção dos empregos gerados e a sustentabilidade desse tipo de empreendimento.

Sabe-se que grande parte das cooperativas encontra dificuldades no acesso a crédito tradicional devido à sua estrutura societária. Logo, atendê-las amplia o alcance social do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronampe, tornando-o mais democrático e alinhado às necessidades de segmentos produtivos menos atendidos pelos bancos. O Pronampe supre essa lacuna, viabilizando investimentos e capital de giro.

Ao viabilizar investimentos, a proposta também auxilia na manutenção e criação de empregos. As cooperativas, especialmente nos setores agrícola, de serviços e de produção, têm papel importante na geração de empregos indiretos e diretos. A proibição de demissão sem justa causa de empregados por até 60 dias após o recebimento do crédito e de distribuição de lucros e dividendos até a quitação total do empréstimo são condicionantes que tornam o Pronampe um programa de crédito efetivo como política pública de trabalho e renda.

O programa já se mostrou essencial para auxiliar empresas a enfrentarem períodos de crise e a investirem em capital de giro e expansão, graças a suas taxas de juros reduzidas, com *spread* de apenas 1,25% ao ano sobre a taxa Selic, e aos prazos de carência e de amortização. Com diversos agentes financeiros autorizados a operar, o programa é capaz de penetrar social e territorialmente.

Por fim, o projeto é meritório porque fortalece cadeias produtivas. Apoiar cooperativas ajuda a consolidar cadeias produtivas regionais, favorecendo pequenos produtores, agricultores familiares e trabalhadores autônomos.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.147, de 2021, de autoria do Senador Jaques Wagner.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Quero agradecer o relatório do Senador Omar. Eu acho que as cooperativas, conforme está descrito no relatório feito pelo Senador Omar, poderem ter acesso a esse crédito... Porque as cooperativas, na verdade, têm que ser estimuladas, e acho que são uma forma de organização dos produtores muito mais salutar e muito mais eficiente.

Então quero só agradecer ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A votação será nominal.

Os Senadores que votarem com o Relator, o Senador Omar Aziz, votam "sim"; e os Senadores que não votam com o Relator votam "não". Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para reforçar, um comentário aqui, e parabenizar o autor, o Senador Jaques Wagner, e o Omar Aziz, pelo relatório. Está muito claro para nós que é a tentativa de fortalecimento do corporativismo no Brasil – aliás, cooperativismo, perdão –, e parabenizar o Relator, porque realmente está muito claro, mandou muito bem, passou muito bem o recado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Veneziano. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Senador Renan, eu recebi um pedido da CNI e fiz um requerimento, porque eles gostariam de participar daquela audiência. É possível a gente votar esse requerimento para incluir alguém da CNI nesta audiência do 1.087?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – De amanhã?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É. A da CNI.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode sim...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É que o sistema está com um problema aqui. Eu vim assinar, mas o requerimento já está pronto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode sim. Apresente a sugestão de nome. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há 16 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Senador Veneziano, com a palavra V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Querido Presidente, antes da minha chegada, a mim me parece que o nosso Senador Pedro Chaves havia requerido à Presidência a inclusão de um item de sua autoria como item extrapauta. Não sei se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já o incluí devidamente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com a sua habitual deferência, se V. Exa. permitir que nós façamos a leitura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 5.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 25, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, para incluir os aditamentos previstos na Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, entre as exceções aos limites e condições para contratação de operações de crédito.

Autoria: Senador Pedro Chaves (MDB/GO)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Gratíssimo, Presidente.

Mais uma vez, reservo-me a dizer a V. Exa. e ao meu estimado companheiro de Casa anterior, na Câmara dos Deputados – de lá aprendi a admirá-lo e aprendi a ter não apenas uma relação política, porque militamos na mesma legenda, mas, acima de tudo, conceitualmente, ao seu perfil por todos nós reconhecidamente diferenciado, que é o Senador Pedro Chaves, que na semana próxima passada me ligava perguntando se eu poderia fazer o relatório, ater-me à sua proposta, que é uma proposta de resolução. E, evidentemente, a V. Exa. o meu agradecimento, mais um, por ter deferido a mim essa responsabilidade.

É um rápido relatório, singelo relatório, mas de muita importância. Nós estamos a fazer aqui uma apreciação de um PRS, de autoria do nosso irmão Senador Pedro Chaves, que atualiza a resolução de 2021, do Senado Federal. E atualiza necessariamente porque, *a posteriori*, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posteriormente a esse projeto de resolução, veio a discussão, deliberada por nós, do Propag, que é o tema ou foi o tema tratado para que nós tivéssemos os estados, se assim desejassem aderir, tendo o socorro e a rediscussão das suas dívidas. Então, o que de forma singela, mas de muita importância, propõe o Senador Pedro Chaves é exatamente essa atualização.

Em exame na CAE o Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2025, que altera o art. 3º da Resolução nº 15, de 2021, para incluir os aditamentos previstos na Lei Complementar (que é o Propag) nº 212, de 2025, que nós deliberamos no Senado, entre as exceções aos limites e condições para contratação de operações de crédito.

Atualmente, com redação dada pela Resolução nº 3, de 2025, o referido art. 3º da Resolução nº 15, de 2021, que nós estamos aqui a corrigi-la ou implementá-la, determina que as operações realizadas de acordo... Eu faço as citações das leis complementares, V. Exas. podem ter o acompanhamento, menciono a cada uma das mesmas.

O Projeto de Resolução de nº 25, do atual ano, do Senador Pedro Chaves, acrescenta as operações realizadas com base na Lei Complementar nº 212, já referida por nós, de janeiro de 2025, no rol das operações a serem excepcionalizadas nos termos do art. 3º do Regimento do Senado Federal. Aliás, da Resolução do Senado Federal nº 15, corrijo-me,

De acordo com a justificação da proposta, a Lei Complementar nº 212, de 2025, autoriza a realização de aditamentos contratuais entre os estados e a União com a possibilidade de alongamento do prazo de amortização das suas dívidas... (*Pausa.*)

Está difícil hoje, Presidente.

... o que torna os referidos aditamentos equiparados a operações de crédito.

Com o objetivo de desburocratizarmos e simplificarmos a realização dos referidos aditamentos contratuais, a própria LCP nº 212, de 2025, afasta, em seu art. 6º, os requisitos legais exigidos para assinatura dos respectivos aditivos contratuais nela previstos.

Dessa forma, propõe-se a alteração do art. 3º, *caput*, da Resolução do Senado Federal nº 15, de 2021, conferindo idêntico tratamento às operações realizadas de acordo com a Lei Complementar nº 156...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda de acordo com a justificação do projeto, o ajuste proposto viabiliza as assinaturas dos aditivos do Propag que já estão sendo negociados.

A proposta foi protocolizada em julho de 2025, e não foram oferecidas emendas.

Na nossa análise, nós falamos que o art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado a competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Compete ao Senado Federal também dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes já citados, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

Nesse sentido, a proposta em análise encontra-se juridicamente perfeita por tratar de tema de competência privativa do Senado Federal, sendo suas resoluções os normativos legais adequados para tal.

Quanto ao mérito do projeto, não temos do que discordar do autor da proposta. De fato, o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), de autoria do Senador Presidente Rodrigo Pacheco e que teve como seu Relator o atual Presidente Davi Alcolumbre, à época ex-Presidente, tem como objetivo principal refinanciar as dívidas dos Estados e do DF com a União, oferecendo condições mais vantajosas de pagamento, portanto, entendemos ser uma proposta altamente oportuna e também meritória por fazer desburocratizar todo esse processo, evitando que os contratos sejam inviabilizados.

Ante o que nós expusemos, Presidente Renan Calheiros, nós votamos e manifestamos o nosso voto favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 25, do atual ano, repito, de autoria do Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Pela ordem.) – Quero agradecer a V. Exa. por inserir essa matéria na pauta, e ao Senador Veneziano pela relatoria, nosso amigo, muito obrigado pela relatoria, e solicitar a V. Exa. a urgência para ser apreciado no Plenário, ainda hoje, pelo Presidente Davi. Se V. Exa. puder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação a urgência requerida pelo Senador Pedro Chaves.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Sobre a mesa, requerimento: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Senhor Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre 'Acordo de Leniência' realizado entre o Banco Central do Brasil [...]" com ex-Presidente.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 109, DE 2025

- Não terminativo -

Convite ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Gabriel Muricca Galípolo

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

As Senadoras e os Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2387, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CE.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Renan, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer, Senador, por este presente. Para mim, está sendo uma honra relatar o PL 2.387, de 2023.

Eu tenho também o prazer de ter aqui ao meu lado a Deputada Professora Luciene Cavalcante, autora desta bela iniciativa, deste belo trabalho. Nós estamos fazendo aqui uma justiça histórica, principalmente com as nossas professoras, aquelas que estão ali nos anos iniciais, com tantas responsabilidades, e que, historicamente, não tinham as suas garantias, os seus direitos trabalhistas, e o direito de ser realmente considerada uma professora, um docente.

Em exame na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 2.387, de 2023, de autoria da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante.

A iniciativa, caros colegas, propõe alterações na lei que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A proposição visa incluir expressamente os professores da educação infantil, que atuam em creches (faixa etária de 0 a 5 anos), inclusive os que atuam em creche (0 a 3 anos), como profissionais do magistério, assegurando-lhes o direito ao piso salarial nacional e ao enquadramento em planos de carreira, independentemente da nomenclatura do cargo que ocupam.

Para tanto, o PL define como professores da educação infantil aqueles que exercem função docente, com formação mínima em nível médio (magistério) ou superior, e que tenham sido aprovados em concurso público. Reforçando: os que são aprovados em concurso público.

A autora da proposição defende a inclusão das educadoras da primeiríssima infância na carreira do magistério, argumentando que, embora cumpram todos os requisitos legais para o exercício docente, muitas têm seus direitos negados por não serem formalmente enquadradas como professoras, o que gera desigualdade de tratamento em relação aos planos de carreira e ao piso salarial. A Deputada ressalta que tal discriminação desvaloriza profissionais fundamentais para o desenvolvimento infantil e que a inclusão dessas profissionais na carreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do magistério não constituiria criação de direito novo, mas sim a efetivação explícita e inequívoca de determinação que a LDB já estabeleceu, colegas, desde 1996, ao reconhecer a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Em sua tramitação, a matéria foi distribuída a esta Comissão, a CAE, e à CE, devendo ainda ser apreciada pelo Plenário. No âmbito da CAE, foi realizada audiência pública em 27 de agosto último, com a participação de especialistas, representantes de movimentos sociais e Parlamentares, e também do Governo, para debater o mérito e as implicações do projeto.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão, a CAE.

Análise.

O Projeto de Lei nº 2.387, de 2023, reveste-se de alta relevância social e educacional, ao propor a correção de uma distorção histórica que afeta os profissionais da educação infantil. A análise do mérito, sob a ótica educacional-financeira, revela que a valorização desses profissionais constitui um investimento estratégico para o desenvolvimento nacional, com retornos econômicos e sociais amplamente demonstrados pela literatura científica.

De fato, a qualidade da educação infantil está intrinsecamente ligada à qualificação e à valorização de seus profissionais. Estudos na área de economia da educação demonstram consistentemente que a valorização docente, por meio de salários adequados e planos de carreira estruturados, contribui significativamente para a melhoria dos indicadores educacionais. A desvalorização salarial e a ausência de um plano de carreira para os professores que atuam em creches geram alta rotatividade, desestimulam a formação continuada e dificultam a atração de talentos qualificados para a área, que é tão sensível.

Nesse contexto, o investimento em professores da educação infantil deve ser compreendido como um investimento com alto retorno social e econômico. A primeira infância representa uma janela de oportunidade única para o desenvolvimento humano, e a qualidade da educação nessa fase produz impactos duradouros ao longo de toda a vida. Os estudos conduzidos pelo economista James Heckman, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, demonstram que programas abrangentes de educação infantil de alta qualidade podem gerar um retorno sobre investimento (ROI) de até 13% ao ano. Esse retorno se manifesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretamente na forma de maior escolaridade, melhores salários na vida adulta, menor envolvimento com a criminalidade e significativa redução de custos públicos com saúde e assistência social.

Portanto, o PL, ao garantir o piso salarial e a carreira para os professores de creche, contribui diretamente para a melhoria da qualidade da educação infantil e, consequentemente, para a obtenção desses expressivos retornos sociais e econômicos.

Nesse cenário, a Emenda Constitucional nº 108, de 2020, que tornou permanente o Fundeb, representa uma oportunidade histórica para a valorização dos profissionais da educação infantil. A complementação Vaat (Valor Anual Total por Aluno) da União, que aumenta progressivamente até atingir 10,5% em 2026, trouxe recursos significativos para a educação básica, com destinação específica para a educação infantil. A regra do novo Fundeb estabelece que 50% dos recursos dessa complementação devem ser destinados à educação infantil, o que representa um aporte substancial para essa etapa da educação básica. Em 2026, quando a implementação escalonada atingir seu máximo, os recursos disponíveis para a educação infantil serão ainda maiores.

Esse foi um dos temas trazidos durante a audiência pública realizada nesta Comissão, em que foi destacado que o novo Fundeb, com a complementação do Vaat, trouxe mais recursos para a educação infantil, sendo fundamental garantir que esses recursos sejam investidos adequadamente, inclusive na valorização dos profissionais. Foi alertado ainda que muitos municípios não cumprem a destinação específica para a educação infantil, situação que compromete a efetividade dos investimentos públicos. Nesse contexto, o PL surge como instrumento eficaz para garantir que os recursos adicionais do Fundeb sejam efetivamente aplicados na valorização dos profissionais e na melhoria da qualidade da educação infantil.

Vale frisar que o PL reforça o princípio da indissociabilidade entre cuidar, brincar e educar, consagrado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ao reconhecer os profissionais que atuam em creches como professores, a proposição valoriza a dimensão pedagógica do trabalho realizado nessa etapa da educação básica, superando a visão assistencialista que historicamente marcou o atendimento às crianças de zero a três anos. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança de paradigma é essencial para garantir que as crianças recebam uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Infelizmente, muitos municípios utilizam nomenclaturas diversas para os profissionais que atuam em creches, como "cuidadores", "monitores" ou "recreadores", com o objetivo de não os enquadrar na carreira do magistério e, assim, pagar salários inferiores ao piso nacional. Esta prática, além de desvalorizar os profissionais, cria uma situação de desigualdade dentro da própria rede de ensino, com professores que exercem a mesma função com salários e direitos diferentes. O PL, ao definir de forma clara quem são os professores da educação infantil, põe fim a essa distorção e garante a isonomia de tratamento para os profissionais.

É importante destacar que a educação infantil é uma área predominantemente feminina, com a maioria dos profissionais sendo mulheres. A desvalorização salarial perpetua também desigualdades de gênero. Ao garantirmos o piso salarial e a carreira para as professoras de creche, estaremos promovendo a equidade de gênero e a justiça social. Além disso, a valorização dessas profissionais reconhece a importância do trabalho de cuidado e educação na primeira infância, historicamente desvalorizado por ser associado ao trabalho doméstico e feminino. Este projeto representa um avanço na superação dessa visão discriminatória e no reconhecimento da educação infantil como atividade profissional de alta complexidade e relevância social.

A proposição também se alinha perfeitamente com os objetivos constitucionais de valorização dos profissionais da educação, previstos no art. 206, V, da Constituição Federal, e com as diretrizes estabelecidas na LDB, que já reconhece a educação infantil como primeira etapa da educação básica desde 1996. Assim, o PL não cria direito novo, mas efetiva determinação já existente no ordenamento jurídico, corrigindo uma lacuna que permite interpretações restritivas e prejudica a valorização dos profissionais.

Do ponto de vista financeiro, não há renúncia de receita associada à proposição, pois o texto não reduz tributos, bases de cálculo, alíquotas ou concede incentivos fiscais.

Entretanto, ao incluir, de forma explícita, os professores da educação infantil e determinar seu enquadramento na carreira do magistério na LDB, o projeto pode, em municípios que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneram esses profissionais fora das carreiras docentes, provocar a expansão do conjunto de beneficiários do piso nacional do magistério.

Nesse sentido, ressalte-se que a observância dos limites prudenciais, medidas de transparência e eventuais ações compensatórias, como aquelas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), relacionadas à criação ou expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, deverão ocorrer nos entes no momento da implementação

O voto.

Bom, a gente tem aqui a seguinte emenda de redação pedida para ser incorporada ao nosso voto:

> EMENDA Nº - CAE
> Acrescente-se ao PL 2.387, de 2023, onde couber, novo artigo com a seguinte redação:
> "Art. [...] O disposto nesta Lei será regulamentado por ato do Poder Executivo do respectivo ente responsável por sua implementação".

Pelo exposto, o voto é pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.387, de 2023, com a emenda agora lida e acrescida ao texto final, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Eu só quero parabenizar a autora, Luciene Cavalcante, Deputada Federal de São Paulo, e também a Senadora Leila, pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, nessa questão da educação infantil, a primeira infância é a fase mais importante realmente da pessoa, do cidadão. E, lamentavelmente, há anos que está sendo subestimada. Então, a gente precisa, de fato, valorizar, e esse é um projeto que valoriza, inicia já valorizando os professores, que têm um papel fundamental na alfabetização – talvez seja o maior gargalo da educação brasileira exatamente a alfabetização das crianças na idade certa.

Então, é para parabenizar e já antecipar meu voto "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório... (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a emenda de redação.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Renan. Obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Parabéns à Senadora, parabéns à Deputada autora da matéria importantíssima que nós acabamos de aprovar!

Item 4 da pauta.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2133, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para prever o uso do Sistema de Compras Expressas (Sicx) na contratação de bens e serviços comuns padronizados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Farias.

Com a palavra V. Exa. para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço autorização para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Como o projeto também será apreciado pela CCJ, restringiremos a análise da CAE a aspectos de mérito, deixando a cargo daquela comissão o exame de constitucionalidade e juridicidade. Registre-se, igualmente, que o exame aprofundado das implicações sobre o direito administrativo, especialmente a compatibilidade com o regime geral de licitações e contratos, com o regime sancionatório e com a governança do Portal Nacional de Contratações Públicas, também será oportunamente apreciado no âmbito da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição apresenta racionalidade econômica e administrativa. O Sistema de Compras Expressas (Sicx) permite a comparação objetiva dos bens ofertados, o que tende a reduzir custos de transação, agilizar o ciclo das compras públicas e induzir que os preços praticados convirjam a patamares competitivos.

O Sicx funcionará de maneira integrada ao Portal Nacional de Contratações Públicas, de modo que, por meio de um cadastro unificado, diminua redundâncias e retrabalhos, aumentando a eficiência da Administração Pública. A solução tecnológica centralizada, sob coordenação do Poder Executivo Federal, permite ganhos de escala, com diminuição do custo total, sem prejuízo para a qualidade das aquisições.

A iniciativa também tende a ampliar a concorrência, ao reduzir barreiras de entrada para novos fornecedores por meio de procedimentos uniformes e transparência. Esse desenho é compatível com a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, que se beneficiam de processos e requisitos de habilitação simplificados. Essa padronização e catalogação contribui para planejamento mais preciso das demandas e orçamentos, com impactos positivos na eficiência do gasto público.

Recomenda-se, na regulamentação, a definição de métricas de economia de recursos obtidos, prazos padronizados e auditorias rigorosas, de modo a permitir a avaliação contínua de resultados.

Não se preveem impactos fiscais imediatos, uma vez que a proposta se concentra na organização de processos e na governança tecnológica. Eventuais custos de adaptação de sistemas tendem a ser compensados por economias decorrentes de ganhos de escala e redução de sobrepreço nas aquisições.

Nesse contexto, a proposição mostra-se oportuna para o aperfeiçoamento das compras públicas em ambiente digital, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e transparência, que constam no art. 5º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Ao voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.133, de 2023, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fernando Farias.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, obrigado, e eu pedi a urgência nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – O Senador Fernando Farias está propondo a urgência. Portanto, nós vamos submeter o requerimento de urgência do Senador Fernando Farias à apreciação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai diretamente para o Plenário, com urgência.

Informo às Senadoras e aos Senadores que, logo mais, às 14h, nós vamos ter uma audiência pública para a instrução do PL nº 1.855, proposta pela Senadora Tereza Cristina. Está marcada também, para amanhã, dia 23 de outubro, às 10h, a última audiência pública – a quarta e última audiência pública –, para instruirmos o projeto que isenta do pagamento do Imposto de Renda as pessoas que ganham até R$5 mil.

Nada mais a venda tratar, está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos pelas presenças.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Cid Gomes, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 71, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério das Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações, com objetivo de promover a expansão do acesso a conectividade em municípios onde há carência de infraestrutura de conectividade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. A matéria vai ao Plenário. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 73, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento do Programa Federativo para Governo e Infraestrutura Digital - PRODIGITAL." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 10, e contrário às demais Emendas, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Req 147/2025, de adiamento de discussão da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4443, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 10 - [CAE] (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4437, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4269, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao PL nº 4269/2021, nos termos do substitutivo apresentado; e pela prejudicialidade do PL nº 4437/2021. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao PL 4269/2021, com a Emenda n. 1 - CAE (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PL 4437/2021. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2926, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e 12.865, de 9 de outubro de 2013; e revoga a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.506, de 13 de novembro de 2017, e 13.986, de 7 de abril de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 - [CAE]. **Observação:** A matéria vai à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 552, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas n°s 1 e 2-CDH; e com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com a(s) Emendas nºs 1 e 2-CDH-CAE e 3 e 4-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 147, de 2025** que: "Requer adiamento de discussão do PL 429/2024" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Mensagem (SF) n° 79, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de euros), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Instituto de Crédito Oficial da Espanha – ICO." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de dezembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício 31.250/2025, do Banco Central do Brasil; e Ofício nº SF 255265532502, da Câmara Municipal de Coqueiros do Sul. Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 38ª e da 42ª Reuniões, realizadas em 05/11 e 02/12/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

(É o seguinte o item:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 429, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao projeto, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 10, e contrário às demais Emendas, nos termos do Substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 2/12/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Até a concessão da vista, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9.

3. Em 5/12/2025, foi apresentada a Emenda nº 10, de autoria do senador Renan Calheiros.

4. Em 9/12/2025, o relator apresentou complemento de voto.

5. A matéria será apreciada pela CCJ.)

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, Senadores e Senadoras.

Presidente, é apenas um relatório breve, uma complementação de voto.

Na 42ª Reunião, Ordinária, desta Comissão, realizada em 4 de novembro de 2025, foi lido o relatório sobre o Projeto de Lei (PL) nº 5.473, de 2025... do Projeto de Lei nº 429, de 2024, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça.

Foram acolhidas parcialmente as Emendas 1, 2, 3, 4 e 6, rejeitadas as demais e apresentado substitutivo.

Naquela ocasião, o voto foi pela aprovação da matéria, com acolhimento parcial de cinco emendas para aperfeiçoamento técnico. Na sequência, foi solicitada e concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde então, foi apresentada uma emenda à proposição, que será analisada neste complemento.

Análise.

Emendas apresentadas.

O Projeto de Lei nº 429, de 2024, que visa à regulamentação das custas judiciais da União na Justiça Federal, recebeu a Emenda nº 10, de autoria do Senador Renan Calheiros, cujo conteúdo se concentra na urgente e bem-vinda necessidade de estabelecer parâmetros claros e objetivos para a concessão da gratuidade de justiça.

A Emenda nº 10 é meritória, pois se propõe a dar fim a um grande problema: a falta de uma regra clara sobre quem pode ou não pagar as custas do processo. Atualmente, essa falta de clareza gera insegurança jurídica, o que pode ocasionar duas injustiças gritantes: pessoas genuinamente pobres são forçadas a pagar taxas que comprometem a sua subsistência, enquanto as pessoas com boas condições financeiras acabam se beneficiando indevidamente da isenção.

A emenda do Senador Renan Calheiros oferece uma solução justa ao propor a criação de um parâmetro objetivo vinculado ao Imposto de Renda. A regra estabelece que, se uma pessoa comprovar que sua renda tributável está dentro da faixa de isenção máxima do Imposto de Renda, atualmente em R$5 mil, a Justiça deve automaticamente presumir que ela não tem condições de pagar as custas do processo.

Essa sugestão é eficaz, simplificando o trabalho jurídico e garantindo o acesso à Justiça de forma muito mais igualitária. Contudo, de forma prudente, a emenda prevê que essa presunção de pobreza é relativa. Isso significa que a parte adversária no processo ainda pode apresentar provas de que a pessoa teria, sim, condições de pagar custas, e assim contestar o benefício.

Para quem ganha acima do limite estabelecido, a Emenda nº 10 mantém a exigência de que a pessoa prove com documentos que não consegue arcar com as despesas do processo sem prejudicar o seu sustento, elevando a integridade e a seriedade da concessão do benefício, razão pela qual merece aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 429, de 2024, bem como pelo acolhimento parcial das Emendas 1, 2, 3, 4, 6 e 10, assim como pela rejeição das demais emendas, na forma do substitutivo.

É esse o voto, Excelência.

O projeto não é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos e, assim que for aprovado, vai à CCJ.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há sobre a mesa um requerimento do Senador Rogério Carvalho pedindo o adiamento da apreciação dessa matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – É isso, Presidente.

Essa matéria é uma matéria extremamente relevante e eu acho que a gente precisa discutir um pouco mais. Afinal de contas, o Judiciário brasileiro já tem um percentual do Orçamento da União – certo? –, assim como o Parlamento, assim como Ministério Público, ou seja, já tem o seu recurso. A criação desse fundo requer da gente um debate mais aprofundado.

Por isso, eu peço o adiamento de discussão, Sr. Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de falar também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Em apoio ao que disse o Senador Rogério Carvalho, eu tenho a salientar o seguinte: essa matéria já esteve aqui. Não sei se foi nesta Comissão, Senador Eduardo Gomes, ou se foi em outra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Foi aqui mesmo, não é? Ano passado, não é?

Foi discutida, retirada de pauta por esse longo período e agora volta a esta Comissão.

Sr. Presidente, eu acho que essa matéria é a matéria errada no momento errado.

Nós temos um Poder Judiciário que acaba de dizer que o Senado não tem capacidade para fazer processo de *impeachment*, que só o Procurador-Geral da União faz isso. Nós temos um Judiciário que já nos chamou de "anões da política". E, de repente, nós vamos premiar esse Judiciário com algo inconstitucional – que obviamente, se for para o Supremo, eles vão arrumar uma maneira de dizer que é constitucional – e que, embora tenha sido feita uma bela correção com a sua emenda, Presidente Renan Calheiros – o que há de melhor no projeto é a sua emenda...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... que eu espero que seja mantida –, os índices usados nesse projeto são escandalosos. São escandalosos!

Até então o valor máximo era 1% da causa, passa a ser de 2% da causa. Então há um aumento real de 100% além da inflação.

Nos valores que nós tínhamos antes, o mínimo era de R$10,64 e o máximo era de R$1.915,38. Aí se argumenta que ficou um longo tempo sem correção, etc. e tal. Bom, fazendo pela inflação, que seria de 511%, o valor mínimo deveria ir para R$65, e o máximo para R$11.712, mas o que o Relator propõe é muito diferente. O Relator propõe que o mínimo seja de R$193 e o máximo, pasmem, de R$107.332,80. Um aumento de 5.504%! Mesmo para os que podem pagar, é um aumento absurdo, uma coisa sem pé e sem cabeça.

O projeto ainda propõe a volta ao sistema anual de indexação e propõe pelo índice errado, diz que vai ser corrigido pela Selic. Selic para quem não sabe é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia, é taxa de juro, não é índice de correção de inflação. Está usado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira errada. Se fosse para ter indexação anual, e o Plano Real foi inteiro contra isso, deveria ser o IPCA, e não a Selic. Então, há um erro crasso aí de conceito.

Esse Poder Judiciário, o mesmo que quer esse aumento absurdo desse fundo, é o mesmo que tem... Reportagem recente mostra, em todos os jornais, que o Brasil tem 53,5 mil salários acima do teto, entre ativos e inativos. Isso corresponde a uma despesa anual para o Governo central de R$20 bilhões por ano, e mais de 60% desses salários estão no Poder Judiciário.

E aí nós vamos criar um fundo. Esse fundo é inconstitucional! A Emenda Constitucional 109, art. 167 da Constituição Federal, no inciso XIV, diz claramente, veda, proíbe, taxativamente proíbe a criação de fundo quando a despesa pode ser prevista no orçamento. Então, ele tem um erro grave de constitucionalidade. Se alguém entrar no Supremo, como isso aqui beneficia e muito a Justiça, é possível que algum gigante do Legislativo consiga uma teoria para dizer que a Constituição está errada, que esse fundo é constitucional, sim.

Olha, diz-se que esse fundo não vai ser usado para aumento de salários, mas é chamar a gente de pouco inteligente, porque, se eu tenho um fundo e eu tenho que comprar um computador, eu uso o dinheiro do fundo e sobra mais dinheiro do orçamento, para que eu posso aumentar salário ou aumentar penduricalhos.

Então, o Senador Rogério Carvalho está coberto de razão: isso precisa ser examinado com lupa e com muito cuidado. Nós não podemos aprovar isso, ainda mais neste momento. Seria um prêmio para a decisão que o Ministro Gilmar Mendes tomou esses dias, dizendo que o PGR é maior que todo o Senado e que só ele pode falar em *impeachment* de... e maior do que a cidadania, porque também nenhum cidadão mais pode fazer nada.

É isto, Sr. Presidente: é o fim da picada. Isso aqui, se for aprovado, realmente é triste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Presidente, com todo o respeito à opinião dos meus colegas, Senadores como eu, essa matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem sido adiada de maneira permanente, provavelmente vai ser adiada mais uma vez e um dia vai ser discutida. É importante que se deixem claras algumas coisas aqui.

Como eu sou o Relator e a atribuição é uninominal, então vai aqui o que eu penso. O que eu penso eu consigo dividir claramente com uma medida do Supremo Tribunal Federal com que eu possa ou não concordar aqui no Congresso, e posso separar isso da Justiça brasileira, dos milhares e milhares de juízes de tribunais; e posso enxergar nesse relatório uma avaliação de acesso à Justiça e de reequilíbrio com as Justiças dos estados, como Paraná, Tocantins, Maranhão, Amazonas, todos com custas judiciais muito maiores do que está sendo proposto nesse projeto.

Cumpri a minha função como Parlamentar de propor equilíbrio e de também entender a visão do Ministério da Fazenda ou da Economia, deste ou de qualquer outro governo, que é contra qualquer tipo de fundo, principalmente aquele que corre o risco de funcionar, porque o recurso que é utilizado por determinadas políticas públicas vai servir, afinal, para uma eterna... de cumprir déficit orçamentário do Governo Federal.

Então cada um chega aqui no Senado com a sua história, com a sua capacidade de interpretação legislativa. Eu não acho o relatório de ninguém o fim da picada, respeito todos os colegas aqui e insisto na manutenção do relatório até que a Casa soberanamente... Eu não estou pedindo aqui... Afinal de contas, não existe relatório monocrático, não é? Ainda bem, mas existe o respeito parlamentar pelo trabalho de todos aqueles que fazem aqui a sua postura e o seu mandato – alguns até naquela bancada louca chamada de bancada independente: "Independente do que for ou estou contra".

Então, Presidente, o meu relatório permanece, com todo o respeito. Respeito a decisão dos colegas no possível adiamento, a matéria não é terminativa, e justamente o Regimento da Casa prevê na tramitação não terminativa que a matéria vai ser discutida em outras Comissões até que vá para o Plenário. Então eu preservo aqui a minha consciência de que eu não posso, por discordar – eu pessoalmente, falo por mim – de uma atitude ou outra de esferas do Judiciário, desancar todo o Judiciário brasileiro.

Eu tenho uma vida em que eu pude conviver com a Justiça do interior, pude conviver com o desequilíbrio migratório de ações por forças econômicas que utilizam o tribunal mais barato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para entupir as comarcas – acabamos de resolver aqui este problema aqui da vara de Brasília. Então, Presidente, é uma questão tranquila só para colocar as coisas no seu devido lugar.

O relatório é uninominal, a matéria não é monocrática, não tem nada a ver com a decisão do Supremo Tribunal Federal, isso é o que eu penso, mas respeito o que todos os colegas pensam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O requerimento continua em discussão.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer muito ao Relator da matéria, que acolheu uma emenda nossa estendendo a regra de isenção do pagamento do Imposto de Renda para isenção do pagamento de custa judicial para quem ganha até R$5 mil por mês, e preenchendo uma regra que não era exatamente clara e que, em função disso, causava muita insegurança jurídica.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, nós vamos submeter o requerimento à apreciação.

Em votação o requerimento de adiamento, do Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores que aprovarem o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Adiar a discussão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aprovado o requerimento, com os votos contrários do Senador Eduardo Gomes e do Senador Cid Gomes. (*Pausa.*)

Item primeiro da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério das Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações, com objetivo de promover a expansão do acesso a conectividade em municípios onde há carência de infraestrutura de conectividade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho para a leitura do seu parecer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu queria ir direto à análise.

A minuta do contrato de empréstimo indica que o objetivo principal do financiamento é melhorar a conectividade digital no Brasil por meio da expansão da cobertura populacional de banda larga fixa em municípios com menos de 30 mil habitantes. Seu objetivo específico é ampliar a oferta de financiamento de longo prazo para que os pequenos Provedores de Serviços de Internet (PSIs) invistam em infraestrutura de banda larga fixa em municípios de pequeno porte, inclusive comunidades quilombolas.

O programa possui dois componentes:

1. Financiamento de investimentos de pequenos PSIs: com recursos de US$98,5 milhões, os investimentos poderão incluir a implantação de cabos de fibra ótica e a instalação de equipamentos de telecomunicações ao longo da infraestrutura existente (por exemplo, em mastros e postes da rede de distribuição de eletricidade). Esse financiamento será canalizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e de seus agentes financeiros.

2. Apoio para melhorar a informação sobre PSIs: terá recursos de US$3 milhões, que serão usados para apoiar a administração do programa e financiar o desenvolvimento e a implementação de um sistema de tecnologia da informação voltado à redução das assimetrias de informação entre pequenos PSIs e instituições financeiras de crédito. O sistema utilizará dados empíricos e ciência de dados para analisar infraestruturas e serviços de pequenos PSIs, avaliar suas condições financeiras e fornecer elementos sobre a viabilidade econômica dos seus projetos de expansão de cobertura. Também gerará informações para apoiar o monitoramento do programa e a avaliação de impactos. Este sistema complementará os atuais mecanismos de avaliação de crédito utilizados pelas instituições financeiras.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de dois a cinco anos, e a amortização, após carência de 72 meses, estender-se-á por 24 anos e seis meses. O custo total do programa foi estimado em US$101,5 milhões, sendo US$1,5 milhão provenientes de contrapartida, e o restante financiado pelo BID.

Em conclusão, a operação de crédito pretendida encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei Complementar nº 101, de 2000, e a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização, nos termos do seguinte, que é o projeto de resolução.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Esse item, Sr. Presidente, que versa sobre uma operação de crédito, merece, de parte da Comissão de Educação, principalmente, que é a principal vítima da falta dessa... Principal vítima institucional; pessoal são todos os cidadãos desprovidos desse bem, que é o acesso à conectividade e, às vezes, até à eletricidade. De forma que nós temos acompanhado, na Comissão de Educação, a parte concernente às escolas. Não adianta ter um equipamento, um *notebook*, uma peça de comunicação digital, se não tiver um suprimento confiável...

O projeto merece, como disse o Senador Rogério Carvalho, a nossa aprovação, mas eu acrescentaria a ele um pedido de relatório de benefícios produzidos pelo empréstimo, uma vez executado o programa. É o que se faz na Comissão de Educação, com relatórios bimestrais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, na condição de Relator, estou de acordo, acolho a emenda do Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Acolhida a emenda do Senador Esperidião Amin, para que nós tenhamos avaliações bimestrais através da Comissão de Educação do Senado Federal...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – No caso, não. No caso, é Ministério das Comunicações...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Neste caso.

Presidente, é o Ministério das Comunicações...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Neste caso, perdão, do ministério...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso das escolas, é o Ministério da Educação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – É o Ministério das Comunicações para a Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito. Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tudo gravita em torno de Sobral. (*Risos.*)

Nós gravitamos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Que tem banda larga há...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Todos iluminados pelo nosso saudoso Padre José Linhares, que alfabetizou, inclusive, todos os Ferreira Gomes. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação a matéria.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, nos termos em que o Relator apresenta.

A matéria vai a Plenário. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Federativo para Governo e Infraestrutura Digital - PRODIGITAL.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essa competência também abrange as operações contratadas pelas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público.

O pleito encontra respaldo na Resolução do Senado Federal, além de sujeitar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente às determinações contidas em seu art. 40.

No Parecer SEI nº 2784/2025/MF, de 4 de agosto de 2025, celebrado pela Secretaria do Tesouro Nacional, consta a análise da Secretaria em que presta as devidas informações e conclui não ter nada a opor à concessão de garantia de crédito pela União para as operações de crédito externo em questão.

No tocante ao custo da operação, ao comparar a taxa interna de retorno calculada para esta operação de crédito com outras operações de duração equivalente do Tesouro no mercado internacional na data de referência, a STN concluiu que o custo se encontra em patamares aceitáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PGFN, por sua vez, por meio do Parecer SEI nº 2885/2025/MF, de 8 de agosto de 2025, concluiu não haver óbices à contratação em tela. Em especial, destacou que foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Neste projeto, foram definidos objetivos específicos, como reduzir as lacunas de cobertura e qualidade da conectividade digital no Brasil, fomentar o ecossistema de inovação em Governo Digital e implementar políticas e planos de transformação digital para melhoria dos processos e serviços do setor público.

Os projetos de investimento a serem financiados deverão estar orientados para um menu de produtos elegíveis orientados aos seguintes eixos estratégicos: governança digital; desburocratização e melhoria regulatória; talento digital com ênfase em mulheres afrodescendentes e gestão da mudança; aprimoramento do atendimento ao cidadão e digitalização dos serviços públicos com ênfase na acessibilidade digital; cibersegurança e infraestrutura digital; transformação digital da gestão interna; transformação digital das áreas finalísticas; conectividade e inclusão digital, incluindo populações excluídas digitalmente, como mulheres, afrodescendentes e indígenas; economia digital; e gestão do projeto.

Cumpre destacar que, por se tratar de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias do BNDES, conforme o art. 10, §3º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e o art. 40, §1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contudo, faz-se a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, bem como a adimplência do mutuário em face da União e suas controladas.

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, concluímos não haver motivos, do ponto de vista legal, para negar a autorização ao pleito em exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, conclui-se que as operações de crédito a serem celebradas pelo BNDES encontram-se de acordo com o que preceituam a Resolução 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida, nos termos da resolução do Senado que está disponível para todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, perdoe-me. Apenas usando esse projeto como exemplo, eu quero dizer, Senador Rogério, que eu votarei favoravelmente, acho a matéria extremamente relevante e importante, esse e tantos outros que, para realizar obras de infraestrutura, obras de conectividade, obras que modernizam e que são extremamente necessárias para o Brasil, nós temos que tomar dinheiro emprestado no exterior. Vamos ficar devendo. E se nós fôssemos capazes de fazer cumprir a lei e de fazer um pouco de economia, poderíamos fazer essas obras todas sem tomar um centavo de dinheiro emprestado.

Quando eu citei aqui que por ano o Brasil gasta 20 bilhões – 20 bilhões – para pagar salários e aposentadorias acima do teto, portanto fora da lei, 20 bilhões daria para pagar tudo isso que estamos falando aqui e muito mais. E é um princípio de vasos comunicantes, quer dizer, o dinheiro que sai da União para pagar esses salários, é isso que nos obriga a tomar empréstimos no exterior.

Não sou contra, Senador Rogério, voto a favor do empréstimo, mas não posso deixar de fazer essa reflexão. O Brasil precisa parar e pensar em quanto dinheiro está sendo jogado fora, porque nós temos, sim, bom uso para o dinheiro, e um projeto como esse é um exemplo claro do quanto é necessário ter o dinheiro para o bom uso. E nós não fazemos esse bom uso e daí temos que tomar dinheiro emprestado.

Só uma observação, Sr. Presidente, mas do projeto em si eu voto a favor sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço a observação de V. Exa. e concedo a palavra ao Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, é necessário que se esclareça em primeiro lugar o seguinte: o BNDES é um banco de financiamento e ele encontrou no Banco Interamericano um recurso mais barato do que certamente são os disponíveis aqui no Brasil e está fazendo esse financiamento para fazer o financiamento posterior, quer dizer, ele está tomando dinheiro para financiar entes subnacionais, municípios, estados para que possam fazer investimentos em conectividade. Esse é o motivo do financiamento. Por trás disso, vem uma constatação. Fala-se muito em despesas – e eu concordo com o Senador Oriovisto –, que é um absurdo que você tenha 20 bilhões, é absurdo que se tenha R$20 mil quanto mais 20 bilhões sendo pagos ao arrepio da lei. Se a lei diz que o teto salarial dos servidores públicos, quer sejam do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, é um determinado valor, a meu juízo nada justificaria que recebessem valores além da conta.

Agora, eu não quero deixar de usar esta oportunidade para falar de um grande gasto, o maior de todos os gastos, extraordinariamente maior que todos os gastos, que a gente não vê referência aqui nesta Casa. Aliás, o Brasil está anestesiado e não trata desse assunto. É um absurdo 20 bilhões de dinheiro público pagos ao arrepio da lei, mas, para mim, o maior de todos os absurdos é se destinar R$1,1 trilhão para serviço, juro, da dívida. E esse absurdo é maior ainda, quando quem fixa esse valor ou o percentual para cálculo desse valor, é uma instituição pública, que é o Banco Central.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Quer dizer, o Banco Central atribui uma taxa de juros de 15% ao ano, quando a inflação, ao que tudo indica, ficará abaixo de 5%. Portanto, nós estamos falando de 10% de juros reais, o que é um absurdo, o que deixa o empresariado brasileiro numa situação de esquizofrenia, porque ele não sabe mais se vale a pena empreender, investir ou aplicar esse recurso no mercado financeiro, e isso liquida as finanças públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala de déficit, de tudo, o maior gasto que a União tem, talvez unitariamente, fora a rubrica de juros, é o Bolsa Família, R$160 bilhões, ou algo em torno disso. E gasta-se, este ano, com juros da dívida, R$1,1 trilhão. E quem são os beneficiários disso? Dá R$160 bilhões para os pobres e dá R$1,1 trilhão para os apaniguados, para os ricos, para aqueles que têm dinheiro aplicado no mercado financeiro.

Então, Sr. Presidente, toda hora é hora, e eu não queria perder esta oportunidade. O financiamento é necessário, repito, taxa de juros no Brasil virou algo impraticável – impraticável –, se não fossem esses fundos constitucionais, hoje, ninguém tinha condição de acessar crédito no Brasil, e o BNDES, que ainda pratica taxa de juros elevada, mas porque tem procurado se virar, graças à criatividade do ex-Ministro Mercadante, trazendo recursos de fora, porque financiar no Brasil ou emprestar no Brasil virou uma prática, praticamente – ou, perdoe a redundância –, impossível. Então, votarei a favor desse financiamento.

E quero, Sr. Presidente, abusando da sua boa vontade...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, o que é isso?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – As outras matérias não tratam mais de financiamento. V. Exa. me designou Relator de uma matéria que também é uma autorização de crédito, com aval da União, para o Estado do Ceará. Se V. Exa. pudesse permitir que eu fizesse o relatório, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bem. Faremos isso na sequência.

Continua a discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, não quero discutir, quero pedir que, após a votação, que a gente vote a urgência das duas mensagens de crédito que a gente está discutindo hoje, para levar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bem. Faremos isso, Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação também será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Há um requerimento do Senador Rogério Carvalho para que as matérias de crédito tenham urgência aprovada aqui neste Plenário. Eu, cumulativamente, submeto a urgência para todas essas matérias de crédito.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as urgências.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de euros), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Instituto de Crédito Oficial da Espanha – ICO.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Cid Gomes, Relator da matéria.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Muito grato, Sr. Presidente, pela designação como Relator e pelo atendimento à nossa demanda de inversão desta pauta, para que a gente tratasse todos os assuntos relativos a empréstimo num pacote só.

Eu serei o mais breve possível. Apenas pinçarei para conhecimento desta Casa, mesmo estando o relatório publicado desde ontem, alguns pontos e, na sequência, passarei ao voto.

O financiamento de 92 milhões de euros concedido pelo Instituto de Crédito Oficial da Espanha ao Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para a Superação da Fome e Mitigação da Pobreza e Extrema Pobreza Rural, conhecido como Projeto Paulo Freire II, representa uma das mais robustas iniciativas de cooperação internacional voltadas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido cearense. Esse crédito integra a estratégia do Governo estadual para ampliar programas estruturantes de combate à fome, fortalecendo ações voltadas à inclusão produtiva, à agroecologia e à geração de renda para famílias que vivem em situação de vulnerabilidade extrema no meio rural.

O Projeto Paulo Freire II se fundamenta na ideia de que a superação da pobreza extrema no campo exige mais do que ações assistenciais. Ela depende do fortalecimento de capacidades locais, da melhoria da organização comunitária e da oferta de apoio técnico continuado. Assim, os recursos provenientes do ICO permitirão expandir atividades como assistência técnica rural permanente, formação de agricultores familiares, fortalecimento de cooperativas e associações, implantação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e estímulo à produção agroecológica.

Ao mesmo tempo, inclui intervenções estruturantes em segurança hídrica, saneamento básico local e melhoria da infraestrutura produtiva, elementos essenciais para criar condições duradouras de autonomia econômica.

Passo então, Sr. Presidente, ao voto nos seguintes termos: em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2025

.....

Art. 1º É autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de euros), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Instituto de Crédito Oficial da Espanha – ICO.

Parágrafo único. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Superação da Fome e Mitigação dos efeitos da Pobreza e Extrema Pobreza Rural – Projeto Paulo Freire II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições [vejam aí, isso deve ser música para brasileiros que sofrem quando procuram e não encontram alternativa de financiamento]:

I - Devedor: Estado do Ceará;

II - Credor: Instituto de Crédito Oficial da Espanha – ICO;

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor da operação EUR 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de euros);

V - Valor da contrapartida: EUR 23.000.000,00 (vinte e três milhões de euros);

VI - Juros: Taxa fixa de 3,5% ao ano [Sr. Presidente, o nosso Banco Central pratica 15% ao ano];

VII – Destinação: Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Superação da Fome e Mitigação dos efeitos da Pobreza e extrema Pobreza Rural - Projeto Paulo Freire II;

VIII – Liberações previstas: EUR 12.165.000,00 (doze milhões, cento e sessenta e cinco mil euros), em 2025; EUR 23.715.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e quinze mil euros), em 2026; EUR 27.600.000,00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil euros), em 2027; EUR 23.000.000,00 (vinte e três milhões de euros), em 2028; EUR 4.600.000,00 (quatro milhões, seiscentos mil euros), em 2029; e EUR 920.000,00 (novecentos e vinte mil euros), em 2030;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IX – Aportes estimados de contrapartida: EUR 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros), em 2025; EUR 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil euros), em 2026; EUR 3.450.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros), em 2027; EUR 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil euros), em 2028; EUR 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil euros), em 2029; e EUR 3.910.000,00 (três milhões e novecentos e dez mil euros), em 2030;

X - Atualização monetária: Variação cambial;

XI - Prazo total: 300 (trezentos) meses [isso significa 25 anos que o Estado do Ceará terá para pagar essa operação];

XII - Prazo de carência: 78 (setenta e oito) meses [o Ceará terá 6,5 anos de prazo de carência para começar a amortizar essa operação];

XIII - Prazo de amortização: 222 (duzentos e vinte dois) meses [a diferença é 18,5 anos];

XIV - Periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: Semestral;

XV - Sistema de amortização: Constante;

XVI - Lei autorizadora: Lei nº 18.938, de 18 de julho de 2024;

XVII - Demais encargos e comissões: O ICO não cobra nenhuma taxa ou comissão sobre os saldos não desembolsados, porém há cobrança de juros de mora de 1,00% (um por cento) ao ano [se atrasar, 1% ao ano; aqui cobra-se 1% ao dia];

§1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo referida nesta Resolução [vale lembrar que o Ceará tem no *rating* da Secretaria do Tesouro Nacional o *ranking* A].

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo referida nesta Resolução;

II – à comprovação, junto ao Ministério da Fazenda, da regularidade do Ente com relação ao pagamento de precatórios;

III - à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Ceará e a União, sob a forma de vinculação, no que couber, das receitas discriminadas no §4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como de outras garantias admitidas em direito [na prática, a União dá garantia ao estado para o empréstimo internacional, mas o estado dá contragarantia à União – se não pagar o empréstimo internacional, a União retém recursos do FPE e de outras fontes, transferências federais, por exemplo, que são retidas já na fonte].

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório.

Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Apenas, Senador Cid, para dizer que, claro, votarei a favor do seu projeto, mas, quando o senhor enfatiza a taxa de juros de 3% ao ano... 3,5% ao ano, queria lembrá-lo de que esse é um empréstimo em euros e que o Governo do Ceará, assim como qualquer outro banco ou qualquer outro Governo que tomar empréstimo em moeda estrangeira, paga a taxa de juros mais a variação cambial. Então, se somarmos a variação cambial a esses 3,5%, naquela moeda que o tomador tem receita, que é o real, a taxa de juros será muito superior a 3,5%. E, se o nosso Banco Central, enquanto o Governo faz déficit primário, reduzisse os nossos 15% de juros para 3% ou 3,5% ou 4%, o câmbio iria explodir e esse juros, de 3,5%, iriam passar muito de 15%, em real. Mas eu voto a favor, está tudo certo, só para lembrar que existe uma ligação entre as coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu acho excelente que a gente faça aqui... O Senador Oriovisto é uma das pessoas que tem sido sempre atuantes nessa discussão. Eu repito, acho que esta Casa deveria discutir mais essas questões. Respeitada a opinião do nosso Senador Oriovisto, que, repito, é um interessado no Brasil, é um empreendedor, creio que não se rendeu ainda à especulação financeira que tem liquidado este país, deixe-me lhe dizer uma coisa, Senador.

Se formos olhar este ano, a variação cambial tornaria o juro negativo tanto para o dólar quanto para o euro; este ano, ao fim do ano, o dólar e o euro estão valendo menos do que valiam no início do ano. E isso, a meu juízo, não é por acaso; isso é tudo parte integrante de um grande complô, uma grande armação que existe, no Brasil, entre a banca e o espaço – como é que se chama, Senador Plínio, o espaço do Banco Central, que agora é o quê? – autônomo da banca, que é o Banco Central. O Banco Central virou o espaço autônomo da banca. A banca manda no Banco Central, não é o Conselho Monetário Nacional, não é o Presidente da República; é a banca brasileira que manda no Banco Central.

E, aí, Senador Renan Calheiros, o complô foi feito da seguinte forma: eles queriam, porque queriam aumentar os juros, que é a fonte de renda desse povo; a fonte de renda desse povo é o juro! Eles emprestam dinheiro e, sem gerar um emprego, recebem vultosas quantias de remuneração à custa do juro. Então, o Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem mais de US$350 bilhões em reservas cambiais.

E, aí, no fim do ano passado começou isso, aliás... É, no fim do ano passado, começou essa coisa, e o Banco Central começou a comprar dólar, com uma reserva de US$350 bilhões, começou a comprar mais dólar; o dólar subiu. O dólar, subindo, repercute na inflação, óbvio – óbvio –, porque o trigo é importado, a carne que o Brasil exporta... O produto que exporta tem relação com o dólar, não pela importação, mas pela exportação, porque vira uma *commodity*, da soja, etc., então, sobe o dólar artificialmente. O Banco Central, comprando o dólar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando as reservas cambiais, aumenta a inflação, justifica a elevação do juro. Passa-se o juro para uma crescente, e o juro estabiliza em abril, salvo engano, deste ano, em 15% – três vezes a inflação, três vezes a inflação; a inflação causada pelo dólar!

Na hora que esse objetivo é atendido, o dólar que tinha subido artificialmente, com o Brasil exportando mais, mesmo com toda essa crise internacional, crise dos Estados Unidos, crise Trump, o dólar baixa, vem para o seu patamar razoável, que ainda pode baixar mais. Eu ouvi aqui uma declaração do atual Presidente do Banco Central de que, se aplicada a inflação do Plano Real para hoje em relação ao dólar, ele deveria estar no patamar de R$4,50. Esse é um valor razoável, mas R$5 já seria um valor muito razoável para o dólar. Bom, muito bem, o dólar está hoje R$5,30 e alguma coisa, a inflação causada pela elevação artificial do dólar baixou e, este ano – volto por onde comecei –, se o Estado do Ceará, por exemplo, estivesse já pagando o juro, iria pagar um juro negativo, porque a queda do dólar e do euro foi superior a 3,5%.

Então, Senador Oriovisto, isso tudo é relativo. O Brasil é um país que tem extraordinária condição de atender e superar essas especulações, esses ataques especulativos do mercado. É só ter firmeza, é só compreender que o importante é investir em produção, gerar emprego, gerar renda, criar um círculo virtuoso neste país, o que lamentavelmente está sendo impedido pela tal autonomia que o Banco Central tem. Quem é Banco Central para ter autonomia?! Autonomia de quem?! Em nome de quê?! De atender a banca deste país?! Esse foi o grande equívoco que esta Casa, infelizmente, praticou.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Renan, na discussão...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Então, Sr. Presidente, grato. Perdoe-me o abuso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na discussão...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O entusiasmo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito prazer.

Senador Plínio, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Como autor da lei de autonomia do Banco Central, eu poderia falar aqui uma hora, duas horas, mas uma coisa só: graças à autonomia do Banco Central, pudemos desvendar o escândalo do Banco Master. Isso é uma puta contribuição para o país! Se não fosse a autonomia do Banco Central, os dirigentes teriam sido mudados, e o Banco Master não teria sido exposto com esse escândalo de bilhões. Vão conseguir esconder agora, mas a autonomia proporcionou isso. Portanto, se nada tivesse servido...

Culpar a autonomia do Banco Central... O nobre Senador pergunta por quê, em nome de quê. É exatamente para isto: para que possa agir e colocar a limpo essas coisas erradas no país. Eu fico alegre quando um Senador do PSB faz crítica ao Governo atual. Esses empréstimos externos, essa alavanca que teria... Olhem só: comparem os índices da Espanha com os do Brasil, aí você vai entender por que lá os juros são menores.

Eu não quero entrar nisso, eu quero defender só a autonomia. Se nada tivesse acontecido de bom, só desvendar esse crime do Banco Master teria sido suficiente. Se não fosse autônomo, o Banco Central não teria chegado a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Por falar em Banco Central e autonomia, eu queria só lembrar ao Presidente do Banco Central que, há 15 dias, nesta Comissão, ele se comprometeu em mandar uma cópia do acordo de leniência que realizou com o ex-Presidente do Banco Central, quando Diretor do Banco Santander. Até agora, o Presidente do Banco Central não mandou esse acordo de leniência, esse termo de compromisso. Eu, na oportunidade, falei para o Presidente do Banco Central que, se ele não mandar, se alegar problema de sigilo, nós vamos quebrar o sigilo na CPI do Crime Organizado, porque esta Comissão merece, claro, ter acesso – tem direito, sim, claro, de ter acesso – a esse acordo de leniência assinado sem transparência nenhuma pela atual Diretoria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central. Eu queria lembrar ao Presidente do Banco Central exatamente o compromisso que ele assumiu aqui nesta Comissão. (*Pausa.*)

Nós vamos colocar em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Presidente, quero pedir que seja incluído no rol das urgências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já está devidamente incluído nas urgências que foram anteriormente apreciadas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Muito grato pela presteza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4443, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 26/11/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Até a concessão da vista, haviam sido apresentadas as Emendas nºs 1 a 4.

3. Posteriormente foram apresentadas as Emendas nº 5 e 6.

4. Em 9/12/2025, o relator apresentou complemento de voto.

5. A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

Eu queria dizer aos Senadores e às Senadoras que, na última reunião, nós combinamos uma estratégia de tramitação dessa matéria.

Ela não é terminativa nesta Comissão, ela será terminativa na Comissão de Infraestrutura.

Como nós já realizamos uma audiência pública aqui nesta Comissão, o que acabou ensejando a apresentação do projeto, nós combinamos que realizaremos as audiências públicas propostas na Comissão de Infraestrutura. Até estivemos lá na última reunião, eu, o Senador Esperidião Amin, o Senador Wilder Morais, o Senador Rogério Carvalho e outros Senadores, conversando sobre a matéria.

O Relator da matéria é o Senador Esperidião Amin.

Eu concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero, mais uma vez, agradecer a V. Exa., que é o autor do projeto, pela minha designação para relatar essa matéria.

Eu fiz uma razoável imersão, e é uma matéria fascinante, fascinante porque nós podemos dizer o seguinte: que o que tem representado o petróleo para o mundo no século XX e agora no século XXI, mesmo com as suas controvérsias, certamente os minerais críticos e estratégicos e o conjunto das terras-raras vai representar – e já está representando – no mundo. Foi fascinante, por exemplo, descobrir como a China se tornou isto que é, em matéria de quase... não é um monopólio, mas é a senhora feudal, na Idade Moderna, Contemporânea, deste conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei também muito feliz com a qualidade das emendas apresentadas, dos debates havidos, de sorte que, como V. Exa. já resumiu, nós vamos vencer esta etapa, se tudo correr bem. Não é nada terminativo, o debate sobre este assunto vai seguir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o que é mais importante: buscando a concisão, o que se pretende é – eu dizia isto há pouco, ao Senador Rogério Carvalho: "Defina uma prioridade do projeto" – beneficiamento aqui, e tudo o mais... Como isso não pode ser uma vontade do imperador nem um desejo puro e simples do cidadão, é preciso que haja uma política contínua, permanente, de Estado, para que esse objetivo seja alcançado, ou seja, favorecer, estimular que o beneficiamento dos minerais, das terras-raras seja feito no Brasil.

Eu gostaria de citar um exemplo. Em 1997, o Vice-Primeiro-Ministro da China tomou esta decisão. O Primeiro-Ministro da China subsequente, Wen Jiabao, de 2003 a 2013, geólogo de formação – o primeiro era engenheiro... Conseguiram essa sucessão, de 1997 a 2013, eles conseguiram transformar esta política numa política de Estado, e talvez tenham se beneficiado do famoso e discutido planejamento centralizado. Nesse caso, eu não tenho dúvida de avaliar que foi positivo.

Dessa sorte, Presidente, o relatório, que já tinha sido apresentado na semana passada, foi enriquecido com nove emendas ainda. Das nove, nós aceitamos outras oito. O controle acionário dessas emendas pertence ao Senador Mecias de Jesus; controle acionário porque ele apresentou, das nove, seis...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Das nove, ele apresentou dez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ganhou cinco e certamente vai reclamar da que não ganhou. Eu conheço bem a criatura. Vai reclamar ainda, vai se sentir perseguido. Olha, foi desconsiderado! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É porque nós temos... Esse controle acionário das emendas que apresentei, a maioria, que a V. Exa. acatou, é em função de ser Roraima um dos maiores detentores de minérios e terras-raras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E certamente se ressente, como de um modo geral, do beneficiamento aqui. Aliás, isso vale para fertilizantes, vale, enfim... Essa nossa vulnerabilidade, Senador Renan, veio à tona graças a esta imersão que eu mencionei e que eu gostaria que todos apreendêssemos.

Então, eu vou me restringir a mencionar as emendas do Senador Mecias, as de 1 a 4 e a de nº 6, ou seja, são cinco das nove emendas.

Então, a Emenda 1 apresenta sugestão de aperfeiçoamento aos conceitos de minerais críticos e minerais estratégicos. Em sua justificação, o autor acredita que estariam mais assertivos caso adotassem as sugestões de alteração que ele propõe.

A Emenda nº 2 sugere supressão da proposta do novo §8º ao art. 26 do Decreto-Lei nº 227, de 1967.

A Emenda 3 propõe alteração da alínea "a" ao inciso III do art. 22 deste mesmo decreto-lei.

A Emenda nº 4, por sua vez, suprime a alteração proposta para a alínea "a" do inciso III do art. 22 do referido decreto-lei.

A Emenda 5, do Senador Irajá, propõe aperfeiçoamento aos conceitos apresentados no parágrafo único do art. 1º, sobre minerais críticos e minerais estratégicos, acrescentando os termos "quebra de fornecimento" e "reservas em nível global", no caso de minerais críticos, e novo conceito de minerais estratégicos, envolvendo reservas significativas, potencial de produção e importância tecnológica e comercial.

A Emenda 6 – portanto, do próprio Senador Mecias de Jesus – acrescenta ao art. 1º as matérias-primas secundárias provenientes de reciclagem industrial, incluídos a sucata de cobre, o cobre e demais resíduos metálicos aptos ao refino como material estratégico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero lembrar que o balanço do mundo informa que, a partir de 2030, nós teremos menos cobre sendo produzido do que a demanda prevista; ou seja, vamos entrar num vermelho, com todas as consequências, caso não haja uma expansão de produção.

A Emenda nº 7, do Senador Fernando Farias, busca dotar o poder público de instrumento de maior controle sobre a atividade envolvendo minerais críticos e estratégicos de que trata a proposição legislativa.

A Emenda nº 8, do Senador Eduardo Gomes, altera o art. 4º, inciso VI, para acrescentar o combate à extração e o transporte ilegal de minérios, a lavagem, a sonegação e a evasão de recursos.

A Emenda nº 9, do Senador Rogério Carvalho, visa alterar o art. 7º proposto no relatório para proposição de diretrizes de agregação de valor aos minerais componentes da lista brasileira de minerais críticos e estratégicos; ou seja, vem em favor do próprio objetivo que eu considero a síntese do que aqui pretendemos.

Quanto a essas emendas, eu posso lhes dizer que todas, com exceção da nº 2, foram aceitas; e frisar as seguintes alterações.

A alínea "a" do art. 22, como eu já mencionei, muda o prazo de validade da concessão: "o prazo de validade da autorização será prorrogável por igual período, admitida mais de uma prorrogação exclusivamente nas hipóteses previstas em regulamento, e o titular é obrigado a realizar renúncia parcial mínima de cinquenta por cento (50%) da área sob autorização de pesquisa a partir da segunda prorrogação".

Alteramos, de primeira, para segunda prorrogação, ampliando, portanto, a tolerância, mas fixando um termo a mais, para evitar a perpetuação de concessões, ou seja, de autorizações inertes.

No concernente ao art. 2º, o inciso XXXVIII passou a ter a seguinte redação: "regulamentar Encargo [é uma figura nova, portanto] por prorrogação de título minerário em fase de pesquisa mineral de que trata o art. 22 do Decreto-Lei nº 227 [já mencionado], a ser cobrado progressivamente considerando o período, as peculiaridades regionais e outros quesitos a [serem] estabelecidos [vou fazer aqui uma pequena correção: 'a serem estabelecidos'] em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamento"; ou seja, além da taxa, com a prorrogação, cria-se uma outra figura de oneração, chamada encargo.

São essas, Sr. Presidente, as alterações que eu seleciono aqui e, ainda...

Bom, no inciso II do §2º, foram inseridos – e isso é resultado das emendas aceitas –, na Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, foram inseridos o cobre, já mencionado, e minerais nucleares. Isso é resultado das emendas oferecidas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas eles recebem a cobertura de categorização como minerais estratégicos.

As medidas de cautela, que eu já mencionei, foram devidamente inseridas. Estão todas distribuídas ao longo do texto do projeto.

Com essa pequena correção que eu faço, já registrada, eu considero atualizado o relatório, nos termos do que havíamos proposto. O que sugerimos na semana passada fica reduzido, portanto, ao seguinte voto, que é o resumo do texto original mais as oito emendas que eu anunciei aqui como acatadas.

Face ao que expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.443, de 2025, com o acatamento parcial das emendas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, na forma da emenda substitutiva que estamos apresentando, e rejeição da emenda nº 2, rogando ao Senador Mecias que não seja intransigente, nem reclame perfeição à sua obra, que, aliás, foi muito útil ao aperfeiçoamento do projeto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

Eu registro, com muita satisfação, aqui nesta Comissão, antes de conceder a palavra a V. Exa., a presença honrosa do Diretor-Executivo da IFI, Marcus Pestana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra muito grande tê-lo aqui.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, essa matéria, em que V. Exa. é autor, ou seja, de como vamos tratar essa riqueza do presente e talvez a base da construção de riqueza do futuro, que são os minérios raros, os minerais raros, é um debate extremamente relevante.

Eu também sou autor de um projeto de lei com esse objeto. Fico feliz e quero agradecer ao Relator, o Senador Esperidião Amin, por incorporar uma emenda de minha autoria que propõe que as terras-raras sejam, no mínimo, em 80% processadas, industrializadas aqui no Brasil. Esta, a meu ver, é uma forma de a gente garantir que a gente vai fazer o uso adequado desta riqueza e que a gente vai ter controle, inclusive, do que se exportará dessa riqueza.

É um mecanismo de controle extremamente eficaz, porque ele vai, ao mesmo tempo, agregar valor e gerar riqueza no Brasil e a gente terá um controle mais refinado do que está sendo exportado, para quem e em que quantidade.

Então, Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. pela autoria e ao Relator pela abertura e capacidade de fazer um relatório que aprimorou o projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra, V. Exa.

Registro também, com muita satisfação, a honrosa presença aqui, nesta Comissão, de Marcos Pinto, Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda.

É uma honra grande, Marcos.

Com a palavra, Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Renan, obrigado pela gentileza de nos fornecer a palavra, e eu quero parabenizá-lo pela autoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Excelência.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sem dúvida nenhuma, um projeto extremamente importante para a política nacional de minerais críticos e estratégicos do nosso país. Precisávamos e precisamos, sim, que esse projeto chegue o mais rápido possível à sanção presidencial.

Eu quero agradecer ao nosso Relator, o nosso competente Senador, decano desta Casa, embora ele recuse, mas quero agradecer ao nosso querido Senador Esperidião Amin por ter acolhido as nossas emendas e entendemos, certamente, que se as emendas foram acolhidas é porque teve um olhar sensível, porque o Senador Esperidião Amin é um homem conhecedor de todas as matérias que tramitam nesta Casa e, nesta matéria, ele fez um relatório brilhante.

Eu agradeço sem intransigir, não vou reclamar da rejeição de uma única emenda, de uma só. Todas as emendas que apresentei, ele acolheu, com apenas uma rejeitada. Nós não vamos criar um problema por isso, eu sei que V. Exa. fez com conhecimento de causa.

Então, parabéns, Senador Esperidião Amin, pelo brilhante relatório. V. Exa., sem dúvida nenhuma, é um brasileiro, um Senador, um político que merece estar no Senado Federal ou em qualquer cargo deste país. V. Exa. tem preparo para ocupá-lo com a decência que tem feito até aqui em todos os cargos por que passou.

Muito obrigado pela atenção, pelo carinho com as minhas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Quando foi pedido de vista, eu não ousaria tentar mudar o relatório do Senador Amin. E me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senti completamente contemplado, quando o Rogério apresentou essa emenda, exatamente fazendo com que 80% seja processado aqui, porque exportar matéria-prima é coisa de colônia – e a gente vem cometendo esse erro.

E em se tratando dessa política, nós, no Amazonas, sofremos muito com isso, porque, enquanto os chineses priorizam como política de Estado, a gente prioriza aqui como política do entreguismo.

Agora mesmo a gente está num embate, eu estou na Justiça com isso, daquela venda da mina de Pitinga para um grupo de chineses, dois grupos chineses – na realidade, são bancados pelo Governo chinês. Eu estou na Justiça com isso. A mina de Pitinga já pertencia a uma empresa peruana que vendeu para os chineses, como se o Brasil, como se nós, como Congressistas, não existíssemos.

Estou na Justiça com isso, tentando ver se a gente consegue alguma coisa nesse sentido, porque entregar a mina de Pitinga a grupo chinês é um entreguismo à toda prova. Lá, nós temos toda a tabela periódica, Cid, toda a tabela de minerais tem lá na mina de Pitinga; montanhas de rejeito de urânio – montanha de rejeito de urânio. Aí ficam dizendo: "Ah, mas rejeito não é...". Rejeito de urânio é, até porque os chineses detêm tecnologia para transformar rejeito em urânio. Tanto é que estão lá no Paquistão, ajudando a bomba atômica.

Então, é muito alvissareiro a gente tratar desse assunto aqui no Senado. E eu me senti completamente contemplado com a sua emenda, viu, Rogério?

E é só relatar isso, Presidente, é só comparar: enquanto lá é política de Estado, aqui é política de entreguismo – e é bom a gente começar a pôr um fim nisso.

Relatório do Amin, como sempre, perfeito. E as emendas acatadas melhoraram o projeto, que é esse o objetivo das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para cumprimentá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa de V. Exa. permite aqui essa discussão, a participação de diversos Senadores que incluíram mais algumas questões, algumas preocupações no projeto inicial de V. Exa. Então, isso é uma iniciativa que é absolutamente louvável.

Antecipo aqui meu voto favorável ao projeto de V. Exa. relatado pelo Senador Amin e espero que o Plenário desta Casa e o Congresso Nacional possam transformar em lei o mais breve possível.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, muito obrigado, Cid.

Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós encerramos a discussão e passamos à apreciação da matéria.

Os Senadores e Senadoras que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto nesta Comissão, com os cumprimentos ao Senador Esperidião.

A minha matéria vai à Comissão de Infraestrutura, onde tramitará terminativamente; e apensará, sem dúvidas, os demais projetos existentes que objetivam a regulamentação da matéria, como o projeto do Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

A matéria vai à Comissão de Infraestrutura.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4437, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao PL nº 4269/2021, nos termos do substitutivo apresentado; e pela prejudicialidade do PL nº 4437/2021.

Observações:

Esse projeto é de autoria do Senador Rogério Carvalho e tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 4.269, de 2021, que dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino, também de autoria do Senador Rogério Carvalho e que tem como Relatora a Senadora Teresa Leitão.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Relatora da matéria, Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senador Presidente.

Como disse V. Exa., o projeto tramita com apensamento de outro projeto, também de autoria do Senador Rogério Carvalho.

As proposições foram encaminhadas à CAE e à Comissão de Educação, nesta em caráter terminativo.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Eu peço a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Segundo o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida. Como os projetos serão analisados pela Comissão de Educação em caráter terminativo, iremos nos ater apenas aos aspectos de competência da CAE.

As duas proposições objetivam incentivar o empreendedorismo entre os jovens, mediante o apoio a iniciativas voltadas a este público.

Portanto, fomentar o empreendedorismo significa estimular novos negócios, gerar empregos e renda, aumentar a competitividade das empresas e melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo estudo do Sebrae, com dados da Receita Federal, os principais fatores que contribuem para o fechamento de negócios no país são: pouco preparo pessoal; planejamento deficiente do negócio; gestão deficiente do negócio; e problemas no ambiente econômico.

Quando olhamos a população jovem, considerada o motor da inovação de uma sociedade, o empreendedorismo é, muitas vezes, a única oportunidade de obter alguma renda. Isso ocorre porque o IBGE aponta uma preocupante taxa de desemprego entre os jovens, significativamente maior do que a média geral do país, além de uma maior dificuldade de eles ingressarem no mercado de trabalho. Assim, iniciativas que objetivem capacitar o empreendedor jovem são importantes porque permitem que os novos negócios tenham mais condições de prosperar, o que resulta em externalidades positivas à economia brasileira.

Após essa contextualização, observamos que as proposições utilizam abordagens distintas. Enquanto o PL 4.433, de 2021, altera o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, de 2013, o PL 4.269, também de 2021, trata o tema de forma independente. Considerando o incentivo à inovação social e sustentável e a promoção da formação inclusiva, entendo que o PL 4.269, de 2021, merece prosperar.

Por sua vez, na expectativa de contribuir com o debate e preservando o respeito ao caráter autônomo dos estados e do Distrito Federal, bem como a necessidade de minimizar o impacto federativo político e econômico, sugiro alguns aprimoramentos à proposição, os quais apresento na forma da emenda substitutiva que segue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.269, de 2021, restando prejudicado o Projeto de Lei 4.437, de 2021, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 4269, DE 2021

Dispõe sobre o incentivo ao protagonismo estudantil, ao empreendedorismo e à inovação nas escolas públicas de ensino médio e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Público, por meio de seus entes federados, garantida a autonomia dos sistemas, incentivará e promoverá o protagonismo juvenil, o empreendedorismo e a inovação nas escolas públicas de ensino médio, com os seguintes objetivos:

I - apoiar ações de acessibilidade, inclusão e permanência na construção dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA) no Ensino Médio nacional, de forma a estimular a participação responsável, associativa e colaborativa dos estudantes por meio de projetos integradores que articulem sustentabilidade, investigação científica, equidade no mundo do trabalho, direitos e cidadania, ciência, cultura, artes, cultura digital e tecnologia;

II – fomentar o aprofundamento das aprendizagens adquiridas na Formação Geral Básica por meio do apoio, fomento e financiamento da construção, desenvolvimento dos IFA e valorização dos seus resultados, com vistas ao incentivo à construção de soluções para desafios reais da escola e da comunidade;

III – sensibilizar para questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à justiça social, à diversidade e aos direitos humanos.

Art. 2º Para alcançar os objetivos estabelecidos no art. 1º, o Poder Público promoverá, em articulação com os sistemas de ensino, editais de fomento destinados ao desenvolvimento e à valorização de projetos integradores nas escolas públicas de ensino médio, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às demais normas regulamentadoras.

§1º Os editais deverão ser implementados preferencialmente com o apoio de Instituições Públicas de Ensino Superior e Fundações de Amparo à Pesquisa das Unidades da Federação, podendo contar com parcerias com empresas, organizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sociedade civil e demais entes públicos ou privados, observados os princípios da transparência e do interesse público.

§2º Os projetos deverão priorizar a melhoria da escola pública e poderão contemplar eixos temáticos como:

I – formação inicial e continuada de professores;

II – inovação curricular, metodologias participativas e aprendizagem significativa;

III – inclusão;

IV – criação de espaços escolares inovadores;

V – sustentabilidade ambiental e participação comunitária;

VI - educação híbrida e cultura digital;

VII - ampliação e fortalecimento de espaços de gestão compartilhada e de socialização de poder;

VIII - melhoria da infraestrutura escolar;

IX - construção de projetos integradores, prioritariamente, alinhados à Política Nacional do Ensino Médio.

§3º As Instituições Públicas de Ensino Superior e as Fundações de Amparo à Pesquisa a que se refere o §1º poderão atuar como instâncias técnicas de referência, realizando editais, apoiando a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos projetos integradores, em articulação com as redes estaduais, distrital e municipais de ensino médio.

Art. 3º O fomento ao protagonismo juvenil, à inovação e ao empreendedorismo nas escolas públicas de ensino médio priorizará projetos integradores, coletivos e interdisciplinares que promovam transformações positivas no ambiente escolar e na comunidade local, em áreas como:

I - desenvolvimento sustentável da escola ou do território;

II - gestão participativa e economia solidária;

III - educação, arte, cultura, esporte, ciência, tecnologia e cultura digital;

IV - preservação da biodiversidade e transição ecológica;

V - cultura de paz, ética, respeito à diversidade e aos Direitos Humanos;

VI - inovação social e fortalecimento de práticas cidadãs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º As iniciativas deverão contar com a orientação pedagógica de professores da educação básica.

§2º A avaliação e seleção dos projetos seguirão critérios públicos, definidos em regulamento específico, e deverão incluir bancas avaliadoras compostas por representantes das redes de ensino, das instituições de pesquisa, da sociedade civil e das comunidades escolares.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, estabelecendo os critérios, procedimentos e responsabilidades para sua implementação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente, não sem antes parabenizar o Senador Rogério Carvalho pela iniciativa de tocar em um tema, em um ambiente e em uma prática tão necessárias para a conscientização, a integração e o protagonismo da nossa juventude e, nesse caso, daquela que está nas escolas públicas cursando o ensino médio.

O parecer, portanto, está lido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, que é autor dos projetos.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. por tê-lo pautado e agradecer à Senadora Teresa Leitão, militante da educação, especialista em educação, que faz, neste momento, a apresentação, através da leitura, do seu relatório, que passa para todos nós o espírito dessa lei, o que a gente espera atingir e promover junto a nossa juventude mais vulnerável e que mais precisa da atenção do Estado.

Então, às vezes, a gente tem que ouvir as pessoas questionarem uma série de iniciativas voltadas a públicos específicos, e muita gente não entende que essas pessoas não estão em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinadas condições de dificuldade, inclusive de prosperarem na vida, por opção. É a história de vida das famílias, a história do nosso país e da vida dessas famílias. A origem delas define para elas quase que uma certeza de que futuro terão, e determinadas ações parlamentares, ações políticas e determinadas políticas podem interferir e mudar o rumo e a história de milhões de jovens do nosso país.

Então, fico muito feliz e agradeço à Senadora Teresa Leitão por apresentar o relatório, ainda com a sua autoridade de pessoa que entende desta área, que milita nesta área, que conhece as dificuldades da nossa juventude.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu também agradeço a oportunidade de ter relatado esse projeto, dois em um.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, sem dúvida. Parabéns!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu fico muito feliz, na minha condição de professora e de militante da educação, quando alguém que aparentemente não é da área – o Senador Rogério Carvalho é médico – tem esse olhar sensível, proativo e bastante coerente com aquilo que a gente defende para a educação.

Nós somos insubstituíveis na educação, eu digo sempre isso, nós, como educadores, mas somos absolutamente incompletos; nós precisamos de todos e de todas para defender a educação como direito, direito humano, direito social e agora, desde a alteração da LDB, direito público e subjetivo. Portanto, de todos e, ao mesmo tempo, de cada um e de cada uma.

Parabéns também a V. Exa., Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos ao Senador Rogério e à Senadora Teresa Leitão, que é Relatora dessa importantíssima matéria, o Projeto de Lei nº 4.437, que altera a Lei nº 12.852, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e aprimora o Sistema Nacional de Juventude; e também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei nº 4.269, que dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino, também de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto 4.437 e favorável ao Projeto 4.269, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Substitutivo.

Passamos agora ao item 6 da pauta, que é o marco legal do Sistema de Pagamentos.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2926, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e 12.865, de 9 de outubro de 2013; e revoga a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.506, de 13 de novembro de 2017, e 13.986, de 7 de abril de 2020.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ.

Eu concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do seu parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço licença a V. Exa. para ir direto à análise do mérito do projeto.

Preliminarmente, é de se destacar que o funcionamento das infraestruturas de mercado financeiro já é disciplinado nos níveis legal e infralegal de forma satisfatória. Entretanto, é preciso reconhecer que essa disciplina foi desenvolvida de forma esparsa, incompleta e ainda carece de consolidação. Mais que isso, conforme apontam inclusive avaliações internacionais destacadas na exposição de motivos que acompanha a proposição, a atual disciplina normativa das infraestruturas do mercado financeiro (IMFs) não incorporou conceitos relevantes – os chamados princípios para infraestruturas do mercado financeiro, cuja adoção, inclusive, consta de compromissos internacionais do país. O atual arcabouço legal, suportado principalmente nas Leis nº 10.214 e nº 10.303, ambas de 2001, embora compatível com a realidade da época da edição dessas normas, está defasado e incompleto em relação àqueles princípios, cujo estabelecimento se deu em 2012.

Nesse sentido, os aperfeiçoamentos trazidos pela proposição são altamente relevantes e meritórios, ainda mais quando se observa o aumento da importância das infraestruturas do mercado financeiro e dos sistemas de pagamento em geral, para o bom desempenho da economia dos países.

O desenvolvimento e a difusão quase universal do Pix entre as pessoas físicas e jurídicas no Brasil são uma prova eloquente da importância crescente das infraestruturas do mercado financeiro para melhor servir à população em seu cotidiano e dinamizar os negócios e a economia.

A proposta também tem o mérito de dar melhor tratamento à mitigação dos riscos nesses ambientes de negócios, o que é essencial para o funcionamento adequado dos mercados. A proposição minimiza o risco de ocorrência e dá instrumentos para lidar com eventuais desequilíbrios que possam afetar instituições relevantes participantes das infraestruturas do mercado financeiro. Com isso, garante-se o funcionamento contínuo dos sistemas de pagamento e liquidação, evitando-se a interrupção de fluxos de pagamentos que poderiam ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graves consequências para a estabilidade do sistema financeiro e para a economia como um todo.

Destacamos aqui o trabalho feito na Câmara dos Deputados, que promoveu inúmeras modificações e deu maior precisão conceitual aos dispositivos da proposição.

Para complementar essa tarefa é que propomos duas emendas de redação que não promovem qualquer alteração de mérito e que têm por objetivo evitar ambiguidade na interpretação da norma.

A primeira emenda de redação trata de eliminar possível ambiguidade na interpretação do art. 25 do PL, quanto à previsão de interoperabilidade entre depositários centrais – possibilidade já prevista na Resolução do Banco Central nº 304, de 20 de março de 2023, e preconizada pelo Comitê Técnico da Organização Internacional de Comissões de Valores – Iosco – na sigla inglesa, que é a denominação de uso corrente por reguladores ao redor do mundo.

Dada sua redação atual, o art. 25 poderia comportar a interpretação contraditória e inconsistente de que não seria possível a interoperabilidade entre depositários centrais, quando a finalidade do dispositivo é justamente determinar que a interoperabilidade só possa se dar entre depositários centrais.

Assim, propomos nova redação ao art. 25 para eliminar ambiguidade interpretativa que poderia dar à norma conotação oposta à pretendida pelo legislador, o que seria absurdo, pois eliminaria a própria interoperabilidade.

A segunda emenda de redação visa promover o aperfeiçoamento da técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.926, de 2023, sem alterar seu mérito, conforme preceitua o Regimento Interno do Senado Federal.

Seu objetivo é esclarecer de forma precisa e juridicamente compatível com a Constituição Federal o conceito de "registro" empregado na proposição, restringindo-o ao âmbito das infraestruturas do mercado financeiro, de natureza essencialmente financeira, evitando confusões terminológicas e conflitos de competência com os serviços notariais e de registro públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A redação atual pode gerar interpretações que confeririam ao conceito de "registro", utilizado no contexto financeiro regulado pelo Banco Central, abrangência incompatível com o sistema normativo vigente, particularmente com o art. 236 da Constituição Federal, que reconhece os serviços notariais e de registro como exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, sob a fiscalização do Poder Judiciário.

Há, por conseguinte, a necessidade de distinguir, no plano técnico, o registro financeiro – voltado à rastreabilidade de ativos e liquidação de operações – do registro público – responsável pela formalização jurídica, publicidade e segurança dos negócios e direitos civis.

Além do mais, o parágrafo único da nova redação proposta busca garantir que a integração das centrais eletrônicas e sistemas estruturados pelos serviços notariais e registrais ao ecossistema das infraestruturas de mercado financeiro não os submeta às exigências previstas no art. 48 do projeto de lei, relativas a capital mínimo, regras de governança e *compliance*, entre outras obrigações típicas das instituições financeiras, uma vez que os serviços notariais e de registro já se submetem a regime jurídico especial, com supervisão do Judiciário, por meio das corregedorias competentes.

Importante destacar que essa ressalva não constitui inovação de conteúdo, mas apenas consolida, em termos redacionais mais claros, um entendimento já implícito na Constituição e na legislação vigente, respeitando os princípios da especialidade normativa e da separação de competências institucionais.

Trata-se, assim, de dois ajustes redacionais necessários, que reforçam a segurança jurídica da proposição. No primeiro caso, por eliminar ambiguidade interpretativa que poderia obstar, indevidamente, a interoperabilidade entre depositários centrais; e, no segundo, por resguardar as competências constitucionais dos serviços extrajudiciais. Sublinhamos, novamente, que essas duas emendas de redação não afetam o mérito dos dois dispositivos.

Em resumo, esse projeto atualiza e consolida toda a legislação que rege as infraestruturas de mercado financeiro, que inclui depositários centrais, sistemas de registro, câmaras de liquidação e também as estruturas que permitem o financiamento do Pix. Hoje, as regras que tratam dessas infraestruturas, como dito, estão dispersas e defasadas, e o PL organiza tudo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um marco legal único, alinhando as melhores práticas internacionais, fortalecendo a segurança, estabilidade e eficiência do sistema de pagamentos brasileiro.

No relatório, estão propostas duas emendas, como falei, que tratam da interoperabilidade dos depósitos centrais. A segunda deixa claro que o conceito de registro no texto se refere exclusivamente ao registro financeiro e não aos registros públicos.

Portanto, Presidente, diante do exposto, somos pela existência de repercussões orçamentárias e financeiras oriundas do Projeto de Lei nº 2.926 e, no mérito, por sua aprovação com as emendas citadas ao longo do parecer.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o Projeto de Lei nº 2.926, de 2023, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir urgência nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação, o requerimento... A matéria não é terminativa na Comissão... (*Pausa.*)

Perdão, é exatamente o caso.

Em apreciação o requerimento proposto pelo Senador Rogério Carvalho.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Está, portanto, aprovada a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só, mais uma vez, agradecer a V. Exa. por prontamente pautar esta matéria de grande repercussão para a segurança nas operações.

A gente tem visto aí os problemas com sistemas de pagamentos, ou seja, este projeto ajuda a dar mais transparência às operações financeiras no nosso país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos muito a V. Exa.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CDH; e com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 26/11/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH.

3. Em 09/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 3.

Esse projeto é de autoria do Senador Paulo Paim e tem como Relator o Senador Plínio Valério.

Há sobre a mesa, eu até pedi para que informassem, um requerimento que propõe o adiamento da discussão da matéria, é um requerimento do Líder do Governo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de colocar esse requerimento em votação, porque isso aqui é de 2023, o parecer, o relatório é de 2023. A gente conseguiu, graças a Deus, trazer para a pauta; teve uma emenda depois do pedido de vista do Senador Mecias. E eu estou pronto para ler o relatório, até como – o mérito é sensacional do projeto – uma homenagem ao meu amigo Senador Paim. É de 2023 esse projeto. Se a gente adiar mais uma vez... Já pediu-se vista, o Governo pediu, agora vem o adiamento, aí vamos entrar no recesso. E me parece que eu preciso de apoiamento de três Senadores, porque nós vamos rejeitar muita coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá. Eu concordo inteiramente com V. Exa. e há, concomitantemente, um pedido do Senador Jaques Wagner para retirar o requerimento.

Então passamos à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, que é o Relator do Projeto de Lei nº 552, de 2019, do Senador Paulo Paim.

Com a palavra a V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – O relatório eu li por último. Dia 26 de novembro passado, foi lido e concedida vista. Há uma emenda só apresentada, pelo Senador Mecias, corrigindo data, que foi incorporada por mim.

Então, após a apresentação do relatório, recebemos a emenda e a análise diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que a Emenda nº 3 aperfeiçoa o projeto e merece ser acatada.

Como mencionado, a redação original do projeto previa que as doações poderiam ser realizadas por quatro anos, terminando, portanto, em dezembro de 2023. Como o nosso relatório foi apresentado em 2023, apresentamos uma emenda de Relator, estendendo esse prazo para 2027. Porém, passados dois anos para que seja preservada a intenção original do projeto, ajustamos esse prazo até dezembro de 2029, que foi uma emenda do nosso Senador Mecias.

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei nº 552, de 2019, bem como às Emendas nºs 1 e 2, CDH, e à Emenda nº 3, com a apresentação da seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CAE
> Altere-se a expressão “até o exercício fiscal de 2023” por “até o exercício fiscal de 2027”, constante no § 4º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei nº 552, de 2019, bem como no parágrafo único do art. 4º do referido projeto.

Meu Senador Mecias, sua emenda foi acatada de pronto.

Esse é o nosso relatório com voto favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é o autor dessa matéria importantíssima.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Renan Calheiros, de forma muito sucinta, primeiro quero agradecer ao Relator Plínio Valério, que toda vez que nós pedimos para retirar de pauta, ele diz: "É só dizer que eu tiro". Foi retirado de pauta inúmeras vezes. Como foi dito aqui, desde 2023, entra na pauta, sai da pauta – entra na pauta, sai da pauta. Então nós estamos com isso mostrando, Presidente, inclusive com o apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de V. Exa., que nós sempre estivemos e vamos continuar abertos a dialogar, encontrar um caminho.

Agora, as pessoas com deficiência do Brasil todo...

Está aqui é o Luciano, que é um deficiente visual, meu funcionário com muito orgulho. Há quantos anos, Luciano?

O SR. LUCIANO AMBROSIO CAMPOS (*Fora do microfone*.) – Vinte e dois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vinte e dois anos.

No Rio Grande do Sul eu tenho outro, que é o Santos Fagundes, que já foi até meu chefe de gabinete. Não é agora porque ele me representa na executiva do partido. Esse está há mais ou menos 30 anos comigo.

E eu pedia a eles: conversem com todos os setores que militam nessa área das pessoas com deficiência e com as famílias, naturalmente, dentro do possível. E eles pediam muito que eu fizesse o apelo hoje aqui, que a matéria fosse votada. Vai para a Câmara dos Deputados. Lá vai continuar o debate. Eu seria uma dos primeiros – sou da base do Governo – a ajudar. E tenho certeza, Plínio, que você ajudou em tudo o que foi possível para que a gente construa um entendimento.

Mas, olhando para o Natal dessas famílias, Sr. Presidente, são 18 milhões de pessoas com deficiência no nosso país. Por isso é que nós, na última reunião... o Plínio, inclusive, falou comigo. Digo, "não, vamos pedir então para ver se chegamos a um acordo até a outra semana". Mas se passaram praticamente dois anos dessa fala que eu estou fazendo aqui, lembrando os dados.

Então, neste momento, eu quero agradecer, inclusive, ao Líder Jaques Wagner, com muito carinho. Eu o considero um Senador exemplar, como tem outros. Ele também é um Senador exemplar. É o Líder, o meu Líder aqui no Congresso, como também o Rogério Carvalho, meu Líder também, porque ele não fez e não criou nenhuma obstrução aqui neste Plenário para que a gente votasse neste momento. Agradeço especialmente a V. Exa. Eu sei que essas coisas na Casa – nós estamos aqui juntos há mais de 40 anos, estivemos na Constituinte –, que os movimentos acontecem. E V. Exa. diz: "Bom, vocês do PT que se entendam. Eu boto a matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em votação, construído um acordo, para mim, tudo bem". E eu agradeço V. Exa., agradeço ao Relator Plínio Valério, que também me disse a mesma coisa: "Esse é um problema que não é meu, Senador, que é o autor, do PT. Eu sou sensível à causa e, se vocês buscarem o entendimento, eu sou parceiro". Até o momento, não foi possível. Então, em nome dessas 18 milhões de pessoas, eu que sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o apoio de V. Exa. e de todos os Senadores, Senadoras e Parlamentares, também Deputados Federais, esse projeto foi aprovado na CDH por unanimidade. Mara Gabrilli foi a Relatora. E, neste momento, eu sei que vai ser aprovado por unanimidade e sei que o debate continua. E nós haveremos de construir um grande acordo para o bem de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria dizer ao...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador Mecias, muito obrigado pela emenda, que aprimora o projeto. E termino dizendo muito obrigado ao Relator, Senador Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria dizer ao Senador Paulo Paim e aos Senadores desta Comissão que um dos orgulhos que eu carrego comigo é de ter, como Presidente do Senado Federal, priorizado a apreciação de vários projetos do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, quer que eu diga? Política de salário mínimo, de inflação mais PIB, só surgiu porque V. Exa. teve a grandeza de criar uma Comissão, até que surgiu a política de salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu falei sobre isso na última semana, quando nós estávamos participando da solenidade de sanção da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil.

Na oportunidade, nós criamos uma Comissão, composta, inclusive, pelas centrais sindicais, que levaram ao Presidente da República uma proposta para reajuste do salário mínimo, levando em consideração a inflação mais o crescimento da economia, política que ainda hoje está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigor. Já foi revogada em algumas oportunidades e refeita em outras oportunidades. De modo, Senador Paulo Paim, que eu carrego comigo esse orgulho, que digo, quando posso, em todos os lugares.

Senador Mecias de Jesus, com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Renan, eu também quero parabenizar o Senador Paim por importante matéria, como também o Senador Plínio Valério, que tem uma visão de Brasil e de brasileiros. Essa matéria, sem dúvida nenhuma, é importantíssima para as pessoas com deficiência. Eu fico feliz e, inclusive, quero agradecer ao Senador Plínio por acatar a minha emenda, que eu entendi que era necessária, que aperfeiçoava o projeto – o Senador Plínio acatou. Claramente o Senador Paim, autor do projeto, também fez o agradecimento aqui da minha emenda, pelo que eu entendo que foi de comum acordo o acatamento da minha emenda, tanto pelo autor quanto pelo Relator. Então, eu quero parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim e o Senador Plínio Valério, e dizer que vocês estão contribuindo muito, assim como esta Comissão, para a qualidade de vida das pessoas e com o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Plínio Valério, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – ... vendo o senhor falar e rememorar esses anos todos ao lado do Senador Paim, eu vejo que eu estava certo, quando falei para ele: "Ó, eu só mudo, se você quiser que eu mude; eu só altero, se você quiser que eu altere".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sou testemunha.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – "Eu só concedo, não quero saber de mais nada...". "Eu quero". "Vai ser aprovado assim". Então, foi sempre em comum acordo. E, agora, com o seu relato aí, eu vejo que eu estava correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tenho muita honra de, inclusive, poder participar deste momento. (*Pausa.*)

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 552, de 2019, do Senador Paulo Paim, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Plínio Valério.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós estamos procedendo, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a uma votação nominal do Projeto 552, do Senador Paulo Paim, que tem como Relator o Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Os Senadores que registraram presenças podem votar pelo aplicativo.

Eu peço atenção dos Senadores que registraram presenças hoje, aqui na Comissão, nós estamos apreciando o projeto do Senador Paulo Paim, que tem como Relator o Senador Plínio Valério. Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

Eu queria aproveitar a oportunidade, já que nós estamos aguardando, para combinarmos um procedimento com o Deputado Marcus Pestana, querido amigo, que é o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, porque, a Resolução nº 42, alterada pela Resolução nº 4, de 2019, estabelece, no §3º, que, até o encerramento de cada semestre, a Instituição Fiscal Independente apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a evolução do quadro fiscal brasileiro, inclusive das receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômico-fiscais relevantes, com base nos trabalhos publicados pela Instituição Fiscal Independente.

Eu consulto o Marcus Pestana sobre se ele quer usar a palavra e falar nesta oportunidade ou se nós combinaremos, convocaremos uma reunião para amanhã desta Comissão, para que ele possa fazer essa apresentação, na forma do §3º da resolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Amanhã, amanhã.

Então, nós convocaremos uma reunião da Comissão para amanhã, para a apresentação do Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal. Amanhã, portanto, às 10h, neste plenário, faremos uma reunião para a apresentação do relatório do Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente sobre a evolução do quadro fiscal brasileiro, inclusive de receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômicas.

Os Senadores que marcaram presença na Comissão de Assuntos Econômicos já podem votar. Nós estamos apreciando uma matéria muito importante, de autoria do Senador Paulo Paim e que tem como Relator o Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Eu faço um apelo aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, aqueles que marcaram presença, que votem pelo aplicativo. Nós estamos apreciando uma importantíssima matéria, proposta pelo Senador Paulo Paim e relatada pelo Senador Plínio Valério. É importante a participação de todos. (*Pausa.*)

Essa matéria é muito importante: institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei 9.250 e autoriza deduzir do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

É uma importantíssima matéria, uma das mais importantes deste semestre, que está sendo apreciada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. E os Senadores que marcaram presença, que registraram presença podem votar pelo aplicativo. (*Pausa.*)

Faltam apenas três Senadores para nós completarmos o quórum mínimo. É importante, repito, a participação de todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discursar.) – Eu queria informar que nós realizamos, neste ano legislativo, 43 reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos. Realizamos também 12 audiências públicas e deliberamos sobre 73 matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas matérias têm relevância especial: o PL 4.989, que aprimora o financiamento da indústria verde no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações; o PL 2.088, que altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização dos bens no mercado brasileiro; o PL 5.011, que institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante; o PL 315, que altera a lei que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; o PL 847, que altera a lei que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para aprimorar a destinação de recursos do fundo, uma matéria importante e fundamental, que libera o acesso ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; o PLP 234, que altera a Lei Complementar 123, para estimular o uso estratégico das compras públicas para fomentar as atividades de microempresas e empresas de pequeno porte; o PL 2.360, que inclui entre as hipóteses de movimentação da conta do FGTS o acometimento do trabalhador ou de dependente por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica; o PL 3.172, que altera a lei, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas; o PL 167, que institui o Programa Acredita Exportação e amplia benefícios para determinados regimes aduaneiros; o PL 4.720, que inclui às linhas de atendimento do programa Minha Casa, Minha Vida a reconstrução de unidades habitacionais danificadas total ou parcialmente por desastre natural; o PL 6.139, que estabelece o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação; o PL 2.041, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial; o PL 2.213, que autoriza a utilização de recursos não comprometidos do FGO para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o PL 2.147, que amplia os benefícios do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para cooperativas com receita anual de até R$4,8 milhões; o PLP 168, que dispõe sobre medidas para mitigação dos impactos causados pela imposição de tarifas às exportações brasileiras aos Estados Unidos da América; o PL 6.012; que garante financiamento permanente do Fundo Garantidor de Operações para o Pronampe; o PL 1.087, que propõe isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para contribuintes com renda de até R$5 mil; o PL 1.855, que institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade; o PL 5.473, que dispõe sobre alíquotas de Contribuição sobre o Lucro Líquido em relação às *fintechs* e sobre o aumento da participação governamental na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadação de apostas de quota fixa, e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda; entre outras importantíssimas matérias.

Consulto os Senadores que já votaram sobre se podemos encerrar a votação. Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (*Pausa.*)

Nós estamos colhendo, oralmente, o voto do Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Voto "sim".

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – SIM, 20 votos; nenhuma abstenção; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o projeto do Senador Paulo Paim (*Palmas.*), com os cumprimentos da Comissão; projeto que teve como Relator o nosso querido Senador Plínio Valério.

Nada mais havendo a tratar, renovo a convocação de reunião amanhã, quarta-feira, para a apresentação do Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente.

Agradeço a todos pela presença e declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Irajá, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Apresentação da evolução do quadro fiscal brasileiro, inclusive das receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômico-fiscais relevantes, com base nos trabalhos publicados pela Instituição, nos termos da Resolução nº 42, de 2016, art. 1º, § 13. **Participante:** Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Laércio Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Bom dia às senhoras e aos senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de oportunizar a apresentação da evolução do quadro fiscal brasileiro, inclusive das receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômico-fiscais relevantes, com base nos trabalhos publicados pela instituição, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, art. 1º, §13.

Convido, para tomar lugar à mesa, com muita honra, o Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal e, além disso, ex-Deputado Federal, meu colega quando fui Deputado Federal. Uma pessoa por quem eu tenho respeito, admiração e muito carinho, e eu quero dizer – viu, Marcus? – que eu me sinto muito feliz em tê-lo aqui na manhã de hoje. É um prazer muito grande estar ao seu lado.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelo expositor.

Na exposição inicial, o convidado poderá fazê-lo de acordo com a sua vontade. Ao fim das exposições, quem quiser interagir com o palestrante também poderá fazê-lo.

Com a palavra, com muita honra, como eu já falei aqui, o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Marcus Pestana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS PESTANA (Para expor.) – Meu caro Senador Laércio, meu amigo e ex-companheiro na Câmara dos Deputados, é um prazer estar aqui. Agradeço a V. Exa. e ao Presidente Renan Calheiros.

Há uma previsão na Resolução 46, de 2016, que criou a IFI, de que a Instituição Fiscal Independente esteja presente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, ao final de cada semestre, para um balanço sobre o quadro fiscal brasileiro.

Eu vou procurar ser o máximo objetivo. Eu sei que, esse final de ano, até por ter sido Parlamentar, essas duas últimas semanas são extremamente sobrecarregadas e, portanto, agradeço muito ao Senador Laércio por estar aqui presidindo esta sessão.

Bem, eu optei por uma apresentação pequena, são apenas três eslaides. Mas eu optei por não apresentar, proporcionar, a vocês todos que estão nos assistindo, uma imersão profunda num calhamaço de números, numa torrente de números, porque o nosso relatório de acompanhamento fiscal sairá na próxima quinta-feira e ele trará exatamente – a equipe está trabalhando nisso nesse exato momento – as projeções para dez anos de todas as variáveis fiscais – receita, despesa, dívida, a questão das renúncias fiscais, a projeção de resultado primário, de resultado nominal – e, portanto, nós estamos com a mão na massa para produzir o último relatório de 2025, que trará uma projeção de médio e longo prazo, porque, em política econômica, em análise econômica, interessa mais o filme que a foto. É muito mais importante capturar o movimento das principais variáveis. Eu vou procurar dar um ou outro exemplo aqui dessa dinâmica.

Ao projetar dez anos de desempenho das principais variáveis fiscais, a IFI estará certamente gerando para seus clientes, que são, prioritariamente, os Parlamentares, Senadores e Deputados, a imprensa especializada, a academia, os centros de pesquisa da área econômica, os *stakeholders*, o mercado, os investidores que procuram prestar atenção... A IFI acaba de completar agora, no final de novembro, nove anos de existência. Felizmente, nós conseguimos grandear aquilo que a OCDE preconiza, que é um grau de transparência e de penetração na mídia para alcançar o objetivo de publicizar as séries históricas, as projeções e os alertas fiscais.

A própria resolução do Senado que criou a IFI prevê que a IFI não entra na avaliação de mérito das políticas propostas, das medidas votadas. Isso cabe aos mandatários, aos Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Deputados, que são eleitos pela população para tomar decisões. Então, cabe ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, aos Deputados e Senadores, os tomadores de decisão, escolherem o rumo. A IFI não entra no mérito da qualidade da política econômica ou da correção ou não de uma ou outra medida, mas ela procura ser a guardiã da legislação fiscal, procura checar os dados e oferecer projeções em números independentes, de qualquer viés político, ideológico, econômico, empresarial e, ao mesmo tempo, consolidar um leque de alertas fiscais, para que os tomadores de decisão, tendo isso como insumo, tomem as atitudes que julgarem convenientes.

Então, em vez de cansá-los com tabelas e mais tabelas, eu resolvi apresentar hoje um roteiro de discussão com base nos números apresentados e que serão realimentados pelo nosso relatório da semana que vem.

Meu caro Senador Laércio, V. Exa. é um empresário, um empreendedor e sabe que o julgamento sobre o fracasso ou o sucesso depende dos objetivos que você traça, do horizonte. Cada termômetro depende da sua meta, do seu horizonte estratégico.

Eu queria alertar – porque há uma discussão que sempre é pública sobre cumprimento ou não de metas – que nós estamos diante – e isto é importante porque ano que vem será um ano eleitoral – de dois tipos totalmente diferentes de ajuste: um ajuste que eu apelidei de ajuste profundo e estrutural ou um ajuste de fôlego curto, de curto prazo.

Qual seria o objetivo da política fiscal brasileira numa perspectiva ousada, numa perspectiva de recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento sustentado? Seriam dois objetivos centrais: estancar o crescimento da dívida pública – porque a nossa dívida já é uma das maiores entre os países comparáveis, latino-americanos e emergentes –, estancar esse crescimento, porque a trajetória, como eu vou demonstrar, é preocupante, quase explosiva. Isso tem consequências: o endividamento contínuo.

Qualquer dona de casa, qualquer trabalhador sabe que uma família não pode, indefinidamente, ano após ano, gastar mais do que tem e a dívida ir acumulando e tomando a feição de uma bola de neve, em que os juros são cada vez maiores, porque o emprestador mede o risco, e, quanto mais endividado é o tomador de recursos, maior é o prêmio que o emprestador exige. Então, há uma conexão direta entre o equilíbrio fiscal do setor público e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

taxa de juros, e a taxa de juros implica, em grande parte, a determinação do ritmo de crescimento da economia.

Então, você tem um ajuste superficial... O que eu chamaria de um ajuste superficial? Como a gente está fazendo das tripas coração, suando a camisa para cumprir as metas fixadas e usufruindo de descontos, de excepcionalizações sucessivas. Serão, nos três primeiros anos de vigência... Lembro bem ao nosso espectador da TV Senado, dos sistemas de comunicação do Senado, que, até 2022, vigeu o teto de gastos votado ainda no Governo do Presidente Michel Temer, em dezembro de 2016, que era o teto de gastos.

A PEC da transição, em dezembro de 2022, extinguiu o teto de gastos e propôs que se votasse um novo arcabouço. Isso foi feito pelo Congresso Nacional, por proposta do Executivo, no segundo semestre de 2023. Em três anos de vigência, 2024, 2025 e 2026, nós teremos R$170 bilhões de excepcionalização: precatórios; desastre climático do Rio Grande do Sul; queimadas; risco ambiental; agora, mais recentemente, a decisão de tirar os gastos da defesa nacional – já se fala em segurança pública...

E eu queria dizer, do ponto de vista neutro, que a natureza do gasto não importa muito nesse sentido macroeconômico. Gasto é gasto: pode ser salário, pode ser para pagar gasolina, aluguel, telefone, energia elétrica, pode ser para construir ferrovias e estradas. Gasto é gasto. Qualquer gasto, institucionalmente, legalmente, excepcionalizado ou não da meta, é transfusão na veia da dívida. Qualquer déficit real, efetivo, alimenta o processo de endividamento. Pode, eventualmente, estar fora do cálculo, da base de cálculo, mas isso não quer dizer que a despesa com precatório, isso não quer dizer que as despesas feitas corretamente com o Rio Grande do Sul ou eventos como, por exemplo, apoio a empresas que foram afetadas pelo tarifaço do Governo americano... Independentemente da qualidade do gasto, vai alimentar a dívida.

E, além de tudo, a polêmica recente que envolveu o Tribunal de Contas da União, o próprio Congresso e o Executivo, se é possível o Governo mirar na banda inferior das metas fiscais. Lembrando que o arcabouço, aprovado em 2023, prevê dois pontos básicos: um teto de gastos, que pode crescer acima da inflação de 0,6 a 2,5; e uma meta de resultado primário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, desses dois termômetros, dessas variáveis, por decisão do Congresso Nacional e por proposta do Executivo, foram retiradas uma série de despesas que vão somar, na projeção da IFI, R$170 bilhões em três anos, nos três primeiros anos de vigência.

E, além de tudo, houve essa recente polêmica se ao Governo é permitido mirar não a meta, mas a banda inferior de tolerância. É preciso dizer que o arcabouço fiscal foi inspirado no sistema de metas inflacionárias, em que há uma banda. Há uma meta que o Conselho Monetário Nacional fixou em 3%, com um 1,5 para baixo e 1,5 para cima. Tanto que a inflação estava fora da banda de tolerância, o Banco Central, dentro da sua autonomia, está com uma política monetária rígida para trazer a inflação para a meta.

A gente nunca vê o Presidente do Banco Central ou um membro do Copom falando em mirar o 4,5. Meta é meta, tolerância é tolerância. Tolerância foi imaginado para choques externos e eventos não planejáveis, como é o caso, por exemplo, de uma pandemia, de um desastre ambiental na dimensão que teve do Rio Grande do Sul, são coisas que não estavam planejadas no orçamento, e aí a excepcionalização é até cabível, mas despesas rotineiras...

E aí houve a recente polêmica, que foi pacificada. O TCU tomou uma decisão, falou que não é recomendável, é arriscado, mas não é ilegal o Governo mirar, porque o centro em que o Governo mira determina a política de bloqueio e contingenciamento. Então, houve essa polêmica e o Congresso achou por bem legitimar a ideia de que é possível mirar a banda de tolerância, o que representa, na prática, se aceitarmos como é o sistema de metas inflacionários, que houve um rebaixamento da meta, porque tolerância é tolerância, meta é meta. A meta, este ano, era 0% – zero a zero – de déficit primário. Vamos ter 0,25%, e, no ano que vem, a meta subia para 0,25%, com a tolerância até zero, e aí vamos mirar em zero. Então, acaba que a referência virou a banda inferior de tolerância.

Por que isso é importante? Num ajuste profundo, que eu contrasto, você precisava cumprir dois objetivos, como estancar a dívida. Para estancar a dívida, a Instituição Fiscal Independente estima que vai fechar este ano em torno de 77%, 78% do PIB, no critério do Banco Central – porque no critério do FMI é mais ou menos dez pontos acima, mas no critério do Banco Central, que não permite comparações internacionais, quando vamos fazer comparações internacionais temos que levar em conta o critério do FMI – no critério do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central vamos fechar este ano com 77%, 78% do PIB, com tendência crescente de 83% ano que vem, tendendo a 100% do PIB em 2030.

Semana que vem teremos precisamente as nossas projeções, por isso eu não quis trazer os números, porque os números estão no forno, ainda não estão prontos para o consumo.

Além de estancar o crescimento da dívida, que demandaria 2% de superávit primário, outro objetivo com que eu acho que todos os Senadores, todos os técnicos hão de concordar, é o substantivo aumento do investimento público federal. O desenvolvimento brasileiro foi capitaneado sempre pelo Governo Federal, pelo seu investimento. Tivemos na era Getúlio, JK, Geisel, em todo o curso da história, a liderança do Governo central. Hoje, nos últimos anos, municípios e estados já investem mais que o Governo Federal. No PAC, que é um programa estratégico de investimento – são investimentos selecionados pelo próprio Governo como sendo portadores do futuro do país –, são orçados em apenas R$60 bilhões, R$60 bilhões numa receita total livre, disponível, de R$2,5 trilhões – R$60 bilhões!

Eu tenho feito uma comparação para se ter dimensão: os brasileiros têm apostado nas *bets* R$300 bilhões por ano, cinco vezes mais do que o programa estratégico do Governo Federal. Num país que precisa de ferrovias, estradas, portos, aeroportos, investimento habitacional, saneamento, projetos de irrigação, ciência e tecnologia. Quanto nós estamos investindo em robótica, inteligência artificial, em biotecnologia?

Então, para um ajuste ousado, e é isso que eu queria contrastar, a análise de sucesso ou fracasso depende do horizonte que você traça. Então, eu queria começar registrando isto: um horizonte de fôlego curto, aos tropeços e com excepcionalizações, mirando a tolerância inferior da meta – cumprir por tabela e por regra do jogo, a meta –; ou ter uma visão muito mais ousada de país do ponto de vista fiscal?

Então, há três objetivos centrais: estancar a dívida, recuperar investimento federal e flexibilizar o orçamento.

Eu costumava falar que o Brasil tem o orçamento público mais engessado de todo o mundo, aí eu descobri que o Equador já está lá – já é um jogo de faz de conta –, lá as despesas obrigatórias já são maiores que as receitas disponíveis. Então, já virou um jogo em que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpre umas coisas e não se cumpre outras, mesmo sendo obrigatórias – e até as coisas obrigatórias não estão sendo mais obrigatórias.

Aqui, não sou eu que digo, é o projeto original da Lei de Diretrizes Orçamentárias que foi votado pelo Congresso. O projeto, nos seus anexos, enviado pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Fazenda, tinha um quadro lá em que, em 2027, as despesas discricionárias eram negativas, crescentemente negativas, em 2027, 2028 e 2029. Isso quer dizer o quê? O Presidente da República se elege, mas não tem margem de liberdade para implantar programa de Governo nenhum, porque 100% do orçamento é obrigatório.

Aí o que foi feito? A Emenda Constitucional nº 136 retirou, a partir de 2027, quando teria o que a IFI há muitos meses está apontando, um *shutdown* à brasileira, um *shutdown* tropicalizado, porque não temos a figura do *shutdown* que os Estados Unidos têm, esse estrangulamento pleno do orçamento em que o Presidente da República seria uma Rainha Elizabeth, Rainha da Inglaterra, do ponto de vista orçamentário, porque não teria liberdade alguma. Foi criado um pequeno espaço fiscal de 110, 115 bilhões, que ainda assim será, ao longo do tempo, pressionado pelo crescimento das despesas obrigatórias. Então teríamos que ter três objetivos, gerar *superávit* primário para estancar a dívida; segundo, aumentar, pelo menos multiplicar por cinco o investimento federal...

Se na China ou na Índia, ou em qualquer país asiático, contassem que o país aposta em *bets* cinco vezes mais que o programa estratégico do Governo Federal, ninguém acreditaria – ninguém acreditaria. Na China isso seria impensável.

Então esses objetivos... Nós estamos caminhando para o engessamento completo do orçamento, aí vamos adotando saídas provisórias, gambiarras temporárias, mas o orçamento tem investimento baixíssimo para um país continental e com tantas carências, tem uma rigidez a toda prova, que tira a margem de manobra de se governar, do Presidente eleito governar, e uma dívida crescente e déficits primários recorrentes.

É preciso que se registre que o Brasil tem déficits primários desde 2014; o Brasil está no vermelho desde 2014. Então, já vamos para mais de uma década em que o resultado é negativo, e – como eu disse –, do ponto de vista estratégico, nós teríamos que produzir um superávit de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2%, para estancar a dívida, e mais uns 2% de mudança da qualidade do gasto, para permitir investimentos.

Então, esse é o painel geral, o pano de fundo no qual a discussão fiscal tem que se colocar; e eu acho que isso vai estar na mesa, na discussão. O momento eleitoral de 2026 é um momento de eleições gerais no Brasil, e eu espero que essa agenda e esta discussão estejam em pauta.

Bem, para cumprir esses objetivos, se tem uma regra fiscal. A União Europeia tem sua regra fiscal; lá, o limite para déficit nominal, porque ninguém trabalha com déficit primário nos países desenvolvidos, mas se inclui a despesa de juros... E lá há o déficit nominal leva em conta não só as despesas operacionais do governo – folha, previdência, custeio e investimento –, mas também as despesas financeiras. Então, o limite, na regra da União Europeia, é 3% de déficit nominal e 60% do PIB de limite da dívida.

Quando eu falo que vale mais o filme que a foto, vamos pegar um exemplo: a Grécia. A Grécia teve a maior crise da União Europeia, que gerou uma intervenção da União Europeia com o FMI, e a dívida chegou a 220% do PIB; hoje, está em 150%, tendendo a 130%, e ela tem uma política fiscal consistente – a Grécia ganhou grau de investimento.

Pelo filme, a França, por exemplo, já vai fechar este ano com um déficit primário superior a 5% e uma dívida que já está em 115%, na curva inversa, de deterioração, assim como o Brasil e a nossa curva. Eu vou finalizar, e vocês vão ver que a tendência da nossa curva – e esse é o papel da IFI, de oferecer isso – é diferente da curva com a qual o Ministério da Fazenda trabalha, porque os pressupostos são menos otimistas que a SPE oferece ao Tesouro, e, portanto, a nossa curva é crescente, e a curva oferecida pelo Ministério da Fazenda faz uma montanha, uma curva, como se fosse estabilizar e cair a partir de 2029.

Entendam, claro, o seguinte, tudo que eu estou falando é *ceteris paribus*, dentro das condições de temperatura e pressão presentes, das regras presentes. Se alterar o regime fiscal, se alterar tudo, é outra coisa. Nós estamos fazendo essas projeções dentro da regra do jogo atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na União Europeia tem essa regra, que é de 3% no máximo de déficit nominal e mais, no máximo, 60% da dívida, e uma regra de punições e convergência para os objetivos. Nos Estados Unidos, nós acabamos de ver o mais longo *shutdown*. O Congresso aprova o orçamento – e o orçamento é historicamente deficitário, típico de um país emissor da moeda equivalente universal, que é referência para os sistemas de troca global; os déficits fiscais são programados. Quando o Governo quer gastar mais, ele tem que pedir ao Congresso. Se o Congresso não aprovar, entra-se em *shutdown*. Foi a isso que nós assistimos recentemente. Então, a regra lá é outra, mas tem lá o seu sistema de ancoragem fiscal.

Como eu disse, o nosso sistema está preso a duas variáveis fundamentais: um teto de gastos e um objetivo de primário fixado pela LDO, com uma banda de tolerância. Qual é o objetivo de qualquer regime fiscal, regra fiscal, arcabouço fiscal? São dois objetivos: disciplinar a despesa, para que não haja produção de déficit e agravamento da dívida, ou seja, disciplinar o gasto; e, segundo, ancorar expectativas. Como você tem uma posição deficitária, e o Governo precisa financiar esse déficit, ele recorre ao mercado, ele lança títulos do Tesouro Nacional para se financiar. E todo mundo acha que a dívida é toda amarrada na Selic. Não; 45% só da dívida é Selic. Tem títulos que são negociados no mercado. E o prêmio que tem sido exigido para o Brasil é muito alto. A taxa de juros que é negociada em leilões é de 7% ou 8% acima da inflação. Então, a taxa é uma das mais altas do mundo. Isso é o prêmio que o investidor que empresta para o Governo cobra por emprestar, analisado o risco.

Então, você tem que disciplinar o gasto e ancorar a expectativa. Se o arcabouço fiscal perde a capacidade de fazer as duas coisas, ele perde o sentido. Será que isso está acontecendo no Brasil? Porque são tantas excepcionalizações... Tivemos uma mudança de meta em 2024 – no primeiro ano, houve uma mudança de meta –; no segundo ano, houve uma mudança de regra tirando os precatórios a partir de 2027; houve essa disputa conceitual sobre se pode mirar na banda inferior – embora o Banco Central nunca fale em mirar a banca superior de inflação, e foi o que serviu de inspiração. Enfim, ficou estabelecido, e não nos cabe julgar a decisão dos tomadores de decisão, mas a gente, na interlocução com investidores, com agências de *rating, a* IFI tem muito intercâmbio com *stakeholders* do mercado, da academia e da imprensa especializada. Muita gente já não presta atenção no dado de desempenho primário e, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abandona isso, porque o déficit efetivo existe e ele vai para a dívida. Então, o analista, o investidor presta atenção na trajetória da dívida e na tendência dela.

Bem, como nós chegamos a isso em um terceiro plano? Independentemente da qualidade do gasto, da natureza, da lógica, nós tivemos uma aposta... Nós já estávamos em situação deficitária. Foi represado o pagamento de precatórios no Governo anterior, porque nós já estávamos numa situação deficitária desde 2014. A PEC da transição autorizou uma série de gastos, acomodou uma ampliação significativa de gastos em 2023. A partir de 2024, houve a vigência do novo arcabouço fiscal, mas, desde 2023 – e aqui não vai juízo de valor, que a IFI não emite juízo de valor sobre as políticas públicas –, cinco decisões foram tomadas que pressionam o gasto público e colocam em risco o cumprimento do arcabouço.

A primeira é que, na PEC da transição, se extinguiu o teto de gastos e, portanto, automaticamente se retomou a vinculação de saúde e educação. E, olha, não há nenhuma idiossincrasia ou julgamento de mérito. Só para que todos saibam, eu fui oito anos Secretário de Saúde de Minas Gerais e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Então, não há nenhuma idiossincrasia ou visão apriorística crítica.

O que o teto de gastos pensava? De não ter uma postura pró-cíclica, de não ter vinculação à receita, de tornar independente e deixar o Congresso e o Executivo arbitrarem, a cada ano, o que é necessário investir em educação e saúde, porque, quando vem o *boom*, as vacas gordas, a receita sobe e aí a despesa sobe junto; quando vêm as vacas magras, a receita cai e a despesa cai junto. Então, quis-se desarmar essa lógica da indexação à receita, ao comportamento da receita. Isso foi retomado e isso teve impactos no crescimento da despesa de educação e saúde, independentemente de juízo de valor sobre a qualidade das políticas públicas.

Uma segunda medida foi o retorno da política de valorização do salário mínimo com aumentos reais, acima da inflação, que poderia ser uma política voltada para o mercado privado, mas permanecendo a indexação de quatro despesas que dão mais da metade dos recursos disponíveis.

Piso da Previdência, 60% dos benefícios do INSS são referenciados no salário mínimo: BPC referenciado no salário mínimo, auxílio desemprego e abono salarial também. Essas quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despesas darão, este ano, uma coisa em torno de R$1,4 trilhão, num total de R$2,4 trilhões, então é bem mais do que a metade do dinheiro disponível. Ao impor um ritmo acima da inflação, você determinou um crescimento dessas despesas acima do crescimento do PIB e acima do crescimento das receitas.

Um terceiro foi uma decisão anterior, de 2020, que foi um aumento substancial da participação da União no Fundeb. Vai sair de coisa de R$15 bilhões anuais para R$75 bilhões anuais. Então, houve, além da volta da vinculação do orçamento da saúde às receitas, uma decisão de aumentar – e esse ciclo se fecha ano que vem, vamos chegar ao limite da transferência para o Fundeb – recursos federais.

Outra medida de extremo impacto foi tomada ao longo da pandemia, depois reforçada no antigo Governo e mantida pelo atual Governo: foi a manutenção do valor de R$600 para o Bolsa Família.

E, por último, num grande avanço institucional da economia brasileira, que foi a reforma tributária – e o Senador Laércio foi um dos grandes protagonistas como líder empresarial e Parlamentar focado na economia brasileira, no seu desenvolvimento, contribuiu muito –, foram criados fundos que vão fluir a partir de 2029 e que não são de impacto desprezível, tanto o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional quanto o Fundo de Compensação por Benefícios Fiscais, para desativar a guerra fiscal e erguer um novo padrão de política de desenvolvimento regional. Isso chegará a ter um impacto de até R$80 bilhões por ano, num fluxo crescente. Isso já deveria estar sendo provisionado, em tese, a partir de 2026, mas se decidiu que vai ser com base na execução financeira e que vai começar a fluir em 2029.

Então, você tomou decisões que provocaram quase esse estrangulamento, em 2027, que eu mencionei, que é o de as despesas obrigatórias tomarem o orçamento todo e não ter espaço algum para as despesas discricionárias. Aí é aquela coisa um pouco – dizem os cientistas políticos – anti-Maquiavel. O Governo fez... As decisões foram: todas as bondades no início e o ajuste no final. O Governo teve que correr atrás de receitas. E aí houve dois pacotes de aumento de impostos: um em 2023... E correções importantes, justas, embora não caiba à IFI... Mudar a lógica de tributação dos fundos exclusivos e dos fundos *offshore* é uma coisa correta. Mudar a lógica de resgate dos créditos tributários, o fluxo, também é legítimo que o Governo faça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve esse primeiro pacote, em 2023, que teve êxito, mas não necessariamente são frutos recorrentes. Por exemplo, tributar o estoque de fundos *offshore* ou fundos exclusivos só ocorre uma vez. Então, esse impacto ocorreu totalmente em 2024, 2025. Você vai tributar só o fluxo, que é bem menor que o estoque. Então, não gera um efeito, um ajuste permanente. Foram tomadas essas medidas, mas havia ameaças em 2025 e há ameaças em 2026.

Um novo pacote foi feito em 2025. Vieram a tributação das *bets*, das *fintechs*, a mudança da lógica do resgate dos créditos tributários, tributação de LCAs e LCIs e o aumento do IOF. O Congresso, interpretando um sentimento que eu acho presente na sociedade brasileira, não aprovou a Medida Provisória 1.303 e derrubou, através de um decreto legislativo, o decreto presidencial de aumento do IOF. Instalaram-se um impasse e um diálogo entre o Congresso, como tem que ser na democracia... Chegou-se a uma medida intermediária. O Supremo foi chamado a dirimir uma dúvida sobre a questão do IOF. Parcialmente, os efeitos foram restabelecidos do decreto presidencial em relação ao IOF. No Congresso, agora, falta... O Senado o aprovou – a CAE aprovou em caráter terminativo – e foi para a Câmara. Ainda está para ser votado, até semana que vem, o aumento – foi relatado pelo Senador Eduardo Braga. O formato está lá. Houve redução de alíquotas das propostas do Executivo, houve também espaçamento do calendário. Então, os efeitos são menores do que o Governo esperava, mas são essenciais para fechar o orçamento de 2026 e ainda está pendente de votação na Câmara.

Um outro projeto que está na Câmara, que tem uma semana para ser votado, é o que reduz em 10% os gastos tributários, os benefícios fiscais de parte deles, porque a expectativa do Governo é a de que gere 20 bilhões ano que vem, 10% tomando... A base de cálculo foi 200. Só que as despesas tributárias estão estimadas em R$650 bilhões por ano. Então, não se abrangeu nessa redução tudo. Naquilo que é constitucional não se mexeu. Então, está se fazendo uma redução de 10% sobre um terço dos gastos tributários. Ainda assim, ele ainda tem que ser votado na Câmara e vir para o Senado. E falta uma semana para o ano acabar. E isso é essencial. Esses 20 bilhões, mais os 10, 15 do que foi da CAE em caráter terminativo do Senado para a Câmara, esses 30, 35 bilhões das duas medidas são essenciais para fechar o orçamento do ano que vem, que já está com uma base muito otimista – pressupostos. Por exemplo, a IFI trabalha com um PIB no ano que vem de 1,7. O orçamento levou 2,4. Nós trabalhamos com uma inflação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 4,1, 4,2. O orçamento foi feito com 3,6%. Isso tem impactos. O orçamento de 2026 que será votado pelo Congresso tem muitas interrogações e incertezas.

Agora, por que o Congresso reagiu no meu ponto de vista? Porque a carga tributária brasileira já é campeã entre os latino-americanos e os emergentes – 34% do PIB. Ou seja, o setor público brasileiro drena da sociedade, da sua produção de riqueza, de todos os serviços e bens gerados pela economia no âmbito privado, do que a sociedade gera, o Governo extrai uma carga tributária de 34%, segundo o critério da Fundação Getulio Vargas, que difere um pouco do critério do Tesouro, porque a Fundação Getulio Vargas considera as contribuições para o Fundo de Garantia e para o Sistema S na carga tributária. Então, dá uma diferençazinha de 2%, mas a nossa carga tributária de 34% é a maior, disparada, entre os países latino-americanos – a Argentina está em segundo lugar com 29% – e disparada entre os emergentes, se formos ver China, Índia, Coreia do Sul, os países asiáticos. Isso tem a ver, inclusive, com o nível de investimento da economia. Os países asiáticos, emergentes, estão investindo 35% do seu PIB; o Brasil está investindo 17%.

Investimento é a semente do futuro. Isso é que aumenta a produtividade. Custeio, transferência de renda são muito importantes para se enfrentar a fome, a miséria, a pobreza, mas não transformam a realidade. Enfrenta-se com isso uma realidade dada, mas é o investimento em infraestrutura, em ciência e tecnologia, que pode alterar o perfil da economia. Se a gente comparar Brasil e Coreia do Sul, em 1980, a Coreia do Sul tinha uma renda *per capita* menor que a do Brasil, hoje 3,4% maior do que o nosso PIB *per capita*, a nossa renda *per capita*. E apostou em quê? Em educação de qualidade e em investimento, ciência e tecnologia e infraestrutura, tendo foco.

Então, não adianta apenas esboçar um orçamento público transferidor de renda, é preciso que ele carregue a semente da transformação, e isso está no investimento – investimento em ciência e tecnologia e infraestrutura.

Então, para finalizar, Senador Laércio, sem cansá-los: você teve esse esforço de aumento de receita, o projeto do Imposto de Renda... Preciso deixar claro para o espectador da TV Senado, dos canais do Senado que estão nos assistindo: o projeto do Imposto de Renda não está na lógica de ajuste fiscal; os objetivos eram de equidade tributária. E é outra questão, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrogação que está sobre o orçamento do ano que vem, porque a lógica é que seria do ponto de vista fiscal neutro, que você desoneraria aqueles que ganham até R$5 mil – fazendo justiça tributária – e, parcialmente, os que ganham até R$7,35 mil, e, ao mesmo tempo, compensaria isso, para o efeito ser neutro, nos super-ricos.

Só que os mais pobres são numerosos e facilmente capturáveis pela Receita Federal, os ricos e super-ricos são muito poucos, mas têm muita mobilidade. Então, a renúncia fiscal é líquida e certa, as compensações não são líquidas e certas, porque há uma coisa elegante – um jeito elegante de falar – que é o planejamento tributário. Os super-ricos têm ótimos advogados tributaristas, muito sofisticados economistas e assessores, consultores; e, toda medida, Laércio... Eu costumo brincar que, em qualquer medida de política econômica numa economia de mercado, é aquela história do Garrincha em que o técnico descreve o gol perfeito: "Você faz isso, faz isso, passa para você e tal...", e a pergunta ingênua, e engraçada, é: "Você combinou com os russos?". Então, qualquer medida de política econômica tem que pensar nos russos, em como eles vão reagir.

Naturalmente, nós já estamos vendo uma antecipação de pagamentos de dividendos, uma corrida das grandes empresas para fugir da tributação. Então, é uma coisa a ser verificada no futuro, mas esse projeto não se insere na lógica que eu descrevi, do pacote de 2023 e de 2025: não é para aumento de receita e ajuste fiscal, é para fazer justiça tributária, cobrar menos, porque os pobres, no Brasil, pagam, proporcionalmente, muito mais impostos, já que a nossa matriz tributária é focada prioritariamente nos impostos sobre consumo, nos impostos que não diferenciam ricos e pobres.

Bem, em termos de resultado final, na semana que vem, nós enviaremos à CAE e distribuiremos a todos os interessados o nosso relatório, que projetará... Esses conceitos e essas variáveis aqui estarão presentes no RAF que a gente soltará na quinta-feira, com a projeção dessas variáveis – receita, despesa, crescimento de dívida, renúncias fiscais e tudo mais – para os próximos dez anos.

Então, eu agradeço muito o convite, desculpe por ter me alongado, mas o tema é complexo e, na semana que vem, a CAE disporá das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho, só para não deixar... Essa é a curva da dívida no cenário otimista, base e pessimista. Então, não é uma trajetória confortável. A principal variável fiscal é a relação dívida/PIB. A relação dívida/PIB é feita de três números: o crescimento da economia medido pelo PIB; a taxa de juros implícita na dívida; e o resultado primário. A conjugação dessas três variáveis, nos próximos anos, nos coloca numa trajetória inversa da que eu descrevi para a Grécia. E o mercado, os investidores, os financiadores do déficit público brasileiro, os compradores de título prestam atenção é nessa curva aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Em nome do Presidente Renan Calheiros, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eu quero agradecer muito ao Prof. Marcus Pestana pela sua exposição aqui, muito lúcida, muito esclarecedora.

É um tema, como o senhor falou, complexo, mas que se torna compreensível a todos nós pela didática que V. Exa. imprime nesse seu belíssimo trabalho que o Instituto Fiscal Independente realiza, que foi trazido aqui para conhecimento de todos que acompanharam pela TV Senado. É um cenário do quadro fiscal brasileiro, a nossa realidade e a receita de um dever de casa que nós precisamos fazer. Cabe à sociedade como um todo, cabe aos especialistas e cabe ao Parlamento brasileiro se debruçar sobre o assunto, procurar entender, buscar nas fontes de sabedoria, como é a sua, os caminhos necessários para fazer a transformação e avançar com o país melhor.

Eu fico impressionado quando eu escuto relatos sobre a Grécia e a virada de mesa que eles deram em função de tantos problemas que enfrentavam há tempos recentes, talvez algo menos de dez anos atrás, e hoje começa-se a enxergar na Grécia uma mudança totalmente diferente em função daquilo que a gente assistiu e que nos deixava bastante preocupados. Afinal de contas, nós vivemos num mundo globalizado.

Eu quero agradecer muito a sua presença, é um carinho enorme poder revê-lo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Carlos Viana, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Augusta Brito, Leila Barros, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Fabiano Contarato, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Abertura dos trabalhos da CAE e demais comunicações. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de fevereiro de 2026.

Comunico aos Senadores e às Senadoras que foram apresentados à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal os seguintes documentos: Aviso nº 1.217, do Tribunal de Contas da União; Ofício 1.814, de 2026, do Banco Central do Brasil; Ofício nº 9.913, do Cade; Carta Pastoral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Moção de Repúdio nº 1/2025, da Câmara de Vereadores de São José do Itaperiú, Santa Catarina; Ofício 098, de 2025, da Ucavi (União de Câmaras e Vereadores do Alto do Itajaí), Santa Catarina.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à abertura dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e demais comunicações das Senadoras e dos Senadores.

Srs. Senadores, na vida pública, dado o volume estonteante de informações, todos os dias, nunca é excessivo recordar: esta Comissão, conectada com as demandas da sociedade, não tem faltado à nação. Foi assim com a aprovação instantânea da Lei da Reciprocidade, quando o Brasil foi ameaçado pelas bravatas tarifárias protecionistas; foi assim na inauguração dos debates sobre minerais estratégicos e críticos; e foi assim quando desengavetamos, a fórceps, o Imposto de Renda zero para quem ganha até R$5 mil, que, como todos sabem, começou a vigorar agora em janeiro de 2026. O que é que acontecia na prática? Quando qualquer cidadão ia a qualquer lugar e comprava qualquer produto, o cidadão, o assalariado, o pobre, aquele que ganhava menos de R$5 mil pagava a mesma carga de impostos que o rico pagava, mas, quando chegavam ao Imposto de Renda, as pessoas que ganhavam até R$5 mil pagavam 27,5% e os ricos pagavam muito pouco ou quase nada. Foi isso que efetivamente mudou com o destacado papel desta Comissão, porque esta matéria estava na Câmara dos Deputados, há meses, nove meses, e servindo de pretexto para que assuntos alheios à sociedade brasileira fossem colocados na pauta daquela Casa do Congresso Nacional.

Em 2025, graças ao espírito público dos integrantes da CAE, fizemos 42 reuniões, 12 audiências públicas e deliberamos 66 matérias. As agendas de interesse da sociedade foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

priorizadas e as pautas de grupos ou *lobbies* foram abandonadas. Muitas deliberações, aquelas sintonizadas com o país, foram aprovadas em questão de dias e algumas por unanimidade, em tempo de extrema polarização. Por isso, mais uma vez, na reabertura dos nossos trabalhos, agora em 2026, elogio e agradeço o empenho de todos os Senadores das mais variadas correntes ideológicas.

Agora, mais uma vez, a nação está indignada com a maior fraude bancária do Brasil. E, além de legislar, debater, sabatinar autoridades, é dever desta Comissão vasculhar esse pântano do Banco Master e todas as suas ramificações, doa a quem doer. O modelo da vigarice está escancarado: um banco tentou espetar no poder público títulos podres, fictícios, como salvação de um esquema de pirâmide que fracassou, como todas as pirâmides da história.

O Master expandiu seus negócios entre 2019 e 2024 com base em um modelo de emissão de certificados de depósito bancário, acenando com lucros mirabolantes. A trapaça foi calçada, como todos sabem, pelo FGC. Tudo começou a ruir quando o Master começou a ter problemas para captar recursos com os quais ele deveria pagar os juros dos CDBs que emitia. Tentando reverter a insolvência, passou a vender supostos ativos a partir de novembro de 2024. Um deles, um título podre de R$6,7 bilhões, fictício, passaria para um banco público – o BRB, de Brasília – com apenas R$4 milhões em caixa. Foi tardiamente liquidado em novembro passado.

E hoje a *Folha de S.Paulo* demonstra que, no dia da liquidação, o Master só dispunha de 0,9% do capital exigido naquela oportunidade. Daí a pergunta: por que demorou tanto essa liquidação? É uma das perguntas cujas respostas nós vamos ter que obter aqui nesta Comissão. Como o Banco Master enganou tantas pessoas? Como o ouro de tolo dos CDBs não levantou suspeita dos órgãos reguladores? As relações pessoais, a exploração de brechas no sistema financeiro, a vista grossa de autoridades e a cegueira: tudo indica que foi deliberado e explica parte do êxito do banco trapaceiro.

O Banco Master capitaneou uma fraude estimada até aqui em mais de R$50 bilhões. Além dos aportes que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal fazem no FGC, o prejuízo ao poder público pode ser bem maior. Há investimentos feitos por fundos de previdência vinculados a governos estaduais e municipais em títulos emitidos pelo Master.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos dos fundos de pensão não são, como todos sabem, cobertos pelo FGC, e o prejuízo será bancado pelas instituições e pelos governos municipais e estaduais responsáveis. Uma pirâmide como essa só prosperou a partir daquilo que uma vez chamei de "sonolência lisérgica" dos órgãos de fiscalização. Com investigações incipientes, está claro que o maior ativo controlador do Master – eu já disse isso, queria repetir – não era o CDB bancário, mas os CDBs que eram certificados de defesa e blindagem.

As relações do banqueiro são públicas e há vínculos em todos os segmentos, desaconselhando, desde já, a tentativa de politização. Vigarista, não distingo ideologia, quer fraudar independentemente da coloração ideológica.

Todos que se relacionam com ele, pessoal ou contratualmente, tiveram condutas criminosas? Essa é outra pergunta que somos obrigados a fazer aqui nesta Comissão.

Tem-se que investigar e apontar quem cometeu crimes e quem não cometeu crimes. Politizar ou prejulgar, acreditem, não será o nosso foco. O simples anúncio da Comissão do Master, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, acelerou CPIs – eu mesmo fiz questão de assinar as CPIs –, iluminou o assunto e ajudou a inibir uma incipiente "operação abafa".

Temos um plano de trabalho detalhado, que será apresentado amanhã. É evidente que esta Comissão não depende do aval de ninguém para destrinchar a fraude – de ninguém.

Não é que nós queiramos investigar o sistema financeiro, o Banco Master, o Banco Central. Nada disso. Nós somos obrigados, porque é competência exclusiva desta Comissão, e, evidentemente, todos nós precisamos fazer a nossa parte.

Vamos requisitar, com base na Lei 105, de 2001, todos os documentos sobre o escândalo, inclusive os sigilosos. Isso inclui inquéritos da Polícia Federal, processos e sindicâncias no Banco Central, CVM, Tribunal de Contas e todos os outros necessários. No que depender de mim, eu vou a fundo no esclarecimento, na elucidação dessa trapaça bilionária.

Há três dias o Banco Central do Brasil abriu um procedimento de investigação do Master. Eu vou incluir aqui também essa investigação para que nós possamos requisitar todas as informações, e, inclusive, saber por que só há três dias o Banco Central abriu esse procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sucessivas operações, a Polícia Federal vem comprovando o uso frequente do sistema financeiro pelo crime. Cito as Operações Colossus, Aluir, Carbono Oculto e esta Compliance Zero.

Em setembro de 2022, por exemplo, a Polícia Federal deflagou a Operação Colossus. O alvo era um esquema gigantesco de evasão de divisas e lavagem de dinheiro que movimentou R$61 bilhões. Os criminosos usavam empresas de fachada para enviar dinheiro ao exterior, fingindo que compravam criptomoedas. Na prática, lavavam dinheiro para organizações criminosas, como o PCC.

Cinco bancos – cinco bancos – apareceram naquela investigação: Master, Genial, Travelex, Haitong e Santander. As instituições não tomaram os cuidados mínimos sobre esta obrigação, não tomaram os cuidados mínimos obrigatórios que deveriam tomar, em respeito às suas atribuições, para verificar, pelo menos, se as operações eram legais ou ilegais.

Todos recordam que, encerrando os trabalhos de 2025, nós convidamos aqui a esta Comissão o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o Diretor de Fiscalização, para tratar das chamadas "contas-ônibus" nas *fintechs* e nos grandes bancos e também sobre o anômalo acordo de leniência entre a atual Diretoria do Banco Central e as ilegalidades cambiais cometidas pela diretoria anterior, quando estavam diretores do Banco Central no Banco Santander. Lamentavelmente, as explicações foram, aqui na Comissão, insuficientes, e as evasivas, decepcionantes. O próprio Presidente Galípolo ficou de mandar as informações do acordo de leniência, e nunca mandou – nunca mandou. Eu vou, nesta oportunidade, cobrar, e, quando nós o convocarmos novamente, aí ele vai ter que trazer.

Eu fiz questão de dizer, na oportunidade... Porque a Câmara dos Deputados, através de um bloco político significativo, estava tentando alterar a lei do Banco Central, para possibilitar que Presidente do Banco Central pudesse ser demitido pelo Congresso Nacional. Isso era público! Eles tentaram votar a urgência, para permitir que a Câmara dos Deputados exonerasse o Presidente do Banco Central. Isso era chantagem, para que o BRB comprasse o Banco Master e o Banco Central autorizasse a aquisição. Isso feito à luz do dia – à luz do dia.

Eu estou, há muito tempo, aqui neste Congresso Nacional. Eu cheguei a Brasília eleito na eleição de 1982 – em 1982. Eu exerci dois mandatos de Deputado Federal, e este é meu quinto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandato de Senador aqui no Senado Federal. Eu nunca vi isto: a Câmara dos Deputados alterar uma lei para o Congresso demitir o Presidente do Banco Central, porque o Presidente do Banco Central não estava autorizando o Banco de Brasília a comprar o Master.

Todo mundo sabe quem apresentou o projeto, quem defendeu, quem deu entrevista – todo mundo sabe. É evidente que essa fraude prosperou porque ela teve apoio político em todos os seus momentos, sem exceção – sem exceção.

O dono de um banco que tem 0,5% do mercado financeiro foi levado três vezes ao Presidente da República – três vezes! Nos encontros com o Presidente da República, estavam lá o Ministro da Fazenda, o Chefe do Gabinete Civil, o Líder do Governo no Senado Federal. Quer dizer... Será que todas as pessoas do sistema financeiro com essa participação seriam recebidas dessa forma pelo Presidente da República?

Quem levou o Vorcaro e o Augusto para o Presidente da República? Quem levou? Foi tratar o que com o Presidente da República?

Essas perguntas vão ter que ser respondidas aqui nesta Comissão – vão ter que ser respondidas. Não é uma CPI. É obrigação nossa cuidar da fiscalização do sistema financeiro.

Então, pessoal, eu marquei esta reunião exatamente – agradeço desde já a presença de todos – para que nós possamos conversar um pouco sobre essa Subcomissão, que é como, na verdade, estabelece o Regimento do Senado Federal e que vai se instalar a partir de amanhã, para nós corrermos contra o tempo, porque este ano é um ano eleitoral, todos nós temos que cuidar das nossas candidaturas nos estados e precisamos avançar.

Como no sistema financeiro é tudo documentado, digitalizado, essa investigação, essa fiscalização já está feita. Basta apenas que o Banco Central e que o Tribunal de Contas da União abram as informações que eles tornaram sigilosas.

O Ministro Dias Toffoli já tirou o sigilo dos depoimentos. Eu gravei um vídeo recentemente e fiz um apelo para que ele tirasse, quebrasse o sigilo de toda a investigação, porque, a luz do dia, me lembrou há pouco o Presidente Mourão, é o melhor detergente, é a presença da sociedade. É a sociedade que tem que acompanhar isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é um direito desta Comissão, mas é importante que a sociedade saiba o que aconteceu – o que aconteceu! E saiba, sobretudo, quem é que andava com esses banqueiros aqui, de gabinete em gabinete, levando, pedindo o quê?

Eu repito: isso aconteceu porque teve apoio político, político! E só foi adiante essa fraude, essa pirâmide, porque teve apoio político. E nós precisamos saber, seja quem for; mas nós precisamos saber como isso aconteceu.

E vamos, na conclusão dos trabalhos da Comissão do Master, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, votar várias alterações na legislação, para que o Banco Central possa, mais diretamente, fazer a fiscalização desses fundos, dessas aplicações.

Isso aconteceu também por isso, porque eles dominaram a CVM. Eles chegaram a tirar um ex-Presidente da CVM, para colocar no lugar um novo Presidente, para que fizesse mais, muito mais do que o Presidente anterior. Então, isso tudo precisa ser acompanhado por nós, pelo Senado Federal.

O Ministro Toffoli transferiu o sigilo da investigação para o Presidente do Senado Federal. Eu nunca vi isso na minha vida. Nesses 200 anos de Senado, nunca houve isso. O segredo de uma fraude, de um assalto ao FGC, de uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em investigação. Em investigação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em investigação, você transfere o sigilo para o Presidente do Senado.

Independentemente dos nomes – eu tenho com todos o melhor relacionamento –, mas não é possível que essas coisas aconteçam no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E ainda não vimos tudo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E ainda, certamente, não vimos tudo.

Então, pessoal, esse é o propósito desta Comissão. Eu vou me dedicar a isso.

Essa composição da Comissão é uma composição que ainda será ampliada. Eu até anunciei que a nossa pretensão era colocar mais quatro nomes para suprir brechas e para colocar também pessoas que queiram nos ajudar a investigar o escândalo do Banco Master no Brasil.

Concedo a palavra... Senadora Damares, com a palavra V. Exa..

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar os colegas. Estava morrendo de saudades dos colegas.

Mas, Presidente, já ouvi uma crítica de que a abertura dos trabalhos dessa Comissão ou Subcomissão estaria sendo um ato oportunista de nossa parte, mas eu queria corrigir isso da seguinte forma: o senhor esteve atento a tudo isso desde o início.

Em abril de 2025, eu, Leila, Izalci e Confúcio – que também assinou – apresentamos um requerimento, para a gente começar a investigar aqui, por meio de uma audiência pública, a relação entre o Banco Master e o BRB. O senhor não só acatou o nosso pedido como o senhor pautou o nosso requerimento e o senhor nos ajudou a aprová-lo. Então, desde abril de 2025 que esta Comissão está acompanhando toda essa trama, toda essa coisa ridícula que aconteceu no país.

No primeiro momento, a gente não fez audiência, porque o Banco Central estaria dando uma decisão, então nós aguardamos a decisão do Banco Central. Quando a decisão do Banco Central veio – para que o BRB não comprasse o Master –, aqui nós faríamos audiência com a sua aprovação, com o seu apoio. Isso aqui não é uma coisa oportunista, nós estamos, desde abril, nesta Comissão, acompanhando. Nós não fizemos audiência, porque estourou a Operação Compliance e o senhor, de forma inteligente, não ia querer atrapalhar uma investigação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal. Então, nós estamos desde abril acompanhando. Mas, na sequência, o senhor trouxe o Presidente do Banco Central aqui, perguntas foram feitas, e não saímos satisfeitos com as respostas, por isso a gente vai continuar em busca.

Mas, entendo, Presidente, que eu não esperava nada diferente do senhor. O foro certo para a discussão de tudo o que está acontecendo é esta Comissão. Mesmo que a gente tenha uma CPMI ou uma CPI, ela é transitória e passageira, ela é provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – São complementares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato. Esta Comissão aqui é permanente. E não é só investigar, é o que o senhor acabou de dizer: toda e qualquer modificação legislativa que a gente tenha que fazer, porque nós vamos encontrar furo na legislação... Parte de toda essa confusão é porque a legislação deu brechas. Nós vamos ter que fechar todas as brechas. Então, todas as modificações legislativas precisam nascer nesta Comissão, tramitar nesta Comissão e ser discutidas nesta Comissão e aprovadas nesta Comissão.

Então, Presidente, é mais que necessária essa Subcomissão. O senhor acerta e todos nós, os membros e também os não-membros da Subcomissão... Eu acho que toda a Comissão vai estar envolvida nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero cumprimentá-lo. Eu estou ansiosa para os trabalhos começarem. Se tem alguém que está ansioso para o trabalho começar, são os três Senadores do DF, porque, se tem uma unidade da Federação que foi frontalmente atacada, afetada, prejudicada com toda essa confusão do Banco Master...

E eu fico tentando imaginar que poder de convencimento aquele homem tinha de envolver personagens, autoridades dos três Poderes. O senhor citou o Executivo e o Legislativo, mas nós não podemos nos esquecer do Judiciário. Ele conseguiu envolver tantas pessoas, tantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades, que eu fico imaginando que poder de convencimento aquele homem tinha. Nós precisamos entender a mágica das palavras do Vorcaro para causar o problema que ele causou no sistema financeiro do país.

Então, se tem pessoas interessadas em esclarecer tudo isso, essas pessoas estão nesta Comissão. Parabéns! Conte com o meu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... com a minha disposição, 24 horas. Se tem uma contribuição que esta Comissão vai dar para o Brasil, vai ser o resultado dessa Subcomissão.

Parabéns pela iniciativa, e vamos começar já o trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos, sim.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de criar esse grupo de trabalho. Isso é muito importante. Quero, inclusive, pedir aqui para que eu possa integrar esse grupo, porque eu tenho todo o interesse, por ser de Brasília, em acompanhar essa fraude que teve com o BRB e o Banco Master.

Agora, o que está acontecendo neste país é surreal. O que está acontecendo no Supremo Tribunal Federal... E a gente precisa descobrir tudo isso.

Nós fomos surpreendidos, inclusive aqui na CPMI do INSS, com um contrato de R$129 milhões entre a esposa do Ministro Alexandre de Moraes e o Banco Master. Ninguém faz um contrato de R$3,6 milhões por mês de consultoria sem dizer exatamente para quê. E tem muitas coincidências, porque, se a gente for lá no 8 de janeiro, a gente vai perceber que todos foram condenados. Nós temos inclusive os comandantes da PM sendo já todos aqui condenados a 14,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

17 anos. E, de repente, o Governador Ibaneis sai do processo do 8 de janeiro, por uma decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes. E, coincidentemente – porque é muita coincidência –, o Ministro Alexandre de Moraes esteve com o Vorcaro, que chamou o Presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, naquele momento. O Governador disse que entrou mudo e saiu calado, mas, na prática, ele participou disso e fez várias declarações com esse interesse. Então, esse é um ponto que a gente precisa resolver.

A questão também do sigilo – coisa absurda que V. Exa. comentou –, que estava na CPMI do INSS e que foi direcionada para o Presidente do Senado, é uma coisa que não dá para entender.

Eu vi o Ministro Toffoli dar uma decisão de que a Polícia Federal não poderia fazer a investigação; e, depois, mudou de ideia e indicou os peritos. Eu vi o depoimento da senhora delegada, que não tinha o mínimo preparo, que não tinha o mínimo conhecimento, ela mesma disse isso, confessou isso. E, na investigação, o juiz auxiliar do Ministro estava assistindo e determinando que se lessem novamente as perguntas feitas pelo Ministro Toffoli.

V. Exa. disse aí que o Ministro liberou o sigilo dos depoimentos? Liberou de fato. Agora, liberou porque não perguntaram o que tinham que perguntar. Eu queria ver, se ele tivesse perguntado sobre o *resort*, sobre a questão do contrato, se ele liberaria realmente o sigilo.

Então, o desafio é muito grande. Eu sei que a CPMI será instalada, porque tem quatro CPIs já com as assinaturas, inclusive CPMI – a tendência é que seja CPMI, a gente ainda vai estudar.

Mas a Senadora Damares falou muito bem, é competência desta Comissão... aliás, é obrigação desta Comissão fiscalizar, acompanhar e legislar. E eu pedi já à Consultoria para elaborar um projeto da questão do sigilo. Nós não podemos continuar admitindo que tudo agora seja sigiloso – cem anos, cinquenta anos, cem anos, não dá! Todo mundo, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, tudo agora é sigiloso. Então, a gente precisa também rever essa questão, para que a gente possa realmente dar para a população a maior transparência possível. Esse é o nosso papel aqui.

Então, parabenizo V. Exa. e o cumprimento pela iniciativa de criação do grupo de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu queria me inscrever, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só concordo em dar prioridade para a Senadora Leila se ela tiver se inscrito, porque eu acho que a bancada do Distrito Federal tem, não é prioridade, emergente prioridade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você está inscrita?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Estou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então... V. Exa. concorda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É claro.

Com a palavra a Senadora Leila.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sinal de sensatez.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sempre. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Quero cumprimentar todos os colegas aqui, de forma especial o Senador Esperidião e o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Renan. Agradeço por nos dar a possibilidade de participarmos desse grupo de trabalho, que, como a Senadora Damares já falou, é um braço a mais nessa ação dentro do Congresso Nacional para acompanhar as investigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, está claro que nós estamos diante do maior escândalo financeiro do nosso país. Essas ligações entre os Poderes e esse banqueiro, o Daniel Vorcaro, são relações realmente escandalosas. E no centro de todo esse turbilhão está o Distrito Federal, está o BRB. E, é claro, nós da bancada do Distrito Federal agradecemos ao senhor e a todos os membros aqui da CAE por entenderem a importância de estarmos participando desse processo.

Está muito claro o envolvimento do Governador. Ele citou o Governador Ibaneis, o Governador aqui do Distrito Federal, até porque o Governo do Distrito Federal é o maior acionista do banco BRB. E quem conhece o Governador fica até pasmo de ele dizer que entrou numa reunião mudo e saiu calado, ainda mais na profissão que ele exerce: antes de ser Governador, foi advogado. A gente sabe muito bem, com todo respeito aos advogados, que seria impossível, tratando-se da venda de um banco, de um dos maiores patrimônios da cidade, um Governador entrar numa reunião mudo e sair calado.

Então, Presidente, nós precisamos realmente acompanhar essa investigação, nós precisamos punir os culpados. E, acima de tudo, nós estamos falando de algo que entristece muito aqui cada cidadã e cidadão do Distrito Federal. Nós estamos falando do BRB, que era um dos poucos bancos estaduais que estavam ainda sob comando de um governo. Nós estamos na iminência ou da sua liquidação ou da sua federalização, e isso não vai ocorrer, porque o rombo até agora, até o momento, é de R$5 bilhões, pelo menos é o que foi sinalizado – começou com R$2,6 bilhões, agora está em R$5 bilhões –, quer dizer, parece que vai ser um buraco sem fundo, o que nos preocupa muito, porque nós estamos numa eleição. Penso no próximo Governador, no pepino que ele vai ter que encarar com as contas do Distrito Federal absolutamente no buraco. E, assim, o Governador querendo trazer soluções: vamos vender terras do Distrito Federal, vamos... Quer dizer, ele não mexe no bolso dele; ele traz a solução através do bolso do contribuinte, do patrimônio do Distrito Federal. E é, de fato, um Governador... Nós vimos, em outras situações, Governadores serem afastados por coisas menores. E aqui a gente vê o Governador do Distrito Federal simplesmente dizendo que ele não fez parte do problema, mas será a solução, fará parte da solução.

E eu deixo claro aqui – e certamente os meus colegas da bancada estarão juntos comigo – que parte dessa solução é o afastamento do Governador para que essa investigação tenha transparência, enfim, e nenhuma influência política. Porque, como nós falamos, para além da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão eleitoral, nós somos representantes do povo do Distrito Federal, legitimamente eleitos, e nós temos, sim, que averiguar; independentemente do ano que seja, porque foi a Justiça que deflagrou isso, nós precisamos dar, de fato, cara, nome e punição àqueles que fizeram toda essa situação no sistema financeiro do país e, acima de tudo, essa situação do Banco Regional de Brasília, do Governo e do patrimônio de Brasília nessa ação, Sr. Presidente.

Então, quero agradecer a possibilidade de estarmos juntos e agradecer aos companheiros, aos colegas aqui da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Nelsinho Trad, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu quero voltar a ser inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro, está inscrito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Eu estou no extremo de cá; o Esperidião Amin, no extremo de lá.

Presidente, é apenas para parabenizar a iniciativa de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Assim como V. Exa., eu sou também Presidente de uma Comissão que vai ter muito trabalho este ano no acompanhamento da tramitação e da execução do acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia. Quero convidar os pares para que, amanhã, estejam às 10h... Nós vamos fazer uma reunião – a primeira – da Comissão de Relações Exteriores, na qual nós também vamos montar uma Subcomissão para poder acompanhar todos esses desdobramentos.

Existe uma narrativa de que, a partir do momento em que o Congresso brasileiro aprovar, já pode passar a valer unilateralmente a execução daquilo que foi tabulado; mas digo a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, ouvindo todas essas questões, ainda mais saindo do juízo de um Parlamentar que já tem décadas de mandato, a gente tem que realmente considerar.

E eu quero fazer parte – não sei como que vai ser para poder fazer parte – dessa Subcomissão. Eu sugiro a V. Exa. que, além de quatro titulares, possa colocar quatro suplentes, porque, às vezes, um não consegue ir, e o outro supre. Foi o que a gente fez na Comissão que foi para os Estados Unidos, e funcionou bem a contento.

É apenas para parabenizar e dar o meu apoio a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Estamos juntos. Faremos isso.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Por repescagem, mas uma repescagem muito nobre.

Eu acho que, realmente, a bancada do Distrito Federal tem uma prioridade emergencial, porque, ainda que Brasília não tenha as esquinas que Maceió tem, que Florianópolis tem...

Aliás, Florianópolis tem porque é filial, não é? (*Risos.*) A cidade do Floriano, a cidade de um alagoano.

Mas a gente encontra pessoas, e quem exerce o mandato é interpelado por isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – O tempo todo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É lógico. Então, eles têm a prioridade da emergência.

A sua decisão foi sábia, fruto da experiência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque, mesmo que haja uma CPMI, ela vai acabar. Então, já fica aqui predeterminado – e deve ser oficiado e deve ser aprovado por todos nós – que qualquer outra investigação que haja terá que vir para cá. Qualquer outra investigação, em vez de ser guardada no STF, por outras razões, vai ficar aqui para ninguém perder ou para não haver um incêndio ou alguma perda...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da prova. Então, quero, em primeiro lugar, elogiar.

Segundo, eu vou oferecer para a Secretaria da Comissão uma peça humorística inglesa de 2009 que eu apresentava para os meus alunos de empreendimentos e modelos de negociação. São dois humoristas ingleses que comentam, primeiro, o espírito das finanças e dos financistas – é sátira – e, depois, com aquele humor britânico: "E esse *subprime*? O que é isso? O que está acontecendo nos Estados Unidos?". Vocês se lembram do *subprime*?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a descrição – tem até um certo ranço britânico *versus* Estados Unidos – do que está acontecendo lá. Aí ele dá o exemplo de um desempregado que recebe um corretor. Ele diz: "Esta casa sua que está caindo você quer hipotecar?". "Quero. Quanto é que vocês dão?" "Nós damos US$200 mil." "Está topado." É claro que ele não vai pagar, mas vai resolver a vida dele por algum tempo. E ele explica, então, que essa operação, junto com tantas outras similares... Foi isto o *subprime*, uma porção de hipotecas frias, sem garantia, com o patrimônio deletado, que o sujeito não vai pagar mesmo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É no boca a boca.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aí, ele oferece esse fundo estruturado de poupança pública – quer dizer, sempre tem que ter um nome bonito – e liga para Tóquio: "Você quer comprar?". "O que tem dentro?" "Não sei." "Quanto você quer?" "US$100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões." "Está comprado." Isso é a roda da fortuna dos fundos, que sempre foi compromisso da CVM.

Um fundo desses tem cártulas do Besc – o Besc não existe mais. O valor patrimonial inicial é de R$800 milhões. Zero, é zero. Isso girou, e agora está valendo 1,5 bilhão. E, aí, você coloca o seu dinheiro nesse fundo para participar do lucro, e, no final, só você vai pagar, porque o resto não existe. E a peça humorística termina com o seguinte: "Mas isso não foi burrice?". E diz-se: "Não, foi ingenuidade". Ingenuidade... (*Risos.*) *Ingenuity*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o Governo vai ter que pagar isso, não é? Sim, o Governo tem que pagar isso. E se o Governo não pagar? Essa é a frase final dessa peça que eu... O seu fundo de pensão vai pagar. Deu para entender?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Deu, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o mesmo mecanismo, o mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... 18 anos depois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dezoito anos depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O *subprime* foi a grande, digamos, derrota do Governo Bush, e uma das razões da vitória de Obama foi o estado da poupança pública.

E, complementando, na biografia do Barack Obama, *Uma terra prometida*, ele descreve o que ele queria fazer: ele queria demolir esse negócio, mas tinha sempre a voz da prudência, "Não, você não pode quebrar o sistema".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um drama, isso é um drama que vai repercutir por muitos anos, porque o Governo não tem como cobrir isso e não são os únicos fundos sem fundo.

Então, é uma atividade desta Comissão, sim, que foi, talvez, oportunizada por essa desgraça – a desgraça não é conhecida ainda na sua extensão –, e nós temos a obrigação de complementar os esforços das instituições responsáveis. Nós vamos descobrir.

(*Soa a campainha.*)

Eu quis tocar nisso aqui porque o dever de aprimorar a legislação é do Parlamento, não é do Ministério Público. O Ministério Público pode até propor, mas o direito e o dever originários para fazer face a isso é legislativo. E, realmente, nós não temos motivo para nos orgulhar de avaliações feitas pela CVM sobre o valor real dos fundos. O valor real dos fundos, pelo que se conhece, é uma roda, modelo pirâmide. Eu compro um jogador de futebol por 240 milhões – nada a ver com o que aconteceu recentemente. Por que vale 240 milhões? Porque fulano e beltrano disseram, porque mais outros cinco disseram, e os outros cinco são meus também; o seja, eu consigo inflacionar, passa a ser um valor. Não estou dizendo que aconteceu isso, mas esse é o mecanismo. E, no final, ou o Governo vai cobrir ou o teu fundo de pensão, e, no caso, são 18, os conhecidos, fundos de pensão, sem falar em, digamos, investimentos de bancos, mas que, por sua vez, também não são recursos próprios, afinal é uma gestão de dinheiro dos outros.

Então, foi oportuna, eu repito. Acho que temos muito trabalho para fazer e, o mais importante, temos memória para acumular e transformar em propostas eficazes para prevenir e combater.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu quero comunicar que hoje, às 16h, eu vou estar com o Presidente do Tribunal de Contas da União. Nós recebemos informações que um setor do Tribunal de Contas da União estava sendo chantageado, e, por conta disso, o Tribunal de Contas da União abriu vários procedimentos investigatórios, tentando liquidar a liquidação. E, depois, o Tribunal de Contas da União tornou os procedimentos que ele abriu sigilosos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sendo que a Constituição estabelece que a regra é a transparência. O sigilo tem que ser auditado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se alguma coisa é tornada sigilosa é porque tem maracutaia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, isso é inacreditável!

Eu estou falando do Tribunal de Contas da União porque, como todos sabem, o Senado tem representação naquela corte – o Senado tem representação. Eu estou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Tribunal de Contas da União, na origem, é um órgão auxiliar do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas nós temos também Senadores que o integram, representando o Senado – representando o Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A começar pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então são essas respostas que esta Comissão vai trabalhar para obtê-las, porque, lamentavelmente, como tudo isso aconteceu? Como evoluiu, como se resguardou, como se delongou a liquidação?

Naquele momento em que a Câmara, através de seus dirigentes, estava tentando votar uma alteração na lei do Banco Central independente para que a Câmara exonerasse o Presidente do Banco Central, quem o procurou para levar essa chantagem? O Presidente, naquela oportunidade, conversou com quem? Porque ele próprio participou da campanha para que a Câmara não aprovasse a alteração na lei do Banco Central independente. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma inspiração do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É inacreditável – é inacreditável!

Eu confesso que eu comecei a ver essas informações durante o mês de janeiro e eu não acreditava no que estava lendo – eu não acreditava no que estava lendo, lamentavelmente.

Então, pessoal, amanhã, às 10h, a instalação do grupo. O grupo será o mais abrangente possível, e eu vou fazer tudo, absolutamente tudo, para que ele guarde nos seus titulares e nos seus suplentes a proporcionalidade partidária.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Magno Malta, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Dr. Hiran, Flávio Arns, Marcos do Val e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Leila Barros, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Acompanhamento das investigações relacionadas aos fatos e condutas atribuídas ao Banco Master. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/04

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião que se destina à abertura das atividades inerentes à comissão do Master, com o objetivo de analisar os fatos noticiados pela mídia e das investigações em curso na Polícia Federal, no Tribunal de Contas da União, na CVM e no Banco Central.

Sras. e Srs. Senadores, esta Comissão... Antes de qualquer coisa, eu tenho a honra e a satisfação de registrar entre nós a honrosa presença do Prefeito Topázio Neto, do PSD, que é Prefeito de Florianópolis. É uma honra, Prefeito, tê-lo aqui na Comissão. Gostaria de cumprimentá-lo, sobretudo, pela competência com que o senhor administra uma das mais modernas, bonitas e acolhedoras capitais do Brasil. É uma honra muito grande, Prefeito, tê-lo aqui.

Esta comissão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, será composta pelo Senador Fernando Farias, pelo Senador Eduardo Braga, pelo Senador Esperidião Amin, pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Damares Alves, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Humberto Costa, Izalci Lucas e Hamilton Mourão.

Teremos como suplentes da comissão o Senador Fernando Dueire, o Senador Kajuru, o Senador Nelsinho Trad e a Senadora Eliziane Gama.

Esta comissão, como falei, é uma obrigação constitucional desta Casa. Além de legislar, sabatinar autoridades econômicas, temos a determinação constitucional de fiscalizar os Poderes. Não investigar, fechar os olhos, embaçar, simular não são opções desta Comissão, uma das mais relevantes do Senado Federal. O pântano extenso do Banco Master é a maior fraude bancária da história brasileira, e, diante da gravidade, da magnitude, dos lesados, deve ser encarada de frente, doa a quem doer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não haverá, desta comissão do Master, nenhuma retaliação absolutamente contra ninguém. Mas saiba, qualquer um, Senador ou Deputado, que, em havendo culpa, também não haverá omissão dessa comissão.

A trapaça, como todos sabem, está escancarada. Tudo que se faz no sistema financeiro tem lá as digitais. Um "tamborete" negociava CDBs com remuneração irreal, muito acima do mercado, e, óbvio, mergulhou num problema grave de liquidez. Para driblar a insolvência certa, que era de há muito esperada no mercado, esses trapaceiros – e desculpe, não temos outro nome para chamar, este é realmente o nome adequado – tentaram vender um banco quebrado, sem ativos ou com ativos podres, para uma instituição pública. O trambique teve desfecho quando da liquidação do Master, em novembro do ano passado. No meu modo de ver – e de muitas pessoas que conhecem o assunto – foi uma liquidação que demorou, tardia.

O enredo pantanoso é bastante conhecido e está sendo esmiuçado todos os dias no noticiário. A partir da liquidação, começaram a emergir as ramificações políticas da fraude bilionária. As relações pessoais, a exploração de brechas no sistema financeiro, a vista grossa de autoridades e a cegueira da fiscalização – tudo indica, deliberada – explicam, em parte, o êxito do trapaceiro e o êxito temporário da própria pirâmide.

As digitais de Daniel Vorcaro, entre outros, estão em todos os Poderes, em vários escalões, em várias gestões. Por isso, é desaconselhável, queria repetir o que disse ontem aqui, tentar politizar a investigação. A vigarice não distingue ideologia, a delinquência não tem preferência político-partidária.

Todos que tiveram relações pessoais ou contratuais com o banqueiro vigarista cometeram delitos? Essa é uma resposta que, nesta investigação, no acompanhamento das investigações, esta Comissão pretende dar – pretende dar.

Eu, ontem, perguntei aqui: levaram o Vorcaro três vezes ao Presidente da República. E mais, estavam na Presidência da República o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Chefe do Gabinete Civil e o Líder do Governo no Senado Federal e o Ministro Mantega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De todos, só o Presidente da República e o ex-Ministro Mantega tinham a razão de ser – o Mantega porque era funcionário do Master –, mas os outros o que faziam lá, o que defendiam lá? Essa conversa foi uma conversa significativa? O que, na verdade, foi conversado? Todos que estiveram na reunião podem colaborar com esta Comissão.

Ao Presidente da República, nós pretendemos fazer por escrito algumas perguntas sobre o fato. Se ele puder nos responder, ótimo. Isso, sem dúvida, vai ajudar na investigação que pretendemos fazer.

Há uma profusão de inquéritos, investigações, sindicâncias e outros procedimentos da Polícia Federal no âmbito da chamada Operação Compliance Zero, no Tribunal de Contas da União, no Banco Central, na CVM e no próprio BRB. Eu fui informado por alguém hoje que o próprio BRB, com sua nova diretoria, teria publicado um relatório. É muito importante que nós possamos ter todas as informações que o BRB possui, inclusive saber se é verdade mesmo que o Diretor de Fiscalização do Banco Central mandou mensagens pressionando o BRB para comprar o Master.

Esta Comissão, este Congresso Nacional e o próprio Tribunal de Contas da União têm história na investigação de liquidações de banco. Um Presidente do Banco Central já saiu do Congresso Nacional preso, o Chico Lopes. É evidente que nós não queremos que isso volte a acontecer, mas o Presidente Galípolo, com quem temos o melhor relacionamento, precisa ajudar a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a destrinchar o que houve – a destrinchar o que houve. Este ano é um ano eleitoral, nós não vamos ter muito tempo. É evidente que nós só vamos aprofundar a fiscalização e a investigação se nós tivermos as informações.

Ontem eu estive com o Presidente do Tribunal de Contas e com outros Ministros. O Tribunal de Contas foi chantageado para liquidar a liquidação, abertamente, à luz do dia; os dirigentes da Câmara tentaram votar a elevação do FGC para R$1 milhão, como parte dessa pressão, e tentaram votar uma alteração na lei que tornou o Banco Central independente para que o Congresso Nacional exonerasse o Presidente do Banco Central; e o Presidente do Banco Central foi várias vezes procurado por essas autoridades, sob a pressão de autorizar a compra do Master pelo BRB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Presidente do Banco Central pode nos dar informações relevantes na investigação que nós pretendemos fazer.

Com base na Lei Complementar 105, de 2001, nós vamos requisitar toda a documentação, inclusive as sigilosas, para também contribuir e investigar esta lama malcheirosa. Se há movimentos, articulações, sussurros para uma operação abafa, não contem comigo nem contem com esta Comissão. O fundo do Master era o fundo do poço e alguns poderosos agiram na sombra para evitá-lo e até revertê-lo. O plano de trabalho do grupo, que na verdade eu queria mais uma vez dizer à assessoria, não é grupo, é uma Comissão, na verdade uma Subcomissão. Pela sua relevância, eu não quero chamá-la de Subcomissão. Ela será chamada de Comissão do Master na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O plano de trabalho, que eu lerei daqui a pouquinho, foi estruturado de forma a assegurar uma atuação técnica responsável e institucional com foco no cumprimento da função fiscalizatória do Senado Federal e na avaliação de eventuais aperfeiçoamentos regulatórios e legislativos que se mostrem necessários à luz das lições extraídas desse caso. É evidente que nós vamos propor alteração na fiscalização do sistema financeiro. O próprio sistema financeiro, que teve afetada a sua confiança – e quando isso acontece, todos perdem –, o próprio sistema financeiro precisa ajudar esta Comissão a elucidar os fatos.

Essas consultorias que atestaram as vendas de CDBs do Master, que foram atestados bilionários, vão ter que vir aqui depor. Consultorias internacionais, as mais relevantes no mercado no mundo, atestavam e cobravam caro por esses atestados fraudulentos e que serviram para enganar a população de boa-fé.

Além das audiências públicas, a Comissão poderá também realizar diligências, fazer visitas institucionais. Hoje, às 16h30, nós vamos ter esta reunião no Banco Central, todos estão convidados: às 16h30. Nós nos encontraremos 15 minutos antes, na Presidência do Banco Central; é muito importante a presença de todos. A conversa de ontem, repito, com o Presidente do Tribunal foi muito importante, a de hoje foi com o Banco Central.

Estou tentando marcar uma visita da Comissão ao Presidente Supremo Tribunal Federal na próxima semana e uma visita também ao Diretor da Polícia Federal. Nós vamos... não o Presidente Supremo, mas nós vamos convidar, na sequência, o Presidente do Banco Central e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor da Polícia Federal para virem à Comissão, mas é prudente que, a exemplo do que fizemos ontem, nós façamos uma conversa introdutória para que essa parceria eventualmente possa avançar.

Ao final, será elaborado um relatório final, e esta Comissão poderá apresentar relatórios preliminares, quantos forem necessários, a partir de fatos novos que essas investigações, que acontecem simultaneamente, possam revelar ou esta investigação aqui da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado também possa revelar.

Eu reitero que esta Comissão atuará com independência, rigor e respeito ao devido processo legal, sem prejulgamentos, mas com o compromisso de assegurar a transparência, a responsabilidade institucional e a proteção do interesse público.

O plano de trabalho, se os senhores me permitirem, tem uma apresentação que historia os fatos; fala da composição da Comissão, estabelece os nomes; enfatiza que a lista de membros não exclui colaboração e participação de outros Senadores desta Comissão ou não – ou não, não importa. Os Senadores que estiverem interessados, por favor, venham aqui à CAE, mesmo os Senadores que não integram a CAE podem participar da investigação, da fiscalização e do debate.

A Comissão do Master reunir-se-á periodicamente para deliberar sobre as etapas subsequentes e o fluxo de trabalho. Nas reuniões, os Senadores poderão discutir o andamento dos trabalhos, compartilhar diagnósticos, trazer informações e evidências coletadas, bem como propor e avaliar a necessidade de novas providências para o objetivo desta Comissão. Adicionalmente, poderá haver divisão de tarefas com as atribuições de determinados temas ou atividades a subcomissões ou até a Senadores específicos.

Ainda trata das atividades propostas com o intuito de acompanhar e fiscalizar os fatos, bem como de obter subsídios acerca do que poderia ser feito para mitigar a possibilidade de recorrência de eventos semelhantes.

Propõe-se a realização de audiências públicas com a presença de autoridades que poderão ser convocadas ou convidadas, especialistas na área, acusados e testemunhas também de diligências – com base no inciso XIII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de visitas ou reuniões junto a instituições públicas, como esta que fizemos ontem e faremos hoje.

Ao longo dos trabalhos da Comissão do Master, seus membros poderão solicitar apoio técnico – ontem o Ministro Vital já destinou um assessoramento técnico para a Comissão e documentos de órgãos de instituições como TCU, Banco Central e Polícia Federal –, bem como poderão apresentar requerimentos de informação, requerimentos para convocar ou convidar autoridades pertinentes e envolvidos, e proposições legislativas relacionadas sobre o tema.

Esta Comissão do Master pode, inclusive, quebrar sigilos. A Lei Complementar 105, de 2001, estabelece que a quebra de sigilo pode ser proposta por esta Comissão ao Plenário e, em sendo aprovada pelo Plenário do Senado Federal, pode se fazer as quebras respectivas de sigilo.

Adicionalmente, seus membros poderão solicitar apoio técnico. Já estamos tendo apoio técnico da Consultoria Legislativa. Podemos solicitar também à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle e à Advocacia do Senado Federal para a elaboração de estudos, relatórios preliminares, relatórios técnicos, relatório final, com o propósito de subsidiar também todos os trabalhos.

O plano prevê ainda, como falei anteriormente, a elaboração de relatórios preliminares e conclusões da Comissão do Master, incluindo apurações de fatos e condutas, recomendações para aprimoramentos para prevenir, como disse, a recorrência em casos semelhantes.

Tratamos do cronograma, aqui no plano de trabalho, das audiências públicas. Temos que ouvir representantes do Fundo Garantidor de Crédito, audiência pública... E a qualquer momento poderão ser realizadas também diligências, eu já falei aqui. E já falei também, e, de público, eu queria agradecer ao Presidente do Tribunal de Contas da União, que tem, sim, competência constitucional para fiscalizar o processo de liquidação.

O Tribunal de Contas não tem competência, como pretendeu alguns setores partidários e políticos, para liquidar a liquidação do Banco Central, como tentada, mas a fiscalização tem – eu até citei aqui – casos relevantes que tiveram uma digna participação do Tribunal de Contas da União no cumprimento do seu papel constitucional. Citei o caso de liquidação do Panamericano, o caso do Chico Lopes, o caso do BMG, Comind e outros bancos cujas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liquidações foram fiscalizadas pelo Banco Central, não utilizando o Tribunal de Contas para liquidar a liquidação, como pretendeu o centrão e os dirigentes da Câmara dos Deputados.

Então, pessoal, em síntese, eram essas as informações e gostaríamos de ter, desde logo, uma participação de todos aqui nesse trabalho duro que se apresenta para todos nós.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tudo, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Novamente V. Exa. acerta na condução da Comissão. Esse fato tem uma relevância histórica marcante não só porque é o maior escândalo financeiro da nossa história, mas também porque é aquele que demonstra a mais profunda ramificação nos Poderes.

Eu tenho respondido bastante, Presidente Renan, colegas Senadores e Senadoras, o porquê de tentar fazer também a apuração desse fato na Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. E a razão é muito simples: é porque a atuação do Banco Master é uma atuação típica de crime organizado. Não há dúvida com relação a isso, a Polícia Federal já afirmou isso, o Ministério Público Federal da mesma forma. E é preciso, aí sim, Presidente Renan, que nós tenhamos a coragem de avançar na análise, na apuração, na investigação dessa infiltração, inclusive no Poder Judiciário.

Nós temos a notícia não desmentida de uma contratação específica do escritório de advocacia da esposa do Ministro Alexandre de Moraes, em um valor absolutamente incompatível com a prática desse setor, R$130 milhões pagos regularmente, segundo informações, novamente, não contestadas, com prioridade pelo Banco Master e aparentemente sem nenhuma contraprestação de serviço jurídico. Isso é gravíssimo.

Nós temos, em seguida, a atuação e a interação do grupo controlador do Banco Master com familiares do Ministro Dias Toffoli, Ministro Dias Toffoli que toma uma série de decisões também absolutamente atípicas no tocante ao caso Master.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o fato é que, na República, o único espaço que tem legitimidade constitucional para fazer essa apuração é justamente o Senado. E é preciso que, pela primeira vez na nossa história, tenhamos a coragem e o senso histórico de responsabilidade de fazer essa apuração. E aí, repetindo aqui as palavras do Presidente Renan, doa a quem doeu. Esta República já testemunhou o impedimento de Presidentes da República, eleitos pelo povo; já testemunhou investigações, condenações, prisões de integrantes de todos os cargos, de todos os escalões da República. E Ministro de Suprema Corte não é super-herói; é gente, e gente erra, gente eventualmente comete crime. E, se crimes aconteceram... Se erros aconteceram – e não há dúvida de que erros, no mínimo, aconteceram – ou se se confirmar mais adiante que crimes foram praticados, é indispensável a responsabilização. O Brasil só vai ser uma República de verdade quando todos forem iguais perante a lei. E chega de imaginar que todos os pecados do mundo estão deste lado da praça. Há pecados em todos os cantos da Praça dos Três Poderes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Quero reforçar, mais uma vez e, ao mesmo tempo, agradecer pela inclusão do nosso nome nessa composição. Nós termos a cópia desse plano de trabalho para a gente poder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele vai entrar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Estaremos lá às 16h15.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar...

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só quero dizer que já li o plano de trabalho e me solidarizo com todos os colegas. Acho que temos uma grande missão e vamos cumpri-la – 16h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só rapidamente... Todo mundo já está saindo, porque o dia vai ser intenso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quero só agradecer também a minha inclusão no grupo. Prometo me dedicar ao máximo, até porque os graves indícios de uma possível quebra, inclusive, do nosso banco, o BRB, de Brasília, é muito sério. Fora a situação que, de fato, se escancara por ser um dos maiores escândalos financeiros do nosso país.

Então, vamos nos debruçar no plano de trabalho apresentado pelo senhor. Às 16h30, estaremos lá com a Comissão. E vamos trabalhar.

Parabéns pela iniciativa! Estamos todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias, com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, como eu o conheço, sei que V. Exa. vai conduzir esta Comissão com grande transparência, equilíbrio e dentro das instituições.

Então, agradeço também pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, é oportuna, como falou o Senador Alessandro Vieira, a criação dessa Comissão, mas saio daqui muito satisfeito pelo que eu ouvi de V. Exa. Inclusive, gostaria que fosse retratada pela imprensa nacional a firmeza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... a forma clara, lúcida e equilibrada com que V. Exa. vai conduzir esses trabalhos.

Mais uma vez, agradeço a confiança de V. Exa. em fazer parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Seu papel, Senador Fernando Dueire, será fundamental na evolução dos trabalhos da Comissão do Master. V. Exa. será, sobretudo, uma pessoa útil no dia a dia, nas tratativas, nas visitas e nas diligências. Nós contamos com sua experiência, com sua formação, para que possamos cumprir esse papel – todos nós.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Margareth Buzetti e Damares Alves, e ainda dos Senadores Tereza Cristina e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Carlos Portinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4972, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto; e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 76, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5300, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a profissão de cuidador de crianças e de cuidador de idosos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao PL 76/2020, nos termos do substitutivo apresentado; e contrário aos demais projetos apensados e respectivas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei n° 2921, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta os arts. 433-A e 433-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de jovens nas empresas com mais de cinquenta empregados, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1117, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Revoga o inciso III do art. 25 e dá nova redação ao inciso VI do art. 26, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que independa de carência a concessão do salário-maternidade para as seguradas do Regime Geral de Previdência." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2697, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Está aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de fevereiro de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 1.816, do Banco Central; Ofício SEI nº 2.906, de 2026, do Ministério da Fazenda; Ofício SEI nº 2.449, também do Ministério da Fazenda; Ofício 16.099/2026, da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, no Paraná; Ofício 75.259/2026, do Ministério da Fazenda; Ofício 146/2025, da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina; Ofício 089/2025, da Câmara de Vereadores de Itá; Ofício nº 615, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo; Moção de Apelo nº 007, da Câmara Municipal de Palma Sola; Ofício nº 48, da Associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil; Ofício Circular nº 4, cumprimento pelo início dos trabalhos legislativos.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período. (*Pausa.*)

A Senadora Soraya já está a caminho.

Houve o pedido de retirada de alguns itens da nossa pauta, e nós vamos, fundamentalmente, apreciar o item 3 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1117, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Revoga o inciso III do art. 25 e dá nova redação ao inciso VI do art. 26, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que independa de carência a concessão do salário-maternidade para as seguradas do Regime Geral de Previdência.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Item 4 da pauta.

Dos demais, nós temos, sobre a mesa, pedidos de retirada.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4972, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto; e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação com uma emenda apresentada.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 2020

- Não terminativo -

Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao PL 76/2020, nos termos do substitutivo apresentado; e contrário aos demais projetos apensados e respectivas emendas.

Observações:

1. Tramitam em conjunto: PL nº 76/2020; PL nº 5178/2020 e PL nº 5300/2023

2. As matérias serão apreciadas pela CAS, em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2921, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 433-A e 433-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de jovens nas empresas com mais de cinquenta empregados, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

2. Em 9/2/2026, foi apresentada a Emenda nº1.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2697, DE 2023

- Terminativo -

Altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 4/2/2026, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Sérgio Petecão.)

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, me permita ir direto à análise, é um projeto de consenso, o voto já foi publicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A finalidade do projeto de lei é bastante clara: eliminar a exigência de carência para que seguradas contribuintes individuais, especiais e facultativas recebam salário-maternidade. Com isso, todas as seguradas do RGPS terão acesso ao benefício sem carência, igualando o tratamento dado às empregadas, trabalhadoras avulsas e empregadas domésticas.

Frisa-se que a matéria em exame possui amplo respaldo constitucional e jurisprudencial, merecendo especial destaque a recente decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.110, julgada agora em março de 2024.

No julgamento da ação, Presidente, o STF reconheceu a inconstitucionalidade da exigência de carência diferenciada para o salário-maternidade, fundamentando-se nos princípios constitucionais da isonomia e da proteção à maternidade, bem como no cuidado com a criança, este último assegurado pelo art. 227 da Constituição Federal.

A aprovação do presente projeto de lei representa, portanto, a adequação legislativa necessária para harmonizar a legislação previdenciária com o entendimento firmado pelo STF, conferindo maior segurança jurídica e uniformidade de tratamento às seguradas beneficiárias do salário-maternidade.

Ademais, cabe ressaltar que a proposição não acarreta aumento de despesas, uma vez que apenas regulamenta situação já praticada desde a decisão judicial de 2024. A medida, na verdade, elimina o tratamento discriminatório que vem gerando uma lacuna na proteção social. Do ponto de vista social, a iniciativa reforça os objetivos de proteção social estampados na Constituição Federal, garantindo o exercício dos direitos previdenciários, promovendo a dignidade materna e assegurando melhores condições de desenvolvimento nos primeiros meses da vida da criança.

A proteção à maternidade constitui direito social fundamental, previsto no art. 6º da Constituição Federal, e a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, encontra-se expressamente assegurada no art. 7º, XVIII, da Carta Magna. A extensão da inexigibilidade de carência para todas as seguradas representa, assim, a efetivação desses direitos constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, por uma questão de justiça, protegendo a mãe e a criança, é pela aprovação do Projeto de Lei 1.117, de 2025. Informo, Presidente, que, depois de aprovado aqui, ele ainda segue para a CAS, na qual ele terá a votação terminativa.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu prefiro que V. Exa. difira...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deixemos para depois, porque é um assunto que não pertence a esse...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito, tá.

Nós ainda não podemos deliberar porque está faltando ainda um Senador marcar presença. A Senadora Soraya Thronicke comunicou que estaria vindo.

Eu quero comunicar aos Senadores e às Senadoras desta Comissão que não foi fácil nós realizarmos esta reunião hoje. Nós havíamos convocado a reunião desde a semana que passou, e ontem o meu gabinete indevidamente recebeu uma comunicação de que nós não poderíamos realizar reunião, nem esta, nem a reunião da Comissão do Master, porque eu precisaria de um pedido à Secretaria-Geral da Mesa, e a Secretaria-Geral da Mesa mandou um recado de que a proibição estava contida num ato da Mesa, o nº 1, de 2023. Eu fui ler o ato da Mesa, que dizia o seguinte:

> Em situações de guerra, convulsão social, calamidade pública, pandemia, emergência epidemiológica, colapso do sistema de transportes, situações de força maior ou de urgência [...] justificada, caso haja impossibilidade de reunião presencial dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Senadores e Senadoras em qualquer local ou mediante convocação do Presidente do Senado Federal, previamente divulgada, o Senado Federal poderá funcionar de maneira exclusivamente remota ou semipresencial, mediante a utilização [...] [da Secretaria-Geral da Mesa].

Eu achei que o ato apresentado pelo Secretário-Geral não tinha exatamente pertinência com a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou tem pertinência, e nós não sabíamos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ou tem pertinência, e nós não sabíamos. E...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, deve ter copiado de outro lugar.

E eu disse ao meu gabinete, que indevidamente aceitou a limitação, aceitou que eu não poderia realizar, como que a recomendar que eu não viajasse hoje para Brasília, eu reclamei ao meu gabinete que não poderia ter aceitado isso. A Secretaria-Geral da Mesa, se quisesse evitar a reunião, teria me comunicado, porque eu não sou Senador por acaso. E para realizar reuniões aqui da CAE eu não vou pedir autorização a ninguém – a ninguém –, muito menos com esse ato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E com essa justificativa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E com essa justificativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... tão abrangente e tão catastrófica.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

Soraya Thronicke!

Os Senadores e Senadoras já podem votar. Nós estamos apreciando o Projeto de Lei nº 117, de 2025, o único da pauta, que revoga o art. 25 e dá nova redação ao inciso VI do art. 26, ambos da Lei 8.213. É um projeto do Senador Eduardo Braga e que teve como Relatora a nossa querida Senadora Damares Alves.

Queria lembrar que logo mais, às 11h, teremos reunião da Comissão do Master e vamos votar vários requerimentos de convite, de convocação, de requisição de informação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É sobre isso que eu queria... Queria dizer que estou dando entrada num requerimento muito singelo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou pedindo para substituir, no plano de trabalho, o inciso V por um cujo texto eu estou lhe apresentando, que diz em síntese o seguinte: o caso Banco Master se desenvolve numa investigação da Polícia Federal e em todas as subsequentes aqui, mas, em várias unidades da Federação, a Polícia Federal está instituindo inquéritos-filhotes – vamos chamar assim – do inquérito-mãe e dos inquéritos aqui centralizados. O que eu estou propondo e pedindo é que se abra um acompanhamento desses inquéritos federados, digamos assim, ou seja, que estão sendo realizados nos estados, pela própria Comissão – ou seja, abre-se. Tem um inquérito no Amapá para tratar da questão da aplicação, esse inquérito não é acompanhado pelo inquérito-mãe de Brasília, é um inquérito-filhote, vamos chamar assim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só explicitando isso, que parece óbvio, mas que não está, a meu ver, inserido no... E, como nós aprendemos no direito, *quod abundat non nocet*, então eu estou pedindo que se insira esse inciso V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa., Senador Amin.

Leila Barros!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tudo bem? (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não abriu a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não abriu a votação? (*Pausa.*)

Não, perdão, a votação é simbólica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – V. Exa. falou que os Senadores já poderiam votar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, eu falei porque... Os Senadores já podem se manifestar.

Como eu estava na proibição anterior, eu estava querendo proceder a uma votação nominal, na forma do Regimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. (*Pausa.*)

Nós vamos dar um intervalo de cinco minutos para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar esta reunião da CAE para nós começarmos a reunião da Comissão do Master.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e hum minuto do dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Carlos Viana, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Margareth Buzetti e Damares Alves, e ainda da Senadora Tereza Cristina, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Carlos Portinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Reunião da Comissão de Acompanhamento do Banco Master, com aprovação de requerimentos. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 1, de 2026** que: "Requer que seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil a comparecer à CAE, a fim de prestar informações sobre a atuação da autoridade monetária na liquidação do banco Master." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 2, de 2026** que: "Requer que seja convidado o Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre aatuação da Polícia Federal na operação "Compliance Zero"" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 3, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações sobre o caso do Banco Master, que foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central do Brasil, em 18 de novembro de 2025." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 4, de 2026** que: "Requer Informações ao Tribunal de Contas da União acerca da liquidação extrajudicial do Banco Master." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 7, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações sobre o Conglomerado Master e suas instituições integrantes." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 8, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, como titular da pasta à qual a Comissão de Valores Mobiliários está subordinada, informações sobre o Conglomerado Master e suas instituições integrantes." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2026** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o caso do Conglomerado Master e a atuação das instituições brasileiras, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos" **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2026** que: "Requer informações e documentos ao BRB acerca das investigações envolvendo o Banco Master/BRB." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 12, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre fraudes do Banco Master e venda de carteiras de crédito ao Banco de Brasilia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 13, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, informações sobre o Conglomerado Master e suas instituições integrantes." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 11, de 2026** que: "Requer realização de audiência pública - CAE GT investigações Banco Master/BRB" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2026** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença do ex-diretor jurídico do BRB para prestar esclarecimentos sobre as operações envolvendo o Banco Master e outros investimentos da instituição." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 15, de 2026** que: "Requer que sejam atualizadas as informações sobre todos os desdobramentos e ramificações de inquéritos derivados das investigações sobre as irregularidades do Banco Master. Para tanto, requeremos inclusão do inciso "V" no Cronograma do Plano de Trabalho desta Subcomissão," **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19, de 2026** que: "Requer convite comparecimento Presidente Interino CVM" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20, de 2026** que: "Requer convite Sr. Ailton de Aquino Santos" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 21, de 2026** que: "Requer Convite ex-Diretor do Banco Central" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 22, de 2026** que: "Requer convite para comparecimento Sr. Daniel Vorcaro e Sr. Augusto Lima" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 23, de 2026** que: "Requer convite Diretor-Geral da PF" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2026** que: "Requer Convite ao Presidente TCU, Exmo. Sr. Vital do Rêgo Filho." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Requerimento aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Está aberta a reunião.

A presente reunião destina-se às atividades inerentes à Comissão, com o objetivo de analisar os fatos noticiados pela mídia e as investigações em curso da Polícia Federal, as deliberações do Banco Central e do Tribunal de Contas da União referentes à fraude do Banco Master, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Srs. Senadores, a fraude bilionária do Banco Master alarma o país e funcionou por anos como um globo da morte para o mercado. É ilusionismo daqueles lenços de mágico, em que um escândalo vai puxando outro cada vez maior, cada vez mais estarrecedor e, aparentemente, sem fim. A magia da multiplicação do dinheiro virou pirataria, o encanto do ouro de tolo virou espanto, os investidores viraram palhaços e o poder público se transformou no picadeiro de acrobatas do crime.

No primeiro ato deste espetáculo de horrores, soubemos como operava a trapaça e quem são as marionetes do malabarismo financeiro. É preciso avançar até conhecer a identidade dos mágicos escondidos atrás de capas e máscaras que viabilizaram essa marmelada por tanto tempo. Este contorcionismo não teria audiência sem a alquimia política, sem poderosos mestres de cerimônia no topo da pirâmide circense. A fanfarra só prosperou com a mistura de truques legais, ilusionismo fiscalizatório e varinhas mágicas poderosas em várias esferas.

Quem e onde estão ou estavam os malabaristas desta trapaça? É nisto que pretendemos colaborar, sem prejulgar, sem escolher alvos. Afinal, ninguém aqui é atirador de flechas.

A imprensa alardeia ensaios mambembes em busca de uma "operação abafa" improvável, dada – e há pouco o Senador Amin falava um pouco sobre isso – a multiplicidade e gravidade das investigações.

Em atenção ao respeitável público, devo reiterar que esta Comissão não acobertará este espetáculo que deixou milhões de brasileiros na lona, principalmente os fundos de previdência, fundos de pensão e aplicações acima de R$250 mil, que eram garantidas, como dizia a propaganda, pelo Fundo Garantidor de Crédito. No que depender desta Comissão, nos limites,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentemente, das nossas prerrogativas, vamos retirar a rede de proteção destes trapezistas das finanças e dos seus treinadores ocultos.

Na semana passada, estivemos com os Presidentes do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, ex-Senador desta Casa, querido amigo, e do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, que foram – é importante que se diga aqui – muito solícitos com relação à disponibilização dessas informações.

Esta semana, na quarta-feira, estaremos, às 17h, na Polícia Federal, vamos conversar com o Dr. Andrei Rodrigues, e em seguida, às 18h30, estaremos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin, dos quais esperamos o mesmo espírito público, colaboração e transparência, que é, como muitos dizem, o melhor dos alvejantes.

A disposição reflete o espírito de toda a Comissão, que compreende nosso dever fiscalizatório. Para aqueles que equivocadamente pensam que esta Comissão quer ver o circo pegar fogo, devo alertar do contrário. Identificados e punidos os responsáveis, nós iremos propor uma legislação para o sistema financeiro. Uma legislação que, evidentemente, fortaleça o sistema financeiro, robusteça o papel do Banco Central na fiscalização do sistema financeiro. O aperfeiçoamento desse segmento é permanente e urgente diante dos vários casos recentes de uso do sistema financeiro pelo crime organizado. O Master é a ponta de uma caravana que utilizou o sistema financeiro para lavagem e, infelizmente, evasão de divisas.

Nós temos uma série de requerimentos para apreciar. Eu vou fazer a leitura. Eu tive que separar, desdobrar, dividir alguns requerimentos para que as presenças das autoridades não sejam concomitantes. É fundamental, para o bom desempenho das nossas funções, que nós possamos trazer uma autoridade por vez, para não dispersar o que nós queremos do ponto de vista das informações, que serão fundamentais para que a CAE avance no cumprimento do seu papel constitucional.

Nós vamos investigar o Master não é porque nós queremos; é porque nós somos obrigados constitucionalmente a fazê-lo. E a Lei Complementar 105, de 2001, estabelece a competência da Comissão para o cumprimento da sua missão constitucional. Ela nos autoriza a requisitar informações, inclusive as informações sigilosas, e, se for necessário – a Comissão verá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– quebrar sigilo, nós teremos que levar essa quebra de sigilo para o Plenário do Senado Federal, mas nós não estamos impedidos de quebrar sigilo. (*Pausa.*)

Os requerimentos.

O primeiro requerimento.

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, §§2º e 3º, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso III, e 397, §1º, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, para convidar o Sr. Daniel Vorcaro, acionista majoritário e Presidente do Banco Master, e o Sr. Augusto Lima, ex-sócio e proprietário do Banco Master, que deixou a sociedade em julho de 2025, para que compareçam a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a liquidação do Banco Master.

Segundo requerimento. (*Pausa.*)

Convite ao Sr. Otto Lobo, Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários(CVM), para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a liquidação do Banco Master.

Convite ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo, para que compareça a esta Comissão, a fim de nos informar sobre a liquidação do Banco Master.

Convite ao Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a liquidação do Banco Master.

Convite ao Sr. Ailton de Aquino Santos, Diretor de Fiscalização do Banco Central, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a liquidação do Banco Master.

Convite ao Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-Diretor do Banco Central, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a liquidação do Banco Master. (*Pausa.*)

Convite para o Sr. Presidente do Banco Central comparecer a uma reunião, o Sr. Gabriel Galípolo, para falar sobre a liquidação do Banco Master, com quem estivemos na semana que passou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, foi uma conversa produtiva, cordial. Eu fiquei muito satisfeito com a evolução da conversa no Banco Central, que contou, inclusive, com a participação de vários membros desta Comissão e de todos os diretores do Banco Central. (*Pausa.*)

Convite para o Diretor da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor da Polícia Federal.

Existem dois requerimentos. Nós votaremos os dois requerimentos. (*Pausa.*)

Este é um requerimento de informações ao Presidente do Banco Central.

Aliás, *ad referendum* desta Comissão, este requerimento já foi entregue em mãos ao Presidente do Banco Central, e eu quero submetê-lo à apreciação da Comissão. (*Pausa.*)

E requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União, também já adiantado, entregue em mãos, que vamos submeter à apreciação da Comissão. (*Pausa.*)

Este é outro requerimento apresentado por membros da Comissão de pedido de informações ao Banco Central. (*Pausa.*)

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre o Conglomerado Master e suas instituições integrantes.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL) (*Pausa.*)

É um requerimento de informações ao Ministro da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, como titular da pasta à qual a Comissão de Valores Mobiliários está subordinada, informações sobre o Conglomerado Master e suas instituições integrantes.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL) (*Pausa.*)

Também um requerimento de audiência pública, proposto pelo Senador Fernando Farias, com o Presidente da CVM, professores e acadêmicos.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o caso do Conglomerado Master e a atuação das instituições brasileiras, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

Essas audiências públicas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Esse da CVM já não tem? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas é uma audiência pública. O outro é para ouvirmos o Presidente, e o outro será, no desdobramento dos trabalhos, uma audiência pública. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem um interino. Nós estamos convocando o interino. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É provável, né? (*Pausa.*)

É um pedido de informações para o BRB.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 10, DE 2026

- Não terminativo -

Requer informações e documentos ao BRB - CAE GT investigações Banco Master/BRB

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF) (*Pausa.*)

Neste aqui nós separamos e deixamos apenas o ex-Presidente do BRB, e depois nós convidaremos os diretores. (*Pausa.*)

Este aqui é um segundo pedido de informações para a Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre fraudes do Banco Master e venda de carteiras de crédito ao Banco de Brasilia.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL) (*Pausa.*)

É um pedido de informações para a CVM.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, informações sobre o Conglomerado Master e suas instituições integrantes.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Nós vamos priorizar o depoimento do Presidente interino da CVM, e logo depois do Carnaval, na semana posterior ao Carnaval, nós vamos marcar a data da vinda dele à Comissão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Eu queria fazer um complemento, se for possível, nesse convite ao Paulo Henrique, que é o ex-Presidente: a gente convidar também o jurídico do Banco BRB, o ex-jurídico do Banco BRB, para prestar esclarecimento – o jurídico e o financeiro, os diretores ali do BRB –; e também gostaria de ver a possibilidade de convidar o Governador do Distrito Federal, o Ibaneis Rocha, se existe a possibilidade e se podemos fazer um complemento ou apresentar o requerimento agora na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós aguardamos a apresentação do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É melhor o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu fiz um requerimento exatamente sobre isso, o ex-Diretor Jacques Maurício Veloso, que foi o que deu o parecer e que foi afastado agora, antes de ontem. Eu já dei entrada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, convida o Sr. Jacques Maurício Ferreira Veloso de Melo para comparecer à Comissão.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença do ex-diretor jurídico do BRB para prestar esclarecimentos sobre as operações envolvendo o Banco Master e outros investimentos da instituição.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF) (*Pausa.*)

E esse é um novo pedido do Senador Amin, propondo uma alteração no plano de trabalho, com o meu apoio.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam atualizadas as informações sobre todos os desdobramentos e ramificações de inquéritos derivados das investigações sobre as irregularidades do Banco Master. Para tanto, requeremos inclusão do inciso "V" no Cronograma do Plano de Trabalho desta Subcomissão,

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Eu consulto a Comissão se pudermos fazer a votação em globo dos requerimentos. (*Pausa.*)

Votação, portanto, em globo dos requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados todos os requerimentos.

A Presidência vai organizar as conversas. Serão necessárias algumas autorizações para a vinda de alguns convidados, e nós providenciaremos e informaremos à Comissão.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Exatamente sobre isso, Presidente, o cronograma de realização das audiências.

Eu gostaria de registrar – eu acho que todos os colegas vão concordar comigo – que, se tem uma instituição que está sendo atacada indevidamente, é o Banco Central. E nós, desta Comissão, temos uma responsabilidade com o sistema financeiro do país...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... temos uma responsabilidade com a proteção das instituições.

Se a gente pudesse começar a roda de audiência com o Banco Central, para que ele possa ter a oportunidade aqui, conosco, de falar para o Brasil o que nós já ouvimos, parte do que nós já ouvimos, para acalmar a população brasileira, no sentido de que o Banco Master era um banquinho de terceira categoria e que o Banco Central é um banco forte, que nosso sistema financeiro é forte e que ninguém tem que fugir do Brasil...

Vamos continuar! A gente vai mostrar para o Brasil que o Banco Master está nessa confusão toda porque os agentes envolvidos fizeram esse barulho todo, mas que o Banco Central atuou, de forma íntegra, na condução dos processos.

Então, para a gente acalmar a população brasileira, os investidores... O mundo está de olho nesse caso.

Então, eu acho que esta Comissão tem essa responsabilidade de proteção do sistema, de proteção dos investidores, de acalmar o mercado...

Se a gente pudesse começar com ele, eu acho que seria extremamente interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos o possível para seguir esta lógica sugerida pela Senadora Damares. Eu vou me empenhar para que isso aconteça.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Eu concordo com a Damares, porque ontem eu vi que tem partidos querendo entrar para tirar a autonomia do Banco Central.

Isso é muito ruim neste momento. Eu acho extremamente prejudicial a uma instituição que sempre foi muito séria.

E, ouvindo o Gabriel Galípolo ontem, lá em São Paulo, ele falou que algumas coisas têm que mudar no Fundo Garantidor de Créditos. E, para a minha surpresa, ele falou algo que eu pensei que já fosse assim, mas não é: o Fundo Garantidor de Créditos garante os bancos, e não o investidor. Então, essa é uma coisa que nós precisamos mudar, e ele concorda com isso. E é a autonomia do Banco Central que vai garantir que isso seja feito.

Então, é importante que venha realmente Gabriel Galípolo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – ... para falar sobre esse caso que realmente está, assim, assombrando o país.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, nós vamos fazer o possível para preservar a instituição, mas só os fatos irão decidir a forma como nós vamos caminhar.

Eu fiz questão de dizer isso lá ao Presidente Galípolo, que nós precisamos acessar informações, porque só os fatos dirão o que esta Comissão, na sequência, vai precisar fazer, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto de vista da legislação, mas nós precisamos saber quem descumpriu a legislação existente, para aprimorar a legislação, a fiscalização, preencher essas brechas fiscalizatórias e ver o que podemos fazer.

No que depender de mim também, eu gostaria de priorizar a vinda dos diretores do Banco do Master.

Eu acho que, do ponto de vista da liquidação, do que eles têm efetivamente a dizer, esta Comissão é o melhor lugar para que se trave uma discussão técnica, um debate verdadeiro, que se conheçam os pormenores, as informações...

Eu queria dizer aos proprietários do Master, tanto ao Daniel Vorcaro quanto ao Augusto Lima, que esta Comissão estará permanentemente à disposição deles, para que venham aqui dizer das suas razões. Isso é fundamental, para que nós possamos avançar com isenção, com segurança, tê-los aqui presentes nesta Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

E, para além disso, falando das relações do banqueiro com os mais diversos agentes dos Poderes, essas relações não vieram dos últimos quatro anos. Pelo crescimento do Banco, isso vem para trás.

Eu gostaria de sugerir também o convite ao Sr. Roberto Campos Neto, no momento propício, para a gente, após o...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós aguardamos a entrega do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso.

E também nós chamarmos a gestão anterior do Banco Central, porque, pela nossa conversa e pelo que a gente está averiguando de notícias que antecedem todo esse processo, é importante também a gente trazer a gestão anterior do Banco Central para esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Alan Rick, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nº 6-S a 13-S. **Resultado:** Rejeitadas as Emendas nº 6-S a 13-S, apresentadas em turno suplementar. Substitutivo definitivamente adotado sem emendas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3483, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei diretrizes e bases da educação nacional), para inserir nos currículos da educação básica conteúdos obrigatórios sobre prevenção ao tabagismo e ao uso de dispositivos eletrônicos para fumar; e a Lei nº 7.488, de 11 de junho de 1986, para determinar a realização, nas instituições de ensino, de ações educativas sobre tabagismo." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4116, de 2021 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CDH (substitutivo) e de três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2036, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5771, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 3-CAS. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2865, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ausência no trabalho do responsável por acompanhar a criança ou adolescente em tratamento oncológico." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 118, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 119, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a rotulagem nutricional de produtos alimentícios ultraprocessados e o uso de edulcorantes, seus impactos na saúde pública e as estratégias regulatórias necessárias à proteção do consumidor." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho." **Autoria:** Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os benefícios do desenvolvimento da proteína experimental denominada "Polilaminina", voltada ao tratamento de lesões graves da medula espinhal, com resultados preliminares promissores na recuperação de movimentos em pacientes paraplégicos e tetraplégicos." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimentando e dando bom dia a todos os presentes e havendo número legal, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 1.343, de 2025, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, São Paulo, o qual encaminha requerimento sobre decreto que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

- Ofício nº 8734735, de 2026, da Defensoria Pública-Geral da União, o qual encaminha guia de linguagem inclusiva em direitos humanos;

- cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e associações, contendo considerações sobre assistência social, saúde e questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Srs. Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli. Prazer em tê-lo aqui na nossa Comissão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Cumprimento V. Exa., Presidente Marcelo Castro.

Presidente, eu peço a palavra para solicitar a V. Exa. a inclusão extrapauta de dois requerimentos de aditamento, da minha autoria. Trata-se de pedidos de ampliação do debate de requerimentos, o 118/2025 e o 119, que propõem audiência pública sobre o impacto de alimentos ultraprocessados na saúde pública e as estratégias de rotulagem nutricional do uso de edulcorantes.

E outra situação, Presidente: nós temos o PL 1.675/2023, de autoria do Hamilton Mourão, com relatoria do Senador Styvenson. Esse PL já está aí. Eu pediria a V. Exa. que pautasse para as próximas sessões, se puder, esse projeto do Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, pois não, Senador Jaime Bagattoli.

Os requerimentos que V. Exa. faz são para fazer aditamento a requerimentos que estão na pauta de hoje, então, logo após serem aprovados os requerimentos, a gente vota esses extrapauta, para fazer o aditamento.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do Projeto: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 6-S a 13-S.

Observações:

1- Em 3/12/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2294, de 2024, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

3- Em 10/12/2025, foram apresentadas as Emendas nº 6-S a 13-S pelo Senador Rogério Carvalho.

4- Em 17/12/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Lembro que, em 17/12, foi lido o relatório e foi concedida vista coletiva. Consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Então, está em discussão.

Agora, antes de iniciar a discussão, quero fazer um esclarecimento aqui aos presentes e aos que estão nos ouvindo.

O exame de proficiência médica, fruto da autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, com a relatoria do Senador Dr. Hiran, já foi aprovado nesta Comissão, e isso não está mais em discussão. Ou seja, o exame de proficiência médica será aplicado no Brasil a partir de agora. O que está em discussão hoje aqui, em turno suplementar, são apenas emendas da autoria do Senador Rogério Carvalho. Essas emendas são apenas para dizer que, ao invés do exame de proficiência ser realizado pelo CFM, como está no projeto e na relatoria do Senador Hiran, será feito pelo Ministério da Educação, pelo Enamed. E se criará um conselho constituído pelo CFM, pela ABM, pelo Ministério da Saúde, naturalmente o MEC e algumas entidades. Mas não está mais em discussão – que isso fique bem claro – o exame de proficiência. Já está determinado que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exame de proficiência será realizado. A dúvida aqui é se fica como está no relatório do Dr. Hiran, que será realizado pelo CFM, ou, se forem aprovadas emendas do Senador Rogério Carvalho, através do MEC, do Enamed. É só isso que está em discussão na data de hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, que está inscrito para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, é óbvio que o Brasil está a necessitar de provas de proficiência na questão médica. O que nós deveríamos estar discutindo agora, neste momento, no turno suplementar, é como aprimorar este exame de proficiência.

Eu creio, com meu modesto conhecimento na área, porque sou engenheiro, não sou médico como V. Exa., nem como o Rogério Carvalho, nem como o Dr. Hiran, mas busquei comparações com outros países que já fazem exame de proficiência, como os Estados Unidos, como a Alemanha, como o Reino Unido e outros países que executam esse tipo de exames. Em todos eles – em todos, Presidente Marcelo –, esse exame não é feito em uma só etapa. Em alguns deles, ele é feito inclusive em três etapas, ao final do segundo ano, ao final do quarto ano e ao final do curso, para poder ir-se avaliando o aprendizado e o conhecimento que o médico está acumulando naquela faculdade, para que possa melhorar o ensino dessas faculdades.

Portanto, creio que a prova de proficiência que nós estamos aprovando, aliás, já aprovamos, deveria ser no mínimo em dois *steps:* uma no quarto ano e a outra ao cabo do curso de Medicina. A questão que está sendo discutida é se esse exame no quarto ano e esse exame ao final deveriam ser feitos pelo MEC ou pelo CFM. Analisando todos os parâmetros e analisando, inclusive, o que é exercido em outros países, eu cheguei à conclusão, Sr. Presidente, de que este exame no quarto ano deveria ser feito pelo Ministério da Educação/Saúde, para que não apenas o aprendizado, mas a qualidade do ensino da universidade ou da faculdade possa ser avaliado. E, nesse sentido, faz todo o sentido que este teste, esta avaliação seja feita pelo Ministério da Educação/Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o teste final, que dará a carteira de habilitação médica, deve ser conferido com o senso da aplicação médica ao paciente, de forma prática, de forma profissional, para que o profissional não cometa erros e equívocos, como aconteceu recentemente no meu estado, com o garoto Benício, que, ao chegar em um hospital supostamente de excelência no meu estado, e ao ser atendido no ambulatório, imagine V. Exa. que um profissional da saúde injetou adrenalina na veia de uma criança, o que levou, obviamente, a óbito essa criança. Isso é inadmissível, é absurdo e, lamentavelmente, só pode ser atribuído a um erro médico e de conhecimento.

Portanto, eu acho que o Brasil está dando um passo extremamente importante. Avaliei muito o questionamento apresentado pelo meu querido Senador Rogério Carvalho, a quem eu tenho o maior respeito, maior consideração e admiração, e nesta Casa inúmeras vezes o acompanhei. Inclusive, no primeiro turno, fui mal interpretado no meu estado, porque optei por votar no voto em separado apresentado pelo Senador Rogério Carvalho, e alguns, de forma maledicente, quiseram interpretar que eu estava contra o exame de proficiência. Eu não sou contra o exame de proficiência, o que eu quero é que haja dois exames: um no quarto ano, executado pelo Ministério da Educação/Saúde, para avaliação não apenas do aluno, mas também da faculdade, para que nós possamos aprimorar o curso, para que nós possamos aprimorar a qualidade, corrigir rumos e, se for o caso, cassar inclusive o registro daquela malfadada universidade ou faculdade que esteja formando mal aquele profissional; e, por fim, fazermos uma prova de proficiência, aí sim, executada pelo conselho específico de medicina para a prática da função do médico. (*Palmas.*)

Parece-me que essa é uma posição híbrida que eu reputo correta. Avaliei muito – repito a V. Exa. –, eu fiz muita reflexão, procurei estudar, procurei me informar, procurei avaliar os casos similares nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha e em outros países para compreender qual seria a melhor metodologia. E cheguei à conclusão, Sr. Presidente, de que devemos ter um curso de avaliação, no quarto ano, pelo Ministério da Educação/Saúde, e um teste de proficiência executado pelo conselho de medicina federal ao cabo do exercício da educação e ao início da profissão de médico.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. disse aí que não se posicionou contra o exame de proficiência. Aliás, eu quero fazer um esclarecimento aqui, mais uma vez. Durante todo esse período em que essa matéria esteve discutida aqui, eu não vi um só Senador, uma só Senadora se posicionarem contrários ao exame de proficiência; aqui a discussão sempre foi a forma como fazer isso daí.

Então, vou conceder a palavra agora ao Dr. Hiran e, em seguida, ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente Marcelo Castro, queridos Senadores e Senadoras, nossos colegas médicos aqui presentes, Presidente do conselho federal, representante da AMB, da Fenam, nossas instituições que representam o movimento médico brasileiro, povo brasileiro que nos assiste, primeiro eu quero fazer uma consideração em relação ao posicionamento do meu querido colega, meu colega de Colégio Dom Bosco lá no Amazonas, Senador Eduardo Braga. Senador, o povo brasileiro que aprova o Profimed em 97%, numa pesquisa feita pelo Datafolha, agradece a posição de V. Exa. Sua posição está absolutamente sintonizada com aquilo que o movimento médico e o povo brasileiro têm por finalidade ao aprovarem esse exame: dar segurança, proteger a população, principalmente aqueles mais de 150 milhões de brasileiros, Senador Eduardo, que o senhor conhece muito bem, que é um profundo conhecedor da Amazônia e do Brasil; é um Senador de vasta experiência e conhecimento... O senhor sabe o que significa colocar um médico sem conhecimento científico, habilidade, competência e atitude em lugares longínquos deste país, assim como também o meu querido colega Marcelo Castro, que também é dum lugar em que a gente tem muita dificuldade de fixar profissional bem formado.

E eu fiquei muito feliz quando vi a colocação do Senador Braga, porque ela vai ao encontro daquilo que nós discutimos extenuadamente em nossas audiências públicas, que contaram com a presença de todas as entidades interessadas no assunto. E nós construímos, Senador Eduardo, um relatório que, primeiro, torna uma política de Estado o Enamed, porque, realmente, você tem toda a razão: o Ministério da Educação tem que avaliar de maneira muito criteriosa os nossos egressos, os nossos alunos, e isso pode ser feito de uma maneira seriada, como a V. Exa. colocou aqui. Não há nenhum óbice nisso. Aliás, esse projeto, que vai para a Câmara, vai ser apensado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com outro projeto que já está em urgência constitucional no Plenário, e nós podemos aperfeiçoar esse relatório com essa sua sugestão.

Nós também nos preocupamos, e está consignado nesse relatório, Senador Eduardo, senhoras e senhores, que nós devemos estabelecer sanções aos cursos de Medicina que eventualmente não aprovem um determinado percentual de seus egressos. Com o quê? Com diminuição do número de vagas, suspensão do vestibular e, eventualmente, até – dependendo da gravidade da questão – fechamento desse curso de Medicina, porque isso não foi feito no Brasil, nesses últimos 20 anos. Nós vivemos uma proliferação desenfreada de escolas médicas: temos quase 500 escolas médicas no país. Hoje nós estamos perdendo só para a Índia, que tem 1,5 bilhão de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muitas dessas escolas, Dr. Hiran, por decisão judicial.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida. Aliás, como o Presidente falou, de 2013 a 2023, numa moratória que foi decretada pelo ex-Presidente Temer, nós vivemos um período de proibição de abertura de novas escolas. O que aconteceu? Através do Supremo Tribunal Federal, as instituições conseguiram liminares e abriram escolas sem o menor critério neste país. Isso foi muito grave para a formação do médico. Além do que está consignado no meu relatório, Senador Braga, que nós temos que fazer um programa de estímulo ao médico para fazer o que é o padrão ouro da nossa especialidade, que é a residência médica.

Hoje, Senador, por deturpações das nossas políticas, nós temos 70 mil vagas em curso de residência e, pasme, parece que falta vaga não, sobram vagas, Senador. Sobram mais de 20 mil vagas, porque nós não temos um programa adequado para satisfazer as aspirações do egresso e também para formatar políticas públicas, através do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde – e aqui não vai governo A, governo B, governo C; vai de que essas instituições têm que fazer modelos que tornem estimulante a atividade de residência médica. Por quê? Porque, hoje, Senador, um médico que vai fazer residência médica vai ganhar de R$3 mil a R$4 mil. Ora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. me permite...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... apenas um pequeno comentário?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique à vontade, fique à vontade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, essa questão é tão grave que, veja, tudo que vier – para assegurar que a qualificação do profissional e a excelência do profissional seja para melhor – é bem-vindo. É claro que, por exemplo, se o Ministério da Educação e da Saúde fizerem um curso com os concludentes do curso de Medicina e fizerem uma última avaliação, isso não impede, não exclui e não evitará que o conselho de medicina federal o faça.

Agora, esta questão da residência... Na Inglaterra, por exemplo, você não pode exercer a profissão médica sem que você tenha concluído a residência – você tem o diploma de médico, mas não pode exercer a profissão médica, não pode atender o paciente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não pode, não! Pela legislação, não pode.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu estive lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, você esteve lá, mas consulte a legislação, que V. Exa. vai ver, e consulte a legislação atual, que V. Exa. vai ver. Não pode. Não pode. Não pode. Ele tem que atender assistido por um médico que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – No programa de residência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, no programa de residência, mas ele não pode exercer como aqui no Brasil exerce, porque o médico recebe o seu diploma, pega o CFM, vai para o mercado de trabalho e atua livremente no mercado de trabalho. Não é o que acontece na Inglaterra. Não é o que acontece na Inglaterra. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, o que o Senador Dr. Hiran está colocando é um outro problema extremamente relevante para a qualificação do profissional. E, Sr. Presidente, é grave e é sério o que nós estamos falando.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, é porque, Senador Rogério... Senador Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A palavra continua com o Dr. Hiran.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Não, mas eu também estou paz e amor.

Olhem só, continuando aqui no meu raciocínio, Presidente, então, como é que nós podemos estimular um médico que saiu devendo um Fies de R$1 milhão para ele fazer uma residência em que ele vai ganhar R$3 mil se ele pode ir para o Mais Médicos para ganhar de R$13 mil a R$15 mil? Isso é uma distorção. Nós precisamos corrigir isso. Nós estamos aqui para tentar corrigir uma coisa de cada vez.

E, finalmente, Senador Braga, eu tive, inclusive, o cuidado, porque se questionou: e aqueles egressos que não passarem na prova de proficiência o que podem fazer? Porque, às vezes, tem pais, Senador Marcelo, que têm dois, três filhos em faculdades privadas, e esse pai vai ficar muito desapontado em saber que o filho dele se formou em Medicina, fez aquela festa toda, e ele não passa na prova de proficiência. Não vai poder trabalhar, não vai poder fazer nada? Não, ele vai. Está consignado no texto que tem várias atividades que um egresso que não conseguiu passar na proficiência pode fazer. Ele pode dirigir um serviço, ele pode fazer pesquisa, ele pode coordenar políticas públicas. Ele só não pode praticar ato médico, porque está consignado na nossa lei – nós aprovamos aqui a Lei do Ato Médico.

Dessa forma, eu não quero me estender muito, até porque eu acho que já há um consenso. Eu não vi, durante essas discussões, ninguém contestar esse relatório. Apenas a única dúvida: quem vai fazer a prova? O Conselho Federal, que é uma autarquia especial, que tem como prerrogativa legal avaliar a nossa atividade médica, como a OAB também tem, como o Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Contabilidade também tem, que fazem prova de proficiência – para mim está muito claro isso –, ou o Ministério da Educação, que, infelizmente – não é nesse, nem no outro governo, nem no outro –, sempre foi desidioso em controlar com rigor essa proliferação desenfreada de formação médica no nosso país.

E eu quero aqui, para terminar, Presidente, só deixar claro: eu já me manifestei, com todo o respeito, pela rejeição de todas as emendas apresentadas pelo Senador Rogério Carvalho. Então, quando abrir a votação, quem for votar na proficiência, como nós estamos propondo, tem que votar como? Tem que votar "não", tem que votar "não" às emendas do Senador, tem que votar "não", porque é para não ter dúvida, está bom?

Então, eu só queria fazer esses esclarecimentos.

E finalmente, Senador Marcelo, na última reunião nossa, nós tivemos aí uma discussão, inclusive eu cobrei do Relator uma posição em relação ao nosso Regimento. Se fui mais incisivo com você, como fiz aquilo em público, vou pedir desculpas a você em público; e, com ele lá, eu já dei um abraço nele em outras reuniões e ele não vai mais me colocar no Conselho de Ética, não. Então, está feita a ressalva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Dr. Hiran, muito digna a posição de V. Exa. (*Palmas.*)

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, para discutir a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui todos os Senadores, Senadoras e todos os presentes.

Essa é uma matéria... E eu, atentamente ouvindo aqui o Senador Eduardo Braga, quero rememorar que, em 2013, na criação da lei do Mais Médicos, nós instituímos, por lei, a obrigatoriedade de as escolas médicas se submeterem às diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC, e, infelizmente, em 2016 ou 2017 – em 2017 –, caíram essas exigências com a mudança da legislação e, da mesma forma, fora instituído naquela ocasião o teste de progresso. O que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teste de progresso? É o que o Senador Eduardo Braga acabou de falar: era uma prova no segundo ano, no quarto ano e no sexto ano.

Também instituímos que a graduação só aumentaria na medida em que tivesse um correspondente de infraestrutura assistencial, para ser compatível o crescimento da demanda com a formação de profissionais – uma coisa regulamentaria a outra. Também foi desregulamentado no Governo do Presidente Temer.

Então, nós estamos aqui colhendo o resultado do liberalismo excessivo. O que eu chamo de liberalismo excessivo? Aquele em que o mercado regula tudo. O interesse econômico das instituições de ensino estabelece uma lei de oferta e procura baseada no valor de uso e de troca de uma profissão milenar, que é a profissão médica. E o resultado nós colhemos hoje: centenas de escolas, sendo que pelo menos – pelo menos – um terço delas não tem condição de formar profissionais dentro de um padrão aceitável de capacidade cognitiva, de habilidades e de atitudes.

Portanto, é consensual a necessidade de introduzirmos um sistema de avaliação complexo e, ao mesmo tempo, completo no segundo, no quarto e no sexto. Conseguimos avançar neste momento e fazer a discussão do quarto e do sexto ano. Acontece que, se a gente separa as duas avaliações que nós estamos propondo... Até poderíamos ter conseguido fechar um acordo se não fosse a dificuldade de entender que esta tarefa não pode ser exclusiva de um órgão ou de outro, que isto é uma política pública de Estado e que nós não podemos, ao prazer, tirar competências de Estado. A competência do Estado na formação, na qualificação, no provimento de profissionais é do Ministério da Saúde, é do Ministério da Educação. Quem provê...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu peço licença, Presidente. Eu ouvi todos silenciosamente e eu peço que tenham respeito enquanto eu estou aqui falando na tribuna.

Vejam, é uma questão de Estado. Quem provê, quem tem que garantir qualidade, quem tem que avaliar é o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, nós... Eu, particularmente, fui ao CFM, conversei com a AMB, conversei com o Dr. Hiran, fiz todas as mediações, e poderíamos ter chegado inclusive a um acordo em que pudesse o CFM ser o aplicador da prova, porém...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu peço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – As pessoas que fazem plateia precisam respeitar. Quando tem um orador na tribuna, a gente ouve, mesmo não concordando. É uma questão de respeito.

Como eu estava falando, é uma questão de Estado, e poderíamos ter chegado a um acordo. Acontece que o interesse maior não é um acordo para conformar uma política de Estado, uma política de Estado com a participação de vários segmentos, onde se dá transparência, onde se dá controle cruzado do MEC, do CFM, da AMB, do Ministério da Saúde. Todo esse controle cruzado garante a efetividade desta política. Outra questão central: como política de Estado permanente, para que, na mudança do próximo Governo, não venha outra lei para destruir, porque ela passa a ter sustentação social e de Estado.

O que está se fazendo aqui é a quebra dessa possibilidade de caminharmos de forma harmônica entre órgãos do Executivo, porque o CFM é um órgão do Executivo, é uma autarquia especial, da qual eu sou funcionário há 30 anos – completo agora 30 anos de casa. Portanto, essa possibilidade hoje a gente pode perder, porque não fomos capazes de chegar a um acordo – acordo que era absolutamente possível. Porque, veja, o que se está discutindo é esta prova que o ministério... O Ministério da Educação não pode deixar de fazer uma prova no quinto e no sexto ano, porque, senão, ele não complementa, e não dá para um ator outro, a não ser que seja conjunta – MEC, Ministério da Saúde, CFM, AMB – a participação no processo de teste de progresso para saber a prova que foi aplicada no quarto, a prova que foi aplicada no sexto... E, em tese, as provas devem ser as mesmas para avaliar o ganho de autonomia do aluno ao longo da graduação. E, não, elas não podem ser distintas, porque você não mede nada, você não avalia o progresso do aluno na autonomia, na exposição a habilidades, atitudes e conhecimento ao longo dos seis anos. Portanto, para que a gente tivesse um sistema efetivo, era necessário que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivéssemos essa continuidade de aplicadores. Isso é fundamental. Quando você faz uma pesquisa que usa um método e tem um resultado, e outro método tem outro resultado, o método precisa ser o mesmo. Neste caso, você precisa fazer o mesmo para todas.

Outra coisa, fala-se aqui em prova prática de habilidades e atitudes. Eu trabalhei com habilidades e atitudes, o método Osce.

Fazer uma avaliação com o método Osce para 30 mil pessoas é praticamente... Vai passar um ano inteiro e não vai conseguir fazer, porque o aluno tem que passar em várias estações. Então, o que se aplicam são provas cognitivas de raciocínio clínico, que é uma forma de as pessoas se posicionarem diante de situações clínicas com um grau de complexidade maior, porque aí você vai ver nas respostas habilidade, algum *insight* de habilidade, e cognição. Ponto.

Diante disso, o que nós estamos aqui discutindo é: como é que vai ficar a prova do sexto ano? Os alunos farão uma prova no sexto ano pelo MEC e vão fazer uma prova de proficiência depois para o exercício profissional. Ele pode ser proficiente na lógica estabelecida pelo MEC e não proficiente na lógica estabelecida pelo CFM.

E aí, de novo, de novo com muita indignação... Porque eu entrei na minha vida política no movimento de reforma da graduação em Medicina no Brasil. Fui Presidente da Direção Nacional dos Estudantes de Medicina e fui membro da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Médico, que foi financiada pelo CFM na década de 90 inteira. E, de novo, o custo vai para as famílias, vai para os alunos, que serão punidos pela ganância, pela forma desregrada de abertura de escolas, que só favoreceu o ganho no campo da educação. Então, a gente precisa pensar se o que está em discussão é uma briga ou uma disputa menor ou se a gente quer construir um grande acordo, um acordo que, de fato, seja uma política de Estado.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: na nossa lei do Mais Médicos, era para ter... Viu, Eduardo? A ideia inicial era fazer no Brasil o que se faz na Inglaterra: sete anos. Do sexto ao sétimo, os alunos fariam a residência em Medicina de Família ou Medicina Geral, depende do nome de cada país. Nesse último ano, eles não têm diploma, eles não têm registro – Eduardo tem razão –, mas eles vão para um programa de residência assistido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem uma tradição. Se vocês não sabem, o Brasil é um dos países com um dos melhores sistemas de formação de especialistas do mundo. O Brasil foi o primeiro país a definir o que é especialidade e o que não é especialidade, e eu participei deste processo em 1996, no seminário sobre especialidade e residência médica, onde nós sugerimos os conceitos de especialidade-raiz, mãe, especialidade de entrada direta, especialidade e área de atuação. Isso foi um artigo produzido pelo Prof. Gastão Wagner, eu e o Prof. Maurício Chakour, da Unicamp, quando eu era residente e Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes.

Então, eu tenho vivência nessa área e quero dizer que nós não fizemos esta opção da Inglaterra porque aqui existe um caráter de terminalidade do curso ao sexto ano. Nós introduzimos que a residência deveria ser universal para os egressos e que o pré-requisito para todas as áreas de entrada não direta – as clínicas, as cirurgias – fosse um programa de Medicina Geral, de Família e Comunidade, para dar qualidade à base de atendimento do sistema público e privado de saúde, em que a gente não tem este profissional qualificado.

Foi assim que vencemos, mas interromperam e não fizeram o processo de ampliação das residências médicas, nem por causa da disputa, de novo, a disputa menor dos diversos interesses que prevalecem em relação ao interesse público e à construção de uma política de Estado consistente.

Por isso, aqui, na verdade, quando se está discutindo, nós vamos dar de novo, para concluir, aos alunos o ônus de fazer duas provas ao terminarem a graduação. Numa, ele pode ter nota 3 – ele, individualmente –, a instituição nota 1, mas, numa prova ou na outra, ele pode ter 2, ou pode ter 1, porque são provas que não seguiram a mesma lógica.

Então, fica aqui o apelo para que a gente possa, se não agora... Mas a gente vota agora, vamos votar. Essa matéria precisa terminar, mas o debate não pode interromper, porque, se o debate for interrompido pela ideia de vencedor e vencido, quem perde é o Brasil, os brasileiros, os estudantes, principalmente o povo mais pobre que depende dos profissionais de saúde formados em todas as instituições.

Por isso, Presidente, eu peço o voto "sim" para a nossa emenda, porque ela não encerrará o debate, abrirá um debate sobre como fazer para que a gente tenha uma política de Estado em que o CFM, a AMB, o MEC e o Ministério da Saúde vão estar sentados e responsabilizados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além da questão específica da sua atribuição momentânea. Por exemplo, o CFM regular e fiscalizar o exercício profissional, e o Ministério da Saúde e da Educação só formarem e não terem uma preocupação com o futuro posterior de todos esses profissionais e a atuação deles no mercado... Precisa-se integrar todo mundo para que a gente tenha uma política com grande efetividade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem, com todo o respeito.

Eu acho que, se a gente abrisse a votação e continuasse na discussão, não atrapalharia...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só tem três inscritos, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque eu acho que está todo mundo pronto para votar aqui, eu acho que, se a gente aprovasse isso aqui, a gente iria estar muito sintonizado com as aspirações do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se não se inscrever mais ninguém, eu acho que a gente vai andar rápido aqui. Tem a Senadora Dra. Eudócia, o Marcos Pontes e a Senadora Zenaide, os três falando...

Com a palavra, Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos aqui presentes. Bom dia a todos do CFM que se fazem presentes também nesta sessão, nesta reunião.

O que eu quero colocar, Sr. Presidente, senhores colegas Senadores e Senadoras, é que o Enamed é um órgão... Ele é uma portaria, perdoe-me. Ele é uma portaria dentro do MEC, obviamente, que executa. O papel dele é de executar; quanto ao CFM, o papel dele é de fiscalizar. Então, o Enamed pode continuar fazendo as provas duas vezes por ano, três vezes por ano, quantas vezes for necessário. Mas é muito importante a participação do CFM nesse exame de proficiência médica, uma vez que o CFM é fiscalizador, é ele que fiscaliza. (*Palmas.*) Se ele não tiver mais essa função, ele deixa de existir, como terá que deixar de existir a OAB e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselhos mais. Então, esse é um ponto importante que eu queria colocar nessa discussão. E aí o Enamed continuaria fazendo o seu papel.

Outra coisa: o Enamed foi colocado por um ato normativo – foi um ato normativo. Ato normativo, a qualquer momento, pode ser revogado, a depender do gestor. Então, é algo que não traz segurança jurídica. Enquanto o Profimed se tornando lei, fica muito mais difícil ter uma lei posterior para fazer com que essa lei caia e surja uma nova lei. E, com certeza, se tiver outra lei, será para a melhoria do nosso ensino na área médica.

E outra coisa que eu queria colocar, Sr. Presidente – vou ser breve –: foi feita uma pesquisa no Datafolha, que inclusive o Senador Dr. Hiran colocou, mas eu fui mais além, em que 97% do povo brasileiro, dos nossos cidadãos e cidadãs, aprovam o exame de proficiência médica pelo CFM; 86% dos nossos colegas médicos aprovam também – tudo isso está no Datafolha, nessa pesquisa que o Datafolha fez –; e também 87% dos alunos aceitam, acatam e aprovam o exame pelo CFM, porque o CFM é um conselho de respeito, um conselho que já vem de anos e anos e anos. Então, o CFM não pode deixar de participar. E, se for em paralelo com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde, vão se entrelaçar quem executa e quem fiscaliza. Tem que separar. O Enamed, junto com o MEC e com o Ministério da Saúde, executa, e o CFM fiscaliza.

Então, eu queria deixar essa colocação e dizer a todos os colegas aqui presentes e que estão remotamente que possam estar acompanhando o relatório do Senador Dr. Hiran.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, dada a necessidade que nós temos já da votação, eu conclamo... Se quiser, pode iniciar a votação, e eu falo durante a votação, acho que é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem.

Então, já como é o segundo pedido, vamos então iniciar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E deixe-me aproveitar para pedir a inscrição na sequência, após o Marcos, sem atrapalhar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Vamos iniciar a votação nominal.

Quem vota a favor das emendas apresentadas pelo Senador Rogério Carvalho vota "sim". Quem vota contrário às emendas, portanto a favor do relatório do Senador Dr. Hiran, vota "não".

Então, vou providenciar aqui para iniciar a votação.

O painel está aberto. Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu acabei de votar "não" aqui, obviamente, para ir junto com o nosso Relator.

O que eu gostaria de falar é o seguinte: primeiro, com relação... Eu vou colocar alguns pontos claros aqui na função de professor um pouquinho.

Mas a ideia principal, o objetivo principal desse exame de proficiência é a vida da população. Portanto, o exame é essencial para garantir a saúde da população, a vida, para reduzir a quantidade de erros médicos por médicos malformados. Mas o exame já foi aprovado – o exame já foi aprovado.

A segunda parte é com relação a quem executa esse exame. E essa é uma parte importante. Como a Senadora Eudócia acabou de falar, uma regra básica dentro da administração pública, inclusive isso está previsto numa série de leis, inclusive na Constituição Federal de forma indireta, é que quem executa não fiscaliza. Eu, quando era Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovações, eu separei uma parte da Cnen justamente para que ela não se autofiscalizasse, o que é segregação de funções, precisa ter essa segregação de função, e isso também seria imoral. Então, nós estávamos errados com relação a todas as normas internacionais, inclusive do TCU, com a Cnen

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Comissão Nacional de Energia Nuclear) fazendo a fiscalização basicamente dela mesma. Então, foi criada a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear por causa disso. É só dá para dar um exemplo da necessidade da separação, da segregação de funções.

Outro ponto: tem que deixar muito claro aqui o que é formação do que é profissional. O MEC é responsável em executar, é responsável pela formação. Então, quantas provas ele quiser colocar durante a formação, uma em cada ano, ou colocar uma prova no quarto, uma prova no sexto, uma prova grande no quarto ou no sexto, isso é função da formação, está contida na formação. Uma vez que o médico se forma, o aluno se forma, deixa de ser aluno e passa a ser profissional, recebendo um certificado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... ele passa a ser um profissional com diploma, a partir daí ele está do lado profissional. E existem os conselhos justamente para fiscalizar. Portanto, quem executa não fiscaliza. O conselho federal é o órgão responsável, é o órgão que tem a competência de fazer essa fiscalização.

Existe a necessidade, sim, de haver uma conversa constante entre o Conselho Federal de Medicina, o Ministério da Saúde com o Ministério da Educação, para que haja o ajustamento, vamos dizer assim, dos cursos de Medicina, para que eles se adaptem às novas tecnologias e assim por diante. Essa conversa tem que ser constante para melhorar o currículo de Medicina, mas o MEC não é responsável por avaliar os profissionais, os profissionais são avaliados pelo Conselho Federal de Medicina, assim como os advogados pela OAB, assim como os pilotos formados nos aeroclubes são avaliados pela Anac e não pelo aeroclube – obviamente, seria um contrassenso esse tipo de coisa.

Então, o que a gente vê aqui... Ah, e outra coisa: sim, é responsabilidade do Estado prover educação, sem dúvida nenhuma, e tem que fazer isso aí. Então, os cursos de Medicina têm que ser muito bons, com qualidade, e isso é responsabilidade do MEC, sem dúvida nenhuma. Agora, o profissional, o funcionamento desse profissional, a capacitação, a qualidade desse profissional é responsabilidade já do próprio conselho, no caso o Conselho Federal de Medicina. Se houver erro, existe o Ministério Público para tomar providências, para que as coisas entrem no eixo novamente. O Ministério Público está lá para isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é para deixar bem claro aqui que essa prova precisa ser executada pelo Conselho Federal de Medicina, não se pode misturar essas coisas, o que seria um contrassenso, seria retirar um princípio básico de segregação de função, o que levaria a consequências muito ruins. Como sempre, quem executa não fiscaliza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Passo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras e todos que estão nos ouvindo, o que estão querendo passar aqui para o povo brasileiro é que a culpa dos erros médicos vai ser resolvida com o exame de proficiência médica.

O MEC... Aqui a gente está querendo tirar a obrigação do Estado brasileiro. Eu fiz Medicina e tinha as avaliações, a coisa mais rara é passar toda a turma junta, porque tinha reprovação. E o MEC é capaz de avaliar isso.

Aqui ninguém está querendo que as pessoas sejam vítimas de erros médicos!

Está aqui mostrando a estatística, porque o CFM está querendo mostrar para o povo brasileiro que com o exame de proficiência médica vai melhorar o atendimento ao público. Povo brasileiro, isso não é verdade! Quem tem que avaliar os alunos no quarto ano, no sexto ano, como sempre foi feito, é o MEC, é o Ministério da Saúde. É isso aí que tem que acontecer.

Este debate é importante, sim, porque falaram de muitas faculdades, mas as notas das universidades públicas... Não tem nenhuma que tenha nota inferior.

Dois exames?! Você passa no Enamed, mas o Conselho Federal de Medicina diz que você não passou. Como é que vai ficar esse aluno?! Quem vai ensinar esse aluno?! Vão ser milhares de escolas privadas para poder dizer que é...

E não diga que o Conselho Federal de Medicina vai acabar. Quando foi proposto aqui, em 2019, acabar com os conselhos de medicina, com Crea, eu fui contra. Nós temos, sim, que ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização. Agora, dar a entender que passar no Enem, seis anos estudando, com testes no quarto, no sexto ano... Esse projeto do CFM foi bom, porque chamou a atenção da omissão do ministério, que não estava fiscalizando – o MEC –, que é obrigação. Quer dizer que eu ofereço a escola e eu não posso fazer os testes com esse aluno para ver se ele tem proficiência ou não?

Agora, como o CFM vai avaliar você que estudou seis anos, sendo avaliado já pelo MEC, com uma prova?! E simplesmente dizer que eu me formo em Medicina, mas, enquanto eu não estou prejudicada, porque eu posso ser um burocrata, enquanto o CFM não disser que eu sou médica... Que loucura é essa?! Dois testes?!

Sinto muito, colegas médicas, eu sou médica da universidade, mas isso aí, povo brasileiro, não vai melhorar o atendimento médico! Nós precisamos cobrar do MEC. Se o MEC está falhando, o Estado brasileiro está falhando, vamos cobrar e não tirar a obrigatoriedade de avaliar seus estudantes.

Que loucura vai ser essa? Você... Como foi falado aqui, dois testes, eu passo em um, não passo no outro, e sou o quê? "Terra do nem"? Morri de estudar e "terra do nem"? Sou contra essas aberturas também, mas elas foram abertas com ordem judicial – com ordem judicial. Veja as notas das universidades privadas.

Nós temos, no Rio Grande do Norte, a Uern, que é uma universidade estadual, com nota igual à da USP. Então, nós temos, sim, que ter um olhar diferenciado para o povo ter atendimento e não haver erros médicos.

Acho que o CFM devia estar preocupado, porque hoje não é só esse exame de proficiência, mas a quantidade de médicos que formam cooperativa e passam a explorar os próprios colegas. Está cheio disso! Formados em Medicina com a cooperativa que já... E eles ainda chantageiam: "Se você não fizer parte da cooperativa, nós não vamos botá-lo no Simples com anestesista, ortopedista...". Isso é a verdade, gente. A verdade é que precisamos do MEC, do Ministério da Saúde, em cima desses cursos, avaliando, fechando, reduzindo vagas. Quem não cumprir... Nós estamos punindo quem? O estudante que fez de tudo, aquele pai e aquela mãe, para passar num Enem? Porque não é fácil, ninguém passa à toa no Enem. Não é fácil o curso de Medicina. É tanto que botam até em bolsa de valores o curso de Medicina. E a gente sabe que um exame de proficiência médica, uma prova teórica para a qual o CFM não tem hospital, nem tem como fazê-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

la, não vai melhorar o atendimento médico. Nós temos que colocar a educação no orçamento deste país. Nós estamos discutindo tudo e não estamos discutindo isso. Vamos colocar, gente, um grande desafio? Vamos colocar a educação no orçamento deste país? Todos se calam sobre isso. E não venham aqui falar: "Na Inglaterra...". Aqui é Brasil, um país grande, continental, que tem todos os tipos de situação.

Como foi falado aqui, o Mais Médicos já deixava esse campo de atuação. Agora, dizer que eu passo no Enem, sou classificada numa universidade federal, e quem vai dizer que se eu sou médica ou não é o Conselho Federal de Medicina? Olha, não dei a entender... Estão dando a entender que a Senadora Zenaide é a favor de que o povo continue morrendo, porque os médicos não sabem das coisas. Sabem!

E outra coisa: nós temos que ter esse olhar, sensibilizar, humanizar a Medicina. Esse é o dever da gente aqui. E não é um exame de CFM que vai dizer...

Ainda ouço que – acho um acinte! – que um filho formado, passado com Enamed e tudo, ficar na burocracia. Médico na burocracia! Pelo amor de Deus, o que é isso?

Agora, podem ver, Brasil... Isso aqui vai ser aprovado – estou sentindo – porque deram a entender ao povo que o atendimento o povo vai ser assim "Nós temos excelentes médicos, que, no SUS, atendem mal e, no particular, atendem bem". Isso é culpa da má formação médica? Não! E não vai ser uma prova que vai evitar isso. O Brasil vai ver seus jovens que sonharam e estudaram reféns de um conselho que resolveu dizer que ele está acima de tudo. Então, eu não sou a favor.

Eu acho que é importante a discussão, porque foi relevada. A gente realmente... Está aí o próprio MEC que mostrou faculdades que não têm condições de funcionar. Eu não estou aqui defendendo formação de médico que não entende. E temos faculdade privada, sim, Damares, temos faculdade privada como a do Rio Grande do Norte, UnP. A UnP teve uma nota altíssima. E temos faculdades públicas todas com notas altas. Aí vamos submeter? Não. Vamos botar você aqui no birô. Enfermeira, quando trabalha só no birô, a gente chama de "enfermesa". E o médico vai ser trabalhando, pode fazer não sei o quê. Isso é um engodo que um exame de proficiência, quando você se forma, vai resolver o problema do atendimento médico neste país. Não é verdade. Sinto muito. Aqui sou médica com respeito a todos os colegas. Mas não é por aí, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem se preparar, pais e mães, porque vão aparecer milhares de custos para você pagar, para você ficar fazendo esse exame vários anos. E você não é médico? Que loucura é essa, cara? Debater isso aqui foi o suficiente.

E não tem essa história, como foi falado aqui: quem executa não fiscaliza. Isso é uma coisa que a gente faz quando faz licitação. Isso aqui é outro mundo, gente. Isso aqui é vida. Isso aqui são jovens que já vão ficar estressados por vida. Há avaliação no quarto ano, no sexto ano. Agora, como foi mostrado aqui, eu passo no Enamed, mas não passo no exame de proficiência. Eu sou o quê? Alguém pode dizer?

Então, meu voto é a favor da emenda. Acho que a gente tem que caminhar juntos e que a gente tem que ver isso. Não estamos... Zenaide não está defendendo aqui que médicos possam errar. Aí é o papel do CRM, o de CRM é fiscalizar médicos que cometem erros médicos. Que os médicos cometem. Independentemente, os médicos cometem. E hoje a gente sabe, o que está propondo aqui é que o CFM diga se você é médico ou não. E esse poder é grande demais para se dar a uma autarquia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, já avançada a votação, então serei bastante conciso na minha fala.

Mas é preciso trazer aqui alguns fatos. Primeiro deles: aqui se discute a qualidade do ensino médico. E me parece que todas as falas, aquelas que concordam e que discordam da matéria, entendem que a qualidade do ensino médico brasileiro precisa, sim, ser aperfeiçoada. Alguns apontam os caminhos, outros por outros, mas que a qualidade do ensino médico precisa ser aperfeiçoada me parece um consenso.

Segundo fato: houve uma expansão desordenada das universidades de medicina. Essa expansão...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... desordenada das universidades de Medicina, que, no momento certo, seja porque deveria ter sido feito, e não foi feito... Chega um momento em que se exige do Congresso Nacional uma legislação para procurar corrigir essa expansão desordenada. E por que é preciso corrigir? Porque aqui a gente está tratando de vida. Aqui a gente está tratando não apenas da saúde das pessoas, mas, além da saúde, de vida. E onde se trata de vida não há espaço – está certo? – para complacência. "Ah, papai pagou, mamãe pagou, e agora como é que vai ficar?" É a vida das pessoas que está em jogo. Não dá para ficar fazendo conta – está certo? – de custo ou de preço e depois achar que isso dá um direito automático a exercer uma profissão que interfere e que cuida da vida e da morte das pessoas.

Então, se há um consenso de que é preciso, sim, melhorar a qualidade do ensino médico, não há por que dizer que um exame de proficiência médica vai ofender de alguma forma o pai ou a mãe que pagou o curso do seu filho, e ele não chegou devidamente preparado lá, até porque uma eventual não aprovação não quer dizer que ele não vai poder exercer a sua profissão. Uma eventual não aprovação diz que há lacunas na sua formação, que essas lacunas podem ser, sim, revisadas, reaproveitadas, refeitas, e aí, num segundo momento, se faz e se vê que ele está habilitado a cuidar de gente, a cuidar de pessoas, a cuidar de vida e, para mim, é isso que faz a diferença.

Então, condições mínimas de infraestrutura, um corpo docente qualificado e um campo de prática adequado é o mínimo que se exige para uma formação de um profissional que vai lidar com vida. É por isso que eu acompanho a posição do Dr. Hiran nesse processo a favor do mérito da matéria e contrário à emenda, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O resultado foi 8 SIM e 12 NÃO.

Então, foi aprovado... (*Pausa.*)

Foram rejeitadas as emendas do Senador Rogério Carvalho, definitivamente rejeitadas!

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Eu quero falar um pouco aqui sobre o que nós acabamos de aprovar. Hoje eu acho que há um consenso nesta Comissão, há um consenso na sociedade brasileira de que os nossos cursos de Medicina precisam aperfeiçoar-se...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... precisam qualificar-se cada vez mais, e precisamos de médicos mais bem formados na nossa sociedade. Quanto a isso, não há discordância, é consensual. O exame de proficiência também é consenso na sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... é consenso nesta Comissão. E aqui foi expressada a vontade da maioria de maneira democrática e é isso que nós vamos fazer daqui para a frente. A divergência que houve foi pequena, era o modo de como fazer isso.

O Enamed, minha gente, acabou de ser realizado no Brasil. As faculdades federais, as faculdades estaduais tiveram um bom desempenho. Das faculdades privadas, mais da metade foram reprovadas. Isso nós temos que levar em consideração. Isso é da nossa responsabilidade, nós estamos aqui para isso.

Precisamos de médicos mais bem formados para cuidar da população brasileira. (*Palmas.*) Ninguém diverge disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exame de proficiência é consenso aqui nesta Comissão, e o resultado, já por várias votações, está expressando isso. Então, vamos à frente com o exame de proficiência. A divergência que houve, se seria aplicado pelo MEC ou se seria aplicado pelo CFM, foi dirimida agora com essa votação. Seja feita a vontade da maioria, é assim que a democracia sobrevive.

Vamos continuar nossa sessão. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3483, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei diretrizes e bases da educação nacional), para inserir nos currículos da educação básica conteúdos obrigatórios sobre prevenção ao tabagismo e ao uso de dispositivos eletrônicos para fumar; e a Lei nº 7.488, de 11 de junho de 1986, para determinar a realização, nas instituições de ensino, de ações educativas sobre tabagismo.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Flávio Arns, tendo como Relator *ad hoc* o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra, para leitura do seu relatório, o Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito feliz e aliviado pelo resultado do item 1.

Se me permite, eu prossigo para a análise aqui, direto.

A presente matéria é pertinente a esta Comissão, em conformidade com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece sua competência para opinar sobre proposições relativas à proteção e defesa da saúde e à competência do Sistema Único de Saúde. Dessa forma, as questões relativas a esta lei e os aspectos educacionais do projeto serão examinados quando de sua apreciação na Comissão de Educação.

A proposição apresenta-se constitucional e juridicamente adequada. A competência para legislar sobre educação, saúde e proteção e defesa da saúde é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, conforme a Constituição Federal. A Lei nº 9.394, de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 7.488, de 1986, trata do Dia Nacional de Combate ao Fumo, temas para os quais a União tem competência normativa geral. O projeto visa, portanto, a aprimorar a legislação federal existente, sem invadir competências privativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Peço silêncio. Tem um orador falando.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... de outros entes federativos.

Em relação ao mérito, a iniciativa é oportuna e relevante. Ao incorporar nos currículos escolares e nas ações educativas a prevenção ao tabagismo, à dependência de nicotina e ao uso de dispositivos eletrônicos para fumar, a proposição atua positivamente na promoção da saúde pública, especialmente entre crianças e adolescentes. Essa medida está em consonância com o dever do Estado de proteger a saúde dos cidadãos, conforme o art. 196 da Constituição.

Disso decorre a indiscutível relevância do PL 3.483, de 2025, que propõe a atualização de um diploma legal editado há quase quatro décadas, voltado para o combate ao tabagismo, numa época em que a relação da sociedade brasileira com o fumo era diferente da atual. Na década de 1980, poucos imaginariam o surgimento e a popularização dos dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil. Por isso, a Lei 7.488 não faz qualquer referência a esses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese seu inegável mérito, a proposição merece um reparo no tocante à técnica legislativa. Sua cláusula de vigência não está redigida em conformidade com os ditames da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a redação dos textos normativos. A fim de corrigir esse lapso, propomos emenda para fixar prazo de 90 dias para o início da vigência da lei. Propomos ainda, para evitar atropelos na implementação das medidas nos currículos escolares, que essas alterações somente sejam exigidas a partir do ano letivo subsequente ao da entrada em vigor do diploma legal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.483, de 2025, com a emenda apresentada a seguir.

> EMENDA Nº – CAS
> Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.483, de 2025, a seguinte redação:
> "Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.
> Parágrafo único. As medidas previstas no art. 26-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, serão de observância obrigatória a partir do ano letivo subsequente ao início da vigência desta Lei."

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço, Senador Astronauta Marcos Pontes, pelo seu relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5771, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CAE e 2-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos, com pareceres favoráveis ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, inclusive de uma forma resumida, porque o relatório estava publicado, todo mundo teve acesso, é uma matéria de consenso... Mas hoje ainda havia uma pequena dúvida, e a Liderança do Governo veio conversar comigo, e eu atendi essa sugestão como ajuste, então eu creio que nós não teremos problema.

O exame, Presidente, de triagem neonatal tem como finalidade identificar precocemente doenças que possam comprometer o desenvolvimento físico e mental da criança, possibilitando o início imediato do tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, a confirmação diagnóstica, denominada diagnóstico de certeza, conforme a Portaria de Consolidação 5, de 2017, do Ministério da Saúde, requer a realização de procedimentos laboratoriais e de atenção assistencial especializada. Esses procedimentos ocorrem em serviços de referência e laboratórios especializados em triagem neonatal, bem como em serviços de atenção ou de referência em doenças raras e outros serviços da atenção especializada.

Considerando que essas estruturas estão, em sua maioria, localizadas em grandes centros urbanos e polos regionais de saúde, o PL 5.775 mostra-se pertinente, pois busca facilitar o acesso das famílias de baixa renda residentes em áreas rurais ou afastadas desses centros, assegurando o seguimento diagnóstico e terapêutico adequado e promovendo maior equidade no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

O PL recebeu duas emendas na CAE, e eu as recepcionei. No ajuste de hoje, Presidente, a fim de atender a pedido da Liderança do Governo aqui no Senado, acolhemos, para facilitar a deliberação da matéria, a sugestão consubstanciada na emenda que ora ofereço.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto 5.771, de 2023, com as Emendas 1 e 2, da CAE, e com a seguinte emenda que apresento agora.

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a seguinte redação:
> "Art. 10 .....
> §5º Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta para confirmação de condição detectada pelo exame de rastreamento de que trata o §1º, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o referido atendimento, conforme regulamentação dos entes federados.
> §6º O benefício tarifário concedido aos serviços de transporte público coletivo urbano e semiurbano, nos termos do §5º, será custeado de acordo com regulamentação do poder concedente." (NR)

Este é o voto, esta é a emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço aos companheiros, aos pares, apoio ao meu voto e, inclusive, à emenda apresentada. (*Pausa.*)

Ficou bonita essa foto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Damares. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal, então vou abrir o painel para iniciar a votação.

O painel está aberto.

As Sras. e o Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senadora Dra. Eudócia, enquanto nós realizamos aqui a votação nominal, eu queria pedir a V. Exa. que pudesse inverter o próximo item da pauta. Muito rapidamente, eu quero apresentar um requerimento de uma audiência pública sobre a proteína experimental polilaminina. É uma coisa que está sendo muito discutida na imprensa leiga, e nós estamos aqui sugerindo a presença de várias entidades e também da Dra. Tatiana Coelho de Sampaio, bióloga, para que ela fale um pouco dessa pesquisa que ela está fazendo, para que nós possamos ter uma visão real da evolução dessa terapêutica.

Uma coisa que me preocupa muito... Nós aqui, no nosso Congresso, já aprovamos a pílula do câncer, e eu acho que não houve uma discussão muito técnica a respeito da matéria e nós aprovamos aquilo que se configurou em algo que não tinha efeito terapêutico nenhum. Não é o caso aqui, mas eu queria apresentar rapidamente um requerimento para a gente fazer uma audiência pública com a presença dessas instituições e com a autora da pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido, Senador Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os benefícios do desenvolvimento da proteína experimental denominada "Polilaminina", voltada ao tratamento de lesões graves da medula espinhal, com resultados preliminares promissores na recuperação de movimentos em pacientes paraplégicos e tetraplégicos.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Como V. Exa. já leu, Senador Dr. Hiran, os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, como vai aprovar o dele, eu tenho o item 10 também, que é um requerimento, coisa simples.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O seu também é requerimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não?

É só para eu dar como lido, e eu vou correndo abrir a outra Comissão. Pode ser? É só um requerimento. Posso ler, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Resultado: aprovado.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, com ênfase em inclusão social, combate ao preconceito, tratamentos disponíveis, acessibilidade, educação e oportunidades de trabalho.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, eu requeiro a realização de uma audiência pública, em conjunto com a CDH, para a gente discutir os problemas enfrentados pelas pessoas com acondroplasia no Brasil. E aí eu trago uma lista de nomes no requerimento e só queria, neste momento, acrescentar o nome também da Sra. Kenia Maria de Souza Rio.

Então, é uma audiência em conjunto desta Comissão com a de Direitos Humanos.

Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Senadora Dorinha, é o seguinte: como o projeto de lei de que a senhora é Relatora é terminativo e esse que acabamos de votar também é terminativo, então a gente tem...

Já chegou. Pronto, completou o voto. Só precisávamos de mais um voto.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Votos SIM, 11; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Doze votos foi o quórum, portanto está aprovado o projeto, com as três emendas.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora vamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2865, DE 2025

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ausência no trabalho do responsável por acompanhar a criança ou adolescente em tratamento oncológico.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Uma observação: a votação é nominal.

Dessa forma, concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atendidos todos os requisitos legais, é competência do Congresso Nacional manifestar-se quanto a essa natureza, não existindo, portanto, invasão de competência privada.

No mérito, trata-se de introduzir na CLT mais uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho, por meio de um novo inciso no art. 473. As hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, recorde-se, são aquelas em que apenas a prestação do serviço pelo empregado é interrompida, mas não o pagamento do salário, bem como os demais consectários legais decorrentes do contrato de trabalho.

O conceito que fundamenta a existência de tais hipóteses de interrupção do contrato é o de permitir ao trabalhador a possibilidade de se ausentar do serviço para poder acompanhar... A proposta ora em exame acrescenta uma nova hipótese a esse rol: o acompanhamento de criança ou adolescente durante tratamento oncológico, pelo tempo que se fizer necessário.

Nesse sentido, a proposição incorpora um elemento essencial para as modernas relações de trabalho: a busca de equilíbrio entre as demandas concorrentes do trabalho e as demandas familiares.

Além disso, temos de considerar que, no Brasil, não existe dentro do sistema de seguridade social um esquema plenamente desenvolvido de acompanhamento dos enfermos, cabendo tradicionalmente à família tal responsabilidade.

Particularmente, o projeto é oportuno por complementar as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que, em seu art. 12, estabelece que os estabelecimentos de saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação.

A modificação que se propõe para a CLT espelha e completa a disposição do ECA, pois permite que os pais ou responsáveis venham a ocupar os espaços que têm à disposição para o acompanhamento de seus dependentes menores em período tão delicado e vulnerável.

Adicionalmente, cumpre destacar ainda que a medida proposta está em consonância com princípios constitucionais, notadamente o da dignidade da pessoa humana e o da proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral à criança e ao adolescente. Reforça a prioridade absoluta conferida à saúde e ao bem-estar dos menores, sem descurar da preservação do vínculo empregatício.

Sob a perspectiva econômica e social, a iniciativa contribui para reduzir os impactos psicológicos e emocionais decorrentes do afastamento prolongado de crianças e adolescentes em tratamento, favorecendo assim a adesão aos protocolos médicos.

Por fim, é relevante observar que a proposta não cria ônus desproporcional para o empregador, uma vez que se limita a assegurar a manutenção do pagamento do salário durante o período de ausência, sem impor encargos adicionais. Trata-se, portanto, de medida equilibrada, que harmoniza os interesses do trabalhador, da família e da empresa.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.865, de 2025, de autoria de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizá-la, Senadora Dorinha, pelo excelente relatório.

Esse projeto de lei é de suma importância para as famílias que acompanham essas crianças, esses adolescentes, que precisam tanto não só do acompanhamento em si, mas da parte afetiva. Então, o pai, a mãe, a tia, alguém da família poder estar com esses pacientes é de suma importância.

Como você bem colocou no seu relatório, Professora Dorinha, não vai ter ônus a mais para as empresas. Seria a questão de liberar, de uma forma justa, esses entes familiares para cuidar dos respectivos doentes da família, especialmente as nossas crianças e adolescentes.

Então, agora, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

A votação é nominal, votação eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, que os assessores aqui presentes possam comunicar aos colegas Srs. Senadores e Senadoras que estão remotamente para votarem, porque a votação é nominal e por meio eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com a palavra a Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria de parabenizar a sua iniciativa, logicamente, como médica, como Senadora, de alguém que acompanha de perto a realidade das nossas famílias.

A doença e o tratamento no caso aqui específico já fragilizam muito tanto o menor que está em tratamento, a criança ou o adolescente, quanto as famílias. E, em muitos casos, ocasiona, inclusive, às vezes, a perda do trabalho, do vínculo empregatício, num período em que não há escolha. Alguém precisa acompanhar, inclusive tendo um resultado efetivo no sucesso do tratamento.

Dentro do rol das proteções à criança e ao adolescente, ao ser inserida essa possibilidade... Obviamente, nós reconhecemos, inclusive, que hoje, com as novas formas de relação de trabalho, é possível, em alguns casos, inclusive, o responsável que vai ficar liberado fazer um trabalho remoto, que possa ser conciliado. E, de qualquer forma, a relação com a empresa é uma relação humana. Então, o pai ou a mãe, ou quem quer que seja o responsável está vivendo já um período de grande sacrifício, e isso vai permitir que ele mantenha o vínculo e auxilie nesse tratamento.

Inclusive, nós temos avançado muito na questão do atendimento educacional para esse que está em tratamento. Hoje, alguns hospitais já têm as salas de aula com convênio com as secretarias de educação. São atividades diferenciadas, mas, de igual forma, já existem. Eu, inclusive, fui Relatora de projetos que também permitem, que dão condição para que o estudante que esteja nesse tratamento prolongado não seja prejudicado no seu ano letivo, quando for o caso, para que as secretarias possam realizar, através de apoio com as escolas, exames e atendimento. Alguns hospitais têm brinquedotecas, têm salas de apoio, obviamente, porque o tratamento requer um tempo de afastamento de uma criança de sete, oito anos, nove anos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de escolarização. Acho que isso acrescenta tanto nesse aspecto do acompanhamento no tratamento de saúde, quanto na possibilidade desse acompanhamento educacional, dando suporte para o vínculo com a escola.

Então, eu fiquei muito grata com a relatoria e acho que é muito importante que esse projeto logo seja uma garantia para o familiar que for dar suporte nesse período de acompanhamento. E pode, inclusive, ser casada essa ação com a questão da escolarização. Ele não vai estar na escola, mas vai ter o atendimento, a orientação, a produção de tarefas.

E o projeto aqui caminha nesse sentido de ampliar os direitos da criança e do adolescente. E, obviamente, o interesse de todos é que, logo, ele fique saudável e que cada um possa seguir seu rumo no trabalho, na escola. Então, é muito importante o seu projeto, e eu tenho certeza de que logo ele vai virar lei.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela sua explanação e pela sua colocação, Senadora Dorinha, porque, realmente, além do tratamento de que essas crianças e esses adolescentes necessitam, o tratamento médico precisa muito da parte afetiva para o melhor resultado no seu tratamento.

E você foi mais além: você já vislumbrou – até porque você é uma excelente professora, enfim, e tem essa sensibilidade – avançar também na questão, como alguns hospitais já colocaram, de ter salinhas de aula dentro do hospital. Mas precisamos avançar nessa questão, muito bem colocada, e vamos lutar também para que a gente possa consolidar essa questão. E eu também acredito muito que esse projeto se tornará lei em um breve espaço de tempo.

Muito grata pela relatoria e pelas suas palavras, Senadora.

Enquanto nós estamos aguardando atingirmos o quórum para votação, eu vou passar aqui para o item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 118, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Ministro Alexandre Padilha, Ministro da Saúde; a Exma. Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Sra. Laís Amaral, coordenadora de alimentação saudável e sustentável do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec); o Dr. Eduardo Nilson, representante da Fiocruz, especialista em alimentação e saúde; o senhor representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o senhor representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil; e o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 119, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a rotulagem nutricional de produtos alimentícios ultraprocessados e o uso de edulcorantes, seus impactos na saúde pública e as estratégias regulatórias necessárias à proteção do consumidor.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Alexandre Padilha, Ministro da Saúde; o Exmo. Sr. Leandro Pinheiro Safatle, Diretor-Presidente da Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); a Sra. Ana Paula Bortoletto, Pesquisadora da Nupens/USP; o senhor representante da Organização Pan-Americana da Saúde - Opas/OMS Brasil; e o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na justificação, nós temos a discussão sobre a rotulagem nutricional.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Agora vamos aguardar atingir o quórum de votação. Só falta um voto.

Solicito aos colegas Senadores e Senadoras que estão remotamente que possam votar. (*Pausa.*)

Já atingimos o quórum de votação.

Agora vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Foram 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Então, o quórum foi 11.

Por esse motivo, o resultado desse projeto de lei foi a aprovação.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Lembro que amanhã, às 9h, teremos reunião desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2016, que "dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação do exercício da profissão de operador de *telemarketing* ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de *telemarketing* ou teleatendimento".

Convoco para o dia 4 de março, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Jussara Lima, Magno Malta, Humberto Costa, Teresa Leitão, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Beto Faro e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 91/2024 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 45/2025 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2016, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento". **Participantes:** Pedro Tourinho de Siqueira, Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro; Vivian dos Santos Queiroz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – Sintratel; Marco Aurélio Coelho de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing da Cidade de São Paulo e Grande São Paulo – Sintratel; Luís Carlos Crem, Presidente do Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos – Sintelmark; Renata Queiroz Dutra, Professora adjunta de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB; Francisco Luiz Saraiva Costa, Secretário da Coordenação Administrativa-Política da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – Contracs/CUT; Mirlene Fátima Simões, Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade de Campinas – Unicamp; Anderson Borja da Câmara, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing do Estado do Ceará – Sintratel; Flávio Malta Fleury, Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidade de São Paulo – USP; Marcos Pereira da Silva, Tesoureiro da Federação dos Trabalhadores, Empregados e Empregadas no Comércio e Serviços do Estado do Ceará – Fetrace; Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Gisela Nabuco Majela Sousa, Vice-Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho – MPT; Washington Domingues Neves, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Crislaine Carneiro, Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamada do Estado do Rio Grande do Sul – Sintratel; e Cláudio Tartarini, Consultor Juridico da Associação Brasileira de Telesserviços – ABT. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/26

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 91, de 2024, CAS, e 45, de 2025, CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2016, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de *telemarketing* ou de teleatendimento e institui o piso salarial nacional para o operador de *telemarketing* ou teleatendimento.

Informo a todas e todos que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Bom, primeiramente eu gostaria de cumprimentar a todas e a todos que nos acompanham por esta audiência e também os nossos expositores.

Todos sabem que eu estou aqui representando o Senador Paulo Paim, Mestre Paim. Eu tenho uma alegria imensa toda vez que sou solicitada, que recebo esse pedido do Paim, e o atendo prontamente, porque a admiração é enorme. Então, ao Paim e à sua assessoria, aos seus servidores, aos profissionais assessores o meu carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra já para a gente iniciar, porque já atrasamos um pouquinho, para o nosso primeiro expositor, o Sr. Pedro Tourinho de Siqueira, que é o Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), por videoconferência.

O SR. PEDRO TOURINHO DE SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Todos me escutam?

Bom dia a todos e a todas. Quero saudar aqui todos os participantes dessa audiência pública. Vejo aqui a representação da Codemat, do Ministério Público do Trabalho; vejo aqui as lideranças do setor de *telemarketing*, dos trabalhadores e trabalhadoras organizados. Quero, em particular, saudar Vivian, que é do *telemarketing* do Sindicato de Campinas, e o Marco Aurélio, de São Paulo, que são as pessoas que, insistentemente, procuram a Fundacentro em defesa da luta, da saúde, da segurança dos trabalhadores desse setor, que é um setor tão importante.

Eu quero começar fazendo, primeiro, uma exposição sobre a Fundacentro. Acho que é importante que as pessoas saibam de onde eu falo. Eu presido a Fundacentro, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, que é uma entidade que está completando este ano 60 anos de existência e que é uma instituição científico-tecnológica que tem como objetivo, como função finalística, produzir estudos, fazer difusão, fazer formação, extensão, para que o tema da interface entre a saúde e o trabalho e as suas repercussões na saúde dos trabalhadores, os riscos na saúde do trabalhador sejam devidamente conhecidos, reconhecidos e, portanto, evitados. Que o mundo do trabalho e que o ambiente de trabalho sejam transformados para que eles se tornem progressivamente espaços mais seguros e mais saudáveis, não espaços mais adoecedores, como infelizmente é a trajetória histórica do mundo do trabalho.

Isso posto, quero também construir aqui, eu diria, um elemento básico civilizatório e que tem que ser consensual para que essa discussão possa existir: que é inadmissível que as pessoas, os trabalhadores e as trabalhadoras que, justamente pela própria natureza do que são as relações de trabalho, precisam se colocar no ambiente de trabalho, precisam produzir, precisam se deslocar ao trabalho, precisam, portanto, vender as suas horas de vida para poder ter renda, colocar comida na mesa, realizar seus sonhos; que as pessoas, para além do trabalho, acumulem, pela perda da sua qualidade de vida, adoecimento, as mais diversas formas de prejuízos à sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, por conta do modo como a sua atividade laboral acontece no seu organismo, dos riscos nela presentes, das condições ambientais.

É inadmissível. A gente faz contratos de trabalho que implicam na cessão das nossas horas, das nossas vidas para que a gente possa produzir, contribuir para a sociedade e, portanto, ter a nossa remuneração, mas a gente não pode naturalizar que dentro desses contratos esteja embutido, tacitamente ou não, o adoecimento previsível, o adoecimento como consequência dessa atividade. Portanto, se há uma atividade laboral que vai acarretar necessariamente elevado risco de adoecimento, ou às vezes até a certeza do adoecimento, essa atividade precisa ser transformada, se não extinta. A gente não pode jamais naturalizar, falar: "Olha, é do ofício que as pessoas vão adoecer mesmo, acontece, mas a sociedade precisa" ou qualquer outro argumento dessa natureza.

Então, nesse sentido, a gente precisa entender que o *telemarketing* é uma atividade problemática no sentido da saúde e da segurança dos trabalhadores e das trabalhadoras. É uma atividade profissional que está associada a índices muito elevados de adoecimento. A gente pode começar, então, aqui a falar mais concretamente da importância da regulamentação da profissão, do trabalho, do trabalhador de *telemarketing*, partindo dessa informação, que é incontestável, de que o *telemarketing* é uma das áreas de trabalho, das categorias, enfim, em que a gente tem um dos maiores percentuais de trabalhadores adoecidos, em que a gente tem uma gama ampla de modos de adoecimento, de formas como o *telemarketing* acaba contribuindo para o adoecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras. E aí a gente tem que passar um pouco sobre quais são essas... vamos dizer, esse perfil de adoecimento que está associado ao trabalho no *telemarketing*.

Antes disso, inclusive, eu quero informar a vocês aqui, fazer já um convite a todos os presentes e a todo mundo que está nos assistindo. Coincidentemente...

Opa, já está acabando?

Coincidentemente, a Fundacentro vai fazer, no dia 5 de março, a partir das 14h, presencialmente e *online* – o presencial é lá na Rua Capote Valente, 710 –, um debate sobre o adoecimento do teleatendimento e *telemarketing*. Então, quero que todos coloquem na agenda, para que a gente possa compreender o que é esse universo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que eu tenho pouco tempo aqui, eu vou passar muito rapidamente a falar um pouco sobre a prevalência elevada de transtornos mentais relacionados ao trabalho no *telemarketing*, com índices muito elevados de depressão, de ansiedade, de formas crônicas de expressão do estresse, como a famosa síndrome do *burnout*, como uma acompanhante dos ambientes de *telemarketing*. É quase praxe, é quase uma fala do cotidiano perguntar onde é que está não sei quem, que é um trabalhador lá da empresa: "Ah, ele está afastado por *burnout*". Já virou quase que regra ter uma parcela das equipes – chega a 30%, a depender do recorte da pesquisa que se realiza, chega a 30% dos trabalhadores –, em períodos especificados de tempo, afastados do trabalho por conta de adoecimento, predominantemente de saúde mental, mas não só: temos as doenças vocais relacionadas ao trabalho, o uso intensivo da voz sem pausas adequadas; temos os distúrbios osteomusculares provocados também pelo trabalho. Então, tem uma preocupação com a ergonomia muito importante.

Não por acaso, as diretrizes de proteção do trabalho de *telemarketing* estão contidas ali na NR-17, no Anexo II, que é uma normatização específica para a adoção de medidas que limitam jornadas de trabalho que têm que ser mais curtas, estabelecem pausas, determinam a exigência de ergonomia, de se olhar a estrutura ergonômica do posto de trabalho e que, dessa maneira, contribuem para que a gente tenha o mínimo de proteção.

Entretanto, trata-se de uma categoria com elevada rotatividade, que tem um predomínio de trabalhadores jovens, uma quantidade muito grande de trabalhadores jovens que estão às vezes nas suas primeiras experiências profissionais e que, portanto, ainda padecem de, eu diria, muita vulnerabilidade nesse ambiente das relações de trabalho. E essa vulnerabilidade acaba se expressando muito rapidamente em formas de trabalho em que a gente tem o chamado fenômeno da intensificação do trabalho, caracterizando uma carga excessiva, desgastante e degradante para o trabalhador, que resulta, como acontece infelizmente quando a gente não consegue prevenir, no adoecimento. Particularmente, quando a carga de trabalho é extenuante a ponto de superar a capacidade cognitiva, a resiliência, a capacidade de invenção de novas formas de proteção, resulta no – bem, já vi que eu estou nos finalmentes aqui – adoecimento psicossocial relacionado ao trabalho.

O adoecimento psicossocial relacionado ao trabalho, o adoecimento mental relacionado ao trabalho, vale dizer, acontece quando a gente tem um esgotamento da capacidade de resistir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador. Todo trabalhador, quando confrontado com um desafio no seu ambiente de trabalho, busca inovar, se transformar, oferece uma modalidade criativa de resistência. Quem quiser ler mais sobre esse tema tem que ler um autor chamado Christophe Dejours, uma figura muito importante. Então, existe o sofrimento que gera a criação e permite que, muitas vezes, o trabalhador consiga, inclusive, avançar a partir dos desafios que são postos, mas chega-se a um limiar a partir do qual esse sofrimento imobiliza, congela o trabalhador, que fica impedido, pela exaustão, pela sobrecarga, de conseguir achar soluções para esse conserto de sobrecarga. E aí, nessas horas, o que a gente tem é o sofrimento patogênico, em que o trabalhador vai sucumbir e vai, de fato, ter o que eu falei no começo aqui, a sua saúde, o seu bem-estar comprometido de forma muito duradoura e muito profunda. Todo mundo sabe o quão dramático é o adoecimento mental relacionado ao trabalho, porque o trabalhador não tem, na maior parte das vezes, a opção de falar: "Vou deixar esse posto de trabalho porque ele está me fazendo mal". Essa escolha não é simples, o trabalhador precisa do trabalho e, portanto, se submete; e, ao se submeter, ele persiste em um ambiente de sofrimento, em um ambiente de sobrecarga, de trabalho intensificado; e isso não só vai progressivamente corroendo a sua capacidade de tolerar o trabalho, mas acaba extravasando para as outras dimensões da vida.

Quero finalizar falando que não é brincadeira a dimensão do adoecimento mental relacionado ao trabalho. Nós tivemos mais de 400 mil afastamentos, no ano de 2024, por adoecimento mental nos ambientes de trabalho no Brasil. Nós temos muita convicção de que esses números ainda são subnotificados e subdimensionados, porque existe um estigma muito grande relacionado ao adoecimento mental na sua relação com o trabalho, ainda existe preconceito, é chamado de frescura, de mimimi, há várias falas desqualificatórias.

Os ambientes das empresas não estão preparados efetivamente para a construção de ambientes de acolhimento, em que essa escuta possa ser feita e os determinantes desse adoecimento sejam de fato abordados e enfrentados.

E vale dizer que, se isso é uma realidade no mundo do trabalho de modo geral, isso é uma realidade em particular no ambiente do *telemarketing*, em que a gente tem grandes massas de trabalhadores, que estão ali submetidos a ambientes comuns de trabalho, que, muitas vezes, são, de fato, adoecedores, pela própria ambiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ainda mencionar, já que eu estou finalizando aqui, que nós temos ainda o fator complicador do trabalho domiciliar, do teletrabalho, que também passou a trazer parte desse universo do *telemarketing* de forma muito importante, do teleatendimento e *telemarketing*. E aí a gente vê, então, os aspectos ergonômicos do trabalho sendo absolutamente diluídos, a proteção ergonômica. A gente sabe que, muitas vezes, não são oferecidas as proteções da ergonomia que em outros ambientes de trabalho poderiam ser. A gente vê a sobreposição da jornada, em particular as mulheres, tendo que, ao mesmo tempo, trabalhar de casa, cuidar dos filhos, gerir o lar, com tudo isso contribuindo para um contexto crônico de sobrecarga, de esgotamento, que, como eu já falei várias vezes aqui, vai resultar efetivamente num colapso psíquico dessas trabalhadoras em particular, mas dos trabalhadores do *telemarketing* de modo geral.

Nesse sentido, é fundamental que a gente avance na regulamentação do trabalho do *telemarketing*, que a gente avance no sentido de produção de um marco normativo e legal que compreenda que essa categoria de trabalhadores tão vulnerabilizada, com índices tão elevados de adoecimento e afastamento, precisa de um olhar. Nós estamos falando de um contingente elevado de mais de 1 milhão de trabalhadores por todo o Brasil, e, portanto, uma parcela significativa da população brasileira. E, portanto, adotar medidas que promovam a proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores, uma regulamentação da proteção desses trabalhadores, é uma medida de saúde pública. Além de uma medida que dialoga com o nosso compromisso com o trabalho decente e com o imperativo de que o trabalho não seja o lócus onde o trabalhador adoece, trata-se de uma medida de saúde pública, porque o fardo desse adoecimento para o sistema de saúde, para a sociedade, para a coletividade como um todo não é nada desprezível, é um fardo significativo.

Com isso, eu quero concluir aqui e me colocar à disposição para mais diálogo com os senhores e senhoras, caso seja desejado e necessário.

A Fundacentro está à disposição. Como eu falei, dia 5 de março, teremos, às 14h, um importante debate sobre este tema. E isso é só uma das várias iniciativas que nós temos de discussão sobre o tema da saúde mental do trabalho, em particular o trabalho do teleatendimento e *telemarketing*.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente. Dr. Pedro, eu quero pedir desculpas, porque, antes da sua exposição, eu me esqueci de anunciar o tempo para cada expositor. As equipes sugeriram, por causa da lista extensa, cinco minutos. Eu, particularmente, acho pouco. Então, nós vamos colocar, para ter um equilíbrio, sete minutos, para não ter nem para um lado nem para o outro – eu sou uma pessoa que gosta muito do equilíbrio. Então, já peço desculpas, porque eu sei que você teve que expor de forma muito célere aí seu pensamento, mas obrigada pela participação. Deixou muito bem o recado. E seja muito bem-vindo à nossa audiência.

Agora, eu vou passar a palavra para a Sra. Vivian dos Santos Queiroz, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Campinas e Região (Sintratel).

Seja muito bem-vinda, Vivian.

A SRA. VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – acho que colocaram "telecomunicações", mas não é "telecomunicações", é "*telemarketing*".

Agradeço o convite. Agradeço ao Paim que, desde 2016... A gente veio conversar com ele em 2015, depois de muita luta, depois de greves dentro do nosso setor, por melhores condições de trabalho, né, Marco? Em 2015, a gente veio conversar com o Paim, ele entendeu a importância da nossa luta junto com o companheiro Bira, que esteve com a gente nas greves e falou: "Vamos lá conversar com o Paim. O Paim é uma pessoa aberta". E, desde lá, a gente viu que ele acolheu a nossa categoria e possibilitou fazer a primeira audiência pública em 2016, quando nos ouviu. Na época a gente conseguiu trazer muitos trabalhadores para contar a verdadeira situação deles dentro das empresas de *telemarketing*. Não é uma regra, mas grande parte das empresas tem uma situação de vulnerabilidade dos trabalhadores, das condições de trabalho.

Como o Pedro falou, o Pedro também, da Fundacentro, é uma das pessoas que apoia muito, porque ele sabe do sofrimento, sabe das notificações para a Fundacentro e Ministério do Trabalho, sabe da condição em que sempre estiveram – e agora, com o processo de digitalização – e estão os trabalhadores em *telemarketing*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui ao Anderson, ao Marco, ao Bira, à Dra. Mirlene, ao pessoal da Contracs, da Fetrace, aos doutores, à Dra. Renata e ao Dr. Flávio, e a todos que estão presentes, porque são pessoas importantes que estão aí engajadas na nossa luta; e a você, Leila, que está presidindo esta audiência, a gente lhe agradece muito.

A situação... O protocolo do nosso pedido de projeto de lei em 2016 foi importante, foi um marco para a nossa categoria, que nunca teve uma regulamentação. O nosso pedido, na época, seria para regulamentar a categoria, estabelecendo um piso nacional para todos os operadores de *telemarketing* em todo o Brasil.

A gente via a crescente mudança das empresas para diversos locais do Brasil, em busca de um salário menor. Então, a gente falou: se a gente tiver um piso nacional, estabelecido para todos os trabalhadores e os tomadores de serviço, não só as empresas de *telemarketing,* mas todos vão ter que seguir esse piso a nível nacional e vão passar a respeitar os trabalhadores em *telemarketing*.

E a gente tem uma situação muito importante de degradação da saúde do trabalhador, como o Dr. Pedro Tourinho falou. A gente tem notificações de *burnout* – agora que isso vem crescendo extremamente –, a saúde mental do trabalhador está extremamente abalada, casos de LER/Dort, problemas de voz, e isso tudo a gente vai entregar agora, Leila, para você.

Já encaminhamos para a assessoria do Paim uma atualização do nosso projeto de lei, porque, de 2016 para cá, houve muitas mudanças no nosso setor – não só no mundo do trabalho de forma geral –, por conta da digitalização, e antes a gente só atendia ou ligava, hoje a gente atende, liga, atende *chat*, Whatsapp, *e-mail*... Então foram agregadas para o operador de *telemarketing,* em teleatendimento, diversas funções, e a gente sempre recebe o mesmo salário por isso. A gente tem ainda uma carga horária que a gente acredita ser extensiva. A gente teve uma redução de jornada para 36 horas, mas a gente acredita que ainda é uma carga horária que causa adoecimento.

Então, a gente tem aqui alguns pedidos de alteração do projeto de lei, que são importantíssimos para a nossa categoria, e eu gostaria de entregar para você, em nome da Frente Nacional dos Trabalhadores em Telemarketing. A gente discutiu essa atualização, e eu gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregar, se você puder entregar essa atualização, para que a gente possa discutir e possa melhorar a condição de saúde dos trabalhadores: de saúde, ter um piso decente.

Hoje a gente tem a situação dos trabalhadores em *home office*, como o Pedro falou, mulheres, mães, que são... Hoje não existe uma obrigatoriedade de se ter um auxílio *home office* para essas trabalhadoras, cuja maioria é mulher, negra, mãe, população LGBT. Então, a gente tem uma condição bem difícil e a gente está aqui para poder discutir, ouvir os pesquisadores que estão aqui apresentando, ouvir a classe patronal também, que vai trazer para a gente os dados também, e para a gente poder, conjuntamente, deslanchar com um projeto de regulamentação e trazer uma melhor condição para todos os trabalhadores de *telemarketing* e teleatendimento, para todo o Brasil.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente. (*Palmas.*)

Obrigada pela fala, pelo alerta, Vivian. Nós vamos nos debruçar, sim, sobre as alterações aqui, sobre as sugestões que você está passando, representando os trabalhadores da área.

Obrigada pela sua participação.

Eu vou passar a palavra agora para o Marco Aurélio Coelho de Oliveira, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing da cidade de São Paulo e da Grande São Paulo (Sintratel).

Seja bem-vindo, Marco.

O SR. MARCO AURÉLIO COELHO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila. Eu quero cumprimentá-la, agradecer pela oportunidade; agradecer ao Senador Paim, que iniciou essa luta com a gente; agradecer a presença dos SINTRATELs.

Foi a companheira Vivian que se esforçou inicialmente, trazendo para o Senador Paim esse projeto de lei, então, quero agradecer especialmente à Vivian por isso; agradecer ao Anderson, do Ceará; à nossa companheira Cris, do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença do Luís Crem, responsável pelo sindicato patronal, o Sintelmark, do Estado de São Paulo. É importante a gente ouvir também os representantes das empresas, os empregadores.

Quero agradecer aos pesquisadores, todos e todas aqui presentes.

Quero agradecer ao Ministério Público; agradecer ao Pedro Tourinho, Presidente da Fundacentro, que tem sido essencial nessa nossa luta para melhorar a norma de saúde da categoria.

E quero dizer que, para nós, é uma satisfação, primeiramente, sermos ouvidos nesta Casa, Senadora Leila. É fundamental os trabalhadores e as trabalhadoras terem a oportunidade de dialogar com vocês, Senadores, que são nossos representantes. Então, esta oportunidade de os trabalhadores e trabalhadoras estarem aqui ocupando este espaço é uma grande vitória para nós.

A gente costuma dizer, no *telemarketing*, a frase: "Você ouve a minha voz, mas não sabe quem eu sou". Então, hoje, nós estamos aqui...

A SRA. VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ (*Fora do microfone*.) – E "Você não me vê, mas eu existo".

O SR. MARCO AURÉLIO COELHO DE OLIVEIRA – É. "Você não me vê, mas eu existo".

Então, hoje, nós estamos aqui sendo apresentados, tendo essa oportunidade de dialogar, de falar da nossa realidade, a partir da gente.

O nosso setor é um setor que emprega mais de 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil; é a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho; é o setor da diversidade, um setor que emprega afrodescendentes, mulheres, população LGBT+; e é um setor que trabalha no regime CLT. É importante reafirmarmos essa questão.

Hoje, a nova geração discute muito o empreendedorismo, a questão do PJ, da pejotização. Então, nós estamos aqui para dizer que é muito importante ser CLT, é muito importante ter uma carteira assinada, é muito importante você ter tíquete. Antigamente, as empresas de *call center* eram aquelas máquinas em que você apertava a moeda lá e caía um salgadinho. Gente, hoje nós temos tíquete, temos convenção coletiva de trabalho assinada. Isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o setor que mais emprega jovens, por outro lado, precisa de regulação. Torna-se necessário regulamentar o setor e, principalmente, regulamentar a nossa profissão. Por quê? Porque é um setor que tem muito adoecimento. Doenças psíquicas, como o Pedro Tourinho colocou aqui e a companheira Vivian, essas questões de adoecimento não podem ser naturalizadas.

Então, nós precisamos, dentro do projeto de lei, Senadora Leila, incluir a questão da saúde como primordial. O Anexo II da NR-17 é a nossa norma de saúde, é o nosso documento principal, que estabelece pausas de descanso, estabelece a importante jornada de 36 horas semanais. Nós precisamos manter essas 36 horas semanais. E quando a gente discute hoje o fim da escala 6x1, Senadora, é importante a gente lembrar que nós precisamos discutir isso também no nosso setor. E nós já temos, por exemplo, em São Paulo, experiências de adaptação de jornada para a escala 5x2, em que o trabalhador compensa durante a semana, numa jornada de sete horas, para que ele possa ter duas folgas semanais. Então, são experiências que já estamos fazendo em São Paulo – né, Vivian? – e que a gente precisa discutir aqui no Senado quando a gente discute o fim da escala 6x1. O jovem precisa trabalhar, mas ele precisa de lazer, ter direito à cultura. E isso só vai acontecer se a gente tiver mais tempo livre, sendo CLT – sendo CLT.

Então, essas questões são fundamentais. A questão do teletrabalho, do *home office*, como nós vamos adaptar à norma de saúde para quem está trabalhando em casa? Os ambientes de trabalho no *telemarketin*g, nós continuamos tendo problemas de, por exemplo, ambiente de trabalho com problema de ar-condicionado, ambiente muito quente. A norma de saúde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO AURÉLIO COELHO DE OLIVEIRA – Exatamente, insalubridade! A norma de saúde vem para corrigir isso.

Então, precisamos de uma regulamentação da categoria que trate a saúde como o eixo principal. Mas, também, a questão econômica. Não dá para um operador de *telemarketing* ganhar somente o salário mínimo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO AURÉLIO COELHO DE OLIVEIRA – Trabalhar em duas empresas... Nós precisamos discutir um piso nacional que seja acima do salário mínimo federal. Isso é fundamental. Precisamos discutir um piso nacional da categoria, em que todas as empresas, seja onde ela estiver, paguem acima do salário mínimo. Isso é fundamental também.

E, nesse sentido, regulamentar a profissão torna-se crucial para a nossa existência. Hoje, Senadora, com a vinda da tecnologia, de maior forma, de maior escala... Tudo bem, nós não somos contra a tecnologia, nós somos fruto da tecnologia, porém a tecnologia tem que estar a serviço do nosso trabalho. Ela não pode substituir o nosso trabalho. Nós precisamos discutir a robotização no *call center*. As pessoas querem falar com o humano. Se eu sou roubado e eu fico sem o meu cartão do banco, eu quero ligar e falar com alguém, eu não quero falar com robô. Se eu sou assaltado, eu quero falar com alguém, com atendente, eu não quero falar com robô.

Então, é um trabalho essencial o *telemarketing*. Agora, nós precisamos discutir como essa tecnologia que está sendo implementada vem a nos ajudar, não nos substituir – a gente precisa trabalhar. Ninguém aqui é contra a tecnologia, agora de que maneira ela está sendo implementada?

Nesse sentido, nós temos hoje atendimento de *chat*, WhatsApp. Não dá para um trabalhador atender cinco, seis pessoas ao mesmo tempo; cinco, seis telas em que nós falamos. É engraçado, quando a pessoa vai falar com alguém no *chat*, o trabalhador fala "bom dia", e demora dez minutos para retornar. Aí a pessoa fala: "Mas ninguém quer falar comigo?". Não, é que ele está falando bom dia para você, bom dia para o outro, bom dia para o outro... Ele está falando com quatro, cinco pessoas ao mesmo tempo, então vai demorar esse atendimento. Mesmo no WhatsApp, quando você fala com humano; quando o robô deixa você falar, porque o robô te trava ali e fica: "Aperta um. Aperta dois. Você quer voltar? Você quer que eu faça isso?". Não, eu quero falar com alguém.

Então, não dá para um trabalhador, no atendimento digital, falar com cinco, seis pessoas ao mesmo tempo. Qual é o limite para isso? Precisamos discutir aqui. Qual é o limite de saúde para um atendimento no WhatsApp – razoável?

Então, quando a gente fala do *telemarketing* e teleatendimento, que para nós são sinônimos, são as mesmas coisas – *telemarketing* e teleatendimento é tudo a mesma coisa –, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos dizendo que a gente existe, que a gente quer regulamentação, mas, principalmente, que a gente quer um ambiente saudável para trabalhar, a gente quer continuar sendo CLT, a gente quer ter mais folga e a gente quer ter um salário acima do salário mínimo.

Muito obrigado e é uma grande satisfação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Marco, pela sua presença e sua fala, a colaboração na nossa audiência.

Eu vou passar a palavra agora para o Luís Carlos Crem, que é o Presidente do Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintelmark).

Seja bem-vindo, Luís Carlos.

O SR. LUÍS CARLOS CREM (Para expor.) – Bom dia a todos. Estou aqui na missão de representar o patronal. Costumo dizer que nesta mesa não existe lado, porque é uma mesa em que o lado mais fraco é o trabalhador. Então, não existe lado nessa discussão. Na verdade, é a busca desse equilíbrio e busca do bem comum para todos, né?

Eu acho que a gente tem uma situação... a gente fala hoje muito de *telemarketing*. E o *telemarketing* é uma profissão que é recente, mas ela é antiga. Quando a gente fala de 2015, de regulamentação e tudo mais, os avanços que nós tivemos nos últimos anos foram importantíssimos. E a participação do laboral nesse processo foi muito importante, o fortalecimento do laboral e do patronal ali nessas discussões. Hoje, ter uma convenção coletiva sólida que dá poder efetivo para o trabalhador... Então, eu acho que a gente evoluiu muito nisso.

Mas a profissão também evoluiu muito, né? A gente olhando lá o projeto-base 2016 e olhando para hoje, se a gente tivesse aprovado aquele projeto lá em 2016, ele estaria totalmente desatualizado hoje. Essa é uma preocupação que eu sempre coloco. Eu falo assim: há certas coisas que a gente não pode colocar na lei, a gente tem que colocar na regulamentação, tem que colocar ali, porque existe uma evolução e essa evolução acontece, e a gente precisa estar sempre de olho.

Quando a gente fala da profissão de *telemarketing*, lá no início, na cabeça, a coisa em que as pessoas ainda pensam muito é naquela solução da venda do produto, da pessoa que ficava incomodando, ligando para as pessoas, tentando fazer aquela venda massiva e tudo mais. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

evoluiu muito. Hoje, o *telemarketing* passou a ser 20% do que existe hoje no segmento; 80% dos serviços hoje prestados numa situação – e aí a gente chama de telesserviços, e não mais de *telemarketing* – é todo o processo de SAC. Ou seja, toda vez que você tem um problema com um produto, vai fazer uma troca de um produto, quem está lá do outro lado para te atender é um profissional de telesserviços, é aquela pessoa para quem você vai ligar 2h da manhã, porque você está com um problema de liberação de um exame para fazer em um hospital. É um operador que está lá, é um ser humano que está fazendo esse atendimento 2h da manhã, para garantir que você seja atendido e que você consiga fazer um exame.

Então, a gente está falando de centrais, por exemplo, de 156, todos os operadores da Eneel...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS CREM – ... das empresas, de suporte à vida, de suporte 24 horas para a parte de... Então, assim, é uma amplitude muito grande, e hoje a maioria é receptiva, a base não é mais o *telemarketing*, são pessoas que estão ali prontas para atender o público.

Uma outra coisa que eu acho que é importante é que as empresas de *telemarketing* que eu represento são atividade-meio, nós fornecemos serviços para contratantes, e os contratantes também têm o seu *telemarketing*, têm ali o seu telesserviço. Então, não são só as empresas de *telemarketing* que são afetadas pela lei, as empresas contratantes também são, e as empresas contratantes trabalham com as suas RFPs, com seus editais.

Então, quando a gente fala de salário, quando a gente fala de carga de trabalho, isso está definido muitas vezes lá no processo de licitação, está definido lá na RFP que é recebida. E a gente tem tido discussões ultimamente em relação a certas coisas que a gente tem que resolver. Chega um edital em que eles colocam que você precisa contratar uma pessoa em regime de oito horas, sendo que seis horas ela vai ficar atendendo e duas horas ela vai ficar em *backoffice*, ou seja, ela está burlando uma norma, ela está burlando uma lei que foi aprovada, uma norma que existe, que é uma prática, mas isso vem numa RFP.

O que acontece? As empresas têm que falar "não, eu não posso". Só que aí entra a força do mercado, e a gente sabe que tem muitas empresas que acabam adotando isso. As empresas de *telemarketing,* não, porque elas estão seguindo a norma regulamentadora, elas estão seguindo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que existe hoje de regulamentação da lei, elas têm os laborais ali em cima, no dia a dia, acompanhando a vida dos trabalhadores e cobrando as empresas para fazerem corretamente.

Mas, do outro lado, nós sabemos que tem empresas que fazem a prática desse tipo de coisa. Por quê? Porque não é uma regra única. Você não tem uma lei, você não tem uma regulamentação de que se aquela empresa – não a empresa de telesserviço, porque ela já sabe que tem que cumprir a obrigação dela –, o tomador... Se tiver uma lei que diga para ele que ele precisa cumprir aquilo, é importante – é importante –, inclusive, para as empresas de telesserviços, porque aí todo mundo joga no mesmo jogo. E hoje existe essa diferença.

A questão dos canais – acho que já foi citada –, a evolução do *telemarketing*, do telesserviço mudou. Hoje em dia, a parte de voz ainda é importante, mas, praticamente, a maioria dos serviços hoje, principalmente esse do receptivo, do suporte e tudo mais, migrou lá para os canais de *chat*, para o WhatsApp, para *e-mail*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS CREM – Então, as empresas tiveram que se adaptar para esse processo.

Falando um pouquinho aqui... Eu vou tentar ser breve. Eu preparei uma apresentação mais longa, mas aí o tempo nosso se reduziu, e eu vou tentar ser breve aqui.

Quem é o setor? Hoje é um setor que tem a questão da mão de obra intensiva, ou seja, mais de 65% dos custos das empresas são com folha de pagamento. Ele é, eminentemente, diverso e inclusivo – acho que isso aqui ninguém questiona, é uma coisa que... A inclusão está em processo – eu sempre falo –, mas a diversidade é presente dentro do setor.

Hoje, de 30% a 50% dos colaboradores já estão trabalhando em *home office*. Então, quando a gente fala hoje em *home office*, em certas regiões isso não faz muito sentido, mas, em regiões, por exemplo, como São Paulo, você ter as pessoas em *home office* é um benefício tremendo. É aquela pessoa que ganha, no dia a dia dela, ali em São Paulo, pelo menos três horas de deslocamento. Para uma pessoa que trabalha seis horas por dia, o *home office* dá qualidade de vida para esses trabalhadores.

Uma grande expansão para o Nordeste, acho que isso é importante. Nos últimos anos, o Nordeste recebeu, sim, muitas empresas. Hoje, o Nordeste... Os empregos que nós tínhamos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul, no Sudeste... Historicamente, o número de pessoas trabalhando no setor não diminuiu, migrou para o Nordeste. Então, hoje, lá no Nordeste, tem cidades em que ele é o maior empregador. Então, as empresas que foram para o Nordeste, hoje, se tornaram o maior empregador em determinadas cidades.

Uma coisa é o emprego formal, CLT e benefícios, ou seja, não existe empresa de telesserviços que não esteja formal. E, quando existe o contrário, como em São Paulo, em que nós temos uma empresa que está pejotizando o operador, nós já entramos com pedido na Justiça para que vá lá e encerre as atividades dessa empresa ou ela se adeque, porque é impossível você concorrer hoje, no mundo que nós estamos falando, em uma empresa contratando operadores para trabalhar pejotizados.

É uma geração de empregos indiretos no entorno, ou seja, todo local onde montam uma operação de *call center*, e isso eu acho que é uma coisa que é importante... Hoje se fala muito em investimento na indústria. Às vezes, você vai montar uma indústria, você monta uma planta lá de 10 mil metros, e aquela planta de 10 mil metros emprega cem pessoas, porque ela coloca cem máquinas para trabalhar com um operador. Então, aquela planta de 10 mil metros emprega cem pessoas. Em 10 mil metros, uma empresa de *call center* coloca 3 mil pessoas para trabalhar, 2 mil pessoas para trabalhar. Isso gera muito emprego na região, sem gerar grandes impactos tanto de sustentabilidade quanto... Além da geração de empregos no entorno.

A promoção da inclusão produtiva efetiva. Aqui nós estamos falando de inclusão efetiva, ou seja, gerar emprego, gerar renda para jovens... Hoje mais de 60% dos nossos colaboradores têm até 24 anos e têm no setor o primeiro emprego. E uma coisa aqui que é muito difícil para o setor. Apesar de eu fornecer o primeiro emprego para a maioria dessas pessoas, a minha cota de jovem aprendiz não conta com esses empregos das pessoas que têm 18 anos. Então, é o primeiro emprego, a pessoa tem 18 anos, está recebendo CLT, tudo bonitinho, registrada, e eu não posso contar com essas pessoas que estão trabalhando na minha cota de jovem. Então, além de empregar o jovem, eu ainda tenho que manter uma cota ativa de jovem aprendiz. Então, isto é uma coisa também que a gente precisa discutir com seriedade – já existe essa discussão, mas a gente precisa discutir sobre essa questão do setor –: ele emprega jovem, e eu não posso contabilizar esse jovem como aprendiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, ele tem uma situação muito grande de inclusão das mães e mulheres em situação de vulnerabilidade. A gente tem situações muito importantes para falar sobre isso. São aquelas situações em que você consegue trazer para dentro das empresas aquelas pessoas que realmente estão passando dificuldades e que, no mercado de trabalho tradicional, não são acolhidas, porque, na primeira vez que elas tiverem um problema, elas perdem o emprego. Então, isso é uma coisa que... A gente tem muitos exemplos de situação de mães acolhidas, de mulheres vulneráveis que foram acolhidas pelas empresas.

Do público LGBTQIA+ também a gente tem números excelentes.

E, mais recentemente, a questão dos refugiados: o setor tem contratado muitos refugiados diante dos cenários. Nos últimos três anos, aí o setor hoje já é um dos que mais empregam refugiados no Brasil.

Então, algumas outras informações.

Oportunidade para cursar o ensino superior e formação. O setor não exige formação, só para cargos específicos. Então, você pega a pessoa ali que terminou o segundo grau e você dá formação para essas pessoas. Você consegue incentivá-lo e fazer parcerias para que ele consiga se formar, que ele consiga ter ali o curso superior dele dentro da empresa.

Existe um investimento massivo em treinamentos tanto de produto quanto de formação profissional. Então, às vezes, você pega a pessoa ali que, infelizmente, chega sem poder falar o português direito. E aí você tem que dar um treinamento de língua portuguesa para a pessoa, para ela conseguir sentar e escrever uma mensagem no WhatsApp, esse tipo de coisa. E há a questão muito de treinamentos de produtos. Então, as pessoas acabam saindo preparadas, inclusive, do setor de telesserviços.

Uma coisa que eu sempre ressalto é esse diálogo aberto com o setor laboral. Acho que a gente evoluiu muito, inclusive, em cláusulas sociais. Eu acho que as convenções coletivas que temos hoje no setor, quando a gente olha para as cláusulas sociais, evoluíram muito. Eu poderia citar n cláusulas aqui, mas acho que todos têm consenso em relação a essas questões de cláusulas sociais. E é um setor que não deixou de lado a questão social, olhando muito forte em cima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos normas específicas, o Anexo II do *telemarketing* – acho que o Tourinho citou isso. E a gente tem essa importância. Hoje, as empresas têm que seguir uma norma regulamentadora em relação ao ambiente de trabalho, ar-condicionado e tudo mais. Se não segue, tem que ser penalizada – eu sempre falo isso. A norma existe, a empresa tem que seguir. Se a gente comparar as empresas de 20 anos atrás com as de hoje – existem exceções –, as empresas não são mais o ambiente degradante que existia antigamente. Existem exceções, mas não é mais o cenário que existia.

Quando a gente fala das doenças modernas – sim, a gente tem que olhar as doenças modernas, elas existem, né? –, a quantidade de *burnout* que tem acontecido nos últimos anos é um negócio assustador, e a gente precisa, sim, olhar com calma a questão do *burnout* e dessas doenças, mas entender isso como sociedade como um todo. Foram citados 400 mil afastamentos no ano passado. Esses 400 mil afastamentos são do *telemarketing*? Não, não são. No Brasil, houve 400 mil afastamentos. O que isso representa? Tem que ter uma visão técnica em cima dessa informação para a gente entender a origem. É só o *local center* que está gerando isso? É o nosso ambiente de trabalho? É global, né? Então, como é que nós vamos trabalhar isso para melhorar como um todo e não... Acho que a gente tem que tratar isso, sim, mas tem que tratar isso com uma responsabilidade técnica muito grande, quando foi feito o Anexo II da NR-17: olhar pelo lado saúde, ou seja, qual é o fator causador, de onde está vindo isso. Quando eu pego uma pessoa em situação vulnerável e coloco para trabalhar em uma posição de atendimento, ela já está vindo de casa em situação de vulnerabilidade. Às vezes, ela já chegou esgotada para trabalhar e aí ela entra em um ambiente onde realmente ela vai ter seis horas, cinco horas sentada em uma situação de produção, conversar, ouvir problema de cliente, muitas vezes ser ofendida pelo cliente que está do outro lado da linha e tudo mais. Dentro desse contexto, você tem uma situação realmente maior de você poder ativar um *burnout* ou ativar essa situação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS CREM – Então, são coisas assim. E acho que a gente precisa olhar tecnicamente para o problema, e olhar como um todo, de repente não só com esse olhar no setor: olhar no todo e olhar no setor o que pode ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o compromisso com a manutenção e qualificação de emprego diante de adoção de novas tecnologias pelos contratantes. Esse é um compromisso do nosso setor. Por quê? Porque o maior ofensor do nosso setor hoje, quando a gente fala da tecnologia, é porque não somos... não é o setor que adota a tecnologia, é o contratante. Quando o contratante fala assim: "Eu quero reduzir despesa", ele coloca uma inteligência artificial – não é o *call center* que coloca uma inteligência artificial –, e isso reduz o número de postos de trabalho. Então, a gente, sim, tem que olhar nessa questão da tecnologia, da adoção de tecnologia, mas buscar caminhos também para que a gente consiga preservar os empregos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS CREM – E que não é o *telemarketing* que é...

Aqui eu vou pular.

Só esse mapa aqui representa as cidades do Brasil que hoje têm alguma operação de telesserviços. Então, nós estamos falando hoje em mais de 1,4 milhão de colaboradores no Brasil, são 19 estados com operações de telesserviços em mais de 80 municípios. Existem municípios em que a maior mão de obra é no setor de telesserviços, tá? Então, existem aí situações... No Nordeste, hoje, tem muitas cidades em que o maior empregador é uma empresa de telesserviços. E isso todo mundo sabe que gera um impacto direto lá no CadÚnico e em uma série de outras coisas, porque, quando você consegue pegar 8 mil pessoas em uma região e colocar dentro de uma empresa de telesserviços, são 8 mil pessoas a que você está dando direito a trabalho e a que você está dando direito de sair da situação de um CadÚnico e passar a ter cidadania.

Aqui, falando um pouquinho, eu já passei para vocês, eu vou pular, mas é exatamente a necessidade dessa atualização, considerando as transformações, para viabilizar a manutenção do emprego. Eu acho que isto é um ponto quando a gente fala de regulação, regulamentação: viabilizar a manutenção dos empregos. A gente precisa manter os empregos. Hoje o que a gente enxerga é que, se a gente continuar do jeito que está, na verdade nós vamos perder empregos.

E fortalecer o atendimento humano com política de inclusão e empregabilidade. A gente já tem discussões sobre isso, sobre Lei do SAC e uma série de outras coisas. Por quê? Porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento 100% técnico, tecnológico, utilizando robô, utilizando a tecnologia que seja, é um fator de exclusão social, inclusive.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS CREM – Aquele senhor de idade, aquela pessoa que tem dificuldade, a pessoa que às vezes não consegue lidar com a tecnologia, ela está sendo excluída também. Então, acho que isso é uma coisa que a gente precisa enxergar.

Fatores de pressão, eu nem vou citar.

Bom, resumindo, o setor é totalmente aberto a essa discussão. Nós vamos participar, junto com todos aqui, dessa discussão, mas ela precisa ser uma discussão técnica. Uma discussão, quando a gente fala de tudo isso, tem que ser muito técnica. Como a gente olhou lá a NR-17, Anexo II, no passado, e foi feita uma discussão técnica, ela tem que ter uma discussão técnica hoje, ela tem que olhar com detalhes essas questões técnicas para a gente conseguir ter um projeto, ter uma lei que amanhã ou depois a gente não olhe para ela e fale assim: não nos atende.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS CREM – Então, estamos, sim, abertos, mas dentro de um diálogo muito amplo e profundo para a gente entender os impactos.

Desculpa pelo tempo e obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Luís Carlos, representante aqui do Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintelmark).

Quero cumprimentar aqui os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing. Por favor, uma salva de palmas para eles (*Palmas.*) que estão acompanhando aqui a nossa audiência, atentos, fazendo uma linda e carinhosa manifestação ao Senador Paulo Paim. Obrigada pela participação e presença de vocês.

Vou passar a palavra agora para... Eu vou alternar um pouquinho, porque a lista está extensa. Pegamos aqui na frente, agora eu vou pegar mais uns dois nomes, aí eu retorno, pedindo já desculpa ao Francisco e ao Anderson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra para a Renata Queiroz Dutra, que é a Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Seja bem-vinda, Professora.

A SRA. RENATA QUEIROZ DUTRA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos e todas.

Eu agradeço à Senadora Leila.

Queria iniciar saudando a oportunidade deste debate nesta Comissão e agradecendo tanto ao Senador Paim quanto à Sra. Viviane, que me fez o convite para participar aqui.

Quero iniciar saudando este debate nesta Comissão, porque nós que estudamos o mundo do trabalho hoje temos visto essa discussão sobre o trabalho no *telemarketing* ficar um pouco esquecida, diante de tantas novas formas de contratação e novos desafios que têm aparecido no mundo do trabalho. Então nós temos tantas situações de trabalho precárias que estão se avolumando no nosso contexto que a preocupação com trabalhadores em plataforma, trabalhadores pejotizados, trabalhadores de outras modalidades tem tomado conta do debate, pela gravidade das condições que estão sendo colocadas, mas nós não podemos nos esquecer dessas categorias que estavam anteriormente já com muitos problemas também de precarização. Então que bom retomar e lançar os olhos sobre essa categoria, que vem num processo de aprofundamento de precariedades que já estavam sendo diagnosticadas em pesquisas.

Eu falo aqui como pesquisadora. A minha tese de doutorado que eu defendi, em 2017, foi sobre os trabalhadores em *telemarketing*. Eu fiz um estudo de caso na cidade de Salvador e me baseei em muitas outras pesquisas feitas no país, em universidades públicas, sobre a condição de trabalho dos trabalhadores de *telemarketing*, em diversas regiões do país.

Falo disso porque nós temos aqui, então, um grande arcabouço de pesquisas, de estudos técnicos, de estudos qualificados, com reconhecimento pelos pares, apontando para a gravidade das condições de trabalho no setor de *telemarketing*.

Em 2017, quando eu pesquisei, nós tínhamos desafios que estavam muito relacionados ao salário, à questão da jornada, à questão do adoecimento, à questão da hostilidade da gestão do trabalho, aos problemas em relação ao uso da migração do território nacional, para efeito da precarização da categoria... Enfim, nós tínhamos muitos desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Flávio, que é um pesquisador que defendeu, mais recentemente, uma pesquisa sobre o setor de *telemarketing*, vai poder atualizar, de forma muito feliz, esses dados. Mas o que eu tenho acompanhado é que, ao longo desse período de dez anos, praticamente, da defesa da minha tese até agora, nós não só não modificamos o cenário de precarização, que já estava identificado, em relação a esses trabalhadores, como foram agregadas novas formas de trabalho, que são também precárias.

Então, o fato de hoje você ter uma realidade em que boa parte dos trabalhadores de *telemarketing* foi remetida ao *home office*, sem condições adequadas para que isso tenha sido feito e agregando novos riscos ocupacionais que o trabalho em domicílio também promove – e, aí, só para falar aqui do acúmulo do trabalho de cuidado, do isolamento em relação aos coletivos de trabalho, da maior vulnerabilidade psíquica de quem se expõe ao *telemarketing*, além dos desafios em relação à manutenção de condições ergonômicas, em relação à própria preservação da saúde mental no ambiente doméstico –, a gente também tem o uso de novas tecnologias, que vão também implicando uma intensificação desse trabalho. Então o instrumento agora não é mais só o telefone; é o telefone, é o *chat*, é a inteligência artificial, é o concurso do trabalhador, do trabalho humano, com o trabalho da inteligência artificial, muitas vezes disputando, condicionando e controlando esse trabalho...

Então nós temos novas tecnologias, novas conformações, mas, infelizmente, não um uso dessas tecnologias e dessas conformações em favor do bem-estar e em favor do trabalhador, e sim no sentido de otimizar essa prestação de serviço, do ponto de vista da eficiência empresarial, mas com um custo social ainda muito grande.

Eu queria retomar aqui alguns elementos que são muito importantes para a gente pensar o cenário de precarização no setor de *telemarketing*.

Nós estamos falando – e esse perfil ainda permanece – de uma categoria jovem, de uma categoria feminina, de uma categoria formada por uma presença muito significativa de pessoas negras e pardas e de uma categoria em que, a despeito desse perfil, há muitos trabalhadores em condição de primeiro emprego, muitos trabalhadores numa condição ainda muito incipiente da sua vida profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma alta rotatividade no mercado de trabalho e uma presença de adoecimento, quando a gente cruza esses dados – principalmente os dados da previdência social – com os dados referentes ao perfil dessa população, que é assustadora, porque essa é uma população que adoece, do ponto de vista psíquico, de maneira muito intensa. Então as ocorrências de depressão, síndrome do pânico, *burnout* aparecem de forma destacada em relação ao restante do mercado de trabalho, porque se trata de um trabalho submetido a uma gestão hostil, a uma intensidade, a uma cobrança de metas muito excessiva.

E você também tem outras formas de adoecimento físico que concorrem com esse adoecimento mental: o uso da audição, da voz, da visão, as condições ergonômicas e ainda questões relacionadas ao trato urinário dos trabalhadores, por conta de uma prática empresarial detectada, identificada em pesquisas, identificada pela fiscalização do trabalho, identificada pelo Poder Judiciário, que é o controle do uso do sanitário, provocando diminuição da ingesta de água, diminuição da frequência do uso do banheiro e muitas ocorrências de infecção urinária, principalmente entre as mulheres que trabalham na categoria.

Então, nós estamos falando aqui de cruzamento de dados epidemiológicos, de cruzamento de dados da previdência social, de estudos pautados em critérios científicos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA QUEIROZ DUTRA – ... que têm promovido essas conclusões no sentido de que o adoecimento da categoria realmente é um adoecimento que se destaca em relação ao conjunto do mercado de trabalho e um adoecimento preocupante pelo perfil dos trabalhadores e trabalhadoras desse setor, que são trabalhadores jovens, muitas vezes em primeiro emprego e que ficam pouco tempo no emprego, dada a alta rotatividade que o setor tem.

Eu gostaria de trazer esses elementos e dizer que a leitura que eu fiz do projeto de lei que está sendo proposto agora, que está sendo defendido, principalmente com as atualizações que foram promovidas, é muito importante, porque vai conseguir ser responsiva, digamos assim, a desafios que são desafios permanentes dessa categoria.

A condição salarial... A gente sabe que a precariedade da remuneração gera um condicionamento em relação à própria gestão do trabalho, porque o fato de a remuneração ser precária faz com que esses trabalhadores fiquem muito dependentes das remunerações variáveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do atingimento de metas, de cobranças em relação a um comportamento dentro do ambiente de trabalho que muitas vezes torna esse ambiente hipercontrolado e extremamente hostil.

Nós temos também uma preocupação muito grande que o projeto de lei está tentando enfrentar que é com relação à jornada – e aí a gente tem um debate público muito importante sobre a redução da jornada, no sentido do seu tempo absoluto –, mas é muito importante no *telemarketing* a gente pensar a intensidade da jornada de trabalho. Não é só sobre a extensão, é sobre como esse tempo é distribuído. Então um trabalhador que não para, que tem um ritmo de trabalho excessivo, que tem que atender múltiplas demandas simultaneamente, um trabalhador que sofre um controle muito rígido, até no tempo que ele acessa o banheiro, no tempo que ele faz uma pausa para fazer um lanche, que ele está sempre conectado, inclusive com estímulos luminosos na tela, com estímulos sonoros que vão controlando a atividade dele...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA QUEIROZ DUTRA – Esse é um ambiente de trabalho que impede uma cadência saudável do trabalho, é incompatível com a reprodução desse trabalho por um tempo continuado e também vai causando adoecimento, sobretudo do ponto de vista psíquico.

Eu teria outros elementos para falar, mas eu queria só concluir dizendo que a gestão do trabalho no *telemarketing* é problemática e é adoecedora há muito tempo. Esse é um modelo de gestão que tem se consolidado, se reproduzido e expandido para as novas formas de expressão desse trabalho e tem tido um nexo muito claro com o adoecimento dessa categoria.

Limitar as possibilidades dessa gestão por meio de uma regulação protetiva que garanta pausas, que garanta uma remuneração razoável, que impeça uma hostilidade da gestão – que não é só a questão do assédio por parte de quem gere o trabalho, mas também uma permissividade em relação ao assédio por parte dos clientes –, é fundamental para que essa categoria possa ter uma inserção num emprego digno. Não é só emprego que a gente está querendo defender – eu sou defensora aqui da inserção da juventude no mercado de trabalho com a proteção da CLT –, mas é emprego digno, emprego que não esteja submetido a condições precárias, e a regulamentação da categoria vai nesse sentido.

Eu peço desculpas por ultrapassar o tempo e fico à disposição. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Profa. Renata, representando a nossa UnB aqui, a nossa querida UnB. Um abraço para a nossa Reitora, Rozana.

Foi muito esclarecedora a sua fala aqui hoje com relação a todos aqui. Acho que a fala aqui para todos nós nos sensibiliza, a gente sabe das dificuldades.

Como esta Casa é o Parlamento, e a gente tem que fazer um debate sério sobre isso... Eu até agradeço ao Senador Paim, e à equipe também, por ter trazido para esta Casa este debate. Realmente agora, depois dessa audiência, eu vou estar junto com ele nesse *front*, convocando e motivando os demais Senadores. É um ano um pouco atípico, todos vocês sabem, é um ano eleitoral, na Casa oscila muito a frequência, mas realmente precisamos fazer um debate sério a respeito disso.

Quero agradecer aos trabalhadores, a todos que estiveram envolvidos nessa provocação muito importante e ao Senador Paim por ter trazido o debate para a Casa.

Obrigada, Profa. Renata.

Eu vou passar a palavra agora para o Francisco Luiz Saraiva Costa, que é o Secretário da Coordenação Administrativa-Política da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços.

Seja muito bem-vindo Francisco.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA (Para expor.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Leila Barros, que é aqui do DF e muito importante na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, não só aqui do DF, mas do país inteiro. A gente queria agradecer também ao Senador Paulo Paim e também aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, aos demais convidados, aos trabalhadores e trabalhadoras que acompanham esta audiência e aos representantes sindicais que estão presencial ou virtualmente nesse importante debate.

Agradeço a oportunidade de debater o PL 447, de 2016, então, já faz um tempo que a gente está aí nessa luta. O PL trata da regulamentação de operador de *telemarketing* e teleatendimento e da instituição de um salário que tenha um piso nacional para a categoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está em discussão aqui não é apenas um projeto de lei, é o reconhecimento de uma realidade concreta do mundo do trabalho brasileiro. Estamos falando de uma categoria numerosa, muito grande. Desde 2016, então tem crescido muito mais, inclusive com as tecnologias que foram aumentando. Então, a categoria é muito grande no país, inserida no setor de serviço, administrativo, comércio, de apoio e em vários setores e que, segundo a Pnad Contínua, do IBGE, é composta majoritariamente por mulheres, por jovens – também por todas as faixas etárias, mas principalmente por mulheres e jovens.

Para muitos é o primeiro emprego formal e para muitos a única alternativa inicial para trabalhar, para continuar sobrevivendo e sustentando suas famílias, mas, nessa porta de entrada do mercado de trabalho, também tem muitos casos em que é uma porta de entrada para o adoecimento. A gente já viu em várias explanações, registros, principalmente em pesquisas concretas, como isso acontece.

O próprio Estado brasileiro reconhece isso. A NR-17 do Ministério do Trabalho possui um anexo específico, que é o Anexo II, não por acaso. É uma atividade que envolve vários riscos físicos, psíquicos diferenciados; exige pausas obrigatórias, regras ergonômicas e organização específica de jornada.

Além disso, os boletins estatísticos do INSS mostram o crescimento dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais nos últimos anos, especialmente em atividades marcadas por metas intensas, cobranças permanentes e muita pressão para exercer a atividade.

Não estamos falando de suposições; estamos falando de dados oficiais.

Também é importante registrar que o setor apresenta alta rotatividade, ou seja, exatamente por essas pressões, problemas. Então, é muito rotativo o setor.

Informações do novo Caged, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho, revelam volumes elevados de demissões e desligamento nessa atividade no último ano.

O Dieese já apontou que essa rotatividade está associada a baixos salários, metas abusivas e desgastes no local de trabalho, acelerada pela força que se exige nesse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, temos uma atividade essencial para a economia digital, ligada a grandes grupos empresariais, setores altamente lucrativos, como telecomunicações, bancos, serviços financeiros, mas estruturada sobre um modelo de intensa pressão e baixa valorização.

A regulamentação proposta, aqui, pelo PL 447, de 2016, é um passo para organizar esse cenário, definir atribuições, criar parâmetros claros e de segurança jurídica. Não se trata de engessar o mercado. Trata-se de estabelecer limites civilizatórios nessa profissão importante.

Da mesma forma, o piso salarial é um instrumento de combate à precarização. Ele reduz desigualdades regionais, impede a competição predatória baseada na redução de salários e reconhece que esse trabalho tem um valor econômico e social importantíssimo. Valorizar o operador de *telemarketing* não é inviabilizar empresas. Ao contrário, é reduzir a rotatividade, diminuir o afastamento, qualificar o atendimento e fortalecer o mercado interno.

O Congresso Nacional tem, neste momento, a oportunidade de enfrentar uma lacuna histórica. A tecnologia avançou, a economia digital se expandiu, mas a proteção ao trabalhador e à trabalhadora que sustenta esse modelo não acompanhou esse ritmo. Regular essa profissão é afirmar que o Brasil não aceita que a modernização tecnológica caminhe junto com a precarização do trabalho. É reconhecer, por trás de cada ligação atendida, que existe uma pessoa que merece respeito, saúde, salário digno. E aprovar o PL 447, de 2016, é um passo concreto nessa direção.

É importante considerar que o debate sobre o PL 447, de 2016, se conecta com a pauta mais ampla da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, sem redução de salários e de direitos. Estamos falando do mesmo princípio: estabelecer limites para proteger a saúde e a dignidade de quem trabalha no teleatendimento, porque, nesse teleatendimento, já há uma comprovação de adoecimento relacionado a metas excessivas, pressão constante, ritmo intenso, jornada prolongada, descansos insuficientes, o que apenas agrava esse cenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – Regulamentar a profissão e instituir um piso salarial é parte de um movimento de maior valorização do trabalho. Modernizar a economia não pode significar precarizar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, reafirmamos que desenvolvimento e proteção social precisam caminhar juntos. Por isso precisamos da compreensão dos Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas do Congresso Nacional, do Poder Executivo, de todos os setores, principalmente do setor empresarial, porque você valorizar o trabalhador é você trazer mais qualidade, é você respeitar a sociedade, é você estar em conjunto com todo o sistema que move a economia. Não é só lucrar por lucrar. Entendeu? Então, atrás dessa ligação, tem pessoas, e essas pessoas precisam ser valorizadas e respeitadas.

Então, nós da Confederação dos Trabalhadores do Comércio e Serviço e do Sindicato dos Comerciários do DF, de que eu também sou Diretor, estamos aqui nesta luta, pedindo que a Senadora, como é uma das lutadoras aqui nesta Casa, junto com o Senador Paulo Paim, faça com que ande o mais rápido possível. Desde 2016, como foi demonstrado aqui pelos representantes dos trabalhadores, estamos aqui todos juntos nesta luta, e já são muitos anos. De lá para cá, a tecnologia evoluiu, os problemas aumentaram. E quantas pessoas de lá para cá foram adoecidas porque não tem uma regulamentação dessa categoria, dessa profissão, não tem parâmetros mínimos? Por tudo o que foi exposto ali – e a gente aqui respeita muito os empregadores –, mas a gente precisa colocar isso nas regras da lei, na regulamentação, para proteger esses brasileiros e essas brasileiras.

Então, estamos todos juntos aí e vamos vencer, porque precisamos dessa regulamentação já.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Francisco, representante e Secretário da Coordenação Administrativa-Política da Contracs/CUT.

Obrigada, Francisco.

Eu vou passar a palavra, alternando, para a Profa. Pós-Doutoranda Mirlene Fátima Simões, Pós-Doutoranda no Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade de Campinas (Unicamp).

Seja muito bem-vinda, Professora.

A SRA. MIRLENE FÁTIMA SIMÕES (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todas, a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, é uma satisfação estar aqui com você presidindo. Não que o Paulo Paim não faça falta, ele faz muita falta, mas é uma satisfação ter você, como mulher, pela sua história, aqui com a gente.

Vivian, você nos agradeceu o fato de estarmos aqui. E eu quero agradecer-lhe pela liderança que você é, pela representatividade que você tem. Você é mulher, sindicalista. Há dez anos, você está nesta luta da regulamentação. (*Palmas.*) Você é um exemplo para a gente. É um exemplo para as futuras gerações, para a gente ter mais mulheres no sindicato, mas na liderança dos sindicatos. Então, obrigada, viu? É uma alegria a gente estar aqui. Acho que os meus colegas de faculdade, de academia sabem como é a gente ter uma pessoa como você junto conosco, fazendo as defesas de todos os que estão aqui nos ouvindo e nos vendo. Então, obrigada, viu, Vivian?

Eu quero rapidamente só começar dizendo o contexto histórico. Primeiro, desde 2016, a gente quer, sim, que seja regulamentado e que seja aprovado o PLS 447. É para isso que nós estamos aqui de novo.

Em 2016 também, Senadora, era um contexto histórico bastante conturbado aqui nesta Casa. À época, eu, Vivian, o Senador e o Sr. Bira – né, Bira? – estávamos aqui presencialmente falando sobre as questões de como que era o trabalho precarizado, Profa. Renata, desses trabalhadores. E a norma técnica foi muito importante para que a gente pudesse avançar nessas questões relacionadas ao trabalho e, principalmente, à questão do trabalho precarizado. Naquele momento da audiência pública, a gente teve relatos de mulheres que já usavam fraldas, Profa. Renata, porque não tinham acesso ao banheiro. Então, muito ajudou a Norma Técnica 17, porque, com ela, a gente conseguiu finalmente dizer que precisava ter, sim, uma regulamentação para essa profissão que é tão importante.

Assim como todos que me antecederam disseram, não tenho dúvida – e acredito que nenhum de nós aqui, os trabalhadores que estão aqui nos acompanhando –, eu não tenho nenhuma dúvida da importância dessa profissão e de que, por isso mesmo, precisa ter uma regulamentação. Ela precisa ter um nome! Ela precisa ter uma identidade! Não é possível que a gente realmente coloque os nossos jovens num espaço como esse e diga que eles estão tendo acesso ao mundo do trabalho. Que tipo de trabalho nós estamos dando como o primeiro trabalho para esses jovens? É esse tipo? E depois? Como eles vão ser adultos saudáveis para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir um Brasil que a gente quer com igualdade, com equidade? Então, é disso que se trata, e foi importante aquela norma. Por isso a gente está aqui de novo.

Então, sobre o projeto de lei, sim, é essa a aprovação que a gente quer.

Obrigada, Senadora, por agora também estar conosco, junto com o nosso querido mestre Paim, né? Gostei muito disso também.

E a importância da norma técnica, a gente já sabe, né? As jornadas foram reduzidas, a pausa para o intervalo ficou obrigatória. Olhem: até aumentou o número de lugares para se comer no espaço. Não é, pessoal? Teve, né? Porque não tinha, viu, Senadora? Então, até isso teve, e é para essas coisas que a gente precisa avançar.

Por isso a pauta do trabalho é tão importante, a regularização do trabalho é tão importante.

Então, em 2016, a gente tinha mais do que isso, né, Vivian? Não deu tempo de eu corrigir. Em 2016, a gente tinha quase 3 milhões, Vivian?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MIRLENE FÁTIMA SIMÕES – Isso, não deu tempo de corrigir. Agora, sim, a gente tem, em 2026, por volta de 1,4 milhão. Então, a gente não está falando só de meia dúzia de pessoas, a gente está falando de um impacto social, econômico, significativo, que, por isso, demanda e exige tanto o esforço de todos que estão aqui, de todos esses setores, dos sindicatos reunidos, porque se trata de muita gente. Como grande parte falou aqui, a maior parte das pessoas, mulheres e jovens. E a Vivian também falou de mulheres negras e falou da condição de mulheres e maternidade.

Então, aqui, eu só estou falando uma... O Ministério das Mulheres tem feito um acompanhamento da igualdade de salário no mundo do trabalho só para a gente poder demonstrar que a gente tem desigualdade no mundo do salário em todas as profissões.

Ali, a gente está vendo um dado que é do ano passado. Essa desigualdade pega em todas as áreas. Só que, nas profissões que não são regulamentadas, isso é um pouco mais complicado. Isso fica pior. Como se não bastasse tudo, ainda pode ficar pior!

Aqui, foi só um exemplo do que a gente tem acompanhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para a gente falar no nível geral, como vocês estão vendo ali, as diferenças salariais são muito grandes na mesma profissão entre homens e mulheres.

Aí a gente tem ainda – só voltar rapidinho – que a desigualdade no mundo do trabalho persiste e que, é claro, quando a gente fala de *telemarketing*, todos falaram aqui, a maior parte é de mulheres, certo? Então, 70% são mulheres, e a gente precisa ter uma atenção com relação a isso. A gente sabe que, no mundo do trabalho, as mulheres são aquelas que vão para os lugares mais precarizados, são aquelas que ficam com os trabalhos por conta própria, são aquelas que aceitam um subsalário ou, às vezes, nem tem salário. Sabem por quê? Porque ela tem jornada tripla, ela tem jornada dupla. Eu subi agora, Senadora Leila, com a Vivian...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLENE FÁTIMA SIMÕES – ... aqui, para chegar até esta sala, e a Vivian atendia o telefone, porque a filha dela tinha caído na escola. A Vivian sindicalista, Presidente de sindicato, cuidando daqui da Comissão, da audiência pública. A gente tem dupla jornada de trabalho, tripla jornada, às vezes. Então, os cuidados com a casa dependem muito das mulheres, e aqui está o dado que demonstra isso.

Em quaisquer dos dados que vocês olharem ali – inclusive, quero agradecer ao pessoal do Dieese que tem feito esse trabalho bonito do acompanhamento –, a gente tem as mulheres, com destaque para as mulheres negras, que são aquelas que sempre ganham menos e em condições bem mais precarizadas; a gente tem uma força de trabalho feminina que é precarizada, que trabalha em condições precárias, mas que, além disso, também tem os salários menores.

A distribuição dos inativos. Eu vou entrar nisso agora, rapidamente – já sei que deu meu tempo. Quando entrou a pandemia, a gente foi afetada com isso e os trabalhadores de *telemarketing* também. Parece que não, né? Porque, com a pandemia, todo mundo foi trabalhar em casa...

Olhem esse dado. A primeira linha é de mulheres. As mulheres são aquelas que estão em casa, cuidando dos afazeres domésticos e da família, porque não conseguiram voltar a trabalhar.

Nós estamos tratando de algo que é bastante sensível a todas nós, porque é uma luta histórica das mulheres ocupar os mesmos postos pelos mesmos ganhos, os mesmos postos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho pelos mesmos direitos, também. E, por isso, a gente sabe que, durante a pandemia, a gente teve esses impactos. Fica fácil identificar: é só a gente ver que, onde teve a descida do gráfico, é onde a gente teve uma diminuição do número dos trabalhadores. E, percebam, a última, ou a primeira linha, a roxinha, a de baixo é das mulheres. A gente nunca mais retomou o número de postos de trabalho desde a pandemia. A gente ocupava 54,6 e, depois da pandemia, a gente não passou dos 52. Ou seja, a gente continua em casa, trabalhando por conta própria, há pejotização, que já foi dito aqui, etc.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLENE FÁTIMA SIMÕES – Aqui também há um exemplo do que a pandemia trouxe para todos nós.

E a gente tem um dado que não deu tempo de eu estudar profundamente, estou ainda estudando, porque foi publicado faz 15 dias, da Flávia Alves. Ela conseguiu os dados para dizer que, depois da pandemia, os trabalhadores de teleatendimento – e aí, Flávia, acho que você vai nos ajudar com isso –, além de terem voltado com salários menores, porque agora eles trabalham em casa, eles têm que ter as condições próprias de trabalho, as mulheres têm salários menores. Então, é esse dado que eu estou estudando agora, que eu acredito que pode contribuir muito para o PL 447, para a gente poder avançar nisso.

E a inteligência artificial? Para a gente finalizar mesmo. Alguns falaram aqui, e a gente está falando, que, sim, é um novo momento na sociedade, não tem como a gente voltar atrás, não tem como a gente dizer que não existe mais inteligência artificial, e ela, sim, vai pegar de frente os trabalhadores de teleatendimento e principalmente as mulheres.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLENE FÁTIMA SIMÕES – Assim como esses dados que a gente está trazendo aqui, a que também a gente poderia dar continuidade, para poder criar mais argumento, detalhando mais, o trabalho invisível dessas mulheres, inclusive com o dado de 37 milhões de trabalhadoras no Brasil que podem correr o risco de substituição. E são postos de trabalho que não vão ser criados em outro lugar; eles vão ser substituídos pela inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos nós aqui para pensar o que a gente pode fazer de política pública. E aí o que a gente pode fazer? Está aí: a gente pensar na aprovação, sim. As leis são muito importantes para regulamentação e, embora a gente tenha as nossas leis trabalhistas, é importante a gente ter uma lei direcionada, porque é um trabalho direcionado, é um trabalho especial. É importante a gente ter e pensar em políticas públicas especiais para as mulheres nesse contexto desse trabalho. E, é claro, fortalecer os sindicatos, para que continuem fazendo essa luta, porque, se não, além da academia, a gente estaria falando só entre nós. E pensar especificamente também na questão de gênero e dos jovens.

Muito obrigada. Desculpe-me passar o tempo. (*Palmas.*)

A SRA. VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Senadora, só uma complementação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

A SRA. VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ (Para expor.) – Na nossa categoria, infelizmente, a gente tem uma situação – inclusive acho que a gente precisa levar isso para o patronal – de lideranças femininas. A gente tem operadoras, nós temos supervisoras e coordenadoras, e, quando chega à gerência, são homens. Então, não há oportunidade, na grande maioria, tá, Luís? Então, quer dizer: por que uma mulher não pode ser gerente? Então, a gente precisa olhar para essa questão de gênero, porque a mulher faz todo o trabalho e, quando chega à gerência, não dão oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Primeiro agradeço à Profa. Mirlene por ter trazido esse recorte de gênero para nós, para entendermos um pouquinho quem, de fato, carrega o setor também: as mulheres, 70%. É incrível esse dado. E aí, comentando com a Vivian sobre essa questão de presença da mulher nos postos de comando, a gente vive isso diariamente, eu falo isso.

Eu estava pensando aqui, e a Professora falando: pode ser atendente do *telemarketin*g ou Senadora, temos essa terceira jornada, não é, Professora? Meu filho hoje está fora, e eu fico aqui pensando... Agora de manhã eu estava pensando se ele está se preocupando com a mudança dele. Eu estou aqui também tentando resolver a situação da mudança do filho. A gente sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem esse olhar, não só para as nossas demandas, para nossos trabalhos, mas, sim, para a família. Independentemente do cargo, da ocupação nossa, isso é social, faz parte da nossa sociedade.

E aí, falando nessa questão dos postos, a gente debateu, há meses aqui, uma cota de 30% de ocupação das mulheres nos postos estatais. E aí, não vou dizer nome, mas um colega meu chegou para mim e falou assim: "Senadora Leila, a senhora, vocês mulheres sempre lutando por questões de cota, para garantir as cotas, tem que ganhar é no mérito". Eu falei: "Senador, o senhor me desculpe, eu estou no século XXI. Eu gostaria muito de não estar nesta Casa debatendo cotas e, muito menos, tentando garantir algo que nos é negado diariamente, porque nós estudamos, nos qualificamos e diariamente somos testadas em nossas capacidades. E, assim, me admira o senhor falar isso, o senhor deveria ter vergonha de falar isso para mim, porque eu estou aqui no século XXI... Eu não estou tratando da minha garantia, não, porque eu já estou aqui, sei da minha luta, mas eu penso nas que estão vindo, nas futuras, porque, se nós não garantirmos isso, não nos será dado". A gente... (*Palmas.*) Não nos será dado. Não porque tem que dar, não, é porque nós temos o direito, a gente trabalha, a gente luta diariamente, a gente estuda, a gente, enfim, vem para esse *front,* e nos é sempre negado. Então, assim, infelizmente eu tenho que... Eu disse isso para ele, infelizmente eu não gostaria de estar tratando de cotas, algo de que não deveríamos mais estar tratando, porque por questão de merecimento nós sabemos o quanto que as mulheres avançaram nesse sentido da questão do estudo, da questão das lideranças... Então, a gente vive isso diariamente, colegas, assim... Eu digo a vocês: quando eu escuto todas vocês falando, somos todas, estamos todas em sororidade, todas conseguimos identificar, independentemente de postos, as nossas demandas e as nossas dores, então sintam-se de alguma forma representadas aqui. Entendo perfeitamente a luta de todas nós, viu?

Bom, não vou me emocionar. É difícil, não é fácil, não, mas vamos lá.

Agradeço, Professora, mais uma vez pela sua fala, pelo recorte, pelos dados. Incrível.

Vou passar a palavra agora para... Desculpa, me perdi um pouquinho. Anderson da Câmara, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing do Estado do Ceará (Sintratel).

Seja muito bem-vindo, Anderson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu quero agradecer também a todos os operadores de *telemarketing* que estão assistindo agora, neste momento. Chamem mais gente para assistir porque este debate é muito importante.

Queria agradecer a todos os sindicatos que estão aqui, principalmente o pessoal da frente dos trabalhadores em *telemarketing*, a frente nacional, o Sintratel-Campinas, o Sintratel-São Paulo, o Sintratel do Rio Grande do Sul, que está *online*, aqui nos acompanhando também.

Quero dizer que, enquanto todo mundo estava falando, eu estava aqui, como todo bom operador de *telemarketing*, querendo falar também (*Risos.*) e me emocionando diante de muitas falas feitas aqui. Uma das coisas com que eu mais me emocionei foi o comprometimento da Senadora Leila de estar aqui conosco também, lutando por essa categoria, que é tão precarizada hoje em dia.

A gente falou de muita coisa de precarização, de tudo, mas eu digo que ser operador de *telemarketing* é uma coisa muito bacana. Quando você está lá na PA, quando você consegue resolver um problema que não é só seu nem é só da empresa, é também do cliente, da população que vem atrás de um serviço, quando você consegue resolver isso, isso é satisfatório. E aí, eu não sou negacionista, mas eu sou um pouco... Como eu posso dizer? Eu tenho um pé atrás com essa questão da IA, porque quem aqui não acha bom ser atendido por IA quando é rápido? Mas, quando você de fato procura um *call center*, procura uma resolução, um atendimento ao cliente, você está com um problema que talvez não seja tão simples. Você fica dizendo uma coisa, a IA fica dizendo outra, e aí você entra em parafuso. Você precisa saber que do outro lado tem um ser humano, tem um ser humano para entender você e tentar resolver os seus problemas.

Então, eu acho que isso, quando o sindicato patronal colocou – e eu fiquei muito feliz com a fala do sindicato patronal – que ele também quer, as empresas também querem resolver esses problemas da precarização, da saúde, do piso salarial, eu acho que isso é muito importante, mas eu acho que não pode ir só pela questão técnica, porque nós somos humanos também e nós precisamos ter essa sensibilidade de ver.

Em muitas falas... Eu digo assim, eu preciso falar para já dizer para o operador de *telemarketing*, para ele se sentir aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, se um operador de *telemarketing* inicia nessa profissão e trabalha por dez anos, ele nunca terá um final de semana completo para viajar com a sua família, um sábado e um domingo – nunca –, a não ser que ele faça um banco de horas, a não ser... Mas, seguindo a sua jornada normal, ele não terá, e a gente precisa mudar isso.

Lá no Ceará, nós temos também essa jornada que a gente pega as 36 horas semanais e distribui durante a semana, mas eu acho que isso não é o suficiente. Por quê? Porque a NR-17, lá no Anexo II, prevê que seis horas é um horário suficiente para a pessoa não adoecer tanto, mas adoece, e adoece bastante. Então, se a gente pega essas horas do final de semana e só coloca para a semana, você vai estar colocando uma carga de adoecimento muito maior para esse trabalhador. Às vezes, a doença, como o sindicato patronal colocou aqui, nem vem da empresa, vem da sua casa, vem dos seus familiares, vem de outro canto, mas, às vezes, tem um gatilho muito grande, porque, em muitas dessas empresas, o assédio moral é uma ferramenta de trabalho. Infelizmente, o assédio moral passa a ser uma ferramenta de trabalho, e o trabalhador que está me ouvindo agora vai conseguir compreender o que é isso.

Então, a gente precisa modificar essa lógica de que, quanto mais meta, melhor. Olhe, não é nem só ter metas altas. Às vezes, o trabalhador alcança a meta... Eu encontrei essa semana um trabalhador que alcança a meta, aí o empregador diz assim: "Não, mas é porque a meta não era o suficiente". Ele, em vez de pagar a meta que o trabalhador alcançou, aumenta a meta, e aí torna-se uma meta inalcançável durante o próprio processo. Então, a gente precisa ver essas questões também.

A questão do adoecimento, como eu falava, às vezes não é na empresa. Nós tivemos, lá no Ceará, um caso de uma trabalhadora que se suicidou. Não foi... A gente está investigando isso, mas tudo leva a crer que não foi por conta do relacionamento com a empresa. A trabalhadora tinha pouquíssimo tempo de trabalho, mas o *call center* era muito alto e ela resolveu... Ela encontrou lá uma janela aberta e se jogou. Aí os outros trabalhadores foram lá olhar, aí as pessoas ficaram engatilhadas com os seus problemas pessoais e com alguns problemas que tinham dentro do trabalho, porque o *call center* é um ambiente alegre, mas também é um ambiente tóxico muitas vezes, e aí um monte de gente agora está procurando a mesma janela para poder fazer a mesma coisa, achando que a primeira foi por conta do trabalho. "Agora vão perceber que foi, porque abafaram." "Agora vão perceber que foi, porque eu tenho mais amigos." Então, é um ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente precisa entender que traz muitos problemas por conta de uma das ferramentas de gestão ser o assédio moral.

Nós temos notícias de pessoas, de supervisores, de coordenadores que vão dentro do banheiro puxar o trabalhador pelo braço, pelo cabelo. Como é possível, no século XXI, você acreditar que um negócio desses é real? Parece *fake news*, mas não é. Se você... A maioria do povo brasileiro conhece alguém que trabalhou ou trabalha num *call center*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA – ... ou ele mesmo trabalhou num *call center* e sabe as dores e os sabores de ser um operador de *telemarketing*.

E aí, hoje em dia, pelo menos na minha região, ela não é mais uma profissão só de passagem. Eu encontro trabalhadores lá que têm cinco anos, saem de uma empresa e entram noutra, saem de uma empresa e entram noutra, têm cinco anos, têm dez anos... O *turnover* realmente, que é a entrada e a saída do trabalhador, a admissão e a demissão, é alto, mas sai de um e vai para o outro, sai de um e vai para o outro... E a qualificação desse trabalhador? Como é que fica a qualificação desse trabalhador?

Eu acho que o piso salarial é uma coisa fundamental. Às vezes, o pessoal diz assim... E, lá na minha região, está aumentando, de fato, como o sindicato patronal falou, o número de empregos. Tenho notícia de que, nos próximos meses, nós teremos um aumento no Ceará de pelo menos 6 mil empregos. Não é pouca coisa, para empregar os trabalhadores de primeiro emprego não é pouca coisa, mas qual é a qualidade disso?

E aí algumas pessoas acham que é porque, como é no Nordeste, o sindicato pode diminuir os direitos do pessoal que está lá ou que vai para lá. Não, não é verdade. Os governos estaduais, as prefeituras diminuem os impostos para que essas empresas possam se estabelecer lá. As condições são praticamente as mesmas no país inteiro: diminuindo esses impostos, as empresas ganham com isso. Qual é o percentual disso que volta para o trabalhador? Será que não é hora de a gente fazer uma discussão disso? "Eu vou dar aqui uma diminuição de 10% para você se estabelecer aqui." Desse percentual, o que é que volta para o trabalhador? Continua a mesma condição do nacional? Então, são coisas que a gente precisa discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde do trabalhador precisa ser discutida. A saúde do trabalhador precisa ser discutida sob diversos aspectos.

E outra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA – Eu acho que todos esses dados que foram colocados aqui...

E me desculpem, é porque foram tantas coisas que me emocionaram que eu preciso desabafar como um operador que está na PA, que saiu da PA para poder vir aqui e dizer, na capital do país, qual é o sofrimento de todo trabalhador em qualquer canto mais longínquo deste país.

Às vezes, os dados que se colocam aqui, com todo o respeito, nem são os dados exatos. Olhem, no meu primeiro emprego como operador de *telemarketing*, eu era executivo de atendimento – olhem que nome importante. Eu dizia assim: baixem a patente, aumentem o salário. Eu era um executivo, mas não era executivo, era só na carteira, porque eu era mesmo um operador de *telemarketing*. E essas denominações... É atendente de *back office*, é atendente de... É só atendente... Tem as mais diversas denominações em relação a isso. Às vezes, a empresa coloca uma Cnae totalmente diferente e age como se fosse um operador de *telemarketing*. Aí, isso foge dos números oficiais. E, para a gente fazer política, para a gente ir atrás... Quando o companheiro aqui do sindicato patronal colocou que agora se chama telesserviços, não é uma coisa pacificada, porque sempre foi *telemarketing*. E o *telemarketing* é o quê? É trazer para o português uma palavra que não é nossa. E, hoje em dia, eu entendo que o telesserviço, o *telemarketing*... Neste PLS 447, nós temos lá – não é à toa, ouviu, Senadora?– *telemarketing*/teleatendimento. É porque nós que somos do setor do laboral acreditamos que é exatamente a mesma coisa. Mudou só o nomezinho, mas é exatamente a mesma coisa: *telemarketing* e teleatendimento. E teleatendimento pode ser ligando e pode ser recebendo a ligação também.

E isto é uma das coisas de que nós somos vítimas: essa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA – ... diferenciação de nome. Colocam o nome que quiserem. "Ah, o sindicato colocou aqui, na convenção coletiva, no acordo coletivo, todos os nomes que poderia colocar." E alguém vai lá e coloca mais um nome em inglês ou, então, um nome que não tem nada a ver. A NR-17 tem uma coisa muito curiosa. Ela diz assim: não importa qual é a denominação que se dá, desde que as funções sejam as mesmas que são previstas nessa norma regulamentadora. E eu acho isso fundamental para qualquer coisa que a gente venha a criar no futuro para a gente definir o que se faz, já que o *telemarketing*, como todo mundo disse, já mudou de diversas formas: hoje é *chat*, hoje é mensagens, hoje é ligação, hoje tem diversas formas... O sindicato patronal fez aí um bom apanhado do que tinha, e nós também temos.

E quero dizer assim – , eu não quero me alongar mais porque o meu tempo está acabando –, que fico muito feliz, muito feliz com todo mundo que está aqui e com a Senadora que veio para essa luta também. Lá em 2016, nós estivemos também aqui, o Sintratel de São Paulo também esteve aqui nessa luta, então é uma luta nossa já bem antiga.

Eu quero dizer aos outros sindicatos que estão por aí pelo país que nós vamos procurá-los também, porque a gente precisa de força para estar do mesmo lado, para lutar pelo trabalhador que está lá na PA sofrendo, que tem salário baixo, que tem assédio moral, que tem péssimas condições de trabalho, mas que, mesmo assim, faz da melhor forma possível o seu trabalho. É para esse tipo de gente que nós estamos brigando, para esse tipo de gente que a gente está buscando solução, é para esse tipo de gente que a gente se emociona todos os dias – como nós estamos nos emocionando hoje.

É fundamental a participação de todo mundo. Eu tenho companheiros lá do Ceará: o Jean, a Louise e o companheiro Marcos Pereira, são pessoas que se emocionam, são nomes de verdade, nomes de pessoas, e o *call center*, como se diz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA – ... nós estamos atrás das PAs, por trás do telefone. Você não nos vê, mas nós existimos, e nós somos mais de 1 milhão e meio no país inteiro: somos jovens, somos velhos também, porque tem hoje em dia pessoas do *call center* que têm mais de 50 anos. As grandes empresas estão assimilando, porque são pessoas que já têm uma vivência, já têm valores e conseguem também passar esses valores para quem é mais novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o cenário mudou, o cenário que era de 2016 já não é mais o mesmo. Existem muitas pessoas que não estão só de passagem, elas estão aqui, elas gostam de estar aqui, e nós precisamos garantir – da melhor forma possível, além da técnica – a humanização dessa profissão para que a gente se sinta bem e estejamos contribuindo para que o país tenha mais empregos, tenha mais gente feliz. Que a gente possa fazer com que essas pessoas e que esse setor cresçam ainda mais.

Eu queria agradecer a todos por esta oportunidade. Toda vida que formos chamados, nós vamos estar aqui, porque é emocionante lutar pelo trabalhador de *telemarketing,* que não tem voz, e essa voz é a voz dos sindicatos, é a voz da Senadora, é a voz de todo mundo que está aqui.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Anderson, o seu depoimento, sua vivência, esse trabalho longo: já são quase dez anos de luta. Parabéns pela representação e obrigada pela fala.

Eu vou passar a palavra agora para o Flávio Malta Fleury, que é Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Seja muito bem-vindo, professor.

O SR. FLÁVIO MALTA FLEURY (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Muito obrigado, Senadora Leila.

Gostaria de agradecer também à Vivian pelo convite para estar aqui e cumprimentar também a todas as lideranças da Frente Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores em Telemarketing, as trabalhadoras e trabalhadores que estão aqui conosco também e acompanhando esta audiência pública.

Eu gostaria de abordar duas questões bem específicas para tentar contribuir – se eu conseguir e se possível – para este debate, que é urgente e essencial, sobre a regulamentação via legislação do exercício da profissão de pessoa operadora de *telemarketing*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira questão já foi, de certa forma, tocada aqui por várias pessoas, pelo Marco Aurélio e também pela Mirlene, e diz respeito aos impactos de sistemas de inteligência artificial, na forma de assistentes virtuais e chatbots, nas condições de trabalho das operadoras de telemarketing.

Historicamente, as gravações de atendimento telefônico e também os arquivos dos atendimentos feitos por escrito via diferentes canais de comunicação são utilizados pelas empresas com algumas finalidades. Uma delas é a formação de novas operadoras. Também há a atualização profissional de operadoras já contratadas, como também a fiscalização e supervisão do serviço prestado, para que sejam sancionadas eventualmente as operadoras que, de certa forma, excedam o tempo médio de atendimento estabelecido como desejável, não demonstrem as emoções que são esperadas no atendimento e não recorram às fraseologias e outras especificidades que são esperadas em relação ao atendimento.

Mais recentemente, essas gravações e esses arquivos têm sido utilizados para desenvolvimento dessas próprias plataformas de inteligência artificial, que são os *chatbots* e os assistentes virtuais, que são mecanismos que pretendem substituir justamente as trabalhadoras e os trabalhadores do setor nesse atendimento, nessa prestação de informações, nesse recolhimento de elogios, na venda de serviços e produtos.

Então, é uma questão que é importante de ser enfrentada, porque os contratos individuais de emprego não preveem essa situação: não existe hoje consentimento explícito, por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores – seja individualmente, via contrato individual, seja coletivamente, via acordos e convenções coletivos –, em anuírem com essa possibilidade das gravações e arquivos de textos, que vão ser fundamentais, porque nós estamos falando de plataformas que são construídas a partir de muito trabalho.

Elas dependem de bases de dados e de informações significativas: nós precisamos ter nelas quais vão ser os tipos de perguntas que vão ser apresentadas pelas pessoas, clientes em contato com os diferentes canais da empresa, as respostas e reações que devem ser adotadas por esses sistemas de inteligência artificial, seja na forma de texto, no redirecionamento para alguma página da internet, na reprodução de áudio e vídeo... Mas, de certa forma, é o trabalho dessas operadoras de *telemarketing* que tem possibilitado, em muitos casos, o desenvolvimento dessas plataformas, que nós dissociamos do trabalho, nós entendemos como algo muito distante – o que aí nos coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um desafio, talvez, nesse processo de atualização do projeto de lei, para pensar nessas questões de consentimento, de remuneração e assalariamento, porque é uma dimensão do trabalho que tem sido explorada, mas não tem sido reconhecida pelas empresas.

Então, se vai acontecer essa prática, tem que haver consentimento, por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores, e reconhecimento, ao menos via assalariamento, desse uso de dados, para que a gente realmente sempre lembre que essas plataformas – apesar de recorrermos a elas como se fossem entidades metafísicas, etéreas –, na verdade, dependem de muito trabalho.

A segunda questão que eu queria abordar... Aqui, quero parabenizar a frente nacional por esse trabalho de atualização do projeto de lei, que enfrenta tanto problemas históricos que são ainda persistentes – como a Renata trouxe, do controle do uso de banheiros – mas que também vai endereçar questões que também são históricas, de alguma forma, mas que têm uma visibilidade mais recente, como a preocupação com a dignidade dos trabalhadores LGBTQIA+, que representam uma parcela muito significativa do setor. Nós temos, no *telemarketing*, um dos poucos nichos do mercado de trabalho formal de acesso de pessoas trans no país. Então, é um setor que vem se construindo, de certa forma, como um setor acolhedor, mas é um setor que também tem que lidar com uma série de contradições. Ao mesmo tempo em que nós temos um emprego significativo de pessoas trans...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO MALTA FLEURY – ..., nós temos também significativos índices de violência praticados contra essas pessoas. Nós temos nomes sociais desrespeitados, imposição de dificuldades para a retificação dos nomes nos cadastros empresariais internos, nós temos ainda a vedação do uso do banheiro em correspondência com a identidade de gênero autodeterminada, nós temos também a vedação de promoções profissionais para essas pessoas – muitas vezes, elas ocupam geralmente a base da pirâmide das empresas, das posições de atendimento, e essas pessoas raramente conseguem sequer chegar aos cargos de supervisão.

Então, acho que é um mérito muito importante falar do nome social e pensar nesses desafios relacionados à ascensão profissional, e não só da população LGBTQIA+, mas também de mulheres, pessoas negras, que são a maioria das operadoras de *telemarketing*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí também pensar que, para além do nome social, o estabelecimento de obrigatoriedade para empresas de cursos de formação, de atualização, sobre letramento de diversidade sexual, de gênero, raça, etnia, geração, pode ser um importante instrumento para que essas pessoas não só acessem essas empresas, mas encontrem realmente ambientes acolhedores, que não vão reproduzir uma série de violências que elas sofrem em outros espaços sociais, em uma escala menor, mas para mostrar que é melhor estar aqui do que estar em outros setores que sequer vão, de certa forma, oportunizar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, professor, excelente. Excelente fala. E essa questão da atualização, desse debate sobre o nome social, sobre a atualização de uma forma geral, principalmente para a comunidade LGBTQIA+, a gente realmente precisa fazer este debate dentro desse próprio PL.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Por favor, Marco.

O SR. MARCO AURÉLIO COELHO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senadora, só aproveitando, o Flávio foi muito excelente na fala dele.

Tem uma matéria da Isto É Dinheiro que fala: "*Chatbots* de IA começam a substituir trabalhadores de *call center* na Índia". Tem uma empresa chamada LimeChat e, na divulgação dela, ela fala o seguinte: "Depois de contratar um agente do LimeChat, você nunca mais precisará contratar". É isso. A coisa de você já ir alimentando, o nosso trabalho já está alimentando a inteligência artificial que vai nos substituir depois.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente contribuição. Obrigada, Marco.

Grata, professor Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra, agora, para o Marcos Pereira da Silva, que é o Tesoureiro da Federação dos Trabalhadores, Empregados e Empregadas no Comércio e Serviços do Estado de Ceará, a Fetrace.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Mais uma vez, um bom dia a todos e todas. Quero parabenizar os trabalhadores e as entidades sindicais desse ramo de *telemarketing,* parabenizar o Paulo Paim, pelo projeto, pela iniciativa, e agora a nobre Senadora Leila, que está bem representando aqui o nosso companheiro Paulo Paim.

Bom, essa questão da regulamentação da profissão dos trabalhadores de telemarketing, que este ano completa dez anos... É uma relativamente uma profissão nova, né, que surgiu há pouco mais de 20 anos, eu acho que é isso, mas que ela surgiu, assim, de uma maneira que abriu porta para muitos trabalhadores, isso é verdade, mas também veio acompanhada de vários problemas.

Lá no Ceará, quando começaram a surgir esses primeiros trabalhadores deste ramo, principalmente ali em Fortaleza, vieram muitos problemas, e não tinha uma entidade que representava esses trabalhadores e essas trabalhadoras. Quem representava era a Federação dos Trabalhadores do Comércio, nós que representávamos e éramos procurados muito por grande parte desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, devido aos problemas que apareciam no interior das empresas.

A primeira pessoa que nos procurou está aqui presente, foi o Anderson. O Anderson trabalhava numa empresa quarteirizada. Já naquela época existia a quarteirização, entendeu? Então, ele já trabalhava numa empresa terceirizada. Imagine você trabalhar numa empresa-fim e você trabalhar numa quarteirizada. Eu acho que o problema vai triplicando, passando de uma empresa para outra.

Então, assim, nós... Não tinha representação e era muita procura e tal. Teve uma hora – e aí eu me sinto assim inclusive responsável por isso – que eu disse assim: "Anderson, vamos fundar esse sindicato?". Desse jeito, eu cheguei para ele assim: "Rapaz, vamos fundar esse sindicato de vocês aqui, mano, porque, como vocês não têm apresentação, é melhor a gente fundar esse sindicato."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o Anderson disse: "Como é que a gente faz isso, Marcos?". Eu disse: "Rapaz, vamos organizar os trabalhadores, nós vamos chamar para a assembleia, vamos fazer o sindicato e vamos para a luta".

E assim foi feito. Realmente, com a chegada do sindicato, teve realmente um salto, assim, porque teve uma representação, e os problemas foram começando a amenizar. Tínhamos um problema, porque não existe lá, e eu acho que em outros lugares também não existe, o sindicato patronal. Eram várias empresas, e foram feitos vários acordos coletivos com várias empresas.

Você consegue uma coisa aqui melhor para um trabalhador de uma empresa, aqui você consegue não tão boa, e assim vai. Então, fica uma coisa muito diferente uma coisa da outra. Tem uma empresa que oferece umas condições melhores; outras não oferecem, enfim.

Isso foi em 2005, ali no mês de outubro de 2005. Avançou, melhorou muito, o sindicato cresceu. Se não me engano, foi o sindicato lá, na época, um dos primeiros sindicatos que conseguiu a jornada de seis horas diárias. Na época, eram sete horas e vinte, né, Anderson?

Teve todos esses avanços, mas os problemas ainda continuam, porque lá ainda não tem um sindicato patronal onde se possa fazer uma convenção guarda-chuva que seja para toda a categoria, então existe esse problema lá.

A outra questão de que eu queria falar é sobre os problemas que a categoria atravessa, questão do adoecimento, as práticas, o que já foi falado aqui, várias questões, isso é real lá também. Agora, tem um problema lá que a gente, talvez não seja um problema, mas assim, as empresas, como falou aqui o setor patronal, estão realmente se transferindo para o Nordeste, principalmente para o interior, saindo dos grandes centros para o interior. Eles vão lá também porque lá eles têm incentivos – e bons incentivos –; os municípios cedem terrenos para que as empresas se instalem lá e, como o Anderson falou aqui, muitas das vezes não tem uma contrapartida. Pelo contrário, tem empresa que vai se instalar e quer pagar, inclusive, menos do que o salário mínimo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA – ... menos do que o salário mínimo. Se não fosse a ação do sindicato, as empresas iriam pagar menos, porque querem pagar menos do que o salário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo lá, mas como existe o sindicato, através de ações, tenta-se amenizar e corrigir esse problema...

Essa questão da regulamentação da profissão do *telemarketing* é necessária neste momento, justamente, para corrigir essas distorções que existem ainda na categoria de *telemarketing*.

Eu não sou da categoria de *telemarketing*, eu sou comerciário, diretor da federação de trabalhadores, e o sindicato de *telemarketing* lá do Ceará é filiado à nossa federação.

Então, assim, eu acho que esta sessão aqui tem que vir para que a gente saia daqui com questões concretas para avançar nessa questão da regularização dessa profissão, o que é importante para os trabalhadores em *telemarketing*.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só gostaria de fazer uma correção aqui, Sr. Marcos. A autoria do Projeto 447 é da Comissão de Direitos Humanos e, possivelmente, era presidida pelo Senador Paulo Paim. Ele hoje é o Relator do projeto. Então, ele que é o grande mentor que está cuidando da pauta, da temática, está trazendo para a gente. Então, assim, qualquer posicionamento a respeito nesta audiência com relação ao relatório, às decisões, passa pelo nosso Relator.

Então, assim, eu, neste momento, estou conduzindo e já me coloquei à disposição de estar nesse *front* com o Paim, até nesse debate junto aos colegas. Mas, algum encaminhamento concreto vamos deixar para o nosso Relator, porque, em melhores mãos, impossível, tá, gente?

Obrigada, Sr. Marcos.

Eu vou passar a palavra agora para o Bira, Bira Dantas de Oliveira, que é o Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... a todos os companheiros e companheiras.

Quero agradecer aqui a essa trabalhista da hora aí, a Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – PDT, né? Trabalhismo na veia! (*Risos.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Pois é, Getúlio Vargas e Brizola na cabeça, na veia!

É uma guerreira, uma lutadora nossa; e é bom não mexer com ela, não, porque é problema. Ela joga duro, está certo? (*Risos.*)

É uma pessoa muito comprometida com o trabalhismo, com o povo brasileiro. Muito obrigado por a senhora estar junto conosco. E um abraço para o Paim, pelo que ele tem feito por nós, está certo?

Começo aqui agradecendo à Vivian. A Vivian, há dez anos atrás, Senadora, foi lá na sede da CTB e falou: "companheiro Bira, a situação está grave". Aí conversamos lá e tal. Eu falei: vamos fazer o seguinte, vamos falar lá com o Paim, há dez anos.

Aí, sensibilizamos o Paim e a coisa andou. Fizemos uma excelente audiência pública, muito boa mesmo, como os companheiros já disseram, só que já faz dez anos. Dez anos é uma eternidade, companheiros – está certo? –, para a situação que todo mundo viu aqui.

Mas vamos começar do geral para o específico. A classe operária, os trabalhadores, hoje, estão tendo algumas reivindicações muito concretas. Primeiro, essa questão do fim da escala 6x1 e botar a jornada 5x2, que são características diferentes da do pessoal do *telemarketing*, como já vimos aqui, completamente diferentes.

Estamos também numa luta para impedir a derrama de dinheiro do nosso país para o capital financeiro internacional, que todo ano manda R$1 trilhão para quem não produz um prego, está certo? Enquanto isso, falta coisa para tudo quanto é lugar aí, entendeu? Então, nós estamos nessa batalha de redução dos juros, redução da jornada de trabalho, para que a gente possa desenvolver, para que possa sobrar dinheiro para a gente investir na produção.

Esse negócio aí que foi feito contra nós, do arcabouço fiscal... O arcabouço fiscal é impeditivo para o crescimento do Brasil. O arcabouço fiscal impede o investimento público. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arcabouço fiscal é uma corrente que sabota a economia. Então, nós estamos também nessa luta para poder acabar com essa farra do boi, que leva o dinheiro do povo, da nação, em detrimento do ser humano, de todos nós, etc. e tal.

Então, é o seguinte: existe uma luta geral, que é defender a soberania, defender a democracia. Nós não podemos perder de vista isso, isso é uma questão de todos nós, está certo? Defender a soberania, a democracia, acabar com a derrama de recursos que vai para fora, enquanto – veja você que contrassenso –, no ano passado, para atender a ganância do sistema financeiro, reduziram o aumento do benefício de prestação continuada, reduziram o BPC, reduziram o reajuste do Bolsa Família – pasmem! –, reduziram o reajuste do salário mínimo e por aí vai. Quer dizer, é tudo para o banqueiro e nós ficamos... Aí depois vem falar para mim que tem pleno emprego espetacular... Conversa! Aquele cara que carrega comida nas costas não pode comer nem dar comida para a sua família. Que emprego é esse aí? Está certo?

E aí quero aproveitar então esse espaço aqui para vocês, além de pegarem esse aspecto central, verem a nação, verem o Brasil, verem o que estão fazendo. Olha aí esse negócio do Banco Master, a situação... É muita grana que os caras estão levando, muito dinheiro, e isso prejudica muito a nação.

Mas essa questão aqui que nós estamos discutindo, que é o foco central da nossa discussão, é o seguinte: a Vivian me ensinou muito, foi muito tempo de conversa sobre esse sofrimento. Eu vou começar dizendo o seguinte: eu sou um cliente, eu ligo lá, "e aí como é que estão as coisas?". Aí é o seguinte, o cara, o atendente, o *telemarketing*, ele já começa o serviço em muitos momentos recebendo um palavrão na cara, recebendo um destrato na cara. E eu não vou repetir os palavrões em respeito a todo mundo aqui, mas todo mundo imagina o que é, está certo? Então, a pessoa sai de casa dizendo: "Pô, eu vou ser xingado", "eu vou ser desrespeitado, desrespeitada", entendeu? Então, essa é uma questão.

O patronal falou – e eu senti, eu vou ser muito honesto, entendeu?–, e parece que nós estamos num céu de brigadeiro. Não estamos, não estamos! Falou-se em suicídio aqui, está certo? Falou-se em se buscar a pessoa que vai fazer as suas necessidades no banheiro, está certo? Falou-se da saúde mental e da saúde física, está certo? E nós não podemos permitir... Alguém falou aí que tem que ter desdobramento isso aqui. Nós não podemos permitir que essa situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permaneça dessa forma. Não tem cabimento, companheiros, não tem sentido serem tratados esses trabalhadores de *telemarketing* – e eu vou usar o nome *telemarketing*, que é o original... Você falou bem, viu? Esses penduricalhos aí: "*The book is on the table*", esses mapas que ficam em cima...

A SRA. VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ (*Fora do microfone.*) – Estrangeiramente.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Conversa fiada. É *telemarketing* mesmo, está certo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É onde se caracteriza o sofrimento do povo, essa que é a questão central. E nós precisamos...

A CTB absorveu isso aí de tal maneira que nós vamos jogar pesado. E conto com a nossa querida Senadora trabalhista do PDT, do Brizola; do criador da CLT, do criador da indústria nacional, pá-pá-pá, que é o camarada Getúlio Vargas, está certo? A senhora arrumou uma confusão aqui, porque eu vou estar junto com a senhora levantando o problema. E essa aqui sabe como é que a banda toca.

Então, a gente tem essa questão da saúde. Isso aí precisa ser tratado com muita urgência. Essa proposta que a Vivian levantou aqui, entregou para a nossa querida Senadora, é urgente.

Eu acho que tem que ter, minha querida Senadora, Dra. Leila do Vôlei – que não é só craque do vôlei; é craque da política também –, é o seguinte: nós precisamos fazer nos estados, em alguns estados, essas audiências públicas. Nós precisamos ir lá para o Ceará, para o Nordeste, para o Rio Grande do Sul, para São Paulo, para onde for – está certo? –, para poder falar para aquele povo lá, fazer um negócio que seja... Porque não são cem pessoas; são 1,4 milhão de pessoas. Então, eu creio que a gente fazer desdobramento disso é muito importante.

Eu fiquei muito chateado com o fato de o Paim não ser mais candidato; ele nos falou publicamente – eu não estou caguetando ninguém, não –, ele falou aqui publicamente. É uma pena, mas ainda bem que Deus é generoso conosco. Está aqui a nossa companheira Senadora. Uma salva de palmas para a essa mulher! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é o seguinte: nós vamos dar elemento, ajudar a senhora em tudo que for necessário – essa categoria é guerreira – para que a gente possa desenvolver esse trabalho.

Estou tratando lá na Câmara do Deputado com a Deputada Alice Portugal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... para que a gente possa fazer esse trabalho – eu estou querendo jogar pesado mesmo –, trazer o povo para cá, fazer esses caras que são contra o povo tremer na base quando virem aquelas mulheres guerreiras, aqueles homens guerreiros; para cima jogar pesado, porque isso não é brincadeira. Trata-se de vida, se trata de sofrimento. Nós que somos homens estamos aqui, mas as nossas mulheres, no meu caso, por exemplo, estão lá, cuidando dos netos, dos filhos, pá-pá-pá e tal. Aqui, não; aqui, está aqui e está lá; está aqui e está lá; está aqui e está lá!

Então, a gente precisa fazer disso não como uma coisa só do *telemarketing*; fazer disso uma reivindicação dos trabalhadores brasileiros. Por isso fazer esta audiência pública lá – está certo? – e acelerar o processo de aprovação desse projeto, que coloca a regulamentação, o piso mínimo, entendeu?

Nós estamos trabalhando, os trabalhadores em geral, para reduzir para 40 horas, que é uma diferenciação bastante grande.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – E vocês estão lutando para serem 30, está certo? E está correto pelos depoimentos dados por todos aqui, pelos especialistas, pela Dra. Mirlene, e eu não sei o nome dos outros, mas também essa senhora que falou, esse outro aqui também e os trabalhadores.

Então, não pode cair no vazio esta audiência pública. Não pode a gente marcar outra audiência para discutir a mesma coisa. Eu acho que tem que ter desdobramento. E o desdobramento que eu proponho, além de dar encaminhamento ao projeto para que se possa dar urgência para ele, é a gente também ir para os estados, ir às Assembleias Legislativas, sob os auspícios do Senado Federal, para a gente ir lá, porque vai aproximar mais, porque é muito caro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para vir para cá, é muito dinheiro. Imagina quanto essa frente deve ter gastado para trazer esses trabalhadores todos para cá.

Então, a gente tem condição, senhoras e senhores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Já estou terminando.

A gente tem condições de ajudar mais e tornar isso uma questão nacional, porque é uma questão nacional. Eu posso não ser... Eu sou metalúrgico, não sou do *telemarketing*, mas eu posso ter... a minha mulher pode ser do *telemarketing*, e assim por diante. É um exemplo que eu estou querendo dar.

Então, meus queridos, vocês estão de parabéns! Vivian, você é uma pessoa muito especial, joga muito pesado, com compromisso. Fui a uma greve com essa mulher, tinha quase 3 mil pessoas. Rapaz, é um espetáculo, quando chega assim... Como é a representatividade das mulheres, o povo chega e tal. E foi um monte de dia parado. A gente estava lá ajudando, contribuindo, etc.

Então, com essa liderança, junto com seus companheiros que estão aqui, que já falaram, e falaram muito bem, a gente poder jogar duro, desdobrar. Nós não podemos, de forma nenhuma, permitir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... que voltemos daqui a dez anos de novo para conversar sobre essa questão. Não tem sentido, não tem cabimento. Então, nós podemos trabalhar para que isso seja resolvido e definido.

No mais, eu queria agradecer profundamente a essa Senadora, por quem eu tenho um carinho especial. Por quê? Porque eu sou trabalhista.

Eu estudei muito o Getúlio Vargas, muito. Estou falando: nos meus 74 anos, eu estudei muito, muito, certo? E vi o que ele fez por nós. Quando alguns falavam assim: "A CLT é *carta del lavoro* do Mussolini", eu falava assim: "Você não leu, você não conhece". Uma vez eu falei para uma alta autoridade, Presidente da República, lá no Palácio do Planalto: "Você não leu. Leia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois venha debater com a gente essa questão", porque a CLT é a legislação mais importante do mundo, e estão tentando desgastá-la dia a dia.

Então, eu termino de falar... Agradeço profundamente aos companheiros trabalhadores, aos Presidentes, à Senadora. Vamos jogar pesado. Vamos ver como é que a gente desdobra isso aqui, o que precisa ser feito para que a gente possa diminuir e acabar com esse sofrimento horrível das pessoas, se suicidando, sem tratamento, entendeu? Vão ficando malucos, sendo destratados, não podem trabalhar direito, não têm prazer em trabalhar porque têm esse sofrimento. Como você chamou? Quando fica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Assédio moral, esse negócio todo aí.

Então, é o seguinte: muito obrigado, estou muito satisfeito. Eu não estou emocionado; eu estou revoltado, indignado com essa situação. E nós precisamos mudá-la.

Muito obrigado. Parabéns a todo mundo aí! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Bira. Excelente participação. É emocionante te ouvir, pela luta, por toda a trajetória e essa parceria aí com a Vivian e com todos os trabalhadores do *telemarketing*. Bacana. Parabéns, amigo.

E quero agradecer ao Paim a oportunidade de estar aqui comandando esta audiência pública e ouvindo tantos relatos impressionantes.

Eu vou passar a palavra agora para Gisela Nabuco Sousa, que é Vice-Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho (MPT). Seja muito bem-vinda, Dra. Gisela.

A SRA. GISELA NABUCO MAJELA SOUSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, obrigada.

Saúdo a Senadora Leila Barros e estendo meus cumprimentos aos demais participantes desta audiência pública.

Agradeço ao Senador Paulo Paim pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É louvável a iniciativa do Senado de lançar luzes sobre essas trabalhadoras e esses trabalhadores que não vemos, que se encontram no outro lado da linha ou do *chat* e que clamam por reconhecimento, clamam por proteção.

É valorosa e necessária a regulamentação de direitos e garantias específicos para operadores de *telemarketing*, como o piso salarial e o adicional de penosidade.

O objetivo da minha fala é trazer elementos para aprimoramento do processo legislativo, sobretudo sob a perspectiva da promoção da saúde e da segurança do trabalho, com toda a deferência que esta Casa e essa categoria profissional merecem.

Como já foi mencionado por outros expositores, a Norma Regulamentadora nº 17, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata de ergonomia, conta com um anexo que se dedica a estabelecer requisitos para o trabalho em atividades de teleatendimento e *telemarketing*, com o objetivo de proporcionar o máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente. O Anexo II da NR-17 é uma norma de natureza técnico-científica editada diante da necessidade de intervenção nesse setor, que ainda hoje é um dos que mais geram adoecimentos no país.

Esse anexo não dispõe apenas sobre mobiliário, equipamentos dos postos de trabalho, condições ambientais de trabalho, condições sanitárias e de conforto, mas também sobre medidas de organização do trabalho, aí compreendidas regras a respeito de jornada, prorrogação de jornada, pausas para descanso, intervalo para repouso e alimentação, descanso semanal, garantia da satisfação das necessidades fisiológicas e mecanismos de monitoramento de produtividade.

Dito isso, embora o art. 21 do Projeto de Lei nº 447, de 2016, estabeleça que, abro aspas: "As condições de trabalho dos operadores de *telemarketing* ou teleatendimento deverão estar em consonância com as normas regulamentadoras editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego [...]", observa-se que diversas de suas exposições foram redigidas com base no texto do Anexo II da NR-17, mas, em alguns momentos, sem a reprodução integral dos requisitos previstos nessa norma ou com alteração de suas regras, e trago alguns exemplos. O art. 5º do PL estabelece a obrigatoriedade de realização gratuita de exames de audiometria somente, o art. 6º registra que o empregador responderá pelos danos causados à saúde auditiva dos operadores de *telemarketing* ou teleatendimento, mas, como se sabe, os exames médicos ocupacionais, clínicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e complementares devem ser definidos à luz dos riscos ocupacionais identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos, o famoso PGR, riscos esses que, na atividade de telemarketing, vão muito além de lesões ou agravos ao aparelho auditivo. Não por acaso o Anexo II da NR-17 prevê a necessidade de exames médicos que incluam a coleta de dados sobre sintomas referentes aos aparelhos psíquico, osteomuscular, vocal, visual e auditivo. Então, a responsabilização e as medidas de prevenção e controle não se limitam à saúde auditiva.

Em relação à jornada de trabalho, existem disposições importantes do Anexo II da NR-17 não retratadas no texto do projeto de lei. Cito alguns exemplos: necessidade de dimensionamento do contingente de operadores de acordo com as demandas de produção, para não gerar sobrecarga habitual do trabalhador e para garantir que todos possam usufruir as pausas dos intervalos; definição e forma de cálculo do tempo efetivo em atividade de teleatendimento; e, principalmente, garantia de pausas no trabalho imediatamente após a operação em que tenham ocorrido ameaças, abuso verbal ou agressões ou que tenha sido especialmente desgastante, o que, nós sabemos, não é raro.

Um outro dispositivo que merece uma atenção, inspira preocupação é o art. 9º do projeto de lei, que permite a alteração da jornada de trabalho, das pausas do intervalo para repouso e alimentação por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Como eu mencionei antes, o Anexo II da NR-17 estabelece regras relativas à duração do trabalho, com a fixação de jornada específica, pausas específicas para descanso, intervalo para repouso e alimentação. Esse regramento, em sede de norma regulamentadora, não é obra do acaso, considerando que são notórios os impactos das condições da organização e dos processos de trabalho, principalmente da jornada desempenhada na elevação dos níveis de estresse, no sofrimento psíquico e no desgaste físico e mental do operador e da operadora de *telemarketing*.

A previsão de pausas e intervalos para repouso e alimentação tem por fundamento expresso a prevenção da sobrecarga psíquica e muscular, e é dessa forma que tem que ser encarada.

Como a norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego dispõe expressamente sobre a jornada, as pausas para descanso e intervalo intrajornada de operador de *telemarketing*, essas regras devem ser necessariamente consideradas como normas de saúde e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança do trabalho, tendo, portanto, caráter indisponível e irrenunciável. Por isso, não podem ser objeto de negociação coletiva para suprimir, reduzir ou flexibilizar direitos e garantias assegurados pela norma regulamentadora.

Então, é indispensável também que a regulamentação tenha uma abordagem voltada à prevenção e ao controle de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, por ser um setor sabidamente caracterizado por práticas sistemáticas de assédio moral, cobranças excessivas, metas e punições abusivas, vigilância ostensiva, intensificação do trabalho, política de descarte de pessoas trabalhadoras, adoecimentos mentais relacionados ao trabalho e ocultação de adoecimentos.

O setor de teleatendimento ocupa o quarto lugar no *ranking* de benefícios previdenciários associados a transtornos mentais, com um total de 43.213 benefícios concedidos no período de 2020 a 2024.

Por isso, eu concluo minha fala ressaltando a importância de que a atividade legislativa e o diálogo social ocorram no sentido da promoção do trabalho digno, no sentido da elevação do patamar civilizatório mínimo de proteção de saúde e segurança das trabalhadoras e dos trabalhadores de *telemarketing*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Dra. Gisela. Grata pela colaboração.

Eu vou passar a palavra agora para o Washington Domingues Neves, que é o representante da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, por videoconferência.

O SR. WASHINGTON DOMINGUES NEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quase boa tarde, mas ainda bom dia a todos e todas.

Parabéns, Senadora Leila, por essa condução num assunto de relevante importância.

Eu, além de me apresentar, Senadora Leila, sou de dirigente da CUT e também sou trabalhador do comércio e serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava em mente para falar algumas situações, e ainda bem que tem pessoas, inclusive, que lidam direto com a questão do entendimento que falaram, pesquisadores, mostraram números e várias situações que acontecem com a questão do teleatendimento, o *telemarketing*, que é uma situação complicadíssima.

Eu tenho como exemplo, aqui, uma empresa daqui de Brasília, enquanto eu estava à frente da Federação dos Trabalhadores no Comércio, que, à época, representava os trabalhadores inorganizados em sindicato, e, aí, essa empresa fez uma maquiagem, em que os trabalhadores e trabalhadoras ficavam em uma situação tão degradante, que eles ficavam sem saber o que fazer, porque, à época, a superintendência do trabalho, na sua degradação, não tinha condições de atender, e procurou a Federação dos Trabalhadores no Comércio, que representava as categorias inorganizadas.

E, olha, gente, de muitas situações que foram faladas aqui, nós nos deparamos com situações complicadíssimas. Falaram aí, inclusive, sobre a questão do controle desses trabalhadores, por exemplo, de ir ao banheiro. Nessa empresa, além do controle de uma pessoa específica, ainda tinha uma câmera para esse tipo de situação.

E, adentrando a empresa, coisa que foi muito difícil, até mesmo porque essas empresas de *telemarketing*, a sua grande maioria funciona em locais onde é difícil o acesso... Para entrar, tem que ter autorização, e por aí vai, ainda mais quando se fala de sindicato ... Tem vários dirigentes sindicais aí que sabem como é que é esse tipo de situação, quando você quer entrar para você viver, ver aquele trabalhador ali viver o que é que ele vive durante a sua jornada de trabalho. E, assim, foi muito triste. Nós nos deparamos com situações de assento, por exemplo, de um encosto do braço ser um ferro e, do outro lado, ser um plástico enrolado com fita crepe... Os *headsets*... Tinha três *headsets* na mesa de operadores lá, para que ele possa escolher o que mais iria funcionar melhor para ele atender.

E, como foi citado aí, a questão da saúde era precária demais; trabalhadores sendo afastados. Trabalhadores, quando se afastavam por atestado, no retorno podiam ter certeza de que a demissão era certa...

Então, nada mais justo do que a regulamentação dessa questão, até mesmo porque não foi citada aqui, pelo menos do que eu tenho ouvido, uma questão, por exemplo, do que acontece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internamente, inclusive o desvio de função. Isso é uma coisa que pegava muito em relação a essa questão de todos os trabalhadores de *telemarketing*. Uma pessoa trabalha como atendimento, por exemplo, ao cliente, depois ele vai para a Ouvidoria porque ele é convocado para aquela situação e até mesmo fora da sua jornada com compromisso de pagamento e horas extras, o que não acontecia. Então, é uma situação muito complicada em relação a questão de situação dos operadores.

A questão do assédio... Nossa! Essa foi uma situação complicadíssima, e, com muita luta, nós conseguimos adentrar nesse mundo escuro do *telemarketing* e descobrimos até que as empresas acrescentavam à sua jornada de trabalho o horário de descanso e pausas. Vejam só vocês a que situação se chegou.

Nós fizemos denúncia junto à antiga Delegacia do Trabalho, hoje Superintendência, levamos o caso ao Ministério Público e lá não teve acordo. Nós entramos na Justiça contra essa empresa, que, à época, fazia trabalho de informação, de água, luz, corte, religação, tudo junto, é um bolo tudo junto ali. E conseguimos ganhar esse processo. Eu me recordo de que até à frente estava eu e o companheiro Julimar, que hoje é Presidente da Contracs (Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço da CUT). Nós nos debruçamos sobre isso conseguimos ganhar esse processo, conseguimos garantir o pagamento retroativo de pessoas que estavam trabalhando e pessoas que tinham saído, que a Justiça condenou a fazer o pagamento do acréscimo dessas horas que a empresa fazia, do período de cinco anos para trás. Foi um trabalho árduo. Nós nos debruçamos em mesas diariamente para fazer cálculo, para apresentar para a Justiça, mas, por esse lado, a gente teve a satisfação de ter representado aqueles trabalhadores.

Quando a empresa viu que a situação ia ficar pior, nós propusemos um grupo de trabalhadores de cada setor e formamos uma Comissão. Aí sim foi o ponto em que nós encontramos uma melhoria para que aqueles trabalhadores deixassem de ser escravizados em assinar um acordo coletivo pela federação, enquanto na época eram categorias inorganizadas. Hoje já está bem organizado, com boa representação dos sindicatos aqui de Brasília, e estão fazendo um bom trabalho mesmo ainda com todas as dificuldades. Tenho certeza de que isso ainda não chegou ao seu êxito da satisfação de ver um trabalhador sair feliz de sua casa, enfrentar tudo o que enfrenta para chegar no trabalho e ainda passar por uma situação dessas. E isso porque nós estamos em um país avançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo a atenção dos Senadores, com o empenho do Paulo Paim, agora pela condução da Senadora Leila, para que esse projeto possa caminhar o mais rápido possível, para que esses trabalhadores e trabalhadoras possam ter dignidade, no mínimo, a dignidade de, enquanto estão dentro do seu local de trabalho, ter condições de trabalhar, porque, além dessa jornada, ainda tem outra jornada, principalmente porque o público que nós enxergamos na categoria de telemarketing é um público feminino muito grande. Então tem essa outra jornada em casa, que é inevitável.

Mas é isso. Eu parabenizo também cada uma das entidades que estiveram presente aí, que tiveram a oportunidade de colocar, através dessa audiência pública, não só para nós que estamos aqui nessa sala, mas para população que está nos ouvindo, que o nosso Parlamento, aquele que defende a classe trabalhadora, está trabalhando e vai continuar trabalhando para que esses trabalhadores e outros trabalhadores de outros setores tenham dignidade no seu local de trabalho.

Eu agradeço a oportunidade mais uma vez, Senadora Leila, companheiros das centrais, companheiro Luiz, da Contracs, que é comerciário também e teve a oportunidade de fazer o relato. Um forte abraço e vamos até a vitória. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Washington. Grata pela fala, pelos relatos, muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Cláudio Tartarini, que é o Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT).

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA – Senadora, eu queria pedir só um aparte.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Anderson.

O SR. ANDERSON BORJA DA CÂMARA (Para expor.) – Na intervenção da debatedora anterior, que eu acredito que foi a da Procuradoria, eu acho que ela fez uma referência ao projeto original, e, baseado nisso, eu queria tranquilizar também todos que, sobre o projeto original, fizemos um encontro lá em Fortaleza, e foi lá que a frente nacional dos trabalhadores em telemarketing surgiu. Fizemos esse encontro, geramos esse documento que foi entregue hoje, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele contém todas as diferenciações, inclusive essa que a gente achou que seria pertinente acrescentar. Fala sobre piso, saúde, nomenclatura, CNAEs, *home office*, mobiliário, adicional de penosidade, de que a gente falou um pouco aqui. Então tem várias questões que a gente colocou. Queria só tranquilizar a Procuradora e todo mundo que está assistindo também, que não é só esse projeto original cru, mas a gente está fazendo aqui as modificações necessárias para isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, e com o apoio do Relator, que é o Senador Paulo Paim.

Obrigada, Anderson.

Vou passar a palavra agora, novamente, para o Cláudio Tartarini, que é o Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT). Seja bem-vindo.

Cláudio, perdão, o seu áudio está desligado, o seu microfone. Falaram que o seu microfone está desligado. Fechou? Aqui está aberto. Será que, se você tirando o fone de ouvido, poderemos ter alguma alteração, a melhora do seu áudio? Nada.

Eu vou passar para o próximo expositor. Vou pedir para o pessoal te ligar, está bom? Obrigada, Doutor.

Agora eu passo a palavra para a Sra. Crislaine Carneiro, Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamada do Estado do Rio Grande do Sul (Sintratel).

Seja muito bem-vinda, Crislaine.

A SRA. CRISLAINE CARNEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Leila e aos demais. Bom dia a todas e todos, bom dia às pessoas que estão presencialmente e *online*.

Infelizmente eu não consegui participar de forma presencial – eu prefiro presencial – por força maior, alheia à minha vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O bom de estar quase no final das falas é que a gente vai ao encontro e ao desencontro delas e aproveita algumas falas já feitas.

Eu queria só, a partir das últimas falas, ressaltar que a linguagem dá lugar às coisas: quando a gente fala e reforça que *telemarketing* e teleatendimento são a mesma coisa, a gente está reforçando a linguagem porque de fato são a mesma coisa, não tem nenhuma mudança.

Eu queria agradecer também às pessoas de outras categorias que estão presentes. Eu acho que a solidariedade de classe é essencial para a gente conseguir avançar nos direitos e conquistas da classe trabalhadora, então agradeço, em especial, ao Bira, agradeço também aos meus pares, representantes dos trabalhadores em empresas de *telemarketing* e teleatendimento.

A minha fala vai no sentido também, no começo dela, de discutir que tipo de mercado de trabalho o Brasil pretende consolidar e o que nós vamos aceitar, dada a competitividade econômica, que está construída, principalmente no *telemarketing*, à custa da precarização de uma categoria inteira, sobre a concorrência desleal. Se eu não me engano, o representante patronal colocou, inclusive, a concorrência desleal partindo das licitações públicas, então a gente traz esse recorte também sobre a nossa categoria.

Há mais ou menos dez anos – acho que há quase dez anos, foi em novembro de 2015 –, nessa mesma câmara foi realizada – a Vivian estava junto – uma audiência pública para debater as condições de trabalho no setor de *telemarketing*. Estava a Vivian junto, estava o Anderson. E eu quero também dedicar esta audiência pública, com licença do Marco Aurélio, que é o Presidente do Sintratel de São Paulo, à Diretora do Sintratel, Diretora de Finanças à época, Valmira, que infelizmente não se encontra mais entre nós hoje. Eu quero dedicar esta audiência à Valmira. Há dez anos, a gente debateu já algumas questões que foram levantadas aqui. Naquele momento, estavam os auditores fiscais do trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho e os representantes do sindicato – o Anderson também estava à mesa – e eles denunciaram um padrão reiterado de violação de direitos, cuja nomenclatura a gente pode hoje definir como *dumping* social, que significa que determinadas empresas estruturam os seus modelos de negócio com base na redução artificial dos custos e por meio sistemático de fragilização dos direitos fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há uma ineficiência regulatória entre essas empresas, mas uma estratégia dessas empresas de permanecer com um sistema fragilizado, de não ter uma regulamentação dessa profissão, para continuar tendo a nossa categoria com diversas violações de direitos, como a norma reguladora NR-17, para praticar uma concorrência desleal às custas da precarização da nossa categoria.

Essas empresas se instalam em propriedades com territórios marcados por vulnerabilidade social e econômica, perto de periferias urbanas, de municípios com baixa arrecadação. Essas empresas contratam trabalhadores e trabalhadoras onde têm territórios, e são principalmente mulheres e homens jovens que estão em áreas de risco, que estão em vilas, como nós chamamos lá no Estado do Rio Grande do Sul, estão em periferias, estão em lugares aonde o Estado não chega. Então, elas se apropriam de territórios que são de fácil acesso a esses trabalhadores para... Inclusive, esse território acaba revelando uma geografia de desigualdade brasileira.

Então, a nossa categoria tem território, mas não é apenas o território, a nossa categoria também tem gênero. O setor da nossa categoria, como todos aqui mencionaram, é majoritariamente composto por mulheres trabalhadoras, mulheres que enfrentam dupla, tripla jornada, como já foi dito aqui e todos nós sabemos. Por isso também, Senadora, é tão importante e simbólico que seja a senhora conduzindo esta audiência pública para uma questão também de ser majoritariamente formada por mulheres a nossa categoria, mulheres que sustentam suas famílias, mulheres que historicamente foram empurradas para os postos mais precarizados do mercado de trabalho. Então, nós temos gênero na nossa categoria também.

E a nossa categoria também tem cor. O *telemarketing* e o teleatendimento são ocupados em grande medida por pessoas negras, em especial mulheres negras. E isso não é uma coincidência de estatística, é o resultado de uma estrutura racializada do mercado de trabalho.

A nossa categoria também tem sexualidade. Há forte presença de trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+, como também já foi dito aqui, e especialmente pessoas trans, que muitas vezes encontram no setor a única porta de entrada possível no mercado de trabalho – e um mercado de trabalho ainda profundamente excludente.

Contudo, como também já foi dito aqui sobre a pluralidade que a nossa categoria tem, essa inserção frequentemente ocorre sob condições de instabilidade, baixa remuneração e alto grau

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de exposição ao assédio moral, e não é por acaso. Portanto, nós estamos falando de uma categoria que não é neutra, nós estamos falando de uma categoria, de um setor que produz em escala concentrada numa desigualdade estrutural de gênero, raça, classe e sexualidade do país.

No entanto, do ponto de vista das condições concretas de trabalho, as fragilidades são amplamente documentadas. Foram expostos aqui, há dez anos, jornadas intensas; rígido controle de sistemas informatizados, hoje ainda mais intensificado; metas abusivas; monitoramento permanente; baixa remuneração; elevado índice de rotatividade, que também já foi dito aqui; organização do trabalho e estrutura sob uma pressão contínua.

A principal referência normativa da NR-17, o Anexo II, que trata da organização do trabalho de teleatendimento, da nossa categoria, o que também foi dito... E aí eu também ressalto a questão da linguagem porque a única norma que fala da categoria fala da organização do trabalho, ou seja, não fala do sujeito que está nela. Entretanto, a aplicação da norma, da NR-17, muitas vezes é insuficiente, e a gente vê isso. O próprio Ministério Público do Trabalho, os auditores fiscais que participaram há dez anos – e isso, inclusive, continua acontecendo – apontaram inúmeros descumprimentos da NR-17. A própria ida ao banheiro: tem que incluir na NR-17 a ida ao banheiro. Então, ela continua sendo descumprida em grande escala.

Nós falamos também desses adoecimentos sistemáticos, falamos de lesão por esforço repetitivo, doença osteomuscular relacionada ao trabalho, distúrbios vocais, mas, sobretudo, também nós temos que falar sobre adoecimento psíquico, ansiedade, depressão, crise de pânico dentro nas empresas. E tudo isso resulta no *burnout*, e a gente também tem que falar sobre isso, pois existem subnotificações dessa doença ocupacional. Inclusive, existem médicos dos planos de saúde que as empresas dão que se negam a diagnosticar esses trabalhadores com síndrome de *burnout*. Eles fragmentam a ansiedade, a depressão, o pânico, para não incluir como *burnout*, porque ela também está informando que esse trabalhador está adoecendo por conta das estruturas doentes das empresas.

E, nesse ponto, o *dumping* social também se revela, de forma bem nítida, inclusive. As empresas, além de adoecerem os trabalhadores, extraem produtividade máxima do custo mínimo e externizam os danos a esses trabalhadores, ou seja, esse adoecimento de que a gente fala recai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre SUS, a incapacidade recai sobre a Previdência Social, os conflitos recaem sobre a Justiça do Trabalho, e a desestruturação social, sobre as famílias e os territórios.

A gente também precisa falar das mensagens explícitas e claras que essas empresas estão dando, sem uma regulamentação e sem um salário nacional, um piso salarial dessa categoria, pois a gente sabe – todos os SINTRATELs aqui sabem – que as empresas ameaçam de forma velada e, às vezes, até explícita de que elas vão sair de determinados territórios, caso esses trabalhadores conquistem mais direitos, mais benefícios e conquistem uma organização maior para a luta desses direitos.

E esse é um dos motivos por que a gente incluiu no nosso projeto – e aí a Vivian, lá desde o começo, construiu o projeto junto com os Senadores, junto com os demais SINTRATELs – um piso nacional. É porque o piso desses trabalhadores é uma moeda de troca para continuar nos territórios, sim, e não só com os representantes sindicais, ele é uma moeda de troca para as cidades em que essas empresas se instalam, porque eles se instalam em cidades que têm alto índice de desemprego e de vulnerabilidade social.

Eu vou tentar ser um pouco mais rápida.

A gente apresenta essa proposta com algumas alterações no Projeto de Lei 447, de 2016, para que ela possa se adequar à realidade de 2026.

Entendemos também que a automação ou a inteligência artificial vai pontuar ainda mais desigualdades, vai, sim, aumentar ainda mais a precarização das nossas relações de trabalho. Então, há uma necessidade de ter uma proteção a essa categoria, que é majoritariamente de mulheres, que tem território, que tem cor, que tem gênero, que tem, enfim, sexualidade.

Então, é importante que a gente também, quando falar da nossa categoria, fale, sim, com propriedade, porque nós temos propriedade no Sintratel, nós somos todos de PA, com *headset*, nós temos a audição prejudicada e nós também sofremos diversos assédios, tanto moral quanto sexual, por parte também dos clientes, mas, sobretudo, pelo aval e pela estrutura dessas empresas que lucram com assédio moral, que lucram com jovens em seu primeiro emprego adoecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a síndrome de *burnout* não é uma síndrome que simplesmente some, a partir do momento em que os trabalhadores saem da empresa ou se afastam do ambiente de trabalho. Isso você carrega por muitos e muitos anos na sua vida.

Então, é essencial que esse projeto de lei reconheça e formalize a nossa profissão, que inclua o piso salarial nacional digno e que reduza a margem para a prática do *dumping* social, estabelecendo parâmetros mínimos, claros e uniformes.

E este Senado, Senadora, tem a oportunidade histórica de afirmar que o desenvolvimento econômico e a dignidade humana não são valores opostos, mas eles são fundamentos indissociáveis. Então, é essencial que, com este debate, esse projeto seja aprovado o mais rápido possível e que a gente não precise ver jovens se suicidando, como aconteceu na France Télécom – essa empresa na França foi condenada por assédio institucional.

Eu agradeço a todos, agradeço à Senadora por estar nos ouvindo e por acolher esse nosso projeto. Agradeço também às entidades, como CTB e CUT, e aos demais pela solidariedade de classe e também por se comprometerem pela nossa luta, pois a nossa luta é por sobrevivência, por classe, por gênero, por cor e por território.

Até mais. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pela participação e pelas contribuições, Crislaine. Seja muito bem-vinda.

O SR. LUÍS CARLOS CREM – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Luís.

O SR. LUÍS CARLOS CREM (Para expor.) – Eu só gostaria de um aparte.

Foi citada a questão de licitações do Governo, e, na verdade, não são licitações do Governo, são requisitos para a contratação, tanto... E aí nós estamos falando das empresas, dos contratantes, e não tem nada relacionado a uma licitação do Governo, que vem com regras pré-definidas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – São distintas. Entendi. Muito obrigada, Luís Carlos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS CARLOS CREM – Não tem a ver com o Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O.k.

Vou passar a palavra agora para o nosso último expositor, já agradecendo à Crislaine pelas contribuições.

Vou passar a palavra agora para o Cláudio Tartarini, que é Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT).

O SR. CLÁUDIO TARTARINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Espero que agora estejam me ouvindo, obviamente, de forma remota. Está tudo certo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, estamos sim. Estamos sim.

O SR. CLÁUDIO TARTARINI (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Obrigado pelo seu protagonismo como mulher, acima de tudo. Digo isso sabendo bem a importância que isso tem para as mulheres e para todas as pessoas que precisam estar incluídas na sociedade com igualdade de direitos. E falo isso do fundo do coração. E agradeço a oportunidade aos demais Senadores da Comissão, aos colegas e representantes da saúde também, da representação laboral e patronal, da Fundacentro e aos pesquisadores acadêmicos já citados, que já falaram antes de mim.

Eu queria, neste momento, dizer algo, de imediato, sobre a ABT, só para identificar quem é a ABT para quem não conhece: a ABT é uma entidade que representa empresas do setor. Ela não é uma entidade sindical, é uma associação, mas ela representa uma parte relevante do setor, que tem 1,4 milhão de trabalhadores, e a ABT representa algo como 400 mil, empresas que contratam algo como 400 mil trabalhadores; então, é um pedaço relevante do setor.

Eu queria dizer, antes de tudo, que existe a convicção da ABT, com o apoio das associadas, de que a ABT deve seguir e apoiar esse esforço de defesa da saúde do trabalhador e defesa de uma regulamentação apropriada, mas isso não é só agora. A ABT já vinha fazendo interações com o próprio Senador Paim. Já tivemos algumas oportunidades em que pudemos apresentar sugestões, propostas, e sempre com a nossa perspectiva de um trabalho contributivo; quer dizer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contributivo em termos de apoiar a iniciativa, porque a entidade, a ABT, e as associadas acreditam que uma boa regulamentação fornece boas condições de trabalho, acima de tudo, o que é fundamental. Não há sustentabilidade da atividade econômica sem isso; tem que ser bom para todo mundo, tem que ser bom para os trabalhadores, tem que ser bom para a sociedade como um todo.

Contem com o nosso apoio, portanto, nesse esforço, integralmente. Vamos continuar, assim como a gente já fez antes, contribuindo tecnicamente ou das mais diversas formas, com apoio político, na medida do possível, para que o projeto avance, siga em frente. Então, sempre apoiamos e vamos continuar apoiando essa iniciativa.

Para dar um exemplo desse tipo de apoio, que tem relevância para o tema, porque se destacaram bastante os aspectos de saúde, a ABT participou da formulação do Anexo II da NR-17. Coincidentemente, eu fui o representante da bancada patronal na negociação tripartite, que se deu, na época, no grupo tripartite que foi criado no segundo mandato do Governo Lula. Na época, o atual... Aliás, o mesmo Ministro que hoje é Ministro do Trabalho era Ministro à época. Ele entendeu a importância de estabelecer uma norma nesse tema, uma reguladora, o Anexo II da NR-17. Foi criado o grupo de trabalho, e eu tive a felicidade de poder participar e contribuir com esse trabalho técnico. E esse trabalho, saudando o Presidente da Fundacentro, foi em grande parte feito com apoio e dentro das próprias instalações da Fundacentro, em São Paulo.

Então, acho que é importante destacar que o esforço foi grande. Eram reuniões intensas, e, na época, aconteceu um fato inédito, inclusive reconhecido por todos que participaram – pelos sindicatos laborais, pelo próprio Governo, pelos integrantes diversos que participaram do trabalho –, que foi o debate mais intenso, com a agenda mais concentrada e com pleno consenso no momento da sua aprovação. Houve um esforço grande para que fosse uma norma moderna, para os padrões da época, pelo menos, e que fosse um avanço em relação ao que havia, por exemplo, em relação à NR-17 na sua regra geral. O Anexo II pretendia ser algo pudesse avançar em relação àquilo que estava...

Continuem a contar com o nosso apoio nesse sentido. Para o projeto de lei, a gente acredita também que ele pode seguir nesse caminho. Destaco aqui que tem coisas que sempre podem ser aperfeiçoadas; por exemplo, quero destacar a fala do Sr. Anderson, do sindicato laboral do Ceará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aponta as dificuldades em relação ao tema de *telemarketing*, teleatendimento. Ele elogiou o texto do item 1 do Anexo II, que põe parâmetros da atividade e fala que independe do nome. Isso foi detalhadamente discutido na época, e você veja: quando tem bastante gente contribuindo de forma técnica – e os representantes do Ministério do Trabalho tiveram um papel central nisso, na sociedade, nos sindicatos –, conseguiu-se chegar a um conceito que pareceu útil e importante – e é acho que até hoje. Então, isso, de fato, é algo que pode contribuir muito com o trabalho aqui desse projeto, utilizando esse, digamos, esforço que foi feito na época e que pode contribuir com o trabalho sendo feito aqui e agora também.

E nesse aspecto, tratando já da questão de saúde, acho que o Anexo II pode ser um bom parâmetro de avaliação. Fico contente que ele tenha contribuições que foram feitas agora pelo conjunto das entidades sindicais, a gente vai ler com o maior carinho e cuidado as contribuições que foram feitas, com o mesmo objetivo de buscar a saúde do trabalhador e coibir, acima de tudo, as más práticas de saúde. A gente sabe que existe, a gente quer combatê-las, a gente não quer que isso ocorra e a gente quer valorizar aquilo que seja um trabalho feito com dignidade e com boa saúde. Isso não é discurso, é de verdade, até porque, por exemplo, eu acompanhei trabalhos importantes, com mais de mil pessoas, mostrando que havia condições de trabalho muito boas. Então, se empresas conseguem produzir um ambiente, com avaliação envolvendo mais de mil pessoas – portanto, com relevância estatística –, saudável e tecnicamente bem desenvolvido em termos para identificar que eram boas condições, isso é plenamente possível ser realizado e deve ser realizado por todas as empresas do setor. Então, conte com o nosso apoio nisso também e no debate específico que vai se seguir.

Eu queria destacar, em relação ao trabalho humano, um fator fundamental – citando o Marco Aurélio, um grande sindicalista laboral –: a gente também acredita que o trabalho humano deve ser valorizado com apoio da tecnologia, e não o contrário. É óbvio que empresas buscam soluções mais eficientes, mas existe a convicção no setor de que o que deve ser valorizado é o trabalho humano, não é à toa que o setor identifica, muitas vezes, para designar sucesso ou quão bem uma empresa está indo, pelo número de trabalhadores, e não pelo número do seu lucro ou algo do gênero. Então, existe essa convicção, existe o trabalho nesse sentido e a gente vai também apoiá-los nesse esforço para valorizar o trabalho humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E existe um aspecto, para toda a sociedade, que é relevante nisso, que a gente já destacou em outras oportunidades e foros: que várias pesquisas globais e do próprio mercado apontam que pelo menos 70% dos consumidores querem atendimento humano para resolver seus problemas em relação ao consumo. Vários aqui citaram questões nesse sentido e a gente apoia isso também. Contem com a gente.

Acima de tudo, só concluindo outros temas que foram aqui desenvolvidos, o setor valoriza o trabalho feminino, quer dizer, as empresas da ABT valorizam o trabalho feminino, que seja igual de condições. Contem com a gente na luta nessa agenda, de verdade. E, quanto à diversidade no trabalho, há a importância de enfrentar as questões que envolvem a diversidade, como bem destacado pelo colega Flávio Fleury, que é da mesma faculdade na qual eu também me formei – ele é um acadêmico, e eu, um mero aluno do passado, formado lá na época, mas o saúdo ali pelo esforço e pelo tema. Contem com o nosso apoio também porque a gente acha fundamental desenvolver essa diversidade de trabalho e as boas condições de inserção na sociedade com igualdade de direitos e condições.

E, sobre o desenvolvimento regional – último tema que eu queria tratar, bem rapidamente –, é típico ter incentivos e fomentos regionais para desenvolver desenvolvimento regional, está na própria Constituição brasileira essa metodologia para fazer desenvolvimento regional. Então, essa atuação nesses locais, conforme destacado pelo Anderson e pelo Marcos – por exemplo, você tem o caso do Ceará –, passa por isso, mas a gente reconhece e apoia também que isso seja feito com um trabalho consistente dos sindicatos, para assegurar – e eles têm feito isso – condições adequadas de trabalho e de saúde.

Então, contem com a gente mais uma vez nesse esforço de trabalho.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Cláudio Tartarini, que representa a ABT.

Gente, nós estamos encerrando a nossa audiência pública, já agradecendo a todos os expositores. Foi uma audiência muito elucidativa, assim, no sentido de abrir um olhar realmente para um setor, um coletivo de trabalhadores que a gente percebe que realmente precisa da mão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado, precisa da mão deste Congresso Nacional, para que a gente faça a melhor avaliação e, acima de tudo, a melhor legislação, no sentido de regulamentar a profissão.

Eu quero agradecer aos setores que estiveram aqui: a academia, o setor patronal, a classe trabalhadora, representada aqui pelo Bira, pela Vivian, pelo Marcos, pelo Anderson, enfim, por todos vocês que estiveram aqui conosco.

Quero dizer que o nosso Relator é o Senador Paim, mas aqui eu já declaro, assim, de antemão, o meu total apoio, absoluto apoio de estar junto com o Paim neste debate, dentro da Casa, um debate que seja, acima de tudo, respeitoso, um debate em que a gente consiga unir essas pontas e que traga o único e verdadeiro sentido, que é a nossa missão aqui: que é tratar com dignidade a classe trabalhadora e, acima de tudo, os interesses de todos aqui.

Nós estamos aqui abertos a esse diálogo. E, assim, vou conversar com o Paim, já estou com todas as sugestões aqui passadas pela Vivian, que já vou encaminhar para minha equipe. Com a equipe do Paim, juntos, nós vamos ver isso aqui e vamos provocar a Casa.

Prometo a você, Bira, que a gente vai esperar mais dez anos, nós vamos correr. (*Palmas.*)

Ah, só um minuto, a Crislaine pediu para ter um minuto de fala.

Então, só para encerrar, Crislaine, por favor.

A SRA. CRISLAINE CARNEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada pelo minuto.

É só em resposta, Senadora, à correção. Eu acho que a gente está num momento em que é difícil... A gente não pode deixar quieto quando um homem tenta nos corrigir sem ter o argumento.

Quando eu falo da questão das licitações e dos editais, estou falando exatamente sobre isso. Quanto às licitações, editais de contratação, de prestação de serviços de teleatendimento, a concorrência delas é pelo menor preço. E elas fazem parte, sim, elas fomentam, sim, essa desigualdade, esse menor benefício de salário dos trabalhadores. Então, sim, também fazem parte desse processo.

A gente criou, no Estado Rio Grande do Sul, junto com a Superintendência Regional do Trabalho, uma câmara tripartite de enfrentamento à concorrência desleal e à afirmação de boas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas trabalhistas, exatamente para combater esse tipo de empresas que praticam o *dumping* social e que participam de pregões eletrônicos com propostas de menor valor para o pagamento dos salários.

Então, sim, também está junto dentro desse mundo de precarização, fomentando. A gente também tem que debater a contratação de licitações de mão de obra pelo menor preço.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. Público e privado, perfeito, Cris. Obrigada também ao Luís Carlos.

Não se encerra aqui, viu, Bira? Não se encerra aqui o debate. Quero agradecer a todos vocês por essa incrível audiência. Eu fico tão feliz quando a gente termina uma audiência pública em que todos os debatedores, todos – aliás, debatedores, não – os expositores vieram aqui e trouxeram suas contribuições. Isso é muito enriquecedor para nós e para o nosso trabalho aqui. Então, quero agradecer a participação de todos vocês. Como falei, não vai demorar mais dez anos, viu? Nós vamos correr atrás, tá? (*Palmas.*)

E nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Boa quinta para todos.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dra. Eudócia e Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Alan Rick, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Izalci Lucas, Augusta Brito e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4116, de 2021 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CDH (substitutivo) e de três subemendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2036, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2371, de 2021** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda n° 1-PLEN. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1117, de 2025 - Terminativo -** que: "Revoga o inciso III do art. 25 e dá nova redação ao inciso VI do art. 26, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que independa de carência a concessão do salário-maternidade para as seguradas do Regime Geral de Previdência." **Autoria:** Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n° 1-CAS (de redação) e 2-CAS (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3748, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com onze emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 641, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para regular as advertências sobre os riscos associados ao uso de narguilé." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2242, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDH (de redação) a 5-CDH (de redação). **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto e às Emendas n° 1-CDH-CAS, 2-CDH-CAS, 3-CDH-CAS e 5-CDH-CAS, e contrário à Emenda nº 4-CDH. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 3, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 118/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 4, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 118/2025, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 119/2025, sejam incluídos os convidados abaixo que especifica." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/04

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 2, de 2026, da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso), o qual solicita a realização de audiência pública em alusão ao Dia Mundial da Obesidade, com foco no debate de medidas de prevenção, enfrentamento do estigma, garantia de direitos e aprimoramento da atenção integral às pessoas com obesidade;

- cópia do Ofício nº 781, de 2025, do Ministério da Saúde, o qual encaminha a Recomendação nº 6, de 2025, do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre o estabelecimento de amplas agendas para defesa da dignidade humana, da saúde e da ciência, diante da política empresarial das *big techs*;

- cópias de ofícios e moções de câmaras municipais, contendo considerações sobre assistência social, saúde, previdência e questões trabalhistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que o item 1, Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, o item 2, Projeto de Lei nº 2.036, de 2024, e o item 6, Projeto de Lei nº 641, de 2019, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4116, DE 2021

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CDH (substitutivo) e de três subemendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2036, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 641, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para regular as advertências sobre os riscos associados ao uso de narguilé.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)

Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 118/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Subscrevo o requerimento e passo à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 118, de 2025, da CAS, seja incluída, como convidada a Sra. Marília Sobral Albiero, Gerente de Inovação e Estratégia da ACT Promoção da Saúde.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 118/2025, sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Subscrevo o requerimento e passo à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do RQS 118, de 2025, sejam incluídos os convidados: representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); representante da Viva Lácteos; representante da associação brasileira da indústria de alimentos de Goiás, Adial.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 119/2025, sejam incluídos os convidados abaixo que especifica.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Subscrevo o requerimento e passo à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do RQS 119, de 2025, sejam incluídos os convidados: representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); representante da Viva Lácteos; representante da associação brasileira da indústria de alimentos de Goiás, Adial.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos dar uma pausa na nossa reunião, esperando que algum colega Senador ou Senadora se faça presente.

Então, por esse motivo, a gente vai ter... Não está suspensa, será apenas uma pausa. (*Pausa.*)

Quero dar um bom-dia ao meu querido Senador Fernando Dueire e já lhe peço, Senador, para você, se possível, me substituir na Presidência para eu relatar, para eu fazer o meu relato do meu projeto de lei.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 2371, DE 2021

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer.*

Autoria do Projeto: Câmara dos Deputados

Relatoria das Emendas: Senadora Dra. Eudócia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN.

A relatoria é da nobre e querida Senadora Dra. Eudócia.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura de seu relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Quero cumprimentar, mais uma vez, o Presidente...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... nosso querido Senador Fernando Dueire.

Se o senhor me permitir, eu vou direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Claro.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições relativas à proteção e defesa da saúde, bem como às competências do Sistema Único de Saúde. É o caso do PL nº 2.371, de 2021, que ora se examina.

A proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde – que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares.

Sob o prisma da constitucionalidade material, as proposições alinham-se aos princípios e normas na Lei Maior e, em especial, ao art. 196, que dispõe:

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à juridicidade, nada há a objetar, uma vez que a proposição inova no mundo jurídico e está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio e o entendimento jurisprudencial.

Em relação à extensão do direito à saúde, os tribunais vêm decidindo que este direito é amplo e abrange a necessidade de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, tanto para prevenção, promoção, quanto para recuperação da saúde, incluindo tratamentos e medicamentos, mesmo que de alto custo, quando comprovada a necessidade e a inexistência de alternativas. Nesse sentido, é a orientação jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Os tribunais superiores têm se manifestado no sentido de que o poder público deve garantir o direito à saúde, inclusive em caso de judicialização, em que se busca o fornecimento de tratamentos e medicamentos através de ações judiciais.

O STJ tem reiteradamente defendido o direito à saúde como um direito fundamental e tem se manifestado a favor de medidas que assegurem o acesso a tratamentos e medicamentos, mesmo que não incluídos no rol da ANS ou em protocolos do SUS.

Em relação à técnica legislativa, a proposição observou os ditames da Lei Complementar nº 95/98.

Quanto ao mérito, louvamos a iniciativa do ilustre autor, Deputado Bibo Nunes, que visa a, acertadamente, incorporar a imunoterapia no Sistema Único de Saúde, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos pacientes oncológicos e resgatando a esperança pela cura.

Para tornar as imunoterapias mais acessíveis e reduzir custos, um novo centro de pesquisa foi inaugurado, no ano passado, em Eusébio, na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Situado no *campus* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Centro Pasteur Fiocruz de Imunologia e Imunoterapia reúne pesquisadores brasileiros e estrangeiros do Instituto Pasteur de Paris e da Fiocruz, voltados para pesquisa e desenvolvimento de imunoterapias em doenças infecciosas e não transmissíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A adoção tem crescido nos últimos anos, embora ainda existam desafios no acesso amplo pelo Sistema Único de Saúde, em especial devido à omissão normativa para a concretização das políticas públicas de saúde.

Sabemos que um único dia pode fazer a diferença na vida do paciente oncológico, que luta contra o tempo para ter acesso ao tratamento indicado e para aumentar suas chances de cura.

Não é razoável imaginar que o paciente com indicação de imunoterapia para tratamento oncológico tenha que aguardar 180 dias, ou mais, para a conclusão do processo administrativo de incorporação de medicamento, produto ou procedimento no SUS, sem contar realização de audiência pública, consulta pública, avaliação da comissão intergestores tripartite e demais burocracias exigidas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no Sistema Único de Saúde (Conitec). Este é um órgão colegiado de caráter permanente do Ministério da Saúde e tem como função essencial assessorar na definição de tecnologias do SUS. É responsável pela avaliação de evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento.

Entendo que os procedimentos burocráticos não podem estar acima da ciência e do direito à saúde. São inúmeros os estudos científicos publicados no Brasil e no mundo que evidenciam a eficácia, a efetividade e a segurança das imunoterapias.

Ademais, devido à interpretação constitucional ampla do direito à saúde, a avaliação econômica dos benefícios da imunoterapia deve considerar que a falta de incorporação no SUS gera um gasto ainda maior com a judicialização e o acesso compulsório.

Nesse contexto, o projeto de lei ora em análise contribuirá para o acesso equitativo às imunoterapias, quando for a opção de tratamento comprovadamente mais eficaz.

Reconhecemos, portanto, o mérito do Projeto de Lei nº 2.371, de 2021, motivo pelo qual manifestamos nosso apoio à sua aprovação.

Sobre o voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.371, de 2021, em sua redação original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aqui complementar, dizendo aos senhores e às senhoras – só mais um minuto, Sr. Presidente; grata pela sua atenção, mais uma vez – que a Femama e também a ONG Escolhemos Viver vêm acompanhando esse projeto de lei desde que chegou ao Senado, Sr. Presidente. Eu quero parabenizá-las e lamentar pelo falecimento da nossa querida Dany, que vinha lutando contra o câncer há alguns meses e anos e começou a imunoterapia. O câncer dela regrediu consideravelmente, porém, houve um lapso temporal da continuidade da imunoterapia por falta da imunoterapia no sistema SUS. Infelizmente ela foi a óbito, e isso é motivo de muita tristeza para nós médicos, nós legisladores, que lutamos pela causa da saúde no nosso Brasil, nos nossos estados. Especialmente aqui coloco o nosso Estado de Alagoas, porque é onde eu nasci, foi o estado em que eu nasci e me criei e é o estado de que muito me orgulho. Essa bandeira sobre a questão da saúde dos nossos pacientes oncológicos foi levantada no Estado de Alagoas, e continuo levantando aqui, nosso querido Fernando Dueire, no Senado, essa bandeira, porque eu sei, como médica e agora também como Senadora, a luta desses pacientes oncológicos para sobreviverem. E detalhe: eles não escolheram ter câncer, mas eles podem escolher ter direito à vida, e a nossa Constituição Federal dá esse direito aos nossos pacientes.

Vamos lutar – está aqui a nossa querida Kazumi; obrigada pela sua presença, Kazumi – e continuaremos lutando para que esses pacientes tenham todo o direito à vida, tenham todo o direito a lutar pela vida.

E queria colocar só mais um detalhe, Sr. Presidente: que no SUS já foram implantadas quatro imunoterapias – em 2021, não tinha nenhuma, mas atualmente já temos quatro imunoterapias –, porém, na ANS, nós temos já oito imunoterapias, sendo que essas quatro imunoterapias a mais na ANS são imunoterapias mais avançadas que têm como tratar e até curar, a depender do estadiamento do tumor, esses pacientes. Então, nós queremos tratamento equitativo. Por que é que, na rede particular e de convênios, você tem direito a oito imunoterapias, e, no SUS, só temos direito a quatro imunoterapias? Então, é isso que eu quero colocar.

E quero falar de uma emenda, mas eu acho que o senhor vai me dar agora a palavra.

E obrigada pela sua atenção, Presidente, por ter me dado os minutos a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Senadora Dra. Eudócia, este é um projeto extremamente meritório, e seu relatório, valioso. Nós percebemos que tal iniciativa já chega um pouco atrasada. Quantas vidas estiveram em risco ou nós perdemos em razão desse propósito, propósito deste projeto de lei de que a senhora, com brilho, trouxe o relatório.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Eu queria só aqui fazer um registro.

Eu apresentei uma emenda, que, inclusive, foi objeto de uma conversa com o próprio Ministério da Saúde, no sentido de que, aqui no art. 2º, os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas do câncer poderão incluir a utilização – a minha proposta é "poderão", e lá está "deverão" – de imunoterapia quando se mostrar superior ou mais segura que as opções tradicionais, nos termos desta lei e na forma do regulamento. A minha preocupação, basicamente, é no sentido de que toda adoção de tecnologias na área da saúde – e é fundamental que elas sejam pautadas pela segurança ao paciente, por um estudo anterior, demonstrando a sua viabilidade – deve ser feita depois que essa avaliação venha a se constituir. E cada uma delas exige uma avaliação em especial. A minha proposta era no sentido que, em vez de que se colocasse "deverão", se colocasse "poderão", porque isso implicaria se ter essa avaliação, teria que passar pelos critérios de incorporação tecnológica que todos sabemos que tem um sentido tanto do ponto de vista de avaliação do custo-benefício quanto da avaliação do ponto de vista de ausência de riscos para quem se submete. Enfim, era apenas nesse sentido.

É um projeto muito importante, que tem todo o nosso apoio, e a emenda que eu apresentei vem nesse sentido de que... Nós temos, inclusive, um sistema único que tem a cada dia ampliado o acesso das pessoas aos tratamentos. Nenhum país no mundo – nenhum país no mundo! – oferece o que o Sistema Único de Saúde oferece à sua população. Os tratamentos mais modernos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais sofisticados são incorporados pelo SUS. Agora, obviamente que isso tem que passar por uma avaliação de caráter técnico, do ponto de vista da segurança. Então, a gente tem uma posição peremptória, imperativa de que, quando se coloca "poderá", teria que se dizer que "poderá a partir de uma avaliação que se faça anteriormente".

Então, era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – A sua consideração, Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Senador Humberto Costa.

A questão, Senador Humberto, é que, conforme a sua emenda, teria que passar pela Conitec, colocando que, em termos de tempo, a Conitec tem até 180 dias para analisar. Um dia para um paciente oncológico é a diferença entre a vida e a morte. O senhor é médico, o senhor sabe disso. Então, para doenças oncológicas, a gente não pode esperar 24 horas, imagine 180 dias. E detalhe: se a ANS tem oito tipos de imunoterapias, é porque elas são eficazes, é porque elas são seguras. Outra coisa: os nossos colegas oncologistas jamais iriam prescrever alguma imunoterapia para determinado paciente se essa medicação não fosse segura, se não tivesse frutos positivos para o paciente.

Inclusive, antes de o senhor chegar, eu coloquei aqui que a nossa querida Dany, da ONG Escolhemos Viver... É uma ONG muito presente. Tem a Femama também, que tem, 70 ONGs em todo o Brasil. E essas pessoas lutam pelas doenças oncológicas. Está aqui a Kazumi. Quero mais uma vez cumprimentá-la, Kazumi, pela sua presença. A Dany tinha um diagnóstico que agora eu não coloco com propriedade porque eu não tive essa informação, mas ela tinha uma doença oncológica. Foi submetida à imunoterapia e estava indo muito bem a imunoterapia da Dany. E, depois que houve um lapso temporal, porque faltou essa medicação pelo SUS, ela veio a óbito.

Então, a imunoterapia mostrou como ela é eficaz. A imunoterapia veio para fazer a diferença na vida do paciente oncológico. Tem n casos que eu poderia ter trazido aqui de pacientes, como estavam antes e depois das imunoterapias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um caso prático de quem eu convivo lado a lado. Eu tenho uma irmã, Senador Humberto Costa, senhores e senhoras e Presidente, que se chama Eveline. Ela tem 52 anos de idade. Ela foi diagnosticada com câncer de rim. Foi retirado o rim, o ureter, uma parte da bexiga. E ela ficou bem. Depois, houve metástase para alguns órgãos do corpo. E ela está sendo tratada em São Paulo. E aí o que aconteceu? O Dr. Fernando Maluf, que é o médico dela, começou com imunoterapia. As lesões que ela tinha sumiram todas. E isso já tem cinco anos – cinco anos. Ela viaja a cada 15 dias para fazer imunoterapia. Então, ela teve o direito a viver – ela teve o direito. Por que ela teve e alguns pacientes não têm? A gente não pode aceitar isso. Tem que ser equitativo. Se as imunoterapias mostraram evidências científicas que fazem a diferença no tratamento das doenças oncológicas, por que a gente tem que esperar a Conitec por 180 dias para começar a infusão? Em 180 dias, o paciente vai a óbito, isso é óbvio. Não precisa nem ser médico para avaliar isso. Porque a doença oncológica é tempo dependente. Tempo dependente.

Nós estamos atuando muito no diagnóstico precoce, para que as pessoas não cheguem ao ponto de ter que fazer imunoterapia. Nós temos que avançar também no diagnóstico precoce, para que um dia as imunoterapias sejam pontuais, por termos diagnósticos precoces e podermos tratar os nossos pacientes precocemente. É isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

Só mais um detalhe que eu queria colocar aqui: que o texto original faz menção ao regulamento, enquanto o texto da emenda menciona o regulamento e aleija do SUS, que, por sua vez, submete a incorporação da imunoterapia à apreciação do Conitec. Não tem como a gente esperar, não tem como.

Eu faço um apelo aos nossos queridos Senadores e Senadoras que estão remotamente. Eu não faço um pedido não, Presidente, eu faço um apelo, porque, enquanto a gente está aqui discutindo esse projeto de lei, milhares de pessoas com doenças oncológicas estão falecendo no nosso país, padecendo. Isso não podemos aceitar mais. Se a ciência evoluiu, se a ciência avançou, se agora nós temos imunoterapias, por que a gente vai retroagir? Nunca. Nunca.

Eu continuo com essa bandeira levantada. Para mim vai ser um motivo de muita alegria e para muitos que estão aqui presentes, representando várias ONGs, e também tem a nossa colega representando a OAB – a nossa querida que está representando a OAB –; essa nossa amiga Baby, que representa a Femama e as Vencedoras Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-la, Baby, pelo seu trabalho incansável... – Baby, me perdoe – a Baby, pelo seu trabalho incansável, representando a Femama, que eu falei anteriormente, e a ONG Vencedoras Unidas.

Então, é isso: é sobre vencer, é sobre sobreviver, é sobre escolher viver; é sobre a vida, e não a morte. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar a nossa querida amiga – posteriormente eu coloco o seu nome, porque eu estou sem essa informação aqui – que é da OAB e que defende as causas das doenças raras e também das doenças oncológicas. Minha querida amiga, você está de parabéns.

Muito grata, Sr. Presidente, pelo tempo disponível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Feitas as considerações do Senador – o nobre Senador Humberto Costa – e da senhora, Dra. Eudócia, Senadora, e não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 1, Plenário. (*Palmas.*)

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência a...

A SRA. SILVIA CRISTINA (Bloco/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Senador... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não.

A SRA. SILVIA CRISTINA (Bloco/PP - RO) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não.

A SRA. SILVIA CRISTINA (Bloco/PP - RO. Para expor.) – Senador Fernando, eu sou a Deputada Silvia Cristina, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Luta contra o Câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizá-lo pela condução desta sessão, também a Senadora Eudócia, nesta Comissão de Assuntos Sociais, porque eu venci o câncer. Estou nesta Casa, lá na Câmara Federal, especialmente para as políticas públicas de combate ao câncer. E eu sei o que a imunoterapia representa na vida de quem está esperando: é um sopro de vida. Então, a aprovação desse Projeto 2.371, de 2021 – já tem cinco anos que esse projeto tramita, que vai para discussão –, nós sabemos o quanto que precisa, a partir de agora, caminhar a passos largos para que lá no Plenário, logo depois, na prática, lá na ponta, possa chegar para as pessoas que tanto precisam dele.

A quimioterapia nem sempre é eficiente, porque além, é claro, de combater as células cancerígenas, mas, em muitos casos também ataca as células boas. No caso da imunoterapia, ela vai fortalecer o sistema imunológico, e aí, sim, nós temos um tratamento mais eficaz, mais rápido, mais combativo, porque, infelizmente, só as pessoas de muito poder aquisitivo estão tendo a oportunidade de estarem vivas. E, como mesmo a nossa querida Senadora Eudócia defendeu, esse direito tem que ser para todos. Pela vida de um ou de outro nós temos – especialmente nós, eu, enquanto Deputada, vocês, Senadores, nesta Casa de Leis – que trabalhar; para todos.

Então, hoje eu comemoro, junto com mais de 200 Parlamentares tanto aqui do Senado quanto da Câmara Federal, que fazem parte da Frente Parlamentar Mista em Prol da Luta contra o Câncer, um passo importante, Senador Fernando: nós votamos hoje um sopro de vida para poder salvar muitas vidas. E que esse projeto, então, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, possa caminhar a passos largos, para aprovação no Plenário, e aí, sim, chegar lá à ponta, que é o que nós precisamos!

Muito obrigada – um dia de vitória, sem dúvida, para todos nós –, muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Eu agradeço o testemunho valioso de V. Exa., Deputada, que vai ao encontro e abraça tantas pessoas que precisam.

A SRA. SILVIA CRISTINA (Bloco/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Devolvo a Presidência à Senadora Dra. Eudócia, para que eu possa, como Relator *ad hoc*, relatar o próximo projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero aqui cumprimentar a nossa Deputada Silvia Cristina, que se fez presente: grata pelas palavras, Deputada, grata pela sua solidariedade, pela sua luta. A você, que foi uma paciente também que passou por esses momentos, então, parabéns pela sua iniciativa de estar presente aqui, neste momento! Muito grata!

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1117, DE 2025

- Terminativo -

Revoga o inciso III do art. 25 e dá nova redação ao inciso VI do art. 26, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que independa de carência a concessão do salário-maternidade para as seguradas do Regime Geral de Previdência.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A relatoria é do Senador Marcelo Castro, e o Senador Fernando Dueire é o Relator *ad hoc*.

Agora concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Eudócia.

Trata-se de um projeto valioso, e quis o destino que eu, de forma *ad hoc*, viesse a relatá-lo.

Peço a V. Exa. a permissão para ir direto à análise do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Permito.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Nos termos do art. 22, XXIII, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre seguridade social, motivo pelo qual a disciplina da carência do salário-maternidade encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se trata de matéria que cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos tribunais superiores, motivo pelo qual aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela, na forma do art. 61, *caput*, da Carta Magna brasileira.

Não menos importante destacar que não há exigência de lei complementar para a inserção da matéria no ordenamento jurídico nacional. Em face disso, a lei ordinária é a roupagem jurídica adequada ao PL nº 1.117, de 2025.

Por fim, os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado (Risf) conferem a esta Comissão a prerrogativa de examinar terminativamente o PL nº 1.117, de 2025.

No mérito, consoante esposado no parecer proferido pela Senadora Damares Alves na CAE, a proposição tem o cristalino propósito de igualar as seguradas contribuintes individuais, especiais e facultativas às empregadas, empregadas domésticas e trabalhadoras avulsas, concretizando o postulado da proteção da proteção integral à criança e ao adolescente, previsto no art. 227 da Constituição da República.

Respalda-se, ainda, na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no bojo Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2.110, julgada em março de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No julgamento da referida ação, o STF reconheceu a inconstitucionalidade da exigência de carência diferenciada para o salário-maternidade, fundamentando-se nos princípios constitucionais da isonomia e da proteção à maternidade, bem como no cuidado com a criança, assegurado pelo art. 227 da Constituição Federal.

A aprovação do presente projeto de lei, portanto, positiva a interpretação conferida pela Corte Suprema à matéria, evitando quaisquer dúvidas que ainda pudessem existir sobre o assunto.

Em face disso, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que o PL nº 1.117, de 2025, merece a chancela deste Parlamento.

Unicamente, destacamos que a proposição se encontra em desconformidade com o dispositivo do art. 3º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, de seguinte teor:

> Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:
> I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;
> II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;
> III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Nota-se do referido dispositivo que a parte normativa da proposição deve preceder à sua parte final, na qual será inserida eventual cláusula de revogação.

Na hipótese, o PL 1.117, de 2025, inverte a ordem estabelecida pela Lei Complementar nº 95, de 1998, pois o seu art. 1º contém cláusula revogativa, enquanto o seu art. 2º traz comando normativo.

Logo, para se adequar a proposição aos imperativos de técnica legislativa, necessário que a ordem dos dispositivos seja invertida, o que pode ser feito via emendas de redação, que não alteram o conteúdo da proposição.

Portanto, peço permissão para ir direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.117, de 2025, com as seguintes emendas de redação:

> Emenda nº - CAS (de redação).
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.117, de 2025, a seguinte redação:
> Altera o inciso VI do art. 26 e revoga o inciso III do art. 25, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que independa de carência a concessão do salário-maternidade para as seguradas do Regime Geral de Previdência.
>
> Emenda nº - CAS (de redação)
> Renumerem-se os arts. 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei (PL) nº 1.117, de 2025, para, respectivamente, arts. 3º, 1º e 2º, mantendo-se sua redação original.

Esse é o relatório, eminente e querida Presidente, Senadora Eudócia, que eu encaminho para sua consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Fernando Dueire, brilhante relatório do nosso querido Senador Marcelo Castro que você conduziu tão bem. Quero também cumprimentar e parabenizar pela iniciativa o Senador Eduardo Braga, que é o autor do projeto.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém para discutir, em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

O painel de votação já está aberto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Como os colegas Senadores e Senadoras estão votando, vamos colocar em pauta o item 7, que é o projeto de lei...

Em pauta, não; é para discussão.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2242, DE 2022

- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDH (de redação) a 5-CDH (de redação).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Antes de conceder a palavra a V. Exa., Senador Humberto Costa, eu só queria cumprimentar mais uma vez a nossa querida Vanessa, da OAB, que, na oportunidade, está lá fora. Queria cumprimentar e agradecer a sua presença, Vanessa, pelo seu trabalho belíssimo na Comissão de Doenças Raras e na do Câncer.

Agora concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Senhora Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou direto aqui para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Quanto à constitucionalidade, proteção e defesa da saúde, é matéria sobre a qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal concorrentemente legislar. É igualmente legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, visto não se tratar de reserva privativa do Presidente da República. Revela-se adequado o tratamento por meio de lei ordinária uma vez que a Constituição Federal não reserva o tema à esfera de lei complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Humberto Costa, um segundo.

Eu peço aos senhores e às senhoras aqui presentes silêncio em respeito à relatoria do nosso Senador Humberto Costa, por favor. Mantenham-se em silêncio, vamos acompanhar a relatoria.

Pode continuar, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Portanto, não se vislumbram óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental.

No mérito, entendemos que a matéria deve prosperar.

O Projeto de Lei nº 2.242, de 2022, representa um importante avanço para a saúde pública ao instituir o Estatuto dos Direitos do Paciente. Em um país como o Brasil, cuja Constituição consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, consolidar em lei um conjunto claro de garantias aos pacientes significa fortalecer a dimensão humana do cuidado e qualificar o próprio sistema de saúde.

Trata-se, pois, de organizar, sistematizar e dar efetividade a direitos que muitas vezes já existem de forma dispersa, mas que carecem de uniformidade e segurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estatuto contribui para elevar os padrões de qualidade e segurança na assistência. A definição de direitos como informação adequada, consentimento livre e esclarecido, confidencialidade, acesso ao prontuário e respeito à dignidade impacta diretamente na redução de erros, na prevenção de conflitos e na melhoria dos resultados clínicos. Ao reforçar a transparência e a responsabilização, o projeto dialoga com as melhores práticas internacionais de segurança do paciente e fortalece a cultura de qualidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A proposta contribui, ainda, para a racionalização do sistema. Quando o paciente tem seus direitos assegurados, reduz-se a judicialização excessiva, diminuem-se conflitos éticos e se aprimora a relação entre usuários e profissionais. Isso repercute positivamente na eficiência do atendimento e na sustentabilidade financeira do sistema. A previsibilidade normativa protege tanto o cidadão quanto os profissionais de saúde, criando parâmetros claros de conduta e reforçando a confiança institucional.

O Estatuto dos Direitos do Paciente é instrumento de equidade. Em contextos de vulnerabilidade social, a assimetria de informação entre profissionais e usuários ainda é mais acentuada. Garantir, portanto, o direito à informação clara, ao tratamento digno e a não discriminação é combater desigualdades sociais que se reproduzem também no ambiente de saúde. O projeto reafirma que o cuidado não pode ser marcado por preconceitos, barreiras culturais ou limitações socioeconômicas, consolidando o princípio da universalidade que orienta o sistema de saúde brasileiro.

Importa destacar, ainda, que durante a tramitação da matéria na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foram aprovadas importantes emendas de redação que aprimoraram substancialmente o conteúdo do projeto. O resultado é uma proposição mais moderna, coerente e eficaz, que consolida direitos, reduz ambiguidades interpretativas e amplia a proteção jurídica, tanto para os usuários do sistema quanto para os profissionais que nele atuam.

O PL 2.242, de 2022, reafirma que a saúde não é apenas prestação de serviço, mas relação de confiança e respeito à pessoa humana. Instituir um estatuto específico significa colocar o paciente no centro da política pública, fortalecendo a ética, a transparência e a humanização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência. Ao aprovar esta proposta, daremos um passo decisivo para consolidar um modelo de saúde mais justo, seguro e comprometido com a dignidade de cada brasileiro.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.242, de 2022, e das Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, de redação, e rejeição da Emenda 4, da Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Esse é o voto.

Quero aqui dizer que, por uma demanda, um pedido do Senador Magno Malta, nós acatamos uma dessas emendas para tratar dos termos "gêneros" e "orientação sexual". Apesar de estarem amplamente consolidadas no ordenamento jurídico brasileiro – na legislação infraconstitucional e também na interpretação conferida pelos tribunais superiores aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade –, em nome de aprovação do projeto, que é muito mais amplo, nós acatamos a emenda que foi apresentada por ele. Deixam de fazer parte do texto as expressões "gêneros" e "orientação sexual", e acatamos a sugestão de uso da expressão "sexo", para dizer que não haverá nenhum tipo de discriminação, o.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, da CDH e da CAS.

Estou aguardando a nossa nobre Senadora Damares Alves, que está vindo para votar, para que a gente possa abrir o painel e concluir a votação. (*Pausa.*)

Quero cumprimentar a nossa querida Senadora Jussara Lima, que se faz aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos só aguardando a nossa Senadora Damares Alves para encerrar a votação. Ela está vindo votar. (*Pausa.*)

Quero cumprimentar aqui a nossa Senadora Damares Alves, que veio abrilhantar esta Comissão no dia de hoje.

Minha querida, você já votou, minha Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Ô Presidente, bom dia! Votei.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Bom dia!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A senhora não tem ideia do que foi registrar esse voto. Hoje eu não estou bem – a senhora sabe que o tratamento tem altos e baixos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu consegui, está lá o meu voto. Chegar aqui não foi fácil, mas, Senadora, o projeto é extraordinário, a senhora sabe, e não podia passar de hoje. O Brasil esperava – esperava – essa matéria. Talvez só daqui a alguns anos alguém vá entender o sacrifício que todos nós... Olha, Eduardo Braga ontem pediu tanto, o Senador Marcelo Castro, o Senador Fernando, que leu *ad hoc* – quero a ele agradecer, porque era eu que queria ler *ad hoc*, eu estava preparada para vir. Mas a gente conseguiu. Olhe lá quantos votos! Eu estou só esperando a senhora abrir o painel, porque eu sei que a gente vai ganhar por unanimidade.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com certeza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora, pela condução, parabéns pelo trabalho hoje. E hoje a gente, juntas novamente, faz uma grande entrega. Parabéns ao autor, Eduardo Braga, ao Relator, Marcelo Castro, ao Relator *ad hoc*, Senador Fernando.

Mais uma vitória, estou muito feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E você, Senadora Damares, não abre mão da sua luta aqui no Senado. Mesmo sem estar em condições físicas satisfatórias, hoje, no momento da manhã, mas você está aqui. Por isso que eu sempre digo que você é um exemplo, um modelo de mulher aguerrida, trabalhadora e que luta pelo povo. Parabéns, Senadora.

E agora vamos abrir o nosso...

Vou encerrar a votação. Já que nós temos quórum, vamos encerrar a votação.

A votação está encerrada.

Agora eu vou abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Houve 13 votos SIM; não teve nenhum NÃO.

Abstenção também não houve.

O quórum foi de 14, mas um colega ou uma colega não votou, porém foi por unanimidade. Então, 13 votos SIM!

Parabéns, Senadora Damares. Parabéns, Senador Eduardo Braga. Parabéns, Senador Marcelo Castro e o nosso querido Fernando Dueire, que foi o *ad hoc*. (*Palmas.*)

Mais uma vitória, amiga. Para as mães do Brasil, mais uma vitória.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, da CAS, e 2, da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Convoco para o dia 11 de março, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dra. Eudócia e Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Chico Rodrigues, Augusta Brito, Weverton, Jaime Bagattoli, Giordano e Oriovisto Guimarães, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Jussara Lima. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1024, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de curso de formação para a prática do paraquedismo e sobre o exercício da profissão de instrutor de paraquedismo." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-Cesp. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda n° 1-CEsp-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2671, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Mês Nacional de Combate ao Sedentarismo e de Prevenção da Obesidade." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2783, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional da Previdência Social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1873, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o mês de prevenção e combate à cegueira, denominado "Abril Marrom", e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n° 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2762, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para considerar como experiência profissional o estágio realizado pelo estudante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1732, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran (*Ad hoc*), substituiu Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas n° 1-CAS a 3-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada apresentação do Requerimento de Urgência para a matéria nº 10/2026-CAS ao Plenário do Senado Federal. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3900, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico, a fim de ampliar a outras categorias profissionais de saúde a elegibilidade à homenagem." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3748, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com onze emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 6, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 96/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 2364/2021, que "institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo" sejam incluídos convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 9, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 8, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no mês de maio de 2026,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferencialmente em data próxima ao Dia Mundial do Câncer de Ovário (8 de maio), com o objetivo de debater o cenário epidemiológico, os desafios assistenciais e as perspectivas de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao câncer de ovário e ao câncer do colo do útero, com especial atenção às estratégias de prevenção, diagnóstico oportuno, organização da rede assistencial e qualificação das bases de dados em saúde da mulher." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 10, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1732/2022, que "altera a Lei nº 6.932,de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/11

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes, colegas Senadores, colegas Senadoras.

A sessão está aberta e quero inicialmente cumprimentar mais uma vez a minha querida Senadora Damares Alves, que hoje está aniversariando, abrilhantando esta Casa e esta Comissão. Que o nosso Deus derrame bênçãos sem medida sobre você, minha querida Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... para que você possa ficar, longos e longos anos, aqui na Casa, ajudando o seu país e aqui o Distrito Federal! Tenha o meu abraço.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A nossa festa foi ontem, no Plenário...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Foi, isso mesmo, minha querida! (*Risos.*) Foi bênção.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", da ferramenta de videoconferência para os Senadores que participam remotamente.

Informo que o item 3, Projeto de Lei nº 2.783, de 2022, foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Flávio Arns.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2783, DE 2022

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional da Previdência Social.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 1/9/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.)

Antes de passar para o item 4, que é da nossa querida Senadora Damares Alves, Relatora, eu quero fazer uma colocação que é muito importante para nós aqui da Comissão de Assuntos Sociais – quero cumprimentar o Senador Dr. Hiran, que está aqui presente, que é o Vice-Presidente das CASCANCER. Com muita alegria, junto aqui com a nossa querida Damares – lutamos tanto –, conseguimos ontem, Senador Dr. Hiran, Senadora Damares e todos que nos acompanham, aprovamos ontem, no Plenário do Senado Federal, o PL 2.371, de 2021, que trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de imunoterapia no SUS, para que todos, de uma forma igualitária e equitativa, possam ter direito a essas medicações que fazem toda a diferença no tratamento do paciente oncológico.

Não foi fácil, Damares – você tem acompanhado –; foram cinco anos para que esse projeto voltasse para Casa.

A autoria é do Deputado Bibo Nunes. Ele fez a autoria – foi autor – em 2021. Já se passaram cinco anos, mas aqui estamos lutando pelo mesmo propósito.

Quero cumprimentar, mais uma vez, todas as ONGs que se mobilizaram – todas as ONGs do país – e que estiveram presentes ontem, à tarde e à noite, lá no Plenário do Senado Federal, aqui, da nossa Casa, desta Casa. Estiveram presentes os pacientes oncológicos, as ONGs, as entidades de apoio ao paciente.

E segue agora para a sanção do Presidente.

Na oportunidade, Senador Dr. Hiran, eu fiz um apelo ao Presidente da República para sancionar esse projeto de lei de suma importância, e seguimos aqui na luta, aguardando a sanção, para nós podermos realmente nos juntar unissonamente, nos alegrar e avançar nesse tratamento de ponta para nossos pacientes oncológicos brasileiros, todos os brasileiros e todas as brasileiras.

E agora o item 4, que é o Projeto de Lei nº 1.873...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, pois não...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Bom dia. Pois não, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Presidente; bom dia, queridas Senadoras, todos que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar V. Exa., primeiramente, por essa luta que a senhora tem envidado aqui para ampliar o acesso de pacientes portadores dessa doença terrível, Presidente, senhoras e senhores. A Organização Mundial da Saúde já disse que, infelizmente, a partir de 2030, a incidência dela será maior do que a incidência de doenças cardiovasculares no mundo.

Então, tudo o que nós lutamos e conseguimos conquistar aqui, nesta Casa, para ampliar o acesso a terapias, a cuidados a pacientes oncológicos, é digno de aplausos; e a senhora tem comandado isso com muito trabalho, com muita dedicação. Parabéns à senhora e parabéns a todos aqui, à nossa querida Senadora Zenaide, à nossa querida aniversariante do dia, Senadora Damares, a quem já cumprimentei, mas quero aqui reforçar o desejo de que a senhora tenha muita saúde. A senhora, que já enfrentou essa doença, sabe da importância de acesso a terapias modernas que, a toda hora, acontecem, através de inovações que vão surgindo pelo mundo. E nós desejamos à senhora muita saúde, que a senhora continue aqui a nos brindar com sua inteligência, com sua sagacidade, com seu combate. Há coisas que afetam muito a nossa sociedade, principalmente exploração de crianças e adolescentes, que são sua bandeira aqui, mas também tudo que emana aqui desta Comissão, porque está sempre preocupada com cuidar das pessoas...

Eu queria também dizer que hoje é o aniversário da Senadora Damares, mas ela vai nos dar um presente, porque o item 4, que ela vai logo, logo, relatar, estabelece o mês de abril como o mês de prevenção e combate à cegueira, que é algo que diz muito respeito à minha profissão de oftalmologista e é uma preocupação de todos nós.

Querida Senadora Damares, eu já, antecipadamente, parabenizo V. Exa. pela pertinência do tema e queria também pedir a V. Exa. – já houve uma conversa prévia, Presidente – que a gente inverta a pauta.

Eu estou aqui com o Presidente nacional da Associação Nacional de Médicos Residentes, e esse item aqui, o item 6, é um projeto cujo Relator é o Senador Wilder Morais, que me pediu – agora mesmo ele está viajando e não pode relatar –, me pediu que eu fosse o Relator *ad hoc* dessa matéria.

Quero pedir à senhora que pudesse inverter a pauta, porque eu ainda tenho que – a senhora sabe que eu ainda sou oftalmologista ativo – fazer uma cirurgia no nosso querido amigo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado lá da Bahia, Elmar Nascimento, que eu marquei para estar com ele lá. Vou operá-lo daqui a uma meia hora.

Eu queria ver se a gente podia antecipar essa relatoria.

Muito obrigado, viu, Presidente, e muito obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu acho que a Senadora Damares já entrou em acordo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, vamos inverter a pauta, começando pelo item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1732, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas (de redação) que apresenta.

A relatoria é o Senador Wilder Morais, e o Dr. Senador Hiran como Relator *ad hoc*.

E agora concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS manifestar-se sobre matérias relativas às relações de trabalho e exercício de profissões e à proteção e à defesa da saúde, bem como às competências do Sistema Único de Saúde, nos termos dos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Desse modo, a proposição em exame insere-se no âmbito temático desta Comissão.

No que tange à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não se vislumbram óbices que impeçam o projeto de prosperar.

A matéria sob análise é oportuna e meritória, pois busca permitir o fracionamento das férias anuais a que têm direito os médicos residentes e os demais residentes da área de saúde. A nosso ver, a medida é justa, pois esse é um direito que assiste à maioria dos trabalhadores brasileiros, inclusive da área de saúde. Assim, é pertinente que se estenda esse direito aos residentes médicos e da área de saúde, que poderão planejar melhor seus períodos de descanso, o que pode repercutir positivamente em termos de aproveitamento dos estudos e treinamento.

Ademais, a proposta não envolve custos e não implica prejuízos para os programas de residência.

No entanto, identificamos um problema de técnica legislativa que deve ser corrigido. A lei em alteração – Lei nº 6.932, de 1981 – regula exclusivamente a residência médica, sem abranger as demais profissões de saúde, o que torna inadequada a inserção de dispositivo nessa norma para tratar do repouso anual de residentes de profissões de saúde não médicas.

Isso afronta o preceituado na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, que, nos incisos II e IV do art. 7º, determina que a lei não conterá matéria estranha a seu objeto e que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei.

Ora, a norma legal que instituiu a residência em área profissional da saúde, destinada às categorias que integram a área da saúde – exceto a médica (que já contava com lei específica) –, é a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Portanto, a previsão de que o fracionamento do repouso anual para as demais categorias profissionais da área de saúde ocorrerá nos termos do regulamento deve constar dessa lei, e não da Lei da Residência Médica, como propõe o PL em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, para adequar o texto da proposição às determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, propomos emendas de redação que promovem o aperfeiçoamento da técnica legislativa.

Diante do exposto, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei 1.732, de 2022, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.732, de 2022, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 5º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

"Art. 5º .....

.....

§3º O repouso anual previsto no §1º poderá ser fracionado em períodos de, no mínimo, 10 (dez) dias, a pedido do médico residente, nos termos do regulamento." (NR)

EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)

Inclua-se, no Projeto de Lei nº 1.732, de 2022, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§3º e 4º:

"Art. 13. .....

.....

§3º O profissional de saúde integrante da Residência a que se refere o caput fará jus a um dia de folga semanal e a 30 (trinta) dias de repouso, por ano de atividade.

§4º O repouso anual previsto no §3º poderá ser fracionado em períodos de, no mínimo, 10 (dez) dias, a pedido do residente, nos termos do regulamento." (NR)

Essas são as emendas.

Lido, Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelo relatório, mesmo sendo como *ad hoc*, por V. Exa. estar representando o Senador Wilder Morais.

Quero aqui cumprimentar nosso querido Senador Wilder pela relatoria e também cumprimentar a autoria, que foi da Câmara dos Deputados.

E agora coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAS.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, eu queria solicitar a V. Exa. que a gente pudesse aprovar um requerimento de urgência para que ela fosse ao Plenário, porque é uma matéria que é um pleito antigo.

Nós estamos aqui com o Presidente Lucas Faidiga, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Era um pleito muito antigo. Parabéns!

Quero parabenizar a nossa colega Soraya Manato, ex-Deputada, que foi Deputada conosco, Presidente da Comissão de Seguridade Social lá da Câmara quando eu era Deputado também, pela autoria do projeto, e a relatoria do nosso querido colega Wilder Moraes, que me deu a honra de representá-lo aqui.

Parabéns, parabéns a todos os residentes do país por essa conquista, que foi uma luta de vocês! Eu espero que nós possamos aprovar aqui a urgência para ir para o Plenário, para que logo essa lei seja sancionada para aperfeiçoar as relações das atividades dos médicos residentes do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero aqui cumprimentar o Residente Lucas Faidiga, que é Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Seja muito bem-vindo a esta Casa, a esta Comissão. E parabéns pela sua luta à frente de todos os colegas médicos. Parabéns!

E agora coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo Senador Dr. Hiran.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Aprovado, nosso querido Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Maravilha! Parabéns, Dr. Lucas Faidiga.

Agora vamos para o item 4 da pauta.

Projeto de Lei nº 1.873, de 2025. Ele é...

Pois não, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Como a colega Damares tem três relatorias, ela me concedeu a inversão de pauta, se puder.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Inversão de pauta. É o item...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Sete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero cumprimentar V. Exa., Senadora Zenaide, por estar aqui na CAS.

Vamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3900, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico, a fim de ampliar a outras categorias profissionais de saúde a elegibilidade à homenagem.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo, dessa forma, a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar em proposições que versem sobre a proteção e defesa da saúde, caso versado no projeto ora sob análise.

Cabe à CAS, por ser a única comissão a se manifestar sobre a matéria, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade, impende ressaltar que a matéria está inserida no campo da competência concorrente da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privada do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar. Não há, portanto, vícios de ordem constitucional.

Quanto à juridicidade e à técnica legislativa, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Com relação ao mérito, igualmente, a matéria merece acolhida.

A alteração da Ordem do Mérito Médico para Ordem do Mérito da Saúde, bem como a ampliação das categorias profissionais de saúde aptas a receberem a homenagem, são medidas que vão ao encontro do devido reconhecimento que se deve conferir a todos aqueles que laboram arduamente em defesa da saúde em nosso País.

De fato, como bem salientado na justificação apresentada pelo autor, a pandemia de covid-19 deixou ainda mais clara a importância de reconhecer a atuação de todos os profissionais de saúde, não apenas dos médicos. Enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, farmacêuticos, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros, foram fundamentais na linha de frente do combate ao vírus.

Em um sistema de saúde complexo e interconectado, cada categoria profissional empreende esforços vitais no cuidado e no bem-estar dos pacientes. A saúde é uma área que depende da colaboração e do trabalho árduo de uma equipe multidisciplinar dedicada e coordenada. Cada profissional traz habilidades particulares e indispensáveis para o cuidado integral do paciente.

É imperativo, portanto, que todos os profissionais de saúde sejam reconhecidos e valorizados por este Congresso Nacional. Este PL reforça a ideia de que a saúde é um esforço coletivo, buscando garantir que a homenagem seja uma forma de celebrar e honrar o esforço, a dedicação e o impacto positivo que todos os profissionais de saúde têm na vida das pessoas e na construção de um sistema de saúde mais robusto e eficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.900, de 2020.

Esse é o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela relatoria, Senadora Zenaide Maia – e também, pela autoria, ao Senador Alessandro Vieira.

Realmente, Senadora Zenaide, você, que é médica também, entende como é importante a gente ampliar essa Ordem do Mérito Médico a todas as categorias da área da saúde, porque nós que somos médicos, Dr. Hiran – que é médico também – e Senadora Damares, sabemos da importância de toda essa conjuntura de categorias da área de saúde para nos dar... para, juntos, a gente trabalhar, em conjunto, como você colocou, Zenaide, equipe multidisciplinar. Todos nós precisamos de todos: do fisioterapeuta, do psicólogo, das demais área da enfermagem e assim por diante. Então, eu quero parabenizá-la.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente, eu quero só saudar a nossa querida colega Senadora Zenaide e o Senador Alessandro, autor do projeto, que visa a trazer mais justiça a essa honraria, porque nós, que somos médicos, sabemos que medicina não se faz só com médicos, medicina se faz com médico bem-formado e com equipe multiprofissional competente.

Então, eu quero parabenizar o seu relatório, querida colega e amiga Senadora Zenaide. Isso é um reconhecimento ao trabalho que essas equipes prestam no Sistema Único de Saúde, principalmente na saúde suplementar.

Nós temos aqui, Senadora, um projeto que está sob minha relatoria, que aumenta a punição por violência não só contra médicos, mas contra equipe multiprofissional, no seu trabalho. Pasmem: cada dia, neste país, um profissional de saúde é agredido numa unidade de saúde, seja um pronto-socorro, uma UBS, de forma violenta, do ponto de vista, às vezes, físico ou moral. Então, nós estamos aqui aperfeiçoando um relatório de um projeto que veio da Câmara – ele vai ter que voltar –, nós estamos fazendo algumas correções, Senadora Zenaide. Mas nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, além de homenagear quem se dedica a cuidar das pessoas, proteger quem está na linha de frente das nossas UBS, das nossas emergências médicas de todo o país.

Parabéns pelo seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente e todos que estão nos assistindo, eu quero já agradecer a nossa aniversariante do dia, a nossa colega Damares, essa Senadora, que não é médica, mas que está aqui sempre em defesa da vida.

Eu queria dizer que o sucesso que a gente tem do SUS, o Sistema Único de Saúde, é que a sua proposta é sempre de uma equipe multidisciplinar. Eu costumo dizer que o SUS anda mais rápido do que os planos de saúde, porque o SUS tem desde o agente comunitário de saúde, o agente de endemia, que, muitas vezes, trazem o diagnóstico para a gente. Eles chegam e dizem: "Tem um cachorro com calazar". Para você, com a criança com a suspeita, ele traz o diagnóstico. Digo o seguinte: como a gente diz, ninguém faz nada só.

A pandemia da covid veio mostrar a importância da equipe multidisciplinar, inclusive com nossos médicos residentes. Eu sou médica da universidade, trabalhei muitos anos. Mas é interessante que os residentes nunca tinham me chamado a atenção para essa questão de fracionar as férias em três vezes de dez dias.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Está, há quatro anos, tramitando aqui esse projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É mesmo? Então, o que acontece? A gente tem que trabalhar. Eu costumo dizer, quando se fala de vacina, por exemplo, que vacina não é um ato individual, vacina é um ato coletivo. E, para mim, a maior propaganda que está dando visibilidade à vacina é aquela da LBV, porque ela diz "eu sou vacinada", "criança eu sou", e a gente protege quem não pode tomar as vacinas. Então, esse espírito coletivo, esse olhar diferenciado para a vida é a pérola que o nosso SUS tem.

Agora, chamo aqui a atenção dos colegas desta Casa: do que precisamos, não só para os profissionais de saúde, que estão sendo agredidos por número de atendimentos, por uma falha na saúde primária, que não funciona bem? Gente, vamos botar a nossa saúde no orçamento deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país? Vamos botar a segurança pública no orçamento deste país? Pasmem, sabem quanto é para a segurança pública? Menos de 0,5%. Para a saúde, 4%. Então, é algo, Hiran, sobre o qual a gente tem que se debruçar. A gente pode aprovar o projeto de lei que quiser aqui, ele não vai ter eficácia se a gente não colocar no orçamento do país, senão nós vamos aqui enxugar gelo todos os dias.

Mas, quero parabenizar Alessandro Vieira e todos os colegas aqui e dizer que vamos... Por que não fracionar? Se eles solicitarem, porque tem pessoas que não solicitam. É tanto que eu trabalhei no Onofre Lopes acompanhando médico-residente, por ser hospital escola, e nunca ninguém tinha sugerido isso. O residente tem uma escala de só um dia por semana... São 48 horas semanais de dedicação, de aprendizado, mas também de mão de obra qualificada, porque, quando o professor está lá e tem um residente, quando a gente está lá, a gente tem que ensinar o procedimento academicamente. Você não pode pular etapa. Um médico com maior experiência, às vezes, pula etapa por garantia, mas aquela medicina, brasileiros e brasileiras, que é feita nos hospitais onde tem academia é uma medicina de primeiro mundo, porque é um tratamento com aprendizado, com o estafe lá, junto de um médico-residente.

Obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu só queria complementar a fala pertinente da Senadora Zenaide e dizer também que nós precisamos valorizar o médico-residente, porque é inadmissível que um médico que esteja no Mais Médicos... E no Mais Médicos tem médicos que vêm do exterior, que podem ficar quatro anos trabalhando aqui no nosso Sistema Único de Saúde sem fazer Revalida. É a lei; concorde-se ou não, mas é a lei. Agora, um médico do Mais Médicos, Senadora Zenaide, ganhar 12 mil e um médico-residente, que trabalha, em média, 60 horas por semana... Não é isso, Senadora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – É, por causa do plantão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele ganhar, no máximo, R$4 mil é injusto. Nós temos que, realmente, lutar pelo médico-residente, que é o nosso padrão-ouro da formação médica – não é, minha colega Zenaide? –, tornar a residência médica realmente interessante e valorizada, porque nós temos muitos médicos neste país que estão abandonando esse padrão-ouro, porque eles saem devendo, às vezes, mais de R$1 milhão ao Fies, e eles dizem:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Eu vou ganhar 4,1 mil, no máximo; se eu posso ganhar 12 mil, eu vou ganhar 12 mil, vou para um lugar longínquo, às vezes sem nenhuma estrutura", e termina comprometendo inclusive a formação dele no futuro.

Então, eu acho que nós precisamos lutar, e isso é uma pauta suprapartidária que eu tenho certeza de que Senadora Damares, Senadora Zenaide, todos os membros desta Comissão podem trabalhar no sentido de a gente sensibilizar os gestores, principalmente o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, para a gente poder melhorar a remuneração da residência médica neste país.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito boa colocação, Senador Dr. Hiran. Realmente isso é muito justo – muito justo.

Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senadora, a senhora vai colocar em votação o da Senadora Zenaide, mas eu estava observando, nós temos mais dois que são terminativos. São assuntos bem simples – um é meu, um é seu. Para depois a gente ficar *online* pedindo aos colegas que estão longe para votar... Qual seria a minha sugestão? Eu leio – o meu é bem curto –, a senhora lê e põe os três em votação, mas, nesse caso, o Hiran teria que assumir a Presidência.

Vê se ele ficaria mais dez minutinhos, a gente faz uma leitura rápida. Pode, Dr. Hiran?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, fica a minha sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Hiran, por gentileza, assuma a Presidência.

Obrigada pela atenção. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, relembrando aqui a todos e a todas que nós estamos no item 7, Projeto de Lei 3.900, de 2020, que altera a Lei 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e passo a palavra à Senadora Damares para relatar o item 4 desta pauta.

Senadora Damares, por favor.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1873, DE 2025

- Terminativo -

Institui o mês de prevenção e combate à cegueira, denominado "Abril Marrom", e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é uma matéria extraordinária, tem muito a ver com o senhor também.

Eu peço só permissão para ir direto ao relatório, porque já foi publicado, é consenso. Então, eu vou direto ao mérito, na verdade, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quando essa matéria chegou, nós tivemos que fazer uma audiência pública na Comissão, porque a gente vai instituir o Abril Marrom. Então, a gente precisava ouvir o segmento; o segmento concordou que seja o mês de abril. Então, estão atendidas todas as exigências da lei.

Neste contexto, a instituição do mês de prevenção e combate à cegueira, Abril Marrom, revela-se medida de reconhecido interesse público.

A iniciativa contribui para o fortalecimento das políticas de saúde, a promoção da inclusão social e a efetivação do direito fundamental à saúde das pessoas com deficiência visual, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico nacional com *status* constitucional.

A escolha do mês de abril para a realização da campanha fortalece o caráter simbólico da proposta, pois abrange o Dia Nacional do Braille, celebrado em 8 de abril.

Registre-se, por fim, que a proposição trata da proteção e defesa da saúde, matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição. Além disso, está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Por conseguinte, não há óbices quanto à constitucionalidade da proposta.

O projeto de lei também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade. Em relação ao mérito, a iniciativa é oportuna e relevante.

Diante de todo o exposto – eu fiz uma adequação no texto original –, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.873, de 2025, que institui o mês de prevenção e combate à cegueira, denominado Abril Marrom, com as emendas que já estão devidamente publicadas.

Este é o relatório e este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Eudócia, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Senadora Damares, parabéns pela sua relatoria!

O Presidente, Senador Dr. Hiran, já comentou sobre o Abril Marrom, e eu quero aqui fazer algumas considerações da importância do Abril Marrom, uma vez que, lá em Alagoas, nós temos um projeto, Presidente e caras colegas, amigas, Senadoras, e também Senadores que estão nos acompanhando remotamente, que é o programa chamado Olhar da Gente. É para cirurgia especificamente de catarata, porque a demanda, nosso querido Presidente, lá em Alagoas – ainda é, mas iremos chegar lá, Senadora Zenaide –, a demanda de cirurgia de catarata é altíssima, em Alagoas.

Por conta dessa demanda reprimida muito alta, eu tomei a iniciativa, junto com o Prefeito JHC, de fazermos esse projeto Olhar da Gente. Foram destinados R$10 milhões de emendas para esse projeto, e hoje, Senador Dr. Hiran, já operamos, já foram feitas cirurgias de 7 mil pessoas, totalizando 10 mil cirurgias no final do programa, mas eu quero avançar para o restante do estado, mostrando como é importante a gente cuidar da visão, da saúde ocular. Porque não é só voltar a enxergar, é devolver a vida para esses pacientes, devolver a autonomia, para não terem que depender de filhos, dos entes queridos, de amigos, poderem ter sua vida de volta, ter autonomia na sua vida cotidiana. Vou mais além: é devolvermos a vida a esses pacientes, elevar a autoestima...

Por isso, Dr. Hiran, você, como médico oftalmologista, sabe que a catarata é a doença oftalmológica que mais causa cegueira e que é totalmente reversível com a cirurgia.

Queria fazer essas considerações e cumprimentar V. Exa., que é um brilhante médico oftalmologista.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

Minha querida colega, amiga, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria falar sobre esse mês e a importância de dar visibilidade a isso, porque, felizmente, a gente tem como prevenir. Por isso que eu gostei desse projeto dela, porque ela falou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na prevenção. A gente tem pelo menos 80% de cegueira originária da diabetes, do glaucoma, que a gente sabe que, se cuidado preventivamente, é perfeitamente evitável.

É um mês para dar visibilidade à sociedade e mostrar: você, que é diabético, cuide da sua diabetes porque ela é uma doença, eu considero uma das piores, é silenciosa e ela vai naqueles órgãos que são mais preciosos para a gente, a retina, o coração... E assim a gente vai levando. A gente sabe que a diabetes, o açúcar, já matou mais gente do que todas as guerras e todas as epidemias do mundo. Então, se a gente tem uma patologia, que é a cegueira, que é uma coisa muito... A visão é uma coisa muito importante. Já tem aquelas que não podemos evitar, aquelas que são hereditárias, como algumas retinopatias, que têm um procedimento, então vamos, gente, tentar mostrar, em abril, para você que é diabético, que tem glaucoma, que hoje a gente já tem os colírios...

E, para a catarata, não se justifica a gente ainda deixar pessoas não verem um país bonito como esse, seja onde a gente estiver, sem enxergar, por causa de uma cirurgia de catarata.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Eu quero também parabenizar o Senador Flávio Arns e a nossa querida Senadora Damares. Como a Senadora Zenaide falou aqui, a senhora não é médica, mas tem esse olhar cuidadoso com a saúde das pessoas, principalmente com as pessoas que vivem em vulnerabilidade.

E aqui nós já tivemos uma aula de oftalmologia dada pelas nossas queridas colegas.

Eu quero só complementar aqui e dizer que, realmente, eu sou testemunha da preocupação do Prefeito JHC, da Primeira-Dama, que também coordena esse... Outro dia ela me ligou, inclusive, pedindo para indicar a ela – porque ela quer ampliar o serviço para a cirurgia de estrabismo, que ela detectou que tem muitas crianças... Eu até indiquei um colega, André Jorge Homsi, que é um grande estrabólogo, para ajudar no programa.

E também dizer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, a todos aqui, que é uma honra para mim poder dizer, aqui nesta Comissão e no Senado da República, que, lá no nosso Estado de Roraima, nós temos um programa que funciona já desde 2004, inteiramente pelo SUS. Querida Senadora Damares, senhoras e senhores, nós somos o único estado do Brasil que não tem fila

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para cirurgia de catarata. Só lá no nosso serviço de oftalmologia, nós operamos, Senadoras e Senadores, em média, 500 pessoas por mês, de catarata. Todas, absolutamente todas, pelo SUS, que é um patrimônio.

A senhora falou muito bem sobre retinopatia diabética. Qual é a diferença da catarata para a retinopatia diabética? A catarata é uma cegueira perfeitamente reversível; e, como a senhora falou, a retinopatia diabética, quando ela se instala, quando ela se torna proliferativa, ela causa cegueira irreversível, de forma que, realmente, a prevenção, o controle, a visita, o acesso ao oftalmologista podem salvar, podem prevenir a cegueira de muita gente neste país.

Mas vou chamar a atenção para uma coisa mais silenciosa que vai falar muito ao seu coração, minha querida Damares. Tem muitas crianças neste país que não têm acesso à refração, a um exame de vista simples, porque a oftalmologia não está nos NASFs, não está nos núcleos de saúde da família, ela está na média e alta complexidade. O que isso significa? Uma pessoa tem mais facilidade de operar uma catarata do que fazer uma refração no SUS. E aí, quando ela não faz refração, tem crianças que enxergam bem com um olho e têm grau no outro olho. E a criança cresce dessa maneira, ela não sabe verbalizar, porque ela não entende que os olhos têm que enxergarem de uma maneira mais ou menos igual, e não verbaliza isso. Quando ela tem acesso a um exame oftalmológico, lá depois de sete, oito, dez anos, a gente vai colocar o grau naquele olho ruim, e aquele olho já não se corrige com lente. E aí a gente chama isso de olho preguiçoso ou olho amblíope. E sabe o que significa isso? É que esse olho vai ficar com essa baixa visual significativa de maneira irreversível. Por quê? Porque essa criança não teve acesso a um simples exame oftalmológico, um exame de refração, um exame de fundo de olho, antes dos sete anos.

Quer dizer, esse projeto é um projeto muito importante para que a gente possa discutir essa questão de maneira muito abrangente no nosso país. Parabéns a vocês! Eu, como oftalmologista, me sinto aí... A senhora só está dando presente para nós hoje, no dia do seu aniversário. Parabéns, parabéns!

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e passo em seguida para o próximo item, que é o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1024, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de curso de formação para a prática do paraquedismo e sobre o exercício da profissão de instrutor de paraquedismo.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-Cesp.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, está sob a relatoria da minha querida Senadora Dra. Eudócia, que preside esta Comissão.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Sob a ótica desportiva, não há como discordar dos fundamentos exarados pelo Senador Romário, Relator do Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, na Comissão de Esporte.

Sob o prisma do direito laboral, campo temático desta Comissão, na forma do art. 100, do Risf, convém ressaltar que o Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, segue o norte traçado pelo art. 5º, da Carta Magna, à matéria.

Tendo como base o postulado do livre exercício de qualquer ofício ou profissão, cunhado no mencionado dispositivo constitucional, somente se afigura legítimo ao Parlamento restringir o desempenho de qualquer labor quando o interesse público assim o justificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O interesse público, na hipótese do mencionado inciso XIII, relaciona-se à proteção de interesses indisponíveis do corpo social, tais como a saúde e a segurança do povo brasileiro.

A atividade de paraquedismo, a toda evidência, pode colocar em risco a vida de seus praticantes, em caso de inobservância das normas técnicas sobre ela incidentes. No ponto, é indispensável a presença de profissional adequadamente qualificado – o instrutor de paraquedismo –, a fim de garantir a segurança daqueles que se aventuram na prática ora normatizada.

A aprovação do Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, portanto, é recomendável.

Quanto à Emenda nº 1, da Comissão de Esporte, por se tratar de mero ajuste redacional incidente sobre o art. 1º da proposição, não se vislumbra qualquer óbice ao seu acolhimento.

Do voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, e da Emenda nº 1, da Comissão de Esporte.

Assim são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Eudócia.

A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – É só para dizer que a gente vai dar um presente ao Marcos Pontes, porque hoje também é o aniversário dele, tá?

Parabéns, Eudócia, pelo relatório, ficou maravilhoso, e eu acho que a gente dá aí um salto, literalmente, para a gente fazer aí a regulamentação do profissional, do instrutor de paraquedismo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e, em seguida, coloco em votação os Projetos nºs 1.024, de 2024, 1.873, de 2025, 3.900, de 2020, nos termos dos relatórios apresentados.

A votação é nominal e será feita em bloco.

O painel está aberto.

Os Senadores e as Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Enquanto nós estamos votando, nós vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2762, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para considerar como experiência profissional o estágio realizado pelo estudante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

Este projeto está sob a relatoria da Senadora Damares Alves, a quem passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Eu também vou ler depois, *ad hoc*, o item 2, porque a autora está doente (*Fora do microfone.*) e o Relator não pôde estar.

Então, vamos ao item 5, que é o Projeto de Lei 2.762, de 2019.

Eu peço permissão, Presidente, para ir direto também à análise.

Sob o ângulo formal, não há impedimento para a aprovação do PL. A matéria em questão é privativa da União, conforme o art. 22, I, da Constituição, e não se trata de tema reservado à iniciativa exclusiva do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei em questão, pois o estágio, embora seja uma atividade educacional supervisionada, já ocorre no ambiente de trabalho, no qual o estudante desempenha atividades profissionais, com vistas à sua preparação para o mercado de trabalho.

O objetivo da proposta, portanto, é fazer com que essa vivência prática adquirida durante o estágio seja considerada como experiência profissional, e não apenas como parte do percurso escolar. Este reconhecimento representa uma importante ferramenta para ampliar a competitividade dos jovens na busca por uma colocação no mercado de trabalho, especialmente considerando que diversas vagas exigem experiência prévia.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Estágios, o Brasil registrou, entre 2022 e 2023, 1,47 milhão de estagiários em atividade, distribuídos entre os níveis médio, técnico e superior. Desses, aproximadamente 60% são mulheres – olha que coisa boa! – e 82,4% dos estudantes do ensino superior atuam em cursos à distância (EaD), demonstrando a ampla presença do estágio como forma de inserção prática no mercado, independentemente da modalidade de ensino. Ainda segundo a Abres, o número de estagiários cresce anualmente – com destaque para os cursos nas áreas de Direito, Administração e Engenharias – e o tempo médio de permanência nos programas é de 11 meses, o que reforça a importância de se reconhecer esse período como experiência profissional efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns concursos públicos já admitem expressamente o tempo de estágio como forma de comprovação de experiência profissional, especialmente quando o edital não exige vínculo empregatício formal. Essa prática é comum, por exemplo, em certames das áreas jurídica, administrativa e de controle, nos quais o edital reconhece estágios supervisionados como títulos válidos para fins de pontuação ou como comprovação de tempo mínimo de atividade.

Os estagiários no Brasil são, em maioria, jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, exatamente o segmento populacional que apresenta os maiores índices de desocupação no país. Segundo a Pnad Contínua – 1º trimestre de 2023, do IBGE, essa faixa etária registrou uma taxa de desemprego de 18%, mais que o dobro da média nacional, que foi de 8,8% no mesmo período. Estudos sobre juventude e mercado de trabalho indicam que esse grupo enfrenta um ciclo perverso: não consegue o primeiro emprego por falta de experiência e, sem oportunidades de atuação formal, permanece fora do mercado. Neste contexto, o estágio surge como principal porta de entrada para o mundo do trabalho, proporcionando vivência prática e formação complementar. Ao reconhecer o estágio como experiência profissional, o PL contribui para mitigar essa desigualdade.

Por fim, é importante destacar que a consideração do período de estágio como experiência profissional não altera as exigências legais para o exercício de profissões regulamentadas, que continuam sendo regidas pelas normas específicas já em vigor. Tampouco modifica os critérios estabelecidos em lei ou na Constituição para o acesso a cargos públicos que exijam experiência profissional prévia, uma vez que a aplicação dessa nova regra, nesses casos, dependerá de regulamentação, conforme previsto no próprio texto.

O voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 2.762, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria fazer só uma consideração rápida.

Em relação ao projeto que ora eu relatei, sobre o instrutor de paraquedismo, é muito importante essa profissão ser realmente reconhecida, uma vez que, na maioria das capitais, das cidades litorâneas, especificamente das regiões litorâneas, nós usamos muito o paraquedismo como uma forma de atrair o turismo, a indústria do turismo. E aqui eu falo especialmente do meu Estado de Alagoas e da minha querida capital, Maceió, que é a capital de todos os alagoanos. Lá nós temos essa prática de paraquedismo.

E agora, com esse projeto de lei – e eu quero aqui parabenizar o Senador Romário –, com esse projeto de lei aprovado, os nossos paraquedistas vão ter o direito de exercer a sua profissão pela lei, em conformidade com a lei, e isso é motivo de nos alegrarmos, porque, lá em Maceió, tem muitos paraquedistas – não só em Maceió, como em Maragogi e em outras cidades litorâneas.

E quero aqui ressaltar a importância desse instrutor de paraquedismo e cumprimentar a todos os colegas e colegas que fazem paraquedismo no meu querido Estado de Alagoas, especialmente na nossa querida Maceió, capital de todos os alagoanos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora.

Eu queria pedir aqui aos nossos assessores que estão presentes que possam solicitar aos nossos colegas Senadores que nos acompanham remotamente para que possam votar nos três itens da pauta, porque falta um voto para abrirmos o resultado dessa votação desses três itens tão importantes que estão sendo votados hoje na Comissão. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, seria possível a gente já ir para o item 2 da pauta? Inclusive, a autora é a Senadora Leila. O Senador Flávio Arns não está, mas eu faria a leitura *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora, acaba...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, deu!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já temos quórum para encerrar a votação.

Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

O resultado dos Projetos 1.024, de 2024, 1.873, de 2025, e 3.900, de 2020: foram aprovados por unanimidade, nos termos dos relatórios apresentados.

Parabéns a todos os autores e Relatores das matérias.

E eu retorno aqui a Presidência para a minha Presidente Eudócia.

Vou pedir licença para ir cuidar dos olhos do meu amigo lá que está me esperando.

Um beijo para vocês.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigada, viu? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora vamos para o item 2.

Que maravilha, né, Senadora Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Limpamos a pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Limpamos a pauta, e, graças a Deus, deu tudo certo para os projetos, que vão ajudar nossos brasileiros e brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2671, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Mês Nacional de Combate ao Sedentarismo e de Prevenção da Obesidade.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Flávio Arns, mas a Relatora *ad hoc* é a nossa querida Damares Alves.

E agora eu concedo a palavra para a Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, porque é uma matéria tão extraordinária, acho que não há nenhuma objeção. Tendo dois Senadores – a Leila, como autora, e o Arns, que fez um voto incrível –, não temos nem o que discutir.

Então, Presidente, o texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com a lei complementar. Não há nenhum vício jurídico e também constitucional.

No que diz respeito aos requisitos previstos na Lei 12.345, de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, deve-se destacar, para além da notável significação da atividade alvo da proposta, a realização de audiência pública sobre a matéria, realizada na Comissão de Esporte, aqui no Senado, no dia 30 de abril de 2025, por meio do requerimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros, que confirmou que essa é a melhor data para fazer a intenção do projeto de lei.

Na ocasião, foram debatidas estratégias urgentes para enfrentar a obesidade e o sedentarismo. Os participantes, incluindo representantes do Ministério da Saúde e de conselhos profissionais, destacaram que a obesidade é uma doença crônica e multifatorial influenciada por determinantes sociais, como a falta de segurança nos bairros, a má qualidade do sono e a mobilidade urbana precária.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

Dados recentes indicam que a prevalência de obesidade em adultos saltou de 11%, em 2006, para 24%, em 2023 – é muito! Simultaneamente, o sedentarismo afeta quase metade dos brasileiros, impedindo que alcancem o mínimo de atividade física recomendado para a prevenção de doenças crônicas. Diante desse cenário, a criação de uma efeméride nacional é essencial para promover a conscientização e estimular a adoção de hábitos saudáveis em todas as fases da vida.

O mérito da proposta também reside no reconhecimento da obesidade como uma doença crônica, multifatorial e recidivante, que exige uma abordagem que vá além do incentivo individual. Ao estabelecer que o poder público deve realizar ações coordenadas, o projeto fomenta a criação de ambientes mais seguros e adequados para a prática da atividade física.

Por tudo isso, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.671, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Damares, preocupa-nos muito a questão da obesidade no nosso país. Como você colocou, saltou de 11,8%, em 2006, mais do que dobrou em 2023. E se fizer agora uma avaliação de 2025, com certeza já aumentou consideravelmente. Então realmente nos preocupa.

Como você colocou aí no seu relatório *ad hoc*, a obesidade é uma doença. Ela é uma doença inflamatória, certo? É uma doença metabólica inflamatória e compromete todos os órgãos: coração, pulmão, rim, cérebro. Realmente a gente tem que mudar esse quadro, e é para isso que estamos aqui.

Continuando, eu coloco agora a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE.

Agora vamos para o item 10.

O requerimento é de minha autoria. Passo à leitura.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 96/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 2364/2021, que "institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo" sejam incluídos convidados que especifica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL).

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, há um requerimento extrapauta, que é a realização de uma audiência pública em conjunto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CAS, Direitos Humanos e Educação. Eu gostaria que a gente apreciasse o requerimento. Eu faço uma leitura só da ementa. É uma audiência muito importante e um assunto muito necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Requerimento extrapauta da Senadora Damares.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Eu requeiro, com base no Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

Trago aqui, Presidente, o nome dos convidados e peço apoio aos pares.

Gostaria de explicar que a Prader é aquela síndrome cujo um dos sintomas que a criança tem é a obesidade. Eu fui tia de um Prader, eu fui família rara por causa do Igor. No dia em que o Igor faleceu, com 12 anos, ele estava com 180kg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta semana, Presidente, nós ficamos chocados com uma cena triste: um menino com Prader, lá no Ceará, obeso... Os colegas o trancaram no banheiro e enfiaram na boca dele sete fatias de bolo, como forma de *bullying*: "Já que você é obeso, você é guloso, coma aqui", e filmaram essa cena de *bullying*. As famílias Prader no Brasil estão entristecidas com o que aconteceu. Essas crianças Prader estão passando por inúmeros preconceitos, discriminação e *bullying*.

Então, a gente quer fazer essa audiência para discutir políticas públicas para as pessoas com a síndrome de Prader-Willi, raríssima, mas que o Brasil precisa conhecer.

Este é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela iniciativa, Senadora Damares Alves. Com certeza será um momento muito importante para essas famílias, para discutir esse caso de suma importância.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Passo agora para o requerimento extrapauta do nosso querido Presidente Senador Marcelo Castro.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 8, de 2026, da CAS, apresentado pelo nobre Senador Marcelo Castro, o qual subscrevo. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no mês de maio de 2026, preferencialmente em data próxima ao Dia Mundial do Câncer de Ovário (8 de maio), com o objetivo de debater o cenário epidemiológico, os desafios assistenciais e as perspectivas de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao câncer de ovário e ao câncer do colo do útero, com especial atenção às estratégias de prevenção, diagnóstico oportuno, organização da rede assistencial e qualificação das bases de dados em saúde da mulher.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e outros

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cenário epidemiológico, os desafios assistenciais e as perspectivas de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao câncer de ovário e ao câncer de colo do útero, com especial atenção às estratégias de prevenção, diagnóstico oportuno, organização da rede assistencial e qualificação das bases de dados em saúde da mulher, com os convidados listados no requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aqui parabenizar a iniciativa do nosso Presidente Marcelo Castro por esse tema tão importante que é a doença oncológica no trato genital das mulheres. É muito oportuno esse requerimento para termos esse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Convoco para o dia 18 de março, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Giordano, Laércio Oliveira, Jaques Wagner, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rogério Carvalho, Carlos Portinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 7ª Reunião Ordinária e da 8ª Reunião Extraordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3283, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta, pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4-CSP, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2–CSP e Emendas nºs 5, 6, 7 e 8. **Resultado:** Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 3 e 4-CSP-CCJ e as Emendas nºs 9, 10 e 11-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2-CSP e as Emendas nºs 5, 6, 7 e 8. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2641, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria do Projeto:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria do Projeto:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1307, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 03, 05, 06, 08 e 10-CSP, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 04-CSP, restando prejudicadas as Emendas nºs 02, 07, 09 e 11-CSP. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-T-CSP-CCJ, 3-T-CSP-CCJ, 5, 6, 8 e 10-CSP-CCJ e a Emenda nº 12-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 4-T. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 2-T, 7, 9 e 11-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 508, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Siqueira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Campos (DEM/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2275, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre medidas para prevenção e primeiros socorros de casos de obstrução de vias aéreas por corpo estranho, autoriza a criação da Campanha Nacional Permanente "Recrutando Anjos" e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre medidas com a mesma finalidade." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. **ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição n° 162, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do inciso VIII-A do caput do art. 93 da Constituição Federal, para permitir a permuta entre juízes de direito vinculados a diferentes tribunais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1746, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos entes federados no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Senador Marcio Bittar, com anuência do Relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2335, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inserção de advertência acerca dos malefícios do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, em livros didáticos e paradidáticos distribuídos nas escolas públicas; e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, para ampliar o escopo das atividades de prevenção ao uso de drogas." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (AVANTE/TO). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Retirado de Pauta para aguardar realização de Audiência Pública, conforme REQ 11/2023-CCJ. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3277, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor sobre a acessibilidade, por meio da Língua Brasileira de Sinais e de Braille, no acesso à justiça e em favor do testador." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n°s 1-CDH a 5-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 10, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 164/2022, que "regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência"" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 11, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3453/2021, que "altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício"." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/10

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 7ª Reunião Ordinária e da 8ª Reunião Extraordinária.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 10.

Vou pular as recomendações aqui que foram feitas, porque já foram amplamente divulgadas.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3283, DE 2021

- Terminativo -

Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta, pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4-CSP, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 – CSP e Emendas nºs 5, 6, 7 e 8.

Observações:

- Em 04/04/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 7, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Em 12/04/2023 foi apresentada a Emenda nº 8, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

- Em 26/04/2023 a Presidência concedeu vista coletiva do relatório, nos termos regimentais;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Votação nominal.

Em discussão a matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, o Relator da matéria, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir a atenção dos amigos e amigas desta Casa para alguns esclarecimentos que eu ainda não fiz, especialmente na imprensa.

Eu queria, primeiro, me dirigir aos senhores e às senhoras, pelo respeito que cada um merece.

Como vamos votar hoje este relatório que já apresentei, com voto favorável, ao Projeto de Lei nº 3.283, de 2021, de autoria do amigo e honrado Senador Styvenson Valentim, compartilho com os integrantes desta CCJ a informação de que o Ministério da Justiça se coloca de acordo com a formatação final do projeto. Esse posicionamento foi externado pelo próprio Ministro Flávio Dino – confesso que foi uma surpresa para mim, eu não sabia, foi somente ontem –, durante audiência na Comissão de Segurança Pública.

Acho o fato relevante pelas dúvidas surgidas durante a tramitação, nesta Comissão, do PL que faz alterações na Lei Antiterrorismo, na Lei Antidrogas e ainda no Código Penal, com o objetivo de tipificar como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos. O projeto ainda aumenta as penas privativas de liberdade e de multa dos crimes de associação para o tráfico e constituição de milícia privada.

Apresentei voto favorável à matéria, com aprimoramento na Lei Antiterrorismo, incluindo em seu texto que o tipo penal deve ter a finalidade de provocar terror social ou generalizado. A alteração visa evitar que um simples bloqueio de rua pudesse ser considerado ato terrorista. Do mesmo modo, acrescentei outro ajuste para qualificar como ato terrorista a ação de obstaculizar ou limitar a livre circulação de pessoas, bens e serviços para exercer poder paralelo em determinada região ou zona territorial urbana ou rural.

Aproveito para concluir e agradecer ao Senador Styvenson por me escolher como Relator, por confiar na minha palavra. Ninguém mais do que o Styvenson sabe a pressão que eu sofri.

Reafirmo que a iniciativa é meritória, é oportuna. Portanto, conto com a aprovação dos amigos e amigas aqui na CCJ.

Agradeço e concluo.

Primeiro, era uma enorme mentira, para os jornalistas que telefonaram dizendo que o Presidente Davi Alcolumbre estava me pressionando e pedindo para mudar o texto do relatório. Em nome de minha mãe, nunca o Davi Alcolumbre me ligou para retirar um "a" deste relatório – nunca. Também tenho que ser justo: o Presidente Lula também nunca me ligou. Agora, sofri todo tipo de pressão por parte do Governo, que chegou a ameaçar a minha saída da Vice-Liderança. E, se este meu relatório, que não vou mudar, que vou mantê-lo porque dei palavra e eu não recuo nem para tomar impulso depois que eu dou a minha palavra... Se isso merecer a minha saída do Governo, eu saio de cabeça erguida. Eu não vou mudar. O Styvenson sabe disso, nós conversamos várias vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu desabafei com o nosso símbolo, Senador Esperidião Amin, e ele disse: "Kajuru, raramente eu vi aqui, na história do Senado, um homem da base, um Vice-Líder do Governo contrariar as pressões que você recebeu para mudar o relatório". Veio Polícia Federal, enfim, veio um monte de argumento que eu, desculpe, não sou de ouvir. Eu só ouço aquilo com que eu posso concordar. Se eu não concordar, eu acho que eu vou perder o meu tempo e o outro lado vai perder o seu tempo também e, aqui, tempo para nós é precioso.

Eu agradeço o apoio da Casa e de Senadores como o Senador Sergio Moro, o Senador Mourão, o Senador Amin, o Senador Styvenson, o Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Plínio, o Senador Jorge – xará que faz aniversário, Deus e vida longa para você. Eu já lhe desejei o que há de mais importante: você vai morrer de parto aos 120 anos! Então, parabéns para você, amigo.

Eu fiz a minha obrigação e estou de cabeça erguida, Presidente. Queria fazer esse registro, para que não pairasse nenhuma dúvida do meu comportamento e do comportamento de outros, inclusive o do senhor, como Presidente desta Casa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu só vou passar para o Senador Moro e já passo para V. Exa.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Davi, eu quero elogiar, primeiro, a autoria do projeto do Senador Styvenson.

Quero também elogiar a higidez do Senador Kajuru, em insistir em um projeto no qual ele acredita, mesmo diante de incompreensões.

Mas quero registrar aqui, Senador Davi, até para os anais do projeto e para eventual interpretação histórica, que eu vi uma preocupação – legítima – de que o crime organizado passaria a ser considerado crime de terrorismo, o que não é a melhor técnica e a melhor conformação legislativa.

Mas me parece que a redação atual do projeto – talvez os críticos não tenham visto ou atinado para esse detalhe do seu relatório, Senador Kajuru –, a atual redação do projeto coloca muito claro, no §3º do art. 2º, um especial fim de agir, no sentido de que só há uma equiparação a atos terroristas das condutas aí relacionadas nos incisos que sejam praticadas com especial fim de agir, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

Então, parece-me que os receios de haver uma identificação entre crimes praticados por organizações criminosas e crimes praticados por organizações terroristas não se coloca. E é importante que isso fique claro, até na interpretação dessa lei, porque isso, depois, vai para juízes, vai para promotores, vai para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, vai para a Polícia Civil, e nós não estamos transferindo a competência para investigar crime organizado da Justiça Estadual para a Justiça Federal por essa equiparação.

O que nós estamos é apenas colocando que organizações criminosas, quando praticam atos que visam, que têm por objetivo impor terror social ou generalizado, aí elas têm que ser tratadas como organizações terroristas. É o caso – o Senador Styvenson pode me corrigir se eu estiver errado –, porque a origem desse projeto é, exatamente, enfrentar fenômenos como este que ocorreu no Rio Grande do Norte recentemente, como aquele que aconteceu no Ceará em 2019. São organizações criminosas que se dedicam ao tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro e, de repente, transformam-se em organizações terroristas porque vão praticar atos para aterrorizar a sociedade civil.

Então, acho que se tem que deixar bem claro – e aqui acho que é importante, porque isso depois é a interpretação histórica desse diploma normativo – que a ideia não é equiparar uma coisa à outra, mas sim, dizer que, quando organizações criminosas praticam atos típicos com a finalidade de criar terror social, devem ser tratadas como organizações terroristas.

Então, eu faço aqui o elogio e faço essa ressalva, porque eu fui procurado também com preocupações sobre esse projeto, que são legítimas – tem preocupações que nem sempre estão corretas, mas são legítimas –, mas a minha interpretação do que nós estaríamos aprovando hoje é nesse sentido. E isso afasta esse temor, essa percepção de que possa haver alguma confusão. Então, o especial fim de agir aqui é essencial: terror social generalizado.

Endosso os meus elogios, inclusive, à sua coragem, à sua bravura de manter o relatório, independentemente das pressões político-partidárias. Eu acho que esse é um compromisso que a gente tem que ter com o eleitor e com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero cumprimentar e parabenizar o Senador Kajuru. O Senador Kajuru dá um exemplo de dignidade.

Eu quero dizer que eu já vivi situações semelhantes à sua. Eu sou homem de direita, conservador, estive o tempo inteiro com o Presidente Bolsonaro, mas, no dia a dia do trabalho parlamentar, você tem situações que estão fora desse campo ideológico. E a mim parece que essa matéria faz parte disso. Nós aqui não estamos tratando da visão que tem um grupo sobre o tamanho que o Estado deva ter ou não. Nós não estamos tratando sobre a visão da economia, o Estado patrão ou o Estado enxuto, que é o regulador. Nós estamos aqui tratando de um assunto que afeta todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizá-lo porque, a meu ver, o que está em discussão é, de um lado, o direito legítimo de as pessoas se manifestarem; do outro lado, quando isso ultrapassa uma linha e vai para a depredação, vai para a invasão de leis como a propriedade privada.

E aí, ex-Ministro, Senador Sergio Moro, eu acho que esse espírito vem... Embora, claro, o Styvenson seja um acriano emprestado para o Rio Grande do Norte – você vê como o Acre exporta gente boa: está lá no Rio Grande do Norte, é acriano –, mas o espírito e a ideia de tipificar atos terroristas já vêm lá de trás, e aí, com o que aconteceu no Rio Grande do Norte, isso ganhou mais fôlego.

Então, eu quero parabenizá-lo, porque, assim como o tema que eu disse ontem sobre a autonomia da Amazônia, esse não tem ideologia; é do Brasil. Eu quero lhe dar os parabéns de enfrentar essa pressão. Se eu fosse do Governo, eu lhe daria um crédito muito maior, porque é muito melhor você ter um aliado que diz o que pensa, cuja palavra você sabe qual é, do que ter alguém que diz uma coisa e depois faz outra. Fica inconfiável para o Governo e para a oposição.

Então, parabéns. Eu acho que essa matéria está no ponto de ser votada. Agora há pouco me pediram aqui para concordar com o Ministério da Justiça, pedindo outra audiência pública. Eu disse: "Não, já me comprometi com o Relator. Está na hora de votar". E vamos aprovar essa matéria.

Parabéns, Senador Kajuru.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Meu Senador, só vou passar a palavra para o Senador Styvenson.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – É bem rápido, Seif.

É só para agradecer a postura do Senador Kajuru. Sei a pressão que o senhor recebeu. Eu mesmo liguei para o senhor e disse, se o senhor estivesse desconfortável, que declinasse e passasse essa relatoria para outro Senador. Essa sua rigidez e essa postura mostram que o Senado, ou pelo menos alguns Senadores, não concordam com o crime organizado.

A explicação que o ex-Ministro e agora Senador Sergio Moro fez deixou claro que o projeto de lei – não há dúvida e nenhuma má interpretação dele – trata justamente de punir, com mais rigor, organizações criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio, Senador Bittar, que não precisa mais de audiência pública, porque o Brasil assistiu por 15 dias a audiência pública do que é terrorismo, de organizações criminosas no Estado do Rio Grande do Norte.

O Brasil assiste todo dia o que é terrorismo, quando se vai fazer política e não se pode adentrar uma comunidade porque tem que pedir o passe de um traficante ou senão de quem organiza o crime dentro daquele morro.

E o melhor ainda, Senador Kajuru, é que a gente tem o aval do Ministro da Justiça, que ontem, durante a audiência na Comissão de Segurança Pública, concordou integralmente com o relatório – nada a ser modificado. E como esse relatório já faz algum tempo, mais de um mês, que está em discussão, pedir uma audiência pública ou pedir agora para ser acrescentado qualquer tipo de emenda ou modificação dentro do projeto seria mais uma vez retardar.

Então, mais uma vez, agradeço também ao Senador Davi Alcolumbre por colocar esse projeto, item 1, na pauta, e todos os Senadores que votarem a favor contra o crime organizado neste país.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Styvenson.

Com a palavra, o aniversariante, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Kajuru e o Senador Angelo Coronel. Essa questão de terrorismo que antes nós víamos pela TV e era algo tão distante do nosso Brasil, infelizmente hoje tem feito parte, não frequente, mas tem feito parte do nosso Brasil, e isso apavora, aterroriza verdadeiramente a população brasileira.

Então, quero parabenizar o Styvenson e especialmente, Senador Kajuru, o senhor, que sempre demonstrou que é uma pessoa independente e agora, acima de questões políticas e ideológicas, deu o seu voto a favor do Brasil, do brasileiro e das forças de segurança pública.

Minha manifestação é essa.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre. Eu quero lhe cumprimentar por colocar essa matéria em pauta. Eu imagino a pressão que o senhor deve ter sentido para adiar ao máximo, como a gente tem visto aí.

Senador Kajuru, parabéns pela sua postura firme em defesa do que é correto, do que a sociedade está pedindo minimamente, e especialmente o Senador Styvenson Valentim pela autoria...

Eu acho que esse projeto está maduro. Eu sou de um estado vilipendiado pelo crime organizado, não é? Todo esse terror que aconteceu no Estado do Rio Grande do Norte, nosso vizinho, o Ceará já tinha vivido antes, numa situação muito similar. Eu acho que o nosso querido Senador Styvenson foi até muito generoso, e o senhor também, porque há um clamor da sociedade para que movimentos que invadem terras deveriam estar nesse projeto também, nessa redação. Mas, por um consenso, para que a gente desse uma avançada nesse combate ao terrorismo, ao crime organizado, a gente aprova esse projeto e depois vamos caminhar para um processo civilizatório, que é proteger realmente as pessoas de bem deste país.

Então, parabéns! Espero que a gente consiga aprovar hoje, nesta data, esse relatório tão importante para a nação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Queria apenas, antes de colocar em votação a matéria, fazer um registro e cumprimentar o Senador Líder Jorge Kajuru pela capacidade de resiliência. Eu mesmo participei de vários entendimentos que foram buscados por vários Senadores e pela Liderança do Governo em relação à votação dessa matéria, mas o certo é que nenhum Senador pode ser ameaçado no exercício da sua atividade parlamentar. Inclusive, como V. Exa. relata aqui na Comissão, é muito sério o que V. Exa. traz ao conhecimento do Brasil na reunião de hoje. Não tem condições isso, não tem cabimento isso. Um Senador tem que exercer na sua plenitude a atividade do mandato parlamentar, outorgado pelo povo, e eu quero ficar integralmente solidário a V. Exa.

Eu nunca tratei com V. Exa. sobre esse assunto. A vez que tratei com V. Exa. esse assunto foi para pedir para que a gente pudesse – V. Exa., como Relator, e o autor do projeto – adiar por uma semana para realizar as audiências públicas que foram solicitadas, ou seja, dentro do rito natural do que manda a regra da Casa, do que manda o estatuto da Comissão. Eu apenas intermediei a interlocução daqueles que concordavam com a matéria, para que ela fosse deliberada naquela reunião, com aqueles que gostariam de um prazo mais para discutir a matéria.

Eu fiz isso com essa matéria e fiz com todas as matérias que foram solicitadas para esta Presidência, para a gente poder chegar a um bom debate e para, na hora da deliberação, aqueles que concordarem votarem "sim" e aqueles que discordarem votarem "não", porque é para isso que existe o Parlamento, é para isso que existe a deliberação das matérias e é para isso que nós estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero me solidarizar com V. Exa. Eu quero dizer a V. Exa. – Líder Eduardo, tudo bem? – que V. Exa. engrandece o Senado com atitudes como essa. Não é pela posição de estar ocupando um cargo de Vice-Liderança que V. Exa. será subserviente a qualquer governo. Então, eu quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela altivez e pela coragem. E, por isso, registro que nunca tratei com V. Exa. esse assunto, a não ser tentando buscar uma mediação, para que a gente pudesse chegar a bom termo no dia de hoje para a deliberação da matéria.

Parabéns! A minha solidariedade e o meu apoio. Continue assim e conte com esta Presidência.

Está encerrada a discussão.

Gostaria de informar aos Senadores que há, sobre a mesa, dois requerimentos de destaque: destaque para votação em separado da Emenda nº 2 e destaque para votação em separado da Emenda nº 8.

Como essa matéria...

Senador Flávio, autor da Emenda nº 8, quer falar?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu ia falar para V. Exa. botar em votação, porque eu quero votar a favor do projeto hoje, resolver isso logo aí. Na sequência, eu falo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah tá, tudo bem, está bom.

Não, eu só estou informando, já vou colocar.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer, ressalvadas as emendas destacadas.

Esse é o rito procedimental de que eu fui informado pela Secretaria da Mesa.

Temos duas emendas destacadas. Como é matéria terminativa, vai para a Câmara dos Deputados caso seja aprovada aqui. Eu preciso seguir o mesmo rito da deliberação do Plenário.

Então, eu consulto... (*Pausa.*)

Vejo que há concordância.

Então, nós vamos colocar em votação.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas destacadas.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nominal.

Já abriu o painel? (*Pausa.*)

Está aberto o painel.

Só lembrando que nós estamos votando o texto, o parecer do Relator...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, o senhor poderia orientar a votação, o "sim" e o "não"?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O "sim" vota a favor do relatório apresentado pelo Senador Kajuru do projeto do Senador Styvenson, ressalvadas duas emendas, a de nº 8 e a de nº 2.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – A emenda trata de quê, Davi? Só para esclarecer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – As emendas destacadas?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Elas vão ser votadas em seguida ao projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, tá. Não é agora não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Agora é o projeto, o relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Agora nós estamos votando o parecer apresentado pelo Relator, o Senador Jorge Kajuru, ressalvadas as duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas destacadas. Por se tratar de matéria terminativa, nós temos que seguir o mesmo rito da votação em Plenário. Portanto...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Quais são as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, quais são? Emenda nº 8 e Emenda nº 2, da Comissão de Segurança Pública.

A emenda está aqui? (*Pausa.*)

A emenda está aqui? Está onde? (*Pausa.*)

A emenda está na matéria.

Onde é? (*Pausa.*)

Ah, está aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, isso vai ser esclarecido em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade.

Pronto. Quando for encaminhar a votação das emendas, a pessoa vai anunciar o que... (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu não pude acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – ... a manifestação do Senador Kajuru, mas sei do que se trata. Eu só quero oferecer a ele a solidariedade subsidiária – gostou, Kajuru? – àquela veemente solidariedade que o Governo que o senhor representa lhe ofereceu. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, é bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – É que, em função da palavra do Senador Amin, eu não posso aqui ser injusto. Do mesmo modo que não recebi nenhuma palavra "a" em relação ao seu desejo no relatório, o nosso Líder do Governo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fique bem claro aqui, Senador Jacques Wagner – o Senador Styvenson e o senhor também são testemunhas daquela nossa conversa aqui, em que ele pediu apenas a mudança de uma palavra –, em nenhum momento foi contra o meu relatório e o apoiou 100% em todas as horas.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero saber o mais do Governo, o restante do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nosso Senador Presidente Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Nós ouvimos, no início da fala do nosso Relator, que tão bem conduziu, pacientemente, o trabalho como Relator da matéria, que não houve, da parte do Ministro da Justiça, nenhuma contestação, ou seja, entendia a propriedade e a oportunidade de aprovação, correto?

Agora, V. Exa., também, Senador Jacques Wagner, pontua publicamente que o Senador Jacques Wagner, que responde pela Liderança do Governo na Casa, também não se opôs, em nome do Governo, a aprovar a matéria, correto?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois bem: dito por V. Exa. que o Ministro da Justiça, representante do Governo, não contesta a aprovação por vê-la oportuna, e que também o Líder do Governo, que tem autoridade para falar pelo Governo, também não o faz, quem foi do Governo que se levantou para contestar, querido Senador Jorge Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Senador Veneziano, amigo – e eu posso chamá-lo de amigo –, eu não tenho nada para esconder na minha vida. Eu tenho 45 anos de carreira na televisão brasileira, e tudo o que eu tinha que falar na minha vida eu falei.

A posição do Ministro da Justiça só foi dada ontem à tarde – foi dada ontem à tarde; até então, a pressão era enorme em cima de mim –, e ele ontem sofreu críticas também por me apoiar e enviar uma nota concordando em 100%, correto?

O Senador Jacques Wagner, desde o começo, foi 100% favorável ao meu relatório. Isso significa dizer o quê? As outras lideranças do Governo Lula, os outros que também conversam com a gente, e também a Polícia Federal vinham me pressionando, de forma elegante, porém sendo contra, e alguns querendo até que eu desistisse de ser o Relator. Creio que não preciso contar mais nada, não é? Mais claro que isso é impossível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Então, só separemos que a Polícia Federal é uma instituição apartada do Governo, até porque fica claro que, se anteriormente o Ministro da Justiça fazia algumas contestações, convenceu-se – se ontem ou, se pudesse fazê-lo, nesta manhã –...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... da pertinência, como também o próprio Senador Jacques Wagner.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A Polícia Federal, como o próprio Governo e todos nós bem sabemos, é uma instituição apartada, e a sua fala não pode ser tomada como a fala do Governo.

Ou seja, nós estamos indo à votação com o entendimento, entre todos, da oportunidade e pertinência da matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Contarato aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder, só um minutinho...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Não, só para uma complementação.

Eu quero aqui externar também e falar que, como Líder do PT, eu sempre...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Sempre me apoiou, sempre me apoiou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O Senador Styvenson sabe disso e o Senador Jorge Kajuru sabe disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Sem nenhuma dúvida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, eu acho que a gente tem que ter o reconhecimento de que essas lideranças citadas por V. Exa... E, quando se fala em outras Lideranças do Governo, eu, como Líder do PT, fico numa situação um tanto quanto constrangedora...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, mas pode ter certeza...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... uma vez que eu sempre estou apoiando, como apoiei, o relatório de V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor deve estar lembrado que, na semana retrasada, pessoalmente o senhor veio falar comigo e disse: "Kajuru, eu também estou sofrendo 'pressões', entre aspas, e observações contrárias, mas eu vou apoiar integralmente". Eu fui imediatamente para as redes sociais e comuniquei a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu posso encerrar a votação?

Senador Coronel...

Senador Wagner pediu a palavra, o Líder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar todas as Senadoras e Senadores, cumprimentar o Senador Kajuru e o Senador Styvenson, que é o autor do projeto.

Repare, eu acho que na democracia é isto mesmo: todos os assuntos são polêmicos, como esse assunto da matéria do texto do projeto de lei do Styvenson e da relatoria do Senador Kajuru. É evidente que há sensibilidades de parte a parte.

Conversei várias vezes com o Senador Styvenson, houve uma evolução das preocupações que alguns tinham. Eu não posso responder por quem eu desconheço que tenha falado, apesar de que é evidente que o papel de Líder do Governo é tentar conciliar as posições dentro do Governo, o que não quer dizer que não tenha quem seja contra o projeto por ter preocupações de que ele possa ser interpretado para outras intenções que não a original, do Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi feito um trabalho também dentro do Governo, num processo de convencimento, e foram acolhidas muitas das sugestões que foram dadas tanto ao Senador Styvenson como ao Senador Kajuru.

Então, a posição que nós estamos trazendo aqui é favorável, evidentemente, ao relatório do Senador Kajuru, porque eu acho que a barbárie que nós vimos que foi a motivação de ele voltar à tona foi a barbárie lá do Rio Grande do Norte.

Eu já sofri isso quando houve uma greve da Polícia Militar, de 12 dias, no Estado da Bahia. Eu era Governador, tinha que trabalhar cercado de homens armados, porque havia uma greve da Polícia Militar, e o estado e a cidade viraram uma barbárie. Graças a Deus, nós vencemos a batalha e acabamos voltando à normalidade.

Então, é um tema polêmico segurança, não é um tema simples. Temos aqui várias pessoas que são profundas conhecedoras desse tema, e eu quero dizer que, como Governo, eu encaminho a favor do relatório do Senador Kajuru. Sei que há emendas aqui, e eu prefiro ficar com o texto, porque ele foi fruto desse acordo, dessa discussão.

Então, por isso eu respeito as emendas que foram feitas, os destaques que foram feitos, porém eu quero dizer que comigo, pelo menos, as negociações foram muito transparentes e diretas. Agora, eu estou só querendo registrar, porque é óbvio que existe gente dentro do Governo que provavelmente vai reclamar da minha posição, porque acha que não deveria ser assim e teria que ser assado. A vida é assim: em democracia a gente não sai com 100%; sai com 60%, sai com 70%, e eu acho que foi esse exercício que nós fizemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem alguns Senadores que estão presentes e que ainda não votaram: Líder Efraim, Senador Coronel, Senador Lucas Barreto, Senador... (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, enquanto termina a votação, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero parabenizar, além do Kajuru, que eu já parabenizei – bom dia, meu querido amigo, meu pré-candidato a Governador, Alan Rick! –, o Jaques Wagner, porque eu compreendo, Senador Jaques Wagner, que, se não fosse a sua participação nesse processo, provavelmente nós não estaríamos votando e terminando aqui hoje com esse assunto que considero da maior importância.

Então, eu quero parabenizá-lo, eu tenho certeza disso (*Falha no áudio.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu disse: "Olha, eu, para te dar dez, com louvor... " e fiz um desafio ao Líder Jaques Wagner. Ele disse: "Não, mas você está pedindo o impossível". Tudo bem, fora isso, quero parabenizar, porque a sua participação, com certeza, contribuiu para que hoje a gente terminasse esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 20; NÃO, 1.

Está aprovado o projeto e as Emendas nºs 3 e 4, da CSP, 9, 10 e 11.

Passamos agora para a votação da Emenda nº 2.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, com todo o respeito à fala do Líder, nós já aprovamos a matéria. Com todo o respeito ao Relator Jorge Kajuru, eu acredito apenas – e por isso o destaque – que, da forma como foi aprovado na Comissão de Segurança Pública, a mim parece que ficou mais amplo.

É uma questão de entendimento. Não chega a ser uma oposição.

Como é que está o texto do §3º? "Equiparam-se a atos terroristas as condutas praticadas, por qualquer razão, em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado que...". Aí vêm os itens I, II e III, consensos. O item IV, que é como está o relatório que foi aprovado: "exerçam, mediante violência ou grave ameaça, outro tipo de controle social ou poder paralelo sob determinada região ou zona territorial urbana ou rural em prejuízo das liberdades individuais".

Entende o Relator, e eu compreendo, que aqui já estaria, então, previsto que o movimento terrorista que invade propriedade privada e que claramente recebe recurso de origem duvidosa estaria já enquadrado nisso, mas eu creio que o texto, como foi aprovado da Comissão de Segurança Pública, deixa mais fechada essa possibilidade.

Como é que está, então... Se for aprovado o meu destaque, como é que ficaria? Voltaria a redação aprovada na Comissão de Segurança Pública, que ficaria com a seguinte redação: "Equiparam-se a atos terroristas as condutas praticadas, por qualquer razão com a finalidade de provocar distúrbios civis, em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado que..." Aí vem o item III, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é consenso, e o IV: "exerçam, mediante violência ou grave ameaça, outro tipo de controle social ou poder paralelo sob determinada região ou zona territorial urbana ou rural em prejuízo das liberdades individuais".

É esse o destaque, Sr. Presidente.

Quero agradecer também ao Líder Efraim, que prontamente se colocou à disposição e assinou a matéria.

Eu acho que nós já fizemos um avanço muito grande com a aprovação da sua relatoria, mas eu compreendo, é um direito meu, que da maneira como foi aprovado na Comissão de Segurança Pública o projeto fica melhor ainda do que esse texto que a gente acabou de aprovar aqui agora.

Era o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Relator da matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bem, Senador Bittar, eu aprendi rapidamente na vida pública que a gente não pode trabalhar nunca no singular, sempre no plural. Nesse relatório, eu nunca fiquei sozinho, eu sempre ouvi opiniões. Eu ouvi opiniões aqui dos Senadores muito mais preparados do que eu – o General Mourão, o Senador Moro, o Senador Amin, o Senador Girão, e, evidentemente, o autor histórico, o Senador Styvenson – e todos entenderam que eu deveria manter o texto e rejeitar as emendas, não tendo nada contra o conteúdo de cada uma delas, mas que esse assunto deveria ser encerrado aqui hoje. A rejeição é apenas por aceitar a opinião de outros que concordam com o texto da maneira que está e que não cabe mais a gente acatar emendas.

Desculpem-me, eu pediria o apoio de todos e todas para que compreendessem essa minha posição, que não é só minha, é de mais de seis outros componentes desta Casa e de Senadores mais experientes do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só para informar ao Plenário, que eu vou ter que colocar em votação a matéria, a emenda destacada da Comissão.

Aqueles que votarem "sim", nesse caso, vão estar votando a favor da emenda destacada. Então, quem quiser votar... É isso, Secretário? (*Pausa.*)

Quem quiser votar...

Quero só pedir atenção aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quero só pedir a atenção dos Senadores. A gente teve 20 votos "sim" e um "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Petecão veio fazer um registro aqui na Secretaria de que se enganou na votação. Está registrado. Eu só estou fazendo a minha...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Vinte e um a zero.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vinte e um a zero.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pior seria se tivesse sido enganado. (*Risos.*)

Se ele se enganou, não tem problema. Agora, se alguém o enganou, aí é grave. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, é assim, só para eu justificar: quem estiver votando com o relatório apresentado pelo Senador Kajuru, nessa votação do destaque, vai votar "não". E quem apoiar o destaque apresentado pelo Senador Marcio Bittar vai votar "sim".

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou iniciar...

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, não quero tomar tempo aqui.

A emenda foi aprovada na Comissão de Segurança, é uma emenda interessante. Mas não é muito diferente do texto: "distúrbio civil" trocar por "terror social ou generalizado".

Eu vou votar na redação do Relator aqui, com todo o respeito. Sei da ideia do Senador Marcio Bittar, mas, para mim, diz mais respeito ao objetivo do terrorismo, que é essa finalidade especial. É porque tanto "terror social" como "distúrbios civis" são termos relativamente equívocos. Mas eu faço aqui uma concessão de que eventualmente votar a favor da emenda apresentada por V. Exa. não compromete o texto. Acho que os propósitos são pertinentes.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está em discussão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, já está em votação, mas eu posso conceder a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, Líder.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Repita a orientação, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já tem Senador votando.

Quem votar "sim" volta ao destaque apresentado pelo Senador Marcio Bittar, vai alterar o texto apresentado pelo Relator Kajuru. Quem votar "não" vai votar com o Relator Jorge Kajuru.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para reforçar o argumento já apresentado pelo Relator. Com todo respeito aqui ao nosso querido Senador Marcio Bittar, o Senador Sergio Moro colocou muito bem: os textos são análogos, portanto, eu creio que, até para o arcabouço da técnica legislativa de um texto de uma legislação tão complexa, é mais prudente mantermos o arcabouço do relatório apresentado com o texto do Senador Kajuru.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para dizer o seguinte: veja, eu concordo tanto com a fala do Senador Moro quanto com a do meu amigo Eduardo Braga, e eu disse isso na minha posição.

Na verdade, não há um antagonismo; apenas a forma como foi aprovado anteriormente... O que se diz aqui no §3º – "com a finalidade de provocar distúrbios civis" – faz com que a gente aprove um texto um pouco mais amplo.

Claramente uma entidade que eu considero fora da lei, que é o MST, por exemplo, que invade propriedade privada numa flagrante onda que beira ao terrorismo possa ser qualificado, ao fazer esse tipo de evento, como terrorista. Mas entendo que não prejudica o texto. Ele só deixa um pouco mais amplo para que o Executivo possa agir com mais rapidez contra movimentos que atentem... ou que sejam atos, de fato, que podem ser qualificados como atos terroristas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que estão presentes aqui que ainda não votaram: Senadora Dorinha...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sem prejuízo da votação, apenas para apoiar a emenda do Senador Marcio Bittar. Apesar de aparentemente ser um preciosismo, o distúrbio civil está caracterizado no próprio dicionário como um grupo de pessoas que, de forma deliberada, se une para atacar autoridades, prédios públicos, ou seja, a autoridade constituída.

Então, apesar de o próprio texto, brilhantemente relatado pelo Senador Kajuru, em linhas gerais, já prever essa situação, há um aperfeiçoamento que me parece que não altera, que não contradita, que não retira o sentido do texto; pelo contrário, deixa um pouco mais claro. Então, eu não vejo nenhuma dificuldade e por isso votarei a favor da emenda, sem prejuízo do projeto, a que já votei favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria só, de novo, respeitando a opinião de cada um – eu sei que a maioria já votou –, dizer o seguinte: esse tema gera sensibilidades muito fortes em diversos segmentos. O esforço que foi feito para chegar a esse denominador comum foi tirando os pontos que podem exatamente despertam uma maior sensibilidade. Quem vai dizer o que está certo ou errado será o juiz, ao fazer a interpretação da norma aprovada nesta Casa; portanto, ainda passa por um juízo de valor que não está na cabeça de nenhum de nós.

Então eu estou só explicando que foi feito um esforço de dessensibilização de várias áreas que preferiram não ter nada. E, concordando com o Senador Styvenson e com o Senador Kajuru, nós fomos exatamente deixando claro de que se tratava de episódios mais caracterizados, eu prefiro dizer assim, como efetivamente o terrorismo que foi feito no Rio Grande do Norte, que eu considero, respeitadas as divergências, diferente de movimentos sociais.

Mas eu estou fazendo esse apelo, apesar de a maioria já ter votado, só para explicar que o tema é sensível. Então, a gente tem que procurar o chamado caminho do meio, que sempre é o melhor caminho dentro da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu recebi um telefonema da Senadora Eliziane, que está chegando. Vamos esperá-la votar. Aí nós encerramos a votação.

Presidente Omar, a orientação do Senador Kajuru é "não". (*Risos.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ajuda aí, Presidente Omar.

Eliziane, a orientação do Senador Kajuru é "não".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Se é "não", eu vou com o Líder. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Jorge Kajuru Nasser, tendo o seu dia de glória. Jorge Kajuru Nasser...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O poder moderador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha o nível!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Depois que ele assumiu a função de poder moderador aqui nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já, Eliziane?

Senadora Eliziane, falta só o Senador Omar.

Já votou.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM ao destaque 7 Senadores; e NÃO, 14.

Está rejeitado o destaque.

Passamos, agora, para o próximo destaque.

Votação do destaque apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro: votação em separado da Emenda nº 8.

Concedo a palavra ao autor do destaque.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, parabenizando o Relator, votamos a favor do projeto.

Isto aqui não é modificação de nada. É apenas um acréscimo de algo que acho que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conversava aqui com o Senador Moro, Presidente Davi. E me incomoda muito quando a gente não tem oportunidade de definir, de balizar exatamente o que a gente quer com uma legislação, para deixar para subjetividade do juiz o menos possível.

O Senador Jaques Wagner acabou de falar. Isso é uma definição em relação ao destaque anterior.

O juiz é quem vai decidir, quem vai interpretar da forma como lhe convier. Eu não acho isso bom.

Neste destaque, para ser bem objetivo, Presidente, estou querendo aproveitar a oportunidade, já que o projeto trata de milícia, grupo ou esquadrão. Isso não tem definição na legislação penal. Hoje, quem define o que é isso é o juiz. E eu entendi que o Senador Kajuru não acolheu a emenda com o argumento de que seria necessário mais tempo para ser discutida. Só que eu acho que é uma redação relativamente simples, Senadores, relativamente simples, chamando de milícia o que é milícia.

E está assim a redação: "Milícia particular é toda associação ou organização que, a pretexto do exercício, alegação do exercício ou oferecimento de serviço público assemelhado [ou seja, NET, gás, esgoto, energia elétrica] exige pagamento de qualquer quantia ou vantagem indevida, mediante emprego de violência ou grave ameaça". É o que é milícia – pelo menos, é o que é o senso comum do que a gente acredita que seja milícia.

Em relação a grupo ou esquadrão, mais uma vez, não há definição na legislação penal sobre o que é. Eu tento colocar aqui no §2º: O grupo ou esquadrão de que trata o *caput* deste artigo são aqueles formados para o extermínio de pessoas. Porque é isso que é esquadrão ou grupo.

Então, Presidente, é para não deixar margem à interpretação judicial. A ideia é simplesmente definir o que é isso. Eu não vejo nenhuma dificuldade de se colocar isso no texto e não é cavalo de batalha meu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se o autor ou os demais acharem que é importante, vão votar "sim" ao destaque e quem achar que não faz sentido, vote "não", Presidente, mas essa é a colaboração que eu gostaria de fazer, aproveitando este importante momento do projeto do Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu já vou conceder a palavra.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas gostaria de fazer um registro técnico. A legislação já define o que é milícia privada, salvo engano, desde 2012. Isso está na Lei 12.720, que diz, no art. 288-A:

> Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código...

A emenda apresentada pelo Senador Flávio – evidentemente, a gente tem todo o respeito pelo seu conhecimento da causa – cria uma espécie de milícia *light*, que é aquela milícia que não mata as pessoas, e uma milícia mais grave, que seria a dos esquadrões da morte não conhecidos. Existe um risco nessa mudança, porque ela vai excluir a caracterização de milícia em todo o restante do Código Penal que não aqueles pontos que V. Exa. colocou na emenda. Então, acho que existe um risco. A intenção me parece... Eu tenho a obrigação de dizer que deve ser uma boa intenção, mas acho que o resultado não será positivo para a sociedade. Então, a sugestão é seguir pelo voto do Relator, com a rejeição do destaque.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Senador Amin. Em seguida, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu considero esta discussão, Presidente, muito importante. Nós estamos tratando de duas ou três peças de um mosaico. O mosaico é o Código. Portanto, esta delimitação que o Senador Flávio Bolsonaro pretende – para este texto – me parece boa, mas, Senador Moro, para o mosaico que é o Código, vai ter um efeito, como disse o Senador Alessandro Vieira, bem detalhado para isto, mas vai acabar produzindo, no mínimo, a dúvida, quanto ao mais abrangente da lei referida pelo Senador Alessandro Vieira.

Esse é o caso típico em que a Comissão de Constituição e Justiça deve levar em conta o mosaico e não um pedaço do mosaico. Então, acho que a intenção, evidentemente, está pressionada pelas circunstâncias que, ontem, inclusive, foram exibidas pelo Senador Flávio Bolsonaro de maneira muito eloquente: o que é uma ocupação de um território brasileiro por uma organização criminosa. Ontem nós vimos isso, quem estava aqui na sessão da Comissão de Segurança Pública.

Então, eu acho que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em nome da simetria e do respeito ao todo, eu vou ficar com o texto do Senador Jorge Kajuru, não por considerar impertinente a sua emenda, mas por entender que ela é uma alteração pontual, boa, só que vai afetar a visão do todo e a concepção do todo que está no Código, especificamente no 288-A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Antes, Senador Omar, com a palavra o Senador Rogerio Marinho e, em seguida, V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou me dirigir aqui aos pares, entendendo que esta é uma discussão extremamente técnica, mas vou me valer, Senador Esperidião Amin, Senador Alessandro, Senador Flávio e nobre Relator, de uma questão chamada bom senso. Eu não sou operador do direito, mas me parece, para quem vai julgar, quem vai se debruçar sobre o tema, que são os juízes, que é necessário que haja a literalidade da lei ou um código em que ele possa se apoiar para definir as culpabilidades.

A proposta do Senador Flávio não exclui, não retira, não oblitera nenhum pedaço do texto que nós aprovamos. Ela acrescenta, deixa mais claro o conceito desse crime que hoje se tornou endêmico. A questão das milícias, até quatro, cinco anos atrás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... era uma questão circunscrita aos filmes a que nós assistíamos nas TVs e nas redes sociais. Hoje todo mundo sabe o que é. Na verdade, é um crime contra um outro crime. Parece que é uma briga entre o crime organizado e a milícia, em que um tem uma origem meramente criminosa e o outro vem de eventualmente algum grau de corrupção da polícia. Parece-me que essa é a distinção entre ambas, que, ao fim e ao cabo, praticam crimes da mesma maneira.

Então, o que propõe o Senador Flávio me parece que torna mais clara a letra da lei. Não vejo nenhuma dificuldade. Se houvesse uma supressão ou uma contradição, tudo bem. Mas, pelo bom senso, não vejo nenhum problema. Por isso, apoio a emenda do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, se puder botar meu nome na lista... Aqui atrás, aqui bem pequenininho, aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para falar agora?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou fazer aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É só sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa. está inscrito.

O Senador Sergio Moro pediu primeiro aqui.

Depois é o Omar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente aqui, eu vi a emenda do Senador Flávio Bolsonaro e ela descreve sociologicamente o fenômeno. Na verdade, o que a gente tem hoje? A gente tem uma lei de crime organizado, que define bastante amplamente o que é crime organizado. Esse dispositivo hoje que fala de milícia no Código Penal tem um efeito até mais retórico, porque o que é a milícia? Milícia é uma organização criminosa, que está lá no art. 2º.

Então, eu não comungo muito da preocupação, com todo o respeito, Senador Alessandro, porque, se não enquadrar especificamente nesse dispositivo, vai enquadrar no próprio art. 2º da 12.850. Então, é apenas uma descrição sociológica que deixa mais preciso, porque hoje, se a pessoa coloca uma camisa dizendo "milícia", vamos supor, vai dizer que é milícia; a lei não fala o que é milícia. Está apenas colocando aqui uma precisão. Eu acho que não diminui o alcance penal da legislação atual, não libera nenhum criminoso; é apenas uma preocupação aqui legítima de aproveitar a oportunidade para fazer uma definição.

Mas também sigo um pouco a linha que foi colocada pelo Senador Flávio de que não é um ponto essencial para esse projeto de lei. Não vejo, porém, problema em endossar a emenda à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Olha, quem investiga é a polícia, é o delegado de polícia. E a gente tem muita sorte de ter dois delegados aqui. São Senadores, mas delegados de profissão, de carreira: o Dr. Alessandro e o Dr. Contarato – que são delegados. Eles é que tipificam e mandam depois para o Ministério Público e para o juiz. E, muitas vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o inquérito que é feito na polícia o juiz lá questiona e devolve, porque está faltando alguma coisa. Isso é rotineiro na Justiça brasileira.

Então, eu quero aqui pedir a opinião do Senador Alessandro e do Senador Contarato, que podem nos auxiliar muito como delegados de polícia, que são os verdadeiros donos da ação na investigação. Eles é que fazem a tipificação do crime cometido pela pessoa e encaminham. E aí o juiz é que vai decidir lá na frente se concorda ou não com a investigação.

Então, isso são partes, mas primeiro sai da delegacia de polícia; não é o inverso. É o delegado que diz ali: "Olha, isso aqui é uma organização criminosa; tem o miliciano fulano de tal; com alcunha não sei o quê, nhã-nhã-nhã, nhã-nhã-nhã", porque tem denominado e tal.

Então, eu quero ouvir os delegados, o Delegado Contarato e o Delegado Alessandro. O que eles disserem, eu vou votar com eles.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Delegado Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós temos aqui uma questão muito simples: no direito penal, se houver dúvida, tem que se beneficiar o réu. Se nós já temos uma lei, que é a Lei nº 12.720, que elenca e define o conceito de milícia, nós não podemos aqui ter uma outra redação que vai contradizer ou ficar em conflito com aquela.

Eu acho que a prudência, eu até entendo a intenção...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu acho que a intenção...

Inclusive, a emenda faz referência ao art. 284-A, que é o crime de curandeirismo. Houve um erro aqui na técnica que eu pediria aí o registro para acrescentar.

Mas eu só quero falar que a tipificação já tem uma definição. Eu acho que, se a gente ficar mexendo aqui, ela vai piorar. A intenção pode ser boa, mas o efeito pode ser pior.

A nossa orientação, obviamente, é votar pela manutenção do texto do Relator, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Presidente Davi, na verdade, a opinião do Senador Contarato é rigorosamente a mesma do Senador Alessandro Vieira, que trouxe argumentos, inclusive, insofismáveis.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos saber agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira.

Em seguida, o Senador Marcos do Val.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. E, claro, quero agradecer logo as palavras muito gentis aqui do nosso Líder Omar Aziz.

A questão aqui, tecnicamente falando, e o que o Fabiano encaminhou muito bem, se eu faço uma alteração na redação restringindo o alcance, eu gero um risco de *abolitio criminis,* como se chama tecnicamente, que é deixa de ser crime.

Eu estou potencialmente abrindo uma brecha para miliciano condenado e para justiça pleitear a mudança da sua pena. Não é essa a intenção do Flávio Bolsonaro, Senador, eu tenho certeza, ele só quer melhorar, mas vamos discutir isso em outro projeto, com as cautelas devidas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria até subscrever a fala do Senador Omar Aziz e dizer que eu estive com os delegados da Polícia Federal, que também para outro cunho é questão de efetivo para demanda que passaria também para eles, não é? Então, eles também disseram que são favoráveis ao que o Senador Omar Aziz disse, e os delegados aqui, Senadores, confirmaram.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador, último inscrito, o autor do projeto, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Senador, a preocupação do Senador Flávio Bolsonaro acho que já foi externada desde o início deste projeto quando começou a tramitar na Comissão de Segurança Pública. Então, ele sempre participou. Eu concordo num aspecto quanto a preocupação dele em querer melhorar, mas essa melhora causar esse temor que está causando agora aqui nessa modificação em privilégio de alguns que já sofreram algum tipo de pena.

Então, Senador Flávio, com todo o respeito, não sou da Comissão, estou aqui só analisando, eu sei o interesse do senhor de querer melhorar esse projeto, de dificultar a vida para os criminosos, mas não dá para a gente limitar e delimitar, reduzir esse entendimento do que seria milícia nesse aspecto agora.

O projeto, só lembrando, ficou bastante tempo suspenso, com pedidos de vista, momento para colocar emenda, para discussão, e tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Audiência pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Audiência pública e tudo isso que foi colocado, mas eu concordo com o Senador Kajuru em mantê-lo como está até aqui, como autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos iniciar a votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Não, pelo seguinte: é só para refutar o tom irônico com que alguns tentam levar aqui a discussão, como se eu tivesse algum interesse em beneficiar miliciano...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não é? Tem uma narrativa de que Bolsonaro tem envolvimento com isso ou com aquilo.

O Rio nunca prendeu tantos milicianos como nos últimos anos no Governo aliado nosso: foram mais de mil presos ou mortos, no último mandato. Então, não tem problema.

Eu conheço, porque eu sou do Rio de Janeiro, é onde originalmente se começou a falar disso. E sabe que lá atrás, Presidente Davi, milícia era qualquer prédio onde moravam dois, três policiais militares e não deixavam vender droga na frente do prédio. Começou assim. Aí depois a coisa foi tomando vulto, começou uma exploração dos trabalhadores, uma exploração criminosa. Os grupos começaram a ficar cada vez mais violentos, aí se tipificou o crime de milícia, mas eu afirmo: a Lei 12.270, que foi citada aqui, que definiria milícia particular, não define, a lei modifica o art. 288-A do Código Penal para botar a expressão milícia particular, mas não define o que é.

Portanto, Presidente, como eu falei inicialmente, isso não é uma questão de importância para mim. A mim, como legislador, me incomoda deixar à interpretação do juiz algo que nós podemos expressamente definir na legislação.

Tendo vista aqui as manifestações colocadas, e do próprio autor do projeto, eu retiro o destaque. Não tem problema nenhum, e vamos lá, que eu sou a favor do projeto para que ele, enfim, cumpra a vontade do autor e de todos os Senadores que votaram a favor desse projeto para reduzir a criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Como Relator, agradeço a sua sensatez, Senador Flávio Bolsonaro, para que a gente conclua realmente e, como disse o Alessandro em outro projeto, a gente possa discutir. Creio que o bom senso prevaleceu aqui, e é um bom exemplo desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Diante da solicitação do autor do destaque, nós vamos, tecnicamente, regimentalmente, retirar o destaque, mas ele será encaminhado para o relatório do Relator, que vai rejeitar o destaque no relatório. É isso? (*Pausa.*)

Que já rejeitava a emenda no relatório. É isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Dá mais um trabalhinho para o Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Tem uma solicitação, antes de a gente passar para o segundo item... É só um requerimento extrapauta. Eu vou fazer a leitura.

Senador Veneziano, V. Exa. que encaminhou o requerimento, quer defender? Vou incluir extrapauta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu fico deveras agradecido a V. Exa. É rapidamente, para que nós não dificultemos o processo e o andamento dos demais outros itens.

É um singelo requerimento para que nós tenhamos aqui uma audiência pública para tratar sobre um projeto de lei de iniciativa do Senador Jean Paul, apensado a ele o da Senadora Ana Amélia, que trata sobre devedores contumazes.

Por sua designação, já fomos designados Relator. Nós gostaríamos de fazer essa audiência pública, Presidente, para que tomemos as sugestões, a fim de que tenhamos uma robustez e solidez no relatório que nós vamos apresentar sobre o objeto dessa proposta legislativa dos devedores contumazes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou fazer a leitura e colocar em votação:

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 164/2022, que "regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência".
> [...]
> • representante do Ministério da Fazenda;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante do Ministério de Minas e Energia;
- representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- representante do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO;
- representante do Instituto Combustível Legal.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 2.

O Senador Fabiano Contarato está aí? (*Pausa.*) Senador Fabiano? (*Pausa.*)

É um projeto de lei e, como é em turno suplementar do substitutivo oferecido ao projeto de lei, a gente pode votar sem a presença do Relator.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2641, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Como não foram oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado, em votação simbólica, conforme o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, e será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado*.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1307, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 03, 05, 06, 08 e 10-CSP, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 04-CSP, restando prejudicadas as Emendas nºs 02, 07, 09 e 11-CSP.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Em 26/04/2023 a Presidência concedeu vista coletiva do relatório, nos termos regimentais;

- Votação Nominal.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O querido Senador Omar levantou uma discussão, e eu acho que a única emenda que eu fiz, combinado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delegados da Polícia Federal, atende a isso. No mais, fica pronto para ser votado e aprovado o projeto, que é de autoria do Senador Sergio Moro, absolutamente meritório, porque basicamente, em resumo, o projeto está ampliando o rol de autoridades da lei que, no enfrentamento ao crime organizado, ao se sentirem ameaçados, possam requerer segurança; coloca que o ato preparatório, se você descobre que uma célula terrorista, criminosa, está planejando um atentado, já seria tipificado como crime; e aumenta a pena – eu já apresentei um projeto semelhante a esse, e outros países do mundo têm – aumenta a pena para o ato praticado contra o agente da lei.

E a emenda, Sr. Presidente, de minha autoria, que eu acho que atende a preocupação do Senador Omar, do nosso querido Estado do Amazonas, é a seguinte. Inclusive, acho que atende não só a preocupação do Senador Omar como também a daqueles que foram ao meu gabinete para fazerem essa redação.

> Art. 9º Diante de situação de risco, decorrente do exercício da função, das autoridades judiciais ou membros do Ministério Público, em atividade ou não, inclusive aposentados, e de seus familiares, o fato será comunicado à polícia judiciária, que avaliará a necessidade, as condições institucionais perante outros órgãos policiais, o alcance e os parâmetros da proteção pessoal.

Essa emenda foi combinada com o autor do projeto, o Senador Sergio Moro, e acho que atende os policiais e os delegados que foram até o meu gabinete e a preocupação do Senador Omar Aziz, que é saber quem é que iria dar a proteção à quantidade de pessoas que estariam sendo ameaçadas. Com essa emenda, fica claro que pode ser utilizada, deve ser utilizada a polícia dos próprios órgãos.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. E estamos prontos para votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – O que V. Exa. coloca, Senador Marcio Bittar, era a preocupação que eu tinha, porque falam até em segurança para o agente penitenciário. Isso extrapola qualquer...

Só para o senhor ter uma ideia, Senador Moro, vários Governadores candidatos à reeleição fizeram concurso público e não chamaram, até hoje, os policiais militares e os policiais civis para trabalhar, porque agora dizem que não têm dinheiro. Então, nós temos um contingente de policiais muito limitado – tanto na Polícia Militar, como na Polícia Civil, como na Polícia Federal – no Brasil todo. Dispor esse policiamento para uma gama de agentes públicos que estão combatendo o crime organizado... Realmente, o que aconteceu com a família do Senador Moro é preocupante para qualquer um. Nós recebemos esse tipo de ameaça, mas não em nível de a gente saber que tinha já uma organização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua preocupação é a minha preocupação, e eu coloquei isto muito claramente: quem vai pagar essa conta? Como nós vamos dispor, tirar agentes da atividade fim, que está combatendo o crime ali na frente, para dar essa segurança a esses membros da Justiça que estão ali no inquérito julgando, ou coisa parecida.

Depois, o que me preocupou foi o agente penitenciário. Imaginem o agente penitenciário ter que ter segurança – ele e a família. Eu quero saber se é o Senado que vai pagar essa conta ou se são as instituições respectivas que vão bancar isso, porque o Judiciário, o Supremo Tribunal diz: "Olha, essa verba aqui é para bancar a segurança particular para o juiz". Aí a PGR diz: "Essa verba aqui é para bancar a segurança particular do promotor do Ministério Público e da família". Ou, se não, do agente penitenciário, cuja maioria hoje é de terceirizados – terceirizados. Quem vai bancar isso? Foi essa a minha preocupação. Eu não sou contra. Não dá para jogar isso no colo... "Olha, Governador, você tem que fazer isso agora e é problema seu". E, se não der a segurança, o cara vai arcar com as consequências? Eu quero saber quem paga essa conta. É isso que eu quero saber. Vai ser o Supremo Tribunal Federal para os juízes? Vai ser a PGR para o Ministério Público? Ou vão ser as empresas terceirizadas que tomam conta hoje do sistema prisional brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Eu acompanho esse debate e acho que é pertinente a preocupação colocada pelo Senador Omar Aziz pela questão de gerar despesa, de fato, e responsabilidade. Todas as nossas votações aqui que geram programas e políticas públicas precisam ter esse foco. Então, eu entendo que é pertinente.

Mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de fazer uma pergunta para nós: para um agente público que, por força do seu trabalho, coloca em risco a sua pessoa, a sua integridade e a sua família, não compete ao Estado garantir o seu exercício profissional? Em que medida... Nós precisamos construir isso, porque eu também não posso dizer: "Olha, não tem recurso e nós vamos comprometer...". Então, isso não é diferente de quando são estimuladas as judicializações numa área da saúde. Por vezes, uma judicialização tira o dinheiro de manter um hospital inteiro. E continuam acontecendo.

Então, sempre que o Estado falha, ou deixa de agir, ou age de maneira inadequada, ele provoca mudanças na sociedade, e a sociedade precisa responder. Eu não posso simplesmente dizer para um delegado ou para um promotor ou para uma pessoa que está em situação de risco... Às vezes – inclusive eu falei isto para o Senador Sergio Moro –, mesmo não sendo alguém que lida diretamente com a Justiça, eu tenho situações de professores que são obrigados a se... São ameaçados, eles e suas famílias, nos morros, por milícias, por traficantes. O exercício dele, profissional, também o coloca em risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a discussão da fonte, obviamente, ela vai ter que acontecer quando eu apresentar uma obrigatoriedade de uma despesa, mas ela não pode ser a justificativa para que nós façamos de conta que a situação não requer uma intervenção pública e de política pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Davi, eu vou falar aqui, muito rapidamente, que esse projeto foi apresentado na esteira daquela descoberta de um plano do PCC para retaliar-me e à minha família.

Nós tínhamos identificado fragilidades na legislação brasileira, e ele prevê exatamente que o planejamento de atentados por si só já é crime. Isso é importante para permitir uma intervenção da polícia antes que o crime inicie a sua execução – antes que a tentativa de retaliação inicie a sua execução –, e com isso exponha a riscos os agentes públicos, os agentes da lei, ameaçados ou vítimas dessa violência.

Dois, há uma proposta de ampliação da segurança a agentes da lei em risco, o que foi muito bem colocado aqui pela Senadora Professora Dorinha, de que nós não podemos deixá-los à própria sorte.

A preocupação do Senador Omar é legítima, e me parece que ela já foi muito bem contemplada pela emenda acolhida pelo Senador Marcio Bittar, que deixa também a possibilidade de as próprias polícias, de os órgãos policiais os quais sejam pertinentes ao agente da lei ameaçado realizarem e colaborarem com o trabalho de segurança. Então, eu entendo a sua preocupação, Senador, absolutamente legítima. Veio também por outros meios essa preocupação, e nós, conversando com o próprio Senador Marcio, tivemos a sensibilidade de colocar no texto.

Eu quero só aproveitar aqui e agradecer ao Senador Efraim e ao Senador Marcio, por fazerem prontamente esse relatório, e igualmente ao Senador Davi, por ter a sensibilidade de colocar e pautar esse projeto muito rapidamente, assim como foi o caso do Senador Petecão. Eu acho que é importante que o Senado Federal, diante da ameaça de um plano de ataque a um membro desta Casa, reaja prontamente. A melhor forma de reagir contra o crime organizado é com lei, é com força, com força legal, mas apresentando uma resposta.

Então é apenas esse registro, e quero aqui tomar a liberdade – claro, ainda vai ser votado – e agradecer a atenção de todos os meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu já homenageei, hoje, V. Exa., filho de uma migração marroquina – não é isso? – já homenageei o Nasser;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora vou homenagear o meu querido amigo Omar Aziz, de outra filiação, com a qual eu sempre sou solidário, que é a palestina.

O senhor fez uma digressão que me chamou muito a atenção. Eu fiz uma viagem junto sobre quais são as consequências da proteção, que, afinal, é o objeto. E eu vou pedir um minuto e meio para ler só o *caput* do Inquérito 4.781, que todos já esqueceram.

O Inquérito 4.781 foi instituído por uma portaria do Supremo Tribunal Federal, no dia 14 de março de 2019, com base, Senador Omar Aziz, no art. 43 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. O objetivo:

> [...] [investigar] notícias fraudulentas [...], falsas comunicações de crimes, denunciações caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte por parte daqueles que têm o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e o Estado de Direito.

Este é o inquérito, que eu chamo de inquisição, que está aberto no país há quatro anos e três meses.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem é que se lembrava disso? Parabéns aos que se lembram. E eu participo dos pêsames aos com que estamos consentindo a existência desta inquisição, que não é santa, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Senador Davi Alcolumbre, eu queria, mais uma vez, parabenizá-lo, Presidente, por enfrentar essa matéria, por colocar em votação matéria importante, em que o Senado, a Casa revisora da República, realmente precisa dar uma resposta à sociedade, questão tão importante, que ficou evidenciada aí com todo um planejamento de ataque a quem está prestando serviço à nação.

Então, eu queria apenas manifestar o meu apoio, Senador Marcio Bittar, Senador Efraim, Senador Sergio Moro, pela construção e também dizer que, quando a gente precisa de um medicamento, que é caríssimo – vamos dar um exemplo disso na área da saúde pública –, são vidas que estão em jogo. Vida. Vida não tem preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de dizer que a proteção da vida de quem cumpre o seu dever com coragem é o mínimo que o Estado brasileiro tem que promover para que haja um enfrentamento do crime no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem só o Senador Alan que está inscrito...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas abra a votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é, temos uma solicitação. Tem uma solicitação. Consulto os Senadores se eu posso abrir o painel enquanto tem ainda um orador inscrito. (*Pausa.*)

Pois não.

Informo que a votação também é única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer.

Vou iniciar aqui a votação e já vou conceder a palavra para o Senador Alan.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente. Nesse caso, não é um destaque, é um parecer. Então, votando para acompanhar o relatório de V. Exa., vota "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Faço minhas as palavras do Senador Esperidião Amin e quero parabenizar o Senador Sergio Moro por propor uma matéria, uma inovação no nosso ordenamento jurídico, Senador Moro, que garante maior proteção aos entes públicos que estão justamente combatendo o crime organizado.

Quando a legislação brasileira, o nosso Código Penal pune apenas a tentativa já em consumação, ela não nos garante uma proteção antes de que essa tentativa criminosa contra a vida, de homicídio, sequestro ou qualquer outro tipo penal previsto na legislação... O projeto do Senador Moro vem justamente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arcabouço de nos proteger desses tipos de situações, proteger o policial, proteger o juiz, o promotor, o delegado, mais o ente público, como V. Exa. também foi vítima.

E quero aqui relatar, Sr. Presidente, também, que sofri isso durante minha campanha para o Senado, Senador Flávio Bolsonaro. Graças à ação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre, que colocou proteção à minha pessoa, eu não tive a minha vida ceifada por criminosos de facções lá no Acre, Senador Marcio Bittar.

Então, eu faço esse agradecimento mais uma vez ao Coronel Paulo Cézar, nosso Secretário de Segurança Pública. Esta matéria veio ao encontro da necessidade de nós protegermos os agentes públicos.

Sabe por que eu estava sendo ameaçado? Por ser o Parlamentar que mais apoiou a segurança pública no estado, que mais colocou emendas para aquisição de equipamentos, que esteve ao lado da segurança pública em todos os momentos. E assim nós continuaremos procedendo.

Então, matéria pertinente e importante, que inova no ordenamento jurídico. O Brasil precisa estar ao lado, para garantir que não sejamos sempre relatados como o país da impunidade.

Parabéns, Senador Moro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Alan, pode votar? (*Pausa.*)

Senador Oriovisto... (*Pausa.*)

Estava aqui.

O Senador Vanderlan estava aqui? (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Enquanto estamos observando a votação, queria registrar que, combinado com o Senador Eduardo Braga, eu estou pedindo para a Presidência retirar o item 7 da pauta para uma melhor avaliação. Acho que tem aqui, no art. 39, de certa forma, uma pegadinha que faria com que o Parlamentar tivesse a obrigação de fazer emenda para a saúde só se fosse combinado com Governadores e Prefeitos, tirando a autonomia do Parlamentar.

Então, peço para tirar esse item 7 da pauta para melhor avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Relator está aqui e ele entende a solicitação de V. Exa. O Relator é o Senador Otto, o autor é o Senador Rogério.

O Senador Rogério Carvalho? (*Pausa.*)

Pois é, o autor é o Senador Rogério Carvalho, o Relator é V. Exa., o nosso Líder.

Ele entende a solicitação de V. Exa., compreende...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Fica retirado da pauta o projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1746, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos entes federados no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Davi, no mesmo sentido, eu peço para retirar o item 9, no qual quero dar uma olhada. É o Projeto 3.453, de 2021. O Relator é o Senador Weverton. É da Câmara dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Senador Weverton deseja fazer alguma ponderação? Foi uma solicitação da Liderança do PDT, por isso que eu botei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, o Senador Sergio Moro e agora o Senador Plínio estão pedindo para discutir o projeto. Eu queria insistir aqui para que nós pudéssemos pelo menos iniciar a discussão no dia de hoje. Obviamente, vai ter pedido de vista e também outros encaminhamentos.

Também não nos indispomos em fazer uma audiência ou uma reunião, para tentar construir algum entendimento, mas eu queria iniciar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem um requerimento aqui do Senador... A gente poderia combinar o seguinte: como tem o requerimento de audiência e como eu estou organizando para atender à solicitação dos Senadores, é melhor a gente retirar mesmo e fazer a audiência pública na terça-feira. Ganha-se tempo para conversar e vota na outra semana, depois da audiência pública.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, é melhor assim, Weverton, porque qualquer mudança oriunda da audiência pode ser acrescentada, e lendo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente. E a audiência pública é um instrumento necessário para a instrução da matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu fiz isso naquela audiência pública sobre o projeto da...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu só faria um apelo para que fosse depois das 14h, na terça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo bem.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Naquele da educação, que a gente fez audiência pública, a gente fez duas observações em consequência da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Que foram incorporadas.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Os nossos voos são precários.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Como a gente ainda não... Já vou... Vamos discutir os.... Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 19 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Aprovado o projeto – sente-se aqui, meu Deputado. Estamos recebendo a visita do Deputado Dr. Puppio, do Amapá – e as Emendas nºs 1, da CSP; 3, da CSP; 5, 6, 8 e 10, da CSP e CCJ, e a Emenda nº 12, da CCJ. Rejeitada a Emenda nº 4. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 2, 7, 9 e 11.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas como Relator da matéria na Comissão de Segurança Pública, quero dizer que agradeço ao autor, Senador Sergio Moro, pela brilhante iniciativa, fruto do momento.

A legislação é fato, valor e norma. Então, é um fato relevante, que fez com que o Senado se mobilizasse e assim pudéssemos produzir essa alteração da nossa legislação, claro, a depender da análise na Câmara dos Deputados. Mas, como Relator, foi uma alegria poder contribuir com o desenrolar do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa a gente voltar nesse debate aqui, só para a gente concluir, antes de passar...

O Senador Plínio está aqui? A próxima matéria é relatada pelo Senador Plínio.

Vamos fazer o seguinte: eu vou retirar da pauta, que eu atendo ao Senador Plínio e ao Senador Sergio Moro, o Relator da matéria está aqui, a gente vai organizar para a próxima semana...

Senador Moro, Senador Plínio, só...

A gente vai organizar para a próxima semana, na terça-feira ou na quinta-feira, uma audiência pública. A gente vai combinar o dia e os participantes.

Tem um requerimento apresentado já aqui justamente para essa audiência pública.

Acho que eu vou até já colocá-lo em votação.

Vou colocar em votação o requerimento, a solicitação feita pelo Senador Sergio Moro para realização de audiência pública para tratar...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Quantos nomes?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – São 135 nomes. A gente vai tirar. Vão ficar só cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu não olhei ainda, Presidente. Como Relator, eu vou querer indicar alguns participantes nessa audiência pública. (*Pausa.*)

Isso aí é uma assembleia geral. Nem precisava... Cento e poucos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não. São cinco.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Ah, tá. Eu entendi cento e trinta e...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, eu falei 135 para ver a percepção de V. Exa.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu ia fazer lá no Plenário da Câmara a audiência.

Eu quero indicar dois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria ver se ele estava atento.

Vamos fazer um número adequado, três de cada lado ou dois de cada lado.

Quantos?

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Três, três.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Moro, podem ser três?

V. Exa. separa três aqui, depois, e ele vai mandar três.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Isso. E três a serem indicados pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, eu não vou colocar...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Não, você pode colocar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aprova, e a gente muda os nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade.

Pronto.

Eu vou aprovar o requerimento e estou deixando claro no Plenário que o Senador Sergio Moro vai indicar quem são os três da solicitação, e os três que serão indicados pelo Senador Weverton serão acatados como um adendo a este requerimento de audiência pública.

Pode ser?

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de audiência pública para instrução da matéria.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam, com seis participantes, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às 14h, terça-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer um questionamento, se o Senador Weverton concordar e o Senador Moro também.

Tudo bem. Eu tinha até os nomes para apresentar, mas eu abro mão disso para ficar mais objetivo, sem problema nenhum.

Senador Weverton, Senador Presidente Davi Alcolumbre, na terça-feira nós vamos ter Plenário, às 16h. Eu queria pedir que a gente pudesse marcar para quinta, até para viabilizar presencialmente os participantes aqui, pois eu acho que iria enriquecer o debate.

Foi até uma sugestão do senhor a quinta-feira também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Foi. Deixem fazer na quinta-feira pela manhã, porque não vai entrar na pauta mesmo da semana que vem. Vai ser depois da audiência.

Então, vai ficar determinada, na Secretaria, a audiência na quinta-feira... Às 9h ou às 10h? Às 9h.

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 11, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3453/2021, que "altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício".

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR))

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só para uma rápida referência. Desculpem-me tomar o tempo aqui.

Primeiro, eu só quero agradecer ao Senador Weverton, porque nós conversamos, a compreensão. A ideia é só tentar enriquecer realmente o debate e chegar ao meio-termo daquelas nossas preocupações. Então, registro aqui os meus agradecimentos.

E, Presidente, só quero registrar também os meus agradecimentos a todos os pares pela aprovação do 307, porque, embora seja um projeto que visa a melhorar a legislação e proteger todos os agentes da lei, existe uma situação pessoal envolvida. Então, agradeço enormemente aos pares a compreensão e, inclusive, a aprovação por unanimidade. Fico bastante tocado por esse gesto de gentileza não só pela aprovação do projeto, que é um bom projeto, mas também por essa questão pessoal.

E agradeço também, Presidente, a sua especial sensibilidade por ter pautado esse projeto com rapidez, depois que conversamos. Isso me traz, assim, um grande sentimento de agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Moro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Davi...

Mecias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador, Líder, Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu quero aproveitar e pedir a urgência do Projeto 1.307 para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já está encaminhado. A Secretaria já vai mandar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 508, DE 2019

- Não terminativo -

Convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal.

Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO) e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 09/05/2023, foi recebido Voto em Separado do Senador Jader Barbalho, contrário ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, para proferir o seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado.

De tudo o que eu vou relatar, o que eu vou expor, ler e falar aqui, que uma coisa fique bem clara: o que nós vamos decidir aqui é o direito ao plebiscito, a um plebiscito por parte de moradores, de paraenses que querem esse plebiscito. O relatório, em nenhum momento fala, concorda, com a separação, com o Estado de Tapajós, mas com o direito que eles têm à realização de um plebiscito.

E é preciso historiar um pouco aqui.

O PDL 508, de 2019, foi subscrito por 27 Senadores, cujo primeiro signatário é o Senador Siqueira Campos. Foi protocolado em 13 de agosto de 2019. No mesmo dia, o avulso inicial foi encaminhado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicação e a esta Comissão de Constituição e Justiça. A matéria foi publicada no Diário do Senado Federal ainda em 2019, no dia 14 de agosto.

Em 20 de agosto de 2019, seis dias após a publicação do PDL, o Senador Zequinha Marinho solicitou, mediante requerimento, a retirada de sua assinatura do projeto.

O PDL aguardou designação de Relator desde a data de sua publicação no *Diário do Senado Federal*.

A proposição contém quatro artigos. O primeiro enuncia a convocação de plebiscito para que o eleitorado do Estado do Pará – e somente o paraense é que vai decidir isto – decida sobre a conveniência da criação do Estado de Tapajós, mediante desmembramento de 23 municípios: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão e Uruará.

O parágrafo único do art. 1º explica que os municípios que vierem a ser criados, a partir do desmembramento de qualquer um dos relacionados no *caput*, integrarão o Estado de Tapajós.

O art. 2º estabelece critério temporal de habilitação dos eleitores aptos a participar do plebiscito: somente poderão participar aqueles cuja inscrição ou transferência, no caso, de título de eleitor, tiver sido requerida antes de 150 dias da realização da consulta popular.

O art. 3º informa que o Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação do decreto legislativo ao Tribunal Superior Eleitoral.

O art. 4º, último, prevê a entrada em vigor do decreto autorizativo, na data de sua publicação, sem dispor sobre prazo para a realização do plebiscito.

Na justificação, os marcos constitucionais do normativo foram apresentados, com especial ênfase nos arts. 18, §3º, e 49, XV.

Ademais, a justificação registra que o plebiscito ora proposto é importante instrumento da democracia. Nós sabemos que o plebiscito, realmente, é uma coisa definitiva e justa que a população merece.

Análise.

Nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado, nós temos competência para isso. A Constituição estabelece poder para a gente.

Por seu turno, o art. 3º da Lei nº 9.709, de 1998, que regula as manifestações populares na forma de plebiscito, referendo e lei de iniciativa popular, dispõe que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional...

É o nosso caso.

Há ponderações. Eu queria entrar na justificação, o porquê, os motivos pelos quais aquela população quer criar o estado.

A propósito, para que os senhores e as senhoras saibam, vale lembrar que, em 11 de dezembro de 2011 – eu conversava isso há pouco com o Senador Jader –, foi realizado o plebiscito sobre a divisão do Estado do Pará em três: Pará, Carajás e Tapajós, a partir da aprovação de um projeto decreto legislativo que tramitava desde o final do século passado.

Na redação original da matéria, buscava-se que a votação ocorresse junto às eleições municipais, o que não se verificou. Na ocasião, propunha-se que o Estado de Tapajós tivesse 28 municípios, e não 23, como neste PDL.

Os eleitores puderam regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral em até dois meses antes do plebiscito.

Agora, o que a gente está fazendo, Senador Jader e demais Senadores e Senadoras? Estamos propondo, no substitutivo que fizemos, que fique estabelecido que o plebiscito ocorra na mesma data das eleições gerais ou municipais que sucederam a entrada em vigor do decreto. Dessa maneira, aplicar-se-á o mesmo prazo de regularização da situação dos eleitores que se adota nas eleições ordinárias, que também é de 150 dias, nos termos do art. 91 da Lei nº 9.504, de 1997.

Outra vantagem que a gente vê nesta proposta é a economia de recursos, por vincular a realização do plebiscito às primeiras eleições que ocorrerem após a promulgação do decreto legislativo, sejam gerais ou municipais, para se evitar aquela ponderação sobre geração de despesa.

Estamos propondo o acréscimo de artigo ao presente projeto, no art. 4º, para estabelecer que, no prazo de dois meses, contado da proclamação do resultado do plebiscito, se este for favorável à criação do Estado de Tapajós, a Assembleia Legislativa do Pará será ouvida sobre a medida, participando o resultado, em três dias úteis, ao Congresso Nacional.

Cabe esclarecer que o disposto no art. 4º do substitutivo ora apresentado, conforme acima anotado, constava do Decreto Legislativo nº 137, de 2011, que convocou o plebiscito realizado em 2011.

Por fim, cumpre registrar ainda que foram realizados alguns ajustes de técnica e de redação legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito da proposição, cumpre relevar que o movimento de emancipação do Tapajós existe há 172 ou 171 anos.

Apesar da derrota, o plebiscito de 2011 foi um marco para o movimento emancipacionista. Naquela população que ora requer o direito ao plebiscito, a votação da maioria foi pelo "sim". Em 2011, a população dos municípios que comporiam o Estado de Tapajós manifestou, de modo inequívoco, o seu desejo de emancipação.

Cabe, ainda, ponderar que apresentamos o nosso primeiro relatório a esta CCJ no dia 10 de novembro de 2021, todavia, a matéria não logrou ser apreciada até o momento, decorrido já quase um ano e meio.

Cumpre, por fim, registrar que, com o fim da legislatura anterior, a gente teve que restabelecer, refazer ou não cumprir o parecer.

Só para dar alguns dados aqui, olhem só o que produzem os municípios que estão querendo a emancipação. Vou citar algum deles, Presidente, porque tem aquele argumento de que se sustentam, são autossustentáveis ou não. Vou citar aqui quatro ou cinco municípios: Medicilândia, no Tapajós, o maior produtor de cacau, são 4,9 mil toneladas/ano; Monte Alegre, maior produtor de limão, 24 toneladas/ano; Novo Progresso, maior produtor de arroz, 51,2 toneladas/ano; Placas, maior produtor de urucum, 315 toneladas/ano; e Santarém, maior produtor de melancia. Ou seja, são municípios que vão certamente garantir a economia desse novo estado se os paraenses concordarem com isso.

Por fim, eu vou ao voto, Presidente.

Mas antes quero falar, Senador Jader, que eu sou amazonense e moro em Manaus. Hoje nós temos, em Manaus, aproximadamente 400 mil paraenses, morando, residindo conosco, todos, absolutamente todos, oriundos desses municípios, porque eles são mais ligados a Manaus do que a Belém. Eles se portam sempre a Manaus e não há Belém. Esse testemunho é só para corroborar com o que eles alegam.

O isolamento dessa gente gerou outro sentimento, que é o de emancipação, o desejo de comandar seu próprio destino, que floresceu na região por volta de 1850, quando houve a divisão do Pará para a criação da Província do Amazonas. Portanto, é uma luta histórica.

E aqui, Senador Jader e demais Senadores, a gente está concedendo apenas o direito à realização do plebiscito, não à emancipação, não à divisão. Esse é um assunto que diz diretamente e unicamente ao paraense.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto e concordamos plenamente com esse direito, conforme as observações que nós traçamos aqui, para que seja realizado, sem despesas, na primeira eleição municipal ou estadual, a primeira que vier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse nosso parecer, Senador Jader, é o reconhecimento à luta dessas pessoas que estão já há quase um século lutando pela emancipação.

É um desejo do ser humano. O ser humano herda, na sua vida, tem herança de pai, a vontade de... O pai passa a herança para o filho de se formar, de ser doutor. E todo ser humano herda do pai o desejo da liberdade. É isto que o pessoal está querendo: fugir do isolamento, unicamente do isolamento.

Finalizando, vou repetir, não me canso repetir: o parecer é favorável pela realização do plebiscito; dividir o Estado do Pará é uma tarefa do paraense e não nossa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só quero fazer um registro aqui: nesta matéria, nós temos um voto em separado, contrário, como fiz a leitura, apresentado pelo Presidente Jader Barbalho, mas eu tenho um pedido de, pela ordem, do Senador Marcelo Castro. Então, antes de eu passar a palavra a V. Exa. para fazer a leitura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas, antes de passar a palavra a V. Exa., que está inscrito, eu vou passar, pela ordem, ao Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que esse é um assunto da mais alta importância e gravidade, é um assunto sobre o qual, inevitavelmente, nós vamos ter que decidir.

O Brasil, entendo, precisa fazer um planejamento de redivisão territorial. E precisamos, sobretudo, ter uma legislação que permita a criação de novos municípios, porque, pasmem V. Exas., o Senador Nelson Carneiro, que hoje tem um filme, por coincidência, em sua homenagem, foi o autor de uma PEC que trouxe para a União o poder de legislar sobre as regras de criação de novos municípios, e até hoje nós não conseguimos estabelecer essas regras, porque fizemos uma vez, mas a Presidenta Dilma vetou, e hoje o Brasil está proibido de criar município.

Lembremos que, no passado, existia uma lei que não era muito inteligente. Ela estabelecia, para a criação de um município no Brasil, 10 mil habitantes, 200 casas na sede e uma renda de não sei quantos por cento. Ora, no Brasil são inúmeros brasis. Então, 10 mil habitantes, digamos assim, é uma população pequena para um estado populoso, de alta densidade demográfica, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, como, por exemplo, Alagoas, que são estados que têm alta densidade demográfica; mas isso inviabiliza completamente a criação de um município no Estado do Pará, por exemplo, no Estado de Mato Grosso, no Estado do Amazonas, porque, para você juntar 10 mil habitantes num estado com a densidade tão rarefeita como é nesses estados, fica difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na época, eu apresentei uma emenda e eu acho que está na hora de a gente rediscutir isso daí. A gente precisa fazer uma lei levando em consideração a densidade populacional de um estado, de forma tal que, se no Rio de Janeiro, para criar um município, se precisasse de 10 mil habitantes, no Estado do Amazonas, se precisasse de mil – acredito que a proporção deva ser aproximadamente essa daí se levarmos em consideração a densidade demográfica.

E a outra questão é a divisão territorial do país. Esse é um assunto grave, importante, no qual eu tenho muito interesse, pensando no conjunto total do país.

E, por achar que a matéria ainda não está devidamente amadurecida, devidamente discutida, e que, na Comissão, inclusive, hoje aqui, estão poucas pessoas para decidir uma matéria tão importante quanto esta, eu quero, então, pedir vista da matéria para que a gente possa se debruçar com mais afinco, com mais profundidade.

Nós estamos vendo aqui que há votos, inclusive, discordando do Senador Jader Barbalho. Então está na hora de a gente fazer um estudo que não seja a criação só desse, mas um planejamento geral para o país. Por isso, eu peço vista da matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, só para aproveitar o momento: Senador Marcelo, no caso dos municípios, totaliza 1,2 milhão de habitantes. Portanto, nessa questão da população...

É como eu digo: eu acho que nós, que somos oriundos do voto popular, do voto livre, negarmos o direito ao plebiscito... O paraense é que vai dizer se quer ou não. É o paraense que vai determinar, como é o amazonense que vai determinar o meu destino, comandar o meu destino. Portanto, sou oriundo do voto popular, estou aqui graças ao voto livre. A gente só quer dar o direito ao plebiscito, que pode ser negado. O paraense vai dizer: "Eu não quero".

Mas o pedido de vista é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Eu só estou dizendo que preenche esse requisito, inclusive em termos de PIB.

Eu vou lhe passar isso aqui – o senhor vai pedir vista –, com a minha foto que está aqui... Eu lhe passo. É justo o pedido de vista, claro. Só que o senhor vai ver que realmente preenche os requisitos.

E eles são ligados... Eles alegam muito, Senador Jader – eu sou testemunha disso –, o isolamento. Eles se reportam a Manaus. A capital de Tapajós desses municípios é Manaus. Os hospitais vivem lotados de irmãos e de irmãs paraenses, as escolas, os empregos... Então, é nesse sentido que eu queria passar e aproveitar para conceder esse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pedido de vista é legítimo e a gente aguarda a sua observação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra... Vista concedida a V. Exa.

E muito importante, Senador Marcelo, a reflexão de V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me só, Presidente, rapidamente fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou passar para o Senador Jader.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, é importantíssimo ouvir o Senador Jader.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, cumprimentando o meu estimado colega Plínio Valério, representante do Estado do Amazonas, eu quero fazer... Eu me permiti distribuir o texto do voto em separado, que eu pediria a atenção de todos os colegas Senadores para a leitura, porque o argumento apresentado pelo Senador Plínio Valério já foi atendido.

O Senado já apreciou esta matéria, e, em 2011, depois de um amplo debate, ocorreu um plebiscito, e dois terços da população do meu estado, inclusive da população residente naquela região, rejeitaram.

Então eu pediria atenção das Senadoras e dos Senadores para a leitura do voto em separado que ofereci.

Eu entendo que democracia é o contraditório. Democracia é a divergência, e, por isso, eu respeito o parecer apresentado pelo nosso ilustre colega Plínio Valério. Agora eu pediria a atenção para a leitura do meu voto em separado, onde esses dados todos são trazidos para que se possa discutir.

Discordo – vai me permitir o Senador Plínio – dessa falta de assistência que ele está a registrar. Quem sabe eu possa convidá-lo para visitar essa região, que é uma das regiões que mais cresce no meu estado. Inclusive Santarém é um município fantástico e belo, onde tem um dos pontos turísticos mais requisitados do Brasil, que é Alter do Chão, e o encontro das águas entre o Tapajós e o Amazonas; o Tapajós – me permito – deve ser o rio mais lindo do mundo, ele nasce no Mato Grosso com o nome de Teles Pires e faz cerca de mil quilômetros de praia de areia branca de um lado e do outro; se for para essa região da transamazônica – ainda ontem recebi aqui no meu gabinete o pessoal da transamazônica –, que é uma região que cresce e hoje tem os maiores produtores de cacau do Brasil. Então, eu convidaria... O mandato popular é isso, a gente é procurado, procurado por grupos, e eu respeito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho de longe, meu caro Plínio Valério, eu venho do tempo... Eu fui da política estudantil, na época em que a ditadura se implantou neste país. Eu venho de longe, certo? E eu entendo essa questão do contraditório. Por isso, eu acho que a atitude do nosso companheiro, representante do Piauí, foi de bom alvitre, porque nós reduzimos e muito aqui o número de presentes, neste momento. Eu acho que o pedido de vista é importantíssimo neste momento para que possamos aprofundar.

E pediria permissão às Senadoras e aos Senadores – e atenção – para a leitura do meu voto em separado, com todo o respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Jader.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente Davi, me permita só uma observação, porque, quando foi realizado o plebiscito, estava também incluso o Estado de Tapajós, o Estado de Carajás, que é a região mais rica do Pará. Então, foram votados como um todo.

Nessa região, segundo os dados que tenho, de que disponho, nos 23 municípios, sim, ganhou disparado. É só nessa questão.

Quanto à questão de o Rio Tapajós ser o mais bonito, é o mais bonito depois do Rio Negro, viu? (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Depois do Rio Preguiças.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Presidente Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Muito obrigado pela deferência, Presidente.

Eu sou um crítico da divisão territorial do Brasil, que nós herdamos. O Estado do Pará tem 1 milhão de quilômetros quadrados. O Amazonas, porque eu também posso falar do meu Amazonas – viu, Plínio? – , porque, afinal de contas, meu pai lá nasceu, também tem 1 milhão de quilômetros quadrados. Governador nenhum consegue controlar isso aí, mas é um custo muito grande hoje para dividir um estado. Só imagine: são mais três Senadores, mais não sei quantos Deputados, uma Assembleia Legislativa, polícia militar. O país tem condições de arcar com esse custo hoje?

E está bom: o Plínio coloca o plebiscito. Vamos lembrar do Brexit, não é? Cuidado com aquilo que você procura. Você pode conseguir, viu, meu amigo Plínio? Eu acho que a gente tem que dividir novamente, dividir o país. Quando a gente compara com os Estados Unidos, a área continental dos Estados Unidos é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mesmo tamanho da do Brasil. Eles têm 48 estados, nós temos 26. Então é óbvio, é complicado isso aí. Mas, no momento em que nós estamos vivendo no país, não dá para a gente correr esse risco.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Rapidamente, eu queria demonstrar o meu profundo respeito pelo Senador Plínio Valério, que é uma pessoa que eu aprendi a admirar e com quem nutro uma amizade verdadeira de alma. Acho legítima essa obstinação em votar uma matéria que ele recebeu e quer deliberar, inclusive mesmo discordando – e quero deixar isso claro – do mérito.

Concordo com o Senador Mourão que, no momento, o Brasil inspira cuidados, e custo é tudo o que a gente não precisa ouvir neste momento.

Então, eu particularmente, sou contra, embora observei o relatório primoroso do Senador Plínio Valério. E quero dizer o seguinte: como não sou de excluir o debate, quero deixar um pedido de vista coletiva – está certo? – para que o Colegiado possa deliberar, mas deixando muito claro que eu discordo e estou junto nessa empreitada com o Senador Jader e o Senador Mourão, que aqui se pronunciaram contra esse plebiscito, porque um plebiscito gera um custo também, gera um custo para a nação. A gente se lembra de alguns plebiscitos que ocorreram no país. E foi muito bem lembrado pelo Senador Mourão o Brexit lá também, cujos efeitos me parece que não foram muito positivos, globais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

Com a palavra, a Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu sou de um estado que nasceu da divisão. Eu sou do Tocantins e sei o quanto significou para o meu estado a divisão do Estado de Goiás. Isso não significa que Goiás não cuidava da região. No entanto, a criação do Estado do Tocantins deu uma outra dimensão, criou uma estrutura. Um estado enorme, que era o Estado de Goiás; a região, querendo ou não, muito distante da capital; custos enormes para a garantia de serviços públicos – educação, saúde, universidade... Então, é indiscutível o benefício dessa criação para o cidadão brasileiro e, no caso nosso, para o cidadão tocantinense.

Eu acho que o plebiscito é um instrumento de democracia, para ouvir o que pensa a região. Com isso – é a minha leitura –, nós não estamos falando que o Governo do Pará não está dando conta ou fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem o seu trabalho. Ao contrário, o que nós acompanhamos é que a gestão realizada pelo Governador Helder Barbalho faz um grande trabalho. O nosso estado faz divisa com o Pará em várias regiões, e a gente vê o crescimento, a busca da garantia de serviço público de estradas. O que a gente está dizendo é que o nosso país tem uma dimensão continental; a garantia de serviços públicos faz parte; a questão da divisão e do custo da figura estado precisa ser dimensionado. É lógico que o Pará hoje tem um número de Deputados Federais considerando todo o seu território; se for dividido, tem uma proporcionalidade. Mas tem custos? Tem. O Tocantins, para ser implantado, ficou um longo tempo para receber e não recebeu todo o recurso que a União deveria ressarcir ao estado-mãe dos prédios públicos, enfim.

O que eu acho que foi bem colocado aqui pelo Senador Marcelo Castro é que a gente precisa enfrentar o tema. Eu tenho no meu estado, vizinho de Palmas, perto de Porto Nacional, Luzimangues. Luzimangues hoje reúne cerca ou mais de 30 mil habitantes e não é cidade independente; ela é ligada a Porto Nacional, que tem a distância da sede bastante significativa. E tem município de 8 mil habitantes, 5 mil, 6 mil. Eu acho que enfiar a cabeça como um avestruz não resolve o nosso problema. Nós temos que tratar, definindo critérios. E passa também pela questão dos critérios a questão financeira, o planejamento, em que tempo, como é que seriam feitas as situações. Eu entendo que nos cabe essa tarefa de discutir e definir critérios.

E também acho que o assunto é diferente. Nós estamos tratando de um caso concreto, uma proposta que foi feita pelo nosso Senador Siqueira, do meu estado. Ele é concreto, ele tem uma definição já específica de um estado, o que não quer dizer que não existem outras situações no Brasil que precisem do mesmo tratamento e garantia do direito. O cidadão brasileiro tem que ter a mesma atenção. Não é porque um cidadão goianiense estava feliz que quem morava em Araguaína ou no Bico de Papagaio estava feliz com o Estado de Goiás naquele tamanho. Então, foi bom para o meu estado. A experiência do Tocantins vale a pena ser acompanhada.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para discutir.) – No momento do debate, é claro que nós vamos aqui trocar bastantes ideias e experiências, mas eu quero aqui corroborar essa ideia de que nós não podemos nos omitir. É óbvio que isso tem que ser discutido, de forma profunda, mais séria, tranquila, porque temos diferenças neste país. Eu sou de um estado que tem mais de 330 mil quilômetros quadrados. Se você sai da capital, São Luís, para ir lá para Balsas, são quase mil quilômetros. As regiões não se comunicam, culturalmente são totalmente diferentes. Para vocês terem ideia, eu tenho lá quatro DDDs dentro do mesmo estado. Então, você não tem... Você se comunica ali com o Pará, com o Piauí, com Tocantins, ali com o Bico de Papagaio, a nossa região ali do litoral e ainda o sul, que está li no cantinho, pertinho da Bahia e tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é muito complicado. É necessário pensarmos no futuro, em como nós vamos achar essas soluções, porque enquanto nós olharmos sempre, na frente, o custo, e não as pessoas, a política pública, de verdade, ali na ponta, a gente vai estar sempre prejudicando o desenvolvimento do país, a pretexto de achar que estamos evitando novas despesas.

Claro que erramos muito. O Estado brasileiro errou muito ao fazer determinadas criações de municípios, que nós sabemos que foram desnecessárias. E com isso se queimou uma pauta importante, porque outras cidades, que precisam, de verdade, dessa municipalização, dessa autonomia, foram prejudicadas, e hoje estão esperando, com esse sonho enorme, a condição de terem a sua autonomia política, administrativa e sonhando com o desenvolvimento.

Mas acredito que todo debate é importante e, claro, ouvindo os pares do seu estado, porque é lá que nós vivemos; então, é lá que nós sabemos a situação; é lá que nós vivemos o dia a dia. Obviamente, essas opiniões sempre vão ser bastante importantes.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Presidente, como Relator... Mas, se tiver alguém para falar na minha frente, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Nós estamos falando desses municípios, com raríssimas exceções, talvez duas ou três, em que a despesa seja maior do que a arrecadação. Todos eles são autossustentáveis. E aí, dentro desses municípios, tem um chamado Oriximiná.

Sabe o que tem em Oriximiná? A maior reserva de bauxita do planeta.

Então, essa questão de despesa, Senador Mourão, vai vir, vai ter, mas a gente colocou "durante a primeira eleição que vai acontecer", ou municipal, ou estadual. É lá; vai botar um item a mais.

Então, nós estamos falando de municípios que arrecadam mais do que gastam. E um deles tem a maior reserva de bauxita do planeta. Portanto, a gente tem que discutir, debater, conversar e ver, ouvindo, realmente, Senador Jader Barbalho, os paraenses, para chegar lá, como eu estou ouvindo o pessoal desses municípios, as pessoas que me procuraram para isso.

O importante para mim, Senador Jader, é votar, é a gente trazer... Não fugir, mas votar. Isto aqui é um Parlamento. Isso aqui não é o Supremo Tribunal Federal, que arquiva, pedem vistas, levam oito anos e não devolvem os pedidos de vista. Aqui, não, a gente tem que votar e dar um exemplo para os Ministros do Supremo. Votar; sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2275, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre medidas para prevenção e primeiros socorros de casos de obstrução de vias aéreas por corpo estranho, autoriza a criação da Campanha Nacional Permanente "Recrutando Anjos" e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre medidas com a mesma finalidade.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes eu quero me manifestar a respeito da divisão territorial do Estado do Pará ou de qualquer outro estado.

Eu acho que, no Brasil, hoje, você dividir um estado, é desfigurar o próprio estado, separando a sua população, por um plebiscito que, às vezes, tem uma conotação muito mais política do que de interesse no desenvolvimento econômico e social.

Eu sou também um dos críticos disso, não só pela divisão dos Estados, já aconteceu no Brasil isso, há muito tempo, mas agora eu não acho que seja o momento. Mas discutir a matéria a gente topa discutir; é o dever nosso, aqui do Senado Federal.

Mas a princípio, no meu estado, eu sofri muito com isso, porque, de uma iniciativa política, queriam fazer o Estado de Santa Cruz na Bahia, dividindo o meu estado, pegando a parte do cacau para o sul, que não tinha a menor condição de sustentação com os recursos que seriam arrecadados. Seria apenas para criar uma área que ficaria totalmente desvinculada da área de maior arrecadação, de maior produção industrial, de produção agrícola, do agronegócio, e se criar um estado que ia ter grande dificuldade até de pagamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma folha de pessoal. Então, é uma coisa muito difícil hoje, no Brasil em que estamos vivendo, com as crises que o Brasil vive, pensar em dividir um estado.

Algumas vezes, no meu estado, quando se criou um município, desfigurou-se o outro completamente. Nenhum dos dois funciona bem. Então, é delicada essa situação.

Sei a preocupação do Senador Jader Barbalho, que é um paraense de mala e cuia, de quatro costados, quase criador desse estado, e o Governador Helder, além do nosso Plínio Valério, que tem, como Senador, um comportamento de responsabilidade muito grande aqui no Senado e a admiração de todos nós.

Eu estou colocando isso porque tive no meu estado uma luta muito grande para preservar a Bahia, para não desfigurar a Bahia, como é a Bahia hoje, meu estado, que está com desenvolvimento econômico em todas as regiões. Foi avançando lentamente até conseguir chegar hoje a ser o segundo maior estado em capacidade de investimento do Brasil – o primeiro, no ano passado, foi São Paulo; o segundo foi a Bahia – , investimentos até com recursos próprios.

Então, se um Governador está sentado numa cadeira de Governador e sabe compatibilizar receita e despesa, faz o dever de casa e tem responsabilidade fiscal, tem-se condição de desenvolver o seu Estado até com o tamanho de um milhão de quilômetros quadrados, como é o Estado do Pará. O meu, com 567 mil quilômetros quadrados, é a metade do Pará. E nós estamos muito satisfeitos com o nosso oeste, com o nosso nordeste, com a nossa Caatinga, com o nosso Cerrado, com o nosso sul, com o nosso extremo sul, com o nosso Recôncavo. Como diz Caetano Veloso, quem é Recôncavo não pode ser "reconvexo".

Então, viva a Bahia na sua integralidade!

Eu espero que o Pará da mesma forma também. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, agora é definitivo. O Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é a música do Caetano, não é? Quem é Recôncavo não pode ser "reconvexo".

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que me sensibiliza é essa luta dessa gente que há mais de 170 anos...

Outra coisa, nenhum desses municípios fica a menos de mil quilômetros de distância de Belém. São todos a mil e poucos quilômetros de distância.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só para falar do distanciamento e do isolamento. É o final para mim, só para dizer isto: mais de mil quilômetros separam cada município desses da capital Belém.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Otto, o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente David, V. Exa. não pode – porque está Presidente, aliás, Presidente *ad eternum*, porque continua Presidente, já o foi, e deveria até ter uma alteração na cadeira de quem está à frente – cercear o direito da minha palavra, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, é o relatório do projeto do item 5.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas eu ainda estou na música do Caetano Veloso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah! Eu não sabia que a gente estava no momento de sessão cultural.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. não pode ser "reconvexo".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Desculpa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Está desculpado. (*Risos.*)

Bom, eu relato o projeto de autoria da minha estimada e querida Senadora Margareth Buzetti, que, com sua sensibilidade, encaminha um projeto, Sr. Presidente, de uma campanha nacional permanente, recrutando os anjos, alterando a Lei 8.069, de 13 de junho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre medidas da mesma finalidade.

Na verdade, o projeto – e eu vou logo à análise – vem com a preocupação de dar publicidade para a prevenção de determinadas ocorrências com crianças e até adolescentes para diminuir uma das lesões e também enfermidades que acontecem nos ambulatórios de pediatria e de pronto-atendimento, que é o caso de obstrução das vias superiores de crianças. Uma criança pode ter obstrução das vias superiores brincando com uma moeda, com um brinquedo ou até com alimento, e uma obstrução das vias aéreas superiores pode causar uma depressão respiratória, e, consequentemente, o não atendimento imediato pode criar grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade. Depois da depressão respiratória ou parada respiratória, vem a parada cardíaca, com óbito da criança.

Portanto, a Senadora Margareth se preocupou com isso.

É um projeto que eu julgo importante para que os estados, a União e até os municípios possam tomar iniciativa de fazer essas campanhas para prevenir obstruções de vias aéreas em crianças e até em adolescentes.

O voto é pela aprovação, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.275, de 2022, bem como de sua aprovação com a emenda a seguir. Não foram apresentadas emendas, e tem uma emenda que nós colocamos – achamos correto.

> EMENDA Nº - CCJ
> Dê-se a seguinte redação ao art. 8º-B. acrescida ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.275, de 2022:
> "Art. 8º-B. Os estabelecimentos de saúde que realizam assistência pré-natal ou ao parto desenvolverão ações educativas voltadas à prevenção de acidentes na primeira infância direcionadas para as gestantes e seus acompanhantes."

Portanto:

> EMENDA Nº - CCJ
> Suprime-se o art. 5º do Projeto de Lei nº 2.275, de 2022 [...].

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente, parabenizando a nobre Senadora Margareth Buzetti, do Estado, querido, do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senadora Margareth Buzetti, com a palavra V. Exa., autora do projeto.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Senadores!

Eu não sou membro da CCJ, mas eu fiz questão de vir aqui parabenizar o Senador Otto Alencar pelo apoio e pelo excelente relatório.

Eu sou uma pessoa que teve um câncer muitos anos atrás, um câncer de tireoide em estado muito avançado, e fiquei com algumas sequelas e tenho estreitamento, fechamento de glote. Então, eu sei o que é você ficar com as vias aéreas obstruídas. E perdi dois filhos de amigas minhas, com nem um ano de idade, e dados da Sociedade Brasileira de Pediatria falam que morrem 15 bebês por dia de até um ano por isso.

Então, é uma simples campanha educativa que pode salvar realmente vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo...

Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria só de destacar a importância do projeto apresentado pela Senadora.

Principalmente para nós que lidamos com criança, com a primeira infância, com a escola, o quanto as campanhas permanentes e educativas salvam vidas, porque o tempo de intervenção e o formato da intervenção fazem diferença.

Então, parabéns pela iniciativa e que essa campanha possa inclusive contar com a orientação no espaço das creches e escolas e de toda a comunidade.

Parabéns à Senadora pela iniciativa e ao Senador Otto pelo relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Eu permaneci aqui, Senadora Margareth, para prestigiar a senhora, estreando aqui com um projeto. A gente tem que sempre ajudar a levar esse pessoal que chega agora para conseguir aprovar um projeto de lei, o que é muito difícil. A Senadora Dorinha sabe, porque está vindo da Câmara, e o Senador Marcelo. Então, a gente ficou aqui realmente para prestigiar esse tipo de projeto e torcer que nós possamos elevar os projetos dos novos Senadores que começam agora para uma lei adiante.

E o Senador Otto, como sempre, brilhante, não é à toa que ele é o nosso guru.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nosso líder, é o decano. É o quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não havendo mais Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar, Líder e poeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – E faixa preta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É faixa preta de capoeira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Do Mestre Bimba.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É faixa preta de capoeira também?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Otto? Faixa preta de capoeira?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Do Mestre Bimba.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Branca, branca.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – E lembre-se de perguntar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Cordão branco.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Lembre-se de perguntar para o Senador Otto qual é o significado do golpe aú.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não inventa.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Depois ele te fala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão – não, Otto, chama o médico! –, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 162, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a redação do inciso VIII-A do caput do art. 93 da Constituição Federal, para permitir a permuta entre juízes de direito vinculados a diferentes tribunais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Líder e Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto aqui para a análise.

A PEC 162, de 2019, vem à CCJ para ofertar parecer em atendimento ao disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal. Ela atende, assim, às exigências relativas à regimentalidade, não havendo óbice a opor, dado que a proposição está sendo submetida a regular tramitação nesta Casa.

A técnica legislativa é adequada, não exige reparos, estando a construção da proposição inteiramente compatível com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à constitucionalidade da proposta, entendemos ser ela constitucional, visto que não se enquadra em nenhuma das vedações do §4º do art. 60, que veda a deliberação de proposta tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;
II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
III - a separação dos Poderes;
IV - os direitos e garantias individuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, são inegáveis os argumentos adotados pela Deputada Margarete Coelho na justificação da proposta, que pontua que a permuta é forma de provimento expressamente autorizada pela Constituição Federal, onde há interesse institucional em manter o cargo preenchido e que a qualificação técnica para o cargo já foi demonstrada pelo candidato pela aprovação em concurso público regido pelos mesmos critérios mínimos de avaliação.

Ademais, a necessária medida que foi provocada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – abro aqui parêntese e cumprimento o Presidente da Associação lá do Maranhão, Dr. Juiz Holídice –, fortalece o princípio da eficiência, uma vez que a possibilidade de permuta entre juízes estaduais promoverá a produtividade dos juízes de direito, uma vez que diminuirá a chance de pedidos de afastamentos e contribuirá para que a população de cada Estado conte com magistrados mais conhecedores de suas peculiaridades regionais.

Não há dúvidas de que o deferimento da permuta interestadual propiciará aos interessados retorno às suas origens territoriais, ao núcleo da convivência familiar, que deve ser compreendida não apenas como direito de manutenção do núcleo familiar, mas também como preservação dos laços de afetividade e de compromisso social com a terra de nascença.

Por fim, compreendemos que a proposta fortalece o princípio da unicidade do Judiciário (CF, art. 92) e o caráter nacional deste Poder, conforme já estatuído pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 3.367; que a lei de regência da magistratura tem caráter nacional (CF. art. 93); que a inovação dá consequência à proteção constitucional à família (CF, art. 226); que concurso público para ingresso na carreira, por ser acessível, em regra, a todos os brasileiros, é outro fator que reafirma o caráter nacional da magistratura; e, finalmente, que a medida homenageia o princípio da eficiência.

Então, Presidente, o voto, diante do exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 162, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Nada mais havendo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não há Senadores inscritos para discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Weverton.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Eduardo Braga, Weverton, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Omar Aziz, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Laércio Oliveira e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Esperidião Amin e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 87, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha no nome do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, por unanimidade, com 19 votos favoráveis. **Observação:** Aprovado Requerimento nº 81, de 2023-CCJ, de urgência para a matéria. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 88, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 89, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso lll, alínea "e", e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val (Substituído por *Ah hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2628, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com doze emendas que apresenta, e favorável à Emenda n° 1, nos termos da Subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 88, de 2018** que: "Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria da(s) Emenda(s):** Senador Efraim Filho (Substituído por *Ah hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 3-PLEN. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2402, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento nº 82, de 2023-CCJ, de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2459, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, para criar qualificador ao crime de furto e ao crime de receptação de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 81, de 2023** que: "Requerimento de Urgência para a MSF nº 87, de 2023" **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 82, de 2023** que: "Requerimento de Urgência para o PL 2402/2023" **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/06

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 52ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes ou duas etapas. A primeira destina-se à apreciação da indicação de autoridade e a segunda, à deliberação dos itens de 1 a 8.

Esta Presidência esclarece às Senadoras e aos Senadores que a votação da sabatina será obrigatoriamente presencial.

Aproveito essa oportunidade para solicitar a todos os nossos assessores da Comissão que possam entrar em contato com os gabinetes dos Senadores titulares e suplentes desta Comissão para registrar a necessidade de que S. Exas. possam vir a esta Comissão, na sala da reunião, na sala de votação, exercer o direito do voto, porque o voto precisa ser pessoal e presencial.

Temos duas urnas de votação secreta: uma na Ala Senador Alexandre Costa no corredor e outra urna dentro da sala.

Primeira parte da reunião.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 29/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Gostaria de convidar o Senador Rogério Carvalho para que pudesse acompanhar o indicado, o Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Será que ele está com vontade de estar perto da mesa para fazer a sabatina? (*Risos.*)

Seja bem-vindo!

Obrigado, Líder Rogério.

Para a inquirição do candidato, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta, imediata, do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade em que nós iremos fazer a arguição do indicado para a Defensoria Pública da União e dizer que esse rito estabelecido é o rito regimental desta Comissão e do Senado Federal. Em todas as arguições de todos os indicados que precisam de deliberação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no que diz respeito a esta Presidência, a todos que nos antecederam, é obrigatório seguirmos os prazos regimentais estabelecidos pelo Regimento Interno do Senado Federal. E, por isso, não só membros da Defensoria Pública da União, como membros da magistratura indicados para o CNJ, indicados para o CNMP, indicados para tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, também indicados para a Procuradoria-Geral da República e também indicados para a Defensoria Pública da União, eles são obrigatoriamente... Esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência não muda uma vírgula do que cabe e do que é amparado pelo Regimento Interno do Senado Federal. Então, todos esses prazos de dez minutos, assegurado igual prazo para réplica e tréplica, também a imediata participação por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, alínea "f", do Regimento do Senado Federal, são e estarão sendo seguidos por esta Presidência para todos os indicados.

Concedo a palavra ao Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães para a sua exposição. E, da mesma maneira, Dr. Leonardo, V. Exa. tem o tempo que achar conveniente para fazer a sua manifestação no plenário desta Comissão. (*Pausa.*)

O som, por gentileza.

Está vermelho aqui.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, e ao Senador Relator, Senador Jayme Campos, pela oportunidade de me apresentar e ser arguido nesta manhã. Agradeço igualmente a presença da Sra. Senadora e Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Saúdo as pessoas também que nos acompanham através da TV Senado.

Farei uma breve apresentação da minha trajetória profissional na Defensoria Pública da União e, em seguida, estou à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

É uma grande honra estar aqui hoje para assumir essa missão atribuída a quem pretende ser o Chefe da Defensoria Pública da União.

Diante de um auditório de tão alto gabarito, sinto misto de prazer e absoluto respeito. Assumo esse desafio.

Sou Leonardo Magalhães. Sou mineiro, Defensor Público por vocação há 15 anos. Compus a lista tríplice para posterior indicação da Presidência da República para o cargo de Defensor Público-Geral. É a segunda vez que eu integro a lista para a escolha dentre os mais votados na carreira para esse cargo.

Confesso que ser Defensor Público é um propósito de vida. É a profissão que me permite estar ao lado daqueles que mais necessitam. E muitas vezes a Defensoria Pública é a última porta para o acesso a direitos e à cidadania.

Nos idos de 2005, fui estagiário da instituição. Por lá fiquei por um ano e meio. Formado, trabalhei como voluntário na Defensoria Pública da União em Minas Gerais entre 2007 e 2008 e, em 2008, aprovado no concurso, assumi o cargo de Defensor Público Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como membro da carreira, assumi os mais diversos ofícios e atribuições que um Defensor pode ter. Fui Coordenador do Atendimento, fui Coordenador-Chefe de unidades, Coordenador de Capacitação de Servidores e Estagiários; fui também eleito Vice-Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais. Compus algumas comissões e grupos internos de trabalho na Defensoria. Participo do grupo de Assistência à Vítima de Tráfico de Pessoas da Defensoria Pública da União e também fui eleito para compor o Conselho Superior da Defensoria Pública, que é o órgão normativo por dois mandatos. Entre os anos de 2019 e 2022, atuei como Defensor Público Interamericano junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica.

Não abandonei a atividade acadêmica, apesar de ser difícil conjugar com os processos judiciais e os projetos de pesquisa. Fiz mestrado, fiz doutorado na Universidade Pablo de Olavide, além de especializações na Universidade de Austin, de La Sabana e na Universidade de Londres. Todas essas funções foram exercidas, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, sem que eu me afastasse dos processos, das audiências. Portanto, V. Exas. estão diante de uma pessoa que vive e que respira a Defensoria Pública da União há 15 anos; quem fez questão de conhecer e vivenciar todas as áreas de atuação da carreira até está convencido de que a Defensoria pode e deve se consolidar como uma instituição de Estado parceira do poder constituinte e da sociedade civil.

Trabalhar como Defensor é exercer a função em que o rosto do assistido se revela como outro que reclama cuidado e responsabilidade ética. Não nos cabe promover julgamentos. Não nos é dado exercer censuras e repressões. Quando se defende alguém, é indispensável que se exerça ali a hospitalidade e o acolhimento responsável, na ambiguidade de quem afeta a vida do assistido, mas também é impactado pela sua história de vida, pelas suas versões dos fatos e pontos de vista.

A nossa missão constitucional é levar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas em situação de vulnerabilidade no âmbito federal, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e da pobreza a partir da implementação de direitos fundamentais. Essa é a nossa razão de ser e o nosso maior desafio.

A Defensoria Pública é a expressão, o instrumento do regime democrático e foi pensada como uma verdadeira instituição constitucional de defesa. É um papel nobre num país como o Brasil, que convive com tantas desigualdades, como bem sabem os senhores nesta Casa que representa a Federação. Promovemos a conciliação, a solução extrajudicial de conflitos, a mediação, o diálogo permanente entre as partes, a fim de buscar a melhor solução jurídica, contribuindo dessa maneira para a redução da judicialização das demandas, por exemplo, no âmbito previdenciário, trabalhista, da saúde.

Por isso, Senadores e Senadoras, ter uma Defensoria forte, estruturada, valorizada, com mais defensoras e defensores públicos, garante aos cidadãos brasileiros a efetividade do direito de defesa e cidadania plena. O nosso desafio e trabalho cotidiano é ser capaz de entregar à população o que está escrito na Constituição: o acesso integral e gratuito à Justiça e o respeito às garantias do processo justo, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraditório e da ampla defesa. Nesse caminho, temos como norte inarredável o cumprimento efetivo da Constituição e das leis do nosso país.

O Brasil, como sabemos, tem um tecido social complexo, com desigualdades sociais marcantes, com importantes desafios na segurança pública, na saúde, na Justiça, entre outros. Está claro que a Defensoria Pública pode assumir um papel de intermediadora de postulações, uma instituição que ouve e que ampara o cidadão. Caberá à Defensoria, no lugar adequado para tanto, contribuir com a construção do consenso e com o acertamento entre os opostos.

Se tiver a honra de ser aprovado por este Senado Federal, gostaria que vissem na Defensoria Pública da União e neste futuro Defensor-Geral um espaço sempre aberto para debater todos os temas em que os senhores e as senhoras entenderem que a Defensoria possa contribuir. Estaremos sempre abertos ao diálogo com todos os Poderes constituídos no intuito de colaborar com o bem-estar da população brasileira.

E não são poucas essas possibilidades. Temos defensores e defensoras públicas atuando nos diversos ramos da Justiça Federal. Se trabalhamos em favor de pessoas que precisam de tratamento médico ou de benefícios previdenciários, ou do trabalhador que está doente, precisando de um benefício por incapacidade, ou de uma pessoa com deficiência que necessita de um amparo social, também atuamos em defesa de candidatos em processos eleitorais e de estudantes que buscam financiamento em seus estudos superiores. Atuamos na defesa de militares, na Justiça Militar da União, e na defesa penal daqueles que respondem a processos na Justiça Federal. Atuamos na tutela coletiva de grupos vulneráveis, de populações atingidas por desastres ambientais, de migrantes, de vítimas de tráfico de pessoas, enfim, de pessoas em situação de vulnerabilidade. Partindo do pressuposto de que a Defensoria respeita, reconhece e acolhe os mais necessitados, é possível pensar numa Defensoria e numa instituição parceira.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o nosso compromisso inarredável é com a população brasileira, e, por isso, é importante avançarmos na estruturação e valorização da Defensoria Pública, na ampliação dos investimentos e na interiorização dos nossos serviços, de modo a assegurar que cada brasileiro ou brasileira possa ter acesso efetivo aos direitos e à cidadania. Nesse contexto, agradeço a acolhida aos projetos que nos últimos anos nos fortaleceram na Defensoria Pública brasileira. Temos no Congresso Nacional um dos nossos maiores defensores. E eu estou aqui hoje para reconhecer e agradecer o trabalho de V. Exas. a favor da população vulnerável deste país.

Certamente, é grande o desafio que temos pela frente, mas me submeto aqui ao escrutínio desta Casa para caminhar no sentido do fortalecimento da Defensoria Pública.

Como diria o mineiro Fernando Sabino:

> De tudo ficaram três coisas:
> A certeza de que estamos sempre começando,
> A certeza de que é preciso continuar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.
[...]
fazer [...]
Da queda um passo [...] de dança,
Do medo, uma escada,
Do sonho, uma ponte e
Da procura, um encontro.

Coloco-me aqui à inteira disposição de V. Exas., e peço seu voto para que possamos, em parceria, fortalecer a nossa Constituição e o acesso à Justiça das pessoas mais necessitadas deste país.

Muito obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de pedir para V. Exa. abrir o painel – ver a possibilidade de abrir o painel –, para que os Senadores e as Senadoras possam já ir votando. É que alguns vão ter que ir para outras Comissões também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria aproveitar esta oportunidade para agradecer, Senador Weverton, a compreensão de todos os Senadores. Queria agradecer ao Senador Izalci, que está presente, ao Senador Rogério Carvalho, à Professora Dorinha, ao Senador Ciro Nogueira, porque todos apoiaram esta Presidência no sentido de nós iniciarmos o processo de deliberação. Nós estamos numa reunião e numa semana onde o Presidente do Senado determinou que as votações e a atuação do Senado Federal fossem uma semana de deliberações semipresenciais, e por isso eu queria mais uma vez agradecer a V. Exas. que estão presentes na Comissão para esta importante sabatina do Defensor Público da União.

E, por isso e com os meus agradecimentos a todos os Senadores que vieram prestigiar esta Comissão, eu determino à Secretaria da Comissão que abra o processo de votação nominal.

Muito obrigado.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria cumprimentar o Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães e dizer a V. Sa. que, na semana passada – e externo publicamente os meus agradecimentos aos nossos Senadores –, quando na própria reunião da Comissão o Senador Jayme Campos foi indicado Relator da indicação de V. Sa. para esse importante e honroso cargo, também o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, todos os Senadores, na sua unanimidade, presentes, aquiesceram que esta Presidência pudesse de maneira extraordinária incluir a indicação de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sa. na pauta da reunião deliberativa da Comissão da semana passada. Fazendo esse registro, Dr. Leonardo, eu passo a V. Sa. a impressão do entendimento coletivo.

Então, a sua presença naquele momento, a sua relação de cordialidade, de conversa com os Senadores também foram muito importantes, e, nesse sentido, leve esse sentimento do Senado Federal e da Comissão de Constituição e Justiça. Se não fosse a decisão coletiva dos Senadores de aquiescer que esta Presidência fizesse uma reunião extraordinária, designasse um Relator, fizéssemos a leitura do relatório, concedêssemos vista coletiva de ofício e também por uma questão regimental, nós não estaríamos aqui hoje fazendo a sabatina de V. Sa.

Então, eu queria agradecer novamente à Professora Dorinha, ao Senador Izalci, ao Senador Rogério, ao Senador Weverton, a todos os Senadores que na semana passada, também entendendo a importância e a relevância dessa missão da Defensoria Pública da União, aquiesceram com que esta Presidência pudesse estar aqui hoje deliberando, numa primeira parte da reunião da Comissão, ordinária, da CCJ, e pudéssemos fazer a votação na Comissão da indicação de V. Sa.

Passamos agora à fase de arguição do indicado.

O primeiro Senador inscrito para a arguição é o Senador Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para interpelar.) – Presidente Davi Alcolumbre; senhor sabatinado, aqui indicado para a Defensoria Pública da União, Defensor-Geral, Sr. Leonardo Cardoso, eu sou um entusiasta da luta que os defensores públicos no Brasil têm. Nós sabemos que o defensor é, na verdade, o advogado do pobre, do mais necessitado, de quem não tem condição de pagar um escritório, de recorrer a uma advocacia privada, e ele acaba tendo essa condição de dar o mínimo de esperança para que aquele jurisdicionado possa ter o direito a uma decente defesa ou uma defesa decente.

Eu quero aqui cumprimentar o Deputado Dagoberto, com quem também tive a honra de ser Deputado, junto, lá na Câmara dos Deputados, e dizer, Leonardo, que, lá no Maranhão, nós temos apenas 42 unidades de atendimento, compreendendo a sede, mais três postos de atendimento na capital e 38 núcleos regionais nas comarcas do interior do estado, em detrimento de 132 comarcas criadas. Portanto, nós temos menos de 30% das unidades jurisdicionadas que dispõem de serviços de assistência jurídica gratuita – menos de 30%.

A fim de ajudar essa expansão, aprovamos no Senado – e se encontra hoje na Câmara – um projeto de minha autoria, o PL 2.878, de 2019. Esse projeto, que foi votado aqui, no Senado, destina 15% do Fundo de Defesa de Direitos Difusos para a criação de novas Defensorias e estruturação delas.

Além dessas iniciativas parlamentares que estamos tomando aqui nas nossas Casas Legislativas, eu gostaria de saber do Dr. Leonardo quais são as ações que o senhor pretende desenvolver para ampliar esse número de Defensorias Públicas no Brasil, além de ações concretas que possam – não sei se através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mutirões, enfim – estar em parceria com outros órgãos, para levar justamente esse acalento, levar essa esperança, levar essa possibilidade de atender esse jurisdicionado.

Eu lhe dou aqui como exemplo o INSS, que tem feito mutirões em várias regiões do Brasil para tentar diminuir as filas, e, em muitos desses mutirões, a presença da Defensoria seria muito importante, obviamente, porque você poderia ajudar a levar um pacote de serviços para esse cidadão que, muitas das vezes, é esquecido diante de tantas demandas que o Brasil vive no dia a dia.

Então, eram essas considerações.

Eu lhe desejo boa sorte. Sei que os defensores têm um compromisso enorme com a advocacia, principalmente essa do mais pobre, de cuidar de quem realmente mais precisa, e contamos de verdade com essa sensibilidade de cada profissional para que eles possam ajudar a melhorar ainda mais o atendimento no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na pessoa do Senador Weverton, quero cumprimentar todos os presentes aqui, Senadores e Senadoras.

Dr. Leonardo Cardoso, nós ainda temos uma dívida muito grande com o povo brasileiro, que é um direito fundamental, que é o direito à Justiça. A Defensoria Pública cumpre um papel relevante, importante, mas o Brasil tem um volume muito grande de questões e de processos. Nós já temos o maior escritório de advocacia do mundo, que é a AGU, um escritório para defender os interesses do Governo brasileiro. Nenhum país do mundo tem uma advocacia pública interna para mediar questões relacionadas aos interesses do Governo e do Estado brasileiro como o Brasil tem. Isso demonstra, de alguma maneira, que há algum problema com o nosso sistema jurídico como um todo.

V. Sa. tem tratado, nas conversas que fez, sobre a interiorização da Defensoria Pública da União. A sensação que eu tenho é que, para que ela possa efetivamente cumprir um papel, ela precisa crescer muito, mas ela esbarrará no limite do gasto que o Governo, obrigatoriamente, tem que controlar, para não aumentar o déficit, para não aumentar a conta do funcionamento do Estado brasileiro, que não é o mais caro do mundo, diga-se de passagem, mas a gente tem limites de riqueza que impõem um certo controle do quantitativo de profissionais. De que maneira V. Sa. pretende e qual foco V. Sa. vai dar a essa interiorização da Defensoria Pública da União? Considerando – e eu trago aqui um dado que não é um dado qualquer – que nós já temos a maior advocacia do mundo no Governo Federal, que é a AGU, em termos de volume de processos – são mais de 20 milhões de processos –, em termos de quantitativo de advogados... Isso, com essa deformidade, tem que ter algum problema no nosso sistema de Justiça, que produz processos de forma demasiada. O que seria possível fazer para que grande parte desses processos deixasse de existir e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defensoria Pública da União, por exemplo, pudesse, ao se interiorizar, focar naquilo que, de fato, é assegurar aos cidadãos e cidadãs brasileiras e brasileiros o seu direito?

Então, fica aqui esse questionamento com esta observação: não tem como negarmos que o nosso sistema de justiça tem alguma deformidade, tem algum problema que precisa ser sanado, e a gente precisa se debruçar sobre isso, o Legislativo precisa se debruçar sobre isso, o Judiciário precisa se debruçar sobre isso, todos que formam os Poderes republicanos e a República brasileira precisam se debruçar sobre essa questão, essa deformidade do sistema de justiça brasileiro, que produz tanto processo, que produz tanta querela ou que nos obriga a ter que mediar tantas querelas de diversas naturezas, não é? Como resolver isso? Como dar conta dessa interiorização e que impacto essa interiorização terá diante dessa deformidade visível do nosso sistema de justiça?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próxima, Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero inicialmente cumprimentar o Sr. Leonardo Cardoso, dizer que esta posição que pleiteia e que deve ocupar é extremamente importante dentro da garantia de direitos e na aproximação do cidadão.

Eu sou do Estado do Tocantins. A Defensoria Pública no meu estado tem um trabalho muito próximo às comunidades, tem recebido apoio, inclusive, da bancada federal na aquisição de veículos, estruturas de trabalho. Um projeto que foi apresentado, que foi a construção dos Econúcleos, tem conseguido levar estruturas da Defensoria para municípios muito carentes. Esse Econúcleo tem uma estrutura de contêiner, que é totalmente adaptada, com ar-condicionado, com toda a estrutura de trabalho.

Mas por que eu estou colocando essa importância da Defensoria? E aí faço um pedido e um alerta: o quanto é importante que a Defensoria Pública da União seja um órgão empoderado na construção desta rede com as Defensorias estaduais. Eu ainda enxergo uma grande ausência de um trabalho articulado, principalmente apoiando os estados.

Eu gostaria de ouvir como é possível construir essa ação integrada. Eu tenho como ação a ligação muito forte com as comunidades indígenas, quilombolas; fui Líder da Bancada Feminina na Câmara e tenho uma grande preocupação com o crescimento da violência contra a mulher, que tem índices muito altos no meu estado, mas essa é uma realidade de país, e com a questão da violência contra a criança, contra vulneráveis, que estão muito expostos. E eu não vejo como uma ação que não seja feita de maneira integrada entre a Defensoria e as Defensorias Públicas estaduais...

Então, há algum planejamento efetivo, um plano de ação que possa ser construído e, logicamente, de qualificação? A proximidade, eu não tenho como deixar de dizer o quanto um trabalho próximo às escolas, inclusive, para as pessoas saberem o que faz a Defensoria... Muitas das pessoas que mais precisam sequer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm a informação – e a informação, neste caso, é condição de exercício –, sem saber onde pode buscar e que tipo de auxílio o Estado pode garantir às pessoas mais vulneráveis...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Dr. Leonardo, porque nós fizemos esse bloco de três Senadores inscritos.

V. Exa. tem um tempo regimental para responder aos Senadores.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Inicialmente, gostaria de agradecer. Foram, de fato, perguntas bastante importantes e que revelam desafios não só da Defensoria Pública da União, mas da Defensoria Pública brasileira.

O que o Senador Weverton e também o Senador Rogério Carvalho têm em relação à interiorização da Defensoria... Eu tenho aqui, na verdade, que agradecer a esta Casa, ao Congresso Nacional, pela aprovação do PL 4.086, que foi convertido na Lei 14.726, de 2023, que estabelece alguns parâmetros para a Defensoria Pública da União interiorizar e cumprir o art. 98 da ADCT, de fato, como resolver, como encaminhar algumas soluções para a questão trazida da judicialização de processos, da demanda de processos.

Essa demanda de processos decorre também da necessidade, eu acho que é uma consequência da necessidade de um maior diálogo e uma maior aproximação entre a Defensoria Pública e os demais atores, Poderes constituídos – Poder Executivo, Legislativo e Judiciário –, para tratar de soluções extrajudiciais. Então, acho que a Defensoria precisa investir em mediação, em conciliação. De fato, há um déficit de pessoal, de estrutura, sabemos das restrições orçamentárias, mas, para conseguir cumprir a nossa missão constitucional, que é garantir que todo cidadão brasileiro, toda brasileira tenha acesso à Defensoria Pública, é importante também termos a sensibilidade dos Poderes constituídos, porque a Defensoria é um grande ativo que pode trabalhar a favor da redução das desigualdades sociais no País.

Então, o objetivo nosso com esse projeto, com a Lei nº 14.726, é reconhecer a importância de expandir os nossos serviços, a expansão do nosso trabalho para áreas prioritárias, como a concessão de benefícios previdenciários, a concessão de benefícios sociais, a redução de demanda de questões relacionadas à saúde, à educação. Isso já está dentro do plano de ação, do plano de interiorização, que deve ser divulgado pela Defensoria Pública nos próximos dias.

E sei que esta Casa sempre estará aberta como responsável final para apreciação do orçamento e sempre esteve, ao longo dos anos, sendo uma grande defensora da Defensoria Pública. Então, entendo a importância de reforçarmos isso. É um desafio, é o nosso trabalho cotidiano ampliar o nosso acesso, mas é importante deixar claro que precisamos também de uma Defensoria Pública forte, estruturada, valorizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de mais defensores públicos federais, mais defensores públicos estaduais para que possam cumprir a sua missão.

Em relação à pergunta da Senadora Professora Dorinha, acredito... Eu, ao longo desses 15 anos como defensor, desenvolvi várias ações em parceria com as Defensorias dos estados. O nosso trabalho é um trabalho que se complementa, porque a Defensoria Pública da União está limitada à Justiça Federal e às demandas federais, e as Defensorias estaduais à Justiça estadual. Então, eu entendo muito importante construir ações integradas, fortalecer ações integradas para implementar direitos fundamentais. A Defensoria Pública do estado tem um âmbito de atuação vinculado à Justiça estadual e a Defensoria da União, no âmbito federal.

O direito à informação é essencial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Eu, enquanto membro do Grupo de Trabalho de Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas, trabalho muito com a questão de acesso a direitos, empoderamento e direito à informação para que as pessoas possam saber como exercitar determinado direito.

Em relação à DPU, nós temos o programa DPU nas Escolas, que tem exatamente o objetivo de dar informações básicas sobre direitos, como solicitar, quais são os direitos que cada pessoa tem. O concurso de redação também que realizamos anualmente tem por objetivo levar a conhecimento da população os serviços prestados pela Defensoria.

Espero ter cumprido aí com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo aqui toda a mesa, em especial o candidato a Defensor Público, Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães.

Sr. Leonardo, nós, que fazemos parte do Senado da República, temos o dever constitucional de nos debruçarmos sobre essas sabatinas. Elas, via de regra, são espaços em que os candidatos a esses cargos importantes e relevantes que passam pelo crivo do Senado têm a oportunidade de se posicionar a respeito da sua visão de mundo e da instituição que irão coordenar, presidir, liderar ao longo dos próximos dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos vivendo um momento que eu diria muito delicado na política do nosso país, um momento oriundo de uma eleição polarizada, em que infelizmente ainda não foi feito por parte do Governo vencedor gesto no sentido de pacificação do país. Há uma insistência, e eu vou contextualizar para chegar ao cerne da minha pergunta, em se dividir o país entre nós e eles.

Todos nós somos brasileiros, com gêneros diferentes, com raças diferentes, com formas diferentes de encarar o mundo e a vida, com religiões diferentes, mas nós temos um manto protetor que é a nossa Constituição. Essa é, sem dúvida nenhuma, o escudo que todos nós devemos erguer e que nos coloca em pé de igualdade perante o Judiciário, perante os órgãos que dirimem os eventuais conflitos que porventura possam ser levados ao seu escrutínio.

V. Exa., em março, fez um artigo onde V. Exa. fala a respeito do que pensa, de como se coloca a sua visão de mundo e da Defensoria.

De uma forma bastante engajada, o senhor discorre sobre uma série de assuntos, da necessidade de se trabalhar questões ligadas a gênero, a desigualdade, LGBTQI+, etnorraciais, sociais, econômicas. Enfim, o senhor coloca aqui uma série de conceitos em função da vulnerabilidade da população brasileira e a missão que a Defensoria Pública necessariamente precisa exercer para que essas pessoas mais frágeis, do ponto de vista econômico e social, tenham oportunidade de ter uma voz que os represente, que os defenda e faça com que os direitos que são assegurados ao conjunto da sociedade brasileira sejam defendidos.

Na verdade, eu não quis me debruçar sobre esses assuntos específicos porque acredito que de fato a Constituição tem que nos dar essa salvaguarda de caráter geral. Mas eu fiquei muito preocupado com uma frase de V. Exa. que vou reler aqui *ipsis litteris* – e essa é a pergunta que faço a V. Exa. –, quando V. Exa. disse que em 2013, no Mestrado de Direitos Humanos, na Universidad Pablo de Olavide, na Espanha, tendo um contato mais aprofundado com a teoria crítica dos direitos humanos, de Joaquín Herrera Flores, e a Teologia da Libertação, quando desde a institucionalidade percebe o senhor que é possível exercer um papel de resistência e vocalização das demandas sociais, sobretudo das pessoas oprimidas pela ordem neoliberal, com vistas ao seu empoderamento social e a liberação das amarras classistas que impedem o acesso igualitário e não hierarquizado aos bens de serviço e condições de uma existência digna.

Eu quero dizer a V. Exa. que essa afirmação que V. Exa. faz contrasta com a visão que eu espero que a Defensoria Pública da União tenha, de isenção. V. Exa. faz aqui um credo político, ideológico, de forma clara. V. Exa. se coloca politicamente dentro de um espectro ideológico da sociedade, e V. Exa. deve ter, imagino eu, o equilíbrio, a isenção e a imparcialidade de salvaguardar todas as demandas, independentemente das posições políticas, das posições ideológicas, das posições ligadas à visão de família, de religião.

E, veja, V. Exa. repete aqui um conceito que eu quero afirmar a V. Exa. que é uma narrativa, uma propaganda que carece de fundamento. V. Exa. fala de ordem neoliberal. Eu pergunto a V. Exa. o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem neoliberal? Que filosofia política, econômica significa neoliberalismo ou ordem neoliberal? Desconheço. Eu sei que existe liberalismo, conservadorismo, capitalismo, mas neoliberalismo é um mantra, uma narrativa, uma palavra de ordem repetida pelas esquerdas do Brasil e do mundo contra uma forma de governar em contraponto ao socialismo, ao comunismo, a uma outra forma de se governar.

Pode ser... V. Exa. tem todo o direito de ser socialista, comunista, de ter uma visão diferente da sociedade, eu respeito, mas eu peço a V. Exa. que, no exercício da DPU, V. Exa. tenha muito cuidado com essa questão ideológica. Eu poderia discorrer com V. Exa. aqui a respeito, por exemplo, dos males do populismo e do socialismo aplicados à nossa realidade objetiva muito recentemente.

Medidas como o aumento demasiado do Estado brasileiro, medidas em que o juro foi manuseado de forma inadequada, medidas em que houve aparelhamento da máquina pública, medidas que, ao fim e ao cabo, determinaram que a população que deveria ser defendida por aquele Governo fosse violentamente prejudicada, milhões de empregos fossem ceifados. A inflação, que é o maior imposto que a população pode ter, o mais danoso para a população mais fragilizada do ponto de vista social, atinge essa população pobre que esses defensores dessas medidas populares ou populistas pretendem edificar. Então, me chamou a atenção essa afirmação de V. Exa. – e preocupação.

V. Exa. certamente terá aqui os votos necessários para seguir adiante. Eu peço apenas que V. Exa., no exercício da atividade de V. Exa., se restrinja à Constituição brasileira, que respeita todos os vieses ideológicos que estão amparados pela nossa Constituição e que pretende não os distinguir, principalmente no cargo que V. Exa. vai ocupar, que, ao fim e ao cabo, tem um viés de magistrado, um viés de isenção, um viés de neutralidade em relação à vontade, ou à propensão, ou à visão de mundo das pessoas que V. Exa. deve necessariamente defender.

Então, essa é apenas uma preocupação em função da fala de V. Exa. que está aqui no artigo que foi publicado recentemente, em março deste ano, porque nós estamos precisando, eminente Dr. Leonardo, neste país, de pacificação, nós estamos precisando aqui de tolerância, nós estamos precisando aqui de entendimento. E esse discurso de divisão entre nós e eles é muito ruim, é muito danoso. Os estereótipos e as palavras de ordem não contribuem para o que todos nós queremos e, eu não tenho dúvida, que V. Exa. também quer: que o país seja um país que entenda e tolere as diferenças necessárias e naturais que a democracia liberal recepciona.

Evidentemente, os excessos têm que ser combatidos dentro da lei. Evidentemente, para todos aqueles que ultrapassam o limite da lei e da Constituição, existe a Justiça, que é inerte ou deve ser inerte e tem que ser provocada pelos ofendidos, ou pelo Ministério Público, ou até pela Defensoria para que, eventualmente, em função da lei, se posicione.

No mais, quero dizer a V. Exa. que nós estamos aqui para ouvi-lo. Esse debate é necessário, e eu volto a instar que V. Exa., em relação a esses conceitos ideológicos, no exercício do mandato que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente terá, tenha mais cuidado, porque nós estamos precisando que V. Exa. seja, ao lado de outras autoridades do país, um pacificador e não alguém que claramente tem um lado ideológico e contradita o outro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Omar... Presidente Omar, nós estamos numa sessão de sabatina de autoridade. Por gentileza, eu queria convidar V. Exa. a tomar assento e participar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Levou uma bronca, hein?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Dr. Leonardo, eu ia pedir para o senhor sorrir um pouco. O senhor está tão tenso, e quem conhece o senhor sabe que o senhor é muito simpático, o senhor sorri muito. O senhor é um jovem muito simpático.

Por falar em jovem, Dr. Leonardo, independentemente do resultado deste Plenário ou do plenário lá, nós já tivemos um candidato defensor jovem que passou por aí, passou pelo Plenário, e não foi aceito. Eu queria, naquela tarde, ter feito um recado para ele de que não tinha nada a ver com ele, que ele não ter passado ali era por toda uma questão mais delicada, mais de visão mesmo, de visão ideológica. Os Senadores estavam muito preocupados com as visões dele, como agora o Senador Marinho colocou. E queria mandar um recado para o Igor: que ele não desanime, ele é um grande jurista, é um grande defensor. Eu sei que é um momento muito ruim. E, se acontecer com o senhor, não desanime, continue a sua carreira, continue. Isso aqui é só um processo. Isso faz parte da história de quem tem coragem de se expor, como o senhor teve. O senhor foi o terceiro colocado numa votação. O primeiro, o Presidente da República não escolheu, em momento algum, mandar para cá; mandou o segundo, que não foi aprovado; mandou o terceiro, mas isso não o desqualifica: ser o terceiro colocado.

Doutor, eu tenho muito respeito pela instituição e entendo que este ano foi um ano muito ruim para a instituição. Eu não consigo entender como é que está, assim, o moral da tropa, de todo mundo lá dentro. Um ano sem a definição do seu Defensor-Geral! Isso, lá na ponta, tem implicações? Mas a gente quer reconhecer aqui, Dr. Leonardo, o papel da Defensoria, o papel de vocês. Vocês estão lá na ponta fazendo a garantia de direitos. E quero aproveitar para mandar um abraço para todos os defensores do país. Eu tive boa relação com todos eles enquanto Ministra dos Direitos Humanos. Eu sei que vocês estão lá, às vezes, sem condição, sem estrutura, às vezes, doentes, longe da família, vão para a ponta, ficam dias em lugares distantes. Então, eu preciso fazer aqui um reconhecimento. Meu louvor a todo defensor público federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Senador Marinho trouxe aqui também nos preocupa, Dr. Leonardo. Existe um certo ativismo dentro da Defensoria, existem correntes lá dentro, a gente sabe disso. Por exemplo, agora, no ano de 2023, nós fomos surpreendidos com matéria de que defensores que se posicionaram em defesa do nascituro estavam sendo perseguidos dentro da instituição. Então, em pautas mais conservadoras, quando um defensor se diz mais conservador, parece que existe um movimento interno mais pró-pautas mais liberais, pautas mais de esquerda. E esse cuidado que o Senador Marinho trouxe aqui eu preciso reforçar. Vocês são garantidores de direitos lá na ponta, vocês são a esperança de milhões de pessoas com acesso à Justiça, mas eu me preocupo às vezes com o ativismo muito ideológico da instituição. Queria lhe ouvir sobre isso. Nós sabemos que tem um grupo de defensores lá dentro pró-vida, um movimento pró-vida, em defesa daquela mulher que não quer abortar. Então, a minha preocupação é: o ativismo ideológico da instituição como o senhor vai conduzir?

E, segundo, Dr. Leonardo, a Defensoria itinerante. A gente precisa reforçar o projeto da Defensoria itinerante, inclusive num diálogo muito próximo com o Congresso. Nós vamos precisar de dinheiro. *Van* de Direitos precisa chegar a todos os lugares. Então, aprovando o seu nome, já vir imediatamente fazer essa conversa com o Congresso para mais estrutura para a Defensoria.

Eu fico aqui à disposição. Se o seu nome passar, desejo que Deus o abençoe, Deus lhe dê estratégia para resgatar, neste momento, a harmonia dentro da instituição por esse momento ruim que foi este ano para a instituição. Que Deus o abençoe! E eu queria saber como é que você vai conduzir essas correntes ideológicas dentro da Defensoria. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foram feitas as arguições pelo Senador Rogerio Marinho e pela Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra ao Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Agradeço imensamente o tema, a abordagem do Senador Rogerio Marinho, de fato é uma preocupação interessante que foi trazida, mas quero deixar registrado aqui que o Leonardo acadêmico de direito é um; o Leonardo Defensor-Geral é o Leonardo que vai zelar pelo cumprimento da Constituição, pelo cumprimento das leis do nosso país.

A Defensoria Pública tem por uma missão constitucional prestar assistência jurídica integral à população. Esse é um desafio grande. Nós temos aí pessoas que estão na fila do INSS aguardando para concessão de benefício, pessoas que aguardam leito de hospital, medicamentos, pessoas que são acusadas injustamente de processos criminais. Essas pessoas têm que ser priorizadas. Esse atendimento tem que ser priorizado. A Defensoria Pública tem por objetivo constitucional prestar assistência para pessoas em situação de vulnerabilidade. Então, o senhor pode ter, Senador Rogerio Marinho, o compromisso deste Defensor, em sendo aprovado por esta Casa, que eu vou ser o cumpridor da Constituição e o cumpridor da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo que os poderes constituídos, a Constituição estabelece regras muito específicas e precisamos garantir segurança jurídica. E a intenção da Defensoria Pública e deste Defensor Público é a pacificação. Acredito que nós chegamos a um momento em que desafios e temas importantes para a população brasileira, que passam por esta Casa e pelo Congresso Nacional, nós estamos aqui para amparar, para colaborar. Então, o senhor tem todo o meu compromisso público de que vai ter neste Defensor um cumpridor da Constituição, um cumpridor da lei. O Leonardo acadêmico de direito não se confunde e não se confundirá com o Leonardo Defensor-Geral.

Em relação à pergunta trazida pela Senadora Damares. Agradeço imensamente as palavras da Senadora. A Senadora é uma parceira de longa data da Defensoria Pública da União, inclusive na época em que a Senadora era a nossa Ministra de Direitos Humanos. Entendo, Senadora, a preocupação. Entendo que a Defensoria Pública tem que garantir segurança jurídica, garantir a coexistência de pensamentos dentro da instituição e, acima de tudo, cumprir a Constituição e cumprir as leis do nosso país.

É importante a senhora dizer sobre *Van* de Direitos. Eu falei aqui no meu discurso. Era exatamente isso. Precisamos de uma Defensoria Pública valorizada, uma Defensoria Pública forte. Precisamos de mais defensores públicos e defensoras públicas federais, para que a gente possa, com a estrutura que outras funções essenciais à Justiça têm, que a gente possa cumprir a Constituição e dar acesso a direitos à população carente. Nós temos temas muito importantes, como a questão relacionada à violência contra a mulher, contra as crianças, a questão das pessoas idosas, que demandam benefícios previdenciários e estão no aguardo da fila. Isso é importantíssimo. Estou seguro de que vamos contar e de que poderemos seguir contando com o apoio desta Casa, do Congresso Nacional, que é o destinatário final do orçamento, para sensibilizar e fortalecer e estruturar a Defensoria Pública.

Agradeço imensamente, Senadora Damares, as palavras da senhora em relação à Defensoria Pública. De fato, é um momento em que a gente quer levar adiante a Defensoria, seguir adiante com a nossa função constitucional e espero poder honrar aqui a confiança dos nossos Senadores e das nossas Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero fazer um registro, Dr. Leonardo. Nós não temos mais Senadores inscritos para a arguição de V. Sa. Vamos aguardar a Senadora Ana Paula, que acaba de chegar, que vai exercer o direito de voto. Quero fazer um registro à Senadora Damares e ao Senador Rogerio Marinho. Foram ponderações e reflexões que, de fato, são importantes de serem feitas neste contexto desta Comissão.

Registro a reflexão de V. Exa. e registro, Líder Rogerio Marinho, a tranquilidade do Dr. Leonardo. Importante que nós estamos aqui percebendo que, na arguição do indicado, ele, com toda tranquilidade, se compromete publicamente com essa agenda institucional da defesa do papel que é o eixo de criação da Defensoria Pública da União, sem viés ideológico, sem viés partidário, publicamente se posiciona como servidor público brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero exaltar, acho que nunca fiz isso aqui na arguição de um defensor, a tranquilidade de V. Sa. V. Sa. foi indicado para um órgão, para uma instituição deste país, num momento de muita divisão da Defensoria e também do Governo, porque nós tivemos uma indicação de um defensor feita ainda no final do Governo do ex-Presidente Bolsonaro, não tivemos a deliberação dessa indicação. Nós tivemos a indicação de um outro nome que veio para esta Casa e que, democraticamente, dentro da história e da estratégia do Senado da República, com votos de Senadores, foi rejeitada a indicação. E eu percebo que V. Sa. está com toda a tranquilidade do mundo para cumprir as suas obrigações.

Então, eu tenho certeza de que as manifestações do Líder Rogerio Marinho e da Senadora Damares passam esse sentimento do Senado Federal. Qual é o papel que nós queremos da Defensoria Pública da União? A proteção daqueles que não têm acesso às questões jurisdicionais no Brasil. E eu percebo que essas ponderações foram respondidas e V. Exa. não se esquivou, não desviou e respondeu frontalmente às questões. Eu quero parabenizá-lo. Esse é o papel de uma pessoa que é indicada, que é sabatinada para exercer um importante e relevante cargo no Brasil.

Nos dias de hoje, as coisas estão muito difíceis, Dr. Leonardo. Essa divisão do Brasil, que a gente continua vivendo todos os dias, está nas famílias brasileiras, está na sociedade brasileira, está nas instituições brasileiras. Não é isso! Não cabe às instituições brasileiras terem um lado político, partidário e ideológico.

Então, eu estou fazendo essa fala, enquanto Presidente desta Comissão, mas também enquanto cidadão brasileiro, enquanto Senador da República, porque nós precisamos buscar o equilíbrio das instituições, buscar a harmonia e a independência entre os Poderes, relevar e compreender que nós não precisamos que todos nós pensemos iguais. A opinião tem que ser respeitada. Mesmo que seja contrariando a opinião do outro, nós temos que respeitar, não podemos agredir as pessoas, não podemos ofender as pessoas. Nós precisamos, legitimamente – aqueles que foram outorgados pelo voto livre e soberano para estar no Senado da República e no Congresso Nacional –, entender e compreender a posição do outro, Presidente Mourão. V. Exa. foi Vice-Presidente deste país e hoje foi eleito Senador da República. V. Exa. tem qualificações extraordinárias para exercer esse mandato de Senador. A Senadora Damares foi Ministra deste país. O Líder Rogerio Marinho foi Ministro deste país, foi Deputado Federal e hoje é Senador da República. Nós todos estamos aqui com as nossas obrigações e nós temos que entender as posições mesmo que sejam contrárias. Nós temos que compreender, entender e buscar o caminho da convergência. Nós precisamos parar, a todo instante, de estar exaltando as nossas divergências, Líder Weverton, Líder Kajuru.

Nós não precisamos pensar de forma igual, mas essa sabatina de hoje... E eu faço essa fala com muita tranquilidade enquanto Senador da República. Eu tenho a legitimidade de falar como cidadão brasileiro. E, na condição de Presidente da CCJ e ex-Presidente da Casa, eu sei o que é ter o poder de decisão: é uma linha tênue, porque, a todo instante, você agrada e desagrada, agrada e desagrada, mas é natural que seja assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero, Senador Weverton, Senador Kajuru, Senador Damares, Senador Mourão, Senador Rogerio Marinho, todos estão aqui e que participaram desta reunião hoje, fazer essa fala, uma fala tranquila, e dizer e reconhecer a tranquilidade de V. Sa. aqui. V. Sa. está sendo sabatinado para cumprir uma missão institucional. Cumpra o que V. Exa. fez quando jurou, quando passou no concurso. V. Exa. fez compromissos. Seja um Defensor Público da União e dos brasileiros que mais precisam, cada um cumprindo seu papel, cada um cumprindo suas obrigações, e a gente tentando avançar, cada vez mais, por um ponto de equilíbrio, de diálogo e de entendimento. E as ponderações todas feitas aqui foram nesse sentido.

Eu queria fazer essa fala institucional enquanto Senador da República e dizer que todos estão dando parcela de contribuição para o Congresso, Senadora Damares. Todos estão ajudando a melhorar o Brasil, a melhorar a vida dos brasileiros, a diminuir as desigualdades sociais, a enfrentar desigualdades regionais. Esse é o nosso papel. E cabe o papel, assegurado na Constituição, da Defensoria Pública da União.

Então, depois de tanta... Como eu posso dizer? Não vou dizer de tanta crise nessas indicações da DPU, mas de tantos atropelos, digamos assim – vamos falar desta maneira –, de termos um servidor público rejeitado no Plenário do Senado Federal – e não vou dizer se está certo rejeitar ou se não está certo rejeitar; é o papel constitucional de cada Senador que foi lá e votou "sim", votou "não" ou se absteve; está tudo certo, a vida é assim –, que V. Sa., a partir dessa sabatina, Líder Kajuru, possa ser um Defensor Público de todos os brasileiros. Esse é o meu desejo. Eu votei "sim" a V. Exa. ali. Vou votar "sim" a V. Exa. no Plenário. Fiz um esforço extraordinário para que V. Exa. estivesse sendo sabatinado aqui hoje, porque acho que nós não poderíamos deixar mais três ou quatro ou cinco meses esse órgão importante sem um norte, sem uma direção, sem uma condução. E, para isso, essa minha fala aqui hoje, uma fala que serve a todos os que estão aqui, a todos os convidados, a todos que estão nos acompanhando, uma fala de ponderação, de equilíbrio, de tranquilidade, sem ofensas, sem agressões, apenas cada um cumprindo o seu papel e cada um fazendo a sua obrigação, e a gente buscar, seja na Defensoria, seja no Senado, o equilíbrio.

Uma vez – para concluir – um senhor com muita idade me disse assim: "Davi, quando tiver muita confusão de um lado e do outro, faça o certo". Então, eu peço para V. Sa., se for aprovado nesta Comissão, se for aprovado no Plenário, que faça o certo, faça aquilo a que V. Sa. se comprometeu enquanto servidor público e, agora, no honroso cargo, se for aprovado, de Defensor Público da União, cuide dos brasileiros que mais precisam.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, Presidente, antes, eu tenho verdadeiro ódio ao voto secreto, então quero declarar que o meu voto também foi "sim", evidentemente.

Mas eu quero me referir, resumidamente, à sua fala e, como sempre, entre suas maiores qualidades, eu classifico o seu equilíbrio – eu não tenho inveja dele, mas tenho o prazer de conviver com esse ponto fundamental no seu caráter, Presidente Davi Alcolumbre. E, nas suas belíssimas palavras, eu as resumo em uma frase que aprendi com o Vinicius de Moraes, no restaurante Fiorentina, no Rio de Janeiro – estava comigo o meu padrinho Ivan Lins –: "Brigam as ideias e nunca os homens".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru, pelo carinho e pelas palavras de V. Exa.

Dr. Leonardo, eu vou consultar...

Senador, V. Exa. já votou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Zequinha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Zequinha é coordenador-geral da frente de resistência, foi nomeado. (*Risos.*)

Eu vou consultar os Senadores e as Senadoras.

Nós estamos com um quórum de 19 Senadores que votaram.

E novamente eu quero agradecer a presença, porque, repito o que falei ainda há pouco, esta semana era uma semana de reuniões semipresenciais, mas, para arguição e para deliberação de autoridades, nós precisamos da presença física do Senador no plenário. Mas eu percebo que, mesmo nós não atingindo o quórum de 27 Senadores que votaram na reunião de hoje... O quórum mínimo para abrir o painel é de 14 Senadores. Eu percebo que, diante de todas as falas aqui, a gente pode ter a tranquilidade de que nós vamos, de fato, ter um resultado que é o resultado da maioria desta Comissão. Então, enquanto Presidente desta Comissão, eu agradeço a presença. Fizemos um esforço para atingir o quórum. Não vamos conseguir a totalidade dos membros, mas eu preciso encerrar esta reunião, Presidente Mourão, para a gente passar para a segunda etapa da reunião da Comissão, depois dos meus agradecimentos novamente pela presença e possibilidade de avançarmos mais uma etapa na deliberação da indicação para a Defensoria Pública da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento todos os Defensores que estão aqui acompanhando, todos os assessores que estão acompanhando o Dr. Leonardo e que estão sempre presentes aqui, e também agradeço o apoio incondicional da nossa assessoria e da Consultoria do Senado Federal, que também são servidores públicos que ajudam a cada Senador exercer seu mandato em nome do povo brasileiro.

Portanto, diante dessa minha fala, eu vou encerrar essa votação.

Está encerrada a votação.

Vou pedir à Secretaria da Mesa, da Comissão, que divulgue o resultado da votação no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 19 senadores; NÃO nenhum senador.

O total de todos os Senadores que votaram... V. Exa. foi aprovado nesta Comissão por unanimidade. (*Palmas.*)

Queria cumprimentar o Dr. Leonardo...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero dizer à V. Sa. que está aprovado nesta Comissão.

A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado Federal.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu peço que V. Exa. delibere para encaminhar com urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência, apresentado pelo Senador Weverton.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência regimental.

A matéria vai à Mesa do Senado Federal.

Eu vou suspender apenas para o Dr. Leonardo... E para nós iniciarmos a segunda parte.

Está suspensa por dois minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Passamos agora para a segunda parte da reunião da Comissão de Constituição de Justiça, após a arguição, a deliberação e a votação do indicado para Defensoria Pública da União.

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

A leitura do relatório, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado, foi feita na reunião passada e concedida regimentalmente, de ofício, vista coletiva.

Perdão! Vou conceder a palavra ao Senador Weverton para proferir o seu relatório.

Foi da DPU que nós fizemos na reunião passada.

É que o Dr. Leonardo conseguiu 19 votos. Uma loucura isso! (*Risos.*)

Fiquei até nervoso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já entendi. É melhor não explicar! É melhor não explicar! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Não vai precisar explicar, mas já está absorvida a estratégia.

Sr. Presidente, colegas Senadores, imprensa, cumprimento aqui todos e registro a presença do Prefeito de Tuntum, Fernando Pessoa, lá do Maranhão, que está aqui conosco, e também do Prefeito Junior do Posto, de Itaipava do Grajaú.

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Mensagem 88, de 2023, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senador Flávio Dino de Castro e Costa para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Vem à análise desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Mensagem nº 88, de 2023, por meio da qual o Excelentíssimo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, submete ao Senado Federal a indicação de Flávio Dino de Castro e Costa para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Weber.

A mensagem foi recebida no Senado Federal no último dia 27.

Foram apresentados todos os documentos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que acompanham a indicação.

Para fins de contextualização, registro que o *caput* do art. 101 da Constituição Federal dispõe que o "Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco [anos] e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada", sendo certo que os "Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal".

Sobre o currículo do indicado, suas principais atribuições são conhecidas de todos nós, mas podemos destacar, resumidamente, o que se segue.

Flávio Dino graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (nossa querida UFMA), em 1990, apresentando trabalho de conclusão de curso sobre o direito de greve. Em 2001, tornou-se mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, com dissertação intitulada "Autogoverno e Controle do Judiciário no Brasil: uma...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça", defendida e aprovada sobre o tema do controle do Poder Judiciário no Brasil.

Entre 1994 e 2002, foi Professor Auxiliar da UFMA, tendo lecionado na Graduação em Direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... as disciplinas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Entre 2000 e 2002, foi Secretário-Executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal.

Em 2005, foi designado Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça.

Entre 2002 e 2006, foi cedido pela UFMA à Universidade de Brasília (UnB), onde ministrou na Graduação em Direito as disciplinas de Direito Administrativo e de Práticas e Atualidades do Direito.

Em 1994, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para a magistratura federal, tendo exercido o cargo de Juiz Federal, vinculado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Entre 2000 e 2002, foi Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Permaneceu no Judiciário até o ano de 2006, quando pediu exoneração a fim de candidatar-se ao cargo de Deputado Federal – ou seja, saiu da magistratura pela porta da frente e, de forma leal, para legitimamente disputar um mandato eletivo. Eleito Deputado, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2010, e após isso, entre 2011 e 2014, foi Presidente da Empresa Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

No ano de 2014, foi eleito Governador do Estado do Maranhão, tendo sido reeleito em 2018, em primeiro turno, com quase 60% dos votos válidos. Em 2022, desincompatibilizou-se para concorrer ao cargo no Senado Federal, oportunidade em que foi eleito com mais de 62% dos votos válidos na única vaga em disputa.

No início deste ano, foi escolhido pelo Presidente Lula para exercer o honroso cargo de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, tendo logo de início enfrentado com o rigor, a segurança e a firmeza necessários os traumáticos eventos do dia 8 de janeiro.

Em toda sua vida acadêmica e política foi autor de diversos artigos científicos em revistas jurídicas, além de publicações e organização de livros na área do Direito Constitucional.

Em suma: trata-se de uma figura reconhecida e admirada nos mundos jurídico e político. Ex-Professor de duas universidades federais (UFMA e UnB), mestre em Direito, ex-Juiz, Senador da República, Ministro de Estado, ex-Governador, ex-Deputado Federal, alguém que teve experiências exitosas no exercício de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funções dos três Poderes da República. Aqui eu abro aspas: "É, em vida, o único que esteve nos três Poderes da República". Eu digo o único porque no Executivo, de forma eleita, porque, além de Ministro da Justiça, foi eleito duas vezes Governador do Maranhão.

Como o próprio indicado registra em sua argumentação escrita, na qual expõe o preenchimento dos requisitos de indicação ao cargo (exigência do art. 383 do RISF), Flávio Dino nunca se afastou do mundo jurídico, tendo inclusive, quando Deputado Federal, apresentado diversos projetos de lei que se transformaram em normas jurídicas, dentre os quais podemos destacar as leis que regulamentaram a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.

Autor e coautor de diversos livros e artigos, palestrante e conferencista reconhecido internacionalmente; profundo entendedor da aplicação, da formulação, da aprovação e da interpretação das leis; ex-Juiz, ex-Governador, ex-Deputado e Senador da República, o indicado possui invejável currículo que é, repito, de todos nós conhecido.

Com essas informações, Sr. Presidente, entendo que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Flávio Dino de Castro e Costa para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Eu aprovo sem olhar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não precisava nem ler...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Colocamos em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir o relatório.

Esta Presidência concede vista coletiva automática, de ofício, ficando para a futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 2... (*Pausa.*)

Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 2 da pauta...

Eu estava impressionado com a postura do Relator Weverton. Viu os óculos novos, não?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, no meu relatório, eu me esqueci apenas de desejar publicamente um feliz aniversário ao nosso querido Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, uma salva de palmas, então. (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Eduardo Braga...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Presidente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... quero lhe desejar muita saúde. Ele vai convidar todo mundo para o almoço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Omar... Concedo a palavra ao Senador Omar, como amazônida, para fazer os cumprimentos em nome da Comissão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Não, não. Deixe-me dizer aqui. É porque vocês sabem as três coincidências que existem.

No dia em que a Bruna nasceu, a segunda filha do Eduardo, nós estávamos no hospital. Nós saímos do aniversário dele na casa dele, fomos direto para o hospital e a Bruna nasceu no dia 6, mesmo dia de aniversário. E eu tenho uma filha que hoje faz 15 anos e que nasceu no dia 6 também. (*Palmas.*)

A Johara é o grande amor da minha vida; lógico que eu gosto de todos os meus filhos, mas ela é a caçula e a mais carinhosa de todos, porque a mulher é muito mais carinhosa com o pai do que os filhos, os homens.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quando o pai é velho, depende também, tem que cuidar bem, para depois ela cuidar da gente lá na frente, você está me entendendo? Vai cuidar da gente.

Mas existem três coincidências aí, com o nascimento da Bruna, que também faz aniversário. E eu quero parabenizar o Eduardo e a filha dele, a Bruna, que é médica – uma boa médica, pode ter certeza – e que hoje também faz aniversário. Então, parabéns triplo para todo mundo. O Eduardo teve a felicidade de a filha dele nascer no mesmo dia dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria aproveitar para agradecer as palavras do Senador Weverton e registrar, Senador Eduardo Braga, também os nossos cumprimentos, o nosso carinho. Nós reconhecemos a grande liderança política de V. Exa. Hoje V. Exa. completa mais um aniversário com a nossa convivência. Quero desejar muita saúde, que Deus o abençoe e o proteja. De fato, quero reconhecer a liderança de V. Exa. em nome da Amazônia brasileira, em nome do Norte; como um Parlamentar da Amazônia e do Norte, também quero registrar a liderança de V. Exa. na defesa da Amazônia, na defesa do Amazonas e na defesa do Brasil. Parabéns. Que V. Exa. tenha muitos anos de vida, que Deus lhe dê muita saúde para que V. Exa. continue convivendo conosco aqui e ajudando o Brasil. E a coincidência, não é? A filha... Quer dizer, então, que faz aniversário no mesmo dia em que ela nasceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A segunda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A Bruna.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Bruna. Que coincidência, o aniversário no dia de nascimento. Que coisa bacana. Parabéns. Parabéns para a herdeira.

Item 2 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso lll, alínea "e", e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

O Relator da matéria é o Líder Senador Jaques Wagner. Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Cumprimento todas as colegas e os colegas Senadores.

Eu me somo ao Senador Omar, ao tempo que parabenizo ele próprio pela sua filha e o nosso querido Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

Eu me somo ao Senador Omar, ao tempo em que parabenizo ele próprio pela sua filha e o nosso querido Senador Eduardo Braga, Líder do MDB. Quero parabenizá-lo pelo aniversário, pela trajetória política e pelo trabalho feito aqui em vários momentos. Destaco o último, da reforma tributária, superando, inclusive, um acidente que teve no joelho. Pelo menos no aniversário já pode dançar, porque, pelo que eu vi, o joelho já ficou inteiro. Então, meus parabéns sinceros. Deus lhe dê vida longa e luz para outras jornadas!

Por intermédio da Mensagem nº 89, de 2023, e nos termos dos arts. 52 e 128 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras.

O art. 128 da Constituição Federal estabelece que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Por sua vez, o art. 52, igualmente da Lei Maior, atribui a esta Casa competência privativa para aprovar, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha do chefe do *parquet*. Já o art. 101 do Regimento Interno deste Senado Federal, de sua parte confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

Passando a resumir o currículo do Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco, cumpre anotar que nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1961, tendo se tornado Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), em 1981; posteriormente, alcançou o mestrado em Direito pela Universidade de Essex, no Reino Unido, em 1990. E no ano de 2008 obteve o título de Doutor em Direito, pela UnB.

O ilustre indicado foi classificado em primeiro lugar no concurso para o cargo de Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, realizado no ano de 1986 e também classificado em primeiro lugar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concurso nacional para o cargo de Procurador da República realizado em 1987, tendo optado pela carreira do Ministério Público Federal.

No que diz respeito às suas atividades em cargos e funções públicas, cumpre registrar que o Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco foi assessor do Ministro Francisco Rezek, do Supremo Tribunal Federal, de 1983 a 1987; Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (1992-1993); e Conselheiro Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União.

Promovido a Subprocurador-Geral da República por merecimento, em 2012, foi designado para atuar em processos do STF. No âmbito do Ministério Público, exerceu também a função de Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União (2020-2021), tendo sido ainda Vice-Procurador-Geral Eleitoral, de julho de 2021 a setembro deste ano de 2023 e Procurador-Geral Eleitoral interino, de 27 de setembro de 2023 até o momento atual.

Ao longo de sua carreira tem, ademais, participado de bancas de concursos públicos, para o preenchimento de cargos no Poder Judiciário, no Ministério Público da União, inclusive para o cargo de Procurador da República e para o cargo de Procurador do Trabalho, também para o preenchimento de cargos no Ministério Público estadual, na diplomacia e para cargos superiores da administração pública federal.

O ilustre indicado também exerce a docência, tendo sido professor de direito em diversas instituições, desde 1987, sendo atualmente Professor de Direito Constitucional na graduação, no mestrado e no doutorado do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

O indicado é também advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, com exercício ativo desde 1994, conforme lhe faculta o art. 29, §3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo requerido suspensão do registro no último dia 28 de novembro de 2023.

Devemos ainda anotar que o Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco é autor de diversas obras publicadas, das quais destacamos os livros *Curso de Direito Constitucional*, em coautoria com o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, contemplado com o Prêmio Jabuti na categoria de livros jurídicos, estando já na sua 18ª edição pela Editora Saraiva, em 2023; e *Juízo de Ponderação na Jurisdição Constitucional,* também pela Editora Saraiva, 2009.

O nobre Subprocurador-Geral da República ora indicado à Chefia do Ministério Público da União tem também participado da organização de livros em parceria com outros ilustres autores, de que destacamos *Eleições e Democracia na Era Digital,* publicado pela Editora Almedina, 2022; *XX Congresso Internacional de Direito Constitucional do IDP: "sistema de governo, governança e governabilidade"*, IDP, 2018; *III Seminário internacional de direito administrativo e administração pública: gestão pública – inovações, eficiência e cooperação no âmbito da administração pública*, IDP, 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente tem publicado diversos artigos em revistas especializadas, no Brasil e no exterior e diversos capítulos sobre temas importantes em obras coletivas, de que destacamos "Responsabilidade civil do Estado e pandemia da Covid-19", *in Impactos da Pandemia da Covid-19 nas Estruturas do Direito Público*, Editora Almedina, 2022; e "O Impacto político e institucional da globalização nos Estados e nas organizações internacionais", *in Reforma do Estado Social no Contexto da Globalização*, FGV Projetos/IDP, 2019.

Cabe por fim registrar que, atendendo ao disposto no art. 383 deste Regimento Interno e do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o ilustre indicado apresentou as declarações e certidões requeridas, inclusive a argumentação escrita em que demonstra experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do elevado cargo para o qual foi indicado.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Sala desta Comissão, em 6 de dezembro de 2023. Segue assinado pelo Presidente Davi e por este Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Wagner.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir. Está encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, de ofício, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b", do Regimento Interno.

Item 3: turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2018.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 430, DE 2018

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir. Está encerrada a discussão.

Como não foram oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal).

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 4: turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 2.494, de 2019.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2494, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

O Relator do projeto é o Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Nesse sentido, coloco em discussão a matéria, fazendo novamente o esclarecimento de que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores que queiram discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Nesse sentido, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal).

Da mesma maneira, será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 6: Emenda nº 3 ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 2018

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Contrário à Emenda nº 3-PLEN.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

A autoria do projeto é da, então Deputada Federal, Professora Dorinha Seabra, hoje Senadora.

O autor da emenda é o Senador Carlos Viana.

O Relator da emenda é o Senador Efraim Filho, mas, nesse sentido, faço a designação do Senador Presidente Hamilton Mourão como Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ao Plenário que esta matéria foi apreciada também pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa matéria foi analisada na Comissão de Educação, primeiramente, no dia 25 de junho de 2019; depois, nesta Comissão, no dia 18 de outubro; e, posteriormente, foi ao Plenário, onde o Senador Carlos Viana apresentou a emenda, determinando que a capacitação profissional na respectiva área de atuação ocorresse, no mínimo, a cada cinco anos. Retorna, então, para a Comissão de Educação e Cultura, onde, no último dia 7 de novembro, essa emenda é rejeitada.

E agora passamos, então, à análise aqui na nossa Comissão.

Ao apreciar a proposição, esta Comissão se manifestou no sentido de sua aprovação, adotando a compreensão de que as diretrizes propostas encontram alinhamento com as necessidades mais prementes do país na direção da valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, pilar essencial da qualificação do processo de ensino e aprendizagem e da melhoria dos indicadores educacionais do país como um todo.

Conforme se depreende, a finalidade da Emenda nº 3-PLEN, do Senador Carlos Viana, é assegurar, a cada cinco anos, no mínimo, a capacitação dos referidos profissionais da educação nas respectivas áreas em que atuam.

Preliminarmente, cumpre-nos agradecer ao Senador Carlos Viana por sua contribuição cada vez mais qualificada e comprometida com o debate dos temas educacionais mais caros ao Brasil. Com efeito, no caso sob exame, a sua participação propositiva fortalece ainda mais a nossa convicção quanto à relevância e à oportunidade da matéria.

Contudo, no que tange ao teor da alteração proposta, nosso entendimento é de que a preocupação do Senador Carlos Viana já se encontra devidamente contemplada no art. 5º do PLC nº 88, de 2018.

Como se sabe, embora as secretarias de educação, de maneira geral, valorizem as diversas experiências formativas dos profissionais da educação, a prioridade das iniciativas institucionais de formação continuada já é a área de atuação desses profissionais. Isso não implica vedação à participação de profissionais que atuem em outras áreas, apenas proporciona foco às atividades de capacitação docente.

É de se registrar, ademais, que, por se tratar de formação continuada, compreende-se que se trata de uma formação de caráter permanente, como bem é designado o pertinente programa de duração plurianual a ser desenvolvido com esteio na lei que decorrer da aprovação do projeto. Nesse sentido, a estipulação do prazo quinquenal aventado na Emenda nº 3-PLEN se mostra desnecessária.

Ocorre-nos, ainda, que a eventual aprovação da emenda sugerida, ao criar, por via transversa, uma obrigação para o Poder Executivo, em diferentes esferas, poderia levar ao questionamento da medida por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suposta afronta da iniciativa à separação dos Poderes e ao pacto federativo. Em consequência, isso poderia ocasionar a judicialização da lei, o que, por sua vez, acabaria por frustrar, pelo menos por um bom termo, a finalidade alvitrada pelo projeto.

Por essas razões, Sr. Presidente, não recomendamos a aprovação da alteração advinda do Plenário.

E o voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 3-PLEN, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018.

Esse é o relatório, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Mourão. Agradeço, em nome também do Senador Efraim Filho e da Senadora Professora Dorinha, a aquiescência de V. Ex. para que pudéssemos dar prosseguimento à votação desta matéria e, por isso, fiz a designação de V. Ex. como Relator *ad hoc*.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 3-PLEN.

A matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2402, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Em 29/11/2023 a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

Autoria: Procuradoria-Geral da República. O Relator da matéria é nosso Vice-Presidente do Senado, Senador Veneziano Vital do Rêgo, favorável ao projeto.

Em 29 de novembro de 2023, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras e aos Senadores, nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, peço urgência nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Weverton, de urgência da matéria, ao Plenário do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência, a matéria vai imediatamente à Mesa do Senado Federal.

Gostaria de agradecer a presença de todos, Senadores e Senadoras, servidores e assessores, e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria agradecer ao Senador Weverton a presença da Prefeita de Timon, no Estado do Maranhão. Seja bem-vinda, Prefeita Dinair. Seja bem-vinda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Efraim Filho, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Camilo Santana, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Jaques Wagner, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Damares Alves, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 88, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição Federal, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 10 (dez) votos contrários. **Observação:** Aprovado o Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 89, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso lll, alínea "e", e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, nos termos do art. 52, inciso lll, alínea "e", e do art. 128, § 1º, da Constituição Federal, com 23 (vinte e três) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. **Observação:** Aprovado o Requerimento de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nº 1 e 2.

Esta Presidência esclarece às Senadoras e aos Senadores que a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor, e a outra dentro desta sala.

Item 1 da pauta, Mensagem nº...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, antes que V. Exa. faça a leitura, já existe sobre a mesa a questão de ordem apresentada, e peço vênia para fazer uma brevíssima apresentação dela – a questão de ordem apresentada, nos termos dos arts. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado, bem como do art. 52, III, alíneas "a" e "e", da Constituição Federal, a respeito da interpretação do art. 383, também do nosso Regimento Interno.

Com surpresa, Sr. Presidente, a sociedade civil e os colegas Senadores e Senadoras receberam a notícia de que a sabatina dos candidatos para os postos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Procurador-Geral da República seria realizada de forma conjunta. A realização da sabatina nesses termos para os cargos em questão é inequivocamente inédita. Não há dúvidas, contudo, de que a excepcionalização do rito de arguição deve ser objetivamente justificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: o que se pretende em termos de interesse público e de fidelidade ao texto constitucional ao se dispensar o fracionamento habitual das referidas arguições públicas? Os efeitos serão previsíveis, Sr. Presidente – já falamos sobre isso reservadamente. A sabatina de dois candidatos em uma única sessão desta Comissão, com respostas em bloco, implicará menor tempo para os Senadores e Senadoras formularem seus questionamentos, e os próprios indicados não disporão dos minutos necessários para oferecerem as respostas com a profundidade esperada.

Eu não vou alongar a leitura, embora seja apenas duas páginas, e vou sintetizar da seguinte forma, Presidente Davi Alcolumbre. Não há por que submeter esta Casa, esta Comissão e os indicados a um rebaixamento de uma sabatina malfeita, açodada. São homens com carreira pública notória, conhecida. A sociedade sabe a importância e a relevância que os cargos têm.

Então, peço de V. Exa. – e o diálogo vem acontecendo antes desse início de sessão – o acolhimento na forma como V. Exa. bem entender, mas que permita a escuta, a sabatina apartada dos Srs. Paulo Gonet e Flávio Dino.

É a questão de ordem apresentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Só para defender a posição do eminente Senador Alessandro, é evidente que nós estamos tratando aqui de um assunto, sem demérito para as outras autoridades que foram sabatinadas este ano, aqui nesta Casa, que tem uma importância fundamental. Nós estamos falando aqui do futuro Procurador-Geral da República e do futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, para nós é essencial, eu diria até fundamental, que nós tenhamos a possibilidade de ouvi-los de forma separada para que uma atuação não ofusque a do outro, dada, inclusive, a necessidade ou, eu diria até, a atenção que está sendo despertada – e vamos aqui falar de forma muito aberta – em relação à questão da indicação do STF.

Então, eu rogo ao ilustre Presidente, em função do bom trato nesta Casa, do resultado que todos queremos, da necessidade democrática de que nós possamos ter a oportunidade de ouvi-los, de inquiri-los, de sabatiná-los, de termos a réplica, a tréplica, retirarmos as nossas dúvidas, fazermos o nosso juízo de valor, que V. Exa. pondere sobre a possibilidade não só de fazermos em separado, mas eu faria um adendo, com a vênia do Senador Alessandro: que, por ocasião da sabatina, em vez de blocos, o que vai embutir perguntas as mais variadas e vai impedir que o sabatinado possa respondê-las na integralidade, que a sabatina se dê frente a frente. Então, que cada Senador que faça as suas perguntas tenha a oportunidade de ouvi-las do sabatinado, e, se for o caso, a réplica e até a tréplica, para que nós possamos fazer aqui o debate democrático que se espera que o Senado da República faça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – A gente conversou um pouco aqui, inclusive com o Líder do Governo – o Senador Alessandro, o Senador Weverton, o Bittar e eu aqui –, e essa questão está resolvida, a questão de não fazer em bloco a sabatina, e a gente então... porque realmente fazer em bloco não é sabatina, não é sabatina de fato, porque se perde pelo caminho, e o que é mais importante não é respondido.

Agora, eu acho que não fazer apartado será diminuir esta Comissão, diminuir o Senado.

São dois casos absolutamente importantes. A sociedade está focada na sabatina do candidato a Ministro do Supremo, e, ao mesmo tempo, ouvir e deixar à disposição para quem queira perguntar para o Procurador-Geral, que é algo absolutamente importante, porque o Ministério Público é o dono das ações, e como tem hoje no Brasil a importância, eu concordo com o Senador Alessandro: acho que deve se fazer apartado. Nós estamos aqui para trabalhar, não para nos preocuparmos se vai acabar às 4h da tarde, a gente vira a noite. São duas sabatinas absolutamente importantes.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, Senador Seif, o Senador Girão pediu a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, desejando um ótimo dia a todas as colegas Senadoras e aos colegas Senadores, eu queria, Senador, apelar ao senhor aqui pelo pedido muito justo feito, questão de ordem, pelo Senador Alessandro Vieira. Nós não podemos, absolutamente, num momento tão decisivo, eu diria até dramático para muitas pessoas – brasileiro está mobilizado, assistindo aqui a esta nossa sessão como uma final de Copa do Mundo, esse é o sentimento que a gente vê nas praças, nos mercados, nas ruas, tem até abaixo-assinado, um deles tem quase meio milhão de assinaturas, mobilizado com relação a esta sessão sobre essa indicação –, e nós temos duas autoridades que nós precisamos ouvir, precisamos questionar à exaustão aqui, durante esta sessão importante.

O Senado tem certas inovações, Presidente Davi Alcolumbre, que são positivas, mas essa inovação aqui, de supetão, que foi anunciada – eu nunca tinha visto acontecer isso, estou aqui há cinco anos, e alguns colegas me disseram que nem nas legislaturas anteriores não houve – é uma inovação antidemocrática, é uma inovação que não contribui para o esclarecimento das questões importantes que a nação quer saber.

Então, o Senado, Sr. Presidente, eu faço um apelo novamente ao senhor – o senhor eu tenho certeza de que vai deliberar de uma forma serena, ouvindo o Plenário –, porque nós não podemos nos curvar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse de quem quer que seja: do poder A, do poder B. Já tem uma coincidência aí grande, que a sociedade fala, que é do dia 13, que não apenas é o número do Partido dos Trabalhadores, mas também o aniversário do Ministro Alexandre de Moraes. Essas coincidências, não é? E a gente não pode se curvar a poder de quem quer que seja, nem de Executivo e nem de Judiciário.

Então, eu lhe faço esse apelo para que separe, nem que a gente vire a noite, fique outro dia aqui, mas nós estamos aqui para trabalhar, para servir ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Marcos está inscrito. Eu já vou passar em seguida para V. Exa.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu compreendo o esforço de V. Exa. no sentido de tentar otimizar os trabalhos da CCJ, e assim tem sido feito ao longo do tempo. Penso até que esta foi uma providência adotada por V. Exa. no período da pandemia. Nós começamos a trabalhar com esse formato de sabatina em bloco na pandemia, em razão das contingências que nós tínhamos naquele período e, naturalmente, com que todos nós concordamos em razão do quadro.

De lá para cá, isso acabou perdurando com as sabatinas de indicados aos conselhos nacionais e com outros cargos. Mas eu preciso, Sr. Presidente, neste momento, fazer um apelo também a V.Exa. – e sei do cuidado que tem V. Exa. no trato com seus colegas Senadores – e dizer que não se trata, neste caso, da sabatina de um candidato a ministro do Supremo e de um candidato a procurador-geral da República, de uma sabatina comum.

Veja, V. Exa., que nós temos hoje brasileiros de todos os cantos observando o Senado Federal e com expectativa quanto ao que nós vamos decidir no dia de hoje. Talvez nós não tenhamos registrado, em nenhum outro momento da história do Senado Federal, uma indicação que despertasse nos brasileiros tanto interesse quanto essa indicação em particular.

Isso por si só, Sr. Presidente, impõe a todos nós uma responsabilidade ainda maior. Então, adotar um formato que relativize o processo sabatinador, eu acho que não é o melhor caminho.

Nós temos, dentro do Regimento, a previsão de fala de dez minutos, resposta, réplica e tréplica. Esse é o mandamento regimental. O formato do bloco quebra esse modelo, dificulta o processo de questionamento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E fazer os dois ao mesmo tempo... São posturas totalmente diferentes, são perfis totalmente diferentes, e eu acho que não é conveniente.

O apelo que faço a V. Exa. é para que a gente faça de forma individualizada. Eu não penso que os dois terão o mesmo tipo de abordagem, porque são perfis diferentes. E nós teríamos condições de fazer as duas sabatinas, de esgotar o tema hoje e de levar para o Plenário uma sabatina que realmente engrandeça a CCJ.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Nós não vamos passar a manhã toda discutindo o requerimento. Os argumentos já foram apresentados.

Eu peço vênia a V. Exa. para dizer que decida, ponto final, e vamos aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só escutar os que estão inscritos já.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu peço vênia aqui aos colegas, mas não é nenhuma inovação que está sendo feita aqui na CCJ sobre a questão de sabatinas.

Gostaria de lembrá-los, inclusive, de que não foi também só no período da pandemia, antes já tivemos aqui sabatinas simultâneas – todas as sabatinas são importantes – e de indicação do Governo anterior. Basta lembrar que aqui nós tivemos... e de cargos importantes do CNJ, do CNMP, que são os conselhos que abrigam a Justiça brasileira, o CNJ, o Ministério Público, o CNMP. Tivemos aqui com Ministro do STJ, com Defensor Público da União, tivemos até dez sabatinados ao mesmo tempo.

Portanto, esta Casa está acostumada, inclusive, a deliberar assuntos importantes na pauta, não só da CCJ, mas do Plenário, Sr. Presidente – vários e de acordo com a sua pauta. Então, aqui nós temos essa capacidade de produzir. Nós temos condição de votar 12, 15, 20 assuntos em um dia só, como já fizemos várias vezes. Como é que não vai ter condição, de acordo com o Regimento, de se tirar qualquer tipo de dúvida dos sabatinados?

O que eu sugiro a V. Exa. é que o tempo regimental, caso algum Senador queira... Peço aqui ao Senador Jaques, também concordando com a opinião dele... Mas, se algum Senador quiser mais tempo para poder utilizar para o outro sabatinado, além dos seus dez minutos regimentais, tudo bem, é um acordo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento. Agora, dizer que não pode acontecer a sabatina simultaneamente, acredito que é apenas uma questão aqui de se protelar, de se querer atrasar ainda mais o encaminhamento desta sabatina. Eu opto, também, faço a defesa para que se mantenha a sabatina, no dia de hoje, simultânea dos dois indicados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia.

Hoje é um dia importante para o Brasil, para a democracia, são dois cargos de muita relevância.

Na última sabatina que nós tivemos dos três indicados do STJ, muitas perguntas não foram respondidas. E o histórico do Sr. Flávio Dino, toda vez que foi convidado enquanto Ministro da Justiça, foi ser seletivo em suas respostas e responder somente ao que lhe convinha. E infelizmente o que a imprensa está noticiando amplamente é que foi uma estratégia para proteger, logicamente, a principal sabatina do dia, que é do Sr. Flávio Dino. E eu não posso imaginar que o senhor, de forma nenhuma, vai dar essa impressão e dar esse carimbo para a imprensa brasileira, dizendo que nós estamos aqui, de alguma forma, protelando ou protegendo A ou B.

Então eu peço para o senhor, e faço votos com o Senador Alessandro Vieira, que a sabatina seja individualizada, respeitando a prerrogativa do Senado Federal de fazer suas perguntas para um cargo tão importante e um assunto tão polêmico hoje, que é a questão da separação dos Poderes e dos problemas que existem entre o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para contraditar.) – Presidente, onde se assenta a escolha de autoridades no nosso Regimento Interno? O nosso Regimento Interno assenta a escolha de autoridades logo no seu Capítulo II, no art. 383. Inclusive, faz remissão à Constituição da República, ao art. 52, incisos III e IV, quando o Senhor Presidente da República pode escolher autoridades encaminhadas ao Congresso Nacional com notório saber jurídico e reputação ilibada, ou seja, este artigo do Regimento Interno estabelece qual é o rito constitucional da escolha de autoridades por parte da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu convido os colegas a ler do art. 383, seguintes, até o final, até o Capítulo III, e que diga como deve ser a forma e o procedimento da sabatina. Isso não é dito, Sr. Presidente. Se não é dito, passa a ser o que se chama ato discricionário. Ato discricionário compete a quem? Ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, nós estamos falando de um procedimento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... que me parece que não é um procedimento... Foi dito aqui que era um procedimento inusitado, inovador, *sui generis*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Tem sido dito que é um procedimento inusitado, inovador, *sui generis*, um procedimento que não tem precedente.

Presidente, há duas semanas, há três semanas, estavam aí, junto com o senhor nessa mesa, três candidatos ao Superior Tribunal de Justiça, e esse questionamento não ocorreu. Presidente, ontem, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, teve a sabatina dos membros do Cade, e esse questionamento não ocorreu.

Por óbvio, não vamos fazer o escalonamento dos cargos da República. Este é um ato discricionário de V. Exa. Se V. Exa. assim entender, compreender que deve ser acatada a questão de ordem apresentada pelos demais colegas e, sobretudo, majoritariamente pelos colegas da oposição, a escolha é de V. Exa.; caso contrário, o ato, o rito deve ser seguido e conduzido por V. Exa.

No mais, Presidente, sobre a remissão da data de hoje escolhida, tem essas referências aleatórias que foram ditas, mas tem uma referência triste: 13 de dezembro de 1968 foi a data do Ato Institucional nº 5. Eu espero que a data de hoje, em especial, faça a remissão dos pecados pelo Ato nº 5, que usurpou a democracia brasileira naquele 13 de dezembro – péssima data – de 1968.

É essa contradita que apresento, Sr. Presidente e demais colegas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito brevemente, pela ordem, apenas para atender o pedido do meu colega Senador Randolfe.

O que dispõe o art. 383 com relação à inquisição de autoridades? De fato, ele dispõe:

> Art. 383. .....
> II – .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

f) para a inquirição do candidato, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para a resposta [e não existe palavra vazia no texto], imediata, do interpelado, facultadas a réplica e a tréplica, ambas, também imediatas, por cinco minutos.

.....".

Então, se compreende que isso deixa muito clara a inviabilidade de fazer... E, por conseguinte, só para deixar pontuado: são cargos absolutamente diversos. Não são dois ministros do Supremo, não são dois procuradores da República, como foram três ministros do STJ ou quatro do Cade, por favor.

Acho que o Governo, com todo o respeito, gasta energia com o foco errado. Imagino que o foco deva ser a aprovação dos nomes. Nesse tempo agora de uma hora que já gastamos, nós teríamos uma inquirição avançada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane Gama, última inscrita.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, eu não estou inscrito? Estou inscrito aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Na verdade, Presidente, eu queria só pedir que a gente seguisse os trabalhos, até porque os colegas já apresentaram muito bem. Não há nenhuma novidade no rito que V. Exa., assegurado pelo Regimento Interno do Congresso Nacional, estabelece. Nós temos, na verdade, que o art. 46 do Regimento Interno do Senado Federal deixa claro que é prerrogativa de V. Exa. a organização e a condução dos trabalhos desta Comissão, que não inova coisa nenhuma.

Nós tivemos três ministros do STJ aqui sentados a esta mesa de forma simultânea. Outros órgãos, como já foi colocado aqui, do Conselho Nacional do Ministério Público, do CNJ e também do STJ... Ou seja, o que nós precisamos aqui é levar adiante.

E há aqui uma imaginação das mais variadas possíveis em referência ao dia 13. Pelo amor de Deus, gente! Não vamos tergiversar, não vamos sair do foco. Vamos seguir aqui para aquilo que é principal que é exatamente a sabatina dos dois indicados de hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer um registro aqui para iniciarmos o contexto que nos trouxe até esta semana de deliberação no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Primeiro, quero fazer o registro de que esta reunião desta Comissão para sabatina de autoridades não foi convocada como ato unilateral desta Presidência, até porque todos nós sabemos que todas as sabatinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoridades e deliberação de autoridades precisam da presença física do Senador por conta do voto individual e secreto. Coube apenas a esta Presidência, dentro de uma orientação e uma determinação do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que convocou, antes da viagem internacional e chamou para uma semana de esforço concentrado para deliberação de autoridades no Senado Federal... Ou seja, nós estamos todos aqui avisados, há algum tempo, há alguns dias, da decisão institucional do Presidente do Senado de convocar uma semana específica para deliberação presencial, chamada esforço concentrado.

Cabe a esta Presidência, submetida à hierarquia da decisão do Presidente do Senado, enquanto Presidente da Comissão, já que a sabatina das autoridades que estão realizadas nesta Comissão é esta que nós estamos deliberando, e outras, como CNJ, CNMP, Defensoria Pública da União, e as outras Comissões, como por exemplo a CAE, o Cade, a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central, fazer as suas obrigações.

Nós estamos aqui hoje, na quarta-feira, numa reunião extraordinária. A reunião extraordinária foi convocada justamente para que nós pudéssemos dar o tempo adequado para que cada Senador e cada Senadora pudesse fazer a interpelação ao indicado, o chamado e a chamada sabatina de autoridades.

Primeiro, registro que regimentalmente não foi feita uma questão de ordem. Esta Presidência não está respondendo uma questão de ordem, esta Presidência está respondendo a uma ponderação, uma iniciativa de um Senador, apoiada por outros Senadores, e eu democraticamente tentei escutar o sentimento desses Senadores que apoiam essa tese ou essa iniciativa de que nós pudéssemos fazer a sabatina em duas reuniões específicas, uma para cada autoridade. Mas no Regimento da Comissão e do Senado Federal não está expressa a necessidade de nós individualizarmos as reuniões de sabatinas de autoridade, tanto que eu não vou citar os outros exemplos porque todos conhecem. Como não está expresso, a decisão que nós fizemos, que vem sido praticada corriqueiramente, é de nós formatarmos blocos de três Senadores para resposta, dentro do prazo regimental de dez minutos para pergunta, dez minutos para resposta, cinco minutos para réplica e cinco minutos para tréplica.

O que aconteceu? Em muitas das sabatinas de autoridades, da arguição de autoridades – e todos sabem disso – estão sendo feitas mais reflexões, ponderações, muitas das vezes de alguns fatos concretos, e não diretamente um questionamento, uma pergunta ao interpelado. Por isso, nós decidimos conjuntamente, num acordo de cavalheiros feito por todos, que nós faríamos aqueles tais blocos de três Senadores perguntando, para passar para o sabatinado responder. Mas eu concordo com a manifestação de V. Exas. no sentido de que nós temos que cumprir o Regimento. Nós vamos cumprir o Regimento, porque o Regimento não diz que nós temos que separar a sabatina, e a sabatina foi convocada – esta é a decisão desta Presidência – para arguição das duas mensagens que foram indicadas pelo Presidente da República.

E, diga-se de passagem, é uma boa observação. É a primeira vez na história do Brasil que há uma vaga no Supremo Tribunal Federal, aberta, e também há uma vaga aberta com o término do mandato da Procuradoria-Geral da República. Então, concretamente, nem eu e nenhum outro Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"pratrasmente", que passou por mim, poderia fazer uma sabatina de um Procurador da República com um Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque nunca na história nós tivemos uma mensagem encaminhando o membro do Ministério Público para o cargo de Procurador-Geral da República e uma vaga aberta decorrente do término no Supremo Tribunal Federal. E o Presidente da República, usando as suas atribuições constitucionais, encaminhou os dois nomes. E o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não convocou esforço concentrado de 12 a 17, de 17 a 23, de 24 a 30. Não tem. Nós só temos a semana do esforço concentrado convocada pelo Presidente Rodrigo Pacheco de 12 a 15. E nós temos uma mensagem que, pela primeira vez, chega de duas autoridades e nós temos por obrigação deliberar essas autoridades.

Também uma ponderação desta Presidência é que, quando se demora para deliberar ou para tramitar uma indicação de uma autoridade, a cobrança é feita em cima da Presidência: que não dá celeridade às indicações das autoridades. Eu vivi isso no Governo passado. Eu estava nesta Presidência, desta Comissão, quando muitos colegas Senadores nos cobraram a celeridade na indicação da vaga para o Supremo Tribunal Federal. E com que eu me comprometi com V. Exas.?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quatro meses e alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E com o que é que eu me comprometi com V. Exas.? Que nós iríamos, nesta nova missão delegada por V. Exas., tentar dar celeridade, um prazo razoável para que nós pudéssemos deliberar as autoridades. Eu, nada mais, nada menos, estou cumprindo a solicitação que foi-me feita no Governo passado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Você é bom. Você é bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu queria agradecer, porque V. Exas. me orientaram para que eu melhorasse. (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exa. tem uma questão de ordem apresentada por um Senador da República, eleito como V. Exa., fundamentada no Regimento. O senhor está dando a gambiarra da gambiarra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não vou politizar com V. Exa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não tem cabimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... porque eu respeito o mandato de V. Exa., como respeito todos os mandados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então respeite o mandato de todos. Bote em apreciação a questão de ordem. É o básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não cabe questão de ordem nesse termo de sabatina de autoridade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Qual o fundamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A decisão é do Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Qual o fundamento?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu estou explicando aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não. O senhor está tergiversando. O senhor está contando história.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não estou... Eu não sou sabatinado de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Se fosse, teria dez minutos para resposta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não tenho que fazer réplica nem tréplica. Então, deixe-me falar.

Para concluir, nós vamos concluir e iniciar a sabatina das autoridades. E, diante das demandas de vários Senadores, eu quero anunciar ao Plenário que esta Presidência vai adotar o rito regimental, para que não pairem dúvidas em relação aos procedimentos adotados por esta Presidência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Eduardo.

Então, nós vamos esquecer os blocos de três. Nós vamos fazer pergunta individualizada para cada um. E o Senador que estiver decidido a sabatinar o indicado para o cargo do Supremo vai usar os dez minutos dele para perguntar para o que é ao Supremo. O Senador que quiser perguntar ao que é para a Procuradoria-Geral da República vai usar os dez minutos dele para perguntar para o indicado a Procurador-Geral da República. E aquele que quiser perguntar para os dois vai ter cinco minutos para um, seis minutos para um e quatro minutos para outro. Essa é a decisão desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, só uma questão de encaminhamento dos trabalhos.

A decisão de V. Exa. certamente tem que ser respeitada, até porque, se houver alguma insatisfação, se recorre literalmente ao bispo, ou seja, vai ser *a posteriori* e a coisa já está consumada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas eu indago de V. Exa. o seguinte: duas situações me chamaram a atenção: a primeira, ao adentrar aqui no recinto, fui informado de que nós não teríamos a oportunidade de termos pelo menos um auxiliar do nosso gabinete para que pudesse nos dar o apoio, nos dar a condição técnica de respaldar o trabalho técnico que nós temos que fazer aqui. E eu quero dizer a V. Exa. que isso fere o equilíbrio desta sabatina.

Os eminentes sabatinados estão trazendo o seu estafe aqui. O Ministério Público tem cinco ou seis, o Ministério da Justiça tem cinco ou seis. Por que o Senador não pode ter um auxiliar seu aqui, dentro do recinto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixa-me aproveitar esta oportunidade.

Eu queria pedir desculpa aos nossos colegas Deputados Federais. Nós temos vários Deputados Federais aqui, presentes na reunião.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bem-vindos, e, regimentalmente, eles podem, mas eu estou sendo cobrado por Senadores que não têm assento na tribuna da Comissão, que são membros titulares. Inclusive, o Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal está numa cadeira...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só que eu estou sendo cobrado por outros Senadores.

Então, eu vou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai dar tudo certo, Magno. Só um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer a compreensão de V. Exas., de agradecer o carinho, de respeitarem a posição dos Senadores.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas, eminente Presidente, eu fiz uma ponderação. Eu queria saber de V. Exa. se há alguma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está autorizado, Senador Líder Rogerio Marinho...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pelo menos um.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É que toda reunião aqui, está autorizado que um assessor entre, assessore o Parlamentar e saia, porque, senão, nós vamos ter 54 assessores aqui. (*Risos.*)

E só tem 48 cadeiras.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas, Presidente, vai ser pior para nós, porque vai ficar um incessante ir e vir, vai tirar a atenção de todos nós.

Eu acho que seria mais prático, mais razoável, mais confortável que um assessor para cada Senador estivesse presente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu já estava até desaprendendo como era ser Oposição, mas essa tática de obstrução aqui já deu. Pelo amor de Deus, já são mais de dez!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E eu queria, inclusive, aproveitando aqui a fala do Senador Weverton, brilhante Relator, recorrer de sua decisão ao Plenário.

É possível V. Exa. cumprir o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Não houve decisão, porque não houve questão de ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Houve a questão de ordem do Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu falei, desde o começo, que não era questão de ordem.

Eu não vou conseguir colocar 54 pessoas aqui, Líder, me perdoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria um esclarecimento só do procedimento. Vai ter réplica e tréplica? Vai ser parte desse tempo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou seguir o Regimento, sem o acordo de cavalheiros, de três em três.

Deixa iniciar aqui, senão vai... Já teve sabatina que terminou 10h da noite. Está tudo tranquilo aqui. Eu só vou seguir o Regimento.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 06/12/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso lll, alínea "e", e do art. 128, §1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 06/12/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

Novamente, as votações das indicações serão obrigatoriamente presenciais.

Nesta presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação e de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Gostaria de convidar o Senador Jaques Wagner e o Senador Weverton para acompanhar os indicados à mesa desta Comissão. (*Pausa.*)

Querido Desembargador Ney Bello, seja bem-vindo. (*Pausa.*)

Para inquirição dos candidatos, cada...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, só uma pergunta, permita-me... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, pela ordem. Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Quando chegamos aqui hoje encontramos a Esplanada dos Ministérios completamente cercada. Ninguém está conseguindo chegar direito aqui, teve até alguma dificuldade. Só para uma informação: o que é que está acontecendo aqui? É a sabatina...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não sei o que está acontecendo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Vai acontecer... Calma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem um evento no Itamaraty. A assessoria está informando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não tem nada a ver com a sabatina. É um evento que vai...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Você imagine se a gente tivesse feito isso no 8 de janeiro. Não teria acontecido nada disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Parece que a mensagem da Abin chegou hoje e avisou que iria dar um...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos...

Para a inquirição dos candidatos, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Gostaria de fazer, rapidamente, alguns registros.

Estão presentes, nesta sabatina, Daniela Farias de Araújo Lima, esposa do Senador indicado para o Supremo Tribunal Federal; Sr. Pedro Henrique de Moura Gonet Branco, João Paulo de Moura Gonet Branco e José Victor de Moura Gonet Branco, filhos do indicado para a Procuradoria-Geral da República; a Sra. Procuradora-Geral Elizeta de Paiva Ramos, Procuradora-Geral da República; Sr. Procurador-Geral Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral da Justiça Militar; Desembargador José Cruz Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Sr. Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Sra. Ministra Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Sr. Alexandre Schneider, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Sr. Ubiratan Cazetta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Sra. Luciana Paula Conforti, Presidente da Anamatra; Juíza Patrícia Cerqueira, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Promotor de Justiça do Estado de Goiás e do CNMP; Augustino Lima Chaves, Juiz da Justiça Federal do Ceará; José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho (MPT); Desembargador Federal Roberto Veloso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Defensora Pública Rivana Barreto Ricarte de Oliveira, Presidente da Anadep; Nelson Alves, Presidente da Ajufe; e Caio Marinho, Diretor da Ajufe. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco para sua exposição. V. Exa. tem o tempo que achar conveniente.

Eu queria solicitar dos Senadores... Estamos iniciando... Só um minuto! Antes, eu queria pedir para os Deputados... O Senador Renan Calheiros está... O Senador Kajuru precisa de um assento, o Presidente Renan Calheiros... O Presidente Jader Barbalho já tem cadeira. A Senadora Zenaide já tem. O Senador Jayme Campos... Ali, Senador, por gentileza, temos algumas cadeiras ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não! Ali do lado do Presidente Renan, Jayme. Jayme, ali! Renan, cuide do Jayme aí.

Senadora Eliziane, não tem cadeira para V. Exa.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, espere aí!

Eu queria pedir aos Deputados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não, não.

Eu queria pedir aos Deputados: por gentileza, nós temos vários Senadores titulares desta Comissão presente que não têm assento e, por gentileza, eu gostaria de pedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria pedir atenção.

Senador Otto, Líder.

Eu queria pedir atenção, peço atenção aqui. Deixe-me pedir aos Deputados. Nós só temos 48 cadeiras e temos 54 Senadores entre titulares e suplentes nesta Comissão. Eu queria pedir desculpas aos Deputados e aos nossos convidados e solicitar que, quando um Senador chegasse ao recinto, nós pudéssemos acolhê-lo da melhor maneira possível. (*Pausa.*)

Senador Kajuru... Ah, está aqui.

Vou iniciar aqui.

Senador Hiran, tudo bom, Doutor?

Eu vou iniciar... Eu vou iniciar... (*Pausa.*)

Kajuru e Alessandro. (*Pausa.*)

Hiran, Eliziane...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria pedir atenção aqui, por gentileza, pois eu vou conceder a palavra ao Dr. Paulo Gonet para que ele possa fazer a sua exposição inicial. Peço a compreensão de V. Exas. para que nós pudéssemos acompanhar a arguição da autoridade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes – eu mando um cumprimento especial para a Procuradora-Geral da República, minha amiga Elizeta Ramos –, é uma especial honra poder estar perante V. Exas. para me submeter ao escrutínio da Alta Câmara, ao ensejo da minha indicação para o cargo de Procurador-Geral da República, efetuada pelo Senhor Presidente da República.

Nos últimos dias, procurei agendar visitas a todos os membros da Casa com o propósito de me apresentar pessoalmente antes mesmo da arguição no Plenário desta Comissão. A exiguidade do tempo desde a indicação associada às vicissitudes do calendário de atividades parlamentares não me permitiu satisfazer integralmente esse intuito. De toda sorte, espero poder expor a todos os pontos de interesse que possam ser suscitados a propósito da minha indicação.

Ser trazido à presença de V. Exas. como candidato a Procurador-Geral da República é motivo de sentimentos de responsabilidade e de regozijo. Toda a minha vida profissional foi marcada pela atividade jurídica, que se tornou minha paixão desde o ingresso na Universidade de Brasília, em 1979. Ser apresentado a V. Exas. como indicado ao cargo culminante do Ministério Público me propicia imensa satisfação pessoal e me anima com maior intensidade ainda ao grato desafio de conduzir o Ministério Público ao encontro cada vez mais próximo da sua vocação constitucional de função essencial à Justiça, de defender a ordem jurídica democrática e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme define o art. 127 da Constituição.

Como crédito para um juízo de confiança de V. Exas., tenho a apresentar 36 anos de integrante do Ministério Público Federal, juntamente com os quatro anos e meio como Assessor do Ministro Francisco Rezek no Supremo Tribunal Federal, cumpridos desde quatro meses depois da minha formatura em ciência jurídica. Somam-se, portanto, mais de quatro décadas de intensa atuação em atividades jurídicas.

Essa vida de dedicação aos afazeres do direito sempre significou para mim uma atividade apaixonante e absorvente. Sempre me pareceu gratificador por si mesmo o empenho na busca do justo e a dedicação à defesa dos interesses da dignidade da pessoa, especialmente por meio dos direitos fundamentais.

Devo compartilhar com V. Exas. outro fascínio que me guiou as energias e a vontade. Refiro-me ao entusiasmo pelo Ministério Público, que remonta aos primeiros anos do curso de graduação. Essa atração pelo Ministério Público me fez participar de dois concorridos concursos públicos. Tenho como motivo de orgulho a aprovação, em primeiro lugar, no concurso para o ingresso da carreira do Ministério Público do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal e Territórios e também o primeiro lugar no concurso para Procurador da República, este em 1987, quando ingressei na carreira de que desde então não me desgarrei.

No Ministério Público Federal, tive a ventura de ser convidado pelo Procurador-Geral da República à época, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal, Sepúlveda Pertence, que presidira o concurso, para atuar em processos da competência do Plenário da nossa Suprema Corte.

Com a estruturação posterior da carreira, tive a oportunidade de atuar também na primeira instância da Justiça Federal do Distrito Federal e perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em janeiro de 2012, iniciou-se o meu período no cargo de Subprocurador-Geral da República, mediante promoção por merecimento, etapa final da carreira do MPF. Nessa condição, atuei em processos da competência das turmas do Supremo Tribunal Federal.

No contexto também das atribuições relacionadas com os cargos que ocupei, fui nomeado Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no início da década de 90, após a aprovação do meu nome pelo Senado, havendo sido sabatinado e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Da mesma forma, em meados da mesma década, fui o representante do Ministério Público Federal na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140, de 1995.

Em tempos mais recentes, fui Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, entre 2020 e 2021.

Em julho de 2021, fui designado Vice-Procurador-Geral Eleitoral.

Atualmente e desde o encerramento do mandato do último Procurador-Geral da República, exerço o cargo de Procurador-Geral Eleitoral em condição interina, até a posse de quem vier a chefiar o Ministério Público da União.

O fascínio pela defesa e implementação dos direitos fundamentais, pelos interesses da sociedade civil, aqueles mais essenciais, e da ordem constitucional que me conduziu ao Ministério Público também me acompanhou em atividades concomitantes de ordem acadêmica.

A nossa Constituição pretendeu inaugurar uma nova vivência sociojurídica, construída sob os valores do Estado de direito democrático, identificados com a proteção e o fomento dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da segurança, tanto material quanto jurídica, conforme o enunciado no seu preâmbulo.

Sempre acreditei que, sem uma apurada visão técnica dos direitos fundamentais, a riqueza inerente à sua proclamação pelo Constituinte perderia a força vinculante que lhe é própria e se abateria o ideal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máximo respeito à dignidade da pessoa humana. Daí a urgência do seu tratamento mediante abordagem técnica consistente e metódica.

Para esse fim, apliquei, então, os meus esforços acadêmicos, desde os primeiros momentos da vigência da Constituição.

De fato, entre 1989 e 1990, com o apoio do Conselho Britânico, pude cumprir o programa de Masters of Laws, mestrado da Universidade de Essex, no Reino Unido, todo ele voltado ao estudo dos direitos humanos internacionais. Vi ali aprovada a dissertação sobre os encontros e conflitos entre a liberdade de imprensa e a privacidade.

Foi também para a definição e a melhor aplicação dos direitos fundamentais que dediquei o meu doutorado na Universidade de Brasília, em que vi aprovada a tese sobre "Juízo de ponderação na jurisdição constitucional". O trabalho recebeu recomendação para publicação, o que se efetuou pela Editora Saraiva.

A preocupação com uma análise técnica dos direitos fundamentais, compartilhada com outros acadêmicos, também ensejou um curso de Direito Constitucional, hoje em coautoria com o Ministro Gilmar Mendes, que já vai para a sua 19ª edição anual.

No currículo posto à disposição de V. Exas., constam também algumas dezenas de artigos de autoria exclusiva ou em parceria com juristas diversos.

No âmbito da atividade docente, ministro aulas de Direito Constitucional, de graduação e de pós-graduação em Brasília, desde 1986. Há mais de uma década sou responsável por disciplina sobre jurisprudência e direitos fundamentais, enfocando críticas relativas a ativismo judicial, tanto em curso de mestrado como mais recentemente de doutorado.

Participei de inúmeras bancas de dissertações e teses acadêmicas na área do Direito Constitucional. No âmbito dessa disciplina, integrei um grande número de bancas de concursos públicos. Assinalo a participação em concursos públicos para carreiras dos Ministérios Públicos estaduais e da União, para advogados públicos e, durante uma década, para o ingresso na carreira diplomática.

V. Exas. têm aí um apertado retrato da minha vida profissional, dedicada aos valores mais encarecidos da ordem jurídica, justamente aqueles que formam a chave de todo o sistema do direito entre nós.

Gostaria de enfatizar que toda uma vida assim dedicada ao direito, se me inspirou a necessidade do olhar técnico sobre temas delicados da convivência social e política, não me embaçou a visão para o principal: a percepção de que o direito foi feito para as pessoas, devendo ser tratado como instrumento indispensável para que todos possam, com autonomia, buscar a realização como seres humanos, responsáveis pela própria vida e corresponsáveis pela história do nosso tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, as considerações iniciais que me ocorreram apresentar a V. Exas. na condição de quem se candidata ao seu abono para o exercício dos encargos que a lei e a Constituição confiam ao Procurador-Geral da República.

Muito obrigado. Estou à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de fazer o registro da presença do Sr. Ministro Teodoro Silva Santos, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Seja bem-vindo.

Concedo a palavra ao indicado Flávio Dino de Castro e Costa.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Minhas saudações primeiras são para este Senado da República, aos colegas Senadores e Senadoras. É um grande prazer estar aqui para esta finalidade nobre de ser sabatinado por esta Casa parlamentar.

Saúdo especialmente o eminente Presidente Davi Alcolumbre. Do mesmo modo, cumprimento os colegas do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Advocacia, funcionários do Poder Judiciário, colegas do Ministério da Justiça, Deputados Federais e Deputadas Federais que aqui se encontram, todas as senhoras e os senhores que nos acompanham pela transmissão ao vivo.

Eu aqui compareço depois de 30 anos que um Senador teve a honra de ser indicado para o Supremo Tribunal Federal. Reverencio a memória do Senador Maurício Corrêa, que há exatamente três décadas aqui esteve, na condição de Senador, para postular a confirmação da indicação ao Supremo Tribunal Federal.

Aqui e alhures, não é estranha a presença de políticos e políticas nas Supremas Cortes. Se nós lembrarmos a história da Suprema Corte dos Estados Unidos, vamos encontrar desde a ex-Senadora Sandra Day O'Connor, recentemente falecida, que foi Senadora da República, até Warren, que foi Chief of Justice e marcou a história da Suprema Corte dos Estados Unidos, com a experiência pretérita de Governador de estado.

No Brasil, nós temos também uma longa linhagem de Parlamentares, Deputados, Senadores, ex-Governadores que tiveram a honra de figurar no Supremo Tribunal Federal e agregar saberes nascidos dessa prática para que a Suprema Corte possa dirimir os conflitos ali submetidos.

Lembro-me desde o venerável Hermes Lima, um dos mais ilustres Ministros da Suprema Corte, que foi Deputado Federal; lembro-me de Oswaldo Trigueiro, que foi Governador; lembro-me de Oscar Dias Corrêa, que foi Deputado Federal; lembro-me de Célio Borja, que foi Deputado Federal; lembro-me de Nelson Jobim, meu professor e querido amigo; e lembro-me de um dos oradores mais combativos a que o Senado já assistiu, que foi o querido ex-Senador Paulo Brossard, tribuno, respeitado por todas as correntes políticas brasileiras e que figurou – posteriormente à sua passagem marcante pelo Senado, brilhante, combativa, forte –, fortificou ali, no Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu evoco essa tradição para dizer que me sinto muito confortável de aqui estar, nesta dupla condição, para ser examinado no que se refere aos requisitos constitucionais.

É claro que, quando o Presidente da República me honra com a indicação para aqui estar, não vim aqui fazer debate político – não me cabe neste momento. Vim aqui apenas responder ao atendimento dos dois requisitos constitucionais: notável saber jurídico e reputação ilibada.

Em relação ao saber jurídico, eu fiz uma apresentação escrita, em que há a carta que formalmente encaminhei, nos termos do Regimento, ao Senado Federal. Nessa carta, eu resenho aquilo quanto dito pelo meu querido colega e Prof. Paulo Gonet. O Dr. Paulo Gonet fez uma apresentação justa da sua respeitadíssima atuação profissional. E aqui fiz, também por escrito, assim como ele, esta apresentação de dados curriculares e acresci um elemento que é muito importante na vida acadêmica, que é a chamada comunidade dos pares.

Um dos critérios de validade, de verdade sobre o quanto a ser dito aqui é exatamente essa confirmação que emerge da comunidade dos pares. E eu tive a honra de receber manifestação pública de solidariedade de Ministros do Supremo, nomeados desde Fernando Henrique Cardoso até o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Portanto, todos os Presidentes da República indicaram ministros, e praticamente todos – se não todos – manifestaram reconhecimento ao atendimento aos requisitos constitucionais.

Honrou-me também, muito especialmente, a carta dos seis Presidentes de Tribunais Regionais Federais – 1ª Região, Brasília; 2ª Região, Rio; 3ª Região, São Paulo; 4ª Região, Porto Alegre; 5ª Região, Recife; e 6ª Região, Belo Horizonte –, porque são os dirigentes máximos da Justiça Federal ao lado do Superior Tribunal de Justiça.

E, finalmente, claro que eu menciono as associações dos magistrados, o Ministério Público, a Defensoria, a Advocacia, a OAB, todos aqueles que fizeram esse reconhecimento.

Portanto, dispenso mencionar dados curriculares nesse momento, mas quero aludir sobretudo a compromissos, sobretudo a teses que são fundamentais e que eu possa partilhar com este Senado sobre a verdadeira visão que eu tenho acerca da atuação do Poder Judiciário pátrio.

A pergunta que se põe é: o que fazer no Supremo?

Eu gostaria de sublinhar, em primeiro lugar, que tenho um compromisso indeclinável com a harmonia entre os Poderes.

É nosso dever fazer com que a independência seja preservada, mas sobretudo a harmonia. Controvérsias são normais; controvérsias fazem parte da vida plural da sociedade democrática, mas elas não podem ser de qualquer maneira e não podem ser paralisantes, inibidoras do bom funcionamento das instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que, na Itália, na França, no pós-Guerra, houve um momento de afirmação das Supremas Cortes, em que havia também um diálogo, às vezes mais conflituoso, às vezes menos, entre aquelas instituições recém-nascidas naquele cenário dos anos 40 e 50, na Europa, para que pudessem dialogar com a política daquele momento e encontrar o ajustamento correto, às vezes dez, vinte, trinta anos nesse diálogo democrático.

O segundo compromisso nítido, firme e claro. A nossa Constituição tem um coração, e esse coração está no art. 60, §4º da Constituição. E eu quero reafirmar que, em tendo a honra de ser aprovado por este Senado, são cláusulas, sim, pétreas para o Brasil e para mim: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias fundamentais. É isso que ali consta, e, por isso, esse é o núcleo de compromissos que eu venho aqui reafirmar.

Aludo também a três presunções que são centrais, a meu ver.

A primeira: a presunção de constitucionalidade das leis. A inconstitucionalidade é um fato raro – ou deve ser assim visto. A inconstitucionalidade de uma lei só pode ser declarada quando não houver dúvida acima de qualquer critério razoável. Então, nós precisamos de uma certeza. E, nas zonas de penumbra, como eu fiz a vida toda, há que se prestigiar a atividade legislativa e jamais se esquecer do princípio do paralelismo das formas.

Se uma lei é aprovada neste Parlamento – como eu tive a honra de ter sido Deputado Federal e tenho a honra de ser hoje Senador –, é aprovada de forma colegiada, o desfazimento, salvo situações excepcionalíssimas, não pode se dar por decisões monocráticas, ou seja, para fazer colegiados, para desfazer colegiados, a não ser situações claras de perecimento de direito, quando houver, por exemplo, o risco de uma guerra, o risco de alguém morrer, o risco de não haver tempo hábil para, eficazmente, impedir a lesão a um direito, em obediência a uma cláusula constitucional, que é o princípio da inafastabilidade da jurisdição: "A lei não excluirá do Poder Judiciário a apreciação de lesão ou ameaça a direito".

Salvo essa hipótese, este é um compromisso ético: independentemente de normas existentes de um lado e de outro, assim me conduzirei, repito, porque essa foi a minha prática como Governador do meu estado, economizando nos vetos.

E é por isso que todos os políticos de todos os partidos do Maranhão me honraram com uma carta de apoio. E faço isso também como Ministro da Justiça, porque também, quando tenho o dever de opinar sobre a constitucionalidade das leis, numa espécie de controle prévio de inconstitucionalidade, sempre busco minimizar tais vetos e valorizar as deliberações parlamentares.

Portanto, mais do que palavras, são compromissos de vida, assentados na prática pretérita, que é o critério dominante de aferição da verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda presunção que eu quero afirmar é da legalidade dos atos administrativos. Eu governei um estado, eu sei como é difícil gerir a escassez. E por isso mesmo, apenas excepcionalmente, o Poder Judiciário deve infirmar a validade de atos administrativos. Repito, nas zonas de penumbra qual é a presunção que prevalece? A de legalidade dos atos administrativos. Isso emerge muito claramente da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que no art. 22 determina isto de que, na interpretação de normas sobre gestão pública, há que se considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor. Eu fui gestor e, por isso, considero que essa experiência ilumina o cumprimento dessa segunda presunção.

A terceira presunção, presunção de inocência, que deriva diretamente de conquistas civilizacionais que têm séculos. E essa presunção de inocência faz com que eu tenha respeitado e vá respeitar sempre a cláusula do devido processo legal, art. 5º, inciso LIV; o contraditório e a ampla defesa, art. 5º, inciso LV, contra punitivismos e linchamentos de qualquer tipo, físicos ou morais. Essa também é uma presunção que eu gostaria de reafirmar.

Quanto à forma, Camões, em *Os Lusíadas*, fala de um saber feito de experiência. Ou seja, eu tenho muito orgulho dos meus títulos, tenho muito orgulho de estudar e ler desde os seis anos de idade – e, portanto, já se vai quase meio século. Mas, acima de tudo, sei que para ser bom julgador, a empiria, a experiência, a prática têm um lugar insubstituível. E o que eu ofereço a V. Exas. e à nossa nação? Ofereço a experiência de quem foi juiz federal por 12 anos que não tem nenhuma mácula funcional e teve uma prática honesta na sua função. E a prática, a experiência de juiz federal, ensina o valor fundamental da legitimação da função judicante, qual seja, a imparcialidade, a equidistância em relação aos valores em conflito.

Da experiência de Deputado Federal e Senador, trago o respeito à função legislativa. Da experiência de Governador e de Ministro da Justiça, trago o respeito àqueles que têm a dura tarefa de concretizar os direitos, gerindo a escassez, e, ao mesmo tempo, velar pela estabilidade institucional.

Eu tenho muito respeito à política brasileira. Neste ano, eu recebi, no Ministério da Justiça, 425 políticos de todos os partidos representados nesta Casa – Senadores, Deputados, Governadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, 425 audiências com os políticos de todos os partidos. E ninguém foi mal recebido, mal acolhido ou deixou de ser ouvido em relação às suas postulações.

Esse acesso, senhoras e senhores, para quem tem firmeza assentada em uma vida inteira, pode estar e estará presente, se Deus assim permitir, na minha atuação no Supremo Tribunal Federal. Eu não terei nenhum medo, nenhum receio e nenhum preconceito de receber políticos e políticas do Brasil, porque V. Exas. são delegatários da soberania popular. Independentemente das cores partidárias, terão idêntico respeito, como assim fiz na minha vida inteira.

Derivado desse respeito à política, afirmo a vocês que tenho a exata dimensão de que o Poder Judiciário não deve criar leis. É claro que o Poder Judiciário cria direito ao caso concreto, mas interpretando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leis. As pautas axiológicas gerais que vinculam a função judicante são definidas pelo Parlamento. E o nosso sistema não é tricameral, o nosso sistema é bicameral, Câmara e Senado. Não existe um Poder Legislativo em que atuem simultaneamente Câmara, Senado e Supremo. Essa compreensão é fundamental para que nós tenhamos a compreensão de que a autonomização do direito, que foi uma conquista do pós-guerra, não pode se transformar em decisionismos ou indeterminabilidade quanto às normas jurídicas, porque isso traz insegurança ao funcionamento da sociedade, da economia e da política. Lembro que nós temos, sim, autorização contida em lei para atuarmos quando não houver lei aplicável – art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que eu tenho o entendimento, assentado em Max Weber, de que existem formas diferentes de legitimação da função pública. Todos sabemos os tipos ideais que Max Weber delineou, no sentido de que existe a legitimação racional burocrática, existe a legitimação carismática, existe a legitimação tradicional. Um juiz não assenta a sua legitimidade no carisma pessoal. Um juiz deve assentar a sua legitimidade no cumprimento das normas e no respeito às tradições, porque é daí que o Poder Judiciário pode extrair a sua isenção aos olhos da sociedade. Discrição e ponderação são deveres indeclináveis de um magistrado, diferente da forma como os políticos atuam. São funções diferentes! E, por já ter exercido todas, eu tenho a compreensão da ética profissional de cada uma delas. É claro que o político tem que ter nitidez e exposição nas suas posições. É claro que sim, mas o juiz, não! É diferente! E, portanto, não se pode imaginar o que um juiz foi ou o que um juiz será a partir da leitura da sua atitude como político. Seria como examinar um goleiro à luz do comportamento como centroavante. É claro que são papéis diferentes!

Por isso, finalizo dizendo que todos nós que aqui estamos temos cores diferentes. Estamos com ternos e gravatas diferentes; quando temos campanhas eleitorais, vestimos camisas de diferentes cores. No Supremo, isso não acontece. Todas as togas são da mesma cor. Ninguém adapta a sua toga ao seu sabor, todas as togas são iguais. E isso é uma simbologia fundamental em que a política é o espaço da pluralidade. O Poder Judiciário, claro, que tem saberes e sabores diferentes, mas as togas são iguais, a Constituição é igual, as leis são iguais, o comportamento ético é igual. E por isso que cada juiz ou cada ministro não pode ir com uma toga de uma cor diferente, com estilo diferente.

Aqui estou, portanto, senhoras e senhores, embasado nessa prática concreta, embasado na Constituição Federal e inspirado, sobretudo, por aquilo que eu considero o melhor programa ético já escrito na humanidade, que são as bem-aventuranças, o Sermão da Montanha. Inspirado, portanto, nas bem-aventuranças e no Sermão da Montanha e apoiado nessa experiência prática e na Constituição, respeitosamente e humildemente eu me submeto ao melhor tribunal, que é o julgamento dos meus pares, com muita tranquilidade, com muita confiança e muita homenagem à nossa nação, à qual eu tenho orgulho de servir como servidor público já se vão 34 anos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é de praxe, nós vamos conceder a palavra aos dois Relatores dos indicados.

Concedo a palavra ao Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu queria aqui cumprimentar o Dr. Paulo Gonet e rapidamente pedir que ele faça uma avaliação da condução do ex-Procurador-Geral da República, o Augusto Aras, e a sua ideia enquanto futuro Procurador-Geral, o perfil, se ele diria que ele se encaixaria mais ou menos no perfil que conduziu o ex-Procurador ou se seguiria com um perfil diferente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... e mais ou menos como que seria a sua condução frente a esse importante espaço, que eu tenho certeza que, com o seu currículo e como seu Relator, temos aqui o convencimento de que estaremos ajudando na condução de V. Exa. para essa importante função.

E, quanto ao indicado Flávio Dino, desde o dia que ele foi indicado, eu já publicamente externei a minha opinião. Tem alguns pontos que eu mesmo iria provocá-lo, mas ele já saiu na frente. E tinha quase certeza de que ele o faria, porque o conhecendo é fácil. Eu aprendi numa missão de que eu participei da Marinha do Brasil, onde um comandante lá no programa Proantar, na Antártica Brasileira, falava de honestidade de propósito. E, quando você tem na sua vida honestidade de propósito, você tem convicção do que você está fazendo, fica tudo mais fácil. Então existem temas que parecem ser difíceis de serem tratados quando você não tem honestidade nesse debate.

Eu ouvi aqui colegas, por exemplo, dizendo "tomara que membros do Judiciário estejam assistindo à fala do indicado Flávio Dino". Tenho certeza de que estão, e o conhecem, porque nada do que ele falou aqui ao longo da sua vida deixou de acontecer.

Ainda como Deputado Federal, apresentou projeto de lei, por exemplo, que trata sobre mandatos para Ministros dos Tribunais Superiores da Justiça do Brasil.

Falou aqui sobre as decisões monocráticas: foram tão questionadas e se tornaram um tema tão discutido, que eram para ser, de forma naturalizada, discutidas no Brasil. Discutidas, não; recebidas no Brasil, porque foram discutidas no Congresso Nacional.

Nós temos aqui a nova lei do crime de responsabilidade, que está em fase já de apresentação de relatório final. Certamente estaremos renovando, inovando uma legislação tão importante, que ainda é da década de 50.

O mais importante que eu tenho dito – e faço não como pergunta apenas, mas reafirmando – é essa possibilidade real de termos um colega Senador vivo, brasileiro em vida, que teve a oportunidade de passar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos três Poderes... Essa experiência acumulada como magistrado, membro do Poder Legislativo e membro do Poder Executivo lhe dá, Flávio Dino, essa condição de ir para uma outra tarefa na sua vida pública com a maturidade e a consciência de que lá V. Exa. não estará no papel de Ministro da Justiça. A alguns colegas aqui, inclusive da oposição, eu tenho dito isto e aqui você disse: você vai sair da posição de atacante para zagueiro, outra tarefa.

"Ah, o clima na CCJ vai ser de CPI?". Lá não era Comissão de Segurança Pública ou muito menos uma CPI para tratar com o Ministro da Justiça sobre um evento que aconteceu no Poder Executivo, e ele na sua tarefa fazendo a sua devida função, representando o Poder Executivo como tal. Aqui nós estamos fazendo a sabatina para um espaço legítimo, indicado pelo Presidente da República, com os dois pré-requisitos que esta relatoria já apresentou, com antecedência e dada vista coletiva aos pares, e que se cumprem perfeitamente: notável saber jurídico, reputação ilibada.

Questões políticas: óbvio que a Casa é política, óbvio que vai ter colegas que vão tratar questões políticas, mas nada melhor do que tratar questões políticas com um político, e principalmente um político que discute com seus pares. Ele mesmo falou que, lá no Maranhão, todas as forças políticas declararam o apoio. Aqui vários colegas sabem que, na última eleição, não estivemos juntos, mas nunca perdemos o respeito um com o outro. E isso dá a condição de hoje eu estar aqui de forma muito tranquila, para dizer que inclusive eu poderia ser o primeiro a tentar fazer qualquer tipo de revanchismo, mas não, pelo contrário, eu sei que a nossa discussão foi política. Portanto, foi superado aquele momento e saiu vitorioso no momento em que nós estivemos juntos – e, nos últimos dez anos em que estávamos juntos, vencemos todas.

Então, eu tive a tranquilidade, a maturidade de estar, junto com o meu Presidente do partido, conversando política com ele logo depois da eleição e tratando o futuro, olhando para frente, sem ficar olhando para trás. Isso sempre foi a honestidade de propósito, de verdade, de você exercer um bom mandato.

Portanto, a esta relatoria, não cabe... Não é que não caiba, mas se dá mais do que satisfeita por conhecer, conviver com o indicado. Mas quero dizer que existem as diferenças. Existe gente de quem está saindo sangue da boca do outro lado da televisão, porque, por toda forma, aprendeu a odiá-lo, a não gostar, porque ele representou uma ala política num momento difícil do Brasil. Queriam o quê? Que ele falasse baixo? Que ele simplesmente fosse para debaixo da mesa? Que não representasse o protagonismo e a altivez que merece ter um Poder da República, que é o Poder Executivo? Não. Ele o fez, e tenho certeza de que com essa mesma altivez – e espero isso – ele o fará no Supremo Tribunal Federal, para que lá ele leve para membros daquela Corte que não participaram da política, que não sabem o que é um sol quente na cabeça, ao proferirem uma decisão que deixe um colega político inelegível por erro técnico numa prestação de conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o político da vida real sabe que o último a olhar uma prestação de contas numa campanha é o candidato, mas muitos deles perdem a legitimidade de disputar o que é mais importante no país, que é o voto popular. A soberania do povo deixa de ser respeitada.

Muitas vezes se perde o mandato porque membros, às vezes, do Judiciário que nunca viveram lá na ponta o que um político de verdade vive... Perdem os seus direitos políticos por tecnicidade, por vírgulas, quando deveriam ser punidos o contador, o advogado ou quem estudou e tem autorização para assinar tal papel e o fez. Mas não! É o político que é punido.

E agora mandar uma pessoa que conhece a política e sabe o papel da Constituição vai ser ruim para nós? Esquece. Eu estou convencido de que, se hoje tem muita crise, é porque justamente nós sempre deixamos os políticos em segundo plano.

Nós votamos a Lei das Estatais, que diz que um Ministro da Economia não pode ser Presidente do Banco do Nordeste se ele estiver em partido político. Pode ser Ministro da Economia, mas não pode ser presidente de um banco. Nós votamos a Lei das Estatais, que diz que, se eu sair amanhã do mandato, acabei de participar de uma campanha, posso ser o Ministro de Minas e Energia, mas não posso ser Presidente da Petrobras.

Nós mesmos ajudamos a criminalizar a nossa atividade, que hoje infelizmente tem essa dificuldade grande de entender que dá para se sentar à mesa. Aqui mesmo nós sentamos sempre, Oposição e Governo, de forma muito respeitosa, respeitando as convicções e o ponto de vista de cada um.

Portanto, Presidente, esse momento não é apenas histórico. É um momento de reparação. É um momento de reparação para podermos compreender que, acima de qualquer convicção individual, acima de achismo, acima dessa coisa que se criou e que desde o *impeachment* da Dilma para cá se acirrou, do foço do eu contra ele, do "nós estamos certos, e quem não está do nosso lado não presta, é bandido, está errado"...

Este momento que esta agenda deste ano está sendo construída é um momento de reparação. E eu tenho muita convicção de que este Senado, com o seu protagonismo, com a sua altivez, com as suas diferenças – por isso que aqui são políticos, por isso que aqui são togas diferentes, são cores diferentes partidárias, por isso que é partido, são partes –, aqui está maturando um novo momento para o Brasil, para essa era pós-divisionismo que nós estamos vivendo.

Eu desejo boa sorte. Tenho certeza de que esta Casa cumprirá a sua responsabilidade histórica de conduzir o Dr. Paulo Gonet à Procuradoria-Geral da República e o Sr. Flávio Dino ao Supremo Tribunal Federal.

Por último, agradeço ao Presidente Davi Alcolumbre pela confiança que V. Exa. e o Presidente Rodrigo Pacheco tiveram para que eu conduzisse a relatoria do indicado Flávio Dino, que hoje orgulha o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo do Maranhão, o Nordeste brasileiro e esses lá da ponta, porque isso aqui também é uma discussão regional.

Quantos ministros da Suprema Corte, tirando Kassio Nunes Marques, vieram do Nordeste e do Norte brasileiro nas últimas décadas? Nós temos, claro, alguns que se aposentaram, o Ayres Britto, mas pontualmente nós sabemos que a questão regional é importante e fortalece, principalmente para quem tem o olhar de conhecer do Oiapoque ao Chuí deste país e poder ter essa sensibilidade na hora de tratar os temas constitucionais que tocam as unidades federativas, que o Supremo sempre é provocado a ajudar e a pacificar, para, claro, orientar o caminho correto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... à luz da Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jaques Wagner, Relator do indicado para a Procuradoria-Geral da República.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e começar lhe agradecendo a designação para ser Relator, com muito orgulho, do Dr. Paulo Gonet à missão importante de ser Procurador-Geral da República.

Quero cumprimentar os dois indicados pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: Dr. Paulo Gonet e – vou chamar assim – Senador Flávio Dino.

Em relação ao Dr. Paulo Gonet, permitam-me, eu vou poupar as palavras, porque eu entendo que, como Relator, já tive o privilégio de poder dialogar, o que me deu absoluta tranquilidade.

Evidentemente que eu, nesta Casa, mesmo quando na Oposição, sempre defendi – os colegas sabem disso – que todos os indicados do Governo passado, como é prerrogativa constitucional do Presidente da República legitimamente eleito, deveriam, evidentemente, ser sabatinados, mas acolhidos por esta Casa, a menos que alguma aberração se apresentasse – porque esse é um dispositivo constitucional. Portanto, vou repetir, a menos que alguma aberração se pudesse conformar em torno de um dos indicados, seja para que cargo fosse, eu não vejo por que contestar a indicação do Presidente. Estou muito à vontade para me dirigir aos colegas de Oposição, não cobrando, mas lembrando essa minha posição o tempo todo aqui nesta Casa, como construtor de pontes.

Eu confesso que, em relação ao Senador Flávio Dino, nas suas palavras, vou repetir o que o Senador Weverton falou. Um colega aqui da Oposição disse: "Bom seria que os outros estivessem ouvindo as palavras". A mim me impressionou, apesar de conhecê-lo há muito tempo, a transparência, a firmeza e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clareza da sua abordagem inicial. V. Exa. saiu fora – e eu digo V. Exa., porque V. Exa. é Senador – do que poderia ser o tradicional para fazer uma apresentação, perante seus colegas Senadores e Senadoras, que, confesso, encheu minha alma de alegria. Eu acho que V. Exa. tem absoluto saber, absoluta consciência de para onde V. Exa. está indo.

Eu digo sempre que, na democracia, a Suprema Corte são só 11 brasileiros e brasileiras para garantirem aquilo que há de mais sagrado na democracia, o império da lei, o império da Constituição nacional.

Algumas das suas afirmações, como, por exemplo, sobre a questão do colegiado para decretar a inconstitucionalidade de uma lei, a mim, particularmente, me alegra profundamente. Ao Senador Amim também, porque foi o Relator, e ao Senador Oriovisto, o autor.

Não vou aqui repetir o que todos já sabem. Tomei uma decisão absolutamente pessoal, sem sequer consultar o Senhor Presidente da República, e a ele esclareci depois. Disse a ele: "Eu não lhe perguntei porque o senhor poderia ter dito que era para eu não fazer. E eu, como indicado de V. Exa., teria que cumprir a sua decisão. Então, preferi me arriscar e não lhe consultar para fazer o que eu entendia correto, respeitando, evidentemente, aqueles que pensassem diferente".

Não acho que esta Casa ofendeu, não acho que esta Casa usurpou aquilo que é próprio do Supremo Tribunal Federal. Esta Casa apenas repetiu – e, por isso, para mim me soou como música – o que V. Exa. falou, seja desse mister, do colegiado, seja de outros temas que V. Exa. tocou.

Eu só quero dizer ao senhor e ao Sr. Presidente que eu estou absolutamente tranquilo com as duas indicações do Senhor Presidente da República.

O Dr. Paulo Gonet, no diálogo que tivemos – e a gente procura saber a história de cada um –, eu acho que tem uma trajetória como servidor público que o credencia a qualquer cargo. E o Senador Flávio Dino, na sua trajetória de político, de combatente pela democracia, de Governador, de Juiz, de Deputado, de Senador, eu não tenho dúvida de que é um homem completo para chegar àquela Corte, que demanda homens e mulheres completos, com serenidade, com saber e com firmeza.

Deus abençoe o Brasil, esta Casa e a decisão que vamos tomar agora e mais tarde, no Pleno do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Primeiro Senador inscrito para arguição ao indicado, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Senadores; Srs. Sabatinados, eminentes Sr. Paulo Gonet e Senador e Ministro Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dino, primeiro eu quero dizer a V. Exas. que é uma responsabilidade muito grande – e eu fiz questão de ser o primeiro a falar, até para que fique claro qual é o nosso sentimento, de que forma nós estamos enxergando esse processo a que hoje estamos todos submetidos.

Ouvi as falas iniciais dos senhores, bem como dos Relatores, e para mim está muito claro que existem boas intenções, mas de boas intenções, senhores, o inferno está repleto. E, por isso, me permitam fazer algumas ponderações.

Dirigir-me-ei inicialmente ao eminente Procurador Paulo Gonet. Perguntaria a V. Exa.: qual seria o papel que V. Exa. vai ter como Chefe da Procuradoria, como Procurador-Geral, diante das reiteradas, eu diria, ações do Supremo Tribunal Federal, notadamente na questão do inquérito da *fake news*, que impedem a forma e a ação do Ministério Público, que deveria ser o autor daquela ação? Ele não toma conhecimento das manifestações do Ministério Público Federal.

Perguntaria a V. Exa. também em relação à liberdade de expressão e censura. Por ocasião das eleições no segundo turno, uma decisão daquele tribunal, inclusive com uma frase célebre da Ministra Cármen Lúcia de que a censura prévia poderia ser veneno ou remédio, e dessa forma se votou para se impedir que um documentário fosse publicizado sem sequer conhecer o conteúdo daquele documentário... Esse tipo de agressão à Constituição e aos direitos fundamentais do cidadão brasileiro vai ser permitido por V. Exa. no exercício da atividade como Procurador da República?

Dito isso, uma rápida contextualização – me dirigindo agora aos senhores, os dois –, quero dizer que nós estamos vivendo um momento muito difícil no Brasil, a exemplo de outras crises que ocorreram em tempos pretéritos. E, mais do que nunca, é necessário que nós tenhamos o espírito da pacificação, da conciliação, do entendimento de que é absolutamente necessário conviver com opiniões divergentes, com pessoas que pensam de forma contrária ao que nós professamos e que temos como visão de mundo.

Nós estamos aí com uma situação em que claramente há uma hipertrofia de um Poder sobre o outro, e falo do Judiciário sobre o Legislativo. Eu ouvi aqui frases do eminente Senador e Ministro, candidato ao Supremo Tribunal Federal, como: harmonia de Poderes, separação de Poderes, garantia de direitos, liberdade de expressão, presunção de inocência – frases todas elas amparadas na nossa Constituição Federal.

Então, eu perguntaria ao eminente sabatinado Flávio Dino, e faria anteriormente aqui um preâmbulo... Na minha opinião, além da questão que foi colocada, há qualidades essenciais para ser magistrado, para ser ministro, não só a ilibada reputação e notório saber, mas uma manifestação técnica nos autos do processo. Então, recentemente, por exemplo, V. Exa. não teve como apresentar as imagens de 8 de janeiro do ministério de V. Exa. Mais de 200 câmeras, apenas quatro foram apresentadas. E V. Exa., de uma forma jocosa, disse que não era o autor, ou o condutor, ou o gerente daquele contrato, então não tinha como apresentá-las. Não obstante, V. Exa. foi o primeiro, no dia 8 de janeiro ainda, a fazer julgamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prévio sobre aquele evento, de que as pessoas que haviam depredado e barbarizado eram terroristas e precisavam ser combatidas como tal. V. Exa. não teve o mesmo posicionamento por ocasião da questão da Alesp, por exemplo, recente, ou da depredação que ocorreu em 2017, na Esplanada dos Ministérios, quando vários prédios foram depredados. Então, eu acho que é uma qualidade que V. Exa. demonstra ter dificuldade de possuir.

A questão da inércia por provocação, nos termos da lei. O Judiciário deve ser inerte, e nós estamos passando por um momento em que, há mais de cinco anos, nós temos um processo aberto, um inquérito aberto, de ofício, em que o juiz que preside, inclusive, é parte do processo, designa as autoridades policiais. Então, esse é um problema em que eu acho que V. Exa. vai se debruçar, caso chegue ao Supremo Tribunal Federal, conversando com os pares de V. Exa.: se essa situação, que é uma situação excepcional, ou deveria ser, deve continuar a ser banalizada e observada como se fosse uma coisa comum. Então, qual é a posição que V. Exa. vai tomar em relação a esse caso? Lembrando que foi dito na época que era uma forma de o tribunal se defender das agressões que eram feitas contra a democracia. Muito bem. Se existia essa ameaça, ela foi, teoricamente, suprimida com o resultado das eleições. Nós já estamos há um ano das eleições, essa situação perdura e não vejo um horizonte próximo de término, de restabelecimento dessa normalidade democrática tão sonhada por todos nós e preconizada pelos fundamentos que V. Exa., inclusive, fez questão de frisar.

A questão da isenção, da imparcialidade e do equilíbrio de magistrado.

V. Exa. teve uma reunião com membros das *big techs*, que foi inclusive publicizada, e utilizou palavras claramente intimidatórias. V. Exa. foi, no mínimo, grosseiro, deselegante. V. Exa. abusou da autoridade que V. Exa. tem como Ministro da Justiça, fazendo declarações que, por mais bem-intencionadas que tenham sido, não cabem, não coadunam com o exercício da função que V. Exa. exercia naquele momento, com intimidação, com palavras fortes, no sentido de dizer, inclusive, que a liberdade ou a forma como se via a questão da imprensa não existia e, a partir daquele momento, seriam tomadas medidas fortes. Então, na questão do equilíbrio, da imparcialidade e da isenção necessária, V. Exa. demonstra ter dificuldade.

Quanto à isenção ainda, V. Exa. fez afirmações como: "Bolsonaro é um *serial killer*, é o próprio demônio". Olhe, Bolsonaro hoje lidera seguramente a metade da população brasileira que vota – foi constatado nas últimas eleições, o país está polarizado. V. Exa. acredita que, caso seja Ministro do Supremo Tribunal Federal, terá isenção para julgar o Presidente Bolsonaro ou aqueles que têm uma questão ideológica com afinidade com o bolsonarismo? V. Exa. também afirmou, recentemente, numa entrevista que deu, que o bolsonarismo para V. Exa. é mais perigoso do que traficante, do que marginais perigosos. Então, esse tipo de abordagem depreciativa depõe contra a imparcialidade necessária que um juiz deveria ter. Eu gostaria que V. Exa. comentasse a respeito dessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à cordialidade, acho que todo magistrado tem que ser cordial com as partes, independentemente das culpas que porventura serão provadas. V. Exa. foi convidado, de forma reiterada, para vir ao Congresso Nacional – eu admito que tenha havido até algum exagero – e V. Exa. participou de vários momentos. Mas V. Exa. teve o cuidado de, em um determinado momento, mandar ofício dizendo que temia pela sua integridade física junto aos pares, que V. Exa. diz que respeita, e que, apesar de não serem Senadores, são Deputados Federais e membros do Congresso Nacional. V. Exa. disse que temia pela sua integridade física, mas o senhor não temeu pela sua integridade física, quando foi à favela da Maré, com pouquíssima condição de segurança pública. Então, pareceu-me um contrassenso lógico e uma falta de cordialidade com o Congresso Nacional.

Em relação, eminente Senador e Ministro da Justiça, à questão do ativismo político – e aí eu peço especial atenção a V. Exa. –, o Ministro Barroso, hoje Presidente do STF, afirma: "Nós derrotamos o bolsonarismo" – uma frase forte dita num congresso da UNE. E V. Exa. estava ao lado, neste mesmo dia, na UNE, na movimentação política em que um Presidente do Supremo Tribunal Federal, ou que seria Presidente do Supremo Tribunal Federal, dá uma demonstração clara de que defende o espectro ideológico e que participou – pelo que se infere das palavras dele – do esforço para derrotar um espectro político em detrimento de um outro. Isso me parece muito grave.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E o Ministro Barroso, ainda no seu discurso de Presidente do Supremo Tribunal Federal, fala de uma agenda para o Brasil: redução de pobreza, desenvolvimento econômico, social e sustentável, educação básica, trabalho formal, ciência e tecnologia, saneamento básico, habitação popular, liderança global em matéria ambiental.

Os ministros do STF são do Executivo? São do Legislativo? A Justiça deve ser inerte, deve ser aquela que dirime as contendas da sociedade? Ou deve ultrapassar os seus limites e exercer, como tem sido ultimamente, o seu poder político? Ou seja, o STF transformou-se no poder político que rivaliza com o Executivo e com o Legislativo, provocando o desequilíbrio claro entre os Poderes da República.

Por fim, eminente sabatinado, eu espero que V. Exa., ao responder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... aos questionamentos que faço...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leve em consideração que esta sabatina, que V. Exa. deixou claro que iria responder sobre aspectos técnicos e não políticos, tem que levar em consideração que V. Exa., caso aprovado, terá mais de 20 anos como Ministro do Supremo Tribunal Federal, e as ações que V. Exa. vai perpetrar lá no Supremo Tribunal Federal vão influir e impactar diretamente a sociedade brasileira. Então, é justo que nós tenhamos de V. Exa. respostas claras a respeito desses questionamentos, para que nós tenhamos também a nossa expectativa de como V. Exa. vai se comportar como Ministro, porque o discurso que V. Exa. faz, eu quero reiterar, eu concordo com ele, com as premissas de que a Constituição aqui nos respalda, mas a prática de V. Exa. como Ministro da Justiça, recentemente... Não vou adentrar no passado, mas, como Ministro da Justiça que precisa ser alguém que tenha equilíbrio – equilíbrio –, V. Exa. infelizmente demonstrou o contrário.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Duas questões foram postas, uma relacionada com as ações dentro do inquérito da... Chamado inquérito da *fake news*, no Supremo, e outra questão relacionada com liberdade de expressão e papel do Ministério Público.

Com relação ao primeiro tema, eu devo dizer a V. Exa. que eu tenho por princípio não me manifestar publicamente sobre algo de que eu não tenha total domínio, que eu não tenha conhecimento pleno. Tem outro princípio também, que é o de respeitar ao máximo a autonomia dos outros; dos outros Poderes, dos colegas, das atribuições dos colegas dentro do Ministério Público.

Também tenho como princípio me dedicar ao máximo às minhas atividades, dentro das competências que me foram atribuídas para os encargos para os quais fui indicado. Então, com relação ao inquérito das *fake news*, o que eu posso dizer a V. Exa. é que não sei o que está acontecendo ali. Parte desses inquéritos, segundo me consta, está em segredo de justiça. Quem atua nesse tipo de processo é o Procurador-Geral da República. Não me caberia buscar conhecer esse inquérito antes de merecer a confiança de V. Exas. e de ser nomeado pelo Presidente da República para o cargo. Portanto, eu lamento, mas eu não tenho informações que me permitissem uma abordagem não leviana, uma abordagem que pudesse ser realmente construtiva e objetiva sobre o assunto.

Com relação ao papel do Ministério Público no campo da liberdade de expressão, o que eu posso dizer é que o Ministério Público da União sempre vai procurar preservar todos os direitos fundamentais e todas as liberdades, mas nós sabemos que os direitos fundamentais muitas vezes entram em atrito com outros valores constitucionais. E aí eles merecem, precisam ser ponderados, saber qual daqueles vai ser o predominante numa determinada situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A liberdade de expressão, portanto, não é plena. A liberdade de expressão pode e deve ser modulada de acordo com as circunstâncias. Por exemplo, o senhor não vai ter uma liberdade de expressão plena no âmbito comercial. Há limitações para o que se pode afirmar num informativo, numa índole publicitária. Há certas limitações à liberdade de expressão conforme...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... um assunto esteja ou não em segredo de Justiça. Até considerações de ordem da moralidade pública predominante também implicam algumas restrições à liberdade de expressão.

O ambiente em que a liberdade de expressão vai ser invocada também vai ser relevante para apurar a sua exata extensão. Para dar o exemplo clássico, se alguém aqui dentro deste recinto gritasse: "Fogo!", pode-se imaginar o tumulto que não geraria. Podemos dizer que vamos calar esse sujeito, vamos segurar. Esse sujeito não pode ter... Se ele estiver no microfone gritando: "Fogo, fogo!", com certeza, o Presidente da Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... cortaria a palavra, cortaria o microfone. Isso seria um atentado à liberdade de expressão? Não nessa medida em que a liberdade de expressão não é absoluta. E ela tem que ser avaliada caso a caso, conforme o ambiente mesmo em que esse direito está sendo invocado.

No campo eleitoral, a liberdade de expressão também sofre modulações. Certas afirmações, certas expressões relacionadas com um candidato às eleições podem, às vezes, ser reduzidas, ser impedidas de se manifestar, na medida em que não haja a possibilidade do retorno, a possibilidade do debate, a possibilidade da réplica.

Houve um caso bastante conhecido de um candidato ao governo de um estado que, no domingo das eleições, descobriu que ia ser publicada uma matéria que o arrasava, que o pintava como um corrupto e não haveria tempo para ele vir a se contrapor àquelas afirmações. Aquele jornal ia ser publicado no domingo das eleições e, com certeza, iria influenciar enormemente os eleitores que costumam ser mais renitentes e deixam para tomar a sua decisão na última hora. Por uma decisão de um dos mais eminentes ministros que já passou pelo Supremo Tribunal Federal – o Ministro Sepúlveda Pertence –, houve uma liminar proibindo que o jornal publicasse aquela matéria no domingo, no dia exato das eleições, e justamente por causa disto: porque aquela matéria prejudicaria a própria finalidade da liberdade de expressão dentro do contexto eleitoral, que é permitir ao eleitor ter um exato domínio dos fatos que são relevantes na hora em que ele vai escolher o seu representante, que é um dos fatos mais importantes que pode haver na vida pública.

Então, há certas limitações à liberdade de expressão que servem a este propósito: garantir a legitimidade das eleições, na medida em que não se expõe o eleitor a uma informação que não pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrariada, que não pode ser contraposta e que acaba terminando por viciar a vontade do eleitor nesse momento tão crítico.

O que eu posso dizer a V. Exa. é que o Procurador-Geral da República vai procurar sempre atuar dentro desse campo, na defesa das liberdades públicas, mas sempre considerando que nenhuma liberdade é absoluta e precisa ser conciliada com outros valores de ordem constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o indicado Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, quero reiterar que as imagens que foram aludidas foram entregues à CPI. Eu tenho os ofícios aqui. É claro que há um contrato – que não foi celebrado por mim; foi celebrado em 2018, e eu não era Ministro – que dispunha sobre o modo como as câmeras funcionam.

As imagens externas foram todas entregues – todas. Eu não sei de onde surgiu essa ideia de que faltam imagens. Não, sobram imagens sobre o 8 de janeiro, inclusive as do Ministério da Justiça. Houve dois ou três ofícios encaminhando isso à CPI. Estão lá, 160 horas, mais ou menos, de filmagem.

Agora, eu lembro que o Ministério da Justiça não foi invadido em nenhum momento. Então, as câmeras, grande parte delas, funcionam por movimento; ou seja, se não há movimento, elas não ligam. E outras tantas foram examinadas pela Polícia Federal e foram consideradas desnecessárias pela Polícia Federal, porque eram corredores vazios, já que não houve invasão no Ministério da Justiça.

Isso aconteceu também no Senado, aconteceu no GDF e em outros órgãos. O contrato dispunha sobre conservação em 30 dias. Sete meses depois é claro que não já havia essas imagens internas inúteis de corredores ou de câmeras, que obviamente, não foram nem acionadas.

Então, todas as imagens foram entregues à CPI.

Em relação a casos concretos, como disse o Dr. Gonet, é claro que eu não posso me pronunciar, porque isso decorreria em impedimento ou suspeição. Então, sobre o inquérito que lá tramita, evidentemente, eu vou me pronunciar no momento próprio, nos autos, e não agora, antecipadamente, porque isso quebraria os deveres de imparcialidade inerentes ao exercício da magistratura.

Em relação a *big techs*, a situação ali – infelizmente houve uma edição – era de ameaça à vida de crianças. Havia oito perfis na internet com o nome do assassino das crianças de Suzano. Era esse o fato, e nós pedimos à empresa que retirasse, porque isso é apologia a fato criminoso. Aquela fala minha, indignada, justamente indignada, de pai, foi porque a empresa respondeu que não tiraria, porque considerava que, à luz dos termos de uso e da liberdade de expressão, ter um perfil de um homicida na internet não é apologia a homicídio. E claro que a minha resposta foi aquela. Esse é o fato. Não era, portanto, nada desvinculado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do cumprimento dos meus deveres de zelar pela vida das crianças, na medida em que é abjeto que haja perfis de um assassino no ar.

Então, esse foi o contexto, e o Dr. Gonet, com o seu brilhantismo, dissertou sobre os parâmetros doutrinários acerca da liberdade de expressão que ali disse.

Ora, se existe um crime de calúnia, difamação, injúria, incitação à prática criminosa, apologia de fato criminoso, racismo, tudo isso está votado pelo Congresso Nacional; então, é claro que há uma fronteira da liberdade de expressão, como o Dr. Gonet disse. A liberdade de expressão não alberga, não protege calúnia; não protege ameaça à vida de crianças; não protege racismo. Foi isso que eu ali disse e aqui reitero.

Sobre comparecimento ao Senado e à Câmara.

Senador, eu compareci aqui oito vezes. Tenho certeza de que sou recordista de detentor de convites e convocações. São mais de 120 convites e convocações. Atendi às que foram possíveis. Ainda assim, aqui estive durante 29 horas e 30 minutos. A minha presença, na Câmara, no Senado, neste ano, completou 29 horas e 30 minutos de atendimento a convocações e convites. Isso, claro, é uma prova de respeito às Casas Parlamentares.

E, finalmente, sobre o Complexo da Maré.

Eu tenho aqui os ofícios, e todas as senhoras e os senhores, assim como eu, conhecemos bem a realidade brasileira.

Dizem que eu subi o morro. Não, não havia morro. Houve um ingresso em 15 metros, a partir da Avenida Brasil, atendendo a um convite, e eu tenho aqui os ofícios. Estão aqui.

Três dias antes foi comunicado à Polícia Rodoviária Federal, foi comunicado à Polícia Federal, foi comunicado à Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi comunicado ao Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, foi comunicado à Polícia Militar do Rio de Janeiro, todos previamente, e todas essas instituições estavam presentes lá. Eu não sei também de onde tiraram essa história de que não havia segurança. Havia, de todos esses órgãos aqui, que foram comunicados três dias antes da visita.

Então, esses foram os fatos, é claro que ali compareci e considero que é dever do cargo atender a todos os convites que venham da sociedade. Assim como me reúno com empresários, é claro que eu atendo a convites das pessoas mais pobres também e fiz isso a minha vida inteira e fiz com total segurança à minha integridade física, até porque ali está a minha esposa, e nós temos filhos, e claro que eu não compareceria sem segurança. E, portanto, essa é a prova, e eu me faço acompanhar aqui sempre de provas documentais que lastreiam as afirmações que tenho aqui feito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogerio Marinho. Para réplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, primeiro agradeço as respostas, mas eu faço um questionamento ao eminente Procurador...

Veja, V. Exa. escudou-se brilhantemente aí no que é uma tese, está sendo julgada, o senhor não tem conhecimento, mas esse inquérito foi objeto de um mandado de segurança feito pela Associação de Procuradores da República. Então, é público e notório.

O que eu perguntei a V. Exa., e é minha preocupação, é se o senhor não considera que há um atentado à democracia brasileira com o fato de que uma ação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... excepcional de abertura de um inquérito por ofício está se tornando uma questão banal e interminável. Esta foi a pergunta que eu fiz a V. Exa.: V. Exa., como Procurador, vai observar essas práticas, e elas vão continuar, ou V. Exa. vai ajudar para que a Constituição seja efetivamente exercida?

Eu queria apenas fazer uma digressão em cima da segunda resposta que V. Exa. me deu, que bate aqui com o Ministro Flávio Dino, que eu quero, inclusive, elogiar. V. Exa. hoje está bastante cordato, está tranquilo. V. Exa. está bem hoje. Parabéns!

Quero dizer que a minha grande preocupação hoje é com a questão da liberdade de expressão, porque, quando V. Exa. falou que ela é relativa, nós sabemos que, dentro do corolário jurídico, existem formas de se refrearem os excessos – a injúria, a calúnia, a difamação. Dentro deste Colegiado, existem aqui as Comissões de Ética, a que os senhores membros, caso se excedam, podem e devem ser submetidos, para eventualmente serem refreados, serem admoestados, serem punidos, eventualmente. Nós estamos vivendo no Brasil uma situação de relativização da democracia. Eu pediria atenção, meu amigo Mourão, do nosso sabatinado aqui. Nós estamos vivendo aqui no Brasil um problema muito sério da relativização da liberdade de opinião, até a prerrogativa do mandato do Parlamentar está sendo relativizada e banalizada.

Permitam-me ler rapidamente aqui um trecho de um discurso de um cidadão chamado Djalma Marinho, que V. Exa. referenciou, por ocasião...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... de um evento de que toda a sociedade brasileira deve se lembrar – e foi lembrado aqui pelo meu ilustre companheiro Randolfe Rodrigues – que foi a questão de 1968. Naquela oportunidade, um Parlamentar havia se utilizado da tribuna para fazer um discurso que foi julgado ofensivo pelas Forças Armadas. E o governo, na ocasião, pediu para aquele Parlamentar ser cassado, processado e cassado, porque havia falado mal das Forças Armadas. E ele, naquela oportunidade, citou aqui uma frase do Juiz Black dizendo o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Em última instância [e eu chamo a atenção de V. Exa.], todas as dúvidas neste caso se fundem numa só – saber se nós, como povo, tentaremos em atitude medrosa e fútil preservar a democracia com métodos totalitários, ou se, de acordo com as nossas tradições e a nossa Constituição, teremos a confiança e a coragem de ser livres.

Vejam: a censura prévia, o cerceamento da liberdade de opinião, a desmonetização dos *sites*, a prisão de jornalistas...

E ele prossegue:

> O que está em jogo neste lance é saber se poderemos praticar a Constituição, adotando métodos totalitários de sufocação à liberdade de palavras frouxamente, ou se defenderemos esta liberdade, mesmo quando a palavra é injustamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) –

> ... [e concluo, Sr. Presidente] usada, confiando em que possa ser contestada não pela brutalidade do silêncio forçado, mas, pelo contrário, pela ampla discussão, a fim de que o abuso seja afinal corrigido.

Eu deixo essas palavras do passado, de alguém que já faleceu, para dizer a V. Exa. que, mais do que nunca, nós precisamos de tolerância, de pacificação, porque a beligerância, a truculência e a forçação de situações que impedem que os cidadãos brasileiros possam se manifestar estão gerando um clima insustentável nesse país. E a V. Exas., caso sejam efetivamente convalidados pelo Plenário nas ilustres e importantes posições para que V. Exas. hoje estão sendo sabatinados, eu rogo que tomem atitude nesse sentido, se coloquem dessa forma e defendam, sobretudo, a Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder ao nosso sabatinado... Vai se ausentar?

Vou passar, como ele fez a pergunta ao Dr. Paulo, para tréplica, ao Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

Mais uma vez, o que eu posso dizer é que, todas as vezes que o Senado chamar o Procurador-Geral da República a prestar informações, qualquer que seja o Procurador-Geral da República, ele só pode prestar as informações de que ele esteja seguro, para ser, inclusive, intelectualmente honesto e funcionalmente responsável perante esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a esse tema do inquérito de *fake news*, eu volto a dizer: qualquer menção que eu fizesse, qualquer avaliação que eu fizesse seria leviana no sentido de que não conheço o processo na sua inteireza e não sei quais foram as manifestações que o Procurador-Geral da República expendeu nesse processo.

Mas o que eu posso assegurar a V. Exa. é que, se eu merecer o crédito de V. Exas. e vier a ser nomeado Procurador-Geral da República, eu pretendo exercer as atribuições do Ministério Público na sua inteireza. Como é até um dever imposto pela Lei Orgânica do Ministério Público, que V. Exas. editaram, votaram e discutiram, pretendo defender também todas as prerrogativas do Ministério Público. Esse é um dos deveres do Ministério Público, especialmente do Procurador-Geral da República.

Muito obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, sem querer atrapalhar o processo, é porque apenas uma pergunta essencial não foi respondida pelo eminente Flávio Dino, só uma pergunta. Eu fiz várias, ele não quis responder, mas uma é importante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele não está aqui, ele já vai voltar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu perguntei se ele se julgaria impedido de se posicionar em relação ao Presidente Bolsonaro no STF.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só vou fazer um registro aqui: que a gente vai seguir esse rito que nós estabelecemos antes do início da sessão: dez, dez, cinco e cinco. Nessa tese aqui, vai começar, só para fazer...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Apenas essa concessão, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É só essa única ...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu não posso continuar aqui?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pode. Agora eu só pediria a V. Exa., quando ele voltar, que ele só responda isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Kajuru, isso aqui é uma sabatina. Calma! É uma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que este é um grande momento. Eu não participei ativamente da questão de ordem levantada pelo Senador Alessandro, mas quero dizer que simpatizo com ela. E acho que, em momento igual, nós deveríamos acautelar para fazer no mesmo dia duas sessões, por exemplo. Mas isso já passou. E nós temos é que aproveitar ao máximo esse tempo disponível.

Eu tive a oportunidade de receber o Dr. Paulo, por isso não é surpresa o que eu vou aqui dizer.

A minha prioridade é o inquérito do fim do mundo, e lamento que o senhor não o conheça, pois até a Associação dos Procuradores de Justiça o impugnou, mas, como o senhor diz que não conhece todo, ele foi instituído no dia 19 de março de 2019 pelo então Presidente do STF, Toffoli, que designou, sem sorteio, o Ministro Alexandre de Moraes para ser o seu condutor – quase que eu disse inquisidor, mas é o que eu penso, eu digo porque eu penso isso –, e ele se fundamenta num dispositivo do Regimento Interno do Supremo.

Como síntese, ele tem como objetivo investigar notícias fraudulentas, falsas comunicações, denunciações caluniosas contra a instituição Supremo Tribunal Federal e seus integrantes, inclusive funcionários e familiares. Por isso, ele conquistou essa alcunha de inquérito do fim do mundo.

E eu fico muito feliz por saber que, durante quatro anos, o senhor assessorou um Ministro que eu admirei muito e cito sempre como tendo sido o único brasileiro "reeleito", entre aspas, Ministro do Supremo – reeleito é força de expressão –: Ministro José Francisco Rezek. O senhor trabalhou com ele quatro anos. O senhor sabe que ele é muito parcimonioso. Ele se recusa a dar entrevista sobre esse assunto, mas ele disse uma frase que vale por tudo: não foi uma boa ideia. Mas não foi uma boa ideia principalmente para a Justiça brasileira, para deixar indefinido o que é direito e o que é arbítrio, o que é perseguição, todos aqueles defeitos da Inquisição, que perdurou por 600 anos. Esse já está há quatro anos e oito meses.

Numa entrevista, mais ou menos na metade desse lapso, feita à *CartaCapital* – aliás, feita à *Folha de S.Paulo* e reproduzida na *CartaCapital* –, no dia 12 de agosto de 2021 – se o senhor olhar, dá, mais ou menos, a metade do caminho percorrido pelo Inquérito 4.781 –, o jornalista perguntou ao Ministro Alexandre de Moraes: "Quando é que vai terminar isso?". E ele respondeu com aquilo que se ouve nas oficinas mecânicas mais odiosas do Brasil: "Quanto tempo vai demorar o conserto do meu carro?", aí o chefe da oficina responde: "Vai demorar o tempo que leva". Ele disse: "Ele vai ser concluído quando terminar". Foi a resposta do Ministro Alexandre de Moraes, e não terminou ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero lhe dizer um pouco mais enfaticamente o que eu falei, e continuo procurando ser educado: eu não consigo dormir direito com isso.

E lhe falei... O meu avô materno, Pelegrino Marine, de Bevilacqua, Verona, virou anticlerical, em conflito permanente com a minha avó, que era papa-hóstia, de Pádua, porque descobriu vestígios da inquisição em casas que ele restaurou.

Ele de vez em quando me "visita" – entre aspas – para dizer que não se conforma com isso. Isso é a maior excrecência e atual. É um entulho autoritário, móvel, animado, tem anima, tem alma. Ele procura pessoas, abre a porta para esse e é a porta do inferno, porque a vítima, na forma de condutor do inquérito escolhido, não sorteado, vai incorporando vítimas de acordo com o seu juízo. Comanda as investigações, a maior parte em sigilo, a grande maioria em sigilo, e condena. E aí nem o bispo para recorrer.

Então, isso é a antítese na citação daquilo que se chama *lawfare*, aquilo que se chama presunção de legalidade, presunção de inocência. Então, eu não sei o que lhe dizer mais a respeito do assunto, mas estimaria muito que o senhor, em assumindo a Procuradoria-Geral da República, estabelecesse com esta Casa o seguinte compromisso, e em 30 dias eu vou dizer o que eu penso sobre isso.

Estou lhe dando esse "salvo-conduto" – entre aspas – porque não pode. Nós não conseguimos ouvir. Nós já convidamos para que fosse esclarecido pelo Ministro Alexandre de Moraes qual o fundamento e até onde isso vai. Mas essa facilidade que nós temos hoje de ouvi-los nós não temos.

Eu estou pensando até em participar de alguma conferência internacional para ver se eu pergunto lá fora, porque a disponibilidade dessas autoridades para dar conferência em Washington, em Londres é muito maior do que voltar a esta Casa para dizer alguma coisa para nós. Pode ser até em sessão reservada.

Então, o meu pedido é esse. Diga alguma coisa que não fira o seu princípio de ética, mas eu não vou tomar a minha decisão de voto sem ouvir a sua resposta.

E ao Ministro da Justiça, nosso colega Senador, Flávio Dino, eu gostaria de dizer, na condição de nascido no dia de São Tomé, que eu fiquei muito feliz quando o Senador Jaques Wagner, interpretando o que eu penso, disse que soou como música e música com muita harmonia. Pode abraçar porque até eu gosto dele.

Amai a todos. É o primeiro mandamento: amai o próximo como a ti mesmo. E quem é o próximo é uma outra questão para discutir.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Segundo mandamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha o aparte. Já está aparteando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já está em réplica.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – É o segundo mandamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já vai dar problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o segundo mandamento.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – O primeiro é: "Amar a Deus sobre todas as coisas."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Amar a Deus e ao próximo.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – V. Exa., como jesuíta, sabe disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é um só: "Amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo." O próprio Cristo resumiu num só. Isso porque, quando ele precisou convencer um eleitor, rapidamente resumiu para um artigo só.

Então, eu gostaria de dizer que a sua colocação sobre a colegialidade eu acho que é uma lição que todos nós aproveitamos para ouvir.

Agora, eu gostaria de acrescentar aquilo que o Senador Rogerio Marinho falou e que se constitui, para mim, algo que eu não consigo esquecer, nem consigo escanear, dar sumiço na minha vida – eu estava na CPMI que apurava os atos do dia 8 de janeiro: a sua atitude em relação às mensagens da Abin, que eu cobrei.

No dia 9 de janeiro, eu pedi as mensagens da Abin, na condição de Presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Eu sei o quanto foi difícil conseguir aquilo. E já tem uma controvérsia na questão: a Abin nunca colocou aquilo como confidencial. Foi o Ministério, então, a que ela era vinculada que colocou a confidencialidade.

De sorte que, como autoridade constituída e investida da responsabilidade de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, ignorar aquelas mensagens, que têm, inclusive, o responsável pela, entre aspas, "caixa postal", vamos chamar de caixa postal, o Messenger que recebe as mensagens, 48 agências com vários Messengers. No Supremo são dois; no TSE, um só; no Ministério da Justiça são vários, inclusive com modificação organizacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ...durante a primeira semana, de 2 a 6. A atitude em relação às câmeras e, especialmente, quanto à inação da Força Pública, da Força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional. Realmente constituem, para mim, um fato muito grave quando confrontado aos princípios da conduta judicial que foram muito lembrados, deste lugar aqui, só que da outra cadeira, pelo Ministro Zanin, quando esteve aqui e nos deu uma aula sobre os princípios de Bangalore, recepcionados pela ONU, sobre conduta judicial e os seus seis requisitos.

Eu paro por aqui, porque acho que cheguei ao meu ponto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem um minuto ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não são dez minutos para todos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É. E agora vão dez minutos para eles.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou obedecer aos dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo... Na réplica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e me reservo o direito de usar a réplica.

Obrigado.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador.

Senador, o que eu posso dizer a V. Exa. é que compromissos como Procurador-Geral da República eu não poderia assumir neste momento, porque essa condição ainda depende da aprovação do meu nome por V. Exas. E, mesmo que eu venha a receber esse voto de confiança de V. Exas., compromissos como Procurador-Geral da República, eu só vou assumir aqueles que estejam fixados pela lei, porque sempre foi da minha... Sempre tomei como diretriz se respeitar rigorosamente a lei que V. Exas. votam. Manifestação de questões que não são do domínio das minhas atribuições atuais, que não foram do domínio das minhas atribuições do passado, portanto, eu não posso sobre elas me manifestar de modo consistente e de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundado, e, portanto, de modo responsável eu não posso expender aqui. Seria um desrespeito a V. Exas. eu me manifestar de modo leviano sobre algum assunto que eu não domino plenamente.

Portanto, opiniões vagas, neste momento aqui, não creio que sejam o que os senhores querem ouvir. V. Exas. desejam ouvir o que eu posso falar, que pode ser as palavras pelas quais eu posso me responsabilizar. Se este modo de ver, modo de agir que eu assumo para mim, de apenas agir quando eu posso agir responsavelmente, de apenas agir nos limites das minhas competências, é isso que eu pretendo fazer, se merecer o voto de confiança de V. Exas. – sempre me ater aos limites da atuação possível do Ministério Público. Eu espero que esse modo de agir, de que eu já estou dando provas para V. Exas. neste instante, respondendo à inquirição de V. Exa., possa servir de alguma forma para que V. Exa. forme um juízo a respeito da indicação que o Presidente da República fez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu quero, em primeiro lugar, agradecer muito ao ilustre Relator nesta Comissão, o Senador Weverton, que me honrou com considerações que marcam, tenho certeza, a história da política do Maranhão – muito obrigado a V. Exa. E sabe que os sentimentos de respeito são recíprocos e bastante antigos.

Do mesmo modo, agradeço ao Líder Wagner, pelas considerações feitas.

Quero agradecer ao Líder Rogerio Marinho, porque eu tive a honra de ser Deputado com ele – ao tempo, ele era do Partido Socialista Brasileiro, e nós atuávamos juntos no mesmo bloco parlamentar lá na Comissão de Constituição e Justiça.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Portanto, eu agradeço a V. Exa., porque a lembrança de Djalma Marinho é uma lembrança que marcou a nossa amizade, a nossa fraternidade naquele momento lá naquela Comissão, e hoje é um dia muito adequado para se lembrar de Djalma Marinho.

Em relação ao Senador Governador Amin, muito obrigado. Como eu já lhe externei, eu acompanho sua trajetória política desde que muito jovem foi eleito Governador. Sei que é uma trajetória respeitada pelo povo de Santa Catarina, e tem o meu respeito.

Quando o senhor for candidato a Presidente da República, colocou uma maranhense como sua Vice: a ex-Primeira-Dama Gardênia. Portanto, eu agradeço as suas considerações. E, como eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que eu acho que era da sua corrente política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – ... nós somos... Ela me honrou com o voto em várias eleições. Eu agradeço ao senhor, porque partilhamos do mesmo sentimento: o senhor, com a sua sólida formação de jesuíta, trouxe a lembrança deste mandamento tão importante sobre amar a Deus e ao próximo, que são imbricados, como V. Exa. bem disse.

Finalmente, os três brevíssimos esclarecimentos.

Senador Amin, eu não recebi mensagem da Abin, eu já demonstrei isso reiteradamente. Naquela ocasião, estavam pessoas da equipe anterior, porque, em três, quatro dias de Governo, só estavam nomeados no ministério eu, o Secretário-Executivo e mais a Chefe de Gabinete, três pessoas. Todos os outros estavam na tramitação burocrática e, portanto, não eram pessoas por mim indicadas. E eu não recebi tais mensagens.

Sobre as câmeras, já prestei os esclarecimentos e complemento dizendo que houve a judicialização dessa questão, Mandado de Segurança 29616, impetrado por vários Parlamentares no Superior Tribunal de Justiça, e a liminar foi negada. Então, além dos fatos que já elenquei, nós temos a confirmação judicial, com a negativa da liminar, de que eu não cometi nenhuma ilegalidade. Aqui tenho a decisão.

E, finalmente, sobre a inação. Eu tenho aqui, Senador Amin, um documento que ratifica tudo o que eu disse desde então. Nós agimos no limite da nossa competência legal. A Esplanada dos Ministérios é policiada pela PM do DF, por determinação legal. Quem policia esta Casa é a Polícia do Senado; a Câmara, é a Polícia da Câmara; quem policia o Supremo é a sua Polícia; quem cuida do Palácio do Planalto é o GSI e o Exército Brasileiro. Portanto, nenhuma força do Ministério da Justiça ou a mim subordinada estava naquele momento com esse dever legal.

Eu, por cautela, convoquei a Força Nacional, coloquei-a à disposição do eminente Governador, nos termos do que o Supremo determinou, nos termos do que a lei determina. E eu tenho aqui o documento do então Secretário de Segurança do Distrito Federal. Já que o titular havia viajado, estava sendo Secretário o Dr. Fernando. E ele diz aqui – eu vou ler só um trechinho para o senhor; abrem-se aspas –: "[...] que, durante a reunião, ficou estabelecido junto ao [...] [Ministério da Justiça] que a Força Nacional [a que o senhor aludiu] ficou responsável pela segurança do Palácio da Justiça [ou seja, Ministério da Justiça] e da sede da Polícia Federal [vírgula], e que as demais áreas seriam cobertas pelas forças estaduais [distritais] e demais instituições conforme plano original aprovado no Plano de Ações Integradas".

Então, eu não poderia promover uma intervenção federal, porque, como disse, a forma federativa de estado é cláusula pétrea e não existe intervenção preventiva, à luz do art. 34 da Constituição. Você só pode promover intervenção federal para restabelecer a ordem pública, e neste caso foi o que ocorreu. Havendo a violação da ordem pública, foi feita a intervenção federal para restabelecê-la. Mas eu não poderia, nem o Senhor Presidente da República, promover a intervenção preventiva, de modo que não houve inação. Pelo contrário, eu me orgulho muito daquelas 12 horas em que, inicialmente, de modo solitário, e depois com outras tantas pessoas, ali agi. Então foram 12 horas bastante intensas em que, de pé, eu tomei as decisões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possíveis, embasadas sempre na lei. Porque, se eu não assim agisse, estaria aqui respondendo por abuso de autoridade, talvez nem aqui estivesse. Então, tudo o que eu fiz foi de acordo com a lei, que é o parâmetro fundamental da atuação dos agentes públicos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para a réplica, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sobre a posição do Dr. Paulo, eu tenho a registrar aqui que eu lamento profundamente que um assunto tão cansativa, exaustiva e não exitosamente, fracassadamente mencionado, seja tratado como algo a ser conhecido. Eu lamento, mas não posso ir além e acho sinceramente que esta dívida do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República, em relação ao Estado de direito, vai se transformando em uma tinta, uma mancha cada vez mais indelével, uma mancha mesmo. Mas isso aqui não pode se transformar numa escalada de disputa de posição. Eu creio, sinceramente – e tenho recebido até algumas manifestações a respeito –, que este assunto deveria merecer de todos os que ocupam a posição de procuradores da Justiça, em qualquer posto, uma ação vigorosa. Porque ser procurador da Justiça e ignorar a existência deste monstro... E quando eu olhei agora para o meu amigo Randolfe Rodrigues, não posso esquecer que ele, certa vez, disse, comparou o inquérito de *fake news* com o Ato Institucional nº 5. Foi por acaso que eu o ouvi, talvez por afeição, o Lucas Barreto me apontou para o senhor, e eu tive que dizer, como amigos de infância que são os três. Então, eu só queria dizer isto: eu não me conformo.

Quanto às colocações do Senador Flávio Dino, eu quero lhe dizer que a nossa controvérsia, a nossa contradição, os fatos que eu conheço, a própria informação de quem recebeu no Ministério da Justiça a criação de uma entidade colegiada no Ministério da Justiça, entre o dia 6 e o dia 7, a partir do recebimento do aviso, às 19h40 do dia 6 de janeiro: "Vai haver invasão do Congresso Nacional", 19h40, 48 agências recebem... Nós temos aqui, inclusive – não vou ficar exibindo –, a lista de quem era o responsável pela caixa postal. Eu estou chamando de caixa postal para todos entenderem, ou seja, quem recebeu no Messenger a mensagem compartilhada por 48 agências. E saber que nós tínhamos 280 policiais da Força Nacional, no pátio do Ministério da Justiça, e aguardar que houvesse a invasão para depois intervir, me convence de que este assunto eu acho que só historicamente será completamente esclarecido.

E lamento que V. Exa., com a inteligência que ninguém nega...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... não tenha tido a disposição de comparecer.

Se eu pudesse, eu também pintaria dessa cor. É uma certa inveja, mas, como dizem as mulheres, inveja branca. Não se preocupe. E não é, nesse caso, digamos, não é... É uma expressão – é uma expressão – do dicionário feminino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só lamentar que V. Exa. não tenha comparecido à CPMI para poder detalhar um pouco mais este assunto. A vida nos oferece várias esquinas de encontro e de desencontro, mas de esclarecimento, acima de tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, eu fui citado. Art. 14, queria rapidamente falar a respeito, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Obrigado.

Eminente Senador Flávio Dino, depois da minha fala, inclusive eu fiz, mesmo que o senhor não tenha percebido, um elogio a V. Exa. V. Exa. estava bem tranquilo, vestindo um figurino diferente do que nós estamos acostumados, de alguém belicoso, jocoso, ferino, irônico. São características que, na minha opinião, e eu acho que na opinião de boa parte da população, não se coadunam com quem vai ser Ministro do Supremo Tribunal Federal.

V. Exa. vai ao banheiro e volta, e quando volta se refere a mim de uma forma jocosa. V. Exa. faz uma ilação dizendo que nós estávamos juntos no Partido Socialista Brasileiro, querendo mostrar uma contradição. Importante é que a gente possa falar para as pessoas que eu saí do Partido Socialista Brasileiro justamente naquele ano de 2007. De 2007 para 2008 eu deixei o Partido Socialista Brasileiro. Por quê? Justamente porque o Partido Socialista Brasileiro estava dentro de um projeto que, na minha opinião, não era o mais adequado. O Clemenceau já dizia, o Georges Clemenceau, que quem tem a juventude e não é socialista não tem coração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... mas quem tem maturidade e não é conservador não tem cabeça.

Então, V. Exa. reflita um pouco a respeito dessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E eu fiz uma pergunta que ficou sem resposta. Se V. Exa. ficaria, se sentiria impedido de julgar o seu inimigo declarado, que é o Jair Bolsonaro, como Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. deseja?

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Na verdade, quero apenas responder ao Senador Amin, dizendo que, reitero sobre as mensagens da Abin, de fato não as recebi, porque esse grupo de WhatsApp não me contemplava, eu não participava dele. No mais, é claro que haverá oportunidade.

Em relação ao querido Senador Rogerio, eu acho que o senhor que está belicoso. Eu fiz uma alusão afetiva ao senhor e respeitosa, lembrando a memória do seu avô, porque eu me lembro do nosso primeiro diálogo em 2007. De fato, o senhor tinha uma filiação partidária do nosso bloco. E ali o senhor me falou. Eu perguntei, inclusive, ao senhor, eu tenho boa memória, com a graça de Deus, eu perguntei ao senhor qual o seu parentesco com Djalma Marinho. E o senhor me disse, com muito orgulho, que era seu avô. Foi essa alusão afetiva que eu fiz, respeitosa, porque eu acho que o Deputado Djalma Marinho foi um Deputado que se notabilizou exatamente pela característica de um bom político. Eu não conheço político que não seja combativo e que não lute pelas suas ideias, mas é claro que, quando você muda o seu local de atuação institucional, evidentemente as características também se alteram. Fiz uma metáfora futebolística, e lembro novamente que eu fui juiz por 12 anos. Então, o exercício da função judicante não me é estranho, e a minha prática concreta, nesses 12 anos, ilustram bem que eu distingo muito bem a ética de cada profissão. E eu reitero as minhas homenagens ao seu avô Djalma Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar o Presidente Lula pela indicação à vaga do STF do nosso querido Senador Flávio Dino, ao passo que também saúdo a indicação do Procurador-Geral da República à vaga...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente... Senador Contarato, me permita interrompê-lo.

Eu só queria, como Líder do Governo, solicitar – evidentemente, não há imposição – aos Senadores e às Senadoras que são da base, vou chamar assim, que, se puderem, evitem só muitas perguntas ou perguntas. Eu agradeço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Eu estou fazendo um pedido como Líder do Governo, porque, evidentemente, nós reduziríamos e ganharíamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinte minutos, dez da resposta se pergunta não houver e, portanto, da réplica e da tréplica. Mas não tome como cerceamento à sua fala. Perdão, é só um pedido do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, vou restabelecer o tempo de V. Exa., e nós vamos continuar seguindo o rito regimental estabelecido no início da reunião.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mais uma vez, quero aqui parabenizar o Presidente Lula pela indicação tanto à PGR como ao STF, falar que o Senador Flávio Dino, em sendo aprovado, em muito dignificará a honrada classe da magistratura no Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo que também o nosso querido Paulo Gonet assim o fará à frente de uma instituição tão importante à luz da Constituição Federal, porque, a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal, o Ministério Público foi alçado a duas funções: como titular da ação penal pública e *custos legis*, fiscal da lei.

Eu quero falar também, direcionando agora ao Senador Flávio Dino, que V. Exa., em sendo aprovado, irá substituir uma brilhante Ministra do Supremo Tribunal Federal, que quero aqui parabenizar, que foi a Ministra Rosa Weber, que é egressa da Justiça do Trabalho.

Eu queria a opinião de V. Exa., Senador Flávio Dino, sobre como V. Exa. vê a atuação do Supremo Tribunal Federal com relação ao julgamento das causas envolvendo a Justiça do Trabalho. Nós tivemos uma reforma trabalhista, que veio com o discurso de que ia alavancar a economia, gerar emprego e renda e que vilipendiou direitos dos trabalhadores. Nós sabemos que a função da Justiça do Trabalho sempre teve este olhar muito mais exercendo a empatia para o empregado, ao passo que as decisões do Supremo têm ido na contramão da direção, ou seja, privilegiando o empregador em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Eu queria a opinião de V. Exa. com relação à atuação do STF com relação à Justiça do Trabalho.

E agora, a minha fala aqui ao meu querido Paulo Gonet, com quem eu tive a oportunidade de conversar pessoalmente e falar da minha admiração e respeito, mas, por uma imposição ao dever que me impõe, representando o Estado do Espírito Santo, aqui, Senador Davi, eu me sinto na obrigação de fazer alguns questionamentos que para mim são muito caros.

O senhor, em seu texto intitulado "Ação Afirmativa e Direito Constitucional", chegou a afirmar – aspas –: "O sistema de cotas é capaz de engendrar injustiças inaceitáveis, política e juridicamente". O senhor chega a falar também em racismo reverso. Eu tenho muito orgulho de falar que eu tenho dois filhos, e são dois filhos negros. E eu tenho mais orgulho ainda de falar que foi através da política de cotas que nós aumentamos em 205% o ingresso de pobres e negros nas universidades e nos institutos federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu queria saber qual a posição atual do senhor com relação à política de cotas no país, porque para mim, quando se fala em racismo... E não há que se falar em racismo reverso, porque é cômoda uma fala quando se é branco, quando a gente tem um outro local, mas só quem sofre num país que infelizmente ainda criminaliza a pobreza, onde se criminaliza a cor da pele, é que nós temos que ter... E eu queria saber a opinião do senhor com relação ao sistema de cotas que nós temos.

Quero também falar para o senhor, e queria saber da opinião do senhor, assim como a do Senador Flávio Dino, que eu peço, humildemente, se é que eu tenho esse poder de pedir, que V. Exas. tenham como Bíblia a Constituição da República Federativa do Brasil, porque é ela que deve ser o livro de cabeceira de todos vocês, de todos nós. Nós temos que entender que, numa democracia, a laicidade do Estado se impõe. Eu tenho a minha convicção religiosa, mas eu não posso trazê-la aqui para dentro do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nesse contexto, eu queria que o Procurador Paulo Gonet falasse para mim...

Eu vou exibir para o senhor, Dr. Paulo, um documento de que, para mim, eu tenho muito orgulho. Este documento aqui é minha certidão de casamento com meu esposo. E essas duas certidões são certidões de nascimento dos meus filhos. Quero falar para o senhor que no Brasil nós não temos subfamílias. Que a mesma certidão de casamento que os meus colegas aqui Senadores têm, numa relação heteronormativa, eu também tenho. Quero falar para vocês que a mesma certidão de nascimento que os filhos de vocês têm, eu também tenho dos meus filhos, que são a razão da minha vida.

Então, eu quero saber do senhor, como guardião da Constituição Federal, em que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação, Senador Flávio Dino... Isso não sou eu que estou dizendo, isso está no art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal.

Aqui na Câmara dos Deputados... O Supremo Tribunal Federal, exercendo uma função iluminista, aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Eu quero saber do meu querido Procurador Paulo Gonet: qual a posição do senhor sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo? Qual a posição do senhor, enquanto guardião da Constituição Federal, sobre a adoção por casais homoafetivos? Qual a posição do senhor sobre a possibilidade de declaração de Imposto de Renda em conjunto por casais homoafetivos? Recebimento de pensão por morte, no caso de falecimento de um dos cônjuges de um casal homoafetivo? Qual a posição do senhor sobre o direito de doar sangue pela população LGBTQIA+? Qual a posição do senhor sobre a criminalização da homofobia como racismo? Aliás, um dos poucos crimes inafiançáveis e imprescritíveis previstos no art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal.

Eu quero saber do senhor porque há um movimento na Câmara dos Deputados para impedir o casamento entre pessoas do mesmo sexo; para impedir que outros casais tenham direito a uma certidão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casamento, como eu tenho; para impedir que outros casais, como eu, tenham direito a adotar os nossos filhos. Eu quero saber efetivamente do senhor.

Parabenizando-o pela indicação, com o meu voto e minha alegria – eu tenho fé em Deus de ambos os nomes serem aprovados –, eu preciso saber efetivamente, para que o Ministério Público passe e continue a exercer essa função de fundamental importância de guardião da Constituição da República Federativa do Brasil, que tem como fundamento promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação, para entender e para dar vez e voz às nossas famílias, aos nossos filhos, à nossa vida.

Então, eu quero agradecer essa possibilidade de estar aqui tendo esse questionamento.

E o senhor, em caso de ser aprovada uma lei infraconstitucional proibindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, como Procurador-Geral da República, o senhor vai defender o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio de que todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual, expresso no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu reservo para a réplica os meus questionamentos e as minhas observações. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O microfone aqui está bloqueado. (*Pausa.*)

O outro.

Agora...

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Agora deu.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador.

A sua pergunta me propicia uma oportunidade de um esclarecimento que parece ser bastante premente. O artigo que eu escrevi sobre cotas no passado foi lido em alguns lugares apenas em partes e fora do contexto. A descontextualização acabou atribuindo a mim sustentar ideias que realmente eu nunca expendi. Nunca disse que era contrário a cotas. Tanto nesse artigo quanto hoje, eu digo que a cota é um dos instrumentos da ação afirmativa do Estado, é o instrumento mais drástico, que deve ser reservado para os casos mais relevantes, para os casos mais impactantes. A cota em favor dos negros, a cota em favor das pessoas que sofrem uma discriminação, vêm sofrendo uma discriminação historicamente, e, portanto, não têm o mesmo ponto de partida que a maioria tem para disputar os bens da vida, me parece perfeitamente justificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu digo sempre é que essa... Já que a cota impacta no interesse de outras pessoas e envolve uma harmonização de direitos e de interesses da sociedade, a cota tem que ser um assunto a ser definido pelos senhores, por V. Exas., pelo Senado, pela Câmara, pelos agentes políticos. Essa é uma questão que significa estabelecer balanço entre direitos fundamentais, e quem pode estabelecer esse balanço entre direitos fundamentais, em primeiro lugar – e esse é um ponto também que eu acho relevante para os senhores, V. Exas., que querem me conhecer melhor –, o primeiro intérprete da Constituição e o primeiro responsável por estabelecer uma harmonização dos valores constitucionais é o Legislativo.

Então, o que eu sustentava e sustento até hoje é que as cotas são um instrumento legítimo e são um instrumento legítimo que chama à responsabilidade do próprio povo por meio dos seus representantes, que recebem mandato para decidir em nome deles.

Também há um outro ponto que me parece ser de especial relevância, que é que, para que as cotas não sejam, de um modo leviano, excluídas como possibilidade de adoção no país, é preciso que haja, em torno do tema da cota, uma abordagem técnica, uma abordagem metódica. Essa sempre foi a minha preocupação no tratamento acadêmico dos direitos fundamentais. Nós temos que dar aos direitos fundamentais uma abordagem técnica, uma abordagem inserida dentro de uma metodologia própria para que eles possam ter efetividade, inclusive perante o Judiciário.

Bom, dito isso, o estudo da cota não pode ser feito de um modo despreocupado com o tema da necessidade de harmonização entre os direitos fundamentais.

Então, para que haja cota, é preciso que haja, em primeiro lugar, um estabelecimento de um prazo para que essa cota tenha vigência. Por quê? Porque, se o problema que a cota quer resolver já for solucionado ao longo do período, ela deixa de se justificar. E isso não é nenhuma novidade.

O Supremo Tribunal Federal tem uma decisão muito interessante. Uma lei permitia que os defensores públicos tivessem um prazo em dobro com relação aos prazos do Ministério Público. Isso o que era? Era uma espécie... era uma ação afirmativa em favor de uma instituição de enorme relevância para a inserção de cidadãos no sistema social. Houve uma arguição; essa lei seria contrária ao princípio da igualdade, ela estaria tratando os agentes da defesa de um modo privilegiado com relação aos agentes do Ministério Público.

O que é que o Supremo disse? Realmente está havendo um tratamento diferenciado. É o que acontece com as ações afirmativas: está havendo um tratamento diferenciado – que se justifica. Por quê? Porque há motivos para isso. Que motivos são esses? As defensorias públicas não existiam antes da Constituição de 1988. Elas foram instituídas por V. Exas., que eram os Constituintes da época. E qual era a grande dificuldade? Era, de uma hora para outra, nós termos uma organização que estivesse com a mesma estruturação que o Ministério Público já tinha – o Ministério Público já existia há séculos. O que é que disse o Supremo? Justifica-se esse prazo em dobro, esse tratamento privilegiado, enquanto houver essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença de fato. A partir do instante em que a diferença de fato, a diferença de organização entre as instituições deixar de existir, deixa de ter razão esse tratamento privilegiado, que é um privilégio plenamente legítimo enquanto houver a diferenciação que seria contrária à Justiça e às necessidades de interesse social.

Então, o que eu procurei fazer, nesse trabalho, foi justamente indicar quais seriam os elementos que devem ser levados em conta para que as cotas sejam adotadas e possam ser justificadas e possam ser apresentadas como inequivocamente legítimas. Em nenhum momento eu disse que era contrário às cotas. E agora eu posso reafirmar: sou favorável às cotas, respeitadas as necessidades que as recomendam.

Existe também um outro ponto... Eu não me lembro de ter escrito "racismo reverso", mas eu me lembro de ter usado várias vezes a expressão "discriminação reversa".

Discriminação reversa hoje pode soar estranho para os nossos dias, mas, no final da década de 90, início dos anos 2000, que é quando o artigo foi escrito, essa era uma expressão corrente. Nós tínhamos que nos apoiar nesses estudos, para reforçar os nossos pontos de vista, em artigos dos Estados Unidos, em artigos da Espanha, e, nesses dois países, que são bastante influentes sobre o nosso direito, a expressão "discriminação reversa" é corrente. E tão corrente, que o próprio Supremo usou essa expressão em 2012. Há um acórdão, da lavra do Ministro Ricardo Lewandowski, em que ele usa, na ementa, essa expressão "discriminação reversa".

Não existe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... a não ser que se queira perturbar demais o diálogo técnico, não existe nenhuma conotação pejorativa nessa expressão.

Com relação a tomar a Constituição como Bíblia. Não tomo a Constituição como Bíblia nem a Bíblica como Constituição; são dois livros diferentes. Com certeza que os valores bíblicos foram acolhidos, em grande parte, pela nossa Constituição, mas isso nós conversamos pessoalmente. V. Exa. fez menção a isso, vai me permitir também repetir: na nossa conversa – e isso eu digo para V. Exa., digo para todos é comum... O que eu acho é o seguinte: no espaço público, no espaço técnico, a linguagem tem que ser técnica, os argumentos devem ser formados dentro da linguagem comum do espaço em que está sendo levado a conhecimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Então, isto V. Exa. nunca vai verificar: o uso de argumentos que não sejam técnicos, que não sejam jurídicos dentro de um debate jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por gentileza, para o senhor concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Pois não.

Resumindo, com relação às questões homoafetivas, não sou contra a criminalização da homofobia e nunca escrevi sobre isso. Houve alguns comentários que eu fiz em sala de aula dizendo isso. Era um comentário também corrente que o princípio da legalidade, em matéria penal, poderia estar estressado com uma extensão do conceito de racismo para englobar a homofobia. O que eu posso dizer, com absoluta convicção, é que, se V. Exas., no Parlamento, decidirem tipificar essa conduta como crime, eu acho que está perfeitamente dentro das atribuições constitucionais do nosso Legislativo.

Com relação às relações familiares formadas num ambiente homoafetivo, eu creio que nós já estamos num momento em que essas situações já estão regradas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... tanto pela lei quanto pela jurisprudência, e, com relação a isso, eu não teria nenhum interesse de agir de modo contrário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, vou passar para o Ministro Flávio, que vai responder, e, depois, volta à réplica.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador Contarato, muito obrigado pelos seus questionamentos.

Aproveito para homenagear a presença aqui do Presidente do TST, Ministro Lelio; da Ministra Kátia; e de outros; da Anamatra, enfim.

Tenho o maior respeito por todo o Poder Judiciário brasileiro e compartilho com o senhor da tese de que todos os ramos do Poder Judiciário são imprescindíveis e lhe respondo, de modo topológico, que é um critério de hermenêutica constitucional.

A nossa Constituição vai do Título I ao IX e faz uma hierarquização valorativa, em que você parte dos princípios, depois os direitos, depois a organização do Estado, a organização dos Poderes e assim sucessivamente. Foi uma sinalização do Legislador Constituinte em relação a quais normas têm primazia ou primacialidade, que, nesse caso, evidentemente, são os princípios e direitos, aos quais todo o sistema estatal, nos seus três departamentos, estão à disposição para executá-los.

Eu acredito, sim, que todos os ramos do Poder Judiciário devem cumprir o papel de ajudar a dirimir conflitos e estabilizar, harmonizar a sociedade, contribuindo para que as leis sejam cumpridas, a fim de que os valores e princípios, que abrem a Constituição, sejam atendidos, inclusive, claro, esse que V. Exa. apontou de uma sociedade justa, uma sociedade em que não haja desigualdades sociais e regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a minha posição é de estrito cumprimento a esses mandamentos constitucionais.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para a réplica, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, desculpa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado pelas respostas, mas eu queria muito, eu queria muito, Dr. Paulo Gonet, ouvir de forma bem clara, didática e objetiva. A pergunta é objetiva; a resposta, no mesmo tom.

A Constituição determina que todos somos iguais perante a lei. A Constituição determina que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Eu estou perguntando ao senhor, de forma bem objetiva: o senhor é a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o senhor é a favor da adoção por casais homoafetivos? São duas perguntas simples, simples, como Procurador-Geral da República, como guardião da espinha dorsal do Estado democrático de direito que se chama Constituição da República Federativa do Brasil. A pergunta que eu faço é: eu não tenho família, eu não tenho filhos? Então, o senhor é a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo? É isso que eu quero ouvir do senhor. O senhor é a favor da adoção por casais homoafetivos?

É isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a tréplica, o Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Muito obrigado.

É muito simples, Senador. Como jurista, eu estou afeito ao que V. Exas. decidem, ao que o Supremo decide. Se o legislador admite a união estável ou que seja o casamento entre pessoas do mesmo sexo, como jurista, é óbvio que eu tenho que admitir isso também. Agora, V. Exa. quer uma opinião pessoal. Vou dar uma opinião pessoal. Eu acho que seria tremendamente injusto que duas pessoas que vivem em conjunto, que vivem juntas, que vivem como se fosse uma unidade familiar não tivessem nenhum reconhecimento desse fato; que, diante de uma separação, não tivessem nenhuma regração do Estado para protegê-los. E mais: acho que o amor que V. Exa. e a pessoa com que V. Exa. está casada têm pelos seus filhos é algo que com certeza merece a admiração da cidadania. Volto a dizer: isso aqui é pessoal. V. Exa. perguntou como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurista. Eu estou falando em pessoal dada a empatia que nós desenvolvemos nos últimos dias, mas, como jurista, o que eu posso afirmar a V. Exa. é que não posso ser contra aquilo que está decidido por V. Exas. dentro da competência de V. Exas. de dispor sobre o direito de família, é que não posso ser contra aquilo que o Supremo Tribunal Federal, o último intérprete da Constituição, afirmou que é o devido, que é a expressão da Constituição.

Enfim, espero que V. Exa. esteja satisfeito com a resposta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Como eu sei que os dois indicados visitaram um número muito grande – não sei se conseguiram chegar a todos – de Parlamentares, Senadoras e Senadores, eu demando a V. Exa. se seria possível abrir a votação dos dois, mesmo durante o processo que continua.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, nós fizemos isso em várias sabatinas de autoridade, mas eu queria pedir a compreensão de V. Exa., pois nós fizemos quando a gente tinha um número de oradores inscritos que, de certo modo, tinham se posicionado, porque eu sei que cada Senador e cada Senadora desta Comissão já fez o seu juízo de valor em relação ao seu voto.

Eu tenho solicitações de vários Senadores. Quero registrar a do Presidente Jader Barbalho, que me solicitou que pudéssemos abrir o início do processo de votação, do Presidente Renan, de V. Exa., do Senador Weverton, do Senador Eduardo. Então eu tenho essa demanda. Eu quero só compreensão para a gente seguir a regra das outras sabatinas. Quando nós estávamos com vários Senadores que fizeram arguição, com um número expressivo, a gente abriu o processo de votação. Para não mudar a regra, eu vou aguardar entre cinco e dez Senadores, para a gente chegar quase à metade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, quantos inscritos tem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – São 39.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Depois do 40º dá para abrir. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E outra coisa: eu vou só abrir a urna, foi feito o registro, para aqueles que formaram o convencimento do seu voto. Aqueles que não formaram vão poder aguardar até o final da deliberação para votar.

Senador Marcio, V. Exa. concorda que a gente possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estou vendo aqui que há entendimento. Eu vou ouvir mais cinco Senadores, nós vamos chegar a dez Senadores, e eu vou abrir o processo de votação. Quem quiser votar vota, quem não quiser votar espera.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, vai ter algum espaço para os indicados almoçarem ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Nós vamos servir barra de cereal para tranquilizar a angústia do desejo de almoçar, e eles vão continuar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O Flávio Dino parece que está em dieta, não vai ter problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está tudo tranquilo.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Eu estou de acordo com a decisão da Mesa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na última arguição, o senhor ofereceu almoço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já foi feito. Para os Senadores que não resistirem, teremos sanduíche natural no gabinete da Presidência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente, só a título de esclarecimento, porque está pairando uma dúvida aqui entre os colegas.

Os Senadores que puderem perguntar dez minutos para um dos indicados e dez minutos para o outro indicado é permitido, não é isso? É o que o Regimento manda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o que nós fizemos, o procedimento que ficou estabelecido era sairmos dos blocos de três, porque era uma prática que vinha sendo adotada até hoje mesmo sendo fora do Regimento e que era pra dar celeridade na arguição. Fazíamos três Senadores que perguntavam por dez minutos cada um, o que dava trinta minutos, e, na verdade, não tínhamos muitas perguntas. Eram mais ponderações e considerações, e poucas perguntas. Hoje nós estabelecemos que vai ter dez minutos para a pergunta e dez minutos para os sabatinados responderem; cinco minutos para a réplica e cinco minutos para tréplica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não... Com todo respeito, não foi isso que o senhor disse aqui. Inclusive pedi as notas taquigráficas. Eu peço que o senhor reflita sobre isso, porque eu tenho dez minutos de perguntas, de considerações para os dois indicados. Isso é uma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para o senhor ter uma ideia, Senador Girão, a vários Senadores eu dei mais de cinco minutos de tolerância. Então, está indo tudo bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Eu só queria fazer essa solicitação para o senhor, porque, como o senhor colocou, eu estou obedecendo: dez minutos para um e dez minutos para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estou dando tempo sem pedir. É a tolerância da Presidência. Calma que vai dar tudo certo.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Davi Alcolumbre, senhores colegas, magistrados que aqui nos prestigiam, Sr. Paulo Gonet e Ministro Flávio Dino.

Eu queria inicialmente, antes de fazer meus questionamentos e posições, ler uma frase célebre de Winston Churchill, que diz: "A coragem é a primeira das qualidades humanas, porque é a qualidade que garante as demais". E eu dirijo essa frase ao Sr. Paulo Gonet e ao Sr. Flávio Dino e me explico.

As perguntas já feitas pelo Senador Rogerio Marinho e pelo Senador Esperidião Amin sobre o inquérito do fim do mundo e... (*Pausa.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou retomar o tempo de V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Então, as questões já suscitadas pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Rogerio Marinho, Dr. Paulo Gonet, sobre o inquérito do fim do mundo...

E não só isso. Comentei com o senhor – ontem o recebi em meu gabinete – e falei com o senhor que, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal está ignorando solenemente a existência da Procuradoria-Geral da República, o MPF, e a única voz que eu lembro que se levantou com coragem é uma mulher do Rio Grande do Sul chamada Lindôra – eu comentei isso também –; ou seja, ministros do Supremo Tribunal Federal estão abrindo inquéritos de ofício, não estão ouvindo, respeitando, lendo sequer os pareceres de V. Exas.

Como o senhor se posicionou perante o Senador Esperidião Amin dizendo que não pode se posicionar agora, porque não tem profundo conhecimento, e que tem que esperar ser sabatinado, sinceramente isso não demonstra da sua parte... E o que eu lhe pedi ontem... O que eu lhe pedi é que o senhor tenha coragem – coragem –, para erguer o Ministério Público Federal, que hoje, infelizmente, é ignorado – ignorado –, inclusive com a morte agora, depois de vários pareceres da PGR, de um cidadão que já tinha vários pareceres de vocês, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal ignorou. Não só o Clezão que faleceu, Dr. Paulo Gonet. E quanto às outras coisas? Abrir inquéritos de ofício? A Justiça devia ser passiva, e hoje é uma justiça ativa.

Se o senhor não tiver um comprometimento aqui, claro, posicionado, de que o senhor vai defender a instituição... Não tenho nada contra nenhum ministro do Supremo Tribunal Federal, mas tem que ser claro em defesa do Ministério Público Federal. Aí eu vou voltar com a minha palavra do que eu me comprometi com o senhor, porque as suas posições conservadoras me agradam muito, apesar de que existe uma mácula na sua história, que é a condenação injusta do Presidente Bolsonaro, por ter falado mal de urna eletrônica. Por quê? E sobre isso também falo com o Sr. Flávio Dino. O Ministro Flávio Dino, por três, quatro, cinco, vários anos diferentes, criticou urna eletrônica e está aqui, hoje, sendo sabatinado para ser um possível Ministro do Supremo Tribunal Federal. Leonel Brizola, Ciro Gomes e tantas outras autoridades de direita e de esquerda já falaram das suas dúvidas, dos seus medos, dos seus temores sobre urna eletrônica. E por que Bolsonaro, que não tem um crime nas costas – nada! –, foi condenado inelegível? Isso para mim é ditadura pura do TSE e do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu preciso do senhor um comprometimento, sim, e precisa não é guerrear, mas se posicionar, frente ao Supremo Tribunal Federal, que desrespeita a instituição da qual o senhor é carreirista. Ministro Flávio Dino, o senhor, Leonel Brizola, Carlos Lupi, Ciro Gomes, Simone Tebet, João Amoedo, Roberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requião e Jair Bolsonaro, Presidente Davi Alcolumbre, já criticaram a urna eletrônica. Inclusive, alguns vídeos do Ministro Flávio Dino atribuindo à urna eletrônica a sua derrota lá no Maranhão.

Ele não está inelegível. Foi eleito agora Senador. Está aqui sentado sendo sabatinado. Por que Bolsonaro? Então, nós não temos hoje um tribunal perseguidor? Qual é a garantia que eu tenho de que o Ministro Flávio Dino, que sabe que eu sou oposição à candidatura dele, e não é nada, ele nunca me fez nada. Nunca. Eu acho que sequer nos cumprimentamos aqui.

O problema é que os posicionamentos que ele fez ao longo de sua trajetória de Ministro da Justiça e as falas dele de que bolsonarista é pior do que não sei o quê, que é bandido, que é não sei o quê, que quem é CAC é não sei o quê, vagabundo, é terrível. É perseguição. E aí, a gente imaginar que, depois que o cara bota uma capa preta, ele vira um anjo protetor da Constituição. Por favor!

Então, nós temos uma história. Quem escreve a nossa história, o nosso currículo são as nossas ações. E o Ministro Flávio Dino, não é nada contra ele, nada. Simplesmente o povo, Sr. Flávio Dino, tem medo, medo realmente das declarações que o senhor teve, das perseguições.

Outra coisa que eu pergunto para o senhor. O senhor conhece de lei muito mais do que eu. O senhor foi juiz. Eu não vou questionar aqui o seu conhecimento jurídico, nunca. Não sou louco. O senhor foi juiz oito anos, foi concursado. Se eu não engano, foi primeiro lugar. Parabéns.

Agora, no Código de Processo Penal, que eu conheço pouco, o senhor tem que conhecer mais do que eu, no art. 301 diz: qualquer um da lei, inclusive forças policiais, presenciando, testemunhando crime, uma ação contra a lei, pode utilizar a sua prerrogativa de cidadão para prender.

No 8 de janeiro, o senhor estava no ministério tuitando com 280 homens embaixo e o senhor não só não cumpriu o art. 301 como também, na minha opinião, foi omisso em falar o seguinte: "Força Nacional, eles estão quebrando tudo, estão quebrando Brasília, ajam". E agora, fala: "Ah não, eles estavam ali para proteger o Ministério da Justiça". Isso é conversa fiada, Ministro, me perdoa.

E lembrando que, em 2002, Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.408 obrigando o voto impresso a partir de 2004.

Então, eu quero saber dos senhores, a minha primeira pergunta, se, de acordo com todos esses políticos de notoriedade nacional que já falaram mal da urna eletrônica, que já levantaram suspeições da urna eletrônica, se, o Sr. Paulo Gonet, sobre a condenação a Jair Bolsonaro, e o Ministro Flávio Dino, que também concordou com o Ministro Barroso sobre vencer bolsonarismo, se foi realmente uma atitude justa por parte dessas côrtes.

Ministro Flávio Dino, liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em falas recentes, em maio deste ano, o senhor, enquanto Ministro da Justiça, fez afirmações como "a liberdade de expressão foi sepultada no Brasil", classificou a liberdade de expressão autorregulada como fraude e falcatrua e prometeu que colocaria a Polícia Federal atrás de quem não seguisse as determinações do Ministro da Justiça. Está gravado.

Como um juiz indicado ao Supremo, deveria saber e respeitar o que a Constituição diz, no seu art. 220: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição".

Aí eu tenho duas alternativas, Sr. Flávio Dino: ou o senhor – isso aqui é questionável – não tem notório saber jurídico porque ignora o art. 220 e o art. 5º, em diversas cláusulas, da Constituição Federal, ou o senhor ignora o papel do Legislativo, atropelando as atribuições de Ministro no desejo de criar leis restritivas, o que não é aceitável para um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Essa é uma segunda pergunta.

Ministro Flávio Dino...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ela gostaria de cumprimentar os indicados.

Vou repor, vou repor, vou repor. (*Pausa.*)

É por educação, é por educação. (*Pausa.*)

Por gentileza, Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos lá.

Quando eu faço algumas perguntas, às vezes eu falo Flávio Dino ou ao Paulo Gonet, mas os dois se sintam sabatinados.

Em decisão recente do Supremo, decidiu-se que a imprensa seria responsabilizada caso um dos seus entrevistados falasse algo que fosse classificado como desinformação ou *fake news. C*rime que, aliás, pergunto ao Flávio Dino, se existe. É crime *fake news* no Brasil? Qual é a sua opinião sobre mais essa decisão do Supremo Tribunal Federal?

Por último, Sr. Flávio Dino. Em setembro do presente ano, o Advogado-Geral da União, o Sr. Jorge Messias, foi ao antigo Twitter, o X, declarar que estava determinando à Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia – nome bonito para o que eu chamo de Ministério da Verdade do Governo Federal – a instalação de um procedimento investigatório contra o jornalista Alexandre Garcia, que é uma lenda, que é uma biblioteca, que é um acervo ético do jornalismo brasileiro, porque ele disseminou *fake news*. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguida, o senhor, Flávio Dino, usou também as suas redes para dizer que a Polícia Federal já estava ciente dos fatos e que adotaria providências contra o jornalista. O que é isso aqui? A gente já está vivendo na Venezuela? Isso não é uma atitude ditatorial, na sua opinião?

A minha pergunta é: qual o dispositivo constitucional em que o AGU e o senhor, ou do Código de Processo Penal, estão se baseando para imputar um crime contra o Alexandre Garcia?

Então, tenho aqui mais algumas perguntas e peço vênia para o Presidente, porque fui interrompido algumas vezes.

O senhor considera válido o debate acerca de transformar os votos do Ministro Supremo Tribunal Federal em votos secretos, Sr. Flávio Dino?

Outra: a Lava Jato foi uma investigação profunda sobre os esquemas de corrupção do Brasil, um dos maiores do mundo, inclusive com acordos de leniência, delações premiadas, que devolveram bilhões de reais aos cofres públicos. No dia 06/09, o Ministro Toffoli anulou provas contra o Presidente Lula e Odebrecht. Qual a sua posição, visto que o Presidente Lula foi condenado por unanimidade em três instâncias, com ações do Judiciário e do Ministério Público Federal em colaboração e sintonia?

Outra coisa, Sr. Flávio Dino: o senhor foi delatado na planilha da Odebrecht com o sobrenome Cuba. Isso não confronta com a reputação ilibada do senhor?

Estou terminando, Sr. Presidente.

Em 19/04, um ato da Secretaria de Segurança Pública do Estado Maranhão, subordinada ao então Governador Flávio Dino, expediu ordem para a PM fazer levantamento e monitoramento de opositores a seu Governo. Pergunto: isso é republicano? Não posso concluir que o senhor é perseguidor de seus oponentes? Eu, enquanto opositor aberto ao senhor e da sua indicação ao Supremo, será que não serei perseguido pelo senhor?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por fim – é a última pergunta, Sr. Presidente –, dia 12/07, o Ministro do Supremo, em evento da UNE, disse ao seu lado: "Nós derrotamos o bolsonarismo", sob aceno positivo da sua cabeça, além de aplausos efusivos.

O Presidente deste Congresso, Rodrigo Pacheco – silêncio, por gentileza –, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu a retratação do Ministro Barroso, que, segundo Pacheco, fez uma fala política em um evento político que violou o artigo do *impeachment*. Qual é a opinião do senhor? O Ministro Barroso violou, com as falas do Pacheco? E qual a sua opinião sobre isso?

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela pergunta.

Eu acho que nós devíamos definir algumas coisas, para que o diálogo flua de um modo mais proveitoso para a formação de opinião todas as V. Exas. aqui presentes e também do público que está nos assistindo.

V. Exa. falou em coragem. Coragem é uma palavra que se aplica a várias situações. Nós temos a coragem do pugilista, nós temos a coragem da pessoa que pula de paraquedas, nós temos a coragem da pessoa que pula de um precipício para morrer e temos a coragem do Procurador da República, ideado pelo Constituinte.

A coragem do Procurador da República, que o Constituinte de 1988 quis que estivesse presente nos seus membros, é a coragem de seguir atuando de forma institucional, não importando a provocação que seja levada a ele. É a coragem de não expor o que está na atribuição de outro colega tratar. É a coragem de resistir ao encanto, à sedução de brilhar num determinado instante, de obter a adesão efervescente do público num determinado momento.

A coragem do Procurador-Geral da República, a coragem de todo Procurador da República e de todo membro do Ministério Público está nisto: em se empenhar sempre na defesa das prerrogativas do Ministério Público, na defesa da ordem jurídica.

Essa é uma coragem, Senador, que o senhor pode ver comprovada na minha história de 36 anos de membro do Ministério Público Federal. Durante esse período, eu tive a coragem de ser fiel ao que o Parlamento decide, de não querer corrigir o que o Parlamento decide, mas de aplicar as leis de acordo com o plano que o legislador tinha ao concebê-las. Isso, ao longo da minha carreira, atraiu tanto apupos da esquerda quanto da direita.

Nos casos que V. Exa. mencionou ultimamente, eu não condenei o Presidente Bolsonaro: eu fiz um parecer que indicava esse resultado como o devido diante das circunstâncias que estavam ali no processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Enfim, o que V. Exas. podem ter, se confiarem e derem o voto de confiança para a indicação que o Presidente da República fez para o Procurador-Geral da República, é alguém empenhado em toda a extensão da defesa das prerrogativas do Ministério Público e alguém que vai dar atenção prioritária aos casos que merecem essa atenção prioritária, com a mesma independência que o Constituinte quis que os integrantes do Ministério Público dispusessem, e isso em favor do Estado democrático de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Dr. Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Sr. Presidente, eu reitero que, sobre casos concretos, é claro que eu não posso antecipar a opinião porque seria descabido. Como já mencionei, eu acredito que o pronunciamento judicial se dá no caminho formal, e evidentemente não posso aludir aos vários casos concretos referidos na pergunta.

Sobre declarações relativas à urna eletrônica, no meu caso, são declarações de quase 15 anos atrás. Evidentemente, a urna eletrônica não é mais a mesma. Houve uma série de inovações tecnológicas, por exemplo a biometria, e tanto é que todos nós fomos eleitos por ela, inclusive o senhor.

Em relação à liberdade de expressão, houve a supressão de uma palavra na sua citação: eu mencionava liberdade de expressão absoluta, liberdade de expressão como valor absoluto, e de fato essa fronteira é muito nítida. Eu não conheço nenhum jurista do Brasil e de outro país que discorde dessa afirmação, na medida em que você tem crimes que constituem fronteira a essa possibilidade.

No caso a que o senhor aludiu, o caso concreto, como disse, eu não posso lhe responder, o caso do jornalista. Quem sabe um dia chegue exatamente ao Supremo Tribunal Federal? Houve um ofício à Polícia Federal para investigação, porque havia indícios de que havia uma referência errada, um problema de barragens hidroelétricas, algo assim, mas eu não posso me pronunciar quanto ao mérito em relação a isso.

Sobre o sistema de votação no Supremo, Senador, nós temos dois sistemas no planeta: um se chama *seriatim;* e o outro, *per curiam*. Ao que eu aludi – e reitero aqui – é que talvez o sistema brasileiro mereça um temperamento com os elementos do sistema *seriatim*, que nós praticamos, com os elementos do sistema *per curiam*. Apenas isso. E é claro que é um debate constitucional de enorme importância.

Finalmente, sobre alusões a casos que envolvem supostos acusados etc., eu lembro ao senhor o art. 5º, inciso LVII, da Constituição, que trata da presunção de inocência. Então, de fato, não existe nem em relação ao Presidente da República, nem em relação ao senhor, nem em relação a mim, nem a ninguém possibilidade de inverter a presunção. Então, antes do trânsito em julgado, não há ninguém condenado. Por isso, tecnicamente, não é correto falar em condenação na medida em que ela não transitou em julgado, assim como, tecnicamente, não é possível falar em culpa, porque ela não transitou em julgado e prevalece aquilo que eu aludi bem no começo, que é a presunção de inocência. Isso vale para todos cidadãos brasileiros e está plasmado na Constituição.

Finalmente mesmo, porque foram muitas as questões, eu tentei aqui colocar uma certa congruência em relação aos questionamentos, é em relação a esse ato de 2016 da PM do Maranhão. O ato não foi meu, e isso foi julgado tanto pelo TRE como pelo TSE, e eu fui... a ação foi julgada improcedente nas duas instâncias, e aí houve trânsito em julgado, por unanimidade, reconhecendo que o fato nada tem a ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comigo. Se o senhor tiver curiosidade, o número do processo é AJE 0601963-79.2018.6.10.000. Essa é a decisão judicial que prova que esse fato não existiu e é essa a decisão transitada em julgado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem a réplica.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ministro Flávio Dino...

Alô, alô, alô.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Som.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está saindo aí?

Ministro Flávio Dino...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom, está bom.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está o.k.

Ministro Flávio Dino, o senhor, como o Sr. Paulo Gonet, acabou não respondendo nada, porque... O Toffoli está certo ou errado na questão de cancelar as provas da Odebrecht? Pergunta direta, simples.

Ô, Paulo Gonet, Dr. Paulo Gonet, a Procuradoria vai se manifestar sobre as arbitrariedades do Supremo ou não vai? Vai continuar sendo ignorado ou não vai? Vai continuar deixando gente presa, sem comer, sem tratamento médico ou vai se defender a favor, como quarto poder, que eu considero, da população?

Ministro Flávio Dino, a questão do voto secreto no Brasil é proibida por artigo constitucional, é cláusula pétrea. Não dá para se discutir voto secreto no Supremo Tribunal Federal. O senhor quer o artigo constitucional? Não podemos discutir mais nada em sigilo. Inclusive, hoje, eu fiz uma PEC, para a qual ainda não consegui os votos, de que votos fossem abertos para que a população saiba quem é joio e quem é trigo aqui dentro. E o senhor não me respondeu se *fake news* é crime ou não. Então, eu estou cheio de dúvidas ainda.

O artigo constitucional, Ministro Flávio Dino, é o art. 5º: "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem". Como se trata do art. 5º, é cláusula pétrea. Tal questão não poderá ser o objeto de deliberação, conforme art. 60, inciso IV, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que os senhores me respondessem sem "juridiquês", para o povão que está nos ouvindo entender, se existe ou não crime de *fake news*, por que o senhor falou que a Polícia Federal vai perseguir Alexandre Garcia...

Também queria perguntar para o senhor: esses dias, alguns membros do Supremo – cuja vaga o senhor está aqui sendo sabatinado para alçar – criticaram abertamente a PEC 08, que nós... Hoje eu sou colega do senhor, porque o senhor é Senador como eu, não é? A gente votou aqui uma PEC, estavam exigindo a renúncia de Jaques Wagner publicamente, e nos bastidores – exceto se a Globo está mentindo, porque eu vi o debate– dizendo que nos chamaram de vagabundos, sujos, ou seja, um Supremo que se expõe e interfere diretamente nas atribuições do Legislativo.

Então eu queria que – não sei se eu que não entendo direito – os senhores pudessem ser mais claros nas perguntas que eu lhes faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para a tréplica, Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado.

Senador, eu me reporto às outras respostas que eu dei anteriormente e volto a dizer que não tenho como afirmar o que é que eu vou fazer se vier a merecer a confiança de V. Exas. e vier a assumir o cargo de Procurador-Geral da República antes de conhecer todas as circunstâncias dos casos que me forem submetidos formalmente.

O que eu posso dizer também, e isso talvez seja bem claro para qualquer pessoa, eu vou falar puro português, é que agir de outra forma ou me comprometer a agir de uma outra forma seria demonstração, a meu ver, de leviandade e mesmo de irresponsabilidade da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu compreendo, Senador, a sua ansiedade. Se fosse um mês atrás, eu teria o maior prazer de travar um debate político com V. Exa., mas, na condição em que aqui estou, eu não posso fazê-lo e não o farei, porque este é um requisito constitucional: notório saber jurídico e reputação ilibada. Eu não estou aqui como político, para fazer debate político com o senhor e nem com ninguém. Então, de fato, eu diria que precluiu, nós temos uma preclusão. Eu não posso retornar no tempo, mas eu teria imenso prazer, quem sabe em outro momento, de fazer o debate político com V. Exa. E, por isso, reitero, eu não posso e não irei me manifestar sobre casos concretos, porque isso vai gerar impedimentos, suspeição, à luz do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil. É um imperativo técnico, eu tenho que cumprir esse imperativo legal e, por isso, eu não posso emitir opiniões sobre questões que talvez ou provavelmente serão julgadas pelo Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos sistemas, evidentemente, quando eu me refiro ao *seriatim* e ao *per curiam*, é claro que eu falo de mudança constitucional como uma possibilidade, não é uma questão regimental. Demandaria, sim, uma reflexão, à luz de experiência de outros tribunais constitucionais, dos Estados Unidos, por exemplo. Eu nunca aludi a decisões sigilosas ou a votos sigilosos, eu aludi a debates e isso é uma possibilidade que outros tribunais constitucionais do mundo fazem. Mas esse não é assunto que o Supremo vai decidir e, sim, eventualmente, já que há esse debate sobre emendas constitucionais, quem sabe um debate sobre essa alteração do sistema seriado para o sistema pela corte, sistema coletivo de emissão de decisões, quem sabe seja um tema relevante a ser aqui tratado.

Sobre todas as demais questões, como disse, o caso do Sr. Alexandre Garcia está judicializado. Houve uma ação e creio que há uma investigação, então eu não posso realmente, na condição que eu estou aqui, emitir uma opinião. Apenas digo ao senhor que, em tese, claro que não existe o crime *fake news* na legislação penal, mas *fake news* pode caracterizar crime, e no mais das vezes caracteriza, porque *fake news* pode ser ameaça, *fake news* pode ser calúnia, pode ser injúria, pode ser difamação, pode ser violação aos direitos políticos das mulheres, ou seja, pode ser associação criminosa, então eu poderia citar aqui ao senhor pelo menos os 20 tipos penais diferentes que estão ínsitos à prática das *fake news*. Nesse caso concreto eu não posso dizer a minha opinião, mas, em tese, afirmo ao senhor que a prática de *fake news*, além de ser imoral, abjeta, sim, pode configurar crimes, vários crimes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Só um minuto... Pois não.

Senador Magno Malta, com a palavra, V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Dr. Paulo, Senador Flávio Dino, eu espero – acho que só do decano Gilmar Mendes eu não participei da sabatina, e também das do André Mendonça e do Kassio, porque eu não estava aqui –, vou esperar para ver, diante das suas palavras, diante das suas colocações, que o senhor será de fato a exceção daquilo que eu vejo. Todos os sabatinados que se assentaram aqui – eles todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu só queria que Jaques não me perturbasse.

Porque, para mim, um homem nunca será separado das suas convicções.

Na sua palavra, o senhor falou sobre a separação dos três Poderes, que acredita na Constituição e na separação dos três Poderes. Nós acreditamos, embora o Brasil não viva este momento vigente de três Poderes. Mas, quando o senhor disse que o senhor está sendo sabatinado, e o que foi dito na seara política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no embate político... O que o senhor disse aqui é conduta ilibada e ter o conhecimento jurídico para ir para aquela Casa. "Quando um homem é indicado para o Supremo, tudo muda", essa frase eu já ouvi de todos.

Não sei se o Sr. Paulo e o Senador Flávio Dino já ouviram e leram o discurso feito aqui sobre liberdade pelo Ministro Alexandre de Moraes. Ninguém na vida conseguirá escrever algo sobre liberdade como ele escreveu e falou aqui.

O que o Sr. Fachin e todos eles disseram aqui, ao ouvirem as palavras "ativismo judicial"... Porque, nesse momento, uma sabatina é um TCC, é alguém que está sendo ouvido por uma banca para poder ser aprovado ou não. Por isso, eu penso que determinadas questões eu até entendo, mas, *grosso modo*, não, porque, se eu não souber o que o senhor pensa ao chegar lá... Eu sei o que o senhor pensa hoje antes de ser Ministro, e um homem não é separado das suas convicções. Se um dia eu fosse para uma casa dessas, eu iria com minhas convicções. E o senhor é muito claro, o senhor não esconde o que pensa, o senhor é um comunista assumido, um marxista assumido e falou que faz o que Lenin falou – o que Lenin falou –, o que fez Lenin. O senhor é um comunista assumido, que não tem nada a ver com os valores daquilo em que eu acredito e que prego. É um direito seu, e a regra da boa convivência é respeitar. É seu direito e é o meu direito.

Agora, veja, o Ministro Fachin – aqui como advogado estava –, um militante de esquerda... E eu disse: "O senhor é um militante de esquerda". Ele estava com tudo aqui da militância dele, como tem aqui as suas frases, aquilo que o senhor falou, aquilo que o senhor sempre disse, que o senhor afirmou como Ministro da Justiça, as suas falas, muitos arroubos. Mas o senhor está indo para o Supremo Tribunal Federal se aprovado for.

O senhor disse que as decisões monocráticas são um desvio. E eu quero dizer ao senhor que foi uma decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes que manteve o Cleriston, depois que o Ministério Público, na investigação, constatou e pediu a soltura dele por não encontrar nenhum tipo de crime.

Bem, eu estava na CPMI. O senhor disse que todas as imagens foram... O Ministro Alexandre de Moraes disse que tinha as imagens, mas o que recebemos de lá não foram todas as imagens, mas elas estão à disposição – elas estão à disposição. Pois bem, com imagem à disposição, tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o seu ministério devem saber quem vandalizou e quem não vandalizou, que estava na Esplanada dos Ministérios, já que as imagens estão lá e devem ter sido vistas por um grupo de pessoas especializadas dentro do ministério e também dentro do Supremo Tribunal Federal.

O Fachin me disse, Dr. Paulo e Senador Flávio Dino, com estas palavras: "Senador Magno Malta...". Quando eu falei das minhas pautas de vida, das minhas pautas de costume, do meu enfrentamento ao aborto, do meu enfrentamento às drogas, à ideologia de gênero, à erotização de criança em escola, ele só disse assim a mim: "Senador, quando um homem chega ao Supremo Tribunal Federal, quando ele é votado e é aprovado, tudo muda, começa do zero". Eu disse: "Como assim?". Ele disse: "É um novo começo". E eu disse: "Não, Ministro, não se separa um homem das suas convicções".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, uma vez aprovado, irá para o Supremo no lugar de Rosa Weber, que fez questão de declarar o seu voto numa questão que é do Legislativo, que é o debate sobre o aborto. O senhor deve herdar mais ou menos 300 processos que ficaram. E entre esses processos que ficaram, que lá estão, estão alguns processos que foram construídos em cima de narrativas e foram parar no Supremo, que envolvem o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

O senhor fez analogia do zagueiro, do centroavante e do goleiro. Hoje, hoje, no exercício de Ministro da Justiça, o senhor tinha uma posição; lá, o senhor terá outra. Eu pergunto: com a minha crença de que um homem carrega consigo as suas convicções, e o senhor nunca se escondeu do fato de ser comunista e sempre comentou sobre isso, nunca negou para ninguém... E eu disse ao seu Relator que, de todos que serão sabatinados, é o mais claro de todos, porque o que o senhor fala está registrado, está colocado. A sua fala sobre as urnas, não tem crime nenhum nisso. Quem quer defender, fala: "Ah, mas vocês foram eleitos Senadores e Deputados com essa mesma urna". Não. Essa discussão é sobre eleição majoritária. Quando o senhor falou, o senhor foi candidato a Governador. Nós estamos falando de eleição de Presidente... E qualquer um pode falar mal de urna. O que é urna, para você não falar mal dela? Agora...

Maduro tirou uma onda com a urna, agora, falando do voto impresso. É verdade. Se isso foi falado a 15 anos atrás, a 14 anos atrás, a 13 anos, não interessa. E se foi falado agora, qual é o crime? E ele foi colocado inelegível porque falou mal das urnas. Eu pergunto, herdando 300 processos da Ministra, que, ao perguntada por mim, aqui, sobre ativismo judicial, me disse: "Senador, o ativismo judicial no Brasil existe, e se um Ministro do Supremo quer fazer política, quer militar, ele tire a toga e vá disputar eleição". O senhor disse que fora da toga, aí você pode vestir a camisa que você quiser, da cor que você quiser, mas a toga é preta, porque é igual para todo mundo! A minha pergunta é: o senhor será um militante de esquerda dentro do Supremo, como o senhor sempre foi nas suas convicções? O senhor tratará os processos...

Porque, enquanto, na sua analogia, jogador de futebol, o senhor é inimigo político de Jair Bolsonaro. Em herdando os processos que estão com Rosa Weber, como o senhor tratará? Como o senhor cuidará?

Porque... Que o senhor seja a exceção da regra. Porque todos que passaram aqui, o que eles disseram... Pegue, meu Presidente Davi Alcolumbre, as notas taquigráficas, as filmagens aqui desta Casa, da sabatina de Rosa Weber, da sabatina de Alexandre de Moraes, da sabatina de Barroso, da sabatina de André Mendonça, que disse aqui... E eu estou dizendo: é o "terrivelmente evangélico". Eu estava aqui de máscara, sem mandato, mas vim trazer o meu apoio. E durante aqueles quatro meses de atraso de Davi, eu batia, mesmo de longe. Ele disse: "Na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição". E, na primeira oportunidade que ele teve de votar, ele violou o art. 53 e condenou Daniel Silveira. Não é para cumprir a Constituição?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O senhor, se aprovado aqui, o senhor sairá com o título de guardião da Constituição. Eu rogo que o senhor seja a exceção da regra, porque todos que lá estão são militantes políticos.

Na hora da tréplica, eu vou fazer a minha tréplica perguntando ao senhor, porque eu gastei meus dez minutos falando diretamente ao Senador Flávio Dino. Aí eu quero perguntar ao senhor... Porque nós tivemos Brindeiro, engavetador, aqui; depois, tivemos outros. O senhor tem a oportunidade de mudar a história e colocar de pé o Ministério Público, porque ele tem sido desrespeitado por decisões monocráticas, como disse o Senador Flávio Dino, e eles estão todos assanhados com o Pacheco por causa disso, ao ponto de falarem, verbalizarem coisas que realmente não têm a menor necessidade, visto que Pacheco é o Presidente de um Poder. São três Poderes harmônicos entre si.

Na verdade, a decisão monocrática mata, tira a vida de pessoas. Uma decisão monocrática colocou o Clezão nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu agradeço os questionamentos, Senador Malta.

Existe uma passagem na Carta de Tiago que a fé sem obras é morta. Então, mais do que falar de convicções, eu as lastreio em obras práticas. Trinta e quatro anos de serviço público não são palavras ao vento.

Por isso eu quero manifestar enfaticamente toda a minha confiança no Supremo Tribunal Federal. É claro que, como instituição humana, ela não é perfeita, mas eu realmente não posso concordar com a ideia de que todos os ministros, todas as ministras que por ali passaram, ao longo de décadas, e os atuais sejam inimigos da nação. Realmente eu quero dizer que discordo de V. Exa. Claro que o senhor tem todo o direito de considerar o que quiser, mas eu realmente tenho, como brasileiro, muita confiança no Supremo Tribunal Federal como instituição. Como disse Campos Salles, o quarto Presidente republicano, é a joia das instituições republicanas. Então, assim considero e, portanto, remarco essa diferença em relação a V. Exa.

Sobre o ativismo judicial, em outro momento, eu terei, assim, o maior prazer de debater com o senhor, porque é um tema que remonta ao início do século XIX. A primeira decisão ativista da Suprema Corte dos Estados Unidos data de 1803, liderada pelo *Chief Justice* Marshall, num caso fundamental para a história do Direito Constitucional. Nós temos decisões ditas ativistas para todos os lados. O senhor sabe que, no século XIX, a Suprema Corte dos Estados Unidos legitimou a escravidão. A Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1896, consagrou a doutrina dos separados porém iguais, que permitia a segregação racial em escolas. Isso era ativismo. Em 1905, o Estado de Nova York aprovou uma lei limitando a jornada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho dos padeiros em 60 horas semanais. Essa lei foi declarada inválida pela Suprema Corte dos Estados Unidos porque violaria a liberdade de contratação; é uma decisão ativista.

Então, não há decisões ativistas num só sentido; é um fenômeno realmente bastante antigo e que merece, sim, análise, até porque isso diz respeito ao elemento fundamental da lógica aristotélica que nós seguimos até hoje, do governo moderado, que veio, obviamente, desembocar no pensamento liberal de Montesquieu, Locke e outros que conformaram a teoria da tripartição funcional do Estado.

Então, eu terei, assim, um imenso prazer, porque discuto isso com os meus alunos há 29 anos e considero que é um tema de alta importância.

Em relação a convicções, na verdade, um juiz não pode sobrepor as suas convicções individuais em relação aos valores plasmados nas leis. Isso é um ditame básico, que emana do nosso sistema jurídico. É claro que não é o "juiz boca inanimada da lei", de que falava Montesquieu, paradigma oitocentista pós-Revolução Francesa, não, mas é claro que um juiz tem que controlar a sua subjetividade porque ele não pode ser um ditador. Então, evidentemente, eu considero que convicções pessoais – muitas vezes fiz isso na minha vida de magistrado, 12 anos de magistrado em vários tribunais, várias cortes –, às vezes você faz o que os da área do Direito sabem; você ressalva o seu entendimento pessoal, e diz: acompanho tal posição, ressalvando o meu entendimento pessoal.

Então, eu afirmo ao senhor que assim fiz durante 12 anos e assim seguirei fazendo, assim como a política ensina. Quando uma lei é votada, nenhum Relator impõe a sua vontade; ele precisa consertar um "se", é preciso articular, e, por isso mesmo, às vezes, você cede em relação às suas convicções pessoais para aprovar a lei.

Então, eu acho que esse é o sistema institucional certo.

Sobre convicções, eu creio que o senhor continua lendo a Bíblia. Eu tenho três passagens muito importantes que eu vou apenas mencionar e pedir que o senhor leia: Êxodo 16, sobre o maná que cai do céu; Mateus 25, sobre os pequeninos; e Atos dos Apóstolos 4. Essas são passagens, assim, que iluminam, com toda a certeza, aquilo que eu sou, aquilo que eu sempre fui, aquilo que eu serei.

Para precisar a minha posição sobre decisões monocráticas, para não haver equívoco, é claro que as decisões monocráticas fazem parte – sempre fizeram e sempre farão – do sistema judicial brasileiro. Claro, porque você tem um sem-número de leis votadas no Congresso que autorizam decisões monocráticas. Eu me referi ao controle de constitucionalidade das leis. Sendo mais preciso, à ADI, à ADPF e à ADC, processos de índole objetiva que fazem o controle de constitucionalidade das leis. Aí, sim, repito o que eu disse: decisões monocráticas nessa matéria são excepcionalíssimas – nessa matéria específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, sobre a questão da individualização da pena. Sim, claro, é impossível, à luz do art. 59 do Código Penal, julgar sem que você examine os atributos que estão lá postos. Assim fiz na minha vida toda, e assim farei se merecer a honra da aprovação deste Senado.

Em relação ao tema do aborto, minha posição é pública bastante antiga e reiterada em sucessivas entrevistas. Eu, assim como Norberto Bobbio, tenho uma posição jurídica no sentido de que o sistema jurídico, o sistema legal pode ser debatido, talvez, no Congresso Nacional. Norberto Bobbio teve uma posição muito restritiva em relação ao direito ao aborto na Itália.

Então, eu não imagino realmente que seja caso de uma decisão judicial sobre isso, e, sim, de um debate no Parlamento.

Como o senhor sabe, é claro que esse processo já foi votado pela Ministra Rosa, e, evidentemente, eu não posso, eventualmente, rever o voto que ela proferiu, respeitável, não há dúvida, mas desconforme com aquilo que, particularmente, eu penso.

E vários aqui têm mencionado uma confusão entre adversário político e inimigo pessoal. Eu não sou inimigo pessoal de rigorosamente ninguém. Tanto é, que a bancada federal do Maranhão, todos os partidos políticos, inclusive o seu, todos os Parlamentares do seu partido assinaram uma nota em meu apoio. Então, eu não cultivo inimigos pessoais.

Falam "ah, o Bolsonaro", etc. Eu almocei com o Presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto. Ele me convidou, e eu almocei com ele. Foi um almoço normal. Então, eu estive em várias reuniões com S. Exa. Era o Presidente da República, e eu governava um estado.

Uma coisa é adversários políticos...

Sim, o senhor já foi, em algum momento, meu aliado político. Nós dividíamos juntos relatorias, eu na Câmara, o senhor no Senado. Hoje, infelizmente, o senhor está em outro campo, mas eu não considero o senhor inimigo pessoal.

Então, essa é a nuance que determina a posição jurídica futura, e eu faço questão de sublinhar esses itens, para deixar evidenciado que, se amanhã, qualquer adversário político que eventualmente eu tenha tido, em algum momento, chegar lá, por alguma razão – e eu espero que não chegue –, evidentemente terá o tratamento que a lei prevê, afirmo ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Magno, para a réplica.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Bom, Senador Flávio Dino...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é claro que eu não estou falando – e o senhor deve ter me entendido – da Suprema Corte. Eu respeito a Suprema Corte. Eu estou falando de militância de ministros que são passageiros... São longevos, mas são passageiros, mas ela permanece. Não estou falando do Supremo Tribunal, da sua vida, de ministros que por lá passaram, que se aposentaram... Não. Já teve momento ali de muita solidez e segurança da população brasileira. Eu estou falando é desse momento. A minha pergunta é sobre esse momento, sobre essa composição que lá está.

O senhor é Senador. O Ministro Gilmar Mendes nos chamou de pigmeus. O que o senhor pensa sobre isso? É esse ministro, Flávio Dino. Ele chamou o Senado de pigmeus. O que é que o senhor pensa sobre isso?

O Ministro Gilmar Mendes disse que, sem o Supremo, não teria Lula. E aí eu sou punido porque falei mal da urna?

Alguns desses atores políticos que aí estão se referindo àqueles que têm mandato não teriam mandato se não existisse o Supremo – disse o Ministro Gilmar Mendes.

Então, não estou falando da instituição que eu respeito, e respeito, nem daqueles que por lá passaram. É uma instituição longeva, de grandes serviços prestados ao Brasil. Eu estou falando exatamente desse momento, em que nós temos um ativismo judicial tão alto, tão ferino, que é uma ditadura judicial.

Quando o Pacheco, como Presidente desta Casa, abriu a boca e disse que está havendo interferência de um Poder neste Poder, houve uma reação coletiva sobre ele. Eu estou falando porque, na sua fala, o senhor começa falando sobre os três Poderes e o respeito mútuo entre si. Eu estou tratando dessa composição que aí está...

Sai daí, Rogerio, da minha frente. Valeu! Mais um minuto. Reponha os cinco minutos que o Rogerio ficou aí.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não posso nem passar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quero dizer ao senhor que eu conheço os textos da Bíblia, já li e continuo lendo. Hoje, antes de vir para cá, fiz isso. Eu achei que o senhor realmente era aquilo que o Rogerio Marinho tinha acabado de falar, como o senhor veio, mas o deboche lhe é uma coisa peculiar, faz parte. O senhor me citou os textos, e eu disse que os conheço, os li, e o senhor faz um aceno, na minha visão, debochado, mas eu vou seguir na minha linha. E a minha linha é que eu estou falando desse momento do ativismo; eu estou falando do momento do "perdeu, Mané"; eu estou falando do momento do "derrotamos o bolsonarismo", frase de um Ministro, que hoje é Ministro do Supremo, e de uma Corte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esse Ministro advogava, de fato, absolveu um terrorista, e pessoas, por decisão monocrática, inocentes estão presas. Eu estou falando desse momento – esse terrorista, hoje preso por ter queimado crianças vivas, está preso na Itália –, de um Ministro que vai dar um voto sobre a maconha e, lá atrás, quando ele votou, disse que o cidadão brasileiro tem direito a tomar um porre e dormir de porre, mas ele também pode fumar um baseado. Olha, é apologia ao crime! Eu estou falando desse momento desta Suprema Corte, para onde o senhor está indo.

Então, a minha pergunta foi muito clara: ao chegar lá, de fato, ao colocar a toga, que é preta, não tem cor, o senhor deixa a sua camisa vermelha, põe a toga preta? Na verdade, o senhor disse e afirmou em entrevista que será um juiz que vai agir com imparcialidade. Essa é a minha pergunta, em conjunto com o que V. Exa. disse no começo, do respeito e da harmonia entre os três Poderes, e o que V. Exa. falou sobre decisões coletivas, decisões colegiadas e decisão monocrática. A minha pergunta foi exatamente nesse sentido.

Respeito a Corte, como V. Exa., e aqueles, que por lá passaram, não estão aqui dentro da minha fala; a minha fala é exatamente nesse momento em que V. Exa. está indo para lá e em que o Brasil realmente vive uma ditadura judicial, e nós estamos vivendo neste momento um Governo que é de esquerda. A minha palavra foi nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria agradecer ao Senador Magno Malta pela tolerância do tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não tenho porque eu queria deixar esse minuto para ele, porque ele tem a tréplica, o Dino tem a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não, falta um minuto.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora, um minuto e meio...

Eu não entendi também o voto do senhor quando deixou o Jair Bolsonaro inelegível. O Lewandowski foi citado aqui. Para mim quem rasgou a Constituição dentro do Senado, Senador Dino, e V. Exa. é Senador... Ele rasgou aqui e deu à Dilma o que ela não tinha. Isto está na Constituição: uma vez impitimado, perdeu direitos políticos. E a ela isso foi dado por ele aqui dentro do Plenário do Senado. Então, para mim... Tinha até um texto aqui para colocar, em que ele faz um voto contrário, mas não vou ler esse texto, porque esse Ministro cuspiu na Constituição dentro do Plenário do Senado.

Mas alguém ser condenado e perder os direitos políticos, Sr. Paulo – aí a pergunta é minha –, porque reuniu com embaixadores?! Qual o problema de um Presidente da República se reunir com embaixadores?! E porque falou mal da urna?! Eu continuo falando mal da urna. Eu continuo ficando com a palavra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maduro. Veja: concordar com o Maduro nunca pensei na minha vida! Ele deu uma debochada sobre a urna do Brasil. Eu queria que o senhor falasse sobre isso.

E, neste minuto, encerrei, enquanto agora o Senador Flávio Dino...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Flávio, para a tréplica.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Apenas 30 segundos, Senador Malta, exatamente para novamente sublinhar uma diferença de entendimento. Não existe ditadura judicial no Brasil, tanto é que o senhor está aqui como Senador falando o que está falando. Então, eu realmente, em defesa do Poder Judiciário brasileiro e a vários ministros ilustres aqui...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas estou respondendo processo por isso e vou responder de novo, porque eu falei hoje aqui.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Há vários ministros, juízes, desembargadores aqui presentes, nos assistindo. E, como, com muita alegria, ex-integrante da magistratura brasileira, quem sabe tendo a honra de a ela voltar, não só é meu direito como meu dever sublinhar a minha profunda discordância em relação a essa frase, que a meu ver é profundamente injusta contra a magistratura brasileira, contra o Judiciário do nosso país. Então, eu quero fazer, como dever de ofício, esse desagravo ao Poder Judiciário brasileiro, que se estende aos ilustres Ministros do Supremo Tribunal Federal. Todos têm uma biografia. É claro que o senhor não precisa concordar com o que eles dizem, etc. Não me cabe julgar isso, mas todos os nomes aqui mencionados, Barroso, Gilmar, Alexandre, Lewandowski, Fachin, Rosa Weber, são pessoas respeitáveis. É claro que não estão imunes a críticas, mas não serem imunes a críticas não significa que eles possam ser retratados como facínoras, porque não o são.

Então, é meu dever dizer isso, porque nós temos... Já que houve aqui tantas referências à pacificação nacional, que é uma causa que eu também empunho, é preciso que haja reciprocidade em relação a tudo isso, porque nós não vamos conseguir criar um ambiente institucional saudável em que as várias posições sejam externadas se for com base em agressões pessoais, em xingamentos e em tratamentos discriminatórios. Eu realmente não concordo com isso, nunca fiz, tanto que, no meu estado, tinha um grupo liderado pelo ex-Presidente José Sarney como adversário político, e, passados os anos, ele, assim como a Deputada Roseana, assim como todos os lados da política maranhense... Estão aqui o Senador Weverton, a Senadora Eliziane, o Governador Brandão, o Vice-Governador Felipe Camarão... Todos os lados da política do Maranhão, inclusive o seu partido, acompanham e apoiam a minha indicação ao Supremo. Essa é uma prova cabal de que eu nunca agi dessa forma – nunca!

E acho que isso é necessário, porque uma coisa é o Senado exercer suas prerrogativas à luz do art. 52 da Constituição, e eu defendo isso; outra coisa é um debate político que acaba conduzindo à deterioração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ambiente institucional no nosso país. E, por isso, eu quero mais uma vez e sempre homenagear o Poder Judiciário do Brasil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador, só um minutinho.

A palavra facínora foi usada pelo senhor, não por mim. Não coloque palavra na minha boca. Aliás, eu quero... Não me referi ao Judiciário como um todo no Brasil. A primeira instância no Brasil não existe, a segunda instância não existe exatamente pelo ativismo do tribunal, do superior, do nosso STF. E a palavra facínora é do senhor, não é minha.

Esse Supremo Tribunal Federal não respeita a primeira instância, nem a segunda, nem o Ministério Público. Juízes e promotores pelo Brasil estão pagando hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A gente ouve deles a angústia e o desespero de serem desmentidos e desrespeitados nas suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo. (*Pausa.*)

O som aqui... Eu acho que alguém está... Toda hora alguém está cancelando o som. Estão dando uma força grande aqui para a Comissão hoje.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

Com relação ao parecer que eu proferi no desempenho das minhas funções de Vice-Procurador-Geral Eleitoral, eu posso dizer que, como todos os outros pareceres que eu proferi, resultou de uma convicção depois de um estudo apurado dos fatos que estavam relatados nos autos. O parecer tinha mais de 40 páginas; seria difícil eu agora, no tempo exíguo de que eu disponho de tréplica, expor exatamente todas as razões que me levaram a essa convicção, mas o que eu posso afirmar a V. Exa. é que apurei... Os fatos que foram apurados pareciam se enquadrar, me pareciam estar enquadrados na hipótese prevista na lei; a lei ligava esses fatos com a consequência da inelegibilidade. O que eu fiz foi apenas seguir o que a lei determinava.

Se V. Exas. acham que há de haver uma recomposição desse tipo eleitoral, não cabe a mim elaborar essa redefinição. Essa é uma atividade estritamente do órgão legislativo de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo orador inscrito é o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, eu tenho que aguardar o candidato Flávio Dino...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu poderia adiantar até pela questão do...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu posso passar para o próximo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, não. Eu vou pedir para o pessoal da Mesa, se puder, botar o vídeo.

Se puder já ir botando o vídeo, porque aí eu já ganho tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não vamos conceder a possibilidade da solicitação de V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – De vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Me perdoe, eu não posso quebrar...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Mas o áudio pode ser?

Até para poder adiantar, vou falar com o Dr. Paulo, que eu tive a honra de receber no meu gabinete, que, por mim, não vai haver necessidade de nenhum questionamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Desejo sorte e sucesso nessa empreitada.

Então, como eu não tenho o direito de mostrar um vídeo, eu vou mostrar um áudio que todo mundo vai escutando enquanto ele está no banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, Senador... Senador, só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antes de pedir... Eu compreendo V. Exa., eu respeito o mandato de V. Exa.., mas eu queria pedir para V. Exa. que a gente pudesse manter uma arguição de uma indicação importantíssima para uma instituição relevante, que é o Poder Judiciário brasileiro... Eu queria pedir para V. Exa...

Eu, já em outras oportunidades, até no exercício da Presidência do Presidente Rodrigo Pacheco, tenho acompanhado, em algumas sessões, alguns Senadores que têm colocado áudios no microfone do Plenário do Senado Federal. Em nenhuma oportunidade, eu estive no Plenário para me manifestar contrariamente, porque eu não estava presente. Eu pessoalmente não concordo com que um Senador da República pegue o microfone da tribuna do Senado Federal, que é para ele se pronunciar perante a nação brasileira, e coloque um áudio que a gente não sabe se é de hoje, se é de anteontem, se tem dois anos, se tem dez anos, se é uma montagem. A gente não sabe o que é.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu queria pedir com o carinho que eu tenho por V. Exa.., com a amizade que eu tenho por V. Exa. e com o respeito pelo mandato de V. Exa...

V. Exa. vai ter o tempo regimental para V. Exa. fazer a arguição que deseja.

Com muito carinho, eu peço a V. Exa. que não coloque áudio no microfone. O microfone é de V. Exa., Senador da República, membro da CCJ, que está aqui para fazer e cumprir as suas atribuições.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, eu vou questionar, porque a fala é do delegado-chefe, chefe da delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou iniciar o tempo de V. Exa. e V. Exa. vai poder...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – E aqui, no nosso artigo, o art. 53 fala que: "Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". Aí, Presidente, o senhor está cerceando o meu direito de falar ou de mostrar o que de fato desmente muitas narrativas.

Então, não é uma pessoa qualquer, é um chefe de uma delegacia, um delegado de polícia, assim como o Dr. Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu queria a atenção dos Senadores, nós temos um orador na tribuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu queria que V. Exa. pudesse rever essa decisão, porque é um delegado, chefe da Delegacia de Crime Organizado do Maranhão, que é uma autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Senador, por gentileza. V. Exa. tem o microfone, faça os questionamentos que achar conveniente.

Eu, com todo o carinho, novamente, peço a V. Exa. que utilize seu tempo para fazer a arguição ao indicado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Bom, então que entre nos autos aí que eu fui... Tiraram o meu direito de fala, de palavra, nos *Anais*.

Bom, vamos lá.

Sobre a reputação ilibada, disse não ter recebido o alerta da Abin, mas a Abin tem um sistema chamado Sisbin, que é de 1999 e que comunica vários ministérios, principalmente o Ministério da Justiça e o GSI. Aqui está muito claramente mostrando quais são os órgãos que recebem informações da Abin.

Estava no Ministério da Justiça no domingo, chegando antes de começar o vandalismo e o protesto dos patriotas. Como é que não recebeu mensagem da Abin se num domingo de tarde coincidentemente você achou que deveria ir ao Ministério da Justiça para poder então, sei lá...

Na entrevista mesmo que você deu ao Fantástico, você mesmo disse que estava ali e comunicou ao Presidente Lula o que estava acontecendo. Isso foi fala sua no programa Fantástico.

Então, aqui a Abin deixa bem claro. Eu deixei em vermelho as instituições que são ligadas à segurança e à defesa nacional. Então, a Abin informa a todos os ministérios. Esse documento é o documento em que Abin foi informando desde o dia 2 a todos os ministérios, inclusive ao Ministério da Justiça.

E aqui em cima todos os órgãos que foram inseridos que não estavam no sistema Sisbin. O Ministério da Justiça estava, aliás, faz parte desde 1999. Criaram um grupo de WhatsApp no dia 7. Aí colocaram outras instituições que não faziam parte do Sisbin e o Ministério da Justiça sempre fez, desde o início.

Bom, outra coisa. Eu fui inserido no inquérito eterno, nesse inquérito do resto da vida aí, por ter divulgado um documento que disseram que era sigiloso, mas não era sigiloso. Não tem nada, absolutamente nada nesse documento dizendo que ele é sigiloso. Nós sabíamos que vem ou o meu nome impresso aqui ou em vermelho escrito documento sigiloso.

Bom, na minha ida ao Maranhão, o senhor era muito conhecido por fazer uso pessoal da polícia. E, como Governador do Maranhão, usava a Polícia Civil. E agora, como Ministro, vem usando a Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal para perseguições a adversários políticos, usando busca e apreensão, que é a tática de *lawfare*, e também o *fishing expedition*, como instrumento também de assassinar reputações.

Aí, nós pegamos aqui. Estão escritas várias matérias. "Polícia política monitora lideranças da oposição a Dino em cada município". Aí vêm os documentos aqui...

Presidente, eu não estou conseguindo falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Obrigado.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou repor o tempo de V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Obrigado.

Então, aqui segue uma sequência de documentos comprovando, até assinado pelo próprio Flávio Dino, determinando que as polícias fiscalizassem as oposições em cada município.

Bom, e assim como fez comigo na busca e apreensão. E, por incrível que pareça, na busca e apreensão feita a um Senador da República, não seguindo o que está na Constituição, me leva a duvidar a questão do notório saber jurídico, mas vamos lá.

Teve o PT como apoio durante a campanha para Governador do estado. Assim que assumiu o cargo, traiu o PT, exonerando todos os assessores ligados ao PT. Usou de uma informação para chantagear o atual Presidente Lula para estar na função de Ministro da Justiça. Tudo isso eu tenho documento. Quem quiser, eu entrego.

Interferiu nas investigações sobre o dia 8 de janeiro, deletando imagens, criando obstáculos, dentre várias outras questões, impedindo a investigação. A imprensa divulgou amplamente o desvio de R$48 milhões do Consórcio Nordeste, do qual o senhor foi um dos fundadores.

Quanto ao notório conhecimento jurídico, as minhas questões são... Eu até fico curioso. O senhor usa sempre como exemplo as leis americanas para responder aos questionamentos dos colegas, que estão sendo feitos aqui. Como um notório comunista usa como exemplo leis de um país democrático? Não faz sentido. Qual é a lei que permite uma ordem de prisão a um Senador por, simplesmente, divulgar um documento que não estava em sigilo? Censura prévia: tirando do ar todas as redes sociais de um Senador da República, não respeitando a Constituição, o que está escrito no art. 53.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse, em vídeo, que é comunista e que segue a cartilha de Lenin. Como Ministro do STF, o senhor vai seguir a cartilha de Lenin, a Constituição que se encontra na cabeça do Ministro Alexandre de Moraes ou a Constituição Federal promulgada em 88?

O senhor enxerga que a condução dos inquéritos policiais dos atos do dia 8 de janeiro, pelo Ministro Alexandre de Moraes, está pautada nos princípios constitucionais e no devido processo legal?

Ministro, eu fui alvo de uma busca e apreensão por força de um inquérito policial ilegal. Estou proibido de dar entrevistas à imprensa, estou proibido de ter acesso às minhas redes sociais, há mais de seis meses, e todas as manifestações feitas pelos meus advogados e pela Advocacia do Senado Federal nunca foram apreciadas pelo Ministro Alexandre de Moraes. O senhor acredita que isso seja atuação pautada na Constituição Federal?

Como um ex-juiz federal, o senhor, em parceria com o Ministro Alexandre de Moraes, fazendo uso pessoal da Polícia Federal, solicitou à PGR a prisão de um Senador da República por ter denunciado Ministros que supostamente estariam prevaricando e que prevaricaram no dia 8 de janeiro. O senhor tem conhecimento do que está escrito no art. 53 da Constituição Federal referente à prisão de um Parlamentar? Você tem noção da gravidade desse ato? Em qual outro país minimamente democrático um Senador da República receberia um pedido de prisão, que não ocorreu porque a PGR seguiu o que está escrito na Constituição, art. 53? Mesmo a PGR não autorizando, também, a busca e apreensão, o Senador teve o seu gabinete, localizado dentro do Congresso Nacional, invadido, sem autorização da Mesa do Senado e sem um fato determinado.

Tem usado a Polícia Federal para ficar nas redes sociais e nos aplicativos de conversas monitorando grupos de direita que estejam criticando a sua posição como Ministro, a sua atuação e a violência em que se enquadra hoje, fazendo com que a Polícia Federal intime essas pessoas que estão nos grupos de direita. Assim como houve – eu tenho aqui o documento – criança de 13 anos de idade sendo intimada pela Polícia Federal por ter falado mal do Ministro Flávio Dino, intimada a comparecer à Polícia Federal para prestar depoimento, uma criança de 13 anos de idade.

Se tivesse notório conhecimento da lei, não deixaria de comparecer a três convocações feitas pela Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

A CPMI do dia 8 de Janeiro, o senhor trabalhou muito em conjunto com o atual Presidente da República para não acontecer, e conseguindo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... colocar vários Parlamentares do Maranhão, e ainda colocou a Relatora, uma amiga pessoal de mais de 20 anos, mesmo sabendo que ela seria atacada e até ameaçada – e eu já deixo claro aqui que eu repudio isso veementemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Pacheco entrou com uma petição no STF após ter recebido 41 assinaturas de Senadores pedindo a devolução dos equipamentos que foram apreendidos do Senado Federal nessa busca e apreensão ilegal. Aí 41 Senadores fizeram aqui um abaixo-assinado requerendo que o Presidente Pacheco tomasse providência. E ele tomou. E aí ele, ontem, recebeu a petição do STF dizendo o seguinte: dando... Depois de 30 dias ele recebeu a resposta. O Ministro Alexandre de Moraes disse que o Senado tem que provar, no prazo de 5 dias, a legitimidade da Mesa do Senado Federal para defender as prerrogativas do Senador Marcos do Val.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Vocês acreditam nisso?

Vou ler de novo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Para concluir, o Presidente Pacheco disse que, após a petição no STF pedindo a imediata devolução dos equipamentos do Senado e a imediata devolução das redes sociais, recebeu 30 dias depois a resposta do Ministro Alexandre de Moraes, de que o Senado tem que provar no prazo de 5 dias a legitimidade da Mesa do Senado Federal para defender as prerrogativas do Senador Marcos do Val.

E, para encerrar, o IBGE divulgou que no Brasil 50 municípios estão na condição da pobreza absoluta, mas infelizmente 40 desses, dos 50, estão no Maranhão e foram na lista para os municípios que estão na miséria durante o Governo do senhor.

Então, eu encerro aqui. Eu ia mostrar outros vídeos que, de fato, provam cada questionamento que eu coloquei aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Alguns esclarecimentos bem objetivos.

Primeiro, eu não cheguei antes da invasão aos prédios no Ministério da Justiça, eu cheguei depois, e os fatos estão registrados, a cronologia, e eu já narrei isso muitas vezes, acho que dezenas. Eu estava em Brasília – ainda bem –, fui avisado da invasão, da quebra das três barreiras policiais da Polícia do Distrito Federal, e cumpri aí um dever político, que nem era propriamente jurídico porque eu não comandava ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma das forças que estavam na cena. Mas cumpri um dever de agente do Governo e de fato fui o primeiro a chegar à Esplanada. E, como já disse, com muito orgulho sempre narro as 12 horas em que ali atuei com outros colegas para pôr fim àquelas práticas deletérias.

Em relação à Abin, eu já informei: eu não recebi tais informes, esse assunto já foi debatido e vencido na CPI, não há qualquer investigação, processo etc., nada pendente sobre isso.

Eu não tenho conhecimento sobre ordem de prisão contra o senhor – realmente é uma novidade para mim –, sobre busca e apreensão, enfim. Eu não pratiquei nenhum ato sobre isso, não me cabe, a delegados, a procuradores, a juízes, a ministros. Eu realmente não participo dessa relação processual. Jamais chantageei o Presidente Lula, até por um motivo óbvio: senão, ele não teria me indicado para aqui estar. Devo a ele, tenho respeito, como tenho a todos os líderes políticos do Brasil. Isso é absolutamente falso.

Sobre o Consórcio Nordeste – estão aqui Wellington Dias, Renan, Camilo, todos colegas Senadores –, esses atos foram praticados na Bahia e existe uma ação judicial lá, que lá tramita, proposta pelo consórcio e é debatida num processo concreto. E nunca houve, por parte dos Governadores – e aí eu me refiro a todos –, qualquer tipo de acusação de que eles ficaram com o dinheiro, sumiram com o dinheiro. Isso realmente jamais existiu. Eu menciono meus colegas que aqui estão porque são pessoas sérias. E claro que a Justiça da Bahia... É uma ação, repito, proposta pelo Consórcio Nordeste e pelos estados contra as pessoas que cometeram as irregularidades; não é ação contra os estados ou contra os Governadores.

Em relação a inquéritos, eu nunca fiz uso pessoal da Polícia Federal. Eu uso, me baseio sempre no Código Penal, art. 145, parágrafo único, e na Lei 10.446, de 2002 – são os dois fundamentos legais em que eu atuo na condição de Ministro da Justiça. Se o senhor for lá, o senhor vai ver, literalmente, as competências do Ministro da Justiça no art. 145, parágrafo único, do Código Penal e na Lei 10.446, de 2002.

Finalmente, sobre o Maranhão, eu me reporto novamente ao testemunho de todos os meus colegas da política maranhense, inclusive do seu partido, que me apoiam e me apoiaram em várias eleições.

E, sobre a questão de governos etc., eu me embaso no julgamento mais importante que há para um agente político, que é o julgamento popular. Eu fui eleito e reeleito Governador, em primeiro turno, e sou, com a graça de Deus, o Senador mais votado da história do estado, com honrosos 2,2 milhões votos. Então, se houvesse qualquer questionamento, que, claro, respeito, fui absolvido pelo tribunal supremo da política, que é o crivo da soberania popular, que reconheceu o Governo sério, probo, eficiente que nós exercemos no amado, querido e sempre amado Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para a réplica, V. Exa. tem a palavra, Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Bom, referente à sua estadia no Ministério e vendo tudo pela janela, além de o senhor mesmo ter dito na entrevista que viu os manifestantes subindo a rampa e que estava tudo bem, estava tudo controlado, isso prova que de fato você estava antes de começar a quebradeira, além de vídeos, os quais o senhor deletou ou deletaram, mas é muito fácil recuperar as imagens. O azar é que, como, antes de ser Senador, eu era instrutor de policiais e já treinei quase 30 mil policiais no Brasil, eu tenho amigos espalhados pelo Brasil inteiro, e essas informações chegaram até mim de policiais que estavam no Ministério da Justiça.

Bom, foi indicado pelo PT para o STF, porque o PT – eu levantei isso com pessoas do partido – não estava querendo mais a sua presença como Ministro da Justiça e seria um alívio a saída do senhor do Ministério.

E o uso da Polícia Federal. Da hierarquia do Ministério da Justiça, vem a Polícia Federal. E, na Polícia Federal, eu também tenho muitos conhecidos, de delegados a peritos, que, de fato, disseram tudo isso que eu estou falando e que, em cada estado, principalmente no meu, tem 70 policiais federais que foram determinados a ficar em redes sociais vasculhando quem estaria falando mal do senhor e o senhor entrando na Justiça contra todo mundo, mas, primeiro, fazendo a intimação.

Então, os próprios integrantes da Polícia Federal, e aqui me cabe o sigilo, me passaram essa informação de que, em todos os estados, a Polícia Federal tem feito esse trabalho de acompanhar os grupos de direita para ver quem estaria falando mal do Ministro Flávio Dino.

Então, Ministro, aqui, infelizmente, eu não tive a oportunidade de mostrar os vídeos, porque os vídeos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... comprovam exatamente tudo o que eu estou dizendo aqui.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Comprovam porque o próprio senhor disse em entrevistas o seguinte: "Ah, tem *fake news* dizendo que eu vi as manifestações".

Depois aparece o senhor em uma entrevista dizendo: "Eu vi, eu vi, não morri do coração, mas eu vi daqui da janela e, inclusive, reportei ao Presidente Lula, porque ele é o meu chefe imediato...".

Não foram essas as palavras?

Então, isso está no Google muito claro para todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dizer que o senhor não estava sabendo pela Abin, também tem aqui um documento da Polícia Federal... um documento seu, do Ministério da Justiça, um dia antes, dizendo ao Governador Ibaneis que teriam manifestações violentas e que o senhor estaria deixando à disposição, se o Governador quisesse, o efetivo da Força Nacional, que também está subordinado ao Ministério da Justiça.

Então, se um dia antes o senhor já mandou um ofício para o Ibaneis, dizendo que no dia seguinte haveria depredação e colocando a Força Nacional à disposição, o senhor não tem como dizer que não sabia da notícia de que haveria isso através da Abin...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... porque na Abin, também conheço muita gente da Abin, até porque eu estava na CCAI, muita gente da Abin disse que tinha, sim, de fato, passado a informação para todos os ministérios, principalmente para o GSI e o Ministério da Justiça.

Então, não tem como, hierarquicamente... E o próprio documento que eu já mostrei aqui, que a Abin é obrigada a passar, porque está no Sisbin, um sistema, então, não tem nem como o coordenador do sistema dizer: "Não, para esse ministro não vai". Não existe isso.

O que aconteceu é que, no dia 7, quem não fazia parte do sistema do Sisbin, foi feito um grupo de WhatsApp e inserido. Isso não está no Ministério da Justiça, porque o Ministério da Justiça tem linha direta pelo Sisbin.

Quando eu postei esse documento, de novo, referindo desde o dia 2... Quero deixar claro para todo mundo, esse documento nunca esteve em sigilo. Tem aqui quem foi o Presidente da CCAI à época, o Esperidião Amin, que estava presidindo a CCAI à época...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... e ele confirma que esse documento nunca esteve em sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos.

Inicialmente, Dr. Paulo Gonet, das honrarias que a vida já me deu, uma das maiores é representar o Estado do Acre aqui nesta Casa. Uma das maiores honrarias que a vida já me ofereceu. Eu sou acriano desde os dez anos de idade. Então eu sou um homem da Amazônia, eu sou um homem do Norte. E, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político e hoje Senador, eu creio que o debate sobre a questão da Amazônia, que é mais da metade do território nacional, não é uma questão local, embora seja também uma questão local, mas é uma questão nacional, e eu entendo que o Brasil, o centro do poder, dá muito pouca importância verdadeira a esse tema.

Ontem nós encerramos aqui na Casa a CPI das ONGs. Eu tive o privilégio, dado pelo Senador Plínio Valério, de ser o Relator e, mais uma vez, a gente pôde estudar a fundo, na questão ambiental, o papel nefasto de várias ONGs financiadas por capital externo, brasileiro, influenciando o destino da Amazônia. Uma das maneiras como isso ocorre é que as ONGs, que se constituem num exército de militância – eu calculo aí de 150 a 200 mil pessoas em ONGs na Amazônia, ONGs voltadas, em tese, para a questão ambiental, mas que paralisam a Amazônia –, agem absolutamente unidas quando é para evitar qualquer obra de infraestrutura na Amazônia: estrada, ponte, ferrovia, hidrelétrica, extração mineral. E eu, como homem da Amazônia, como homem do Norte, não sei como nós vamos enfrentar o problema da pobreza da Amazônia se nós não pudermos levar as obras de infraestrutura que a região não possui e se não pudermos utilizar os recursos naturais que Deus deixou. Não vejo como. E elas agem unidas acionando o Ministério Público, e aí, mais do que os Prefeitos, Vereadores, Governadores, o Congresso Nacional e o próprio Presidente da República... Com todo o respeito que eu tenho ao Ministério Público, mas ele não foi eleito, ele não participou de um processo eleitoral defendendo políticas públicas, mas ele recomenda – e claro que a autoridade teme a recomendação do Ministério Público, porque, se ele não acatar, um promotor vai entrar na Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... e nessa área, nesse assunto, geralmente é concedido – e paralisam-se obras fundamentais pelo país afora.

No meu Estado do Acre, a BR-364 foi imaginada desde o começo, nunca para terminar em Cruzeiro do Sul, mas sempre para, passando por Cruzeiro do Sul, nos dar uma outra ligação a Pucallpa, no Peru, do lado de lá da fronteira, 200km. E nós, recentemente... Como exemplo, algumas ONGs que... Inclusive, a Ministra Marina, agora, um dia desses, foi lá entregar 34 milhões, que eu considero quase a fundo perdido, do Fundo da Amazônia, para uma delas, que entrou na Justiça, e o Ministério Público acabou agindo e ela está paralisada, a obra.

Como resultado da CPI, nós apresentamos sugestões legislativas e uma PEC que eu vou propor e para a qual acho que não será difícil conseguir assinaturas no Congresso Nacional, limitando esse poder ao Procurador-Geral da República. Se essa PEC, por acaso, tiver a sorte de ser aprovada no Congresso... Eu acho que pode, até porque o colega Jaques Wagner comunga dessa preocupação, de se paralisarem obras importantíssimas no Brasil e não ter consequência nenhuma a não ser o prejuízo para aquela população.

Então eu gostaria de saber se a gente aprovar uma PEC dessas, qual vai ser o... O que é que o senhor pensa a esse respeito? Porque, se ela for aprovada, nós daremos apenas ao Procurador-Geral da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, com a supervisão, e a última palavra do Supremo Tribunal Federal, esse poder para fazer essa ação que, no fim e ao cabo, paralisa obras na região mais pobre do país.

Ao Ministro da Justiça, Senador Flávio Dino, mais uma vez eu vou me ater a esse tema. Acho que já foram... Os colegas já esgotaram... Claro que é um direito dos colegas perguntarem de novo. Mas é sobre a Amazônia. Nós temos hoje 81% do bioma amazônico. Eu afirmo isto: nós não temos mais soberania sobre esse território, nossa soberania é relativa dessa área imensa, que significa 81% do bioma amazônico, onde estão as reservas indígenas, parques nacionais, reservas estaduais, reservas extrativistas – os 80%, no caso da Amazônia, da propriedade privada, cujo dono não tem direito de explorar e é obrigado a preservar. Então, 81% do bioma amazônico está congelado, não se pode livremente utilizá-lo. Há, com muito boa vontade, pelo menos uma soberania relativa sobre essa região.

Um dos males que essa criação de unidades de conservação, reservas indígenas, de modo desenfreado provocou no Brasil é o caso lá de São Félix do Xingu. Você criou uma reserva indígena, e todo mundo sabe que na reserva indígena original criada não tinha índio. Mas houve uma disputa na comunidade indígena do lado de lá do rio, uma parte dos índios vieram para o lado de cá e, de comum acordo, se criou uma reserva de duzentos e tantos mil hectares para esses índios que saíram da sua comunidade original. Estou dando isso aí apenas como exemplo, Senador, porque tem vários casos na Amazônia – no Brasil, mais particularmente na Amazônia. Pois bem. E aí depois se expande essa reserva – é um poder, o senhor sabe disso, do Executivo, tanto estadual, municipal e federal, não precisa passar pelo Congresso – e cria-se um outro laudo antropológico, que é altamente questionável. Eu estive lá e me comovi, chorei duas vezes. Cria-se um laudo antropológico absolutamente contestável, amplia a reserva, repito, como exemplo de ações que acontecem em toda a Amazônia, e dobra o tamanho da reserva. E aí é o Estado brasileiro que invade a área onde estavam colonos, milhares de pessoas, inclusive algumas delas colocadas pela ex-Governadora do Pará. E aí vem a política da desintrusão, que para eles é um palavrão. Eu ouvi relato de homens claramente humildes pela vestimenta, pela casa em que moram, dizendo isto: "Como é que agora eu sou intruso? De uma hora para outra eu virei intruso. De uma hora para outra eu virei fora da lei". O Estado os fez intrusos, o Estado os fez fora da lei.

Sobre isso, repito, como exemplo, dois Ministros do Supremo Tribunal Federal tomaram posições absolutamente opostas. E eu gostaria que o senhor... Em que pese, claro, ter implicações técnicas, legais, mas eu gostaria de uma opinião do senhor. O Ministro Kassio Nunes, ao que eu entendo que foi uma decisão absolutamente equilibrada, mandou parar o processo da desintrusão, da expulsão daquelas pessoas. E o Ministro Barroso refaz, mantendo a decisão original dele de manter o que eles chamam de desintrusão.

Por que opinião o senhor teria mais simpatia? A do Ministro Nunes, que, a meu ver, é mais sensata, mais equilibrada, de mandar suspender, fazer um novo laudo antropológico e verificar se toda a comunidade concorda. Eu vi índios e caciques pedindo desculpa aos brancos como se eles dissessem o seguinte: "Olhe, fizeram isso em nosso nome, mas não foi a nosso pedido". Eu assisti a isso lá, junto com os Senadores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanharam essa CPI. De que lado... Por qual opinião o senhor teria mais simpatia? A do Ministro Kassio, que diz: "Olhe, suspenda para uma melhor avaliação", ou a do Ministro Barroso, que mandou continuar essa desintrusão?

A segunda pergunta... O Brasil tem um terço da população indígena...

Eu gosto muito do Jaques Wagner, mas eu estou para lá e para cá, porque eu estou desviando aqui da cabeça dele, um baiano gente boa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Estou até revendo o meu conceito sobre ele.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Brasil tem, mais ou menos, *grosso modo*, um terço da população indígena norte-americana. E os Estados Unidos, com três vezes mais ou menos a população indígena que tem o Brasil, têm 2,5% do seu território em área indígena e com uma diferença muito grande com relação a nós: lá eles mandam, podem pôr cassino e, se tiver petróleo e minério, eles utilizam. São realmente donos da sua área, como no Canadá também. Aqui, segundo o novo censo do IBGE, na área rural, nós temos 700 mil índios para uma área que é 14,5% do território nacional.

Na CPI, nós ouvimos dezenas de índios dizendo que o problema deles não é mais terra. O problema deles é... A verdadeira alforria deles é serem de fato donos da sua terra, porque hoje, na prática, se eles quiserem tirar minério, nióbio, cobre, potássio debaixo do solo, eles não podem; se eles quiserem converter uma parte da sua área em lavoura, também não podem na prática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E aí vem o marco temporal.

A Ministra Guajajara, que eu poderia até ter indiciado, mas eu me pauto aqui com muita cautela... Eu até brinquei com o Senador Jaques Wagner e disse: "Olhe, se fosse a esquerda, teria indiciado todo mundo, principalmente a Ministra Marina Silva". Mas eu não fiz isso, até atendendo a pedidos e não achando materialidade em crime, mas eu poderia, numa ação política de um Senador da República, ter feito isso. Mas a Ministra Guajajara diz, e eu assisti a ela nos Estados Unidos, que, na pasta dela, o objetivo fundamental é criar mais reservas.

Se você eliminar o marco temporal, nós podemos criar mais áreas indígenas ainda. Sobre isso o Supremo toma uma decisão, o Congresso está para derrubar provavelmente o veto do Presidente da República, e essa é uma questão, Senador, que é ideológica também – ela é ideológica também.

Eu, como o senhor, já fui comunista, aos 17, 18 anos, de morar em Moscou...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... fazendo curso marxista, mas mudei ao longo de décadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcio...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vou terminar.

E por que é uma questão ideológica? Porque, atrás do marco temporal ou da derrubada do marco temporal, existem dois pensamentos: aqueles que relativizam ou até mesmo são contra o direito à propriedade privada como fruto do suor do trabalho das pessoas; e aqueles que consideram que o direito à propriedade é um dos maiores benefícios e dos direitos que a humanidade conquistou. Então, sobre esses dois pontos, eu gostaria de ouvir a sua opinião se for possível.

E do doutor Paulo, a opinião a respeito dessa emenda constitucional que vai coletar assinaturas... Eu acho que ainda começamos este ano. Qual é a sua opinião? Eram essas três indagações.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcio.

Queria pedir para que os Senadores, lógico, moderadamente, diante do acordo que nós construímos, quando chegássemos no Senador Marcio Bittar, de que nós iríamos iniciar o processo de votação para aqueles que já têm julgado o conhecimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não inventa moda, Izalci. Só para ir, moderadamente...

Vou conceder a palavra, para responder, ao Dr. Paulo Gonet, e determino à Secretaria que inicie o processo de votação.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado.

Senador, V. Exa. levantou um ponto muito importante e que sempre foi motivo da atenção até das minhas atividades acadêmicas: a importância da CPI. As CPIs, as Comissões Parlamentares de Inquérito, são capazes de revelar, de trazer à luz situações que nem sempre estão visíveis, que não frequentam o noticiário do dia a dia e que às vezes têm repercussões sociais da maior relevância. E repercussão social que atrai consequências jurídicas.

A CPI das ONGs na Amazônia com certeza terá levantado aspectos relevantes e que atrairão a atenção do Congresso Nacional como legislador. Esta é a primeira função da CPI: propiciar a possibilidade de verificar a necessidade de legislar a partir do zero ou de alterar a legislação existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra situação importante...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Vamos fazer silêncio para escutar a resposta do Dr. Paulo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – A outra consequência relevante é a tomada de decisões de que o Ministério Público está incumbido, a partir até de legislação editada aqui pelo Congresso Nacional, em todos os âmbitos, penal e no âmbito também cível.

Com relação à...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... PEC, com certeza que ela estará dentro desse propósito do legislador de, a partir da descoberta de elementos relevantes, propor alguma alteração do ordenamento jurídico.

Sem ter o conhecimento pleno das circunstâncias, dos termos da PEC, eu não teria como fazer uma avaliação com o mínimo de segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Mas com certeza que ela atrairá a minha meditação, se eu merecer a confiança de V. Exas. e vier a ser nomeado para Procurador-Geral da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Bem, eu quero agradecer as perguntas do Senador Bittar.

Em primeiro lugar, o senhor sabe que nós passamos o ano inteiro, no Brasil, em uma situação de fenômenos climáticos extremos, inclusive na nossa Amazônia, com a seca de rios, com enchentes, inundações no Sul do país, mostrando que de fato há uma emergência climática.

Em primeiro lugar, o senhor sabe que nós passamos o ano inteiro, no Brasil, em uma situação de fenômenos climáticos extremos, inclusive na nossa Amazônia, com a seca de rios, com enchentes, inundações no Sul do país, mostrando que de fato há uma emergência climática. Então, eu compartilho com o senhor, porque esse é um tema nacional e deve ser tratado com ênfase, e eu o faço na condição de amazônida, duplamente amazônida, uma vez que o Maranhão compõe a Amazônia Legal e, por outro lado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as minhas origens familiares estão solidamente plantadas no coração do Estado do Amazonas, na cidade de Itacoatiara, de onde minha família paterna é oriunda. Então, eu conheço, por dever de ofício e também por essa filiação, por essa relação familiar, as múltiplas realidades das múltiplas Amazônias. A Amazônia não é apenas rural, a Amazônia é também urbana, a Amazônia são os rios, a Amazônia são as metrópoles e, por isso, é preciso compreender aquelas múltiplas realidades para ajustar o cumprimento da Constituição.

Então, eu compartilho com o senhor essa preocupação central, tanto que, no exercício da honrosa função de Ministro da Justiça, lançamos, com autorização do Presidente da República, um plano específico de segurança para a Amazônia, já começamos a executar com os nove estados da Amazônia, exatamente preocupados com a soberania nacional, uma vez que nós precisamos prover a nossa região de serviços. Isso ficou demonstrado em relação à saúde quando da pandemia e também em serviços de segurança e defesa nacional.

Sobre o caso concreto que o senhor trouxe, de fato, são decisões bem recentes. Muito provavelmente, merecendo a sua aprovação e de todos os Senadores, esse processo vai ao Plenário, e eu não poderia, de fato, prejulgar porque, se há uma controvérsia entre dois ministros, é claro que o Plenário, em algum momento, vai deslindar qual a melhor compreensão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – O que eu acredito, e por isso eu não posso antecipar uma opinião, mas claro que lá externarei com toda nitidez a minha posição no caso concreto. Em tese, apenas afirmo ao senhor que eu acredito num parâmetro de conciliação em relação aos vários valores constitucionais em conflito. Nós temos o art. 225 da Constituição Federal, que trata da primacialidade do meio ambiente – eu sei que o senhor é um antigo estudioso da matéria, foi Deputado, enfim –, e nós temos o 231. E é curioso que, em relação ao 231 da Constituição, não há vedação à autorização de exploração econômica das terras indígenas; na verdade, há critérios. E isso foi inscrito pelo legislador constituinte originário.

Talvez seja o caso de examinar a efetividade disso, uma vez que, à luz do dito art. 231, quem autoriza essa exploração econômica eventualmente é o Congresso Nacional, não é o Poder Executivo. Então, creio que há aí um espaço constitucional, a partir de julgamentos, a partir de leis e a partir do próprio 231 da Constituição Federal, para que nós tenhamos um caminho menos "adversarial", um caminho mais conciliador em relação a esses temas, porque tem uma experiência... Está aqui o Senador Mourão, que, na condição de Vice-Presidente da República, foi Presidente do Conselho da Amazônia e, na ocasião, eu presidia o Fórum de Governadores da Amazônia Legal. Apesar de ele achar que nós temos posições muito diferentes, naquele momento, nós tínhamos absoluta condição de fazer um trabalho – e foram inúmeras as reuniões que tivemos – em torno desses temas relativos à Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu creio que é um tema político, é claro que o Supremo Tribunal Federal julga casos concretos, mas, de um modo geral, eu diria que a diretriz valorativa, hermenêutica que eu pretendo adotar é uma diretriz mais de conciliação, de harmonização, para, com isso, nós conseguirmos cumprir a Constituição na sua inteireza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem a réplica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Bom, eu entendo que há uma simpatia de ambos por aquilo que eu perguntei. Até, como eu disse, em torno dessas ideias que eu expressei aqui, há uma convergência entre pessoas mais à direita e pessoas mais à esquerda, como eu citei aqui o Senador e Líder do Governo Jaques Wagner, e ele até, inclusive, mencionou o caso na Bahia, quando ele foi Governador de uma obra que se mandou parar. Quem fez essa determinação depois viu que estava errado, e a obra teve que parar por meses, causando prejuízo ao estado.

Então, eu acredito, Dr. Paulo, que, se a gente fizer essa PEC, e ela for aprovada, ela pode ajudar a colocar um pouco mais de ordem na Casa, quer dizer, o Ministério Público deve ter esse poder, mas não pode ser como está hoje: qualquer ONG entra no Ministério Público, e, na prática, manda parar.

Com relação às terras indígenas, de fato, a Constituição prevê isso. O problema é que, na prática, isso acaba não acontecendo. Os empecilhos para que isso ocorra são muito difíceis.

Finalmente, Sr. Presidente, ao Dr. Paulo e ao colega Senador Flávio Dino, eu relutei, por cinco anos, em assinar uma proposta de *impeachment* de ministro. No começo de 2019, quando começou o meu mandato, o mandato de quem se elegeu em 2018, havia a proposta de uma CPI contra o Judiciário. Eu fui um dos que não assinou, e sei muito bem que aquele que votou em mim não gostou. Eu fui contra, vamos dizer, a corrente da qual eu faço parte, mas eu entendia que uma CPI, naquele momento, paralisaria o Brasil e alteraria a ordem da necessidade da agenda do país para a qual o ex-Presidente Bolsonaro foi eleito.

Como eu disse, terminei o relatório ontem, e foi aprovado. Poderia muito bem... E fiz uma brincadeira séria com colegas da esquerda, dizendo a eles: olha, se fosse a esquerda que estivesse relatando, tenham certeza de que, entre outras pessoas, a Ministra Marina Silva estaria no meu relatório, indiciada, porque recebe, cria um fundo, que é o Fundo Amazônia, capta o recurso, e ONGs da qual ela faz parte até hoje recebem dinheiro desse fundo. Poderia muito bem ser indiciada, mas o bom senso e o equilíbrio me fizeram não o fazer. Apenas o representante do ICMBio.

Nessa questão da Amazônia, eu preciso ressaltar, por dever de lealdade e de honestidade: o único presidente civil – único – que não se dobrou à Europa ocidental, meu querido amigo Jaques Wagner, colega, e à América do Norte, foi o Bolsonaro. Eu fico espantado quando eu vejo colegas aqui dizendo que todo dinheiro é bem-vindo. Como assim? Dinheiro bem-vindo no Fundo Amazônia? Comprando soberania nacional é bem-vindo? O Canadá banca ONG no Brasil para trabalhar contra a prospecção de potássio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Querem criar uma nova reserva em cima de uma mina de potássio. Ora, a preocupação do Canadá não é com o amazônida; a preocupação do Canadá é porque ele vende potássio para o Brasil. Os Estados Unidos financiam ONGs no Brasil que trabalham para criar dificuldades para o agronegócio. A preocupação não é ambiental; a preocupação dos Estados Unidos é diminuir a concorrência brasileira no mercado internacional no agronegócio.

Os países produtores de petróleo... Aliás, a COP, simbolicamente saudando a hipocrisia, foi feita onde? Em Dubai, que vive de petróleo e gás. E disse o Presidente da COP, semanas antes, que não vê ciência na afirmação de que o CO_2 eleva a temperatura da Terra, mas, de qualquer forma, os produtores de petróleo financiam ONGs no Brasil, e a preocupação não é com o clima; a preocupação é econômica.

Então, ONGs no Brasil, financiadas por países estrangeiros de forma descarada, e agora vem mais migalha, e eu tenho certeza de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... o dinheiro que vem não vai parar na mão dos índios, não vai parar na mão dos ribeirinhos; vai parar na mão das ONGs, como foi.

E eu registro, por lealdade e por honestidade, que o único Presidente que agiu para interromper essa pouca-vergonha de dinheiro vindo de fora mandando em mais de 60% do território nacional foi o Presidente Bolsonaro.

Eu espero...

Nós dois, Senador Flávio Dino, estamos em campos diferentes. Eu também concordo com o Senador Magno Malta: não é possível alguém não levar consigo as suas convicções, a sua ideologia, para onde vai. O Supremo vota e se debruça sobre matérias que têm fundo ideológico. Marco temporal tem fundo ideológico, por exemplo. Então, eu não posso acatar a indicação do Presidente da República. Então, não vou poder acompanhá-lo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não é nada pessoal, mas são posições políticas diferentes.

No mais, Presidente Davi Alcolumbre, muito obrigado. Parabéns mais uma vez pela calma, pelo equilíbrio e pela tolerância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Marcio, pelas palavras, obrigado pelo carinho de sempre.

Próximo Senador inscrito é o Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Paulo Gonet, Senador Flávio Dino...

Sr. Presidente, eu não farei questionamentos a S. Exa., o Senador Flávio Dino. Questionamento a gente faz a quem não conhece. Diferente de outros, S. Exa., o Ministro, é por todos nós conhecido, e suas posições são públicas e também de todos conhecidas. E eu não tenho dúvidas quanto aos posicionamentos de V. Exa.

Por outro lado, engana-se quem pensa que o critério para ser ministro do Supremo seja apenas os critérios de notório saber jurídico e conduta ou reputação ilibada. Se assim o fosse, desnecessário seria o papel do Senado Federal no processo de sabatina e voto. Por óbvio que o Constituinte reservou ao Senado Federal a função de controle político das escolhas.

Cabe ao Presidente da República, inauguralmente, verificar o preenchimento dos aspectos formais objetivos. Caso não o faça, nem a indicação pode acontecer. Ao Senado cabe a análise, sobretudo, dos critérios subjetivos, portanto, a análise mais profunda, além da formação, conduta, comportamento, valores...

Nesse sentido, preciso compreender que a indicação de V. Exa., do ponto de vista formal, não apresenta vícios.

Quanto ao julgamento político, aí eu preciso fazer algumas observações.

Todo brasileiro sabe da importância do Supremo Tribunal Federal na garantia de cumprimento da Constituição Federal, na garantia do equilíbrio de forças entre os três Poderes. Todavia, temos um Supremo que se enveredou para a seara política, se julgando acima da Constituição Federal, acima dos demais Poderes. Ministros que falam mais fora dos autos que no processo, comentam tudo, até votações desta Casa, aliás, dando sermão em Senadores como se fossem subordinados a esses. Sim, tratam com menoscabo o Poder Legislativo – para eles, pelas suas práticas, um Poder menor. O que buscamos? Equilíbrio, pacificação, uma Corte que julgue dentro das quatro linhas da Constituição Federal, que cumpra a Constituição e que faça cumprir a Constituição Federal.

O tribunal passou a ser ativista de pautas contramajoritárias e não é obrigado a fazer o contrário, quando assim determina a Constituição. Vejam a questão das drogas, a questão do aborto, a questão da Lei das Estatais, a questão do marco temporal e ainda o inquérito das *fakes news*, para onde tudo que acontece no Brasil vai.

Agora, vejam: a vítima instaurando o inquérito em que o juiz investiga, acusa, prende e não deixa soltar, mesmo quando a Procuradoria-Geral da República assim o recomenda. Como aceitar isso dentro de um Estado de direito?! Como aceitar isso dentro de um modelo como o modelo brasileiro?! Incompatível, portanto, com a Constituição Federal. E não há quem freie – não há quem freie! É o clássico abuso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder, e só o poder freia o poder, mas qual poder? Porque não se reconhece o papel dos três Poderes na sua dimensão constitucional. Ou não somos mais um Poder? Porque é isso que a sociedade pensa.

Senador Flávio Dino, sua fala aqui parece revelar outra pessoa e talvez até revele. Eu assisti a uma entrevista de V. Ex. recentemente, eu a observei sob todos os aspectos, e talvez explique o que V. Ex. está a fazer aqui. V. Ex. falou em desvestir a veste da política e vestir a veste da magistratura, separando esses aspectos. Aliás, a postura de V. Ex. nesta bancada hoje me fez lembrar um pouco o jurista Dino da tese de mestrado, ao dissertar criticamente sobre o processo de escolha para a magistratura. E digo mais: sua fala quanto ao modelo de atuação está correta. É o que todos nesta Casa e boa parte dos brasileiros esperam de quem vai para lá. Já vi inclusive entrevistas de V. Exa. em que V. Exa. fala da questão do aborto, se posicionando sobre esse assunto há mais de ano atrás. Vi fala de V. Exa. falando sobre a questão das drogas, se posicionando sobre esse tema também. O problema... E aí digo que as falas de V. Exa. aqui pra mim estão absolutamente corretas; o problema é que sua história política expõe o contrário. E não se separa um homem de suas convicções.

Seu comprometimento exacerbado com as pautas de esquerda, suas posições ideológicas patentes e defendidas com eloquência... V. Exa. fez questão de, ao longo de sua trajetória, verbalizar isso, vocalizar isso de maneira plena, chamando para si a classificação "sou comunista, socialista, marxista" e – aí acrescento – com aversão a quem pensa diferente. E por que digo isso? Considerando – essa frase já foi dita aqui e vou repetir – mais perigosos que traficantes de drogas e assaltantes de banco quem pensa diferente de V. Exa. E aí é um arranjo verbal que estou trazendo, porque, quando V. Exa. é questionado sobre o que é mais perigoso, V. Exa. diz "enfrentar o bolsonarismo, a extrema-direita". E assim vai fazendo uma série de afirmações. É a fala de V. Exa.

Agora, é sério isso? Essa é a versão de quem quer ir para o Supremo tendo essas premissas, essas balizas dentro de si? Seu senso de julgamento e justiça assusta: "nada é mais perigoso por conta da violência dessa gente, [...] que você vê no olhar".

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. consegue identificar no olhar o grau de periculosidade de quem é de direita, bolsonarista, mas não conseguiu ver a mesma coisa quando foi ao Complexo da Maré, quando reagiu à presença da dama do Comando Vermelho no Ministério.

E aqui sublinho: não fiz acusações diretas a V. Exa., porque não foi V. Exa. quem recebeu – não foi V. Exa. quem recebeu. Estou falando da reação, estou falando da diferença de conduta com relação à reação. Quando fala de bolsonarista, afirma que é de alta periculosidade; é mais perigoso enfrentar bolsonarista do que assaltante de banco e traficante, mas não teve a mesma veemência para condenar alguém que esteve dentro do seu ministério e, sublinho, não recebida por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu senso, seu julgamento, portanto, é um julgamento obviamente político, ideológico, e agora quer ser juiz e diz que fará tudo diferente. Em sua fala aqui, a sua... Entre a sua fala nesta CCJ e a sua postura de homem público de conduta beligerante, debochada, arrogante, irônica, eu digo que a sua trajetória me convence mais.

E concluo dizendo, caso seja aprovado, não com o meu voto – eu já declarei o meu voto contra V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu realmente espero estar equivocado.

E me disse aqui, agora, há pouco, um Senador da base do Governo: "Você não conhece o Flávio Dino como eu conheço". Eu falei assim: "Tomara que eu esteja equivocado". E talvez um dia eu venha a esta tribuna ou à tribuna principal do Senado Federal e possa dizer ao Brasil que eu estava errado com relação ao julgamento que fiz ao Ministro Flávio Dino. Terei humildade de fazer isso, porque o que V. Exa. fez aqui, falou aqui a todos nós é aquilo que todos nós pregamos todo dia e é a nossa esperança com relação a quem vai para o Supremo Tribunal Federal. Agora, quando olho para a trajetória e para as falas, as frases, os arroubos de V. Exa., aí eu tenho uma distância muito grande entre uma postura e outra postura. É isso que eu estou deixando aqui sublinhado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, não farei, como disse, perguntas ao ministro Flávio Dino, posto o conhecimento dos fatos públicos.

Com relação ao Prof. Gonet – e aqui serei sucintíssimo –, primeiro eu quero saudar o Prof. Gonet pela indicação ao cargo de Procurador-Geral da República. Eu tive a honra de ter V. Exa. como professor no doutorado que faço e posso testemunhar de sua formação, de seu preparo, dos valores em que V. Exa. acredita e defende nas obras publicadas e no contato que se tem na condição de aluno de V. Exa., mas eu gostaria de ouvir um pouco mais.

Agora há pouco, eu vi outro colega Senador lhe perguntando sobre a questão do inquérito das *fake news*. Eu não vou voltar a esse tema, embora V. Exa., talvez por lapso, já tenha até enfrentado essa matéria em processo em que V. Exa. tenha atuado no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, quando houve ali provas emprestadas. Esse assunto foi por lá enfrentado por V. Exa.

Eu gostaria de ouvi-lo um pouco mais sobre a questão da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Esse tema é um tema muito caro para todos nós. A liberdade de expressão é uma garantia constitucional e a liberdade de imprensa é um dos pilares da própria democracia. Portanto, me parece estar claro que a liberdade é uma regra – a liberdade é uma regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Censura prévia – e, aí, pergunto – tem amparo constitucional? Até que ponto, com os seus instrumentos, o Estado, com o seu poder de controle, pode exercer controle de conteúdo sem o devido processo legal? Falo de controle prévio, controle de conteúdo.

Segundo, em encontro, o Coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, Dr. Carlos Frederico Santos, propôs a responsabilização das plataformas por conteúdo e palavras-chave cujo alcance tenha sido ampliado por meio de pagamento. Como o senhor vê essa regulação das redes sociais?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador Marcos, é claro que o nosso sistema, como é visível, segue o sistema norte-americano. E, nesse caso, não há crivo ideológico no exame do Senado nos Estados Unidos; de fato, examinam-se estritamente os requisitos, ou seja, há uma espécie de deferência entre os Poderes em que os requisitos são aferidos por quem foi eleito pela população, e o exame senatorial lá, como aqui, é adstrito aos dois parâmetros constitucionais. Ou seja, se é verdade – e é verdade mesmo – que o STF não está acima dos demais Poderes, tampouco estará o Legislativo ou o Executivo; é uma relação de equanimidade. E, por isso mesmo, aqui compareço com toda a tranquilidade.

Sobre posições políticas, eu anunciei previamente que não faria debate político, mas lembro a V. Exa. que eu fui Governador de um estado e governei com 14 partidos diferentes, inclusive partidos de direita, que me apoiaram na eleição, na reeleição e no Senado.

Qual é o partido do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – PL (Partido Liberal). A gente o liberou.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – A imensa maioria dos Prefeitos do seu partido, do PL, me apoiou para o Senado, e o União Brasil me apoiou para o Governo do Estado.

Então, não há, de fato, base material para essa visão, de que, obviamente, eu discordo, que o senhor tem em relação à minha atuação. Fui Deputado Federal aqui com Davi Alcolumbre, fui Deputado Federal com Petecão, fui Deputado Federal; aqui, dos presentes, eu acho que foram esses, mas sou muito conhecido na Casa.

Nesse livreto que eu distribuí, tem um depoimento do Presidente Michel Temer. O Presidente Michel Temer está aqui dizendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Eu conheci o Flávio Dino quando era Presidente da Câmara. [Veja, não é um quadro da esquerda dizendo isso, é Michel Temer, e ele era Deputado Federal.] Ele tem muita formação jurídica. Sob foco jurídico, não tenho dúvida de que ele está muito bem-posto no Supremo.

Aí vem um Governador do seu partido, Ronaldo Caiado, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Do União.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Ah, o Ronaldo Caiado é do União, do seu ex-partido. Desculpe.

O Ronaldo Calhado, que também é insuspeito de ser bolchevista ou algo desse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade. Esse é suspeito mesmo.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Insuspeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Insuspeito.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – ... diz assim: "O Flávio Dino, eu convivi muito com ele. Em termos de conhecimento, de cultura e de conteúdo, é um cidadão que tem estofo para estar no Supremo. Ele tem credenciais [...] [etc., etc.]". E ele diz assim: "Quantas vezes nós já debatemos dentro do Congresso, sempre fizemos um debate civilizado".

Então, a prova testemunhal e documental é ampla, e por isso que eu aqui estou com toda a tranquilidade.

Em relação a esses outros fatos e ataques, enfim, até essas lendas que foram criadas sobre audiências que não houve – e, se houvesse ocorrido, também não configurariam nenhum tipo penal –, realmente não há nada a dizer sobre isso porque não há nenhuma materialidade.

Eu apenas oferto novamente ao senhor – claro, respeitando a sua ideologia, a sua posição ideológica de votar contra, enfim –, mas eu ofereço ao senhor uma vida limpa, honrada, ampla, uma vida de diálogo. Por onde eu caminhei, como juiz federal, fui eleito Presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais, em eleição nacional. Fui Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, indicado pelo Ministro Nelson Jobim, por sua vez, também insuspeito de ser bolchevique, leninista ou algo que o valha.

E fui Deputado, com muitos colegas, Juiz, enfim. Eu sou Ministro de um Governo que tem Parlamentares de vários partidos, pessoas de vários partidos. Então, essa é a vida real, mas claro que respeito a posição ideológica de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado.

Senador, a informação de que o inquérito foi compartilhado com o processo eleitoral não procede. O inquérito foi compartilhado apenas em parte e não na sua inteireza, ainda mais a parte que foi compartilhada chamava a minha atuação exclusivamente no campo eleitoral. Então, foi sob esse ângulo é que ele foi analisado. É importante ter isso presente. Não foi compartilhado na sua inteireza e apenas para verificação de aspectos eleitorais. Isso aconteceu, salvo engano, em 2021. Portanto, nem mesmo os passos, os atos posteriores poderiam ser conhecidos por mim.

Com relação à liberdade de expressão, eu sou um entusiasta da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão. Mesmo quando a notícia não é exata, mesmo quando a notícia é tendenciosa, ela permite que o público descubra alguma coisa de interesse.

E, havendo a oportunidade de a outra pessoa se manifestar, de o retratado expressar a verdade e corrigir a notícia, isso está dentro do campo da democracia. Nem sempre a gente ouve, sobretudo o político ou a pessoa que está no espaço público, nem sempre ele lê e ouve aquilo que gostaria de ler e ouvir, mas faz parte.

Nem sempre quem publica a matéria está agindo de boa-fé, nem sempre essa pessoa tem o verdadeiro interesse de expor a verdade, mas há meios para corrigir isso. Então, antes de coibir a imprensa, antes de coibir a liberdade de expressão, nós temos que verificar se existem meios para que aquilo que está para ser divulgado pode ou não ser corrigido.

E por que eu estou dizendo isso? Por conta da sua indagação, da indagação de V. Exa. sobre a possibilidade de censura prévia. A meu ver, essa é uma possibilidade que ocorreria em casos extremamente restritos, extremamente limitados; apenas quando houvesse uma iminência de um dano irremediável para o retratado e irremediável no sentido de o retratado não poder sequer se manifestar e desfazer a impressão que a matéria vai causar no público.

O exemplo que eu dei da jurisprudência do Supremo com relação àquele Governador que, no dia das eleições, ia ver publicada uma matéria em que ele era descrito como um corrupto contumaz e sem ter nenhuma chance de redarguir, de apresentar elementos e provas contrárias a isso, esse é um exemplo desses raríssimos casos em que uma intervenção judicial poderia ser admitida para evitar que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... uma matéria viesse a ser publicada.

Mas, de novo, esses casos são extremos e só podem ser descobertos a partir de uma ponderação entre a liberdade de expressão e outros interesses constitucionais. O peso inicial, o peso abstrato da liberdade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressão, na hora de estabelecer esse balanço, seguramente é elevado. Então, há uma necessidade... tem que ser uma necessidade quase que impreterível para que haja essa intervenção judicial sobre o conteúdo, previamente, à sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa., para a réplica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu quero agradecer as ponderações feitas pelo Prof. Gonet em relação à questão da liberdade de expressão.

De fato, com relação ao inquérito, trata-se daquilo que foi realmente emprestado do principal a uma matéria de cunho eleitoral. Agradeço os esclarecimentos.

Com relação ao Senador Flávio Dino e às ponderações que faz... Em relação às manifestações feitas aqui, que me parecem manifestações muito claras, os pontos que trago são pontos de contradição, mas V. Exa., desde o primeiro momento, preferiu não enfrentar essas falas, essas frases, esses conteúdos, que são de cunho político. E está tentando demonstrar à CCJ e a quem acompanha esta sessão, um outro Flávio Dino, o Flávio Dino jurista.

Espero que, sendo aprovado o nome de V. Exa., essa postura aqui, que inclusive inicialmente condenou algumas práticas do próprio Supremo Tribunal Federal, quando desrespeita o papel deste Parlamento no controle de constitucionalidade que exerce... Isso é algo de que este Parlamento reclama há muito tempo.

Veja um dos temas de que nós tratamos aqui e que já foi abordado, inclusive, pelo Senador Marcio Bittar: a questão da demarcação de terras no Brasil. Nós estamos diante de um período de inquietação nacional em razão disso. Agora, veja, o mesmo Supremo Tribunal Federal que outrora julgou e reconheceu o marco temporal, agora – esse mesmo Supremo, claro que com uma composição um pouco diferente –, vai dizer, e nesse caso com repercussão geral, que não, que não reconhece a Constituição de 1988 como marco temporal. E aí o legislador é que está tratando dessa matéria. Daqui a pouco, esse tema vai voltar, certamente, ao Supremo Tribunal Federal. E aí, esse Supremo Tribunal Federal vai respeitar a vontade do legislador ou vai simplesmente reafirmar a decisão que está para ser concluída sustentando o afastamento do marco temporal?

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente... só para se ter uma ideia, nós temos hoje em torno de 118 milhões de hectares de áreas no Brasil que são áreas indígenas. Sem o marco temporal, o impacto disso, só com os pedidos que estão em andamento, vai chegar a quase 118 milhões de hectares de áreas no Brasil. Esse é o tamanho do problema que nós estamos a enfrentar. Áreas produtivas, áreas documentadas, áreas que têm famílias em cima dessas propriedades, com mais de 50 anos, com título oferecido pelo Estado. Mas esse mesmo Estado que entregou o documento para esse cidadão, agora vai dizer que ele tem que sair porque houve uma decisão em que não se reconhece o marco temporal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando faço as críticas que faço, obviamente não as faço em relação ao Supremo, que eu sempre defendi, mas tenho críticas severas com relação a uma composição que desrespeita, a meu ver, a Constituição Federal.

Veja V. Exa.: mais recentemente, até os advogados sendo cerceados, impedidos de atuar no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Isso não se concebe num Estado de direito.

Então, não quero aqui prolongar. Não fiz questionamentos ao Senador Flávio Dino e não vou fazê-los agora pelas convicções que tenho das duas versões: da versão do Flávio Dino político e da versão do Flávio Dino candidato a Ministro do Supremo, que, repito, no discurso que faz aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... espero, daqui a alguns anos, ter a oportunidade de voltar ao microfone e dizer: "Olha, eu estava errado, aquele Flávio Dino lá de trás não existe mais", mas ele existiu e não se apaga da história.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, agradeço. Cumprimento aqui os dois indicados, inicialmente.

Eu gostaria de fazer, primeiro, algumas ponderações e perguntas ao Dr. Paulo Gonet e, depois, ao – vou tratá-lo como Senador, já que se colocou para ser avaliado pelos pares – Senador Flávio Dino.

Dr. Gonet, eu tenho uma crítica apenas. Eu sou favorável à lista tríplice que é formada no Ministério Público, e acho que é um mecanismo salutar, embora caibam também ponderações sobre ela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas essa não seria uma crítica, evidentemente, direcionada à V. Exa. V. Exa. foi indicado fora da lista, mas sabemos – e isso é notório – que V. Exa. tem predicados, tem uma reputação profissional e técnica no Ministério Público Federal, que, aliás, confirmada aqui nesta data, nesta sabatina.

Registro aqui – creio que isso é importante – que, recentemente, V. Exa. emitiu um parecer junto ao TSE desfavorável à cassação do mandato do ex-Procurador da República Deltan Dallagnol. Registro apenas esse fato porque creio que, nesse episódio, já que o nome de V. Exa. já era cogitado para ser escolhido para a PGR, V. Exa. demonstrou independência. Imagino que todos têm o sonho de ser, eventualmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurador-Geral da República, mas V. Exa. agiu com a independência e deu o seu parecer no sentido que entendia apropriado para aquele caso específico, e isso tem que ser ressaltado aqui nesta sabatina.

Nós temos visto aqui, Dr. Gonet, uma escalada no Brasil da criminalidade, nós temos visto uma escalada do crime organizado, e isso tem deixado as pessoas intranquilas. Embora exista uma responsabilidade da área da segurança pública, muitas vezes, aparecem decisões judiciais e posturas que as pessoas não compreendem e delas se ressentem.

Eventualmente, algumas podem ter suas razões técnicas, mas várias delas acabam causando uma certa espécie. E existem decisões judiciais que acabam tendo um alcance maior do que o caso concreto. Então, por exemplo, quando teve uma decisão judicial devolvendo um helicóptero a um traficante de drogas; quando teve uma decisão de primeira instância que não decretou a prisão preventiva de alguém envolvido em um homicídio, e essa mesma pessoa meses depois se envolveu num latrocínio de um magistrado lá em Pernambuco. E aqui nem estou indicando os órgãos judiciais, o importante não é fazer um... Não quero fazer um ataque institucional a ninguém, estou apenas colocando essa constatação. Quando teve recentemente uma pessoa que foi presa e foi solta no dia seguinte e depois, dois dias depois, se envolveu no assassinato de uma pessoa num *show*, numa saída de um *show,* e aquilo gerou uma comoção nacional, tudo isso vai dando às pessoas uma sensação de que a segurança pública e que os tribunais, as cortes de Justiça, que eventualmente podem ter suas razões técnicas, não estão atentando para essa problemática da segurança pública e da criminalidade e de que as cortes de Justiça têm que proteger também os direitos da vítima.

Então, a minha primeira indagação a V. Exa.: se é possível esperar uma postura – respeitados evidentemente os direitos fundamentais do acusado, do investigado – mais firme do Ministério Público Federal, da PGR, em relação ao combate a essa criminalidade comum e ao crime organizado.

E aqui eu trago também uma observação que tenho da minha vida profissional, porque eu fui, por 22 anos, juiz federal e eu sempre senti o Ministério Público Federal um pouco distante do enfrentamento da criminalidade organizada. Claro que com exceções, claro que com casos importantes, mas normalmente esse trabalho ficava mais ao cargo dos GAECOs do Ministério Público estadual, nos estados, e não tanto do Ministério Público Federal.

Então, a minha indagação a V. Exa. são duas neste sentido: qual é a postura que nós podemos esperar do PGR em relação à criminalidade comum e ao crime organizado; e se V. Exa, claro, se for aprovado – e imagino que V. Exa. seja reticente em traçar muitos planos –, tem alguma ideia, um plano para colocar o Ministério Público Federal mais encarregado na linha de frente contra a criminalidade organizada, que é o que nós precisamos hoje neste país.

Queria também indagar nessa linha para V. Exa.: como V. Exa. vê a relação do Ministério Público com a polícia, com os órgãos policiais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última questão para V. Exa.: sua visão sobre imunidade material. Nós falamos muito aqui das liberdades, liberdade de expressão inclusive, mas a questão da imunidade material é algo fundamental para o exercício da atividade parlamentar. E nós temos uma certa percepção nesta Casa de que tem havido uma certa relativização dessa imunidade material – vários processos contra parlamentares por conta de crimes contra a honra, ou ações mesmo judiciais por danos. Se a gente for fazer uma interpretação histórica, inclusive dos textos da nossa Constituição, nós vamos ver que em diversos momentos, no texto da nossa Constituição, Constituições pretéritas, inclusive daqueles períodos mais duros, como o do Estado Novo, havia previsão na Constituição de que a imunidade material não abrangia crimes contra a honra. Não é o caso da Constituição de 1988. No entanto, houve vários Parlamentares processados por crimes contra a honra ou processados civilmente por crimes contra a honra. E, claro, ninguém diz que a liberdade talvez seja absoluta ou ilimitada, mas acho que o próprio Parlamentar tem que ter a liberdade até de errar, porque ele não pode esperar, por exemplo, chamar, denunciar um caso de corrupção, ter que esperar um trânsito em julgado de uma decisão judicial. Ele tem que ter essa liberdade. Então, eu gostaria de ouvir V. Exa. também sobre essa questão.

Indo para o Senador Flávio Dino.

Senador, um primeiro ponto que eu tenho em relação à indicação de V. Exa. não é uma crítica direcionada a V. Exa., mas a quem o indicou, porque nós vamos ter – e até me surpreendo que ninguém falou isso até o momento – uma diminuição do número de mulheres no Supremo Tribunal Federal.

Sabemos do seu currículo, sabemos das suas qualidades, sabemos também que a sua indicação gera controvérsias e gera polêmicas, mas uma delas diz respeito à diminuição do número de mulheres no Supremo Tribunal Federal, e por parte de um Presidente que sempre se colocou, pelo menos se dizia, preocupado com a diversidade de gênero. Teremos apenas uma mulher, já que se aposentou a Ministra Rosa Weber, teremos apenas a Ministra Cármen Lúcia, e o Presidente não conseguiu indicar uma mulher para o Supremo Tribunal Federal. O que é mais espantoso é que, dos nomes que eram ventilados – V. Exa. acabou sobressaindo nessa indicação –, mas, dos nomes que eram ventilados, nenhum deles era de mulher, o que nos faz supor, Senador Petecão, que, se surgir uma vaga por alguma circunstância – não creio que vá acontecer –, não será novamente indicada uma mulher pelo Presidente da República. Sobre isso, Senador, nem coloco aqui uma indagação para V. Exa.; é um comentário da minha parte, uma crítica que eu faço.

Na mesma linha do Dr. Gonet, Senador Flávio Dino, nós vemos uma escalada da criminalidade no Brasil, um problema de segurança pública, que é um problema sério, que já vem de anos, mas existem crises pontuais também que aconteceram dentro da sua gestão do Ministério da Justiça. Eu tenho sido crítico à sua gestão dentro do Ministério da Justiça, mas não vim aqui para criticar a questão da segurança pública, já que V. Exa. está pleiteando uma outra posição. Mas a pergunta que fiz ao Dr. Gonet vale igualmente a V. Exa.: se V. Exa. terá ou não terá a sensibilidade de ser um juiz firme contra a criminalidade comum e a criminalidade organizada no Supremo Tribunal Federal, claro, respeitada a questão dos direitos. Mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos visto um cenário em que traficantes, homicidas são muitas vezes colocados em liberdade, gerando risco à sociedade e às vítimas – isso gera um impacto inclusive na própria credibilidade do Poder Judiciário –, buscas e apreensões anuladas, helicóptero devolvido para traficante.

E, nessa linha, gostaria de fazer uma pergunta bem específica a V. Exa. Se V. Exa. não puder responder categoricamente, porque entendo que talvez tenha que julgar isso, se for aprovado, mas gostaria de ter a sua opinião. Tem um caso importante, uma questão importante no Supremo Tribunal Federal, que é a execução imediata dos vereditos do Tribunal do Júri. Nem vou lhe perguntar sobre a questão da segunda instância, não vou entrar nessa questão. Mas nós temos 40 mil assassinatos por ano, um número que já foi maior, já foi de 57 mil assassinatos por ano ao final do Governo do PT, em 2016, 2017. O número caiu, não sei quanto vai ser neste ano, as estatísticas saem depois, mas, mesmo considerando o número do ano passado, 40 mil assassinatos é um número muito grande e precisa ter uma resposta para esses casos de assassinatos, e a resposta tem que ser dos órgãos de investigação, mas tem que ser também da Justiça, tem que ter uma Justiça célere.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então gostaria de ouvir V. Exa.

Eu vou pedir mais tempo porque eu já finalizo as perguntas para ambos.

Gostaria de ouvir sua opinião sobre a execução imediata dos vereditos do Tribunal do Júri, que, aliás, foi aprovada por este Congresso, foi aprovada em 2019 por este Congresso. E na esteira, que V. Exa. mesmo colocou, do respeito às opções do Parlamento, parece-me que esse é um caso claro, até porque tem precedentes do Supremo Tribunal Federal, uma zona de penumbra muito simples para poder afirmar que a soberania do Tribunal do Júri e a necessidade de nós combatermos essa epidemia de assassinatos reclamam uma afirmação da constitucionalidade, da execução imediata do Tribunal do Júri pelo Supremo Tribunal Federal. Senão vai ser um outro ponto, não que isso seja determinante, mas será um outro ponto de tensão com o Parlamento.

Gostaria de ouvi-lo também, Ministro, e também na mesma linha do que for possível se colocar, sobre a sua posição sobre a Lei das Estatais. Foi uma lei importante, que pode ter ali os seus pontos de discussão, mas estava em vigor desde 2016 e, de repente, por uma ação perante o Supremo Tribunal Federal, ela está suspensa, parte da sua eficácia. Parece que é uma lei importante para prevenir o loteamento político dos cargos nas estatais, que, aliás, neste ano voltaram a dar prejuízo, não necessariamente por conta disso, mas creio que esse é um dos fatores que levam a isso. E aqui, claro que existem, não é criminalização da política, claro que existem políticos bons, mas é uma norma de prevenção, na verdade, nada mais do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, Ministro, tomando a liberdade de lhe perguntar sobre imunidade material para os Parlamentares. E aqui, imagino que nesse tema V. Exa. seja bastante sensível, porque V. Exa. já foi Deputado e é Senador, embora licenciado como Ministro. Na mesma linha que indaguei ao Dr. Gonet, se nós formos fazer uma interpretação histórica, inclusive, do texto da Constituição, sequer crimes contra a honra deveriam estar fora da imunidade material. E no debate parlamentar – e, certa feita, alguém me disse isso –, no jogo político – o Senador Davi Alcolumbre sabe disso, embora seja um dos Parlamentares mais ponderados daqui da Casa –, muitas vezes se excedem os políticos nas suas palavras, se excedem em relação à atuação, seja como Oposição ou seja como base do Governo. E os Parlamentares têm que ter a liberdade, porque eles são a expressão da liberdade dos seus representados.

Então, eu gostaria de ouvir a sua opinião, Ministro, sobre esse tema e aproveitar esse gancho para lhe chamar à reflexão um assunto.

V. Exa. já representou criminalmente Parlamentares, no seu direito, e não vou entrar no mérito, não vou entrar no mérito em relação ao que foi dito, ao que não foi dito – eu tenho minha opinião muito tranquila sobre isso –, mas V. Exa. representou se sentindo atingido em sua honra no que disse. V. Exa. tem direito. Mas V. Exa. como ex-Deputado, V. Exa. como Senador, V. Exa. vindo ao Parlamento pedir a aprovação do seu nome e V. Exa. se colocando no seu discurso, que eu achei um discurso importante para nós guardarmos – e, claro, temos que fazer distinção entre o discurso e o gesto, mas esse discurso deve ser guardado tanto por V. Exa. como por nós –, V. Exa. vem e diz que pretende vestir a veste, a toga e, salvo engano, uma postura mais conciliatória.

Faria aqui não uma solicitação, mas uma sugestão a V. Exa.: que desistisse dessa representação por crimes contra a honra, contra colegas aqui do Parlamento. V. Exa. tem o direito de ter se sentido ofendido, eu sou ofendido há muito tempo, mas eu nunca processei um Parlamentar, porque eu sempre entendi que a imunidade parlamentar é sagrada. E agora, como Parlamentar, eu vejo isso ainda como mais importante. Então, faço essa sugestão, Ministro, que seria um ato, e V. Exa. não precisa fazer isso formalmente, pode inclusive fazer aqui uma renúncia desse direito, dessa representação, para que passemos aí, joguemos uma pá de cal nesse assunto e possamos olhar adiante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ainda, Ministro, e indo para o final, contando com a compreensão de V. Exa., eu ouvi com atenção suas palavras, e nós vivemos num mundo polarizado. Eu fui até aí cumprimentá-lo, acho que é um dever de cordialidade e civilidade. V. Exa. me perguntou algo, eu achei graça e dei uma risada. Tiraram várias fotos, já está viralizando, como se isso representasse a minha posição. Eu sempre deixei muito claro que eu tenho diferenças com o atual Governo, e V. Exa. faz parte do atual Governo, tenho diferenças profundas, e tenho sido um crítico, inclusive, da gestão de V. Exa., mas não perderei a civilidade. E acho que este país precisa disso para que nós possamos diminuir a polarização. Mas veja que um gesto simples de ir até V. Exa. para cumprimentá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lo, como fiz com o Procurador Gonet, já de repente vira uma celeuma nas redes sociais, como se isso fosse determinante aqui do meu voto.

Só quero colocar, Senador, para finalizar, algo que me parece importante e também lhe fazer uma pergunta nesse sentido. Se V. Exa. for aprovado e se tornar, então, Flávio Dino Ministro do Supremo, não mais Flávio Dino político, V. Exa. coloca que abandonaria esse jogo político. Como ficam as suas redes sociais, o seu Twitter, por exemplo? V. Exa. também deixaria de atuar nas redes sociais?

E aqui vou colocar a minha posição, sei que tem até magistrados que estão nas redes sociais. Eu nunca estive antes de ser Ministro da Justiça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em abril de 2019, foi quando eu entrei no Twitter. Agora eu continuo, porque sou político, Senador, mas eu faço uma sugestão a V. Exa. e uma indagação se V. Exa. continuará frequentando o Twitter como frequenta hoje. O que nós podemos esperar da sua postura se eventualmente tiver o seu nome aprovado?

Então, são essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Muito obrigado.

Com relação ao tema da imunidade material, eu acredito que, para que a imunidade material seja corretamente compreendida e não seja destoante do sistema republicano da Constituição, ela tem que estar vinculada ao propósito a que ela serve, ao propósito que a inspirou. O propósito é garantir a liberdade de atuação do Parlamentar. Na medida em que as palavras do Parlamentar guardarem nexo direto com a atividade própria da atuação no Parlamento, me parece que a imunidade tem cabimento.

Com relação às organizações criminais, é função precípua do Ministério Público a defesa da ordem pública e da ordem democrática. As organizações criminosas são inadmissíveis, porque elas tendem a estabelecer um Estado paralelo, é da natureza delas estabelecer um poder paralelo ao Estado. O Estado democrático de direito se fundamenta na vontade do povo; as organizações criminosas se fundamentam numa vontade destruidora, numa vontade egoísta de grupos que não têm cuidado e consideração com os valores sociais e os valores da democracia. Então, é uma função do Ministério Público combater as organizações criminosas. E V. Exa. pode ter certeza de que esse tema estará no grau máximo das prioridades de uma gestão de Procurador-Geral da República se eu vier a merecer a confiança do voto de V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Sergio Moro. Nós nos conhecemos há algumas décadas, desde a magistratura federal, quando eu fui fazer campanha para ser Presidente da Ajufe lá na Justiça Federal do Paraná. Já se vão mais de 30 anos, creio eu. E, por isso mesmo, respondo a V. Exa. todas as questões com muita alegria.

A primeira delas é sobre CVLI (crimes violentos letais intencionais). Com a graça de Deus, neste ano, nós vamos ter redução. Como disse V. Exa., não é possível ainda cravar o número, porque nós ainda estamos no meio de dezembro, mas já é possível prospectar que nós vamos ter redução de crimes violentos letais intencionais em 2023, em relação a 2022. E isso é um mérito de todo o Sistema Único de Segurança Pública, abrangendo os três entes federativos, e, sobretudo, dos profissionais da segurança pública brasileira, também do Ministério Público e do sistema de Justiça. E claro que, em janeiro, esses números serão informados – espero que não por mim, correndo tudo bem hoje.

Em relação ao crime organizado, eu compartilho da crença de V. Exa. de que é um tema fundamental, na medida em que nós lançamos inclusive um programa específico que tem resultado em muitas ações, sobretudo as voltadas à chamada descapitalização do crime organizado. Nós vamos, creio eu, chegar a R$6 bilhões retirados das facções criminosas somente no que diz respeito ao tráfico de drogas. Aqui eu me refiro a drogas aprendidas, armas; me refiro a bens, apartamentos, veículos de luxo. E é um resultado, a meu ver, muito importante, porque coloca o Brasil alinhado às melhores práticas internacionais, no sentido de que só é possível vencer as organizações criminosas descapitalizando-as e combatendo os canais de lavagem de dinheiro.

Menciono aqui a exitosa operação binacional, recentemente feita, com o Paraguai. Por determinação do Presidente da República, eu fui ao Paraguai, reuni-me com o eminente Presidente Santiago Peña daquele país, assim como com o Presidente da Suprema Corte, Presidente da Câmara, do Senado, o Chefe da Fiscalía, que é a Procuradoria deles, e nós pactuamos que uma das maiores prioridades dessa cooperação policial e jurídica internacional era o combate ao tráfico de armas.

Todas as senhoras e senhores acompanharam a execução bem-sucedida de uma operação que nasce de uma investigação na Bahia e que resulta na apreensão direta de mais de 3 mil armas ilegais e no fechamento de um canal que conduzia mais de 20 mil armas seguramente; se fala até em 45 mil armas ilegais usando aquele país, armas oriundas da Croácia, da Eslovênia, do Leste Europeu de modo geral. Nós apreendemos também componentes vindos da Polônia, havia armas da Turquia. E onde essas armas iam parar? Exatamente nas facções brasileiras. É considerada uma das maiores operações do mundo. E quero agradecer, claro, ao Governo do Paraguai e ao Governo dos Estados Unidos, que conosco cooperaram. Essa é uma operação, Senador, a meu ver, exemplar, reveladora do nível de prioridade que eu considero que o tema tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação, claro, portanto, a esse tema em geral das mortes violentas intencionais ou dos crimes violentos letais intencionais, nós temos absoluta convergência quanto à primacialidade disso para ação dos três Poderes. Isso se refere à atividade legiferante, mas também à atuação do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Eu lamento, claro, Senador, não poder responder concretamente sobre a ADI relativa ao Tribunal do Júri. Compreendo bem o seu argumento acerca da soberania dos vereditos, que é uma cláusula constitucional, inserta no catálogo do art. 5º, mas oportunamente, claro, se merecer a aprovação do Senado, votarei e aí, claro, estarei à disposição para eventuais esclarecimentos. Assim como em relação à Lei das Estatais, há um julgamento em curso, e por isso mesmo eu não posso prejulgar, porque isso geraria, infelizmente, impedimento e suspeição.

Sobre as suas ponderações acerca de representações criminais, eu recebo de coração aberto, recebo, como sempre faço ao longo da minha vida, com muito zelo no que se refere à reflexão. Eu reflito sempre antes de cada decisão e eu recebo as ponderações de V. Exa. como sugestões bem-vindas. Apenas doutrinariamente, claro, um exame em tese no futuro, lembrando que o art. 55 da Constituição tem um limitador, que é o parágrafo primeiro. Então é preciso sempre enxergar os institutos. V. Exa. lembra bem de Zagrebelsky, que nos ensinava que não se interpreta a Constituição em tirinhas, em pedacinhos; você interpreta o sistema constitucional. Eu sei que o senhor conhece isso muito bem. Por isso mesmo, apenas a ponderação em tese para examinarmos o *caput* do 55 à luz do §1º também. Mas isso nada infirma ou refuta a sugestão de V. Exa., repito, muito bem-vinda.

Finalmente, sobre redes sociais, evidentemente que muda, porque, como mencionei, bem sei do sacrifício que farei em relação à minha vida política.

Ontem, eu falava para alguns Senadores e Senadoras que eu gosto... Gostava, não é? Ou gosto – sei lá – de fazer carreata, comício, caminhada, preferencialmente no sol, mas gosto muito da atividade política, não considero como algo penoso, pelo contrário, e por isso respeito muito a política, vivo-a muito intensamente há 17 anos, mas sei que, em merecendo a aprovação agora, na CCJ... E vejo que o senhor, Senador Moro, ainda não votou, o que me enche de esperança. (*Risos.*)

Agora, em merecendo a aprovação no Senado... É, não votou ainda não. Em merecendo a aprovação aqui na CCJ e também no Plenário, é claro que eu... É claro que eu deixo a vida política em todas as dimensões, inclusive nas redes sociais. Evidentemente, não opinarei politicamente sobre temas políticos, porque realmente isso é absolutamente incompatível. Pretendo, quem sabe, manter as redes sociais. Nunca pensei nisso, porque cada dia tem a sua agonia, as suas preocupações, mas a princípio, acho que temas jurídicos são bem-vindos, assim como também eu preciso de algum lugar para falar do Botafogo e do Sampaio Corrêa. Quem sabe, por isso mantenha as redes sociais, porque são duas paixões inexplicáveis que eu tenho, não é? No caso do Botafogo, eu preciso dizer em algum lugar que um time que lidera o campeonato brasileiro com 20 pontos não tem direito de ficar em 5º lugar. Eu preciso de algum lugar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escrever isso, e talvez seja o Twitter, mas jamais emitindo qualquer tipo de juízo político ou opinião partidária, nada que o valha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem a palavra para réplica.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Muito rapidamente aqui, porque eu já me estendi um pouquinho.

Primeiro, para o Dr. Gonet. Ouvi com atenção. Faria apenas uma sugestão, humildemente, Dr. Gonet, porque até adianto que pretendo apoiar a sua indicação, mas acho que precisa de uma mexida talvez estrutural dentro ali do Ministério Público para aproximar mais o Ministério Público das polícias, para esse enfrentamento, claro, com base na lei, da criminalidade organizada. Mas fica apenas aí a título de sugestão.

Em relação ao Senador Flávio Dino, eu vou insistir apenas nessa questão. Seria um gesto grande de generosidade de V. Exa., porque são Parlamentares que são da oposição, não estou entre os Parlamentares – deixe-me aqui fazer essa observação –, talvez tenham feito críticas ali que se excederam, não se excederam, mas a questão não é o mérito, a questão é o instituto da imunidade parlamentar. Claro que a gente pode discutir os limites, até onde vai, até onde não vai, mas V. Exa. como um Parlamentar, ex-Parlamentar e agora ainda Senador, irá demonstrar um gesto, porque o seu discurso foi um discurso muito ponderado aqui.

Até nós precisamos dessas notas taquigráficas e entregá-las para V. Exa. não se esquecer, durante todo esse período, porque acontece, infelizmente, como colocou o Senador Magno Malta, esse problema de memória, às vezes, relacionado ao que foi dito aqui na sabatina. Aí seria um gesto concreto de V. Exa., sinalização ao Parlamento, e o país precisa de uma pacificação, o país precisa de uma conciliação.

A própria questão aqui da votação, isso não pode ser visto como um jogo de Fla-Flu, ou de... Botafogo não vou considerar, Ministro, desculpe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas a gente precisa de gestos em direção à pacificação.

E aqui faço uma crítica a V. Exa. porque, durante o período em que V. Exa. foi Ministro da Justiça, V. Exa. acabou contribuindo para o acirramento da polarização. Tudo bem, teve o 8 de janeiro, que talvez explique, foi um acontecimento realmente complexo aqui dentro da nossa conjuntura, mas nós vimos de V. Exa., como Ministro da Justiça, uma posição muito combativa e, a meu ver, em oportunidades específicas, um certo exagero, e nós precisamos exatamente do contrário. Nós precisamos ter uma segurança aqui no Parlamento de que, caso o seu nome seja aprovado, V. Exa. realmente vista a toga, e não o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do Twitter eu coloquei para V. Exa. porque o Twitter, as redes sociais acabam muitas vezes gerando equívocos. Eu mesmo já me manifestei em algumas ocasiões e me arrependi de frases mais fortes. Eu vim aqui até indagar V. Exa. Tem um Twitter que V. Exa. postou recentemente envolvendo lá..., em que acho que V. Exa. fez uma comparação ruim utilizando a figura de Herodes, relacionando-a à questão da crise da Faixa de Gaza, de Israel. Houve até uma crítica da Conib relacionada a isso. E não estou colocando aqui a título de indagação, não, mas creio que aquela sua fala não foi feliz ali no Twitter.

Então, seria de bom tom, eventualmente, se V. Exa. também puder se comprometer a deixar de lado as redes sociais, já que Ministro do Supremo Tribunal Federal ou qualquer magistrado não precisa disso. Sei que tem alguns até que estão nas redes sociais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu, particularmente, não creio que seja a melhor postura, mas a postura que eles têm adotado é uma postura muito mais..., com mensagens muito mais áridas, mas seria melhor, de todo, que eventualmente saíssem.

E retorno a solicitação a V. Exa. para esse ato, esse gesto de generosidade em relação à representação que fez contra Parlamentares aqui do Congresso Nacional.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – O que eu queria saber a ordem de inscrição. Quantos inscritos existem ainda?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda existem 20 Senadores inscritos, mas alguns estão retirando a assinatura, a inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Muito bom. Então, daqui a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, nós estamos indo aqui, numa média, para terminar 7h da noite.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Por enquanto nós vamos continuar aqui com o nosso Sergio Moro, nosso querido colega Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque já dez Senadores retiraram a inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Líder Eduardo Braga.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode prosseguir, Presidente, concluindo aqui.

Eu imagino que o Senador Flávio Dino já convenceu o Sergio Moro ou falta muito pouco (*Fora do microfone.*) para o senhor convencer ele aí, pelo que dá a entender, essa é a sensação eu tenho.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aí eu, aí eu, como fui citado, art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas foi elogiosamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Como, art. 14, fui citado... Como, art. 14, eu fui citado, eu tomo a liberdade, como é a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Líder. V. Exa. ainda não votou. O voto é secreto.

Senador Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Davi Alcolumbre, eu estou agora desviando do Petecão, que é maior do que o Senador Jaques Wagner, portanto, o desafio é maior do que aquele em que o Marcio Bittar estava ainda há pouco. E imagine que agora, com o novo perfil, porque o Petecão agora está barbado, então, fica maior ainda o desafio.

Eu quero cumprimentar o colega Senador Flávio Dino, quero cumprimentar o Dr. Paulo Gonet.

Eu fiz questão, Presidente Davi, de estar aqui, desde o início desta sabatina, para poder, ao falar, começar dando um testemunho, porque, quando houve a indicação do Senador Flávio Dino, o primeiro telefonema que eu recebi, Presidente Davi, foi do Presidente José Sarney. Não por acaso, outrora adversário do Senador Flávio Dino no Maranhão. E o Presidente José Sarney fala comigo ao telefone, Líder do MDB no Senado, uma bancada de 11 Senadores, na condição de um Presidente que é querido no nosso partido, para dar um testemunho e pedir apoio do nosso partido em favor do Senador Flávio Dino.

Então, eu começo as minhas palavras falando em nome do Presidente José Sarney e confirmando as palavras que o Flávio Dino, ao longo desta sabatina, construiu como a história da sua relação com os adversários e com os aliados políticos no Estado do Maranhão. Portanto, o testemunho do Presidente José Sarney no primeiro telefonema que recebi, logo após a sua indicação.

Em seguida, Presidente, eu queria dizer que, ao longo desta sabatina, se alguém tinha alguma dúvida sobre o preparo e o conhecimento jurídico do Senador Flávio Dino, eu acho que essas dúvidas estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dirimidas. Você pode ter divergências ideológicas em relação ao Senador Flávio Dino, mas, com relação ao seu preparo e às condições de ter um desempenho como jurista na Suprema Corte brasileira, no Supremo Tribunal da República, não resta a menor dúvida diante do debate estabelecido nesta Comissão, Sr. Presidente.

E mais: o equilíbrio que V. Exa. demonstrou ao longo deste debate. Uma questão é a lide político-partidária; outra questão é a demonstração da maturidade e da compreensão do novo papel a ser desempenhado. E isso demonstra que a condição que V. Exa. exerceu como jurista, quando juiz federal, continua dentro de V. Exa.

V. Exa. tem uma paixão pela política; exerceu essa paixão e agora V. Exa. volta ao espírito de uma vocação que também faz parte da sua história, de ser um homem da área jurídica brasileira. E mais: pode fazer uma ponte entre os dois universos; essa ponte está em falta no Brasil.

O Senador Sergio Moro, ainda há pouco, fez uma reflexão muito profunda que vale a pena ser ressaltada, porque o Brasil realmente está precisando de pacificação. Isso, dito por qualquer outro Senador desta República, talvez não tivesse o papel e a relevância do que pelo Senador Sergio Moro, porque outrora juiz federal da República do Paraná. O Brasil está precisando, efetivamente, de pacificação, Presidente Davi Alcolumbre.

A indicação de V. Exa. para o Supremo Tribunal Federal pode significar a ponte entre esses dois universos, que precisam ter um diálogo, para Poderes independentes e harmônicos, para o bem da República e para o bem do Estado democrático de direito. Portanto, isso é uma esperança para nós.

E, como já foi dito nesta sabatina, V. Exa. não é o primeiro político a ser indicado para a Suprema Corte brasileira. Não é. Nós já tivemos outros políticos e outros Senadores indicados para a Suprema Corte brasileira, que fizeram um belo papel na Suprema Corte brasileira. Lamentavelmente, nos últimos 30 anos, nós não tivemos um outro Senador ou um outro político indicado para a Suprema Corte. Talvez essa ausência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... tenha feito falta nesse diálogo tão importante para a República, tão importante para a democracia.

Eu quero dedicar os últimos cinco minutos para falar um pouco sobre a Amazônia e sobre o Amazonas.

Senador Marcos Rogério, eu sou do Estado do Amazonas; Senador Flávio Dino, V. Exa. tem relação com o Amazonas e com a nossa Itacoatiara querida. O meu estado, diferentemente do estado do Senador Marcos Rogério, o meu estado não é um estado do agronegócio. O meu estado não é um estado, lamentavelmente, que esteja, hoje, com a potência que o Estado de Rondônia tem no agronegócio. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque foi destinada para o Amazonas a vocação com a Zona Franca de Manaus, mas parece que o Brasil não entende isso, e, se não fosse o Supremo Tribunal Federal, de um lado, e o Ministério Público Federal, do outro, e muitas vezes o Congresso Nacional, nós já teríamos perdido a Zona Franca de Manaus. Por quê? Porque muitos, às vezes, fazem questão de não entender que a Zona Franca de Manaus é o maior programa ambiental que o Brasil tem e que o mundo tem para manter a Floresta Amazônica em pé. E, por isso, nos proíbem de quase tudo.

Como foi dito aqui, na Amazônia, nós... Agora eu vou ter o desafio do Wagner. Eu tive o desafio do Petecão ainda há pouco, agora eu tenho o do Wagner. O Wagner, agora, já me deu uma trégua.

Como foi dito ainda há pouco, no bioma amazônico nós só podemos trabalhar com 20% da terra. Os outros 80% é reserva ambiental obrigatória, fora as reservas de terras indígenas, fora as unidades de conservação, mas, quando chega a identificação de uma reserva ou de uma mina de silvinita, nós estamos há 15 anos proibidos de explorá-la, por questões ambientais.

Quando estive com o Dr. Paulo Gonet, eu dizia a ele que nós somos proibidos de ter de volta a BR-319 porque preferem que nós fiquemos isolados! E, quando Deus retira o ritmo hidrológico e nos dá a maior crise de estiagem da história, nós não temos uma interligação para poder nos garantir a logística de abastecimento. Quando descobrem o nosso potencial de petróleo, nós temos a proibição de ter o direito aos nossos recursos naturais e até o direito de poder explorá-los. Portanto, é preciso que a Suprema Corte e o Ministério Público Federal possam compreender isso, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a alternativa às políticas legais é a marginalidade. E aí o que acontece? É o financiamento ao garimpo ilegal, é o financiamento ao desmatamento ilegal, é o financiamento à criminalidade na Amazônia. Nós falávamos ainda pouco aqui com relação ao crime. Bem, o principal tráfico e a principal rota de tráfico de drogas passam exatamente pela Amazônia e pelo Amazonas.

A falta de uma política de ocupação econômica é fundamental, mas, se nós não tivermos a segurança jurídica e a resposta a essas questões, com garantia do Supremo Tribunal Federal, com garantia do Ministério Público Federal, a resposta que nós teremos no interior da Amazônia lamentavelmente será sempre marginal; ela será marginal pelos povos da Amazônia, seja pela população indígena, seja pela população cabocla da Amazônia, na atividade ilegal madeireira, agrícola, do que for. E esse vazio é um vazio da falta de políticas públicas. E aí a questão tanto das decisões do Supremo quanto do Ministério Público Federal tem um papel fundamental.

Eu não tenho perguntas a fazer, eu tenho um relato a fazer para depositar a esperança nesta ponte que eu acredito que o Senador Flávio Dino... Ele, por ter a vivência no Judiciário, por ter a vivência no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo, por ter a vivência no Legislativo, terá a sensibilidade humana de ser um bom juiz, de ser um bom intérprete da sensibilidade, do bom senso no exercício da magistratura.

E tenho certeza, Dr. Paulo Gonet, de que V. Exa., com a experiência que tem e com a sabedoria que acumulou ao longo do tempo, saberá levar para o Ministério Público a independência necessária para que o Ministério Público seja um fiscal do povo brasileiro, em nome do povo brasileiro e não a serviço de um pequeno grupo que quer instrumentalizar o Ministério Público a seu próprio serviço e a seu próprio interesse.

Eu faço aqui este depoimento na esperança de podermos ter um diálogo, uma pacificação entre os Poderes de forma harmônica, de forma independente e de que, seja o Judiciário, seja o Legislativo, seja o Executivo, se possa garantir à República brasileira um Estado democrático pacificado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo, muito obrigado. V. Exa. adiantou em 30 minutos a sabatina de hoje.

Próximo Senador inscrito...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, então o senhor também vai dizer muito obrigado a mim, porque eu prefiro deixar para o Plenário, onde terei direito de usar a tribuna e fazer as minhas colocações.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não faça isso não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não vou usar. Pela primeira vez, não vou te obedecer, Rogerio Marinho, ex-Presidente do ABC de Natal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Kajuru está com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, eu vou deixar para fazer os questionamentos no Plenário aos dois indicados, mas eu apenas quero fazer aqui o que sempre fiz, Presidente Davi, desde o começo da CCJ, e o senhor é testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui o primeiro Senador publicamente a declarar na imprensa brasileira o meu voto, porque eu odeio o voto secreto, até porque traz uma recordação triste para mim de um tal de Inocêncio, que, quando era Presidente da Câmara neste Congresso Nacional, disparou a seguinte preciosidade, entre aspas: que, quando tinha votação secreta, ele tinha uma vontade enorme de trair. É duro ouvir isso de um homem público, não é?

Então, eu, em relação ao Ministro Flávio Dino, disse lá atrás, na imprensa, que o histórico de vida dele, como ser humano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... como Juiz, como Ministro, como Deputado, é 100% irretocável, e o meu voto a ele é "sim"; pelas virtudes que me bastam do Dr. Paulo Gustavo, o meu voto também é "sim".

Apenas essa declaração.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado. Obrigado.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, eu também vou abrir mão da palavra, do questionamento aqui e passar para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Próxima Senadora inscrita...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem.) – Só para também dizer que, diante do bom debate aqui traçado, não podia deixar de estar hoje aqui, saudando o nosso querido Paulo Gonet e o meu querido amigo de longas datas Flávio Dino, e que estarei tratando sobre algumas boas referências da convivência no Plenário.

Então, retiro também a minha inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Próxima Senadora inscrita para arguição, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Senador Davi Alcolumbre, o Senador Flávio Dino...

Não está ligando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está funcionando o som? Está funcionando.

Saiu, Tereza. Saiu, Tereza. Saiu. (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Flávio Dino, Procurador Paulo Gonet, colegas, é seguro dizer que o respeito pelo princípio da separação dos Poderes está profundamente enraizado em todos os brasileiros. A nação subscreve a premissa original dos redatores da nossa Constituição de que a forma de salvaguardar contra a tirania é separar os Poderes do governo entre três ramos, de modo que cada ramo atue de forma independente e harmônica. A nossa democracia é sustentada pela rigidez das regras, pela observância dos limites e pela participação dos cidadãos.

O Estado democrático de direito exige que as leis sejam concebidas, modificadas ou revogadas dentro do âmbito legítimo do órgão designado para legislar, esta Casa, e que os demais Poderes exerçam suas competências e participem do processo legislativo dentro dos limites estabelecidos pela nossa Carta Magna. Nesse sentido, acredito que a integridade do Supremo Tribunal Federal é um dos alicerces fundamentais para a estabilidade democrática da nossa nação. Entretanto, ultimamente temos assistido a um entrelaçamento delicado entre a esfera jurídica e política, suscitando preocupações sobre como isso poderá impactar a percepção pública de imparcialidade e justiça nas decisões da mais alta Corte desse país.

E aí eu lhe pergunto: o senhor é magistrado e político. Com que chapéu o senhor vai se sentar naquela Casa, se for indicado?

É imperativo que sejamos vigilantes quando o envolvimento político se insinua nas deliberações do Supremo Tribunal Federal. É compreensível a inquietude diante de decisões que por vezes parecem ir além da interpretação estrita da Constituição, moldando significativamente nosso ordenamento jurídico sem um respaldo direto na legislação ou nos princípios constitucionais. Devemos considerar os riscos inerentes a um excesso de poder normativo por parte do Judiciário. Tal cenário pode desequilibrar o delicado sistema de pesos e contrapesos entre os Poderes, atribuindo ao Judiciário um papel preponderante na definição das regras que regem a nossa sociedade, em detrimento da autonomia dos Poderes Legislativo e Executivo. É isso que hoje a gente ouve muito. Isso hoje a população discute.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, a Constituição em seu inciso XI do art. 49 atribui ao Congresso Nacional a responsabilidade de zelar pela preservação de sua competência legislativa. Se houver criação de normas que entrem em conflito com as leis regularmente aprovadas pelo Congresso ou que preencham lacunas inexistentes por omissão legislativa é uma questão que afeta diretamente a competência do Parlamento. Em suma, a preservação da competência legislativa do Congresso Nacional não é apenas uma prerrogativa constitucional, mas um pilar essencial para a manutenção da ordem democrática em nosso país e é crucial defender uma prerrogativa para garantir um equilíbrio saudável entre os Poderes, assegurando que o Estado de direito prevaleça e que a vontade popular seja devidamente respeitada.

Diante do exposto, eu queria perguntar como V. Exa. interpreta a possibilidade de o Congresso Nacional emitir decretos legislativos para sustar decisões do Supremo Tribunal Federal que extrapolem os limites constitucionais de sua competência, a fim de salvaguardar a competência legislativa do Parlamento? Lembro que esse controle já ocorre em relação ao Poder Executivo.

Eu também gostaria de perguntar e saber a sua opinião se devem ser impostos limites à possibilidade de decisões monocráticas no Supremo Tribunal Federal ou considera que elas são necessárias ao funcionamento da corte. Está havendo distorções? Quais distorções? Na sua visão também é razoável que cada Ministro possa solicitar vista de um processo por 90 dias? Pergunto pois, a título do exemplo e parâmetro, no Senado Federal os pedidos de vista em geral são coletivos e limitados.

E eu gostaria de fazer uma pergunta para o Sr. Paulo Gonet: como V. Exa. avalia a linha tênue entre a atuação judicial e o ativismo político no Judiciário? Em sua perspectiva, como deveria se posicionar a Procuradoria-Geral da República em relação a possíveis invasões sobre competências do Poder Legislativo por parte do Judiciário? E quais as medidas, no seu entendimento, que poderiam ser adotadas para preservar o equilíbrio entre os Poderes, respeitando atribuições institucionais?

Terminando aqui a minha fala e as minhas perguntas, Ministro Dino, eu tenho uma inquietação muito grande sobre as questões ambientais que acabou de colocar o nosso Senador Eduardo Braga e várias ADIs, ADCs, enfim, que tem no Supremo Tribunal Federal sobre meio ambiente.

Na minha percepção, o Código Florestal vem sendo desfigurado de uma maneira que daqui a pouco nós não teremos mais essa lei tão importante, que durante dez anos foi discutida nesta Casa e que não agradou a nenhum dos lados, por isso ela é uma lei boa. E, apesar de tudo isso, todos os dias essa lei, esse Código Florestal sofre ataques e ataques que o acabam desfigurando.

E, se o senhor estiver lá, nós temos aí um problema muito sério. É muito pontual, mas eu gostaria de deixar aqui registrado para a sua memória, que é a identificação ecológica. Uns acham que é a mesma coisa que bioma, mas não é. Desfigurará totalmente a nossa lei ambiental.

Só para deixar esse ponto porque, a cada dia que passa, a gente vê mais desfiguração desse Código Florestal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... trazendo prejuízos enormes ao meio ambiente, à sociedade, aos empreendimentos no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Agradeço à Sra. Senadora Tereza Cristina as três perguntas que me foram ofertadas.

A primeira sobre o chapéu, eu divido com V. Exa. um segredo. Em 2006, com algumas lágrimas no rosto, eu tirei a minha toga na última audiência que eu fiz na Justiça Federal. Eu ainda a tenho. Eu não tenho muito segurança se nela caberei. Tenho até me esforçado numa dieta rigorosa para essa missão, mas isso significava talvez o sinal de que 17 anos atrás eu imaginava que um dia fosse precisar dela de novo.

Mas isso não se refere ao chapéu da política. Eu tenho já, embora com aparência de 54, eu já tenho 55 anos e por isso mesmo imagino que essa é uma decisão em que esse chapéu ficará na parede como uma boa memória, mas que jamais voltarei a envergá-lo. É no que creio.

A segunda pergunta sobre o 49, XI. De fato, há o 49, XI, e o 49, V, da Constituição Federal, tratando sobre o mesmo tema. A senhora me pergunta objetivamente sobre a sustação, me parece que seria necessária uma mudança do 49 e também, quem sabe, do 52, X, que são preceitos que tratam sobre competências: no caso do 52, X, competências do Senado; e, no caso do 49, competências do Congresso Nacional.

Não imagino, pela via interpretativa, seja aqui, seja no Supremo, seja possível alterar esse sistema que literalmente posto e que demandaria uma análise, um debate, a meu ver, razoável, necessário entre o 49, V, 49, XI, e 52, X da Constituição.

Em relação ao Código Florestal, eu reitero o que disse aqui no início. Sempre tive uma atitude de deferência perante o trabalho legislativo.

Não sei se o eminente ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto, aqui está, mas eu sempre prestigiava a produção parlamentar, como Governador. Muito raramente colocava vetos. Muito raramente mesmo. E aqui também, em relação ao Ministério da Justiça.

Então, a senhora pode ter certeza de que, em relação a essa lei, ao Código Florestal, e a outras tantas leis, a minha atitude vai ser sempre de deferência, eventualmente, claro, de busca da sua efetividade. E, se houver alguma necessidade de revisão, claro que isso compete ao Parlamento. Então, essa atitude de deferência e de respeito aos outros Poderes, eu sempre tive a vida inteira e vou manter, se eu tiver a honra de passar a envergar outro chapéu, como a senhora disse, ou quem sabe resgatar essa toga de 17 anos atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. fez alguma pergunta para o Dr. Paulo? (*Pausa.*)

Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado.

A pergunta tem a ver com ativismo e Ministério Público.

O que eu posso esclarecer para V. Exa. e para os seus pares é que a minha convicção é de que quem elabora políticas públicas são as pessoas escolhidas pelo povo para esta função. Quem elabora como os desafios do cotidiano vão ser enfrentados, como os desvios de percurso para o bem, que a gente vai observando, a cada instante na história, devem ser endireitados, quem toma essa decisão é o povo, por meio dos seus representantes, que são os Parlamentares, os integrantes do Congresso Nacional.

Dito isso, fica bem claro que eu não sou uma pessoa que entende que cabe ao Ministério Público interferir sobre a elaboração de políticas públicas, pelo menos em momentos de normalidade constitucional e institucional. Mas, de toda forma, a gente sabe que as decisões, especialmente do Procurador-Geral da República, podem ter repercussões no campo político.

Por isso, eu reitero agora o que eu venho afirmando a todos os Srs. Senadores, que a Procuradoria-Geral da República, se eu merecer a confiança de V. Exas., estará sempre aberta para ouvir o que os Srs. Parlamentares, os representantes do povo, têm a dizer sobre assuntos que estão na pauta da Procuradoria.

Informações sobre repercussões sociais e repercussões políticas de certas atividades, ou de certos atos sob encargo do Ministério Público, são muito bem-vindas e ajudam quem ocupa o cargo com o propósito de ser um Procurador-Geral da República, dos princípios republicanos, do bem da República.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo inscrito, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente...

Senador Flávio Dino, é um prazer conhecê-lo, porque o Flávio Dino que eu conheci não é esse que acabou de se manifestar aqui na Comissão. Tudo o que V. Exa. falou é o que nós esperamos do Supremo Tribunal Federal com relação à separação dos Poderes, à independência dos Poderes. Acho importante a gente gravar, realmente, essas notas taquigráficas.

Uma ideia, Sr.Presidente, é a gente fazer essa sabatina mais vezes, no Supremo, talvez aprovarmos alguma medida para que, pelo menos de 5 em 5 anos, de 8 em 8 anos, eles possam estar aqui renovando a sabatina porque, talvez em função do tempo, muitos esquecem o que foi dito aqui nesta Comissão, nesta sabatina. Basta ver aqui o depoimento de alguns Senadores, inclusive do Senador Magno Malta, que disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fez a sabatina de vários Ministros, mas que hoje parece que eles esqueceram aquilo que foi dito aqui, as colocações que foram feitas aqui.

Bem, por que eu falo dessa questão? Porque eu conheci o Ministro no período da transição, praticamente. Nós fomos Deputados por um período pequeno, porque eu era suplente na época, mas o conheci na transição. E a forma como se colocou, na transição e durante a intervenção... Era um Ministro diferente, mais arrogante, prepotente.

Eu fiquei, de certa forma, decepcionado com o tratamento dado à CPMI e, quero dizer aqui, com relação às câmeras que davam a imagem da Força Nacional, elas não foram remetidas. As imagens que foram entregues aqui foram aquelas que estavam no inquérito da Polícia Federal. Depois, com a repercussão que houve, fez-se uma nova varredura e foram enviadas novas mensagens. Estão aqui os ofícios, Ofício nº 1.550, no dia 30 de agosto, e olha aqui o requerimento, o ofício da CPMI, foi no dia 31 de maio. Nós recebemos aqui o primeiro ofício, o 1.550, no dia 30 de agosto, e depois, numa revisão, o Ofício 1.578, dia 31 de agosto, às 7h27min. Essas câmeras que foram encaminhadas totalizaram cinco câmaras: a externa norte, a externa sul, a manifestação da rampa lateral, a manifestação do Salão Negro. As imagens externas que permitiam captar a movimentação da Força Nacional não foram disponibilizadas. Enfim, essas imagens, de cinco câmaras, foram enviadas no final do procedimento, e, de fato, não recebemos aqui essas que tinham imagens da Força Nacional. Sequer conseguimos aprovar o requerimento para ouvir aqui o Diretor da Força Nacional.

O Ministro Flávio Dino disse também que, no dia 8, praticamente era a única autoridade presente, aqui no Distrito Federal, do Governo Federal. V. Exa. confirmou aqui nesta audiência. Fato muito estranho. De fato, a Abin, na sexta-feira, já tinha comunicado aos órgãos de inteligência que haveria a possibilidade, no dia 8 de janeiro, de manifestações que poderiam depredar, inclusive, os prédios públicos, o que aconteceu. Então, tudo isso foi colocado em 33 alertas que foram encaminhados pela Abin.

Inclusive, às 8h da manhã, houve uma ligação, uma mensagem e ligação do Sr. Saulo, da Abin, para o Ministro G. Dias, em que ele disse exatamente assim, a resposta: "Vamos ter problemas".

Diferentemente da Bahia, que tinha uma decisão do Supremo com relação à questão da utilização da Força Nacional, aqui no Distrito Federal...

Presidente, eu peço a V. Exa. que eu possa me manifestar aqui para que as pessoas possam prestar atenção no que eu estou falando, com relação a todos aqui, a sala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Então, o procedimento aqui na capital é diferente da Bahia, que foi objeto de uma ação no Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, os prédios públicos são do Governo Federal. Se você pegar, realmente, o Palácio do Planalto, nós temos um plano aqui, existe um plano chamado "Plano Escudo". Quando falha a segurança do DF, o que aconteceu aqui, tem todo um procedimento que é feito com o Plano Escudo, porque os prédios são do Governo Federal.

Então, caberia no Palácio do Planalto... Em 45 minutos, eles teriam todas as condições de ocupar a Esplanada com milhares de policiais do Comando Militar do Planalto, da Polícia do Exército, do Batalhão da Guarda Presidencial, como foi dito aqui, com as polícias aqui do Congresso e também do Supremo.

Mas o que eu provei e está no meu relatório, de 2.576 páginas, é que houve falha, sim, do Governo local, uma série de falhas. Mas o Governo Federal poderia ter evitado tudo o que aconteceu no dia 8 de janeiro se simplesmente tivesse adotado os procedimentos legais e operacionais, que é o Plano Escudo, que estava lá.

Então, eu não tenho nenhuma dúvida com relação a esses procedimentos.

Agora, eu tenho outro assunto que eu gostaria de perguntar ao Ministro com relação a essa posição.

Ontem mesmo, Presidente, eu fiz uma audiência pública, pela terceira vez, como Deputado e agora como Senador, sobre a questão das urnas eletrônicas. Eu sou contador, sou auditor. Por isso nem participo muito de sabatinas na CCJ, porque, aqui, ocorrem mais decisões e questões jurídicas. E eu não sou advogado. Mas sou contador e auditor.

Desde o primeiro momento, ainda como Deputado, eu sempre questionei a questão das urnas eletrônicas pelo simples fato de você não poder auditar. Aquilo que não é auditável não é confiável. Quando você não tem a liberdade de auditar todo o processo, não é auditoria.

Todas as vezes que nós chamamos aqui no Congresso, na Câmara e no Senado, um representante do TSE, nunca, em nenhuma dessas audiências, compareceram aqui os seus representantes.

Quem simbolizou muito, aqui na CPMI, e que falou sobre as urnas foi o *hacker*. O *hacker* disse o seguinte: que o código fonte é como se fosse um bolo, com vários ingredientes. Mas aquele que faz o bolo poderia colocar um veneno no bolo. Essa é a tradução do que é o código fonte.

Nós temos hoje inteligência artificial. Então, hoje, é possível, sim, com a inteligência artificial fazer uma série de coisas. Se não tiver realmente uma forma mais adequada...

Por incrível que pareça, quem criticou agora e até fez um certo deboche ao TSE brasileiro foi Maduro. Agora, no plebiscito lá, ele mostrou, inclusive, o voto impresso, dizendo: "Este daqui é confiável, é diferente de outros países". Não chegou a citar o Brasil, mas disse isso.

Então, eu gostaria muito porque... Veja bem, o que acontece hoje no TSE – e eu sempre falei isso? O TSE normatiza, o TSE executa a eleição, o TSE fiscaliza e o TSE julga. Então, a gente precisa e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espero... A pergunta que eu faria para o Ministro Flávio Dino – lógico, quem está no Supremo tem todas as condições, na sequência, de ocupar, inclusive, a Presidência do TSE – é esta: qual é a posição do Ministro com relação a essas questões das urnas, com relação ao processo eleitoral, com relação ao TSE, que hoje não tem um controle externo, que acho que deveria ter? Quem faz não pode auditar. Quem faz não pode julgar. Então, a gente precisa separar essas coisas, e os partidos políticos poderiam fazer isso – está na lei –, fazer essa transparência do processo de apuração.

Então, eram, basicamente, essas as minhas colocações.

Mas eu queria aproveitar e também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... perguntar ao Dr. Paulo com relação aos concursados.

Nós temos aqui alguns projetos que falam, inclusive tem um aqui que permite o próprio Procurador transformar os cargos todos em cargos comissionados. Acho que já tem um acordo para votar com o veto disso aí, parece que tem um acordo disso aí. Mas nós temos ainda alguns concursos que vencem agora; em função da pandemia, eles vencem agora em setembro. V. Sa. deve já ter conhecimento e V. Sa. conhece. Qual é a visão e qual é a posição de V. Exa. com relação ao chamamento dessas pessoas que estão vencendo, agora em setembro de 2024, com relação aos concursos que foram feitos pelo Ministério Público?

Essas são as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo, com a palavra.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Com relação a esses concursos públicos, novamente vai ser um tema que eu vou enfrentar, se vier a ser aprovado aqui no Senado. Mais uma vez, eu fiz questão, até em homenagem ao Senado, de não me envolver em questões que não estivessem estritamente no âmbito das minhas atividades.

Eu sempre disse na Procuradoria, mesmo durante esse período interino e depois da indicação, que nós temos um Procurador-Geral da República – não temos dois, temos apenas um –, e é a Dra. Elizeta. A interferência que eu faço sobre as decisões dela, sobre as decisões políticas dela é nenhuma. Eu tenho que respeitá-la, tanto quanto eu respeito o âmbito das competências de cada um dos meus colegas e dos colegas dos outros órgãos, dos outros Poderes. É o meu modo de ser.

Óbvio que essa é uma matéria da maior relevância. Se eu vier a ser nomeado, depois, se eu vier a receber o voto de confiança de V. Exas., com certeza, esse é um tema prioritário, esse é um tema da maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância. Ainda assim, como é um tema que está aqui sob o debate de V. Exas., se eu tiver alguma coisa para apresentar, vão ser apenas notícias técnicas, porque o meu respeito pela deliberação de mérito de V. Exas. é total.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito bom.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu apenas reitero que estão lastreadas na ACO 3.427 as decisões que tomei, como já tive oportunidade de explicar ao senhor no seu gabinete. E não há, nesse precedente, nenhuma distinção entre estado e Distrito Federal, porque a regra constitucional é a mesma. Quem comanda as polícias militares são os Governadores, inclusive o Governador do Distrito Federal. Isso é regra expressa da Constituição, art. 144. Então não é possível, à luz da decisão do Supremo e da própria lei, que eu, por exemplo, colocasse a Força Nacional dentro do Senado sem a autorização do Presidente do Senado, assim como na Câmara, assim como no Supremo, e mesmo no Planalto, porque a competência não é nossa, e sim do Exército. E na Esplanada, como eu mostrei ao senhor, o Secretário em exercício naquele momento – eu já expliquei isso tudo ao senhor no seu gabinete –, o Secretário em exercício de Segurança do DF deu anuência exclusivamente para o Ministério da Justiça e a Polícia Federal. E eu não posso fazer intervenção federal porque eu não sou ditador. Então, eu não poderia fazer uma intervenção federal, que cabe, à luz do art. 34 da Constituição, ao Presidente da República, com aprovação do Senado Federal. Após a intervenção federal, como eu também já disse ao senhor, a Força Nacional agiu plenamente. Eu tenho fotos, imagens, relatórios, que foram entregues à CPI junto com todas as imagens: da frente do ministério, do lado direito, do lado esquerdo, da parte de trás e da entrada do ministério, que eram as imagens disponíveis. Não houve qualquer controvérsia relevante. A CPI já encerrou, imagino que não vai ser possível a sua revisão.

E na sede judicial, o STJ negou a liminar que foi pedida por alguns sobre essa história das imagens, de modo que não há qualquer alteração entre aquilo que eu já tive a oportunidade de mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem réplica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu só reforçaria a questão do TSE, das urnas, se você tem algum comentário.

Evidentemente, o que eu estou dizendo é o seguinte: eu participei da CPMI, eu tive acesso aos documentos. O que eu estou dizendo é que as câmeras, as imagens da Força Nacional não foram recebidas na CPMI, só isso. Foram cinco câmeras, mas essas que mostravam a imagem da Força Nacional não estavam no contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas se puder falar sobre a questão das urnas, para mim, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Sobre as urnas, esse debate já ocorreu exaustivamente no país. Como disse, desde 1996 elas são usadas, estão em permanente aperfeiçoamento. O senhor, como auditor, ao consultar as normas, verá que há uma ampla auditabilidade hoje, desde auditoria eletrônica, também a feita pelos partidos, a testes.

Então, eu imagino que esse sistema que me elegeu e que elegeu o senhor é um sistema hoje, sem dúvida, seguro, com os aprimoramentos que foram feitos pelo TSE.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, inicialmente, uma rápida saudação.

Aguardamos o Ministro Flávio Dino retornar? (*Pausa.*)

Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... dar uma força para um cara desistir da inscrição. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Petecão está inscrito, e algum assessor, algum servidor do Senado parece que pediu... Que V. Exa. tinha solicitado a retirada da inscrição?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Não, esse assessor não existe, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Foi um assessor mal-informado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Não, eu estou aqui desde 9h da manhã mesmo. Se eu...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Presidente, faltam quantos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Faltam 73 ainda, mas vários Senadores já tiraram a inscrição. Nós estamos apenas com 12 inscritos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Se eu demorar mais do que 30 segundos, pode me tirar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Melhorou: 30 segundos de arguição?

Senador Mourão, Senador Petecão, Senador Flávio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Era o Mourão. Não desistiu, não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não! Aqui é soldado, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não faça isso... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro, Senador Mecias, Senador Efraim, Senador Alan, Senador Renan, Senadora Teresa, Senador Camilo, que pediu para retirar, Senador Girão, Senador Cleitinho, Senador Portinho, Senadora Damares e a Senadora Mara, que pediu para retirar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – E a Senadora Eliziane?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. não pediu para retirar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Não. Eu farei uma fala breve.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. é após o Senador Alessandro Vieira.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu sou após quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. é após o Presidente Renan Calheiros, que, como não está aí, estando ausente, não vou chamar. (*Pausa.*)

Ah, está aí o Renan, está lá dentro.

Líder Randolfe, está contando o prazo, tá?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos lá!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para interpelar.) – Vamos lá!

Presidente, inicialmente, meus cumprimentos ao Dr. Paulo Gonet e ao Ministro Flávio Dino.

E quero cumprimentá-lo pela sua condução à frente desta reunião da CCJ, Presidente Davi Alcolumbre, pela condução serena e equilibrada que tem dado a esta, até agora, exitosa sessão de audiência dos dois sabatinados.

Dr. Paulo Gonet, rapidamente falando e objetivamente dizendo, V. Exa. assumirá – eu tenho certeza de que assumirá, se Deus quiser, sendo conduzido hoje pelo Senado – um momento que, no meu sentir, será de reconstrução do Ministério Público Federal. A Constituição de 1988, essa que está aí ao seu lado, elevou a Procuradoria da República, o Ministério Público Federal, melhor dizendo, o Ministério Público Federal, tendo como chefe a Procuradoria-Geral da República, a uma condição superior à que tinha antes da Constituição de 1988. Se, até a Constituição de 1988, era uma simples advocacia da União, a partir da Constituição, o Ministério Público passou a ser o defensor da sociedade, o fiscal da lei.

Nos últimos tempos, nós ficamos entre duas vertentes. Caberá ao senhor – e eu tenho certeza de que, pela sua biografia, V. Exa. conduzirá nesse sentido – reconstruir o papel do Ministério Público para que, por um lado, não seja punitivista ao ponto de querer tomar o lugar da política; e, por outro, não seja leniente ao ponto de se omitir quando os brasileiros estão morrendo por conta de uma pandemia. Só quero fazer essa referência porque tenho certeza de que essa missão de reconstrução do papel histórico da Procuradoria-Geral da República, à frente do Ministério Público, por todas as suas qualidades, V. Exa. cumprirá.

Ao Ministro Flávio Dino só um rápido reparo e sem divergências acentuadas com colegas: não existem dois Flávios Dinos. Temos aqui um Flávio Dino, o mesmo que se formou em Direito, em 1990, na Universidade Federal do Maranhão; que concluiu seu mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2001, e defendeu uma dissertação inédita naquele momento; que foi Juiz Federal por 12 anos; e que todas as missões que cumpriu na sua vida o fez com amor, dedicação e, sobretudo, com zelo ao servir ao público e ao servir ao povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Flávio Dino, a Constituição, no 101, diz quais são os pré-requisitos para V. Exa. estar lá: ter mais de 35 anos, V. Exa. tem; ter menos de 70; ter notável saber jurídico e reputação ilibada. Um colega, certa vez, me corrigiu dizendo: "Notável não é notório". O colega tem toda razão, porque notório pode ser dito para mim ou para o colega, que nós podemos arguir um termo ou outro da Constituição, e se poderá dizer: "Ele conhece alguma coisa do direito". Mas notável é muito mais que isso; notável, no Dicionário Aurélio, é aquilo que é conhecido e reconhecido, que é dito por todos.

V. Exa. tem a experiência de ser magistrado por 12 anos. No concurso que V. Exa. fez para a magistratura federal, V. Exa. foi o primeiro colocado. V. Exa. tem, além da formação, da graduação no Direito, o mestrado. Após sair da magistratura, após abandonar a toga... E V. Exa. o fez, abandonando a toga e agindo na política, com o servir a política com as posições políticas suas.

Querem saber como é a atuação do Ministro Flávio Dino como Ministro do Supremo Tribunal Federal? Busquem a atuação dele como Juiz Federal nos 12 anos. Qual nódoa tem? Em qual ponto ele atuou nos autos, aí sim realmente nos autos, fora da circunscrição do que lá estava escrito e do exercício do mister de ser magistrado, de ser juiz?

Ao deixar a toga para fazer política, porque isso é fundamental – às vezes, busca-se colocar a toga para utilizá-la na política –, V. Exa. cumpriu mandatos no Executivo, como dirigente da Embratur; como Deputado Federal; como Governador de estado, reeleito, com aplauso do seu povo. Aliás, o seu povo... Ministro Flávio Dino, o senhor será...

Tem duas condições que aqui temos que exaltar na sua condução, que com certeza ocorrerá no dia de hoje. A primeira delas é que nos faltam na história do Supremo Tribunal Federal juízes, Ministros do Norte e Nordeste do país. Foram poucos. Dos 171 Ministros que tivemos desde 1891, com a instalação do Supremo Tribunal Federal, após o advento da República, 60% deles, quase 60% foram do Sudeste e outros 20% foram do Sul. São poucos os Ministros nordestinos. Da Constituição de 1988 até agora, V. Exa. será o quarto ou quinto. Eu me sinto representado porque V. Exa. é do Maranhão – o Maranhão, que tem muito de Amazônia. O açaí, que V. Exa. e nossos conterrâneos maranhenses chamam de juçara. Então, nós amazônidas, que, nesse interregno de tempo de 1985 para cá, só tivemos um Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos sentiremos representados com a sua presença lá.

V. Exa. trará também, nessa história de Ministro do Supremo Tribunal Federal, mais uma qualidade, que é qualidade, porque, na última quadra, Senador Weverton, houve uma criminalização da política. É bom termos... E aqui saúdo o Presidente Lula por ter tirado alguém da política e colocado na Suprema Corte, ter tirado alguém, como, ao longo da história, outros 12 cumpriram esse papel, de diferentes posições políticas. Dessas posições políticas diferentes, teve Adaucto Cardoso, da UDN, durante a ditadura, que inclusive, em função do regime autoritário, renunciou à cadeira na Suprema Corte; teve, em saudosa memória, Maurício Corrêa, o último que foi, ainda nos anos 80.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perguntam sobre as posições de V. Exa. Vou-me recorrer a um dos melhores que teve na história do Supremo Tribunal Federal: Paulo Brossard. Quer posição política mais contundente que a de Paulo Brossard? Eu aqui trago a posição de Paulo Brossard, em 1979, na votação da Lei da Anistia, quando ele denunciou a Lei da Anistia do regime autoritário, dizendo o seguinte: "Esta lei perdoa todos os agentes da repressão que teriam torturado e não perdoa aqueles que eles chamam de terroristas. Por isso que essa lei é inadequada, é inócua, é assimétrica, é insatisfatória." – termos do Dr. Paulo Brossard, como Senador da República, liderando o MDB contra o regime autoritário; termos de Paulo Brossard, que depois foi um dos Ministros mais reconhecidos à frente do Supremo Tribunal Federal.

Dos 12 Ministros que já estiveram na história do Supremo Tribunal Federal e que foram Senadores, não somente daqui desta Casa, foram Ministros para a Suprema Corte... Aliás, um desses Ministros, um outro – já que destaco que Adaucto Cardoso foi Presidente da Câmara dos Deputados – foi Presidente da República: Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922, que, antes de ser Presidente da República, já tinha sido Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aliás, em toda a história do Supremo, só o senhor e Epitácio Pessoa terão a condição de ser os dois Ministros, desses mais de 170 Ministros do Supremo Tribunal Federal, que passaram por todos os Poderes da República. Epitácio Pessoa foi Senador, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal e foi Presidente da República. V. Exa. ocupou cargos como Governador de estado, atuou na Embratur, foi Parlamentar por dois mandatos e será Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Questionam o senhor sobre a sua posição sobretudo no 8 de janeiro, em relação à defesa da nossa democracia. Questionam suas posições. Me permita: é a sua postura naquele dia – e fala aqui alguém que testemunhou a sua indignação com aqueles fatos naquele dia –, são as suas posições naquele dia que mais o credenciam para este cargo, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... repetindo, e concluindo, repetindo as palavras de Ayres Britto, nobre professor que muito bem me ensinou que a Constituição tem um mandamento central: a democracia na Constituição é continente; o restante é conteúdo.

Quem não se indigna diante da ofensa à democracia não tem condição, ou pré-condição, para ser ministro da Suprema Corte.

O senhor tem plenas condições, sobretudo em relação àquilo pelo que alguns aqui atacam o senhor, que para mim é a maior qualidade: a indignação de V. Exa. quando a democracia brasileira foi atacada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Randolfe.

Eu pergunto ao sabatinado se podemos já chamar o outro inscrito, já que não houve pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Apenas agradeço ao nobre Líder, que sempre traz aulas de história muito relevantes.

Tenho muita admiração pelo Senador Randolfe, como amazônidas que somos.

E também quero saudar entre nós a presença do Governador de Sergipe. Saudei o Governador do Maranhão e, por isonomia e por carinho, saúdo o Governador Mitidieri.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A Senadora Soraya está pedindo pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, por me dar a palavra.

Eu gostaria de saudar os sabatinados, o Ministro Flávio Dino e o membro do Ministério Público Paulo Gonet, mas, pelo adiantado da hora, Presidente, e percebendo que, como eu não sou membro da CCJ neste biênio, nem titular e nem suplente, vou retirar minha assinatura, porque senão o Ministro vai sair daqui, os dois sabatinados, depois da meia-noite.

Então, em respeito, eu falo lá da tribuna, porque eu estou acompanhando o tempo inteiro. Então, assim, já ouvi muito da sabatina.

Então, eu falo da tribuna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senadora Soraya.

O Presidente Pacheco já garantiu, a todos que estão retirando suas inscrições, ele vai garantir o tempo necessário lá no Plenário do Senado Federal durante a votação.

O senhor ainda quer fazer alguma consideração ou já pode chamar o próximo? (*Pausa.*)

Senador Mourão, V. Exa. está com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nosso colega Senador Flávio Dino, atual Ministro da Justiça, Dr. Paulo Gonet, eu não tenho perguntas para o Dr. Paulo Gonet, uma vez que todos que me antecederam esgotaram o assunto.

Em relação ao nosso colega Ministro Flávio Dino, candidato aí ao STF, vou apresentar duas coisas aqui, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um mês, a Suprema Corte americana votou e criou um código de ética com cinco aspectos, e eu vou me permitir aqui tocar nesses cinco aspectos: manter a integridade e a independência do Judiciário; evitar a impropriedade e a aparência de impropriedade em todas as atividades; cumprir os deveres do cargo de forma justa, imparcial e diligente; apenas exercer atividades extrajudiciais que sejam compatíveis com as obrigações do cargo judicial; e abster-se da atividade política.

A nossa lei geral da magistratura, a Lei Orgânica da Magistratura, toca em quase todos esses assuntos. Mas, lamentavelmente, nós temos visto os nossos magistrados se excederem exatamente em relação a esses cinco aspectos que eu mencionei.

Então, a minha única consideração para o senhor, uma vez que eu acompanhei aqui todas as suas palavras, é exatamente dentro da Suprema Corte, caso o senhor seja escolhido, que o senhor seja um baluarte desses aspectos que eu aqui mencionei.

Agora eu vou para o segundo ponto, Senador Flávio Dino, eu vou ler aqui uma proposta de emenda à Constituição, que modifica o art. 101, que trata aí da nossa Suprema Corte, e aqui diz que os ministros serão escolhidos: cinco pelo Presidente da República, dois pela Câmara dos Deputados, dois pelo Senado Federal, dois pelo STF, e as escolhas, obrigatoriamente, terão que recair em nomes constantes de listas tríplices que serão apresentadas pelo STJ, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelos órgãos colegiados das faculdades de Direito que mantenham programa de doutorado em funcionamento há pelo menos dez anos, e o mandato dos ministros do STF será de 11 anos, sendo vedada a recondução ou o exercício do novo mandato. Assina Deputado Federal Flávio Dino, do PCdoB do Maranhão.

A minha pergunta é simples: se deste Congresso sair algo nesse sentido, o senhor vai nos chamar de pigmeus?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Faltou, ilustre Senador, enquanto eu via a leitura, eu claramente identifiquei, porque eu mesmo que escrevi a PEC 342, de 2009, faltou apenas a alusão à data. E eu lembro um ministro aposentado do Supremo que dizia assim: somente os mortos não evoluem. Então é claro que nem o senhor, nem eu, podemos desprezar o ensinamento grego – pré-socrático, de Heráclito, segundo o qual as pessoas vão se alterando ao longo da vida – sobre o homem e o rio, uma passagem muito conhecida.

É claro, portanto, que não tenho rigidez de dizer que eu adiro integralmente ao que eu escrevia naquele momento, mas adiro no fundamental, nos pressupostos, ou seja, de que é necessário e cabível que haja permanentemente aprimoramentos acerca do funcionamento das instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor alude, por exemplo, ao tema do mandato. Nos Estados Unidos, a que o senhor aludiu, não há mandato. Houve aqui um colega Senador que aludiu a um *justice* chamado Hugo Black, um dos maiores da história da Suprema Corte. Salvo engano, ele serviu até os 84 anos, algo assim, na Suprema Corte dos Estados Unidos. E muitos outros faleceram no exercício da função, porque lá prevalece a cláusula do enquanto bem servir.

Aqui nós tínhamos uma espécie de mandato no Brasil, que era a aposentadoria compulsória aos 70 anos. O senhor veja que eu tenho 55, se vigorasse a aposentadoria compulsória aos 70, eu teria 15 anos de mandato, o que me afigura altamente razoável, tendo em vista dois parâmetros.

O primeiro: o mandato, se instituído, em algum momento, não pode ser muito curto, não por conta do magistrado, e, sim, por conta da sociedade. Nós temos como princípio reitor, na nossa Constituição, inclusive no *caput* do art. 5º, o princípio da segurança, derivado deste, consectário lógico, a segurança jurídica.

Se a composição da Suprema Corte se alterar, por exemplo, em dois anos, três anos, quatro anos, é impossível sedimentar uma jurisprudência e, portanto, não haverá segurança jurídica necessária ao funcionamento do mundo privado, dos negócios, dos agentes políticos, etc. Então, o eventual mandato – por isso é que eu disse que, nos pressupostos, mantenho coerência – não pode ser muito curto.

Na época, eu escolhi 11 anos, e o saudoso, queridíssimo e venerável Ministro Sepúlveda Pertence, uma vez, abordou-me, Gonet, na fila de lançamento de um livro. Ele disse: "Por que 11 anos?". Eu disse: "Ministro, discricionariedade legislativa". Eu tirei, mais ou menos, uma média do que a grande parte dos países do mundo praticam, Senadora Soraya, e, naquela época, imaginei 11.

Ocorre que o Congresso Nacional, este Congresso, que o senhor integra e que eu tenho a honra de integrar, resolveu aumentar a idade para 75. Então, se os senhores imaginarem, portanto, esse retrospecto, irão considerar que quem gerou presenças, no Supremo, de 20, 30 anos, foi o próprio Congresso Nacional. E, claro, pode rever isso em algum momento, seja pela volta do parâmetro de 70 anos, para ter um período mais curto, não tão curto que acabe por negar a solidez da jurisprudência e também não tão longo que faça com que a pessoa fique 30 anos no Supremo Tribunal Federal.

É essa a sugestão que tenho. Claro que o debate é absolutamente legítimo, cabe sempre ao Poder Constituinte derivado, encarnado pelas Casas do Congresso Nacional, discutir esses assuntos, debater esses assuntos, acerca de eventual mandato, aposentadoria, enfim... Há muitos sistemas no mundo. Desde o sistema dos Estados Unidos até de países que praticam aposentadoria aos 68 anos.

Eu acho que o senhor está próximo a essa idade... O senhor já passou, não é? Eu sabia, estava sendo apenas gentil com o senhor. (*Risos.*)

E elogio, claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É o cabelo...

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Não, não. A tinta amazônida é boa! O senhor e o Eduardo Braga são as provas vivas disso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Se fosse no Maranhão, General, a gente ia falar que é um "poldo"... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Então, General, Senador, tudo isso é possível, e eu, pessoalmente, não me insurjo contra nenhum modelo. Realmente, eu acho que todos são razoáveis. No mundo institucional, não existe apenas um debate "sim" e "não", você tem matizes, como em quase tudo na vida. Por isso, eu acho, sim, absolutamente razoável que esse debate volte.

Sobre o Código de Ética a que o senhor aludiu, nós temos, inclusive, o Código de Ética da Magistratura Nacional, que dispõe, claramente, que o magistrado só pode ter, além da função de magistrado, a função de magistério, o que abrange à luz do Conselho Nacional de Justiça, congressos, palestras, aulas e, assim, sucessivamente. Esse é o entendimento vigente, hoje, no Judiciário brasileiro. Claro, a ele me curvo e a ele me submeto, em merecendo a honra do Senado Federal.

Apenas uma frase para a sua reflexão, porque eu sei que o senhor é um homem estudioso. Lembre que, sobre a Suprema Corte – eu estudo muito a história da Suprema Corte dos Estados Unidos –, há livros maravilhosos: *Por Detrás da Suprema Corte*, *Os Nove*... São livros muito bons, que aludem à Suprema Corte.

Nem a Suprema Corte dos Estados Unidos, com a sua longeva jurisprudência, escapa de questionamentos, o que mostra quão bela é a democracia. Lembrem-se da eleição entre George W. Bush e Al Gore, que foi decidida por 5 a 4 na Suprema Corte dos Estados Unidos, sendo que cinco *judges* indicados pelos republicanos votaram de um jeito e quatro *judges* indicados pelos democratas votaram de outro jeito, o que sugere que nós precisamos sempre revisitar os institutos visando a aprimorá-los.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Sr. Ministro Flávio Dino.

Senador Mourão, V. Exa. ainda vai utilizar o seu tempo?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Positivo.

É apenas para tocar mais uma vez se o Ministro e nosso colega Senador Flávio Dino, quando indicou a mudança no processo de escolha, o senhor considera que isto ainda é válido: esse pensamento que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor tinha em 2009, ou o senhor considera que todos os Ministros da Suprema Corte devem ser indicação do Presidente da República?

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador Mourão, eu sou parlamentarista, aprendi com meu pai. No plebiscito de 1993, eu votei pelo parlamentarismo. E me parece que este debate em torno do parlamentarismo ou do semipresidencialismo à moda portuguesa ou francesa é uma possibilidade institucional. Quem sabe essa mudança venha no curso do que nós estamos verificando em outras áreas jurídicas.

E a ideia de pluralização foi adotada aqui na Constituição em relação a, por exemplo, magistrados que vêm dos chamados quintos, no caso dos tribunais de apelação de segunda instância ou, no caso do STJ, os terços, entre advogados e Ministério Público. Então, nós temos na Constituição exemplos de possibilidades. Agora, é claro que o sistema norte-americano é largamente praticado no Brasil e há uma parêmia – que eu não sei dizer em latim, infelizmente, mas é do direito romano –, que dizia que lei boa é lei velha, ou seja, a estabilidade faz bem ao Brasil.

Talvez, nesse contexto, não seja um ambiente mais adequado. Há uma frase dessas de *marketing* ou de para-choque de caminhão que diz assim: o melhor modo de matar uma boa ideia é executá-la mal. Eu acho que é preciso distensionar o país, acalmar a situação nacional, e acho que aí vão se abrir muitas avenidas para o justo debate entre as instituições, entre as quais, claro, eventualmente essa alteração que eu próprio propus e que ainda hoje tramita neste Congresso Nacional, creio que na Câmara, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Muito obrigado, Senador Mourão.

O próximo inscrito é o Senador Petecão. V. Exa. disse que queria metade do tempo.

E agradeço ao Senador Camilo Santana, que também acaba de retirar a sua inscrição para falar lá do Plenário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Presidente Weverton, quero lhe agradecer. Vou procurar ser muito breve, até por conta do adiantado da hora.

Dr. Paulo Gonet, eu quero...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dr. Paulo Gonet, eu quero lhe fazer uma saudação. Tive a oportunidade de participar de uma reunião lá no meu partido, comandada pelo nosso Líder, o Senador Otto Alencar, onde estava representada toda a nossa bancada. Eu não o conhecia pessoalmente, conhecia pelos jornais, pela imprensa, mas depois procurei me aprofundar sobre o seu trabalho. O seu currículo é maravilhoso, o seu trabalho prestado ao nosso país é um trabalho maravilhoso.

Então, eu queria aproveitar esta oportunidade só para lhe desejar todo sucesso, para me colocar à sua disposição, e espero que nós possamos estreitar essa relação da nossa Procuradoria com o Parlamento.

Então, foi um prazer conhecê-lo. Tenho muitos amigos... Inclusive, o meu filho é amigo do seu filho. Estou muito feliz em ter conhecido V. Exa. Muito prazer.

Senador Flávio Dino, eu não vou fazer nenhum tipo de questionamento. Eu já o conheço há alguns anos. Tive o prazer... Eu não lembro o ano, mas o senhor esteve na Assembleia do meu estado junto com o... Na época, era o... Foi um debate sobre a reforma política, a convite do camarada Edvaldo Magalhães.

Com o Ciro Gomes. Ciro Gomes, não foi? Com Ciro Gomes, no Plenário... Foi em 2006? Quem falou em 2006?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – No Plenário da Assembleia lá do meu estado.

E, na minha convivência... Sempre tive uma convivência muito próxima com o PCdoB lá do meu estado, com a camarada Perpétua, o Edvaldo e outros, Eduardo Farias... São pessoas que conviveram com V. Exa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E agora, já aqui, no Congresso, como Deputado Federal, tive o prazer de ser Deputado Federal junto com o senhor. E aqui, no Senado, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, tivemos o prazer de estar juntos em alguns convites que lhe foram feitos aqui por alguns colegas, e o senhor nunca criou qualquer tipo de dificuldade. Muito pelo contrário, sempre esteve à disposição para vir até a nossa Comissão. Às vezes, eu via alguns debates lá na Câmara que se acirravam, que tinham confusão, mas aqui, no Senado, nós nunca tivemos esse problema. Muito pelo contrário, todas as vezes em que o senhor era convidado pela nossa Comissão, o senhor pegava o telefone e entrava em contato e dizia "olha, Petecão, estou à disposição dessa Comissão".

Então, eu sou muito grato e queria lhe agradecer de público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra situação. Eu o procurei lá no ministério, diante de uma situação gravíssima que meu estado enfrenta hoje, que é essa questão do narcotráfico. Meu estado faz fronteira com o Peru e com a Bolívia. Eu fiz um relato da situação, atendendo ao apelo dos Prefeitos lá da região. O senhor, de pronto, se colocou à disposição para que o senhor fosse até o estado. E o senhor fez uma ressalva: "Eu não quero ir a Rio Branco, eu quero ir lá na fronteira. Eu quero fazer uma reunião lá na fronteira". E às vezes eu vejo alguns colegas aqui lhe questionando porque o senhor esteve lá no morro do Rio de Janeiro. Mais grave ainda foi quando nós pousamos na Bolívia. O senhor pousou na Bolívia. Porque nós não tínhamos local para pousar lá no meu estado, na fronteira, nós pousamos em território boliviano. Foi aberta uma exceção, e o senhor não criou nenhum tipo de dificuldade. Muito pelo contrário, disse: "Vamos pousar na Bolívia". Atravessamos para o Brasil, onde nós fizemos uma audiência pública. O senhor levou todo o seu *staff*, todos os seus secretários e diretores do Ministério da Justiça. Eu tenho 32 anos de mandato e nunca tinha visto aquilo lá no meu estado. Então, eu sou muito grato por isso.

Eu lamento... Infelizmente, essas redes sociais foram para um caminho, Senador Flávio Dino, que eu não desejo a ninguém. Alguns adjetivos ditos à sua pessoa aqui são impublicáveis, coisas totalmente fora do contexto, coisas que V. Exa. não merece, vindas lá do meu estado, como também veio coisa boa. Acabei de mostrar aqui para minha colega Soraya uma mensagem de uma pessoa totalmente equilibrada, dizendo: "Petecão...". Porque, lá no Acre, politizaram esse debate.

Os colegas declararam voto "não" a V. Exa. E eu, pelas suas qualidades, tenho certeza de que, com o senhor chegando ao STF, porque o senhor vai chegar, nós estaremos muito bem representados. Eu nunca dei um voto num colega Senador.

Todos os ministros que passaram por aqui eu tive a preocupação de, independentemente de ideologia política, tratar bem e receber. Alguns colegas aqui passaram até constrangimento nos corredores do Senado. Eu sempre fazia questão de levar para o meu gabinete para que ficasse uma imagem positiva do Senado.

Então, Ministro Flávio Dino, eu quero lhe desejar boa sorte nessa sua nova empreitada. Não tenho dúvida quanto ao desgaste político, porque, quando eu estiver na política e não puder mais sustentar a minha posição, aí estará na hora de eu sair da política. Então, pode ter certeza de que lhe desejo todo o sucesso. Estou rogando a Deus para que o senhor possa hoje, no Plenário do Senado, ser eleito.

Dr. Paulo Gonet, mais uma vez sucesso e boa sorte. Se Deus quiser, o senhor vai estar lá na nossa Procuradoria-Geral também nos representando.

Muito obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Petecão.

Senador inscrito, Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente Davi Alcolumbre. Boa tarde, Dr. Paulo Gonet. Boa tarde, Senador Flávio Dino.

O Dr. Paulo eu conheço desde 2019, quando o senhor também já pleiteava essa vaga de Procurador-Geral da República. Deus quis que o senhor estivesse aqui hoje sendo indicado fora inclusive, sem necessidade de lista tríplice, como era no caso à época.

Senador Flávio Dino, o senhor sabe que está sendo julgado aqui hoje pela sua trajetória política e não pelo seu histórico no Poder Judiciário. E, obviamente, a imagem que fica, na memória de todos os Parlamentares aqui, em especial na dos Senadores – e é para este público que eu pretendo fazer a minha fala aqui hoje, que é o público-alvo de V. Exas., o voto dos Senadores aqui –, são os seus 11 meses como Ministro da Justiça, em tom belicoso, às vezes em tom de deboche quando esteve aqui nesta Casa, tratando Parlamentares com desdém. Eu próprio tive essa "má" oportunidade de, quando o senhor esteve aqui na Comissão de Segurança Pública, em que eu tratava de um assunto sério, a ADPF 635, que foi ajuizada pelo partido de V. Exa., o PSB... Infelizmente, desde 2019, quando foi impetrada e, logo na sequência, em função da pandemia, uma decisão foi tomada pelo Ministro Fachin, que inviabilizou o trabalho das polícias, hoje, o Rio de Janeiro virou um grande *bunker* de criminosos do Brasil inteiro.

Até há reportagem de julho deste ano: quase 400 bandidos de outros estados foram presos no Rio de Janeiro só nos primeiros sete meses de 2022, porque, obviamente, a consequência prática de uma decisão como essa foi trazer segurança aos criminosos para que pudessem ficar no Rio de Janeiro se sentindo protegidos.

Naquele momento, eu também alertei V. Exa. da minha preocupação com algo que só tem no Rio de Janeiro, por enquanto, que são as narcomilícias: traficantes se aliando a milicianos, um poder paralelo inadmissível. E eu queria, gostaria de verdade, de ter ouvido naquele momento, do Ministro da Justiça e Segurança Pública, uma resposta que levasse algum alento para os cariocas e fluminenses, que estão sofrendo muito por isso, e o senhor, lamentavelmente, me respondeu fazendo uma espécie de sinalização de que eu teria algum envolvimento com milícia, o que é uma grande *fake news*.

Eu desafio qualquer autoridade pública neste Brasil a encontrar o nome Bolsonaro em alguma investigação que exista, em qualquer lugar, em qualquer instância, nos últimos 523 anos em que aparece Bolsonaro tendo envolvimento com milícia, sendo citado em escutas, de qualquer outra forma. Uma grande *fake news* que deu grande repercussão em redes sociais, infelizmente.

O senhor já se dirigiu ao Presidente Jair Bolsonaro com os mais absurdos adjetivos: *serial killer*, genocida, num contexto de combate à pandemia, uma doença nova que pegou todo mundo de surpresa, e o Governo fazendo o que podia para evitar mortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi a maior transferência de recursos públicos da União para estados e municípios da história do Brasil para combater a pandemia. Não faltou vacina para ninguém que quis se vacinar neste país. Para ninguém. Todos que quiseram se vacinar tiveram a vacina comprada pelo Governo Bolsonaro.

E muita coisa que era tratada como *fake news* na época... hoje, a ciência já mostra que o Bolsonaro tinha razão. Até os remédios que são proibidos de se falar o nome, hoje, cientificamente, já se sabe que têm mais eficácia, inclusive, do que algumas vacinas, mas virou assunto proibido: dependendo de quem fala, é censurado. Não se pode debater mais nada neste país que você rapidamente é rotulado de alguma coisa. Isso também deu grande repercussão em redes sociais.

O senhor já defendeu o controle de mídias sociais, o faroeste digital que nós vimos, a expressão que o senhor usou, e que pode até ter razão, mas o senhor defende um controle dessas mídias que assusta os usuários, assusta quem vive, quem ganha o pão, ao divulgar conteúdos em redes sociais. E muitos estão até hoje, por decisão monocrática, sem ter o seu ganha-pão, com medo de postar alguma coisa.

O sintoma de que a democracia não está numa situação de normalidade, Senador Flávio Dino, são Parlamentares que têm que medir as palavras – da tribuna do Senado, da tribuna da Câmara dos Deputados – por receio de virarem réus, por receio de serem caçados, por receio de serem presos, como aconteceu com Daniel Silveira.

E, como eu disse, há assuntos que são previamente proibidos – Dr. Paulo Gonet – de serem discutidos, dependendo de quem fala. Por exemplo: a urna eletrônica. O Presidente Bolsonaro sempre defendeu que houvesse mais segurança, mais transparência, e que se não fosse a ingerência do então Presidente do TSE, Ministro do Supremo Tribunal Federal, aqui nesta Casa, Senador Davi, nós teríamos aprovado. A PEC garantia o comprovante impresso ao lado da urna eletrônica. E hoje o Brasil não teria nenhum, nenhum cidadão questionando o resultado das eleições.

Tudo pode evoluir: os pensamentos. O que pensava lá atrás com relação ao que pensa hoje. Faz parte do amadurecimento. Só o que não pode evoluir é a urna eletrônica. Já disse isso a V. Exa., Presidente Davi: se tivéssemos aprovado, não tinha o 8 de janeiro, não tinha questionamento, e eu acredito que não estaríamos numa situação tão belicosa como estamos hoje, no Brasil inteiro, porque a Constituição Federal, Dr. Paulo Gonet, não valeu ao Presidente Bolsonaro. Defender mais transparência, mais segurança no processo eleitoral é ser acusado de ser ditador e autoritário, quando é ao contrário. Alguém que sempre falou que jogava dentro das quatro linhas desse livro sagrado está pagando, sendo retirado covardemente do jogo político nesse Brasil. Mas ao contrário do que muitos pensavam, hoje, a realidade se impõe e mostra como Bolsonaro está forte, como Bolsonaro é amado pelo povo brasileiro e como Bolsonaro vai influenciar e muito ainda em qualquer eleição que venha a ser disputada, enquanto ele estiver vivo. Graças a Deus!

Preocupa-me muito, Senador Flávio Dino, as ações que o senhor tomou, enquanto Ministro da Justiça e Segurança Pública, com relação à Polícia Federal, porque o senhor, em várias situações, determinava que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Polícia Federal instaurasse inquéritos invariavelmente contra Parlamentares que não são de esquerda, ou que são de oposição ao Governo Lula. Fica na aparência de que, até como foi dito em algum momento, a Polícia Federal é sua.

E só para citar mais um exemplo, Senador Flávio Dino, sobre a preocupação de todos nós Parlamentares com relação ao uso da Polícia Federal para um fim não republicano: o senhor determinou a instauração de inquérito, pela PF, para investigar o Presidente Bolsonaro por genocídio de ianomâmis. Todos aqui são testemunhas. O Congresso participou diretamente do envio de recursos para cuidar desse tema sensível, dessa grande quantidade inaceitável de mortes, inclusive de crianças ianomâmis, com o Governo destinando inclusive as Forças Armadas, que em muitos locais é a única instituição que chega para prestar o serviço humanitário a essas pessoas. E só nesses 11 meses de Governo Lula, a situação está igual ou pior. E obviamente a gente não vai ver a Polícia Federal instaurando inquérito contra o Presidente Lula, pelo genocídio, para investigar se há genocídio de ianomâmis. A preocupação é só essa aqui no Congresso Nacional.

Eu... O senhor me conhece pouco e nunca vai ouvir ilações de minha parte, acusações infundadas. Eu quero trazer um relato aqui que obviamente não tenho como provar, não sei se é verdade, e o senhor vai ter oportunidade de falar sobre isso, porque, Presidente Davi, o debate que aconteceu sempre aqui com relação a indicações, em especial para o Supremo Tribunal Federal, foi sobre como as pessoas iriam tratar a política. Houve essa desconfiança, por exemplo, com o Ministro André Mendonça, e na prática, todos estão vendo que as desconfianças não eram justas, porque é um Ministro correto que se atém à Constituição Federal. E aqui até, Senador Flávio Dino, muitas pessoas acusam, acredito eu que até levianamente, que o senhor usou a Polícia Federal até para causar transtornos para aliados do Governo Lula. Não sou eu que estou falando isso, são as conversas de bastidores aqui na política com relação a um Deputado Federal do seu estado que é Ministro do Governo Lula. O que se falava aqui é que ele estava tomando tanta pancada da imprensa, tanta força da Polícia Federal para investigar alguma coisa, que atribuiu até ao senhor ter destinado a Polícia Federal para fazer uma investigação fora da curva contra ele. E eu, sinceramente, não acredito que... A Polícia Federal é uma instituição que tem a sua independência, tem a sua seriedade, tem a sua autonomia. Se a gente acredita que a Polícia Federal virou uma polícia política, acabou o Brasil, acabou a democracia. Mas até isso colocaram na conta do senhor aqui. É importante que o senhor falasse sobre isso, porque senão fica a impressão de que, como eu disse, a Polícia Federal é de alguém e não uma instituição de Estado. Porque o que é que ficava no imaginário, Senador Flávio Dino?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se tem uma Polícia Federal hoje que persegue até aliados do Governo Lula, imagine com relação a quem é opositor ao Governo Lula. E olha o imaginário aonde chega, Senador Flávio Dino. Imagina o senhor, Ministro do Supremo Tribunal Federal e dando as cartas ainda na Polícia Federal, porque o chefe da PF vai continuar sendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigo do Lula, indicado por proximidade. Sendo competente, não vejo nenhum problema nisso, porque há uma relação de confiança ali.

Então, só para concluir, Presidente, olha como é curioso, porque hoje nós estamos vendo um político sendo indicado ao Supremo Tribunal Federal. E o normal seria a política estar satisfeita com isso. E não é o que está acontecendo. Há uma resistência grande ao seu nome, Senador Flávio Dino, exatamente por esse histórico, quando era para ser o contrário.

E eu quero, para concluir aqui, trazer a público, Senador Davi – não sei se já falei pessoalmente para V. Exa., mas eu acho que é importante. O Presidente, o então Presidente Bolsonaro, quando da indicação do Ministro André Mendonça, virou para mim e falou: "Flávio, você não quer... O que você acha de você ser o indicado para o Supremo Tribunal Federal?" – já que se discutia que a indicação fosse de um evangélico, como ele havia prometido na campanha eleitoral. Eu falei: "Presidente, apesar de eu ser advogado, o que eu sou é político, o que eu gosto de fazer é política. Indique o nome do André Mendonça, que é preparado para essa missão, e eu vou poder ajudar muito mais o senhor aqui no Senado Federal". Eu acredito que, com a ajuda do Presidente Davi, eu acho que eu teria até algumas chances de passar aqui no Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E para concluir, Presidente, a minha pergunta ao Senador Flávio Dino, sinceramente, Senador, a foto do que eu estou vendo aqui hoje é muito diferente do filme que nós vemos do senhor, em especial na política brasileira. Então fica assim a pergunta. Eu acho que é importante o senhor, até para distensionar, como foi dito aqui várias vezes... Eu quero crer que isso vá acontecer caso o senhor seja aprovado. Qual vai ser de verdade o Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal? Em especial, qual vai ser o tratamento com relação aos políticos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Bem, vamos lá...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdão. V. Exa. não fez pergunta para o Dr. Paulo?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – ... com muita alegria, responder aos questionamentos do Senador.

Em primeiro lugar, com relação ao Rio de Janeiro. A resposta que nós demos, Senador, foi prática, e não uma resposta retórica. É um estado a que nós temos dedicado muita atenção, e o Governador do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Janeiro, que é do PL, tem reconhecido isso publicamente. Nós temos feito ações conjuntas. O Presidente da República decretou uma operação de GLO no Porto de Itaguaí, Porto do Rio, aeroporto do Galeão, exatamente pelo tráfico de armas e drogas.

Tem, lá no Rio de Janeiro, uma força-tarefa de 11 estados, liderada pelo Ministério da Justiça, exatamente efetuando prisões de pessoas de outros estados que lá estão. Já houve prisões de líderes faccionados do Ceará, líderes faccionados de outros estados do Nordeste que estavam no Rio de Janeiro.

Portanto, a resposta é prática e reconhecida por toda classe política, pela Federação da Indústrias do Rio de Janeiro, pela Firjan.

Claro que, como o senhor aludiu, é um quadro muito complexo, que vem de décadas. Mas nós acreditamos que esses esforços partilhados, nossos, com o Governo do Estado do Rio, com a Prefeitura do Rio, pelo Prefeito Eduardo Paes, é possível, sim, melhorar a triste situação, a dramática situação que o Rio de Janeiro enfrenta há alguns anos, há algumas décadas, eu diria.

Eu, claro, tenho muita solidariedade. Não posso, doravante, se for aprovado no Senado, liderar nenhum trabalho desse tipo, mas sempre solidário, como temos feito na prática, agora, com a presença da Polícia Federal, operações integradas, apreensões recordes de armas. Na apreensão de armas da Baixada Fluminense, mais de mil armas, quase duas mil armas foram apreendidas numa só operação.

Houve uma operação na Barra da Tijuca, bairro que o senhor conhece bem: 47 fuzis, lá na casa de um suposto empresário que tinha uma suposta fábrica de móveis, que, na verdade, era uma mera fachada para montar armas.

Então, tem muitos exemplos positivos dessa ação firme em relação ao Rio de Janeiro.

Alguns temas a que o senhor alude, infelizmente, como o senhor sabe, eu não posso responder, porque envolveria prejulgamento e poderia, eventualmente, gerar impedimento e suspeição.

O senhor alude a casos concretos sobre pandemia e sobre outras questões que, na seara política, claro, se fosse esse o caso, eu poderia responder, como sempre fiz na minha vida, mas, neste momento, infelizmente, não posso exatamente porque ainda tramitam inquéritos, processos no Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

Sobre a questão do controle de mídias, o senhor usou uma expressão que eu creio que é a chave daquilo que tantos e tantas aqui falaram. O senhor usou a seguinte expressão: "Todos têm que medir as palavras?".

Sim, claro. Esse é o ponto. Essa é a diferença fundamental...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Enquanto todos não medirem as palavras, é claro que haverá perpetração de crimes em série. Isso vale para as redes sociais. O Senador Petecão acabou de descrever.

Se nós abrirmos, neste momento, as redes sociais de qualquer um para mostrar, ou mesmo as minhas, nós vamos encontrar as coisas mais abjetas, impronunciáveis, criminosas sendo escritas.

Então, o problema não é que medir a palavra esteja errado, como o senhor disse. É o contrário: medir as palavras é o certo. Eu tenho absoluta certeza de que o senhor faz isso em casa, e todos nós devemos fazer na vida pública.

Claro que não basta. Lembremos, Senador, que, mesmo a relação de maior intimidade e privacidade que existe, que é a relação amorosa, é regulada juridicamente. O casamento é governado por regras. A relação amorosa que se estabelece é regulada pela Constituição, pelo Código Civil. A relação de pai e filho é regulada por leis. O senhor não pode fazer o que quiser em relação aos seus filhos.

Ora, se todos os âmbitos da vida humana têm regulação, onde está escrito que só a internet não pode ter? De onde emergiu essa mitificação, a não ser dos interesses eventualmente empresariais, que não interessam ao debate jurídico?

Nós temos uma lei que regula a internet. Parece que é algo atípico o que eu estou falando. Não! Este Congresso, este aqui, aprovou o Marco Civil da Internet. O senhor vai no art. 19 e vai no art. 21 e vai encontrar regulações – no caso do art. 19, quase inexistentes; no caso do 21, mais rigorosas.

Se o senhor abrir a sua linha do tempo, a sua *timeline* aí, muito dificilmente o senhor vai encontrar cenas de nudez, no bom sentido. Por quê? Porque há o art. 21 do Marco Civil da Internet, há uma moderação ativa de conteúdo das empresas.

Se o senhor fizer uma pesquisa sobre compra de terno ou de sapato, o senhor vai receber, durante semanas, propaganda de terno e de sapato. Por quê? Porque as plataformas não são neutras, ao contrário do que, no art. 19 do Marco Civil da Internet está escrito e muitos acreditavam em 2014. Na verdade, as plataformas se transformaram em curadorias de conteúdo.

Ora, se você tem uma atividade empresarial qualquer destinada ao lucro, qual não é regulada? Se alguém estabelece um comércio num *shopping*, tem regulação; se alguém abre uma farmácia, tem regulação; uma indústria também tem.

Então é realmente um debate de vanguarda. E, veja, considero que é o debate jurídico mais importante do século XXI, porque nós estamos no limiar do perecimento das condições de se realizar eleições com o abuso da inteligência artificial. Todas as senhoras e os senhores sabem disso. E não vai haver regras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginemos a inteligência artificial servindo, como hoje há nas plataformas, à incitação de crimes! Eu vi, Senador – eu vi –, incitação de suicídio de jovens. Eu vi jovens chantageando outros jovens, eu vi meninos chantageando meninas para praticarem atos de vilipêndio sexual. Os seus filhos estão expostos a isso, as crianças e jovens do Brasil estão expostos. Há suicídios sendo transmitidos ao vivo.

Isto é ditatorial, tratar disto? Ou é preservar os valores mais sagrados que a civilização humana conseguiu erigir: o da vida, o da integridade física?

Então, é isso que eu sustento, e sustento com convicção, a partir de critérios jurídicos. Nenhuma atividade empresarial é desregulada, nenhuma atividade humana é desregulada. E não há argumento de intimidade e privacidade, porque, no recesso do lar, há regras jurídicas. Os homens podem bater nas suas esposas? Os homens podem matar suas companheiras? Não! E alguém vai falar de liberdade para matar, para discriminar, para ofender, para crianças – repito, crianças – serem vítimas de toda sorte de abusos?

E, aí, de fato, eu tenho uma convicção jurídica – veja, jurídica – de que o caminho da União Europeia é um caminho virtuoso; da União Europeia, que é o berço, junto com o Oriente Médio, da civilização que nós construímos nas Américas. Então, a União Europeia oferece o caminho de regulação. O Prof. Gonet, versado nesses temas, também estuda essas matérias.

Finalmente, sobre inquéritos. Repito o quanto disse: todos os inquéritos que eu enviei, requisitei etc. estão por mim assinados. Todos estão lastreados no art. 145, parágrafo único, do Código Penal, e na Lei 10.446, de 2002.

Eu jamais aludi a pessoas, e, sim, a fatos. Não existe inquérito para investigar pessoas; existe inquérito para investigar fatos. Então, jamais eu antecipei juízos de valor; apenas encaminhei fatos. E lembro que os inquéritos não tramitam no Ministério da Justiça; eles tramitam numa das polícias mais reconhecidas no mundo, que é a Polícia Federal do Brasil, e tramitam perante o Ministério Público e o Poder Judiciário.

E eu quero aqui homenagear, sim, toda a equipe da Polícia Federal, liderada pelo Dr. Andrei, pelos delegados, os agentes, que têm feito um trabalho notável em relação a esses assuntos. E afirmo ao senhor: jamais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – ... a Polícia Federal foi por mim usada para fins políticos, a não ser aquilo que a lei manda. E, se eu não o tivesse feito, aí que eu estaria cometendo um crime de prevaricação. Se você tem um indício de um crime, você tem que encaminhar à autoridade competente, e foi isso que eu fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação, claro, ao papel de Ministro do Supremo Tribunal Federal, é óbvio que é diferente, e quero, portanto, afirmar cabalmente que é falsa, absolutamente falsa, a ideia de que existem duas pessoas aqui. Não, existe só uma, na sua integralidade, com a sua história, e com a sua trajetória.

Agora, esta pessoa tem a maturidade para entender que, quando você está no debate político, você atua de uma forma; quando você está numa missa, que eu frequento, você atua de outra forma; quando você está na praia, você atua de outra forma; quando você está batendo um pênalti, o que eu faço com precisão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – ... você atua de outra maneira. Ou seja, em cada papel, você atua de uma forma, e isso não significa ter duas, três, quatro ou cinco caras; isso significa você ter inteligência, inclusive emocional, de compreender que são lugares diferentes.

Portanto, eu afirmo ao senhor que este que está aqui, olhando para o senhor com a mesma tranquilidade, a mesma serenidade, com a mesma limpidez, transparência, que eu sempre tive, é aquele que, se merecer a aprovação do Senado, lá estará. Agora, estará de outra forma – estará de outra forma. E, se tiver a honra de ser contratado pelo Botafogo, eu garanto também acertar os pênaltis no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Réplica, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu, sinceramente, espero que a inteligência emocional, caso o senhor seja aprovado, que o senhor está tendo aqui hoje, seja a que vai ter no Supremo Tribunal Federal, porque se for a inteligência emocional que nós vimos aqui, enquanto político, eu tenho minhas grandes preocupações.

Só um breve comentário. Eu acho que a premissa está errada, Senador Flávio Dino. Até na fala do senhor se mostra isso, porque o que a gente tem que perseguir são os criminosos; não são os instrumentos. Se alguém usa a internet para cometer um crime, para incentivar suicídio, para cometer qualquer crime que seja, a impunidade é que é o grande problema – as pessoas ficam impunes. As pessoas têm que ser investigadas e punidas na sua proporção. Não é a internet que faz isso; são pessoas que fazem isso.

Assim como é equivocado achar que um instrumento, arma de fogo, é o que gera a violência. Não é; a arma não atira sozinha. É um criminoso que a usa mal, ilegalmente. Esse é que tem que ser punido.

Então, as premissas estão erradas do combate a um problema, como a ADPF 635. Como a ADPF 635. O senhor agora falou algumas coisas que estão sendo feitas pelo Governo Federal, no Rio de Janeiro, mas a origem continua a mesma, e o senhor vai ter a oportunidade, caso aprovado, de decidir sobre a ADPF 635. Essa sempre foi a minha intenção ao trazer este assunto para a pauta, para que o Rio não sofra mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esse ativismo judicial, que é o caso do Ministro Fachin. Quem foi eleito para determinar a política de segurança pública do Rio foi o Governador, foram os Prefeitos e nós Parlamentares, não o Ministro do STF.

Era apenas isso. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Eu queria apenas me valer aqui do direito de tréplica para convidá-lo a uma reflexão. O senhor diz assim: "Têm que ser perseguidos os criminosos e não os instrumentos". Com todo o respeito, Senador, isso anularia a dimensão preventiva das políticas públicas. Se o seu raciocínio fosse correto, o senhor poderia ter em casa uma bomba atômica, uma bomba nuclear, porque, se os instrumentos não interessam, a posse dos instrumentos, não haveria prevenção, e apenas uma atividade puramente repressiva.

Ora, eu tenho outro sistema de crenças. Entre esperar uma criança ser violentada para apurar o crime, eu prefiro prevenir para que a criança não seja violentada; entre esperar que uma pessoa seja vítima de instigação ao suicídio para apurar quem o instigou, eu prefiro lutar para evitar o suicídio; entre você apurar um homicídio, a política pública, a política legislativa e mesmo o Poder Judiciário devem procurar evitar o homicídio. Aliás, os cânones de direito penal dizem que o direito penal tem uma dupla função: a função repressiva e a função preventiva. E é nisso que eu acredito que a regulação cumpre um papel, defendendo, inclusive, a atuação do Congresso. Porque, se você não acredita em regulação, você não acredita no Parlamento, porque a função precípua do Parlamento é regular as condutas humanas.

Eu, neste caso, guardo esta discordância de V. Exa., mas, claro, convido-o a sua reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) **–** Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) **–** Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar ser breve em respeito ao tempo de todos os colegas.

Dr. Gonet Branco, primeiro, parabéns pela indicação. Meus questionamentos são bastante objetivos para V. Exa.

No tocante à transparência na atuação do MPF, nós tivemos, na última quadra, problemas severos no tocante à transparência dessa atuação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) **–** ... e pontuo três amostras do que falo.

Primeiro, com relação aos procedimentos para apuração de notícia de fato, a estratégia muitas vezes utilizada de instauração, não de inquérito, mas de apuração interna, que não está submetida ao crivo do Judiciário, gera uma opacidade que prejudica a sociedade. Gostaria de ouvir V. Exa. com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante aos acordos de não persecução penal, da mesma forma, nós temos uma crescente no uso dessa ferramenta, e uso, na minha visão, abusivo, porque é o uso após a condenação, quando na verdade o que votamos no Congresso foi numa ferramenta pré-processual. Mas, mais grave ainda, acordos de não persecução que permanecem sigilosos, quando na verdade o óbvio implica que eles tenham publicidade ampla, que é a regra estabelecida pela Constituição.

E, por fim, uma questão muito mais recente no tocante a esse âmbito da transparência. Uma resolução do CNMP, acho que dos últimos 15 dias, passou a exigir que, para consultar os contracheques dos profissionais do MPF, seria necessária a identificação do cidadão. E essa é uma providência inusitada, os outros órgãos não fazem essa exigência, e ela claramente gera um constrangimento e reduz a transparência. Então, eu gostaria de ouvir o senhor com relação a esses três pontos, naquilo que faz menção à transparência na atuação do MPF.

Um segundo ponto, Dr. Gonet, é com relação à aplicação constante pelo CNMP do princípio da paridade para auferir benefícios concedidos à magistratura sem que exista previsão expressa desse benefício, previsão legal desse benefício, para a categoria do Ministério Público. A consequência é essa sucessão de penduricalhos. E eu faço questão – eu sou um crítico da PEC que tenta trazer de volta os quinquênios – de registrar que eu acho que as duas categorias, magistrados, promotores, e tantas outras, merecem salários elevados, porque as obrigações e responsabilidades são elevadíssimas, mas salário, subsídio, porque o penduricalho gera desvio. Então, gostaria de ouvir V. Exa. também com relação a isso.

E, por último, no tocante à sabatina de V. Exa., a criação ou o estabelecimento de uma instância recursal para decisões do PGR, e explico. Na minha visão, numa República não cabe a ninguém ter poderes absolutos, e, pelo desenho constitucional, nós temos, na figura do Procurador-Geral da República, alguns poderes que são exclusivos e absolutos. E, ao contrário de todos os demais graus do Ministério Público, não há para quem recorrer. E exemplifico: nós tivemos, por ocasião da CPI e em tantos outros momentos, denúncias, notícias de fato e a recusa de atuação do Procurador-Geral da República. Essa recusa é direito dele, juízo de valor formado, convicção dele formada, mas, para a democracia, para a funcionalidade do sistema, seria interessante ter uma turma recursal ou coisa que o valha, seja o Conselho Federal, alguma estratégia nesse sentido. Eu gostaria de ouvir V. Exa. com relação a esse ponto.

Dr. Flávio Dino, Senador Flávio Dino, uma pontuação com relação à ausência de uma estrutura – e o senhor militou na área específica, na época da criação do CNJ –, no Supremo Tribunal Federal, que faça a contenção de abusos, porque o que seria de se esperar, e o desenho constitucional originário pensava isso, que seria a autocontenção da Corte, na prática não acontece. Nós nunca tivemos sequer uma admoestação pelos pares – ou pelo menos eu não tenho conhecimento – para que se fizesse valer o respeito à colegialidade, muitas vezes à própria urbanidade. Não são poucos os debates da Corte que descambam para ofensas pessoais, e os tempos de TV Justiça têm apontado isso. Então, qual seria a sua sugestão, sua visão, com relação a isso e também a sua sugestão, visão e posicionamento com relação aos patrocínios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventos, convescotes, viagens, hospedagens em hotéis internacionais, muitas vezes providos por empresas que são alvo ou interessadas, partes interessadas em processos que tramitam na Corte. Eu gostaria de ouvir V. Exa. sobre o tema, porque, naturalmente, existe aí também uma questão de transparência.

Em termos de questionamentos, Sr. Presidente, são esses.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Alessandro.

Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Com relação à transparência, eu sou dos primeiros a defender que ela seja a mais ampla possível. Há casos em que a transparência de certos dados pode levar a uma situação de perigo para o agente público. Nesses casos, evidentemente, nós temos que fazer aí um balanço entre os interesses que estão sendo postos em confronto.

Em relação à notícia de fato, eu sou contrário a que haja um procedimento de investigação que se substitua aos instrumentos previstos na legislação e que submeta aquele que está sendo investigado a um constrangimento permanente.

Com relação ao ANPP, o sigilo, novamente, só se justifica em casos extraordinários. A transparência tem que ser a regra. Após a condenação – uma vez que isso tem sido decidido pelos tribunais, e há uma decisão do Supremo, inclusive, a esse respeito –, nós temos que obedecer.

Com relação à paridade de benefícios, eu estou de pleno acordo, o ideal é que haja um valor que seja condizente com as necessidades do procurador da República, do membro do Ministério Público, em vez de busca de soluções *ad hoc*.

E, com relação à instância recursal de decisão do Procurador-Geral da República em matéria penal, eu sou contrário. O Procurador-Geral da República é o titular da ação penal, essa é uma decisão do legislador, uma decisão do Constituinte. E, se nós concebermos uma turma recursal da decisão do Procurador-Geral da República, ele deixa de ser o titular da ação penal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador Alessandro, creio que foi bem transparente a minha posição no sentido de definir como regra a chamada autocontenção, a autorrestrição. Assim deve ser em relação a todos os Poderes do Estado, mas é claro que isso não dispensa controles externos. E, em relação à autocontenção, creio que o Supremo Tribunal Federal tem procurado exercer isso com as mudanças regimentais, mesmo nos temas aqui tratados sobre decisões monocráticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre vistas, que foram objeto de recentes mudanças regimentais sugeridas pela eminente Presidente Rosa Weber e acolhidas por todos os Ministros que lá estão. Então, eu creio que esse exercício é permanente. Como disse, se nós olharmos a experiência da Itália, da França, de Portugal, da Alemanha, dos Estados Unidos, sempre vamos encontrar momentos de maior tensão entre os Poderes ou de menor tensão entre os Poderes, é próprio do modelo de equilíbrio dinâmico que nós adotamos e que consta dos artigos federalistas escritos no final do século XVIII pelos pais da pátria norte-americana.

Em relação a eventos, eu faço uma distinção, Senador. É claro que é preciso preservar a independência, a imparcialidade, etc., mas nós temos na Constituição e em resolução do CNJ aquela autorização para o exercício de palestras, eventos, seminários, aulas, etc. E eu particularmente não tenho nenhum problema de dialogar com empresas. Aliás, há muitos Senadores aqui presentes que são empresários. E você não pode pressupor que uma empresa é criminosa, que uma empresa quer comprar o juiz; você não pode presumir que o juiz está à venda e não pode presumir que a empresa quer comprá-lo. Então, eu acho que é uma análise caso a caso, porque todos nós agentes públicos devemos dialogar amplamente. Eu sempre fiz isso na minha vida inteira e, em 34 anos de função pública, nunca respondi a nenhuma ação judicial por ter recebido uma empresa, por ter ouvido uma empresa, uma entidade empresarial ou uma entidade sindical do movimento social. Eu acho que isso é nosso dever como servidores públicos e, por isso, eu faço essa distinção. Como Ministro da Justiça, eu fui a várias reuniões convocadas por empresas, empresários, federações empresariais. E isso não quebra minha isenção para ouvir, porque as empresas são legítimas, estão protegidas pela Constituição. E, por isso mesmo, não vejo como um problema em si e, sim, eventualmente algum abuso, em que aí eu concordo com V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Talvez eu não tenha me feito entender. Eu estou tratando especificamente do patrocínio de empresa processada, de processo em tramitação na Corte, e essa empresa fornece passagem e hospedagem para o ministro, esposa, acompanhantes, em alto luxo, em padrão europeu. Esse é o questionamento. Eu jamais vou questionar a recepção de quem quer que seja.

Aproveitando o meu tempo de réplica, Senador Alcolumbre, já agradecendo pela sua tolerância, eu faço a seguinte manifestação.

Primeiro, no tocante ao Dr. Paulo Gonet, eu não sou um adepto do voto secreto, embora reconheça a sua importância. O meu voto é favorável à sua indicação e desejo boa sorte na sua missão.

A honrosa indicação para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal consiste em ato administrativo complexo, exigindo a atuação do Executivo com a indicação propriamente dita, e do Legislativo, com sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e posterior aprovação por maioria absoluta no Plenário da Casa. Esse tortuoso roteiro não foi aleatoriamente imposto pelo legislador constitucional como uma mera formalidade burocrática, mas sim representa efetiva e necessária homenagem a relevância ímpar do cargo disputado. Um Ministro da Suprema Corte, em qualquer lugar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, especialmente no nosso Brasil, concentra uma enorme parcela dos poderes da República, condição que tem se elevado recentemente a extremos impensáveis para o constitucionalismo tradicional brasileiro.

Infelizmente o rigor desejado do rito tem sido progressiva e inapelavelmente abandonado em benefício de uma enfadonha romaria de autoelogios, mesuras, eventualmente entremeada por isolados questionamentos consistentes de hábitos sequer respondidos pelos sabatinados, protegidos pela deformação do rito. Essa deformação chega ao seu extremo hoje com essa inédita sabatina simultânea de dois indicados para cargos de imensurável estatura da República, quais sejam o Procurador-Geral da República e o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Faço questão de reconhecer que o ajuste feito pelo Senador Davi reduziu o dano da audiência simultânea, mas continua sendo, na minha visão respeitosa, um desrespeito para com os pares, Senadores e Senadoras, para com os indicados, que não precisam de estratégias processuais extravagantes, mas, acima de tudo, é um completo desrespeito para com a sociedade brasileira, destinatária final de tudo de bom e de ruim que logramos fazer nesta Casa.

É preciso repelir com todas as forças essa crescente naturalização de absurdos quotidianos no Brasil. Isso vale para a violência urbana – um exemplo, do Rio de Janeiro, onde um idoso espancado no meio da rua rende no máximo 15 minutos de notícia. Isso vale para a tolerância indecente com a corrupção, que continua corrompendo e destruindo a sociedade brasileira. Ela continua. Esse cenário não mudou. São investigados, processados, condenados, julgadores, autoridades políticas, por vezes juntos, numa ciranda pornográfica de rachadinhas, desvios, anulações de provas e compadrios. Mas, no caso presente, a naturalização que precisa ser combatida é a naturalização da atuação política da Alta Magistratura. É a naturalização do STF como uma Corte política. E é óbvio que eu não estou me referindo à política com "p." maiúsculo, aquela política importante, essencial, voltada para o interesse público; eu estou falando de politicagem, que é baixa, fisiológica, oportunista e cínica.

E por consideração às referências às pretéritas indicações de políticos para o Supremo Tribunal Federal, eu me sinto na obrigação de apontar o óbvio: são outros tempos e é outra Corte. E, como eu não sou de meias palavras, eu faço questão de ser bem compreendido por quem nos ouve dentro da Casa e fora dela, eu dou um exemplo, apenas um exemplo, que é a atuação do decano da Corte Superior, o Ministro Gilmar Mendes, um homem dotado da mais alta capacidade intelectual, mas aparentemente carente do mínimo pudor ético; um cidadão que não vê o menor constrangimento em juntar no mesmo festim investigados, julgadores e partes interessadas em processos em curso na Corte Superior; um servidor público que se tornou milionário por obra e graça de uma atuação paralela como empresário na seara de educação, condição que a Lei Orgânica da Magistratura repudia; uma figura que continuamente se coloca, de forma velada ou ostensiva, como parte interessada em questões que são de competência do Executivo ou do Legislativo; que não tem pejo de usar a força do cargo de Ministro para pressionar Parlamentares, inclusive desta Casa, conforme seus interesses particulares ou de terceiros. E temos várias testemunhas disso que falo agora. É essa atuação deformada que defendo seja dura e inexoravelmente repelida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, chego à análise específica da indicação e do indicado, Ministro Flávio Dino. De plano, cumpre reconhecer como plenamente atendidos os requisitos constitucionais do notório saber jurídico e da reputação ilibada, seja pela laureada aprovação em um dificílimo concurso público, pelo exercício do magistério superior no curso de direito, seja pelo preparo intelectual do indicado, que se evidencia em minutos de conversa. Ministro Flávio Dino é portador de notório saber jurídico. Quanto à reputação ilibada, a longa trajetória ocupando cargos públicos de grande relevo e espinhoso exercício, sem ser alvo de condenações ou mesmo de denúncias, embora tenha exercido essas funções sob escrutínio permanente de ferrenhos opositores políticos, serve como mais que razoável atestado reputacional.

Todavia, há um ponto de inflexão na sua jornada que exige um olhar mais cuidadoso: o abandono da magistratura em 2006, para ingressar na política partidária. Certamente foi uma decisão difícil, cuidadosamente pensada, e, eu tenho absoluta convicção, uma decisão impulsionada pelas melhores intenções. É possível intuir que o hoje indicado compreendeu com clareza solar a absoluta incompatibilidade entre os rígidos limites impostos pela toga e o desejo de fazer mais pelo próximo, primeiro pelo povo maranhense, depois pelo povo brasileiro, incompatibilidade ainda maior em face da natureza das ações necessárias para viabilizar as mudanças sonhadas. A escolha que foi feita pelo indicado exige coragem e desprendimento extraordinários e são merecedoras das mais sinceras homenagens.

E registro, na minha opinião, para a sociedade do Maranhão e do Brasil a decisão foi acertada. O indicado, o Ministro Flávio Dino, não se tornou apenas um político eleito; é a maior liderança política do Estado do Maranhão, uma das principais lideranças políticas do Brasil, não raro citado como potencial presidenciável. Na presente etapa da sua atuação política, é Senador eleito com larga margem de votos, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, provavelmente o mais vocal defensor do projeto político representado pelo Presidente Lula. Dito de forma direta e inequívoca, é um líder político de estatura e alcance inquestionáveis.

Esta Casa e o país inteiro, de uma forma intensa e reiterada, reprovam o viés excessivamente político adotado pela Corte Superior. É uma situação que claramente afeta o equilíbrio entre os Poderes da República e gera prejuízos graves para a democracia, mesmo quando os abusos são praticados com o pretexto de defendê-la. E esta frase é muito importante: os abusos são reprováveis mesmo quando são praticados com a justificativa de defesa da democracia! A indicação de uma liderança política com as características do Ministro Dino, que, repito, merece total respeito, reforça inexoravelmente a politização da Corte, quando o desejável pela sociedade é reduzir essa condição degenerada.

E aqui também faço uma ressalva objetiva, de que não se trata de uma questão ideológica. É natural que o Presidente eleito faça indicações alinhadas com a sua visão de mundo – é natural e é democrático. O que não pode ser visto como natural é a conversão do STF em uma corte político-partidária...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... posto que configura flagrante desvio de finalidade no ato administrativo de indicação.

Não são poucos os nomes de juristas alinhados ideologicamente com o Presidente eleito, muitos deles cotidianamente cotados para vagas em tribunais superiores – e dou alguns exemplos: Maria Paula Dallari Bucci, Carol Proner, Manuelita Hermes, Adriana Cruz, Vera Lúcia Santana Araújo, Dora Cavalcanti, entre tantas outras –, o que reforça essa hipótese de desvio de finalidade na indicação. E sublinho que fiz referência apenas a mulheres juristas notórias, pois é importante lembrar que o tribunal terá deliberadamente reduzida a participação feminina, o que fragiliza a tão desejável diversidade naquele espaço relevante de poder.

Ao abandonar a magistratura e abraçar uma bem-sucedida carreira política, o indicado, o Ministro Flávio Dino, escolheu cruzar o Rubicão. Como se sabe, essa é uma escolha sem possibilidade de retorno. O seu alcance de atuação, a sua estatura atual não cabe mais nos limites de uma toga.

O Brasil precisa de pacificação, e a pacificação só virá pelo estrito respeito à legalidade, o que exige, entre outras providências muitas, o resgate do Supremo Tribunal Federal como corte constitucional, estável e politicamente neutra. E, com toda a convicção das qualidades do Ministro Dino, inexoravelmente as circunstâncias irão conduzir V. Exa. novamente para a seara política, mesmo ocupando um cargo totalmente distinto, como o de Ministro.

E é por essas razões que, ainda que o voto seja secreto, eu manifesto respeitosamente o meu voto contrário à indicação do Ministro Flávio Dino para o cargo de Ministro do STF.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Com a palavra o Dr. Hiran... Ah, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu queria apenas agradecer ao Senador Alessandro, porque, talvez, de todas as falas aqui postas, essa foi a mais elogiosa que eu recebi, densa, reconhecendo tantos e tantos méritos e atendimento a requisitos constitucionais. Se nós estivéssemos numa linha forense, nós estaríamos diante de uma sentença em que a fundamentação vai numa direção e o dispositivo em outra, mas claro que compreendo que eu não posso opor embargo de declaração, à vista da legitimidade do seu voto, que eu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, aludo sobre caber ou não na toga: eu não vejo a vida com tanta dramaticidade com que V. Exa. vive. Eu até gostei muito de um *card* que circulou nesses dias; desses tantos de internet, agressivos e ofensivos, há também vários generosos. E um deles me agradou muito, porque se coaduna com o meu sistema de crenças, que diz assim: Flávio Dino representa um constitucionalismo sorridente. Eu fiquei muito feliz com esse *card*, porque isso converge com uma exortação apostólica do Papa Francisco, de que eu gosto muito, em que ele alude à alegria como uma virtude cidadã e cristã. Então, eu vejo a vida assim.

É claro que o senhor prognostica que um dia eu vou voltar à política. Eu gostaria de compartilhar desse otimismo, porque minha família precisa de mim e, se eu tiver essa saúde toda, aos 75 anos, para ainda ser candidato, será muito bom, mas não é isso que está planejado. Eu espero que Deus me dê vida até lá. E, por isso mesmo, claro, respeito muito a sua manifestação, embora, obviamente, dela discorde, mas agradeço tantos elogios que me alegraram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Dr. Hiran.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza absoluta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Primeiro, porque o Weverton, que estava anteriormente ao senhor, colocou que a minha fala seria depois do Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, depois do Hiran.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... mas, na verdade, eu não vou falar. Eu quero, se o Senador Hiran me der um minuto, só justificar o declínio de fala.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele já me disse quer iria falar três minutos, está tranquilo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Davi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... eu jamais poderia falar antes da minha querida colega.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda mais que foi um maranhense que falou para ela, para uma maranhense, que ela falava depois do Alessandro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – E vou falar para outro maranhense.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Então, eu queria... Primeiramente, Senador, muito obrigada. Eu vou declinar, Presidente, da minha fala, dos minutos que eu tenho, porque eu usarei no Plenário do Senado Federal quando da votação tanto do nosso Ministro Flávio Dino quanto do Procurador-Geral, que eu acredito que será, da República, o Dr. Gonet.

Mas eu queria apenas fazer um registro aqui do nosso querido Flávio Dino, que durante todas essas quase nove horas, na verdade, de sabatina, a gente percebe claramente um dos princípios constitucionais que é um elemento fundamental, elementar para o Supremo Tribunal Federal, o seu notório saber jurídico, elogiado, inclusive, pelos Senadores que declaradamente apresentam voto contrário.

Então, isso é algo que não se questiona durante esta sabatina, como também não se questiona, inclusive destacado com muita eficácia pelo nosso querido Alessandro, que é exatamente a sua reputação ilibada em toda a sua trajetória como Deputado Federal, como Governador e como Juiz Federal, e como pessoa, como marido, como pai. A gente percebe isso com a Dani, que está aqui, como sua esposa. A gente percebe claramente toda a sua correção e exatamente essa reputação ilibada.

E, aí, quero só frisar – que é o que eu falarei com mais profundidade, no Plenário do Senado, Ministro Flávio Dino – que V. Exa. tem aquilo que é muito fundamental para as relações humanas e para o exercício da vida pública que é a empatia. A empatia é fruto da sua presença em todos os Poderes da República do Brasil – Legislativo, Executivo e Judiciário –, ou seja, o senhor, no Supremo Tribunal Federal, que julgará temas desde, por exemplo, a saúde, e aí casos específicos de doenças raras, que a gente está num embate muito grande junto ao Supremo Tribunal Federal, partindo para ações diretas de constitucionalidade e tantas outras em vários outros setores. V. Exa., tendo passado por todos os Poderes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... e presente no dia a dia, terá todas as condições, com uma vivência prática e diária ao longo da sua trajetória, de julgar com a exatidão, com a imparcialidade e, sobretudo, como a própria magistratura é, com justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu desejo a V. Exa. é reafirmar, em alto e bom som, a minha felicidade e a minha alegria de votar "sim" aqui nesta Comissão e também "sim" em Plenário.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Davi, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem, Procurador-Geral Eleitoral interino, Dr. Paulo Gonet, Exmo. Sr. Flávio Dino, nosso colega Senador, eu vou tentar ser objetivo e respeitar o tempo, porque eu fui pressionado pelo nosso Presidente para que fosse o mais rápido possível, e eu sou disciplinado.

Eu vivo num estado – eu sou amazonense, mas vivo em Roraima há muito tempo –, Dr. Paulo e Senador Flávio, que tem sido vítima de uma política indigenista, ambientalista, que atravanca o nosso desenvolvimento desde que eu lá cheguei, há mais de 41 anos. Para se ter uma ideia, meu ilustre Procurador, nós tivemos uma licitação no nosso linhão de interligação ao sistema nacional de energia, através de Tucuruí, Manaus, Boa Vista. Fizemos uma licitação há 13 anos, e o Ministério Público agiu de maneira muito forte. E, através de ações do Ministério Público e por influência de ONGs que vivem na Amazônia – que nós acabamos de fazer uma CPI e temos questionamentos muito grandes em relação à atuação delas em relação ao desenvolvimento da Amazônia –, tivemos lá uma licitação que ficou perdurando durante 13 anos, sem que essa obra fosse iniciada. Isso porque há uma visão míope de quem está aqui em Brasília, em relação às nossas necessidades, as necessidades das populações naturais e da nossa população de uma maneira geral, no Estado de Roraima.

E eu acho que, quando nós, agora mesmo, relativizamos o marco temporal, e digo isso, porque no nosso estado temos já 33 reservas indígenas demarcadas... Dr. Paulo, no nosso estado, nós temos uma reserva indígena que é maior do que Portugal, com menos de 20 mil indígenas, que é a nossa Reserva Yanomami. E olhe só. E o Brasil, de maneira míope, demarcou essa reserva de forma contínua, demarcou um território que ele não consegue... Ele não consegue proteger nem o seu território geográfico nem as pessoas que vivem lá, porque para mim só existe uma raça, a raça humana. E os ianomâmis precisam de suporte, de apoio para que eles possam viver com dignidade, o que, na maioria das vezes, não acontece, até porque todas essas desintrusões são reiteradas. Quando se faz uma operação selva livre, se tira garimpeiros daquela reserva, um ano, um ano e meio depois, eles estão lá novamente, porque ela é extremamente grande. A gente não tem nenhuma política inteligente para explorar as riquezas com a devida aquiescência das populações naturais, como está consignado na nossa Constituição e que não foi regulamentada depois de 30 anos. O art. 231 não foi regulamentado. Então, eu queria fazer uma pergunta que serve para os dois. Qual a posição de vocês em relação a regulamentar o art. 231 da Constituição Federal?

E a segunda pergunta é em relação ao marco temporal. O Supremo recentemente relativizou o marco temporal, gerando uma insegurança muito grande a quem trabalha e produz no nosso país e uma insegurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas comunidades naturais também. Queria perguntar a V. Exas. a posição de V. Exas. em relação ao marco temporal, que inclusive nós estamos aqui na iminência de derrubar o veto amanhã, numa sessão do Congresso.

Então, são essas duas perguntas e quero desejar aí que aconteça o melhor em relação à candidatura de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado.

Senador, com relação à atuação do Ministério Público, especialmente em temas polêmicos, desde que não haja uma urgência, eu sou favorável sempre, como disse antes, à transparência e sobretudo a ouvir os lados envolvidos. Eu disse aos senhores, a V. Exas. que sempre estarei aberto para ouvir o que V. Exas. tiverem a dizer sobre as repercussões práticas, sociais, políticas, que possam estar escondidas, sem que esse enfoque puramente técnico possa revelar.

Não acho que o Ministério Público faça política e, portanto, também não acho que tenha que opinar sobre temas que estão abertos ao debate político. Cabe-nos verificar a compatibilidade com a Constituição e, estabelecida essa compatibilidade, seguir a política pública que for estabelecida.

Por isso, também, acho que a questão do marco temporal está sendo resolvida nesse verdadeiro diálogo institucional que o Judiciário mantém com o Legislativo. E eu tenho certeza de que a melhor solução haverá de prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu quero agradecer ao Senador Hiran, porque eu tenho muita identidade com o Estado de Roraima, que é um estado que abriga muitos maranhenses. Aqui mesmo temos a presença do ilustre Senador Mecias de Jesus, um maranhense de Graça Aranha. E há magistrados, membros do Ministério Público; o Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima é maranhense. Por isso, é um estado pelo qual eu tenho muito carinho.

Já recebi V. Exa., o Senador Mecias, o Senador Chico Rodrigues, praticamente todos os Deputados Federais, o próprio Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, assim como também entidades da sociedade e o Governador. Creio, Senador Hiran, que é o Governador que eu mais recebi. Acho que mais recebi o Governador de Roraima do que o Governador do meu amado e querido Maranhão. Por quê? Porque reconheço a agudeza das questões que a ali estão postas, das quais V. Exa. fez esse resumo, e considero, sim, que um dos caminhos é exatamente o que tenho acentuado: a Constituição tem que ser cumprida. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 231 da Constituição tem que ser cumprido na sua integralidade, na sua inteireza. Creio que o Congresso e os demais poderes políticos, o Executivo, devem agir de modo consentâneo com esse objetivo de cumprir o art. 231 da Constituição. Eu já havia externado isso a V. Exa. e reitero aqui publicamente.

Em relação, infelizmente, ao marco temporal, pelo fato a que o senhor aludiu, nós teremos uma possível judicialização futura, porque houve um julgamento e haverá, como o senhor anunciou, uma apreciação de vetos. Esses vetos podem ser derrubados, claro – é uma decisão que cabe ao Congresso –, e, eventualmente, essa nova lei a ser promulgada poderá resultar em uma nova ação no Supremo. E não seria, a meu ver, desejável que eu esteja impedido de votar por ter prejulgado a matéria. Apenas afirmo aquilo que eu disse há pouco, respondendo ao ilustre Senador Petecão, creio, e ao Senador Bittar, ou seja, a minha visão é a de busca de compatibilização dos vários interesses. E eu sou, a princípio, contra saídas impositivas, unilaterais, porque acho que não resolvem.

Eu e vários que aqui estão passamos a nossa juventude dizendo que problema social não se resolve com polícia. Então, polícia é uma espécie de *ultima ratio*, o uso da força é *ultima ratio*; é quando todos os outros caminhos não deram certo que você recorre, eventualmente, a uma saída coercitiva. E eu creio que, em relação a esses temas todos da nossa querida Amazônia, é possível progressivamente construir caminhos que tragam segurança jurídica e paz; paz social para o povo da Amazônia. Porque nós precisamos fazer com que a Amazônia seja uma referência que é de sustentabilidade ambiental, mas também de sustentabilidade social, porque essas dimensões são indissociáveis, e é disso que o Brasil precisa, é disso que os amazônidas precisam.

No limite possível dessa nova função que, sendo aprovado pelo Senado, eu exercerei, o senhor pode ter certeza dessa minha visão filosófica e jurídica acerca de como resolver essas controvérsias tão agudas no Brasil, mas especialmente na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... eu queria fazer só uma questão de ordem para dar celeridade aqui. O Mecias vai fazer algumas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Mecias.

Com a palavra o Senador Jayme para questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Cumprimento aqui o ilustre Senador Dr. Hiran. Ele falou sobre a relação do marco temporal, e eu queria fazer aqui apenas um adendo às palavras do ilustre Senador Hiran e indagar o nosso Ministro Flávio Dino, porque é outro assunto que nos preocupa muito.

Primeiro, o marco temporal. Isso causou, com certeza, uma preocupação muito grande, sobretudo para o Mato Grosso, nosso estado, que é um estado de dimensão continental. Lá, tem essa possibilidade de algumas ampliações de reserva indígena, com isso trazendo uma insegurança jurídica, até porque tem algumas cidades que têm 35 anos já de fundação, habitadas por milhares de brasileiros que ali aportaram, produzindo, gerando emprego e, sobretudo, riqueza.

Mas eu quero perguntar sobre um outro assunto só para concluir aqui. O que nos preocupa também muito é a questão da licença ambiental. Tramita no Senado Federal aqui, na Comissão de Meio Ambiente, o PL 2.159, de 2021, que dispõe sobre a criação de uma lei geral sobre esse tema. Não obstante, a proposição a tratar deste assunto é de alta relevância para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A sua tramitação foi iniciada na Câmara dos Deputados em 2004 e já durou longos 19 anos. Eu indago a V. Exa.: posicionar-se sobre o licenciamento ambiental, por muitos, causa conflitos de difícil conciliação entre, de um lado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... os defensores intransigentes do meio ambiente e, do outro lado, os que alegam que a rigidez da legislação ambiental trava o desenvolvimento nacional – que é bom que isso se esclareça – e as obras de infraestrutura, haja vista os impactos que podem causar na geração do emprego, especialmente na produção de alimentos.

V. Exa. escutou muito bem aqui o ilustre Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas, em relação à BR-319, que demanda Porto Velho lá ao Estado do Amazonas. Infelizmente, essa obra já tem alguns anos. Particularmente em Mato Grosso – e aqui eu vejo a presença do... está ali presente, o ilustre amigo e Ministro dos Transportes, de infraestrutura, Renan Calheiros –, nós vivemos lá, já há alguns anos, isso na década de 1990, quando fui Governador, de 1991 a 1995, o mesmo em relação à BR-158. Até agora, graças a Deus, estamos buscando uma solução que seja palatável, que venha a atender, com certeza, o agronegócio, como também atender os povos indígenas.

O que nos preocupa muito é que, muitas das vezes, o próprio Supremo Tribunal Federal tem interferido em algumas situações que eu entendo, particularmente, que é usurpação da competência do próprio Senado Federal e do próprio Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exa., em rápidas palavras, qual é a visão do senhor em relação a essa questão do licenciamento ambiental para o nosso país?

Fico muito grato, Presidente Davi.

Saúdo V. Exa., Flávio Dino e o Dr. Paulo.

Eu ia me dirigir ao Paulo, mas quero fazer aqui uma pequena defesa também, quando ouvi aqui o Senador Alessandro dizer em relação ao Ministro Gilmar Mendes, de enriquecimento, de ser milionário etc.

É bom que se esclareça que o Ministro Gilmar Mendes... Esse instituto de ensino, essa faculdade que tem aqui em Brasília, ela foi antes de ele ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, há 25 anos. O próprio Dr. Paulo, se não me falha a memória, também foi um dos fundadores dessa instituição de ensino.

Agora, é muito ruim quando se fala de enriquecimento porque ele tem uma escola, tem uma faculdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ora, eu acho que isso aí não pode acontecer, até pelo fato de que se quer denegrir, ou sujar, ou manchar a imagem do Ministro Gilmar Mendes. Aqui eu não estou fazendo, não sou contratado para falar em sua defesa, mas nós não podemos deixar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... que se devaneie por um caminho que, certamente, não é apropriado quando se fala de uma pessoa que compõe o Supremo Tribunal Federal, sobretudo uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, admiração, e sei perfeitamente que o que ele adquiriu, ao longo da sua vida, foi com o seu trabalho. Antes mesmo de ele ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele já tinha a nossa faculdade aqui, o instituto de ensino, essa escola que, sem dúvida nenhuma, é uma referência para todo o território nacional.

Portanto, faço esse adendo. Eu estou aqui falando, com certeza, uma coisa de forma concreta, defendendo o Ministro Gilmar Mendes, que não pode ser, de forma alguma, acusado. Sei lá se ele tem dinheiro ou se não tem dinheiro – é outra história –, mas não podemos acusá-lo da forma como foi feita aqui pelo Senador Alessandro.

Muito obrigado.

Sucesso aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, eu queria cumprimentar V. Exa. V. Exa. conseguiu...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só para dizer, invocando o futebol, que já foi invocado aqui em outras falas, que nós levamos um banho de cuia do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi bem! Foi bem! Ele conquistou a gente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele pediu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Um minuto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... um minuto, e o minuto durou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas foi bom! Foi bom!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o minuto mais longo da história: oito – oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Senador Mecias e parabenizar o Senador Jayme, que foi estratégico.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Senador Davi, o Senador Jayme merece, pela experiência e pela vivência, esse gesto de todos nós. Eu aproveito e me uno a ele nas palavras ditas com relação ao Ministro Gilmar. O Ministro Gilmar não merece esses ataques sórdidos, como são feitos, às vezes.

Ministro Flávio Dino e Dr. Paulo Gonet, a minha única pergunta... Para atender até a um pedido do Presidente Davi e em função do adiantado da hora, eu já eliminei aqui quatro perguntas que tínhamos e vou fazer apenas uma, porque eu entendo que ela é crucial para o Estado de Roraima e talvez na mesma linha que fez aqui o Senador Hiran.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas eu gostaria de estender a pergunta tanto ao Ministro Flávio Dino quanto ao Dr. Paulo Gonet.

O Estado de Roraima só conseguiu ter suas terras transferidas, de fato, para o estado depois de 30 anos da sua criação, junto com o Estado do Amapá, numa lei que nós aqui aprovamos, já com o Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Davi como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Essa lei nasceu do ex-Deputado Jhonatan de Jesus, na Câmara dos Deputados, nós a aprovamos, e as terras foram transferidas.

Cerca de 67,4% das terras do Estado de Roraima são terras dos povos originários e unidades de conservação. Só de terras indígenas são cerca de 47%. Mas, mesmo depois das terras transferidas para o estado, ainda há uma saga do Governo Federal em continuar criando unidades de conservação e ampliando terras indígenas – há ameaças constantes de ampliar terras indígenas e criar novas reservas indígenas – nas terras já transferidas para o Estado de Roraima legalmente, terras antropizadas, com famílias que moram lá há 50, 60, 100 anos. E Roraima vive uma insegurança total.

O que eu gostaria de perguntar, Senador Flávio Dino e Dr. Paulo Gonet? Considerando que o Governo Federal continua editando decretos, ampliando unidades de conservação e fazendo ameaças constantes para ampliações de terras indígenas em áreas já antropizadas, como já disse, não estaria interferindo o Governo Federal na independência e autonomia dos estados no âmbito de suas competências condicionais? Qual a visão de V. Exas. sobre isso?

É a pergunta, Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Jayme, que com sua longa experiência também aludiu aqui a uma observação imprescindível, à qual eu me associo. Nós temos que, para distensionar os ambientes e nós termos uma boa relação, harmoniosa, com certeza, como disse há pouco, medir as palavras, e por isso eu me associo ao sentimento que V. Exa. externou em relação a acusações que não têm base real, base fática.

Em relação ao tema da licença ambiental, eu lembro, Senador Jayme, que, quando eu aqui estava como Deputado Federal, esse tema já existia. Eu posso, eventualmente, a estas alturas, não garantir 100% da minha memória, mas eu lembro que havia uma resolução do Conama nº 1, de 1986, salvo engano, que regulava o licenciamento ambiental. E naquele tempo já havia controvérsias sobre o licenciamento, inclusive sob a ótica da competência, uma vez que o art. 23 da Constituição, que adota o modelo das competências comuns, diz que proteger o meio ambiente, as florestas, a fauna, a flora é competência de todos os entes federados, de todos os entes da Federação. Veio uma lei complementar, na ocasião, que já tentou deslindar esse tema e agilizar os licenciamentos.

Eu fui Governador, Senador Jayme, e por isso entendo bem tudo o que o senhor disse. Eu me lembro de uma obra de um hospital muito importante que nós construímos em São Luís, que ficou quase um ano sem conseguir evoluir – e, claro, esse tempo ninguém repõe, porque o hospital cuida de pacientes, cuida de vidas. Esse hospital era construído numa área urbana, mas havia exigências até de laudos sobre a existência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dinossauros naquela área. E eu, claro, sempre dizia: "Bom, dinossauro, talvez eu, não é?". Mas aí havia essa necessidade de produção de laudos intermináveis, enfim.

Então, eu me associo a esta ideia de sempre o Congresso buscar novos parâmetros que garantam harmonia entre a necessidade do licenciamento, que está no 225, mas sem isso embaraçar as atividades a que V. Exa. fez alusão. Portanto, eu tenho total aderência ou adesão a esta ideia de que o Congresso continue a debater o tema do licenciamento ambiental.

Em relação ao Senador Mecias, eu creio mesmo que, nesse tema, a observância da forma federativa de Estado, art. 60, §4º, inciso I, e também art. 18, e isso está no art. 1º da Constituição, enfim, é um mandamento inafastável. Quando você vai dispor sobre o território de um estado federado, é preciso – e as normas atuais preveem, mas concordo com o senhor que é um elemento que pode ser mais bem examinado sob a ótica jurídica – que haja esse diálogo federativo, como disse.

Eu acredito, Senador Mecias, que, em razão da aprovação de leis aqui e também de decisões do Poder Judiciário, é possível, sim, no próximo ano – e está aqui o experiente e sábio Senador Renan, que é o Ministro dos Transportes, assim como o Senador Wellington, que é conhecido no Piauí, generosamente, como índio, indígena, cacique... Então, são pessoas que podem, nessa esfera política – espero que não seja mais o meu caso – ajudar num grande acordo que permita que esse tema seja resolvido definitivamente, porque, do jeito que está, não está bom. Não está bom para ninguém. Procede-se, por exemplo, a desintrusões custosas, difíceis, com custos não só materiais, mas humanos, e daqui a um ano a situação fática é rigorosamente igual. E isso realmente não é o caminho para, por exemplo, em relação ao seu estado e outros tantos, nós encontrarmos soluções definitivas, duradouras, estáveis e que todos possam viver adequadamente.

Então, eu creio que, na esfera política, o senhor, a bancada da Amazônia e esses colegas Senadores e ministros, com certeza, a partir deste debate que houve neste ano, creio que há espaço para novos passos no ano de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo. (*Pausa.*)

O som aqui.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado.

Senador, eu vou aproveitar para responder às suas considerações, e, aproveitando o que V. Exa. falou do Ministro Gilmar Mendes e do instituto criado por ele e por mim, como um dos fundadores, e também pelo Prof. Inocêncio Mártires Coelho, nós dois não somos mais sócios, mas eu posso afirmar que esse instituto faz o sucesso que tem hoje por causa do empenho pessoal também de cada um dos professores, de cada um dos que criaram o instituto. O Ministro Gilmar Mendes é um nome honrado, é um nome de pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dedicada ao bem e é uma pessoa que não merece especulações totalmente desfundamentadas sobre o seu modo de agir. Posso dar o meu testemunho da lisura do comportamento dele durante todo o período em que estive no IDP como sócio e agora como professor.

Com relação às unidades de conservação, V. Exa. levanta realmente um ponto muito relevante. Não pode a União, em determinado instante, suprimir toda a autonomia do Estado com a criação de unidades de conservação. Há de haver um equilíbrio. Creio que esse equilíbrio, em primeiro lugar, deve ser buscado pela ação concertada dos órgãos políticos. Mas posso assegurar que o Ministério Público Federal estará acompanhando esse processo atentamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente Davi, Sr. Paulo Gonet, Sr. Flávio Dino, primeiramente quero me dirigir ao Sr. Paulo Gonet, meu caro Procurador, e trago inicialmente o tema da descriminalização das drogas.

Eu tive a missão de ser direcionado aqui pela Presidência da Casa para ser o Relator da PEC antidrogas, da PEC que o Senado trabalha, está em votação aqui na CCJ, teve vista coletiva, esperamos por parte do Senador Davi uma nova data para essa apreciação. E, neste momento, é importante que a gente possa encaminhar, inclusive, formas de abordagem desse tema para o novo Procurador-Geral da República, porque me parece que, pela ineficácia, ineficiência e verdadeira falência do Estado em poder fiscalizar, resolveu-se descriminalizar. É reconhecer a falência do Estado: não consigo resolver, vamos descriminalizar. E isso é, vamos dizer assim, algo que atinge muito a família brasileira.

E, quando a gente vai ver os fundamentos dessa decisão que está em andamento no Supremo Tribunal Federal, em que a PGR também participa desse mesmo sentimento, há uma visão de que a lei está errada, vamos mudar a lei, a lei gera o encarceramento de pessoas que não deveriam estar ali, de pessoas que são usuárias, mas que são tidas como traficantes. Veja só, o erro não está na lei, a lei está correta. O erro está na aplicabilidade da lei. E quem aplica a lei? Não são os Parlamentares. Quem aplica a lei são os juízes, os promotores e as autoridades policiais. Então, acho que poderíamos, inclusive, ter o encaminhamento no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), para que pudesse buscar quem são esses promotores ou esses juízes que estão aplicando equivocadamente a lei, encarcerando quem não deve estar encarcerado, e, aí sim, resolver, mas não jogar para o Congresso Nacional uma decisão que afronta as nossas competências, que afronta as nossas prerrogativas, que nos diminui, porque aqui é onde estão os que foram eleitos para tomar decisões desta envergadura e que afetam a decisão da sociedade, da família. Então, eu queria, no momento adequado, um pouco dessa abordagem sobre o que pode ser feito junto ao CNMP e junto a essa discussão desse ordenamento jurídico nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Senador Flávio Dino, tivemos – talvez com alguns outros aqui, não sei – a coincidência de entrar juntos lá na Câmara dos Deputados no ano 2007, no seu primeiro mandato, o meu primeiro mandato de Deputado Federal – você, na base, era o Governo Lula 2; e eu, na oposição à época, pelo então PFL. E lá na CCJ, tivemos muitas oportunidades, claro, cada um cumprindo o seu papel, o seu de base, o meu de oposição, mas também em temas técnicos, processuais, criminais, civis, de entender a envergadura e o conhecimento jurídico que V. Exa. possui.

Mas não é o conhecimento técnico-jurídico apenas que está em análise aqui, neste momento, a sua carreira jurídica. Você conheceu o mundo jurídico, mas também conheceu o mundo político como Deputado, Governador, agora Senador e Ministro. E é nesse mundo político, Senador Flávio Dino, que está talvez o grande limite da tensão nessa decisão de hoje. Se tem o conhecimento do mundo jurídico e do mundo político, saber separá-los é importantíssimo. E sei que você vem dando declarações nesse sentido. Porque o inverso é o caos, o inverso é a catástrofe. Misturar os dois mundos, o jurídico e o político, pode causar, e já está causando, inclusive, e pode potencializar a tensão interpoderes que hoje afeta o nosso equilíbrio democrático. Se no ano passado talvez a polarização entre duas forças nacionais foi o grande conflito político que houve, neste ano é o conflito interpoderes que tem gerado uma agenda de debate muito intenso no Brasil. E, dentro desse conflito interpoderes, tem dois temas em que é importantíssimo ter consciência do posicionamento, são dois temas que unem essa relação. E, com a independência que o povo da Paraíba me deu, defender meus princípios e meus valores é sempre essencial.

Então, ter conhecimento... Porque jamais votarei em quem vá ao Supremo Tribunal Federal entendendo que uma decisão judicial pode liberar o aborto, pode ir contra a vida. O tema para esse debate, e o debate pode existir aqui no Congresso Nacional, onde existem pessoas eleitas para tomar decisões dessa envergadura. Então, o julgamento no Supremo Tribunal Federal que discute ou não liberar aborto não cabe, e entendo que é uma questão essencial para a decisão.

O segundo tema, que já abordamos, o tema da descriminalização das drogas, também não pertence a um fórum jurídico, é um fórum legislativo, é o fórum desta Casa. Isso afeta a vida de famílias, isso afeta a vida da sociedade. Uma descriminalização feita por mera decisão judicial deixa a droga ilícita, mas o consumo pode existir. Se não vende em farmácia, se não vende em mercado, vai se comprar do tráfico. Comprando do tráfico, se financia o crime organizado, e é o crime organizado o maior responsável pelas barbáries da sociedade moderna, ou seja, até onde essa política avançou nos países que a permitiram, foi com políticas públicas, e não por mera decisão judicial.

Então, dentro desses conceitos, reafirmando que jamais votaria em quem possa defender legalização de aborto e descriminalização das drogas por mera decisão judicial, eu queria uma apreciação sobre esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Muito obrigado.

O tema que me foi proposto foi sobre o tema da descriminalização do uso de drogas. Eu estou convencido de que esse é um assunto extremamente complexo, envolve diversas variáveis e que não é um tema de debate apenas aqui no Brasil.

Também na Alemanha, há algum tempo, a Corte Constitucional foi chamada a debater sobre a constitucionalidade da incriminação do uso recreativo da maconha, e a solução final foi que, diante de um quadro de incertezas científicas, de divisão da sociedade em torno desse assunto, essa era uma situação que deveria ser resolvida pelo legislador. Então, não se declarou a inconstitucionalidade da incriminação da droga, justamente porque esse seria um assunto que estaria aberto à discricionariedade política do legislador. Eu participo da mesma convicção e acredito que o que o Supremo está fazendo atualmente é uma interpretação da lei vigente sobre o uso de drogas. A interpretação que ele faz é a interpretação última de quem é o intérprete da Constituição. O que ele decidir a esse respeito vai poder ensejar, talvez, novamente, um diálogo institucional. Mas temos que esperar, o julgamento está em andamento.

E o que eu posso dizer a V. Exa. quanto à minha posição é que esse é um tema que divide a sociedade, em que há argumentos para todas as perspectivas, e eu acho que é um tema que deve ser entregue e resolvido pelo Poder Legislativo. Com relação ao Supremo, o que eu entendo é que o Supremo está fazendo uma interpretação da legislação em vigor, o que sugere que nós teríamos, vamos ter, um diálogo institucional muito interessante a esse respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador Efraim, agradeço a alusão ao tempo em que tivemos a honra de integrar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. V. Exa. sabe que ali debatemos sempre juntos, em termos muito gentis e elevados, e eu me orgulho de ter a sua amizade já há quase duas décadas, quando V. Exa. ali ingressou e eu também, ainda de cabelos pretos.

Compartilho da sua visão, segundo a qual nós temos políticas públicas que ensejam intervenção legislativa sobretudo. Filosoficamente, axiologicamente, segundo os meus padrões, há pelo menos uma década, há entrevistas minhas declarando posição contrária às drogas, contrária ao aborto. Há reiteradas entrevistas, não de agora, não de hoje, não de ontem. Há oito anos, em vários momentos esse tema surgiu.

Claro que não sou eu que dito unilateralmente, individualmente, num exercício de solipsismo judicial, qual a pauta da sociedade. Para ditar pauta ética da sociedade existe o Parlamento. Então, realmente eu sou contrário a que o Poder Judiciário unilateralmente faça essa mudança. Tenho me manifestado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de que a lei, tal como a vigente, sobre alguns casos de aborto legal, casos de estupro, por exemplo, é uma lei suficiente.

Evidentemente, o Congresso pode rever essa lei em qualquer momento, mas com certeza não o Poder Judiciário, porque seria, aí sim, criar uma lei nova por sobre uma lei existente sem que ela seja inconstitucional, na medida em que não há direito fundamental lastreado na Constituição que sustente uma eventual inconstitucionalidade da lei. Então, minha posição é convergente com o que V. Exa. menciona.

Em relação às drogas, eu apenas faço duas observações. Primeiro, concordo com V. Exa. no sentido de que nós temos questões de lei a serem debatidas aqui, como também da aplicação das leis. Concordo integralmente com a observação de V. Exa. e fico realmente entristecido que haja dificuldades jurisprudenciais, às vezes, para observar leis que foram votadas no Parlamento e leis que são razoáveis, mas que encontram resistência, às vezes, na jurisprudência. Então, eu concordo com V. Exa. E a última observação que faço, já que há um debate aqui: não esqueçamos do alcoolismo. A maior drogadição abusiva que existe na sociedade é o alcoolismo. Às vezes, há uma iluminação de outras substâncias, mas é preciso, por experiência prática, olhar para esse tema dramático que devasta milhões e milhões de vidas. Então, eu creio que o Parlamento brasileiro tem um papel insubstituível e único, seu e só seu, de dispor sobre esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente Davi Alcolumbre, Dr. Paulo Gonet, Ministro Flávio Dino, eu gostaria de iniciar minha fala fazendo alusão a Montesquieu, quando, no capítulo sexto de *O Espírito das Leis*, ele diz o seguinte:

> Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado poder legislativo e do executivo. Se estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.
> Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares.
> [...] Vejam qual pode ser a situação de um cidadão nestas repúblicas. O mesmo corpo de magistratura possui, como executor das leis, todo o poder que se atribui como legislador. Pode arrasar o Estado com suas vontades gerais e, como também possui o poder de julgar, pode destruir cada cidadão com suas vontades particulares.

Montesquieu fala aqui sobre a importância da separação, Ministro Dino, Prof. Paulo Gonet, dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, da não intromissão, da independência, da harmonia entre os Poderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, vivemos um momento de açodamento dessas relações. O Supremo Tribunal Federal constantemente invade prerrogativas e competências do Congresso Nacional. Isso é fato, fato grave que leva o Senado a se posicionar. E, com muita altivez, Senadora Damares, aprovamos, recentemente, nesta Casa, a PEC nº 8, de 2021, que estabelece limites para o poder das decisões monocráticas de um só ministro.

Ora, votamos aqui o marco temporal que dá previsibilidade jurídica, segurança no campo, que garante àquele que investiu a sua vida inteira na sua propriedade rural a segurança de que ele não será assaltado pelo Estado numa possível e eventual demarcação. O próprio Supremo definiu que aquela benfeitoria ou mesmo a terra nua devem ser indenizadas ao cidadão, ao produtor rural. São temas em que, a meu modo de ver, o Supremo não deveria se intrometer. E mais nos causa estranheza é toda a articulação do Governo para manter esse entendimento e manter seu veto.

Mas vamos também à questão amazônica. O Maranhão, Ministro Dino, do qual o senhor foi Governador, tem 30% de suas terras dentro da Amazônia. O Maranhão tem 34%, se eu não me engano...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Mas, com os municípios, dá mais de 60%.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mais de 60%. Está aqui o Senador Weverton nos ajudando no entendimento.

E hoje nós precisamos da segurança jurídica com relação a temas, como regularização fundiária, licenciamento ambiental. Nesta Casa, se vota, se aprova e se tem hoje a insegurança de que, se algum partido interpelar o Supremo, teremos novamente um embate jurídico, um embate judicial. E isso faz muito mal à democracia – faz muito mal à democracia. Não é isso que o povo brasileiro quer. Foi por isto que os brasileiros elegeram Deputados e Senadores: para que pudessem votar e aprovar as matérias com o interesse público em primeiro lugar, conforme a vontade da maioria. É por isso que nós temos as maiorias nos partidos, nas bancadas, no Congresso Nacional, Câmara e Senado como um todo.

Dito isso, eu gostaria de fazer as seguintes perguntas ao Ministro Flávio Dino e também as transfiro ao Prof. Paulo Gonet. Ministro Flávio Dino, V. Exa. já se referiu ao Supremo como órgão político, numa crítica ao ativismo judicial. O senhor concorda atualmente com esta afirmação? É minha primeira pergunta. Em caso positivo, o que o senhor pretende fazer como Ministro da Suprema Corte, em caso de sua aprovação, para combater isso, para combater o ativismo judicial? Em caso negativo, o que ensejou a sua mudança de opinião? Minha primeira pergunta ao Senador Flávio Dino.

V. Exa. também já defendeu o voto auditável e impresso, a existência de um mandato fixo para ministro da Suprema Corte e a necessidade do debate sobre o sigilo dos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Qual é a opinião de V. Exa. sobre esses temas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço minhas as palavras também do Senador Efraim. Temas como aborto, liberação de drogas ilícitas são caros ao Parlamento e à sociedade brasileira, que elegeu Parlamentares para julgarem, dentro do debate político, aquilo que acham correto e justo em relação a essas matérias. E o povo brasileiro já decidiu, o povo brasileiro é contra o aborto e é contra a liberação de drogas ilícitas, porque são males terríveis que podem relativizar os valores de uma sociedade.

Quero encerrar fazendo mais uma pergunta. V. Exa., sobre o marco temporal de terras indígenas, também já se pronunciou, mas disse nesta Casa, em outras oportunidades, que se despiria da toga ou da roupa de Ministro da Justiça, de político, e vestiria a roupa do Juiz, do magistrado, a toga de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Estamos em campos políticos opostos; sou um Senador de direita, e busco ser justo. E um homem não se separa de suas convicções, a não ser que se arrependa delas, Senador Davi Alcolumbre. As minhas perguntas são: V. Exa. mantém o posicionamento sobre o órgão político, o Supremo Tribunal Federal, essa crítica ao ativismo judicial, sobre a questão do voto auditável impresso, a existência de mandato fixo para ministros, a questão do marco temporal e esses temas sobre drogas e aborto?

Reitero as perguntas ao Dr. Paulo Gonet. Quero parabenizá-lo pelo brilhante currículo e informar que nada tenho contra V. Exa. do ponto de vista até da minha manifestação. Não tenho problema nenhum em votar a favor da nomeação de V. Exa.

E já me manifestei, nas minhas redes sociais, contrariamente ao Ministro Dino. Reitero isto aqui e faço as perguntas. E espero que, se o Ministro Flávio Dino for nomeado Ministro do Supremo, realmente tenha se despido da roupa do político e realmente cumpra aquilo que já, reiteradas vezes, falou.

São as minhas perguntas.

Muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador Alan Rick, o senhor começou com Montesquieu, um livro bastante conhecido, e eu apenas faço uma alusão: nem ele, nem Locke – no *Segundo Tratado do Governo Civil* –, nem os federalistas, nem Aristóteles, nenhum daqueles que fincaram as balizas que levaram à tripartição funcional do Estado imaginaram esse nível de exclusão ou de caráter absoluto das funções. Veja o senhor: essa função que o Senado está exercendo hoje não é uma função legislativa, mas está prevista na Constituição. Quando o Senado julga um Presidente da República por crime de responsabilidade, não é uma função legislativa, é uma função judicante; quando o Poder Judiciário realiza um concurso público e nomeia seus funcionários ou faz uma licitação, isso não é uma função jurisdicional, é função administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer a V. Exa., para uma reflexão posterior, é que a teoria da tripartição funcional do Estado não tem essa rigidez. Na verdade, ela exige que haja as ingerências recíprocas, exatamente para que haja os controles externos, que são legitimadores da noção aristotélica de governo moderado. Então, quando a V. Exa. alude, por exemplo, ao Supremo fazer isto ou aquilo, eu defendo estritamente o que está no art. 102 da Constituição.

Esse debate sobre ativismo nos Estados Unidos, onde surgiu o termo, em 1947, é muito curioso, porque, se nós olharmos bem, desde o alvorecer dos Estados Unidos, a Suprema Corte daquele país foi ativista – ora para um lado, ora para o outro. Eu lembro do New Deal, as políticas de Roosevelt para enfrentar a crise de 1929: elas foram fortemente embaraçadas pela Suprema Corte em posições ativistas, contra as posições do Presidente da República e do Congresso. E foi um debate muito intenso, nos anos 30, nos Estados Unidos, que definiu, inclusive, uma viragem hermenêutica, jurisprudencial, que se deu nos anos 50 e 60 naquela corte. Então, lembro sempre: os Poderes exercem funções típicas e funções atípicas. E por isso, claro, todo mundo deve seguir a regra do equilíbrio, que é a Constituição, e não uma rigidez metafísica que não existiu em nenhuma construção teórica nem prática, nem no Brasil nem em qualquer outro país do mundo.

Portanto, V. Exa. me pergunta sobre o ativismo. Eu já tive a oportunidade aqui de dizer que eu defendo a autorrestrição, a autocontenção, o estrito cumprimento da lei, da Constituição, porque essa foi minha prática. Quando eu fui juiz, por 12 anos, agia assim. E não por bondade apenas, que eu tenho, mas por compreensão de que um juiz não é eleito, e na medida em que ele não é eleito pelo voto direto, ele extrai a sua legitimação do cumprimento das pautas genéricas, impessoais, que nós chamamos de leis, para legitimar os seus pontos de vista, porque senão ele seria um ditador. Então, é essa a minha visão filosófica desde sempre, desde 1994, enfim.

Sobre voto impresso, eu já tive a oportunidade de expor que a atual forma do voto impresso é auditável, o TSE fez aprimoramentos ao longo dos últimos dez anos, inclusive com biometria e outros procedimentos que a meu ver deram segurança à urna eletrônica. Apenas reitero o que eu já respondi mais longamente algumas horas atrás.

Em relação ao mandato, eu também respondi. Apenas de modo sumário, em homenagem a V. Exa., lembro que aposentadoria compulsória é uma espécie de mandato e que evidentemente é legítimo que o Parlamento debata outros mandatos, assim como em algum momento este Congresso estendeu o mandato. No momento em que mudou a aposentadoria compulsória de 70 para 75, o que fez o Congresso Nacional, este Congresso? Fez com que o magistrado nomeado aos 45 anos fique 30 anos na Suprema Corte. Quem produziu isso não foi o Supremo, foi o Congresso brasileiro. Então, sempre é um debate legítimo de ser feito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação também ao sigilo do voto no Supremo, não, eu aludi ao sistema *per curiam. Per curiam* é o sistema que os tribunais constitucionais adotam. O Brasil adota o sistema *seriatim.* Pode rever? Pode, mediante emenda constitucional. Foi a isso que eu fiz alusão e aqui reitero.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Muito obrigado.

Senador, o tema que V. Exa. levanta é de tremendo interesse, e não só no Brasil, mas no mundo inteiro, com a certeza de que o mundo hoje não é igual àquele em que Montesquieu escreveu *O Espírito das Leis*, e até a existência da jurisdição constitucional torna o assunto muito mais griso, muito mais acinzentado. Os limites dos Poderes se tornam bem menos nítidos com o desenvolvimento do direito e da própria democracia nos últimos anos.

Um dado interessante. Um outro pensador jurídico, Hans Kelsen, advertia que, na hora em que as Constituições se materializassem, quer dizer, elas incorporassem valores morais, valores filosóficos e sobretudo termos que não são unívocos, haveria esse debate dos limites da atuação da jurisdição constitucional, porque, se o juiz é obrigado a aplicar a Constituição – e a Constituição usa termos como devido processo legal, que não tem uma definição precisa; fala em proibição de penas cruéis, novamente um termo amplo; fala, sobretudo, em dignidade da pessoa humana, um tema tão divisivo até mesmo para os filósofos –, ela chama para os juristas trabalharem numa pauta que deveria ser, que a gente esperava que fosse, do legislador, senão da sociedade civil, falando livremente.

O que eu posso afirmar a V. Exa. é que a minha posição é de autocontenção. Então, na medida em que se trata de um assunto que é central para a sociedade, um assunto que encontra uma divisão na sociedade em torno deles, eu acho que é a própria sociedade que deve decidir isso, são os próprios cidadãos que devem decidir. E quem são os cidadãos? Seria impossível uma imensa ágora no Brasil para que 220 milhões de pessoas debatessem e chegassem a uma conclusão. Numa democracia representativa, os cidadãos falam pela voz de V. Exas. Então, creio que uma postura de autocontenção significa reconhecer a primazia do Legislativo para tratar desses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alan.

Senadora Teresa Leitão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem – só um minuto, Teresa –, Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Amiga Teresa, serei rápido.

Presidente Davi, nós temos um amigo irmão em comum: o Governador Ronaldo Caiado, de Goiás, do Estado que eu orgulhosamente represento. Como aqui, durante esta longa sabatina, foi feita uma observação pelo Ministro Flávio Dino sobre um comentário de 15 dias atrás, em uma entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, de Ronaldo Caiado, que é um homem público reconhecido e conhecido como de extrema direita – nada contra, até porque ele se consagra como o maior Governador da história de Goiás, na minha opinião –, é preciso apenas estender que ele não só disse que, se estivesse aqui, votaria "sim" à indicação do nome de Flávio Dino, como o enalteceu, pelo seu preparo técnico, intelectual, jurídico e moral, mas também mostrou Ronaldo Caiado e deu um exemplo àqueles homens públicos que não sabem conviver com divergências, que não sabem entender que brigam as ideias, e não os homens. E é preciso destacar que, em entrevista no Estado de Goiás, o Governador Ronaldo Caiado elogiou o Presidente Lula, seu adversário político, e disse que Lula acertou em cheio, como nunca na sua vida, ao indicar Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, sem querer ser impertinente, o Ministro Flávio Dino está vindo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está chegando.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já abriu a porta ali?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Ele já está vindo, já está em alta velocidade no corredor.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Então... Pronto.

Bom, uma das minhas perguntas é para ele. Aliás, vou fazer só uma a essa altura do horário, avançado.

Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente desta Comissão, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e nossos convidados, cumprimentar, de maneira muito especial, os dois sabatinados, Dr. Paulo Gonet e Dr. Flávio Dino, referenciando também a indicação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... muito positiva feita pelo Presidente Lula.

Dr. Paulo Gonet, advogado, jurista, membro do Ministério Público Federal, com uma carreira dedicada ao Ministério Público, e professor.

Ministro Flávio Dino, advogado, político, professor, ex-magistrado, Senador da República, Ministro de Estado, Governador, Deputado Federal e professor.

A minha condição aqui também é de professora. Foi o magistério que me trouxe aqui. Talvez, uma das profissões que mais nos exponha aos olhos dos outros. E de que outros? Crianças, jovens, adolescentes, adultos, suas famílias, comunidade, sociedade de modo geral; mas, também, talvez essa seja a profissão que melhor nos ensine a lidar com os outros, a enfrentar desafios, plateias, conjuntos, diferentes perspectivas – e sendo julgados, permanentemente julgados e julgadas.

Por isso, eu quero começar parabenizando os senhores pela postura, pela calma, pela paciência, por responder o que foi perguntado e, evidentemente, pela resistência de, por quase oito horas, estarem aqui nos ouvindo.

Talvez, Senador Flávio Dino, tenha sido o magistério, a profissão de professor que o fez transitar com maestria de Max Weber ao futebol, para fazer com que se entenda melhor uma ideia – porque é isso nossa tarefa, fazer com que os outros e as outras nos entendam –, e ainda arrematou com o Sermão da Montanha.

Dizem alguns estudiosos que o Sermão da Montanha, décadas, milênios depois, foi o inspirador da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seria a versão laica do Sermão da Montanha. Recentemente, a declaração completou 75 anos, em meio a tantas violações dos direitos humanos, em meio a tantos desrespeitos que nos desafiam: desafiam a nós, Parlamentares; desafiam os senhores na missão atual e na próxima missão, que, espero, venham a desempenhar.

Por isso, o meu foco é criança e adolescente, sim, na pergunta que irei fazer. Listei várias. Muitas já foram respondidas, e alguma parte da minha pergunta o senhor já respondeu, o Ministro Flávio Dino, no que diz respeito à exposição de nossas crianças e adolescentes nas redes sociais. A exposição, a falta de regulamentação... Proteger nossas crianças e adolescentes em todos os canais, em todos os meios, de todas as formas, é dever nosso, de adultos – é dever nosso, de adultos. Responsabilidade nossa, de adultos. Há muita manipulação, há rastreamentos, há planejamentos de abusos e crimes, como os que V. Exa. aí relatou, praticados contra crianças e adolescentes.

Duas coisas, nesse aspecto das redes sociais, me preocupam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, se os senhores consideram que as plataformas de mídia social, como agentes muito influentes na esfera pública, inclusive com potencial de ferirem crianças e adolescentes, pessoas e instituições, devem ser regulamentados.

E, agora, um novo componente que incide sobre isso é a questão da inteligência artificial. Na opinião dos senhores, a inteligência artificial também deve ser regulamentada? Em que medida e como nós podemos estabelecer essa relação entre a nossa atividade de legisladores, a atividade de um Procurador-Geral da República e a atividade do Supremo Tribunal?

São mundos modernos, que transitam de Max Weber ao futebol e que precisam, portanto, ser tratados como essa realidade que bate na nossa porta sem pedir licença.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu quero, Senadora Teresa, dizer que eu me associo à homenagem feita ao magistério, aos professores e professoras do nosso país. Realmente, tenho imenso orgulho de pertencer a essa categoria – já se vão 29 anos. Tenho muito carinho e fico muito, muito feliz quando encontro ex-alunos meus, que estão hoje espalhados no país todos, alguns fora do Brasil, alunos que foram daqui, da UnB (Universidade de Brasília), ou que foram da Universidade Federal do Maranhão.

Sobre a questão da regulamentação, há um aspecto que eu gostaria de utilizar para responder a V. Exa. Além de nós termos tudo aquilo que mencionei há pouco, no universo dos fatos, de onde nasce a necessidade legiferante, eu menciono a própria Constituição. A Constituição Federal exige, a Constituição Federal impõe, no art. 222, §3º, que haja tal regulação. Então, não é uma escolha; na verdade, lá está escrito, e nós todos que aqui estamos somos executores da vontade da lei fundamental.

E lá, Senadora Teresa, a senhora vai encontrar o fundamento constitucional, porque lá, no §3º, reclama-se expressamente a edição de uma lei específica sobre os chamados meios de comunicação eletrônica, quaisquer que sejam as tecnologias, com a remissão de princípios éticos que são alusivos a todos os meios de comunicação. Então, me parece que não é propriamente nem um território de escolha, mas, sim, de posição constitucional e de uma necessidade material inequívoca, pelos motivos que declinei há pouco.

Muito obrigado à senhora.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. fala em adolescentes, crianças e menciona a sua condição de professora. Esses dois temas estão muito ligados à minha vida. A minha mãe, hoje com 88 anos, provavelmente assistindo aqui a esta sabatina, com o coração na mão, como é próprio das mães, é pedagoga de formação e dedicou a vida dela inteira a essa tarefa de cuidar da educação de crianças e de adolescentes. Então, eu tenho essa preocupação até incorporada geneticamente em mim. Há um outro detalhe interessante. Eu concordo plenamente com o que o Senador Flávio Dino acaba de mencionar, eu só faria um acréscimo ainda: o art. 227 da Constituição diz que "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade [esse é um termo raramente utilizado pelo Constituinte: "com absoluta prioridade"], o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização [...]", enfim, todos os direitos necessários para um desenvolvimento autônomo de um ser humano.

Eu acho que, sob esse parâmetro, a gente pode ter a certeza de que é necessário proteger a criança de todos os desafios que ela pode vir a enfrentar.

Agora, com relação a como vai ser feita essa proteção, isso, novamente, eu não tenho dúvida de que incumbe a V. Exas., ao legislador, estabelecer esses métodos, essas formas de proteger a criança e o adolescente, cumprindo o mandamento constitucional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está atendida, Senadora?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Atendida. Dispenso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Eu cumprimento tanto o Dr. Paulo Gonet como o Senador Flávio Dino, vindos a esta Comissão.

Vou reservar os dez minutos finais para o Dr. Paulo Gonet, para algumas perguntas, mas eu já tive a oportunidade de conversar muito com ele. Ele teve a humildade de ir ao nosso gabinete e pudemos esclarecer algumas coisas.

Eu queria...

Senador Flávio Dino, nosso colega aqui de Senado Federal, eleito pelo povo do Maranhão, eu entendo o Senador Izalci quando coloca que parecem existir duas pessoas aqui, vestindo a personalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do senhor, com todo o respeito, porque, num passado muito recente – não é coisa de 15, 20 anos atrás não; é coisa de dois, três meses atrás –, nós tivemos a oportunidade de estar numa sessão, na Comissão de Segurança Pública, e numa CPMI em que houve um deboche, da parte do seu ministério – e o senhor o representa, é o titular do ministério –, com relação ao Parlamento brasileiro, no qual trabalhamos exaustivamente, durante quase seis meses, buscando a verdade sobre o que aconteceu, trazendo dados, e tivemos que recorrer a fotógrafo, à imprensa, para buscar o que é que foi visto dentro do ministério, ali, no estacionamento do ministério que o senhor estava, que era a Força de segurança Nacional, que poderia, numa emergência daquela, ter sido acionada, e não foi. Poderia nada daquilo ter acontecido no dia 8, aquela tragédia. Agora, eu vi um Flávio Dino belicoso; eu vi um Flávio Dino que desdenhou de Parlamentares. E aí, independente de questão de se é adversário ou se não é, esse tipo de coisa não pode acontecer.

O senhor se autointitulou de vingador, e não foi uma vez, não; foram várias entrevistas rindo, falando, como vingador. É disso que a gente precisa num Brasil que quer paz, que quer pacificação de verdade? Cadê o fato concreto, nesses 11 meses, de que o senhor está buscando a pacificação? E o que me preocupa, Senador Portinho, é que, quando você chega lá ao Supremo – e foi dito por outros colegas aqui, o Senador Magno Malta –, parece que se esquece completamente do que falou, na mansidão que colocou, respondendo, totalmente diferente do que a gente viu.

E, Ministro Flávio Dino, o senhor se autointitula comunista – comunista, marxista, que admira Lênin, que segue... Falou seis vezes a palavra Deus aqui hoje, que eu contei, depois eu parei de contar. Isso não cabe na mesma frase. Como é que... Olha o que é que o comunismo produziu no mundo: ditaduras, mortes, fome, miséria.

E aí nós temos 92% do povo brasileiro cristão, com valores e princípios bem definidos. O que esperar de pautas tão importantes que estão no Supremo Tribunal Federal com um Ministro comunista? Com todo o respeito, eu tenho amigos que são ateus e são muito melhores – fazem o bem, caridade – do que muitos cristãos, mas eu me preocupo com esse tipo de colocação.

Outra coisa, Sr. Presidente, que eu quero colocar para o Ministro Flávio Dino, é com relação, por exemplo: eu concordo que nós podemos ser adversários no campo da política, mas jamais inimigos, chega de briga, chega de guerra. Temos que colocar a verdade, sim, mas olhando a pessoa, tendo o cuidado com isso. E eu lhe pergunto como é que o senhor vai se posicionar lá, se for para o Supremo Tribunal Federal, o senhor vai se declarar suspeito? O mesmo número de vezes que o senhor falou a palavra Deus, sem contar as alegorias de sermão da montanha e tudo, o senhor falou também... Não respondeu, aliás, aos Senadores que lhe perguntaram hoje, durante o dia, sobre eventuais processos com adversários políticos seus lá no Supremo. O senhor vai se declarar impedido, suspeito sobre isso? Eu queria lhe fazer essa pergunta de forma objetiva.

Teve uma matéria aqui, numa entrevista em 2006, na realidade, com o senhor, por ocasião do seu ingresso no PCdoB, em que o senhor disse ao jornal *O Imparcial*, abro aspas: "A política precede a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magistratura. Minha ida para a magistratura foi uma opção política, pois era uma oportunidade de ocupar o Estado para, dentro desse ramo do poder, criar um projeto", aí o senhor sequencia aqui: "Eu sempre tive essa ideia de que não seria juiz a vida toda". O senhor defendeu um novo perfil de magistrado em artigo publicado na *Revista Centro de Estudos Judiciários*, em 2005, que passaria a ter um papel proeminente na implementação das chamadas políticas públicas. Isso é papel do Congresso, pelo que eu sei.

Então, chega de ativismo. A população não quer um STF político mais, ela quer um tribunal técnico, que respeite a Constituição, e o senhor é um político ideológico, inclusive com muitas defesas na área sindical. O que esperar dessa ideologia? Como é que se separa um homem de suas crenças? E o senhor disse aqui, respondendo a um colega, que não existe ditadura do Judiciário no Brasil. Sr. Flávio Dino, por favor! A gente não pode, vendo tudo que está acontecendo, falar uma... Com todo o respeito, respeito sua opinião, mas os Senadores precisam ter uma noção do que é que o senhor pensa de verdade, porque... O que é que o senhor diz dos jornalistas que estão com passaporte retido, que estão com contas bancárias congeladas no Brasil de hoje, que estão com rede social bloqueada? Aí você vai para Parlamentares na mesma situação, você vai para empreendedores que geram 22 mil empregos, como o Luciano Hang – eu até divirjo de algumas posições políticas dele, mas ele tem o direito, ele está com a conta de rede social bloqueada até hoje, mais de 10 milhões de seguidores órfãos.

Muito me preocupa o seu silêncio também com a violação, Sr. Flávio Dino, dos direitos dos advogados e dos presos do dia 8 de janeiro. Quem errou tem que pagar, claro, mas de acordo com a lei deste país. O que nós estamos vendo é algo absurdo, surreal, perseguição. Preocupa-me muito o silêncio do senhor quando presenciamos a morte de um preso político que já tinha manifestação do Ministério Público pela liberdade não só pelas comorbidades, mas porque não tinha prova.

Eu pergunto a todos os colegas Senadores se é esse tipo de Ministro que silencia perante a transgressão do nosso sistema de Justiça que defenderá a nossa Carta Magna. Eu fico muito preocupado com este momento que a gente está vivendo.

Eu já declarei meu voto "não" na hora em que eu soube, porque eu tenho acompanhado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... durante esses meses, com muita atenção, a atuação do Ministro. Votei algumas coisas do Governo Lula aqui. O Mais Médicos, por exemplo, a gente aprimorou. Quando a coisa é certa, a gente vai e vota, mas o que eu estou vendo é algo com que a sociedade está apreensiva, Sr. Presidente.

Eu estou aqui com 426 mil assinaturas contra Dino no STF de um dos abaixo-assinados que foram feitos – esse foi feito pelo partido Novo, que eu integro. Eu fui às manifestações e vi as pessoas aterrorizadas, porque estão vendo as liberdades individuais sendo vilipendiadas. E o Ministro silenciou esse tempo inteiro. Muito pelo contrário, ele elevou o tom. Aqui não, o tom foi muito ameno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria deixar esses questionamentos, mas eu tenho outros para o Dr. Paulo Gonet. O senhor prometeu que eu os faria, eu confio na sua serenidade.

Dr. Paulo Gonet, o Inquérito nº 4.781, do Distrito Federal, denominado pelo ex-Ministro do STF Marco Aurélio Mello como "inquérito do fim do mundo", retirou prerrogativas da PGR quando foi instaurado unilateralmente, sem parecer prévio do Ministério Público Federal, além de ter centenas de buscas e apreensões e outras diligências que foram determinadas pelo STF sem participação, supervisão ou anuência prévia da PGR. Eu pergunto ao senhor publicamente: qual sua opinião sobre esse inquérito? V. Exa. acredita que estamos vivendo em um Estado de direito eivado de insegurança jurídica? Eu vi que outros colegas fizeram para o senhor essa pergunta, e o senhor disse: "Ah, não tenho conhecimento". Como não, se isso é uma espada na cabeça dos brasileiros, que estão aterrorizados lá na PGR?

Outra pergunta que eu faço para o senhor é: nós temos acompanhado nos últimos anos posturas inconstitucionais por parte do STF, solapando a liberdade de expressão, o contraditório, a ampla defesa, princípios constitucionais que deveriam ser intocáveis por qualquer brasileiro, ainda mais pelo guardião da Constituição, que é o STF. Mas não é o que tem ocorrido, dificultando a ação dos demais operadores de direito, inclusive a PGR. Pergunto para o senhor: o senhor poderia nos dizer quem é o titular de uma ação penal? Um juiz pode abrir, de ofício, um inquérito? Me responda, por favor, Dr. Paulo Gonet, é objetivo: um processo pode ocorrer sem o titular da ação penal?

O Ministério Público tem como função precípua a garantia da aplicação do nosso sistema normativo. Na verdade, é o fiscal de ordem jurídica, mormente, do respeito à nossa Constituição. Porém, vimos que essa prerrogativa foi, em muitos casos, abandonada no tocante aos aprisionados do dia 8 de janeiro. Presenciamos o oferecimento de denúncias genéricas sem individualização das condutas dos agentes, fato que fere o processo legal do país. A PGR assumiu uma postura radical de justiceira e, dessa forma, atuou submissa ao STF. Como o senhor vê essa sanha acusatória, que faz com que os direitos mínimos sejam violados por uma instituição de tamanha importância da nação? A PGR precisa se levantar.

Sr. Presidente, é a última, e agradecendo a sua benevolência.

A Operação Lava Jato, para mim, é um patrimônio do nosso país no que se refere ao combate à corrupção, ao enfrentamento da impunidade. Ela foi destroçada pelo STF, destroçada, e pela administração anterior da PGR. Essa força-tarefa, tão bem conduzida por Procuradores, servidores públicos exemplares que foram corajosos e capazes para a justiça ser para todos finalmente no país, foi covardemente aniquilada. Então, eu pergunto ao senhor: diante desse cenário, como o senhor vê esse absurdo desmonte e como pretende enfrentar a corrupção que permeia as instituições do Brasil? Outra pergunta direta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Bem, muitas das questões já foram respondidas horas atrás, e, por isso, eu serei bem sumário.

Sobre a Força Nacional, ela foi acionada, ela estava presente, ela atuou quando legalmente era possível. Senador, eu não posso agir fora da lei. Se eu determino algo ilegal e infelizmente há um resultado desastroso, eu sou responsabilizado. Então, essa foi minha conduta a vida inteira. E tenho, já disse e repito, plena consciência de todas as decisões que eu tomei naquelas terríveis 12 horas em que as instituições brasileiras foram tão vilmente atacadas.

Em relação ao cristianismo, é claro que essa instância não debate convicções religiosas, porque não há essa competência. Eu quero apenas aproveitar a sua pergunta para agradecer a todos os cardeais, arcebispos, bispos, padres, freiras, irmãos e irmãs de fé que me mandaram hoje centenas de mensagens. Eu tenho muito orgulho de partilhar a fé com esses irmãos da minha igreja, que provavelmente é diferente da sua, e não há nenhum problema em relação a isso. Então, muito obrigado a todos os irmãos. E me refiro também aos evangélicos e a outras denominações, mas me referi especialmente àqueles que comigo compartilham deste momento, para minha alegria.

Em relação a casos concretos, eu lamento, Senador. Eu não posso, não irei, não farei nada ilegal, porque nunca o fiz na vida. Então, eu não posso prejulgar. Eu não posso examinar um processo que não está na minha frente. E eu não posso gerar suspeições e impedimentos. Eu não posso, portanto, me pronunciar sobre casos concretos, e não o farei.

Finalmente, o senhor pergunta sobre apreensão de passaportes, etc., bloqueio de bens. Quem deu esse poder aos juízes foi este Congresso, este aqui, art. 319 do Código de Processo Penal. Está lá: medidas cautelares diversas da prisão. Todas as medidas a que o senhor aludiu estão respaldadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Agora, eu insisto num ponto. Eu sou político, tenho posições públicas claras até este momento no exercício da função política, mas no exercício dela nunca fui agressivo com o Poder Judiciário do nosso país. Eu me constranjo um pouco, porque há aqui ministros, desembargadores, juízes, procuradores e defensores, há horas, sendo agredidos coletivamente. E não é o caso, realmente. Nós precisamos separar as responsabilidades, que são individuais. Com certeza, assim como existem maus políticos, existem maus magistrados. Agora, não é possível falar no Judiciário, no Poder Judiciário como se fosse uma criminalização da atividade judicante no Brasil, com o que, realmente, eu não concordo, embora, é claro, respeite a sua posição diferente da minha.

E, sobre essa questão de político juiz, eu volto às metáforas futebolísticas, que elas são muito úteis. Um dos maiores jogadores que já passou no mundo é o nosso colega Senador Romário. Eu o vi jogar muitas vezes e lembro que ele jogou um tempo pelo Flamengo e outro tempo pelo Vasco. Quando ele era do Flamengo, ele fazia gol no Vasco. Quando ele era do Vasco, ele fazia gol no Flamengo. Simples assim, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, as pessoas mudam de papel, de ofício, e isso se dá... Um professor: eu ministro Direito Constitucional, depois eu vou ministrar Direito Civil; a aula não é a mesma. É isso. É tão simples isso.

E isso não é ter dois Flávios Dinos. É só um. Agora, é um que tem compreensão de que a vida oferece múltiplos papéis. E, por isso, assim como eu fui juiz lá atrás, e fui juiz dos autos, juiz das regras éticas, juiz da equidistância, como político, eu tinha não só o direito, como a obrigação de agir de modo diferente de como juiz.

Veja, não há nada de pecaminoso ou de reprovável eticamente em um político ter posição ou lutar por elas. Pelo contrário, é sua obrigação. Ele foi eleito para isso. Agora, se ele muda de time, ele deixa de ser do Flamengo, vai para o Vasco, é claro que ele não vai se comportar do mesmo modo. Eu me lembro de um genial lateral esquerdo do Flamengo, o Júnior. Ele jogou na lateral esquerda e jogou no meio-campo. Foi igualmente genial. Leonardo, outro genial lateral esquerdo, jogou também pelo meio-campo.

É assim, a vida é assim. E não há, portanto, incompatibilidade entre esses múltiplos papéis.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo, tem pergunta que foi feita para V. Exa.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Com relação ao titular da ação penal, sabemos todos, é o Ministério Público. Agora, o titular da ação penal não é aquele que tem a exclusividade da abertura de inquérito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Se o senhor sofrer um furto na sua casa, o senhor vai à delegacia dar a notícia e o delegado abre o inquérito. Agora, na hora da ação penal, aí, sim, o Ministério Público é o titular da ação exclusivo – está na Constituição, o senhor conhece bem –, mas, do inquérito, não. É possível que o legislador, é possível que o ordenamento normativo estabeleça que outras pessoas possam, que outras entidades possam abrir um procedimento de investigação. É possível que o regimento interno de um tribunal diga que delitos contra o tribunal podem ser abertos pelo próprio tribunal. As investigações podem ter início a partir de uma deliberação do tribunal.

Com relação a um outro ponto da maior importância, e isto eu gostaria de deixar muito claro, todos nós, no Ministério Público, entendemos que o combate à corrupção é uma ação indeclinável do Ministério Público, todos nós estamos de acordo com que esse combate tem que ser feito dentro dos limites e das garantias constitucionais. Então, quanto a isso, o senhor não precisa ter dúvidas. O meu compromisso é dar plena consequência às atribuições do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República, inclusive esta – inclusive, não exclusivamente –, a de combate à corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, novamente eu reitero que, se eu merecer de V. Exas. a confiança para ver cristalizada a nomeação para o cargo de Procurador-Geral da República, o meu empenho vai ser pela defesa de todas as prerrogativas que recebemos de V. Exas. quando legislaram a propósito do Ministério Público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. regimentalmente tem réplica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado.

Eu só quero deixar muito claro, Senador Flávio Dino... O senhor, inclusive, é muito transparente no que o senhor fala, tanto é que a quantidade de perguntas não foi tanta aqui, porque a gente sabe o que o senhor pensa. O senhor é extremamente midiático, deu muitas entrevistas, às vezes, contundentes demais, agressivas, e eu entendo que o senhor está num papel aqui diferente do que o senhor estava há pouco tempo. Mas, há pouco tempo – e há muito pouco tempo –, aqui, nesta Casa, o senhor foi agressivo, e a sociedade se assustou. Não fomos apenas nós Senadores que pensamos diferentemente do senhor que nos assustamos, não. A sociedade está acompanhando a política do Brasil como nunca, e isso é um sinal de esperança muito grande.

Então, a gente tem que avaliar o que a gente conhece, pelo que a gente conviveu com o senhor, de uma certa forma, nem que seja numa CPI a que o senhor não foi – numa CPMI –, mas onde o silêncio do senhor foi muito grande. E a gente viu a atuação da base do Lula, grande parte dos Parlamentares do Maranhão, que era a maior bancada que tinha lá, praticamente – era Maranhão e São Paulo –, desproporcional, completa. Era como se tivesse uma blindagem ali para que a gente não descobrisse o que aconteceu de fato, que foi a omissão, no meu modo de entender, clara.

Agora, no seu passado no Governo do Maranhão – e eu sou do Nordeste também –, o senhor deixou o IDH mais baixo do país. Terminou o ano de 2022 com uma taxa de pessoas mortas de forma violenta de 24,8 por 100 mil habitantes, uma taxa bem superior à média nacional. A pobreza é muito grande no seu estado. A violência, no Estado do Maranhão, é uma tragédia humanitária – e eu digo: humanitária global, para a ONU –, uma taxa acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes, o que já se considera uma pandemia.

E o legado, agora, como Ministro da Segurança do Brasil? A gente tem que avaliar. É o conceito. A gente tem que avaliar. É um prêmio que o senhor vai ter por ter deixado esse legado negativo na segurança pública do Brasil? Crises graves na Bahia, no Rio de Janeiro, altos índices de violência em todo o país. O senhor sabe as pesquisas; o senhor, que é político, sabe as pesquisas do Governo Lula: a questão de insegurança no país é o maior temor dos brasileiros, que estão vendo a segurança escalar. E o senhor é o Ministro da Segurança. Foi na sua gestão que isso ganhou requintes de crueldade no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu quero apenas conclamar meus colegas Senadores, com todo respeito a quem pensa diferente: é o voto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mais importante, pelo menos desde que eu cheguei aqui no Senado, em 2019, trazido pela boa vontade do povo do Ceará. E eu digo que é o voto mais importante. Que a gente pense não na gente, mas pense nos filhos, nos netos dos nossos conterrâneos. O que a gente quer para o Supremo Tribunal do país? Nada contra a pessoa, nada; pelo contrário, eu acho o senhor muito inteligente. Mas é uma questão de decisão importante e de comparar. Basta ver o antes, de semanas atrás, poucos meses atrás, e o agora: é da água para o vinho o que a gente está vendo.

Então, que Deus nos guie, nos abençoe e que este Senado se levante, definitivamente, perante a nação e não se afaste de vez, porque essa decisão pode ser um divisor de águas aqui, e a sociedade está acreditando no Brasil neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Flávio solicitou tréplica.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Apenas três informações a V. Exa.: primeiro, quando eu fui Governador, a taxa de homicídios caiu no Maranhão. De 2014 a 2018, foram centenas de vidas salvas; e assim se mede, retrospectivamente, para entender a variação. Então, nós saímos de 2,1 mil homicídios para 1,8 mil, ou seja, uma queda superior a 10%, 300 vidas salvas na série histórica.

E repito o conceito que já lhe disse: o tribunal popular do povo do Maranhão, o tribunal do Estado do Maranhão me elegeu, me reelegeu e me elegeu Senador. Então, há um reconhecimento que é maior do que a opinião individual de cada pessoa. E eu agradeço ao povo de Maranhão essa generosidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Quanto a comparecer...

É, a rebelião em Pedrinhas, enfim... Tudo isso foi eliminado do cenário brasileiro. Um dia, eu posso conversar com o senhor, vai ser um prazer recebê-lo.

Eu estive aqui no Congresso por 29 horas e 30 minutos, respondendo sobre todos os itens que o senhor falou. Com as oito horas daqui, vai passar, vai chegar a 40 horas. Então, uma presença sempre muito clara, sempre agindo nos limites da urbanidade, agora, exercendo sempre a legítima defesa: art. 23 do Código Penal, excludente de antijuridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre essa questão nacional, o senhor sabe que isso não vem de agora e que o sistema de segurança pública é compartilhado, ou seja, não é apenas federal. Tanto que a Polícia Federal é a polícia mais respeitada do Brasil, mas eu quero homenagear todos os policiais do Brasil, da polícia civil, da polícia militar, que fazem um trabalho muito importante e têm lutado para debelar essas crises. Agora, o Governo Federal, evidentemente, não manda nos Governadores, porque o federalismo não prevê isso.

Em outro momento, claro, haverá, quem sabe, um momento de o senhor conhecer números importantes na segurança pública, inclusive o principal: neste ano, de 2023, morrerão menos pessoas assassinadas no Brasil do que em 2022.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Boa noite a todos os Senadores, especialmente aqui aos servidores desta Casa, à imprensa, que já está aqui desde 9h da manhã, aos servidores também que estão servindo água e café para a gente aqui.

Eu queria aqui falar para a população brasileira. Tem muita gente mandando mensagem para mim perguntando: "O que você acha, Cleitinho, o Flávio Dino vai passar?". Eu falei: "Eu não acho, não; eu tenho certeza. Ele vai passar aqui na CCJ e vai passar lá no Plenário". E, se eu estiver mentindo aqui, se não acontecer, eu renuncio ao meu mandato – se ele não passar. Eu não estou de brincadeira aqui, não, porque a gente tem que parar de falácia, de fantasia.

Eu quero aqui declarar o meu voto. Muitas perguntas que eu iria fazer ao Flávio Dino já foram feitas, mas eu quero aqui deixar o meu posicionamento. Primeiro, quero falar publicamente para toda a população brasileira que eu vou votar contra.

Durante essas semanas aqui, eu vi políticos experientes, até políticos novatos me parando no corredor e falando assim: "Não declara o seu voto, não. Depois ele pode te perseguir; os ministros podem te perseguir". Até uns falando comigo assim: "Cara, vai lá e fala que você vai votar contra, mas, na hora, vota a favor dele". Eu falei: "Espera aí, cara. Eu tenho respeito com quem votou em mim".

E outra coisa: eu não tenho medo de ministro, não; eu não tenho medo de Senador aqui; eu não tenho medo de Presidente. E não é porque eu sou melhor do que vocês, não; não é porque eu sou o cara, não; é porque eu saio de casa com o intuito de somar, de ajudar, de servir; não com o de prejudicar ninguém. Então, o meu coração está limpo. Eu não tenho que temer nada. Eu tenho que ser temente a Deus. E a ele eu sou temente. Outro medo que eu tenho é da minha consciência. E o medo maior que eu tenho é do povo, porque supremo é o povo. E o povo que me elegeu me pediu para não votar no Flávio Dino, então eu respeito quem me elegeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar, Flávio Dino, que eu estou vendo sempre aqui, agora, durante essas semanas, você sempre dando entrevista dizendo que agora você não tem time, não tem essa questão de ideologia, então eu queria contar uma história para você, para que você a guardasse: é a do político que morreu e foi para o céu.

O político morreu e foi para o céu. Chegando lá, São Pedro falou: "Aqui tem um protocolo e V. Exa. tem que seguir. V. Exa. quer?". Ele disse: "Eu quero". "Então, você vai para o inferno primeiro e fica lá um dia; depois, vai ficar um dia aqui". E ele desceu no elevador e foi para o inferno. Chegou lá, estavam os amigos dele todos, as amantes, o uísque, aquela bagunça toda. E ele ficou lá um dia. O capeta falou com ele: "Volta para o céu, porque você tem um protocolo para seguir, meu irmão". Ele pegou e voltou. Chegando lá, São Pedro abriu a porta do céu para ele. Estava lá aquela calmaria, passarinho voando, rede para ele descansar. E chegou a hora de ele decidir. São Pedro chegou para ele e falou: "E aí, o que V. Exa. vai decidir? Você vai ficar aqui no céu ou você vai para o inferno?". "Ô, São Pedro, com toda a humildade, você me desculpa, mas estão os meus amigos lá no inferno, lá está todo mundo. Tem uísque. Aqui não tem nada. Eu vou para lá". "Então, desce, mas não volta mais, não". Desceu. Chegando lá, Flávio Dino, um inferno danado, cara, um fogo no rabo dele, e não tinha nada disso. Ele chegou para o capeta e perguntou ao capeta: "Ô, diabo, desgraçado, o que é isso que você está fazendo comigo aqui? Cadê o povo?". "Ô, meu amigo, meu eleitor, Excelência, eu estava em campanha; agora, eu estou em mandato".

Então, o que eu quero falar para você é que você estava em campanha. A partir de amanhã, daqui a uns dias, você estará em mandato. Então, eu queria perguntar se você vai praticar mesmo o mandato, como você disse, sem time e sem ideologia.

Eu queria pedir para a V. Exa. aqui que você pudesse me atender o mais rápido possível, porque eu já pedi aqui até ao Presidente Pacheco para poder me reunir com o Alexandre de Moraes... Porque tem pessoas daquele dia 8... Eu já falei isso na CPMI, todo mundo que está aqui sabe disto: quem quebrou tem que pagar! Só que a gente sabe que teve inocentes ali. E tem pessoas, Flávio Dino...

Aqui eu quero reconhecer que, quando eu precisei de você para olhar a questão dos ônibus da Polícia Federal, você me atendeu na hora. Eu mostrei que os donos dos ônibus não tinham nada a ver com aquilo. Você se sensibilizou e conseguiu liberar os ônibus.

Eu quero mostrar que tem pessoas que estão com tornozeleira que não participaram de nada, que não quebraram nada, enquanto tem político que põe dinheiro dentro da cueca – todo mundo sabe disso! – e que pode andar e se eleger novamente, fazer campanha, olhando para a cara do povo ainda! Criminoso e estuprador não andam com tornozeleira! E nem político ladrão anda com tornozeleira! Agora, cidadãos, que são os patrões de todos nós aqui, Excelências – e muitos deles não participaram de nada –, estão usando tornozeleira! Vocês sabem o que é o constrangimento de um cidadão que é do bem, que é honesto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir, do fundo do coração mesmo: que você pudesse, assim que você virar Ministro, já que o Alexandre de Moraes não quer atender, me atender com esse pessoal.

Outra situação também aqui é o voto auditável, porque eu já escutei a fala sua... Como você falou, a gente vai e volta, isso é normal. A urna precisa ser mais segura. A PEC que está aqui é minha. A PEC que está aqui é minha. O que eu queria pedir é que não tenha militância, como você disse que não vai ter militância, como já teve ministro rodando aqui, pedindo para votar contra.

Eu quero até pedir aqui ao Presidente Davi – sabe? – que possa entrar na CCJ. A gente pediu até para o Relator ser o Esperidião Amin. Que possa colocá-la aqui para votar, para acabar com essa polêmica, gente! Nessa audiência pública que teve, agora, com a questão de voto auditável, já teve um cidadão, cujo vídeo está rodando aqui, falando que tem fraude! Vamos provar que não tem! Quem não deve não teme!

Eu até falo – viu, Presidente? –, se você colocar isso aqui, você está querendo ver, porque eu não escondo nada de ninguém, não. O meu voto é aberto para tudo! A população é que paga o meu salário. Todo mundo sabe quem quer ser candidato a Presidente do Senado aqui. Se for para ser homem de verdade, colocar as pautas que precisam ser colocadas, eu voto em você; mas desde que vocês coloquem os meus projetos para serem votados aqui, porque tem um ano que eu estou aqui, com quase cem projetos protocolados, e não anda nada. Não anda nada. Então, eu queria muito pedir isso. E, se você vier e me ajudar aqui na CCJ, eu voto em você!

Eu queria aqui, Flávio Dino, que você prestasse atenção no que eu vou perguntar. Se você quiser me responder, é uma coisa muito simples. Eu acho que eu já até sei a sua resposta. O senhor é pai, eu sou pai, todo mundo que está aqui é pai. Qual é o maior patrimônio de um pai e de uma mãe? O senhor pode me responder?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quando terminar o tempo, ele responde.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Não, mas eu vou responder para ele. O maior patrimônio de um pai e de uma mãe é um filho. O maior patrimônio que a gente tem aqui é a família.

O que eu queria pedir aqui... Essa questão de legalização das drogas quem vai legislar aqui somos nós. Inclusive, você ainda é um Parlamentar, você ainda é Senador. Então, que você brigue conosco aqui, para que a gente extinga qualquer coisa de droga de dentro deste país, porque só quem tem um familiar que usa droga, que começa com maconha e, depois, vai para o *crack*, sabe o que é a droga. Não são os ministros que não foram eleitos pelo povo que vão legislar em cima disso, não! Quem vai legislar aqui somos nós, que somos representantes do povo! Então, a gente pede que você brigue por isso! Se você é pai... porque a gente está aqui, além de tudo, para defender a família. E é a família que mais se destrói com essa porcaria de droga! Então, quem vai legislar aqui somos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui, também, para finalizar, que V. Exa. olhasse para mim. Não custa nada você olhar para mim. Não sou um cara bonito, não, mas você pode olhar para mim.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – É sempre um prazer, Senador.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu estou falando do fundo do coração aqui, porque, se vocês esperarem de mim eu querer mal de alguém... eu não quero mal de ninguém. Eu sou cristão, eu pratico o que Jesus ensinou. E uma das coisas que eu queria falar é que eu escutei o senhor falando: "Comunista, graças a Deus. Sou comunista, graças a Deus".

Eu queria falar que eu não vou bater no peito aqui e falar assim: "Eu sou um conservador 100%". Sabe por que eu não vou falar isso? Sabe por que eu não vou falar? Porque eu não sou perfeito. Como é que você vai falar que você é 100% conservador? Não existe um ser humano perfeito nesta Terra aqui, não. Só que eu acho que esse regime comunista é um fracasso para a humanidade.

Aí podem falar assim: "Cleitinho, mas o social...". Não existe regime perfeito, gente. A gente está lidando com seres humanos. Seres humanos são egoístas, são individualistas.

Então, o que eu sigo e o que a gente pede aqui, já que você vai virar Ministro... Para mim, Deus, que está lá, não falou aqui para mim e para você: "Seja de esquerda, seja de direita". Não. Deus deve ficar até triste de ver uma situação dessa, de seus filhos ficarem brigando porque são de esquerda ou direita.

Quando Josué veio à Terra, ele falou: "Não vai para a esquerda nem para a direita; olhe para frente", foi isso que ele pediu. Sabe o que eu sigo? O segundo coração de Deus. Sabe o que é o segundo coração de Deus? É ser justo, é ser humano.

Então, o que eu peço para o Ministro, para V. Exa. – porque você já ganhou, vamos parar de hipocrisia aqui; você já ganhou –, é que você seja humano e seja justo. Sabe? O seu time tem que ser a população brasileira, tanto quem é de esquerda, quanto quem é de direita, porque todos pagam o seu salário e pagam o meu salário.

Pode pegar qualquer fala minha aqui, durante este um ano aqui, ou de quando eu era Deputado e ver se algum dia eu falei mal da esquerda, se eu falei: "Esse esquerdista é isso...". Eu não faço isso, porque eu tenho respeito. Por mais que eu não concorde, eu tenho respeito porque os esquerdistas também pagam o meu salário. Quem votou no Lula paga o meu salário. Eu tenho aqui que ter respeito por todos. Questões de opinião a gente vai debater.

Então, o que eu peço para o Ministro é que acabe com essa questão de time, com essa questão de levantar a torcida. Ministro é para ser ministro, é para ser justo, é para ser guardião da Constituição. É isso que eu peço para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quero falar para os dois aqui, porque eu queria terminar, para o Dr. Paulo também, porque é uma das coisas que mais me aborrece na política... E vocês vão falar assim: "Cleitinho, mas isso é o Parlamento que tem que fazer; vocês têm que legislar, já tem lei para isso".

Eu era Deputado Estadual, Dr. Paulo, e tentei de todas as formas. Estou aqui, já fiz esse projeto para isso também, que é uma das coisas mais injustas que eu já vi, que é o maior murro na cara da população brasileira. São duas situações.

A primeira é cobrar tarifa de tratamento de esgoto.

Esses dias, eu estava com o Presidente da companhia, da Copasa, lá em Minas Gerais. Eu fiz questão de buscá-lo, para perguntar a ele se, em Minas Gerais, as cidades em que a Copasa opera têm 100% de tratamento de esgoto. Ele, na minha cara, falou que não têm. Ele deu o exemplo da minha cidade: a minha cidade, depois que a Arsae, a agência reguladora, aumentou a tarifa para 74%... a minha cidade pagava 50%, subiu para 74%, e não tem o efetivo tratamento, 100% de tratamento. Isso é um roubo legalizado.

E eu já tentei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – ... aqui fazer lei, fazer um monte de coisas, e não se resolve isso.

Eu queria só a opinião de vocês: se eu estou certo ou eu estou errado, porque pagar uma tarifa para um tratamento que não existe...

Só para eu finalizar aqui, outra situação também é o carro que é apreendido. É uma das coisas mais injustas que eu já vi. O estado não te ajuda em nada para comprar um carro; pelo contrário, ele "soca", junto com o Governo, quase 50% de impostos, para você tirar esse carro. Só que, na hora em que você tira esse carro, ele se rotula sócio seu. Além de tudo, ele vai lá e coloca um IPVA na sua cara para você pagar, fora a taxa de licenciamento e um monte de coisas. Aí, se você não paga esse IPVA e para numa *blitz*, ele toma um bem que é seu – esse bem não é do estado.

Eu tenho um projeto sobre isso também, para que não apreendam o bem. Querem multar? Multem, mas não apreendam o bem que é do cidadão. Isso é um roubo legalizado. Isso é uma covardia, um tapa na cara.

E esse IPVA, que, muitas das vezes, é para poder arrumar uma estrada... ele vai parar numa *blitz* nessa estrada, cheia de buraco, e o carro dele arrebenta.

Em que país a gente está vivendo aqui?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Se nós somos eleitos pelo povo aqui... O Procurador-Geral da República, o Ministro, guardião da Constituição, e os representantes povo, em vez de defender o povo, vão defender ainda o sistema?

Então, o que eu peço para vocês? Eu entrei com uma ação no Ministério Público dentro do estado. O Dr. Jarbas, que o senhor conhece, que é o Promotor do Estado de Minas Gerais...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Cleitinho, por gentileza.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Vou finalizar.

Que vocês possam olhar isso por mim. Que vocês abracem essa causa comigo, porque essa causa de que estou falando aqui para vocês, uma conta de água... porque todos nós aqui temos condição de pagar uma conta de água, porque todo mundo aqui recebe R$30 mil por mês, fora os privilégios. Agora, um trabalhador que ganha R$1.400 não consegue pagar uma conta de R$400 e, ainda, R$170 de tratamento de esgoto, que não tem.

Eu estou gritando isso, Doutor, tem 6 anos. Eu queria muito que vocês que estão aqui – viu, Flávio Dino? – pudessem me ajudar nessa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Carlos Portinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente e Carlos Portinho, só uma questão de ordem rapidinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Estou aqui.

É porque tem um conterrâneo meu aqui, que nos honra muito com a sua presença, que é meu dileto conterrâneo, o Ministro Mauro Campbell. Eu quero cumprimentar o Ministro Mauro Campbell e, na pessoa dele, quero cumprimentar a todos os juízes e ministros que aqui vieram apreciar esta sabatina, que tem sido muito esclarecedora através do Ministro e colega Senador Flávio Dino e Dr. Gonet.

Então, era só para registrar aqui a presença do meu conterrâneo amazonense, que nos orgulha bastante, o Ministro Mauro Campbell.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Boa lembrança, Senador Omar. Peço até... Sou amigo do Ministro Mauro Campbell. E eu queria registrar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos vários magistrados, vários conselheiros tanto do CNJ como do CNMP, juízes do trabalho, desembargadores federais, procuradores da República, e eu queria também, em nome do Senado Federal, agradecer a presença de V. Exas., que estão engrandecendo a nossa sabatina na nossa Comissão de Constituição e Justiça no dia de hoje, na pessoa do Ministro Mauro Campbell e na pessoa do Desembargador Ney Bello.

Com a palavra, o Senador Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente. Na verdade, eu acho que o Cleitinho tinha feito algumas perguntas. Fora isso, por educação, inclusive, e direito, a Senadora Damares, que é a última, pediu para trocar comigo. Então, eu fico na última posição, na da Senadora Damares, se V. Exa. se concordar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Cleitinho pediu o apoio dele para os projetos de lei.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Não, eu vou ser bem sincero: quero só saber se ele vai me atender mesmo para eu levar essas situações do dia 8, desse pessoal que está com tornozeleira, e o que eles acham sobre a questão da taxa de tratamento de esgoto e sobre a questão do IPVA, que é cobrado, e se toma o carro do cidadão.

Fiquem à vontade para responder.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senador, o senhor mesmo respondeu, porque o senhor me pediu a audiência e eu o atendi. Então, se eu o atendi, o ouvi durante algumas horas, é claro que continuarei a fazê-lo.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Então, agora, como Ministro também, o senhor vai me atender.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Ele era Ministro da Justiça.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Agora, é Ministro do STF.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Cleitinho.

Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Líder Portinho. É que eu não estou bem. Eu vou falar, vou ouvir as respostas e vou precisar sair.

Dr. Paulo, eu o recebi no gabinete e foi uma honra conversar com o senhor. Fiz um pacto de que vou bater à sua porta todas as vezes que eu precisar falar pelas crianças. Nós nunca vivemos o que estamos vivendo hoje no Brasil. Nossas crianças estão sob fortes ataques. Ou a gente faz um pacto pela infância no país ou a gente faz um pacto pela infância no país. É o que penso. Essa é a minha pauta, essa é a minha bandeira. Nós conversamos sobre isso.

Eu tenho uma pergunta que é relacionada à criança e é a mesma pergunta que eu faço para o Senador Dino.

Mas, antes de fazer a pergunta ao Senador Dino... Eu não o recebi, Senador Dino. Eu recebi muitos pedidos para estar com o senhor neste período, mas eu não o recebi. Eu não o recebi, porque eu fiquei com dúvida sobre quem era o Dino candidato.

Senador Dino, eu o conheci Deputado. Eu até fui criticada pela direita quando falei que admirava a sua inteligência e a sua coragem. Eu estive nos bastidores enquanto o senhor estava Deputado, e a gente não tem o que falar do seu notório saber jurídico. Eu o conheci Governador e eu estava Ministra de Estado. E a relação de uma Ministra conservadora com um Governador comunista foi excelente. Eu tive apoio de todas as secretarias de Estado. Todas as secretarias correlatas ao ministério que eu estava conduzindo tiveram assim.... Foi excelente, foi excelente o trabalho. E quando o Ministro Dino, da Justiça, chegou, no início do mandato eu falei: "Um homem inteligente e corajoso". Apanhei que só por isso. Mas eu não vi esse Ministro da Justiça. Não vi. E o Brasil também não viu o homem que está sentado aqui hoje, Senador Dino. Se o Brasil tivesse visto esse homem que está sentado aqui hoje, eu acho que muitas das tensões, nesse período que o senhor foi indicado, teriam sido eliminadas – muitas das tensões, muitas.

A gente viu no domingo as pessoas indo para a rua para falar do Dino. E vou dizer uma coisa: não foi uma questão política. As pessoas estão com medo, Senador Dino, e medo do Ministro da Justiça que foi apresentado para o Brasil, que é diferente do Deputado Dino, que eu conheci, e diferente do Governador Dino.

O Cleitinho falou que é dado como certo que o senhor vai passar aqui. Eu temo a gente ter um ministro do Supremo Tribunal declaradamente comunista. Eu tenho as minhas reservas com o comunismo. Eu sei como o comunismo lida com a iniciativa privada, com a propriedade privada, a livre iniciativa, a liberdade de expressão. Eu sei que comunismo e cristianismo não combinam muito bem. Eu não consigo entender o comunismo de que o senhor fala dialogando tão fortemente com o cristianismo, que eu conheço. O comunismo que eu conheço é o comunismo que levou à forca Milada, uma Deputada defensora das mulheres, uma Deputada na Tchecoslováquia, defensora de mulheres, defensora de direitos humanos. É esse o comunismo que eu conheço. Eu confesso que eu tenho muito, muito medo de termos um ministro –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não sei se nós tivemos no Supremo Tribunal –, um candidato que se declarou abertamente comunista. E tenho medo das influências da ideologia comunista nas suas decisões. E digo, Ministro Dino, eu estou torcendo para que o senhor me surpreenda e surpreenda milhões de pessoas. E eu represento um segmento que está com medo daquele Ministro da Justiça.

Eu poderia fazer um monte de perguntas técnicas para o senhor aqui. Não vou fazê-las. Eu vou abrir o meu coração: temor, pavor do Ministro da Justiça que se apresentou, que não é o Deputado Dino, que não era o Governador Dino. E como eu gostaria que fosse esse Ministro da Justiça que tivesse realmente, nesses últimos meses, conduzido aquela pasta.

A minha pergunta é agora para os dois, se puderem responder.

Nós somos uma nação com muitos povos tradicionais. Essa também é uma outra pauta com que lido com muito carinho. Só povos indígenas são 305, diferentes. E nós temos, no nosso país, ainda algumas práticas culturais nocivas. E a gente vê algumas decisões, Ministro Dino, muito influenciadas pelo relativismo cultural – muito influenciadas pelo relativismo cultural.

Dr. Paulo, eu não conheço a sua posição com relação a isso. E, Ministro Dino, eu também não conheço a sua posição com relação a isso.

Diante de uma situação em que a livre manifestação cultural, a proteção da vida... E aqui eu posso falar – e todo mundo sabe – que a gente ainda tem práticas culturais em alguns poucos povos no Brasil, como infanticídio em áreas indígenas com crianças com deficiência. Qual é a posição dos senhores com relação aos povos tradicionais e às manifestações culturais? Direito à vida ou direito à manifestação cultural?

E eu não preciso fazer a tréplica e vou desejar que Deus os conduza. O senhor desta nação ainda é o Senhor Jesus e eu acredito nisso. E eu só queria ouvir a resposta e eu não vou fazer a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Damares.

Dr. Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

O que eu posso dizer é que, se nós estamos tratando de pessoas que são consideradas pela ordem jurídica como imputáveis, responsáveis civil e penalmente, a ordem jurídica não pode deixar de incidir sobre pessoas que cometam algum ato que seja contrário ao ordenamento penal, evidentemente com todos os temperamentos, com todas as possibilidades de exclusão de pena, de exclusão de ilícito, que a situação especial das populações indígenas induze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Ele já respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, sim.

Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Senadora Damares, eu quero agradecer muito à senhora pelo depoimento acerca da pessoa que a senhora conheceu algumas décadas atrás. A senhora assessorava o Senador Magno Malta, lembro bem. E, claro, as atitudes sempre foram as mesmas, pautadas no sentimento ou no princípio jurídico chamado proporcionalidade.

Então, eu não posso, diante de uma situação grave, ser leniente; isso é prevaricação. Eu não posso, diante de uma situação corriqueira, usar excesso de força; isso é abuso de autoridade. Foi isso que eu fiz a vida toda: proporcionalidade, ponderação. Se você ameaça a vida de crianças, você tem que ser firme. Se invadem o Congresso Nacional e destroem tudo, você tem que ser firme. Se tentam tocar fogo no Supremo Tribunal Federal – eu vi –, você tem que ser firme; isso é dever. E eu creio que qualquer agente público compreende bem esse sentido. Então, não há dois, há só um, há um que procura acertar. A senhora sabe que, no nosso sistema de crenças, a infalibilidade não é um atributo humano. Jesus Cristo disse: "Quem nunca errou, que atire a primeira pedra". É claro, portanto, que eu não tenho a reivindicação de ser sempre perfeito. É claro que Messi – novamente a metáfora futebolística – perde pênalti, e eu não sou Messi, infelizmente.

Então é claro que, como agente público, você se vê diante de situações difíceis. E eu não vou dizer que em 34 anos, como agente público, eu acertei sempre – é claro que não –, mas procurei acertar sempre. Sempre fui, sou e serei uma pessoa honesta. E, portanto, uso a proporcionalidade diante da gravidade do que foi o 8 de janeiro no Brasil.

Essas... Algumas pessoas que a senhora narra que têm medo, a senhora pode tranquilizá-las, porque a senhora me conhece. Então, em relação a essas algumas pessoas que não são todos os brasileiros, todas as brasileiras – claro, é uma parte, eu respeito –, a senhora pode ficar tranquila e sempre em oração, mas a senhora pode ficar tranquila, e que não há razão para medo. Porque a nossa Constituição é uma, e eu sempre agi de acordo com ela, sempre. Tanto é que eu tenho 34 anos de serviço público sem uma única condenação judicial, porque eu sempre agi de acordo com a Constituição e as leis, e a Constituição é esta aqui, não é outra, só tem uma. Então não há razão para ter nenhum tipo de receio.

E, finalmente, sobre a senhora me indagar sobre o cristianismo, enfim, realmente não é a instância adequada. Eu apenas reitero que sou filho da doutrina social da Igreja, essa é minha formação desde o início dos anos 80. A primeira vez que eu falei em público, Senadora, foi em 1983, no lançamento da Campanha da Fraternidade daquele ano, promovida pela igreja a qual eu pertenço desde que nasci, por filiação familiar, e foi a primeira vez que eu falei em público e rompi uma timidez inacreditável que eu tinha e continuo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter, mas foi numa Campanha da Fraternidade. Quem sabe tenha sido uma obra de Deus na minha vida? Então, a senhora pode ficar absolutamente tranquila porque os meus parâmetros humanistas são esses.

E é claro que a senhora conhece o que aconteceu com o maná que caiu do céu, e alguns resolveram recolher mais do cesto, e outros, menos – está lá em Êxodo, 16. Essa é a resposta para a senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor se sente à vontade de responder sobre práticas culturais nocivas, no finalzinho da...

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – É o que o Dr. Gonet respondeu e eu me sinto contemplado, ele é meu professor, no sentido de que a ordem jurídica é só uma, e eu obedeço muito a meus professores. Estudei muito o livro do Dr. Gonet e do Ministro Gilmar, é um dos melhores livros de direito constitucional que há no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Damares.

Último senador inscrito, Senador Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o exercício democrático que V. Exa. conduziu na presença de todos os Senadores aqui presentes – Senador Kajuru, por favor –, na presença de todos os Senadores aqui presentes.

Senador Flávio Dino, eu tenho que iniciar por uma crítica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Flávio Dino, eu tenho que iniciar por uma crítica e não poderia ser diferente. Aqui todos os Senadores são iguais, não há Senadores de segundo escalão, de primeiro. Eu não tive a mesma sorte, Senador Girão – a imprensa até me procurou: se o senhor tinha me procurado –, porque V. Exa. sabe que, na política, para a gente ter o voto, a gente tem que pedir o voto. E é uma cortesia, ou a sua ausência uma descortesia, não ir de gabinete em gabinete, o indicado, para conversar.

Eu me ressinto porque mesmo o Defensor Público da União, que nós derrubamos aqui no voto porque não era o mais adequado, mesmo ele eu recebi no meu gabinete. Da mesma maneira que eu sei que os comunistas não comem criancinha, eu também não mordo e teria o maior prazer em recebê-lo para um café, um biscoito e, com toda honestidade, numa conversa mais demorada, poder conhecê-lo pessoalmente, porque nunca seria minha avaliação aqui nesta sabatina pessoal, nem poderia fazê-lo por pouco conhecê-lo. Talvez eu tenha tido mais conhecimento pela imprensa do personagem Dino, a quem a Ministra e hoje Senadora Damares se referiu, à frente de um ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como Líder de Governo, do Governo Bolsonaro, também tive receio, como muitos brasileiros, pela perseguição política que se instalou no país. E tive muito receio e muita preocupação porque diziam que o Presidente Bolsonaro era uma ameaça à democracia. Pois bem, o Presidente Bolsonaro não é Presidente há mais de um ano, e a democracia continua ameaçada. E aí é que é o ponto principal da minha fala nesta sabatina: a democracia continua ameaçada, Ministro Dino. Não por V. Exa. de forma alguma, mas certamente porque o princípio básico da separação dos Poderes e da harmonia entre os Poderes foi quebrado. Os Poderes da República, algum deles se sobrepôs a outro nas suas funções ou se sobrepôs à própria Procuradoria, no caso dos inquéritos; e, com todo o respeito, Dr. Paulo Gonet, ainda que uma resolução interna – que já seria um absurdo, na minha opinião – do STF admita a abertura de um inquérito, certamente quem abre não pode ser quem julga, até pelo compartilhamento das funções no próprio STF. E isso está acontecendo no Brasil há mais de ano. E a Procuradoria vem se manifestando sobre a libertação de presos e vem sendo literalmente ignorada, a ponto de um deles ter morrido na cadeia. E as responsabilidades dos magistrados não são perseguidas.

Eu, quando assumi o meu mandato como Senador, me desincompatibilizei da minha função como advogado; não só saí do escritório como me licenciei na OAB, até para a surpresa do próprio Presidente da OAB do Rio, que disse que não era necessário. Mas, Senador Flávio Dino, eu não acredito que a gente possa vestir duas facetas diferentes. A gente é fruto da nossa história, das nossas ideologias, sem dúvida. E, na política, a política tem lado. V. Exa. ocupou um espaço político e ocupou o seu lado; mas, agora, como magistrado... E aí V. Exa. se traiu por duas vezes ao fazer uma metáfora futebolística. V. Exa. não está mudando de posição no mesmo time nem está mudando de time: V. Exa. se coloca para ser o árbitro, e o árbitro é imparcial; o árbitro deve agir com honestidade.

A função do magistrado é essa ao julgar. Não é a função do magistrado legislar. Não é a função do magistrado ocupar aquela cadeira para fazer política, como hoje, na votação da PEC, na eleição do Presidente Pacheco – vários Senadores recebendo ligação de ministros do STF pedindo voto. Eu posso, como advogado, ir ao seu gabinete despachar um processo. Agora, eu, como Senador, não posso ir ao processo dos outros e pedir o seu voto, como não pode um ministro ou um juiz – e aqui não vejo nenhum desses que fizeram isso, por isso não é dirigido a ninguém aqui nesta sala –, não pode ele se imiscuir na atividade legislativa e muito menos pedir e orientar a atividade legislativa. E isso não é uma falácia, todos aqui sabem que isso aconteceu, pelo menos nessas três situações que eu relatei aqui. E isso é uma interferência, é isso que ameaça a democracia.

E V. Exa. – e não é pessoal... Talvez seja o momento mais equivocado, com todas as vênias, para a sua indicação. Porque não é só o momento de distensionar – e V. Exa. teve a chance, como Ministro, de fazê-lo e não o fez, acirrou. Por que acreditar que lá, no STF, será diferente? Essa é uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É também a mistura e a sobreposição dos Poderes. Eu estava aqui pensando: o Ministro Flávio Dino foi eleito Senador, não sentou na cadeira. Os seus eleitores certamente esperavam. Muito bem representado pela sua suplente, sim, mas eu sei porque sou suplente. Infelizmente, o meu titular, Deus o chamou.

Porém, V. Exa. foi ser Ministro e, de Ministro, será – ou pretende ser – Ministro do STF. Os seus eleitores, que depositaram a confiança em V. Exa., não o viram nesse exercício. E lá, por mais que não queira, V. Exa. será o político que é, e isso me preocupa, porque estamos abrindo um caminho... "Ah, isso já aconteceu antes". Já tivemos Parlamentares magistrados no STF – e foram bons muitos deles, o que eu não duvido que possa ser até –, mas, neste momento de separação dos Poderes, é o pior gesto que a gente pode fazer para os Poderes e para a sociedade.

Se não fosse V. Exa., fosse outro Senador – para não parecer pessoal, Ministro Flávio Dino –, eu teria o mesmo discurso aqui, neste momento. Fosse o Senador Pacheco, que, inclusive, foi cogitado e é tido como um grande jurista, eu teria o mesmo discurso neste momento. Talvez não no momento seguinte, à frente, alguns anos à frente, depois de distensionar, depois de cada um fazer a sua autorreflexão.

Eu venho pedindo para o Legislativo interferir o menos possível no Judiciário também, e venho pedindo repetidas vezes que o Judiciário tenha a capacidade e a grandeza de fazer a sua autorreflexão, porque a autorregulação, a autorreflexão é o melhor caminho; e, se tem um poder que se desvirtua, ele próprio deve encontrar o seu norte, trazer de volta, porque é à Constituição que ele se sujeita.

Essa indicação, além de extemporânea, além de colocar em risco, além de não evitar esse tensionamento, agravá-lo, ela ameaça, e não por V. Exa., mas pelo fato de V. Exa. ser um político, ter sido um Ministro rigoroso, inclusive, num momento em que a democracia continua ameaçada e, infelizmente – digo infelizmente como advogado –, ameaçada pelo próprio Poder Judiciário; e, como advogado, eu vou fazer essa crítica, porque ela é construtiva, e tomem-na como construtiva.

Quando eu vejo aqui, Dr. Gonet, esperava até porque já tinha visto do Ministro Flávio Dino...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que havia dito que *fake news* pode ser crime mesmo sem lei específica. Imagine! Não há crime sem lei anterior que o defina. Como um Ministro que quer notório saber jurídico ir para o STF se posicionar dessa maneira? Que já havia dito que o tempo da liberdade de expressão acabou no Brasil, foi sepultado? Ele não me surpreenderia, mas V. Exa. me surpreendeu ao dizer que, assim como já foi dito que a democracia é relativa, agora, o novo termo é que a liberdade é relativa.

A liberdade não é relativa, é um direito natural do ser humano. A liberdade, quando excede, tem as suas consequências, e a lei é o que define, não é o magistrado. O magistrado aplica o que este Senado Federal estabelece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há liberdade relativa, não há democracia relativa. Balela!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para encerrar, Sr. Presidente.

Eu percebi, Senador Flávio Dino, que o senhor tem várias facetas. Eu espero um dia poder conhecê-lo mais a fundo, porque não é pessoal, e conhecer a sua melhor, mas eu sempre vou desconfiar daqueles que se vestem de lobo em pele de cordeiro. O indivíduo é único, não há como se desvencilhar, é a sua história.

V. Exa., para concluir aí a pergunta, V. Exa... A sugestão do Senador Sergio Moro, ele sugeriu, para distensionar, que sete Parlamentares que sofrem de V. Exa. notícia-crime, se há o seu compromisso em desistir. Talvez seja um ato já de grandeza e distensionamento. E eu vou além. Se V. Exa., eventualmente, por amor ao debate, for aprovado, antes de passar o seu cargo, se V. Exa. teria a grandeza de, junto ao Presidente Lula, pedir o indulto dos presos do dia 8 de janeiro, a anistia que este país, quando viveu a época do terror, teve a grandeza de dar, sendo certo ou errado, para distensionar o nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Bem, primeiro, Senador, eu realmente não consegui visitar todos os colegas. Eu me esforcei ao máximo, mas muitos viajaram, houve um evento, a COP, alguns viajaram, outros não; porque alguns viajaram, houve sessões remotas, e alguns Senadores, compreensivelmente, não vieram a Brasília. Portanto, foram fatores alheios à minha vontade, mas eu me empenhei para atender a todos, como sempre recebi todos.

Mais uma vez e sempre remarco que não considero, em absoluto, que o Poder Judiciário brasileiro é uma ameaça à democracia. Tenho uma divergência profunda com quem imagina isso. E faço, mais uma vez, esta nota de desagravo à magistratura brasileira, porque eu acho que é injusta essa afirmação de que o Poder Judiciário ameaça a democracia.

Sobre a conduta, repito, não há duas faces, não há duas pessoas. É a prática o critério da verdade. A prática fez com que eu fosse Governador de todos os maranhenses, com apoio, inclusive, de partidos de direita.

O Senador é de qual partido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador é do PL.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Líder do PL, que orienta o voto.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Muito bem. O senhor é do PL. A imensa maioria dos Prefeitos do seu partido no Maranhão apoiou minha candidatura ao Senado. Os Deputados do seu partido na Câmara, hoje, aliás, ontem, assinaram uma carta de apoio a mim. Então é a minha história que fala por mim. São os seus aliados que falam em abono à minha conduta, sempre respeitosa em relação a todas as posições políticas.

Sobre essa suposta rigidez da separação dos Poderes, ela não existe. Quem diz isso é a Constituição, não sou eu. E veja quão perigosa é essa visão equivocada. Se nós levarmos esse raciocínio à enésima potência, todas as indicações de autoridades judiciais que passassem pelos Poderes políticos estariam erradas, em nome da separação. Veja aonde o argumento conduz. Se seu argumento fosse correto, essa sabatina não poderia estar ocorrendo, porque é uma indicação para o Poder Judiciário submetida a um crivo político. Se o seu argumento fosse correto, todos os Senadores e Senadoras, inclusive o senhor, quando fez pedidos ao seu Presidente da República para nomear magistrados estaria praticando uma ingerência indevida no Poder Judiciário.

Então, realmente não existe essa separação estanque, isso nunca existiu, desde Aristóteles até hoje. De fato, o sistema prevê aquilo que é chamado de *checks and balances*, freios e contrapesos. Então, há ingerências recíprocas e por isso eu sou um defensor do Poder Judiciário brasileiro, sempre fui, o que não imuniza de críticas, de condutas de um ou de outro. Mas assim como eu sou contra a ideia, que alguns acham, de que todos os políticos são corruptos – essa é uma ideia nociva ao Brasil –, não posso concordar, por conseguinte, com a ideia de que todo o Poder Judiciário, todos os juízes ameaçam a democracia, que é uma ditadura judicial. Realmente, eu divirjo respeitosamente de V. Exa., mas divirjo profundamente disto.

Finalmente, três observações. Sobre as notícias-crime, eu já respondi ao Senador Moro. É claro que vou, como disse a ele, de coração aberto... Recebi a sugestão dele. É preciso examinar caso a caso, porque houve ameaças de morte, houve ameaças de agressão física, ameaças de tiro, eu fui agredido em espaços públicos, meus filhos foram agredidos, minha esposa foi agredida, fisicamente, inclusive, e moralmente. Então é preciso olhar caso a caso. O senhor imagina crianças de sete, dez, doze anos assistindo a agressões como os meus filhos infelizmente assistiram?

Então é preciso examinar, mas, como eu disse, eu acredito na estrada de Damasco, e, claro, compreendo que os fatos se transformam e vou examinar, como disse, de coração aberto a sugestão do meu colega Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Parlamentares, só dos Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É...

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Não, eu estou me referindo exatamente a alguns Parlamentares infelizmente. Eu estou informando a V. Exa.

Em relação à lei específica, eu jamais disse isto: que *fake news* é crime sem lei específica – eu jamais disse isso, Senador.

O que eu disse e repito é que *fake news* pode... *Fake news* é imoral, *fake news* é coisa de criminoso, de bandido, é abjeto. Agora, na tipificação penal, é claro que a *fake news* não corresponde a um único tipo penal, foi isso que eu disse e reitero. *Fake news* pode ser calúnia, pode ser injúria, pode ser difamação, pode ser ameaça, pode ser constrangimento ilegal, pode ser violência política contra as mulheres, pode ser associação criminosa, pode ser organização criminosa, pode ser tanta coisa. A única coisa que eu afirmo que *fake news* não é: coisa de gente honesta.

Então, é isso que eu... De fato, tenho essa diferença em relação aos que defendem *fake news*, o que eu acho muito estranho no meu código moral e jurídico.

Sobre liberdade de expressão, mais uma vez esclareço: a frase infelizmente foi editada. A frase, no contexto em que havia apologia a um homicida de criança na cidade de Suzano, foi a seguinte: "Não existe liberdade de expressão como valor absoluto". É essa a frase. Não é dizer que não existe liberdade de expressão, eu jamais proferiria tamanha asneira jurídica. Eu disse liberdade de expressão como valor absoluto.

E aí, evidentemente, como o senhor sabe, como advogado, que a liberdade de expressão encontra fronteiras exatamente na atividade do legislador. Quem estabelece fronteira não é o juiz, é o legislador que estabelece. Quando o legislador diz que você não pode praticar racismo, esse é um limite à liberdade de expressão. Quando o legislador diz que você não pode imputar falsamente a alguém a prática de crime, isso corresponde ao tipo penal de calúnia.

Então, quem estabelece fronteiras não sou eu, é a Constituição e as leis. E é isso que eu disse e agora reitero.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem a tréplica... a réplica.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na réplica serei breve.

Apenas não diga, Senador Flávio Dino, de forma generalizada. Nunca me referi, inclusive fiz questão de frisar, à magistratura, até porque, como advogado, tenho enormes colegas que prestam excelentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços ao país como magistrados. Eu me referi ao Poder Judiciário, porque o STF é o órgão máximo do Poder Judiciário para o qual V. Exa. se candidata.

O Poder Judiciário, representado pelo STF, tem cometido abusos e não são poucos. Eu realmente espero que, eventualmente, V. Exa., sendo aprovado ou não – e até que não seja –, tenha essa mesma postura que V. Exa. aqui manifestou, esse personagem que a Ministra Damares se referiu, talvez mais próximo ao Governador que foi.

Com relação ao texto, é de Maria Aquino, jornal *Metrópoles*, do dia 13/12, agora, de 2023, e ela repete essa frase e atribui a V. Exa.: "*Fake news* pode ser crime mesmo sem lei específica". Os casos de calúnia, etc., todos têm lei, mas V. Exa. foi um pouco além na sua explanação.

Eu quero deixar claro: não é pessoal, reconheço o político notável que V. Exa. é, embora de uma corrente antagônica à minha, mas V. Exa. tem uma carreira – e escolheu essa carreira –, nos últimos anos, notável.

A Constituição, no caso do STF... É bom reparar que eu vi vários Senadores dizendo: "Não, o Ministro Dino tem notório saber". Para o CNJ, sim, mas para o STF ela pede notável saber.

Foram 12 anos de magistratura em primeira instância, e eu não me recordo de uma atuação notável como jurista, mas reconheço que, como político, a sua trajetória é notável. Mas entendo que a Constituição tecnicamente...

E não é uma questão política – para concluir –, ideológica, até porque, muitos sabem, eu já manifestei, eu votei a favor do Dr. Zanin para o STF, indicado pelo Presidente Lula, e votei porque, por mais que veementemente eu discorde das teses que ele defendeu, defendendo o seu cliente – e discordo veementemente –, por mais que essas teses tenham destruído a Lava Jato, que não foi um delírio coletivo, foi a maior plataforma, desvendou a maior plataforma de corrupção deste país, e está todo mundo solto, aliás. Por mais que tudo isso tenha acontecido, como advogado eu reconheci a sua atuação notável e, por isso, eu não tinha argumentos técnicos para me indispor na sua sabatina e na sua indicação.

Então, sou franco. Com o respeito que tenho a V. Exa., o PL, que eu represento aqui, como Líder, orienta "não".

Não sei se alguma defecção aqui ou na Câmara dos Deputados pensa diferente, mas aqui vamos orientar "não" ao voto, e não é pessoal.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – O Senador Cleitinho está aqui (*Fora do microfone.*) ainda no Plenário, Presidente? O Senador Cleitinho ainda está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Já saiu?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Abra o painel, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, que eu vou encerrar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, (*Fora do microfone.*) eu cheguei aqui e estava com a barba feita, agora já está crescida. (*Risos.*)

Abra o painel, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Deixa o... Eu vou... O Senador Flávio Dino gostaria de fazer algumas considerações finais, e eu vou passar a palavra a ele.

O SR. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA (Para expor.) – Eu quero, em primeiro lugar, claro, acima de tudo, agradecer. Agradecer muito todas as perguntas que foram feitas, que me permitiram esclarecer aspectos, desfazer *fake news*, desfazer inverdades e demonstrar, claro, as minhas convicções, aquilo no qual eu acredito.

Portanto, eu agradeço ao Senado Federal, agradeço ao Presidente Davi Alcolumbre.

E quero agradecer a generosidade de muitos, muitas, a imensa maioria que está neste momento, neste Senado, defendendo, apoiando, sustentando que há o atendimento dos preceitos constitucionais. Eu não vou, a estas alturas, me alongar sobre se existe ou não. Eu distribuí, no início, um livreto, em que há um reconhecimento amplo da comunidade dos pares, inclusive da OAB, acerca do preenchimento dos requisitos constitucionais. É claro que esse exame, em última análise, compete ao Senado.

Quero dizer da minha imensa alegria de ser Senador da República, da minha imensa alegria de aqui comparecer, depois de 30 anos, como colega de V. Exas. e me submeter a esse julgamento, que, tenho certeza, será justo, baseado na Constituição da República.

Muito obrigado.

E quero saudar o Dr. Paulo Gonet também por sua brilhante participação neste momento.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de agradecer imensamente esta honra singular que é comparecer perante tão ilustre Comissão, composta por Senadores, todos eles detentores da minha admiração e da minha gratidão pela paciência em me ouvir. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria... Eu tinha um discurso aqui de 20 minutos para fazer, mas o Omar (*Risos.*) acabou de me bloquear.

Mas eu quero só agradecer a todos os colegas Senadores e Senadoras, agradecer a confiança nesta Presidência. Eu reconheço, e o fiz no começo desta reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça que, de maneira inédita, faz a sabatina de duas autoridades relevantes do ponto de vista institucional para a República Federativa do Brasil, um membro do Ministério Público, indicado pelo Presidente da República para o cargo de Procurador-Geral da República, e um membro do Poder Judiciário, indicado pelo Presidente da República para o Supremo Tribunal Federal.

Mas também quero apenas resgatar o que falei no começo. É a primeira vez, na história do Brasil, que a gente tinha as duas indicações abertas para a indicação de Sua Excelência o Presidente da República, para o cargo de procurador e uma cadeira vaga para o cargo de ministro da Suprema Corte Brasileira.

E, nesse sentido, me coube, como Presidente da Comissão, seguir as orientações do Presidente do Congresso, que convocou, para esta semana, a semana de esforço concentrado, exclusivamente para a deliberação de autoridades.

Eu já falei isso no começo, mas gostaria de falar isso aqui dez horas depois do início...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Você é o meu Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado. Ô, Omar, obrigado! (*Risos.*)

Fico feliz quando Omar está bem.

Mas eu queria agradecer o carinho, Kajuru, Camilo, Senador Moro, Senadora Eliziane, Senador Confúcio, Senador Fabiano, Senadora Soraya, Senador Weverton, Izalci, todos os Senadores, Girão, que, independentemente, Portinho, da sua posição, fizeram aqui o exercício do que está assegurado na Constituição brasileira: referendar uma indicação do Presidente da República para dois cargos relevantíssimos. E, com certeza absoluta, todos nós, ao longo dessas dez horas, tivemos a oportunidade de acompanhar um debate assíduo, de alto nível, construtivo e democrático.

E, nesse sentido, utilizando este termo "democrático", eu quero agradecer o carinho com esta Presidência. Eu sei que eu tinha, Omar, alguns questionamentos em relação à posição de fazermos, Líder Marinho, a sabatina das duas autoridades, mas isso foi rapidamente vencido pelo interesse público de todos os atores envolvidos neste processo. E nós pudemos rapidamente, Líder Randolfe, iniciar a sabatina hoje pela manhã e fazermos democraticamente a sabatina das autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao Líder, que foi último Senador inscrito, e dizer do nosso carinho, da nossa admiração por todos vocês. E dizer também os meus agradecimentos pela compreensão do momento que nós estávamos vivendo enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado a todos.

Está encerrada a votação, e eu solicito à Secretaria que proclame o resultado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Só um minuto, que a Secretaria vai divulgar o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM ao Sr. Flávio Dino de Castro... (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minuto.

Queria a atenção – só um minuto –, a atenção do Plenário.

Eu preciso proclamar o resultado.

Votaram SIM ao Sr. Flávio Dino de Castro e Costa 17 Senadores; NÃO, 10 Senadores, do total de 27.

Está aprovado o nome do Sr. Flávio Dino...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... de Castro e Costa para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minuto.

Votaram SIM ao Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco 23 Senadores; NÃO, 4 Senadores, do total de 27.

Está aprovada a indicação do Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco para a Procuradoria-Geral da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto – só um minuto, só um minuto!

Pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, para pedir requerimento de urgência para o Plenário, do Dr. Paulo Gonet e do Ministro Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai imediatamente ao Plenário do Senado Federal.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Paulo Paim, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão e Wilder Morais. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à **apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 26, de 2024–CN**, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". O Relator, Senador Omar Aziz, apresenta o Relatório sobre as 96 (noventa e seis) emendas apresentadas. Após a discussão, **são aprovadas as seguintes emendas**: **Emenda nº 1-CCJ**: **Ação:** 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da sugestão de nº 7, que foi objeto de indicação de 23 parlamentares: Ana Paula Lobato, Angelo Coronel, Augusta Brito, Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Humberto Costa, Irajá, Mara Gabrilli, Marcelo Castro, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Tereza Cristina, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia e Zequinha Marinho; **Valor:** R$ R$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais). **Emenda nº 2-CCJ**: **Ação**: 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da sugestão de nº 9, que foi objeto de indicações de 13 parlamentares: Ana Paula Lobato, Augusta Brito, Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Humberto Costa, Irajá, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Soraya Thronicke, Teresa Leitão, Zenaide Maia e Zequinha Marinho; **Valor:** R$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais). **Emenda nº 3-CCJ**: **Ação:** 21F0 - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania - Nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com ajuste de valor da sugestão de nº 16 para R$ 535.390.000, que foi objeto de indicações de 11 parlamentares: Augusta Brito, Davi Alcolumbre, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Soraya Thronicke, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo e Zenaide Maia; **Valor:** R$ 535.390.000 (quinhentos e trinta e cinco milhões e trezentos e noventa mil reais). **Emenda nº 4-CCJ: Ação:** 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pública, na forma da sugestão de nº 15, que foi objeto de indicações de 8 parlamentares: Ana Paula Lobato, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Irajá, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho; **Valor** R$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais). **VALOR TOTAL:** R$ 1.885.390.000 (um bilhão oitocentos e oitenta e cinco milhões e trezentos e noventa mil reais). **Emenda nº 5-CCJ:** a proposta nº 22, referente à emenda de texto, sugere a adição do art. 8-A com o seguinte texto: *"Na hipótese de transferências de recursos dos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de obras de responsabilidade da União, o montante equivalente deverá ser utilizado para abatimento da dívida no contrato de renegociação entre a Unidade Federada e a União, sendo que esses recursos compensados não poderão ser retirados de recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o respectivo ente"*. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às quatorze horas e quarenta e dois minutos, do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Ao final da Reunião, **a presente Ata foi aprovada pela Comissão**, assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Senador MARCOS ROGÉRIO
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no exercício da Presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Alan Rick, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros da Comissão Sérgio Petecão, Paulo Paim e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Passa-se à apreciação das emendas desta Comissão ao PLN nº 3, de 2024-CN**, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Item único: emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN nº 3, de 2024-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025). **O relator, Senador Omar Aziz, apresenta o relatório sobre as 33 propostas de emenda ao Anexo de Prioridades e Metas e sobre as 2 propostas de emenda ao texto sugeridas ao referido Projeto.** Após a discussão **são APROVADAS: 3 (três) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Emenda 1: Ementa:** Emenda nº 1-CCJ, que foi objeto de indicação de 5 parlamentares: Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Hamilton Mourão, Ana Paula Lobato e Irajá. **Ação:** 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas. **Produto:** 0671 - Política Implementada. **Acréscimo de Meta:** 100. **Justificativa**: Essa emenda destina a reconstruir a política de drogas do país, a partir da perspectiva de redução de inequidades, promovendo a prevenção ao uso de drogas e à violência; a reinserção social das pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, a partir do respeito à autonomia e à dignidade das pessoas; a descapitalização das organizações criminosas do narcotráfico e qualificação da atuação repressiva com base em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inteligência e estratégia; o apoio técnico às polícias e às perícias, especialmente no que diz respeito à descoberta de novas drogas; a produção de pesquisas e análises de dados que embasem as políticas públicas sobre drogas; além da mitigação e reparação dos efeitos do tráfico de drogas sobre a população, com foco especial em grupos que são desproporcionalmente vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas - mulheres, população negra, povos indígenas, crianças e adolescentes e população em situação de rua. Que será executado por meio de aquisição de bens e serviços; e demais ações semelhantes. **Emenda 2: Ementa:** Emenda nº 2-CCJ, que foi objeto de indicação de 5 parlamentares: Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Mara Gabrilli, Jaques Wagner e Fabiano Contarato. **Ação:** 21F0 – Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania. **Produto:** 0096 - Ação Realizada. **Acréscimo de Meta:** 100. **Justificativa**: A emenda destinada a incluir no Anexo de Metas e Prioridades ação de Promoção da Política Nacional de Justiça, que visa promover o desenvolvimento e o aprimoramento das políticas públicas no âmbito da justiça e da cidadania, como é o caso do enfrentamento ao tráfico de pessoas, da proteção e garantia dos direitos dos migrantes, refugiados e apátridas, do fortalecimento da cooperação jurídica internacional, da classificação indicativa, do registro de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Demais, busca-se apoiar a implementação de projetos de democratização do acesso à cidadania e à justiça e promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, em parceria com instituições do sistema de justiça e demais atores (inclusive organismos internacionais), com incentivo à mudança de cultura da judicialização. **Emenda 3: Ementa:** Emenda nº 3-CCJ, que foi objeto de indicação de 10 parlamentares: Fabiano Contarato, Hamilton Mourão, Mara Gabrilli, Omar Aziz, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Davi Alcolumbre, Ana Paula Lobato, Irajá e Jaques Wagner. **Ação:** 21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. **Produto:** 1411 - Ação Apoiada. **Acréscimo de Meta:** 130. **Justificativa**: A segurança pública é um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa, democrática e desenvolvida. Garantir a proteção da vida, da liberdade e do patrimônio dos cidadãos é um direito constitucional e uma responsabilidade inalienável do Estado. Além de promover a ordem e a paz social, a segurança pública tem impacto direto no bem-estar da população, no desenvolvimento econômico e na confiança nas instituições. A segurança pública é essencial para preservar a vida e a liberdade dos cidadãos. Em um ambiente seguro, as pessoas podem exercer seus direitos, como ir e vir, trabalhar, estudar e participar ativamente da vida social, sem medo de violência ou criminalidade. A ausência de segurança compromete a qualidade de vida e agrava desigualdades, especialmente em comunidades vulneráveis, onde a exposição à violência é mais intensa. A segurança pública também desempenha um papel crucial no fortalecimento da economia. Ambientes seguros atraem investimentos, promovem o turismo e estimulam o empreendedorismo, fatores indispensáveis para o crescimento econômico. Por outro lado, altos índices de criminalidade aumentam custos operacionais para empresas, desestimulam negócios e reduzem a produtividade, prejudicando o desenvolvimento local e nacional. Além disso, a violência e a insegurança sobrecarregam o sistema público de saúde, o judiciário e a previdência social, gerando altos custos para o Estado e a sociedade. Investir em segurança pública é, portanto, uma medida estratégica para reduzir esses gastos e criar um ambiente favorável ao progresso econômico. Uma segurança pública eficaz e respeitosa fortalece a confiança da população nas instituições democráticas, promovendo o senso de justiça e igualdade perante a lei. Isso é fundamental para a coesão social e para o exercício da cidadania, uma vez que cidadãos que confiam nas instituições tendem a participar mais ativamente de processos democráticos e a contribuir para a construção de uma sociedade mais solidária e colaborativa. A segurança pública não se limita à repressão de crimes; ela também envolve a prevenção e a promoção da inclusão social. Políticas de segurança que incluem ações preventivas, como programas educacionais, culturais e esportivos, ajudam a combater as causas estruturais da violência, como pobreza, exclusão e desigualdades. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disso, iniciativas de policiamento comunitário e de proximidade fortalecem os laços entre as forças de segurança e a sociedade, promovendo um ambiente de confiança e cooperação. A segurança pública é um componente indispensável para o pleno desenvolvimento humano, social e econômico. Sua importância transcende a proteção contra a criminalidade, abrangendo a promoção de direitos, o fortalecimento das instituições e a construção de um futuro mais seguro e justo para todos. Investir em segurança pública é investir na dignidade, na liberdade e na prosperidade da população, sendo, portanto, uma prioridade para qualquer sociedade que aspire ao progresso sustentável. **Não foram aprovadas emendas ao texto do Projeto.** Ao final da reunião, a presente Ata foi aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e treze minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Irajá, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Damares Alves e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência registra a presença do Sr. Jorginho Mello, governador do Estado de Santa Catarina e ex-Senador. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2616, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecedores de telemarketing e cobrança excluírem das bases de dados os números de telefone cujos consumidores negarem conhecer o destinatário da ligação." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2511, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5760, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo *(Ad hoc)*, substituiu o Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2162, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 6 (de redação) e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 6-CCJ (de redação), e contrário às demais Emendas. **Observação:** - Havendo concordância da Comissão, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores pelo período de 4 (quatro) horas. - A Comissão rejeita os seguintes Requerimentos: REQ n° 71/2025-CCJ, de autoria do Senador Fabiano Contarato, para a realização de audiência pública; REQ n° 72/2025-CCJ, de autoria do Senador Rogério Carvalho, de adiamento da discussão da matéria; e REQ n° 73/2025-CCJ, de autoria do Senador Rogério Carvalho, de adiamento da votação. - A Comissão delibera sobre a natureza da Emenda n° 6, e aprova sua classificação como emenda de redação. -Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Marcos Rogério. Votam vencidos para o Requerimento de urgência os Senadores Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. - O Senador Fabiano Contarato registra manifestação de voto contrário ao Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 71, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2162/2023, que "altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)"." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 72, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 2162/2023, que "altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)", por 30 (trinta) dias úteis." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 73, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PL 2162/2023, que "altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)", por 30 (trinta) dias úteis." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 74, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, urgência para o PL 2162/2023." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. A Presidência suspende a reunião às treze horas e trinta e seis minutos e reabre às quinze horas e dois minutos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/17

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 45ª Reunião, Extraordinária.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Essa ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens.

Primeiro item.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2616, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecedores de telemarketing e cobrança excluírem das bases de dados os números de telefone cujos consumidores negarem conhecer o destinatário da ligação.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

O Senador Laércio Oliveira é o Relator, a quem eu passo a palavra para relatar a matéria.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Otto Alencar. Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Vanderlan Cardoso, quero cumprimentar as Senadoras e os Senadores aqui presentes, todos que estão aqui, na nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Com a permissão de V. Exa., eu vou à análise, Sr. Presidente.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao mérito da proposta legislativa, ela aperfeiçoa os dispositivos protetivos do consumidor.

Esse projeto, Presidente – só um parêntese – atinge a população brasileira como um todo. Na narrativa que farei aqui do relatório, todos vão compreender aquilo que a gente sofre quase todos os dias com essas empresas de *telemarketing*, essas companhias de telefonia importunando a vida do cidadão e da cidadã brasileira.

O projeto de lei apresentado pela Senadora Ana Paula Lobato, em 2025, propõe uma medida simples, mas de grande impacto para a proteção dos consumidores: a obrigatoriedade de que empresas de *telemarketing* e telecobrança excluam de suas bases de dados os números de telefone cujos usuários, ao atenderem a ligação, afirmarem não conhecer a pessoa procurada.

A proposta surge como resposta a uma prática abusiva e recorrente, em que cidadãos são frequentemente importunados por chamadas destinadas a terceiros, muitas vezes inadimplentes, gerando constrangimento, perda de tempo e violação da tranquilidade e da privacidade.

O mérito jurídico do projeto é sólido. A proposta encontra respaldo direto na Constituição Federal, que assegura o direito à intimidade e ao sigilo das comunicações, bem como no Código de Defesa do Consumidor, na Lei Geral das Telecomunicações e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Fiz questão de colocar esse parágrafo para explicar que esse relatório foi construído conversando com todas as partes, as empresas de *telemarketing* e as empresas de telecobrança, inclusive com a participação da Anatel.

Ao exigir que empresas removam da base de dados os números manifestamente equivocados, o projeto promove o respeito à autodeterminação informativa e à dignidade do consumidor, evitando que este seja responsabilizado por vínculos que não possui.

No plano social, o projeto se destaca por dar voz a uma demanda legítima da população, especialmente dos consumidores que sofrem com o assédio de telecobranças indevidas e ligações de *telemarketing* persistentes e indesejadas. Ao reconhecer que o simples ato de negar conhecer a pessoa procurada deve ser suficiente para interromper os contatos, a proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribui para reequilibrar a relação entre empresas e cidadãos, limitando o poder coercitivo das práticas automatizadas e padronizadas, uma importunação constante na vida de todo mundo.

Embora o projeto possa ser aperfeiçoado, por exemplo, com a fixação de um prazo específico para a exclusão do número ou com a exigência de confirmação formal do registro da negativa, seu núcleo é claro e bem fundamentado: o consumidor não pode ser transformado em alvo sistemático de perturbação por erros ou desatualizações das empresas. Ao estabelecer um dever claro de correção das bases de dados e vedar a persistência do contato após manifestação inequívoca do consumidor, o projeto reafirma princípios fundamentais do Estado democrático de direito, como o respeito à privacidade, à boa-fé nas relações de consumo e à proporcionalidade no exercício de atividades empresariais.

Em síntese, trata-se de uma proposta legislativa de mérito elevado, que articula coerência jurídica, sensibilidade social, viabilidade técnica e potencial regulatório. Sua aprovação representa um avanço concreto na proteção da cidadania, ao garantir que a vida cotidiana das pessoas não seja indevidamente invadida por ligações que jamais deveriam ser feitas.

Apesar dos méritos da proposta, alguns pontos mereceram maior atenção e possível aprimoramento legislativo. Propomos, portanto, ajustes na participação das operadoras quanto à validação das informações cadastrais, à exclusão dos números das bases de dados quando da manifestação do consumidor e à previsão de sanções.

Dessa forma, sugerimos a aprovação do projeto, na forma do substitutivo que segue.

O voto, Sr. Presidente.

Opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, bem como, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 2.616, de 2025, na forma do substitutivo que faz parte do relatório, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Laércio Oliveira, e coloco a matéria em discussão.

Para discutir a matéria, o Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero aqui saudar todos os colegas Senadores e Senadoras nesta sessão derradeira do ano de 2025. É uma sessão que tem uma expectativa muito grande da população brasileira pelo item especialmente da dosimetria, mas nós estamos no item 1.

E eu quero saudar aqui, em primeiro lugar, a Senadora Ana Paula Lobato pela brilhante iniciativa e o Relator, Senador Laércio Oliveira, que ouviu todo mundo, fez um trabalho para dar um basta realmente em algo que, há muito tempo, já devia ter acabado, que é essa questão da importunação de *telemarketing* que ninguém aguenta mais receber, oferecendo todo tipo de coisa. Inclusive, isso aí deu um problema sério. A gente está vendo, na CPMI do INSS, por exemplo, o que aconteceu lá, em termos de fraude, em que teve *telemarketing* também, induzindo as pessoas aos erros, especialmente os mais pobres deste país.

Presidente, eu sou do livre absolutamente, de a gente ter a simplificação, para acabar com isso da forma mais simples possível.

Aqui, o projeto cria um novo cadastro, cria algumas situações que me remetem à burocracia – mais burocracia –, e eu acredito que a gente deve ter menos burocracia em tudo.

Então, eu faço um apelo aqui ao nosso Relator, se é possível, de alguma forma, pelo menos a gente retirar esse cadastro, para poder aprovar isso hoje, para que as pessoas parem de ser importunadas disso. Eu não sei se a gente poderia fazer alguma supressão aqui, logo, para nem ter que pedir vista, mas eu acredito que esse projeto, que é tão importante, possa ter essa simplificação para se anular esse tipo de ligação de *telemarketing* sem autorização das pessoas.

Presidente, o senhor sabe, eu e o Relator somos obviamente de um estado mais enxuto, de medidas mais claras, mais objetivas. Sei que o senhor conversou com todo mundo, isso é muito importante, mas eu lhe pergunto, até antes de pedir vista, se é possível a gente caminhar para menos burocracia, para dar um basta nessas ligações que importunam tanto os brasileiros.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Posso responder, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro, sem dúvida.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Senador Eduardo Girão, esse projeto é um projeto que já está lá no meu gabinete há alguns meses, e, durante esse período, eu tenho promovido, como eu falei a V. Exa., discussões as mais diversas, procurando encontrar um caminho que equacionasse o entendimento e atendesse a necessidade da sociedade como um todo.

A questão do cadastro que o senhor relata aqui e coloca como uma possibilidade, esse assunto foi discutido com todos os pares, e as empresas, principalmente as empresas de telecobrança, entendem a importância desse cadastro tão somente para fins de segurança jurídica no tratamento das suas relações com as pessoas. Eu entendo a visão de V. Exa. porque nós somos do setor produtivo, trabalhamos incessantemente para que se desburocratizem cada vez mais essas relações, mas infelizmente eu acho que criamos uma anomalia muito forte no texto. Eu me debrucei sobre ele porque tenho uma certa experiência no assunto e procurei construir aquilo que assistisse e que evitasse burocracia, que simplificasse a vida das pessoas e tirasse o infortúnio que é a perturbação ao cidadão brasileiro de um modo geral.

Então, infelizmente, Sr. Presidente, eu não tenho como acatar a sugestão dada pelo querido amigo e Senador Eduardo Girão, mas entendo e queria renovar um apelo a V. Exa. porque o projeto foi discutido profundamente e foi analisado diante de todos os regramentos necessários para oferecer a segurança jurídica que a sociedade precisa, mas também olhando a parte daqueles que estão envolvidos nesse tipo de negócio. São as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Relator, Senador Laércio Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para os colegas entenderem, esse cadastro único registraria os números ativos ligados ao CPF e CNPJ do titular e opções de bloqueio, restrições de canais, permitindo que empresas consultassem esse cadastro antes do primeiro contato.

Senador Laércio, para não atrapalhar o andamento, a gente ainda vai ter o Plenário com relação a essa matéria para tentar fazer uma emenda, para não travar algo tão importante para a sociedade brasileira, mesmo achando necessário essa desburocratização, eu não vou pedir vista, mas para a gente conversar mais até o Plenário, está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pediu vista?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Senador Eduardo Girão, essa matéria não é terminativa, vai para a Comissão e V. Exa. poderá discuti-la lá na Comissão.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2511, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Relatoria do Senador Laércio Oliveira, a quem eu passo a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, com a sua permissão, vou direto à análise.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, especialmente aqueles previstos no art. 225, *caput* e §1º, III e VII, da Constituição Federal, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ademais, parece-nos plenamente justificada a alteração dos limites da unidade de conservação. Como muito bem explicado pelo autor em sua justificação, o erro material constante do decreto de criação da Reserva Biológica de Santa Isabel, que levou à delimitação oficial da unidade de modo afetar tão somente área marinha, tornou o instrumento instituidor da área protegida em absoluto descompasso com o objetivo descrito no art. 1º do Decreto nº 96.999, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1988, qual seja a proteção da área de reprodução das tartarugas marinhas, que é a faixa de areia na qual esses animais desovam. Além disso, esse erro gera insegurança jurídica quanto aos limites da unidade de conservação, o que pode comprometer a gestão da área e a preservação da biodiversidade.

Nos termos do art. 225, §1º, III, da Constituição Federal, a alteração dos limites instituídos de uma UC deve se dar exclusivamente por meio de lei, sendo, portando, acertado o meio para veiculação da matéria corretiva.

Não obstante a louvável iniciativa do Senador Alessandro Vieira, entendemos que a proposição pode ser aprimorada, com vistas a reduzir conflitos entre entes federativos e permitir o desenvolvimento sustentável do litoral norte de Sergipe.

O Estado de Sergipe e o Município de Pacatuba vêm somando esforços para incrementar o turismo no litoral norte sergipano. Muitos projetos e investimentos importantes estão em andamento, com grande potencial de geração de renda, empregos e desenvolvimento. É perfeitamente possível conciliar tais interesses públicos com a preservação ambiental.

A categoria “reserva biológica”, prevista no art. 10 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, é a mais restritiva de todo o sistema, vedando até mesmo a visitação pública. Permitir que as pessoas conheçam nossas belezas naturais e a biodiversidade brasileira é uma estratégia de conservação. Quem conhece protege, quem não conhece não pode valorizar as riquezas naturais do nosso país. Além disso, o turismo bem regulado gera riquezas que se revertem em investimentos na conservação. A própria Lei do Snuc prevê categorias que conciliam a preservação com o turismo. Assim, propomos, por meio de emenda, a recategorização da Reserva Biológica de Santa Isabel como parque nacional, categoria que, assim como a de reserva biológica, é do grupo de proteção integral, o que restringe a exploração da unidade ao uso indireto de seus recursos naturais.

Aprovada nossa emenda, no futuro Parque Nacional de Santa Isabel será contemplada a visitação pública, sem que se descuide da proteção integral de seus atributos, o que induzirá a um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A visitação no parque estará submetida ao regramento do plano de manejo da unidade, que tratará de restringi-la nas áreas e períodos mais sensíveis, inclusive nos sítios e períodos de desova e eclosão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tartarugas marinhas, sem qualquer prejuízo ambiental. Essa visitação também estará sob o controle do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia responsável pela gestão das unidades de conservação federais.

Além da recategorização, propomos ajustes nos limites apresentados no PL nº 2.511, de 2019, de modo a evitar a sobreposição do parque com áreas ocupadas por populações consolidadas e a afetação de locais para os quais estão previstos investimentos de infraestrutura voltada a projetos turísticos municipais, estaduais e privados. Apresentamos, também, emenda para delimitação da zona de amortecimento da unidade, exigência do art. 25 da Lei nº 9.985, de 2000, fundamental para a mitigação dos impactos de origem externa que podem afetar o interior do futuro parque e que estão ausentes no Decreto nº 96.999, de 1988, que é anterior à Lei do Snuc.

A proposta dos memoriais dos limites do parque nacional originário da recategorização da reserva biológica, assim como de sua zona de amortecimento, foi cuidadosamente elaborada pelo Estado de Sergipe, mediante avaliação social, ambiental e econômica voltada à conciliação dessas três esferas. Portanto, estamos seguros de que as emendas que apresentamos tornam a inciativa do autor da proposição ainda mais efetiva para os fins a que se destina a unidade de conservação.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.511, de 2019, com as emendas que fazem parte do relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o Senador Rogério Carvalho.

Peço à Mesa que dê as condições, porque ele está no sistema remoto, de discutir a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O microfone do Senador Rogério Carvalho está desligado? (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho, pode falar. (*Pausa.*)

Ele está com algum problema onde ele está? (*Pausa.*)

Alguém liga para ele para ver se ele... (*Pausa.*)

Eu lamento que o Senador Rogério Carvalho não tenha conseguido...

Encerro a discussão.

Em votação, senhores...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Perdão.

Olha só, com todo respeito, o Senador Rogério Carvalho... A Liderança aqui acabou de me informar que, como ele não está conseguindo conectar, ele me pediu a gentileza de eu, com todo respeito ao autor, pedir vista. Então, eu pediria vista, a pedido do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo vista coletiva então.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vista coletiva. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estou perguntando ao autor da matéria.

Então, concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5760, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

O Relator é o Senador Humberto Costa, que não está presente. *Ad hoc*, eu passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para que ele possa proferir o relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos a V. Exa. e a todos os nossos companheiros e nossas companheiras do Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Humberto não conseguiu chegar a tempo e fez-me um pedido, para mim muito honroso, de eu poder fazer a leitura do trabalho que foi confeccionado pelo mesmo, tendo o seu deferimento e pedindo, de já, a V. Exa., que eu possa fazer a partir da análise a leitura do nosso relatório

Os três primeiros parágrafos dizem respeito às observações de praxe, formais, todas elas atendidas no mérito. O projeto merece prosperar ao sentir do Senador Humberto Costa.

O Projeto de Lei 5.760 insere-se no esforço contínuo do Estado brasileiro de enfrentar, de maneira estrutural, as formas contemporâneas de exploração, com especial atenção ao trabalho doméstico realizado em condições de extrema vulnerabilidade.

O mérito central da proposta está na adoção de uma abordagem que ultrapassa a lógica exclusivamente punitiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A proposta compreende que o enfrentamento às situações de trabalho análogas à escravidão exige políticas públicas de acolhimento, assistência e reinserção social capazes de romper o ciclo de exploração que frequentemente expõe trabalhadores e trabalhadoras resgatados à reincidência em situações de violação de direitos.

A matéria organiza e sistematiza direitos às pessoas resgatadas, prevendo acesso facilitado a benefícios sociais, acompanhamento psicossocial e políticas de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

O texto confere, ainda, destaque ao trabalho doméstico, tradicionalmente invisibilizado nas políticas públicas e na fiscalização estatal. O projeto reconhece que esse setor apresenta riscos específicos de exploração, em razão do isolamento do local de trabalho, da assimetria de poder entre empregador e empregado e da naturalização histórica de práticas abusivas.

O PL também demonstra equilíbrio ao compatibilizar a proteção dos direitos fundamentais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... com a observância das garantias constitucionais, ao disciplinar mecanismos de atuação do poder público em casos de indícios de trabalho escravo doméstico.

A proposta reafirma compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito internacional, especialmente aqueles relacionados às convenções da Organização Internacional do Trabalho e aos tratados de direitos humanos.

O projeto consolida uma visão de Estado responsável, que assume o dever de intervir para proteger cidadãos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou pedir ao Plenário que nós possamos ouvir o Senador Veneziano em silêncio. As pessoas estão participando, nós vamos manter, não tem nenhum problema, mas seria bom que pudéssemos ouvir o Relator.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos nós.

O projeto consolida uma visão de Estado responsável, que assume o dever de intervir para proteger cidadãos em situação de extrema vulnerabilidade. Ao articular políticas de assistência, trabalho, previdência e direitos humanos, o texto promove uma abordagem intersetorial, alinhada às melhores práticas de políticas públicas contemporâneas e coerente com o princípio da máxima efetividade dos direitos sociais.

Assim, esta proposição demonstra uma real capacidade de transformar uma resposta fragmentada em uma política consistente, voltada à prevenção, ao acolhimento e à reintegração social das vítimas em situação de trabalho análoga à escravidão. Trata-se de uma medida que fortalece o Estado democrático de direito e reafirma o compromisso do Parlamento com a dignidade humana.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do que expôs o Senador Humberto Costa, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.760, de 2023, Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em discussão a matéria.

Nenhum Senador se...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Com a devida vênia e respeito ao nosso querido Veneziano e ao Senador Humberto, eu gostaria de pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede V. Exa., será concedida vista do projeto que o Senador Veneziano acaba de relatar.

Vamos agora ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2162, DE 2023

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 6 (de redação) e contrário às demais emendas.

Observações:

Foram apresentadas a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, as Emendas nºs 3 a 5, de autoria do Senador Mecias de Jesus, a Emenda nº 6, de autoria do Senador Sérgio Moro, e a a Emenda nº 7, de autoria do Senador Alan Rick (todas dependendo de relatório);

- Foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Alessandro Vieira, contrário ao Projeto;

- Em 17/12/2025, o Senador Otto Alencar solicitou a retirada da Emenda nº 1, de sua autoria.

É de autoria do Deputado Federal Marcelo Crivella, do Republicanos, e a relatoria é do Senador Esperidião Amin.

Antes disso, há, sobre a mesa, três requerimentos.

Eu vou ler os requerimentos. Como é uma matéria muito importante e a definição de cada um deve ser bem clara, eu vou colocar todos os requerimentos que eu vou ler aqui para votação nominal.

Primeiro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto 2.162, de 2003, que altera dispositivos da Lei 7.210, de 11 de julho, Lei de Execução Penal.

Proponho para a audiência os seguintes membros: representante do Ministério Público; do Conselho Nacional de Justiça; representante da DPU; representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; representante do Conselho Nacional Criminal.

É da iniciativa do Senador Fabiano Contarato.

Eu vou abrir aqui o painel para que todos possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, em função...

Sr. Presidente, V. Exa. vai abrir o painel, apenas quero dar uma orientação breve. Dada a economicidade de tempo e a necessidade de discutirmos o cerne do projeto, nós orientamos o voto "não".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, apenas como autor do requerimento, eu só queria fazer uma ponderação, se V. Exa. assim me permitir.

Essa matéria chega aqui da Câmara dos Deputados, o relatório foi apresentado hoje às 9h...

Desculpe, eu só, como autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Sem dúvida nenhuma, V. Exa. tem direito à palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria sensibilizar os colegas: essa matéria foi aprovada de afogadilho na Câmara dos Deputados, chegou aqui e, com todo respeito ao Relator, foi apresentado um relatório hoje às 9h02min. Nós estamos tomando ciência desse relatório hoje. Há o acolhimento de apenas uma emenda. Esse assunto versa sobre talvez um dos títulos mais importantes dentro da legislação penal brasileira, que é o Capítulo XII do Código Penal, que trata dos crimes contra o Estado democrático de direito. Ele está atentando contra a democracia, a espinha dorsal do Estado democrático de direito.

Então, eu acho razoável... Nós estamos aqui, hoje é a última reunião da CCJ, estamos nos encaminhando para o recesso. Eu faço um apelo aos colegas: qual é a pressa e a urgência de ainda estar tendo toda essa tramitação, se nós temos a possibilidade de fazer uma audiência pública para debater com responsabilidade, serenidade e tranquilidade? Então, eu faço um apelo aos colegas para que a gente possa fazer uma única audiência pública e, feita a audiência pública, no mesmo dia, coloque em pauta o projeto e aí, sim, nós teríamos tempo para nos debruçar sobre a amplitude, porque – eu volto a falar aqui – esse projeto não está beneficiando só aquelas pessoas que praticaram, como ousam falar, as senhorinhas que atentaram aqui contra, no dia 8, não. Não; nós estamos aqui beneficiando exploração da prostituição, nós estamos beneficiando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a organização armada sem violência ou grave ameaça e que agora, com a emenda que possivelmente – chegou ao meu conhecimento – foi retirada... São inúmeros crimes, está atingindo o Código Eleitoral, a lei da CPI, lei de crimes de responsabilidade, são inúmeros tipos penais que vão ser impactados.

Então, eu pediria ali a V. Exa. e aos pares, colegas Senadores e Senadoras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... que votassem favoravelmente a uma única audiência pública, para que a gente possa debater esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, não vou comentar sobre o mérito. Apenas gostaria de esclarecer, já que o meu querido amigo Senador Fabiano Contrato mencionou a hora exata em que eu apresentei o relatório – e é verdadeiro –, que duas emendas a mais ainda estão sendo objeto, ou seja, além das sete emendas que eu já havia apreciado, eu acabo de receber mais duas. De sorte que eu só quero esclarecer que não foi um atraso do Relator, só isso! Nem discuto o direito de dar informação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Então, é favorável ao saneamento?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu já votei "não".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concluiu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, eu vou fazer só uma retrospectiva sobre esse projeto. Esse projeto foi aprovado na Câmara, na terça-feira, madrugada, e encaminhado, quarta-feira, para o Senado Federal. E o Presidente Davi Alcolumbre colocou essa matéria já na Ordem do Dia, hoje. Está pautada para o Plenário do Senado Federal, coisa de que eu discordei, mas esta é uma Casa de decisões coletivas, por maioria, e os Senadores sabem que a minha postura é sempre dentro do que prevê o Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, eu pautei essa matéria hoje, para ser apreciada na Comissão de Constituição e Justiça. E todos já conhecem de muito tempo a minha posição a respeito disso, que é uma posição contrária a esse projeto, mas, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, numa Casa – repetindo – de decisões coletivas, que decide por maioria, eu estou cumprindo o rito de colocar a matéria para ser debatida e discutida aqui no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Vinte e quatro Senadores já votaram. Eu peço... (*Pausa.*)

Senador Mecias de Jesus.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – O Senador Alan está votando também.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou tentando votar e não estou conseguindo, mas eu acho desnecessário haver uma audiência pública ou adiar sem a gente ouvir o voto do Relator, até porque não há por que ninguém dizer que desconhece esse projeto, que chegou ontem ou hoje, porque é o assunto mais discutido e mais debatido que existe nos últimos dias, tanto no Plenário do Senado quanto no da Câmara dos Deputados. A sociedade conhece esse projeto por inteiro. Então, não há por que ter uma audiência pública para discutir um projeto que é de conhecimento de todos.

Eu quero pedir à assessoria que me ajude aqui a votar, porque eu não estou conseguindo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já votou? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votou? (*Pausa.*)

Então, determino a abertura do painel; encerro a votação e determino a abertura do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram NÃO 15 Srs. Senadores e SIM, 9.

Então, cai o requerimento do Senador Veneziano... desculpe, do Senador Contarato.

Eu queria só lembrar aos Senadores e Senadoras que estão presentes e, como falou o Senador Mecias de Jesus, essa matéria não tramita em regime de urgência no Senado Federal, não tem requerimento de urgência para votação. Portanto, as razões apresentadas pelo Senador Fabiano Contarato são corretas, embora o requerimento dele não tenha sido aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Requeiro, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, adiamento da discussão do PL 2.162, de 2003, que altera o dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal, e o Decreto Lei nº 2.847, de dezembro de 1940, por 30 dias úteis.

Eu vou colocar, da mesma forma, o requerimento em votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, para um breve encaminhamento aqui também da bancada. Quero encaminhar, mais uma vez, também o voto "não" a esse requerimento. Como foi dito aqui, é uma matéria sobre a qual todos já têm opinião formada. O relatório do Senador Esperidião Amin corrige algumas distorções que vieram por parte da Câmara, por intermédio de emenda de redação, e este Plenário, este Senado tem que enfrentar esse assunto, de uma vez por todas, como o senhor colocou, de forma democrática, em que a maioria vai se posicionar, independentemente de qual vai ser o lado vencedor. Então, encaminho o voto "não" também, Presidente, aqui na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pelo sistema remoto, o Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. e pedir desculpas porque, na votação anterior, não consegui falar por um problema aqui no computador que já foi resolvido, obrigado.

Eu quero dizer que, numa matéria dessa natureza, é importante que a gente tenha tempo para discutir, para que a sociedade possa, de fato, se debruçar sobre essa matéria. A minha opinião é diferente da de outras Parlamentares, no sentido de que esse não é um tema qualquer, nós estamos falando de uma mudança no Código de Processo Penal, nós estamos falando de matéria que trata do Estado democrático de direito. Se nós acreditamos na democracia como um valor fundamental da estruturação da nossa sociedade, e se a gente vive num país democrático, isso deveria ser sagrado. Agredir ou atentar contra a democracia, agredir as instituições democráticas não deve ter tolerância, e acho que esse tipo de tolerância desestrutura, confunde o povo brasileiro, portanto, é fundamental que a gente tenha mais tempo para discutir. Por isso, o pedido de adiamento da discussão no dia de hoje, para que a gente possa discutir com mais calma.

Ao mesmo tempo, oriento voto "sim" na matéria.

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Os Srs. Senadores podem votar, já são 24 que votaram. (*Pausa.*)

Depois da conclusão da votação, eu vou passar a palavra ao meu estimado amigo, ex-Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, Presidente que honrou as tradições do Senado Federal, , elevou esta Casa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – E desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E desta Comissão também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou tentando substituí-lo. Senador Marcos Rogério, estou tentando substituí-lo à altura, me esforçando muito. (*Risos.*)

Vou encerrar... (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Pela ordem.) – Senador Otto, só para esclarecer o Senador Marcos Rogério, eu fui Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – ... e não do Senado. Eu não tive competência para ser Presidente da CCJ do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que é isso, Presidente? Pelo amor de Deus! O que é isso, Presidente? (*Risos.*)

Encerrada a votação, abertura do painel.

Votaram NÃO 15 Senadores e 11 SIM. Está rejeitado o requerimento do Senador Rogério Carvalho.

Terceiro requerimento, também de autoria do Senador Rogério Carvalho, que era um artigo... Nos termos do art. 279 do Regime Interno, o adiamento da votação que altera dispositivos... É o mesmo requerimento? (*Pausa.*)

Não, esse é de adiamento da votação.

Senador Rogério Carvalho, eu abri o painel para...

Senadores, podem iniciar. Vou abrir aqui para iniciar a votação do requerimento...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... outro requerimento do Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Adiamento da votação, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... adiando a votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para encaminhar.) – Só quero encaminhar contrário ao requerimento, votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogerio Marinho encaminha "não".

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Aqui, Sr. Presidente, o Senador Mecias Jesus.

Sr. Presidente, só para dizer que eu não consigo entender por que tanta violência para não aprovar esse projeto, porque essa quantidade de requerimentos representa uma violência regimental, nunca acontecido antes no Plenário desta Comissão. Portanto, vamos votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias, eu faria a mesma coisa em qualquer circunstância, então, eu estou colocando em votação para que não coloque aqui para o Plenário da Comissão votar, não identificar os votos e ser honesto com o painel, cada um vota de acordo com a sua consciência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É o kit obstrução, kit obstrução. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram NÃO 15 Senadores e Senadoras; e 10 votaram SIM.

Está rejeitado o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu tenho que agradecer em público o seu gesto de me designar para uma missão árdua.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, eu lhe peço desculpas. O Presidente Rodrigo Pacheco gostaria de usar a palavra antes um pouco de V. Exa. V. Exa. concede? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com prazer, até estou com saudade de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, pronto. Realmente, os discursos dele nunca feriram os nossos ouvidos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente Senador Otto Alencar. O meu reconhecimento e os meus cumprimentos a V. Exa. pela condução da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a todos os meus colegas Senadores e colegas Senadoras da República, o agradecimento ao Senador Esperidião Amin pela deferência em me permitir esse pronunciamento antes de proferir o seu parecer.

A minha intenção nesta Comissão de Constituição e Justiça em relação a esse tema é dar, de certo modo, um testemunho em relação à razão de ser desse projeto, do contexto em que ele se insere e do papel que desempenhei como Presidente do Senado, e depois o Presidente Davi Alcolumbre, ao assumir a condução e a Chefia do Poder.

Primeiro, Presidente Otto Alencar, gostaria de dizer do meu profundo incômodo em relação às críticas que o Congresso Nacional vem sofrendo em relação a este projeto. É de se lembrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse projeto, esse tema só existe porque, no ano de 2021, homens e mulheres que compõem este Congresso Nacional tiveram a sensibilidade, o senso de oportunidade e a coragem de revogar a Lei de Segurança Nacional, um entulho antidemocrático, e promover no ordenamento jurídico penal brasileiro a inclusão do Título XII do Código Penal, incluindo uma série de crimes contra o Estado democrático de direito, para preservar a nossa democracia em relação a qualquer investida antidemocrática. Relatou aquele projeto o Senador Rogério Carvalho, e o fez no dia, inclusive, em que havia um desfile de tanques de guerra na Esplanada dos Ministérios, e a resposta do Congresso foi de que entregávamos um diploma legal que permitiria a punição daqueles que ousassem atacar a nossa democracia no Brasil.

Fizemos a lei, o Código Penal foi alterado, com tipos penais... Com penas cominadas, inclusive muito severas, de quatro a oito anos, de quatro a doze anos, que serviram como instrumento normativo para que, por ocasião do 8 de janeiro, aquelas pessoas tivessem o enquadramento típico penal adequado.

Não fosse essa iniciativa exclusiva do Congresso Nacional... Porque não foi do Poder Executivo, porque não foi e nem poderia ser do Poder Judiciário: foi o Legislativo que entregou ao Brasil um marco legislativo que permitiu a punição daquelas pessoas que ousaram praticar crimes contra o Estado democrático de direito.

Dito isso, Presidente, todos nós acompanhamos um roteiro – e aqui respeito as opiniões diversas – de atentados antidemocráticos que culminaram com aquele 8 de janeiro em que diversas pessoas foram trazidas para um problema muito grave de uma prática criminosa que precisava de uma resposta estatal através do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Vieram as condenações; na minha opinião, condenações absolutamente inevitáveis, em relação aos acontecimentos do 8 de janeiro, mas era a primeira oportunidade em que se testava aquela lei que fizemos em 2021. E aí, para todos nós, houve certa perplexidade, certo incômodo ao vermos pessoas que praticaram o único fato do 8 de janeiro – sem terem financiado, sem terem organizado, sem terem preordenado aquela investida antidemocrática – com penas aplicadas de 14 anos de reclusão, 15 anos de reclusão, 17 anos de reclusão.

Todos sabem a minha posição em relação à defesa da democracia e das instituições. Fui muito criticado, paguei e tive um custo político, eleitoral e pessoal muito grande pela defesa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiz das instituições deste país, a defesa que fiz do Supremo Tribunal Federal, a defesa que fiz da autonomia do Ministro Alexandre de Moraes, a defesa que fiz do Tribunal Superior Eleitoral, das urnas eletrônicas, a defesa que fiz deste Congresso Nacional em momentos muito críticos, inclusive, mas eu não posso deixar, até por honestidade intelectual, Senador Otto Alencar, de reconhecer que aquela lei que nós concebemos e foi absolutamente fundamental, no ano de 2021, para poder coibir atos antidemocráticos, deixou de ter alguns aspectos para evitar que houvesse uma responsabilização igual para uma pessoa que tenha liderado um processo de tentativa de golpe de Estado, para aquele que, influenciado por uma multidão em tumulto, tenha também praticado este mesmo crime. As situações são diferentes.

E não foi por outra razão que, no começo do ano, ao assumir a Presidência do Senado, o Senador Davi Alcolumbre e o Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta, pediram a mim que pudesse examinar os projetos em trâmite no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para chegarmos a uma alteração legislativa que modernizasse aquela lei, de 2021, e permitisse que houvesse gradações, para evitar que essas pessoas, influenciadas por multidão em tumulto, que não tenham financiado, que não tenham liderado, que não tenham praticado outros fatos que não aquela participação no 8 de janeiro tivessem uma pena razoável, uma pena proporcional.

E naquele instante, nós idealizamos junto à Consultoria do Senado um projeto que concebia, primeiro, o estabelecimento de que, nos crimes de atentado violento ao Estado democrático de direito, abolição violenta ao Estado democrático de direito e no outro crime, de tentativa de golpe, não se aplicassem as penas cumulativamente em concurso material, até porque é o único contexto, por vezes, uma única ação que redunda na prática de dois crimes. E aí, então, idealizamos que houvesse a possibilidade de se ter um concurso formal. Em vez de se somarem as penas, se aplicaria uma pena, a mais grave, aumentada de um percentual, assim como é corriqueiramente no Código Penal e na sua aplicação. Esse era um primeiro ponto, absolutamente justo, que estabelece proporcionalidade, que é da prática e da rotina do direito penal, para evitar que houvesse exagero na aplicação de dois crimes autonomamente.

Segundo ponto: que houvesse para essas pessoas que não lideraram, que não praticaram outros fatos, que não tiveram uma ação determinante, individualmente considerada, que pudesse haver um tipo penal específico. Praticaram uma tentativa de golpe, praticaram uma abolição violenta do Estado democrático de direito, mas o fizeram sob influência de multidão em tumultos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem liderar, sem financiar, sem nada que os fizessem determinantes para a prática daquele delito, diferentemente de autoridades públicas que, sentadas numa cadeira de comando de Força Armada, ou de um Ministério de estado, ou na própria Presidência da República, como assim entendeu o Poder Judiciário, tivessem agido do mesmo modo. E aí se criava então um tipo penal chamado tipo penal privilegiado que pudesse alcançar essas pessoas e a situação específica dessas pessoas.

Eu me lembro que, naquele instante, não só o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara entendiam isso como razoável, mas diversos setores do Congresso Nacional, de centro e de esquerda, e do próprio Governo, setores do Governo, diziam que aquilo era razoável. Porque todos nós, inclusive eu, éramos contra, como somos contra, uma anistia ampla, geral e irrestrita. E para se evitar uma anistia ampla, geral e irrestrita, defendida por muitos aqui, entendia-se que esse projeto da dosimetria poderia colocar algo de razoabilidade nesse contexto e evitar a injustiça em casos concretos. E assim foi feito.

Mas, infelizmente, e aqui também devo dar esse testemunho, a resistência partiu do próprio partido do ex-Presidente na Câmara dos Deputados, porque, óbvio, defendiam uma anistia ampla, geral e irrestrita e entendiam que aquele projeto naquele instante poderia evitar o que era o propósito principal deles, que era essa anistia ampla, geral e irrestrita. Mas, aí, se chega à conclusão de que nessa briga do rochedo com o mar quem se lasca é o marisco, ou seja, há pessoas presas com penas de 17 anos que poderiam ter uma pena mais razoável em função do tamanho do fato que lhes é atribuído.

É essa a razão de urgência, Senador Fabiano Contarato, por mais que essas pessoas tenham atentado contra a democracia, contra as instituições, contra o Brasil, contra o Congresso Nacional ou parte dele, eu, como ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, não quero e não gostaria que essas pessoas fossem apenadas além da conta, fruto não de uma atuação do Poder Judiciário, porque o Ministro Alexandre de Moraes e a turma do Supremo os enquadrou na lei que nós entregamos ao Brasil.

Então, o nosso propósito aqui é reconhecer que a lei que nós entregamos em 2021 precisa ser modernizada, precisa ser adequada para permitir uma gradação justa às responsabilidades do 8 de janeiro e à tentativa de golpe que se viu no Brasil, seja pelo estabelecimento do concurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formal, seja pelo estabelecimento de um tipo penal adequado a essas pessoas especificamente, o que não alcançará a cúpula que se atribuiu como a cúpula que pretendeu um golpe de Estado no Brasil. E eu ainda ia além para poder se colocar na lei que a liderança de um processo de tentativa de golpe deveria ter um aumento de pena em relação a tudo que se viu, evidentemente sem retroagir para esse caso concreto hoje existente no Brasil.

Então, essa é a razão de ser do projeto, Presidente Otto Alencar, que não se consubstancia numa anistia àqueles que praticaram os crimes do 8 de janeiro ou de forma pretérita ao 8 de janeiro, mas é tão somente uma adequação legislativa que permita gradações de pena, que eu considero que é um sentimento social, inclusive daqueles que repudiam, têm ojeriza à iminência da ditadura e aos ataques antidemocráticos no Brasil, mas é preciso ter decência e honestidade intelectual para reconhecermos que é preciso haver essa alteração legislativa no Brasil como um processo não só de busca de pacificação, mas um processo justo de adequação legal para esses casos concretos.

A Câmara dos Deputados, para além daquilo que nós discutíamos, concebíamos e tínhamos a aceitação, inclusive, de setores do Governo Federal, incluiu também uma alteração na Lei de Execução Penal em relação à progressão de regime, e o fez com uma redação que, de fato, não é uma redação adequada, é uma redação que permite que essa alteração alcance não só os crimes contra o Estado democrático e direito, mas também outros crimes no Código Penal. Não é verdade que sejam corrupção, peculato, crimes sexuais, mas alguns crimes que, praticados com grave ameaça e violência, poderiam ser alcançados por essa benesse de se reduzir de 25% para 16% a progressão do regime prisional. E, para isso, para essa modificação, que, devo dizer, não foi idealizada por nós no Senado e não era discutida por nós no Senado, mas pela Câmara dos Deputados, se tem como alternativa uma redação, uma emenda de redação que foi proposta pelo Senador Sergio Moro e acolhida pelo Senador Esperidião Amin, que busca fazer prevalecer o que deve ter sido a intenção do autor do projeto e a intenção do Relator do projeto, daqueles que votaram, que era alcançar tão somente os crimes do 8 de janeiro, essa recente tentativa de golpe de Estado no Brasil para que se excepcionalize a progressão de regime de 25% para 16% tão somente para esses crimes do Título XII, do art. 359, do Código Penal.

Então, diante disso, Presidente Otto Alencar, explicando inclusive a minha posição em relação a esse tema, eu reputo que a urgência de sua apreciação está no fato de que algo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia beneficiar muitas pessoas que estão cumprindo pena em regime fechado... E eu me lembro da lição de Roberto Lyra, Senador Sergio Moro, Senador Fabiano Contarato, que dizia que no concurso de promotor de Justiça devia ter a prova de passar 24 horas numa cadeia para saber o que é cadeia.

E nós não podemos contrariar quem pensa em direitos humanos, quem é adepto do garantismo penal, que sejamos casuístas. Essas pessoas atentaram contra a democracia do Brasil, essas pessoas atentaram contra a minha instituição. Eu teria todos os motivos para poder pretender toda a punição do mundo para essas pessoas, mas não é esse sentimento que deve guiar o legislador, não é esse sentimento que deve guiar um operador do direito, o de vingança. Nós devemos dar a essas pessoas o direito de defesa, o contraditório, o devido processo legal e uma pena que seja proporcional ao fato imputado a elas. E o fato imputado a muitas dessas pessoas não é o mesmo fato imputado às pessoas que comandaram uma tentativa de golpe no Brasil. E essa é a razão de ser da necessidade da discussão deste projeto, do olhar a este projeto com o olhar republicano daqueles que querem buscar por justiça, por equilíbrio, por proporcionalidade e por razoabilidade.

Então, diante disso, Presidente Otto Alencar, eu quero instá-los a essa reflexão de que, por mais que esse projeto tenha caído, de certo modo, em desgraça na opinião pública, em função de se alcançar o instituto que se pretendia para um crime, para outros crimes, o que é corrigido no parecer do Senador Esperidião Amin, possamos fazer aquilo que nos impõe: legislar de maneira adequada, honesta, correta, para poder fazer o que é certo. E o que é certo, me parece, é dar a esta lei, que fizemos em 2021, que é a razão de ser do combate que se faz aos atos antidemocráticos, um tamanho, uma adequação que mereça, a partir deste projeto, evidentemente com as alterações do Senador Esperidião Amin.

Se a alteração feita por S. Exa. é de mérito ou de redação, se há de se compreender como de mérito, paciência, que se retorne à Câmara dos Deputados. Eu também não defendo que façamos qualquer medida, a qualquer custo, para poder aprovar ainda este ano. Mas eu considero que nós precisamos enfrentar, fazer o que precisa ser feito e eu considero que o que está neste projeto dá um tamanho seguro ao que recomenda este caso concreto, ao que recomenda essa adequação legislativa, repetindo, em alto e bom som: não se trata de uma anistia, pois, se se tratasse de uma anistia, teria a minha posição absolutamente contrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, e o parabenizo pelo conhecimento jurídico e pela forma como V. Exa. colocou as suas razões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem apenas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso, apenas para que a gente possa aproveitar mais o conhecimento do Senador Rodrigo Pacheco, nosso Presidente. Como a gente sabe, não tem sido tão frequente, a gente tem que aproveitar a oportunidade.

Eu tenho aderência quase que total às palavras do Presidente Pacheco, quase que total, por duas exceções apenas: uma exceção de fato e uma dúvida. A exceção é trazer para esta Casa a responsabilidade pelos abusos cometidos pelo Supremo Tribunal Federal. Eu não estou aqui para prestar serviço de advogado de Ministro do Supremo que abusou de autoridade. Durante o julgamento, não apenas um, mas alguns Ministros ventilaram alternativas interpretativas que permitiriam penas mais baixas.

A opção foi pela pena mais alta, deliberada, exercendo um juízo de vingança. Então, apenas esse reparo.

Da mesma forma como o Presidente Pacheco, eu tenho a obrigação de defender esta Casa. A responsabilidade por eventuais abusos não é desta Casa, mas, de fato – e aí não nas sombras, mas à luz do dia –, eu também defendo a mudança legislativa para que você possa diferenciar os pequenos dos líderes. É da natureza do direito penal, processual penal... Nós sabemos perfeitamente disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí chegamos à minha dúvida: seguindo toda a lógica e exercendo com plenitude a chamada honestidade intelectual, expressão que o nosso Presidente usou várias vezes, eu quero compreender como se amolda a essa diferenciação entre líderes e bagrinhos o exercício de uma redução no limite mínimo de fechado na execução penal para os líderes, porque essa exceção não entra na Lei de Execuções. Eu estou criando, na Lei de Execuções, um piso mínimo mais baixo do que os demais crimes, ao mesmo tempo em que esta Casa vem legislando aumentando esse piso severamente para diversos crimes.

Então, é uma questão de natureza técnica. Eu quero aproveitar justamente a experiência do Senador Pacheco para responder nesse ponto, para que a gente possa, aí sim, ouvir nosso Relator e encaminhar e, aderindo à hipótese de emenda de mérito para os dois pontos, não vejo por que não votar. Mas, como emenda de redação, de fato, não me parece ser adequada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, para ler seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente! Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu vou pedir licença...

O senhor, pelo menos, me consultou antes de ouvir o Senador Rodrigo Pacheco...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o senhor concordou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu concordei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não o atropelei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não me atropelou. Eu só acho que, se nós seguirmos um curso normal, nós talvez concluamos hoje. Agora, se não seguirmos um curso regimental...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A minha pressa aqui é só para chegar às 9h, mas para sair não tem problema...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu não posso deixar de me congratular com a manifestação do Senador Rodrigo Pacheco. Eu também não concordo com tudo o que ele falou, mas respeito, e sempre respeitei, desde quando S. Exa. nos presidiu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Então, não é de hoje que nós temos uma relação que não quer dizer convergência em todos os pontos, mas tem significado o respeito devido, republicano e ético.

Mas vou apenas informar que eu tive a honra de indicar um livro agora para o meu amigo Fabiano Contarato que espelha bem o que é o crime da multidão. O título do livro é *O efeito Lúcifer: como pessoas boas se tornam más,* de Philip Zimbardo, 765 páginas, e começa com um exercício na Universidade de Stanford, em que o professor escolheu 30 alunos de direito, e dez se transformaram em encarcerados, e 20 em carcereiros. E, do segundo dia em diante, ninguém conhecia ninguém. Foi o aprendizado de 24 horas que o Lira preconizava, feito numa universidade reconhecida internacionalmente. A capa do livro é instigante. Quem puder, abra aí. De Philip Zimbardo, *O efeito Lúcifer*.

Quanto à colocação do meu amigo Senador Alessandro, cujo voto em separado me animou a prosseguir nessa tarefa, e eu vou dizer o porquê... Mas eu quero agradecer e cumprimentar a sua colocação sobre como distinguir o líder do bagrinho, para repetir a expressão que ele usou, que todo mundo entende o que é. Neste caso, neste julgamento e nas manifestações, inclusive de Ministro do Supremo, como nós ouvimos ontem... Ontem, o Ministro Alexandre Moraes – pelo menos o Jornal Nacional mostrou – disse o que nós não devemos fazer, porque vai pegar muito mal. Portanto, continuam a achar que o Congresso deve se submeter ao alto grau de fulanização – alto grau de fulanização – que essas condenações contêm.

É claro que o alvo é o Bolsonaro, o alvo é a eleição do ano que vem. Quem não quiser enxergar, que não enxergue.

Mas eu vou me ater, Presidente, ao meu relatório. Essa é apenas uma manifestação preliminar fora do contexto, mas que eu tenho que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veio a esta Comissão, com base no Regimento, o projeto de lei que o meu querido amigo Marcelo Crivella, profeticamente, apresentou em 2023. Ele tem como base... São três artigos só, sendo que o terceiro apenas determina a entrada em vigor da lei. Portanto, ele tem dois artigos substantivos, Senador Vanderlan. O outro é uma formalidade que explicita o marco temporal da lei, a data de nascimento da lei. É um marco temporal. Como tudo na nossa vida, é a partir dali que ela passa a reger.

Na sua redação original, o projeto previa anistia aos condenados – do quê? – do inquérito, seja que número que tenha, seja que núcleos o organizem, dos incidentes, digamos, o chamado inquérito do 8 de janeiro, que abrange fatos posteriores até e anteriores ao dia 8 de janeiro, mas configurados no ocorrido.

Sobre o ocorrido, não pode passar despercebida uma frase épica do Presidente Lula. "Alguém abriu a porta; deixaram entrar". E depois nós comprovamos: 48 agências do Sistema Brasileiro de Inteligência receberam, entre outras, e a Abin nunca disse que elas eram confidenciais. O confidencial foi um carimbo aplicado depois, mas não pela origem da informação.

No dia 6 de janeiro, às 19h30: previsão de invasão do Congresso Nacional e outros prédios da Esplanada dos Ministérios. Aqui não tem nenhum supermercado, nenhuma casa noturna. Portanto, todas as instituições têm aqui a sua sede.

Este aviso foi ignorado a ponto de o Diretor da Abin e o então Ministro do GSI, Gonçalves Dias, trocarem mensagens, que foram apresentadas na CPI, dizendo, às 8h30 da manhã: "Vamos ter problemas", ou seja... Também desapareceu do Ministério da Justiça, à época dirigido pelo atual Ministro Flávio Dino, qualquer gravação, qualquer vídeo, sobre a presença ali de 285 policiais da Força Nacional. Desapareceu e não tem filme. E não há nenhum inquérito – prestem bem atenção: nenhum inquérito – sobre as omissões em face dessas informações.

Portanto, o projeto do Deputado Marcelo Crivella, que já foi Senador e Prefeito, tinha como alvo beneficiário aqueles que tenham participado e sido condenados por isto, por participarem das manifestações com motivação política ou eleitoral, ou as apoiado por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, logística etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a aprovação do substitutivo, que é o que chegou aqui, a proposição deixou de prever a possibilidade de perdão aos apenados, ficando subdividida nas seguintes alterações... Vejam bem, o projeto nasceu como projeto de anistia. Foi alterado o art. 112, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal, e foram criados o §9º do art. 126 da Lei de Execução Penal e os arts. 359-M-A e 359-M-B do nosso Código Penal, aos quais tinham sido adicionados, como foi explicado pelo Senador Rodrigo Pacheco, os textos mencionados por ele. Em suas razões, o autor... Então, vamos começar a linha do tempo – é marco temporal também –, a linha do tempo do sentido de tudo o que foi feito até aqui, da proposta de mitigação – mitigação, não de perdão –, mediante a extinção da punibilidade de supostas condutas injustas atribuídas à parcela de participantes das manifestações de insatisfação com o resultado decorrente do outubro de 2022. Note-se, portanto, o que será enfatizado adiante, que o propósito do Deputado Marcelo Crivella jamais foi o de abrandar a pena para criminosos em geral ou conceder benefícios penais e refletidos, mas tão somente alcançar, com o perdão estatal, aquelas pessoas injustamente consideradas detratoras da ordem democrática.

Da mesma maneira, o objetivo deliberado do substitutivo do Deputado Federal Paulinho da Força foi de conceder um tratamento penal mais benéfico tão somente aos condenados pelos atos relacionados ao 8 de janeiro.

Ou seja, todas as falas, todos os debates, todas as justificações – e isto consta do relatório – que o Deputado Paulinho da Força vocalizou ou escreveu fora do texto, mas gerando o contexto, sempre foram para ter como alvo os apenados do inquérito, vamos chamar assim, do 8 de janeiro. Então, ressalte-se, desde já, que a narrativa de se tratar a proposição de blindagem ampla ou qualquer expressão que o valha, não é verdadeira.

Após a aprovação do projeto, ele veio da Câmara e recebeu nove emendas. A primeira foi exatamente do Senador Otto Alencar. Ele me disse, há pouco, informalmente, que tinha retirado a emenda, mas palavras escritas não se retiram, e eu faço questão de marcar aqui a preocupação do nosso Presidente:

> As disposições desta Lei aplicam-se exclusivamente aos crimes praticados no contexto dos eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, relacionados aos atos de invasão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depredação ou dano a bens públicos ou privados, conforme apurados nos respectivos processos judiciais.

Parágrafo único. É vedada a aplicação desta Lei a fatos diversos daqueles expressamente mencionados no *caput*, ainda que guardem similitude típica ou de pena.

E, nesta toada, são todas as manifestações: as três emendas do Senador Mecias de Jesus, o voto em separado do Senador Alessandro Vieira e a emenda... A emenda do Senador Alan Rick – justiça seja feita – pretende retomar a anistia. E quero dizer em público que ela vem ao encontro do que eu penso, do que eu desejo e por que eu deveria lutar, mas esse não é o meu mandato. Eu fui designado para relatar este projeto e tenho que me curvar a isso com a disciplina de jesuíta que eu procuro cumprir, mas não vou afogar os meus sentimentos.

Muito obrigado pela sua participação, pela sua emenda. Assim como eu, não induzi, mas pedi que o senhor apresentasse; o senhor estava me consultando ontem.

Finalmente, chegamos à emenda do Senador Nelson Morro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Sergio Moro, perdão.

Nelson Morro é um querido amigo do Alto Vale do Itajaí, de Apiúna, que mora aqui em Brasília, mas é Morro, escreve-se com dois "r".

O Senador Sergio Moro... Eu os procurei. Quando vi o sentido do projeto que chegou, eu telefonei para o Senador Alessandro Vieira: "Olha, estou preocupado, porque isso vai alcançar o nosso projeto das facções". Eu o procurei; eu respeito o conhecimento e a experiência do Senador Alessandro Vieira. E, no dia seguinte, telefonei para o Senador Sergio Moro: "Olha, execução penal para mim é uma coisa bem mais difícil de entender do que direito penal".

E posso dizer aqui que S. Exa. se dedicou ao assunto, fez duas versões, e o que eu acolhi é a versão resultante de muita conversa, de muita busca de entendimento para cumprir uma missão difícil: como não nos afastarmos dessa linha do tempo e do sentido dela com uma emenda, respeitando o sentido, por isso que fui buscar lá atrás. O sentido desse projeto de lei não é abrir a porta, e, se foi aberta alguma porta para crimes como rufianagem, para coerção e exploração sexual, isso tem que ser fechado, porque ninguém quis, ninguém teve a coragem de explicitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse propósito. Por isso que eu acho que a emenda, no final das contas, respeita o sentido das coisas, respeita o trajeto da flecha, respeita a vida desse projeto. Por isso que eu desenterrei lá dos meus... Vou completar, aliás, completei já 55 anos de formatura no curso de Direito, e me lembrei dos meus professores de Direito Penal, me lembrei do meu Prof. Marcilio Medeiros, exemplo de juiz, e desenterrei essa palavra "teleologia do direito", finalística. Afinal, você quer o quê? Todos expressaram a mesma coisa, o Senador Otto Alencar explicitou isto: para quê? Para que o projeto não tenha vazamento; tenha como foco os apenados do 8 de janeiro.

De sorte que registro aqui, Senador Alan Rick, que a sétima emenda – hoje recebi mais duas –, do Senador Alan Rick, vem ao encontro, porque o seu propósito é a verdadeira pacificação nacional. É o que eu penso, mas não é o que eu posso produzir aqui.

Na análise, não há dúvida de que o projeto é constitucional, e quem apontá-lo como inconstitucional, tenho todas as emendas aqui... Não há vício de juridicidade.

Em relação ao seu mérito, a proposta é, sem dúvida alguma, adequada, procura proporcionalidade e pode ser aprovada, como pode ser rejeitada, aqui é para ser votada. Agora, como Relator, eu tenho que dizer isso.

Importa destacar, e aí nós vamos para a Constituição, o art. 5º, inciso XLIII, eu quero chamar a atenção para o art. 5º, incisos XLIII e XLIV. O XLIII estabelece a insuscetibilidade de graça ou de indulto para crimes hediondos. Vejam bem, há aqueles que dizem que a exegese, a hermenêutica proíbe anistia. Isso não é verdade, o que proíbe é objetivamente o texto da Constituição, e o XLIII proíbe, proíbe anistia para crimes hediondos, tortura, tráfico e terrorismo. Esse aqui não tem. Mas o inciso XLIV... E eu queria pedir agora a atenção do Senador Rodrigo Pacheco. Pode votar contra, mas é constitucional a anistia. Senador Flávio Bolsonaro, o senhor descobriu isso quando eu li o inciso XLIV. Nós devemos essa redação que ele tem hoje a um Deputado carioca que lutou...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Caó, do PDT.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deputado do Rio de Janeiro, do PDT do Rio de Janeiro, que lutou muito contra o racismo, Carlos Alberto Caó. Ele foi o autor do destaque 2.183, que retirou – uma vez eu usei aqui a expressão, nesta Comissão, "expungiu" –, tirou fora do texto a parte que dizia "insuscetível do benefício da anistia". Isso foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto, não foi retirado por omissão, foi votado. Duzentos e oitenta e um Constituintes, estou falando de direito originário, Constituinte originário, nós somos derivados. Duzentos e oitenta e um, figuras ilustres que estão aqui ainda: Paulo Paim, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer. Eu tenho a lista aqui, não vou ler toda, 281 a 120.

Senhores, vamos agora à busca da razoabilidade dos que vencem. Depois de apurados os votos, houve uma declaração que está nos *Anais*, no *Diário da Constituinte*, vazada nos seguintes termos, vou pedir permissão para ler, é quase meia página:

> Os Constituintes abaixo assinados, membros da bancada do Partido dos Trabalhadores, declaram que votaram SIM ao destaque 2.184 [este do Deputado Caó], por estrita observância da orientação da liderança da bancada de seu partido. Consideram equivocada a classificação como "crime inafiançável e imprescritível" a ação de grupos armados contra a "ordem constitucional" e o "Estado Democrático" [de direito], de forma absolutamente indiferenciada, como faz a emenda destacada. [Ou seja, há golpes e golpes.] Consideram fundamentalmente distintas a ação golpista de grupilhos militares a serviço da burguesia e do imperialismo de outro tipo de ação, da ação das amplas massas populares, ainda que também se utilizando de armas, contra a opressão e a exploração que sofrem desse mesmo sistema, bem como ações de autodefesa, mesmo que contra uma "ordem constitucional" que, exatamente ela, consagre esse mesmo sistema injusto, ou contra um "Estado democrático" cuja democracia se revele falsa para as classes exploradas.
>
> A revolta das massas esmagadas e em luta por sua libertação, ou a sua reação frente à violência da exploração capitalista e do Estado burguês praticados contra elas [as massas], de maneira nenhuma pode ser equiparada ao golpismo das classes dominantes contra o povo".

Ou seja, para nós vale, para vocês não. É o que, no primeiro boteco que visitei na nossa querida Belo Horizonte, foi a interpretação, foi o acórdão desse convívio que Belo Horizonte tão bem cultiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, embora não configure a desejada anistia, busca corrigir distorções – como foi salientado aqui, a mão pesada, se foi culpa da lei ou se foi culpa do juiz, eu não sei, mas há um consenso de que a mão foi pesada, muito pesada.

Eu ontem encontrei na Câmara, fortuitamente, um grupo que representa ou congrega os familiares dos detidos. Conheci, não conhecia, a viúva do Clezão. O que eu disse a eles: "Olha, nós vamos cuidar... eu quero anistia, mas nós vamos cuidar para que não haja vazamento, que não se alcance quem não quer, quem não queremos, quem ninguém quer que seja beneficiado". Vamos tentar, e é o que nós estamos fazendo aqui.

Portanto, a linha do tempo é que marca o que é redação e o que é mérito. O mérito é o que acrescenta conteúdo novo, objetivo novo, um pesponto fora do desenho. A proposta que nós recebemos estabelece, sim, algum concurso de crimes praticados fora do objeto, é isto que nós estamos sanando, estamos sanando graças à criatividade baseada em experiência do Senador Sergio Moro e às contribuições, que tenho que agradecer ao final.

Portanto, sob a ótica da justiça material, o projeto representa, no mínimo, um sanador de injustiças, expressão que sintetiza sua relevância diante do quadro atual. Nós temos isso aí, estamos na véspera do Natal. Por esta razão, se é juridicamente possível e politicamente recomendável, nós estamos procurando, dentro dos nossos limites...

Quero aqui trazer uma figura que me ocorreu nas noites em que compartilhei sono com sonho e com reflexão. Eu me lembrei, Senador Vanderlan – o senhor que tem aulas frequentes sobre Bíblia –, me lembrei da escada de Jacó, Gênesis 28, 10 a 19. O Jacó, muito cansado, conseguiu descansar, dormir, com a cabeça sobre uma pedra, e apareceu a imagem de uma escada ligando a terra ao céu. O que é o céu? O céu, para nós, é a anistia.

Este projeto, livre desses contrabandos graças à emenda saneadora e de redação do Senador Sergio Moro, é o primeiro degrau da escada, mas um primeiro degrau que não é que satisfaça; traz um alento de que é possível aperfeiçoar o que aconteceu sem preservar e acirrar os ânimos que estão aí. Quem não enxerga? Quem não enxerga isso? Quem acha que a sociedade está acalmada por decisões que contradizem o que se espera como sendo justo não só no âmbito deste caso, que já vai fazer três anos, mas de outros casos: Banco Master, INSS, abafamentos em geral? Tudo isso faz parte do contexto. Uma coisa envenena a outra, potencializa a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De sorte que o texto que eu apresentei consagra alguns tópicos de exemplos de emendas que respeitam o sentido do projeto, ainda que pareçam a alguém que sejam de mérito. O mérito, eu repito, foi estabelecido na Câmara com vários debates que eu reporto aqui, debate... Por exemplo, o substitutivo adota a mesma posição de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal que, recentemente, externaram posição contrária à acumulação das penas dos crimes de golpe de estado e de abolição violenta do Estado de direito. Isso foi debatido na Câmara dos Deputados. Eu tenho aqui, eu transcrevo aqui, pelo menos, um conjunto de notas taquigráficas do dia 9 de dezembro, quando a Câmara debateu. O próprio Paulinho da Força Sindical, Deputado, num pela ordem, disse:

> Presidente Hugo Motta, respeitando a opinião dos Deputados, muitas vezes política, quero deixar claro que este texto, organizado por uma série de juristas [inclusive togados], dos mais importantes do Brasil, trata apenas do 8 de janeiro. Não há nenhuma possibilidade de este texto... [...] beneficiar [...] [outros crimes]. Ele trata apenas do 8 de janeiro. Os principais juristas deste [...] [Brasil], os mais renomados, bateram o martelo: este texto não trata de crime comum. Outra conversa que houver aqui é conversa política.
> São palavras – entre aspas –do Relator lá.

E transcrevo duas mais.

O Deputado Sanderson, do Rio Grande do Sul, esclareceu:

> [...] a Oposição vai orientar "sim" ao encerramento da discussão. É importante nós deixarmos muito claro que Deputados governistas esquerdistas estão mentindo para tentar iludir, enganar a opinião dos Parlamentares. Nós estudamos esse caso desde hoje à tarde, e não é verdade que criminosos violentos, hediondos, traficantes, ladrões e sequestradores serão beneficiados com o texto da dosimetria. Nós temos críticas [sim] em relação ao projeto da dosimetria, mas é a isso que nós conseguimos chegar até este momento. Isso não nos impede de continuar buscando anistia [...] geral e irrestrita, porque temos presos políticos injustiçados, covardemente atraídos para uma cilada montada sob medida para afastar adversários políticos.

São palavras do Deputado Sanderson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Marcel van Hattem, ex-Presidente da Juventude Progressista do Rio Grande do Sul, hoje filiado ao Novo, muito combativo, disse:

> [...] acho que é importante deixarmos claro que, neste caso [...], nós estamos justamente cuidando daqueles que foram condenados por crimes tidos como multitudinários [ou seja, de multidão] e que tiveram a pena agravada. Nós deveríamos tratar esses crimes — e obviamente estamos tratando, inclusive, de crimes que não aconteceram, na maior parte dos casos —, de qualquer maneira, como atenuantes quando [...] [de multidão].

Diante dessas manifestações, não pode haver dúvida de que o sentido público, o sentido exteriorizado de todos os que tiveram voz nesta discussão, o sentido era um só: era beneficiar estes para os quais a mão pesada está evidente. Há quem não concorde. Ou seja, desta forma, e por isso é que somos favoráveis à emenda de autoria do Senador Sergio Moro, que faz de maneira muito limitada a seguinte intervenção – e é com isso que eu encerro; eu abreviei um pouco o relatório, porque percebi que fiz algumas intervenções também *a latere*: o art. 112, no inciso I, se o apenado for primário e for condenado pela má prática de crime mediante o exercício de violência ou greve ameaça, salvo em relação aos previstos no Título XII da Parte Especial do Código Penal, deverão ser cumpridos ao menos 25% da pena.

Inciso II. Se o apenado for reincidente e for condenado pela prática de crimes mediante o exercício de violência ou grave ameaça, salvo em relação aos previstos no Título 12 da Parte Especial do Código Penal, deverá ser cumprido ao menos 30%.

Esta solução – eu sei que nós vamos ter debate – vai ser criticada, e eu espero que no debate construtivo que se faça, eu possa apresentar e ser socorrido também por exemplos que legitimam a utilização de uma tal emenda como emenda de redação, por quê? Por respeitar, na linha do tempo, a teleologia, a finalística, o objeto de um projeto de lei que nasceu para ser anistia e evolui ou involui para dosimetria.

Quero concluir, Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exa.. Eu não sou o Relator dos seus sonhos, porque o senhor pensa de maneira muito diferente em muitos casos e muitas vezes convergimos. Quero agradecer pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da minha experiência como Parlamentar, foi o desafio mais doído que eu tive, porque eu penso outra coisa, mas procurei enxergar, na escadaria do Jacó, que isto aqui pode ser não um direito assegurado, porque se aprovarmos, ainda ficaremos sujeitos ao direito de veto do Presidente da República.

O Lula da negociação sindical, o Lula exitoso sancionaria. As circunstâncias de hoje eu não posso determinar. Mas, depois de sancionado, cada qual ainda terá que requerer. Isso não é um milagre, não é a multiplicação de pães e peixes que vai resultar imediatamente, mas é o primeiro degrau suado que nós temos à mão, possível de ser aprovado, para sinalizar uma pacificação de que o Brasil tanto precisa, para que nós possamos torcer por um país só e não pelo teu país ou pelo meu país, e compreender que a política é, como dizia Barack Obama, uma corrida de rodízio: alguém passa o bastão para o outro, mas a camisa é a mesma, tem que ser a mesma.

Hoje não é assim, hoje o sujeito nem quer entregar o bastão e procura denegrir, e vice-versa, o que vai receber o bastão, não digo sempre, mas com muita frequência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Veneziano e o Senador Renan Calheiros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só para explicitar, acusando aqui o recebimento formal das emendas, a Emenda 10, e a mais bonita de todas, a Emenda 11.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só reserva...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sr. Presidente, se V. Exa. garantir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu tenho os inscritos aqui. Aliás...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou terminando a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou atender a todos. Ele está relatando as emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pode. Não é possível que ele não possa concluir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho que falar das 11 emendas que eu mencionei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão todos inscritos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... as quais, respeitosamente, eu não acolho, mas que inspiraram – todas elas – a única emenda, que eu considero de redação, e não é de mérito, que eu acolhi.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, antes do Senador Veneziano...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou dar, pela ordem de inscrição...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, eu sei, Sr. Presidente. É apenas para perguntar a V. Exa. quem está inscrito, e queria me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem está inscrito aqui, que já pediu inscrição: primeiro, o Senador Vanderlan, depois o Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Sergio Moro, o Senador Marcio Bittar, o Senador Bagattoli, o Senador Veneziano, o Senador Mecias, o Senador Portinho, o Senador Renan, que chegou e está pedindo pela ordem, e agora o Senador Rogerio Marinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Izalci.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rogerio Marinho, depois Jorge Seif, depois Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou inscrever todos. Rogerio Marinho... Quem mais pediu? Seif.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, antes da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senhores, deixem-me terminar de colocar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Girão, Izalci, Malta, Soraya. Quem mais aí?

Bom, eu já o inscrevi já, o Renan está inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, só a título de esclarecimento, foram registrados três votos em separado. Claro que a prioridade é votar o relatório do Senador Esperidião Amin. Só a título de esclarecimento.

Pela ordem, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, o meu propósito não é, evidentemente, valer-me desse pedido que agora eu faço para discutir a matéria; só vou fazê-lo no instante em que V. Exa. estabelecer procedimentalmente como se darão as discussões.

Cabe-me, como a cada um dos integrantes deste Colegiado, por força daquilo que nos é garantido regimentalmente, o pedido de vista. Neste instante, como assim o fiz na última quarta-feira, anunciando que o faria, principalmente agora, porque se mantêm subsistentes as minhas dúvidas em relação ao tema, eu peço vista a V. Exa. Em seguida, apelo a V. Exa. para que V. Exa. explicite como serão os procedimentos, se nós, mesmo com o pedido de vista, que provavelmente será vista coletiva, nos manteremos a fazer a discussão de mérito, se V. Exa. nos garantirá para outro momento o debate e a sua deliberação.

É o pedido de vista que lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, é regimental o pedido de vista de V. Exa., está contido no Regimento Interno do Senado Federal, art, 132, inciso I: a vista pode ser concedida por até cinco dias.

Como existe um Plenário com um divisão muito grande de Senadores conta e a favor – a abertura do painel mostrou perfeitamente isso –, eu vou fazer a concessão de vista pelo período de quatro horas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Nesse meio tempo vai haver discussão ou está interrompido?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, preliminarmente, em que pese o meu respeito pelo Senador Esperidião Amin, faço todas as ressalvas que preciso fazer porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Silêncio, por favor, para ouvirmos o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, preliminarmente, em que pese meu respeito pelo Senador Esperidião Amin, faço todas as ressalvas que devo fazer porque o Senador Amin é um dos melhores Senadores desta Casa, mas esta emenda apresentada pelo Senador Sergio Moro é uma emenda de mérito, não é uma emenda de redação. Essa é uma emenda de mérito – de mérito. Ela fundamentalmente altera o projeto – altera o projeto. Então, isso contamina tudo, verdadeiramente tudo.

Nós não podemos votar uma matéria dessa a toque de caixa, Sr. Presidente. Esse projeto é um retrocesso institucional e jurídico sob qualquer perspectiva que se examine. Eu não vou participar aqui de farsa nenhuma para possibilitar a votação dessa matéria para que o Governo aprecie uma outra matéria logo mais, à tarde, no Plenário do Senado Federal. Isso não pode acontecer. A maturidade da sociedade brasileira não permitirá.

Essa emenda não pode tramitar porque ela é uma emenda de mérito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E sendo emenda de mérito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu estou falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Regimento Interno do Senado não permite a interrupção de um Senador que não concluiu ainda o seu pensamento. Eu nunca fiz isso com absolutamente nenhum Senador. Eu rejeito completamente essas posições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isso não pode acontecer no Senado Federal. Ninguém pode obrigar o Senado a votar em 24 horas uma matéria da complexidade dessa matéria. Nós vamos, Sr. Presidente, desestimular com isso os militares legalistas que se recusaram a apoiar o golpe. Nós vamos frustrar a investigação densa e profunda da Polícia Federal, que juntou provas indiscutíveis para condenar esses golpistas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, ele está discutindo o mérito e ainda continua com a palavra. Porra!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós não vamos permitir que isso aconteça, Presidente. Este Senado não pode aceitar isso passivamente. Isso é uma farsa!

Há pouco veio aqui o Líder do Governo no Senado Federal dizer a mim que ele concordava em deixar votar a matéria porque queria votar o PL que iria elevar as alíquotas de *bets* e de *fintechs*. Eu não concordo com isso! Isso é uma farsa e eu não concordo com isso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Renan Calheiros, eu li também aqui a emenda. Eu já tinha lido antes, porque o Senador Sergio Moro me encaminhou essa emenda. E realmente é emenda de mérito, não tenho a menor dúvida.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, só para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não posso aceitar essa emenda como emenda de redação absolutamente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Só para contraditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque não é emenda de redação, é emenda de mérito. É emenda de mérito, sem a menor dúvida.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Altera completamente o escopo aí do...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, só para contraditar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Um lado e outro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogerio Marinho pediu antes.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por gentileza...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Agradeço a...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... eu estou com a mão levantada aqui, há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu aqui, Sr. Presidente, o Mecias.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas eu posso dar uma palavrinha, Sr. Presidente, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem está falando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É porque eu falo baixo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – É porque eu falo baixo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos diante de uma situação em que – me desculpe – nós estamos aqui escutando eminentes Senadores, mas falando de situações como se o Senado não tivesse precedentes, como se esta Casa não tivesse precedentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu vou citar, eu peço a V. Exa. a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora vamos ouvir o Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Peço a V. Exa. a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos ouvir o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas tudo bem, faz parte do processo, a gente tem que entender que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogerio Marinho está com a palavra, vamos ouvir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Esse é um assunto que realmente suscita o debate. Eu não vou entrar no mérito do assunto porque a gente vai discutir. Vamos discutir agora o mérito da questão de ordem que foi suscitada. À primeira V. Exa. deu um prazo de quatro horas. Eu deixaria já uma pergunta a V. Exa.: se, após a decisão de V. Exa.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse ínterim, a gente vai fazer a discussão, segurando essas quatro horas para começar o processo de votação, para ganharmos tempo, mas V. Exa. pode me responder depois da minha fala.

E o segundo aspecto é o que foi suscitado agora, sobre se é mérito ou não. Veja, quem define inicialmente se aceita como emenda de redação ou de mérito é o eminente Relator. É evidente que pode ser suscitado e foi aceito. Pode ser suscitado por qualquer um dos Parlamentares aqui um questionamento a V. Exa. como Presidente, arguindo que isso não é adequado e que a emenda apresentada, em vez de ser redação, é mérito. O.k. E V. Exa. me parece que, pela maneira como está se comportando, de uma maneira democrática, de uma maneira ponderada, de uma maneira equilibrada, em função até, eu diria, do clamor desse processo, deverá submeter aqui ao Plenário a decisão que V. Exa. tomar, como tem feito anteriormente, mas eu quero levar aqui ao conhecimento de V. Exas. uma série de precedentes nessa questão de emenda de mérito ou emenda de redação.

Nós tivemos recentemente o PL 5.696, de 2023, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi aprovado o relatório com as emendas de redação da CMA, em junho de 2025, e aprovado na de Educação, em 21/10. Em seguida, em 04/11, recentemente, foi aprovado no Plenário e foi sancionado em 1º/12 deste ano, em 1º de dezembro. O que é que disse o relatório? E o relatório foi do eminente Senador Alessandro Vieira. Ele suprimiu incisos da matéria como emenda de redação e ainda alterou a redação. Isso foi entendido por todos nós como emenda de redação.

Redação original, art. 23, eminente Senadores, parágrafo único: "Os recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo poderão ser empregados na implementação de estruturas e serviços de saneamento básico nas escolas, inclusive de caráter emergencial, com vistas a garantir seu pleno funcionamento", ponto. Aí foi acrescida aqui uma vírgula – acrescida –, Srs. Senadores, desde que: "executados em ação orçamentária específica".

O que está sendo arguido pelo eminente Relator é que a intenção do legislador, a discussão da matéria, o próprio clamor popular – ele chama de teleologia, que a área finalística – era de que nenhum outro crime fosse alcançado senão aqueles que porventura tenham sido cometidos no dia 8 de janeiro. Não me parece o caso aqui. Aqui não é apenas, eu diria, um impedimento, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gol de mão, e um gol de mão que foi aceito de uma forma absolutamente unânime por todos nós, porque entendemos que era importante o acréscimo, o acréscimo "desde que executados em ação orçamentária específica" – o acréscimo, está negritado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Aqui é um gol de mão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Depois vem o PL 4.173, do Poder Executivo. Contexto: parecer aprovado na CAE em 21/12/2013. Redação original: "Os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas, residentes do país...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Com um gol de mão, eu me retiro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Está interrompendo também, Presidente...

Para ele vale?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... serão tributados na fala prevista no art. 2º dessa lei".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não... Senador Bittar, eu interromperia se ele estivesse usando o microfone. Eu não posso interrompê-lo daqui.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não tem problema, está tranquilo, está tranquilo. Eu respeito muito o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O art. 3º: "Os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma prevista no [...] [§2º]".

Sr. Presidente, foi suprimido o art. 3º, suprimido, acabou, desapareceu, e foi acrescentado, no final do inciso I, após vírgula, "incluído o direito de aquisição; "e incluído" – e isso foi entendido como emenda de redação.

Aí depois, no art. 21, acrescenta-se a palavra "multilaterais"; depois na redação do relatório, no mesmo art. 21, foi acrescido o §7º – acrescido, surgiu do nada, foi instantâneo, foi assim... Como é que a gente chama? Faça-se a luz –: "Os sistemas de negociação previstos no §5º desse artigo são aqueles que operam como sistemas centralizados multilaterais de negociação". Foi incluído, Sr. Presidente, incluído, não foi alterado, não foi aperfeiçoado, foi gestado de uma forma inusual pelo Sr. Alessandro Vieira. Aí vem...

Eu posso aqui continuar. Eu tenho, por exemplo, um parecer de V. Exa., eu tenho um parecer do Senador Eduardo Braga, tenho vários pareceres, porque essa é uma prática da Casa, na hora que a gente entende que é interessante termos uma questão política, em função de uma necessidade do Parlamento. Nós somos uma Casa política.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou responder a V. Exa., que me perguntou.

Eu dei vista de quatro horas. A discussão pode continuar, não tem nenhum problema. Agora, tem aqui 20 Senadores inscritos. Então eu não vou aceitar que passem de cinco minutos, até porque vai extrapolar as quatro horas. Então, vamos aumentar para oito horas de vista ou, então, deixar para a próxima sessão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se vocês concordam, é melhor deixar para a próxima sessão, que é o ano que vem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu vou ser breve...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, nesse caso, ao final, encerraria a discussão, dentro desse limite. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu vou ser breve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano Contarato. Como concedi a palavra ao Senador Rogerio Marinho, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu só quero fazer um alerta que uma coisa não justifica a outra. Olha, nós temos um Regimento, nós temos uma norma. Eu vou ler aqui o que é o conceito de emenda de redação: emenda de redação corrige erros de linguagem, forma, estilo ou técnica legislativa, sem alterar o conteúdo normativo. Emendas de mérito alteram o conteúdo jurídico material da proposição. A emenda aqui exclui um capítulo de títulos de crime, ela está excluindo inúmeros crimes. Então, se isso não for emenda de mérito...

E outra coisa, Sr. Presidente, com todo o respeito, eu não queria expor isso ao senhor publicamente, Senador Otto – eu não queria expor isso publicamente –, mas eu tenho que me render à minha honestidade intelectual. Ontem, eu fiz uma ponderação no Plenário a V. Exa. sobre o pedido de vista, e V. Exa. me garantiu que o pedido de vista é regimental, são cinco dias. Agora, admitir quatro horas – quatro horas – para a gente debater esse assunto, para esse projeto que está alterando o mérito, ainda similar à emenda de redação, para ir para o Plenário hoje, olha, não tem como. Nós temos responsabilidade. Nós temos que entender o que esse projeto faz de forma pontual, casuística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fica falando de exacerbação de pena, mas eu tenho que me render à Constituição, querido Senador Rodrigo, com todo o respeito, que a todos os litigantes em processo judicial administrativo são assegurados contraditório e ampla defesa. Olha, eu tenho que partir da premissa de que qualquer ministro, em que pese eu não concordar ou deixar de concordar ou discordar, tem o sistema trifásico de Nelson Hungria para fazer a dosimetria da pena. O juiz vai usar a pena-base, circunstâncias atenuantes e agravantes. O próprio art. 29, §2º, do Código Penal diz: "Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste [...]".

Agora, a gente vem aqui e fala assim "vamos atender", é para atender aos grandes, não é para atender aos pequenos. "Vamos atender aos grandes". Agora, eu não vejo esta Casa aqui ter o mesmo esforço para atender ou para fazer isso para aqueles pobres que estão lá depositados no sistema prisional. Mas, agora, como nós temos esse fato muito grave atentando contra a nossa democracia, isso era função de todos nós estarmos defendendo isso.

Então, eu faço um apelo. V. Exa., ontem, me falou: "Senador Contarato, pedido de vista é regimental". Regimental. Não são quatro horas. Eu ainda dei o exemplo de duas horas, mas agora quatro horas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Nós aceitamos, Presidente, reduzir para duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... eu citei o art. 32 com muita clareza. É regimental até cinco dias – até cinco dias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até cinco dias. Complementando, até cinco dias.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Poxa, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, até cinco dias.

Ouça bem, eu ainda fui muito claro, eu tenho um Plenário dividido, até com maioria, como foi o caso aí da votação. Eu não posso... Se houvesse aqui uma predominância do Plenário contra a matéria, eu daria vista para a próxima sessão, que seria no próximo ano, mas eu não vejo aqui. Posso até, se V. Exa. quiser encaminhar um requerimento a respeito de votação no Plenário, eu posso colocar. Mas é um Plenário que dividiu. Foram quinze votos "não" e dez votos contra. Essa é a questão.

Além disso, eu devo dizer a V. Exa. que a minha voz lá no Plenário, quando o Senador Davi Alcolumbre disse que ia votar no Plenário, foi minha voz que levantou para vir aqui para a Comissão de Constituição e Justiça, com o silêncio completo do Plenário. Quem levantou a voz fui eu para trazer aqui, para debater na Comissão de Constituição e Justiça. E a minha posição V. Exa. conhece, a respeito da minha posição, desde o início: contra a anistia e contra o projeto da dosimetria. Mas vou repetir a V. Exa.: esta é uma Casa de decisões coletivas, por maioria, que tem representações nos seus Líderes. E eu respeito, como sempre respeitei, todas as Lideranças aqui do Senado Federal, sobretudo na Comissão de Constituição e Justiça. Assim tem sido a minha condução na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu não posso – sendo, como sou, um apoiador do Governo –, não posso me submeter absolutamente e me render, e me entregar a uma posição quando a maioria não concorda comigo. Pela minha posição, eu não colocaria essa matéria para votar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... mas eu tenho dito isso permanentemente. Do Senador Rodrigo Pacheco ressalvo a posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele colocou, muito correta, muito justa. Então, essa é uma situação que não viria nem para cá...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque o Senador Davi Alcolumbre disse textualmente que tinha feito um acordo com os Líderes do Senado Federal; não fez comigo. Portanto, eu fiz a gestão para que viesse para a Comissão de Constituição e Justiça. E eu estou vendo, por exemplo, os Líderes todos da Oposição presentes, e eu não estou vendo o Líder do Governo presente, para defender comigo essa causa.

Eu acho que não deveria ser votada agora, até porque – até porque – não está tramitando em regime de urgência e não é urgência, não é urgência! Porque, quando terminar a votação no Plenário do Senado Federal, se for ao Plenário do Senado Federal, vai para o Presidente da República sancionar ou vetar. Então, não tem urgência absolutamente nenhuma essa matéria! Poderia perfeitamente ficar para a próxima sessão, que seria no próximo ano, depois do recesso, mas, dentro do Plenário do Senado Federal e da Comissão de Constituição e Justiça, tem um Plenário que se manifestou majoritariamente a favor dessa matéria, quando deu 15 a 10. E eu, como Presidente, tenho que ser correto e justo...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e defendo o Governo. Ninguém defendeu mais o Governo que está aí do que eu, em todos os momentos, inclusive no momento mais duro: quando muitos se calaram, eu estava aqui na CPI da covid defendendo a posição da ciência contra o Governo que estava no poder. Eu não estava nem com máscara; eu queria desmascarar o Governo que lutava para negar a ciência, negar aquilo que era fundamental para a preservação da vida.

Então, eu me coloco sempre numa posição muito justa. E, como respeito o Regimento, eu sigo o Regimento. E não posso, de maneira nenhuma, desconhecer que tem uma maioria aqui que pretende que essa matéria seja votada hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Eu só quero parabenizar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu dei vista para ver exatamente se os Líderes do Governo poderiam conversar com os da Oposição numa tentativa de encontrar uma solução, até porque, com a emenda de redação ou não, votando-se no Plenário, essa matéria, lamentavelmente, vai voltar para a Câmara dos Deputados, que deve votar da mesma forma como chegou aqui.

E não sou eu que disse, não! Quem disse que a Câmara está numa posição fragilizada foi, inclusive, o patrono do atual Presidente, Arthur Lira, que usou um termo que eu não usaria, e ele disse textualmente – está no *site* do Metrópoles – que a Câmara virou uma esculhambação, e o Senado não pode ser uma esculhambação, e não pode também ser o cartório da Câmara Federal.

Mas eu sigo o Regimento e respeito a manifestação da maioria. Portanto, é por isso que eu estou dando essa condição agora de quatro horas e espero que se encontre uma solução, porque, a meu ver, a emenda não é de redação, é emenda de mérito. Vai voltar para a Câmara e, voltando para a Câmara, lamentavelmente, vai ficar como veio, absolutamente fora do padrão que se pensou, que era só a dosimetria para aqueles que atentaram contra a democracia e contra o Estado democrático de direito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero parabenizar V. Exa. e fazer uma solicitação simples, que o senhor como Presidente acolha a emenda não como de redação – o senhor como Presidente –, mas como de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu já disse que eu vou acolher a emenda de redação; a emenda de mérito, aliás.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu posso acolher e vou acolher como emenda de mérito, não é de redação – não é de redação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, a emenda – eu já citei antes disso –, eu não a acolho como emenda de redação, é emenda de mérito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, V. Exa. me concede a palavra pela ordem, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que V. Exa. tomou a decisão agora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Mecias de Jesus.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... eu queria recorrer de sua decisão ao Plenário, se é possível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Como Relator, também eu recorro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Apenas para consignar a tempestividade, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, é uma questão de ordem. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala dizendo que no Plenário do Senado Federal já foi suspensa a Ordem do Dia várias vezes para esperar matéria que estava sendo votada na Câmara para podermos votar no Plenário do Senado, sem o Senado conhecer. Votava lá imediatamente e vinha para cá, porque era urgência e era interesse do Governo. Já votamos isso várias vezes. Várias vezes a Ordem do Dia foi suspensa só para aguardarmos matérias que vinham da Câmara.

Mas, Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma fala com relação ao que falou o Senador Rodrigo Pacheco. Eu já disse em vários lugares e vou continuar dizendo, o tempo vai reconhecer a grandeza do Presidente Rodrigo Pacheco como Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, em um momento difícil que o país vivia. Talvez as mentes pequenas não consigam no momento reconhecer a grandeza dele como Presidente do Senado Federal em um momento difícil que o país vivia, mas a história vai fazer esse reconhecimento à pessoa do Senador Rodrigo Pacheco. Até porque, Sr. Presidente, em mentes pequenas não cabem coisas grandes – mentes grandes, coisas grandes, ações grandes, decisões grandes –, e foi isto que o Senador Rodrigo Pacheco demonstrou aqui, uma mente grande, preparada, decidida. Agora, tem outras mentes tão pequenas que ficam discutindo ideologia – ideologia.

Presidente, esse projeto, essa emenda é de redação. E eu vou explicar por quê. Eu quero que respeitem a minha opinião e deixem-me falar, por gentileza.

A emenda apresentada pelo Senador Sergio Moro não cria benefício novo, não retira benefício aprovado pela Câmara; ela apenas explicita a vontade real do legislador, confirmada – vá lá verificar – nos debates na Câmara, nas notas taquigráficas e no próprio parecer do Relator.

Em nenhum momento, o legislador, na Câmara, nem aqui no Senado, teve a intenção de criar normas para beneficiar outros tipos de crimes que não estivessem incluídos dentro do 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só agora, para encerrar, Presidente, citar o que o Supremo disse pouco tempo atrás, com relação a esse tipo de coisas exatamente; vou concluir com isso. Para o Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, a interpretação teleológica é o método hermenêutico que busca o sentido e o alcance da norma a partir de sua finalidade, *ratio legis*, considerando os objetivos que o legislador pretendeu alcançar e não apenas a literalidade do texto. Isso está dito, escrito nos anais do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Brilhante, Senador Mecias!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É o que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente. Então, a emenda é de redação, sim.

E eu faço um apelo a V. Exa.: pelo bom senso e pelo bom direito, a emenda precisa ser recebida como emenda de redação, que o é, e reconhecida aqui por um dos maiores advogados que esta Casa já teve, pelo constitucionalista, pelo Senador Rodrigo Pacheco. É a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador e Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiz, inclusive, na minha fala anterior...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pelo que me parece, V. Exa. iria encaminhar um requerimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Isso. Na verdade, eu tinha feito aqui uma avaliação, Sr. Presidente, dizendo que V. Exa. poderia perfeitamente acolher uma questão de ordem de algum dos Senadores aqui, e indeferir a emenda como de redação, e colocar como de mérito, como de fato V. Exa. o fez, mas não houve um requerimento. Vamos imaginar que tenha havido uma vontade aqui do Senador Contarato. Eu quero dizer a V. Exa. que o art. 405 do nosso Regimento Interno determina que: "A questão de ordem será decidida pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por líder".

Então, eu formulo, V. Exa., um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. encaminha um requerimento...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É, que V. Exa. submeta ao Plenário a decisão de V. Exa. sobre a natureza...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para que o Plenário possa deliberar sobre a emenda, se é de redação ou de mérito.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu acolho o requerimento de V. Exa., e o coloco em votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu também...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria discutir, eu queria discutir!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu quero discutir também.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu também. Eu só quero subscrever o requerimento na condição de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Esperidião Amin subscreve. O Senador Portinho também, todos subscrevem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – O Senador Jorge Seif subscreve.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou colocar em votação.

A natureza...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vamos fazer o seguinte: um e outro lado; um lado defende, o outro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A natureza da emenda.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É, dois expositores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os que concordam com o requerimento feito pelo Senador Rogerio Marinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, vencida pelo Plenário, a emenda passa a ser de redação. (*Palmas.*)

Bom, agora, para a discussão da matéria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, só uma pergunta a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... o Senador Vanderlan está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Só uma pergunta a V. Exa.: o tempo das quatro horas já está contando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É claro. Senador Magno Malta, V. Exa. não me pega fora do Regimento. Às 11h02 que nós concedemos vista.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É só uma pergunta, Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, pela inscrição, o Senador Vanderlan Cardoso, para discutir, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Eu quero, Presidente Otto, lhe agradecer, porque, se não fosse a interferência de V. Exa. ali no Plenário do Senado Federal, nós não estaríamos aqui discutindo na CCJ uma matéria tão importante como essa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio aos assessores (*Fora do microfone.*) para que nós possamos ouvir o Senador Vanderlan e os outros Senadores.

Eu peço com toda a educação. Não quero absolutamente mandar que se retire do plenário, do Senado.

Então, espero que façam silêncio.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

E quero parabenizar V. Exa. também pela escolha do Senador Esperidião Amin, que falou aqui de Gênesis, começou lá do início da Bíblia, falando, contando o contexto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos discutindo, aqui, hoje, um projeto muito sensível e muito importante para o país, que trata das regras de progressão de regime, da forma como as penas são calculadas e executadas. Isso envolve diretamente três valores essenciais: justiça, proporcionalidade e segurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inegável que, após os acontecimentos do 8 de janeiro, houve excessos na aplicação das penas, especialmente na soma de crimes praticados dentro de um mesmo contexto. Muitas condenações acabaram sendo mais severas do que o razoável, inclusive para pessoas sem antecedentes e sem papel de liderança ou financiamento. Corrigir esses excessos é necessário, é justo e é dever do Parlamento.

No entanto, senhoras e senhores, não podemos aprovar esse projeto exatamente como ele veio da Câmara dos Deputados. A redação aprovada lá, embora tenha a intenção de corrigir distorções específicas, acabou criando um problema sério. Ela abre espaço para beneficiar crimes graves que nada têm a ver com o episódio do 8 de janeiro.

Do jeito como o texto está, passam a ter progressão de pena mais rápida delitos como corrupção, contrabando, fraudes e assim por diante, entre outros crimes que atingem diretamente o patrimônio público, a moralidade administrativa e a economia do país. Isso é um fato colateral grave que não pode ser ignorado por esta Casa. Ou seja, ao tentar corrigir excessos cometidos em um contexto muito específico, a Câmara acabou criando um efeito colateral indesejado que enfraquece a resposta penal para crimes estruturados, complexos e de alto impacto social. E isso o Senado não pode permitir.

É justamente nesse ponto que merece destaque a Emenda nº 6, apresentada pelo Senador Sergio Moro. Essa emenda é muito simples e muito importante. Ela deixa claro, no texto da lei, que as mudanças se aplicam apenas aos crimes relacionados ao contexto do 8 de janeiro, evitando qualquer interpretação que beneficie crimes comuns ou crimes graves contra o patrimônio público.

A emenda não muda o mérito do projeto, não amplia benefícios e não cria privilégios; ela apenas corrige a redação, esclarecendo o alcance da norma e garantindo que o objetivo original do projeto seja respeitado: corrigir excesso sem gerar novas injustiças.

Quero aqui parabenizar o Senador Sergio Moro pela iniciativa e também parabenizar o Relator Esperidião Amin pelo acolhimento da emenda.

O relatório demonstra equilíbrio, responsabilidade e compromisso com a solução justa e segura para o país. O que estamos fazendo aqui é exatamente isto: corrigir erros sem cometer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erros maiores; tratar com justiça quem foi punido de forma desproporcional, mas sem fragilizar o combate à corrupção, às fraudes e aos crimes que tanto prejudicam a sociedade brasileira.

O Brasil espera do Senado serenidade, responsabilidade e equilíbrio, e é isso que buscamos entregar com esse aperfeiçoamento do projeto.

Aqui, Senador Otto, eu só quero fazer uma ressalva. Eu quero falar aqui do cidadão Mário, lá de Rio Verde, da cidade de Rio Verde. Esse cidadão foi induzido a vir para Brasília – induzido. E, vindo para Brasília, naquele 8, ele foi preso. Passou um ano e meio em regime fechado. Está na sua casa, de tornozeleira eletrônica, sem poder sair. Teve que mudar de casa devido à situação. Esse cidadão foi sete anos Presidente da CDL de Rio Verde. Três filhos. Sua vida virou do avesso. E o mais importante: esses que induziram, principalmente do meu Estado de Goiás, o Mário a ir para lá, para Brasília, Senador Alessandro, sabe quantas visitas eles fizeram, ou na cadeia, ou lá na casa dele? Nenhuma vez, nem para perguntar do que ele estava precisando.

É por isso que eu defendo aqui que essas pessoas que foram induzidas, foram enganadas, e muitos deles, às vezes em visitas, muitas vezes era para a rede social, mas em apoio mesmo, nenhum. Então é para essas pessoas que eu defendo que elas tenham a redução de pena, porque essas penas foram abusivas.

Não podemos, em hipótese alguma, aceitar que um cidadão como o Mário... Estou falando do Mário, mas, olha, são inúmeras as pessoas, e o meu Presidente Otto Alencar sabe da agonia que nós passamos, porque eu tirei, consegui tirar inúmeros amigos que estavam sendo induzidos para permitir financiamentos para que viessem para cá ou para a porta dos quartéis. E sabe do que eu fui chamado? De "isentão". Uma pessoa que não tem posição por estar tirando-os de uma latada, de uma mentira que contaram a eles.

Então, Senadores e Senadoras, o que nós estamos pedindo aqui, com esse projeto, é para essas pessoas, como o Mário – poderia citar inúmeros aqui que estão passando por isso, mas estou citando o Mário. Nas visitas que eu faço para o Mário, cada vez eu fico, Senadora Damares, mais triste de ver a situação dele e dos seus filhos.

Então, é isso aqui. Fui, Senador.

Obrigado. Desculpa ter me alongado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Flávio Bolsonaro, que está inscrito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro, nós estamos na fase de discussão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Não, é apenas para solicitar a V. Exa. a retirada do voto em separado que apresentei. Eu mantenho a minha opinião pessoal de que se trata de uma emenda de mérito, não de redação, mas viver em democracia significa respeitar a opinião da maioria, e este é um Colegiado. Se o Colegiado decidiu, sob a orientação de V. Exa., que essa é uma emenda de redação, de fato, ela será acatada dessa forma, e eu não vejo por que persistir no voto em separado que apresentei.

Então, peço a retirada do voto em separado, para que ele possa, depois... E me inscrevo para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Faço como pede V. Exa.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente Otto Alencar, quero, primeiramente, dar os parabéns a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero lembrar que são cinco minutos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero dar os parabéns a V. Exa. pela condução dos trabalhos, pela sua transparência, firmeza, e sempre submetendo as suas decisões ao Plenário, à maioria, e é assim que nós sempre defendemos, sempre pedimos.

Quero parabenizar V. Exa. pela escolha do Relator, Esperidião Amin, a quem também parabenizo, porque todos nós sabemos qual era o texto que nós gostaríamos de estar votando aqui, de realmente buscar alguma pacificação no país, mas o debate foi interditado e continua sendo interditado por forças estranhas ao Poder Legislativo. V. Exa., na medida do possível, está fazendo o que era possível neste momento, inclusive atendendo a uma orientação do próprio Presidente Jair Bolsonaro, que, mais uma vez, abre mão do seu próprio interesse, pensando no interesse de outros milhares de brasileiros.

Como diz aquele ditado, "é melhor dar do que receber", o Presidente Bolsonaro, mais uma vez, mesmo sabendo que esse texto vai mudar em praticamente nada a sua situação, ele já sente um alento no coração em saber que algumas pessoas vão poder voltar para casa muito em breve, ainda que num regime de semiliberdade, mas vão poder voltar a abraçar seus filhos, vão poder voltar a levar seus filhos para as igrejas, vão poder voltar a levar suas filhas para o colégio e ter um mínimo de convívio familiar.

Dito isso, Presidente, a gente não tinha que estar aqui discutindo dosimetria, a gente não tinha que estar aqui discutindo anistia; a gente tinha que estar aqui discutindo o cancelamento, a anulação desse justiçamento que aconteceu na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não só com o Presidente Bolsonaro, mas com centenas de outras pessoas, como ontem, mais um injustiçado: Filipe Martins, condenado a 21 anos de cadeia, mesmo com todas as provas apontando para a sua inocência.

E esse julgamento é uma farsa, porque todos foram julgados por vingança por juízes que são inimigos de Bolsonaro. É como se tivesse um conjunto de ministros argentinos para decidir quem é maior: Maradona ou Pelé. Todos sabem que o resultado seria "*Maradona é más grande que Pelé*", porque um julgamento viciado, em que o Ministro Alexandre de Moraes é inimigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarado do Presidente Bolsonaro; Ministro Flávio Dino, que disse que o Presidente Bolsonaro era o próprio demônio em forma de pessoa aqui na Terra e tinha que ser extirpado da coexistência humana; Ministro Zanin, que até ontem era advogado de Lula.

Essas foram as pessoas que julgaram e que condenaram, Presidente Otto, pessoas inocentes por organização criminosa armada, mesmo sem ter sido apreendida uma arma sequer aqui, na Praça dos Três Poderes, no 8 de janeiro; mesmo sendo um movimento completamente desorganizado. Portanto, não há nenhuma organização de pessoas que sequer se conheciam, pessoas que foram condenadas por um crime impossível de golpe de Estado ou tentativa de abolição do Estado democrático de direito, porque alguém, em sã consciência, Senador Magno Malta, acredita que irmã Ilda iria sentar aqui na cadeira de Presidente do Senado Federal, iria pautar a Ordem do Dia, e todos nós aqui iríamos obedecer? Ou a Débora, do batom, ia sentar na cadeira de Presidente do Supremo Tribunal Federal, tomar decisões, e todo o Brasil ia obedecer. É o crime impossível. Todos seriam retirados imediatamente dessas cadeiras e seriam presos, como foram. Houve pessoas que foram condenadas por depredação de patrimônio público, pessoas que estavam à distância e que não derrubaram um copo de água no chão. É como dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que, numa briga de torcida no estádio, num jogo Vasco e Flamengo, Senador Vanderlan, o flamenguista ou vascaíno que estava assistindo pela televisão seja condenado pela briga que aconteceu no estádio. Foi isso que aconteceu nesta farsa, neste justiçamento, e, em algum momento da história, nós vamos conseguir revisitar esse tema e anular todas essas aberrações.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero mais uma vez aqui agradecer a todos os Parlamentares que estão votando nesta matéria. Que pelo menos nós possamos dar esse pequeno passo, subir esse primeiro degrau em direção à busca de alguma normalidade no nosso país, pedindo o voto "sim" ao projeto relatado pelo Senador Esperidião Amin. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcio Bittar. Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar o seu gesto, de muita grandeza, ao mesmo tempo em que reafirma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a posição pessoal de V. Exa., o que é um direito, mas em seguida se dobrando à questão do Colegiado, colocando as matérias para votação. Não acho essa atitude qualquer coisa, por isso queria fazer esse reconhecimento público, porque entendo que é um gesto de muita grandeza. Muitos na política deveriam ter essa atitude como exemplo, porque muitos falam de democracia, mas, quando podem, não a praticam. Portanto, primeiro eu queria fazer este registro e esse reconhecimento.

O Senador Pacheco, ao vê-lo falar, é como se eu estivesse assistindo a um filme de um grande advogado, de um grande jurista. Eu só discordo dele em duas coisas.

Primeiro que nós confiamos na palavra do Presidente da Câmara de que pautaria a anistia. Mas, além de confiar na palavra dele, nós votamos lá o requerimento de urgência, com mais de 300 assinaturas. Portanto, os nossos Deputados Federais passaram o tempo inteiro acreditando, primeiro, na palavra do Presidente; segundo, que ele ia respeitar – e acabei de reconhecer o seu comportamento –, mas ele não respeitou, porque mais de 300 Parlamentares assinaram o regime de urgência e ele não pautou a matéria. Então, é só para lembrar isso.

E a discordância fundamental com a leitura, com a opinião do Senador Rodrigo Pacheco, nosso ex-Presidente, é que ele diz que tudo aquilo que ele falou foi em cima de um atentado violento ao Estado democrático de direito, uma tentativa de golpe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – E aí a discordância é porque, na minha avaliação, não houve tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro, por isso essa é minha discordância.

No mais, Sr. Presidente, parabenizo o Senador Alessandro, também, porque teve o mesmo comportamento de se dobrar à votação da maioria dos Senadores da Comissão de Constituição e Justiça. Quero fazer esse reconhecimento também.

Sr. Presidente, é público e notório, na audiência passada nós tivemos até uma discussão um pouco acalorada... Eu já disse várias vezes, me espanta o coração duro de pessoas que se beneficiaram de uma anistia em 1979, em que pessoas que pegaram em armas, que foram para a guerrilha urbana, para a guerrilha rural, que sequestraram pessoas, que mataram inocentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram anistiadas. E tudo fazem, como eu vi hoje aqui de novo, alguns Parlamentares, tentando a qualquer custo prorrogar este debate, prorrogar essa votação, para que nós só a discutíssemos no ano que vem.

É evidente, Senador Esperidião Amin, V. Exa... E eu me surpreendi, com a experiência vasta que V. Exa. tem, quando disse que este talvez tenha sido um dos momentos, essa relatoria, mais difícil que o senhor já tem passado, porque explicitou várias vezes, antes desta reunião, sua compreensão, que é a minha também, de que nós devíamos, a Câmara e o Senado da República, Congresso Nacional, estarmos votando a anistia. Isso, sim, pacificaria e resolveria, mas, mesmo assim, aceitou, sob pena de algum prejuízo político de redes sociais, aceitou emprestar a sua capacidade, a sua experiência e a sua legitimidade para fazer a relatoria deste projeto.

Portanto, Senador Esperidião Amin, assim como eu iniciei reconhecendo a grandeza da atitude do Senador Otto Alencar e do Senador Veneziano, eu preciso reconhecer, para terminar a minha fala, a sua grandeza, porque aceitou relatar um projeto que a nossa base, vamos assim dizer, não é o que deseja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – A nossa base, grande parte da população brasileira quer uma anistia, mas, mesmo assim, V. Exa., correndo o risco de não ser bem interpretado por alguma fatia da população, emprestou a sua capacidade. E, talvez, se não fosse V. Exa. relatando, nós teríamos mais dificuldades de aprovar isso que estamos aprovando, que é algum passo.

Portanto, Sr. Presidente, de forma pragmática, deixando clara a nossa posição mais uma vez, o que estamos fazendo hoje é dizer para a Iraci, de 72 anos de idade, condenada a 14 anos de cadeia, à Sra. Valdirene Ferreira, Vildete Ferreira, de 74 anos de idade, condenada a 11 anos de prisão, à Jaqueline Gimenez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... condenada a 17 anos de prisão, à Josilaine Cristina, condenada a 17 anos de prisão, que o que nós estamos votando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje não é o que gostaríamos de votar, mas é o possível. E a vida, não é só a política, a vida é feita não só daquilo que a gente deseja, mas daquilo que é possível.

Portanto, o meu voto é favorável. Essas eram as colocações que eu queria manifestar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Sergio Moro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só para registrar a presença... Já cumprimentei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Falha minha.

Eu quero registrar a presença do Governador Jorginho Mello, meu colega. Trabalhou conosco muito tempo, meu colega do Senado. Parabéns pelo seu trabalho. É uma alegria vê-lo, em forma inclusive.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O melhor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está vendo aí!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

Senador Sergio Moro.

Jorginho, desculpa aí.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro quero elogiar a condução dos trabalhos feitos por V. Exa. e por V. Exa. ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submetido ao Plenário essas questões fundamentais, mesmo com entendimento diverso, pontual sobre eles.

Olha, acordei de manhã, Presidente, com um factoide publicado pelo Uol por uma jornalista notoriamente ligada ao PT, ressuscitando uma matéria que ela mesma já havia publicado, lá em 2023, sobre uma suposta ilegalidade que eu teria praticado em 2005, na autorização da realização de uma gravação numa investigação criminal por corrupção, Senador Vanderlan. Eu acho estranho que essas coisas surjam exatamente quando a gente tem hoje uma emenda da minha autoria, que a gente apresentou para que a gente possa aprovar esse projeto aqui e ele já ser convertido em lei, ao mesmo tempo em que surgiram aquelas graves denúncias contra o Lulinha, por suposto envolvimento no roubo dos aposentados e pensionistas. Lembro aqui que eu estou na CPMI e tenho defendido a investigação do filho do Presidente Lula. Mas, enfim, ainda assim vim aqui defender aquilo que eu acredito.

Eu também, como vários dos demais aqui, sou favorável à anistia. Esse processo foi, infelizmente, eivado de diversos vícios. Primeiro, para começar, não deveria ter corrido no Supremo Tribunal Federal; não tem jurisdição ou competência, porque essas pessoas não têm autoridade de foro. Mas existe um consenso na sociedade, na opinião pública, e mesmo daqueles, muitos da base do Governo, que entendem que houve excesso em relação aos manifestantes do 8 de janeiro. Todos aqui podem citar nomes – eu também posso citar.

Eu estive visitando, ajudei a levar para o Paraná, para os estabelecimentos carcerários do Paraná, alguns dos presos, desses manifestantes, e estive visitando, por exemplo, o Seu Jorginho, lá de Quedas do Iguaçu, Senador Vanderlan, provavelmente como o Mário, um lavrador de mais de 70 anos, que estava preso desde o 8 de janeiro, condenado a 16, 18 anos de prisão. Ele esteve no Palácio do Planalto, não quebrou um copo, não fez nada que justificasse esse tratamento tão severo. Visitei a D. Sônia – junto com a minha esposa, Deputada Federal Rosangela Moro –, 67 anos, com câncer, presa desde o 8 de janeiro. Ela chegou para nós chorando, dizendo que a vida dela estava arruinada. Eu fiz uma promessa para ela: "Vou lutar pela anistia da senhora. Se não conseguir, pelo menos pela redução de pena". A gente não pode concordar jamais com esse excesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu posso dizer uma coisa, eu fui juiz por 22 anos, Senador Hiran – eu condenei o Fernandinho Beira-Mar a 28 anos de prisão, condenei membros da quadrilha dele –, eu sempre fui um juiz duro, ninguém colocou mais bandido, ladrão do Erário, corrupto na cadeia, neste país, do que eu durante a Operação Lava Jato. E eu era severo na aplicação dessas penas, mas eu era severo com quem merece, com quem precisaria realmente ser punido severamente.

Não há nada que justifique... E aqui, sim, houve um erro da dosimetria do Supremo Tribunal Federal, que, a meu ver, nesse caso, agiu com sentimento, até para mostrar que não era o melhor lugar para terem julgado aquelas pessoas. Já poderiam ter fixado uma pena mais baixa, até porque tinha votos vencidos do Ministro Barroso, do Ministro André Mendonça, entendendo que tinha absorção de algum daqueles crimes.

Então, vem ao Congresso agora e corrige um erro... O Congresso corrige um erro do Supremo Tribunal Federal. Gostaríamos de aprovar anistia, mas é o que é possível hoje nessa maioria política.

No entanto, o texto que veio da Câmara – a meu ver, não intencionalmente –, de fato, estendeu benefícios a crimes de outra espécie, o que não deveria. Mas se for observada, como fez aqui a análise detalhada do relatório do Senador Esperidião Amin, a intenção da Câmara sempre foi focar os benefícios aos condenados do 8 de janeiro.

Então, nós estamos aqui com uma emenda de redação que eu tive aqui o privilégio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... a honra de apresentar e de ter sido aceita pelo Senador Esperidião Amin e, aparentemente, pela maioria deste Plenário, que corrige essa distorção, porque jamais iríamos admitir que esse projeto, que tem fim tão nobre de corrigir um excesso da Justiça do nosso país, fosse utilizado para beneficiar outro tipo de crime. Não beneficiava, sim, crime de corrupção, como andaram falando por aí, mas tinha, pontualmente, algum efeito marginal para outros crimes: coação no curso do processo, associação criminosa, e a gente não quer isso, a gente quer corrigir um erro do Supremo Tribunal Federal, que eles poderiam ter corrigido, mas nós estamos fazendo, para levar justiça, principalmente, a pessoas como o Seu Jorginho e para que eu possa cumprir a promessa que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e minha esposa fizemos à Dona Sonia: 67 anos, presa desde o 8 de janeiro, nunca cometeu um crime na vida e nunca mais vai cometer nenhum outro delito.

Hoje, pelo menos, é um passo. Sei que muitos queriam mais, mas é o passo possível neste momento.

E a gente não vai se deter por tentativa de intimidação ou factoides vindos de a gente sabe sempre de quem: aqueles que não querem aqui a prevalência da lei, e da ordem, e da justiça neste país.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira. Em seguida, o Senador Bagattoli, que não está mais presente... Senador Mecias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe. Eu não vi V. Exa. V. Exa. estava atrás aí e eu não vi.

Senador Alessandro e depois Senador Bagattoli.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É importante, nessa apreciação, antes de qualquer coisa, elogiar a postura de V. Exa., que demonstrou a plena compreensão do que é um colegiado e do que é a democracia. Democracia só é democracia quando a gente respeita a opinião da maioria, mesmo quando ela é contrária à nossa opinião pessoal, desde que ela tenha sido executada de acordo com o regimento, de acordo com a norma.

Na medida em que esta Comissão, por imensa maioria, entendeu como emenda de redação a mudança radical feita pelo nosso Senador Esperidião Amin, não mais persistia a razão fundamental do meu voto contrário à proposta vinda da Câmara dos Deputados. Mas faço questão de historiar o andamento dessa situação, para que não tenha vez uma narrativa – e me faltam palavras mais suaves, mas uma narrativa – que tenta isentar de responsabilidade o Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Alexandre de Moraes, e a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, atribuindo a este Congresso a responsabilidade pela condução que eles adotaram no processo, porque as possibilidades interpretativas que reduziriam penas e fariam a distinção entre lideranças e mera massa de manobra estavam todas disponíveis para os Ministros. Foi uma escolha feita pelos Ministros, conduzida pelo voto do Relator, Ministro Alexandre de Moraes.

Então, o Congresso Nacional, neste momento, se encaminha para tomar uma decisão que trata com menor rigor a execução penal daqueles condenados que atentaram contra a soberania nacional do que trata com os de outros crimes. É uma escolha política e deve ser respeitada como escolha da maioria, mas não cabe trazer para esta Casa, para este Congresso a responsabilidade que está do outro lado da praça.

Essa "Operação Lava Xandão" nunca vai ter minha aderência – nunca vai ter –, porque é uma coisa que impressiona qualquer pessoa que acompanha o que está acontecendo neste Brasil há bastante tempo. Na interpretação, na hora de dar uma sentença, os Ministros têm uma enorme liberdade interpretativa – enorme – e exercitam essa liberdade à vontade. Agora se escudar num suposto erro do Legislativo é, no mínimo, covardia – é, no mínimo, covardia.

Dito isso, a legislação que se encaminha na letra do parecer apresentado pelo Senador Esperidião Amin corrige o defeito principal, que era permitir que a mudança atingisse outros crimes além daqueles praticados no 8 de janeiro e nas circunstâncias conexas ao 8 de janeiro. Ainda persiste, na minha visão, o erro que é você dar tratamento privilegiado na execução da pena – um erro aí de mérito, não teremos como reverter isso agora, e o erro de técnica, que é você estabelecer esse concurso formal quando o mais adequado, segundo a própria Consultoria do Senado, seria a consunção. Eu apresentei, inclusive, uma emenda nesse sentido ao Esperidião Amin, não sei como ele a avaliou, que traria a absorção do crime meio pelo crime fim.

Dito isso, Sr. Presidente, já pedi a retirada do voto em separado. O voto em separado tinha base na compreensão de que não cabia como emenda de redação e na compreensão de que também não cabia a devolução do texto à Câmara dos Deputados, que não mostrou... Com todo o respeito aos Deputados Federais, nossos colegas Parlamentares, representantes do povo brasileiro, parceiros na representação congressional, mas a Câmara dos Deputados, nos últimos episódios, não demonstrou maturidade para apreciação de matérias de alta complexidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque votação às 4h da madrugada gera esse tipo de resultado. A imensa maioria dos Deputados e das Deputadas não sabia o que estava votando, não teve compreensão das consequências. E, graças à intervenção direta do Sr. Presidente da CCJ, Otto Alencar, este Senado teve condições de fazer a análise, porque senão também seríamos atropelados por uma votação em Plenário de qualquer forma, premida pela necessidade de atendimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... ao Mário, ao Jorginho, a tantas pessoas que estão presas com baixa culpabilidade ou nenhuma culpabilidade. Mas também nesse ponto, Presidente, é preciso registrar uma verdade: desde o início do ano, esta Casa tenta resolver a situação do Jorginho, do Mário, das outras pessoas mais desabonadas, da Débora e de tantos outros. E isso não avançou porque a escolha foi privilegiar o líder, os líderes, buscando uma anistia que claramente era inviável politicamente. Então essas pessoas estão presas há um ano porque a escolha dos seus representantes foi deixá-las presas como massa de manobra para favorecer o líder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente com V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dito isso, Sr. Presidente, encerro a minha participação, agradeço a V. Exa. e o parabenizo. Foi um ano muito difícil, mas muito produtivo para a Comissão de Constituição e Justiça sob sua liderança.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., Senador Alessandro, e reconheço a postura de V. Exa. nas matérias que já relatou, a sua posição coerente, sempre firme, em defesa da democracia e do Estado democrático de direito.

Em seguida... Agora, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui V. Exa. pela excelente condução nesta Comissão de hoje, aqui na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o Deputado Marcelo Crivella, que foi o autor desse projeto, e o meu grande amigo Senador Amin pela sua grande relatoria.

Quero dizer, Presidente, que nós tivemos, Senador Magno Malta, nós tivemos... Foram praticamente mais de mil pessoas que foram injustiçadas com essa decisão.

Nós temos uma situação, lá no meu Estado de Rondônia, de um rapaz chamado Ezequiel, que esteve em Brasília; ele chegou no dia da manifestação. Naquele dia, ele chegou aqui, Senador Portinho. Ele veio trazer um carro, foi lá e tirou simplesmente foto. Ele é um pai de família que tem seis crianças, seis crianças, e o maior tem 12 anos de idade. Então, é uma escadinha. Tem de um ano a 12 anos. Meus amigos, que tristeza aquilo, uma família, uma mulher, a esposa criando os filhos na distância, longe do marido. E foi condenado a 14 anos de cadeia, 14 anos de cadeia.

Aí eu vejo assim a grande divergência... Vamos olhar para o Vorcaro, do Banco Master, vamos olhar essa situação. Olha a que ponto chegou. Esse homem, o que ele fez... Eu escutei aqui falar em bagrinho, bagrão, não sei o quê. Esse homem deu um prejuízo; ele cometeu um crime tão grande contra a população, contra o Estado, contra o Governo, contra todos, e deu prejuízo a milhares de correntistas - é a mesma coisa que você roubar o dinheiro desses cidadãos. E o que aconteceu? Ficou menos de uma semana, uma semana e pouco ficou preso. Hoje já está em liberdade e vai ficar em liberdade, do jeito que a nossa justiça está no nosso país.

Então, Sr. Presidente, não era o que nós queríamos. Essa não era a anistia que nós queríamos. Nós queríamos uma liberdade completa, Senador Amin, para todas essas pessoas que teriam que ser inocentadas. Mas, infelizmente, ou felizmente, é o que nós temos hoje, neste momento. E o que mais me deixa feliz... E eu espero, eu espero que o Supremo Tribunal... Porque essa votação estará hoje em Plenário, e eu espero, Senador Amin, que essas pessoas sejam libertadas, vão para suas casas, para suas famílias, visitar seus filhos, seus familiares e consigam passar um Natal e um Ano Novo com as suas famílias. É isso que eu espero.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, na verdade eu já falei o que tinha que falar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas V. Exa....

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim. Como eu antecipei, numa questão de ordem que V. Exa. me concedeu, eu só quero pedir a V. Exa., nesse momento, que como foi dado um pedido de vista por quatro horas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A votação será às 15 horas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pronto. Perfeito, Sr. Presidente. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, hoje é um dia histórico para este Congresso Nacional, para o Senado Federal.

Quero elogiar, inicialmente, a escolha do Relator. Eu, que convivo com meus pares aqui há seis anos, Senador Amin, tenho em V. Exa. um farol. V. Exa. é a história do Brasil e, como homem público, correto e que tem pleno conhecimento da história do país, trouxe no seu relatório argumentos inafastáveis de como essa questão da anistia foi tratada pelo Constituinte da época, de como essa questão que foi subtraída pela emenda do Caó, que teve apoio inclusive do atual Presidente Lula – como é que ele pode agora contradizer a si próprio? –, Presidente Fernando Henrique Cardoso, Presidente Temer e tantos outros Deputados históricos que tiveram uma carreira aqui nesse Congresso. Não haveria Relator melhor do que V. Exa. não só pela sua bagagem histórica de Parlamento, de vida, pela sua correção, mas principalmente porque é nosso decano. E tenho certeza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o Senador Otto o decano? Perdão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Otto é seis meses mais velho do que eu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, mas de tempo de Parlamento também – desculpa minha ignorância, Senador Otto –, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não, de Parlamento eu sou bem mais jovem do que ele.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu achava também, porque eu me lembro... Eu era garoto, eu nem votava, e o Senador Amin já era um homem público reconhecido. Dizem que tinha até cabelo na época. (*Risos.*)

Mas, voltando, realmente são merecidos esses meus elogios, porque V. Exa., com todo o conteúdo que empresta o seu relatório e pela sua história, como eu ia dizendo, faz desse relatório uma pedra fundamental e hoje um dia histórico para nosso país. Vai ser difícil refutar, porque é difícil refutar a história, e você traz a história no seu relatório.

Eu, se pudesse... A minha opinião é que todo esse julgamento, essa farsa feita com o fígado, deveria ser anulado. Aqueles que quebraram responderiam pelos crimes de patrimônio na medida das suas penas. Não havia armas, então não posso pedir condenação de pessoas armadas porque não havia. O que houve nessa revolta popular... E ela teve uma razão de acontecer, e a história vai mostrar, porque tiraram da cadeia, para concorrer, um corrupto, que venceu uma eleição que foi manipulada...

E aqui eu peço que respeitem meu direito de fala. Aqui a gente pode falar ainda neste país, pelo menos aqui no Parlamento, que é o lugar de fala do Congressista.

Essa farsa, essa manipulação que induziram todo o processo eleitoral – tempo de rádio e TV, reunião com o embaixador, tudo era propósito para calar... "Não é amigo de Maduro", está aí Maduro. Daqui a pouco é capaz de ser exilado aqui no país. "Não é amigo de Hamas", está aí a história mostrando que era.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E pessoas que foram censuradas, mas "só um pouquinho", "excepcionalmente", abrindo uma exceção no Estado democrático de direito. Não é Estado democrático de direito.

Anularia todas essas penas desse processo que foi julgado a jato – a jato. Tem senhoras esperando a aposentadoria lá no STF, processos que vieram da Justiça Federal há décadas, e não é julgado o seu direito e em outros diversos casos, e esse foi a jato.

Eu sou advogado de contencioso, de tribuna. Poucas vezes, acho que nunca vi um processo ser julgado tão rápido, com tantos réus e com inquéritos ainda abertos, diga-se. E, por isso, em decorrência de tudo isso, os erros que anulariam o processo de muitos.

Mas a anistia poderia também ser um caminho, embora tenha algum reconhecimento de culpa, para que justifique a condenação, e a anistia subsequente seria um caminho.

E disse aqui ao Sr. Gonet, quando votei contrário à sua recondução: os grandes homens desta República estão sendo chamados. E V. Exa., Presidente Otto é um grande homem, porque trouxe a este Plenário, de forma democrática, seguindo o Regimento, para deliberação da maioria – como disse o Senador Alessandro – diversos temas e teve a coragem, não foi covarde em colocar, teve a coragem... O senhor é corajoso, e é um grande homem. E é a hora de os grandes homens desta República pacificarem este país.

Eu levei ao Ministro Gilmar Mendes, quando ele me chamou, no seu gabinete, no dia 2 de dezembro, sem eu saber nem porquê. E vejam o momento que vivemos neste país, Senador Amin, vai que sai um inquérito sigiloso disso, vai que sai disso, desta reunião, uma intimidação. E ele me trouxe – e talvez até por lealdade, não me senti intimidado – que decidiria sobre o *impeachment*. Eles mesmos decidindo sobre como ocorre o processo deles próprios, não o Legislativo, que está sendo tolhido nas suas funções sociais e constitucionais, que é o poder de legislar.

Mas eu levei ao Ministro Gilmar e o chamei ao brio dos grandes homens desta República – porque ele é Ministro do STF – a pacificação deste país, que só a anistia vai trazer – só a anistia, porque, ainda que alguns não gostem, ela serve, inclusive, para anistiar os abusos que cometeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Ministros do STF, como o Ministro Alexandre de Moraes. Sem a anistia isso não terá fim. Esse processo será revisto.

Aqueles que cometeram abusos no julgamento dessas pessoas serão chamados à responsabilidade. E um dia, eles próprios se convencerão de que a anistia que atende a eles próprios é o remédio mais eficaz para este país restabelecer a sua ordem democrática, a ordem que está na nossa bandeira e o progresso que é olhar para a frente e parar de olhar para trás, que é o que fizemos nesses últimos quatro anos: perdemos o nosso tempo olhando para trás e discutimos aqui, basicamente, impostos, tributação e todas as mazelas que foram atribuídas à sociedade, dificultando a vida do cidadão e do empreendedor. E sempre, sempre, com esse discurso de golpe, essa revolta popular que condenou pessoas inocentes. Essa revolta popular, o seu julgamento, trouxe penas, penas que nem a traficante...

O Senador Jaime Bagattoli deu um exemplo recente de um crime nacional cometido contra o brasileiro, contra a poupança, que foi esse escândalo do Banco Master e que o seu responsável já está na rua, enquanto a moça que pichou uma estátua está presa, condenada a mais de dez anos, 14, 17, como muitos idosos, pessoas que não tinham a menor possibilidade de cometer golpe algum, estavam ali revoltadas, numa revolta popular que vai estar nas páginas da história assim, dessa forma.

Mas o que temos hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a possibilidade histórica, liderada pelo relatório do Senador Amin, é fazer o que o Poder Judiciário não fez, porque quem aplica a pena é o Poder Judiciário, e eles abusaram, nem a traficantes, bandidos, sequestradores a gente vê, que eu gostaria que recebessem penas como essa, mas não o vendedor do algodão doce, não esses idosos, não quem entrou lá para rezar, porque as suas condutas individualizadas, como manda a lei, não foram apuradas, foram a um julgamento de massa pessoas presas indefinidamente, inquéritos até hoje abertos, e sabe-se lá o que tem lá dentro, entra qualquer um e qualquer coisa.

Por isso, este Congresso é chamado à sua responsabilidade, e os grandes homens da República, Senador Magno, como é a história do Senador Amin, trazem a solução, aperfeiçoando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o texto da Câmara. E ele diz muito claro que o texto original do Senador Marcelo Crivella, que é nosso também, era pela anistia, não era para transbordar para pessoas estranhas. E, se o texto da Câmara gerou dúvida, essa emenda de redação, por isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... veio consertá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço a V. Exa., porque o tempo está exíguo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou concluir.

Por isso, a dosimetria atenua a dor dessas famílias, mas não pacificará o país; é só a anistia ampla, geral e irrestrita, aquela que vai permitir que o Brasil siga o rumo do seu progresso, traga a ordem democrática de volta e coloque cada Poder no seu devido lugar.

Hoje damos um passo para isso – concluindo, Sr. Presidente –, hoje damos um passo aqui para dizer que é o Poder Legislativo quem faz as leis e é o Judiciário que cumpre as leis, como nós fizemos, porque, se ele quiser legislar, democracia aqui não é.

Eu votarei a favor desse projeto, já que ele conserta o que poderia ter sido feito pelo Judiciário, que é a absorção, é a razoabilidade das penas, e é a função maior da Justiça, a justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente Otto, Sras. e Srs. Senadores, antes de abordar propriamente o tema, Presidente, eu queria pedir vênia a V. Exa. para fazer uma saudação muito especial, carinhosa e respeitosa à nossa Senadora Izaura Cardoso, que é esposa do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Vanderlan Cardoso e é suplente do Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não. Ela não é senatriz. Ela é suplente do Senador Wilder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Ela é uma amiga de muito tempo, uma pessoa que orgulha muito o meu Estado de Roraima, porque ela é de lá de Roraima. E eu quero pedir licença a V. Exa., Presidente, para manifestar, em nome de todos nós, a honra e a satisfação de ter você presente aqui, você, que é uma mulher inspiradora. Tenho certeza de que aquele homem que está ali à minha frente, que é meu velho amigo, não teria todo esse sucesso se não tivesse uma mulher da sua qualidade ao lado dele. Seja muito bem-vinda!

São meus pacientes, Otto, há muito tempo, são meus pacientes. Eu quero aqui, Presidente Otto, ser um pouco redundante, mas eu não podia deixar de dizer a V. Exa. do orgulho que tenho de conviver com V. Exa., de aprender com V. Exa., pela sua conduta como homem público, como Presidente desta Comissão, de uma envergadura do tamanho do Brasil, e mais do que isso, pelo seu comportamento absolutamente democrático, respeitando as divergências e manifestando com clareza a sua posição, porque tem muita gente que não tem coragem de manifestar a sua posição, tergiversa. Parabéns a V. Exa.!

Quero também ressaltar aqui a inteligência, a experiência do nosso Relator Esperidião Amin, que utilizou a sua prerrogativa, a prerrogativa desta Casa de ser Casa revisora. Aqui se criticou eventualmente a maneira como foi aprovado esse projeto no Congresso, na Câmara dos Deputados, mas temos que analisar toda a situação, o contexto. Nós tínhamos pressa de sinalizar à sociedade, ao povo brasileiro, que nós estamos preocupados absolutamente com aquelas pessoas que estão lá presas até hoje.

Aqui eu quero dizer, Presidente, com o devido respeito a quem pensa diferente, que eu era muito jovem, mas eu participei do golpe militar de 64, eu assisti. Ali foi golpe, organizado, o Exército na rua, os bancos financiando, a sociedade querendo, fechando-se o Congresso, ali foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um golpe. O 8 de janeiro foi uma baderna, e quem destruiu patrimônio público deve ser punido na forma da lei, mas com proporcionalidade. Quem estava aqui só rezando, quem estava aqui assistindo... Conheço pessoas que estão presas que vieram aqui só assistir à confusão, e estão presas até hoje, outras com tornozeleira eletrônica.

Então, eu acho que esta Casa aqui, através do relatório do nosso Senador Moro, da maioria deste Plenário que apoia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... quer uma anistia ampla, geral e irrestrita, mas isso não é possível agora. Nós estamos fazendo o que é possível, Senador Vanderlan.

Quero aqui também ressaltar o conhecimento jurídico e o compromisso com a justiça do Senador Moro ao apresentar essa emenda, que nós consideramos uma emenda de redação, até porque o Supremo, que não tem essa prerrogativa de legislar, legisla e entende da maneira como lhe apraz determinadas situações, nós temos que trazer para nós essa prerrogativa também de legislar, principalmente, sintonizados com a aspiração da maioria do povo brasileiro, que quer anistia.

Então, quero parabenizar todos os membros desta Comissão que tiveram a sensibilidade, a disponibilidade de estar aqui hoje discutindo a matéria e, se Deus quiser, vamos aprová-la aqui e levar ao Plenário para dar uma resposta, ainda que parcial, mas uma resposta ao país e mandar essas pessoas que estão lá, injustamente, para casa, para celebrarem o final de ano em harmonia com suas famílias.

Parabéns, Presidente, e parabéns a todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. as palavras e passo ao Senador Girão, depois temos o Senador Izalci, o Senador Malta, a Senadora Soraya, o Senador Marcos Rogério, a Senadora Damares e o Senador Zequinha. Lamentavelmente, V. Exa... V. Exa. poderia até pedir...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pedir inversão de pauta, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inversão de ordem. (*Risos.*)

Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Posso trocar?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Zequinha pode invocar a lei do idoso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode, sim.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Gratidão, Senador Girão. Por favor, tenha o Natal mais do que feliz e abençoado. Serei breve, rapidamente.

Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações que, em grande parte, já foram feitas aqui pelos colegas. Primeiro, a condução dos trabalhos de hoje por V. Exa., que nos orgulha, ter um Presidente com tanto equilíbrio, tranquilidade, observando tudo democraticamente. Parabéns, V. Exa. realmente tem uma história que enaltece um currículo de trabalho nesta Casa.

Acontecimentos passados de quem já estava aqui por algum tempo, como nós, lembram que já aconteceram coisas difíceis aqui no Congresso Nacional, na sede dos Poderes, e nada disso foi tratado como essa turma foi tratada. E olha que é por gente perigosa, gente que tem uma folha corrida na polícia, cadê o delegado? Gente terrível, que o senhor conhece.

Mas os tempos são outros e, lamentavelmente, quando o Judiciário se envolve com política, dá no que está dando. Eu, particularmente, não me assusto, meu caro Senador Girão, com nada que o Supremo decide hoje, não me assusta mais. Apenas a gente comenta e tal, mas, eu estou assustado? Não, não, absolutamente nada.

Quero aqui lembrar dessas pessoas, pessoas comuns, meu Senador Vanderlan – e V. Exa. está aqui acompanhado pela Senadora Izaura, que está ali olhando de perto –, pessoas comuns que nem sabem o que aconteceu, de repente, passaram por ali e foram tragadas por esse infeliz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento. Ainda estão vivas, doentes psicologicamente, fisicamente, mas o nosso irmão Clezão – lembra? – não aguentou. Faleceu na cadeia com um pedido do Ministério Público para que soltassem, para que fosse cuidar da saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lamento muito. O Clezão não aguentou, partiu, pelo menos descansou. Deixou a família, esposa, filhas, negócios, tudo. Então, o rastro da injustiça aqui é cruel.

Como dizia ainda há pouco, com relação ao que passou naquele tempo, o MST aprontou o que aprontou, lembra-me do que o meu velho pai dizia: "Aos amigos os favores da lei, aos inimigos os rigores da lei". É isso que na prática se aplica.

Conversei ontem com uma consultora do Senado nessa área e ela me fazia um balanço entre as decisões que foram tomadas e as decisões que poderiam ser tomadas – é muito diferente. Eu não sei onde essa turma que condenou essa moçada toda fez faculdade de Direito e aprendeu tudo, porque hoje estão no topo da escada do Judiciário, não sei onde foi. Parece que a isenção, a maldade falam mais alto, a emoção política, que não deveria estar lá, comanda e domina toda e qualquer decisão.

E eu gostaria de lembrar uma coisa, que todo mundo está aqui lamentando, e eu também vou. Gostaria de estar aqui aprovando a anistia ampla, geral e irrestrita, mas neste momento político não é possível – não é possível. A gente vai ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... que se contentar com alguma coisa que caminha nessa direção, melhora um pouquinho, mas, como diz o garçom: "É o cardápio que a gente tem para o momento". Resolve? Não. Alivia um pouco – alivia um pouco –, não é verdade? Porque, entre o ideal e o possível, dizem que tem um abismo muito grande, e a gente está vendo aqui, na prática, esse abismo. Então, vamos de dosimetria para reduzir um pouco o sofrimento daqueles que estão por demais injustiçados e sofrendo sem necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nunca esperei ver este país passar por um momento tão delicado como estamos passando hoje, mas, quando a gente pensa que já viu tudo na vida, de repente ainda falta um bom pedaço.

Muito obrigado pela oportunidade de fazer convosco essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e as palavras da V. Exa. também.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento-o mais uma vez pela sua condução nesta sessão que eu considero histórica.

E eu fico muito feliz em estar aqui com a nossa Senadora Izaura Cardoso. É uma honra ter você aqui no nosso recinto com a sua sensibilidade, porque esse tema, que a senhora fez questão de vir acompanhar, mostra a sua humanidade, porque esse assunto não é, meu querido amigo Vanderlan, de direita, de esquerda, contra governo, a favor de governo, não.

Eu acredito na capacidade de reflexão do ser humano e eu ainda espero ver este painel aqui com o voto unânime, porque está longe de ser essa votação, Senador Magno Malta, a reparação da grande injustiça que brasileiros estão sofrendo por serem de direita, por serem conservadores, por defenderem a vida, a família, a ética. Isso aqui que está acontecendo é um pequeno degrau, como falou o brilhante Senador Esperidião Amin. E, Senador Otto, o senhor foi muito feliz quando escolheu o Senador Esperidião Amin, que para nós é um professor equilibrado e trouxe um relatório justo.

Claro que nós não vamos desistir um momento de nossas vidas para aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita, porque ela, sim, vai fazer a justiça, a reparação da justiça. Este aqui é o primeiro passo.

E eu quero aproveitar estes minutos que me faltam e ler uma carta de uma pessoa que está sofrendo, com a sua família, essa grande injustiça e que faz um apelo para nós Senadores hoje:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Escrevo esta carta em nome de minha família, carregando uma dor que nunca escolhi, mas que aprendi a suportar. Não falo por ideologia ou confronto, falo como esposa, mãe, mulher que viu sua casa ser partida ao meio de um dia para o outro.

Meu marido sempre foi o coração do nosso lar, presente, amoroso, dedicado, mas, após um único acontecimento, parte de nós foi arrancada de forma devastadora.

A ferida mais profunda é saber que ele não pôde estar no nascimento do nosso filho mais novo. O berço estava pronto, mas vazio de um pai. Nosso bebê o conheceu apenas 15 dias depois. O que direi a ele quando olhar suas fotos de nascimento e perguntar por que o pai não estava lá? Enquanto isso, nosso filho mais velho travava sua própria batalha silenciosa, chorava escondido, sentia medo, desenvolveu irritações de estresse. Eu tentava ser forte, mas por dentro me despedaçava.

E, como se não bastasse, veio outra dor. Meu sogro lutava contra um câncer e meu marido não pôde estar ao lado dele. Não pôde segurar sua mão, oferecer um abraço, acompanhar uma consulta. Foram despedidas que nunca aconteceram. Quando finalmente voltou para casa em prisão domiciliar, seu pai resistiu apenas 20 dias, tempo insuficiente para recuperar dois anos de ausência forçada.

Mesmo assim, seguimos tentando encontrar forças. Nosso filho mais velho teve sua formatura sem o pai. Ele sorriu pequeno, olhando para a porta, como se ainda houvesse chance de uma surpresa. Aquele olhar jamais sairá da minha memória.

Nossa casa virou um livro com páginas arrancadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... ficamos incompletos, mas, apesar de tudo, mantivemos a esperança de cura, de reencontro, de reconstrução de uma vida normal para nossos filhos.

Por isso escrevo, porque sei que existem muitas famílias como a minha, famílias dilaceradas que já não têm mais tempo a esperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço que olhem para essas histórias com humanidade, que considerem o impacto emocional, psicológico e familiar dessas ausências. Que avancem com sensibilidade na análise da anistia. Peço que compartilhe esta carta com seus colegas..."

Esta carta é para mim e eu a estou compartilhando publicamente com autorização dela, e eu vou falar o nome.

"... para que desenvolvam a dignidade e a paz a quem só deseja voltar a viver. Este é o apelo de uma mulher que não desiste da esperança, porque ela é tudo o que resta.

Com respeito, fé e peso de cada lágrima transformada em força, Norda Fonseca".

Sr. Presidente Otto Alencar, hoje nós daremos um passo em que – eu repito – espero unanimidade, que é um pequeno, mas um grande passo no caminho de uma justiça verdadeira, uma justiça com "j" maiúsculo. E eu o parabenizo pela coragem, respeito o seu posicionamento. Mas estou vendo o senhor aqui como um verdadeiro democrata, colocando para votar, ouvindo o plenário, e o povo da Bahia se alegra com esse seu posicionamento ético, correto.

Sr. Presidente, para encerrar, eu quero dizer que nós estamos aqui, neste momento, com uma das filhas do Clezão. Esse voto que nós daremos aqui não vai trazer o pai dela de volta, mas vai dar um alívio para muita gente que está passando por dificuldades inimagináveis, que nunca tiveram passagem pela polícia, pela Justiça.

Que Deus nos guie, nos abençoe nessa decisão na véspera do Natal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Izalci e, depois, o Senador Malta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu inicio minha fala parabenizando V. Exa. pela condução desta sessão. V. Exa. realmente colocou muito bem e aceitou – e é o correto – a questão da maioria. Parabenizo também a escolha do nosso querido Senador Amin, que é um mestre também, com muita experiência, muita sensibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu ouvi aqui algumas falas, e que a gente não pode deixar prevalecer da forma como foram colocadas. Eu ouvi falando aqui de farsa. Foi colocado aqui como se tivesse uma grande farsa. Farsa foi exatamente o que aconteceu no 8 de janeiro. Eu sou daqui de Brasília, eu sou daqui, tem 50 anos que eu estou aqui. Eu conheço essa região toda. Existe aqui, Senador Vanderlan, o Batalhão da Guarda Presidencial, que tem como sua missão, obrigação, cuidar do Palácio e do Presidente. São mais de 2 mil policiais. Tem a Polícia do Exército, tem a Força Nacional, tem o Plano Escudo, que usaram como argumento que lá na Bahia teve que pedir autorização para o Governador. Aqui não precisaria pedir para o Governador, porque aqui os prédios são do Governo Federal: Congresso Nacional, Palácio do Planalto, não tem que pedir autorização para o Governador. O Plano Escudo, em 40 minutos, eles ocupam essa praça dos ministérios aqui totalmente. Então não havia interesse, realmente, de evitar o que aconteceu.

Basta ver o G. Dias. Cadê o G. Dias? O G. Dias foi comunicado diversas vezes, durante vários dias. Cinco dias de antecedência. No domingo de manhã, 8h da manhã, ele recebeu mensagem da Abin, "Olha, vai acontecer isso", e não fez absolutamente nada.

Nós pedimos as câmeras do Ministério da Justiça, o Ministro Dino disse que ia entregar, mas precisava de autorização do Supremo. O Supremo autorizou e depois de autorizado, sumiram com as câmeras. E a gente vê agora vídeo para todo lado, todo dia, as pessoas fazendo rapel aqui, pessoas infiltradas, quebrando tudo.

Está lá no meu relatório, mostrando que realmente não houve golpe. Eu fico com o posicionamento do Ministério da Defesa. O Múcio, Ministro da Defesa do Lula, disse que houve baderna, não houve golpe. E é isso que aconteceu de fato.

Vamos raciocinar aqui de uma forma muito simples, Senador Magno Malta: alguém que quer dar um golpe vai nomear um Ministro do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, a pedido do Presidente eleito? Para dar um golpe? É um negócio fora do normal. E o pior, em março mudaram a jurisprudência do Supremo, março de 2025. Porque até então, ex-Presidente tinha que ser julgado na primeira instância.

Aí, mudaram o Regimento para dizer "não, a partir de agora, ex-Presidente tem que ser julgado aqui no Supremo". E ainda, depois, cometeram o abuso de ser na Primeira Turma, não era nem no Plenário. E aí, fazem uma condenação coletiva. Todo mundo foi condenado, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizem "ah, não, teve toda a liberdade de defesa". Quem é que teve liberdade de defesa? Deveria pedir para quem? Recurso a quem, se o Supremo foi que definiu?

Então, esse projeto não é o que nós gostaríamos, evidentemente. Nós queríamos anistia geral e irrestrita. Isso aqui vai para salvar o pipoqueiro, o vendedor de bala que estava aí fora, o cara que entrou aqui no Plenário do Senado e estava orando, estava com a Bíblia; está todo mundo condenado. Aliás, já cumpriram vários...

Eu estive lá com o Girão, com a Damares e outros. Estivemos lá várias vezes, na Papuda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, realmente, houve um abuso e uma dose muito forte de injustiça.

Portanto, eu quero parabenizar aqui, porque, de fato, são milhares de pessoas que estão sofrendo há anos, três anos já, presos injustamente.

Sem falar do Clezão, que é daqui de Brasília, da Vicente Pires, que morreu; não tem como voltar.

Meu tempo será preservado?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – São cinco minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Toda vez que há interrupção, a gente pede mais um minuto para adicionar um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – São cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Senador Girão leu uma carta aqui que representa vários outros, várias pessoas que foram... Pessoas com sete filhos, uma mulher de 70 anos, não tem acesso... Sete filhos, crianças que nem conhecem os pais; três anos longe.

Então, vem em boa hora, e eu tenho certeza de que nós vamos fazer esse apelo no Plenário para que seja votado realmente por unanimidade. É o mínimo que os Senadores podem fazer diante de uma injustiça que foi cometida no 8 de janeiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta. Depois, temos a Senadora Soraya, o Senador Marcos Rogério, que foram inscritos, e Senadora Damares.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a história vai registrar, eu espero, essa data, esse dia negro, escuro para a humanidade, que conhece a situação que o Brasil está vivendo.

Lembro-me de que, neste mesmo plenário, sentado ali do lado direito, o Sr. Alexandre de Moraes, por 20 minutos, fez um pronunciamento sobre liberdade, quando foi sabatinado aqui para ir para o Supremo.

Eu acho que ninguém até hoje, Senador Marcos Rogério, conseguirá falar sobre liberdade em todos os aspectos como ele falou. Um discurso mentiroso – mentiroso –, um comportamento farsante de quem mentiu, de quem estava diante de uma banca examinadora, e para passar com o seu TCC, ele mentiu.

Eu dizia sempre que tínhamos um ativismo judicial, mas não. A partir da chegada dele, o ativismo começou a virar ditadura. A farsa do dia 8... E eu vou aqui partir do ponto da tocaia.

As pessoas que ali estavam foram chamadas após um tempo, após terem entrado aqui sem arma, sem canhões, sem um urutu, sem apoio de uma grande nação com poder bélico; não havia nenhuma arma, exceto algodão-doce e Bíblia. Veja como essas pessoas estavam aqui pelos seus sentimentos. É crime repudiar o comunismo? Não. É crime ser cristão? Não. É crime não querer no poder, dizer: "Não, eu vou ficar aqui na rua chorando, porque eu não quero um Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apoia o Hamas, que apoia o Hezbollah e que odeia Israel. Nós amamos Israel. Eu não quero!". Elas se tornaram criminosas por isso. E a velha mídia, a mídia aberta, a televisão aberta, o jornalismo comprado levaram essas pessoas para uma tocaia, Senador Marcos Rogério, Senador Girão: "Vocês agora entrarão num ônibus, e esse ônibus certamente conduzirá vocês para a rodoviária, e vocês vão receber a passagem e vão voltar para suas cidades".

Veja que, se eles fossem terroristas, eles teriam entrado no ônibus, eles teriam explodido o ônibus. Se eles fossem criminosos, eles entrariam? Não. Certamente armados, desamedrontados, eles enfrentariam a tudo e a todos. Não, os cordeiros, em fila, desarmados, confiando na palavra que eles ouviram... Porque depois aquele General covarde, que recebeu uma palavra dura do Senador Jorge Seif, quando na CPI do dia 8, aquele covarde disse que recebeu um telefonema do Presidente Lula que o emocionou; que ele admira Lula, porque Lula tem uma firmeza emocional muito grande, e deu a ele a notícia dizendo assim, o Lula disse: "Prenda todos!". E ele disse: "Pode ficar tranquilo, Presidente, eles estão pensando que nós vamos protegê-los; nós vamos é prender todo mundo".

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Levou para a tocaia. Eles entraram no ônibus e foram, e o ônibus ficou dando volta na cidade sabe para quê? Para que a velha mídia pudesse filmar, filmar com *drones*, com helicópteros e mostrar para o mundo uma imagem de pessoas humildes sendo humilhadas e levadas para o cárcere, para o calabouço, de maneira fria, sem empatia de uma Justiça... Injustiça; nunca foi Justiça. Quem deveria praticar justiça são praticadores de injustiça. Hoje nós temos uma Suprema Corte que se põe acima desta Casa. Hoje deveria ser o dia da anulação de tudo, hoje nós deveríamos estar votando a anistia do próprio Alexandre de Moraes, porque, se tem criminoso nessa história, o criminoso é Alexandre de Moraes.

Agora a mim me chama muito a atenção e me entristece, eu fui o último dos Parlamentares a estar com o Clezão. Eu estive, diversas vezes, na Colmeia com mulheres mães de família que nunca praticaram um crime. A Débora escreveu num patrimônio, e agora, na manifestação Sem Anistia, uma petista foi lá e escreveu num patrimônio. Cadê, está presa, Marcos Rogério? Não, mas a Débora pegou 14 anos, com as crianças pequenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não espero unanimidade, porque o cara, quando é de esquerda, não tem alma, o esquerdista não tem empatia, ele não tem sentimento, porque o esquerdista comunista não crê em Deus. O Estado é Deus; em Deus, em quem nós cremos, Pai de Jesus Cristo, que deu a vida por nós, eles não creem. Eles acham que é o poder pelo poder, ter poder e têm muita alegria – muita alegria – em pisar e humilhar.

O foco dessas pessoas, na verdade, é Jair Bolsonaro. Não importa quem esteja na frente, vai pagar o preço.

Aqui, quando o Tagliaferro fez a sua denúncia... Ele foi colocado como Diretor de uma agência, uma agência de combate à desinformação. Não, o Tagliaferro comandava uma agência para dar legalidade aos crimes praticados por Alexandre de Moraes e ele tinha que inventar uma legalidade para se tornar legalidade. Ele denunciou o crime, o que aconteceu com ele? Está na Itália, com um pedido de extradição feito pelo Alexandre de Moraes. Ora, essas pessoas... O Jair Bolsonaro foi vítima de quê? Da delação do Cid, que nunca foi delação. Delação... Eu já dei delação premiada, Senador Marinho, a um homem chamado, na CPI do Narcotráfico, Jorge Meres. Delação é quando você fala de você, é quando você fala dos seus crimes e, a partir dos seus crimes, se encontram outras pessoas. O Cid não falou nada dele. Ele foi, de fato, um X-9, que, por sete ou oito vezes, contou histórias diferentes. Não passou de um dedo-duro, um X-9.

Então, hoje, nós estamos vivendo, quando mães de família, pais de família... Todas essas histórias contadas aqui eu vivi pessoalmente, porque me tornei íntimo de todos eles, viajei parte do Brasil, visitando presídios.

E hoje eu estava com uma série de emendas, porque nós não queremos dosimetria. Senador Girão, Senador Marinho, esse texto da dosimetria é um texto da lavra de Alexandre de Moraes. O Paulinho da Força não escreveu nada disso. O Paulinho com o Alexandre não tem força. Na verdade, o Alexandre...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador, já passa de oito minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Concluirei, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Paulinho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque ainda tem outros Senadores inscritos aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... foi condenado a dez anos de prisão por desvio de dinheiro do BNDES – foi condenado –, e o único voto que teve foi de Alexandre de Moraes. Então, esse texto é de Alexandre de Moraes. Nós estamos votando aqui o texto do algoz de inocentes.

Jair Bolsonaro está ali preso, numa masmorra, um homem que não cometeu nenhum crime e que, do alto da sua grandeza, não tendo amor pela sua própria vida, encarna o que disse o apóstolo Paulo: eu não tenho por ganha a minha vida, "porque para mim o viver é Cristo, e o morrer é lucro". E disse ao seu filho: "Vai e vota essa dosimetria, porque, se um só"...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, todos os Senadores foram cinco minutos. V. Exa. tem dez minutos já.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dez minutos. Vai fazer dez minutos já.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem o Senador Marcos Rogério, tem o Senador Rogério Carvalho, pelo remoto, a Senadora Damares...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu encerro, eu encerro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos foram muito conscientes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Estou encerrando. Eu vou encerrar.

Vote o texto, mesmo sabendo que é de Alexandre de Moraes – nós estamos votando um troço de Alexandre de Moraes aqui –, mas com este entendimento de que é menos pior. Estamos diante de uma escada de cem degraus; nós estamos subindo um, que está cheio de sabonete, de um monte de troço que pode fazer escorregar e cair – um degrau só, pelo menos.

Senador Otto, você colocou sua posição, Bahia, e eu tenho minha admiração demais por você. Colocou sua posição e entende de democracia – você entende de democracia. Democracia é respeitar a maioria, independentemente da posição de quem está dirigindo. A sua grandeza, Bahia, é infinitamente maior do que cada um de nós podemos pensar.

O nosso querido Esperidião Amin, pelo relatório que fez e essa emenda que foi possível... Quero dizer a todas as famílias enlutadas e àqueles que estão presos: é o que deu para fazer, no dia de hoje é o que deu para fazer, mas nós vamos continuar lutando e lutando muito, com todas as forças, falando e denunciando.

Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, amigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... pela sua benevolência para o seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Filho de Macarani.

Senador Marcos Rogério.

Macarani. Ele é filho de Macarani.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, Macarani.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Líder Otto, Sras. e Srs. Senadores, eu inicio, Sr. Presidente, dizendo que esse é um processo que nasceu torto, nasceu errado. Primeiro, esse processo do 8 de janeiro é totalmente ilegal. Tribunal escolhido: vício de competência. A turma escolheu julgar em detrimento do plenário, porque, se superado o primeiro, seria o plenário. E na turma, a maioria dos julgadores, com impedimentos ou suspeição, também escolheu julgar sem imparcialidade. Portanto, é um processo todo torto.

Agora, o fato de esse processo ter nascido errado, de o julgamento ser todo errado, ilegal, muda o fato daquelas pessoas que estão aprisionadas? Não, não muda, porque essa é a Justiça que temos. Aliás, esse é o Supremo que temos.

Agora, esse projeto surge, portanto, como um instrumento de recomposição da chamada justiça penal. Embora eu, particularmente, como outros aqui, defenda a anistia ampla, geral e irrestrita, porque não verifico, no caso, tentativa de golpe ou tentativa de abolição do Estado democrático de direito, posto não haver configuradas as condições para tal.

Agora, diante de martelada única, pesada e desproporcional, eu afirmo: o Parlamento não exerce apenas a função legislativa ordinária. Seria muito pequeno se assim o fosse, mas também função de contenção de excesso, incluindo o excesso punitivo, função de equilíbrio institucional, função de proteção dos direitos fundamentais. Ora, a história do direito penal moderno demonstra que excessos repressivos costumam acontecer – e este é o caso, este é o contexto – em ambientes de comoção política. Repito: este é o caso do julgamento do 8 de janeiro. E aí, cabe ao Legislativo agir com racionalidade, distanciamento e compromisso institucional. Assim não fosse, a quem essas vítimas desse julgamento seletivo iriam recorrer? Repito: condenação em martelada única, em um tribunal de exceção, sem direito a apelação.

Portanto, o projeto é expressão legítima do sistema de freios e contrapesos. Não afronta o Judiciário, mas reafirma a separação de Poderes.

E passo para a conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como afirmado aqui, a mão pesada e desproporcional do Supremo representou abuso de poder, sim, que poderia ter sido evitado, sim, se outro fosse o caminho adotado. Isso é verdade! Mas não foi o que aconteceu.

O Senador Alessandro falou aqui: poderia ter adotado lá o princípio da construção penal? Poderia! Quando você tem dois tipos penais, concurso normativo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e não concurso de crimes, concurso normativo, um absorve o outro. Abolição violenta, tentativa de golpe: concurso de tipos. Mas não, para numa martelada pesada e única somarem-se os dois, para que a pena seja a maior possível.

Então, Sr. Presidente, repito: abuso de poder? Excesso punitivista? Sim.

Agora, por outro lado, como disse o nosso ex-Presidente Rodrigo Pacheco, também no campo legiferante: ao legislar em caráter abstrato, o legislador estabelece uma norma penal com culminações pesadas, com penas pesadas. E, aí, não houve aqui, naquele momento, a compreensão de peculiaridades que, de repente, no curso do processo, passamos a verificar. E aí, situações diferentes são julgadas num balcão único e com penas no atacado, pegando todo o varejo, e, simplesmente, quem, às vezes, estava ali só para uma fotografia recebe uma pena de 14 anos de cadeia, como é o caso da Débora, do batom.

Esse é o fato. Esse é o ambiente em que o Parlamento está: diante, de um lado, da evidência do abuso e do excesso e do caráter inapelável da decisão e, de outro, da evidência de que a lei estabelecida não conseguiu ser o bastante para condicionar critérios que separassem e estabelecessem gradatividade, proporcionalidade na aplicação da norma penal.

Agora, qual é o fato aqui que é o fato que deve ser considerado por todos nós? No meio dessas duas situações, estão as Déboras; estão os Josés; estão os Joaquins: condenados, alguns já no cumprimento da pena, outros, longe de suas famílias, foragidos, porque, se aqui estivessem, já estariam na masmorra. Isso é um fato.

Se nós consideramos que houve excesso punitivo e que a martelada única não seria o melhor dos caminhos, o.k.; se nós consideramos que a lei deixou lacunas e que impediu que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicador da lei pudesse tratar, de modo diferente, um ou outro, o.k. Mas o fato é que essas pessoas estão presas, condenadas.

Então, qual é o nosso papel? Lavar as mãos? Não. O nosso papel é corrigir o que precisa ser corrigido. E aqui é uma escolha política, porque, à luz do art. 48, inciso VIII, da Constituição, é competência do Congresso Nacional conceder anistia – escolha política. Mas o que é possível votar neste momento é o que nós estamos votando, essa regra que muda a legislação penal, que muda a Lei de Execução...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... para aplicar ao caso concreto.

E aqui homenageio o Senador Esperidião Amin pelo relatório primoroso, mesmo tendo uma posição a favor da anistia, mas é sobre cumprir a tarefa, designado por V. Exa. que foi, nos trazendo aqui um relatório de fôlego, responsável, com uma pequena adequação, um pequeno ajuste. E eu vou concluir aqui para dar uma palavra a V. Exa. sobre isso, porque essa matéria vai ao Plenário.

Então o projeto, Sr. Presidente, alinha-se a esses compromissos, evitando que o país seja acusado de criminalização coletiva, direito penal do inimigo ou excepcionalismo repressivo. É o que nós podemos fazer agora. Isso nos impede de que no futuro, como escolha política, votemos aqui uma lei de anistia? Não. O tempo mostra isso, e outrora votamos anistia – eu era Deputado – para situações que tinham ocorrido há décadas. Isso depende do ambiente político.

Mas eu concluo aqui a V. Exa. agora, de modo muito direto, porque eu sei que, no caso da emenda aqui de redação, que foi apreciada pelo Colegiado e acolhida como emenda de redação, nós tivemos... Há duas regras de interpretação que a gente tem: a hermenêutica, que é a interpretação da norma e a sua aplicação; ou a teleologia, que vai verificar qual foi o sentido e o alcance da norma. Qual foi a vontade do legislador na Câmara quando votou essa matéria? Era que se expandisse, se alargasse para atender situações fora desse caso do 8 de janeiro? E aqui, pessoalmente, faço um registro. Isso é algo excepcionalíssimo, porque, em matéria penal, é regra geral e abstrata. Excepcional, diante desse acontecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, concluo. Nessa mesma direção, há pouco mais de três meses, esta Casa do Congresso Nacional votou aqui uma lei que mudava a lei das elegibilidades. E nesta lei foi acrescentado um parágrafo para lá de generoso a título de emenda de redação, para colocar no texto legal qual era a vontade do legislador – não estava no texto que veio da Câmara –, qual era o sentimento do legislador, qual era a visão teleológica do legislador. E a "emenda Moro", que foi o que salvou a Lei da Ficha Limpa, foi votada neste Plenário como emenda de redação.

Portanto, sou coerente com aquilo que fazemos ao longo da história dos nossos mandatos aqui, e hoje não se praticou inovação; se praticou aquilo que se chama, na interpretação, de teleologia no processo legiferante.

Agradeço a V. Exa., cumprimento-o pela postura, mesmo tendo a posição contrária. Foi absolutamente responsável, absolutamente cordial, democrático com a Comissão, submetendo cada parte desse processo à deliberação do Plenário. Eu o homenageio e o reconheço como um Presidente que engrandece esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Eu agradeço a V. Exa.

Senador Rogério Carvalho, pelo sistema remoto. Em seguida, a Senadora Damares; depois a Senadora Soraya.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Depois Rogerio Marinho?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. já falou demais. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aliás, eu estou rouco de ouvir a V. Exa. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Posso, Presidente? Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, V. Exa., como sempre, está conduzindo com a mais perfeita justeza os trabalhos desta Comissão, mas eu quero lembrar que não se tratou de um golpe de Estado; tratou-se de uma tentativa de golpe. Então, dizer que não houve golpe é óbvio, não houve golpe. Se estivesse havido um golpe, não estaríamos, talvez não estivéssemos aqui fazendo este debate. Houve uma tentativa de golpe.

A lei que nós aprovamos do Estado democrático de direito, de que eu fui Relator, com muita honra, desse texto, tratou da criação de alguns tipos penais para algumas infrações que eu reputo extremamente graves, porque se trata de atos contra a democracia, contra as instituições democráticas, contra o Estado democrático de direito. Então, a tentativa de golpe, a abolição violenta da democracia, do Estado democrático de direito, ou seja, são atos que ferem, no meu modo de ver, aquilo que é estruturante da nossa sociedade, que é uma sociedade democrática, ou seja, é a base do funcionamento da nossa democracia.

Ver a democracia como um meio para ascender ao poder é empobrecer o que isso significa do ponto de vista de construção de uma teia social mais ampla e mais complexa. A democracia diz respeito às condições de igualdade, diz respeito a se submeter a uma regra, diz respeito a se submeter a um estado de coisas constitucional, legal, e é isso que precisa ser respeitado. Então, o que nós vimos foi algo muito grave, e crimes graves precisam ter uma ação punitiva que seja correspondente.

Aqui me chama a atenção... O que eu percebo, o que eu leio é que, para este caso, como as pessoas veem a democracia como um mero instrumento para ascensão ao poder – é o que a gente está vendo aqui –, neste momento, relativizam a decisão do Judiciário, ou seja, aqui nós estamos legislando para mudar sentença. Neste caso, claramente, é para mudar a sentença. É para mudar os tipos penais? Os tipos penais podem ser mudados a qualquer tempo pela Casa Legislativa. Neste caso, estão mudando tipos penais para incidir na mudança de pena para quem está cumprindo uma pena por crimes cometidos contra o Estado democrático de direito.

Aqui podemos estar diante de uma grave inconstitucionalidade, que é o Legislativo entrar na decisão da magistratura, num âmbito restrito do Judiciário. Portanto, eu já quero, de antemão, dizer dessa nossa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Sr. Presidente, eu também queria chamar a atenção de que, no caso da ocupação da Mesa do Senado, da Mesa da Câmara, por exemplo, a atuação contra um determinado segmento de Parlamentares foi branda; no outro caso, a atuação foi terrível, dura, bem agressiva, no caso do Deputado Glauber Braga. Estou pegando este exemplo para dizer que nós não podemos – nós não podemos –, numa democracia, no Estado democrático de direito, ter dois pesos e duas medidas para aqueles que cometem crimes, seja ele de que natureza for.

Então, a partir de agora, nós estamos instituindo, com esse precedente que, ao meu ver, é extremamente grave, estaríamos instituindo a revisão das decisões judiciais toda vez que essas decisões forem contra o desejo de uma maioria circunstancial. Portanto, não haveria lei, não haveria Estado democrático de direito, não haveria sociedade democrática, porque a maioria constituída num determinado momento histórico pode mudar decisões judiciais. Aí, excepcionalissimamente, as excepcionalidades surgirão a cada momento de insatisfação de uma parte que forma um poder e, neste momento, com maioria pode exercer. Portanto, acabaram o Estado democrático de direito, a democracia, as instituições democráticas.

Hoje, nós vimos na CAS um comportamento semelhante. No momento em que o Presidente da Comissão definiu que estava dada vista, todo questionamento, inclusive, sobre o rito... Então, não é um jeito, não é uma coisa isolada, é um modo de pensar que, ao ter a maioria, "eu faço as regras, eu defino o que é certo, o que é errado". Não! Existe o certo ou errado por construção histórica que aconteceu, por exemplo, no momento em que a gente votou a lei do Estado democrático de direito.

Portanto, Presidente, nossa posição e a posição do nosso partido é contrária a esse projeto que trata da dosimetria. Ao nosso ver, é uma forma de mudar ou de interferir num julgamento posto, ou seja, num processo transitado em julgado e, agora, uma maioria circunstancial quer, ou um grupo que quer formar uma maioria, mudar uma decisão do Judiciário já consolidada. É óbvio que é possível rever tipos penais, mas não desta forma, de forma dirigida e focada com um único objetivo, que é diminuir as penas ou o apenamento daqueles que foram considerados culpados por tentativa de golpe, abolição violenta do Estado democrático de direito, quebra e destruição do patrimônio público, do patrimônio histórico, ou seja, nós estamos aqui revendo decisão judicial em julgamento posto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senadora Damares Alves, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Obrigada, Presidente, mas eu queria tanto ter tido a oportunidade de fazer essa fala diante dos colegas que não entendem o que aconteceu, de fato, naquele período, colegas que foram seduzidos por uma narrativa, e eu estou há três anos aqui à disposição para responder aos colegas. Os colegas me perguntaram: "Senadora, a senhora estava lá? O que, de fato, aconteceu ali? Conta para nós, diga para nós detalhes". Eu fico o tempo inteiro à disposição para tentar explicar. E hoje ainda eu quero gastar este meu tempo conversando com os colegas que têm dúvidas sobre a decisão que vamos tomar, e aí eu começo discordando do Senador Rogério.

Senador Rogério, o que é o indulto de Natal? Não é também rever uma decisão, se a pessoa fica presa ou não? O que é um indulto presidencial? O que é a aprovação de uma anistia, e este Brasil já teve várias? Não é rever uma decisão judicial? Nós não estamos cometendo nenhuma infração constitucional. Nós estamos fazendo o que é possível ser feito, sim, pelo Parlamento. O que vamos fazer hoje o Parlamento pode, sim, fazer.

Mas eu queria mesmo, Senador, tentar explicar para os colegas: nós não estamos colocando bandidos na rua com a adequação da emenda, nós estamos fazendo justiça.

Senador Vanderlan, eu realmente estava lá. E o que aconteceu? Aconteceu que nós estamos diante de um projeto de poder, e um projeto de poder que só se sustenta e só vai ter continuidade se eles conseguirem atribuir a nós que nós somos bandidos e golpistas, porque esse projeto de poder que está hoje aqui não se sustenta com suas entregas, e eles sabem disso. Então, eles precisavam criar uma narrativa para que nós nunca mais tivéssemos a oportunidade de ir para a urna, e eles construíram a narrativa. Só que para dar corpo a essa narrativa – eles não tinham como provar uma tentativa de golpe –, eles usaram o episódio do 8 de janeiro. Foi um episódio lamentável? Foi. Mas, mesmo diante do episódio de 8 de janeiro, eles não conseguiriam todas as provas que eles queriam, e aí tiveram a ideia do cartão da vacina, lembra? Cartão da vacina, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CID, "porque precisamos pegar outros". Então, eles foram criando, criando e buscando situações para ter uma narrativa muito bem formada para chegar às condenações a que chegaram. Mas essas narrativas não vão se sustentar, a roda está girando. A história vai fazer justiça a esses inocentes, e a gente começa hoje. Isso aqui é um degrau, com certeza, de uma reparação que nós vamos ter que fazer ao longo da história: o que foi o 8 de janeiro?, quem eram aquelas pessoas?

Muita gente pergunta assim: "Você esteve nos acampamentos?". Não, eu não estive em nenhum acampamento, porque eu tinha uma compreensão de que não deveria ir aos acampamentos, porque eu já estava eleita, e, a partir dali, eu teria uma outra missão, que era aqui dentro, e eu estou cumprindo a minha missão de restauração da verdade. Não fui ao acampamento. E algumas pessoas diziam assim: "E por que você não desmobilizou aquele acampamento?". Eu conversava com amigos e colegas. E a que a gente era orientado? Não fomos nós que convocamos. Se a gente agora desmobiliza o que nós não convocamos, aí vão dizer: "foram vocês que convocaram os acampamentos".

Aquilo era uma manifestação espontânea, Presidente.

E quem estava lá na rua...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... eram pessoas que estavam orando com medo do que ia acontecer no Brasil. Elas estavam orando com medo de as drogas serem legalizadas. E o que aconteceu? A posse da maconha foi legalizada. Elas estavam com medo de políticas públicas pró-aborto. O que aconteceu? Políticas públicas pró-aborto. Elas estavam com medo do crime organizado. O que aconteceu? Olhem o número de estupro, de homicídio... Tudo virou no Brasil. Então aquelas pessoas estavam orando pela nação. Eu duvido que se dissessem para uma daquelas velhinhas "Não, vocês estão aqui para dar um golpe de Estado"... "Não, Presidente."

Aí vieram para a Esplanada. E a gente sabe o que aconteceu: aquele efeito manada. Tinha pessoas ali dentro que tinham uma intenção, talvez algumas inclusive para construir narrativas. Aí os coitados foram para a cadeia. E eu posso falar, com certeza, que os que eu visitei eram pessoas que diziam e que dizem para mim: "Eu só estava orando. Eu achei que a gente estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indo para a Esplanada". E adentraram quando quebraram. E muitos, inclusive o Clezão, entraram para orar aqui dentro.

Então a gente hoje vai começar a restabelecer a justiça. E eu queria tanto que meus colegas falassem "Senadora, esclareça para a gente", porque, com certeza, os que estão votando contra essas pessoas nunca conversaram com uma dessas pessoas, nunca pararam para ouvi-las e, então, mantêm seus entendimentos em cima de uma narrativa de um projeto de poder, mas nunca pararam para ouvir essas pessoas.

Eu quero cumprimentar o Alessandro por ter tirado o voto separado, o Amin pelo relatório e hoje por estarmos aqui tentando restabelecer a justiça.

E o que nós vamos fazer aqui é legítimo. O Parlamento é legítimo para fazer isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento todas e todos em geral.

Sr. Presidente, no dia 7 de dezembro de 2022, o então Presidente do Peru, Pedro Castillo, tentou dar um golpe de Estado, dissolvendo o Congresso e estabelecendo naquele momento um governo de exceção, simplesmente com um discurso – logo após, ele foi preso –, sem nenhuma arma, sem nenhum ato de violência a não ser o ato de violência do seu discurso e do seu decreto de dissolver o Congresso peruano. Não precisou de *kids* pretos, não precisou de nada disso, não precisou de arma, não precisou de canhões, não precisou de nada. Então é uma falácia dizer que, para se dar um golpe de Estado, é necessário haver violência. Não é necessário. Como nas últimas tentativas de golpe aqui dentro do Congresso Nacional, de tomarem a Mesa Diretora, a mesa das duas Casas, isso é tentativa de golpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei 14.197, de 2021, sancionada pelo próprio Presidente Jair Bolsonaro, é muito clara. Ele mesmo sancionou uma lei da qual reclamam hoje acerca da aplicação achando que ela é pesada demais.

E, agora, a tendência é fulanizar, mudar as sentenças fulanizando. Isso tem nome e sobrenome. E eu fico chateada com esse jeitinho brasileiro porque, na verdade, uma revisão criminal tem condições de mudar a sentença; uma revisão criminal. E eu seria capaz de votar a favor de uma revisão se essa revisão abarcasse apenas aquelas pessoas que foram massa de manobra, porque sim, nas imagens nós vemos, nós podemos assistir a pessoas orando.

É sabido que há muitas pessoas ali ingênuas. Não inocentes, porque cometeram um crime mesmo que não soubessem que estavam agindo como tal. Mas foram ingênuas. Só que as pessoas ingênuas foram misturadas com *kids* pretos, com pessoas treinadas e, sim, estavam armadas. Eram facas, eram porretes, eram barras de ferro, eram estilingues, eram bolas de gude, eram bombas, como ocorreu no dia 24 de janeiro, sem dó nem piedade.

Eles começaram a tentativa de golpe lá atrás, passaram anos tentando. Quando Jair Bolsonaro fugiu para os Estados Unidos, viajou, ele ainda deixou esse apito de cachorro. Não passando a faixa, não entregando o poder, ele alimentou a esperança dessas pessoas de que estavam seguras, porque, em tese, estavam sendo protegidas pelas Forças Armadas e pelo Presidente da República, o Mito. Achavam que nada iria acontecer com elas. Quando ele não passou a faixa, aquilo foi um apito de cachorro, aquilo manteve a esperança dessas pessoas. Só mais 72 horas, só mais 72 horas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então nós vivemos aqui, nas palavras de João Cezar de Castro Rocha, uma dissonância cognitiva coletiva em que as pessoas sabem das provas, que são irrefutáveis. Milhares de pessoas que foram massa de manobra tinham as provas nos seus celulares e sequer foram alegadas circunstâncias atenuantes. Eu li inúmeras sentenças. A Débora do Batom não foi presa por conta do batom, foram cinco crimes. Ali foi respeitada na dosimetria, se o pessoal não sabe fazer conta, que leiam. Foram respeitadas todas as causas de aumento, diminuição, idade, primariedade. Eu li. Agora, em muitos casos, eu não vi alegação por parte dos patronos dessas pessoas humildes, pessoas vulneráveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economicamente e vulneráveis também no sentido cultural. Pessoas muito humildes. Não foi alegado desconhecimento da lei, que é o inciso II do art. 65 do Código Penal, porque é possível, sim, alegar em questões excepcionais uma lei muito nova, essa lei é muito nova, e daria, sim, para trabalhar, é possível trabalhar dentro desse inciso.

Outro fator: a confissão espontânea perante a autoridade e a autoria do crime. Por quê? Porque estava no celular da pessoa. Se eu tenho provas aqui no meu celular, é melhor eu dizer para o meu cliente "confesse". E aí eu tenho a alínea "d" do inciso III do art. 65 do Código Penal, que é de 1940. Se as provas são irrefutáveis, se a materialidade é inegável, é melhor confessar. E aí nós temos a alínea "e" do mesmo inciso III do art. 65 do Código Penal: "cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou". É possível alegar isso então. É o efeito manada. Então, nós estamos fulanizando, trabalhando aqui para modificar uma sentença via legislação. Uma legislação nova, quatro anos. O Código Penal é de 1940 e está em vigor até hoje.

Eu votaria a favor desse projeto de lei se fosse para diminuir e rever as penas daquelas pessoas que foram incitadas, que foram enganadas. Dessas pessoas, sim, eu sinto compaixão. E eu digo para vocês, familiares desses presos, dos bagrinhos, deem uma olhada nessas sentenças. Vejam se isso foi abordado, essas atenuantes, porque não adianta... E vocês continuam sendo enganados – continuam sendo enganados até hoje. Todas essas pessoas se mobilizaram porque Jair Bolsonaro e a cúpula incitaram isso o tempo inteiro e plantaram na mente dessas pessoas. E, hoje, depois do leite derramado, não é possível mais voltar atrás. Então, a negação é o melhor remédio para eles continuarem se iludindo, porque parece que dói menos.

Então, se Bolsonaro fosse realmente firme e estivesse preocupado com essas pessoas, pediria em nome... Porque ele já confessou, isso é óbvio. Está confessado e está tudo... Mas ele pediria para liberar essas pessoas, que não são os *kids* pretos, que não são os incitadores, os financiadores – que muitos foram enganados também. Mas é vergonhoso. E eu sinto imensa preocupação por essas pessoas economicamente vulneráveis não terem sido... uma grande maioria não foi defendida pela Defensoria Pública, mas sim por advogados privados que dizem que estavam fazendo o *pro bono*. Não fazem nada. A gente sabe. Tem muita gente aqui que está trocando inclusive por cargo a sua atuação. Isso é grave, mas tudo tem a sua hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero deixar claro que agravantes, atenuantes... Eu li inúmeras sentenças. Eu assisti a cerca de 250 audiências de instrução...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... pelo canal do Victor Panchorra, canal que eu recomendo – Victor Panchorra, que tem sofrido um assédio judicial imenso, porque está contando a verdade. E contar a verdade de advogados é isto: é chuva de processo. Então, lamento, mas ele tem ganhado as ações.

O próprio Presidente Jair Bolsonaro chamou essas pessoas de malucas, fez gracinha, confessou, instigou o tempo inteiro, pediu paciência. Essas pessoas estavam, sim, protegidas ali na frente desses acampamentos. Vou eu, pode V. Exa. acampar hoje na frente de um QG? O que vai acontecer? Nem mesmo com imunidade Parlamentar nós podemos fazer isso. Estavam, sim, protegidas e estavam sendo enganadas dizendo a elas que acabariam com as igrejas, que liberariam o aborto. Mentira, o aborto não foi liberado. Desde o tempo de Jair Bolsonaro que há flexibilização em relação à desnecessidade de registro de boletim de ocorrência para o aborto, porque a maioria das vítimas é estuprada por pessoas do seu núcleo familiar. Como é que vão voltar para casa? Enfim, isso é uma discussão. Mas sempre foi assim. Nós não mudamos a legislação.

Então, Presidente, é para deixar bem claro que eu estaria disposta e a favor dessas pessoas, se houvesse hombridade, porque eles sim instigaram. Eu seria e sou a favor. Mas, infelizmente, não é. Continuam sendo massa de manobra. Acabaram com suas vidas e agora a verdade tem que ser dita. E o que eles devem procurar é uma revisão criminal, que é o melhor que podem fazer. É o que lhes restou.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ...Senadora Soraya.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro uma questão de ordem rápida, por gentileza. Quero perguntar a V. Exa. se,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

após a nossa fala, já que não há nenhum outro Senador, me parece, inscrito para falar, V. Exa. vai fazer um intervalo, e a gente voltaria às 16h da tarde, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Às 15h.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado. Eu pediria só para repor o tempo. Obrigado pela gentileza do esclarecimento.

Bom, quero dizer a V. Exa. que nós estamos vivendo aqui, neste momento, um fato histórico no nosso país, que já foi vivenciado em outras épocas, em outras datas, em outras circunstâncias, pelo menos 40 vezes.

Por que eu falo isso, Sr. Presidente? É porque, de repente, a gente vê aqui vestais num prostíbulo, pessoas que estão espantadas ou espantados com o que está ocorrendo, como se a história do Brasil, como se a cultura do país, como se a tradição do país, não tratasse, não pregasse, não impulsionasse a reconciliação, a necessidade de virarmos a página, de olharmos para adiante.

A última grande anistia que ocorreu – falei em quarenta – foi a de 1979. E pasmem, Sr. Presidente, senhores que nos assistem neste momento: os beneficiários dessa anistia de 1979 cometeram crimes graves, não foi por depredação de patrimônio público, foi por sequestro, por roubo, por tentativa de assassinato, por violência armada; pessoas que foram a público depois, em programas de televisão, afirmarem, ao contrário do que é preconizado por alguns próceres da esquerda, que não defendiam democracia, não, defendiam a ditadura do proletariado e o faziam pegando em armas. Pois muito bem, esses todos foram absolvidos, a página foi virada, alguns se tornaram Governadores de estado, alguns se tornaram Presidente da República, alguns se tornaram Deputados Federais, assumiram cargos relevantes, importantes, se reintegraram à sociedade brasileira, e o debate político pôde ser restabelecido, preservando a pluralidade, a diversidade de opiniões, visões diferentes de país e de mundo, como deve ser na democracia liberal, na qual a liberdade de expressão, de crítica precisa ser um tesouro preservado e defendido pelo conjunto da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter oportunidade de falar mais a respeito por ocasião do debate, espero eu, no Plenário desta Casa, mas é hora de agradecer, porque me parece que a configuração das votações que antecederam a próxima votação mostra já um quadro majoritário favorável à votação ou aprovação do parecer feito pelo eminente Senador Esperidião Amin. Não é o que esperávamos, não é o que queríamos, mas no debate político é o possível, no jogo de correlação de forças é o possível.

E veja, Sr. Presidente, nós estamos permitindo que pessoas voltem a sonhar. Quem está preso não vai querer aqui o discurso, não vai querer aqui o formalismo, não vai querer aqui a burocracia, vai querer sobretudo a esperança, a possibilidade de sonhar com a liberdade, com a reconciliação, com o encontro ou reencontro com os seus familiares, com o convívio com seus entes queridos.

Aconteceram vários incidentes. Eu, em particular, não acredito que houve nenhum golpe. O que houve, Sr. Presidente, foi uma baderna e aqueles que depredaram, que vandalizaram, identificados, precisam pagar por esse crime...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... mas o que ocorreu foi uma espécie de julgamento em escala industrial, no qual não houve a individualização das culpas, não se levou em consideração o devido processo legal e não se observou a questão do juiz natural. Pessoas sem foro, pessoas idosas, réus primários, sem nenhum antecedente criminal, foram julgados imediatamente no Supremo Tribunal Federal, sem direito a duplo grau de jurisdição, não recorreram ou não puderam recorrer a ninguém. Sr. Presidente, se cometeu uma grave infração contra o direito de cidadãos que tiveram suprimido um capítulo da Constituição brasileira, que é o art. 5º, das liberdades e dos direitos individuais. E esse fato começa a ser resgatado, como disse com muita propriedade o nosso ilustre Relator, com a escada de Jacó, é o primeiro degrau.

Quero agradecer a V. Exa., ao Senador Otto, ao Senador Rodrigo Pacheco, ao próprio Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, e a todos os nossos pares, que estão permitindo que este momento aconteça. Em breve, no Plenário da Casa, nós faremos a discussão, após a votação aqui na Comissão, de uma forma mais efetiva. E eu espero, Sr. Presidente, que impere o bom senso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a vindita, a vingança, o ressentimento, a amargura possam ser deixados de lado, que essa página possa ser virada e que nós possamos, no futuro, fazer justiça aos injustiçados e reparar, eu diria, essa mancha negra na história do Brasil, onde, infelizmente, os direitos foram deixados de lado e a jurisprudência de exceção se impôs, com a vontade de se retirar da liça da atividade política e do debate público a maior liderança política do Brasil, que é o Sr. Jair Messias Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não havendo mais quem queira discutir a matéria, esta Presidência encerra a discussão e suspende a reunião, a qual será reiniciada às 15h.

Obrigado a todos.

(*Suspensa às 13 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 2 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Dando continuidade aos trabalhos, coloco em votação o relatório do Projeto de Lei 2.162, de 2023.

Abrindo-se o painel, a votação será nominal. Vou abrir o painel para a votação.

Quanto aos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que se encontram nos gabinetes, peço aos assessores que possam fazer a comunicação aos Senadores e Senadoras, já que teremos uma votação nominal para a deliberação do Projeto 2.162, da relatoria do Senador Esperidião Amin.

Foi dada vista de 4h, que se completou exatamente agora. A vista foi pedida pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, representante do Estado da Paraíba.

Eu passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O senhor já vai abrir o painel, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou abrir o painel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O painel está aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, eu devo primeiro agradecer a V. Exa., V. Exa. pode até dizer não há de que, até porque é regimental, é um direito nosso, mas eu o faço pela sua compenetrada forma de atuar à frente da CCJ, nos reservando esses momentos para que pudéssemos nos ater e nos aprofundar um pouco mais.

Mas, antes de fazer um rápido registro, eu quero, nas nossas despedidas, já que é este o último momento em que teremos de reunir o nosso Colegiado, saudá-lo por um ano extremamente venturoso, que teve à frente dos nossos trabalhos uma pessoa muito cordial, muito atenciosa, mas muito firme e que não fugiu àquilo que está como ditame em cada uma das nossas peças, dos ordenamentos que nos regem aqui, o nosso Regimento, a nossa Constituição. Eu quero saudar, junto a V. Exa., cumprimentar e já o fiz particularmente a cada um e a cada um dos seus e dos nossos companheiros de trabalho, abnegados, competentíssimos, minhas saudações, ao tempo em que, ao fazê-lo, desejar um período de Natal rico de saúde e de paz, junto aos nossos familiares, aos nossos amigos, para toda a nação brasileira, e um ano de prosperidade também, de infindas e abundantes bênçãos.

Presidente, eu vou votar contra o projeto, como me parece V. Exa. também já externou seu posicionamento e disse já, quando pedi vista, não foi, longe de mim, para postergar a apreciação. Acho que esse é um tema muito delicado. Eu me preocupo com a mensagem que nós vamos estar passando à sociedade brasileira, ocupava inclusive a tribuna há poucos minutos para dizer isto: qual é a mensagem que nós, que muitas das vezes estamos a falar, e quero aqui dizer que estaria muito mais alinhado, não em razão da extraordinária competência que tem o nosso companheiro e decano, o Senador Esperidião Amin, mas eu estaria alinhado ao voto divergente, que não pôde ser lido em razão de estarmos diante, muito provavelmente, da aprovação da proposta do Senador Amin, me preocupa a mensagem que nós vamos passar, me preocupa porque, diferentemente do que está sendo sustentado aqui, não são somente as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupações ou as preocupações dos que defendem o PL junto àquelas pessoas que possam, tendo vindo, em 8 de janeiro de 2023, a sacar contra as nossas instituições, aqueles que foram tomados, em alguns casos, pelo emocionalismo. Não, não é esse espírito cristão que está se tentando passar. Na verdade, existe um grupo, aquele grupo que urdiu, aquele grupo que tramou, aquele grupo que, sabida e processualmente, comprovadamente, queria a derrubada das nossas instituições. Se a proposta do PL dissesse que a esse grupo não estarão sendo reservados esses benefícios, eu votaria, Sr. Presidente, mas, na verdade, essa distinção não está posta e, por esse motivo específico, eu me reservo ao direito de votar contra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, representante digno lá do Estado da Paraíba, e passo a palavra, como pede aí, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, também para cumprimentar toda a equipe atenciosa e competente da Secretaria da Comissão, a principal, a gente não pode negar, a principal Comissão do Senado Federal, a CCJ.

Presidente, eu respeito o meu amigo, meu irmão, a opinião dele, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. Compreendo a questão inclusive política que envolve esse tema, mas eu reitero e, por isso encaminho o voto, com a permissão desse grande Líder, o Senador Rogerio Marinho, que tem se dedicado no limite das suas forças, de corpo e alma – eu sou testemunha disso –, para dar um pouco desse alívio, Senador Magno Malta, dar um pouco de alívio enquanto a gente não consegue a anistia ampla, geral e irrestrita, Sr. Presidente, porque o que nós estamos tratando aqui é de humanidade apenas. Esse mesmo grupo que não quer a anistia hoje no Brasil é um grupo que pegou em arma. Em 8 de janeiro, não foi encontrada uma arma, nem sequer uma faca, uma arma branca. Essa turma que não quer a anistia hoje é a turma que, há pouco tempo, em outro espectro político, sequestrou embaixador, assassinou pessoas, chegou ao ponto de explodir aeroportos, de roubar bancos, todo o tipo de barbaridade foi feito.

E nós chegamos aqui com uma proposta muito bem relatada pelo Senador Esperidião Amin, com muito cuidado, com muito zelo, com muito diálogo, com a emenda do Senador Sergio Moro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que restringe ainda mais, deixando claro que o objetivo não é beneficiar outros grupos e, sim, aquelas pessoas do dia 8 de janeiro, que não tiveram, Sr. Presidente, direito à ampla defesa, como preconiza o nosso ordenamento jurídico, não tiveram a dupla jurisdição. Muito pelo contrário, essas pessoas, até os seus advogados, muitas delas não tiveram sequer acesso aos autos.

E eu vou lhe dizer, para encerrar, porque existe uma expectativa enorme da população para a abertura desse painel, o Ministro Alexandre de Moraes, o ditador-mor da toga no Brasil – e tudo passa, ele vai passar, este momento de sombra, de treva –, é o Relator, ele é que estava à frente desse julgamento, ele votou, ele não poderia jamais, porque ele se diz, Senador Izalci, vítima – vítima! E eu parabenizo o Senador Alessandro Vieira aqui mais cedo. A gente tem que dizer: justiça seja feita. Os abusos que nós tivemos aqui, como a gente diz no Nordeste, nas nossas ventas durante esse período do Judiciário nesse processo... Então, o Senado apenas caminha para reparar um pouco esses abusos de pessoas que tiveram a vida devastada, destroçada. E o Ministro Alexandre de Moraes se dizia vítima, ele deveria ter se declarado suspeito, impedido de votar nesse julgamento indecoroso que aconteceu no Brasil, uma caçada implacável a quem é de direita, a quem é conservador.

Então, que Deus nos abençoe e que a gente possa dar um sopro de esperança hoje de que a normalidade democrática pelo menos olhe para as vítimas dessa tragédia de perseguição política e ideológica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Antes que V. Exa. abra o painel, eu vou usar um pouquinho só do nosso tempo, porque quem nos acompanha está com dificuldade de entender o que está acontecendo.

E eu sou um defensor da democracia, e democracia – repito – é o respeito pela decisão da maioria mesmo quando a gente não concorda. É isso o que está acontecendo aqui, a céu aberto, mas nos bastidores o que está acontecendo é um grande acordo que envolve diretamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Alexandre de Moraes, que se entende no direito de interagir com Senadores e Deputados sugerindo, inclusive texto – inclusive texto –, enquanto, ao mesmo tempo, na tribuna da Suprema Corte, verbaliza o contrário: verbaliza que o Congresso vai muito mal quando sinaliza para a sociedade.

Este texto que estamos votando é fruto de um acordo entre o Governo Lula, parte da Oposição e o Ministro Alexandre de Moraes, entre outros Ministros que já verbalizaram por aqui, mas falo do Ministro Alexandre porque este eu posso afirmar, com absoluta tranquilidade, que interagiu com Senadores por diversas vezes em defesa desse texto.

É para o brasileiro acompanhar porque é muito fácil, nessa nossa terra, criar falsos heróis; a cada dia surge um falso herói, a realidade é essa. Estamos votando esse texto, esse texto vai beneficiar as pessoas que foram usadas como massa de manobra, sim, e isso é bom; ao mesmo tempo, vai beneficiar lideranças do movimento dito golpista, o que não é bom, mas o conjunto da obra é resultado de um acordo, que se reconheça isso.

Um abraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só quero registrar aqui que eu também critico as penas que foram aplicadas excessivamente, também entendo que o Supremo poderia ter corrigido isso desde o início. Foi um problema gerado pelo Supremo Tribunal Federal, que caiu no colo do Supremo Tribunal Federal e gera desgaste à imagem daquela corte e o Congresso corrige. Veio o texto da Câmara; texto que, apesar das boas intenções, tinha defeitos que nós estamos corrigindo.

Agora, fica totalmente consolidado o fato: os benefícios são somente para os condenados do 8 de janeiro, naquele contexto, e envolvem o Bolsonaro, os generais, também os manifestantes, mas não tem nenhum outro criminoso, não tem nenhum outro condenado por outro crime, seja sexual, seja de corrupção, seja de qualquer outro delito, beneficiado por esse texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado cumpre aqui a sua missão. E, a bem da verdade, eu entendo que a Câmara também tinha essa intenção e, infelizmente, houve ali um erro específico, mas faz parte do processo legislativo, como foi colocado muito bem pelo Senador Esperidião Amin, que assumiu uma tarefa difícil, mas faço questão aqui de elogiar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... o trabalho que foi feito. Ele colocou o texto no devido lugar, resgatando o debate e o propósito dele, que foi explicitado na Câmara dos Deputados. Então, parabéns aqui ao...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Esperidião.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... ilustre Senador de Santa Catarina.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que abra o painel, se puder, e me dê a palavra um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou encerrar a votação.

Determino à Secretaria da Mesa que abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Aí eu queria dar uma palavrinha agora, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu também quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta, depois Senador Amin, Senador Rogerio. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

SIM 17; NÃO, 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 6, da Comissão de Constituição e Justiça, de redação, e contrário às demais emendas.

A matéria...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Um minutinho só, Magno. V. Exa. vai falar mais, eu tenho certeza.

Eu quero apenas dizer a V. Exa., que V. Exa. conduziu de uma forma extremamente democrática esse processo, merece as nossas homenagens. Quero agradecer aqui a gentileza, a flexibilidade, eu diria a sapiência e a inteligência do Senador Esperidião Amin, e a sua paciência para construir o texto que conseguiu corrigir os problemas que vieram da Câmara, que não foram intenção do legislador, como muito bem demonstrou aqui o Senador Esperidião Amin.

Quero agradecer a todos os pares aqui e dizer que neste momento, mais do que nunca, é importante reafirmar que este Parlamento precisa realmente se dar ao respeito. Eu tenho ouvido aqui muitas declarações que realmente me tocam, Sr. Presidente, como Parlamentar. A vida inteira, e falo isso como uma questão importante para mim, eu imaginei um dia ser Parlamentar representando o meu estado para decidir, falar, tentar ajudar o meu país.

E hoje, de fato, nós vemos invasão de prerrogativas que desequilibram a democracia brasileira. Nós vemos um Poder tentando manietar esse Poder, porque este processo, por exemplo, há mais de um ano está interditado no Parlamento. Eu ouvi aqui um depoimento, por exemplo, do nobre Senador que me antecedeu, em relação ao Ministro Alexandre de Moraes. Eu acho que está na hora, inclusive, de nós mostrarmos a nossa independência e a nossa indignação. E falo aos Senadores e Senadoras. Há menos de 15 dias, veio no noticiário de todo o Brasil um escândalo de proporções estratosféricas, catastróficas: um banco, de repente, que ninguém conhecia, R$15 bilhões, ou R$12 bilhões, captou de incautos, de transeuntes, de fundos de previdência do Brasil inteiro. E a gente descobre, Sr. Presidente, que o Ministro, o eminente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre de Moraes, que acabou de ser citado pelo Senador que me antecedeu... a sua esposa tinha um contrato de R$139 milhões, e parece que recebeu durante 20 meses R$3 milhões e tantos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já vencidos R$80 milhões.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... R$80 milhões, e a única ação que ela patrocinou foi uma ação de calúnia e difamação ou coisa parecida. Um contrato sem objeto.

Sr. Presidente, nem tudo que é legal é moral. Eu vou repetir o que eu tenho dito sempre, em um país em que o Supremo Tribunal Federal decide, por maioria de votos, que não há conflito de interesses, quando um cônjuge ou um parente próximo, como um filho, atua em uma ação, um processo, e este juiz vai decidir, isso pode ser legal, porque foi decidido por sete a quatro, mas não é moral, Sr. Presidente.

Então eu conclamo todos os Senadores, inclusive o Senador Alessandro, façamos um novo pedido de *impeachment*, de investigação da Lava Toga. Vamos ver o que está acontecendo no Brasil, a gente precisa passar isso a limpo. Senador, V. Exa., que fez um discurso contra a Casa, contra a oposição, contra a situação, pode tomar a atitude que eu serei o primeiro subscritor depois de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 338...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Marcos Rogério pediu pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Nos termos do artigo 338, inciso IV, Sr. Presidente, peço urgência da proposta ao Plenário, apenas isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Marcos Rogério pede urgência ao projeto, e eu coloco em votação como ele pede...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Voto contra a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Registro nosso vota contra a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votos contrários do Senador Jaques Wagner e do Senador Randolfe Rodrigues.

O requerimento está aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu serei muito breve. Só quero agradecer mais uma vez a designação com que V. Exa. me honrou. Quero agradecer a paciência de todos os companheiros e companheiras, os que pensam como nós, os que pensam diferente; agradecer por esse placar que fala por si só, 17 a 7; e dizer que saúdo especialmente os votos que foram sensibilizados pela discussão; aqueles que hoje pela manhã se posicionaram lucidamente contra e à tarde refletiram. Isso torna mais bonito e mais importante o discurso e o debate; ou seja, é possível sim resolver com a mágica das palavras. Não palavras mentirosas, nem ilusões, mas palavras comprovadas por fatos, por teorias e acima de tudo por convicções.

Quero também agradecer, e escolhi aqui para premiar uma mulher que eu não conhecia, Consultora da Casa, Juliana. Vou mandar uma carta, agradecendo à Consultoria, agradecendo a você.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – ... aumentar o salário também. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma das revoluções do meu estado, revolução política, se chama revolução Juliana. Foi a nossa participação na Revolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farroupilha, que tinha sede em Laguna. Então eu quero cumprimentar a Juliana, os que te ajudaram lá. Você teve a paciência de receber alguns telefonemas em hora imprópria, mas, com a ajuda também da nossa equipe, dos meus companheiros de gabinete – quero agradecer a todos –, nós chegamos até aqui.

Quero agradecer aos integrantes das demais bancadas, ao Danilo, lá da Mesa, que foi muito solícito quando precisamos; agradecer aos Líderes, Senador Rogério. Transmito o meu agradecimento ao Flávio, que trouxe aqui a palavra do seu pai, que certamente sensibilizou àqueles que, como nós, gostariam de algo mais substancioso do que a dosimetria. Quero agradecer a minha Líder, a Senadora Tereza Cristina, e a cooperação de todos aqueles que construíram esta solução, que não tem nada a ver com o Alexandre de Moraes. Vocês acham que o Alexandre de Moraes me procurou? Olha bem para mim. Pode ter até uma semelhança de penteado, não é? (*Risos.*)

Mas eu ouso dizer que o meu é legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. tirar os óculos, eu vou confundir com ele. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O meu é legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tire os óculos, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O nosso decano é um decano ostensivo, porque ele e o outro baiano são ostensivamente velhos, cabelos brancos.

Aliás, me disseram até que muitos votavam no Cabeça Branca lá na Bahia. É verdade?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, na base da idade, V. Exa. é imbatível neste Plenário. Só quando o Jader Barbalho chega aqui é que o senhor ofusca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer muito obrigado. Vamos para o Plenário, vamos com humildade! Isso não é remédio santo, pelo contrário. Vamos depender do Plenário. Se aprovarmos lá, vai ao Presidente da República. Ele é o Presidente da República, tem direito de veto; tem direito de não vetar e não fazer nada, não acredito. E acredito que ele vai sancionar, Senador Jaques Wagner, o senhor, que também tem uma boa experiência sindical.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, o senhor tem uma extraordinária experiência sindical, e eu não preciso dizer que mais do que o senhor, a quem eu prezo muito, o Presidente da República tem. Ele vai fazer um balanço, isso é política. Vai vetar para quê? O que vai ganhar? Como dizem lá na Palestina, o que você ganha falando com o motorista? Não ganha nada; então, não vale a pena. Não vai se pronunciar? É pior do que vetar. E acho que vai sancionar, porque foi um projeto que tramitou. Pode no final ter havido precipitações, mas esse projeto é de 2023, e ele foi aperfeiçoado, ele não foi piorado. Se alguém vai questionar judicialmente, isso é outro problema, não é da nossa seara.

Mas eu tenho certeza de que o Senado sai desta Comissão, graças a V. Exa... E aí eu vou repetir o que eu lhe disse pessoalmente: a vitória mais difícil é a vitória sobre você mesmo, dizia Santo Inácio de Loyola, porque o outro você pode... uma casca de banana pode ajudar, um momento infeliz dele pode colaborar. Agora vencer a si mesmo, é uma parada embuchada, como dizia Santo Inácio de Loyola, porque não tem truque, é você mesmo. E a sua convicção, os impulsos foram vencidos pela razão e pela forma republicana e democrática com que V. Exa. conduziu, não tendo o resultado que desejava, mas tendo o equilíbrio e a sabedoria para permitir que uma decisão democrática engrandecesse esta nossa última sessão, a saideira do ano de 2025. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin. V. Exa. fez um relatório. Eu tenho certeza absoluta de que, com o relatório, a sua análise, como V. Exa. falou, não foi pela indução do Ministro Alexandre de Moraes, é bom que fique claro, até porque V. Exa. não aceitaria uma interferência num relatório que saia da sua análise, da sua consciência e daquilo que V. Exa. acredita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra o Senador Magno Malta; depois ao Senador Randolfe e ao Senador Wagner.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu começo com a frase do Senador Alessandro, com que concordo muito, em que Alexandre de Moraes diz que o Congresso vai mal. E realmente o Congresso vai mal, Senador Izalci, o Congresso vai mal, porque não o impitimou.

Se o Congresso o tivesse impitimado, certamente nós não estaríamos aqui, hoje, e certamente, se algumas autoridades não estivessem debaixo do domínio dele, conduzidas por ele, manietadas por ele, que morrem de medo dele, certamente nós estaríamos aqui votando uma anistia ampla, incluindo-o, porque, se alguém cometeu crime, foi ele; se alguém comete crime, é ele, Alexandre de Moraes. Mas as autoridades são manietadas.

E eu tenho certeza de que o cara que abre a boca e diz que o Congresso vai mal... E aí, Bahia, eu olho para você, um sujeito que tem coragem de se posicionar, se você é Presidente do Congresso Nacional, eu tenho certeza de que ele receberia a resposta que ele merece. A sua condução, embora fosse contrário à matéria, é no entendimento de que democracia é entender que a maioria tem a condução.

A invasão desse Poder, em que eu, desde 2005, meu primeiro mandato... Tomei posse em 2003 e, desde 2005, eu ia para a tribuna falando sobre ativismo judicial. E esse ativismo judicial, Senador Alessandro, foi se transformando numa ditadura do Judiciário.

O Ministro Alexandre de Moraes é o CEO de um consórcio de perversos, de um consórcio de gente sem alma e adora ou desconhece a anistia de 1979. A anistia que foi dada em 1979 foi uma anistia de fato para pacificar o país, mas para quem? Para assaltante de banco, gente de mão suja de sangue, sequestradores, assaltantes, criminosos, mas vejo essas mesmas pessoas que receberam essa anistia indo para rua para fazer *show* contra a anistia. Seria incoerência? Graças a Deus, hoje nós temos a internet, os incoerentes são expostos de forma muito imediata.

Parabéns a Zezé de Camargo, pela sua coragem de se posicionar. Aí levanta todo mundo. A "esquerdalha" se levanta para poder criticar o cara, mas ele está acima da crítica de vocês. Vocês não têm volume para ultrapassá-lo. Agora, os artistas da esquerda podem se juntar, se juntar até com o dinheiro da Lei Rouanet, fazer *show* no meio da rua contra a anistia, mas, se alguém é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor da anistia e é artista, esse é criticado. Parabéns, Zezé; parabéns, Zezé. Que outros façam a mesma coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu não sou a favor, eu sou cristão, eu creio em Deus, eu não sou ateu, eu não acredito que o Estado é Deus e que o cidadão e a sua família tenham que estar debaixo da bota do Estado, sob o comando do Estado. Eu acredito num Deus que comanda tudo e todos, criador do céu e da terra e sustentador; e isso o comunismo odeia – odeia.

Por isso, se este não é um grande dia, Sr. Presidente... Senadora Damares, nós estamos diante de uma escada de cem degraus e hoje nós estamos subindo um.

Assim mesmo todo ensaboado, um degrauzinho em que você tem dificuldade de firmar os pés, mas nós vamos chegar no segundo, vamos chegar no terceiro, porque nós somos insistentes. Nós cremos num Deus e sabemos que este país é conservador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Encerro com a fala de Gilmar Mendes: se não existisse STF, não existiria o Lula. Deu para ler, ou eu tenho que desenhar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, respeita-se o resultado da Comissão de Constituição e Justiça, ao que pese expressar a divergência, sobretudo em relação ao acatamento de eventual emenda de redação. Com todo o respeito ao Relator e ao trabalho realizado, esse projeto já nasceu errado. Nasceu errado, Presidente, porque ele subverte uma história da nossa República. Pela primeira vez na história republicana, há um processo, dentro do Estado democrático de direito, garantindo ampla defesa e contraditório aos acusados, de julgar aqueles que atentaram contra a democracia brasileira, que buscaram o golpe de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, essa trajetória vem desde a República. Os que participaram do golpe da República de 1989 foram depois anistiados. Os que tentaram o golpe de Estado em 1929, que resultou na Revolução de 1930, depois foram anistiados. Alguns dos que participaram do golpe de 1937 foram anistiados. Aqueles que tentaram o golpe contra Juscelino foram anistiados. Aqueles que participaram do golpe militar de 1964, na verdade, esses foram anistiados, porque, em última análise, a anistia de 1979 foi também para beneficiá-los – foi em especial para beneficiar estes.

Então, eu quero só fazer esse registro, Presidente. Nós vamos continuar o debate com o maior tempo possível lá no Plenário e vamos utilizar todos os mecanismos que tiverem que ser utilizados em relação a este debate.

Presidente, é muito comum fazer uma alusão à história, se eu não me engano, de D. Débora Rodrigues dos Santos, a Débora do Batom, porque, segundo alguns – e não é por isso, a pena dela não é por ela ter pichado a Estátua da Justiça –, ela foi condenada por pintar com batom a Estátua da Justiça na frente do Supremo Tribunal Federal. Não foi por isso; foi por participar de uma intentona golpista, em que, dentro do contexto dessa intentona golpista, entre outras coisas, buscou-se assassinar o Presidente, o Vice-Presidente eleito, e buscou-se assassinar o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, conforme investigado pela Polícia Federal.

Mas vamos ao caso. Caso igual teve em 1967, com uma militante chamada Helenira Resende. Essa militante, Presidente, em 1967, pintou no muro da sua casa "abaixo as leis da ditadura". Foi presa, foi torturada e, tempos depois, foi morta pela ditadura. Essa é a diferença do que ocorre em um estado de exceção, tal qual aquele que queriam instalar aqui, no Brasil, e o que ocorre em uma democracia, quando alguém tem o direito de ampla defesa e de contraditório.

A propósito, sobre a Lei Rouanet – e as minhas homenagens aqui aos artistas brasileiros, sobretudo a Caetano Veloso, Djavan, Chico Buarque, Gilberto Gil e outros, que foram às ruas se mobilizar e estão, há 30 anos, nas ruas, defendendo a democracia –, para acabar de vez com esse mito da Lei Rouanet, eu quero aqui citar quem são os dez artistas mais bem remunerados pela Lei Rouanet.

Primeiro lugar: Gustavo Lima, 52 milhões.

Segundo lugar: Bruno e Marrone, 45 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro lugar: Leonardo, 42 milhões.

Quarto lugar: Chitãozinho e Chororó, 38 milhões.

Quinto lugar: César Menotti e Fabiano, 35 milhões.

Sexto lugar: Zezé Di Camargo e Luciano, 32 milhões.

Sétimo lugar: Eduardo Costa, 28 milhões.

Oitavo lugar: Amado Batista, 23 milhões.

Nono lugar: Henrique e Juliano, 20 milhões.

Décimo lugar: Fernando e Sorocaba, 19 milhões.

Ao que me parece, não está nenhum dos artistas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... que estão se mobilizando por democracia e contra a anistia raiz ou a anistia nutela como essa que estão tentando aprovar aqui.

Nós vamos... Reitero: a emenda, aqui sacramentada, claramente não é uma emenda de redação. É uma emenda que altera o mérito, porque esse projeto nasceu torto. E, como se diz na Bahia, Senador Otto, o que nasce torto nunca se endireita.

Esse projeto nasceu torto, porque, sob pretexto de tentar aprovar redução de penas para quem tentou golpe de Estado, tentou assassinar Presidente e Vice-Presidente eleitos, a despeito disso, incluíram dispositivos para anistiar de uma centena de outros crimes.

Mas vamos ao Plenário, que lá é o lugar onde o debate vai ter continuidade, e eu espero que a posição da CCJ seja revista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu quero começar, Presidente, primeiro explicando o motivo pelo qual eu estive aqui na reunião, mas não pude ficar, porque eu estava na reunião ministerial, do Presidente Lula, a última do ano, tanto eu quanto o Senador Randolfe, e, portanto, foi até difícil eu sair para vir cá, porque o Presidente exigia a presença de todos, e os três Líderes – eu, Guimarães e Randolfe – estávamos lá. Então, só para explicar que eu cá não estava... Vim aqui para tentar equacionar, e eu prefiro agora me ater àquilo que eu equacionei.

Eu não sou, talvez pela minha idade, pela minha experiência e pela minha vontade de fazer as coisas andarem e fazer mais pelo Brasil, a mim não me motiva empurrar com a barriga para um pouco depois aquilo que já está claro que vai acontecer e ficou expresso nas votações aqui, mesmo os requerimentos.

Então, eu fiz, e sem consultar o Presidente da República ou a Ministra Gleisi, porque eu acho que quem está na política tem que ter coragem de se arriscar. A política, sem risco, não tem graça. E me arrisquei, e não me arrependo de ter vindo aqui para ter feito um acordo de procedimento, e não de mérito.

No mérito, meu partido fechou questão contra essa matéria. O Governo orientará contra essa matéria, porque eu não acho menor o crime contra a democracia.

O que nós vimos, em 8 de janeiro de 2023, é muito grave.

Eu fui aluno no Colégio Militar do Rio de Janeiro. E, no meu tempo, quem passava no muro de uma instituição militar passava rápido, porque sabia que ali não podia encostar, por ser uma instituição militar.

O que nós vimos, nos vários agrupamentos aqui, inclusive em frente ao Quartel-General do Exército e em outros quartéis, é algo muito grave. É como se as Forças Armadas brasileiras estivessem dando cobertura a um ato de insurgência contra o resultado eleitoral, que culminou no 8 de janeiro. Então, não acho que é pouca coisa, eu acho que é muito grave.

E o que mais me preocupa, Senador Amin, no projeto de lei que V. Exa. relatou – e apesar de haver essa discussão sobre se é de mérito ou redacional, o objetivo foi minimizar dano, vou chamar assim, para que não transbordasse para outro tipo de crime –, o que mais me incomoda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que nós não estamos tentando equacionar um problema do 8 de janeiro. Como a lei é perene, nós quase que estamos dizendo a quem queira de novo fazer uma insurgência contra a democracia que já tem uma proteção, que a progressão de pena, como está no texto, se for aprovado, se for sancionado, é uma progressão de pena que é mais rápida. Eu comentei isso hoje, mais cedo, com o Senador Marcos Rogério, com o Senador Rogerio Marinho. Esse é um risco, é quase que um convite: "Ó, pode bagunçar [desculpe o termo], pode bagunçar com a democracia, que a pena será abrandada", como está no texto. Óbvio que sabemos que o texto é para abrandar um episódio específico, mas como a lei continua, ela vai proteger outros.

Então, eu quero dizer o seguinte: eu não tenho, apesar das críticas que foram feitas... Eu digo sempre que quem estiver na política só para o aplauso é melhor mudar de ramo. Eu estou na política para o aplauso e para a crítica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – E assumo aquilo que fiz de acordo de procedimento, porque eu acho que não tinha sentido nenhum empurrar. O Presidente tomará sua decisão; quem sabe, com as suas palavras aqui, no espírito natalino, ele resolva sancionar, mas não me pertence isso, é um direito, é uma decisão que ele fará. Mas eu só quero dizer que eu sei que houve... Eu não troquei nada, porque no mérito está mantida a minha posição, e, no mérito, continuo dizendo que interessa ao Governo aprovar o PLP 128, que trata das multas sobre a BBB e a questão da redução das despesas tributárias.

Então, só para esclarecer, Presidente, primeiro, principalmente a V. Exa., eu não fiquei aqui porque estava numa reunião ministerial, e quase tomei bronca do Presidente de ter saído de lá para vir aqui conversar com o Líder da Oposição. Voltei para lá, para poder terminar, mas deveria estar aqui. Infelizmente não tinha outros Líderes aqui também, porque Randolfe também estava comigo lá e Rogério Carvalho estava no Sergipe. Mas, em relação ao acordo que fiz, eu não tenho nenhum problema, fiz, faria de novo; não negociei mérito, negociei procedimento, concordamos em procedimento. Até porque, eventualmente, o Presidente Davi poderia puxar para o Plenário, mesmo que se fosse dado... V. Exa. teria o direito, e eu agradeço a V. Exa., de dizer que a culpa, se tem culpa – detesto essa palavra, eu prefiro "responsabilidade" –, a responsabilidade é minha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu vim aqui e o chamei, como chamei o Senador Renan, para dizer que eu estava adotando... lhe pedi e V. Exa. concordou, portanto sou grato.

Então, se tiverem que bater, a responsabilidade é minha, que batam em mim. Eu não tenho nenhum problema nem arrependimento do que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jaques Wagner.

Senador Jaques Wagner, o Senador Rondolfe fez uma colocação a respeito de um vídeo que foi colocado em toda a mídia do cantor sertanejo Zezé de Camargo, que, entre tantas agressões que eu já ouvi na minha vida contra as mulheres, talvez tenha sido o mais ácido de todos, quando ele se dirigiu às filhas do Silvio Santos, um comunicador de massa, usando a palavra "prostituindo". Acho que não tem misoginia mais alta do que essa de alguém que vá fazer um vídeo... Um cantor, que é um cantor sofrível, mas, como analista político, é um desastre. É um desastre o que ele fez, gravou esse vídeo e soltou na mídia.

Portanto, depois das palavras de V. Exa., eu quero dizer que também tomamos decisões pela maioria do Plenário. O Plenário é soberano, o Plenário decidiu por maioria, não só na questão da emenda como também na votação e no tempo de vista que foi concedido aqui e solicitado pelo Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho. Portanto, V. Exa. não é tão culpado como se acha, tão culpado...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Responsável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu também assumi a minha responsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas sem... Eu não sou procurador de quem quer que seja...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Damares depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mas eu assisti o vídeo também da mesma forma, e acho que a frase foi muito infeliz. Ele próprio veio a público depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder justificar, mas quem assistiu à fala dele... Obviamente que não fez a fala usando aquele termo com o sentido que aquela palavra tem a depender do contexto. É igual na política; alguém às vezes fala que "está prostituindo o discurso", "está prostituindo o relacionamento político". Agora, não deixa de ser uma frase infeliz em qualquer ambiente. Mas ali eu acho que o sentido do que ele falou inicialmente, para quem acompanhou, ficou entendido, mas, mesmo assim, ele veio a público depois para dizer que foi absolutamente inadequado, e isso demonstra que ele próprio reconheceu que foi um erro a frase utilizada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Damares.

Depois, Senador Rogério Carvalho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu vou fazer uma fala mais de uma defesa corporativista, uma defesa nossa, que pode soar realmente corporativista.

Quando eu estava entrando ali – aí já tinha sido aprovado – a pergunta da imprensa era: houve um acordão, vocês negociaram isso tudo por causa da votação de um pacote econômico daqui a pouco? Eu acho tão ruim pensarem isso da gente, Senador, especialmente de vocês que eram contra essa matéria. Eu acho tão ruim achar que Senadores aqui estão negociando liberdade e vidas humanas por dinheiro.

Esse problema todo não foi criado por nós, Senadores – e eu precisava deixar isso claro –, mas somos nós, Senadores, que estamos dando uma condução para a solução desse problema, não fomos nós que criamos esse problema, nem essa composição, nem a composição anterior. Nós recebemos um texto com problema, nós tivemos o episódio do 8 de janeiro. Claro, o meu time está aqui o tempo todo dizendo que não é golpe, há um outro time dizendo que foi golpe, mas não fomos nós que criamos esse problema. Mas este Senado, em uma semana, deu uma resposta, Senador Otto, e eu preciso cumprimentá-lo, eu preciso cumprimentá-lo.

Na hora em que o senhor levantou o dedo naquele Plenário, eu disse: "Não, Senador, não levanta essa mão!". O senhor levantou, o senhor pediu que viesse para esta Comissão. O senhor sabia e entendia que aqui era o fórum ideal para o debate. O senhor não protelou, o senhor veio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor pautou, ouviu todo mundo, o resultado está posto. E nós vamos para o Plenário agora, e a gente está torcendo muito para que a gente tenha um sucesso lá no Plenário. Mas o Senado ousou, teve a coragem de debater dentro do tempo recorde, obedecendo o rito, ouvindo todo mundo.

Eu faço essa fala porque eu não aguento mais este Senado ser acusado de tantos horrores dos quais não somos culpados. Nós não nos omitimos, nós não estamos sendo covardes, nós estamos tendo coragem de tocar em assuntos polêmicos nesta Casa. E eu precisava fazer esse registro.

Quero agradecer ao Senador Amim, foram dias bem complicados para ele, mas ele se manteve firme. Quero agradecer a todos os membros desta Comissão, mas quero fazer um registro também à Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de janeiro e a todos os familiares, na pessoa da Dra. Carolina: obrigada pelo apoio, por ter nos ajudado a chegarmos a essa resposta.

Vou fazer mais um apelo aos colegas que estão pensando ainda em votar contra: conversem comigo, se há alguma dúvida do que aconteceu naquele 8 de janeiro. Nós temos, sim, pessoas inocentes na cadeia e hoje a gente vai dar um passo para restabelecer a justiça. E que a gente encerre o dia de hoje dando um primeiro passo para o restabelecimento total da justiça no país.

Obrigada, Senador Otto. Muito obrigada pela forma serena, não foi fácil. Que seus eleitores lá na Bahia entendam: o senhor conduziu isso aqui com sabedoria, serenidade e isenção. O senhor está respeitando o resultado do Plenário. Parabéns ao senhor, que esteve na condução e de uma forma tão brilhante, ao Senador Amim e a todos os demais. E, demais colegas que estão me ouvindo do gabinete, por favor, aqui não é uma briga por dinheiro, por poder, nós só queremos fazer justiça a quem está inocente na cadeia.

Obrigada, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço a V. Exa., Senadora Damares.

Passo a palavra, pelo sistema remoto...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ao Senador Rogério Carvalho, depois a V. Exa.

O Rogério Carvalho estava inscrito antes de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que o Senador Jaques Wagner conversou comigo hoje de manhã e, em nenhum momento, ele sugeriu qualquer tipo de mudança de posição da Bancada do PT. Na reunião da CCJ, hoje de manhã, na oportunidade que eu tive de me manifestar como Líder da bancada, a minha posição foi muito clara contra esse projeto chamado da dosimetria, por entendermos que a democracia é muito importante e não é um meio simplesmente para as pessoas participarem da vida pública. A democracia é um valor que é base, é estruturante de uma sociedade que se diz civilizada, moderna, que quer produzir igualdade, justiça, igualdade de direitos.

Portanto, a nossa posição é muito clara: não somos favoráveis, não vamos votar a favor da redução de pena para quem atentou contra a democracia, para quem atentou contra as instituições democráticas, para quem planejou e botou em curso um plano para a execução, para matar Presidente, Vice-Presidente e membros do Judiciário. Isto não é pedagógico: reduzir pena para esses tipos de crimes, e, ainda por cima, crimes que atingem toda a sociedade brasileira. Às vezes ou talvez algumas pessoas não tenham a dimensão da profundidade da repercussão de um sucesso ou do sucesso de um golpe de Estado, porque estamos longe – já estamos a uma geração, duas gerações distantes do golpe de Estado que se materializou, que é o golpe de 64, com famílias desfeitas, com carreiras, em uma geração, interrompidas. Tudo isso tem um custo, trouxe um custo para o Brasil, para as nossas instituições, para a nossa sociedade. Portanto, o PT fechou questão.

Eu quero também aqui dizer que o Senador Fabiano Contarato se equivocou na hora da votação. Ele participou da nossa reunião e, nessa reunião, ele, como todos os Parlamentares, se manifestou contra esse projeto.

E eu quero deixar aqui que nós vamos para o Plenário, vamos fazer o debate e encaminhar o voto contra a diminuição das penas para aqueles que cometeram, ao nosso ver, um crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente grave contra o Brasil, contra o povo brasileiro, contra as instituições, contra o futuro e contra a vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu preciso reconhecer: conhecia já a sua posição sobre esse projeto, vi sua indignação no Plenário na semana passada, sua manifestação, e entendo – e me coloco no lugar, porque é um exercício cristão tentar se colocar no lugar da pessoa – que o senhor, mesmo contrário a todo esse processo, teve a grandeza de fazer a votação de pedido de vista apenas de quatro horas, deixar todos discutirem, colocar democraticamente para ser votada a questão de se era redacional ou se era mérito. Então, eu preciso agradecer ao senhor, porque esse projeto é um projeto muito importante, Senador, para o Brasil.

Sabemos que algumas pessoas, sim, cometeram exageros, mas eu, particularmente, estive com várias pessoas ou familiares das pessoas que muitas vezes foram lá de bandeira, e, quando começaram a cair as bombas de gás, se abrigaram e não quebraram uma vidraça. Alguns quebraram, nós temos imagens, mas existem ainda coisas ocultas sobre aquele 8 de janeiro: pessoas que desceram por trás dos prédios públicos com rapel, com rosto escondido, que pareciam já estar dentro; as palavras do Presidente Lula dizendo: "Se entrar é porque alguém abriu" – o Presidente Lula falou isso –; o G. Dias servindo água junto com seus assessores para as pessoas; o Plano Escudo, que não foi acionado; a Guarda Nacional, que estava de vigia, de vigília no pátio do Ministério da Justiça – tem imagens também; caso alguém queira procurar, tem na internet –; e tudo isso ou nada disso, na verdade, foi suficiente para que se colocassem os verdadeiros culpados atrás das grades.

Então, o senhor sabe que, naquele fatídico dia, até crianças foram para a Colmeia, até crianças foram presas e não foi encontrada nenhuma arma.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No entanto, discussões e discussões foram feitas. E eu preciso agradecer ao Senador Esperidião Amin.

Gostaria, sim, que o projeto original, concebido pelo Deputado Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro, o qual previa a anistia ampla, geral e irrestrita... Inclusive, ele fez uma canção religiosa com esse tema. Depois o Paulinho da Força, no meu entendimento, subverteu o desejo do autor, mas é o que é possível, é o remédio possível neste momento.

Parabenizo o Senador Esperidião Amin, que mais uma vez engrandece o Estado de Santa Catarina; agradeço ao senhor pela flexibilidade, pela compreensão e por ser um homem democrático; e também agradeço ao Senador Jaques Wagner pelo gesto que fez. Nós, de manhã, nos reunimos ali atrás – eu, ele, Rogerio Marinho e Marcos Rogério. E, de alguma forma, como ele mesmo disse, ele assumiu, tomou uma atitude de coragem para que esse projeto pudesse chegar, neste momento, a ser aprovado aqui na CCJ. Quero agradecer a V. Exa. Muito obrigado.

Que Deus abençoe o Brasil! E que as penas para as déboras do batom, no plural, que não foram poucas, são a maioria... Pelo menos que tenham esse desfecho do ano com um pouco mais de paz no coração! Muitos deles já cumpriram parte da pena em casa ou na cadeia e esperamos que esse remédio, ainda que não seja para cura, seja um remédio de alívio e de dor para tantos injustiçados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Eu quero dizer da minha gratidão a toda a equipe da Mesa Diretora da Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa aqui do Ednaldo. Vocês foram fundamentais para que pudéssemos produzir como produzimos. Acho que a CCJ aprovou vários e vários projetos, inclusive a reforma tributária, além de outros projetos que passaram para apreciação do Plenário desta Comissão. A minha gratidão muito grande ao pessoal da segurança, meus estimados amigos, a todos os Senadores e Senadoras.

Desejo um feliz Natal, um Natal de paz e tranquilidade para todos vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um forte abraço, fiquem com Deus!

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Mais nada havendo a tratar, declaro encerrada essa última reunião do ano de 2025, já desejando também um 2026 de muita luz para todos vocês.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Humberto Costa, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CI (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5760, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 3-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Humberto Costa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2511, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3951, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 4-S e rejeição da Emenda nº 5-S. **Resultado:** Aprovado, em turno suplementar, o Substitutivo oferecido ao PL 3951/2019 e a Emenda nº 4-S-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 5-S. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4980, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o sistema de controle interno dos entes públicos, conforme os artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1707, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3995, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CTFC e 2-CTFC, e contrário às Emendas nºs 7 e 8. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CTFC-CCJ e 2-CTFC-CCJ, e contrário às Emendas nºs 7 e 8. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 2-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Sergio Moro. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1729, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acatamento da Emenda n°1-CDH, e rejeição da Emenda n°2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3112, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 1, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 421, de 2023 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 385, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, de redação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 941, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3112/2023, que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3995/2024, que "estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 3, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5760/2023, que "estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/04

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 12.

Nós vamos chamar a pauta pelos Relatores presentes.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Questão de ordem, pode falar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – É necessário aqui destacar, Presidente, que fomos todos informados dessa decisão pela manhã do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro André Mendonça de prisão preventiva do Daniel Vorcaro, que, como dono e dirigente do Banco Master, estaria envolvido em uma fraude de R$40 bilhões – para ficar nos números mais modestos –, com uma rede de influência que se estende, pelo que foi visto aqui, até com transações envolvendo Ministro do Supremo. Mas a decisão aqui do Ministro André Mendonça, pelo que vejo, foi amplamente fundamentada.

E, pelo que se depreende do teor dessa decisão, o Sr. Vorcaro tinha uma atuação digna de um gângster, porque é o que a gente vê em mensagens que ele teria trocado com seus cúmplices. Segundo os termos da decisão, nós temos mensagens com o seguinte teor: "O bom de dar sacode no *chef* de cozinha primeiro. O outro já vai assustar", referindo-se a um empregado que estaria supostamente ameaçando relatar fraudes do Sr. Vorcaro. Ele teria dito ao seu "cúmplice", entre aspas, e desculpe-me aqui a expressão: "Tem que moer essa vagabunda". Outra parte da decisão do Ministro André Mendonça faz referência a uma possível tentativa de atentado contra um jornalista, simulação de um assalto para intimidar a imprensa, para que não revelasse os malfeitos do Sr. Vorcaro. Consta lá na decisão, aqui entre aspas, também referindo-se a um jornalista: "Quero dar um pau nele".

Então, assim, eu fui juiz 22 anos, e a gente via muito isso com traficantes de drogas. Os traficantes de drogas, quando são ameaçados pela Justiça, normalmente eles matam as testemunhas, eles intimidam as pessoas, usam todos os estratagemas possíveis para evitar a sua responsabilização pela Justiça. As mensagens que nós podemos ver nessa decisão que foi divulgada pela manhã é um comportamento da espécie. Evidentemente, ele não é um traficante de drogas, mas agia como se fosse um líder de uma organização criminosa, ameaçando testemunhas, fazendo espionagem ilegal de adversários, pessoas que poderiam eventualmente incomodá-lo, e aqui temos frases "dar um pau num jornalista", "simular um assalto"...

Então, eu quero aqui registrar os meus elogios ao Ministro André Mendonça por ter tomado essa decisão. E eu sei que o Ministro André Mendonça é um magistrado muito moderado, sereno. Para ele ter decretado a prisão preventiva... Eu fiquei pensando, mas qual que é a justificativa? Claro, R$40 bilhões de fraude seria para mim uma justificativa suficiente, mas, quando a gente lê essa decisão e vê o nível de gangsterismo desse indivíduo, nós temos aqui que concordar, em absoluto, com o Ministro André Mendonça e esperar que seja feita a justiça neste país, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um indivíduo desse que comete tamanhos crimes e com tamanha ousadia, para impedir a investigação e instrução, realmente o lugar dele é em prisão, através dessa prisão preventiva.

Espero... Nós temos aqui a CPI do crime organizado – na qual temos tentado avançar com investigações importantes –, que infelizmente têm sido coartada por decisão de outro Ministro do Supremo Tribunal Federal, que impediu que uma quebra de sigilo fiscal e bancário legitimamente decidida fosse executada, mas pelo menos aqui sei que o caso judicial está em boas mãos com o Ministro André Mendonça, que tomou a decisão correta nesse caso. Espero que todos esses fatos sejam revelados e que se possam extrair todas as consequências possíveis em relação ao Sr. Vorcaro e a sua gangue, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Eu tomei conhecimento hoje, pelos meios de comunicação, desse pedido de prisão e também tomei conhecimento dessas falas que culminaram com a prisão dele pela Polícia Federal, um pedido de prisão autorizado pelo Ministro. Realmente, eu concordo com V. Exa. Isso é caso... A gente vê isso em filmes de gângster mesmo! Se a pessoa não estiver de acordo – qualquer um, jornalista ou qualquer pessoa, até mesmo um político, um profissional liberal –, as ações vêm em cima dessa forma, simulando assalto, espancando as pessoas...

Essa CPMI – de que existe aqui o pedido já assinado, e eu tive o prazer de assinar junto com muitos dos meus pares aqui – do Banco Master tem que acontecer, para a gente poder saber até aonde vai isso. Quem tem culpa aí tem que pagar. Nós vimos aí pessoas – ainda foram muitas – em jatinhos particulares, fazendo campanha por este Brasil, sem saber quem é o dono. Isso é muito perigoso. Eu tenho aeronave, mas quem entra dentro da minha aeronave – como o Senador Oriovisto, que também é muito rigoroso – a gente quer saber quem é e não sai também assim, pelo custo que tem emprestando a aeronave, com todo o custo, para circular o Brasil inteiro – o Brasil inteiro. Então, essa CPMI tem que ser aberta.

Agora, também, Senador Sergio Moro, eu fico preocupado já é com a segurança do Ministro André Mendonça, porque quem faz um tipo de ação como esta de mandar bater e espancar por não estar de acordo com seu *modus operandis*... Então, nós temos que nos preocupar também com a segurança... Eu sei que o próprio Supremo vai dar toda a segurança, redobrar a segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministro André Mendonça, mas, hoje, o país espera muito dele nas decisões dele, com relação a esses desvios aí que foram tirados do INSS, da Previdência, e também a essa questão do Banco Master. É o que nós esperamos.

E eu creio que o Senado Federal vai agir nesse sentido; aliás, está agindo nesse sentido. Só é preciso, Senador Alessandro, Senador Oriovisto, Senador Mourão, que algumas atitudes sejam tomadas, doa a quem doer – doa a quem doer. As pessoas que tiverem cometido ilícito vão ter a oportunidade de se explicarem, ou seja, ou na Comissão de Assuntos Econômicos, no que foi aberto ali nessa Comissão, ou em uma própria CPMI, como a que está sendo conduzida ali pelo Senador Carlos Viana, de uma forma transparente e muito bem conduzida.

Eu confesso que, como tenho acompanhado aí os trabalhos do Ministro, como tenho acompanhado o de todos os Ministros, em especial o do Ministro André Mendonça, eu fico preocupado até mesmo com a segurança do Ministro André Mendonça.

Bom...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, se me permite só um pequeno aparte a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É apenas para acrescentar uma informação.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado do Crime Organizado vem se debruçando sobre a questão também do Banco Master, diante das óbvias infiltrações criminosas e do óbvio fato de que se trata de crime organizado. E uma das batalhas que a gente tem enfrentado – eu sou o Relator, Presidente, daquela Comissão – é fazer as pessoas entenderem que crime organizado não é só pobre em favela armado de fuzil.

O crime organizado, e o crime organizado mais perigoso, é justamente esse, que tem um poderio econômico imenso e que atua livremente nos gabinetes em Brasília, na Faria Lima, em São Paulo, nos outros centros de dinheiro e de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto é verdade, que a operação de hoje, como o senhor lembrava – o senhor muito bem verbalizou, e o Senador Moro me parece que antes –, mostra claramente o modo de operação típico de facção, típico de máfia, que é do enfrentamento duro e violento contra aqueles que ousam fazer a denúncia – no caso, os jornalistas. O senhor tem razão em reportar a preocupação com a segurança dos policiais, dos procuradores, do Ministro André Mendonça, mas a gente também vai ter que olhar para os Parlamentares, Senador, porque, de fato, algumas coisas só vão avançar no Brasil quando o Senado exerceu o seu papel de fiscalização.

Neste momento, nós temos, muito claramente, numa linha de conexão e suspeição de atuação integrada com essa organização criminosa, Ministros da Suprema Corte. E não tem, no arranjo constitucional, outro lugar para cuidar disso que não seja o Senado. A gente está falando de uma quadrilha que, e eu olho aqui para o Senador Izalci... Só para Brasília, só para o Distrito Federal o prejuízo que esses caras causaram já passou da casa dos R$8 bilhões. Roubaram dinheiro do aposentado, quebraram previdências estaduais e municipais e se infiltraram intensamente através da corrupção, e a gente quer ter a oportunidade de fazer esse trabalho avançar.

Estamos enfrentando resistências – isso era previsível –, enfrentando ameaças – isso é previsível também, infelizmente –, só que a gente não pode esmorecer. O Senado da República tem uma missão que é constitucional e é com os brasileiros. A gente tem que abrir essa caixa, a gente tem que mostrar o que é e por que o Brasil continua sendo vítima do crime. O Brasil é vítima do crime porque a infiltração, através da corrupção, chegou nas mais altas instâncias; e, se o Senado não tiver coragem e capacidade de fazer isso, na República ninguém vai ter.

Então, eu me somo às palavras de V. Exa. Afirmo aqui: a CPI do Crime Organizado, com óbvia competência para apurar isso, porque se trata de conexão evidente... Esse pessoal circulava e lavava dinheiro do PCC, eles interagem com milícias para ações violentas, como se tem hoje notícia, através dessa divulgação de fragmentos de interceptação. Isso tudo é muito grave, e a gente tem que fazer aqui a reação institucional, democrática, técnica contra aqueles que querem abafar isso tudo.

A gente tem notícia hoje – acho que a *Folha de S.Paulo* noticia – de uma iniciativa do Ministro Gilmar Mendes para tentar levar ao Plenário um processo do qual ele se apropriou ilegalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Gilmar Mendes se apropriou da relatoria de um processo no Supremo Tribunal Federal, na minha visão, ilegalmente, porque ele ressuscitou um mandado de segurança arquivado há três anos para, neste mandado de segurança, despachar um pedido da empresa Maridt, que é a empresa vinculada ao Ministro Dias Toffoli. E, nesse processo arquivado há três anos, ele despachou bloqueando a quebra de sigilo que tinha sido deferida pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado. E ele desdobra a ação dele, ele agora já noticia: "Não, quero levar ao plenário, porque eu quero criar uma decisão de plenário do Supremo", o que na prática vai proibir Comissão Parlamentar de Inquérito, porque vai limitar tempo de verificação, o que pode ser pedido e o que não pode, se a gente pode convocar as pessoas. A gente está vendo esse circuito acontecendo, é a olhos vistos. E, se a gente, que pediu a confiança do povo, que é Senador da República, não tiver coragem de pegar um microfone e falar a verdade para o povo, quem é que vai ter?

É muito grave o momento que o Brasil vive, mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade muito grande de fazer uma faxina que a gente está devendo para o povo há muito tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Informo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que os Relatores dos itens nºs 1, 3, 6, 8, 10 e 11 solicitaram o adiamento da deliberação dos respectivos projetos.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3220, DE 2019

- Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;

- Se for aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a Turno Suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2511, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

- Na 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/12/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1707, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 03/12/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1729, DE 2023

- Terminativo -

Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acatamento da Emenda nº1-CDH, e rejeição da Emenda nº2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, e posteriormente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH, de redação.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.)

Sendo assim, pela ordem, item nº 4.

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3951, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.*

Autoria do Projeto: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 4-S e rejeição da Emenda nº 5-S.

Observações:

- Em 26/11/2025, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3951, de 2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramendo da discussão;

- Recebidas em Turno Suplmentar as Emendas nº 4-S, de autoria do Senador Rogério Carvalho, e nº 5-S, de autoria do Senador Eduardo Girão;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães, para proferir o relatório sobre as Emendas nºs 4-S e 5-S. À leitura. Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como já adiantado por V. Exa., esse projeto já foi aprovado por esta Comissão, na sua integralidade, e restaram apenas duas emendas que vão ser apreciadas hoje. Só para lembrar aos colegas, esse projeto trata do uso de dinheiro em espécie. Foi feito pelo Senador Flávio Arns; ele dá uma série de normas de quando pode ser usado, estabelece valores que podem ser portados e estabelece uma série de regulamentações a respeito.

Uma das coisas importantes, que foi uma emenda de minha autoria, que foi incorporada pelo Senador Flávio Arns, é que ele proíbe a compra de imóveis com pagamento em dinheiro vivo. Isso vem muito ao encontro do que estamos discutindo aqui: lavagem de dinheiro. Uma das principais maneiras de se lavar o dinheiro é compra de imóvel pagando com malas de dinheiro em espécie. Isso fica proibido; nenhum cartório mais a poder fazer escritura nessa modalidade. O dinheiro necessariamente terá que ser rastreável, terá que vir de uma instituição bancária.

Então, eu peço permissão – já que o projeto já é conhecido, já foi aprovado; trata-se apenas de duas emendas – para ir direto à análise dessas duas emendas.

Foram duas emendas, a Emenda 4-S, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que eu entendo que merece ser acolhida. A proposição prevê que o descumprimento das obrigações previstas no projeto sujeitará o infrator à apreensão dos recursos, e se for o caso, ao confisco dos valores, respeitando-se o princípio do contraditório e da ampla defesa. Com isso, é resgatada parte da proposta original, na qual estavam previstas as medidas assecuratórias e sanções.

A emenda é importante porque estabelece mecanismos de *enforcement*, que assegurarão efetividade à aplicação dos comandos da lei, incentivando comportamentos no sentido de observância aos limites de uso de dinheiro em espécie previstos no diploma legal.

Então, eu acolho a Emenda 4-S, do Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, a Emenda nº 5-S, de autoria do Senador Eduardo Girão, não merece acolhida. Ela prevê a necessidade de que o Congresso Nacional convalide, por meio de decreto legislativo, todas as normas que o Conselho Monetário Nacional venha a expedir sobre os limites e condições para uso de dinheiro em espécie. A proposta cria uma enorme burocracia, que poderá inviabilizar e esvaziar completamente a medida de combate à corrupção ora aprovada, indo na contramão do espírito do substitutivo aprovado, que é o de permitir que os valores sejam facilmente adaptados e atualizados pelo órgão regulamentador em face da conjuntura econômica e financeira vigente.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Emenda 4-S e pela rejeição da Emenda 5-S, apresentadas, em turno suplementar, ao Substitutivo ao Projeto de Lei 3.951, de 2019.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo relatório, Senador Oriovisto.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador.

Com a palavra, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro quero elogiar aqui o relatório e o voto do Senador Oriovisto, e, de fato, a diminuição da utilização do dinheiro em espécie – que é algo factível, hoje, pelas tecnologias existentes... Aliás, na China nem se usa mais, praticamente, dinheiro em espécie, mas aqui vai ter a virtude de diminuir oportunidades para a prática de lavagem de dinheiro, que realmente causa surpresa, quando se pega uma escritura pública e vê lá um imóvel de dezenas de milhares de reais ou centenas de milhares de reais ou, às vezes, até mais de milhão sendo pagos em espécie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aqui fazer o cumprimento ao Relator e, desde logo, indicar o meu posicionamento favorável.

Mas só aproveitando também, Presidente, aqui, já que estou com a palavra, eu pediria, se nós pudéssemos, depois, ir para o item 7, uma inversão de pauta, que é um relatório do Senador Eduardo Braga... Ele pediu para eu substituí-lo nesse relatório, para que eu possa fazê-lo, porque eu tenho uma atividade fora... Eu pediria...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... se pudesse, a compreensão dos pares, para que nós pudéssemos, em seguida, ir para esse item da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente, com a licença do Senador Sergio Moro... É que o próximo projeto, além de ser um projeto relativamente simples, que já foi discutido, teve pedido de vista, não houve emendas e tal, eu também estou com um compromisso lá na CAS, que vou relatar um projeto. Se V. Exa. pudesse manter a ordem, pedindo aí as minhas escusas ao Senador Sergio Moro, mas, se fosse possível, eu gostaria que fosse o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Olha, Senador Humberto, Senador Moro, a informação que eu tenho aqui é que dos dois já foram feitos os relatórios. Então, vai ser muito rápido. Então, a gente segue a ordem, coloca o seu projeto e, em seguida, o do Senador Sergio Moro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos realizar a votação única para o substitutivo e as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Está autorizado, Srs. Senadores e Sras. Senadoras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya... (*Pausa.*)

Em votação.

Trata-se de matéria terminativa, é votação nominal.

Já podem votar... Só um momento.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Os Senadores e Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

Comunico aos Senadores e às Senadoras da Comissão de Constituição e Justiça que estamos em processo de votação.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Eduardo Girão, Senador Mecias de Jesus, Senador Marcelo Castro, Jayme Campos, Senador Plínio Valério, Senadora Augusta Brito.

Assessores que estiverem nos ouvindo aí, assessores dos nossos Senadores e Senadoras...

O Senador Mecias de Jesus foi muito rápido, atendeu o pedido muito rápido. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Esta Presidência comunica que estamos em processo de votação nominal do Projeto de Lei 3.951, de 2019, que dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro, em espécie, em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recurso em espécie em todo o território nacional. A autoria do projeto é do Senador Flávio Arns, que foi relatado – e muito bem relatado – pelo Senador Oriovisto Guimarães, que em seu relatório concordou que não se precisa mais sair com dinheiro por aí, fazendo pagamento. São milhões, às vezes, de pagamento em espécie. E hoje nós temos o Pix, principalmente, que é referência mundial, nem é nacional. Por isso, nós estamos pedindo aqui aos Senadores membros desta Comissão... Estão faltando dois votos.

Senador Eduardo Girão...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Tendo em vista tanto a minha preocupação de poder ir lá para CAS quanto a do Senador Sergio Moro, que tem um compromisso, será que a gente não poderia iniciar a discussão do projeto de que eu sou o Relator – porque ele não é terminativo ainda, vai lá para a CAS posteriormente – enquanto se faz a votação?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto, falta só um. O Senador Plínio Valério está votando, e já abriremos o placar. (*Pausa.*)

Como está demorando um pouco esse voto, vamos para o item 2, enquanto se vota.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5760, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Na 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/12/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

Autoria: Deputado Federal Reimont, do PT, do Rio de Janeiro.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Vamos voltar aqui ao item 4. Já deu o quórum. Peço que abra o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Resultado: aprovado o substitutivo, em turno suplementar, e a Emenda nº 4-S-CCJ. Rejeitada a Emenda 5-S.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senador Oriovisto, quer usar a palavra?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Não, apenas (*Fora do microfone.*) para agradecer a unanimidade dos votos, que aprovou essa importante matéria...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Peça a urgência.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... que é de autoria do Senador Flávio Arns e pedir urgência no envio disso para a Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – É terminativo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ah, é terminativo?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – É terminativo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o relatório do item 2.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse em votação uma solicitação de urgência que estou fazendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao item 2 da pauta, o Projeto de Lei nº 5.760, de 2023, feito pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência ao Plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3995, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CTFC e 2-CTFC, e contrário às Emendas nºs 7 e 8.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor;

- Foram recebidas as Emendas nºs 7 e 8, de autoria do Senador Jorge Seif;

- Na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 03/12/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Nesse ato, fica designado *ad hoc* o Senador Sergio Moro.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras, em especial a Senadora Soraya Thronicke, que se encontra presente, e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, CTFC e CCJ, e nº 2, CTFC e CCJ, e contrário às Emendas nºs 7 e 8.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, só quero registrar aqui que esse é um projeto que foi elaborado pelo Ministro Nardes, do TCU, e que visa a aprimorar a governança pública no nosso país. Nós estamos precisando, é só ver esse caso gigantesco de lavagem de dinheiro e que envolve coisas terríveis no caso do Banco Master e todos os casos de corrupção que tivemos no passado.

Queria registrar apenas o mérito do Ministro Augusto Nardes nessa matéria, agradecer aos pares por esse apoio e solicitar igualmente urgência para apreciação pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quero agradecer também ao Ministro Nardes por essa colaboração com uma matéria tão importante como essa.

Em discussão o pedido de urgência ao item 5 da pauta, o Projeto de Lei nº 4.980, feito pelo Relator *ad hoc*, Senador Sergio Moro.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai com pedido de urgência ao Plenário. (*Pausa.*)

Aliás, o pedido de urgência eu li errado. Só uma correção, Senador Sergio Moro. É o pedido de urgência do item 7, Projeto de Lei nº 3.995, de 2024.

Estamos fazendo uma correção. Ele não é terminativo; então, o pedido de urgência foi com esse projeto.

Perdoem o erro desta Presidência.

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4980, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para o sistema de controle interno dos entes públicos, conforme os artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Senadora Zenaide, seja bem-vinda.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir o seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, meu bom-dia a todos.

Presidente, esse projeto do Senador Flávio Arns é extremamente importante, porque o controle interno hoje avulta cada vez mais de importância, num momento em que nós vemos todos os desmandos que ocorrem, e o controle interno é um protetor do gestor. O gestor tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se amparar no controle interno para a proteção dele mesmo. E nós que já fomos gestores públicos conhecemos isso com profundidade.

O Senador justifica o seu projeto pela ausência de previsão normativa de alcance nacional das atividades essenciais do sistema de controle interno; pela insegurança e indefinição acerca desse mesmo sistema; e pela insuficiente organização e ineficiente funcionamento.

Indo à análise, Sr. Presidente, é assunto de competência desta Comissão. Está dentro, em termos da redação, daquilo que prevê a Lei Complementar nº 95.

Quanto à juridicidade, devemos registrar que a regulação do assunto por lei é adequada; a matéria vertida no projeto inova o ordenamento jurídico; suas disposições apresentam o atributo da generalidade; se afiguram dotadas de potencial coercitividade; e a proposição se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito do nosso país.

Quanto à constitucionalidade formal, cabe assinalar que o Constituinte de 1988 pretendeu, no âmbito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assegurar simetria entre as normas aplicáveis à União e aos outros entes federados. Não por outro motivo, o art. 75 da Constituição determina que as normas estabelecidas para o Tribunal de Contas da União devem também ser aplicadas, no que couber, aos tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal, bem como aos tribunais e conselhos de contas dos municípios.

Ora, se a simetria deve existir para o controle externo, não vislumbramos razões para pensar diferente quanto ao controle interno. Por isso mesmo, as normas constitucionais que regem o sistema de controle interno no âmbito da União – art. 74 da Constituição – devem valer também para os demais entes. E, como consectário disso, deve ser nacional a legislação que torna operativos os comandos constitucionais sobre o tema, sob a pena de quebra da uniformidade desejada pelo Constituinte. Concluímos, pois, no sentido de que o legislador da União detém competência para estabelecer normas gerais sobre a organização e o funcionamento do sistema de controle interno nas três esferas da Federação.

Essa competência do legislador nacional, porém, é limitada no próprio preceito que indica as finalidades do controle interno, porque o art. 74 da Constituição deixa muito claro que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual [...];
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal [...];
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
> § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
> § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas [...].

A rigor, apenas as atividades de auditoria interna estão retratadas no art. 74, não as de ouvidoria, correição e controladoria, as quais inclusive já possuem sistemas próprios e regulamentações específicas.

Para evitar, portanto, quaisquer questionamentos quanto à constitucionalidade da proposição, estamos apresentando substitutivo alterando e suprimindo alguns incisos do art. 3º e também suprimindo na sua totalidade os arts. 4º a 6º, bem como promovendo outras modificações no texto original, como a eliminação da regra de mandato para os dirigentes dos órgãos de auditoria interna.

No mérito, concordamos inteiramente com essa última previsão. Mas nos parece um salto muito largo tentar extrair do art. 74 da Constituição autorização para que o legislador nacional disponha sobre mandatos dos dirigentes dos órgãos de controle interno, vinculando todos os entes federados, inclusive porque não se cogita que ele tenha essa prerrogativa relativamente a outros sistemas objeto de regulação por normas gerais, como são os de educação e saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às funções constitucionalmente atribuídas ao controle interno, exsurge clara a necessidade de que o art. 74 da Carta Magna seja regulamentado, no plano infraconstitucional, por meio de diretrizes nacionais de organização e funcionamento do sistema de controle interno. Há, de fato, a necessidade de uma norma de referência, conceitual e instrumental, não só para atuar como paradigma dos vários sistemas vigentes, mas também para lhes conferir unidade e efetividade.

É certo que, no plano federal, o controle interno já conta com legislação, em especial a de regência da Controladoria-Geral da União, que especifica suas competências. Em outros entes políticos, contudo, o controle interno nem sempre é bem estruturado ou conta com uma disciplina legal satisfatória, o que reforça a adequação de uma lei de normas gerais sobre a matéria.

É de se notar, igualmente, a sintonia que a especificação das atribuições do sistema de auditoria interna feita pelo projeto mantém com as finalidades identificadas pelas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Com efeito, de acordo com a NBC T 16.8, o controle interno tem por objetivos: (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais; (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada; (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade; (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

As disposições do PL se revelam igualmente afinadas com as diretrizes elaboradas pela Intosai, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, entidade que promove a cooperação e o mútuo auxílio entre os órgãos superiores de controle do setor público dos diversos países.

Conforme as *Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector*, editadas por aquela instituição, o sistema de controle interno tem por objetivo assegurar que os entes públicos: executem suas atividades de forma ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz; cumpram suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigações de prestação de contas; observem as leis e regulamentos aplicáveis; evitem o desperdício, a má utilização e o desfalque de recursos públicos.

Cabe, ainda, anotar que recebemos da Associação de Controle Interno do Rio Grande do Sul e da Federação Nacional do Auditores de Controle Interno Público, conjuntamente, minuta de projeto com propostas sobre a matéria que ora analisamos, e estamos incluindo algumas dessas propostas no substitutivo que submetemos aos ilustres colegas, por entendermos que aperfeiçoam o presente projeto de lei.

Devemos também registrar que acolhemos algumas sugestões de alteração encaminhadas institucionalmente pelo Banco do Brasil, por entendermos que, efetivamente, contribuem para o aperfeiçoamento do presente projeto de lei.

O substitutivo que apresentamos aproveita, em grande medida, o texto original do PL. Como diferenças dignas de menção, citamos:

a) a já mencionada exclusão dos artigos que cuidam das funções de ouvidoria, correição e controladoria;

b) a indicação, no art. 1º do substitutivo, do objeto e âmbito de aplicação da futura lei, em conformidade com o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 23 de fevereiro de 1998;

c) a inclusão de dispositivo (art. 4º) que identifica os pressupostos nos quais se baseia a atividade de auditoria governamental, os quais já são imperativos para a administração pública federal, por força do art. 49 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021;

d) previsões diversas no sentido de reforçar a autonomia e a capacidade dos órgãos de controle interno de realizar suas funções, incluindo: dotação orçamentária específica e adequada (art. 8º), definições de órgãos e atividades básicas do sistema de controle interno e objetivos de seu órgão central (arts. 6º e 7º), subordinação direta dos dirigentes dos órgãos de controle interno à autoridade máxima do órgão ou entidade a que estiverem vinculados (art. 9º), exigência de que os integrantes das equipes responsáveis pelo planejamento e execução do processo de auditoria governamental sejam servidores ocupantes de cargo efetivo (art. 10), apoio ao controle externo baseado em padrões de cooperação e respeito pela autonomia do órgão de controle interno (art. 11), deveres dos responsáveis pela função do sistema de controle interno (art. 12);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e) a inserção de regras de responsabilidade da alta administração na condução das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como de responsabilidade dos órgãos de execução da atividade de controle interno, no sentido de fornecer consultoria à avaliação que subsidiem a tomada de decisões estratégicas nesse âmbito pela alta administração (art. 14), algo que, no âmbito federal, já é obrigatório, por força dos arts. 48 e 49 da Lei nº 14.129, de 2021;

f) a inserção de artigo prevendo que os entes federativos regulamentarão o disposto na futura lei (art. 13).

Presidente, são essas, em suma, as principais diferenças entre o substitutivo que apresentamos e o texto original do PL.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL nº 4.980, de 2019, bem como pela sua aprovação, na forma do substitutivo que se segue sendo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo seu relatório, Senador Hamilton!

Em discussão a matéria.

Senador Contarato, o senhor pediu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – O senhor me permite?

Eu queria, inicialmente, parabenizar a condução de V. Exa. nesta tão importante Comissão de Constituição e Justiça, mas eu não poderia deixar de vir a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e fazer uma pequena reflexão.

Os meus colegas Senadores e Senadoras têm a plena convicção e ciência de que, por 27 anos, eu fui delegado de polícia. Fui professor, com muito orgulho também, de direito penal e processo penal – não me sinto melhor do que ninguém ninguém, absolutamente ninguém –, e estou como Senador, mas é muito triste quando você vê e vive num Brasil que tem como premissa que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza – isso está no art. 5º da Constituição Federal –, quando, na realidade, no Brasil uns são mais iguais que outros. Eu não me canso de dizer isso, porque isso foi parte da minha vida. Por 27 anos, eu fui utilizado pelo Estado para agir de forma contundente contra pobres, pretos e semialfabetizados, e, dificilmente, quando a gente consegue chegar a um político ou a qualquer pessoa, a um grande empresário, a um banqueiro praticando crime, você vê que infelizmente nós não temos...

Eu fiz essa provocação na CPI do Crime Organizado, que eu tenho muito orgulho de presidir, ao lado do meu querido Senador Alessandro Vieira, como Relator, e questionei ao então Ministro da Justiça: "O senhor sabe qual é o percentual da população carcerária que está lá cumprindo pena na cadeia, crimes de colarinho branco, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão?". Você não tem... E são os crimes que maior prejuízo causam ao país, porque, quando um político desvia verba da saúde, ele mata milhões de pessoas; quando um político desvia verba do Bolsa Família, do Prouni, do Pronatec ou de qualquer programa social, ele está matando os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sonhos de milhões de jovens. Então, me dói estar neste Senado Federal e falar que todos somos iguais perante a lei, quando no Brasil, efetivamente, isso está longe de ser uma realidade.

E por que eu estou falando isso, Presidente Vanderlan? Olha, eu sempre respeitei e respeito as instituições. Os Poderes são independentes e harmônicos entre si e terão em mim um verdadeiro guardião dessa premissa constitucional, mas eu não posso, porque senão eu não teria honestidade intelectual comigo mesmo e com os meus filhos, se eu não fizesse uma reflexão e até mesmo, com todo o respeito, repudiasse uma decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Olha, com todo o respeito, o Colegiado aprova uma quebra de sigilo bancário de uma empresa e de pessoas. E eu vou falar, porque o que me move para estar na política é ter essa responsabilidade com a verdade. Eu não quero a apuração do Banco Master da minha cabeça, não, tanto é que eu assinei a CPI do Banco Master. Eu quero que tenha a investigação. A CPMI do Banco Master tem a minha assinatura. Agora, eu tenho que ter a consciência tranquila, porque foi aprovado um plano de trabalho feito pelo Relator, e, dentro desse plano de trabalho, tem instituições financeiras, *fintechs* e escritórios de advocacia.

Olha, na Operação Carbono Oculto, foi flagrada, através quebra de sigilo, suspeita de operação financeira com o PCC, e essa quebra foi da Reag. Como o Banco Master chega dentro da CPI do Crime Organizado? Quebra de sigilo da Reag, interlocução com suspeita de operação financeira com o PCC e os gestores da Reag com o Banco Master. Chegou-se, por nexo causal, ao Banco Master.

Isso é lógico para mim, porque isso não sou eu que estou falando, está no Código Penal: "O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido". E quem, de qualquer forma, concorre para o crime responde pelo mesmo crime, seja autor, seja coautor, seja partícipe; seja por dolo, seja por culpa; seja por ação, seja por omissão. Foi por isso que nós convocamos ex-Presidentes do Banco Central, porque a omissão é relevante. São as figuras dos garantidores.

Volto a falar – não sou eu que estou falando, está no art. 13, §2º, alínea "a" do Código Penal –: a omissão é penalmente relevante quando o agente tem, por lei, obrigação de proteção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigilância e cuidado. Ora, se eu tenho a participação, seja de quem for, doa a quem doer, nós temos que trazer isso.

Aí, vem uma decisão, num mandado de segurança arquivado há quase três anos por ocasião da CPI da Covid – o advogado de uma pessoa jurídica, através de uma petição –, e ele, de ofício, concede *habeas corpus* – de ofício – para pessoa jurídica, sendo que é um remédio jurídico para pessoa física. Eu nunca vi isso! Com todo o respeito que eu tenho aos Ministros e à Suprema Corte, isso não é razoável. É por isso que eu, enquanto Presidente, estou recorrendo dessa decisão.

E a outra decisão, com todo o respeito ao Ministro André Mendonça... Quando ele transforma convocação em convite, ele esvazia a CPI. Ora, se eu não posso quebrar sigilo bancário, se eu não posso quebrar sigilo telemático, se eu não posso convocar, se uma pessoa que é testemunha está desobrigada a comparecer... Eu até concordo: se é investigado, sujeito ou objeto de investigação, o interrogatório é um ato de defesa – não tenham dúvida disso. Ele comparece se quiser, e somos nós que temos que ter a capacidade intelectual, com inteligência, diante da recusa ou da ausência do indiciado, sujeito ou objeto de investigação, provar por A mais B que ele praticou aquela conduta, através de provas objetivas, que são laudos e quebras, e provas subjetivas. Agora, se ele pega uma testemunha e fala "você não é obrigado a comparecer"; se nós aprovamos uma quebra, e ele fala "não estou autorizando mais a quebra", acabou o sentido da CPI.

Eu volto a falar isso com muita dor, porque, quando a gente faz um discurso bonito "ah, vamos apurar", é para apurar quem? Eu vejo aqui esta Comissão, com todo o respeito, aprovando, agravando pena... Furto de cabo de energia! Sabem por que a gente aumenta a pena? Porque é para pobre. Sabem por quê? Porque é para aquela pessoa que não tem vez nem voz, que não tem dinheiro para pagar um advogado para fazer sustentação oral no STJ, nos tribunais superiores, no Supremo Tribunal Federal, e são julgados e condenados na primeira instância. Aí, a gente aumenta. "Vamos aumentar a pena do furto de cabo de energia!" Palmas! Mas, na hora de enfrentar aqui temas como, por exemplo... Transformem corrupção ativa, corrupção passiva e peculato em crimes hediondos! Eu nunca vi isso.

Desculpa, eu estou finalizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalhei dentro do sistema prisional, Senadora Soraya, como conselheiro na vara de execuções penais. Eu presenciei pobres, pretos, semialfabetizados, morrendo por doenças dentro do sistema. Nunca foi concedida – sabe o quê? – prisão domiciliar. Aí, quando um político é condenado por corrupção, concede-se prisão domiciliar.

Ah, Sr. Presidente, eu não tenho como me furtar de falar, de demonstrar para os meus colegas, porque senão eu não teria coragem de olhar para os meus filhos, coragem de olhar para as minhas famílias.

Eu tenho aqui a convicção de que nós temos que dar uma resposta à altura, uma resposta com legalidade, uma resposta com responsabilidade, mas eu não posso, enquanto Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura crime organizado, me furtar de fazer essas humildes reflexões, porque o que me move a estar aqui é efetivamente ter a coragem de dizer que, infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros; infelizmente, no Brasil, ainda se julga pela cor da pele; infelizmente, no Brasil, ainda se criminaliza a pobreza; e, infelizmente, no Brasil, quando é para subir ao andar de cima, aí não existe lei, não existe Constituição Federal, porque ela fica, infelizmente, deitada eternamente em berço esplêndido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fabiano Contarato, V. Exa. tem a admiração aqui dos seus pares. O senhor é um entendido de leis, um delegado muito respeitado. Desde que V. Exa. chegou aqui – aliás, entramos na mesma época, vai fazer oito anos agora, Alessandro –, eu tenho observado muito a sua conduta, e, em todos os projetos em que V. Exa. é ou autor ou Relator, eu sempre vejo a coerência nas suas colocações.

As Comissões têm que ter o direito... A princípio, como Presidente que fui da CCT e da Comissão de Assuntos Econômicos, sempre procurei convidar as pessoas a virem à Comissão. Agora, para aquelas que não aceitam ou não vêm por um convite, temos outra prerrogativa que é convocar, porque nós não podemos, em hipótese alguma, criar Comissão e, por uma decisão de outro Poder, virem e atrapalharem todo o nosso trabalho. Isso não é aceitável. Eu, como Presidente que fui e hoje Vice-Presidente da CCJ, sempre procurei convidar em cima de um acordo, para não ser convocado, mas, caso não aceite a convocação, nós temos que ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prerrogativa, sim, para ouvirmos e fazermos o nosso trabalho – não é, Senadora Zenaide? – de fazer essa convocação. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar isso. Tem que haver, sim, questionamento. Parabenizo V. Exa. com essa decisão e julgo também equivocado.

No início aqui da minha fala, quando o Senador Sergio Moro disse sobre a questão do Banco Master, da prisão de hoje, eu até disse que estava preocupado com a segurança do Ministro André Mendonça, porque, isso, pelo que eu estou vendo, é uma máfia muito grande, é gângster mesmo, mas também não podemos ficar passando a mão na cabeça em alguns assuntos aqui, que, às vezes, tiram essa prerrogativa nossa de disputar uma eleição, chegar aqui e representar, no meu caso, a população do meu Estado de Goiás e ser omisso em algumas questões.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu não tenho esse saber jurídico dos colegas aqui, mas, quando falam "todos são iguais perante a lei", realmente é difícil de acreditar.

Eu queria falar aqui sobre uma analogia que a gente vê, já deixando claro que a Senadora Zenaide não está defendendo aqui quem comete qualquer tipo de crime. O Estado brasileiro nega uma educação pública de qualidade em tempo integral para as suas crianças e seus jovens.

Os pais não têm condições de educar os seus filhos porque não têm condições financeiras. Essas crianças são cooptadas pelo crime, e é esse mesmo Estado que pune essas crianças, a quem ele não deu oportunidade.

Isso não é inventar a roda. O mundo que quis diminuir a criminalidade investiu numa educação pública, de qualidade, em tempo integral. Então, esse sonho, nós, como mulheres, e as mulheres negras... – por exemplo, a gente vê a violência contra as mulheres em todas as classes sociais, mas mais de 80% são mulheres negras e periféricas.

Então é isso que a gente vê, não é? Porque senão vai dizer: "A Senadora está defendendo aquelas crianças, que realmente eram bandidos, que mataram lá". O Estado nega a elas, e é esse Estado que as mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu diria: essa desigualdade a gente tem até no luto. Pergunte a uma mãe que perdeu o seu filho, mas ela teve o direito e ele teve o direito a tudo que a ciência oferece, meu amigo Mecias: qual é o luto dessa mãe? É muito diferente daquela mãe que sabia que, se tivesse um leito de UTI, se ela tivesse dinheiro, o filho não tinha morrido. É um luto totalmente diferente.

Então, nós temos desigualdades aqui extremas – econômicas, sociais e até na hora do luto, pela perda do seu ente querido. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... Senadora Zenaide.

Senador Mecias, V. Exa. hoje está participando um pouco calado, pensativo.

V. Exa. quer usar a palavra?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, meu caro amigo, V. Exa. me citou e eu estava aqui analisando o que foi dito por V. Exa., pela Senadora Zenaide, pelo Senador Contarato, e eu creio que é o pensamento da grande maioria dos Senadores aqui.

Eu estava aqui pensativo, me lembrando de quando fui candidato a Vereador lá em São João da Baliza, na minha cidade. Eu tinha 20 e poucos anos de idade e a minha bagagem estava cheia de esperanças, cheia de vontade – como está cheia até hoje, carregada até hoje – de fazer com que essas desigualdades pudessem ser, no mínimo, reduzidas, como manda a Constituição Federal.

A Constituição Federal diz que o papel central – e o principal – dos governos é reduzir as desigualdades regionais, mas a cada passo que a gente vê, dentro do Congresso Nacional, dentro dos Poderes da República, tendem a aumentar essas desigualdades.

Inúmeros projetos de lei foram apresentados aqui por mim e por vários Senadores, que, sem dúvida nenhuma, reduziriam as desigualdades regionais, mas alguns foram aprovados nas Comissões do Senado e dormem na Câmara dos Deputados, em gavetas, em berço esplêndido, como disse o Senador Contarato, porque desagrada uma ou outra entidade, um ou outro estado, uma ou outra autoridade, porque acham que não é emergência Só é emergencial aqui, só é urgente aquilo que o Governo quer que se vote.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um projeto de lei em 2023 que facilita a exportação dos produtos brasileiros. Tinha o apoio da CNI, tinha o apoio da Fiesp, das federações de todos os estados brasileiros. Demorou muito esse projeto para ser visto. Foi votado no Senado Federal, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados e ontem a Câmara dos Deputados aprovou esse projeto de minha autoria, que vai facilitar a vida de todos os brasileiros, vai gerar mais emprego, vai gerar mais renda, vai facilitar o comércio, vai facilitar a exportação, vai aumentar o crédito para as empresas brasileiras. Mas esse projeto meu foi apresentado em 2023, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em qual Comissão ele se encontra?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, já foi votado agora na Câmara dos Deputados. Foi votado no Senado Federal e foi votado antes de ontem lá na Câmara dos Deputados. É o Projeto de Lei 6.935 se não me engano. Foi votado ontem. (*Pausa.*)

É 6.139 – está me corrigindo aqui a minha assessoria. É o 6.139, de 2023. Por que demorou tanto um projeto tão importante para o Brasil?

O Relator lá foi o Deputado Arlindo Chinaglia. Quando ele pegou o projeto, ele verificou que o Governo todo queria e que o Brasil todo precisava. E votaram o projeto ontem na Câmara dos Deputados. Foi encaminhado para o Governo para a sanção. E ele aprovou o projeto nos moldes aprovado pelo Senado Federal, ou seja, da forma como eu apresentei e que as Comissões do Senado apresentaram.

Por que tanta demora em um projeto de lei que nasce da Casa do povo? Eu creio que essas demoras não podem existir. Tenho aí inúmeros... Eu tenho mais de 30 projetos nas gavetas das Comissões no Senado Federal. Isso dá um desânimo muito grande, porque o que a gente traz na bagagem é aqui na Câmara Alta, na Casa Alta do país, que a gente apresenta. Mas alguns ficam na Mesa Diretora para serem distribuídos, outros ficam nas Comissões para serem distribuídos ou na mão de um Relator. E isso teria que ser rápido, no meu entendimento. Por que um Senador pega um projeto para relatar e vai demorar um mês, dois meses para relatar o projeto? Tem que dar o parecer, favorável ou contrário, e a Comissão decide: ou vai ou fica. Não pode ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de um amigo que é Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que foi Deputado Estadual, o Conselheiro Brito Bezerra, que disse que as coisas têm que desenrolar. Ele diz: "Olha, se você empurrar, não foi, e puxar, não veio, deixa no meio". Mas tem que tomar uma decisão: vota ou não vota.

Eu sei que nós estamos chegando ao final de oito anos de mandato e eu tenho grandes conquistas resolvidas no Congresso Nacional, no Planalto Central do Brasil, para o meu estado e tenho ajudado, claro, como todos os colegas aqui, em questões resolutivas para a sociedade brasileira, mas fica aquela sensação de que estão se concluindo oito anos, e muitas coisas não andaram, porque a burocracia ou porque a vontade de A ou de B não permitiu que isso andasse. Vai ter sempre alguém para reclamar do direito, para reclamar da igualdade e das desigualdades, mas eu tenho a consciência do dever cumprido de Vereador, seis vezes Deputado Estadual, quatro vezes Presidente da Assembleia Legislativa do meu estado e aqui como Senador, representando Roraima e o Brasil com muito orgulho, mas não podemos deixar de dizer que temos esse sentimento, como disse a Senadora Zenaide aqui, de que algo errado não está certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Mecias.

Agora eu estou entendendo que a V. Exa. estava aí muito pensativo. Essa agonia que V. Exa. acabou de mencionar aqui, de falar, essa preocupação é a nossa preocupação aqui no Senado. E o eleitor nos cobra isso, não é, Senador Mecias? Então, projetos muito importantes aqui, Senadora Soraya, ficam parados – a gente corre, aprova –, projetos que são de interesse da nação brasileira.

Posso aqui citar um, porque muitas, às vezes, dizem: "O Congresso Nacional não age, aí o Supremo vem legislar". Nós apresentamos aqui, já tem um tempinho, antes de o Ministro Flávio Dino tomar as decisões acertadas que foram tomadas com relação às emendas Pix, transferências especiais, nós apresentamos um projeto que nada mais é do que de tudo que ele colocou, dois meses antes, feito em parceria com o TCU, para dar transparência, para... Se vai colocar um Parlamentar uma emenda para fazer uma ponte, Senadora Soraya Thronicke, num município, tem que ser feita a ponte, não vai ser desviado o dinheiro para fazer, por exemplo, megashows e festas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi aprovado aqui no Senado, nesta Comissão, mas está parado, porque tem que esperar uma autorização, às vezes, do Ministro. Isso não dá para entender – não dá para entender!

Da mesma forma, é o projeto de independência orçamentária e financeira do Banco Central, que é bom para todo mundo, mas vai começar ali: "Não, agora tem que...". Daqui a pouco, o projeto, muito bem relatado pelo Senador Plínio Valério, Senador Hamilton, vai fugir da sua identidade, daqui a pouco não tem nada mais do projeto, da forma como estão mexendo tanto no projeto; vai é complicar mais ainda, com tantas negociações e emendas, e ele já abriu muita coisa que agora nós temos que votar. Quando demos a independência ao Banco Central, nós nos esquecemos de dar essa autonomia orçamentária e financeira; então, ficou no meio do caminho. E esse projeto, que é de também nossa... é nosso o projeto, precisa ser votado. Já está terminando, daqui a pouco termina o ano; está passando tão rápido que agora vem campanha aí.

Então, eu queria aqui só complementar essa sua fala, porque quantos projetos bons que tem aqui apresentados por nós, debatidos? Trabalhamos muito com a nossa assessoria, parcerias, como foi esse caso, com o TCU, o tribunal de contas dos estados e dos municípios. E, de repente, está o Supremo legislando ainda com relação a essas emendas. E esse projeto... Tudo o que ele colocou ali, tudo, 100%, e mais alguma coisa ainda.

Senador Girão.

Em seguida, Senadora Soraya.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador, meu querido irmão Presidente Vanderlan. Quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos.

Quero também desejar pronto restabelecimento ao nosso Senador Otto Alencar.

Queria cumprimentar a Senadora Soraya, o Senador Hamilton Mourão, o Senador Mecias de Jesus...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Eu queria só...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sobre o nosso Presidente, ele é teimoso. Se nós não o pegarmos e mandá-lo ficar quieto até recuperar... Eu já fiquei sabendo que ele está por aí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu já disse para ele isto, eu já disse para ele: a vida dele é mais importante do que qualquer coisa. Vamos ter fé de que vai dar tudo certo na hora de Deus.

O que eu queria falar com o senhor e com os colegas aqui é o seguinte: é a hecatombe que está acontecendo no Brasil neste exato momento. Nós estamos diante de dois dos maiores escândalos da história da República Federativa do Brasil: um – que é, inclusive, da história do mundo – que é a fraude do sistema previdenciário do INSS; e outro que é a maior fraude do sistema financeiro do Brasil.

E hoje é um dia muito emblemático, muito simbólico, em que nós tivemos aí a prisão do Vorcaro, o Presidente do banco, e do seu cunhado Zettel, de que, inclusive, eu tinha entrado ontem com o pedido de quebra do sigilo, já que a gente sabia que ele não viria hoje por um *habeas corpus* à CPI do Crime Organizado, que, de forma equivocada, cancela a sessão. A CPI do Crime Organizado tem mais sessões canceladas do que sessões realizadas, por incrível que pareça – eu nunca tinha visto isso aqui. E o Brasil está querendo uma resposta.

E, Presidente, o nosso... O Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, o Presidente desta Casa, tem o dever, depois do que foi revelado hoje... Inclusive ameaças a jornalistas de quebrar todos os dentes. Isso é coisa de máfia, meu amigo! Coisa de crime organizado! É por isso que a gente tem que... Em vez de cancelar a sessão, tinha que fazer mais sessões quase todo dia! Tem muita gente para ser ouvida. O Senador Alessandro Vieira está sendo muito corajoso, está sendo muito firme, e a gente precisa cumprir nosso dever. Eu quero aqui fazer um apelo ao Presidente Davi Alcolumbre, que ontem tomou uma decisão corretíssima, embasada no Regimento, que elevou esta Casa revisora da República, que foi manter a quebra de sigilo do Lulinha, do filho do Presidente Lula, que, segundo a Polícia Federal, em mensagens cruzadas, teria recebido, estaria recebendo R$300 mil de mesada por mês, o "mesadão", além de luvas de R$25 milhões. Então, a CPMI do INSS, que deve ser prorrogada imediatamente... Já tem requerimento na mão do Presidente Davi Alcolumbre do Senador Carlos Viana pedindo a prorrogação, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Marcel van Hattem pedindo a prorrogação, ampla maioria dos Deputados e Senadores de vários partidos, porque é algo que o Senado, o Congresso está fazendo que tem ressonância com o povo. O povo está acompanhando.

O povo foi roubado, Presidente: os aposentados, os pensionistas, as pessoas mais vulneráveis e mais pobres, as viúvas. E o senhor sabe, o senhor é evangélico, é bíblico, roubar viúva, roubar órfãos, deficientes...

Nós temos lá vários requerimentos aprovados da oposição, da situação, e vai demorar muitos meses ainda para a gente concluir, e a gente tem que fazer, ainda mais com essas revelações que a gente está vendo.

Então, essa prorrogação da CPMI do INSS... Eu vi, até achei estranho, uma manchete hoje, em alguns veículos de comunicação, dizendo que o Presidente Davi Alcolumbre estaria sinalizando ao Planalto que não iria prorrogar. E o Presidente do PL, ontem ou anteontem, numa grande emissora de televisão, disse que estaria havendo uma troca de favores, uma chantagem – isso é muito estranho – de não colocar dosimetria para votar, para se tirar o pé de cobrança de CPMI ou de CPI de Banco Master. Isso precisa ficar esclarecido. É mais um motivo para o Presidente Davi Alcolumbre prorrogar a CPMI do INSS, ao mesmo tempo que ele deve instalar, para acabar com esse disse que disse, a CPI do Banco Master, que, inclusive, o senhor foi um dos primeiros a assinar – e muitos colegas aqui. Para você ter uma ideia, 51 Senadores dos 81 assinaram. Eu nunca vi – eu estou aqui desde 2019 – uma maioria tão esmagadora de Senadores querendo essa CPI. E o Deputado Carlos Jordy, lá do Rio de Janeiro, também conseguiu um número recorde de assinaturas de Deputados e Senadores para a CPMI do Banco Master.

Então, é o apelo que eu faço, pelo bem do Brasil, com essas revelações todas que estão vindo à tona, escabrosas revelações de uma podridão que está chegando ao andar de cima. E a gente está aqui para isso, esse foi o nosso discurso quando nós fomos eleitos. A gente precisa ir a fundo nessa investigação.

Eu quero pedir ao senhor, como Presidente da CCJ, hoje, que leve esse pedido também ao Presidente Davi Alcolumbre. Não tem mais como segurar, não tem mais como tapar o sol com a peneira. Ele precisa instalar a CPI ou a CPMI do Banco Master – ele que define. Tudo bem, pode não ser a minha; pode ser a do Deputado Carlos Jordy, como tem outras de Deputados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquerda – não tem problema. Precisa instalar. Merece uma CPI própria, para a gente não ficar fazendo atalhos – CPI do Crime Organizado, CPI da CAE... CPI, não; uma Subcomissão da CAE. Para que esses atalhos? Vamos lá fazer. E a prorrogação urgente e necessária da CPMI do INSS, porque tem uma fila de gente para a gente ouvir e está chegando muita coisa importante que não pode ser abafada. Essa "operação abafa" tem que acabar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Girão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, me permita fazer um comentário sobre a fala do Senador Girão?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A Senadora Soraya já tinha...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ah, o.k., eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em seguida. Pode ser?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu aguardo, com muita honra, minha querida amiga.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Como nós estamos muito pensativos hoje, dá para aguardar um pouco.

Senadora Soraya, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Filosofando, né?

Bom dia, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Bom dia, meus colegas Mecias, Mourão, Girão, todos que aqui estão e que nos assistem.

Bom, só para ilustrar a questão do fato de o Supremo legislar, há duas situações que são diferentes. Uma foi quando o Supremo definiu qual seria a quantidade de drogas para que os usuários fossem considerados usuários. Aí realmente dentro de uma norma penal em branco, porque a nossa legislação... nós não legislamos acerca da quantidade. Dependia de uma regulamentação que nunca foi feita. Aí, sim, quando não há lei sobre o assunto, e as pessoas ficam sendo processadas durante anos e anos a fio e precisam de uma resposta do Judiciário, o.k., que o Judiciário decida dentro de um limite razoável, mas ali foi omissão do Legislativo.

Agora, essas inovações processuais de interferir aqui, dentro das nossas CPIs e CPMIs, são usurpar o nosso poder. Então, que saibamos distinguir uma questão da outra. Entendo que seja importante.

Outro fato que eu gostaria de destacar, e a Secretaria da CCJ sabe: quando V. Exas. assumiram, o Presidente Otto e V. Exa., havia aqui cerca de 1,5 mil projetos de lei. Certo? Não é verdade? Eu me lembro de que até vocês se assustaram, porque eu fiz questão de contar, desde 2019, quantos projetos de lei.

É lógico que a CCJ recebe mais projetos de lei do que a maioria das outras Comissões, mas dentro da CRA, enquanto eu presidia a CRA, duas vezes, não ficava nada na gaveta. Era direto distribuindo relatorias para os Senadores.

Projetos de lei de suma importância, inclusive acerca da violência contra a mulher... Por exemplo, um projeto meu para que possamos utilizar *spray* de gás de pimenta, *tasers*, que tem um limbo jurídico no Brasil. Lá na fronteira, a gente atravessa para o Paraguai e pode comprar *spray* de pimenta, mas você não tem segurança de poder usar o *spray* de pimenta aqui. E uma mulher que usa o *spray* de pimenta consegue dar um tempo, consegue um tempo para poder se salvar, para poder correr, no mínimo.

Então, são questões simples que não tramitam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um projeto que eu copiei de uma ONG de Israel, o projeto do cão protetor... Tem muitos, muitos projetos incríveis aqui que simplesmente estão parados.

E todo mês de março, nós mulheres, nós Senadoras, somos instadas a elencar, no mínimo, dez projetos de lei que são prioridade para nós, como se fosse um presente para nós, mulheres. Pasmem! Eu me nego este ano, como ano passado eu falei, eu não vou elencar. Eu quero que, pelo menos, coloquem para tramitar os que me prometem desde 2019.

Então, se você me engana uma vez, a vergonha é sua. Se você me engana duas, a vergonha é minha. E eu não aguento mais passar vergonha – entendeu? – neste contexto.

Inclusive, há um Projeto de Resolução que eu protocolei há um ano – foi dia 19 de fevereiro de 2025. Projeto de Resolução nº 5, de 2025, que prioriza a tramitação de projetos de lei referentes à violência contra a mulher.

Eles precisam tramitar com preferência. Para mim, deveria inclusive trancar a pauta, mas não exagerei, porque, senão, assusta demais. Então, eu fui pisando, assim, em ovos, mas tentando fazer com que isso tramite. Essa é uma pauta de todos nós e é uma pauta excelente para homens defenderem.

Vou repetir, se eu fosse marqueteira de um político homem, eu iria falar para ele: "Tenha a coragem de se levantar na defesa em favor das mulheres e inclusive – pode até mentir, porque tem gente que mente na campanha –, inclusive, na defesa da metade das cadeiras, da garantia da paridade de verdade.

Nós somos sub-representadas, e é uma vergonha... Acreditam, Senador Girão, Senador Mourão? Na América Latina, temos México – com paridade nos três Poderes... Nicarágua tem paridade – e dizem que ali não existe democracia... Cuba tem paridade no Legislativo; Bolívia tem paridade no Legislativo; Chile tem paridade no Legislativo; e Argentina.

E nós, a maior democracia da América Latina, não conseguimos avançar.

O homem, o candidato, o político que tratar dessa pauta... O Fabiano Contarato foi um que propôs um projeto de lei, nessa senda, e eu vou fazer campanha para ele o resto da minha vida. Onde quer que ele esteja, eu vou pedir voto para ele, porque eu acredito que a mulher não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar de votar em homem e os homens não vão perder. Os melhores vão ficar. Mas, no dia em que um homem entender que esta pauta é uma pauta nossa, não é uma pauta de "mulherzinha", aí este candidato vai ser abraçado por todos e vai se destacar – porque nenhum... Que é raríssimo! Foi só o Fabiano Contarato que fez isso –, vai se destacar em nível nacional. Estou dando consultoria política de graça.

Mecias votou comigo dias atrás, num embate horrível, de um negacionismo incrível sobre a misoginia. Só que os números não mentem: os horrores aos quais estamos assistindo no nosso país, em relação às mulheres, não se comparam em relação a crimes domésticos em relação a homens.

Geralmente, eu tenho estudado, porque eu não gosto de falar sem ter certeza, mas a maioria da violência que ocorre contra homens praticada por mulheres ou por filhos, dentro do seio doméstico, é por legítima defesa, inclusive de terceiros, que são os filhos. Ou de filhos, para protegerem as mães, mas acabam matando pais, padrastos, enfim...

Então, o Brasil vive um momento difícil, um momento politicamente difícil...

E, por fim, quero destacar que, na CPMI do INSS, a nossa insurgência foi contra os 87 requerimentos e contra a parcialidade do Presidente da CPMI.

Eu, na qualidade de independente, fiz o requerimento de oitiva de todos os ministros e ex-ministros deste Governo e do Governo passado. Chamamos Carlos Lupi? Tínhamos que chamar Onyx Lorenzoni, como veio, mas também o próprio Senador Rogerio Marinho e todos que ocuparam aquela cadeira.

Chamamos Vinicius, Ministro Vinicius, da CGU? Tinha que chamar Wagner Rosário! Eu fiz o pedido da oitiva de ambos. Só foi chamado o Ministro Vinicius. Se temos de escutar a AGU... O Ministro Messias veio a partir de um requerimento meu. E aí o Ministro Bruno Bianco, cadê? Está tendo, sim, uma parcialidade escancarada – escancarada. Que possamos abrir então o sigilo de Flávio Bolsonaro, que possamos abrir todos os sigilos. Quem não deve não treme.

Então, não é o fato de proteger absolutamente ninguém, mesmo porque o próprio DG do Governo Lula, Andrei Rodrigues, pediu em dezembro, pediu ao STF a abertura dos sigilos do filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Presidente Lula, e foi concedido pelo Ministro André Mendonça em fevereiro. Então, vamos falar o que é correto e não fazer um malabarismo para afetar os colegas.

Então, neste sentido, se a CPMI continuar nesta seara de grito, de mudar o rumo das investigações para entrar numa briga política, para fazer corte e mandar para a internet, eu sou contra a prorrogação, porque está insuportável frequentar.

E, sobre o Banco Master, eu assinei o pedido de CPI do Senador Girão. Não assinei o de CPMI porque, confesso, eu sou uma pessoa que atua muito em CPIs e CPMIs, a CPMI não dá. É muito difícil trabalhar com aquele número de Parlamentares, aquela gritaria. Aqui é muito mais fácil. A educação é algo que a gente consegue ainda encontrar no Senado Federal, sob pena de inaugurarmos o baixo clero do Senado Federal, se já não inauguramos.

Então, que a verdade seja dita e que possamos caminhar dentro de um nível realmente de razoabilidade e de imparcialidade, porque, se for para ser parcial, eu estou fora.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora. (*Fora do microfone.*)

Senador Mecias, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, quando o Senador Girão começou a falar e falou sobre a decisão que o Presidente Davi tomou ontem, eu não esperava que fosse outra decisão. Até porque ele tomou uma decisão amparada pelas decisões que ele toma também em várias votações, como aquela que teve na CPMI e já teve no Plenário inúmeras. E o que foi considerado? Foi considerado o registro do painel. Quantas vezes a oposição ganhou votações no Plenário? Ganhou, mas não levou, porque os que estavam presentes eram a maioria, mas o que conta, de fato, são os que estão inscritos no painel. De quem é a culpa disso? Não é do Presidente Davi e não é dos que estão presentes, é daqueles que se ausentam no momento da votação.

Então, a decisão do Presidente...

Senadora Soraya, me aguarde só um minutinho, porque eu quero lhe pedir uma gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A culpa não foi do Presidente Carlos Viana, nem do Presidente Davi, é o que manda o Regimento Interno. Então, a decisão da CPMI do Presidente Carlos Viana foi correta, como correta foi a decisão do Presidente Davi.

Eu, me referindo à CPMI, vou contar uma história rápida de quando eu fui Vereador lá em São João da Baliza. Quando eu vi aquele monte de briga, porrada, aquela coisa toda, eu me lembrei... Caramba, eu nunca imaginei que eu fosse ver isso no Congresso Nacional. Quando eu fui Vereador, nós tínhamos um amigo, que Deus já levou, o Vereador Domingos Cazuza, Na primeira sessão nossa na Câmara de Vereadores, lá em Baliza, Vanderlan, que você conhece bem, o Vereador Wilton, conhecido como Cachopa, era Presidente da Câmara de Vereadores, e eu lá percebi que o Vereador Cazuza estava com uma faca na cintura, em plena sessão. Percebi porque, quando ele se mexeu, aqui atrás ficou assim, apontado para trás. E eu olhei novamente e falei: "Ele está armado". Aí eu pedi para o Presidente da Câmara: "Vereador Presidente, o nosso querido amigo Vereador Cazuza, se não me engano, deve estar armado". E aí o Vereador Presidente perguntou, Senador Mourão, Senador Girão: "Vereador Cazuza, o senhor está armado?". Ele se levantou, pegou no cabo da faca e disse: "Estou e não tem filho de uma égua que tire minha faca da minha cintura". (*Risos.*)

Aquele foi um momento, assim, hilário. O Presidente suspendeu a sessão. Fomos todos para a sala da Presidência para conversarmos com ele que ali ele não poderia usar uma arma.

Mas pior do que a faca na cintura do Vereador Cazuza foi o que foi feito aqui na CPMI. Deram porrada em Senadores, empurrões e tudo. E tudo isso veio da representação popular, porque quem está aqui no Senado ou na Câmara podem não ser os melhores, mas são aqueles que o povo escolheu. E, portanto, cada um tem o representante que merece, tem o representante que merece. Lamentavelmente, temos esse tipo de representante que precisa apelar para esses meios.

E por que fizeram tudo aquilo? Não foi pelos inúmeros requerimentos que estavam lá, foi apenas por um. Foi só por causa do Lulinha, porque eles não queriam que o Lulinha fosse convocado ou que tivesse o seu sigilo quebrado. Foi só isso. Não foi pelo A, pelo B, foi só por causa do Lulinha que a turma se revoltou e foi para cima, foi para porrada. E, quando o requerimento foi ontem para o Plenário, também não foi por causa dos outros, foi só por causa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Lulinha. A tentativa de anular a reunião da CPMI foi por causa do Lulinha. Certo o Presidente Davi validar, porque isso já aconteceu várias vezes no Plenário.

Agora vou fazer um apelo à minha querida Senadora Soraya. Nós falávamos há pouco tempo aqui, o Senador Vanderlan e os demais colegas, de projetos que ficam nas mãos do Relator dois meses. Eu tenho um projeto e, com o devido respeito que eu tenho e carinho que eu tenho pela nobre Senadora Teresa Leitão, eu quero pedir a ajuda da Senadora Soraya. A senhora poderia apadrinhar um projeto meu como se seu fosse. Esse meu projeto é o Projeto de Lei nº 3.933, de 2023. Do que trata esse projeto? Talvez, se fosse de uma mulher, o projeto já tivesse sido aprovado, mas, como é de um homem em benefício das mulheres...

Não estou entendendo, até agora... O projeto dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde e institui a Semana Nacional de conscientização para mulheres na menopausa ou em climatério.

A senhora é mulher, as mulheres sabem disso. Eu tenho filhas mulheres, sou casado – graças a Deus, bem casado – com uma mulher e eu já estou ficando aperreado lá em casa, minha mulher já está nessa situação do climatério, e aí vocês sabem que o negócio esquenta. E por que o SUS, por que o Governo Federal não pode pagar isso para as mulheres? Por que o Governo Federal não pode dar assistência às mulheres brasileiras, sobretudo àquelas menos favorecidas, que não têm condições? No máximo, elas têm um posto de saúde próximo da casa delas.

Esse projeto está tramitando no Senado, está há dois anos na CAS. A nobre Senadora Teresa Leitão, minha vizinha – vizinha de apartamento e vizinha de gabinete –, talvez porque não seja interesse do Governo Federal votá-lo porque diz que aumenta despesa... Mas não pode. É para as mulheres. Homem não tem climatério nem menopausa. Aqui nós estamos falando de climatério e menopausa para as mulheres brasileiras. Eu sou homem, mas também defendo as mulheres brasileiras.

Ajude-me nisso. Projeto 3.933, de 2023, está ainda na CAS, esperando o relatório. Já foi aprovado em uma Comissão, falta só essa para poder encaminhar para o Senado. Já era para ter sido votado, já era para ter virado lei há muito tempo. Essas coisas nos deixam indignados.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É verdade. Senador Mecias, eu dependo, logicamente, de uma decisão do Presidente da Comissão. Não posso amadrinhar esse projeto – de grande relevância, principalmente porque eu também estou no climatério... A gente sai da TPM e vai para o climatério – e nós temos condições de fazer reposição hormonal. Eu tenho estudo sobre – então, vai bater bem com o que eu defendo – implantação de reposição hormonal no SUS: sai muito mais barato do que as demais doenças ou ocorrências que são reflexos do climatério. Além de tudo, preserva casamento, né? Não preserva casamento? Porque não é fácil. Não é fácil porque a gente já fica sem paciência, aí, neste momento, piora. Mas, V. Exa., sempre pronto para ajudar e proteger as mulheres.

E sim, é algo de extrema necessidade. Eu creio, porque já fiz esse estudo e vou apresentar para V. Exa., que não onera a esse ponto; na verdade, traz saúde para a mulher, disposição para a mulher, ela fica ativa, ela fica mais feliz. E você, feliz, calma e tudo, você caminha, avança. Então, eu dependo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não, sem faca. Ah, sobre faca, para entregar...

E me perdoe não ter esperado V. Exa., porque eu estou atrasada já para o segundo compromisso. Tudo junto.

Não vou nem falar quem é, não quero entrar nessa seara, mas os Parlamentares aqui... Não é Senador, tá? É Deputado, um Deputado CAC andando armado aqui. Nenhum de nós passa pelo raio-X. Então, se qualquer um quiser andar armado aqui, seja com arma branca, seja com arma de fogo, está acontecendo.

Dias atrás conversei com o próprio Senador Eduardo Gomes sobre isso, e ele estava externando uma preocupação dele. Tem muitos CACs, hoje em dia, aqui dentro do Congresso Nacional. Andam armados, sim. E nós não queremos um episódio como aquele do Arnon de Melo, que, dentro do nosso Plenário, matou um colega suplente, se despedindo na frente da família dele – e ainda errou o tiro. É grave demais. Então, não é só naquele tempo e não é só na faca lá de Roraima, não, é também... Nós temos esse problema aqui de pessoas descompensadas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não vou pedir uma revista num Parlamentar, mas é o que está rolando. E pode perguntar até para outros Senadores aí sobre essa situação que me preocupa sobremaneira.

Obrigada.

Entrego a Presidência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, se me permite, sobre esse comentário da Senadora Soraya, nós estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça... Então, quero ver com a Secretaria se, com essa revelação que foi feita aqui pela Senadora Soraya, a gente pode fazer um requerimento, até um pedido da CCJ à Presidência do Senado para que não permita que ninguém use qualquer tipo de arma aqui dentro. Isso aí eu assino junto, porque é um negócio perigosíssimo, ainda mais com o clima e a temperatura subindo.

Agora, só uma coisa, Senadora Soraya. Eu sei que a senhora está atrasada, mas respeitosamente sobre essa questão do STF, eu tenho uma posição diferente e eu gostaria de externá-la. É sobre a droga, sobre a questão da quantidade de drogas, do porte, que foi, para mim, um ativismo claro do STF, tanto é que o Senado Federal fez uma PEC que nós aprovamos – o Senador Rodrigo Pacheco foi ali eu acho que o primeiro signatário, eu fui o segundo – para que a tolerância fosse zero. Inclusive, nós já tínhamos projeto de lei aprovado no Congresso, tanto no primeiro Governo Lula, o Lula 1, como no do Presidente Bolsonaro, no Governo Bolsonaro, dizendo que a tolerância era zero à droga. Então, ali, para mim, foi um claríssimo ativismo político mesmo do STF, determinando a quantidade de droga. Ele não deveria ter feito isso jamais, porque o Congresso Nacional, que foi eleito para isso, já tinha duas leis, e nós fizemos a terceira aqui, há dois anos, que está parada lá na Câmara dos Deputados, que deve voltar a tolerância zero.

Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pois é, mas não virou lei. Então, a minha questão não foi o mérito em si, foi um exemplo de uma norma penal em branco, como poderia ser qualquer uma. Também, para mim, a tolerância é zero. Eu não estava entrando no mérito, eu estava entrando na técnica processual. Era nesse sentido. Eu também sou contra, não sou a favor. É nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Girão, Senadora Soraya.

Vamos ao último item da pauta, que é o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3112, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro, do PSD, do Rio de Janeiro.

A Senadora Mara Gabrilli está remotamente, não é?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Mara Gabrilli, nós estamos com muita saudade de V. Exa. aqui. A senhora faz falta, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu também, Presidente. Agora eu estou aqui porque eu consegui quebrar a perna, mas daqui a pouco eu vou estar aí com vocês.

Eu quero dar um bom-dia para todos os Senadores e um especial para a minha amiga Senadora Soraya.

Agora eu peço licença, Senador, para ir direto à análise do projeto.

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Mara, só um momento. Perdoe-me, eu fui cumprimentá-la. Deixe-me só fazer a leitura aqui para dar fundamento ao projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu concedo agora a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para proferir o seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Perdão, Senador, por começar.

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Adicionalmente, o art. 101, II, "d", do Regimento confere a esta Comissão a competência para emitir parecer quanto ao mérito em proposições que versem sobre direito processual e penal, temática que o presente PL abrange ao alterar a Lei nº 11.340, de 2006, que nós conhecemos como Lei Maria da Penha.

Quanto à constitucionalidade, a proposição legislativa, ao tratar de aspectos processuais no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, insere-se na competência legislativa da União. Está em compasso com os princípios constitucionais aplicáveis, em particular o da dignidade da pessoa humana e o da proteção à mulher, previstos, respectivamente, no art. 1º, III, e no art. 226, §8º, da Constituição Federal. A medida proposta busca aprimorar a efetividade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei Maria da Penha, sem afrontar preceitos da ordem jurídica vigente, representando inovação relevante. Ademais, a proposição tramitou em perfeita sintonia com as normas regimentais.

A proposição também se alinha aos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil e aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro com vistas à erradicação da violência contra a mulher.

Destaca-se, neste ponto, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Tais instrumentos internacionais determinam que o Estado deve garantir que todos os procedimentos legais em casos envolvendo violência contra mulheres sejam imparciais e justos. A alteração proposta no projeto ora em análise está em plena consonância com essa diretriz, ao condicionar a realização da audiência de retratação à manifestação expressa da vítima antes do recebimento da denúncia.

No mérito, a alteração proposta é não apenas louvável, como também dotada de inequívoca urgência e necessidade, estando, ainda, em harmonia com a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7267/DF. Naquela oportunidade, a corte reconheceu a inconstitucionalidade tanto da designação, de ofício, da audiência de retratação quanto da interpretação segundo a qual o eventual não comparecimento da vítima de violência doméstica configuraria retratação tácita ou renúncia tácita ao direito de representação.

A proposição fortalece o pleno respeito à autonomia da mulher vítima de violência doméstica e familiar. A exigência de manifestação expressa da vítima para a realização da audiência de retratação, e a condição de que esta manifestação ocorra antes do recebimento da denúncia, previne possíveis pressões ou coações, evita a revitimização e reforça a adoção de práticas judiciais mais alinhadas à perspectiva de gênero.

Por conseguinte, a proposição aprimora os mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha, confere maior segurança jurídica ao processo e garante que a decisão de retratação seja genuinamente voluntária e consciente. Concomitantemente, a medida contribui para a racionalização da atividade jurisdicional, ao impedir a realização de audiências desprovidas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilidade processual quando não houver interesse expresso da vítima em se retratar, favorecendo a adequada gestão dos recursos judiciais e promovendo maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

A violência contra a mulher é um grave problema crônico em nosso país. O Brasil é o quinto país do mundo onde mais se mata mulheres. Esse *ranking* vergonhoso – infelizmente – reflete a combinação de múltiplos fatores, além de uma sociedade ainda marcada pelo sexismo e que precisa evoluir significativamente.

Para proteger efetivamente a vida de nossas mulheres e meninas, é fundamental que a ausência da vítima na audiência de retratação não seja interpretada como renúncia tácita, nem resulte em efeitos prejudiciais ao prosseguimento da investigação ou da ação penal, como a extinção da punibilidade do agressor ou o arquivamento do processo, situações que reforçam a impunidade e a sensação de desamparo das vítimas. A audiência de retratação deve cumprir seu verdadeiro propósito: garantir a segurança e a proteção da mulher, sem expô-la a novas situações de risco ou revitimização.

Antes de proceder à conclusão, registro meus cumprimentos à Deputada Laura Carneiro, autora desta relevante iniciativa legislativa, e a parabenizo por mais esta valiosa contribuição para o aperfeiçoamento e fortalecimento do arcabouço normativo de proteção às mulheres em nosso país, porque sabemos o quanto estamos precisando.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.112, de 2023, e, no mérito, pela aprovação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senadora Mara Gabrilli, pelo seu relatório – seu brilhante relatório!

Eu coloco, neste momento, a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senadora Mara... Ainda se encontra aí, Senadora Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A senhora quer fazer algum pedido de urgência a Plenário?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – É, eu acho que a gente poderia aproveitar a data do Dia das Mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E pedir urgência para o Plenário.

O Senador Girão está aqui ao meu lado, concordou; o Senador Hamilton Mourão também concordou; e esta Presidência também concorda.

Então, em votação, o pedido de urgência do Projeto de Lei 3.112, de 2023.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senadora.

Senador Eduardo Girão.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só parabenizá-la – viu, Senadora Mara? – pelo relatório, pela vitória desse projeto e lhe dizer que estamos com muita saudade, que você tenha um pronto restabelecimento da sua saúde, da questão da perna e quero lhe desejar tudo de bom, que é o que a senhora merece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus a abençoe. Tudo de bom, querida.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Girão. Obrigada a todos. Eu estou aqui com o meu coração apertado de saudade de vocês. Logo, logo estarei aí para a gente dar um abraço apertado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Recuperada da perna, não é?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu quero, ainda em tempo, registrar a presença aqui da Vereadora Nayara, da cidade de Rio Verde, que está aqui presente conosco e está nos dando a honra dessa visita.

Senadora Mara, para a senhora ter ideia, A Vereadora Nayara, de um total de 21 Vereadores, é a única Vereadora da cidade de Rio Verde, que é uma das cidades mais importantes do Estado de Goiás. E ela está nos visitando aqui, Senadora Mara, Senador Girão e Senador Hamilton.

Seja bem-vinda, Nayara, a esta Comissão.

Agradeço também a quem conduz os trabalhos desta Comissão – já estamos encerrando. Obrigado, Ednaldo, Rossi, Roberta, David e, na taquigrafia, a Evelyn. Obrigado a vocês, que conduzem brilhantemente os trabalhos, aqui, desta Comissão.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Jussara Lima, Wellington Fagundes, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Zenaide Maia, Efraim Filho, Astronauta Marcos Pontes, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Augusta Brito, Romário, Carlos Viana, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Dr. Samuel Araújo, Alessandro Vieira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Wilder Morais, Eduardo Braga, Angelo Coronel e Alan Rick. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Confúcio Moura, Carlos Portinho, Magno Malta, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria e anuncia a abertura de prazo para sugestão de políticas públicas para avaliação no ano corrente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5185, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento." **Autoria:** Senador José Maranhão (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Substitutivo com uma Subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4196, de 2019 - Terminativo -** que: "Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5034, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1803, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Governador Lucídio Portella a ponte sobre o Rio Parnaíba que liga os Municípios de Santa Filomena, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2317, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3534, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4660, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolares." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2219, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, à manutenção e à atualização de bibliotecas públicas e escolares, e as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 12.462, de 4 de agosto de 2011." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2098, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela Aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5979, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1836, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 12, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 95 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 443, de 2022, que institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora, em atenção ao prescrito na Lei nº 12.345, de 2010." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Piso Salarial do Magistério. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante da CNTE; representante do CONSED; representante da UNDIME." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 14, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do TCU; representante do CONFAZ; representante da CNM; representante do CONSED; representante da ATRICON." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 15, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Novo Ensino Médio. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante do CNE; representante do CONSED; representante da FENEP." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Projeto de Lei n° 2676, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Terço dos Homens." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 17, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir a realidade, as perspectivas e os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação: Política de Atendimento Educacional às pessoas com Espectro Autista na educação Básica e Ensino Superior; representante do Ministério da Saúde: A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA: o que está sendo feito e os desafios para a sua implementação, incluindo o diagnóstico precoce, os atendimentos terapêuticos multiprofissionais, medicamentos e nutrientes, assim como, orientação e apoio às famílias; a Senhora Suely Melo de Castro Menezes, Conselheira na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; a Senhora Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende Novoa, Presidente da Abraneurodiversidade – Associação Brasileira De Neurodiversidade / Neurodivergência e do Coletivo Autistas Adultos Brasil; o Senhor João Batista Mandelli, Presidente da Associação de Pais e Amigos do Autista do Vale dos Sinos - São Leopoldo/RS; o Senhor Fernando Cotta, Presidente de Honra - Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de março de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência. Há alguns comunicados.

Primeiro. Comunico que se encontra disponível, no *site* da Comissão, apresentação encaminhada pelo Fórum das Entidades Representantes do Ensino Superior Particular – inclusive, nós os atendemos aqui na própria Comissão na semana passada –, que trata sobre o tema "reforma dos tributos sobre o consumo e a educação brasileira".

Item 2. Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Moção de Repúdio, encaminhada por meio do Ofício nº 1629, de 2022, da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, referente ao corte de recursos no orçamento da educação;

Ofício sem número, da associação Dados para um Debate Democrático na Educação, contendo Nota Técnica intitulada *O Homeschooling* é uma proposta adequada para a educação brasileira?, referente ao Projeto nº 1.338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, *homeschooling;*

Moção nº 27, de 2022, da Câmara Municipal de Sorocaba (SP), em apoio ao Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, *homeschooling*;

Moção nº 381/2022, da Câmara Municipal de Jundiaí, em apoio ao Projeto de Lei nº 2.222, de 2022, que estabelece normas a serem adotadas até 31 de dezembro de 2026 com vistas à recuperação das perdas educacionais decorrentes da pandemia de covid-19;

Ofício nº 8.993, de 2022, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, que envia documentos relativos ao Registro de Preços Nacional, para eventual aquisição de ônibus escolares no âmbito do programa Caminho da Escola, Pregão Eletrônico nº 2, de 2022;

Ofício nº 2, de 2022; Ofício nº 185, de 2023, do Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras, que remete Ofício nº 103, de 2023, da Procuradoria da República na Bahia, comunicando ao Senado Federal o acompanhamento das medidas adotadas e/ou a adotar por órgãos federais, estaduais e municipais a partir das atividades do Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, na Bahia.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3. Informo que foi recebido Ofício nº 45, de 2023, do gabinete do Senador Izalci Lucas, que convida os membros da Comissão a participarem de visita ao Centro de Ensino Especial 01 do Guará, escola da rede pública do Distrito Federal especializada no atendimento educacional de crianças e jovens com deficiência. A visita ocorrerá no dia 29 de março, quarta-feira da próxima semana, das 14h às 15h30. O convite será encaminhado por *e-mail* aos membros da Comissão. E faremos o contato também, ressaltando a importância dessa visita ao Centro Educacional 01 do Guará.

Informo também que foi aprovado, em 14 de março de 2023, o Requerimento nº 5, de 2023, da Senadora Teresa Leitão, para criação de Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. A referida Subcomissão, muito importante, já foi criada pela Secretaria-Geral da Mesa, e agora aguardamos o encaminhamento da proporcionalidade partidária para que, uma vez recebidas as indicações das Lideranças, possamos designar os membros e instalar a Subcomissão.

Escolha de política pública para avaliação na Comissão de Educação.

Nos termos do art. 96, letra "b", do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissão Permanentes selecionarão na área da sua competência políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam a sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte serão conduzidos da seguinte forma:

1) fica aberto, a partir de hoje, o prazo para que os Senadores e as Senadoras membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício;

2) as sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão. O prazo se encerrará no dia 31 de março, às 18h;

3) será escolhida uma sugestão entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no dia 11 de abril;

4) o Relator designado para avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação do relatório.

Objetivo e diretrizes desta nossa reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam retirados de pauta os itens 4, 5, 6, 7 e 9 a pedidos dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1803, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Ponte Governador Lucídio Portella a ponte sobre o Rio Parnaíba que liga os Municípios de Santa Filomena, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Não apresentado

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2317, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Não apresentado

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3534, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Não apresentado

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4660, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e escolares.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Não apresentado

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 5979, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Não apresentado)

Passamos então à pauta da nossa reunião.

Está tudo bem? Senador Wellington, tudo tranquilo?

Como a Professora Dorinha, que relata o item 2 está presente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como V. Exa. franqueou pela ordem, eu gostaria de saber se o Projeto 2.676, do Deputado Eros Biondini, que institui o Dia Nacional do Terço dos Homens e cujo relato está sob minha responsabilidade, está na pauta? É possível colocar na pauta, porque ele me pediu insistentemente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não consta da pauta, Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É possível colocar extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nada impede. V. Exa. pode requerer, e o colocaremos em pauta sem dificuldades.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria, Presidente, porque ele me alega hoje a importância desta data. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Podemos fazer isso na sequência da Professora Dorinha?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Professora Dorinha, da minha parte, sempre terá prioridade aqui nesta Comissão e em tudo aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É uma grande educadora, uma grande Líder e pode contribuir de maneira decisiva para o êxito da educação no Brasil.

Então, eu passo a palavra à Senadora Dorinha, que vai relatar o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4196, DE 2019

- Terminativo -

Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com emendas

Com a palavra, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Vou direto ao voto.

Agradeço a gentileza do Senador Wellington.

Esse tema do transporte escolar para o ensino superior é um tema que todos nós que acompanhamos o trabalho no âmbito dos municípios sabemos do esforço realizado em virtude do acesso ainda limitado ao ensino superior por prefeitos, governos e dos próprios alunos para se deslocarem em polos das universidades.

Peço licença para ir direto ao voto.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.196, de 2019, com a emenda a seguir:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.196, de 2019, a redação a seguir:
> "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior."
> "Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger com a seguinte alteração:
> 'Art. 9º
> .....
> .....
> .....
> .....
> III-A – assegurar transporte escolar aos estudantes de baixa renda da educação superior, na forma do regulamento, em articulação com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, mediante assistência técnica e financeira;
> .....
> ..... (NR)'"

Sala das Comissões, Senador Flávio Arns Presidente e Senadora Professora Dorinha Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório também.

Está em discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, porque o projeto é terminativo, mas vamos deixar a votação um pouco para a frente para podermos apreciar os outros projetos e votarmos o que for possível em bloco.

Estaria bem, Senadora Dorinha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bem.

Eu só indago a V. Exa., já que V. Exa. tem... (*Pausa.*)

V. Exa. tem três requerimentos também...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Gostaria de pedir que fossem apreciados extrapauta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Itens extrapauta: requerimentos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nºs 13, 14 e 15, de 2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 13, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Piso Salarial do Magistério. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante da CNTE; representante do CONSED; representante da UNDIME.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 14, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do TCU; representante do CONFAZ; representante da CNM; representante do CONSED; representante da ATRICON.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 15, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Novo Ensino Médio. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante do CNE; representante do CONSED; representante da FENEP.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Peço a V. Exa. que possa ler os requerimentos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tem em suas mãos?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tenho sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Requerimento nº 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do piso salarial do magistério.

Proponho para a audiência a presença dos convidados: representante do Ministério da Educação; representante da CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; representante do Consed; e representante da Undime.

Sr. Presidente, nós estamos acompanhando um grande movimento de debate em relação ao piso; um debate que será necessário ser enfrentado por esta Casa, pelo Congresso, e eu gostaria de realizar uma audiência pública com a representação do Ministério da Educação, dos trabalhadores e das instituições que representam os secretários estaduais e municipais de educação.

Esse é o Requerimento nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Podes ler o 14.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Requerimento nº 14.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação.

Proponho para a audiência para o debate sobre reforma tributária a presença dos seguintes convidados: representante do TCU; representante do Confaz, que é o Conselho Nacional de Política Fazendária; representante da CNM, Confederação Nacional de Municípios; representante do Consed, Conselho Nacional de Secretários de Educação; e representante da Atricon, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Requerimento de nº 15.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do novo ensino médio.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Conselho Nacional de Educação; representante do Consed, Conselho Nacional de Secretários de Educação; representante da Fenep, Federação Nacional das Escolas Particulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses os três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então estão em discussão os Requerimentos 13, 14 e 15, de autoria da Senadora Professora Dorinha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, extrapauta, os Requerimentos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nºs 13, 14 e 15, de 2023.

Eu só indago o Senador Wellington Fagundes... Eu havia até dito que V. Exa. relataria; eles só estão providenciando o texto. Enquanto isso a Senadora Zenaide relata um projeto não terminativo, que é o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2098, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela Aprovação.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

3. A matéria constou da pauta da reunião do dia 14/03/2023.

Duas observações: um, a matéria possui parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos posteriormente; dois, a matéria foi incluída e retirada de pauta, a pedido do Relator, da 2ª Reunião da Comissão de Educação, realizada no dia 14 de março de 2023.

Concedo a palavra, então, à colega e Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero pedir licença para ir direto à análise, porque o resumo do projeto de lei já foi falado aqui.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias relativas a normas gerais sobre cultura, caso do projeto de lei em análise. A Lei de nº 8.313, de 1991, conhecida como Lei Rouanet, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o qual introduziu três formas possíveis de incentivo à cultura no país: o Fundo Nacional da Cultura, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico e o Incentivo a Projetos Culturais, por meio de renúncia fiscal, o mecenato.

O art. 1º da Lei Rouanet cria o Pronac e estabelece suas finalidades, entre as quais consta, em seu inciso IV, a da proteção às expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional. Dois desses grupos que mais contribuíram para a formação da identidade da população brasileira são, sem sombras de dúvida, as comunidades indígenas e afro-brasileiras.

A cultura e os modos de fazer e de viver dessas comunidades, seja na linguagem, seja nos hábitos alimentares, seja na música, permearam de tal forma o nosso cotidiano que hoje é impossível dissociá-los do conceito de ser brasileiro. De forma resiliente, tais hábitos resistiram ao preconceito, a repressões e a proibições, foram passados de geração em geração e submetidos à antropofagia cultural, mesclaram-se com costumes de outras etnias e ultrapassaram as fronteiras dos grupos em que se originaram.

O autor do projeto em tela reconhece a referida trajetória e intenta introduzir na legislação vigente e mais relevante acerca do tema cultura – a Lei Rouanet – um chamamento à atenção. Mais que simbólica, a iniciativa busca contribuir concretamente para a desconstrução do quadro histórico de injustiça a que foram submetidas as culturas dos grupos afro-brasileiros e indígenas. Para tanto, inclui entre as finalidades do Pronac a promoção, o apoio e a difusão das culturas e das manifestações dos grupos acima mencionados e adiciona uma nova finalidade ao FNC, qual seja: o objetivo de apoiar a distribuição equitativa de recursos e priorizar a distribuição de recursos a projetos culturais de origem dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades e daquelas de origem local, reconhecidamente tradicionais, consideradas raízes da cultura nacional.

Por essas razões e por considerarmos que a iniciativa ora proposta corrige distorções históricas geradas pelo preconceito e pela discriminação, consideramo-la pertinente, oportuna, justa e meritória.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.098, de 2019.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório e pela importância dessa valorização das culturas que constituem as raízes, as bases da nossa cultura brasileira.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Zenaide Maia.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns, Senadora Zenaide!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Obrigada.

Eu quero aqui parabenizar a Deputada Federal Laura Carneiro por essa sensibilidade. A gente teve todo esse aparato de proteger nossa cultura, que são nossas raízes. Eu costumo dizer que, sem a cultura, nós não sabemos de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar. É muito meritório esse projeto, porque a nossa cultura tem tudo a ver com essas raízes africanas e indígenas que a gente tem. É justíssima a proposta desse projeto de lei.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente. Indígenas, africanas e aquelas comunidades consideradas tradicionais.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – E a gente mostra que eles lutaram para manter essa cultura viva. E não foi fácil, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns!

Indago ao Plenário sobre a colocação como item extrapauta, por solicitação do Senador Wellington Fagundes, do Projeto de Lei 2.676, de 2021.

Não havendo objeções, então, é o Projeto de Lei 2.676, de 2021.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 2676, DE 2021

Institui o Dia Nacional do Terço dos Homens.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação

Iniciativa do Deputado Federal Eros Biondini.

Só quero lembrar à Senadora Zenaide Maia, que também está acompanhando a Comissão de Infraestrutura – as pessoas têm que se dividir –, que, daqui a pouco, vamos colocar os itens em dois blocos e aí avisamos também.

Agradeço.

Então, é pela aprovação.

Desculpe-me por ter interrompido.

Concedo a palavra, então, ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do relatório do Dia Nacional do Terço dos Homens, terminativo, do Deputado Federal Eros Biondini, o autor.

Com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto aqui à análise para ser mais sucinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91 dessa norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito.

Por outro ângulo, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto esta cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com os estados e o Distrito Federal, para legislar sobre cultura.

Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional a atribuição para dispor sobre tal tema, nos termos do *caput* do art. 48, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública, no dia 18 de agosto de 2021, na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Presidida pelo autor do projeto, contou com a presença de representantes de organizações de diversas localidades do país, que apoiaram a presente iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto encontra-se igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância da iniciativa.

O Terço dos Homens é um movimento cristão que tem o propósito de engajar na Igreja Católica homens de todas as gerações, mediante esse ato de fé e devoção, como estímulo fundamental à formação da família cristã e da sociedade como um todo.

A origem do Terço dos Homens, em nível mundial, é desconhecida. No exterior, há notícias de grupos de homens que se reúnem para a oração do terço ao menos desde 1912. No Brasil, foi instituído por Frei Peregrino, no dia 8 de setembro de 1936, no povoado da Vila da Providência, hoje cidade de Itabi, no Estado de Sergipe, data escolhida para a celebração da efeméride que ora se pretende instituir.

A relevância do Terço dos Homens, seu profundo significado devocional para os católicos brasileiros e a força desse movimento para o fortalecimento de uma sociedade justa, solidária e comprometida com a dignidade e a espiritualidade do ser humano certamente justificam a instituição de uma data nacional para sua celebração.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.676, de 2021.

Com isso também, eu quero aqui parabenizar o Deputado Eros Biondini, que foi o autor dessa proposta e que trabalhou muito essa proposição lá na Câmara dos Deputados.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes pelo relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Indago para o Plenário se nós podemos votar em bloco, que são terminativos, o item 2, relatado pela Senadora Dorinha, Professora Dorinha, que é o Projeto de Lei 4.196, com uma emenda, mas não houve debate, discussão, polêmica, é assunto, vamos dizer, pacificado, junto com o item extrapauta que o Senador Wellington Fagundes acabou de relatar, que é o Projeto de Lei 2.676. É possível? Há objeções do Plenário? Podemos votar em bloco os dois? (*Pausa.*)

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeções, está então em votação o PL 4.196, de 2019, relatado pela Senadora Professora Dorinha, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, nos termos do relatório apresentado. Também em votação o PL 2.676, extrapauta, relatado pelo Senador Wellington Fagundes, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que votam com os Relatores, Professora Dorinha e Senador Wellington Fagundes, votam "sim".

Então, eu solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Assim, Senador Wellington, inclusive pode ser já dito para o Deputado que estamos aprovando no dia de hoje. Mas, caso o Senador Hiran ainda tenha oportunidade, teríamos mais um projeto terminativo, mas votaríamos depois para já votarmos esses dois. Eu peço que procurem fazer o contato também com Senadores e Senadoras. Nós temos quórum suficiente, até para explicar... Os Ministros, particularmente o Ministro da Infraestrutura está presente na Comissão de Infraestrutura e há um debate muito grande sobre a infraestrutura no país, que é importante, essencial em todos os estados, com muitas dificuldades. Eu posso destacar isso lá no Paraná, onde, já pelos últimos meses, o acesso ao Porto de Paranaguá pela rodovia 277 praticamente não vem acontecendo, causando, assim, um prejuízo de dezenas de milhões de reais para produtores, cooperativas. Então, as soluções têm que ser encontradas também. Mas, em breve, a gente atinge o quórum também.

Senador Wellington, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto a gente conclui a votação, eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, primeiro, a nossa estada ontem com o Governador de Mato Grosso, o Senador Jayme Campos e também a Senadora Margareth Buzetti, que compõem a representação do Mato Grosso no Senado, nesta Casa. Nós estivemos na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Ontem, essa cidade, que foi a nossa primeira capital, completou 271 anos. E é importante dizer um pouco da história de Vila Bela, porque foi a primeira capital projetada em Portugal para proteger a nossa costa fluvial brasileira, lá no Rio Guaporé. Essa cidade foi construída por escravos africanos. É uma cidade que uma mulher, Tereza de Benguela, tomou como seu reinado e reinou por 40 anos. Tereza de Benguela é uma figura, hoje, extremamente conhecida pela sua história de bravura, a resistência da mulher brasileira e também, claro, mato-grossense.

Essa cidade, Sr. Presidente, tem ainda a população de aproximadamente 50% da sua origem, negros africanos, que ali têm uma cultura muito forte. E lá nós lançamos, além de obras importantes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura, junto com o Governador Mauro Mendes, o projeto de uma BR muito importante, a 291, que liga exatamente Vila Bela da Santíssima Trindade à Bolívia. Na nossa parte brasileira, são apenas 70km; e mais cento e poucos quilômetros no lado boliviano para ligar até a cidade de Santa Cruz de la Sierra, que é a cidade mais desenvolvida hoje da Bolívia, com alta produção de soja, e muitos brasileiros lá também estão produzindo essa riqueza. Então, é importante essa integração dos dois países, porque também é uma alternativa de saída da produção do Brasil para o Pacífico, encurtando muito as suas distâncias, através do Chile e do Peru. Então, é um trabalho que estamos fazendo.

Eu quero aqui também dizer que lá lançamos uma obra importante, reivindicada por aquela comunidade, que era exatamente o congódromo, que é exatamente um estádio onde se vão cultuar as danças, a cultura da dança do Congo, que faz parte de toda essa história, como temos em outros estados, lá no Pará, no Amazonas, tanta cultura forte do Brasil. Então, lá também é importante essa construção, até pela projeção econômica daquela região em que agora também entra bastante a agricultura.

Posteriormente, estivemos também na cidade de Lucas do Rio Verde – e a gente fala isso aqui porque é importante – no Show Safra. Aquela cidade é a que tem o melhor IDH do Brasil. Lá nós estivemos inaugurando escolas e também alas de hospital.

E eu quero aqui, inclusive, aproveitar para convidá-los para conhecer esse novo Mato Grosso, o Brasil que está dando certo, onde se produzem principalmente alimentos. Hoje as palavras mais faladas no mundo são "segurança alimentar". Inclusive, a campeã na produção de proteína animal, aves, suínos, e também, hoje, a maior indústria de álcool, de etanol, está exatamente nesta cidade: Lucas do Rio Verde.

Então, eu quero, em nome do Piccini e também do Prefeito, enfim, da comunidade, que nos recebeu muito bem, parabenizar a cidade de Lucas do Rio Verde.

Presidente, grande parte das pessoas que lá vivem são sulistas – paranaenses, gaúchos, catarinenses – que lá foram desbravar o Cerrado, o que transformou a economia do nosso Estado, e o Mato Grosso hoje é exuberante na produção agropecuária.

Quero ainda – Sr. Presidente, posso ainda me delongar mais um pouquinho? – também dizer que eu tive a oportunidade, há dez dias, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, meu estado, de ir a Portugal, à cidade do Porto, onde estivemos em várias universidades, tratando da área tecnológica e também, claro, da capacitação de professores para pós-graduação, doutorado. Depois, estivemos na Noruega, tratando principalmente dessa área também da tecnologia, robótica, num trabalho de parceria que estamos fazendo com esses dois países.

E eu quero destacar o IFMT, que é um instituto federal mato-grossense, porque nós estamos lá... Hoje eu sou um egresso dessa escola também, desse instituto, fiz parte dele, fui aluno da escola agrotécnica de São Vicente. E, aliás, também quero fazer um convite a esta Comissão e a V. Exa. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos agora, no próximo mês de abril, a festa de aniversário de 80 anos dessa escola, que é a maior escola do mundo em área – são 5 mil hectares. Nós envaremos esse convite oficialmente, e vou pedir, inclusive, para representar também a Comissão de Educação.

Mas, concluindo a primeira parte, o que eu dizia é que esse instituto hoje está presente em 19 regiões do estado, com mais de 27 mil alunos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso tem mais alunos do que a universidade federal – 27 mil alunos, enquanto a universidade federal tem 22 mil –, mas nós não queremos competição nesse aspecto; o que nós queremos é que cada um cumpra o seu papel, e o do Instituto Federal é exatamente formar técnicos, tecnólogos, para que a gente possa preparar a nossa mão de obra, principalmente a nossa juventude, capacitar mais o nosso trabalhador.

E, nesse papel, eu quero destacar aqui também o trabalho feito pelo Julio César, o Magnífico Reitor, com toda a sua reitoria. Estava lá presente toda a reitoria, como também todos os diretores de todos os campos de Mato Grosso. Então, por isso, eu registro aqui, na Comissão de Educação, até porque essa reitoria tem feito um papel extremamente importante na busca de parcerias, fazendo com que o recurso daquela instituição se multiplique.

Eu tive a oportunidade de ser Relator também do Ministério da Educação no ano passado, e conseguimos também alocar recursos expressivos, mas a iniciativa, a competência do Reitor Julio, com toda a sua reitoria, tem feito realmente a diferença, e eles praticamente triplicaram o orçamento, buscando exatamente parcerias com o Governo do estado e com outras instituições do Estado de Mato Grosso.

Então, é um modelo que está dando muito certo: não ficar acomodado apenas nos recursos do orçamento do Ministério da Educação, mas buscar essas parcerias para que a gente possa fazer com que o Mato Grosso seja esse estado de oportunidades. E a educação profissionalizante, a educação como um todo, é a melhor forma de criar essas oportunidades.

Então, era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, mostrando o nosso entusiasmo de, a cada cidade, a cada região a que a gente vai, no Mato Grosso, ver exatamente essa pujança na produção.

Senador Cid Gomes, o nosso estado é considerado hoje um dos estados mais ricos do Brasil, de maior investimento, mas nós temos um grande desafio ainda que é exatamente melhorar os nossos índices da educação. Estivemos com o Ministro Camilo e, lá, junto com o Governador, dissemos: "Olha, nós queremos a parceria com o que deu certo lá no Ceará, queremos copiar o que deu certo no Ceará". É esse o trabalho também que estamos fazendo com o Ministério da Educação.

O Mato Grosso, nessa riqueza... É claro que a gente está preocupado e quer fazer, junto com o Governador Mauro, com que o estado também siga o exemplo do Ceará, melhorando os seus índices.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós vivemos praticamente um apagão de mão de obra qualificada, e esse trabalho é extremamente importante.

Por isso, eu quero convidar a Comissão para um evento especial, para estar no nosso Mato Grosso, e a presença de V. Exa. também será muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senador Wellington Fagundes. Parabéns pela riqueza de detalhes, de iniciativas! Contem sempre com os esforços daqui da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a favor de tantas iniciativas essenciais para o Mato Grosso e para o Brasil, para todos os estados. E há muitos paranaenses, sem dúvida alguma, lá no Estado do Mato Grosso também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Catarinenses, gaúchos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, todos ficaram riquíssimos lá no Mato Grosso, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inclusive, eu quero dizer que o Ministro da Agricultura está lá, é Senador pelo Estado do Mato Grosso, porém ele é lá do Paraná. Fomos nós que exportamos o ministro lá para o Mato Grosso. A família dele, inclusive, reside ainda no Município de Bela Vista do Paraíso, no norte do Paraná.

Então, ele é paranaense cedido para vocês. (*Risos.*)

Aqui a gente está com a presença do nosso Vice-Presidente também, com muita honra, Senador Cid Gomes.

Senador Kajuru, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bem, nessa correria *a la* Bolt, você tem que sair de uma Comissão e ir para outra – é impressionante! É o único momento em que eu faço exercício, evidentemente. Odeio caminhadas! Quando alguém me pede: "Kajuru, faça uma caminhada aqui". Cid, eu respondo assim: "Eu não tenho nenhuma carta para entregar aqui. Eu não sou carteiro". Mas o Senado é assim.

Eu quero aqui desejar aos amigos e amigas deste Senado, a todos aqui presentes e a quem nos acompanha, Deus e saúde. Quero aplaudir o Presidente do meu histórico partido, do qual seu Líder Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns, do PSB, eu já disse, fará história nesta Presidência da Comissão da Educação por tudo o que ele representa e pela sua história. Quero parabenizá-lo, porque eu não esperava tão cedo que colocasse em pauta este meu importante projeto da educação.

Flávio sabe, Cid também sabe, Fagundes sabe, Veneziano sabe que, dos 180 projetos que eu apresentei em quatro anos de mandato, há uma divisão equânime entre educação e saúde, pois ambas para mim são prioridades; o resto, perfumaria.

Para concluir, a felicidade de entregar esse meu projeto de educação, que fiz com tanto carinho; de saber que a Senadora do Tocantins, que eu tanto respeito, a querida Dorinha, foi a Relatora. Eu prestei atenção em todo o seu cirúrgico relatório. Ela apresentou uma emenda insofismável, e eu espero pela aprovação e que a gente vá para o Plenário colocar em pauta este projeto, porque, diferentemente de antes, neste Governo, não há ódio, e serão sancionados projetos importantes, independentemente de quem os apresentou.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Kajuru, eu quero destacar que o projeto de lei relatado pela Senadora Professora Dorinha é terminativo aqui na Comissão. Então, não vai para o Plenário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, então vai daqui para a Câmara dos Deputados. É terminativo nesta Comissão.

Nós já atingimos o quórum também necessário para essas duas votações.

Eu só quero indagar ao Plenário... A nossa intenção é constituir um grupo de WhatsApp com os membros titulares e suplentes da Comissão. Assim, se houver uma votação nominal e os Senadores e Senadoras tiverem colocado o nome no painel anteriormente, pelo grupo fica mais fácil de a gente dizer: "Olha, está acontecendo uma votação". Só para diminuirmos o belo trabalho feito aqui e de outros aí que ficam telefonando. Daí agilizaríamos pelo WhatsApp mesmo. Se não houver objeção, seria só para essa finalidade, só com Senadores e Senadoras titulares e suplentes, para ninguém invadir a privacidade de ninguém também.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Bom, pedindo aqui um aparte à Presidência, erroneamente, contrariando o Regimento, mas saudar pela iniciativa e ponderar, caso haja concordância dos membros titulares e suplentes, que o grupo se reserve a isso, senão as pessoas ficam postando coisas... É tanta coisa que você acaba não vendo o essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que se limite o grupo a tratar de matérias em votação ou de assuntos importantes da Comissão de Educação *stricto sensu*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Gostei da expressão *stricto sensu,* quer dizer, é para isso mesmo, não é? É como no mestrado e doutorado: *stricto sensu,* não é *lato sensu.* É só isso.

Muito bem, está encerrada a votação.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para o item 2 e para o item do Senador Wellington Fagundes, extrapauta.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, o resultado: SIM, 14 votos; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 15.

Então, estão aprovados os Projetos de Lei nºs 4.196/2019 e 2.676/2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as devidas providências.

Muito bem. Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1836, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, os meus cumprimentos e a nossa estima a V. Exa. e ao nosso Vice-Presidente, Senador Cid Gomes, a todas as companheiras Senadoras e demais outros Senadores presentes a esta reunião.

Presidente, com a sua anuência e, evidentemente, com a compreensão do Colegiado, eu peço a sua permissão para que nós partamos já para a análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno da Casa, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas.

Por outro ângulo, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, incumbe-nos pronunciarmo-nos também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade do projeto.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 2010.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, no dia 6 de junho de 2017, audiência pública na qual se debateu sobre as doenças emocionais e a necessidade de se instituir a campanha Janeiro Branco como forma de conscientização das pessoas sobre a importância de cuidar da saúde mental e emocional. Entre outros, participaram representantes dos Conselhos Regional e Federal de Psicologia, do Movimento da Luta Antimanicomial e o idealizador do Movimento Janeiro Branco.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Quanto ao mérito da proposição, devemos considerar a importância da medida proposta, Presidente Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde mental é um importante fator que possibilita o ajuste necessário para lidar com as emoções positivas e negativas – sabedores somos. Investir em estratégias que possibilitem o equilíbrio das funções mentais é essencial para um convívio social mais saudável.

A depressão é o mal do século XXI. A ansiedade afeta quase 19 milhões de brasileiros. Os transtornos mentais são responsáveis por mais de um terço do número total de incapacidades nas Américas.

Nos últimos anos, as doenças mentais tiveram um aumento considerável. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil é considerado o país mais ansioso do mundo e o quinto mais depressivo. Mesmo assim, parte dessas pessoas não possuem assistência médica adequada.

Além de ser determinante para a estabilidade física, a saúde mental está relacionada à qualidade da interação individual e coletiva. No cenário atual, buscar alternativas que possibilitem a harmonia nessas relações é uma urgente necessidade.

Assim, tão importante como a atenção às medidas individuais é o olhar para a saúde mental como saúde pública, que possibilite uma visão estrutural da promoção e prevenção dos transtornos mentais.

Como bem afirma o autor da matéria – abrimos aspas:

> [...] não pode ser negligenciado o enfrentamento das doenças psiquiátricas, que acometem tantos brasileiros. É necessário desenvolver estruturas de atenção à saúde mental e informar nossa população sobre tais estruturas e como acessá-las. Mas também é fundamental esclarecer os benefícios da manutenção do paciente em seu meio, reservando eventuais internações apenas para situações específicas, em que realmente sejam imprescindíveis.

Fechamos aspas.

Diante disso, é sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir campanha de âmbito nacional que tenha por escopo, finalidade, a conscientização da população sobre a saúde mental.

Nós votamos, conforme a argumentação exposta, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.836, do ano de 2019, Presidente Flávio Arns, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço ao Senador Veneziano o relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Da minha parte, Senador Veneziano, eu só quero destacar a importância de todas as iniciativas voltadas para a promoção, para a geração de saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos aqui, nos dois anos anteriores, atual legislatura, a Subcomissão da Educação na Pandemia, e o que a gente observa é que alunos, professores, pais no ambiente escolar demonstram sinais de ansiedade, de medo, de depressão; tantos problemas na área da saúde mental. Inclusive, outro dia, aprovamos um relatório na CAS – não é, Senadora Jussara? – também de convite para a Ministra da Saúde. E nós dissemos: nós temos que discutir também na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) a interface, por exemplo, na área da saúde mental: geração de saúde mental no ambiente escolar, para a comunidade escolar.

Escrevemos, inclusive, durante a Subcomissão, para o Ministério da Educação – portanto, no Governo passado – e para o Ministro da Saúde para buscarem essa articulação nessa promoção, porque o professor ajuda, o diretor ajuda, o pedagogo também, mas há muitas situações em que isso precisa de um profissional que oriente até os professores quanto ao que fazer. Não é ter o psicólogo ou o psiquiatra na escola para eventuais casos de maior dificuldade, mas uma articulação a favor do ambiente escolar mentalmente saudável, porque é um drama – é um drama. Muitos casos de depressão em famílias – depressão e muitas situações – vão, lá na frente, levar ao suicídio, dependendo da depressão. E há uma falta de atendimento, eu diria visível, sentida no Brasil todo, seja em termos de profissionais, de medicamentos.

Há ainda uma necessidade de uma conscientização de que você não está louco se você tiver um problema de saúde mental. Não é loucura. A pessoa ainda acha: "Não, eu estou ruim da cabeça". Assim como você pode estar ruim do fígado, do rim, do coração, da perna e tal, pode também ter distúrbios neuroquímicos na área da saúde mental. Então, ter um mês destinado a isso, uma iniciativa – Janeiro Branco –, eu acho da mais alta importância.

Essa semana, na sexta-feira, eu fazia o debate sobre povo de rua, a população de rua, e as pessoas mostraram que um terço, mais ou menos, das pessoas são dependentes químicas, quer dizer, estão no mundo das drogas; outro terço tem distúrbios mentais, psiquiátricos e tal, que podem até ser decorrentes das drogas, mas podem não ser também; e um terço de outros problemas.

Então isso, em todos os setores profissionais da nossa sociedade, é essencial. Professores e policiais, por exemplo – militares, civis, que estão em confronto aí diário –, têm que ter um apoio para isso, porque senão a gente observa aí as dificuldades de identificar cedo esses alunos que entram, às vezes, nas escolas atirando, mesmo tendo estudado na escola; matando colegas, professores. Ou a pessoa que está no supermercado, como já aconteceu, e que se sente perseguida; pega a faca e vai atacando os outros. Quer dizer, isso é um distúrbio mental, uma falta de saúde mental.

Agora, como fazer com que a população possa ter a saúde mental valorizada e prestigiada?

Então só quero destacar, na condição até de membro aqui da Comissão, que temos que trabalhar muito esse tema. O projeto relatado por V. Exa., Senador Veneziano, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Jussara Lima gostaria de manifestar.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Para discutir.) – Bom dia. Cumprimento aqui o Senador Flávio Arns, brilhante Senador, que tanto faz pelo nosso país. Cumprimento o Senador Veneziano pela relatoria.

Quero falar da importância que tem o Janeiro Branco, porque é realmente uma doença que afeta crianças, jovens, adultos, idosos, e dizer que realmente é uma doença da alma – dói, é uma doença que dói.

Eu já presenciei e conheço pessoas que já passaram por isso. E é de extrema importância, sim, a gente aqui justamente levar e defender essa causa, que é tão justa para as pessoas do nosso país.

Quero falar que lá em Teresina – eu sou piauiense – há um dos maiores índices de suicídio – é impressionante! – e aqui registrar realmente o meu apoio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Quero cumprimentar o Senador Mourão também. Que bom...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O projeto de Brumadinho, inclusive, vai entrar em pauta também, com as sugestões de V. Exa. e da Senadora Tereza... (*Pausa.*)

Não, não. Não é Teresa Leitão, não. A Ministra da Agricultura. Tereza Cristina!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir a sua permissão como a da Senadora Jussara – e já agradecer as suas palavras em torno do projeto que tive a honra de poder relatar, e aqui façamos justiça à iniciativa do Deputado Assis Carvalho –, mas quero pedir a sua autorização, Presidente, porque nós estamos tendo um debate na Comissão de Infraestrutura, com a presença do Ministro Renan Filho, e, como há assuntos relativos à nossa unidade federativa, eu queria tratar, se V. Exa. me permite... Absolutamente não quero que V. Exa. e os companheiros tomem como deselegância ou desatenção, mas, se V. Exa. precisar e carecer que nós voltemos, estarei logo aqui na sala ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Entendemos perfeitamente. Já tínhamos feito, inclusive, a exposição das razões pelas quais muitas pessoas estão lá, pela presença do Ministro. Agradeço.

Estamos indo para os itens finais da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 12, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 95 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 443, de 2022, que institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora, em atenção ao prescrito na Lei nº 12.345, de 2010.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

O requerimento foi subscrito por mim também.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado o requerimento.

Os demais vamos aprovar em bloco também. (*Pausa.*)

Aqui o Requerimento 12, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro... O da mulher empreendedora, esse já foi lido. Esse está aprovado.

Desculpe, então.

Vamos completar o Requerimento nº 12, da Senadora Damares Alves, em que ela propõe as debatedoras:

- Sra. Adriana Restum, Presidente Nacional da Virada Feminina e CEO Brasileira das empresas No Mundo da Moda, Planet Girls/Polo Wear/SMK;

- Sra. Juliana Farah, Vice-Presidente do Grupo Mulheres Semeadoras do Agro;

- Sra. Ana Claudia Badra Cotait, Presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária, da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil;

- Sra. Maria da Conceição Rodrigues dos Santos Meneses, empreendedora, Sobradinho, Bahia;

- Sra. Adriana Ferreira dos Santos, proprietária do Restaurante Drica Terra e Mar.

Em complementação ao requerimento que acabamos de aprovar da Senadora Damares Alves.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam se encontram pela inclusão dos nomes. (*Pausa.*)

Item extrapauta nº 17, de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 17, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir a realidade, as perspectivas e os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação: Política de Atendimento Educacional às pessoas com Espectro Autista na educação Básica e Ensino Superior; representante do Ministério da Saúde: A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA: o que está sendo feito e os desafios para a sua implementação, incluindo o diagnóstico precoce, os atendimentos terapêuticos multiprofissionais, medicamentos e nutrientes, assim como, orientação e apoio às famílias; a Senhora Suely Melo de Castro Menezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselheira na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; a Senhora Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende Novoa, Presidente da Abraneurodiversidade – Associação Brasileira de Neurodiversidade / Neurodivergência e do Coletivo Autistas Adultos Brasil; o Senhor João Batista Mandelli, Presidente da Associação de Pais e Amigos do Autista do Vale dos Sinos - São Leopoldo/RS; o Senhor Fernando Cotta, Presidente de Honra - Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Em primeiro lugar, indago às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores para a inclusão do item como extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Eu lembro, então, só três coisas, antes do encerramento.

Na quarta-feira da semana que vem, dia 29 de março, como já foi lido – aliás, no dia 28 de março, quarta-feira –, das 14h às 15h30, pelo convite do Senador Izalci Lucas estaremos visitando uma instituição no Guará, para entender, de acordo com o ofício, o atendimento que é prestado para pessoas com deficiência cujas necessidades específicas são mais acentuadas e que são atendidas dentro de um contexto aqui no DF, que é a prática que acontece aqui, dentro da própria escola num programa especial – porque ele é autor do requerimento do decreto, afinal, que procura discutir e aprofundar o atendimento das pessoas com deficiência que apresentem assim um grau de necessidades mais sensíveis, maiores, para o seu desenvolvimento.

Quero lembrar também que, possivelmente, na semana que vem – avisaremos no decorrer da semana –, teremos a presença da Ministra do Esporte, Ana Moser. Não sei se a assessoria do Ministério do Esporte está aqui presente, mas, a princípio, está marcada para terça-feira da semana que vem, às 10h, a presença da Ministra, para que ela possa expor os desafios, as perspectivas, as necessidades, os entrosamentos na busca desse direito tão fundamental para o desenvolvimento da nossa população, inclusive com repercussão na área da saúde mental. Para a pessoa que pratica esportes no coletivo, com amigos, tendo o apoio para isso, sem dúvida alguma, isso gera saúde mental.

Ao mesmo tempo, quanto à Subcomissão também voltada para a apreciação do novo ensino médio da Senadora Teresa Leitão, o requerimento já foi aprovado pela Secretaria-Geral da Mesa, porém estamos oficiando para que a Mesa nos informe da proporcionalidade dos partidos para a constituição da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, então, a presença, a participação de todos e, antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realizar-se em 28/03/2023, terça-feira da próxima semana.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Romário, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 81/2023 - CE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), REQ 93/2023 - CE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), e REQ 96/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 2331/2022 e o PL 1994/2023. **Participantes:** Sra. Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura; Sr. Mauro Garcia, Presidente-Executivo do Brasil Audiovisual Independente (BRAVI); Sra. Cibele Amaral Correia, Diretora Centro-Oeste da Conexão Audiovisual Norte, Nordeste e Centro Oeste (CONNE); Sra. Cintia Domit Bittar, Diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API); Sra. Mariana Polidorio, Diretora de Políticas Públicas da Netflix; Sr. Fernando Alberto Coelho de Magalhães, Diretor de Programação e Conteúdo da CLARO/NOW; Sra. Erika Alvarez, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Youtube; Sra. Rosana Alcântara, Ex-diretora da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), advogada especialista do setor audiovisual e representante do Mais Mulheres; Sr. Jonas Antunes Couto, Diretor Jurídico-Regulatório da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA); e Sr. Tiago Mafra dos Santos, Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de setembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.331, de 2022, e o PL 1.994, de 2023, em atenção ao Requerimento 81, de 2023, da Comissão de Educação; ao Requerimento 93, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Eduardo Gomes; e ao Requerimento 96, de 2023, de minha autoria – ou o contrário, não é? (*Pausa.*)

Está certo.. Esse é de minha autoria.

Anuncio a presença dos seguintes convidados:

- Sra. Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura;

- Sra. Cibele Amaral Correia, Diretora Centro-Oeste da Conexão Audiovisual Norte, Nordeste e Centro-Oeste – também seja muito bem-vinda;

- Sra. Cíntia Domit Bittar – que já está aqui à minha direita –, Diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro;

- Sra. Mariana Polidorio – seja bem-vinda também –, Diretora de Políticas Públicas da Netflix;

- Sra. Erika Alvarez, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do YouTube;

- Sra. Rosana Alcântara, ex-Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), advogada especialista do setor audiovisual e representante do Mais Mulheres;

- Sr. Tiago Mafra dos Santos – que está chegando –, Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine); e

- Sr. Jonas Antunes Couto, Diretor Jurídico-Regulatório da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

Participam da audiência de forma remota:

- Sr. Fernando Alberto Coelho de Magalhães, Diretor de Programação e Conteúdo da Claro/Now; e também

- Sr. Mauro Garcia, Presidente-Executivo do Brasil Audiovisual Independente.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, sempre fica, também, no Portal da nossa Comissão de Educação todo o debate, toda a discussão, os documentos apresentados. Para quem desejar rever alguma coisa ou se aprofundar no tema, todo o material está à disposição da sociedade.

O relatório, como eu vou ler agora, completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que, eventualmente, forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares eventualmente inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu quero, com muita honra, convidar o Senador e amigo que vai presidir esta sessão, Eduardo Gomes, para que possa conduzir os trabalhos. Já fiz os comentários iniciais, nesses dez minutos, e todos nós estávamos em reuniões com ministros e também em outras discussões acontecendo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boa tarde, quero pedir desculpa pelo atraso. Saímos agora de uma audiência pública com o Ministro da Justiça sobre Direito Digital, onde discutimos também propriedade intelectual e uma série de outras coisas, e por isso cheguei um pouco atrasado aqui, mas foi muito melhor, porque aí o Presidente Flávio Arns abriu a sessão, o que já abrilhanta a nossa audiência.

Conforme ele havia dito, vamos começar as exposições.

Eu gostaria de dizer que, como Relator, nós temos tido contato com vários agentes do setor: produtores, produtores independentes, Ministério da Cultura. Então, o que a gente deseja destas audiências públicas de hoje e de amanhã é, realmente, a capacidade que um grupo vai ter para colher do outro as informações, as divergências e, principalmente, as convergências, porque é o que define um bom relatório; trabalhar com praticidade as convergências e reduzir o nosso espaço de debate para as divergências, para que a gente tenha uma lei, o mais rápido possível, com equilíbrio.

Então, com a palavra, a Sra. Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, para a sua exposição.

O SR. JOELMA OLIVEIRA GONZAGA (Para expor.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, na pessoa de quem eu cumprimento os Senadores, as Senadoras e as autoridades aqui presentes!

Boa tarde aos representantes das entidades do audiovisual, da Ancine – o Tiago está chegando –, senhores e senhoras representantes dos provedores de VOD!

E muito boa tarde a todos e todas que estão presentes também remotamente, acompanhando esta audiência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de destacar aqui a importância da parceria e do diálogo entre o Executivo, representado aqui pelo Ministério da Cultura e pela Agência Nacional de Cinema, o Congresso Nacional, por meio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Casa em que nós nos encontramos agora, juntamente com as 12 entidades do setor independente do nosso audiovisual e com os provedores de VOD que atuam no Brasil.

Que bom que estamos aqui para a formulação de uma política que deve se tornar um novo marco para o audiovisual brasileiro, que é o marco regulatório do segmento de vídeo sob demanda, VOD!

O Ministério da Cultura tem como diretriz pautar a atuação das suas políticas em evidências, dados e nas melhores práticas. Nesse caminho, para fortalecer o debate, o Minc implementou um grupo de trabalho, que foi liderado pela Secretaria do Audiovisual, sob meu comando, e que trabalhou arduamente, durante quase três meses, focado em estudar os referenciais de regulação no mundo, estudar um modelo que seja adequado ao nosso país, por óbvio entendendo as especificidades do nosso mercado brasileiro. Inclusive, do resultado desse trabalho, que é um relatório com recomendações de diretrizes acerca dessa regulação, aqui eu apresento as linhas gerais, mas a íntegra do texto está disponível no *site* do Ministério da Cultura.

Seria muito importante, senhoras e senhores aqui presentes, que vocês conhecessem o posicionamento do Ministério da Cultura através desse relatório. Ele traz a dimensão e a importância do que está sendo discutido aqui nesta audiência.

Eu vou tratar aqui dos pontos principais recomendados no nosso GT e que o Ministério da Cultura acredita e defende serem os pilares indispensáveis para uma regulação adequada e sustentável para a indústria do audiovisual brasileiro. Vou começar pelo direito autoral e patrimonial.

Começamos com um importantíssimo ponto deste debate, que é o respeito ao direito autoral e patrimonial. É necessário assegurar de forma inegociável que a propriedade patrimonial esteja nas mãos da produção independente brasileira.

Nesse sentido, senhoras e senhores, estamos trabalhando com a importância da definição do que é obra brasileira independente.

Está ali o eslaide que tem esse conceito.

É importante entender, senhoras e senhores, o que de fato é essa produção brasileira independente e por que isso é estruturante para o nosso setor. Se eu tenho a produção simplesmente contratada como prestadora de serviço, eu não tenho uma estruturação da cadeia produtiva do audiovisual.

O recurso e a participação no sucesso dessa obra, que é desenvolvida pela produção brasileira independente... Ao fim, do sucesso dessa obra o produtor brasileiro independente não participa, isso faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que os nossos produtores acabem por virar meros serviçais das suas próprias criações. Isso não pode ser a norma, e isso não é aceitável.

Faz-se necessário que um projeto de lei, a ser aprovado nesta Casa, assegure a manutenção majoritária dos direitos patrimoniais para a produtora brasileira independente. Temos que garantir que as pequenas empresas que trazem toda a concepção autoral e criativa das obras participem também dos resultados dessas obras e não sejam impedidas de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos que criarem. Isso, senhoras e senhores, é apenas o justo, é apenas o básico, como ponto de partida para este debate da regulação.

É indispensável – indispensável – preservar essa construção normativa do ecossistema do setor audiovisual brasileiro, que, desde a MP 2.228-1, assegura a livre produção artística e sua efetiva independência. A independência da produção brasileira não reside somente no quadro societário das empresas de produção, mas, sim, na efetiva independência das obras produzidas.

Seguindo, um outro ponto importante defendido por nós é a adoção da cota de catálogo. Estabelecer esse mecanismo é essencial para que as plataformas tenham o produto brasileiro inserido no seu catálogo de oferta. Com isso, queremos garantir que o público brasileiro tenha a oportunidade de escolher o conteúdo nacional entre tantos outros conteúdos que estão ali ofertados. Essa prática existe e é operada em vários países do mundo – como podemos ver ali no eslaide, há o exemplo da União Europeia; na Itália, é 15%. Enfim, está ali no eslaide, para quem quiser os detalhes.

E peço aqui licença para fazer um pequeno parêntese falando de um filme, que se chama Marte Um. É um filme lindo do Gabriel Martins, realizador mineiro. Falo também do Noites Alienígenas, do Sérgio de Carvalho, longa-metragem produzido no Acre – e imagina esses filmes estampados com destaque nos catálogos das plataformas –; ou mesmo do belíssimo Retratos Fantasmas, do Kleber Mendonça Filho, que ontem foi escolhido para ser o representante do Brasil na disputa do Oscar. E agora eu peço que vocês imaginem o contrário. Imaginem esses filmes não serem ofertados com destaque num catálogo de plataforma de *streaming* no país em que foi produzido. É isso que nós queremos evitar, é isso que não queremos que aconteça. Vale ressaltar, de novo, que cota faz parte do ecossistema da indústria audiovisual brasileira desde os anos 30. E defender a cota de catálogo na regulação do VOD terá um efeito expressivo no impulsionamento da produção brasileira independente.

E, já que estamos falando de destaque de nossas produções, não podemos deixar de falar de proeminência. Não basta ter apenas a cota de catálogo: esse conteúdo precisa estar destacado, em evidência, na frente das páginas de abertura das plataformas.

Destaco de novo que a proeminência existe na regulação de vários países do mundo, com vários modelos, é verdade, e nós, na nossa regulação, no nosso marco regulatório, precisamos e devemos buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um modelo que seja adequado para o Brasil. A gente espera, senhoras e senhores, que o cidadão brasileiro abra sua plataforma e possa se ver ali, na primeira mão, representado através da produção nacional.

Seguindo nossas recomendações aqui, temos as importantes ações afirmativas. O marco regulatório do VOD precisa contemplar essa política de promoção da equidade no audiovisual, ancoradas no tripé acessibilidade, regionalização e diversidade de gênero e étnico-racial. Todo o conteúdo audiovisual deve ser acessível a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELMA OLIVEIRA GONZAGA – Num país continental como o Brasil, assegurar uma estruturação do setor em grande escala, olhando com atenção para todas as regiões, se conseguirmos regionalizar a produção, certamente teremos uma estruturação em grande escala, respeitando as vocações locais.

Precisamos que a diversidade de gênero e étnico-racial seja contemplada de norte a sul do país. Temos aqui vários representantes do Conne, Apan, Fames, +Mulheres, participando desta audiência e construindo este debate com a gente. Essas entidades trazem para a gente essa dimensão da equidade no audiovisual e têm feito um trabalho grandioso acerca dessas pautas tão caras para nós.

E aqui faço de novo um parêntesis para falar de Marte Um. Eu adoro esse filme, gente! O sucesso da política afirmativa para o audiovisual está coroado no resultado do belíssimo filme Marte Um, que foi beneficiado por uma política afirmativa do Minc, em um edital com recorte afirmativo, teve uma carreira de sucesso brilhante, sendo escolhido para ser o representante do Brasil na disputa do Oscar do ano passado, tem distribuição em vários países do mundo, e, faz menos de um mês, talvez uns 15 dias, foi agraciado com oito prêmios no Grande Prêmio do Cinema Brasileiro. Um filme de um realizador negro, de origem periférica, de uma região do país fora do eixo Rio-São Paulo, que é Contagem, Minas Gerais, parte do Fames, portanto – a Jussara está aqui?

Bom, sem a garantia de políticas afirmativas, produções exitosas como essas não existiriam, não é? E estou trazendo esses exemplos aqui para ilustrar a dimensão da importância das políticas afirmativas e de novo ressaltar que ela precisa ser contemplada no marco regulatório do VOD, precisa.

Bom, chegamos aqui a outro ponto essencial para o Ministério da Cultura, que é a criação da Condecine VOD, representada numa alíquota progressiva de 4%. Essa alíquota está em consonância com práticas internacionais de regulamentação do VOD no mundo, a exemplo da França, como estamos vendo ali, Espanha, 5%, e Portugal, como vocês podem ver ali. As plataformas de VOD que vão atuar no nosso país devem contribuir no desenvolvimento do setor, através da contribuição dessa alíquota progressiva.

Com essa contribuição, inclusive, vão se beneficiar com uma estruturação do setor que traz um desenvolvimento sustentável. Naturalmente, a recomendação prevê uma contribuição proporcional à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade da plataforma. Se uma plataforma é menor, ela vai contribuir com um percentual menor, para que ela possa se estruturar. A contribuição da Condecine VOD visa a estruturar o setor e vai se reverter numa maior qualificação dos profissionais da área e na geração de conteúdos que vão alimentar as próprias plataformas, estabelecendo, assim, um modelo virtuoso da estruturação da cadeia produtiva da indústria do audiovisual.

Seguindo as recomendações do Minc...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELMA OLIVEIRA GONZAGA – ... à legislação que está sendo construída, eu trago a obrigação de investimento direto, outra prática que vem sendo adotada na regulação mundo afora. É uma obrigação para que as plataformas de VOD invistam pelo menos 10% do seu faturamento bruto anual em conteúdos realizados por produtoras brasileiras independentes e que esses recursos se destinem a atividades essenciais para o desenvolvimento do audiovisual no Brasil para além da produção, também para a formação, difusão e preservação das nossas obras.

Por fim, um item básico para a nossa regulação é a transparência. A gente vive hoje um momento de regulação da cadeia produtiva do audiovisual. Para que a gente possa avaliar o consumo e a circulação da produção audiovisual dentro do *streaming*, precisamos de dados e hoje não temos esses dados.

Eu vou partir para a minha conclusão, porque eu já extrapolei o tempo. Essas são as principais recomendações do Ministério da Cultura. Como eu falei, elas se baseiam em marcos regulatórios praticados no mundo, por óbvio, respeitando as nossas especificidades. E a gente tem aqui, senhoras e senhores, Senador Eduardo, a oportunidade de promover um marco regulatório que vai projetar a produção audiovisual em nível internacional, que vai desenvolver a indústria do audiovisual, gerando emprego, renda e impacto econômico.

Eu fico imaginando, daqui a cinco, dez ou quinze anos, que esta Casa poderá dizer com orgulho que defendeu o direito autoral, que garantiu uma política de promoção da equidade e de acessibilidade, que promoveu a regionalização em grande escala no setor, através de nossas obras, que serão amplamente difundidas e admiradas, nacional e internacionalmente, levando, assim, nossa cultura a todos os lugares.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu agradeço à Secretária Joelma Oliveira Gonzaga.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo do Brasil Audiovisual Independente (Bravi), que participa desta sessão remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Sa., para uma exposição de até dez minutos.

Vamos ter que ter rigor com relação ao tempo em respeito aos outros expositores.

E anunciamos aqui a presença do Senador Humberto Costa, autor do projeto.

O SR. MAURO GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Eduardo Gomes, Senador Flávio Arns, Senador Humberto Costa.

Agradeço o convite desta Comissão para esta importante...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O senhor poderia aumentar o áudio, por favor?

O SR. MAURO GARCIA (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sim.

O SR. MAURO GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Boa tarde a todos os presentes.

Agradeço o convite desta Comissão para esta importante audiência pública sobre a regulação de vídeo por demanda em nosso país.

Eu saúdo V. Exa.; o Presidente da Comissão, o Senador Flávio Arns; o Senador Humberto Costa; e, na sua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores presentes e assessorias.

Saúdo a Secretária do Audiovisual, Joelma Gonzaga, assim como os meus companheiros de mesa, que falarão nesta audiência pública.

Meu nome é Mauro Garcia, eu sou o Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente, associação que representa hoje 675 empresas produtoras independentes brasileiras, de todos os níveis de classificação da Ancine, presente em 21 unidades da Federação.

Eu inicio a minha fala citando um trecho de um artigo que eu escrevi há poucos dias: toda sociedade democrática tem regras, não podemos viver numa anarquia regulatória.

Cito também um trecho de um discurso recente do Presidente Lula, em que ele dizia:

> Soberania é mais do que cumprir a importante missão de resguardar nossas fronteiras terrestres e marítimas e nosso espaço aéreo. É também defender nossas empresas estratégicas [como as nossas do audiovisual] [...], é fortalecer nossa agricultura e nossa indústria [como a nossa do audiovisual].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É disso que se trata, Senador Eduardo Gomes: regular o vídeo por demanda. Não há mais como protelar essa regulação.

Em um encontro de entidades da produção independente com o senhor, sabiamente V. Exa. nos disse que uma regulação boa é aquela que atende ao mercado sem que um segmento anule o outro. Também acreditamos nisso, Senador.

O relatório do grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Cultura sobre o vídeo por demanda, que a Secretária Joelma resumidamente apresentou, traz, na linha do tempo, a Agenda Regulatória da Ancine, de 2015 e 2016, que foi apresentada ao Conselho Superior de Cinema no momento do ciclo virtuoso da Lei do Seac, que trazia como prioridade regular o serviço de vídeo por demanda, incluindo a cobrança de Condecine para esse segmento.

Em 2016, novamente, a Ancine atualizou a agenda e, em 2018, um grande debate no Conselho Superior do Cinema refutou a proposição da gestão da Ancine da época, por ter apresentado um modelo de regulação que não contemplava os itens vitais para o conteúdo audiovisual brasileiro e brasileiro independente, como também já apontado aqui pela Secretária Joelma. Reiteramos que são estes: garantir a oferta e o acesso aos conteúdos brasileiros nas plataformas de *streaming;* promover a segurança jurídica necessária para a atração de investidores; construir um arcabouço regulatório [...] que fosse aderente tanto ao cenário atual quanto a mudanças decorrentes de inovações tecnológicas [que acontecem todos os dias]; direcionar este arcabouço para o desenvolvimento da indústria audiovisual nacional e a valorização da nossa cultura [tão rica e tão diversa]; a obrigação de provimento mínimo de títulos nacionais no catálogo [das plataformas]; o investimento do provedor na produção ou licenciamento de obras brasileiras; a proeminência [...] dada às obras brasileiras na interface [...] [das plataformas]; e o recolhimento pelo *streaming* da Condecine, como todos os outros segmentos o fazem.

E tão fundamental quanto esses itens para o desenvolvimento do conteúdo audiovisual brasileiro é a propriedade intelectual e a participação no direito patrimonial, pelas empresas produtoras brasileiras, nas suas próprias criações. Mas quem vai falar melhor da propriedade intelectual são as próprias criações no vídeo que lhes apresento.

Por favor, se puderem rodar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAURO GARCIA (*Por videoconferência.*) – Senador, muito obrigado pela participação.

Desejo que tenhamos um bom debate, nesta primeira mesa, sobre a regulação de vídeo por demanda no Brasil.

Muito obrigado a todos. Boa tarde. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boa tarde. Muito obrigado, Sr. Mauro Garcia.

Com a palavra, a Sra. Cibele Amaral Correia, Diretora do Centro-Oeste da Conexão Audiovisual Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Conne).

A SRA. CIBELE AMARAL CORREIA (Para expor.) – Bom, senhoras e senhores, Exmas. e Exmos. Senadores da República, Senador Eduardo Gomes, Senador Flávio Arns, Senador Humberto Costa, obrigada pelas presenças.

Boa tarde. Boa tarde para os colegas da Conne, para os colegas do Brasil inteiro que estão aqui e que estão também em casa e nos trabalhos, acompanhando a gente.

Eu tenho muito a falar aqui, mas eu acho que quem não entender depois pergunta para a Luna e para a Tarsilinha, porque elas explicaram muito bem. (*Risos.*)

Ficou muito legal o vídeo.

Bom, eu sou a Cibele Amaral e eu estou representando a Conne (Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte e Nordeste), uma macroassociação que agrega empresas de 20 estados brasileiros.

A regulação do vídeo sob demanda é muito importante para o presente, para o futuro do audiovisual, para o país e para as nossas regiões da Conne. Nós queremos que essa regulação aconteça, assim como aconteceu a regulação da TV paga, com a Lei 12.485, que promoveu um ciclo de crescimento nunca antes visto na produção audiovisual brasileira e, principalmente, nas regiões do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Promoveu e continua promovendo o fortalecimento da indústria audiovisual, gerando emprego e renda, como vocês bem viram aí no vídeo da Luna.

Os dados estão no *site* da Ancine também, para quem quiser conferir. Eu queria também recomendar que conferissem o relatório que a Secretária Joelma tão bem apresentou.

E nós estamos falando de quê? Estamos falando de cotas para a produção brasileira independente. De novo, eu vou repetir para que vire um mantra: o que é essa produção brasileira independente? Ela é aquela que não está vinculada a grandes grupos econômicos. É essa produção que promove a diversidade do audiovisual brasileiro e a soberania dos valores culturais brasileiros. Essa produção, também, como a Secretária Joelma muito bem mostrou, oxigena, dá voz a diversas histórias contadas por olhares locais que fortalecem a cultura e a circulação de conhecimento.

Além das cotas, também é importante garantir a proeminência, como já foi dito aqui, mas vamos repetir, que é um destaque, dentro do catálogo das plataformas, que permite ao assinante ser impactado, ter a oferta do produto brasileiro independente, inclusive das nossas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é o problema de termos cotas e proeminência? Nós temos, Senador Eduardo Gomes, o exemplo de muitos países nos quais essas mesmas plataformas atuam. E lá, naqueles países, elas cumprem com essa legislação que exigiu cotas e o produto nacional deles lá obrigatoriamente é garantido. E também ofertam esse destaque, a tal proeminência, que é tão importante em se tratando do VOD.

Ali são os exemplos que a Secretária Joelma também já trouxe. Está tudo no relatório do Minc, para quem quiser conferir.

O Brasil, gente, é um país imenso, um mercado importante e muito se justifica aqui termos uma cota nacional e, dentro dessa cota nacional, a garantia de que pelo menos 30% vão para a produção audiovisual, independentemente das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e que também vão para as regiões distantes do eixo, como a Região Sul, como os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de, obviamente, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda é preciso garantir que uma parte dos recursos seja para ações afirmativas, como também está bem colocado no relatório do Minc.

E por que o foco aqui são as produções, as obras? Também como já foi dito aqui, é o patrimônio material e imaterial brasileiro que precisa ser salvaguardado. Será – e vou fazer uma pergunta – que realmente existem obras brasileiras independentes sendo produzidas dentro das plataformas? Porque a propriedade intelectual, o IP, os direitos patrimoniais sobre as obras não são brasileiros; 51% ou muito mais, até 100%, são de uma empresa estrangeira.

Então, somente garantindo que, dentro desse catálogo, desse volume grande de produção, haja também a obrigação de investimento na obra visual brasileira independente... Vamos repetir comigo... (*Risos.*)

A obra visual brasileira independente, não é? É assim que se garante a continuidade da produção audiovisual legitimamente brasileira.

E, vejam, a propriedade intelectual é o grande ativo desse mercado. É isso que também está em jogo. O nosso país precisa quebrar essa lógica perversa e imposta de participar dos mercados sempre na condição de fornecedor de matéria-prima, fornecedor de mão de obra.

Gente, isso já é tão antigo! Isso é debatido em todos os setores, desde a biodiversidade da Amazônia *versus* a exploração da indústria farmacêutica, o petróleo *versus* o pré-sal e por aí vai.

A nossa nação precisa e tem condições de competir na lógica de ser detentora de direitos intelectuais, autorais e patrimoniais. É só isso que protege a nossa indústria audiovisual, que se mostra hoje pulsante e potente, gera mais de 300 mil empregos diretos e indiretos, movimenta R$3,3 bilhões em impostos e contribui com o PIB nacional. E esses números, gente, só são possíveis graças aos esforços dos produtores brasileiros, somados a uma política pública de regulação e promoção também dos agentes atuantes no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se o vídeo sob demanda é nosso principal canal de distribuição no futuro, é a tendência, como é que a gente pode pensar nesse mercado sem qualquer tipo de lei específica como ocorre no momento? Se as plataformas de vídeo sob demanda estão presentes no nosso ecossistema, elas precisam naturalmente participar com regras estabelecidas. Caso contrário, a gente está diante de um anacronismo, porque essas mesmas plataformas, de uma forma indireta, se beneficiam com o mercado consumidor brasileiro, com a força de trabalho dos brasileiros e brasileiras e até com algumas produções financiadas com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual. E elas não contribuem de forma regulada, consistente e contínua para o setor.

Pessoal, então...

Ah, isso é falando do mantra da obra independente.

A Conne defende: tributação dos agentes econômicos por meio da Condecine – que é recolhida por todos os demais setores do audiovisual; percentual de investimentos diretos das plataformas em produções nacionais – como acontece na maioria dos países da Europa, com a criação de cotas, conforme já foi dito aqui, e não só da Europa; presença do produto independente brasileiro nos catálogos das plataformas de *streaming*, de vídeo sob demanda; e visibilidade da produção nacional e regional em telas iniciais e nos resultados de busca.

Tudo o que nós queremos é contar nossas próprias histórias.

E viva o cinema e a cultura do Brasil!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu agradeço à Cibele e passo a palavra à Sra. Cíntia Domit Bittar, Diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API).

A SRA. CÍNTIA DOMIT BITTAR (Para expor.) – Olá! Boa tarde a V. Exas., Srs. Senadores Flávio Arns, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Relator, então, do substitutivo desse tema tão caro ao nosso setor. Boa tarde à Secretária Joelma, ao Secretário Marcos Souza, a todo o Minc aqui presente, equipe que tem trabalhado duro para a gente evoluir aí nesses marcos regulatórios do setor. Cumprimento também o Diretor Tiago Mafra, da Ancine, e todas, todos e "todes" que estão aqui presentes, todo mundo que está em casa, no celular, assistindo. A API, a associação que eu represento aqui, eu sei, está em peso assistindo, acompanhando. O pessoal de Santa Catarina e de Floripa, de onde eu sou, também. Então, agradeço a todo mundo e vamos junto comigo aqui, que eu quero trazer alguns dados e algumas provocações para este debate.

Primeiramente, quero contar um pouquinho quem somos. A API é uma associação nacional. Nós, hoje, temos 217 empresas produtoras independentes, em 23 unidades federativas – são 22 estados e aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DF. Nós somos bem jovens, fomos criados em 2018, no palco aqui do Festival de Brasília, e formalizamos em 2020, em busca sempre da união, da defesa e do desenvolvimento do setor. A gente integra a Fibrav, que é a Frente da Indústria Independente Brasileira do Audiovisual, e a Câmara Técnica das Entidades de Produção da Ancine. Lutamos, gente, por um audiovisual independente, descentralizado, rico por sua pluralidade, diversidade, potência artística, cultural e socioeconômica.

Bom, sobre esse tema pelo qual estamos aqui hoje, que é a regulação de *streaming*, a gente traz aqui cinco pontos principais. São eles: direito autoral e patrimonial, já expressado aqui nas falas anteriores. A gente precisa garantir esses direitos – direitos! –, não favores à produção independente brasileira. Sobre proeminência e cotas, a Cibele falou tão bem aqui da necessidade, não é, gente? Bom, dá para fazer outras analogias: imagina se você quer muito comprar um livro, mas ele está lá escondido no depósito e você nem sabe que aquele livro está lá naquela livraria, não é mesmo? Então, a gente também precisa ter, ali, esse destaque aos nossos filmes, para saber que estão ali, para termos liberdade de escolha e podermos, então, escolher o que assistir. A gente só escolhe quando sabe o que tem para assistir. A questão do investimento direto, que é garantir investimento direto na produção brasileira independente. A Condecine VOD, garantir a contribuição para o Fundo Setorial do Audiovisual e avançar numa simetria regulatória com outras regulações que já existem, outras plataformas, outros serviços. A promoção de equidade – a Secretária falou muito bem – , que é garantir a regionalização, a acessibilidade e a diversidade.

E, realmente, Cibele, a gente sempre frisa o termo independente, porque há uma diferença muito grande entre só dizer obra brasileira muito grande entre só dizer obra brasileira e obra brasileira independente. E eu tenho muito orgulho de estar à frente de uma associação independente, de ser uma produtora independente.

Bom, eu quero falar um pouquinho sobre investimento.

Investimento direto é uma das modalidades de investimento que o setor unido, todos nós aqui gostaríamos que estivesse muito claro nesse projeto de lei. Porque o investimento direto promove uma série de ações, como agilidade e previsibilidade, tanto para as plataformas quanto para nós produtores, porque o investimento direto não depende de editais e chamadas públicas, e garante também um poder de curadoria às plataformas, que vão escolher quais são os conteúdos nos quais elas querem investir. Então, é ótimo, as plataformas conhecem o seu mercado, sabem o seu plano, e vão poder fazer essa escolha de onde fazer esse investimento direto.

Seria também para praticar valores de equidade ao fomentar a diversidade da produção. A gente realmente acredita que a diversidade é riqueza e ajuda a competitividade. Então, nesse investimento direto, ainda que com a curadoria das plataformas, a gente também quer que sejam colocados em práticas esses valores, de termos diversidade, pluralidade, em várias questões, desde no perfil de quem está realizando a obra quanto no perfil das empresas, de vários tamanhos, com sede em vários lugares do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E de quanto deve ser o investimento direto? Como é na França? Na França, a gente tem aí de 20% a 25% da receita líquida anual. E na Itália? Temos 17% a 25% da receita líquida anual. Como a gente entende que deve ser no Brasil? Mínimo de 10% da receita bruta anual. Gente, isso parece muito razoável diante desses números que a gente apresenta aqui – esses 10%.

Alguém pode se perguntar: "Mas por que a renda bruta aqui, e não a renda líquida?". A renda bruta é muito mais simples, inclusive para as plataformas, a gente acredita. A questão de receita líquida é muito mais difícil de calcular. A gente está aí com uma série de mudanças em questões tributárias e tudo mais. Então, a gente coloca que seja na receita bruta anual.

Mais detalhes sobre esse investimento direto.

Então, são esses 10% sobre essa receita bruta anual, acima de R$70 milhões, ou seja, quando tem esse faturamento acima de R$70 milhões. E é uma aplicação progressiva, gente, de acordo com o faturamento. Então, a gente vai subindo até 10% de acordo com o faturamento. São questões em que, com certeza, todo mundo numa mesa vai sentar e vai chegar à melhor formulação dessa ação.

Isenção de micro e pequenas empresas – pequenas empresas, o pequeno porte –: um mínimo de 70% seriam aplicados em produção de obras brasileiras independentes inéditas, para a gente gerar conteúdo novo.

Contrapartida: licenciamento pelo prazo máximo de cinco anos no investimento direto, e não incluiria os conteúdos jornalísticos, eventos esportivos e religiosos, propaganda política, televenda e infomercial; a gente quer produção de conteúdo.

E como seria a questão do investimento via Condecine, VOD? Para quem não sabe, porque também tem muita gente nos acompanhando em casa, a Condecine é uma contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica. Ela é uma Cide; uma espécie de taxação cujo investimento tem que ter um objetivo específico. Por isso, é uma taxa gerada por nós mesmos, pelo nosso setor, e que é investida em nós mesmos, no nosso setor, através de chamadas públicas, editais, via FSA (Fundo Setorial do Audiovisual).

Então, com a Condecine VOD, a gente consegue ter uma simetria regulatória, pois já há outras regulações que taxam a Condecine, e teria uma potencialização das políticas públicas, porque, quando o recurso vai para o FSA, ele é redistribuído em vários outros eixos do nosso ecossistema, como distribuição, como exibição. Então, é um dinheiro que vai para além da produção independente.

E de quanto seria essa Condecine VOD? Bom, de novo a França, como é lá? São 5,15% da receita líquida anual. Como a gente entende que tem que ser no Brasil? Seis por cento da bruta anual, até porque, gente, na Croácia, que tem 5 milhões de habitantes, são 2% da receita bruta anual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que eu fiquei batendo muito na França e na Croácia, Senador – não é trauma de Copa do Mundo nem nada (*Risos.*) –, mas, vejam que a França... Se formos pegar os dados do Brasil, o Brasil tem mais gente que já assinou ou assina um serviço de *streaming* do que a população da França inteira. O número de pessoas que já assinaram ou assinam aqui é mais que o dobro da população geral da França. Foi por isso que eu escolhi esses dados; não foi por causa de 1998.

Vamos lá, mais detalhes sobre como seria a Condecine VOD: 6%, então, gente, sobre a receita bruta anual acima de R$70 milhões – muito parecido com o *slide* anterior –, também numa questão progressiva, entendendo todas as complexidades das diferenças das plataformas; e poderia ser aplicado – ali cortou um pouquinho, está bem na linha para mim, mas, enfim – o licenciamento de obras independentes, daí poderia ser aplicado diretamente, quando for licenciar esse conteúdo, e também traz isenção para micro e pequena empresa.

A aplicação regional da arrecadação em produtoras brasileiras independentes é uma questão de política que a gente já tem dentro do próprio fundo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTIA DOMIT BITTAR – ... de obter mais diversidade regional e também de acordo com os perfis dos projetos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTIA DOMIT BITTAR – Já estou concluindo, um momentinho.

Por que essa contribuição mínima no Brasil? Por que isso, gente? O Brasil é o segundo maior consumidor de *streaming* do mundo; no mesmo *ranking*, a França aparece em 17º lugar. Por isso, a gente entende que são coerentes esses números percentuais que a gente está expondo aqui enquanto setor.

E por que é tão importante investir no audiovisual brasileiro independente? O setor cultural como um todo movimenta mais de outros 60 setores de vários outros assuntos: turismo, gastronomia, serviços, transportes e tudo mais. Isso em todo o país, porque, quando você fala de produção independente, é esse tipo de produtora, de empresa que está espalhada pelo Brasil todo. Não são os grandes conglomerados; somos nós, pequenos, que estamos por todo o país. E, com esses recursos vindo para as produtoras independentes, produzindo obras independentes, a gente vai conseguir girar a economia do país em todos os cantos, e não só dentro do nosso setor audiovisual; muito mais que isso. O caldo da diversidade e pluralidade de olhar traz boas perspectivas para a competitividade, porque a gente vive uma crise hoje de produção de conteúdo original no mundo inteiro – no mundo inteiro. A gente vive franquias tomando conta de VOD, de cinema, de tudo, porque falta essa competitividade de histórias originais. E onde você vai encontrar originalidade? É na diversidade. É nesse grande caldo de pluralidade que o nosso país tem e, é claro, na soberania nacional, o *soft power*. O Brasil precisa se ver, e o mundo precisa ver o Brasil. É assim que a gente garante a disseminação da nossa cultura, dos nossos valores aqui dentro e lá fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero encerrar com essa figurinha que a gente divulgou nas redes da API, que traz justamente essa questão. Olha ali: "Vamos, Senado Federal! Urgente! Brasil quer se ver nas telas!", e nas telas do *streaming* também.

Então, concluo aqui, aproveitando a presença até da Netflix, e falo sobre os investimentos, porque a gente fala tanto da necessidade desses investimentos: o que a Netflix pensa disso tudo? Porque a gente bateu tanto na questão do independente. Pergunto se a Netflix acha que esse investimento tem que ser em obras audiovisuais brasileiras como um todo ou nas obras independentes.

Agradeço aí.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço à Cintia.

Passo a palavra nesse momento à Sra. Mariana Polidorio, Diretora de Políticas Públicas da Netflix.

A SRA. MARIANA POLIDORIO (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Boa tarde, Senador Eduardo Gomes, que está presidindo esta sessão e é também o Relator da matéria que a gente vai discutir hoje.

Eu sou Mariana Polidorio. Sou Diretora de Políticas Públicas da Netflix aqui no Brasil.

Eu queria aproveitar o nosso tempo hoje para contextualizar vocês um pouco sobre a história da Netflix aqui no Brasil e fazer algumas considerações também que nós temos a respeito dessa discussão da regulamentação do VOD.

Bom, a Netflix é uma empresa que tem um pouco mais de 25 anos de operação, sendo que os últimos 15 são com foco no serviço de Vídeo sob Demanda (VOD).

Hoje a gente pode falar que está presente em mais de 190 países no mundo e que conta também com um pouco mais de 238 milhões de assinaturas pagas.

Para falar um pouquinho mais, especificamente sobre a história da Netflix no Brasil, eu também vou mostrar um vídeo – espero que funcione.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIANA POLIDORIO – Bom, semana passada, a gente completou 12 anos de presença aqui no Brasil, isso como provedores do serviço de VOD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde que nós chegamos ao Brasil, a gente vem investindo, sim, em algumas produções brasileiras que já existiam desde então por meio dos contratos de licenciamento, para poder oferecer isso aos nossos assinantes brasileiros também.

Com o passar do tempo, a Netflix foi percebendo a necessidade de investir e expandir a sua presença local, com investimento em produção de séries e filmes nacionais. Isso é uma tendência, uma escolha da empresa, uma estratégia em vários países, mas também no Brasil.

O Brasil, inclusive, foi um dos primeiros países em que a gente começou a fazer esse investimento diretamente em algumas produções. A primeira série que a gente produziu aqui foi a 3% – que está aqui destacada na tela –, feita em parceria com a produtora Boutique Filmes.

Desde o ano de 2016, quando foi feita essa primeira, a gente vem gradualmente aumentando esse investimento ano a ano, e, hoje, a gente já consegue somar R$1,5 bilhão investidos em produção de filmes e séries aqui no Brasil.

É importante ressaltar que essas produções que a gente está falando aqui são produções sempre feitas com produtoras brasileiras, a maioria delas, inclusive, produtoras independentes aqui do Brasil, com equipes brasileiras; e que esses processos contam com o apoio técnico, a consultora do time criativo e técnico da Netflix.

A gente segue ainda também trabalhando com o formato de licenciamento de obras brasileiras, obras brasileiras independentes nesses casos, e quando elas são produzidas a partir de outras fontes de financiamento. Um dos casos que eu queria destacar, que a gente tem disponível no nosso serviço, é o filme Noites Alienígenas, que foi trazido pela secretária Joelma.

Sobre as vantagens de um serviço de VOD, de maneira global, como é o caso da Netflix, que tem alcance em todo mundo, uma das grandes vantagens é que essas produções brasileiras que estão aqui disponíveis podem ser vistas em diversos outros países, não só pelo público brasileiro. Isso acontece desde o seu lançamento. Diferente do serviço linear de uma TV aberta ou de uma TV por assinatura, o conteúdo da Netflix não está limitado aos nossos assinantes brasileiros que estão localizados aqui no Brasil. Essas séries e esses filmes que contam com o nosso apoio durante o período de produção já são disponibilizados para dezenas de outros países e públicos.

Eu vou mostrar mais um videozinho supercurto, que vai ajudar a trazer esse conceito um pouco mais para perto, mostrando o trabalho que está por trás de disponibilizar isso para todo o mundo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA POLIDORIO – Bom, ao longo desses últimos anos, então, a gente aprendeu não só a investir mais, mas a investir melhor, inclusive. E os resultados dessa parceria já começam a ficar um pouco mais visíveis no nosso serviço.

Então, em 2022, diversas séries e filmes brasileiros figuraram no Top 10, em mais de 40 países no mundo, como é o caso de Racionais: das Ruas de São Paulo pro Mundo, que foi um documentário feito com a Preta Portê Filmes. E algumas dessas obras chegaram, inclusive, a figurar no que a gente chama de Top 10 Global da Netflix de língua inglesa, como, por exemplo, a quarta temporada da série Sintonia, que é produzida pela Gullane.

Além disso, olhando especificamente para a própria audiência brasileira, 2022 também foi o ano em que os brasileiros assistiram a mais conteúdos brasileiros, nacionais, na Netflix. Alguns dos sucessos mais recentes foram, por exemplo, a segunda temporada de Bom Dia, Verônica, da Zola Filmes, e a série Todo Dia a Mesma Noite, da Morena Filmes.

Considerando, então, a dimensão dos investimentos diretos que a Netflix vem fazendo aqui no Brasil e pretende seguir fazendo, a gente tem, sim, um grande interesse em contribuir para o debate da regulamentação do VOD.

Agora, vou entrar mais especificamente, então, no tema da regulamentação, reforçando, de uma maneira geral, em primeiro lugar, que a gente apoia, sim, a ideia de uma regulamentação, desde que ela contribua para o nosso sistema de uma maneira equilibrada, considerando todos os diferentes agentes econômicos da indústria audiovisual; que seja também consistente com a oferta e com a demanda de produções locais; que não limite a inovação no setor; e que também não promova distorções artificiais na competição.

Hoje, em 2023, a gente acha que já está num momento de maior amadurecimento desse mercado de VOD aqui no Brasil. Isso é diferente, se a gente comparar, do cenário de 2017, de 2018, quando foram apresentados os primeiros projetos de lei que tentavam fazer essa regulamentação para discussão aqui no Congresso.

Nesse sentido, o Senador Eduardo Gomes, quando apresentou o substitutivo, trouxe essa discussão para uma base atualizada, um pouco mais moderna e positiva para esse debate, mas, obviamente, ainda está aberto para contribuição e alteração, caso seja necessário.

Em relação a alguns dos temas da regulamentação, a primeira coisa que eu queria destacar é a importância de que essa regulamentação a ser discutida seja aplicável a todas as modalidades de contratação e de remuneração do serviço de VOD.

O que eu quero dizer com isso?

Acho que é o anterior, o eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O serviço de VOD conta com diferentes modalidades de contratação e de remuneração.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA POLIDORIO – Alguns são por assinatura, como é o caso da Netflix, em que o consumidor, o cliente paga uma assinatura mensal para poder ter acesso a todo o catálogo; outros são o que a gente chama de TVOD, que é por transação, em que a pessoa compra ou aluga uma determinada obra para poder assistir; e tem aqueles que são remunerados a partir da publicidade. Então, a pessoa – cliente, consumidor – não está pagando para consumir aquela obra, mas o serviço, o provedor, de certa forma, é remunerado a partir da publicidade que está inserida naquele serviço.

Para a gente é importante que todas elas sejam englobadas nessa regulamentação. A gente até pode discutir se um ou outro tema ali dentro, em termos de instrumentos, seria ou não aplicável a todas as modalidades, mas é importante que todas elas sejam endereçadas na regulamentação do VOD.

No que diz respeito especificamente à Condecine, a Netflix também entende a relevância de se estabelecer uma contribuição para que sejam financiadas políticas públicas para o setor audiovisual.

Esse recurso, que vai ser pago pelos provedores de VOD, como a Condecine, vai ajudar a abastecer ainda mais o Fundo Setorial do Audiovisual, e é com isso que o poder público vai ter condições de endereçar melhor algumas lacunas para a indústria, sejam elas de formação profissional, de infraestrutura, de descentralização da produção e de todos os outros mecanismos necessários.

Um outro instrumento que está em discussão, que foi muito mencionado aqui mais cedo, é o de cota de investimento obrigatório. O substitutivo que o Senador Eduardo Gomes apresentou não optou por esse caminho. Ele está oferecendo que o investimento direto seja feito por meio de um abatimento do valor devido de Condecine.

Para a Netflix, qual vai ser o arranjo? – se é Condecine apenas com a possibilidade de abatimento ou se é um arranjo de uma cota autônoma de investimento. A gente acha que as duas coisas podem ser debatidas. O mais importante para nós é que, neste debate, a gente avalie os dois mecanismos de maneira conjunta e que o valor geral final seja bem calibrado a ponto de garantir que as empresas continuem fazendo seus investimentos com uma certa liberdade aqui no Brasil.

Podemos passar.

Em termos de proeminência, que é o tema técnico para a gente falar sobre a visibilidade do conteúdo brasileiro, a Netflix também quer defender a relevância de que as nossas séries e filmes brasileiros sejam encontrados de maneira fácil, de maneira visível no nosso serviço. É uma dificuldade estabelecer isso em lei de uma maneira como seja clara, direta, porque os serviços, cada um se apresenta de uma forma diferente, tem uma visualização diferente, e também porque acabaria, talvez, engessando em lei um mecanismo que depois pode vir a sofrer uma alteração em função da evolução tecnológica e se tornar obsoleto; mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendemos a necessidade e estamos abertos a discutir o formato correto de dar visibilidade para o nosso conteúdo nacional.

Em relação à cota de conteúdo no catálogo, a gente traz...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA POLIDORIO – ... uma posição um pouco diferente da que foi defendida aqui até o momento.

Queria destacar que, na nossa visão, para o modelo de serviço de Video on Demand, a ideia de uma cota de conteúdo no catálogo não faz tanto sentido quanto ela faz na modalidade da TV aberta, da TV por assinatura ou no cinema, porque, nessas outras janelas de exibição, a gente está trabalhando com uma limitação de tempo e de espaço – você tem 24 horas num dia, sete dias por semana, uma quantidade x de salas de cinema –; e, no VOD, não. No VOD, é o consumidor que está no centro da escolha sobre o que ele vai ver e quando ele vai ver. Não há, por exemplo, nenhum horário nobre.

Os catálogos de VOD são também flexíveis, estão mudando a todo momento, e são potencialmente infinitos. Além disso, no limite, uma plataforma poderia até vir a cumprir um percentual de cota mínima de conteúdo nacional se ele simplesmente alterasse o tamanho da oferta de obras estrangeiras. E, quando eu estou falando de estrangeiras aqui, eu estou falando de estrangeiras que vêm de diversos países, não necessariamente americanas ou europeias. No nosso caso, a gente está falando de obras coreanas, de obras turcas, dinamarquesas, finlandesas, africanas, enfim.

Acho que fazer essa alteração, no fim das contas, não atenderia nem ao que é melhor para o consumidor, que quer um catálogo mais vasto, e nem atingiria a finalidade pretendida para o audiovisual brasileiro.

Por fim, estabelecer uma cota fixada mínima poderia acabar, por consequência, estimulando que a gente tivesse que fazer uma pulverização do nosso investimento em um número maior de obras, mas que não necessariamente são obras com a qualidade ou o padrão que a gente entende que são de interesse do nosso consumidor cliente naquele momento.

Nesse sentido, pensando que as plataformas de maior alcance, como é o caso da Netflix, são globais, seja qual for o percentual de conteúdo brasileiro que hoje está disponibilizado no nosso serviço, vale lembrar que ele está disponível para todo o mundo. Ele não está disponível só para a audiência brasileira, só para o público brasileiro. Mais interessante, então, do que pensar na cota de conteúdo no catálogo, na nossa visão, é fazer a discussão sobre a cota de investimento alinhada a uma discussão de proeminência que vai dar visibilidade para o conteúdo nacional.

Último eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, eu queria agradecer a chance de contribuir, então, para essa regulamentação do VOD, aqui no Brasil, porque a gente entende que as bases do que vai ser estabelecido aqui são importantes para guiar a continuidade dos nossos investimentos, aqui no Brasil.

O nosso compromisso com o audiovisual brasileiro e com os talentos e equipes que trabalham e fazem parte dessa indústria é sólido e é de longo prazo, e a gente pode ilustrá-lo com o anúncio recente que a gente fez de um projeto que já está em gravação neste momento: é o projeto com o investimento mais significativo que a gente já fez, aqui no Brasil, que será a série Senna, que conta a história do Ayrton Senna, e está sendo produzida em parceria com a Gullane.

A Netflix entende que é importante garantir, então, que essa regulamentação, aqui no Brasil, permita que a gente possa seguir fazendo investimentos em projetos tão ambiciosos quanto o da série Senna e elevando o audiovisual brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu quero agradecer à Mariana Polidorio e quero pedir para que a gente faça aqui a troca dos expositores. Então, solicito aos convidados que estão na mesa que troquem de lugar com os convidados que ainda não fizeram as apresentações: Erika Alvarez, Rosana Alcântara, Tiago Mafra dos Santos, Fernando Alberto Coelho de Magalhães e Jonas Antunes Couto. (*Pausa.*)

Enquanto todo mundo se acomoda aqui, vou passar a palavra já à Erika Alvarez, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do YouTube.

A SRA. ERIKA ALVAREZ (Para expor.) – Perfeito. Muito obrigada, Senador Eduardo Gomes.

Olá! Boa tarde a todos e todas.

O meu nome é Erika Alvarez, sou Gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais do YouTube, e é um prazer estar participando desta audiência aqui hoje.

Eu gostaria de cumprimentar os Secretários do MinC – o Secretário Marcos e a Secretária Joelma – e também os meus colegas de painel e de enaltecer a importância da condução desses debates por meio de audiências públicas que permitam o amplo debate e a pluralidade de vozes – perdão, esqueci-me de fazer referência ao Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão; muito obrigada, Flávio –, concentrando diferentes atores envolvidos na matéria. Eu acredito que esse é o formato mais eficiente para a construção de políticas públicas.

O YouTube é uma plataforma de vídeo sob demanda bastante diferente das plataformas tradicionais que foram aqui já apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar a minha fala, então, explicando um pouco mais sobre o YouTube e enaltecendo quais são algumas dessas diferenças.

O YouTube é uma plataforma global e aberta de compartilhamento de vídeos multiformatos. Nossa missão é dar voz ao mundo e mostrar o mundo a todas as pessoas. E, quando eu digo que é uma plataforma aberta, isso significa o quê? Qualquer um de nós, a qualquer momento, pode enviar um vídeo para a plataforma sem nenhum custo. Dessa forma, o YouTube é a maior plataforma pública de vídeos do mundo, com bilhões de usuários logados por mês e mais de 500 horas de vídeos adicionadas a cada minuto. E, quando eu falo de 500 horas a cada minuto – só para ser bastante clara com essa fala –, isso significa que, a cada minuto, um volume de vídeos equivalente a 500 horas é adicionado dentro da plataforma.

Nós estamos presentes no Brasil desde 2007, e, hoje, somos cerca de 120 milhões de pessoas que acessam a plataforma para aprender, para se inspirar, para se informar, para se conectar com criadores e com tendências. Esse ecossistema, portanto, é formado por professores, e eu vou fazer aqui um parêntese, convidando vocês para conhecer alguns desses canais.

Por exemplo, há o canal do Prof. Noslen, do Paraná, que é o maior canal de gramática, onde ele ensina português e literatura.

Esse ecossistema é formado também por empreendedores de pequenos e médios negócios. E faço o convite para conhecerem o canal da Rafa Xavier, uma trancista que fala sobre racialidade, mas também ensina milhões de mulheres a serem trancistas e a atingirem sua independência financeira.

Vou citar só mais um de que eu gosto muito, o canal do Chico Museu, do Piauí. Ele conta histórias das regiões que cercam as cidades do Piauí.

Todos eles falam sobre suas paixões, tiram dúvidas e compartilham curiosidades. Todas essas pessoas são criadores de conteúdo que encontram no YouTube um espaço para expor sua criatividade. E essa criatividade pode ser uma porta de entrada para a geração de negócios e também para dar visibilidade para novos talentos. Isso acontece muito no Brasil. E eu tenho alguns exemplos. Vou citar só um exemplo da música, que é a Iza, mas isto é muito frequente: um grande talento ser descoberto através do YouTube.

Muitos de nós já acessamos a plataforma para entender como consertar ou aprender a montar um aparelho novo, como desenvolver ideias, como descobrir um novo *hobby* e também entender mais sobre um determinado assunto. Isso faz parte do nosso dia a dia.

O crescimento dessa comunidade, formada por criadores, usuários e anunciantes, fez com que o YouTube se consolidasse como um pilar extremamente significativo para a indústria criativa no Brasil, contribuindo com mais de R$4,55 bilhões para o PIB, em 2022, e gerando mais de 140 mil empregos no país, segundo um estudo recente da *Oxford Economics*. Esse estudo também aponta que, para quatro em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada dez criadores de conteúdo, o YouTube é a fonte principal de receita. Eu posso disponibilizar esse relatório também para a equipe da Comissão, com todos esses dados na íntegra.

Ou seja, ainda que o YouTube seja, sim, uma ferramenta que pode ser utilizada pelo setor do audiovisual para atingir seus objetivos comerciais, a essência do YouTube está nos seus criadores, a grande maioria deles amadores. Isso nos diferencia, inclusive, de plataformas com outros formatos e objetivos que possuem elementos de curadoria para escolher os catálogos e obras que estariam em exibição, produtos que licenciam, adquirem, fomentam ou até a produção direta e proprietária de conteúdo – diferentemente do YouTube.

Para amarrar o que eu falei, gostaria de destacar três pontos importantes sobre o YouTube. O primeiro deles é que o YouTube é uma plataforma voluntária, ou seja, os criadores mesmos decidem livremente oferecer o seu conteúdo para consumo. Eles podem, inclusive, decidir que esse conteúdo se mantenha privado e restrito. O segundo ponto é que os criadores do YouTube podem se tornar elegíveis a serem recompensados por esse seu conteúdo em um sistema de compartilhamento de receita. Isso, inclusive, resulta no impacto econômico positivo que eu mencionei anteriormente. Por fim, o YouTube investe continuamente em uma série de ferramentas e recursos que ajudam os criadores de diversos setores a gerenciarem o seu conteúdo da melhor forma e, assim, otimizarem a sua atuação na plataforma. Estamos, portanto, falando de infraestrutura e recursos que o YouTube disponibiliza para que as pessoas possam compartilhar suas paixões e, se assim se interessarem, fazer um negócio a partir disso.

Em relação ao PL 2.331, de 2022, que é objeto desta audiência pública, eu gostaria de reconhecer que, de fato, parte dessa diferenciação dos modelos e diferentes tipos de plataformas de conteúdo sob demanda já está refletida no relatório do Senador; ou seja – vou aqui citar algum exemplo –, ao excluir que o conteúdo gerado por terceiros, como, por exemplo, listagem e discriminação de obras, esteja no relatório, isso já é um reflexo que conversa muito com a complexidade que eu falei das 500 horas de vídeo subidas a cada minuto, ou seja, seria inviável a discriminação de obras, por exemplo, quando a gente está falando de uma plataforma aberta como o YouTube.

De qualquer forma, eu gostaria de pontuar que regulamentações internacionais já em vigor reconhecem os diferentes tipos de provedores de conteúdo sob demanda com base no grau de controle sobre o seu conteúdo. Dessa forma, na nossa visão, uma regulação equilibrada precisa reconhecer as diferenças entre as plataformas e os seus modelos de negócio. Ao mesmo tempo, é importante que ela seja focada em atingir os seus objetivos com diretrizes principiológicas, em vez de ser direcionada para produtos ou tecnologias específicas, até porque a tecnologia se transforma em uma velocidade mais rápida do que as mudanças regulatórias, e o nosso país precisa de inovação. Estamos aqui para contribuir com informações que ajudem a aperfeiçoar as propostas legislativas e acreditamos que a compreensão das diferenças entre os tipos de plataforma de conteúdo sob demanda é o ponto crucial para o tema que hoje estamos debatendo nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, nós do YouTube entendemos a nossa responsabilidade como plataforma e acreditamos nessa comunidade única de criadores, empresas, fãs, audiência, como um promotor extremamente importante de inclusão e diversidade, de aprendizagem e de fomento da cultura nacional. Portanto, para concluir a minha fala, eu gostaria de reforçar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ERIKA ALVAREZ – ... o nosso apoio à indústria audiovisual e à economia criativa do Brasil, colocando-me à disposição para continuar este debate em futuras oportunidades e colaborar com esta Casa e com o Senador para o aperfeiçoamento de políticas públicas nessa e em demais temáticas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado. Muito obrigado à Erika Alvarez.

Eu quero fazer só uma observação aqui, porque estamos também com esta audiência pública acompanhada pelo sistema e-Cidadania e, portanto, por outros assistentes também. E aqui registramos, para a observação dos expositores ou, ao fim, a palavra do autor do projeto, o Senador Humberto Costa, em algum momento, algumas perguntas.

Neiller Magno, do Paraná, pergunta: "Considerando o grau de maturidade do mercado audiovisual brasileiro, como [...] [vai se dar] essa inclusão para os setores privados [...]?".

O Eduardo Witter, de Goiás, pergunta: "Quais são as implicações regulatórias e de mercado para empresas de *streaming* e [para] a indústria audiovisual no Brasil [...]?".

O Paulo Chaves, de Santa Catarina, pergunta: "Como o Governo pretende fomentar a produção nacional e regional de conteúdo audiovisual sob demanda, fortalecendo a indústria brasileira?".

Há alguns comentários. Antonio Sannini, de São Paulo, faz o comentário de que "o cinema nacional precisa de incentivo não só para produzir, mas também para exibir".

O Diego Marsicano, de São Paulo, comenta: "O art. 33 fala sobre a acessibilidade, mas não deixa claro se essa acessibilidade deve ser de 100% ou só nos conteúdos nacionais".

Mais algumas perguntas aqui. A Maria Vitória, de Alagoas, pergunta: "Como podemos garantir que a inclusão da comunicação audiovisual sob demanda seja [...] acessível a todos os cidadãos brasileiros?".

O André Miranda, do Acre, pergunta: "Quando [...] os serviços de *streaming* [serão regulados de modo] que [o] setor seja obrigado a investir uma cota mínima em produções locais?".

Camilla Lourenço, de São Paulo, pergunta: "Como os projetos equilibram interesses de *streamings* globais com o mercado brasileiro?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Gabriela Lima, de São Paulo, pergunta: "Quais são as propostas [de] democratização do acesso aos serviços de comunicação e entretenimento pagos aos jovens de baixa de renda?"

Neste momento, nós passamos a palavra para a Sra. Rosana Alcântara, ex-Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), advogada especialista no setor audiovisual e representante do Mais Mulheres.

A SRA. ROSANA ALCÂNTARA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Eduardo Gomes, Senador, Presidente desta Comissão, em que eu tenho prazer de estar de volta, Flávio Arns, neste momento, Senador Humberto Costa.

Por favor, pode passar?

A Secretária do Audiovisual, o Secretário Marcos e todos os profissionais que atuam estão à frente na liderança de todas as entidades que nos precederam, que terão amanhã ainda um dia longo de trabalho nesta Casa, no intuito de ajudar, auxiliar, oferecer não só depoimentos pessoais, profissionais, mas técnicos daquilo que é necessário e importante para um processo regulatório em cada um dos países em que atua fortemente o investimento público nacional e também o investimento internacional, as empresas internacionais.

Próximo, por favor.

Bom, no Brasil, dito isso, e no mundo como um todo, vivemos a terceira revolução industrial, como alguns dizem por aí, e a digital. Neste momento, é natural a demanda, e o Senador mesmo fazia o comentário de que antes estava em um compromisso, e por isso teria chegado um pouco atrasado, com o Ministro da Justiça, onde este é um debate que se faz presente.

Aqui não é aquele debate, mas também é um debate importante de ser reconhecido, porque o terceiro momento da Revolução Industrial, que se baseia fundamentalmente no digital, tem por importância, quando se trata do reconhecimento das diferentes formas, do tamanho, da importância do audiovisual brasileiro construído ao longo dessas últimas décadas, desses últimos 30 anos especialmente, dessa política regulatória, a base está exatamente na discussão sobre direito patrimonial.

No Brasil, o arcabouço jurídico foi totalmente construído em torno dessa fundamentação da produção brasileira e da produção brasileira independente.

O próximo, por favor.

Trago um filme que os mais novinhos não vão lembrar ou não vão conhecer, mais remoto, de 1964, que inaugurou uma... É um filme histórico, naturalmente, e inaugurou uma era...

Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

... inaugurou uma era importante da história do cinema brasileiro, dos talentos do cinema brasileiro.

O próximo, por favor.

Esse também é um filme muito importante, produzido pela O2, que inaugurou um novo momento já em 2002, num salto histórico enorme, mas representando – porque cada uma dessas obras representa o lugar de fala, de que país, de que circunstância, de como se vê o mundo, de como se organizam os conteúdos colocados naquele momento, daquela concepção pela visão dos diretores, pela visão dos produtores, dos roteiristas, pela visão dos técnicos, pela visão dos diretores de fotografias – todos esses talentos que o Brasil vem desenvolvendo ao longo desse último período.

O próximo, por favor. O próximo.

Tropa, que todo mundo conhece – não vou me alongar –, vencedor do Urso de Ouro no Festival de Berlim de 2008; e Tropa de Elite 2, em 2010, que ostentou o título de filme nacional mais visto na história do parque cinematográfico brasileiro, com 10,736 milhões de espectadores, angariando uma receita de R$104 bilhões. Então, também, é memória afetiva de todos nós esse grande debate sobre a violência do Rio de Janeiro – já que eu falo do Rio de Janeiro, sou carioca –, e o papel da polícia nesses contextos, nesses imaginários.

O próximo.

Bacurau, outro filme significativo, importante, de 2019, do Kleber, que angariou o Prêmio do Júri de melhor filme no Festival de Cannes de 2019.

Próximo.

Minha Mãe é uma Peça 3, que, enfim, não vou nem rememorar aqui as questões ligadas afetivamente a todos nós, à lei construída, etc., mas trazer como é importante. É da produção da Migdal, um filme que levou mais de 11 milhões de espectadores às salas de exibição.

Próximo.

Noites Alienígenas. Não vou me alongar no momento, só que, como ele já foi citado, é claro, e todos nós queremos e é muito importante que todas essas obras brasileiras tenham cauda longa, que, para a gente, nessa indústria, como em outras indústrias, se trata dos licenciamentos possíveis de serem colocados nos diferentes segmentos.

Então, o cinema, que teve uma crise impactante com a pandemia nesse último período, decresceu – os números da Ancine possivelmente vão mostrar isso –, com o crescimento expressivo do segmento do VOD, dada a pandemia, dadas as mudanças de hábito de consumidores, de todos nós, a TV paga, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantém em um crescimento, digamos assim, equilibrado. Então, é muito bem-vindo que Noites Alienígenas, por exemplo, esteja na cauda longa do *streaming*. Acho que isso é um mérito muito importante do filme e de toda a produção brasileira como um todo.

E, por fim, Retratos Fantasmas, que também já veio, também do Kleber Mendonça, que, ontem, recebeu a indicação da nomeação dele concorrendo ao Oscar deste ano, representando o filme brasileiro. São, então, exemplos muito importantes.

Próximo, por gentileza.

Exemplos dessa estrutura de política e de base regulatória.

Isso para dizer para vocês que a produção brasileira e a produção brasileira independente – assim mesmo, dois conceitos, parece repetitivo e chato, mas é disso que estamos falando – estão no centro da política de financiamento e da política regulatória há 30 anos, no desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

A política de financiamento é responsável – esse conceito – não só lá pela Lei do Audiovisual, pelo Fundo Setorial do Audiovisual, pelos conjuntos dos incentivos fiscais praticados e, como nas políticas regulatórias, ela traz e constrói conteúdos de conteúdo e de canais, registros obrigatórios e cadastramento de empresas e de obras na Agência Nacional do Cinema, o órgão responsável por essa matéria na organização brasileira, e mecanismos também de cotas de visibilidade.

Mais adiante, por favor.

Não vou aqui repetir texto de lei. Vocês conhecem quase todos e todas muito bem, já foi bastante apresentado, mas o texto consta da medida provisória, no art. 1°, inciso IV, e no próximo, no SeAC...

Pode passar o próximo, por favor.

E, no art. 2°, inciso XIX, também do SeAC.

Por gentileza, o próximo.

Aqui, então, eu fiz um esforço de trazer o mapa no tempo.

A Lei do Audiovisual, Lei n° 8.685, a MP n° 2.228, que criou a Agência Nacional do Cinema; criou um conjunto de outras... Criou e instituiu a Cide, já dita aqui, a Condecine; criou financiamentos através de parcerias com as programadoras estrangeiras que vinham atuando no Brasil, através de incentivos fiscais pelo art. 39, inciso X; e criou o Funcine, inclusive criando a macroestrutura do Conselho Superior do Cinema, que é responsável pelas macropolíticas regulatórias sobre audiovisual no país.

A próxima é a Lei n° 11.437, que criou o Fundo Setorial do Audiovisual e o Comitê Gestor do Fundo Setorial. A próxima, então, a 12.485, que é a denominada, a chamada Lei do SeAC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todas elas são diplomas legais estabelecidos e construídos através dessa lógica do desenvolvimento, da política pública baseada no desenvolvimento das produtoras brasileiras e produtoras brasileiras independentes. Por quê? Porque é opção somente do legislador brasileiro. Somente opção do mercado brasileiro? Não, porque as cadeias produtivas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA ALCÂNTARA – Estou tentando caminhar mais um pouquinho, Senador, se me permitir. Estou perto.

As cadeias produtivas do audiovisual, em todo o mundo, têm por eixo fundamental estruturante se elas querem ter soberania, se elas querem ter direitos patrimoniais, se elas querem ser vistas e terem pertencimento... E não é à toa que as empresas internacionais, quando vêm, desde as mesmas, como agora, as despesas de *streaming*, precisam ter alianças e parcerias firmes com o talento brasileiro, porque é preciso pertencimento, é preciso falar a língua, é preciso contar a história, é preciso que o brasileiro se veja para que tenhamos audiência, para que tenhamos *views*, para que tenhamos *likes*, para que elas possam ter sustentabilidade econômica num país continental como este.

Vou avançar rapidamente, Senador, se me permitir.

Bom, isso eu já falei. A base está na propriedade intelectual, na produtora, detentora dos direitos patrimoniais e do poder dirigente, construído todo o arcabouço regulatório, seja através de leis, de decretos e de instruções normativas na Ancine.

Por favor, o eslaide anterior, rapidamente. (*Pausa.*)

Ah, passou direto? Tiraram já o outro? (*Pausa.*)

Está bom.

Bom, perdão, pode passar esse. Eu já fiz menção.

Quanto aos princípios de uma regulamentação, já que estamos num ambiente em que eu fico muito feliz de ouvir os representantes internacionais até então dizerem: "Temos uma maturação importante do mercado e temos uma possibilidade de pensar numa pauta regulatória"... Porque até então temos um vácuo regulatório, um vazio regulatório sobre o desenvolvimento do *streaming* no Brasil, ligado aos conteúdos, às produções. Isso não quer dizer que os brasileiros não consumam esses serviços, isso quer dizer simplesmente que os brasileiros veem pouca capacidade de acesso aos seus conteúdos.

No caso, por exemplo, enfim, de quem me antecedeu anteriormente, manifestando-se sobre a Netflix, nós estamos falando de uma base de assinantes em potencial, registrada pela imprensa, sem fonte confirmada ainda, até porque existe muita assimetria regulatória, como é conhecida, mas uma base de assinantes de 7,5 bilhões sendo anunciada. Então, o investimento de R$1,5 bilhão nesses anos todos, é claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é bem-vindo, é claro que foi muito importante para todos os profissionais da pandemia, mas não é o suficiente, não é só disso que se fala quando se fala em regulamentação econômica. É preciso ter princípios para essa regulamentação, como a liberdade de expressão, a diversidade e inclusão, a diversidade e pluralidade de informação, a valorização da língua, a diversidade e a inclusão dos grupos historicamente marginalizados.

Próximo, por favor.

Juro, Senador, que eu estou terminando.

O estímulo à produção de obras audiovisuais, a defesa da concorrência, de forma livre e justa e de estímulo à ampla competição, a vedação ao monopólio ou oligopólio quando se faz necessário, e estímulo ao desenvolvimento social e econômico do país.

E, para fechar, por favor, pode passar para o próximo.

Acho que isso já foi dito.

O próximo, por gentileza.

Aqui fica uma reflexão e nos *Anais*. Aqui, o que a gente está tratando é da cadeia de valor desse segmento de vídeo por demanda no Brasil. Acho o exercício importante na medida em que ele traz o papel de cada um na cadeia do ponto de vista tradicional. Claro que temos empresas que podem dizer: "A gente não cumpre tudo isso, mas eu tenho responsabilidade editorial e tenho curadoria em parte dos meus conteúdos sendo visualizados, expostos publicamente". Então, será que isso não seria dentro do escopo desta regulamentação? A mim parece que sim. Quando a gente diz: "Não, não é totalmente livre, *user generated content*". O.k., é disso que a gente está falando, mas, se a gente tem remuneração empresarial, fica uma questão a ser pensada e debatida quando se fala da proporcionalidade na regulação econômica.

Quando estamos falando de empresas naturalmente diferentes e que se envolveram de forma diferente ao longo destes dez anos, alguns eram bibliotecas digitais, outros eram videolocadoras, outros eram grandes estúdios e foram se movimentando conforme a natureza e a necessidade do consumo de adaptação para melhor reconhecimento e adaptação delas em cada um dos terrenos pelos quais elas vinham lidando e trabalhando. Então, claro, é muito bem-vindo, e é importante o reconhecimento de se entender a cadeia relevante de cada um dos papéis no áudio visual.

Por fim, não vou voltar às questões das diretivas europeias, que são relevantes; a questão da Argentina, a nossa vizinha, que acabou de fazer a taxação em cima do IVA e pediu o registro das obras e das empresas que atuam com o *streaming* no país; a Coreia do Sul, que tem uma experiência relevante e importante, e não vou repetir, como já foi dito anteriormente, da necessidade do investimento direto, do investimento indireto, das cotas de conteúdo necessárias e importantes, assim como dos aspectos de regionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso e obrigado por estender o tempo. Agradeço a generosidade do Senador Presidente da Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

Quero agradecer a participação e convidar o Sr. Fernando Alberto Coelho Magalhães, Diretor de Programação e Conteúdo da Claro/NOW, que participa de forma remota deste debate.

O SR. FERNANDO ALBERTO COELHO DE MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador, boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Se puder aumentar o volume do áudio um pouquinho... (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO COELHO DE MAGALHÃES (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

Boa tarde, Senador; boa tarde, Senador Flávio Arns, Senador Humberto Costa; boa tarde Secretária Joelma, Secretário Marcos Souza.

infelizmente, não pude ir para Brasília, estou participando de maneira remota. Eu queria contribuir tentando encaixar o papel de uma empresa de telecomunicações dentro do conceito de regulação de vídeo sob demanda.

Tenho uma apresentação que eu vou subir agora. (*Pausa.*)

Muito bem.

A melhor maneira de entender como encaixar uma telco dentro de uma regulação de vídeo sob demanda é voltar aos conceitos que foram apresentados de que produtos de vídeo... como são ofertados conteúdos de vídeo por demanda para um cliente da Claro, para um cliente da Claro TV. São três modelos, a gente chama de *free video on demand*, que é o conteúdo sem custo que a gente dá para os nossos assinantes. E eles, majoritariamente, são fornecidos pelos programadores, ou seja, é uma experiência adicional a você assistir um determinado conteúdo de um canal linear que fica debaixo de uma Lei de SeAC, que cumpre cota com produção independente, com produção nacional, que entrega esse conteúdo e que é distribuído para os assinantes que contêm aquele canal no pacote.

A gente tem um modelo de *transactional* VOD, que são os filmes por aluguel, que também foi mencionado aqui, que basicamente são os filmes que depois que saíram da janela de cinema, são ofertados para os assinantes, antes através das videolocadoras e agora por plataformas como a Claro TV, o NOW, dentro da Claro TV, mediante o pagamento de aluguel e a remuneração desse conteúdo por parte da Claro aos estúdios ou aos agregadores é através de uma divisão de receita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse modelo de transactional VOD não tem limites, porque qualquer produtor que queira distribuir um conteúdo para ser alugado para a Claro pode procurar um agregador, a gente sempre tem uma lista de 10 ou 12 agregadores no mercado, que fecham um contrato com esse produtor de conteúdo e esse conteúdo é distribuído não só no NOW, dentro da Claro, mas também na Sky, na Vivo, na Oi, no Netflix, na Amazon, ou seja por todos os *players* do mercado que hoje fazem aluguel de vídeo.

E, por fim, você tem um modelo de conteúdo por assinatura, como foi chamado, de SVOD, e a claro também distribui esse conteúdo de terceiros, estamos falando aqui de Netflix, estamos falando aqui de Disney, estamos falando de Prime Video, estamos falando de diversos *players* que a gente tem nesse mercado.

Um ponto interessante é que a gente tem quase cem mil conteúdos hoje distribuídos na Claro. Na última vez que eu vim a este Senado numa audiência pública também para discutir VOD na época em que eu fazia parte do Conselho Superior de Cinema, a gente tinha 20 mil conteúdos. De lá para cá o conteúdo foi aumentado em cinco vezes. Desses conteúdos, 34 mil são conteúdos nacionais, são conteúdos permanentemente ofertados pelos canais de programação e são distribuídos sem custo para os assinantes.

Eu fiquei anotando, durante a apresentação, os exemplos de conteúdo que todos deram. A Secretária Joelma falou do Noites Alienígenas. Hoje, um assinante da Claro acessa esse conteúdo através do Netflix e do Canal Brasil no modelo de aluguel. Ela falou do Marte Um. Ele é acessado hoje através do Globoplay. Um assinante da Claro que tem a Globoplay acessa pelo nosso *decoder*, através do Globoplay, acessa também o Telecine e acessa através do Canal Brasil.

O Mauro Garcia citou O Show da Luna!, que hoje está no Discovery Kids, para os assinantes da Claro, ou através do SVOD *looking*. Tarsilinha – hoje o assinante da Claro consegue acessar esse conteúdo através do Prime da Apple.

O Senna, que foi comentado pelo Netflix, hoje não é ofertado ainda, porque ele vai estar no Netflix, mas ele também vai estar em TVOD antes da janela do Netflix, no documentário da mesma produtora. A gente já tem isso acordado.

A Rosana citou aí exemplos muito rapidamente, que tentei anotar e olhar aqui na plataforma. Mas Deus e o Diabo está no Telecine e está no Canal Brasil, através de TVOD; Cidade de Deus está também, através de aluguel, no TVOD e Telecine. Tropa de Elite também Telecine e TVOD; Bacurau, no Telecine, TVOD e Canal Brasil; Retratos Fantasmas – não é, Rosana? – não está ainda no NOW, porque não entrou ainda na janela de distribuição de conteúdo.

O que eu quero dizer aqui? É que todo conteúdo ou praticamente todo conteúdo faz parte, de maneira direta ou indireta, de uma oferta de uma operadora de telecomunicações como a Claro. Mais do que isso, a gente não tem gestão sobre esse conteúdo, porque o conteúdo é ofertado através dos programadores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecem para a modalidade de conteúdo de TV, pelos estúdios e agregadores para TVOD e pelo SVOD. E aí vou mostrar a tela aqui para mostrar como a gente trabalha na interface.

Esses produtos por assinatura são oferecidos e, quando o assinante tecla, por exemplo, na pasta da Netflix ou na pasta do Prime Video, ele sai do ambiente da Claro e vai para o ambiente do Netflix ou do Prime Video. Alguns desses conteúdos por assinatura não vão para a plataforma deles porque eles estão encodados dentro da nossa plataforma. Mas, de um modo geral, a gente não tem ingerência sobre esse conteúdo. E como foi colocado aqui por algumas palestras, a gente não tem o controle desse conteúdo.

Isso posto, existem dois pontos que são importantes e estão versados no projeto de lei no Senado. Isso é importante para uma operadora como a Claro, que são, por exemplo: quem tem de cumprir obrigações, sejam elas de cotas ou de proeminência, são as plataformas que cedem para a Claro. A Claro é apenas uma vendedora dessa plataforma. Ela não tem gestão sobre isso, sobre o conteúdo que está lá dentro, para cumprimento de cota e mesmo para proeminência.

Passo ao segundo ponto importante.

Imaginem o seguinte: se fossem alguns projetos que estão em outras instâncias da câmara que comercializa. Imaginem um *player* como o Mercado Livre, que oferece, hoje, dentro da mensalidade dele, Disney+ e Star+ dentro do conteúdo. Seria possível o Mercado Livre cumprir cota? Seria possível o Mercado Livre cumprir proeminência?

Então, esse projeto de lei acertou muito em separar as obrigações da lei para quem controla e programa o catálogo, até porque a Claro, num caso como esse, trabalha muito mais como se fosse uma TV conectada – como a Roku –, em que você pega um assinante e repassa para a plataforma de terceiros, e esse assinante paga para a Claro, e a Claro repassa o dinheiro para a plataforma de terceiros.

É importante também, Senadores, senhores e senhoras, que não existam restrições para os conteúdos de vídeo sob demanda que são ofertados para dentro do conceito de TV por assinatura de canal linear. Por quê? Porque não existe transação nesse valor, ou seja, o dinheiro... O assinante não paga por isso. Ele é apenas uma evolução tecnológica de entrega de conteúdo, de um conteúdo que já é regulado por SeAC, canal regulados por SeAC, que já pagam Condecine-Remessa aos programadores, remessa ou o Condecine-Título dentro de conteúdo nacional.

E não faria sentido você regular com o Condecine esse tipo de conteúdo, que é ofertado por TV por assinatura tradicional.

Então, esses são os pontos da Claro que merecem reflexão, merecem debate.

Eu gostaria de agradecer o projeto que endereça esses pontos dentro do contexto da regulação do vídeo sob demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei dentro dos 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Sr. Jonas Antunes Couto, Diretor Jurídico-Regulatório da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

O SR. JONAS ANTUNES COUTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador Eduardo, muito obrigado pelo convite.

Senador Humberto Costa, militante árduo neste processo legislativo de regulação do VOD, acompanho esse processo também há bastante tempo.

Eu sou Jonas Antunes, Diretor Jurídico-Regulatório da ABTA.

A maioria de vocês deve conhecer a ABTA. É a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. É a associação que representa as operações tradicionais de distribuição audiovisual. São aquelas operações que, desde 2011, passaram a ser reguladas pela Lei do SeAC, que foi aqui mencionada várias vezes.

Eu estou muito satisfeito por estar aqui hoje, Senadores, porque, toda vez que se fala em regulação, eu me sinto muito confortável em falar, porque minha formação é essa. Antes de tratar de audiovisual, trabalhei muito com telecomunicações e, aqui, vejo uma oportunidade de a gente fazer algumas tantas reflexões não técnicas, que eu acho que não é este o espaço que se tem hoje, mas em perspectivas: de um lado, existem interesses públicos; do outro, existem interesses e operações privadas.

Para começar, Senadores e demais presentes, é muito importante, nesta discussão sobre regulação do VOD, que é uma das novas formas de consumo do audiovisual não só no Brasil, mas no mundo afora, a gente ter em perspectiva de que essa operação tradicional que eu me referi, que é a operação das empresas que eu represento, é uma operação que hoje sofre bastante com o peso regulatório, sofre bastante com o custo tributário associado aos seus serviços. Mas não é por isso que ela deixa de cumprir todas essas obrigações que lhe foram postas ao longo desse caminho, seja aqui, no âmbito do nosso Legislativo, seja no âmbito das agências reguladoras, que a regulam. Eu falo no plural, porque são mais de uma: a Ancine, na camada de programação de canais, de conteúdos, e a Anatel, na camada de distribuição, via telecomunicações.

Essas operações, hoje, estão cada vez mais tentando se desvencilhar dessas amarras regulatórias e tributárias, para justamente serem capazes de melhor competir, de melhor entregar serviços e bem-estar para os seus assinantes, para os consumidores brasileiros.

Eu não sei se vocês têm ideia da quantidade de regras que estão relacionadas a essas operações. No âmbito da Ancine, eu tenho certeza que o nosso Tiago Mafra, Diretor, e a Rosana Alcântara, que também participou ativamente disso, ao longo da história, sabem perfeitamente das regras relacionadas às cotas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canais, de conteúdo, que sempre foram cumpridas; o objetivo da política pública, ao longo desse tempo, que tem sido alcançado; no âmbito da Anatel, regulamentos muito duros, que são complementares a legislações já existentes, como a de defesa do consumidor. Existe um regulamento ali, Presidente, que tem mais de 114 regras relacionadas à forma de ofertar, de instalar, de cobrar, de atender... Esse peso regulatório é muito importante nessa tomada de decisão do Legislativo. Qualquer tipo de nova regulação não pode, não deve, alcançar essas operações tradicionais. Esse é um ponto muito importante para a ABTA, para os seus associados hoje.

Felizmente, o substitutivo do Senador Eduardo Gomes foi muito feliz em tentar equacionar esse tipo de problema, e aqui eu me refiro ao que foi dito, há pouco, pelo Fernando Magalhães, representante da Claro. Se o conteúdo audiovisual de determinado canal, que foi programado, que está disponível para um assinante de TV por assinatura, pode ser consumido de uma outra maneira, num horário diferente daquele programado, isso é um grande benefício para aquele consumidor. Mas ainda assim estamos falando de TV por assinatura. Ainda assim lembro, num dos antigos seminários, eventos que a ABTA fazia, do antigo Presidente da Ancine, Manoel Rangel, concordando com esse tipo de assunção. Então, na gíria do setor, é o *catch-up* e a TV *everywhere*. Esses não são conteúdos de VOD. Lá atrás já sabíamos que não eram. Para nós da ABTA é muito importante que esses conteúdos que estão disponibilizados de uma outra forma não sejam alcançados por essa nova regulação que deve vir com as proposições legislativas e, certamente, com uma legislação que trate do assunto.

Essa é uma primeira grande mensagem, Senador Eduardo, que a gente gostaria de registrar, mais uma vez, sinalizando que isso está equacionado num âmbito do substitutivo que o senhor trouxe para esse processo legislativo.

A segunda principal questão que diz respeito a essa perspectiva regulatória que a gente gostaria de dizer é que a regulação vem sempre para resolver um problema. Existem, sim, objetivos de política pública aqui muito relevantes, históricos no setor do audiovisual brasileiro e mundo afora, que devem ser, sim, considerados, mas a gente precisa buscar sempre um equilíbrio; regular por evidências. Eu ouvi isso aqui da fala da Secretária e fiquei muito satisfeito de ouvir, porque não adianta você propor regras quando não existe sequer um problema para ser corrigido.

Não sei se vocês sabem, essas operações SeAC recolhem anualmente na ordem de R$1 bilhão para financiamento da produção audiovisual brasileira independente. Esse recurso sempre foi utilizado de forma razoável, adequada, pela indústria audiovisual, pela produção audiovisual; mas, de maneira nenhuma, uma operação como a das teles, que hoje paga – a Condecine-Tele – na ordem de R$1 bilhão por ano, deveria pagar Condecine VOD. Então, Senador, nós entendemos também que deve existir algum tipo de exceção para que essas operações não sejam, também, do ponto de vista tributário, mais uma vez encarregadas, nessa competição hoje já tão difícil para elas, tão desigual para elas nesse novo ecossistema. Então, da mesma maneira, acreditamos que isso é um ponto muito importante para ser contemplado, discutido no âmbito dessas novas regras que virão com essa legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar a minha fala, tentando, mais uma vez, contribuir com esse processo, Senador Eduardo, Senador Flávio – você não estava presente quando comecei minha fala, boa tarde também –, a gente precisa sempre ser responsivo nessa nossa ação regulatória. Transparência é o mínimo, dos dois lados – dos dois lados –, na esfera das operações, que precisam prestar contas do cumprimento das suas obrigações, sejam elas quais forem; e também do ponto de vista do regulador, que quer regular e quer entender o resultado da política pública que está ali sendo almejada a partir de uma regulação que está posta, mas sempre com o cuidado de o remédio não se tornar veneno. Regular demais nem sempre é a melhor opção.

Nesse sentido, Senador, mais uma vez, o seu substitutivo é muito equilibrado, na medida em que pensa em alíquotas razoáveis, que podem ser as primeiras, inicialmente. Existe ou não existe uma demanda? Eu acho que o Netflix coloca isso, vamos então pensar em regras em função também da demanda. Existe demanda nesse nível para todos esses novos recursos que virão via...? Ótimo, é isso que precisa aparecer e problema nenhum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONAS ANTUNES COUTO – ... se assim for.

Então, voltando ao seu substitutivo. Falar em proeminência: já há um espaço para falar em proeminência, isso é muito positivo. Avançar para o algoritmo parece não ser a melhor opção. Investimentos obrigatórios... Parece existir vontade de investir em conteúdo nacional. Todos os provedores aqui que falaram foram claros nesse sentido.

Se há isso, por que não incentivar? E aí, mais uma vez, Senador, parabéns! Você foi muito feliz em criar aquela mecânica de descontos. Então, à medida que você paga a Condecine, você pode abater daqueles valores de contribuição em produções. É o famoso ganha-ganha, fica todo mundo feliz com esse tipo de mecânica.

Então, com essas palavras, e para me manter no tempo, Senadores, eu agradeço a participação e fico à disposição para futuras discussões que sejam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Jonas Antunes Couto.

Quero passar para o último expositor. A palavra é do Dr. Tiago Mafra dos Santos, Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Eduardo Gomes, na Presidência desta Comissão, eventualmente, mas sem tirar o mérito; Senador Flávio Arns; Senador Humberto Costa.

Agradeço o convite, em nome da instituição Ancine, em nome do seu corpo técnico, que ficou muito satisfeito. É um corpo técnico que, desde 2015, já se debruça sobre o segmento de VOD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Diretor da Ancine, mas sou servidor daquela instituição há 17 anos. Estive lá durante o debate que antecedeu a Lei 2.485 e entrei no início da vigência da Lei do FSA. Acho que o início da minha fala aqui é para a gente tirar, um pouco, esta aflição em relação ao possível vácuo ou atraso na regulamentação do VOD.

Acho que esta Casa chega no momento ideal e oportuno. Você tem uma confluência de consensos e de união do segmento, do Poder Executivo e do Legislativo. A Ancine, de um certo tempo, já vem tentando estabelecer o seu papel como agência reguladora, no sentido de não tentar usurpar.

Houve sempre essa questão de que a Ancine deveria iniciar ou liderar o processo de regulação do VOD, mas há a decisão técnica e a decisão que é do representante eleito, que é o caso desta Casa e do Chefe do Poder Executivo. São opções de Estado e do que a gente quer para a sociedade. (*Pausa.*)

Vou passar, rapidamente, mas eu fiz uma apresentação que está disponível para consumo. Já coloco à disposição dos Senadores e demais Parlamentares a instituição e o corpo técnico, para algum debate ou aprofundamento.

O que você tinha, em 2015, mencionado pelo Sr. Mauro Garcia, e o que é hoje, é um cenário de mercado completamente distinto, é um cenário que amadureceu, e, hoje, a gente pode falar que ele já tem uma estabilidade de agentes que ocupam esse mercado – grandes estúdios, empresas de tecnologia, empresas de telecom, radiodifusoras nacionais, empresas de médio e pequeno porte nacionais e estrangeiras e até plataformas públicas –, já iniciando o seu funcionamento no país.

Esse mapa, eu não vou explicá-lo detidamente, mas é só para mostrar a complexidade com que se dão a operação e a distribuição de obras atualmente nesse segmento. Em 2015, com certeza, era menos da metade dessas ramificações.

E por que é estratégico esse debate, e é importante que seja liderado pelo Poder Executivo e pelo Congresso, e não por uma agência técnica? O segmento de VOD passa a ser a janela de entrada das novas gerações. De 0 a 20 anos é a principal forma de consumo de conteúdo audiovisual. Será o segmento que vai fazer o papel do que foi a radiodifusão para a gente. A radiodifusão permanece com o seu papel essencial, mas, para as novas gerações, muito provavelmente esse segmento vai representar o que foi para a gente, pelo menos dos 30 anos para cima, as pessoas que nasceram antes do surgimento da internet: vai ser o local de composição do imaginário cultural, o que a gente entende por Brasil. Então é tão importante essa regulação, essas falas em relação a cota, proeminência, porque é aqui que a gente vai formar o que é que a gente pensa de sociedade brasileira.

Eu vou passar.

Se os Srs. Senadores, demais presentes e autoridades perceberem, essa linha azul representa o consumo, o *share* de audiência – esses dados são do Ibope –, de conteúdos não lineares. Então, até os 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, especialmente com advento, infelizmente, da pandemia, até 24 anos é já a principal forma de fruição. Então é muito importante esse papel que a radiodifusão teve, inclusive com assento constitucional, no sentido de ser obrigado a compor suas grades com conteúdo educativo, cultural e que representasse a diversidade regional.

Um breve relato, algumas pessoas já falaram, o Brasil é um dos maiores mercados de VOD, é o segundo país que mais consome *streaming* no mundo, 65% dos adultos brasileiros possuem um serviço de *streaming,* é maior que a média global. O número de assinantes da Netflix é estimado de 15 a 20 milhões. A gente é o segundo país, atrás apenas de Estados Unidos e à frente de Reino Unido, Austrália, México e França.

Estimativas já apontam que o faturamento das três principais plataformas de *subscription VOD*, que é o VOD por assinatura, no país, supera os R$14 bilhões anuais. A projeção noticiada da principal plataforma, para os próximos cinco anos, esse faturamento chegaria, atingiria, superaria o maior grupo de radiodifusão nacional. Isso é muito relevante, é um segmento em franca expansão.

A Ancine. Aí eu faço coro aqui com a fala do Diretor Jonas, da ABTA, no sentido de dar simetria, no sentido de corrigir essa assimetria. A gente, em 2020 e 2021, inaugura, começa a fazer um estudo, que é o chamado "Panorama do Mercado de VOD", e a gente identifica a ausência completa de dados primários do setor, a necessidade desses dados. Sem prejuízo dessa assimetria, a gente consegue produzir esse panorama, e ele traz algumas reflexões importantes. Esse panorama está disponibilizado no *site* da Agência Nacional de Cinema, mas é para trazer a relevância que é o Brasil para esse segmento. O Brasil tem 59 plataformas de oferta de serviços de VOD, apenas 6 entre os 20 países latinos têm mais de 40 plataformas disponíveis.

O catálogo, a gente fez um levantamento, um recorte dos 14 principais serviços, mas chegou-se a 20. Mas, de longe, a Amazon é o principal catálogo. Tem mais de 7,6 mil obras. Em seguida, vem a Netflix, com 5,2 mil títulos. Entre os 14 serviços, cinco oferecem catálogos com menos de mil títulos. E um ponto importante é destacar que há um predomínio de filmes de produção mais recente.

Outro dado importante é que a presença de conteúdo nacional, nesses principais serviços estrangeiros, é de menos de 10%. Isso é uma questão a ser debatida e enfrentada.

Por não possuir dados primários, a gente não conseguiu confrontar, dentro dessa ocupação, o que seria produção brasileira independente e não aquelas produções ou que derivam de algum agente não independente no Brasil por conta de outras leis ou as *originals*, que são obras cujos direitos patrimoniais não são detidos por empresas produtoras independentes. Produtoras independentes são aquelas que não têm vínculo com empresas de radiodifusão, programadoras ou operadoras de telecom.

Na Globoplay, vale ressaltar que as participações são percentuais aplicadas ao catálogo completo. Aí tem que fazer uma certa justiça não no que tange à produção independente, mas à produção brasileira no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso da Globoplay. Quando a gente fala 30% da Globoplay, você está falando de quase mil títulos, o que já ultrapassa boa parte dos catálogos dos serviços médios e pequenos em operação no país.

Então é isso.

Assimetria de informação é um dos principais pontos que têm que estar nos PLs. Os PLs têm muito mérito nesse ponto.

Não se pode perder de vista que o envio de informações não deve se prestar apenas para fiscalização do segmento. Ele deve ser, assim como se deu com o setor de exibição e com o setor de TV paga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – ... para o monitoramento, para avaliações de resultados regulatórios, para proposições a esta Casa e ao Poder Executivo de melhorias, de incrementos legislativos, quer seja para uma eventual desregulamentação, quer seja para ampliação, quer seja para aumento da carga regulatória do segmento, para saber os resultados. Isso vai ser importante, especialmente depois da publicação do marco legal a ser aprovado aqui nesta Casa.

A principal questão é a agência, sabedora desse ponto em 2022/2023, estabelecer na agenda regulatória que sejam buscadas ações que integrem esse segmento do setor ao sistema de informações que a Ancine processa de cinema e TV paga.

Essa ação foi colocada em consulta pública. A gente está em vias de colocar em ação, talvez não a tempo desse debate, mas, com o tempo, a gente já vai ter uma informação primária.

A gente ficou muito satisfeito com o resultado.

As plataformas não confrontaram frontalmente a existência desta obrigação que a gente passa a criar, que é o registro e a oferta do catálogo para fins regulatórios, muito pelo contrário. Apresentaram, em consulta pública, um debate, um diálogo para melhoria no recebimento dessas informações.

Por fim, é isto: quanto mais e melhor a informação, mais consistente tem de ser o debate, mais eficiente será uma eventual regulação.

Trago aqui brevemente – já vi que esgotei o tempo, mas acho importante – a diretiva da União Europeia, que traz três eixos, que são: cota, garantia de posição proeminente dos seus conteúdos e possibilidade de que países exijam que os serviços contribuam financeiramente para a produção de obras.

Esses eixos, não por coincidência, têm sido adotados por boa parte desses países, guardadas as especificidades, muito em relação, às vezes, ao consumo e à existência de produção local, à força da produção local. Então, há uma modulação, não é obrigação. Por acaso, esses três eixos acabam sendo utilizados pelo Brasil na edição das leis do cinema, quando tratam da cota de tela, no investimento direto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em produção; e, na TV paga, quando garantem também investimento, tributação e investimento direto e ocupação de grade, em especial no horário nobre.

Senador Presidente, posso só mais um...?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Pode concluir.

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – Muito obrigado.

A regulação, então, é isso. Eu faço meu o histórico trazido pela Dra. Rosana, da legislação do audiovisual...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – ... do que foi criado como regulação.

Então, foi isso. Os tempos, mais ou menos, foram esses: Lei do Audiovisual; dez anos depois, com um pouco para lá, um pouco para cá, você tem a edição da medida provisória, regula-se o cinema, volta a cota de tela, ela é restabelecida; inicia-se a maturação do segmento de TV paga; doze anos depois da edição da MP, chega-se à Lei 2.485; inicia-se, em 2011, o VOD; ele matura, e, doze anos depois, estamos aqui debatendo a regulamentação desse segmento. Então, há tempo para um debate cuidadoso e meritório.

A Ancine, vou fazer uma fala aqui institucional de agência reguladora: a gente acha importante, e tem mérito em todos os PLs em debate no Congresso, no sentido de que não se crie um segmento apartado dos demais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – ... mas, sim, que você integre esses segmentos dentro do arcabouço regulatório existente. Ele deve reduzir assimetrias, ele não deve criar distorções ou novas assimetrias que impeçam o desenvolvimento econômico do setor, porque aqui não há vencedores e vencidos, como falou o Jonas. Com um regulamento, uma regulação equilibrada, você só tem vencedores, especialmente a sociedade, lembrando que, no resultado dessa lei, deve-se ter sempre sob perspectiva a sociedade.

Destaco aqui rapidamente os eixos da atuação e da regulação do setor audiovisual nos segmentos que já foram regulados: Condecine; informações primárias; obrigação de entrega dessas informações; proteção à produção brasileira, em especial à produção independente – aqui eu falo da produção independente na condição de manutenção desses direitos patrimoniais nascidos com essas obras produzidas por eles –; instrumentos de ocupação, de garantia da presença do conteúdo nacional; possibilidade de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – Está bem, desculpa, é que esse tema é muito empolgante.

... agentes privados atuarem com políticas de fomento; você tem que ter tributação que impulsione, que incremente as receitas do FSA.

Bem rapidamente: impacto da regulação; quantidade de CPBs emitidos – CPBs são registros de obras brasileiras feitos pela Ancine. Em 2012 e 2013, você sai de 1,7 mil para 3 mil obras produzidas anualmente. Desde 2013 você tem a inversão do número de obras independentes. Então, desde 2013 você tem mais obras independentes do que não independentes. Então, esse é o mérito, é o mérito que a gente espera alcançar com esse PL que está em debate aqui na Casa.

Falo também uma parte que é sobre o desenvolvimento regional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – Ah, desculpa. Vou só... Essa aqui é muito relevante – todas são, na verdade, mas eu vou deixar. Isto tem a ver um pouco com a presença regional dos Senadores fora do eixo Rio-São Paulo: demonstrar a eficiência dessas leis, especialmente a 12.485, no que tange à distribuição de produção.

Desde 2013 quase 40% das obras são fora do eixo Rio-São Paulo, o dobro do que era em 2010, 2011. Você tem um incremento, nas regiões do Conne e Fames, médio de 700% no número de obras de produção brasileira independente. Você sai de um patamar de 50 obras para 400 obras produzidas nos estados que integram o Conne e o Fames.

E, por fim, a importância da política de fomento.

Eu vou deixar isto para consumo da Comissão, assessorias, demais participantes e público externo: a importância das políticas de fomento. No caso da TV paga, saíram de 10% para 30% as obras que possuem algum recurso público e que ocupam as grades das TVs.

Por fim – aí é esse é o último, prometo –, a regulação deve abordar não só o VOD tradicional, a oferta de catálogo; deve ir além dos provedores de conteúdo via catálogo e deve envolver plataformas de compartilhamento em redes sociais. A gente deve tratar também dos canais Fast, que são os canais de *streaming* suportados por anúncio. São todos esses modelos, que passam *over the top*, que devem ser objeto de regulação, guardadas as especificidades que o Fernando, da Claro, bem falou. Em nem todos cabem todas as obrigações que se está pensando. Alguns não cabem em cota, em alguns cabe só a tributação.

Você deve criar uma regulação equilibrada sobre pequenos e médios, serviços de nicho, plataformas públicas ou de interesse público, como aquelas com fim educacional, e, por fim, tem que ter o adequado tratamento da oferta de recursos de acessibilidade para o consumo de obras por pessoas com deficiência. Esse é um dos pontos – de todos, eu acho que é até o mais importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS – Muito obrigado. Desculpa, peço perdão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Tiago Mafra dos Santos, que é Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Eu gostaria de explicar para as pessoas que estão aqui presentes e para todos que nos acompanham que daqui a pouco começa a sessão plenária, no Plenário do Senado. Hoje temos votação de autoridades e temos que estar lá presentes também. Então, nós gostaríamos muito, antes de encerrarmos os trabalhos que devem ter continuidade amanhã também na audiência pública, de ouvir o Relator, Senador Eduardo Gomes, e o autor, Senador Humberto Costa.

Então, começamos pelo Eduardo Gomes, porque eu acho que o Relator é... É importante ouvir a palavra dos dois, não é?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar.) – Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, que abrigou essas duas audiências públicas, eu costumo dizer que esse projeto está fadado ao sucesso, não é? Hoje é dia 13; tivemos a primeira audiência pública. Serão 22 expositores: 10, hoje; 12, amanhã. Então, é um projeto importante do Senador Humberto Costa, que não guarda concorrência ideológica. Isso é importante, é uma questão absolutamente do setor de audiovisual, da infraestrutura, das plataformas, dos artistas, dos autores, da propriedade intelectual.

Sinto falta ainda – no debate que tivemos aqui há pouco, interconcorrencial por natureza – de buscar ambiente para o desenvolvimento de uma indústria importantíssima para o país, mas ausente... Há um problema real, profundo, que é a questão da pirataria, que consegue desagradar, no fundo, aos dois lados: o autor, o produtor, o funcionário, a indústria, as cotas, as pessoas e a lei. Acho que isso precisa ficar registrado porque, apesar das mudanças tecnológicas, das adaptações, nós estamos falando de consequências de números também.

Eu costumo brincar muito, porque meu pai era poeta, pernambucano, conterrâneo do Humberto, e sempre militei no setor da cultura. Então, quando nós tivemos aqui a aprovação da Lei Aldir Blanc e, em seguida, a negociação dos seus vetos; da Lei Paulo Gustavo, de que tive a honra também de ser Relator, saí de diversas reuniões pedindo desculpa por ser otimista. Eu acho que a característica de se discutir nesse setor é que tem sempre sentenças rápidas, que nem sempre colaboram para o debate objetivo. Há uma tendência de releituras, interpretações. E por isso é que essa possível morosidade não é culpa do Congresso Nacional só, ela tem que ser definida e dividida por quem é do setor.

Quem estava aqui em 2010, 2011... Eu tive a oportunidade, por coincidência, de ser Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara e votar o PL 29, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Paulo Lustosa como Relator. E, naquela época, qualquer um dos entes que estavam discutindo aquela política de financiamento do audiovisual era maior que qualquer plataforma do mundo, tamanha a proximidade e a capacidade de se desentender. O PL 29 foi aprovado há apenas cinco minutos de suspensão da sessão do Plenário da Câmara, que permitiu com que se furasse, tecnicamente, a Ordem do Dia. E era a última sessão. Então, nós não teríamos financiamento, por um detalhe de cinco minutos e um debate de cinco anos.

Então, eu queria que essa paciência fosse compreendida, porque o Senado, pelo prestígio do Senador Humberto Costa, mas também pela compreensão dos Senadores e pelas experiências recentes, tem discutido esse projeto com muita consistência e com uma abertura ampla para todos os setores e todas as correntes. É por isso que, quando a gente fala aqui que nesse embate falta uma observação muito objetiva e clara com relação à pirataria, é porque faz parte, pelo menos no prejuízo. A gente está discutindo condições e lucro, mas estamos discutindo também que tem um buraco no meio da discussão, que é quem está no mercado ilegal, completamente ilegal.

Então, deixo aqui esse registro.

Quero dizer que todas as apresentações são absolutamente pertinentes, que os pontos de divergência são bem menores que em outras discussões recentes que nós tivemos aqui, e é por isso que foi preciso fazer essa exposição literal daquilo que todas as correntes pensam e a exposição para que todos entendam que, se a gente compilar tudo isso amanhã, ao final da 22ª apresentação, a gente vai descobrir que tem boa parte – e o cerne do projeto do Senador Humberto Costa é meritório e abre um marco histórico do VOD no país.

Eu fico muito agradecido por ter tido a oportunidade de fazer parte disso, a convite do próprio autor e do Presidente da Comissão, e de outras Comissões também, mas sempre fazendo esta observação: aqui estamos falando de criatividade em todas as circunstâncias da produção brasileira, da produção cultural e da produção tecnológica mundial. Eu tenho completo conhecimento e reconhecimento de que é preciso observar as experiências internacionais com a devida equação dos cenários locais e da saúde do ecossistema como um todo.

Então, acho que estamos chegando perto de uma produção que tem que ser tão objetiva quanto a necessidade de irmos à Câmara dos Deputados. Não vai vencer o projeto que fizer um efeito gangorra mais rápido ou que seja votado mais rápido, vai vencer o projeto que chegar à outra Casa com o melhor senso de realidade. Não adianta nada produzir uma coisa muito autoral, muito pessoal e ficar enganchado no meio da rua, entre o tapete azul e o tapete verde. A gente já conhece essa história. As gavetas são enormes. A tecnologia não mudou as gavetas das relatorias.

Então, aqui eu acho que a gente conclui uma primeira etapa da etapa que será concluída amanhã, dando voz a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar, de coração, a minha grande amiga, produtora, vencedora, guerreira, tocantinense, Eva. (*Palmas.*)

Vou reclamar, porque, da próxima vez, vou fazer uma audiência só para ela, porque é aquela que se preocupa com todo mundo e não gosta de vir falar aqui. Então, vou ter que fazer uma audiência pública só para ela. (*Risos.*)

Então, eu agradeço muito a esta Comissão. Agradeço demais ao Senador Humberto Costa. Temos esse respeito mútuo, assim como a vários colegas aqui na Casa.

A briga pelo setor cultural no país – e todos sabem da minha luta pela questão autoral e também pelas infraestruturas, pelo sistema como um todo – recebeu da Casa, em todos os momentos, pelo menos nos últimos cinco anos em que eu estive aqui presente, apoio de todas as correntes político-partidárias, e, quando o projeto dá sorte de vir para a Comissão com o nosso querido Flávio Arns, aí fica melhor ainda.

Então, quero dizer a todos que... É evidente que todos aqui anotaram o que foi colocado, mas, se a gente for buscar sobrepor cada uma das apresentações, nós estamos em volta aí de dois ou três temas que nós vamos discutir, nos próximos dias, para apresentar o melhor relatório, e, como eu disse, um relatório que tenha a consistência da aprovação do Senado, mas a compreensão do retrato da realidade para que, na Câmara dos Deputados, a gente chegue ao primeiro texto de lei no tempo certo, já que a gente está discutindo mudanças muito rápidas.

Nesta semana, eu estou falando, em todas as reuniões a que vou, e, por determinação do Presidente Rodrigo Pacheco e pela Comissão Especial, sou o Relator do marco regulatório da inteligência artificial no Senado Federal. E, depois de 20 anos de mandato, é o primeiro assunto que eu trabalho em que eu converso com um especialista hoje e daqui a 20 dias ele sabe menos. É como se tivesse um desaparecimento de entendimento do assunto pelo tempo.

Então, para que isso não ocorra com o VOD e com a necessidade que existe entre produção nacional, melhor ambiente regulatório e capacidade para o Brasil, que a gente faça isso com muita responsabilidade e com paixão pela cultura brasileira, que afinal de contas é o principal de tudo que nós estamos discutindo aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e representantes de instituições aqui presentes que participaram deste debate, eu queria começar a minha fala também puxando a sardinha para o meu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é motivo de muito orgulho para nós que um dos melhores diretores do mundo no momento, o nosso querido Kleber Mendonça Filho, tenha sido escolhido pela comissão que define a participação no Oscar – por um filme que eu tive a oportunidade de assistir na semana passada. Para mim isso é muito especial, porque eu sou de Recife, o filme fala de Recife muito, mas sem dúvida é um orgulho tremendo para nós de Pernambuco termos essa distinção que nos foi dada de ver um talento brasileiro pernambucano reconhecido – já o foi internacionalmente e dessa feita agora também – por quem organiza a participação do Brasil no Oscar.

O segundo ponto, para efeito inclusive de resgate da verdade – eu estou aqui com o Senador Eduardo Gomes; o Senador Randolfe Rodrigues não está aqui neste momento –, é que circularam algumas informações nas redes sociais que não correspondem à realidade sobre o tema da cota de tela. Eu vi alguns artistas dizendo: "O Senado abandonou a cota de tela do cinema, só quis fazer a cota de tela para a televisão por assinatura". Isso não é verdade. O que é que nós fizemos aqui? A cota de tela para a TV por assinatura esgotou-se ontem – ontem esgotou-se. Inclusive, a informação que eu tive ontem é que o Governo estaria editando uma medida provisória para impedir que acontecesse uma descontinuidade nessa votação, porque o projeto que nós apresentamos aqui hoje vai ser encaminhado para a Câmara dos Deputados. Então, para não haver nenhum risco de uma solução de continuidade, é que nós fizemos o acordo: vamos separar, vamos desmembrar para a gente votar a parte da TV por assinatura, e vamos discutir com mais calma a cota de tela para o cinema, que também deve sair, eu acredito que no máximo até o final deste mês.

Queria lembrar também que, no projeto que eu relatei sobre a cota de TV por assinatura, nós colocamos um índice, um artigo, que trata do tema do enfrentamento à pirataria. Acho que ele é um ponto muito importante. Concordo plenamente com a colocação do Senador Eduardo Gomes. Certamente naquilo que disser respeito a esse projeto, nós vamos trabalhar também, porque nós entendemos que é importante o respeito à propriedade intelectual, nós entendemos que é importante respeitar quem paga o imposto, enfim, e, mais – algumas vezes é até importante dizer –, impedir que grupos criminosos que se utilizam dessa prática da pirataria continuem a fazê-lo para financiar suas atividades criminosas, como eu disse.

Bom, dito isso, eu queria dizer que eu acho que foi muito importante que a nossa Comissão tivesse aprovado o requerimento que eu tive a oportunidade de apresentar para a realização desta e da audiência pública de amanhã, porque a gente viu aqui... Infelizmente, eu tive que sair para uma outra atividade, eu não peguei todo mundo. Eu queria inclusive pedir que quem trouxe a apresentação pudesse passar para a gente aqui, mas o que eu acompanhei...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vão ficar disponíveis no *site* da Comissão, estão todas disponíveis para todo o público do Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque eu vi informações muito importantes, posições bastante claras, mas ao mesmo tempo bastante equilibradas nessa discussão. E acho que o primeiro consenso, que hoje é um consenso, mas não era até algum tempo atrás, é que há uma necessidade de regulação desse tipo de atividade. Isso não é consenso de muito tempo, mas hoje está claro e eu acho que isso já representa um avanço.

Segundo, eu acho que nós precisamos, especialmente quando a gente trata de novos temas, novas atividades, novas tecnologias – e por isso o Eduardo também está certo quando diz que daqui a pouco a gente vai fazer uma lei que pode ser que logo não tenha mais sentido de existir... Na discussão que nós fizemos com o pessoal da TV por assinatura, eles disseram: "Ó, prorrogue por 15 anos, não por 20, porque nós não sabemos nem se vamos sobreviver 15 anos", porque são novas tecnologias, são coisas que vão surgindo, e, portanto, eu acho que essa questão do reconhecimento da necessidade da regulação é muito importante.

Nós entendemos também que algumas coisas são cruciais para uma atividade que é tão relevante do ponto de vista cultural, do ponto de vista econômico. Recentemente, o BNDES fez um seminário sobre audiovisual, onde a constatação e a conclusão final do próprio banco são de que essa é uma área que tem um potencial de crescimento econômico gigante no nosso país. E, para que isso aconteça, é necessário que regras sejam claras, que nós possamos aprender com gente que desenvolveu ideias novas e que teve sucesso. Portanto, nós temos que ter essa perspectiva em vista.

Por isso, uma das questões é que nós estamos num esforço gigantesco de fazer o Brasil voltar a crescer. Nós estamos num esforço grande de nos tirar de uma situação de subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, de que isso aconteça com a produção e a geração de empregos. E, se é uma atividade importante que gera emprego e produz riqueza, de quebra – mas eu estou dizendo "de quebra" ironicamente, porque, na verdade, essa que é a principal função – é o que molda a identidade cultural do nosso país, junto com outras atividades que são relevantes.

Daí porque, nessa proposta que eu apresente, tivemos a preocupação... E essa proposta foi produzida... Cadê o Marcos? Ele foi embora? Toda vez eu tenho que dizer que o Marcos foi um dos construtores dessa proposta, ao tempo que ele ainda estava aqui, na nossa liderança, não é? Essa construção... Uma das questões fundamentais que nós colocamos é que precisamos garantir que esse potencial econômico, social, cultural se manifeste nas leis e nas atividades como essas. Por isso é que nós colocamos a necessidade da existência de uma cota para a produção nacional, em especial a produção nacional independente.

Veja o que o Diretor da Ancine mostrou: 3 mil obras audiovisuais produzidas no Brasil que não têm onde serem exibidas. A verdade é essa. Os lugares de exibição estão aí, na TV por assinatura, no VOD, no cinema, em que nós estamos discutindo a cota de tela. O povo não pode gostar da arte produzida no seu país se ele não tem acesso a ela. Essa é uma questão fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, veja, nós temos conseguido... E eu sou testemunha aqui do esforço do Senador Eduardo Gomes, porque ele tinha a espinhosa função de ser Líder do Governo passado no Congresso, e a aprovação, por exemplo, tanto da Lei Aldir Blanc quanto da Paulo Gustavo, teve uma contribuição importante da parte dele, mas não adianta nada a gente ficar garantindo cada vez mais recursos para a produção se nós não temos condição de exibir e, ao mesmo tempo, de dar um tratamento profissional de comercialização a isso. Também não adianta ficar financiando para cada um atender o seu ego, apresentar, levar para um festival. É preciso que haja a constituição de uma estrutura profissional, industrial, porque isso é uma indústria, para que as coisas aconteçam.

Então, demandar que esse segmento garanta uma cota para a produção nacional e, dentro dessa cota para a produção nacional, uma cota para a produção nacional independente é uma coisa muito importante. Vejam, os números que foram exibidos ali são preocupantes. Quando se pegam todas as plataformas que existem no Brasil, menos de 10% é o que representa a cota da participação do audiovisual nacional, e o percentual do que é a produção independente é menor ainda, não é? Então, essa é uma coisa que eu considero que é importante.

A outra coisa também é que, lógico, nós precisamos definir o que é produção nacional, o que é produção nacional independente, mas isso tem que ser uma coisa muito clara, muito transparente. Eu posso considerar que é produção nacional uma obra financiada lá no exterior, roteirizada no exterior e que pegou um diretor brasileiro? Essa obra é nacional porque o diretor é brasileiro ou porque tem três ou quatro artistas que são brasileiros? É preciso ter uma clareza disto: o que é que é efetivamente... Senão nós não vamos dar desdobramento a essa preocupação e a essa questão que nós estamos levantando.

A outra coisa importante – vou concluir, eu vou tentar ser rápido –, a outra questão importante é o tema do direito autoral.

Eu não acho justo que alguém que pensou, que produziu, que criou, que dirigiu, que foi artista entregue o resultado dessa produção mais relevante que tem, que é a intelectual, e que ela seja comprada como um pacote e que, a partir dali, ele não tenha mais nenhuma ascendência sobre aquilo que ele próprio criou. Então, nós temos que levar isso também em consideração. (*Pausa.*)

E, finalmente, essa questão da proeminência. Não sei qual a melhor forma de se fazer, mas é preciso que esteja... Às vezes dá trabalho... Eu, por exemplo, gosto de assistir ao VOD, e, às vezes, dá trabalho para você receber um estímulo, porque isso é relevante. Uma coisa é eu ir e dizer que quero ver um filme nacional hoje, vou lá e faço uma busca; outra coisa é, quando eu abro, ele me oferecer um estrangeiro de guerra, estrangeiro de suspense, estrangeiro de drama e estrangeiro de não sei o quê. A oferta que se apresenta... E é óbvio, eles não são tolos, sabem como funciona essa coisa do algoritmo. Não estou a entrar nem na discussão se deve ser via algoritmo, mas tem que ter alguma coisa que também bote um nacional ali no meio, bote um outro, apresente uma coisa. Se fosse o caso, já botar o Retratos Fantasmas, botar outros aí importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente precisa garantir isso aqui na Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos.

Amanhã a gente continua.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continuamos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Eu quero agradecer e me desculpar, inclusive, com o Senador Humberto Costa, mas a votação já se iniciou no Plenário e o Presidente está chamando todos os Senadores e Senadoras. Mas eu quero dizer que é uma honra e uma alegria sempre trabalhar com o Senador Eduardo Gomes e com o Senador Humberto Costa, vamos ter bons frutos, sem dúvida alguma, consequência também desses dois dias de debates – não só desses dois dias, mas de toda uma história já acumulada em termos de discussões, de reflexões e de caminhos a serem cobertos pela legislação.

Agradeço a presença dos expositores e expositoras, também a presença de vocês todos aqui no plenário da Comissão de Educação, de todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação e dos próprios meios de comunicação do Senado; e sempre faço questão de agradecer à Secretaria da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço novamente a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Lembro que amanhã, às 9h, teremos mais 12 expositores e expositoras.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 95ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e treze minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Marcos Rogério, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 93ª e 94ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação relatório CEENSINO**. **Finalidade:** Deliberação do relatório da Subcomissão Temporária destinada a debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil (CEENSINO). **Resultado:** Não realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 826, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2975, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3652, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o perdão de dívidas relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) para os devedores com atrasos até a data da publicação desta lei." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do substitutivo que apresenta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 212, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para aumentar o percentual de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, que deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4967, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cerimonialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5636, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado n° 31, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Diploma Lanceiras e Lanceiros Negros." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 140, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3652/2023, que "dispõe sobre o perdão de dívidas relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) para os devedores com atrasos até a data da publicação desta lei"." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Prejudicado o Requerimento devido à aprovação do PL 3652/2023. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 141, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 76, § 1º, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária criada para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas, até 31 de setembro de 2024." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 95ª Reunião da Comissão de Educação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de dezembro de 2023.

Passamos, agora, rapidamente, ao balanço das atividades desenvolvidas pela Comissão de Educação e Cultura no ano de 2023.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, instalada em 8 de março de 2023 e renomeada em 7 de junho como Comissão de Educação e Cultura, realizou, até a presente data, 12 de dezembro, o total de 107 reuniões: 95 da Comissão de Educação; 11 da Subcomissão Ceensino do Ensino Médio; e um seminário conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Sendo 30 reuniões deliberativas, 57 audiências públicas, cinco reuniões para comparecimento de Ministros de Estado – Ministro da Educação, Camilo Santana, dois comparecimentos; Ministra da Cultura, Margareth Menezes; Ministra do Esporte, Ana Moser; Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos –, 11 reuniões da Subcomissão destinada a avaliar e debater o Ensino Médio no Brasil (Ceensino), uma sabatina de autoridade, uma reunião para deliberação de emendas orçamentárias e um seminário conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Ainda estão previstas para este ano que sejam realizadas duas audiências públicas, quando atingiremos 109 reuniões.

Declaro que a nossa Comissão tem se engajado nos debates de temas em destaque no cenário nacional nas áreas de educação e cultura e na elaboração de projetos que nortearão importantes políticas públicas nos próximos anos.

No ano de 2023, afora a reunião de hoje, a Comissão apreciou um total de 281 matérias, entre as quais aprovamos 150 projetos: 89 em decisão terminativa; 61 em decisão não terminativa; 118 requerimentos; e 13 matérias com outros *status*, rejeitadas, relatório política pública, emenda de Plenário.

Esses números são reflexos do nosso compromisso, da Comissão, firme e inabalável com as áreas de educação, cultura e esporte em nosso país.

Entre os principais temas debatidos nas reuniões da Comissão de Educação, podem ser citados:

Ciclo de quatro audiências públicas para debater as propostas de melhoria da segurança escolar e de prevenção a ataques contra instituições de ensino. O debate subsidiou a elaboração e a aprovação na Comissão do Substitutivo ao Projeto de Lei 2.256, de 2019, de autoria do Senador Wellington Fagundes e relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes. A matéria foi aprovada no Plenário do Senado e encontra-se em deliberação na Câmara dos Deputados.

Realização de ciclo de dez audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação. Os debates tiveram por objetivo abordar os diferentes aspectos do plano, como a educação básica, a educação superior, o financiamento e a valorização da carreira docente e dos profissionais de educação, a visão dos trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da área, dos estudantes, e educação especial e bilíngue de surdos e as formas de monitoramento e *accountability* do Plano Nacional de Educação.

Realização de audiência pública, na qual foi apresentado o balanço detalhado do Plano Nacional de Educação, em seu nono ano, com dados desagregados por estados e regiões com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero. O trabalho foi apresentado pela campanha nacional pelo direito à educação.

Criação da Subcomissão para debater e avaliar o ensino médio no Brasil: Ceensino. A Subcomissão, presidida pela Senadora Teresa Leitão e com relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, realizou oito audiências públicas sobre o tema, nas quais foram ouvidos representantes dos Governos Federal e estadual, associações de sociedade civil, estudantes, trabalhadores da área da educação, universidades, confederações de empresários e sistemas nacionais de aprendizagem, entre outros. O relatório foi entregue e aprovado no dia de hoje... não aprovado no dia de hoje, o relatório foi entregue, já, para a Comissão de Educação e está no portal da Comissão à disposição dos Senadores, das Senadoras e da sociedade.

E nós aprovaremos um requerimento, ao final desta reunião, para a prorrogação da Subcomissão do ensino médio, do novo ensino médio, o que é necessário também, dada a retirada da urgência da matéria no dia de ontem, o que permitirá que haja mais debates, mais discussões e uma leitura com mais tempo e mais calma por parte de todas as pessoas que se interessam pelo tema. Por isso, inclusive, que, na primeira parte desta reunião, este assunto foi retirado de pauta – constava como primeira parte da reunião.

Realização de ciclo de audiências públicas para subsidiar a elaboração do PL 88, de 2023, que tem como Relator o Senador Confúcio Moura e trata sobre responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação.

Realização de ciclo de debates e apresentação do relatório sobre a política pública escolhida para análise em 2023 pela Comissão, que teve como Relatora Senadora Damares Alves. Inclusive, estamos todos felizes com a recuperação da saúde por parte da Senadora Damares Alves e pela qualidade do trabalho apresentado no relatório.

Foi avaliado o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as metas nacionais estabelecidas para o Ideb.

Aprovação do PL 2.617, de 2023, de relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui o Programa Escola em Tempo Integral. A matéria foi sancionada pela Presidência da República e transformada na Lei 14.640, de 2023.

Aprovação do PL 2.617, de 2023, de relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui o Programa... Aliás, desculpe. Estou lendo de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovação da Lei 4.172, de 2023, de relatoria da Senadora Teresa Leitão, que institui o pacto nacional pela retomada de obras e de serviços de engenharia destinados à educação básica e profissionalizante e à saúde. A matéria foi sancionada pela Presidência da República e transformada na Lei 14.719, de 2023.

Aprovação da Lei Geral do Esporte, também neste ano, que teve como Relatora a Senadora Leila Barros. Essa lei é o novo marco regulatório para a área e reconhece o esporte como uma atividade de alto interesse social. Trata também do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), que deve ser balizado pela integração de planejamentos através de planos decenais de esportes de estados, Distrito Federal e municípios em consonância com o Plano Nacional de Esporte.

Realização de audiências públicas sobre a regulamentação da comunicação audiovisual sob demanda e a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), resultando na aprovação do PL 1.994, de 2023, de relatoria do Senador Eduardo Gomes, que está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação do PL 3.824, de 2023, que estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a futuros docentes da educação básica, de minha autoria e de relatoria da Professora Dorinha Seabra. A matéria encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

Realização de ciclo de três audiências públicas para instruir o PL 1.338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Aprovação do PL 3.383, de 2021, de relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas comunidades escolares.

Aprovação do Projeto de Lei da Câmara 90/2018, de relatoria da Senadora Damares Alves, que determina que estados, os municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros para possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares, para a operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A matéria foi sancionada pela Presidência da República e transformada na Lei 14.734, de 2023. Parabéns também Professora e Senadora Damares.

A aprovação do Projeto de Lei da Câmara 88, de 2018, de relatoria do Senador Efraim Filho, que fixa diretrizes para a implementação do princípio de valorização dos profissionais da educação escolar, das redes públicas, da educação básica e dispõe sobre planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho. A matéria será deliberada no Plenário do Senado e, posteriormente, será encaminhada para sanção presidencial.

Além dos pontos citados, a Comissão realizou audiências públicas para debater temas relevantes como o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), o Custo Aluno-Qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CAQi), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), propostas para aprimorar a disponibilização do acesso aos microdados do Censo Escolar pelo Inep, a Política Nacional do Livro e regulação de preços, permanência das mulheres no ambiente acadêmico, programas de assistência estudantil na educação superior, importância de programas de assistência estudantil na educação superior.

Todas as informações, vídeos, apresentações, notas taquigráficas referentes às reuniões realizadas encontram-se disponíveis para consulta no portal da Comissão de Educação e Cultura no *site* do Senado Federal. Além disso, foram disponibilizados, no portal da Comissão, sumários sobre os ciclos de audiências públicas realizados para consulta pública.

Então, nesse sentido, eu quero destacar, para todos os Senadores, Senadoras, todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, que todas as matérias sendo debatidas no Brasil estão sendo objeto de análise, de discussão, de audiências públicas, de debates também nesta Comissão de Educação e Cultura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 93ª e 94ª Reuniões realizadas em 5 e 11 de dezembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas, então, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, com as observações feitas em relação ao relatório da Subcomissão, é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Fica retirado de pauta o item 6 a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5636, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 05/12/2023, o Projeto foi retirado de pauta.

2. Em 31/10/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.)

Em primeiro lugar, então, já que houve as observações já realizadas em relação à Subcomissão, de prorrogação dos trabalhos, pergunto ao Plenário da possibilidade de colocarmos como item extrapauta essa prorrogação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 141, DE 2023

Requer, nos termos do art. 76, § 1º, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária criada para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas, até 31 de setembro de 2024.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 2 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2975, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Iniciativa: Deputada Federal Juliana Cardoso.

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Eu indago à Senadora Teresa Leitão se poderia fazer a leitura do relatório como Relatora *ad hoc*.

Passo a palavra a V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Pois não, Sr. Presidente.

Vou direto à análise, com o seu entendimento.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação e ensino, como é o caso da proposição em análise.

Não identificamos obstáculos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Na apreciação do mérito do PL, nosso foco será dirigido a seu art. 5º, que altera o art. 79 da LDB, assim como à contribuição feita ao art. 8º da Lei Maria da Penha, uma vez que não constitui competência da Comissão de Educação a apreciação de matéria penal e políticas de saúde.

O art. 8º da Lei Maria da Penha trata das diretrizes da política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como de ações não governamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL em exame determina que as condições e necessidades específicas das mulheres indígenas devem ser consideradas na formulação e implementação dessa política pública e para o acatamento das respectivas diretrizes.

A medida é acertada, pois permitirá o enriquecimento da perspectiva inclusiva na formulação de ações de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive naquelas mais pertinentes ao segmento educacional, nos termos das diretrizes elencadas no referido art. 8º da Lei Maria da Penha, a saber: a integração operacional com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública; a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral; a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade humana, com visão de gênero e de raça ou etnia; e o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Já o art. 79 da LDB estabelece que a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

O PL em exame acrescenta novo parágrafo ao art. 79, para dispor que os programas e as iniciativas previstos no artigo deverão contar com a participação das mulheres indígenas em sua elaboração e execução.

Ora, o olhar das mulheres indígenas, com toda a riqueza constituída por sua sensibilidade e conhecimentos ancestrais, tem muito a contribuir na concepção dos programas voltados para a educação indígena.

Embora a lei já disponha sobre a audiência das comunidades indígenas no planejamento desses programas, será enriquecedora a expressa participação das mulheres indígenas no processo.

Em suma, as medidas da proposição pertinentes à educação oferecerão relevante contribuição para corrigir o silêncio da legislação sobre as mulheres indígenas e para resgatar pelo menos parte da dívida que a nação tem com seus esforços e saberes.

Assim, evidencia-se o valor da proposição, o que nos leva a recomendar o seu acolhimento por este Colegiado.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.975, de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Augusta Brito, lido, como Relatora *ad hoc*, pela Senadora Teresa Leitão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3652, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o perdão de dívidas relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) para os devedores com atrasos até a data da publicação desta lei.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/12/2023.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu peço para ir direto ao voto, mas eu vou explicar.

O Senador Cleitinho, preocupado com a inadimplência, apresenta uma proposta de perdão das dívidas do Fies, que é um importante programa – não é de ampliação só do acesso, mas é um financiamento. Obviamente, tem que continuar tendo margem de recursos para esse financiamento. E sabemos que é o pagamento feito por quem obteve o Fies que mantém o programa funcionando.

Eu fiz uma proposta aqui de um substitutivo em que a gente mostra que essa preocupação dele é pertinente, mas com a possibilidade da contraprestação do serviço, analisar cada caso e a possibilidade da prestação de serviço. Então, no voto e no texto do substitutivo, fica assegurada essa análise que será feita, para que assistentes sociais, professores e enfermeiros possam prestar serviço em instituição pública. Então, tem uma regra inclusive de compensação, a partir do número de horas de serviço prestado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.652, de 2023.

Na proposta de alteração desta lei, o inciso VII, do art. 3º, §1º, da Lei 10.260 de 12 de julho de 2001 passa a vigorar com a seguinte alteração.

"Art. 3º.....
.....
§ 1º.....
.....
VII – a instituição do programa de que trata o art. 5º-D, em colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como as condições de opção por parte dos estudantes inadimplentes e as obrigações das partes envolvidas.
"Art. 5º-D. Os estudantes inadimplentes com o Fies poderão abater os débitos vencidos e não pagos mediante participação em programa de apoio ao serviço público nas áreas de saúde, educação, assistência social dentre outras áreas, conforme a realidade local, nos termos do regulamento.
Parágrafo único. Para cada semana de trabalho, com carga horária de, no mínimo, vinte horas, no programa de que trata o *caput* deste artigo, o estudante fará jus ao abatimento de uma prestação relativa a débitos vencidos, além do pagamento de despesas com transporte e alimentação, na forma do regulamento."
....." (NR)
"Art. 6º-B. .....
.....
§ 8º O estudante participante do programa de que trata o art. 5º-D fará jus ao abatimento do saldo devedor nos termos do disposto nesse artigo." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o nosso relatório. Logicamente, o programa vai passar pela CAE para fazer os ajustes do ponto de vista do financiamento e financeiro, mas nós entendemos que só abatimento, como já vem sendo feito em outras legislações... Entendemos que precisa ter uma contraprestação e existe um espaço enorme em escolas públicas, em postos de saúde, em Cras, Creas, enfim, tem toda uma estrutura do poder público, para atendimento à população, que poderia ser mediante um regulamento, que pode estabelecer percentual de perdão, contraprestação e área de indicação.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora, Professora Dorinha.

Está em discussão a matéria.

Quero parabenizar, da minha parte, também, o relatório de V. Exa.

Como já ressaltado, na preocupação do Senador Cleitinho, de fato é uma dificuldade muito grande para muitos dos que assim se beneficiam do financiamento estudantil, do Fies, necessário durante o curso, mas, muitas vezes, com inúmeras dificuldades para saldar esse compromisso.

O que está sendo feito, na verdade, é saldar com a prestação de serviços em áreas consideradas essenciais pelo poder público, importantes, as áreas da saúde, sem dúvida, da assistência social, da educação e de outras áreas. O próprio substitutivo diz "dentre outras áreas".

Então, o regulamento tem que especificar isso.

É bom para a pessoa que se forma e está procurando alternativas de trabalho, alternativas para se manter, inclusive, com uma dívida já para pagar.

Então, é algo interessante, bom, que vai beneficiar muita gente pelo Brasil.

Parabenizo V. Exa. pelo relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Na justificação, o Senador Cleitinho aborda de maneira bastante pertinente: nós vivemos um período de grave crise do ponto de vista de emprego, de oportunidade de trabalho. Ao mesmo tempo, quem tem acesso ao Fies, até pelo desenho do programa, são pessoas que têm limites do ponto de vista orçamentário, da sua família, têm renda estabelecida.

Lembro que, quando votamos aqui a escola em tempo integral, que tratava do Fies, do programa de tempo integral, nós tínhamos emenda. A Senadora Teresa Leitão tinha, eu também. Mas, em virtude da urgência de aprovação, nós retiramos. E ficou acertado de nós realizarmos um debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, inclusive, de fazer esta provocação ao Ministério: que pudesse ser olhado como um todo o Fies.

Obviamente, este PL vai para a CAE. Depois, vai para a Câmara. Mas podíamos apresentar, como Comissão, uma sugestão ao Ministério da Educação para um olhar sobre a organização do Fies, ajustes necessários que julgo importantes, por exemplo essa oportunidade da contraprestação, de parte do pagamento poder ser feito a partir de uma contraprestação em instituições públicas de várias áreas. Às vezes, profissionais de diferentes áreas podem fazê-lo a partir de um regulamento e da definição de um percentual em relação às dívidas.

O Governo tem uma nota técnica que fala que houve uma ampla negociação, o que é reconhecido.

Mas, com o regulamento, tudo isso pode ser reajustado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero dizer, novamente, que as suas observações são muito importantes.

Lembro que a nossa Comissão – a nossa Secretária Carol, hoje, está substituindo a Andréia, que está em viagem também –, já no mês de fevereiro, pode começar a fazer a discussão, uma análise mais integral dos desafios do Fies.

Eu penso que, no início do ano, pode ser uma das pautas importantes e prioritárias também.

Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

Então fica prejudicado o Requerimento nº 140, de 2023, Comissão de Educação, item nº 8 da pauta, de audiência pública, para instrução da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 140, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3652/2023, que "dispõe sobre o perdão de dívidas relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) para os devedores com atrasos até a data da publicação desta lei".

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE))

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos ao item nº 5 da pauta:

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4.967, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista.

Autoria: Câmara dos Deputados, de iniciativa da Deputada Laura Carneiro

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Indago à Profa. Dorinha se pode ler o relatório como Relatora *ad hoc*.

Não havendo objeção, passo a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – A análise realizada no âmbito desta Comissão limita-se ao aspecto cultural da proposição, uma vez que os aspectos relacionados à condição para o exercício da profissão e à proteção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defesa da saúde, bem como dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, serão analisados pela CAS, quando a matéria lá for deliberada.

O PL 4.967, de 2023, busca regulamentar a profissão do cerimonialista, atividade essencial para o adequado desenvolvimento de projetos e programas, nos mais diversos âmbitos da sociedade.

Responsáveis por garantir que os eventos ocorram de forma harmônica e respeitosa, esses profissionais garantem que tudo ocorra conforme o planejado.

As atribuições do cerimonialista variam de acordo com o tipo de cerimônia ou evento, mas, em geral, estão ligadas ao planejamento, à organização e à coordenação dos projetos e programas.

A profissão do cerimonialista é essencial para a cultura. Ao transmitirem tradições, protocolos e ritos culturais, os cerimonialistas garantem a continuidade de práticas e modos de fazer enraizados em nossa sociedade ao longo de várias gerações.

Nesse sentido, a ausência de regulamentação não se coaduna com a relevância do papel que essa categoria desempenha nos mais variados âmbitos do nosso cotidiano.

Diante desse contexto, a proposição sob análise se revela meritória e oportuna, na medida em que vem preencher a lacuna da regulamentação para essa nobre atividade.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.967, de 2023, de autoria da Deputada Laura Carneiro e Relatoria da Senadora Augusta Brito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica também.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos ao item 7 da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Diploma Lanceiras e Lanceiros Negros.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Pergunto novamente à Senadora Professora Dorinha se concorda em ser Relatora *ad hoc*? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – A história dos lanceiros remonta à Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845.

Para combater as forças do Império, os líderes da revolução recrutaram negros libertos pelos oficiais revolucionários com a condição de lutarem como soldados pela causa republicana. Formou-se, então, o Regimento dos Lanceiros Negros, uma das unidades mais respeitadas e temidas da guerra no Sul do País.

Lutando, sobretudo, pela promessa de liberdade plena ao final da guerra, esses bravos combatentes, armados com lanças compridas, chegaram a representar um terço do contingente das tropas farroupilhas.

No entanto, quando se aproximava o desfecho do mais longo conflito da era imperial brasileira, com a iminente derrota dos Farrapos, a situação dos lanceiros negros passou a se tornar um problema na negociação com o Império.

Em 14 de novembro de 1844, o regimento de lanceiros negros foi covardemente atacado e massacrado por soldados imperiais, no que ficou conhecido como o Massacre de Porongos. Relatos indicam que a chacina foi a solução encontrada para que, mesmo diante da rendição, não fosse concedida a prometida liberdade aos negros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passados 178 anos do fim da guerra, a Revolução Farroupilha ainda é amplamente festejada no Rio Grande do Sul. Por outro lado, o honroso e dedicado papel desempenhado pelos lanceiros negros sofre as marcas do apagamento promovido pelo racismo ainda tão forte em nosso país.

Ao longo de nossa história, sofreram desse mesmo apagamento diversas personalidades negras fundamentais na luta por igualdade: Dandara, Esperança Garcia e Luís Gama são algumas figuras que passaram a ter maior reconhecimento apenas recentemente e ainda assim carecem da devida reverência e visibilidade.

O projeto em análise é meritório, pois, ao trazer luz para a figura dos lanceiros negros, focaliza a luta contra o racismo e a discriminação em nosso país, sendo louvável a iniciativa de se incluir também o combate a outras formas de preconceito e discriminação.

No campo da violência de gênero, por exemplo, dados do Núcleo de Estudos da Violência da USP mostram que o Brasil registrou um pico de feminicídios no ano de 2022, contabilizando 1.410 casos – em média uma mulher assassinada a cada seis horas.

Ao agraciar cidadãos e cidadãs que tenham oferecido relevante contribuição no combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação, o Diploma Lanceiras e Lanceiros Negros representa medida concreta tomada pelo Senado Federal em consonância com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal.

Por fim, o projeto de resolução, além de meritório, encontra-se adequado à forma constitucional e jurídica e às disposições do Regimento Interno do Senado Federal, ajusta-se, igualmente, ao padrão estabelecido para a instituição de premiações na Casa, que passou a vigorar, em termos práticos, com a Resolução nº 8, de 2015.

Ajusta-se, igualmente, ao padrão estabelecido para a instituição de premiações na Casa, que passou a vigorar, em termos práticos, com a Resolução nº 8, de 2015.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2020.

O autor é o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, de novo, à Senadora Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente desta Comissão de Educação e Cultura.

Está em discussão a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar a Senadora Augusta, pelo relatório, e a Dorinha, *ad hoc*. Que matéria bonita, Presidente! Que matéria linda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só faço um destaque na análise: quando traz o número de feminicídios, em 2022, houve um aumento, mas a gente tem que falar sobre isso. Nós estamos nos 21 dias de ativismo, Dorinha, pelo fim da violência contra a mulher, e a gente teve, neste ano, já um acréscimo de 2%, em relação ao ano de 2022, e 14% no estupro, em relação a 2022.

Matérias como essa são, de fato, necessárias.

Então, parabéns, Dorinha. Parabéns ao Senador Paim, pela autoria, e à Augusta, pelo voto apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Agradeço à Senadora Damares Alves.

Quero cumprimentar também o Senador Paulo Paim e a Senadora Augusta Brito e reforçar as palavras, tanto da Professora Dorinha como da Senadora Damares Alves, da importância dessa matéria e que todos nós nos envolvamos aí no enfrentamento dos desafios.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal.

Com muita honra, temos a presença também do Senador Marcelo Castro, um Senador de referência no Senado Federal, mas, particularmente, ex-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à época. Agora ficou um pouquinho mais abreviado, Senador Marcelo: Comissão de Educação e Cultura; Comissão de Esporte é outra Comissão. Que bom tê-lo aqui na Comissão sempre!

Então, eu passo a palavra a V. Exa.

Item nº 1 da pauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 826, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

O projeto é de iniciativa do Deputado Federal Domingos Sávio.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este projeto eu julgo de grande relevância.

Como V. Exa. o disse muito bem, Presidente Arns, o projeto é de autoria do nobre Deputado Domingos Sávio, que foi meu colega durante muitos anos, um Deputado muito atuante na Câmara, sempre foi do PSDB – não sei em que partido hoje ele está –, mas sempre com posições muito nítidas, militando sempre no campo político-ideológico da direita.

É surpreendente um projeto desse, que ele apresentou em 2019, anterior à pandemia de covid-19. Não foi fruto da covid que esse projeto foi apresentado.

Então, aqui na Comissão, o Projeto de Lei nº 826, de 2019, do Deputado Domingo Sávio, que institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

Se V. Exa. permitir, eu irei diretamente à análise. (*Pausa.*)

É atribuído à CE opinar sobre proposições que digam respeito a normas gerais sobre instituições educativas, nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, não há quaisquer dúvidas sobre a relevância da proposta. Lamentavelmente, o Brasil tem, de fato, enfrentado muitas dificuldades para vacinar suas crianças e jovens nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com dados divulgados em 2022 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a vacinação infantil em nosso país sofreu queda brusca de quase 20%, o que colocou o Brasil entre os 10 países com a menor cobertura vacinal do mundo.

Diante desse cenário, a proposta em discussão visa a articular às escolas de educação básica estratégias e campanhas de aumento da cobertura vacinal dos diferentes imunizantes contemplados no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Entre as vantagens do projeto, destaca-se que a escola é um local central na vida de crianças e adolescentes, o que torna a vacinação mais eficiente em termos de cobertura. Portanto, vacinar os estudantes no ambiente escolar certamente colabora com o aumento da cobertura vacinal que precisamos buscar no Brasil. Ao lado disso, a presença de profissionais de saúde nas escolas também pode ser uma oportunidade profícua para educar os estudantes sobre a importância da higiene e de hábitos saudáveis desde a infância.

Além disso, vale ressaltar que, ao se realizar a vacinação nas escolas públicas, proporciona-se um acesso mais facilitado e universal às vacinas para as crianças de modo amplo, o que é especialmente relevante para famílias de baixa renda que podem enfrentar dificuldades logísticas para levar seus filhos aos postos de saúde.

Também é fato que a cobertura vacinal foi especialmente prejudicada pela pandemia de covid-19 e pela onda de *fake news* a respeito das vacinas contra a doença, com repercussões desastrosas em termos de mortalidade. Há que se ressaltar, no entanto, que, antes mesmo da pandemia, o país já enfrentava quedas na cobertura vacinal por todos os imunizantes indicados para a população infantil no âmbito do PNI.

É fundamental lembrarmos que as vacinas representam importante e reconhecida ferramenta de prevenção a doenças potencialmente muito graves. Isso se tornou bastante evidente com o aparecimento da pandemia de covid-19, cujo efetivo controle somente se obteve com a implementação de campanhas de vacinação em massa em praticamente todos os países do mundo.

Por essas razões, acreditamos que a presente proposta poderá reforçar as iniciativas de ampliação da imunização infantil e, consequentemente, contribuir para o aumento da saúde não apenas das crianças e jovens em idade escolar, mas também da população brasileira em geral.

Diante do exposto, nosso voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 826, de 2019, e pela aprovação da Emenda nº 1-CAS.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu peço vista ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Damares Alves está pedindo vista do projeto de lei.

Então, vista é uma questão regimental também.

A vista está concedida coletivamente.

Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Eu só quero reforçar o belo trabalho que V. Exa. fez na condução da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e também na relatoria do projeto de lei. V. Exa., que é médico, sabe da importância disso, como todos nós sabemos também.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Eu agradeço demais as palavras elogiosas de V. Exa.

Eu não esperava que houvesse esse pedido de vista, mas é um direito regimental. Não há o que se discutir. É porque essa matéria foi amplamente debatida na CAS. Inclusive foi feito um acordo para retirar o §4º, o que foi votado consensualmente e simbolicamente. Houve um acordo entre todos. Então, depois de muito se debater e de se fazer concessões, como o acordo foi feito na Casa, eu pensei que valeria aqui também para a CE. Mas tudo bem. Não tem problema nenhum.

Sendo assim, espero pela próxima oportunidade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, com todo o carinho...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... ao contrário do que muita gente acha que somos contra a vacina, não há nenhuma indicação do meu nome com relação à vacina, durante todo o Governo anterior. Muito pelo contrário – muito pelo contrário.

O projeto de lei nasceu em 2019 e creio que ele passou na Câmara, naquele momento em que a gente queria ver todo mundo vacinado, sem alguns detalhes. Por exemplo: a criança levar o cartão de vacina para a escola. Eu estou preocupada com detalhes sobre os quais talvez o Relator diga o seguinte: "Vamos deixar isso para a regulamentação da lei." Se a gente pode nesta Comissão trazer mais elementos para aperfeiçoar a lei, eu acho que é esta Comissão, com esse... Porque ela já vai voltar para a Câmara mesmo, Senador. Como aceitou a emenda da CAS, já não vai direto para a sanção. Ela vai ter que voltar para a Câmara. Então que a gente faça alguns ajustes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, Senador, eu me preocupo como é que vai ser na campanha. Na verdade não é uma campanha. A gente está criando um programa, que é bem diferente de campanha – programa é diferente de campanha: como é que vai se dar nas escolas de ensino especial? Eu queria muito um tempo para conversar com as escolas de ensino especial. Numa criança, por exemplo, com autismo severo, quem vai aplicar a vacina? A professora vai ajudar a segurar a criança, porque os pais podem não estar presente? Se acontece alguma coisa com essa criança, quem vai se responsabilizar? O sistema de saúde ou o sistema de educação? Então tem alguns detalhes, Relator, que a gente pode tratar aqui, porque esta é a Comissão certa. E eu quero fazer isso com muito carinho – com muito carinho, com muita atenção.

Eu faria isso na semana passada, quando eu apresentaria algumas sugestões ao Relator, porque ela vai voltar para a Câmara mesmo, mas eu, infelizmente, estava hospitalizada, saí do hospital – eu não estou bem – para vir aqui hoje conversar com o Relator e não está sendo fácil. Então, de fato, quero ajudar a adequar esse projeto de lei, que eu julgo importante. Por mim, até as igrejas entrariam num programa nacional de vacinação como esse, oferecendo seus espaços para que ocorressem campanhas de vacinação. Então, eu quero ajudar.

A gente tem no projeto de lei também, Relator, a possibilidade de as escolas particulares aderirem ao programa. Eu fui procurada por algumas escolas particulares e conveniadas que gostariam de que a gente já aprovasse nesta Comissão alguns requisitos para que elas aderissem.

Toda a questão ideológica já foi discutida na outra Comissão. Então, o que eu quero, de fato, como educadora, é...

Quando eu penso nas minhas escolas do Marajó sem *freezer*, escolas ainda em forma de cabana, de teto de palha, sem higienização, sem esterilização, eu gostaria muito – no momento em que a gente aprova um programa, ele já está obrigatório para escolas públicas e facultativo para escolas particulares –, quero mesmo que todas as escolas, inclusive as que têm dificuldade em suas instalações, participem do programa, e a gente pode nesta Comissão contribuir muito com essa discussão.

Então, eu prometo que, no mais breve espaço de tempo, eu entrego as minhas contribuições ao Relator, para a gente já entregar uma matéria mais redondinha, porque ela vai voltar para a Câmara. No momento em que a gente aceitou a emenda da CAS, houve uma modificação, então ela vai voltar para a Câmara e já voltar redondinha para a Câmara, para que não tenha tanta discussão lá.

Essa é a minha sugestão, e é por isso que eu estou pedindo vista.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só para concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcelo Castro, que é Relator da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – O que a Senadora Damares falou aqui na questão do cartão de vacinação. Nesse caso, Senadora, a lei já trata disso; quer dizer, está textualmente dito aqui: "§3º Caso o aluno não possua cartão de vacinação, deverá ser disponibilizado pela equipe da unidade de saúde responsável novo cartão". Então, já está previsto na lei.

E essas questões, não sei, Senadora... Eu compreendo a posição de V. Exa., mas eu vejo uma questão, assim, tão relevante, tão importante para a saúde pública brasileira – e V. Exa. já declarou que é a favor da vacinação – que eu acho que a gente só vai protelar.

Quando V. Exa. diz que tem escolas que não têm estrutura... Não, a estrutura não é da escola, a escola não vai vacinar ninguém, a professora não vai segurar menino autista para ser vacinado, quem vai vacinar é a equipe de saúde dos postos de saúde que tem *expertise* em fazer esse trabalho.

Nós temos um dos programas de vacinação mais importante do mundo. Criado em 1973, o PNI (Programa Nacional de Imunização) é um exemplo para o mundo inteiro. O Brasil tem *expertise,* tem experiência em vacinação. Eu acho que um projeto de lei desses...

Bom, mas cada um com as suas ideias e com as suas opiniões. Vamos aguardar e esperar que a Senadora faça o mais rápido possível as observações, alguma modificação que queira fazer, e vamos votar esse projeto importante para a saúde pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Teresa Leitão havia solicitado a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Presidente.

Era também para fazer um novo apelo à Senadora Damares. Eu pensava que, depois do que a gente debateu na CAS, o projeto viria redondo para cá, em termos de acordo. Compreendo que é um direito que ela tem, Senadora, de pedir vista, de apresentar emendas, mas com essas explicações do Senador Marcelo Castro, eu acho que as preocupações se dissipam.

Queria dar dois exemplos da minha vida, Senador Marcelo. No século passado, eu fui vacinada na escola – era uma escola particular, uma escola do antigo curso primário – contra a varíola. Minha marquinha de varíola permanece até hoje. Eu fui vacinada na escola, evidentemente com autorização da família. E, depois, eu fui professora. Minha primeira experiência como professora foi num jardim de infância, com crianças de 4 a 6 anos.

Havia, naquela época, na década de 1970, uma campanha para a vacinação contra a poliomielite, a gotinha. As professoras que quiseram foram capacitadas, treinadas, para aplicarem as gotinhas, as que não quiseram ficavam na parte burocrática. A escola foi palco disso, sem uma campanha, sem um Plano Nacional de Imunização, como a gente tem hoje. Nós mandamos recadinhos, na sacolinha das crianças,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo do que se tratava, para as mães trazerem os seus filhos que estudavam na escola e os que ainda não estudavam porque não tinham idade, os bebezinhos, as criancinhas de braço. Foi um sucesso.

Nós recebemos da Secretaria de Educação uma menção honrosa, porque era, na época, uma escola modelo. Era a única escola de educação infantil pública. Era uma escola estadual, hoje está municipalizada.

Então, são coisas que eu acho que a escola registra como coisas exitosas. Parece que eu estou me vendo, na fila, para levar a vacina. Nessa idade, não esqueci ainda. E depois dessa experiência... Entendeu, Senadora Damares? Eu acho que a preocupação é válida, eu compreendo, mas, com a explicação do Senador, acho que a gente poderia dar sequência.

Não a estou pressionando. Pedido de vista é regimental. A senhora tem todo o direito de pedir. É só para a gente avançar um pouco, Senador. Só dando essas experiências, que eu acho que são experiências de vida, da vida de uma professora.

Concordo com o Senador: a gente vai divulgar. É uma campanha para estimular, é uma campanha para divulgar, para conscientizar, coordenada, eu diria, pela saúde, mas usando a capilaridade que a escola tem, o respeito que a escola tem na comunidade, interagindo com os Conselhos Tutelares. Então, pode ser uma dimensão bem ampla.

Só para ficar o registro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A Senadora solicita...

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só quero dizer, de novo, que eu vou colaborar muito com esse projeto. Gente, vocês não têm ideia. Relator, o senhor vai ficar muito contente com as minhas colaborações. Por exemplo, de orientar o aluno a levar o cartão de vacinação.

Lá no meu interior, lá na minha região ribeirinha, Senador, aquele cartão de vacinação é um tesouro para aquelas mães. A criança leva no barquinho. Ela, às vezes, fica duas horas dentro do barquinho segurando o cartão. Esse cartão vai para a água. Lá não tem sistema automático para se emitir um segundo cartão imediatamente. Não é assim.

E outra coisa, os pais estão preocupados. O pai vai estar presente na escola na hora da vacinação? Tem muito pai que quer participar desse ato. E pelo que eu entendo aqui, não há exigência da presença do pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só, Senador, é só a gente ajustar alguns detalhes. E a minha preocupação realmente é com as escolas na região ribeirinha, escolas de ensino especial... E assim, Senador, eu fui muito procurada por professores. Muito, muito procurada por professores que gostariam de trazer sugestões para o projeto de lei. E eu prometo que eu estou bem melhor, e que eu vou apresentar, no mais breve espaço de tempo, as nossas colaborações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. O pedido é regimental, a vista coletiva está concedida.

Eu só quero também falar rapidamente da importância do projeto e relacionar uma área em que V. Exa. atua muito também, que é a pessoa com deficiência. Só lembrando, por exemplo, uma criança desnutrida que tem sarampo – e desnutrição é uma realidade no Brasil – tem 400 vezes mais chances de ter uma deficiência como sequela. A mãe que não se vacina antes da gravidez – antes da gravidez – contra a rubéola, e porventura tenha a rubéola durante a gravidez, a criança pode nascer cega, surda, com deficiência intelectual, deficiência múltipla, com tantas dificuldades.

Permitam-me sempre dizer, por exemplo – até ele permite que eu fale –, mas o meu chefe de gabinete está aqui com sequela de poliomielite. Ele não fica bravo comigo de citar isso. Mas 60 anos atrás, era outra realidade. Não tem 60 anos, me desculpe, mas está quase lá, não é? (*Pausa.*)

Não foi vacinado.

Então tem vacina. A gente fica às vezes discutindo, mas será que o pai tem o direito de não vacinar o filho, sabendo que o filho vai ter ou uma deficiência intelectual, ou uma deficiência?

Incompatibilidade sanguínea. Se você não toma vacina na hora do nascimento, os outros filhos podem morrer no nascimento, na gestação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Câncer por HPV.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – HPV, por exemplo, as pessoas morrendo ainda, e tem vacina. Herpes zoster, eu tenho que me vacinar, não me vacinei ainda, tenho que me vacinar também, porque pode trazer consequências muito prejudiciais para a saúde.

Agora, não é só isso, sabe? Porque às vezes, o pessoal fala, "ah, está mudando o gene e tudo". Graças a Deus que nós estamos evoluindo, porque a AME, que é atrofia muscular espinhal, que é uma doença rara e que leva a mil dificuldades, leva à morte das crianças, já fizemos audiências públicas sobre isso, hoje nós temos o tratamento gênico, genético: o Zolgensma, que é o medicamento que atua no defeito da célula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quer dizer, tudo isso são avanços, todos esses são avanços que estão acontecendo, e a gente tem que agradecer.

Fibrose cística, por exemplo, quer dizer, já temos aí também a possibilidade inclusive de ter um medicamento que não cura, mas interrompe. Então praticamente é cura, interrompe a doença. Senão seria, todo mês, UTI, medicamentos, o pai não trabalha, a mãe não trabalha, um sofrimento tão grande, não é?

E na área da deficiência então. É claro, todos os cuidados são importantes, pré-natais... mas a vacinação é essencial. E o tratamento genético, gênico, que vai, assim, se Deus quiser, ainda melhorar muito, se aprimorar, avançar, com os avanços tecnológicos nos dias de hoje, que a gente possa avançar nessa área.

O que eu solicito à Senadora Damares Alves é que já no meio tempo, já possa enviar as sugestões, ver o que é mais interessante ter no projeto de lei ou no regulamento, porque a realidade do Brasil é tão diversa, grande, extensa.

Esses dias, estive lá em Belém do Pará. Pensando no Estado do Pará, se você reunir a extensão geográfica de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, a gente tem que aumentar ainda 50% para chegar na extensão territorial do Estado do Pará.

Então sabe lá, a gente tem que ter as diretrizes, e lá na ponta, com responsabilidade, fiscalização e coordenação, haver um regulamento adequado, para que o direito à vacinação, de não ficar doente, com deficiência e com tantos problemas, isso tudo possa ser ultrapassado.

E o nosso programa, de fato, é uma referência mundial, como o Senador Marcelo Castro colocou. É um programa, lógico, não é um projeto, é um programa, sempre um programa, porque tem que ser permanente. E eu faço até coro à minha tia, a Dr. Zilda Arns, que trabalhava muito com a vida e a saúde das crianças. Ela colocava: "Olha, vacinação e participar dos conselhos". Ela sempre dizia: "Olha, é política pública, tem que ficar lá discutindo, olhando, vendo, para ver como é que acontece".

Muito bem. Então, vista coletiva concedida à Senadora, por solicitação da Senadora Damares Alves.

Passamos, Senador Marcelo Castro, ao item nº 4 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 212, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para aumentar o percentual de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, que deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns. Com a permissão de V. Exa., irei direto à análise.

De acordo com o art. 102, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação e ensino e outros assuntos correlatos, como é o caso da proposição em análise.

Não abordaremos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, que serão tratados pela CAE, Colegiado a quem cabe a análise terminativa da matéria, conforme indicado.

Nosso país se encontra entre as poucas nações que mantêm programa de alimentação escolar de caráter universal e gratuito para seus beneficiários diretos. Com origem na década de 50, o Pnae, executado pelo Ministério da Educação, por meio do FNDE, tem fundamento no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, que dispõe sobre o dever do Estado de atender os estudantes da educação básica pública por meio de programas suplementares, entre os quais, o de alimentação. O Pnae foi instituído em 1950. Eu sou dessa data. Então, ele tem exatamente a minha idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa, eu frequentava o primário, nessa época, e, no recreio, tinha um copão de leite com Toddy. A gente tomava esse copo de leite. Eu gostava muito. Então, é uma coisa que está já enraizada na nossa cultura.

Originalmente executado de forma centralizada, o programa foi aperfeiçoado ao longo dos anos e passou por significativo processo de descentralização a partir de 1994.

Nos termos do art. 4º da Lei nº 11.947, de 2009, o Pnae tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O programa atende, por meio da transferência de recursos financeiros, aos entes federados, aos alunos de toda a educação básica – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – matriculados em escolas públicas e filantrópicas, bem como às entidades comunitárias conveniadas.

Ainda segundo a Lei nº 11.947, de 2009, os recursos do Pnae destinam-se exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios (art. 5º, §2º). O cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, com respeito a hábitos alimentares e culturais da localidade e atendimento às necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos em regulamento. Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada decorrente de estado ou de condição de saúde específica, deve ser elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas (art. 12, §2º).

O controle social do programa é exercido por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar, cuja constituição é condição para o recebimento dos recursos financeiros repassados pela União, bem como por meio do FNDE, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e pelo Ministério Público.

Dos recursos financeiros repassados pela União, no mínimo, 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, conforme apontado pelo art. 14.

Ao elevar o percentual para 50%, que é o que o projeto faz, o projeto reforça três diretrizes da alimentação escolar estabelecidas no art. 2º da referida lei, a saber: o emprego de alimentação saudável e adequada, a inclusão de educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista educacional, é importante que a alimentação oferecida pelas escolas seja saudável, nutritiva e incentive bons hábitos alimentares, o que é reforçado pela norma sugerida pelo PL em exame.

Assim, no que tange à educação, a proposição em tela também deve ser acolhida por este Colegiado.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto nº 212, de 2022.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcelo Castro.

Está em discussão a matéria.

Eu só quero dizer que fui Secretário de Educação, uns 10 anos atrás, lá no Paraná. E, quando passava pelas escolas, eu via, na dispensa das escolas, as latas, com carne. Imaginem carne enlatada, feijão enlatado e outras coisas enlatadas!

E eu disse: "Olha, não vamos comprar nenhuma lata nesse sentido. Vamos trabalhar com a agricultura familiar, com o pessoal da região, com cooperativas, produto fresco."

Quando a pessoa leva a comida, o alimento na escola, há uma aproximação da comunidade com a escola: "Não, eu levo lá!" Chegava nas escolas, daí para frente, e via cestas de quiuí, de caqui, de banana, queijo da região, pão, bolo e tal. E o pessoal dizia para mim, reclamava na Secretaria: "A merenda não é suficiente!" Eu dizia: mas, como não é suficiente? A gente está comprando mais do que comprávamos? "É que a gurizada está comendo agora." A gente fala "gurizada". Os meninos e meninas estão comendo a merenda agora, porque antes não comiam.

Quer dizer, eu até pedi para eles fazerem uma refeição para a gente com os enlatados. E digo: olha, não dá certo; tem que ser outra coisa. E produzir! É exatamente o objetivo desse projeto de lei, quer dizer... Olha, vamos fazer! Isso desenvolve inclusive a economia, gera emprego e gera renda lá na região.

Há municípios que, com essa transformação na aquisição dos alimentos escolares, disseram: "Olha, isso salvou o município, porque a economia ficou dinâmica aqui." – no município pequeno, que estava fornecendo assim o alimento para as escolas.

Porém isso tudo tem que ser debatido. O Ministério da Educação tem que ajudar a ver preço, a organizar cooperativas, nota fiscal, como fazer, para que haja regularidade, mas a ideia é essencial.

Parabéns, Senador Marcelo Castro, de novo, pelo relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito bem!

Agradeço novamente a participação de todos e todas. Quero cumprimentar todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado. Novamente, quero agradecer à Consultoria aqui presente; às assessorias dos Senadores e Senadoras, também aqui sempre; à Carol; e a todo o pessoal da Secretaria, que têm sido tão bons, tão competentes também nos trabalhos.

E quero desejar, porque esta é a última reunião deste ano... Lemos o relatório, o balanço, que fica disponível no *site,* mas quero desejar a todos também um feliz Natal, na semana que vem, 24 e 25, já no domingo da semana que vem.

Um feliz Natal, um feliz Ano Novo, com saúde, com paz, com alegria e que a gente possa seguir o exemplo da manjedoura: simplicidade, humildade, solidariedade, servir, a partir de uma manjedoura, para a grande transformação sempre que o mundo precisa. Esta é a grande mensagem de Natal: vamos ser simples, humildes e grandiosos, ao mesmo tempo, no objetivo de um mundo melhor.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 96ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Marcos Rogério, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 125/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 126/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 128/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 129/2023 - CE, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 131/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 133/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 136/2023 - CE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR), e PL 1338/2022, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". **Participantes:** Sra. Luciana Temer, Diretora-Presidende do Instituto Liberta; Sra. Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC); Sra. Laís Cardoso Peretto, Diretora-Executiva da ChildHood Brasil; Sra. Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Sr. Carlos Vinicius Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED); Sra. Amábile Aparecida Pacios, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); e Sra. Josevanda Franco, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) - Região Nordeste. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 96ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de 12 de dezembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.338, de 2022, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta de educação domiciliar, em atenção aos Requerimentos nºs 125, de minha autoria e da Senadora Damares Alves; 126, de autoria da Senadora Teresa Leitão; 128, de minha autoria e do Senador Flávio Arns; 129, de autoria do Senador Marcelo Castro e Senador Flávio Arns; 131, de autoria da Senadora Teresa Leitão; 133, de autoria da Senadora Damares; 136, de autoria do Senador Izalci Lucas e Senador Flávio Arns.

Convido para compor a mesa a Sra. Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação; a Sra. Josevanda Franco, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) – Região Nordeste; o Sr. Carlos Vinícius Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned); a Sra. Laís Cardoso Peretto, Diretora Executiva da Childhood Brasil; a Sra. Luciana Temer, Diretora-Presidente do Instituto Liberta. De forma presencial, a Sra. Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; e a Sra. Amábile Aparecida Pacios, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Informo que também foi convidado representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que não pôde comparecer a esta audiência e justificou sua ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, informo que a reunião está sendo transmitida através do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem disponibilizadas.

A exposição inicial terá o tempo de cinco minutos, podendo ser prorrogado, se necessário, chegando ao total de sete minutos, e depois nós voltaremos para os palestrantes fazerem as suas contribuições finais.

Com a palavra, a Sra. Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, que participa de forma remota.

Quero esclarecer que eu estava ausente, eu sou Relatora da receita, nós estávamos na CMO.

Está tudo o.k. para a Mariana entrar? (*Pausa.*)

Mariana, para a sua exposição.

A SRA. MARIANA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, muito boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer à Senadora Dorinha por abrir esse espaço para a sociedade, que está também como parte importante na sua liderança e nesse debate. Também a todas as pessoas que participam.

A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, para quem não conhece, atua há mais de 58 anos no campo social e há 17 ela elegeu a causa da primeira infância. Então, a gente trabalha justamente para que os primeiros anos de vida, os seis anos da formação das bases do desenvolvimento humano aconteçam com qualidade, aconteçam com os estímulos necessários, uma educação de qualidade, uma parentalidade ativa, que aconteçam de uma forma intersetorial, unindo o poder público nas suas diferentes esferas de educação, saúde, assistência, cultura, proteção, para que a gente possa ter, no início da vida, um desenvolvimento saudável para as nossas crianças, porque é só assim que a gente vai vencer as desigualdades no Brasil.

E o que a gente tem acompanhado de toda a literatura e da Lei 1.338, é que ela, na nossa visão, retira três camadas de direito e de proteção das nossas crianças, sobretudo no início da vida. Mas, como eu falei, que da mesma forma que os benefícios na primeira infância bem vivida perduram quase toda a vida, infelizmente também o oposto é igualmente realidade. E se a gente não tem um desenvolvimento adequado no início da vida, isso também perdura por todas as demais etapas.

E a nossa visão desse debate da aprovação do *homeschooling* na forma como está o PL é que infelizmente ele traz essa infração do que são essas três camadas de proteção. Então, a gente está falando da primeira camada do desenvolvimento humano. O início da vida, sobretudo, é quando a gente forma as bases do desenvolvimento físico-motor, do desenvolvimento cognitivo e do desenvolvimento socioemocional. E o afastamento da escola, da sala de aula traz exatamente a impossibilidade de termos estímulos adequados em todas essas dimensões. Tanto que a gente tem visto, a partir do *homeschooling* e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de outras experiências que retiraram alunos de sala de aula, impactos na aprendizagem, como a gente está falando, no aspecto cognitivo, também na sua saúde socioemocional, a própria autoconfiança fica danificada. Num exemplo de saúde e bem-estar que geraram, a gente pôde observar danos. Então, há muitos estudos da própria fundação e também do Núcleo Ciência pela Infância que têm trazido essas evidências e também nos aspectos de socialização.

Então, esse é um tema muito importante, os aspectos de socialização, que são base, inclusive, do que vem na sequência, como a segunda camada que a gente entende que é a retirada de proteção de direitos da criança, que é a camada da aprendizagem.

Então, a Base Nacional Comum Curricular prega, dentro dos seis direitos de aprendizagem, o primeiro que é o campo de experiência, e esse campo de experiência está justamente relacionado ao conviver. E o conviver é onde a gente define o que sou eu, o que é o outro e o que somos nós. E, a partir da retirada desse espaço de socialização, cuja primeira etapa é a creche, que é a primeira etapa da educação básica, seguida pela pré-escola e aí todos os anos do fundamental e do médio, eles são parte dessa socialização e desse processo de aprendizagem conjunta entre o aluno, as demais crianças na sala de aula, o professor, o corpo diretivo daquela escola e toda a relevância técnica e metodológica que tem uma intencionalidade pedagógica por trás para garantir essa aprendizagem, tanto na base da vida como por toda ela.

E a terceira camada de proteção de direito que esse PL, na nossa avaliação, retira é a camada da proteção física. Então a gente vê também... Certamente aqui outros participantes se aprofundarão nessa temática do abuso, da violência, do trabalho infantil, cujos indicadores todos a gente vê piorar na ausência do equipamento público, do olhar do Estado. Então a nossa visão é de que esses três aspectos e camadas são retirados do que é um direito de proteção das nossas crianças, um direito de acesso à escola pública das nossas crianças e, sem dúvida, uma responsabilidade de todos nós. A Constituição prevê que a responsabilidade pela proteção das crianças e pela educação é da família, é do Estado e ela também deve ser acompanhada pela sociedade, ou seja, coloca todos nós nisso.

A pandemia nos trouxe uma lógica de que foi de forma involuntária que a gente teve que experimentar a ausência das nossas escolas. O Brasil foi o país que ficou com mais tempo de portas fechadas das escolas, houve muita crítica em relação a isso e houve danos para a aprendizagem dos nossos alunos que ficaram fora da sala de aula e em casa. Esse foi um experimento involuntário, mas que a gente pode dizer que fracassou a partir de todos os resultados de todos os estudos. Então, quando a gente olha para uma lei que regulamenta o ensino domiciliar, a gente entende que é praticamente a gente voluntariamente e formalmente aceitar um experimento em maior escala para crianças que não terão essas camadas de proteção e que deixarão de ser enxergadas pelo Estado. A escola é um espaço de proteção, é um espaço onde a criança vai para aprender, mas ela também vai para se alimentar, ela vai para receber vacina, ela vai para ser protegida, sentir a segurança e acolhimento dos seus pares, os alunos, mas também do corpo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores que está preparado para fazer esse ensino acontecer, para fazer essa escuta acontecer e uma eventual denúncia em relação, sobretudo, a casos de violência. Então a gente entende que esse espaço de proteção que é a escola não pode ser tirado das nossas crianças.

A gente viu aí, durante a pandemia... Os resultados do Pisa saíram na semana passada, a Comissão de Educação certamente acompanhou e todos que aqui nos ouvem aqui, e a gente viu os resultados dramáticos. E, na verdade, com o resultado do Pisa e de diversos outros estudos que a gente acompanhou durante a pandemia, de queda na aprendizagem, sobretudo de linguagem e matemática, mas também das habilidades motoras, socioemocionais e cognitivas, que são a base desse desenvolvimento, a gente pode dizer que o *homeschooling* realmente representaria uma expansão disso, para que a gente não tenha a condição de monitorar as nossas crianças e os nossos alunos. A gente tem que entender que o Brasil fez uma escolha, uma escolha constitucional de oferecer escola pública para todos. Nem todos os países do mundo têm essa missão ou fazem essa escolha. Então, o que a gente precisa fazer é qualificar a escola pública, é enaltecer a escola pública. E ela tem desafios.

Agora, se com todo o aparato legal que a gente tem no campo da educação, com destinação orçamentária, a gente tem tantos desafios ainda para enfrentar como país, a nossa defesa é que a gente não se desvirtue do caminho de qualificar a escola pública, de qualificar a educação para todas as crianças, todos os meninos e meninas do nosso país, numa escola com qualidade, com corpo técnico e que possa oferecer de fato as condições adequadas e básicas para o seu desenvolvimento.

A gente não é contrária e a gente entende a visão de muitas das famílias que fazem *homeschooling* e gostariam de ter isso de uma forma mais ampla, mas a gente entende que, ao amplificar a lei, a lei regulamentada, ela de fato permitirá que pessoas que não têm condições de oferecer o *homeschooling* ofereçam-no a seus filhos, ou coloquem as crianças em situação de violência.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mariana, nós temos que terminar. Você já estourou o seu tempo.

A SRA. MARIANA LUZ (*Por videoconferência*.) – Tá.

Acho que tenho mais.... O último desafio que eu queria trazer então, Senadora Dorinha, é o seguinte.

Eu tinha me preparado para dez minutos, que tinha sido o tempo inicial do qual a gente tinha sido informada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É porque, quando começar o Plenário, eu tenho que encerrar, e isso prejudica todo mundo. Está bem?

A SRA. MARIANA LUZ (*Por videoconferência*.) – Tá.

É uma questão que o Brasil avançou no acesso, e a gente precisa avançar na qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa é que a gente fala muito das experiências internacionais. Eu queria dizer que as experiências internacionais estão focadas em países desenvolvidos, e, mesmo assim, elas apresentam desafios, e a gente tem evidências de muitos dos problemas que são ali apresentados. Então, eu queria trazer este aspecto de que o Brasil não é um país desenvolvido, o Brasil é um país de dimensões gigantescas, que tem dificuldades e desigualdades gravíssimas que também foram enaltecidas na pandemia, e a gente não tem a condição de fazer essa escolha porque a gente não tem condição de fiscalizar e de bem implementar.

O Congresso Nacional sabe, melhor do que ninguém, que o desafio não é escrever uma lei. A gente tem bons exemplos de legislação de Código Florestal, na própria educação, no campo da segurança pública, mas a gente infelizmente não consegue implementá-la, a gente não consegue colocar em prática. A gente não tem a condição de assumir esse custo, esse ônus.

E aí eu queria trazer o caso da Alemanha. A Alemanha trouxe dois argumentos para não regulamentar o *homeschooling.* O primeiro: ele não era de interesse público, ele não era de interesse geral. E o segundo é que ele gerava uma sociedade paralela.

A gente no Brasil precisa focar no que realmente é constitucional: um direito e um dever deste Estado, das famílias e de nós da sociedade civil, que não vão gerar um custo para o país, não vão gerar dano para as crianças e que não vai piorar e agravar a desigualdade do nosso país.

Então, essa é a nossa posição.

Agradeço a oportunidade, e estou à disposição para novas conversas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está certo.

Quem não conseguir no tempo e quiser enviar a documentação, as sugestões por escrito, para que a gente possa ver as contribuições... Quem não for... Pelo tempo é realmente muito curto, até porque era programação uma audiência, mas foram tantos requerimentos que eu li aqui... E, no tempo, talvez a gente não consiga ouvir.

Eu vou ler as perguntas que já chegaram pelo e-Cidadania, para se alguém quiser aproveitar para fazer algum comentário...

Larissa Grabowski, do Paraná, pergunta: "Seria possível intercalar períodos de ensino domiciliar com ensino escolar?".

Daniel Torres, do Distrito Federal: "[...] [Como] a garantia de liberdade [...] [para as] famílias adotarem um modelo de educação domiciliar pode ajudar o sistema escolar tradicional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caio Jorge, de Roraima: "O projeto assegura flexibilidade curricular para atender às necessidades únicas das crianças? Valoriza o aprendizado personalizado?".

Ângela Fátima, de São Paulo: "A escola é um espaço de proteção e denúncia contra violência doméstica. Como garantir essa proteção para crianças no ensino domiciliar?".

Rosana Braúna, do Piauí. "[...] [Alunos autistas, com deficiência intelectual, dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade] poderiam se beneficiar [...] [com o] *homeschooling*?".

Andréa Bueno, de Goiás: "A escola presencial [...] [é uma instância] fundamental [...] [para] convivência das diferenças que toda a sociedade precisa aprender a respeitar". É um comentário.

André Bohn, de Santa Catarina. "Liberdade de educação: não pode ser imposto um método, uma pedagogia ou uma instituição para realizar a educação".

Gabriel Vidal, da Paraíba: "A educação domiciliar responsável é uma alternativa aos constantes abusos, *bullying* e atentados que infelizmente [...] [têm acontecido em] muitas escolas".

A Regina Lúcia, do Espírito Santo, um comentário também: "Família e escola são lugares diferentes e com funções próprias e insubstituíveis. Uma criança não deveria ser privada do convívio escolar".

As questões estão aqui, se algum participante quiser pegar o documento.

Eu passo a palavra agora para Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e em Tempo Integral do Ministério da Educação.

A SRA. RAQUEL FRANZIM (Para expor.) – Boa tarde. Quero cumprimentar a todas e todos os presentes, e a Senadora Dorinha, em nome do Ministério da Educação e do Ministro de Estado, Camilo Santana. E cumprimento também os meus colegas aqui de painel e de debate.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou a doutrina de proteção integral às crianças e adolescentes no Brasil e estabeleceu uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. Essa mesma Constituição consagrou um dever de colaboração, um dever de solidariedade entre família e Estado para essa proteção integral acontecer. E tanto os arts. 205, 206 e a própria LDB reforçam esse princípio de solidariedade, que no mundo todo se mostra mais eficaz para proteger as crianças de violências e violações de direitos e também de promover o seu desenvolvimento pleno ou seu desenvolvimento integral.

Esse mesmo princípio de solidariedade preserva a liberdade de escolha das famílias, o seu protagonismo em relação a crenças, valores e o seu importante papel desempenhado no desenvolvimento e na educação das crianças. Portanto, a família não pode ser substituída e nem a escola pode ser substituída pela família. As duas devem seguir juntas, as duas devem se complementar, jamais em substituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O controle total do direito à educação de crianças e adolescentes é algo temerário e perigoso não só aqui, mas como em outros países adotantes da prática de ensino domiciliar. Primeiro, porque o direito de aprender, permanecer na escola, acessar – e hoje a gente tem crianças aqui no plenário –, esse direito das crianças foi reconhecido recentemente. E direitos humanos não podem ser flexibilizados quando nem todas as crianças ainda acessaram e tiveram esse direito efetivado.

Portanto, esse argumento da liberdade de escolher a melhor instrução que será ministrada aos seus filhos precisa ser esclarecida, porque o sistema educacional brasileiro assegura possibilidades de escolhas, por exemplo, escolha entre instituições públicas e privadas e entre as privadas confessionais.

Lembro que o Brasil tem 178 mil escolas de educação básica orientadas pelo art. 3º da LDB, que preconiza um pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Portanto, não estamos falando de um modelo único de escola no Brasil.

Essa mesma organização não impede ou cerceia a liberdade das famílias de transmitir os seus valores, crenças e visões de mundo. O limite que ocorre é um limite, não um cerceamento; ele é concomitante ao trabalho das escolas.

Continuando, é importante também esclarecer que a LDB já assegura a plena participação das famílias nos processos educativos das crianças por meio de conselhos de escola, associação de pais e mestres e outros arranjos para viabilizar o diálogo e essa participação tão importante que as famílias têm na vida de seus filhos.

O Plano Nacional de Educação é outro instrumento jurídico importante, com a Meta 19, que efetiva o que convoca as escolas a ter gestão democrática e estratégias de intensa participação das famílias na construção dos projetos político-pedagógicos, dos currículos e dos regimentos escolares.

Diante disso, não procede o argumento de liberdade de escolha das famílias. Isso já está posto, está assegurado no ordenamento jurídico brasileiro.

O ensino domiciliar também é temerário não só por não reconhecer o direito da criança – a criança é titular de direitos na nossa Constituição Federal, não apenas as suas famílias –, mas ele também é temerário porque ele provoca uma distorção na responsabilidade parental. A responsabilidade parental implica mais deveres junto ao Estado do que prerrogativas, e uma prerrogativa como essa do ensino domiciliar abre exceções perigosas e temerárias.

Concluindo, diferentemente de outros países do mundo, o Brasil logrou o direito à educação há menos de cem anos. Só na década de 90, nós tivemos a universalização do acesso às crianças e atualmente ainda temos 2 milhões de crianças para fora. Infelizmente, pesquisas mostram que é o ambiente familiar o espaço mais vulnerável para violência e violações de direitos, e isso se mostrou na pandemia. Vou deixar os demais debatedores falarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse avanço da escola como espaço de proteção social se dá na identificação e no encaminhamento de violências de ordem física, psicológica, sexual, de insegurança alimentar, de trabalho infantil e de tantas violações de direitos que crianças e adolescentes no Brasil sofrem.

A educação brasileira enfrenta diversos e severos desafios. Com isso todos nós concordamos, mas não será com iniciativas individuais que essa mesma educação vai melhorar. Importante lembrar também que, no âmbito educacional, a gente tem, além de 2 milhões de estudantes para fora, metade das crianças que não chegam ao segundo ano sem alfabetização. Esse problema não vai ser atacado com iniciativas individualizadas; são necessárias políticas públicas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL FRANZIM – É por isso que o Governo Federal, concluindo, tem três estratégias para a educação básica brasileira que correm longe de uma matéria como essa, que, apesar de ter famílias bem-intencionadas, não tem relevância de prioridade de política pública no Brasil. O investimento do Governo Federal na expansão do tempo integral, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e nas escolas conectadas é intenso e enorme junto aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal.

Termino dizendo que a opinião pública no Brasil já se manifestou sobre o assunto, sobre a matéria do ensino domiciliar ano passado no bojo das audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados. Segundo pesquisa realizada pelo Cesop Unicamp e o Instituto Datafolha, oito em cada dez brasileiros rejeitam o ensino domiciliar; 89,9% dos participantes acreditam que as crianças têm, sim, o direito de frequentar as escolas mesmo quando seus pais não queiram; e 99% da população brasileira acreditam que a escola é o maior equipamento de proteção social, portanto, inegociável e insubstituível.

Agradeço a oportunidade e fico depois para o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sra. Raquel Franzim, Coordenadora de Educação em Tempo Integral.

Com a palavra, a Sra. Josevanda Franco, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) da Região Nordeste.

A SRA. JOSEVANDA FRANCO (Para expor.) – Boa tarde.

Queria saudar a Professora Senadora... Primeiro professora! Quero saudar a Professora Senadora Dorinha e dizer o quanto é significativo para todos nós que fazemos a Undime... A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é uma instituição de 37 anos neste país e que congrega os mais de 5,5 mil municípios, que respondem por mais de 49% da matrícula educacional no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe uma pequena apresentação que vou deixar, mas, em razão do tempo, vou preferir aprofundar algumas colocações que já foram feitas, e muito benfeitas, pelas minhas antecessoras, tanto a Mariana quanto a Raquel.

Na realidade, o posicionamento da Undime evidentemente é contrário a essa alteração tão substancial na educação brasileira, partindo do princípio das questões legais que já foram postas, tanto na Constituição Federal como na Lei de Diretrizes e Bases e no Estatuto da Criança e Adolescente, mas fundamentalmente por uma concepção de moralidade.

Nós precisamos compreender a responsabilidade do Estado, e o art. 227 da Constituição é muito claro: "É dever da família, da sociedade e do Estado...". Isso não procede, não deve acontecer separadamente, mas de uma forma consubstanciada; todos os entes e todos os cidadãos brasileiros e instituições estão comprometidos com a garantia de uma educação necessariamente de qualidade.

Mas eu gostaria de destacar as razões que nos levam a acreditar que o conteúdo do PL não traz nenhuma substancialidade àquilo que nós buscamos, que é a melhoria da prestação dos serviços educacionais, o crescimento da escola enquanto instituição. E partimos do princípio de que a escola é um equipamento de proteção, é um equipamento de segurança e que nós precisamos fortalecer esse equipamento: há uma ameaça muito clara de abandono intelectual, e abandono intelectual nesse país é configurado como um crime.

A gente sabe perfeitamente que algumas famílias poderão até conseguir cumprir esse objetivo, mas até quando? Partindo do princípio da integralidade dos níveis de educação nesse país, evidentemente em algum momento, nem que seja no ensino superior, esse indivíduo vai precisar conviver socialmente, e a escola é esse espaço tão importante de conviver social.

Além do mais, o PL nega o entendimento da educação com cientificidade. No universo da escola, nós praticamos, evidentemente, todo um traçado pedagógico, metodologicamente ajustado, com procedimentos e processos que têm um objetivo final. E, Senadora Dorinha, preocupa-nos significativamente o monitoramento desse tipo de educação, da qualidade da educação que será oferecida, partindo do princípio de que nós não teríamos uma estrutura capaz de promover esse monitoramento. Então essa certificação seria feita a partir de quê? De que forma, por exemplo, os conselhos, que têm tanta dificuldade para fazer o monitoramento de instituições, passariam a fazer monitoramento de famílias? São vários os grandes gargalos que se apresentam.

Negar a educação enquanto ciência é um retrocesso. Nós conquistamos a duras penas chegar até aqui. A educação brasileira, eu não falo só da educação brasileira, mas da educação mundial... Nós levamos muito tempo para chegarmos a essa condição em que estamos agora e seria, assim, promover um retrocesso, uma segregação racial.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOSEVANDA FRANCO – Eu sou historiadora de formação e sempre penso nos preceptores do Império, em que apenas as famílias abastardas tinham condição de prover uma educação para os seus filhos. A educação pública é, sim, a saída. O que nós precisamos é fortalecer a educação pública.

Evidentemente a nossa Constituição permite a iniciativa privada. E é louvável. Nós temos excelentes instituições, e, como foi dito anteriormente, a opção já está posta na legislação que está em vigência, considerando que os pais podem perfeitamente escolher que tipo de, vamos dizer assim, linha educacional querem ministrar para os seus filhos.

Então a Undime se manifesta de forma contrária e volta a discutir, a fortalecer a ideia de uma educação pública tal qual como prevista na Constituição Federal: gratuita, universal e de qualidade. Nós não podemos concordar com nenhum processo que gere segregação para crianças e adolescentes.

É bom lembrar que o equipamento que mais viola direitos de crianças e adolescentes nesse país é exatamente a família. Então o Estado tem uma obrigação moral e legal de prover todas as condições para que esse acompanhamento aconteça e que crianças e adolescentes estejam, sim, no ambiente escolar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Josevanda.

Ainda sobrou tempo. Faltava 1min45.

A título de esclarecimento para quem nos acompanha – quero cumprimentar o meu colega de luta pela educação, nosso querido Deputado Israel, daqui de Brasília; é um grande prazer, Israel, estar aqui com você –, esse PL ele veio da Câmara. Ele já foi aprovado em plenário. Então ele, com certeza... Eu fui inclusive um tempo Relatora e me aprofundei bastante em relação ao próprio tema, mas, quanto aos argumentos, algumas questões, vou falar só para esclarecer: ele está aqui no Senado, mas ele já foi aprovado na Câmara.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Luciana Temer, Diretora Presidente do Instituto Liberta.

A SRA. LUCIANA TEMER (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu agradeço à Senadora Professora Dorinha por esse espaço.

Vou falar rapidamente. Essa aqui é uma apresentação que nós do Instituto Liberta, que trabalhamos com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, preparamos, mas, devido ao tempo, eu não vou apresentar. Eu pediria, Senadora, que ficasse disponível depois nas audiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este QR *code*, na verdade, só para explicar a quem quiser fazer uso depois, é o QR *code* para a apresentação e que também faz *link* para todas as referências de dados e pesquisas que nós apresentamos.

Então, eu queria dizer, em primeiro lugar, o seguinte: o Liberta se preocupa muito com a aprovação da educação domiciliar. Eu não vou entrar aqui em questões pedagógicas, porque não é a minha seara e eu não tenho competência para fazer isso. O que eu vou dizer aqui é que a nossa preocupação está totalmente pautada na questão da violência. Veja bem: não tem nenhuma criminalização nem perseguição a famílias que querem, pretendem ou já educam os seus filhos em casa. Eu mesma conheço pessoas maravilhosas que têm intenção ou educam os filhos em casa. Não é sobre isso que nós estamos falando. Nós estamos falando sobre a possibilidade de tornar isso uma regra aberta a todas as pessoas e colocar milhares de crianças em risco.

Que risco é esse? O risco, infelizmente, Senadora, é da violência intrafamiliar. Nós temos, para quem não sabe, mais de quatro meninas de menos de 13 anos estupradas por hora no país. Estes são dados policiais. Isto representa cerca de 10% da realidade do Brasil. Mais de 72% desses estupros acontecem dentro de casa; 44,4% praticados por pais e padrastos; e mais de 70% por outros familiares.

Então, eu estou falando aqui... Na apresentação, nós temos dados de maus-tratos, lesões corporais decorrentes de violências intrafamiliares, enfim. O fato é que é muito triste, é muito duro e a gente não quer olhar para isso. Mas a família não é o espaço de proteção para as crianças do Brasil. A família hoje é a grande violadora do direito de crianças e adolescentes, e a gente diz isso com muita tristeza e já me desculpando com as famílias maravilhosas que existem neste país, mas essa é uma realidade.

Outra realidade, Senadora, é que nós temos, hoje, no Brasil, cerca de 2 milhões de pessoas, de jovens, entre crianças e adolescentes, de 11 a 19 anos, fora da escola – hoje, quando é obrigatória a frequência na escola! E nós sabemos que a busca ativa, que é um instrumento maravilhoso, não dá conta de trazer essas crianças para a escola, não tem dado hoje.

Esse projeto de lei prevê, sim, certas garantias, como, por exemplo, a matrícula na escola; prevê o acompanhamento, fiscalização do Conselho Tutelar; prevê o acompanhamento de um tutor da escola. Quer dizer, em tese, nós temos – em tese! – seguranças possíveis, só que nós, no Brasil, sabemos que isso não acontecerá, Senadora. Isso não acontecerá, porque isso não acontece hoje! E é sobre hoje, sobre a possibilidade de um desastre muito maior e de uma perda total de controle que nós teremos se esse projeto de lei for aprovado.

Eu acho muito triste que a gente não possa defender que as famílias, realmente todas, atuem da forma que quiserem, mas a gente tem que olhar para os dados de realidade. Aí me dizem: "A escola também é violenta". Sim; mas, por favor, acessem os dados aqui que eu não vou ter tempo de apresentar. A gente fez um paralelo. Aqui, na verdade, tem um quadro mostrando todos os dados do Disque 100, de violência psíquica, violência física e violência sexual registrados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA TEMER – ... no ambiente da escola e no ambiente da família. Não tem comparação!

A gente tem aqui, por exemplo, violência física, no primeiro semestre, no Brasil, dados do Disque 100: na instituição de ensino, 5.334 denúncias; na casa da vítima, 40.707 denúncias. Então, sim, a violência é intrafamiliar; sim, Senadora, se a gente aprovar isso como regra, milhares de crianças estarão em uma situação de vulnerabilidade.

E nós temos, todos, responsabilidade. Nós somos responsáveis por cada criança deste país. Se uma criança, só uma criança, estiver em risco maior de permanecer em violência, nós somos responsáveis, porque, quando a criança vai para a escola, ela convive com um adulto, fora do círculo familiar, para quem ela pode pedir socorro. "Ah, mas o vizinho pode pedir! Ah, mas a família pode..."

Eu sugiro que vocês vejam a pesquisa feita pela Fundação José Luiz Egydio Setúbal junto com o Instituto Galo da Manhã, que mostra que 64% das pessoas adultas, se vissem uma violência praticada por pais contra os filhos, não faria nada. Sabe por quê, Senadora? Porque nós temos uma crença, neste país, de que os pais sabem o que é melhor para os filhos. Infelizmente, os dados mostram que nem sempre e nem todos os pais sabem o que é melhor para os seus filhos. E é sobre isso que o Liberta vem dizer aqui. Nós sentimos muito. Nós queremos ter uma liberdade maravilhosa para todas as famílias, mas não; nós não podemos permitir que crianças permaneçam em situação de violência.

Existe um estudo americano, que eu sei que a Laís vai falar: mais de 72% dos casos de violências graves são praticadas por famílias em educação domiciliar, inclusive com letalidade, porque as crianças ficam até oito anos em regime de tortura.

Muito obrigada, Senadora.

Desculpe a empolgação, mas é, realmente, algo que nos move muito.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) **–** Muito obrigada.

Passo a palavra para Laís Cardoso Peretto, Diretora Executiva da Childhood Brasil.

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO (Para expor.) **–** Boa tarde.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a V. Exa., Senadora Professora Dorinha, por abrir este espaço para a gente, e a todos e todas.

Eu sou a Laís Peretto, Diretora Executiva da Childhood.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a Childhood está aqui? A gente luta, há 25 anos, contra o abuso sexual de crianças e adolescentes. E, nesse sentido, eu quero fazer este recorte: eu concordo com todas as outras minhas debatedoras, que mostraram um escopo muito mais amplo, mas a gente foca neste pedaço para o qual, talvez, pouquíssima gente esteja olhando e que há evidências para as quais a gente tem, sim, uma sensibilidade maior. Como a Childhood é uma organização internacional – a gente foi fundada pela Rainha Silvia, da Suécia –, temos escritórios em quatro países do mundo: Suécia, Alemanha, Brasil e Estados Unidos. E, logicamente, todas as vezes nas quais a gente se aventurou em pressionar por políticas públicas, a gente sempre olhou as experiências desses lugares. E é com esse intuito que a gente, hoje, está aqui. A gente, inclusive, na época da aprovação da 13.431, que é a Lei da Escuta Protegida, da qual nós trabalhamos intensamente pela aprovação e hoje trabalhamos intensamente pela sua implementação – e é o que as minhas colegas disseram: é uma dificuldade enorme implementar uma lei aqui neste país –, quando a gente fez isso, olhou para as experiências de fora e a gente continua olhando, para falar como é que a gente pode melhorar isso.

No sentido do *homeschooling*, não é diferente. A Suécia não tem previsão de autorização de *homeschooling*. Não existe *homeschooling* na Suécia. Na Alemanha, como também já mencionado aqui anteriormente, somente em raríssimas exceções. O último dado do Ministério da Cultura era de que alguma coisa entre 500 a 1.000 crianças estavam em educação domiciliar.

Não estou conseguindo virar aqui.

Está certo? De qualquer forma, com tudo isso, a gente foca – agora andei bastante – muito nos dados dos Estados Unidos. E é aqui que preocupa a gente, porque o *homeschooling* nos Estados Unidos começou a se tornar uma realidade na década de 80. Em 1985, Utah foi o primeiro estado que de fato o implementou legalmente. E hoje, com essa regulamentação... Na verdade, a regulamentação sempre foi assim: nos Estados Unidos, é toda segmentada por estados. Existe uma colcha de retalhos no que é permitido e o que não é permitido em cada um deles, mas, em todos eles, com uma fragilidade muito grande. São 3 milhões de crianças em regime de *homeschooling* nos Estados Unidos. Eu só queria que vocês guardassem esse número, porque depois acho que a gente tem que fazer uma equivalência com o que a gente está caminhando para ser no caso de uma aprovação integral dessa legislação. O fato é que os Estados Unidos têm lacunas significativas no regramento para proteger as crianças e adolescentes.

Nesse sentido, eu até trago para vocês um projeto em que a gente lá nos Estados Unidos está agora investindo, que é o *Coalition for Responsible Home Education*. Tem um *site* sobre isso, depois o material vai ficar disponível para vocês também. É um grupo de ex-alunos de *homeschooling*, de educação domiciliar, que tinham como objetivo pesquisar e mitigar os riscos de educação domiciliar naquele país. Essa pesquisa que foi feita, ela é muito... Existem nesse *site* várias pesquisas, eu peguei duas. Essa aqui foi feita por uma pediatra que, cansada de ver, nos atendimentos muito mais graves de violência doméstica, o que acontecia contra as crianças, fez um levantamento que durou alguns anos dos casos onde eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidenciados o que havia de tortura, e 47% dessas vítimas que estavam em idade escolar tinham sido retiradas da escola para serem educadas em casa, dessas que estavam na situação extrema de tortura; 29% nunca sequer tinham sido matriculadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO – Então a conclusão é que, sim, a educação domiciliar isolava ainda mais essa vítima. O que acontecia através do Serviço de Proteção da Criança: eles não conseguiam pedir socorro.

A outra pesquisa é essa também de 2018, que avaliou os três anos anteriores, com foco em seis distritos nos Estados Unidos de crianças que tinham sido retiradas da escola. Eles compararam o registro do nome dessas crianças com o registro, justamente, do que é o equivalente ao nosso Conselho Tutelar aqui, o *Child Welfare Report*. E constatou que 36% dessas crianças que estavam em regime de educação domiciliar estavam em famílias que tinham, pelo menos, uma denúncia. Tem umas coisas muito piores, porque, além dessas denúncias, dessa uma denúncia, pelo menos, tem algumas, 65%, que eram múltiplas denúncias. Então, os casos são gravíssimos.

Aqui eu trouxe outros *sites*. Por ter crianças na sala, nem vale a pena contar, mas são casos gravíssimos. Quem pensa que o *homeschooling* é um caminho sem risco deveria avaliar o *Homeschooling's Invisible Children*. Realmente recomendo que isso seja feito.

Eu tenho certeza de que a maior parte das pessoas que defendem o *homeschooling* o fazem pela maior das boas intenções. Querem dar melhor educação para os filhos em casa e têm capacidade, mas talvez se esqueçam de que, ao aprovar, algumas pessoas perversas, que já devem inclusive estar avaliando essa situação, vão se aproveitar e ter também essa possibilidade para essas crianças. Então, eu acho que é nisso aqui que a gente tem que focar.

E aí a gente tem que fazer o exercício nosso aqui. Nós temos aqui no Brasil 53,7 milhões de crianças, pelo último dado do IBGE. Essa aqui é a quantidade de boletins de registros de ocorrência. Desculpa, vamos voltar aos dados: 53 milhões aqui no Brasil. Estados Unidos têm 75 milhões. Dos 75 milhões que eles têm, 3 milhões estão em regime domiciliar. Se a gente seguir o mesmo caminho dos Estados Unidos, nós estamos falando que vamos ter 2 milhões de crianças em regime de *homeschooling*.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAÍS CARDOSO PERETTO – Será que a gente tem hoje infraestrutura para isso? Será que a gente tem orçamento para isso? Eu tenho certeza de que não. Eu tenho certeza de que o recurso que eventualmente a gente tem que fazer... A dificuldade que a gente vê na implementação da Lei da Escuta Protegida é ínfima perto do que vai ser proteger essas crianças dentro das casas delas, muito possivelmente perto de pessoas que podem ser possíveis predadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, esse é o meu recado final. Aqui a gente tem alguns dados de violência também. Eu queria só fazer uma outra avaliação aqui, voltando aos dados dos Estados Unidos. Hoje já existem 35 mil famílias que têm crianças em regime domiciliar, cerca de 70 mil crianças e adolescentes. Só que nesse regime de exceção, a gente está falando que 90% dessas crianças e adolescentes estão no ensino fundamental, 8% no básico e 2% no médio. Isso eu já acho que é grande demais para o nosso poder de fiscalização. Na hora em que a gente cresce isso para 2 milhões, e olhando para os Estados Unidos, o que muda o foco e pulveriza toda essa base, eu realmente acho que nós não vamos ter capacidade de prover proteção à infância e adolescência no nosso país, como é um direito estabelecido em lei e em Constituição para elas.

Muito obrigada.

Nós somos veementemente contra a aprovação desse projeto na forma como ele está escrito.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu passo a palavra para a Sra. Amábile Aparecida Pacios, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Ela está em forma remota. (*Pausa.*)

Só enquanto... Todos os documentos estarão disponíveis.

Oi, Amábile!

A SRA. AMÁBILE APARECIDA PACIOS (*Por videoconferência.*) – Tudo bom, Professora Dorinha? Eu acho que eu estou com problema no vídeo aqui. Eles não estão conseguindo ativar meu vídeo. Eu posso falar só pelo som, Professora?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pode, se não consegue. Estamos ouvindo bem.

A SRA. AMÁBILE APARECIDA PACIOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Que pena, eu não sei o que aconteceu. Acho que vai entrar. Vamos ver.

Bom, eu vou cumprimentar a todos, pedir perdão por não estar aí pessoalmente, mas quem deveria estar aqui... (*Falha no áudio.*)

É o menino aí da técnica de vocês me ligando.

Quem deveria estar aqui conosco seria o nosso Presidente, o Prof. Luiz Roberto Liza Curi. Ele não pôde estar e me pediu para estar com vocês por essa razão. Eu tinha um treinamento para fazer, por isso não podia ir pessoalmente. Você sabe que eu gosto sempre de estar aí com você, me perdoe por não estar presente neste momento com vocês.

Eu quero te agradecer imensamente por ter lembrado do Conselho Nacional de Educação para essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que anteriormente a Deputada Luísa Canziani foi convidada muitas vezes a estar no Conselho Nacional de Educação, mas ela não pôde, não compareceu. Então, o Conselho Nacional de Educação não participou dessa discussão. Nós temos uma comissão que trata de *homeschooling*, mas essa comissão não conseguiu fazer um diálogo com a Deputada Canziani. Por essa razão, nós entendemos que esse texto não teve a reflexão e a participação do Conselho Nacional de Educação. Como o nosso tempo é curto, eu quero concordar com todas que estiveram falando antes de mim. Essa tem sido, de fato, a nossa preocupação, o nosso debate no Conselho Nacional de Educação. Concordamos com todas vocês, inclusive com aquelas que falaram sobre a violência. Nós temos esses dados no Conselho Nacional de Educação. Na época da pandemia, esses dados nos assustaram imensamente. Nós concordamos que, de fato, a escola é um direito constitucional da criança e, para ser retirado, ele precisa ser muito bem pensado, muito bem debatido com a sociedade e, sobretudo, com órgãos que estão aqui hoje nesta audiência pública. Eu quero concordar com todos e quero acrescentar apenas algumas coisas que conversamos no Conselho Nacional de Educação e que não apareceram nas falas anteriores.

Nós concordamos com relação ao abandono intelectual, ao abandono, inclusive, físico. Concordamos que isso é, de fato, uma verdade. Agora, dentro do CNE, nós temos mais uma preocupação além daquelas que já foram ditas. Nós temos conversado, temos debatido muito com relação ao EaD no ensino superior. O nosso receio é que, abrindo essa possibilidade do *homeschooling*, a gente traga a possibilidade do EaD para a educação básica. Nós falamos isso não por achismo nosso, mas porque ele aparece nessa discussão do EaD no ensino superior. Quando começamos a falar sobre o EaD no ensino superior, sempre existe uma fala querendo ampliar o EaD para a educação básica ou querendo justificar o EaD na educação básica. Isso nos assusta. Acrescentando então a tudo aquilo que já nos preocupa, temos também essa preocupação. Recentemente, o nosso Presidente Curi e eu conversávamos sobre isso, sobre o perigo de, de repente, a gente ter um debate que é quase a mesma coisa que a gente tem no EaD, só que agora para a educação básica. Isso de fato nos assusta.

Outra coisa também que não foi dita, mas sobre a qual, no CNE, a gente tem conversado muito é que nós não acreditamos nessa possibilidade de terceirização que o texto da lei permite. Nós acreditamos que é um perigo enorme você poder terceirizar a alguém que ou tenha condições, ou que a pessoa, a família julgue que tenha condições.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMÁBILE APARECIDA PACIOS (*Por videoconferência.*) – Eu mesma conheço pessoas assim. E durante a pandemia isso foi um fato. Nós percebemos, no Conselho Nacional de Educação, que muitas famílias tiraram as crianças da escola, mesmo sendo *on-line*, e fizeram condomínios com uma única professora em salão de festa, alguns em garagens. Ali faziam uma sala multisseriada, não garantindo nenhuma aprendizagem e nenhuma segurança para as crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de tudo que já foi dito, e eu quero assinar embaixo como Conselho Nacional de Educação, eu quero acrescentar estas duas preocupações que nos incomodam no Conselho Nacional, que não foram conversadas aqui, a saber: o EaD, o perigo que corremos do EaD chegar à educação básica, e a questão da família entender que ela pode contratar uma terceirização, pode continuar com a vida dela normal, e é essa pessoa terceirizada que seria a responsável pela educação da criança.

Professora Dorinha, muito obrigada, minha sincera admiração por você, muito obrigada por tudo que você faz pela educação no nosso país. Eu quero agradecer inicialmente o convite, e pedir desculpas porque eu não sei o que houve com a técnica que eu não pude aparecer no vídeo. Um bom Natal para você, um bom ano.

Um grande abraço a todos que estão aí.

Eu não pude estar – muitas desculpas –, mas a gente, uma hora, se encontra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada à Profa. Amábile, que, com certeza, estaria aqui. Sempre que é convidada, desde à Câmara até aqui no Senado, em todas as oportunidades, ou representando o Conselho Nacional de Educação ou como representante da Federação, esteve. Eu agradeço.

Qualquer documento que queira enviar, nós estamos à disposição.

Antes de passar a palavra ao Carlos Vinicius Reis, hoje Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), quero só esclarecer que, como eu li aqui, são vários requerimentos. Hoje acabou ficando um número muito maior de instituições que são contrárias, mas a ideia é a de que, em todas as mesas, a gente tenha diferentes representações.

Em virtude de já ter começado a Ordem do Dia, talvez eu não consiga retornar para a gente fazer a conclusão, mas eu vou passar para o Carlos e dar-lhe um tempo maior, em virtude do tempo.

Eu quero só colocar, primeiro, que eu fui Secretária de Educação do Estado do Tocantins, ou seja, eu acredito na escola e no sistema de educação. De igual forma, eu não acredito em nenhum tipo de argumento que use a educação domiciliar para colocar um problema da escola pública. Eu acho que a escola pública tem muitos problemas, muitos desafios. Durante todo o tempo em que eu estudei a educação domiciliar, como alguém que tem tudo para defender o institucional, eu acho que a educação domiciliar não é para dizer: "A escola pública tem problema demais" e "Eu não quero meus filhos ali". Eu me deparei com outro tipo de argumento.

Também não é verdade que são pais que não querem ou querem se desobrigar da educação, ao contrário. Eu fui Relatora de um PL na Câmara que exigia que o optante do Bolsa Família, que quem é beneficiário do Bolsa Família devesse ir uma vez por semestre, pelo menos, à escola. E não tive apoio dos colegas. Inclusive, na época, era uma gestão de esquerda, que disse isto: que a gente estava colocando como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma condicionalidade, o que seria um absurdo, o pai ir uma vez. O que eu me deparei ao estudar foi com famílias que se organizavam muito para assumir a gestão da educação dos seus filhos. Essa era uma lógica que eu verifiquei.

Também não acho que é correto a gente falar que o que a gente viu na pandemia foi *homeschooling*. Nós vimos pais que, de repente, se viram obrigados a fazer uma educação, viram e passaram a valorizar muito mais as dificuldades e os desafios da escola. Eu era Relatora na época, e muita gente perguntava: "E, agora? *Homeschooling*?", "Todo mundo está fazendo *homeschooling*?". Não, gente. Nós estávamos vivendo um período de exceção em que a pandemia obrigou os pais que puderam... Porque o que nós vimos foi a grande maioria – e eu falo pela dificuldade de acesso, de internet, de formação... Uma coisa é quem assume a tarefa de educar; outra é quem viu negado o direito de frequentar a escola e teve de enfrentar. Então, acho que não é uma boa comparação.

O sistema majoritário nosso é educacional, é escolar. Quando a gente fala do *homeschooling*, é uma situação pontual. Na minha opinião, se for regulamentado, depende do sistema local se organizar, porque não são todas as escolas que terão condições de receber. Esta foi uma das preocupações: as crianças optantes do *homeschooling* precisam estar matriculadas, vinculadas a uma escola. Elas poderão ter acompanhamento.

E o que é pior: alguns argumentos foram colocados, como: "Infelizmente, a gente não tem isso para as nossas escolas". Todo argumento, quando a gente fala da questão da violência intrafamiliar e da família violenta, violadora, termo que foi utilizado aqui pela Luciana, é o de que o *homeschooling* prevê várias seguranças. Parece-me que texto está, inclusive, avançando em condições de proteção que a gente não está conseguindo garantir para as nossas escolas. Se as famílias estão nesse nível de violência e de violação de direito, este é um desafio em que eu gostaria que todo mundo, independentemente desta pauta, pensasse: como a gente consegue fazer isso.

Eu tenho visto, no meu estado, meninas de 12 anos, de 13 anos, de 14 anos violentadas por pai, padrasto, tio, padrinho, de 15 anos – eu até falei com a Secretária Izolda –, que vão todos os dias para a escola e que estão chegando aos 15 anos sem saber ler e escrever, o que é uma violência gigantesca, fora a violência física. Esse adolescente de 14 anos, de 15 anos não saber ler e escrever, a ele foi negado o direito fundamental de aprender. É como se a gente tivesse dando um cheque sem fundo. A escola está dando um cheque falso, um cheque sem fundo para os pais.

Às vezes, o pai e a mãe tiram do corpo, tiram comida da boca para a criança ir para a escola, e muitas vezes não tem nem chinelo para ir para a escola, não tem nem roupa para ir para a escola, e a gente está achando que é normal. Eu sei que nenhum de nós aqui acha que é normal, mas como a gente consegue avançar em relação a isso? A gente nunca conseguiu nem votar, na Câmara ou no Senado, a lei de responsabilidade educacional. Será que a gente consegue avançar em relação a isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, nós estamos falando de mais de 40 milhões de alunos que vão todos os dias para a escola. Eu não trato da questão da violência na escola dizendo: "Ah, meu filho vai para escola e não está protegido, pode ter crime". Não é isso, porque nós não podemos nunca negligenciar, mas estou dizendo desta violência do não aprender, do não ensinar.

Quando a gente fala de abuso e violência, ao mesmo tempo, a gente reconhece que a escola não está dando conta de pensar nisso. Recentemente, não quero nem potencializar, a gente tem visto muita denúncia da negligência na própria escola, do professor que não se sente protegido para fazer a denúncia, que mora numa comunidade em que todo mundo conhece todo mundo. Eu acompanhei de perto uns casos recentes de jovem de 12 anos que sofria abuso, violência, de pessoas que sofrem violência e que cometem violência, porque é a linguagem a que elas estão acostumadas.

Independentemente do debate do *homeschooling*, sobre o que nós vamos ter várias audiências públicas, que a gente possa imaginar, pensar sobre isso, porque, quando a gente fala de educação integral, não é só mais tempo na escola; é sobre de que tipo de educação a gente está falando. Não adianta ficar o dia inteiro e sair, de novo, sem saber ler e escrever, porque o tempo em que deveria estar na escola é um tempo que não está sendo aproveitado. Eu sei que todo mundo que lida aqui, que a gente não aceita isso. Eu sei que é uma luta permanente da Undime, do Consed, das instituições.

O que a gente precisa fazer para cuidar dos mais de 40 milhões de alunos que estão na escola e que vão, todos os dias, acreditando nessa escola? A gente precisa criar uma rede.

Por isso eu apresentei um PL da ampliação do tempo do PNE, porque não adianta a gente terminar todos os 10 anos, eu vou pegar o meu segundo PNE, e a gente fechar o PNE sabendo que não cumpriu meta nenhuma. Aí discute o próximo, se compromete com várias metas, e o orçamento não reflete isso, não tem punição para quem prometeu, nem para o município, nem para o estado, nem para a União. A minha proposta foi a de ampliar a duração deste PNE enquanto a gente debate o próximo, porque não adianta ficar quatro anos sem nenhum PNE e a gente não colocar o orçamento como consequência. Eu estou prometendo metas, eu vou aumentar vagas no ensino fundamental, mas não tem dinheiro direcionado para isso.

Desculpem-me essa fala, mas não vou conseguir falar depois.

Passo a palavra, agora, ao Carlos Vinicius Reis, Presidente da Associação de Educação Domiciliar (Aned).

Reforço para todos os que estão aqui conosco que a gente pode continuar este diálogo, inclusive, em separado, em virtude do tempo e do necessário debate.

Por favor.

O SR. CARLOS VINICIUS REIS (Para expor.) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa, também quem nos está acompanhando ao vivo pela transmissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado, famílias presentes, aqueles que participam da educação domiciliar no Brasil. Gostaria de cumprimentar, com muito carinho, Professora Dorinha, todos os professores, profissionais de educação de escolas públicas, de escolas particulares, todos os professores que também, muitos desses, têm optado pela educação domiciliar com os seus próprios filhos, professores de escola pública que têm admirado a própria educação domiciliar.

Quero dizer, de uma maneira bem clara, na minha introdução, que *homeschooling* não é uma oposição às escolas. Pelo contrário, é um somatório de esforços para o bem melhor de nossos filhos, para o bem melhor da educação no nosso país.

O que nos traz aqui hoje, na verdade, ao longo destas décadas, por uma regulamentação da educação domiciliar, é um único propósito: sim, o melhor interesse das crianças, da melhor educação, do melhor desenvolvimento das suas habilidades, das suas capacidades, da sua preparação para vida adulta, da pluralidade de concepção pedagógica, da liberdade educacional, conforme preconiza a nossa Constituição Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só um minuto, Carlos.

Talvez a Aned tenha que voltar em outras mesas, mas todas as abordagens que foram mencionadas são reais.

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Todas as representações aqui trazem temas. E qualquer Senador que for votar vai pensar em todos os argumentos que foram aqui colocados.

Oportunamente, no tempo que você conseguir ou em outro momento...

Quero só que desconte do tempo dele a minha fala.

Tudo o que foi abordado tem bastante pertinência.

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – Excelência, Senadora, eu gostei muito das suas colocações, especialmente sobre todo o cenário.

Somos todos imbuídos e totalmente contra qualquer tido de violência contra crianças e adolescentes durante a sua jornada educacional, familiar, em qualquer ambiente a que elas possam ir ou que possam frequentar.

Na foto aqui, nós temos a pequena Juliana, vestida de preto, de saia vermelha, em 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Famílias educadoras, uma cooperativa de famílias que faziam *homeschooling* naquela época visitaram o Palácio do Planalto, fizeram apresentação musical. Ali estavam junto com o então Ministro Pelé àquela época. E uma das pautas daquele encontro foi pedir a regulamentação do *homeschooling*.

Essa é a Juliana, atualmente graduada em Ciência da Informação pela Unirio, com estágio na IBM e mestre em Ciência da Computação. Ela foi engenheira de *software* da Microsoft, trabalhou na Google e hoje é Engenheira sênior na Gemini Trust Company.

O Eliseu foi estudante domiciliar no interior da Bahia, em Ilhéus, e formou-se em Medicina pela Uesc (Universidade Estadual de Santa Cruz Cabrália), no Sul da Bahia. Hoje, ele já é pós-doutorando em Comportamento Humano, fazendo pesquisas na área de doenças de Parkinson e também com grande notoriedade internacional.

Ali temos a Yasmin, que entrou na Universidade de Lisboa, e também foi educada em casa. Ela cursou Línguas, Literaturas e Culturas, fala francês, inglês, italiano, português do Brasil e de Portugal. Atualmente, é pós-graduada em Educação Bilíngue e pós-graduanda em Arqueologia, Cultura e Sociedade.

Por fim, ali nós temos a Elisa, que passou em quinto lugar no curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da USP. Porém, não foi permitido a ela assumir a cadeira na USP, porque ela tinha sido educada em casa. Foi privada ela do direito ao acesso à universidade no Brasil por causa disso. Como resultado, ela foi convidada por universidades americanas e hoje trabalha e estuda nos Estados Unidos, em companhias americanas.

Estes são apenas alguns exemplos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – ... daquilo que tem acontecido no ambiente da educação domiciliar, onde tem-se promovido educação de qualidade, educação para a formação do indivíduo, para as suas habilidades, dando a eles oportunidades.

A educação domiciliar é um direito natural dos pais e das crianças, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados internacionais de direitos humanos. Negar esse direito é um atentado histórico.

Temos exemplos, ao longo da história, de pessoas que também foram educadas em casa, como o nosso Barão de Mauá, Carlos Gomes, Serena e Venus Williams. Thomas Edison foi um dos exemplos mais claros daquilo que foi gerado nele através da educação domiciliar, e a gente poderia percorrer tantos outros aqui.

Foi citada a Alemanha. É interessante que a Alemanha, ao tratar pela primeira vez do aspecto da educação domiciliar, teve um decreto de Hitler, o Reich de 1938, na Alemanha, em que Hitler decretou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação escolar compulsória com a vedação da educação domiciliar dirigida pelos pais. Essa é uma origem da qual resultou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, para que não mais acontecessem os grandes malefícios que tivemos na humanidade com o controle centralizado da educação, sem a participação e sem a liberdade dos pais de escolherem qual gênero de ensino deve ser ministrado aos seus filhos. Por isso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ontem completou 75 anos, no seu Artigo 26, 3, diz: "Os pais [têm o direito,] têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos". Não só a Declaração Universal, mas tratados como a Convenção sobre os Direitos da Criança, como o Pacto de São José da Costa Rica, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, todos eles são tratados ratificados pelo Brasil na década de 90, estão todos garantindo a primazia, o respeito, a liberdade e a escolha dos pais de optarem pelo *homeschooling*.

O Global Home Education Exchange também trouxe ao Brasil, em 2016, numa sequência de conferências globais, começando na Alemanha, inclusive, em 2012, e na Rússia, em 2018, um dos seus princípios bem claros ali, que é que o direito à educação domiciliar é um direito fundamental das famílias, crianças e pais. Portanto, é dever do Estado respeitar e assegurar esse direito.

Hoje, no mundo, são mais de 10 milhões de estudantes que optam pela educação domiciliar, como a Laís trouxe, e os Estados Unidos, sim, é o que tem a maior população hoje. Durante a pandemia, passou, inclusive, de 4 milhões, Laís. Ele já é regulamentado em mais de 85% dos países da OCDE, e mais de 65 países ao redor do mundo já o regulamentaram, não só países desenvolvidos, mas países em desenvolvimento, países subdesenvolvidos, tanto no continente africano quanto no continente europeu, no asiático e aqui, na América do Sul, no Chile...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – ... no Paraguai, na Colômbia, no Equador.

Nós temos a Oidel, uma organização que faz a avaliação da liberdade educacional no mundo e presta consultoria junto à Unesco, que traz ali o *ranking* da liberdade educacional. O Brasil, infelizmente, ocupa a 58ª colocação na última medição feita, e o Chile está ali em 7º lugar. A própria Oidel faz uma correlação com os resultados do Pisa. Quanto maior a liberdade educacional de um país, melhor é o desempenho educacional desse mesmo país nas avaliações internacionais.

Pesquisas científicas... Falamos muito aqui sobre a importância do fundamentar dessas nossas avaliações, Professora, e as pesquisas são vastas ao tratar desses resultados, especialmente de formação, de socialização, de proteção às crianças, daqueles que fazem a educação domiciliar. São vastas as pesquisas internacionais e nacionais que tratam desses diferentes temas, preocupadas, sim, porque os pais e os atores, imbuídos desse mesmo zelo, fazem esse acompanhamento, e, por isso, as pesquisas evidenciam exatamente que a proteção também é uma preocupação e a proteção, sim, acontece por parte das famílias que fazem educação domiciliar, porque são famílias protetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a senhora bem colocou, não estamos aqui para fazer um confronto, como se a educação domiciliar fosse contra a escola, mas não é porque, como o próprio DataSenado levantou, 7 milhões de crianças passaram por violência, entre 2022 e 2023, nas escolas que nós vamos defender que as escolas sejam fechadas. Pelo contrário, vamos defender que as escolas sejam melhoradas, que a educação no Brasil seja melhorada, que essas crianças sejam protegidas no ambiente escolar. A educação domiciliar é uma opção para alguns, é verdade, mas não é porque qualquer pessoa pode se valer de maneira errada de qualquer que seja o instrumento que deveria ser vedado àqueles que se valem da maneira correta, imbuídos do melhor interesse das crianças e dos direitos humanos. Então, isso nós trazemos aqui de uma maneira bem clara também.

Eu vou deixar esses dados de pesquisa que falam do desenvolvimento educacional, da socialização, do desenvolvimento acadêmico, do nível de leitura, tão aplicada para aqueles que fazem educação domiciliar, da participação em voluntariado, em habilidades sociais, enfim.

Para fechar, caminhando aqui para a conclusão, Senadora, e agradeço pelo tempo extra, a educação domiciliar é um fato social, histórico, consolidado, crescente, e, sim, é imparável no Brasil. E não é algo de elite. Pelo contrário, 38% daquelas pessoas que praticam educação domiciliar hoje no Brasil recebem só até quatro salários mínimos. Não é uma prática de elite. Famílias e crianças têm sido perseguidas e desrespeitadas em seus direitos. Muitas estão abandonando o país por causa dessa perseguição, desse desrespeito. Essas famílias são protegidas. Não há evidências ou condenação por abuso envolvendo famílias educadoras no Brasil. E é um movimento suprapartidário e participativo aqui neste processo legislativo.

A Professora Dorinha acompanha a participação das famílias educadoras aqui, no Brasil, desde 2012, quando teve o Projeto de Lei 3.179, do qual ela foi Relatora, e o próprio comportamento das famílias educadoras ali ao longo desse tempo. E o próprio DataSenado também traz assim: "O que levaria uma família a optar pela educação domiciliar"? Muitos deles estão relacionados sim a desafios encontrados tanto no ambiente escolar, mas também buscando o melhor interesse das crianças, das suas necessidades, atendendo a questões de saúde, a questões do próprio desenvolvimento. Se a gente pode dar o melhor, por que não? Por que se evitar isso?

E a Constituição Federal é muito clara, como já mencionado: é um direito e um dever tanto do Estado, mas também da família. Veja o art. 206, os princípios de liberdade de aprender, de ensinar e de pesquisar.

Só para caminhar aqui para a conclusão, Senadora, o Ministro Alexandre de Moraes, num julgamento em 2018, já cravou que a Constituição Federal não proíbe, sendo possível a sua criação e regulamentação por meio de lei editada pelo Congresso Nacional. São mais de 1,1 mil apoiadores: instituições de ensino apoiam, acadêmicos apoiam, juristas apoiam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa grande jornada que nós temos pela regulamentação da educação domiciliar não começou agora. São praticamente 30 anos que vai completar agora dessa jornada. E nós podemos ver ali, nessa jornada pela liberdade educacional, pelo reconhecimento, que foi em paralelo à própria LDB.

A LDB é clara, no seu art. 1º, ao dizer que aquela lei se destina à regulamentação da educação escolar, porque, naquele mesmo período, o PL para regulamentar a educação familiar ou domiciliar estava sendo apresentado também lá pelo Deputado João Teixeira, em 1994. Em 2008, por exemplo, nós temos o Deputado Henrique Afonso, do PV, do Acre, apresentando um projeto também para que fosse regulamentada a educação domiciliar. E o 3.179, de 2012, é o principal, e que está em vigência até hoje, que se transformou no atual PL 1.338, de 2022. Então, ao longo de todas essas décadas, nós estamos falando do reconhecimento de um direito humano cravado na Declaração Universal e na nossa Constituição, agora chegando a esse ponto.

Só para deixar esse registro, Senadora, há a participação das famílias educadoras e, como ouvimos ali, das crianças. Ao longo de todas essas décadas, elas têm acompanhado, sabido que é um processo legislativo, e participado desse processo de construção legal no Brasil.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de vir aqui para dizer da importância do respeito à liberdade educacional, como preconizado na nossa Constituição.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Carlos.

Eu queria fazer umas questões.

Sobre a proposta de vocês da educação domiciliar, qual seria o papel da Aned em relação às famílias domiciliares?

Se você puder anotar, porque são algumas questões.

Há a questão do currículo. Um dos grandes desafios para a gente que imagina a educação é saber como os pais ou a família vai gerenciar, ou seja, qual condição ela tem, no exercício deste direito da educação domiciliar, de gerenciar a questão do currículo?

Nós que lidamos com a educação formal temos uma batalha muito longa em relação à qualidade da formação do professor. O professor vai para a universidade e a gente está fazendo qualificação e requalificação o tempo todo. A gente luta com essa questão da escola, do monitoramento. Como é que vocês pensam em relação a essa questão?

Então: o papel da Aned, a questão do currículo e o preparo dos pais, como a educação vai ser conduzida. Eu sei que não é o pai que vai dar aula, que é um novo modelo, que é uma questão pedagógica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num formato de continuar aprendendo, de buscar o conhecimento, mas acho que seria interessante você mencionar isso.

Também chamo a atenção para uma fala, para uma coisa para a qual vocês precisam estar muito atentos, que é quando vocês mencionam a questão da liberdade dos pais. Eu acho que o pai a tem, porque quando ele lida com a criança, com o vulnerável, ele tem esta responsabilidade de cuidar, mas tem que estar sempre equilibrada com o direito da criança, com o direito de aprender, com o direito de escolha... Ela depende desse cuidado dos pais. Quero chamar a atenção em relação a isso, porque ela também é plena de direitos. Então, como você imagina esse equilíbrio da qualidade, do direito de aprender? E que papel a Aned poderia, pretende ter ou tem hoje... Eu não conheço muito bem o funcionamento da Aned.

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – Obrigado, Senadora, pela oportunidade de esclarecer esse ponto.

Não sei se seria possível voltar a apresentação... Tem um eslaide, um eslaide apenas, que mostraria em resumo, mas eu digo... Tranquilo. Se puderem passar aqui?

Desculpa, voltando.

Aqui nós temos um resumo, Senadora Dorinha, do PL 1.338 exatamente para o debate nesta audiência pública. Nós temos aqui todos os requisitos, todas as condições. Foi um PL extremamente debatido – a senhora também acompanhou –, no âmbito da Câmara dos Deputados, porque o Supremo Tribunal Federal, em 2018, com a decisão do Ministro Alexandre de Moraes e do Plenário, estabeleceu também algumas condições, alguns requisitos que deveriam constar da legislação que viesse a regulamentar o *homeschooling*. E aqui eles estão de maneira ainda bem mais explícita, de maneira bem pontuada ali: requisito de formação para os pais: está estabelecido lá nível superior de pelo menos um dos pais ou de um preceptor que vai acompanhar essa criança; a proibição para pais ou responsáveis com antecedentes criminais; matrícula em uma instituição de ensino, então, tem toda essa vinculação; avaliação anual; acompanhamento pedagógico por tutor de instituição; observância da BNCC. Estão previstos também no projeto de lei: encontros semestrais conduzidos pela instituição de ensino; garantia de acesso a competições e avaliações nacionais; garantia da convivência familiar; fiscalização do Conselho Tutelar; manutenção de registros de atividades pedagógicas; edição de diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação; e retorno à escola em caso de insuficiência avaliativa.

Quando a gente fala de liberdade – e a gente está trazendo aqui uma liberdade com solidariedade, junto a uma regulamentação do Estado –, nós estamos falando de algo onde nós temos um grupo da sociedade que está vendo o Estado dizer... Nós entendemos que a regulamentação é importante, é necessária, para que se separe o joio do trigo, para que se separem, exatamente, as famílias protetivas de qualquer pessoa que possa se valer disso, como hoje, em termos de evasão escolar, em termos de falta de possibilidade de acompanhar, acaba acontecendo, seja no âmbito escolar, seja no âmbito familiar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer família desestruturada, e isso nós não queremos para o *homeschooling*. Nós queremos para o *homeschooling* exatamente uma legislação que garanta essa proteção. E essa legislação tem todo esse aspecto.

O papel da Aned é de representação e defesa das famílias, de garantia sempre desse direito; nunca é de assumir um posicionamento de uma instituição de ensino. Não é esse o papel da Aned, Senadora.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Inclusive, vários desses pontos estavam no meu relatório, que a Deputada Luísa incorporou.

Logicamente, eu estive inclusive no Ministério da Educação e, no meu entendimento, o sistema de ensino, caso seja aprovado como uma possibilidade de opção, tem que assumir a responsabilidade, dizer que consegue fazer, porque demanda uma série de responsabilidades e de custos para as escolas. Em nem todas as escolas as crianças poderão estar – porque a ideia era uma vinculação com a escola para que essa escola pudesse acompanhar, monitorar as atividades, se vai ter uma feira de ciências, que tivesse momentos de... E tudo isso demanda uma organização do sistema municipal ou estadual de educação e, logicamente, a introdução da questão de das avaliações as crianças participarem, para a gente ter a garantia de que estão aprendendo. Então, tem uma série de requisitos.

Eu peço desculpas, mas, em virtude do tempo – está tendo votação nominal e aqui a gente toma falta também e tem corte de ponto, corte no salário –, a gente já deveria ter encerrado, mas, em virtude do atraso...

Nós vamos ter outras mesas e acho que a gente poderá assegurar essa diversidade.

Agradeço muito a participação qualificada, comprometida, extremamente ponderada de todos os que estiveram aqui conosco nesta Mesa e peço que todas as apresentações sejam disponibilizadas, porque a gente deixa na página da Comissão.

Feitas as considerações finais, nós vamos encerrar.

Por meio do e-Cidadania, recebemos as manifestações, que também estão disponíveis.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Quero cumprimentar as crianças com a camiseta da educação domiciliar. Na audiência pública que eu fiz na Câmara, me impressionou muito a educação das crianças. Foi muito longa e com muitas participações.

Então, muito obrigada a todos que nos acompanharam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo é ouvir e construir o que for possível sempre com a preocupação, que é o nosso papel, de pensar no direito, no direito de aprender, no direito da criança e do adolescente, e de garantir que a gente... Nós queremos muito mais do que a educação tem dado ao nosso país. Nós queremos mais porque a gente acredita, de verdade, no papel da educação.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 15 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 97ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 135/2023 - CE, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior. **Participantes:** Sra. Analy Castilho Polizel de Souza, Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis; Sra. Roselma Lucchese, Reitora da Universidade Federal de Catalão; Sr. Américo Nunes da Silveira Neto, Reitor da Universidade Federal de Jataí; Sr. Airon Aparecido Silva de Melo, Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; Sr. João Paulo Sales Macedo, Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba; Sr. Airton Sieben, Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins; e Sra. Tânia Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/14

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 97ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de dezembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas, "Discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do país, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior", fecho aspas, em atenção ao Requerimento nº 135/2023, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Wellington Fagundes, membro da Comissão, um Senador extremamente atuante e muito dedicado – eu quero registrar isso para todos os reitores e reitoras presentes e para todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado –, que se empenhou muito, nesses últimos anos, a favor dessas universidades.

Então, a população, na verdade, tem que saber desse empenho, dedicação, obstinação até, eu diria – porque a gente tem que ser meio obstinado para conseguir as coisas –, do Senador Wellington Fagundes, a quem cumprimento. Tenho o maior respeito pelo trabalho que o amigo desenvolve aqui no Senado Federal.

Em virtude do número de convidados presentes, faremos duas mesas para as apresentações.

Já vou passar a palavra também...

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados para a primeira mesa: a Sra. Tânia Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) – seja muito bem-vinda sempre à Comissão de Educação –; a Sra. Analy Castilho Polizel de Souza, Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis – até me permita dizer, Magnífica Reitora de Rondonópolis; que bom, mais uma vez, cumprimentá-la –; a Sra. Roselma Lucchese, Magnífica Reitora da Universidade Federal de Catalão – seja muito bem-vinda também –; e o Sr. Américo Nunes da Silveira Neto, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Jataí.

A segunda mesa de exposição contará com os seguidos convidados: o Sr. Airon Aparecido Silva de Melo, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; o Sr. João Paulo Sales Macedo, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba; e o Sr. Airton Sieben, Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foi convidado representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, que não pôde comparecer a esta audiência e justificou a sua ausência, mas a Sra. Tânia Mara Francisco depois levará para ele, sem dúvida, as conclusões.

Antes de passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que presidirá esta audiência pública, eu quero dizer que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que eventualmente forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Eu passo, com muito prazer, a Presidência para o meu amigo, membro da Comissão e grande proponente desta audiência pública tão importante para o Brasil, sob todos os pontos de vista, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Enquanto V. Exa. puder, gostaria que ficasse aqui conosco à frente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Fico aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Cumprimento a todos aqui, e o faço em nome do nosso Presidente, efetivamente uma das pessoas mais respeitadas aqui no Congresso Nacional.

Presidente Flávio Arns, esta reunião tem o objetivo exatamente de expor para o Brasil o trabalho que essas novíssimas universidades, as supernovas, têm cumprido em nome do MEC aqui. Quero cumprimentar a Tânia. E de uma forma até alegre para abrir esta reunião, eu estou vendo que nesta mesa aqui nós estamos tendo paridade, não é? Três homens e três mulheres. Eu acabo de chegar agora, estava presente ali num evento de infraestrutura, e a preocupação da primeira palestrante foi exatamente: "Olha, infelizmente no nosso evento não conseguimos ter paridade". Então, felizmente, aqui nós estamos tendo, mas eu digo até, em homenagem também às minhas irmãs – tenho cinco irmãs –, todas elas professoras, que pelo menos na área da educação, eu acredito que vocês conseguem ter a paridade ou até a maioria, não é?

Quem não se lembra da sua professora lá do primário, do início da sua vida, enfim. Mas nós estamos aqui não só para falar de saudosismo, não é? Nós estamos aqui para falar de realismo, principalmente desse Brasil, com todo o seu potencial, um mundo que está em evolução, em transformação. Quando a gente ouve o que está acontecendo no Japão em termos de revolução da educação, é algo que faz com que a gente tenha que trabalhar muito e buscar espaço, inovações para essas nossas crianças que estão aí, movidas pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celular, pela internet, que isso sirva, que a gente possa fazer com que isso sirva, essa tecnologia toda, para o avanço intelectual, e não para a regressão intelectual das nossas crianças.

E aqui, na nossa Comissão de Educação, sob a Presidência do nosso Presidente Flávio Arns, nós temos tentado trabalhar exatamente com todos os setores da educação, discutindo aqui, inclusive e infelizmente, a questão da segurança nas escolas, que é algo que traz uma preocupação muito grande.

Mas aqui o nosso objetivo é discutir sobre as novíssimas universidades e o seu papel como universidades criadas no interior do Brasil, com o seu desafio de cumprir esse papel exatamente da interiorização e da integração do desenvolvimento regional. E por isso, Presidente Flávio, a nossa tentativa aqui é exatamente de mostrá-las para a sociedade, através desta audiência pública, para o MEC e para nós mesmos, os Congressistas, que precisamos trabalhar, inclusive, a peça orçamentária para que ela seja o mais justa possível – claro que o recurso sempre é pouco pela necessidade

Então eu quero aqui, obediente ao nosso roteiro, cumprimentar também as nossas universidades: Universidade Federal de Rondonópolis, Universidade Federal de Catalão, Universidade Federal de Jataí, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Universidade Federal do Delta do Parnaíba e a Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Eu estou fazendo questão de cumprimentar a universidade porque, com isso, eu quero cumprimentar todos os profissionais envolvidos nessas universidades, desde aquele mais humilde servidor, bem como os nossos Reitores que aqui estão, porque, claro, o desafio é muito grande. Eu sei que lá no interior os objetivos principais dessas novíssimas universidades é exatamente ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente nas regiões mais remotas do país, e elas também visam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico desses locais, e com os desafios que a gente sempre discute, exatamente porque essas novíssimas universidades enfrentam muitos desafios, principalmente a falta de recursos humanos e financeiros, a distância de centros de pesquisa e a dificuldade de atrair profissionais qualificados.

E eu quero aqui rapidamente também dizer que procuro, tenho procurado aqui, com outros companheiros e sob sempre a Presidência do Senador Flávio Arns, trabalhar, por exemplo, a questão da emenda ao Ploa de 2024, em que apresentei uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024, que destina recursos para o provimento de cargos efetivos para as nossas novíssimas universidades. A emenda foi acatada aqui pela Comissão de Educação do Senado Federal, e vamos trabalhar ainda para ser aprovada agora no Congresso Nacional. Provavelmente será ainda na semana que vem.

Eu conversei ontem com o Relator-Geral e vou tentar, inclusive, ver se a gente consegue uma reunião com ele, já que ele é do meu partido, do PL, Deputado da Câmara dos Deputados, e espero que a gente possa ainda discutir com ele. Mas fica aqui já o meu agradecimento, Senador Flávio Arns, à Comissão, sob a sua Presidência, porque, se foi aprovado, foi porque a Comissão entendeu que era importante. E aí eu quero falar um pouco do impacto das novíssimas universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas novíssimas universidades têm sido... A gente já percebe o impacto positivo para o Brasil, e elas têm contribuído para ampliar o acesso ao ensino superior, especialmente nessas regiões mais remotas do país. Também contribuem para o desenvolvimento socioeconômico desses locais, gerando empregos e oportunidades de qualificação profissional. Claro, como cada Reitor aqui vai poder falar, aí sim, explicará melhor qual inovação que cada uma está fazendo e os desafios, mas também o que já encontrou de ponto positivo, por que existir essas novíssimas universidades.

Além da aprovação dessa emenda, a gente também colocou outra emenda no orçamento: fiz questão, além de propor a emenda de Comissão aqui, também de conseguir, pela nossa bancada do Mato Grosso, uma emenda de bancada para a nossa Universidade Federal de Mato Grosso, a nossa Universidade Federal de Rondonópolis e também o Instituto Federal de Educação Tecnológica.

Portanto, do Mato Grosso, em que somos apenas 11, conseguimos ter uma emenda de bancada de cada universidade, principalmente dada a importância que representa para um estado como o nosso, em desenvolvimento, um estado que hoje é o maior produtor nas *commodities* agrícolas, graças principalmente aos sulistas que para lá foram também. Hoje, no mundo se fala em segurança alimentar, é a palavra de ordem, e o Mato Grosso tem cumprido esse papel. Mas somos um estado ainda muito pequeno em termos de população, um estado de 900 mil quilômetros quadrados, mas um estado com 3,5 milhões de habitantes. Então, nosso desafio é muito grande, porque, a cada quilômetro de estrada que abre, são pontes que vão se acabando, pontes de madeira. Então, precisa substituir e precisa chegar à escola, precisa chegar à saúde, precisa chegar à infraestrutura. Por isso, fiz questão de colocar emenda individual também para a educação do Mato Grosso, principalmente para o ensino profissionalizante e das nossas universidades.

E destaco o ensino profissionalizante porque, no Mato Grosso, principalmente hoje, nós vivemos praticamente um apagão de mão de obra qualificada. Esse é o desafio, porque precisamos... Hoje, as máquinas, as colheitadeiras, os tratores são um computador ambulante, que, com toda a tecnologia... E hoje, com a competitividade, nós precisamos produzir com produtividade.

Por isso, a criação desses cargos nas nossas universidades com certeza vai garantir que essas universidades também tenham os recursos humanos necessários para funcionarem de maneira adequada e oferecerem uma educação de qualidade a esses jovens lá do interior, sedentos realmente por oportunidades.

E aqui também eu poderia falar de outras tantas ações, de emendas que apresentei. Por exemplo, aqui uma das principais articulações, além da criação da universidade, cujo projeto foi de minha autoria, também em 2022, eu apresentei uma emenda no Orçamento da União que destinou 40 milhões também para a nossa Universidade Federal de Rondonópolis, a realização de um concurso público para o preenchimento de 70 cargos na nossa UFR. Agora acabamos de realizar os primeiros jogos universitários de Rondonópolis, um desafio aqui que eu cobrei muito da nossa Reitora Analy, porque o papel da universidade, além do ensino, da pesquisa, é também a extensão. Nós temos que acabar com esse conceito da universidade em intramuros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A universidade tem que estar aberta à sociedade. A sociedade, cada local precisa conhecer a sua universidade para, claro, valorizar mais ainda.

Com isso, eu quero aqui concluir, terei oportunidade depois, ao final, de falar um pouquinho mais, mas eu faço questão de passar a palavra aqui ao nosso Presidente Flávio Arns, porque ele tem tantos outros compromissos e eu acho que devemos aproveitar também um pouquinho da sua presença aqui. Se puder falar agora ou se quiser aguardar mais um pouco, fique à vontade, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discursar.) – Já que o amigo está me provocando... (*Risos.*)

E sempre falo: não deixe um microfone ao lado de um político que ele já abusa também.

O Senador Wellington Fagundes foi extremamente preciso em todas as observações. A presença física...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para ele não sair, chegou agora, o que nos enobrece muito, o nosso Prof. Esperidião Amin, o "tudo". Então... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Flávio Arns também tem origem em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso. Mais uma vez, repito, graças aos sulistas que tanto fizeram pelo Mato Grosso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Esperidião Amin também é membro da Comissão de Educação e Cultura, e ele sempre gentilmente se refere a mim como o quarto Senador de Santa Catarina, não do Paraná. E eu amo o Estado de Santa Catarina também, como amo o Estado do Paraná.

Mas o Senador Wellington Fagundes foi extremamente preciso. A universidade tem um papel essencial em todas as áreas. Se alguém é engenheiro, advogado, médico, seja de que profissão for, é porque passou por uma faculdade, uma instituição de ensino superior, uma universidade, um centro universitário. E a universidade tem um papel, então, essencial, como foi falado, na parte de ensino, de formar bons profissionais para a comunidade. Eu sempre digo que o bom profissional tem que ter dois diplomas: o diploma de pessoa competente e um diploma de pessoa boa, engajada na sociedade, debatendo o que é necessário, solidária – quer dizer, termos dois diplomas ou pelo menos fazermos o esforço nesse sentido.

A pesquisa no Brasil, todos sabemos, em boa parte, só acontece em função do papel essencial das nossas instituições de ensino superior, as federais, basicamente, e isso deve ser incentivado. A extensão é essencial na universidade. O Senador Wellington Fagundes usou muito bem a expressão "intramuros", mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizemos que temos que trabalhar junto com a comunidade, mudar, contribuir para mudar a realidade. Eu até falava agora há pouco também com a Tânia que eu considero essencial fazer essa aproximação com a educação básica – educação básica –, para que as crianças já, os adolescentes, os jovens se aproximem daquilo que a universidade faz e que a universidade se aproxime das necessidades da educação básica. Então, tudo isto é muito importante, a mudança da realidade. São supernovas, como o Senador Wellington Fagundes carinhosamente chama, não é? Supernovas, novíssimas, não é?

Mas nós queremos ficar à disposição, como Comissão de Educação e Cultura, saudar todos os que estão fisicamente aqui presentes, todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado e sempre lhes agradecer, porque esta audiência pública vai para o Brasil inteiro, virtualmente. Serão milhares de pessoas que vão pensar e discutir o que pode ser feito, como, quais são os caminhos. Então, sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas.

Retorno a palavra, então, ao nosso Presidente da audiência, o nosso amigo Senador Wellington Fagundes, ao tempo que cumprimento o Senador Esperidião Amin pela fala.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só para lembrar do caranguejo que eu comi... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas pode falar também do microfone aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não! Ele que fale.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah! Ele que fale...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele estava afastado quando foi aprovado o relatório com a criação dos cargos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Começava com a de Catalão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Wellington Fagundes baixou no hospital neste ano, e aí fomos tocando as coisas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Apesar de que isso tenha sido um ato sem nenhum mérito, mas foi uma circunstância, não é verdade? Eu estava aqui no dia, e você estava cuidando do cangote, não é verdade? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, graças a Deus, foi tudo bem. Então, incidentalmente, eu participei do bem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sempre participou do bem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Às vezes você é condenado, porque estava presente quando se fez o mal. Então, quando você incidentalmente fez o bem, você tem que dar graças a Deus, e é o que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, mas com a presença do nosso professor em todas as matérias aqui no Congresso Nacional... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Até da memória!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Até da memória!

É verdade, e eu quero aqui agradecer mais uma vez também ao Senador Esperidião, como faço aqui com todos os nossos companheiros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desculpe interromper, mas o mérito foi seu, que preparou, elaborou. Tinha lá o quadro de distribuição proporcional; até havia uma diferenciação caso a caso. Então, o mérito é seu, apenas peguei uma carona. E outra hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas nós agradecemos, porque o Relator sempre aprimora. Ele foi o Relator *ad hoc* – não é? –, que com muita competência nos ajudou até agora bastante.

E eu quero, Senador Esperidião Amin, passar também a palavra a V. Exa., porque sei dos compromissos que temos aqui. Se V. Exa. quiser usá-la logo agora...

Com a palavra, então, o Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu me sinto representado por ambos, especialmente, no caso da Comissão de Educação, pelo Senador Flávio Arns, que é o nosso guru, uma referência, pela sua vida, também pela tradição familiar. Quando eu brinco, dizendo que ele é o quarto Senador de Santa Catarina, é porque o Senador Flávio Arns representa dois clãs, pelo menos – mais do que dois –, os Steiner e os Arns. E tem mais um. Não tem mais uma? Mas esses são os dois mais próximos, não é? Duas famílias tradicionalíssimas de Santa Catarina, pelo que representam na educação, na saúde. E com nomes ilustres, como o dele, o de D. Paulo Evaristo Arns, o de Zilda Arns, que são legendas no Brasil. E pelo menos os dois outros mais antigos nasceram em Forquilhinha, Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Catarina. Então, eu digo sempre que ele é – tem lá na ponta do umbigo – de Santa Catarina, e isso é motivo de orgulho para nós. Então, eu me sinto representado pela presença dele e pela sua.

E quero aqui ressaltar que universidades com cinco anos de existência são ainda jovens e vão consolidando a sua organização ao longo do tempo, não é? Eu sou professor universitário, tive o privilégio de estudar numa escola estadual e numa outra, federal, e fazer o meu mestrado, o meu doutorado já adentrando a terceira idade. Concluí o meu doutorado, com 62 anos, em Engenharia e Gestão do Conhecimento, na Universidade Federal de Santa Catarina, de onde eu fui professor até 2011.

Então, estarei sempre à disposição para lutar pela causa e enalteço aqui o trabalho do Senador Wellington Fagundes, que é o nosso papa da logística e dos transportes, como Presidente da frente parlamentar. Logística, por exemplo, é algo cada vez mais refinado e necessário para que o Brasil seja competitivo, e isso que o Senador Flávio Arns falou de integrar cada vez mais o básico ao universitário, interessar as crianças, tem um significado muito importante. De forma que eu me sinto representado pela presença de ambos.

Tenho realmente um compromisso agora, mas não quis deixar de, pelo menos, passar por aqui e fazer esse registro, cumprimentando a todos, desejando o melhor aproveito possível para a reunião. Eu me despeço aproveitando para desejar um feliz Natal e um grande ano novo, com a força que me dá o dia de hoje, 14 de dezembro. O Flávio Arns tinha isto em casa: a folhinha do Sagrado Coração de Jesus. Um dos santos do dia é Santo Esperidião – Santo Esperidião.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É hoje ou foi ontem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, dia 12 era no calendário grego, que é o ortodoxo grego; hoje é no calendário católico. No Sagrado Coração de Jesus aparece hoje Santo Esperidião, Bispo da Ilha de Chipre, padroeiro dos oleiros. Não vão colocar "d" na frente – oleiros. (*Risos.*)

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, na verdade, para nós aqui, todo dia é dia de santo Esperidião Amin. (*Risos.*)

Bom, então, vamos começar aqui... (*Pausa.*)

Com essa alegria toda, então, queremos aqui convidar a Reitora Analy Polizel, para começar a fazer a sua exposição, na sequência a todos aqui. E, claro, à medida que for chegando Parlamentar, a gente sempre faz questão de passar a palavra, porque ontem realmente terminamos muito tarde e hoje tem muitas atividades para todos que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero cumprimentar também a Deputada Marinha Raupp, que também está aqui conosco. Ela é de Rondônia e hoje faz um trabalho conosco aqui também de assessoria e tem lutado muito também pelas nossas novíssimas universidades.

Então, com a palavra a nossa Reitora Analy Castilho Polizel de Souza, da Universidade Federal de Rondonópolis.

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu cumprimento o nosso Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, e agradeço imensamente por todo o apoio recebido por esta Comissão de Educação na liberação de todos os cargos e funções gratificadas no ano de 2020; em 2022 também, cargos e funções, concurso público; e agora, novamente, a aprovação por esta Comissão de Educação de novos cargos para concurso público.

Cumprimento o nosso Senador Wellington Fagundes. A gente sempre fala que o Senador Wellington Fagundes é o padrinho das seis supernovas instituições. Ele trabalhou arduamente na implantação, na criação da Universidade Federal de Rondonópolis, e, de lá para cá, foram vários os desafios. E, nesses desafios, sempre estava à frente o Senador Wellington Fagundes, desde a nomeação dos reitores *pro tempore*, liberação de cargos e funções gratificadas, liberação de vagas para concurso público, até as emendas de bancada e tantas outras ações que foram realizadas pelo Senador Wellington Fagundes em prol do ensino superior das seis supernovas instituições.

Cumprimento também os reitores aqui presentes, todos os reitores das supernovas, a Deputada Marinha Raupp e todos os que estão de forma presencial e virtual nessa audiência pública.

Então, hoje é o momento de nós debatermos o protagonismo das seis supernovas instituições. Essas instituições, as seis supernovas, foram criadas no ano de 2018, cinco novas instituições, e uma no ano de 2019, estando presentes em três regiões essenciais para o desenvolvimento do país, nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. E estão em cinco estados brasileiros: no Mato Grosso, a Universidade Federal de Rondonópolis; em Goiás, duas universidades, a Universidade Federal de Catalão e a Universidade Federal de Jataí; no Tocantins, a Universidade do Norte do Tocantins, que está em Araguaína; no Piauí, a Universidade do Delta do Parnaíba, em Parnaíba; e no Agreste pernambucano, em Garanhuns. São regiões que necessitam extremamente de desenvolvimento socioeconômico. Então, está aí – são cinco estados brasileiros – a distribuição dessas seis supernovas instituições.

Para a criação dessas seis supernovas, cada uma teve sua respectiva lei de criação. E essa lei de criação traz cargos, funções gratificadas, traz quantitativo de docentes, quantitativo de técnicos. Então, há uma diversidade entre números de cargos técnicos e docentes nas seis supernovas instituições. Elas já existiam enquanto *campi* universitários, já tinham uma estrutura administrativa, uma estrutura docente e técnico-administrativa e alguns cursos de graduação em cada uma dessas seis supernovas. E, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberação desses técnicos, de corpo docente, há uma expansão, uma perspectiva de expansão dessas seis supernovas instituições.

Com a criação dessas seis instituições, foi possível um incremento de aproximadamente 10% em relação às universidades sedes, as universidades mães. Essas seis supernovas foram desmembradas de uma universidade tutora. E, em termos percentuais, houve um aditivo orçamentário para os estados brasileiros, em média, 10%. O Estado de Goiás teve um pouco mais, considerando que foram duas universidades criadas. No estado, e em praticamente em todos esses estados, só existia uma universidade tutora, a única universidade pública federal era a universidade tutora.

Hoje, atualmente, no somatório, nós ofertamos anualmente no Sistema de Seleção Unificada, mais de 4 mil vagas no ensino de graduação; são 4.143 vagas ofertadas no ensino de graduação. Isso totaliza mais de 23 mil estudantes presentes nessas seis instituições públicas. E com essa inserção, com a emancipação, foi possível ver uma diversidade de localização dos estudantes oriundos de diferentes regiões, especialmente nos cursos mais concorridos.

Então, com a emancipação, essas universidades conseguiram ter acesso a essa informação e, com essa informação, foi possível a implantação de políticas essenciais ao desenvolvimento da região, porque cada uma dessas universidades está implantada em uma região que corresponde a aproximadamente 20 municípios.

Ela leva o nome, por exemplo, de Rondonópolis, mas tem 20 municípios circunvizinhos nessa região.

E todas essas seis supernovas têm trabalhado para a implantação da bonificação. O que é essa bonificação? Dentro da nota obtida no Sisu, é um aditivo para estudantes que cursaram todo o ensino médio. Exemplo, na UFR foi implantada, no ano de 2023, essa bonificação. O curso mais concorrido, lá em Rondonópolis, é o curso de medicina. Então, vocês olham aí no gráfico: em 2020, 2021 e 2022, há uma diversidade de estudantes que ingressavam na universidade oriundos de diferentes partes do país, especialmente vinham estudantes de Goiás, de São Paulo e de Minas Gerais. E o objetivo dessas instituições criadas é a interiorização do ensino superior, é a fixação de profissionais. Então, o que a universidade fez? Ela criou a bonificação estadual. Estudantes do ensino médio, oriundos do ensino médio no Estado do Mato Grosso, tiveram um aditivo de 15%. Isso propiciou 100% na ampla concorrência. Hoje, eu tenho 100% de estudantes do Estado do Mato Grosso na ampla concorrência. E todas essas seis supernovas têm trabalhado nessa política, na implantação dessa política para o desenvolvimento da região e a fixação de profissionais na região.

Após a emancipação, foi possível a criação de novos cursos de graduação, essenciais ao desenvolvimento da região. Exemplo, o curso de agronomia. Quando você pega o Estado de Goiás, Mato Grosso, é uma região muito voltada ao agronegócio, e nós não tínhamos, em Rondonópolis, o curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronomia. Foi possível a criação do curso de agronomia, e, após a emancipação, foram criadas 1,15 mil novas vagas no ensino superior, nessas seis novas instituições.

Hoje, nós somos 122 cursos de graduação, e 10 desses 122 são novos cursos. Na Universidade Federal de Rondonópolis, foi possível a criação do curso de agronomia, que era tão pleiteado e sonhado desde 2009. Enquanto *campus* universitário, nós não tínhamos a possibilidade de criar e, com a emancipação, já foi criado o curso de agronomia, agrocomputação, direito e engenharia de *software*. Engenharia de *software*... É a única universidade do estado que tem esse curso de engenharia de *software*, propiciando o desenvolvimento da nossa região.

Na Universidade Federal de Catalão, também foram criados novos cursos, novas oportunidades após a emancipação, cursos essenciais ao desenvolvimento da região voltada à mineração, região voltada à industrialização, que são engenharia mecatrônica, engenharia mecânica, química industrial, educação física e tecnólogo em gestão do agronegócio.

Na Universidade Federal do Norte do Tocantins, também foi criado o curso de direito.

Além da possibilidade da graduação, expansão da graduação, foi possível também a expansão da pós-graduação. Por meio do aumento considerável de em torno de 300% nos projetos de pesquisa, no número de bolsas de iniciação científica e iniciação tecnológica, essas universidades expandiram o número de publicação, publicação de alta qualidade, de alto impacto para a região, e foi possível a expansão dos cursos de pós-graduação também. São 54 programas entre mestrado e doutorado e, entre esses cursos, nove foram criados após a emancipação.

Na Universidade Federal de Rondonópolis foi possível, em 2021, a criação do programa de pós-graduação em ciência da saúde, muito essencial ao desenvolvimento da região – há uma carência de profissionais de saúde –, e a adesão em rede ao ProfSaúde também, em 2022, ampliando em 25% as vagas para pós-graduação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA – Em Jataí, foi possível a criação do mestrado profissional também de saúde; na UFCat, o mestrado profissional em Saúde da Família; na UFDPar, em Ciências Biomédicas e Biotecnologia; e na Norte do Tocantins, mestrado em Geografia, doutorado em História, doutorado em Cultura e Território. Todos esses, programas essenciais à expansão do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica.

Essas universidades supernovas totalizam, em bolsas de iniciação científica, 1.483 bolsas de iniciação científica, estudantes que estão pesquisando, desenvolvendo, coordenados pelo corpo docente dessas seis supernovas instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra oportunidade, com a implantação dessas seis supernovas instituições, foi um quarto pilar na formação dos estudantes. Além do ensino, da pesquisa e da extensão, foi possível a implantação da inovação, um novo pilar dentro da universidade, com a criação de *startups*, empresas juniores. Com isso, foi possível o ranqueamento... Por exemplo, a Universidade Federal de Rondonópolis ficou em primeiro lugar, no último *ranking*, como a universidade mais empreendedora do Estado do Mato Grosso. Assim, na Universidade Federal de Jataí, foi possível a implantação de um parque tecnológico que traz como eixos principais a tecnologia da informação e comunicação, soluções agropecuárias e de produção, tanto de vegetal quanto animal, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico e inovação. É uma nova oportunidade trazida com a emancipação dessas instituições.

Alternativas também foram geradas nas seis supernovas. Algumas já conseguiram fazer a conclusão, outras estão em processo, de produção sustentável, produção de energia, implantação de usinas fotovoltaicas que geraram uma economicidade. Com essa economicidade – exemplo: a Universidade Federal de Rondonópolis foi a primeira universidade de todo o país a reajustar 100% das bolsas e os auxílios, porque, com a implantação de 100% de geração de energia fotovoltaica, nós conseguimos uma economicidade –, nós conseguimos imediatamente aumentar todas as bolsas e os auxílios. E todas as seis supernovas estão no processo de implantação dessas usinas, considerando a questão ambiental, socioambiental de todas as instituições. A UFDPar hoje está com 50% já instalado da usina fotovoltaica; na UFCat, 49% da demanda requerida já está sendo atendida pela usina fotovoltaica; e a Norte do Tocantins, com 30% de energia fotovoltaica.

Então, todas essas seis supernovas atuam diretamente na qualificação profissional e formação humanística; na formação de redes e desenvolvimento local da região; no empreendedorismo, inovação e pesquisa, na extensão; alternativas para os territórios; na difusão e desenvolvimento de novas tecnologias; no planejamento e desenvolvimento urbano também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Dra. Analy Castilho Polizel de Souza, reitora da Universidade Federal de Rondonópolis.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Roselma Lucchese, reitora da Universidade Federal de Catalão.

Eu não havia lido antes, uma parte que me cabia também, cada convidado tem o tempo de dez minutos para sua exposição e, quando bate a campainha, é uma campainha automática. Aí a gente concede mais dois minutos para a pessoa terminar o pensamento, fazer a conclusão.

E, novamente, sempre no fim das exposições, se for necessário, os Parlamentares e os expositores e expositoras poderão também fazer algum comentário complementar.

Eu tomei o microfone, mas agora passo de volta ao Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu já passei a palavra à reitora da Universidade Federal de Catalão, a Sra. Reitora Roselma Lucchese.

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (Para expor.) – Boa tarde.

Bom dia, não é?

Bom dia.

Eu cumprimento a Mesa, aqui, composta conosco, os Senadores que nos receberam nesta Comissão, especialmente o Senador Flávio Arns e o Senador Wellington Fagundes.

Reafirmo aqui que o Senador Wellington Fagundes é o padrinho das seis Supernovas universidades. Ele sempre nos acompanha em todos os movimentos, um apoio incondicional. Inclusive, até ensinamentos foram feitos por ele e pela sua equipe o tempo todo.

E hoje, se nós entendemos um tantinho de lei orçamentária, veio de ti, do seu gabinete, todo esse apoio.

Estendo o meu agradecimento à presença de todos e todas aqui na plateia. Com muita satisfação, estamos aqui defendendo essa causa das seis Supernovas universidades, apoiados pela Comissão de Educação do Senado.

É um momento fundamental, porque nós estamos aqui representando, como apresentou a Professora Analy, uma comunidade universitária extensa de regiões do país que carecem cada vez mais do olhar de todo o nosso povo e dos nossos Parlamentares, porque são regiões com potenciais incríveis para o crescimento e o desenvolvimento e para a preservação e promoção da sua cultura, mas que precisa de um olhar específico.

Esta sessão pública hoje, um dos fundamentais objetivos dela é justamente isso, voltar o olhar dos nossos Parlamentares e da população brasileira para regiões que estão aqui, com propostas, e que estão fazendo a diferença onde quer que estejamos.

Eu vou fazer alguns comentários em relação à apresentação da Professora Analy, sempre trazendo isso para as nossas seis universidades. Primeiro, quando se apresenta as regiões em que nós estamos alocadas, as seis Supernovas universidades, é importante saber que, nos últimos anos, todos os anos de expansão, todos os projetos de expansão de universidades do nosso país – Reuni e Expansão da Fase I e Fase II –, nunca contemplaram algumas áreas do país, especialmente a região Centro-Oeste e o Estado do Piauí, que, mesmo estando em condições de termos implantado universidades federais, na época da expansão do ensino superior no país, não haviam sido contempladas. Por exemplo, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Piauí permaneceram com uma única universidade por muitos anos e foi uma luta e um desejo da nossa comunidade e das regiões que nós representamos a existência dessas universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando as seis supernovas são aprovadas, elas são aprovadas e criadas num contexto bastante conturbado politicamente. E nós tivemos aqui, no Senado, muitos apoios durante essa história para apoiar essas universidades, uma vez que esse contexto não foi favorável. Não foi favorável por quê? Foi apresentado pela Profa. Analy que nós tivemos um contexto em que não houve uma previsão adequada ou apropriada de pessoal para uma universidade ser instalada, na maioria de nós, excepcionando a do Agreste de Pernambuco, que foi um projeto bastante robusto, mas, para as demais universidades, por exemplo, do Delta do Parnaíba, de Catalão e também de Jataí, não há previsão de professores. Como se constrói uma universidade sem professores? Como se expande um ensino superior no nosso país sem a docência? E um número de técnicos administrativos também ínfimo. E justamente essa é a causa do Senador Wellington Fagundes ao propor mais essa emenda parlamentar, essa emenda na LOA de 2024.

Para que possamos prosseguir na implantação, é necessário que nós façamos essa ampliação do quadro de pessoal, porque, como diz também a Profa. Analy – eu falei que a minha fala vai ser no sentido de problematizar a apresentação de Analy –, nós fomos criados por desmembramentos, e estamos hoje do mesmo tamanho que éramos como *campus,* e tocando toda a parte administrativa e de gestão do ensino, pesquisa e extensão do mesmo tamanho que éramos enquanto *campus*.

Recentemente, Senador Wellington Fagundes, realizamos o concurso, e ainda não demos posse – então, ainda somos do mesmo tamanho –, para 70 vagas da emenda que tramitou no ano passado, que também foi uma proposta do Senador Wellington Fagundes, aprovada por esta Comissão, e nós tivemos aí a realização por um movimento político desta Casa. E agora nós estamos, novamente, defendendo essa mesma ação para que possamos dar continuidade ao nosso processo de implantação e consolidação dessas universidades, embora tenhamos outras lutas, como, por exemplo, para professores. Mesmo sem professores, nós conseguimos ampliar as vagas, como foi apresentado, tanto na pesquisa, na pós-graduação, quanto na graduação. Somos, hoje, juntas, entre graduação e pós, mais de 160 cursos. Temos mais de 23 mil alunos matriculados hoje cursando.

Em regiões... Vamos, então, responder à próxima questão.

Por que é importante olhar para essas seis supernovas? Nós estamos em regiões com a missão de, primeiro, descentralizar a produção do conhecimento, a extensão, a inovação tecnológica, a preservação e a promoção da cultura locorregional dos grandes centros. Nós estamos em regiões em que desenvolvemos tecnologias, como, por exemplo, parques tecnológicos, nós temos projetos de recuperação da biodiversidade, nós estamos em estado que representa quase toda a biodiversidade do nosso país, todas nós orientadas pelos objetivos da ODS.

E nós estamos fazendo projetos de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável, de preservação da água, monitoramento das bacias hídricas, preservação dos nossos grandes mamíferos, desenvolvimento do agronegócio e agricultura familiar, e estamos ali representando o setor público. E, sim, nós temos hoje uma condição de sair dos muros da universidade, porque nós temos esta missão de articulação com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade local. E, sim, temos uma facilidade já bastante implantada da inserção curricular da extensão nos nossos cursos de graduação.

Nós somos jovens, já nascemos com esse propósito e estamos bastante avançadas nessa condição de termos aí a curricularização do ensino já bastante avançada. Temos situações de parques tecnológicos que só existem nessa localidade porque a universidade está lá.

Para além disso, temos na área da saúde uma dimensão incrível. Estamos hoje dentro da rede, ou com atendimento psicológico, ou com hospitais universitários, ou dentro da rede, formando e capacitando profissionais da área da saúde, atendendo a população e, para além disso, lutando pela fixação do profissional em regiões que são carentes de profissionais da área da saúde. Nós temos, muitos de nós, condições de termos programas de Residência multiprofissional – e já algumas de nós já têm –, programas de Residência Médica que trabalham pela fixação e qualificação dos nossos profissionais na área da saúde em regiões em que nossa população viaja quilômetros para outros estados para fazer um tratamento de oncologia. Então, existem mecanismos de transporte de pacientes para outras regiões.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSELMA LUCCHESE – Para além disso – e também quero ressaltar –, temos uma outra vocação importantíssima neste país. Todas nós temos os cursos de licenciatura. Estamos extremamente focadas na formação de professores no nosso país, todas nós trabalhando por isso.

Com a convicção de que nós temos o propósito de desenvolvimento regional e de fazermos as mudanças necessárias, culturais, econômicas, sociais e de inovação tecnológica, nós estamos aqui lutando pela nossa comunidade universitária e pedindo apoio dos nossos Parlamentares para que essa proposta de emenda de cargos para a LOA vá até o final e que a gente consiga realizar os concursos como realizamos este ano.

Deixo aqui meu agradecimento, especialmente como reitora e gestora máxima de uma instituição pública. Essa parceria e esse espaço para sermos ouvidos é de extrema relevância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos também aqui comunicar a todos que estão nos assistindo em casa que esta reunião está sendo interativa. Portanto, é transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou também pelo telefone 0800 0612211.

Inclusive, aqueles que estão presentes podem retransmitir isso para cada um da sua faculdade ou da sua universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu repito, aqueles que quiserem participar com perguntas podem fazê-lo ou até alguma consideração através do portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211. A nossa reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, também pela Rádio Senado. Inclusive, aqueles que nos ouvem lá na nossa capital Cuiabá, Várzea Grande e toda a região...

E aqui já temos algumas perguntas que chegaram. Do André Gabriel, de Pernambuco. Essas perguntas vocês poderão responder ao final, mas eu já faço questão para mostrar aqui a nossa interatividade. O André Gabriel pergunta: "Diante da rápida evolução tecnológica, como as instituições planejam não apenas acompanhar, mas também liderar inovações no Brasil e no mundo?"

O Rodrigo de Souza, do Rio de Janeiro: "Qual possibilidade de alcançarmos os 10% do PIB de investimento para a educação pública também nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação?"

O Jhonatan Linhares, do Maranhão: "Como será desenvolvido o projeto das supernovas universidades federais sem uma pesquisa de mercado e a economia local?"

Clara Braga, do Distrito Federal, quer saber se essa inovação tecnológica planejada passa por repensar as relações com o meio ambiente.

O Eduardo Leite, de Minas Gerais: "Como [conseguir e] [...] consolidar novos postos de trabalho dentro das universidades federais para além dos concursos?"

José Júnior, do Acre: "Como garantir o ensino acadêmico público de qualidade àqueles que vivem no interior, longe dos grandes centros?"

E a Anna Carolina, do Rio de Janeiro, pergunta se haverá espaço para projetos que fortaleçam as comunidades e promovam a produção de políticas públicas nas supernovas.

E o Leonardo Lima, do Maranhão: "Sou contra a criação das universidades, uma vez que nossa educação tem uma urgência em melhorar os ensinos básico e fundamental".

Essas perguntas não serão respondidas agora. Nós vamos passar aqui a cópia depois para todos. Quem quiser fazer o comentário poderá fazê-lo no momento que entender importante.

Então, agora, nós passaremos aqui a palavra ao Américo Nunes da Silveira Neto, que é o Reitor da Universidade Federal de Jataí. Com a palavra o nosso magnífico reitor.

E quero registrar também a presença do nosso companheiro da Frenlogi, relações institucionais da Frenlogi, o Deputado Edinho.

E eu aqui também, antes ainda, eu gostaria de registrar e agradecer também o apoio que sempre tivemos aqui dos nossos Senadores, especialmente do Vanderlan, de Goiás, e também do Wilder Morais –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui inclusive o chefe de gabinete dele está aí e depois pode inclusive se apresentar para que eu aqui possa falar o nome de todos –; também da Universidade Federal do Norte de Tocantins, Senador Eduardo Gomes, meu companheiro de partido, que lutou muito também; a Professora Dorinha, que é Vice-Presidente da nossa Comissão de Educação, também uma referência em termos de educação no Brasil e aqui no Congresso Nacional; e ainda, em nome da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, lá do Piauí, o Senador Ciro Nogueira. E eu também quero registrar aqui o Senador Marcelo Castro, que foi Presidente da Comissão, também uma referência para todos nós aqui; e da Universidade Federal do Agreste do Pernambuco, o ex-Senador Fernando Bezerra. Depois, a gente pode citar outros nomes se for o caso.

Então, com a palavra, o nosso Reitor Américo.

O SR. AMÉRICO NUNES DA SILVEIRA NETO (Para expor.) – Primeiramente, é um prazer estar aqui na Comissão. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns; cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, que é o nosso Presidente eventual desta sessão sobre as supernovas; cumprimentar a Tânia Mara, que é a Diretora de Desenvolvimento do MEC. É importante a presença da senhora aqui nesta Comissão, porque é lá com a Tânia que se pensa o desenvolvimento dessas instituições federais. Quero cumprimentar os meus colegas magníficos reitores e reitoras das supernovas, nós temos aqui a Roselma, a Analy, o João Paulo, o Airon e o Airton. E quero dizer que um dos propósitos aqui da minha fala é justamente mostrar o potencial dessas universidades e o que tem acontecido como resposta a esse processo de interiorização e, no final, eu quero apresentar um vídeo que mostra uma vista aérea da Universidade Federal de Jataí, que retrata muito bem o papel dessas universidades no processo de interiorização, e é um exemplo para a gente seguir.

Eu acho que a Roselma foi muito feliz na sua fala – eu queria parabenizá-la e agradecê-la, Roselma –, porque ela deixou muito bem claro que, apesar dos nossos sucessos, passamos por muitas dificuldades e necessitamos de investimentos na área administrativa, de recursos humanos, investimentos de infraestrutura, para dar apoio à gestão acadêmica. Mas, além disso, essas universidades, as nossas comunidades sonham com o crescimento delas. Então, há necessidade também de expansão delas. Eu chamo a atenção disso pelo seguinte: nós temos uma rede federal de ensino superior e, no processo do Reuni, como nós viemos de desmembramento de universidades na capital dos nossos estados, ali no Reuni, nós tivemos algum incentivo na parte acadêmica. Depois de criadas a duras penas, tivemos que nos esforçar e corresponder à expectativa das nossas comunidades. E, nesse momento, foi importante a atuação do Senado Federal. Nós tivemos um apoio muito forte nos últimos quatro anos do Senado Federal. Agradeço e parabenizo, porque nós somos muito gratos ao Senador Wellington Fagundes e a todos esses Senadores que ele mencionou, que apoiaram bravamente essas universidades.

Mas eu queria, aqui, na complementação das falas, dar um exemplo, que é a Universidade Federal de Jataí, e as outras também são, do quanto, quando se investe, potencial se agrega, dos benefícios que isso leva para uma região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso potencial é enorme, e o exemplo de Jataí vem justamente de um projeto que foi pensado estrategicamente, um projeto de universidade contemporânea. A gente tem um plano diretor de desenvolvimento, e as outras estão seguindo a mesma linha, e atuamos muito, entramos muito em tecnologias de informação, investimentos altíssimos em TIC, depois investimentos, agora, na conquista de um parque tecnológico. Esse parque tecnológico... Jataí tem o maior número, a maior concentração de doutores em ciências do interior de Goiás – são 350 doutores. E, através disso, dessa equipe maravilhosa que temos lá, conquistamos um parque tecnológico no último edital da Finep. Foram R$10 milhões da Finep, do Ministério de Ciências e Tecnologia, R$5,5 milhões do Estado de Goiás, do Governo de Goiás, e R$5,5 milhões do Governo Municipal. A parceria municipal nessas universidades também é muito importante.

E, nisso, surgiu aí, começou um processo de implantação que é o parque tecnológico, que é um exemplo do resultado, do grande benefício de interiorização dessa universidade para levar o conhecimento, o ensino de qualidade, mas, também, a possibilidade de uma cultura de empreendedorismo, inovação e mudanças, criação de produtos, pesquisas e benefícios para as comunidades dessa região. Então, o parque tecnológico, que está acontecendo em Jataí, cria a possibilidade de aproximação de empresas de pesquisa da iniciativa privada e da pública.

Eu vou dar só um exemplo aqui de algumas conquistas em função do parque. Nós nos aproximamos do Inpe. O Inpe, através de uma empresa sueca, estatal sueca, está propondo para a gente um teleporto, e isso nós estendemos para as supernovas do agreste de Pernambuco, do norte do Tocantins e do Delta do Parnaíba. Só para se ter uma ideia, hoje a nossa internet é de um giga, o que já é um avanço enorme. Com o teleporto tende a ir para 100 gigas, 100 gigabytes, e abre um leque de oportunidades para pesquisas.

Conquistamos, nesse parque, o Projeto Genoma, com um parque tecnológico do Paraná. Esse Projeto Genoma vem na área de saúde, mas vai se estender na área ambiental.

O parque tecnológico permite, Senador Wellington, desenvolver a criação de cursos nas áreas tecnológicas, que demandam muitos ofícios na região, no Brasil central, cursos e ofícios.

Então, a gente vê o seguinte, essas comunidades são sedentas por conhecimento e desenvolvimento. As nossas comunidades internas estão preparadas com mestrado, doutorado, para atender as expectativas dessas regiões no interior do país, e o que a gente precisa é disso que aconteceu lá, é de incentivo governamental, e esse espaço nessa Comissão de Educação do Senado nos deixa muito felizes, porque aqui a gente pode externar e mostrar para o Brasil o que somos e para onde queremos ir.

Então, é o que eu queria colocar na minha fala antes desse vídeo, justamente para chamar a atenção para um aspecto em que uma das pessoas aqui fez uma pergunta. Realmente, o que a gente propõe é justamente, Tânia, que se faça uma avaliação no processo de expansão da rede e, antes de expandir com novas universidades, que invistam e consolidem o processo dessas seis supernovas no interior do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O André Gabriel comentou sobre inovação.

Eu comentei aqui, então, e a gente vai passar esse vídeo rapidinho.

André, você vai ter a oportunidade, você, que é de Pernambuco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AMÉRICO NUNES DA SILVEIRA NETO – ... uma região que tem um dos melhores parques tecnológicos do Brasil, lá em Recife, de ver que o exemplo de vocês já está acontecendo no interior, justamente numa das supernovas.

Isso nos orgulha muito, poder contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Por favor, pode passar o vídeo.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. AMÉRICO NUNES DA SILVEIRA NETO – Essa é a cidade de Jataí, tem 110 mil habitantes. Aí é o portal da universidade. Tem um plano diretor de desenvolvimento.

Essa é a região do parque, essa é a sede desse parque, que está em processo de construção.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. AMÉRICO NUNES DA SILVEIRA NETO – Então, é um dentre vários exemplos. O tempo nosso é curto, mas as outras supernovas também têm exemplos.

Uma das ações que a gente quer nesse parque é justamente, Tânia, pegar... Eu pedi a uma equipe para ir lá em Sobral, a cidade do nosso Ministro da Educação, e de lá trouxemos um exemplo que pode muito bem ser colocado dentro desse parque, que é a Casa do Professor, que seria uma equipe de 15 professores na área de licenciaturas para desenvolver um trabalho com todos os municípios da região, no sentido de melhorar o Ideb, para que esse Índice de Desenvolvimento da Educação Básica se eleve, semelhante ao que acontece no Ceará, para patamares em que não se precise depois de a gente criar um bônus regional.

O bônus regional é uma forma de tornar acessível à população regional. Mas nós já estamos pensando além, em desenvolver um projeto de formação continuada de professores, em parceria com as prefeituras, para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na nossa região e, assim, adentrar.

Então, realmente, o ensino básico tem que ser incentivado, e a população cobra isso. Nós estamos atentos, mas entendemos também que tão importante quanto o ensino básico é que se termine e se consolide o processo de implantação dessas seis supernovas, até porque é uma maneira coerente de otimização de recursos tornar esse processo consolidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um aspecto importante nas supernovas é que, em função das dificuldades por que nós passamos, nós somos o exemplo, dentro da rede, de universidades com menor custo de formação de alunos. Isso é interessante. Então, a gente tem muito para aprender, mas temos muito para ensinar. E pode ser, inclusive, um piloto para um novo modelo de universidade pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para concluir esse bloco, eu vou passar a palavra aqui ainda para a Roselma Lucchese, se ela quiser fazer alguma consideração sobre as perguntas, depois a Analy também. Aí nós vamos chamar o segundo bloco, mas ela vai ser a última. Ela vai ser a última, porque ela assim combinou, porque aí o MEC vai dar a palavra final, se tem dinheiro, o que está faltando, o que pode colocar mais. (*Risos.*)

Então, foi o combinado.

Reitora Roselma Lucchese, Magnífica.

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (Para expor.) – Obrigada pelo retorno, Senador. E eu quero falar, complementar algumas... Eu gosto muito dessa questão interativa. Nós temos, então, uma população nos assistindo, inclusive eu já recebi mensagens aqui do nosso DCE, eles também estão lá me assistindo, o Matheus – Matheus, um beijo aí para você, estou falando aqui que você já mandou mensagem para mim. Bem, tem algumas questões que eu acho extremamente importantes que a gente responda, já que é uma proposta interativa, e nós estamos aqui justamente para isso.

Então, essa resposta que eu vou falar tem a ver um pouco com a questão do André Gabriel e também com o Jhonatan. É isso mesmo.

Bem, então vamos lá. Quando a gente fala de evolução tecnológica e o que nós já estamos fazendo, o Prof. Américo apresentou uma faceta extremamente importante, e eu reforço: por que hoje temos um parque tecnológico em Jataí? Porque a universidade está lá, porque nós temos o capital intelectual para concorrer aos editais Finep e estamos ali com uma proposta de desenvolvimento local.

Quando essa região teria um parque tecnológico sem a existência de uma universidade? O que eu quero ressaltar é o seguinte, quando nós tiramos uma universidade de um grande centro, as condições desse grande centro conseguem repor essa ausência da universidade, ou que a sua ausência seja sentida de uma forma menor.

Se você tirar uma de nós na região onde nós estamos, o impacto é danoso e enorme. Se tirar hoje a Ufcat de Catalão, na região toda, que hoje é estabelecida pelo mercado local, pela circulação de pessoas, pela referência que somos em cultura, nós causamos um impacto em que a cidade regrediria drasticamente. Então, nós temos um impacto local muito mais pesado hoje em relação a um grande centro, por exemplo, São Paulo, por exemplo, Goiânia, por exemplo, BH. Então, é importante que nós ressaltemos também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além dessa tecnologia dura, a tecnologia leve e leve-dura que nós produzimos no local onde nós estamos. Por exemplo, Catalão hoje tem um projeto de monitoramento de grandes mamíferos que estão cercados em pequenas localidades, estão indo para cidades, um monitoramento de alta tecnologia e que é feito pela Ufcat. Reconhecimento de mamíferos nunca antes cadastrados, como a raposinha-do-cerrado, feito por nós – era um mamífero que talvez seria extinto e nunca seria catalogado. E nós temos essa condição hoje. Recuperação de nascentes e trabalho com a comunidade ribeirinha. E tem também alguém aqui que faz uma pergunta sobre meio ambiente e como é a relação nossa em políticas de sustentabilidade. Eu quero falar aqui que hoje nós somos uma instituição que recupera bacias hidrográficas. Nós trabalhamos com a comunidade ribeirinha, fazendo trabalhos dentro das suas propriedades, de que eu não vou lembrar exatamente o nome hoje, mas que preservam em relação ao dano da chuva e retêm a água. Nós, no Centro-Oeste, somos uma instituição que se preocupa com esse Centro-Oeste, hoje em ameaça, que é o grande berço das águas do nosso país, da América Latina, da América do Sul.

Então, isso é desenvolvimento de tecnologia, fora o que nós desenvolvemos de tecnologia dura, dura e leve na educação, formação de professores, relação com o ensino médio, o ensino básico. Nós precisamos, nunca antes precisamos tanto de professores no nosso país. Tem categoria de professores de áreas de conhecimento que estão entrando quase que em extinção, em colapso. Não vamos falar em extinção aqui.

Mas, enfim, eram essas questões que eu gostaria muito de trazer no momento. E para além de uma pergunta aqui que é feita: se nós realizamos um estudo de impacto econômico para a constituição de universidades. Eu queria deixar bem evidente que nós somos estruturas de 30, 40 anos, 20 anos. Nós éramos *campus*, nós estamos imersos nessa comunidade e nós, sim, temos respaldo, conhecimento e retorno do que a comunidade precisa em termos de formar profissionais para este momento. Não somos universidades criadas do zero, nós já temos uma estrutura e uma história, sobretudo com a nossa população local.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra a nossa Magnífica Reitora Analy Polizel.

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA (Para expor.) – Obrigada, Senador Wellington.

Complementando a pergunta do Jhonatan Linhares: "Como será desenvolvido [o projeto das] supernovas [...] sem uma pesquisa de mercado e economia local?".

Para a criação dos novos cursos implantados após a emancipação, houve uma pesquisa do mercado por meio da colaboração da Acir (Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis), assim como de associações das regiões dos municípios circunvizinhos, e fizemos uma pesquisa de mercado e de interesse também das escolas secundaristas, dos estudantes, tanto em Rondonópolis como em 19 municípios circunvizinhos, para a criação desses novos cursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existiam n propostas de diversos projetos pedagógicos. Os projetos pedagógicos foram implantados considerando essa pesquisa nas escolas secundaristas e no mercado de trabalho, por meio de um apoio das associações comerciais e industriais.

Uma outra pergunta, da Anna Carolina, do Rio de Janeiro, é quanto a projetos que fortaleçam a comunidade. Os projetos de extensão, a inserção curricular, a extensão propicia esse fortalecimento de integração entre universidade e sociedade.

Nós criamos um espaço específico, que é o Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, em um assentamento, um assentamento no Pontal do Areia. Lá são mais de 900 famílias no entorno da fazenda experimental da Universidade Federal de Rondonópolis, promovendo a integração com a comunidade e com a sociedade.

E esses projetos tendem a expandir por meio da curricularização, da extensão e de novas parcerias com entidades públicas e privadas de Rondonópolis e região, assim como as demais universidades do país, as recém-criadas, supernovas: Catalão, Jataí, Delta do Parnaíba, agreste pernambucano e norte do Tocantins.

Quanto à inovação e ao empreendedorismo, nós, por meio da criação de *startups*, empresas juniores, há uma evolução na (*Falha no áudio.*)... liderando as universidades no processo de inovação no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Dra. Roselma Lucchese pede para ter mais um tempinho aqui, porque ficou um assunto que ela quer abordar.

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (Para expor.) – Esse é um assunto familiar, eu vou apanhar na hora que chegar à casa.

Filha, eu também estou vendo que você está mandando mensagem para mim, está me acompanhando, postando no Instagram.

Um beijo, Lara. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bom.

Família é tudo. É a base, inclusive, eu faço muita questão de sempre falar aqui que hoje existe uma certa inversão no conceito brasileiro.

As famílias entendem, muitos estão entendendo, que o papel da escola é educar. E o papel da escola não é educar, o papel da escola é ensinar. O papel da família, sim, é educar, porque essa inversão tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causado, exatamente, alguns problemas, como a questão do desrespeito, principalmente a questão da segurança, e eu creio que até da falta de aprendizado.

Eu aqui quero até dizer, Tânia, o que sempre eu digo em todas as falas possíveis: creio que o Brasil precisava fazer um grande programa para que as nossas escolas não ficassem fechadas no final de semana, um programa em que as escolas fossem abertas, não com o papel de ensinar, mas muito mais de promover a educação com a participação da família, e aí, sim, ter a inversão, a associação de pais e mestres...

Quando tivemos esses problemas de segurança aqui, no Brasil, a gente viu muitas escolas, muitas cidades, muitos Prefeitos, aumentarem os muros e colocarem aquelas cercas concertinas. Eu creio que quanto mais isolada a escola estiver, no intramuros, mais isolada ela estará da participação da sociedade. Então, eu penso que, se as escolas tivessem apenas grade, no máximo uma grade protetora, e se fosse chamada a atenção da sociedade para isso, "olha, como está bonito o quintal daquela escola"... Por esses dias mesmo, eu passei por uma escola e vi lá uma horta. Na frente, havia grade na escola e bastante hortaliça, e eu falei: "Mas que coisa interessante!". Dessa forma, talvez, a gente pudesse, inclusive, despertar nas comunidades como melhor participar para que aquela escola fosse conservada.

Quando a gente vê uma escola depredada, normalmente é porque não está tendo esse entrosamento entre a família e a comunidade com a própria escola. Então, acho que, se a gente pudesse ter esse papel da escola, no final de semana, sendo o local para promover a educação do bairro, da comunidade, aí, sim, eu acho que seria muito interessante.

Inclusive, eu quero pedir ao MEC que me ajude, de repente, num projeto, que as nossas novíssimas universidades nos ajudem. Lá em Rondonópolis, nós temos um bom exemplo, que foi a implantação do primeiro curso da terceira idade, um curso de extensão da nossa Universidade Federal de Rondonópolis. O que é isso? Um curso a que a terceira idade é convidada a ir para ter aulas de educação de economia familiar, educação artística, palestras de toda a natureza, também de dança. E lá nós criamos, inclusive, um espaço, que é um sucesso. E depois, com a formatura das primeiras turmas, nós criamos também a Associação da Terceira Idade, que é um sucesso na cidade, cuja mensalidade os idosos, eles mesmos, pagam, além de a manterem, pagando aos professores... Toda semana, ali, eles têm aulas, danças, enfim, os encontros deles. É uma boa iniciativa que eu creio que a universidade está cumprindo, com esse papel de extensão.

Então, eu vou passar aqui agora, novamente também, ao Américo, ao nosso Reitor, pois ele queria fazer a última consideração para a gente chamar o segundo bloco.

O SR. AMÉRICO NUNES DA SILVEIRA NETO (Para expor.) – Certo. Obrigado, Senador Wellington.

Nós temos aqui umas perguntas muito interessantes e oportunas para a gente mostrar alguma coisa sobre a universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Júnior comenta aqui...

S Anna Carolina pergunta: "Haverá espaço para projetos que fortaleçam a comunidade e promovam a produção de políticas públicas nas supernovas?". Sim, é por aí. No caso de Jataí e das supernovas, das outras supernovas, durante a pandemia, nós, por uma questão de necessidade, tivemos que sair a campo e ajudar as nossas comunidades locais. Diversas ações de extensão foram promovidas junto à comunidade na área de saúde. Isso despertou, por exemplo, em Jataí, a necessidade da criação de um centro de divulgação científico e cultural, um centro, um local que tivesse uma interface entre a comunidade interna da universidade e a comunidade externa para fazer ações de extensão. Então, a Prefeitura de Jataí despertou para isso. Nós pegamos uma área que a gente tem muito nobre no centro da cidade, lá está sendo construído o Parque da Ciência e depois, na segunda etapa, será construído o Centro de Divulgação Científico e Cultural. Isso é um exemplo da Universidade Federal de São Carlos, que permite justamente, com essa ferramenta estratégica, que a universidade cumpra o seu papel, que é dar suporte às políticas públicas do Governo Federal, em várias ações nos bairros e em municípios circunvizinhos. Então, eu comentei, inclusive, da Casa do Professor, que é um sonho nosso.

Depois vem aqui o Júnior, do Acre: "Como garantir um ensino acadêmico público de qualidade àqueles que vivem no interior, longe dos grandes centros?". É justamente nessa linha. Você começa com ações de extensão que permitam colocar os nossos estudantes para atuarem junto à comunidade. Com isso, eles vão atuar na prática – por exemplo, o pessoal da área de saúde –, vão desenvolver suas atividades, ter uma interface com a comunidade local, levantando demandas. Essas demandas voltam para dentro da comunidade acadêmica para serem transformadas em pesquisa, em conhecimento e em produtos inovadores que, através do parque tecnológico, voltam para a sociedade, em benefício dessas regiões.

Então, estrategicamente, as supernovas estão no caminho certo e, por serem novas, têm mais facilidade de corresponder às inovações, tanto na política de ensino quanto nas políticas públicas que o MEC propõe, que a sociedade demanda. Talvez uma mais antiga tenha uma resistência maior, alguns vícios, o que dificulta a implementação. Então, a gente serve de piloto para várias ações e é isso que a gente está colocando aqui.

Estamos à disposição da Comissão de Educação, do Senado, do MEC, do Governo, para, realmente, fazermos políticas públicas, desenvolvermos e elevarmos o conhecimento, a produção de conhecimento e de benefícios para o interior do Brasil.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, então nós queremos agradecer a todos aqui, à Reitora Analy, à Roselma e também ao Américo, do primeiro bloco. Quero agradecer a vocês. Vocês estão convidados a estarem lá, agora, junto com todos os companheiros da plateia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permanece aqui a Tânia, que é o nosso Ministério da Educação, hoje; é uma instituição.

Vamos agora convidar, para o nosso segundo bloco, pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, o Sr. Airon Aparecido Silva de Melo. Falei correto? É "Airon" ou "Airôn"?

O SR. AIRON APARECIDO SILVA DE MELO (*Fora do microfone.*) – "Airôn".

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Airon Aparecido de Melo, o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; também o Magnífico Reitor João Paulo Sales Macedo, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba; e, completando, o Magnífico Reitor Ayrton Sieben, da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Imediatamente, passo então a palavra ao Airon Aparecido Silva de Melo, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Um dia me falaram assim: "Mas como é bonito ser chamado de magnífico!". Então, o Magnífico Reitor.

O SR. AIRON APARECIDO SILVA DE MELO (Para expor.) – Pois é, bom dia a todos.

Quero saudar o Senador Wellington Fagundes, nosso padrinho de todos os tempos; saudar a mesa; saudar a Tânia Mara, Diretora da Difes-SESu, que sempre está presente conosco; e saudar toda a comunidade.

Quero dizer, Senador, que essas são as mais novas universidades...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Antes que ele saia, eu quero interromper um pouquinho e agradecer aqui a presença do Chefe de Gabinete do Senador Wilder Morais, o Leandro... Aqui não me deram o nome completo...

O SR. LEANDRO MONTEIRO DE SOUZA MIRANDA (*Fora do microfone.*) – Leandro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Leandro Miranda.

Se você quiser apenas registrar, em nome do Senador, pode fazê-lo.

O SR. LEANDRO MONTEIRO DE SOUZA MIRANDA (Para expor.) – Senador, de forma bem breve, obrigado por ter feito o convite e prestigiar as duas universidades goianas.

Aqui quero reforçar o compromisso do Senador Wilder já feito diversas vezes com a educação do Estado de Goiás – e, inclusive, há projeto para uma terceira, supernova, de Porangatu. Então, quero agradecer demais o convite e a oportunidade de trazer os nossos dois Reitores aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E registro que o Senador Wilder também é um grande companheiro e tem feito todo o empenho não só pela nossa universidade mas também pelo Estado de Goiás. Ele é um companheiro também do Bloco Vanguarda, do meu partido, com quem eu tenho a grande satisfação de conviver aqui. Muito obrigado.

Com a palavra, então, Airon.

O SR. AIRON APARECIDO SILVA DE MELO (Para expor.) – Pois não, Senador.

Como eu estava dizendo, essas são as supernovas universidades do Brasil, as mais novas. E o nosso papel, quando nós fomos criados como *campus* fora de sede, é desenvolver o interior do país. Quando foram criadas as supernovas universidades, nós continuamos com este papel de desenvolvermos as nossas comunidades, e não só as comunidades locais onde nós convivemos mas todas as comunidades aqui em torno dos nossos estados.

Como foi mostrado, nós estamos em três Regiões do país, em cinco estados, em pontos fundamentais para o desenvolvimento. E todos nós temos esse compromisso. Eu, do Agreste de Pernambuco, sou agresteiro, sou lá da cidade de São Bento do Una, no Agreste de Pernambuco, e represento a terceira geração de sonhadores, porque nós tínhamos um projeto que vinha sendo sonhado, desenvolvido, há mais de 60 anos. E eu, como agresteiro, represento essa terceira geração. Então, nós estamos aqui representando as nossas comunidades, não só de Pernambuco mas de todos os outros estados onde nós estamos inseridos.

A nossa missão como universidade é desenvolver localmente. E, para isso, nós temos alguns exemplos. A cidade de Garanhuns fica localizada no Agreste, num microclima, mas dentro do Bioma Caatinga, um bioma específico brasileiro. E nossa função, nossa missão é desenvolver a comunidade do Semiárido, a comunidade do Bioma Caatinga. E com isso nós vimos desenvolvendo algumas tecnologias, grandes tecnologias que, antes de as universidades chegarem a essas regiões, nós não tínhamos. Hoje nós representamos, nas seis universidades, um quantitativo de pesquisadores, cientistas, mestres e a maioria doutores que trazem conhecimento de outras regiões e que desenvolvem toda a nossa região.

Lá em Garanhuns, nós hoje somos a menor universidade ainda do Brasil, temos sete cursos de graduação, mas todos eles interagindo com a comunidade. Nós temos cinco cursos, programas de mestrado, e agora no início do ano nós estaremos iniciando o primeiro doutorado do Agreste de Pernambuco.

Então, essa é a nossa interação com a comunidade. Nós estamos formando cidadãos que têm assumido o seu papel dentro da comunidade e, com isso, desenvolvido grandes tecnologias para toda a nossa comunidade.

Lá, nós somos uma região produtora do Estado de Pernambuco. O Agreste de Pernambuco representa 75% da produção de leite do nosso estado; é o grande centro produtor de aves, ovos e carne – minha cidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, São Bento do Una, é a quarta maior produtora de ovos do Brasil –; e somos grandes compradores de grãos de todo o Brasil, do Goiás, do Mato Grosso, da Bahia, de Sergipe. Com a interação dos nossos pesquisadores, da nossa universidade, nós estamos desenvolvendo, em conjunto com toda a sociedade, o Projeto Grãos Pernambuco. Estamos começando a produzir, em larga escala, com uma boa produtividade, milho, e a soja está chegando no Estado de Sergipe, no Estado de Alagoas, e há toda uma interação.

Além do mais, nós interagimos com a comunidade quando nós preparamos os nossos egressos para que eles possam assumir esses postos nas comunidades.

Um exemplo claro de uma nova tecnologia que se introduz, que leva ao desenvolvimento da comunidade: quando nós falamos em vinhos no Brasil, nós nos lembramos sempre do Rio Grande do Sul; nós nos lembramos do Vale do São Francisco, lá em Petrolina; mas, em Garanhuns, nós estamos começando a produzir vinho, através de uma nova tecnologia desenvolvida pela universidade, pela Embrapa e pelo instituto de pesquisas de Pernambuco.

Essa semana, eu estava vendo que a CNA realizou um concurso de vinhos aqui, no Brasil, e o nosso vinho de Garanhuns foi um dos campeões, um dos vinhos classificados como um dos melhores, hoje, oferecidos à comunidade do Brasil. Então, isso é tecnologia. É isso que nós estamos querendo para a nossa região.

Nossas universidades nasceram, como já foi apresentado, dentro de uma situação não muito viável. Nós fomos criados em 2018, 2019. Logo em seguida, veio uma pandemia, em que o senhor nos acompanhou muito bem, nos ajudou nesse período de pandemia; e, hoje, nós estamos precisando, sim, de um projeto que venha atender às demandas das supernovas, à demanda de implantação daquilo que as outras universidades que foram criadas antes da nossa – as novas e as novíssimas – tiveram, o que nós chamamos de enxoval, para que fossem implantados a sua estrutura física, os seus *campi*, o seu desenvolvimento, coisa que nós não tivemos.

Por isso, Senador, nós estamos aqui hoje, nesta audiência, pedindo a ajuda do Congresso Nacional, pedindo a ajuda de todos aqueles que fazem a educação no Brasil, para que a gente possa implementá-lo, uma vez que os nossos projetos foram desenvolvidos em cima de um projeto de desenvolvimento, de interiorização do ensino superior, que teve um sucesso e para o qual teve um financiamento. É isso que nós estamos aqui hoje pedindo aos senhores: que nós possamos discutir as supernovas universidades do Brasil e possamos tirar do papel aquele projeto tão maravilhoso, tão bem trabalhado que toda a nossa comunidade fez e apresentou ao ministério e ao Brasil.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dando sequência, agradecemos, Sr. Airon, e passamos aqui ao Magnífico Reitor João Paulo Sales Macedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, se quiser fazer algum comentário sobre as perguntas do e-Cidadania, pode já fazê-los.

O SR. JOÃO PAULO SALES MACEDO (Para expor.) – Muito bom dia a todas e a todos que nos acompanham, em especial ao Senador Wellington Fagundes, que preside esta audiência.

Na pessoa dele, quero cumprimentar todos os Senadores aqui que fazem parte da Comissão de Educação e Cultura, que sempre acolheram muito bem as demandas e a interlocução com as supernovas universidades.

E, ao mesmo tempo, reafirmar o agradecimento ao Senador Wellington como padrinho das supernovas, por toda a sensibilidade desde os projetos de criação e a luta ao longo desses anos, para que se viabilizem então as dotações necessárias para implementação dos códigos de vaga previstos nas nossas leis de criação, para servidores técnicos administrativos, sobretudo ocorrida semelhante ao ano passado, agora neste ano, para que a gente possa continuar nessa trilha e avançando nesse processo de implementação.

Também cumprimentar nossa queridíssima Tania Francisco, que tem nos acompanhado ao longo deste ano, nossos dramas, mas também nossas potencialidades. E tem feito essa interlocução conosco também com sensibilidade, junto com a Denise, a nossa Secretária da Sesu, e o nosso Ministro Camilo Santana, em torno então das pautas das supernovas.

E, ao mesmo tempo, cumprimentar nossos magníficos reitores das supernovas aqui presentes, nossas comunidades acadêmicas que nos acompanham nesta importante audiência em torno então de pautas tão importantes.

Eu vou acabar retomando alguns pontos, mas por uma questão mesmo de ficar cada vez mais registrada a importância que a gente tem em termos loco-regionais, mas sobretudo essa importância precisa ser consolidada através de um projeto de interiorização do ensino superior.

Acho que sobretudo o que está colocado, com as experiências que tivemos desde o processo de expansão com o Expandir, depois Reuni 1 ou o chamado Reuni 2, mas sobretudo com a implantação das últimas seis supernovas, assim denominadas, o que a gente precisa com essas experiências é que a gente tenha de fato uma linha bastante estratégica colocada em termos de qual é o projeto de interiorização, inclusive para as regiões que estão colocadas a partir da experiência que tivemos ao longo desses cinco anos.

Ou seja, é preciso que a gente faça um balanço do próprio Reuni, porque a gente ainda tem desafios do Reuni. Temos desafios que sobrepõem da experiência das supernovas agora, criadas numa outra conjuntura. E aí, a gente precisa traçar, para qualquer possibilidade de avançarmos no processo de expansão que tivemos na semana passada, o encontro das novíssimas e supernovas em Parnaíba, Senador.

Nós conseguimos sobreviver, nos fortalecer e afirmar as nossas potencialidades porque nós estamos juntas enquanto instituições. Isso é o que tem de mais inovador na história das seis supernovas. É o que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mais inovador porque todas as lutas que aconteceram foram juntas, apoiadas também pela rede que se constitui das bancadas dos nossos estados, já anunciadas aqui pelo senhor no início desta audiência.

E é preciso que se faça esse balanço para que a gente não sofra com as mesmas dificuldades ou que a gente possa, através das experiências inovadoras que conseguimos avançar, galgar ainda mais essa possibilidade de contribuir com o desenvolvimento loco-regional nessas experiências, nessas três regiões do país, como a Roselma colocou, que foram as últimas regiões que puderam contar com alguns estados com experiência de descentralização, e isso faz uma revolução do ponto de vista da inclusão no ensino superior, tanto do ponto de vista da graduação como do ponto de vista especialmente da pós-graduação. Vejam, muitas das nossas localidades não contavam com programas de pós-graduação ou passaram a contar, por exemplo, com cursos de doutorado depois, de fato, que nós fomos consolidadas, pelo menos em termos, enquanto universidades autônomas.

Então, isso traz uma qualificação do que a gente entrega para a sociedade de uma maneira fenomenal. E aí eu reafirmo a importância de que a gente tenha nesse balanço, de fato, um projeto de consolidação como tivemos anteriormente com as novíssimas, criadas em 2013, isso é fundamental para que a gente possa expandir. As nossas comunidades locais clamam por mais cursos – clamam por mais cursos. Em todas as regiões em que nos encontramos, nas cidades em que nós nos encontramos, há uma revolução do ponto de vista dessas cidades nos últimos anos e nas regiões. Vejam, Parnaíba está localizada em uma área de proteção ambiental, a área do Delta do Parnaíba. A universidade lida com os municípios da área da APA do Delta, mas também ela tem a sua área de abrangência que extrapola essa área. A UFDPar lida com 78 municípios na sua área de abrangência, que inclui não apenas a região da Planície Litorânea, como a dos Cocais, no Piauí, mas também inclui os Lençóis Maranhenses, no Maranhão, e a Serra da Ibiapaba, no Ceará.

Então, essa é a constituição da regionalização da nossa universidade e todas nós fomos criadas do ponto de vista do princípio da regionalização e do princípio da integração com as nossas comunidades. E isso abre um canal para a inclusão social, e aí é fundamental nesse debate, nesse projeto de consolidação, que a gente tenha, de fato, uma política forte de permanência.

Nas nossas localidades a permanência é fundamental. A gente chega a ter 70% do nosso corpo estudantil em situação de vulnerabilidade. Então, a gente amplia o acesso, mas a gente precisa garantir a permanência desses estudantes. Então, o fator da assistência estudantil é fundamental para a rede como um todo, mas para as supernovas é fundamental que ele, de fato, ocorra dentro do orçamento da rede das federais.

Mas eu queria, no pouco tempo que eu ainda tenho, apontar alguns aspectos que têm sido muito particulares na nossa realidade da UFDPar. Nós temos contribuído muito do ponto de vista da formação de professores, com três cursos de licenciatura. A gente tem uma escola conveniada com o município, onde a gente assiste, na educação infantil, cerca de 280 estudantes. Hoje é a escola com o melhor Ideb do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município, uma escola que está a todo momento sendo assistida com ações de extensão, atreladas a ações de inovação e pesquisa, inclusive, com possibilidades de a gente avançar do ponto de vista da saúde na escola, mas também com ações pedagógicas inovadoras, até mesmo trazendo os alunos da educação infantil para conhecer os nossos laboratórios dentro da universidade, inclusive da Estação de Aquicultura que nós temos, que é um laboratório vivo.

Então, isso traz uma outra perspectiva. É a escola mais procurada do nosso município. E temos trabalhado do ponto de vista de também fortalecer a gestão escolar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO SALES MACEDO – ... junto aos diretores da escola da Planície Litorânea no sentido de trabalhar não apenas do ponto de vista do ensino, mas do ponto de vista da gestão escolar, que é um grande desafio hoje para, inclusive, melhoria dos indicadores.

Na saúde, a gente também avança de maneira impressionante. A gente consegue fixar 67% dos estudantes de Medicina. Então, a implantação do curso de Medicina, em 2014, antes ainda da criação da nossa universidade, trouxe uma otimização da qualidade de uma série de serviços, o que é sentido com a implantação das residências médicas e multiprofissional e com os indicadores.

A gente precisa avançar. A gente, por exemplo, está pleiteando a questão do Hospital Universitário enquanto cenário, porque a gente não conta com um cenário de práticas, e essa é uma realidade de algumas das nossas supernovas. Algumas já têm, outras não.

E, para finalizar, a gente tem aí todo um trabalho junto aos povos e às comunidades tradicionais, já que a gente é uma região de área de proteção, que tem comunidades ribeirinhas, de assentamentos, quilombolas, mais distantes, indígenas e, também ali, na faixa litorânea, de pescadores e pescadoras artesanais.

Então, esse é um trabalho fundamental que é feito do ponto de vista da saúde, mas do ponto de vista também de ações extensionistas, que vêm fazendo todo um trabalho de articulação, fortalecendo a agricultura familiar de maneira muito forte, com a Estação de Aquicultura e Piscicultura, mas também o monitoramento de espécies marítimas, todo um trabalho envolvendo algas, todo um trabalho envolvendo inclusive as aves.

E hoje, para finalizar, para concluir, Senador Wellington, o Estado do Piauí, na região norte, está vivendo uma situação de transformação com toda uma política de implementação e desenvolvimento do Governo do Estado.

Ontem, foi inaugurada a primeira etapa do porto, que não tínhamos, e isso vai ser uma transformação. Amanhã, será inaugurada a planta de Hidrogênio Verde. Então, a gente está sendo demandado hoje pela universidade para que a gente amplie os nossos custos para que a gente possa... A universidade está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionada e contribuindo para esse processo de desenvolvimento. E hoje é o nosso grande gargalo. Nós já temos contribuído, mas podemos ainda mais, com o turismo, o turismo sustentável, todo o trabalho de mapeamento, de potencialidade, de cenários econômicos e painéis econômicos, para fortalecer o desenvolvimento com sustentabilidade.

Então, rapidamente, algumas informações, mas isso são experiências que estão colocadas de diversas formas no conjunto das nossas Supernovas com suas vocações. E gostaria apenas de registrar, por fim, que, de fato, tem sido um trabalho de muita transformação, de muito impacto, com as vocações que temos, mas com muito diálogo com as nossas comunidades, fazendo com que a universidade seja um patrimônio de difusão de conhecimento e produção de conhecimento, de inovação tecnológica e de inclusão social, mas também de cultura.

E isso faz com que a gente tenha que ter as condições para poder garantir essa permanência dos estudantes.

Então muitíssimo obrigado pela oportunidade.

Seguimos então para as outras intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com muita satisfação, quero aqui registrar a chegada do nosso Senador, o Líder, do Tocantins, que já está com a palavra.

Já foi aberta agora a sessão do Congresso também.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois é, eu queria primeiro pedir desculpa pelo atraso, e falar da nossa correria nesses dias. Vinte dias...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Também lá na Comissão do Orçamento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – É, eles estão votando ao mesmo tempo o Orçamento.

Primeiro, boa tarde a todos e a todas!

Eu cumprimento o Senador Wellington Fagundes, todos os Reitores, Reitoras, docentes e discentes das universidades, desde as supernovas com problemas super velhos.

Eu quero dizer que tive a oportunidade, sob a liderança do Senador Wellington Fagundes, de trabalhar na consolidação, na sanção. Evidentemente não é fácil criar universidade, imagine em tempos de pandemia.

Mas vou acompanhar aqui todas as apresentações, já que a gente tem esse recurso do registro nas páginas do Senado. Eu pedi à assessoria que acompanhasse. Quero renovar o compromisso com essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades. Eu acho que, como elas precisam de consolidação... Além de todo o trabalho feito por todas as universidades no meu estado, apesar de ser o mais novo, já vivemos isso com a Universidade Federal do Tocantins. E eu cumprimento aqui o nosso Reitor Airton, com a Universidade Federal do Norte do Tocantins. Como é um estado novo e só são duas universidades, a diferença fica muito gritante do ponto de vista da necessidade de consolidação de orçamento, espaço de vaga para funcionamento efetivo da universidade e a composição de orçamento também para os investimentos e funcionamento. Enfim...

O Senador Wellington Fagundes sempre foi um entusiasta. Em momentos de crise do debate, a gente sempre esteve presente com outros Parlamentares também que acompanharam esse debate aqui. Eu faço um registro também do Senador Vanderlan Cardoso, que esteve conosco o tempo inteiro nessa briga, a quem eu mando um abraço, e Senadores também de todos os estados envolvidos na dinâmica do ensino superior.

Então quero aqui desejar a todos um ano que foi compreendido como um ano ainda de adaptação ao primeiro ano do novo Governo. Mas quero dizer que nós estaremos aqui no começo do ano de 2024 lutando por aquilo que foi confirmado aí pelo nosso Senador Wellington com relação aos compromissos de relação com o Governo Federal e com os organismos do Ministério da Educação, com toda a agenda que foi definida pelo Senador Wellington. Podem contar com a minha presença e com o meu trabalho.

Só peço desculpas, porque agora a gente está nessa semana e na outra aqui no Senado, que precisam ter 20 dias. Eu não sei como é que a gente vai fazer para que isso funcione. Talvez uma questão ou de física quântica ou de inteligência artificial. Vamos dar um jeito aí.

Quero desejar a todos um feliz Natal e feliz Ano-Novo e manter o nosso gabinete à disposição desta causa, o que é muito importante para o país, independentemente de qualquer questão partidária de governo, a universidade é a verdadeira política pública de preparação da sociedade para dias melhores, então, sempre terá o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já em homenagem ao Senador Eduardo, eu vou passar imediatamente a palavra ao Tocantins, então, fala mais uma vez aqui o Tocantins, o nosso magnífico Reitor da Universidade do Norte do Tocantins, Airton Sieben.

O SR. AIRTON SIEBEN (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento primeiro o nosso Senador Wellington Fagundes, que tem nos acompanhado desde que assumi como reitor *pro tempore*, nessa parceria, nas dificuldades que estamos enfrentando para implantação dessas universidades supernovas.

Também quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, que teve um papel fundamental, pela Lei 13.856/19, como liderança para que essa universidade fosse sancionada em 2019. Agradecendo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabenizando ao Senador Eduardo Gomes, eu também agradeço e parabenizo a toda a bancada do Estado do Tocantins, que sempre esteve junto conosco nas nossas solicitações, nas mudanças de lei, na Lei LC 173, que nós tivemos que mudar, no cumprimento da LOA, em 2020/21, para liberação dos nossos cargos gratificados. Então a bancada do Tocantins sempre esteve junto conosco, com a liderança do Senador Eduardo Gomes.

Também quero cumprimentar esses guerreiros e guerreiras das universidades supernovas, que, na fase da pandemia e agora, mesmo pós-pandemia, tem se dedicado ao máximo para que nós continuemos nessa fase de implantação, no nosso caso de transição para implantação da UFMT.

Também cumprimento a Deputada Marinha Raupp, que está aqui conosco.

Também quero cumprimentar especialmente a nossa Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Profa. Kênia Rodrigues, que está nos acompanhando, mas, em função da distância, é um grupo mais reduzido, não tão amplo quanto Catalão, que conseguiu em grande número estar presente.

E também cumprimento todos e todas que nos assistem de forma remota nesta reunião tão importante.

Em 2015/16, quando nós começamos a discussão de uma nova universidade, nós perguntamos por que criar mais uma universidade. Então as motivações naquele momento foram a questão da descentralização da gestão, que estava na UFT, que cresceu enormemente, e também para atender melhor a sociedade do centro-norte tocantinense, uma sociedade complexa, diversa, política, econômica, social e culturalmente falando, com inúmeras comunidades tradicionais, ribeirinhos, territórios indígenas, quilombolas e também com um potencial processo produtivo muito grande voltado para a agropecuária. Então, surgiu nesse momento a ideia de incrementar uma dinâmica, a universidade cria uma dinâmica de crescimento da economia regional. Por esse fato, já tem uma importância muito grande e justifica o porquê dessa batalha, dessa luta em função das universidades.

A universidade possibilita que o potencial da região se amplifique, mais diverso, com formação de mão de obra e fixação de profissionais, porque também temos um problema na formação de profissionais locais que atendam às demandas, às necessidades locais, na área da saúde, do ensino, da educação, da tecnologia e da agropecuária, como nós falamos.

Em Araguaína, por exemplo, você vê uma formação de pessoas, oriundas de outros locais do país, sobretudo voltadas para a agropecuária. Nossa ideia é, também nesse processo de ampliação, consolidação e implantação da UFNT, possibilitar a formação em outras áreas, nos demais cursos de graduação, em que temos uma formação local.

A existência de uma universidade – não só a UFNT, como todas as outras cinco universidades supernovas, e as novíssimas, como foi retratado aqui pelo Reitor João Paulo, e de todas as outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades –, tem essa capacidade de valorizar a cadeia de produção local, de agregar valor, pela produção de conhecimento e de ciência, de forma articulada com essas demandas locais e regionais das diversas áreas do conhecimento, da inovação, da tecnologia, da produção agropecuária e do desenvolvimento social também, que é muito importante, haja vista que a Universidade Federal do Norte do Tocantins está localizada nessa área que também necessita de muito desenvolvimento social, de tecnologias sociais na agroindústria, de melhoria na educação.

E eu quero ressaltar que...

Tânia, eu me esqueci de cumprimentar você, desculpe-me, mas como você é representante do MEC... Desculpe por não ter cumprimentado você, mas eu quero ressaltar que aquilo que nós precisamos, aquilo que nós queremos, não é um custo, não requer um investimento muito grande, por parte do MEC, mas o retorno social e econômico para as regiões é enorme, muito maior do que os investimentos em todas as áreas, porque o nosso objetivo também é ampliar... Não são cursos que, de certa forma, necessitam de um grande aporte de investimento, são cursos voltados para as necessidades da região, às vezes cursos mais baratos, mas que trazem esse incremento social muito grande.

A região geográfica intermediária de Araguaína, que conta hoje com 66 municípios, extrapola os limites do Tocantins. Ela se expande para o Maranhão e também para o Pará.

Então, se nós formos fazer um levantamento quantitativo populacional, ela extrapola 1,5 milhão de habitantes. É a universidade de entrada da Amazônia, localizada na Amazônia legal, na Região Norte do país, que tem um menor número de universidades federais instaladas. Então, temos essa importância regional nessa região.

Os nossos questionamentos, feitos pelos nossos colegas que estão interagindo conosco, falam muito de tecnologia. Na Universidade Federal do Norte do Tocantins, criamos um instituto de inovação e empreendedorismo, articulado com a questão da internacionalização, e estamos localizados numa cidade – articulados com a política local também –, que é campeã em 5G no país como um todo.

Então, já que há um questionamento muito grande por parte dos que nos acompanham, sobretudo de forma remota, eu vejo que, a exemplo da de Jataí e outras universidades, há uma preocupação tecnológica, e nós já estamos enveredando por esse caminho.

Óbvio que há muito a ser feito, a ser planejado, a ser conquistado ainda. A UFNT tem uma área de abrangência de quase 200km a partir da sua sede, que é Araguaína. Temos mais um outro *campus* também, que fica a 140km, e uma futura instalação de mais dois outros, conforme já está previsto na nossa lei de criação. E nesses cursos, nesses locais, obviamente, nosso objetivo é a criação de mais cursos que atendam a essa demanda regional. E, também, nós estamos localizados, Senador, numa área de grandes projetos políticos econômicos: um caudal aí que envolve os Rios Araguaia e Tocantins. Então, há uma diversidade muito grande, que a universidade... Eu falo especificamente da UFNT, mas, obviamente, quando eu falo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas questões locais, regionais, também se repete para as outras universidades supernovas; ou seja, nós temos uma diversidade muito grande. O Brasil é muito diverso e muito rico.

Nós temos previstos para o futuro aí uma universidade com expansão para atender áreas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AIRTON SIEBEN – ... descobertas na área da educação, com alguns poucos cursos. O nosso nicho é educação. A nossa preocupação é com o ensino básico também. A maior parte dos nossos 17 cursos de graduação são as licenciaturas, que estão articuladas já com o ensino básico, o ensino fundamental, através de projetos como o Pibid, residência pedagógica e outros. Além disso, também temos uma extensão bastante forte. A universidade já traz esse tripé "ensino, pesquisa e extensão" muito forte, atrelado às necessidades, inclusive interlocução com as comunidades locais. Nossos cursos que nós objetivamos são cursos de baixo impacto para o MEC – baixo impacto econômico –, mas de grande impacto social para a região.

E, nesse sentido, eu peço mais uma vez o apoio e que continue esse apoio por parte do Senador Wellington Fagundes e dos demais Senadores e Parlamentares dos estados onde estão localizadas as universidades federais supernovas; que olhem com carinho essas nossas regiões, essas nossas necessidades, porque investir em educação não é gasto, é investimento. Com certeza vai gerar emprego e renda para as regiões onde elas estão instaladas, o que fortifica essas relações tanto com a sociedade quanto com a parte política e com a parte da ciência, na qual nós temos conhecimento.

Então, mais uma vez agradecendo, Senador Wellington Fagundes, fico muito feliz com a presença aqui do representante de Tocantins, Senador Eduardo Gomes, e desta forma parabenizo essa iniciativa, Senador, e agradeço a todos e todas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos, então, agora, antes de passar a palavra aqui para a nossa representante da instituição, Tânia Mara Francisco, também registrar aqui a presença dos Pró-Reitores da Universidade de Catalão: Fabiana Alves, Emerson Gervásio, Heber de Paula e Moisés Lemos, além também de servidores e professores e técnicos administrativos também da Universidade Federal de Catalão.

Passo agora, com muita satisfação, a palavra à Sra. Tânia Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO (Para expor.) – Olá! Acho que já é boa tarde, a todos e a todas.

Agradeço e saúdo aqui o Senador Wellington, o Senador Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela presença, magníficos reitores, magníficas reitoras das nossas queridas universidades supernovas.

Eu passei um... Não sei se chegou lá, porque eu não ia fazer uma apresentação não – sabe, Senador? Mas eu tenho uma apresentação aqui que tem um mapa muito interessante.

Não chegou? (*Pausa.*)

Mas, se não chegou, a gente faz sem. Mas é que eu achei que era interessante, porque ele mostra a distribuição das instituições, quando a gente está falando de... ce@senado.leg.br.

Aqui está constando como enviada. (*Pausa.*)

É. Vou encaminhar de novo, mas aqui está constando como enviada.

Mas, de qualquer forma, como eu não tinha passado antes, não quero também atrapalhar. Vou só tentar encaminhar novamente. (*Pausa.*)

Mandei duas vezes.

Nós podemos ir caminhando.

Quero também saudar os pró-reitores que estão aqui e as comunidades acadêmicas que, com certeza, estão acompanhando, a Deputada. Muito obrigada, Deputada, pela presença.

Então, vamos conversar sobre as questões das supernovas.

Eu fiz questão de ficar por último para poder ouvir o que as universidades trariam aqui em relação às suas demandas, qual seria o objetivo principal da nossa conversa aqui.

Então, a primeira questão que eu gostaria de colocar é sobre a importância da audiência, porque eu acho que isso realmente faz uma grande diferença, trazer para o Legislativo as questões que nós temos lá no Executivo.

O Senador Wellington fez, várias vezes, algumas provocações para mim – precisamos disso, precisamos daquilo... A gente precisa de uma integração com o Legislativo para que a gente possa avançar nas pautas. Se a gente não tem o apoio do Legislativo, a gente não consegue, por exemplo, criar cargos novos, não consegue... (*Pausa.*)

Ah, muito obrigada. Está bem. Muito obrigada.

Não consegue ter mais orçamento.

Então, a gente precisa trabalhar em conjunto mesmo, e por isso que é muito importante o apoio do Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre a importância dessa audiência, acho que foi uma inteligência dos reitores com os Senadores e isso é muito importante.

O Senador Flávio precisou se retirar, mas também quero registrar uma saudação a ele.

Uma questão importante que eu queria colocar, e eu acho que alguns Reitores já a abordaram, é o diálogo, a aproximação do MEC com as instituições. Então, nós temos interagido com as 69 universidades, mas com as supernovas, em especial, tivemos reuniões específicas. E, dentro do conjunto de fala dos Reitores, falaram, por exemplo, de um projeto de implantação, que a gente até demandou que as universidades apresentassem já num outro contexto, porque essas instituições começaram a funcionar em 2018, 2019. Então, não é um projeto, vamos dizer, cru, já é um projeto com uma experiência do que são essas instituições no contexto. Inclusive, algumas perguntas aqui falaram muito a respeito disso, do contexto regional, da necessidade, da interação, do que são os cursos oferecidos, com as necessidades da região, com as demandas. Nós sabemos que, quando uma universidade, como vocês sabem, sejam só desmembramentos... O crescimento da universidade, a ampliação do número de alunos, do número de cursos vai trazendo um desenvolvimento diferente para a região. A gente tem essa experiência, por isso que eu quis passar esta apresentação, que eu não vou fazer inteira, vou pular alguns eslaides, mas eu achei importante mostrar algumas coisas aqui.

Então, vamos lá. A primeira questão que eu tinha anotado aqui já no meu Word... Mas, então, vou falar um pouquinho do PNE, ou seja, a importância de termos essa expansão, considerando as metas que precisamos cumprir do Plano Nacional de Educação – ele vai ser agora revisado, deve ter uma nova lei, um novo plano a ser encaminhado e votado por este Congresso, por este Senado em 2024, porque ele vale até 2024. Hoje, nós temos ainda uma necessidade de avançar bastante para alcançar essas metas estabelecidas. Então, na meta de 50%, nós temos...

Fui eu que fiz alguma coisa? Desligou alguma televisão? (*Pausa.*)

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO – Problema de mau contato, está bom. Voltou e "desvoltou".

A gente tem, então, a meta de 50% e nós realizamos apenas 38%, se não me engano – está ali escondido. Então, precisamos oferecer mais vagas – 38%, eu me lembrei bem – para poder alcançar as metas de termos os nossos jovens na universidade. Aqui é a meta líquida que diz respeito aos jovens de 18 a 24 anos, a meta é de 33% dos jovens de 18 a 24 anos, e temos apenas 25% desses jovens nas universidades. Então, é para mostrar a importância da ampliação, a importância da criação de novas vagas para os nossos alunos no país.

Aqui é um eslaide que fala sobre o PPA. Então, novamente temos aí...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Está flutuando lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO – É verdade, ali está aparecendo.

Então, PPA: nós temos o plano plurianual. Fizemos uma proposta de programa para educação superior. Essa proposta, como vocês podem ler lá, está passando aqui, em votação na Comissão de Orçamento – inclusive, o Senador Eduardo deve estar participando desse debate ativamente –, em que nós falamos em diversidade, equidade, inclusão, sustentabilidade nas diversas dimensões de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa, inovação, internacionalização, que hoje – inclusive o Reitor aqui falou do tripé, e nós temos falado de cinco dimensões – cinco dimensões, e não mais três. É claro que a gente tem lá isso consagrado, tanto na Constituição Federal quanto na LDB, mas nós entendemos que hoje, além do ensino, da pesquisa e da extensão, nós temos a inovação e a internacionalização como dimensões das universidades que precisam ter uma atenção e uma integração. Estávamos falando antes também com o Senador Flávio sobre essa questão da integração.

Hoje, o que é a extensão? A extensão perpassa todas essas dimensões que nós temos aqui e é, por isso também vou mostrar depois o mapa, a ponte da universidade com a sociedade, então é ali que a gente interage com a sociedade. Quando a gente fala em fixação de alunos, aí vou responder até uma provocação também aqui do Senador sobre a questão do bônus: hoje tem um projeto de lei tramitando aqui no Congresso Nacional.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO – Nossa, mas nem comecei. (*Risos.*) Vamos lá, vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Será dado mais tempo.

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO – O.k.

Há um projeto no Congresso Nacional sobre os bônus, porque existe uma discussão jurídica aí sobre se esse bônus interferiria com as reservas de vagas. Não interfere, pelo nosso entendimento, com reservas de vagas. O MEC está se manifestando favoravelmente ao bônus, porque é uma ferramenta que se mostrou bastante estratégica, principalmente em relação à fixação de egressos, porque a gente fala assim: "Vamos levar a universidade para o interior". Mas, se eu não conseguir fixar o egresso, o efeito é quase nulo, porque o aluno vai lá, faz o curso em Jataí e depois vai exercitar a sua profissão em São Paulo. Então é importante que a gente tenha esse bônus, sim. E, como eu disse, acho que – não, não vamos reiniciar nada, por favor –, quando a gente trabalha essa ideia de interiorização, a gente relacionar com o bônus traz aí uma questão. O exemplo aqui de Rondonópolis é maravilhoso. O próprio exemplo do UFDPar também, quando disse que 67% dos seus alunos de Medicina ficaram naquele local. Nós sabemos a necessidade que temos dos médicos no interior do país, então isso, acho que não tem comparação com o que a gente faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no PPA a gente tem algumas coisas, mas aqui está o mapa. Vejam, é o que eu queria mais mostrar quando a gente fala de interiorização. Em 2005, nós tínhamos aquela fotografia. Em 2022 – então, em 2005, com 103 municípios –, hoje nós estamos com 914 municípios atendidos pelas universidades federais, seja com seus diversos *campi*, seja com polos de educação à distância. Então aqui é a capacidade de transformação e de desenvolvimento econômico e social, a ser produzido a partir da capilaridade que as universidades têm. Então, se, em cada lugarzinho desse, a gente tiver projetos de extensão, tiver cursos que atendam a região, nós vamos ter o crescimento e desenvolvimento do país impulsionado pelas nossas instituições de educação superior.

Aqui eu vou pular, porque são alguns dados que a gente...

Aqui é um dado interessante, mas também não vai trazer uma informação muito relevante para as supernovas, mas a gente está falando aqui dos nossos professores, da distribuição... perdão, dos alunos e dos professores.

Então, a relação que nós temos, aluno-professor, e como isso se dá na distribuição do país: 284 municípios aparecem ali, é o dado do Inep em relação aos *campi* de educação presencial.

Orçamento. É importante a gente falar, porque as supernovas precisam de mais orçamento. Vocês vieram aqui e falaram: "Preciso de mais orçamento". Realmente, mas quando a gente olha, o orçamento para as instituições federais de ensino superior teve uma queda de mais de 30% nos últimos quatro anos.

Neste ano, aprovado, apoiado pelos Senadores, Deputados, pela Câmara, foi possível, através de uma lei, na verdade, emenda constitucional, PEC, ampliar o orçamento das universidades federais. Pontualmente, foi inserido um valor adicional para que a gente pudesse trabalhar no exercício de 2023.

Quando a gente olha aquela curva, passada uma projeção, de 2023, de R$5,5 bilhões para R$7 bilhões, isso foi o que efetivamente garantiu que as instituições funcionassem neste ano, porque com R$5 bilhões a expectativa que existia era a de que as universidades não conseguiriam chegar até a metade do ano pagando as suas despesas de funcionamento. Então, isso aqui é importante.

Hoje, nós temos um modelo de partição. Esse modelo de partição – aqui é o mesmo dado em outros gráficos, com o IPCA – é baseado na quantidade de alunos, então, também por isso é a questão da implantação, da necessidade de um projeto, porque as universidades começaram sem ter aquele recurso adicional de início, de implantação, e foram... Agora já estamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO – ... em 2023, com uma quantidade de alunos que, no modelo de partição, acaba sendo prejudicial para a instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu mostrei um pouco das questões da neoindustrialização, da inovação, que são coisas que as universidades lideram nas áreas onde elas trabalham.

E isto aqui: sustentabilidade. A gente precisa focar. Nós temos conversado muito sobre isso. Hoje nós teremos uma reunião aberta no Ministério da Educação, às 16h, com parceiros, com o Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a AGU e com a Embrapii, que é uma empresa, e o nosso foco é: recursos de fomento para pesquisa, modificação e implantação de tecnologias sustentáveis nas instituições federais.

Aqui é um diagrama das cinco dimensões que eu coloquei: ensino, pesquisa, internacionalização, inovação e extensão, e como se relacionam com os ODS em geral.

Vou pular aqui, porque a gente tem...

Aqui a ideia era mostrar as diversas metas dos ODS que interagem com as universidades. Vou colocar só um aqui, importantíssimo para o Brasil. O Brasil colocou um enunciado diferente do das Nações Unidas: fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas e aumentar a produtividade agregada da economia.

Veja que daí, nessa meta, tem dois detalhamentos ali: aumentar para 3 mil o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de habitantes e aumentar para 120 mil o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas. Então, são metas ambiciosas para o país, e a presença das universidades está lá.

Rapidamente, aqui tem algumas cenas chocantes que a gente tem visto que guardam relação com a necessidade do que a gente precisa de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, de inteligência artificial e de outras ferramentas que estão lá na inteligência dos nossos pesquisadores nas nossas universidades.

Ali, o Rio Solimões. É algo chocante, fiquei até arrepiada. Cada vez que eu vejo, me dá uma sensação... Ali, o Rio Negro, com os barcos encalhados. Então, é algo realmente muito triste.

Aqui, como a gente está falando de ODS, do desenvolvimento sustentável, da importância das universidades na interiorização, da presença delas lá, há a questão da desigualdade social e da pobreza, que é uma questão hoje crítica também. A gente vê ali a falta de saneamento, e isso tem tudo a ver com os objetivos das nossas instituições.

Quando a gente fala dos ODS, ainda colocando aqui, esta área vermelha representa áreas que estão muito abaixo do desenvolvimento mínimo necessário. Quanto à laranja e à amarela, quando a gente olha para o Brasil e olha aquele mapa, a gente vê a responsabilidade das universidades federais em relação ao desenvolvimento sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui, então, uma quantidade muito pequena adequada. É isto: a importância das universidades nas áreas vermelhas, das supernovas, para produzir essa pesquisa, esse desenvolvimento tecnológico focado, não só tecnológico, mas social, como a gente viu, focado, para o país.

Aqui, um quadro que eu trouxe também, rapidamente, mas são pontos onde a ONU tem aplicado recursos objetivamente. E aqui a ideia é dizer também da importância – por isso que eu trouxe as cinco dimensões – da internacionalização e da busca desses recursos para as instituições.

Eu vou passar aqui, porque a gente ia falar um pouco, mas já passei muito do tempo. Aqui são questões relacionadas à pesquisa, inovação, internacionalização, agências de fomento, fundações de apoio, marco legal da inovação, coisas que a gente precisa trazer para este debate e ampliar.

Hoje, inclusive, teremos um debate também, Deputada, sobre essa lei nesta reunião. Se for presencial, sala 621, no 6º andar do MEC. Se quiser, depois a gente passa o *link* para participar *online*.

Então, algumas políticas. Nós temos o programa Universidades Federais Sustentáveis, que vai atingir as supernovas, que, como a gente viu, serão ali essenciais para trabalhar a questão da sustentabilidade naquele mapa que nós vimos, em vermelho. Temos também a transição energética e ecológica; a educação ambiental, coisas que nós já fazemos nas supernovas; a integração acadêmica; a interação com a sociedade; a entrega de produtos, de serviços, junto com a sociedade, através da extensão integrada na pesquisa e inovação – ou seja, a gente tem que trabalhar não só a interação, mas a entrega das coisas, porque a gente faz a pesquisa... Como eu falei para o Senador Flávio mais cedo também, se você faz a pesquisa, mas ela não tem uma aplicação, a gente não tem o ganho para o país daquilo que a gente está fazendo.

Política de incentivo à internacionalização. Hoje, somos cidadãos globais e precisamos interagir com o mundo.

Fomento da extensão. A gente mostrou lá a capilaridade das universidades.

Aqui, parcerias que estamos tratando.

E aqui eu acabei esta apresentação, mas ainda tem só mais uma coisinha para falar aqui, Senador.

Temos esse gráfico que a gente colocou aqui, mas é sobre pessoal. Por que eu quero falar especificamente sobre isso? Porque eu sei que é uma demanda, hoje, das mais urgentes das universidades.

Elas foram criadas com alguns quadros. Então, a lei traz lá uma quantidade, todas elas. Para o FAP, como a gente colocou, uma quantidade razoável, suficiente, mas, para as outras, ainda precisamos caminhar.

Quando o senhor falou sobre o MGI, é importantíssimo que a gente interaja com o MGI. É uma pena que o MGI não estivesse aqui, porque hoje a gente tem uma questão, que tivemos uma portaria que criou cargos de técnico-administrativo. Só que nós não temos ainda esses cargos disponibilizados para provimento. Então, a gente precisa avançar tanto na resolução técnica dessas questões quanto, também, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de novos cargos, porque hoje a gente tem o Anexo V da lei orçamentária – e isso passará; já está tramitando aqui, no Congresso –, e esse Anexo V traz uma limitação importante nesses cargos.

Então, a gente precisa ali de uma ampliação desse Anexo V para que a gente possa, efetivamente, pegar e falar para as universidades: "Olha, vocês vão ter os profissionais necessários para produzir tudo isto que a gente quer muito, ciência, tecnologia, inovação, ensino e desenvolvimento socioeconômico para o país".

Eu falo muito geralmente. Desculpem-me por ter falado muito, mas agradeço a oportunidade de participar e trazer aqui as questões do MEC. Também vou levar de volta o que o senhor pediu. Já anotei aqui a questão das escolas de ensino básico, da abertura nos finais de semana. Acho que é um projeto muito importante mesmo e vou levar para as outras secretarias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos imensamente, então, aqui a presença do Ministério da Educação, representado pela Sra. Tânia Mara Francisco.

Senador Eduardo Gomes, gostaria de fazer alguma consideração final?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Apenas agradecer a oportunidade e pedir à Comissão que disponibilize as apresentações. Já estão na página, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já estão na página.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Em especial, essa.

Depois, eu vou conversar com o Prof. Airton, porque a gente ficou de fora dos investimentos da ONU, para a gente conseguir lá tanto a UFT como a UFNT. Eu tenho insistido muito, porque eu acho que é um caminho agora. A gente não pode esquecer... Eu não sei exatamente, porque eu já sou parceiro da Universidade Federal do Tocantins há mais de 20 anos e, em especial, tenho uma experiência boa de registrar, que é a Universidade da Maturidade, que tem sede própria e que foi, na época, inaugurada pelo então Secretário da Educação, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, quando eu era Deputado Federal ainda.

Então, eu acho que tem um *link* muito forte que pode ser feito, principalmente sob o ponto de vista de captação do terceiro setor e de outras instituições, lembrando, como se a gente tivesse aí o G20 das universidades, não é? Eu acho que é uma grande oportunidade para as universidades brasileiras terem um foco. Acho que, ao nosso Ministro, o Senador Camilo, é importante que a gente aproveite a abertura não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só da COP como também da reunião do G20 no país, para ter essa interação e uma injeção de investimentos, sob o ponto de vista das experiências de parceria e extensão das universidades no país.

Parabéns. Muito obrigado a todos que vieram. E só peço desculpa ao nosso Presidente, porque eu tive que ficar me dividindo aí – daqui a pouco vou para o Orçamento, parece que pintou acordo, aí vamos resolver isso aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Precisamos falar então sobre o orçamento.

Bom, partindo já para o encerramento, mas, por questão de lealdade aqui aos meus companheiros de bancada, sendo fiel, eu quero dizer que, das emendas coletivas, nós as apresentamos, no Mato Grosso, com as seguintes parcerias: para a UFMT, uma parceria do Deputado Abilio, Deputado Fabio Garcia, Deputada Coronel Fernanda, Senador Jayme Campos e Senador Wellington Fagundes; para o IFMT (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso), Deputado Abilio, Deputado Fabio Garcia, Deputada Coronel Fernanda, Deputado Coronel Assis, Deputado Emanuel Pinheiro, Senador Jayme Campos e Senador Wellington Fagundes; e, para a Universidade Federal de Rondonópolis, Senador Jayme Campos e Senador Wellington Fagundes. E aí, Sra. Tânia, eu registro que colocamos, então, de emendas de bancada, R$70,656 milhões para essas instituições. Então, acho que é uma importância que nós do Mato Grosso reconhecemos, sabendo do papel dessas instituições.

E eu quero aqui também – ainda indo para o encerramento –, como família, eu preciso registrar aqui, quero registrar, faço questão de registrar também o papel da minha esposa, Mariene Fagundes, que está acompanhando, que me ajuda muito em todo projeto também, nessa área da educação; é uma entusiasta. E registro também as minhas irmãs, todas professoras: a minha irmã mais velha, Euranides Pereira Fagundes, que é freira franciscana, Professora; também a Sirani Fagundes Fagundes – duas vezes Fagundes, porque ela se casou com outro Fagundes, que não era parente, e então ela ficou com o nome Sirani Fagundes Fagundes –; a Elenita Freitas Fagundes; e a Clotildes Duarte Fagundes, aí na ordem pela idade. E eu também fui professor, então eu me considero também, aqui, e quero registrar isso também, por ter sido também um professor. E continuamos; na vida política, tem que ser professor de tudo, não é, Eduardo? Temos que continuar aqui nessa...

Vou chamar um vídeo aqui, para encerrar, mas, antes do vídeo, eu quero aqui rapidamente registrar que eu tenho muita propriedade para falar o quanto enche o meu coração citar, dizer das nossas supernovas universidades do Brasil.

Eu tenho o privilégio de acompanhar de perto a luta também pela nossa Universidade Federal de Rondonópolis. Rondonópolis é uma cidade do interior de Mato Grosso, com uma população de mais de 250 mil habitantes, um dos principais polos do agronegócio brasileiro. E, apesar de todo esse bairrismo, eu trago números que me enchem o peito para falar ainda mais de Rondonópolis, que comemorou nesse domingo agora 70 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha cidade natal é a segunda maior exportadora de soja do Brasil e a sua produção agrícola é responsável por gerar milhares de empregos e renda para a nossa população. Além disso, Rondonópolis é um importante centro de distribuição e logística, justamente porque está num entroncamento rodoviário e ferroviário. Temos lá o maior terminal ferroviário da América Latina e agora, com a ferrovia avançando, a primeira ferrovia estadual do Brasil, avançando de Rondonópolis, Cuiabá, a Lucas do Rio Verde, ao Nortão do Mato Grosso.

E aí, Senador Eduardo, eu registro aqui, mais uma vez, o papel de V. Exa., do Senador Jayme Campos, de todo o Senado aqui. E falo também do Jean Paul Prates, que foi o Relator do novo marco regulatório ferroviário, que permitiu então que a gente pudesse ter hoje ferrovias por autorização estadual e até municipal também.

E, com isso, então, eu registro que Rondonópolis tem sua localização privilegiada e facilita com isso o escoamento da produção agrícola para os mercados internos e externos.

Quando a gente luta pelo ensino, a gente luta, consequentemente, pelo progresso de tudo isso. E quero registrar que recentemente a Universidade Federal de Rondonópolis foi eleita a universidade mais empreendedora do meu estado, por coincidência, da minha cidade natal, o que eu quero aqui repetir. Esses resultados foram divulgados recentemente pelo *ranking* nacional das universidades empreendedoras. Neste *ranking*, a Universidade Federal de Rondonópolis ainda ocupa a quinta colocação na Região Centro-Oeste e é a 29ª no *ranking* geral, composto por 108 instituições de ensino superior.

Esse é um resultado que nos orgulha e nos motiva a continuar trabalhando para promover a inovação e o empreendedorismo entre os alunos e o corpo docente dessa universidade e de todas as nossas supernovas universidades. Eu digo isso porque me consideram lá como pai da Universidade Federal de Rondonópolis, mas eu sempre brinco com a nossa Reitora Analy que eu não quero ser só pai, eu quero ser pai, avô, tataravô dessa instituição, porque, claro, a gente quer que se perpetue uma instituição forte, principalmente para que as nossas futuras gerações tenham nas nossas universidades exatamente aquilo de que a gente mais precisa: a pesquisa, o ensino de qualidade, para que a gente possa ter também, é claro, um meio ambiente, um mundo melhor.

Quero que a nossa luta beneficie não só uma geração mas todas que estão por vir. E agora, esse vídeo que vamos mostrar mostra um passado recente e espetacular de nossa luta e de nossas glórias pela Universidade Federal de Rondonópolis.

Eu peço já que passe o vídeo e, enquanto passa o vídeo, quero convidar a todos para a gente tirar uma foto, para que fique registrada aqui também na nossa história. (*Palmas.*)

Vamos ao vídeo, o.k.?

Todos estão convidados para a foto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nada mais havendo a tratar, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos presentes nesta nossa reunião, que eu acho que foi brilhante. Agradeço aqui a presença de todos que vieram, aqueles que participaram virtualmente e aqueles que nos acompanharam. E eu tenho certeza de que isto aqui fica nos anais e servirá também de documento para que essas universidades possam apresentar para os nossos alunos esse empenho que todos nós aqui estamos fazendo.

Então, Tânia, eu gostaria que você também levasse isto aqui ao nosso ministro. Gostaríamos muito que a posse desses novos reitores eleitos... Já está definido dia? Ainda não, não é?

A SRA. TÂNIA MARA FRANCISCO (*Fora do microfone*.) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Me parece que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Final de janeiro ou fevereiro.

Gostaríamos muito que a gente pudesse fazer uma posse com uma cerimônia bacana também. Eu tenho ido a posses lá no ministério e, às vezes, fazem aquela coisa muito restrita, e eu acho que temos que fazer, porque nós temos que comemorar, principalmente, porque essas supernovas estão cumprindo o seu papel. Os reitores reeleitos... Só um que não foi candidato, não é? Todos foram reeleitos e com expressiva votação.

Quer dizer, é uma demonstração que também, dentro da comunidade, cada um cumpriu muito bem essa interinidade, porque era *pro tempore*, mas que agora, já com essa posse, passam a ter a condição de reitores eleitos, definidos, com apoio da comunidade. Acredito que terão muito mais condições, inclusive, de desenvolver o trabalho com toda a equipe das reitorias. E, claro, com o apoio da comunidade, eu acho que fortalece mais ainda o trabalho de cada um em busca da parceria.

Eu sempre tenho registrado a importância da parceria porque não dá mais para a gente pensar na universidade fazendo pesquisa para ficar nas prateleiras. Essas pesquisas têm que ir ao encontro do desenvolvimento da sociedade. Também, da mesma forma, não dá para a gente imaginar que todos os recursos das universidades virão apenas do Orçamento. Eu acho que é importante, exatamente quando a gente fala em pesquisa e em outras ações, a parceria com a região. Por isso, eu sempre cobro que as universidades têm que ser universidades desenvolvimentistas, cada uma dentro da sua vocação regional. Pelo que eu tenho acompanhado, essas supernovas, até, talvez, pelas dificuldades, têm cumprido esse papel, mas que a gente pode trabalhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Tânia, que o MEC possa desenvolver exatamente uma pesquisa ou um trabalho em que possa haver mais essa integração com as comunidades. Eu vejo que é possível, se isso acontecer, a gente fazer com que as desigualdades regionais sejam muito menores e que a gente possa, inclusive, melhorar a aplicação do orçamento, não só o do MEC.

Agora mesmo, eu ouvi aqui alguém falando dos hospitais universitários. Eu conversei muito com o Presidente da Ebserh. E hoje o modelo qual é? A saúde no Brasil é tripartite. Então, nós não podemos conceber um hospital universitário com a responsabilidade só da universidade, tem que ser da prefeitura, do estado e também do MEC, e o Ministério da Saúde, claro, participa através do SUS.

Então, nós já estamos desenvolvendo, para Universidade Federal de Mato Grosso, estudando a possibilidade exatamente dessa parceria. Já temos um bom exemplo. Parece-me que foi em Jataí, onde a prefeitura construiu o hospital.

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (Para encaminhar. *Fora do microfone.*) – Catalão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Em Catalão, a prefeitura construiu o hospital. Nessa posição, então, tripartite, lá já temos hoje implantado o hospital. Está implantado ou estão implantando?

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (*Fora do microfone.*) – Está em processo de implantação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está em processo, então, de implantação o hospital universitário com essa característica, que eu acredito ser muito importante.

Eu tenho que agradecer também à assessoria, gente. Tudo o que nós fizemos aqui só foi possível devido à assessoria nossa, como Parlamentar, mas também à da Comissão.

Eu aproveito também e desejo aqui um bom Natal a todos, um feliz Ano Novo e que possamos ter, com as bênçãos de Deus, muitas, muitas, muitas realizações no próximo ano.

Muito obrigado.

Então, nada mais havendo a tratar – agradeço a Deus e a todos a oportunidade de estarmos aqui –, encerro a sessão. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezoito minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1372, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo e contrário à Emenda n. 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 775, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui a Semana do Lixo Zero." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5708, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Combate ao Estupro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5844, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece o Município de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, como Capital da Revolução Constitucionalista de 1932." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5301, de 2023 - Terminativo -** que: "Concede ao município de Borda da Mata, em Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Pijama." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/12

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de março de 2024.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação serão conduzidos da seguinte forma: fica aberto a partir de hoje o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício; as sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão e o prazo se encerrará no dia 29 de março às 18h; será escolhida uma sugestão entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no mês de abril; o relator designado para a avaliação selecionada terá o prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu quero...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só... A ata... Nós não temos ainda condição de deliberar, falta uma presença ainda, por isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A gente só iniciou para tentar ganhar tempo.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide... Desculpa. É a Damares que vai falar? (*Pausa.*)

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu queria requerer inversão de pauta. O meu item é o 3. Eu tenho outro voto em outra Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu vou fazer a leitura. É porque o Senador Esperidião tinha pedido pela ordem, por isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O meu pedido, Presidente, pela ordem é porque é matéria estranha à pauta, mas eu vou lhe entregar para que a Comissão de Educação conheça e creio que, oportunamente, podemos até pensar em algo sistemático para currículos, especialmente ensino básico.

As edições de livros do Senado... A editora, o nosso conselho editorial, acolhendo um pedido que lhe fiz – e quero agradecer publicamente ao Senador Randolfe Rodrigues –, incluiu este livro entre as publicações do Senado Federal e eu quero chamar a atenção para algumas curiosidades dele. Primeiro, o título: *Breves Considerações sobre a Água Doce no Planeta Terra*. A gente fica assustado quando vê quão pouca água doce existe em relação ao tamanho do planeta e, quando se toma conhecimento de desperdício, poluição, realmente o assunto fica mais sério.

O primeiro aspecto que eu quero destacar é que o autor do livro escreveu o livro aos 98 anos de idade, depois de uma longa carreira de apoio à pequena produção rural, ao pequeno produtor rural, Dr. Glauco Olinger. Ele escreveu aos 98 anos de idade, e, no ano passado, já com 101 anos de idade, fez uma nova palestra atualizando isso. Continua vivo, lúcido.

Neste livro, o que eu destacaria é o aspecto de cartilha que ele tem. É um livro que traz a questão água doce no planeta Terra, água doce que tanto maravilhou os olhos dos astronautas, dentre eles o nosso querido Marcos Pontes, que ontem fez aniversário, junto com a Damares, e nenhum dos dois se lembrou de fazer um consórcio, ao menos, para produzir uma distribuição de groselha, que é feita com água também, mais água do que groselha. Mas sejam bem-vindos ambos e os nossos parabéns renovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar este livro, que agora é do Senado, quer dizer, é uma publicação do Senado, sob sua guarda e da Comissão, porque realmente o Glauco Olinger, aos 101 anos de idade, continua produzindo conhecimento. Ele é, portanto, tão pioneiro quanto todos os pioneiros da nossa agricultura – até candidatos a Prêmio Nobel da Paz e da Economia nós temos. Então, eu vou lhe entregar na certeza de que a senhora, que é uma defensora, respeitada por todos nós, do tema educação... Que nós façamos, depois, uma reflexão sobre a necessidade de difundirmos esse tipo de conhecimento, talvez até com uma visão de mais cartilha ainda – para usar a expressão antiga e que todo mundo compreende –, e vou fazer a mesma menção na Comissão de Meio Ambiente.

Era essa a razão do pedido.

E a minha homenagem, mais uma vez, ao Glauco Olinger. Depois de tudo que já fez, ainda está produzindo, com o conhecimento extraordinário que adquiriu, alertas e lições para a nossa sociedade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu vou lhe entregar para dar uma olhadinha. É fantástico! Aos 101 anos, lúcido e namorador. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quer dizer, lúcido e namorador.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Senador disse que ele é, ainda, aos 101 anos, lúcido e namorador. (*Risos.*)

Que bênção!

Está aqui acolhido, recebido o material. É realmente uma bênção.

E o tema é realmente muito importante, é sobre a nossa riqueza, que precisa ser cuidada. O meu estado, por exemplo, tem tanta água doce, mas as políticas mais substanciais – na verdade, no nosso país – ainda carecem de muito mais cuidado e consciência.

Nós estamos numa Comissão de Educação, e a gente tem avançado muito no processo de conscientização de combate à violência, de várias situações de respeito ao meio ambiente, mas, nesse quesito da água, a gente ainda vê muita manifestação em relação ao preço da água. O problema não é o preço da água; é a sua escassez. E quantas famílias... Na verdade, recentemente, há muitos estados, muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios com percentual baixíssimo de água tratada disponível e de tratamento de esgoto, que têm relação extremamente alinhada. Quando a gente olha as escolas, o número de escolas, o percentual de escolas sem esgoto e sem água tratada ainda é muito alto – ainda é muito alto.

Como já temos número regimental, vou fazer a aprovação da ata.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 5 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5708, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Combate ao Estupro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações: *Em 01/12/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.*

A autoria é da Deputada Margarida Salomão, do PT, de Minas Gerais.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise e, mesmo assim, de uma forma resumida.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas de alto significado, a exemplo da proposição em debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade. Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

A cada oito minutos, uma menina ou mulher foi estuprada no primeiro semestre do ano de 2023 no Brasil, maior número da série iniciada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram registrados mais de 34 mil casos de estupro e estupro de vulnerável de meninas e mulheres de janeiro a junho, o que representa aumento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano de 2022.

Os dados correspondem aos registros de boletins de ocorrência em delegacias de polícia de todo o país e podem ser ainda maiores dada a subnotificação de casos de violência sexual. É um absurdo, Presidente!

A violência sexual contra meninas e mulheres ainda é a violação de direitos humanos mais comum no mundo. A instituição do Dia Nacional de Combate ao Estupro dará visibilidade a essa luta, a fim de que nenhuma outra geração tenha que enfrentar esse legado de violação.

No que se refere à escolha da data, registra-se que, em cumprimento às determinações da Lei nº 12.345, de 2010, foi realizada aqui, nesta Comissão, no dia 1º de dezembro de 2023, uma audiência pública para discutir a instituição da referida data. Dela participaram representantes do Ministério das Mulheres, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Polícia Civil do Distrito Federal, da Assembleia Legislativa de Curitiba e da Polícia Militar do Paraná, bem como de organizações não governamentais.

Todos subscreveram a importância da iniciativa, destacando-se, porém, discussão sobre a escolha da data para a instituição do Dia Nacional de Combate ao Estupro. Isto porque o dia escolhido faz homenagem à Madre Maurina Borges da Silveira que, presa no dia 25 de outubro de 1969, teria sido estuprada na prisão por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo.

Hoje, sabe-se que o suposto estupro não ocorreu! Relatos da própria Madre Maurina e de depoimentos de seus familiares atestam que tudo não passou de boatos disseminados para confundir a população de Ribeirão Preto.

Em 21 de junho de 2014, o Frei Manoel Borges da Silveira, irmão de Madre Maurina, em depoimento para a Comissão da Verdade da Seccional da OAB de Ribeirão Preto, "desmentiu informações de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

freira tenha sido estuprada ou que tenha ficado grávida". Ele próprio ouviu da irmã: "Ela disse que não houve nenhum estupro e, consequentemente, nenhum problema com menino".

Com os dados colhidos de notícias das citadas fontes, de depoimentos de familiares e da própria Madre Maurina, cai por terra a escolha do dia 25 de outubro – ou de qualquer outra data ligada à religiosa – como sendo marco para a instituição do Dia Nacional de Combate ao Estupro.

Além desse decisivo dado, verifica-se que o dia 25 de outubro é uma data que já possui diversas comemorações e significados: Dia Internacional contra a Exploração da Mulher, instituído pela ONU, para a reflexão acerca das desigualdades e discriminações que persistem na sociedade; Dia Nacional da Saúde Bucal; Dia Nacional de Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo; e Dia da Democracia, entre outros.

Essa constatação nos levou a apresentar emenda modificativa para corrigir o lapso na escolha da data. Ao analisar o calendário de datas significativas para os Direitos Humanos, destacamos o dia 31 de janeiro como o mais apropriado para marcar o Dia Nacional de Combate ao Estupro. A data antecede as folias do Carnaval que, historicamente, marcam uma elevação na ocorrência desse tipo de crime. Ademais, a escolha do dia 31 de janeiro não entra em choque com outra data de relevo para o chamamento à proteção de mulheres, crianças e adolescentes, além do que, o mês de janeiro nada possui de relevante quando se trata de data significativa para marcar a violência sofrida por este público.

O meu voto, Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.708, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CE
> "Art. 1º. Fica instituído o dia 31 de janeiro de cada ano como o Dia Nacional de Combate ao Estupro."

Presidente, eu reforço que, na nossa assessoria, todos nós conversamos e achamos que a memória da madre – uma mulher tão generosa e tão caridosa – ser atrelada a um crime de estupro não seria devido. Vamos fazer uma outra homenagem à madre, mas não trazê-la para nos lembrarmos de um crime tão terrível.

Eu fui vítima de estupro, todo mundo sabe da minha história, e não gostaria de que, no dia do meu aniversário, por exemplo, no dia em que eu for embora, vocês façam uma data comemorativa a mim, mas não lembrando o meu dia de nascimento como o da menina que foi estuprada. Vocês podem até criar a data do dia nacional da Senadora mais bonita, e eu ficaria muito contente, mas não quero ser perpetuada como uma menina que foi estuprada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em janeiro, Presidente, não tem nada para a gente enfrentar a violência contra a mulher. Nós já temos o Agosto Lilás; temos o mês de março, que é o mês inteiro para nós; temos, em novembro, 21 Dias de Ativismo; em maio, temos o mês de enfrentamento à violência sexual contra a criança; mas, em janeiro, não tinha nada. Então, é um mês em que a gente pode ter uma data para trazer também a violência contra a mulher para discutir.

Está aqui o meu voto, e eu peço o apoio dos pares, para a gente modificar de 25 de outubro para 31 de janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria está em discussão.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Gostaria simplesmente de parabenizar a Senadora Damares pelo relatório e dizer que eu concordo com as argumentações 100%. Gostei muito da maneira como foi colocada. E, sem dúvida nenhuma, é uma data importante e dia 31 de janeiro acredito que é a data mais adequada realmente para isso. Parabéns, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

TRAMITA EM CONJUNTO

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 775, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a Semana do Lixo Zero.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/03/2024.

2. Nos termos dos arts. 258, 164 e 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, uma vez aprovado o PL 775/2020, ficará prejudicado o PL 2190/2022.

[Tramita em conjunto: Projeto de Lei nº 2.190, de 2022.]

Projeto de Lei 2.190, de 2022, que prevê a realização da Semana Nacional de Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e ensino médio.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal Pompeo de Matos.

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira.

Relatório: pela aprovação da Lei 775, de 2020, e pela rejeição do Projeto de Lei 2.190, de 2022.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia a todos.

Sra. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre as proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo das matérias em debate.

No mérito, verifica-se que as duas proposições têm objetivos bastante similares ao proporem instituição da semana comemorativa em que se realizem ações para a conscientização acerca dos impactos ambiental, social e humano do descarte indiscriminado de resíduos sólidos.

Não obstante, consideramos que o PL nº 775, de 2020, que resultou de análise mais recente por parte do Senador Fabiano Contarato, se mostrou mais aperfeiçoado, razão pela qual deve prosperar, enquanto o PL nº 2.190, de 2022, por isso deve ser rejeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme visto acima, a Semana do Lixo Zero, a ser instituída pelo PL 775, de 2020, ocorrerá anualmente na última semana do mês de outubro. Trata-se da criação de um fórum em que se abrirá espaço para a realização de debates acerca dos problemas gerados pelo descarte de resíduos sólidos, para a realização de ações educacionais e de conscientização, para a divulgação de conhecimento científico sobre o tema, e, tão importante quanto, para a apresentação de soluções que nos levem à superação da problemática envolvida, entre outras ações.

Somos, no mérito, favoráveis à proposição, pois, além de contribuir para assegurar o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, aborda tema de fundamental importância para a conservação ambiental, a qualidade de vida das próximas gerações e, consequentemente, a continuidade de nossa espécie.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe à Comissão de Educação pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto esta cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com os estados e o Distrito Federal, para legislar sobre cultura.

Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional a atribuição para dispor sobre tal tema, nos termos do *caput* do art. 48, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do mesmo art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.190, de 2022, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 775, de 2020.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senadora Ivete.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco ao final.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5301, DE 2023

- Terminativo -

Concede ao município de Borda da Mata, em Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Pijama.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Eu solicito ao Senador Esperidião Amin que seja o Relator *ad hoc* dessa proposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Vou aceitar essa distinção.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não pode brincar. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu me sinto incompetente para representar o Senador Styvenson Valentim...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Imagina!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... por várias razões, até porque ele é um policial militar e sabe, na sua origem, que a palavra "pijama" de madeira tem um sentido necrófilo, nada a ver com ele, que sempre foi uma pessoa dentro da lei e dos bons costumes. Mas é um projeto interessante.

O Senador Carlos Viana, ilustre representante do Estado de Minas Gerais, conseguiu a adesão até de municípios vizinhos para essa homenagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o texto do parecer do Senador Styvenson Valentim mostra, inclusive, a absoluta propriedade deste galardão que se pretende outorgar ao Município de Borda da Mata.

O Município de Ouro Fino, por exemplo, um município conhecidíssimo no Brasil inteiro, especialmente pela música Menino da Porteira, consagra esta tradição.

Portanto, do ponto de vista constitucional, legal e formal, o projeto preenche completamente aquilo que a legislação e o Regimento estabelecem para a tramitação de projetos deste viés.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital Nacional do Pijama ao Município mineiro de Borda da Mata.

O autor e o relator fizeram a opção pelo sexo, pelo gênero da palavra. Ela pode ser tanto... A palavra "pijama" admite os dois: a pijama ou o pijama. É uma palavra de origem indiana, "peyjama", e tem origem no idioma persa. Portanto, a palavra "pijama" sucede a camisola, que os homens usavam também. Antes do pijama, tanto os homens quanto as mulheres usavam camisolas para dormir. As mulheres talvez ainda usem, mas alguns homens, pelo menos, acintosamente, no vestuário conhecido no nosso país, acho que já desistiram dessa utilização.

A notória relação existente entre a indústria de produção de pijamas e Borda da Mata transformou o município em um importante centro de fabricação e comércio dessa peça de vestuário, conectando a produção local a lojas e consumidores em todo o país. Portanto, o comércio transformou o projeto de lei numa propriedade.

A qualidade dos pijamas produzidos no município gerou reconhecimento nacional e resultou em um impacto econômico significativo para a região, impulsionando o crescimento e a prosperidade de seus habitantes e tornando-se uma fonte vital de empregos e desenvolvimento para a cidade e suas redondezas.

O saber fazer borda-matense resultou na edição da Lei Estadual nº 23.514, de 20 de dezembro de 2019, pela qual o modo de fazer pijama do Município de Borda da Mata foi declarado patrimônio cultural mineiro. Ressalte-se, ainda, a moção de apoio oriunda da Câmara Municipal de Ouro Fino, como mencionei, também localizada no Estado de Minas Gerais, pela aprovação da presente proposição legislativa.

Acreditamos que este reconhecimento irá tanto fortalecer a identidade cultural da região quanto promover a produção de pijamas como um meio de sustento econômico e um atrativo turístico essencial para a comunidade local no Município de Borda da Mata.

Conforme a argumentação exposta, o voto – e aqui respeitando e endossando o parecer do Senador Styvenson Valentim – é pela aprovação.

E eu agradeço pela oportunidade porque aprendi um pouco mais sobre o pijama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Esperidião Amin.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão, e a matéria será votada ao final, em bloco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5844, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece o Município de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, como Capital da Revolução Constitucionalista de 1932.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O problema é que ele pode pedir para que compartilhe esse mérito com o Bauru. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado! Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou direto à análise.

Não se observam na proposição vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital da Revolução Constitucionalista de 1932 ao município paulista de Cruzeiro.

Hoje, o movimento de 9 de julho é pouco lembrado, mesmo no Estado de São Paulo, onde é feriado. Poucos recordam que se tratou do maior conflito civil brasileiro no século XX, em que se viram envolvidos mais de uma centena de milhar de combatentes. A guerra durou pouco menos de três meses, e a disparidade de forças e recursos rapidamente se mostrou insuperável.

Cruzeiro era estratégica para os combatentes de ambos os lados. No terceiro dia após o início do movimento revolucionário, soldados constitucionalistas ocuparam, na cidade, o Túnel da Mantiqueira. Também conhecida como o Túnel do Cruzeiro, a passagem ferroviária de quase um quilômetro de extensão entre Passa Quatro, em Minas Gerais, e Cruzeiro, em São Paulo, ficou célebre por ter registrado as batalhas mais sangrentas da Revolução.

A Revolução de 1932 importa para todos nós, brasileiros, porque significou a luta por uma nova Constituição brasileira, uma que fosse feita de acordo com os ditames da democracia. Tratava-se da defesa da democracia, da liberdade e das instituições públicas em um país marcado desde sempre pela tradição autoritária e oligárquica.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital da Revolução Constitucionalista de 1932 ao Município de Cruzeiro, no Estado de São Paulo.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.844, de 2023.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Astronauta Marcos Pontes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 2, 4 e 5 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 775, de 2020; PL 5.844, de 2023; PL 5.301, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Enquanto nós aguardamos a votação, eu gostaria de falar sobre um tema, que é a questão do Plano Nacional de Educação.

Eu entendo que é um tema extremamente importante. É no Plano Nacional de Educação que, a partir de um diagnóstico com dados de acompanhamento e monitoramento das antigas metas, diretrizes da realidade educacional do país, um novo plano é elaborado, pactuado, para que seja uma diretriz para o Ministério da Educação, para os governos estaduais e para os municípios.

Eu acompanhei o primeiro o plano. Em 2001, eu era Secretária de Educação. Fui Secretária até 2010, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação. Na época, num diálogo com o Ministério da Educação, eu ouvi que o Plano Nacional de Educação era um objeto de ficção científica, que era de gaveta. Isso me chocou muito, porque eu não lidava com a política naquela época; só lidava com a política educacional. Depois, já como Parlamentar, eu acompanhei o debate do Plano Nacional de Educação, que foi enviado ao Congresso de maneira semelhante, no ano de sua finalização. Esse plano ficou em tramitação por quatro anos – ou seja, por quatro anos, nós ficamos sem nenhum Plano Nacional de Educação. Ele foi debatido na Câmara, onde ficou mais tempo; depois veio para o Senado, onde ficou também um tempo – a matéria requer uma avaliação bastante complexa –; voltou para a Câmara; e o plano foi aprovado. Nesse plano, foi colocada uma responsabilidade do Inep, do TCU, da Câmara e do Senado – ou seja, do Congresso – e de várias entidades que também assumiram essa responsabilidade do monitoramento do cumprimento das metas. E os relatórios são fartos em relação ao não alcance da grande maioria das metas.

Foi uma década bastante difícil para a educação, com uma troca sucessiva de ministros, o que não deveria afetar, sendo um plano de Estado, um plano assumido pelo país, mas afetou. De igual forma, na minha opinião, houve uma dificuldade até de compreensão do que é um Plano Nacional de Educação. Ele não é um plano de partido, ele não é um plano de governo. E alguns países que nós admiramos e que conseguiram ter um bom resultado em educação conseguiram estabelecer metas – em número, melhores, lógico, do que o Brasil –, eles conseguiram estabelecer um eixo de ação contínua para a educação. Há vários exemplos. Eu estive na Finlândia, que, na época, tinha 37 anos de uma mesma condução na área da educação, do ponto de vista do ministério. Alternavam-se os partidos, as pessoas, mas os programas e as ações eram monitoradas e continuavam.

E por que eu estou fazendo esse preâmbulo? Porque eu fui autora, eu apresentei um PL de prorrogação do Plano Nacional de Educação. Sem querer entrar em nenhum tipo de debate em relação ao modelo de discussão, ao modelo de debate, nós não recebemos ainda o texto, e o texto que veio no último PNE, em 2011, era um texto da instituição do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele ouviu, teve os estágios de audição, então pode vir um texto até bastante maduro tecnicamente. Tem muita gente discutindo o modelo das conferências, que foi direcionado, que a conferência tinha um documento questionável. Do ponto da discussão, eu não entro nesse debate. A minha proposta é que é um tema estratégico. Nós não podemos permitir que o Brasil continue fazendo de conta que faz educação.

Eu já lido com educação há muitos anos, só fiz isso, educação e política, e na política é a minha principal bandeira. Enfrentei isso muito na minha eleição, embora tenha sido a Senadora mais votada na história do meu Estado, mas enfrentei muito este discurso: "Ah, é uma Senadora de uma pauta única", o que não é verdade. Eu atuo em muitas áreas, eu libero recursos, atuo em educação, em segurança pública, bastante fortemente, mas é realmente a minha bandeira e pauta principal. Isso não me constrange, ao contrário. Eu tenho a segurança de que, se a gente fala de segurança, fala de educação, fala de saúde, nós estamos na verdade falando de educação, de formação, de cidadania. E acho que, quanto ao Plano Nacional de Educação, a gente precisa dar um passo além, ele precisa ser um pacto nacional pela educação. Foi isso que eu falei em Plenário. O Presidente Rodrigo Pacheco acolheu o meu pedido, eu apresentei agora um requerimento, o requerimento foi aprovado, e nós vamos realizar um dia de debate em Plenário, uma comissão geral, como se chama na Câmara, mas aqui é um debate sobre o Plano Nacional de Educação.

O Senado não vai esperar dois anos, três anos, enquanto fica na Câmara, para que a gente receba um documento de maneira atabalhoada e a gente seja obrigado a engolir um texto de que nós não participamos. Nada impede que o Senado possa estabelecer um debate permanente aqui, de construção e de articulação. Nós fizemos isso no Fundeb, eu e o Senador Flávio Arns. Ele foi de uma grandeza enorme, ao entender e trabalhar junto comigo, e nós trabalhamos juntos, tanto que o meu primeiro relatório foi um relatório bombástico, porque eu trouxe elementos na emenda constitucional que estavam no Senado. Bombástico por quê? Eu não tinha... O texto da Câmara já estava em audiência pública, fizemos mais de 50 audiências públicas, andamos nesse país inteiro, e sempre o Senador e a Consultoria da Câmara e do Senado trabalharam conjuntamente, o Senador junto.

Então, quando o texto foi aprovado, quando ninguém mais acreditava, porque foi no período da pandemia, ele foi aprovado no Senado por unanimidade, e num período bastante complicado, com reuniões remotas, com o próprio Governo, na época, com uma tensão muito grande para a votação, porque pouca gente fala, mas nós demos um grande avanço. Ao aprovar o Fundeb, durante todo o período anterior, da criação do Fundef, primeiro, e do Fundeb depois, a União sempre colocou os 10% fechadinhos. Podia colocar 10% na educação básica e nunca colocou um centavo a mais, fechava em 10%. Teve anos inclusive em que a gente tinha dinheiro disponível, e o Governo vetou. Eu estou falando isso porque não é disputa de direita ou esquerda, era um governo de esquerda e que não colocou mais do que os 10%. E nessa aprovação, nós conseguimos chegar de maneira gradativa a 23%, mais do que dobramos no investimento do Plano Nacional, que vem crescendo ano a ano e, até 2026, vai chegar a 23%. Desse dinheiro, a gente colocou um percentual para a educação infantil e avançamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, agora a nossa ideia é tentar fazer isso na área do Plano Nacional de Educação, um debate a partir desta Comissão. Vamos propor, nesta Comissão de Educação, a criação de um grupo de debate permanente em relação ao Plano Nacional de Educação, para que a gente possa avançar. Mais do que dizer um monte de intenção e de vontade, que depois é copiado pelo Estado – os estados praticamente copiam o plano nacional, e os planos municipais também –, é que a gente faça isso e ele tenha consequência no orçamento. O orçamento tem que ser acompanhado do que eu tenho de meta. Se eu tenho meta no plano nacional, por que o meu orçamento vai para o lado completamente oposto? Por que os tribunais de contas não monitoram para saber? Prometi na Assembleia e virou lei, prometi no Congresso fazer isso. Então, o orçamento tem que dar consequência para que seja cumprido.

Mas era só para aproveitar o nosso tempo e informar que o meu projeto de prorrogação do plano nacional tem esta intenção: não ter lacuna em relação à duração do plano nacional vigente e que a gente tenha condição de fazer um novo plano com a maturidade institucional que o país merece. E, quando eu falo país, é país mesmo, é a gente enxergar a enorme desigualdade que nós temos de resultados de educação. E não pode ninguém achar que é normal uma criança chegar ao fim do ensino fundamental sem saber ler e escrever, porque essa é a forma mais grave de enganar a população, de negar um direito, porque ela vai para a escola, ela tem merenda, ela tem vaga na escola, o pai, a mãe, a família e a criança acham que estão cumprindo com todas as condicionantes e, de repente, o direito dela é negado porque não foi respeitado o direito dela de aprender, de ter a oportunidade de seguir na sua vida, ocupando seu mundo, seu espaço no mundo do trabalho, no mundo em que ela acredita, mas o direito básico dela de aprender foi respeitado.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente Senadora Dorinha, primeiro, parabéns pelo seu trabalho com educação! Às vezes, a gente ouve estas coisas: é uma área só. Não, não é, nós trabalhamos em muitas áreas. Nós temos especialistas. A senhora é uma especialista em educação e cumpre o seu papel aqui, como uma especialista, trazendo informações, nos direcionando dentro dessa área. Da mesma forma que eu trabalho com ciência e tecnologia também, trabalhamos em todas as áreas, mas nós temos aquelas áreas em que nós somos especialistas, e é importante que nós tenhamos esses representantes aqui dentro do Congresso.

O Plano Nacional de Educação é muito importante. A senhora falou muito bem sobre isso, mas eu só queria ressaltar essa importância que nós temos de ter um plano que seja de Estado realmente, que fique perene, independentemente de qualquer ideologia – isso não importa. A gente precisa trazer educação para as nossas crianças, esse é o futuro deles, educação é o futuro. A gente tem aqui muitos exemplos de profissionais que cresceram por causa da educação, e a gente precisa dar essa oportunidade para as crianças. Temos muitas diferenças no país, é preciso acomodar isso de forma a trazer todos para cima – e não para baixo, nivelar para baixo –, nivelar em cima e trazer esses jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lembrar que as mudanças que nós temos tido atualmente com relação à tecnologia e à implementação de novas tecnologias nas diversas áreas do conhecimento, nas diversas áreas profissionais obrigam que a gente tenha uma educação que consiga se adaptar a essas mudanças e que esses jovens se formem profissionais ou empreendedores com capacidade de se envolverem nessas áreas, utilizando essas tecnologias ou mesmo desenvolvendo essas tecnologias no país.

Essa é uma batalha que a gente terá que enfrentar, de como adaptar os nossos currículos, todos eles, desde o ensino fundamental, chegando ao ensino superior, à pós-graduação, de forma que a gente possa acoplar essas novas tecnologias. É uma preocupação que eu tenho. Estou vendo os nossos profissionais sendo formados já com uma defasagem muito grande com relação à tecnologia. E muitas novas carreiras vão surgir, e outras vão de certa forma desaparecer com essas tecnologias. A gente tem que fazer um debate muito bem-feito, para que o currículo, em todos esses planos, sejam feitos para que nós tenhamos mais eficiência na formação dos nossos jovens.

Pode contar 100% comigo aqui, Dorinha Seabra.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E um exemplo do que o Senador está colocando nós tivemos a oportunidade de ver – um pedacinho, porque são enormes as experiências apresentadas – no seminário em Barcelona, que traz um universo enorme de conectividade, com a possibilidade de se ter tecnologia a serviço da garantia de cidadania, de educação, de saúde, de mobilidade. Enfim, é um desafio enorme, mas a tecnologia está avançando. Se a gente não correr, ela vai passar, vai acontecer; o mundo inteiro está... E só aumenta o isolamento e a desigualdade.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Votaram SIM, 14; nenhum voto NÃO.

Nenhum voto em abstenção.

Estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 775, de 2020; PL 5.844, de 2023; PL 5.301, de 2023.

Nos termos dos arts. 258, 164 e 334, inciso II, fica prejudicado o PL 2.190, de 2022, que tramita em conjunto com o projeto aprovado, PL 775, de 2020.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir o PL 3533/2021, que "institui o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC)". **Participantes:** Hideraldo Luis Souza Cabeça, 1º Secretário do Conselho Federal de Medicina (CFM); Sheila Cristina Ouriques Martins, Presidente da Rede Brasil AVC; Maramélia Araújo de Miranda Alves, Coordenadora do Departamento Científico de Doenças Cerebrovasculares da Academia Brasileira de Neurologia (ABN); e Sra. Iris Renata Vinha, Coordenadora-Geral da Secretaria de Atenção Hospitalar da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES/Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de março de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.533, de 2021, que institui o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC), em atenção ao Requerimento 51, de 2023, de nossa autoria.

Convido para, junto conosco, compor esta mesa diretiva a Sra. Iris Renata Vinha, Coordenadora-Geral de Atenção Hospitalar da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, bem como anuncio a participação, por videoconferência, dos seguintes convidados: Dr. Hideraldo Luis Souza Cabeça, Primeiro-Secretário do Conselho Federal de Medicina; Dra. Sheila Cristina Ouriques Martins, Presidente da Rede Brasil AVC, e Dra. Maramélia Araújo de Miranda Alves, Coordenadora do Departamento Científico de Doenças Cerebrovasculares da Academia Brasileira de Neurologia.

Gostaria de informar que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. A exposição inicial de cada convidado, para nós podermos garantir a participação de todos e garantir, também, o efetivo cumprimento do horário, será de cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco, até a conclusão. Ao fim das exposições, a palavra será concedida àqueles Parlamentares que porventura aqui se fizerem presentes, ou através da via remota.

Como nós estamos no mês internacional da mulher, vamos começar com uma mulher falando. E nada melhor do que prestigiar aquela que está ao nosso lado: Sra. Iris Renata Vinha, Coordenadora-Geral de Atenção Hospitalar da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

V. Sa. está com a palavra.

A SRA. IRIS RENATA VINHA (Para expor.) – Muito obrigada a todos. Bom dia.

Gostaria de agradecer por essa iniciativa, a presença de todos os Senadores e a oportunidade também de o Ministério da Saúde estar aqui com vocês.

A gente quer reforçar que a gente foi favorável a esse projeto de lei, considerando a importância e a relevância da prevenção e da identificação de sinais e sintomas do AVC. Hoje, é um dos maiores problemas de saúde pública que a gente tem no Brasil e no mundo, considerando as doenças crônicas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transmissíveis. É uma das maiores mortalidades no Brasil e também gera muita incapacidade. Portanto, é este momento, em que a gente tem o dia 29 como um dia de comemoração e também de incentivo à identificação desse problema, para a gente, ele traz muita relevância no sistema de saúde como um todo.

Hoje, a gente sabe que a prevenção é uma das melhores formas de tratar essa doença, controlando os sintomas e controlando, também, as doenças que estão atreladas a ela, como a diabetes mellitus, hipertensão arterial, e também mudando o estilo de vida. Portanto, a única forma mesmo de a gente conseguir melhorar a condição da população é, de fato, com a prevenção.

E a gente queria aqui reforçar também que, além disso, junto com a nossa Política Nacional de Atenção Especializada, a gente está reforçando a nossa rede de atenção junto à atenção primária, para que a gente possa ter também aí novas formas de diagnósticos e tratamentos do AVC.

Uma das possibilidades que a gente trouxe aqui foi a incorporação e agora, efetivamente, incorporando este procedimento, que é a trombectomia mecânica, agora, sim, regulamentada pelo Ministério da Saúde e com uma previsão aí de quase R$80 milhões para esse procedimento; portanto, aí a gente amplia, mais uma vez, o acesso a tratamentos.

Claro que a gente está falando de prevenção, mas a gente também traz aqui a necessidade de ampliação de tratamentos para esse tipo de doença no Sistema Único brasileiro.

Portanto, eu reforço aqui, mais uma vez... Não vou me alongar – ainda que a gente saiba que temos tempo, não é, Senador? –, mas eu gostaria muito de agradecer e parabenizar novamente essa iniciativa e dizer que o Ministério da Saúde está juntamente aqui com vocês, movimentando, trazendo novas soluções e agradecendo muito o apoio também do Senado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação da Sra. Iris Renata Vinha.

Vamos, agora, por via remota, ao Primeiro-Secretário do Conselho Federal de Medicina, Dr. Hideraldo Luis Souza Cabeça.

O SR. DR. HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Nelsinho Trad.

Trago os cumprimentos do Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. José Hiran Gallo, e, com muita satisfação, nós participamos desta audiência pública no sentido de instituir o PL 3.533, como já mencionado, que institui o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral, em atendimento a esse requerimento já citado pelo Senador Nelsinho Trad.

Eu pediria a licença de compartilhar a tela neste momento para uma breve apresentação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, se algum outro colega puder...

É que eu não estou conseguindo compartilhar, eu vou encaminhar novamente, por conta de que não está apresentando, Senador. Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eles estão tentando aqui.

Se o colega puder ir falando sem apresentação na tela, para a gente otimizar o tempo... Enquanto isso, eles estão tentando aqui, os técnicos.

O SR. DR. HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA (*Por videoconferência*.) – Está aqui, para a gente aparece apenas...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Apareceu agora. (*Pausa.*)

Saiu. (*Pausa.*)

O SR. HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA (*Por videoconferência*.) – Meu nome é Hideraldo Cabeça, eu sou Primeiro-Secretário do Conselho Federal de Medicina.

Próximo.

Sou médico neurologista, e nós vamos falar, de forma muito breve, sobre a morbidade e mortalidade do AVC, a infraestrutura de atendimento e a comunicação que o Conselho Federal de Medicina tem realizado.

Próximo, por favor.

Então, nós pegamos os dados do sistema de internação hospitalar do Datasus e verificamos que tivemos mais de 2 milhões de internações com informação de paciente com acidente vascular cerebral. Nesse período, a gente consegue observar, de 2014 a 2023, um aumento em torno de 28% desse número de internações, tendo a Região Sudeste, de uma forma percentual, um valor maior.

Próximo.

Desses 2 milhões, houve 321 mil óbitos, então, o que a gente estima é que, a cada seis pacientes internados, um pode evoluir ao óbito. Destacam-se os números absolutos de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse diapositivo, falando das internações, a gente observa que, em todos os estados e todas as regiões, nós tivemos um aumento, ao longo dos anos, dessa internação. Destaco os números em todas as regiões, mas, sobretudo, na Região Sudeste, onde a gente passa de 73 mil, em 2014, para 99.970, em 2023.

Próximo.

Em relação ao número de óbitos desses pacientes, também, no mesmo sentido, praticamente todos têm esse aumento. Destaco, na Região Norte, o Estado do Pará, com 9.801; na Região Nordeste, o Estado da Bahia, com 27 mil; na Região Sudeste, São Paulo, com 67 mil; na Região Sul, 22 mil, no Rio Grande do Sul; e, na Região Centro-Oeste, o Estado de Goiás, com 7.473.

Próximo.

Em relação a esses óbitos, a gente pode também avaliar, de 2014 a 2022, que nós tivemos um aumento em torno de 8%. Muitos são classificados como acidente vascular não especificado, seja hemorrágico ou isquêmico, que pode permear a ideia, às vezes, da ausência de um diagnóstico assertivo.

Próximo.

Especificamente em relação aos óbitos, a gente verifica esse número crescente, que se vem observando, ao longo dos anos, trazendo – provavelmente isso vai ser abordado pelos que virão após a minha apresentação – essa causa do acidente vascular cerebral sendo uma importante causa de morbimortalidade no país, como já mencionado pela Sra. Iris Vinha, que me antecedeu.

Próximo. (*Pausa.*)

Próximo.

Por volta de 2017 e 2018, o Conselho Federal de Medicina, junto com a Academia Brasileira de Neurologia, promoveu uma pesquisa junto aos médicos especialistas no país. Então, avaliados aí – próximo –, distribuídos em todas as regiões, quase 400 médicos, neurologistas e neurocirurgiões. Então, praticamente todas as regiões foram alcançadas por essa pesquisa – próximo –, sendo a faixa etária desses médicos de 31 a 60 anos – próximo – e que tanto neurologistas quanto neurocirurgiões – próximo – foram ouvidos nessa pesquisa.

Próximo. (*Pausa.*)

Próximo. (*Pausa.*)

Próximo.

Então, nós tivemos uma avaliação geral por esses médicos, foram encaminhados e-mails para eles todos, avaliando tempo de tomografia, se há treinamento de equipe, infraestruturas, e a gente chegou a alguns dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a infraestrutura do serviço público em que se atende, então, pouco adequada era essa infraestrutura para 39% e inadequada para 37%.

Próximo.

Quando a gente fala sobre recurso humano disponibilizado no atendimento desse paciente, pouco adequado para 44%, inadequado para 28% e adequado para 25%.

Próximo.

Vários itens, como eu falei, foram elencados nessa busca, em torno de tempo de uso de tomografia, uso de laboratório...

Próximo.

Tempo de uso para trombolítico, triagem e identificação do AVC, treinamento da equipe multiprofissional, treinamento do médico, presença ou não de neurologista... Se nós pudermos avaliar, a gente verifica que ruim, regular e péssimo, a grande maioria relatou ter dificuldade nesse atendimento ao acidente vascular cerebral: leito insuficiente, equipe médica insuficiente, entre outros.

Próximo.

Quando a gente fala especificamente de uma infraestrutura geral, 21% dos entrevistados comentaram que era regular essa infraestrutura, 27% disseram que era ruim e 25% disseram que era péssimo.

Próximo.

Em relação à resolução do problema e à efetiva resolução desse problema no serviço público, 22% comentaram que era regular, 22% disseram que era ruim esse atendimento com essa resolução do problema e 24% relataram que seria péssima essa resolução desse problema.

Próximo.

Isso foi matéria de uma publicação, a gente, inclusive, publicou, nos arquivos de neuropsiquiatria, esses dados, e eles foram utilizados de várias formas.

O Conselho Federal de Medicina sempre se debruçou sobre esse tema justamente por causa da morbimortalidade. Desde 2005, nós implementamos um serviço tipo *hotsite* para divulgar e conscientizar a população e os médicos. Encaminhamos *e-mail marketing* para esses médicos, produção de vídeos informativos sobre acidente vascular, nas redes sociais etc.

Próximo.

Esse aqui é o *hotsite*. Ele está em atividade, nós o utilizamos com várias informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Orientamos de toda forma no sistema conselhal, seja através dos conselhos regionais, seja no Conselho Federal de Medicina.

Próximo.

Manifestações das mais diversas no sentido de alcançar a população brasileira e também de alcançar o médico brasileiro num tema tão importante. Por isso é que nós os parabenizamos pela iniciativa.

Próximo. Próximo eslaide.

Então, isso aqui é apenas umas das formas como nós nos comunicamos, através do Conselho Federal de Medicina, nas várias áreas e, ao longo dos anos, de várias formas, tentando chamar a atenção sobre o Dia Mundial do AVC e sobre a grande dificuldade enfrentada nessa assistência ao AVC no país.

Próximo.

Queria só fazer um convite.

Próximo.

Aproveitando que esse tema será abordado na Conferência Mundial de Bioética, no Conselho Federal de Medicina – próximo – agora, em julho, dias 24, 25 e 26, de 2024.

Próximo.

Então, em nome do Conselho Federal de Medicina, em apertada síntese, era essa a nossa apresentação no sentido de, mais uma vez, valorizar o tema.

Quero agradecer pela oportunidade e também parabenizar o Senador Nelsinho Trad e o Senador Flávio pela oportunidade de o Conselho Federal de Medicina se manifestar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Dr. Hideraldo, do Conselho Federal de Medicina.

De pronto, a palavra está com a Dra. Sheila Cristina Ouriques Martins, Presidente da Rede Brasil AVC, também por via remota.

A SRA. DRA. SHEILA CRISTINA OURIQUES MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Por favor, se puderem me autorizar a compartilhar a tela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Aguarde um instante, estão se organizando.

A SRA. SHEILA CRISTINA OURIQUES MARTINS (*Por videoconferência.*) – Claro.

É um grande prazer estar aqui com vocês, hoje, para esse projeto de lei tão importante e que nós já vínhamos solicitando há bastante tempo pela importância do tema no nosso país. Então, é uma grande felicidade poder participar deste momento e conversar sobre isso com vocês, tentando mostrar um pouco da jornada do nosso paciente com AVC ou com fatores de risco para o AVC e todas as possibilidades de intervenção com que a gente pode mudar a história dessas pessoas.

Onde é que começa essa história? Então, a gente vai conhecer a história da Maria, que era uma criança que, desde pequena, já aos cinco anos, tinha uma alimentação inadequada e que aos dez anos já tinha obesidade, era sedentária e tinha uma alimentação não saudável.

Aos 15, além disso, ela começou a fumar – o que tem aumentado muito entre os jovens – e começou a beber abusivamente, o que gerou um estresse na vida dela.

Então, o que a gente sabe sobre fatores de risco do AVC e que compartilham com os mesmos fatores de risco do infarto do coração? Os principais fatores são a pressão alta, que é o fator mais importante de risco do AVC, e tratar essa hipertensão diminuiria em 50% do risco, mas também sedentarismo, colesterol elevado, dieta não saudável, obesidade, depressão, estresse, fumo, causas cardíacas, principalmente a fibrilação atrial, que é uma arritmia cardíaca, álcool e diabetes. Se a gente olhar esses dez fatores de risco e tratá-los, conseguimos diminuir 90% dos casos de AVC. E essa menina de 15 anos já tinha seis desses fatores, situação em que a gente tem a oportunidade de atuar desde a infância.

Então, a D. Maria, aos 45 anos, já tinha todos esses fatores e começou ainda a urinar muito frequentemente, perder peso, ter cansaço, sede em excesso e resolveu ir para uma Unidade de Pronto Atendimento, onde verificaram a pressão dela, que estava alta, 15 por 9, e também fizeram um examezinho de hemoglicoteste. Ela estava diabética. Então, já aos 45 anos de idade, ela adicionou mais dois fatores de risco importantes. E o que foi feito na unidade? Começaram com remédio para o diabetes e pediram para ela marcar uma consulta com o cardiologista para acompanhar a pressão arterial.

Nós perdemos, dessa forma, uma grande oportunidade de tratar a principal causa do AVC, que é a pressão arterial. E a gente tem que trabalhar não só no alerta à população, que é fundamental, mas na educação dos profissionais de saúde para identificar esses fatores de risco e tratá-los precocemente, para a gente realmente poder fazer diferença para essas pessoas.

Então, ela começou a tratar o diabetes e não tratou a pressão. Aos 57 anos, ela começou com perda de força de um lado do corpo. Chamou o Samu. O Samu a atendeu. Quando chegou lá, ela já tinha melhorado dos sintomas. Eles a deixaram em casa. Tinha sido uma ameaça de AVC, mas ela não foi tratada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso. E isso é uma urgência médica. Esse paciente, mesmo que esteja se recuperando, tem que ir para um hospital, um centro de AVC, para fazer avaliação e começar a prevenção.

Então, aos 60 anos, ela, de novo, teve uma perda de força, ficou sonolenta e estava com a netinha de seis anos em casa. A netinha esperou o vovô chegar. Quando o vovô chegou de noite, chamou o Samu e aí chegou no hospital muito tarde, com 12 horas de início dos sintomas, fez uma tomografia. Isso a gente não pode permitir. As pessoas têm que entender que AVC tem tratamento se se chegar ao hospital preparado para o atendimento.

Como já foi falado pela Sra. Iris, a gente tem um programa de AVC no Brasil desde 2012, que habilita os hospitais com unidades de AVC, que dão o medicamento para o AVC isquêmico trombolítico, financiam a equipe multidisciplinar para o atendimento de urgência e reabilitação precoce e, agora, desde novembro do ano passado, houve a incorporação da trombectomia mecânica, que é o tratamento dos AVCs mais graves por cateterismo. A gente já tem isso, uma política pública no Brasil, e a população não sabe disso. Muitas vezes, chega muito tarde no hospital, como no caso dessa paciente, que estava com uma criança e, então, esperou o familiar chegar.

Os lugares que implementaram o programa de AVC tiveram uma redução enorme de mortalidade... Joinville, com uma redução enorme, e aqui, o Espírito Santo, o estado todo implementou um programa, com uma redução enorme de mortalidade. Isso aconteceu no Brasil depois da implementação da portaria, que fez com que a mortalidade por AVC nos centros de AVC viesse diminuindo.

Esse estudo, financiado pelo Ministério da Saúde e capitaneado pelo Prof. Cabral, nos mostrou que, em uma cidade com centros de AVC organizados e com toda a rede organizada, a mortalidade por AVC, por um ano na cidade, foi de 17%. Em cidades sem organização do cuidado de AVC, como Sertãozinho e Sobral, a mortalidade foi quase metade dos casos, porque eles não são atendidos adequadamente, porque não tem nenhum centro de AVC na cidade.

Então, o que aconteceu com essa nossa paciente? Ela não pôde ser encaminhada, não existia tratamento na região e ela chegou com 12 horas, que hoje, pela portaria, a gente já poderia tratar se ela tivesse um caso grave, como foi o caso dela. Teve alta hospitalar, com bastante sequela, e teve dificuldade para acessar a reabilitação. Além disso, ficou 45 dias no hospital, porque teve pneumonia aspirativa, já que não tinha um atendimento adequado para evitar a aspiração. Saiu com medicação, não conseguiu acesso à reabilitação; esse acesso é difícil, a gente tem trabalhado para tentar mudar isso. E aí, na revisão na unidade de saúde, ela continuava com a pressão alta ainda e disseram que a pressão dela estava boa para a idade, mas ela vinha com o anticoagulante por causa desse problema, que era arritmia cardíaca, fibrilação arterial. De novo, ela teve novo evento, estava com a pressão de 200, ficou com paralisia de um lado do corpo e tinha, então, um AVC hemorrágico, de novo, por não estar com o controle adequado da pressão arterial. Como não era muito grande, acharam que não precisava reverter; expandiu e essa paciente faleceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda essa história poderia ter sido diferente se a gente tivesse uma conscientização da população a respeito dos fatores de risco e da importância de tratá-los adequadamente, uma educação médica a respeito de prevenção, identificação precoce dos fatores de risco e também hospitais estruturados para o atendimento de urgência, que hoje podem fazer uma enorme diferença nesses pacientes.

E por isso, então – eu vou finalizar aqui –, essa história poderia ter sido muito diferente. Nós realmente gostaríamos de ter a oportunidade de ter uma campanha do Dia Mundial do AVC, na qual a gente alerte a população juntamente com o Dia Mundial, que é 29 de outubro, com campanhas para a população em praças e parques para medida de pressão arterial, identificação de fatores de risco e alerta de que AVC tem tratamento se procurar um hospital preparado.

Nós temos um aplicativo, que está agora sendo atualizado, que é justamente para que esse aplicativo mostre para as pessoas onde estão os centros de AVC no Brasil, já estão todos cadastrados ali. Chama-se AVC Brasil, no qual a pessoa pode chamar o Samu, e o Samu direcionar; ou pode olhar no aplicativo quais são os centros de AVC da região, fazendo uma enorme diferença levando esse paciente para onde tem o tratamento adequado. Era isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação da Dra. Sheila Martins, da Rede Brasil AVC.

De pronto, passo a palavra à Dra. Maramélia de Miranda. Com a palavra, V. Sa.

A SRA. DRA. MARAMÉLIA ARAÚJO DE MIRANDA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

O.k. Vou compartilhar a tela aqui. (*Pausa.*)

Bom dia a todos.

Vocês estão vendo a minha tela? Vou começar.

Eu fui chamada...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Estamos vendo, pode começar.

A SRA. DRA. MARAMÉLIA ARAÚJO DE MIRANDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu estou aqui representando a Academia Brasileira de Neurologia, onde eu sou Coordenadora do Departamento Científico de Doenças Cerebrovasculares, e, junto com isso, todo coordenador desse departamento da ABN também exerce o cargo de Presidente da nossa sociedade médica, a Sociedade Brasileira de AVC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar poucas palavras aqui para vocês; queria agradecer o convite da Mesa, do Senador, e cumprimentar os demais Senadores presentes, e os colegas Hideraldo e Sheila, e falar um pouco para vocês como está a situação do AVC hoje, no nosso país, no sistema público. (*Pausa.*)

Só um minutinho...

Então, quero lembrar para os senhores que realmente a nossa doença, aqui no Brasil, desde 2019, é a primeira causa de morte, superando o infarto, e é uma doença muito impactante em relação a incapacidade; retorno ao trabalho; número de internações hospitalares, como o Dr. Hideraldo já mostrou para os senhores; e mortalidade, o que ainda é bastante impactante, muito pior nos locais onde não há atendimento médico.

Vejam, este é um gráfico que mostra exatamente a linha de cuidados do AVC e as ações de saúde. E não é uma doença de fácil manejo, porque ela envolve todo um fluxo, toda uma rede de atendimento, desde a pessoa reconhecer o AVC, quando ela tem, até ela ser transportada para o local certo, na hora certa, ser tratada e depois receber o pós-tratamento, tá?

Isso não é uma situação local aqui do Brasil, isso ocorre no mundo inteiro. Esse fluxo do atendimento do AVC é uma das coisas mais impactantes e que a gente está correndo atrás de ver se melhora: tem que ter uma estratégia de você interligar esses atendimentos no AVC, desde o reconhecimento até o tratamento e, depois, a prevenção.

Então, existem a prevenção do AVC antes de ele acontecer (a prevenção primária), a prevenção depois que ele acontece (que é a secundária), o diagnóstico correto, e o tratamento correto.

Este é um gráfico da atual linha de cuidados do acidente vascular cerebral aqui no Brasil, há uma publicação do Ministério da Saúde. Existe um fluxo recomendado de atendimento nesse documento, mas que precisa ser ajustado, principalmente em relação a esta questão, aqui, de atendimentos em unidades que não têm a capacidade de atender corretamente – que seriam a UPA e a Unidade Básica de Saúde –, porque, para o AVC, diferentemente do infarto, a gente precisa ter um exame, que é a tomografia do crânio. A gente não consegue dar um tratamento correto para um AVC, e rápido – que é essa questão do tempo –, se a gente não tiver esse exame, que é primordial.

É diferente, por exemplo, de uma UPA receber um doente com suspeita de infarto: se faz aquela fitinha, lá, do eletro, já descobre que tem um infarto. No AVC, a gente precisa desse exame, e por isso é que é importante saber referenciar esse doente, tanto pré-hospitalar, Samu, quanto para a população saber ir para o local correto.

E a gente sabe que, no AVC, quanto mais rápido o tratamento, menores as sequelas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente teve muitos avanços, a Dra. Sheila comentou; aqui, eu estou listando esses avanços: houve a inclusão do trombolítico; linha de cuidados ao AVC; publicação de portarias com habilitações de centros de AVC; ampliação muito importante desses centros no Brasil, por causa dessa política pública.

Então, vejam, senhores, como é importante a política pública estimular essa criação das unidades de AVC, são esses centros de AVC. Alguns estados – iniciativas locais, não é Governo Federal – têm feito rede organizada com telemedicina e a rede nacional de pesquisa.

Ano passado, teve uma grande conquista que foi a incorporação e a listagem, a inclusão de centros especialistas, centros de referência em trombectomia mecânica, que é um tratamento mais avançado no AVC, em alguns tipos de AVC. Mas a gente tem muito *gap* ainda para...

Então, assim, organizar essa rede de atendimento pré-hospitalar é uma coisa primordial. Então, tirar essa UPA do meio do caminho, colocar o Samu para fazer um funcionamento 100% no território nacional, e ainda operacionalizar, ampliar esses centros de trombectomia mecânica no país.

Em relação à prevenção, aumentar a disponibilidade e os tipos de medicação, de remédio disponíveis, que a rede está muito desatualizada, são remédios de 20 anos atrás. E essa parte de reabilitação que é realmente muito restrita para a maioria da população. Além do desafio de financiamento do SUS, cujos valores estão extremamente defasados.

Então, eu deixei aí no eslaide possíveis soluções para alguns desses *gaps*.

Eu queria terminar aqui dando a mensagem para vocês: a gente precisa de financiamento, não tem segredo, tem que ter financiamento para melhorar o atendimento a essa doença; uma reorganização dessas redes de atendimento; ampliar esse acesso a trombólise e trombectomia.

Nesse papel todo, é muito importante que vocês, Parlamentares, se juntem a nós, sociedades médicas, sociedade civil, porque, sem esse apoio político, a gente não consegue quase nada disso.

Esse é o sonho da nossa sociedade, da nossa Academia Brasileira de Neurologia.

Vejam só, resumindo tudo num eslaide só, o que pode melhorar na prevenção primária, fase aguda, reabilitação e depois a pessoa não ter mais AVC. Tudo isso para tentar reduzir essa desigualdade muito grande que tem no nosso país, *status* socioeconômico, local onde a pessoa tem um AVC etc.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Dra. Maramélia.

Aqui, a gente tem uma interação com a sociedade, em que eles mandam as perguntas, de acordo com o andamento da audiência pública. Então, eu dividi aqui: de duas a três perguntas para cada participante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar com a Dra. Maramélia, que já está lincada. A pergunta veio lá do Michael, do Paraná. Eu vou elaborar as perguntas, a doutora anota, passo a palavra a ela, e ela responde as três que são destinadas a ela num contexto.

Vamos lá, primeira pergunta, para a Dra. Maramélia. "As unidades de saúde primárias são as principais responsáveis pela educação em saúde. Como esse PL auxiliaria nesse processo de educação [e prevenção]?"

Segunda pergunta – Ana Paula, do Espírito Santo: "Quais são os mitos comuns sobre o AVC que precisam ser desmistificados para uma melhor compreensão pública?".

São essas duas perguntas.

Com a palavra, a Dra. Maramélia.

A SRA. MARAMÉLIA ARAÚJO DE MIRANDA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, o projeto de lei visa a instituir esse Dia Nacional de Prevenção ao AVC. Isso é importante justamente para isso, para educar a população, porque a nossa doença é uma doença que a gente chama tempo-dependente. Então, da mesma forma como lá nas décadas de 80, 90 houve muitas campanhas em relação a... "Havendo dor no peito, procure um hospital, porque isso pode ser um infarto", a maioria da população sabe. Se você tiver uma dor no peito, uma dor no braço esquerdo, você pode estar tendo um infarto, corre para o hospital, para um atendimento médico. É a mesma coisa, no AVC existem alguns sinais de alerta.

Então, a importância do dia mundial é você fazer uma propagação, escalar aquela informação médica em uma linguagem de leigo, justamente para educar essa população, porque, se eles forem no lugar errado, vão perder aquele tempo, aquela janela curta de tratamento em que a gente pode reverter um déficit de AVC, e a gente muda totalmente a vida de uma pessoa se você consegue reverter o déficit de uma pessoa que está tendo um AVC.

Então, assim, a nossa angústia realmente é essa: a nossa janela de tempo é muito curta, são três, quatro horas para um determinado tipo de remédio e até 12, 24 horas para um determinado tipo de tratamento. E a campanha de saúde pública, com a instituição do dia nacional, vai dar subsídio, por exemplo, para o Governo Federal, o Ministério da Saúde, investir em campanhas de *marketing* exatamente nisso, porque é o que ocorre em outros países. Em outros países você vê campanhas com *banners* em *shopping*, em postos de gasolina, em ponto de ônibus, em aeroporto, falando: "*fast*", "AVC", "sinais de alerta tal, tal e tal".

Então, assim, eu estou respondendo as duas perguntas já. A pergunta sobre a Unidade Básica de Saúde, porque essa campanha não seria só local para a unidade básica. Num dia nacional você consegue escalar essa campanha para todo o país, e aqui a gente tem bons exemplos disso com o dia mundial, em que a WSO, que é presidida atualmente pela Dra. Sheila, tem feito campanhas maravilhosas nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Dra. Maramélia.

Vamos agora fazer as perguntas para a Dra. Sheila.

A primeira pergunta vem da Bahia. Geise: "A hipertensão arterial é um dos principais fatores de risco para o AVC, há alguma ação específica de monitoramento para os hipertensos?"

Outra pergunta vem da Paraíba. George: "Qual [...] [é considerado o grupo de risco] do acidente vascular cerebral e do acidente vascular encefálico? Qual a diferença entre ambos?"

E a última vem de São Paulo, da Helen: "Quais as principais medidas de prevenção que podem ser promovidas durante o Dia Nacional de Prevenção ao Ocidente Vascular Cerebral?"

Com a palavra, Dra. Sheila.

A SRA. SHEILA CRISTINA OURIQUES MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, excelentes perguntas.

Então, quanto à primeira, bom, a hipertensão com certeza é o principal fator de risco, é responsável por quase metade das causas. Então, se a gente conseguisse controlar a pressão, identificar precocemente e controlar a pressão, a gente reduziria enormemente o número de casos de AVC.

O que vem acontecendo é que, muitas vezes, como eu mostrei naquele exemplo rápido ali, não é identificado, ou é identificado e existe uma inércia terapêutica. Diz-se: "ah, para a tua idade está bom, vamos esperar para daqui a seis meses ver se a pressão baixa".

E hoje nós temos estratégias internacionais da Organização Mundial de Saúde, da Organização Pan-Americana de Saúde, e agora do Ministério da Saúde, para detectar precocemente e controlar a pressão. Então pressão boa é pressão 12 x 8. Não é "a pressão está boa para a sua idade." Então a primeira coisa é a pessoa saber qual é a pressão ideal para poder se ajudar.

Além disso, já vem a terceira pergunta também: como é que eu posso fazer para modificar isso? Então, além de ir ao médico e usar o medicamento da pressão adequadamente, é mudar estilo de vida. Nós criamos um guia para modificação de estilo de vida, que está gratuitamente disponível. Posso em seguida disponibilizar para vocês.

Trabalhamos junto com a Saps, do Ministério da Saúde, que mostra o que tem que ser feito para mudar. Então é começar a fazer atividade física – e hoje nós temos as academias de saúde, que são gratuitas, para que as pessoas possam se exercitar –,diminuir peso, alimentação mais saudável com menos gordura, menos carboidrato, mais verdura e frutas, mais carne branca, parar de fumar, evitar abuso de bebida alcoólica, diminuir estresse, tratar depressão – isso também ajuda –, e identificar os principais fatores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco: hipertensão, diabetes, colesterol elevado e arritmia cardíaca, que é a fibrilação atrial. E, quando identificar isso, tem que tratar adequadamente.

Então mudar estilo de vida é fundamental. A gente tem um guia para apoiar, inclusive orientando o que deve comer e o que não deve comer, mas também identificar os principais fatores de risco e tratar adequadamente.

E a outra pergunta é em relação aos grupos de risco, que eu também já tinha falado, mas a gente repete. Então dez fatores de risco são os principais que eu posso mudar. Quanto mais idade a gente sabe que maior o risco. Os negros têm um pouquinho mais de risco do que os brancos, os homens um pouquinho mais risco que as mulheres, mas eu tenho coisas em que eu posso atuar, que são esses fatores de risco: pressão alta, sedentarismo, colesterol elevado, alimentação não saudável, obesidade, depressão, estresse, fumo, arritmia cardíaca, fibrilação atrial, abuso de álcool e diabetes. Todos esses eu posso tratar, controlar e reduzir 90% as causas de AVC.

Diferença entre AVC (acidente vascular cerebral) e acidente vascular encefálico não existe. Na verdade, no conceito, nós chamamos acidente vascular cerebral. E a ideia é usar esse nome para todo mundo. E então AVE e AVC são a mesma coisa. Mas nós Sociedade Brasileira – a Maramélia está aí – definimos que o nome usado vai ser acidente vascular cerebral, que é para todo mundo usar só um nome para essa doença, pois a gente realmente precisa ter um alerta da população e dos profissionais de saúde de que têm prevenção, tratamento e reabilitação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A Dra. Maramélia pediu a palavra?

Quer fazer um comentário, para a gente seguir a audiência? (*Pausa.*)

A SRA. DRA. MARAMÉLIA ARAÚJO DE MIRANDA ALVES (*Por videoconferência.*) – É bem rápido, viu, Senador. É sobre a pergunta: quais são as medidas preventivas?

Veja só – e a servidora do Ministério da Saúde pode até confirmar: tem um programa do Ministério da Saúde chamado Previne SUS. Esse programa envolve incentivos financeiros para as unidades básicas, de acordo com o que essas unidades fazem em relação a programas preventivos.

Então tem indicador de gestante, indicador de consulta pré-natal etc. E um dos indicadores é exatamente este: a proporção de pessoas hipertensas que são atendidas na unidade e as medidas de pressão arterial, porque isso que é importante. A pessoa hipertensa tem que ser atendida, tem que ter acesso à UBS, tem que medir a pressão e ver se precisa ou não ajustar o remédio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe esse programa. Infelizmente é um programa pouco conhecido, não existe muita divulgação para as unidades básicas lá na ponta desse programa, mas esse programa foi implantado desde 2019.

Seria interessante conversar com o Ministério da Saúde, a gente tem superinteresse em fazer isso, para tentar ampliar esse programa, porque isso é muito importante na prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a sua colocação.

De pronto, passo a palavra à Iris Vinha, que está aqui ao meu lado, para responder as seguintes perguntas:

- Do André, de Santa Catarina: "Quais são os benefícios esperados na implementação do Dia Nacional de Prevenção ao AVC, conforme proposto pelo PL 3.533/2021?".

- Do João Vitor, do Distrito Federal: "O AVC é um problema muito sério em que as pessoas não se atentam aos sinais, é muito importante que esse tema seja discutido".

- Do Roberto, do Rio Grande do Sul: é possível montar um mapa mais claro da doença ao reduzir a faixa etária do público alvo dos estudos considerando os fatores genéticos?

Com a palavra, Iris Vinha.

A SRA. IRIS RENATA VINHA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Obrigada pelas palavras dos colegas aqui, que já compreenderam esse vasto tema e já o exploraram.

Mas eu vou reforçar aqui, o Ministério da Saúde, em nome da Ministra Nísia Trindade, tem feito campanhas nacionais, e a gente entende que é superimportante esse movimento nacional de campanhas nacionais e de *marketing*, assim como a gente tem feito para a vacinação e para a prevenção de dengue. Portanto, esse dia nacional e esse PL também trazem essa oportunidade de juntos, como sociedade, como ministério, como todas as instituições, fazermos uma campanha nacional e estarmos, além dos serviços de saúde, trazendo esse tema e atentando aos sinais de alerta para todos os espaços possíveis da sociedade.

Portanto, eu reforço o que já foi colocado, inclusive pelas colegas, que essa é uma das possibilidades, além de, óbvio, fazer com que o Sistema Único de Saúde, que os nossos serviços de saúde possam ter um dia focado em que a gente possa demarcar esse espaço e essas orientações. É de grande valia esse PL e também essa oportunidade.

É válido trazer que as perguntas também aqui já elucidaram sobre os sinais de alerta, sobre como é possível prevenir. Portanto, esses espaços são importantes para a sociedade e para a melhoria da saúde da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um problema muito sério com sinais muito importantes, acho que já coloquei. E, de fato, os estudos hoje já estão bem avançados no tema do AVC e a gente já consegue entender que alguns fatores de risco, como colocado pela Dra. Sheila, acometem algumas populações específicas, como homens e negros também.

Mas não é só isso, a gente precisa estar alerta. Como ela trouxe um caso de uma mulher que teve, portanto, essa condição e, infelizmente, foi a óbito por dificuldades de atendimento e de compreensão da própria doença, porque acho que é o principal momento também de se entender os sinais e entender o que está acontecendo consigo para poder procurar o quanto antes o serviço de saúde. Então, acho que este momento também já traz muita importância e relevância na divulgação e no esclarecimento sobre a doença.

Portanto, nós, do ministério, vamos trazer também como atenção primária e como atenção especializada, a gente está focado para poder apoiar o Sistema Único de Saúde e conseguir avançar no tratamento e também na prevenção dessa doença.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as colocações.

Como é um dia em que estamos debatendo esse assunto de extrema relevância, conforme a determinação aqui do Regimento, para o projeto poder avançar, faculto a palavra ao Dr. Hideraldo, se quiser fazer algum comentário, visto que as perguntas já se esgotaram.

O SR. DR. HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, mais uma vez quero reiterar a importância do projeto. Ele é um projeto que elenca não só o dia, mas por trás nós temos pesquisa, orientação, entender o processo. Cada vez que nós temos mais dados, que a gente tem mais conhecimento, a gente consegue se utilizar de todas essas ferramentas desse conhecimento em prol da população.

A atenção básica é fundamental – a Dra. Sheila colocou isso daí – para que nós possamos reduzir os números, que são alarmantes ainda. Isso é um problema mundial. Em relação ao Brasil, nós temos diretrizes específicas que nós precisamos avançar no mundo da prevenção, e aí, sim, nós conseguiremos reduzir o número de pessoas afetadas.

Foi colocado também, Senador, um importante papel da reabilitação. É lógico que nós queremos reabilitar poucas pessoas, mas nós precisamos na rede ter um procedimento que alcance o nosso Brasil enorme, sobretudo na Região Norte e Nordeste, onde há maior dificuldade, sem dúvida nenhuma, mas vocês viram que os números alcançam o país como um todo, e nós precisamos de política pública para alcançar todo o país. A Rede AVC veio justamente nesse sentido.

Então, reitero: é fundamental o projeto, muito importante, no sentido não só pelo dia, mas para o pensamento nacional permanente, em virtude do agravo ser de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela participação, pelas palavras. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação de todos.

Instituir o dia 29 de outubro como o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral é pertinente, oportuno, justo e meritório. Busca favorecer ações que visem melhorar a prevenção e o tratamento do AVC. Esse PL, que institui essa data, tem como principal objetivo estimular ações educativas de informação e conscientização, a fim de ampliar o conhecimento da população sobre o AVC, a identificação dos seus sinais e controle de seus fatores de risco. Lembro que na nossa especialidade, que é urologia, nós temos o Novembro Azul, que é a conscientização, principalmente dos homens, mas a mulher também tem que se conscientizar, porque na maioria das vezes é ela que leva o homem até a urologista, da prevenção das doenças do homem, principalmente o câncer de próstata. E o Outubro Rosa, que são os dois meses que são mais marcantes, que previne também as doenças do tumor de mama e o câncer do colo do útero na mulher. Então, na mesma linha dessa conscientização, esse dia 29 de outubro com certeza vai cumprir com seu objetivo. Eu acho que ganha toda a sociedade organizada nesse contexto.

Quero agradecer a participação de todos vocês, que dispuseram o tempo nesta manhã, para que a gente possa avançar nesse projeto e aprová-lo.

Cumprido totalmente o objetivo que foi proposto, declaro, sob a proteção de Deus, encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Paulo Paim, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir o PL 4168/2021, que "reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional". **Participantes:** Dr. Ives Gandra Martins, Jurista, advogado e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie; Sr. Thiago Rafael Vieira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR); Padre Luciano da Silva Roberto, Assesssor do Setor Cultura e do Setor Bens Culturais da Comissão Episcopal para Cultura e Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Sra. Edna V. Zilli, Presidente da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE); e Pastor Douglas Baptista, Presidente do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de março de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.168, de 2021, que reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional, em atenção ao Requerimento 95, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Convido para tomar assento à mesa, que já está aqui do meu lado, a Dra. Edna Zilli, Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) – obrigada, Dra. Edna –; Pastor Douglas Baptista, Presidente do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus No Brasil (CGADB).

Participarão ainda da reunião, por meio de videoconferência, os seguintes ilustres convidados: Dr. Ives Gandra Martins, Jurista, Advogado, Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, meu amigo, minha inspiração, meu irmão querido; Dr. Thiago Rafael Vieira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR), meu amigo – muito prazer em estar contigo de novo, Dr. Thiago!

E nós temos a honra também de ter conosco o Padre Luciano da Silva Roberto, Assessor do Setor Cultura e do Setor Bens Culturais da Comissão Episcopal para Cultura e Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – muito bem-vindo, Padre Luciano! E obrigada por ter aceitado o convite e por estar conosco nesta manhã.

Informo também que foi convidado o Deputado Federal Vinicius Carvalho, que é o autor do projeto de lei lá na Câmara, mas não pôde comparecer a esta audiência. Ele justificou a ausência e mandou a assessoria.

E está entrando no nosso plenário agora o nosso Senador Esperidião Amin, que é o Relator da matéria. Ele já emitiu o voto dessa matéria, e eu pedi vista do projeto. Esta discussão, inclusive, é para a gente fazer um debate sobre o tema, porque, depois que ele apresentou o voto, dúvidas começaram a surgir, e nós estamos com pedido de vista coletiva, e alguns Senadores estão discutindo a matéria.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone, de ligação gratuita, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de a gente começar, nós estamos aqui ao lado da Comissão de Relações Exteriores, numa agenda bem puxada, e o nosso Relator está aqui presente. Eu não sei se o Relator gostaria de fazer uma palavra introdutória. (*Pausa.*)

Ele já está ali sinalizando: pequenininha. E, na sequência, a gente tem uma ordem de fala; o primeiro que vai usar a palavra vai ser o Dr. Ives Gandra, porque ele tem outra agenda.

Em relação aos outros convidados, a gente gosta muito que vocês fiquem até o final, porque perguntas chegam. Inclusive, via internet, muitas manifestações já estão chegando e há perguntas direcionadas aos senhores, mas a gente sabe que hoje é um dia de muitas agendas para todos os senhores; se um dos expositores precisar falar e sair, fique bem à vontade.

Então, nós vamos ouvir o nosso Relator, Senador Esperidião Amin; e, na sequência, a gente já vai ouvir o Dr. Ives.

Lembrando, gente, que esse projeto de lei nasceu na Câmara dos Deputados, e o Senado Federal está agora com seu papel de revisor da matéria. Esse projeto está na Comissão de Educação aqui do Senado; é esta Comissão que discute sobre esta matéria. E eu só quero ler para vocês o projeto de lei, que é muito simples, é um projeto de lei direto, já cumpre seu objetivo em duas, três linhas.

O projeto de lei diz o seguinte:

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica reconhecido o cristianismo como manifestação cultural nacional.
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o projeto de lei.

O voto do Senador Esperidião é um voto muito bom; é um voto com muita clareza sobre manifestação cultural – o cristianismo como manifestação cultural. Mas, mesmo trazendo um voto tão bonito, tão robusto, ele entendeu a necessidade de a gente fazer essa discussão depois que as dúvidas começaram a surgir.

Senador Esperidião, o senhor tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu agradeço, Senadora Damares, pela generosa oportunidade de usar brevemente da palavra.

A reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde eu tenho duas relatorias, está iniciando; o Presidente já chegou. Serei muito conciso.

O fato de eu concordar com o projeto não me faz autor dele. Eu tenho, em termos de vida religiosa, o ecletismo como uma bênção. Meu pai não era católico, ainda que fosse cristão, e a minha família materna – por parte de mãe – é tão italiana quanto os Zilli, que são do Vêneto também. A minha avó materna era de Padova, portanto, devotíssima de Santo Antônio, paróquia onde eu fui batizado.

Todavia, eu acho que o projeto é generoso, abrangente e não é excludente de outras religiões. Eu, mesmo não estando aqui, Senadora Damares, seguirei certamente as luzes dos que aqui nos trarão a sua contribuição, seguirei com muita humildade.

Mais uma vez, agradeço e peço permissão para retornar à CRE e acompanharei, com a assessoria e através do relatório final, o seu trabalho.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. E o senhor vai relatar uma matéria minha lá; por favor, lute para aprovar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu já rezei para a senhora hoje na missa. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele já estava na missa desde cedo; desde cedo nós estamos falando sobre esta audiência.

Muito obrigada, Senador.

Dr. Ives, o senhor tem a palavra, mas antes de o senhor falar, Dr. Ives...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E ele já comungou! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele já comungou às seis da manhã, ele está aqui falando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele já comungou às seis da manhã. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês observaram que os nossos preletores aqui... Nós temos juristas e nós temos também duas instituições cristãs: uma católica e uma evangélica. Os demais vão fazer uma abordagem na área jurídica.

Dr. Ives, uma das dúvidas que chegou a esta Comissão – e me foi muito demandada – foi a seguinte: se nós transformarmos o cristianismo em uma manifestação cultural, nós vamos trazer o cristianismo como um elemento da cultura no Brasil, assim como o folclore – e aí a gente traz Jesus para uma galeria do folclore. A gente não estaria diminuindo o Senhor Jesus trazendo o cristianismo para o guarda-chuva da cultura? Se a gente for classificada como manifestação cultural, a gente deixa de ser vista como manifestação de fé? Cristianismo é manifestação de fé? Cristianismo é uma religião ou é uma cultura?

Foram as perguntas que chegaram para nós.

A partir de agora a gente vai ver, Padre Luciano, a manifestação do Círio de Nazaré, aquela manifestação católica belíssima que acontece em Belém. Aquele evento vai ser visto como uma manifestação cultural ou uma manifestação de fé? A Marcha para Jesus, feita pela Igreja Evangélica em São Paulo e em outras capitais, a Marcha para Jesus vai ser vista como uma manifestação de fé ou uma manifestação cultural?

A partir do momento em que a lei for aprovada – é uma outra pergunta que chega a esta Comissão – , nós seremos manifestação cultural; então, nós seremos regidos pelo Conselho Nacional de Política Cultural do Brasil? Nós estaremos subordinados, por sermos manifestação cultural, a diretrizes de políticas públicas de cultura no Brasil? Nós teremos que atender às resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural? Todas essas dúvidas chegam. E a dúvida maior: podemos colocar numa caixinha o cristianismo? Podemos deixá-lo apenas na caixinha da cultura?

Então, essas perguntas deram origem a esta audiência e também estão fomentando todos os debates na Comissão. Se os senhores puderem... E as perguntas que estão chegando aqui, via internet, das pessoas que estão nos assistindo ao vivo, estão quase todas nessa linha. Então eu já faço essa abordagem, inclusive, para ajudá-los agora, na fala dos senhores, para, se puderem, já irem respondendo os questionamentos.

Dr. Ives, dez minutos – mas a gente vai ser bem tolerante; se tocar uma campainha, não tem problema. Seja muito bem-vindo, Dr. Ives. Obrigada por ter aceitado o convite para participar deste importante debate.

Eu sei, Dr. Thiago vai falar diretamente com mais de 90% da população brasileira. Nós somos mais de 90% de cristãos no Brasil. Então, não dá para a gente se omitir no momento em que as dúvidas surgem com relação a este projeto.

O autor é uma pessoa extremamente bem-intencionada, eu tenho o maior respeito e carinho pelo autor; ele me explicou as motivações de ter apresentado a proposta e como a Câmara viu a proposta dele. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem-intencionado. Ele não pôde estar aqui conosco, mas as dúvidas chegaram, e a Casa Revisora precisa acolher as dúvidas e fazer este debate.

Dr. Ives, seja muito bem-vindo. É uma alegria recebê-lo nesta Comissão.

O SR. IVES GANDRA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, por quem eu tenho uma grande admiração e amizade que muito me honra, e demais participantes – meu caro Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião, que é o Prof. Thiago –, eu, praticamente, depois do que a senhora disse, tenho pouco a dizer, porque eu concordo inteiramente, à luz da própria Constituição.

Se nós analisarmos a Constituição brasileira, vamos verificar de início que no Preâmbulo estão colocados 20 princípios que implicarão a sua explicitação na hora em que ela foi promulgada para os seus 245 artigos mais 70 disposições transitórias. Os 20 princípios davam todo o perfil, o arcabouço daquilo que seria a Constituição brasileira. E conclui o Constituinte, no Preâmbulo, que é o que promulga a Constituição. Àqueles que dizem que o Preâmbulo não tem importância, sem ele não haveria Constituição. Se o Preâmbulo diz "nós, os Constituintes, promulgamos a Constituição" – e o Preâmbulo não tem importância? –, sem ele não haveria a Constituição. Então o Preâmbulo é extremamente importante.

No Preâmbulo da Constituição, quando apresentaram os Constituintes todos os princípios, antes da promulgação, eles declararam o seguinte: "Sob a proteção de Deus, nós promulgamos esta Constituição". Eu diria até que há uma certa santa arrogância por parte dos Constituintes. O Constituinte anterior, aquele que promulgou a Constituição à luz de um regime de exceção, um pouco mais modesto, apenas invocou o Senhor: "Nós, invocando a Deus"; o que vale dizer que não estavam convencidos de que Deus estaria de acordo com tudo o que estivesse na Constituição.

O atual Constituinte, o Constituinte de 1988, impôs "sob a proteção de Deus". Vale dizer que eles, os Constituintes, trabalharam sob a proteção de Deus, e tudo o que foi disposto na Constituição que eles promulgaram era feito sob a proteção. Nós... Mesmo no Senado, todos os Senadores que aí estão, os 81 Senadores, só estão por causa de uma Constituição que foi promulgada sob a proteção de Deus. Vale dizer que os Constituintes brasileiros colocaram Deus como criador do homem, e não o homem como criador de Deus. Nós não estamos numa posição... Estou com o Prof. Luciano, com o Prof. Thiago, sabendo perfeitamente – e muita gente dizia que Deus existia, mas como criação do homem – que nós somos criação.

Isso lembraria até uma pequena história que se conta de uma professora que escrevia e falava para os seus alunos de ensino médio que o mundo viera do nada e que Deus não existia. Houve o recreio, e, quando ela voltou com os alunos, estava escrito na tela: "A professora é uma burra". Ela se revoltou, quis saber exatamente dos alunos o que os alunos tinham feito e disse que aquilo era um absurdo... Um aluno levantou-se e disse: "Professora, eu acho que foi o Nada que escreveu isso na pedra. Ela disse: "Você está querendo brincar comigo?". Ele disse: "Professora, o que é mais fácil, o Nada ter escrito isso na pedra ou o Nada ter criado todo o universo, a senhora, eu, todos nós que estamos aqui?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, quando o Constituinte colocou "sob a proteção de Deus", ele colocou sob a proteção do criador de tudo, e não uma manifestação humana semelhante ao cubismo, à geração de 45, ao romantismo, ao barroco, ou a qualquer tipo de manifestação cultural.

Essa é a razão pela qual, a meu ver, se não mudarmos a redação do dispositivo, nós estaremos com um dispositivo inconstitucional, porque estaríamos reduzindo aquele sob o qual foi promulgada a Constituição, ou seja, o "sob a proteção de Deus"; estaria o homem colocando Deus como uma mera manifestação, como a cultura, como qualquer outro movimento cultural, como a Farra do Boi, por exemplo, que, apesar de ter sido considerada inconstitucional, continua sendo manifestação cultural em determinadas regiões do país.

Então, a meu ver, é a única forma de salvar o projeto: não provocar o que haveria necessariamente. Eu mesmo iria propor, na União dos Juristas Católicos, no IBDR, que se entrasse, não com uma ação direta de inconstitucionalidade, mas com uma ação de descumprimento de preceito fundamental, que é um preceito fundamental que estaria sendo superado. E faria isso, até porque a própria lei de violação de princípio fundamental e descumprimento de princípio fundamental, por nomeação do Presidente Fernando Henrique, com cinco autores – o Prof. Arnoldo Wald, o Prof. Oscar Corrêa, o Prof. Celso Bastos, eu e o então super-Advogado-Geral da União, Gilmar Mendes –, não foi alterada em nada no Congresso Nacional. Nós poderíamos tranquilamente, qualquer dessas entidades, e não precisaríamos elencar o art. 103 da Constituição, daqueles poucos legitimados ativamente, mas as nossas entidades poderiam entrar com descumprimento de preceito fundamental.

Então, para salvar o projeto, o que eu sugeriria seria que não é uma manifestação cultural, mas que o cristianismo gerou manifestações culturais – não exclusivamente manifestações, gerou muito mais, gerou o amor do homem por Deus. Mas àqueles que querem colocar as manifestações culturais geradas pelo cristianismo, que é uma realidade.

Nós temos, na Idade Média, as cruzadas, que representaram a primeira vez que houve guerra, não por interesse de poder, não por interesse econômico, mas exclusivamente por uma crença em Deus; as catedrais que foram criadas; quando nós ouvimos A Paixão Segundo São João, ou A Paixão Segundo São Mateus, de Bach; as missas de Mozart, de Beethoven; quando nós pegamos os réquiens, uma densa característica; praticamente grande parte da produção de Bach é uma produção; na arte gótica, quando nós verificamos na arte medieval, há presença constante de Cristo, a evolução; os autores que escreveram a respeito, Daniel Rops, Léon Blum, etc.

É evidente que o cristianismo gerou manifestações culturais, mas o cristianismo, em si, é muito mais, porque toda a Constituição foi promulgada sob um Deus, e a nossa religião, com o respeito a todas as outras, é a única que teve o próprio Deus como seu fundador, o próprio Deus, que, como dizia São Paulo, se não houvesse a ressurreição – e o único fato histórico de ressurreição comprovada por centenas e centenas de pessoas foi a ressurreição de Cristo –, a nossa fé seria vã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro desse aspecto, eu queria trazer essa modestíssima contribuição aos meus caros Senadores e à minha queridíssima amiga de bastante tempo, a Ministra e Senadora Damares, de que seria inconstitucional como está, porque fere o Preâmbulo da Constituição, transformando aquele que protege, aquele que deu origem, aquele que garantiu aos Constituintes terem o bom senso de fazer uma Constituição, porque ela foi promulgada sob a proteção de Deus, numa mera manifestação semelhante à Farra do Boi ou a algo do mesmo teor.

Dentro dessa exposição, para salvar o projeto, mudando-se a redação, o cristianismo gerou manifestações culturais, mas não o cristianismo é uma manifestação cultural, porque, de rigor, nós não podemos considerar que quem criou o homem seja pelo homem criado.

Era esta, minha caríssima Ministra e Senadora, dentro do tempo regulamentar, a minha exposição para salvar o projeto. E se for aprovado como está, sugerirei à União dos Juristas Católicos de São Paulo, da qual eu já fui Presidente, que entremos com uma ADPF, por força do que está escrito no Preâmbulo, de que depende todo o texto constitucional, razão pela qual nós não podemos reduzir a força do Criador à força de ser apenas um ser criado, dentro de um elenco enorme de manifestações culturais.

É a minha proposta para salvar. Gerou manifestações culturais, mas não é uma manifestação cultural, porque é muito mais, excepcionalmente mais, infinitamente mais do que uma mera manifestação cultural o cristianismo.

Muito obrigado pela atenção, Ministra Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Ives, muito obrigada. O senhor que é o mestre de todos nós juristas. Eu estou olhando os juristas que estão aqui, e todos nós, de uma forma ou de outra, já fomos seus alunos. Muito obrigada pela participação e pela contribuição.

Nós vamos continuar agora com os expositores, mas o Dr. Ives traz um fator extremamente interessante. A gente pode salvar o projeto de lei.

Esta Casa aprova a matéria que vem da Câmara, recusa ou modifica. Se ela modificar a matéria, a matéria, de fato, volta para a Câmara analisar novamente. Mas a gente tem esta possibilidade de apresentar um substitutivo à matéria, modificando. Inclusive, Dr. Ives, o Senador Magno Malta apresentou uma emenda ao projeto, que ainda não foi acolhida pelo Relator, não foi analisada, porque o Relator estava esperando esta audiência.

O Senador Magno Malta apresenta uma emenda para que se modifique o projeto: "Art. 1º. As expressões artísticas cristãs e os reflexos e influências do cristianismo são, além de seus aspectos religiosos, considerados manifestação cultural nacional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente já tem uma emenda para que o projeto seja modificado, para que o projeto seja salvo, para que a ideia inicial do autor seja acolhida, mas com todos os cuidados.

O que o Dr. Ives falou, a gente já sabia: se a matéria passar da forma como está apresentada, há uma possibilidade enorme de judicialização, de que a matéria seja discutida no âmbito do Judiciário. Aí o projeto não alcança o efeito que o autor tanto queria.

Dr. Ives, muito obrigada. Se chegar alguma pergunta direcionada ao senhor, nós encaminharemos via *e-mail*. O senhor fique à vontade. Sei que o senhor tem outro compromisso, mas o senhor abrilhantou esta audiência pública. O senhor trouxe para nós um norte para podermos, inclusive, continuar o debate nesta audiência pública.

Muito obrigada. Que Deus o abençoe.

Quer falar alguma coisa?

O SR. IVES GANDRA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – A ideia é a seguinte: é evidente que o substitutivo do Senador Magno Malta é um substitutivo excelente, porque esse não teria o vício da inconstitucionalidade.

Eu tenho a sensação de que, se se aprovar algo semelhante a esse substitutivo, não haveria a judicialização. Caso contrário, eu tenho absoluta certeza de que nós teremos a judicialização.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Magno Malta porque ele apresentou uma solução que agrada, ao meu ver, os próprios Deputados que, enfim, aprovaram, na Câmara dos Deputados, o projeto, mas coloca a exata dimensão das manifestações culturais, mas não da essência do cristianismo.

Agradeço enormemente.

Pelos meus 89 anos, Senadora, agora vou para uma sessão de recuperação física, porque eu sou obrigado a fazer, todas as manhãs – uma fisioterapeuta vem aqui à minha casa –, os exercícios, para tentar continuar sobrevivendo algum tempo.

Muito obrigado a todos.

Um grande abraço, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Ives. E sobrevivendo por muito tempo. O Brasil precisa do senhor por muito tempo. Um abraço na família, Dr. Ives. Muito obrigada.

Na sequência, a nossa ordem de oradores foi estabelecida da seguinte forma: Dra. Edna, Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – a Anajure já fez uma nota pública sobre o projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–; depois, o Pastor Douglas, da CGADB; na sequência, Dr. Thiago, do IBDR; por último, o nosso querido Padre Luciano.

Então, a gente vai seguir essa ordem. Se algum orador precisar fazer uma alteração de ordem, pode falar diretamente com a Secretaria que a gente combina com os outros oradores.

Dra. Edna, obrigada pelo convite. A Anajure é uma instituição que todos nós respeitamos muito, uma instituição que tem advogados, juízes, promotores, procuradores. E a Anajure, lá atrás, já fez uma manifestação sobre a matéria.

A senhora tem dez minutos. Ali, tem um relógio para acompanhar. Mas fique à vontade se precisar passar um pouquinho.

E a gente vai conduzindo dessa forma.

Muito obrigada, Dra. Edna.

A SRA. EDNA V. ZILLI (Para expor.) – Obrigada, querida Senadora, parceira de Anajure, de muitos anos – aliás, de muito antes que eu mesma fizesse parte da Anajure.

Quero saudar a nossa querida Senadora, o Pastor Douglas, que compõe esta mesa, e a todos os presentes.

Em primeiro lugar, a Associação Nacional de Juristas agradece o convite para participar desta audiência, que visa debater o Projeto de Lei 4.168/2021, que reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho.

A posição da Anajure, quanto ao teor do referido PL, pode ser sintetizada da seguinte maneira. Em que pese o projeto possua nobre intenção e honrosa motivação, deve ser dito que necessita ser alterado ou rejeitado, uma vez que o cristianismo vai além de uma mera manifestação cultural, sendo a religião com mais adeptos do Brasil e do mundo.

Antes de adentrar no debate em questão, uma observação que precisa ser feita é que o PL citado não viola a laicidade adotada no Brasil, nos arts. 5º, incisos VII e VIII, e no art. 19 da Constituição Federal. De fato, o Estado e a Igreja possuem diferentes âmbitos de atuação e competência, sendo necessário que cada um cumpra a sua responsabilidade própria. Entretanto, isso não significa alguma espécie de laicismo. Pelo contrário, a laicidade constitucional é, por assim dizer, a neutralidade benevolente do Estado para com diversas manifestações religiosas. Portanto, não há, sob a perspectiva da laicidade, problemas com o projeto.

Feita essa observação, prossegue-se no seguinte sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sabido que a religião não é sinônimo de cultura e nem pode ser por ela enclausurada ou reduzida. Ao conferir norte, significado e identidade aos seus adeptos, a religião busca lograr harmonia, como alguma origem última de toda realidade, uma fonte mais do que humana do significado e valores presentes no cosmos. Todavia, como não se pode identificar religião com cultura, não se pode também dividi-las como termos antagônicos. Afinal, a religião participa do alicerce de toda e qualquer cultura, influenciando desde a formação do homem, em seu núcleo individual, até a construção da identidade de uma coletividade. No caso do cristianismo, esse se expandiu e influenciou o surgimento da civilização ocidental, tal como a conhecemos hoje, possuindo grande importância ao redor do mundo.

Não há como negar sua relevância para a história do nosso país desde os seus primórdios até os dias atuais. O cristianismo teve um papel fundamental na formação da identidade brasileira, influenciando nossa cultura, valores e tradições. Desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus, o cristianismo foi introduzido e gradualmente se tornou uma parte intrínseca da sociedade brasileira. Contribuiu não apenas para a religiosidade, mas também para a organização, educação, arte, política e muito mais. Seus ensinos de igualdade, solidariedade, amor, perdão, respeito e justiça foram replicados desde os primeiros documentos que estipularam os direitos fundamentais. Com efeito, segundo o cristianismo, a dignidade do ser humano é valor fundamental, porquanto é dada pelo próprio Deus, que o criou de modo especial, baseando-se em sua imagem e semelhança, e que, de igual modo, o instrui na preservação desse valor por meio da sua palavra, a Bíblia Sagrada.

O cristianismo apresenta, ainda, a conceituação humana em seu nível mais elevado, pois identifica o ser humano como um ser maravilhosamente criado, cuja vida tem valor acima de todas as outras criaturas; capaz de respeitar outrem como a si mesmo bem como de ser obediente às autoridades; e, quando em erro, é passível de regeneração. Esses conceitos trazem profundas e positivas implicações às obrigações civis, aos negócios jurídicos, às relações trabalhistas, ao combate à criminalidade, entre outros. Desse modo, é inegável o papel assumido pelo cristianismo na formação cultural, não somente brasileira, mas mundial.

Todavia, como dito, sua expressão cultural é apenas um reflexo público de sua prática e influência, e não a totalidade da sua essência. Aceitar o cristianismo como mera manifestação cultural acarreta problemas de ordem prática notáveis em nossa sociedade, reduzindo uma religião que lida com a realidade transcendente de Deus a uma mera manifestação social humana.

Deve-se ressaltar, ainda, que as igrejas são livres de qualquer intervenção ou interferência estatal em seus credos ou modos operacionais. Além do aparato constitucional já citado, o Código Civil, em seu art. 44, §1º, preceitua que "são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento". Entretanto, ao reconhecer o cristianismo como manifestação cultural, corre-se o risco de eventuais ingerências por parte do Estado nas igrejas, uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Constituição Federal argui ser de competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre patrimônio cultural. Isso consta do art. 23 da Constituição.

Assim, pelas razões expostas, senhoras e senhores, Senadora Damares, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos não apoia o teor do presente projeto de lei, apesar de reconhecer que este tenha sido formulado com as melhores intenções possíveis. Entretanto, pontua-se que os problemas apresentados seriam mitigados com a alteração do texto, visando considerar como manifestação cultural nacional não a religião cristã em si, mas sim suas expressões artísticas e culturais, na mesma linha do nosso Exmo. Dr. Ives Gandra.

A Anajure agradece a iniciativa por esta audiência, bem como o convite feito pela nossa querida Senadora.

Eu agradeço a todos. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Zilli.

A gente já conhecia a nota da Anajure. Assim que o projeto começou a tramitar nesta Comissão, a Anajure já fez uma manifestação pública.

Eu quero lembrar a todos que estão nos acompanhando e a quem está chegando agora nas redes sociais: esta é uma audiência pública, que está acontecendo agora na Comissão de Educação, para discutir o projeto de lei, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e vai ser votado nesta Comissão, que institui o cristianismo no Brasil como manifestação cultural. Nós estamos ouvindo as opiniões dos juristas e das instituições cristãs do Brasil sobre essa proposta.

Tem muita gente nos acompanhando pela internet. Eu vou ler, antes dos três falarem, cinco manifestações que chegaram via internet pelo nosso Portal e-Cidadania e que, inclusive, talvez possam ajudar os demais nas suas falas.

Regislan, de Minas Gerais, faz a seguinte pergunta, e qualquer um dos cinco que estão aqui presentes poderão responder, ou os próximos três que vão falar: "Quais ações podem ser propostas, no âmbito da cultura, a fim de resgatar a importância cultural do cristianismo na formação do Brasil?".

João, lá do Pará, mandou duas contribuições. Ele diz o seguinte: "Haverá reconhecimento de manifestação cultural nacional às demais religiões do [...] [Brasil]?". E continua – num segundo momento, ele comenta: "Projeto de lei altamente excludente com as demais religiões que permeiam o nosso país". Essa manifestação veio de João, do Pará.

André, de São Paulo, diz o seguinte: "Cristianismo não tem origem no país, não tem sentido dizer que é uma manifestação cultural nacional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carolina, do Paraná, diz o seguinte: "O Estado é laico, mas o cristianismo faz parte da cultura da nação. Com certeza, deve-se reconhecê-lo como cultura".

Observem que nós temos manifestações favoráveis, manifestações que colocam mais dúvidas e manifestações contrárias ao projeto de lei.

Na sequência, vamos ouvir, agora, da forma que foi ordenada pela nossa Secretaria, o Pastor Douglas Baptista. Ele é Presidente do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB).

Eu quero lembrar que a igreja Assembleia de Deus, a convenção da CGADB, é a maior convenção evangélica do país. Eu acho que passam de 20 milhões ou 25 milhões os membros da Assembleia de Deus, em todo o país, nessa convenção. Então, nós nos sentimos muito honrados em recebê-lo aqui, Pastor Douglas. São dez minutos, mas, se precisar finalizar a sua fala com um pouquinho mais do que dez minutos, fique à vontade.

O SR. DOUGLAS BAPTISTA (Para expor.) – Exma. Senadora Damares Alves, autora da requisição desta audiência pública e nossa irmã em Cristo; Dra. Edna, Presidente da Anajure; Dr. Thiago Vieira, Presidente do IBDR, meu nobre amigo; Padre Luciano, representante da Igreja Católica; demais autoridades e assistência, eu gostaria já de pedir vênia para o uso da tolerância de cinco minutos para a minha fala.

Represento, nesta audiência pública, a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, instituição presidida pelo Pastor José Wellington Costa Júnior. Senadora Damares, a CGADB é constituída por mais de 100 mil pastores, entre consagrados e credenciados.

Na tela, estou projetando os dados.

Nossas igrejas comportam cerca de 33 milhões de brasileiros, entre membros e congregados, nos mais de 100 mil templos-sedes aqui no Brasil. Esses dados caracterizam a elevada representatividade das Assembleias de Deus na sociedade brasileira e legitima a nossa participação nesta audiência pública, para a qual agradecemos à Senadora pela honra do convite.

Assim sendo, reiteramos a posição das Assembleias de Deus de que o Projeto de Lei 4.168, de 2021, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho, que pretende reconhecer o cristianismo como manifestação cultural, não deve prosperar como se encontra na redação original. Portanto, a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil se manifesta contrária à redação original do projeto de lei sob três argumentos: o cristianismo não pode ser confundido como manifestação cultural; o cristianismo é uma religião monoteísta fundada na Bíblia Sagrada; e a religião difere da cultura e não pode ser regulada pelo poder estatal. A finalidade é demonstrar as diferenças entre cultura e religião, a relação e a competência do Estado com cada uma delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro argumento, de que o cristianismo não pode ser confundido como manifestação cultural, sem nenhuma pretensão de esgotar os conceitos e as variadas teorias do que seja cultura e no propósito de sintetizar a nossa argumentação, ratificamos a definição das ciências sociais, em que cultura é tudo aquilo que resulta da criação humana; a cultura é o construto da sociedade.

Para citar alguns especialistas, o francês Auguste Comte, considerado o Pai da Sociologia, desenvolveu a noção de que o homem é um produto social por meio do convívio em sociedade. Outro fundador da sociologia, Émile Durkheim, considerava "os indivíduos como um produto da vida comum, [...] isto é, tudo é devido, sobremaneira, à ação da sociedade". Já Max Weber ensina que "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumindo a cultura como sendo essas teias". Nessa perspectiva, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco estabelece que a cultura caracteriza "uma sociedade ou um grupo social e [...] abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças".

Assim, as Assembleias de Deus reconhecem que a cultura é diversificada e que o multiculturalismo, enquanto movimento social, é legítimo e representa um importante instrumento de luta contra a discriminação e o preconceito contra determinados grupos percebidos como marginalizados. Assim, não reconhecer a diversidade cultural é a razão da intolerância entre as culturas. Contudo, discordamos da tese que sustenta que "as crenças morais dependem exclusivamente das condições culturais". Embora seja verdade a presença das manifestações da cultura cristã no espaço público e privado, tais como a moral, os bons costumes, a música sacra, o cinema gospel, isso não significa nem de longe que o cristianismo seja o construto da sociedade. O cristão, na percepção pentecostal, é por essência um crítico do relativismo cultural, que não reconhece valores absolutos; contudo, a nossa perspectiva bíblica ensina que tolerar as diferenças culturais é importante, mas também ensina que existem limites para a tolerância ética. Portanto, não é possível reduzir e nem apequenar o cristianismo como uma mera manifestação cultural.

O nosso segundo argumento repousa na tese de que o cristianismo é uma religião monoteísta fundada na Bíblia Sagrada. Em seu uso latino original – *religio* –, religião é o oferecimento de honra, respeito e reverência devida ao que é divino. A religião é o dever de honrar e adorar a Deus; já a superstição é um temor infundado da divindade. Por sua vez, o verbo *religare* – religar, atar, apertar, ligar bem – tem a ideia de que cabe à religião atar os laços que unem a humanidade à esfera divina. Desse modo, a fé cristã repousa na crença da existência de um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Essa doutrina se sustenta na revelação especial de Deus para a humanidade, que é a Bíblia Sagrada.

Nessa direção as Assembleias de Deus professam crer na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter do cristão.

Essa proposição tem implicações relevantes, pois, para o cristão, a Bíblia Sagrada não é vista apenas como um livro que contém a palavra de Deus, mas, sobretudo, a Bíblia Sagrada é a palavra de Deus. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significa, então, que a Bíblia Sagrada é a revelação da vontade de Deus e não é o resultado de uma construção humana ou cultural. Assim, a fé bíblica não pode ser ressignificada, reinterpretada ou ajustada para atender ou se adequar a determinada cultura.

Por conseguinte, fazemos aqui um paralelo: a cultura tem origem nos anseios humanos; a religião cristã tem uma referência divina. A ética e moral na ótica humana cuidam do modo de vida das pessoas na perspectiva cultural; a religião cristã inclui o modo de vida, mas relacionada à vontade divina revelada nas escrituras. As culturas se modificam e se ajustam ao fato social; as doutrinas da religião cristã são imutáveis e são se relativizam. Um exemplo: na perspectiva cristã, Deus somente pode ser conhecido por sua autorrevelação em Cristo, o qual somente pode ser aceito pela fé; e as definições do certo e do errado não são determinadas pela cultura, mas, sim, pela inspirada, inerrante, infalível e suficiente palavra de Deus.

Desse modo, reduzir a religião cristã ao conceito de manifestação cultural é retirar-lhe a transcendência, negar-lhe a origem divina, relegar a fé a superstições infundadas, remover a inspiração divina dos textos sagrados, equiparar o cristianismo às crenças mitológicas, permitir que a fé cristã seja confundida como ideologia de vida, e isso também implica corromper seus pilares e relativizar seus preceitos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS BAPTISTA – Quanto a isso, a escritura já nos adverte: "A religião que Deus, o nosso Pai, aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo".

Terceiro e último argumento, usando a vênia de cinco minutos – obrigado –: a religião difere da cultura e não pode ser regulada pelo poder estatal.

O Código Civil (§1º, art. 44, 2002) estabelece que: "São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento".

Nesse sentido, as organizações religiosas estão ampla e legalmente protegidas acerca de qualquer intervenção ou ingerência do Estado no funcionamento das igrejas cristãs e de quaisquer outras organizações religiosas.

Já o art. 19 da Constituição, cujo ordenamento jurídico permanece em vigor, define o modelo de laicidade no Estado. Art. 19: " É vedado à União [...] estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

Assim, com base nesse postulado, a Constituição estabelece a separação entre Igreja e Estado, se mostra tolerante com o fenômeno religioso, reconhece a relevância da religião para o bem-estar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade e mantém a Igreja e o Estado em mesmo grau de hierarquia, cada qual em sua ordem em cooperação mútua. Trata-se do sadio equilíbrio entre o Estado e a religiosidade.

Já no art. 5º, que trata de cláusulas pétreas, o inciso VI diz: "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias". É perceptível aqui no inciso VI a garantia individual e coletiva da liberdade de crença, liberdade de culto, e da proteção dos locais de cultos.

Heloísa Chehoud, especialista em Direito Constitucional, avalia que esse "dispositivo deixa explícita a proteção à liberdade religiosa [...] a proteção constitucional à liberdade individual de crença e de culto, com *status* de direito fundamental". Não existe no texto constitucional nenhuma fórmula de restrição de observância cultural, do direito comum ou dos bens e dos bons costumes.

Essas particularidades apontam a laicidade e a liberdade religiosa como expressão e conteúdo do Estado democrático de direito do Brasil. As relações colaborativas compreendem, por exemplo: assistência religiosa, ensino religioso, imunidade tributária, o preâmbulo constitucional, já aqui citado pelo nobre Dr. Ives Gandra.

Indo para o final, o art. 23 da Constituição regula, como competência do Estado, legislar sobre a cultura:

> [...] proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural [...]
> IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
> V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Então, além do texto constitucional, há um arcabouço legislativo enorme que trata sobre a cultura.

Assim, igualar o cristianismo a mera manifestação cultural incorrerá em ameaça à liberdade religiosa e consequente interferência estatal nos eventos, nos cultos e nas liturgias que poderão vir a ser interpretadas como simples e mera manifestação cultural.

Concluindo, ainda que seja inegável a presença e até a influência cristã na formação da cultura, o cristianismo não é cultura, mas sobretudo religião monoteísta centrada na fé em Cristo e na Bíblia Sagrada.

A liberdade da expressão e crença da religião cristã repousa na legislação em vigor de não interferência estatal em seus cultos e liturgias. Portanto, não é prudente reconhecer o cristianismo como manifestação cultural. Por isso, é imprescindível emenda redacional ou texto substitutivo ao PL 468, de 2021, sob o risco de desconstruir a fé bíblica e tornar a religião sujeita ao poder do Estado.

É o nosso parecer.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pastor Douglas, à medida que esta audiência vai avançando, a gente vai tendo cada vez mais a certeza de que a Comissão acertou em aprovar um debate sobre esse projeto de lei e fazer uma revisão da pretensão que a proposta legislativa trazia.

E o senhor trouxe aí – e aí eu dou só essa introdução, não vou tomar muito tempo dos nossos dois oradores finais – que toda cultura é dinâmica e mutável, como o nosso orador acabou de apresentar, nosso expositor acabou de apresentar. Mas Jesus não muda, o cristianismo não muda, a essência de nossa fé não muda. Passam-se gerações e gerações, e o cristianismo é o cristianismo, mas, se a gente o traz para a questão da cultura, a gente pode ter, sim, uma interferência, inclusive na essência.

Nós temos a Convenção 169, da OIT, que já prevê que o mundo tem que combater as práticas culturais nocivas. Se a gente traz o cristianismo para a cultura – e aqui é uma pergunta para o senhor também, Dr. Thiago – e, daqui a alguns anos, o Conselho Nacional de Cultura, aqui no Brasil, apresenta uma resolução de que o jejum é uma prática cultural nociva – eles entendem que o jejum seja uma prática cultural nociva –, nós vamos banir o jejum bíblico porque o Conselho de Cultura, que regula as manifestações culturais no Brasil, vai regular o que é irregulável? A nossa fé não pode ser regulada dessa forma.

Então fica mais uma contribuição aqui da autora do requerimento.

E agora a gente vai ouvir, na sequência, o Dr. Thiago, que representa o IBDR, um instituto que tem trazido para o Brasil excelentes colaborações na área do direito religioso.

Dr. Thiago.

O SR. THIAGO RAFAEL VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Minha querida amiga, sempre Ministra, Senadora Damares Alves, na tua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores, todas as autoridades presentes. Também cumprimento os conselheiros do IBDR que estão presencialmente nessa Comissão, eu não pude estar presencialmente, mas eles estão aí: Pastor Dr. Douglas Baptista, que me antecedeu com uma fala brilhante, dificultando inclusive o meu trabalho agora; também o Dr. Marcus Vinícius de Carvalho, que está aí. Quero cumprimentar a Dra. Edna Zilli, colega de longos anos na luta pela defesa das liberdades – não é, Dra. Edna? –; também o Padre Luciano Silva, que estou tendo a satisfação de conhecer agora; e toda essa assistência.

Senadora, agradeço o convite, também ao Presidente do Conselho do IBDR, Dr. Davi Charles Gomes, a oportunidade de representar o IBDR nesta importante discussão do PL 4.168, apresentado pelo nobre Deputado Vinicius Carvalho e que tem, como já foi dito aqui, o objetivo de reconhecer o cristianismo como manifestação cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, apesar da boa intenção e da justificativa apresentada para a aprovação do referido PL, eu preciso salientar que o cristianismo é uma religião e não pode ser reduzido a manifestação cultural. Temos aqui uma *capitis diminutio*. Explico: indo além da definição etimológica, já trazida pelo Pastor Douglas, de religião, que seria do latim *religare*, ou seja, se revincular, se religar a Deus, passamos para uma definição importante, uma definição jurídica do termo. E por quê? Porque os direitos humanos fundamentais, liberdade de crença e liberdade religiosa, previstos nos tratados internacionais de direitos humanos e na nossa Constituição, possuem como âmbito de proteção, como objeto, a religião, seja o *belief*, isto é, a proteção ao foro interno da pessoa religiosa, no direito de ter, de não ter, de mudar, de manter sua crença, seja o *action*, isto é, o foro externo da pessoa religiosa, a proteção constitucional à ação humana revelada no exercício desta crença por manifestação pública, proselitismo, assistência a ensino religioso, culto e organização religiosa, todos direitos que integram o plexo de direitos da liberdade religiosa.

As doutrinas internacionais e nacionais sobre o tema têm optado, Senadora, pela definição substancial objetiva para conceituar juridicamente religião. Podemos verificar isso nas obras dos portugueses Jónatas Machado e Adragão; do italiano Silvio Ferrari; do espanhol Ricardo Garcia Garcia; dos brasileiros Gilmar Mendes e até este que vos fala humildemente; ou nas Supremas Cortes, na brasileira, na ADI 4439; na norte-americana, no *leading case* Davis *v.* Beason; na italiana, *vide* sentença 467/92; e em muitas outras decisões das Supremas Cortes de muitos outros países, que deixo de citar pela exiguidade do tempo – e já peço a prorrogação, a exemplo do meu confrade Pastor Douglas. Eu ainda não aprendi a cumprir o tempo, sobre que o Prof. Ives tem sempre me ensinado. Um dia eu vou aprender, de repente, se eu chegar aos 89 anos. (*Risos.*)

Muito bem, para o conceito jurídico substancial objetivo, estamos diante de uma religião quando podemos verificar a presença de três elementos: divindade, moralidade e culto. A divindade, ou divindades, é a presença de um deus, ou de deuses, no qual o fiel deposita sua confiança e se relaciona com ele por meio de sua racionalidade, experiência e emoções. O fiel, caros amigos, cara assistência, medita sobre a vontade divina para, então, cumpri-la em sua vida e assim se relacionar com a divindade.

Mas esse relacionamento com a divindade, como a Senadora disse, só é possível a partir do elemento da moralidade. A moralidade se traduz no conjunto de valores escritos, vertidos em um ou mais livros sagrados, ou até de forma oral, que revelam o divino, seus anseios e a forma de se relacionar com ele. E, a partir dessa moralidade, que para os cristãos é a Bíblia, como disse o Pastor Douglas, a pessoa religiosa se relaciona com a divindade.

Por fim, temos o terceiro elemento que é o culto. O culto é o ápice. O culto, a missa é o coroamento do relacionamento que o fiel possui com a divindade. (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Thiago, só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paramos de ouvi-lo.

Veja se não é o seu microfone. (*Pausa.*)

O SR. THIAGO RAFAEL VIEIRA – Aqui está o.k.

Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora estamos.

Só foi a última frase que ficamos sem ouvir.

Estamos ouvindo.

O SR. THIAGO RAFAEL VIEIRA – Então, foi o culto.

O culto é o ápice, é o elemento principal, é o elemento por meio do qual o fiel possui, em relação à divindade, uma adoração, uma submissão.

Bom, a religião, então, para o Direito, para o fenômeno do Direito, é a soma de divindade, moralidade e culto. E é nesse sentido que os direitos fundamentais das liberdades de crença religiosa protegem a dinâmica desses três elementos, revelados nas mais diversas confissões religiosas a que, no Brasil – no Brasil –, os fiéis podem aderir livremente – infelizmente não podem na China, por exemplo.

Essa dinâmica desborda do privado, do interno, para o espaço público, sendo protegida pelos direitos decorrentes da liberdade religiosa – que eu já citei: manifestar fé; buscar prosélitos; ensinar; assistência religiosa; cultuar.

Todos esses atos humanos – todos! – são protegidos pelas liberdades de crença – interno – e religiosa – externo. São atos... Por que é que são protegidos? Porque são atos religiosos, e não culturais. Ao Estado brasileiro e a seus entes federados, bem como a quaisquer outros grupos, organizados ou não, é vedado embaraçar os atos decorrentes dessa dinâmica religiosa, como está no art. 19 da Constituição.

Aliás, Senadora, o Constituinte originário foi muito feliz ao vedar qualquer tipo de embaraço às igrejas – aqui, em sentido lato – e aos cultos religiosos. O Constituinte não quis proibir; ele quis vedar, aumentando a carga semântica proibitiva.

Usamos, Padre, o verbo "Vedar" na língua portuguesa quando queremos deixar claro que nem o ar – ou seja, nada – pode passar. Assim, o Constituinte quis vedar o embaraço. Ele poderia vedar o impedimento – não, não; ele foi além, para vedar, impedir, qualquer ato estatal ou humano que criasse ou viesse a criar embaraços aos cultos e às organizações religiosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, o inciso VI do art. 5º, citado pelo Pastor Douglas, tornou a liberdade de crença inviolável. E tem mais: o art. 143, §1º – o Estado brasileiro, estimados, renunciou até mesmo à sua força militar para liberar aquele alistado que objetar de consciência religiosa por pertencer a uma religião pacifista.

O Estado brasileiro entroniza as liberdades de crença religiosa em suas melhores versões doutrinárias, em suas duas dimensões positivas, como ensina Isaiah Berlin em *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*, isto é: na negativa, pela não interferência e ausência de obstáculos no *belief* e no *action;* bem como na dimensão positiva, no sentido de que o Estado deve criar, sim, condições mínimas para que as diversas fés dos brasileiros sejam exercidas livremente, tanto no público quanto no privado.

Além disso, a opção do Constituinte pela laicidade colaborativa se assenta sobre o tripé da benevolência, da colaboração e, principalmente, da não interferência com a religião, resultando em outro tripé – como ensina o meu querido irmão Jean Regina –: laicidade colaborativa, liberdade religiosa e autonomia das organizações religiosas.

Assim, o Estado, por meio deste Parlamento, ao introduzir no ordenamento jurídico uma lei que reconhece o cristianismo apenas como uma manifestação cultural – e *data maxima venia* aos entendimentos contrários – estará violando direitos fundamentais.

E aqui eu já vou pedir os meus cinco minutos, que já está chegando aí, e eu explico por que está violando. Primeiro, porque o cristianismo é uma religião e, nesta qualidade, o Estado deve reconhecê-lo. No cristianismo, em qualquer uma de suas denominações, encontramos a presença da divindade, em Deus, revelado nas três pessoas da Santíssima Trindade: Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo. Outrossim, encontramos o elemento da moralidade, vertido na Bíblia sagrada e, para a Igreja Católica, igualmente na tradição e em seu magistério. E, por fim, o elemento culto que está presente em todas as denominações cristãs. Logo, cristianismo é religião.

E qual é a importância disso? Qual? Humana e constitucional, porque é a dinâmica desses três elementos presentes no cristianismo que a Senadora Damares Alves jurou defender, assim como todos os Senadores. É a dinâmica desses três elementos em todas as religiões, cada uma à sua maneira, que é protegida pelos direitos humanos, das liberdades de crença e religiosa, tornados fundamentais pela nossa Constituição.

Isto é, se o Estado brasileiro, por uma lei federal, reconhecer o cristianismo apenas e tão somente como cultura, além de estar incorrendo em um erro jurídico de definição, estará infelizmente aniquilando dois direitos fundamentais de 90% da população brasileira.

Se o Estado reconhece o cristianismo apenas como cultura, por meio de uma lei, as ações humanas do fiel cristão de ter, manter, mudar de crença, se manifestar, defender a sua fé, buscar prosélitos, ensinar e ser ensinado sobre a fé, assistir e ser assistido religiosamente em presídios, hospitais, cultuar individual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou coletivamente a Deus e, por fim, se organizar enquanto instituição – como a Assembleia de Deus, maior Igreja Protestante do Brasil, se organizou –, isso será negado. Porque, por definição legal, tais ações humanas serão consideradas cultura, e atos culturais não são protegidos pelos referidos direitos fundamentais.

A violação ao Estado laico colaborativo brasileiro também é patente. O PL pode gerar efeitos opostos ao objetivo de qualquer laicidade, não só a brasileira, que é a de não interferir na vida dos religiosos e nas religiões, garantindo a liberdade.

Além de aqui um outro ponto importante, da própria distorção da realidade, visto que negar o *status* religioso do cristianismo em favor de reconhecê-lo apenas como cultura, pode distorcer a realidade e minar a importância histórica e social do cristianismo para 90% dos brasileiros e para o próprio Estado, que possui a cruz de Cristo em seu símbolo maior, qual seja, o Pavilhão Nacional, em que está lá a cruz. Isso poderia criar tensões sociais e minar a coesão social, que já são preocupações importantes para a laicidade, para o regime democrático e, tenho certeza, de que para este Congresso Nacional.

Talvez, a solução que possa se apresentar, como já dito pelo Prof. Ives Gandra e pelo Dr. Douglas Baptista, além da rejeição do PL, é um substitutivo para deixar claro que o que se pretende reconhecer como cultura são os reflexos do cristianismo.

É bem verdade que a religião, incluindo o cristianismo, é um dos aspectos sociais da formação da cultura, posto que as manifestações culturais também bebem da religião.

Nesse sentido, apenas o reflexo, por meio da influência dos valores morais do cristianismo, pode ser considerado uma manifestação cultural, pois cultura, cultura não é o objetivo da religião cristã. A religião cristã busca a religação do homem com o Deus trino e sua esfera íntima e pública, a fim de alcançar a salvação de sua alma e a vida eterna por meio de Jesus Cristo de Nazaré.

Então, querida Senadora, membros desta mesa, assistência, por todo o exposto, o IBDR opina pela rejeição do PL ou pelo substitutivo, com a redação proposta pelo Senador Magno Malta, conforme está no parecer do IBDR público sobre o tema.

Desculpem-me se eu passei um pouco do tempo.

Muito obrigado pela oportunidade.

Devolvo a palavra à minha amiga e Exma. Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Thiago, obrigada.

O senhor sempre nos ensinando, o senhor sempre nos dando um norte. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo o nosso respeito e admiração pelo IBDR.

Na sequência, agora, com muita ansiedade, nós vamos ouvir o Padre Luciano da Silva.

O Padre Luciano da Silva Roberto é Assessor do Setor Cultura e do Setor Bens Culturais da Comissão Episcopal para Cultura e Educação, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Padre, é uma honra, uma alegria recebê-lo, nesta manhã, nesta audiência pública, o que demonstra, Padre, o respeito desta Comissão para com todas as instituições cristãs do Brasil, com todos os que professam a fé cristã.

A Igreja Evangélica está aqui, os juristas estão aqui, a Igreja Católica; o segmento espírita, que se autodeclara cristão, já se manifestou; outras denominações também se manifestaram. E esta Comissão não poderia tomar uma decisão sem ouvir exatamente os interessados na matéria.

Então, Padre Luciano, seja bem-vindo. Nós estamos ansiosos para ouvi-lo. Dez minutos e um pouquinho de tolerância, se precisar encerrar a sua fala.

Muito bem-vindo, Padre.

O SR. PADRE LUCIANO DA SILVA ROBERTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sra. Senadora Damares Alves, inicio esta fala, primeiramente, fazendo os devidos cumprimentos à senhora e aos demais presentes nesta mesa desta Casa legislativa, bem como a todos os que nos acompanham através das transmissões e também das redes sociais.

Quero iniciar dizendo que é um grande desafio falar, depois de todos esses e essas que falaram neste presente momento e que deram riquíssimas contribuições sobre a discussão deste tema.

Desde já, agradeço o convite feito à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para participar desta importante audiência pública.

O diálogo sobre temas importantes para o país sempre exige um permanente discernimento, um aprofundamento constante.

No caso da CNBB, o tema da audiência ainda está em aberto tanto pela sua complexidade como pelas consequências apontadas nas manifestações de muitos dos especialistas.

Assim, quero oferecer algumas premissas antes de discutir diretamente o texto do projeto de lei em exame nesta Casa legislativa.

O principal ponto de partida a se considerar é que o respeito ao cristianismo já está na base da proposta legislativa. Há uma relação entre religião e cultura, e isso é muito bom. Como consabido, o fenômeno religioso é um dos componentes essenciais do patrimônio cultural no Brasil contemporâneo. As religiões têm uma dimensão cultural, mas não podem ser reduzidas a essa dimensão. Nesse sentido, não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode afirmar que o cristianismo é somente uma manifestação cultural. Alguns atos celebrativos que fazem parte do patrimônio cultural podem ser dito , assim como as expressões artísticas de uma religião. Talvez este seja um primeiro ponto a se observar.

Assim, afirmar que o cristianismo é uma manifestação da cultura nacional é uma inversão dos fatos. O cristianismo moldou, junto com outras expressões religiosas e correntes filosóficas, a cultura nacional. Ele não é uma manifestação da cultura nacional, mas se manifesta na cultura nacional, dela se serve e nela se encarna, em um processo de enculturação. Nesse sentido, e somente nesse, é que se pode dizer que o cristianismo tem forte incidência em nossa cultura, que as igrejas cristãs têm no Brasil uma forte presença e que, como conhecido e reconhecido, contribuem de modo inequívoco para a nossa formação cultural.

Outra premissa importante também está na realidade da cultura em nosso país. Não pode ser a cultura um fator de divisão social, mas de unidade, respeitando as diversas fontes religiosas e não religiosas de construção dessa cultura ao longo da história. Em tempos como o atual, há uma cultura que não combina com os fundamentos do cristianismo: somos um dos maiores países cristãos do mundo e, ao mesmo tempo, somos um país dividido.

Como destaca o texto base da Campanha da Fraternidade deste ano "Fraternidade e Amizade Social", que tem como lema "Vós sois todos irmãos e irmãs", nossa sociedade, hoje, está dividida. Poderíamos ser apenas diferentes, mas não nos dividir. Erguemos muros de separação entre nós e, muitas vezes, erigimos o diferente como inimigo para justificarmos a sua eliminação. Portanto, precisamos refletir sobre a cultura geral de um povo e qual a contribuição do cristianismo e de todas as religiões presentes entre nós para aproximar todos os brasileiros.

Sobre isso, o Papa Francisco nos alerta que, no mundo atual, esmorecem os sentimentos de pertença à mesma humanidade e o sonho de construirmos juntos a justiça e a paz. Parece uma utopia dos outros tempos. Vemos como reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada, filha de uma profunda desilusão que se esconde por trás dessa ilusão enganadora: considerar que podemos ser onipotentes e esquecer que nos encontramos todos no mesmo barco. Vemos como reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada, filha de uma profunda desilusão que se esconde por trás dessa ilusão enganadora: considerar que podemos ser onipotentes e esquecer que nos encontramos todos no mesmo barco. Essa desilusão que abandona os grandes valores fraternos conduz a uma espécie de cinismo, essa é a tentação que temos diante de nós se formos por esse caminho do desengano ou da desilusão. O isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas a proximidade, a cultura do encontro, sim; o isolamento, não, a proximidade sim. Cultura do confronto, não; cultura do encontro, sim. Só pode interessar ao cristianismo uma cultura que nos aproxima.

Ainda, nos elementos preliminares, não se pode permitir que qualquer tradição religiosa, como qualquer manifestação cultural, seja instrumento para uma cultura de discriminação, de suscitar instrumentalização e/ou um uso distinto que o do bem comum. Para tanto, recordo que a doutrina social da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igreja tem como fundamento a ideia de que a realização do bem comum constitui a total razão de ser dos poderes públicos. Assim, qualquer norma jurídica não pode resultar em qualquer tipo de violação deste bem comum. Não se pode, por exemplo, utilizar-se desta norma para favorecer qualquer empreendimento que não seja republicano, ainda mais considerando o fato de o Estado brasileiro ser laico.

Nesse contexto e com estas premissas é que retomo o texto do Projeto de Lei 4.168, de 2021. Ele tem por objetivo dar ao cristianismo a categoria de manifestação cultural nacional. Ora, o cristianismo e todas as religiões são também manifestações culturais. Importa muito que a proposta legislativa não diga que são apenas manifestações culturais. Ao que tudo indica, o conceito de cultura utilizado talvez esteja na verdade se referindo às manifestações tradicionais, às festas e às celebrações, que não se confundem com a liturgia. É muito pouco por conta de nossa presença histórica, mas, se for isso, tem que ser explícito.

Ademais, o reconhecimento do cristianismo como atividade cultural não deve implicar a redução da liberdade de crença e culto público, conforme o art. 5º, inciso VIII, da Constituição, já citada nesta audiência. Este direito não pode ser retirado. Aliás, uma norma como esta não permite tal modificação por ser inconstitucional. É muito possível vislumbrar um perigo de regulamentar as manifestações culturais, atingindo as religiosas. Será necessário um artigo dizendo que o reconhecimento como atividade cultural não afeta a liberdade de culto.

Há ainda uma preocupação com o duplo sentido da expressão nacional. Do ponto de vista conceitual, o nacional não pode estar relacionado com uma ambiguidade, que talvez não esteja na mente do legislador, mas que poderá, no futuro, ser usada.

Ora, a tradição cristã é universal e não pode ser tratada como algo apenas nacional, se for adotado um conceito reducionista. Melhor, portanto, que a expressão nacional seja suprimida. Assim, parece-nos, ao menos neste momento, que uma nova formulação da proposta legislativa deva ser enfrentada.

Desde já, nos colocamos como parte deste diálogo em conjunto com a sociedade brasileira, pois o problema das consequências é que elas vêm depois.

Agradeço, tenho dito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Padre Luciano, muito obrigada pela sua colaboração. Muito obrigada. Acho que o senhor fecha com chave de ouro este debate agora pela manhã do projeto de lei.

E eu quero destacar, para quem está ligando a televisão agora e entrando nas redes sociais, como as exposições foram complementares, como uma complementou a outra e como elementos diversos foram trazidos para este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos indo para o encerramento da nossa audiência. Eu tinha dito que cada orador teria cinco minutos, mas, como alguns já usaram seus cinco minutos finais, nós vamos dar para os oradores que ainda estão presentes na audiência dois minutos para agradecimentos e considerações finais.

Mas, antes de vocês falarem, as manifestações estão chegando. E eu vou falar mais três manifestações que chegaram. A gente já reduziu aqui só a mais três. Ulisses, do Paraná... observem como tem gente do Brasil inteiro, como esse tema despertou a atenção do Brasil inteiro.

E esta audiência vai ficar eternamente disponível. Inclusive, eu sugiro que baixem o vídeo da audiência. Conteúdos extraordinários foram trazidos para cá em forma de pesquisa. A quem está fazendo aí seus TCCs sobre liberdade religiosa, elementos extraordinários foram trazidos para esta audiência. Então, baixem. O vídeo vai ficar à disposição. A apresentação também vai ficar à disposição aqui no *site* da Comissão.

E três manifestações.

Ulisses, do Paraná, novamente ele vai falar o que outras manifestações já trouxeram aqui para mesa: "Esse projeto não acaba privilegiando uma única religião? Não seria mais justo reconhecermos todas ou nenhuma?".

O Xisto Vieira vem com uma pergunta e uma angústia. E aí, vai direto para você, Thiago: "Por que o Brasil não consegue ser verdadeiramente laico? Não seria contraditório ter feriados religiosos em um país laico?".

E aí, eu quero dizer para o Xisto Vieira. Acompanhe o trabalho do IBDR e da Anajure. Eles têm amplas, amplas publicações e debates incríveis sobre a laicidade do Estado, inclusive livros e obras. O Thiago é autor de muitos livros e obras. Aí, no final da fala dos dois, divulguem aí as redes sociais de vocês, o *site* de vocês também.

E o último comentário que eu trago aqui vem lá do Wamberto, de São Paulo: "Não há que se misturar religião com política. Além disso, aceitar qualquer religião como manifestação popular é indicativo de preferência".

Olha como o debate está, como esta audiência despertou inúmeros comentários e debates.

Na sequência, está aqui na mesa ainda com a gente a Dra. Edna Zilli. Dois minutos para agradecimentos e considerações finais. A gente já vai aqui agradecendo a sua presença e participação nesta audiência, Dra. Edna.

A SRA. EDNA V. ZILLI (Para expor.) – Obrigada, Senadora. O prazer é nosso por ter sido convidada para participar desta importante audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que, pelo que nós vimos, todos os apresentadores, todos os que se manifestaram aqui caminharam no mesmo sentido. Eu fico feliz em ver isso, que nós reconhecemos a importância do cristianismo como algo que excede muito uma manifestação cultural, mas sim, como uma religião dominante, ou predominante na nação brasileira e em tantos lugares do mundo.

Então eu concordo plenamente com a emenda do Senador Magno Malta. Acho que isso veio exatamente na linha do que o nosso querido Dr. Ives Gandra citou e também do pensamento da Anajure a respeito. Acho que os demais apresentadores também, o Dr. Thiago e os demais participantes desta audiência.

E que queria ressaltar a importância desta audiência, de trazer ao debate público um assunto tão importante. Como é bom saber que os cidadãos estão se envolvendo nesse tema. Isso é muito bom, isso mostra que o nosso povo está atento àquilo que está acontecendo, e eu acho que isso é um progresso enorme para a nação brasileira.

Mais uma vez, saúdo, querida Dra. Damares, por propor este debate, e também o Relator, nosso querido Senador, da minha região, do Sul, embora não seja do meu estado, por fazer parte desse processo tão importante para a nação brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Edna.

Na sequência, Pastor Douglas Baptista, Presidente do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil. Dois minutos.

O SR. DOUGLAS BAPTISTA (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu desejo, em primeiro lugar, em nome da CGADB, do Presidente, Pastor José Wellington Costa Junior, enviar um abraço à senhora.

Agradeço e parabenizo a Senadora Damares pela iniciativa de trazer esse debate a público, extremamente relevante, e a todos os debatedores que apresentaram aqui suas pontuações. E elas convergem todas no mesmo sentido de que o cristianismo não é cultura, é religião, e de que é necessário e imprescindível a emenda ou um texto substitutivo, e que o nosso Relator, Senador Esperidião Amin, esteja atento a esta audiência e que possamos, de fato, alcançar a vitória nesse propósito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, pastor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, Dr. Thiago, representante do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR), para suas considerações finais.

O SR. THIAGO RAFAEL VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Dois minutos, para mim, são um desafio.

Quero agradecer por esta audiência pública, importantíssima, sobre esse tema tão relevante para a nação brasileira. Fico muito feliz, porque a proposta de emenda do Senador Magno Malta é fruto do parecer do Grupo de Estudos Constitucionais e Legislativos do IBDR. Saúdo a nossa líder, Dra. Silvana Neckel.

Muitos comentaram sobre a laicidade, que isso fere o Estado laico. Não fere Estado laico. De repente, em alguns países, sim, mas em um Brasil que começa a Constituição, "sob a proteção de Deus", que tem 12 dispositivos constitucionais protegendo a crença, que tem uma cruz de Cristo na bandeira nacional, a laicidade é, sim, benevolente e simpática à religião, inclusive ao cristianismo.

Então, muito obrigado. Muito obrigado, Pastor Douglas – Douglas, eu aprendi muito com o senhor novamente –; Dra. Edna; Pastor, Padre, também Pastor, Luciano Silva; e, também, ao nosso mestre, que não está mais conosco, o Dr. Ives Gandra Martins, Presidente de Honra do instituto.

Muito obrigado a todos.

O meu Instagram é @tr_vieira. O Instagram do instituto é @instituto_ibdr. E também nós temos o Instagram @direitoreligiosooficial. Nesses perfis, você consegue acompanhar o nosso trabalho e também nossas obras e nosso esforço para defender as liberdades, especialmente a liberdade religiosa e a liberdade de crença.

Consegui falar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Conseguiu! Milagre! (*Risos.*)

O SR. THIAGO RAFAEL VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Antes de passar para o Padre Luciano, Dra. Edna, divulgue os contatos da Anajure! E o Pastor também, porque muitas pessoas que estão nos acompanhando talvez queiram falar diretamente com vocês depois.

A SRA. EDNA V. ZILLI (Para expor.) – O.k.

O nosso *site* é anajure.org.br. Nosso Instagram é @anajureoficial. E o meu pessoal é @ednavzilli, no Instagram.

Então, essas são as nossas redes e os nossos contatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Pastor?

O SR. DOUGLAS BAPTISTA (Para expor.) – Meu Instagram pessoal é @pastordouglasbaptista, o Baptista tem um "p", e o Instagram oficial da CGADB é @cgadb.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Padre Luciano.

Dois minutos – é possível? –, para agradecimentos e considerações finais e, também, se puder, deixe os contatos do Setor Cultura e do Setor Bens Culturais da Comissão Episcopal. Eu acho que seria interessante.

O SR. PADRE LUCIANO DA SILVA ROBERTO (Para expor.) – Sra. Senadora Damares, mais uma vez, o agradecimento por esta oportunidade de participarmos aqui representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o agradecimento também por esta oportunidade de ouvir os senhores e as senhoras que também fizeram suas explanações sobre um tema tão importante, que devemos, sim, abrir para este diálogo, esta conversa.

Quero aqui, então, passar os contatos da instituição, a CNBB, o Instagram @cnbbnacional e também o *site* da CNBB: www.cnbb.org.br.

Então, se quiserem fazer algum contato, é através desses meios.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PADRE LUCIANO DA SILVA ROBERTO – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Padre Luciano.

Nós estamos indo para o encerramento, e uma coisa ficou muito clara aqui: Jesus é Rei, é Deus, é o Senhor. E eu ainda completo: e em breve voltará.

E, antes de a gente finalizar, de eu dar como encerrada aqui, está aqui conosco o Jonas. Jonas é o Assessor Legislativo do Deputado autor da lei.

O Jonas tem dois minutos para considerações. Ele pediu a palavra.

E, depois do Jonas, eu já dou por encerrada a nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONAS VIEIRA (Para expor.) – Presidente, Senadora Damares, cumprimento V. Exa. pela iniciativa deste debate quanto ao projeto de lei de autoria do Deputado Vinicius Carvalho, o qual tenho a honra de representar neste ato.

Ele mandou um abraço para a senhora e para os demais expositores.

O motivo da ausência dele é porque ele está nos Estados Unidos em uma missão oficial pelo grupo do qual é Presidente na Câmara dos Deputados, Brasil/Estados Unidos, mas para aqui me designou. E aqui eu gostaria até de dizer que eu sou voto vencido: tem cinco expositores; apenas um é a favor do projeto. Mas eu gostaria de tecer aqui, Senadora Damares e demais que nos ouvem, que nos acompanham, apenas dois detalhes que o autor pediu para que eu deixasse.

Na verdade, o autor do projeto nunca teve a intenção de tornar equivalente a manifestação cultural com a atividade religiosa, até porque existem as especificidades e requisitos inerentes a cada uma. O primordial, vamos dizer, objetivo do projeto, o cerne, o seu mérito é reconhecer a importância que as manifestações e expressões que têm Cristo como cerne refletem na cultura nacional. Então, a redação do projeto em si é bem simples, é bem objetiva, assim como V. Exa. citou no início.

E diga-se de passagem também que, quando ele ficou sabendo da emenda que foi apresentada pelo eminente Senador Magno Malta, não houve óbice algum; pelo contrário, ele deixou claro que, inclusive, ela traz mais segurança jurídica. Deixa ali, de forma específica... Dá segurança jurídica. E é uma emenda de redação, o que, de certa forma, do ponto de vista regimental, até evitaria de o projeto retornar para reavaliação da Câmara dos Deputados.

Enfim, aqui eu encerro, trazendo um abraço do Deputado Vinícius Carvalho e deixando essa manifestação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Encerro, informando que o projeto será votado nesta Comissão; depois, ele seguirá para o Plenário se admitido nesta Comissão.

Informo ainda que o nosso Relator está disposto a alterar o seu voto, acolhendo a emenda e as demais sugestões que foram apresentadas aqui.

Nós nos comprometemos a mandar para o *e-mail* de todos os debatedores, expositores o relatório final apresentado pelo Relator. E eu já antecipo que, se o Relator não acatar a emenda ou uma modificação, há um grupo de Senadores que vai apresentar um voto em separado; e aí a gente vai para a discussão aqui na Comissão. E, depois, os 81 Senadores terão a oportunidade de votar a matéria lá em Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos que estão nos acompanhando pelas redes sociais, pela televisão; obrigada aos debatedores, às pessoas que estão aqui presentes; e obrigada à Comissão, à equipe da Comissão, essa equipe extraordinária – eu sou apaixonada por essa equipe. Que Deus os abençoe! E termino dizendo: Jesus Cristo é Rei.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e doze minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Rosana Martinelli, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Weverton, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, André Amaral, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Janaína Farias, Teresa Leitão, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2024 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir e celebrar os 35 Anos da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP: desafios e perspectivas do ensino superior privado no Brasil. **Participantes:** Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); Sr. Juliano Griebeler, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); Sr. Claudemir Souza, 1º Tesoureiro da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); Sr. Francisco Carlos d'Emílio Borges, 2º Tesoureiro da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); e Sra. Cláudia Andreatini, 1ª Secretária da da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rosana Martinelli
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/02

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de julho de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e celebrar os "35 Anos da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) – Desafios e Perspectivas do Ensino Superior Privado no Brasil", em atenção ao Requerimento 57, de 2024, de autoria do Senador Flávio Arns.

Eu convido, para tomar assento à mesa, os seguintes convidados:

A Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). (*Palmas.*)

Seja bem-vinda!

O Sr. Juliano Griebeler, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

O Sr. Claudemir Souza, 1º Tesoureiro da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo!

O Sr. Francisco Carlos d'Emílio Borges, 2º Tesoureiro da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). (*Palmas.*)

E Sra. Cláudia Andreatini, 1ª Secretária da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra, a Sra. Elizabeth Guedes, a nossa Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup).

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Muito obrigada pela sua gentileza, pelas palavras doces que a senhora nos dirige e por nos receber aqui na sua Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós que agradecemos.

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Quero cumprimentar a todos: o Senador Arns, cujo mandato é sempre tão preocupado com a educação, preocupado com a inclusão, um Senador humano, ligado a tudo de puro que a gente pode entender que as pessoas possuem, e o nosso querido, queridíssimo, militante, Senador Izalci, cuja vida foi totalmente dedicada à educação, que esteve conosco em inúmeras lutas na Câmara dos Deputados e, agora, merecidamente, vem aqui para esta Casa, que é uma Casa de altas decisões, importantes, estratégicas para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos os amigos que estão aqui presentes e, em nome de todos, eu saúdo o nosso querido Pêgas, do Semesp. Obrigada pela presença. Na pessoa dele, cumprimento todos.

Para mim, é uma honra muito grande, Senadora, estar aqui hoje, com esta mesa cheia de diretores tão dedicados, tão importantes, com o Vice-Presidente Juliano.

De fato, não sei se mereço a honra de dirigir a Anup, de presidir a Anup. Sucedo grandes presidentes. Os nomes, não vou citá-los todos, porque a senhora vai se cansar, mas quero citar aqui, *in memoriam*, o nosso querido Antônio Veronezi, fundador e Presidente da Anup, um homem batalhador, que lutou por muitas causas na educação, construiu a primeira universidade de Guarulhos, depois, a Unisa (Universidade de Santo Amaro). Então, onde você esteja, Veronezi, sinta-se beijado por nós.

Os meus diretores e vice-presidentes falarão de temas específicos. Eu gostaria de dizer para os senhores por que eu acho que é importante a existência da Anup.

A Anup tem se demonstrado uma associação independente. Nós somos vigorosos na defesa das ideias em que nós acreditamos. Não raras vezes, vamos ao Supremo Tribunal Federal, quando isso é necessário. Lutamos as lutas do dia a dia na Comissão de Educação da Câmara e na Comissão de Educação aqui do Senado.

Acreditamos que esta Casa Legislativa é o local onde os assuntos de educação devem ser debatidos e decididos. Aqui estão os nossos representantes majoritários e proporcionais do Brasil inteiro.

Para nós, da Anup, essa luta diária em busca da educação é quase uma obsessão. Nós fazemos isso de segunda a domingo e não pensamos em outra coisa.

Preocupa-nos muito a gestão da educação básica. Embora nós sejamos uma associação de universidades, nós temos centros universitários e faculdades filiados a nós, e não podemos ser uma universidade se nós não nos preocuparmos com o que acontece na educação básica do nosso país, não olharmos para isso, e nós sabemos que a situação é muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os resultados do Pisa mostraram que nós estamos nas penúltimas posições, e, agora, com a avaliação do quesito de criatividade, ficou muito claro quão distantes as nossas crianças estão de poder acompanhar as crianças de países mais desenvolvidos e com sistemas de ensino mais eficientes.

Hoje a escola pública, ao invés de diminuir, aumenta a desigualdade, porque ela marca o período dessas crianças que não conseguem aprender, que não conseguem encontrar ali a solução de que necessitam para as suas vidas e que se tornam adultos hipossuficientes. São adultos que não conseguem depois, jovens adultos ou jovens ainda, ENEMs suficientes para irem para as universidades públicas e são punidos duplamente por não conseguirem aprender, por não conseguirem ter seus problemas entendidos pela rede, e depois sendo obrigados a pagar mensalidades, quando muitas vezes – e na maioria delas – eles não têm recurso para isso.

E nós sabemos que tanto o Prouni quanto o Fies...

O Fies, hoje, é um programa absolutamente irrelevante, do ponto de vista quantitativo. Ele não consegue nem preencher as vagas anuais que oferece, que são poucas. São 100 mil vagas, e eles não conseguem, a gente não consegue preencher mais do que 40 mil, 50 mil vagas.

E não é por falta de candidatos; é por excesso de burocracia, por excesso de exigência e, principalmente, porque não há o financiamento 100%. Então, um aluno hipossuficiente também financeiramente não consegue pagar as suas mensalidades e ter dinheiro para se locomover, para se alimentar e para não trabalhar e poder estudar, coisa que os nossos filhos têm o direito de fazer.

Se nós avançarmos um pouco mais...

Senadora Damares, que honra recebê-la.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Prazer em vê-la.

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Seja bem-vinda.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Se nós andamos um pouco mais e entramos no ensino médio, a nossa tragédia é maior. Entre os nossos alunos do ensino médio a evasão é altíssima.

Além da evasão e do abandono, nós temos alunos que ficam perdidos na vida, à disposição do tráfico de drogas, nas comunidades mais pobres; à disposição da prostituição, quando são meninas; à disposição dos piores impulsos que a sociedade tem para aqueles jovens que não conseguiram estudar e que, portanto, não podem almejar ter futuro.

É muito importante que as universidades se voltem e se dediquem – e a Anup tem um compromisso estabelecido com o MEC e com o Inep neste momento em relação a isso – à questão da formação de professores.

Nós precisamos incentivar os estágios e que a atividade prática seja avaliada pelos ENADEs, de tal modo que todos os cursos de formação de professores se comprometam com as atividades de regência.

Nós não podemos colocar professores – como é que eu vou dizer... Uma palavra educada não tem – que não conseguiram ter conteúdo suficiente, aulistas, que, em vez de compreender o conteúdo e capturar os seus alunos para o mundo do conhecimento, perdem-se em aulas conteudistas, sem futuro e sem nenhum aprendizado por parte dos alunos.

E, quando a gente entra nas universidades, quando a gente entra no ensino superior, aí a situação é muito mais complicada, e a Anup tem se dedicado a pensar sobre esse assunto e a trabalhar e agir sobre ele.

Em primeiro lugar, em relação à EaD – e nós temos aqui o Presidente da Abed, que é a Associação Brasileira de Educação a Distância –, nós temos uma desregulamentação tão grande, uma liberalidade tão grande, que a forma de entregar conteúdo acadêmico através de plataformas tecnológicas terminou desmoralizada, como se o problema fosse a forma de ensinar o conteúdo e não a forma como maus *players* abordam o mercado e a complacência que o MEC tem com esses maus *players*, que não são fechados, não são incomodados e continuam trabalhando apenas visando ao lucro, sem nenhum compromisso com seus alunos e com o futuro deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente vai para o curso presencial, também, o que é que nós encontramos? Um sistema de avaliação... O Sinaes é um bom sistema de avaliação, mas os seus indicadores precisam ser alterados. Nós temos ciclos muito grandes, escolas funcionando com notas 1 e 2 de forma ininterrupta, e – de novo, sob a complacência do MEC – essas pessoas não são descredenciadas, nós não temos notícia de descredenciamento.

Eu sou Conselheira do Conselho Nacional de Educação, e tem milhares de pedidos de credenciamento, e nenhum procedimento de descredenciamento *sub judice* ou por força de supervisão do MEC.

Então, essa falta de cuidado que nós temos com a educação no Brasil...

Eu estava assistindo ontem a um programa cômico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Já estou me encaminhando para o final.

Eu estava assistindo a um programa cômico, senhores, e, veja bem, Senador Arns, sem mais nada, sem nenhum motivo, a piada era a seguinte: "Minha filha, eu te inscrevi". "Em quê? No curso do Wolf Maya, para eu ser uma atriz bombada da TV?". "Não, num curso supletivo".

A menina senta no chão e começa a chorar.

"Mas logo no supletivo? Eu quero ser atriz, eu não quero estudar".

Isso, num programa de alto apelo popular.

Então, num país que se dá ao luxo de fazer piada com a educação, de desincentivar jovens a estudarem, um Estado que não tem uma política de Estado para a educação. Cada ministro que entra tem uma ideia nova, uma boa ideia, um jeito de resolver a educação, mas não há nenhuma orientação estratégica.

O que o Ministério da Fazenda pensa que será o Brasil daqui a dez anos?

Bom, se a meta estratégica do Brasil é investir em tecnologia, nós deveríamos aplicar todos os nossos recursos formando jovens que fossem construir esse país do futuro, e não iludir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças, que são crianças com 18, 19, 20, 25 anos, são crianças – para mim são – fazendo cursos cuja empregabilidade é baixa, cujo futuro é pequeno.

Então, a Anup quer, mais uma vez, agradecer a presença dos senhores, dizer que para mim é uma honra muito grande estar aqui, neste aniversário de 35 anos, e eu volto a dizer: não sei se mereço essa honraria, mas trabalho de forma muito dura para que nós tenhamos compromisso com o futuro dos nossos jovens, com o futuro dos nossos professores e, principalmente, com a cidadania e a formação dos nossos alunos para a responsabilidade social.

Eu estou vendo aqui as minhas... Júlia está aqui, Carol está ali...

A Anup tem um capítulo social importante, nós estamos na Ilha de Marajó...

Obrigada à Senadora Damares que nos inspirou a ir para a Ilha de Marajó.

Nós estamos agora, com o Senador Arns, colocando a Anup a serviço para trabalharmos contra a regulamentação dos *vapes*.

Nós não podemos deixar que os cigarros eletrônicos sejam vendidos como uma panaceia para não fumar cigarros de tabaco de verdade. A indústria tabagista está investindo pesado para capturar os nossos jovens, para viciá-los desde novos, com dispositivos bonitinhos, coloridos, cheirosinhos, que, no fundo, vão viciá-los e condená-los à morte.

Então, o Senador Arns vai trabalhar conosco, nós estamos junto com a Fundação Nacional do Câncer nessa empreitada.

E temos a primeira infância – está lá a Júlia –, cujo curso nós já estamos em quase 800 mil pessoas, no Brasil inteiro, trabalhando no curso, porque, se nós conseguirmos que um adulto entenda a importância da primeira infância e salve pelo menos uma criança que esteja do lado dele, nós já teremos prestado um enorme serviço à nação.

Então, eu quero agradecer a todos de novo, pedir desculpas, porque eu ultrapassei meu tempo.

E espero todos vocês hoje à noite, Senadores, Senadoras, inclusive no nosso coquetel, num endereço muito complicado, chega lá na Associação Médica Brasileira, entra à esquerda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desce, desce, desce, desce, desce, desce, entra à direita, tem uma casinha de madeira. É lá que nós estamos esperando você, às 19h30.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero agradecer a presença do Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão, do Senador Izalci Lucas, da nossa Senadora Damares e do Deputado Federal, pelo Estado de São Paulo, Daniel José. Obrigada pela presença.

Também gostaria de registrar a presença do Sr. Roberto Muniz, representando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Obrigada pela presença.

Continuando: com a palavra, o Sr. Juliano Griebeler, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup).

O SR. JULIANO GRIEBELER (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Eu queria começar agradecendo à Senadora Rosana por presidir a mesa e pelo espaço, ao Senador Flávio Arns pelo requerimento, ao Senador Izalci e à Senadora Damares pela atenção e dedicação que têm à educação.

Quero cumprimentar os meus colegas da diretoria, em nome da Profa. Beth Guedes, que tem liderado a Anup em uma série de pautas bastante desafiadoras e tem conseguido, como ela disse, fazer a Anup estar presente e ser uma entidade que não foge das grandes discussões de que a gente precisa no setor educacional. Então, para a gente é uma honra também poder participar da Anup sendo liderado pela Beth. Tenho certeza de que a gente está fazendo o possível para ter um ambiente regulatório educacional cada vez melhor, que cumpra com o seu propósito e com a expectativa dos estudantes brasileiros.

E agradeço a presença de vários amigos e colegas, que fazem parte da história da Anup, e de outras entidades que estão aqui.

Eu sempre gosto de falar esses números, porque acho que, às vezes, a gente se esquece da importância do setor particular para o desenvolvimento educacional do Brasil, e, nesses 35

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos da Anup, acho que ela tem uma história que está muito conectada com o desenvolvimento da educação brasileira.

Hoje em dia, dos quase 10 milhões de alunos que nós temos no ensino superior, 80% estão na rede particular de ensino com e sem fins lucrativos. Então, hoje em dia, a maioria dos alunos que estão cursando ensino superior e se profissionalizando estão na rede particular, que conseguiu democratizar o acesso também aumentando a capilaridade. Então, hoje em dia, o setor particular está em mais de 3 mil municípios.

Então, os desafios que nós temos com EaD também trazem essa perspectiva de que ela abriu as portas para muitas pessoas que antes não tinham a possibilidade de estudar e atualmente têm a possibilidade de ficar na sua cidade, de conseguir ter uma formação e de conseguir desempenhar a sua profissão naquela localidade. Então, são inúmeras histórias de alunos que já atuavam profissionalmente, mas não tinham a oportunidade de ter acesso ao ensino superior, por questão de deslocamento, de recursos e de outros desafios, e agora conseguem cumprir esse fim.

Estamos enfrentando agora uma nova etapa dessa discussão, que é a regulação, que vou deixar para os meus colegas diretores aprofundarem, mas a gente não conseguirá atingir as metas que nós estamos propondo agora no Plano Nacional de Educação, que fez dez anos – e, na semana passada, a proposta foi apresentada e vai entrar em discussão aqui no Congresso. Não tem como a gente conseguir atingir essas metas de formação de alunos em ensino superior, de acesso e permanência, se a gente não olhar também para o setor particular e ter boas políticas regulatórias, que consigam trazer, de fato, o que a gente precisa para conseguir ter uma boa oferta educacional no país.

Então, estamos acompanhando a discussão há muito tempo, para conseguir, de fato, marcar a presença do setor e trazer esses pontos relevantes, porque, muitas vezes, eles são deixados de lado.

Temos boas políticas que permitem o acesso ao ensino superior para quem tem menor poder aquisitivo, como o Prouni, que acho que é uma política muito bem-sucedida, e como o Fies, que foi deixado um pouco de lado e, hoje em dia, precisa ser muito reformulado, para voltar a ser o que foi no passado e conseguir, de fato, promover o acesso ao ensino superior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a gente vê o desafio da população, quando 90% dos alunos que estão na rede particular de ensino são das classes C, D e E.

Então, se a gente não tiver, de fato, um apoio de acesso e permanência, a gente vai continuar vivendo os desafios que nós enfrentamos, que é de uma evasão grande não só no setor privado, mas também no público.

A evasão, no público, é de 40%, 45%; no privado, é de 50%, 60% em alguns cursos de EaD, mas é muito grande, seja no público ou no privado.

Então, nós estamos no espaço correto aqui para conseguir discutir o que a gente quer como política educacional e para onde a gente quer que o país caminhe, e os Senadores têm sido muito parceiros nessas discussões.

Um tema relevante que passou aqui, no ano passado, foi a questão da reforma tributária. Nós estivemos muito presentes nas discussões enquanto Anup, para garantir que, quando da alteração da reforma, a gente não tivesse um aumento dos impostos na educação, tivéssemos a preservação do Prouni e também tivéssemos a imunidade dos livros, e os Senadores foram muito sensíveis à pauta e mantiveram esses pleitos no texto.

Hoje em dia, a gente discute a regulação, porque esse é um ponto muito mais de ajuste que a gente está fazendo no texto agora, para conseguir avançar, mas são pautas relevantes, que passam pelo Congresso.

A gente conta sempre com a compreensão dos senhores, para também olharem para o setor particular, para visitarem as universidades particulares, conhecerem como é a realidade, conhecerem qual a realidade de um polo de educação à distância, conhecerem qual a realidade de uma faculdade particular nas suas cidades, nos seus estados, para que os senhores possam ter um embasamento da discussão e para que a gente consiga continuar tendo esta discussão e contribuir com o debate da formulação de políticas públicas aqui em Brasília.

Então, agradeço por este espaço.

Acho que falo, enquanto Anup, que a gente se sente muito contente de poder estar aqui compartilhando este aniversário com vocês e esperamos, como a Beth falou, que os Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes no coquetel possam estar presentes com a gente para celebrar, lá também, este momento.

Então, obrigado, Senadora Rosana, e obrigado a todos que estão aqui acompanhando. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Também quero registrar a presença do Sr. Felipe Michel Braga, Presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais e Vice-Presidente, pela Região Sudeste, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede).

Agora, com a palavra, o Sr. Claudemir Souza, 1º Tesoureiro da Anup.

O SR. CLAUDEMIR SOUZA (Para expor.) – Gostaria, primeiramente, de cumprimentar a Senadora Rosana; o nosso Senador do Estado do Paraná, o Senador Flávio Arns; a nossa Senadora Damares; o Senador Lucas; e, cumprimentando-os, estendo os cumprimentos aos demais presentes.

Quero agradecer, primeiramente, por ter tido a oportunidade e ter a oportunidade de fazer parte desta equipe aguerrida, capitaneada pela Profa. Beth.

Professora, muito obrigado pela oportunidade de aprender muito com a senhora e acreditar que podemos, sim, chegar muito mais longe, como enfrentamos no STF algumas demandas – colocamos em votação na Anup, deu por maioria – e enfrentamos até mesmo colegas de outras instituições, com interesses diversos, no caso da questão da constitucionalidade do artigo do Mais Médico.

Nós somos e representamos diferentes instituições, instituições das maiores, como, no caso da nossa colega de trabalho, a Vice-Reitora Profa. Cláudia; do próprio Prof. Francisco, que está aqui ao meu lado, do Descomplica, do Rio de Janeiro.

A Unip tem uma história especial, porque o Di Genio, na época, auxiliou o reitor da instituição em que eu trabalho – que era o Dr. Cândido Garcia, *in memoriam* – a se instalar no interior do Estado do Paraná. Estamos lá em Umuarama, Cianorte, Paranavaí, Francisco Beltrão, Guaíra, Toledo, Cascavel, cidades pequenas, no interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu uso esse exemplo, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Qual instituição?

O SR. CLAUDEMIR SOUZA – A Universidade Paranaense, Unipar.

Eu uso esse exemplo, para mostrar que a Anup representa das maiores às menores, e nós acreditamos muito no poder transformador da educação.

Sabemos que muitas instituições – a maioria – têm lá seus 2 mil, 3 mil alunos. Então, dependendo das decisões que forem adotadas pelo próprio Ministério da Educação, acaba-se fechando as portas para muitos jovens poderem estudar mais próximo, não em suas cidades, mas pelo menos mais próximos.

Vindo aqui para Brasília, olha que coincidência: eu embarquei em Foz do Iguaçu e tive a oportunidade de vir, ao lado, até São Paulo, de dois professores da Bahia. Ela, do ensino fundamental, e o professor, do ensino médio. Aí, puxei conversa com eles e perguntei se eles estavam passeando em Foz, Senadora Rosana, Senador Flávio Arns.

Eu fiquei preocupado com o que eu ouvi, porque o casal, com um único filho, saiu do interior da Bahia e foi levar o filho para instalá-lo – e o instalaram – no Paraguai, numa instituição de ensino que cobra, lá, de R$800 a R$1 mil de mensalidade, que é a faixa de preço, por exemplo, no Paraguai.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDEMIR SOUZA – Medicina.

Por que é que eu fiquei preocupado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDEMIR SOUZA – De R$800 a R$1 mil, Senadora.

Chegando à Foz do Iguaçu, tem os *outdoors* da Upap, por exemplo. Está lá, a Upap, o *site*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que é que chama mais atenção? É que esse jovem, junto com os familiares, acreditam na possibilidade de, depois, vir para o Brasil e conseguir passar no Revalida.

Inclusive, Presidente Beth Guedes, é uma das pautas que eu vou submeter à apreciação da Anup, porque o que é que acontece? Eu vejo que nós precisamos – e aí contamos com vocês também, Senadores – divulgar mais, porque, pensem bem: sair do interior da Bahia para estudar no Paraguai e acreditar... Instalou o filho, alugou apartamento, numa instituição em que a maioria absoluta é de brasileiros.

Isso acontece não só no Paraguai, mas, na Argentina, na Bolívia, no Uruguai, porque eles sempre têm uma palavra pronta, um discurso feito de que é possível, sim, você conseguir revalidar aqui no Brasil.

Um ou outro consegue, mas, de cada mil... Basta acompanhar os resultados do Revalida.

Então, há necessidade de trabalharmos e divulgarmos mais, porque é um problema sério da formação lá, quando o próprio Ministro da Educação do Paraguai chama a atenção destas instituições que sequer têm qualidade para formar os seus, quanto mais formar médicos para atuarem no Brasil.

Então, é uma preocupação, porque você pega um jovem de 18, 19 anos, coloca-o por seis anos, acreditando que depois é possível vir para o Brasil e atuar.

Então, esse é um ponto sobre o qual vale a pena se debruçar e para o qual vale a pena atentar, para não desmotivar esses jovens, que depois vão passar 10, 20, 30 anos tentando regularizar o seu diploma.

Em paralelo a isso, é preciso se preocupar com as pequenas instituições, porque as pequenas instituições, no interior do Brasil, são as que, somadas, mais formam jovens neste país continental.

Então, seria isso.

Novamente expresso meu agradecimento, Senadora Rosana, Senador Flávio Arns, por esta oportunidade de estar aqui diante de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado novamente à Senadora Damares Alves, que sempre tem participado conosco na Anup, inclusive em outros momentos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Parabéns, Claudemir.

E agora, com a palavra, o Sr. Francisco Carlos d'Emílio Borges, 2º Tesoureiro da Anup.

O SR. FRANCISCO CARLOS D'EMÍLIO BORGES (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Senadora Rosana, muito obrigado pela gentileza em nos receber.

Obrigado, Profa. Beth, pelo convite para compor este grupo de trabalho.

Senadores, eu queria cumprimentar e agradecer à Larissa Martino, que é a executiva da instituição, sem cuja presença a gente não conseguiria realizar nem sonhar metade do que a gente faz, talvez um terço.

Obrigado pela presença e pelo grande apoio.

Coube a mim destacar um pouquinho a importância da educação, não dando as costas para a tecnologia. Talvez pelo fato de a gente ter um representante do CNPq aqui, é importante a gente destacar o momento que nós estamos vivendo no Brasil: é a negação tripla do uso da tecnologia.

Quando a gente está aplicando a tecnologia em diversas áreas, nós fazemos Enade só para educação – e não quer dizer que não devemos fazer – e abrimos mão de fazer Enade para os cursos de tecnologia, sem uma definição de em qual data isso vai acontecer de novo.

Será que um aluno de ADS, de banco de dados, de sistema de informação não é tão importante quanto um professor? Será que o Ministério da Educação efetivamente não escolheu moinhos de vento para fazer batalhas, quando, de verdade, deveria estar construindo em cima deles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para a gente fazer educação sem tecnologia. O setor produtivo de negócio, de comércio, que não usa as tecnologias não existe. Portanto, a educação não poderá existir sem ela.

Então, na educação à distância, a metodologia não é o mal; o mal está no uso inadequado dos recursos e em transformar a educação como negócio.

Se o Estado enxerga a educação superior como uma realidade importante para o país, efetivamente o investimento deveria existir; não deveria ser contra EaD, mas estimular o uso de tecnologias adequadas para a educação.

Várias instituições de ensino que estão representadas aqui nesta sala praticam educação à distância de alta qualidade e de maneira inclusiva. Se um jovem da Bahia vai para o Paraguai, imagina o que está acontecendo com um jovem no Acre, em Marajó... Então, o estímulo ao uso da tecnologia é o que se espera do Ministério da Educação, e não a negação disso três vezes.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

A gente fica muito feliz em poder falar numa Casa tão importante, por ter a audiência e a oportunidade de fala.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Sr. Francisco.

E agora vamos ouvir a Sra. Cláudia Andreatini, 1ª Secretária da Anup.

A SRA. CLÁUDIA ANDREATINI (Para expor.) – Boa tarde a todos,

Senadora Rosana – muito obrigada por nos receber –, Beth – sempre à frente da Anup, estamos juntas na Anup já faz algum tempo –, Senadores e todos aqui presentes, aproveitando um pouquinho o que o Claudemir já falou, registro o meu parecer aqui a respeito dos cursos de Medicina.

Nós realmente tivemos uma discussão muito grande há pouco tempo a respeito da abertura de novos cursos de Medicina e do aumento do número de vagas para os cursos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina – várias instituições entraram com liminares, algumas querendo abri-los a partir da Justiça –, de qual seria o parecer do MEC... E nós ainda aguardamos um parecer final, mas o que eu queria colocar aqui é a importância desta discussão para que a gente nunca esqueça o que é a qualidade de um curso, o que a gente vai formar, como a gente vai formar os jovens que estão entrando nas nossas instituições.

O curso de Medicina tem hoje duas frentes muito fortes. Você tem toda a parte hoje que é feita através das simulações com a tecnologia de que nós falamos – é alta tecnologia, muito importante –, mas nós temos que também formar esses alunos através do dia a dia.

Para esse dia a dia, para que exista esse dia a dia, nós não podemos abrir as instituições, os cursos sem uma análise muito cuidadosa de onde estão sendo abertos e se existe essa possibilidade. Hoje, os alunos de Medicina têm toda a parte de internato que deve ser feita dentro de hospitais, dentro de hospitais que atendam à população. Então, como eu posso abrir um curso sem esse levantamento se, quando eu chegar ao 4º ano de um curso de Medicina e tiver que oferecer o internato para todos os meus alunos, todos com uma carga horária bem elevada, não tiver hospitais que tenham as especialidades de que nós precisamos, que tenham as necessidades, que tenham um atendimento de UTI? Então, como formar esses médicos? Não é simplesmente abrir um curso de Medicina. Assim como para todos os outros cursos, existem cuidados, mas no curso de Medicina a gente precisa ter essas vagas. A gente precisa dessa parceria com a saúde. Eu preciso ter os hospitais.

Nós temos também a questão da residência médica. Como eu vou abrir uma residência médica se não tiver no local vagas disponíveis para colocar os meus residentes para que eles sejam bem atendidos, para que eles tenham uma boa formação? Como eu vou lecionar para os meus alunos de Medicina se eu não tiver médicos na região que possam lecionar? De onde eu vou trazer esses médicos?

Todo esse estudo da Medicina é muito mais do que simplesmente abrir um curso de Medicina ou aumentar as vagas de um curso de Medicina. Tem que ter todo esse cuidado. Essa análise está vindo também agora através do Mais Médicos. Nós tivemos uma discussão muito grande por atrás, mas eu acho esse cuidado muito importante. Como a gente fala assim: "Vou levar médicos para uma região onde não tem médicos atuando"? Talvez também não tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos atuando ali, porque talvez não tenha a saúde desenvolvida naquela região, não tenha hospitais, não tenha atendimento para a população. E esse estudo se torna muito importante, porque, se eu formar o médico numa determinada região, isso não significa que ele vá ficar lá, ele pode se formar e sair. Então, o que eu preciso é ter uma estrutura e garantir que, na abertura desses novos cursos de Medicina ou nesse aumento das vagas da Medicina, isso seja muito estudado, seja pensado e seja feito de forma responsável.

Nós precisamos não só das instituições de ensino para oferecer um curso de Medicina; nós precisamos da área da saúde, nós precisamos dos hospitais, nós precisamos dos médicos, nós precisamos dessas vagas, nós precisamos do atendimento da população. É um curso que não depende única e exclusivamente das instituições. Então, como sair abrindo vagas de uma forma não organizada? A formação desse médico é muito importante.

O que eu queria colocar aqui é que a gente também lembrasse sempre exatamente disto: o que nós estamos oferecendo para os alunos. Eu acho que cabe a cada um de nós lembrar que a qualidade do estudo, que a formação que nós estamos dando para os alunos, seja qual for o curso, seja na modalidade presencial, seja na modalidade à distância, seja muito boa. Que a gente garanta para esses alunos que, ao concluir o curso, eles tenham possibilidades de seguir uma carreira.

No caso da Medicina, os médicos iniciam essas carreiras dentro dos hospitais. Então, são muito importantes essas parcerias. Não é tão simples fazer parcerias e convênios. Que a gente pense um pouco também nesse lado da Medicina, na formação desses alunos. Vamos pensar de uma forma um pouquinho mais cuidadosa.

A carga horária é muito grande na parte de internato. Conforme os alunos vão caminhando, as especialidades que eles vão fazer são diferentes, mas elas vão acumulando. O número de vagas que eu preciso ter, dentro dos hospitais, para os alunos também aumenta. Então, nós temos essa disponibilidade? Nós temos como disponibilizar esse ensino para os nossos alunos de Medicina?

É isso que eu gostaria de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi por isso a briga que a Anup também teve, muito grande, nas discussões do que são os cursos da Medicina, de como abri-los. E que a gente nunca esqueça a nossa primeira finalidade, que é formar bem esses alunos e permitir que eles tenham, após a conclusão do curso, uma carreira, que eles tenham como seguir nessa carreira e seguir bem nessa carreira.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode falar.

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor.) – Gente, eu pedi mais dois minutos para a Senadora, e ela deixou.

Queria falar duas coisas aqui.

Eu acho que a fala dos meus colegas todos aponta para a necessidade de termos mecanismos efetivos de avaliação da qualidade acadêmica. Eu acho que a Secretária Marta Abramo, que hoje está na Seres, é uma pessoa corajosa, conhece o setor, conhece a legislação e tem independência suficiente para abrir essa discussão. E essa discussão foi aberta com a recriação do CC-Pares. O que é importante para nós é: essa parte que nós estamos olhando é a parte das pessoas que estão trabalhando sob o escrutínio da lei, o nosso problema hoje, que é sério, é quem trabalha fora dele.

Em relação ao Revalida, e por isso eu pedi mais dois minutos, nós precisamos enfrentar a questão do Revalida simplificado. Ele tem que acabar! Eu não posso ter universidades vendendo a R$20 mil, R$30 mil o Revalida simplificado. Ele é assim: eu pego o meu currículo e digo que esse currículo dessa minha escola é igual ao currículo da universidade federal tal; "ah, é?"; carimbo, toma, R$20 mil para cá, vai lá e se registra. Hoje nós temos uma universidade em Tocantins com mais de 2,5 mil pedidos de Revalida simplificado. Então, nós temos que enfrentar isso e proibir: não pode ter Revalida simplificado, querido! Não vai ter. Vai ter que fazer a prova. Não passou? Abraço forte! Passe mais tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos deixar que... A gente pega as pessoas que estão trabalhando – como os colegas reitores, que estão todos trabalhando direitinho –, bota a lei em cima, bota o Inep em cima, e quem está do lado de fora está fazendo todas as malfeitorias livremente!

Eu tenho muita esperança de que o Ministro Camilo e a Secretária Marta Abramo enfrentem essas questões conosco. E elas passam por esta Casa, porque elas implicam mudança de legislação.

A Anup vai trazer esse assunto para nós debatermos aqui, porque a sociedade precisa saber para quem ela vai se entregar ou entregar o seu filho.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Obrigada.

Desta vez, eu parei junto com a... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – À vontade.

Feitas as considerações iniciais pelos nossos convidados, passo agora a palavra às Sras. e aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Vou pedir, como a Beth, uma prorrogação. (*Risos.*)

Primeiro, eu quero cumprimentá-la, Beth, na Presidência e, na sua pessoa, toda a diretoria e todas as faculdades e universidades particulares. Conheço bem esse setor. Fui Presidente do sindicato das escolas e da federação durante muitos anos, desde a época do Veronezi ainda, Presidente da Anup – faz anos isso.

E a gente vê, a cada ano, que está se agravando a situação. Vocês são responsáveis por 80% dos jovens que estão nas faculdades e universidades, que são muito poucos ainda – acho que não chegaram nem a 18% dos nossos jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu fico preocupado com relação ao que vem da educação básica. Os alunos hoje saem do ensino médio com 90% deles sem saber matemática e com 70% sem saber português e chegam às universidades, às faculdades. Como lidar com esses alunos? Vão ter que fazer, pelo menos, quatro anos de recuperação, porque isso vem lá da alfabetização. É um problema sério, porque, o Brasil não tem, infelizmente, uma política de Estado, aqui a gente tem política de governo, e é triste... Eu, por exemplo, fui Presidente da Comissão do novo ensino médio. Foram cinco anos para implementar. Aí, quando vai implementar, vai mudar tudo de novo. Sempre foi assim, já há alguns anos. Então, é muito ruim. Todo mundo sabe aqui que educação é prioridade, mas, na prática, mesmo, você não tem uma política de Estado.

Eu rodei esse Brasil quase três anos na época do Plano Nacional de Educação. Tinha uma expectativa muito grande nisso, inclusive com recurso. Chegamos a aprovar os 10% do PIB, a colocar 50% dos *royalties* do petróleo para a educação, mas não mudou nada. Atingimos 20% do Plano Nacional de Educação. E por quê? Porque também não tem responsabilização, não tem uma lei de responsabilidade educacional para atribuir realmente responsabilidade para todos que lidam com isso.

Eu recebo todo dia pedidos... Ontem mesmo, recebi um pedido de um aluno que está no 8º semestre no Paraguai e queria vir para cá. Foi a uma universidade de Minas – não sei a qual delas lá, não vou falar aqui – em que disseram que poderia entrar no 4º semestre, mas ele queria ver aqui em Brasília, e, em Brasília, me disseram que nenhuma delas recebe. Então, menos mal.

E os pais ficam iludidos. Eu fico triste, porque você tem filhos de professores que querem fazer Medicina e não conseguem. Não tem como. Como pagar R$10 mil, R$11 mil?! E são pessoas que têm vocação, que é do que a gente precisa.

Nós aprovamos uma vez aqui que era para você pagar depois do curso. Tinha o Fies da Medicina em que o aluno pagava depois, com serviço, depois, como médico. Entra ministro, sai ministro, eu já orientei várias vezes, pedi para mudar...

E também não tem sentido financiar cursos como faz o Fies, por exemplo, ou o próprio Prouni, cursos que não são do que o mercado precisa. Nós temos mais de 500 mil vagas de tecnologia da informação, e não tem mão de obra qualificada. A gente fica financiando curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia, de Administração, e os meninos saem e ficam desempregados. E o Brasil precisa de técnicos. Não tem técnico no Brasil. Não chegamos nem a 10% ainda dos cursos técnicos.

E tudo passa pela educação. A gente fica discutindo a questão da educação, mas fica cada vez pior.

Eu parabenizo vocês. Eu sei da luta que foi... Eu me lembro do... Estava comentando ontem, aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... do Ministro da Educação do Collor. Como era o nome dele?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Chiarelli! Caramba, chegou a prender um monte de gente, diretor de escola! Depois, foi uma luta no Plano Real para a gente conseguir uma lei que pudesse realmente dar autonomia para que as escolas pudessem definir seu curso, seu preço. Então, parabéns a vocês! Vocês não são nem heróis; eu acho que vocês são loucos, hoje, de tocar uma coisa como essa, porque, de fato, no Brasil, não é fácil nem ser empresário, nem muito menos trabalhar no setor de educação.

Parabéns pelos 35 anos de luta! À noite, nós vamos passar lá para tomar um chope – chope não, uma água, eu não bebo... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Suco de limão!

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Senador Izalci.

Senadora Damares, por gentileza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senadora, que bom vê-la presidindo esta Mesa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma Senadora conservadora, chegando a esta Casa e fazendo um trabalho incrível.

Eu só lamento não ter tido a ideia que o Senador Flávio Arns teve – estou morrendo de inveja, Senador Flávio Arns –: um requerimento para a gente fazer uma audiência pública para discutir e celebrar os 35 anos da Anup.

E eu vou ficar nesse tema tão somente. Eu não vou para os desafios e perspectivas do ensino superior privado no Brasil, porque eu não tenho isenção para falar sobre isso, pois eu vim do ensino privado. Eu sei o que eu devo às universidades privadas no Brasil e me irrita muito, muitas vezes, ver vocês sendo colocados, o tempo todo, como vilões, mas ai do Brasil se não fossem vocês! Foi uma universidade privada que viu potencial numa menina de 17 anos do interior de Sergipe e me permitiu fazer minha primeira faculdade na área da educação. E eu devo tudo à minha primeira faculdade, depois veio a segunda, depois vieram os cursos de especializações, mas, quando não havia espaço para mim numa universidade pública, foi uma universidade particular que investiu numa menina do interior de Sergipe. Então, eu não tenho isenção de ânimo nesse debate, porque eu fico muito brava. Vocês não são vilões no Brasil – não são! Eu queria agora, tão somente, celebrar os 35 anos da Anup.

A Beth falou assim: nosso braço social. E eu precisava falar sobre isso, Beth – eu. E, na verdade, começo agradecendo tudo que a Anup faz na área social, no Brasil – tudo que vocês fazem. Eu tive uma experiência com a Anup e com as universidades particulares num momento muito tenso no país, que foi o momento da pandemia. Foi essa instituição que eu procurei muitas vezes para que fosse o braço, lá na ponta, de muitas políticas públicas.

Se você quiser falar com milhares de jovens ao mesmo tempo, num certo horário, no Brasil, com todo mundo discutindo o mesmo assunto, ligue para a Anup, e a Anup vai fazer isso. Se vocês precisarem alimentar idosos em todas as cidades do Brasil e não tiver nenhuma agência no Brasil para dar essa resposta, liguem para a Anup, e a Anup vai lá, para a ponta, alimentar idosos. Eu tive essa experiência com vocês, com idosos, com crianças, violência contra a mulher... Você se lembra do suicídio, Beth, da pauta do suicídio e da automutilação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir com os estudantes no Brasil? E, mais que discutir internamente, vocês fomentaram a discussão lá na ponta. O professor que estava saindo, o bacharel que estava saindo, vocês fomentaram... Foi aí uma aliança pela vida! Uma instituição de universidades particulares!

Foi até que eu cheguei com um desafio, um desafio diferente, ousado, que era a gente fazer uma revolução num território no Brasil que é o território do Marajó. E, quando eu apresentei isso para a Anup... Eu preciso dizer isso para o Brasil, e eu falo pouco... Na verdade, nunca falo, Beth, porque tudo que Damares fala vira polêmica, e eu não quero trazer vocês para mais uma polêmica, mas a Anup é, sim, parceira das ações lá no Arquipélago do Marajó. Eu apresentei para a Anup o diagnóstico feito pelo BNDES de que nós tínhamos um paraíso no Brasil, um território esquecido, abandonado, e a gente sonhava que o Marajó fosse um novo Panamá – e tem tudo para ser –, mas a revolução tinha que começar pela educação. E aí a Anup acreditou nisso. E a revolução pela educação está começando lá no Marajó, por meio da Anup, pelo trabalho que vocês estão fazendo lá. Vocês acreditaram no potencial daquelas crianças, Beth. Vocês acreditaram que aqueles meninos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles, já no ventre da mãe, começam a remar. São desafios diários. Os meninos mais inteligentes do Brasil estão no Marajó, porque, para sobreviver a tantos desafios, têm que ser muito inteligentes. E vocês acreditaram, apresentaram uma proposta, estão lá desenvolvendo essa proposta. O Brasil precisa saber disto: que mudanças para gerações estarão acontecendo no Marajó, porque a Anup aceitou um desafio.

E não foi só isso. São vários desafios na área social. E eu precisava fazer esse reconhecimento. Quantas vidas nós devemos, no Brasil, ao trabalho social que a Anup faz lá na ponta?

Aqui hoje, eu não vim discutir as perspectivas do ensino superior – esta Comissão vai fazer esse debate –, mas eu vim para celebrar, celebrar os 35 anos da Anup. Eu vim para desejar a todos os senhores: sejam muito prósperos, por favor, ganhem muito dinheiro, por favor, tenham mais universidades no Brasil, por favor, porque, enquanto vocês estiverem bem, vocês vão trazer muita gente com vocês, eu tenho certeza disso. Parabéns a todos os senhores, parabéns a todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as universidades particulares. Que Deus os abençoe. Que Deus abençoe a família de vocês, os estudantes, todo o corpo docente. Que Deus abençoe as universidades. Nós só temos que dizer muito obrigado e tirá-las dessa posição de vilãs, muitas vezes, no país. Que Deus abençoe a Anup.

E, Beth, amo demais você, sua vida, as madrugadas no telefone, os dias chorando juntas. Claudemir, todos vocês, muito obrigada por tudo que vocês fizeram, de forma silenciosa. Talvez eles não quisessem nem que eu falasse isso, mas acho que hoje é dia de reconhecimento e de gratidão.

Que Deus abençoe vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Agora, com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Agradeço também .

Quero cumprimentar os expositores que falaram tão bem também, se colocaram, se posicionaram em função dos 35 anos da Anup e também todos que estão aqui no plenário, todos que nos acompanham pelos meios em comunicação do Senado, a nossa Presidenta Rosana Martinelli...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... o Izalci Lucas, a Damares Alves, o Daniel também e o José. Sejam muito bem-vindos.

Eu acho que, em primeiro lugar, Damares, a iniciativa desta audiência pública coube ao Senador Wellington Dias... Wellington Fagundes – Wellington Dias é o nosso Ministro. O Wellington Fagundes não está aqui também, porque ele se licenciou – e é por isso que a nossa Senadora Rosana Martinelli está presidindo esta sessão – por motivos também de saúde que ele teve. E, como a Senadora Rosana estava naqueles dias vindo ao Senado, a gente se adiantou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que essa data pudesse ser comemorada. O Senador Wellington Fagundes, então, tem esse mérito que a gente tem que dar para ele também.

E 35 anos de caminhada é uma caminhada importante, muitos anos já da Associação Nacional das Universidades Particulares. Então, quero parabenizar por essa caminhada. Toda caminhada é desafiadora, muitas coisas a serem vistas também.

Até nesse sentido eu gostaria, se pudessem, que explicassem um pouco depois, porque tem muitas pessoas que estão acompanhando esta audiência também pelo Brasil, mostrando esta trajetória da Anup, lá no início. Até mencionaram – o Claudemir também mencionou – que há muitas instituições pequenas e que, então, não são só universidades, são faculdades, são instituições menores. Quantas pelo Brasil que estão associadas, vinculadas à Anup? Já foi mencionado que dos 10 milhões de alunos 8 milhões desses estudantes fazem parte da estrutura da Anup. Foi mencionado bastante o curso de Medicina, mas há também a presença da Anup na tecnologia, na área de artes, de teatro, de humanas, na área biológica fora da medicina também. Que o conjunto possa ser compreendido pelas pessoas. Então, isso é muito importante.

Foi abordada a questão da avaliação. Eu acho que é importante que se...

Há desafios, como foi colocado também pelo Juliano. O acesso e a permanência são desafios no ensino superior, e temos que aprimorar a legislação nesse sentido. Em outro dia, aprovamos a lei da assistência estudantil para instituições federais e, se possível, para instituições comunitárias particulares também, mas acesso e permanência têm que ser bem cuidados.

Eu tive a oportunidade de ficar estudando também, por uns três anos, nos Estados Unidos, e a possibilidade de as pessoas terem alguma bolsa nesse sentido é uma coisa comum lá, extremamente comum, independentemente da renda da pessoa, é algo cultural.

Quero saudar aqui o nosso amigo Astronauta Marcos Pontes, que também faz parte da Comissão de Educação.

Como é que está essa questão da avaliação? Eu gostaria só que a Elizabeth – me permita chamá-la assim – pudesse esclarecer um pouco melhor sobre o Revalida simplificado. Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendi muito bem quando foi colocado. É só para a gente saber a que foi referido, em que sentido que foi referida a avaliação simplificada.

A gente pensa, e sempre destacamos isso, que a educação superior depende obviamente de uma educação básica de muita qualidade, desde a creche até o final do ensino médio.

A gente lamenta que haja piadas em relação à educação de jovens e adultos, que é um grande desafio para o Brasil e que temos que valorizar e incentivar. Inclusive, temos uma Subcomissão que vai ser instalada aqui na Comissão de Educação e Cultura especificamente sobre a educação de jovens e adultos.

Temos desafios grandes.

Mais da metade – e até alguém, na hora do almoço, me dizia que isso pode chegar a 70% – dos professores e professoras da educação básica são professores temporários, ou seja, precários. Depois de um ano, dois anos, eles têm que ser dispensados, porque a legislação trabalhista não permite... Isso é um crime, eu diria, um crime que se comete contra a qualidade, porque a boa educação depende essencialmente do bom professor, da boa professora, com formação inicial boa, formação continuada, com carreira. Eu sou professor, já dei aula no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior também, e as pessoas precisam ter uma carreira possível para ter uma vida digna. Hoje, alguém tem que escolher uma profissão para dizer: "Olhe, vou me sustentar com essa profissão". E existe essa dificuldade. São mais de 50%, oficialmente, na pesquisa – extraoficialmente, podem chegar a mais do que isso, inclusive o Paraná, que é o meu estado, tem mais de 50% –, dos professores nessa situação.

Há o acesso também e a permanência no ensino superior, mas também acesso e permanência na educação básica.

A tecnologia no ensino superior eu considero essencial, importante, necessária, não tem o que discutir nisso. E concordo também que o mau uso da tecnologia é o que causa muitos problemas. E não é propriamente a tecnologia, mas os objetivos que vêm através da possibilidade de lucro, essencialmente, usando-se a tecnologia.

Ao mesmo tempo, a gente precisa ter infraestrutura, como foi colocado, seja no ensino superior, seja na educação básica. No ensino superior, como a Cláudia colocou muito bem, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar o curso de Medicina, precisamos de um conjunto de fatores além da abertura do curso, mas, na educação básica, a escola precisa ter banheiro, esgotamento sanitário, energia elétrica, biblioteca, quadra de esportes, o que muita escola no Brasil ainda não tem.

Precisamos de educação em tempo integral. Quantas vezes a gente vê criança na rua com problemas de segurança, particularmente em situações mais vulneráveis, porque quem tem recursos financeiros coloca o filho no judô, no inglês, na dança, no teatro e tal, o que são coisas que a escola pode oferecer perfeitamente?

No fundo, o Senador Rodrigo Pacheco, que é o Presidente desta Casa, usou uma frase lá no Paraná uma vez que eu repito. Ele disse que de zero, que é a creche, ano a 18 anos, que é o final do ensino médio, junto com o ensino técnico, o profissionalizante, a que o Senador Izalci Lucas se referiu muito bem, nada pode faltar; se a gente tiver, ele mencionou, uma política de Estado de zero a 18 anos, nada pode faltar. Este "nada pode faltar" significa acesso, permanência, conectividade, transporte, professor, professor bom, professor valorizado, enfim, infraestrutura das escolas, saúde, promoção... Foi falado nesse entrosamento com a saúde, ainda mais com a pandemia e com todos esses problemas, saúde mental em particular.

Eu quero parabenizar a Anup pelos 35 anos de trajetória. Eu penso assim: como o Brasil todo acompanha, poderiam contar essa trajetória para a turma toda que está participando desta audiência, falando de como é que está a avaliação, dos cursos, de quantos cursos, das universidades, faculdades e instituições menores... E também gostaria de ter um pouco mais de dados daquilo que significou o Revalida simplificado.

Obrigado.

E parabéns!

Todos nós devemos buscar como objetivo de vida a educação de qualidade. Quando é de qualidade, a gente não discute nada. A gente tem que dizer: aqui está bom, o meu filho, a minha filha, o meu neto, a minha neta ou eu mesmo faria esse curso, participaria dessa instituição, porque o que oferecem é realmente de muito valor. Então, se a gente tiver esse objetivo e concretizar esse objetivo, eu acho que a caminhada será uma bela caminhada de vida.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, Senador Flávio.

Com a palavra, agora, o nosso Deputado Federal Daniel José, de São Paulo.

O SR. DANIEL JOSÉ (PODEMOS - SP. Para expor.) – Obrigado, Presidente Senadora Rosana.

Também quero saudar aqui a presença da Senadora Damares, que acho que acabou de sair; do Senador Izalci, que também acabou de sair; do Senador Flávio Arns; e também do Senador Marcos Pontes. E também saúdo a todos os membros da Anup, na figura da Profa. Elizabeth Guedes, ou Beth Guedes, se me permitir tratar dessa forma.

Em primeiro lugar, a gente tem que parabenizar por esses 35 anos da Anup. Muito antes de eu saber ler, escrever e tudo mais, tinha muita gente já preocupada e trabalhando para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro, de uma forma tão impactante, até porque os números que o Juliano levantou, numa pincelada, já mostram a relevância do que são as universidades particulares no Brasil. Se hoje existe a possibilidade de estudar em universidades particulares, ela se dá majoritariamente por conta da existência das universidades particulares e do desenvolvimento delas. Então, é um papel enorme e muito valioso na educação brasileira.

Da mesma forma como a Senadora Damares contou um relato pessoal na sua fala, eu também sou fruto de uma universidade particular, do Insper, em São Paulo, e, se não fosse por conta do fundo de bolsas, eu não estaria aqui. Através do Insper, fui para Yale depois. Tive uma trajetória estudantil muito boa, por conta da disponibilidade, do acesso a uma oportunidade que veio através de uma universidade particular que abriu as portas para mim.

Eu tenho grande certeza de que, se nós olharmos boa parte do perfil das universidades particulares e compararmos com as públicas, nós vamos ver que as universidades particulares são muito mais inclusivas do que as públicas. E isto também é um desafio enorme: como mostrar para a sociedade a importância também das universidades particulares nesse sentido. O Brasil ainda é um país de oportunidades muito raras, muito mal distribuídas, e a gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorizar os setores e aqueles que estão trabalhando para o desenvolvimento da educação e da educação superior.

Eu, enfim, contei um pouco, tive essa oportunidade de estudar numa universidade através do Insper. E não era algo simples, porque eu fui o primeiro da minha família a estudar numa escola particular. Minha mãe era diarista, eu sou o mais novo de 11 filhos. Então, a realidade da universidade era uma realidade distante, mas ela foi possível por conta de uma universidade, de uma instituição de ensino superior particular.

Eu acredito que, de todas as falas que eu ouvi, um ponto que me chamou muito a atenção, que eu acho que é muito caro e merece muito cuidado é justamente um ponto que a Profa. Beth levantou da formação dos professores, dos cursos de Pedagogia e licenciatura. A gente tem hoje indicadores educacionais da educação básica pública terríveis. A gente sabe o quanto o Brasil tem que evoluir nisso.

E, quando a gente olha para os países mais desenvolvidos, a gente vê que a formação dos professores é muito mais prática do que teórica. Isso não só é importante para aumentar a aprendizagem, mas também para reduzir o tanto da influência de certas ideias dentro do ambiente escolar e o quanto isso acaba, de alguma maneira, deturpando a maneira que os alunos têm de enxergar o mundo. Muitas vezes, o professor chega à frente da sala de aula e não está amplamente preparado, com todas as ferramentas e técnicas para reter a atenção dos alunos, para transmitir o conteúdo, as habilidades necessárias para transmitir o conteúdo, para transmitir as expectativas de aprendizagem que aqueles jovens têm dentro da realidade da sala de aula, e fica, muitas vezes, replicando ideias e teorias que ouviu na universidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL JOSÉ (PODEMOS - SP) – Isso não só inibe e tira a oportunidade de jovens aprenderem português, matemática, ciências, como também faz com que eles entendam o mundo de uma forma distorcida e que, muitas vezes, não contribui para o seu desenvolvimento, para a sua trajetória de médio e longo prazo.

Então, eu acredito que hoje a Anup tem, talvez, a voz mais importante no debate de como a gente quer ter a formação de professores da educação básica que vão estar em todas as salas de aula, em todas as escolas públicas espalhadas pelo país no futuro, e isso é um papel muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante e é uma responsabilidade muito grande, e eu aqui quero manifestar meu desejo de me aproximar, de entender e de aprender cada vez mais.

Fui Conselheiro da USP durante meu período como Deputado Estadual em São Paulo. Acompanhei muito e entendi os desafios do ensino superior público, e como os direcionamentos das políticas muitas vezes estão indo para uma direção completamente errada, e o quanto a ausência de governança, de responsabilidade fiscal, de uma série políticas ruins acaba atrapalhando o desenvolvimento do ensino superior. Eu acredito que as universidades particulares podem apresentar muitas dessas respostas.

Quero aprender mais, quero estar mais próximo, para que a gente consiga ter regulações que, cada vez mais, desenvolvam as universidades particulares, não só em termos de qualidade de ensino, mas – por que não? – também no papel cada vez mais relevante da produção de pesquisa científica de ponta no Brasil, uma vez que as universidades públicas, infelizmente, têm, em ampla maioria, fracassado nesse papel tão importante do desenvolvimento da ciência no Brasil.

Então, parabéns, mais uma vez, pelos 35 anos e contem comigo. Quero estar mais próximo, para entender mais sobre o setor e como esse Parlamento pode trabalhar para que, enfim, o setor se desenvolva e cada vez mais jovens tenham a oportunidade de ter um futuro melhor. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Deputado Daniel, muito obrigada.

Agora, com a palavra o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, boa tarde a todos, Sra. Presidente. Todos os membros da mesa, obrigado por estarem conosco, obrigado pelo trabalho que vocês fazem para a educação no país. Parabéns pelos 35 anos, isso é muito relevante e importante para o país.

Eu ouvi um tanto da fala do nosso Senador, nosso Deputado, e alguns dos pontos que eles colocaram e que eu gostaria de ressaltar eu acho de extrema importância para o desenvolvimento... Lembro que eu fui Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, portanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho um interesse particular em como o nosso ensino superior consegue se adaptar – ou conseguirá se adaptar – às mudanças que nós temos aí, cada vez mais rápidas, nas tecnologias envolvidas, em todos os processos, sejam processos industriais, sejam processos administrativos, ou seja, nós temos aí uma evolução muito rápida.

Geralmente, a gente vê, se colocar num gráfico: a evolução da tecnologia acontece de forma exponencial. A educação tem uma dificuldade natural de acompanhar essa evolução na mesma velocidade. Significa que a maioria dos alunos, quando eles se formam, ainda têm um *gap* com relação às últimas tecnologias que estão no mercado, que eles vão encarar nas suas empresas ou nas empresas que eles construírem, para que eles tenham sucesso e sejam competitivos. E aí a regulação – a nossa parte aqui – é a parte mais lenta, demora; é quase uma reta ali, com gradiente positivo, mas, mesmo assim, demora bastante.

O nosso desafio é como juntar essas três curvas, de forma que nós tenhamos uma legislação ágil, rápida...

Eu estava, agora há pouco, ali – vim de lá para cá –, na sessão de inteligência artificial da Comissão Temporária – sou Vice-Presidente daquela Comissão –, nós estamos tendo uma audiência pública neste momento, e você vê como essas evoluções podem e devem ser traduzidas dentro da lei, o que não é fácil, porque, logicamente, regulamentar uma tecnologia não é a ideia. Você pode regulamentar os problemas gerados ou os riscos. Agora, essa evolução é necessária, porque mesmo os riscos mudam de tempo em tempo, e você precisa evoluir com isso.

Quando a gente trata, então, de formação, aí vem o ponto em que eu vejo as universidades particulares, enfatizando o que o Senador Flávio Arns falou com relação à qualidade, que é extremamente importante – a gente tem debatido bastante isso também, a importância da qualidade na formação dos profissionais em todas as áreas, a gente falou muito da área de medicina aqui recentemente –, que é a proximidade. É aí que eu vejo a velocidade. Se formos comparar com a parte de aviação, as universidades públicas têm uma asa mais pesada, vamos dizer assim, demora mais para fazer curva, é mais complicada a movimentação. As universidades particulares são mais ágeis, como se fosse um avião de caça; consegue ter muito mais agilidade. A proximidade do mercado, a proximidade das demandas e necessidades do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado pode trazer às universidades particulares um fator de... Vamos dizer que não é uma competição, mas um fator competitivo bastante interessante, porque você pode trazer, para dentro das universidades, quase que imediatamente, quais são as demandas, inclusive trazer pessoas do mercado para que deem as últimas tendências, as últimas noções ou mesmo prevejam para onde vai aquele mercado. Com isso, a gente tem a formação dos nossos alunos nas escolas particulares muito, mas muito melhorada em termos de entrada no mercado ou criação de novas ideias para dentro do mercado.

Então, eu vejo isso como uma possibilidade excelente. Eu defendo aqui o tempo todo a formação profissional em cursos técnicos, porque nós precisamos de técnicos no Brasil, sem dúvida nenhuma, e nós temos tendências muito claras em termos de desenvolvimento de tecnologias e eixos estratégicos que podem e precisam ser incentivadas. As universidades estão no país inteiro. Você ter essas universidades trabalhando focadas no ecossistema local de produção, de forma que ali você forme os profissionais da melhor maneira possível para atender aquele mercado e ser, vamos dizer assim, um ponto de excelência daquele tipo – vamos supor, inteligência artificial, internet das coisas, biotecnologia –, se a gente tiver essa rede construída no Brasil de uma forma sinérgica e planejada, isso nos dará uma vantagem competitiva em relação aos outros mercados em outros países – nada contra os outros, mas tudo a favor do Brasil – muito grande. E nós temos um número de alunos muito grande nas universidades privadas. Ou seja, o potencial disso é gigantesco.

Então, gostaria novamente de parabenizar e me colocar aqui à disposição para que a gente possa discutir e ampliar essas ideias, projetos e assim por diante, quem sabe com a participação de Senadores de todos os estados, para que, dentro de cada um desses ecossistemas formados nos estados, com a ajuda das universidades privadas, com a ajuda da formação profissional, com a ajuda das empresas, a gente consiga alavancar o desenvolvimento econômico e social da maneira mais sólida que existe, que é através da educação e do conhecimento.

Parabéns e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio do e-Cidadania, recebemos algumas manifestações de cidadãos, que gostaríamos de compartilhar, a exemplo do Allan, do Rio de Janeiro – a Presidente Elizabeth vai completar, Senador, a sua pergunta.

O Allan, do Rio de Janeiro, perguntou: "Como a Anup tem contribuído para a qualidade e democratização da educação superior no Brasil ao longo de seus 35 anos?".

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor.) – Obrigada, Allan, pela pergunta, e obrigada, Senador, pela oportunidade de explicar como foi a vida da Anup – Senador Astronauta Marcos Pontes, olá.

A vida de uma instituição é uma corrida de bastão. Um Presidente passa o bastão para o outro, não é? Eu sou a última Presidente. No ano que vem, teremos um Presidente novo. Já cumpri meu tempo de mandato, não posso me reeleger mais. E vou passar o bastão para o próximo.

O que tem sido uma constante na vida da Anup, desde que ela foi criada? A defesa intransigente da iniciativa particular na educação do Brasil e na reafirmação da sua importância.

Deputado Daniel, eu fico contente de saber que o senhor se formou pelo Insper. O Insper é um sucedâneo do Ibmec São Paulo, que eu tive a honra de fundar. Eu sou fundadora e dirigi o Ibmec São Paulo por 13, 14 anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Então, eu sei onde é que o senhor estudou. O senhor estudou numa coisa muito bem montada.

E isso é o trabalho que nós fazemos dentro da Anup. Nós trabalhamos pela qualidade acadêmica, através da legislação, construindo leis, construindo consensos dentro das Comissões de Educação, participando de audiências como esta e como outras. Nós acionamos a Justiça sempre que achamos que os direitos das universidades particulares estão sendo solapados. Às vezes, entramos menos do que gostariam os meus colegas. Toda vez que tem uma briga difícil, o telefone começa a tocar: "E, aí, Beth, você vai entrar?", "E, aí, Beth, você vai para a Justiça?". Às vezes, vou; às vezes, não; às vezes, é preciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É impossível, vou dizer isso... Uma vez eu ouvi de um assessor do Ministro Padilha o seguinte: "Como é que uma pessoa, com suas ideias, consegue se eleger Presidente de uma associação de universidades privadas?". Eu acho que toda vez que o interesse público se encontra com o interesse privado, o interesse público é o que deve prevalecer. Nós vivemos em prol de uma sociedade que precisa ser mais justa, que precisa ser inclusiva.

E, ao longo dos 35 anos, nós temos sido intransigentes na defesa do nosso direito de investir em educação. Então, toda vez que eu ouço aquilo, "a nossa briga é todo dia, educação não é mercadoria", eu acho graça, porque educação não pode ser mercadoria, mas não é mercadoria, é um serviço, como saúde é um serviço. Por que saúde pode ter hospital privado, e nós não podemos ter escolas privadas? Isso é uma medida meramente sindical, corporativa, para encontrar um jeito de encostar num setor e ficar ali dizendo que nós não somos legítimos. Nós estamos na Constituição, fazemos isso com grande qualidade e hoje oferecemos mais de 1,5 milhão de bolsas de estudo próprias. O Deputado Daniel é um exemplo disso.

Está ali a Ane, que representa a Edux. A Edux tem um conjunto de instrumentos para incluir, para trazer pessoas mais pobres, para fazer transição de carreira de esportes. Estão ali o Dr. Grimaldo e a Dr. Ana Gilda, que representam os sindicatos no interior de Minas Gerais e que estão lá trabalhando pela livre-iniciativa, pelo direito de existir com qualidade.

Então, ao longo dos 35 anos, um foi passando o bastão para o outro. Éramos uma pequena associação, fomos crescendo, continuamos crescendo.

Como disse o Claudemir, houve um racha dentro da Anup na hora de entrar com a ADC 81, que pedia, perguntava ao Supremo: o art. 3º da Lei do Mais Médicos é constitucional? Porque, se ele é constitucional, tem uma bagunça acontecendo ali do lado. Tem consultor enriquecendo, vendendo por R$500 mil o direito de ter uma liminar, que era imediatamente vendida para uma outra escola que quisesse abrir o curso de Medicina.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES – Então, ao longo desses anos, o que nós fizemos foi defender o nosso direito constitucional e legítimo de existir, com inclusão, com qualidade, trabalhando sempre para ajudar o MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos ajudar o Governo a nos entender, a nos regular da forma correta e a nos avaliar da forma correta. Nós não podemos ter a mesma régua para o Brasil inteiro. Uma nota 3 no interior do Nordeste, lá de onde veio a nossa Senadora Damares, tem um significado totalmente diferente de uma nota 3 na boca do metrô na Avenida Paulista. Desculpa.

Nós não podemos deixar... E temos aqui representantes, como foi dito, de todos os tamanhos: aqui tem uma empresa de capital aberto, ali tem uma empresa grande de capital fechado, aqui tem uma empresa pequena, ali tem uma empresa de tecnologia que é uma *edutech*. Nós não podemos deixar que essa diversidade morra por causa da obtusidade da forma de avaliação. Nós temos que avaliar os diferentes de formas diferentes, buscando sempre a mesma coisa: qualidade acadêmica. O resultado tem que ser o progresso social do nosso aluno.

O nosso maior compromisso hoje é com a formação de professores. Nós formamos 80% dos professores que estão em sala de aula. Então, não é possível que o professor na sala de aula não saiba ensinar. Ele tem que saber ensinar. E é obrigação nossa ajudá-lo a aprender isso.

Ser professor é uma atividade complexa, e o senhor sabe disso, porque, aliás, também, com certeza, o Senador Astronauta foi professor e é professor. Você tem que administrar o tempo; você tem que entender o problema de cada aluno, e eles são diferentes entre si; você tem que ajudar esses alunos sem perder outros de vista; você tem que se atualizar; você tem que ter inteligência emocional para entender o sofrimento daquele aluno e colocar o seu, às vezes, de lado, porque você está com um problema em casa, mas você tem que dar aula; você tem que chegar lá animado, ainda que você tenha problemas em casa. Então, formar esse professor com resiliência, com conhecimento, com técnica e com dedicação.

Quem são os nossos alunos hoje de formação de professores? São alunos desiludidos, com baixos ENEMs, desvalorizados – aliás, até que não desmotivados, coitadinhos, não sei onde encontram tanta força, mas desvalorizados. Os professores hoje apanham dentro das escolas, apanham dos pais dos alunos. E os diretores olham. Então, o que está acontecendo no setor de educação, principalmente na educação básica no Brasil, é muito sério e condena o nosso futuro.

Então, Allan, voltando à sua pergunta, o que é que nós fizemos ao longo desses 35 anos? Nós acreditamos que a educação é a única forma. Estou falando com você, Allan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES – É a única forma de progresso social, é a única forma que você tem de ser um cidadão pleno, é a única forma que você tem de construir um país justo. Não acredite em mais nada que não seja a educação. É tudo "embromation".

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada. (*Palmas.*)

Vamos responder à Ruth, do Distrito Federal, e ela está questionando: "Quais são as perspectivas atuais para [...] [democratizar o] acesso ao ensino superior em universidades privadas e como [...] [mitigar os desafios]?. E ela também pergunta: "Quais as melhores práticas internacionais que o Brasil poderia adotar para [...] [melhorar] a qualidade da educação superior [...]?".

O SR. JULIANO GRIEBELER (Para expor.) – Ruth, obrigado pela pergunta, aproveitando também para complementar algumas dúvidas que o próprio Senador Arns trouxe, o Senador Marcos Pontes e o Deputado Daniel.

Hoje em dia, o setor particular tem 8 milhões de alunos, a Anup representa 60%, 70% desse total de 8 milhões de alunos, então de 4 a 5 milhões de alunos estão representados. E acho que o valor da entidade está nessa pluralidade, como o Claudemir e a Beth bem trouxeram, de pequenos, médios e grandes. Toda vez que tem uma mudança regulatória, o pessoal fala dos grupos maiores, mas os principais afetados são os pequenos e médios, porque é um setor extremamente volátil, com muita insegurança jurídica. Como o próprio Senador Izalci trouxe, a gente não tem uma política de Estado, tem uma política de governo. Então, a cada pouco, muda: as instituições investem, se preparam, se adaptam; passa o tempo, muda, cai a portaria, judicializa. Então, é um setor com uma insegurança muito alta. O Izalci falou que, para trabalhar nesse setor, tem que ser louco, mas é muito complicada a atuação no setor por causa dessa perenidade. A gente sabe que, na educação, qualquer mudança que prejudica acontece rápido, mas qualquer coisa que é para qualidade leva tempo. Então, um pouco sobre os dados do setor.

O Deputado Daniel também trouxe a questão da diversidade. De fato, os alunos que estão no ensino superior particular representam uma diversidade muito grande. Quando a gente olha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os números, a grande maioria é de pessoas pretas ou pardas, a grande maioria é de mulheres; quando a gente entra no EaD, mais de 80% são os primeiros da família a cursarem o ensino superior, a conseguirem uma formação. Em sua a grande maioria – mais de 80% –, o aluno é responsável pelo pagamento da instituição. Então, quando a gente pega os dados, são pessoas que já passaram da idade dos 24 anos, que estão fazendo uma segunda formação ou não puderam estudar e estão finalmente estudando, estão trabalhando o dia todo para a noite conseguir cursar, ter uma profissão e melhorar sua qualidade de vida. Então, esses são os poucos dados.

O Senador Flávio Arns trouxe também a questão da EJA. A gente tem quase 70 milhões de brasileiros que não concluíram o ensino básico, por isso não podem acessar os cursos técnicos. As instituições do ensino superior também podem ter um papel muito importante no aumento dos cursos técnicos, porque afinal, como oferecem cursos de graduação, cursos de tecnólogos, também podem oferecer cursos técnicos porque sabem educar e estão no país todo, mas a gente tem hoje em dia só 24% da população brasileira na idade líquida de 18 a 24 anos cursando; quando a gente pega a OCDE, a média é 40%, 44%; quando a gente pega Chile, Argentina, são 30%, 35%. Então, a gente ainda tem um trabalho grande a ser feito porque tem muitos brasileiros que ainda não têm a educação a que eles poderiam ter acesso.

Na pergunta da Ruth, o que a gente enxerga de perspectivas para aumento do acesso ao ensino superior: a gente vê essa retomada do interesse no Enem, por exemplo. Durante muito tempo, a gente teve queda na quantidade de alunos que estavam fazendo Enem, agora a gente está vendo um aumento um pouco tímido, muito distante do que era no passado, mas a gente está vendo um aumento. Então, a gente tem que continuar procurando como motivar esses jovens que às vezes não veem mais o mesmo sentido num diploma como viam no passado, porque eles têm que sair do ensino médio e acabam evadindo para ter que trabalhar ou, ao concluir o ensino médio, não conseguem cursar, vão procurar um trabalho e depois têm dificuldade de voltar para o ensino superior.

Então, acho que o Governo tem feito boas políticas, pensando no ensino básico, porque ele é a base desses alunos que vão chegar ao ensino superior. Quando eu começo a aumentar a educação integral, quando eu faço o Programa Pé-de-Meia, que garante que o aluno não vai evadir, que ele vai continuar, estou atacando mais a raiz do problema, para esse aluno se formar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com maior qualidade e assim ter capacidade de cursar o ensino superior, só que a gente tem milhões de brasileiros que já passaram dessa fase e a gente ainda tem que procurar como conseguir inseri-los no mercado de trabalho com competência e qualidade.

Os dados mostram que o profissional do futuro vai mudar de carreira cinco vezes, porque as profissões vão se tornar cada vez mais obsoletas, com a tecnologia chegando. Então, será que a gente está ensinando para esses alunos as competências que eles precisam para essas profissões do futuro?

Então, acho que tem uma discussão grande a ser feita das novas tecnologias e como a gente consegue de fato utilizá-las para o propósito final do aluno em cada uma das qualidades que a gente tem no ensino superior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO GRIEBELER – ... pesquisa, mercado de trabalho, inserção, extensão. Então, tem esse grande trabalho a ser feito.

E, quando a gente olha as melhores práticas internacionais, acho que tem muito a ser aprendido sobre como é feita a agência reguladora em outros países, como eles lidam com essa situação. Mas o Brasil também tem uma série de particularidades que acabam sendo exemplo para o resto do mundo.

Acho que o nosso modelo de ensino à distância, como é estabelecido, é muito diferente do que é feito em outros lugares do mundo. Você não vê, em outros países, essa figura de ter que ter um polo para cursar, essas discussões de qualidade, de avaliações dos instrumentos, mas a gente precisa atualizar, porque a gente ficou muito tempo parado. Quando foram feitos esses instrumentos de avaliação – o Sinaes teve comemoração dos 20 anos neste ano –, nem tinha EaD, na época, direito, para a gente ter instrumentos, de fato, que avaliem com qualidade. Então, precisa ter uma atualização muito grande, pegando o que, de fato, é o ensino à distância e como ele, de fato, funciona para a gente conseguir estar avaliando a qualidade. A percepção que se tem do MEC é que ele não acredita tanto nos indicadores que o Inep produz hoje em dia. Então, ele questiona a qualidade, sendo que os cursos, como a Beth bem colocou, têm as notas que são 3, 4 ou 5, de excelência, satisfatórias, para conseguir operar. Então, acho que está sendo feita essa discussão para entender como avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Brasil, claro, consegue aprender, principalmente com as agências reguladoras, que é um tema que o Governo quer colocar em discussão. A gente pode olhar ao redor do mundo para ver como isso é feito para nos inspirar um pouco em como fazer isso bem-feito no Brasil, se for o caminho a ser seguido. Mas também acho que o Brasil é um exemplo em muitas áreas de educação para o resto do mundo, quando a gente fala em conseguir inserir a quantidade de alunos que a gente insere no setor privado, hoje em dia, através do ensino presencial e do ensino à distância.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada.

Tem a pergunta do João, do Rio de Janeiro: "Como [...] [equilibrar] a regulação estatal do ensino superior privado [...] e a autonomia das instituições [...]?".

E o Emanoel, no Rio de Janeiro, está perguntando: "Quais [...] estratégias [...] a Anup [...] [adotará] nos próximos anos para garantir essa excelência das instituições privadas?".

A SRA. ELIZABETH GUEDES (*Fora do microfone.*) – Vocês querem responder primeiro e eu respondo a da Anup? Como equilibrar a regulação com...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – "Como [...] [equilibrar] a regulação estatal do ensino superior [...] e a autonomia das instituições [...]?".

O SR. CLAUDEMIR SOUZA (Para expor.) – O próprio Sinaes, que completou 20 anos, é um instrumento avaliativo. Precisa melhorar, mas é um instrumento e, como instrumento, de tempos em tempos, precisa passar por melhorias.

Independentemente de a instituição ser particular ou pública, ela precisa primar para que o resultado do trabalho dela seja um profissional que vá ao encontro das demandas da sociedade. Porque o que acontece? Hoje estamos falando – o Senador Marcos Pontes muito bem colocou na outra Comissão – de inteligência artificial, estamos observando que, das dez empresas mais valiosas do mundo, sete são da área de tecnologia. E o que nós estamos fazendo em prol desse futuro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos a oportunidade de ter o Senador, antes mesmo de ser Senador, visitando a cidade de Francisco Beltrão, no Paraná. E olha o quanto isso trouxe benefício à expectativa, porque as crianças foram assistir à palestra que ele deu e puderam sonhar em se tornarem astronautas também. E o Senador contou o quanto ele estudou, que cursos ele fez e o quanto ele se dedicou para chegar aonde chegou.

Então, a regulação precisa vir ao encontro dessas necessidades. Mas não adianta também a gente só ficar falando do ensino superior se a grande dificuldade, como muito bem colocou o Senador Flávio Arns, o Deputado Daniel, que pontuaram muito bem, a própria Senadora Damares, é a questão da atratividade da carreira de professor lá no fundamental, lá no ensino médio. E o nosso colega muito bem pontuou para vocês a faixa etária de quem vai para a licenciatura, a pessoa na faixa de 30, 35 anos. Por quê? Porque a licenciatura, de forma geral, não atrai. De todos os títulos que eu já consegui na carreira acadêmica minha, o de que eu tenho mais orgulho – e com certeza os colegas que aqui estão – é o título de professor, de ser chamado de professor. E o que nós estamos fazendo de fato para aquele professor lá do ensino fundamental? Ele é o primeiro. Se ele não despertar naquela criança o interesse – por que não, Senador Marcos Pontes? – de ser um astronauta, o que eu vou estar fazendo, gente? Aí eu não vou ter esse jovem nem mesmo querendo fazer um curso superior, técnico nem pensar, porque eles estão abandonando lá o ensino médio.

Então, na carreira de professor, o exemplo internacional mostra isso: como o Japão saiu da Segunda Guerra Mundial e o que fez? Investiu em educação. A Coreia do Sul, quando a gente compara com o Brasil, tinha a mesma produtividade que o trabalhador brasileiro quarenta anos atrás. O que eles fizeram? Investiram em educação. O aluno sul-coreano estuda em média quatro horas por dia, além das cinco horas normais. Como que o nosso trabalhador vai concorrer com um trabalhador desse? Aí a gente olha que, das dez empresas mais valiosas, sete são da área de tecnologia, e a gente fica olhando de longe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDEMIR SOUZA – Comemorando, é de se comemorar a nossa balança comercial, mas em cima de *commodities*, porque a gente não transforma esses produtos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não transformamos por quê? Porque não estamos investindo adequadamente lá no básico, lá no começo da educação dessas crianças, depois vem o ensino médio.

Então, é uma preocupação imensa, porque a gente está, ano após ano, deixando de ter perspectiva para o futuro, que começa em investimento maciço na carreira docente, porque, daqui a pouco tempo, teremos um apagão. Não teremos mais professor de Matemática, professor de Física, professor de Letras, professor de História. E são esses professores, e os professores de forma geral, que preparam e formam todos os demais profissionais.

Na carreira de engenharia, olha os *rankings*, está sobrando vaga nas públicas: engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia agronômica. Aí você olha por que está sobrando: porque o jovem chega e vê um paredão imenso, que é a dificuldade que ele tem, e o Pisa está mostrando isso, por exemplo, em matemática.

Então, a evasão do ensino superior, pior do que a evasão, o não ingresso desse jovem no ensino superior passa pelo básico, pela valorização da carreira do professor, do professor lá do ensino fundamental. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada.

Eu quero passar a palavra para a Presidente Elizabeth Guedes, para as considerações finais, e dizer que todas as perguntas que virão e que chegarão, através do portal e-Cidadania, serão respondidas pela Anup e serão encaminhadas, não é, Presidente?

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor.) – Exatamente.

Antes de falar as minhas palavras finais, eu queria explicar a questão do Revalida. Hoje, existem duas formas de você fazer o Revalida: ou você faz a prova, ou você tem um caminhozinho mais esperto, mais fácil, que é o Revalida simplificado, que implica você procurar uma universidade – no caso essa que eu citei, em Tocantins, é uma universidade municipal – e apresentar lá o seu pedido de registro no Conselho Regional de Medicina, apresentando o seu histórico e o currículo equivalente de um curso de medicina reconhecido no Brasil, dizendo: "Eu fiz o mesmo curso. Olhe como as disciplinas são iguais"; só que fez a R$600, não fez a R$10 mil, não foi a um hospital e não cumpriu nenhuma daquelas condições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, se o senhor chegar em um computador e perguntar assim: "Como fazer o Revalida?", existem escritórios especializados nisso. Tem uma moça que é minha xará, chama-se Elizabeth, e ela diz assim: "Venha aqui, porque nós temos mais de 4 mil casos de Revalida bem-sucedidos". Eu acho que ela está mentindo, porque 4 mil é muita coisa, mas deve ter milhares. Existem escritórios especializados no Revalida simplificado; não em cursos preparatórios ao Revalida nacional.

Então, nós precisamos atuar na Casa Legislativa no sentido de proibir isto: acabou-se o Revalida simplificado, não tem mais. Agora, é só a prova. Porque hoje o que nós somos? Nós somos uma ilha. Sabe aquele desenho animado em que o bonequinho está de noite com aquele monte de olho que aparece? Aqueles olhos abrindo... É como nós estamos. E esses olhos são os empresários que são brasileiros, abrindo cursos na fronteira, iludindo cidadãos, como esse casal baiano que veio lá do interior e sabe-se lá com que esforço vai conseguir pagar essa mensalidade que nós achamos barata, mas que, para eles, é um esforço grande. Tem o aluguel, tem os livros, tem a comida, tem a insegurança de ter o seu jovem filho estudando num país onde você não conhece ninguém. Então, o Revalida simplificado, que é o caminho simples para resolver esse problema, ajuda essa enganação a progredir.

É um assunto ruim, é um assunto chato, as pessoas ficam chateadas. Noutro dia, uma pessoa me disse: "Beth, eu estive conversando com o fulano, e ele disse que está muito chateado com você". Eu falei: "Fala com ele para pegar a senha e entrar na fila, que a vez dele vai chegar". Tem muita gente chateada comigo, mas eu também não vim aqui fazer amizade. Eu vim aqui cumprir um compromisso como Presidente da Anup, que é trabalhar pela qualidade, trabalhar pela educação que vai fazer o Brasil progredir e, acima de tudo, trabalhar pela ética. Se nós não tivermos ética, se nós não tivermos princípios, se nós formos lideranças tementes, temerosas... "Eu tenho medo. Eu preciso disso. Eu tenho que fazer uma consultoria. Eu não posso deixar que o Senador Flávio Arns fique chateado comigo". Não. Todos podem ficar chateados com você se você dormir com a consciência tranquila, sabendo que você está defendendo o seu país, a educação e a qualidade.

E respondendo à última pergunta, nos próximos 35 anos, quando eu não serei mais a Presidente, porque daqui a 35 anos eu já cantei para subir, estarei assombrando os próximos Presidentes no sentido de: olha, façam tudo direitinho, senão eu volto. (*Risos.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Finalizando, eu quero agradecer imensamente à Presidente Elizabeth, ao Juliano, ao Claudemir, ao Francisco, à Cláudia.

Muito obrigada ao Senador Astronauta, ao Senador Flávio, ao Deputado Daniel.

Muito obrigada a todos os presentes. Agradecemos por terem acompanhado.

Eu quero agradecer especialmente ao Senador Wellington Fagundes pela iniciativa, pela disponibilidade de convocar esta audiência pública para celebrar os 35 anos da Anup – importante. É isto o que nós todos queremos continuar: trabalhar e incentivar o ensino para um Brasil cada vez melhor.

Gratidão. Fiquem todos com Deus. (*Palmas.*)

Nada mais havendo, declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Magno Malta, Weverton e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Eduardo Girão e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 87/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir a pesquisa "O Impacto da Educação Católica para a Sociedade Brasileira". **Participantes:** Pe. João Batista Gomes de Lima, Diretor-Presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); Sr. Pedro Mello, Pesquisador e Formado em Comunicação Social, Propaganda e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM); e Sra. Fabiana Deflon, Gerente da Câmara de Mantenedoras da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e Mestranda em Educação. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 74ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de dezembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a pesquisa Impacto da Educação Católica para a Sociedade Brasileira, em atenção ao Requerimento nº 87, 2024, desta Comissão, de minha autoria, em conjunto com o Senador Flávio Arns.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados: Padre João Batista Gomes de Lima, Diretor-Presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec) (*Palmas.*); Sr. Pedro Mello, Pesquisador formado em Comunicação Social, Propaganda e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (*Palmas.*); Sra. Fabiana Deflon, Gerente da Câmara de Mantenedores da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec) e mestranda em Educação (*Palmas.*).

Sejam todos e todas muito bem-vindos e bem-vindas.

Registro também a presença do Padre Geraldo Adair da Silva, membro da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu quero comunicar que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612221.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. São marcadinhos ali os minutos. Não se espantem, porque ela toca quando faltar... Ela é um pouco nervosa, ela toca. Não se espantem; podem terminar com calma.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares porventura inscritos.

Na condição de coordenadora e proponente desta reunião, eu quero fazer algumas considerações, até para o público também se inteirar e ficar mais contextualizado com o que nós vamos debater aqui e agora.

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec) produziu um estudo inédito que mostra o papel fundamental que as instituições católicas desempenham na formação humana e cidadã dos brasileiros e brasileiras e na construção de uma sociedade mais justa solidária e fraterna. A pesquisa Impacto da Educação Católica para a Sociedade Brasileira é referente ao período de 2022, e o levantamento utilizou dados do Governo Federal.

A pesquisa, realizada pela primeira vez no país, aponta, por exemplo, para o viés beneficente e do trabalho em prol da erradicação da pobreza; mais de 20% dos alunos das escolas católicas estudam com bolsas de estudo 100% integrais, ou seja, totalmente gratuitas. Ao todo, mais de 115 mil alunos recebem bolsas de estudos nos colégios católicos. A pesquisa traz dados e informações quantitativas, mas também qualitativas, demonstrando a alta quantidade de municípios atendidos pela educação católica, o alto número de bolsistas e, ainda, a qualidade do ensino que esses estudantes estão recebendo.

Nesse contexto, em razão de uma solicitação desta importante Associação Nacional, nos parece oportuna e pertinente a apresentação desse estudo nesta Comissão de Educação e Cultura, de modo a compartilharmos as contribuições do ensino católico no país e suas contribuições para a educação nacional.

Nós sabemos da importância da educação católica desde os primórdios da civilização e da colonização brasileira, depois passando pelo Império, chegando à República, chegando à Constituição de 1988, que substituiu a religião católica como religião oficial pelo Estado laico, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o que nós respeitamos e praticamos, mas é inegável que a gente precisa ter um olhar amplo sobre as políticas educacionais que se praticam no Brasil, sobretudo em um momento em que nós estamos debatendo o Plano Nacional de Educação. É importante... A Anec, inclusive, faz parte do Fórum Nacional de Educação, no qual eu tenho a honra de representar o Senado. E, quanto mais a gente tiver esse olhar plural, quanto mais a gente tiver esse olhar que contemple esta diversidade que é o nosso país, tendo como referência o direito à educação como um direito social básico, público e subjetivo, melhor para a gente fazer as nossas alianças em defesa da humanidade, que eu acho que é isto que mais o mundo está precisando agora: humanizar a humanidade. E, sem sombra de dúvida, uma formação nessa perspectiva ajuda bastante.

Sem mais delongas. eu vou passar a palavra inicialmente para o senhor, Padre João. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO BATISTA GOMES DE LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar aqui a mesa, cumprimentar a Exma. Sra. Senadora Teresa Leitão, cumprimentar o Pedro Mello e também a Fabiana Deflon – o Pedro foi responsável pela realização da pesquisa que agora nós iremos apresentar nesta sessão.

Cumprimento, saúdo a todos aqui presentes e agradeço pela presença de todos vocês.

Senadora, autora deste requerimento que torna possível esta oportunidade, que eu considero, Senadora, da maior relevância para as entidades beneficentes de assistência social e também filantrópicas, porque também as nossas instituições são filantrópicas – apesar de terem entidades que representem especificamente essa área da filantropia, as nossas entidades são filantrópicas também –, ressalto que a trajetória da senhora no apoio, na dedicação às pautas sociais, sobretudo a educação de qualidade social e inclusiva, tem sido um marco na atuação política e na vida da senhora, contribuindo para a melhoria do sistema educacional brasileiro, sobretudo do seu Estado do Pernambuco.

Aproveito a oportunidade para saudar também o Exmo. Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, que ainda não chegou, mas cumprimento aqui o Senador, cuja liderança de longa data tem sido de fundamental importância para o avanço das discussões educacionais no âmbito desta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com muita alegria, agradeço também às lideranças e instituições representativas aqui presentes, bem como os diretores de instituições católicas de ensino superior e também da educação básica, os reitores, o corpo técnico administrativo e pedagógico do escritório nacional da Anec, que muito tem colaborado com os trabalhos da instituição aqui, em Brasília, mas também nos nossos estados, onde nós temos os conselhos estaduais da Anec.

A Associação Nacional de Educação Católica destaca-se como única instituição representativa da educação católica no país, comprometida com o desenvolvimento educacional desde 1945 – isso é a Anec, mas as instituições estão aqui atuando em benefício da sociedade já desde o início deste país, começando aí com a chegada dos padres jesuítas.

A Anec é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, que atua em comunhão com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e também com a Conferência dos Religioso do Brasil (CRB Nacional).

A associação tem por objetivo atuar, congregar e representar todas as instituições educacionais católicas, com apoio dos diretores e presidentes das nossas instituições, bem como com as obras sociais das instituições católicas e também os hospitais universitários, que são vários.

Desde sua fundação, a Anec tem como compromisso a missão de defender uma educação integral que se alinha aos princípios e valores cristãos – como lembrou aqui a Senadora – em prol do desenvolvimento pleno da pessoa humana e de uma educação de qualidade social presente em todas as regiões do país.

A Anec conta com mais de 1,5 mil instituições de ensino. Aqui, Senadora, a Anec – vão ser detalhados os números aqui – tem mais de 110 mil colaboradores, entre o corpo técnico e administrativo e os professores, e também atua basicamente em 800 municípios do nosso país.

Nesse contexto, é com imensa alegria que a Anec (Associação Nacional de Educação Católica) está aqui, hoje, neste honroso espaço, para apresentar sua mais recente pesquisa como forma de prestação de contas à sociedade brasileira. Então, nós queremos aqui, de fato, fazer uma espécie de prestação de contas àqueles – que são os senhores – que têm a responsabilidade de regulamentar as políticas a fim de garantir os direitos a uma educação de qualidade e acessível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

àqueles que mais precisam. Ficam aqui os meus mais sinceros agradecimentos pela oportunidade de, em nome da educação católica, ser ouvido nesta Casa, para demonstrar aos senhores e às senhoras o nosso compromisso com a formação integral dos nossos alunos e a maior responsabilidade em razão das prerrogativas tributárias, por meio das isenções e imunidades garantidas constitucionalmente.

Isso é graças à nossa atuação de prestação de serviço gratuito às pessoas em condições de vulnerabilidade social, desde os primórdios da fundação deste imenso país, que é grande e detentor de muita riqueza, mas também, Senadora, marcado por uma triste história de injustiça social. A gente não pode esquecer que o Brasil, apesar de toda a sua riqueza, de toda a sua diversidade cultural, tem uma história triste de pobreza e de injustiça social. E uma forma de correção disso é a atuação das entidades filantrópicas, das entidades beneficentes de assistência social, atuando em parceria com o poder público. Portanto, as bolsas e os benefícios concedidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade têm diminuído – a gente tem números para isso – esse contexto por meio da garantia de acesso à educação de qualidade social, tanto na educação básica como na educação superior.

Por isso, nós vamos apresentar aqui essa pesquisa como sinal mesmo concreto da nossa responsabilidade, do nosso trabalho, em parceria, em união mesmo com as entidades filantrópicas e o poder público.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Padre João.

Antes de passar a palavra para o Sr. Pedro Mello, vou fazer alguns registros de presenças: Alexandre Augusto, Coordenador-Geral da Cebas, no MEC; Janaina Rodrigues, representante da Aliança pelo Fortalecimento da Sociedade Civil; Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Semesp; José Carlos Aguilera, Secretário Executivo da Abruc; Salette Marinho, Secretária Executiva do Crub; Padre Marcos de Ávila, Diretor do Colégio Rogacionista; Prof. Renaldo Souza, representante da Unilasalle; Renato Martins, Diretor do Colégio Santa Dorotéia; Francine Junqueira, representante da União Marista do Brasil; Irmã Sonia Lobo, Diretora do Colégio Anjo da Guarda; Prof. Artur Jacobus, Vice-Reitor da Unisinos, representante do Comung e dos reitores presentes; Larissa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martino, Diretora Executiva da Anup; e Padre João Paulo dos Santos, Assessor do Setor de Universidades da CNBB.

Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas!

Vou passar a palavra, para os seus 15 minutos iniciais, ao Sr. Pedro Mello, Pesquisador formado em Comunicação Social e Marketing.

Pois não.

O SR. PEDRO MELLO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde, excelentíssimas e excelentíssimos, senhoras e senhores, todas e todos que estão presentes aqui, nesta Comissão, e que acompanham também pela televisão a apresentação dessa pesquisa.

Eu sou o Pedro Mello, eu sou pesquisador responsável pela pesquisa da Anec Impacto da Educação Católica para a Sociedade Brasileira e também pela pesquisa do Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas) A Contrapartida do Setor Filantrópico no Brasil.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade de estar aqui e apresentar esse resultado de uma pesquisa muito importante que mostra realmente a importância, o impacto, um impacto muito positivo da educação católica para o Brasil. Realmente, são dados que mostram essa relevância. E acho que são instituições que precisam ser cada vez mais reconhecidas e parabenizadas pela atuação fundamental para o desenvolvimento do país. Então, eu vou apresentar brevemente a metodologia da pesquisa e os principais números que nós obtivemos com esse resultado.

Como a Senadora comentou, essa pesquisa se refere ao ano de 2022. Ela foi concluída no final do ano passado. Em 2023, a gente tratou do ano de 2022. E a ideia é manter essa atualização de uma forma recorrente.

Bom, sobre a Anec, o Padre João já contou um pouquinho da importância da Associação Nacional de Educação Católica, de todas as mantenedoras de educação para o país. Realmente é presente em todos os estados, em boa parte dos municípios, com uma atuação de impacto muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressivo e importante para o país na educação, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Bom, sobre a pesquisa. A pesquisa teve o objetivo de avaliar a relevância e o impacto da educação católica para a sociedade brasileira, partindo da avaliação do retorno da imunidade tributária, buscando, claro, indicadores e dados concretos, oficiais, de fontes do próprio Governo, que mostram essa excelência acadêmica a partir de indicadores que estão publicados de uma forma geral.

Considerando esse contexto da filantropia, é importante entender onde se insere a educação católica. No contexto da educação nacional, existe a educação pública e a educação privada com fins lucrativos – não é essa de que a gente vai tratar, a gente vai tratar das que são sem fins lucrativos, filantrópicas e beneficentes. Então, tem este propósito: a filantropia, o amor à vida; a beneficência, fazer o bem; e confessional, aí ligada à questão religiosa católica.

Nesse contexto, a gente teve um trabalho inicial de identificar quais eram as instituições católicas, e a Anec disponibilizou essa lista, com todas as mantenedoras católicas do país. A gente teve acesso a essa listagem, aos CNPJs dessas instituições. A gente foi buscar os dados na Receita Federal, os dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. A gente pôde mapear onde estão presentes todas essas mantenedoras desses estabelecimentos e, com base nisso, identificar, com dados do Ministério da Justiça, informações relacionadas ao balanço contábil demonstrativo de resultados dessas instituições. Foi o primeiro indicador para entender qual é o investimento que é realizado por essas mantenedoras no país e comparar isso com a imunidade tributária. Em um primeiro momento, precisamos entender que realmente essa imunidade, que é considerada como um gasto tributário, na verdade, é um investimento de alto valor e de alto impacto, porque, realmente, essas instituições reinvestem – elas são sem fins lucrativos – 100% dos seus recursos nas atividades-fim, então, na própria educação, com excelência na qualidade do ensino em diversos indicadores. Então, precisamos entender inicialmente esse investimento e aí, posteriormente, com os indicadores de impacto direto e indireto, qual é o valor total das instituições hoje, no presente e no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nesse contexto, a gente partiu desses dados e buscou informações também, claro, no Inep, dados do censo da educação básica e do ensino superior, para entender a relevância e a excelência acadêmica dessas instituições

No próximo eslaide, eu vou mostrar já o resultado dessa avaliação.

Para cada R$1 de imunidade tributária, as instituições de educação católica retornam R$24,34 para a sociedade em serviços de educação. Então, esse primeiro retorno é um retorno tangível e objetivo e parte dos balanços contábeis que foram analisados. Essa base, do próprio Ministério da Justiça, tem informações, que a gente teve condição de avaliar, de mais de 300 mantenedoras, e essas 300 mantenedoras representam quase 90% de todos os empregos gerados na educação católica. Realmente, é uma base muito consistente, muito confiável que chega a esse retorno. Então, para cada R$1 de imunidade, de toda imunidade que as instituições possuem, elas investem e têm, no seu patrimônio, o capital investido de R$24,34. Então, esse é o retorno direto do investimento que é aportado por essas instituições. São instituições, como a própria Senadora comentou, históricas, têm uma presença muito consistente no mundo e no Brasil. Então, historicamente, trabalham em prol do país. E esse investimento é muito curioso de perceber, porque é como se fosse realmente algo que é uma poupança, um investimento que ao longo do tempo vai se compondo e futuramente ele terá um valor ainda muito maior. Então, para cada R$1 de imunidade...

E é também importante entender que essa alíquota do Cebas, da cota patronal, se refere à folha de pagamento. Cada R$1 de imunidade se refere a R$5 de folha de pagamento. Então, são instituições que contratam muito, têm uma base de colaboradores muito vasta e muito significativa.

Esse retorno direto é, digamos assim, a conta mais financeira, e aí a gente fez uma avaliação que é a avaliação econômica. Essas instituições, ao longo do tempo, retornando anualmente R$24, elas têm um valor futuro muito maior, além, claro, da parte intangível, que é a satisfação, a percepção positiva dos públicos. Lá na ponta, aquele beneficiário, aquele aluno de uma família carente, numa condição de vulnerabilidade social, tem acesso a uma educação de qualidade, de excelência, desde a educação básica, passando para o ensino superior e ficando pronto para entrar no mercado de trabalho, não só com as condições técnicas, acadêmicas, mas também com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este lado humano, esta valorização muito importante que é de levar esse contexto interpessoal para a sociedade.

A gente fez uma avaliação seguinte que foi projetar esse valor no futuro, que é a valoração econômica, em que a gente teve este retorno de até 122 vezes. Uma vez que essas instituições têm essa longevidade e futuramente vão continuar gerando esses recursos positivos, esse impacto positivo para a sociedade, elas valem muito mais do que só o seu valor contábil. Então, esta é uma regra comum até no mercado de capitais: as empresas valem muito mais do que o valor contábil delas – a gente tem até as fontes citadas aqui no próprio documento. Em média, 20% do valor de uma instituição são o valor tangível contábil, e 80% são o valor intangível econômico. Então, a gente já traz esse valor como uma projeção, como uma estimativa do valor dessas instituições na longevidade e na perpetuidade. São instituições que vão continuar gerando ainda muitos benefícios para o país.

E a gente, nessa estimativa, chegou aqui, com essas trezentas e poucas mantenedoras, a um total de imunidade de R$1,5 bilhão, e o investimento total, o capital aportado por essas instituições, foi de R$38 bilhões. E aí, considerando também essa parte intangível, esse gráfico mostra a diferença, R$188 bilhões seria o retorno total estimado, uma vez que essas instituições atendem todos os critérios, não só da excelência acadêmica, mas também da contribuição para a sociedade – vamos pensar um pouquinho nos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Então, realmente, trabalham inclusão, trabalham a parte de igualdade, trabalham excelência na educação, desenvolvimento econômico. São instituições muito importantes para o país. Então, aqui é o resultado da pesquisa.

Aqui é o cálculo um pouco mais técnico. Realmente, é o que eu comentei desse investimento, de como ele é calculado, ele parte do ativo total da instituição, é retirado o passivo circulante, que é o valor que é consumido anualmente, adiciona-se o empréstimo desse valor circulante... E, então, aqui, seria todo o capital próprio e de terceiros que a instituição possui. E, dividido isso pelo valor da imunidade, se chega ao primeiro resultado do retorno direto. E, aí dividido por 0,2, que são os 20%, você projeta o valor total de R$188 bilhões. Então, aqui a gente deixa os dois indicadores, as duas fontes que foram consideradas para essa avaliação – indicador do investimento total e essa projeção do valor intangível das instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é muito interessante que, quando a gente fez a avaliação dessas instituições junto ao Ministério do Trabalho, considerando os dados da própria Rais (Relação Anual de Informações Sociais), a gente conseguiu este dado que é extraordinário: 233 mil empregos gerados pelas instituições no ano de 2021. Então, é realmente muito expressivo: 657 mantenedoras terem 233 mil empregos formais. Realmente, é um número muito grande. E são instituições com 4.537 estabelecimentos presentes em todo o país. Então, realmente, são instituições que são muito consistentes, estão presentes no Brasil inteiro e empregam muitas pessoas em benefício da sociedade e da educação católica, do desenvolvimento do Brasil.

Acho que essa é a minha parte da apresentação.

Vou passar a palavra para Fabiana Deflon, que vai continuar com os dados principais da educação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Imediatamente, vamos passar para Fabiana Deflon, que vai dar continuidade à apresentação da pesquisa, mas podem zerar o tempo, e você tem seus 15 minutos também.

A SRA. FABIANA DEFLON (Para expor.) – Obrigada, Exma. Senadora, pela oportunidade de estarmos aqui.

Cumprimento a senhora e também os nossos queridos amigos. Aqui, a gente fica tranquilo – seria um espaço em que a gente ficaria um pouco nervoso, mas a gente fica tranquilo, porque a gente tem tantos amigos aqui que trabalham pela educação de qualidade. Então, estamos todos juntos, Senadora, as entidades representativas, e a gente vê muitos companheiros de luta aqui.

É importante a gente contextualizar também que a gente está num momento muito importante, pois a gente discutiu muito a imunidade, porque o PL ainda está aqui no Senado. Então, é importante a gente trazer esse contexto da imunidade tributária neste momento em que se discute um PL tão importante para nós e tão caro. E esse é um resultado das instituições católicas. E a gente agradece imensamente pela oportunidade, Senadora, mas também pelos nossos associados, que estão nos ouvindo aqui – a gente compartilhou o *link* com todos –, pois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles disponibilizaram esses dados, e foi a partir desses dados que a gente teve condições de montar esta pesquisa. Então, a gente aproveita para agradecer também.

E aí, no contexto da educação básica – a Anec compreende a educação básica e a educação superior –, a gente tem 1.353 escolas. Os dados que a gente tem aqui e que foram analisados foram de 1.353 escolas que estão em 509 municípios. Esse retorno do intangível e do tangível que o Pedro trouxe antecipadamente aqui à minha palavra está diluído em todo o Brasil, não está secularizado, não está compartimentado em um estado. Então a gente tem esse retorno em todo o Brasil. São 509 municípios que são beneficiados pela educação de qualidade social, com mais de 775 mil matrículas e 115 mil bolsas. E aqui a gente está colocando apenas as bolsas integrais, a gente não contabilizou as bolsas parciais e não contabilizou os descontos, porque, como as nossas instituições são sem fins lucrativos, por muitas vezes, o desconto é dado mesmo para quem não cumprir os requisitos da lei.

O Coordenador do Cebas está aqui. A gente sempre dialoga com ele, a gente sempre fala assim: as nossas instituições merecem um tratamento diferenciado, não é tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, a gente precisa tratar com equidade. Então, é importante a gente trazer esses dados, porque essa política pública do Cebas é uma política muito importante não só para as nossas instituições católicas, mas para as instituições sem fins lucrativos que são certificadas pelo Ministério da Educação, que passam por um critério super-rigoroso para ter essa certificação – é importante a gente colocar isso.

E 20% dos nossos estudantes estudam com bolsa 100% integral. São mais de 115 mil bolsas. E a gente não fala só de bolsa, a gente fala de famílias impactadas por isso, porque tem pessoas que estão ali estudando que têm material escolar, que têm transporte público, que têm uniforme gratuito e muitos outros benefícios que, muitas vezes, aqui nessa folha de papel, não aparecem, mas é uma vida transformada, são famílias transformadas.

Por isso, a gente traz esse contexto aqui, Senadora, e, mais um vez, agradece, porque me parece, em algum momento, em alguma medida, que, muitas vezes, a gente está fazendo algo errado, e a gente não está. A gente está transformando vidas, transformando famílias, dando acesso à educação de qualidade social, e uma qualidade social humanizada, integradora, olhando para aquela família, olhando para aquele contexto social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda temos um resultado acadêmico 19% superior, considerando as escolas públicas e privadas. Então, é uma entrega para a sociedade muito grande, que a gente precisa considerar aqui.

Pode passar, por gentileza.

Analisando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a gente observa também este indicador: onde tem aqueles municípios que a gente indicou aqui, 509 municípios, onde está localizada a educação católica, a gente tem um índice menor de analfabetismo. E isso é porque é olhada a família. O contexto da escola, principalmente a escola, olha não só o aluno, mas a gente consegue desenvolver programas, como programas de extensão... Enfim, são várias questões. Inclusive, para a próxima pesquisa, a do ano que vem... E a gente já conta com o apoio da Senadora também, Senadora, e dos amigos que estão aqui, porque a gente quer apresentar essa pesquisa numa sessão solene para comemorar os 80 anos da Anec – já dando esse *spoiler* aqui, a gente faz esse pedido público, Senadora! Então, a gente vai trazer isso de uma maneira diferente, inclusive, trazendo por escrito o impacto desses benefícios, porque isso é importante a gente trazer. E são benefícios que não são obrigatórios que a escola fornece, possibilitando que aquele aluno saia daquela situação de vulnerabilidade, mude, transforme a vida da família dele e também não abandone a escola, porque não adianta só a gente dar bolsa; a gente tem que dar condições mínimas ao estudante de permanecer, de permanência. Aí a gente vê isto no resultado: é 27 vezes maior a nossa assiduidade, ou seja, o aluno fica, porque ele tem transporte, ele tem alimentação, ele consegue permanecer; e a aprovação dele também é 6 vezes maior. Então, esse é um dos resultados que a gente consegue ver claramente na pesquisa.

Por favor. E, na educação superior, também não é diferente e é muito considerável também. A gente destacou que são 111 instituições, 351 mil matrículas e 87 mil bolsas. E aqui também a gente envolve outro programa, outra política pública, que é a política pública do Prouni, que é muito importante para a educação superior, em conjunto com o Cebas.

E a gente tem alguns pleitos aqui. O coordenador do Cebas já não aguenta mais ver a gente, Senadora, e a gente vai começar a vir aqui também, porque a política do Prouni é muito importante para a educação superior e para as instituições certificadas com o Cebas-Educação. E hoje a gente tem 86.548 alunos a mais – é muito mais do que isso – matriculados com essas bolsas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de estudo. Então, é muita gente estudando. E a gente precisa fazer com que essa política pública do Prouni converse com a política pública do Cebas. Hoje, tem um descompasso na legislação que impacta diretamente as instituições sem fins lucrativos. Então, a gente aproveita esta oportunidade também para abrir o diálogo, para chamar esse diálogo, porque essa situação não é uma questão só das instituições católicas; é das instituições sem fins lucrativos, que estão atendendo os alunos em situação de vulnerabilidade social, que estão nos espaços, modificando a vida das famílias deles. Muitas vezes, ele é o primeiro aluno a estudar na família. A gente, inclusive, esteve no seminário do Prouni e percebeu essas histórias dos egressos. A gente tem que chamar o debate público para dialogar sobre isso, fortalecer a política pública do Prouni e fortalecer a política pública do Cebas, porque essas políticas são essenciais para a gente manter um acesso à educação, transformar vidas por meio da educação.

A gente observou também que um dos resultados... E a gente destaca que esta é uma síntese da pesquisa, porque a pesquisa ficou muito longa, e, então, a gente sintetizou nos principais dados para quantificar não só os números da imunidade, do R$1 para R$24,34, que é o valor contábil, e do retorno de 122 vezes, que é o valor intangível, porque esse intangível também está ligado à qualidade. Então, a gente tem índices como o IDD, por exemplo, que é 15% maior, considerando as instituições públicas e privadas. Então, lá no Enem... Na educação básica, a gente tem um valor 19% a maior, e, na educação superior, a gente tem um IDD 15% a maior. Esta é uma consideração: além de dar o acesso à educação, a gente dá um acesso de qualidade social e um resultado desse... Há pouco tempo, saiu uma lista, um *ranking* das instituições, e nós temos muitas das nossas instituições naquele *ranking*. Isso mostra o nosso diferencial, um deles, mas a gente reforça aqui que também outros benefícios são dados, como o transporte, o alimento, o uniforme na educação básica. E, na educação superior também, muitas das nossas instituições ofertam subsídios, inclusive, como programas de continuidade, mestrado e doutorado, que, hoje, pela política do Prouni, não são contabilizados. As instituições estão arcando com esse investimento que o próprio Estado poderia estar fornecendo e não está. Esses dados a gente acredita que fortalecem, vêm mostrar um pedaço do que as instituições sem fins lucrativos fazem, mas a gente gostaria de fortalecer, Senadora, também esse papel das instituições sem fins lucrativos, que hoje lutam diariamente para manter seus alunos em sala de aula e ofertar o que, muitas vezes, o Estado, sozinho, não consegue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aqui à disposição.

Esta sala está cheia de dirigentes, de reitores que querem ofertar bolsas, que querem colocar alunos em sala de aula, mas precisam também de recursos.

Obrigada, Senadora. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada. Obrigada pela disciplina do tempo.

Eu vou fazer o seguinte agora, como não há nenhum Senador inscrito: farei a leitura dos comentários e das perguntas que vieram pelo e-Cidadania e depois posso abrir para duas ou três inscrições do plenário. Desculpem, mas meu tempo está muito exíguo, tenho uma reunião da Bancada Feminina, mas vou ler aqui as perguntas.

Bom, a algumas perguntas a própria exposição já responde, mas, se vocês sentirem necessidade de responder a algumas delas...

Paulo, do Paraná: "O que será realizado para preservar a educação católica no país? Como a sociedade poderá optar por usufruir ou não deste modelo de ensino?". Acho que, na minha fala inicial, eu respondi a isso.

Tássia, do Rio de Janeiro: "Como os resultados do estudo serão usados para orientar decisões legislativas sobre a melhoria da qualidade da educação no Brasil?".

Rafael, de Minas Gerais: "Com o contínuo declínio do número de fiéis católicos no Brasil, a Igreja prevê redução na sua presença na educação? Se não, como financiará?".

Alexsander, de São Paulo: "Como a educação católica promove a inclusão religiosa e forma cidadãos críticos?".

Rodrigo, de Minas Gerais: "O estudo favorece uma religião em face das demais. Como se justificar a violação da laicidade em razão do favoritismo por uma religião?". O estudo, em si, não faz isso, Rodrigo. O estudo, em si, analisa o que já existe. E o Estado laico prevê ou determina que o Estado brasileiro não tenha uma religião oficial, sendo permitida toda e qualquer crença, toda e qualquer orientação e opção religiosa e toda e qualquer prática religiosa, incluídos aí também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a educação, as liturgias, os cultos, as celebrações. Então, o Estado laico, nessa pesquisa, está absolutamente preservado.

Letícia, de Goiás, pergunta também: "De que maneira a educação católica tem contribuído para superar desigualdades educacionais e promover educação para crianças vulneráveis?". Acho que isso está respondido também. É com os patamares e os percentuais de concessão de bolsas.

Dois comentários.

Anderson, do Rio Grande do Sul: "O ensino promovido pelas instituições católicas, em sua maioria, reforça diversos preconceitos já criminalizados pela legislação".

E Any, do Paraná: "O Estado deveria ser laico. Focar em apenas uma religião gera preconceito com as demais. Existem outras formas de ensinar sobre valores". Acho que essa está parecida com a pergunta anterior. Então, eu vou deixar aqui... Ainda chegaram mais? (*Pausa.*)

Rúbia, de Mato Grosso: "O Estado é laico, mas quando quem cumpre a [...] função [dele] tem uma religião, o que fazer? Suprimir sua base por falta de competência do [...] [Estado]?".

Leonardo, de São Paulo: "É correto afirmar que grande parte do legado da educação brasileira [...] se deve à educação católica do Brasil imperial e primeira República?".

Jaider, de Santa Catarina, pergunta: "[...] [serão abordados] os impactos negativos da educação católica? [Como o] preconceito influenciando crianças que possuem religiões não cristãs?".

E Fernando, do Rio Grande do Sul: "Como escolas católicas podem garantir que estudantes de diferentes crenças ou sem crença se sintam acolhidos e respeitados?".

Esses comentários já estão presentes.

Eu acho que o de Alessandro, do Paraná, eu já li: "As religiões deveriam ser debatidas, esclarecidas e diferenciadas [...]".

E Johnes, do Rio de Janeiro: "Instituições religiosas ajudam na organização de vida do jovem, todas! Porém, precisamos separar política pública, [...], ciência e religião".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer um breve comentário para poder passar para vocês sobre por que uma Casa Legislativa se abre para ouvir uma pesquisa desta. É exatamente pela diversidade. Escolas católicas, escolas evangélicas, escolas de qualquer outra religião que queiram se organizar têm liberdade legislativa para fazer isso. A opção é da família. Se quer matricular numa escola católica, porque a família é da religião católica, ela o faz. Se não quer, matricula em uma escola privada que não é ligada a nenhuma religião, não é uma escola confessional, que confessa uma fé, ou na escola pública. O que a lei não permite é que as escolas públicas tenham em seu currículo, como já tiveram na época em que a religião católica era a religião oficial do Brasil, a prevalência de uma religião. Quando se fala hoje de estudo religioso nas escolas, é o estudo do histórico, de como as diversas religiões contribuíram para a constituição da sociedade, para o legado da humanidade, sem prevalência de uma ou de outra.

Há perspectivas curriculares que defendem que a gente não pode esquecer que a dimensão espiritual é uma dimensão da formação humana, não é da religião A, ou B, ou C, mas uma dimensão espiritual, coisa com que os materialistas não concordam – o homem é homem: morreu, se acabou; a mulher é mulher: morreu, se acabou. Não se sabe nem como nasceu, nem de onde veio. Isso se estuda também, é uma corrente de pensamento. Então, nas escolas, e nas escolas superiores, nos cursos de Filosofia, nos cursos de Sociologia, também se estuda isso.

A realização desta audiência não fere nenhum princípio da laicidade – nenhum, absolutamente nenhum! – exatamente por conta de que ela pesquisou um universo, o universo de escolas católicas, e pesquisou esse universo de escolas católicas, porque, na educação privada no Brasil, é livre a concessão. Elas precisam cumprir alguns preceitos? Precisam. Não se abre uma escola de qualquer maneira. Tem que cumprir todas as diretrizes, todos os decretos, todos os requerimentos legais, seja uma escola privada, seja uma escola confessional, filantrópica ou privada. Tem escola católica que é privada também, tem escolas protestantes que também são privadas. Tem duas escolas na minha cidade que são seculares, centenárias: o Colégio Agnes e o Colégio Americano Batista. São escolas centenárias. O Americano Batista fechou e vai reabrir. O Agnes foi vendido a uma dessas cadeias, foi vendido ao Mackenzie. Parece que estão usando essa... Tem um nomezinho: *franchising*, que são as redes que usam os espaços. Então, não estamos infringindo absolutamente nenhum princípio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o universo investigado pela pesquisa foi esse universo que interessa a quem? Interessa à Anec, interessa à associação que reúne livremente as pessoas desse conjunto. A associação, no Brasil, é livre. Depois da Constituição, até nós servidores públicos podemos criar nossos sindicatos – antes, nem podíamos. Depois da Constituição, nós também somos... Eu falo "nós", porque sou servidora pública, inclusive, egressa do movimento sindical. Criamos nossos sindicatos, livres, autônomos. Ninguém é obrigado a se filiar, mas, se quiser, as portas estão abertas. Também a gente pode fazer esse paralelo com essas escolas. Tem pessoas de outra religião que podem frequentar uma escola católica? Tem. Tem pessoas de outra religião que podem frequentar uma escola evangélica? Tem. E elas têm o direito de, no seu currículo, professar a sua fé. Elas têm que oferecer um currículo básico, as diretrizes curriculares e a base nacional comum se aplicam a todas as escolas. A outra formação, a formação cristã, seja católica, seja evangélica, e a formação não cristã e de outro ramo também de religião são permitidas, porque o currículo tem uma parte que a gente chama de parte diversificada, que é da autonomia dos sistemas, das redes e da própria rede de escolas.

Vocês, nos comentários... Foram muito bons os comentários, que tocaram em um ponto que eu sei que é um ponto sensível, e eu já esperava que esse ponto viesse à baila, mas nós não estamos infringindo... E a gente tem, inclusive, trabalhado para superar isto: que escolas da rede pública privilegiem uma ou outra religião, o que não pode! A gente ainda tem como herança do período da religião católica como religião oficial imagens de muitos santos, tem algumas escolas que têm até grutas com Nossa Senhora.

Lá no meu estado, está havendo uma disputa, uma celeuma muito grande, que chegou ao Ministério Público, que é chamada de "hora da Bíblia". No intervalo do recreio, pastores convocam quem quiser, mas convocam, estão lá estimulando os estudantes para lerem uma passagem da Bíblia, geralmente do Antigo Testamento e geralmente com pregação depois. O sindicato levou ao Ministério Público sob o argumento de que a laicidade da rede pública de educação está sendo infringida, mas essa é uma situação muito diferente da convivência com as escolas católicas, que se organizam em rede.

Todas as escolas católicas são da Anec? Eu creio que não, mas quem quiser ser será.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um pouco desse dilema que acho que a gente supera quando a gente analisa bem direitinho os dados da pesquisa. Isso é só para esclarecer a algumas pessoas desse aspecto da laicidade.

E quero perguntar se alguém da plenária quer se inscrever. (*Pausa.*)

Pronto, o senhor e o senhor. Vou deixar esses dois.

Só se apresentem. São três, quatro minutinhos.

O SR. THIAGO FERREIRA CABRAL (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Sou Thiago Ferreira Cabral, Diretor Jurídico do Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas). A gente congrega as três áreas de Cebas: saúde, educação e assistência social.

Eu só quero fazer uma constatação, Senadora e demais, de que é interessante o resultado da pesquisa. Quando você tem uma pesquisa em que você fala que um egresso de uma instituição católica tem 15% de melhor aproveitamento do que o da rede pública e da rede privada, essa pessoa é a mão de obra qualificada tão almejada pelo Brasil. E, quando ele sai de lá, o que ele vira? Um pagador de imposto. Sendo pagador de imposto, ele acaba pagando integralmente o valor da bolsa que ele teve ao Estado. Então, é um investimento brilhante.

A pergunta que eu queria fazer depois para o Pedro é a seguinte.. Chamou-me a atenção a questão do destaque dos 233 mil empregos. Isso é bem relevante. Nesse número, eu vi lá, na hora em que você colocou, que não consta lá... Eu imagino que seja só CLT, vínculos celetistas. Como é que a gente mensura a questão, depois da reforma tributária e etc., dos PJs, etc.? Porque é muito mais do que 233 mil. Essa é a sensibilidade.

É um setor extremamente relevante por conta da consequência dos 15% de melhor aproveitamento, etc., que paga a bolsa, que, então, deixa de ser bolsa, porque retorna ao Estado 100% – esse cálculo acho que pode evoluir –, fora a questão da empregabilidade. Hoje, é moda você ser MEI, quer dizer, não é moda, é uma consequência natural.

Com isso, eu concluo, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é o senhor aqui, não é? O Reitor Artur.

O SR. ARTUR EUGÊNIO JACOBUS (Para expor.) – Sou Vice-Reitor da Unisinos, do Rio Grande do Sul. Nós estamos aqui em Brasília representando também o Comung, que é o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. Muitas universidades comunitárias são católicas e pertencem à Anec. Então, há um sombreamento entre a filiação de universidades católicas com universidades comunitárias.

Eu só queria reforçar para aqueles que fizeram as perguntas que, trabalhando há 30 anos numa universidade católica, nós temos alunos que são ateus, uma grande quantidade; católicos; evangélicos; budistas; umbandistas... Nós atendemos toda a sociedade, nas universidades católicas. Acho que é importante reforçar isso.

Eu só queria também tocar neste ponto que foi levantado agora em relação ao índice que é o IDD das universidades católicas. Nós sabíamos que, quando um aluno entra numa universidade católica – eu acho que também vale para as comunitárias, aí também vale para as comunitárias fazer uma pesquisa como vocês fizeram –, ele consegue dar um salto na sua vida. Esse mesmo aluno, se ele entra com o mesmo capital cultural, vamos dizer assim, se ele entra numa universidade católica, tem esse salto 15% maior do que nas outras universidades, inclusive públicas. Então, eu acho que esse é um elemento superimportante.

Nós sabíamos da qualidade das universidades católicas, das escolas católicas, mas é muito importante que tenha pesquisa que mostre isso e quantifique isso, de maneira que os Congressistas, os tomadores de decisão possam levar isso em conta para preservar essa ilha de qualidade que representam, então, as escolas católicas e as universidades católicas também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada pela celeridade. Final de ano é uma Comissão por cima da outra, não é?

Nós vamos fazer a devolutiva para a mesa, já combinamos aqui a ordem, eu vou deixar para o Padre João fazer o encerramento.

Passo para o Pedro Mello, por uns três minutinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO MELLO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Realmente, perguntas muito importantes.

Quanto a essa questão da empregabilidade, realmente, o Dr. Thiago colocou, de uma forma muito clara, que o emprego direto CLT é muito significativo, mas existe, sim, uma parcela muito grande de emprego indireto sendo gerado, seja para autônomo, seja para PJs, MEIs... Acho que há esse desafio de ter dados oficiais, dados públicos que possam congregar realmente essa massa de trabalhadores que, de certa forma, estão engajados e envolvidos na educação. Acho que o caminho seria inicialmente que as próprias instituições tenham essa transparência, a gente já teve condição de avaliar, muitas delas publicam seus relatórios de atividades, publicam informações públicas que mostram que têm um alcance muito maior. Acho que esse é o grande desafio para que essas informações sejam sistematizadas, da mesma forma como são os índices que estão disponíveis no Inep, dados da educação básica e superior, para que a gente possa deixar isso totalmente transparente para a sociedade, para avaliar, acho que não só no caso das católicas, mas pensando nas confessionais, pensando nas sem fins lucrativos, para valorizar cada vez mais esse setor.

Eu acho que é uma mensagem importante: acho que os números deixam muito claro esse retorno, mas é muito um papel não só do Governo, mas da sociedade de valorizar, de promover, de investir, de doar essa parte da caridade. Muito do que os católicos trazem é isto: você ter a condição de contribuir. Acho que toda essa contribuição é 100% reinvestida na própria educação. As instituições, de certa forma, não distribuem lucro, e, então, todo valor que têm de superávit é reinvestido no benefício de quem mais precisa.

Acho que é importante que, de certa forma, se conheçam e que se tenham dados cada vez mais consistentes que possam orientar as decisões das políticas públicas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Pedro.

Passo agora para a Fabiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANA DEFLON (Para expor.) – Complementando esse raciocínio do Pedro também, a gente coloca o seguinte: não só há os PJs, mas também os serviços indiretos, serviços que são contratados e a instituição não faz a contratação direta, como serviços de limpeza, escolinhas que muitas vezes nas escolas tem, escolinha de futebol, balé... Enfim, é tudo serviço terceirizado, é muito emprego, a gente sabe, a gente tem certeza de que é muito mais que isso. E aí, para a próxima edição da pesquisa, a gente quer trazer mais esse valor tangível, trazer palpável esse intangível, porque isso também gera o valor agregado do intangível.

Com relação à pergunta do Vice-Reitor, a colocação, na verdade, que é uma constatação já... A gente imagina que esse profissional que é egresso das nossas instituições já tenha uma continuidade, uma entrada no mercado de trabalho muito maior por conta desse diferencial de qualidade. Então, isso reforça o nosso papel social na instituição. Para a próxima edição também, a gente quer trazer os egressos para a gente poder tangenciar isso e falar: "Eu trouxe..." E a gente já sabe dessas histórias, porque a gente conhece muitos alunos também.

Inclusive, eu sou aluna Cebas... Eu não posso nem falar, porque, senão, eu choro...

Eu sou egressa da Universidade Católica de Brasília, a minha vida foi transformada por meio de uma política pública, que é o Cebas.

Então a gente quer trazer esses alunos que hoje são juízes, que são defensores públicos, enfim, que transformaram suas vidas também por meio dessa política pública. A gente vai trazê-los aqui com depoimentos. Nos 80 anos, promete, não é? O nosso Secretário-Executivo está ali, eu já estou dando *spoiler*, não é, Secretário? A gente quer trazer esses vídeos para mostrar também esse rostinho desse número aqui, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Tem um minuto ainda.

A SRA. FABIANA DEFLON – Certo.

Com relação a um ponto que eu acho que é essencial a gente trazer, Senadora, é que todas as nossas escolas e instituições de educação superior estão abertas para qualquer pessoa que tenha qualquer crença, que seja católica ou não. Inclusive, a educação básica tem uma normativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a BNCC – a especialista da educação básica está aqui, que é a Profa. Roberta Guedes, ela tem muito mais propriedade para falar do que eu sobre isso –, mas o que acontece? A gente não dá um ensino religioso aqui, não é catequese, isso é importante a gente destacar. Então, não é a defesa da nossa convicção religiosa, da nossa fé, são outros valores e outros princípios e por isso que a gente traz como educação integral. Quando a gente fala educação humanizada, é porque a gente traz esses valores para o currículo, então, ao longo do currículo, a gente trabalha tudo isso.

Mas, para maiores explicações, a Profa. Roberta Guedes está aqui, pode abrir o microfone, Senadora, se tiver tempo ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Infelizmente – já ouvi Roberta falar em outras ocasiões, eu participo do fórum, assim como o Walisson –, porque a reunião da bancada já começou, inverteram a pauta para me aguardar. Eu peço a compreensão de todos vocês.

Mas quero dizer que foi muito importante para Comissão de Educação ter realizado esta audiência. Sei que o nosso Presidente Flávio Arns também está bastante de acordo com o que a gente debateu e estará, certamente, bem informado do relatório que será apresentado pela Secretaria da nossa Comissão.

Quero agradecer a presença de todos, de todas, agradecer o tempo também da realização e da preparação de uma pesquisa, o material que está sendo entregue aqui à mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Paulo Paim e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 103/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Promover o lançamento nacional da Campanha Mundial pela Educação Pública. **Participantes:** Sra. Manuela Mendonça, Membro do Conselho Executivo da Internacional da Educação (IE); Sra. Lorena Carvalho, Oficial de Projetos de Educação da UNESCO no Brasil; Sra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC; e Sr. Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/09

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de dezembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de promover o lançamento nacional da Campanha Mundial pela Educação Pública, em atenção ao Requerimento 103, de 2024, desta Comissão, de minha autoria e de autoria do Senador Flávio Arns, Presidente do Colegiado, que manda uma saudação para todos os presentes e para quem está também nos acompanhando remotamente.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados.

A Sra. Kátia Helena, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, neste ato representando o Ministro Camilo Santana. (*Palmas.*)

A Sra. Lorena Carvalho, Oficial de Projetos de Educação da Unesco no Brasil. (*Palmas.*)

O Sr. Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Coordenador do Fórum Nacional de Educação. (*Palmas.*)

Participará de forma remota a Sra. Manuela Mendonça, membro do Conselho Executivo da Internacional da Educação, que já está devidamente conectada.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados e interessadas, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado ou convidada poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem os seus comentários, e também leremos as perguntas que vierem pelo e-Cidadania.

Quero cumprimentar todas as entidades filiadas, ao longo da audiência nós vamos nominando a todas, entidades filiadas da CNTE que aqui estão presentes.

Então, passo a palavra, inicialmente, para a Profa. Kátia, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação.

A SRA. KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas. Muito obrigada pelo convite, Senadora; muito obrigada a todos os companheiros da CNTE, obrigada, Heleno, também pelo convite; obrigada, Lorena, pela parceria da Unesco sempre.

Como a gente vai ter uma interação remota e tem gente nos assistindo, peço permissão para fazer minha audiodescrição. Sou uma mulher preta, de cabelo crespo, Professora da Universidade Federal do Amazonas. Estou na missão aqui, nesse terceiro mandato do Presidente Lula, à frente da Secretaria de Educação básica. Uso óculos desenhadinho, estou com uma blusa amarela estampada, um batom vermelho sempre, para alegrar e colorir o mundo, especialmente o da educação básica brasileira.

O Ministro me pediu para vir pessoalmente, estar com vocês aqui hoje nesta audiência em defesa da escola pública e da educação pública, primeiro, porque isso é o que dá sentido também à nossa existência. Eu tenho insistido sempre, quando eu vou falar, o Heleno também – a gente tem estado junto tanto no Conselho Nacional de Educação como em diferentes frentes em que nós estamos atuando –, primeiro: nós estamos terminando esse segundo ano do terceiro mandato do Presidente Lula com a sensação de que nós estamos recolocando o diálogo pela educação pública socialmente e racialmente referenciada no seu devido lugar.

Nós tivemos, nos anos anteriores a 2023, uma série de desencontros, e a educação básica brasileira especialmente é conduzida pelos entes subnacionais – estados e municípios –, e a União tem um papel suplementar de apoiar, de articular, de incentivar e de ser o guardião de muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos. Isso só é possível fazer no diálogo, no diálogo democrático, no diálogo fraterno, olhando não só para as mazelas, mas também para a potência dos territórios. A gente precisou, então, reorganizar, recolocar o ministério de pé. Isso não foi uma coisa simples, porque nós não encontramos um Ministério da Educação, nós encontramos uma casa totalmente desestruturada, o ministério desacreditado. A gente precisou se reencontrar com este país, e isso a gente tentou fazer por meio de algumas iniciativas muito importantes.

A primeira coisa que a gente fez foi recuperar a noção de que a educação básica brasileira precisa ser pensada de modo sistêmico e em todas as suas dimensões, então, tornar a educação e a política de educação integral prioridade com o financiamento para a expansão das matrículas, mas não só, acho que reconceituar a política de educação integral, isso não tem sido uma coisa simples. Então, a gente foi ao encontro deste país, fizemos vários seminários nacionais com a participação de muitas lideranças, universidades e setores da sociedade, de todas as frentes, e junto com isso também fizemos o fomento, a ampliação de muitas matrículas.

Também retomamos, e tornamos de novo uma prioridade nesse ministério, a educação infantil, a Escola das Adolescências, com o fortalecimento... Primeiro, escutamos os adolescentes, os professores e os gestores do 6º ao 9º ano, criamos o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e o ministério também retomou o Pacto Nacional pela Alfabetização. Temos ainda 69 milhões de brasileiros que não concluíram a educação básica, e 11 milhões desses brasileiros são pessoas analfabetas. Acho que esse é um compromisso muito importante.

Também conduzimos, coordenamos, junto com a sociedade – e, dessa discussão participou a CNTE, participou o Consed, participou a Ubes, participou o Foncede –, e conseguimos, depois de uma ampla discussão no Congresso, recolocar a Política Nacional de Ensino Médio e, dentro dessa política, nós desenhamos o Pé de Meia.

Tudo isso é alvo de muita disputa dentro do país – a Senadora tem sido uma brigadora incansável – ainda. E acho que uma das grandes vozes que estão ao nosso lado, garantindo e nos fortalecendo é a própria voz do Presidente Lula, que diz que tudo o que a gente faz na educação não é custo, é investimento.

Ao mesmo tempo, a gente encontra, nas escolas brasileiras de educação pública, às vezes, muita frustração, seja de nossos professores, seja de estudantes, seja dos territórios. Isso talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja porque a gente se fez, como país, em cima de duas grandes doenças. Não era possível a gente dar certo, a gente nasce errado, porque a gente nasce, como uma tentativa de se organizar como país, em cima da colonização, institui uma pseudorepública no século XIX, negando a nossa diversidade, e se afirma, como nação, em cima de um mito de uma igualdade racial.

A primeira grande *fake news* que nós enfrentamos não é de agora, a primeira grande *fake news* é do século XIX, que são as teorias racialistas e que organizam o nosso pensamento até hoje – até hoje. Então, a gente foi colonizado em um país de 380 anos de escravização. Não tinha como a gente dar certo. A gente deu errado e agora, assumindo isso, é que a gente pode se recolocar no rumo.

Acho que não dá para a gente pensar que a gente vai conseguir fazer mudanças efetivas se a gente não enfrentar essas questões que são ontológicas, elas estão imersas na nossa Constituição brasileira, na nossa Constituição, como pessoas, como cidadãos e como sociedade.

Eu venho de 35 anos trabalhando na Amazônia, e até hoje a Amazônia é praticamente invisível para a gente. Ela só é reconhecida para a gente como um grande maciço verde, como se fosse uma grande reserva, um bioma para a humanidade. A gente não enxerga a potência daquele lugar, como se faz a educação embaixo das copas das árvores, nas margens dos rios, a lógica de populações e sociedades que não se pautam pela lógica urbana, industrial... Então, a gente tem muito a entender para se reposicionar e, enquanto a gente não enxergar isso, a gente vai disputar recursos em cima de uma lógica desenvolvimentista que não faz mais sentido, que está fadada ao fracasso.

Quero dizer, Senadora, Heleno e Lorena, que o nosso Governo está muito comprometido com a garantia de direitos. A gente está junto nessa luta, buscando mais recursos para a educação pública brasileira, mas, sobretudo, a gente está comprometido com a potência da diversidade, com o valor dos territórios, com o que se produz em cada realidade brasileira. Não somos um povo homogêneo, mas muitas das disputas que a gente faz são disputas para fortalecer a democracia. Isso a gente não pode perder de vista.

A gente precisa reconhecer as nossas fragilidades, e elas estão posicionadas no racismo, na misoginia, na homofobia, na hierarquização das regiões brasileiras. Se a gente não mudar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso modo de pensar, nós não nos faremos respeitar e não conseguiremos convencer o país de que a educação pública...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT – ... é a política mais importante deste país.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Kátia, pela abordagem ampla e que dá muito conta do esforço que não apenas o Governo, o Ministro, o ministério como um todo, mas, sobretudo, o Presidente Lula tem feito e declarado, sempre que pode, em relação à sua intencionalidade política para a educação. E obrigada pela observância disciplinadíssima do tempo.

Passo a palavra agora, em forma remota, para a Sra. Manuela Mendonça, membra do Conselho Executivo da Internacional da Educação.

A SRA. MANUELA MENDONÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia.

Em nome do Secretário-Geral da Internacional da Educação, que, por motivo de força maior, não pôde participar hoje nesta audiência, saúdo os membros do Senado e todas as pessoas presentes nesta audiência e agradeço a oportunidade de apresentar os principais eixos de uma campanha muito importante para a Internacional da Educação, que reclama mais investimentos públicos para a escola pública.

A Internacional da Educação é, de forma abreviada, a maior federação sindical setorial mundial, representando mais de 32 milhões de trabalhadores de educação em 178 países e territórios. Assumindo-se como uma voz do setor de educação em nível mundial, tem vindo a desenvolver iniciativas e campanhas em torno de uma série de prioridades, das quais destaco: proteger os sistemas públicos de ensino e os direitos dos profissionais da educação e dos estudantes dos efeitos negativos das crises políticas e econômicas e das políticas impostas pelas instituições financeiras internacionais; melhorar o estatuto das condições de trabalho dos professores, dos investigadores e outros profissionais da educação; enfrentar os ataques aos sindicatos da educação e aos seus membros, defendendo os direitos sindicais com direitos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadania; combater a erosão dos valores democráticos, as desigualdades, melhorar a igualdade de gênero, o racismo, a intolerância, a xenofobia, etc.; promover os direitos humanos, defender a paz.

Esta campanha "Fazemos a escola pública! Por mais investimento em educação" é uma campanha que tem a particularidade de reunir em si mesma outras campanhas da Internacional da Educação, e eu vou referir três: "Unidos por uma educação pública e de qualidade", que é uma campanha associada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, particularmente ao número quatro, que visa a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos; "Os alunos antes do lucro", que é uma campanha contra a privatização e a "venturização" da educação e políticas que pretendem transformar a educação num negócio, as escolas em empresas e os alunos em consumidores desse serviço, na justa medida do poder de compra de cada um; e, por último, "Educar pelo planeta", uma campanha que teve uma educação climática baseada na ciência, na ação climática e na justiça ambiental.

Por que a campanha mundial pela escola pública e investimento na educação é uma campanha que representa a maior relevância no momento atual? Porque, num mundo marcado por múltiplas crises, onde se cruzam problemas econômicos, ambientais, de saúde pública, geopolíticos, democráticos, em que assistimos ao aprofundamento das desigualdades, aos conflitos armados, à erosão de valores democráticos, à violação sistemática de direitos humanos, é fundamental assegurar o direito universal à educação como um direito humano básico e um bem comum, porque o direito à educação não é apenas mais um direito, é o direito potencializador de todos os outros direitos. Como lembrava o Secretário António Guterres, numa assembleia das Nações Unidas, a educação transforma vidas, economias e sociedades. Esta evidência e o seu alcance estratégico fazem com que a exigência de uma educação pública de qualidade para todos seja uma importante bandeira da luta sindical docente no Brasil e em todo o mundo. E este é também o elemento central desta campanha.

Uma outra grande preocupação é a crescente falta de professores qualificados. Segundo a Unesco, serão necessários 44 milhões de professores para alcançar a educação universal nos níveis primário e secundário em 2030. Como a IE ..... as causas da falta de professores tão conhecidas? Décadas de subinvestimento deixaram os professores sobrecarregados de tarefas, mal pagos e desvalorizados, o que tem levado muitos a abandonar a profissão e tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desencorajado os jovens a ingressar na carreira docente. Sem professores qualificados, os estudantes são privados do seu direito de aprender e de realizar o seu potencial. A escassez de professores aprofunda as desigualdades e impede o progresso social. Para o profissional da educação a solução é clara: aumentar o financiamento da educação pública e investir nos professores. Isso implica garantir condições de trabalho decentes, respeitar os professores e confiar no seu saber pedagógico, investir na sua formação e desenvolvimento profissional, envolver os sindicatos de professores na decisão política através do diálogo social.

É neste contexto que deve ser valorizada uma iniciativa recente do Secretário-Geral das Nações Unidas, que, para responder à alarmante falta de professores em nível mundial, criou o Painel de Alto Nível sobre a Profissão Docente. É a primeira iniciativa mundial para os professores desde a Recomendação de 1966. E estudamos a ideia, de fato, da urgência de trabalhar nesta área.

O painel elaborou 59 recomendações, divulgadas no final do mês de fevereiro, instando uma ação urgente aos governos para pôr fim à escassez de professores e garantir que a profissão docente seja valorizada e respeitada. Incluídas nestas recomendações, estão questões como o reconhecimento claro de que a falta de professores só será revertida se houver vontade política para resolver problemas como salários não competitivos, cargas de trabalho, cargas de trabalho incomportáveis, condições de trabalho inadequadas e práticas laborais precárias, e como a reafirmação da necessidade de um financiamento adequado e previsível do ensino público.

A minha opinião é que os professores e as suas organizações sejam chamados a participar no diálogo social e na negociação coletiva. Uma das recomendações visa à criação de uma comissão, com membros do Governo, dos sindicatos dos professores e outros parceiros educativos, para discutir as medidas específicas a serem tomadas no contexto concreto de cada país.

A IE reveste-se nessas recomendações, considera que elas fornecem um roteiro para construir sistemas educativos equitativos, de alta qualidade e sustentáveis em todo o mundo e, por isso, apela à sua implementação.

Essas recomendações estão também em linha com a campanha pela escola pública e investimento na educação, já que esta é uma campanha que está a unir educadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades em todo o mundo, instando governos, organizações intergovernamentais e instituições financeiras internacionais a financiarem plenamente os sistemas públicos de educação e a investir na proteção do setor.

A IE realizou recentemente o seu 10º Congresso Mundial, em Buenos Aires, e, nas muitas resoluções aprovadas, há uma mensagem recorrente e inequívoca: o financiamento público é essencial para alcançar uma educação de qualidade e para a valorização dos profissionais; é essencial para atrair e reter professores qualificados, para proporcionar salários competitivos e boas condições de trabalho a todos os profissionais de educação, para resolver as desigualdades educativas e garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade, para apoiar a investigação e a inovação por meio da educação, para garantir a segurança e a resiliência dos sistemas educativos face a conflitos, crises e alterações climáticas, para desenvolver e implementar programas essenciais como a educação para a ação climática e a educação para a paz.

Gostaria ainda de sublinhar três ou quatro questões.

Apostar na educação como um bem público implica nos opormos aos cortes orçamentários de austeridade, mas também à privatização da educação. A privatização enfraquece a educação pública. Em todo o mundo, há um movimento crescente para privatizar a educação por meio de escolas com fins lucrativos, sistemas de *vouchers* e a terceirização de responsabilidades públicas. Essas iniciativas não resolvem as desigualdades sistêmicas; pelo contrário, agravam-nas e ameaçam diretamente o direito fundamental à educação gratuita e de qualidade para todos. Na maioria dos casos, a privatização da educação também resulta na transferência de dinheiro público para as mãos privadas. Ora, o dinheiro público deve financiar a escola pública, porque é a escola pública que é de todos e para todos.

E, sabendo que os recursos são limitados, há que se questionar a definição de prioridades. Em 2023, os gastos militares globais ultrapassaram US$2 bilhões, um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior. Enquanto isso, os sistemas educativos lutam para garantir o financiamento mínimo para uma educação... sustentável.

Devo terminar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode se encaminhar para a conclusão, Professora.

A SRA. MANUELA MENDONÇA (*Por videoconferência.*) – Termino, então.

Chega de desculpas! A crise global de financiamento para uma educação pública não é resultado de falta de recursos, mas de políticas e prioridades erradas. Redirecionar recursos para a educação garantirá que cada aluno seja ensinado por um professor qualificado. O futuro das nossas crianças e das nossas sociedades depende disso.

Paulo Freire disse, um dia, que a educação não transforma o mundo, mas ela muda as pessoas, e as pessoas transformam o mundo. Cabe-nos assegurar às crianças e aos jovens, que um dia serão adultos, todas as condições para que possam construir um futuro melhor, com sociedades mais igualitárias, democracias mais fortes e um mundo mais pacífico.

E é para isso que estamos aqui.

Muito obrigada por vossa atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Manuela, por citar Paulo Freire e pelo destaque que foi dado em relação à educação como direito, como direito humano, ao financiamento público indispensável e às diversas formas que estão sendo utilizadas para a privatização da escola pública. Muito obrigada.

Passo agora a palavra para a Sra. Lorena Carvalho, Oficial de Projetos de Educação da Unesco, para seus dez minutos iniciais.

A SRA. LORENA CARVALHO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Discutir sobre educação pública é o mandato da Unesco. A Unesco entende educação como um direito humano, como um bem comum. E é a educação que traz a democracia, tão ameaçada em tantos lugares do mundo; é a educação que pode trazer a liberdade, tão ameaçada em tantos lugares do mundo; e é a educação que pode trazer o desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relatório de Monitoramento Global da Educação que a Unesco lançou agora em Fortaleza, no dia 31 de outubro, mostra que 110 milhões de crianças e jovens ingressaram na escola desde o ano de 2015, quando começaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Parece muito, mas, na última década, apenas 1% da população em idade escolar que estava fora da escola ingressou na escola. Então, parece muito, mas ainda é muito pouco, ainda há muito o que fazer. E a causa de tudo isso é o subinvestimento em educação.

Há mais crianças na escola do que nunca, e a taxa de conclusão também aumentou, o que é bom – sim, é bom. Desde 2015, 40 milhões de jovens concluíram ensino médio, quando começaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, a população fora da escola reduziu apenas 1%, como eu mencionei, o que significa que 250 milhões de jovens estão fora das escolas, jovens em idade escolar. Eu estou trazendo dados mundiais.

A disparidade regional é acentuada. Essa disparidade se reflete muito aqui no país também. A gente tem vários brasis aqui, a gente tem uma desigualdade muito grande, mas, se você pensa mundialmente, a disparidade do acesso à educação é enorme. Para você ter uma ideia, 33% de crianças e jovens em países de renda baixa estão fora da escola, enquanto, em países de renda alta, esse número é de apenas 3% – apenas não, porque não deveria estar ninguém fora da escola. Na comparação, quando você pensa, isso reflete o quê? Investimento. Mais da metade dos que estão fora da escola estão em países da África subsaariana. É cruel pensar nisso.

O financiamento da educação é um dos principais gargalos para que você tenha esse acesso garantido. A Unesco e o Banco Mundial têm um observatório de financiamento da educação, e dados de 2022 revelam que o obstáculo em ampliar o acesso à educação de qualidade em todo o mundo está na falta de financiamento. Países de renda média e baixa gastam cerca de US$55 por estudante, enquanto países de renda alta gastam em média US$8.543 dólares por estudante. Então, essa qualidade está diretamente relacionada ao grau de financiamento que esses países têm em educação. Mas há um peso muito grande relacionado às dívidas dos países. Eu trouxe esse dado de que a maioria está em países da África subsaariana, e você vê que esses países gastam em dívida tanto quanto investem em educação. Então, se a dívida deles puder ser amenizada, reduzida, sobrará mais dinheiro para investir em educação. E é com essa ideia que a Unesco lançou, nas reuniões que teve do G20 este ano, a proposta de trocar dívidas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento em educação. E esta é uma proposta que vem conquistando alguns países – trocar dívidas de países com baixa renda por investimento em educação.

A Unesco lançou também agora, nesta reunião que teve em Fortaleza na sequência do encerramento do G20, na reunião global de educação, uma reunião que reuniu mais de 50 ministros – no total de delegações de países, eram quase 90 países representados por seus ministros ou vice-ministros de educação – a Carta de Fortaleza, que está no *site* da Unesco, publicada já em português. Essa carta faz um apelo para priorizar a educação como a alavanca fundamental para futuros mais justos e sustentáveis e pede abordagens educacionais renovadas. Nesse mundo de hoje, a educação precisa ser repensada. A gente precisa inovar na educação. Ela precisa ser adequada aos tempos de hoje. A escola precisa ser interessante para o estudante, precisa ter significado para o aprendizado, para que ele busque o aprendizado. Então, é para os tempos de hoje e os desafios que a gente tem presentes. A gente tem o desafio de mudança climática, e a educação para mudança climática precisa ser pensada. A educação para paz, uma educação contra o discurso de ódio e discriminação, uma educação que promova a igualdade de gênero. Meninas estão mais suscetíveis a estarem fora de escolas. Em situação de país de guerra ou na hora em que tem um desastre natural, as meninas são as primeiras a serem retiradas da escola. E essa igualdade de gênero precisa ser pensada na educação e para educação. O contexto de subinvestimento na educação, especialmente em países de renda baixa, precisa ser combatido. E a proposta da Unesco é essa troca de dívidas.

E a Unesco reforça: a educação é um bem comum, é um direito de todos e é uma questão de justiça social.

A Secretária Kátia mencionou que a gente é um país heterogêneo. E, no dia em que a gente reconhecer que essa diversidade é a nossa maior riqueza, a gente dará um salto enorme.

Obrigada.

A Unesco apoia a educação pública de qualidade para todos. E todos cabem nesse "todos"! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem, Lorena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A carta final do G20 é realmente muito desafiadora. Essa questão da troca de pagamento de dívida por investimento em educação é um dos pontos de equalização que a gente espera que seja também cumprido pelos diversos países.

O nosso último orador da mesa é o nosso Prof. Heleno Araújo, Presidente da CNTE e Coordenador do Fórum Nacional de Educação, a quem eu passo a palavra para seus dez minutos iniciais.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Bom dia, companheiras, companheiros e todas as entidades filiadas à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) – Casa cheia de presentes aqui –; bom dia a todas as pessoas que também nos acompanham de forma remota.

Quero saudar a Senadora Teresa Leitão e todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham também de forma remota, a Secretária Kátia; a Sra. Lorena, da Unesco; e a minha companheira de direção da Internacional da Educação, a companheira Manuela Mendonça, aqui representando nosso Secretário-Geral David.

Trago aqui a saudação e o agradecimento da nossa CNTE, da nossa confederação, ao Senador Flávio Arns e à Senadora Teresa Leitão por acolherem este momento de lançamento, aqui no Brasil, da campanha mundial da Internacional da Educação. Trago também a saudação da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa e reforço também a saudação da Internacional da Educação, já feita aqui pela nossa companheira Manuela.

Esta audiência foi escolhida para esta semana, foi escolhida para este dia, porque ela está dentro do contexto do Dia Mundial dos Direitos Humanos, que vivenciamos amanhã. Então, a semana é de mobilização pelos direitos humanos em todo o mundo por parte das nossas entidades envolvidas e está no nosso calendário de lutas, de todas elas.

O Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que amanhã completa 76 anos de existência, traz, entre as suas premissas, que todas as pessoas têm direito à educação. Então, a nossa luta pelo direito à educação vai até que todas as pessoas, de fato, tenham acesso, permanência e consigam concluir os seus estudos. E traz também essa premissa de que a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz, aqui também já afirmada pelas falas anteriores.

Na publicação *Direito Humano à Educação*, da Plataforma Dhesca Brasil e da Ação Educativa, encontramos a seguinte afirmação, que também já foi dita aqui e quero reafirmar: "[...] a educação é um bem público da sociedade, na medida em que possibilita o acesso aos demais direitos" para os seres humanos. Então, ela não pode ser regrada pelo mercado; é um direito humano que deve ser respeitado profundamente.

Por isso, esta audiência pública, além do contexto dos direitos humanos, traz também, como primeira atividade, a campanha nacional, lançada pela CNTE, Não Venda a Minha Escola (*Palmas.*) que se insere na campanha mundial da Internacional da Educação para a educação pública e mais investimentos. Então, esse elemento é importante. Por isso que todas as nossas entidades filiadas estão aqui representadas, porque nós lutamos diariamente para garantir esse direito como um dever do Estado e um direito de cada cidadão e de cada cidadã. Por isso, nós repudiamos todos os processos de mercantilização e privatização da escola pública – todas as nossas entidades.

Mas quero destacar aqui algumas, devido ao tempo.

A APP-Sindicato, lá do Paraná, se posiciona contrariamente ao projeto que transfere recursos públicos para as empresas sem qualquer possibilidade de controle sobre sua aplicação. O Governo do Ratinho Júnior, Governador do Paraná, está na contramão do direito à educação para todas as pessoas. Logo, o Governador do Paraná ataca um dos direitos humanos fundamentais que é a educação. Por isso, gritamos em alto e bom som: Governador Ratinho Júnior, não venda a minha escola!

No Estado de São Paulo, a Apeoesp, na luta contra a privatização da escola pública, denuncia: "Vergonha! Deputados [e Deputadas] governistas votam pelo desmonte da educação pública e aprovam [...] [mudança na Constituição Estadual de São Paulo]", que visa confiscar R$10 bilhões anuais da educação pública para os empresários, para o setor privado. O Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, coloca na Bolsa de Valores de São Paulo os lotes de escolas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para leilão. Então, Governador Tarcísio de Freitas, educação não é mercadoria. Sua atitude ataca o direito humano à educação. Por isso, não venda a minha escola.

No Estado de Minas Gerais, o Sind-Ute e os movimentos estudantis mantêm a luta contra o Projeto Somar, que visa entregar nossas escolas públicas à gestão privada de interesses empresariais, o que representa um retrocesso no direito humano à educação como dever do Estado. Por isso, Governador Zema, pare de atacar a escola pública. Não venda a minha escola.

O Cpers, lá no Rio Grande do Sul, luta e denuncia: privatização de escola pública está entre as péssimas ações do Governador Eduardo Leite. A forma de privatizar a escola pública no Rio Grande do Sul é a mesma receita dessa direita que tira direitos do povo brasileiro. O projeto compreende a concessão administrativa para a realização de obras de reformas, ampliações e manutenções em 99 escolas públicas. Tentam enganar o povo, dizendo que o pedagógico vai continuar com os professores, mas sabemos que isso também é enganação. Por isso, é importante manter a escola pública na gestão pública e não na gestão privada. Por isso, Governador Eduardo Leite, estamos dizendo: pare de enganar o povo. Privatizar a escola pública é uma das formas de atacar o direito humano à educação. Então, Eduardo Leite, não venda a minha escola.

É importante o que estamos afirmando aqui, principalmente para quem acompanha a TV Senado e vai acompanhar esta audiência pública, que está sendo acompanhada, filmada e é reprisada na TV Senado. É importante que a gente divulgue isso para que as pessoas assistam, porque a população tem que entender o que está acontecendo. Vivenciar a democracia significa conhecer todos os lados das posições e tomar uma decisão. Nós não somos contra a decisão que cada pessoa toma, mas é necessário que ela esteja informada de toda a situação.

E, no Paraná, o Ratinho Júnior botou a polícia para tirar o sindicato do debate sobre definir se quer ou não esse projeto, portanto tirando a possibilidade do contraditório, tirando a possibilidade de a comunidade escolar conhecer os fatos para poder tomar a decisão mais precisa. Então, são essas atitudes que nós denunciamos e repudiamos em todo o país com relação a esse processo de privatização das nossas escolas.

Por isso, é importante que a comunidade escolar, os nossos estudantes, pais, mães, a população que não tem filho na escola pública entendam que o significado de privatização é "a prática na qual uma empresa ou instituição pública é vendida ao setor privado. Nesse caso, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado deixa de gerir a entidade, passando-a para uma empresa privada". E aí eles vão tentar enganar a população: "Nós não estamos privatizando, estamos fazendo uma concessão de 25 anos para fazer a gestão daquela escola pública. Isso não quer dizer que eu estou privatizando". Então, é importante que se entenda isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Porque público significa "relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade; [...] ao governo de um país, estado, cidade [...]; o que pertence a [...] [todas as pessoas]". Então, é isso que nós queremos.

Quando afirmamos aqui, nas diversas falas, a importância da educação para todas as pessoas, ela se dá no espaço do direito, e não da mercadoria, e não do lucro a que essas empresas visam. O que faz uma empresa que constrói cemitérios e administra cemitérios no Estado de São Paulo agora querer administrar a escola? É a morte da educação pública que eles querem simbolizar de forma firme nesse processo?

Por isso que é importante manter o legado do nosso patrono da educação brasileira, Paulo Freire, quando ele diz que precisamos juntar todas as pessoas que estão dentro da escola e ao redor da escola, para que possamos, juntos e juntas, tomar em nossas mãos os rumos democráticos da escola e do país. Então, o patrono da educação brasileira deixa esse legado para a gente fazer referência, junto com o novo patrono da educação pública, da escola pública em nosso país, que é o cidadão Anísio Teixeira, que foi o educador brasileiro que defendeu uma educação pública, gratuita e laica. Ele acreditava que a educação deveria ser um direito de todas as pessoas e atuou, durante grande parte da sua vida, desenvolvendo projetos na gestão pública da educação. Por isso, nós estamos aqui para exigir o respeito ao patrono da educação brasileira, ao patrono da escola pública brasileira, à comunidade escolar.

Não venda a minha escola! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Heleno, não apenas pela abordagem, mas sobretudo pela convocação que faz, não apenas às entidades filiadas à educação, à CNTE, mas, como Coordenador do fórum, a outras entidades também que se fazem aqui presentes. Essa luta não é uma luta corporativa; é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma luta da sociedade. E nós precisamos englobar todos os segmentos, todos os setores, nessa luta.

A nossa Constituição é bem instruída ao estabelecer que:

> Art. 205. A educação, direito de todos [e de todas] e dever do Estado e da família, [...] [deve ser] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essa inscrição constitucional representa um marco civilizatório avançado, com o horizonte estratégico de elevar a educação à política de Estado e a direito humano fundamental. Falamos, portanto, de um direito humano universal cuja realização desafia o nosso país e o nosso planeta, nos marcos da nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos, que amanhã, 10 de dezembro, chega aos seus 76 anos, como instrumento inspirador e marco para a exigibilidade – para as exigências que a gente faz na vida – de direitos humanos e de garantias.

Precisamos construir e consolidar ainda uma vontade política que, de fato, priorize a educação, aumente o seu financiamento e invista, forte e decisivamente, nos nossos profissionais de educação. Governos precisam, invariavelmente, investir cada vez mais equitativamente na educação.

Acho que as palavras aqui ditas pelos nossos expositores revelam, de maneira complementar, com muita coerência de abordagem, cada um a seu modo, o que está preconizado, seja na Constituição, seja na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em nosso momento de debate em defesa da escola pública e de qualidade para todos, nós pretendemos, sim, fortalecer a campanha Não Venda a Minha Escola, contra a privatização da rede pública nos estados, levada à prática de várias maneiras, como foi dito aqui, seja com privatização da gestão, seja com concessão de *vouchers*, seja com terceirizações exacerbadas de contratações temporárias, de várias maneiras que prejudicam, sem sombra de dúvida, a essência da gestão pública, do patrimônio público que é a escola – muitas vezes é o único equipamento cultural em uma comunidade –, que precisa de fato ser preservada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, estamos aqui para atualizar os vários esforços de mobilização, em nível local, nacional, regional e global, em relação aos compromissos legais com o financiamento educacional justo e necessário, para implementar as várias recomendações nacionais e globais voltadas à garantia do direito de cada estudante e de cada profissional da educação a um ambiente de aprendizagem de qualidade, democrático e inclusivo.

Agradecemos a escolha da Comissão de Educação do Senado da República como espaço de lançamento dessa campanha no Brasil, esperando que a luta mundial pela escola pública ganhe força e se concretize.

Não podemos de forma nenhuma desanimar. Vale uma velha palavra de ordem que a gente sempre diz no limiar de um momento difícil, como o que a gente está vivendo hoje: a luta continua e é por ela que a gente vai ser vitorioso e vitoriosa. (*Palmas.*)

Não havendo nenhum Senador inscrito, eu vou passar a palavra para quatro representantes de instituições que já se inscreveram, não por acaso citadas na fala de Heleno, por três minutos. Depois eu lerei as perguntas do e-Cidadania, e a palavra será devolvida para os nossos palestrantes, expositores.

Então, pela ordem, eu vou chamar Walkiria, da APP-Sindicato, do Paraná; depois Fábio Moraes, do Apeoesp, de São Paulo; depois Luiz Fernando, do Sind-Ute, de Minas Gerais; e depois a Helenir, do Cpers, do Rio Grande do Sul.

Podem falar do lugar, porque fica mais fácil o acesso ao microfone, certo?

Então, primeiro, da APP, do Paraná, Walkiria.

A SRA. WALKIRIA OLEGÁRIO MAZETO (Para expor.) – Bom dia à Senadora, ao Heleno Araújo.

Quero cumprimentar também a Profa. Kátia, aqui representando o MEC; a Lorena, da Unesco; todos os companheiros e companheiras das demais entidades aqui representadas; e aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pelos meios de comunicação aqui disponibilizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Heleno já fez, ali na fala dele, a denúncia inicial do que temos vivenciado no Estado do Paraná. Acho que esta audiência pública é muito feliz em poder ter esse espaço para o debate, principalmente numa campanha nacional e internacional lançada pela Internacional da Educação de mais recursos para a escola pública. E acho que a fala das três meninas e do Heleno, que estão à mesa, corroboraram com esta campanha internacional sobre a necessidade de mais investimentos na educação pública, para que possamos superar os desafios internacionais e, aqui no Brasil, os desafios regionais que nós ainda temos de investimentos, muito bem marcados na fala da Kátia e na fala da Lorena.

Mas qual é a preocupação que nos traz aqui? O modelo educacional desenhado na fala tanto da Profa. Kátia quanto da Lorena não corresponde ao modelo educacional que está em disputa hoje neste país, como também internacionalmente. Por isso, a Internacional da Educação também tem constituído campanhas de financiamento público para a escola pública.

Nós, no Paraná, estamos vivenciando a venda de 177 escolas neste exato momento. Hoje nós estamos com o terceiro dia de votação nas escolas para consultar as comunidades escolares se elas aceitam ou não aderir a um programa que passa a gestão das escolas e todo o recurso público para empresas que foram credenciadas pelo estado. A empresa que ficou em primeiro lugar é simplesmente a que tem, como maior acionista, o Jorge Lemann.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. WALKIRIA OLEGÁRIO MAZETO – Então, nós estamos lá enfrentando a privatização da educação sem a possibilidade de os pais votarem, porque são os pais que a secretaria selecionou; estudantes de 16 anos, que é a maioria do nosso público, estão proibidos de votar; e nós hoje amanhecemos, nas 177 escolas, com a polícia na porta para nos tirar e tirar nosso material e nossa posição.

Então, há um preço muito alto de acesso a esse financiamento que nós estamos aqui pleiteando. Nós queremos mais recursos, sim, para a educação, mas queremos que ele fique na escola pública, para que esse projeto desenhado aqui – da intencionalidade ou do objetivo geral, do que serve e para quem serve a escola pública – seja alcançado. Que esse dinheiro não vire lucro no bolso já de grandes empresários que dominam o mercado em várias áreas, mas que, sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. WALKIRIA OLEGÁRIO MAZETO – ... seja investido na educação pública de qualidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Walkiria.

Fica a denúncia desse absurdo para o Brasil, lembrando um pequeno detalhe – que não é pequeno –: quem ganhou a licitação quebrou as Americanas.

Próximo inscrito. Passo a palavra agora para Fábio Moraes, da Apeoesp.

O SR. FÁBIO SANTOS DE MORAES (Para expor.) – Bom dia, Senadora. É um prazer estar aqui nesta audiência pública, neste dia tão importante e significativo, Senadora Teresa – tive a honra de encontrá-la na Conae –; Lorena; Kátia; Presidente da nossa confederação, Heleno; e Manuela, que falou aqui pela Internacional da Educação. Faço uma saudação para todo mundo.

Gostaria de dizer onde nós estamos, a situação do Estado de São Paulo. Nós vivemos uma situação no Estado de São Paulo, o estado mais rico do país, onde a maioria dos professores e professoras são contratados com contratos temporários agressivos, sem direito; onde os aposentados são desrespeitados, foram confiscados – e o recurso não foi devolvido –; onde nós não temos, Senadora, um atendimento de saúde digno para os servidores e para as servidoras. Nós vivemos o sistema mais autoritário da história da educação de São Paulo, com uma plataformização horrorosa, absurda e cara, que ninguém suporta mais – nem estudantes, nem pais, nem profissionais da educação.

Enfrentamos, há pouco, a retirada de R$10 bilhões da educação. Nós estivemos por um ano lutando na Assembleia Legislativa, junto com a nossa Segunda Presidenta, a Professora Bebel, que hoje, orgulhosamente, é uma Deputada que defende a educação lá na Assembleia Legislativa. Um ano! E os Deputados votaram pela retirada de R$10 bilhões da educação de São Paulo. E enfrentamos agora, Heleno, algo que é surreal para nós, porque estamos acostumados a fazer as nossas manifestações na Paulista, a gente faz na Assembleia Legislativa, na Praça da República, mas nós tivemos que ir para frente da Bolsa de Valores, num dia triste. E o Governo Tarcísio colocou a tropa de choque para defender o mercado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO SANTOS DE MORAES – ... para que nós, trabalhadores e estudantes, não atrapalhássemos a vitória da entrega do patrimônio público da educação pública. No dia, Fátima, chuvoso, nós enfrentamos a chuva e apanhamos da tropa de choque para defender a educação pública. Eles fecharam, Senadora, o centro financeiro de São Paulo para cometer esse crime contra a educação pública do Estado de São Paulo, da privatização de 33 escolas neste modelo – neste modelo, são 33 escolas. Vejam, o primeiro lote de 17 escolas vai gerar um lucro, um total de recebimento de mais de R$3,5 bilhões para uma empresa que já administra os cemitérios e já é reprovada publicamente. Já tem apontamento da Engeform no Tribunal de Contas do Município, já tem apontamento no Supremo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO SANTOS DE MORAES – Esta empresa vai assumir 17 escolas com mais de R$3 bilhões. Não contente, foi para um segundo lote de R$3,2 bilhões – uma empresa que não tem nem sede em São Paulo. Então, usaram o nosso recurso para gerar lucro para o setor privado.

E agora também temos que enfrentar mais 143 escolas que estão num outro modelo, da capital. E nós vamos lá para a Bolsa de Valores, porque nós acreditamos na educação e vamos defender a escola pública de qualidade. Como diz Paulo Freire, nós vamos esperançar. Sabemos que não é fácil, porque eles têm a Assembleia Legislativa, têm o Governo do Estado de São Paulo... Nós conseguimos uma liminar. Derrubaram a liminar, mas vão nos enfrentar na rua, em nome de escola pública de qualidade, com profissionais valorizados. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Fábio.

Esse modelo paulatino é tão perigoso quanto um geral, de uma vez só, porque ele vai gerando força. Hoje são 17; amanhã são 36; depois de amanhã, são mais 100. Isso é uma forma realmente de convencimento utilizada pelos privatistas. Muito perigosa, muito perigosa. E uma empresa falida, que administra cemitérios, administrar escolas é de matar, é de morrer.

O terceiro inscrito é o nosso companheiro Luiz Fernando, do Sind-UTE, de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia! Queria cumprimentar a Senadora Teresa Leitão; a representante do MEC, Kátia; Lorena, pela Unesco; o nosso Presidente da CNTE, Heleno.

Bem, o pensamento subjacente lá do Governador de Minas Gerais não é diferente dos demais: é um pensamento privatista. Ele, desde quando chegou, implantou a sua lógica privatista, entregando todas as estatais. E, se ele faz isso com as estatais, com a saúde e com a educação não seria diferente. A saúde enfrenta isso. E, mais precisamente, especificamente na educação, o Governador de Minas implantou um projeto que tem um nome muito bonito, Somar, mas somar não soma nada para a educação, subtrai. E é por onde ele faz a entrada de organizações sociais, organizações da sociedade civil, para fazer a gestão da escola, contratação de mão de obra, gerenciamento da merenda, tudo.

Nós tivemos esse impacto a partir de três escolas, em 2022. E a primeira coisa que aconteceu nas escolas foi a ausência de diálogo. Comunidade escolar não soube, gestão da escola não soube, coletivo não soube. Souberam, na verdade, no dia em que elas foram privatizadas. E, quando isso aconteceu, o salário... o piso nacional já não é mais pago para as pessoas que são contratadas pelas organizações sociais. Na lógica da privatização, o professor chega a receber em torno de 57% a 60% do salário de um professor da rede, contratado diretamente pela rede. Há adoecimento, corte na alta, alta rotatividade. Nós temos redes onde tem a privatização que, nas turmas de alfabetização, passam, ao longo do ano, sete professores. Não há projeto de alfabetização, projeto de ensino que se concretize com uma alta rotatividade. E, por óbvio, aqueles trabalhadores que ficam adoecidos não retornam para o trabalho e não são mais absorvidos pela rede pública, nem sequer pelas organizações sociais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA – A primeira organização social que chega a Minas chama-se Ceteb, veio da Bahia e acumula inúmeras ações trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho. É isso que acontece em Minas, é isso que o Governador Romeu Zema faz, tenta fazer com a educação em Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o edital deste ano, que privatizaria toda a rede pública, só foi suspenso graças ao trabalho do Sind-UTE e da nossa Deputada Estadual Profa. Beatriz Cerqueira. Mas Zema caminha com a privatização a todo vapor em Minas Gerais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Luiz Fernando.

Antes de ouvir o Cpers, só há uma observação que eu quero fazer. Prestem atenção: não sei se vamos ter a quarta, mas as três entidades citadas, que ganharam licitações nos estados, são entidades com problemas sérios. Não tem uma dessas que esteja totalmente isenta ou totalmente, vamos dizer assim, limpa de processos. A Lemann, todo mundo sabe, foi notícia internacional. E há esta que administra cemitérios em São Paulo e esta de Minas Gerais, que tem inúmeros processos trabalhistas contra si. Então, vejam o nível também. Além do mérito da questão, as entidades envolvidas não garantem minimamente, nem na perspectiva da privatização, uma qualidade nos seus serviços.

Vamos ouvir agora, Helenir, do Cpers, do Rio Grande do Sul.

A SRA. HELENIR AGUIAR SCHÜRER (Para expor.) – Bom dia, Senadora Teresa. É um prazer estar aqui. Depois de uma longa caminhada em defesa da educação, é muito bom estar aqui.

Deixe-me botar os óculos para enxergar longe.

Lorena, Kátia, meu Presidente Heleno, de tudo o que a gente ouve nas defesas e nas falas de vocês, quando a gente se reporta ao Rio Grande do Sul, parece que está tudo ao contrário.

Lá no Rio Grande do Sul, mais de 54% dos professores hoje são contratos emergenciais. E a isso a gente tem que se atentar, porque o contratado tem uma espada sobre sua cabeça. E é muito difícil a gente trazê-los para a luta, porque é: "Ou tu vais para a luta, ou é a tua exoneração". Então, este momento, acho que para todas as entidades que sofrem isso, não ajuda na nossa mobilização. Então, o Governo pensa em longo prazo.

Lá no Rio Grande do Sul, o Governador fez decreto pelas PPPs, e ainda nós não sabemos quem serão, porque será em fevereiro que serão colocadas no leilão, podendo também ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas estrangeiras – não precisa ser só do Brasil. São 99 escolas, 25 anos, R$4,8 bilhões para essas empresas.

Este projeto, o Governo disse que era um projeto para ajudar na reconstrução do Rio Grande do Sul depois de enchente; mas, pasmem, não tem nenhuma escola que foi atingida pela enchente dentro das 99. Nós temos escolas em espaços muito bons nas cidades. A questão imobiliária tem um olhar muito carinhoso para os espaços dessas escolas, o que nos preocupa muito.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENIR AGUIAR SCHÜRER – Eles querem... Hoje dizem que é só administração, mas está aberto para as empresas que podem terceirizar toda a questão da alimentação e da manutenção. E é óbvio que a gente sabe que, no futuro, vão dizer: "O pedagógico também".

Enquanto isso, eu quero aproveitar aqui para fazer uma denúncia, Senadora, do suicídio que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Quinta-feira, uma diretora de escola na cidade de Caxias se suicidou dentro da escola, pela desvalorização, pelo excesso de trabalho e pela perseguição, inclusive, a qualquer atitude de rebeldia pelo que o Governo nos impõe.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENIR AGUIAR SCHÜRER – Mas a gente quer dizer que, assim como vencemos as enchentes, a gente não vai desistir da defesa da nossa escola pública.

Por isso, Eduardo Leite, não venda a minha escola. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Helenir.

Esta é uma das dramáticas consequências desse processo de insegurança: o adoecimento mental, além do estresse. A CNTE sabe, porque já pesquisou isso e já detectou o *burnout,* que hoje ganha novos contornos. A pesquisa da CNTE é de 1995, salvo engano meu. E hoje a gente vê novos contornos do adoecimento mental.

Antes de voltar a palavra para os nossos expositores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há esses quatro estados, onde a gente sabe que a situação é mais dramática, mas a gente sabe também que outros estados do Brasil estão flertando com esses movimentos. Quanto à questão da terceirização e dos contratos temporários, o MEC mesmo já tem um estudo visando a alguma medida que a gente possa fazer nessa direção.

Então, vou fazer aqui as perguntas que vieram pelo e-Cidadania. Vocês podem ficar à vontade para responder uma ou outra e fazer as considerações finais depois delas.

João, de Sergipe: "Os professores são agentes fundamentais para o sucesso da campanha. Quais serão as estratégias adotadas para a valorização dos professores?".

Paulo, de Goiás: "Como garantir mais recursos para a educação básica, especialmente em regiões mais carentes?".

Aldanete, da Bahia: "Quais [são] as propostas para garantir uma educação inclusiva nos espaços de ensino superior?".

Fábio, do Rio Grande do Sul: "Ainda hoje, o grande problema são vagas nas escolas. Muitas vezes, não há vagas nos colégios próximos à residência. Qual a solução?".

André, do Ceará: "Como promover formações específicas para cada grupo de profissionais da escola para que cada um dentro de sua função consiga ser inclusivo?".

Francisco, de Pernambuco: "Quais são as estratégias específicas para combater o analfabetismo funcional e a evasão escolar nas regiões mais desfavorecidas do Brasil?".

Andreia, do Rio de Janeiro: "O que essa campanha poderá fazer diante da crescente tentativa de desmonte do ensino público e das iniciativas privatistas?".

E temos dois comentários.

Um de Jefferson, da Bahia: "[...] A educação é o meio [...] [pelo qual] se constrói o futuro de uma grande nação".

E Luciana, do Rio de Janeiro: "As poucas escolas localizadas em comunidades e periferias não têm aulas [durante] a maior parte do ano letivo. Professores(as) [também] se sentem inseguros!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela participação de todos os recantos do Brasil.

Eu volto agora, por cinco minutos, mais ou menos... Não se aperreiem com esse toque, porque ele é muito alto, mas é automático, viu? Ele é um pouco estridente, mas é automático. Ele toca quando falta um minuto para o fim do tempo previsto. Aí a gente vai administrando.

Então, volto a palavra inicialmente para a Profa. Kátia, Secretária de Educação Básica.

A SRA. KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT (Para expor.) – Primeiro, eu queria, em nome do Ministério da Educação, agradecer, mais uma vez, a possibilidade de a gente estar aqui nesse diálogo, cara a cara, e ouvir, de modo muito contundente e até mesmo emocionado, sobre os desafios da educação pública, especialmente da educação básica gerida pelos estados brasileiros.

Mas eu volto a insistir no ponto inicial: essas questões não estão isoladas de um projeto nosso de nação. A gente atravessa ciclos, mas a gente ainda não conseguiu verdadeiramente mexer na estrutura brasileira. Então, vez por outra, a gente vai sofrer esses ataques. Eu acho que é muito importante essa articulação, inclusive internacional, para se manter alerta e não aceitar passivamente esse estado de coisas, sabe? Seja em Minas, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, na Amazônia...

E eu cumprimento muito o gabinete da Senadora Teresa Leitão e a Comissão de Educação por estarem alerta e ao lado do movimento sindical, dos professores brasileiros. Eu acho que o ministério vem discutindo a situação dos professores. O Ministro e o Presidente Lula pretendem lançar em breve uma política que eles estão chamando de Mais Professores. Isso não está exatamente direcionado ao trabalho que a gente vem fazendo na educação básica, eu acho que tem uma interface muito grande com o ensino superior, mas tem uma interface muito grande com essa articulação do movimento sindical e, sobretudo, das perspectivas em relação à existência desse sujeito social que é o professor. Então, ele não está isolado.

Eu também sou uma professora, uma professora universitária, e o que acontece nas escolas também não é diferente do que acontece nas universidades públicas brasileiras. Acho que a gente tem todas essas iniciativas, como disse a Senadora, mesmo as pontuais, como importantes alertas. Elas, às vezes, estão aparecendo como experiências e talvez possam acabar culminando cm um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo para o qual a gente precisa, de fato, estar atento, no sentido de se ele está pensando mesmo na qualidade da educação ou se é uma tentativa de desvirtuar a função da escola pública.

Como uma mulher preta e do Norte, eu sigo dizendo que, do meu lugar de fala, acho que a gente ainda tem muito para enfrentar, mesmo dentro das nossas iniciativas.

Sobre o combate ao analfabetismo, eu disse que a gente, desde o início, está muito comprometido com a questão da alfabetização das crianças, mas o ministério lançou, coordenado pela Secadi, um pacto nacional pelo combate ao analfabetismo, com a participação de muitas entidades e setores da sociedade que estão envolvidos nisso. Acho que cada um, cada uma de nós tem que estar envolvido nisso.

E, no combate à evasão, especialmente para a juventude brasileira, a gente lançou o Pé-de-Meia. Talvez essa seja uma política inspirada no Bolsa Família, mas não é um programa de distribuição de renda; é um programa para a garantia do direito de a juventude estar na escola. Mas o alerta que a gente está tendo é que essa juventude é a juventude mais invisibilizada, mais vulnerabilizada, que está nesses territórios onde os professores... Inclusive, essa última manifestação sobre a segurança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT – Nós temos hoje um debate no Brasil voltado para essas sociedades paralelas ligadas ao narcotráfico, que estão também tensionando muitos territórios, impedindo que escolas sejam abertas. Hoje, está tendo uma operação na favela da Maré, no Rio de Janeiro, acho que vocês estão acompanhando. O Rio de Janeiro amanheceu hoje sob um ataque, com a Linha Amarela e a Linha Vermelha fechadas em algumas partes e várias escolas fechadas. Então, existem debates que estão tensionando o Brasil em diferentes matizes.

De todo modo, Senadora, o Ministério da Educação está comprometido em estar ao lado e em acolher sempre. Em tudo que a gente tem tentado fazer, a gente tem tentado se manter numa escuta atenta, num diálogo permanente para levantar as políticas em cima de consensos possíveis, mas ao lado, de fato, da garantia dos direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E afirmamos sempre que a gente está comprometido com uma educação pública, socialmente referenciada, racialmente referenciada e territorialmente significativa.

Muito obrigada pelo convite. Muito obrigada à CNTE, muito obrigada à Internacional da Educação. Vamos juntos. A luta continua para todos nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Secretária Kátia.

Eu quero dar um testemunho: sempre que a Comissão de Educação convoca o MEC, nós temos uma presença garantida, seja do próprio Ministro, seja de alguma das secretarias. Sempre que defendemos e debatemos a educação básica, Kátia está presente, bem como Zara, de acordo com o tema, é uma presença garantida. E isso é muito importante, porque estimula e assegura o debate.

Muito obrigada, Secretária.

Passo a palavra agora para a Sra. Manuela Mendonça, da IE, que está remotamente e vai entrar de novo.

A SRA. MANUELA MENDONÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, eu aproveito este momento para agradecer, na pessoa da Senadora Teresa Leitão, a oportunidade de estar aqui hoje. Devo dizer que foi um privilégio para mim como representante da Internacional da Educação, mas também como alguém que fala português e está do outro lado do Atlântico: foi um privilégio estar aqui e poder ouvir todos os oradores. Quero cumprimentá-los, cada um e cada uma, pela contribuição que trouxeram para esta discussão, que é de fato fulcral.

E gostava apenas de abordar duas questões, uma delas para responder a uma das perguntas que foi colocada, que é como garantir mais recursos para a educação básica. E sobre isso, uma das questões que não foi tão referida, mas que eu penso que é muito importante, porque, quando se fala de investir na educação, diz-se sempre que os recursos são limitados... Quero chamar a atenção para a questão de injustiça fiscal, porque o Brasil, como muitos outros países, perde uma receita pública substancial devido a abusos fiscais, à evasão fiscal, a aparelhamentos fiscais. E isso quer dizer que perde um dinheiro que é fundamental para poder depois investir apropriadamente nos serviços públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Rede de Justiça Fiscal estima que atualmente US$480 milhões são perdidos globalmente para abusos fiscais. Ora, bastaria redirecionar 20% destes fundos: se conseguissem recuperar 20% destes fundos, isso daria para ampliar o acesso à educação, criar milhões de vagas para professores, melhorar os salários e as condições de trabalho. Portanto, essa questão das reformas fiscais é uma questão fundamental. A Internacional da Educação tem chamado atenção para isso, e alguma coisa tem que ser feita em nível transnacional – não pode um país sozinho fazer isso, mas há, seguramente, aqui caminho para fazer nesta área.

Depois há uma outra questão... E devo dizer que fiquei até um pouco chocada com as informações que vêm do Brasil sobre essa questão da privatização, porque sabemos sempre que a situação é má, mas eu acho que isso tem aqui dimensões de escândalo, pelo que foi reportado por alguns dos presentes, porque, de fato, quanto mais dinheiro for para o setor privado, seja por que medida for, mais desprotegida fica a educação pública, justamente, como eu dizia, porque os nossos recursos não são ilimitados.

Mas eu queria felicitar o CNTE por esta campanha. Eu creio que é uma campanha muito impactante. A imagem é muito boa, a mensagem é muito boa: Não Vendo a Minha Escola! Isso coloca a questão em cada uma das pessoas que sente que há alguma coisa de si que está sendo retirada. Eu acho que é uma campanha que tem muito potencial. E queria expressar aqui o apoio e a solidariedade da Internacional da Educação às organizações brasileiras e dizer que há aqui alguma coisa que uma organização internacional pode acrescentar a uma campanha desta natureza num país.

A Internacional da Educação tem exemplos concretos no combate à privatização de processos em alguns países em que conseguiu sucessos notáveis. Eu lembro, por exemplo, que, na África, no Quênia e em Uganda, as campanhas que foram desenvolvidas lá com o apoio da Internacional da Educação levaram a um encerramento de muitas escolas, daquelas escolas chamadas de baixo custo, que estavam sofrendo um processo de expansão absoluta, entregues a estas empresas tecnológicas. E foi uma campanha sustentada em várias vertentes, porque há aqui uma questão que é muito importante que é a questão da investigação para as campanhas – investigar a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu devo dizer que estava ouvindo e estava pensando: a população brasileira tem que conhecer, por exemplo, o que aconteceu na Inglaterra quando a gestão das escolas públicas foi entregue a empresas privadas. O que aconteceu? As empresas chegam a uma escola e para elas a escola é uma área de gestão, o que implica, por exemplo, baixar salários; fechar a biblioteca – a biblioteca, em vez de estar aberta todos os dias, passa a estar aberta apenas manhãs e tardes alternadamente... Portanto, a forma é: "Como vamos poupar o dinheiro?" e, ao mesmo tempo, acrescentando muito aos salários dos investidores, o que é uma coisa escandalosa.

Uma outra questão foi o que se passou na Suécia, que também vale a pena conhecer, porque a Suécia é o pior exemplo de desregulação total do sistema de ensino, entregue a empresas que depois, também, colocaram na Bolsa de Valores as empresas.

Portanto, eu acho que há aqui muito trabalho que poderemos fazer em conjunto, em nível de investigação, de denúncia pública, do envolvimento da população e mesmo do sistema judicial. Nós estamos aqui também, a Internacional da Educação, para participar nesse processo e para garantir que essas privatizações sejam denunciadas e travadas.

E, como disse no horário anterior, nós estamos juntos, a luta continua e contamos com todos neste combate.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Manuela, pela sua participação.

Desejo pleno êxito à Internacional da Educação, que haja outros lançamentos em outros países com essa força, com esse vigor nosso, modéstia parte, que está acontecendo aqui no Brasil.

Então, passo a palavra agora para a Sra. Lorena Carvalho, Oficial de Projetos de Educação da Unesco para o Brasil, para os seus cinco minutos finais.

A SRA. LORENA CARVALHO (Para expor.) – Senadora, eu quero, primeiro, agradecer, em nome da Unesco, a oportunidade de estar aqui neste lançamento dessa campanha fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo um pouco a algumas perguntas que foram direcionadas, eu acho que, na questão de inclusão, é preciso ter um reforço das políticas afirmativas, e a gente está num momento em que o país caminha muito para o reforço de políticas afirmativas.

A gente tem que valorizar a educação escolar indígena, a gente tem que valorizar a educação quilombola, a gente tem que ter uma escola inclusiva, uma escola que combata o racismo, que combata as discriminações e uma escola que forme cidadãos ativos para esse mundo de hoje.

A militarização não foi mencionada, mas é também uma forma de a gente ter um desvio dessa gestão da educação pública como ela deve ser. Isso é uma coisa que a gente também tem que estar atenta, porque aqui no DF também estamos caminhando para isso.

A educação deve acontecer na escola, num ambiente, primeiro, de socialização, de se aprender a conviver, de se aprender a viver junto, a interagir, o respeito um ao outro se dá de uma criança convivendo em ambiente escolar. A educação deve acontecer na escola, a escola pública deve ser garantida com qualidade, com professores formados.

Uma outra pergunta que veio também com relação à formação de outros profissionais, a gente fala muito de formação de professor e de gestor, mas o porteiro da escola deve ser formado, ele deve receber bem uma criança que chega à escola, essa criança deve ser bem acolhida. A merendeira, quando ela entrega um prato, deve olhar na cara da criança e dizer "bom apetite", e a criança deve saber que aquele alimento foi preparado com o carinho necessário para alimentar uma criança que precisa ter o cérebro nutrido para aprender. Essa merendeira precisa também ser formada.

A gente teve a oportunidade de acompanhar na Unesco, e teve uma publicação sobre isso, uma gestão num município do interior do Piauí, chamado Oeiras, em que essa formação foi dada e onde você vê uma criança ser observada: a criança que chega com depressão na escola, o porteiro percebe. Ele tem esse olhar porque ele recebeu a formação para receber uma criança como a criança deve ser recebida na escola. E, para isso, precisamos ficar atentos, a formação tem que ser para todos os funcionários, não apenas professores e gestores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os professores precisam ser valorizados, precisam receber formação constante. A escola, como eu já falei, precisa ser repensada para garantir não apenas o letramento e o numeramento. A nossa juventude precisa ser formada para saber perceber que ela vive em comunidade, que ela é parte dessa comunidade. Ela tem que ter direitos e deveres. Ela precisa se sentir responsável. Ela precisa entender o seu papel na sociedade.

E a escola precisa ser pensada para formar para um planeta que está em risco. A gente tem hoje mudanças climáticas severas. A gente pensava que o Brasil não era atingido por nada disso, e a gente vê hoje como é que está a situação: enchente, seca extrema... Isso é mudança climática. A gente precisa ter uma escola que prepare para saber reagir a essas mudanças, e uma escola que saiba preparar para prevenir a catástrofe ambiental de que o planeta está em risco.

É isso.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Lorena.

Nós temos um projeto chamado Profuncionário, que já foi vivenciado pelo MEC e formulado em conjunto com a CNTE. Ele justamente foca nos demais profissionais da educação, além do professor, nesse contexto que você muito bem citou. Ele está em discussão para ser revivenciado.

Muito obrigada pela sua presença.

Vamos passar a palavra para o nosso último expositor, o Prof. Heleno Araújo, Presidente da CNTE e Coordenador do Fórum Nacional.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Mais uma vez, queremos nós, aqui da CNTE e das nossas entidades filiadas, agradecer à Senadora Teresa Leitão e ao Senador Flávio Arns por fazerem com que acontecesse este momento muito importante para nós e para a população brasileira entender o que está acontecendo.

Quero agradecer muito aos assessores e assessoras da Senadora Teresa Leitão, principalmente ao Carlos Augusto Abicalil, nosso ex-Presidente da CNTE. A Teresa Leitão também foi Secretária para Assuntos Educacionais e Secretária-Geral da CNTE e Presidente do Sintepe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos falando de quem conhece a causa, e este espaço que nós trabalhadores, trabalhadores da educação, estamos ocupando para fazer um debate sério neste país. E falamos isso, porque acho que a fala da Manuela na segunda parte mostra isso.

Nós estamos aqui copiando modelos já desgastados, modelos que não levaram ao objetivo que eles prometem aqui para o povo brasileiro. Ela deu o exemplo de dois países com a situação que fizeram aqui e o que aconteceu. O que o Luiz Fernandes falou aqui é o que Manuela falou lá da Inglaterra: privatiza, reduz salário, vai buscar lucro, vai reduzir custos das escolas... Então, é um modelo que não deu certo em nenhuma parte do mundo, e aí querem forçar essa barra aqui em nosso país.

A nossa preocupação... Temos quatro projetos de lei na Câmara que tratam de bônus para professores e professoras. O bônus já foi detonado até por quem criou isso lá nos Estados Unidos; hoje, ela escreve contra isso, pois não deu resultado nenhum. E ficam insistindo aqui em políticas que não funcionam.

É importante uma audiência como esta, Senadora, para poder também, além de ouvir o movimento sindical organizado, partir também com aquilo que quem está nos acompanhando está dizendo. As falas, os comentários de quem está nos acompanhando dizem que precisamos de vagas nas escolas, que precisamos garantir a permanência nas escolas, que precisamos de formação, que precisamos de alfabetização e que temos que acabar com esse desmonte que está colocado aí. Darcy Ribeiro já disse para a gente: a crise da educação não é crise, é um projeto. É um projeto para chegar ao que eles estão querendo fazer conosco neste momento.

É por isso que nós aqui, organizados nos sindicatos, trazemos as denúncias, as reclamações e as nossas pautas, mas também quem está nos acompanhando faz a mesma leitura. Então, é importante isso.

Nessas questões, perguntam: "Como conseguir mais recursos?". E aí eu acho que a Manuela entrou também nesse assunto, e é importante dizer isto: se a gente olhar o orçamento discricionário do Ministério da Educação, do que aconteceu em 2014, e foi caindo, caindo, caindo, em 2023 teve uma recuperada, com um vencimento maior do que em 2014; mas, quando olhamos para 2024, a previsão é de queda. E, quando olhamos para a *pizza* dos recursos da União, verificamos que, no ano passado, foram pagos 43,3% para amortização e juros da dívida. Para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem? Para a mão desses ricos que vão querer a escola para pegar mais dinheiro. E, quando a gente vê a queda prevista em 2024, é por quê? Porque, pela previsão, 45% do nosso dinheiro vai para as mãos desses ricos e sub-ricos do nosso país, também privatizando as nossas escolas. Então, a isso nós temos que estar atentos. Dizem: "Ah, mas não tem recursos". Conversa! Recurso tem. Está sendo aplicado ou colocado nas mãos de quem não deveria receber, que já tem muito. E temos que tirar esses recursos desses juros e amortizações da dívida para investir em políticas públicas, entre elas a educação. Então, a fonte de recursos tem. Vamos brigar para que ela seja direcionada para esse trabalho. Por quê? Porque precisamos de tudo isso que foi levantado aqui, reforçando a fala da Lorena, a quem nós também agradecemos.

Lorena, essa é a sua visão e a fala aqui é o que nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação, falamos o tempo todo.

É importante, João, que fez a primeira pergunta, que a gente vá além. Não dá para formar só um segmento dentro da escola que são professores e professoras. Acho que a Lorena foi perfeita: o processo de formação dos nossos estudantes, a formação cidadã, começa no portão da escola. Escolas privadas não terceirizam o portão. Escolas privadas não entregam a segurança de valores, como entregam em Pernambuco, no Nordeste, ao cara armado lá dentro. Não entregam o portão a policial militar aposentado. Não entregam a chave do portão ao pipoqueiro que vende pipoca em frente à escola; é um permanente lá dentro, porque conhece a família, conhece os estudantes e conhece quem vem buscar os seus filhos ali, os seus parentes. Então, o portão da escola é fundamental nisso. Por isso que nós precisamos... E a Senadora foi perfeita também quando citou a Constituição Federal: concurso público, diz a Constituição, é a forma exclusiva de entrada – exclusiva!

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Não é prioritária, é exclusiva; e a gente tem 54% de contratos temporários.

A questão da formação continuada não é só para formar professores.

E o Profuncionário? A gente precisa tirar do papel, porque o Governo desastroso passado, como a Kátia já falou, acabou com o Profuncionário. Precisamos retomar esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O piso salarial que nós conquistamos em 2007 é para os profissionais da educação, não é só para o magistério. Temos que avançar nessa política. A carreira tem que ser fundamental. Não dá para continuar achatando a nossa carreira como está colocada. Garantir as condições adequadas de trabalho e estudo faz parte desse processo. E, agora, vamos ter que colocar mais uma palavra no processo da gestão: queremos a gestão pública e democrática das nossas escolas e dos sistemas de ensino, para parar com essa ação de vender a minha, a nossa escola.

Sigamos firmes na luta, companheiros e companheiras. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Heleno. Você recupera pontos importantes da nossa luta e que estão bastante atualizados.

Já nos encaminhando para o final, eu quero fazer alguns anúncios de quem esteve aqui conosco: passaram por aqui o Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul – acho que ele está ali na antessala com os dirigentes da entidade do Cepers –; vários diretores da CNTE, que representam vários estados na sua composição; a Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa, da qual Heleno é membro; a CUT; a Internacional da Educação; vários dirigentes dos sindicatos, como os do APP (Paraná), do Apeoesp (São Paulo), do Sind-UTE (Minas Gerais), do Cepers (Rio Grande do Sul), e do Sindicato dos Especialistas de Educação de São Paulo (Sinesp); a Consultoria Legislativa; os técnicos do MEC; e o Fórum Estadual de Educação de São Paulo, além evidentemente de todos que nos acompanharam pelas redes do Senado.

Esta audiência foi interativa, e nós queremos agradecer a cada um e a cada uma que participaram, à Manuela Mendonça, que participou *online*, ao Heleno Araújo, à Lorena Carvalho, à Secretária Kátia.

Quero dizer da nossa alegria de ter lançado essa campanha aqui no espaço da Comissão de Educação do Senado, acompanhando todos os dilemas, todas as polêmicas, mas sobretudo a nossa capacidade de luta – instalada, registrada.

Heleno fez menção a dois ícones da educação nacional, Paulo Freire e Anísio Teixeira, desde 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, até hoje –, o que nos dá a ideia de terminar esta audiência, antes do protocolo, dizendo que além da luta, que continua, a gente precisa se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrar sempre de que "se muito vale o já feito, mais vale o que [...] [virá]". E o cenário é de esperança, do verbo "esperançar", é de luta e de muita unidade entre os trabalhadores em educação, para ganharmos a sociedade.

Todas essas instituições que aqui estiveram presentes representam e têm incidência sobre o pensamento e os destinos da sociedade. Por isso é que a gente precisa caminhar sempre com a união, com a reconstrução deste país, que, se começou errado, tem como ser consertado, não é, Kátia?

A SRA. KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT (*Fora do microfone*.) – Com o nosso compromisso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com o nosso compromisso e com a nossa luta.

Muito obrigada a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 78ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Alan Rick, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Eliziane Gama e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 100/2024 - CE, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Discutir e analisar a aplicação e os benefícios dos seguintes métodos educacionais: Pedagogia das Virtudes, Escolas Cívico Militares e Sathya Sai Educare. **Participantes:** Sr. João Malheiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sra. Inez Cabral, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil; Sr. Gilson Passos, Representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP) e Ex-Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC); Cel. Alexandre Lima Ferro, Subsecretário de Escolas de Gestão Compartilhada da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF); Sr. Wagner de Faria Santana, Chefe da Assessoria Especial para as Políticas para as Escolas Cívico - Militares do Governo do Distrito Federal; Sra. Eliana Maria da Silva Barbosa, Coordenadora de Educação Sathya Sai em Valores Humanos e Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil; Sra. Raquel Campanate, Representante da União Planetária; e Sra. Tereza Santos Farias, Coordenadora-Geral de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (MEC). A reunião é suspensa às onze horas e trinta e nove minutos e reaberta às quinze horas e trinta e nove minutos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/12

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 78ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 12 de dezembro de 2024.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus essa oportunidade de estarmos aqui servindo na Casa revisora da República, agradeço o trabalho da Secretaria, presente desde cedo aqui, a Secretaria da Comissão de Educação do Senado, e também agradeço a você a sua audiência nesta sessão que eu tenho certeza de que será histórica aqui dentro do Senado, porque nós vamos ouvir catedráticos, pessoas com muita experiência, com serviço prestado em métodos de excelência humana de educação – experiências do mundo e já aplicadas no Brasil. Então é muito importante, para que a gente possa entender o cardápio positivo que nós temos com relação a isso e conhecermos um pouco mais sobre o tema.

Aqui já chegaram, antes mesmo de a gente começar – interessante a participação dos brasileiros – algumas perguntas que, depois, eu vou encaminhar aqui aos nossos palestrantes.

Então, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir e analisar a aplicação e os benefícios dos seguintes métodos educacionais: Pedagogia das Virtudes, escolas cívico-militares e Sathya Sai Educare, em atenção ao Requerimento nº 100, de 2024, de minha autoria.

Então nós temos a participação da Sra. Raquel Campanate, representante da União Planetária; do Sr. João Malheiro, que está aqui ao meu lado, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – ele é um português apaixonado pelo Brasil e pela educação –; do Coronel Alexandre Lima Ferro, Subsecretário de Escolas de Gestão Compartilhada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; o Sr. Wagner de Faria Santana, Chefe da Assessoria Especial para as Políticas para as escolas cívico-militares do Governo do Distrito Federal. Esses estarão presentes aqui conosco, no Senado, presencialmente, falando.

A Sra. Inez Cabral, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, que é minha conterrânea, estará de forma remota; a Sra. Eliana Maria da Silva Barbosa, Coordenadora de Educação Sathya Sai em Valores Humanos e Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil, estará diretamente de Eusébio, lá na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará, participando; a Sra. Tereza Santos Farias, Coordenadora-Geral de Ensino Fundamental do Ministério da Educação; o Sr. Gilson Passos, representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc) e ex-Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC). Todos esses últimos quatro que eu falei estarão de forma remota, virtual.

Informo também que foram convidados a Sra. Valéria Elizabeth Araújo, Diretora da Escola Sathya Sai de Vila Isabel; e o Sr. Marcos Cardoso Gomes, Presidente do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, que não puderam comparecer a esta audiência e justificaram as suas ausências.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo. Está sendo transmitida ao vivo num dia muito movimentado aqui no Senado Federal, em que nós vamos ter a votação da reforma tributária e de outros temas polêmicos no Plenário do Senado, daqui a pouco, às 10h da manhã.

Então, você que está nos assistindo pode participar pelo Portal e-Cidadania, pela internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. Eu vou repetir tanto o *site,* para você fazer aqui seu questionamento ou o seu comentário, que é www.senado.leg.br/ecidadania, quanto o telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, inclusive com o que for apresentado aqui pelos nossos expositores, o material, nós vamos manter disponível no Portal do Senado.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, mas a gente vai ter uma tolerância – fiquem tranquilos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Então, antes de começar, eu gostaria aqui de, brevemente, fazer algumas considerações, porque é um tema de que eu também gosto muito – fui tocado por ele. Além de o meu avô, meu padrinho-avô, Clodomir Teófilo Girão, ter criado toda a família sendo professor do Liceu – criou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

meu pai e mais cinco filhos –, era louco por Ruy Barbosa e ganhou prêmios nacionais porque conhecia a vida de Ruy Barbosa, que, curiosa e coincidentemente, é o patrono do Plenário do Senado e anteviu muita coisa que está acontecendo no Brasil, um visionário.

O meu avô passou para a gente essa paixão pelo Português, ele era professor de Português. Chegava às salas, isso todo mundo conta, quem conviveu com ele, quem foi aluno dele – ele fundou também o Colégio Ruy Barbosa –, ele chegava à sala, porque era um calor grande lá no Ceará, lá em Fortaleza, e pedia licença, na época, para os alunos: "Olha, eu posso tirar o paletó aqui, só tirar o blazer?". Ia de gravata dar aulas, naquele tempo. Era um respeito naquela época, ordem, disciplina. Muito querido. Ele passou isso para a gente, para a família, esse carinho, para os seus descendentes

Eu tive a oportunidade de visitar, na Índia, acerca de 20 anos, mais ou menos, uma escola do método Sathya Sai Educare, o qual nós vamos conhecer um pouco aqui. É a valorização dos direitos humanos, a valorização humana. Eu acho muito interessante, eu fui muito impactado pelo que eu vi lá na Índia, a autoestima das crianças, dos adolescentes, a formação do caráter, tanto que esses alunos... Hoje tem até universidade com esse método lá, e são disputadíssimas as pessoas que saem dessas escolas, dessas universidades, pelo mercado de trabalho, o europeu, o americano, porque são pessoas com ética, são pessoas que não fazem aquela concorrência passando por cima dos outros, há cooperação. Então, as empresas disputam esses profissionais que saem desse método.

Eu fiquei tão apaixonado que nós trouxemos o método para o Ceará. Já existia até no Brasil, eu nem sabia. Tinha em Recife e tinha em Ribeirão Preto, em São Paulo, se eu não me engano. E nós conseguimos – a Inês vai explicar um pouco disso – trazer esse método lá para o Ceará. A escola já tem aí quase 20 anos e a fila de espera é gigantesca, das pessoas querendo estudar na escola.

Então, declaro aberta esta audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal, convocada pelo Requerimento nº 100, de 2024, para discutirmos um tema de extrema relevância para o presente e o futuro da educação brasileira: a aplicação e os benefícios de três modelos educacionais – tem outros positivos também, mas aqui nós vamos falar de três, cada qual em sua área – que buscam transformar vidas e construir uma sociedade com mais ética, consciência, cidadania. Refiro-me à pedagogia das virtudes, ao modelo de escolas cívico-militares e ao Sathya Sai Educare.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar agradecendo a presença de todos os convidados que, gentilmente, aceitaram compartilhar conosco suas experiências e conhecimentos. A presença de cada um é essencial para que possamos construir um debate produtivo e enriquecedor.

A educação, como sabemos, é o alicerce de qualquer nação, mas ela não se limita a transmitir conteúdos acadêmicos.

Você vê nações que foram transformadas pela educação, como a Islândia. O exemplo da Islândia é algo de arrepiar. O Japão. Nós vamos aqui fazer um debate que eu tenho certeza de que vai passar por tudo isso.

O verdadeiro sentido da educação vai além das salas de aula e dos livros. Ela tem o poder de moldar o caráter, de despertar consciências e formar cidadãos comprometidos com o bem comum em um mundo cada vez mais marcado por desafios sociais, pela falta de valores sólidos, muitas vezes, hoje, na nossa sociedade, bem invertidos, não é? Refletir sobre modelos pedagógicos que priorizem o desenvolvimento integral do ser humano é uma tarefa urgente e indispensável.

A pedagogia das virtudes, por exemplo, é um modelo que vem sendo promovido pela União Planetária desde 2013. Esse movimento, que já conta com 50 instituições parceiras, é uma iniciativa que visa cultivar valores éticos universais como empatia, respeito, justiça e solidariedade. A proposta é transcender a instrução puramente técnica para focar na formação de caráter moral sólido e na capacidade dos jovens de lidarem com os desafios de convivência social.

Quais são os limites e as potencialidades dessa pedagogia? Quais são os resultados obtidos até aqui? Estas serão algumas das questões a serem debatidas hoje. Inclusive, tem esse modelo desenvolvido pela União Planetária, mas, no Colégio Porto Real, também o Prof. João Malheiro o desenvolve. Eu não o conhecia, vim a conhecê-lo mais recentemente, no ano passado, com os vídeos, que eu vi, do professor, que é um idealista e que tem feito um trabalho fantástico, inclusive com palestras lá em Petrópolis, em universidades públicas, em escolas públicas, e nós vamos aqui compartilhar essa experiência.

Outro método que discutiremos é o das escolas cívico-militares, que combina uma estrutura disciplinar com a educação tradicional, estrutura militar com educação tradicional. Essas escolas têm demonstrado, por meio de indicadores claros, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, que podem ser ferramentas poderosas para transformar realidades educacionais, especialmente em comunidades marcadas pela vulnerabilidade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os dados apontam para uma redução significativa nos índices de violência, em evasão escolar, em indisciplina, ao mesmo tempo em que elevam o desempenho acadêmico, o ambiente escolar melhora muito. Eu, sinceramente, até hoje não entendi como é que o Governo Federal atual, o Governo Lula, descontinuou – usaram até uma palavra bonita – o incentivo ao método. Acabou. Era um investimento pequeno, que era até surreal. Era de setenta e poucos milhões de reais, e foi descontinuado esse método. Alguns estados mantiveram, municípios, por conta própria, mas foi uma sinalização muito ruim do Governo, porque estava dando resultado. Não era à toa que tinha fila de brasileiros querendo colocar o direito à escolha. Então, você tira um método certo por uma questão ideológica. Só tem essa justificativa, porque os próprios dados do MEC justificavam a continuidade, resultados positivos.

Mas como garantir que esse modelo seja expandido e sustentável? Tem até escolas privadas também que estão crescendo nesse sentido, com relação à escola cívico-militar, mas como fazer isso em outros setores? Como harmonizar os aspectos disciplinares, como liberdade pedagógica dos professores e o protagonismo dos alunos?

Por fim, nós também teremos a oportunidade de aprofundar a discussão sobre o método Sathya Sai Educare, um programa de educação integral que busca aliar o desenvolvimento cognitivo com valores humanos universais. Como? São cinco valores: paz, amor, não violência, verdade e retidão. Baseado numa metodologia que integra dimensões emocionais, espirituais e acadêmicas, o Sathya Sai Educare tem como objetivo formar cidadãos conscientes e equilibrados, preparados para atuar no mundo com ética e responsabilidade.

Como esse modelo pode ser incorporado ao sistema público de ensino? Quais são os desafios para sua implementação em larga escala? Nosso objetivo aqui hoje é construir um debate técnico, profundo e respeitoso sobre essas abordagens. Desejamos não apenas ouvir experiências e relatos, mas também buscar soluções concretas e viáveis que possam ser incorporadas às políticas públicas de educação. Este é o momento de ouvir os especialistas, dialogar e principalmente pensar no futuro de nossa juventude.

A presença de representantes de instituições como o Ministério da Educação, Associação Estação da Luz e de pesquisadores e gestores educacionais também é fundamental para que possamos explorar diferentes perspectivas. Estamos aqui para ouvir propostas, questionar, acima de tudo, construir caminhos para a educação, que não seja apenas instrução, mas transformação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido todos para que participem ativamente dessa discussão, trazendo suas ideias e reflexões. Comente, ligue para a gente no número que eu passei, no *site* também, faça seu comentário, que a gente lê aqui até o final desta reunião pública. A riqueza desse debate dependerá do diálogo aberto e construtivo que será realizado.

Muito obrigado.

Eu queria também chamar a mesa aqui, agradecendo a presença. Coronel Alexandre Lima Ferro, Subsecretário de Escolas de Gestão Compartilhada da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, também é uma referência, seja muito bem-vindo, muito obrigado; Sr. Wagner de Faria Santana, também presente, muito obrigado, Chefe da Assessoria Especial para as Políticas para as Escolas Cívico-Militares do Governo do Distrito Federal, seja muito bem-vindo, Dr. Wagner.

Imediatamente já passo aqui a palavra para o Dr. João Malheiro. Muito obrigado por sua presença mais uma vez aqui no Senado Federal. A gente fez um debate, que eu considero também muito emblemático, histórico, sobre a questão do uso de telas em escolas menos de um mês atrás, e o senhor tem dez minutos, assim como os demais palestrantes, com a tolerância da Casa. Se precisar de mais tempo, não tem problema, a gente aqui está à disposição para ouvir e para dialogar.

Então, muito obrigado. O senhor tem a palavra, Dr. João Malheiro.

O SR. JOÃO MALHEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos. É uma alegria imensa estar aqui novamente no Senado, como disse o Senador. Agradeço também a presença dos convidados. Vai ser uma honra estarmos aqui compartilhando experiências, conhecimentos.

Sem dúvida, para um doutor em Educação em Virtudes, que foi a temática do meu doutorado na UFRJ, terminado 2008, sempre sonhei com esse dia: quem sabe um dia eu poderei chegar lá no Senado e expor um resumo dessa minha teoria, dessa minha tese, para que possa iluminar muitos educadores, não só presentes, mas no futuro.

Eu quero começar recordando que toda a teoria que eu vou apresentar tem, simplesmente, 28 séculos, acredito, Senadora. Tudo que eu vou propor não é nada novo, tem, simplesmente, 28 séculos inventado e descoberto pelos grandes filósofos gregos. Simplesmente, o meu doutorado foi resgatar todo esse conhecimento, porque, efetivamente, ele estava sendo escondido, enterrado na nossa história e eu consegui, rapidamente, trazer à superfície e, de alguma maneira, mostrar, na minha perspectiva, que essa é a solução para se ter esperança na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Todos nós falamos muito em educação. Todos nós acreditamos em vários modelos, mas o que eu vou tentar mostrar, e essa é a minha vibração quando eu venho a público, é mostrar que isso que eu vou expor é um modelo que dá resultado, não só porque na minha escola, o Colégio Porto Real, já é um sucesso.

Hoje, com toda a humildade que Deus me possa dar agora, ela é uma das principais escolas da Cidade Maravilhosa, onde é já um sonho de consumo de muitas e muitas famílias do bem querer colocar os seus filhos nessa escola, mas também, como dizia o Senador Eduardo Girão, esse modelo foi aplicado em 32 escolas públicas na cidade de Petrópolis, cidade serrana, vizinha ao Rio de Janeiro – e é um sucesso esse modelo, e tem fila de espera em escola pública. Onde é que a gente poderia imaginar um modelo onde essas escolas que estavam definhando, estavam apodrecendo, de repente elas ressuscitassem e hoje são escolas brilhantes e com alunos muito bem-educados?

Então, isso que nós vamos colocar é uma coisa viva, não é uma teoria, não é uma teoria morta, mas é algo que está em ação, que está em funcionamento. Tenho a certeza de que todos que estão nos escutando agora, ou que vão nos escutar depois, vão ficar pensativos sobre tudo que nós vamos colocar.

O objetivo da minha fala... Vocês podem olhar, tem agora aqui uma apresentação em PowerPoint, gostaria muito que todos fossem acompanhando comigo, que chama a Pedagogia das Virtudes: a solução para uma maior motivação no ensino e aprendizagem, porque esse é o grande dilema hoje da escola pública, os alunos estão desmotivados, os nossos professores mais ainda, diante das resistências dos alunos em querer aprender.

Então, hoje, o ambiente geral, fora algumas exceções, claro, é desmotivação geral. Quando eu fui ao doutorado, eu falei que eu precisava achar uma solução para que se mudasse esse quadro. E, para a minha felicidade, eu consegui associar motivação com o aprendizado das virtudes.

Um aluno de escola pública, que aprender virtudes desde a educação infantil, depois passando pelo fundamental I, Fundamental II, principalmente, naturalmente, essas crianças são muito, mas muito diferenciadas e têm uma capacidade de aprendizagem muito forte. Por isso, os resultados acadêmicos aparecem rapidamente, e essas escolas brilham, como todos nós sonhamos, que todas as escolas do Brasil brilhem um dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, entrando aqui direto no nosso tema, vamos tentar entender por que as nossas escolas conseguem esse resultado surpreendente.

Vamos ver se o nosso *mouse* aqui funciona... Conseguimos abrir.

Eu gostaria que as pessoas tentassem hoje fazer um pequeno esforço intelectual. Não muito, não é muito complicado o que eu vou mostrar, mas enquanto nós educadores, enquanto nós políticos não entendermos a essência da virtude e para que ela serve, jamais as pessoas vão lutar por ela, jamais vão querer que ela seja implantada no currículo das escolas.

Então, eu quero que vocês percebam que uma criança normal tem dentro de si, em potência, esses três grandes motores: a inteligência, que é o que nos dá a capacidade de aprender; a vontade, que é o que dá a capacidade de usar esse conhecimento para o bem; e uma afetividade que nos estimula para a criatividade, para a inovação e para a convivência social. Então, uma criança normal é como esse avião com três motores: estável, equilibrada, com motivação para avançar na vida.

O objetivo de uma escola é desenvolver esses três motores. Infelizmente, esses motores não estão sendo aplicados, não estão sendo desenvolvidos, e o que acontece hoje nas escolas públicas e em qualquer criança sem virtudes no Brasil é uma criança tremendamente afetiva, hipertrofiada na afetividade. Portanto, ela só quer fazer o que gosta, ela só quer se sentir confortável, quer adquirir conhecimento sem esforço, quer ser feliz de forma errada.

Então, naturalmente, a criança fica assim, ela começa a ficar meio torta, meio desviada, meio esquisita. Com o passar do tempo, o que acontece é que ela fica desse jeito, ela vê a realidade ao contrário. Ela vê o mundo do ponto de vista afetivo, não do ponto de vista racional, que é a nossa característica como animais racionais e muito menos vê a realidade pela vontade, que é que dá o verdadeiro amor, as boas relações sociais.

Portanto, nós somos animais racionais e relacionais. É isso o que define a boa educação: gerar crianças racionais e relacionais, não meramente animais afetivos que façam o que gostam. Então, isso é uma grande heresia educacional que hoje está sendo implantada na maioria das escolas públicas e privadas. Os resultados estão aí para comprovar que não dá certo.

Então, o meu ideal é vocês enxergarem que nós precisamos sonhar com escolas em que as virtudes vão fortalecendo a inteligência e a vontade da criança, de maneira que essas duas forças que nos diferenciam dos animais consigam direcionar, moderar, aproveitar a afetividade da criança para o bem e não para o mal como está sendo feito. Com isso, eu defino a liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interior de uma criança, a liberdade interior é essa capacidade que eu tenho de querer o bem. A educação de uma criança existe para que ela queira o bem, porque ela reconhece o bem e não porque se sente imposto por fora, pela pressão exterior. Não. Ela percebe o bem e consegue dominar os seus desejos e aprender sem esforço, só fazendo o que gosta, como está hoje na educação, sendo vendido esse modelo falso, modelo enganoso, autodestrutivo.

Então, nós precisamos entender que aí entra agora a virtude. Onde é que a virtude entra? É que vocês têm que saber, quem está nos ouvindo, que a virtude nasce justamente nessas potências. De onde é que vem a virtude? De onde ela nasce? Para que serve? Tem virtudes que vão fortalecer a inteligência, tem virtudes que vão fortalecer a vontade e tem virtudes que vão moderar o mundo afetivo da criança. É para isso que elas servem.

Então, acompanhando o eslaide, a gente recorda que a inteligência serve justamente para aprender. A razão teórica está aí. A primeira inteligência que mora dentro da inteligência – como diz aí o eslaide – serve para dar um bom aprendizado.

Naturalmente, isso é o sonho de todo pai, de todo professor, que a criança consiga usar esse poder que ela tem de aprender, que consiga buscar uma excelência escolar.

Agora, o que as pessoas não sabem – isso eu gostaria de frisar logo neste começo de fala –, é que sem a outra razão, a chamada razão prática, a criança não consegue aprender. Ela precisa vencer uma resistência de preguiça, uma resistência de ficar atenta, de ficar focada, de aprender o que ela não gosta, de interagir com um professor que é desagradável, de situações escolares difíceis, de falta de ambiente, de falta de material, de falta de condições, que é o que hoje nós respiramos na escola pública.

Sem essa razão prática – atenção para o eslaide! –, a criança não adquire força de vontade. E sem força de vontade a criança não quer aprender, porque se sente com dificuldade, se sente incapaz, se sente mutilada intelectualmente. Agora, quando você educa, na razão prática, atenção, e gera essa força de vontade, a criança consegue moderar a sua razão emocional que, em geral, é uma razão que só busca o prazer imediato e foge do que custa.

Então, como você vai querer que uma criança aprenda sem esforço, sem sacrifício, sem entrega, sem vencer a resistência natural ao esforço? Então, olha a beleza da virtude! Atenção senhores pais que estão nos ouvindo! É a virtude que vai gerar essa razão prática. Sem a virtude, a nossa razão prática, a nossa capacidade de aprender, não existe, e é por isso que as crianças não aprendem nada hoje, elas não têm o pré-requisito para aprender, para estudar. Só vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudar aquelas poucas matérias de que gostam, mas as outras, a maioria delas, de que não gostam, em que têm dificuldade, que são difíceis, uma matemática difícil, uma alfabetização difícil, depois, não sei, um inglês... A criança não tem essa capacidade.

Então como é o desenvolvimento da virtude? Essa foi a minha grande descoberta no meu doutorado. Qual é o caminho, aquilo que eu tenho que levar para a escola, para que ela consiga aprender?

Então, Aristóteles, que era o grande pai da virtude, dizia para nós que a primeira virtude que você tem que ensinar na escola é a temperança, que é aquela virtude pela qual um pai, um professor, tem que fazer com que a criança diminua essa ânsia de prazer imediato, desse prazer ilimitado, sem lógica. Uma criança que busca um prazer ilimitado e sem lógica está buscando, sem saber, coitadinha, a autodestruição.

O pai está querendo que a filha e o filho se autodestruam no futuro. É uma coisa tremenda! O que a gente vê hoje em crianças drogadas, em crianças doentes mentais – a gente vê claramente no suicídio... Quer dizer, o que está acontecendo no Brasil, atualmente, é que as doenças mentais já ultrapassaram, na busca pelos consultórios médicos, a cura do câncer. As doenças mentais hoje estão à frente da busca pela cura do câncer, já estão triplicando nos consultórios médicos. Por quê? Porque não aprendem, desde pequenas, a dominar essa ânsia de prazer imediato, que é o que gera uma criança sem virtudes.

Quando você vai conseguindo moderar essa ânsia de prazer, você consegue a segunda frente de virtudes – que tem várias em torno destas, que são mães das virtudes, são quatro mães: temperança, fortaleza, justiça e prudência. Nessa direção, nesse encaminhamento, nessa sequência obrigatória...

Sem essa sequência obrigatória, a criança não desenvolve virtudes.

Então, depois que você tira um pouco o prazer imediato, ela consegue ganhar capacidade de esforço, de sacrifício, que é a virtude da fortaleza, que é aquela virtude que vai dar um prazer mediato, lá na frente, um pouco depois. Depois de estudar, você tira dez. Depois de ler um livro, você fica culto. Depois de você se esforçar para fazer um projeto, você ganha um emprego.

Quando você entende que a verdadeira felicidade vem depois do prazer imediato, vem depois do esforço, do estudo, do sacrifício, do compromisso, da entrega, então, a criança começa a buscar justamente a justiça, aquilo que vai beneficiar o outro e não a si mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje, 99% dos estudantes brasileiros estudam pensando em si mesmo, no seu emprego, no seu dinheiro, no seu sucesso, na sua visibilidade, então, isso já é uma demonstração empírica de que toda a educação está destruída, porque enquanto eu não conseguir buscar uma educação que leve a criança a pensar no bem comum, no bem do outro, em amar o outro, em servir o outro, toda a educação está comprometida.

Então, hoje, pessoas bem-sucedidas na universidade, depois nos bons empregos, com a sua fama, com a sua visibilidade, estão me procurando atualmente, dizendo: "João, ando muito mal, estou milionário, mas estou mal, porque eu me sinto vazio, eu me sinto sem amor, eu me sinto incapacitado de produzir alguma coisa pelo outro, isso é uma desgraça para mim".

Então, isso demonstra que a nossa educação está totalmente falida. Por isso eu sou um grande apaixonado por esse tema, porque de alguma maneira eu sou apaixonado por pessoas felizes, eu sou apaixonado por pessoas que estão dando certo e não essas crianças que estão aí na rua desamparadas, doentes, isoladas, refugiadas em videogames, em celulares.

O que a gente falava aqui um outro dia, por que a criança se refugia hoje nas redes sociais? Porque ela está com medo do mundo, está com medo de enfrentar o mundo real, que é um mundo que exige fortaleza, que exige justiça.

E aí, finalmente, a virtude da prudência, que é a mãe de todas elas, porque vai regulando, vai colocando a medida certa, no momento certo, com a pessoa certa, tudo isso é a virtude da prudência. Então, reparem, isso aqui é lindo, gente, quando você vai mostrando para as pessoas, a virtude, então, é exatamente isso, hábitos bons, que vão ordenando essas potências, que vão integrando, como o avião que eu mostrava, dos três motores, e os três motores vão funcionando bem, quando a gente vai mostrando que a fortaleza vai dando essa capacidade de enfrentar o que não gosta, de fazer o que não gosta, de superar dificuldades e amadurecer naturalmente, eu quero para uma criança a virtude da escola.

E, depois, a gente tem que enxergar que há um dinamismo próprio. Isso que eu mostrava, esse caminho foi a minha grande descoberta, enquanto você não educa por esse caminho, por essa sequência, aqui a gente não pode explorar todos esses detalhes, mas é bom saber, pai, é bom saber, professor, que estão nos ouvindo, que existe, sim, esse caminho.

Então, essa virtude da temperança tem que ser focada principalmente na educação infantil. É na escola de educação infantil e essa é a principal virtude que você tem que trabalhar durante cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já entrando no Fundamental I, a principal virtude é justamente a fortaleza. Ela já está com racionalidade, já está sendo alfabetizada, já está aprendendo a escrever, a ler, então, já tem uma certa capacidade de ver bens futuros, bens melhores futuros, como estudar para uma prova depois de uma semana, ler um livro para depois ser uma pessoa que tem ideias, que tem cultura, então, a criança precisa de racionalidade para viver a fortaleza, senão ela não consegue enxergar racionalmente o bem que vale a pena esperar para se beneficiar depois. Então, aí vem a virtude da fortaleza no Fundamental I, com a rijeza de aprender a fazer o que não gosta, de sofrer um pouquinho, a ter paciência, são virtudes conectadas com a virtude da fortaleza, coragem, que é justamente enfrentar as dificuldades, enfrentar uma matéria, enfrentar um professor, enfrentar um colega, enfrentar um ambiente adverso onde ela mora, coitada, às vezes tem ambientes muito difíceis de a pessoa viver.

Então, repare, quando você vai vivendo essas virtudes todas, ela consegue finalmente se desprender do seu ego, consegue perceber que é muito mais feliz como uma criança no Fundamental II, quando ela começa a dar-se aos demais, porque esse é o fim da educação.

Para que serve uma escola? É para colocar uma criança no Enem? Na faculdade? Para ser um egoísta e um depressivo lá na frente? Isso é um fracasso, como a gente está vendo hoje.

A faculdade tem que gerar pessoas pensando no bem comum. Isto está muito raro, mas muito raro. Então, isso só se consegue quando, na escola, ela consegue sacrificar as suas próprias coisas, sacrificar o seu próprio tempo com liberdade, querendo fazer isso, querendo ser feliz dessa forma. E, quando você entrega os próprios dons e talentos que recebeu de Deus para beneficiar muitas outras pessoas, essa pessoa chega, finalmente, na prudência, que é a grande virtude da escola. É uma criança que pensa, uma criança que pensa antes de atuar e sabe fazer boas escolhas. Qual é a finalidade da escola? A conquista da prudência, da consciência, da liberdade interior, de não se deixar conduzir só pela mera aparência de virtude, mas por algo mais construtivo.

Reparem, senhores pais, que, quando você está trabalhando em uma escola de virtudes, olha o que você tem que propor para um aluno! Coisas que parecem absurdas, parecem difíceis, mas não são. Eles gostam disso. Eu faço tutoria com alunos há mais de 30 anos. Eu converso com alunos dos 6 anos de idade até os 18 anos e eu proponho isto para eles: "Acorda logo que o despertador toca, não fica enrolando na cama. Fortaleza. Mantenha as suas coisas pessoais no seu quarto, em ordem. Temperança. Leia um livro por mês. Prudência. Dedicar um tempo a ajudar alguém, a mãe, o pai, o irmão, o primo. Isso é a virtude da justiça". Reparem: a virtude é isso, são coisas práticas. São coisas práticas diárias, pequenas. Pedir ajuda nas dificuldades, fortaleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando você vai aprendendo desde pequeno a viver essas virtudes práticas, dia a dia, dia a dia, ganhando hábitos, você se torna uma pessoa boa. E aqui agora vem o grande pulo do gato. O que isso tem a ver com a escola? Então, nisso está o resumo da minha tese de doutorado, que é justamente o descobrir que, quando você vai educando a criança na escola, junto com a família, nessa sequência das virtudes que nós vimos, quando você vai educando a criança na temperança, na educação infantil, quando você vai educando a criança na fortaleza, no Fundamental 1, e essas duas virtudes, você pode perceber, são as que modelam a afetividade da criança, quando você, depois, vai educando, no Fundamental 2, na justiça, na generosidade, no pensar no outro, que vai fortalecendo a força de vontade, e, finalmente, quando você conclui essa sequência de virtudes no ensino médio, com a virtude da prudência, uma pessoa já com um conhecimento abstrato, com seus princípios, com a sua fé, com as suas crenças, aquilo que vai determinar o seu futuro, como ela foi aprendendo a viver isso na escola – atenção! –, ela consegue, de forma espetacular, descobrir que existe dentro dela uma motivação transcendental. O que é isso? "Eu vou viver agora em função do outro, eu vou me sacrificar em função do outro, livre, feliz. Isto é o que me realiza". E, quando ela está, dessa forma, motivada numa escola, ela chega na universidade ou mesmo na própria escola e consegue vencer uma desmotivação extrínseca, porque, na escola, hoje, a criança não tem motivação extrínseca nenhuma, porque ela não tem recursos, não tem reconhecimentos, não é aplaudida, não é reconhecida, nem pelo pai, nem pela sociedade, e, muito menos, ela não tem nenhuma motivação intrínseca, que é o desejo de aprender por aprender. Hoje, a criança está sendo arrastada pela desmotivação extrínseca, e por isso eu pus uma seta para baixo, ela está desmotivada a ir para a escola, está desmotivada para aprender, e, obviamente, ela não está aprendendo nada. Hoje, a nossa aprovação automática é uma grande enganação que gera essa desmotivação intrínseca.

Então, olhem: duas forças negativas puxando para baixo uma criança, o que leva à evasão escolar, mas, se eu ensino virtudes na escola, eu dou uma energia muito maior para ela, que é fazer alguma coisa para alguém e por alguém.

Todos nós conhecemos crianças que conseguiram, numa favela, porque era um arrimo de família, ajudar os irmãos que não tinham pais, ajudar os parentes, e eles tiveram essa motivação transcendental para vencer a falta de recursos, a falta de escola, a falta de material. Essas pessoas venciam na vida. Todos nós conhecemos pessoas que venceram na vida porque conseguiram ter uma força de energia e de amor impressionante. Então, essas pessoas tinham energia para superar as dificuldades. Se nós ensinamos as virtudes na escola, nós estamos criando capacidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para uma criança que hoje não tem a menor vontade de aprender ou de estudar, de conseguir vencer na escola.

Então, isso aqui é espetacular. Essa foi a minha grande descoberta, porque só com esse equilíbrio emocional, hoje uma criança consegue sobreviver na escola pública. Senão, podemos fazer o que vocês quiserem. Podem pôr computadores, podem colocar novos recursos e novos métodos. Isso nunca irá vencer a descarga emocional que hoje uma criança tem para aprender.

Como é que a gente hoje faz isso nas escolas públicas? Pois já há várias coleções e vários métodos para você ensinar com uma aula expositiva, ou seja, com uma aula, com uma disciplina. A minha escola tem matemática, história, geografia e virtudes. Está lá no currículo, está lá na grade. Tem professores, eu sou um deles: professor de virtudes.

Depois, a gente aproveita as situações do dia a dia da escola, o recreio, os esportes, o refeitório, o banheiro, para que ela vá vivendo essas virtudes no ambiente escolar. Então, os nossos professores são educados para ensinar às crianças a viverem as virtudes no ambiente escolar, no dia a dia da escola, porque a virtude, atenção que isso é bem importante, só se aprende na prática, na prática, na prática. Uma criança não aprende somente virtudes tendo aulas. Ela precisa ter aulas, mas depois precisa ser ensinada a vivê-la na prática. Já falávamos da tutoria e agora eu falo dos professores que, durante o ambiente escolar, vão ensinando a criança a viver essas virtudes.

Sobre as tutorias com os alunos, já falávamos, e depois também através de livros, através de cinemas, através de romances e de cinedebates. Você tem esse método eficientíssimo em que a criança possa aprender na escola pública.

Há campanha de solidariedade, do agasalho, do brinquedo, do remédio e do cobertor. Nós fazemos isso com muita frequência para que ela vá percebendo o outro, vencendo e quebrando a sua bolha.

Finalmente, o grande grito, assim gostaria de terminar a minha fala: "É impossível ensinar virtudes na escola se os pais não estão juntos com os professores e com os diretores dessas escolas para ensinar virtudes". Por que interessa a você construir dentro de uma escola uma virtude se, depois, em casa, ela se destrói pelo mau exemplo dos pais?

Então, eu trouxe aqui um eslaide bastante significativo e espero que vocês percebam que a criança precisa do modelo do pai para viver a virtude. Ela aprende nos primeiros anos imitando o pai. Ela não consegue entender, porque não tem uma racionalidade boa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não está passando mais. Está travado. Falta o último eslaide.

Era só esse último, mas não tem importância. Não passa.

Não tem problema, mas eu ia mostrar um pai...

Agora, vamos lá. Vamos avançar.

Pronto, este é o que eu queria mostrar.

Como uma criança hoje pode aprender virtudes se vê um pai assim em casa? Evidentemente, ela não vai conseguir aprender e vai ser destruída.

Agora, atenção, como eu dizia: uma criança aprende nos primeiros dez anos por mimetismo, imitando o pai, imitando o professor. Ela não entende nada no começo, mas, se tem um bom modelo... A criança que deseja o bem quer imitar o bem, então ela precisa de um pai que seja educado nas virtudes.

Por isso, o básico para uma escola dar certo é a formação de pais, e esse é o sucesso do meu colégio de Portugal, no Rio de Janeiro. Todo mundo me pergunta: "Por que o colégio do Rio de Janeiro teve tanto sucesso em 12 anos de existência e hoje todo mundo quer colocar o seu filho dentro dessa escola?". Pela formação de pais: nós ensinamos os pais a viver as virtudes, os pais se tornam protagonistas da educação dos filhos e isso arrasta as crianças para a felicidade.

Então, quando você educa um filho a imitar o pai, depois ele sozinho, a criança, entende o valor da virtude: o pai não precisa mais influenciar.

Agora a criança descobre naturalmente, pela sua capacidade de liberdade, de viver essa virtude. E, quando ela racionaliza, quando ela interioriza, que é o mais desafiador no aprendizado de virtude, é a interiorização da virtude: ela finalmente consegue querer ser virtuosa. E é esse o objetivo da escola. Por que você quer, numa escola, por um aluno no Enem? Não, a minha escola não tem essa finalidade não. A finalidade da minha escola é de que a criança saia virtuosa e, por ser virtuosa, vai passar no Enem. (*Risos.*) O Enem é uma mera consequência de crianças fortes, crianças corajosas, crianças preparadas, crianças prudentes, crianças amadurecidas no tempo certo.

O que a gente percebe hoje é uma defasagem absurda. A criança entra na universidade hoje com 20 anos. Quem é professor, eu já fui por muitos anos, na universidade as crianças estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entrando com 15 anos, são uns bebês, estão brincando de carrinho, de *videogame*, se vestem como crianças, falam como crianças, se alimentam como crianças.

Então, naturalmente, não dá para sonhar com grandes profissionais no futuro do Brasil, com crianças imaturas, infantilizadas numa universidade. Coitadas dessas crianças que estão sendo enganadas.

Então, eu termino com a seguinte mensagem, senhores professores, senhores pais, que estão nos ouvindo, Srs. Senadores desta Casa: ensinar virtudes, portanto, não é uma questão de opção; não é uma questão de escolha; é uma questão de sobrevivência, de sobrevivência do país.

Se nós não gerarmos crianças virtuosas, não poderemos sonhar com grandes cientistas, não poderemos sonhar, nunca, com grandes políticas, nunca poderemos sonhar com pessoas santas porque infelizmente não há, há muitos anos, neste país. Há falta de heróis neste país por falta do aprendizado de virtude.

Então, Srs. Senadores, que são responsáveis pelo direcionamento de políticas públicas, acreditemos que, se a gente colocar isso nas escolas, acontecerá como nas escolas públicas de Petrópolis: haverá fila de espera nas escolas públicas, e as nossas escolas públicas serão fantásticas.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado quem diz somos nós, o Senado Federal do Brasil.

Dr. João, Prof. João Malheiro, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que trouxe aqui uma apresentação, uma vivência, a sua experiência, um conteúdo de alto nível que fica aqui nos *Anais* da Casa, para que possa ser fonte de pesquisa.

Eu tive a oportunidade de conhecer o Prof. João lá em Fortaleza, onde ele fez essa apresentação lá para um grupo de cerca de 200 pessoas, e foi muito emocionante a reação das pessoas no final, os olhos brilhando... Ativa alguma coisa.

Aqui é impossível você não se inspirar, porque a gente sente como verdade no coração, a gente percebe que é um método redentor, e nós estamos vivendo um momento de muito egoísmo na sociedade, o hedonismo. Como eu falei no início, os valores completamente invertidos, um momento de sombra, de treva, mas a gente vai passar por isso, tudo passa. E nós vamos passar por isso e precisamos buscar na fonte do que está dando certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu queria que o senhor contasse, no final nós vamos ter aqui uns dois minutinhos para cada um, da experiência das palestras que o senhor fez lá em Petrópolis, nas escolas públicas, porque não é só a escola Porto Real que é um sucesso, uma referência no Rio de Janeiro, mas esse método, a pedagogia das virtudes. O bem contagia, o mal é que contamina, mas o bem contagia, e a gente está vendo esse contágio positivo lá no Rio de Janeiro.

E do Rio de Janeiro nós vamos para São Paulo. Nós vamos para São Paulo ouvir o Prof. Gilson Passos, que é representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, ex-Diretor de Políticas Públicas para Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação.

Dr. Gilson, muitíssimo obrigado pela sua presença virtual aqui conosco, mas tenho certeza de que essa energia também vai nos contagiar com o bem e com a sua experiência, sua apresentação.

Gratíssimo, o senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa para sua apresentação.

O SR. GILSON PASSOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Eduardo Girão, bom dia, Prof. João Malheiro, bom dia, Coronel Ferro, antigo companheiro no Distrito Federal, no meu tempo de MEC, e todos os demais que nos assistem.

Eu agradeço a oportunidade de poder falar um pouco sobre as escolas cívico-militares nesta manhã, aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação, porque eu entendo que a conexão do modelo das escolas cívico-militares com o tema que está em debate aqui é muito grande, porque as escolas cívico-militares também são um movimento que defende uma educação que transcende a instrução técnica. E é sobre isso que a gente vai falar aqui, porque, muitas vezes, a ideia que se faz das escolas cívico-militares é de uma estrutura que preza pela disciplina, por um modelo autoritário, por um modelo impositivo, por um modelo que cerceia a liberdade de alguma forma, e está muito longe disso, não é esse o foco do modelo das escolas cívico-militares. Então eu queria tentar aqui, nestes minutos que eu tenho, tentar abordar um pouco do que foi feito, de como esse modelo foi concebido e dos resultados que a gente alcançou, e por que a gente alcançou esses resultados.

Então, para falar da participação do militar na educação básica brasileira, a gente tem que voltar no tempo, porque essa participação do militar não começou no Governo passado, começou por um decreto imperial de março de 1889, quando estabeleceu o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Ao longo do século 20 e 21, esse modelo se expandiu para outras capitais e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cidades também do interior, tanto por uma expansão do modelo de colégio militar do Exército quanto também dos modelos das polícias militares e dos corpos de bombeiro.

Existem diferenças de gestão entre essas três experiências, quais sejam: os colégios militares do Exército, os colégios militares das polícias militares e as escolas cívico-militares. Eu não vou aqui explicar essa diferença de modelo, porque eu acho que não é o foco, mas o que eu quero dizer é que, nas escolas cívico-militares, o que ocorreu foi uma adaptação desses dois modelos, o do Exército e o das polícias militares, para ser aplicada na rede pública regular. E nesse modelo de escolas cívico-militares, a condução da gestão é integralmente na mão do diretor nomeado pela Secretaria de Educação, e não pelo militar.

Então, o que eu queria dizer é: o que o militar não faz? Ele não restringe a liberdade de cátedra, ele não dá aula, ele não cerceia essa liberdade, como muitas vezes é dito. Essa escola não é autoritária, ela não é opressora, ela não é fiscalizadora da vida do aluno, porque a gente entende que o aluno está em formação e que o aluno não está em uma outra situação que não seja a de um jovem em formação.

Então, o que o militar faz, de fato, já que ele não atua em sala de aula? Aí a gente começa a responder por que essa escola vai dando certo. Ele atua no que a gente chama de Projeto Valores. E quais são os valores que são trabalhados nas Escolas cívico-militares? São cinco valores: civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito. Esse Projeto Valores, como ele é construído? Ele é conduzido pelos militares, mas as atividades são definidas pelo diretor da escola, que é o civil, e pelo seu coordenador pedagógico – porque, muitas vezes, no desenvolvimento desses alunos, é possível que se estabeleça conexão com outras atividades, na própria sala de aula; por isso é o coordenador pedagógico que o desenvolve.

Esses cinco valores acabam produzindo um pouco do que o professor João Malheiro disse aqui, no sentido do protagonismo desse aluno: esse aluno ele acaba alcançando um nível de responsabilidade própria, a partir do desenvolvimento desses valores. Um exemplo simples: na hora em que a gente trabalha a questão da excelência, da importância de se agregar excelência em sua vida, isso acaba refletindo no empenho desse aluno nas atividades escolares; na hora em que a gente trabalha, por exemplo, o respeito – esse respeito entre alunos e alunos e alunos e professores e, às vezes, eu poderia até estender a alunos e familiares –, isso acaba criando um ambiente favorável para que a educação floresça dentro do ambiente escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entendam que esse modelo foi desenvolvido para ser aplicado em escolas situadas em ambientes de situação de vulnerabilidade social, no qual muitas vezes esse nível de violência tende a ser maior. Essas atividades são atividades extraclasse, não são atividades de dentro da sala de aula.

A gente entende que isso está na educação há muito tempo, Dr. João Malheiro, como o senhor mesmo falou, porque quando a gente vai na Base Nacional Comum Curricular, a gente encontra lá o conceito da educação integral, que não é nada diferente do que nós estamos falando aqui nesta manhã. A gente entende que esses valores, esses cinco valores da escola cívico-militar, esses valores que o Prof. João Malheiro disse, e eu entendo também que os próprios valores que a pedagogia da Sathya Sai Educare também vai falar daqui a pouco, não são outra coisa do que aquilo que a BNCC chama de competências socioemocionais, dentro do que se preconiza como educação integral, que é exatamente aquela educação que transcende a instrução técnica.

Então, é por isso que essa escola cívico-militar deu uma contribuição grande e fez a diferença apesar do pouco tempo de aplicação, ela resgatou algumas escolas, ela resgatou muitos alunos, porque ela trabalhou nesses componentes extraclasse, mas que impactam no desempenho do aluno dentro da sala de aula.

Então, quais foram os resultados que a gente alcançou? E aqui eu caminho para o final, Senador Eduardo Girão. Na época do MEC, nós fizemos uma pesquisa com a comunidade escolar dessas escolas cívico-militares, que na época eram em torno de 200, com 25 mil participantes, envolvendo alunos, envolvendo professores, envolvendo pais. E o que se observou ali? Uma redução da violência no ambiente escolar da ordem de 82%; uma redução de faltas e abandono da ordem de 70%; o aumento das relações de respeito da ordem de 72%; uma satisfação dos pais da ordem de 75% com essas escolas; um avanço no Ideb de 40 escolas, de 200, em dois anos de aplicação do programa; o aumento na procura de vagas em escolas que estavam com vagas ociosas e completamente desacreditadas; filas de espera, porque essas vagas foram plenas, se tornaram plenas, e um número de filas de espera; e uma grande quantidade de municípios pedindo por essas escolas.

Mas o que eu entendo, e aqui eu encerro a minha participação, Senador Girão, é que o resultado mais contundente não são esses números. O resultado mais contundente é a insistência dessa comunidade escolar em querer essa escola a despeito de todos os ataques que esse modelo cívico-militar sofre. Sofre ataques de quem não recebe, de quem não tem os seus filhos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu encerro aqui, eu termino aqui, por que essa comunidade o defende? Porque eu entendo, Senador Eduardo, Prof. João Malheiro, Coronel Ferro e demais participantes, que uma parcela da sociedade significativa clama por valores anímicos em seus alunos, clama por valores que façam diferença e que transformem, de fato, esses alunos de simples estudantes receptores de conhecimento para aqueles que serão conscientes da sua própria responsabilidade, protagonistas de suas vidas e de seus projetos de vida.

Eu entendo – e os números me permitem afirmar – que as escolas cívico-militares alcançaram isso em pouco tempo. Obviamente que não vai ser universalizada, não é essa proposta, mas é sim um modelo que apresentou resultados positivos, especialmente em escolas situadas em ambiente de vulnerabilidade social e que, por conta dessa localização, acabam sofrendo algumas consequências bastante complexas que acabam impactando, às vezes, negativamente na educação dos seus filhos.

Então, eu agradeço aqui a minha participação e coloco-me à disposição para perguntas. Entendo que a escola cívico-militar contribuiu com esse esforço de todos nós, aqui nesta manhã, para desenvolver ou proporcionar àqueles que querem uma educação pautada em valores.

Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu falei, eu antecipei – como o bem contagia – que depois de uma apresentação lúcida, com riqueza de detalhes, de forma muito serena, a gente ia ficar inspirado, com essa apresentação.

Eu quero agradecer muito ao Prof. Gilson Passos, representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Fico feliz por São Paulo ter um representante desse quilate, com essa consciência. Estava conversando aqui, rapidamente, com o Prof. João Malheiro. Ele também já pediu até o seu contato. Viu, Dr. Gilson? Ele pediu até seu contato aqui porque gostou muito da sua fala. O senhor também é ex-Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação.

Eu vou dizer uma coisa: não se joga pedra em árvore que dá frutos. Sintetiza tudo, o gostinho de quero mais. O pouco tempo em que se teve esse foco das escolas cívico-militares, impactou tanto, porque a verdade triunfa sempre. Impactaram tanto os resultados para a sociedade, para os pais que tiveram essa experiência de ter seus filhos lá, que gerou uma onda. Por onde eu ando, lá no Ceará, as pessoas nas praças, nas ruas, nas feiras, me perguntam sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais opções de escola cívico-militares. Existe um desejo da sociedade, muito forte, porque o projeto é bem estruturado, tem um sentido forte. O senhor trouxe uma explanação que para mim foi muito importante, com outra visão humanística da escola, do método. Então, você pode ter certeza de que esse programa vai voltar com força.

Foi uma experiência tão positiva que os brasileiros, e aí eu digo, a maioria dos brasileiros... É isso o que a gente percebe – e eu converso com gente de esquerda, gente de ideologia de direita, de centro, com quem é contra o Governo, com quem é a favor de Governo, eu converso com todo mundo – e foi uma experiência muito marcante.

Eu tenho que agradecer ao senhor e a todos os que fazem parte desse programa, como cidadão eu lhe agradeço, porque fez ressurgir a esperança no caminho. Pode ter sido interrompido, temporariamente – temporariamente –, mas vai voltar com toda a força porque se estabeleceu, e é uma opção de escolha. Por que tirar uma opção? Deixe os outros. Mas por que tirar essa opção? Por que essa obsessão? Não dá para entender.

A gente vai continuar com esse firme propósito de sequenciar. Você vê que muitos estados e municípios mantiveram e estão ampliando, mesmo com o Governo Federal tendo descontinuado – olha só que interessante a vida própria que criou.

E nós vamos ouvir agora, para falar um pouco mais da experiência do Distrito Federal, que é uma referência há muito tempo – conversando com Senadores, eles falam isso, já perceberam –, e eu quero agradecer ao Coronel Ferro, o Coronel Alexandre Lima Ferro, aqui conosco, que vai fazer a sua apresentação agora, ele que é Subsecretário de Escolas de Gestão Compartilhada da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Muito obrigado pela sua presença.

O senhor tem dez minutos com a tolerância da Casa para compartilhar suas experiências conosco.

O SR. ALEXANDRE LIMA FERRO (Para expor.) – Quero cumprimentar o Senador Eduardo Girão, na figura de quem cumprimento toda a mesa, e cumprimentar toda a audiência.

Eu venho aqui representar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e apresentar o Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, que são os colégios cívico-militares do Distrito Federal. Esse projeto foi concebido em 2018 e foi inaugurado em fevereiro de 2019, com um projeto piloto em quatro escolas públicas do Distrito Federal. Hoje, já são 17 escolas e, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

início do ano que vem, já teremos 25 escolas públicas funcionando no modelo de gestão compartilhada e que serão transformadas também todas em colégios cívico-militares do Distrito Federal.

E, como falou ainda pouco o Coronel Gilson, realmente esse modelo é muito antigo no Brasil, remonta à Guerra do Paraguai, quando o Duque de Caxias se preocupava com os órfãos dos militares que morreram na guerra. Então, ele lança essa ideia, que só é formalizada por decreto imperial de Dom Pedro II em 1889, e essa escola se transforma numa escola de referência no Brasil.

Esse colégio militar do Rio de Janeiro ficou sendo o único colégio militar no Brasil por seis décadas. Mas teve tanta eficiência e promoveu educação de tanta qualidade que as Forças Armadas resolveram criar outros colégios militares, o que inspirou as polícias militares do Brasil a criarem os seus colégios militares Tiradentes e, na sequência, inspirou os corpos de bombeiros militares pelo Brasil afora a criarem os seus colégios militares Dom Pedro II.

Várias unidades da Federação, então, copiaram esse modelo, que se mostrou um modelo de referência, de muita qualidade, porque a demanda é muito grande nas capitais e nas cidades onde existem esses colégios militares, a comunidade procura esse modelo para matricular os seus filhos, e a oferta é menor do que a demanda. Então, surgiu a ideia de se criar em escolas públicas pelo Brasil afora um modelo cívico-militar, um padrão de educação militar inspirado nos colégios militares, mas em escolas públicas. Portanto, criaram-se, a exemplo do Estado de Goiás, os primeiros colégios cívico-militares.

Em 2019, o Estado de Goiás tinha 40 escolas cívico-militares e hoje tem mais de 80. E o Distrito Federal se inspira nesse modelo cívico-militar, que foi inaugurado em 2019, só que no Distrito Federal o modelo foi aperfeiçoado. Enquanto, em algumas unidades da Federação, a gestão da escola cívico-militar é feita por uma força militar – toda a gestão –, aqui, no Distrito Federal, é diferente, essa gestão é compartilhada.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal faz o que ela tão bem sabe fazer, que é a gestão pedagógica, enquanto a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal apoia essas escolas, ajudando a parte pedagógica, na parte disciplinar, fazendo a gestão disciplinar.

Então, a escola passa a ter dois diretores, um mais importante, aquele que é, realmente, o diretor da escola e é o gestor pedagógico, mas a escola passa a ter também um diretor disciplinar; e, nesse modelo de gestão compartilhada, as tarefas são divididas: uma secretaria faz a gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedagógica e outra secretaria faz a gestão disciplinar; e essa gestão disciplinar significa a implantação das rotinas de uma escola cívico-militar.

Então, esse modelo, que já está indo para seis anos aqui no Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não está passando, não?

Ah, agora foi, agora foi.

O SR. ALEXANDRE LIMA FERRO – Agora passou.

... já apresenta os seus primeiros resultados, e a gente conseguiu alcançar os nossos objetivos.

Nós vamos mostrar aqui que se trata de um modelo que promove a inclusão social, porque nós adotamos escolas que são vulneráveis e, para isso, criamos o Indicador de Vulnerabilidade Escolar (IVE), que leva em conta o mapa da violência, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o Índice de Desenvolvimento Humano daquela localidade.

Então, quanto mais vulnerável a escola, mais ela pontua no *ranking*, e aquelas escolas mais vulneráveis são aquelas convidadas a participar desse modelo cívico-militar do Distrito Federal, e isso só acontece depois de aprovação da comunidade, por meio de audiência pública.

Como são escolas vulneráveis, nós buscamos parcerias e levamos vários projetos para a escola. Então, ela passa a ser uma escola cívico-militar, com aquelas ações que são eficientes, como um programa de prevenção às drogas, programas de proteção ao meio ambiente. Aqui, em Brasília, nós temos um teatro, que é o Teatro Rodovia, que promove a educação de trânsito. A escola é vulnerável; portanto, ela precisa de uma maior ação do estado, e assim a gente promove uma inclusão social nessas áreas, que são áreas carentes do Distrito Federal, a exemplo de Ceilândia, Estrutural, Samambaia e Brazlândia. As nossas escolas não estão aqui no centro de Brasília, elas estão espalhadas nas regiões mais remotas aqui do Distrito Federal e nas áreas mais carentes. Portanto, é um projeto também de inclusão social.

Tem todos os seus normativos. Esse projeto é regulado por uma portaria conjunta entre a Secretaria de Educação do DF e a Secretaria de Segurança Pública do DF. Nós temos, no plano de governo do Distrito Federal, a previsão desse projeto, e lá existe o objetivo de alcançar 40 escolas, para implantar esse modelo até 2026. Temos um cronograma, e, por isso, no início do ano que vem já teremos 25 escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, nesses regulamentos, nesses normativos, nós temos ali os objetivos do projeto, que são: promover uma educação de qualidade, promover a inclusão social, promover o pleno exercício da cidadania, diminuir os índices criminais no perímetro escolar, onde a escola está inserida. E nós cultuamos valores que são: ética, honestidade, civismo, patriotismo, respeito, respeito ao professor, respeito a todos, responsabilidade do aluno, disciplina e meritocracia. Esse projeto está alinhado com o Programa de Segurança Pública do Distrito Federal, que é o DF Mais Seguro Segurança Integral, e ali também com o Plano Distrital de Segurança Pública, em que temos objetivos.

Por conta desse alinhamento estratégico, nós conseguimos recursos para executar as nossas ações, como, por exemplo, iniciativas voltadas para a ampliação, fortalecimento e desenvolvimento deste projeto de escolas cívico-militares do Distrito Federal. É um componente cultural de uma escola cívico-militar ter uma banda de música para os hinos, para a execução do Hino Nacional, dos momentos cívicos, para os desfiles cívicos – isso é uma oportunidade para essas crianças – e também incentivamos a prática de esportes, em sete modalidades esportivas. Para isso temos um projeto que se chama Escola de Campeões. Tudo isso dentro do Programa Segurança Integral do Distrito Federal, que tem seis eixos, e um dos eixos é o eixo Escola Mais Segura; e, dentro desse eixo, identificamos as escolas mais vulneráveis e oferecemos esse modelo cívico-militar para a comunidade, que, aprovando esse modelo, ele passa a ser implantado e aí tomamos conta: o Estado se faz mais presente nessas escolas vulneráveis, não só pelo braço da educação, mas também pelo braço da segurança pública.

Então, na Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, nós temos ali o objetivo de atuar de forma integrada com todas as Secretarias do Distrito Federal. Por isso que se chama segurança integral, mas com a comunidade toda envolvida, até a iniciativa privada, fortalecendo ações de prevenção, buscando atender grupos vulneráveis. E por isso criamos este indicador de vulnerabilidade escolar.

E aí há um projeto importantíssimo: o Projeto Bandas de Música. Compramos, com recursos da União, instrumentos musicais. Temos normativos que regulam as aulas de música e oferecemos para a comunidade esta possibilidade de estudar música, teoria musical, leitura de partitura. E nos surpreende muito que essas crianças, com seis meses de aula, oito meses, já conseguem executar o Hino Nacional, já conseguem executar um grande reportório da Música Popular Brasileira. E aí vem uma importante surpresa. Essas aulas de música trazem um importante ganho pedagógico. E não é por acaso que as nossas escolas aqui no Distrito Federal passaram a se destacar no Índice

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Desenvolvimento da Educação Básica. Nós temos bandas de música nessas escolas que se destacaram em concursos de bandas e fanfarras regionais, aqui do Centro-Oeste, e, num recente concurso no Rio de Janeiro, um concurso nacional de bandas de música, uma banda nossa, de uma escola vulnerável no Itapuã, na cidade do Itapuã, se classificou em primeiro lugar. Então, são instrumentos musicais de qualidade, para que resistam ali ao uso, ao manuseio, e recebem manutenção. Maestros, regentes são contratados. São militares da reserva remunerada que estão contratados, com experiência em aulas de música, em regência, músicos com doutorado na UnB em música. Essas crianças têm essa oportunidade de inclusão social, de estudar música.

Um outro projeto dentro das nossas escolas cívico-militares é o Projeto Escola de Campeões, em que incentivamos a prática de esportes.

Compramos materiais esportivos e oferecemos aos professores da Secretaria de Educação, os professores de Educação Física, esses materiais que passam a ser utilizados, e promovemos Olimpíadas entre as nossas escolas cívico-militares.

Essas crianças têm também a oportunidade de desenvolver um talento em sete modalidades esportivas, nas quais também se inclui o xadrez.

Na solenidade de abertura, chamamos todas as forças de segurança, chamamos o patrocínio da iniciativa privada e essas crianças têm essa inclusão social. Além do calendário esportivo da Secretaria de Educação do Distrito Federal, há também essas Olimpíadas das escolas cívico-militares que são um incentivo à prática das modalidades esportivas no contraturno das aulas normais.

Então, tanto as aulas de música quanto as aulas de esportes acontecem no contraturno. Como são áreas vulneráveis, onde essas escolas estão inseridas, a criança tem a aula no seu turno normal de aula e, no contraturno, permanece na escola, num ambiente protegido, numa atividade saudável que também promove ganhos pedagógicos.

A gente percebe nessas crianças um desenvolvimento de uma autoestima, um sentimento de pertencimento a uma escola que é diferente e que é de qualidade.

Com essa promoção de oportunidades para essas crianças – em que chamamos os atletas de renome, como é o caso do Caio Bonfim, para participar dessas solenidades de abertura e para também apresentar uma mensagem de incentivo para essas crianças –, nós também conseguimos excelentes resultados, e essas nossas escolas passam a se destacar nos Jogos Escolares Nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além desses dois projetos, bandas de música, incentivo à prática de esporte, promovemos também, como forma de trazer inclusão social para essas crianças que estão em áreas carentes, visitas institucionais, a exemplo do que fazemos junto à Força Aérea Brasileira, quando crianças têm a oportunidade de fazer voos panorâmicos em aeronaves da Força Aérea Brasileira.

E não é só isso, não é só visitar o hangar, fazer um voo panorâmico, é também receber uma palestra de pessoas dessas instituições, conhecendo essas instituições e até se inspirando, trazendo essa inspiração para as crianças, como oportunidade de trabalho futuro, trazendo um objetivo já cedo para essas crianças, para que percebam uma oportunidade profissional, um campo de trabalho e, assim, já desde muito cedo, se sintam inspiradas e motivadas a estudar e a buscar essas oportunidades.

Hoje, nós temos, já na Força Aérea e também no Exército Brasileiro, músicos que foram alunos nossos que hoje estão incorporados a essas bandas de música das Forças Armadas, que foram aprovados mediante seleção, muitos conseguem vaga na Escola de Música de Brasília. Enfim, é realmente um projeto de inclusão social.

Também fazemos visitas a outras instituições, como é o caso da Polícia Federal, que abre as portas do seu hangar de aeronaves ou então do seu comando de operações táticas. Ali, oficinas são montadas e recebem essas crianças, e também apresentam uma palestra em que membros dessas instituições chegam lá e falam para as crianças: "Olha, eu fui também aluno de escola pública como vocês e vocês podem ser iguais a mim. Estudem, essa é uma oportunidade de trabalho no futuro."

Enfim, as crianças passam a conhecer as instalações aqui do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, das Forças Armadas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – uma oportunidade de inclusão e de inspiração para essas crianças.

Buscamos também apoio da iniciativa privada. Aconteceu o evento Campus Party aqui em Brasília este ano, que é o maior evento, a maior feira tecnológica do mundo. Pedimos aos organizadores desse evento 2 mil vagas para crianças dessas escolas de gestão compartilhada, e assim nos foi concedido. Conseguimos o transporte e a alimentação para essas crianças, que tiveram a oportunidade também de conhecer tecnologia e de alcançar programas que são apresentados nessas feiras tecnológicas, de incentivos, de patrocínios, e aqueles que têm um dom para todas essas áreas passam a ter uma oportunidade. Assim, também, mais uma vez, promovemos essa inclusão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso, às vezes, até nos emociona, porque tão perto aqui do centro de Brasília, uma escola, por exemplo, na Estrutural, que está a 15km do Centro de Brasília, temos alunos da comunidade do Santa Luzia, que é uma expansão dessa cidade estrutural, que são crianças muito carentes. Ainda há ruas sem asfalto, esgoto a céu aberto e edificações precárias, e temos alunos dessas localidades, crianças que chegam à arena aqui do estádio nacional Mané Garrincha – a gente percebe – crianças se emocionando, chorando, porque nunca tiveram a oportunidade de acessar esses ambientes.

Buscamos exatamente isto: como são crianças carentes, fazemos o Estado estar mais presente e promovemos toda essa inclusão social.

Se um circo vem se apresentar em Brasília e solicita autorização para a Secretaria de Segurança, nós já cobramos desse circo o seu papel social de promover acesso a pessoas que não podem pagar, e assim nós conseguimos também levar crianças a esses shows que acontecem aqui em Brasília.

Mas não é somente o show.

(*Soa a campainha.*)

Entre um espetáculo e outro, ali, promovemos palestras, por exemplo, sobre a proteção à mulher, a identificação de sinais de violência contra a menina, a prevenção às drogas... E assim a criança tem a oportunidade cultural e também de ser orientada a respeito dos riscos que a gente tem nas mídias sociais, por exemplo. Então, entre um show e outro, uma palestra para a gente também buscar a proteção dessas crianças que estão inseridas, que moram em localidades vulneráveis.

Assim, trazemos também, e integramos, todos os programas de prevenção às drogas, aqueles da Polícia Militar do Distrito Federal, também a Polícia Civil do Distrito Federal tem esses programas, e direcionamos para escolas que realmente precisam mais dessa atenção do Estado.

Para encerrar, trago aqui os resultados, e são os mesmos, as nossas pesquisas apontam isso, são os mesmos resultados que foram observados na pesquisa aplicada no Programa Federal das Escolas Cívico Militares.

O nosso programa é local. Ele foi inaugurado antes do Programa Federal de Escolas Cívico Militares, que é o Pecim, mas quando esse Pecim foi extinto, quatro escolas que tinham esse fomento federal aqui no Distrito Federal foram absorvidas pelo nosso Projeto Escolas de Gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Compartilhada. Portanto, esse programa federal, aqui no Distrito Federal, não foi descontinuado. Essas escolas não foram desassistidas, porque nós indicamos essas escolas para o Governo Federal, e também eram escolas vulneráveis. Essas comunidades não foram desassistidas, e o resultado é muito parecido, fazemos um monitoramento, uma avaliação, por meio de pesquisas, e essas pesquisas nos mostram diminuição na evasão escolar, diminuição nos índices de reprovação e melhora da sensação de segurança.

O Distrito Federal é uma unidade da Federação muito segura, mas às vezes o cidadão não tem uma sensação de segurança. Uma coisa são os indicadores de segurança, outra coisa é aquele sentimento do cidadão de se sentir seguro ou não, e, muitas vezes, o cidadão não se sente seguro. Nessas localidades, no perímetro escolar e dentro da escola, onde nós implantamos esse modelo, as pesquisas mostram melhora nessa sensação de segurança. Os professores respondem, nessas pesquisas, que é melhorada a disciplina dos alunos, o que promove um ambiente escolar mais propício para um bom resultado das práticas pedagógicas; também as pesquisas nos mostram diminuição das ocorrências policiais formais no perímetro escolar – é claro! A escola passa a ser protegida, agentes do Estado que trabalham na segurança pública ficam dentro da escola, então é natural que isso aconteça; o criminoso passa longe dessas escolas, e aí a escola se torna, realmente, um local mais seguro.

Os alunos respondem a essas pesquisas, e 93% desses alunos respondem que a escola se torna um local melhor para estudar; 85% dos nossos professores da rede pública de ensino em geral apoiam esse modelo; e um indicador importante, um resultado importante é a melhora do Ideb: daquelas dez escolas mais antigas que nós temos – elas já funcionam há cinco anos segundo esse modelo cívico militar –, hoje, três delas figuram entre os dez melhores IDEBs do Distrito Federal, num universo de quase 800 escolas públicas aqui do Distrito Federal; e as outras tantas, aquelas que entraram mais recentemente, também melhoraram o Ideb. Então, esse é o resultado mais importante, é esse indicador do Ministério da Educação que nos mostra a eficiência da parte pedagógica dessas escolas.

Eu queria avançar o eslaide, eu não estou conseguindo...

Temos três escolas aqui que se destacam... (*Pausa.*)

... uma escola nossa no Núcleo Bandeirante é o 5º melhor Ideb do DF; uma outra escola nossa, em Taguatinga, de ensino fundamental, é o 8º melhor Ideb; e um grande avanço que nós tivemos foi uma escola de ensino fundamental e médio que nós temos em Santa Maria, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Colégio Cívico-Militar 416 de Santa Maria, que hoje é o 6º melhor Ideb do DF. Portanto, essas escolas encostam ali nos três melhores IDEBs do DF, que são o Colégio Militar de Brasília, o Colégio Militar Tiradentes e o Colégio Militar Dom Pedro II do Distrito Federal.

Eu trago uma última mensagem para aqueles que labutam nessas escolas, para os professores e também os monitores militares que trabalham nessas escolas cívico-militares, que está na Bíblia, que é: "E vós, irmãos, não vos canseis de fazer o bem". Não vos canseis de fazer o resultado, fazer a diferença na vida dessas crianças e adolescentes carentes aqui no Distrito Federal que receberam esse modelo de ensino cívico-militar nesse projeto das escolas de gestão compartilhada.

Obrigado, Senador Girão, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Coronel Alexandre Lima Ferro, foi uma apresentação memorável, memorável.

A gente está tendo uma manhã aqui simplesmente espetacular com as apresentações já feitas pelo Dr. João Malheiro, pelo Coronel Gilson Passos e também pelo Coronel Alexandre Ferro – é o Brasil que dá certo. A gente só não entende por que tanta perseguição, porque a gente está vendo o Brasil que está dando certo, e fica aquele questionamento, realmente...

Eu convivo aqui com um Senador do Rio Grande do Norte, o Senador Styvenson Valentim, que eu tive a oportunidade de visitar a escola cívico-militar que ele abraça antes de pensar em ser político como militar em Natal. E é impressionante: é uma comunidade carente, e o Governo do estado fazendo tudo para sabotar, mas é aquela árvore que está destinada a ser frondosa. Você vê a alegria dos pais. Eu estava lá, e os pais – como você falou, tem que trabalhar os pais também, colher e participar –, dando depoimentos para a gente, assim, emocionados com o resultado, felizes, dizendo da mudança do comportamento dos seus filhos e da mudança deles.

Rapaz, é um negócio que não tem por que não oferecer essa alternativa. Deixe o povo escolher. Eles sabem que o povo brasileiro vai escolher, porque está aí o resultado.

Eu fico imaginando me colocando como criança participando de uma daquelas visitas, de uma daquelas palestras, que o senhor colocou ali, cada uma melhor do que a outra. Ela nunca vai se esquecer na vida de uma visita, por exemplo, que o senhor colocou, à Polícia Federal, aos aviões da FAB, ao estádio, e das palestras, porque não são só as visitas. Como você falou, ao ouvir de pessoas experientes na vida uma fala em relação a uma vida saudável, a não se envolver com o que está errado, a pessoa vai tendo norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá! Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Muito obrigado.

Parabéns pelo trabalho!

Estamos pertinho. Conte conosco no que a gente puder fazer. Nós estamos aqui para fazer o que é correto.

Eu passo imediatamente a palavra para a Sra. Inez Cabral, que é Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil.

Nós vamos agora abordar... Vimos um pouco da pedagogia das virtudes e também das escolas cívico-militares. Depois, a gente volta para a pedagogia das virtudes – a Dra. Raquel Campanate já está aqui conosco –, e tem também a escola cívico-militar com o Wagner de Faria Santana.

Agora a gente vai ouvir sobre o método Sathya Sai, de que eu dei um *spoiler* aqui no começo. Eu fiquei particularmente muito encantado quando vi na Índia esse método, e a Inez Cabral, que é minha conterrânea e já a conhecia há muito tempo, nos ajudou a montar lá uma escola gratuita, totalmente com doação de empresários, de empresas, e tem fila de espera também. Vamos entender como é esse método exatamente.

Inez Cabral vai fazer a sua exposição agora.

Muito obrigado pela sua presença, Inez, de forma virtual. Você tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer a sua exposição.

Obrigado.

A SRA. INEZ CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem!

Bom, muitíssimo obrigada, querido Senador e queridos expositores, por esta oportunidade.

Agradeço, em nome do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, a todos aqueles que comungam dessa admiração profunda por esse programa.

Vou aqui iniciar a minha apresentação.

Eu gostaria de saber se eu já estou como *co-host* para poder projetar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já está. Pode projetar.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Já, não é?

Eu tenho que minimizar a tela do Zoom.

Vou abrir a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Coloque a apresentação em tela cheia e depois apresente, por favor, Inez.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Sim, é o que eu estou fazendo. (*Pausa.*)

Não está abrindo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Vamos fazer o seguinte, a nossa equipe técnica aqui vai entrar em contato com a senhora, e a gente volta já para a senhora, está certo? Enquanto resolve isso.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos sequenciar aqui. Não sei se a Eliana Maria da Silva Barbosa está conectada, está? (*Pausa.*)

Então, vou passar a palavra para a Eliana Maria da Silva Barbosa, que é Coordenadora de Educação também do método. A gente prometeu que ia dar uma olhada e conhecer um pouco do programa Sathya Sai Educação em Valores Humanos. Ela é Coordenadora Pedagógica da educação infantil, também lá do Ceará, onde está a Inez. Ela conhece bem e nós vamos aqui ouvir a experiência da Eliana.

Muito obrigado pela sua presença. Você tem dez minutos, com a tolerância, para fazer a sua palestra.

A SRA. ELIANA MARIA DA SILVA BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia! Todos estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANA MARIA DA SILVA BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Está bom. Eu acho que a D. Inez conseguiu abrir. Pronto. Voltou ao normal.

Gente, bom dia a todos! Gostaria de agradecer a oportunidade ao Senador Luis Eduardo Girão e a todos aqui presentes, todos os que nos escutam. Gostaria de falar um pouco sobre a instituição Associação Estação da Luz, que fica situada no Município de Eusébio e foi fundada no ano de 2004. A nossa escola, a Escola Professor Clodomir Teófilo Girão, é um dos projetos da Estação da Luz. Nós já temos oito projetos e hoje a Educação Sathya Sai Educação em Valores Humanos perpassa todos os oito projetos. A partir de quê? Como foi que surgiu isso? A partir da escola, que teve início em abril de 2004. O que foi que aconteceu?

A partir da escola, a gente começou a ver um diferencial na conduta dos outros alunos dos demais projetos e aí viu-se a necessidade de ampliar a questão da Educação em Valores Humanos para os demais projetos. Então, gente, hoje não é só a escola que atua com a Educação em Valores Humanos e, sim, a Estação como um todo. A D. Inês vai fazer essa fala, eu vou só falar aqui brevemente sobre a questão do programa Educare, que surgiu na Índia, foi criado pelo educador indiano Sathya Sai Baba.

Gente, o Programa Sathya Sai de Educação em Valores Humanos é um programa que visa à formação do caráter. E como é? É a partir de quê? A partir do exemplo. O Núcleo de Fortaleza nos apoia como? No apoio com as famílias. Como bem disse o nosso colega, se não houver a parceria com a família, a gente não consegue nada. Então, o que a gente faz? Mensalmente nós temos um encontro do instituto com os pais, através do exemplo, porque não adianta a escola falar uma língua e a família falar outra, não é? E o que acontece? Mensalmente existe esse encontro com os pais. E aí, em contrapartida, tem a questão do exemplo das crianças também, que levam o que aprendem aqui na escola para casa.

Quando existe determinado conflito... Nós atendemos crianças de três anos, que são do infantil 3, até 14 anos, 15 anos, que são dos anos finais, até o 9º ano. Atualmente nós temos 221 alunos na escola. O que acontece? Nós trabalhamos os cinco pilares, os cinco valores: amor, verdade, paz, retidão e não violência. Cada um desses valores atua em uma área do ser humano, certo? O que é a educação em valores humanos? Não é um processo de informações, e sim um processo de criar estratégias, através dessas cinco técnicas, que são os cinco valores, para que o ser humano transmita esses valores, que já são inerentes, que já existem dentro de cada um, certo? E aí, gente, acontece essa autotransformação que vai da escola para a casa, para a comunidade e, automaticamente, para o município, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós trabalhamos... A nossa seleção é feita através de um edital, e existe uma lista de espera enorme por conta dos relatos dos pais, das crianças. E, aí, a procura aqui na escola, na instituição, pelos demais projetos também é enorme, por quê? Nós trabalhamos a conduta, o caráter e, principalmente, o pássaro com as duas asas, que é a questão da excelência humana e da excelência acadêmica.

Nas empresas aqui do Município de Eusébio, quando tem um programa de jovem aprendiz, eles perguntam logo: "Vocês conhecem a Estação da Luz? Você é lá da Estação da Luz?". Existe esse diferencial. E eles perguntam muito a questão da... Cada valor trabalha uma estratégia. Existe a harmonização, o canto em grupo, existe o trabalho em grupo, existe também a questão da frase, de alguma reconheça bibliográfica de algum autor, de algum autor de referência; tudo isso é mesclado aos conteúdos tradicionais, de acordo com a BNCC. O que acontece? A gente seleciona os conteúdos. Previamente, a gente vê se passa alguma mensagem de paz, de amor, de bem, de alguma coisa, digamos assim, que contagie de forma benéfica. E, aí, a gente mescla com a questão do método indireto – esse é o método indireto. O que acontece? Nas sextas-feiras e nas quintas-feiras, nós temos a aula pelo método direto – acredito que a D. Inez também vá falar sobre isso –, e aí a gente trabalha os cinco níveis, que são: o espiritual, o mental, o emocional... Cada estratégia tem o seu nível a ser trabalhado.

As técnicas da educação de valores humanos são para trabalhar o ser integralmente.

Quando se fala em espiritualidade, algumas pessoas, alguns pais chegam e perguntam "aqui trabalha alguma coisa sobre religião?" Como é que a gente explica isso? Espiritualidade é uma coisa que vai para o além. A gente busca trabalhar o todo, o planetário, a família, a comunidade. E a religião é o que? É algo fechado a um determinado credo, a uma determinada igreja, a uma determinada situação. E é bem diferente isso.

Trabalhamos também a questão da alimentação saudável. Proibindo? Não, aqui a gente não proíbe; aqui a gente educa. A gente educa para transformar. Como é essa educação? Através da autotransformação. Como é que eu vou pedir para uma criança não comer açúcar se eu como açúcar? Se a criança... Como é que eu vou dizer para uma criança que o refrigerante não é saudável tomando refrigerante? Como é que eu vou pedir para a criança economizar água se a criança vai lá no refeitório e me vê desperdiçando a água? Então, é através do exemplo, principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa também que nós fazemos aqui: não é a informação só, é a transformação, principalmente. Não adianta dizer para a criança que a fórmula da água é H_2O se nós não estamos trabalhando a questão da... Que tem que economizar água, que tem que manter os rios limpos.

E, saindo um pouco da escola para ir para os demais projetos, nós temos o Jogando com Valores, que é um dos nossos projetos também, que é o Vida e Esporte – Futebol, o Vida e Esporte – Basquete. Nós temos o recital do Tocando a Vida, que é o nosso projeto de música também, que também abrange o programa de Educação em Valores Humanos. Nós temos também a Hydro, em que nós trabalhamos também com idosos, o Pilates também, em que nós trabalhamos a questão de valores humanos, o Teatro Transcendental também, em que nós temos alunos, e aí a peça, a gente vai apresentar a peça, digamos, do... Os alunos que fazem o roteiro da peça. Claro que tem lá o curador, tem o professor da peça, mas quem faz a peça, o tema da peça que vai ser apresentada no teatro, são eles mesmos, que refazem o roteiro. Se tiver alguma cena, alguma coisa de violência, eles transformam em uma outra vertente, voltada para o bem, não é? Se não existir alguma coisa, eles transformam aquela pessoa... Como aquela pessoa que se arrependeu.

É uma semente que nós estamos plantando em cada adolescente, em cada criança que está passando por aqui. Nós atendemos... (*Falha no áudio.*)

Eles... Tem alunos nossos – aqui tem as escolas profissionalizantes – que passam nas três escolas profissionalizantes em primeiro lugar. Esse primeiro lugar é em quê? É para ser o melhor de todos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos tendo um probleminha técnico aqui.

A SRA. ELIANA MARIA DA SILVA BARBOSA (*Por videoconferência.*) – ... não.

Sathya Sai Baba diz que um pássaro para alçar um... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós estamos tendo um probleminha técnico, Eliana Maria da Silva Barbosa. Nós estamos tendo um probleminha técnico.

Vamos tentar corrigi-lo para a senhora concluir a sua fala, tá?

Não sei se já está o.k. aí.

Não? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É lá, não é? É a internet aí.

Mas essa escola é fantástica. Nessa escola, a autoestima das crianças é algo de arrepiar. Ela fica no Eusébio e, desde 2004, se eu não me engano, tem um trabalho fantástico aí na sociedade, reconhecido. Só tem ampliado o número de alunos e é realmente algo que tem transformado a realidade do entorno do Eusébio no Estado do Ceará.

Vale a pena quem quiser conhecer a Escola Sathya Sai Educare de lá.

Daqui a pouco a gente tenta o contato novamente para ver como é que está a internet da Eliana.

Como é que está a Inez Cabral? Ela já está na linha? Já está o.k.? Tudo direitinho? (*Pausa.*)

Então, vamos passar para ela.

Com a palavra, Inez Cabral, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil.

A gente ouviu a experiência agora da Coordenadora de Educação, que é a Sra. Eliana, de uma dessas escolas.

Vamos ouvir agora a Inez, que participa de uma coordenação nacional dos núcleos pelo Brasil, são várias escolas no país, para que ela possa fazer a sua apresentação em dez minutos, com a tolerância da Casa.

Muito obrigado pela sua presença, Inez.

E, Eliana, muito obrigado também pela sua presença. A gente vai tentar o contato novamente para a sua conclusão, mas de antemão já lhe agradeço.

Inez, dez minutos para a sua apresentação.

Muito obrigado.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Muito, muito, muito obrigada.

Vamos ver aqui se eu consigo fazer a publicação da minha exposição.

Um momento... (*Pausa.*)

Eu acho que vou pedir ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

A gente vai passando aqui, tá, Inez?

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência*.) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente vai passando aqui.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência*.) – É porque eu mandei a apresentação... Aí, então...

Meu Deus! Eu já dei tanto curso *online* e hoje não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto, já está na tela o primeiro aí, tá?

A SRA. INEZ CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, então, bom dia a todos.

Em nome do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, nós agradecemos esta oportunidade de estar nesta audiência pública. Participamos uma vez, em agosto de 2018, e nós vamos falar não só sobre as características filosóficas do programa, mas, em primeiro lugar, sobre o Sathya Sai e sua obra humanitária.

Então, vamos passar o primeiro eslaide.

Sathya Sai Baba, ele... Bom, primeiro esse é o grande lema dele, ou mandamento que ele repetia sempre: "Ame a todos. Sirva a todos" – "*Love all. Serve all*". O Senador deve ter visto que, nas escolas dele, nos hospitais, você entra e vê logo isso. E ele não só falava, como deixou o exemplo, não é?

Então, vamos passar mais um.

Ele nasceu, como vocês veem aí, em 23 de novembro de 1926 e deixou o seu corpo físico em 24 de abril de 2011. É considerado o maior educador da Índia moderna e deixou uma obra humanitária gigantesca, porque ele dizia: "Ame a todos, sirva a todos" e dava o exemplo – não só falava – tanto na área que a gente chama *medicare*, *sociocare* e *educare*, ou *medicare, sociocare* e *educare*, principalmente nessas três áreas médicas. Eu vou mostrar algumas fotos de hospitais que ele fundou.

Vamos passar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hospitais gerais tanto em Prasanthi Nilayam, onde é o *ashram* dele, que fica localizado em Puttaparthi, a aldeia onde ele nasceu, como também em Whitefield, perto de Bangalore. São hospitais muito grandes e fazem tudo absolutamente gratuito: consultas, exames, cirurgias, tratamentos. Inclusive, eu estive uma vez hospitalizada nesse de Prasanthi Nilayam, em 2014. Fui participar de uma conferência mundial de educação e antes passei por Delhi, Rishikesh e não sei onde a dengue me pegou. Fiquei quatro dias lá hospitalizada, recebendo soro, com muitos cuidados, e não paguei absolutamente nada.

Então, outro eslaide, por favor.

Nós vamos ver os hospitais de superespecialidades, um deles fica justamente em Prasanthi, em Puttaparthi. São hospitais gigantescos, em que eles fazem não só cirurgias como transplantes, principalmente transplantes de coração, de rins e todos os tratamentos, cirurgias, tudo é absolutamente gratuito, não existe caixa nesses hospitais.

Mais um.

Nós temos lá também as clínicas móveis, que são ônibus que viajam e dentro deles têm os laboratórios de ultrassom, raio-X, etc. Viajam pelas aldeias – como dizia o Mahatma Gandhi, a Índia vive nas suas aldeias – e vão atendendo também gratuitamente os habitantes, e isso envolve cerca de 500 médicos do Estado de Andhra Pradesh. Justamente Puttaparthi fica no Estado de Andhra Pradesh, no Sul da Índia.

Mais um.

Na área social, além da construção de asilos, abrigos, orfanatos, etc., ele deixou esses projetos de água potável. Foram cinco projetos gigantescos, cada um custou não sei quantos milhões de dólares, e é importante dizer que Sathya Sai nunca aceitou qualquer ajuda do Governo da Índia. Sempre que ele anunciava que queria fazer um projeto, qualquer projeto, aqueles seus admiradores, devotos do mundo inteiro, não só do Oriente, como do Ocidente, Estados Unidos e tal, enviavam recursos para a fundação para ele poder realizar esses projetos.

No caso, foram uns cinco projetos. Fez transposição de rios, do Rio Krishna e do Rio Yamuna, levou água potável para milhares de aldeias. No primeiro, para vocês terem uma ideia, foram mil aldeias, beneficiando dez milhões de habitantes, mas tem outros mais.

Vamos mais à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na área da educação, como nós dissemos, ele criou as escolas chamadas Sathya Sai – só na Índia, tem cem escolas Sathya Sai –, e essas escolas têm uma característica muito especial, porque as crianças ficam em regime de internato, vivem naquela escola. Tem a área do alojamento e a área das salas de aula; passam o dia todo ali recebendo a educação tradicional, acadêmica, e também a educação em valores humanos. Além das escolas, ele criou uma universidade, que tem quatro *campi*, em quatro distritos da Índia.

Vamos passar.

Aqui é a foto da escola de ensino fundamental lá de Prasanthi Nilayam. O distrito lá antes se chamava Anantapur, e, há dois anos, o Governo da Índia o desmembrou e criou um distrito chamado Sri Sathya Sai, em homenagem a Sathya Sai Baba.

Aqui é a escola de ensino médio que tem o nome de Eswaramma, que era a mãe de Sathya Sai.

Outro eslaide.

Há a reitoria da universidade, que fica lá em Prasanthi Nilayam, e a escola superior de música.

Eu coloquei só algumas fotos, porque a obra é gigantesca, como eu disse, para vocês terem uma ideia.

Mais outra foto, por favor.

O planetário, pelo que eu soube, não verifiquei isso, foi uma doação da Nasa na década de 80, e esse estádio olímpico também foi construído com todas as diretrizes do Comitê Olímpico Mundial.

Vamos em frente.

Todas essas obras estão na Índia. E eu diria que o maior presente que ele deixou para a humanidade, como um todo, foi justamente a sua educação Sathya Sai em valores humanos, que tem, como base, estes cinco valores humanos universais: a verdade, a retidão, a paz interior, o amor e a não violência.

Vamos.

Falamos depois sobre eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sathya Sai enfatizava – eu vou ler aqui o texto –: "Você não precisa fazer nenhum esforço especial para adquirir os valores humanos. Eles estão latentes dentro de você desde o seu nascimento. Você os esqueceu, pois não os pratica. A humanidade está em declínio, somente porque as pessoas não estão praticando os valores humanos".

Vamos passar?

Então, essa educação Sathya Sai começou a se expandir pelo mundo inteiro. Hoje, existem 28 institutos de educação Sathya Sai, não só na Europa, como vocês veem aqui, Norte da Europa, Sul da Europa, como também no Oriente Médio, na África, mas eu diria que onde se expandiu mais foi justamente na América Latina.

Na organização Sathya Sai, a Zona 2B é justamente a América do Sul, que compreende dez países. Desses dez países, em oito deles existe o Instituto Sathya Sai de Educação, cuja missão é justamente a de expandir essa educação Sathya Sai.

Vamos passar.

No Brasil, essa mensagem chegou na década de 90. Inclusive, no ano de 1993, foi criada a Escola Sathya Sai de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Primeiro, ela esteve no Morro dos Macacos; depois, por causa da violência, a Organização Sathya Sai comprou uma sede própria. Então, em 1993, inclusive, a nossa Escola Sathya Sai foi a terceira fora da Índia; a primeira foi na África, na Zâmbia; a segunda foi na Tailândia; e a terceira foi a nossa, no Brasil, que foi a primeira Escola Sathya Sai de toda a América do Sul. O nosso instituto, que foi fundado no ano 2000, foi o primeiro Instituto Sathya Sai da América do Sul.

Como vocês veem aí, o Instituto faz parte da organização, que está presente em mais de 120 países, e recebe justamente as suas diretrizes do Comitê Internacional de Educação. A sede fica em Ribeirão Preto, no mesmo terreno onde funciona a Escola Sathya Sai de Ribeirão Preto, mas atua em todo o país através dos seus núcleos. Nós aqui pertencemos ao núcleo de Fortaleza.

A instituição é sem fins lucrativos. Absolutamente não se cobra nada por qualquer curso, por qualquer formação. Todos os profissionais – os facilitadores – são voluntários, são pessoas realmente apaixonadas. Eu digo que recebi o meu grande chamado para essa educação em agosto de 2021, quando eu participei do primeiro Congresso Latino-Americano de Educação Sathya Sai, promovido pelo Instituto, lá em Ribeirão Preto. Assisti a uma conferência fantástica do Dr. Art-Ong Jumsai, da Tailândia, considerado o maior cientista da Tailândia, o fundador da Escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sathya Sai da Tailândia. Fantástica! Fiquei assim apaixonada, então, já em fevereiro de 2022, criamos o núcleo de Fortaleza, que já está com seus 22 anos de atuação.

Vamos passar.

Como eu disse, temos 16 núcleos em várias cidades e capitais do Brasil. Existem três escolas Sathya Sai: a de Vila Isabel, a de Aparecida de Goiânia e a de Ribeirão Preto. Duas escolas adotam o programa: a nossa do Eusébio, a Escola Professor Clodomir Teófilo Girão, desde 2004, quando foi fundada; e a Escola Pingo de Gente, lá no Rio Grande do Sul, em Montenegro, desde 2009.

Aqui é o mapa do Brasil, mostrando apenas a localização dos núcleos e também das escolas Sathya Sai, das escolas que o adotam.

Pode passar.

E, então, vamos ver um pouco mais sobre o que interessa hoje, a educação Sathya Sai em valores humanos. Como eu disse, baseada nesses cinco valores humanos universais. E eu diria – passe, por favor, o eslaide – que o grande... Como eu diria? Sathya Sai resgatou o verdadeiro sentido da palavra educar. A palavra educar vem do latim e é formada pelo prefixo *ex*, que significa esse movimento para fora – quando eu digo exportar, estou levando algo para fora – e *duco*, que é um verbo do latim, *ducere*, que significa conduzir, guiar.

Então, de fato, o que é educar? É conduzir de dentro para fora, fazer emergir, fazer florescer. Isso é o que significa a palavra educar. Por isso Sócrates já dizia: "Conhece-te a ti mesmo".

Então, ele realmente resgatou o verdadeiro sentido da palavra educar.

E, quando a gente diz assim "extrair de dentro para fora" – passe o eslaide, por favor –, nós perguntamos: Nós vamos fazer florescer o quê? Justamente os atributos e os valores que já fazem parte do nosso verdadeiro ser. E daí vem a pergunta que todos nós nos fazemos: Quem sou eu? De onde eu vim? Para aonde eu vou? Mas, principalmente: Quem sou eu?

Essa é uma pergunta que é respondida por várias tradições, por várias religiões, várias culturas. Nós mesmos, aqui, uma pátria que é fundamentalmente cristã, temos na Bíblia Sagrada o momento no livro Gênesis que diz que um homem foi criado à imagem e semelhança.

Então, realmente, o grande fundamento desse programa é essa – como eu diria? – convicção de que todos nós somos seres divinos e, portanto, dentro de nós já estão todos aqueles atributos e valores que fazem parte desse nosso verdadeiro ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passe aí.

Porque nós perguntamos: E qual seria esse meu verdadeiro ser? Seria o corpo? Quando a gente fala na palavra verdadeiro, a verdade é aquilo que é, que sempre é, que não se modifica. O corpo está sempre em mudança, a mente também tem os seus valores, a agilidade, a perspicácia. O corpo também tem os seus valores, mas, justamente, a consciência, a nossa essência é a ela que, de fato, pertencem esses atributos, esses valores humanos, que são valores humanos inerentes, por isso se chamam valores humanos, não se chamam valores nem minerais, nem vegetais, mas valores humanos, porque são intrínsecos ao ser humano.

De fato, Deus depositou no coração de cada ser humano todos esses atributos, todos esses valores.

Passando.

Então, justamente a educação Sathya Sai, com valores humanos, baseia-se em fazer florescer a semente de ser humano, que já existe dentro de nós e que contém todos os atributos divinos que são nossa essência real.

E participamos justamente disso. Acreditamos que, em essência, somos todos seres divinos, seres que já trazemos justamente esses valores, sobretudo o amor.

Vamos passar.

Quando a gente fala sobre isso, às vezes as pessoas dizem: Eu sou um ser divino? Acham aquilo estranho. Então, contamos sempre essa historinha do sábio e da semente de laranja.

Contam que esse sábio estava passeando por uma estrada e, de repente, viu, num cantinho, uma semente de laranja. E ele perguntou: "Quem é você?" A semente de laranja disse assim: "Ué, o senhor não é um sábio? O senhor não está vendo que eu sou uma semente de laranja?" Aí o sábio olhou para a sementinha e disse: "Não, você é um laranjal". E a semente de laranja disse assim: "Ih... Esse sábio! Dizem que é sábio, mas eu acho que não é tão sábio assim." Então o sábio insistiu, insistiu...

E eu pergunto a vocês: O que vocês acham?

Passe o eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ô, minha querida irmã Inez, deixe-me te falar: a gente está com o Plenário sendo chamado agora aqui, vamos ter a votação, daqui a pouco, da reforma tributária.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu já dei um tempo extra, dei uma tolerância, o tempo já passou.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Eu vi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Preciso só, se puder fazer aí a essência...

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas está espetacular. E vai ficar aqui, toda a apresentação – sei que faltam 20 eslaides ainda, pelo que fui informado. Sei que a apresentação é fantástica, eu conheço, mas vai ficar aqui, nos *Anais do Senado*, para quem quiser depois assistir, quiser participar, copiar, vai estar disponível.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então só peço, vou colocar aqui três minutos para o encerramento – está bem?

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência.*) – Está bem.

Então, vamos passar os eslaides.

Ele vai passando.

Então, como dizia Sathya Sai, a grande aventura do jogo da vida consiste em descobrir a si mesmo, ou seja, remover a capa de egoísmo que envolve a nossa própria essência divina, e isso é justamente o fundo, o fundamento do programa, que é extrair de dentro os valores que já são inatos e praticá-los. Não adianta extrair, mas praticar.

Algo muito importante, justamente, é quando ele dizia que a meta da educação é a formação do caráter. E o caráter, a definição de caráter que ele dava era a unidade entre pensamento, palavra e ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Infelizmente, hoje as pessoas dizem uma coisa e fazem outra. E o objetivo da educação é a transformação e não a informação.

As pessoas às vezes perguntam: "Então, como é que fica a formação acadêmica?", mas ele dá justamente o exemplo do pássaro, em que, da mesma forma que duas asas são essenciais para o pássaro voar, também o ser humano tem que ter a educação material e espiritual. Daí porque o Eduardo comentou que os alunos da universidade dele são muito requisitados, porque eles têm não só a excelência acadêmica como a excelência humana, a vivência dos valores. A educação no Sathya Sai justamente visa a isto: a excelência acadêmica, a excelência ambiental, a excelência humana.

Vai passando.

Novamente os cinco valores humanos. Ele dizia que, dos cinco valores humanos, de fato, o amor é o fundamento de todos eles; e dizia que o amor, de fato, não é um sentimento, ele é uma energia, é a energia que cria e que sustenta todo o universo. O amor como pensamento é verdade...

Volte, por favor, só para a gente ler, que aquilo é importante.

O amor como pensamento é verdade, o amor como ação é retidão – ou ação correta –, o amor como sentimento é paz, e como compreensão é não violência. Quando você compreende quem você é e quem todos são, você é incapaz de ferir alguém.

Pode passar.

Então, como comentou a Eliana, essa educação é de desenvolvimento integral, visa a todos esses aspectos do ser humano: emocional, físico, intelectual, psíquico e espiritual.

Nele, o papel do professor é importantíssimo. O professor tem a maior responsabilidade na formação do futuro do país. De todas as profissões, a sua é a mais nobre, a mais difícil e a mais importante – isso ele dizia.

Eu vou mostrar rápido uns eslaides sobre uma colocação do querido Jesús García Merino, da Argentina, que foi Presidente do Instituto Sathya Sai de Educação da Argentina. Ele é professor também e ele dizia que o professor é como um jardineiro: ele cultiva, ele cuida, ele não vai ensinar a semente – a semente da rosa – a ser uma rosa. Não, ele cultiva, ele cuida como algo sagrado.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Ele cuida com amorosidade, com respeito. Isso é o que o jardineiro faz e isso é o que o professor faz também.

Pode passar.

O professor acredita na semente. Ele sabe que, em essência, somos todos seres divinos e que todos os valores já estão presentes em cada um de nós.

Pode passar.

Aqui, no final, eu gostaria de concluir com esse exemplo muito lindo que ele fala sobre Michelangelo, quando ele esculpiu esse lindo Moisés em mármore. Perguntaram a ele como é que ele conseguia esculpir uma obra tão extraordinária como aquela. Aí ele dizia que, quando ele recebia a pedra, aquele bloco de mármore da pedreira, ele já via Moisés ali dentro. A única coisa que ele fez foi tirar aqueles pedaços de mármore que o cobriam. Então ele diz que é a mesma coisa o professor. Ele sabe que dentro do coração, na essência de cada aluno, estão presentes todos esses valores humanos. Ele só faz ajudar a tirar aquela poeira, aquela coisa que cobre, para que aquela essência divina se manifeste.

Pode passar. Vamos terminar.

Depois eu falo sobre isso, o instituto Sathya Sai da Europa, mas não vai dar tempo.

Vamos passar para o último, por favor.

Queria terminar justamente com essas palavras de Sathya Sai, em que ele diz:

> Se houver retidão no Coração,
> haverá beleza no Caráter;

Justamente a sua educação, como ele diz, a meta da educação é a formação do caráter.

> Se houver beleza no Caráter,
> haverá harmonia no Lar;
> Se houver harmonia no Lar,
> haverá ordem na Nação;
> Quando houver ordem na Nação,
> haverá Paz no Mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós que agradecemos, Inez Cabral, uma grande idealista, que tem nos ajudado muito lá nesse projeto da escola. Ela na verdade foi a grande precursora, que sempre vai à Índia e que implantou não só a escola do Ceará, como participa das demais do Brasil, foi Inez Cabral. Muito obrigado.

Desculpa a questão de eu ter que dar uma interrompida, mas é porque o Plenário já começou.

Eu quero registrar a presença aqui do Senador Izalci Lucas, que está conosco. Izalci Lucas, do Distrito Federal, aqui de Brasília, é um grande entusiasta das escolas cívico-militares, sempre defendeu aqui. Também o Senador Esperidião Amin, que passou por aqui, acompanhou um pouco da apresentação da Inez Cabral, ele que é Senador pelo Estado de Santa Catarina.

Então, muito obrigado pela sua participação, Inez, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil.

Agora eu já passo imediatamente a palavra, até em homenagem ao Senador Izalci Lucas aqui, ao nosso irmão Wagner de Faria Santana. Ele é Chefe da Assessoria Especial para Políticas para as Escolas Cívico-Militares do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado pela sua participação, pela sua paciência. A gente está aqui desde, começamos 8h30, mas está sendo muito produtivo, histórica esta sessão, ouvindo escolas que dão certo. Não que outras não deem certo, também dão, mas aqui são escolas que dão certo e que precisam estar à disposição da população brasileira.

Muito obrigado, Wagner. Você tem dez minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. WAGNER DE FARIA SANTANA (Para expor.) – Eu quero agradecer, na pessoa do Senador Girão, agradecer e cumprimentar toda a mesa.

Muito do que já foi falado aqui sobre escolas cívico-militares, na realidade, é o que eu tenho para dizer. Então eu quero me atentar mais a uma questão pedagógica no que diz respeito a escolas cívico-militares. E quero começar apelando um pouco para a nossa infância, a infância de cada um aqui que já tem um pouco mais de idade, eu diria que é um pouco mais experiente de vida. Vou começar pela minha. É aquela ideia de que, quando estávamos na escola uns anos atrás, era muito comum a gente chegar, fazer aquela fila, e a professora organizar a entrada da escola. Nós tínhamos que cantar o Hino Nacional. Dentro da sala, nós tínhamos aulas de Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Moral e Cívica, OSPB, e nós aprendíamos ali o que hoje nós chamamos de valores. Nós aprendíamos a respeitar os professores, nós aprendíamos a respeitar a nossa família, a respeitar a nossa pátria e a conhecer os símbolos nacionais. Quero dizer que, com isso, ninguém aqui se tornou militar, ninguém aqui – a não ser por vontade própria – seguiu uma carreira militar, mas esses valores estão em nossas vidas até hoje.

Então, quero dizer que a Escola Cívico Militar está trabalhando para resgatar esses valores nos dias de hoje. A nossa população de hoje não é a mesma de 20, 30 anos atrás, ela mudou muito, e infelizmente nós observamos que a violência e as suas mais variadas vertentes também invadiram a escola. Quando eu digo violência, não é só física, também é verbal, é moral.

Então, quando nós, em 2019, em uma parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Segurança Pública, idealizamos esse projeto, a ideia era resgatar esses valores muito mais do que transformar crianças em militares, a ideia era resgatar os valores dessas crianças, resgatar o respeito ao professor, às famílias, ao próximo. Esse é o objetivo das escolas cívico-militares.

Muito bem, então, pedagogicamente, qual é o grande ganho? Nós temos alguns, mas vale a pena enfatizar nos tempos pedagógicos. Os nossos ganhos pedagógicos estão aí, porque, como eu estava dizendo, uma grande parte do tempo de sala de aula, para os professores, e isso todos eles nos relatam, tem que se perder – metade ou mais da aula – tentando acalmar aluno, tentando chamar a atenção de aluno, tentando resolver problemas dentro de sala de aula.

Quando os militares, juntamente conosco, estão trabalhando a questão disciplinar, o professor tem tempo para trabalhar aquilo para o que foi contratado, trabalhar o pedagógico, trabalhar os conteúdos pedagógicos que devem ser ensinados. Isso também já foi dito aqui, tanto pelo Coronel Ferro como por outros presentes: esse tempo é fundamental. Não é só conteúdo – não é só conteúdo –, nós temos dentro da escola também trabalhado os valores, e esses valores podem ser trabalhados também – devem ser trabalhados e são trabalhados – pelos professores, mas também pelos militares. No que é que isso resulta? Resulta em maior tempo de ensino e consequentemente maior qualidade do ensino. Nós, hoje, cinco anos após iniciados os projetos aqui em Brasília, podemos comprovar isso. A prova mais cabal é o Ideb, que já foi citado aqui pelo Coronel Ferro.

Nós hoje conseguimos mostrar para a população e para quem mais se interessar que nós estamos de fato avançando. É um projeto de sucesso. Nós também trabalhamos – como também já foi dito – com esportes e música, porque entendemos que isso é importante. Nós só temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ganhado com isso. A prova é que nós temos, no Distrito Federal, 17 escolas na atualidade. Em todas as escolas onde entramos, nós sempre informamos que: olhe, a qualquer momento a escola pode, se quiser, fazer uma nova assembleia e decidir se concorda ou não em continuar com o projeto. Em cinco anos, nenhuma das 17 escolas quis desistir. Então, isso é a prova cabal de que isso está funcionando, de que é um projeto de valor. O que nós temos visto? A necessidade de ampliação. É a nossa visão e é a visão da comunidade toda no Distrito Federal.

Hoje, nós temos, para o próximo ano, mais oito escolas já aprovadas para entrarem junto ao projeto. Temos mais quatro em fila de espera, que nós não conseguimos atender. Isso também é prova da validade desse projeto. É prova também do reconhecimento por autoridades. Está aqui o Senador Girão, está aqui o Senador Izalci, que, aliás, diga-se de passagem, é importante fazer menção, esteve conosco em uma de nossas escolas esses dias em Brazlândia e pôde conhecer os projetos desenvolvidos. O Senador Izalci tem dado um apoio imenso ao nosso trabalho aqui no Distrito Federal. É importante que ele esteja aqui presente, porque é importante que se diga isso. Isso prova que nós estamos no caminho certo. Isso prova o valor desse projeto tanto para a Secretaria de Educação quanto para a Secretaria de Segurança. Hoje é um modelo de sucesso no Distrito Federal.

Então, é o que eu tenho para dizer neste momento.

Quero inclusive deixar aqui o meu convite também ao Senador Girão, se ele quiser. Que ele fique à vontade. Nós estamos à disposição e ele também pode, se assim entender que seja interessante, visitar nossas escolas. Teremos o maior prazer em recebê-lo.

Com isso, então, eu concluo aqui a minha fala, uma vez que muito já foi dito pelo Coronel Gilson e também pelo Coronel Ferro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Bem, antes de passar para a próxima convidada, para a Sra. Raquel, eu preciso testemunhar aqui realmente com relação a essa questão das escolas cívico-militares, escolas compartilhadas aqui do DF. Eu estive lá agora – antes de ontem eu acho – no Centro Educacional nº 2 de Brazlândia e já tinha visitado algumas vezes, mas eu pude comprovar na prática. Saí de lá com uma esperança muito grande de a gente retomar o que era antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu cheguei a Brasília em 1970, estudei aqui numa escola pública, aqui no ginásio do Guará, mas na época em que eu estudei, as melhores escolas eram as escolas públicas. Só entrava na universidade quem estudava em escola pública. Além disso, a gente saía de lá com uma profissão, com curso técnico.

Então, o que a gente percebe hoje é que, de fato, a gente não sai mais, ou seja, os alunos não saem mais com profissão nenhuma. Apesar de a gente ter aprovado...

Eu fui o Presidente da Comissão que aprovou o novo ensino médio, exatamente na perspectiva de dar aos jovens capacitação profissional para que eles pudessem ir para o mercado de trabalho.

Na maioria dos países desenvolvidos, 60% dos jovens já saem com o curso técnico. No Brasil, nós não conseguimos chegar a 10%.

Aí fica essa geração nem-nem, que não estuda e não trabalha. A gente precisa corrigir isso.

Não é que eu defendo que os professores da escola regular deem educação profissional, não. A gente tem que ter professores profissionais para lecionar a educação profissional.

Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia por dois mandatos e, em um desses mandatos, eu trouxe educação profissional para a minha secretaria.

De fato, não adianta, não tem como você botar um enfermeiro que nunca entrou num hospital para dar aula de enfermagem ou um engenheiro para dar uma aula se ele nunca construiu nada. Então, de fato, os professores da educação profissional têm que estar no mercado, têm que estar atuando.

Não é o professor tradicional de português, matemática, geografia que vai dar aula de educação profissional. Há uma distorção muito grande com relação a isso.

Eu estou dizendo isso porque, lá na escola, eu sou testemunha disso, além da disciplina, que é fundamental, Ferro, muito bem coordenada e bem ajustada com a parte pedagógica, não há nenhuma interferência pedagógica, como muitos acham. A coisa é feita compartilhada mesmo, cada um fazendo o seu papel. Eu fiquei muito animado e saí de lá com a esperança de que a gente vai retomar um dia a qualidade da educação.

Essa escola já melhorou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aos críticos da escola cívico-militar, da escola compartilhada, basta olhar o resultado. Essas coisas, você olha pelo resultado. Vejam o que aconteceu com o Ideb das escolas. E olhem que começou praticamente agora, um ano e pouco de escolas. Então, o Ideb melhorou muito.

Eu vim de uma família humilde também. Minha mãe era servente de escola, do GG (Ginásio do Guará). A única forma de você dar igualdade de oportunidade é pela educação. Agora, tem que ser educação de qualidade.

E vocês têm mantido.

Eu fui professor a vida toda. Aliás, eu sou professor e sou contador. Estou Senador. Não dá para você dar aula se você não tem ambiente de respeito, de disciplina. É impossível você dar uma aula sem as pessoas o respeitarem.

Essas escolas funcionam muito bem, e acho que o ideal é que todas as escolas fossem dessa forma como está sendo trabalhada.

Ressalto aqui também alguns programas que são desenvolvidos lá: o Cultura da Paz, que é um programa da secretaria; o NaMoral, que é uma parceria com o Ministério Público, um projeto muito bom.

E é isto: você tem que dar cidadania para as pessoas, ensinar a ter respeito, para a gente poder recuperar realmente essa educação, que, infelizmente, ainda está deixando a desejar. Nós temos grande parte dos alunos saindo do ensino médio, 70%, 60%, sem saber português, sem saber matemática.

Parabenizo e testemunho aqui a importância dessas escolas. Eu tenho certeza de que esse é o caminho – esse é o caminho.

Então, parabéns para vocês!

É uma honra estar aqui.

Parabenizo o Girão pela iniciativa. Acho importantíssima esta discussão, até para tirar alguns preconceitos que existem e que foram criados por quem não quer realmente uma educação de qualidade, por quem quer manter todos os cidadãos na dependência do Governo.

Alguém me perguntou: "Você é a favor do Pé-de-Meia"? Lógico que eu sou, mas isso não resolve a questão da qualidade. Você vai conseguir fixar o aluno na escola quando você tem uma escola de qualidade. Não é dando R$200 por mês você vai segurar um aluno se a escola não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

infraestrutura, não tem esporte, não tem cultura, não tem laboratório, não tem respeito, não será com R$200 que você vai segurar o aluno.

Então, talvez fosse melhor aplicar isso num investimento de infraestrutura do que propriamente em tentar segurar o aluno através de recursos.

Sem mais delongas, eu quero passar já a palavra para a Raquel, representante da União Planetária – que é do meu amigo Riedel, não é? Bacana.

Pois não, Raquel.

A SRA. RAQUEL CAMPANATE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meus cumprimentos a todos aqui da mesa, em especial ao Senador Eduardo Girão, que propôs esta audiência pública tão importante, fundamental para os dias de hoje. Quanto mais a gente fala em educação, mais a gente observa que precisamos falar mais ainda.

Bom, eu falo em nome da União Planetária, representando aqui o Sr. Ulisses Riedel, Fundador e Presidente, juntamente com a sua esposa, Vanda Beatriz, e a Jeanne Marie, que é embaixadora do movimento Pedagogia das Virtudes.

A União Planetária é uma organização da sociedade civil, fundada em 1997, que busca contribuir na edificação de um novo modelo civilizatório virtuoso. O movimento Pedagogia das Virtudes foi lançado pela União Planetária em abril de 2013 e tem como objetivo a difusão e a promoção de valores éticos universais e das virtudes nos seres humanos e na sociedade para a construção de um mundo melhor. A educação das virtudes almeja contribuir para a renegação sociedade e para a construção de um mundo mais equilibrado e pacífico.

O nosso propósito é o de lançar sementes de um rico diálogo educacional, cultural, filosófico e espiritual, objetivando a elevação dos costumes, da mentalidade, com a conscientização coletiva da responsabilidade individual e das entidades públicas e privadas na construção de um mundo de ética, dignidade, humanismo e solidariedade. A Pedagogia das Virtudes se concentra no desenvolvimento moral e ético dos alunos, promovendo valores e virtudes que contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. A aplicação da Pedagogia das Virtudes na educação não apenas contribui para o desenvolvimento individual dos alunos, mas também para a construção de uma sociedade mais ética e solidária. Ao focar na formação de caráter e valores, esse método educacional prepara os alunos para serem cidadãos responsáveis e comprometidos com o bem-estar coletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Alguns dos principais benefícios de se aplicar esse método são: desenvolvimento moral e ético, com a formação do caráter; ajuda os alunos a desenvolverem um senso de ética e moral, promovendo virtudes como honestidade, respeito, empatia e justiça. Os alunos aprendem, assim, a tomar decisões baseadas em princípios éticos, o que os prepara para enfrentar dilemas morais na vida.

Promoção de um ambiente positivo. A ênfase nas virtudes contribui para um ambiente escolar mais harmonioso, reduzindo conflitos e promovendo a colaboração; incentiva o respeito mútuo e a empatia entre os alunos, criando um espaço seguro para expressão de ideias e sentimentos.

Preparação para a cidadania. Os alunos se tornam mais conscientes de seu papel na sociedade e da importância de contribuir para o bem comum. Fomenta-se, dessa forma, um senso de responsabilidade social, incentivando os alunos a se envolverem em ações comunitárias e voluntariado.

Desenvolvimento de habilidades sociais. Promove habilidades de colaboração e trabalho em equipe, essenciais para o sucesso em ambientes acadêmicos e profissionais. Os alunos aprendem a se comunicar de forma respeitosa e assertiva, melhorando suas interações sociais.

Aprimoramento da aprendizagem. A educação baseada em virtudes pode aumentar a motivação dos alunos, pois eles se sentem mais conectados ao que estão aprendendo; estimula o pensamento crítico e a reflexão sobre ações e consequências, preparando os alunos para os desafios futuros.

Integração de conhecimento e valores. A Pedagogia das Virtudes integra o conhecimento acadêmico com a formação de valores, promovendo uma educação mais completa. Os alunos aprendem a aplicar conceitos teóricos em situações práticas, reforçando a importância das virtudes no cotidiano.

Não podemos deixar de observar e nos sensibilizar com a miséria, a violência, a corrupção e a pobreza nos dias atuais. No momento em que nossos olhos e corações estão voltados para inúmeros desastres naturais, conflitos, guerras, percebemos um movimento de solidariedade e também de organização, generosidade, empatia, de colaboração e altruísmo. Isso mostra que o ser humano é capaz de acessar essas virtudes inatas, ou seja, virtudes que guardam no seu subconsciente e, mais expressivamente, no seu coração, desde o nascimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que, desde a revolução industrial, a educação tem sido um treinamento para o mercado de trabalho. As questões fundamentais da vida não são abordadas na escola ou têm ficado em segundo plano. Consideramos que o sistema educacional é a fundação de uma sociedade, um fator determinante para a resolução dos problemas do ser humano e da humanidade como um todo.

Como fundação de uma sociedade, a educação deve preparar o ser humano para ser um ser humano integral. A educação, portanto, deve trabalhar a sua totalidade: físico, emocional, mental, socioambiental e espiritual.

Para desenvolver um ser humano em sua integralidade, é preciso desenhar um novo modelo de educação. Os educadores e os políticos têm uma grande responsabilidade e dever para mudar a humanidade e o mundo através de um novo modelo de educação. Somente um novo modelo de educação, voltado para o desenvolvimento de pessoas autoconscientes, interconectadas com a natureza, conscientes de que são cidadãos planetários fará a diferença e trará as mudanças que todos desejamos para o nosso país e para o mundo.

Para alcançar os nossos objetivos, o Movimento Pedagogia das Virtudes se propõe a ser um catalizador de indivíduos e instituições governamentais e não governamentais, para criar uma rede de parcerias, visando a sensibilização em relação a esses conhecimentos e a difusão deles por meio de seminários, cursos, oficinas, retiros, publicações, notícias e entrevistas nos meios de comunicação em massa e nas redes sociais, sempre com foco em se sensibilizar em relação aos princípios e às práticas da Pedagogia das Virtudes e em difundi-los. Acreditamos que juntos podemos contribuir significativamente para a regeneração da humanidade e a construção de um mundo melhor.

Eu quero citar também que o Movimento Pedagogia das Virtudes, em 2014, foi reconhecido como parceiro na ação da diminuição da violência e construção da cultura de paz, através do Decreto nº 35.346, publicado no Diário Oficial do GDF em 22 de abril de 2014. O Governo instituiu o projeto Pedagogia das Virtudes no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, com o objetivo de atuar no entendimento das causas da violência no Distrito Federal, na sua superação e na promoção de um modelo civilizatório virtuoso.

Eu ouvi a fala dos senhores e a da Profa. Inez. Nós não temos uma escola, mas, sim, como disse aqui, o nosso objetivo é o de espalhar, sermos sementes e, assim, a gente poder formar uma rede com todas as escolas, nos inserirmos, integrarmos todas as escolas em todos os ambientes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive para a educação dos adultos, porque, para a gente formar as crianças, a gente precisa também fazer uma autotransformação. O objetivo da Pedagogia das Virtudes não é só a formação das crianças em si, mas também a regeneração humana como um todo, e isso começa conosco, com cada um.

A gente os convida, a União Planetária, a conhecerem melhor o Movimento Pedagogia das Virtudes. Já temos muitos seminários realizados com várias personalidades, pessoas ilustres, inclusive divulgados na TV Supren, que é o canal de comunicação da União Planetária.

Então, sintam-se todos convidados a conhecer isso.

A gente quer, realmente, formar uma rede para trazer um mundo melhor para nós e para o futuro. Isso se faz com a construção, com o desenvolvimento de valores.

A gente ouviu os senhores falando sobre a questão da disciplina e do resgate aos valores da tradição, isso realmente é muito importante. A disciplina é muito importante na formação do caráter de uma criança, do indivíduo, e, juntamente com esses valores que a Profa. Inez e eu trouxemos aqui também, buscando por esse lado espiritual, a gente consegue pensar na integralidade do ser humano.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Excelente!

Muitíssimo obrigado, Raquel Campanate, representante da União Planetária, que eu conhecia antes de sonhar ser político. Eu já estive lá com o Ulisses. Nós já realizamos, lá no Ceará, no Piauí, um evento, juntos, dentro dessa linha: o Fórum Espiritual Mundial. E conheço o trabalho – é muito sério.

Quero mandar um grande abraço para ele, para a Vanda, para a Janinha também, a Janaína e para todos os que fazem a União Planetária, a TV Supren, que têm no DNA a questão da pedagogia das virtudes.

Eu ouvi falar em pedagogia das virtudes quando o Ulisses, dez anos atrás – no mínimo, ou mais –, falou para mim. Então, ele estava entusiasmado. O Ulisses é interessantíssimo, é um homem de bem, que tinha tudo para ser um dos homens mais ricos e poderosos do Brasil, mas se dedicou a fazer o bem, investir seu tempo não em acumular, mas, muito pelo contrário, em ajudar as pessoas. Então, mande meu abraço para ele, Raquel, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL CAMPANATE (*Fora do microfone.*) – Eu quero registrar que ali atrás está o filho dele, Marcos Resende.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Marcos – olha o Marcos ali, rapaz! Que bom! Marcos Resende.

Peço à nossa equipe que possa, por favor, registrar a presença do Marcos Resende ali, filho... Você é o terceiro?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Primeiro? Primogênito?

São quantos, hein?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seis. Tem um que já foi para o mundo espiritual – nossa verdadeira pátria – e cinco estão aqui. Mande um abraço.

Quero registrar também a presença da TV Supren aqui, na pessoa da nossa repórter... Como é seu nome?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Marisol Cadiz?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Kadiegi. E...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Diego Castro.

E a Marisol é nora do Ulisses Riedel, não é isso?

Que coisa boa – que coisa boa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O seu sobrenome é de onde? De outro país?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De origem africana.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, a língua "quimuno".

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quimbundo, de Angola. Que bom!

Eu fico muito feliz com isso, com o desenvolvimento do nosso tema.

Então é o seguinte: eu vou passar para a última pessoa que vai fazer a exposição, que é do Ministério da Educação e que está desde o início aqui. Quero agradecer à representante do Ministério da Educação, que é a Sra. Tereza Santos Farias, Coordenadora Geral de Ensino Fundamental, do MEC, que, de forma muito atenciosa, muito paciente, está conosco.

Então, passo a palavra, com dez minutos e a tolerância desta Casa, para a senhora fazer a sua exposição.

Muito obrigado pela sua presença. (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todas e todos.

Eu queria aproveitar o ensejo para falar da alegria que é compartilhar... Nesse dia de hoje, Dia Nacional do Plano Nacional da Educação, a gente está pautando aqui um tema tão importante, que é o processo de ensino e de aprendizagem, olhando para esses diferentes projetos e iniciativas que olham para a dimensão pedagógica da garantia do direito com o qual o Ministério da Educação, diuturnamente, se convoca como responsabilidade, que é o de garantir o acesso ao direito à escola, mas também, sobretudo, dentro da escola, garantir o direito à aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir, de maneira rápida, para a gente não ser negligente com o tempo, o apoio para que eu possa compartilhar os eslaides, que estão desabilitados para mim ainda, para que a gente possa, de maneira muito breve, dialogar com as apresentações que me antecederam e falar sobre o direito à aprendizagem, especialmente dentro de uma etapa da educação básica, que reserva um quarto das matrículas dos estudantes, que é o ensino fundamental, anos finais; a etapa que vai do 6º até o 9º ano da escolarização, em que a gente tem estudantes de 11, 12, 13 e 14 anos de idade em mais de 47 mil escolas, realizando o seu percurso formativo, que antecede a chegada ao ensino médio, a etapa final de escolarização do nosso percurso inteiro da educação básica.

Eu queria falar que a gente, dentro do ensino fundamental, anos finais, está muito comprometida com uma política que olha exatamente para o tema que mobiliza esta Comissão hoje, nesse dia tão importante, que é o tema do ensino e da aprendizagem. Essa política se volta à garantia desse direito e ela começou partindo de um ponto trazido também por alguns participantes, que é o processo de escuta, de estímulo à participação, de chegar um pouco mais próximo das redes de ensino, das escolas, para entender quais são as demandas que trazem os principais interessados nas políticas educacionais, que são os estudantes e as suas famílias.

Então, a política nacional de fortalecimento dos anos finais do ensino fundamental, que é o programa Escola das Adolescências, em 2024, marcou esse histórico momento, alcançando 2,3 milhões de estudantes do 6º ao 9º ano, que participaram de maneira muito ativa na Semana Nacional da Escuta das Adolescências nas escolas.

Realizamos, entre 17 e 31 de maio, esse grande movimento nacional de ir até as redes. A gente conseguiu chegar a 20 mil escolas de anos finais, para refletir sobre quais são as perspectivas de aprendizagem, quais são as expectativas de inovação, de melhoria do clima da convivência, que é importante para que a gente possa garantir o desenvolvimento integral desses estudantes.

Adolescentes que percorrem o ensino fundamental, anos finais, eles precisam, eles reivindicam, eles têm um comportamento que a neurociência dá lastro, para que a gente possa compreender e refletir sobre o que colocar à disposição em termos de mecanismos, estratégias e desenvolvimento de processos de ensino e de aprendizagem, que vão na direção de um estudante que busca por novidades, que está em um momento de intenso engajamento social, e que tem uma peculiar intensidade nesse afloramento das suas relações socioemocionais, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele está desenvolvendo um nível de maturidade que é muito marcado por essa saída da infância e por essa transição para a juventude.

Então, a exploração criativa, o desenvolvimento de atividades com o corpo, atividades que também promovam reflexão e o centramento desse corpo, são muito importantes dentro das aulas de História, de Matemática, de Educação Física, das Artes, de todos os componentes curriculares das quatro áreas de conhecimento dos anos finais.

Então, o programa Escola das Adolescências olha para as singularidades desses sujeitos e entende que as aprendizagens de base cognitiva, e também as aprendizagens de base socioemocional, são muito importantes para garantir que o estudante consiga ter trajetórias escolares de sucesso e fazer uma migração um pouco mais serena para a próxima etapa, que é o ensino médio, onde a gente costuma ter um *gap* muito maior, um gargalo muito significativo no que diz respeito ao abandono e à evasão escolar.

Então, pensando um pouco nessa dimensão das sutilezas e das singularidades próprias dessa etapa do desenvolvimento humano, que é a adolescência, e também na importância de olhar com muito foco, com muita intencionalidade, para os anos finais do ensino fundamental, nós temos três estratégias colocadas à disposição das redes de ensino, neste ano de 2024, que olham tanto para a governança quanto para o desenvolvimento das professoras, dos professores, e também de coordenadores pedagógicos, gestores escolares e técnicos de redes de ensino.

Olhando para a realidade que esse gráfico nos mostra – é um gráfico extraído do Censo Escolar da Educação Básica, do ano de 2023 –, metade da oferta desses quase 10 milhões de estudantes do ensino fundamental, anos finais, que estão nas redes públicas de educação básica é atendida por entes municipais e quase a outra metade é atendida por redes estaduais de ensino, com uma participação muito pouco expressiva de redes privadas no atendimento aos estudantes dos anos finais.

A pactuação federativa nessa concertação de esforços, junto aos entes subnacionais, nesse papel do Ministério da Educação, na coordenação, na redistribuição de recursos, sempre com um olhar equitativo e também na coordenação das políticas públicas, convocou esses entes subnacionais para construírem uma governança formada pelo comitê dos anos finais e pela rede nacional de técnicos, que articulam, também, essa política de anos finais, para o desenho de estratégias primeiramente focadas no desenvolvimento profissional das professoras e dos professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As professoras e os professores precisam de apoio, de orientação, que tragam a suficiente e a devida rigidez no sentido do arcabouço teórico, mas que também possibilitem um apoio um pouco teórico, metodológico e prático para o desenvolvimento de situações de aprendizagem dentro da escola, que permitam que os estudantes, como foi colocado por algumas pessoas anteriormente, tenham mais engajamento com o processo de ensino e aprendizagem, se corresponsabilizem um pouco mais com o seu próprio percurso de aprendizagem e entendam que durante o momento em que estão na escola também podem estar construindo situações de aprendizagem que façam sentido e que sejam mais significativas, promotoras de maior participação. Então, essa é a tônica central dessa política de anos finais.

Essas formações para professores estarão com inscrições abertas a partir do mês de março, do ano de 2025. São mais de 48 mil vagas. Todas elas se voltam para a prática profissional de professores que atuam na Matemática, na Geografia, nas Ciências, nas várias áreas do ensino fundamental, anos finais, também para equipes técnicas que atuam na Secretaria de Educação de 3.849 redes municipais e de 27 redes estaduais, que acabaram agora, há uma semana, de aderir a esta política que é o programa Escola das Adolescências.

O MEC fez um aporte financeiro da ordem de quase R$108 milhões, com recursos que estão alcançando o universo de 17.639 escolas de anos finais. Com esse recurso em mãos, elas vão ter a formação dos seus professores, a formação das equipes técnicas de todos esses entes subnacionais que aderiram à política para fazer o quê? Para movimentar a escola na reorganização curricular e pedagógica, que é o coração de uma escola e de uma rede de ensino. Afinal, a escola, apesar de ser um espaço primordial de socialização secundária, não pode se eximir do seu papel central que é garantir o direito de aprender.

Olhando, então, o currículo e a dimensão pedagógica que é o que assegura esse direito, o programa Escola das Adolescências está disponibilizando um conjunto de materiais de apoio técnico que vão na direção de implementar clubes de letramentos.

O que são os clubes de letramentos? O programa se apoia em cadernos de inovação curricular – materiais de orientação pedagógica para as professoras e para os professores – que recomponham aprendizagens não consolidadas e que promovam aprendizagens mais significativas com inovação curricular, com metodologias ativas de aprendizagem, que têm uma demanda muito maior por participação do estudante, reconhecendo a importância da mediação docente, da professora e do professor, organizando e orquestrando a turma, afinal é esse mestre que rege ali o processo de organização desse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (*Por videoconferência.*) – ... espaço pedagógico da sala de aula.

O MEC está propondo que, no 6º ano do ensino fundamental, ou seja, logo ao adentrar esse primeiro momento dessa etapa de transição entre a infância e a adolescência, o estudante desenvolva o Clube de Letramento Matemático, recompondo aprendizagens do 4º e 5º anos que não foram suficientemente consolidadas, sobretudo porque é uma geração pós-pandemia, que carrega defasagens que foram aprofundadas durante o período de interrupção das aulas presenciais. Então, a gente está propondo que a inovação pedagógica da Matemática se organize lá no 6º ano.

Para o 7º ano, a proposta é o Clube de Letramento Científico.

Para o 8º ano, uma vez que importa muito o trabalho com a corporeidade, a gente está propondo o Clube de Letramento Literário, que estimula a leitura, que estimula a ampliação do repertório linguístico e literário desses estudantes, com base em produções literárias, em que eles também possam ser autores, em que a gente também estimule os processos das narrativas autobiográficas.

Por fim, ao final do ensino fundamental, anos finais, quando o estudante chega ao 9º ano, o clube proposto para essa idade, quando o estudante já está ali próximo dos 14 anos de idade e tem um maior senso social de criticidade, uma leitura de realidade um pouco mais amadurecida, a gente está propondo aqui, no âmbito do programa, o Clube de Humanidades e Cidadania.

Então, de maneira muito breve, respeitando o tempo, a gente dialoga com essas apresentações que nos antecederam dentro dessa pauta proposta pela Comissão de Educação do Senado para falar que, dentro dos processos de ensino e aprendizagem das escolas, dentro das dinâmicas nas quais professores e professoras encontram situações extremamente desafiadoras para realizar o seu fazer, a gente sabe que a missão maior de quem rege uma sala de aula é garantir esse direito, tanto o direito humano à educação quanto este também inalienável direito a aprender.

As professoras e os professores são os profissionais devidamente habilitados para realizar esse fazer, que passaram por um curso de licenciatura, que passaram por um curso de aprimoramento na sua área de conhecimento. Apesar de ainda termos gargalos de professores não licenciados, eles são os profissionais que devem estar nas escolas em profusão, em maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quantidade, com melhores condições para realizar o seu trabalho, porque precisam, cada vez mais, de apoio, de estrutura de todas as redes de ensino e do suporte também do Governo Federal nessa concertação interfederativa de esforços, para que as escolas possam ser cada vez mais aquilo que elas nasceram para ser.

A gente tem o nosso patrono da escola pública brasileira, Anísio Teixeira, nos lembrando a todo instante – Darcy Ribeiro é quem falava – que a maior invenção criada pela humanidade foi a escola, e, no Brasil, é a escola pública. Anísio reforça as falas de Darcy, dizendo que a escola pública é a máquina de fazer democracia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (*Por videoconferência.*) – Então, nos anos finais do ensino fundamental, olhando para 10 milhões de estudantes, o MEC começa neste ano apoiando um terço desses estudantes, chegando a mais que 30% das escolas de anos finais, com apoio financeiro direto para que essas escolas tenham apoio, orientação e formação para realizar uma reorganização curricular e pedagógica amparada na ciência, amparada no lastro da ciência da aprendizagem, mostrando que é, sim, possível fazer com que a escola pública seja cada vez mais potente e comprometida com a garantia do direito de aprender, e aprendendo com mais engajamento; portanto, com menos riscos de evasão e de abandono.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sra. Tereza Santos Farias, Coordenadora Geral de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação (MEC), participando de forma remota aqui conosco.

Nós temos muitas perguntas, inclusive tenho uma, minha, também, para o MEC sobre o porquê da questão de se ter descontinuado esse programa das escolas cívico-militares. Tem várias aqui, eu vou ler algumas, também.

A Larissa, do Ceará: "Há possibilidade [...]", e essas perguntas aqui valem para todos vocês, quem puder responder...

Eu vou ter que suspender aqui a sessão porque nós vamos votar, já estão em votação alguns itens de autoridades e tem a reforma tributária também. Tenho que correr para o Plenário, mas quem puder participar na parte da tarde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui informado de que o MEC, a Dra. Tereza, não tem condição de participar à tarde, de continuar a participação, e eu compreendo porque a previsão era pela manhã, mas se puder encaminhar um documento para nós aqui, para que a gente possa ler, inclusive, de forma democrática, sobre o porquê da descontinuidade do incentivo do Governo Federal às escolas cívico-militares, já que a ciência do próprio Ministério da Educação mostra dados favoráveis, eu gostaria muito de entender isso e outros colegas também.

Mas tem outras perguntas aqui.

A Larissa, do Ceará: "Há possibilidade de que estes métodos educacionais sejam implementados no sistema educacional público de maneira permanente e ampla?".

O Danilo, de Pernambuco: "Quais estratégias práticas podem ser utilizadas na escola regular para implementar o ensino de valores e virtudes?".

O Gean, da Bahia: "Como evitar práticas autoritárias ou ideologias extremas nas escolas cívico-militares, como ocorreu em regimes totalitários no passado?".

O Marcel, de São Paulo: "É possível criar modelo escolar com disciplina e cidadania sem necessariamente estar vinculado ao militarismo?".

Você vê que é um estigma que foi colocado; muita gente comprou esse estigma. Eu estou fazendo todas as perguntas aqui de forma transparente, e eu acho importante este debate, até para que joguemos luz nessa situação.

"Quais pesquisas científicas, em revistas consolidadas sobre educação, definem que as escolas cívico-militares trazem benefícios de aprendizagem?" – o Dênis, de Minas Gerais.

Tem mais, tem mais perguntas aqui.

Gabriela, do Rio Grande do Sul: "Como modelos educacionais baseados em valores e virtudes podem contribuir para a formação ética e cidadã no Brasil?".

O Rodrigo, de Minas Gerais: "Quem [...] [define] os 'valores que valem'? [...] [Que] [...] fundamento filosófico-pedagógico, comprovado cientificamente, será [...] [adotado]?".

O Alexandre, do Rio de Janeiro: "Qual o papel da comunidade escolar na gestão das escolas cívico-militares?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o André, de Minas Gerais: "Em [...] [que] país esse modelo melhorou a educação? Qual a referência de educação que os militares têm?".

As perguntas estão postas.

Eu compreendo se algum dos nossos expositores não puder estar aqui conosco na parte da tarde, momento em que voltaremos. Vou suspender a reunião, mas nós vamos liberar o *link* para que vocês possam responder a essas perguntas, e a nossa Secretaria vai disponibilizá-las para a Sra. Tereza, a Inez também aqui, os demais participantes, o Dr. Gilson – o João Malheiro vai estar conosco aqui, confirmou –, a Inez Cabral – eu já falei –, a Eliana Maria, a Raquel também.

Quem não puder estar presente aqui e tiver condição de entrar virtualmente para fazer um cumprimento final, dois minutos de considerações finais, ou responder a algumas dessas perguntas, nós vamos deixar aberto para todos. Nós devemos abrir por volta de 3h da tarde, e eu acredito que vai estar deliberado às 4h, no máximo. Eu vou ficar em contato com vocês, através da nossa Secretaria.

Mas, hoje, a gente encerra esta reunião, se Deus quiser.

Eu sei que você tem um voo, não é? Você tem um voo. Que horas é?

O SR. JOÃO MALHEIRO (*Fora do microfone*.) – É às 7h da noite

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Às 7h da noite.

Então, se Deus quiser, nós vamos fazer essa suspensão. E acredito que dá, entre um momento e outro... Deve dar até uma pausa também lá para o almoço. Eu não sei como é que vai ser, mas a gente vai estar em contato.

Eu agradeço a participação de todos vocês aqui neste debate histórico, neste ambiente democrático de exposições brilhantes, espetaculares, que nós vamos dar sequência com perguntas e com considerações finais daqui a pouco.

Então, está suspensa a sessão. Agradeço a presença de todos e parabenizo, especialmente, a nossa Secretaria pela atenção, paciência, toda a equipe aqui presente do Senado Federal.

Muito obrigado.

Suspensa a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 11 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 39 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com as bênçãos de Deus, declaro reaberta a 78ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura daqui do Senado Federal, em que a gente está fazendo este bate-papo, debate de altíssimo nível, com especialistas nas questões tanto da pedagogia da virtude quanto das escolas cívico-militares, assim como, também, do Programa Sathya Sai de Valores Humanos.

Agradeço a atenção. Nós estamos numa quinta-feira bem atípica, que fazia muitos meses que nós não tínhamos aqui no Senado, que é de pauta cheia hoje até a noite; a gente deve sair à noite da votação de reforma tributária e outras pautas um pouco delicadas para o Brasil. Mas a coincidência é que hoje é o Dia do Plano Nacional de Educação, é isso? Eu não sabia! Você vê como são as coisas de Deus, não é? Não existe coincidência; é "jesuscidência", "cristocidência". A gente fazendo um debate desses, do Brasil que dá certo, exatamente neste dia importante.

Agradeço a participação, pela manhã, de vários expositores que nós tivemos aqui; alguns puderam continuar conosco. A gente entende, compreende, porque não estava na programação a suspensão desta sessão, iniciada pela manhã, às 8h30 da manhã. Agora, às 15h39, nós estamos reabrindo para daqui a pouco encerrarmos a sessão.

Ficamos com questionamentos pendentes aqui, e vou passar – até porque ele vai ter voo daqui a pouco – para o Prof. João Malheiro, que é da escola Porto Real, ele que também é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eu quero fazer a pergunta aqui do Rodrigo de Minas Gerais – não é o Rodrigo Pacheco! É o também, coincidentemente, Rodrigo, que é de Minas Gerais também, mas que fez a seguinte pergunta aqui: "Quem [...] [define] os 'valores que valem'? [...] [Que] [...] fundamento filosófico-pedagógico, comprovado cientificamente, será [...] [adotado]?".

Com a palavra, já lhe agradecendo pela presença... Eu sei que o senhor vai ter que sair rapidamente, mas lhe concedo o tempo para o senhor poder responder a essa pergunta – e a outras que o senhor queira – e para fazer as considerações finais.

Obrigado.

O SR. JOÃO MALHEIRO (Para expor.) – Em primeiro lugar, é interessante esse questionamento. Quando se estuda virtudes, pergunta-se: "Qual é a diferença entre valores e virtudes?"... Essa é uma pergunta muito frequente nas minhas palestras pelo Brasil, e eu costumo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer: "Olhe, valores são aquilo que nós descobrimos como um bem que nos move: eu me movo atrás daquilo que vai me trazer felicidade. A virtude é o que vai facilitar essa mobilidade: quanto mais virtuoso eu for, mais facilmente eu conquisto esse bem" – e por isso é um valor; por isso a virtude é o principal valor, porque ela me facilita a conquista de todos os outros valores.

E qual é o fundamento do valor? Quem é que determina isso? Uma pergunta muito, muito boa. Então, naturalmente, é a nossa natureza humana. A nossa natureza humana, que muita gente hoje desconfia da sua existência, e por causa disso está gerando atualmente, no século XXI, uma nova natureza não humana que eu chamo de infra-humana, infra-animal, bestial, que é o que vai causando esse transtorno que está no Brasil inteiro e no mundo inteiro, gente desequilibrada, gente desanimada. Isso é um sinal de que houve um desrespeito à nossa natureza, que vem de fábrica. Afinal, quem é que nos dá a vida? Qualquer pessoa inteligente um dia tem que se perguntar: quem é que lhe deu a vida? Os teus pais colaboraram biologicamente, até psicologicamente, mas não mais que isso, porque o nosso poder de pensar – e falávamos hoje de manhã –, nosso poder de amar são realidades que não são biológicas, são realidades metafísicas. E aqui vem a resposta ao fundamento que o Rodrigo pergunta. Qual é o fundamento? Olha, é um fundamento metafísico e por isso não dá para ser somente científico. Se a gente fosse somente animal, só natureza animal, então eu acho que a ciência poderia esgotar o seu tema nesses aspectos, mas nós somos animais, portanto, científicos, racionais, portanto, psicológicos e somos animais racionais relacionais. Isso é o lado metafísico do homem. Isso não dá para medir, mas dá para estudar, dá para estudar filosoficamente.

Então, o fundamento da educação e do modelo de virtudes que eu tanto defendo é o fundamento da natureza humana, que vem da metafísica e vem da teologia, porque a teologia é a sua principal ciência. Então, quando nós estamos fundamentados na teologia, na filosofia e também, portanto, no mundo biológico, então nós estamos prontos para responder a qualquer questão educacional, porque eu defendo com muita força que qualquer aluno é corpo, alma e espírito. Somos três dimensões, e o bom desenvolvimento educacional de uma criança na escola é aquele que consegue desenvolver o seu corpo, a sua alma e o seu espírito, tanto a sua parte biológica, a sua parte psicológica e a sua parte transcendental, metafísica, religiosa.

Então, naturalmente, quando o homem reduz a ciência educativa à mera questão biológica é um reducionismo absurdo, é uma cegueira existencial muito exagerada. E por isso os resultados estão aí. Por que as crianças hoje não aprendem? Porque só se estuda a parte animal da criança, a parte biológica da criança, a inteligência da criança do ponto de vista meramente neuronal, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós não somos só isso, somos muitas outras dimensões que exigem serem evoluídas na escola para que ela consiga aprender completamente.

Então, a sua pergunta, Rodrigo, foi muito lúcida porque me ajudou a trazer esse recado importante para a nossa reunião de hoje, que é que, quando nós educamos os alunos na escola, nós estamos educando – atenção agora – não só alunos, mas pessoas que têm corpo, alma e espírito. E quando você faz um processo educacional que educa corpo, alma e espírito e você atinge a pessoa na sua integralidade, então você será bem-sucedido educacionalmente.

Aproveito aqui o momento, então, para me despedir e para agradecer ao Senador Eduardo Girão pela imensa oportunidade que eu tive hoje, de passar um dia maravilhoso aqui no Senado, vendo como de fato há esperança nesta Casa. Tem gente muito boa que anda buscando novos caminhos, e aqui temos uma prova disso na nossa audiência pública de hoje.

Quero agradecer de coração essa participação. Estou aberto a futuras participações. Tenha certeza de que a gente poderá colaborar em outros temas ligados à educação. E que vejam no Prof. João Maiheiro aquele idealista que vai dar a vida pela felicidade de 7 milhões de crianças que estão desesperadas por uma boa educação neste país.

Muito obrigado. Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado.

Quero aqui cumprimentar o nosso querido Prof. Dr. João Malheiro pela sua participação brilhante, mais uma vez, no Senado Federal; agradecer o seu esforço de ter vindo a Brasília. E o senhor está liberado aí, porque eu sei que daqui a pouco vai pegar um voo – está ali a Talita que vai acompanhá-lo.

Um grande abraço. Tudo de bom! Muita paz.

Quero também agradecer de coração aqui ao Coronel Alexandre Lima Ferro pela atenção de ter ficado aqui conosco. Peço desculpa mais uma vez pela demora, mas eu tenho essas perguntas que ficaram. Não sei se o senhor quer... Se, de alguma forma, sente aqui... Porque teve algumas bem voltadas – acho que a metade aqui – para a questão da escola cívico-militar.

Nós temos também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero agradecer de coração ao Coronel Gilson Passos também, que é representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – que está atenciosamente conosco ainda – e ex-Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares, do Ministério da Educação.

Então, o senhor pode até dividir algumas perguntas com ele. Eu vou ler aqui – tomo a liberdade de ler –, e o senhor anota aquelas.

E, Coronel Gilson, o senhor fique à vontade também, porque aí faz as suas considerações finais, e aí a gente já parte para o encerramento.

Tem apenas uma pergunta aqui para a Dra. Profa. Inez Cabral, lá de Fortaleza.

Então, vamos lá.

De forma bem voltada para as escolas cívico-militares, tem uma pergunta aqui que é a seguinte: "Como evitar práticas autoritárias ou ideologias extremas nas escolas cívico-militares, como ocorreu em regimes totalitários no passado?". Esse foi o Gean, da Bahia.

Também tem outra aqui, do Marcel, de São Paulo: "É possível criar [um] modelo escolar com disciplina e cidadania sem necessariamente estar vinculado a militarismo?" – segunda pergunta sobre escola cívico-militar.

E tem a terceira agora, do Dênis, de Minas Gerais: "Quais pesquisas científicas, em revistas consolidadas sobre educação, definem que as escolas cívico-militares trazem benefícios de aprendizagem?". Certo?

Deixe-me ver outra aqui... (*Pausa.*)

Eu acho que é isso.

Tem outra aqui também: "Qual o papel da comunidade escolar na gestão das escolas cívico-militares?".

O André, de Minas Gerais, falou também: "Em que país este modelo melhorou a educação?". Ele pergunta.

André, me perdoa, eu vou arriscar aqui: Brasil. No próprio Brasil, a gente está vendo isso. O próprio MEC diz isso, mas ele talvez queira saber em outros países.

"Qual a referência de educação que os militares têm?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Alemmar, de Rondônia, esse chegou agora: "Não concordo que o modelo educacional cívico-militar possa promover valores e virtudes, pois é um modelo de educação repressora" – Alemmar, de Rondônia.

Então, fiquem à vontade para responder algumas dessas e, depois, eu passo a palavra para o Coronel também, daqui a pouco, sequenciar, que é exatamente o nosso Coronel Gilson Passos.

Muito obrigado, mais uma vez, Coronel Alexandre Lima Ferro. Deus abençoe a sua jornada, muito obrigado por tudo.

O senhor tem a palavra com tempo de cinco minutos a dez minutos para fazer as suas considerações finais e, se possível, responder a alguns desses questionamentos.

O SR. ALEXANDRE LIMA FERRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu vou complementar a pergunta aqui com a resposta trazida pelo Dr. João Malheiro.

Na pergunta do Rodrigo, de Minas Gerais, quando ele questiona, entre aspas: "Quem [...] [define] os 'valores que valem'?".

Então, já foi feita aqui a parte científica pelo Dr. João Malheiro.

E como é que isso acontece na prática nas escolas cívico-militares do Distrito Federal?

Esses valores estão definidos no projeto político pedagógico de cada escola que adere a esse modelo cívico-militar no Distrito Federal, e quem assina esse projeto político pedagógico é a equipe gestora da escola, em que se inclui a gestão pedagógica, e a autoridade maior da escola é o gestor pedagógico, que é o diretor, que, no caso do Distrito Federal, foi eleito segundo uma lei de gestão democrática aqui do Distrito Federal.

Além do projeto político pedagógico também há uma portaria conjunta que regula o projeto das escolas de gestão compartilhada. Portanto, esses colégios cívico-militares cultuam os valores aqui enumerados, dentre eles ética, honestidade, civismo, patriotismo, respeito, responsabilidade, disciplina e meritocracia. Esses valores estão definidos nessas portarias que são assinadas pela Secretária de Educação do Distrito Federal em parceria com a Secretaria de Segurança Pública. O Secretário de Segurança Pública também assina esses documentos, os normativos, o manual do aluno, o regulamento disciplinar, o regulamento de uniformes. Os planos operacionais para a implementação desse modelo cívico-militar, em cada escola que adere ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

modelo, são aprovados também por meio de uma portaria conjunta assinada pelo Secretário de Segurança e, principalmente e mais importante, pela Secretária de Educação do Distrito Federal.

E como esses valores são cultuados na prática? As rotinas de uma escola cívico-militar possuem atividades que são um verdadeiro culto a cada um desses valores.

Vou citar alguns exemplos. Quando o professor vai entrar na sala de aula, um dos alunos, que é o xerife – isso é uma tradição, a cada semana um dos alunos daquela turminha é o chefe de turma, também chamado de xerife –, solicita que a turma fique de pé para a entrada do professor, e esse aluno comanda: "Sentido!". Isso é uma tradição, e aqueles alunos perfilados são apresentados ao professor, sendo que esse xerife já fez a chamada. Ali há um culto à disciplina, um culto ao respeito ao professor. Também a responsabilidade ali é cultuada, porque a cada semana, essa função de chefe de turma é revesada. Enfim, os valores são todos exercitados por meio dessas rotinas de uma escola cívico-militar.

Também para a aprovação desses valores e qualquer nova atividade ou nova rotina, ou qualquer questão importante a ser implementada numa escola cívico-militar do Distrito Federal, há um comitê gestor, que é composto por representantes da Secretaria de Educação, por representantes da direção das escolas, representantes dos professores e também da gestão disciplinar, por militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. E aí, essas questões mais importantes são analisadas, e esse colegiado opina e assessora a Secretária de Educação e o Secretário de Segurança nas suas decisões para qualquer questão importante, inclusive acerca do aperfeiçoamento desses normativos, porque é um processo dinâmico. Procuramos fazer os ajustes necessários nesses quase seis anos de funcionamento desse modelo do Distrito Federal. Então, ao longo do tempo, nós temos um monitoramento e uma avaliação do modelo e vamos aperfeiçoando esse modelo ao longo do tempo.

Há uma crítica que se faz, pessoas que não conhecem exatamente como funciona o modelo, às vezes, imaginam que há uma repressão, e na verdade, não há. Há um respeito às diferenças. Quando, por exemplo, no regulamento de uniformes das escolas cívico-militares do Distrito Federal, há previsão para corte de cabelo, para qualquer tipo de cabelo, para qualquer raça, se o cabelo é crespo, se é liso, se é longo, curto, isso para menina. Respeita-se também a identidade racial. Se é importante para a menina que o modelo do cabelo dela seja diferente do que está no regulamento de uniformes, os pais podem requerer para a escola, e esse mesmo comitê gestor ou a comissão pedagógica da escola se reúne e abre ali essa possibilidade, em respeito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diversidade prevista na Constituição Federal. E qualquer outra diversidade, de raça, identidade cultural, religiosa: se uma criança for de uma religião que usa uma burca, é claro que o regulamento de uniformes vai ficar de lado, porque esses normativos, segundo a hierarquia das leis, estão abaixo da Constituição Federal, e a Constituição Federal, claro, vai ser respeitada a todo momento.

E aí, eu trago aqui uma outra pergunta. Posso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. ALEXANDRE LIMA FERRO – É Alexandre, do Rio de Janeiro. Ele pergunta qual o papel da comunidade escolar na gestão das escolas cívico-militares. Então a comunidade escolar, aqui no Distrito Federal, são os professores, é a gestão disciplinar também, os monitores militares da escola, são os pais de alunos e são os alunos com mais de 13 anos. Os pais, que fazem parte da comunidade escolar, são estimulados, são trazidos para a escola, porque, como se falou nesta mesa hoje pele manhã, nenhum modelo funciona bem se não tiver a participação dos pais, porque a educação se faz em casa. Isso também está no texto constitucional quando nos ensina que a educação é dever do Estado, sim, mas ela é responsabilidade da família. Os pais são trazidos para o ambiente escolar, são estimulados a participar das reuniões de pais.

E há um aplicativo, há um sistema de gestor escolar que, quando o nosso aluno entra na escola, ele passa ali um cartão magnético na portaria da escola, o pai recebe uma mensagem SMS, segundo esse aplicativo que fica no seu celular, qualquer marca de celular, qualquer sistema de celular. Esse aplicativo também manda uma mensagem para o pai quando a criança ou adolescente recebe ali uma notificação por um erro de comportamento ou quando ela se destaca positivamente.

Então, ou de forma presencial, ou de forma virtual, os pais são trazidos para o ambiente escolar. E assim a gente promove, a gente fomenta essa participação dos pais, que é tão importante, como membros da comunidade escolar também.

E os professores? Eles são o elemento mais importante da comunidade escolar. São respeitados, a palavra deles é ouvida. Eles exercem a prática pedagógica dentro da sua autonomia. O monitor militar não entra na sala de aula. Esse monitor faz controle da disciplina fora da sala de aula, faz controle da segurança da escola, controle dos corredores e conduz todas as rotinas específicas de uma escola cívico-militar, atividades complementares no contraturno, como é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

caso das bandas de música, algumas atividades voltadas para a prática de esportes, as visitas institucionais e a fiscalização do cumprimento das normas.

E aí, a gente tem, mais uma vez, o culto, o exercício da disciplina, o cumprimento das normas por parte de todos e por parte dos alunos.

E, aí, uma pergunta que já foi respondida: em qual país esse modelo melhorou a educação? Eu vejo que, no Brasil, pelo menos. O Ideb realmente nos mostra isso. E os nossos mecanismos de controle e avaliação aqui do Distrito Federal também nos apontam isso. Melhora a segurança, melhora os indicadores da educação. O aluno se sente num ambiente mais propício, ele fica satisfeito, ele tem orgulho de pertencer a esse modelo de escola. Então esses mecanismos de controle nos mostram isso.

E, aí, uma outra pergunta, Senador, de Danilo, de Pernambuco: "Quais estratégias práticas podem ser utilizadas nas escolas regulares para implementar o ensino de valores e virtudes?". Outras escolas que não cívico-militares fazem isso, escolas que são gerenciadas por padres aqui no Brasil, escolas católicas, escolas presbiterianas, escolas que são geridas por freiras – não há muita diferença nos valores e na fiscalização do cumprimento de normas, na fiscalização da disciplina. Colégio Salesiano, Colégio Mackenzie e tantas outras escolas especializadas também cultuam valores que são muito parecidos com os nossos.

E aí, vem o Gean, da Bahia, e pergunta – pergunta importante esta –, eu faço questão de respondê-la. E aí, eu concluo aqui as minhas perguntas, as respostas que eu consigo trazer. É uma pergunta do Gean, da Bahia, que nos pergunta: "Como evitar práticas autoritárias ou ideologias extremas nas escolas cívico-militares, como ocorreu em regimes totalitários no passado?". Eu não tenho notícia, aqui no Brasil, de isso ter acontecido. Eu fui aluno do Colégio Militar de Brasília na década de 80. A minha filha mais velha foi aluna do Colégio Militar Tiradentes, aqui em Brasília. Minhas irmãs também foram alunas do Colégio Militar de Brasília. E eu não tenho notícia de práticas autoritárias ou ideologias extremas, pelo menos aqui em Brasília.

Mas como garantir que isso não aconteça? Se a gente for se inspirar e observar os ensinamentos de Hannah Arendt na sua obra *As Origens do Totalitarismo*, ela nos traz recomendações. E nós temos mecanismos de controle que estão alinhados com essas recomendações de Hannah Arendt na sua obra *As Origens do Totalitarismo,* ela que foi vítima do Holocausto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vejo que os mecanismos de controle aqui, no Distrito Federal, são vários. As próprias forças militares que atuam no projeto, que são a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, possuem as suas corregedorias. Então, o pessoal selecionado por essas forças é gerido pela própria força. Esse pessoal é submetido a normas que têm regras que são muito rígidas e que têm corregedorias que são muito atuantes. Então, qualquer desvio de conduta vai ser ali identificado e vai ser corrigido. Eventualmente, se isso vier acontecer, o militar vai ser transferido, vai ser responsabilizado, um processo apuratório vai avaliar o que aconteceu. Se alguém comete algum desvio de conduta vai ter a devida correção, porque nós temos normativos que regulam o modelo, as ações de todos têm que estar em consonância com esses normativos e, mais ainda, com as orientações do texto constitucional, do Estatuto da Criança e do Adolescente, enfim, do Código Penal e tudo mais.

Esses militares, ainda, além de estarem sujeitos à lei penal comum, à lei penal a que todos estão sujeitos, também estão sujeitos a um Código Penal Militar que é mais rígido ainda e que possui crimes específicos que são os propriamente militares, assim chamados. E há mais todos os mecanismos de controle, controle do Legislativo, controle do Executivo, controle do Judiciário, do Ministério Público, por meio da Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc), aqui no Distrito Federal. Se algum abuso acontecer, todas essas instituições, exercendo o seu papel constitucional, vão exercer esse controle de maneira que a gente não tem esse risco de prática extremista, abuso ou qualquer prática autoritária como aqui na pergunta, porque todas essas instituições cumprem muito bem o papel na fiscalização de toda a atividade da educação e também dessas escolas, que são escolas públicas no modelo de gestão compartilhada, aqui do Distrito Federal e, portanto, dos colégios cívico-militares do Distrito Federal.

Senador, eu quero agradecer esse espaço porque, muitas vezes, não temos oportunidade. Há um preconceito muito grande com esse modelo cívico-militar no Brasil. Sofremos críticas que, às vezes, até nos machucam, porque são críticas infundadas, acontecem até calúnias. O senhor nos dá essa oportunidade de trazer a verdade, de trazer a transparência.

Eu quero dizer, Senador, que já fomos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União, que aprovou as nossas contas. Houve uma ação arguindo, junto ao TCU, que estávamos em desvio de finalidade. O TCU decide, no mérito, que isso não é um desvio de finalidade para as forças da segurança pública do Distrito Federal. Isso é o cumprimento da sua missão constitucional naquilo que é prevenção primária, como nós chamamos, ou atividade de polícia comunitária, de polícia de proximidade, como acontece com as escolas militares das polícias militares, dos corpos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bombeiros e com o colégio militar do Exército Brasileiro, nas unidades da Federação. Essas forças estão ali fazendo uma entrega para a comunidade com qualidade, segundo os resultados do Ideb e de todas as pesquisas que nós aplicamos.

Então, obrigado pela oportunidade de trazer esses dados, de trazer essa transparência e de nos dar voz. Quero dizer que, aqui no Distrito Federal, o projeto está em expansão: hoje temos 17. Vamos começar o ano que vem com 25 e, até 2026, teremos 40 escolas cívico-militares no Distrito Federal, sob um modelo de gestão compartilhada.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Coronel Ferro, Coronel Alexandre Lima Ferro, que é Subsecretário de Escolas de Gestão Compartilhada, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. É uma honra realmente conhecer melhor esse projeto, de que já ouço falar muito bem, Senador Izalci e Senadora Damares, que sempre repercutem muito esse modelo de escola aqui no Distrito Federal

Eu quero dizer que esse preconceito só pode ser ideologia. Não tem outra, não tem outra... É porque a gente está vendo o resultado. Então, é de se assustar como é que se privam famílias brasileiras, brasileiros que querem esse modelo que está dando resultados espetaculares e está aí no MEC, no Ideb. É um ambiente escolar melhor. São vários índices mostrados aqui. Está tudo aqui. Se você duvidar, por favor, venha aqui nos *Anais* desta audiência pública, porque tudo que o Coronel Ferro apresentou, tudo o que foi apresentado também pelo nosso Coronel lá de São Paulo, que é o Coronel Gilson Passos, e também foi apresentado por quem nós tivemos aqui mais cedo que também é da secretaria aqui do Distrito Federal, o Wagner, que veio aqui representando a Secretaria da Educação, não é isso? Não tem argumento.

Eu perguntei ao MEC, eu deixei essa pergunta no ar. Até entendo que a responsável pelo MEC, que esteve mais cedo aqui, a Dra. Tereza Santos Farias, tinha outro compromisso à tarde, pois não estava previsto a gente estar aqui à tarde hoje. Ela fez uma exposição, mas não tocou, simplesmente não tocou no assunto que está sendo debatido aqui, principalmente essa questão que mais suscita – e não entendo por que... aliás, já entendendo: é questão de ideologia –, uma animosidade com algo que tem uma folha de serviço prestada inegável.

E eu vou te falar uma coisa: eu tenho inveja, viu? Eu tenho inveja aqui do Distrito Federal, de Goiás. Eu sou cearense. Não sei em que estado o senhor nasceu.

O SR. ALEXANDRE LIMA FERRO (*Fora do microfone.*) – Em Recife.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor é pernambucano. Eu sou cearense e tenho inveja de ter isso para o povo aqui à disposição. E vão chegar a 40, não é? Olha só que, lá no Ceará, você tem que procurar com a lupa, porque o Governo estadual achou ótima esta decisão do Governo Federal de acabar... Já tinha má vontade para implementar, e com essa do Governo... Está aqui o *Diário Oficial da União,* com palavra bonita que eles colocam: "a descontinuidade", no *Diário Oficial:*

> Decreto nº 11.611, de 19 de julho:
> Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
> O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República...

Nem entendi isso aqui. O Lula devia estar viajando e não quis assinar devido a desgaste, sei lá! Aí assina, com todo o respeito – porque diz que o Presidente Lula iria voltar à cena do crime – , o Vice-Presidente Alckmin.

O decreto diz o seguinte:

> O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º, §1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,
> DECRETA:
> Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.

Joga uma pá de cal, que chama, para enterrar algo que vinha dando certo. É um negócio, assim, que, poxa, você fica com compaixão das pessoas que tiveram negado esse direito de escolha, essa oportunidade de conhecer e de colocar seus filhos – quem quiser, não é obrigado, não! – na escola cívico-militar.

> Art. 2º O Ministério da Educação estabelecerá, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, plano de transição com vistas ao encerramento das atividades reguladas pelo Decreto nº 10.004, de 2019, por meio de pactuação realizada com as secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pelas escolas vinculadas ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
> Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
> Brasília, 19 de julho [dia de luto] de 2023 [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí assinaram Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho e Camilo Santana, que é da minha terra, Ministro da Educação.

É uma página triste da história da educação porque, em pouco tempo – em pouco tempo –, esse programa deu tão certo que já tinha fila de espera, aí os caras fazem um negócio desses. E a gente tentou reagir aqui, eu falei até com o Presidente Pacheco: "Presidente, isso aqui... Poxa, vamos tentar".

O Senador Marcos Rogério entrou com um projeto, de que sou subscritor, para criar, mas a coisa não anda, porque aqui, muitas vezes, funciona como um puxadinho do Palácio do Planalto. É isso. E a educação do Brasil que fique para lá. A oportunidade de quem quer algo diferente, um modelo diferente fica para lá. O pessoal não está nem aí.

Mas nada como um dia atrás do outro. Eu acredito muito, muito na capacidade de reflexão e de bom senso do ser humano. A minha avó dizia, no interior do Ceará, Coronel Ferro, lá em Morada Nova, o seguinte: "Ou a gente aprende pelo amor ou aprende pela dor". O brasileiro está sofrendo muito atitudes como essa aqui de negar o direito das pessoas. O brasileiro está sofrendo na economia, o brasileiro está sofrendo na cri-mi-na-li-da-de! Você acha que não tem diretamente relação? Onde tem escola cívico-militar, nos arredores, é menos crime, a coisa começa a pacificar. A gente está vendo uma anarquia, é o que está acontecendo com o país. Ninguém respeita ninguém. E, quando você tem uma oportunidade de um modelo diferente, acontece... Estão tirando o futuro! Estão tirando o futuro, mas não vão conseguir, não. Não vão conseguir, não, porque as pessoas de bem estão atentas, despertas, inclusive participando mais da vida política. E essa dor vai gerar uma grande reflexão, um grande sentimento de nação. Eu acho que, mais cedo ou mais tarde, vai acontecer o que aconteceu nos Estados Unidos: lá o pessoal viu que esse negócio de cultura *woke* já deu, de politicamente correto... Poxa! Entendeu? E eu acho que no Brasil já deu também, sabe? Mas vamos lá.

Desculpe o desabafo também, como um cidadão que quer o bem da sociedade, quer uma sociedade saudável, quer uma sociedade... A sociedade merece.

Mas vamos lá.

Eu passo a palavra, imediatamente, aqui, já para fazer suas considerações finais e sobre alguma outra pergunta que queira complementar. Os palestrantes que já fizeram uso da palavra, se despedindo aqui... Eu passo a palavra para o Coronel Gilson Passos, que é representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e ex-Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares, do Ministério da Educação.

Então, se o senhor quiser responder, complementar alguma pergunta ou alguma outra que possa não ter sido respondida, com as suas considerações finais... Muitíssimo obrigado pela sua paciência, Coronel Gilson Passos. Parabéns pela sua exposição! Depois, eu vou colocar nas minhas redes sociais. Cada um que fez as exposições eu vou colocar nas minhas redes, porque eu acho que o brasileiro tem que... A gente tem que semear. Não sei se a gente vai colher, mas pode ter certeza de que os nossos filhos e netos vão colher esse trabalho, porque essa árvore é frondosa.

Muito obrigado, Coronel Gilson.

O SR. GILSON PASSOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Senador Eduardo Girão, somos nós que agradecemos, porque, como disse aqui o Coronel Ferro anteriormente, é sempre uma oportunidade para que a gente possa explanar e dirimir as dúvidas da sociedade. É interessante e importante para nós que a gente fale sempre desse modelo.

Eu queria passear um pouco aqui pelas perguntas. O Coronel Ferro já respondeu, mas eu queria trazer alguns pontos de reflexão, talvez até algumas provocações, se me permite.

E eu começo aqui com o Rodrigo, de Minas Gerais, que falou: "Quem [...] [define] os 'valores que valem'?". Nessa jornada aqui, Senador Girão, o que nós debatemos foi a importância de a gente compreender que a educação não se restringe aos conteúdos curriculares passados em sala de aula. Existe algo que transcende. E, curiosamente, V. Exa. chamou aqui quatro modelos completamente diferentes, e os quatro abordaram a importância dos valores e de como eles transformam aqueles ambientes escolares. Nós não combinamos, os valores são diferentes, mas eles têm uma aplicabilidade e servem de impulso para esses alunos.

Então, quem define os valores – disse muito bem aqui o Prof. João Malheiro – são os valores da própria sociedade, são os valores humanos, como ele disse. Eu tenho absoluta certeza, Senador Girão, de que esses valores do programa aqui e esses outros tantos de que nós falamos são valores que não são militares; são valores de uma sociedade sadia, de uma sociedade do bem, de uma sociedade que preza pela sua cidadania. Então, eles são valores de todos nós. Essa é a resposta que eu gostaria de deixar para o Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Alexandre, do Rio de Janeiro, que perguntou: "Qual o papel da comunidade escolar na gestão das escolas cívico-militares?". Eu diria que é um papel de protagonismo, porque nós ouvimos essa comunidade, nós não impomos a ela nenhum aspecto. Tudo é dentro de um programa de debate, o que caracteriza a gestão democrática dessas escolas cívico-militares. E nós fortalecemos esses conselhos existentes nas escolas. Inclusive um dos objetivos estratégicos do programa nacional era o fortalecimento dos conselhos existentes na escola, tamanha a importância que nós damos a eles.

A pergunta do André: "Em qual país esse modelo melhorou a educação?". Já foi dito aqui, tanto pelo Senador, como pelo Coronel Ferro, o próprio Brasil. E eu diria mais: uma experiência que vem desde o Império. Há mais de um século, os militares estão contribuindo. E o que se fez, neste momento, com as cívico-militares foi uma tentativa de expansão para a rede pública regular.

Caminhando aqui já para o meu final, "Como evitar práticas autoritárias ou ideologias extremas nas escolas cívico-militares?". Disse aqui o Coronel Ferro que existem inúmeros mecanismos de controle. Aqui em São Paulo especificamente, nós estamos colocando nas mãos do diretor a responsabilidade de uma avaliação desses militares, porque não é só a questão autoritária, ele colocou o autoritarismo como uma questão extrema. Mas é possível também haver uma inadequação desse militar a esse trabalho, que não chega a ser totalitário, mas ele pode não se adaptar ao trabalho. Isso é natural.

E por isso que é necessária uma avaliação. A gente está prevendo aqui uma avaliação semestral, na qual o diretor da escola vai avaliar o rendimento profissional desse militar, de forma que a gente tenha subsídios, o Estado de São Paulo é um estado muito grande, para que a gente possa avaliar a pertinência ou não da permanência daquele militar na escola. Então são inúmeros realmente, como disse o Ferro, inúmeros mecanismos de controle para que isso não ocorra.

O Dênis, de Minas Gerais, trouxe uma pergunta muito interessante: "Quais pesquisas científicas em revistas consolidadas sobre educação definem que a escola cívico-militar traz benefícios de aprendizagem?". Eu queria dizer ao Dênis o seguinte: o MEC, na ocasião do programa nacional, publicou um livro, do qual eu sou organizador, contendo 15 artigos científicos que vai... O nome do livro é *Da Concepção do Modelo aos Primeiros Resultados*. Então são 15 artigos científicos que mostram, de forma detalhada e minuciosa, o que representa esse programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, na época também do MEC, foi criado, no Ministério da Ciência e Tecnologia, um observatório social do programa das escolas cívico-militares. E ali se traz um conjunto de indicadores, um conjunto de rendimentos dessas escolas do ponto de vista da gestão dessas escolas.

Então são dados científicos, são dados de pesquisa. Eu me referi aqui, pela manhã, a uma pesquisa que o MEC encomendou, com 25 mil participantes, que trouxe aqueles resultados. Então nós temos, sim, Dênis, subsídios científicos que nos permitem afirmar aquilo que nós comentamos aqui.

E por último, a pergunta do Alemmar, de Rondônia, a última pergunta, em que ele diz que não concorda que o modelo educacional cívico-militar possa promover valores e virtudes, pois é um modelo de educação repressora. E eu gostaria aqui de dizer o seguinte: que o modelo cívico-militar não representa uma nova modalidade de ensino do país. Quem define modalidade de ensino do país é a LDB. E, quando a LDB trata desse assunto, ela trata de escolas que possuem um público diferente da rede regular, um conteúdo curricular diferente ou um método de aprendizagem diferente.

Eu vou dar alguns exemplos. Por exemplo, a escola indígena e quilombola tem um público diferente. Por isso, é uma modalidade de ensino. A escola profissionalizante tem um conteúdo curricular diferente. E, por isso, é uma modalidade de ensino. E o ensino à distância é uma modalidade de ensino, porque ela tem um processo de ensino-aprendizagem completamente diferente.

A cívico-militar não é nada disso, porque ela continua sendo uma escola da rede regular, com o público comum, com o mesmo público da sua vizinha que não é cívico-militar, o mesmo conteúdo curricular daquela escola e o mesmo processo de ensino-aprendizagem. Então ele não é um novo modelo educacional. Ele é um processo, um programa de gestão escolar.

E você colocou aqui que você entende como modelo de educação repressora. Eu respeito a sua opinião, mas eu não concordo, porque não é repressora. E, se fosse repressora, essa própria comunidade não ia clamar, não é nem pedir, é clamar pela permanência do programa. Se fosse repressora, os pais não iam querer matricular os seus filhos nessas escolas. Se fosse repressora, ela não teria esses resultados que a gente citou aqui hoje pela manhã.

Então, Alemmar, eu respeito a sua opinião, embora não concorde, mas eu respeito a sua opinião, até porque, como eu disse de manhã, o respeito é um dos cinco valores do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente respeita a opinião discordante. Mas eu também tenho que respeitar e, aí, eu coloco para você e para todos aqueles que nos assistem que a gente também tem que respeitar o desejo, o anseio das famílias que discordam de você e que querem ver os seus filhos matriculados nas escolas cívico-militares. Então nós temos que nos esforçar para garantir a essas famílias o atendimento aos seus anseios.

No seu caso e no de tantos outros que também não concordam, existem outras escolas da rede pública regular que oferecerão vagas, nas quais você poderá estudar, ou seus dependentes poderão estudar, ou qualquer outro que não deseje estudar numa escola cívico-militar. Porém, repito e encerro aqui a minha participação, o anseio dessas famílias de quererem ter os seus filhos matriculados nas escolas cívico-militares também tem que ser levado em conta.

Então, Senador Eduardo Girão, aqui é a minha participação nessas perguntas.

Agradeço demais o convite feito à Secretaria de Educação, a qual eu tive a honra aqui de representar, e me coloco à disposição de V. Exa. naquilo que for necessário para o debate desse assunto. É preciso que a gente comunique esse programa de uma forma assertiva, para que essas questões de confusão, essas questões de não compreensão do modelo possam realmente desaparecer. E que a gente tenha realmente um modelo sólido que se possa oferecer à nossa sociedade.

Muito obrigado, Senador, Coronel Ferro e a todos aqueles que nos assistem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, Coronel Gilson Passos, representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Leve nosso abraço aí para o Governador Tarcísio.

Eu vejo que já está no coração do brasileiro, a escola cívico-militar ganhou o coração do brasileiro. Tanto é que as filas aí mostraram isso, o interesse. E realmente é negar um anseio do povo, mas isso volta.

Eu acho que não é nem questão de comunicação, acho que é questão até de honestidade, sabe? Porque eu vejo que eles deturpam a coisa, só pode ser com intenção predefinida, porque os dados estão aí para mostrar.

Eu queria até pedir para que o senhor pudesse depois mandar aqui para a nossa Secretaria, a nossa Secretaria tem o seu contato, exatamente esse estudo que o senhor fez no MEC, que o senhor citou agora há pouco, técnico, porque é bom ter aqui à disposição, oficialmente. Eu sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que já deve ter chegado talvez em outra Comissão, mas eu gostaria de ter aqui na Comissão de Educação, para deixar registrado esse estudo.

Eu vejo que não tem dúvida, a justiça vai prevalecer, o bem, a verdade, elas vão prevalecer nessa questão. E a vida é uma roda gigante, às vezes... Daqui a pouco volta. E eu acho que vem para ficar, é o meu sentimento. É o meu sentimento, vem para ficar esse modelo como mais uma alternativa. Não que os outros não sejam, valorizamos outros modelos também, vimos até outros aqui, da Escola Sathya Sai Educare, também da pedagogia das virtudes. Nós vimos essas alternativas também, mas eu acredito que a escola cívico-militar tem lugar de destaque na educação do Brasil – brasileiro gosta da coisa correta.

Então, às vezes é aquela coisa do Martin Luther King, o grande humanista, pacifista da humanidade, que dizia o seguinte: "O que me incomoda não é o grito dos violentos, mas o silêncio dos bons". E a gente vê muita gente... A maioria da população, eu acredito que é de pessoas que trabalham, que acordam cedo, que vão trabalhar, que se dedicam para levar o pão para cada dia. É a maioria, mas qual é a minoria que grita e que muitas vezes está no poder? Esse é que é o grande lance.

Então, eu acho que as pessoas de bem estão começando a acordar, depois de tantas mazelas, como aconteceu nos Estados Unidos agora, e eu acredito que é natural que aconteça no Brasil. É um ciclo, tudo é um ciclo. E eu acho que a gente está podendo experimentar tudo para depois separar o joio do trigo.

Muito obrigado, Prof. Gilson.

Eu passo a palavra agora, para encerrar algum outro questionamento dessas perguntas que possa ter ficado sem resposta, ou caso a senhora queira complementar, e as suas considerações finais, Profa. Inez Cabral, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil.

Muitíssimo obrigado pela sua paciência também, por ter ficado aqui conosco. Muito obrigado mesmo.

A senhora tem aí de cinco a dez minutos, para a gente encerrar a sessão.

A SRA. INEZ CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador, pela oportunidade. Ouvi relatos belíssimos no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos os expositores por esses depoimentos riquíssimos de transformação da nossa nação através da educação.

Aqui, a Gabriela perguntou: "Como modelos educacionais baseados em valores e virtudes podem contribuir para a formação ética e cidadã no Brasil?". Quando eu li isso, eu me lembrei imediatamente daquela frase de Sathya Sai Baba que eu coloquei hoje em que ele diz que a meta da educação é a formação do caráter. E acrescenta à sua definição de caráter justamente a unidade entre pensamento, palavra e ação.

De fato, essa educação baseada em valores, o que ela faz? Ela faz brotar. Como nós falávamos, ele resgatou este verdadeiro significado da palavra "educar" para justamente "fazer brotar", "trazer de dentro" para fora todos aqueles valores que já fazem parte da natureza humana.

É claro que uma educação baseada em valores, justamente, promove a formação do caráter e, se promove a formação do caráter, como ele diz, promove unidade na família, paz na nação, paz no mundo.

Realmente, é só a gente refletir sobre o valor dos valores em nossa sociedade.

Sobre esta pergunta do Rodrigo, "Quem [...] [define] os 'valores que valem'?", eu gostaria de comentar que a educação Sathya Sai em valores humanos justamente elegeu cinco valores, como nós falávamos hoje pela manhã: a verdade, a retidão, a paz interior, o amor e a não violência. Essa escolha deve ter tido razões para tanto, porque nós damos esses nomes em português, mas, de fato, esses valores, originalmente, têm nomes em sânscrito e um significado muito mais profundo do que aquilo que a gente fala.

Por exemplo, a verdade. Muitas vezes, quando a gente fala sobre o valor "verdade", as pessoas acham, confundem com "veracidade", com "falar a verdade", quando, de fato, a verdade é aquilo que sempre é, que sempre permanece. Não é a verdade relativa, é a verdade absoluta.

O amor, como ele dizia, é, de fato, uma energia, é a energia que cria e que sustenta todo o universo.

Aí eu pergunto a vocês: quem é que cria e sustenta todo o universo? Esse é o amor, daí por que ele é o denominador comum de todos os valores. Ele se manifesta através de sentimentos, é claro, de amizade, de solidariedade, de compaixão, de amor entre marido e mulher, entre pais e filhos e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ele se manifesta assim, mas, de fato, ele é aquela energia primordial que cria e sustenta o universo, daí por que um coração pleno desse amor vai sempre ter no seu pensamento a verdade, a pessoa sempre vai agir com retidão, ter o seu comportamento correto, jamais vai ser capaz de ferir alguém, porque ele tem aquela compreensão de quem ele é e do que cada um é, como nós comentávamos na manhã de hoje. E vai poder usufruir da paz interior, porque ele está naquela unidade entre pensamento, palavra e ação.

Acho que o Prof. Malheiro comentou justamente sobre os aspectos da personalidade: corpo, alma e espírito. Eu gostaria até de dizer, porque hoje não tivemos tempo, que, na educação Sathya Sai em valores humanos, os cinco valores correspondem justamente a cinco aspectos da personalidade humana: o físico, o mental/emocional, o intelectual, o psíquico e o espiritual.

Daí por que é considerada uma educação que promove o desenvolvimento integral do ser humano, porque atua em todos esses aspectos da personalidade.

É muito lindo, muito profundo.

Eu sugiro, inclusive, que vocês visitem o *site* do Instituto Sathya Sai de Educação. Peço para colocarem aí: www.institutosathyasai.org.br.

No *site* do instituto, nós temos, por exemplo, um livro que foi publicado por um grande professor doutor da Tailândia, que fez doutorado na Inglaterra. Ele escreveu um livro belíssimo, simples, que se chama *Educação Sathya Sai: Filosofia e Prática*.

Aqueles que se interessarem em conhecer com mais profundidade essa educação vão gostar muito de ler. Está disponível no *site* do Instituto Sathya Sai. Qualquer um pode baixar, pode ler.

Creio que é isso.

A educação cívico-militar é muito bonita, porque justamente, além de promover os valores, também promove o amor à pátria mãe. E Sathya Sai recomendava muito isto: fazer com que floresça no coração de cada aluno, de cada estudante esse amor à sua pátria. Lembrando a máxima dele – ame a todos, sirva a todos –, se você ama a sua pátria, você serve a ela com muita generosidade, com muito amor.

Aqui, por exemplo, em Fortaleza nós temos o nosso núcleo de Educação em Valores Humanos já há mais de 22 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como vocês sabem, todo o trabalho do Instituto Sathya Sai é totalmente voluntário, que todos realizamos com muito amor, com muita dedicação.

Estamos desde o início dessa escola do Eusébio, desde 2004, já há mais de 20 anos, e vemos histórias lindas. Inclusive, em 2012, eu tive a oportunidade de receber um convite para participar do primeiro Congresso Internacional de Educação em Valores Humanos, que foi lá no México. Lá, justamente, eu falei sobre a escola, mostrei depoimentos de professoras, diretores e tal, inclusive a carta de uma criança, naquele ano de 2012, de sete anos de idade. Nós pedimos, as professoras pediram que cada um deles fizesse, aqueles que já eram maiores um pouco, uma cartinha dizendo o que achavam do programa da educação Sathya Sai.

Essa criança, eu levei essa carta lá para o México e mostrei, dizia mais ou menos assim: esse programa é muito bom, é maravilhoso, porque, através dele, nós conseguimos ajudar a Deus, porque Deus está fazendo tudo sozinho, e nós somos como agentes da paz e ajudamos a Deus.

Eu achei isto fantástico: uma criança de sete anos de idade com essa compreensão tão profunda do papel de cada um de nós na sociedade.

Então, muito, muito obrigada por este dia maravilhoso.

O nosso instituto, eu falo em nome de todos nós, da diretoria, dos núcleos, das escolas, está sempre disponível para contribuir justamente com o florescimento desses valores em nossa sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, minha querida irmã Inez Cabral, Coordenadora Nacional de Núcleos do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, uma idealista, uma pessoa muito dedicada.

Eu fico muito feliz com o alto nível que a gente teve nesta audiência pública.

Agradeço demais a participação de todos. Agradeço muito a audiência sua. Agradeço também o trabalho muito dedicado, competente da equipe aqui do Senado Federal. Tenho honra de trabalhar aqui e de servir junto com eles: Regivaldo, da copa, coisa boa; o Eduardo Barros, da equipe de som; de manhã, estava uma senhora; o Marcos Donizeti, da TV Senado. Aqui da Comissão de Educação, olhem que beleza: a Camila Bittar, o Daniel Nascimento, o Bill Soares e a Andréia Mano.

Muitíssimo obrigado pelo trabalho de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro esta sessão, trazendo essa matéria que saiu também, bacana.

Deixe-me dar mais um tempinho aqui para o Presidente.

Como o MEC não respondeu, eu entendo que não possa ter participado, mas não custava nada pedir para alguém mandar os questionamentos que foram feitos aqui sobre por que descontinuaram, acabaram com a escola cívico-militar, com os incentivos do Governo Federal para o programa. Por quê? Essa é a pergunta.

Eles não têm resposta. Acho que o próprio silêncio significa que não têm resposta para dar. É incômodo demais, eu entendo, é incômodo não poder responder, porque os dados do próprio MEC apontam que a violência física foi reduzida em 82%; a violência verbal, diminuída em 75%. Olhem os números, bem acima da metade: em 82%, a violência física, com a escola cívico-militar; a violência verbal, em 75%; e a violência patrimonial, em 82%.

Quem é que não quer isso, gente, pelo amor de Deus? Por favor, bom senso. Independentemente se é a favor de Governo, contra Governo, de direita, de esquerda, poxa, isso é por bem das pessoas, gente, por favor. Por favor.

A mesma pesquisa constatou que a evasão e o abandono escolar diminuíram em quase 80%. Quem é que pode ser contra isso, com bom senso, com juízo? Deixem a ideologia de lado, por favor! Não façam isso. Pode ser seu filho, seu neto. Cadê o sentimento de humanidade, de compaixão, de empatia, de que se tanto fala?

Outro dado positivo foi que 85% da comunidade respondeu satisfatoriamente ao ambiente escolar após a mudança para o modelo das escolas cívico-militares, do programa. Esses dados são resultados de avaliação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

Enfim, agradeço demais.

Que o bom senso prevaleça em nossa nação.

Muito obrigado a Deus pela saúde e por podermos fazer este trabalho aqui no Senado.

Obrigado por esta Casa, que está com 200 anos. A gente está no Bicentenário do Senado Federal. Até março, nós estamos no ano do Bicentenário.

Que Deus abençoe a todos.

A sessão está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Cid Gomes e Zenaide Maia, reúne-se a Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Leila Barros, Paulo Paim, Lucas Barreto, Janaína Farias, Wellington Fagundes e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Wilder Morais, Angelo Coronel, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 56/2023 - CE, de autoria do Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Finalidade:** Instalação e Eleição de Presidente da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa. **Resultado:** Fica instalada a subcomissão e eleitos Presidente o Senador Cid Gomes e Vice-Presidente a Senadora Zenaide Maia. **2ª Parte - Deliberação do plano de trabalho**. **Finalidade:** Deliberação do plano de trabalho da CEIDCERTA. **Resultado:** Plano de Trabalho aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes
Presidente Eventual da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa.

A presenta reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos, a eleição de Presidente e a deliberação do plano de trabalho da Subcomissão, em atendimento ao Requerimento de nº 56, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cid Gomes.

Considerando a indicação do Senador Cid Gomes para Presidente e tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Apenas por unanimidade, hein, Cid? Quem que iria questionar?

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Presidente, e justamente por unanimidade o nosso querido Senador Cid Gomes, que tem uma história no Ceará que iniciou o que nós temos hoje – que foi iniciado na sua gestão e continuado pelo nosso Governador Camilo e, agora, pelo nosso Governador Elmano –, e ele tem muito a contribuir para o Brasil. Então, a gente fica feliz.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Então, deixe-me colocar aqui em votação.

Coloco em votação, por aclamação, o nome do Senador Cid Gomes para Presidente da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Cid Gomes Presidente da Subcomissão.

Convido o Senador eleito para ocupar o seu lugar à Mesa.

Ainda queria deixar claro aqui que esta Subcomissão é de uma importância fundamental. E qual pedido eu faço aos desta Subcomissão e a todos que fazem a educação deste país? Se faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário colocar os alunos, crianças aqui até seis anos, no Orçamento deste país, porque a gente sabe disso, só precisamos colocar em prática, Cid.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Agradeço aos nobres pares e posso nominá-los, Senadora Janaína, Senadora Zenaide, Senador Lucas, pessoas pelas quais tenho uma estima especial. Não é por coincidência que os três comparecem aqui a esta reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Alfabetização na Idade Certa.

Antes de falar um pouco mais sobre o tema e propor aqui a deliberação sobre um plano de trabalho para os próximos meses, eu gostaria de propor, sugerir o nome da Senadora Zenaide Maia para ser a Vice-Presidente desta Comissão. Pelos seus inúmeros atributos, pela dedicação especial, pela atenção que tem com a questão da educação, tenho certeza de que esta Comissão estará muito bem representada. Então, se houver a concordância dos nobres pares, eu...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu retiro a minha pré-candidatura e apoio a Senadora Zenaide. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Então, candidata por unanimidade, eleita e aclamada para Vice-Presidente. Será, para mim, uma honra, Senadora Zenaide, trabalhar junto com V. Exa.

Eu gostaria de trazer algumas informações que me motivaram a propor o requerimento que foi aprovado pela Comissão, com o entusiasmado apoio do Presidente da Comissão de Educação, a quem quero agradecer, o Senador Flávio Arns.

Eu tive o privilégio de realizar o meu sonho – um sonho que eu tinha com 11 anos de idade –, que era o de ser Prefeito da minha cidade, aos 33 anos de idade, após ter sido por duas vezes eleito Deputado Estadual e ter tido o privilégio de ter sido eleito Presidente da Assembleia por unanimidade, o Presidente mais jovem que a Assembleia Legislativa do estado já teve até hoje. Então, com 33 anos, eu me elegi Prefeito.

Sou filho de pai e mãe professores, tive a oportunidade de estudar em boas escolas, algumas delas públicas, algumas delas particulares, tinha o complemento em casa de duas pessoas de nível superior para ajudar na formação escolar, principalmente – eu estou me referindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à questão da educação –, e atribuo a isto a possibilidade de ter realizado o meu sonho: ter tido uma boa oportunidade na escola e uma boa oportunidade em casa, com pessoas que me ajudaram na minha instrução.

Como Prefeito da minha cidade, eu me sentia no dever de permitir criar oportunidades para que outros jovens sobralenses pudessem realizar os seus sonhos. Então, elegi pessoalmente um compromisso nº 1 com a educação. Senadora Zenaide, Senador Lucas, Senadora Janaína, podem ter certeza de que me dediquei escolhendo uma boa auxiliar.

Eu escolhi a Profa. Ada, que tinha trabalhado como Secretária de Educação do Estado, tinha larga experiência como professora, como diretora escolar ao longo de muitos anos, numa das escolas mais bem referenciadas no Estado do Ceará, e cumprimos, em quatro anos, toda a agenda formal que se colocava tradicionalmente para melhorar e qualificar a educação pública. Do "a" ao "z", desde exigência de profissionais educadores com nível superior – mais da metade não tinha quando nós assumimos e todos passaram a ter formação superior para lecionar –; o processo de nucleação de escolas para qualificar melhor – nós transformamos uma estrutura que era de 130 em apenas 35 escolas, e essas escolas no padrão físico foram restauradas e algumas reconstruídas ou construídas de novo, e a estrutura física, ao cabo de quatro anos, já era tida, na percepção popular, como uma estrutura física da rede pública melhor do que a rede privada; equipamentos; salário de professores, enfim, tudo que se possa imaginar da agenda formal da educação foi cumprido ao longo desses quatro anos. Tive muita ajuda – muita ajuda –: desde o Instituto Ayrton Senna, o Ministério da Educação tinha à época o Projeto Nordeste, que permitiu que a gente reformasse todas as escolas e construísse mais uma quantidade significativa.

Fui reeleito e já havia a percepção popular de que a rede pública municipal de educação tinha melhorado muito, era já uma percepção comum, inquestionável, mas eu tinha uma desconfiança, eu achava que as coisas não estavam corretas. E aí, a partir dessa desconfiança, eu contratei uma avaliação externa, ao final ainda da minha gestão, entre a eleição e a posse. Foi feita essa avaliação externa por amostragem dos alunos e a constatação, o resultado da pesquisa foi o seguinte: 62% dos alunos que já frequentavam a escola há pelo menos três anos não tinham aprendido a ler e escrever, ou seja, de nada adiantou todo... Quer dizer, é exagerado afirmar isso, mas, para mim, a essência da educação, a ferramenta básica da educação, que é a alfabetização, não estava cumprida. E penso eu – e acho que especialistas comprovam ou atestam isso – que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você não tem a fundamentação, se você não tem a alfabetização, toda a sua carreira escolar fica comprometida, resultando em defasagem, reprovação, evasão. Uma série de outros problemas resultam, a meu juízo, da não alfabetização na idade certa.

Então o segundo mandato foi integralmente... Elegemos como meta zero, meta um era educação, a meta zero, antes de começar o processo de alfabetização. E aí a gente foi identificando, ao mesmo tempo em que discutíamos a questão. O meu discurso de posse no segundo mandato foi reconhecendo essa grande falha da educação pública de Sobral e assumindo também o compromisso de melhorá-la e de atuar no sentido de suprir essa deficiência.

Então, uma série de constatações a gente foi fazendo. A primeira delas: o *glamour* que eu, particularmente, confiro ao professor alfabetizador, porque eu não me lembro da minha professora do primeiro, do segundo, mas me lembro com detalhe – se eu fechar os olhos, eu me lembro – da Irmã Virgínia, que foi quem me alfabetizou. Mas esse *glamour*, que, muitas vezes, a gente traz não é o pensamento dos professores. Na média, isso me foi dito, eles acham que essa tarefa de alfabetizar não é uma tarefa tão nobre. Os professores preferem ficar já nos anos mais para a frente – estou falando só do fundamental 1. Essa foi uma constatação, a partir das avaliações, depois dessa avaliação fundamental, que constatou o resultado já referido por mim. Então, como superá-la? Bom, pragmatismo. Instituímos uma gratificação para o professor alfabetizador, passou a haver uma seleção – mais querendo do que a quantidade de vagas –, e, portanto, os melhores foram lotados nessa atividade.

Segunda máxima – e não estou dizendo aqui por ordem de importância –: o fundamental nessas coisas é que você avalie e avalie censitariamente. A avaliação que eu fiz, no ano anterior, tinha sido por amostragem só para a gente ver um diagnóstico, mas o fundamental, como estratégia de corrigir esse problema, é avaliar censitariamente, quer dizer, todas as crianças, e fazer isso, se possível, duas vezes ao ano, sendo uma ao cabo do primeiro semestre, para dar tempo ainda de alertar e conseguir recuperar eventuais não atingimentos de metas no segundo semestre. Então, avaliação censitária.

Outra coisa que atribuo também como fundamental é permitir que os professores tenham uma orientação na sua didática do dia a dia. E aí nós implantamos um instituto de supervisão em que, para cada dez professores, a gente tinha um supervisor, e esse supervisor, quinzenalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num dia de sábado – pagando hora extra, para não prejudicar o trabalho das escolas, não ter nenhuma ausência –, fazia, por dez dias – duas semanas, dez dias letivos –, dia por dia, minuto por minuto, uma sugestão, que era discutida com os professores, de como deveria ser a didática, de como deveria ser a aula. Paradoxalmente ao que dizem ou costumam dizer de que professor não gosta disso, professor gosta de ter a livre docência, o que nós vivenciamos lá foi o contrário: eles acharam ótimo que tivesse esse acompanhamento, essa supervisão, essa orientação, até porque isso se traduziu também, muito rapidamente, em resultados.

Outra questão, outro ponto fundamental: fixar metas, estabelecer metas. Então, no primeiro mês, no segundo mês, no terceiro mês, no quarto mês, ao fim do primeiro semestre, estabelecer metas de alfabetização e acompanhar e avaliar o atingimento dessas metas.

E, sim, por último – eu estou falando mais no sentido histórico –: o reconhecimento daqueles que atingiram a meta. Publicação, transparência mais ampla possível dos dados, para que isso, de alguma forma, sirva até de desconforto para o que não conseguiu, ao ver que, do lado, na sala do lado dele, um professor conseguiu 95% de alfabetização das crianças e que ele só conseguiu 70%.

Então, isso cria um constrangimento, mas, ao mesmo tempo, uma emulação. E há o reconhecimento feito, ao final do ano, com uma festa realmente, literalmente. Houve um empoderamento e uma cumplicidade de toda a rede escolar – toda a rede escolar.

E Sobral passou a ficar como referência muito rapidamente. Ao final do primeiro ano, a gente já conseguiu. E isso só melhorou ao longo dos anos seguintes. E Sobral se transformou numa referência.

Eu digo sempre uma coisa: boas experiências, bons exemplos, boas práticas são fáceis, vamos dizer, de se encontrar, o grande desafio é que essas boas experiências, essas boas práticas sejam replicáveis e universalizáveis, porque, senão, são engodos – é o que há de mais adequado ao termo demagogia. Você pode dizer: "Olhem, está aqui uma bela experiência, isso aqui fez com que as crianças da cidade de Camorupim" – que nem existe – "tenham a melhor educação do mundo". No entanto, isso é replicável, essa experiência é universalizável? Essa é que é a grande questão que tem que ser respondida. E política pública, a meu juízo, tem que ter estas duas coisas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ser replicável, tem que ser universalizável, no pouco dinheiro, porque também para fazer com todo o dinheiro do mundo, qualquer pessoa faz.

Nessa experiência de Sobral, quando eu fui eleito Governador, eu pessoalmente... E isto é algo também que eu coloco como premissa para esse programa dar certo: o envolvimento pessoal do gestor maior. Se é de uma cidade, é o Prefeito; se é de um estado, o Governador; se é de um país, o Presidente da República. Esse envolvimento pessoal da liderança máxima é premissa para que as coisas possam acontecer. Então, eu pessoalmente reuni os 184 Prefeitos do Estado do Ceará, todos assinaram um compromisso para adotarem o programa nos seus municípios, e o estado ajudou com a avaliação, que é o mais caro, ajudou com o material didático, que é o segundo mais caro, e ajudou com a orientação, que muitas vezes é o que falta. Um Prefeito não tem por obrigação ser um especialista em todos os assuntos e, muitas vezes, na boa intenção, erra. Então, você dar um norte para as gestões é algo fundamental. E os gestores cearenses, independentemente de partido político, todos como regra adotaram. A gente instituiu esse programa no estado inteiro e chamou de Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic). Isso caiu na boca dos professores, os professores todos dos municípios vibravam, faziam entusiasmadamente a sua adesão a esse programa. E é impressionante! Eu ainda vou trazer um dia aqui um mapa em que a gente coloca como vermelho, laranja, amarelo, verde-claro e verde-escuro a evolução na nota mesmo: na faixa de 0% a 20%, vermelho; de 20% a 40%, laranja; de 40% a 60%, amarelo; de 60% a 80%, verde-claro; e de 80% a 100% de alfabetização, verde-escuro. É impressionante!

E essas coisas para a gente, que é nordestino e que tem essa diferença, que vê isso na nossa geografia... Quer dizer, no fim do ano ou nos anos B-R-O-Bró fica tudo seco, cinza, laranja, e, nos meses de chuva, fica um verde, aquele verde bonito...

Então, é impressionante como mudou muito rapidamente, em quatro anos também, no Estado do Ceará, atestando o que eu estou dizendo.

Isso é uma política replicável e universalizável.

O Camilo tem um grande desafio, está implantado, implantou um programa, e certamente todos os agentes públicos brasileiros devem contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é nesse intuito, nessa intenção, que propus a formação dessa Subcomissão, e, naturalmente, pela liderança de cada um de vocês, vamos procurar ajudar o Ministério, ajudar os estados, ajudar os municípios a mudar esse quadro.

Há hoje, ainda, eu falei, quando eu fui Prefeito, isso já faz 20 anos. Em 1997 eu me elegi Prefeito. Em 1997... Mais de 20; quase 30 anos da eleição. E Sobral resolveu há 20 anos esse problema. E o Ceará já resolveu esse problema há 15, 14 anos, 12 anos atrás.

Ainda hoje há estado no Brasil – eu vi isso agora, recentemente – em que apenas 31% das crianças se alfabetizam na idade certa. É um número pior do que Sobral há 30 anos.

Eu vou dizer não para atingir, mas acho que essas coisas... Reconhecer e, ao mesmo tempo, mostrar os problemas, acho que é da nossa obrigação. É isso que vai fazer com que as coisas mudem.

O Estado de Sergipe... Não sei nem quem é o Governador, sinceramente, e obviamente também isso não é responsabilidade dele, mas o Estado de Sergipe só conseguiu alfabetizar, pelo último dado aferido, 31% das crianças até os sete anos de idade. Então, esse desafio...

São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, o último dado é de que só conseguiu alfabetizar metade das crianças. A cidade de São Paulo só conseguiu alfabetizar 50% das suas crianças, quando a gente tem... Quer dizer, o Ceará consegue 85% de média, e Sobral consegue 98%.

Então, isso é possível, e Sobral certamente não é a melhor referência de muito dinheiro, de dinheiro sobrando, como a gente tem no Brasil essas disparidades.

A renda tributária *per capita* é algo impressionante no Brasil. Você pega essas cidades que são distritos industriais ou que têm *royalties* de petróleo, e elas têm receitas tributárias *per capita* às vezes dez vezes maior do que outras. Sobral está na média ou, talvez, abaixo da média, mas, repito, por um compromisso coletivo conseguiu resolver esse problema

Perdoem o entusiasmo do depoimento, mas eu vivencio isso e vivenciei cada uma dessas experiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a segunda parte da nossa reunião, Astronauta Marcos Pontes... Nós já tivemos aqui, para a minha grata alegria, surpresa e honra, a eleição como Presidente desta Comissão, e a nossa Senadora Zenaide foi eleita – ambos por aclamação – Vice-Presidente da Comissão.

Ao longo do tempo, nós vamos ver um Relator, para que a gente possa funcionar.

Então, com a permissão de vocês, eu passo a ler agora o plano de trabalho – juram? Eu tenho que ler assim mesmo?

Bom, depois do depoimento já longo que fiz, eu vou pular aqui uma introduçãozinha, até porque eu já falei que está na página do Senado esse plano de trabalho, e queria só passar diretamente aqui, com a permissão de vocês, aos objetivos.

São objetivos comuns da Subcomissão Ceidcerta – depois, ao longo do nosso trabalho, a gente pode mudar também o nome da Comissão Ceidcerta (Comissão Especial de Alfabetização na Idade Certa) –: fortalecer o regime de colaboração com foco na alfabetização – é fundamental envolver prefeituras, municípios e Governo Federal, e nós temos um ambiente, nunca tivemos um ambiente tão propício para isso como agora –; engajar o Senado na agenda da alfabetização das crianças; propor projetos de lei que visem ao fortalecimento das políticas públicas pela alfabetização das crianças na idade certa; debater sobre tecnologias e inovações na área da alfabetização escolar; engajar governadores e prefeitos na agenda da alfabetização; mapear a situação atual da alfabetização no Brasil – essa deve ser a primeira coisa –; monitorar as políticas públicas de alfabetização na idade certa; pontuar caminhos e perspectivas para a superação dos problemas de acesso à escolarização e dos baixos níveis de proficiência na alfabetização; debater acerca da valorização das políticas de primeira infância; debater e propor ideia sobre a formação inicial e valorização dos professores e professoras alfabetizadores; valorização dos professores e professoras alfabetizadoras; debater a modalidade do ensino EAD para professores – garantir a prática da sala de aula e o aprendizado por processo equivalente.

A metodologia proposta como plano de trabalho está sendo submetida à consideração e, naturalmente, à aprovação das senhoras e dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho será realizado primordialmente por meio de audiências públicas no âmbito da Subcomissão, realizadas no Senado Federal e também nos Estados de Mato Grosso, Pará, Espírito Santo e Ceará.

Em adição, sugerimos visitas de Parlamentares a escolas públicas de ensino fundamental nas cinco regiões do país, com calendário a ser definido pela Subcomissão.

Plano de audiências públicas.

Sugerimos a realização de cinco audiências públicas no Senado Federal neste ano, em data a ser acordada entre os participantes da Comissão, com a presença, a princípio, dos seguintes convidados e convidadas:

Primeira audiência pública:

- representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;

- representante do Conselho Nacional de Educação;

- membro do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

- membro da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Renalfa);

- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;

- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Segunda Audiência Pública:

- representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed);

- representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);

– representante da secretaria do MEC que trabalha relações institucionais e responsável pelo PNE e SNE;

- representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante do Conselho Municipal de Secretários de Educação das Capitais (Consec);

- representante da Secretaria de Educação do Estado do Ceará;

- representante da Secretaria de Educação do Município de Sobral, Ceará.

Terceira Audiência Pública:

- representantes do segmento do terceiro setor que atuam com alfabetização das crianças (Associação Bem Comum, Instituto Natura, Fundação Lemann);

- representante da Unicef;

- representante da Unesco;

- representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;

- representante do movimento Todos pela Educação;

- representante da Associação Brasileira de Alfabetização;

- representante da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação;

- representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

Quarta audiência pública:

- representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);

- representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

- representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação;

- representante do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais;

- representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).

Quinta Audiência Pública:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC;

- representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneei);

- representante do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

- representante do Conselho Nacional da Igualdade Racial;

- representante do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Sugerimos, por sua vez, que as audiências públicas a serem realizadas nos estados contem com a presença dos seguintes convidados e convidadas:

- representante da Secretaria Estadual de Educação;

- representante da Secretaria Municipal de Educação da capital do estado e de outros municípios;

- representantes dos conselhos escolares locais;

- gestores escolares;

- professores alfabetizadores.

5. Cronograma:

- junho a novembro de 2024: realização das audiências públicas no Senado Federal e nos Estados do Mato Grosso (MT), Pará (PA), Espírito Santo (ES) e Ceará (CE).

Brasília, 11 de junho de 2024.

Em discussão a proposta de plano de trabalho.

Para discutir, o Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem quero agradecer aqui a presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, primeiramente obrigado pelo convite. Parabéns pela Presidência! E parabéns à Senadora Zenaide também pela Vice-Presidência!

Este é um tema extremamente importante: não adianta a gente querer discutir a educação lá na frente se a gente não cuidar da base da educação, que está aqui. Então, primeiro, a importância do tema é primordial.

Segundo, só um ponto que eu acho que nós devemos ter, com todos esses estudos e conhecimento que nós vamos ter através dessas audiências públicas, é uma metodologia ou um objetivo – que a gente poderia colocar também. Seria estruturar ou criar um sistema estruturado de avaliação continuada da alfabetização no país, tanto em termos de estatística de número de crianças alfabetizadas e número de crianças que precisam de alfabetização – a gente está falando de criança aqui, mas também tem muito adulto que precisa de alfabetização – como também com relação à qualidade da alfabetização.

Então, se a gente tiver um plano estruturado, uma maneira pela qual se possa avaliar, ou seja, pensando em produto – resultado – que a gente quer da criança alfabetizada e com qualidade dessa alfabetização, a gente pode nortear todas as ações que são feitas ou que serão feitas através dessa avaliação, que é uma avaliação constante.

Logicamente, o Ministério da Educação tem as suas diretrizes com relação a isso, mas acho que a gente pode colaborar muito, a partir do momento em que a gente está trabalhando aqui, trazendo todas essas instituições, o próprio ministério, e, sem dúvida alguma, esse trabalho em conjunto vai favorecer e melhorar essa questão tão importante para o país.

A pessoa que não consegue ler... A gente tem visto alunos chegando ao ensino médio com dificuldades de entendimento, e, logicamente, até por uma questão de Enem ou o que seja, se a criança ou o jovem não consegue entender o que está sendo pedido ali, tem dificuldade de entendimento, nada funciona muito bem.

Então, é importante esse tipo de... Eu vejo como um controle desse projeto essa avaliação constante.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Coloco em discussão a sugestão do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Aqueles que estiverem de acordo, por sua inclusão no nosso plano de trabalho, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à secretaria que incorpore a sugestão formulada pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Senador Cid, quero cumprimentá-lo pela eleição.

Todos nós sabemos do grande trabalho que vai ser feito nesta Subcomissão, e, por isso, eu o cumprimento, pelo conhecimento que o senhor tem.

Quando ouvi o senhor falar que a gente tem que identificar por que a criança não aprende, por que a criança, na idade certa, não está com aquele aprendizado... A gente sabe que 42% das crianças chegam a aprender na idade certa, mas, no Ceará – no meu estado, por exemplo –, 80% das crianças aprendem na idade certa; em São Paulo, 52%. São índices muito baixos.

Eu estive, esses dias, com o Ministro Camilo, e mostrei para ele um projeto que a gente está fazendo no Amapá, que já se faz em alguns outros municípios, mas a gente está fazendo no Município de Macapá, pelo estado, que é o projeto chamado "Em um Piscar de Olhos".

Nesse projeto, a gente consegue identificar que, principalmente, no Norte, 23% das crianças deixam a escola e não aprendem; e foi se buscar o motivo: visão.

E nós começamos esse programa de fazer a triagem, faz-se a seleção, faz-se a consulta, e aí a criança tem acesso a um oftalmo, que verifica o problema dela. Quando é um problema mais grave, vai para a triagem; já foram identificados retinoblastoma, câncer de olho, astigmatismo, ceratocone, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo tive essa experiência. Minha filha tinha 11 anos e eu via que ela tinha dificuldade de enxergar, de ver; para a criança parece que está tudo normal. E ela tinha cinco graus de astigmatismo de cada lado, ou seja, não enxergava nada, e com isso não aprende. Então, para a criança está tudo bem, mas a gente vê que ela acha que aquilo está normal. Então, a gente identificou agora.

Só para o senhor ter ideia, nós vamos entregar no sábado já mais de mil óculos para mil crianças das 6 mil que foram consultadas na primeira leva – olha o índice! E a criança tem a oportunidade de ter a consulta, identificar o seu problema, ela faz o teste, ela escolhe a armação dos óculos, a cor da armação dos óculos. Quando a gente mostrou esse projeto para o Ministro Camilo, ele disse: "Tenho interesse nisso, fazer em nível nacional". Então, fiquei muito feliz de também dar essa contribuição e que isso possa entrar nessa pauta para a gente discutir, para a gente ajudar essas crianças que precisam tanto. É como a gente fala: é da água para o vinho, é de não enxergar quase nada para ver a vida; é num piscar de olhos.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Literalmente, muda a percepção do mundo.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Muda a percepção do mundo. E aí ela vai aprender e não vai sair da escola, porque ela não conseguia ver, realmente não conseguia ver. É como se tivesse ali um quadro embaçado, quando coloca os óculos, clareia tudo. Então, que a gente possa incluir isso também nessa pauta para discutir, para que o ministério, se achar interessante, com os números que já se tem, para que a gente possa incluir isso nessa nova política pública do Ministério da Educação.

Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Valiosa sugestão dada por V. Exa.

Coloco em discussão.

Para discutir, Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Esse ponto que o Senador Lucas Barreto trouxe é extremamente importante. Eu quero somar uma coisa, porque não só tem problemas de visão, obviamente, mas um problema que eu vou colocar aqui na parte pessoal e que a gente vê nas crianças também e dificulta – eu uso o aparelho nos dois ouvidos aqui –, audição também é outro ponto importante. Você vê que, às vezes, com um diagnóstico simples você consegue resolver. Tem outros casos, autismo, etc., tudo isso atrapalha o desenvolvimento da criança, ela não é entendida ali naquele momento, ela não entende o que está acontecendo. E a gente precisa ajudar e entrar para que isso seja feito.

Parabéns, eu concordo 100%.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem.

Solicito à Secretaria que incorpore as sugestões apresentadas.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar o Cid e já agradecer pela indicação como Vice-Presidente.

Quero dizer que, quando mostrou Sobral, no Ceará, a experiência, mostrou o entusiasmo, aquela luta, avaliação constante e mostrando que a educação é esse celeiro até para os diagnósticos. Por exemplo, na grande maioria as dificuldades de ver são diagnosticadas pelo próprio professor... de ouvir.

E a gente tem uns distúrbios de aprendizado, hiperatividade, que hoje já são os professores... Então, a sala de aula é um celeiro para diagnóstico. Inclusive, quanto à violência contra as crianças, a grande maioria do diagnóstico é feita na sala de aula. Por isso que essa discussão... Achei interessante essa experiência do Ceará, que desafiou – e é o maior – e mostrou que foi o quê? Entusiasmo. Começou com embrião, um pouco de decepção, porque nos quatro anos não tinha alfabetizado na idade certa o número que queria, mas ali começou a mostrar em todos os níveis, para universalizar. Nós vamos, sim, aperfeiçoar, mas vamos seguir esse exemplo exitoso do Ceará. Nós temos uma prova viva de que é possível, sim, na educação pública, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alfabetizar na idade certa, mostrando isso aqui. Além disso tudo, eu, como médica, já estava vendo aqui: os diagnósticos que são dados no campo da educação, que é a sala de aula.

Então, incentivos como foram dados, tratar dessa avaliação constante, incentivar quem mais alfabetizou, nós não podemos... Eu sempre digo: o serviço público precisa ser avaliado. Você não pode fazer uma avaliação de todo mundo como se fosse tudo igual. Incentivar... E isso cria uma – eu chamo assim – competição saudável entre as escolas. Foi isto que aconteceu no Ceará: o entusiasmo, e todo mundo querendo que seus alunos... Os educadores, gente, a gente tem que respeitar, porque o professor é tudo e o alfabetizador é aquele que pega sua criança e a ensina a ler, a escrever e o apego pela leitura – não é? –, esse incentivo à leitura também.

Parabenizando-o, Cid, eu acho que é uma oportunidade isso aqui, uma Subcomissão. Nós vamos dar visibilidade ao Brasil de que temos exemplo de que é possível, sim, oferecer, alfabetizar nossas crianças na idade certa, porque o Ceará já fez isso e continua fazendo. E o que foi que fez? Universalizar, fazer pesquisas, dando diagnóstico, porque não adianta tapar o céu com a peneira, porque muitas vezes o gestor, por um ego, não quer dar essa transparência, que, apesar do esforço, não tem... Vamos saber onde estamos falhando. Isso é dar um diagnóstico e cuidar de tratar.

E quero dizer que pode contar comigo, que vou nessa defesa da educação, porque eu costumo dizer: a educação é a base de tudo. E não somos nós que estamos criando o oito, não. Quem quis reduzir a violência, quem quis diminuir as desigualdades sociais... A educação. E nós precisamos que seja pública. Nada contra a educação privada, mas na pública estão quase 80% dos alunos deste país. Nós vamos lutar e lutar também na CMO. Eu sei que não são só recursos, mas, como se mostrou... Isso é a mesma coisa da saúde, em que, para um médico ou um enfermeiro, muitas vezes o salário em outro município é maior, no PAP; o médico de família prefere uma cidade onde o ambiente de trabalho seja digno.

Escolas com estruturas físicas não é tudo. Precisam dos recursos humanos. Mas, muitas vezes... Eu fui Secretária de Saúde de uma cidade, São Gonçalo do Amarante, que é da grande Natal, e eu ganhava médicos, porque era uma unidade de saúde climatizada, com os medicamentos previstos na lei do SUS, e eles, muitas vezes, ficavam ganhando menos, mas pelas condições de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estrutura física é essencial, embora os recursos humanos sejam a base de tudo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu que agradeço a sua sempre valiosa contribuição, Senadora Zenaide.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Senador Astronauta..

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... vejam como tudo acaba girando em torno de motivação também.

Quero lembrar – V. Exa. sabe muito bem disso – que Sobral, se eu não me engano, no dia 29 de maio, 1919, comprovação da Teoria Geral da Relatividade, do Einstein, lá em Sobral também. Portanto, quero lembrar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Acertou a data: 29 de maio de... Fez agora cem anos, né? Fez, em 2019, cem anos. Exatamente.

Hoje temos lá um museu em homenagem a isso. Conseguimos, inclusive, resgatar uma das lunetas que foram utilizadas. Conseguimos resgatar. Está lá.

Muito bem.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a contribuição, a presença do Senador Astronauta, da Senadora Zenaide, da Senadora Janaína e do Senador Lucas, declaro encerrada esta reunião de instalação da Comissão Permanente de Alfabetização na Idade Certa – tem que aprender o nome da Comissão.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dezessete horas e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zenaide Maia, Paulo Paim, Augusta Brito, Wellington Fagundes e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Weverton, Izalci Lucas e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 1ª e 2ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberar o relatório da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa do ano de 2024. **Resultado:** Aprovado o relatório final para o ano de 2024 da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes
Presidente da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, presentes cinco Senadores e Senadoras, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de dezembro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2024, e da 2ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à discussão e à deliberação do relatório final para o ano de 2024 da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, cujo resumo passo a ler.

Este relatório visa a levantar as contribuições trazidas no ano de 2024 no âmbito da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa (Ceidcerta), cuja criação foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura, em 30 de maio de 2023, por meio do Requerimento nº 56, de 2023, com a finalidade de acompanhar as políticas de alfabetização na idade certa.

A alfabetização na idade certa constitui uma das conquistas fulcrais do processo escolar, pois representa a construção do alicerce sobre o qual se assentarão os conhecimentos e as habilidades fundamentais para o sucesso de todos os estudantes. Assim, espera-se que, por volta dos sete ou oito anos, as crianças já dominem as habilidades fundamentais de leitura e escrita, que lhes servirão para a continuidade consistente da aprendizagem, conforme as prescrições curriculares de cada série e etapa educacional.

Exemplo de sucesso amplamente reconhecido nesse campo, o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), instituído em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará, é uma política de cooperação com todos os municípios do Estado, em parceria com o Fundo das Nações Unidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Infância (Unicef), com apoio do Governo Federal, para alfabetizar todos os alunos das redes públicas cearenses até os sete anos de idade.

Os êxitos da experiência cearense contribuíram para que o Governo Federal criasse inicialmente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e, posteriormente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, almeja, por meio da conjugação dos esforços, garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do país.

Vale a pena, ainda, destacar que a pandemia de covid-19 impactou profundamente o ciclo de alfabetização no Brasil, não sendo exagero afirmar que essa etapa do processo educacional foi a mais afetada pelo fechamento das escolas brasileiras, que trouxe um grave prejuízo para a trajetória individual dos alunos e para o país.

Esse cenário alarmante ainda não foi totalmente resolvido, ainda há muitos desafios a serem enfrentados até que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, conforme previsto na Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Nesse contexto, foi instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, realizado em regime de colaboração entre a União e os demais entes federativos.

O compromisso tem por objetivo garantir que 100% das crianças brasileiras sejam alfabetizadas na idade certa, bem como garantir a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização de todas as crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo em vista o impacto da pandemia para esse público.

Com efeito, as ações em favor da alfabetização na idade certa não devem se limitar à elaboração de cartas de intenções e à adoção de medidas superficiais.

Nesse sentido, estando permanentemente atentos a esse compromisso nacional com a educação de qualidade, é que foi criada no âmbito da Comissão de Educação do Senado Federal esta Subcomissão Permanente de Alfabetização na Idade Certa, voltada para acompanhar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evolução do compromisso com a alfabetização de todas as crianças brasileiras na idade adequada.

Em 2024, foi instalada a Subcomissão, sendo eleitos Presidente o Senador Cid Gomes e Vice-Presidente a Senadora Zenaide Maia. Também foi realizada audiência pública interativa para discutir políticas de alfabetização na idade certa, que contou com a presença de representantes do Ministério da Educação e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, além de entidades representativas de profissionais da educação.

Contudo, ao passo que valorizamos a instituição do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada pelo Governo Federal, acreditamos que as ações em favor da alfabetização na idade certa não devem se limitar a políticas temporárias. É preciso que exista um compromisso permanente de todos, governos, comunidades escolares e sociedade em geral, em favor do sucesso escolar de nossas crianças e jovens, futuros cidadãos e cidadãs, mediante iniciativas sólidas, articuladas e devidamente avaliadas.

Por esse motivo, como conclusão deste relatório, apresentamos proposição para que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada possa ser debatido e aprimorado no Congresso Nacional e se torne uma política de estado, com a solidez, a permanência e a priorização que a matéria requer. Contamos, assim, com o apoio dos nobres pares para darmos início a esse debate e aprovarmos a matéria.

O relatório está publicado e encontra-se acessível nos *laptops* sobre as mesas das senhoras e dos senhores Senadores.

A fim de economizar o tempo de V. Exas., em função do grande número de reuniões simultâneas, peço a liberdade de resumir a proposta legislativa contida no relatório.

A proposta é composta por nove capítulos.

O Capítulo I trata das disposições gerais, instituindo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Capítulo II trata dos princípios: colaboração entre os entes federativos e promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, entre outros; pluralismo de ideias; promoção de equidade educacional; e valorização dos profissionais da educação.

O Capítulo III trata das diretrizes, destacando-se a autonomia dos entes federativos, assistência técnica e financeira da União, política de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais.

O Capítulo IV trata dos objetivos, que posso resumir na implementação de políticas e de ações no sentido de alfabetizar as nossas crianças na idade certa.

O Capítulo V trata da adesão, que será voluntária aos entes da Federação e aos municípios a esse compromisso.

O Capítulo VI trata das estratégias de implementação: fortalecimento, articulação, assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares por meio de políticas específicas.

O Capítulo VII trata dos eixos estruturantes, dispondo sobre governança e gestão da política de alfabetização, instituindo, com caráter permanente, o Fórum Nacional do Compromisso e o Comitê Estratégico Nacional do Compromisso. Para garantir a gestão das ações pactuadas no compromisso, será instituída a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa). O capítulo trata, ainda, da formação de profissionais de educação e da melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar, bem como da melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica.

O Capítulo VIII trata do direito à alfabetização das populações específicas, assegurando educação de jovens e adultos, educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, educação indígena e educação escolar quilombola.

O Capítulo IX trata das disposições finais, disciplinando que a assistência financeira da União ocorrerá por conta das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual do Ministério da Educação e às suas entidades vinculadas, de acordo com a sua área de atuação, observados a disponibilidade e os limites estabelecidos na legislação orçamentária e financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um breve resumo do que propõe o relatório, para que nós apresentemos, através desta Comissão, um projeto de lei, que será subscrito pelos membros da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa e submetido à Comissão de Educação. Esperamos que isso possa acontecer nesta Comissão hoje, com a aprovação do relatório. Faremos gestões junto ao Presidente da Comissão de Educação, da qual esta Submissão é parte, para que o projeto seja aprovado ainda na semana que vem e faremos gestões também junto ao Presidente do Senado no sentido de que esta matéria possa iniciar, no mais breve espaço de tempo, a sua tramitação.

Feita a leitura do relatório, nós o colocamos em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As senhoras e os senhores que concordam com o relatório – isso será feito através de votação simbólica – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Nos termos do art. 73, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o relatório será encaminhado ao Plenário da Comissão de Educação e Cultura para deliberação e decisão final.

Antes do encerramento desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 17 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e nove minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Paulo Paim, Wellington Dias e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Beto Faro, Eduardo Girão, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 19, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada por doze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apreciação do Ofício nº 19, de 2023, que trata da indicação do Sr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente.

O relatório do Senador Otto foi lido na reunião anterior, estando a matéria em condição de deliberação.

Para que possamos dar início à arguição pública, convido para tomar assento, e já está aqui ao meu lado, o Sr. Alexandre.

Concederei a palavra, pelo tempo máximo de dez minutos, para que V.Sa. possa explanar. E aí, passaremos aos questionamentos dos Srs. Senadores, conforme a ordem de inscrição, pelo prazo de até dez minutos, assegurando igual tempo de resposta, conforme determina o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Omar Aziz, Senador Otto Alencar.

Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade de estar presente nesta reunião da CTFC (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor) do Senado Federal e a oportunidade de ser sabatinado para um cargo de extrema relevância, o de Diretor da Instituição Fiscal Independente.

Eu quero agradecer, em primeiro lugar, mais uma vez, ao Senador Omar Aziz, Presidente deste Colegiado, pela confiança em submeter o meu nome à apreciação de V. Exas. Tive a oportunidade de interagir com o Senador Omar Aziz durante a tramitação do arcabouço fiscal no Senado, matéria que foi relatada por ele com muito equilíbrio e serenidade. Na ocasião, a IFI subsidiou o Senador e seu gabinete com informações que serviram para a apreciação da matéria neste Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer igualmente ao Senador Otto Alencar por ter aceitado relatar o processo de minha indicação e pela confecção do relatório hoje apresentado. O Senador Otto é um Parlamentar muito atuante nesta Casa e envolvido com as pautas econômicas. Em 2021, por exemplo, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Otto Alencar indicou para a Diretoria da IFI minha atual colega, a economista Vilma Pinto.

Eu gostaria também de fazer uma deferência ao Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, que tem conduzido os trabalhos nesta Casa de forma a atender os interesses do país. Nesta reta final de ano, nós sabemos quão atribuladas estão as agendas aqui dos Parlamentares e de todo o Poder Legislativo.

Também gostaria de agradecer, fazer uma deferência ao atual Diretor-Executivo da IFI, o Marcus Pestana, que tem ampla experiência como Parlamentar, gestor no Poder Executivo, economista, professor universitário. O Marcus tem conduzido os trabalhos na IFI de uma maneira bastante serena e equilibrada.

Vou falar algumas palavras a respeito da IFI, sem querer me alongar muito. Como os senhores sabem, a IFI é uma instituição criada no âmbito do Senado Federal, em 2016, em resposta à grave situação fiscal dos entes da Federação experimentada a partir de 2015. À época, o Senado, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, apresentou e apreciou um conjunto de propostas com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e de infraestrutura, além de contribuir para o equilíbrio fiscal dos entes da Federação. As proposições, naquela oportunidade, foram reunidas na então denominada Agenda Brasil 2015, tendo sido criada inclusive uma Comissão Especial no âmbito desta Casa Legislativa para a apreciação daquelas matérias. O Senador Otto Alencar, que hoje relata a minha indicação à Diretoria da IFI, presidiu os trabalhos daquela Comissão, que funcionou aqui no Senado entre 2015 e 2016.

A IFI foi implantada naquele contexto, tendo também sido inspirada na experiência internacional, quando várias instituições desse caráter foram criadas em resposta aos desequilíbrios fiscais com os quais se depararam diversos países após a crise financeira de 2008 e 2009.

Importante mencionar que a condução da política fiscal é de competência do Poder Executivo. Ao Parlamento cabe discutir e aprovar proposições, incluindo o orçamento e as diretrizes orçamentárias, além de fiscalizar e exercer controle externo sobre a atuação do Executivo.

Em linhas gerais, as IFIs (Instituições Fiscais Independentes) atuam produzindo informação a respeito das finanças públicas, com o objetivo de dar transparência e suporte às discussões das proposições que versam sobre o tema no âmbito do Poder Legislativo. As IFIs não têm mandato para elaborar ou fazer recomendações de políticas públicas. Sua atuação visa jogar luz sobre os temas, de forma a tornar o processo de alocação de recursos orçamentários mais justo e transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com sete anos de funcionamento da IFI, penso que a instituição conseguiu realizar alguns avanços importantes junto à sociedade no que diz respeito à discussão das matérias de cunho fiscal e orçamentário no Brasil.

Com uma equipe relativamente enxuta, a IFI alcançou, em pouco tempo, alguns dos objetivos e mandatos propostos na Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016. Para citar alguns exemplos, eu menciono a atuação da IFI durante a tramitação da reforma da previdência neste Congresso Nacional, em 2019, quando, na ocasião, a IFI teve papel relevante no cálculo de impactos das medidas propostas sobre a trajetória da despesa previdenciária no médio e no longo prazo. Naquela altura, a IFI acabou divulgando algumas estimativas antes mesmo do Poder Executivo, tendo norteado as discussões que ainda eram incipientes no Congresso Nacional.

Outro exemplo de atuação destacada da IFI se deu durante a pandemia da covid-19. Ao longo de 2020 e 2021, a IFI divulgou estimativas de impacto das despesas que se faziam necessárias para a atenuação dos impactos econômicos e sociais da pandemia.

Outra menção que eu gostaria de fazer diz respeito à participação da IFI na rede de IFIs da OCDE. Eu dizia que, em pouco tempo, a IFI alcançou já um grau de relevância muito grande no debate fiscal no Brasil. A IFI faz parte, a IFI brasileira, da rede de IFIs da OCDE. E a IFI busca atender as recomendações que são feitas pelo órgão, como, por exemplo, atuar com independência, apartidarismo, mandato, recursos, relação com o Legislativo, acesso à informação, transparência, comunicação, avaliação externa, entre outros.

Falando sobre minha trajetória, como já mencionou o Senador Otto Alencar anteriormente, eu sou economista, com mestrado na mesma área. Sou formado na Universidade de São Paulo. Trabalho no Senado Federal desde 2016, inicialmente como assessor, lotado no gabinete da Senadora Lúcia Vânia. A partir do final de 2018, fui convidado a trabalhar na IFI, onde estou desde então. Então, são três anos trabalhando como assessor em gabinete e cinco anos na IFI.

Gostaria de externalizar aqui um agradecimento à Senadora Lúcia Vânia por ter me aberto as oportunidades de trabalho nesta Casa, lá em 2016, e por ter confiado no meu trabalho.

Eu queria apenas, para complementar esta minha fala inicial, dizer que muito me orgulha trabalhar na IFI e que eu penso que tenho muitas contribuições a fazer ainda para a instituição, para o fortalecimento do órgão, no que diz respeito à comunicação, à transparência da política fiscal, informação aos Parlamentares, à sociedade.

E eu gostaria de agradecer também, só para encerrar, todos os colegas com quem eu já tive a oportunidade de trabalhar ou que ainda trabalham na instituição: o Felipe Salto, que foi o primeiro Diretor-Executivo, o Daniel Couri, Josué Pellegrini, Rafael Bacciotti, Alessandro Casalecchi, o Marcus Pestana, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vilma Pinto. A convivência com essas pessoas todas é muito enriquecedora. A IFI tem um ambiente de trabalho muito bom, muito bom mesmo.

Basicamente, era o que eu tinha a dizer, Senador Omar.

Agradeço a oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Sr. Alexandre.

Eu pediria para abrir o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós temos aqui algumas perguntas. Enquanto os Senadores vão votando, eu vou lhe fazer perguntas que foram feitas através da internet, de pessoas, no e-Cidadania.

Do André Gabriel, de Pernambuco: "Qual [será] sua estratégia para garantir independência e imparcialidade na Instituição Fiscal Independente?".

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE – Bom, eu considero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu pedi para abrir. Já abriu? E aí, Eduardo? (*Pausa.*)

É, faz esse favor, só para votar aqui no Alexandre.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE (Para expor.) – Bom, eu considero que a atuação da IFI hoje se dá de forma apartidária e de modo a garantir a transparência das contas públicas no Brasil.

Evidentemente eu acho que algumas coisas podem ser aprimoradas. Por exemplo, alguma estratégia de comunicação que faça com que os trabalhos produzidos pela IFI, o conteúdo produzido pela IFI chegue até a sociedade. Hoje isso tem sido feito principalmente por meio da imprensa e dos Parlamentares, das assessorias e tal. Mas eu acho que alguns aperfeiçoamentos, sim, podem ser feitos em relação a isso. De um modo geral, eu considero que a atuação da IFI é muito boa nesses quesitos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Do Sr. Luís Lima, do Rio Grande do Sul: "[...] [Como] pretende [...] [atuar em defesa da] transparência nas contas públicas e [...] [qual a sua avaliação do trabalho realizado pela IFI] até o momento?" (*Pausa.*)

O Presidente Rodrigo Pacheco tem que comprar um computador novo para cá, um novo sistema, rapaz. Tem dinheiro, dá para fazer, Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE (Para expor.) – Bom, respondendo à indagação, eu considero que a questão da transparência é fundamental, e a IFI busca se guiar de acordo com esse critério.

Como eu falei na minha fala inicial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Uma das coisas em que a IFI sempre auxiliou muito os Senadores aqui é em relação à questão de teto, à questão até do arcabouço fiscal, que debatemos juntos, você me auxiliou bastante no relatório. Uma das preocupações que a IFI tem é em relação às contas públicas, você não ultrapassar aquele limite, que a gente possa deixar o déficit das contas brasileiras, e isso foi uma colaboração muito grande que você me deu.

E o que você acha do trabalho que está sendo realizado até agora, até o momento, pela IFI?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE (Para expor.) – Bom, eu considero, considerando sempre as restrições existentes, que o trabalho realizado pela IFI é amplamente satisfatório. Eu acho que, nesses sete anos de funcionamento da instituição, a IFI conseguiu se colocar de uma maneira relevante no debate sobre a condução da política fiscal no Brasil. A IFI é uma importante fonte de informações para a imprensa. Os nossos relatórios, o conteúdo que nós produzimos é amplamente utilizado pelos jornalistas, pelos Senadores, pelas assessorias, como eu mencionei. Eu acredito que este é um dos princípios fundamentais que nós buscamos seguir: a questão da transparência.

Como eu mencionei na minha fala inicial, a IFI não é responsável pela condução da política fiscal. A condução da política fiscal cabe ao Poder Executivo. À IFI apenas cabe acompanhar essa condução, fazer uma avaliação crítica de forma a fornecer subsídios e conceder transparência nas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.

Em razão da deficiência técnica, nós vamos ter que votar... Eu vou colocar em votação o nome do Sr. Alexandre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... simbolicamente, porque aí não é culpa da Mesa, a culpa é técnica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – No papel, não; não é, amigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – No papel, você vai ter um problema: você tem quórum no painel, mas não tem físico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É difícil você fazer isso. (*Pausa.*)

Mas não... Qual é o problema regimental se tecnicamente vocês não estão conseguindo botar esse negócio para a gente votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu acho que o Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois é.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Subordina ao Plenário. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Eu peço à assessoria para apurar os votos, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Doze votos SIM.

Está aprovado o nome do nosso companheiro, que já nos auxilia aqui há muito tempo, o Sr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade.

Eu quero aqui parabenizá-lo, Alexandre, desejar que V. Sa. possa fazer um bom trabalho junto à IFI e continuar contribuindo com os Senadores.

Antes de encerrar, eu quero pedir a este Plenário para a gente votar a urgência para a votação do nome dele, que será feita em Plenário.

Pedido de urgência.

Aqueles que aprovam o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será encaminhado à Mesa do Senado ainda hoje. Se possível, será votado ainda hoje o nome do Sr. Alexandre.

Quero agradecer a presença de todos.

Marcaremos uma próxima reunião brevemente.

Muito obrigado a vocês.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e oito minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcio Bittar, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jorge Seif, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2833, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações." **Autoria:** Senador Julio Ventura (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4849, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com o acolhimento parcial da emenda nº 1 – CAE e o acolhimento das Emendas nºs 4, 5 e 6 – CAE. **Resultado:** Aprovado o projeto, com o acolhimento parcial da emenda nº 1 – CAE/CTFC e o acolhimento das emendas nºs 4, 5 e 6 – CAE/CTFC, por unanimidade. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3852, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento de Gastos Federais - CPGF, pelos órgãos

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3527, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para dispor sobre a publicidade de gastos efetuados com cartões corporativos governamentais." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 43, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2833/2022, que "altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 44, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Educação, Camilo Santana, informações sobre a transparência das informações relativas ao FIES." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 45, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Aloizio Mercadante Oliva, informações sobre a operação de cessão de créditos da Odebrecht e a escolha da gestora IG4 Capital para administração da Braskem." **Autoria:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ), Líder do NOVO Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 46, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo seletivo simplificado constante do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 47, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre processo seletivo simplificado constante do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 48, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre processo seletivo simplificado constante do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Bom dia, meu querido irmão. Saudações alvinegras.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 19ª e 20ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passamos à pauta.

O primeiro item da pauta será retirado, porque o nosso querido Relator Rogerio Marinho não se encontra presente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2833, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações.

Autoria: Senador Julio Ventura (PDT/CE)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.*)

Vamos ao segundo item da pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só não vou dizer saudações alvinegras, porque o meu concorrente lá é alvinegro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aliás, adversário; jamais inimigos.

Eu quero parabenizá-lo pela condução da nossa CTFC, para mim, uma das Comissões mais importantes desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque é transparência e controle, e o Brasil precisa disso.

Eu queria lhe pedir, se for possível, claro – até já comunicamos aí à Secretaria –, eu e o Senador Carlos Portinho temos um requerimento em conjunto. Como está acontecendo muita coisa na Casa agora e a gente teria que ir para outra Comissão, se o senhor puder inverter para um requerimento simples de informação da Braskem e da Odebrecht, eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou acatar a sua solicitação.

Eu só queria pedir porque, até pelo princípio da precedência, o Senador Laércio pediu para que o Projeto de Lei 4.849, que está como segundo item da pauta e é terminativo, fosse lido por

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um Relator *ad hoc*. Eu gostaria de sugerir V. Exa. para relatar, e, logo em seguida, passaremos ao item 6, que é o que você pediu. Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, por favor.

O Projeto de Lei 4.849, de 2019, é o segundo item da pauta e é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4849, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do projeto com o acolhimento parcial da emenda nº 1 – CAE e o acolhimento das Emendas nºs 4, 5 e 6 – CAE

Observações:

- A matéria foi apreciada pela CAE, com relatório favorável ao projeto com as emendas nºs 4 a 6-CAE; acolhendo parcialmente a Emenda nº 1; e contrário à Emenda nº 2.

A relatoria é do Senador Laércio Oliveira. Como ele não está presente, nomeio Senador *ad hoc* o nosso Senador Girão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como ele já foi aprovado na CAE e o projeto está *ipsis litteris* igual, eu peço a sua autorização para ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vamos lá.

Desse Projeto de Lei nº 4.849, de 2019, que é terminativo aqui na nossa Comissão, o voto é: diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.849, de 2019, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, da CAE, e pelo acolhimento das Emendas nºs 4, 5 e 6, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Girão.

Em discussão o Projeto 4.849, de autoria do Senador Ciro Nogueira, relatado pelo nosso Relator *ad hoc*, Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação, como é um projeto terminativo, é nominal.

Em votação o projeto de lei, nos termos do relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está iniciada a votação. E, enquanto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras votam nesse projeto, eu vou passar para o próximo item da pauta, que foi invertida por solicitação do Senador Eduardo Girão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 45, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Aloizio Mercadante Oliva, informações sobre a operação de cessão de créditos da Odebrecht e a escolha da gestora IG4 Capital para administração da Braskem.

Autoria: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ) e outros

De autoria dos Senadores Eduardo Girão e Carlos Portinho.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você quer fazer alguma consideração a respeito? O Portinho?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero só lhe agradecer, só lhe agradecer muito, Presidente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu queria um pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, minha querida, minha querida aniversariante da semana.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Eu vim cumprir minha tarefa, porque eu estou coordenando uma audiência na Comissão de Esporte, e queria saber de V. Exa. se é possível também antecipar o quarto item, que é o Requerimento 4.325, de autoria do Senador Rogério Carvalho, já dizendo a V. Exa. que eu subscrevo o requerimento para poder ir a voto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, minha querida amiga, eu inverto o item da pauta e mantenho ainda... Eu queria pedir aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que... Vocês votaram?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Votamos. Eu votei.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, você não. Está bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado. Qualquer coisa me avisa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A Senadora Teresa solicitou inversão de pauta, no item 4.

Vamos ao item 4, por sua solicitação.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2833/2022, que "altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

O requerimento está em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigada pela sua compreensão.

Eu vou me retirar, para voltar à audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora merece, desta Comissão, todo o reconhecimento, todo respeito...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E estou solidária com aquela pauta pendente nossa, da Comissão de Educação e desta Comissão, em relação à presença do Ministro Camilo. Viu?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não. Pois não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Estou correndo atrás.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um grande abraço para você. Tudo de bom.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, viu?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um bom dia e, mais uma vez, parabéns pelo aniversário de ontem. (*Pausa.*)

A senhora pode votar?

Tá. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo item da pauta, item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 44, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Educação, Camilo Santana, informações sobre a transparência das informações relativas ao FIES.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Próximo item da pauta, Projeto de Lei 3.852, de 2020, que tramita em conjunto com o PL 3.527, de 2023.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3852, DE 2020

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento de Gastos Federais - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do Projeto: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3527, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para dispor sobre a publicidade de gastos efetuados com cartões corporativos governamentais.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Como ele já foi aprovado previamente e como não houve nenhuma alteração no texto, nós vamos encerrar a discussão e colocar em votação... (*Pausa.*)

Corrigindo: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis. (*Pausa.*)

Queridos Senadores e Senadoras, eu queria submeter ao Plenário desta Comissão três requerimentos extrapauta.

O que acontece é que, no decorrer da semana passada, nós tivemos conhecimento da criação de um curso, de um processo seletivo para um curso de bacharelado em Medicina com vagas exclusivas, vejam bem, vagas exclusivas para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; quer dizer, um curso de Medicina com um viés absolutamente ideológico, o que nos causou uma perplexidade extrema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O movimento médico se assustou, a classe médica se assustou e eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, fiquei extremamente preocupado. Quando nós estamos aí já numa situação de uma Lei de Cotas aprovada, respeitada, nós vamos abrir um precedente muito perigoso e, principalmente, com uma avaliação muito frágil, através de um processo seletivo simplificado. Eu nunca vi isso. Isso é uma grande novidade, muito ruim para a formação do médico.

Nós do movimento médico, das entidades médicas – tanto conselheiras quanto associativas, sindicais –, que defendemos inclusive uma prova de proficiência para frear essa proliferação desenfreada de escolas médicas, que permeiam o Brasil... Aliás, de dois anos para cá, senhoras e senhores, nós tivemos a abertura de 77 novas escolas médicas no nosso país. Nós temos estados pequenos como Rondônia, por exemplo, que tem 12 cursos de Medicina. Isso é um absurdo, e a gente agora se deparar com esta situação de abertura de curso de Medicina para determinado segmento ideológico, para Movimento Sem Terra, quer dizer, eu acho um negócio muito complicado.

E por isso, esse assunto trata da constitucionalidade e legalidade do Edital 31, de 2025, da Universidade Federal de Pernambuco, relativo a processo seletivo simplificado – vejam bem – para curso de bacharelado em Medicina, com vagas exclusivas para beneficiários de Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), relativamente à reserva de vagas na esfera federal. O espírito da Lei nº 12.701, de 29 de agosto de 2012, a Lei de Cotas, é de que as ações afirmativas têm por finalidade reparar desigualdades e prejuízos acumulados por grupos historicamente excluídos, atuando de forma complementar ao acesso amplo e irrestrito aos cursos superiores.

Todavia, a oferta de vagas reservadas para beneficiários do Pronera não parece – não parece – decorrer de nenhuma norma legal, o que representaria uma ofensa ao princípio da legalidade. Uma medida legislativa seria a aprovação de uma lei que previsse expressamente esse tipo de reserva, o que eu acho que não evoluiria nesta Casa.

Uma providência mais imediata seria o Senado convocar ou convidar os Ministros da Educação, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e o Reitor da Universidade de Pernambuco para prestarem esclarecimentos sobre a questão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por isso que, preocupado com essa questão, com essa anomalia criada pela Universidade Federal de Pernambuco, que eu apresentei estes três relatórios extrapauta que tratam das convocações:

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 47, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre processo seletivo simplificado constante do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 46, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), para que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo seletivo simplificado constante do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 48, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre processo seletivo simplificado constante do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Então, queria submeter às Sras. e aos Srs. Senadores a aprovação desses três requerimentos.

Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Como não há ninguém para discutir, está aberta a votação dos requerimentos.

Aqueles que aprovam os requerimentos se mantenham como se acham. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

E finalmente, eu quero aqui dar ciência ao Plenário de que precisamos solicitar uma investigação sobre uma parceria entre o Incra e a Universidade Federal de Pernambuco, através de um termo de execução descentralizada, no valor de R$18.648.000, o qual possui um plano de trabalho específico exatamente para a formação desse curso especial de graduação em Medicina.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma proposta de fiscalização e controle que submeto à votação deste Plenário. (*Pausa.*)

Corrigindo, nós vamos apresentar na nossa próxima reunião uma proposta de fiscalização desse termo de execução descentralizada.

Bom, já temos o quórum mínimo da votação do segundo item da pauta e podemos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Projeto de Lei 4.849, de 2019, foi aprovado por oito votos SIM, nenhum NÃO, e nenhuma abstenção.

Está aprovado o Projeto de Lei 4.849, de autoria do Senador Ciro Nogueira, relatado aqui pelo Senador Laércio Oliveira.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4160732129

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Omar Aziz, Jorge Seif, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Plínio Valério, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 53/2025 - CTFC, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Discutir os critérios, fundamentos e impactos do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, envolvendo a intenção de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Mais Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil, bem como debater as consequências e aspectos práticos e legais para a continuidade do provimento médico na atenção primária e o impacto direto sobre a população atendida na ampla diversidade dos municípios brasileiros, no âmbito da concessão de Título de Especialista em Medicina da Família e Comunidade (TCMFC) por meio das avaliações promovidas pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). **Participantes:** Felipe Proenço de Oliveira, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde - SGTES/MS; César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB; Carlos Eugênio Machado Camacho, Presidente da Associação de Médicos pelo Brasil - AMPB; e Fabiano Gonçalves Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina e Família e Comunidade - SBMFC. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/10

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Srs. Senadores e Senadoras.

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem como finalidade discutir os critérios e fundamentos, além de impactos do chamamento público constante do Edital MS/Sgtes nº 10, de 5 de novembro de 2025, envolvendo a intenção de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Mais Médicos pelo Brasil para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, bem como debater as consequências e aspectos práticos e legais para a continuidade do provimento médico na atenção primária e o impacto direto sobre a população atendida na ampla diversidade dos municípios brasileiros, no âmbito da concessão de título de especialista em Medicina da Família e Comunidade, por meio das avaliações promovidas pela Sociedade Brasileira de Medicina de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família e Comunidade, em atendimento ao Requerimento nº 53, de 2025, de autoria desta Presidência.

Antes de apresentar nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Hoje, recebemos os seguintes palestrantes, aos quais agradeço desde já, em nome da Comissão, a presença: aqui, ao meu lado esquerdo, nós estamos com o Dr. Felipe Proenço de Oliveira, do Ministério da Saúde, da Sgtes (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde); temos aqui, à minha direita, o Dr. Carlos Eugênio Machado Camacho, da Associação de Médicos pelo Brasil; temos, remotamente, nos acompanhando o Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira, que eu acho que vai ser substituído por algum colega, porque o meu amigo César foi submetido a uma cirurgia e certamente está impossibilitado de participar, não sei se tem algum colega que vai substituí-lo; e o Dr. Fabiano Gonçalves Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Sejam todos muito bem-vindos.

Vou passar inicialmente a palavra, até por uma questão de... O Dr. Felipe Proenço estava aqui quando eu cheguei, então, vou passar a palavra para o Dr. Felipe, por dez minutos. Se houver necessidade de prorrogarmos o tempo, à guisa de esclarecimento ou para enriquecer os nossos debates, não tem nenhum problema.

Dr. Felipe, por favor, por dez minutos, inicialmente.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Senador Dr. Hiran e dizer da importância de fazermos este debate. Acho que é um debate que fortalece o provimento de profissionais para a atenção primária.

E é nesse sentido que nós preparamos uma apresentação, fazendo um histórico também das iniciativas, fazendo uma avaliação das políticas públicas e apontando, principalmente, para dois grandes interesses, duas grandes necessidades. Uma é a de manter as equipes de saúde da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família completas, com profissionais médicos e, portanto, manter a assistência de atenção primária com a população; e, ao mesmo tempo também, garantir a fixação de profissionais para que possamos cada vez mais valorizar a presença de especialistas na atenção primária também. (*Pausa.*)

Obrigado. (*Pausa.*)

Abaixo, o.k.

Só deixe-me ver para onde que é, apontando. (*Pausa.*)

Dê uma olhadinha, por favor.

No início da apresentação, o que a gente está colocando é o panorama dos programas de provimento vinculados ao Ministério da Saúde, tanto o que é executado diretamente, que é o Programa Mais Médicos para o Brasil, que é através da própria Sgtes, e o que é executado pela AgSUS, que é o Programa Médicos pelo Brasil.

Hoje, esses programas estão presentes em mais de 4,2 mil municípios brasileiros, modificando um cenário, de um pouco mais de dez anos atrás, de uma grande escassez de profissionais em diversas localidades e, com isso, estão conseguindo cuidar, na proporção de equipes de que eles participam, de mais de 67 milhões de pessoas no Brasil. Daí a importância de se ter uma política pública dessa magnitude.

Esses dados estão todos dispostos no chamado Painel do Mais Médicos. Então, é acessível para qualquer cidadã, para qualquer cidadão ter as informações.

É com base nisso que nós apresentamos que hoje são 27.094 médicos que estão participando dos programas de provimento. E, dentro do painel, vai se ter a análise da distribuição. A gente sabe, por exemplo, que 60% dos médicos dos municípios de mais alta vulnerabilidade do país são médicos de provimento federal, demonstrando a importância, além de se ter a iniciativa do município, que é quem é responsável pela execução da atenção primária, de que haja uma iniciativa também de provimento federal.

Quero dizer que isso é fundamental também para fortalecer esta especialidade que é a medicina de família e comunidade. Por isso, a gente acha que é muito salutar ter este debate aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Senado e parabeniza a iniciativa do Senador Dr. Hiran. Eu sou médico de família e comunidade há quase 20 anos, quando concluí a residência médica, e a gente viu o fruto de políticas públicas e a repercussão dessas políticas para a medicina de família e comunidade. Conforme a Demografia Médica, é a especialidade que mais cresceu no país: em 2011, eram um pouco mais de 2,3 mil especialistas na área, e, com a divulgação da demografia relativa a este ano de 2025, chegou a mais de 15,5 mil. Então, foi um aumento de mais de 549% de especialistas nessa área.

A própria demografia assim como o Cadastro Nacional de Especialistas vão ter uma série de informações sobre esses especialistas. A gente vê que, por exemplo, tem uma presença feminina maior – quase 60% são especialistas de Medicina de Família e Comunidade – e também que é uma especialidade, comparada com outras especialidades, com uma participação de médicas e médicos mais jovens, além de uma série de outras informações, distribuição nos estados, sabendo que muitos estados têm uma média abaixo da média nacional de especialistas nessa área.

É por isso que, nesta Casa, foi discutida e o Congresso aprovou uma nova lei para o Programa Mais Médicos em 2023, quando da retomada do programa, apontando, inclusive, a necessidade de mais incentivos para a permanência de profissionais. Então, o Mais Médicos, que antes tinha ciclo de três anos, passou a ter ciclos de quatro anos. Ele passou a ter reconhecimento de licença-paternidade e da licença-maternidade. Ele passou também a ter a diversificação de ofertas de formação, e hoje, por exemplo, há editais abertos para participantes do Mais Médicos realizarem o mestrado e o doutorado. E há mesmo a questão do incentivo de fixação, que é aquele recurso para o médico principalmente que fica três anos do programa – ou ainda mais se ficar quatro anos do programa –, de indenizações que ele vai receber por participar do programa.

Hoje, nós temos essas duas principais iniciativas de provimento federal de médicos, além da própria contratação que é feita pela AgSUS para as áreas indígenas. Desde 2013, há a Lei nº 12.871, do Mais Médicos. A parte de provimento, de distribuição de vagas, de reconhecimento, por exemplo, de profissionais que têm o exercício profissional em outros países foi mantida da mesma forma como está na lei de 2013, mas teve uma nova lei em 2023 que estendeu a participação de alguns profissionais e trouxe esses incentivos para a permanência dos profissionais no Programa Mais Médicos. E há a Lei nº 13.958, de 2019, que institui o Programa Médicos pelo Brasil. Apesar de essa lei ter sido sancionada em 2019, o programa só veio a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implantado em 2022, e, quando assumimos a gestão, em 2023, havia um cenário muito preocupante e uma série de questões que foram listadas a serem melhoradas na gestão do Programa Médicos pelo Brasil.

A que a gente sempre destaca era uma dívida milionária que se estava tendo junto à Previdência Social e que estava impactando, inclusive, o não recolhimento efetivo e o não pagamento do INSS para os profissionais do Médicos pelo Brasil, tanto que, quando procuravam a Previdência para ter algum tipo de auxílio, não tinham esse direito, porque não estava sendo efetivamente pago. O Governo Federal, nesta gestão, fez questão de fazer esse pagamento e de isso não arcar com nenhum custo a mais para os médicos, apesar da forma como havia sido implantada, de forma incorreta inicialmente.

Nem todos os profissionais estavam no curso de especialização, que também estava com atraso. O primeiro edital dispôs sobre iniciar as atividades em abril de 2022, e a especialização só veio a iniciar efetivamente em outubro de 2022.

Havia um questionamento tanto da Comissão Nacional de Residência Médica quanto da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade sobre o período para reconhecimento do profissional participante, enquanto bolsista do programa, vir a ser reconhecido efetivamente enquanto especialista. E mesmo a cobertura de tutoria também era insuficiente. Então, a gestão, de 2023, da agência trabalhou com essas questões para ter um desempenho administrativo condizente com a magnitude e com a relevância do programa, sabendo que a gente está observando o que está disposto na legislação.

Nesse caso, é uma lei que foi aprovada em 2019, e esses são itens que não tiveram alteração ao longo do tempo. Então, a lei, por exemplo, dispõe sobre o processo para quem é generalista que busca uma formação, através de especialização, dentro do Programa Médicos pelo Brasil e que busca um reconhecimento também, futuramente, enquanto especialista, enquanto um pré-requisito para que, sendo celetista, ele tenha, então, esse reconhecimento enquanto especialista.

E é por isso que a gente sempre destaca o art. 27, que fala sobre o processo de ingresso do bolsista que é o de uma prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório; da mesma forma, de uma especialização, enquanto um curso de formação que é eliminatório e classificatório, com duração de dois anos; e de uma prova final escrita para habilitação do profissional como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista em Medicina de Família e Comunidade, de caráter eliminatório e classificatório. Inclusive, fizemos uma série de análises jurídicas com relação a isso, o fato, por exemplo, de o art. 27 dispor sobre uma prova – não fala sobre mais de uma prova – e dispor também sobre a questão do caráter eliminatório que essa prova apresenta, até porque, como já nos colocamos em diversas oportunidades, o nosso interesse é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – ... que todo mundo que iniciou uma formação, enquanto bolsista, e que concluiu esse processo de formação possa evoluir para as próximas etapas enquanto especialista. E, do ponto de vista orçamentário, o Ministério da Saúde se programou para que, então, todo esse quantitativo de profissionais viesse a ser de especialistas e, portanto, pudesse progredir para celetista também, enquanto médicas e médicos de família e comunidade.

Há um histórico disso. Eu não vou me aprofundar, até porque eu vou utilizar um pouco mais de tempo – agradeço, Senador –, mas também, se fosse detalhar cada um desses momentos, eu me prolongaria demais, mas, em diversas vezes que a gente consultou, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, a resposta foi negativa, de que dois anos de experiência na atenção primária seriam insuficientes para reconhecer e possibilitar que profissionais se submetessem à prova de título da especialidade. Tanto que isso foi objeto de discussão no Ministério Público do Trabalho, objeto de discussão no Ministério Público Federal, e essas discussões, inclusive, orientaram medidas administrativas que foram tomadas pelo Ministério da Saúde e pela AgSUS. E, muitas vezes, essas medidas administrativas foram demandadas pela própria representação dos profissionais participantes do Médicos pelo Brasil. Por exemplo, no final do ano de 2024, a pedido do Ministério da Saúde, a AgSUS se preparou para realizar a prova que pudesse efetivar esse item III do art. 27 da lei, mas a própria associação disse que gostaria que a prova fosse a da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Só que a resposta que a gente tinha na época, tanto da sociedade quanto da associação, é que somente com dois anos de experiência profissional não seria possível fazer a prova, tanto que, assim que a Associação Médica Brasileira anunciou que, no caso do Médicos pelo Brasil, dos bolsistas da AgSUS, esse tempo seria suficiente, nós passamos a adotar, então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prova de título, até porque o interesse, efetivamente, era de ter mais especialistas, que este crescimento de 594% fosse ainda maior.

Com base nisso, tanto foi colocado esse caminho da prova quanto foi publicado um edital, em 2025, para o profissional seguir na atenção primária, mas que pudesse usufruir da modalidade do bolsista do Programa Mais Médicos. E, já em abril de 2025, nós tivemos uma transferência de profissionais, de bolsistas da AgSUS para o Programa Mais Médicos.

Assim que foi possível regulamentar essa questão da prova de título de especialista, todos os bolsistas que já eram especialistas ou ingressaram já como especialistas ou durante esse período foram aprovados na prova de título da SBMFC, nós reconhecemos. Então, foram 928 médicos bolsistas que automaticamente reconhecemos, considerando que já eram especialistas enquanto celetistas. E queremos seguir nesse caminho.

O caminho que agora está em debate é com base já em quem não era especialista ainda e se submeteu à edição nº 36 da prova de título, num momento, inclusive, em que para quem já era especialista e não havia ingressado na AgSUS, oferecemos a possibilidade de ingressar como celetista na AgSUS. E é esse caminho que a gente quer seguir dando prioridade, assim como temos previsões para o próximo ano de também ter novos ingressos de celetistas.

Todas essas iniciativas estão baseadas em resoluções, estão baseadas em normativas da Diretoria da AgSUS e do próprio fato de o Ministério Público ter arquivado o espaço de conciliação que foi aberto quanto a isso. Então, a gente ouviu alguns pleitos, por exemplo, de realizar uma segunda prova, a gente ouviu pleitos de modificar caminhos que não estavam dispostos inicialmente quanto a isso. E, para nós, qualquer caminho que não seguisse essa lógica traria uma insegurança jurídica e poderia trazer responsabilidades administrativas também para quem tem conduzido o programa, que é quem, do nosso ponto de vista, tem todo o interesse de ter mais celetistas e, principalmente, de manter esses profissionais na atenção primária.

E é por isso que foi ofertado mais uma possibilidade de transferência dos profissionais, que segue aberta, a pedido da Federação Nacional dos Médicos. O prazo dessa transferência iria se encerrar no dia 23 de novembro, mas, a partir de uma reunião com a Federação Nacional dos Médicos, nós prorrogamos esse prazo para o dia 14 de dezembro. E é por isso que, para o profissional que tinha a possibilidade de participar da prova e não participou e não justificou ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o profissional que participou da prova e não teve a aprovação, nós entendemos que isso incorre no item III do art. 27, ou seja, que a prova tem um caráter eliminatório. E, por isso, a gente tem orientado esses profissionais, assim como centenas de profissionais já fizeram no edital vigente, que peçam a transferência, assim como esses profissionais foram informados. Então, há uma listagem da AgSUS que informou esses profissionais que têm esse caminho da transferência para o Mais Médicos. Então, com isso, a gente entende que seguem todas as etapas previstas em legislação.

E é por isso que entendemos que integrar os programas de provimento é forma de garantir a continuidade da assistência, e isso a gente tem viabilizado; aumentar a eficiência e a racionalidade do investimento federal, do Orçamento federal; e valorizar a trajetória profissional, fortalecendo a atenção primária de saúde.

Por isso, hoje, no Mais Médicos, temos uma portaria que regulamenta estas três modalidades: o Mais Médicos formação, que é para aquele profissional generalista e para aquele profissional bolsista que vai ter a oferta de uma especialização, de um mestrado e de um doutorado e que, ao final de quatro anos, pode participar da prova de título de Medicina de Família e Comunidade, e muitos dos que ingressaram nessas 500 vagas da AgSUS neste ano, por exemplo, foram profissionais que fizeram essa trajetória dentro do Mais Médicos; o de vínculo, que é aquele celetista para aquelas regiões de mais alta vulnerabilidade e de mais difícil provimento e que vão ter essa perspectiva de sequência; e o estratégico, que é exatamente para fortalecer as residências de medicina de família e comunidade.

Divulgamos, nesta semana, o resultado de um edital para novos programas de residentes de medicina de família e comunidade e tivemos uma grande procura nessa área e em mais especialidades importantes.

É nesse sentido que a gente tem buscado a integração dos programas, respeitando a legislação de cada um deles, mas também buscando dar mais previsibilidade para o gestor municipal, que muitas vezes confunde qual é a normativa de um programa e de outro. E a gente tem buscado unificar as normativas possíveis quanto a isso.

Com base nisso, temos os chamamentos públicos da nossa secretaria, tanto para a adesão de novos médicos quanto para a transferência de profissionais da AgSUS para o Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, podendo permanecerem, portanto, naquela localidade em que estão desenvolvendo as atividades, além de processos seletivos para novos celetistas ingressarem na AgSUS. Inclusive, imaginamos que quem não pôde fazer esse caminho de bolsista do Médicos pelo Brasil e não foi aprovado na prova de título da Sociedade de Medicina de Família, indo para o Mais Médicos, vai completar o período de quatro anos e, com isso, vai poder se submeter novamente à prova de título de Medicina de Família e Comunidade e também poderá, com isso, participar de novos processos seletivos da AgSUS. E me parece que a sociedade divulgou no próximo edital que haverá a oportunidade de se fazer a prova mais de uma vez, mesmo não tendo completado os quatro anos de experiência profissional. E a gente quer, cada vez mais, que os tutores que estão vinculados à AgSUS apoiem o internato de universidades públicas e os programas de residência de medicina de família e comunidade.

Estamos na expectativa de que esses 793 profissionais que não foram aprovados na prova de título possam participar do edital de transferência. A gente já tem um número bem importante desses profissionais que já se inscreveram no edital de transferência, assim como 91 profissionais que não justificaram por que que não foram participar da prova de título, além de profissionais que, mesmo antes da prova de título, também pediram a transferência para o Programa Mais Médicos, sabendo que também teremos uma nova turma que está próxima de concluir as atividades no início de 2026, em que vai ter mais 648 bolsistas que vão estar aptos a participar do exame, dos quais 122 já têm o título de Medicina de Família e, portanto, já poderão seguir na carreira como celetista dentro da AgSUS.

É com esse cronograma que a gente tem trabalhado. Lançaremos novos editais de transferência também, para que o profissional possa seguir na atenção primária, assim como estamos demandando que a AgSUS lance novos editais, para que também haja o ingresso de mais celetistas.

Com esse caminho, tendo corrigido inconsistências do Médicos pelo Brasil e integrando os programas de provimento, é que a gente entende que vai se fortalecer a atenção primária e vai se qualificar a formação de especialistas no país, principalmente para que, com isso, se possa cuidar bem do povo brasileiro.

Por um primeiro momento, era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Felipe Proenço.

Eu vou passar a palavra, até por uma questão de respeito e antiguidade, ao meu querido César Fernandes, Presidente da AMB.

César, fico muito feliz de você estar aí bem. Eu soube que você tinha sido submetido a uma cirurgia, mas já está aí plenamente recuperado e vai participar para nos brindar com seus conhecimentos aqui na nossa audiência pública. Então, vou passar a palavra para você por dez minutos. Se eventualmente precisar se estender, vou fazer da mesma maneira que fiz com o Dr. Proenço aqui: vou conceder o tempo que você considerar adequado para formar toda a sua convicção em relação ao tema. Só espero que você não se estenda demais, porque, senão, eu não voto no Plenário depois. Grande abraço.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Grande abraço, meu querido amigo Hiran. Parabéns pelo seu empenho com todas as causas que dizem respeito à assistência médica, à boa assistência à população, com nossos agradecimentos da AMB pelo seu trabalho.

Eu peço desculpas, me atrasei um pouco. Agora, a gente não tem mais aquela desculpa do trânsito, porque as reuniões se fazem *online*, não pode dizer que o trânsito estava ruim e por essa razão se atrasou, mas aqui de fato é verdade: o trânsito estava ruim, e eu me atrasei para chegar ao local em que eu estou.

Esta questão é uma questão que me parece estar sendo conduzida com todo o zelo, com todo o cuidado. E esse primeiro exame que foi feito para os médicos que estavam inscritos no programa de médicos pela saúde pelo Brasil... Eles tiveram a oportunidade de fazer esse exame, houve uma aprovação. Quem fez esse exame e quem deve fazer, naturalmente, é a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, aqui representada também pelo querido amigo Fabiano, que tem sempre mostrado equilíbrio e sensatez na tomada de decisões. Lembro-me de quando discutimos este assunto, quando ele ainda estava nebuloso, e nos demos conta de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa decisão ficaria tranquila, porque isso estava disposto em lei e, portanto, não cabia discussão, nós tínhamos que cumprir. E o Fabiano prontamente se propôs a isso e assim foi feito.

Infelizmente, nem todos passaram, e aqueles que não passaram trazem o argumento, que não quero avaliar se é procedente ou não, de que a prova desta feita teria sido uma prova com uma complexidade maior, o que justificaria um número bastante grande de reprovações. Eu acho que não, acho que a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade sabe da responsabilidade que tem, sabe do nível que deve colocar na prova e suponho, quero crer, tenho convicção a esse respeito, que a prova seguiu os parâmetros anteriores.

Ouvindo o Felipe Proenço – que tem também se portado de maneira sempre muito elegante conosco da Associação Médica Brasileira, tem nos chamado para opinar sobre as novas ideias, as novas propostas, desde que ele chegou ao ministério tem sido assim –, ele fez explicações que me parece que resolvem o problema. Existe a possibilidade de os médicos que não foram aprovados migrarem para o programa de médicos em vigência, o Mais Médicos, e, portanto, cumprirem mais dois anos e se credenciarem para novamente fazer a prova. E, nesse período, não ficam desamparados, ficam cobertos pelo Programa Mais Médicos.

Eu quero ouvir melhor as discussões, porque nós discutimos isso internamente na AMB, e eu vim com a ideia de propor a vocês uma segunda oportunidade para esses médicos, no decorrer de um ano ou de dois anos, para que eles pudessem, então, se preparar, por considerarem que podem ter sido infelizes nessa prova e tenham sido reprovados, mas, como já existe essa alternativa, que eu bem ouvi atentamente do Felipe Proenço, eu penso que a situação está contemplada. Não vai ser de pronto, de agora, mas, mais adiante, daqui a dois anos, esses médicos poderão novamente fazer o exame. Portanto, não vejo que isso seja uma punição. E tampouco eles ficarão sem alternativa de trabalho. Não será mais a alternativa do Médicos pelo Brasil e sim a do Programa Mais Médicos, mas eu acho que contempla plenamente. Eu não acho que isso traga prejuízo e lhes tire uma nova oportunidade.

De forma muito sucinta, eu diria para o nosso querido Presidente Hiran que me parece que as coisas estão no caminho correto, salvo melhor juízo, salvo algo que fuja ao meu conhecimento e compreensão. Eu tenho a impressão de que as coisas vão num bom caminho e poderão, dessa forma, agradar, se não plenamente, mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovados nessa primeira prova. Em rápida síntese, é isso que eu gostaria de dizer neste momento da nossa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Presidente César Fernandes.

Há divergência de pensamento sobre este tema, e é por isso que nós convidamos os ilustres participantes desta nossa audiência pública para formarmos a nossa convicção. E, inclusive, eventualmente, pode nascer daqui alguma iniciativa legislativa para tentar equacionar essa questão.

Eu vou passar aqui a palavra para o Carlos Eugênio, nosso colega médico, Carlos Eugênio Machado Camacho, que é o Presidente da Associação dos Médicos pelo Brasil, também por dez minutos. Se, eventualmente, precisar adicionar um pouco de tempo, eu adicionarei até o tempo utilizado pelo Dr. Proenço.

Por favor, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS EUGÊNIO MACHADO CAMACHO (Para expor.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Dr. Hiran, autoridades presentes, colegas de mesa, representantes das entidades, médicos e cidadãos que nos acompanham pelo e-Cidadania, em nome da Associação dos Médicos pelo Brasil (AMPB), agradeço o convite formal desta Casa para participar desta audiência para discutir os impactos do chamamento público constante do edital.

Falo aqui não apenas como Presidente da AMPB, mas como profissional que, assim como milhares de colegas, deixou família, cidade de origem e, muitas vezes, a própria segurança, para atender brasileiros em lugares onde, antes do Programa Médicos pelo Brasil, não havia ninguém.

A AMPB, nossa associação, é hoje o maior e único representante específico da categoria, em âmbito nacional. E é em nome desses médicos, Sr. Presidente, e das comunidades que eles atendem que estou aqui no anseio de evitar que decisões administrativas e avaliativas, tomadas sem transição adequada, joguem no lixo anos de investimento público e de dedicação de médicos de família e comunidade que estão na linha de frente da atenção primária à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, o Programa Médicos pelo Brasil foi criado pela Lei nº 13.958, de 2019, com um propósito claro: levar médicos a localidades de difícil provimento e alta vulnerabilidade, formando especialistas em Medicina de Família e Comunidade e permitindo a contratação como empregado público da AgSUS sob regime celetista, após um processo de dois – que acabou sendo de três – anos de formação e prática em serviço.

Essa não é uma promessa vaga, é um compromisso normativo. Milhares de médicos reorganizaram suas vidas profissionais, familiares e financeiras em função desse desenho.

E aqui destaco um ponto essencial, Senador, que precisa ser registrado nesta Comissão: o Programa Médicos pelo Brasil possui uma baixa taxa de desistência dos profissionais. Isso se deve, em grande medida, à promessa que o Estado fez de garantir uma carreira aos colegas que ingressaram por meio do processo seletivo, o que demonstra que os médicos permanecem nos rincões do país, justamente nos locais mais carentes e historicamente marcados pela falta de profissionais. Os dados mostram que temos, sim, médicos dispostos a atender essas regiões, desde que lhes seja assegurado aquilo que lhes foi prometido.

Muito se afirma por aí que o médico não quer ir para o interior, mas a realidade do nosso programa comprova exatamente o contrário. Em três anos de programa, mais de 70% dos colegas profissionais continuam ativos, firmes no compromisso com a população, apesar de, nesse período, terem sido cancelados novos chamamentos, obstando a reposição de vagas. Lembro a vocês que nós tivemos um processo seletivo no qual mais de 25 mil médicos prestaram esse concurso e mais de 15 mil passaram e não foram aproveitados, não foram chamados.

Muitos colegas deixaram cidades maiores, abriram mão de oportunidades, foram para municípios pequenos, permaneceram por mais de três anos cumprindo rigorosamente tudo aquilo que lhes foi exigido, e fizeram isso confiando na palavra do Estado: "Ao final do caminho, haverá o cumprimento de um plano de carreira médica para vocês, médicos". Mas as regras mudaram. E preciso explicar, de forma clara, que a terceira fase do processo seletivo nunca foi oferecida.

Esta é a cronologia de como tudo aconteceu. A Portaria Adaps nº 4, de 2022, previa uma prova escrita com participação da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). Essa prova nunca foi realizada. Em dezembro de 2024, a Resolução Direx nº 27 mudou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente o modelo: a prova passaria a ser interna, elaborada pela própria AgSUS, com edital e calendários próprios. Essa prova também nunca foi realizada. Então, em 26 de março de 2025, neste ano, surge a Resolução Direx nº 32, que promove uma nova guinada. Agora, a terceira fase seria vinculada ao exame de título da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Essa mesma resolução prevê que o médico que não realizar a prova será desligado do programa; se não obtiver a aprovação, será desligado; e estabelece também um requisito fundamental, ao adicionar o art. 9º, inciso I, que diz que "caberá à Diretoria de Atenção Integral à Saúde (DAIS): I – notificar o profissional que esteja apto a realizar a prova de título [...]". Aqui está outro ponto central: a AgSUS, em contrariedade às normas criadas por ela mesma, exige dos médicos que estes realizem, como terceira fase, a prova do edital do TEMFC 36, publicado na data de 10 de março de 2025; já a Resolução Direx 32, que define que a terceira fase é a prova de título da sociedade, só foi editada 16 dias depois, em 26 de março de 2025. Como pode uma norma criada depois vincular uma prova cujo edital já estava em andamento? E mais ainda: antes do edital, não houve notificação da AgSUS, porque sequer existia a Resolução 32. Depois de publicada a resolução que criou a obrigatoriedade de realizar a prova, nenhum médico bolsista foi notificado pela AgSUS, conforme a previsão do art. 9º, inciso I, que citei acima.

Bom, além de os médicos terem sido surpreendidos com a exigência de fazer a prova e de terem menos tempo de preparação, a tal prova, que foi imposta no meio do processo seletivo e sem notificação aos médicos, rompeu de forma abrupta com todos os parâmetros avaliativos que vinham sendo realizados no processo educativo.

Cito as seguintes mudanças na prova.

A base bibliográfica até então utilizada eram as diretrizes do Ministério da Saúde, as mesmas utilizadas ao longo de dois anos na formação acadêmica de nosso programa, e, de repente, passou a ser exigida uma base bibliográfica britânica. Também foram alterados os critérios de avaliação: a nota para aprovação no exame, com média histórica de 60 pontos, subitamente, abruptamente, passou para 70 pontos. Além disso, tivemos alteração do critério de avaliação curricular: antes, o médico recebia quatro pontos por trabalhar na atenção primária nos primeiros quatro anos de atuação, em reconhecimento à experiência prática; com essa mudança, zero ponto. Todos os médicos do programa perderam pontos em virtude dessa súbita, abrupta mudança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto foi devastador: uma seleção que, historicamente, na média histórica dos últimos cinco concursos, aprovava cerca de 70% dos inscritos, de repente, passou a reprovar 80%, colocando 900 médicos do Programa Médicos pelo Brasil sob risco imediato de desligamento. E isso significa interromper projetos de vida, desperdiçar milhões de reais investidos na formação desses profissionais provenientes do MEC e do Ministério da Saúde e expor à desassistência mais de 3 milhões de pessoas, das quais, cito aqui, mais de 2 milhões vivem no Norte e Nordeste do país, justamente as regiões mais carentes e vulneráveis do nosso país.

Diante das graves consequências, enquanto entidade representativa, esta associação procedeu à solicitação formal à Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade e à AMB, para que disponibilizassem estudo técnico do porquê dessas mudanças súbitas, assim como documentos que comprovem que as alterações acima foram editadas respeitando normativas legais e os princípios da administração pública. Entretanto, caro Senador, até esta data não recebemos nenhum retorno.

Senhores, ninguém aqui está pedindo a aprovação automática. Pelo contrário, o que se pede aqui é respeito, que se cumpram as regras e, pelas promessas feitas, que os médicos bolsistas, de fato, possam realizar a terceira fase do Programa Médicos pelo Brasil.

A nossa urgência é em virtude da recente edição, colegas, do Edital Sgtes nº 10, de 2025, que trata da adesão à transferência do Programa Médicos pelo Brasil para o Programa Mais Médicos, com previsão de desligamento automático de todos os médicos que não realizarem a transferência até a data de 14 de dezembro. Mas isso não se trata de uma opção, Senador; é uma imposição: o item 4.3 do edital fala que, se o profissional não manifestar interesse pela dita transferência, será desligado da AgSUS e não poderá retornar ao Programa Médicos pelo Brasil. A chamada adesão é, na verdade, um ultimato: ou o médico aceita migrar para o Mais Médicos, que é um vínculo temporário e precário – vou repetir: precário, precário, precário –, ou é sumariamente excluído, o que, na prática, significa renunciar ao direito de ser contratado pelo regime celetista.

A manutenção desse quadro, caros ouvintes, implicará o desligamento em massa desses 900 colegas, impactando no cuidado e assistência acima citados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que temos buscado, colegas, todas as vias possíveis de diálogo. A AMPB provocou a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público Federal, que instauraram procedimentos de mediação para tentar resolver o conflito de forma consensual. Existem, ademais, discussões judiciais em curso com diversas decisões que reconhecem a urgência da situação e as ilegalidades mostradas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EUGÊNIO MACHADO CAMACHO – ... na minha fala.

Peço mais três minutos. Muito obrigado.

Tais decisões têm garantido aos médicos o direito de permanecer no programa e serem devidamente avaliados. São situações que poderiam ser encerradas e evitadas, uma vez que acreditamos que o interesse de todos aqui é promover uma saúde pública de qualidade.

Quando o diálogo administrativo não é suficiente, o Parlamento se torna ainda mais essencial. Esta Comissão, ao nos trazer aqui, cumpre uma função que vai além da fiscalização: ela recoloca a política sob a luz da transparência, pede contas, ouve todos os lados e, sobretudo, devolve humanidade a um debate que começou tecnocrático e lamentavelmente tem se tornado judicial e contencioso.

Srs. Senadores, quando falamos de "desligamento automático e migração compulsória", entre aspas, não estamos falando de linhas frias em um edital; estamos falando daquela nossa colega médica, grávida, que atravessa de voadeira o Rio Amazonas, para atender crianças ribeirinhas lá perto de Manaus, em Lábrea...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EUGÊNIO MACHADO CAMACHO – Exatamente.

... e do médico, que é o único clínico de um município inteiro e que, se for desligado, vai deixar milhares de pessoas sem atendimento.

Estamos falando de famílias desses profissionais que dependem da bolsa-formação como única fonte de renda; de pessoas que fizeram planos de vida confiando, vou falar aqui pela quarta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez, na palavra do Estado brasileiro. De um lado, o risco de frustração definitiva do direito à titulação e à contratação celetista e, do outro, o risco concreto de desassistência.

Se nada for feito, daqui a poucos meses, poderemos ver unidades básicas fechando, equipes de família esvaziadas, municípios pobres correndo atrás, às pressas, de profissionais que não têm disposição de se deslocar para os rincões de nosso país, comunidades inteiras que voltarão a não ter nenhuma – ou, se tiverem, precária – assistência à saúde.

Em nome da Associação dos Médicos pelo Brasil, venho a esta Comissão fazer três pedidos objetivos, caro Senador:

- que esta Comissão aprove requerimento recomendando ao Ministério da Saúde e à AgSUS a suspensão temporária dos efeitos do Edital MS/Sgtes nº 10, de 5 de novembro de 2025, exclusivamente naquilo que prevê o desligamento automático ou a migração compulsória dos médicos bolsistas, de modo que os médicos possam realizar a terceira fase do Programa Médicos pelo Brasil, nos termos da nossa lei e da Resolução 32, de março de 2025;

- que seja assegurado, por meio do TEMFC 37 ou outra forma de avaliação definida pela AgSUS, que os profissionais aprovados tenham garantido o direito à contratação celetista pela própria agência; e

- que esta Comissão aprove requerimento para que, por meio de diálogo institucional com o Ministério da Saúde, a AgSUS, a AMB e a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, seja garantido o acompanhamento da elaboração do TEMFC 37, sob a supervisão desta Comissão, de modo a assegurar transparência e publicidade em todas as etapas.

Gostaria também de falar, caros ouvintes, que discordamos, Dr. César – me permita discordar –, a respeito da transparência, como eu acabei de mencionar aqui, e das mudanças súbitas nos critérios. Como falei, agora há pouco, solicitamos essas documentações, por via judicial e administrativa, e até então não as recebemos.

Então, nós tínhamos – inclusive mandamos informações para o Senador – uma média histórica de aprovação interessante no nosso programa. Por isso, ao longo de dois anos, nós negociamos com a AgSUS e com o Ministério da Saúde, por um motivo simples: nós não sabíamos – e o Ministério não dizia – como seria a contratação desses colegas. Então, nós perambulávamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui pelo ministério, todo mês, toda semana, até que, de súbito, após ter sido lançado o edital da prova 36, falaram que a prova 36, a partir daí, já seria o critério de contratação dos colegas.

Então, de fato, a prova da sociedade surgiu como uma necessidade para que os colegas sejam efetivados, pela falta de resposta do ministério e pela falta de transparência a respeito de como seria essa terceira fase para a contratação dos colegas. Por isso que fizemos o pedido e nos surpreendemos muito – muito mesmo – com essa mudança súbita do critério de aprovação dos colegas: 80% de reprovação. É absurdo. Inclusive, isso compromete, eu acredito, até mesmo a própria Fiocruz, porque como é possível que eu, MEC, Fiocruz, UNA-SUS e demais instituições façamos um curso com duração de dois anos, e, ao final desse processo, 80% dos meus alunos reprovam numa prova de categoria médica?

Enfim, Sr. Presidente, hoje, diante dos senhores, eu renovo a esperança de que o caminho do diálogo democrático prevaleça sobre o caminho do litígio permanente, porque no litígio não há vencedores. Nesse caminho tortuoso, o Ministério da Saúde perde, a AgSUS perde, os médicos e médicas bolsistas perdem e, sobretudo, a nossa população perde. Que esta Comissão, ao final da audiência, possa ser a voz da justiça, não apenas em defesa de uma categoria, mas em defesa do SUS e dos milhões de brasileiros que dependem, todos os dias, de uma porta aberta na atenção primária.

Pessoal, nós médicos de atenção primária, médicos de família atendemos a grande maioria dessa população brasileira, que não tem acesso a serviços de saúde, não tem acesso a serviços particulares, não tem plano de saúde; depende quase exclusivamente da gente. Então, o que eu peço aqui é só um pouco de justiça para os colegas. Três anos, colegas – três anos. Nós temos colegas que vieram do Sul para o Nordeste, que se deslocaram do Nordeste para São Paulo, levaram suas famílias – Marcelinho está aí – para outros estados. Foram três anos lutando por isso, para, de repente, depois de todo esse processo, com a gastança de dinheiro que foi com a formação desse profissional, com o deslocamento desse profissional, com as bolsas pagas, de repente, por um critério – por um critério –, acabar com todo esse processo? É isso que eu gostaria de ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bonita a explicação dos dados, eu acho muito bacana – o colega tem bastante informação em todos os dados –, só que a realidade do dia a dia quem vive, senhor, somos nós, médicos que estamos atendendo a população carente – carente e dependente do SUS.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Carlos Eugênio Machado Camacho, nosso colega.

Antes de passar a palavra ao meu colega Fabiano Gonçalves Guimarães, eu queria fazer duas considerações que acho importantes para que a gente possa fazer uma reflexão, já que estamos com o Presidente da Associação Médica Brasileira aqui presente, com quem tenho uma amizade antiga e respeito. Eu acho que nós não podemos esquecer que uma coisa nos une: a medicina, a medicina bem-feita, o estado da arte na nossa profissão, que gera acesso e tira a população brasileira de uma situação de profunda vulnerabilidade.

Eu acho que é por essas iniquidades, Presidente César, que nós temos aqui uma resistência muito grande do Governo contra a nossa prova de proficiência. Está muito claro aqui para mim. Eu já li muito aqui essas... Já participei, inclusive, de uma audiência com o Ministro Padilha, que é meu amigo pessoal – eu tenho com ele algumas discordâncias, mas são naturais –, é um homem competente, inteligente, mas eu não consegui entender, por exemplo, essa mudança de critério na avaliação, nas provas que foram feitas agora pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família. Porque está muito claro que alguma coisa aconteceu. Será que o pessoal emburreceu de um dia para o outro? Parece – eu posso falar isto, como Senador – que houve um jogo meio combinado para se reprovarem quase 80% dessas pessoas que trabalharam tanto, que têm prática médica. Medicina a gente faz com prática médica, e esses colegas que estão nos rincões deste país encontraram de tudo pela frente, meu querido César.

Eu lhe digo isso – e eu estou falando com o Proenço aqui, com quem tenho também respeito, amizade – e eu posso falar isso, porque eu me formei numa universidade federal, eu fiz residência no Rio de Janeiro, num serviço que era uma referência no país, e eu fui para Roraima, quando era território federal. Ninguém nem sabia onde era, tinham dois voos por dia, num aviãozinho que dava um medo danado de a gente chegar lá, mas eu fui para lá e estou lá até hoje fazendo medicina, por isso eu posso falar: alguma coisa aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês são quantos agora? Vocês são quantos? Diga-me aí, vocês são quantos no...

O SR. CARLOS EUGÊNIO MACHADO CAMACHO (*Fora do microfone*.) – No Médicos pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Médicos pelo Brasil? Quantos vocês são? "Ah, tantos...".

O SR. CARLOS EUGÊNIO MACHADO CAMACHO – Três mil e setecentos, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois é, vocês são 3,7 mil. Eu estava conversando com o Proenço aqui e disse: "Proenço, quantos tem sem CRM nesses vazios do nosso país, sendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Espere aí.

... atendidos por alguém que nem eu, nem o Proenço, nem você, nem o César, nem o Fabiano sabem se são médicos ou não?". Olhem que gravidade. O Proenço me falou que cerca de 6 mil; não vamos aqui discutir números, mas, se fossem dois, para mim, era preocupante, porque eu não admito medicina, fazer medicina, sem ter uma avaliação criteriosa, como está proposto, inclusive, naquilo que eu relato aqui, que é a prova de proficiência, que vai avaliar habilidades, conhecimentos e atitude de médico, porque se banalizou a nossa profissão.

Pelo amor de Deus, a gente ter aqui, Proenço – com todo o respeito que tenho pela sua história, pelo seu trabalho –, 6 mil médicos, ditos médicos, que são orientados através de teleorientação, atendendo, meu querido César... Seis mil, meu querido César, pessoas. Eu não os considero médicos porque eu não sei se eles são médicos, nem você sabe se eles são médicos, você não tem como aferir, nem o conselho federal tem como aferir, porque o conselho federal não fiscaliza quem não é médico, só fiscaliza médico. Olhem que confusão.

E esses que têm CRM e que estão trabalhando pelo Brasil terem esse tipo de tratamento de uma sociedade que é presidida por um médico, por quem também tenho todo o respeito... Viu, Fabiano? Não tome isso como falta de respeito nem não reconhecimento da sua competência, mas é uma coisa que eu não consigo compreender. E você está aqui, terá o tempo necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para me explicar esses diferentes pesos e medidas na avaliação, porque eu estou convencido aqui de que alguma coisa aconteceu. Eu não sei se você pode me explicar, enfim, mas eu tenho aqui o compromisso já de a gente rapidamente tentar, claro, equacionar isso.

Nós estamos aqui com o Felipe, que é um dos Secretários do Ministro Padilha – é uma pessoa de confiança do Ministro, está aqui sempre defendendo as políticas públicas do Ministério da Saúde –, e, se a gente não tiver que sair daqui com uma ideia para equacionar isso, obviamente nós temos mecanismos legislativos de que podemos lançar mão, para que se vá ao encontro da expectativa de direito daqueles que realmente estão lá na ponta, trabalhando com CRM – com CRM. Não conte comigo aqui quem não tem CRM; agora, por quem tem CRM, eu mato e morro.

Eu quero passar a palavra ao Fabiano, para a gente continuar o nosso debate.

Desculpem a interrupção.

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde a todos, Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, colegas aí presentes.

Eu me chamo Fabiano Guimarães, sou médico de família e comunidade e trabalho há 22 anos como médico de uma equipe de saúde da família em Belo Horizonte, Minas Gerais. Eu agradeço o convite em nome da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, entidade científica nacional fundada em 1981, que congrega e representa os médicos e as médicas especialistas em Medicina de Família e Comunidade, responsável, em conjunto com a AMB, pela certificação desses profissionais.

Atenção primária à saúde é o primeiro nível de atenção, é a porta de entrada preferencial para os serviços de saúde e é responsável por resolver a maioria dos problemas de saúde da população. No nosso país, optou-se por estruturar o atendimento na APS por meio da Estratégia Saúde da Família, que um dia, lá atrás, já foi chamada de Programa Saúde da Família.

Dito isso, é fundamental distinguir que nem todo médico que atua na Estratégia Saúde da Família é especialista em Medicina de Família e Comunidade. Medicina de Família e Comunidade não é um emprego nem uma função, é uma especialidade médica, assim como as outras 54 especialidades médicas no Brasil. O médico que desempenha funções na Estratégia Saúde da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família, muitas vezes chamado de médico de saúde da família ou de médico do PSF, não necessariamente possui formação estruturada nas competências da nossa especialidade.

Já o médico e a médica de família e comunidade são formados por residência médica ou certificados por um título de especialista, após uma avaliação rigorosa, com base em referências consolidadas internacionalmente, incluindo competências definidas pela Organização Mundial de Médicos de Família. E, com isso, a gente consegue assegurar que a APS seja resolutiva, eficiente e segura.

Portanto, a diferença entre ocupar um posto na Estratégia Saúde da Família e ser especialista em Medicina de Família e Comunidade não é burocrática; é uma diferença de formação, que diz respeito a um domínio de um corpo de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis à qualidade assistencial.

Sem medicina de família e comunidade forte, não existe atenção primária forte. Sem atenção primária forte, não existe SUS universal, integral e equânime. Esse não é um debate corporativo; é um debate sobre qualidade, segurança e responsabilidade no cuidar da população brasileira.

Quanto ao Edital MS/Sgtes nº 10, de 5 de dezembro de 2025, um dos motivos desta reunião, é importante dizer que a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade não possui qualquer ingerência ou participação nesse chamamento público – isso não diz respeito a nós. Acerca do concurso de obtenção de título de especialista, eu espero, Exmo. Sr. Senador, que eu consiga explicar ao senhor o motivo da mudança, porque existe mesmo a mudança, mas não é súbita, e a gente tem diversos elementos para mostrar que ela não é súbita.

É preciso dizer, primeiro, que esse exame é realizado desde 2004, está na sua 37ª edição e já titulou 11.242 médicos. E a concessão do título segue normas da Comissão Mista de Especialidades, que é integrada pelo Conselho Federal de Medicina, pela Associação Médica Brasileira e pela Comissão Nacional de Residência Médica. A competência da sociedade científica diz respeito à organização técnica e operacional do concurso.

Especificamente sobre as provas de título da SBMFC, é importante esclarecer que existe um processo contínuo de revisão e aprimoramento, com o objetivo de se adequar a um cenário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evolução da especialidade e da medicina em geral. Nesse contexto, fizemos, sim, a revisão da bibliografia, por entender que o rigor exigido na certificação de médicos e especialistas também passa por estar atualizado com o melhor conhecimento científico disponível.

BMJ é uma base de dados científica para apoio à tomada de decisões clínicas; não se trata de uma referência britânica, mas uma fonte de informações de padrão internacional, à semelhança do DynaMed, do UpToDate, amplamente conhecida, validada e utilizada por inúmeras instituições de ensino superior no Brasil e no mundo. Reúne evidências científicas de alta qualidade, submetidas à avaliação de pares e curadoria. Sua incorporação ao corpo de referência simboliza o compromisso da sociedade com a titulação dos postulantes à condição de especialista. Confesso ficar surpreendido quando um grupo de médicos que quer se tornar especialista em Medicina de Família e Comunidade desconhece o BMJ e chama de referência britânica. Isso só mostra para mim o quanto precisamos melhorar a qualificação desses profissionais que querem ser especialistas em Medicina de Família e Comunidade. Medicina de Família e Comunidade, repito, é uma especialidade como outras quaisquer.

Será que haveria um interesse em mudar a bibliografia, questionar critérios, por exemplo, da prova de especialidade em cardiologia ou em neurologia? O desconhecimento da Medicina de Família e Comunidade enquanto especialidade médica é um dos problemas para a gente não conseguir efetivar um perfeito atendimento na atenção primária no nosso país. E, para mim, isso hoje fica muito claro também nessas declarações.

Ademais, é importante dizer que, desde que foi instituída, há mais de 20 anos, a prova de título de especialista em Medicina de Família nunca foi destinada a qualquer público específico. E o Edital do TEMFC 36 não foi elaborado nem destinado a candidatos provenientes de programas de provimento. Eu vou também trazer uma linha do tempo que eu acho que demonstra que as etapas de construção antecederam a exigência estabelecida pela AgSUS, que condicionou a manutenção dos participantes à aprovação no concurso.

Então, tentando também fazer a linha do tempo – e, Srs. Senadores, a gente vai enviar isso de forma escrita, logo após a audiência, para poder ficar registrado –, no dia 24 de janeiro de 2025, a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade enviou a primeira versão do edital AMB, com as mudanças já previstas em nosso processo de aprimoramento contínuo. Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia mudança da nota de corte e já havia mudança da bibliografia. Isso foi enviado em 24 de janeiro, quando ainda não havia regramento para que os Médicos pelo Brasil participassem da prova, porque existia um regramento que dizia que as pessoas tinham que ter quatro anos, e esse era o entendimento que tínhamos – e cheguei a conversar com a AMB sobre isso.

No dia 7 de fevereiro, houve uma recomendação da AMB para que seguíssemos a lei de 2019, do Médicos pelo Brasil, para que, então, pessoas que não possuíssem os quatro anos pudessem fazer a prova.

No dia 10 de fevereiro, a sociedade faz uma nota pública anunciando a inclusão desse critério e, no dia 18, reapresenta o edital já ajustado com essa condição prevista.

No dia 25 de fevereiro, a AMB aprovou o nosso edital, que foi publicado no dia 10.

No dia 26 de março, a AgSUS publica a Resolução Direx nº 32, tornando obrigatória a aprovação do TEMFC para a terceira fase do programa de provimento, ou seja, a exigência governamental é posterior ao edital. O TEMFC 36 não foi concebido para candidatos do Programa de provimento Médicos pelo Brasil, que, aliás, Sras. e Srs. Senadores, representaram apenas 35% dos inscritos.

Não é passível de se acreditar que a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, uma sociedade com 50 anos de existência, faria uma prova deturpada para reprovar apenas 35% dos candidatos dessa prova, submetendo os outros 65% à mesma prova.

O documento com todas essas informações vai ser encaminhado à Comissão logo após o encerramento.

Ao final do concurso, dos 1.253 candidatos do Programa de provimento Médicos pelo Brasil, 402 – ou seja, 32,8% – foram aprovados e titulados, evidenciando que não houve barreira artificial, não houve direcionamento discriminatório, mantendo a nossa coerência institucional e mostrando que não foram 80% também de reprovados, como tem sido dito.

Com relação à discussão dos critérios da prova com a Associação dos Médicos pelo Brasil, existem, no momento, 380 processos contra a prova, e, em todos esses 380, foram apresentadas todas essas informações e esses documentos, tanto que, dos 380 processos apresentados, existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda uma liminar pendente e, em todos os outros processos, não houve concessão de liminar, a Justiça não entendeu.

Essa cronologia, como eu estava dizendo, é reforçada por decisões reiteradas do Poder Judiciário, que reconhece a inexistência de ilegalidade, retroatividade ou desvio de finalidade no edital e tem validado a regularidade...

Peço tempo para prosseguir.

As atualizações de critério, em comparação...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Fabiano, pode prosseguir.

Fique à vontade.

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Senador.

As atualizações de critério, em comparação com editais anteriores, foram compreendidas como práticas normais e necessárias para assegurar a atualização e competências técnicas dos profissionais titulados, o que é comum e praticado de forma ampla por todas as sociedades de especialidade. E aqui eu reitero de novo: a Medicina de Família e Comunidade é uma especialidade médica e precisa ser tratada como todas as outras.

Tentando deixar a questão da prova de título ainda mais clara, a responsabilidade da SBMFC se limita exclusivamente à elaboração técnica, organização e aplicação da prova de títulos conforme as normas da Comissão Mista de Especialidades.

Não há de parte da SBMFC qualquer objeção à participação de médicos do Programa Médicos pelo Brasil ao exame, inclusive quantas vezes foram necessárias. A certificação é um processo voluntário e aberto a todos os candidatos que desejam comprovar competências específicas. A decisão sobre permanência, progressão ou desligamento de profissionais de programas federais não é, e nunca foi, competência da SBMFC, mas, sim, das instâncias governamentais responsáveis pela execução dessas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso compromisso é assegurar que a prova mantenha o rigor técnico, preservando a qualidade da formação e a segurança da população atendida.

Sras. e Srs. Senadores, esta Casa recentemente voltou suas atenções à avaliação dos egressos de faculdade de Medicina no âmbito da discussão do Exame de Proficiência em Medicina. Nessa mesma linha, é de se esperar um cuidado na avaliação para titulação de especialistas. Tal tarefa é essencial não apenas para registrar, mas para certificar a real competência, especialmente em especialidades como a Medicina de Família e Comunidade, cuja responsabilidade envolve famílias, comunidades inteiras e o futuro do SUS.

Atenção primária à saúde resolve até 80% dos problemas de saúde, quando conduzida por profissionais adequadamente formados. Quando essa formação é fragilizada, quem sofre não é só a SBMFC, é a população mais vulnerável, atendida em nosso sistema de saúde.

A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade permanece à disposição desta Comissão para contribuir com seriedade técnica, transparência e compromisso institucional na defesa da qualidade da medicina de família e comunidade e da segurança da população brasileira, como vem fazendo ao longo de meio século da história da especialidade neste país.

Nós estamos à disposição para pensar juntos alternativas, mas, como uma sociedade médica, membro da Associação Médica Brasileira, eu preciso dizer que nos soa com muita estranheza o fato de se pensar em qualquer tipo de intervenção na confecção de uma prova de especialistas. Nós fazemos o edital junto com a AMB e nós, médicos e médicas de família e comunidade, temos autoridade para fazer a nossa prova dentro de um processo contínuo de melhoria. É claro que, quando se faz prova, você corre o risco de ter que fazer ajustes, e nós estamos prontos para fazer, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, todos os ajustes necessários para que a prova seja justa, mas, dentro de uma dificuldade que é a dificuldade de ser especialista. Ser médico de família e comunidade, ser médica de família e comunidade é algo difícil, não há de se esperar que a prova seja fácil. Nós estamos prontos para fazer as discussões necessárias para que a gente continue formando especialistas com qualidade.

Agradeço o tempo para expor aqui as ideias da sociedade e fico à disposição para a gente continuar nas argumentações e perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou agora... Todos manifestaram suas opiniões – aliás, muito pertinentes –, e eu agora vou fazer uma pergunta sobre a qual eu queria a manifestação de todos vocês. Eu vou dar dois minutos para cada um responder e depois eu vou passar a palavra para cada um fazer suas considerações após essa pergunta que eu vou fazer.

Depois de ouvir muito atenciosamente a todos, o Fabiano me falou algo que é importante para nós. Fabiano, eu concordo com quase tudo que você falou – rigor nas provas; que integralidade, universalidade e equidade são um tripé pétreo do nosso Sistema Único de Saúde; que a atenção primária feita com denodo, com competência resolve cerca de 80% dos problemas de saúde não só do Brasil, mas de onde nós temos sistemas únicos, como Portugal, Espanha, Inglaterra, enfim, conheço um pouco –, mas eu queria fazer uma pergunta para todos: vocês não acham que esse tripé, na equidade – principalmente na equidade –, está completamente destruído no Sistema Único de Saúde por conta de que, na atenção primária, nós temos, olhem só, falta de transparência? Aliás, eu vou tomar medidas em relação a isso, porque o ministério não informa quantos curiosos trabalham como médicos no Brasil, porque esses 6 mil são curiosos, são curandeiros, são xamãs, alguma coisa. Médicos eles não são, porque eles não têm CRM.

Então, eu queria saber o é que vocês, que são gestores, que são Presidentes de associação, de entidades de direito privado, que zelam pelas boas práticas das especialidades – o Dr. César é uma referência para todos nós –, acham de nós termos – segundo o Proenço, que disse que tem cerca de 6 mil curiosos trabalhando no programa – esses 6 mil curiosos que têm esse salvo-conduto para trabalhar como médicos nos rincões deste país? O que vocês acham disso? Vocês acham que isso é uma coisa normal? Porque isso sempre me causou muita, muita estranheza.

Eu vou passar a palavra para vocês, eu vou conceder dois minutos para cada um, porque eu quero que vocês depois falem sobre alguns temas importantes que vocês considerem aqui. Eu vou passar a palavra pelo mesmo tempo para todos. Eu vou primeiro, já que o Fabiano falou, voltar aqui para o Felipe, depois vou para o César e depois vou para o Fabiano, está bom? Está combinado?

Proenço, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador Hiran, eu não consultei aqui, mas o dado está disponível no *site* do Ministério da Saúde, no painel do Mais Médicos, com todas as informações sobre profissionais do Mais Médicos, assim como do Médicos pelo Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas você tem os médicos que... Eu estou com o assessor aqui, eu estava perguntando para ele e você me informou seis, ele está me informando dez. Qual é a informação correta?

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – A que está no *site*.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está no *site*? Está aqui. É este o *site*? Eu só vou... Está aqui: profissionais ativos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero a informação de hoje, transparência, 10,2 mil. Cadê? É de hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É do *site*.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Então, está disponível publicamente a informação, por isso que a gente sempre traz essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe-me. Veja bem, Presidente César, segundo o *site* da sociedade, a sociedade tem 11 mil especialistas e nós temos 10,2 mil curandeiros trabalhando nesse programa. O que vocês acham disso? Vou passar aqui para o Proenço e depois vou passar para o César. Vou chamá-lo de César – tá, César? –, porque você é meu amigo e irmão. E vou depois para o Fabiano.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Quando começar o tempo ali. (*Risos.*)

Então, Senador, eu acho que o Programa Mais Médicos está consolidado há 12 anos, ele já foi discutido duas vezes através de medidas provisórias que foram submetidas a esta Casa. Nas duas ocasiões, esse mecanismo de reconhecimento do exercício profissional de quem tem o reconhecimento no exterior foi mantido na lei. Então, eu acho que a gente está à disposição para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer este debate, mostrar os resultados do Programa Mais Médicos, o quanto ele diminui a internação por causas sensíveis à atenção primária, o quanto ele diminui a mortalidade infantil. Isso está bem documentado em estudos nacionais e internacionais.

Então, eu vou me ater também à questão que está apresentada para esta audiência, que é a do edital da Sgtes de transferência de profissionais. Eu acho que a gente precisa ver o momento de profissionais que já concluíram uma especialização, e a especialização era o que justificava a permanência dos profissionais do programa. Frente a esse cenário, eu até acho interessante, Senadora, a comparação com o exame de proficiência porque o Governo Federal defende o exame de proficiência. Eu tenho dito que, quando começou a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, na última quarta-feira, o exame de proficiência já estava aprovado porque havia um substitutivo apresentado pelo senhor, que defendia o exame de proficiência, e um voto em separado também com o exame de proficiência.

Então, eu fico imaginando a mesma questão de quem não foi aprovado no Profimed: qual vai ser a alternativa do que ele vai poder desenvolver? Ele vai ter que ficar esperando um próximo exame, o exercício profissional...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe. Vou recompor seu tempo – tá, Proenço?

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um debate bacana, tranquilo. Só queria... Aqui, nós estamos falando para o país. A essa TV Senado o pessoal está assistindo lá nos rincões de Roraima, lá nos rincões do Nordeste, os médicos estão todos olhando, aquela coisa toda.

É bom deixar claro. No meu substitutivo, está consignada a avaliação, que é a avaliação dos alunos do Ministério da Educação; está consignado que nós vamos ter sanções para o aparelho formador que não forma adequadamente os alunos – suspensão de vestibular, diminuição do número de vagas, enfim –; está consignado um programa de ampliação do número de vagas de residentes até 2035; e está consignado, no texto, que a prova de proficiência deve ser feita pelo Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia federal especial que tem como prerrogativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional a fiscalização do exercício da nossa – de todo mundo que está aqui presente e que é médico – medicina, da nossa prática médica.

Então, esse é o meu substitutivo, que, aliás, foi aprovado. O Governo tem se mostrado absolutamente contrário porque quer fazer a prova de proficiência, mas... A gente até poderia aceitar, mas olhe: o Governo não fechou uma escola médica; há uma proliferação desenfreada de escolas médicas neste país; tem escolas médicas, meu querido César, aqui... Tem uma tal de uma Faculdade Mauá aqui, que é um galpão. Fui filmar lá. Se você vir, César, você fica com vergonha de ser médico. É sério. Nós temos lugares que têm uma UBS como cenário de prática, que não têm um médico como professor. É por isso que nós fizemos isso – viu, Proenço?

Eu não tenho... Hoje mesmo nós tivemos aqui, entraram... O Senador Rogério Carvalho, meu amigo, entrou com várias, às 9h, no limite do prazo para entrar, emendas – ele entrou com nove emendas. E, quando tive tempo de analisar as emendas, eu pedi o adiamento de votação do segundo turno desse projeto de lei que eu diria que é o projeto de lei mais importante da medicina desse século, porque eu acho que ele vai resgatar um pouco da credibilidade e do respeito que a medicina já teve quando eu e o César nos formamos. As pessoas respeitavam o médico – viu, César? – porque a gente tinha que estudar muito para ser médico. Hoje, o negócio está muito...

Eu falei aqui, com todo o respeito e não me digam que é uma quebra decoro: a formação médica virou uma esculhambação nacional – é isso que virou. E eu duvido alguém me contestar; eu provo, porque eu vivo nos rincões deste país vendo o que está acontecendo. É por isso que tem médico injetando, César, de 6ml a 8ml de adrenalina numa criança. É isso, a culpa é nossa, precisamos fazer alguma coisa. A culpa é nossa, não é dela, porque ela é uma vítima lá, foi vítima dessa esculhambação generalizada na formação médica.

Vou voltar aqui, recomponho o seu tempo.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador.

Então, eu estava fazendo um paralelo a essa questão. Primeiro, o Governo defende avaliação de qualidade, e, assim que tiver os resultados do Enamed, que estão próximos de serem publicados, isso vai ensejar medidas regulatórias que vão suspender vestibular e diminuir vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de curso de Medicina nesse primeiro semestre de 2026, mas, da mesma forma que, no substitutivo do Senador, tem uma avaliação e essa avaliação vai levar a que concluintes do curso de Medicina não possam exercer a profissão, a gente está falando também de uma avaliação que está presente na lei que cria o Programa Médicos pelo Brasil.

Essa avaliação, inclusive, o Ministério da Saúde, junto com a AgSUS, se dispôs a executar, para efetivar o direito dos médicos, para que pudessem seguir na perspectiva de celetistas dentro da AgSUS, mas a própria associação demandou, pelo caminho judicial, o que não é um caminho novo por parte da associação – diversas vezes, a associação apresentou isso –, e, na Justiça, o que a gente apresentou foi esse caminho da prova.

Como a Associação Médica Brasileira e a sociedade entenderam que haveria a possibilidade de realizar a prova mesmo não tendo quatro anos de exercício profissional, a gente acatou a demanda da associação e passou a utilizar a prova de título da SBMFC como requisito para progredir, a partir do item 3 do art. 27. Agora, a realização da prova é de responsabilidade da Associação Médica Brasileira, da Sociedade de Medicina de Família e Comunidade, portanto não há nenhum papel do Ministério da Saúde ou da AgSUS com relação à elaboração ou mesmo à aplicação da prova, com relação a isso.

E quero dizer que há alternativa, sim, para quem não foi aprovado no exame de título da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, que é a transferência de programa. É uma alternativa que, inclusive, leva ao direito às indenizações que tem no Programa Mais Médicos, leva ao direito de realizar as ofertas formativas que tem no Programa Mais Médicos, a exemplo do Mestrado Profissional em Saúde da Família, e é uma alternativa que leva também a essa possibilidade de, ao completar um determinado período no Mais Médicos, participar de processos seletivos dentro da AgSUS e, com base nisso, assim como 500 estão ingressando agora na AgSUS, também ingressar na carreira de celetista – ou seja, ingressa na carreira de celetista quem é especialista. E o reconhecimento dos especialistas, para nós, é o que está no decreto de 2015: ou quem faz a residência médica ou quem é aprovado numa prova de título de uma sociedade de especialidade vinculada à Associação Médica Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Proença.

Passo a palavra ao nosso Presidente César Fernandes, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acione o seu microfone, César...

Ah, está certo agora.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, sim.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Bom, obrigado, Senador Hiran.

O Senador Hiran nos faz uma pergunta direta: o que nós achamos desse número, ao que me parece, exagerado – se for verdadeiro, é um número chocante – de profissionais não médicos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É um número verdadeiro. É um número verdadeiro, César. O oficial está aqui, eu estou do lado do Proença, eu mostrei para ele, é um número que está aqui no painel.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – No painel do Mais Médicos do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está no painel do Mais Médicos do Ministério da Saúde, viu, César?

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Este é um número chocante, que nos causa estarrecimento. A minha opinião é que isso é exercício ilegal de medicina, e o exercício ilegal da medicina precisa ser punido severamente. Primeiro, tirar o indivíduo dessas atividades. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele não me ouve, caiu.

Fabiano, eu vou passar a palavra para você. Na hora em que o César restabelecer, a gente inverte. Ele pode falar depois então.

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro, sem problema. Fiquei preocupado aqui sem saber se era a minha conexão que tinha caído ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Senador, nós temos uma questão que considero bastante importante nesse dado, que é a seguinte: a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, há algum tempo, vem se posicionando sobre como ela entende todo o processo relacionado ao Programa Mais Médicos e a forma como ele vem acontecendo. Então, a gente reconhece que tivemos um momento de levar médicos aonde eles não existiam, e esse foi um momento importante, mas, já há algum tempo, a sociedade tem apontado que este é o momento de a gente ter qualificação desse profissional que está naquele local. E a gente aponta o caminho dessa qualificação há algum tempo, que são os programas de residência em medicina de família e comunidade. Nós temos hoje a formação de aproximadamente 1,4 mil residentes a cada ano, e esses residentes estão em condição privilegiada de exercer essa função com a melhor formação possível. É claro que nós precisaremos também, assim como foi feito na Espanha, em Portugal e em outros locais, associar a uma formação pós-graduada com titulação, e essa formação precisa ser acompanhada pela sociedade de especialidades. A gente tem conversas com o Conasems para tentar pensar juntos cursos de especialização para aquela pessoa que já está na ponta, que já trabalha em programa de provimento ou, se não trabalha em programa de provimento, que já trabalha, mas não é especialista ainda em Medicina de Família e Comunidade, para que a gente consiga lutar pela especialização e por um exercício com qualidade.

Acho que este é o principal ponto que precisamos discutir, Senador: a gente precisa de qualidade nesse local. A gente se acostumou em nosso país a pensar na maior qualidade possível em alguns setores e abrir mão dela no setor público. Então, cada habitante deste país que consulta no Sistema Único de Saúde tem direito, merece ter um médico de família e comunidade, uma médica de família e comunidade que consiga dar uma atenção integral a ele. Enquanto sociedade de especialidade, a gente está disposto a participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Fabiano.

O Dr. César não restaurou a conexão dele, não, né?

Eu vou pedir para a minha assessoria entrar em contato com o Dr. César. Você tem o telefone do Dr. César, por favor? Fala para ele que nós estamos aguardando-o entrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria... Eu estava conversando aqui com o Presidente Camacho, porque o intuito de fazer este debate é também tentar entrar num acordo em relação a essa questão dessa migração do Médicos pelo Brasil para o Mais Médicos.

Isso que nós colocamos aqui... Eu coloquei – viu, Proenço? Porque você falou que não era o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, e voltou o César? Se voltar, depois eu falo então. (*Pausa.*)

Está tranquilo. Só...

Tem que transmitir, né? (*Pausa.*)

Ele tem que acionar. Mande-o acionar... Estás falando com ele? (*Pausa.*)

Não. Eu acho que ele está usando o próprio celular. Pode ser. (*Pausa.*)

Não, agora ele entrou. César, acione seu microfone. (*Pausa.*)

Ah, não está aparecendo aqui. (*Pausa.*)

Agora apareceu o microfone. (*Pausa.*)

Secretário Proenço, é possível encaminhar, daqui desta audiência, uma proposta para o Ministro Padilha, para ver se a gente consegue equacionar essa questão dessa... Está havendo um desconforto generalizado desse grupo que não passou nessa prova.

Seria possível fazer uma solicitação de a gente ter uma prorrogação desse vínculo desse pessoal, por um tempo, e dar chance para eles fazerem uma nova prova, a prova nº 37 da sociedade? É possível, Proenço?

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

A gente fez uma prorrogação do edital de transferência. Ele iria até o dia 23 de novembro, mas, a pedido da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para agora, não é?

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – ... Federação Nacional dos Médicos, nós prorrogamos para o dia 14...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dia 14 de dezembro.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – ... de dezembro.

A situação em que estamos é que temos médicos que concluíram a especialização e que, portanto, não tem mais a justificativa de participarem da segunda etapa, prevista em lei, e que não foram aprovados na prova eliminatória e classificatória, também prevista em lei. Então, isso traz uma instabilidade até administrativa para o programa, porque você não tem como justificar a permanência dos profissionais nessa modalidade em que eles estão.

Por isso, nós buscamos a modalidade em que se ingressa no Mais Médicos, passa-se a ter os direitos que o profissional do Mais Médicos tem com a retomada do programa na lei, aprovado em 2023, e pode-se seguir exatamente na mesma comunidade, ou seja, mantendo-se o suporte para o profissional e não se gerando desassistência, tanto que já temos centenas de profissionais que pediram a transferência.

Entendemos que esse vai ser um caminho bastante viável. Como já tivemos profissionais que não quiseram participar da prova de título em Medicina de Família e Comunidade – em abril deste ano, pediram a transferência e estão desenvolvendo normalmente suas atividades na mesma unidade básica de saúde, junto com a mesma comunidade, através do Programa Mais Médicos –, entendemos que temos esse caminho também com mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Quando você soma a questão do valor da bolsa com as indenizações que estão apresentadas para o Programa Mais Médicos, que variam se é uma região de maior ou não tão alta vulnerabilidade, se o médico teve financiamento estudantil durante a sua graduação, então, você tem um valor de bolsa e indenizações condizentes com as atividades que o profissional vai estar desenvolvendo agora no novo programa, no Programa Mais Médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, entendemos que esse é um caminho viável, é um caminho que já foi respaldado na Justiça, que arquivou o espaço de conciliação que havia sido apresentado. No espaço de conciliação, nós atendemos todas as demandas apresentadas pela Associação Médica Brasileira, inclusive, o ofício que nos foi enviado foi respondido. Caso não tenha ainda sido recebido, a gente entrega em mãos esse ofício, perguntando sobre o edital.

Então, dentro do que está disposto na lei, dentro do que é viável do ponto de vista administrativo, nós entendemos que estamos cumprindo todos os passos necessários para dar um bom suporte ao profissional, para que ele possa vir a fazer, novamente, a prova de título, para que ele tenha mais oportunidades de seleção junto à AgSUS, para que venha a ser celetista nesses lugares de muito alta vulnerabilidade, assim como estamos garantindo o que é necessário para manter a assistência daquela equipe de saúde da família.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu vou voltar a palavra ao César, que ficou sem conexão.

Pode continuar, Presidente César, por favor.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Pois não.

Aqui em São Paulo, tem uma ventania poucas vezes vista, ventos com quase 90km/h, uma queda enorme de árvores e, agora há pouco, um raio muito forte, que acho que fez cair as conexões. Espero que não aconteça mais isso para que eu possa continuar.

Eu estava dizendo que a pergunta, até o momento em que eu estava ouvindo, que o Senador nos faz é sobre esse número estarrecedor de médicos sem CRM atuando como médicos. Com isso, na verdade, está se cometendo um crime, porque isso é ação indevida, prática indevida da medicina e é claro que isso tem que ser eliminado de imediato. É claro que, ao eliminar isso, você vai criar alguns brancos assistenciais, imagino, uma vez que esses não médicos devem estar atuando em áreas carentes, porque, nas áreas um pouquinho mais favorecidas, nós temos mais interesse por parte dos médicos.

Então, tem que se encontrar um caminho para eliminar esses médicos. Não podemos enxergar isso e fechar os olhos como se isso não estivesse acontecendo. Imagino que ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai opinar diferentemente disso. Parece-me óbvia a solução para isso, embora esta solução não seja tão fácil como, na verdade, nós enxergamos que ela deva ser.

Agora, uma outra questão que eu acho que tem que ser levantada diz respeito aos médicos do Médicos pelo Brasil que não foram aprovados. Foi dito aqui pelo Fabiano, com absoluta correção, que não é a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, muito menos a AMB, que mantém vínculo com esses médicos. Esse vínculo é favorecido...

Um minuto e eu termino.

Esse vínculo existe da AgSUS com esses médicos. Eu creio: se a AgSUS entender que esses médicos precisam de uma nova oportunidade, que dê a eles a prerrogativa de mais um ano, não absolutamente contratados. Eles podem desenvolver outras atividades – ou, se a AgSUS entender que deva contratá-los, isso é um problema da AgSUS –, mas que dê a eles a oportunidade de fazerem mais uma vez esses exames. E, se aprovados, então, eles são recontratados nas circunstâncias que inicialmente foram propostas.

Agora, eu entendo que, se nós estamos tendo um cuidado enorme com o Exame de Proficiência em Medicina, nós não podemos deixar de ter o mesmo cuidado com quaisquer especialidades de que nós estejamos falando. E aqui eu percebi uma ênfase da parte do Fabiano de que a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade é uma especialidade médica. Como qualquer outra de qualquer complexidade, ela não é diferente e tem finalidades específicas, então você outorgar um título como esse é de extrema importância.

Eu quero encerrar com algo que eu tenho a impressão de que logo mais vai estar na pauta. Se isso vai demorar um ano, dois anos, três anos eu não sei, mas vai estar na pauta, que é a atualização do especialista periodicamente. Não se pode, como nos países avançados já se faz, dar um título de especialista que seja vitalício.

Eu, por exemplo, assim como o Senador Hiran somos especialistas anciões. Eu tenho o meu título de especialista...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Jurássicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência.*) – ... jurássicos – há 48 anos. E eu me pergunto: será que eu ainda tenho condição de ser um especialista tal aquele que se forma nos dias atuais?

No meu caso, eu acredito que sim, porque, como estou voltado para a vida acadêmica, me obrigo a estar atualizado, mas eu tenho absoluta certeza de que muitos contemporâneos meus, no momento atual, não poderiam mais atuar como especialistas.

Então, quanto a esse assunto, o Senador – particularmente o Senador, que tem interesse pela boa assistência da população – deveria considerar, no momento oportuno, cobrar uma atualização também dos especialistas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, eu vou passar aqui para o Dr. Carlos Camacho, para as suas considerações de 12 minutos.

O Dr. Felipe Proenço me informa que tem uma agenda... Você aguenta ele terminar de falar e depois eu...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está bom, está combinado.

Vamos lá.

Então, Dr. Carlos, por favor, por 12 minutos.

O SR. CARLOS EUGÊNIO MACHADO CAMACHO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Dr. César, quando o senhor comentou – não sei se ele está – que a solução dada pelo ministério seria favorável aos colegas, eu pergunto para vocês, colegas que estão aqui com a gente e que nos acompanham: quem trocaria a promessa de uma carreira pública, de uma carreira pública celetista, com progressão de carreira e plano de carreira, por um vínculo precário – precário! –, no qual você tem uma avaliação periódica e você pode ou não continuar por mais de quatro anos, prorrogáveis mais quatro anos? E, no final das contas, você sai desse processo aos quatro anos. Se o gestor quiser também, ao final do primeiro ano ou do segundo ano, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demiti-lo, com as avaliações periódicas, ou pode chegar alguém que seja indicado pelo gestor local ou pelo próprio ministério e assumir o seu cargo.

Você utilizou todos os seus recursos, o seu tempo, mobilizou sua família, estudou, fez cursinho preparatório, migrou, comprou geladeira, fogão, alugou apartamento, se mudou para um município pequeno... E uma coisa é importante, Senador: os médicos do Programa Médicos pelo Brasil estão nas regiões mais carentes do país – muitos de nós, inclusive, em regiões muito mais carentes do que médicos sem CRM. Se o senhor for ver, na minha fala, dos 3 milhões de pacientes assistidos pelos nossos colegas, 2 milhões estão em regiões distantes e carentes, porque assim que foi pensado o nosso programa – era uma recompensa para um médico que queria... Não é uma carreira que o CRM quer, não é aquela carreira médica federal que nós queremos, mas é o que nós conseguimos.

Então, muitos colegas deixaram de fazer residência, e deixaram de fazer outras especialidades, inclusive a Medicina de Família, com essa promessa, e cumpriam todos os procedimentos.

Então, você pode chegar aqui e decorar sua fala do jeito que você quiser. Você fala: "Olha, nós temos tudo planejado e vocês vão lá para o...". Pergunte para os colegas quem quer ir para o Mais Médicos. Na verdade, nós temos o contrário: os colegas do Mais Médicos querem vir para o Programa Médicos pelo Brasil e perguntam sempre quando vai voltar a ter concurso para o Mais Médicos, quando vai... Não queremos o Mais Médicos, a população brasileira não quer, os colegas médicos não querem trabalhar no Mais Médicos, querem trabalhar no Médicos pelo Brasil, porque nós temos um plano de carreira, que o senhor sabe – o senhor participou da criação dessa carreira.

Em relação ao CRM, nós vemos, como associação de classe, com bons olhos o projeto que o CFM está impetrando aqui, no Congresso, do Profimed. Para a gente, já chegou a hora, nós temos muitos médicos, e nós somos os que lidamos muito com isso. Muitas vezes, um médico preparado, que fez seu curso, tem que responder pelo seu trabalho, lá na atenção primária, e pelo trabalho do colega médico que não tem CRM, lá do outro lado, por vários motivos, mas principalmente por imperícia médica. Isso é corriqueiro, muito frequente e é uma realidade que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vivo e que colegas da associação e do programa vivem constantemente. Então, já está na hora de essa situação mudar.

Agradeço, Sr. Presidente, pelo tempo despendido e peço ao Secretário que considere nossos pedidos; e, Fabiano, da sociedade, nosso grande amigo, um amigo pessoal – a gente mantém uma boa relação –, nós queremos participar mais também da sociedade.

Nos programas de provimento médico, hoje, nós somos mais de 24 mil médicos; nós correspondemos a 50% dos médicos que trabalham na atenção primária neste país. Nós queremos participar também da nossa sociedade de classe e nós queremos transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu vou passar a palavra, aqui, para as considerações finais, ao Dr. Felipe e depois volto aos nossos expositores.

Dr. Felipe, por favor.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Primeiro, só para poder concluir, quero dizer que os profissionais que estão no Programa Mais Médicos pela modalidade de intercambistas são profissionais que têm autorização para o exercício da medicina no país. Tudo está disposto na lei desde 2013 e foi respaldado novamente na lei de 2023, que versa sobre o Programa Mais Médicos, através do registro em que se reconhece o exercício profissional em outro país.

É claro que as vagas são oferecidas primeiro para médicos com registro no Brasil e, se não forem ocupadas por médicos com registro no Brasil, são oferecidas para médicos brasileiros formados no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Proenço, me permita só um aparte – eu vou recompor seu tempo.

Eu queria dizer para todos que nos assistem que essa lei foi aprovada aqui, no Congresso Nacional, contra o meu voto. Eu acho que passei quase meia hora discursando sobre isso e nós conseguimos cerca de 30 votos aqui, no Senado, porque a coisa que mais me chamou a atenção era essa discrepância, essa anomalia que existia nessa lei, de se fazer medicina sem ter CRM. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma coisa que, enquanto eu viver, eu não vou admitir, porque isso pode ser legal, mas é absolutamente antiético, imoral e injusto com a população brasileira. É um crime que nós praticamos contra a população brasileira. E isso me incomoda muito, muito mesmo.

E quando o senhor falou aqui agora... Eu comecei a falar sobre o meu projeto, o meu substitutivo. Está consignado: tem um monte de coisa que um egresso que não passou na prova de proficiência pode fazer. Inclusive, aquilo que o senhor está exercendo agora no ministério também o médico pode fazer, aquele médico que não passou na prova de proficiência. E tem vários; eu não esqueci nada. O que podia fazer... Eu ouvi vocês – ouvi todo mundo –, ouvi o Ministério da Saúde, o da Educação, reunimo-nos várias vezes. E eu acho que a gente... Não é o ideal, não é uma maravilha, não, mas eu acho que foi o melhor de nós todos. Aquilo ali é um relatório de nós todos.

A única coisa que está pegando sabe o que é? O Governo quer fazer, e a gente acha que é o conselho federal que deve fazer, à analogia do que se faz com a OAB e com o Conselho de Contabilidade, que fazem prova de proficiência. Então, a gente quer fazer a mesma coisa. Só isso. É simples – simples assim.

O seu tempo está recomposto, Felipe.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Voltando à temática da audiência, nós temos 739 profissionais que não foram aprovados nessa edição da prova de título da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade; 366 desses profissionais já pediram transferência para o Programa Mais Médicos. Portanto, eu acho que o que nós estamos debatendo aqui é sobre um grupo de pouco mais de 300 profissionais que não manifestaram até o momento interesse na transferência para o Programa Mais Médicos, que vai até o próximo dia 14. Então, o que a gente orienta a esses profissionais? Assim como alguns já pediram transferência sem terem se submetido à prova de título, porque tinham interesse em se inserir nas normas do Programa Mais Médicos, a gente orienta os profissionais que não tenham sido aprovados na prova de título a que eles peçam a transferência de programa, até porque se falou num quantitativo total aí de mais de 3,7 mil – esse dado está no painel também, depois a gente consulta; estou usando o dado apresentado pelo colega que está aqui na mesa. De 3,7 mil, tem um pouco mais de 300 médicos a que falta a gente dar esse encaminhamento com relação à transferência de programa. Com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vê que têm viabilidade as ações que estão sendo desenvolvidas e que também não temos um cenário de desassistência, como se está colocando a possibilidade.

Para dar uma ideia, quando iniciamos a gestão agora, em 2023, eram mais de 4 mil equipes de saúde da família que estavam sem profissional médico, ou seja, o programa que começou em 2019, que iria suprir essa necessidade em 2022, como não conseguiu ocupar algumas vagas, que são vagas em municípios de maior vulnerabilidade, chegou a essa condição de mais de 4 mil equipes sem profissional. E hoje estamos falando de 300 equipes que têm um profissional médico e que têm o caminho traçado para que ele possa continuar desenvolvendo suas atividades. Então, é neste sentido que a gente orienta: que ele possa dar continuidade; que, certamente, vai ter outras oportunidades de se submeter às seleções da AgSUS; e, aí, sim, enquanto especialista, poderá ingressar na AgSUS nessa condição e seguir suas atividades enquanto celetista, enfim, que é o que a gente tem defendido. E é por isso que a gente sanou uma série de irregularidades, uma série de questões que estavam pendentes dentro do Programa Médicos pelo Brasil, quando assumimos essa gestão.

Quero dizer que acho que o objetivo maior é este, o de fortalecer a especialidade da Medicina de Família e Comunidade, a qual reforço, assim como falei na apresentação: tenho um grande prazer de ser médico de família e comunidade, há quase 20 anos, quando terminei a residência médica. Eu acho que a gente pode seguir nesse caminho fortalecendo, por isso que debates como estes são importantes, mas seguindo as prerrogativas legais e seguindo o que é de responsabilidade da gestão pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Secretário Proença.

Eu vou liberar V. Exa., porque você está com sua agenda apertada e eu não seria aqui o causador do seu atraso nos próximas compromissos.

Obrigado pela sua presença.

Nós vamos encaminhar documentos para o Ministro Padilha, para ele analisar. Eu acho que o Ministro é um homem inteligente, um cara sensível. A gente, ao ver essas considerações aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

César, ao ver 10,2 mil trabalhando sem CRM e essa turma que está trabalhando nesses vazios aí com CRM, com a sua situação absolutamente irregular perante as leis do país, não são essas leis excepcionais que a gente aprova aqui, essas leis absurdas que eu não vou... Aliás, você sabe, você acompanhou que nós, durante a votação do Revalida – e nós todos lutamos muito para ter um Revalida como nós temos –, conseguimos aprovar aquele Revalida por dois votos, César, porque a maioria queria fazer um Revalida *light* aqui. Se a gente tivesse perdido, essa lei estaria em vigor e a gente teria que respeitar essa lei. Estava em vigor, mas não era o que a gente queria. A gente não estava protegendo as pessoas, não é verdade? Então, é por isso que nós precisamos... Eu vou lutar para a gente conseguir regularizar isso aqui.

Eu já pedi para a minha assessoria para a gente elaborar um projeto de lei em que a gente possa realmente corrigir essa distorção, porque vão dizer: "Mas o Hiran é culpado por tirar os médicos sem CRM nos vazios, vai causar mais dano". Não vou causar mais dano, não. Estou muito tranquilo para fazer e enfrentar essa narrativa, que vai ser uma narrativa negativa em relação à minha atividade, mas eu aceito, eu acato, porque isso aqui não é justo.

Nós temos esse monte de médico brasileiro trabalhando com CRM e se submetem a isso. César, não é uma coisa normal aprovar 80% e, de uma prova para outra, reprovar 80%. Alguma coisa... Será que mudou tanto a medicina? Nem a oftalmologia com a qual a gente trabalha ali, com tanta filigrana, não muda tanto em uma prova de... Eu sou muito envolvido com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, vou fazer um evento grande só para residentes aqui, em Brasília, que vai ser uma coisa marcante no próximo ano. Vamos trazer para cá, César, R1 e R2, para a gente discutir defesa profissional, política médica e formação. É todo mundo, estou organizando tudo, vai ser um negócio... Então, eu me envolvo com isso.

Então, eu acho que não é justo e não é normal. Com todo o respeito que tenho pelo Fabiano – Fabiano, respeito tudo, nós somos médicos, nós estamos discutindo aqui em alto nível –, alguma coisa aconteceu, porque houve uma mudança de critério muito grande, para um índice de aprovação de 80% se inverter para um índice de reprovação de 79,01% – estou com os dados aqui na minha frente. Alguma coisa aconteceu, César. E nós estamos punindo – fique à vontade, Proença – médicos com CRM, César, em detrimento de curandeiros na atenção primária do nosso país. Olha só, esse número, César, de curandeiros era suficiente para fazer a atenção básica de Portugal – você sabe disso –, porque nós temos 60 mil médicos em Portugal, nós temos nem 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil na atenção primária, mas que já estão em abono de permanência, porque a maioria já tem mais de 65 anos, só para você ter uma ideia da relação da confusão em Portugal. Quer dizer, olha esse número aqui, um número absurdo de pessoas praticando medicina, César, que a gente não sabe de onde... Muitos aqui, César, foram formados em faculdades financiadas pelo PCC, você sabia? Olha só, pois é, fique sabendo, só é você atravessar de Ponta Porã para Pedro Juan Caballero, aí você vai ver a confusão que é a formação médica lá. É isso, essa é a realidade do nosso país.

Vou passar a palavra para vocês, para vocês rapidamente fazerem suas considerações finais, e nós vamos tomar aqui... vou sentar com a turma, para ver o que a gente pode fazer em termos de processos legislativos, para tentar salvaguardar os interesses dos médicos com CRM, que eu acho que é o seu pensamento.

Vou passar a palavra para você, César.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, obrigado, Presidente Hiran, pela gentileza que sempre nos dedica nas reuniões que nós fazemos. Acho que a reunião foi extremamente profícua, a gente conseguiu ouvir as partes e essa questão é uma questão que realmente precisa ficar bem definida.

A esses médicos que ainda ficaram com indefinições sobre o seu futuro, se serão especialistas ou não do Programa Médicos pelo Brasil, entendo que nós temos que dar uma nova oportunidade. Essa nova oportunidade não é necessariamente que eles mantenham o vínculo, porque esse vínculo é definido pelo tempo que foi contratado, mas que eles se preparem e, por terem essa prerrogativa que já é deles, eles já conseguiram, pelo que está disposto no arcabouço legal, que eles possam vir a fazer pelo menos mais uma prova, mas a prova tem que ser, claro, a mesma prova que se faz para os médicos outros que fizeram residência ou que tenham se habilitado a fazer a prova de especialistas pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

Eu acho que a discussão foi extremamente salutar, pontos de vista foram aqui considerados, houve um debate muito franco e honesto do contraditório. Entendo que é dessa maneira que a gente pode evoluir, né? Então, esses médicos, a meu juízo, entendo que poderiam ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda oportunidade, dentro do tempo de um ano, mais ou menos, entre o exame último que fizeram e o próximo, e que se preparem e consigam ser aprovados.

Com isso, acho que a prova que está sendo feita – como disse o Fabiano – é uma prova que está procurando ser uma prova atual, medir conhecimentos atuais. Mudou, em relação ao que era no passado, não para esses médicos específicos, mudou para todos os médicos. A realidade muda.

Eu, por exemplo, se for fazer a prova da minha especialidade hoje – eu sou um Professor Titular de Ginecologia –, talvez tivesse dificuldade para passar na prova de ginecologia, porque você vai se especializando em uma área específica, numa especialidade que é ampla, e você talvez tenha dificuldades de, em uma prova ampla, obter aprovação. É importante que a gente reconheça isso.

O melhor momento para fazer essa prova é quando você está terminando o seu estágio, no caso, o trabalho que você faz enquanto Médicos pelo Brasil.

Então, acho que foi extremamente profícuo. Vai dar ao Senador Hiran uma série de informações para que ele criticamente analise e dê o encaminhamento que julgue apropriado para que nós tenhamos definição a respeito.

Muito obrigado por abrir esta reunião e nos possibilitar aqui trazermos a nossa opinião.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente César. Nós estamos sempre, aqui, à sua disposição. O meu gabinete é uma extensão da Associação Médica Brasileira.

Um grande abraço para o senhor.

Vou passar a palavra ao Fabiano para as suas considerações finais.

Fabiano, por favor.

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, é muito bom ver o César aqui – ouviu, César? Eu conversei com ele dias após a cirurgia. O fato de você estar aqui também me deixou bastante feliz. É muito bom ver você recuperado.

Senador, nós estamos à disposição para qualquer discussão sobre o assunto, quantas vezes forem necessárias, para a gente voltar a discutir.

Eu acho que, quando a gente faz um processo como o de hoje, a gente se afasta das animosidades, a gente se afasta desse clima que tem tomado conta, por vezes, em redes sociais e outros locais, em que tudo fica muito exaltado, em que tudo fica muito exacerbado e em que a gente acaba fazendo questões que se tornam pessoais. A gente está aqui representando instituições e não pode personalizar isso. Então, fico feliz de a gente ter oportunidade de poder discutir esses assuntos, fico feliz de poder dizer que a sociedade está à disposição para fazer essa discussão, inclusive da ocupação desses espaços com profissionais bem-informados, egressos de residência ou titulados via prova de título.

Quero que, dentro desse espectro de necessidade de evolução da prova, a gente entenda que a gente vive de sinais. Também sou Professor de uma faculdade e, quando uma prova fica muito fácil, como era a nossa prova, a gente faz ajustes e, em algum momento, ela pode ter uma reprovação que sai do esperado, é óbvio que você precisa fazer novos ajustes e voltar a olhar para essa prova.

É muito difícil para quem está nessa posição de pensar o futuro da especialidade ter que ouvir, em algum momento, que algo foi combinado ou que foi feito propositadamente, porque isso definitivamente não foi.

Então, a gente está à disposição para fazer essa discussão, para construir a prova.

Nós estamos com o edital aberto, o 37, que tem as mesmas condições. Então, é a mesma bibliografia, é o mesmo ponto de corte, o que mostra que o que a gente está fazendo é uma evolução da nossa prova. Esse edital está aberto, a sociedade vê com ótimos olhos a participação dos médicos do Programa de provimento Médicos pelo Brasil, eles sempre serão bem-vindos para fazer a prova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos, os médicos também são muito bem-vindos em nossa especialidade. A gente tem um edital que regula a nossa especialidade, e são muito bem-vindos.

O que existe é que, como é uma especialidade de especialistas em Medicina de Família e Comunidade, obviamente, para se candidatar, para ser votado e votar, é necessário que seja especialista em Medicina de Família e Comunidade, mas todas as pessoas que estão hoje trabalhando na APS, a gente sempre diz que é muito importante que eles se aproximem. A sociedade tem todo o interesse de contribuir na formação deles, para que eles se titulem e passem a fazer parte desse grupo de especialistas tão necessário para o nosso país.

Então, a SBMFC segue à disposição para qualquer discussão necessária, pensando no principal, que é a saúde da nossa população.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fabiano, muito obrigado.

Quero agradecer a todos os nossos expositores, aos nossos colegas que nos acompanharam, às Sras. e aos Srs. Senadores, que nos acompanharam também remotamente, à nossa assessoria, aos nossos assessores aqui da Comissão.

Foi uma discussão muito, muito interessante, que me dá cada vez mais substrato para que a gente possa enfrentar essas matérias aqui no Senado, no Congresso Nacional.

E eu acho que o Fabiano está fora do ar, eu acho que caiu... Voltou a conexão.

Fabiano, você está em São Paulo também?

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (*Por videoconferência*.) – Não, eu estou em Belo Horizonte, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está bom. Então, quando você vier a Brasília, visite-nos, vamos discutir essas questões aqui. Inclusive, eu soube que... Vocês tiveram uma alteração estatutária na sociedade de vocês há pouco tempo, Fabiano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (*Por videoconferência.*) – Tivemos na semana passada, Senador. A gente fez uma atualização do nosso estatuto com a presença de mais de 600 associados.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Eu espero que essa sociedade realmente fique cada vez mais acessível, principalmente aos médicos que prestam um serviço tão importante para este país, porque, como eu falei aqui, tudo que o movimento médico fala que é o ideal para nós, a gente ocupar os vazios, a gente se formar bem e equilibrar mais, simetrizar mais a medicina no país, porque ela é completamente assimétrica... Para você ter uma ideia, no meu estado, nós não temos um ciclo completo de tratamento de câncer. Estamos inaugurando a nossa primeira unidade de radioterapia agora. Então, quem precisa fazer radioterapia tem que entrar em uma fila interminável de TFD. Eu acho que tem gente que não sabe nem o que é TFD em alguns lugares do país. E o TFD lá é uma coisa, é algo muito importante para as pessoas mais humildes, porque é através do TFD que elas, às vezes, ou são condenadas à morte ou têm a oportunidade de sobrevida através de uma referência para um serviço em que elas possam fazer um tratamento adequado de doenças raras, de câncer, enfim. E esses nossos colegas que se dispõem a fazer medicina nesses vazios estão exatamente no caminho, no sentido do que o movimento médico quer.

E eu queria aqui, ao final, antes de encerrar, dizer que a gente não pode esquecer nunca que nós temos objetivos muito semelhantes, nós temos ideais semelhantes de servir. E, nessa luta que nós tivemos aqui no Congresso Nacional, principalmente agora na proficiência, quando as entidades médicas vieram todas aqui unidas, a única maneira de a gente resgatar o respeito que a sociedade tem pela nossa profissão é nós estarmos unidos e combatendo isso que nós levantamos aqui.

A gente ter 10,2 mil pessoas, praticando medicina num país como o nosso, que é referência no mundo em algumas especialidades, é um absurdo. Nós temos que nos unir contra isso.

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (*Por videoconferência.*) – Senador, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, fique à vontade, absolutamente à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO GONÇALVES GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Por favor, primeiro, quero dizer que aceito, obviamente, o convite. Vamos sentar para conversar, vamos dizer.

Acontece uma coisa com a medicina de família e comunidade, que é o seguinte: por estarmos muito próximos da população, por termos muito claro que nós queremos fazer a defesa dessa população – na maioria das vezes, muito pobre –, por vezes, as pessoas pensam que a medicina de família e comunidade tem um lado no espectro político.

Nós somos uma sociedade de especialistas em medicina de família e comunidade. Nós somos a sociedade de todos os especialistas em medicina de família e comunidade. Do que nós não abrimos mão é defender a vida das pessoas pelas quais nós vivemos, que são os nossos pacientes. É disso que a gente não abre mão. Então, por exemplo...

É claro que a gente concorda no absurdo que é ter médico sem CRM. Essa visão de tentar rotular uma sociedade de especialidade como tendo um espectro político acaba prejudicando discussões que são muito caras à gente.

Na AMB, eu acho que a gente conseguiu fazer essa conversa. Por isso, o César faz essas citações, porque eu acho que isso já ficou bem claro nas conversas que nós tivemos. O que nós, como Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, queremos é defender o interesse final dos nossos pacientes, porque essa é a nossa vida.

Então, muito obrigado pelo convite. Nós vamos fazer essa discussão e todas que forem necessárias, e principalmente acabar com esse ranço, que é inicial, de achar que nós temos que tomar um lado no espectro político para fazer as nossas defesas, que são defesas de políticas públicas.

Conte conosco nessa jornada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Quero, mais uma vez, agradecer a participação de vocês, do meu querido César, que eu achei que não ia participar porque estaria convalescendo. Eu soube que você se submeteu um tratamento de saúde. Fico muito feliz de você estar assim, já firme, forte, bonitão e – espero –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente habilitado para ingerir algumas hidroxilas italianas ou portuguesas, de que nós gostamos muito quando estamos batendo um papo informal. Que você venha aqui nos visitar.

Ligue seu microfone, César. Vamos lá.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, o senhor mencionou que eu estou com saúde, estou bem, estou bonitão. O bonitão é por características históricas, genéticas, uma dádiva de Deus. Isso não muda com o tempo.

Mas eu quero dizer, Senador, que eu fui extremamente feliz na cirurgia que eu fiz, uma cirurgia cardíaca, delicada, com troca de válvula aórtica, que, como todos nós sabemos, é a mais importante. Mas eu tenho repetido às pessoas que estão próximas a mim, como é o caso de vocês, que eu não tenho motivo algum para reclamar de nada. É claro que é um pós-operatório sofrido, trabalhoso – estou no 25º dia de pós-operatório –, mas eu só tenho que agradecer.

Eu sei que os meus amigos oraram por mim, rezaram por mim, e acho que, graças a esse apoio, a esse pensamento solidário, é que eu me sinto muito bem e disposto a trabalhar pelas causas que nos parecem as melhores no nosso mister, que é a assistência médica para a população.

Agradeço sobremaneira ao Fabiano, por fazer essa referência à minha saúde – eu estou muito bem, graças a Deus –, e também ao Senador. Eu não poderia ouvir as palavras de vocês e não ter oportunidade de manifestar meu...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, infelizmente o César está sendo submetido a uma intempérie climática extremamente intensa lá (*Risos.*), porque está saindo do ar toda hora, mas quero agradecer aqui a presença de todos vocês, a presença aqui do Camacho, do Felipe Proenço. Aqui nós temos debatido muito essa questão.

Eu tenho certeza de que isso é um... O SUS é um sistema que continua em aperfeiçoamento permanente, porque ele é muito grande, é muito diverso, e tem tantas peculiaridades que nós... É um desafio para todo mundo.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência*.) – O Senador voltou, mas está sem som.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, o seu está com som.

Eu o estou ouvindo.

O Fabiano está me ouvindo? (*Pausa.*)

Eu acho que não.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência.*) – Acho que precisa ligar o som do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O meu som... (*Pausa.*)

Foi aí? (*Pausa.*)

Só um momentinho...

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (*Por videoconferência.*) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu estou aqui falando, César e Fabiano, que o SUS ainda é jovem, ele tem cerca de 35 anos e ele está em constante evolução. Então, é um desafio, para nós, tentar ir aperfeiçoando, coibindo essas distorções.

César, só para terminar, ainda bem que você não foi submetido a uma cirurgia cardíaca por um "mais médicos" sem CRM, senão você estaria fazendo parte da estrela solitária do meu Botafogo.

Um beijo para vocês.

Não havendo mais nada a se discutir, muito obrigado, Deus os abençoe e um excelente final de semana. Está encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Dr. Hiran e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Efraim Filho, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Augusta Brito e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Paulo Paim, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Omar Aziz, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Beto Faro, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 3, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Sandoval de Araujo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a RESOLUÇÃO HOMOLOGATORIA ANEEL Nº 3.565, DE 20 DE JANEIRO DE 2026, que aprovou o Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Roraima Energia S.A, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 24,13%." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6547, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2 – CCT. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2-CCT/CTFC. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 181, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a afixação, nos estabelecimentos de atendimento à saúde, da relação atualizada dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4501, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto na forma da emenda nº 2-CTFC (substitutivo). **Observação:** - Acatada parcialmente a emenda nº 1-CTFC. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2645, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação parcial da emenda nº 2-S oferecida em turno suplementar na forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, em turno suplementar, acatando parcialmente a emenda nº 2-S na forma da subemenda oferecida. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir nessa Comissão medidas necessárias para a fiscalização e controle dos atos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), em razão da falha generalizada na prestação de serviço público essencial ocorrida no ano de 2025 e o início de 2026." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/04

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Antes de abrir a sessão, desejo aí uma feliz volta aos trabalhos legislativos desta Comissão a todos os presentes, aos nossos assessores, ao povo que nos acompanha aqui presente, remotamente... Que Deus nos abençoe nos nossos trabalhos.

Eu declaro, assim, aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado* da República.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passamos à pauta.

E aqui eu queria convidar a minha querida Senadora Damares Alves para presidir esta sessão, porque eu vou inverter a ordem dos trabalhos: eu vou para o item 5, que é o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 2.645, de 2019, e, como ele é terminativo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, ele precisa de votação nominal. Então, enquanto nós vamos desenvolvendo nossos trabalhos, a gente abre a votação. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2645, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria.*

Autoria do Projeto: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação parcial da emenda nº 2-S oferecida em turno suplementar na forma da subemenda que apresenta

Observações:

- Foi apresentada a emenda nº 2-S, de autoria do Senador Efraim Filho, em turno suplementar.

Com a palavra o Relator.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Damares.

Vamos à análise do projeto.

A Emenda nº 2-S propõe modificar o §4º, *caput* e incisos I, II e III, do art. 23 da Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, alterando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligeiramente o substitutivo aprovado nesta Comissão, na forma da Emenda nº 1-CDR/CTFC e da Subemenda nº 1-CTFC.

O *caput* do §4º, de acordo com o substitutivo, define como diária "o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes", observadas as determinações constantes dos incisos. A emenda apresentada sugere a exclusão da expressão "compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes".

Embora não altere de forma significativa o comando, por razões de clareza, opinamos pela manutenção da redação atual.

O inciso I do §4º, na redação aprovada em primeiro turno, prevê que "a duração do acesso à unidade habitacional em meio de hospedagem não poderá ter duração inferior a 22 (vinte e duas) horas, sob pena de redução proporcional do preço cobrado pelo fornecedor". A emenda apresentada propõe reduzir esse limite para 21 (vinte e uma) horas, sob a justificativa de que o intervalo de três horas seria o necessário "para os procedimentos operacionais de limpeza e preparação", e reconheceria "a diversidade da hotelaria brasileira", além de estar alinhado com as práticas internacionais vigentes na Europa e nos Estados Unidos, que garantem "um intervalo de 2 a 5 horas para a higienização e preparação das unidades habitacionais".

Considerando todos esses argumentos, sugerimos acatar a emenda, na forma da subemenda abaixo especificada.

O inciso II do §4º, de acordo com a redação conferida pela Subemenda nº 1-CTFC, estabelece que "o contrato de hospedagem para uma diária deve prever seu valor com proporcionalidade, assim como possibilidade de diferentes horários de entrada e saída do hóspede", e não há correspondência entre este comando e os comandos contidos na emenda apresentada. Diante da convicção da importância desta regra para a proteção do consumidor, que não deve ser cobrado por horas às quais não teve acesso ao serviço contratado, sugerimos a manutenção do comando.

O inciso III do §4º, conforme previsto no substitutivo, encontra correspondência com o inciso II do §4º da emenda apresentada. O comando original trata da obrigação de abatimento

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcional do valor da primeira diária, caso ela tenha início em horário posterior ao previamente contratado.

A inovação trazida pela emenda tem o mérito de esclarecer que o direito ao abatimento se dá apenas quando o atraso decorrer de culpa exclusiva do fornecedor do serviço de hospedagem, afastando assim o risco de que o hotel seja responsabilizado por atrasos causados por terceiros ou por circunstâncias alheias à sua vontade. Trata-se de aperfeiçoamento que propomos acatar, pois torna o comando mais preciso e elimina o risco de que o fornecedor seja penalizado por atrasos aos quais não deu causa.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, opinamos pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2-S, apresentada em turno suplementar, na forma da subemenda abaixo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, a votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Eu peço que a Secretaria já abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Iniciada a votação. (*Pausa.*)

Eu peço o auxílio às assessorias para que falem com os seus Senadores. (*Pausa.*)

Devolvo a Presidência ao Senador Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Eu vou manter o painel de votação aberto enquanto passamos para o item 2 da pauta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6547, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2011)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2 – CCT

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Eu peço permissão para ir direto para a análise, inclusive de uma forma reduzida.

É uma matéria de consenso. O relatório foi devidamente publicado.

A proposição, Presidente, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso I, da Constituição, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o *caput* do art. 48.

O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material.

Também atende aos quesitos de juridicidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De igual forma, a tramitação do projeto respeitou os ditames fixados no Regimento Interno do Senado.

No mérito da proposição, cabe examinar, em primeiro lugar, a questão social que ela pretende enfrentar. Nesse sentido, é perceptível o distanciamento crescente entre a modernização das relações de consumo e o atendimento do Estado a seus cidadãos.

Conforme apontado pela autora do projeto, o consumidor encontra enorme facilidade para realizar compras, contratar serviços e interagir com fornecedores por meio da internet. No entanto, quando precisa acionar os órgãos públicos para defesa de seus direitos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora, a senhora me permite pedir um pouco de silêncio enquanto a senhora lê, por favor?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Até para que a gente possa ouvir melhor o seu relatório.

Obrigado a todos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... encontra estruturas burocráticas, presenciais e pouco acessíveis. Como consequência, essa defasagem gera desestímulo à denúncia de abusos, reduz a eficácia da fiscalização e resulta em estatísticas subestimadas, que não refletem a real dimensão das violações no mercado de consumo.

Conforme destacado no parecer da CCT, há 15 anos, cerca de 27% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet e as receitas do comércio eletrônico não chegavam a R$20 bilhões por ano. Na atualidade – olha a diferença! –, quase 94% dos domicílios possuem acesso à internet e o comércio eletrônico movimenta mais de R$200 bilhões por ano.

A ausência de canais digitais eficientes de atendimento público compromete a efetividade da proteção ao consumidor. É necessária uma solução urgente, pois a cada ano mais e mais brasileiros são afetados e o fluxo de comércio continua a crescer aceleradamente.

Assim, a proposta em análise busca corrigir essa lacuna, ao prever, no Código de Defesa do Consumidor, a obrigatoriedade de disponibilização de canais de atendimento à distância,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferencialmente pela internet, para o recebimento e processamento de reclamações e denúncias.

Além disso, reconhece o atendimento eletrônico como um direito básico do consumidor e autoriza os órgãos oficiais a expedirem notificações por meios digitais.

Com isso, o Estado passa a oferecer ao cidadão um atendimento mais célere, acessível e moderno, compatível com a dinâmica atual das relações de consumo.

É verdade que alguns órgãos públicos já avançaram na implementação de canais digitais durante a longa tramitação desta matéria no Congresso Nacional. Como exemplo, podemos citar Procons estaduais, delegacias especializadas e até mesmo o portal consumidor.gov.br, que registra milhões de demandas por ano com índices elevados de solução.

Contudo, essas iniciativas ainda são isoladas, desarticuladas e desiguais. Em muitos casos, elas dependem da vontade política e da capacidade administrativa de cada ente federado, o que gera desigualdade no acesso do cidadão à proteção dos seus direitos.

É justamente nesse ponto que o projeto revela um de seus principais méritos: ao alterar o CDC, estabelece condições mínimas obrigatórias em todo o território nacional, garantindo que União, estados, Distrito Federal e municípios ofereçam canais digitais de atendimento ao consumidor. Dessa forma, cria-se um patamar uniforme de proteção, assegurando que todos os brasileiros, independentemente de sua localidade, tenham acesso a mecanismos modernos, ágeis e eficazes de defesa de seus direitos.

Essa padronização também fortalece o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, reduz disparidades regionais e promove maior integração entre os órgãos públicos, permitindo inclusive a construção de bases de dados mais consistentes e representativas da realidade do consumo no país.

Assim, o Estado não apenas amplia a confiança do cidadão nas instituições, mas também garante que a defesa do consumidor seja exercida de forma mais equitativa e transparente, estando em sintonia com os princípios constitucionais da eficiência administrativa e da justiça social.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro mérito da proposição é sua plena sintonia com a legislação mais recente sobre governo digital, como a Lei 13.460, de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, e a Lei 14.129, de 2021, que estabelece princípios e instrumentos para ampliar a eficiência pública por meio da transformação digital.

Em resumo, consideramos, Presidente, altamente louvável e meritório o projeto em questão, que alinha a defesa do consumidor às diretrizes contemporâneas de gestão pública e às transformações da sociedade digital.

A proposta também contribui para equilibrar as relações de consumo e reforçar a confiança do cidadão nas instituições.

A ampliação dos canais digitais de atendimento não apenas facilita a vida do consumidor, mas também fortalece a capacidade de fiscalização do Estado, permitindo respostas mais rápidas e abrangentes diante de abusos no mercado.

E também vai nos proporcionar, Presidente, dados, e, com dados, a gente tem evidências e a gente pode, inclusive, reconduzir, consertar, aprimorar as políticas públicas.

Quanto ao substitutivo apresentado na Câmara dos Deputados, entendemos que ele não alterou a substância do projeto.

Igualmente, consignamos concordar com as emendas aprovadas na CCT.

De fato, após a elaboração do substitutivo pela Casa revisora, foi publicada a Lei 14.181, de 2021, que modificou os arts. 5º e 6º do CDC, acrescentando-lhes novos incisos.

Dessa forma, Presidente, o voto, diante de todo o exposto, é pela aprovação do PL 6.547, de 2019, na forma do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, e pela aprovação das Emendas 1 e 2, da CCT.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Em discussão o relatório e o voto da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

Parabéns, Senadora, pelo belo trabalho! E parabenizo também a nossa querida ex-Senadora Lúcia Vânia pela pertinência do tema.

Passamos, em seguida, para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4501, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 3/12/2025, tendo sido concedida vista coletiva.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CE.

Eu queria colocar às Sras. e aos Srs. Senadores que esse projeto é um projeto extremamente meritório; eu acho que demonstra um extremo cuidado da nossa querida Senadora Mara Gabrilli em relação ao fornecimento de alimentação às nossas crianças. Mas é um projeto, Senador Rogério, que suscita muitas controvérsias – eu tenho sentido isso no decorrer dos nossos trabalhos aqui –, alguns questionamentos em relação ao tema, de forma que eu achei por bem e

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais prudente nós acatarmos uma sugestão que será defendida, inclusive, pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

O Senador Rogério já me sinalizou que também quer se manifestar, mas eu quero passar a palavra para o Senador Marcos Pontes, que sugeriu uma audiência pública para discutir e amadurecer a matéria.

Senador Marcos Pontes, por favor.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

O que eu apresento é um requerimento, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, para a realização dessa audiência pública com o objetivo de instruir esse projeto de lei.

Eu proponho que essa audiência tenha a presença dos seguintes convidados aqui: representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério da Educação; representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; representante do Instituto de Tecnologia de Alimentos; representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos; representante do Instituto Livre Mercado; e representante da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para a Redução de Danos.

O que ocorre é que nós temos certamente que prestar muita atenção na alimentação das nossas crianças na escola, dos nossos alunos. É notório – o senhor é médico, sabe bem dessa situação – que as nossas crianças não estão se alimentando da maneira correta, o que leva a uma série de doenças crônicas, inclusive diabetes e outros aspectos como esse. Contudo, essa definição de alimentos ultraprocessados continua em discussão científica, nos meios científicos, inclusive na Organização Mundial da Saúde, sobre o que é exatamente isso.

Portanto, para que a gente não atropele as coisas e acabe tendo uma definição que fuja de algum aspecto científico, é importante trazer todos esses especialistas para cá, para que eles discutam e tragam um pouco mais de clareza a respeito não só dessa definição, mas também de como que isso afeta ou não afeta a aplicação dessa lei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esta é a justificativa desse pedido de audiência pública: colocar mais informação a respeito do tema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em discussão ao Requerimento nº 58, do Senador Marcos Pontes, passo a palavra ao próximo inscrito, que é o Senador Rogério Carvalho.

Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse tema é um tema extremamente relevante. Nos últimos meses, inclusive, o FDA mudou o seu entendimento sobre alimentação saudável, sobre pirâmide alimentar, e, no Brasil – isso é recente, daqui a pouco eu volto a este momento em que a gente está –, a gente tem um dos manuais de alimentação saudável mais completos do mundo e era um dos mais seguidos.

Inicialmente era uma alimentação balanceada, era uma alimentação que preconizava o aumento do consumo de frutas, de vegetais. Depois, com o tempo, esse manual evoluiu para uma orientação primordial: alimentos vivos, alimentos não processados. Ou seja, o próprio Ministério da Saúde, ao longo dos anos, evoluiu: antes era baseado no número de calorias e no equilíbrio na distribuição dos tipos de gêneros e de alimentos que comporiam uma dieta; mais recentemente, o Ministério da Saúde evolui para o conceito de que, quanto menos processados são os alimentos, mais saudável é a alimentação.

Com relação ao processamento, sobre o que hoje a gente tem consenso – e não há mais divergência sobre isto – é que tudo aquilo que você transforma, como, por exemplo, salsicha, que é um alimento ultraprocessado, como tudo aquilo que tem muito conservante, que tem muito sal, que tem muita gordura hidrogenada, isso são alimentos quanto aos quais não tem discussão com relação ao grau e à definição de alimento ultraprocessado. Não tem mais divergência sobre isso, isso é pacífico. E quanto mais tem esses ingredientes... Certo? Isto está definido, isto não é algo que vai se buscar, ou se tem dúvida ou se não tem dúvida, isto está estabelecido: o ultraprocessado é alimento industrializado onde as propriedades que compõem o alimento, parte delas, são, inclusive, produtos industrializados, produtos não naturais. Então, isso está muito claro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não vejo, sinceramente, necessidade de a gente entrar em ou aprofundar um debate que já tem consenso universal. Não é um consenso do Brasil, é um consenso universal.

Recentemente, o Governo americano, o FDA, colocou por terra e mostrou que alimentos ultra-açucarados, alimentos com gorduras hidrogenadas, tudo isso saiu como recomendação do... Ou seja, inclusive, acusando a indústria alimentícia americana como causadora de uma sociedade doente, obesa, hipertensa. E nós temos aqui no Brasil, veja, produtos à base de açúcar derivado do milho, que é a frutose que vem do milho; temos os carboidratos ultrarrefinados também a partir do milho; temos todo aquele alimento que é a base da alimentação americana, por exemplo, que usa alimentos ultraprocessados à base de açúcar e à base de gordura hidrogenada, à base de sal, de corantes; ou seja, isso está muito claro.

E o que foi que eles disseram? Que isso era o veneno, que estava matando, antecipando e encurtando a vida de toda a população americana.

Nós estamos falando aqui de uma pequena parcela do consumo. É quase um atavismo ideológico a que a gente não pode se prender e colocar em risco, porque o senhor como médico e eu como médico sabemos que a obesidade na infância pode perpetuar-se ao longo da adolescência e da vida adulta. Então, a obesidade na infância é muito mais gravosa do que quando adquirida ao longo da maturidade, ou seja, do corpo formado. E veja, nós estamos...

Eu vou dar um exemplo. Eu ontem passei uma hora numa consulta com a minha filha de 12 anos, Valentina, para poder resolver o problema de obesidade. E veja por quê: porque a alimentação... Ao longo do tempo, aquilo que estava na dieta, certo, era gostoso, bom. A gente vai dando e vai convivendo com isso e normalizando o que não é normal. Então, imagine nas escolas, em que é muito mais fácil vender um alimento processado, um alimento gorduroso, um alimento com sal, um alimento rico em açúcar. E é mais barato, tem isso também; é mais barato, mais disponível, mas causa um mal enorme à saúde das crianças.

Então, Sr. Presidente, eu sei que o senhor tem essa sensibilidade, eu sei que o Senador Marcos Pontes também tem essa sensibilidade, mas eu acho que nós poderíamos aqui... Essa matéria vai ser discutida na Comissão de Educação. Já está aqui há algum tempo, e eu acho que nós poderíamos votar hoje, aprovar aqui e, na Comissão de Educação, fazer audiência pública, certo? Mas na Comissão de Educação, porque é lá a Comissão de mérito, é a Comissão onde a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pode trazer representante das escolas, onde a gente pode trazer todo o segmento escolar do Ministério da Educação, das secretarias estaduais da Educação, porque nós estamos falando da merenda escolar e dos alimentos que são fornecidos, vendidos e comercializados em cantinas escolares, que são alimentos para a criança.

Eu acho que a gente precisa ser muito rigoroso em relação àquilo que nossas crianças consomem, sob comando e controle que a gente pode exercer. Em casa é mais difícil, agora, num lugar público, em escolas públicas e escolas privadas, que são também ambientes públicos para aquelas crianças, eu acho que a gente pode ter normas mais rigorosas. Faz parte, inclusive, do processo educacional, como se alimentar corretamente, como cuidar da própria saúde, tudo isso é importante.

Então, eu queria sugerir ao Senador Marcos Pontes que nós pudéssemos fazer este debate na Comissão de Educação e a gente poder já votar aqui. Eu acho que isso seria importante para a gente dar um passo nessa direção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Rogério.

Com a palavra a próxima inscrita.

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador, esse assunto me interessa demais, é a proteção da infância.

Nós já tivemos audiências públicas sobre a matéria, várias, inclusive na Comissão de Direitos Humanos.

Com a forma como o Senador Rogério colocou eu concordo. O foro para a gente fazer o debate eu acho que seria a Comissão de Educação, porque é lá que estão os maiores interessados na matéria. A gente poderia vencer essa etapa e, quem sabe, se o Senador Marcos Pontes concordar, e a gente aqui fizer uma conversa com o Rogério, que é o Relator, e o pessoal de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo também, eu já até me anteciparia para ser Relatora dessa matéria na CE. Eu me comprometo a fazer o debate e trazer o...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A Relatora é a Senadora Mara.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, mas na próxima Comissão, se a gente passar aqui, eu trabalharia...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Conjunta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu vou trabalhar a discussão lá e faço o pedido para ser em conjunto, porque a gente venceria essa etapa mais técnica, que diz respeito a esta Comissão, e a gente deixaria para lá, Senador Marcos Pontes – inclusive o senhor faz parte da Comissão de Educação, – a discussão, trazendo o maior interessado na matéria, que é o ambiente escolar; as escolas estão interessadas nisso. Aí a gente venceria essa etapa técnica aqui, e eu me comprometo: lutarei para ser Relatora lá, ou o senhor, Senador Marcos Pontes, e a gente faz este debate no foro adequado.

Essa é uma sugestão. Eu tinha pensado em aprovar aqui esse requerimento de audiência, já tinha até conversado com o Presidente, mas, da forma como o Rogério coloca, a gente poderia até resgatar quem já esteve no Congresso debatendo e levá-los para a CE. Até peço a Senadora Teresa que me autorize a presidir as audiências públicas – o tema me interessa muito, muito –, mas eu acho que a gente tem que ouvir o ambiente escolar também, especialmente as escolas do Norte, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao autor do requerimento, o Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, como eu iniciei, na minha fala, essa parte é extremamente importante, como foi ressaltado também pelo Senador Rogério Carvalho e pela Senadora Damares. No final das contas, o que a gente visa a aqui é a saúde dos estudantes, dos jovens; essa é a parte principal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que a gente também tem que dar direito ao debate; é importante que nós possamos ouvir os especialistas sobre o assunto. Até durante uma audiência como essa, como nós fizemos na própria Subcomissão de Inteligência Artificial, em que nós ouvimos, fizemos 12 audiências públicas, foi muito importante ali ouvir cada um dos lados e ter o melhoramento da proposta.

Então, para mim, eu acho 100%, nós poderíamos já nos ajustar aqui. Eu estava falando com a Senadora Teresa Leitão também, pelo celular, que nós podemos levar para a Comissão de Educação, e fazer essa mesma audiência lá, como proposto; que a Senadora Damares concorde em ser a Relatora e já se articule com a Senadora Teresa Leitão para que isso seja feito, então, na Comissão de Educação, e a gente segue em frente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos.

O Senador Marcos Rogério quer se manifestar? O Senador Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, aqui o Plenário é soberano, e é mais um exemplo aqui de maturidade nossa, de conhecimento do tema. Eu acho que, como essa matéria ainda vai passar pela Comissão de Educação e pela CAS, se há um acordo entre as Sras. e os Srs. Senadores, eu não vejo por que não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – ... fazer conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ótimo.

Considerando que o relatório já foi lido na reunião do dia 3 de dezembro, tendo sido concedida vista coletiva, eu acho que já ficou claro aqui que eu não vou nem passar pela discussão, porque já há um acordo.

Então, eu quero colocar em votação o relatório, e aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Muito obrigado.

Como já temos quórum de votação, eu perguntaria ao Senador Marcos Rogério... Nós estamos votando aquele assunto dos hotéis, que é o item 5 da pauta, da diária inaugural. Eu pergunto a V. Exa. se... É um projeto do Senador Ciro Nogueira que foi relatado por mim, tendo uma emenda do Senador Efraim acatada por nós parcialmente.

Eu vou aguardar o Senador Marcos Rogério votar e, assim que o Senador Marcos Rogério votar, vamos encerrar a votação – depois que ele votar. (*Pausa.*)

Ele está maduro. Quando ele voltar a ficar verdinho...

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O projeto foi aprovado por 10 votos a favor; nenhum contrário.

Nenhuma abstenção.

Com quórum de 11.

Parabéns ao Senador Ciro Nogueira. Eu não posso pedir parabéns para mim mesmo, mas me sinto também prestigiado pelos nossos colegas em relação ao relatório apresentado.

Eu vou passar aqui para o item 3, porque o Relator seria o Senador Alessandro Vieira, mas ele pediu para que a nossa Senadora Damares fizesse a relatoria *ad hoc*.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 181, DE 2020

- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a afixação, nos estabelecimentos de atendimento à saúde, da relação atualizada dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira e será relatado pela nossa querida Senadora Damares.

Passo a palavra à Relatora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente. É com muita honra. A Comissão hoje está dando um *show* na proteção da infância.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, inciso XV, da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se afigura dotado de potencial coercitividade; e é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Do ponto de vista regimental e nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas “b”, “c” e “d”, do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes ao

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta; prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos; difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a estados e municípios para a implantação desses meios.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa todas as regras previstas na Lei Complementar nº 95, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

No que atine ao mérito, o projeto de lei merece ser acolhido. O texto destaca que o projeto de lei concretiza direitos já previstos no ECA ao transformar em dever dos serviços de saúde a publicidade ativa desses direitos (como o direito a acompanhante, informação, dignidade, identidade e amamentação), fortalecendo o controle social e facilitando o acionamento do conselho tutelar.

Outrossim, aborda temas sensíveis e sumamente necessários, ao incluir de forma expressa as UTIs neonatais, UTIs gerais e unidades de cuidados intermediários, justamente onde as violações são mais recorrentes em razão de “protocolos internos”.

Além disso, enfrenta a assimetria de informação ao exigir que sejam divulgados os contatos do conselho tutelar, o que facilita denúncias e a pronta proteção de crianças e adolescentes.

Por fim, confere ao Conanda a responsabilidade de compilar e atualizar anualmente a lista de direitos, garantindo que o conteúdo se mantenha atual e evitando a necessidade de alterações frequentes na própria lei.

O voto.

Em vista a todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 181, de 2020.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

Parabéns, Senadora Damares. Parabéns ao nosso ilustre Relator, Senador Alessandro Vieira, e à Câmara dos Deputados, por propor um tema tão importante na proteção de crianças e adolescentes do nosso país.

Senadora Damares, a senhora tem que sair, mas eu vou pedir para a senhora... Eu vou ao primeiro item da pauta, que é um item que eu considero de uma importância muito grande e de muita gravidade.

Eu estou apresentando o Requerimento aqui da nossa Comissão nº 3, de 2026.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Sandoval de Araujo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a RESOLUÇÃO HOMOLOGATORIA ANEEL Nº 3.565, DE 20 DE JANEIRO DE 2026, que aprovou o Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Roraima Energia S.A, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 24,13%.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Eu queria fazer uma pequena explanação para os colegas de que nós, há pouco tempo, no ano passado, fomos interligados ao sistema nacional de energia. Nós utilizávamos, até então, energia

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a óleo diesel no nosso estado, extremamente poluente, extremamente cara. Nós gastávamos praticamente um linhão por ano, e, depois de 18 anos da licitação, nós conseguimos a licença de instalação, ainda no Governo do Presidente Bolsonaro, e começamos lá a obra, que foi feita em dois anos e oito meses.

Interligados ao sistema, nós fomos surpreendidos com esse reajuste tarifário de 24%. É um reajuste que impacta muito, Sras. e Srs. Senadores, no desenvolvimento do nosso estado, que passa por um período pujante de crescimento do agronegócio, instalação de indústrias. Nós somos o estado que teve o maior crescimento do PIB do país no ano passado, nós acolhemos imigrantes: 10% da nossa população, Senador Marcos Pontes, Senadora Damares, Senador Moro, são venezuelanos. Tivemos um êxodo humano, o maior êxodo humano em cem anos do mundo, que é esse causado por aquele tirano, que agora foi subtraído da Venezuela, que era o ex-ditador Nicolás Maduro.

E, veja bem, eu fiquei meio preocupado com esse aumento súbito, aí eu fui ver de quem é a Roraima Energia. Sabe de quem é? Foi comprada pelo grupo JBS. Então, o JBS compra a linha de transmissão que vem da Venezuela, compra a nossa Boa Vista Energia, e aí a gente tem um aumento de 24%, completamente acima de tudo aquilo que a gente conhece de inflação no nosso país. O Governo diz que a inflação está muito baixa, que não chegou a 5%, e a gente tem um aumento de 24%, quando nossa energia deixa de ser uma energia a diesel para ser uma energia interligada ao sistema nacional de energia.

Por isso, eu apresentei esse relatório e coloco esse relatório em votação... em discussão primeiro.

Alguém quer discutir?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Eu quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero só registrar aqui o meu apoio a esse requerimento, para esclarecimentos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tem sido um padrão, porque a gente vê a mesma coisa lá com a amortização da dívida de Itaipu, para a construção de Itaipu. Havia uma expectativa de que essa amortização levaria a uma queda do preço de energia oferecido ao consumidor brasileiro, mas, para a surpresa de todos nós, a tarifa não caiu e o diferencial que era utilizado para o financiamento foi utilizado para custear atividades, muitas vezes com interesses politiqueiros, do atual Governo Federal. Nós inclusive aprovamos aqui, nesta mesma Comissão de Fiscalização, um pedido de realização de uma auditoria sobre essa conta de energia – e até precisamos cobrar lá do TCU informações sobre o andamento dessa fiscalização.

Mas aqui, de fato, temos que endossar a indignação de V. Exa. e do povo de Roraima, porque frustra uma expectativa justa de que haveria uma queda do preço de energia, e não um aumento, pela mudança do perfil energético ali fornecido àquele estado.

E, infelizmente, a gente observa também que alguns padrões, algumas situações se repetem, o mesmo grupo empresarial envolvido no passado em questões éticas – eles confessaram, inclusive, pagamento de suborno, de propina – de repente tendo facilidades de acesso ao atual Governo e prejudicando a população. Então, precisa realmente de serem mais bem esclarecidos os motivos desse reajuste acima dos parâmetros que seriam esperados.

Quero aqui registrar o meu apoio ao requerimento apresentado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Moro.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, só gostaria de corroborar a ideia desse requerimento, porque eu conheço Roraima bastante, eu lembro de acompanhar, eu fui ver aqueles geradores todos, aquele problema que era grande ali com o óleo. Não faz sentido nenhum um aumento dessa natureza. A gente vê que o estado tem todas as condições de se tornar um estado extremamente produtivo, apesar das dificuldades com relação às terras que nós vemos lá, principalmente na parte norte, ali, do estado. Sem dúvida nenhuma isso aí tem que ser esclarecido, porque isso atrapalha o desenvolvimento demais, um item que é essencial para o desenvolvimento, que é a energia. Então,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conte com a minha presença, porque eu também preciso entender como é que essa coisa acontece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Ainda voltando...

Senadora Damares, quer se manifestar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu acho que é uma audiência que pode abrir um precedente para outros estados também. A gente está no limite, Presidente. A gente está no limite.

Eu quero participar dessa audiência, mas seria interessante que ele viesse presencialmente, que a gente não fizesse o debate *online* e que ele viesse presencialmente, para a gente ter a oportunidade de fazer este debate presencialmente com ele.

Parabéns pela iniciativa. Eu estou muito satisfeita com essa proposta, Senador. O senhor, como sempre, dando um *show,* preocupado com a população, desse jeito que o senhor sempre demonstra, preocupado com o mais carente, com o mais vulnerável, lá na ponta. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora.

Só para esclarecer as Sras. e os Srs. Senadoras: nós fizemos o convite, porque regimentalmente eu não posso convocar um presidente de agência, mas, eventualmente, eu acho que o Presidente Sandoval não se negará, ele, que conhece muito o setor, não se furtará a vir aqui fazer esses esclarecimentos à população brasileira.

Voltando aqui àquela solicitação de auditoria na ENBPar, que é o braço estatal de Itaipu, que foi colocada aqui pelo Senador Esperidião Amin: nós temos cerca de 400 convênios com prefeituras; esse recurso... Nós pagamos durante 50 anos aquele empréstimo, nós acabamos de pagá-lo em 2023 e esperávamos uma diminuição da nossa tarifa de energia, o que não aconteceu porque esse recurso foi para convênios, foi para pagamento de *shows*, para pagamento de COP – aliás, uma COP que não serviu para absolutamente nada, completamente esvaziada, desprestigiada, sem nenhuma repercussão mundial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu, inclusive, já solicitei à nossa assessoria que reitere – eu sei que está havendo auditoria lá – a premência para que nós possamos ter os dados para apresentar à sociedade e discutir esses dados aqui na nossa Comissão.

Agradeço também o apoio na aprovação desse requerimento e as manifestações dos presentes.

Eu solicito às senhoras e aos senhores que nos acompanham também remotamente, Srs. Senadores, que aqueles que aprovam este requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo item da pauta já foi aprovado.

Agora nós temos o último item da pauta, que é o item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir nessa Comissão medidas necessárias para a fiscalização e controle dos atos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), em razão da falha generalizada na prestação de serviço público essencial ocorrida no ano de 2025 e o início de 2026.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) e outros.

Eu solicito quem queira subscrever o requerimento...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Eu posso subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu também subscrevo e o coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Nada mais havendo...

Eu pergunto se algum dos Senadores e das Senadoras presentes, antes de eu encerrar, quer fazer alguma manifestação acerca dos nossos trabalhos. (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião, desejando um excelente final de semana a todos.

Acredito que, na próxima semana, nós não teremos reuniões presenciais aqui, de forma que desejo a todos também um Carnaval com muita paz, harmonia e alegria para todos.

Um grande abraço e Deus os abençoe!

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9800286030

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e um minuto do dia vinte de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Jussara Lima, Eduardo Girão e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 20/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 24/2023 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), e REQ 27/2023 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Finalidade: Debater o "Uso Medicinal da Cannabis". Participantes: Rafael Arcuri, Diretor Executivo da Associação Nacional do Cânhamo Industrial – ANC; Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina – CFM; Liane Maria Pereira, Mãe da Caroline Pereira da Silva - Plantou e fez o próprio óleo para a filha, com liberação judicial; Sandro Pozza, Presidente da Associação Alternativa; Ladislau Porto, Advogado - Representante de associações de pacientes; Renan Abdalla, Médico, diretor técnico da Clínica Renasce, com experiência em prescrição de produtos derivados de cannabis; Maria Angela Aboin Gomes, Representante da Associação Maesconha, sediada em Campinas-SP e da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica do Brasil - FACT; Felipe Deucher Brollo, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Incentivo à Saúde - ABINS; Renato Filev, Coordenador científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e Conselheiro Estadual de Política de Drogas de São Paulo – CONED; Pedro Sabaciauskis, Representante da Associação Brasileira de Cannabis Medicinal - Santa Cannabis; Valber da Silva Frutuoso, Assessor de Relações Institucionais, representante da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Ubiracir Fernandes Lima Filho, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Química - CFQ; Eliane Nunes, Médica, representante da Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis - SBEC; Luiz Henrique Gomes de Almeida, Defensor Público de Belo Horizonte/MG e membro do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União; Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciências Públicas, representante do Blog Ambiente e Transporte e Ex-Coordenador do Metrô/DF; Leandro Stelitano, Presidente da Associação para Pesquisa e Desenvolvimento da Cannabis Medicinal no Brasil – CANNAB; Maria de Fátima Rato Padin, Doutora em Ciências pelo Departamento de Psiquiatria da UNIFESP; Rodrigo Melo Mesquita, Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito da Cannabis Medicinal do Conselho Federal da OAB; Alex Campos, Diretor da da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e representante do Ministério da Saúde; e Deputado Federal Osmar Terra. Fazem uso da palavra o Senador Eduardo Girão e as Senadoras Mara Gabrilli (participação remota) e Damares Alves. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 20, de 2023, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores que vou aqui citar; Requerimento nº 24, de 2023, da CDH, também de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que vai entrar virtualmente; Requerimento nº 27, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Girão, para aqui debatermos de forma democrática, equilibrada e tranquila a importância do uso medicinal da *Cannabis*.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

Como é de praxe, falarei primeiro sobre o tema na visão que construímos aqui sobre a importância deste debate. É tanto papel que chega aqui que vocês não imaginam. Eu vou tirando aos poucos aqui.

Eu faço a abertura neste momento, oficial, e faço o discurso do Presidente.

Primeiro dizer que esta não é a primeira audiência, vocês sabem, sobre esse tema. Eu pesquisava aqui com a assessoria. Eles me diziam há pouco que são mais de dez audiências públicas já realizadas. Desde a época, muitos lembram aqui, do Senador Cristovam Buarque.

Eu participei praticamente de todas. Então, eu tenho um conhecimento, não como os senhores e senhoras, mas com muito respeito a esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes mesmo de iniciar, eu tenho que dar uma notícia triste a todos. Um dos que me procurou, esteve comigo, conversou, pela importância desse debate, desse tema da regulamentação da *Cannabis* para fins medicinais...

Por favor, ninguém tente aqui confundir a população com fins recreativos. É outro debate. Quem quer fazer esse debate faça. Mas aqui o debate é para fins medicinais. Que fique bem claro aqui na fala dos convidados. Tem regimento, tem uma linha de conduta. É para fins medicinais, como existe já em diversos países do mundo – o Senador Girão está aqui –, reconhecido inclusive pela Anvisa.

O Senador Girão já fez a leitura dos três requerimentos. V. Exa. é um dos autores, para debater o tema, e a Senadora Mara Gabrilli. Já disse que V. Exa. estaria presencialmente, e a Senadora vai estar virtualmente, porque não conseguiu voo para estar aqui neste momento.

Eu vou fazer uma pequena introdução ao tema. Eu dizia que essa deve ser já a décima audiência pública sobre esse tema. Isso não quer dizer que tenhamos... O Senador Magno Malta, inclusive, me propôs mais uma. Faremos tantas quantas forem necessárias, para que no momento que for aprovado, ou não, seja decidido, com sabedoria de parte, e eu sei que assim será, por todos os Senadores e Senadoras.

Faço uma pequena introdução ao tema. O art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e acesso universal igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

A Constituição é nossa lei maior, o nosso farol, o nosso caminho, a luz que nos ilumina.

O projeto de lei em debate institui a política nacional de fornecimento gratuito de medicamentos. Tem outro, já aprovamos aqui, e tem também na Câmara dos Deputados, formulados de derivados vegetais à base de *Cannabis* nas unidades de saúde do SUS. Esse é o eixo do projeto, mas aqui o debate é livre e aberto. Cada um vai colocar o seu ponto de vista sobre esse tema.

Eu faço essa pequena abertura para situar a questão e vou participando ao longo do debate. Como temos mais de 20 candidatos à fala aqui, o meu pronunciamento tiraria de vocês acho que uns 15 minutos. O ideal é que eu comece de imediato convidando vocês.

Só tenho uma notícia triste para dar neste momento. Qual é a notícia muito, muito triste e que chocou a todos? Fiquei sabendo agora, aqui à mesa, que o nosso militante dessa causa, ele que falaria hoje aqui, representante da Associação Brasileira de Pacientes da *Cannabis* Medicinal e da Articulação Nacional de Marchas. Ele esteve comigo aqui. Ele é de Minas. Infelizmente, hoje pela manhã, nessa madrugada, ele se deslocava para Brasília e teve um acidente de carro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, me disseram que foi hoje. Então foi na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sim, tudo bem. Ele se deslocava, enfim, em Minas Gerais, e estaria aqui conosco hoje. E infelizmente veio a falecer. É o Sr. Paulo Tavares Mariante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah tá. Está aqui conosco o Paulo Tavares? É que está aqui o nome junto. O Paulo Tavares Mariante se encontra e vai representar o Sr. Guilherme Campos e toda a associação.

Infelizmente, nós temos de anunciar que faleceu esse líder, o Guilherme Campos. Faleceu essa noite. Então nós, aqui, neste momento, faremos um minuto de solidariedade, de pesar.

Todos de pé para um minuto de silêncio lembrando o líder Guilherme Campos.

(*Soa a campainha.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluído este momento solene, de muita tristeza, fica aqui a nossa solidariedade a todos os familiares, amigos, que choram, neste momento, a morte de Guilherme Campos. Nós todos, aqui, também sentimos.

Eu vou, de pronto, chamar as mesas. Serão quatro, serão convidados. Alguns entrarão pelo sistema virtual. Eu peço à assessoria que me passe a primeira mesa.

Primeira mesa.

Maria Angela Aboin Gomes, representante da Associação Maesconha, sediada em Campinas-SP e da Federação das Associações de *Cannabis* Terapêutica do Brasil.

Presença confirmada. Convido-a e peço-lhe que venha imediatamente à mesa.

O Senador Girão sabe que eu sou muito franco e que sempre procuro...V. Exa. tem nos ajudado muito nos encaminhamentos. O debate aqui trata da *Cannabis* para fim medicinal e não recreativo. Não é esse o tema, que fique bem claro qual é o objetivo para que ninguém se sinta enganado. Nós não estamos tratando, aqui, de fins recreativos, somente *Cannabis* para fins medicinais, no rigor do que a lei exige e que todos vocês têm acompanhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo.

Eliane Nunes, médica representante da Sociedade Brasileira de Estudos da *Cannabis*. Por favor.

Está presente?

Eu dou uma salva de palmas já para as duas, como darei a todos os convidados. (*Palmas.*)

Ubiracir Fernandes Lima Filho, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Química.

Está aqui também conosco? (*Palmas.*)

Renan Abdalla, médico, diretor técnico da Clínica Renasce, com experiência em prescrição de produtos derivados da *Cannabis.* (*Palmas.*)

Nós temos aqui, Senador Girão...

Eu recebo prontos os nomes. Se alguns quiserem alterá-los, não há problema nenhum. Diz: "Olha, Ciclano e Beltrano estão em último lugar". Puxamos para cá para fazer o devido equilíbrio.

Todos os nomes que foram indicados, independentemente de serem favoráveis ao tema ou não, foram convidados.

É isso? Da assessoria aí? (*Pausa.*)

Todos foram convidados. Se não estiveram presentes, como se diz, vida que segue – vida que segue.

Mas eu estou aqui antenado com a proposta que me fez o Magno Malta. Ele pediu mais uma sessão. E, como o fizemos na questão da desapropriação da terra, onde se encontrar trabalho escravo no campo e nas cidades, eu concordei.

Então, não vejo motivo nenhum... Diante da votação desta matéria, se preciso for, nós faremos mais uma sessão, porque entendo eu que o debate sempre é positivo para construir um caminho que permita uma votação com muito equilíbrio.

Então, de imediato, Senador Girão, você fique bem à vontade, ouviu?

O Senador Girão é um dos signatários do requerimento desta audiência, junto comigo e a Senadora Mara Gabrilli.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Eu queria lhe cumprimentar por esta sessão, efetivamente, desejar um ótimo dia para todos que estão aqui, participando desta sessão de debates importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre bom para a democracia que a gente possa fazer debates francos, serenos, ouvindo os dois lados. Eu vejo que pelo menos essa primeira mesa é uma mesa que está pró-deliberação, favorável à maconha medicinal, mas eu já vim aqui, antes de ser Senador, antes de estar Senador – porque a gente não é, a gente está, temporariamente –, e estava lá na última fila, acompanhando sessões sobre este tema, dez anos atrás, e tive a oportunidade de entender um pouco sobre esse assunto, de nele mergulhar, de estudar, tanto no Brasil, como fora do Brasil, as questões, as consequências...

E eu queria, apenas – fiz até projeto de lei nesse sentido, a gente vai ter oportunidade de falar disso aqui... Agora, só para colocar, a sessão foi deliberada na semana passada, se eu não me engano, e muitos dos cientistas, médicos que têm uma posição divergente não puderam estar, porque tinham uma agenda que já estava comprometida. Mas nós falamos com eles, e o Senador Magno Malta até falou com o senhor, se eu não me engano, para que haja uma equidade, um equilíbrio.

Então, se nós vamos ter uma próxima sessão... Eu tenho certeza, porque o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim – sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... sempre foi assim – sempre foi assim.

Então, que, na próxima sessão, a gente possa ter o mesmo número... Se hoje nós vamos ter, acho que é só um que veio fazer o contraponto, que, inclusive, está chegando, que é um deputado, Deputado Federal. E eu até lhe peço o obséquio de que, quando ele chegar, ele vai ter um voo, agora, pela manhã, de que, se ele puder, ter a oportunidade de falar para ir.

Mas, na próxima sessão, porque eu acho que nós vamos ter várias sessões sobre isso, não serão duas, que a gente possa equilibrar, ouvir os diversos segmentos, porque eu acho que vai ser importante.

Muito obrigado e boa sessão a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, só para fazer um esclarecimento do que eu falei na abertura.

Todos os indicados pelos Senadores foram ouvidos.

Se aqui tivesse quatro que têm uma posição diferente, a próxima mesma seria dos quatro. E não haveria problema nenhum se fossem os quatro no primeiro momento. Normalmente, a vida me ensinou que eu não devo ser o primeiro a falar – e você também usa isso no Plenário. O Senador Girão acompanha e, no final, fala, e fala com a tranquilidade e o equilíbrio que são a marca de V. Exa.

Nós, aqui, estamos há duas semanas convidando... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, 12/04. Então, há praticamente duas semanas que nós estamos convidando as pessoas e avisando que seria no dia 20. Entendo que nós também temos uma agenda e que não é fácil de cumprir. Mas, quando marcamos uma no dia 20, ninguém discordou. Eu faço esse esclarecimento à população que está nos assistindo. Mas também entendo que muitos tenham agenda já marcada com um tempo maior. Não há problema nenhum, como já respondi ao Senador Magno Malta, que pediu mais uma audiência, como teremos nas outras Comissões provavelmente também. Nós teremos, então, nesta Comissão, uma outra audiência em data combinada.

Eu tenho certeza, para mim que estou aqui mediando, como seria bom se eu tivesse dois favoráveis e dois que pensam diferentemente, porque assim é a democracia. Mas, infelizmente, o único que vai falar – estou sabendo agora por V. Exa. –, se eu não me engano, é um gaúcho, Osmar Terra, Deputado, que também é médico e trata desse tema há muito tempo. Na hora que ele chegar, vai ser dada preferência para a fala dele. E eu entendo que ele deve ter um outro voo. Ele foi ministro, inclusive, no passado; é alguém que, aqui, fará a sua exposição com a liberdade que todos nós vamos conceder aos senhores e senhoras.

Então, vamos, de imediato, ao debate.

Maria Angela Aboin Gomes, representante da Associação Mãesconhas do Brasil, sediada em Campinas (SP), e da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica do Brasil.

V. Sa. tem dez minutos.

Eu só informo a todos que eu serei rígido no tempo. Nós temos 20 convidados. Cada um vai falar por dez minutos. Quando chegar no nono minuto, a campainha toca, e o expositor terá um minuto para concluir.

O tempo é seu.

A SRA. MARIA ANGELA ABOIN GOMES (Para expor.) – Obrigada, Senador; obrigada a todos aqui presentes.

Este debate é um debate de grande interesse de muitas pessoas em sofrimento extremo. As condições que são tratadas, hoje, com o uso da *cannabis* trazem esse indicativo da necessidade de um novo olhar em relação ao cuidado e à saúde humana.

Bom, o meu nome é Maria Angela, mais conhecida como Angela Aboin. Eu estou como diretora numa associação chamada Mãesconhas do Brasil. Eu sou de Campinas, mas a associação tem sede lá em São Paulo, na região do Capão, na Zona Sul. Eu estou também, pelas Mãesconhas, à frente da coordenação geral da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica, ou seja, as associações já estão se organizando há muito tempo, até mesmo por falta de legislação e de apoio do Poder Público para que isso possa acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos temos critérios, todos temos entendimento em relação não somente ao terceiro setor, mas ao movimento associativista e à questão de saúde. Eu sou fisioterapeuta, tenho pós, na Unicamp, em fisiologia e enfrentei uma grande luta para poder ter o tratamento médico para a minha filha. Minha filha é autista. Hoje, ela tem dez anos, mas há três anos ela vive em sofrimento extremo. Como fisiologista, mesmo tendo abandonado a minha profissão para poder cuidar dela e ter zelo para com a vida dela, seja por conta das convulsões ou mesmo por conta do colapso autista, eu fui atrás da ciência para poder obter respostas. Na ciência, eu encontrei o uso da *cannabis.*

Eu sei que, nos últimos anos, passamos por questões muito sérias em relação à negação da ciência, a discussões, a debates, a contrapontos. Mas quando a gente fala de uma medicina, é uma medicina que segue a ciência internacional e segue grandes centros de pesquisas de estudos no mundo inteiro.

Os estudos que me nortearam vieram da Universidade de Israel e são estudos do Dr. Mechoulam, que é uma referência no mundo inteiro. Então, mesmo na época em que nós começamos, a Anvisa não autorizava a importação. Tem algumas mães aqui presentes – mesmo a Margarete Guete, que está ali no auditório – que também enfrentaram a mesma luta e que buscaram na medicina uma outra alternativa.

E é uma medicina criminalizada. Quando a gente entende a questão da vanguarda terapêutica do uso da *Cannabis* a gente entende a criminalização de famílias e de mães. Eu mesma sou uma família criminalizada, porque o nosso sistema de leis não entende ainda a *Cannabis* como fitoterápico, que deveria ser, e a sociedade ainda continua amadurecendo esse assunto.

Mas a vida não espera, nós não podemos esperar. São crianças tendo o futuro mudado. Hoje a minha filha tem perspectiva de vida, como tantas outras crianças também têm perspectiva de vida, e é uma planta cultivada no quintal, que só com uma autorização criminal é que nós pudemos fazer esse tratamento.

Eu tenho uma família aqui acompanhada pela Defensoria Pública de São Paulo – deixo o meu agradecimento para eles – que traz muita discussão e muita dificuldade. E nós em casa trocamos camisa de força, capacete, convulsões, colapsos autísticos, seletividade alimentar, crise de pânico, pronto-socorro, crise de ansiedade, comorbidades associadas ao autismo e um futuro incerto por uma planta cultivada no nosso próprio quintal.

Eu sou só mais uma mãe criminalizada por cuidar da própria família, por cuidar da própria filha. Temos um remédio produzido em casa e, infelizmente, a própria Anvisa ainda não reconhece esses teores de canabinoides por conta de morosidade no enfrentamento ao assunto.

Porém, hoje, eu vim aqui à frente da coordenação da Federação das Associações de Cannabis Terapêutica para pedir um novo olhar, em especial, para o terceiro setor de vanguarda e bravura já instalado aqui no Brasil. Um movimento de acesso democrático à terapêutica da *Cannabis* que tem sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão plural quanto a universalidade do SUS. Associações que não existem só nos grandes centros urbanos e que seguem diferentes modelos em diferentes culturas.

Entendemos que as RDCs devem seguir conforme a finalidade de cada licitação. Se para condições de saúde delicadas como a de epilepsia refratária ou em ambiente de UTI, e até mesmo cirúrgico – é difícil falar assim com tanta baderna, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pedir para a cabine de som que, se puder, levante o som para que ela seja ouvida, porque quem está mais no fundo não está ouvindo bem. E o silêncio no plenário é chave, pessoal. Para o bom debate, o silêncio é fundamental.

Nós estamos ajustando – eu vou descontar do teu tempo –, porque o Deputado Federal Osmar Terra, que foi também ministro e é do meu Estado, do Rio Grande do Sul, chegou agora, e está esperando chegar o material para poder falar, já que me informaram que o senhor tem um voo ainda hoje, pela manhã, não é? (*Pausa.*)

O.k. Será dada preferência a V. Exa. no momento da fala.

A SRA. MARIA ANGELA ABOIN GOMES – Bom, eu vou retomar, então.

Entendemos que as RDCs da Anvisa devem seguir conforme a finalidade de cada licitação.

Se para condições de saúde delicadas, como as de epilepsia refratária, ou mesmo para o uso da *Cannabis* dentro de um ambiente de UTI e até mesmo cirúrgico, seguir como fitofármaco, de controle mais rígido, e como um fitoterápico na Farmácia Viva do SUS.

Pedimos que as classificações tenham abertura para a evolução da ciência, e é o amplo espectro da planta, também a possibilidade de fortalecimento de associações e economias locais e até mesmo a reparação histórica e social da guerra às drogas e da cultura do capacitismo.

Como órgão federativo temos tido dificuldade nos avanços burocráticos do terceiro setor, já que nossas entidades sempre esbarram no olhar criminalizatório e preconceituoso em diferentes ambientes. Pedimos rigidez quanto aos remédios de *Cannabis,* que sejam de origem sintética, ou mesmo de inclusão de substâncias sintéticas em qualquer outra substância associada aos produtos derivados de *Cannabis*. A *Cannabis* por si é considerada uma planta segura e, associada a outras substâncias de forma sintética, não temos o mesmo conhecimento científico quanto a sua seguridade.

Pedimos agilidade da Anvisa em relação às normativas de índices de endocanabinoides, ao CFM que dê amparo a médicos e cientistas quanto ao assunto e pedimos ao MEC que inclua o sistema endocanabinoide...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A painelista está pedindo silêncio, inclusive nas minhas laterais aqui, não é nem no plenário, porque toda vez que alguém fala na direita ou na esquerda repercute aqui no centro.

Eu vou dar mais um minuto para ela, mas os culpados somos nós mesmos, não é ela.

A SRA. MARIA ANGELA ABOIN GOMES – .... pedimos ao MEC que inclua o sistema endocanabinoide como matéria obrigatória nas cadeiras de biologia, fisiologia, bioquímica e tantas outras vinculadas e pedimos também mais discussões como essa.

Obrigada, Senador.

Essa questão maior que a gente entende de preconceito vem pelo desconhecimento. Os médicos que foram formados no último século, aqui no Brasil, após o proibicionismo da década de 30, não têm mais o mesmo entendimento em relação ao sistema endocanabinoide... Ou melhor, não tem o mesmo entendimento que nós por falta de estudo, por falta de conhecimento e por falta de atualização. A culpa não é deles, é um avanço da ciência e uma falta de busca aqui.

Eu, como mãe, não tive o tempo de espera, eu acredito que a maioria das associações que estão aqui presentes também não tem tempo de espera, a vida não espera, a sociedade não para nos ver em sofrimento. Esse é o exemplo mesmo da situação do Guilherme, que faleceu esta madrugada, e que mesmo em meio ao nosso luto, nós temos que continuar lutando. E assim tem sido, pessoas com os filhos tendo convulsão no colo, dentro de pronto-socorro, vendo os filhos morrerem, e a gente ainda recebe a resposta do Governo de que não é o momento, e é o momento. É o momento!

Nós vamos continuar seguindo o padrão da ciência e nós continuaremos lutando para romper as barreiras. Nós falamos de uso medicinal, nós falamos de garantia de vida, de garantia de integridade, de perspectiva de vida. Quando eu falo de trocar uma camisa de força e um capacete por uma planta é real, é muito sofrimento. O que nós passamos, mesmo em relação à questão da luta antimanicomial para o uso da *Cannabis* é real.

Preocupa-me essa fala quando diz da restrição, para a discussão ser apenas de uso medicinal, porque nós sabemos o quanto esse assunto aborda outras questões. Aborda as questões até mesmo em relação ao racismo, à proibição e ao capacitismo, e nós precisamos trazer esse olhar também para que essas vidas possam ter essa garantia de integridade de futuro e para que as pessoas que estão aqui, enfrentando com bravura o sistema criminal brasileiro, também encontrem amparo.

E que leis sejam feitas dando amparo aos pacientes, às associações, a todos. Que não fique uma restrição apenas para importação de remédio ou de estímulo a gastos públicos, quando nós temos outras alternativas que precisam ser viabilizadas e mesmo serem olhadas com delicadeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me coloco à disposição para poder conversar depois e trazer mais estudos em relação ao assunto para poder atualizar.

Se vamos discutir ciência, precisamos entender o sistema endocanabinoide, precisamos entender os últimos anos todos de evolução de artigos científicos que têm sido publicados para esse assunto e também entender que mães não desistem dos seus filhos. A gente prefere enfrentar o sistema criminal do que os nossos filhos enfrentarem um sistema que penaliza crianças, que penaliza o futuro delas por conta do preconceito alheio.

Eu agradeço muito a atenção de vocês.

Eu, de novo, lamento o falecimento do Guilherme. Eu gostaria de que todos aqui pudessem ter aprendido com ele, pudessem ter militado com ele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRA. MARIA ANGELA ABOIN GOMES – Eu também queria trazer que, nas próximas mesas e nos próximos eventos, mais mães, mais mulheres pudessem ser ouvidas, porque, nessa cultura de cuidado da sociedade brasileira, quem mais cuida e quem mais estuda e busca alternativa para as questões de saúde, seja dos filhos, seja dos pais, seja do restante da família, são as mulheres. E na ciência também as mulheres têm avançado muito.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Angela Aboin Gomes.

Eu entendi aqui a sua fala final.

Nós chegamos a apresentar um projeto de resolução para que, nas mesas e debates, teremos que ter, meio a meio, homens e mulheres. Mas o culpado não é o Senado, não, e muito menos a Comissão: culpadas são as entidades! Permita-me que eu diga isto: são as entidades. A gente faz um apelo: indiquem mulheres também! E toda vez – não é só no caso de vocês – vêm 80% de homens! Por favor.

A prioridade aqui é para os convidados e painelistas. Depois que os painelistas falarem é que eu posso ver como é que vai ser o encaminhamento. Mas, no momento, a prioridade é para os Senadores e Senadoras e para os convidados.

Ou a gente tem Regimento ou nós estaremos trabalhando contra o debate do projeto. E ninguém vai atrapalhar esse debate, não! Se alguém pensa que vai atrapalhar, não vai conseguir! Sob a minha Presidência nunca! Eu tenho 40 anos de Congresso. Vou para 40 anos – e vocês sabem disso – com esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandato. Nunca ninguém conseguiu bagunçar, eu estando na Presidência. E aqui também não vai acontecer. Eu sei, porque vocês não querem isso. Os Senadores não querem. Nós queremos o debate equilibrado, tranquilo e democrático. E assim será. Então – repito – a preferência é para os Senadores e para os painelistas convidados.

Lembro: a ampla maioria aqui são daqueles que têm uma visão. Se eu não me engano, somente o Deputado Terra que tem outra visão. Então, no momento em que o senhor quiser falar, a preferência vai ser sua.

Vamos em frente, pessoal. Pode saber que quem está falando aqui tem uma visão clara desse tema. Eu participo disso há dez anos. Eu sei o que acontece se a gente soltar, digamos, a valer tudo: aí não vamos a lugar nenhum!

Então, vamos ganhar tempo. Eu quero dar o tempo para vocês falarem.

Eliane Nunes, médica, representante da Sociedade Brasileira de Estudos de Cannabis.

O tempo é seu por dez minutos, por favor. (*Palmas.*)

A SRA. ELIANE NUNES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Eu sou psiquiatra, sou servidora pública aposentada, trabalhei mais de 32 anos na saúde mental e estou aqui na condição também de paciente medicinal. E, desde a minha trajetória, que começou em 1988, depois de formada, trabalhei dentro da proposta de estar junto com a população e com a necessidade dos pacientes que são atendidos pelo Sistema Único de Saúde.

Não tenho conflitos de interesse para estar aqui e sou, atualmente, Diretora da Sociedade Brasileira de Estudo da Cannabis Sativa (Sbec), que foi uma sociedade criada a partir do movimento de médicos que queriam prescrever a *Cannabis* e que encontravam muitas dificuldades.

Desde 2015, quando a Anvisa, em janeiro, permitiu que os médicos pudessem prescrever, de forma compassiva, vários pacientes que eu já acompanhava, especialmente pacientes autistas, queriam também, naquele momento, receber a medicação que, se vocês lembram, estava restrita apenas para pacientes epiléticos, menores de 18 anos.

Assim, a gente entendeu que, além dessas crianças que, no caso, eram só de 18 anos para baixo – então, se ela fosse epilética, com 18 anos, ela não poderia mais receber a medicação –, nós entendemos que nós tínhamos que capacitar médicos, capacitar a população e podermos fazer com que este país fosse de vanguarda, haja vista que nós já tínhamos vários profissionais, vários pesquisadores, que hoje infelizmente não podem estar aqui, como o Professor Dr. Elisaldo Carlini que, já em 2010... (*Palmas.*)

Sim, esse é o nosso mestre que, já em 2010, dizia que nós tínhamos que ter uma agência nacional para discutir esse tema científico naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês têm acesso ao cebrid.com.br, a todo o trabalho dele, a todas as palestras, inclusive a este livro que, para muita gente aqui, que estuda, que estudou e que quer estudar o assunto, sabe.

Em 1988, o Dr. Elisaldo Carlini, também com o pai da *Cannabis* mundial, Dr. Mechoulam, que faleceu há apenas um mês... Esse Dr. Mechoulam, junto com o Dr. Carlini, fizeram um estudo que mostrou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer mais um apelo pelo silêncio, pessoal, porque eu me ponho no lugar do painelista. Eu vou lembrar, fala lateral, seja da direita ou aqui da minha esquerda, onde está a assessoria, quando falam, eu estou ouvindo o que vocês estão falando aí, e não ouço ela. É fato. É real. Não tem como.

Com todo o carinho e o respeito que eu tenho por essa equipe. Essa equipe trabalha quase que 24 horas por dia. Não, porque é trabalho escravo. Aí não vale.

Vamos lá. O seu tempo está correndo. Darei um minuto de tolerância.

A SRA. ELIANE NUNES – Vamos lá.

Então, o Dr. Carlini, já em 1988, disse que era muito bom para epilepsia. E nós não aprendemos a lição. Isso em 1988, meus colegas.

Então, assim, quem diz que não tem estudo científico, é porque não estudou desde 1988, porque não acompanhou a evolução no Brasil e a evolução no mundo.

Nós não podemos parar porque aqui nós não entendemos que a *Cannabis* é medicinal. Se o brasileiro não consegue entender, se os pesquisadores não conseguem publicar, e se a profissão de médico é aviltada, quando nós médicos não podemos prescrever para pacientes que necessitam compassivamente, nós temos um problema muito sério, é um problema moral e ético.

Então, a *Cannabis* neste país não só está implantada no Sistema Único de Saúde, como nós entendemos, porque ainda temos um atraso político com relação a essa questão. Não é científico, meus senhores. Eu acompanhei um colega, no seu doutorado, na Universidade Federal da Paraíba, que fez um estudo duplo-cego com crianças autistas – e é duplo-cego, então é de excelência –, colocando óleo artesanal, de uma das maiores associações brasileiras, senão a maior, que é a Abrace, que tem mais de 50 mil pacientes medicinalmente acompanhados. E esse estudo científico, que foi o primeiro do mundo na categoria de crianças autistas, comprovou que é muito eficaz para a insônia, para a agressividade, e as mães estão sendo acompanhadas ainda pela Abrace.

Estou aqui colocando uma grande associação, porque ela precisou se tornar grande para poder fazer aquilo que o Estado não fez. O Estado hoje gasta muito dinheiro. Então, aqui eu não estou falando que quero a *Cannabis* no SUS porque eu acho bonito. Não, a gente gasta muito dinheiro. No Estado de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo se gastou, para 200 famílias, R$8 milhões. Se a gente estivesse com R$8 milhões e investido um milhão em cada associação, como a Abrace, a gente teria atendido oito vezes 50 mil pacientes, e não 200 famílias. Então, é muito sério. O cobertor é muito curto no Brasil. Falta Aspirina no SUS. Como é que a gente pode dar *Cannabis* medicinal no SUS? Nós vamos fazer um consórcio de empresas internacionais para vir aqui no Brasil comprar o nosso medicamento, quando a gente pode, aqui no Brasil, produzir o medicamento? As universidades estão aí com trabalhos científicos. A gente só precisa, então, fazer eles serem validados.

Eu, como médica, provavelmente a primeira médica a prescrever para autismo, Dr. Osmar Terra, é importante isso... Eu como a primeira médica a prescrever para autismo, posso dizer para vocês que prefiro prescrever como droga de entrada, porque uma criança, quando chega a um psiquiatra, já passou por todos. Ninguém pode fazer esse diagnóstico, porque a gente tem um tempo para fazer o diagnóstico. Só que a criança está sofrendo. Crianças, muitas delas, 30% têm convulsão e a gente nem sabe que têm convulsão, porque a criança não apresenta... Então, a gente vê que as mães merecem um tratamento hoje, não é amanhã. A gente está com essa lei desde 2006. A gente pode fazer pesquisa científica, as famílias poderiam estar sendo orientadas dentro da Farmácia Viva Tipo 1 e plantando no seu quintal, como a Angela, mas as pessoas estão sendo criminalizadas.

Então, se hoje existe um avanço na área da medicina, que começa a querer estudar e até mudou... Eu sou formada desde 1987. Então, já mudou o CID 10, o CID 12. Agora, fala-se em sistema endocanabinoide. Nenhuma faculdade de Medicina, antes de 2016, ensinava o que era o sistema endocanabinoide. E todos nós temos uma maconha dentro do nosso cérebro, que é a anandamida, que é quase irmã do THC. Por isso que ela é efetiva. E não é a Eliane que está falando isso. Quem está falando isso é o Dr. Mechoulam e todos os outros pesquisadores que aqui nem vou citar o nome, porque quem é da área sabe, sim, que existe muita pesquisa científica.

Então, o que nós precisamos é ter a clareza, nós precisamos ensinar os médicos, ensinar a população. Ninguém aqui está falando de uso infantil, ninguém está falando aqui de uso adulto. Nós estamos falando de um medicamento que já está consagrado, já está estudado, mas é medicamento! Nós aqui, os médicos integrativos, integralistas, que pensam no Sistema Único de Saúde, não só para a pessoa, mas para toda a família, sabemos que existe o uso tradicional na sociedade, sabemos que existe o uso da fitoterapia. Então, nós estamos falando também não só de medicamento, porque eu acho que a ciência tem que aprender... Eu poderia, se fosse a médica do Guilherme – fui por um período –, prescrever EV, no protocolo de coma, porque a gente sabe também que desinflama. Adoraria que as empresas desenvolvessem medicamentos que eu pudesse injetar para que eu pudesse fazer esse uso na emergência. Uma criança vai receber Fentanil, vai receber um monte de medicamentos fenobarbitúricos, por conta de uma crise epilética, quando ela poderia já sair também com a medicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não estamos falando só disso. Nós estamos falando de um problema que vem de 1830, quando nós penalizamos os negros por um costume.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE NUNES – Então, para finalizar, sem o tempo descontado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São três minutos, mas eu darei mais um, porque eu a interrompi duas vezes por causa do silêncio.

A SRA. ELIANE NUNES – Ótimo!

Nós, médicos, queremos ter o direito de assistir o nosso paciente ao pé da cama, na morte... O uso compassivo é muito importante! O uso medicinal preventivo, no caso do autismo, é muito importante! Eu não quero dar cinco classes de medicamento para o meu paciente autista ou para o meu paciente epilético antes de ele ter tudo! Por que não? A gente tem que fazer um discurso amadurecido.

Estou muito emocionada pelo Guilherme. Hoje também seria o aniversário do Padre Ticão, que é um outro expoente. (*Palmas.*)

Como filha, entrei na luta, apesar de ser especialista em dependência química, para dar para o meu pai condição de morte. Nós estamos falando de qualidade de vida no leito de morte de pacientes com câncer. Então, é muito importante que a gente faça um discurso aqui amadurecido, porque a sociedade brasileira merece! Nós, mulheres, sabemos que somos nós que cuidamos de toda a população – 70% dos lares são de mulheres –, então, nós precisamos entender o nosso papel. Mães, avós, entrem e discutam também, porque são vocês que são cuidadoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Concluiu no tempo. Parabéns, Dra. Eliane!

De imediato, Ubiracir Fernandes Lima Filho, do Conselho Federal de Química.

O SR. UBIRACIR FERNANDES LIMA FILHO (Para expor.) – Bom dia, Senador e todo o pessoal.

Eu tenho uma apresentação. Não sei se vão conseguir colocar ali alguns eslaides breves.

Gostaria de me solidarizar com a família e amigos do Guilherme, antes de mais nada, e de agradecer a presença. Eu estou aqui representando o Sistema CFQ/CRQs, que é o Conselho Federal de Química e todos os Conselhos Regionais de Química, e a gente vem trazer um pouco, para a discussão, o que é a planta, na visão nossa de pesquisa química, a mistura dessas plantas ou mesmo dos componentes, que a gente chama de metabólicos secundários ou metabólicos especiais, de cada uma delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso tratamento é técnico, é científico, e a gente busca segurança e eficácia na formulação de qualquer tipo de produto, qualquer tipo de componente que seja utilizado para atividade terapêutica ou outra atividade qualquer, em formulações que vão conter, obrigatoriamente, substâncias químicas.

Bom, como eu iniciei, eu sou Ubiracir Fernandes Lima Filho, químico industrial, mestre em química de produtos naturais, lá do Núcleo de Pesquisas e Produtos Naturais da UFRJ, doutor em vigilância sanitária pelo INCQS da Fundação Oswaldo Cruz e pós-doutor em tecnologia de formulações, ainda na UFRJ também.

Hoje, eu sou membro do Conselho Federal de Química na parte da CGFISC (Comitê de Governança de Orientação e Fiscalização Profissional).

Então, a gente vem buscar trazer para o grupo, para a discussão do grupo, o que é o olhar da química, o que é o olhar dos componentes químicos que podem estar presentes em plantas, e, por acaso, essa planta é a *Cannabis*, mas o tratamento que a gente tem para buscar a extração, entender quais são os componentes e fazer alguma correlação com uma atividade qualquer, dentre elas a terapêutica também, vai acabar sendo muito, muito, muito semelhante.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, por acaso, também ontem, eu recebi de uma amiga de trabalho essa nota técnica da Fundação Oswaldo Cruz: "Estado atual das evidências sobre usos terapêuticos da *Cannabis* e derivados e a demanda por avanços regulatórios no Brasil". Então, foi publicado ontem.

Por favor.

> Vivemos um momento de expressivo crescimento do conhecimento científico sobre o potencial terapêutico dos canabinoides. Consideramos crucial que o Brasil se posicione na vanguarda deste processo, investindo decididamente na produção científica nacional. É indispensável assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), uma regulamentação abrangente e eficiente, que viabilize a produção, prescrição e acesso gratuito e universal pelo Sistema Único de Saúde – o SUS – a uma ampla gama de formas farmacêuticas da *Cannabis* e derivados, sempre respaldadas por evidências sólidas de segurança e eficácia terapêutica.

Ou seja, a base da própria vigilância sanitária.

Próximo eslaide, por favor.

Pessoal, nós não vamos entrar no mérito de eficácias, o motivo, o porquê, qual é a substância. O que nós temos de prática, de evidência? Que essa planta, como outras quaisquer, por processos biossintéticos, são capazes de gerar uma série de substâncias químicas que, várias delas, isoladas ou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combinação, levam a uma determinada atividade, e, mais uma vez, atividade terapêutica ou outra atividade qualquer.

Então, nós temos, pelo processo biossintético, a formação de flavonoides, de lignanas, de mono, di, tri, tetraterpenos e os próprios canabinoides, que são bastante discutidos.

Próximo eslaide, por favor.

O que a gente tem de dado prático? Eu, como pesquisador, costumo utilizar uma base de pesquisa científica, que é a ScienceDirect. São várias bases diferentes. Então, eu trouxe aqui, para ilustrar, para a gente poder conversar sobre o tema, que nós temos, desde 1999, 5.879 artigos científicos publicados quando o tema estudado foi o título *Cannabis* medicinal. Dentre as subáreas, a nossa área química está presente. Ou seja, em 625 artigos científicos, buscou-se fitoquímica, quimiotaxonomia, quais são as componentes, formas de extração, formas de comprovação, inclusive da estrutura, ou seja, caracterização inequívoca de qual seria aquela estrutura da substância presente, independentemente de qual delas for. E só neste ano, 2023, nós temos 277 artigos publicados, e, na nossa área de novo, a subárea de conhecimento, a área química, 33 artigos.

Como foi mencionado por colegas que me antecederam, é uma questão ampla, é multidisciplinar; não vai andar a química isolada, a medicina isolada, a odontologia isolada ou talvez até a própria política isolada, Senadores. Precisamos de um conjunto de informações para gerar uma ideia própria, em cima inclusive do que a gente tem de respaldo. Se eu estou vendo que algum paciente, que algum cidadão tem alguma resposta que seja positiva – estatisticamente eu preciso discutir depois, mas é outro caso completamente diferente –, eu tenho uma evidência, e então eu vou tentar buscar. E a parte química dessa ciência é tentar fazer essa correlação, saber por que eu tenho essa determinada evidência. É, no momento, estatisticamente viável? A gente ainda não está neste momento, pelo menos na parte química do processo.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, nesse processo, pensando de forma macro – e vamos pensar em qualquer planta, como boldo, passiflora, vamos pensar em qualquer uma delas –, eu passo pelo processo de cultivo, pelo processo de extração, pelo processo de fracionamento, busca de uma formulação ideal e, depois, envase direto, envase primário e envase secundário. Todo esse processo passa pela garantia de segurança e eficácia. Então nós chamamos, em vigilância sanitária, de boas práticas para a obtenção de qualquer tipo de produto, seja um cosmético, um produto médico, um saneante, um medicamento, seja um alimento. A gente precisa passar por todos esses parâmetros.

Próximo eslaide.

O que eu posso trazer também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi conversado aqui, e eu tenho conversado com alguns representantes de indústria, de associação, e outros profissionais que querem trabalhar e isolar substâncias ou buscar entender um pouco mais essas substâncias. Nós temos, na Sociedade Brasileira de Química, que engloba uma série de profissionais diferentes, duas divisões que são bem específicas para trabalhar com o tema, Senador, ou seja, a Divisão de Química Medicinal e a Divisão de Produtos Naturais. Eu faço parte, eu sou membro da Sociedade Brasileira de Química e dessas duas divisões também com alguns trabalhos que eu fiz no meu mestrado com produtos naturais – não foi com *cannabis*, mas com produtos naturais. E eu retorno para todos: o processo é muito semelhante. O metabólito que pode ser gerado pode ser diferente quimicamente, ter uma estrutura química de uma ou outra substância, mas o processo é sempre o mesmo.

E, no Brasil, nós temos 41 grupos de pesquisa de produtos naturais, então nós temos um número de cientistas, e agora focando nesse tema de produtos naturais, bastante relevante. Portanto, nós temos um potencial muito grande para agregar valor a todo o trabalho.

Próximo eslaide, por favor.

Bem recentemente, a partir da própria publicação do projeto de lei, Senador, eu escrevi para um grupo de colegas também. Olha, da planta ao medicamento, há uma série de atividades técnicas a serem cumpridas. Uma dessas importantes atividades – lembrem: focando na ciência química – é o monitoramento e padronização de diferentes quimiotipos que permitem, entre outros benefícios, a otimização de processos extrativos com seleção de frações de importâncias terapêuticas e definição mais clara dos constituintes químicos responsáveis pelas respostas clínicas que foram observadas. Então é o nosso papel, nós estamos tentando.

É legítimo pressupor que, uma vez alcançado aquele processo ótimo, seja possível reduzir custos e, consequentemente, promover...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACIR FERNANDES LIMA FILHO – ... ampliação de acesso a medicamentos e derivados daquela planta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. UBIRACIR FERNANDES LIMA FILHO – Nesse sentido, a possibilidade de o pesquisador local avançar nos estudos do perfil fitoquímico que trata dos estudos dos constituintes químicos da planta e correlacionar diferentes substâncias encontradas com atividades biológicas pode ser parte das contribuições efetivas da ciência química, ao lado das demais ciências, para ampliação do acesso àqueles medicamentos. Justamente a proposta pela nossa leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou citar a Lei 8.080, a nossa lei para a Vigilância Sanitária, que se chama a Lei Orgânica da Saúde. No art. 2º, ela diz:

> A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
> §1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACIR FERNANDES LIMA FILHO – Desculpem-me.

É a Lei 8.080, de 1990, chamada Lei Orgânica da Saúde.

Então, a nossa contribuição é para dar ferramentas para discussão e para tentar gerar aquela correlação, seja para essa planta, seja para qualquer outro tipo de planta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se o Deputado Osmar Terra, ex-Ministro e Deputado, entender que a gente conclua esta mesa e você entra. Pode ser? Ou, se não, entra agora.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não vou ter tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, então, eu peço ao Dr. Ubiracir Fernandes que o senhor volte, porque já falou, ali ao lugar do Deputado, e o Deputado vem para cá. Depois, o senhor volta. Então, fala agora o Deputado porque tem problema de voo e, em seguida, fala o Renan. O.k., Renan? (*Pausa.*)

Seja bem-vindo, Deputado, ex-Ministro e médico. Então, passo a palavra neste momento pelo tempo que ele necessitar. Vou fazer um apelo para que ele fique nos dez minutos, mas entendo eu aqui que falarão 18 por um lado e um pelo outro lado até o momento. Daí, eu terei uma tolerância que o Plenário vai entender. E, em seguida, vamos para a segunda mesa.

Deputado, por favor, a palavra é sua.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Presidente, Senador Paim, conterrâneo, amigo. Queridos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam dizer só isto: fomos sindicalistas juntos e defendíamos posições iguais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Uns 50 anos atrás mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais ou menos isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Queria cumprimentar os demais Senadores na pessoa da Senadora Damares, minha grande parceira; o Emmanuel, enfim, cumprimentar todos vocês.

Eu acho que esse assunto é um assunto que desperta paixões, que tem conteúdo até ideológico e que precisa ser debatido com bastante tempo e de forma adequada. Eu vou falar um pouquinho da minha experiência em relação a isso.

Eu fui oito anos Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul e me dediquei, depois desses oito anos, a entender a gravidade que tem a questão das drogas no Brasil. E me dediquei a trabalhar em cima disso, com um mandato de Deputado. E me dediquei a trabalhar em cima disso, com um mandato de Deputado.

Então eu sou autor da nova lei sobre drogas, trabalhei para implantar uma nova política sobre drogas, que foi implantada ainda no Governo Temer. E me dedico a esse assunto como pauta prioritária no Congresso. Acompanhei, fui discutir no Uruguai, no Senado do Uruguai, a discussão sobre a liberação da maconha lá no Uruguai.

Então eu queria falar um pouco dessa experiência. Eu sei que o Plenário aqui está praticamente todo tomado pelos adeptos da liberação, mas eu acho que todo mundo tem que ouvir, não é? Nós vamos ter muita gente que vai ouvir pela rede, pela TV Câmara. E eu queria rapidinho falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – TV Senado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – TV Senado, desculpe. (*Risos.*)

Desculpe.

Então eu queria falar um pouco. Eu tenho uma apresentação aqui que até está um pouquinho antiga, mas continua com a sua atualidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu vou fazer um apelo muito grande a vocês. Se ele for interrompido, todo mundo sabe que eu tenho posição em relação a esse tema, mas ele vai falar o tempo que for necessário. Quanto mais vocês se manifestarem indevidamente, eu vou dar mais tempo para ele. E todo mundo sabe que eu farei isso. Então vamos deixá-lo falar, porque ajuda o encaminhamento da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero só fazer, até pelo encaminhamento, Senador Paulo Paim, é como o Deputado falou. Isso é um assunto que desperta paixões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas a gente precisa ter técnica, precisa ter uma análise. Olha aí, aí já está falando aqui que vocês não tiveram. A gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, pessoal, calma nessa hora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só isto que eu peço: calma nessa hora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acho o seguinte: a gente já viu várias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O problema é que ele tem voo. Se nós o atrapalharmos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente já viu várias interrupções, com palmas, com tudo, a plateia, não é? Já disse aqui, foi uma coisa que a gente sabe do movimento que existe, inclusive da indústria, que se mobiliza com relação a isso. Tem interesses financeiros também. Mas tem pessoas que estão pela causa, realmente, preocupadas.

Então eu só queria, até a título de encaminhamento com essa mesa, que é uma mesa aqui da CDH, que eu conheço há muitos anos e é muito justa, muito correta, que numa próxima oportunidade se reserve também espaço na plateia para que a gente possa ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pessoas que tenham a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, para ganhar tempo, vamos deixar o Deputado falar. Isso, eu sempre faço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se não vieram, é porque não quiseram. Os que estão aqui quiseram vir. Gastaram, vieram de seus estados. Então não vamos entrar nesse debate agora, com todo o respeito que eu tenho por V. Exa., porque não vai ajudar, mas a CDH, aqui, quando eu discuto o direito do trabalho, eu chamo empresário e empregador. E chamo os trabalhadores. Quem normalmente não vem? O representante dos empresários. Daí dizem que eu sou tendencioso. Não é o seu caso, não é? Estou levando já para o tema do mundo do trabalho. Não, eles não vêm. No debate aqui da desapropriação das terras, eu convidei as duas partes. Só vieram aqueles que querem... Trabalho escravo, pode desapropriar. A Senadora Damares estava aqui, ela acompanhou. Mas eu não vou tirar seu tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Toda vez que nós interrompermos, nós vamos tirar tempo do painelista. Lá parou, vai partir do zero de novo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então eu só queria, não sei se eu tenho algum controle sobre a apresentação. Tá, então pode passar o próximo.

A política sobre drogas tem que se basear exclusivamente na ciência. Quero dizer que sou médico de profissão, tenho especialização em desenvolvimento do cérebro de bebês, sou mestre em neurociência.

Então, não estou aqui dando palpite de preconceito, estou falando de ciência, até porque eu vi o drama que foi a explosão do consumo de craque no Rio Grande do Sul, quando eu era secretário. Vi a transformação que isso causa nas famílias. E começa, sempre começa... O primeiro uso, o mais comum, é a maconha e causa um dano irreparável, irreparável, no cérebro humano.

Nem sempre as políticas públicas correspondem ao conhecimento baseado em evidências. Ideologias e preconceitos podem influenciar muito, o que estava acontecendo até pouco tempo atrás aqui no Brasil.

Vamos passar ao seguinte.

Pode passar. Isso aí é mais um histórico, não vai dar tempo de a gente falar, sobre ciência, sobre o conflito da ciência na União Soviética. Quem não estava de acordo com o Stalin era levado para campo de concentração, os Gulags, e ficavam lá até terminar. Bom, mais isso é uma outra coisa.

Queria falar sobre a essência desse assunto que é química, mas é o neurônio, onde funciona a química. O que é que acontece com o neurônio numa pessoa que usa uma determinada substância? Quero dizer que todas as drogas – quero deixar isso claro aqui no início – têm um lado medicinal. Tem a cocaína medicinal, a coca medicinal, tem o ópio medicinal, inclusive com derivados, que a gente usa. A morfina é um derivado que vem do ópio. É medicinal. No entanto, não se libera o ópio nem a heroína para tratar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dor, que é o caso da morfina. Não se libera a cocaína em função dos anestésicos que a cocaína pode produzir.

Uma coisa é a planta, com todas as suas moléculas nocivas, que causam esquizofrenia, que causam dano cerebral, que causam dependência química para o resto da vida. Não tem cura. O álcool também é assim, não tem cura. E a gente fica: bom, mais dá prazer. Se não desse prazer, as pessoas não começavam.

A maconha, talvez, seja a que dá prazer por mais tempo, porque a pessoa não se dá conta de que está dependente química. Eu estive em um debate e teve uma pessoa que falou: "Mas o senhor está falando que a maconha causa dependência química, eu uso maconha há 30 anos, todos os dias, várias vezes por dia, e não sou dependente químico". Ah, que bom! Não se considera dependente químico.

Isso tudo acontece nessa celulazinha aí. Nós temos 100 bilhões de neurônios funcionando. Há centros especializados do cérebro, aos quais a evolução nos levou, que são centros do prazer. E esses centros são o alvo principal das moléculas que têm nas drogas.

Passe ao seguinte.

Ele estabelece conexões. São quatrilhões de conexões que funcionam respondendo à necessidade do ambiente e, principalmente, à memória que a pessoa forma de tudo o que acontece com ela. Essas conexões são basicamente de memória. E a memória das drogas é poderosíssima, porque ela tem um conteúdo de prazer e um conteúdo emocional muito fortes.

Vamos adiante.

A dopamina. Substâncias que têm...

Pode ir passando, pode ir passando por conta do tempo.

Aqui é o...Volte um pouquinho.

Aqui é só para estabelecer uma coisa interessante. Isso deu um Prêmio Nobel para o Eric Kandel sobre a memória de longo prazo. Ele mostrou que estímulos aumentados nos axiônios, que formam as sinapses, que encostam no neurônio ali embaixo, durante um determinado tempo, esses estímulos formam novos ramos do axônio e vão formando um pequeno conjunto, uma pequena rede, específica, que transmite aquele sinal. Aquela rede fica para sempre. Quando ela é acionada de novo, a pessoa, o sinal passa por ela, ela evoca o sinal original que a causou.

Então, a isso chama-se memória. Nós somos as nossas memórias, em todos os sentidos. Nós não existiríamos, nós seríamos uma coisa sem as nossas memórias.

Pode passar ao seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é quando começa a formação – vamos passar –, começa a formar dentro do útero isso.

Isso é a pesquisa do Kandel.

Pode passar.

Aí é como se formam, também, os ramos da memória.

Pode passar.

Isso aqui é muito importante. Isso foi uma pesquisa feita com tomografia por emissão de pósitrons no cérebro, pegando desde o início, do nascimento – é o zero ali, o nascimento –, e, conforme a cor, é a área do cérebro e mostra como aumentam as sinapses nos primeiros anos de vida e, depois, ela vai diminuindo, ela vai caindo a partir da puberdade, a partir dos nove anos de idade, quando o cérebro se especializa para ser mais eficiente. E aí é que ocorre o maior risco de dependência química. É nesse período da especialização do cérebro que os adolescentes começam a usar maconha, começam a usar droga e vão ficando dependentes. E não tem mais... Com o cérebro especializado, aquilo vira uma questão, se incorpora como se fosse uma coisa muito importante para a sobrevivência e para a vida da pessoa. E fica funcionando assim.

Vamos passar. (*Pausa.*)

Vamos passar. Pode ir passando.

Aí é a região do cérebro que causa dependência. São duas regiões do cérebro que trabalham na dependência, que promovem a dependência química. E a dependência fica para o resto da vida. Isso que eu queria dizer. A dependência não tem cura. É uma memória de longo prazo.

Então, a pessoa... Essa história de achar que vai parar quando quer... A gente conhece isso no alcoolismo, conhece isso na maconha, conhece isso na cocaína, conhece isso no ópio, na heroína, que ainda tem pouco aqui, mas está chegando aí. Inclusive, nos sintéticos que estão chegando aí, o K9 e outros que estão chegando para infernizar a vida das pessoas.

A droga é nociva porque ela tem, no caso da maconha, ela tem 480 substâncias. Tem uma, uma única, que está sendo pesquisada, que pode ter algum efeito positivo, até em casos de convulsão, que pode ter, ainda não estão completadas todas as pesquisas, mas pode ter... E essa substância pode ser separada da maconha e usada. Por que não? Por que se tem que fumar a maconha ou usar óleo de maconha, que é pior do que fumar maconha, para a pessoa poder se tratar? "Ah, mas a pessoa fica melhor. Vai se sentir bem. Passa a dor". Morfina tira a dor também. Nós vamos legalizar a heroína, vamos legalizar o ópio por causa disso?

Eu sempre lembro uma coisa: o maior remédio que tem, o mais usado que tem para a pressão alta é a bradicinina. A bradicinina, que é o captopril, vem do veneno da jararaca. Se separa... se separa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu vou cumprir o acordo com vocês e com eles.

É só dar os dez minutos que eu vou dizer como é que vai ser o encaminhamento.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... se separa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem não ficar em silêncio....

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... a molécula...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... coordeno e sei coordenar muito bem isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ficar tranquilo. Já estou descontando do teu tempo o que eu estou falando.

Pode dar mais um minuto para ele lá, porque eu estou falando no lugar dele.

Se vocês não ficarem em silêncio, ele vai falar aqui por toda a manhã. Então, não é inteligente. Pessoal, não é inteligente e vou dizer o porquê. Sabem quantos vão falar depois dele? Dez!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se você continuar assim, você não vai ajudar em nada, vai piorar. Vão falar dez depois dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, então, vamos encerrar. Vocês acham melhor encerrar? Vocês não falam depois da fala dele e vamos encerrar.

Ou nós ficamos em silêncio... Isso é uma questão de inteligência, pessoal, pelo amor de Deus!

Por favor, Deputado, continue a sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, essa desculpa de ter que plantar maconha ou de fazer óleo de maconha para tratar determinadas doenças... Isso pode ser tratado com a molécula da doença, com um medicamento que pode ser fornecido pelo SUS, sem problema nenhum. Tem que ser fornecido pelo SUS para quem realmente precisa. E esse é um grupo pequeno de pessoas no total da população.

Para cada mãe que tem um filho que precisa de canabidiol, tem mil mães que perderam os filhos para as drogas – e essas mães podem vir aqui. E nós vamos convocar, Senador. Eu fico encarregado de fazer uma grande reunião com as mães dos dependentes químicos.

Isso não pode ser desculpa para plantar maconha. "Ah, não; mas precisa da matéria-prima". Vocês sabem de quantos hectares se precisa para fazer a matéria-prima para distribuir as drogas? Não chega a dez hectares no Brasil todo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E isso não foi eu quem disse; isso quem disse foi o grande defensor da maconha, o Deputado Paulo Teixeira, que falou publicamente isso. Está gravado inclusive. Disse que, com dez hectares, dá para produzir matéria-prima para todo mundo. Não precisa plantar maconha em casa, não precisa plantar maconha, virar um narcoestado com plantio de maconha, como um Deputado disse lá. "Não, agora eu vou plantar maconha porque eu vou ganhar mais dinheiro". Eu disse: "Olha, Deputado, se o problema é só ganhar dinheiro, planta coca. Dá mais por hectare. O ópio dá mais por hectare. Se o problema é ganhar dinheiro..."

Nós temos, na verdade, substâncias, plantas que produzem dano cerebral e produzem uma destruição da vida para o resto da vida. Não é simples! Eu tenho um caso na minha família, eu conheço esse assunto, conheço bem. A psicose canábica, que é uma esquizofrenia, é muito mais comum do que a gente imagina, muito mais comum. O Emanuel depois conta. E a Associação Brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado, permita só que eu diga com a clareza que eu faço sempre. Os Senadores conversarem comigo, o Deputado também falou, como falarão, no mínimo, mais dez, e vocês vão poder responder a ele tranquilamente. É só uma questão de inteligência. Permitam-me que eu diga isso. Vocês vão poder responder a ele. Dez! Essa mesa vai ser multiplicada por três, quatro vezes com vocês que vêm do plenário e vão poder falar.

O que eles pediram para mim é que dê um tempo de mais dez minutos para ele. E vou dar... E vou dar! Não estou consultando o plenário.

O senhor tem mais dez minutos e, daí, vai encerrar.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o que eu acho que nós temos que pensar aqui é no custo/benefício que tem uma situação dessa. Nós já temos dificuldades em controlar o consumo e o número de pessoas que adoecem por causa da maconha. Se nós liberarmos o plantio, é incontrolável, é incontrolável! Em qualquer lugar do mundo, vai ser incontrolável. Nos Estados Unidos, os estados que estão plantando têm muito mais problemas de saúde pública, muito mais problemas de esquizofrenia, muito mais problemas de acidentes de automóveis, muito mais problemas.

O Rio Grande do Sul tem uma pesquisa muito curiosa, foi feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que nos acidentes de automóveis, a substância encontrada, nos acidentes com vítimas graves ou fatais, no pronto-socorro municipal de Porto Alegre e no Hospital de Clínicas, no pronto-socorro do Hospital de Clínicas, a maconha é mais importante que o álcool, a maconha é mais importante que o álcool! Para o álcool ainda tem o controle do bafômetro e tal, e para a maconha não se está usando nenhum tipo de... aliás, tem que ter, tem que ter o "drogrômetro". Mas eu queria só chamar atenção pelo seguinte: isso não é só um problema de saúde, não é só um problema de saúde!

Eu queria passar... dá para passar o último eslaide da apresentação? Dá para chegar no último? (*Pausa.*)

Eu não vou falar das cracolândias, não vou falar... Vamos lá para o final, vamos lá para o final.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, ele vai concluir o tempo que foi dado a ele de dez minutos.

Continue.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só queria fazer, permita-me, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele tem que pegar o voo em seguida. Girão, deixa ele terminar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa ele terminar o tempo dele. Nós estamos atrapalhando ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É preciso ter respeito pela democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu queria que ele falasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (MDB - RS) – Vamos voltar um pouquinho.

Volta aqui que eu tenho uma imagem que eu acho que é interessante.

Olha aí. Isso aí é a imagem, são as alterações que acontecem no cérebro, com a Tomografia por Emissão de Pósitrons. Vocês veem que o cérebro de uma pessoa que usa droga não é mais o mesmo. É um problema para o resto da vida – é um problema para o resto da vida!

Vamos lá para a última. A última que eu quero mostrar, eu vou adiantar aqui o que é. O nosso palestrante aqui da química, da área química, nós somos colegas de universidade – eu me formei na UFRJ também –, mas ele fala que tem quatro mil trabalhos, pesquisas sobre o uso da *Cannabis*. Pois o PubMed tem 31 mil pesquisas! Quando se coloca *Cannabis* lá aparecem 31 mil pesquisas.

Eu tive o trabalho de pegar amostragem – claro que eu não vou ler 31 mil pesquisas. Peguei o resumo de centenas de trabalhos, e dá que, mais ou menos, 60% dos trabalhos mostram danos graves e irreversíveis da maconha.

Então, é isso. Eu não quero que as crianças brasileiras, a título de garantir um medicamento para um número pequeno em relação ao conjunto do dano que causa maconha, que precisa do tratamento, têm que ter o remédio, têm que ter o canabidiol... Agora, não vamos usar isso como biombo para liberar o consumo de maconha, o plantio e consumo de maconha no Brasil.

Isso não tem... Depois que liberar esse plantio não tem mais controle de nada, minha gente, não tem mais controle de nada! Essas substâncias têm que ser substâncias com uso proibido, e as moléculas, como o caso do ópio, as moléculas que têm algum efeito têm que ser usadas como medicamento e têm que ser garantidas pelo SUS. É isso que se tem que fazer.

Porque se atrás dessa "não, eu estou preocupado com as crianças que estão tendo convulsão" e tal... Eu estou preocupado com as crianças que estão tendo convulsão – e quero garantir o tratamento para elas –, mas estou preocupado com as crianças e com os jovens que tiveram a vida completamente destruída.

Nesse trabalho – pode ir passando o seguinte aí – tem uma pesquisa muito curiosa aqui de... Pode ir passando.

Aí, o Mujica com o Soros – é linda essa foto! Vai passando, pode ir passando aí.

Portugal, que aumentou o consumo enormemente.

Pode ir passando.

Volta aqui.

Pode ir passando, pode ir passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma... Na Nova Zelândia e na Austrália existem lugares em que eles fazem estudos longitudinais de metanálise. Pegam toda a população que nasceu naquele lugar – é o caso de Dunedin, na Nova Zelândia – e vão acompanhando ano a ano o que acontece com essas pessoas. Então, tem um resultado, até para os usuários de droga, que dá para se ter uma ideia do dano que a droga causa.

Vamos passar.

Olha só, volta aqui, volta esse outro.

Olha aí, Senador Paim, o consumo da maconha começa, isso é uma frequência, aos 14, 15 anos, quando o cérebro ainda está se organizando. O cérebro do adulto já está mais organizado, a dependência química é menor em quem começa a usar droga depois dos 20 anos, mas quem começa a usar droga – como é incentivado, nos jovens, inclusive pela internet – o dano é muito maior e a dependência é muito mais forte. Aquela memória fica muito mais viva.

Pode passar.

Efeitos associados ao uso da maconha em jovens: prejuízo no desempenho escolar; dependência de 12% a 53% dos usuários; no Brasil, 37%; aumento de chance de se envolver com outras drogas.

Fergusson. Fergusson é o maior pesquisador sobre *Cannabis* do mundo, tem o maior número de trabalhos publicados. Sintomas psicóticos: esquizofrenia e depressão; aumento de chance de fracassar na vida; dobra-se a chance de se envolver em acidentes de trânsito.

Passa o seguinte.

Uso precoce de *Cannabis* antes dos 17 anos, resultado aos 25: evasão escolar aumentada, sem diploma, um número muito maior dos que usam maconha em relação aos que não usam; amparo previdenciário é muito maior nos usuários de maconha em relação aos que não usam – isso eu só estou falando aos 25 anos; comportamento suicida é muito maior nos usuários; o uso de outras drogas, drogas ilícitas, é muitas vezes maior; e dependência da maconha, então, para o resto da vida.

Pode passar.

Outro resultado importante aqui.

Percentual de diplomas. Muito mais gente... O pessoal que usa maconha tem muito menos diploma universitário, tem muito problema de ajuste pessoal, tem muito mais desempregados e os piores salários no local de emprego. A única coisa que não muda é a satisfação com o uso da droga.

Passa o seguinte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso mostra o seguinte, a percepção de risco, quando se fala do risco da maconha, para a população estudantil diminui o consumo e, quando deixa de se falar, aumenta-se o consumo. Isso é uma falha de todos os Governos de deixar isso bem claro, esclarecer isso para não ficar vigorando a desinformação.

Passa o seguinte.

Efeitos associados à maconha em adultos: prejuízo neurocognitivo de longo prazo – esses são trabalhos publicados; comprometimento do compromisso com o trabalho – trabalhos publicados.

Pode passar.

Esse é uma pilha... Eu fiz uma.... Das seis pesquisas por folha, de um lado e do outro, é uma pilha grande, pesquisas que mostram o dano que a maconha causa no cérebro. Eu me coloco no lugar de pai, eu jamais... Tendo esse percentual elevado, mostrando o dano que a maconha causa para o resto da vida nos jovens, eu nunca aconselharia o meu filho a usar droga e trabalharia para ele não usar. Então, eu acho que isso... vamos tratar.

Agora, para terminar, e esse assunto a gente pode falar muito, eu queria dizer para vocês o seguinte: Brasília, por exemplo, tem uma pesquisa muito curiosa, Senador, que é o esgoto, para ver os metabólitos da cocaína, Senador.

Mais de seis toneladas – isso em 2015 –, mais de seis toneladas... Estima-se que mais de seis toneladas de cocaína são consumidas por ano aqui em Brasília. Agora deve ter dobrado isso aí.

Então, com a população usando cada vez mais droga, fica-se numa ilusão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, Deputado, por favor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Está bem.

E a última coisa que eu queria falar é: não vamos ser ingênuos! Tem um interesse poderoso econômico atrás desse *lobby* da maconha, que podem estar usando as mães, pode estar usando a....

A *VerdeMed* e a *Canopy Growth* chegam a publicar propaganda na *Folha de S.Paulo*, dizendo que maconha cura tudo! Que cura câncer! É a desinformação da desinformação. A pior coisa que pode acontecer é criar essa ilusão. A *Verdemed* tem uma propaganda, Damares, dizendo que a maconha cura 30 doenças! E cura?! Cura?! Não é para amenizar sintoma: cura!

Então, eu queria deixar aqui a minha posição. Nós vamos trabalhar muito na Câmara para não permitir a legalização, mas vamos trabalhar muito para garantir o remédio, a substância, que precisa ser usada para o controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, Senador.

O Deputado concluiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, só um minutinho!

A Senadora Mara Gabrilli se inscreveu. Está inscrita. Ela está em São Paulo. Ela teve um problema enorme também de deslocamento e ela pediu que fosse colocada na tela.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria só fazer uma pergunta: a que horas vai sair...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Eu peço que já coloquem a Senadora Mara Gabrilli na tela, conforme ela pediu. Ela só não está aqui, mas ela também é uma das que requereu esse evento.

Em seguida, eu passo a palavra a V. Exa. É, vamos deixar, é melhor, ela fala...

Senadora Mara Gabrilli, por favor, V. Exa. está com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia a todos!

Quero parabenizá-lo pela realização dessa audiência pública tão importante, que é de autoria do Senador Paim – o PL 89, de 2023.

Quero aproveitar a presença do Deputado Osmar Terra, meu colega de Congresso, a gente tem afinidades, muitas, um pelo outro, mas a gente tem bastantes discordâncias também.

Eu queria, Osmar, te cumprimentar e dizer que, quando a gente for fazer uma discussão sobre o uso adulto e recreativo da C*annabis*, aí será o momento para você trazer essa explicação. Você está falando no fórum errado, porque a gente não está falando do uso de drogas. A gente está falando do uso de medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou orientar o pessoal: as palmas estão liberadas, agora, as vaias não, o.k.? Combinado?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – E você teve a coragem de dizer, inclusive, que o óleo é mais destrutivo do que drogas.

Assim, eu me lembro de você falando que a covid seria uma gripezinha. Sabe, às vezes, a gente tem que parar para pensar e refletir para ver se a gente está de acordo com a época em que a gente está vivendo, se a gente não está errado. Às vezes, você pode estar errado.

Eu estava aqui para falar como Senadora, mas você me inspirou para falar como usuária, porque, assim, eu fiquei detonada! Eu peguei covid duas vezes e eu tive um problema seriíssimo de memória. E aí eu fui encaminhada para fazer uma avaliação neuropsicológica. Eu não tomei nenhum remédio que não fosse a maconha medicinal. E nesse exame neuropsicológico que eu fiz, do dia primeiro, quando eu estava sem memória, ao segundo, depois de cinco meses com o uso desse medicamento, o meu cérebro deu uma crescida enorme, assim, de habilidades para fazer contas, de memória, usando... O remédio que eu usei foi *Cannabis* medicinal. E eu uso isso, sim, para me dar bem-estar, porque ficar sentada em uma cadeira 24 horas por dia não é fácil, entendeu? Eu tenho dores musculares, eu tenho espasmos musculares... Então, quando a gente fala que realmente ameniza a dor, ameniza a dor. E a gente não está falando de boca de fumo. A gente não está falando de *crack*. Essa história que começa na maconha depois vai para cocaína, passa pela heroína e termina no *crack*, isso é uma coisa muito ultrapassada, Osmar. São substâncias totalmente diferentes e que não valem a discussão aqui.

O que me dói é que tem muita gente sentada aí, e tem muita gente assistindo, que passa dor e que sofre de doença e que se sentiu desrespeitada por você. Eu me senti desrespeitada por você. Eu não sou uma usuária de drogas; pelo contrário... E eu não sou uma defensora de cocaína. Eu não sou uma defensora de heroína. E não sou uma defensora do uso do álcool, que é liberado, e a gente sabe o que vem causando ao brasileiro, a toda a população, principalmente ao jovem.

São acidentes de carro... Eu me tornei tetraplégica, porque o motorista tinha bebido. E isso é autorizado. E que direito... Ninguém tem o direito de chegar aqui e dizer que um óleo, que é um remédio, estudado, e feito da forma que é feito, é pior do que álcool, do que cocaína, do que heroína e do que *crack*.

Então vamos respeitar quem sente dor. Vamos respeitar, inclusive, as verdades, a ciência, porque você trouxe vários dados que não são verdadeiros.

Osmar, desculpe, eu não sei qual é a mídia, qual é o veículo que você tem usado para leitura e para pesquisa. E essa nossa discussão aqui é outra. A gente não está falando de uso de droga. A gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de um projeto importantíssimo, que vem se somar ao Projeto 4.776, de 2019, do Senador Flávio Arns, que estão tramitando em conjunto por se complementarem.

E falo mais, Osmar Terra, venha para São Paulo ver como é que está a Cracolândia, que vem piorando a cada dia. E aquelas pessoas lá não começaram com maconha. Aquelas pessoas não tomam óleo de *Cannabis*.

A gente já tem estudo, inclusive, do óleo de *Cannabis* para amenizar o vício de pessoas que usam *crack*. Então a gente está num movimento totalmente contrário a esse que o senhor trouxe. E o dia que a gente fizer essa discussão sobre cocaína, sobre o uso da maconha, sobre o uso do *crack*, eu acho que o senhor vai bombar nessa audiência, trazendo esses dados, mas não nesta.

Eu quero agradecer a presença de todos os convidados que vieram trazer as suas contribuições a esse debate. E o Parlamento brasileiro vem buscando, com muita seriedade, promover mudanças legislativas necessárias para avançar na regulamentação do uso medicinal da *Cannabis* e também do seu cultivo.

Precisamos dar respostas e acalento a quem precisa de medicamento. São dez mil pacientes que já importaram a *Cannabis* medicinal com autorização da Anvisa.

Em 2021, entraram 80 mil medicamentos no país desse modo. Temos diversas associações de pacientes que cultivam a *Cannabis* por meio de *habeas corpus*. E algumas estão aqui nesta audiência. Todos clamam por nossa agilidade e sobretudo por respeito à saúde. Somam-se a eles os milhões de brasileiros que não têm recursos para a importação e aguardam com ansiedade, com desespero a dispensação, pelo SUS, desse medicamento. São pessoas com epilepsia, são pessoas com Parkinson. E diferente do que o senhor falou, Deputado Osmar Terra, são muitas as doenças em que as pesquisas estão mostrando que as pessoas estão amenizando danos e algumas até curando, sim: ansiedade, autismo, Alzheimer, dores crônicas, cânceres raros, cânceres agressivos, doenças raras e o mal do século – a depressão.

Tantos outros são incluídos aqui nessa lista das pesquisas que avançam a cada ano por todo o mundo. As 55 organizações da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras, a Febrararas, por exemplo, posicionaram-se publicamente a favor da regulamentação do cultivo e da produção da *Cannabis* medicinal no Brasil.

O Congresso brasileiro está seguindo o exemplo de outros países, infelizmente, com certo atraso. O Parlamento de Israel aprovou a primeira emenda para autorizar o uso medicinal em 1999. Já faz 23 anos. E aqui ficamos em atraso, prejudicando o acesso e a saúde dos brasileiros por conta de pessoas que ainda trazem informações distorcidas e irreais para essa discussão. Não estamos falando em viciar pessoas. Não podemos mais tolerar que se misture a discussão do uso medicinal e controlado com o tráfico de drogas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o drama de pessoas e o drama, o drama – a gente não pode julgar –, o drama de pessoas que são viciadas em drogas.

Alguém consegue imaginar Israel ou mesmo os Estados Unidos, que já têm diversos estados, como a Flórida, investindo no cultivo em larga escala; a Suíça, o Canadá, o Reino Unido... A gente consegue imaginar esses países promovendo o uso de drogas e o vício, como tem muito Parlamentar querendo fazer a sociedade acreditar?

O Governo israelense incentivou o cultivo da *Cannabis* por fazendeiros e se tornou um líder mundial na produção, a partir de 2016. E o governo impôs critérios para ampliar a qualidade do cultivo da planta, para oferecer produtos de alta qualidade para a exportação. Em 2019, o Parlamento de Israel alterou a legislação mais uma vez, autorizando o governo a exportar medicamento de *Cannabis*, e mais, convidou médicos do mundo inteiro para que pudessem ir para Israel, para que pudessem se qualificar, se capacitar para poder prescrever. Está aí uma sugestão para o médico Osmar Terra.

Essa política progressista adotada por Israel com base na ciência colocou as empresas israelenses como as maiores detentoras de patentes ligadas à maconha medicinal, em um mercado mundial que movimentou, somente em 2021, mais de US$27 bilhões, um mercado crescente, que gera empregos, que gera impostos, que salva vidas.

A gente acha que o Brasil está podendo desperdiçar uma oportunidade econômica dessa, com mais de 30 milhões de pessoas passando por insegurança alimentar? A gente não vai abrir a porta para os negócios?

Então, assim, para quem não se convence na saúde, que se convença com relação à economia, com relação ao investimento, com relação a dinheiro! Quem não tem ouvido para a saúde e tem ouvido para dinheiro, ouça isso que a gente está falando, leia os progressos, na economia, por conta da *Cannabis* medicinal.

E eu quero ressaltar que o Brasil perde muito em não avançar nesse processo. Cerca de 50 países no mundo já garantem o acesso e o uso terapêutico da *Cannabis* e, destes, 20 países já regulamentaram o plantio, o cultivo, a produção e a distribuição de medicamentos à base de *Cannabis*.

O Brasil tem imenso potencial de ingressar nesse grupo produtor de medicamentos de qualidade, de gerar emprego e, sobretudo, de baratear o acesso para o nosso povo. Estima-se que, com a produção nacional, o custo dos medicamentos será reduzido pela metade para o SUS, e é sempre importante aprender com as lições do passado.

Há cerca de 25 anos, o Brasil precisou lutar, internacionalmente, para quebrar as patentes de medicamentos do coquetel antiaids, porque eles chegaram a custar sete vezes mais para os brasileiros, justamente porque não produzíamos e o Governo não conseguia arcar com o alto custo da judicialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode continuar sendo espectador do avanço da medicina. A dor do brasileiro não é menor do que a dor dos estrangeiros.

Eu solicitei ao DataSenado – olha isso, Osmar Terra – uma pesquisa, em 2019, para verificar qual é a percepção da população sobre o tema. Detectamos que 87% dos entrevistados sabe que substâncias retiradas da *Cannabis* podem ser utilizadas em medicamentos para tratar doenças e que 79% são favoráveis à sua distribuição pelo SUS – 79% – e concordam com a produção nacional de medicamentos à base de *Cannabis*.

Eu estou falando do DataSenado, uma instituição muito séria, e esse é um dado importantíssimo para que a gente saiba. E vamos ouvir a vontade da população, trabalhar para avançar os projetos e colocar o nosso país na rota do desenvolvimento e não no caminho da desinformação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora. (*Palmas.*)

Muito bem, Senadora Mara Gabrilli.

O Deputado Osmar Terra é nosso convidado e aqui todos são tratados de forma igual como convidados. Sempre faço isso. Ele vai ter que se retirar e quer se despedir.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, ele quer se despedir!

Não, não, não! Não fiquem, não!

Não fiquem, e, por favor, eu quero ouvir os outros dez, e vamos ouvir os Senadores! Tem três Senadores na sala. O Deputado quer dois minutos para se despedir de vocês e, naturalmente, do debate de hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antes de ele sair, eu queria fazer uma pergunta para ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Teremos outros debates.

Senador Girão...

Teremos outras audiências, pessoal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, faça a pergunta!

Se puder, responda dentro dos dois minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu tenho várias perguntas aqui, Senador, mas, antes, eu queria apenas fazer apenas uma ponderação.

É um debate importante para a sociedade. Eu tenho um projeto de lei... Quero deixar claro que, se a gente quisesse ter resolvido isso desde 2020... Eu entrei com um projeto de lei, ouvi mães, ouvi associações, para que o SUS dê de graça o CBD, o medicamento, para as pessoas. Isso aí foi algo que, se a gente quisesse resolver, se os interesses não fossem outros, que a gente vai revelar em cada audiência dessa, a gente já teria resolvido.

Então, quero fazer uma pergunta... Eu tenho várias perguntas, mas o senhor vai ter que viajar... Outras vezes vai estar aqui conosco e responder às demais. Mas eu pergunto: maconha é remédio? Pergunta bem objetiva. Existe maconha medicinal ou isso é um mito, um mito que visa faturar bilhões de reais apenas com interesse financeiro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois minutos, conforme combinado, Deputado.

O SR. DEPUTADO FEDERAL OSMAR TERRA (Para expor.) – Bom, eu queria falar rapidinho com a Mara Gabrilli, que é minha amiga, a gente tem uma relação de muito tempo, inclusive no trabalho de primeira infância, no trabalho de prevenção de doenças. A gente tem uma caminhada aí. Eu gosto muito da Mara e detesto ter que discutir com a Mara, porque eu acho que a Mara é uma pessoa, é um símbolo.

Mas eu acho, Mara, que eu só não posso levar para casa a acusação de que eu não estou trabalhando com a ciência e que tu estás trabalhando com a ciência ou que os outros que pensam diferente estão trabalhando com a ciência. Eu nunca disse que a covid era uma gripezinha; quem disse isso foi o Drauzio Varella.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DEPUTADO FEDERAL OSMAR TERRA – O Drauzio Varella.

Não tem um vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou ter que dar mais um minuto para ele. Vocês o estão ajudando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEPUTADO FEDERAL OSMAR TERRA – Vocês não têm um vídeo, não existe um vídeo meu dizendo isso, e eu tenho milhares de vídeos na internet. Não tenho um vídeo dizendo isso. Eu sempre respeitei, porque eu coordenei o enfrentamento à pandemia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEPUTADO FEDERAL OSMAR TERRA – Talvez eu seja um dos únicos Parlamentares aqui, no Congresso, que teve experiência de gestão de pandemia. Então, eu só quero dizer isto.

E, quando houve um debate em que a Mara entrou por via virtual, lá na Câmara, sobre covid, e eu disse que não adiantava ficar em casa, que grupo de risco, como a Mara é, tem que ficar em casa, mas o contágio acontece independentemente de a pessoa estar isolada ou não, a Mara fez um comentário agressivo em relação ao que eu estava dizendo, e 15 dias depois ela ficou com covid, fechada em casa.

O vírus respiratório não se controla com o isolamento. O vírus respiratório entra em todos os lugares. Aliás, a Mara tinha que estar mais bem isolada naquela circunstância. Mas eu não estou aqui querendo entrar em debate. Só estou dizendo que ciência a gente pega por experiência também e por ler. Tem uma plataforma, que é a plataforma que todos os médicos leem – não é, Emmanuel? –, que é a PubMed, que é a base de todas as pesquisas científicas importantes que tem no mundo, que mostra efeitos deletérios da maconha.

Então, eu penso não só na Mara, naqueles que precisam usar medicamentos; eu penso em todos que ficaram dependentes, que não precisavam de medicamento e que ficaram com doenças graves para o resto da vida, sem conseguir trabalhar, sem conseguir estudar, destruindo, inclusive, sua família junto. Então, eu acho que é um debate para a gente fazer...

E a pergunta do Senador Girão: não existe maconha medicinal...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, pessoal! Ele está no último segundo que ele vai usar.

Para concluir, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Maconha medicinal é a mesma coisa que dizer que existe cocaína medicinal, que existe heroína medicinal, porque todos têm uma molécula ou outra que pode fazer efeito e pode ajudar alguma pessoa. Então, tem que separar a molécula e usar como remédio.

Muito obrigado. Um grande abraço a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida passamos a palavra...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado por ter vindo, Deputado.

Por favor, Renan Abdalla, Médico e Diretor Técnico da Clínica Renasce, com experiência em prescrição de produtos derivados da *Cannabis.*

O tempo é seu por 10 minutos.

Em seguida, damos sequência aos outros convidados.

O SR. RENAN ABDALLA – Agradeço o convite...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, não permitam provocação. Quem faz provocação não ajuda a discutir o projeto. Não aceitem provocação...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não aceitem provocação de ninguém!

Deputado, por favor! O convidado é que vai usar a palavra.

Pode usar a palavra.

O SR. RENAN ABDALLA (Para expor.) – Agradeço o convite, Senador Paulo Paim.

O debate... A liberdade é muito importante. Espero que o PL 89, de 2023, seja mais um marco.

Quanto à Senadora Mara Gabrilli: realmente é muito enriquecedora a presença dela nos debates, ela é uma pessoa muito importante que sempre nos fortalece quanto à causa da *Cannabis.* Inclusive, alguns meses atrás, a gente teve uma posição do Conselho Federal de Medicina e ela também se posicionou contra isso, fez vídeos. Então, realmente, ela é uma pessoa muito importante nessa causa.

Não sei se hoje temos aqui o Conselheiro do Conselho Federal de Medicina... Está presente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN ABDALLA – Olá para o Conselheiro também, seja bem-vindo!

Então, quanto ao Senador Osmar Terra... Isso não estava hoje programado aqui, mas é uma crueldade a gente comparar a planta *Cannabis* com o *crack,* por exemplo, o efeito dela, a dependência, o uso. Hoje aqui o debate é sobre o uso medicinal da *Cannabis.* Existe, sim, o uso terapêutico da *Cannabis*, a gente vai falar um pouco sobre isso, mas comparar e trazer essa política de drogas que Osmar Terra tem... Ele viveu com seus olhos essa dependência química, cracolândia... Realmente acredito que não tem lugar aqui hoje e é totalmente diferente, tá? Não pelo componente da planta, mas pelo que ele tenta expressar como uso fumado da *Cannabis.*

Hoje vamos falar um pouquinho aqui também então da minha história com a *Cannabis.*

Eu conheci a *Cannabis* em 2016 através de mães que estavam comentando e postando vídeos sobre a melhora de seus filhos. Na época, uma criança com crise convulsiva... Conheci através de uma associação que lá em 2016 não tinha a legalidade que tem hoje, como muitas associações também tramitam... E o relato dessa mãe em 2016 – eu estava no último ano de Medicina – me chamou muito a atenção. Iniciei o uso da *Cannabis*, de um óleo artesanal para o filho dela, de CBD, e essa criança estava tendo controle das crises convulsivas e, ainda assim, estava desmamando e já havia retirado alguns medicamentos, algo que a gente vê acontecendo hoje na prática clínica. Quem vive a *Cannabis* vê que, muitas vezes, ela tem esse poder de suprir alguns medicamentos. Talvez até por esse ponto que o Osmar Terra disse da dependência química, porque muitas das pessoas que nos buscam, Senador, estão realmente intoxicadas.

A dependência química é muito grande, não só de drogas que não são liberadas, mas, sim, de drogas liberadas, prescritas ou compradas de forma irregular na farmácia, mas é muita gente intoxicada, polimedicada. E essas drogas também trazem muitos efeitos colaterais, muitas questões negativas.

Então, a *Cannabis* é, sim, algo que a gente tem que trazer, tem que trazer como alternativa para esses pacientes e temos que debater, temos que trazer essas leis, para que não seja a última opção, porque é muito cruel o paciente chegar ao consultório... Algo que a gente, praticamente todos os dias: "Doutor, essa é a nossa última opção, a *Cannabis* é nossa última opção".

Será que a gente, com uma planta que tem mais de 500 componentes, precisa... Uma planta que tem o seu uso, se feito de forma ali organizada, com cautela, tem uma segurança incrível, muito segura, com baixos efeitos colaterais. Até mesmo falando da outra planta, que é o outro componente, o THC. Eu vou falar um pouco dele hoje também.

Mas assim hoje, como médico, então, eu observo uma procura cada vez maior no consultório de pacientes, de médicos também buscando aprender, entender um pouco mais sobre a prática clínica. Então, a demanda está acontecendo, as famílias estão buscando a *Cannabis* e cada vez antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há 30 anos, mais ou menos 30 anos, nós tivemos uma grande descoberta, Senador Paulo Paim, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, está havendo um pequeno mal-entendido nas portarias. Tem muita gente querendo entrar pela importância do tema.

Então, não dá. A sala de fato está lotada. Não cabe aqui dentro. Está lotada, está no limite. Isso é verdadeiro. Se não fosse, eu diria. Como está lotada, eu queria aconselhar a eles que assistam. Nós estamos ao vivo desde as 9 horas da manhã pela TV Senado. Procurem espaço onde tenha TV, liguem na TV Senado porque está ao vivo.

Deve ter umas 50 pessoas lá fora querendo entrar, o que é bom, é prestígio para esta Comissão, é prestígio para o tema. Sinal que as pessoas estão interessadas para, de uma vez por todas, apontar caminhos sobre esse tema aqui. É isso que as pessoas querem.

Volta para você. Eu te darei o minuto que eu roubei de você. Usei inapropriadamente.

O SR. RENAN ABDALLA – Então, há 30 anos, mais ou menos 30 anos atrás, pesquisa feita em Israel, em cérebros de suínos, descobriu-se que o cérebro do suíno tem receptores com os quais a *Cannabis* se conecta, Senador, principalmente o componente ativo dela, que é o THC. E eles denominaram essa conexão, essa plataforma de receptor canabinoide.

Então, nós temos receptores canabinoides do tipo 1 e do tipo 2. E não é só no suíno, é em todos os animais vertebrados da natureza. Então, é crueldade a gente trazer outras questões, outras drogas e falar que a *Cannabis* não tem esse poder medicinal. Nós temos, sim, conexões com a *Cannabis*. Na verdade, essa conexão é feita por um canabinoide que nós produzimos e denominamos de anandamida, que é muito similar à molécula ativa da *Cannabis*, que é o THC.

Então, vamos lá. Hoje principalmente a gente vê no consultório, no dia a dia, os pacientes que mais buscam a *Cannabis*: autismo, epilepsia, paralisia cerebral, crianças especiais, muita gente com ansiedade, depressão, insônia, pacientes com fibromialgia, que sofrem muito, o paciente tem dor, tem fadiga, tem cansaço, tem insônia. Tem pesquisadores que dizem que a fibromialgia é uma desregulação do sistema da *Cannabis*.

Então a gente tem que avançar muito mais nesse debate.

Esclerose múltipla, dores neuropáticas, Alzheimer, Parkinson, doenças neurodegenerativas, Huntington, tá? São milhares já de pacientes atendidos, Senador, e por isso eu sempre digo, a *Cannabis* não é o canabidiol apenas. Esse discurso não pode acontecer, isso não pode estar em projetos de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? O canabidiol tem uma limitação muito grande quando a gente fala de dor, quando a gente fala de doenças neurodegenerativas, alguns casos até de epilepsia, autismo severo, câncer. Quem estimula o apetite no paciente com câncer, quem melhora a dor do paciente é o THC. Então a gente não pode trazer o canabidiol como uma molécula isolada, que é isso aqui da *Cannabis*. Não, a *Cannabis* tem mais de 177 fitocanabinoides, e a gente precisa usá-los.

Essa é a grande importância também das associações alternativas, Santa Cannabis, Flor da Vida, Maria Flor, Apepi, Abrace. Por quê? Porque a limitação de trazer um produto com THC de fora do Brasil é muito maior. É mais caro, é mais difícil. E aqui a gente tem esse produto com um preço muito melhor. Produtos que no plano terapêutico, Senador, quando a gente fala de pacientes polimedicados, pacientes difíceis de ser tratados, que já são resistentes, a gente tem que usar o máximo que a planta nos oferece. E muitas vezes, eu preciso utilizar um óleo de canabidiol junto com óleo de THC, ou fazer um óleo meio a meio, um óleo com mais THC. Então as associações também têm essa importância de ter esses produtos de THC aqui no Brasil, fácil acesso para os nossos pacientes e para as famílias.

Então mais um ponto aqui que eu tenho é para falar do rateio na hora do plano terapêutico. Então a gente começa a entender na prática que é tudo muito importante. O CBD isolado é diferente de um óleo de CBD que, a cada 100mg, tem um de THC, que é diferente de um óleo de CBD que, a cada 10mg, tem um de THC, que é diferente de um produto que tem metade CBD e metade THC, que é diferente de um produto que tem mais THC. Então a *Cannabis* é muito além do canabidiol.

Quando a gente está realmente frente a frente com o paciente, querendo buscar a melhora do paciente, é muito importante a gente trazer os componentes da planta, ter opções, tá? Então isso, queria deixar claro aqui, das associações, que são fundamentais.

Nos últimos anos, a gente acompanhou um grande avanço nos debates. Estados como o Paraná, porque eu sou paranaense, lá de Curitiba, com o Deputado Goura, com o projeto da Lei Pétala. Tivemos em São Paulo, Rio de Janeiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN ABDALLA – Estamos aqui hoje no Senado. Então, sem dúvida, a informação, o debate é muito importante, tá?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Um minuto.

O SR. RENAN ABDALLA – Outra questão que eu quero trazer é: será que nós precisamos trazer a *Cannabis* como última opção? Será que, para essas famílias que estão sofrendo, ou famílias com câncer, com Alzheimer, precisa ser a última opção para eles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que eu quero falar aqui para o conselheiro do CFM e para o CFM é que nós médicos temos muito pouco respaldo, Senador. Nós não temos ainda uma lei assim, uma RDC que nos auxilie, que nos dê respaldo na hora de prescrever os derivados da *Cannabis*. E isso influencia muito nos médicos que estão para vir e na hora de o médico prescrever, se o conselho não autoriza. Isso não é ensinado nas universidades. Não adianta projeto de lei se a gente não tem médicos para prescrever, se a gente não tem isso sendo ensinado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, por favor, doutor.

O SR. RENAN ABDALLA – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Dr. Renan Abdalla, que expôs o seu ponto de vista.

Eu faço um convite aos que estão na mesa para que voltem e se sentem na primeira fila. Terão oportunidade nas considerações finais, no encerramento, como teve, também, o Deputado Osmar Terra.

Vamos para a segunda mesa.

Vocês terão oportunidade, nas considerações finais, como ele teve. Eu peço que retornem ao Plenário só para evitar o pingue-pongue, mas vocês terão oportunidade de falar. O.k., amigos?

Chamo o Alex Machado Campos para a mesa. Por favor. Está presente o Alex? Seja bem-vindo o Diretor da Anvisa. (*Palmas.*)

Liane Maria Pereira, mãe de Caroline Pereira da Silva. Plantou e fez o... Disseram-me que não era bem esse o termo. É plantou ou cultivou?

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – Tenho a planta em casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem a planta em casa. Ela vai dar o depoimento aqui da história dela. É mãe de Carolina Silva, que uso o próprio óleo na filha, com liberação judicial.

Rafael Arcuri, Diretor Executivo da Associação Nacional do Cânhamo Industrial. Está aqui presente também.

Meus cumprimentos ao Rafael. (*Palmas.*)

Maria de Fátima Rato Padin, Doutora em Ciências pelo Departamento de Psiquiatria da Unifesp. Está aqui a doutora? Ela entra virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ladislau Porto, advogado representante de associações de pacientes. Está aí?

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Luiz Henrique Gomes de Almeida, representante da Região Norte do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União.

Se eu não me engano... Quem é que pediu para entrar neste momento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria de Fátima Padin, Doutora em Ciências pelo Departamento de Psiquiatria da Unifesp, está com a palavra, neste momento, por dez minutos.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA RATO PADIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos! Eu gostaria de agradecer imensamente o convite.

A minha proposta inicial é destacar pontos absolutamente prioritários na discussão desse tema. Diversas pesquisas realizadas no Brasil e em todo o mundo tentam descobrir se, realmente, há eficácia do uso no canabidiol nas diversas doenças.

A Associação Brasileira de Psiquiatria deixou claro que não há evidências científicas suficientes para justificar o uso de nenhum dos derivados da *Cannabis* no tratamento de doenças mentais.

Fiquei um pouco impactada quando o doutor me falou do canabidiol para depressão, fiquei bem impactada. Confesso que trabalho com adolescentes, trabalho numa área de prevenção e que fiquei muito impactada. Exatamente porque nós temos um associação extremamente importante, no Brasil, que reforça, de fato, que não é possível a utilização da *Cannabis* para nenhum tratamento de doença de transtorno mental.

O Conselho Federal de Medicina autorizou a prescrição somente para o tratamento de epilepsia de crianças e do adolescente associado às síndromes de Dravet e de Lennox e ao complexo de esclerose tuberosa, e somente nos casos em que a paciente não tiver apresentado bons resultados com tratamentos convencionais.

O que eu quero dizer é que nós temos uma infinidade de tratamentos, e, é lógico, existem pacientes que são refratários nesses casos dessas crianças, nessas síndromes e nessa questão da esclerose. Não tenha dúvida. E, já que são resistentes ou refratárias, sim, o Conselho Federal de Medicina aprova.

Eu acho que tem uma coisa muito importante, porque tem algumas coisas distorcidas que eu queria colocar aqui em relação aos Estados Unidos. Nós temos lá o FDA, que é o órgão regulador governamental lá, como a Anvisa daqui, que entende, sim, que há um interesse crescente na utilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencial do *Cannabis* para uma variedade de condições médicas, bem como a pesquisa – prestem atenção! –, a pesquisa sobre efeitos adversos à saúde, decorrentes do uso de *Cannabis*.

Então, existe uma preocupação, sim, de se atender a isso pelo FDA. Só que, até o momento, o FDA... Isso precisa estar registrado, por favor, porque isso não é divulgado e impacta, como a falta de informação, nesse volume, que acontece em vários meios. O FDA não aprovou o pedido de comercialização de *Cannabis* para o tratamento de qualquer doença ou condição clínica. No entanto, ele aprovou medicamento derivado da *Cannabis*, o canabidiol, e três medicamentos sintéticos relacionados à *Cannabis:* Marinol e Cesamet.

Prestem atenção, por favor! Esses medicamentos aprovados estão disponíveis apenas com receita médica de um profissional de saúde licenciado, e é importante nós ressaltarmos que o FDA não aprovou nenhum outro produto de *Cannabis*, derivados de *Cannabis*, ou o canabidiol, atualmente disponível no mercado.

Então, quando eu ouço: "Nós temos que importar. Nós trazemos de fora", você está fazendo isso ilegalmente. O FDA não aprovou, que é o órgão regulador. O que nós estamos fazendo com essa vinda? Quem é que está fazendo isso?

Eu destaco essas preocupações, porque nós não temos que contrariar a essência da ética na saúde, assumindo eficácia e segurança sem dispor de dados confiáveis para isso. Nós temos é que olhar os órgãos reguladores que se tem – FDA, Anvisa, Conselho Federal de Medicina. Nós temos que olhar para isso. É de extrema importância ampliar o olhar em relação a isso.

Agora, eu tenho que colocar pontos relevantes. Por favor, como psicóloga, como especialista em TCC, lidando com os adolescentes, como professora, sobre a associação do nome *Cannabis* à maconha medicinal, eu vou tomar o exemplo... O Ministro falou, o Deputado aí, temos como exemplo o remédio Captopril. Ele é feito, de fato, com o veneno da jararaca, uma das mais venenosas. É utilizado e receitado para pacientes hipertensos, e nem por isso nós falamos de veneno da cobra medicinal.

Por favor! A Terapia Cognitivo Comportamental trabalha com crenças distorcidas. Por que a mídia tem um impacto violento? "Beba com moderação". Estão mandando a gente fazer o quê?

Essas comunicações afetam, de fato, toda

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARIA DE FÁTIMA RATO PADIN (*Por videoconferência.*) – Eu vou dizer uma coisa: uma das consequências dessa associação publicitária da maconha como produto natural e medicinal é principalmente com os nossos jovens. Minimiza a percepção dos riscos e envolvimento com o consumo. A coisa que eu mais ouço no consultório: "Doutora, maconha é natural, é uma planta, é blá-blá-blá...". É o que eu mais ouço! O que eu mais ouço é essa distorção cognitiva, essa associação de maconha com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planta medicinal, com ela é a... Vamos olhar que são os componentes dela, assim como o veneno da cobra e outros que o doutor também mencionou.

O que a gente sabe que acontece com os jovens é que eles minimizam a percepção dos riscos e do envolvimento com o consumo da maconha. Tem ligação, sim! Desculpem-me! Como professora, como psicóloga com 38 anos de formada, é impossível a gente desconectar as coisas. Os nossos cérebros conectam e fazem ligações. Os nossos adolescentes, o que eles querem é qualquer coisa, qualquer motivo para poder fazer essa utilização.

Por favor, eu peço que vocês entendam que o uso da maconha pelos adolescentes está diretamente relacionado com a diminuição da espessura do córtex cerebral, com a diminuição dos receptores canabinoides. Nós temos esses receptores, não tenham dúvida. Não são só lá os bichinhos não, doutor. Nós temos, e é por isso que essa conexão faz sentido. Temos efeitos devastadores nos comportamentos dos adolescentes, desenvolvimento de psicoses, alto potencial irreversível de transtornos mentais, perda da iniciativa e da capacidade crítica, prejuízo na aprendizagem, nas relações interpessoais e familiares.

Por favor, nós temos que proteger esses jovens. Por favor, pensem de forma publicitária o que a mídia faz: ela associa bebida com mulheres bonitas, maravilhosas, não é? E, aí, eu quero ser uma. E, aí, eu associo a maconha como uma coisa natural e uhuu!, uhuu! uhuu! Qual a finalidade disso? Por favor! Vocês têm filhos! Como é que nós podemos fazer esse tipo de...

Na minha época, nós tínhamos o cigarro. Era o cigarro de chocolate da Pan. Vejam só a atuação da mídia e do comércio em cima dos jovens lá naquela época. Eu fui fumante, eu fui fumante. O cigarro... Como é que chamava? "É o fino que satisfaz". Não é verdade? É o sucesso. Hollywood! Quem não quer ir para Hollywood? Por favor, pensem nos jovens, não façam essas associações. Por favor, eles têm essa capacidade de percepção seletiva. Olhem o que nós podemos fazer com isso.

Olhem, é muito sério o que eu vou falar agora. Nós todos, enquanto sociedade... Vocês que estão aqui, nós aqui, a gente não conseguiu fazer o cumprimento da legislação para as bebidas alcoólicas nem para o tabaco para os nossos adolescentes. Por que isso não acontece se a legislação estabelece que é proibido? Se nem isso vocês conseguiram, nós não conseguimos, e, agora, estamos falando na questão de ampliar maconha medicinal nessa inversão cognitiva? É o fino que satisfaz também? É Hollywood? Quem não quer ir para Hollywood? Até eu quero ir para Hollywood até hoje. Essas associações midiáticas vão lesar os nossos jovens, porque existe uma distorção cognitiva. Por favor!

Outra coisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA DE FÁTIMA RATO PADIN (*Por videoconferência.*) – ... importante, gente. É muito grave o plantio doméstico da maconha. Os cidadãos comuns sabem extrair somente o canabidiol, excluindo o THC, tetra-hidrocarbinol, que é altamente viciante, dependente, doutor? Como nós podemos incluir nas medicações o THC, que é a substância que faz o indivíduo ficar dependente?

Eu vou plantar na minha casa? Quer dizer, eu vou excluir os laboratórios e agências reguladoras, porque "eu sei na minha casa plantar maconha e extrair?!". Eu estou estupefata com esse tipo de colocação em que eu excluo totalmente a indústria farmacêutica, os especialistas!

Bom, finalizando, lembro só que, com o uso e abuso de *Cannabis*, tem o agravamento de doenças mentais, sim! E, atualmente, a síndrome de hiperêmese canabinoide, que é uma síndrome de vômitos cíclicos... Peguem o PubMed, que é o maior centro de pesquisa e de artigos científicos. E o meu pedido é que a ciência na saúde prevaleça sobre os aspectos comerciais, contra aspectos comerciais – sim, eu sou – e financeiros que sabemos que estão atrás por essa comercialização.

Desculpem-me, mas, na medida em que a gente conectar a venda de maconha medicinal com grana – desculpem –, nós estamos fazendo uma parceria com a indústria do tabaco e com todas as legislações que até hoje estão aí detonando a vida dos nossos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA RATO PADIN (*Por videoconferência.*) – Nada, uma andorinha só não faz verão, e nós temos que fazer as conexões.

Por favor, por favor, sigam os órgãos reguladores, e não falem dos Estados Unidos sem saber qual é a posição oficial do FDA.

"Trazemos", trazemos como? O que ele legaliza lá?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DE FÁTIMA RATO PADIN (*Por videoconferência.*) – Como é o funcionamento lá?

Realmente, prioritariamente, o que o FDA legaliza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seu tempo terminou, e nós estamos exigindo aqui que todos...

A SRA. MARIA DE FÁTIMA RATO PADIN (*Por videoconferência.*) – Obrigada, obrigada, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço pela sua fala e, de imediato, passo a palavra à Liane Maria Pereira, mãe de Caroline Pereira da Silva, que plantou, e colheu o óleo para uso medicinal.

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA (Para expor.) – Eu tenho uma mídia para apresentar, por favor.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e, na pessoa dele, cumprimento as autoridades. Quero cumprimentar a Margarete, da Apepi, uma das primeiras associações que eu conheci, e, na pessoa dela, cumprimentar a Cidinha Carvalho, que é da Cultive – Associação: se eu estou aqui hoje e se tenho minha viva, é porque a Cultive existe.

Muito obrigada, Cidinha e Cultive, família Cultive.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – E começo dizendo que nós não temos interesses financeiros, porque, em sete cursos, – eu vim lá de Canoas, do Rio Grande do Sul, cidade do nosso Senador Paim, para aprender –, eu não paguei um centavo para a Cultive e tive o privilégio de escutar o Dr. Filev, que está na nossa plateia, e tive a felicidade de conhecer a Dra. Eliane e, principalmente, de conhecer o nosso mestre, Dr. Carlini. Totalmente de graça!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – Quero dizer que, em 2019, quando eu estive nesta Casa, fui chamada pelo nosso então Ministro Osmar Terra como "mãezinha".

Eu quero dizer que eu não sou mãezinha; eu sou mãe, eu sou mulher, eu sou batalhadora. Se eu estou aqui hoje plantando, é porque lá em 2014 eu passei mais de seis meses direto com a minha filha dentro da Santa Casa e, através do filme Ilegal, eu vi uma luz no final do túnel, porque eu estava já pensando numa cirurgia lá no hospital da PUC, no Instituto do Cérebro, para parar as mais de 50 crises convulsivas que a minha filha tinha por dia.

Quero dizer, sim, que eu conheço o que as drogas fazem nos nossos filhos, porque eu tinha uma filha com o olhar perdido, que babava, que não brincava, que usava cadeira de rodas e que usava sonda gástrica para se alimentar. Hoje eu tenho uma adolescente que não está curada, ela tem síndrome de Dravet, que não tem cura, e, por palavras do nosso Conselho Federal de Medicina, a partir dos 18 anos, ela não vai poder usar mais a nossa *Cannabis*. E a Dravet está incluída nas três síndromes que têm essa liberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu tenho uma adolescente que não usa mais cadeira de rodas, que canta e grava TikTok e que está hoje, sim, com 13 anos, frequentando um segundo ano junto com crianças de 7 anos, mas que está até copiando do quadro.

Pode passar, por favor.

Nós somos lá de Canoas, então, Caroline tem síndrome de Dravet.

O próximo, por favor.

Aí era minha filha, lá em 2014, 2015, quando a minha casa era o hospital. Ali é ela, como ela era, um olhar perdido, babando.

Pode passar, por favor.

Em 2019, eu ganho o primeiro *habeas corpus* do Rio Grande do Sul. Levei duas plantas no avião de São Paulo para o Rio Grande do Sul, morrendo de medo, porque eu não tenho um... Aliás, hoje eu tenho um processo na vara criminal, porque nós demos entrada no *habeas corpus* na vara cível em Canoas e foi para a vara criminal, porém o nosso processo foi para o Ministério Público, e a procuradora foi muito feliz ao enumerar as diferentes penas que eu estava cometendo e, depois, ao enumerar todos os direitos que eu estava buscando, principalmente o direito à saúde, que hoje a minha filha tem.

Dravet não tem cura, a expectativa de vida não é longa! E eu vou me preocupar com o que o óleo vai fazer daqui a alguns anos se eu tenho a certeza do que o Dravet vai fazer daqui a uns anos?

Ali eu digo: não brincamos com a vida.

De 2017 para cá, muito eu estudei, muito eu paguei de viagens para aprender. A ignorância leva ao preconceito. Eu busquei, sim, saber que não é o canabidiol isolado que faz bem para a minha filha. Minha filha usou um ano e sete meses o óleo da HempMeds. Mudaram as crises? Sim. Elas diminuíram de tamanho, mas aumentaram de tempo.

Todas as mães que estão aqui ou pais sabem o que é um minuto convulsionando. Agora, imaginem você ir de Canoas à Porto Alegre e ter a sua filha mais de 20 minutos convulsionando, sem saber se ela vai sair do mal-estar epilético. Dói muito, faz a gente ir à busca, sim!

O próximo, por favor.

Este é o sorriso da minha filha hoje.

Lá atrás estão as nossas plantas.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – Eu tenho, sim, maconha no quintal; eu tenho, sim, plantas! E, gente, eu tenho dois jovens em casa, de 19 e de 22 anos, e eu não tenho preocupação com eles, porque ali está – como a gente fala, nós estamos hoje falando em termos medicinais – o medicamento da minha filha, que eu extraio com as minhas duas mãos, por que eu não preciso pagar os R$2,5 mil, porque hoje o remédio que a minha filha usa equivale ao da Prati, que está nas farmácias e é o que custa mais de R$2,5 mil. Eu, como professora pública, no Brasil, não teria condições de pagar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – Isso, R$2,5 mil.

Então, o meu remédio, hoje... Eu já estou, hoje, aqui no Senado, com dois vidrinhos fechados e plantas secando, me esperando, para fazer a extração, o que vai custar um álcool de cereais e um óleo e que, hoje, é o único medicamento que a Carol usa. Nós desmamamos, ao longo de dois anos, cinco anticonvulsivos, que ela usava em dose máxima.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – Hoje, Carol usa 15 gotas pela manhã e 20 gotas à noite. A sonda gástrica foi retirada em 2019, e Carol come tudo pela boca. E come, porque sustentar um corpo de 1,7m não é assim, não é?

A cadeira de rodas nós doamos, porque a Carol hoje não precisa mais. Ela não tem mais crises. Ela tem pequenos escapes de mioclonias somente. Isso, para Dravet, é uma grande vitória!

O próximo, por favor.

Eu trago agora o exemplo da Luíza, uma outra criança do Rio Grande do Sul, que se trata com óleo também – o antes e o depois. A Luíza não caminhava, a Luíza tinha muitas crises e, após o óleo, parou de internar. Então, é uma vitória também! Não é só a Carol! A minha luta hoje não pode ser só pela Carol. Eu uso a frase pela Carol e por muitas Caróis. É por isso que eu continuo a minha luta.

O próximo, por favor.

Aí nós temos uma outra criança, o Theo, que tem síndrome de Sturge-Weber. Ele é paciente da PUC do Rio Grande do Sul, onde estava com encaminhamento para a cirurgia da dissecção dos dois hemisférios do cérebro. Hoje, o Theo, que não tinha previsão de caminhar, caminha. E o Dr. Paglioli, que é uma sumidade no Rio Grande do Sul, junto com o Dr. André Palmini, que é outra sumidade de reconhecimento nacional, eliminaram a cirurgia. Ele não precisa mais fazer. Disseram que não tem o porquê. E é isso que fez o nosso óleo da nossa planta.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu encerro mostrando para vocês o chimarrão – nosso clássico diário no Rio Grande do Sul –, que é apenas uma planta, sim! Nós não precisamos ir atrás de um medicamento sintético. Não é isso, Senador Paim, que nós queremos! Nós não queremos sintetizar a maconha. Nós temos associações maravilhosas dando amparo aos nossos pacientes. Nós temos *habeas*. Tem que ter seriedade, sim! Eu não estou brincando com a vida!

Com as plantas lá em casa nós temos preocupação, desde a parte como nós vamos destruir, se chegar alguma praga. Nós temos preocupação com o solo. Nós temos uma preocupação de que o óleo tenha sempre as mesmas etapas, a mesma padronização, porque, ao abrir um vidro, eu vou dar continuidade à mesma dosagem para a minha filha.

Eu não estou brincando com a vida! Eu não estou brincando de ganhar dinheiro! Eu não estou brincando de esperar sentada pelo que vem!

Em 2014, eu senti a minha filha como que um ovo aberto nas minhas mãos. A vida dela estava escorrendo pelos meus dedos. Hoje, graças a Deus e à planta, eu tenho a minha filha viva! Ela tem brilho no olhar. Ela vibra com as coisas. E isso é muito importante!

Ontem, ela mandou um áudio para mim, quando eu estava vindo no aeroporto, e aí eu vejo que a síndrome ainda está ali. É uma fala que ainda gagueja um pouco. Mas eu não quero perfeição. Nós não somos perfeitos! Cada um de nós tem as suas peculiaridades. Nós somos especiais. Eu quero que a vida brote no dia a dia da minha filha.

É quando eu uso a frase: é apenas uma planta. É sim! Eu a tenho e eu tenho muitas outras plantas – eu tenho tomate, eu tenho... Ah, é uma horta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA – E, ali na nossa página da @lfcpereira, eu passo muitos vídeos, onde eu mostro as vitórias da Carol. E essas vitórias hoje saem do meu portão, porque eu quero que a qualidade de vida que eu tenho hoje outros pacientes também tenham.

Eu agradeço este momento.

Eu espero que esta Casa continue os debates, continue escutando a nós mães. A Dra. Eliane e a Angela falaram muito bem: nós mães temos um poder muito grande nessa luta.

Eu me sinto muito feliz por ter médicos, sim, que não estão brincando, mas que estão comigo nesta caminhada, que acreditam no meu potencial, que acreditam que eu sou capaz, porque eu estudei e continuo estudando, e fico muito feliz e honrada de poder trazer o meu depoimento.

Força, Carol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço por vocês terem me escutado. E que a gente continue podendo avançar nesta área.

Obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Liane Pereira, mãe da Carol.

Fica aqui o nosso abraço também à Carol e a todas as outras crianças que você, aqui, mostrou para nós todos.

De imediato, o Dr. Alex Machado Campos, que é Diretor da Anvisa.

O SR. ALEX CAMPOS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento, cumprimentando assim o Senado Federal e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Meus cumprimentos também aos Senadores presentes – a Senadora Damares, a Senadora Mara Gabrilli, que nos escuta remotamente, o Senador Izalci, o Senador Girão, que esteve conosco, enfim –, em nome de quem cumprimento todos os Senadores da República, trazendo o nosso respeito e o nosso carinho institucional com esta Casa da República, que tanto contribui para os debates institucionais.

A participação da Anvisa, Senador Paulo Paim, nesta sessão, tem três objetivos. O primeiro é subsidiar o Senado da República nos trabalhos legislativos voltados à aprovação da matéria. Depois, trazer algo que eu acho que é caro a este debate: o *status* regulatório desse tema na Anvisa. Sem sombra de dúvida, informações que podem contribuir para o aclaramento do debate e para os avanços que esse tema tem alcançado no país e no âmbito da Anvisa também. Por fim, trazer uma manifestação da alta direção da Anvisa sobre o nosso papel nessa questão e, sobretudo, declarar a nossa humildade institucional nesse debate. O propósito da agência, sobretudo, é ouvir. A boa regulação é proveniente justamente da capacidade dos agentes reguladores de escutar os atores sociais, de entender os problemas regulatórios associados ao tema, e o Senado da República promove e dá esta oportunidade à Anvisa de promover um esclarecimento público e de trazer o *status* da matéria na agência.

A Anvisa o faz também com muita empatia institucional, reconhecendo a dor e o trabalho de mães, como a nossa debatedora, que me antecedeu, que traz relatos sobre as condições familiares e de pacientes, de filhos e que, portanto, merece toda a atenção da Anvisa, merece toda a nossa humildade institucional e a nossa capacidade de auscultar a sociedade.

Ao trazer esta ambientação, Senador, trago também a visão da Anvisa sobre o papel dela como agência de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que foi mais do que proclamado, durante a pandemia – e a Anvisa ficou muito conhecida nesse período –, o trabalho que desempenhou, sobretudo porque fez uma opção por estar ao lado da ciência, por estar ao lado das evidências científicas, e assim se pautou durante toda a pandemia, aliás, em muitos momentos, vindo a este Senado prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional.

Em vista disso, em vista desse papel, que se pauta por uma ciência regulatória, e a ciência regulatória requer método, requer técnica, é escrava de regras, e talvez, por isso, em muitas questões, a regulação ande em descompasso com a realidade social, com a realidade econômica e até com os problemas da regulação...

A tecnologia e as questões regulatórias sempre vão estar à frente da capacidade do Estado de reconhecer essa velocidade, e é bom que assim seja porque a inovação, a tecnologia sempre vão estar à frente. É nesse sentido que a Anvisa se posiciona, coloca-se como agência de Estado.

Em vista disso, em vista desses critérios, eu gostaria de antecipar, do ponto de vista institucional também, que a autorização da *Cannabis* medicinal já é uma realidade do ponto de vista da ciência, do ponto de vista dos avanços regulatórios no âmbito do Brasil, no âmbito da Anvisa. E essa constatação, que se traduz em números, vai ser lançada ali, Senador, num conjunto de lâminas que trago que consubstanciam essa minha fala no sentido de que esses avanços também espelham um pouco do que outras agências reguladoras no mundo andam fazendo, andam trabalhando. De maneira que o trabalho que está em curso na Anvisa não destoa muito do que está acontecendo no Canadá, na Suíça, na Alemanha e em Portugal do ponto de vista regulatório. Se ainda há uma lacuna, se ainda há uma distância... E aqui cumprimento o Ladislau, com quem tenho participado de outros debates. Aliás, a Anvisa tem participado de todos os debates, porque está em curso, na agência, inclusive, a revisão de uma norma importante.

O que eu posso adiantar é que o debate em curso na agência, conquanto ainda, digamos assim, distante para alguns em termos de expectativa sobre outras possibilidades de regulação, inclusive para acolher a iniciativa de pais e de famílias que adotam como estratégia, por exemplo, o plantio doméstico, o fato é que a gente está nessa discussão e com essa humildade institucional com a qual falei, com a qual dialoguei, para dizer que a Anvisa... Hoje é um debate vivo, é um debate aceso, está na pauta da agência este ano, está em curso, como eu disse, a avaliação de uma norma que é a RDC 327, muito conhecida, que foi a norma que viabilizou a regularização, até nesse instante, de 26 produtos à base de *Cannabis* no Brasil. Então, nós temos um medicamento registrado no Brasil, que é o Mevatyl, todos conhecem, e, por força da regulação da agência, mais 26 produtos. Então, é inafastável a informação de que já é uma realidade. Se ela ainda é distante ao acesso, porque esse é o debate e, aliás, o mérito da iniciativa de V. Exa. no sentido de viabilizar o acesso por meio da cesta de medicamentos do SUS, o fato é que há uma realidade regulatória posta, que se pauta em evidências e ciência, porque esse é o papel da Anvisa como agência de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pedindo para correr as lâminas, e aí de maneira muito rápida, Senador, a fim de permitir o debate dos outros participantes desse painel, se pudesse adiantar as lâminas.

Como eu falei, a missão da Anvisa é pautada na ciência e, por força de lei, dentro da sua missão, é proteger e promover a saúde da população, garantindo o acesso a produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária seguros de qualidade e eficazes. Então, a Anvisa, como agência de acesso, tem como premissa, como mantra, segurança, qualidade e eficácia na avaliação dos produtos sujeitos à vigilância sanitária, e esse debate está dentro desse escopo.

Como eu disse há pouco, a evolução tecnológica nem sempre acompanha o conhecimento acerca de riscos ou a capacidade do Estado e dos atores sociais envolvidos no sentido de gerenciar esses riscos.

Nenhum medicamento, nenhum produto destinado à utilização terapêutica é isento de riscos e é isento de efeitos adversos – aliás, um debate muito aceso ainda por conta da pandemia, por conta da utilização das vacinas, mas o fato é que é de amplo conhecimento que todos os medicamentos também trazem efeitos adversos. Isso faz parte do processo de regulação, sem nenhum desconhecimento da população e da sociedade quanto a isso.

Peço que passe a lâmina, por favor. (*Pausa.*)

Peço que passe para a próxima lâmina, porque, na verdade, apenas eu quis evidenciar que a autorização para plantio, cultura e colheita dos vegetais a que faz referência a Lei de Drogas, a Lei 11.343, estabelece que não há proibição para que a União discipline essa matéria no Brasil.

É por força, inclusive, disso que a *Cannabis* é utilizada como extrato, as substâncias que são oriundas da *Cannabis* podem ser utilizadas com finalidade terapêutica, finalidade medicinal e também para pesquisa científica. O debate legal sobre esse tema inexiste, porque, no Brasil, há uma legislação específica e é possível, sim, a utilização desses produtos ditos proscritos, por força de convenções internacionais de que o Brasil é signatário. Todas essas convenções e, inclusive, a lei brasileira permitem a utilização de substâncias proscritas, desde que sejam destinadas à finalidade científica e à finalidade terapêutica e medicinal.

Peço que adiante a lâmina, por favor.

Aí, Senador, como me referi, queria trazer aqui os *status* regulatórios do tema na agência.

Peço para passar.

Temos, hoje, na Anvisa, três possibilidades regulatórias quando o tema é *Cannabis*. Sempre costumo dizer que o balcão para registro de medicamento sempre esteve aberto na Anvisa, porque o trilho para registrar um medicamento, no país, é um trilho já conhecido do mercado, da indústria. Este, obviamente, é um trilho bem mais longo, que tem uma série de requisitos sanitários que se submetem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudos clínicos de fase um, dois e três e, justamente por essa trajetória regulatória mais, digamos assim, árdua, distancia-se, hoje, da realidade de produtos registrados nessa categoria como medicamento.

Contudo, em vista da evolução do conhecimento, em vista das evidências do mundo real, da medicina baseada em evidências, do direito do acesso à saúde, garantido pela Constituição, em vista do movimento global da utilização da *Cannabis* como solução terapêutica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX CAMPOS – ... nós evoluímos para a edição da RDC 327, que é uma RDC que está sendo revisada pela Anvisa neste momento, neste instante, em que é possível a regularização de produtos à base de *Cannabis* sem que esse trilho, com o qual eu dialoguei agora do medicamento, seja cumprido, ou seja, são flexibilizados aspectos dessa regularização, permitindo que a evolução do conhecimento, daquilo que a gente conhece de vários relatos que, inclusive, já foram traduzidos aqui, possa se manifestar na iniciativa de regularização de produtos dessa categoria. É nessa categoria da RDC 327 que nós temos 26 produtos já regularizados no Brasil.

Quanto à famosa importação excepcional de produtos à base de *Cannabis*, a RDC 660, que já vem sendo renovada, ao longo do tempo, é produto da iniciativa da população, de cidadãos que, desde 2015...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX CAMPOS – ... reivindicaram a possibilidade de importar produtos de fora do país, com o objetivo de fazer os seus tratamentos de saúde. Essa RDC vem sendo bastante utilizada.

Eu peço que seja adiantada a lâmina aqui, para a gente já caminhar...

Senador, não sei qual o meu tempo. Não estou acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais um minuto.

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS – Um minuto.

A RDC 660... Hoje, desde 2015, nós temos 180 mil importações providenciadas por pessoas físicas a partir de prescrição médica, com utilização específica. São várias as patologias que invocam a utilização da RDC 660, que, portanto, é mais uma via de acesso.

Por fim, Senador, no final de dezembro – vou encurtar minha apresentação em homenagem ao tempo e ao debate –, no final de dezembro, a Anvisa, acolhendo um recurso da Universidade do Rio Grande do Norte, autorizou o cultivo da planta...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS – ... *Cannabis indoor*, ou seja, no ambiente de laboratório, a fim de que pesquisas pudessem ser empreendidas por aquela instituição, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, naquilo que nós consideramos um avanço importante para o aprendizado e para a evolução do conhecimento daquilo que a gente espera, que são os avanços desse tema no Brasil.

Então, eu vou me reservar, Senador Paim, a simplesmente cumprimentar agora a Comissão, ficar à disposição para o debate e dizer que há uma grande expectativa da Anvisa de poder amadurecer o debate da 327, onde as discussões sobre manipulação, sobre a forma farmacêutica e a via de utilização estão em curso. Neste momento, nós estamos discutindo a análise de impacto regulatório e uma minuta que deve ir a consulta pública, para a qual convidamos todos a participar e que vai, sem dúvida nenhuma, contribuir para o amadurecimento dessa espécie regulatória que visa incentivar inclusive a regularização de medicamentos no Brasil.

É assim que eu encerro minha participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alex Machado Campos, Diretor da Anvisa, que mostrou como está essa questão dentro da Anvisa, e percebemos que avançando de forma muito positiva, eu diria.

De imediato, Rafael Arcuri, Diretor Executivo da Associação Nacional do Cânhamo Industrial.

O SR. RAFAEL ARCURI (Para expor.) – Bom dia!

Primeiro, eu gostaria de agradecer a participação ao Senador Paim, à Senadora Damares, à Senadora Mara Gabrilli, que fez o requerimento para a gente participar aqui da audiência hoje, a todos os outros Senadores e Deputados que participaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Girão também fez. Por justiça.

O SR. RAFAEL ARCURI – Claro, com certeza. Ao Senador Girão e a todos os Senadores que participaram aqui e ao Senado como um todo.

Eu acho que, para falar um pouco, para começar o debate, como o Diretor Alex acabou de falar, nós não estamos longe do estado regulatório dos outros países. O estado da arte brasileiro já está muito avançado na questão medicinal, nossas normas são muito avançadas. A RDC 327 é uma norma que dá garantias de segurança muito grandes para a população. Nós temos várias vias de acesso. Então, meu debate aqui hoje, a minha provocação aqui não é sobre convencê-los de que a *Cannabis* tem aplicação medicinal – ela tem aplicação medicinal, vamos partir desse pressuposto. O que a gente está discutindo aqui hoje, inclusive, é a forma de acesso a esses medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a iniciativa do Senador Paim de ofertar esses medicamentos no SUS é extremamente louvável e necessária, mas é um primeiro passo que a gente precisa dar. A gente sabe que hoje o cenário regulatório da *Cannabis* está passando por um movimento muito híbrido, sincrético, de formas de acesso à *Cannabis.*

As três formas que o Diretor Alex acabou de enunciar são as formas previstas pela Anvisa, RDC 327, RDC 660 e o registro de medicamentos que sempre houve – sempre houve essa possibilidade, não é uma coisa nova, tanto que o medicamento que nós temos registrado já é registrado há bastante tempo.

Mas nós temos uma questão mais ampla que não está sendo solucionada até o momento, que é a questão da produção do IFA em território nacional, a produção dos medicamentos em território nacional. A gente sabe, a gente vive hoje um cenário internacional de conflitos, a gente viveu há pouco tempo atrás, na pandemia, um estado de coisas que evidenciou para a gente a nossa fragilidade no acesso a esses insumos. No começo da pandemia tivemos muita dificuldade de importar os medicamentos e os insumos farmacêuticos para fazer os medicamentos para combater a pandemia, porque nós não produzimos insumos farmacêuticos no Brasil, nós produzimos basicamente 5% dos IFAs que nós consumimos e importamos 95% desses insumos. Isso faz parte de uma política de desindustrialização do país que está fragilizando todo o nosso cenário, e isso se aplica também à *Cannabis.*

Quando nós discutimos acesso aos produtos de *Cannabis* sendo ofertados pelo SUS, de onde vêm esses insumos? Quando a gente discute a origem dos insumos, fica clara a nossa fragilidade. A gente tem aqui também os representantes das associações que estão hoje nos suprindo num momento regulatório que ainda está avançando, um espaço que é extremamente necessário, mas nós temos que ter um cultivo aqui no Brasil em larga escala, e, nisso, qual é a questão?

Nós vimos argumentos sendo trazidos no sentido da monetização da temática como algo desmoralizante. A gente tem que trazer casos concretos mostrando que pessoas estão desempregadas no país hoje, a nossa indústria está perdendo espaço, nós temos cada vez mais uma delegação da nossa indústria para outros países e precisamos cada vez mais importar esses produtos. Então a gente tem que pensar também na *Cannabis* como uma forma estratégica de não só gerar empregos, gerar arrecadação, mas gerar a reindustrialização do nosso parque industrial, tudo isso por meio de empregos, tecnologia e inovação.

A gente está numa ilha regulatória na qual o Brasil se distancia de Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina, até o México já tem uma autorização mais robusta. Nós estamos muito longe dos Estados Unidos, do Canadá, da maior parte dos países europeus. Quando a gente vai falar ainda da *Cannabis* com baixo teor de THC, que é o cânhamo, a gente tem quase que a totalidade dos países desenvolvidos explorando isso de alguma forma. Então a gente está tendo uma discussão completamente deslocada do nosso tempo, e o que a gente precisa fazer agora é avançar nesse sentido de ter uma discussão séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos já têm 26 mil hectares de *Cannabis* cultivada, pelo menos de cânhamo industrial, para alta produção de CBD, e a maior parte dos medicamentos e produtos de *Cannabis* que chegam aqui no Brasil têm origem americana porque, com a legalização pela Farm Bill nos Estados Unidos, que foi uma legalização conservadora, trazida por um Senador conservador, que era o Mitch McConnell, Líder do Senado há época, e assinada pelo Donald Trump, a gente tem hoje um estado que produz uma das *Cannabis* mais baratas do mundo. O CBD americano é um CBD muito barato.

Então, ao se falar que os Estados Unidos seriam um narcoestado, que o Canadá é um narcoestado, eu acho que essa discussão está indo para outro lado. E a gente tem que começar a falar agora, primeiro, de política industrial no país, quais são os rumos, quais são as nossas fragilidades e quais seriam as vantagens que a gente traria para a população tendo esse cultivo em território nacional. A experiência internacional mostra que os riscos de cultivo dessas plantas para a produção de medicamentos é ínfimo. A gente não fica sabendo de casos de violência de gangues nos Estados Unidos depois da legalização federal. Isso não acontece.

Então, a discussão que a gente tem que ter aqui hoje é exatamente nesse sentido. Por quê? Qual é o cenário regulatório que nós temos hoje? As três principais normas da Anvisa; nós temos mais de 2.500 *habeas corpus* individuais para cultivo de pacientes, nós temos diferentes associações com autorização para cultivo de formas muito diferentes, algumas associações podendo cultivar de alguma forma, outras de outra, podendo fazer determinados produtos de uma forma, outras de outra. E agora a gente tem o STJ tendo um protagonismo muito inesperado, pelo menos na minha percepção, de um incidente de assunção de competência que pode gerar efeitos nacionais. Então, o que a gente precisa começar a fazer aqui hoje é trazer esse protagonismo para o Congresso novamente porque o Congresso é a Casa que precisa discutir isso. (*Palmas.*)

A Anvisa, durante a pandemia, foi atingida de várias formas diferentes e continuou exercendo um trabalho de regulamentação que poderia ter sido feito pelo Congresso Nacional em vários aspectos. E a gente sabe as consequências que isso pode trazer.

Então, se a gente quer avançar isso da forma mais rápida, da forma mais eficiente, com mais segurança jurídica possível, a gente precisa fazer isso pelo Congresso. Imagine a gente explicar para um estrangeiro que quer colocar dinheiro no país, gerando empregos, gerando arrecadação, gerando todos os benefícios fiscais que a gente pode ter, qual é o cenário regulatório da *Cannabis* no Brasil? Esse é o meu trabalho. Eu faço isso diariamente. Eu tenho que explicar essas formas regulatórias aqui no Brasil, que são coisas que, às vezes, não é nem a questão da tradução, é a questão de explicar como essa cultura brasileira jurídica está tendo que se adaptar a um cenário de coisas que é muito complicado.

Então, a gente já tem um fato consagrado, que é: a *Cannabis* está sendo usada para fins medicinais ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, você consegue... A palestrante anterior comentou que os Estados Unidos não tratam a *Cannabis* como medicinal. Sim, tem várias questões específicas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação da FDA, mas o CBD lá é utilizado em larga escala, sem a necessidade de autorização. Você tem venda de CBD com uma facilidade extremamente grande, e a gente não vê as consequências nocivas de tráfico de drogas, etc., sobre isso. Então, a gente tem que começar a ter uma discussão no Brasil hoje. É para ter uma discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL ARCURI – ... nacional no Congresso Nacional, uma discussão abrangente e que traga todos os *players* que são relevantes para o mercado.

A gente não está aqui falando de forma alguma que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. RAFAEL ARCURI – ... as formas judiciais não são as formas corretas para a gente alcançar hoje, mas todo mundo aqui quer mais segurança jurídica, todo mundo aqui quer uma facilidade e uma compreensão melhor do estado de coisas. E quem pode trazer isso para a gente é o Congresso Nacional.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rafael Arcuri, Diretor-Executivo da Associação Nacional do Cânhamo Industrial.

Passamos, de imediato, a Ladislau Porto, advogado e representante de associações de pacientes.

O SR. LADISLAU PORTO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Primeiro, eu queria cumprimentar o Senador pelo convite. A gente fez aquela *live*, que foi muito esclarecedora. Eu queria cumprimentar aqui as demais autoridades, os Senadores, o representante do conselho Alex, que dentro dessa causa, virou um amigo, porque no final, a luta é em prol da sociedade. Eu queria cumprimentar aqui os representantes de associações que se encontram presentes, porque, de fato, quando veem essa trilha formada na Anvisa, ela foi feita pelas famílias. É importante para as pessoas entenderem, porque é a primeira vez na história da Anvisa que quem procura o acesso a um medicamento não é a indústria, são as pessoas. Então, essa preocupação mercadológica não está aqui, de fato, presente, não é? Aqui são pessoas que lutam por um acesso justo.

Eu trouxe uma apresentação para tentar explicar um pouco, dentro do que é a regulamentação, a legislação e a realidade do que se vive no Brasil, porque a regulamentação e a legislação estão em descompasso com a realidade no Brasil. Então, é importante que a gente coloque isso, porque vir aqui falar "a maconha faz mal, tem traços de sangue"... Para mim, a *Cannabis* ou a maconha, como alguns preferem, já é liberada no Brasil. Ela só não é regulamentada. É muito fácil a gente ter acesso. Se existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traços de maconha num hospital lá no Rio Grande do Sul, é porque, de fato, existe esse mercado. Cabe à Casa, eu acho, e a gente regulamentar esse mercado e trazer o controle para o Estado. É isso que a gente busca.

A gente não está aqui... Isto eu falo muito nas petições: a gente não quer ficar ao deus-dará da Anvisa. A gente quer essa regulamentação, mas ela tem que ser ampla. Não adianta a gente ficar na discussão apenas do acesso ao medicamento, quando a gente compra um medicamento importado.

Eu acho que já está um pouco mais para a frente. Você poderia voltar uns... (*Pausa.*)

É, aí. Essa, aqui.

Essas são as resoluções. Então, aqui eu vou trazer um ponto crítico em relação às resoluções. E eu acho que a Anvisa, inclusive, ultrapassa até um pouco da autoridade dela quando dá esse acesso através da 660 principalmente.

Eu sou um advogado de associações que luta pelo cultivo no Brasil. No Brasil, três associações que eu representava já conseguiram autorização para cultivar no Brasil. E a luta e eu... Sempre quando a Anvisa se manifesta nos processos, é interessante que ela não cita a 660, ela bate apenas na 327, dizendo que a gente tem que ter um controle, como disse bem o Alex, em relação à eficácia, à segurança e à qualidade dos produtos, sendo que, na maioria do acesso no Brasil, em relação aos remédios à base de *Cannabis*, entra através da 660, que é a importação direta do pacientem com um produto importado. Em dentro desse produto, a Anvisa não tem a condição de verificar a eficácia, a segurança e a qualidade desses produtos. Então, de fato, o acesso no Brasil que a gente tem hoje é perigoso para os pacientes, não é?

Eu tenho certeza, porque eu visitei já diversas associações, de que o laboratório é muito melhor do que os laboratórios em que são produzidos lá fora. Como falou a médica anterior – e o Rafael Arcuri teve a competência de mostrar a realidade –, na verdade, lá não precisa de medicamento porque é um *supply*, um suplemento alimentar. Então, você não precisa fazer registro de... É igual a uma Aspirina, você não precisa de autorização para comprar uma Aspirina. Então, é essa a razão pela qual ela encontrou dificuldade para encontrar um medicamento autorizado nos Estados Unidos. Lá o CBD, como não tem efeito psicoativo, é um suplemento alimentar.

Então, dentro da resolução, a Anvisa mostra... De fato, dá acesso à população, mas ainda é muito restrita. Além disso, o que mais me causa preocupação: ela é bem perigosa. A partir do momento que essa relação é de importação e é direta ao paciente – esse é um cenário real hoje... Eu tenho certeza de que a Anvisa nem sequer tem a noção de que isso está acontecendo, mas já existem importações de flores no Brasil. Então, isso já é um cenário atual. Por que a gente não regulamenta esse cenário no Brasil? Eu, como um advogado que luta pela acesso, vejo muita dificuldade nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Aqui foi a questão da competência da Anvisa em relação à questão do cultivo, que foi muito tempo discutida. Em dado momento, a Anvisa disse: "Não, a competência não é da Anvisa para falar sobre a questão do cultivo". Até existe resolução sobre planta medicinal, mas cabia ao Senado, ao Congresso Nacional essa discussão. A gente está no momento correto, no lugar certo.

Pode passar, por favor.

Pode passar também, porque já foi trazido por outros colegas.

Aqui foi o remédio que foi trazido. Não vou fazer propaganda de empresa, porque não é do meu interesse. Mas qual é o sentido de a gente incorporar um remédio ao SUS, a R$2.300, enquanto tem associações vendendo um remédio com a mesma miligrama a R$400, produzido no Brasil? É o mesmo remédio. É até melhor. Acho que isso um médico pode falar melhor do que eu. O remédio das associações tem muito mais propriedades terapêuticas em razão da quantidade de canabinoides que são levados. Não faz sentido a gente dar um remédio ao SUS, a meu ver – a gente enquanto população –, e encarecer o Governo, encarecer a máquina pública. A gente quer é diminuir. Está mais do que provado que... Ela está aqui para falar, porque ela tomava cinco medicamentos. Olhe o preço que eram os cinco medicamentos em conjunto! E aí fala-se de evidência científica. Eu quero ver o médico trazer aqui evidências científicas desses cinco medicamentos dados em conjunto, o que também não tem. Geralmente ele é dado separadamente para a evidência científica. Então, essa controvérsia sobre evidência científica eu acho que deveria ser ultrapassada também.

Pode passar, por favor.

Aqui foi a questão do Conselho Federal de Medicina, que foi um movimento muito interessante. Eu preciso especificar, em razão da presença do representante do Conselho. A norma anterior era bem restritiva. Veio o Conselho Federal de Medicina e criou uma norma mais restritiva ainda. Quando a gente achou que ia melhorar, a gente viu que poderia piorar. Então, houve um movimento muito grande em torno dos conselhos regionais. A gente esteve presente no Conselho Regional de Medicina, conversou com o Dr. Clóvis, que é o Presidente. Houve uma pressão para o Conselho Federal e ele revogou a resolução. Como revogou tirando o poder da anterior, mais uma vez a gente não tem uma resolução do órgão, do Conselho Federal de Medicina, sobre a questão da prescrição da *Cannabis*, mas foi um movimento que, mais uma vez, mostra que é um movimento da sociedade.

Eu entendo o Deputado Osmar Terra. Aqui as pessoas se sentem ofendidas porque elas sofrem com isso na pele. Então, ele... Não porque o remédio vem da jararaca e a jararaca é perigosa, a gente vai exterminar as jararacas. Isto não faz sentido nenhum: "Eu vou matar as jararacas todas porque elas são venenosas". É o que ele pretende fazer com a *Cannabis.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide, por favor.

Aqui é a questão da responsabilidade. Eu digo aqui, na 660, que é muito interessante isso, porque a Anvisa deveria – e é obrigação dela – se preocupar com o paciente, a gente, enquanto paciente, principalmente, mães ou filhos que tomam conta dos seus parentes. Então, hoje sobre a *Cannabis*, a gente tem mais acesso à informação, mas, quando não se tinha, que mãe... Se a gente parar para pensar: "Cara, eu vou dar maconha para o meu filho?". Era uma preocupação: "Cara, é maconha medicinal". Então, ao longo do tempo, a gente vê evidência, e isso é muito interessante. E aqui a gente percebe que a Anvisa joga a responsabilidade para o médico e para o paciente.

E outro tema importante, de que eu me esqueci de falar no eslaide sobre o Conselho Federal de Medicina, é que – e eu não quero nem defender, porque não é meu papel, nem criticar a posição do Conselho – houve a questão da pandemia e se lutou pela liberdade do médico de prescrever a cloroquina, independentemente de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LADISLAU PORTO – ... eficácia, e a gente espera isto, que se faça isso com o médico da *Cannabis* também, que se dê essa liberdade para o médico e para o paciente.

Eu queria passar rapidinho... Tem um vídeo que é muito interessante, que é uma parceria que foi criada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto.

O SR. LADISLAU PORTO – O vídeo tem 50 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. LADISLAU PORTO – Se puder voltar e já passar para o final. É um videozinho.

Aqui são as associações que eu represento.

E é um vídeo interessante, porque é uma parceria de uma associação que não tem autorização ainda de cultivar, a Sociedade Alternativa, que faz um trabalho com as mães especiais do Complexo da Maré, conjunto de favelas do Rio, onde lá, sim, se vivencia a questão da guerra às drogas. Se é para se ter medo de dar *Cannabis* para o filho... É para uma mãe especial. É a história de um garoto em que é a primeira vez que ele anda sozinho nas ruas da favela.

Então, eu queria, se fosse possível, mostrar aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que ir para o encerramento.

O SR. LADISLAU PORTO – Então, deixa.

Mas é interessante a gente ver isso. Quem, de fato, corre pela luta, as guerras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto tempo você tem nesse outro?

O SR. LADISLAU PORTO – Tem 45 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. O.k. O.k.

O SR. LADISLAU PORTO – É um videozinho que eu passei pelo *e-mail*, junto com a apresentação.

O que eu acho interessante é que, quando eu fui lá, em 2019, 2020, nas Mães da Maré, elas falaram: "Meu filho, pelo amor de Deus, aqui não! Aqui a gente não pode falar sobre isso. Aqui é muito perigoso. Aqui tem o tráfico". E elas foram atrás, com o tempo, buscando informação, e a gente fez uma parceria. São 50 famílias que têm atendimento médico gratuito – quer dizer, substitui o trabalho do SUS – e ganham o remédio de graça de uma associação que não tem autorização para cultivar, e o faz sob a margem da lei. Então, é isso que a gente tem que enxergar. São essas pessoas com a dificuldade de acesso, que é para eles que a gente está negando.

Então, eu queria só deixar isso registrado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. ALEX CAMPOS – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois que falou o Ladislau Porto...

Sim.

O SR. ALEX CAMPOS (Para expor.) – Eu ia pedir a chance de fazer um breve esclarecimento e não é um contraponto à fala de Ladislau, de modo algum, apenas em relação à RDC 660, que é a que permite a importação por pessoa física a partir de prescrição médica, essa é uma RDC que a Anvisa editou com o objetivo de tentar organizar decisões judiciais que autorizavam a importação de pessoas físicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma ação civil pública que determina que a Anvisa autorize a importação. De maneira que essa RDC disciplina, tenta trazer um conjunto de referências, de paradigmas para pelo menos organizar esse modo de importação.

Isso apenas põe luz àquilo que o Rafael trouxe aqui sobre ainda a fragilidade do nosso marco regulatório e a necessidade de que a gente tenha isso mais claro, a fim de que decisões judiciais não se multipliquem cada vez mais, trazendo insegurança e trazendo mais dúvidas do que esclarecimentos.

Então, apenas estou trazendo a informação de que a RDC 660 é proveniente de uma ação civil pública, e a Anvisa está nos marcos, nos limites dessa decisão e que, inclusive, autoriza a importação de flores, como Ladislau falou, porque não podemos, inclusive, limitar a forma farmacêutica nem a via de administração, como a gente faz, por exemplo, na 327.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então, Alex falou pela Anvisa.

De imediato, o Sr. Luiz Henrique Gomes de Almeida, representante da regional do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União.

O SR. LUIZ HENRIQUE GOMES DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a todas e a todos presentes, na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem agradeço pelo convite dirigido à Defensoria Pública da União para participar dessa audiência pública. Cumprimento também os demais Senadores presentes e agradeço também pela possibilidade de participar de forma remota, pois, infelizmente, eu não pude comparecer presencialmente ao Senado Federal.

Eu sou Luiz Henrique Gomes de Almeida, sou Defensor Público Federal do 3º Ofício Cível da unidade de Belo Horizonte e membro do Grupo de Trabalho da Saúde da DPU. No GT Saúde nós acompanhamos, monitoramos e, quando é o caso, adotamos alguma providência administrativa para assegurar a efetividade e a implementação do direito à saúde da população economicamente necessitada, de acordo com a missão constitucional da DPU, e de defesa do hipossuficiente.

No meu ofício, em Belo Horizonte, eu atuo em diferentes ações de tutela da saúde, há mais de doze anos, desde quando eu ingressei na DPU. E dentre essas ações de tutela da saúde, os pedidos de medicamento à base de canabidiol sempre chamaram atenção, assim, pelas peculiaridades envolvidas em relação aos demais pedidos de medicamentos que a gente costuma fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa audiência pública, eu queria contribuir com ponderações sobre o acesso à medicação, que na DPU sempre é através de ação judicial, quando o nosso cidadão apresenta um relatório médico e outros documentos que justifiquem essa medida. Como profissional do direito, não acho que eu tenho muito a contribuir com instruções técnicas, médicas, farmacêuticas, assim, que já foram expostas mais adequadamente.

Então, pois bem, o acesso à medicação à base de canabidiol no Brasil começou basicamente com ações judiciais individuais, autorizando a importação para pacientes. Depois, como já foi dito, foi a RDC 17, de 2015, da Anvisa, que autorizou a importação individual, em caráter excepcional. Hoje, é a RDC 660 que trata disso, como foi dito.

Então, a autorização judicial para importação não era mais necessária, mas o custo elevado da medicação levava as famílias, sobretudo as mais carentes, a procurar o Judiciário para pedir a concessão gratuita do medicamento.

Então, assim, a minha primeira ação com um pedido de medicamento à base de canabidiol foi em fevereiro de 2016. Era para uma criança de oito anos, à época, que tinha paralisia cerebral grave e até hoje esse processo judicial é movimentado, com pedido de concessão de mais doses, pois os relatórios que chegam continuam reafirmando a importância da medicação, que trouxe benefícios.

Anos depois, veio a já mencionada a RDC 327, na qual está toda a questão de autorização sanitária para a fabricação, a importação e a comercialização. Então, o mercado nacional começou a florescer e a gente tem alguns produtos feitos no Brasil disponíveis em farmácias, mas a falta de regulação de toda a cadeia do processo produtivo ainda torna o custo da medicação elevado e fica difícil o acesso, sobretudo para a população carente, cujo acesso tem que ocorrer por ação judicial, pedindo ao poder público para custear o fornecimento.

Então, nesse ponto, eu queria trazer alguns dados aqui dos pedidos feitos pela DPU.

Se me permitem, vou tentar compartilhar.

Eu não estou podendo compartilhar na tela aqui.

Eu vou lendo as telas aqui.

Em 2018, a gente teve 30 casos registrados na DPU sobre isso; em 2019, 71; em 2020, 83; em 2021, 153; em 2022, 274.

Sobre esses dados, primeiro, eu queria dizer que os números totais podem parecer pequenos, porque a gente já tem milhares de pacientes utilizando a medicação no país, mas eu só faço duas ressalvas: pelo histórico de limitações ao acesso, o conhecimento ainda do que está sendo desenvolvido e tudo, a minha sensação é a de que a prescrição ainda não está disseminada no SUS – é só uma impressão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tenho estudos para afirmar isso – e os assistidos da DPU são, em sua grande maioria, pacientes do SUS. Eles não têm plano de saúde, acessamento de particular, e a própria DPU ainda está instalada em menos de 30% das subseções judiciárias da Justiça Federal do país, quer dizer, essa situação pode mudar se não tiver um cuidado com a questão orçamentária da DPU, mas esse é um outro assunto. Então, grande parte da população carente ainda não consegue ser atendida pela DPU.

Mas, sobre esses dados, o que eu queria destacar são dois aspectos. Primeiro, o número de casos está aumentando ano a ano, a gente vê que está quase dobrando; e o mais interessante, o que chamou a minha atenção também, quando os dados chegaram, é que 100% dos casos trazidos à DPU foram judicializados. Isso é muito raro, porque várias razões podem levar um procedimento que estava na DPU a não resultar em ação judicial: o cidadão pode não levar os documentos que a gente pediu, o medicamento pode deixar de ser necessário ou uma possível solução extrajudicial com concessão administrativa. Isso tudo leva a um arquivamento do processo sem ajuizar a ação.

Então, quem procura a DPU para pedir a concessão do medicamento à base de canabidiol realmente tem interesse e apresenta documentos, relatórios médicos, para mover a ação judicial, onde vai se discutir o direito ao acesso naquele caso específico.

De qualquer maneira, eu acho que é importante ressaltar que a via judicial tem aspectos negativos importantes, normalmente os mais discutidos são as despesas do poder público. A compra para atender a decisão judicial, em regra, é por valor mais alto que a administração teria se comprasse em negociação ampla, para mais doses, mas um ponto que às vezes não é muito abordado, eu acho, na questão da ação judicial para medicamento, é a angústia, as dificuldades que isso pode trazer para o paciente e para a família, que a ação com o pedido de medicamento traz.

Há a burocracia padrão de um assunto judicial, você tem que reunir vários documentos, a incerteza da decisão, se a decisão vai ser favorável ou não, ficar pensando se vai receber o medicamento ou não, os óbices no cumprimento da decisão, pode demorar, então, quando há evidência suficiente da adequação da necessidade do medicamento, o correto seria realmente o fornecimento pela via regular da administração.

Ainda sobre a falta de regulação mais ampla do processo produtivo, isso traz outros problemas. Isso dificulta a pesquisa, como já foi mencionado, tem discussões sobre a amplitude do uso da *Cannabis* medicinal, tem a resolução do CFM, do final do ano passado, que está suspensa, restringe a prescrição só para certas doenças e, mesmo nas ações judiciais hoje, o que vão pedir, de todos os medicamentos, cada vez mais... O que se adota é a medicina baseada em evidências como referência para o juiz decidir.

Se ela tomou notas técnicas emitidas por núcleos de avaliação e tecnologia de saúde. Ora, se tem menos pesquisa, é mais difícil concluir se o uso do canabidiol é pertinente para determinada doença ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem a questão também das decisões autorizando o autocultivo como uma forma de contornar o alto custo assim. Mas isso pode gerar discussões, como as discussões que foram levantadas já assim, como, por exemplo, por causa do processo de extrair o óleo. Será que o paciente conseguiria fazer isso adequadamente?

Por fim, como está aberto aqui, se o Senador Paulo Paim me permite, eu só faço uma pequena observação – e essa é uma questão acessória –, com todo o respeito, ao PL 89, de autoria de V. Exa., ao art. 4º, §3º.

Consta lá a previsão de que o fornecimento de medicamento à base de canabidiol, no âmbito do SUS, ocorra apenas se o paciente comprovar não possuir condições financeiras de adquirir os medicamentos, nem de tê-los adquiridos pelo respectivo grupo familiar e/ou responsáveis legais, sem prejuízo do seu sustento.

Essa é uma discussão que o Congresso Nacional pode fazer exatamente, mas hoje, pelas regras constitucionais e legais do SUS, não se exige do cidadão comprovar a insuficiência financeira para obter o medicamento. Isso é previsto como requisito em ação judicial, que é um precedente do STJ de recurso repetitivo, pelo fornecimento pelo próprio SUS ou não. Eu não sei. Eu só chamo atenção para esse ponto, porque eu acho que pode ser objeto de discussão posteriormente.

Enfim, assim, a decisão sobre a amplitude legal da *cannabis* medicinal é do Congresso, com todas polêmicas em torno do assunto. Mas eu acho importante é saber das consequências em se seguir um caminho ou outro. Acho que essa é a questão.

Da perspectiva da Defensoria Pública da União, vai continuar havendo ação individual, segundo a avaliação de cada defensor, obviamente, sempre que o cidadão carente apresentar um relatório médico detalhado, justificando o uso da medicação, porque hoje esse é o caminho que existe para a população carente buscar o acesso à medicação.

Bem, acho que estou dentro do meu tempo.

Obrigado.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Luiz Henrique Gomes de Almeida.

Só dizer ao Henrique, de forma rápida, que, quando esse projeto foi apresentado – é bom que todos saibam –, ele foi inspirado na decisão de São Paulo, inclusive na do Governador de lá, que não é de esquerda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero até fazer um elogio para o Governador, que fez um depoimento emocionante falando da história do seu sobrinho.

Quando pediram a mim – e foi uma avalanche de pedidos – que eu trouxesse o debate para o Congresso, eu trouxe o debate. É claro que o projeto pode ser aperfeiçoado. Esse é o motivo dessa reunião e de outras que teremos naturalmente. É só para deixar claro isso, doutor.

Eu não sou um especialista nessa área, não. Sou um generalista, digamos. Mas apresentei o projeto mediante a demanda que recebi do Rio Grande. E eu digo que foi quase dos 27 estados.

Olha o que aconteceu em São Paulo: o Governador lá sanciona e ainda faz um discurso emocionante defendendo a tese. Baseado nisso, na demanda da sociedade e na Anvisa nossa, que já está nesse caminho, é que eu apresentei. Mas ninguém aqui é dono da verdade.

Quando eu apresento um projeto – são mais de mil que eu apresentei nesta Casa. Eu estou aqui desde a Constituinte. Entrei e nunca saí –, visa ao debate. E durante o debate, haveremos de construir, espero eu, a melhor proposta.

E veja que o debate é tão importante que já vamos agora para a terceira mesa. São quatro mesas.

E já tem um pedido para uma outra audiência pública desta Comissão.

Então, cumprimento a todos aqui com uma salva de palmas.

Retornem ao Plenário. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Muito obrigado a todos, viu?

Terceira mesa.

Eu tenho falado o mínimo possível para ganhar tempo.

Valber da Silva Frutuoso, Assessor de Relações Institucionais, representante da Fundação Oswaldo Cruz, a nossa Fiocruz. (*Palmas.*)

Importante a participação.

Pedro Sabaciauskis. Tentei acertar o sobrenome aqui, viu? Representante da Associação Brasileira de Cannabis Medicinal. (*Palmas.*)

Leandro Stelitano, Presidente da Associação para Pesquisa e Desenvolvimento da Cannabis Medicinal no Brasil.

Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina.

Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

De imediato, passo a palavra para o Sr. Valber da Silva Frutuoso, Assessor de Relações Institucionais, representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Os expositores vão continuar aqui? Porque tem muita gente que já falou bem mais cedo, eu sei que todo mundo tem problema de horário, de avião...

Como é que vai ser a dinâmica? Nós vamos esperar todo mundo falar? Eles vão se comprometer a ficar no auditório? Eu sei que está todo mundo corrido. Nós estamos com fome também, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como é que nós vamos fazer a dinâmica? Ou as nossas perguntas, a gente envia para eles depois? Muitos Senadores queriam estar aqui, mas hoje é um dia muito complicado. Brasília está em chamas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em véspera de feriado também, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Véspera de feriado...

Então, assim, Presidente, como vai ser a dinâmica?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu pretendo encaminhar, como falta mais uma mesa, sendo bem firme nos dez minutos, e concluir.

Eu acredito que a maioria dos painelistas está no Plenário. E aqueles que ficarem terão a oportunidade de responder as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que todos que estão aqui ainda têm essa facilidade de responder a qualquer pergunta. E V. Exa. também, como Senadora, se entender que no meio dos debates tem que fazer algum tipo de questionamento, fique sempre à vontade. V. Exa. está sempre presente...

Eu acho que os outros estão aqui, segundo me informam, mas dizer que a Senadora Damares está sempre presente aqui em todos os debates. Não é só nesse. Queria até cumprimentar a Senadora, porque é isso, é fazer o bom debate e não levar para o campo ideológico, como alguns tentam levar.

Então, de imediato, o Dr. Valber, por favor.

O SR. VALBER DA SILVA FRUTUOSO (Para expor.) – Bom dia. Acho que já passa de meio dia. Boa tarde a todos e a todas, e a "todes". Agradeço em nome do Presidente Mario Moreira e de toda a Presidência da Fiocruz pela oportunidade de estar aqui discutindo esse tema que é extremamente importante para a nossa sociedade.

Eu, para garantir a questão do tempo, vou fazer uso, inclusive, de parte de uma nota técnica que nós liberamos ontem, bem recentemente, e que coloca muito claramente a visão, como a Fiocruz vê a sua possibilidade de contribuição com o tema.

Então, sem mais delongas, desde 2020, que a Comissão de Drogas e Narcóticos da ONU retirou a *Cannabis* de sua lista mais restritiva, a partir da recomendação da Organização Mundial de Saúde. Essa retirada indica uma mudança significativa no entendimento daquilo que se considera droga. Ela deixa de ser uma droga de alto potencial de abuso, podendo ser, inclusive, vista como possibilidade terapêutica.

Essa alteração, dentre outras coisas, permite também o reconhecimento das potenciais propriedades terapêuticas da *Cannabis* e de seus derivados. O novo *status* possibilita uma mudança correlata das regulamentações nacionais dos países-membros que ratificaram os tratados vinculantes das Nações Unidas sobre o tema, como é o caso do Brasil. Com isso, cabe aqui também ressaltar que a legislação brasileira vigente, em vigor, a Lei 11.343, de 2006, atualizada pela Lei 13.840, de 2019, permite o uso médico e científico de todas as substâncias controladas pelos tratados internacionais, o que inclui a produção nacional de *Cannabis*. E atualmente vários ou dezenas de países já vêm num movimento buscando o processo de regulação e de utilização da *Cannabis*, seguindo as orientações internacionais de OMS e ONU.

Nas últimas décadas, um número crescente de pesquisas, que já foram aqui também apontadas e levantadas, aponta para o potencial terapêutico dos derivados da *Cannabis*, os canabinoides, dentre eles, o CDB, o canabidiol, e o Delta 9, que é extraído do canabidiol, que é o THC, para diferentes condições clínicas e enfermidades. Essas pesquisas apresentam diferentes níveis de evidência, ou seja, para cada condição existe no momento um maior ou menor entendimento, um maior ou menor conhecimento científico com relação a cada uma dessas condições, mas já há quantidade significativa de trabalhos tecnicamente científicos desenvolvidos apontando para a evidência terapêutica. Podemos destacar: no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz respeito à dor crônica, com diferentes formulações, contendo canabinoides, já foram aqui também apresentados; a epilepsia refratária, em que estudos de metanálises com pelo menos seis ensaios clínicos randomizados demonstraram efeito; contra também a espasticidade, em que mais de uma dezena de trabalhos também já apresentaram efeitos importantes dos derivados da *Cannabis*; náuseas, vômitos, perda do apetite; transtornos neuropsiquiátricos; dentre outros.

Mas talvez seja importante ressaltar a importância, além dessas que nós já citamos, do efeito dos derivados contra doença de Parkinson e contra doenças mais raras, doenças mais significativas no que diz respeito à sua dificuldade de tratamento, como, por exemplo, sintomas associados ao transtorno do espectro autista – e aqui nós já tivemos relatos desse tipo –, atividade anticancerígena, dentre outros que já foram aqui citados.

Para essas condições citadas, as evidências disponíveis apresentam níveis variados, o que é comum na pesquisa. O processo de evolução do trabalho científico é gradativo e, além de gradativo, a gente entende como um processo cumulativo que se dá através justamente dos diferentes trabalhos que vão reforçando e alicerçando cada vez mais o conhecimento acerca daquele tema de modo a fornecer à comunidade e à sociedade como um todo informações, conhecimentos tecnicamente validados e construídos de modo a facilitar o entendimento e a possibilidade da tomada de decisões.

Cabe ainda ressaltar que, para cada uma dessas condições apresentadas, o uso de um ou de combinação de dois ou mais canabinoides de diferentes formas farmacêuticas também foram responsáveis por resultados, efetivamente sustentados, de eficácia terapêutica. Isso está relatado em vários trabalhos científicos.

Entendemos, então, que é fundamental avançar ainda mais no desenvolvimento de pesquisas que aprofundem os potenciais terapêuticos da *Cannabis* e dos canabinoides para diferentes condições e enfermidades. É importante apoiar pesquisas no Brasil e também no mundo, em um trabalho global, com a comunidade científica trabalhando de forma harmônica, como nós vivenciamos no fenômeno da zika e, mais recentemente, no fenômeno da covid. A comunidade científica mundial trabalhou, conjuntamente, em vários projetos, em várias pesquisas, de modo a, rapidamente, dar condições para o enfrentamento. O caso aqui não é um enfrentamento, mas é buscar a consolidação do conhecimento acerca desse tema tão importante.

É necessário ampliar a capacitação também dos nossos diferentes profissionais da área de saúde, sejam os profissionais médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde, sobre o uso terapêutico da *Cannabis* e seus derivados, para que possam prescrever e tratar com confiança, com conhecimento e com segurança.

Além disso, é fundamental o avanço no processo de regulação e regulamentação desses produtos, para que sejam produzidos nacionalmente e distribuídos de forma segura e eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É também necessário ampliar o acesso dos pacientes a esses tratamentos terapêuticos, inclusive fortalecendo e instrumentalizando as iniciativas de associativas. O acesso deve se dar através do uso de diferentes apresentações, diferentes formas, mas sempre pautado no conhecimento científico, na regulação, no controle, feito de forma eficaz, serena e tranquila, mas de modo a atender uma realidade de necessidade que está colocada.

Então, para terminar a minha fala, coloco que vivemos um momento de expressivo crescimento do conhecimento científico sobre o potencial terapêutico dos canabinoides e consideramos crucial que o Brasil se posicione na vanguarda desse processo – parte deste texto foi lida pelo colega aqui da área de química – investindo, decididamente, na produção científica nacional, que é indispensável para assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde, ou seja, do nosso SUS, uma regulamentação abrangente e eficiente que viabilize a produção, a prescrição e o acesso gratuito e universal pelo SUS, com uma ampla gama de formas farmacêuticas da *Cannabis* e derivados, sempre respaldados por evidências sólidas de segurança, eficácia e terapêutica.

A Fiocruz entende que está no escopo do seu papel o reforço de todo o conhecimento científico que possa ser construído para somar-se àquele que já se tem com relação ao tema, com relação à *Cannabis* e seus derivados, e colaborar em todo o processo de discussão, para que cheguemos, a contento, a um processo de acompanhamento, de regularização, de regulamentação de uso, de orientação precisa a todos os profissionais envolvidos, mas que isso possa se converter, efetivamente, em mais um bem de insumo à sociedade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Valber da Silva Frutuoso, que falou em nome da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

De imediato, o Sr. Pedro Sabaciauskis.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso? Acertei! (*Risos.*)

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Primeiro, Senador Paim, Senadora Mara Gabrilli, Senador Girão, obrigado por este espaço para a gente poder discutir *Cannabis* de forma correta e científica.

Eu não estava prevendo essa fala, mas sou obrigado a dar uma resposta para o Deputado Osmar "Pombo" Terra, porque ele é um pombo. Ele vem aqui, a um jogo de xadrez, bagunça o jogo e sai voando, literalmente, para o seu voo, deixando todo mundo aqui sem poder explicar e trazê-lo para a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado entende tanto de *Cannabis* quanto de pandemia. E ele tem que dar graças a Deus porque ele ainda é um político e tem espaço para falar aqui, porque ele falar é um absurdo. Ele não tem mais espaço em redes nacionais porque o que ele fala é uma irresponsabilidade. E isto não me causa nenhum medo, porque tratar com gente assim... (*Palmas.*)

... mostra quão despreparado ele está para o futuro do mundo e do Brasil. Isso vindo de um médico. E o recado que eu dou para ele e dou para todos os demais é que *Cannabis* não tira voto; *Cannabis* traz voto. Eu vejo, todos os dias, na associação, que a gente tem pessoas deixando de votar na direita porque a direita é contra o tratamento do filho deles.

Então, fica o recado aqui para que vocês venham para a realidade. Vocês estão descolados da realidade do que é *Cannabis* medicinal no Brasil, e é isto que eu vou apresentar aqui na minha apresentação, mostrar a realidade do que está acontecendo hoje, porque *Cannabis* é um dos medicamentos mais seguros que a gente tem. A gente vê... Se ele está preocupado com guerra às drogas, ele tinha que estar preocupado com o fentanil, que está aí na rua, que vem da indústria farmacêutica, que é um produto produzido pela indústria farmacêutica e que está aí na rua. Então, *Cannabis* não é droga. O primeiro ponto é este, tirá-la dessa posição é a primeira coisa que a gente tem que fazer para fazer a coisa correta, porque ela é uma coisa muito segura, muito mais que uma aspirina. Eu já ouvi relatos inclusive de alucinações (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), mas com *Cannabis*, não. Então, das quatro mil pessoas que a gente atende eu nunca tive um relato de alucinação como muitas vezes é dito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, com licença.

Não, assim não dá, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora tem o direito de se expressar a qualquer momento aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou falar...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal! Pessoal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou falar, Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora foi uma das primeiras a chegar aqui, ouviu todos... Ela já me disse que vai ficar até o final.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou ficar até o final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora me permita, Senadora.

Aqui, na Comissão, o Senador ou a Senadora fala sempre que pedir a palavra.

Senadora, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, são anos participando desse debate. Esta Comissão aqui, em 2012, passou horas discutindo um relatório. Eu estava lá como ativista, como assessora. Nós vamos ter que tomar uma decisão, Presidente. Meu voto é importante nessa decisão. E o senhor sabe que eu estou aqui, e tanto eu quanto o senhor ficamos horas nos debates, porque os colegas nos ouvem. Os colegas que não podem estar aqui nos ouvem. Eles queriam estar aqui. Aí o que eu estou vendo desde de manhã, Presidente? Agressões. Não vai ser assim que a gente vai tomar decisões, gente! Não vai! E tem colegas que não vêm para esse debate porque não querem se submeter ao que está acontecendo aqui.

Primeiro, eu preciso fazer aqui um registro aqui com relação ao Deputado Osmar Terra. Ele foi consagrado nas urnas, Pedro! Ele foi reeleito. Ele é um Parlamentar. O povo que o elege precisa que você o respeite.

Segundo, Pedro, um médico! Foi Ministro. Um homem que tem uma história. Inclusive, a mãe que estava aqui se sentiu ofendida porque o Osmar a chamou de mãezinha! Gente, por favor, afastem as agressões!

Agora, Pedro, você fala de goiabeira. Você não tem o direito de me machucar desse jeito, Pedro. Eu tive a minha experiência num pé de goiaba, Pedro. Eu tive. E o Brasil inteiro sabe da minha história, mas, todas as vezes que vocês querem falar sobre direita ou esquerda, estão usando a goiabeira.

Aos dez anos eu estava, sim, em cima de um pé de goiaba, Pedro, chorando porque eu fui estuprada aos seis anos de idade. Afaste a minha história deste debate, Pedro, por favor! Você falar de alucinações em cima de um pé de goiaba... Você está se dirigindo a mim! Chega! Chega! Vamos respeitar as crianças que foram abusadas no Brasil!

Venha para cá, traga o seu argumento, nós estamos dispostos a te ouvir, Pedro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Que bom, Damares! Que bom!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) **–** Doze anos atrás, Pedro, este debate aqui não era possível. Nós estamos avançando no debate, o debate está amadurecendo, mas vir aqui nos agredir... Isso não vai levar a nada! Por favor, Pedro!

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Sim, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) **–** A única coisa que eu peço: respeite a minha dor e a minha história. Eu trabalho com as mães que precisam do remédio, as mães estão aqui e me conhecem, sabem do meu empenho. Mas vir aqui e me agredir... Não, Pedro, desse jeito não, a gente não vai avançar dessa forma.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Damares, o respeito que você quer é o mesmo respeito que a gente está buscando há oito anos. A gente não é respeitado, não são respeitadas as nossas dores, não é respeitada a dor da minha avó que toma óleo de *Cannabis*, não é respeitada a dor de crianças, de jovens e de adultos, porque somos tratados como traficantes, somos tratados como foras da lei. Então respeite para ser respeitada. Eu respeito a senhora, me solidarizo com a sua dor, mas eu gostaria que a senhora se solidarizasse com a nossa dor...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) **–** Você zomba, Pedro!

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Não zombo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) **–** Você zombou!

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Não zombo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) **–** Presidente, então que seja retirado da ata, que seja retirado das notas taquigráficas...

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Tudo bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) **–** ... que ele falou de goiabeira, porque foi para me alcançar. Quando você fala que a direita não quer fazer o debate... A direita está aqui, a direita quer, a direita está preocupada com essas mães. Por favor, Pedro, afaste as ideologias.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Sim, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Vamos sair dessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Afaste a briga partidária dessa luta. A gente quer ajudar, mas não é dessa forma.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Então aqui temos um acordo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você agora me magoou, magoou milhões de meninas que foram abusadas no Brasil!

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Então aqui...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Retire das atas e a gente continua o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pede para retirar...

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Então aqui nós temos um acordo de nos respeitarmos e enxergarmos essa pauta de forma científica, de respeito às associações, de respeito aos pacientes de associações. Posso contar com o apoio da senhora? Podemos contar com o apoio da senhora? Daí eu vou retirar as ofensas com a maior honra, porque nós somos ofendidos todos os dias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa que eu o faço. Para tranquilizar e continuar, eu peço, se a Senadora se sentiu ofendida, que se retirem essas frases das atas da Casa e vamos continuar o debate.

Num ponto, Pedro... Eu concordo, Senadora, com você: aqui nesta Casa, para ganhar voto, tem que ganhar com alma, com coração, com vida, com sentimento. Se partirmos para a agressão, não ganhamos, perdemos. Eu tenho 40 anos de Congresso, essa história eu conheço – e sempre me reelegi, e me reelegi até com 4 milhões de votos. Vejam se eu faço bate-boca no Plenário do Senado. Não faço. E aqui eu procuro, moderadamente, fazer com que as pessoas expressem seu ponto de vista sobre a causa. Aqui é *Cannabis* para uso medicinal; não é para outra coisa, é para uso medicinal, e assim eu aceitei quando me propuseram que eu apresentasse o projeto.

Pedro, vamos nessa linha...

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Publicamente eu retiro o que eu falei, mas espero que a senhora também entenda o nosso lado e respeite a nossa luta, porque, se é para se falar de respeito, nos respeitamos então e continuamos a fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., entre no debate da audiência de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já está retirado, Senadora.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Enfim, o que eu vou apresentar aqui, Senadora, é feito em Santa Catarina, um estado muito à direita, mas que hoje tem o apoio do nosso município, tem o apoio das forças policiais do nosso município, tem o apoio do Secretário de Planejamento do Sr. Jorginho Mello. Então a gente está, sim, conversando com a direita depois que a gente conseguiu na Justiça o direito de fazer o plantio.

Então, sim, dá, sim, para a gente construir junto um caminho novo, porque nós atendemos todos. Atendemos católicos, evangélicos, umbandistas. Todos os tipos de pessoas precisam do óleo.

Aqui é a apresentação da Santa Cannabis. Essa foi a apresentação que eu inclusive apresentei na prefeitura do município em que a gente está, que é de direita, e para o Secretário de Planejamento do Jorginho Mello.

Pode passar, por favor.

Tamanho do mercado: estimam-se 13 milhões... E aí, eu vou trazer aqui dados. Eu não vou ficar aqui falando de pesquisas – muitas vezes, a gente vê pesquisas que a gente não sabe de onde saem –, mas aqui eu estou trazendo dados oficiais. Estimam-se 13 milhões de brasileiros que só respondem terapeuticamente à *Cannabis* e seus derivados, segundo o William Dib, ex-Diretor-Presidente da Anvisa.

Pode passar, por favor.

A nossa proposição. A gente é a primeira associação com amplo direito a produzir *Cannabis* no Sul do Brasil. A gente hoje atende 4 mil pacientes e conseguiu na Justiça – diga-se, de passagem, é o único Poder da União que está funcionando no momento relacionadamente à *Cannabis*... A União é composta de três Poderes – Judiciário, Legislativo e Executivo –, e o único que está amparando a nossa luta é o Judiciário. Então, fica aqui a dica para que o Legislativo e o Executivo se somem nessa força e que a gente construa, assim, um acesso que não são das empresas, como o Osmar Terra falou, mas, sim, o acesso nacional, com produto nacional, feito de brasileiros para brasileiros.

Por favor.

Aqui eu trouxe rapidamente o histórico brasileiro no cultivo de *Cannabis*. O cânhamo já foi produzido aqui em larga escala no passado.

Pode passar.

No interior de São Paulo, entre outras áreas no Nordeste e no Rio grande do Sul, como Nova Odessa, por exemplo, a gente teve produção de cânhamo pesada com genéticas adaptadas.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas genéticas são conhecidas como *Canhamo braziliensis*. Então, há 117 anos, nós já produzíamos em larga escala, e a nossa economia era motivada através do cânhamo. Nós tínhamos a feitoria no Rio Grande do Sul, a gente tinha em Nova Odessa, e o nosso Nordeste, a população mais pobre do nosso país, é o melhor lugar com melhor condição para produzir cânhamo. Isso aqui já é uma dica aí do nosso poder.

Por favor.

Aí mostra bem o potencial agora reconhecido cientificamente. Regiões mais aptas para o cultivo são coincidentemente as mais economicamente carentes do país. Toda a região em vermelho e laranja é boa para produzir cânhamo.

Imagine esse território sendo usado para produzir remédio, gerando emprego, gerando renda, através das associações, através do SUS, via Farmácia Viva, porque o que a gente está fazendo com o SUS é um sangramento do dinheiro público do SUS, e a gente vai ver isso mais à frente.

Por favor.

Momento atual da Santa Cannabis. Muito se fala que as associações não têm condição de produzir medicamento com qualidade, e aqui a gente prova exatamente o contrário. Hoje a gente tem um laboratório em construção – na verdade, a gente tinha pronto, só que, devido à sentença, a gente está melhorando-o –, com capacidade de atender de 15 mil pessoas a 36 mil pessoas, gerando emprego, gerando renda, e com tecnologia.

Por favor.

Estudo com boas práticas. Uma auditoria que pode ser auditada, um formato de segurança sanitária que pode ser auditável pela Vigilância Sanitária.

Por favor.

E com equipamentos usinados no Brasil. Boa parte dos equipamentos que a gente usa no nosso cultivo são feitos no Brasil, ou seja, a *Cannabis* vai além da produção de óleo ou de assistência ao paciente, ela gera toda uma indústria que passa pela indústria agrícola, que passa pela indústria química, pela indústria farmacêutica, pela distribuição, pela logística. Então, ela é uma cadeia inteira que nós não estamos observando, valorizando.

Por favor.

O projeto padronizado, e aqui é muito interessante, porque hoje nós já temos no Brasil como provar que os remédios de associação são melhores do que os importados. Os importados hoje apresentam um teste... Segundo o FDA, os importados que chegam aqui não são medicamentos, são suplementos alimentares, com um grau de fiscalização muito menor do que a gente hoje consegue fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil. Nesse certificado, por exemplo, a gente consegue testar 14 canabinoides, enquanto os gringos, os importados chegam aqui com um teste de quatro, cinco, seis canabinoides, no máximo. Então, a gente consegue entregar uma certificação muito melhor do que os importados que estão chegando. Então, tira aquela sombra de que a associação faria um remédio ruim ou de baixa qualidade.

Por favor.

Essa aqui é a planta que a gente está terminando de construir. Fica numa cidade chamada Itapoá, com 30 mil habitantes, e a gente pretende transformar essa cidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – ... numa cidade referência de produção de *Cannabis* no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – Aqui, o nosso plantio.

Pode passar.

Economia social. Isso é muito importante. O custo para o Estado via SUS cresceu 17,24 vezes, passando de R$2,9 milhões para R$50 milhões – para o Estado, para o SUS, que já tem pouco dinheiro.

Quando eu vejo aqui iniciativas políticas, como foi a de São Paulo, que quis ser bacana, mas não é, nós hoje estamos rifando os nossos pacientes para jogar o dinheiro lá fora, para a indústria farmacêutica lá de fora. Então, pior do que plantar no Brasil é você mandar o nosso dinheiro do SUS, que já é pouco, para fora do Brasil, em cima de uma indústria jurídica, de advogados que já estão fazendo processos para que o Estado pague. E isso, sim, é um crime.

Por favor.

Só esse último aqui, é muito importante, porque, de acordo com aquele dado que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – ... o Dib trouxe, de 14 milhões de pacientes, hoje, se a gente fosse atender, de quatro doenças, 14 milhões de pessoas, em cima do que é pago pelos remédios importados, daria um custo de R$3,25 bilhões e, se a gente fizesse isso com as associações, seria de R$0,77 bilhão. Então, se vocês querem números, se vocês querem dados, estão aqui.

As associações são um patrimônio social do Brasil, e eu não posso terminar, Senador, antes de mostrar um dado do meu amigo Leandro, que fez com tanta importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se puder passar para o último eslaide, por favor.

São os dados das associações aqui. Infelizmente as outras associações não estão aqui, mas eu gostaria de trazer um consolidado das associações feitas pela nossa união de associações aqui, que mostra que hoje as associações cuidam de 68 mil pacientes, sem apoio do Governo, correndo o risco de ser presas. São 60% mulheres; 40%, homens. O mais novo paciente das associações tem seis meses de idade, o mais velho tem 101 anos. Então isso aqui mostra a realidade da *Cannabis* no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – As associações são um patrimônio social do Brasil e, como tal, devem ser protegidas, fomentadas, apoiadas, treinadas e daqui utilizar todo o nosso conhecimento para formar o mercado nacional, claro, sempre nos protegendo.

Que essas regras de financiamento via SUS sejam prioridade da associação e do mercado nacional, e não do mercado internacional. Aí, sim, eu concordo com o Osmar Terra, de que tem um interesse por trás.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Pedro Sabaciauskis, representante da Associação Brasileira de Cannabis.

Vamos avançar, de imediato, para Leandro Stelitano.

O SR. LEANDRO STELITANO (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Agradeço a oportunidade de participar deste debate tão importante. Agradeço o convite, Senador Paulo Paim. Agradeço especialmente o convite à Senadora Mara Gabrilli, que hoje nos brindou com uma aula sobre como deve ser discutido aqui um projeto de lei em todo o âmbito nacional, com a *Cannabis* medicinal.

Queria começar dizendo, Senador, que a paridade que a gente buscou dos prós e dos contras poderia acontecer há cinco, dez anos. Hoje não tem paridade porque a maioria esmagadora é a favor e os contras são meia dúzia de Parlamentares que fazem parte de um grupo negacionista que todos nós, no Brasil, já conhecemos e que, a partir de 1º de janeiro, não tem mais espaço. Então, vamos lá.

Agradeço, também... Queria saudar aqui os três Senadores que fazem parte da Casa pela Bahia, o Senador Jaques Wagner, o médico e Senador Otto Alencar e o Senador Angelo Coronel.

Sou Presidente e fundador da Associação Cannab, que é a Associação para Pesquisa e Desenvolvimento da Cannabis Medicinal no Brasil, em Salvador, na Bahia. Hoje a gente acolhe mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil pacientes associados, com diversas patologias, de forma gratuita. Sou membro do Cepad, que é o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas do Estado da Bahia.

A Associação Cannab foi fundada, em Salvador, em 2017. Hoje, a gente acolhe mais de mil pacientes. No ano de 2022, ano passado, a gente finalizou com mais de 2 mil consultas gratuitas, lá na associação, através do nosso núcleo de médicos voluntários. Hoje a gente tem 16 médicos voluntários, de diversas especialidades, que atuam lá e acolhem os pacientes de forma totalmente gratuita.

A nossa associação é uma associação de pesquisa e é onde a gente deve se pautar, hoje, e não em falácias e argumentos. Inclusive, tem um eslaide que foi passado ali, do Deputado anterior, que vi que era de seis anos atrás. Então, não vejo nenhuma relação em você demonstrar um eslaide com seis anos de atraso e ainda com a veracidade a ser discutida.

A gente hoje tem três pesquisas em andamento, uma já autorizada pela Anvisa e pela Conep, que é sobre a epilepsia refratária e de difícil controle, em que há uma parceria tripartite: a Associação Cannab, a Fundação de Neurologia – Instituto do Cérebro da Bahia, através de seu fundador, Dr. Antonio Andrade, e o Laboratório Knop, do Chile, que é um laboratório fitoterápico, um laboratório que tem o medicamento nas farmácias do Chile, autorizado pelo Governo chileno, que está nos apoiando e custeando toda essa pesquisa.

A segunda pesquisa em andamento, com o mesmo laboratório, é de dor oncológica, com uma parceria lá em Feira de Santana, na Bahia, com a Unacon, que é um órgão de alta complexidade em oncologia e que atende mais de 2,5 mil pacientes lá na região de Feira de Santana.

E a terceira foi até uma pesquisa que saiu por uma paciente nossa que tem anemia falciforme. Poucas pessoas falam dessa doença, porque é uma doença que tem sua maior incidência na população negra. Lá em Salvador, por exemplo, a cada 460 pessoas – desculpe, na Bahia –, uma nasce com anemia falciforme. Dou o exemplo da Jamaica, em que, a cada oito pacientes, um nasce com anemia falciforme.

Então, pelos resultados com essa paciente nossa que a gente tratou, nos primeiros 15 dias, diminuiu: ela tomou 25% das doses de morfina que ela tomava com os seus médicos. E aí surgiu... O pai dela veio nos procurar. Ele é o Altair Lira. Ele é da Associação Brasileira de Anemia Falciforme, e a gente está fazendo essa pesquisa em parceria com a Unesp, em São Paulo, e com a Fapesb, em Salvador, que é o órgão do Governo de pesquisa lá. Então, é uma pesquisa também tripartite. Inclusive, o Governo, a gente buscou lá, com essa incidência de que eu acabei de falar da doença falciforme na Bahia: foi, há dois meses, inaugurado um centro de referência da doença falciforme lá em Salvador. Então, a gente está atuando bem nessa área.

A gente tem uma parceria também com a UFV (Universidade Federal de Viçosa), em que a gente está buscando o estudo das sementes nas cepas, que é tão importante, quando a gente tiver essa regulamentação pronta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participamos, também, da lei, lá no Município de Salvador, que foi aprovada pelo Prefeito Bruno Reis, que é de um partido de centro-direita. A lei é do Vereador André Fraga, do Partido Verde, é um Vereador novo. É o primeiro mandato e é o primeiro projeto de lei dele que foi aprovado lá na Câmara de Vereadores, lá em Salvador.

Somos também do Conselho da Fact. A Fact, como já passaram pessoas aqui, é uma Federação das Associações de Cannabis Terapêutica. Temos hoje 40 instituições em diversas localidades no Brasil, de diversos tamanhos, com diversos propósitos, porque cada associação atua no formato da cultura local. Num país continental como o que a gente tem, o Nordeste é diferente lá do Sul e Sudeste. Então, cada uma tem a sua especialidade.

No debate aqui, a gente busca parabenizar o projeto – a gente reconhece a trajetória do Senador inclusive com as causas do autismo, muito importante, então parabenizo-o também –, mas o que a gente busca aqui é o acesso dos pacientes, custo de medicação. Já foi falado aqui, exaustivamente, que, quando você tem uma possibilidade de mais de 30, 40 patologias para uma distribuição do medicamento no SUS, você, além de estar onerando muito o SUS, está levando divisas, deixando de arrecadar impostos para os países onde já se autoriza.

Então, como a Anvisa já tem todo o entendimento, através da *Cannabis*, e a gente ainda precisa de que o SUS faça essa distribuição? E é por isso que eu chego para falar que, na minha opinião e na de muitas pessoas, a gente precisa reviver e reativar o PL 399, que é o mais abrangente que nós temos hoje, no momento. Para quem não sabe, o PL 399 passou na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça, e, normalmente, o trâmite dos projetos, quando passam, vem direto para esta Casa, para o Senado. Mas aí, um grupo da oposição fez um requerimento para que o Plenário aprovasse ou não e fosse votado no Congresso. Então, esse PL 399 não é o PL que nós buscamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO STELITANO – ... mas é o que mais está adiantado e inteligente hoje aqui no Brasil.

Então, eu peço com carinho que vocês vejam essa questão, porque está lá com o Lira, para poder ser pautado e vir para cá. E peço que, quando chegue aqui, V. Exa., Senador, e a Senadora Mara Gabrilli sejam os Relatores, para a gente adiantar com esse processo.

Agradeço o convite mais uma vez e vamos seguir em frente aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leandro Stelitano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo diretamente a você, é praxe nas duas Casas que, quando um projeto é semelhante, da Casa que aprova primeiro vai para a outra, apensa-se e, se for o caso, se a gente é contemplado, vota-se exatamente como veio.

Então, isso não é problema nenhum. Temos diversas matérias em que atuamos assim. Às vezes, muita gente me procura e pede para eu entrar com o projeto aqui e, ao mesmo tempo, pede para entrar lá. E, claro, no debate o projeto é construído, é aprimorado e ao que se aprovar primeiro a outra Casa dá preferência. Então, o teu pedido está na linha do alcance de todos nós.

Por favor, Sr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI (Para expor.) – Muito obrigado pelo convite, Senador.

Senador Girão, Senadora Damares, Senadora Mara Gabrilli, o Conselho Federal de Medicina se sente muito honrado de estar aqui participando dessa discussão, primeiro, para esclarecer alguns equívocos com relação a essa matéria.

Eu gostaria de projetar a resolução que foi revogada, não a que foi sustada, mas a de 2014, porque ela tem uma história. Inclusive, eu não sabia disso – eu sou o autor dessa resolução –, mas a BBC nos procurou para fazer uma entrevista, dizendo que foi o primeiro organismo médico, não um organismo de Estado como a Anvisa, a reconhecer as propriedades medicinais e autorizar o seu uso no mundo. Eu fiquei surpreso.

Então, eu queria que vocês entendessem e procurassem ver a contextualização, porque a responsabilidade que recaí nos ombros do Conselho Federal de Medicina é muito grande. Hoje, quem diz o que os médicos vão tratar como experimental, válido ou não, para o uso terapêutico é o Conselho Federal de Medicina, e isso não é uma coisa banal. Isso impõe uma responsabilidade remissiva. Nós temos uma comissão que estuda essas matérias.

Então, eu queria que se projetasse, por favor. (*Pausa.*)

Muito bem, historiando esse fato – porque a gente tem pouco tempo –, eu fui motivado a fazer a proposição dessa resolução pela compaixão. Vi no YouTube alguns vídeos de coisas, assim, impressionantes com relação às síndromes de Dravet e Lennox, e aquilo me motivou não somente como médico, mas como pai, como ser humano, a questionar se não estaria na hora de nós trazermos à luz essa discussão e de autorizarmos, para aquilo que, àquela época, cientificamente tivesse um mínimo de evidência, a prescrição médica.

Mas a prescrição médica não se limita apenas às evidências. A prescrição médica tem implicações relativas ao diagnóstico, ao prognóstico, aos efeitos colaterais, a todas as reações adversas possíveis, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente estava transitando num território de muita fragilidade. Não havia, naquela ocasião, uma sinalização para que nós oficializássemos o uso, então, nós fomos para o dispositivo constitucional da compaixão e autorizamos o uso compassivo do canabidiol, e a resolução traz exatamente essa contextualização.

E qual era o grande objetivo dessa resolução? Criar um ordenamento na prescrição. Limitamos a duas ou três especialidades, o que foi recebido com muito protesto, mas nós tínhamos o intuito de, baseado na inscrição daqueles especialistas, fazendo uma prescrição controlada com a Unifesp, com a USP, com o Dr. Crippa, acompanhando esse banco de dados, nós, em dois anos, termos uma resposta para ampliar a aplicação, inclusive tornar oficial aquilo que mostrasse uma resultante adequada.

Mas o que aconteceu? Nesse meio tempo, a Justiça determinou à Anvisa que liberasse a importação e tornou a nossa resolução inócua naquele controle. Tem um formulário detalhado da inserção, das prescrições anteriores, da razão para a mudança de conduta e do acompanhamento sintomático e da evolução quanto aos efeitos colaterais. Nós não pudemos aplicar na inteireza a nossa resolução e ela se tornou relativamente uma letra morta, dentro desse contexto.

Então, vamos lá, é rápido.

A resolução é curta. Ela tem os considerandos, que estão bem claros, a gente vai em busca de segurança e eficácia; a Lei 12.842, que nos autoriza a fazer esse escrutínio para a segurança da prescrição; e a restrição do uso compassivo a poucas especialidades, com o intuito de construir um grande banco de dados para, mais adiante – está lá dito, dois anos depois –, fazermos a revisão. Então, não pudemos fazer e a resolução terminou caducando.

Então, ele está indicado para as epilepsias refratárias, em princípio até os 18 anos, mas, logo em seguida, se abriu um grande debate do que iria acontecer com quem estivesse tomando aos 18 anos, controlado. Como a gente não reabriu o debate para dizer que é para a vida inteira, a gente ficou silente, teria que ter um termo de consentimento livre, esclarecido, e a vedação e a prescrição da *Cannabis* ou qualquer outro derivado, fora das indicações terapêuticas, principalmente a aspirada.

E a pureza, quem deve determinar – e é nosso entendimento – é a Anvisa. O óleo, ele não vai sair, o óleo oficinal não vai sair puro. Ele sai com a contaminação de tetra-hidrocanabinol e outros componentes. Então, a Anvisa é quem vai dizer qual é a concentração desses componentes, inclusive, para definição do controle por meio dos receituários adequados. E está vendo ali? A gente tinha dois anos para fazer a revisão, Senador, infelizmente não conseguimos e...

Muito bem, agora eu preciso trazer aqui esta matéria porque, em 2016, inclusive com uma consulta do Senador Eduardo Suplicy, nós definimos para a medicina o que é o uso *off-label*. O uso *off-label* não pode ser utilizado para prescrição dos derivados canabinoides. O uso compassivo é adequado porque ele é feito na excepcionalidade da falha das prescrições oficiais. E nós dissemos que aquele medicamento que tem todas as suas qualidades, propriedades aferidas com uma percepção ampla dos seus efeitos colaterais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da dose terapêutica, das reações adversas mais frequentes, tendo o médico a perspicácia de ver que ele pode ser aplicado por similaridade para outra patologia – e isso ocorre com muita frequência em medicina –, ele pode fazer a prescrição *off-label*, desde que informe ao paciente que essa prescrição não é a prescrição prevista em bula e que tenha a anuência do paciente para aceitar esse tratamento. Então, essa resolução é de 2016 e foi feita por minha pessoa.

Muito bem, com relação à Resolução 2.324, de 2022, nós fizemos, nós sustamos a sua eficácia porque, embora as pessoas tenham tomado, naquele primeiro momento, o impacto de verem negado o acesso à prescrição médica para outras patologias, nós trouxemos a oficialização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – ... da prescrição dos quadros epiléticos. Então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Perfeito. Nós retiramos porque nós levantamos a questão do uso compassivo. Nós vamos discutir com a nova abertura da discussão a questão do uso compassivo.

Somente para mostrar, vá ao último eslaide, o último. Aqui é a consulta pública: 7.852 contribuições. O público que contribuiu: 24,4% são profissionais da área da saúde, e apenas 7,2% dos médicos mandaram contribuições.

Então, essa é a realidade com a qual estamos lidando neste momento. Em breve, abriremos a discussão. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, que falou pelo Conselho Federal de Medicina.

Esta mesa termina, eu convido já, de imediato, a quarta mesa.

Obrigado, senhores. Uma salva de palmas aqui a esta mesa. (*Palmas.*)

Muito obrigado, viu?

Por favor, Rodrigo Melo Mesquita, Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito da Cannabis Medicinal do Conselho Federal da OAB. Por favor. (*Palmas.*)

Sandro Pozza, Presidente da Associação Alternativa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciências Públicas, representante do Blog Ambiente e Transporte e ex-Coordenador do Metrô-DF. (*Palmas.*)

Felipe Deucher Brollo, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Incentivo à Saúde.

Concluída a quarta mesa. De imediato, dou a palavra para Rodrigo Melo Mesquita.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você explica para eles ali. Ele está dizendo que isto aqui é mato, não é nada que possa imaginar. É mato, é mato mesmo. É capim.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (*Fora do microfone.*) – É só para fazer uma explicação etimológica, está tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, por favor, Rodrigo Melo Mesquita.

O SR. RODRIGO MELO MESQUITA (Para expor.) – Olá, bom dia, já boa tarde, a todas e todos.

Senador Paulo Paim, a quem cumprimento aqui, falando em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, representando, neste ato, o Presidente Beto Simonetti, que foi convidado para esta audiência pública e, em razão de compromissos institucionais anteriormente agendados, não pôde comparecer, e recaiu sobre mim, com muita honra, a incumbência de representar hoje a instituição máxima da advocacia, que já se dedica a este tema pelo menos desde 2019, quando o Plenário da Casa, à unanimidade, deliberou pelo apoio institucional, a partir de um chamamento feito pela sociedade civil organizada, para dar andamento ao acompanhamento em todos os espaços institucionais onde este tema é debatido, para que possa a advocacia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita, Dr. Rodrigo. Eu vi um alvoroço no Plenário porque alguns que estão aqui inscritos não falaram.

Não é que vai terminar com a quarta mesa, vai ter a quinta mesa, são três que estão na quinta mesa.

Por favor.

O SR. RODRIGO MELO MESQUITA – Pois não, Senador.

Então, o intuito da Ordem, desde então, tem sido acompanhar os debates e trazer os elementos que, como instituição representativa da advocacia, podem aportar neste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, há cerca de 20 ou 15 dias, o Conselho Federal promoveu o 3º Congresso Brasileiro do Direito da Cannabis Medicinal. O Senador Paulo Paim foi convidado, nos respondeu agradecendo e justificando a ausência em razão também de outros compromissos, mas estamos aqui atendendo ao convite do Senado Federal.

Faço questão de mencionar que o Conselho Federal, nesse evento que promoveu, justamente imbuído do intuito de contribuir com o debate, convidou representantes dos três Poderes da República. Nós tivemos uma mesa de Parlamento dos três níveis de Governo, tivemos uma mesa de Poder Executivo, com representantes de ministérios do Governo Federal, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; uma mesa de Judiciário, do sistema de Justiça – melhor dizendo –, com Ministros do Supremo Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, representante da Procuradoria-Geral da República; uma mesa também de sociedade, universidade, reconhecendo também o papel da sociedade. Aliás, não fosse a sociedade civil organizada, este debate aqui não estaria acontecendo, como também não teria sido promovida a inovação regulatória pela qual passou a *Cannabis* nos últimos anos. E é aqui que eu começo a minha fala.

Partindo desse pressuposto... Como já tratado em mesas anteriores, aliás, notadamente pelo representante da Anvisa, que esteve aqui anteriormente, o pressuposto é: a *Cannabis* passou de um regime regulatório de estrita proibição para se situar também em um regime regulatório de produtos medicinais prescritos. Foi isso que aconteceu. Muito a cabo da judicialização? Sim, mas uma judicialização que premiu a Anvisa a dar vazão a essa demanda regulatória, que resultou nos diferentes regimes regulatórios de acesso aos produtos de *Cannabis* que temos hoje, seja através da importação, seja através da fabricação no Brasil, seja através do regime de medicamentos, seja de um outro regime que é o das normas em concreto a partir das decisões do Judiciário, não só em 1º grau, não só em 2º grau, mas também em 3º grau.

O STJ decidiu isso pelas duas turmas criminais. Existe, como o Rafael falou muito bem anteriormente, um incidente de assunção de competência instaurado no âmbito da 1ª Seção para tratar do tema – e não mais na perspectiva da atipicidade da conduta de quem tem que cultivar *Cannabis* para fins medicinais – porque o Estado brasileiro não se desincumbiu do seu poder-dever, aliás do seu dever-poder de regulamentar a matéria, mas, agora, com o incidente instaurado na seção que tem a competência regulatória de matéria de direito público.

Agora, o Judiciário vai dizer, através do STJ, se a União pode continuar quedando inerte diante dos compromissos que tem, não só diante do direito interno, mas diante da comunidade internacional, porque, desde 1961, quando o Brasil ratificou a Convenção Única sobre Entorpecentes, da ONU, que inaugura o atual quadro regulatório em nível internacional – a *Cannabis* está lá citada expressamente na Convenção Única sobre Entorpecentes, diferentemente de outras drogas que passaram a ser incluídas no rol de substâncias proscritas ao longo do tempo –, o seu uso medicinal e científico não é excetuado. Ele é a razão, ele é a pedra de toque da regulação internacional de plantas prescritas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso medicinal de *Cannabis* não é exceção. O controle internacional de drogas existe porque está no preâmbulo da convenção em 1961, para garantir o acesso aos benefícios medicinais dessas substâncias, independentemente dos usos abusivos, que podem ser feitos, sim, e para os quais existe a reprimenda, já prevista na normativa internacional e também na norma nacional, que é a Lei de Drogas, aliás, encartada na nossa própria Constituição, a respeito da criminalização do tráfico ilícito.

Pois bem. Passado esse pressuposto e esses fundamentos legais, acredito que podemos trazer o debate para termos mais serenos, mais esclarecidos, e não precisamos apelar para a transcendência de nada. Nós podemos olhar para o direito positivo brasileiro e podemos olhar para a regulação da Anvisa, não é? E vou tratar aqui entre aspas, porque foi assim que foi verbalizado desta mesa. Não quero fulanizar o debate, não quero fazer o contraponto específico a ninguém, mas apenas que minha fala parta do que foi colocado aqui, para que talvez fique de melhor compreensão.

Uma única molécula que estaria na *Cannabis* e que poderia ser explorada sem precisar do debate que estamos fazendo aqui... É a RDC 66, de 2016, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que excetua também do controle o tetrahidrocanabinol. O THC também tem propriedade medicinal e quem diz isso é a Anvisa, quem vai dizer isso não é nem o Senado – eventualmente, se disser que não, pode até a lei que vier daí ser contestada em sua constitucionalidade e o Supremo, como já disse antes, dizer: "Olha, aqui a competência é *expertise* técnica, não é a dimensão política". E a Anvisa já disse que o THC tem propriedade medicinal. "Ah, mas é só residual." O único medicamento registrado como medicamento mesmo no Brasil tem uma proporção de 1 para 1 de THC e de CBD, que é o Mevatyl.

A RDC 327, de 2019, prevê o limite de THC nos produtos, não para impedir que eventuais outras concentrações sejam oferecidas, mas para que elas se submetam a outro regime, com uma prescrição específica, com um controle específico de um acompanhamento desses produtos, para que haja o controle até mesmo pelo órgão de classe dos profissionais que estão prescrevendo esses produtos.

Mas vamos lá mais para frente: óleo de maconha. "Óleo de maconha não tem efeito medicinal, não pode ser admitido...". Quem fala isso é a Anvisa também. A RDC 327 fala expressamente do derivado vegetal da planta. Se nós nos remetermos à RDC 26, de 2014, que é a que trata dos fitoterápicos, ela já diz que o derivado vegetal da planta é também um produto medicinal passível de registro, no caso da RDC 327, porque, dos trinta produtos, pelo menos seis são extratos de *Cannabis sativa*. Então, assim, o óleo medicinal não só...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MELO MESQUITA – ... tem utilidade, como ele é previsto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO MELO MESQUITA – Obrigado, Senador.

Então, esses esclarecimentos são necessários para que a gente se dedique aqui, Senador, a discutir qual a postura do Estado brasileiro diante desta discussão. Se nós vamos aceitar como está ou se nós vamos priorizar direito fundamental e acesso à Justiça; se nós vamos priorizar os princípios que orientam a intervenção do Estado em domínio econômico, como a soberania nacional, como a defesa do consumidor, como a livre concorrência; se nós vamos definitivamente entender que essa necessidade da sociedade deve ser atendida de maneira ampla, a partir da máxima eficácia dos direitos fundamentais; ou se nós vamos ficar "batendo cabeça", assumindo custos que não deveriam, que não poderiam ou que não precisam ser assumidos pelo Estado, e permitir que uma regulação de qualidade ao mesmo tempo entregue, Senadora, qualidade para os pacientes, entregue segurança e entregue também um controle, uma fiscalização, porque nós temos capacidade institucional, como país, através de várias agências e vários sistemas de controle que temos, para entregar uma regulação de qualidade, com segurança para os pacientes, para os prescritores, para o Estado e para a população brasileira.

É isso.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rodrigo Melo Mesquita, que falou pela OAB, de forma tranquila...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu estava acompanhando a sessão lá do gabinete. Eu tinha umas reuniões com outros colegas Senadores também agendadas, mas a nossa equipe ficou o tempo todo aqui.

Em primeiro lugar, eu queria manifestar solidariedade à Senadora Damares pela agressão que ela recebeu aqui.

Eu vi um gesto bonito – quero parabenizar também – da pessoa que fugiu completamente à regra da boa convivência, que é o respeito que a gente precisa ter um pelo outro. Podemos discordar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Retiramos, inclusive, dos *Anais*, com a concordância dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei, mas o fato houve.

O mais interessante é que houve o pedido de desculpas. Isso, sim, é um reconhecimento. Eu acho que a gente tem que caminhar por aí.

Durante a sessão, desde o início, eu estou aqui, estive no início, e vi algumas manifestações – a gente ouve aqui do lado e tudo – de intolerância, de falta de democracia.

Em alguns momentos, o senhor foi lá e disse: "Olha, não é por aí. Vamos ter que encontrar um caminho".

Eu peço que, nas próximas audiências, Sr. Presidente, a gente possa equilibrar um pouco mais. A gente já falou que, na próxima, nós vamos ter uma mesa com o mesmo número de pessoas a favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi a proposta desta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que hoje tiveram, e foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que ser dito, Senador Girão, me permita, depois V. Exa. vai continuar, mas eu pedi para toda a assessoria, eu pedi para todos os Senadores que indicassem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... quem eles bem entendessem. Se não indicaram ou não vieram, a culpa não é da equipe e muito menos da Mesa da Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas o senhor já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para deixar claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o senhor fez o compromisso, democraticamente, que a quantidade que nós tivemos hoje, se tiver passado, o senhor vai compensar lá na frente. Isso não tem problema.

Eu queria só fazer uma colocação, se eu puder falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai poder falar, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, se eu puder falar, porque eu estou vendo aqui que a gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo, Senador, pode falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mas eu quero ir no caminho de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei, do entendimento, do entendimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... buscar uma alternativa, porque a solidariedade às famílias que têm crianças, adolescentes, adultos e idosos é total. A gente tem que buscar um caminho, mas buscar um caminho à luz da ciência, tirar o interesse de grupos financiados, tirar o interesse por dinheiro, que está, muitas vezes, escuso, porque a gente sabe. Aqui nesta Comissão do Senado, foi revelado o que aconteceu, na época em que outro Senador estava presidindo esta Comissão, e nós vamos resgatar tudo isso durante esse debate.

Qual é a estratégia? Qual é o ponto que se quer? Porque tem muita gente – e eu recebo, conheço e ajudo no que posso – que precisa do medicamento e que, como eu falei no início, às vezes está sendo usado, não está percebendo o que está por trás do véu. E foi revelado nesse vídeo, que nós vamos colocar no momento adequado, não hoje – eu acho que a audiência já... –, quais são os passos da legalização, qual é o objetivo.

Eu queria... Eu não vou... Carlos Penna, eu o conheço desde aquele momento em que a gente debatia, há dez anos, este assunto. Eu não vou poder ficar para a sua palestra, mas vou gravar. O senhor é funcionário desta Casa, foi da Comunicação do Senado.

Agora o Dr. Rodrigo eu não sei... São as perguntas que já quero chegar aqui e começar a fazer. Não sei se o Dr. Rodrigo ele está falando em nome do Presidente da OAB, se é uma posição da Presidência, se está representando o Presidente, ou apenas a comissão, porque ficou um pouco confuso na hora da apresentação.

Outra coisa: o senhor fala da RDC da Anvisa, com relação ao THC. A gente precisa deixar muito claro para não passar uma mensagem equivocada: o THC, que gera dependência, foi liberado a 0,2%. É o menor do mundo. É o que a Anvisa fez, e eu participei do debate lá na Anvisa com a Senadora Mara Gabrilli na época.

Então, eu já queria entrar diretamente nas perguntas aqui, porque, Senador Paulo Paim, os cientistas estão divididos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir, nós vamos ter a oportunidade de ouvir cientistas. Hoje já ouvimos alguns que são a favor, mas vamos ouvir os que são contrários, que têm estudos publicados, renomados, já trouxeram aqui uma vez uma dessas audiências um carrinho com as... Não vamos ter oportunidade de ver, e as pessoas vão tirar as suas conclusões, porque a gente tem que ter responsabilidade.

Passando aqui às perguntas, eu gostaria de perguntar aqui inicialmente para o Diretor da Anvisa, Dr. Alex Campos. Ele já foi, mas vão ficar registradas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós nos comprometemos, inclusive, a remeter para ele e para os outros que porventura tiverem de se retirar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ótimo. Eu agradeço.

Segundo a FDA, americana, para que algo se torne um medicamento, ele deve ter seus componentes conhecidos quimicamente e com reprodutibilidade; contar com estudos sobre segurança adequados; contar com estudos clínicos controlados robustos o suficiente para demonstrar eficácia; e ter amplo amparo na literatura científica. Pergunta que eu quero deixar aqui consignada: os 21 produtos liberados pela Anvisa sobre o tema possuem tais requisitos? Essa é a pergunta.

A terceira pergunta que eu quero fazer agora é para o Dr. Emmanuel. Ele está aqui ainda? Pronto. O Dr. Emmanuel pode me responder.

É vedado ao médico causar dano ao paciente por ação ou omissão caracterizável como imperícia, imprudência ou negligência; praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação vigente no país; divulgar informação sobre assunto médico de forma sensacionalista, promocional ou de conteúdo inverídico; divulgar fora do meio científico processo de tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja expressamente reconhecido cientificamente por órgão competente. Sendo assim, autonomia médica é definida por normas e, portanto, não é irrestrita. Pergunto: em caso de danos futuros aos pacientes que usam os produtos à base de *Cannabis*, de quem será a responsabilidade?

E esses médicos que receitam extrato de maconha, as famosas garrafadas, são passíveis de punição? E a última pergunta: em nenhum momento, a Resolução nº 2.324, da Anvisa – já para encaminhar para o Dr. Alex também –, fala sobre óleo de extrato de *Cannabis* para finalidades medicinais. Há estudos que comprovem cientificamente a eficácia de tais extratos? Esses estudos podem ser compartilhados com esta Casa Legislativa, juntamente com as suas fontes científicas?

Então, é muito importante, Senador Paulo Paim, concluindo, que a gente possa saber quantos médicos, quantos pacientes nós temos registrados que fazem o uso, quem controla, quem fiscaliza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o senhor por esta sessão. É o início. Quero parabenizar todos que estão aqui, indistintamente todos que estão aqui conosco hoje. Eu acho que a maioria foi educada, e essa minoria eu acho que faz parte, mas precisamos aqui evoluir, porque o país já está polarizado demais.

Senador Paulo Paim, que é um pacifista, o Senado Federal é uma Casa de experiência, de pessoas que já passaram, de Governadores, que já têm uma experiência política há muito tempo. Você está há 40 anos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com este mandato...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com este mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de que faltam três anos, vão dar 40 anos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quantos assuntos delicados nós passamos aqui? E a gente não pode jogar, querer resolver um problema jogando mais querosene, querer apagar o incêndio jogando querosene. Nós precisamos ter uma análise mais cautelosa sobre esse assunto. Não misturar com racismo, não misturar com outras situações, porque o assunto aqui é muito técnico. E a gente precisa ter responsabilidade, porque grandes conglomerados, com interesses bilionários, financiados por indústrias poderosas, estão de olho em outra situação. É realmente essa questão financeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há uma concordância com o equilíbrio, o bom senso e fazer com que as famílias que precisam efetivamente tenham esse remédio, que é a *Cannabis* medicinal.

Eu sei que ele fez pergunta para diversos da mesa.

Eu vou pedir uma tolerância dos senhores para que, nas considerações finais, vocês respondam, terão esse espaço, porque senão prejudica os próximos convidados a usar a palavra agora.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Sandro Pozza, Presidente da Associação Alternativa; em seguida, ao Carlos Penna; e, na sequência, ao Sr. Felipe.

O SR. SANDRO POZZA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Queria agradecer por esta oportunidade, esta pauta aberta pelo Senador Paulo Paim.

A gente é de uma associação da Praia do Rosa, associação alternativa de *Cannabis* medicinal.

Meu nome é Sandro Pozza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diferentemente de outras associações que já têm o direito ao plantio, a gente ainda não possui esse direito. A gente trabalha sob uma condição de pena de crime a qualquer momento. Eu já fui detido por fazer o remédio para a minha sogra. Eu tinha 30 plantas na ocasião somente para fazer o medicamento. Aí eu fui detido, a gente teve um problema por que eu respondo até hoje.

Queria falar um pouco para mostrar a realidade que as associações vivem hoje.

A associação nasceu com essa necessidade de a gente tratar a minha sogra. Minha sogra tem epilepsia e Parkinson e ela vinha tendo seis crises por dia, tendo lesões, se machucando, causando depressão em toda a família, minha esposa com caso de depressão profunda, e, com isso, eu resolvi fazer o primeiro óleo artesanal. A gente deu para ela esse óleo, e foi, assim, inacreditável: ela precisava de duas pessoas para levantá-la da cadeira sempre, ela não levantava sozinha, e a gente estava conversando e de repente, quando a gente viu, ela estava caminhando na sala. Daí a gente viu: "Ó, não é tão difícil assim, não é?". A gente já tinha tentado o tratamento com óleo importado, a gente não teve eficácia porque, para minha sogra, para o Parkinson dela, a gente precisa ter THC, e o THC para importação não era permitido no momento.

Para cada patologia a gente precisa de canabinoides diferentes. O CBD hoje, que é autorizado, não serve para dor, não serve para muitas patologias. Quando é corporal, a gente precisa ter o THC. Já é comprovado também que o THC potencializa o efeito do CBD. Raphael Mechoulam descobriu, antes de falecer, que tem canabinoides de THC 30 vezes mais potentes que o CBD. E na realidade, no convívio, no dia a dia, a gente consegue ver isso a olho nu.

Falam muito em comprovação científica. A gente gravou um documentário, e eu fico pensando no pessoal falando de comprovação científica: nossa, se uma pessoa dessa fosse numa gravação de um documentário desse e presenciasse o que a gente vê! Um pai de uma menina que tem mil convulsões por dia... Não estou exagerando, são mil convulsões por dia. Tinha. Com três dias de uso de óleo, ela nunca mais teve. Ela precisava de sonda para se alimentar porque ela estava se alimentando, tinha convulsão: UTI, vida e morte. Hoje essa menina não tem mais convulsão alguma.

Essa dificuldade que as associações têm com o plantio também nos prejudica muito na qualidade do produto. Epilepsia refratária, que foi falada aqui: a gente precisa de THCV, não é CBD que controla ela. E como a gente vai ter THCV se a gente não pode plantar, se a gente não pode ter acesso a cepas? A gente importa a semente, ela é aprendida. Então, a gente passa por uma dificuldade bem grande e, como todos vocês, a gente tem família... A gente não está para ganhar fama, a gente não está para ganhar dinheiro, porque a associação é sem fins lucrativos. A gente não enriquece, a gente está para ajudar as pessoas, a gente está para ajudar nossos parentes. Quase todas as associações nasceram dessa necessidade. A Margarete, eu, quase todo mundo começou a associação por isso; a gente não começou para ganhar fama, para ganhar dinheiro. E aí é bem difícil, algumas pessoas nos tratam assim, parece que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão falando de um traficante, botam no mesmo patamar o *crack* e a *Cannabis*. A gente não está discutindo o uso recreacional, a gente está discutindo o uso medicinal. É bem diferente.

Eu queria pedir para rodar o videozinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De quanto tempo é o vídeo?

O SR. SANDRO POZZA – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Está dentro do seu tempo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. SANDRO POZZA – Pessoal, eu queria falar um pouco da dificuldade que essas pessoas têm para adquirir o óleo, o que eles já passaram. O pai da Yasmin, o Norberto, por muito tempo atravessava até o Uruguai, botava o óleo no bolso, dentro das calças, e atravessava a ponte com medo de ser preso. A Iarinha, essa mãe me contou que ela nunca dormiu por dois anos. Ela ficava encostada na porta do quarto da criança, porque, se a criança tivesse uma convulsão, poderia se engasgar e falecer. Então, a gente não está dando qualidade de vida só para o paciente, a gente está dando qualidade de vida para os familiares, para todo mundo que está envolvido, porque, quando a gente tem uma criança num estado desse, a gente não consegue viver. Eu presenciei isso, a gente viu na pele.

Esses pacientes dos vídeos, todos são beneficentes. A gente tem cerca de mil pacientes dos quais a gente financia todo tratamento. A gente tem pacientes na Favela da Maré. Inclusive nos deram um relato de que a gente está fazendo o trabalho do SUS, porque lá só recebem não. Elas não têm esperança nenhuma. Então, quando a gente escuta assim... Como a Dra. Damares se ofendeu, para nós é uma ofensa também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDRO POZZA – ... quando dizem para nós que não tem comprovação e nos colocam como se fosse uma formação de quadrilha, uns traficantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. SANDRO POZZA – Não é isso que está acontecendo.

A gente está aqui tentando beneficiar pessoas, parentes de pessoas com patologias graves que precisam disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Yasmin não tem tempo para ver, daqui a dez anos, o que vai acontecer com o cérebro dela, porque a cada convulsão dessa ela pode falecer.

Eu respondo pena criminal, mas eu não vou parar de fazer o óleo, porque a gente não pode deixar essas pessoas sem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sandro Pozza que fez a sua exposição.

Agora, nós vamos de imediato, para ganharmos tempo, ao Carlos Penna Brescianini.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde, Senador Girão. Boa tarde, Senadora Damares. E a todos os outros.

Senador Girão, eu deixo aqui a minha saudação. Para quem não sabe, o Senador Girão vinha aqui dez anos atrás e a gente debatia. Ele não era Senador. E a gente debatia e debatia pesado. Ele era contrário, eu sou favorável. Ele continua contrário, eu continuo favorável. Eu espero um dia que ele ainda vote conosco. Eu não vou deixar de tentar convencê-lo, porque eu acho que no fundo ele tem um bom coração e ele pode ser trazido para esse lado.

Eu gostaria de pedir para que o pessoal da mesa deixe minha apresentação em ponto de bala. Obrigado.

Senador Girão, eu quero me colocar à disposição para quando os senhores quiserem novamente debater. Eu estou à disposição. Quero só lhe responder uma coisa aqui, rápida, porque o senhor fez a pergunta, mas quero deixar que o senhor já saiba.

Até poucos anos atrás, era proibido se fazer pesquisas sobre a *Cannabis*, no Brasil. Então, as informações que a gente tem sobre o uso medicinal da *Cannabis* são muito recentes. Lógico, então, a quantidade de material que nós temos hoje é pequena em relação ao que já houve, mas está havendo uma quantidade de pesquisa muito grande, a partir do instante em que foi permitida a pesquisa. E a partir daí, a questão está evoluindo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Como eu fui citado, respeitosamente, sem perder o tempo do nosso irmão Penna, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem dez pessoas na fila aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... dizer que eu estarei sempre aberto ao diálogo. Agora, conversando com o Dr. Rodrigo Melo Mesquita, ele me perguntou se podia fazer uma visita. Eu disse: claro! Eu recebo lá sempre famílias, porque a gente tem que buscar uma alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O questionamento que eu faço – e eu me solidarizo com a dor – é o seguinte: o medicamento do laboratório não tem o efeito... Alguns cientistas dizem que tem o efeito para resolver a questão da frequência da epilepsia refratária, não é? Tudo aquilo... A gente precisa efetivamente ter essa visão.

Não, não é hoje, Senador Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está pedindo o tempo dele. Ele cometeu o erro de perguntar. Todos estão esperando para responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Então, vou deixar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não dou porque eu não tenho tempo. Eu não tenho tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu vou deixar. É só para dizer o seguinte, nós vamos ouvir aqui, nós vamos ter outras sessões para ouvir, porque alguns especialistas, cientistas, mostram que o efeito do remédio feito em laboratório, sintético, é o mesmo efeito do óleo. Para que se quer o óleo se a gente pode fornecer gratuitamente pelo SUS o medicamento? Então, essa é a questão.

Que a polícia tem questões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, eu faço um apelo a V. Exa., porque ele vai perder o tempo dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, claro.

É porque aí tem um questionamento que a gente pode – só para concluir, se me permitirem – ver efetivamente: para que plantar se a gente pode ter outra solução? Já que instituições dizem que o problema de plantar pode gerar outros questionamentos maiores para a saúde pública e segurança pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Girão, que foi bem objetivo.

É porque, se se faz pergunta, vira um pingue-pongue. Por isso que eu joguei, Dr. Alex, para o final. Ele cometeu o erro de perguntar. A Senadora está esperando desde cedo.

Tu tens cinco minutos agora.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (Para expor.) – Lá vamos nós. Vou ser uma metralhadora. Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu trouxe isso daqui? Isso daqui é um capim braquiária. Essa parte daqui do capim é conhecida como cana. E a cana justamente é a origem da palavra *Cannabis*, porque é uma planta que, quando ela cresce, forma uma cânula, tanto que a palavra cana é utilizada por nós para poder utilizar também a expressão "cano". A origem é a mesma. Trouxe isso, porque eu acho que é didático para poder esclarecer.

E aí vamos lá. A etimologia da palavra maconha vem de cana. Então, é encontrada em várias línguas, antigas e atuais: *kaneh bosem*, em hebraico; *kanibu*; *cannabis*; *kanneh*; *kanna*; *kaña*; *kanha*, *ma-kanha*, que virou maconha.

Adiante, por favor.

Adiante, por favor.

Pessoal, adiante.

Na própria Bíblia, no Êxodo, é encontrada a utilização como *kaneh bosem*, em uma parte que é citada.

Pode ir adiante, por favor.

E por que eu falo isso? Porque existem algumas traduções da Bíblia que trocam palavras. Naquele famoso dito de Jesus: "Mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino do céu", não é um camelo, é uma corda – porque, em hebraico, é *kamilos* e *kamelos*, a palavra é semelhante. E, em hebraico, não se escreve com vogais, então, na hora de traduzir, quem traduziu engoliu a vogal, trocou, então foi. E lá vamos nós cometendo erros seguidamente por traduções.

Adiante, adiante, adiante.

Vamos lá, adiante.

Aí essa é a parte que eu peguei exatamente do Velho Testamento, que a gente chama de Bíblia, mas o Velho Testamento é o livro sagrado judaico, que é a base do Velho Testamento que a gente utiliza. E aí está a parte do Êxodo, justamente falando do *kaneh bosem*, que é colocado numa tenda para pegar fogo junto com outras ervas.

Adiante, adiante.

E aí eu cito a pesquisadora polonesa Sara Benetowa, mais tarde Sula Benet, que justamente pegou e mostrou que o *kaneh bosem* era a *Cannabis*. Ela foi fazendo toda... e explicando passo a passo.

Como eu estou correndo contra o tempo, eu não vou me demorar muito aqui.

Vamos lá, senão o Senador me come.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: dados os seus diversos efeitos, a *Cannabis* sempre teve uma característica religiosa, várias vezes introdutiva para eventos religiosos ou pararreligiosos.

Adiante. Vamos lá.

Bom, aí é a parte da Bíblia que diz: "Tome as seguintes finas especiarias: 500 shekels [é uma medida] de mirra líquida, metade da canela perfumada, [...] 500 shekels de cássia [...]". E aí ele vai colocando tudo e diz para que coloque dentro da tenda e toque fogo.

Vamos lá. Adiante, adiante.

Essa é a parte do Êxodo. Vocês encontram ali: Êxodo 30, 22-23. Quem quiser procure, está lá. É bem interessante.

Adiante.

Então, não vou parar mais aqui porque já expliquei isso. Vamos lá.

Adiante. Adiante.

Salomão fala no Cântico dos Cânticos; Jeremias fala; Ezequiel fala também.

Adiante, vamos lá.

A rota da seda é o seguinte: a maconha é uma planta que veio da Ásia, da parte central da Ásia. Através do comércio, ela foi se espalhando pelo velho continente, e o interessante é que ela sempre manteve a característica básica do nome dela de *kanneh, kanna, kaña, kanha* e sempre ficou forte, então ela é conhecida em várias línguas assim.

Adiante, adiante, vamos lá.

E aí eu peguei várias, eu peguei em sumério, peguei em acádio, peguei em sânscrito, em persa, em grego, e em grego já está *kánnabis*.

Adiante. Próximo.

Então olha, em grego *kánnabis*, em latim *cannabis*, em persa *kanab*, em hebraico moderno *qannabos,* em acadiano antigo *qunnabtu* e *qunnabu* do neoassírio e neobabilônico.

Gente, até os povos também tinham, para vocês verem como é que isso é presente. Não é nada excepcional, já está na humanidade, já é conhecida há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em português houve uma fusão de termos de origem africana com o sufixo *kanna*. Em diversas línguas africanas, a palavra "ma" é mãe, em iorubá, bantu, zulu, e eles colocaram *ma kanna, ma kanha,* maconha. Por algum motivo eles associaram as duas razões. Há diversas razões, eu não quero entrar aqui. Só estou explicando como é que chegou.

Adiante. Adiante.

Cruzadas. É o seguinte. Durante a Idade Média...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem um minuto.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Oh, meu Deus do céu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A vida é assim para todos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Durante a Idade Média, os europeus invadiram o Oriente Médio, foram nove Cruzadas.

Adiante. Próxima.

Aí os mapas da invasão.

Adiante. Próxima.

O que houve? Os muçulmanos bebiam álcool e fumavam maconha. Os europeus bebiam álcool. O choque cultural foi tão grande que os muçulmanos passaram a proibir o uso do álcool, porque eles associavam aos europeus, à falta de religião dos europeus, e os europeus passaram a associar a *Cannabis* ao diabo por conta da fumaça.

Adiante. Adiante. Adiante. Adiante. Adiante.

O que eu quero colocar é o seguinte: as navegações foram feitas com fibra de maconha – cânhamo. Se não fosse o cânhamo, não se fariam as velas e as cordas das embarcações que aguentavam dois, três anos no oceano.

Adiante.

As calças jeans que nós usamos foram feitas originalmente com cânhamo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Com a proibição do cânhamo foi alterado para algodão.

Adiante.

Isso é um filme da Segunda Guerra, os Estados Unidos eram um dos maiores plantadores mundiais de cânhamo, que eram utilizados justamente para as cordas das embarcações. Pedia-se "pelo amor de Deus" para se plantar o cânhamo para poder ganhar a guerra.

Adiante. Adiante. Adiante. Adiante. Vamos lá. Vamos lá.

Essa é a parte a que eu quero chegar, que é a mais importante. Agora por favor. Vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tu vais ter tempo nas considerações finais!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Um minuto.

O que eu quero dizer é o seguinte: a proibição da maconha encontrou já uma estrutura apodrecida por conta do contrabando e do jogo do bicho no Brasil. Ela entrou nessa estrutura já apodrecida.

Adiante.

E, por ela, ela se expandiu, entrou e, infelizmente, prejudica a sociedade de maneira escandalosa.

Eu pessoalmente defendo que ocorra a descriminalização como uma das maneiras de quebrar o tráfico e o crime organizado e seus efeitos deletérios.

Eu não estou com muito tempo para poder explicar isso aqui. Eu estou deixando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seu tempo já terminou duas vezes.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Eu estou deixando aqui, explicando que as grandes organizações criminosas do Brasil têm com o tráfico uma das suas maiores fontes de renda. E a pior coisa que existe é você colocar a sociedade numa condição em que ela não confia na polícia e na sua sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Penna Brescianini, mestre em Ciências Públicas.

Eu apenas acho que ele errou quando ele perguntou para o Senador Girão. A Senadora sabe como é que funciona isso. Tem o teu tempo, tu fazes a pergunta para o outro, e o outro diz: "Não, é tudo comigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora". Daí ele responde, usa o teu tempo e tu não tens direito de responder. Esse foi o teu erro. Mas teremos outros debates.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (*Fora do microfone*.) – Eu pensei em ser educado com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora está ali também. Os Senadores estão na fila. Mas teremos outras oportunidades e vamos te ouvir também.

Por favor, Dr. Felipe Deucher Brollo, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Incentivo à Saúde.

O SR. FELIPE DEUCHER BROLLO (Para expor.) – Boa tarde.

Eu vou tentar ser o mais breve possível aí no meu tempo, em respeito ao tempo, que sei que está curto.

Eu queria agradecer, primeiramente, ao Senador Paulo Paim por ter nos dado esta oportunidade de estar aqui presente. Gostaria de agradecer também aos Senadores, aos Deputados e a todos aqui presentes hoje para podermos debater essa pauta que é tão importante aí para o nosso país.

Nós pretendemos, por meio da nossa luta, do nosso trabalho e por meio desta assembleia, a busca pela inclusão, fazendo com que os medicamentos de *Cannabis* sejam de acesso a toda a população e não só a uma minoria.

Nós queremos também que os medicamentos sejam para todas as patologias que a gente sabe que se beneficiam com o uso da *Cannabis* e não para apenas duas e não também só para casos em que o tratamento convencional não obteve resultados, em que a gente tem que esperar que a pessoa tenha uma piora num quadro quando ela poderia ser beneficiada logo de início com os medicamentos à base de *Cannabis*.

Também gostaríamos que todos possam contribuir e participar desse projeto, que os fornecedores pequenos possam participar e não só as grandes indústrias farmacêuticas, que as associações de menor expressão possam fazer parte desse projeto e não só as grandes associações e, é claro, que também todos os pacientes, todos os familiares possam ter a voz e contribuir da melhor maneira possível para a constante evolução dessa pauta.

Eu gostaria de citar aqui algumas patologias que nós tratamos hoje na nossa associação: autismo, Alzheimer, esclerose múltipla, dores crônicas, epilepsia, Parkinson, fibromialgia, câncer, entre tantas outras. Então, como nós podemos dar as costas para todas essas patologias, para todas as pessoas que vêm tendo tantos benefícios com um projeto que não abranja todas essas patologias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu acho que nós podemos buscar o melhor entendimento sobre o assunto? Nós precisamos fazer estudos, nós precisamos de incentivos para estudos com universidades, institutos de pesquisas, em colaboração com associações, com laboratórios, para que a gente possa trazer esses exames clínicos, esses testes clínicos, estudos de todas essas patologias que a gente sabe que podem ser beneficiadas.

Eu gostaria também de trazer dois breves relatos de pacientes que a gente recebe todos os dias. Então, eu separei dois aqui trazer para vocês.

A Assunção fala que a filha dela tinha mais de cem convulsões por dia e usava muitos medicamentos para tentar combater o quadro. A partir da terapia com *Cannabis*, obteve uma melhora muito grande, e hoje as convulsões diminuíram, proporcionando uma qualidade de vida que ela nunca imaginou ser possível para a filha dela. Então, é um caso de epilepsia.

Aqui eu gostaria também de relatar o caso do Filipe Barsan, que relata que seu pai com Alzheimer e ele mesmo com leucemia tiveram um grande benefício com o uso da maconha; que ele vê que por isso é muito necessário falar e contar as histórias dessas terapias, porque ele achava que já tinha perdido o pai, que era muito agressivo, perigoso, e, com o início desse tratamento, ele conseguiu reaver essa qualidade de vida do pai, que é tão importante.

Por fim, para não tomar muito mais tempo, eu gostaria de ressaltar que a melhor maneira de a gente combater a desinformação e a ignorância a respeito desse tema é com o debate, é com argumentos, e não com xingamentos, com ofensas, porque isso só dificulta a nossa luta nessa pauta.

Eu gostaria também de parabenizar a Senadora Mara Gabrilli pelo discurso feito e pelos argumentos por ela apresentados. Que essa política seja a de todos e para todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Felipe Deucher Brollo.

Agora nós vamos para a última mesa, e eu pediria que os senhores mais jovens retornassem para o plenário, porque agora vou convidar Renato Filev, Coordenador Científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e do Conselho Estadual de Política sobre Drogas de São Paulo, e Paulo Tavares Mariante, representante da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal. (*Palmas.*)

Ele está conosco ainda? (*Pausa.*)

Está. Por favor.

Como eu citei muito São Paulo, o senhor vai ter que explicar como foi lá em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, eu passo a palavra ao Sr. Renato Filev, Coordenador Científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e do Conselho Estadual da Política sobre Drogas de São Paulo. Lá em São Paulo foi que suscitou todo esse debate?

O SR. RENATO FILEV – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O último, não é? Porque o debate mesmo vem de 10, 15 anos atrás.

É contigo.

O SR. RENATO FILEV (Para expor.) – Boa tarde a "todes".

Obrigado, Senador Paim, pelo convite, na pessoa de quem cumprimento a todos os Senadores presentes.

Eu sou Renato Filev, paulistano, neto de refugiados, pesquisador em Neurociência, pós-doutorando em Psiquiatria pela Universidade Federal de São Paulo, ativista pela reforma na política de drogas pelo viés dos direitos humanos.

Estou como Coordenador Científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e voluntário em duas associações de cultivo de cânabis: a Cultive, em São Paulo; e a Canapse, em Maricá, no Rio de Janeiro.

Estudo a planta e seus componentes há mais de 15 anos, mesmo tempo em que me dedico ao movimento Marcha da Maconha, pela regulação responsável das substâncias consideradas ilícitas, por ter compreendido e desejado a mudança das consequências nocivas que essa política causa à saúde individual e coletiva.

Sou pai de uma menina em idade escolar e não posso deixar de me sensibilizar e me solidarizar com os ataques hediondos ocorridos e com os absurdos boatos para o dia de hoje. Assim, espero que o 20/4 maldito de outrora seja cada vez mais associado à celebração dessa planta, que remete mais à vida e à fraternidade do que ao horror, ódio e violência – violência que também é sistematicamente empregada pelo Estado, de maneira seletiva, a um grupo específico de homens e mulheres, pessoas jovens, negras, pobres, às quais recai o ônus da política de drogas.

Também aproveito para prestar minha homenagem ao grande Guilherme Campos, advogado antiproibicionista que deveria estar conosco aqui hoje. Meus sentimentos aos familiares e amigos.

Existe em curso uma luta coletiva por uma regulação que busca o encerramento imediato da política de guerra às drogas. Que essa reforma atue no sentido de reparar as consequências por vezes irreparáveis aos povos afetados por essa em seu dia a dia! Peço que escutem as mães familiares que perderam seus entes para a violência de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A regulação da cânabis para fins terapêuticos não está dissociada da política de drogas. As pessoas que necessitam da planta vêm sendo criminalizadas por buscar de forma autônoma acesso à saúde e lenitivo para diversos sintomas através desse tratamento.

O projeto de lei em discussão, no meu entendimento, cria um problema ao não prever a regulação do cultivo nacional da cânabis para fins terapêuticos nem por pessoa jurídica tampouco física em âmbito individual ou coletivo. Esses insumos sendo exclusivamente importados deverão criar uma dependência internacional e onerar o SUS de maneira desnecessária. O cultivo, o acesso e o consumo de cânabis em território nacional para qualquer finalidade deve ser urgentemente estudado com atenção por esta Casa Legislativa.

Ao ler o projeto, algumas dúvidas me surgiram, Senador Paim. Haverá medicamento a quem precisa, sendo que, em geral, esses tratamentos são de uso contínuo? Como pesquisador, posso afirmar que centenas de componentes da cânabis, inclusive associados, podem apresentar efeitos terapêuticos. Assim, as pessoas que necessitam do THC serão contempladas por quais formulações visto que hoje apenas um único medicamento à base de cânabis está registrado no país?

Deverá ser estudado igualmente qual montante de recurso público será destinado às empresas que ofertarão esses produtos e quanto custará caso a obtenção dos insumos farmacêuticos ativos venham de produção nacional.

O Brasil esteve na vanguarda da proibição com a lei municipal do Pito do Pango no Rio de Janeiro, em 1830; com Pedro Pernambuco Filho na Liga das Nações em 1925. Agora deveria acompanhar a vanguarda mundial da regulação da cânabis de maneira democrática e responsável.

A OMS e a ONU reconheceram, em 2020, as propriedades terapêuticas da planta e retiraram a *Cannabis* da Lista IV da convenção de 1961, na Comissão de Narcóticos e Drogas, em Viena, ratificada pelos países representantes da comissão. Esse fato foi recordado pela nota técnica lançada pela Fiocruz – o que já foi falado aqui hoje –, no dia de ontem, e vem se mostrando muito pertinente para as discussões que estamos realizando. Essa nota mostra o estado da arte e os diferentes níveis de evidência para as diferentes condições de saúde, salienta a necessidade de fornecer e instrumentalizar as associações de pacientes, busca orientar a população e órgãos competentes, destaca a importância do THC para fins terapêuticos e salienta a importância da produção científica nacional, que vem sendo pioneira, desde a época do mestre e saudoso Prof. Elisaldo Carlini.

É preciso a proposição de uma lei que se debruce na reparação aos danos provocados pela política proibicionista, na erradicação da violência do Estado, na justiça social, na geração de emprego e renda, assim como o acesso democrático de canabinoides para fins terapêuticos. Essa pode ser uma oportunidade para revisar uma lei que gera mais danos à saúde pública do que aqueles que ela busca combater sem sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Causa espécie pessoas públicas estigmatizando e repelindo pessoas que apresentam transtorno por uso de substâncias psicotrópicas, que precisam de cuidado e acolhimento em liberdade. Aponto a necessidade de incluir novamente a cânabis na Farmacopeia Brasileira e reconhecer seu uso tradicional para que assim haja a possibilidade de inseri-la no rol de plantas do Programa Farmácias Vivas do SUS.

Com o potencial agrícola brasileiro, deveríamos fortalecer a soberania nacional com o registro e memória das sementes da cânabis adaptadas ao bioma brasileiro, que vêm sendo cultivadas aqui há centenas de anos, em vez de buscar a sua erradicação, o que geraria emprego, renda e competição no mercado internacional a partir de matérias-primas provenientes da planta: as suas fibras, as suas sementes e as resinas das flores, com o seu potencial terapêutico inquestionável.

Ouvi aqui que essa causa gera muitas paixões, e eu fico me perguntando quais paixões que movem as pessoas que querem manter a cânabis proibida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Renato Filev.

Passo a palavra de imediato, como último convidado a falar no dia de hoje, ao Sr. Paulo Tavares Mariante, representante da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal e da Articulação Nacional de Marchas.

Só informo que a Senadora vai ser a primeira depois dele a usar a palavra, e para aqueles que tiverem perguntas e que quiserem responder vai ser o momento de encerramento.

O SR. PAULO TAVARES MARIANTE (Para expor.) – Sr. Presidente, na pessoa de quem eu saúdo a todos os Senadores e Senadoras e, em especial, aqui a todas as pessoas presentes que fazem essa luta tanto por uma nova política de drogas como também pelo reconhecimento do uso medicinal da *Cannabis*, companheiras e companheiros, faço esta fala aqui no lugar do companheiro Guilherme Campos, companheiro de luta e amigo, a quem eu quero dedicar todo o nosso esforço, até porque entendo que a maior homenagem ao Guilherme é a nossa continuidade na luta para que os preconceitos, as discriminações e as opressões cessem e a gente tenha, enfim, uma política que deixe de tratar determinadas questões com um proibicionismo, que não tem nenhum efeito positivo. É essa a questão que a gente precisa, mais do que nunca, registrar aqui.

Senador, como diz Sueli Carneiro, que o senhor conhece, "nossos passos vêm de longe". O que nós falamos hoje aqui vem de muito longe. A história deste país, a história do Estado brasileiro é uma história muito mais de negação de direitos do que de afirmação. E uma luta de muitas pessoas, muitas antes de nós, chegou, em 1988, com a Constituição, chamada por muitos de cidadã e que seria um marco na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia de direitos para todas e todos. Quando não são direitos para todas e todos, são privilégios, e a sociedade que nós queremos não é a sociedade de privilégios, é a sociedade dos direitos.

Infelizmente a construção cotidiana desses direitos deixou algumas pessoas e alguns temas pelo caminho. O direito de manifestação e reunião, do art. 5º, tão consagrado, hoje ainda é colocado em risco quando se organizam, por exemplo, manifestações por uma nova política de drogas. É preciso lembrar, Senador, que, a partir de 1988, com essa afirmação e consagração do direito de manifestação, todos os movimentos sociais puderam ocupar as ruas. E falo isso para quem, antes de ser Deputado constituinte, foi sindicalista e sabe o que significa uma repressão policial a uma manifestação, pois as marchas da maconha foram o único movimento neste país que, mesmo depois de 1988, na vigência da nova Constituição, foi obrigado a vir ao Supremo Tribunal Federal para garantir o seu direito de fazer as manifestações. E conquistaram isso, e isso está firmado pelo Supremo. Entretanto, mesmo assim, hoje nós ainda temos municípios nos quais determinados setores conservadores tentam proibir essa manifestação. Portanto, o direito de manifestação está em risco. E nós temos, de novo, a questão de qual a possibilidade – *Cannabis* ou cânabis, continua aí a dúvida – do acesso?

Há um outro direito também na Constituição, no art. 196, o direito à saúde. Nós entendemos que podem existir controvérsias. E qual o tema numa sociedade democrática que não tem controvérsia? Mas todas as apresentações feitas aqui sobre as possibilidades do uso da cânabis, *Cannabis* ou maconha, numa perspectiva medicinal, estão colocadas por vários setores. Agora, a oposição a essa possibilidade se vale de tabus, preconceitos e pânicos morais, mais do que nunca.

E, nesse caso, é necessário fazer uma pergunta. O ex-Ministro Deputado Osmar Terra fez uma menção à questão da política de drogas. E, Senador, é um tema complexo, com certeza. Estou de pleno acordo de que é um tema complexo, que exige um esforço, tanto que, quando o Renato e outros falam de uma regulação responsável, existem projetos, inclusive, já em andamento, mencionando o trabalho na educação, na saúde e na cultura. Entretanto, o único lugar onde essa política não deveria estar para efeito do uso é no direito penal. Esse é o único lugar em que não deveria estar, porque a proibição, Senador, pode...

Pode se perguntar em que lugar do mundo? Aliás, o país que tem proporcionalmente a maior quantidade de forças armadas e policiais é o maior consumidor. Esta é a pergunta que não quer calar: qual é a eficácia da proibição? A proibição não tem nenhuma eficácia no sentido que é propalado, de reduzir acesso às substâncias, mas o que ela consegue ter eficácia é na criminalização de pessoas que querem fazer o uso medicinal da substância. É a única eficácia que ela tem, a única! Então, esta pergunta tem que ser feita: a quem beneficia a proibição? Não é a saúde, com certeza não é. Nós temos verificado isso e cada vez mais é uma questão que se impõe.

Por outro lado, é preciso discutir. Nós temos toda solidariedade com pessoas que fazem uso da Justiça, que usam a judicialização, e vamos continuar apoiando, mas veja a contradição, fazendo uso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça, mas não é justo. Nem todas as pessoas neste país têm condições de conseguir a prescrição e a assistência jurídica. Então, volto à questão: direitos ou privilégios? E não estou dizendo que está errado, Liane. O teu exemplo é um dos exemplos de luta que a gente tem que saudar, mas, se hoje nós continuarmos exigindo das pessoas a busca na Justiça, nós vamos estar negando direitos e é isso que nós não podemos admitir numa sociedade democrática. A negação de direitos é a negação da democracia. É esse o debate que tem que ser feito.

Então, a judicialização que vem sendo feita – e que nós reconhecemos como justa e legítima – não pode ser o nosso horizonte. O horizonte tem que ser a garantia do acesso pleno e amplo. E, para esse acesso pleno e amplo acontecer, é preciso mudar a legislação. Essa legislação não contempla. Nos projetos em andamento, é preciso discutir e também não... São um avanço, Senador, é importante uma proposição, e a gente saúda a apresentação da proposição, mas ela precisa ser melhorada.

Nós temos – queria dar um exemplo, como mais uma homenagem ao Guilherme –, em Minas Gerais, a Deputada Estadual Andréia de Jesus, que tomou uma iniciativa inédita: chamou o movimento social para construir um projeto de lei. E pessoas que estão aqui, como o Igor, da marcha, em Belo Horizonte, e o Gui, que faleceu infelizmente, participaram dessa construção.

E é um projeto, Senador, que eu lhe garanto que pode ser um bom parâmetro para uma discussão de aperfeiçoamento, de aprimoramento da legislação que o Senado venha a fazer, combinando com o 399, quando ele vier para esta Casa. E nós temos que fazer com que ele venha. Nós temos que derrubar aquele recurso na Câmara e garantir que o 399 venha ao Senado. É tarefa nossa, da militância. Nós temos que convencer que isso é para ontem, passou da hora, mesmo que também o 399 tenha os seus limites, e tem. Ele não garante tudo que nós queremos, mas ele é importante. Por isso, a gente o defende. A cada passo, um passo. Nós não vamos alcançar a legislação perfeita de uma hora para outra. Mas nós podemos chegar a isso se tivermos os caminhos mais adequados.

Queríamos aqui, até porque um deles estava e teve que sair, manifestar a nossa solidariedade a todas as pessoas reprimidas, presas – presas – porque fazem uso dessa planta. O Márcio Roberto Pereira, que estava aqui e não pôde ficar, é um dos presos – e tem tantos presos. A gente reafirma aqui: solidariedade. É uma injustiça o que vem acontecendo com ele, com o Rubens Santini e outros. É nossa obrigação dizer isso, porque se nós não dissermos talvez não seja colocado e é parte dessa injustiça que acontece todos os dias neste país. Nunca, não vamos nos calar e vamos denunciar sempre essas injustiças! Solidariedade a todas as pessoas presas por uma política de drogas que coloca como traficante uma pessoa com uma quantidade de substância tão ridícula que chega a se pensar como é que pode acontecer isso. E são milhares, Senador, milhares, milhares!

Queria, finalmente, dizer aqui que, se nós queremos mesmo garantir o direito à saúde, é preciso esse acesso amplo, amplo, o mais amplo possível. Temos que superar esse proibicionismo, esses tabus e os preconceitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queríamos trazer aqui, por último, além de relembrar a nossa responsabilidade política na mudança desse quadro, o que significa, quem sabe... Não resolve tudo, mas, seguramente, uma nova legislação que deixe... Aliás, o Supremo Tribunal Federal tem um recurso também que pode ajudar em relação a isso aí, e a gente está dialogando com o Supremo. Mas, tirando a criminalização do uso, nós vamos ter uma possibilidade de uma redução significativa de encarceramento. Milhares, milhares de jovens, principalmente negros e pobres, todos os anos são encarcerados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TAVARES MARIANTE – ... e outros tantos na mesma condição são assassinados. Isso é preciso cessar. Eu queria, por fim, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto.

O SR. PAULO TAVARES MARIANTE – Queria apenas fazer uma referência. Que nós possamos, nesse Projeto 89, de 2023, em diálogo com outros que têm nesta Casa, como o do Senador Flávio Arns e o 399, que nós esperamos que venha para cá, aprovar aqui lei mais avançada para fins medicinais. Tem um acordo, a discussão do uso, o chamado uso adulto, é mais ampla e nós queremos fazer esse debate, nós não queremos passar de contrabando nada. Mas nós queremos uma lei mais avançada para o uso medicinal e queremos propor, em homenagem ao nosso querido companheiro Guilherme Campos, que essa lei, no futuro, se chame Lei Guilherme Campos.

Era isso, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Terminou a fala Paulo Tavares Mariante.

Senadora Damares, com a palavra pelo tempo que V. Exa. entender adequado, já que ficou desde o início aqui firme, ouvindo todos os debates.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, mas eu vou respeitar a fome de todos eles.

Eu quero agradecer a todos os convidados que vieram. Todos vocês contribuíram muito com o debate – muito, todos.

É claro que a gente tem posições divergentes em alguns aspectos, por exemplo, tem algumas falas que eu acho que não caberiam nesse foro aqui, pois nós estamos discutindo o medicamento, as pessoas que precisam do remédio. Nós estamos discutindo a regularização, a regulamentação de como será a *Cannabis* medicinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que uma coisa ficou muito clara nesta manhã: vocês não precisam mais nos convencer da eficácia do remédio. E isso a gente agradece muito às mães, a você, Eliane, às outras mães que estão aqui, às associações. Há 20 anos seria impossível um debate assim, porque a gente não tinha uma Carol sorrindo daquele jeito. Nós tínhamos relatos de alguns outros lugares, de alguns outros países, mas não tínhamos o sorriso da Carol para encher o nosso coração de esperança e de alegria.

Então as famílias dos pacientes que estão aqui não precisam mais nos provar a eficácia do remédio, a gente já entendeu. O projeto de lei inclusive caminha na direção de como a gente vai regulamentar isto. E eu quero que todos vocês entendam, aí eu já não vou estar contigo, Paulo, na outra luta, não vou. Você continue sua luta, nessa eu não vou contigo. Talvez nem com o Renato, que aí eu tenho divergência, mas eu já vou estar ali com o Sandro, já vou estar com Liane aqui, com aqueles que precisam da medicação. Mas eu quero que os senhores todos entendam o seguinte: eu fui ministra da pasta das pessoas com deficiência e eu fiz esse debate com muito amor, com muito zelo e com muito carinho internamente, no Ministério. E tive que trazer muita gente, inclusive, que pensava diferente, para conversar conosco.

Mas eu quero que todos os senhores entendam o seguinte, o Brasil é um país extremamente diferente das outras nações. Só de áreas de fronteira descoberta, nós temos 16 mil quilômetros. Nós fazemos fronteira só com países que produzem a coca. Cinco, cinco... Nós temos fronteira com vários países que produzem a coca, vários. Nós temos uma questão de segurança nacional, de soberania nacional, nós temos áreas de fronteira inteiramente indígena. Então, uma decisão nossa aqui no Congresso não passa tão somente pelo quintal de dona Liane, não passa tão somente pelo terreno das associações. Uma decisão nossa, aqui, vai chegar em áreas de fronteira. Nós não vamos legislar apenas para o pessoal do Rio Grande do Sul ou para o pessoal de São Paulo, nós temos a Amazônia, nós temos a Ilha do Marajó, nós temos regiões no Brasil com especificidades que a gente vai ter que considerar na hora de tomar uma decisão, a decisão dos direitos. Essa é a Comissão dos Direitos e a gente vai manter a discussão sobre o direito ou não, mas essa discussão é para a Comissão de Segurança e ali a gente vai ter outros aspectos para discutir em relação a esta proposição.

Preocupa-me alguns discursos, e a gente vai ter que ter muito cuidado no discurso, por exemplo, Dr. Abdalla, ele está aqui ainda? Dr. Abdalla? Acho que ele já foi. Foi. Dr. Abdalla, ele é oftalmologista, não é? E ele veio fazer a defesa dele e a gente viu matérias... Não, eu acho que ele é clínico. Ele também trabalha *Cannabis* para glaucoma, aí a gente já vê outras indicações de outras doenças. Nós estamos ampliando muito esse leque.

A Anvisa apresentou um eslaide, no final, que fala que a Abrace, a associação, fala de 13 milhões de pessoas que poderiam ser beneficiadas. Uruguai tem três milhões de habitantes. Só aqui de uma projeção da Abrace são 13 milhões. São três, quatro Uruguais só em uma projeção de uma associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um número muito grande de pessoas e esse leque está se ampliando muito. E é claro, gente, que quando se amplia esse leque – milhões de consumidores – desperta-se o interesse financeiro, sim, e eu não quero que as associações sejam usadas nesse sentido.

Nós vamos ter que proteger esses pais e mães que ralaram, que sofreram para chegar a este resultado. Que interesses econômicos não estejam por trás, usando a dor e o sofrimento das famílias, e é nesta Comissão que a gente vai fazer essa blindagem. É nesta Comissão.

E ter o cuidado de a gente não estar ampliando muito, Senador. Daqui a pouco, tudo vai ser resolvido com *Cannabis*. Cuidado, gente! Cuidado! Isso me preocupa. Os nossos discursos me preocupam muito lá fora. A Senadora Mara trouxe uma situação que me preocupou: ela usou para a memória. A vontade que eu tive foi sair correndo... Eu vou também, estou com problema de memória! Fez bem para ela, mas pode não fazer bem para outro.

Então, os discursos das famílias precisam ser, agora, neste momento, ponderados. Eu acredito nos resultados de vocês, mas eu estou preocupada com esse aumento do leque. À medida que a gente aumenta esse leque, como é que os nossos órgãos de saúde vão regulamentar, Senador?

Então, eu preciso trazer esta minha preocupação. Nós não temos divergência mais sobre a eficácia, mas eu tenho preocupação com a ampliação do leque e eu quero que vocês pensem muito que o Brasil é um país diverso, plural, só povos indígenas diferentes, nós temos 305. A legalização, a regulamentação também vai chegar às aldeias e vai chegar a povos tradicionais. Como é que a gente vai fazer isso?

Aí o Rodrigo fala de controle. Rodrigo, que bom que você é otimista, mas a gente não tem esses órgãos de controle todos que você pensa, não. Essa nação é muito grande. É difícil, Rodrigo. É difícil fazer o controle. Então, que a gente se debruce aqui sobre como vai ser essa regulamentação do remédio, da forma como as famílias serão beneficiadas, mas não seja esperançoso, Rodrigo, sobre que a gente vai ter órgão de controle suficiente para fazer esse controle de forma efetiva.

Parabéns, Senador Paim, pelo debate. Aos Senadores, autores do requerimento, eu vou ficar em todos desta forma, porque este assunto me interessa, este assunto está na pauta do Congresso e, na hora de votar, gente, juro para vocês que eu quero votar de uma forma muito consciente e voltar para casa, seu Sandro, sabendo que eu fiz o melhor, que foi o melhor voto.

Parabéns, Senador Paim. Como é que o senhor consegue ficar tanto tempo sentado? Eu não consigo. (*Risos.*)

Acredite, Senador Paim, na alegria ou na tristeza, eu estarei aqui com o senhor. Esta Comissão é a comissão do meu coração. A toda a Secretaria, parabéns! A todos os convidados, obrigada. Mas vamos ter ainda os nossos cuidados com este debate.

Que Deus abençoe vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares, que fez uma fala de conciliação, pessoal.

Quando eu iniciei no sindicalismo, fazia greve dentro das fábricas, ainda no Rio Grande do Sul, e para nós, se me chamasse de conciliador, eu não! Hoje em dia, eu sou um conciliador também. As pessoas têm que entender, vocês que estão vindo de fora para dentro, aqui dentro, se você quiser só marcar a posição, tudo bem... Você recebe algumas palmas, mas não avança uma vírgula! Aqui dentro, ou você faz diálogo para construir o possível, ou não leva nada.

Eu só vou dar um exemplo, se me permitem os Senadores: o Estatuto da Igualdade Racial. Não tem nada a ver com esse tema, mas eu vou dar como exemplo. Eu tive que retirar a política de cotas e o fundo da igualdade, senão... Os Senadores disseram: "Não vamos aprovar. Agora, se você tirar esses dois, nós aprovamos". Daí me recomendaram que eu fosse ao Supremo. Fui ao Supremo e ganhamos no Supremo.

Hoje, temos política de cotas tranquilamente aplicada em todo o país.

Eu digo isto, Senadora, na linha da sua fala. Não adianta querer ampliar demais. É legal, eu sei que é legal. Apontar para o futuro, tudo bem, mas, nesses três projetos, se a gente não ficar bem direcionado que é para a saúde medicinal, não avança. Poderemos avançar em outro momento.

Eu quero só deixar isto claro. Eu poderia ficar quietinho aqui. Só estou presidindo, não preciso nem me posicionar, mas o projeto fala isso. É *Cannabis* para uso medicinal. Se nós chegarmos no Plenário e defendermos de forma diferente, não passa nem um, nem outro. Eu só quero que vocês levem... E todos que me procuraram me venderam essa imagem, de que esse debate era da *Cannabis* para uso medicinal. E assim eu assinei. E assim eu apresentei o projeto. Agora, se entendem que nesse projeto dá para ampliar tudo que se imagina, não passa nem um, nem outro. Então, que se apresente, como foi dito por alguns, outro projeto. Bom, daí o debate se fará com foco naquela realidade.

Por isso que agora vou dar cinco minutos para cada um de vocês.

Permita-me, doutor, mas vocês vão sofrer um pouquinho mais aqui.

Vamos ver quem da primeira mesa está presente.

Maria Angela. (*Pausa.*)

Maria Angela está? (*Pausa.*)

Não.

Eliane Nunes. (*Pausa.*)

Cinco minutos para as considerações finais. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí mesmo. Aí mesmo, porque o microfone já está aí. Só aperta...

A SRA. ELIANE NUNES (Para expor.) – Boa tarde!

Eu acho que, quando a Senadora fala que a gente quer ampliar muito, os pacientes morrem, os pacientes têm doenças. Então, eu, como médica, eu tenho que estar perto do meu paciente e da necessidade dele. E eu, como médica, não posso ser tolhida do meu ato, como eu prometi, de que médicos estariam perto dos seus pacientes, e os pacientes têm problemas de saúde. Então, nós temos que avançar, sim, na pesquisa.

Então, quando eu vejo que as pessoas dizem "autismo não está na lista", então eu estou num grupo que diz que autismo está na lista. Então, nós precisamos que os médicos não sejam penalizados por estarem ao lado do paciente.

Não sei se o Dr. Emmanuel está aqui ou se já foi.

Eu estou sendo penalizada, doutor, por ser prescritora, por estar ao lado do meu paciente com câncer, por prescrever para esse paciente. Eu estou sendo penalizada por estar perto de um paciente que tem um diabetes grave e que vai a uma matéria de jornal e fala. Eu sou penalizada por isso também.

Então, nós médicos não podemos ser penalizados por uma política proibicionista. E nós acreditamos, sim, eu acredito, sim, que este país é muito grande. Nós temos pesquisadores, temos pessoas pesquisando, temos pacientes. Então, os nossos pacientes precisam ter acesso ao medicamento no Sistema Único de Saúde. E nós não podemos perder nosso poder. Nós temos muitos pesquisadores já pesquisando aqui, e todas as universidades precisam de um investimento, e nós precisamos, sim, segurar na nossa mão a nossa potência. Nós temos, hoje, o maior número de artigos científicos, lógico que muitas vezes até para medicamentos sintéticos, mas Deus fez a planta, e Ele colocou lá, em Êxodo, como disse o outro colega. Não é à toa que está ali, na Bíblia, que é um óleo sagrado, a planta é sagrada, e não é o que entra no homem que é o mal, mas o que sai do homem.

Então, nós precisamos aqui aprender a tolerar e a ouvir do que a população precisa. Então, eu, como médica, quero estar aqui com vocês também, nessas futuras reuniões de Comissão, trazendo os colegas que têm pesquisas, porque é importante que o médico prescritor possa dizer, é importante que o pesquisador que faça pesquisa com a *Cannabis* medicinal possa dizer, e é importante que vocês não deixem que o Supremo Tribunal Federal seja aquele que vai decidir, e nem o STJ, que agora chamou para si essa decisão.

Nós estamos, enquanto Sociedade Brasileira de Estudos da *Cannabis sativa*, sendo chamados por essa IAC e já entramos com o nosso parecer, porque acreditamos que temos que fazer uma discussão séria, porque pessoas morrem, e nós, que estamos já na terceira idade – faço 60 anos este ano! –, estamos com muita dor. Estamos morrendo de Alzheimer ou de câncer, então temos que pensar em qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicação pode nos ajudar, e posso dizer para vocês que já existem pesquisas nessas duas áreas, é só seguir Israel.

Então agradeço a todos vocês e me coloco à disposição pra estar junto com os colegas e com os Senadores. A gente precisa, Dr. Emmanuel, ter o direito de estar ao pé da cama do paciente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Doutora! (*Palmas.*)

A sua fala vai exatamente na linha do debate majoritário aqui nesta sala: para uso medicinal. Quando a gente fala em ampliar... Não dá para ampliar para o mundo todo, é para uso medicinal, é o que a senhora está pedindo, é isso o que o projeto diz. E eu repito de novo... Eu sou muito franco, pessoal, muitos não gostam, mas eu sou obrigado a dizer: se estão achando que daqui vai sair para uso recreativo... Não vai! Deste projeto não vai, eu conheço o Senado, eu conheço, estou aqui há muito tempo, sei que neste projeto não sai. Agora, para uso medicinal não tem limite, é o que a senhora está propondo, e o projeto também não limita, nenhum dos projetos. Vai ser uma fusão dos que existem na Casa, mas é preciso ter claro isso, porque a gente pode se enganar. Às vezes, para receber palmas, o cara diz "vamos fazer tudo o que vocês querem, deixem que eu assino aqui e vou conseguir". Vai conseguir coisa nenhuma, está mentindo para vocês!

Os que conversaram comigo sabem, todas as associações que conversaram comigo sabem que o objetivo nosso é para uso medicinal. Quem quiser distorcer, distorça, mas vai pagar pela história se nada for aprovado. Aí, sim, as mães vão continuar chorando, as filhas, os filhos, todos continuarão chorando. São momentos diferentes, esses três projetos que estão aqui são para uso medicinal. Aí, como disse a doutora agora na sua fala, na amplitude maior que for possível e imaginável. Para uso medicinal, o.k.?

Eu digo isso porque o Brasil todo está nos assistindo aqui e pode fazer uma grande confusão. É isto que a Senadora também quis dizer: o debate aqui não é para o uso recreativo. Seria muito mais fácil para mim ficar quietinho aqui, mas não é, eu estaria mentindo para vocês se dissesse ser esse o foco do debate.

Vamos em frente!

Ubiracir Fernandes Lima Filho, do Conselho Federal de Química.

Está presente? Já foi?

Está aqui. Está com o senhor a palavra.

O SR. UBIRACIR FERNANDES LIMA FILHO (Para expor.) – Boa-tarde! Mais cedo demos bom-dia a todos os colegas e Senadores presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei bastante feliz com o debate, rico, plural, e vou reforçar: a gente está aqui – estou representando o conselho, representando os químicos, cientistas da área química – para tentar levar ferramentas para todos os outros.

Então, nosso papel é trabalhar com a planta, e – a gente conversou aqui, eu vi alguns colegas falando também – o funcionamento dela, o processo biossintético vai se alterar, por um momento ou outro, por enzimas, por algum outro catalisador, que vai levar a uma formação de um metabólito diferente.

Então, tecnicamente, Senador, e como a colega acabou de dizer, a gente precisa de incentivo. Nós temos alguns pesquisadores já trabalhando com a fitoquímica da planta, tentando dar o auxílio para os prescritores enxergarem aquela resposta terapêutica, baseado naquela composição química de cada extrato, de cada material. É isso que a gente tem para contribuir.

E, lógico, a gente está vendo, é fundamental. Eu falei com o colega aqui, achei maravilhoso ele mostrar o programa do laboratório de controle da qualidade dele lá, eu visualizei cromatógrafos, ele mostrou a planta do que ele vai fazer... Fantástico! E o termo que eu utilizei é o seguinte: o laboratório de controle da qualidade é a alma do seu produto. O médico vai tomar a decisão, e ele vai ter a posologia inclusive em função daquela composição. O produto tem retorno, tem resposta? Senadora Damares, a senhora enxergou: tem. E a gente viu, na prática, evidência, não é? Por que é que funciona? Talvez eu ainda não conheça integralmente a composição de frações daquela planta, agora vou arriscar dizer: o produto isolado pode ter alguma utilidade; o produto composto, a gente pensa naquele efeito que chamamos tecnicamente de sinérgico, então uma quantidade muito pequenininha de um determinado metabólito pode ser fundamental para alguma determinada terapia. Eu me antecipei a dizer: eu me arrisco, não é a minha área. Eu consigo verificar até onde um equipamento tem precisão para determinar a natureza e a proporção de determinado metabólito em frações diferentes.

Agora, para a gente evoluir, Senador Paim, a gente precisa de um número maior de pesquisadores trabalhando com a planta, precisamos de recurso. Eu monitoro a Finep, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está trabalhando com processos biotecnológicos. A gente viu agora, na pandemia, a dependência de insumo farmacêutico ativo – que coisa! –, e nós temos farmoquímicas aqui, perto de 50 farmoquímicas. E vimos quantos centros de pesquisa... Nós temos um número de doutores em diversas áreas diferentes, mas em uma área específica, que é a de síntese orgânica – eu sou parte dessa área também –, que é aquela que descobre algumas formas de gerar os medicamentos, o insumo farmacêutico ativo do medicamento, são extremamente capacitados. Poxa, por que é que a nossa tese vai parar na biblioteca? Lógico, temos exemplos fantásticos de parcerias de universidades com empresas e agora a promoção da parceria da própria associação com centros de pesquisa para fazer análises – a associação da Margarete. Eu tenho conversado com o pessoal também: "Olha, temos parceria, fazemos a análise". O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega mostrou... Desculpe, esqueci seu nome. É Paulo? Pedro. O Pedro mostrou um laudo, 15 metabólitos que ele consegue analisar.

Vamos evoluir, vamos analisar um pouco mais. E o que é que a gente vai fazer com isso? A gente vai levar para a classe médica, para o médico prescritor, uma visão mais acurada daquele produto que ele está receitando.

Então, a nossa contribuição é essa.

A gente está aqui, estamos à disposição, nós somos um grupo de pesquisadores muito grande no Brasil e prontos para colaborar, prontos para poder ajudar.

Muito obrigado a todos e parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ubiracir Fernandes Lima Filho.

Deputado Osmar Terra seria agora, não se encontra. Agora passo para o Dr. Renan Abdalla, Médico, Diretor Técnico da Clínica Renasce...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Dr. Abdalla também se retirou por motivos de voo.

Vamos para a segunda mesa. Dr. Alex. Está aí o Alex? O Alex já foi. Liane Maria Pereira, mãe da Caroline. Está aí. Lá de Canoas, Rio Grande do Sul.

A SRA. LIANE MARIA PEREIRA (Para expor.) – Algumas considerações.

Uma coisa muito importante que a gente tem que debater é retirar a palavra canabidiol. A minha Carol só teve resposta quando entrou o THC junto. O óleo isolado de canabidiol não fez efeito. E isso não quer dizer que nós vamos ter pacientes nos quais não faça efeito. Isso é muito importante citar. Aí vem o tal do sistema endocanabinoide, que vai responder. Na minha Carol, o TCH foi fundamental. Ela usa pela manhã e à noite e, apesar do efeito que a gente conhece, que diz que o THC chapa, a minha filha não é chapada pela dose que ela usa do canabidiol.

Então, isso é muito importante. A Carol usou três óleos para se chegar a ter o efeito. Nós usamos um importado, que não fez efeito. E o Estado foi omisso, não me repassou todos os valores da minha ação. Aí, eu tive que comprar, sim, na época um clandestino, que deu um *up* na minha filha, até que a neuro disse: "Continua", porque ele na época era R$300 e eu podia comprar, enquanto o importado era R$13 mil naquela época. E a resposta da minha filha foi realmente dar resultado com uma planta que 8 de CBD para 1 THC. Então, ela é bem mais canabidiol, mas ela tem o THC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, então, de dizer que os estudos não contemplassem só um tipo de medicação. Nós temos pacientes hoje respondendo bem ao importado e está tudo bem. Nós temos pacientes hoje recebendo os das associações com ótimos resultados e está tudo bem. E nós temos pacientes com *habeas* com bons resultados. Então, que contemplassem todas as esferas tendo em vista o paciente, a resposta do paciente.

Também, assim, uma coisa muito importante que eu acho que foi citada: a união de todos os lados, das nossas associações junto ao Governo, para nós somarmos, e não dividirmos ou diminuirmos. E principalmente uma ideia que está saindo: nós, em Porto Alegre, junto ao nosso hoje Deputado Estadual Leonel Radde, já aprovamos a Frente Parlamentar Canábica.

Então, que a gente urja esses movimentos nos estados, nos municípios de frentes parlamentares, para a gente estudar, para a gente debater, para a gente chegar a resultados positivos. E aí uma ideia também de nós termos projetos de leis que incentivem a pesquisa canábica nas nossas universidades, porque, a gente conversando hoje, 2023, com médicos, ou melhor, com estudantes de Medicina, isso ainda não é tema das nossas cadeiras universitárias.

Então, assim, nós precisamos ter esse incentivo à pesquisa, sim. E aí, com essa união, nós vamos ter resultados positivos. Nós vamos ter mais sorrisos de Caróis, não é, Senadora Damares? Mais resultados.

Muito obrigada por este espaço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Liane Maria Pereira, mãe da Carol. Achei importante a Frente Parlamentar Cannabis, porque aí você unifica. Ali unifica todo mundo, tenho certeza.

Rafael Arcuri, Diretor-Executivo da Associação Nacional do Cânhamo Industrial.

O SR. RAFAEL ARCURI (Para expor.) – Muito obrigado.

Gostaria de agradecer, primeiro, o debate a todos, Senador Paim, Senadora Mara Gabrilli, Senadora Damares, Senador Girão, Deputado Osmar Terra. Hoje foi um debate realmente maduro, e a gente está aqui cada vez mais avançando com a pauta.

Só queria trazer um ponto em que a questão econômica é trazida independentemente de a gente discutir cultivo em território nacional, a produção nacional. O dinheiro está sendo gasto e está sendo gasto pelo SUS. Então, alegar quais interesses seriam os interesses do capital por trás disso vale para os dois lados. O capital está saindo de uma mão e passando para outra.

O meu ponto foi: podemos aproveitar isso, é um dinheiro que está sendo gasto, podemos gastá-lo de maneira mais eficiente, ou seja, com menos recursos, conseguir mais resultados e ainda trazer isso para o Brasil, não só gerando inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina a Embrapa gerando o melhoramento genético de cepas de *Cannabis*. Isso é incrível. A gente fez isso com a soja. Nós somos um dos principais produtores do mundo do agronegócio, se não o principal. Por que é que a gente não pode fazer isso com mais um cultivo? A gente estava, um tempo atrás, num órgão do Executivo, discutindo isso, e abertamente falaram: para nós, a *Cannabis* é mais uma *commodity* e tem que ser tratada como isso. É só isso. Então, como nós vamos fazer isso é que é a questão.

A pauta econômica foi trazida como um argumento moral para travar certas discussões, e isso não pode ser feito, porque ela já existe e vai existir independentemente de qualquer discussão.

Então eu só queria deixar esse comentário aqui. Eu acho que isso é uma política industrial necessária para o país em vários pontos e que a gente só tem a ganhar com essa discussão.

Mais uma vez, obrigado ao Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Diretor Rafael Arcuri.

O Rafael Arcuri pega um outro foco, mas aí é a grande unidade, para somar todos os setores para avançarmos, para termos, de fato, a *Cannabis* para fins medicinais consagrada. Daí para a frente, é uma outra história, pessoal, eu queria que vocês pensassem isso, porque eu noto que alguns, quando eu falo aqui, fecham no medicinal. Mas não fiquem tristes, eu sei a visão de cada um. Pensem nisso que eu estou dizendo. É fundamental a visão que está sendo passada aqui de forma unitária.

Vamos em frente.

Maria de Fátima Padin já foi. Ladislau Porto já foi. Luiz Henrique Gomes de Almeida já foi.

Terceira mesa. Valber da Silva Frutuoso, Fiocruz, acho que ele já foi também. Pedro Sabaciauskis. Aí, Pedro. Pedro foi um dos primeiros que me procurou, viu? Veio até com a planta, que o senhor falou, me mostrou a planta, mostrou tudo.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A planta que eu digo é a planta de alvenaria. Tem tudo a ver com a planta também.

O SR. PEDRO SABACIAUSKIS (Para expor.) – Também, também.

Não, eu queria... Eu saio daqui surpreso, porque, no final das contas, a gente conseguiu conversar com todos, todo mundo conseguiu trazer seu ponto de vista.

Peço, de novo, desculpa publicamente pela minha indelicadeza com a Damares, que me deu uma aula agora, conversamos ali fora, me abraçou, falou: "A gente está junto nessa". É uma postura que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surpreendeu, não é? Às vezes, a gente vem aqui cheio de gatilhos, com o calor do momento, mas a gente sai daqui vendo esperança, Senador, esperança de que estamos no caminho certo, fazendo o debate da forma correta.

E vamos, sim, ter um mercado de *Cannabis*, a "jabuticanábica" brasileira, com a nossa cara, de brasileiro para brasileiro, e, como o Arcuri falou, gerando emprego, gerando renda aqui, pesquisa aqui. Que as associações sejam enxergadas, vistas, neste momento, como um caminho para o mercado nacional, porque, além do fornecimento de óleo, são elas que fazem as pesquisas com as universidades que, hoje, não podem pesquisar. É um oásis no deserto num lugar onde tem tanta gente querendo participar disso. É na associação que eles encontram esse lugar. Então, as associações são muito mais do que o fornecimento de óleo; elas são um lugar de discussão, de acolhimento de profissionais, porque a gente está perdendo profissionais para o mercado externo. Hoje, o Brasil fornece bons profissionais para o mercado externo e acaba fornecendo um mercado que consome muito bem também para esse mercado externo. Então, a gente está perdendo nas duas pontas.

Meu apelo aqui é para que todos esses projetos políticos que envolvem fornecimento pelo SUS sejam via associação, via Farmácia Viva.

Acho que era isso.

Muito obrigado. E vamos que vamos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Pedro. Ele vai, também, na mesma linha de unidade de todos.

Dr. Leandro Stelitano.

O SR. LEANDRO STELITANO (Para expor.) – Bom, eu já explanei o que eu tinha para falar. Agora, vou pegar um gancho na fala importante do amigo Renato Filev em relação à famigerada guerra às drogas.

Eu venho de Salvador, que é uma cidade que tem a população... Lá, 84% da população é negra, é a cidade mais negra fora da África. O que está acontecendo, há algum tempo e ainda hoje, é uma famigerada guerra às drogas da população preta e pobre, negra, lá de Salvador. É uma das cidades mais violentas, hoje, no Brasil, com uma das polícias que mais matam, hoje, no Brasil.

Como já foi dito aqui, quase um terço da população carcerária, hoje, no Brasil, é de territórios, comunidades de baixa renda e preta. E o pior: eles estão lá presos por quantidades muito pequenas e sem julgamento. Então, a gente precisa rever. Aqui a gente está falando da *Cannabis* medicinal, mas tem tudo a ver com essa questão da guerra às drogas. Como o Renato falou, tem a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, lá em Salvador, tem também a Iniciativa Negra, que militam com todo esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já falei o que eu tinha proposto em relação à associação e à *Cannabis* medicinal e queria deixar esse relato de que a gente precisa mudar, o mais breve possível, essa guerra às drogas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO STELITANO – ... que só está matando a população que não tem poder aquisitivo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Leandro, muito bem.

Quero deixar claro que eu não sou contra esse debate. Eu queria que a gente focasse, neste momento, como foi combinado com todas as associações, na *Cannabis* medicinal. Se alguém contou uma história diferente para alguém, mentiu. Eu não faço parte do time da mentira, eu falo a verdade. Eu não sou contra o debate.

Eu conheço bem a Bahia. Recebi um título de cidadão baiano. Lá todo mundo me chamava de Painho. O meu nome é Paim. Eu disse: "É Paim ou Painho?". (*Risos.*)

Então, esse debate a gente tem que fazer, eu concordo. Eu apenas quis que o foco ficasse... Teremos outra audiência pública. Esse projeto vai para outra Comissão.

Eu sei como alguns setores vão trabalhar para evitar que se aprove o primeiro passo, que é a medicinal.

Dr. Leandro, muito bem!

Agora, Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti.

Por favor, doutor.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Teve uma série de perguntas – o senhor, pacientemente, esperou – que o Girão fez e o senhor vai poder respondê-las agora.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI (Para expor.) – Perfeito.

Olhe, o debate é fundamental, é importante. Os critérios e as limitações vão existir sempre. Nada na vida é destituído de regramento e a medicina não pode estar dissociada desses critérios, porque benefício e malefício fazem parte da construção da nossa ética: sempre beneficiar e evitar o malefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O debate é amplo, a discussão é fundamental, mas, como nós havíamos dito lá na nossa fala, nós vamos nos debruçar sobre o que, compassivamente, o Conselho Federal de Medicina pode dizer que é seguro para o médico prescrever e em que há o mínimo de informações para garantir que aquela construção da prescrição tenha segurança.

Então, nós fizemos a consulta pública. Vamos reabrir esse debate. Achei interessante a participação do Conselho de Química e nós vamos convidar o Conselho de Química, através do Dr. Ubiracir, para estar conosco, para ampliar essa discussão e, naturalmente a Fiocruz... Ontem, a gente recebeu esse documento da Fiocruz. Nós vamos nos debruçar sobre esse documento para ver quais são as evidências e a consistência dessas afirmações. E, com toda a certeza, o que fez a gente retirar, sustar a eficácia da Resolução 2.324 foi que faltou o olhar para as prescrições compassivas. Isso a gente não pode deixar de fora.

A prescrição compassiva é a prescrição piedosa, quando você não tem mais alternativas. Aí eu já deixo claro que uma prescrição, a primeira prescrição é para aquilo que oficialmente o Conselho Federal de Medicina disser: é seguro e é eficaz. O compassivo tem que superar as etapas dos tratamentos convencionais, e esse é o cuidado que eu acredito que o Conselho Federal de Medicina vai ter. Eu não sei quem vai ser o relator. Eu fui relator do primeiro, mas nós vamos nos debruçar sobre isso com muita seriedade e muito cuidado.

Muitas vezes, as pessoas ficam inconformadas, as pessoas ficam insatisfeitas, se revoltam, mas é preciso entender o papel da instituição. Não é o papel de cada pessoa em si. É o papel da instituição, que responde remissivamente pelos danos que vierem a ocorrer com a sociedade. Então, isso é importante dizer.

Quanto à pergunta do Senador Girão, utilizando dispositivos do Código de Ética Médica e das regras de publicidade... Eu sou relator do regramento de publicidade de 2011 e estou, agora, fazendo a relatoria das novas regras de propaganda para a medicina, que acredito que este ano vão estar à disposição da sociedade. O Conselho Federal de Medicina precisa de um novo regramento porque houve muitas mudanças nas formas de comunicação. Até 2011, nós tínhamos uma quantidade restrita de instrumentos com os quais o médico se comunicava com a população. Hoje, não. Hoje, você tem uma dezena de outros meios que são utilizados, e a gente não tinha o regramento adequado – eu acredito que agora a gente vai oferecer à sociedade.

Mas o médico precisa entender uma coisa: o que é oficial não vai ter restrição. Se for oficial a prescrição, ela vai sofrer os controles que qualquer medicamento sofre: a prescrição na farmácia, os cuidados que o médico precisa ter de esclarecer. Mas as prescrições autorizadas compassivamente entram no espectro do consentimento livre, esclarecido, e da responsabilidade do médico diretamente pela escolha dessa prescrição, e aí pode ter punições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode deixar de dizer isso abertamente, claramente, para não gerar uma expectativa de que tudo está livre, e eu acredito que nem o Senado tem interesse em que as coisas ocorram assim, porque nós temos uma responsabilidade para com a população e para com os médicos.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, do Conselho Federal de Medicina.

Meus parabéns pela fala, tranquila, sintética.

Agora, passamos para o Renato Filev.

Por favor, Renato.

O SR. RENATO FILEV (Para expor.) – Novamente, agradeço ao Senador Paim pela oportunidade.

Entendo a posição estratégica e conciliatória dos Parlamentares, porém, eu, como ativista e pesquisador, não poderia me furtar a chamar a atenção para as pessoas que mais sofrem por conta da atual política de regulação da cânabis. Nós, todos nós, todas as pessoas aqui presentes, temos, em nosso organismo, o sistema endocanabinoide, que é um sistema complexo, está presente em todos os humanos e animais vertebrados – e alguns, ainda, invertebrados.

Ele é personalizado, ou seja, cada indivíduo expressa seus componentes de maneira única, e esses componentes, esse arcabouço orgânico interage com os fitocanabinoides ou com os nossos próprios endocanabinoides – como o professor Elisaldo Carlini gostava de dizer: nossa maconha endógena, que nosso corpo produz –, de maneira única, de maneira exclusiva, por isso que existem muitos efeitos relativos ao uso da cânabis.

Esse sistema acaba atuando em funções fisiológicas, metabólicas, psicológicas e também patológicas que acometem o organismo humano. E, por conta disso, é uma estrutura capaz de viabilizar diversas terapias para inúmeras enfermidades.

No entanto, a planta é a mesma, a finalidade do uso é que muda. Então, a gente está falando do uso da cânabis para qual finalidade? Para a finalidade terapêutica? Para a finalidade industrial? Para a finalidade social? É por isso que eu acho que é impossível dissociar a regulação do uso terapêutico da planta dos seus outros diversos usos.

A gente precisa ampliar e aprofundar, e aqui é o lugar mais oportuno para gente fazer isso: uma Casa legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu aproveito, encerrando aqui a minha fala, para convidar a "todes" para assistir um documentário, idealizado pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas, chamado Estado de Proibição, no qual ela tenta traçar um paralelo das dores de mães que encontram dificuldade na legislação para acessar canabinoides para fins terapêuticos e das mães que perderam seus filhos para a violência de Estado.

Então, eu peço aqui novamente, nesse um minuto que me falta, que convidem para as próximas audiências públicas os coletivos organizados: Mães de Maio, Mães de Manguinhos, Mães de Paraisópolis, Mães da Leste, Mães do Cabula, Mães do Ceará, enfim, de todos os lugares em que as famílias vêm sendo sistematicamente afetadas pela atual política, que também regula o uso terapêutico da cânabis.

Eu agradeço enormemente a possibilidade de estar aqui com vocês hoje e até uma próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Renato. Eu entendi com muita clareza a tua fala, que foi muito bem situada, de que se tem que enfrentar essa guerra no mundo das drogas, mas que entendeu o que esse projeto está sinalizando. Eu agradeço o seu entendimento.

Por favor, Paulo Tavares Mariante.

O SR. PAULO TAVARES MARIANTE (Para expor.) – Bom, mais uma vez quero agradecer pela oportunidade e tentar aqui retomar uma questão que o Renato já colocou, mas quero reafirmar: a proibição tem vários efeitos e tem efeitos sobre a questão do uso medicinal. Então, nós entendemos que é necessário esse debate, mesmo que compreendamos que existem iniciativas legislativas diferentes, e estamos, inclusive, dispostos com os movimentos a trabalhar nessa perspectiva.

Nós não queremos, de forma nenhuma, no debate que nós fazemos, que entendemos que é legítimo, sobre uma nova política de drogas numa perspectiva mais ampla, impedir o avanço medicinal de forma nenhuma. Nós somos solidários, queremos reafirmar a solidariedade a todas as mães de pessoas que precisam do uso medicinal, mas queríamos também chamar a solidariedade a todas as médicas e médicos prescritores, que vêm sofrendo as consequência dessas restrições; a solidariedade a todos os militantes antiproibicionistas, não só organizadoras e organizadores de marchas, mas pessoas que hoje fazem um trabalho importantíssimo na saúde que é o de redução de danos, e que estão sofrendo inúmeras consequências, repressões, intimidações por fazer um trabalho que é de saúde e, lamentavelmente, em pleno 2023, são acusados de apologia.

Enfim, essa solidariedade nós chamamos porque ela é fundamental para entender o nosso papel. Sim, Senador, um debate sobre o projeto da medicinal conta conosco e conta com o nosso apoio, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos a nossa responsabilidade também de compreender que uma política de drogas que só promove morte e que não tem nenhum efeito positivo naquilo que ela diz que pretendia ter, tem que ser superada.

Nós acreditamos, sim, no debate democrático, e é por essa razão, inclusive, que nós estamos indo em todos em cantos do país nas marchas. Nas marchas nós temos a palavra de ordem da medicinal, temos a palavra de ordem do fim da proibição, porque nós acreditamos que essas proposições se conectam, mesmo que as proposições legislativas possam ser diferentes. Nós entendemos isso, é tático, faz parte, e a gente vai continuar nessa luta.

Muito obrigado mais uma vez. Parabéns! E quero relembrar que o querido companheiro Guilherme Campos está presente aqui com a gente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço, Paulo Tavares Mariante, que, na mesma linha do Renato, faz uma fala tranquila e equilibrada, entendendo o passo a passo dessa nossa caminhada.

Muito obrigado, Paulo e Renato.

Felipe Deucher Brollo se encontra? (*Pausa.*)

Já foi? Então, de imediato, Carlos Penna.

Só não me faças pergunta porque, senão, eu começo a responder as perguntas e tu fica sem falar. (*Risos.*)

É brincadeira, pela nossa amizade. Ele é parceiro meu aqui dentro há mais de 20 anos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI (Para expor.) – Com certeza, com certeza.

O Senador Girão já foi. Então, ele não vai me pedir tempo para resposta. (*Risos.*)

Então, está bem.

Senador, olha, o que eu acho... Primeiro, quero agradecer novamente o senhor ter possibilitado nesses momentos a gente poder levar adiante essa discussão.

Para quem não sabe, a gente começou aqui, na Comissão de Direitos Humanos, essa discussão em 2014, com o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cristovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E foi uma briga monumental. Vocês imaginem naquela época a gente começar a tocar nesse assunto: não foi fácil. Depois, um grande aliado que ficou e está aqui até hoje é o Senador Paim, que resolveu carregar também esse fardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só não diz que eu sou o mais veterano do Congresso, viu? Porque eu acho que eu sou. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Eu acho que hoje o senhor é. Eu acho que o senhor é um dos mais antigos aqui da Casa, pelo menos com tempo de mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não vou mexer no seu tempo, mas Constituinte só tem dois no Senado: eu e o Renan; e, na Câmara Federal dos Deputados, só têm seis. Então, eu acho que estou ficando velho. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Com certeza.

Então, vamos lá! Vou tentar ser bem objetivo.

Por que a gente defende que possa ocorrer o autoplantio, a autoprodução? Por causa do seguinte: se for liberada a venda e a comercialização, vai se formar toda uma estrutura econômica – não é nada contra relações econômicas, não é isso – para a qual se vai precisar de autorizações e de fiscalizações. E vai haver crime por não ter autorização, vai haver crime por estar plantando a sua *Cannabis* para uso medicinal. A gente quer acabar com isso.

Quase 40% do tempo que a polícia no Brasil gasta hoje é por conta de política de drogas, quase 66% das pessoas presas hoje no sistema penitenciário nacional... Hoje já passamos de 900 mil pessoas; é o terceiro maior contingente populacional do planeta e, para aqueles que trabalham com questão de gênero ou raça, na grande maioria pretos e pobres.

Então, a gente tem de conseguir romper isso porque nós estamos botando a sociedade numa briga que não se ganha. A briga das drogas nós vimos que não se ganha. No instante em que a gente conseguir descriminalizar e a maconha puder passar a ser utilizada como medicamento, com responsabilidade, com normas – acreditamos em normas, em responsabilidade e em regras, sim, acreditamos nisso –, no dia em que a gente puder fazer isso, grande parte do fator de corrupção das polícias e de toda a estrutura da sociedade que é corrompida pelo tráfico vai cair.

A gente não pode deixar que uma criança seja educada acreditando que o traficante é mais gente boa do que a polícia. Não pode! A polícia é que é o bonzinho! O bandido é que é bandido! A gente não pode ter essa dúvida. E essa questão de ilegalidade da maconha e de outras drogas está gerando uma confusão na sociedade que não traz nenhum benefício. Nós precisamos sair desse estado de coisas e nós precisamos avançar como civilização. Nós precisamos ir adiante. Eu torço muito e espero muito que a gente consiga aprovar logo essa nova legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lembro que o Supremo Tribunal Federal está com um recurso que foi sustado, foi suspenso pelo então – vou dar o nome – Presidente do Supremo, Ministro Toffoli, em 2019. Já tinha três votos favoráveis, e ele sustou, a pedidos, o andamento.

Pela informação que eu tenho, existe uma resolução agora do Supremo pela qual não se pode mais pedir vista superior a 90 dias. Se isso for verdade, se for aplicado, este é o momento.

E aí eu peço a ajuda do senhor, Senador, e peço a ajuda de todos aqueles que estão trabalhando pela legalização do uso medicinal, que se faça uma ação diplomática junto à nova Presidente do Supremo, a Ministra Rosa Weber, para que esse processo volte a tramitar, porque nós temos que trabalhar em várias frentes. Nós não podemos deixar o país parado, do jeito que ele está, sem a gente resolver essa questão. É uma questão civilizatória. O Brasil não pode mais ficar para trás, com as pessoas morrendo, sendo que é uma coisa que pode ser resolvida com inteligência, com sabedoria.

É isso, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Penna Brescianini, que está trabalhando aqui.

Há quanto tempo, Brescianini, você está na Casa? Desde o tempo da Constituinte?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Não, eu, como jornalista, acompanho aqui desde a Constituinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde a Constituinte, não é?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ... mas, como concursado – eu tenho a honra de ter vindo para cá, para esta Casa –, eu entrei no concurso de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Já estamos aqui há algum tempo também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caminhamos muito juntos aqui.

Vamos lá. Agora, eu passo a palavra – porque eu fui na sequência aqui – para o Sandro Pozza, Presidente da Associação Alternativa, para fazer a sua exposição de encerramento de cinco minutos.

O SR. SANDRO POZZA (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu reparei aqui que, assim, quando se fala em THC, parece que THC é maconha e *Cannabis* é CBD, a gente está separando o que não se pode separar. É mais do que sabido que com o efeito *entourage,* da planta inteira, que a gente chama de *full spectrum*, o efeito é muito mais eficaz do que com qualquer molécula sintética separada. A gente perde todo esse efeito *entourage*.

Noventa por cento dos pacientes das associações hoje não têm como conseguir pelo SUS – às vezes leva um ano, um ano e meio, a realidade é essa. A gente diz: "Ah, que o SUS forneça". Mas a demora é muito grande com esse número pequeno que a gente tem de pacientes. Imagine o dia em que abrir o leque e que a gente for tratar 40 patologias tratáveis. Isso não vai ter como acontecer.

Como a Dra. Damares falou, Senadora, que vai ser difícil de a gente controlar os plantios... Aí, hoje, como está indo no morro, todo mundo indo comprar no morro, está fácil de controlar? A Anvisa exige da gente: muro, toda cercada a plantação; biometria digital. A gente tem apoio da PM, a gente avisa a Polícia Federal que a gente vai plantar, a gente avisa todos os órgãos fiscalizadores da cidade.

É mais fácil a gente controlar de quem a gente tem o endereço e sabe que está plantando ou é mais fácil ir lá ao morro controlar, como quando eu estive na Favela da Maré, todo o povo armado, com a banca cheia de drogas, e a polícia a 200 metros? A realidade está bem contraditória da ideia que a gente tem.

É mais ou menos isso que eu queria falar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sandro Pozza, pela sua fala aqui de encerramento.

E, para encerrar, vão dizer: "Mas o Paim cuidou". Cuidei sim.

Eu preferi que o Rodrigo Melo Mesquita, Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito de Cannabis Medicinal, do Conselho Federal da OAB, que fez lá um belo evento... E me convidaram mesmo, mande um abraço lá para o Presidente, para toda equipe, eu não pude ir.

Agora você aqui, Rodrigo, fale em nome da OAB e de todos nós.

O SR. RODRIGO MELO MESQUITA (Para expor.) – Pode ficar devendo que nós somos bons cobradores, viu, Senador? Não se preocupe, não. Vai ter oportunidade. Teremos.

Bom, novamente agradeço à Casa, ao Senador Paulo Paim, a esta Comissão.

Respondendo ao Senador Girão – infelizmente ele não está aqui, mas certamente sua diligente assessoria está acompanhando ainda esta audiência –, sim, estou aqui representando o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Sou Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cannabis medicinal, recentemente criada, e recebi ontem, com muita honra, e aceitei, a incumbência, do Presidente Beto, de vir aqui representar a entidade máxima da advocacia e, como falei, para esclarecer a respeito de todo o arcabouço legal e regulatório que nós temos hoje. Nada que foi colocado, vocalizado, aqui na minha participação, se dá de *lege ferenda*, é tudo de *lege lata*. É tudo que está hoje posto no direito brasileiro.

Especificamente, a respeito do THC, a que o Senador Girão se reportou, falei e ratifico: é a Anvisa que assim considera. A Resolução da Diretoria Colegiada nº 66, de 2016, excetua o THC também. Entre as substâncias proscritas, continua proscrita, mas se reconhece também sua utilidade medicinal e não apenas limitado ao 0,3%. Exige-se que, em havendo um extrapolamento desse limite, seja dado um tratamento regulatório específico àquela substância, notadamente a emissão de uma prescrição específica, com um controle específico, passe pela autorização sanitária da Anvisa, a partir do pedido de uma análise de estabilidade, enfim, daquele produto, da maneira como colocado.

Não quer dizer que o THC não possa ser utilizado. E foi nesse sentido a minha fala. O que também não quer dizer que é uma substância inofensiva, como não é inofensivo o CBD também, como não é inofensiva a água, como não é inofensivo o álcool, como não é inofensiva a Aspirina. Obviamente, eu não estou colocando essas substâncias, em grau de risco, fazendo uma equiparação, mas para dizer que não é por não ser inofensivo, que o THC não tem propriedade medicinal. E isso quem fala não sou eu, isso quem fala é a RDC nº 66, de 2016, da Anvisa, é o que falam as autorizações sanitárias concedidas pela Anvisa para produtos de *Cannabis*, com mais de 0,3% de THC, é o que diz também o registro de um medicamento, também pela Anvisa, que tem em sua composição CBD e THC de um para um.

Se há alguma dúvida a respeito disso, fica a sugestão, então, de que se busquem esses regulamentos, sobretudo, a RDC 66 e a RDC 327, de 2019, da Anvisa, para uma melhor compreensão, dizendo desde já que eventuais incompreensões a respeito disso não significam má-fé ou algum tipo de postura refratária ao conhecimento. Não, é porque, de fato, navegar por todas essas normas regulatórias exige algum tipo de esforço, porque são questões não apenas normativas, mas questões técnicas também muito específicas.

Já encerrando, Senador, mas será suficiente o tempo aqui para me reportar, para me dirigir à Senadora Damares – que, lamentavelmente, também não pôde ficar, após a provocação, mas que certamente também está aqui representada por sua diligente assessoria –, no sentido de que nós, o Brasil, temos capacidade institucional regulatória para regular...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MELO MESQUITA – Vou encerrar, Senador.

Para regular diversas atividades econômicas de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós regulamos energia, nós regulamos hidrocarbonetos, nós regulamos energia nuclear, nós regulamos medicamentos, nós regulamos medicamentos controlados, nós regulamos morfina, nós regulamos outros produtos controlados também pela Portaria 344 da Anvisa, nós temos um sistema nacional de vigilância sanitária, um sistema nacional de controle de medicamentos, nós temos 90 mil farmácias e drogarias, 500 indústrias farmacêuticas, nós temos um sistema de vigilância agropecuária, nós temos uma divisão de controle de produtos químicos da Polícia Federal, nós temos uma comissão técnica nacional de biossegurança que cuida especificamente dos produtos transgênicos, que também apresentam riscos à saúde humana, riscos à biodiversidade brasileira. Então, aqui, só para falar do arcabouço regulatório e dos instrumentos de governança que nós temos imediatamente afetos ao tema de que estamos tratando aqui. Se formos falar de outras indústrias arriscadas, que trazem risco à população, podemos também demonstrar essa capacidade institucional que o país tem.

O debate não é sobre liberação. Não me parece que o projeto de lei quer libera o cultivo de *Cannabis*, mas quer regular uma fase específica da cadeia produtiva de um setor econômico que já existe, que já é reconhecido há muito tempo pela Convenção de 1961, pela Constituição da República, pela Lei de Drogas e, mais recentemente, pelos regulamentos da Anvisa. Aliás, Senador, em rigor, nem sequer omissão regulamentar existe, porque há um decreto da Lei de Drogas que diz que é o Ministério da Saúde que tem a competência para autorizar ou dar licença a quem quer cultivar *Cannabis* para fins medicinais. O que existe é uma omissão na execução das normativas já em vigor, o que não quer dizer que, para termos uma melhor regulação, devamos prescindir de projetos de lei ou de legislação em sentido estrito que deem um arcabouço em nível legal mais condizente para aquilo que a necessidade dos pacientes hoje apresenta para as agências reguladoras, por exemplo.

Nesse sentido, fica a sugestão para a Mesa, e, certamente, fez esse convite, mas não vi aqui a representação do Governo Federal nas mesas, a Anvisa estava, faz parte do Poder Executivo, mas é uma agência reguladora que tem uma independência política para atuar de maneira técnica, mas me parece justamente em razão dessa omissão do Poder Executivo da União, que diz respeito ao poder regulamentar do Presidente da República, que diz respeito à função regulatória do Estado brasileiro, que está lá no art. 174 da Constituição... Parece-me que esta discussão passa, necessariamente, pelo Governo Federal. Deve estar aqui a Embrapa, deve estar aqui o Mapa, deve estar aqui o Ministério da Saúde, para além das agências reguladoras, que são órgãos públicos, que são órgãos políticos da administração direta que estão incumbidos, pela Lei de Drogas, a regulamentar a questão. Parece-me que nem sequer de projeto de lei há necessidade para resolver muito dos problemas que estamos discutindo aqui, nem sequer há necessidade de essa discussão estar no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça. Parece-me que há, sobretudo, uma omissão senão do poder regulamentar, pelo menos da execução dos regulamentos que já estão vigentes há muitos anos.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, mais uma vez.

A Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão Especial de Direito da Cannabis Medicinal ficam à disposição desta de Casa e de todas as instituições. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Rodrigo Melo Mesquita, que falou em nome da OAB.

Só que chegou aqui o aviso, e eu deveria ter colocado antes, Rodrigo, de que o Ministério da Saúde foi convidado, mas pediu à Anvisa para representá-lo. Então, a fala da Anvisa aqui foi também, todo mundo viu que eles foram muito diretos, em nome do Ministério da Saúde.

Só para efeito de informação, porque pediram para eu registrar, a Dra. Cirlene Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, também participou do nosso debate.

E aquele cidadão lá atrás, que entrou comigo aqui quando eu cheguei, o Sr. Orlandino dos Santos, é um ativista dos direitos humanos lá do Rio de Janeiro, e eu diria que é um especialista em Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Foi onde eu comecei a minha vida pública. No grupo Tramontina, ele era da Cipa, eu era Supervisor de Segurança do Trabalho, de lá eu virei sindicalista e hoje eu estou aqui há quase 40 anos. Ele já foi ao Rio Grande do Sul me homenagear num evento da Fiergs. Estava ele lá com uma homenagem pelo meu trabalho na Cipa. Então, seja bem-vindo! Aceite aqui as nossas palmas porque veio do Rio de Janeiro para acompanhar esse debate. (*Palmas.*)

Ele me surpreende sempre. Ele disse que tinha alguma coisa, mas eu não sei o que é.

Dê a volta aqui, Orlandino.

E daí eu encerro aqui já. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

É uma camiseta. É camiseta mesmo? Segurança em saúde e tal. Tem tudo a ver com o nosso debate aqui. Estamos falando de saúde.

O SR. ORLANDINO DOS SANTOS (Para expor.) – É um prazer imenso estar aqui. Eu me sinto orgulhoso, estou rasgando de felicidade. Quero dizer que eu estou aqui em nome da Dra. Cirlene, que é Coordenadora do Projeto Cipa Escolar, porque agora é lei as escolas terem Cipa. E quero dizer que o meu sonho era fazer no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se que é um projeto que ele fez, deu para mim e nós aprovamos. Mas ele é que fez o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDINO DOS SANTOS – Agora o Brasil está sendo conhecido fora como um país onde o ensino da prevenção de acidentes começa na escola. Então, nós trouxemos isso aqui para entregar ao Senador Paulo Paim, que muito nos ajudou.

Eu estou aqui emocionado. Confesso que estou com fome, porque eu estou há muito tempo aqui, mas estou emocionado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, obrigado a todos.

Nós vamos encerrar, mas podem crer que vamos ter outras audiências aqui e em outras Comissões.

E vocês sabem que eu tenho um lado na história, senão eu não tinha apresentado o projeto.

Estamos juntos.

Um abraço a todos vocês.

Vamos tirar uma foto coletiva aqui.

Todos foram muito bem, maravilhosos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima sétima a quadragésima reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 375, de 2023 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 49, de 2023 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1944/2022, que "altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil"." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 50, de 2023 que: "Requer a realização de audiência pública para debater "A saúde mental nas escolas públicas"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 51, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater "Políticas e perspectivas para a ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no Brasil"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. O Presidente concede o uso da palavra ao deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS) e Carla Yáscar Bento Feitosa Belchior, Defensora Pública do Estado do Piauí. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Jussara Lima. Às onze horas e vinte e três minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Arns. Às onze horas e trinta e sete minutos, o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 37ª e 40ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes do início da pauta, quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos extrapautas serão apenas lidos, e as votações vão ocorrer somente na reunião deliberativa seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Flávio Arns já está aqui conosco, sempre presente na Comissão de Direitos Humanos. Ele é Presidente da Comissão de Educação, e a Comissão de Educação – permita-me – teve, na minha avaliação, uma vitória, Senador Flávio Arns, quanto ao Fundeb. Está garantido agora que o Fundeb não estará no arcabouço fiscal. Eu conversava, há pouquinho, com a Professora Dorinha, e ela me dizia da importância dessa decisão do nosso querido Relator. Nós, com certeza, estávamos caminhando juntos, Senador Flávio Arns. V. Exa. foi um dos que liderou esse movimento junto com a Senadora Professora Dorinha.

Mas quero que vocês me permitam registrar a presença aqui do nosso querido Deputado Alexandre Lindenmeyer, que foi Prefeito do Rio Grande por duas vezes e veio para Deputado Federal, com uma expressiva votação no Estado do Rio Grande do Sul. Ele veio reforçar o convite para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira.

Qual é o dia que você lança a frente? Ele é o nosso coordenador dessa frente, é quem suscitou esse debate e essa proposta.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (PT - RS. Para expor.) – Senador Paim, bom dia!

Uma saudação ao Senador Flávio Arns também.

É uma honra para mim estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, no Senado Federal, e reiterando este convite para que, no próximo dia 4 de julho, às 18h, nós possamos fazer o lançamento da frente parlamentar, lá na Câmara Federal. É uma frente parlamentar mista. Nós teremos ali o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval, conjuntamente com Senadores e Deputados Federais e com o apoio dos mais variados segmentos que têm interesse nessa pauta, que gera trabalho, renda, valoriza a ciência e a tecnologia nacional e, principalmente, eu diria, a defesa da soberania do nosso país.

Então, muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, que já é convidado – se puder, estaremos lá juntos –, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero também saudar a iniciativa e dizer que, pelos objetivos já abordados, de fato, é pesquisa, geração de emprego e de renda, soberania, independência.

Nós temos que ter esses objetivos em todas as áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já me associo à ideia também e quero, se não subscrevi ainda, subscrever porque quero participar – é Comissão Parlamentar Mista, Senadores e Deputados.

Quero saudá-lo pela expressiva votação também e a todo o povo gaúcho, que o enviou aqui para o Congresso Nacional para defender as boas pautas para o país.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Vou liberar aqui o nosso Coordenador dessa frente, porque ele tem outras missões. E nós vamos tentar ser rápidos, porque, depois daqui, vai ter a votação aqui na CCJ do Cristiano Zanin. São tantas Comissões e correria... Depois, nós podemos participar lá.

Senador Flávio Arns, se me permite, eu quero fazer uma pequena introdução aqui na Comissão de Direitos Humanos, antes de iniciarmos as votações.

Senhores e senhoras, falo aqui do levantamento da Unicamp, Campinas-SP, que mostra que, entre 2002 até maio de 2023, ocorreram pelo menos 30 ataques violentos a escolas do Brasil, e 36 pessoas foram assassinadas nesse período: 25 estudantes – 15 meninas e 10 meninos –, 4 professores, 1 coordenadora, 1 inspetora, 5 atiradores.

Esse levantamento não contabiliza ainda o ataque ocorrido na segunda-feira...

O Senador Flávio Arns, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, fez um belo pronunciamento – triste, mas belo –, falando dessa realidade.

Na segunda-feira passada, em Cambé, no Paraná, onde um ex-aluno entrou atirando no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, dois alunos morreram.

Segundo a Unicamp, de 2002 até 2021, houve no máximo três ataques por ano – por ano – a escolas brasileiras. Desde então, o ritmo aumentou, infelizmente. Foram dez em 2022, no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará e São Paulo; e sete, em 2023, até maio, em São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul, e agora esse que eu discorri.

A advogada fez um relato, ela que é uma das organizadoras do estudo, Cleo Garcia, disse que – abro aspas: "São fomentados por uma cultura de ódio disseminada pelas redes sociais mais conhecidas. Há públicos que idolatram esses autores e glorificam o atentado" – fecho aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua a pesquisadora, dizendo: "Aqueles que cometem esse tipo de crime, geralmente, já se encontram numa espiral de violência e exclusão de anos e acabam sendo acolhidos por grupos extremistas".

Segundo Telma Vinha, também Coordenadora desse estudo, os ataques às escolas são crimes movidos por ódio e ou vingança. Podem ser gerados por ressentimento, racismo, misoginia, extremismo ou aversão completa a uma pessoa ou grupo. Todos sofrem com os ataques, comunidade, alunos, professores, pais, mães, avós, enfim, todos sofrem. Ficam traumas, aumento expressivo de transtornos mentais, consumo exagerado de álcool e drogas, risco de abandono escolar ou afastamento do trabalho.

O estudo da Unicamp aponta que a solução não é a repressão, mas – abrem-se aspas – "uma mudança de cultura que deve se iniciar nas escolas, com programas de convivência que trabalhem a inclusão, o diálogo, o pertencimento e todos os assuntos que permeiam uma convivência com o diferente".

Por fim, eu ainda lembro, e conversava ontem lá na Comissão com o Senador Flávio Arns – e V. Exa. fez também, repito, um belo pronunciamento sobre esse tema –, que falei lá do Projeto de Lei 7.157, de 2010, de nossa autoria, que foi construído, na verdade, por professores e alunos do Rio Grande do Sul. Foi aprovado no Senado e está na Câmara. Ele define ações para estimular... O nome do projeto, inclusive, é cultura de paz nas escolas – e, claro, em seus entornos, envolvendo, inclusive, os familiares.

Os estabelecimentos de ensino deverão atuar para disseminar o respeito, a solidariedade, a relação pública de conflitos no ambiente escolar, promovendo, assim, ações educativas orientadas para a construção de uma verdadeira cultura de paz. Pensar nos nossos jovens estudantes, professores, funcionários de escolas é pensar não só no presente, mas no futuro de dignidade, da não violência e de uma verdadeira cultura de paz, de amor, e não a política de ódio.

Senador Flávio Arns, V. Exa. está com a palavra, já que fez um pronunciamento lá. Eu acho que aqui na Comissão de Direitos Humanos nós dois temos o direito de pegar alguns minutos para comentar tragédias como essa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – O seu pronunciamento, caro amigo Senador Paulo Paim, é muito importante, e isso se refere a todas as Comissões do Senado, ao Brasil, à comunidade escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia de ontem, na Comissão de Educação, inicialmente, fizemos, inclusive, um minuto de silêncio pelo falecimento das pessoas no Município de Cambé, no Estado do Paraná, perto de Londrina, a 14km, a 15 km de Londrina, fica bem próximo, inclusive numa escola que tem o nome da maior poetisa do Paraná, que é Helena Kolody. No ano de 2012, eu era Secretário de Educação e fizemos, inclusive, o que se denominou Caravana da Poesia Helena Kolody, porque era o centenário da poetisa, nascida no sul do Paraná, no Município de Cruz Machado.

Infelizmente, a gente tem que pensar que a realidade da segurança escolar é um desafio nos dias de hoje. São fatores de dentro da escola e de fora da escola, quer dizer, ataques contra a escola e ataques na escola.

Aprovamos um projeto de lei ontem também na Comissão de Educação. V. Exa. até se manifestou, sempre de maneira muito adequada, boa. O Relator foi o Senador Marcos Pontes, do Estado de São Paulo, a quem a gente manda um abraço, porque acho que hoje ele seria submetido a uma cirurgia, para que se recupere logo. Eu diria que o relatório é muito importante.

Depois do episódio de Blumenau, foi apresentado um projeto de lei pelo Senador Wellington Fagundes. E achamos mais adequado, naquela ocasião, fazermos algumas audiências públicas para subsidiar o que estaria no projeto. E dessa audiência pública participaram vários segmentos da sociedade, entre eles o próprio Prefeito de Blumenau – ele também participou da audiência –, Polícia Federal, Polícia Civil, vários setores da Polícia Federal, educadores, com experiências do Canadá e de outros países. Tudo isso resultou no projeto de lei que foi aprovado no dia de ontem, ou seja, fruto de um esforço coletivo. E eu diria que o projeto de lei é bem interessante.

Observando o caso de segunda-feira no Município de Cambé, era um ex-aluno, que, pelo que relatam – a gente não tem todos os dados ainda –, teria um transtorno mental severo, esquizofrenia, no caso, e, pelo que a gente leu depois, já teria havido anteriormente um episódio com faca com a pessoa. A pessoa com esquizofrenia, muitas vezes, pode se sentir perseguida. Por exemplo: ela está no supermercado, acha que está sendo perseguida, pega uma faca e começa a se defender, vamos dizer, mas na verdade está atacando e matando. Então, tudo isso tem que ser agora esclarecido... E sofria *bullying*, de acordo com ele. E tudo isso está previsto nesse projeto de lei, na linha do que V. Exa. colocou, de olhar, de ter a equipe da escola, essa articulação da União, dos estados, dos municípios, da escola, da comunidade escolar, conselho escolar, associação de pais, mestres e alunos, e de cada escola ter o plano de segurança da escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fizemos isso no Paraná, quando fui Secretário de Educação, em termos de brigada escolar, defesa civil nas escolas. Brigada escolar: pega fogo, incêndio, enchente; como sair em ordem, ponto de encontro, uso de oxigênio. Tudo isso é importante.

Agora, não é só dentro da escola, é também contra a escola. Porque, no caso, era um ex-aluno.

Eu me preocupava muito com isso, porque havia e há escolas no Paraná onde a secretaria, por exemplo, fica no segundo andar da escola. Eu sempre disse: "é o fim da picada", usando uma expressão popular. Por quê? Porque qualquer pessoa que precise de qualquer papel vai entrar na escola, ir lá para o segundo andar, vai atravessar toda a escola, e você não consegue ficar controlando. Então, a arquitetura... Um ex-comandante da Polícia Militar do Paraná escreveu um livro sobre isso, *Arquitetura contra o Crime*. A gente até dizia para a pessoa: ninguém pode entrar na escola que não seja aluno, professor, funcionário. "Ah, eu sou ex-aluno." "Espere aqui." Tem que ter uma contenção, eu diria. "Pois não. O que o senhor deseja?" "Histórico escolar." "Já pediu? Assine aqui. Eu levo lá", caso a secretaria seja lá dentro. Não pode: "Ah, eu sou ex-aluno, eu vim pegar...". No colégio onde eu estudei, eu sou ex-aluno, eu fui professor do colégio e tudo, meus filhos estudaram lá, e eu não entro. Tenho que me identificar, tenho que parar.

Então, essa cultura, como foi dito aí pelo pessoal de Campinas, e muito bem, é uma cultura nova que tem que ser criada. Acontece hoje no Brasil com as mídias – isso das mídias também: um grupo de acompanhamento da internet, das comunicações dentro da escola e na comunidade, porque o que a polícia indicou é que você já consegue identificar. Agora, se a criança tem um distúrbio, um transtorno mental, tem que haver essa articulação com a saúde também para o atendimento desse problema, desse desafio. Ah, se usou uma faca, se tem atitudes violentas ou coisa semelhante... A função nossa é promover a saúde mental, gerar saúde mental.

No fundo, a gente quer dizer que para as famílias... Imaginem os filhos indo para a escola de manhã e morrendo na escola! Não tem cabimento! É uma dor imensa, profunda das famílias, dos pais, dos colegas, dos municípios, do Brasil! Ninguém quer isso.

Agora, é sempre lembrar que não... Também os meios de comunicação têm que fazer esse debate para ver até que ponto divulgam isso ou não, porque existe toda uma corrente também que diz que o pessoal está buscando holofote e que o holofote está sendo dado. Então, também esse debate tem que acontecer. Sabe-se lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei, aprovado em caráter terminativo... Vai haver uma votação suplementar na semana que vem, porque foi um substitutivo, mas, depois, vai para a Câmara. E eu diria que é um projeto, na verdade, fruto do trabalho de toda a sociedade, do Senado, bem interessante.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, que discorreu... E tinha que ser. E, em nome da Comissão de Direitos Humanos, eu agradeço a V. Exa., que fez uma fala brilhante aqui, como fez ontem lá, pois compete a nós falar desse tema.

E, aqui, a assessoria me informava agora que o cidadão que matou os dois jovens amanheceu morto no presídio no dia de hoje.

Eu só faço esse registro. Vamos agora em frente. Eu me sinto contemplado pela sua fala na íntegra.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 375, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

A Senadora Damares Alves pediu, porque é um projeto que ela, como disse, acaricia e defende de forma contundente, como defende o Senador Weverton, que o tirássemos de pauta, porque ela também está no debate ali com o Cristiano Zanin. Eu estava lá, estou inscrito, vim e depois voltarei para lá. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro requerimento eu estou subscrevendo e é o item 2. Neste momento, como sou proponente – eu subscrevo os itens 2, 3 e 4 –, eu queria passar a Presidência para o Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passamos ao item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1944/2022, que "altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.

Passo a palavra a V. Exa. já para explicar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Será bem rapidamente.

Na verdade, é uma proposta do Senador Izalci Lucas. Ele me fez o apelo para que eu subscrevesse e apresentasse o requerimento. Eu vou simplificar ao máximo.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno, a realização de audiência pública, para instruir o PL 1.944, que "altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil". Aqui diz tudo, não é? É a prevenção para que a gente combata os acidentes que acontecem, infelizmente, em piscinas que levem à morte de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí ele lista aqui uma série de convidados, da qual eu não precisaria fazer a leitura, se V. Exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Paulo Paim.

É requerimento dos mais importantes – já tivemos muitos acidentes nesse sentido no Brasil –, e o debate é necessário.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "A saúde mental nas escolas públicas"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador, para alguma consideração que deseje fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente Flávio, é bem rápido, e tem a ver até com o debate que nós iniciamos aqui, na abertura dos trabalhos, da violência nas escolas.

E, veja, a iniciativa... Normalmente, eu não leio a justificação.

Justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa Jovem Senador e Jovem Senadora é realizado anualmente e proporciona aos estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais do Brasil e do Distrito Federal o conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil. E esta aqui é uma iniciativa exatamente dos Jovens Senadores, que querem debater a saúde mental nas escolas públicas. Eu avanço neste sentido: pela primeira vez, eu vou ser Coordenador do programa Jovem Senador, e eles chegam aqui a Brasília em agosto.

Foi uma proposta que, muitos e muitos anos atrás, espelhado em realidade de alguns estados, eu apresentei aqui no Congresso, e o Senado a encampou. Aí nós criamos o Jovem Senador. Como nunca tinha tempo devido à minha correria – mas é minha, ninguém é culpado –, eu nunca tinha coordenado a vinda deles aqui, e neste ano, então, fui contemplado com a indicação para estar na coordenação da presença dos Jovens Senadores. Então, a nossa intenção é, nesse dia, inclusive, que eles possam abrir a sessão aqui na Comissão de Direitos Humanos, falar sobre o tema, e depois, então, é que nós poderemos votar a matéria.

Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu só gostaria de acrescentar que, neste ano, o tema justamente da seleção, reforçando, foi saúde mental. As pessoas que desejavam participar do programa Jovem Senador e Jovem Senadora teriam que fazer um texto sobre a promoção da saúde mental. O texto era escolhido na escola, depois cada região escolhia os três principais, que eram enviados para a secretaria de educação, e a secretaria de educação, depois desse processo, escolhia o melhor texto, a melhor redação. Uma pessoa de cada estado, então, é selecionada e vem para Brasília. Serão 27: 26 estados e o Distrito Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vinte e sete, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Serão 27 pessoas que virão para cá.

E o tema da saúde mental é muito importante. A gente pensa depressão, medo, pânico, esquizofrenia, uso de álcool e drogas, tudo está incluído na saúde mental, e álcool e drogas podem levar a transtornos mentais. Ontem eu falava com um Prefeito de um município do nosso estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 7 mil habitantes e ele disse para mim o seguinte: "Metade da população do meu município está tomando remédio para depressão". Metade, de acordo com ele.

Então, promover, gerar saúde mental, a gente fica pensando como fazer isso. Foi o que foi lido antes da Unicamp também, quer dizer: gerar grupo de amigos, de futebol, de esportes, de dança, de teatro, de música, gerar saúde mental fazendo parte, sentindo esse pertencimento a um grupo. Quantas vezes até as pessoas conhecem quando a gente chega na sexta-feira – eu, pelo menos, digo: "Que bom, sexta-feira, final de semana" –, para a gente poder sair, falar com os amigos e tal, e tem gente que fica triste quando é a sexta-feira, porque fica isolado em casa, sem amigo, sem conversa, sem discussão. Isso acaba causando problemas na saúde mental. Então, a gente deve cuidar da saúde mental nas escolas públicas e, eu até diria, cuidar da saúde mental na educação básica – na escola pública, na escola particular, na escola confessional. Eu tenho uma pesquisa de escola particular em que, dos mil alunos, metade dos alunos toma remédio para algum problema pelo qual esteja passando. Então, é um problema geral, eu diria, um desafio geral. E há muita pesquisa interessante nessa área, só para acrescentar.

Em votação o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Belo comentário sobre o tema que ilustra o trabalho que esses Jovens Senadores e Senadoras farão numa audiência aqui. Eu vou fazer questão de que, nesse dia, V. Exa. esteja presidindo aqui comigo, depois nós passamos para eles e nós dois vamos para o Plenário. Esse é o combinado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos. Está combinado.

Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater "Políticas e perspectivas para a ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no Brasil"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Só quero dizer que esse é um requerimento que nós aprovamos ontem lá na Comissão de Educação e assinamos o requerimento eu, o Senador Flávio Arns, o Senador Marcos Pontes e o Senador Carlos Viana.

Eu passei pela covid, ele acho que não passou. A covid me deixou algumas sequelas na lembrança de nomes. E você tem tudo na ponta da língua aí, você está muito bem.

Mas, quando eu fiz lá a defesa, eu achei tão importante os argumentos que eu recebi, que eu li lá. E vou fazer questão de ler, se você me permitir, três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a justificação dessa iniciativa de nós outros, tanto os Senadores, de uma audiência conjunta.

A educação profissional baliza a qualificação da população de um país para o trabalho. Oferecer cursos técnicos de qualificação profissional e estimular as matrículas dos jovens e adultos massivamente asseguram sustentabilidade e competitividade à economia de qualquer país. Razão pela qual os países desenvolvidos registram altas taxas de matricula de jovens nesses cursos, como aponta Relatório da OCDE, 2019: a Alemanha possui 89% de seus jovens matriculados em cursos técnicos, a Holanda registra 98%; Itália, 80%; França, 96%; Portugal, 83%; Suíça, 78% – vejam, de jovens matriculados em cursos técnicos –; Áustria, 89%, sendo a média dos países integrantes da OCDE em torno de 70%. E o Brasil registra apenas 9%.

Só com essa introdução aqui, que eu li dando esses exemplos, é mais do que suficiente, não precisa ler todo o texto, para a importância dessa iniciativa. O Senador Flávio Arns pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementar que, no momento em que esse requerimento nós estávamos votando, de forma conjunta, lá, e hoje aqui, ele lembrou – e quero que V. Exa. lembre de novo, acho que é importante – a frente parlamentar que foi construída sob a liderança do Senador Marcos Pontes.

Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, eu acho que palavras, como as pessoas falam, convencem; exemplos, arrastam. Então, eu gostaria que V. Exa., amigo Paulo Paim, contasse a sua experiência no curso profissionalizante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É muito rápido, pessoal.

Eu era vendedor de flores e frutas numa feira livre de um primo meu em Porto Alegre, que já faleceu. O nome dele era Neri. E eu, antes de eu ir para Porto Alegre, de Caxias, eu tive que sair, uma família com dez irmãos, e eu tinha que trabalhar, eu era um menino de dez anos, não é? Infelizmente, deixando bem claro, nós somos contra que meninos trabalhem. Mas dez irmãos, e pagavam um salário mínimo, o que você vai fazer?

Daí o Neri me leva a Porto Alegre. Mas aí o pai disse: "Antes de ir, faz um teste no Senai, para ver se você não entra no curso técnico". Eu fiz o teste, fui trabalhar em Porto Alegre e, depois de um ano e meio, mais ou menos – eu fiquei na repescagem, naturalmente –, abriram umas vagas, o Senai me chama. E eu me lembro do dia em que o meu pai vai chegando na feira livre e diz: "Olha filho, você passou no Senai, foi chamado, você vai voltar para casa". Graças ao curso técnico, eu voltei para casa, inclusive, para conviver com meus dez irmãos.

Aí entrei no curso técnico. Eu ganhava um auxílio, chamado auxílio de sustentação, na época, da Vinícola Rio-Grandense, de Caxias do Sul, correspondente a quase um salário mínimo, porque quem estava sendo empregado tinha que ser o que eles chamavam de afilhado. E eu ganhava da Vinícola Rio-Grandense essa ajuda.Fiz o curso e rapidamente eu estava ganhando, como técnico, em torno de cinco a seis salários mínimos, não é?

E foi por aí que eu pude alavancar a vida e hoje tenho orgulho de estar sentado aqui na Comissão de Direitos Humanos, junto com ele, o Presidente de uma das Comissões mais importantes da história da humanidade – todo mundo diz que é a educação que liberta; e, naturalmente, os direitos humanos cumprem um papel fundamental –, o grande Senador Flávio Arns. Contei minha história e tenho orgulho de estar sentada ao seu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

Então, o Senador Paulo Paim colocou que foi criada também a frente parlamentar mista – Senadores e Deputados, Deputadas –, por iniciativa do Senador Marcos Pontes, que também tem uma história parecida com a do Senador Paulo Paim, no sentido do curso técnico profissionalizante.

Paulo Freire já dizia, inclusive, que a educação tem que ser libertadora, emancipadora, porque, se não for, o sonho do oprimido se torna ser opressor. Então, tem que haver essa educação libertadora, não é? Quer dizer, emancipadora.

Muito bom, Senador Paulo Paim.

Está em votação requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado.

Retorno a Presidência ao Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Líder, Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, pela parceria que temos mantido. V. Exa. está sempre presente. Inclusive, vai presidir uma sessão desta Comissão de audiência pública hoje à tarde. Ele apresentou requerimento e, naturalmente, se eu puder estar aqui na abertura, eu estarei para lhe dar um abraço, mas depois eu tenho que ir para uma outra missão, e o senhor vai presidir com a competência de sempre.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero, inclusive, convidar as pessoas que nos acompanham: às 14h teremos uma audiência pública sobre o transtorno do espectro autista, do ponto de vista das famílias, das pessoas, de quem atua, dos profissionais que atuam na área. Por quê? Porque no domingo, dia 18, foi o Dia do Orgulho Autista. Nós temos, inclusive, uma entidade no Brasil denominada Orgulho Autista, que estará representada nessa audiência pública.

Então, é uma grande preocupação de direitos humanos, de educação, de saúde, de assistência, de políticas públicas voltadas para todas as faixas etárias – inclusive há uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação com o jovem, adulto e idoso com transtorno do espectro autista –, mas também medicamentos, diagnóstico, atendimento, psicólogo, fisio, trabalho, apoio para as famílias, para os cuidadores, tantos desafios assim que têm que ser enfrentados no Brasil. Então, hoje, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. O Senador Flávio Arns é o autor do requerimento. Ele é o proponente dessa importante audiência pública. Já combinei com ele que eu estarei aqui na abertura para dar um abraço e, depois, segue o trabalho da Comissão.

Senador Flávio Arns, concluindo, eu só faço a leitura aqui de parte de um expediente que o Secretário me encaminhou.

A Secretaria de CDH recebeu os seguintes documentos, que eles sintetizaram aqui: de um cidadão que alega estar sofrendo ameaça de traficantes e pede auxílio; a Câmara Legislativa do DF envia relato de cidadão que denunciou a existência supostos servidores fantasmas em prefeituras e, por isso, vem sofrendo ameaças.

Informo ainda que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias; terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo ainda, nos mesmos termos, que os documentos lidos na 35ª Reunião serão arquivados.

Eu vou encerrar, só informando que o arcabouço fiscal, tão importante no contexto nacional, foi aprovado na Comissão da Economia por 20 votos. O meu voto... Como suplente, já tinha votado. Eu pude anunciar o meu voto no microfone. Então, foram 20 votos a 6, vai para o Plenário... Eu acho que algo que a gente pode destacar é que o Fundep está preservado; o fundo constitucional de Brasília também. São os dois pontos que eu considerei mais importantes.

E, também, nós estamos participando ativamente da sessão que vai – tudo indica – aprovar aqui na CCJ o nome do advogado Cristiano Zanin para o Supremo Tribunal Federal. Está bem encaminhado. Vimos o debate lá. Eu me inscrevi, mas sou o 22º. O 22º vai falar lá pelas 2, 3h, calculo eu. Mas voltarei lá depois que terminarmos aqui.

E registro a presença, com alegria, da nossa sempre Líder, competente, preparada, simpática... Ela conquistou todos os Senadores e Senadoras já, viu? E o marido dela sabe disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu sou amigo dele. Ela conquistou com a forma carinhosa, fraternal, solidária como ela trata a todos.

Por favor, Senadora Jussara Lima, a palavra é sua.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Quero cumprimentar aqui o querido Senador Paulo Paim. Realmente, é um Senador ilustre, conhecidíssimo no nosso país e respeitado e também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... um Senador bastante generoso, que me acolheu com muito carinho ao chegar aqui ao Senado Federal, juntamente com o Senador Flávio Arns, que é uma figura ímpar também aqui no Senado Federal.

Quero agradecer a todos vocês o carinho, a forma gentil com que me receberam aqui no Senado Federal. Isso tem me ajudado muito, porque eu me sinto muito apoiada por ter estes dois grandes homens sempre me dando força e me ajudando e me levantando, e isso é muito importante. Os senhores não sabem o quanto eu tenho esse carinho e essa consideração pelos dois grandes Senadores.

E eu queria aqui, neste momento também, registrar a presença da nossa defensora pública do Estado do Piauí, a Dra. Carla Yáscar, uma mulher competente, que está aqui ao meu lado. E, por ser mulher também, isso nos ajuda muito, porque nós estamos vivendo um momento de muita violência à mulher, como os Senadores sabem, e a Doutora é uma mulher muito empoderada e que entende muito sobre essa questão da violência à mulher e violência de gênero. Então, quero aqui registrar a presença ilustre da Dra. Carla.

Seja bem-vinda, Doutora.

Você quer dar uma palavrinha, Doutora?

Posso passar, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pode, mas aqui a gente quebra protocolo. (*Risos.*) (*Risos.*)

Atendendo ao pedido da Senadora, a senhora pode usar a palavra sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

Vou passar a palavra para a senhora fazer uma saudação à Comissão de Direitos Humanos e à nossa querida Senadora.

A SRA. CARLA YÁSCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR – Perfeito.

Muito boa tarde, estamos aqui ingressando na tarde...

É um prazer estar aqui, enquanto Defensora Pública Geral do Estado do Piauí. Então, é um prazer ter esse primeiro contato com os Senadores.

Estava, agora há pouco, em visita à Senadora Jussara Lima, uma Parlamentar extremamente respeitável e que muito honra o Estado do Piauí, e saber que aqui ela tem esse apoio, para nós, é muito importante.

Quero, desde já, registrar aqui os meus agradecimentos pelo acolhimento e pelo trabalho comprometido dos senhores e da senhora, Senadora Jussara, aqui no Senado Federal.

Gostaria de enaltecer também a importância... Estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem absoluta correlação com as defensorias públicas, que são instituições vocacionadas constitucionalmente para a promoção e defesa de direitos humanos. Então, temos tudo a ver, estamos conectados e conectadas.

É um prazer e uma honra estar aqui acompanhando os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, Doutora.

O Senador Flávio Arns pediu a palavra aqui e é com satisfação que a gente passa para ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Duas coisas: em primeiro lugar, quero defender o papel da Defensoria Pública, tão essencial para que a justiça aconteça no Brasil. Seja a Defensoria da União ou dos estados, é um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essencial. E a Senadora Jussara Lima também é uma pessoa muito articulada com a área do transtorno do espectro autista, sobre cuja área a gente falava agora há pouco.

Então, no domingo, eu mencionava, foi o Dia do Orgulho Autista, e hoje, no plenário 19, às 14h, vai acontecer uma audiência pública com famílias, pessoas e profissionais que atuam na área para mostrar os desafios que a área enfrenta, para crianças, adolescentes, adultos, idosos, os medicamentos, o atendimento, o diagnóstico, o apoio para as famílias, enfim, tudo o que é necessário, porque nada melhor do que a própria área trazer essa realidade.

Então, só queria comunicar a V. Exa., pois conversamos sobre isso no dia de ontem, e agradeço.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, Senador Flávio Arns.

Dra. Carla Yáscar, pode ter certeza absoluta de que nós, aqui, todos temos o conhecimento, eu diria, e alegria de ver a senhora aqui, pelo papel da Defensoria Pública. Eles são os que mais defendem os mais vulneráveis. Eles e elas, ou seja, a Defensoria Pública. Ninguém defende tanto os mais vulneráveis na estrutura de governo como vocês. Então, seguidamente temos sessões de homenagem aqui aos defensores e defensoras públicas, pelo trabalho brilhante.

Eu agradeço à Jussara Lima que trouxe a senhora aqui e deu essa oportunidade para nós.

Depois da fala de vocês duas, do Senador Flávio Arns, eu só posso dizer que foi uma brilhante sessão.

Estão encerrados os trabalhos da audiência de hoje.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e três minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Eduardo Braga, Omar Aziz, Cid Gomes, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Fernando Farias, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães e Jaques Wagner, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 45/2023 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: Destacar o Dia Mundial do Orgulho Autista, comemorado no dia18 de junho, e conscientizar a sociedade sobre o Transtorno do Espectro Autista. Participantes: Edilson Barbosa, Diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB CEILÂNDIA-DF; Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende, Presidente da Associação Brasileira de Neurodiversidade e do Coletivo Autistas Adultos Brasil; Maria Inês Correia Serra Vieira, Coordenadora-Geral do Centro Educacional da Audição e Linguagem-Ludovico Pavoni; e Erika Karine Rocha Dallavechia, Fundadora-Presidente do Projeto Social Angelina Luz – Porto Alegre/RS. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74B704EF007690C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 45, de 2023, da CDH, Comissão de Direitos Humanos, que pretende – abrem-se aspas – "destacar o Dia Mundial do Orgulho Autista, comemorado no dia 18 de junho, e conscientizar a sociedade sobre o transtorno do espectro autista".

Muitas audiências vêm sendo realizadas – eu quero destacar isso –, debates, discussões, pesquisas, levantamentos. E uma das pesquisas que foi feita aqui pelo Senado, informalmente, foi um levantamento com as entidades de famílias, de pessoas, de profissionais sobre os desafios da área. E muitos desafios foram levantados naquela ocasião e estão servindo, inclusive, de base para os debates que nós realizamos no Senado Federal. Entre os desafios, está o atendimento da criança com transtorno do espectro autista, do adolescente, do adulto, do idoso.

As entidades colocaram, por exemplo, a importância de se ter acesso a medicamentos quando necessário, a terapias complementares, como fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional; acesso a programas assistenciais, inclusive com o cuidado que se deve ter com os cuidadores da pessoa dentro do transtorno do espectro autista, com a inserção no mundo do trabalho para essa pessoa; enfim, um conjunto de iniciativas.

Nós passamos esse estudo para a Consultoria do Senado para se verificar se havia a necessidade de uma legislação nova ou se a legislação existente seria suficiente para atender essas demandas, ou alguma coisa mais, e, no essencial, foi dito que, de fato, a legislação, no geral, já atende esses aspectos todos. O importante, de acordo com o estudo realizado, é transformar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos em realidade, tirar os direitos do papel e passá-los para a vida diária, para o cotidiano das pessoas, das famílias, dos profissionais.

Então, dentro desta audiência pública do dia de hoje, os órgãos públicos não estarão participando porque nós convidamos basicamente a família da pessoa com transtorno do espectro autista, a pessoa dentro do transtorno também, as associações que trabalham nessa área e também a instituição Ceal, que, no dia a dia, está também atendendo, discutindo e sentindo os desafios da área, seja em termos de serviços prestados, de distância, porque os desafios da família, das pessoas e dos profissionais têm que constituir a pauta do Senado Federal. Nós não podemos inventar coisas novas, nós temos que olhar para a realidade, ver o que é necessário ser feito a partir da realidade e, aí, discutir o que deve ser feito em conjunto, coletivamente, para chegarmos a bons resultados.

Eu quero destacar que esta reunião, esta audiência, será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 061 2211.

Eu destaco, inclusive, que já vieram três perguntas pelo e-Cidadania, que eu passo a ler, e, na medida do possível, os expositores e as expositoras podem abordá-las também.

Leandro Alves, aqui do Distrito Federal: "Por que, nos eventos em que se discute TEA [transtorno do espectro autista], na maioria das vezes os autistas são apenas o objeto de estudo, e não os próprios palestrantes?"

Foi por isso que nós falamos que está aberto às pessoas com transtorno do espectro autista, que vão participar, à família da pessoa com transtorno do espectro autista, que é importante também, e aos profissionais da área.

Layse Soares, do Rio Grande do Sul: "Existem medidas inovadoras a serem adotadas que realmente tragam impacto positivo na vida dos autistas?"

De novo, Leandro Soares, do Distrito Federal: "Como eliminar os preconceitos e estereótipos sobre o TEA [quando falo "TEA", eu sempre coloco por extenso porque pode haver pessoas que não entendam a sigla, é o transtorno do espectro autista] entre os próprios profissionais de saúde?"; "Como eliminar e facilitar o diagnóstico do transtorno na vida adulta?"

Nós vamos ter, nesta audiência pública, a participação dos seguintes convidados, aos quais já dou as boas-vindas, seja presencialmente ou remotamente: em primeiro lugar, o Sr. Edilson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barbosa – muito agradecido pela vinda –, que é Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab) e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Ceilândia/DF – muito obrigado, Dr. Edilson. Também a Erika Karine Rocha Dallavechia, que está remotamente, Fundadora-Presidente do Projeto Social Angelina Luz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul; também a Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende, que está de forma remota, agradecendo novamente pela participação, Presidente da Associação Brasileira de Neurodiversidade e do Coletivo Autistas Adultos Brasil; e também, à minha direita, Maria Inês Correia Serra Vieira, Coordenadora-Geral do Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni, seja muito bem-vinda de novo.

Nós temos esses quatro convidados. Ficou combinado que cada um terá quinze minutos para sua fala, prorrogáveis por mais cinco. Quando nós chegarmos aos catorze minutos tocará uma campainha automática, que indicará que falta um minuto para os quinze primeiros minutos e aí o expositor terá mais cinco minutos; e, quando faltar um minuto, também tocará uma nova campainha. Então, não se assustem com a primeira campainha e não fiquem, como eu digo, bravos comigo, porque é uma coisa automática no controle da audiência. Está bem?

É uma alegria!

Podemos começar com o senhor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bom.

Eu passo, com muita satisfação, a palavra ao Dr. Edilson Barbosa, como eu já disse, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab) e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Ceilândia/DF.

Com a palavra, Dr. Edilson.

O SR. EDILSON BARBOSA (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer ao Senador Flávio. A gente acompanha sua pauta sobre autismo, sobre as pessoas com deficiência. Quero agradecer aqui ao Senado Federal, até porque dia 18, agora, foi comemorado o Dia do Orgulho Autista. Então, o Brasil inteiro parou para discutir esse tema e é importante essa discussão.

Nós do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab) existimos desde 2005. O nosso Presidente de honra, Fernando Cotta, junto com algumas mães, organizou o Movimento Orgulho Autista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil numa *blitz* autista aqui na BR-040 para divulgar essa questão do autismo. São 18 anos. No dia 18, Senador, o Moab completou 18 anos, a maioridade.

O autismo, pessoal, chega às nossas vidas. Você que está nos ouvindo, se não tem ninguém na família, se não conhece ninguém, se prepare porque, na nossa família, Senador, chegou sem a gente pedir e não nos avisou. Nós temos dois filhos, eu e a Juliana, o Vinícius, que hoje tem 19 anos, é estudante de Direito – não foi convencido nem por mim nem por ela, eu sou advogado e a mãe também, mas ele que definiu ser advogado –, e está no quinto semestre de Direito; e a Ana Clara, que hoje está praticamente com 15 anos e diz que quer ser psicóloga, já não vai para a área do Direito.

A gente nota que o Brasil precisa ainda conhecer mais o autismo, as pessoas precisam conhecer como lidar também, porque, como eu falei, se você não conhece ou não tem ninguém na família, uma hora vai ter – a gente não pede para chegar. E, como o nome já diz, transtorno do espectro autista, os espectros são vários e vários, é da pessoa.

Nós temos hoje o nível 1 de suporte, o nível 2 de suporte e o nível 3 de suporte. Essa palavra, Senador Flávio e os demais, é importante, porque esse nome "suporte" é do que os autistas precisam. O nosso filho e a nossa filha precisam de suporte, apesar de serem nível 1. E o ruim – vamos dizer o ruim, porque a sociedade não está preparada – é dar esse suporte, que, às vezes, não é ele que precisa, às vezes é a mãe que está dando suporte para aquela criança. Então, esses debates são importantes para isto: para despertar nas pessoas como você deve se comportar numa eventual crise.

Nós tivemos agora uma palestra numa rede de supermercados, Senador Flávio, porque uma caixa acabou atacando a mãe, porque a criança deu crise, rolou no chão e ela disse: "Olha, está vendo? Não sabe dar limite, não sabe criar o seu filho". Uma psicóloga acabou vendo, foi até o gerente e acabou tendo esta palestra: "Como se comportar quando uma criança autista estiver em crise?". É abraçar, gente, é dizer para a mãe, é acalentar, é dizer que vai passar, é pegar, olhar aquela criança ou aquele adolescente e dizer: "Estamos juntos". Alguma coisa o desorganizou sensorialmente. Esses debates são bons por isto: a sociedade precisa entender o autismo.

Esta Casa aqui aprovou a alteração... Na verdade, esta Casa e a Câmara, porque somos bicamerais, aprovaram, em 2012, a Lei 12.764, de 2012. Essa lei, pessoal, mudou a vida do autista e das famílias. Agora as pessoas precisam conhecer essa lei. Essa lei tem apenas oito artigos e mudou suas vidas dizendo que o autista é considerado uma pessoa com deficiência, para efeitos legais. Esta Casa também trouxe a Ciptea, que é a Lei Romeo Mion, a qual facilita a vida das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que têm a carteirinha, porque a deficiência do autista não é visível, e as pessoas acabam não entendendo. É para garantir os direitos. Há a Lei 12.764, de 2012, que a gente chama de Lei Berenice Piana, que foi tramitada aqui – o senhor estava aqui nesta Casa –, e essa lei veio dar cidadania e qualidade de vida.

Nós queremos que a população entenda que, quando um autista, mesmo no nível 1 – a gente passou por isto, por vários apertos –, estiver numa fila de prioridade, não é porque não é uma pessoa idosa, não é porque não é uma mulher grávida, ou uma mulher que tenha uma criança, ele sendo autista, ou ela sendo autista tem direito também. A gente vai aprendendo, e esses debates servem para isso.

A segunda questão que a gente gostaria de deixar aqui são as dificuldades, principalmente, pessoal, na área da educação e da saúde. O Brasil precisa implementar essa Lei 12.764, de 2012, quando se fala que o autista precisa ter o acompanhante especializado na sala de aula, ajudando a professora regente na inclusão, porque uma professora, apesar de as turmas estarem reduzidas, mesmo assim, a professora e o próprio autista necessitam desse apoio.

Então, os municípios, os estados... E não são só os municípios e os estados, porque não é só, Senador, na hora do ensino fundamental e médio, mas do superior também. Existem autistas – nosso filho, por exemplo – que necessitam, lá no ensino superior, ter também o suporte. Então, nós precisamos que os governos se organizem para que, no primeiro dia de aula, Senador, tenha um monitor ou a pessoa que vai acompanhar essa pessoa autista na sala de aula. Hoje é difícil ter no primeiro dia de aula, e ele acaba não participando das aulas desde o primeiro dia.

A outra questão que a gente gostaria de colocar é na área da saúde. Nós temos uma dificuldade grande. E olhe, eu estou falando isso não só daqui no DF. Eu estou aqui no DF, a gente mora aqui, mas como o Moab é uma entidade nacional, eu tenho percorrido alguns estados. Eu estive agora em São Paulo, na capital e também em Guarulhos. E agora, nesse final de semana, vamos estar no Rio Grande do Sul, ali em Porto Alegre e Cachoeira do Sul. E, em alguns estados em que a gente tem andado, a gente vê a dificuldade, Senador, de ter os laudos e de ter também o tratamento depois pelo SUS. E olhe que têm dificuldade também aquelas famílias que têm condições de ter o plano de saúde.

Vocês acompanharam, esta Casa aqui aprovou a lei do rol taxativo, não é? Quem tem que dizer a quantidade de terapias para uma pessoa autista ou para qualquer pessoa que utiliza o plano de saúde é o médico, o profissional que a acompanha, e não a ANS, por exemplo, o número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de terapias para estabilizar e para fazer com que aquela pessoa consiga a convivência no seu dia a dia.

Então, hoje o SUS precisa ter essa porta de entrada. E, tendo a porta de entrada, depois como fazer as terapias tão necessárias para estabilizar o autista. E não é só a criança não, viu, pessoal? O autista precisa ser estabilizado quando é criança, quando é adolescente e quando é adulto também. Quantas pessoas no país estão sendo "laudadas" agora, Senador, depois da fase adulta? E aí vem aquele fato: "Ah, então é por isso que eu era assim? É por isso que eu estava com tanta dificuldade de ter a socialização, de ser uma pessoa inserida?".

Então, nós precisamos hoje, e o SUS precisa disso, ter essa questão de ter tanto os laudos como também os tratamentos. E mais: ter a mão para as mães, principalmente. Na nossa experiência, eu estou há 19 anos lidando com autismo, Senador, a maioria das mães é solo. E a maioria das mães não consegue nem trabalhar, porque tem que ter essa questão de acompanhar os filhos. Não existem os autistas sem ter as suas terapias, sem ter as suas consultas diárias, e essas mães acabam se anulando. Então, a gente precisa ter, nesse aparato do SUS, atenção às mães também. Cuidar de quem cuida. Eu falo dos pais também, porque, às vezes, eu já passei por alguns momentos, mas a maioria é mãe.

No SUS, a gente precisa ter os centros de referência. É assim que a gente chama: centro de referência e atenção aos autistas. Aqui no Distrito Federal, a gente tenta. Lutamos para que tenhamos, nas cidades do DF, esses centros, porque, quando uma família suspeita que aquela criança é autista, precisa do laudo; quando a professora na escola suspeita que aquele estudante, aquele aluno pode ser autista, precisa do laudo. Agora, qual é a porta de entrada? Tudo bem, a UBS. Será que ela tem essa política? Então, a gente defende, Senador, que tenha os centros de referência de atendimento.

Tem uma política nacional, que é o CER (Centro Especializado em Reabilitação), mas para a gente não está sendo suficiente, teria que ser direcionado. E aí eu posso dizer aqui vários modelos que estão dando certo: o Governo do Rio Grande do Sul tem lá o TEAcolhe, que são centros de referência; o Governo do Maranhão acaba de também ter um programa desse; aqui em Águas Lindas, que é uma região metropolitana do DF, é um Município do Estado de Goiás, o Prefeito de lá e um Vereador, colega nosso, advogado e pai de autista, juntaram, Senador, os 17 Parlamentares e estão agora criando o centro de referência também, porque é direcionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um modelo interessante aqui no DF, que é o DFDown, um centro de atendimento para pessoas com síndrome de Down, ali no hospital Hran. E aí a gente viu que essas pessoas têm a porta de entrada e têm profissionais qualificados para fazer esse atendimento.

Autismo precisa, pessoal. Nós temos essa demanda, e quem está acompanhando o debate nacional vê que é um tema interessante e que tem muita demanda. Então, hoje, nós vemos muitas famílias sofrendo.

Eu tive a oportunidade, porque nós do Moab fomos convidados para fazer uma palestra sobre o direito dos autistas na UBS 9, que é aqui no P Sul, Ceilândia, e eu digo para vocês – eu não li nem ouvi – que eu vi com meus olhos 20 mães com meninos autistas que não são laudados, mas com as características autísticas, sem terem o laudo. Olhe só, na capital do Brasil! Essas mães e essas crianças estão sofrendo. Sem o laudo, elas não têm o atendimento diferenciado na escola; sem o laudo, elas não têm direito ao BPC, que seria uma ajuda financeira do INSS para as pessoas autistas. O BPC é para pessoas idosas, a partir de 65 anos, e para pessoas com deficiência. Por força da lei, de 2012, que a gente ajudou a tramitar e aprovar aqui, o autista é pessoa com deficiência, mas, sem o laudo, não tem acesso à prioridade no atendimento e a tudo mais. Então, a gente precisa dessa política pública e do laudo e, depois do laudo, estabilizá-los.

Quem ainda não viu um documentário do Caco Barcellos, que fala, pessoal, de dois autistas, Senador, os dois com 27 anos de idade, os dois, nível 3 de suporte, que tem maior comprometimento? Quando eu falo de comprometimento do autista, é aquele que tem dificuldades nos afazeres da vida diária; por isso, precisa do suporte. Então, nível 3 de suporte, os dois: um, com terapias; e o outro, sem terapias. O que tinha terapia socializava, dançava, conversava, tinha amigos e tal; e o outro, sabe o que fazia? Dava os dois braços para a mãe acorrentá-lo – olhe só, 27 anos! – à cama. E eles foram felizes? Há algum tempo, o que não tinha terapias foi até a prefeitura, e a prefeitura conseguiu aí ter as terapias. E, depois de um tempo, sabem o que essa pessoa adulta fazia? Estava socializando também. Isso provando que precisa dessa política pública de terapias.

Hoje, Senador, e hoje, ouvintes, nós temos muitos meninos aí acorrentados sem ter um laudo, sem ter um tratamento. E em Brasília nós temos. Temos muitas crianças dentro de sala de aula sem ter condições de ter um atendimento diferenciado.

Então, a gente precisa dessa política pública. O Moab luta para que tenha na área de saúde, e aí é integrado saúde e educação,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDILSON BARBOSA – ... precisa ter o depois. E o depois é isso. É termos, no âmbito do SUS, políticas públicas direcionadas a essas pessoas autistas, Senador. A gente precisa implementar... Olha, nós nem precisamos de leis mais, Senador. A gente já tem as leis. Até porque tem lei que pega e tem lei que não pega.

Se a gente for fazer uma pesquisa aí, principalmente nos municípios, estados, tem muitas leis que defendem os autistas e defendem aí a sociedade, mas as leis precisam ser implementadas. E aí eu sugiro, Senador Flávio, que a gente tenha aqui um observatório autista das leis que ainda não pegaram neste país.

Tem leis que não pegaram. A lei está aí, agora precisa implementar. Eu até falo um exemplo da lei aqui no DF. É a Lei 4.568, que é a Lei Fernando Cotta, é a lei que tem o nome do nosso presidente de honra. Essa lei, pessoal, tem dez artigos. Essa lei é de 2011. A lei federal foi em 2012. Olha só, o DF é pioneiro.

Só que essa lei não está sendo implementada aqui no Distrito Federal. Tem muitos artigos bons, bonitos, que dá para você dar qualidade, porque o objetivo da lei não é esse? É dar qualidade de vida às pessoas. É fazer com que aquele ou aquela que não entende, entenda por força da lei. E aí vem a mão forte do Estado, que é o Poder Judiciário, dizendo: olha, por favor, isso aqui é para ser respeitado. Se você não for respeitar, aí vem a punição, ou a multa ou a prisão e assim por diante.

Mas a gente precisa desse observatório e nada melhor do que o Senado Federal para ter um observatório para ver se aquela lei está sendo cumprida. E mais, de ser um ente, Senador, de cobrança. Prefeito, por quê? Secretário, Governador, Ministro, por que não está implementando se tem a demanda ali?

Porque, se não houver isso, acaba as pessoas... Porque não tem a tradição de cobrança da lei. As pessoas... Eu até como advogado vejo isso. Hoje chegam para gente muitas pessoas reclamando que o plano de saúde, por exemplo, cortou. Uns vão à luta e conseguem, outros não, porque é cultural. É difícil as pessoas irem até a Defensoria Pública ou contratarem o seu advogado para garantir aquela lei, aquele direito.

Mas, se tivermos o observatório aqui no Senado Federal, certamente as leis vão pegar e mais gente terá acesso aos seus direitos. Então, a gente precisa dessa observação aqui nesse dia, em que nós estamos comemorando o Dia do Orgulho Autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra observação, Senador, é sobre essa questão de a gente estar preparado, e aí eu falo mais direcionado ao poder público.

Nós precisamos, principalmente, das forças de segurança. Existe aqui a PRF. Ela, finalmente, junto com o nosso Presidente de Honra, o Fernando, apresentou a proposta PRF Amiga dos Autistas e já está em funcionamento esse projeto, bem interessante, que é fazer com que os policiais, a força policial entenda, quando for abordar, em uma eventual blitz, e tiver um autista dentro do carro, como fazer para lidar com aquela situação, porque, geralmente, essa criança ou esse adolescente vai se alterar e aí, às vezes, nem vai responder, Senador. Nem vai responder aí ao pedido ou ao chamamento daquele agente da polícia.

Isso tem que ser colocado também nas outras forças estaduais, principalmente na Polícia Militar, que faz abordagens aos cidadãos e às cidadãs, na hora, também, de uma blitz, e precisa saber como lidar, numa eventual abordagem, com um autista, porque, às vezes, ele não vai te responder. Não só na força policial, mas também nos hospitais, nas clínicas. Como um médico, como um dentista deve se comportar quando deparar com um autista? E quando ele entrar em crise? Na sala de aula, quando ele for à Secretaria da escola, ou mesmo na parte administrativa?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDILSON BARBOSA – Então, a gente precisa de ter essa política também, de como esses servidores se comportarem, porque chegam para a gente várias e várias situações nas quais a gente nota que é falta de formação e de informação. A gente até está brigando para que no curso de medicina tenha, e no curso, também, de pedagogia, tenha essa cadeira e nos cursos de formação, de aperfeiçoamento dos policiais. Não só policiais militares, os bombeiros, os agentes da Polícia Civil, dos Detrans, do DER, para a gente saber como lidar com essas pessoas autistas. E nada melhor, pessoal, do que essas palestras sobre esse tema, essas Casas de leis para debater essa questão de como melhorar a vida do autista.

E aí a gente encerra dizendo o seguinte. Nós estamos caminhando, já demos alguns passos para isso, tanto é que, agora... Hoje, eu vim de uma TV aqui, dando uma entrevista sobre isso, sobre a questão do autismo. Então, é um tema que a sociedade está discutindo, as pessoas estão vendo a importância dele, mas a gente precisa de quê? Da política pública. Não adianta só a gente debater.

Eu estou saindo daqui, a gente sugeriu algumas coisas, mas a gente tem que implementar essas políticas públicas, implementar a lei. E a gente roga aos Prefeitos, em cada município deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, aos secretários, principalmente de educação, saúde e assistência social, porque tem muita política lá; aos Governadores e os seus secretários, aos ministros e aos Parlamentares: Vamos implementar a política pública! Vamos dar cidadania a essas pessoas! Vamos abraçar as mães, principalmente! São as pessoas que mais estão ali na ponta quando a gente fala do suporte. Hoje, são elas que dão suporte, principalmente. E aqueles autistas Nível 1 de suporte, que chegam à fase adulta e têm as suas autonomias...

Muitos têm, não é, Senador? Muitos dirigem. Nosso filho mesmo tirou a carteira de habilitação recentemente. Agora, outros não conseguem. O suporte dele é o três, ele não vai conseguir dirigir um carro. Ele não vai conseguir ir à padaria comprar um pão. Coisa simples, não é? Muitos não conseguem nem pegar este copo de água e levar até a boca. Precisa do suporte de alguém. E esse suporte é a mãe, é a família e é a sociedade.

Se todos entenderem como é ser autista... O autista não é um só, pessoal. É o transtorno, não é? São vários. Então, respeitando a sua individualidade, respeitando aquela família, os familiares entendendo também, nós teremos certamente uma sociedade melhor. Política pública é preciso. E a gente precisa entender também o que são os autistas.

Nós no Moab agradecemos o convite para vir a esta reunião neste dia de debate do orgulho autista.

E a gente tem que fazer. A gente tem que pensar em redução de carga, a gente tem que pensar na mãe, se ela não consegue trabalhar, qual é a mão do Estado que vai ajudar, Senador. Nós precisamos garantir o passe livre, garantir também a vaga de estacionamento, nós precisamos garantir a redução de impostos para comprar os seus carros, precisamos cumprir a lei. Se a gente cumprir, todos ficarem cientes do seu papel, a gente vai ter uma sociedade melhor.

Senador, muitas mães sofrendo, muitos autistas, por falta da política pública. E esta Casa certamente é um dos caminhos para parar esse sofrimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos ao Dr. Edilson Barbosa, Diretor e Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

Peço inclusive que mande um abraço especial ao Dr. Fernando também. Parabéns pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi feito o levantamento, de fato. Na abertura desta audiência, a gente relatou o trabalho que foi feito para implementar. E até a ideia é contarmos com a colaboração do Moab para acharmos juntos a metodologia mais adequada para isso. Nós faremos isso também. Já antecipo o convite para o Moab.

Em seguida, eu passo a palavra, remotamente, a Erika Karine Rocha Dallavechia, que é fundadora, presidente... Parece que está conectada agora, não é, Erika? Deu tudo certo? Está escutando? Está escutando, não é? Ótimo. Que bom. Ficamos felizes.

Erika Karine Rocha Dallavechia, Fundadora-Presidente do Projeto Social Angelina Luz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Com a palavra, Erika.

Só, eu até coloquei que são 15 minutos. Aí toca uma campainha. Você terá mais seis minutos aí, só para se organizar, caso deseje, lógico. E depois, faltando um minuto, a campainha toca de novo, está bem? Porque eu acho que quando eu dei essas orientações, você ainda não estava conectada. Com a palavra, Erika, com prazer. Seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Eu acho que estamos com algum problema. Pode falar? (*Pausa.*)

Fale alguma coisa para ver se estamos escutando você. (*Pausa.*)

Eu acho que a imagem está boa, mas o som ainda não está saindo, viu, Erika? Está me escutando?

A SRA. ERIKA KARINE ROCHA DALLAVECHIA – Sim, estou escutando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora está perfeito. Estamos escutando você também.

A SRA. ERIKA KARINE ROCHA DALLAVECHIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

É um prazer estar aqui com vocês.

Esta conexão foi um pouquinho difícil.

Desculpem hoje a minha imagem aqui perante todos, mas eu estou acamada aqui no Sul, mas firme e forte.

Eu consegui escutar um pouco as palavras do Presidente do Moab.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou me apresentar. Quero fazer aqui a minha descrição: sou uma mulher branca, de 1,76m de altura, de cabelos loiros, estou usando óculos, uma camiseta preta, em que há o desenho de um quebra-cabeça colorido e está escrito Projeto Social Angelina Luz.

Eu sou mãe atípica de uma autista, nível 3 de suporte, hoje com 7 anos de idade. Aqui em Porto Alegre, eu tenho o Projeto Social Angelina Luz, onde a gente acolhe mais de 500 famílias atípicas, famílias em vulnerabilidade social; 95% das nossas famílias são famílias dependentes do SUS; são famílias em que o diagnóstico entrou pela porta, e o pai pulou a janela; são famílias em que as mães são mães solo, mães escravizadas por um BPC. Quando esse BPC não vem, quando é indeferido pelo INSS, essa mãe fica sem nenhum tipo de renda, porque ela se torna a chefe da família 24 horas, com uma criança com deficiência, com um autista aos cuidados dela.

Hoje a gente está fazendo esta audiência relacionada ao dia 18 de junho, que é o Dia Mundial do Orgulho Autista, e eu iria ficar muito feliz se tivéssemos aqui na mesa autistas hoje falando por eles.

Como mãe atípica, eu sempre digo que, sim, sou a voz da minha filha de 7 anos, enquanto ela for uma autista verbal não funcional e ainda não conseguir se fazer entender. Ela pode vir a se comunicar, quem sabe, como nós – temos verbais funcionais –, ou ela pode, sim, vir a se comunicar através de uma CAA ou de outras formas que tem de comunicação. Eu acho que é de extrema importância que, nesse dia 18, que passou, que é o Dia Mundial do Orgulho Autista, a gente possa dar voz, lugar e vez aos autistas.

Como mãe atípica militante, que luta por direitos, porque sobrevive, a gente busca aí um direito, que é um direito constitucional que deveria ser de todos, que é a saúde, a educação, a assistência. Infelizmente, a gente se vê muito longe dessa assistência, desses direitos, mas buscando, porque aqui a gente não está falando de deficiência – sim, são pessoas com deficiência –, mas falamos, primeiramente, de seres humanos que estão sendo negligenciados.

A minha filha foi diagnosticada com um ano de idade. Eu vou dar de exemplo a minha filha, mas posso usar inúmeros exemplos de autistas de dentro do projeto. Com um ano de idade, a minha filha foi diagnosticada, isso seis anos atrás. São seis anos dentro do sistema Gercon esperando um atendimento pelo SUS, são seis anos de regressão, são seis anos de podas, são seis anos em que eu perco a minha filha cada dia um pouco, e é assim que acontece com as famílias atípicas dependentes do Sistema Único de Saúde. A gente escuta muito "estamos engatinhando", mas, nesse engatinhar, nessa caminhada de engatinhar e de um passinho de cada vez, a gente segue enterrando não só um autista, mas a sua família junto. Minha filha tem sete anos. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autistas adultos em uma situação em que nunca tiveram acesso a terapias, a tratamentos, a nada e em que, sim, foi perdida toda aquela janela onde elas poderiam ter uma ajuda e – quem sabe? – uma independência maior.

Eu vou falar assim... não vou falar com palavras muito difíceis, vou falar com meu coração. Aqui, no Rio Grande do Sul – e não só aqui, eu vejo que isso abrange todo o nosso país de norte a sul –, sim, é uma conquista quando a gente tem leis federais, estaduais, municipais; sim, políticas públicas são necessárias; são, mas nós temos direitos já garantidos por lei, a gente pode citar as leis federais, as nossas aqui estaduais e municipais, mas eu sempre questiono: de que adianta a lei que nos dá o direito se ela não vêm para a prática? A gente não consegue... Os autistas não conseguem evoluir, não conseguem... Eles não conseguem existir com leis na teoria, nós precisamos de prática. Nós precisamos que os autistas tenham acesso, e não é um acesso de qualquer jeito; a gente precisa de uma equipe multidisciplinar acolhendo essas pessoas, dando uma dignidade de vida para elas.

O que a gente tem... Eu ouvi a fala do Presidente da Moab sobre as mães. Nós temos hoje mães doentes, a gente tem tantos casos de suicídio, a gente tem casos de mães que se matam e matam os filhos; a gente escuta tanto, tanto, mas tanto aquela palavra, aquela frase: "O que vai ser dos nossos filhos quando a gente não estiver mais aqui?". Porque a gente está aqui lutando do lado deles todos os dias. É uma luta diária e é uma luta que esmaga e que adoece, porque a gente bate em todas as portas, todas... Se falarem para mim: "Você já bateu na porta 'tal', 'tal', 'tal', 'tal'?". Sim, já bati em todas; a gente encontra um "não". Então, essas mães adoecem porque – a gente do lado deles já vê – há uma negligência. A gente sofre desde agressão psicológica, agressão física... Se a gente der um Google ali e vir o que os nossos autistas passam dentro das escolas regulares, em todos os espaços... A gente tem que estar brigando por ter acesso a um direito constitucional, que é a saúde; a gente tem que estar brigando por um acesso à educação inclusiva; assistência social, então... Aqui, no Rio Grande do Sul, eu nunca nem vi. Nós estamos sozinhas em uma rede de apoio, onde a única rede de apoio entre as famílias atípicas somos nós mesmas.

É muito importante, sim, trazer em pauta, discutir, ter esse debate sobre o transtorno do espectro autista, mas muito mais importante é fazer com que as leis e os direitos já adquiridos pelas pessoas com transtorno do espectro autista venham para a prática – para a prática.

O que eu tenho para dizer hoje? E eu sempre digo assim: os autistas não são a sujeira do mundo, que podem seguir sendo jogados para debaixo do tapete como se não tivessem valia de nada. Valia de nada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os autistas que conseguiram ali ser empurrados, no ensino médio, passaram toda aquela fase escolar, que era o único lugar para eles de socialização, onde eles tiveram uma rotina – porque a rotina para eles é essencial –, quando concluem o ensino médio, por serem empurrados... Porque geralmente eles não rodam o autista, nem com o pedido da mãe, agora, pós-pandemia: "olha, o meu filho tem capacidade, mas na pandemia ele não conseguia ficar sentado assistindo às aulas remotas, e eu não gostaria que ele avançasse, eu gostaria que ele permanecesse para continuar presencialmente". Isso também é negado. E o que acontece? Terminou ali o ensino médio, para onde vão os nossos jovens autistas? Eu estou fazendo essa pergunta e vou responder essa pergunta. Esses jovens autistas voltam para uma prisão domiciliar, com a mãe. Porque, aqui, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – eu não sei como estão todas as partes do país, mas a gente tem conexão com muitas associações do nosso país –, eles vão para onde? Para lugar nenhum, porque não existe um espaço de convivência para o jovem e para o adulto autista. Esses autistas retornam para casa, sem um espaço de convivência, com essa mãe que já está doente, e ali eles ficam, tendo regressão, automutilação... E ali eles permanecem.

A gente tem um grande exemplo de tristeza, que é a mãe Ana Paula, que teve um infarto dentro de casa – essa mãe, com um filho autista de seis anos de idade –, e a rede de apoio era inexistente, como é na grande maioria. E só foram dar falta dessa mãe 12 dias depois, enquanto o filho ficou ali com ela, com a mãe morta, em decomposição, comendo os restos de comida da casa, até que um vizinho sentiu o mau cheiro. E aí deram falta dessa mãe. Então, são os autistas negligenciados; são as mães invisíveis...

A gente fica assim... Eu estou falando aqui hoje – embora convidada, enquanto presidente do projeto – enquanto mãe: mãe que acolhe mãe; mãe que tem um ombro sobrecarregado; mãe que não vem a uma audiência pública e não vai atrás do poder público para se vitimizar, e sim para dizer aquilo que a gente vivencia, uma realidade que não pode ser tapada. A gente não pode colocar, tapar o sol com a peneira enquanto a gente perde vidas.

O que vai acontecer com todos esses autistas? Hoje a prevalência é de 1 para 36. Não adianta virem projetos de lei, projetos de lei, projetos de lei, se não são implementados! Como disse o meu colega do Moab agora, tem que ser na prática. A gente está clamando por socorro, por existência, por algo que deveria ser para todos, não para uma parcela da população, típica.

Sabe quando as pessoas sentem, conseguem sentir as palavras que eu aqui digo? Quando na sua porta e na sua família vocês tiverem uma pessoa com deficiência e não tiverem abraço e acolhimento de ninguém; quando a gente tentar colocar os nossos filhos, os nossos autistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro de uma escola regular, cujo laudo médico diz que ele precisa de um monitor, e esse monitor nunca chega. E aí reduzem dias, reduzem horas. Por que não dão? Por que as escolas não têm a capacitação?

Na lei, nós temos aqui... Eu podia citar a lei federal mais conhecida como Berenice Piana, a nossa lei de inclusão, mas aqui todos têm conhecimento de leis, não é? Aqui, nós também temos a lei gaúcha para o autismo, que é uma lei estadual de 2019, toda embasada – toda – na Lei federal Berenice Piana, e eu a tenho em mão, mas é só em mãos que eu a tenho, porque não tem nada implementado, é só no papel! Isso esmaga a nossa existência.

Eu não queria estar hoje aqui falando, eu queria estar ouvindo os autistas, eu queria estar ouvindo a Carol, da Autistando, porque ela é uma autista não verbal, não se comunica verbalmente, mas se comunica através do CAA.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ERIKA KARINE ROCHA DALLAVECHIA – A Jéssica Borges... Inúmeros autistas poderiam estar aqui falando a vivência e a realidade deles.

O que a gente precisa hoje – e não é hoje, porque a gente já precisava no ano passado, retrasado, há décadas – é de que a gente saia dessa roda de debates e traga para a prática, porque é só trazendo para a prática que a gente vai salvar vidas – salvar vidas!

É demais, é incompreensível para nós que a gente tenha que ficar num estado de luto, vendo os nossos filhos sendo enterrados vivos, porque é isso que acontece. Quando os autistas não têm acesso a tratamento e não têm o direito à educação, são enterrados vivos. Eu já enterrei um filho e eu enterro a minha filha todos os dias um pouco. A minha filha está há mais de 2.190 dias esperando o socorro do SUS, porque, dentro do nosso projeto, a gente tem autista com 20, 25 anos que nunca teve acesso a tratamento pelo SUS. A gente tem crianças, famílias, jovens fora de rede, famílias já esquecidas e que não estão em cadastro em canto nenhum, cujas mães já desistiram de levá-los à escola. E alguém procura essas famílias? O Conselho Tutelar? Quem procura essas famílias? Não procuram. Lá elas ficam abandonadas, sozinhas e cansadas de buscar. A gente precisa trazer para a prática, gente, urgentemente, não é com um passinho de cada vez mais, não, e nem nesse engatinhar. Vamos engatinhar até quando? Quantos mais a gente vai perder? Para onde vão? Onde estão as moradias assistidas?

A gente tem que pensar na parte da educação lá dentro das faculdades, com cadeiras obrigatórias, porque, se a lei diz que os profissionais têm que ser capacitados, a capacitação tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser obrigatória e continuada, e não é o que acontece; até na abordagem policial, no Samu, em todos os lugares.

A lei diz que o autista tem direito a atendimento prioritário. Isso não acontece também em canto nenhum. Não é vir aqui apontar só o que não acontece; eu queria estar aqui apontando o que acontece. Mas eu quero dizer para vocês que a realidade da pessoa com autismo hoje no Brasil, e falando do Rio Grande do Sul, é uma lástima. São pessoas sem acesso a nada, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k., Erika, concluiu?

Erika, eu só quero dizer que o seu depoimento foi muito importante. A preocupação nossa é escutar o ponto de vista das famílias, das pessoas com transtorno do espectro autista, dos profissionais que atuam, que atendem essas pessoas também. Inclusive, no mundo inteiro se defende muito o conceito de participação das famílias e a autoadvocacia, *self-advocacy*, das famílias e das pessoas. Quer dizer, que as pessoas e famílias relatem, contem os desafios que vêm enfrentando, como você colocou muito bem, não é? E que a gente possa... Falava com o Dr. Edilson, e ele mesmo sugeriu implementar, concretizar o que está no papel. Vamos, assim, em conjunto com o Moab, que é uma instituição nacional também... Discutir bem sobre como o Senado pode participar desse processo, como ele próprio sugeriu. É o desafio mesmo, não é? Vamos juntos nessa caminhada.

Eu passo, em seguida, a palavra para a Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende, que é Presidente da Associação Brasileira de Neurodiversidade e também do Coletivo – importante – Autistas Adultos Brasil, que foi um dos itens levantados naquela pesquisa que eu mencionei: criança, adolescente, adulto, idoso. E você própria mencionou.

Com a palavra, Ana Lecticia.

A SRA. ANA LECTICIA SOARES MULLER LOBO REZENDE (*Por videoconferência.*) – Gente, eu ia começar falando só sobre... Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A SRA. ANA LECTICIA SOARES MULLER LOBO REZENDE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero agradecer ao Senador, porque – respondendo já à Erika – para autista adulto é difícil ter alguém que dê a palavra. Então, o Senador foi o primeiro político que realmente chegou e falou "eu quero um autista adulto pra falar por si". Como o senhor disse, *self-advocacy*, no Brasil, é a primeira vez que a gente está tendo oportunidade de falar por nós mesmos.

Quero agradecer à Fernanda, que tem muita paciência comigo, porque eu falo demais, eu a encho de perguntas.

Respondendo ao Leandro: por que não tem o autista falando por ele mesmo? É exatamente isso, é a primeira vez que alguém do Senado está dando oportunidade, porque a minha associação é toda feita de neurodivergentes e neurodiversos adultos – paralisia cerebral, Down, autistas e TDAHs. E ele também perguntou se tem alguma coisa nova em tratamentos. Tem, mas a gente tenta implementar no SUS, e é difícil, principalmente a comunicação alternativa, não é?

E, agora, falando diretamente com a Erika.

É difícil o autista adulto conseguir ter voz, porque a grande maioria ainda é movida pelo capacitismo; ainda acha que o autista adulto não deve se dirigir aos outros, porque não é capaz de concatenar pensamento, porque o autista obrigatoriamente tem deficiência intelectual, porque o autista é isso e o autista é aquilo. E, sempre que dou palestra, eu procuro dizer que deficiência intelectual, mesmo que o autista a tenha, não mede inteligência. Deficiência intelectual é uma coisa; cognição é outra.

Todo autista é capaz de ter potencialidade, de ter discurso. Ele pode, sim, falar em seu nome. Como você mesmo disse, mesmo que seja um autista, ele pode, através de uma comunicação alternativa, falar o que ele pensa, falar o que ele precisa, falar o que ele sente. Ele vai ter uma forma de se comunicar, mas a sociedade continua tendo um olhar capacitista, e isso impede que o autista vá ao médico – ainda que tenha um acompanhante ou um cuidador familiar ou profissional –, diga o que precisa, consiga fazer um curso, consiga ter uma profissão, consiga se expressar no mundo. Essa é a dificuldade do *self-advocacy* no Brasil.

Quando o Dia do Orgulho Autista foi criado, ele foi criado para os adultos, para que o adulto seja visto, porque, se ele não é visto, é como você falou, a regressão infelizmente vai ocorrer. Da adolescência em diante, se o autista perde o direito ao tratamento, perde o direito ao atendimento médico, ao multidisciplinar, ele começa simplesmente a regredir, regredir, regredir e vai ter uma demência acelerada. A senescência chega para todo ser humano, mas ao autista ela vai chegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num modo tão acelerado, que vai ser difícil até discernir o que é o autismo regredindo e o que é a demência normal, por que qualquer humano vai passar.

Então, o olhar capacitista prejudica demais o autista, porque ele impede tanto o discurso da gente pedindo aquilo que a gente necessita, quanto se expressar e até dizer aquilo que sofre na escola, sofre na faculdade, sofre no trabalho, sofre nas casas de acolhimento, sofre nas residências assistidas, sofre, às vezes, com o abuso sexual no atendimento médico, ou numa área de tratamento – porque a gente sabe que existe –, sofre com a violência. Você não tem voz e, quando o autista adulto não tem voz, ele piora, porque ele vai ficando mais fechado e mais retraído.

Eu queria lhe dizer uma coisa, Erika, diretamente para você: quando você falou da questão da mãe, eu tenho uma inveja enorme de mães como você, porque tem o outro lado do autista adulto. Qual é? Você é uma mãe que luta para caramba pela sua filha. Eu sei que é um sofrimento enorme, mas eu tenho inveja. Por quê? Porque eu e vários outros autistas adultos – se você quiser depois falar comigo por WhatsApp, você pode falar –, a nossa história, principalmente quem teve o diagnóstico tardio como eu, que foi aos 40 anos, a nossa história é de não termos família.

Qual é essa história? Obviamente, a gente olha para trás, depois do diagnóstico, e descobre que aquilo que nos foi negado, como amor, carinho e aceitação da família, era porque nós éramos diferentes. Ainda que eu seja suporte 1, tenho epilepsia, tenho enxaqueca, tenho aquelas outras comorbidades do autismo.

Por exemplo, depois da morte do meu pai, eu simplesmente fui cortada pela minha família. Eu não falo com minha mãe e com meu irmão biológicos há 12 anos, eles simplesmente me... E, com isso, eles levaram o resto da família, tanto do lado do meu pai quanto do lado da minha mãe. A minha rede de apoio é o meu marido, com quem eu sou casada há 27 anos, e a rede de apoio que eu construí junto à comunidade autista. Então, quando você citou o caso dessa mãe... Eu conto só com o meu marido, com as outras mães e com outros autistas adultos.

Você vai ver, se você falar com os adultos, esse mesmo nível de negligência e de autistas abusados por seus familiares. Nós temos histórias de autistas que são colocados para fora depois dos 18 anos; de autistas que são aprisionados, não apenas porque são nível 3 e se automutilam, mas porque a família realmente abusa deles. Quando o autista tem determinadas dificuldades ou outras comorbidades, como epilepsia ou qualquer outra coisa, e a família não compreende ou não quer aceitar, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoas da minha idade sofreram aquilo que o Senador deve lembrar: antigamente qualquer área da doença mental, qualquer área do neurodesenvolvimento incluía a vergonha absoluta – esquizofrenia, bipolaridade, depressão... As pessoas fingiam que aquilo não existia, e aquela pessoa era retirada do núcleo familiar. O autismo passou por esse estigma até a década de 90. Eu sou nascida na década de 70, então eu era a estranha da família. Era mais fácil eu me excluir. Muitos autistas da minha idade, com diagnóstico tardio, viveram isso.

Eu não sofri violência física, mas eu sofri abuso psicológico. E eu vou falar isso claramente. É uma coisa que, durante anos, eu não trabalhei legal na minha cabeça. Eu trabalhei isso, depois do diagnóstico, com psicoterapia e com medicação, mas eu fui... Você vai ver isso no autismo adulto daqueles que a família nunca apoiou.

A minha mãe, por problemas dela, etc., etc., etc., nunca me ensinou nada sobre sexualidade. Eu tive um primeiro namorado – e, obviamente, por causa da epilepsia, eu nunca tomei pílula corretamente – e eu engravidei. Na minha cabeça, a lógica era ter um filho. Eu nunca cogitei retirar a criança. Minha família me enganou, disse que eu ia fazer um exame, e me internaram... E me doparam na realidade, me internaram à força e fizeram... Na realidade não foi um aborto, óbvio, porque eu estava de seis meses e me deixaram internada. Eu fiquei quase cinco meses internada nessa instituição. Quem me resgatou, na verdade, foi meu padrinho, irmão do meu pai, porque ele ficou sabendo. Eu me pergunto muitas vezes se eu sairia dessa instituição se meu padrinho não tivesse buscado por mim. Quando eu voltei para casa, não melhorou nada a situação. Eu fui extremamente abusada em termos de violência psicológica, enfim... Foi ruim. Eu saí de casa, fui morar com uma prima.

Então, a minha história não é incomum no meio do autista adulto. Muitos sofreram abusos piores, muitos foram colocados realmente para fora de casa cedo, porque a família entende que aquilo ali é um peso, que o autista é errado, que o autista tem alguma coisa.

Uma das nossas lutas sempre vai ser a proteção do autista contra a cura, porque muita gente acha que vai curar aquele ser, que é errado, nasceu errado e vai morrer errado, então, talvez seja melhor que ele seja curado mesmo que isso leve à morte. Aí, a gente tem o protocolo MMS, que é obrigar o autista a tomar água sanitária, alguns levam para o exorcismo, porque ele é errado mesmo, não é?

Então, eu morro de inveja de mães como você. Eu sei que a luta é muito dura. Eu tenho amigas, realmente, com filhos nível 3. Eu sei que é muito duro. Como você disse, a maioria é solo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das mães que eu amo de paixão é a Beth. Nossa Senhora! Ela é uma senhora já idosa, obesa, tem muitas doenças, sofreu muito. O marido, como você disse, sai pela janela, paga uma fortuna de pensão para ela para cuidar da filha: R$200. A menina é nível 2, mas é inteligentíssima, linda de morrer, faz maquiagens de cinema. A Fernanda até recebeu uma foto que ela me mandou. Ela cuida sozinha da filha nível 2, e não tem tratamento em lugar nenhum – nenhum!

A nossa associação e o coletivo buscam ajuda exatamente por isso para os autistas que não têm dinheiro, não têm diagnóstico e estão naquele limite entre o que é melhor fazer: ficar aqui ou tomar a decisão lógica de ir embora. E para o autista adulto é muito lógico ir embora. O ir embora é achar uma maneira científica de cometer suicídio. A gente já conversou com vários autistas que estavam com tudo bem certinho. Eu posso mandar mensagens para vocês de autistas que a gente atende que dizem assim: "É, eu já fiz as contas, tal, e, assim, não vale a pena, o mundo em que eu vivo não vale a pena. Minha família me agride. É mais fácil eu ir embora". Então, é difícil.

A gente conseguiu criar um *pool* de profissionais que atendem voluntariamente autistas adultos e é muito difícil. A Presidente do Coletivo é a Larissa Matos. Ela passou por maus bocados no casamento dela, tem um filho, e eu também a admiro para caramba, porque ela cria um filho sozinha com tudo o que ela passou. É difícil realmente você ser um autista adulto que não tem nem o suporte da família. Então, por mais que as mães sofram, eu admiro demais essa mãe que luta para caramba pelo filho, porque eu não tive nem aceitação e nem apoio e vejo como isso faz mal ao autista adulto.

Quando a gente tenta ver a motivação do Dia do Orgulho Autista, que é explicar para a sociedade que a gente tem o direito de existir, esse é um direito básico de qualquer ser humano. Não interessa se eu sou neurodiversa, não interessa se a minha condição é genética, se eu nasci assim, eu não tenho como mudar quem eu sou. O tratamento, a medicação, a psicoterapia vão me ajudar a sobreviver na sociedade, mas eu não posso mudar quem eu sou, menos ainda na minha idade. O meu ganho com a medicação e com a psicoterapia é pouco, me permite viver um pouco melhor, mas não é eterno também, porque o cérebro vai também se deteriorando pela senescência. Então, o meu ganho é muito pequeno com a medicação e com a terapia, mas, ainda assim, é um ganho, não é? É importante ter o diagnóstico na nossa idade.

Esse orgulho que a gente tem é de dizer assim para a sociedade: eu sou igual a vocês. O meu neurodesenvolvimento pode ser diferente, mas eu ainda sinto, eu ainda sofro, eu também me sinto mal com as coisas que eu, às vezes, faço. Eu vejo a reação dos outros, o olhar dos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso, para aqueles que são mutistas, não falar, mas eu entendo plenamente a rejeição. Não existe essa história de que o autista não entende as emoções; ele entende perfeitamente a rejeição, ele entende o descaso dos outros, ele entende aquele olhar que meio que as pessoas dão a ele, ele entende uma negativa de afeto, ele entende quando o outro o rejeita de uma forma bem violenta, às vezes. Ele entende o *bullying*; ele pode não entender na primeira vez, mas, na segunda, ele vai entender que não tem amiguinhos, ele vai entender que estão cochichando, que estão rindo dele, e isso marca, isso cria uma situação horrível, porque até a mãe não tem como explicar por que ele sofre isso. Como é que a mãe vai chegar para a criança e falar o que ele tem de errado? Nada, ele não tem nada de errado; ele é só uma criança com um neurodesenvolvimento diferente.

E o que o adulto faz? Nada. O adulto tem menos capacidade ainda de entender por que o mundo o rejeita, por que, dentro de todas as potencialidades que ele tem, ele não arruma um emprego, ele não consegue ter um relacionamento. Dá até vontade de criar um *site*: relacionamentos para neurodiversos. Uma das maiores queixas que tem dentro dos grupos de adultos é mais ou menos isto: como ter um relacionamento. Mas é uma vida que é complicada. Então, assim, ter pelo menos o apoio da mãe e do pai, como disse o senhor do Moab, ajuda demais – ajuda demais.

Eu queria só lembrar novamente isto: o Dia do Orgulho Autista foi criado por autistas adultos para tentar mostrar isso. A instituição que nos apoia, seja ela criada por autistas adultos, seja ela criada por pais, auxilia não só a modificar o trajeto neuronal; auxilia também a formação da personalidade. Um autista com tratamento vai se tornar um ser humano com maior segurança, com uma melhor personalidade. Sem esse apoio, ele vai ter transtorno de ansiedade, ele vai ter depressão muito cedo e ele vai para um caminho muito ruim, porque ele vai se automutilar, ele não vai ter uma vida feliz.

Eu não vejo como a sociedade pode ter o direito de tirar a felicidade de uma criança. Não importa se ele é nível 3 de suporte ou se ele é nível 1. Ninguém tem direito de tirar a capacidade de uma criança de ser feliz – ninguém. Se ele vai se desenvolver ou não, é irrelevante. Ele pode permanecer mutista, ele pode permanecer no nível 3, com poucas habilidades ou com muitas habilidades; ele tem direito de ser feliz e acabou. Esse direito a sociedade não pode negar.

Então, quando eu vejo um diagnóstico mal feito, um laudo que não supre aquilo de que a mãe necessita, uma negativa do INSS, enfim, as milhares de coisas por que a gente sabe que a criança e o adulto passam. Eu fico pensando assim: quem decidiu que essa criança tem que ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali, que a mãe tem que ficar ali, que ninguém vai ser feliz. Não me incomoda apenas; me deixa um pouquinho mais desesperançosa, digamos assim.

Então, eu queria dizer para a Erika, para essa mãe que luta para caramba: tem como mudar. Talvez não na minha vida, mas na vida da filha dela eu acredito que tem como mudar, sim. Como o senhor falou, lei tem para caramba, mas a gente tem que forçar um pouquinho, para que elas sejam implementadas de uma vez e para que a coisa ande.

Está acontecendo agora, dentro do Brasil Participativo, uma enquete em que você pode escrever qual legislação você gostaria que fosse implementada dentro dessa linha de atenção ao autista. Uma delas está dentro do programa que eu passei até para a Fernanda. Na minha visão... Eu não entendo nada de economia, eu sou de enfermagem, o senhor desculpe se eu entrar numa área que não é legal, mas, assim, eu acho que é o que vale.

Aliás, obrigada por ter feito aquela questão... O senhor fez um projeto de lei – lembra? – sobre o pagamento de BPC após o falecimento do beneficiário, quando é pessoa com deficiência, autista ou Down... Lembra que o senhor fez isso depois da nossa primeira reunião daquela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k.

A SRA. ANA LECTICIA SOARES MULLER LOBO REZENDE (*Por videoconferência.*) – Foi muito importante esse PL, foi muito importante. Eu mandei para as mães, e elas ficaram muito felizes. Tomara que passe, porque essas mães ficam desesperadas.

Eu fiz um pedido de PL, nesse projeto Brasil Participativo, que é para ver se pode separar o BPC/Loas do idoso do BPC da pessoa com deficiência, porque, a meu ver, a questão do BPC da pessoa com deficiência deveria ser exclusivo para tratamento. Então, isto aí todo mundo sabe: quem tem um filho com BPC, se tiver mais um, corta; se tiver, na mesma família, um idoso com BPC e um filho com BPC, corta. Eu não acho que deva ser assim, porque isso aí significa que o autista e a pessoa com deficiência não têm direito ao tratamento. O BPC visa ao direito ao tratamento, ao direito à dignidade e ao direito ao bem-estar social daquela pessoa com deficiência. Então, ele não pode ter um recorte econômico. O recorte econômico tem que ser em cima da necessidade da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz essa sugestão aí nesse Brasil Participativo, mas eu queria deixar aqui essa questão, porque, se puder, sei lá, virar um projeto de lei, virar alguma coisa tipo legislação, pelos avais de tantas mil assinaturas, isso daria uma tranquilidade maior para as mães.

Geneticamente falando, a chance de um filho nascer autista e um irmão também ter autismo é mais de 50%. Então, não há razão nenhuma para que o INSS conceda um BPC para um autista e não conceda o segundo. É até ir contra a genética. O INSS é meio louco nisso aí. Eu não entendo.

Então, desculpe se eu estou trazendo alguma coisa que incomode, mas eu acho que as mães ficam superperdidas quando tem essa questão.

Literalmente: a chance de um filho nascer autista, e o segundo também... Atualmente, a pesquisa diz que é de 75%.

Eu fiz essa sugestão, não sei se vai pegar, mas, se puder fazer alguma coisa, eu agradeço.

Eu estourei o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não estourou, e está muito bom, Ana Lecticia, um depoimento muito importante.

Eu quero dar um testemunho aqui: eu comentava com a Maria Inês que nós gostamos muito de você. Eu acho que você tem muito a contribuir para todo o debate sobre a área. Todas as preocupações que você traz são preocupações muito relevantes, inclusive sobre o BPC também, em que a gente vem batalhando bastante aqui. Dependemos muito daquela avaliação biopsicossocial; se regulamentada, a gente vai sair do critério econômico de um quarto do salário mínimo para uma avaliação da condição social e econômica da pessoa, da família. Isso é muito importante. E o primeiro tendo o direito... Um benefício, que é da assistência, não pode ser incluído como renda da família. Isso é benefício. Renda é uma coisa, benefício é outra. Inclusive, nós estamos na Comissão de Direitos Humanos, e o Senador Paulo Paim, que é o Presidente, também é um batalhador nessa área.

Obrigado, Ana Lecticia. Muito bom. A gente agradece sempre a sua participação. E você tem a nossa admiração. Vamos juntos! Vamos juntos em frente!

Agora, eu passo a palavra para Maria Inês Correia Serra Vieira, que é Coordenadora Geral do Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até quero explicar por que nós da Comissão de Educação e Cultura visitamos o centro. É interessante ver – eu até conversei com ela já no momento do convite para esta audiência – como é que eles veem as preocupações das famílias, dos pais, das pessoas com transtorno do espectro autista, dos profissionais, quando procuram o atendimento que consideram adequado. Eu só quero dizer que, na fila de espera lá, eles pararam em seiscentas pessoas; não continuaram, porque, senão, já teria mais de mil pessoas na fila de espera para atendimento. Então, é nesta perspectiva: "Eu estou recebendo a família, eu estou recebendo a pessoa, quais são os desafios nessa área?". Aí a gente reúne o quadro todo: família, adulto, criança. A Erika, que falou tão bem também, estava com filha pequena, depois adulta; o Dr. Edilson falou dos filhos adultos também, nível 1, nível 2, nível 3. Então, tudo isso é importante de ser destacado.

Com a palavra, Maria Inês. Seja bem-vinda também.

A SRA. MARIA INÊS CORREIA SERRA VIEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Boa tarde a todos.

Depois das falas dos colegas, é realmente focar no aspecto da instituição.

Eu sou Maria Inês, Coordenadora do Ceal, que é uma instituição particular, mas que trabalha com interesse púbico, beneficente e que atende atualmente a 450 crianças, adolescentes e jovens com deficiência auditiva e intelectual, os autistas principalmente.

O que acontece lá? Primeiro, quero dizer que são famílias – 99% – em situação de vulnerabilidade social e que não contribuem com absolutamente nada.

O que a gente vê no dia a dia é o que a Erika colocou aqui, como mãe: são mães, pais e responsáveis que chegam diariamente desesperados, porque não encontram em lugar algum na rede pública... Principalmente na rede pública, porque se trata de famílias de baixa renda, mas, mesmo na rede particular, o atendimento, além de ser muito caro, às vezes não é eficaz. Então, tem profissionais que dizem atender, mas que na realidade não estão capacitados para isso. Então, o que a gente vê realmente são famílias desesperadas – posso usar esse termo mesmo.

E o que nós fazemos lá? Primeiro, até vou me reportar ao Dia Mundial do Orgulho Autista, dizer para eles que realmente tenham orgulho de terem essa missão, essa meta e valorizem aquilo que muitos pais e outras que já estão nessa caminhada, como a Ana Lectícia mesmo falou, há quantos anos, já alcançaram. Então, esse orgulho tem que ter mesmo, mas a gente tem que ter presente os desafios. E esses desafios não são poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa instituição, por exemplo, que hoje é um centro de referência, atende pelo SUS, pelo Suas, que é da assistência social, e também a educação regular... Na verdade, educação especial. Nós fazemos as três políticas dentro dessa instituição, que fica aqui em Brasília, na Asa Norte. Mas como é que a gente vive? É interessante dizer que o que a gente faz ali é papel do Estado, está na Constituição. E o que a gente procura fazer é dar qualidade ao atendimento.

O primeiro passo foi capacitar a equipe; nós buscamos os melhores cursos, lá fora inclusive, captando recursos da Europa, dos Estados Unidos, porque aqui no Brasil a gente não conseguia. E, depois de toda a equipe formada – essa equipe passou a ser multiplicadora –, a gente passou a utilizar as melhores metodologias e hoje a gente... Eu já vou dar o final da história, já vou contar pelo final: a gente tem hoje surdos oralizados que falam, que cantam, que fazem teatro e que, quando vão para o mercado de trabalho, são requisitados por qualquer empresa, porque querem aquele que foi capacitado pelo Ceal.

E os autistas... O Senador teve oportunidade de assistir lá nosso centro crianças que entram pequenininhas. Nós damos preferência realmente à mais tenra idade. E essas crianças que não falam, às vezes, suporte 3, têm uma transformação pelo trabalho que é realizado lá, multidisciplinar, por toda uma equipe – inclusive, inicialmente, de diagnóstico, neuropediatra, psiquiatra infantil, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, assistente social, psicóloga, nutricionista, enfim, todo acompanhamento da criança, até porque o autista tem muita seletividade alimentar. Então, a gente precisa de todo esse apoio.

E, ao longo de dois, três anos, a gente já percebe uma criança com um comportamento muitíssimo modificado – claro, respeitando todas as suas individualidades, as suas características –, com crianças que não falavam e que passam a falar, crianças que colaboram, participam das atividades, já começam a pertencer aos pequenos grupos de interação social.

Então, o que é que posso falar efetivamente, dizendo isso aqui para vocês? Com trabalho – com trabalho –, com seriedade, com disciplina, na forma como se aplicam as metodologias, a gente alcança, sim, eu não diria que milagres, porque na verdade a gente trabalha muito, mas com certeza a gente tem resultados surpreendentes.

Por que tudo isso não é oferecido a todos? Nós ficamos numa luta diária por tentar ampliar o atendimento, melhorar o atendimento, mas o que é real para nós, numa instituição como a nossa, que não tem forma de arrecadar recursos próprios, não tem lucro? Nós dependemos hoje da Secretaria de Saúde, por exemplo, que nos repassa o pagamento de procedimentos pela tabela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUS. Para vocês terem uma ideia, uma consulta médica não chega a R$10; um atendimento fonoaudiológico com profissionais gabaritadíssimos, pós-doutores, R$6,96. E, nesses procedimentos, com esse pouco recurso que é repassado, a instituição tem que fazer o quê? Aí, sim, entra o milagre. Depois nós recebemos, pela Secretaria de Assistência Social, um valor de referência para cada uma dessas crianças atendidas, que, multiplicado, no final do mês, mal paga a folha de pagamento. As outras despesas com assistência social a gente não consegue bancar, ou seja, todo mês nós temos um déficit de quase 50% – 48%, 49%.

E o que a instituição tem que fazer, além de se manter de pé? Porque, por exemplo, no nosso caso, nós temos 50 anos de construção, então nós já precisávamos fazer reformas de todo tipo. Não sobra nem para pagar luz e água. Como faz reformas? Qual é o final dessa história? O que vai acontecer? Nós vamos parar de atender. Então, em vez de a gente caminhar para frente, nós percebemos que o Governo dá menos, o Estado dá menos, e aqueles que procuram fazer alguma coisa não têm apoio. E, por mais que a gente grite... Assim como as mães, a gente também tem uma associação de pais que fica gritando à Secretaria de Educação: "Olha, nós queremos professores aqui no Ceal para atender as nossas crianças", "Olha, Secretaria de Assistência Social, se vocês não aumentarem o valor de referência, a instituição não vai poder caminhar", "Secretaria de Saúde, complemente o valor que nos é repassado pelo Fundo Nacional de Saúde".

O Ceal tem toda a documentação correta, é anualmente controlado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas do DF, nós estamos há 50 anos em Brasília, nunca tivemos nada que nos desabonasse. E por que não acreditar numa instituição que poderia estar oferecendo muito mais para a sociedade? Então, diante disso, a gente... Ou melhor, apesar disso, de sermos tão mal remunerados, a gente acolhe essas famílias com o maior carinho e oferecemos o colo, sim, não é? Nós dizemos para eles que lá nós faremos o possível para ver aquela criança se desenvolver a cada dia e para dar melhores condições de aquela mãe, aquela família caminhar com as próprias pernas. Então, as assistentes sociais acompanham a forma como é dado o encaminhamento para o benefício de prestação continuada, as psicólogas atendem, não só em grupo, mas individualmente, cada membro da família, a própria criança, e, ao mesmo tempo, a criança passa por todas as terapias que são necessárias para que o desenvolvimento, a estimulação aconteçam, não é?

Agora, o que a gente vê na prática? Eu acho que isso o Senador vai gostar de ouvir. Nós recebemos... A minha formação é em Serviço Social, que fiz aqui na UnB, já há muitos anos, e eu nunca deixo de ser assistente social. A mãe vem, muitas vezes – e hoje, mais do que nunca, a gente sabe que não é só um filho, vem um, ou dois, ou três filhos autistas –, das cidades satélites

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou da região do Entorno, trazendo aquelas crianças autistas de grau, de suporte 2, 3, e puxando pela mão, da forma como ela consegue segurar, e pega dois, três ônibus até chegar à nossa instituição, e ali passa a tarde ou a manhã inteira aguardando o atendimento. Nesse momento, então, o Ceal entra com o suporte – aí o suporte noutro sentido –, para dar àquela mãe alguma capacitação para o mercado de trabalho, ou uma hidroginástica, usando a nossa piscina no momento em que a criança não está usando, uma ginástica corporal, uma ioga; a gente procura oferecer alguma coisa para aquela família, para aquela mãe, aquele cuidador também se sentir cuidado.

E o que eu acho, assim... O que a gente vê na prática? O grande sofrimento daquela mãe que abriu mão da sua carteira de trabalho, deixou de trabalhar, deixou de contribuir para, um dia, ter a sua aposentadoria, mas está ali, envolvida, se dedicando, e a gente apoiando, incentivando, "não pode desistir, a gente está aqui". Então, é aquela luta diária. E a gente percebe que elas poderiam ter muito, mas muito mais ajuda do Estado.

Nós temos parcerias, sob o aspecto de pesquisas que acontecem dentro do Ceal, com institutos em Miami, na Flórida, e também no Canadá, em Toronto. O que a gente vê lá da legislação? Não é muito além do que nós já temos aqui, mas o que a gente vê é que ela é realmente implementada. Então, as crianças... Vou dar um exemplo, citando aquele exemplo anterior em que a mãe vem com duas, três crianças, pegando dois, três ônibus, até chegar à instituição. Lá não aconteceria isso. Vai um transporte à casa daquela família, traz aquelas crianças até o centro, com segurança, porque ela não vai atravessar ruas, não vai se soltar da mão da mãe e correr o risco de um atropelamento, não. Ela vem dentro de um transporte que o Estado oferece, a leva até a instituição onde ela vai fazer reabilitação. Ela tem direito a estar nesse transporte com um acompanhante qualificado, que passou por uma qualificação para receber aquela criança autista ou aquele jovem. E, depois que sai, se está apta para o ensino regular, ela vai também acompanhada de um monitor também qualificado, que vai acompanhá-la na escola para todos os entraves. Isso é fantástico.

Eu ontem conversava com a coordenadora de um centro e ela me dizia: "Olhe, não é possível que vocês não consigam isso aí". Eu falei: "Eu vou amanhã à Casa onde as leis são mencionadas e deveriam ser cobradas".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA INÊS CORREIA SERRA VIEIRA – Vamos partir para essa conscientização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos lá também uma associação de pais. Essa associação de pais não é um muro de lamentações porque a gente não permite isso, a gente chama de desafios que são traçados e nós apoiamos esses pais para que isso possa se reverter.

É uma luta grande, eu tenho uma admiração enorme pelo trabalho das famílias, dos profissionais e das pessoas que abraçam a causa. O nosso diretor, o Padre José, vive 24 horas em função dessas crianças, mora na instituição, fica lá acolhendo essas crianças, as crianças amam de paixão. Então, a gente sabe que tem elemento humano para trabalhar com as nossas crianças e adolescentes, jovens e adultos autistas. O que a gente precisa efetivamente é de apoio e de recursos para oferecer cada dia mais e melhores equipamentos, subsídios, metodologias avançadas, enfim. Tudo que a gente deseja é que o autista seja feliz. Eu acho que, se a gente alcançar e a família estiver confortável, alcançamos o nosso objetivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Agradeço também a você, Maria Inês.

Como eu falei, vários Senadores e Senadoras tiveram a oportunidade de visitar o Ceal e todos nós ficamos bastante impressionados com o atendimento dispensado, como foi relatado aqui pela Coordenadora Maria Inês.

Inclusive, nós relatamos isso no Plenário dizendo: olhe, é tão bom, as famílias estão felizes, os pais estão lá sendo atendidos – e eles relatando –, as pessoas dentro do transtorno do espectro autista... Só que a dificuldade – e colocamos no Plenário – é que são mil pessoas em fila de espera.

Como a Maria Inês colocou, a instituição procura auxiliar nesse processo que, na verdade, deveria ser do próprio poder público também, mas sempre é bom ter a parceria, o trabalho em conjunto. Sabem que, lá na Irlanda – eu estive lá em Cork para uma reunião da Inclusion International –, eles fizeram uma enquete, um plebiscito, com as pessoas envolvidas nessa área; e, pelo plebiscito, decidiram que deveria ser comunitário, que nem o Ceal, e não público. Por quê? Porque no comunitário? Pelas mesmas razões nossas. Quando é público, muda o secretário, muda toda a política; muda o ministro, muda toda a política; muda o quarto escalão e é tudo novo de novo, para reinventar a roda. Quando é comunitário, lá na Irlanda, eles disseram que há perenidade, permanência, recebendo, porém, como se fosse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, só fazendo uma observação, é uma entidade do terceiro setor, porque o particular tem fins lucrativos e o terceiro setor é sem fins lucrativos. Inclusive, há o debate, aqui no Senado, de serem consideradas entidades públicas, não estatais. Porque quem que é o dono do Ceal? Não tem dono? É a comunidade, os pais, os alunos, é uma entidade sem... Não há distribuição de lucro. O resultado financeiro positivo, eventualmente, dificilmente acontece, mas, se acontecer, tem que ser reinvestido na instituição. Se um dia a instituição terminar, todo o patrimônio tem que ir para uma entidade congênere ou para o poder público. Isso é uma entidade do terceiro setor.

Agora, nós vamos, então, em função do horário, inclusive para as considerações finais, dar cinco minutos para cada expositor e expositora para fazer alguma consideração que julgue importante.

Eu já comentava aqui com o Edilson, o Dr. Edilson... A gente chama de Edilson, porque nós já nos conhecemos – ele pode me chamar de Flávio também, já direto pelo nome – e por nós trabalharmos muito. Ele, inclusive, é advogado e Presidente da Moab e também da seccional da OAB. Que a gente possa trabalhar muito nessa implementação, ver a metodologia para que isso aconteça.

Com a palavra, o Edilson Barbosa, para as considerações que deseja serem feitas.

O SR. EDILSON BARBOSA (Para expor.) – Bom, inicialmente, o Moab (Movimento Orgulho Autista Brasil) agradece o convite para debater um assunto importante, que é o autismo. Quero agradecer aos presentes, às pessoas que estão *online*.

Quero dizer que, Senador, essa ideia pública não estatal nós vemos com bons olhos. Por quê? Porque é o que a Sra. Maria Inês, do Ceal... Meu filho foi atendido lá, viu? Parabéns! Ele era criança quando passou por lá.

Hoje, Senador Flávio, várias entidades estão fazendo o papel do Estado mesmo. Nós temos, aqui em Brasília, quatro entidades – que eu gostaria de citar e parabenizar –, que foram as mães que montaram e que estão fazendo o papel do Estado. No Você Nunca Andará Sozinho, em Samambaia, eles atendem em torno de 200 famílias e tem uma fila de espera enorme, Senador. Por causa da capacidade, não conseguem atender mais. Temos, aqui no Cruzeiro, a Abraci, com a Lucinete, que atende também. Temos lá em Brazlândia, o Instituto Tudo Azul. Temos lá no Gama a Associação Tudo Azul. Lá em Brazlândia, a instituição é a Anjos Azuis. Estão fazendo o papel do Estado, agora, sem nenhum apoio do Estado. Então, a gente precisa ajudar essas entidades a ajudar as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lá no Ceal é a política pública do CER, o centro de reabilitação. Inclusive, quando a gente vai em qualquer atividade cobrar, o Governo do DF coloca: "Olhe, nós já temos três centros de referência aqui Distrito Federal, que são lá em Taguatinga, que é uma UBS, lá no Ceal e também no Hospital da Criança". E querem criar o quarto, no Hospital Dia. Mas a gente precisa disto, Senador Flávio e Maria Inês: valorizar esse trabalho que já está sendo feito. É potencializar o Ceal, é potencializar o Instituto Anjos Azuis, é potencializar o Instituto lá da Abraci, o Você Nunca Andará Sozinho, que são entidades que já estão atendendo e precisam dessa mão do Estado para aumentar, porque, Senador, já atendem, já fazem esse trabalho com as mães, com as famílias, já têm essa *expertise*. Hoje, aqui no DF, tem uma instituição que cuida dos autistas nível 3 de suporte, que é o mais difícil, a AMA, que está sendo despejada. Em vez de o Governo dar a mão e potencializar, com mais pessoas atendendo, ela está sendo despejada. Então, falta essa política.

Aí, a importância do nosso observatório. Para quê? Para ver onde tem políticas públicas interessantes funcionando e potencializá-las. Isso vai ser bom até para o Estado. Então, precisamos disto: de valorizar, de acreditar. A senhora até colocou aqui "acreditar". Precisa acreditar e potencializar esse atendimento. Inclusive, a instituição Você Nunca Andará Sozinho está agora atrás de um local próprio, do Governo, para aumentar o atendimento e está conseguindo. Aí chega, Senador, àquele problema da reforma do local.

Então, quando a senhora fala do valor que o médico recebe, essa política pública não está sendo atendida como deve, porque um profissional, pessoal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDILSON BARBOSA – ... para cuidar de autista, tem que receber o maior salário, até para que ele vá para esse atendimento e saia hoje da rede privada. Hoje os médicos que atenderam nossos filhos, Senador Flávio, todos – fiz um levantamento com a minha esposa – pediram demissão do GDF, estão na rede privada. Tinha que ser o contrário, eles tinham que receber bem, ter uma carga horária compatível para estar no serviço público e estar também fazendo o que eles gostam na iniciativa privada, nas suas clínicas e tal.

Isso é a falta da política pública. É a falta do depois, não é? Inicia, porque tudo está junto, ela acabou de falar... Olha só, como pode uma mãe... E a gente tem um vídeo, depois vocês vão ver, porque está no YouTube, ela fez questão de colocar. Essa mãe, pessoal, saiu com o filho dela, nível 3 de suporte, inclusive cadeirante, Senador. Ele tem apenas oito anos de idade. A peleja dela, pessoal, para sair do P Sul, que é ali na Ceilândia, para ir — sabe para onde? — para Taguatinga. Deveria ser — sabe o quê? — uma van, com a elevatória para cadeira de rodas, para receber essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança e fazer um itinerário. Certamente não tem só ela. Faz-se um itinerário e leva essa família, essa mãe, para o local da terapia e depois busca. Isso está até na lei aqui do DF, a Lei Fernando Cotta, mas não é cumprido. Então são as políticas públicas. É bonito esse nome, não é, "política pública"? Agora, vai ver se está implementado, gente!

Gente, hoje, 2023, tem mães sofrendo. Tem menino sem terapia, amarrado dentro de casa. Oh gente, eu estou falando "amarrado". Não é forte para vocês não, essa palavra? Pedir para acorrentar? Se isso não for forte, é o quê? Então, na política pública, você vai tirar essas pessoas do sofrimento.

E aí é uma cadeia. Parece ser simples pegar uma pessoa, numa van, dentro de uma casa, buzina ou faz alguma coisa, ela sai com seu filho e a mochila nas costas e vai para o atendimento. Parece coisa de primeiro mundo, como vocês falaram, mas não é gente, é fácil fazer. Basta querer.

Não é possível que um gestor público não saiba que isso é importante. Olha só, ela chega, vai para a terapia e estabiliza essa criança. Na volta, já não adiantou mais nada, por causa do estresse para pegar um transporte coletivo, quando teria que ser tão normal um transporte.

Às vezes é normal — sabe o que, gente? — uma camisa da instituição. Às vezes a pessoa acha tão ridículo, não é? Mas é importante uma camisa, um moletom, para ele ficar feliz. Olha, agora nós vamos para a nossa terapia. Vamos? Isso é dar qualidade de vida.

Então, Senador, está aceito. O Moab aceita estar nesse observatório. Nós vamos juntos, em outras entidades, que tem em Brasília e no Brasil. Vamos, gente. Vamos ajudar. Eu já fui gestor também. Eu precisava de ajuda para fazer um bom trabalho.

Então vamos ajudar esses gestores a fazer boas políticas públicas, porque é possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Dr. Edilson Barbosa.

É muito importante. Contamos com o Moab.

Passo em seguida a palavra, para as suas considerações, à Erika Karine Rocha Dallavechia, que está em Porto Alegre e que é fundadora e Presidente do Projeto Social Angelina Luz.

Com a palavra, Erika.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ERIKA KARINE ROCHA DALLAVECHIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – ... ela está aqui na audiência.

Quero colocar também, à disposição, o Projeto Social Angelina Luz, aqui no Rio Grande do Sul. Nós fazemos parte do RGPA, que é a Rede Gaúcha Pró-Autismo, em que somos juntos 57 associações, no Rio Grande do Sul. E muitas associações fazem exatamente o trabalho que era para o estado e o município estarem fazendo. Posso citar aqui, Amparo, em Pelotas; Camaleão... Inúmeras fazem esse trabalho.

Nós, enquanto Projeto Social Angelina Luz, acolhemos e direcionamos essas famílias. Estamos, por conta própria, construindo a obra do nosso espaço físico por não termos conseguido nenhum espaço junto ao município. Estamos fazendo isso nós mesmos através de um festival que se chama Festival Meu Mundo Azul, que a gente realiza uma vez no ano. Nós temos parceiros neurologistas, terapeutas, que fazem o valor social e, por muitas vezes, atendem gratuitamente essas famílias, que não teriam nenhum valor social, que seria esse BPC, de que a gente falou antes, não é?

O BPC é uma assistência para a pessoa com deficiência ou idoso, mas, falando para a pessoa com deficiência, gente, o BPC é um salário mínimo. Se vocês soubessem como o autismo é visto e que foi feito dele um pote de ouro... Sabe aquele pote de ouro depois do arco-íris? É assim que o autismo... Hoje, virou um mercado negro. Com o BPC, a gente não consegue custear sequer uma das terapias, que dirá todas as terapias. E esse BPC vem para o aluguel da casa, vem para a luz, vem para a água, vem para a medicação, para a fralda e a terapia. Isso não tem como, não é? A gente não tem como fazer essa mágica.

E queria dizer aqui também que, aí em Brasília, inclusive, tem uma autista com superdotação, que é a Jéssica Borges. Ela é mãe atípica, ela é autista e é uma mulher incrível. Eu creio que vocês deveriam conhecê-la e chamá-la para fazer parte desse trabalho, porque ela pode contribuir e contribuir muito.

A gente se coloca aqui à disposição, enquanto Rio Grande do Sul, enquanto RGPA, enquanto Projeto Angelina Luz, para a gente poder tirar, como eu disse, da teoria e trazer para a prática aquilo de que a gente precisa, porque, com a teoria, a gente não salva vidas, com a prática, sim.

E dizer mais: as associações... Como disse o Presidente da Moab, realmente, se o estado, o município, se os tripés auxiliassem e ajudassem as instituições, assim como nós e tantas outras que fazemos já esse trabalho voluntário, para que a gente possa conseguir seguir auxiliando, seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante, porque faz muita falta para as associações essa mão estendida, essa ajuda, para que a gente dê seguimento a esse apoio e a essa rede inexistente, infelizmente. É através de associações, através de militantes, através de pessoas que a gente consegue abraçar e acolher tantas famílias.

Muito obrigada.

E que os autistas tenham sempre o seu lugar de fala. Nós não podemos falar por eles, eles têm que falar por eles.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, têm que falar. A auto-advocacia...

A gente sempre parte do pressuposto – sabe, Erika? – de que as famílias – e isso no mundo inteiro – falem do ponto de vista da família. Inclusive, particularmente, quando necessário, que as pessoas também falem, e que os profissionais também tenham o seu espaço, porque, na verdade, os profissionais também estão atendendo as famílias, as pessoas. A Maria Inês colocou de maneira muito clara os desafios que são enfrentados nessa área, não é verdade?

Mas parabéns pelo trabalho, Erika! As sugestões que você coloca estão sendo levadas em conta.

Já apresentamos na LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma proposta de emenda para que as entidades do terceiro setor que atendam pessoas com deficiência possam ser beneficiadas com recursos, como construção, reforma, ampliação. E vamos trabalhar o tempo inteiro nessa direção também.

O BPC, de fato, não é para pagar terapia. O objetivo do BPC é proporcionar uma condição de vida melhor, como a Erika colocou, para a pessoa com deficiência, ou para a pessoa com autismo, ou para a pessoa idosa também, porque o critério de concessão é um critério, vamos dizer, de miserabilidade. Então, a pessoa tem que ter comida, tem que ter casa, porque é um quarto do salário mínimo, a renda *per capita* para que a pessoa tenha direito ao BPC.

Ana Lecticia com a palavra, para as considerações finais.

A SRA. ANA LECTICIA SOARES MULLER LOBO REZENDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, concordo com a Erika. Eu acho, realmente, que temos que começar a pensar as instituições do terceiro setor, de tudo que elas fazem. Eu tive uma amiga que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doou a própria casa para fazer uma residência assistida, porque o filho dela era nível 3. Isso é muito louco, não é? Então, tem que pensar, realmente, em algo que ajude essas instituições. Senão, fica muito difícil você abrir mão da própria residência para poder ter um lugar para acolher seu filho.

Segundo, o que a doutora falou está certo também. Como o senhor falou, teria que ser um triângulo, não é? Família, o próprio deficiente e o profissional, porque o profissional que literalmente se envolve tem uma visão do que é necessário para ajudar no tratamento. E, às vezes, o profissional não é ouvido, porque nem toda comunidade de que ele participa, de profissionais, aceita aquela visão ou trabalha daquela forma. Então, o profissional especialista tem que fazer parte também, porque ele, às vezes, tem uma ideia de tratamento que não faz parte da rotina do SUS ou até mesmo do plano privado, mas que pode trazer muita coisa. Eu acho que vale a pena.

E outra coisa é que eu queria dar só um breve recado para quem está ouvindo a gente. Eu já falei com a Fernanda por WhatsApp e ela estava falando já do PL do BPC. Então, quem estiver ouvindo a gente e tiver ideias, ou para PL ou para modificação de legislação, ou tiver alguma ideia para auxiliar a comunidade autista, seja de famílias, para profissionais, pode mandar para o gabinete do Senador que a gente constrói alguma coisa legal. Aí, depois, Senador, o senhor bota aí o *e-mail* ou alguma coisa, que é legal. O pessoal tem sempre alguma ideia. Autista está sempre tendo ideias. (*Risos.*)

Pode mandar, que sempre vai ter uma pauta legal.

Valeu, Fernanda. Obrigadão. Valeu, todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Valeu, Ana Lecticia. Parabéns! Parabéns por tudo que você falou, colocou. E quero, novamente, dizer da nossa admiração por você. Continue firme, animada, feliz e achando caminhos, construindo caminhos.

Maria Inês Correia Serra Vieira, Coordenadora do Centro Educacional Ludovico Pavoni.

A SRA. MARIA INÊS CORREIA SERRA VIEIRA (Para expor.) – Eu só tenho a agradecer o convite, poder participar aqui com pessoas tão envolvidas na causa. A gente se sente em família.

E quero agradecer muito ao Senador Flávio Arns, que eu conheço há muitos anos, um guerreiro na causa, lutando sempre pelos direitos da pessoa com deficiência. Quem dera que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivéssemos representantes, aqui nesta Casa, que ouvissem as vozes tanto dos próprios autistas, como das mães, das instituições e de todos os outros com deficiência!

Quando as crianças com deficiência são atendidas precocemente, faz-se uma diferença enorme no resultado, na qualidade de vida desses seres humanos. A gente costuma dizer lá no Ceal que a gente recebe umas lagartinhas, e depois as borboletas saem, lindas, voando por aí. Então, a gente só precisa do apoio e de formas de aconchegar esses casulos para que elas voem.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

O SR. EDILSON BARBOSA (Para expor.) – Senador, eu não podia deixar de falar de um assunto, porque eu vi uma mãe ali e o rosto dela é um rosto de mãe sofrida. E ela está ali no fundo. E hoje eu concedi uma entrevista, na Rádio Justiça, sobre esse tema que ela está... A senhora podia abrir esse cartaz aí, por favor? (*Pausa.*)

É o seguinte, a lei diz que as mães podem reduzir carga de trabalho para acompanhar os filhos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Você pode só ler? É que eu não estou conseguindo.

O SR. EDILSON BARBOSA – Eu vou ler: "Esta Casa não [aí o "não" é grande] garante o direito de seus trabalhadores pais de autistas". Essa questão, Senador, é bem delicada, porque a entrevista dada hoje foi sobre essa questão. A CLT não traz esse direito. Nós conseguimos – e esta Casa aprovou – alterar o Estatuto do Servidor Público. E lá para os servidores federais, em vários estados, aqui no DF também e em alguns municípios, garante-se a redução de carga sem diminuir o salário nem atingir a aposentadoria lá na frente, mas a gente tem esse problema dos terceirizados, que são regidos pela CLT, e os comissionados e comissionadas. Está na hora de esta Casa olhar para esse pessoal.

O nosso observatório... Como é o nome da senhora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDILSON BARBOSA – Marina?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDILSON BARBOSA – Marília! Ela tem o rosto de mãe sofredora. Certamente ela tem esse rosto e não é só ela. A entrevista hoje, Senador Flávio, foi sobre isso, uma mãe querendo acompanhar o seu filho para a terapia sem ter a redução de carga. Está na hora de o Brasil – não falo nem dos estados –, está na hora de o Brasil olhar para o rosto dessa mãe ali. Quem está aqui, olhe para o rosto dela. Está bom? A gente precisa alterar a CLT e as empresas precisam ser sociais também,porque, gente, Senador, nesses 19 anos, eu vejo muita mãe perdendo a vida. Teve uma mãe que falou: "Eu queria passar batom, e não tenho tempo". Vamos dar as mãos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Eu até peço que o Aires também, que é meu Chefe de Gabinete, que a gente possa encaminhar esse assunto aqui também de maneira adequada e urgente. Está bom, Marília? (*Pausa.*)

Muito bom!

Agradeço a participação do Dr. Edilson Barbosa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... da Erika Karine Rocha Dallavechia, lá de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de forma remota; também da Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende – novamente, parabéns! –; e da Maria Inês Correia, aqui do DF. Quero agradecer a participação de todos.

Penso que a audiência tenha sido muito importante, muito rica, com encaminhamentos que têm que ser feitos também, enfatizando particularmente para a Erika, que fez um apelo também grande, e para a Marília, aqui, que está também fazendo isso com o próprio cartaz. E que a gente possa, em conjunto, alcançar bons resultados.

Agradeço a todos que participaram de forma remota. Agradeço também à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Deixo um grande abraço e declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Zenaide Maia, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato e Damares Alves, e ainda do Senador Wellington Fagundes, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 43/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater o "Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme". **Participantes:** Clarisse Lobo, Médica Hematologista - Membro do Comitê de Glóbulos Vermelhos e do Ferro da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia - ABHH; Vanessa Fenelon da Costa, Médica ginecologista-obstetra e especialista em pré-natal de alto risco; Teresa Cristina Cardoso Fonseca, Médica Clínica Geral, Hematologista e Hemoterapeuta; Leandro Fonseca, Diretor de Relações Corporativas e Sustentabilidade da Novartis; Maria Zenó Soares, Presidenta da FENAFAL; Sheila Ventura, Representante da APROFE; Saide Maria Sarmento Trindade, Coordenadora de Atendimento Ambulatorial-COAMB/HEMOPA / Hematologista-Pediatra-Hemoterapeuta; Deputada Estadual Macaé Evaristo, Deputada Estadual; Joice Aragão de Jesus, Coordenadora de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; Yone Gonzaga, Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Maria Inês Barbosa, Assistente Social; e Ana Paula Pinheiro Chagas Fernandes, Pediatra, Professora Adjunta 3 do Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 43 desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema: o Dia Mundial da Conscientização sobre a Doença Falciforme.

Ele só veio me cumprimentar, é o nosso Líder Contarato. Esse é, eu diria, um dos melhores Parlamentares da história do Parlamento, e não só do Senado. Peço uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele veio aqui para prestigiar este momento que ele trata com muito carinho, que é a questão da doença falciforme. Obrigado por ter vindo.

Eu vou dar um rápido informe de como foi ontem, aqui, no Congresso, aproveitando esse horário em que a TV Senado está ao vivo para todo o Brasil.

Ontem foi um dia muito importante para o povo brasileiro. O Senado aprovou o Dr. Cristiano Zanin para ocupar a vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

Foi uma expressiva votação, como eu falei, lá na CCJ, só como exemplo, uma das votações mais expressivas de ministros indicados pelo Governo do Presidente Lula. O placar, na CCJ, foi de 21 votos contra cinco; no Plenário, foi de 58 a 18. Isso demonstra que até Senadores da própria Oposição reconheceram a história bonita do Dr. Cristiano Zanin.

Além do Ministro Zanin, que também foi aprovado no Plenário, como eu já disse, o Plenário aprovou o arcabouço fiscal, muito importante para a economia e para o olhar dos mais pobres, como é a linha de atuação do Governo Lula e Alckmin. Nós todos, claro, estamos nessa caminhada.

O arcabouço fiscal aqui aprovado fez três mudanças mediante acordo com todo o Senado da República e também com o Executivo: o Fundo Constitucional de Brasília se manteve como é hoje; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi mantido também, não entrou no arcabouço, e ainda despesas com ciência, tecnologia e inovação.

Como disse o Líder Jaques Wagner no Plenário, um outro setor que queria sair do corpo do arcabouço pode ficar tranquilo que não terá nenhum prejuízo – palavra do Líder do Governo Jaques Wagner.

Dando essa primeira informação da importância da votação do arcabouço, eu sou um daqueles que – inclusive dei entrevista agora – não tem nenhuma dúvida de que o Presidente Lula está certo e de que a taxa de juro vai ter que cair neste país. Nós temos a taxa de juro mais alta do mundo. O arcabouço vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar, a economia está avançando, a inflação está caindo, o dólar está caindo, o número de emprego está voltando e os programas sociais estão todos já sendo tocados.

Fizemos muito, mas podem crer que nós vamos fazer muito mais.

Parabéns a todos que estão nessa luta aí. (*Palmas.*)

As palmas não são para mim não; são para todos que estão peleando para alterar tudo neste país, para avançar e para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Vamos à nossa audiência.

Como faço sempre, eu faço uma pequena introdução sobre o tema.

O Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme foi instituído pela Organização das Nações Unidas, em 2008, como forma de chamar a atenção para a doença, que é genética, hereditária e caracterizada por alterações no sangue entre os glóbulos vermelhos, que se tornam rígidos e assumem o formato de foice, dificultando a passagem do oxigênio para o cérebro, pulmões, rins e outros órgãos.

Conforme dados do Ministério da Saúde, a doença não tem cura e pode provocar o comprometimento das principais funções do organismo caso o portador não receba a assistência adequada. Por isso, nós todos estamos aqui solidários a eles.

Entre as complicações da doença não tratada, estão a anemia crônica, crises dolorosas associadas ou não a infecções, retardo do crescimento, infecções e infartos pulmonares, acidente vascular cerebral, inflamações e úlceras.

O diagnóstico precoce da doença falciforme é feito na triagem neonatal, com a realização do teste do pezinho.

As doenças em que ocorre alteração na produção de hemoglobina constituem um grupo de doenças de origem genética, em que mutação nos genes que codificam a hemoglobina leva à alteração na sua produção.

Uma das doenças mais frequentes diante dessas alterações genéticas é a anemia falciforme, que é um tipo de alteração dos glóbulos vermelhos no sangue, tornando-os parecidos com uma foice, como dizia, daí vem o nome da anemia falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando, então, a anemia.

A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial, é fundamental para a saúde de todos os órgãos do corpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa condição é mais comum entre a população negra. A anemia falciforme pode se manifestar de forma diferente em cada indivíduo. Os sintomas geralmente aparecem na segunda metade do primeiro ano de vida das crianças. Um dos sintomas mais frequentes são as crises de dores causadas pela obstrução de pequenos vasos sanguíneos e glóbulos vermelhos, como dizia, nesse formato aqui descrito.

No Brasil, entre tantas propostas que já foram apresentadas para essa luta, eu fui o autor da Lei 12.104, de 2009, que instituiu o Dia Nacional de Luta pelo Direito das Pessoas com Doenças Falciformes, celebrado anualmente no 27 de outubro. Vamos hoje debater a importância da prevenção e do tratamento para as doenças falciformes.

Vejam bem como é a vida, não é? Eu tenho uma tendência a ser magrinho, pode ver que eu estou elegante, não é? Tenho uma tendência a ser gordinho. Então, eu faço, um dia sim, um dia não, de segunda a sexta, no caso, segunda, quarta e quinta, um alongamento, exercício, até porque eu tenho pressão alta e dizem que eu sou pré-diabético, só que os médicos dizem que não tem pré-diabético. É médico ou não é? Eu digo: "Sim, doutor, mas eu prefiro usar o termo pré-diabético". E para a profissional que vai, um dia sim, um dia não, hoje eu falei que ia ter essa audiência. Ela disse que não sabia: "Mas eu vou lhe informar, então, Senador: eu tenho anemia falciforme". E ela me descreveu o que ela passou desde pequena. Claro que eu não vou entrar em detalhe aqui, não vou citar o nome dela, mas é uma profissional muito, muito competente e ela tem anemia falciforme desde o berço. Aí me contou um pouco de como foi a vida dela, a dificuldade e tal, mas está bem, tanto que ela é uma profissional muito, muito competente.

Já falei bastante. Eu sempre digo que o lugar de Presidente de Comissão não é falar, é convidar para que os painelistas exponham o seu ponto de vista.

Então, vamos à primeira mesa. Primeiro, sejam todos bem-vindos.

Clarisse Lobo, médica, hematologista, membro do Comitê de Glóbulos Vermelhos e do Ferro da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, está aqui conosco. Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Obrigado, doutora, pelo seu trabalho e por estar aqui nesse momento nos dando a oportunidade de ouvi-la.

Vanessa Fenelon da Costa, médica, ginecologista, obstetra e especialista em pré-natal de alto risco. Muito obrigado também, doutora. (*Palmas.*)

Obrigado, doutora. Parabéns pelo seu trabalho.

Teresa Cristina Cardoso Fonseca, médica, clínica geral, hematologista e hemoterapeuta. Seja bem-vinda, doutora. (*Palmas.*)

Leandro Fonseca, Diretor de Relações Corporativas e Sustentabilidade da Novartis. Dr. Leandro, por favor. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns também pelo seu trabalho, sua história, em defesa daqueles que mais precisam.

Então, de imediato, eu passo a palavra à Dra. Clarisse Lobo. Só vou repetir: médica hematologista, membro do Comitê de Glóbulos Vermelhos e do Ferro, da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia.

São 15 minutos para cada convidado.

A SRA. CLARISSE LOBO (Para expor.) – Está ótimo!

Muito obrigada, Senador. Obrigada a todos.

Senhoras e senhores, eu estou muito orgulhosa de podermos estar aqui debatendo uma questão que permeia a vida de todos vocês e que também tem permeado a nossa vida na luta em relação à melhoria da atenção, no Brasil, às pessoas com doença falciforme.

Eu passo por aqui ou você passa aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é que a auxilia? (*Pausa.*)

O.k!

A SRA. CLARISSE LOBO – Bem, eu participo, como membro da ABHH e também sou Presidente da Câmara Técnica, desde abril, do Ministério da Saúde, para o enfrentamento as questões relacionadas à doença falciforme.

Você vai passar? O senhor vai passar? (*Pausa.*)

Sim; esses são meus conflitos de interesse. Eu não tenho nenhum conflito de interesse em relação a essa apresentação.

Próximo, por favor.

Vou falar um pouco... O Senador já falou quase toda a minha fala, mas eu vou falar um pouco... (*Risos.*)

... sobre a origem e a frequência da doença falciforme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela vai aprimorar, melhorar... Mas só esqueça os erros; só fala o que é bom daqui para a frente.

A SRA. CLARISSE LOBO – Na verdade, é uma doença autossômica recessiva. Traduzindo isso: um casal que tem só o traço falciforme, é assintomático e não sabe que tem a alteração, tem 25% de chance, em cada gestação, de gerar um bebê com a doença falciforme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

A mutação teve origem na África Equatorial. Existe uma vantagem evolutiva de pessoas que têm o traço falciforme com a malária. A malária, então, protege a destruição dessa célula, porque... A doença falciforme, desculpe, protege a destruição da célula da malária. Então, pessoas com o traço faziam uma malária mais branda e, por isso, ela virou uma vantagem evolutiva, tanto que nós temos uma prevalência do traço de até 25% em algumas regiões da África Equatorial.

Próximo.

Da África, ela migrou, através do tráfico escravo, para todo o mundo – a migração forçada dos nossos antepassados –, e, no Brasil, ela é bastante prevalente por questões óbvias.

O próximo, por favor.

Essa era a composição da nossa carga genética durante os séculos pós-descobrimento. Nós podemos ver que, em 1855, 50% da população era de africanos imigrados forçadamente e, portanto, a miscigenação permeou o início da nossa colonização.

O próximo, por favor.

A prevalência da doença é tanto maior quanto maior a influência da comunidade africana em cada população, tendo influência de até um caso para cada 6650 nascidos vivos na Bahia e um caso para cada 13 mil em Santa Catarina, onde a presença do africano, ali no Sul do Brasil, é menor.

O próximo.

A alteração, como o Senador falou, é uma mutação.

Próximo, por favor.

Que é uma troca única de um aminoácido dentro da cadeia de hemoglobina. Entretanto, essa troca tem uma característica: quando a hemácia perde oxigênio, que é uma coisa que ela faz o tempo inteiro no nosso organismo, ela endurece, ela forma um polímero, em vez de ela ser uma coisa diluída.

Próximo, por favor.

Esse polímero vai levar à perda de água da hemácia, à diminuição da deformabilidade e ao aumento da vaso-oclusão o que leva à lesão crônica dos órgãos ao longo dos anos e à hemólise crônica. Ambos são a fisiopatologia básica da doença.

Próximo, por favor.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de a crise vaso-oclusiva ser um evento catastrófico, porque atrapalha a vida de cada uma das pessoas com doença falciforme, fazendo com que elas dependam do sistema de emergência e urgência do nosso país, ela não é o *iceberg* inteiro, ela é só a ponta do *iceberg*. Na verdade, quanto mais crise vaso-oclusiva, mais lesão crônica de órgão ao longo da vida, encurtando a sobrevida desse indivíduo.

Próximo.

Essas complicações variam de acordo com a idade. Nas crianças temos as infecções; o sequestro do sangue dentro do baço, fazendo com que o indivíduo tenha um risco de morte iminente por anemia aguda – sendo que o sangue não saiu do corpo, está dentro de você; o acidente vascular cerebral, que é um evento catastrófico e que muda toda a história da vida da pessoa para frente; as dores nas mãozinhas e nos pezinhos das crianças, que é dactilite falciforme; e alterações no desenvolvimento e no crescimento.

Próximo.

A adolescência não é um período menos crítico, no qual, além daquelas alterações vistas na infância, nós temos a mudança de atendimento do pediatra para o internista, sendo considerado um período extremamente grave, potencialmente grave, levando ao aumento de número de óbitos e diminuição da ida a procedimentos médicos, como transfusões e uso de medicamento. Essa fase merece nossa atenção, e que a gente está começando a se debruçar sobre isso agora.

Próximo, por favor.

Na idade adulta, nós temos lesão de órgãos em qualquer local onde exista sangue circulando. Eu vou chamar a atenção de que a gravidez é uma condição de alto risco materno e fetal. A Dra. Vanessa vai falar um pouco sobre isso depois, mas a pessoa vai ter toda a sua vida modificada quanto mais crises de dor ela tiver ao longo da vida. Entretanto, a crise de dor isoladamente não é o único olhar que nós devemos ter para a doença.

Próximo, por favor.

Todas as modificações que foram feitas na história natural, como a triagem neonatal, o uso de vacinas, a penicilina oral, a triagem por *doppler* e a educação dos pais, modificaram bastante a sobrevida das crianças. Esse trabalho é americano, e nos Estados Unidos, a sobrevida das crianças, a mortalidade de crianças é menor que 2% na primeira infância. Entretanto, mesmo lá, a mortalidade de adultos ainda não foi modificada, conforme a gente pode ver nesse gráfico. Nas três faixas de tempo, a mortalidade não se modificou muito.

Próximo, por favor.

No Brasil, o que nós temos é uma diminuição da expectativa de vida em relação à população geral, de 37 anos aproximadamente, com 5% a 10% das nossas crianças com doença falciforme morrendo até os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco anos de idade ainda. Sendo que, como eu falei antes, nos Estados Unidos, 2%; e na Europa, 2% das crianças apenas até os cinco anos falecem de doença falciforme.

Por favor, pode seguir.

E essa daí é a linha do tempo dos nossos trabalhos em doença falciforme. Nós começamos, então, em 2001 no programa de triagem neonatal. Desde 2002 a gente tem um protocolo clínico que coloca os medicamentos que nós devemos usar. Em 2005, o Governo Federal lança a política de atenção integral a pessoas com doença falciforme. Os estados tinham o dever de casa de construir as linhas de cuidado. O transplante de medula óssea em 2015.

E, desde 2018, nós temos pelo PCDT (Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde) um protocolo clínico bastante inclusivo. E nós trabalhamos muito de 2005 a 2018 na implementação da política de atenção. Entretanto, desde 2018 até agora, no início de 2023, muito pouco aconteceu.

Próximo, por favor.

Essa é a política de atenção integral.

Próximo.

Ela tem quatro pernas. Ela tem, podemos dizer que ela tem duas pernas e dois braços. Foi a universalização do diagnóstico precoce através da triagem neonatal, a utilização do protocolo clínico, transplante de medula e a profilaxia de algumas complicações com uso de penicilina oral, programas de transfusão crônica, vacinas, quelação de ferro e *doppler* transcraniano para prevenção do acidente vascular cerebral.

Na triagem neonatal nós temos aproximadamente, depois da triagem, a visibilização da doença falciforme. Ela deixa de poder ser colocada debaixo da mesa. Ela entra em cima da mesa do gestor, onde são identificadas atualmente aproximadamente entre 60 e 100 mil pessoas com a doença falciforme no Brasil. Variando a prevalência, como eu falei, de acordo com a maior ou menor influência da colonização africana em cada região do Brasil.

Próximo, por favor.

A despeito de a triagem neonatal ser universal pelo Governo Federal, ela tem que ser aderida pelos estados e o Governo Federal precisa monitorar. E aí, o que a gente tem de dificuldade? A qualidade do programa está bastante comprometida. A fragmentação do programa, ou seja, a criança pode ser triada e pode não chegar na unidade de assistência. E o que a gente quer? Que crianças triadas sejam iguais a crianças assistidas num primeiro ano.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a protocolo clínico inclusivo, o uso da hidroxiureia, que é o medicamento mais utilizado na doença falciforme, é o padrão ouro para doença falciforme, entretanto, ele não atende a 100% das pessoas. Nós precisamos de novos medicamentos e novas formulações de hidroxiureia.

Entretanto, esse protocolo clínico, apesar de ele ser garantido, existe extrema irregularidade na prescrição e dificuldades no acesso. Então, nós temos dificuldade da prescrição médica, dificuldade da adesão do paciente e algumas barreiras de acesso. Os pacientes necessitam de vários exames, com idas e vindas, e com dificuldades nas pactuações intermunicípios.

A manipulação excessiva de cápsulas em crianças é uma outra dificuldade. Nós precisamos de formulação em que a criança possa ser contemplada com mais conforto para a família e mais garantia de que a dose correta esteja sendo utilizada.

O resultado das nossas dificuldades é que apenas 50% das crianças e 40% dos adultos utilizam hidroxiureia no Brasil. Esse número é bastante pequeno, uma vez que a hidroxiureia é o único modulador daquelas dificuldades todas que a gente colocou, que está disponível e que é padrão ouro.

Próximo, por favor.

Em relação à Política Nacional de Transplantes, ela é bastante inclusiva também.

O próximo, por favor.

Entretanto, ela tem dificuldades no acesso a exames HLA; uma fila de transplantes que compete com a fila de malignidades, fazendo com que fique extremamente difícil o acesso dessa pessoa ao transplante; e nós temos pouco envolvimento dos médicos hematopediatras para indicar o transplante de medula óssea.

O próximo, por favor.

Essas linhas de atenção integral, que é o autocuidado em crianças e adultos, o uso de antibiótico, vacinação, transfusão e *doppler* transcraniano, também têm várias dificuldades.

O próximo, por favor.

Nós temos falta ocasional de penicilina oral; nós temos falta de inclusão de algumas vacinas, como Pneumo 13, que é liberada para vários grupos, mas não é oficialmente liberada para pessoas com doença falciforme; nós temos uma falta de política de vacinação para adultos e uma dificuldade de acesso ao *doppler* transcraniano na maioria dos estados.

O próximo.

Para finalizar, eu digo que, apesar dos avanços obtidos, nós retrocedemos muito nos últimos anos e a nossa taxa de mortalidade é extremamente elevada. Nós retornamos, em 2023, junto com o Ministério da Saúde, trabalhando muito e com muito trabalho pela frente. O protagonismo do Poder Legislativo é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante na retomada das ações. Nós precisamos de acesso, pactuação tripartite, que também passa por vocês, de vacinação para crianças e adultos e incorporação criteriosa de novos medicamentos.

Para finalizar, deixando na mão do Senador, os Parlamentares são agentes importantes que podem contribuir para modificar essa realidade atual.

É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Dra. Clarisse Lobo, médica hematologista, membro do Comitê de Glóbulos Vermelhos e do Ferro da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia.

Parabéns pela exposição!

A audiência está no início ainda e está um pouco tumultuada.

A SRA. CLARISSE LOBO (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aceite minhas desculpas aqui.

O pessoal está chegando.

Mas a sua fala, além de ficar circulando por uma permanente via do sistema de comunicação aqui do Senado, também é remetida para os Senadores da Comissão, está bem?

Passamos a palavra, de imediato, para a Dra. Vanessa Fenelon da Costa, médica ginecologista-obstetra e especialista em pré-natal de alto risco.

A SRA. VANESSA FENELON DA COSTA (Para expor.) – Primeiro eu gostaria de agradecer o convite.

É um grupo de pacientes pelo qual eu tenho muito carinho. Trabalho com elas desde 2007, quando eu fui chamada pela Zenó, da Dreminas, para fazer acompanhamento de paciente com doença falciforme. Era um grupo de pacientes que não eram cuidadas. A gente não sabia como cuidava e acreditava que a gente tinha que transfundir todo mundo. Se a gente pensar que foi uma doença que foi a primeira vez diagnosticada no início do século passado, quando é descrita... Os estudos de anemia falciforme na gravidez só vão surgir no meio do século passado, quando a gravidez era contraindicada. As pacientes com anemia falciforme não poderiam engravidar e, no final do século...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora deixe-me fazer um pedido para o plenário? A Dra. Clarisse sentiu e eu também senti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o plenário não ficar em silêncio, repercute nos microfones que estão ligados e prejudica a fala da convidada ou do convidado. Então, faço um apelo: o silêncio só nos ajuda, inclusive a quem está assistindo pelo sistema de comunicação do Senado.

A SRA. VANESSA FENELON DA COSTA – Então, alguns estudos mostraram, no final do século passado, que essas pacientes poderiam engravidar, mas a taxa de mortalidade dessas pacientes era muito grave, e alguns estudos falavam que a gente tinha que fazer a transfusão profilática em todo mundo, até que a Profa. Mabel Koshy, nos Estados Unidos, fala que não, a gente não teria que fazer a transfusão profilática, a gente faria transfusão profilática por indicação.

Na mesma época, em 2001, quando a gente começa a ter o teste do pezinho, o número de mulheres diagnosticadas com anemia falciforme aumenta, e a gente tem um número grande de pacientes ainda não diagnosticadas. Em 2007, em Minas Gerais, a gente começa com um projeto de cuidado para as pacientes com anemia falciforme durante a gravidez, quando a gente faz um protocolo de assistência a essas pacientes. O que a gente observava até então? Que muitas das patologias que essas pacientes desenvolviam durante a gravidez a gente desconhecia, a gente não sabia, nós obstetras não tínhamos contato próximo com os hematologistas, então, havia uma distância entre eles. Às vezes, a paciente fazia uma síndrome torácica aguda, a gente achava que era uma TEP, não tratava, a paciente vinha a óbito. A dor da paciente muitas vezes não era uma dor reconhecida. A gente colocava essas pacientes para o trabalho de parto.

Com esse estudo e com esses protocolos, a gente passa a vivenciar que todos aqueles eventos vaso-oclusivos, que a Clarisse falou, durante a doença vão surgir na gravidez de uma maneira muito mais intensa, com todas essas complicações, e isso nos remete também a que tudo aquilo que a cliente apresentava na infância, as formas SC, sequestro esplênico, crise álgica, começam a surgir na gravidez também. Então, a gravidez não era mais aquele momento de a gente tranquilizar em relação às pacientes com hemoglobinopatia SC ou SS. A gente observa que as duas formas são extremamente graves e que a gente tem que reconhecer essas formas clínicas e as complicações delas.

A gente sabe que atualmente a maioria dos estados não tem um serviço de pré-natal de alto risco especializado e atento a essas mulheres, que talvez sejam o grupo de pacientes mais graves quando a gente pensa em gestação de alto risco. É o grupo que mais vai se complicar, com que a gente tem que ter uma atenção mais cuidadosa. Se a gente for um pouquinho mais em relação à violência obstétrica, talvez seja o grupo de pacientes que mais sofre violência obstétrica, porque muitas vezes a gente não reconhece a dor da paciente e coloca nelas a questão de se elas têm que ter um parto normal ou um parto cesariano.

Na verdade, qual a melhor via de parto para essas mulheres? A melhor via de parto para essas mulheres é a melhor via de parto para elas, é o que elas desejarem, com o que elas estiverem tranquilas, confortáveis. Parto normal não vai ser talvez o melhor parto para elas, talvez seja uma cesariana programada, com reserva de sangue. Às vezes não, às vezes, a paciente entrou em trabalho de parto, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar esse trabalho de parto, vamos garantir que essa paciente tenha analgesia precoce, que ela não sinta dor, vamos reconhecer que essa paciente sente dor.

Isso é uma coisa que... Se a gente fala em violência obstétrica na população em geral, imaginem na população negra com doença falciforme, em que, na maioria das vezes, os médicos, e eu me coloco como obstetra, não acreditam na dor da paciente. O nosso maior desafio hoje, no serviço em que eu trabalho, é acreditar que a dor da paciente existe e é forte, vamos respeitar e não vamos julgar. Então, é muito importante que a gente tenha esse cuidado com as pacientes.

Saindo da questão do parto, nós temos que lembrar também do puerpério e nós temos que assegurar a essas pacientes que elas engravidem quando quiserem, no momento que for melhor para elas, e temos que garantir a elas o melhor método contraceptivo. Qual é o melhor método contraceptivo para elas? É o Mirena, é o DIU de levonorgestrel. Ele é melhor que a laqueadura, porque, se eu faço a ligadura nessas pacientes, eu posso aumentar o sangramento, aumentar a dor, e isso pode ser um fator desencadeante de evento vaso-oclusivo. No caso do Mirena, alguns estudos sugerem que ele aumenta a hemoglobina fetal: eu não vou ter dor, eu não vou ter sangramento, então, eu vou diminuir as possibilidades de essas pacientes terem evento vaso-oclusivo no pós-parto ou durante a vida.

É preciso lembrar que o DIU Mirena é caro e não é fornecido pelo SUS. Às vezes, a gente consegue doações. A gente deveria colocar o DIU Mirena nas pacientes na adolescência. Eu tenho que garantir que essas adolescentes engravidem quando elas quiserem, no melhor momento da doença delas. E a gente tem que lembrar que, se uma paciente engravida em um momento da doença dela com vários eventos vaso-oclusivos, isso vai complicar a gravidez. Então, a gente tem que orientar essas mulheres a engravidarem no melhor momento possível, da melhor maneira possível, quando elas quiserem, quando elas desejarem. Não é contraindicado gravidez para a paciente com anemia falciforme, as pacientes com anemia falciforme podem engravidar; o ideal é que elas engravidem quando a doença estiver mais controlada, mas nós, como obstetras, temos a obrigação de saber cuidar dessas pacientes, de saber identificar as suas complicações durante a gravidez e tratá-las.

Outra coisa muito importante: quando a gente está no pronto atendimento diante de uma paciente com anemia falciforme, elas têm que ter prioridade no atendimento: é obrigatório que a gente classifique essas pacientes como ficha laranja ou até com ficha vermelha, dependendo da dor dessas pacientes. A gente sabe que, na gravidez, eu tenho mais evento vaso-oclusivo, eu tenho mais crise de dor, quanto mais rápido eu começar o tratamento para essas pacientes com anemia falciforme, mais rápido a crise de dor delas melhora o resultado. Eu tenho dois pacientes, talvez seja a única especialidade em que eu vou ter dois pacientes: eu vou ter o feto e eu vou ter a mãe. Tudo que eu fizer para essa mãe, eu vou ter que contrabalançar entre a mãe e o feto. E todas as complicações que eu deixar que essa mãe tenha durante a gravidez, ela vai levar para o resto da vida dela. Então, na gravidez da paciente com anemia falciforme, eu tenho que cuidar dela o máximo que eu puder, de modo que ela não leve intercorrências para a vida dela ao longo dos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem que tratar dela para que ela não desenvolva necrose avascular de cabeça de fêmur; eu tenho que ficar atenta à função renal dessa paciente; eu tenho que ficar atenta à função hepática dessa paciente; eu tenho, quando transfundir essa paciente, transfundi-la com o sangue mais adequado para ela. Esses cuidados a gente tem que ter, e a gente só consegue ter esses cuidados se eu conhecer a doença e souber como dela cuidar.

Então, o que eu gostaria? Acho que é o meu principal objetivo aqui realmente: é o DIU Mirena para essas mulheres, que seria, assim, a possibilidade de elas engravidarem no melhor momento possível e garantir, ou tentar diminuir a gravidez da adolescência, que ainda é uma coisa muito frequente, e tentar, dessa maneira, diminuir a taxa de mortalidade materna, que a gente sabe que está aumentando muito. Em 2022, quando saiu a taxa de mortalidade materna, nós estamos em quase 100 para 100 mil nascidos vivos – não em doença falciforme, mas em população em geral, mas a gente sabe que a mortalidade materna na doença falciforme chega a ser 40 vezes maior do que na população em geral.

Então, se a gente não cuida dessas mulheres, a gente aumenta a taxa de mortalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à Dra. Vanessa Fenelon da Costa, médica ginecologista-obstetra, especialista em pré-natal de alto risco. (*Palmas.*)

Pode. Só... Só um minutinho.

Nós organizamos da seguinte forma: as quatro falam; se tiver algum complemento, fala, daí, no encerramento da mesa. Daí, eu vou chamar a segunda mesa.

E quero dizer que, para a alegria de todos nós... Confesso que eu estava preocupado. Se não tivesse aqui uma representante do meu Governo, eu não ia reclamar no microfone, mas, fora, eu ia reclamar. Mas ela avisou que estava chegando e chegou já. Vai ficar na mesa durante as próximas três mesas, e quero dar uma salva de palmas para ela: Dra. Joice Aragão de Jesus, Coordenadora de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Ela é uma das responsáveis pela organização, inclusive, desse evento – porque já virou um evento!

Está faltando cadeira aí – ouviu, pessoal? Se o pessoal puder ajudar e conseguir algumas cadeiras, o pessoal da minha equipe, lá da Comissão e do gabinete, para que as pessoas possam se acomodar melhor para ouvir as palestras.

Mas vamos lá, vamos em frente!

Passo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu agradeço às duas painelistas do primeiro momento, que deixaram sugestões, já, que vão ser encaminhadas para os órgãos competentes e para os próprios Senadores.

E a senhora vai poder complementar, com certeza absoluta.

Dra. Teresa Cristina Cardoso Fonseca. Dra. Teresa é médica hematologista, pediatra, em Ilhéus e em Itabuna, Bahia.

Ela já mandou ajustar aqui o currículo dela: "Esse currículo está errado aí. Ajusta aí". (*Risos.*)

E é professora do curso de Medicina.

Está com a palavra.

A SRA. TERESA CRISTINA CARDOSO FONSECA (Para expor.) – Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Gente, eu queria dizer que, para mim, até, assim, é muito emocionante... É muito emocionante estar aqui. É muito emocionante ver esta sala cheia. É muito emocionante a gente ver Parlamentares nos ouvindo. E eu fiquei muito emocionada pelo convite. Confesso que eu não sabia que a gente podia ter uma apresentação e acabei adaptando, rapidamente, aqui, porque acho que é importante a gente ter uma visualização de algumas coisas. E eu sou médica do Centro de Referência de Doença Falciforme de Itabuna, no sul da Bahia, e do Programa da Doença Falciforme de Ilhéus, no sul da Bahia. E aí vocês vão entender um pouco a minha fala baseada nisso.

Eles passam? Você pode passar?

Outra coisa: quero parabenizar as minhas colegas que vieram antes, falar depois delas fica mais fácil. Depois da sua fala e da fala das minhas colegas ficou muito mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem uma frase de um amigo meu que diz: "O Paim é auxiliar de feiticeiras". As feiticeiras são elas e ele. Elas é que são as nossas mestras aqui.

Vai lá, Doutora.

A SRA. TERESA CRISTINA CARDOSO FONSECA – Então, como Clarisse já tinha citado, eu moro na Bahia, que é o estado que tem o maior número de pessoas com doença falciforme. Mas se tem uma característica, é que eu sou do sul da Bahia, do interior da Bahia. É importante a gente frisar isso porque existe uma diferença de quando a gente está nos grandes centros, nos grandes centros de referências, e de quando a gente está no interior, a realidade é um pouco diferente.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que vocês enxerguem essa foto e respondam. Vocês conseguem me enxergar? Vocês conseguem enxergar a minha dor? Não é a dor física somente, é a dor na alma, é a mágoa de não ser reconhecida como uma doença. É a mágoa de não ter acesso àquilo que mereço. Quem sou eu?

Eu acho que essa é a primeira questão que nós temos aqui. Como Clarisse colocou anteriormente, a doença falciforme é a doença hereditária mais comum no mundo e no Brasil. Como a gente não consegue enxergar essas pessoas? Como demoramos tanto tempo para poder enxergar essas pessoas?

Pode passar.

Eu vou falar aqui... Obviamente, não identifico nenhuma pessoa, mas quem sou eu? Eu sou Maria, uma criança que tem dificuldade escolar, mas a escola não enxerga que ela tem doença falciforme e que pode ter essa dificuldade escolar, que ela precisa de um apoio de psicopedagogia, que tem que ter um entendimento, que nas suas ausências tem que ter um atendimento domiciliar.

Eu sou Deise, uma mulher negra que mora na periferia de uma cidade ou na zona rural, muitas vezes de população quilombola, que tem uma úlcera maleolar. Para lidar com a sexualidade, às vezes, é difícil, porque se quer esconder essa úlcera maleolar e sempre se visualiza a gravidez como uma ameaça. E os profissionais de saúde, muitos deles, falam isso: "Você não deve engravidar. Você quer morrer?". E ela sente essa faca no pescoço o tempo todo.

Eu sou João, um homem negro, morador de periferia ou de zona rural, que, por conta do não entendimento do gestor da parte educacional, acaba tendo uma baixa escolaridade. Ele tem uma lesão osteoarticular e não consegue emprego.

Eu sou a adolescente Joana, que está com dor. Ela vai procurar a emergência, e na emergência sempre a olham com desdém, porque dizem que é uma viciada em morfina; não conseguem enxergá-la e não conseguem priorizar esse atendimento.

Apesar de eu não identificar uma pessoa aqui, eu tenho certeza de que todos vocês identificaram várias pessoas nessa condição.

Eu, há 30 anos, acompanho pessoas com doença falciforme, no interior da Bahia, e esta é a minha vivência diária: na minha consulta, a maior parte é eu escutar a dor das pessoas com doença falciforme; escutar que elas não são visíveis para os gestores; que elas têm dificuldade de acesso aos exames para poderem entrar no programa de hidroxiureia; que elas têm dificuldade de fazer exames para poder prevenir uma sequela, como a sequela ocular; que elas têm dificuldade de um tratamento para uma lesão osteoarticular, para uma necrose de cabeça de fêmur ou para uma lesão da retinopatia.

E aí a gente ouve o quê? Não tem dinheiro. Nós não temos dinheiro para isso. Nossa cidade não é pactuada. Nós não temos esse profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a gente não tem dinheiro para essa população que é a maioria do nosso país? Isso é despesa? Isso é um investimento! E não é um investimento só na saúde, é um investimento social! (*Palmas.*)

Essa pessoa, se ela for bem cuidada e falar do cuidar, ela vai conseguir ter a escolaridade dela, vai conseguir ter a sua inserção na sociedade, vai conseguir ser uma pessoa com voz ativa na sociedade, vai ser uma pessoa producente, vai ser uma pessoa feliz. Então, isso não é despesa! Isso é investimento na população, no cidadão brasileiro, nas pessoas que têm essa doença!

A gente não está tratando uma doença. Nós estamos falando de pessoas, de histórias de pessoas que ainda não conseguem ser enxergadas! (*Palmas.*)

Pode passar.

Aí a gente vê as perguntas. Quantos nós somos? Agora, a doença falciforme tem notificação compulsória, mas será que isso está ocorrendo realmente? E a mortalidade? Quantas vezes a pessoa morre com a doença falciforme, mas, no atestado de óbito, isso não está lá escrito. Então, quantas vezes a gente não sabe nem quem nós somos? O teste de triagem neonatal trouxe uma visibilidade maior, mas quantos existem que já são adultos e que não são notificação compulsória?

Na semana passada, eu atendi uma pessoa de 60 anos que nunca tinha feito o diagnóstico de doença falciforme, que foi internado, diversas vezes, com dor, que já tem lesão osteoarticular, que já tem lesão cardíaca, que já tem lesão renal, e ninguém o enxergou! Morador de uma cidade ao lado de Ilhéus – Itacaré –, que tem um centro de referência do lado. Essas falas que eu coloco são exemplos, mas não são exemplos raros. Eles são os exemplos diários que a gente vivencia.

Onde nós estamos? Essas pessoas estão na periferia da cidade. Essas pessoas estão na zona rural. São populações quilombolas. Você sabe o que elas passam para terem acesso a um atendimento? Quando a gente visualiza o nosso Brasil, este país continental e lindo que nós temos, tão grandioso pela nossa diversidade, nós, então, conseguimos enxergar a necessidade de aquela pessoa ter todo o apoio para ter acesso ao nosso serviço, que vai fazer um atendimento especializado.

Eu vejo meus pacientes que saem com lesão osteoarticular, com baixa visão: às vezes, eles vão andando até uma cidade, às vezes, vão em cima de um animal até uma cidade para daí poderem pegar um carro e esse carro levá-los a um centro de referência. E quantas vezes o motorista fica: "Vai demorar? Ah, não. Ó, se você não estiver aqui, eu vou embora". São ameaças diárias que a gente vê, são humilhações que essas pessoas passam para poderem ter acesso a esse tratamento.

Como é que está esse acesso? Obviamente, aqui, na presença de Joice, eu digo emocionadamente que foi uma das primeiras pessoas que foi ao interior visualizar a nossa realidade e que batalhou por uma mudança dessa realidade no país, mas a gente ainda tem, justamente por ser tripartite, essa questão. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que está o acesso? Como é que está o acesso a esse atendimento especializado? Como é que está o acesso aos exames necessários? Quantas vezes eu faço e refaço pedidos de exame? Mapeamento de retina: "Não conseguimos", "Não, não está fazendo". Ou eu vejo que tem uma lesão retiniana que tem ser tratada para não se perder a visão, mas não conseguimos, não temos acesso. Então, como é que está esse acesso? Se a gente já tem um programa e uma câmara técnica que já construiu tudo que é necessário para um atendimento ideal para uma pessoa que tem doença falciforme, como é que não garantimos a essas pessoas esses exames, esses tratamentos, esse acesso? Eu nem estou falando de novas medicações, mas de medicações que já estão na portaria ministerial. Apesar de nós termos isso, é como se a gente dissesse: "Eu vou lhe dar medicação, mas, para você ter essa medicação, eu preciso que você tenha esses exames, mas esses exames eu não estou conseguindo lhe dar". Automaticamente, eu não tenho medicação. A gente tem que começar a encarar isso de frente, porque, quando isso acontece, eu não estou ofertando a medicação para ela. Se eu não estou ofertando os exames necessários para ter a medicação, eu não estou ofertando a medicação.

E a gente tem que entender que essa é a realidade do interior do Brasil, daquelas pessoas que não estão nos grandes centros e nos grandes serviços do Governo, e saber que o olhar para a pessoa com doença falciforme não é só um olhar médico. Eu bato muito nisso. Esse olhar não é um atendimento de saúde, médico, com uma policlínica somente; é um olhar social; é um olhar integral. Não adianta só dizer assim: "Eu olhei, examinei você, está aqui, você vai fazer isso. Volte aqui para mim daqui a um mês". Se eu não souber como é que ela passa para conseguir isso, quais as dificuldades que ela tem, se é uma criança que não está conseguindo acompanhar a escolaridade, se é um adulto que não está inserido no mercado de trabalho, o que eu posso fazer para ter um cuidado melhor para esse paciente?

Eu acho que essa mudança de paradigma é urgente! A gente tem que encarar a doença falciforme não apenas como uma doença, não apenas como uma questão médica, mas como uma questão social, uma questão integral dessas pessoas.

Pode passar.

E a gente tem que entender... E às vezes eu bato nessa tecla, porque muitas vezes o gestor pensa: "Eu vou deixar um hematologista na policlínica e pronto, já dei o atendimento". Não. O atendimento de uma pessoa com doença falciforme é um atendimento integral, a gente tem que olhar o biopsicossocial dessa pessoa. Ela não é uma doença, não é um corpo que tem uma doença; ela é uma pessoa que tem uma história, que tem questões sociais, e nós precisamos desse cuidar mais amplo.

Pode passar.

Esse cuidado tem que estar centralizado na pessoa, não na doença. A gente deve ter um atendimento centralizado na pessoa com doença falciforme.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para finalizar, a gente conclui que a assistência ao paciente com doença falciforme permanece ainda...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA CRISTINA CARDOSO FONSECA – ... um grande desafio com múltiplas variáveis, com vários atores, com as esferas governamentais; passa pelas equipes de atendimento, pela universidade, pelos Parlamentares, pelos pacientes, pelas pessoas, pelos seus familiares e todo mundo. E a gente tem que pensar sobre qual o papel de cada um de nós nessa história, para que a gente garanta o atendimento integral, às pessoas com doença falciforme, que elas tanto merecem.

Então, aqui essa é a grande pergunta que fica. Qual é o papel do Parlamentar? Qual é o papel do gestor? Qual é o papel do profissional da saúde? Qual é o papel da pessoa que tem doença falciforme ou que tem um familiar com doença falciforme? Qual é o papel da universidade? Qual é o papel da comunidade em geral, para garantir a cidadania dessas pessoas que tanto merecem?

Eu vou finalizar por aqui. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Teresa Cristina Cardoso Fonseca, médica, hematologista e pediatra, em Ilhéus e Itabuna, Bahia. É também Professora do curso de Medicina. Parabéns também pela sua fala.

Eu vou só dar um depoimento, mas não vou citar dados. Depois, acho que o Ministério dos Direitos Humanos e o da Igualdade Racial poderão ajudar. Sabe que aqui no Congresso tinha o tal de orçamento secreto. Felizmente, no nosso Governo, acabou. No orçamento secreto, você dava quantidades de muito volume para um ou outro Parlamentar; agora, acabou com isso e é uma divisão equitativa, igual para todos. Então, eu peguei o que veio, quando a gente pegava, mas veio, e eu disse: "Eu vou mandar para as comunidades quilombolas", para o Rio Grande do Sul, naturalmente; vou mandar para o meu estado. Daí, surpresa minha: quem é o Presidente da associação dos quilombolas? Não consigo descobrir. Na sua respectiva cidade. Aí, ligo para o Prefeito, que disse: "Não, aqui não tem quilombola". Aí pego um militante do movimento negro, que disse: "Senador, lá tem quilombola sim". Veja a dificuldade. Aí descobri, numa certa cidade, cujo nome eu não vou citar – olha a gravidade da sua fala! –, botei o gabinete para correr atrás e descobrimos que lá havia uma comunidade quilombola. Aí conseguimos falar com o líder de lá. Diz ele: "Paim, olha...". Essa emoção que a senhora sentiu eu vou dividir com vocês, mas a emoção é sua, eu estou firme aqui. Eu disse: "Qual é a maior necessidade de vocês?". "É banheiro para fazer necessidades; é água para tomar". Então, neste país, se tem assim no meu estado, não é diferente em muitas outras regiões.

Resultado: eu consegui mandar 500 mil para cada comunidade. É pouco, mas foi o que eu consegui dividir entre as que tinha. Até o momento tem algumas a que eu não consegui fazer com que o dinheiro chegue. Veja a dificuldade que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou pedir para a Fundação Palmares ajudar, mas o que mais me chocou foi isto: "Sim, mas necessidades básicas! Nós temos que ir para o mato". Calcule uma menina ou um menino com a doença falciforme nessas condições. Essa é a realidade do Brasil, e nós temos, todos juntos, num esforço enorme, claro, que enfrentar, mas é de chorar mesmo.

Por isso que todos vocês aqui, na mesa, com muito conteúdo falaram dessa doença que atinge principalmente a comunidade negra. Falei aqui, ao vivo, para todo o Brasil. Então, se alguém achar que eu não tenho dados adequados, é só me ligar que eu mostro onde, em que cidade foi, porque me disseram que não tinha quilombola, e o movimento negro me passou que tem: "Tem, sim, Paim. Pode dizer para ele que tem". Damos até o mapa para ele, se o problema for falta de localização.

Nós vamos em frente. Parabéns a todos!

Agora fala o Dr. Leandro Fonseca, que é Diretor de Relações Corporativas e Sustentabilidade da Novartis.

O SR. LEANDRO FONSECA (Para expor.) – Bom dia a todos. Acredito que o convite para a participação da Novartis aqui tem a ver com o histórico da empresa em relação a soluções para a doença falciforme, mas eu vou pedir licença, Senador, em homenagem aqui à fala da Dra. Teresa, que trouxe muita emoção aqui para este debate. Eu fiquei muito emocionado com este debate. Senti a emoção aqui, na plateia, senti a emoção de todos aqui, na mesa.

Quero trazer também um pouco da história pessoal, de por que eu também estou aqui.

Minha história começa em 2003, quando eu fui para o Governo. Resolvi trabalhar no Governo e, em 2003, fui para o Governo. Tive uma história de 16 anos de serviço público. Terminei minha história de serviço público com o final do meu mandato, em 2019, na ANS. Então, apesar de ser um economista engravatado aqui, representando uma empresa, tenho aí também uma história de trabalhar pelo setor de saúde no setor público.

Ao final do meu mandato, em 2019, ao resolver ingressar, então, no setor privado, procurei buscar um alinhamento em termos de valores. No caso, na Novartis, encontrei esse alinhamento perfeitamente. Por quê? Porque a empresa vem tendo um compromisso, há muito tempo, com uma série de doenças negligenciadas, incluindo aqui anemia falciforme, mas não só essa.

Vou dar um exemplo aqui de hanseníase. Com a hanseníase a empresa faz, por exemplo, doação dos medicamentos à OMS, e a OMS faz, então, a distribuição desses medicamentos para todos os países que efetivamente precisam. Com a malária a gente também tem uma série de iniciativas. Com a doença de Chagas, que também afeta muito a população brasileira, há vários trabalhos executados junto à comunidade e ao ministério também, em parceria, para soluções da doença de Chagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da anemia falciforme, a história da empresa começa lá atrás, em 2006, com projetos sendo desenvolvidos para a prevenção de AVC em crianças com o uso de *doppler*. Mais tarde, foram feitos milhares de doações de *doppler* transcraniano para centros de referência e se fez também um projeto itinerante para diagnosticar vários pacientes de alto risco pelo Brasil. E o projeto, Senador, foi tão bem-sucedido que o Governo encampou em 2012 e, a partir daí, o Governo criou um código no SUS para financiar o exame e avançar, então, no diagnóstico e no tratamento dos pacientes com doença falciforme.

Eu acho que a minha fala aqui e a minha chegada também na empresa trouxeram uma mudança de forma de pensar: a Novartis não quer ser mais entendida como apenas uma fornecedora de medicamentos; a gente quer ser entendido como parte do sistema de saúde e, portanto, como a gente contribui para a gente ter um sistema de saúde melhor, que entregue melhores resultados em saúde. Portanto, para a gente, foi espetacular estar aqui ouvindo vocês, ouvindo as doutoras, ouvindo os pacientes, para a gente realmente procurar entender como a gente pode contribuir nessa jornada do paciente em outros aspectos que incluem aí uma qualidade de vida melhor para os pacientes de anemia falciforme.

Nesse sentido, eu louvo muito a iniciativa aqui do Senador Paulo Paim, que traz esse tema em discussão, que coloca esse tema na agenda pública de debate, abrindo esse espaço aqui para todos nós, para que a gente consiga inclusive também, Senador, sensibilizar o Poder Executivo, para que esteja, então, aberto à construção dessas soluções.

A minha mensagem principal é que esse é um desafio muito grande para a sociedade brasileira. E não é um desafio apenas do Poder Executivo; é um desafio da sociedade, como a Dra. Teresa colocou. Cada um tem o seu papel aqui – não é, Dra. Teresa? – de tentar contribuir.

E a mensagem é: poxa, vamos construir parcerias público-privadas também, vamos olhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Totalmente favorável, totalmente favorável à parceria público-privada para atender os que mais precisam. (*Palmas.*)

Tenho certeza de que o Governo Lula e a Dra. Joice aqui vão endossar essa proposta.

O SR. LEANDRO FONSECA – Exatamente. Vamos fazer essa discussão, vamos construir conjuntamente, mais mentes pensando, mais soluções sendo pensadas. Com as dificuldades de orçamento que a gente sabe que tem no Governo, no setor público, talvez a gente consiga pensar soluções em conjunto. Portanto, a gente está aqui à disposição para esse debate e para essa contribuição para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Dr. Leandro Fonseca, Diretor de Relações Corporativas e Sustentabilidade da Novartis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, de fato, acredito nas parcerias público-privadas, porque são políticas humanitárias que poderíamos construir juntos para o bem de todo o povo brasileiro.

A Dra. Joice, que eu já vou em seguida convidar para a mesa, me trouxe uma informação que para mim é positiva. É positiva, só que tem que resolver, não é só elogiar, não é? Ela me disse que havia um certo bloqueio de mais convidados nossos para chegarem a esta Comissão para acompanharem o debate, enfim, e eu já falei com a assessoria da mesa, o Christiano já providenciou e falou com o pessoal da segurança da Casa que pode liberar todos para virem para cá, que eu assumo total responsabilidade e assino embaixo. (*Palmas.*)

Então, já foi liberado. Já foi liberado.

Eles estão vindo. Não é, Christiano?

Então, agradeço aí a sensibilidade que a Casa teve do convite, para que eles possam vir.

Eu peço a essa mesa que retorne, mas vou primeiro dar à Dra. Clarisse – não me esqueci –, que pediu só um minuto aí para uma consideração final.

Todos falarão no encerramento, viu? Todos os painelistas falarão no encerramento.

A SRA. CLARISSE LOBO (Para expor.) – Eu queria fazer um adendo à fala da Vanessa, que é tudo o que a gente precisa ter, mas que, na verdade, nós não temos em nenhum, praticamente, dos estados, fora Minas Gerais. Assim, a gente não tem uma Vanessa em cada um desses estados e a gente não tem o olhar dos outros especialistas voltados para a doença falciforme. (*Palmas.*)

E aí é o olhar do oftalmo, do neurologista, do otorrino, de todos os especialistas de onde a doença se manifesta e que é também uma grande carência que a gente tem.

Só isso que eu queria complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu convido vocês a voltarem para o plenário e eu agradeço: uma salva de palmas a toda essa mesa aqui, qualificada, competente. (*Palmas.*)

E vamos para a segunda mesa.

Para a segunda mesa, eu convido de imediato a Dra. Joice Aragão de Jesus, representante do Governo Lula nesse debate, Coordenadora de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Já convido...

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (*Fora do microfone.*) – É à esquerda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você escolhe. Você vai escolher. Escolha.

Ela vai ficar todo o tempo agora na mesa. Ela teve um probleminha, resolveu e veio correndo para cá. Muito obrigado, viu, Dra. Joice? Você nos ajudou a fazer com que essa audiência já seja um sucesso pela primeira mesa, e vai só melhorar a partir das mesas do debate que faremos junto com todos os painelistas.

Então, de imediato, convido também para a segunda mesa a Dra. Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme. (*Palmas.*)

Convido também, na sequência, a Dra. Saide Maria Sarmento Trindade, hematologista, pediatra, hemoterapeuta, coordenadora de atendimento ambulatorial. (*Palmas.*)

E também a Dra. Sheila Ventura, representante da Aprofe. (*Palmas.*)

A Aprofe depois ela decifra aqui, que eu não soube explicar o que é a Aprofe.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (*Fora do microfone*.) – Associação de Pessoas com Doença Falciforme de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, pronto! (*Palmas.*)

A doutora virou minha assessora direta aqui, viu? Viu que eu não sabia, já leu aqui. Sabe tudo, não é?

Mas vamos lá, para ganhar tempo, então, para a segunda mesa.

De imediato, eu passo a palavra... (*Pausa.*)

Pode falar agora ou falar no final da mesa.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (*Fora do microfone*.) – A hora em que vocês quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, você manda aqui.

Então, de imediato, Dra. Joice Aragão de Jesus, Coordenadora de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Eu não posso nem... Não sei como dimensionar a minha emoção neste momento. A frase mais bonita que eu ouvi hoje foi "representante do Governo Lula"... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... porque foi isso que aconteceu.

Quando, após um ano árduo de campanha, no Rio de Janeiro, momentos muito difíceis que nós passamos para encarar o desafio de fazer a campanha na rua – o Rio de Janeiro tem uma situação especial –, nós trabalhamos muito nos comitês populares, nós criamos, no bairro em que eu moro, a Tijuca, o comitê, que aconteceu na pracinha onde o pessoal se reúne com os cachorros, e criamos o Cachorros pela Democracia, e o meu cachorro, o Café, faz parte desse grupo do comitê popular.

Foi uma experiência muito intensa e, logo no dia seguinte, terminada a eleição, a Maria Zenó me ligou e disse: "Como é que é? Voltamos?" Aí, eu falei: "Zenó, precisa de renovação e eu tenho 73 anos, estou aposentada. Desde de o golpe de 2016, eu parei de trabalhar". E, aí, a Zenó disse: "É, o Lula tem 77 e eu não tenho ninguém".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Que idade você tem?

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Tenho 73.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, sobre isso que a senhora ouviu – e o meu gabinete está lá ouvindo –, eu digo: "Olha, já fiz a minha parte, vou passar agora o bastão". Aí, eles me responderam isso: "Engraçado, não é? O Lula de 77 e está aí. Tu, com 73, estás com esse discursinho aí".

Então, uma salva de palmas para a senhora, que voltou, aceitou o desafio e voltou. (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – O Brasil voltou, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos que voltar, não é?

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Então, eu disse à Zenó que eu tinha vontade de estar com gente jovem que estivesse enfrentando esse desafio. E ela disse: "Então, você vai me deixar sozinha". E eu falei: "Não; está bom, Zenó! Não vou fazer isso nunca". Aí, voltei! E, com a sensibilidade das pessoas que estavam fazendo a seleção, eu fui convidada para ficar na coordenação e não mais só com a doença falciforme.

A Coordenação de Sangue tem as coagulopatias, a hemofilia, que é a mais importante das coagulopatias; tem outra, a talassemia, Senador, que nós vamos precisar trabalhar, outra doença, outra hemoglobinopatia, a talassemia; e temos a doença falciforme. E, agora, estamos criando uma área de uma patologia de prevalência em homens afrodescendentes, que é a deficiência de G6PD12, que, graças ao empenho e ao apoio da Dra. Clarisse Lobo, nós vamos normatizar, porque ela não é exatamente uma patologia que precise, mas ela precisa ser normatizada para que essa população não fique desamparada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, lá, temos toda a cadeia da segurança do sangue, uma questão de soberania nacional. O sangue seguro, no Brasil, tem uma história, uma história de luta da reforma sanitária do nosso querido e saudoso Antonio Sergio Arouca e da Dra. Beatriz MacDowell, aqui de Brasília, que trabalharam para tornar o sangue seguro, para que ninguém mais se contaminasse, que ninguém mais tivesse que vender o sangue para sobreviver.

E isso foi um trabalho desenvolvido no primeiro Governo Lula, com muita competência na gestão do Dr. Guilherme Genovez, do Hemocentro de Santa Catarina, que foi quem possibilitou todo o trabalho da doença falciforme.

Eu tenho uma gratidão imensa – particular minha – como pessoa e como profissional por um colega com quem eu pude trabalhar e que foi respeitoso e sensível e disse assim para mim: "Os 'pretinho' é com você." Sabe? E pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o que você disse?

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – É meu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela disse: "Tudo bem, é comigo mesmo." (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – É comigo mesmo. E essa foi a história que desenvolvemos na gestão específica mesmo do Dr. Genovez. E durante 11 anos trabalhamos na coordenação.

O Senador Paim esteve conosco em outras audiências nessa época, participando do trabalho, e agora ele voltou também, claro, para estar junto num processo que tem que ser efetivamente um marco histórico nosso, já criado no dia 19 de junho, quando estivemos nas Nações Unidas, criando esse dia mundial. Estávamos eu e o Dr. Paulo Ivo, que não pôde estar presencialmente aqui, mas deve estar assistindo, Paulo Ivo Cortez, do Rio de Janeiro. Nós fomos com o Dr. Aderson, do Hemocentro de Pernambuco, para Nova Iorque como protagonistas no mundo de ter uma política nacional de doença falciforme, que serve de referência para o mundo. (*Palmas.*)

Eu queria abrir, neste momento, um espacinho para um agradecimento muito especial à Dra. Clarisse Lobo, com quem eu trabalhei na política do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Ela trouxe para nós um personagem que dia 26 completa um ano do seu memorial: Kwaku Ohene-Frempong, ganense, radicado nos Estados Unidos no Hospital da Pensilvânia, especialista em doença falciforme. Ele foi trazido pela Dra. Clarisse num evento do Rio de Janeiro, quando eu estava iniciando com ela – a Dra. Kátia, diretora nessa época do Hemorio – o trabalho da doença falciforme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi um africano que esteve conosco de uma forma como eu nunca imaginei num processo de trabalho. Primeiro, a delicadeza da criatura e, depois, o carinho com que ele atuou quando veio aos simpósios junto aos usuários. Para mim, foi inesquecível o encontro do Dr. Frempong com as famílias brasileiras com doença falciforme num auditório com tradução simultânea, naturalmente. E, no dia 26, tivemos, eu e Clarisse, a honra de participar *online* do encerramento do funeral dele, em que me foi pedida uma fala de oito minutos, e eu disse: "Essa fala não é minha, essa fala é de Clarisse Lobo, que o trouxe e que deu todo o respaldo para a criação dos nossos protocolos e da nossa política". (*Palmas.*)

Tenho uma saudade imensa do Frempong. Ele me faz muita falta neste momento.

Queria também aproveitar o momento para agradecer a uma pessoa que se foi recentemente, a Dra. Kátia Machado da Motta, Diretora por 12 anos – foram 12 anos, não é, Clarice? – do Hemorio e teve um papel importante no Sistema Único de Saúde, tornando o Hemorio uma referência em hemoterapia e atenção hematológica. (*Palmas.*)

A Dra. Kátia Motta estava adoentada e, todo o tempo desse processo de minha vinda para cá, eu dialogava com ela o tempo todo sobre a responsabilidade, porque ela era uma hemoterapeuta, uma hematologista que abraçou, como o Hemorio abraçou, todo o processo de atenção no Rio de Janeiro.

Ela se foi. Na última vez em que eu falei com ela, ela não conseguiu nem conversar comigo, ela me passou uma mensagem dizendo que não estava bem. Eu chorei o dia todo pensando: que história e que pessoa preciosa. Podia ficar mais entre nós, mas isso não está na nossa governabilidade. Essas duas pessoas foram um marco histórico nesse processo.

E vou pedir uma licença particular para dedicar esse momento à minha sobrinha com doença falciforme, que se foi exatamente no dia em que eu tomava posse aqui de volta à coordenação. Adriana Santos... (*Palmas.*)

... muito bem cuidada pela Dra. Clarisse Lobo. E foi um momento simbólico, porque eu estava vindo para tomar posse quando eu recebi a notícia da própria Clarisse dizendo que não tinha sido possível. E ela se foi. Então, peço essa permissão particular minha aqui e desculpa a emoção porque não dá.

Bem, para a gente fechar rápido, é o seguinte. Estamos num processo intenso de trabalho no ministério. Eu não almocei ontem, e é uma coisa que eu não posso deixar de fazer porque eu tenho diabetes. Então, eu não posso abrir mão desse momento solene, que é me alimentar meio-dia. Por quê? Porque o trabalho está intenso.

Nós temos muitos obstáculos. O SUS foi muito destruído. A doença falciforme foi muito destruída, sabe? Foi muito destruída. E a triagem, onde está diagnosticada a doença falciforme, também muito destruída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós passamos esses três meses, nós fizemos uma avaliação de cem dias de gestão nossa também interna e nós vimos o quanto nós trabalhamos tanto na relação da segurança do sangue, na defesa da doação altruísta do sangue, do não retorno à comercialização de plasma e na defesa da Hemobrás, que agora foi decretada de soberania nacional.

A Tânia, da hemofilia, com quem o Senador tem um processo de trabalho muito bom, deve estar muito feliz porque a gente está agora trabalhando para garantir que 33 mil pessoas com coagulopatias no Brasil continuem tendo acesso aos seus medicamentos, porque somente o SUS pode bancar os custos de manter 33 mil pessoas atendidas, tratadas neste país.

Isso é uma coisa inédita, isso não existe em outro local...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Permita que eu diga: vida longa ao SUS, eterno! (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Então, também, agora nessa ampliação, ontem tivemos uma reunião com o grupo da talassemia, que é um grupo pequeno. É uma doença rara que acomete a população franco, greco, italiana, enfim, europeia. A gente tem nessa população aqui um cadastro em torno de 2 mil pessoas, digamos. E nós vamos também contar com o Senador aqui para ajudar a gente a trabalhar o processo. Uma reunião muito proveitosa, de muito avanço.

E a doença falciforme, a equipe está quase toda aqui. Eu queria, por favor, cadê nossa equipe de doença falciforme?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pode levantar o braço aí.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Solange. Tiago, da Bahia. E a Dra. Miranete, por gentileza. Helena Pimentel. Margareth, cadê? Carmen já suspendeu.

Miranete, por favor. Essa senhora – Miranete, a gente tem que falar –, com 75 anos, disse para mim que também tinha 75 anos e não podia vir. Aí eu falei a mesma frase: 77 tem o Lula. Ou a gente vai ou não vai. Ela agora está à frente da equipe da doença falciforme na nossa Coordenação Geral de Sangue. Tem 20 anos de experiência, em Pernambuco, de gestão no SUS, com todo o conhecimento, porque trabalhou conosco desde 2004 e continua trabalhando. Acabou de se aposentar recentemente, no Governo passado, mas se desaposentou, porque está conosco trabalhando com toda a equipe.

Toda a equipe que veio, Senador, é uma equipe muito experiente. A que está ao lado dela era do Conselho Nacional. Ela estava lá e eu puxei para nós. Nós precisamos muito manter o diálogo com os segmentos sociais com os quais a gente precisa pactuar a nova política de doença falciforme, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Uma salva de palmas a toda a equipe aí. (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Maria da Conceição foi gestora do programa da cidade de Olinda – Ó linda cidade! (*Risos.*)

Entendeu? Temos a Margarete, que já estava na equipe lá. Temos a Carmen Solange, que cuida bem de todos os usuários da nossa equipe.

A Helena está aqui? (*Pausa.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – É porque ela é da triagem neonatal.

A Helena... Achei ali.

Eu não sei porque tem um bocado de baiano nesse negócio de doença falciforme. (*Risos.*)

E a Teresa, a minha querida Teresa.

Então, o cenário nosso agora é de muito trabalho, gente. A gente este ano não tem orçamento para desenvolver algumas ações, porque o orçamento é da gestão passada, e ele foi contingenciado para interesses que é melhor a gente nem imaginar, e nós estamos sem o orçamento deste ano aplicado. Nós estamos pagando as coisas do ano passado. Então, a gente está impossibilitado de fazer algumas coisas, mas tem muita coisa que a gente já está fazendo e que a gente vai fazer.

Eu queria dar uma notícia. É porque tem uma pessoa muito sorridente aqui na plateia. Ela não para de sorrir.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – É a Simone Bruna, para encerrar, que acabou de passar pela terapia celular para a recuperação de lesão óssea em doença falciforme.

Rapidamente, a doença falciforme acomete o úmero, a cabeça do úmero, e o fêmur – eu parei de ser médica e esqueço –; o fêmur e o úmero. O Dr. Gildasio Daltro é o pioneiro disso na UFBA. Nós estamos viabilizando recursos para que ele possa continuar, enquanto a gente faz a inserção no SUS.

Ela foi submetida ao tratamento e me ligou, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode levantar a mão aí.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Pode-se levantar. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é do Paraná, é tratada lá no SUS do Paraná. Então, a gente está com a Simone recém-operada.

Nós estamos agora viabilizando com o que pudemos nesse orçamento, o que sobrou – migalhas – a gente aplicou para pesquisa todo na UFBA. Nós estamos esperando que o Dr. Gildasio faça tudo para a gente ter um recurso até que a gente consiga oficializar dentro do Sistema Único de Saúde, porque é muito simples o trabalho: retiram-se as células-tronco da pessoa e as colocam no lugar da lesão, e a lesão se reconstitui. A experiência foi num trabalho em parceria com a França, com o Hôpitaux Henri Mondor, então o Dr. Gildasio está radiante.

Espero que tudo corra bem no processo do repasse do recurso, mas a gente precisa colocar e ter próteses especiais para aquelas pessoas cujas lesões não conseguem mais se recuperar.

Bem, eu acho que esse dia 19, lá e aqui, nós temos evidenciado todo um processo de trabalho com um plano de ação comum em que nós vamos trabalhar. A equipe da doença falciforme vai estar trabalhando, eu não estou à frente da política porque eu não preciso, estou só marcando os espaços políticos de atuação, estarei cuidando dos outros. Fico muito contente por este momento aqui e por saber que, no Senado, contamos com o Senador. Isso é muito importante porque a gente precisa ter em quem confiar. Atualmente – desculpe-me, Senador –, o nosso Parlamento, para uma boa parte da população, principalmente a pobre e vulnerável, não é confiável, em boa parte, e isso impacta muito o nosso trabalho, por exemplo na questão da triagem neonatal.

Então, muito obrigada ao Senador por ter acolhido esse processo de trabalho, por ter acolhido a gente da doença falciforme. Esperamos contar com seu apoio nesse processo de trabalho e estamos disponíveis para o diálogo no momento em que for necessário para dar continuidade ao nosso trabalho.

Muito obrigada pelo seu carinho, pela sua atenção e pela sua parceria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que agradecemos, Dra. Joice Aragão.

No Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Alckmin... Sabem o que ela disse baixinho aqui para mim, baixinho, mas vocês ouviram: repete outra vez. Então vou repetir: Dra. Joice Aragão de Jesus, representante do Governo Luiz Inácio Lula da Silva e Alckmin, ela que é médica, Coordenadora de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Muito obrigado. A exposição dela foi brilhante, com exemplos, citando inclusive pessoas, em grande parte neste Plenário, e apontando caminhos.

O que eu posso dizer, humildemente, como Senador e Presidente desta Comissão, é que nos demandem, no bom sentido, nos pressionem, porque nós queremos que a Comissão de Direitos Humanos, na hora de decidir os recursos que passam por esta Comissão, tenha um olhar – já prometi outra vez, vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repetir aqui – para a comunidade quilombola, para as políticas humanitárias, e essa questão do debate de hoje é de política humanitária e tem que ter um olhar desta Comissão.

Conte com a gente. (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um pedido aqui, ela estava inscrita para falar, mas está com outras agendas, está virtualmente, então a Deputada Estadual Macaé Evaristo, de Minas Gerais.

O tempo é seu para fazer a sua fala por videoconferência, são 15 minutos.

A SRA. MACAÉ EVARISTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. MACAÉ EVARISTO (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Zenó, que está aí na mesa, nossa representante. Quero cumprimentar a Dra. Joice, dizer da minha alegria pela realização desta audiência, mas principalmente a minha alegria pela volta do Brasil e pela possibilidade da construção dessas políticas.

Eu sou professora de formação e assistente social. Trabalhei, há muitos anos, em sala de aula e muito do que eu aprendi sobre a doença falciforme eu aprendi com o Movimento Negro, com o Movimento Negro Educador, e aí eu posso dizer dessa pessoa que está aí do seu lado, Senador, a Zenó, que é a minha grande mestra no atendimento às pessoas com doença falciforme.

Eu não sou da área de saúde, sou professora, e o primeiro ponto que eu venho trazer aqui é o desconhecimento da maioria dos professores, trabalhadores em educação no Brasil, sobre a doença falciforme, e, pensando na condição das crianças, dos jovens, e mesmo das pessoas idosas com doença falciforme, a minha participação aqui é muito no sentido de a gente trazer um debate sobre os diferentes direitos.

Algumas pessoas que me antecederam falaram da cidadania, e a gente pensa... Aí a saúde eu acho que avançou muito na perspectiva de uma política integral à pessoa com doença falciforme, mas eu venho aqui trazer um pouco essa reivindicação de como é que a gente avança para que essa política integral incorpore outras áreas, por exemplo: a área de educação.

As crianças com anemia falciforme têm muita dificuldade, primeiro pelo desconhecimento dos profissionais de educação de coisas básicas, por exemplo: que essa criança precisa beber água com mais frequência e que, por isso, essa criança precisa ir ao banheiro com mais frequência; que, numa atividade de educação física, ela pode ficar exausta, e isso não significa que essa criança é uma criança, eu vou dizer assim, preguiçosa, como muitas vezes pode ser rotulada; que os olhos amarelos dessa criança não é hepatite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou nenhuma doença hepática; ou que o que ela tem não é uma doença contagiosa. Então, eu quero dizer aqui da importância de a gente ampliar este debate e trazer aqui algumas propostas.

Em Minas Gerais, vamos dizer assim, com o cutucão da Dreminas, eu preciso dizer isso, a Secretaria de Estado de Educação, com secretarias municipais, e o Cehmob, que é o Centro de Educação e Apoio para Hemoglobinopatias – não vou conseguir falar essa palavra, enfim... – desenvolveram um projeto que eu pude acompanhar, que é o Saber para Cuidar, que tinha a perspectiva de formar professores sobre a doença falciforme e produzir um contexto de uma prática escolar que fosse capaz de incluir esses estudantes. É um programa de formação muito importante, uma iniciativa muito nova, que eu acho que precisa ser incorporada pelo Ministério da Educação. A questão é que é preciso ampliar a formação de professores, mas não basta ampliar a formação de professores; nós precisamos construir uma ação interdisciplinar, para garantir o monitoramento e o acompanhamento da trajetória escolar dessas crianças e desses estudantes.

Então, pela minha experiência, eu penso que nós, no Ministério da Educação, já vivemos algumas experiências, como, por exemplo, com o Programa Bolsa Família: fazia-se o monitoramento escolar de todas as crianças que eram beneficiárias, e a gente precisa estender esse olhar para as crianças e adolescentes com anemia falciforme, porque muitas vezes são tidos como infrequentes, mas a escola não compreende o motivo dessa ausência e também não garante para essas crianças um atendimento domiciliar, que é fundamental, um plano de estudo e um plano de atendimento individualizado, professores que possam acompanhar a trajetória escolar desses estudantes. E aí a gente deslocar também, sensibilizar-nos para a gente deslocar o olhar para essas crianças e esses adolescentes somente do ponto de vista de pacientes, mas compreendê-los como sujeitos, como sujeitos de direitos, e trabalhar para o seu desenvolvimento e para que eles tenham uma trajetória escolar sem interrupção.

Então, a minha participação aqui é muito nesse sentido, de uma chamada a uma ação interssetorial, que articule o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social para o desenvolvimento de um programa integrado de acompanhamento, de aporte, de atenção integral às crianças com doença falciforme. E aí reforçar, assim, uma rede de diálogo entre gestores, famílias, estudantes, para que a gente possa garantir, efetivamente, o direito à educação para esse público.

Então, assim, a minha contribuição, Senador, é essa. Eu sou professora, mais de 20 anos ali de magistério, e eu olho para a minha trajetória e penso em quantas vezes eu não compreendi o que acontecia com os nossos estudantes por não saber, por não ter a compreensão e por não ter esse entendimento.

E é preciso reforçar que a gente precisa alcançar as comunidades quilombolas, mas eu dou aqui um exemplo de Minas Gerais, das nossas periferias urbanas. Com o teste do pezinho, nós sabemos a incidência, nessas nossas comunidades – que são comunidades negras que são quilombos urbanos –, da prevalência de traços e, portanto, a gente sabe do número de crianças com anemia falciforme que nascem aí a cada ano. E a gente deveria fazer, vamos dizer assim, uma notificação automática, não só para efeito do acolhimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos serviços de saúde, mas também garantindo a prioridade no atendimento na creche e pré-escola e o acompanhamento aí de toda a sua trajetória escolar.

Eu agradeço, parabenizo vocês pela realização dessa audiência...

Quero dizer que aqui, na Assembleia de Minas, apresentamos um PL que trata de uma política de atendimento integral às pessoas com anemia falciforme e querendo, também, dizer que a gente pode avançar numa visão de atendimento integral, que articule outras áreas da política pública para fortalecer uma rede interssetorial que, efetivamente, garanta direitos.

Bom dia, Senador. Um grande abraço aí para todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, querida Deputada Estadual Macaé Evaristo. (*Palmas.*)

Deram-me aqui o currículo dela, eu não vou poder ler todo ele, mas é lindo o currículo. Mas eu digo que vou resumir isso.

Além de uma série de atividades que ela teve, inclusive, no Governo, ela foi também Secretária Estadual de Educação em Minas Gerais. Acho que isso mostra todo o potencial dela, essa guerreira, essa lutadora, que é um orgulho para todos nós. (*Palmas.*)

Pode, pode. Você pode sempre aqui.

Só para dizer que Dra. Joice perguntou se ela pode falar. Eu disse: aqui a senhora manda e fala quando quiser. E eu obedeço.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (Para expor.) – Não se fala isso para um baiano, uma baiana. (*Risos.*)

É para avisar que o primeiro manual a ser lançado, em breve, é o da educação. É um material que a gente já tinha feito no Hemorio e no qual a gente fez uma adequação, e os cuidados das crianças com doença falciforme já estão no manual.

Eu queria saber se pode ser lançado aqui. (*Palmas.*)

É um material muito bonito, feito de forma coletiva com o grupo do Rio de Janeiro, que foi o pioneiro ao fazer esse material. Ele está conosco, nós só vamos agora fazer, se a gente precisar adequar e tal, mas está pronto e vai ser o primeiro que a gente vai... E aí, Conceição, Evaristo, vocês precisam ler e dar também uma contribuição sobre esse material.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa só... Eu já vou responder aqui a uma pergunta que me fizeram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para a Dra. Joice que, na verdade, ela me fez uma provocação. Eu aprendi na vida e nunca vou esquecer: manda quem pode e obedece quem for inteligente. Então, eu estou obedecendo porque eu quero ser inteligente.

Já está aceita aqui a sua indicação. Com muito orgulho, a Comissão de Direitos Humanos vai participar nesta audiência pública sob a sua orientação.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com o lançamento dessa cartilha.

Olha, quando eu vinha chegando ao corredor, duas senhoras me pediram para tirar uma foto, e é claro que tiramos. Abraços, só abraços... Vou parar por aqui – viu? –, para não comprometer. Não, mas foi um abraço muito carinhoso, muito respeitoso, de ambas. "Mas, se o senhor não citar o nosso nome lá, o senhor vai sofrer as consequências". Eu, como disse, sou bem mandado, então aqui fica o meu carinho à Sra. Yone Gonzaga, Professora da UFMG, e à Neusa Maria da Rocha Carvalho, da Associação Gaúcha de Doença Falciforme. (*Palmas.*)

Cumpri minha missão aqui.

Agora é com... Não sei se é minha eleitora, mas, se eu não cumprisse, eu ia me dar mal.

Elas estão aqui as duas, não estão?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Missão cumprida? Tá bom então.

Agora eu passo a palavra, de imediato, à Maria Zenó Soares, Presidenta da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES (Para expor.) – Bom dia a todas, todos e "todes"!

Quero falar da minha alegria deste momento tão importante, tão necessário, deste espaço que é o nosso espaço legítimo de estar, de falar, mas eu não poderia deixar de agradecer ao Paim. Desculpe-me a intimidade, mas é porque é o Paim mesmo. É um paim mesmo, gente! Sabe? É paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – E, quando eu vou à Bahia – porque eu adoro a Bahia – me chamam de "painho" ainda. E eu gosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – O Paim é um cara que tem um compromisso com a população negra do Brasil, ele tem um compromisso com a doença falciforme... Como a Joice coloca, é muito raro.

E não poderia deixar de agradecer à Macaé pela grande fala. Macaé é "parceiraça" nossa lá.

Eu coordeno a Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme, Paim, e coordeno também a Dreminas. A Dreminas é a primeira associação do Brasil, em Belo Horizonte, e eu e minha equipe acolhemos 10.106 famílias de todo o Estado de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Dentre elas, nós temos 4.009 quilombolas, 1,3 mil ribeirinhos e 206 indígenas. Ademais, 95% das pessoas com doença falciforme são negras, 92% são mães solo, 93% dos pacientes adultos não concluíram o ensino fundamental e 98% são beneficiários do Bolsa Família. Então, na fala da Dra. Tereza, eu me emocionei bastante, porque ela estava falando de mim; ela estava falando para mim; e estava falando para muitos que estão aqui. Hoje nós estamos aqui representados, Paim, por 40 associações de todo o Brasil. Então, são pessoas que gritam por aqueles que não têm força para gritar.

Estamos aqui também com o Altair Lira.

Fique de pé, Lira.

Eu sou sucessora do Altair na Fenafal. (*Palmas.*)

Sou a primeira mulher a assumir. O Lira foi da luta, e o Gilberto, que está presente aqui, com certeza.

Eu não gosto de apagar a história de ninguém, porque cada um tem um papel e um capítulo importante.

Eu vou passar um vídeo e depois eu continuo falando.

Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Eu quis fazer uma pequena apresentação do que é a federação, porque, se eu fosse pedir a todo mundo para falar, talvez a gente não tivesse tempo.

A doença falciforme na ótica do usuário é totalmente diferente, é lógico, porque só sabe a dor do sofrer quem sofre.

E nós ainda estamos aqui hoje – eu com 56 anos – para contar minha história para você, Paim, porque, antes de nós, existem anjos sem asas: Clarisse Lobo, Vanessinha, Teresa, Paulo Ivo, Rodolfo Cançado, Joice Aragão... Eu não posso nem ficar falando, pois vou esquecer alguém, mas, sem eles, hoje, com certeza, eu não estaria aqui para ter o meu lugar de fala, para conseguir falar. A gente não tinha acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma política pública e, então, a gente morria muito cedo. Não se viam pessoas da minha idade, da idade da Sheilinha, não se viam, porque as pessoas morriam!

Ainda assim, com todo o avanço que nós tivemos no Governo Lula, que perdemos a partir do golpe de 2016 – perdemos praticamente todas as conquistas que adquirimos naquele período –, ainda assim, falta um olhar diferenciado. Sabemos que o SUS é tripartite. Sou da defesa do SUS e tenho muito orgulho quando olho para aquela lista de presença da 8ª Conferência de Saúde, pois eu estava lá, na construção do SUS, que eu tanto defendo, mas os estados e os municípios... Nada adianta o Governo Federal fazer se os estados e os municípios não assumirem.

Nesse sentido, eu gostaria de passar um outro vídeo de dois minutos. (*Pausa.*)

Não, não é esse, não! É um outro. Salvaram errado! Esse nem pode aparecer! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Dra. Joice está aqui ajudando. Não se preocupe. É um vídeo para o evento da tarde que não pode passar aqui agora, porque é outro momento. É de outro evento também muito produtivo.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Gente, é o seguinte. É porque esse vídeo... Hoje, a gente também vai ter um seminário à tarde no Ministério da Saúde e, então, a gente preparou coisas para outros eventos.

É este aí. Eu gostaria que vocês prestassem muita atenção a este vídeo – muita!

(*Procede-se à exibição de vídeo.)* (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela vai complementar, é claro, vai continuar falando. Só queria dizer, para quem não sabe, que essa voz é dela; é ela, fazendo esse relato.

Então, eu diria, mais uma salva de palma para você, por essa história bonita e triste ao mesmo tempo. (*Palmas.*)

Eu perguntava, ela vai falar agora... Eu disse: "Mas esses todos morreram?". Ela: "Todos morreram".

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – A gente não quis colocar porque a gente iria ficar aqui quatro horas mostrando fotos de óbitos. Já tem muito tempo que eu não faço um vídeo de óbito e havia jurado para a Dra. Célia que eu não faria mais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – ... porque mexe muito com a estrutura, mas, infelizmente, num país extremamente racista em que nós vivemos, você precisa usar essa dor tamanha para sensibilizar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas de que nós somos cidadãos de direito, que nós precisamos viver e que, mais difícil do que isso, pior do que isso é você saber que existem novas drogas com grandes possibilidades de a gente viver bem.

Aí, Paim, eu não estou aqui para fazer apologia de nenhuma indústria farmacêutica, porque eu sei qual é o papel da indústria e sei qual é o meu papel enquanto mulher preta com doença falciforme que sou. Se a indústria visa o lucro é problema da indústria; eu viso viver, e viver bem.

A dificuldade que há para uma mãe pegar uma cápsula de hidroxiureia, tirá-la, porque não tem condições de pagar para manipular, pôr na água e dar à criança não é fácil. A gente está com um processo na Conitec que é possível resolver. Eu conto, Paim, com você, sim. Já contava; agora eu conto mais ainda. Eu quero que esse vídeo chegue no Lula, e você vai levá-lo para o Lula.

É isso, e eu quero agradecer aqui. Eu quero que todo mundo das associações fique de pé. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui com 40 associações que vivenciam a mesma dor que eu vivencio. Eu olho para cada rostinho chorando, para a Mírian, do Piauí, chorando porque o Piauí está há quase três anos sem hidroxiureia, e paciente morre todo dia – todo dia morre no Piauí. É um clamor. Quando eu falei no vídeo que é um clamor, é um clamor. Nós precisamos viver. É uma droga barata. Se não for racismo a dificuldade de adquirir a droga, eu gostaria de ter outra resposta, porque, para mim, não tem outro nome, a não ser racismo institucional.

Eu estou, sim, extremamente... Não queria ter feito esse vídeo, mas se fez necessário. Eu quero agradecer a todo mundo das associações que estão aqui, eu quero agradecer aqui à Yone Gonzaga, à Maria Inês, querida, que vai vir para a mesa, e dizer para vocês que a doença falciforme nada mais é... Porque não é só a dor física; você ser chamado de viciado em morfina, "você não está com dor, está viciado em morfina" todo dia. A sua dor é emocional, pode ser que o meu estado emocional desencadeou uma dor e naquele momento eu estou com dor. A dor física a morfina tira, Paim, mas a dor da alma é essa que eu carrego. (*Palmas.*)

E, antes de encerrar a minha fala, eu queria chamar aqui na frente a Simone Bruna. Eu quero que o Paim autorize... Você defere que ela fale um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – A Simone Bruna...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela pode falar, sim.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – ... na hora em que nós chegamos ali fora, fez uma fala em que ela disse assim: "Que bom que eu sobrevivi para chegar aqui".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Simone, a fala é sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Ela fala mais bem acomodada. Pode pedir para ela falar, pode tocar.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Simone, pode falar.

A SRA. SIMONE BRUNA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Esta fala realmente é muito sincera. Foi muita luta. Eu estou no movimento social desde 2007, quando se fundou a associação do Estado do Paraná. Para a gente, foi um trauma o rompimento de tudo isso.

Para mim, pessoa com doença falciforme – a Dra. Joice já falou –, eu fui diagnosticada com necrose e eu vivenciei algo que eu convido o Sr. Senador a conhecer, que é o ambulatório do Dr. Gildasio Daltro, em Salvador, em que ele desenvolve um trabalho fantástico de acolhimento não só da dor física, mas da dor emocional. Lá ele faz milagre, a gente fala, porque há falta de recurso e é inexplicável o porquê – se não for o racismo, que digam o porquê. É um tratamento barato; se não feito a tempo, as pessoas precisam de próteses; e é um sofrimento muito grande até chegar essa prótese, as pessoas não vão conseguir andar. Limita-se esse movimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE BRUNA DE OLIVEIRA – As pessoas ficam totalmente impossibilitadas e não têm o porquê. Então, isso é só uma parte do que as pessoas com doença falciforme passam, e é uma parte muito dolorosa que acometeu a minha vida. Lá eu tive a experiência de conhecer muitas pessoas que já passaram da oportunidade de ter a terapia gênica, o que é dramático; elas só vão resolver com prótese. Então, também eu preciso fazer este pedido: que isso não aconteça mais, que isso pare, que essas pessoas tenham essa oportunidade de ter a terapia gênica, de ter a sua fisioterapia, que o SUS inclua essas pessoas que são invisíveis. E elas estão no país todo, e só o Dr. Gildasio que está acolhendo esse tratamento. Isso tem que parar. Todas as regionais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga, repita para mim, de novo, o nome dele.

A SRA. SIMONE BRUNA DE OLIVEIRA – Dr. Gildasio de Cerqueira Daltro, em Salvador, Universidade Federal da Bahia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essas palmas vão para ele. Que outros sigam o exemplo dele.

A SRA. SIMONE BRUNA DE OLIVEIRA – A equipe dele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Toda a equipe.

A SRA. SIMONE BRUNA DE OLIVEIRA – ... é fundamental para o acolhimento. Eles fazem... Você vê o trabalho de dedicação, sem recursos, porque ele fica, como a Dra. Joice diz, com o pires na mão, tentando verbas para viabilizar esse trabalho, tanto é que ele relatou para mim que, na porta dele, você pode ver que está como ambulatório humanitário. Então, ele nem busca o tratamento sobre a doença falciforme, porque é difícil de conseguir, porque é doença de preto. A necrose pode acometer qualquer pessoa, não só a falciforme, mas, como ela é mais incidente, não se consegue o recurso. Então, ele está fazendo um trabalho solitário, e eu espero que agora seja um novo tempo – a Dra. Joice já tem as boas-novas –, mas que ele tenha apoio, que cada unidade da Federação talvez tenha um hospital de referência para acolher os pacientes, para que não tenham que ir até Salvador. Eu precisei do TFD, é todo um recurso a mais para levar gente para Salvador, ocupar a vaga de uma outra pessoa da Bahia, sendo que isso pode ser feito em cada estado.

Então, essa é a minha demanda. Quero agradecer a oportunidade e dizer que eu estou muito feliz de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, parabéns! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês duas podem falar...

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Eu vou só encerrar aqui rapidinho...

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Não precisa encerrar, não. Eu vou fazer um adendo e você encerra.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Está bom.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (Para expor.) – É o seguinte: queria falar um pouco sobre essa questão da hidroxiureia. Ao longo do tempo, os estudos multicêntricos dos quais a Dra. Clarisse Lobo participou e trabalhou intensamente para que a hidroxiureia se tornasse um medicamento fundamental no tratamento... Nós participamos desse processo todo com os estudos, acompanhamos, incentivamos, e a hidroxiureia passou a ser evidenciada no tratamento, só que não existindo uma participação ativa do Ministério da Saúde junto aos estados, porque o processo de compra da hidroxiureia é feito pelos estados.

Os estados é que têm os pacientes cadastrados, compram, e ela é ressarcida pelo Ministério da Saúde. No ressarcimento, nós temos a noção de quanto está sendo usado. E a Dra. Clarisse fez esse levantamento e é evidente a queda do uso. Por quê? Porque o estado não está ofertando e porque uma das questões que envolvem o tratamento da hidroxiureia é ela ter um acompanhamento dos exames laboratoriais. E se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado não compra e não facilita o acesso a esses exames, o hematologista não tem como continuar acompanhando, não é, Teresa, que está lá no interior da Bahia? Então, esse processo caiu assustadoramente, caiu assustadoramente o uso, e isso impacta significativamente a vida das pessoas, quando eles consomem, que atendem ao protocolo. Todo medicamento tem um protocolo. Esse protocolo tem que ser seguido, e isso fez a diferença muito grande.

Nós tínhamos um problema: começou o uso da hidroxiureia... Se eu não me engano, é uma portaria inicial de 1988... De 1988? Foi feita pela Anvisa, porque é bom lembrar que a doença falciforme só entrou no SUS oficialmente em 2005. O SUS já estava funcionando, o SUS já existia, mas não existia nada protocolado para a doença falciforme. Foi em 2005 que saiu a portaria e nós começamos o trabalho. Então, não tinha, e era um medicamento que já estava caminhando em todo o mundo – se tem doença falciforme no mundo todo –, a diáspora africana toda contemplada com essa situação.

Então, o que aconteceu? Nós oficializamos esse protocolo dentro do ministério, uma equipe, porque nós temos uma equipe de hematologistas muito competentes pelo Brasil, muito dedicados e que trabalharam intensamente na construção da primeira etapa. Então, a hidroxiureia hoje, com o abandono das políticas públicas, com o abandono da população mais vulnerável nos governos anteriores ao nosso aqui, o que aconteceu? Houve um abandono total. Então, os estados não compram, os laboratórios não estão acessíveis, e aí a situação de completo caos se instala.

A questão é que, com esse protocolo inicial, era usado inicialmente a partir dos 12 anos – não é, Clarisse? –, começou com o uso a partir dos 12 anos; depois, foi aumentando, aumentando e hoje... A Clarisse tem uma imagem – eu brinco com ela, porque eu sou pediatra –: "Tem que usar hidroxiureia desde a mamadeira". Aí, ela fala: "Mas dentro da mamadeira não, não é? Aleitamento materno". Bobagem nossa, de médico. É, mas tem que tomar na mamadeira, porque, no peito, não tem hidroxiureia. Então, desde bebezinho. Então, ela está preconizada a partir dos nove meses. E aí, agora, a fórmula o laboratório está trabalhando, para a gente aprovar na Conitec essa nova apresentação a partir de nove meses. Foi dado entrada mês passado a um processo que, normalmente, pelo tipo de processo, é autorizar a nova apresentação... Não é, Amaro? O responsável por isso está aqui. E, aí, a gente autorizar.

Nós estamos esperando que, em agosto, já estejamos com esse processo terminado, e, aí, seria um outro momento, quando cabe ao movimento social organizado, com a ajuda dos Parlamentares, para a proposta, que Zenó tem, de centralização. Agora, não adianta nada também a gente ter a hidroxiureia e a gente não ter profissionais qualificados para prescrever, sabe? São vazios que esse espaço deixou, porque, no primeiro momento que a gente iniciou o protocolo, que a portaria ficou pronta, o avanço de compra nos estados está registrado nas compras do ministério. E o que acontece? Se os profissionais da hematologia não estiverem qualificados para prescrever, para seguir o protocolo, também a gente não tem, tá? Então, não é somente o medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a gente vai partir para um processo de capacitação. Nós estamos em um trabalho, inclusive, internacional, com uma plataforma dos... É um serviço de referência mundial muito credenciado, que é o Hospital St. Jude, no Memphis, onde a gente tem uma brasileira, que é parceira nossa, e lá se criou uma plataforma para que a gente possa fazer capacitações à distância. O Brasil entrou, foi convidado, a Ministra Nísia recebeu o convite, a que nós, claro, aderimos, e vamos ter, então, disponibilizado. E um dos trabalhos que a gente precisa desenvolver é qualificar os nossos profissionais para prescreverem hidroxiureia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Vai ser um trabalho que a gente vai fazer intensamente. Agora, precisamos também que se finalize, na Conitec, esse processo, para que a gente possa trabalhar.

Então, isso é fundamental para a sobrevivência das pessoas, já que o medicamento está consagrado, porque – e quem está aqui e usa hidroxiureia sabe, talvez alguns não saibam – ele reduz as crises intensamente. Viver com dor... Porque todos os momentos com dor, que é a vida das pessoas com doença falciforme, podem ser atenuados, a vida pode ser outra. Assim como o Dr. Gildasio, lá na Bahia, agora está recebendo um suporte – e espero que tudo corra bem, que chegue o recurso e que ele possa trabalhar –, viver a dor da vaso-oclusão sanguínea e a dor coxofemural, a dor do úmero, é uma situação que eu acho que quem não tem dor, que passa com Dorflex, como eu, não pode imaginar como seja essa vida. Então, isso com relação à hidroxiureia.

A segunda batalha, Zenó, é a questão do quelante de ferro, que nós precisamos trabalhar – e o pessoal da Novartis estava aqui, o rapaz da Novartis estava aqui – também para que o Estado adquira um medicamento... Olha, uma caixa de hidroxiureia custa em torno de R$200, tá? E não me importa se são R$200 ou quanto seja, o SUS tem obrigação de ter esse remédio disponibilizado para toda a população que precisa. É o SUS que tem que prover.

E o segundo tempo é o seguinte: o quelante. O quelante é um preço muito maior, em torno de R$7 mil por caixa. E a gente precisa se debruçar sobre isso para que seja viabilizado no SUS. E também, em relação à quelação de ferro, já teve um momento em que trabalhamos, inclusive em parceria com a Novartis, que financiou capacitações para profissionais, nossos profissionais, trabalhando para que os profissionais aprendam a usar – também tem esse componente. E eu espero que a gente possa nessas parcerias – e vocês estão presentes aqui... É do nosso interesse, a gente tem uma plataforma e a gente está criando todos os mecanismos para acelerar, principalmente porque depois da covid a gente ficou trabalhando *online*. A gente está trabalhando muito *online*.

Então, não é somente a hidroxiureia, o quelante de ferro também está em carência nos estados, carência de profissionais. Tem uma coisa que são as mudanças que ocorrem nos estados quanto às formas de contratação de profissionais. Há um interesse enorme na parte hematológica pela oncologia, porque a oncologia é uma especialidade que dá dinheiro. Então, há um interesse grande em se aprender, em estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos espaços, mas a doença falciforme não tem tanto essa possibilidade no setor privado. A maioria da população negra é do SUS. Ela tem que ser assistida no SUS, porque a população negra não consegue pagar planos de saúde, gente. Não tem essa possibilidade.

Nós temos hoje em torno de 30 milhões de pessoas que têm plano de saúde numa população de 220 milhões. A faixa de famílias que ganham até R$3 mil – eu gosto de falar em torno, porque sempre tem uns números que eu esqueço –, em torno de R$3 mil até, é de 74% da população brasileira. O compromisso de tratar e viabilizar tratamentos é para população brasileira. Desses 35 milhões, em torno, porque caiu muito nos últimos tempos as pessoas podendo pagar plano de saúde, o que aconteceu? O que que a gente pode ver? A maior parte dessas pessoas, são pessoas que têm um emprego cuja empresa pode pagar um plano de saúde. O restante tem plano de saúde e o restante é o SUS que tem que prover.

A maior parte da população brasileira não tem condição de pagar planos de saúde. E a gente sabe que a Constituição diz: "Saúde é direito de todos e dever do Estado". (*Palmas.*)

E nós, no âmbito da população negra, somos 55% da população. População que ocupa os segmentos sociais de maior vulnerabilidade, com menos acesso à educação, menos acesso à educação de qualidade, à saúde de qualidade, ao transporte de qualidade. Essa luta da doença falciforme é a luta do povo brasileiro, é a luta da população brasileira.

Imagine o que acontece... Eu tenho um carinho especial pela Teresa, primeiro porque ela é baiana como eu e a gente tem aquele bloco que a gente tem de baiano. Estávamos no interior, na ABHH, no último encontro da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, que é parceira nossa nos processos de trabalho, e a Dra. Clarisse apresentou, fez uma mesa em que apresentou três experiências de acesso à hidroxiureia. São diferentes profissionais que têm acesso à hidroxiureia. É uma coisa escandalosa, é escandalosa no interior. E é olhar para a Teresa e dizer: como é que você sobrevive a tanto impedimento.

E, para a gente encerrar, eu queria falar uma coisinha. A Dra. Vanessa Fenelon tem uma importância enorme para as mulheres com doença falciforme. Nós tínhamos uma história de que não tinha mulheres que chegassem à gestação com doença falciforme, que nascesse. E eu, no meio daqueles confrontos, perguntava: "Cadê os números? Onde estão? Como é que a gente sabe disso?".

Tinha uma experiência em Campinas. E, aí, em Campinas, mostrava que havia sim. Nós tivemos que encarar, e aí eu relembro o outro Presidente da Fenafal, além do Altair Lira, que começou, nosso trabalho começou com ele como Presidente: o Gilberto, que não está mais presencialmente aqui.

E, aí, a gente encarou. Nós queremos a Rede Cegonha à eletroforese. E fomos lá e foi uma batalha porque não entra. Como não entra? A gente precisa disso. Feita a Rede Cegonha, o que aconteceu? As primeiras oito mulheres diagnosticadas na Bahia morreram durante o parto. Por quê? Porque estavam diagnosticadas, mas não tinha infraestrutura para dar conta das necessidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente trabalhou e ficou na Rede Cegonha. E, aí, aparece Zenó com doença falciforme, com três filhas e diagnosticada na terceira gestação. Então, a Vanessa vem nesse bojo de Minas Gerais, está conosco e disse: "Precisamos criar um serviço em que a gente pesquise, em que a gente trabalhe e em que a gente chegue à conclusão de qual é a situação das mulheres que têm filhos. Elas podem ter filhos? Sim, como toda e qualquer outra mulher. Maria tem direito, como toda e qualquer mulher". E aí, os mineiros pegaram e criaram o serviço. Esse serviço mostrou que a qualidade da atenção, com o acompanhamento adequado, a gente zera a mortalidade infantil. E eu tenho um carinho, um apreço enorme pelo trabalho da Vanessa. Está bom?

São coisas da doença falciforme que a gente precisa retomar. Outros centros de atenção especial para mulheres grávidas, mulheres com doença falciforme, gestação, parto e atenção à vida reprodutiva porque a vida reprodutiva das mulheres com doença falciforme... Elas têm o direito de ter filhos, sabia? Elas têm o direito de engravidar. Elas têm o direito, como a Zenó, de ter quantos filhos quiserem.

Então, isso é uma questão superimportante. Questões que temos que retomar. Não sou só eu que tenho que ter filho, não! Não sou só eu que tenho direito não. A Zenó também tem, como mulher, e todas as mulheres brasileiras de todo o mundo, negras ou não, têm direito a uma vida reprodutiva digna, com apoio do Estado e do SUS, que é direito de todos e dever do Estado. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES (Para expor.) – Eu entendo um pouco de SUS. Graças a Deus. Eu entendo um pouco de SUS. Sei mais ou menos a Lei 8.080, de cima para baixo, debaixo para cima, e a 141, a 151. Graças a Deus.

Quando eu coloco, e aí eu entendo todas essas questões que a Joice colocou. Entendo, mas não aceito de forma nenhuma porque a vida não espera.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Eu não estou aqui falando de novas pessoas, estou falando de pessoas que tomam hidroxiureia e estão sem. É delas que eu estou falando.

Eu estou falando da Míriam, do Piauí, que está há três anos sem hidroxiureia, e toda semana eu tenho que ficar pedindo doações para mandar para ela. Eu estou falando é disso. É disso que eu estou falando. Eu não tenho tempo para capacitar o profissional. Eu sei muito bem que o SUS é tripartite: que o Governo Federal tem o seu papel, que o governo estadual tem o seu papel e que o município tem o seu papel com seus munícipes. Eu sei disso. Mas nós sabemos que os estados não estão comprando a hidroxiureia. Nós sabemos que não é responsabilidade do município. E nós sabemos que o Governo Federal tem governança para fazer a compra emergencial. Para isso, se eu precisar bater na porta do Lula, eu vou bater.

A compra emergencial da hidroxiureia eu não abro mão dela.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Também não abro mão da capacitação. Também não abro mão dos profissionais que não querem passar. Não abro mão. Só que, nesse momento, a gente perde 200 pessoas numa semana, porque os estados não estão comprando hidroxiureia, gente! É isso o que está acontecendo. Eu não posso esperar que o estado compre, porque o Piauí tem três anos que não compra! Eu não posso esperar que capacite o profissional lá, não. Eu não posso, porque o meu compromisso é com vida. Eu milito vida! Eu milito dor humana, e é essa dor humana que eu sinto aqui! (*Palmas.*)

Eu a sinto aqui!

Eu não tenho filho com doença falciforme, porque eu sei que eu ia morrer de sofrer de ele passar o que eu passo. Mas eu tenho a doença falciforme. E é uma dor que faz você esquecer que você tem pai, que você tem mãe, que você tem filho, que você ama alguém. Você fala: "Deus, me mata agora, para eu ficar livre dessa dor". Eu não posso esperar. Eu não tenho tempo para esperar, porque eu posso ser a próxima...

Em Minas Gerais, desde 2015, não falta hidroxiureia.

Eu estou falando dessas pessoas que estão aqui chorando porque perderam um filho, porque perderam irmã, porque perderam fulano. Por que perdeu? Porque o estado não comprou. Saber que é responsabilidade do estado comprar eu sei. Eu sei. Agora, saber que o Governo Federal pode, se ele quiser... E se a gente se unir, Paim, com a força política que nós temos, porque nós temos força política... Nós não estamos brincando de movimento social.

Quarenta associações presentes num evento desses em Brasília é porque é de luta. É luta! (*Palmas.*)

A doença falciforme ou é luta ou é luto.

Como diz a companheira Sheila, a gente precisa lutar para diminuírem os lutos. Não temos tempo a esperar para que se convença o médico lá a passar hidroxiureia. Não tenho tempo a esperar para que se capacite o profissional. Eu preciso da hidroxiureia, pois sua falta está matando crianças de um ano até dez anos, está matando jovens de 14 a 29 anos. É o genocídio do povo com doença falciforme. É isso que nós estamos vivenciando.

Então, eu tenho muito orgulho, Paim. Sou uma mulher preta, nordestina, do interior da Bahia, com muito orgulho. Tenho muito orgulho de ser. Tenho muito orgulho de fazer parte do Partido dos Trabalhadores, porque eu acredito que esse partido pensa no pobre e é com ele que eu conto. E eu tenho certeza de que esse vídeo vai chegar no Luiz Inácio Lula da Silva e que a compra descentralizada da hidroxiureia vai sair. Eu tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Certo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES – Tenho o maior carinho, tenho o maior carinho pela Joice. Tenho o maior respeito pela Joice.

A Joice... A gente tem duas histórias de doença falciforme no Brasil: uma antes de Joice; outra depois de Joice. (*Palmas.*)

Nunca, nunca, nunca ninguém, ninguém neste país se doou tanto para que nós vivêssemos igual a essa mulher. E a minha pressão aqui não é em cima dela, porque eu sei que tem que vir de cima, tem que ter vontade política para fazer política para preto neste país racista.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dra. Joice tem uma resposta para dar para um senhor que encaminhou um bilhete à mesa. E ela, como é imediata: "Posso responder?". Claro.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (Para expor.) – É só porque é importante a gente falar que, com a volta do Governo Lula, as cooperações internacionais voltaram. A gente já começou com Angola, que veio aqui, foi uma experiência boa. Tem Benin, Tanzânia e Angola – não é? –, as três que nós estamos retomando. É só para dizer isso.

E que, nesse discurso da Zenó, com relação à hidroxiureia, eu pensaria mais longe. Se o Brasil já cooperou com aids, suprindo países da África, eu tenho também o sonho de que a gente possa não só resolver nossa questão com a hidroxiureia mas também nas cooperações com esses países. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à querida Maria Zenó Soares, que é Presidenta da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme. Emoção, garra, busca de justiça, coragem foi o discurso dela, um misto de tudo aquilo que a gente gostaria de ver sempre nas pessoas que têm espaço público para isso mesmo, para dizer o que está pensando. Meus cumprimentos.

Passo de imediato à Dra. Saide Maria Sarmento Trindade, que é Hematologista-Pediatra-Hemoterapeuta, Coordenadora de Atendimento Ambulatorial do Hemocentro do Pará, porque só está a sigla, e ela já leu para mim.

A SRA. SAIDE MARIA SARMENTO TRINDADE (Para expor.) – Bom dia. É muita emoção, primeiro por estar aqui com vocês, lá da Região Norte. Eu agradeço ao Senador, à Dra. Joice, à Zenó, às pessoas todas, são 40 associações que estão aqui, pela luta em que a gente está, pelo trabalho, à minha equipe do Ministério da Saúde, à equipe que trabalha com doença falciforme no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalho no Pará, em Belém, no Centro de Hemoterapia do Pará, Hemopa. Estou trabalhando há 22 anos com doença falciforme, para dar melhor qualidade de vida para todos. Trabalhamos com todos os protocolos do Ministério da Saúde. Tivemos desabastecimento e tivemos que ter recursos para suprir a necessidade emergencial, para que a gente não perdesse os nossos pacientes.

Nós demoramos com a habilitação do teste do pezinho. O teste do pezinho, no Pará, começou em 19 de abril de 2010, porque nós tínhamos muita dificuldade de colocar todos os municípios, de acordo com os critérios necessários, na habilitação.

No Pará, começou em 19 de abril de 2010, porque nós tínhamos muita dificuldade de colocar todos os municípios, como era necessário, nos critérios da habilitação. Com essa habilitação, nós fomos de município em município levando a capacitação para as pessoas terem condições de ler o teste do pezinho, saber dar o diagnóstico e encaminhar esse paciente para o centro de referência do estado, para chegar à referência que é o Hemopa, para o tratamento adequado dessas crianças. Então, nós caminhamos com a profilaxia, a penicilina, que chegou a todos e está sendo descentralizada.

Tenho uma coisa muito importante para falar sobre o *doppler* itinerante: nós tivemos todo o apoio para o nosso paciente quando começou o apoio do *doppler* itinerante para os pacientes com doença falciforme. Quando terminou o *doppler* itinerante, eu fiquei sem ninguém e eu tenho que falar que eu tenho um neurologista que é especialista em doença falciforme, o Dr. Fernando Paschoal. Ele é do Hospital da Aeronáutica atualmente e foi humildemente buscar o trabalho, que era trabalhar com o *doppler* transcraniano com falciforme sem ônus. Ele até hoje realiza para a gente o trabalho e nós acabamos de ter o recurso necessário para comprarmos o nosso equipamento do *doppler* para funcionar no Hemopa. A hidroxiureia é que muda a vida das pessoas com doença falciforme. Sem ela, realmente, eles perdem a qualidade de vida.

Fomos mais além: transplante de medula óssea. Fui parceira, fui discípula da Dra. Belinda Simões, e participei, Senador, da pesquisa clínica dela para a doença falciforme encaminhando nossos pacientes que estavam dentro dos critérios para o transplante de medula óssea. E hoje eu tenho, dentro da pesquisa da Dra. Belinda, três pacientes, com mais de sete anos de transplantado, sem dor, com vida normal, procriaram. Você pode transplantar e ficar estéreo, porém, graças ao nosso bom Pai, nosso paciente é pai, tem uma criança. Também temos cuidados muito, antes do transplante de medula, tanto de pegar o óvulo da menina como o espermatozoide do rapaz para congelar para uma possível posterior concepção.

Hoje nós temos a portaria, que foi liberada em 2015, para transplante aparentado 100% compatível. Eu tenho mais três pacientes contemplados, porque é pai, é mãe, mas o nosso HLA difere. Então, hoje eu tenho um paciente que tem 50%, mas não está dentro do critério para transplante 100% compatível. Aqui eu clamo pela pesquisa clínica, clamo por Ribeirão Preto, que está fazendo a pesquisa de haploidêntico. O haploidêntico é quando o transplante de medula óssea é 50% compatível, ou do irmão, ou do pai, ou da mãe. Então, estamos buscando esse trabalho. Parou o trabalho em Ribeirão Preto porque não tem o recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário para usar pós-transplante de medula óssea, que é um medicamento muito caro. Então, eu clamo pelas pesquisas. Eu clamo pela pesquisa do Dr. Daltro. Em 2015, ele esteve no Pará, convidei-o para uma grande jornada de capacitação, convidei os nossos ortopedistas do Pará e, com isso, nós começamos uma parceria na pesquisa, Senador. Eu tenho seis pacientes tratados, recuperados, através da terapia celular. É muito importante relatar, porque a gente fica tão emocionada...

Eu atendo como médica, porque eu acho que é muito importante, eu, como gestora, atender, para eu entender o sofrimento de cada um, a dificuldade de cada um para chegar no tratamento. E eu estava atendendo e ouvi gritos de criança, chorando. Eu saí do consultório e fui ver o que era. Era uma criança de 12 anos, Senador, numa cadeira de rodas, com uma osteonecrose, com dor. E... O que é que eu faço? Liguei para o Dr. Gildasio e eu sei que consegui que essa criança, com a pesquisa do Dr. Gildasio, chegasse à terapia celular. Hoje, Doutor, ela está com 16 anos e dança, ela é bailarina, Doutor – ouviu? (*Palmas.*)

Então, eu clamo para que o trabalho do Dr. Gildasio se torne um programa de tratamento e também referência. Nós temos centros tratadores em outro estado. Eu estou esperando no Norte, lá em Belém, para nós termos nossos centros de referência, mas nós temos que ter recursos.

Isso é muito importante. Uma vida melhor para todos, parar de se estar fazendo prótese, parar de estar com cadeira de rodas. Nós temos condições de cura. Nós temos que começar a avaliação de terapia celular a partir de dez anos de idade, quando os ossos estão bons, para, quando ele começar a dar sinal de falência, fazer a terapia. E essa criança, essa pessoa, esse rapaz vai ter uma vida saudável.

Eu clamo para novos tratamentos com novas drogas. Eu sou da pesquisa do crizanlizumabe. Eu estou vivendo e digo assim: Gente, vale a pena, tanto a pesquisa clínica, como a do acesso expandido.

Eu vou falar só, rapidinho, porque a irmã da minha paciente que está em uso do tratamento do acesso expandido falou para mim: "Doutora, eu não tenho palavras para lhe agradecer. A vida da minha irmã mudou. Antes, só era hospital [ela é formada em Enfermagem], casa, hospital. Doutora, a minha irmã passou na residência em São Paulo para Enfermagem. A minha irmã está feliz, Doutora!".

Então, gente, vamos fazer com que outras drogas cheguem até as pessoas com doença falciforme, que os programas, as pesquisas tenham recursos para caminhar! Eu espero, Doutor, estar nesta batalha até a terapia gênica. Eu espero concluir a minha missão como médica, missão de cuidadora da pessoa com falciforme, com a terapia gênica. E, para isso, a gente precisa de recursos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excelente, Doutora!

Dra. Saide Maria Sarmento Trindade é hematologista, pediatra, hemoterapeuta e deu aqui depoimento do seu dia a dia com os pacientes, esse mundo tão difícil e, com essa invisibilidade que alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dão a ele, só com recurso, com mais postos, com mais médicos, com mais especialistas e tendo o tratamento que, como foi dito aqui, para outros setores.

Sabe que... Eu acho que foi você que citou uma doença que dá no sangue... Fizemos aqui uma audiência pública, a representante é do Rio Grande do Sul e ela fez um agradecimento em público, aqui, ao Governo Lula. Não sei se ela vota no Lula, mas ela fez um agradecimento aqui, em público, pelo atendimento que o Ministério da Saúde está dando... (*Pausa.*)

É essa mesmo.

Tânia.

Ah, eu tive covid. Ela não teve, porque ela está me ajudando aqui, lembrando. (*Risos.*)

Mas você não teve essas sequelas de lembrança.

Ela lembrou o nome da pessoa. Tânia, Rio Grande do Sul, Presidente da...

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Da Federação. É controle social, gente, eu tenho que saber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Ela sabe tudo, está sendo simples aqui. Ela sabe tudo.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Deixa eu lhe mostrar uma coisa linda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Então, é isso que vocês estão pedindo aqui.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Sabe aquele rapaz ali atrás de camisa? Por favor, Elvis. É um transplantado, curado da doença falciforme. (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – No SUS do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Muito bem.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – No SUS do Brasil. Foi tudo feito...

É Elvis Magalhães. Deixa ele dar uma palavrinha só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Olha, aqui elas mandam. Uma manda daqui; a outra manda dali e eu fico olhando para todo lado. Mas essa é a beleza de uma audiência pública, é para que as painelistas interajam com o Plenário e participem da coordenação do evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELVIS MAGALHÃES (Para expor.) – Senador, o senhor sabe que... O senhor se lembra da audiência pública que nós fizemos? Então, foi em 2012 a nossa primeira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro, eu me lembro.

O SR. ELVIS MAGALHÃES – Um dos temas era a questão de incluir a doença falciforme no rol de doenças passíveis de transplante de medula óssea.

Graças a Deus, a gente conseguiu, em 2015. (*Palmas.*)

Ele veio com restrição de idade. A Fenafal, com a Maria Zenó, e muita gente, como Belinda Simões e um monte de pesquisadores, o movimento social da doença falciforme, conseguimos ampliar a idade e ficou sem limite de idade.

Então, o que me dá satisfação, gente, é que, assim... Essa portaria... Qual que era a importância dela? Muitos médicos, quando a gente falava em transplante de medula óssea para a doença falciforme... Porque eu tenho 18 anos de transplante, nunca mais entrei num hospital. São 18 anos sem tomar morfina, porque eu nunca mais tive dor. Então, eu não era viciado, eu tinha dor e, com dor, a gente precisa de medicações e, muitas vezes, a morfina era necessária. Então, o que aconteceu foi que essa portaria de 2015, reformulada em 2018, trouxe mais tranquilidade para que os médicos hematologistas pudessem indicar seus pacientes complicados, os pacientes que estavam nos critérios de indicação.

A Dra. Saide falou uma coisa que me dá muita satisfação, Senador: é que toda essa luta nossa – e eu digo do movimento social, viu gente. Fico muito feliz de ver vocês de novo, muito mesmo, de verdade, e emocionado de saber que nós estamos, depois de tantos anos, aqui novamente reunidos.

Então, o que aconteceu? Quando essa portaria foi publicada, ela deu aos os médicos um documento para que encontrassem, entre os pacientes, aqueles para quem era necessário o transplante de medula óssea. Muitos deles não tinham um doador compatível. Por isso é que nós vimos com muita satisfação – inclusive já mando isso como demanda para a Joice Aragão, para a própria Federação –, porque já existem transplantes no Brasil, aliás, vários, mas só estão acontecendo no particular, e nós precisamos incluí-lo também na tabela SUS, o transplante com 50% compatível, ou seja... (*Palmas.*)

...o paciente que tiver uma mãe, um pai ou um irmão 50% compatível pode ser muito bem indicado. Temos visto com muita, mas muita satisfação, as terapias gênicas que já estão acontecendo, e isso vai se ampliar.

Nós só precisamos, como movimento social, como pessoa e como sociedade, que a ciência continue avançando, de verbas, e, como disse a Simone Bruna lá para o Gildasio, capacitar os médicos. Nós precisamos acreditar na ciência, apoiar a ciência e a pesquisa brasileira. O Brasil não perde em número de transplantes, de êxito em transplantes de medula óssea em falciforme para nenhum país do mundo – nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos mais de 90% de êxito – e me dá muita muita felicidade saber que, em 2009, nós começamos a encampar essa luta para incluir mais pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELVIS MAGALHÃES – Como eu fico feliz de ver mais e mais pessoas, irmãos, com doença falciforme, sendo curados, apesar de toda a resistência que nós enfrentamos.

Maria Zenó, minha irmã, quando ela chega, ela chega metendo o pé na porta. Conversou com o Chioro e nós conseguimos, Senador Paulo Paim, com a sua ajuda, com as audiências na Câmara, com o acolhimento, dentro do Ministério da Saúde, a gente conseguiu mudar a história. Hoje, a gente tem visto irmãos nossos de falciforme tendo a realidade da cura.

Dezoito anos curado não é para qualquer um. Há cinco anos eu transplantei também o fígado, porque a doença falciforme, de vez em quando, manda uma fatura, então, há cinco anos, eu transplantei o fígado também, mas estamos aqui, vivos, lutando mais do que nunca, e acreditamos que nós podemos mudar a realidade dessas pessoas.

Irmãos de luta das associações, muitíssimo obrigado por tudo, vocês sabem que vocês estão aqui no meu coração! Fiquem com Deus. Obrigado.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Elvis, você não sabe o quanto é importante o depoimento que você deu aqui.

Falando de audiência pública, fizemos tantas lá em 2012... Infelizmente, dentro do Parlamento – não vou citar o nome de ninguém –, nem todo mundo gosta de audiência pública. Eu poderia dizer que, com audiências públicas, nós formatamos muitas e muitas leis que surgiram de audiências públicas.

O seu depoimento mostra... Eu poderia aqui falar de mais de 50 leis que foram debatidas em audiências públicas – eu estou aqui desde a Constituinte – e se transformaram em leis, leis efetivas! Inclusive as que tratam da aids, dos estatutos que vieram de audiências públicas; todos vieram de audiências públicas. Ninguém inventa lei, o povo é que tem que falar!

Então, eu queria aproveitar este momento para fazer um apelo aos Senadores e Deputados para que permitam que o povo venha falar em momentos como este, para que o Congresso entenda, que o Executivo entenda, que o Judiciário entenda que as melhores propostas de lei são aquelas que vêm da população. É o que vocês estão apresentando aqui hoje.

Eu digo que nós estamos aqui de passagem. Eu, casualmente, por culpa de vocês, estou aqui há quase 40 anos. Entrei e nunca mais saí, mas eu diria, com muito carinho, independentemente de quem esteja aqui no Parlamento, seja esse ou aquele Deputado ou Senador: vida longa – sim – às audiências públicas! Elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dão oportunidade para que o povo possa se manifestar, como está, nesta beleza de audiência pública, hoje, ao vivo, para todo o país! (*Palmas.*)

Passamos a palavra para Sheila Ventura, representante da Aprofe. É isso? (*Pausa.*)

Pode falar a sigla toda.

A SRA. SHEILA VENTURA (Para expor.) – Nossa, gente, falar depois desta turma aqui está puxado, porque a gente fica com a voz embargada. A Zenó tem o dom, quando ela faz esses vídeos...

A gente ainda carrega esta cicatriz, não é, Zenó?, da dor do luto! São irmãos, pais, pessoas que... A gente luta e, lá na ponta, dentro de casa, a gente não consegue evitar essa dor do luto. Mesmo para quem não tem filhos, quem não perdeu entes da família, tem as pessoas que a gente cuida dentro das nossas associações. No dia a dia, você conhece as pessoas, cresce com elas, conhece a história...

E esse é o trabalho das associações. Eu parabenizo a todos aqui. Estou muito emocionada, porque sei o que nossos irmãos e irmãs de foice que estão aqui presentes passam lá na ponta. Muitas das vezes com a sua dor, têm que cuidar da dor do outro, mas a gente está vendo o resultado.

Senador, muito obrigada por esta oportunidade. Estas audiências públicas realmente são o que nos dão resultado (*Palmas.*) porque a gente grita na ponta, a gente briga com secretaria de saúde, Ministério Público e a gente chega, muitas vezes, a se sentir incapaz, quando nos dizem que fulano morreu, que sicrano morreu...

O nosso trabalho, o trabalho das associações, que, muitas vezes, é voluntário, colocando sua vida, muitas vezes, em risco, porque eu posso deixar de ir à minha consulta para acompanhar um caso de uma pessoa com doença falciforme, a nossa luta, muitas vezes, não é vista. São guerreiros. Eu falo que a luta com a doença falciforme é resistir e persistir sempre, porque, muitas das vezes, nós somos discriminados, temos sempre que estar comprovando que podemos.

Eu me identifiquei muito com a fala da Dra. Tereza. Eu falo muito que eu não sou uma doente, eu sou uma mulher preta vivendo com patologia. Hoje, eu tenho uma formação, sou formada em Assistência Social e Presidente da Aprofe (Associação Pró-Falcêmicos).

E essas associações são formadas por pessoas que vivem com a patologia. O que a gente traz não é pesquisa, não é Google; é a realidade da vida das pessoas com doença falciforme.

Muitas das vezes, nós não conseguimos trabalhar com a prevenção; a gente trabalha com as sequelas. Quantos de nós aqui não temos as necroses da cabeça do fêmur? Muitas vezes, são limitados o seu dia a dia e o seu trabalho. É um eterno recomeço a vida da pessoa com doença falciforme. Ela trabalha, ela perde o emprego; se ela está estudando, ela reprova; se ela faz faculdade... Até mesmo a família, muitas das vezes, acredita: "Para que você vai fazer faculdade? Você não vai aproveitar isso". Quantos de nós aqui não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebemos que a expectativa de vida...? No meu caso, o médico falava para minha mãe que eu não passaria dos 15 anos. Dia 10 de junho, eu completei 44 anos. (*Palmas.*) É uma grande vitória, porque, de oito irmãos, eu perdi seis. E a gente luta para que a gente diminua os lutos.

Há uma coisa com que fiquei muito emocionada. A gente tem a Joice, a Dra. Clarisse Lobo e outras médicas que estão aqui e que tiveram o que a gente sempre pede: a empatia com a dor do outro. É este é que o problema: a gente sente falta da empatia com a dor do outro.

A doença falciforme impacta na nossa questão social, no nosso emocional, psicológico. Quantos pacientes não suportaram a dor e cometeram suicídio?

E aí eu aproveito para trazer uma pauta muito importante também, Joice, porque a gente fez esse trabalho e tem que puxar novamente, que é sobre a saúde do homem.

Senador, nós temos homens com priaprismo. Além de sofrerem com a doença falciforme, sofrem com o priaprismo, que é aquela dor peniana que, muitas vezes, leva o jovem a ter que colocar uma prótese peniana, e ele já passa por várias situações: a questão emocional, a questão do preconceito... Quando ele chega a uma unidade básica ou a um pronto-atendimento, no auge da crise... A gente já teve casos, em São Paulo, de a equipe chamar a polícia, porque ele estava tomando morfina, um conhecido drogado, e tomando a morfina, e aquela dor não passava. Então, é um paciente com atentado ao pudor, e isso não pode!

Muitas vezes, a gente passa de paciente a meliante; de paciente a drogado; e é essa a luta das associações.

Eu fico muito feliz com a luta da Zenó, com o retorno da Joice, porque realmente ela pegou a luta e todas as pessoas com a doença falciforme, quando ela começou com as mulheres, levava as mulheres a todos os estados, para ouvirem a nossa história, porque ela entendeu que, antes de ter uma doença, eu sou uma mulher, eu tenho desejos... Um homem, que pode ter também filhos e ser trabalhado.

A doença falciforme impacta nessa questão socioeconômica. Mais de 80% das pessoas não conseguem chegar à previdência social, porque perdem ali, no meio do caminho, não conseguem um registro, um trabalho, um registro na carteira. Nós precisamos fazer o diálogo "intersecretarial", trazer a previdência social, trazer as secretarias de educação, porque lá na ponta essas informações não chegam, e há o impacto na qualidade de vida.

Quando tem a evasão nos hospitais, não é porque o paciente é preguiçoso, é irresponsável e não vai às consultas; é porque ele não tem dinheiro para ir à consulta, e a doença falciforme ainda não nos dá direito à isenção tarifária, que é mais uma pauta que a gente sempre coloca.

Nos estados, a gente sempre conversa com as secretarias de saúde, com a Câmara Municipal, com a Alesp, levando essa pauta, porque a gente não se encaixa ali como deficiência. E, aí, quando esse trabalhador – antes de ser uma pessoa com a patologia, é um trabalhador – começa a ter os problemas dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do emprego, ele é mandado embora. Já teve caso de ter sido mandado embora por justa causa, porque no mês levou oito, nove atestados. "Ah, é o preguiçoso". E até a própria família acaba colocando essa pecha no paciente.

Então, nós temos que conversar com o INSS, conversar com as empresas, fazer um diálogo mais amplo; sair das nossas caixinhas da saúde e trazer as outras secretarias para que ouçam as nossas demandas também, porque, muitas vezes, eu posso ter uma qualidade de vida, mas eu não consigo trabalhar. Somente se eu apresentar, no meu exame técnico, no meu exame de admissão, que eu tenho a doença falciforme, já não sou aceito. Num concurso público, eu posso ter passado como todos, mas, se apresentar no meu exame que eu tenho a doença falciforme, eu não sou aceita.

Então, nesse diálogo, eu fico muito feliz por nós também estarmos com a Secretaria dos Direitos Humanos, que é o que a gente precisa que trabalhe nessa questão socioeconômica, porque a doença falciforme é uma questão social de grande impacto e, muitas das vezes, é o que determina a vida e a sobrevida das pessoas com doença falciforme lá na ponta.

Quando eu não tenho ideia, a mãe não vai ter R$200 para comprar. E, se ela tiver, ela vai ficar é dividida entre levar o filho à consulta e trazer o alimento para dentro de casa.

Então, são assuntos que, muitas vezes, não são debatidos.

Nós não somos só uma doença; nós somos mulheres que trabalham, homens, chefes de família, que têm filhos, e isso não é visto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Sheila Ventura, representante da Aprofe, que aqui demonstrou... Com essa frase final, disse tudo: "Querem que a gente seja invisível. Nós somos crianças, somos jovens, somos adultos, somos pais, somos mães, somos avós e queremos um olhar como aqui foi dito por todos vocês".

Eu pediria que vocês retornassem para o Plenário. A representante do Governo Lula fica na mesa, e do Ministério da Saúde.

Eu vou convidar, então, a nossa terceira e última mesa.

Convido Yone Gonzaga, Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (*Palmas.*)

Essa é uma das duas que pediram para eu registrar. Ela e a outra que está ali, à nossa direita. Yone Gonzaga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já está aqui a Yone.

Agora é a Maria Inês Barbosa, médica do trabalho, Especialista em Gestão de Serviços de Saúde, Mestre em Educação Médica com Ênfase em Saúde da Família. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Fique à vontade. Aqui, nesta mesa, vocês mandam, até porque as mulheres, aqui, são maioria. Em todas as mesas isso aconteceu aqui hoje.

Agora Ana Paula Pinheiro Chagas Fernandes, pediatra, Professora Adjunta 3 do Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. (*Palmas.*)

O pessoal só lembra aqui – e achei importante – que foi de uma audiência pública que surgiu a lei dos autistas. Veio uma delegação aqui de 30 a 40 pais, e eu me lembro de que uma mãe do Rio de Janeiro foi quem encabeçou. Ela disse: "Senador, viemos aqui para essa audiência pública como última esperança. Já percorremos o mundo quase". Ela quis dizer o Brasil. E fizeram uma bela audiência pública.

Quando terminou, nós encampamos que iria ter, então, a lei dos autistas, produzida por eles – não é que a gente produziu não. Eles produziram, eles indicaram depois autor e Relator, mas tudo surgiu numa audiência pública.

E, como foi 18 de junho o Dia Mundial do Orgulho Autista, o Senador Flávio Arns, que é o Presidente da Comissão de Educação, presidiu, em nome da Comissão de Direitos Humanos, esse evento.

Eu queria dar uma salva de palmas a essa luta vitoriosa que foi lembrada aqui, com o Dia Mundial do Orgulho Autista. (*Palmas.*)

Por favor, Dra. Yone Gonzaga, Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

A SRA. YONE GONZAGA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Eu gostaria de começar agradecendo e cumprimentando a mesa, o Senador, a Dra. Joice, a Dra. Maria Inês, a Dra. Ana Paula, cumprimento cada uma e cada um que está aqui.

Quero dizer que, para mim, este momento é de muita emoção também.

Primeiro, quero dizer que eu fui uma das mulheres que pediu para tirar foto com o Senador, pelo que significa ter um Senador da República negro neste país... (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. YONE GONZAGA – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que significa um Senador da República negro, que se compromete com a luta de mulheres e homens, milhares de famílias negras neste país, com doença falciforme ou não; pelo que significa uma audiência pública promovida nesta semana, em que nós estamos discutindo os direitos das pessoas com doença falciforme.

Estou emocionada também porque é a minha primeira vez no Senado Federal.

Eu sou Yone Gonzaga, sou filha de um pedreiro, Raymundo, e de uma ex-empregada doméstica, depois técnica em enfermagem, Margarida Gonzaga. Ambos não estão fisicamente entre nós, mas é deles que eu trago a força de dizer que hoje eu cheguei a um lugar a que os meus não chegaram. (*Palmas.*)

E eu quero estar aqui para dizer desta alegria e para dizer que, enquanto professora da rede pública, enquanto professora formadora, a doença falciforme não me foi ensinada. Eu aprendi sobre doença falciforme fazendo ó...

Em 2015, eu assumi, no Governo do PT, em Minas Gerais, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, com o Secretário Nilmário Miranda, a Superintendência... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Nilmário foi Parlamentar, colega...

A SRA. YONE GONZAGA – Sim, sim.

Eu assumi a Superintendência de Políticas Afirmativas e Articulação Institucional na secretaria, e uma das pautas era, de fato, pensar as políticas afirmativas. E a Zenó, com esse jeito que todos nós conhecemos, uma vez foi atrás de mim e disse: "Olha, nós não podemos deixar de pensar nas pessoas com doença falciforme". E aí começamos a fazer um trabalho de pensar o racismo institucional e a doença falciforme.

Como já foi dito aqui na mesa, o racismo determina os nossos modos de viver. O racismo determina os nossos lugares ocupacionais. Por isso que nós temos um Senador negro, poucas professoras universitárias doutoras negras. Nós temos poucos médicos, poucos odontólogos e poucos hematologistas negros. O racismo determina a nossa condição de vida.

E, aí, eu assumi esse trabalho de conversar sobre o racismo institucional numa perspectiva de falar sobre os direitos e hoje eu me dou conta de que é necessário ampliar todas essas reflexões para o campo da educação.

Tenho atuado como formadora de docentes e de gestoras e gestores, e, também por causa do racismo – nós já sabemos –, nós temos a Lei 10.639, que fala da obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura negra nos currículos, e este conteúdo chega de forma ainda muito incipiente aos conteúdos. E nós sabemos que isso é resultado do racismo. E nós sabemos que é resultado do racismo institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, foi divulgada uma pesquisa realizada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, de São Paulo – e Instituto Alana, que fala que 70% dos municípios pesquisados não implementaram esta legislação. Então, ainda hoje, a história e a cultura africana e afro-brasileira chegam de forma muito incipiente aos currículos.

Ainda nesses currículos, professores e professoras pensam, Senador, que, tratando no mês de maio dos processos de escravidão, estão nos representando, que estão trazendo as nossas histórias. Ainda hoje, professores e professoras pensam que falar que existe a lei ou que o 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra é suficiente, e nós sabemos que não é suficiente. Nós sabemos que esse "desconhecimento", entre aspas, de professoras e de gestores e gestoras da educação tem a ver com racismo institucional. E, ao não conhecer a nossa história negra, os nossos legados, os nossos conhecimentos produzidos desde África e em todas as diásporas, nós estamos legando um processo de invisibilidade para o negro e a negra brasileiros. E esse processo de invisibilidade só se torna mais agudo quando nós falamos de pessoas com doença falciforme.

Se a nossa corporeidade negra já é invisibilizada... Professores, professoras e todos nós presentes temos acompanhado, principalmente nas mídias, os ataques racistas a várias pessoas e nós sabemos que, independentemente das condições econômicas, o racismo nos torna todos desumanizados.

É isso que o racismo faz conosco, ele nos desumaniza, e esse processo de desumanização acontece para a manutenção do que a gente chama – Cida Bento fala – de "pactos da branquitude", para que nós, negras e negros, não queiramos assumir outros lugares; para que nós, negros e negras, não possamos lutar pelos nossos direitos; para que nós, negros e negras, não reivindiquemos que estar numa audiência pública é direito nosso, porque nós sabemos das nossas dores, nós sabemos das nossas competências e nós sabemos das nossas potencialidades.

E, aí, quando a gente trata das pessoas com doença falciforme, há um agravamento, como já foi dito aqui. Na semana passada, eu desenvolvi um processo de formação em um município lá de Minas Gerais, e, numa sala com 60 gestoras e gestores, eu perguntei aqueles e aquelas que conheciam a doença falciforme. Menos de 15 pessoas na sala levantaram a mão. Basicamente, todos têm em torno de 15 a 20 anos de docência. Então, vejam bem: quando profissionais de educação, que atuam há tanto tempo, desconhecem essa doença e trabalham numa periferia em que os estudantes, o corpo discente é majoritariamente negro, esses profissionais estão me dizendo que eles não conhecem os seus alunos, que eles não olham para os seus alunos, que eles não respeitam as trajetórias desses estudantes e as vozes desses estudantes. Isso porque, como também já foi dito aqui, a doença se manifesta desde a mais tenra idade, não é? E nós sabemos, assim os estudos vêm mostrando, que as crianças negras, desde as creches, são as menos cuidadas. Eliane Cavalleiro já dizia isso lá nos anos 90; Fabiana de Oliveira diz isso agora. O Prof. Luiz Alberto, que faleceu recentemente, dizia que o silêncio em torno das questões raciais é uma estratégia para a manutenção do racismo e para a manutenção das desigualdades educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que muitas crianças, adolescentes e jovens têm um número de evasão muito grande ou de distorção idade-série, e a gente não indaga essa evasão, essa distorção idade-série a partir desse olhar para as doenças falciformes, para as pessoas que são acometidas por essa doença. Nós falamos, os indicadores trazem: as pessoas negras são as que mais se evadem. A distorção idade-série é maior entre os negros. Mas e esse monitoramento desses dados para a gente saber por que essas pessoas se evadem? O que leva a essa evasão?

Então, pensar o racismo institucional no campo da educação e o racismo institucional como um fenômeno que precisa ser vencido é urgente. (*Palmas.*)

É urgente porque, uma vez não tendo condição de estudar, a vida dessa pessoa também será prejudicada, porque o acesso ao mercado de trabalho será diminuído. Também não tendo acesso ao mercado de trabalho, não tendo acesso a uma profissão digna, essa pessoa terá menos chances de viver.

Então, eu trago como reflexão a necessidade de uma articulação institucional entre os Ministérios da Saúde, da Educação, dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial, para que, na realidade, a formação docente também incorpore essa temática, não como uma temática *en passant*. "Ah, este ano nós vamos ter...". Não! Isto precisa estar nos currículos também. Quando nós pensamos a história e cultura negra e afro-brasileira, nós precisamos entender quem somos nós nesse processo. Entender quem somos nós significa também trazer uma reflexão sobre a doença falciforme.

Sugestões aqui para esta audiência pública: a questão do monitoramento das evasões, da distorção idade-série na idade escolar, contemplando este olhar para as pessoas com doença falciforme. É esta política que precisa ser interligada. Nós não podemos deixar que somente os números digam que nós somos isso ou aquilo, nós precisamos dizer o que somos. E ao dizer o que somos, nós vamos dizer: "Nós somos pessoas negras, nós temos direitos e nós temos uma infinidade de legislações que garantem esse direito". Mas essa infinidade de legislações, hoje, muitas vezes é apenas repetida no seu teor, mas não trabalhada para que, de fato, as pessoas negras, com doença falciforme ou não – aqui no caso, estamos trabalhando com as pessoas com doença falciforme –, possam ser vistas na sua condição de sujeitos, cidadãs e pessoas de direito.

Para finalizar, é importante também que a gente entenda que esses processos formativos precisam se dar com essas pessoas. A Zenó disse aqui da dor, e nós sabemos que quem vivencia determinado problema consegue falar sobre ele com maior propriedade. E nós temos aqui professoras e professores de vida, professoras e professores que não estão somente nesta condição de pessoa com a doença falciforme, porque é uma outra coisa que precisa ser pensada. São pessoas com direitos, com sonhos, com desejos e com possibilidades.

Em 2017, num evento em que a Zenó me convidou, uma moça disse uma frase, quando estava sendo homenageada, que ficou na minha cabeça, e eu vou repeti-la: "Eu sei que eu vou morrer porque não tenho hidroxiureia, mas eu tenho tantos sonhos!". (*Manifestação de emoção.*) E aqui eu falo desses sonhos, dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que tiveram suas vidas ceifadas e que estes sonhos que não puderam ser vividos, possam ser vividos por quem tem a doença falciforme...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. YONE GONZAGA – ... possam ser vividos por nós pessoas negras, que lutamos por direitos, por dignidade.

Finalizando mesmo, destaco que o Senador Paulo Paim é o autor do Estatuto da Igualdade Racial, daí a minha emoção também de estar falando sobre isso. Durante muito tempo, trabalhei com os Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, e, no estatuto, os direitos das pessoas negras, os direitos das pessoas e o direito à educação e o direito à saúde estão também garantidos, não só na Constituição, mas também no estatuto, a Lei n° 12.288, de que eu acho que é importante nós trazermos a referência aqui.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui conversando, dialogando com vocês nesta manhã, que é histórica para a minha vida, e eu espero que seja histórica também nos processos de incorporação dessa temática na formação de professoras e professores e gestoras e gestores da educação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que agradecemos, Dra. Yone Gonzaga, a senhora que é Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nossos cumprimentos mesmo, viu? E uma simplicidade quando eu a encontrei no corredor! Posso tirar uma foto com o senhor, Senador? Ela é que é mestra, ela que é doutora. Eu sou um simples Senador que aqui chegou. Muito orgulho de ouvir a sua fala aí!

E você, me permita que eu diga isso, você citou a Lei 10.639. Eu confesso que eu sou um apaixonado por essa lei. Todo ano eu tento lançar uma campanha para divulgação da lei, porque não se chega a 25% dos municípios brasileiros que adotam efetivamente na sala de aula a importância da lei, que quer contar só a história verdadeira de negros e índios na formação do povo brasileiro. Vejam a dificuldade.

Eu apresentei até um prêmio aqui no Senado para premiar as cidades do Brasil que realmente adotam a 10.639. Que a gente pudesse, simbolicamente, eu cheguei a dizer, lançar uma grande campanha. E falamos no Governo, e o Governo, todo ele, simpático à ideia, muitos encampando a ideia.

Não é porque eu estou falando. A lei existe há 20 anos, não é? Há 20 anos. E a gente sempre tentando, nós todos tentando, e a dificuldade de fazer com que ela realmente cole – cole que eu digo não é colar na sala de aula, senão vão me dar zero aqui já –, que a lei pegue mesmo e a gente possa, então, mostrar que de fato a educação liberta. Paulo Freire, se não me engano, não é? A educação liberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a importância dessa lei para mim é muito grande. Eu vou voltar no tempo. Muito tempo atrás, como eu venho de outros tempos, eu apresentei essa proposta na Câmara. A Câmara aprovou, veio para o Senado. Nós não estávamos aqui, estávamos lá. Ela foi simplesmente engavetada e não foi votada.

Felizmente, depois, na frente, Esther Grossi, nunca vou esquecer, e Ben-hur apresentaram de novo a lei na Câmara dos Deputados. Eu estava lá ainda. Veio para o Senado e o Senado aprovou. Então, Esther Grossi, gaúcha de quatro costados, e Ben-hur foram aqueles que, conjuntamente, apresentaram essa lei.

Ela é uma realidade, mas só que tem que ser implantada de fato, não é, Doutora? E você, como doutora, como mestra, sabe mais do que ninguém, mas estamos conversando com os ministérios, para que nós todos, junto com a parceria público-privada, como foi dito aqui, que a gente possa lançar essa campanha.

Mas não é só dizer que vai lançar, dizer que vai lançar eu venho falando há muito tempo, mas tornar realidade, para que a gente tenha um prêmio, dois prêmios, dez prêmios, vinte prêmios, oxalá mais de 5 mil prêmios, para as prefeituras que realmente assumam a responsabilidade de fazer com que se conte na sala de aula a verdadeira história do povo negro e índio.

Pode ser por aí, Doutora? Muito bem. Meus cumprimentos.

Passamos de imediato a palavra a Maria Inês Barbosa. (*Palmas.*)

Deixe-me ler aqui, deixe-me ler o resto.

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Está errado? Assessoria, diz que o roteiro que chegou aqui está errado.

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – Acontece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Faça sinal aí para nós.

Pode falar.

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA (Para expor.) **–** Tá! Está com som.

Então eu vou iniciar fazendo a minha apresentação.

Sou Maria Inês da Silva Barbosa. Eu sou formada em Serviço Social. Serviço Social é uma área e atividade da saúde. Normalmente, por eu estar muito envolvida com as discussões das políticas de saúde, ou eles colocam que eu sou enfermeira ou colocam que sou médica, e eu sou assistente social com trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em periferia, trabalho em hospital. Então, eu tenho toda uma trajetória de trabalho e de docência na área da saúde.

Eu sou professora aposentada do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, onde lecionei nas áreas de formação – Nutrição, Medicina, Enfermagem – e na Pós-Graduação em Saúde Ambiente e Saúde.

Eu fui autora da primeira tese sobre racismo e saúde no Brasil, focando no tema do racismo em si. Já se vão alguns anos.

Isso posto, eu também gostaria de me apresentar para aqueles não videntes.

Eu sou uma mulher negra, idosa, de cabelos grisalhos. Estou portando um brinco de palha nas cores de Oxum, que remetem a Oxum. Eu estou vestida de branco com um lenço colorido. Sou filha de uma mãe trabalhadora doméstica, que, aos nove anos, foi apartada de sua família para trabalhar numa casa de família em São Paulo. E eu tenho toda a minha família, por parte da minha mãe, dispersa. Eu devo ter parentes que eu desconheço, porque minha mãe fazia referência que um irmão dela havia ido para o Rio de Janeiro. Mas essa mesma fonte, essa mesma base foi que me deu essa força para estar em movimento. A minha mãe tinha até o segundo ano primário, que era quando ela vai para casa de família, ela tinha o segundo ano primário. E ela alfabetizou o meu pai, para que meu pai tivesse uma profissão. O meu pai era motorista e formou a mim e a minha irmã já falecida.

Eu quero saudar a nossa ancestralidade, história de amor, dor e resistência. Saúdo aquelas e aqueles que, apesar da dor, oferecem amor para nos debruçarmos sobre a dor e gestar um novo dia.

Quem sabe faz a hora.

Saúdo aqueles e aquelas – filhas, filhos, esposas, esposos, amigas, amigos – que se foram. Suas dores não serão inúteis. Estreitam laços, compromissos. Aqui estamos fazendo o presente, honrando a história de amor e dor.

Saúdo afilhado querido com doença falciforme, que, aos 28 anos de idade se suicidou, em 30 de dezembro de 2022. Nossos mortos não morreram; nos guiam nos caminhos de consolidação do direito pleno à saúde, nos caminhos da complexidade do sistema. Sistemas complexos requerem pensamentos complexos. Sua morte aponta para questões afeitas à saúde mental e, por que não dizer, ao processo de formação e à LDB, porque são aspectos – e as mesas anteriores mencionaram – da formação para além do hematologista. Eu venho percebendo que tem crescido o suicídio entre jovens negros e a gente não tem feito uma leitura do quanto isso afeta a juventude negra com doença falciforme.

É outro aspecto, porque meu afilhado se suicida depois de um longo processo de vivência, de cuidados e descuidados, conhecimentos e desconhecimentos. Então quando a gente fala em conhecer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidar, nós estamos ao mesmo tempo falando que não conhecemos, que não cuidamos, que não temos consciência, por isso a necessidade do Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme.

Saúdo aqueles e aquelas que se dedicaram em todos os níveis para nos debruçarmos sobre o conhecer, cuidar, ter consciência sobre a doença falciforme. Quem sabe faz a hora.

Saúdo aqueles e aquelas invisibilizados, "invisibilizades", invisibilizadas que limpam, preparam o alimento, recepcionam, cuidam do som, nos dão apoio, enfim, possibilitando que aqui estejamos. Se aqui chegássemos e a sala estivesse suja, lembraríamos das pessoas responsáveis por limpá-la, como a gente chega e está tudo em ordem, dá a impressão que surge do nada. Essas pessoas chegam muito antes de nós e chegam depois de nós, elas estão neste momento aqui conosco.

Saúdo também aqueles e aquelas a quem são negados e usurpados os direitos de acessarem espaços de reflexão e deliberação acerca dos seus direitos, ainda que garantidos constitucionalmente. A essas pessoas sobre as quais falamos foi negado o acesso de estarem aqui discutindo num espaço de poder, é um dos três Poderes. Então, ao estarmos aqui, está tudo aqui, e a gente tem que sentir a presença dessas pessoas aqui (*Palmas.*), sob pena de ficarmos na retórica. E a gente vive um momento muito desafiante no país, neste momento, porque a retórica do racismo foi incorporada – a retórica –, e vai exigir de nós – negros, brancos, indígenas, seja quem for – uma radicalidade nessa postura, porque, ao se incorporar retoricamente, o sistema... Porque é isso, quem está no poder, o sistema não vai se deixar abater, ele incorpora e ressignifica para manter o poder, e por isso nós precisamos estar preparados, preparadas e "preparades". Essa é uma questão: somos negras, negros, indígenas, ciganas, ciganos, brancos, brancas, LGBTQIAP+ e tantas letras quantas se somarem, porque são expressões de vidas, vozes silenciadas. E vão aparecer. Estou dizendo LGBTQIAPN+, mas já tem outras letras que se somaram, e não são letras: são vidas, são vozes negadas. Pessoas com deficiências, somos tantas, tantos, "tantes", somos diversos, diversas, "diverses" e não aceitamos mais sermos desiguais em direitos.

Mas eu vou me ater, neste momento... Até por experiência, eu também fiz parte do primeiro Governo Lula, quando se cria a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e os desafios que vínhamos enfrentando desde então. Mas, já que tocamos na questão da formação, e eu sou totalmente favorável à educação como um ponto básico, porque muito do desconhecimento vem da não formação, e eu falo como pessoa que foi professora, por exemplo, na faculdade de Medicina. Dei aula no curso de Medicina. Então, eu sei de como essas questões se dão... Inclusive, na ocasião, lá, em Mato Grosso – e eu amo aquela cidade, a cidade e o estado –, eu fui uma professora que, num projeto de extensão, passou, de iniciação científica, a fazer com que os alunos começassem a se dedicar ao tema. Então, aqueles que participaram do projeto de iniciação científica tiveram a oportunidade de adensar o tema, porque isso não está presente na formação. Eu estou falando da Medicina, mas nos outros cursos da área de saúde também, como já foi aqui mencionado.

Só que tem um ponto, e eu vou focar neste momento na questão da formação mesmo, que é quando a gente fala da 10.639 e 11.645, porque a 11.645 já incorpora o tema, ela avança, porque incorpora os povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, mas, na realidade, não são essas duas que não estão sendo implementadas. Na realidade, a LDB não está sendo cumprida. É mais profundo. (*Palmas.*)

E, quando a gente não menciona que a imensa maioria das instituições de formação neste país não cumpre com a lei maior de educação neste país, é muito mais profundo, e isso, enquanto este espaço aqui do Senado... Porque, se a gente não foca no ponto... Porque quem não cumpre a lei... O que deve ser feito com quem não cumpre a lei?

Então, falta uma supervisão, um monitoramento e um "arrochamento", como dizem, e nós estamos na época do arrocha nas festas de São João... (*Risos.*)

É isso! Sob pena de nós mesmos nos atrapalharmos nesse processo. A LDB não está sendo cumprida neste país, em toda a extensão do país. Isso é sério, porque, em função do racismo, permite-se cumpri-la ou não cumpri-la. E quais são os papéis dos três Poderes nesse sentido?

Então, eu me sinto privilegiada de estar aqui, neste momento, debatendo, porque o Congresso tem um papel, inclusive, de acompanhar, com o Executivo, de monitorar, de supervisionar, de exigir, e tem a vontade política para fazê-lo.

Então, na realidade, quando nós estamos tratando desses temas, nós estamos tratando das questões de fundo deste país, de como este país foi formado, do quanto nós excluímos diversos grupos e povos.

Poucos de nós sabemos que existem, neste país, mais de 300 povos indígenas – povos! Falam-se mais de 270 línguas neste país. Isso não é parte do nosso processo de formação.

Então, nós estamos falando de um país e estamos falando de "nucleozinhos". Nós não estamos falando deste Brasil intenso, imenso! Ou seja: a tarefa de fazer garantir os direitos das pessoas com doença falciforme é uma tarefa de grande monta, porque ela está inserida num contexto que reproduz e nega isto. Ela está inserida num contexto, tanto nacional como internacional, em que a lógica é dada pelo sistema financeiro e no pensamento único, através das diversas plataformas e redes de comunicação. Ou seja: temos que estar preparados e preparadas e "preparades".

A população negra... E quero fazer só um parêntese rápido em relação aos povos ciganos: eles estão no Brasil, porque degredados foram da Europa, de Portugal, desde os idos de 1500. Para nós, isso, e para o Sistema de Saúde, passa ao largo. Veja como o tema do racismo é profundo!

Eu costumo perguntar lá, para a gente fazer referência a Salvador, à Bahia, onde estão aquelas ciganas que ficam no Mercado Modelo. Onde é que elas moram? O que é que elas fazem? Como é que elas acessam ou não... Isso só para dizer da profundidade do que nós estamos debatendo e de que isso se trata de nos transformarmos, de uma maioria – porque lutamos para ser reconhecidos como maioria –, em força política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? A população negra foi quem elegeu este Governo... (*Palmas.*) ... e este Congresso. E eu estou falando mais por conta de toda a questão do Lula e o contexto, a conjuntura. Foi o Nordeste que o elegeu, foi a população negra. (*Palmas.*)

Agora, isso precisa se traduzir em poder.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – Só que esta é uma luta, e não dá para discutir todos esses temas que a gente está discutindo sem discutir o tema do que é ser branco, o que isso implica da ideologia da supremacia racial branca. É isto.

Nós rodeamos os temas e não tocamos na sua radicalidade. É preciso romper com essa sociedade capitalista, com sua cultura, seus valores, que são excludentes por sua gênese, porque, no mais, nós vamos estar fazendo medidas que são importantes.

E avançamos. Eu quero, também, deixar o quanto nós avançamos, mas a gente só está aqui hoje, como estivemos em outras audiências, por conta da pressão política e de pessoas envolvidas com o tema, como a Joice bem levantou e fez referência às parceiras, companheiras lá, às médicas do Rio de Janeiro. É por isso que nós temos uma política, porque, do contrário, não teríamos. E a manutenção e ampliação...

Então, quando a gente está discutindo hidroxiureia, nós estamos discutindo uma questão muito para além da hidroxiureia. Nós estamos discutindo os laboratórios, nós estamos discutindo o que se paga... Tudo isso está em jogo.

E finalizo... Apesar de – não vou me debruçar sobre isso, e o meu tempo também já se esgotou –, da... O quanto o SUS, nesse projeto neoliberal... Eu costumo dizer: ele está sendo comido pelas beiradas. Temos que nos aprofundar sobre a abertura do SUS ao capital estrangeiro, que está lá, parado, no Supremo, desde 2015. É a inconstitucionalidade, porque, ao falarmos sobre isso, sobre os princípios do SUS, sobre a territorialização, a promoção da saúde, como é que eu vou fazer isso numa gestão voltada para o lucro comercial?

Nós não estamos falando de direitos humanos. Nós estamos falando de contratos que dizem que vamos ter tantas consultas, tantos atendimentos. Como é que nós vamos fazer com que o SUS realmente vigore num contexto desse, com um sistema financeiro pautando a vida? E é um sistema, um projeto, fracassado, de alta concentração de recursos e aumento da pobreza, nacional e internacionalmente.

Então, é sobre barcos que afundam. Essa é uma geopolítica, isso implica em reparações, e, dentre essas reparações, vou usar o exemplo da tal coroação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – ... do Charles. O diamante que ele usa na coroa foi extraído sob sangue e dor da África do Sul. É disso que nós estamos falando.

Que bom que estamos juntas, juntos e juntes, dizendo que nós vamos barrar isso. Mas, para barrar isso, a gente precisa ter consciência de onde estamos e do que queremos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Dra. Maria Inês Barbosa, como ela se identificou, assistente social. Mas ela é mestre em política. Por isso que dá aula em universidade.

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – E Doutora em Saúde Pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E Doutora em Saúde Pública ainda. Então, ela tem muita história para contar e muito para apontar. Pode ver que a fala dela toda, se me permite, aponta também para a questão política.

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – Essencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós elegemos o Presidente Lula, correto? Nós elegemos o Congresso Nacional. Vocês estão percebendo as articulações políticas que o Presidente Lula tem feito para aprovar matérias aqui dentro. Então, nós temos que ter esse olhar, e eu concordo, para a geopolítica, mas, ao mesmo tempo, temos que ter Deputados, Senadores, Vereadores, Prefeitos, Governadores comprometidos por um mundo melhor para todos, negros, brancos, indígenas, enfim, tudo o que a senhora citou, e muito bem.

Então, a responsabilidade é muito grande, inclusive em cima de nós, que estamos mais na frente, para que o nosso povo, cada vez mais, entenda que não é só eleger o Presidente, que as outras instâncias são instâncias de poder. E aqui não passa!

Sabe quantos anos eu peleei com o Estatuto da Igualdade Racial?

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – Eu sei porque eu estava na Seppir, na época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembra-se? Em que ano foi?

A SRA. MARIA INÊS BARBOSA – Na Seppir eu comecei em 2003.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, em 2003. Já faz o quê? Faz 20 anos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, 15 anos; o Estatuto do Idoso, 18 anos. Foi nesse período que começamos a travar o embate, para depois aprovar.

A Lei dos Autistas tem, no mínimo, dez anos.

E aqui, se eu fosse falar de tantas peleias... Não sou eu. Nós que travamos aqui dentro.

A política de cotas tem quantos e quantos anos? Começou lá com o Abdias! O grande debate aqui dentro começou com o Abdias.

Eu tenho, no Abdias, uma grande referência de luta e de bom combate.

Eu estou somando, com a senhora, sobre as dificuldades que passam pelo mundo da política.

De imediato, passo a palavra para a Dra. Ana Paula Pinheiro Chagas Fernandes, pediatra, Professora Adjunta 3 do Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente, da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

A SRA. ANA PAULA PINHEIRO CHAGAS FERNANDES (Para expor.) – Bom dia.

Eu queria cumprimentar a mesa: Dra. Maria Inês, Dra. Joice, Dra. Yone. A gente já se encontrou em outros momentos, não é?

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e a plateia, agradecendo a oportunidade de estar aqui e dizer da minha alegria e do meu respeito pelo que está acontecendo aqui hoje.

Eu acho que é uma retomada, uma nova apropriação de um caminho que foi interrompido por um tempo, e eu senti falta da força que eu vejo aqui.

Acho que o aprendizado que vocês nos dão – e eu falo isso deste meu lugar de fala de médica, doutora, pesquisadora em doença falciforme.... O aprendizado que a gente tem com vocês a gente não encontra em nenhum banco de universidade, em nenhum livro, em nenhum artigo, em nada.

Eu venho aqui, hoje, e estava ouvindo vocês todos e refletindo se, realmente, não é a hora de a gente, no bom sentido, invadir os nossos espaços acadêmicos, as universidades, os cursos da área de saúde e da área de assistência social, com fóruns que levam para dentro da universidade a força e o lugar de fala que vocês têm, porque não adianta a gente tentar ensinar isso que eu aprendi aqui hoje. As pessoas, os estudantes merecem ter contato com isso, precisam ter contato com isso, é urgente que tenham. E é por isso que, vendo aqui representantes de vários estados, eu peço a vocês que reflitam sobre esse papel social também tão importante de buscar as universidades, para que isso seja colocado dentro da academia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, também queria dizer que eu procurei uma frase para terminar a apresentação – isso é comum, e depois eu achei que não, que a frase era, talvez, minha mesmo. E eu ouvi aqui, tantas vezes, a palavra sonho, sonhar...

Eu acho que alguém aí... Eu li, em alguma literatura, que, quando a gente sonha, sonha muito, sonha grande, pode ser que a realidade escute e providencie. Então, eu acho que começa com um sonho mesmo, e a gente vai trabalhar para que a realidade providencie.

Bom, a pauta minha hoje, aqui, vão ser alguns apontamentos sobre atendimento de urgências na doença falciforme.

Eu vou começar – pode passar – dizendo que existe, sim, uma doença no sangue que causa uma série de problemas, mas existem pessoas envolvidas em tudo que se conversa sobre doença falciforme, e a gente já viu isso aqui hoje e em outros momentos. Cada pessoa tem a sua história. Então, a gente nunca pode deixar a doença tomar o papel principal dessa conversa. O papel principal dessa conversa são as pessoas.

Pode passar.

E aí, para começar a fala sobre urgências, eu extraí duas situações do meu trabalho de mestrado. Ele foi um trabalho qualitativo e quantitativo sobre mortalidade em doença falciforme. Ele já está um pouco antigo, mas, como a parte qualitativa foi entrevista às famílias que tinham perdido crianças com doença falciforme, e os relatos eram muito contundentes, eu achei que seria bom a gente começar por eles, para a gente entrar no tema do atendimento às urgências.

Então, nessa entrevista – aqui é um pedaço dela –, a mãe disse:

> Mãe: ... no pronto socorro a gente chega, por exemplo, ele já vai direto pra consulta. Aí, a gente chega lá, aí eles passam a gente pra medir a febre. Mas demora quase duas, três horas pra ser atendido. Quando eu falo que ele tem anemia, aí já é mais, aí eles já correm com ele. Aí eles já correm, já dá um tratamento melhor pra ele, mas, até que eles entendam que o menino tá com anemia, que tem que ser tratado depressa, aí é demorado. Ah, o que eu tenho que reclamar mesmo é só do pronto-socorro, porque às vezes a gente não tem condições de pagar uma consulta, porque eu não tenho mesmo [...]. Aí, às vezes, chega lá, eles fazem um pouco caso com os filhos da gente, porque não é [o filho] deles né? Aí, o pouco caso ali é muito grande.

Essa foi a mãe de uma criança que faleceu aos oito meses de idade.

Pode passar mais um.

Este é o segundo relato. A mãe disse:

> Mãe: Eu levei ela numa segunda-feira no pronto socorro. O médico lá não sabia...
> Ana Paula: O pronto-socorro de onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Mãe: Daqui mesmo. O médico não sabia como resolver o assunto. Ele não conhecia a doença. Ele não sabia nem o que era anemia falciforme... Mas, aí, ela tinha que fazer transfusão de sangue, porque a rapidez da febre, da infecção, é rápido demais.

Essa é a mãe de uma criança que faleceu com 11 meses.

Então, a gente não compreende que uma doença que tem pelo menos quatro situações que justificam que ela seja o holofote de um problema de saúde pública... Ela tem incidência alta na população brasileira; ela tem prevalência na população afrodescendente; ela tem a possibilidade de um diagnóstico precoce por uma ação universal regulamentada pelo SUS, que é o teste do pezinho; ela tem uma mortalidade elevada, principalmente em crianças; ela tem morbidade alta em todas as faixas etárias; ela acomete uma população caracterizada por vulnerabilidades sociais; as pessoas com doença falciforme são quase que todas elas usuárias do SUS; e existe a necessidade de cuidados integrais e da participação de uma equipe multiprofissional no planejamento das ações.

Então, se a gente tem ali pelo menos oito justificativas para que ela seja conhecida por todos, a gente precisa pensar muito bem no que está faltando, qual é o nosso problema e por que depois de quase 30 anos... A gente fez tanto material, o ministério fez, nós escrevemos e nos debruçamos, pesquisamos, tentamos entender, tentamos ouvir, ouvimos, fizemos eventos, e ainda estamos aqui tratando de uma questão de direitos, depois de quase 30 anos... Em 1998 a triagem, quase 30 anos, 25 anos a 30 anos da triagem.

Houve um trabalho que continuou, o meu, de mestrado, e eu trouxe só dois eslaides desse trabalho da Alessandra – pode passar –, que também estudou a mortalidade. Um deles é que o tempo decorrido entre o início dos sintomas e o atendimento médico, na ocasião do evento que motivou o óbito, entre crianças da triagem, de 2005 a 2012, em Minas Gerais, foi ali de cerca de 24 horas, em 70%. E o tempo decorrido entre o início dos sintomas e o óbito beirou ali 24 horas em 40%.

Então, se a gente sabe que a doença é rápida e que os óbitos acontecem em 24 horas – a maioria em até 24 horas – após o início dos sintomas, o pronto atendimento é crucial, é crucial! Está provado que ele é crucial e que é um ponto de atenção dessa linha de cuidado que merece uma atenção especial.

Próximo.

Aí as crianças. Nas entrevistas, 62% das famílias dizem que não foram sequer esclarecidas em relação àquilo que causou o óbito da criança. Mas por que morreu? Elas não se sentiram esclarecidas. Ninguém informou o que aconteceu.

Próximo.

Aí, quando a gente vai ver o percurso para atenção às urgências em doença falciforme que vai até o pronto atendimento, a gente pode pensar que seja simples. Uai, chegou no pronto atendimento... Mas não é tão simples assim. Se a pessoa sair da UBS, ela vai precisar de um contato que vai chamar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambulância, essa ambulância vai fazer o contato com o hospital e o hospital vai acionar a equipe médica. Olha quantos pontos que nós temos para uma coisa dar errado, demorar, atrasar, não é? Se saiu de casa, essa pessoa ligou para alguém, talvez um *call center*, se tiver, e falou: "O que eu faço? Meu filho está ali com febre e tal". A pessoa que atende o telefone, se for esse o caso, vai dizer: "Ou vai à pé, ou vai por vias próprias, ou vai de ambulância". Agora, a pessoa também pode sair de casa e ir por vias próprias até o hospital. Então, são muitas vias, são muitos pontos.

Chegando ao hospital, a pessoa tem que explicar o que ela tem; o hospital, o recepcionista, quem está fazendo a classificação de risco tem que entender, compreender o que a pessoa está falando, entender o que é doença falciforme, classificar o risco da pessoa com doença falciforme pelo menos na classificação amarela. Se tiver doença falciforme mais sinal de alerta, ela será laranja ou vermelha e será encaminhada diretamente, imediatamente à sala de urgência. Isso tudo depende de tantos pontos de atenção que eu acho que só isso já é uma situação de cuidado nosso para que o atendimento de urgência seja mais eficaz.

Eu coloquei ali... Olhe para você ver: a gente tem prontuários, a gente tem prontuário eletrônico, a gente tem formulário, manual, cartaz, celular, ChatGPT, o escambau, certo? Ainda assim, as pessoas não estão sabendo o que é a doença falciforme no PA, não estão sabendo sobre a dor da doença falciforme. Os nossos prontuários, sistemas de prontuário eletrônico, gente, hoje, sinceramente... Eu não sei quantos médicos estão aqui, se atuam com prontuário eletrônico. Eu, nos meus três pontos de atenção, em Belo Horizonte – nos três: na Prefeitura, na Unimed e na faculdade –, atendo com sistema MV. Ele é um grande campeão de prontuários eletrônicos.

Poxa, o sistema MV tem 1 milhão de recursos para avisar o médio e avisar a recepção como são as bandeiras de que aquela pessoa está em uma situação especial.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA PINHEIRO CHAGAS FERNANDES – A gente clica em cima da bandeirinha, e aparece. Aparece pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência auditiva. Por que a gente não cria uma bandeirinha, poxa, se a gente tem um cadastro dos meninos da triagem? Eles têm o número do SUS; já cadastrem todos – todos. Em todo o percurso vai estar a sinalização: no posto de saúde vai estar, no agendamento, na regulação vai estar, no prontuário da urgência vai estar. Pode ser uma solução. Nós ainda não tentamos, mas isso é possível e é simples. Certo?

Aí, você fica pensando... O que acontece: as pessoas não estão sabendo sobre os eventos agudos ocasionados pela doença falciforme? Ou eles não estão sabendo sobre os sinais de alerta que definem um quadro mais urgente, ou será que é a classificação de risco, que não entende que a doença falciforme deve ser priorizada, que não compreende a dor, que não aplica os protocolos assistenciais, que não tem a informação de alerta no prontuário? O que é que está acontecendo? Será que é a equipe de urgência que não sabe o sinal de alerta, que trata a dor daquele jeito ali, "você não vê, mas eu sinto", não entende isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que não sabe aplicar a escala de dor? Será que o Samu é demorado? Que os protocolos não são aplicados? Que a sala de urgência não é bem equipada? Qual é o mapeamento das unidades de urgência que atendem as pessoas com doença falciforme no SUS? E é interessante...

Volta só um pouquinho, porque, no meio desse eslaide, eu pus um olho e um ouvido. Aí eu venho, por uma coincidência, trazer a mesma ideia da Dra. Teresa: as pessoas estão enxergando os outros? Elas se enxergam mutuamente? O olhar nesse momento é treinado para aquilo que se faz? As pessoas se escutam? Elas escutam a dor? Elas escutam a queixa? Elas escutam que aquele paciente tem anemia falciforme? Ou aquilo vira uma miscelânea no meio de um plantão caótico do PA, e é por isso que as coisas não acontecem?

Vamos lá, próximo.

Ou, por trás disso tudo que eu estou falando, tem uma base, que é o racismo institucional, estrutural? Ele, por si, sozinho, já determina um caos nesse atendimento de urgência às pessoas com doença falciforme.

A minha fala fecha aqui sem respostas, não tem resposta. Nós temos que procurar juntos – procurar juntos – o que está acontecendo nos PAs, nos hospitais em relação à atenção de urgência às pessoas com doença falciforme. Talvez seja a hora de a pesquisa agora se direcionar para isso, para responder. Como a pesquisa da Vanessa respondeu o que acontecia com as mulheres grávidas, agora nós estamos precisando saber aqui, no Brasil, o que acontece em relação à atenção às pessoas com doença falciforme num pronto atendimento.

Era isso que eu tinha para falar. Quero agradecer a vocês. Não tenho as respostas, mas a gente pelo menos pode ter o compromisso de procurar junto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Ana Paula Pinheiro Chagas Fernandes, Pediatra, Professora Adjunta 3 do Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

É isso. Os problemas são muitos, mas é a frase final: somente coletivamente, pensando juntos, é que podemos encontrar os caminhos, conversar com todos para governar para todos.

Meus amigos e minhas amigas, como diria um amigo meu nas assembleias que eu fazia quando era sindicalista, já são 10 para as 13h. Muitos já me disseram que têm o horário do almoço. Eu conversei aqui com a Dra. Joice, que é uma das articuladoras deste momento tão bonito para a história do Parlamento brasileiro, que eu só daria alguns informes, que eu tenho que dar, e ela faria o encerramento em nome das três mesas que formatamos.

Pode ser?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vi que está todo mundo com fome. Foi um "pode" bem rápido, hein? (*Risos.*)

Votação simbólica rapidamente.

Eu queria só informar rapidamente aqui que, segunda-feira, temos nesta Comissão audiência pública sobre o racismo no futebol. Todos que puderem acompanhar... Claro que o caso do Vini trouxe à tona tudo isso. Já fizemos uma na Frente Parlamentar Mista Antirracismo, que eu coordeno no Senado e a Dandara coordena na Câmara.

Quarta-feira é sessão deliberativa.

Quinta-feira vai ser uma grande audiência pública, importantíssima. Vamos discutir aqui marco temporal, povos indígenas, para debatermos a questão do marco temporal, que aprovaram lá, e aqui não vai ser bem assim. Nós vamos resistir ao máximo, inclusive a audiência pública tem esse objetivo. Vocês sabem o que é, não é? Traz um prejuízo enorme para os povos indígenas. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E quilombolas, exatamente, indígenas e quilombolas.

Sexta-feira, teremos duas agendas aqui na Comissão de Direitos Humanos. A primeira, instruir o PL 1.944, de 2022, que altera a Lei 4.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança para a fabricação, construção, instalação e funcionamento de obras, piscinas e similares, sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção. Está morrendo muita gente em piscinas. No caso aqui é exatamente isso. É em piscinas, afogamento infantil. E teremos, em seguida, uma reunião da Frente Parlamentar Mista Antirracismo.

Sábado, eu vou preparar as audiências de segunda e o domingo eu vou tirar para almoçar. Para descontrair... (*Risos.*)

Pessoal, é importante lembrar só isso aqui – o último aviso que me lembraram –, que vai ser no dia 3 agora de julho, às 10h da manhã, aqui na CDH, o debate sobre a Lei 10.639; não o debate sobre a lei, mas como nos mobilizar para a grande campanha sobre o tema, com a participação já de órgãos, como de ministérios do Governo Lula.

Agora, então, a palavra final, o discurso de encerramento desta importante audiência pública, para a Dra. Joice Aragão de Jesus, Coordenadora de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS (Para expor.) – É muito emocionante tudo o que foi construído: a parceria com a Fenafal, toda a iniciativa de Maria Zenó no sentido de promover, produzir este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, com o apoio do Senador, desde a audiência com a hemofilia, que foi também muito emocionante, muito importante.

E eu já estou convidando para uma outra audiência, a da talassemia, tá, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês concordam?

Eu vou botar em votação já.

Vocês que concordam com essa audiência pública batam palmas – para ela, não para mim. (*Palmas.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Então, pronto. Está amarrado. (*Risos.*)

Então, foi um momento muito importante, porque o Brasil voltou. O Brasil voltou para ser da população que efetivamente precisa de um SUS funcionando, de um SUS dando atenção de qualidade, dando aos nossos aguerridos profissionais... Porque nós temos muitos profissionais que seguem protocolos do Ministério da Saúde, que apoiam a ciência, que tomaram vacinas e vacinaram seus familiares também.

A ciência tem trabalhado no sentido de descobertas, da promoção das inovações tecnológicas, para que a gente possa dar qualidade de vida principalmente às pessoas com patologias e que têm uma vida muito difícil, com as doenças crônicas, que precisam ser vistas sob o aspecto dos cuidados científicos, mas, sobretudo e acima de tudo, sob os aspectos sociais das pessoas com elas envolvidas, tanto os cuidadores como os tratadores.

Nós estamos num trabalho intenso, em parceria com as associações de pessoas com doença falciforme, como fizemos no passado, agora ampliado para as demais patologias existentes na Coordenação de Sangue, e com um papel muito importante, que é uma questão de segurança nacional, que é a segurança do sangue, da hemoterapia. A Hemorrede está sendo mobilizada. Estamos em reuniões com cada hemocentro, vamos partir para reuniões regulares para a gente fortalecer a Hemorrede brasileira, onde a segurança do sangue, os tratamentos hemoterápicos e as patologias são tratadas.

Este momento é muito importante. Nós estamos trabalhando com a possibilidade de altos recursos, via PAC inclusive, como já foi anunciado tanto pelo Secretário Helvécio Miranda como pela própria Ministra Nísia Trindade, em vários espaços. São recursos que estão sendo articulados para que a gente possa promover a Hemorrede com obras, reformas e equipamentos. Então, temos muito trabalho pela frente.

Agora, existe uma outra coisa que é muito mais importante: a Coordenação de Sangue recebe os usuários, a sociedade civil organizada, os profissionais, os gestores para o diálogo, para a conversa. Nós conversamos, recebemos. O meu celular, o celular da Coordenação de Sangue e o *e-mail* do sangue estão disponíveis para todos e todas que precisarem falar conosco. Nós não somos autoridades invisíveis; nós somos visíveis, nós somos responsáveis. Não estamos na Coordenação de Sangue por qualquer outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse que não seja, como profissional de carreira que fui do Ministério da saúde e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o meu compromisso com a vida, o meu compromisso com o povo brasileiro, agora que estou aposentada, que não estou mais oficialmente trabalhando no SUS como trabalhei a minha vida inteira até quando me aposentei.

Foi neste século? Sim, foi neste século que eu me aposentei. (*Risos.*)

Então, gente, eu quero agradecer muito ao Senador Paim pela sua parceria, que não é de hoje, vem de longe, vem de lá da África, não é? A gente tem um pé lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Com certeza...

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – A gente tem um pé lá. A gente tem essa parceria, e é um trabalho para o qual eu, pessoalmente, conto com o apoio dele para estar conosco, para a gente encarar as necessidades que nós temos, muitas, principalmente no que diz respeito aos avanços e inovações tecnológicas, para que a gente possa, do lado do tratamento, do lado do cuidado, oferecer, dentro do SUS, atenção de qualidade.

E a gente vai trabalhar muito para que a empatia, o amor, o respeito que muitos profissionais aqui demonstraram, Ana Paula, Vanessa, Teresa, Clarisse, tem mais alguém? Tem Júnia. Deixe-me ver...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Ana Paula já falei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Falei, está aqui na frente. Todas essas pessoas e, pelo Brasil afora, muitos profissionais comprometidos com a vida.

Senador, muito grata por esse momento, que mexe muito emocionalmente com todos e todas que estão aqui. Ninguém está aqui à toa com as pessoas com doença falciforme, com quem nós estamos comprometidos.

Eu não sei quanto tempo eu tenho de vida ainda, porque, quando a gente chega a uma certa idade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vida longa.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – Sim, mas, quando a gente chega a certa idade, os filhos, os netos, tudo, a gente tem que estar preparado para esse momento, não é mais quando eu tinha 20, 30, 40, 50. Eu não sei, mas, enquanto eu tiver energia e tiver condições, nós estaremos juntos e juntas. Como você também tem a minha idade, então... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A mesma idade.

A SRA. JOICE ARAGÃO DE JESUS – A mesma idade.

Quero agradecer a confiança que me foi depositada pela Ministra Nísia Trindade, pelo Secretário de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Miranda, de terem me convidado, me trazido para esse trabalho.

Espero que a gente vá se encontrar com frequência e que a gente possa trabalhar intensamente. Conto principalmente com as pessoas com doença falciforme nos seus espaços locais. O acesso é livre, a fala, as queixas, as reivindicações são livres para chegarem até nós. O Brasil voltou e, quando eu falo que o Brasil voltou, nós voltamos, porque nós somos povo brasileiro e gestores.

Muito obrigada a todos vocês que sempre cooperaram e estiveram juntos desde que eu vim para cá, em 2004. Eu agradeço muito o apoio e uma coisa muito importante é o respeito e a confiança. Eu espero que eu atenda e responda com toda a intensidade.

Muito obrigada a cada carinha que eu conheço aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma que não terminou. Eu achei que ia terminar, mas não terminou. Só um minutinho. Já vou dar para você, mas eu vou dar um outro aviso que eu tenho que dar.

Pessoal, quando eu falei aqui das minhas emendas individuais que eu estou mandando para o povo quilombola, para o Rio Grande do Sul, já começaram ligando. É um recurso extra que veio do Governo e eu estou mandando para o povo quilombola.

Quanto àquele rodízio – estou falando para o meu estado, pessoal, vocês me dão um segundinho aqui – que eu tenho de mandar para os 497 municípios de dois em dois anos, todos continuarão contemplados. Esse é o recurso especial que veio e nós estamos mandando para os quilombolas. Então, qualquer município do Rio Grande que tenha comunidade quilombola, por favor, entre em contato com o seu Prefeito, porque vai via prefeitura.

E depois o secretário aqui me lembrou que eu falei aqui da semana que vem, mas não falei de amanhã. Ele disse: "Você não vai trabalhar amanhã?". Claro que vou. Então, amanhã temos audiência pública para discutir, com a participação do Governo, que já indicou os convidados da sua visão, a questão dos idosos aposentados do Brasil. Começa amanhã às 9h e vai ser uma agenda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos falar de nós. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, doutora, a senhora que manda ali agora. Eu ia encerrar. Pode encerrar a senhora aqui, depois ela complementa.

É um aviso para nós todos, inclusive para a senhora, pelo que eu sei.

A SRA. MARIA ZENÓ SOARES (Para expor.) – Finalizando, não vou agradecer ao Paim mais uma vez, porque eu vou estar sempre agradecendo, como a Yone falou, pela pessoa que você é, por tudo que você representa neste país tão sofrido, onde a população negra ainda se encontra em desvantagem em todos os quesitos que a gente não vai ficar aqui falando.

Continuo na guerra, continuo na luta, mas eu não poderia deixar de falar dessa mulher negra, baiana, virginiana, que eu amo muito. E pode passar o vídeo. (*Palmas.*)

Enquanto vai colocando o vídeo, gente, tem o seminário e a Carmen vai conduzir para o almoço. E nós vamos fazer uma foto todo mundo aqui na frente com o Paim.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está encerrada a audiência pública de hoje. Amanhã tem mais e na semana que vem também. Vamos tirar uma foto coletiva.

Está encerrada a audiência de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 33/2023 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Discutir a política nacional do idoso, instituída pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Participantes:** Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa; Symone Maria Machado Bonfim, Diretora de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC; Laís Abramo, Secretária Nacional de Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à Fome; e Mauro Moreira Freitas, Conselheiro Titular no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do Distrito Federal, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior – ABRACS. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Faz uso da palavra a Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 33/2023-CDH, de autoria do Senador Eduardo Girão, para debater a Política Nacional do Idoso, instituído pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Eu, como sempre é de praxe, faço uma introdução. Eu considero essa uma das audiências públicas mais importantes dos últimos tempos, porque aqui nós vamos tratar da minha vida, eu diria das nossas vidas, né? Eu, como já tenho uma idade avançada, sou um dos mais – eu não vou usar mais velhos – veteranos aqui no Congresso, porque tem um e outro, estamos disputando, eu e outro Senador, quem é o mais veterano na Casa, aqui no Senado. E, na verdade, eu vou fazer uma introdução que mostra a realidade do nosso país em relação ao idoso.

Com alegria enorme, já está aqui na primeira mesa o Dr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Está também a Dra. Laís Abramo, Secretária – eu chamo todo mundo de doutor, mas fique tranquilo, vou explicar depois se é ou não é... Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Está certo?

E Symone Maria Machado Bonfim, Diretora de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Sejam todos bem-vindos! Para nós é um momento nobre, porque o Governo vai falar para todo o Brasil pelo sistema de comunicação daqui, Rádio Senado, Agência Senado e TV Senado, sobre a situação do idoso no país e para onde nós vamos, e qual é o programa que a secretaria está apresentando.

O requerimento dessa audiência pública foi apresentado pelo Senador Eduardo Girão. O objetivo é debater a Política Nacional do Idoso. Eu, como fui autor do Estatuto do Idoso, sinto-me já contemplado. Hoje, segundo o IBGE, o país possui cerca de 33 milhões de pessoas idosas.

A estimativa mostra que, com o crescimento contínuo, em 2060 – em 2060! –, os idosos devem corresponder a um terço da população. A porcentagem de pessoas com mais de 60 anos, que são referência na família, cresceu mais de 50% entre os anos de 2001 e 2015, tendo aumentado de 5,88% para 9,2%. Em 2020, quase 70% dos idosos viviam com renda mensal de até dois salários mínimos. A taxa de ocupação das pessoas idosas cresceu de 6,9% em 2015 para 8,2% em 2019.

Portanto, este tema é de extrema importância: como está a implantação das políticas públicas para pessoas com mais de 30, 40 anos, passados mais de 30 anos? Por outro lado, temos que lidar também com esse cenário. O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei 10.741, de 2003,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garante o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária.

A população está envelhecendo, ninguém tem dúvida. E nada mais justo do que querer garantir direitos e políticas públicas humanitárias. Silvia Masc, em artigo, mostra que no Japão e na China a velhice é sinônimo de sabedoria e respeito. Os idosos são tratados com atenção pela vasta experiência acumulada durante os anos de suas vidas. A cultura dessas sociedades tem como tradição cuidar bem de seus idosos. Não se pergunta a idade a uma mulher jovem, mas, sim, às mais idosas, que respondem, com muito orgulho, terem 70, 80, 90, 100 anos, ao contrário do que se passa muitas vezes no Brasil. Lá fora elas falam com orgulho a sua idade.

Nota-se perfeitamente que a diferença é enorme. O Brasil precisa evoluir muito. Os desafios que temos pela frente são enormes: direitos humanos e cidadania acima de tudo.

A Senadora Damares já está aqui no Plenário. Seja bem-vinda. Conversamos hoje da importância dessa reunião, e a senhora disse: "Não, eu estarei lá. Pode contar comigo". O Senador Girão me parece que não vai poder estar, não é? Ele teve compromisso no seu estado e teve que viajar.

Já está formada aqui a primeira mesa: Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Symone Maria Machado Bonfim, Diretora de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; e Mauro Moreira Freitas, Conselheiro Titular no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do DF, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior.

Eu vou dar uma salva de palmas para essa mesa aqui. (*Palmas.*)

Em seguida, nós vamos iniciar o trabalho... A Senadora Damares sabe da minha alegria de vê-la aqui. Conversou comigo ontem. Perguntou para mim: "O Senador Girão não vai estar, o senhor só vai estar aí, não é?". Eu disse: "Não, eu vou estar aí, sim, para nós assegurarmos pelo menos que teremos Senadores no Plenário e na mesa".

Eu dizia que é um dos temas mais importantes da história da humanidade – não é? –, já que todos nós estamos envelhecendo, inclusive eu, que sou aqui o mais veterano, digamos. Neste Plenário aqui, eu sou mais veterano.

Eu já usei o termo veterano na abertura, estou mantendo-o aqui.

Alexandre, começa com você. Nós vamos dar 15 minutos, com mais cinco, para cada um dos convidados. O mesmo tempo terão, naturalmente, a Senadora e os outros convidados que vierem para a segunda mesa.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, pelo tempo de 15 minutos, com mais cinco.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes; bom dia, também, às pessoas que estão nos assistindo. É um prazer receber este convite de uma pessoa que eu admiro muito, há muito tempo, e aí eu entrego a idade, porque eu o admiro há muito tempo... (*Risos.*)

Então, eu já falo que é de muito tempo e é bom estar aqui no Senado. Acho que é bastante importante justamente para falar, como o senhor mesmo disse, de um assunto que, para nós, é extremamente urgente, atual e do futuro. Acho que a gente pode usar esses termos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar a minha fala, então, dizendo até uma das falas do nosso Ministro, de que o futuro é envelhecer. Eu acrescento que o futuro é ancestral, para a gente lembrar um pouco das culturas dos nossos povos que enaltecem a pessoa mais velha, então, os povos indígenas, os povos africanos, os povos asiáticos, que têm isso na sua cultura.

E, para nós, eu vou dizer que envelhecer é o futuro, é o sucesso das políticas públicas. Se a gente conseguir garantir que a população envelheça da forma como queira, é porque as políticas conseguiram dar conta disso.

Como o senhor mesmo disse...

Quero também agradecer a presença de todas as pessoas aqui, da mesa, da Symone... Não sei se o Eri Ventura vai entrar, o Mauro está aqui, da Laís, da Senadora Damares, prazer em conhecê-la também, do Aliel, que já conhecemos em outros espaços, não sei se ele vai entrar, enfim, da Symone aqui, Diretora, também.

Como o senhor mesmo diz, em termos demográficos, nós estamos falando da população hoje, do grupo populacional hoje, que mais envelhece, então, nós já falamos 32, 33, vamos ver o que o censo vai nos atualizar. É o segmento que mais cresce e, quando a gente pensa em envelhecimento, nós já temos uma população em que mais da metade dela tem mais de 30 anos. Então, o Brasil não é mais um país de jovens, como a gente idealizou ou teve anos atrás.

E nós temos alguns desafios atuais. Eu coloco que, dentro da nossa gestão, o ponto principal é colocar o protagonismo da pessoa idosa. (*Pausa.*)

Eu não ia fazer isso... Eu não ia conseguir fazer isso. Obrigado.

E também garantir a proteção dos direitos humanos, isso para nós é bastante importante. A gente entende que há grupos sociais que hoje conseguem envelhecer bem, os dados do censo irão mostrar isso. Há grupos sociais hoje que envelhecem muito bem e outros grupos, nem tanto. Então, garantir a proteção e reduzir ao máximo a violação dos direitos humanos desses grupos para nós é bastante importante.

Nós temos também que pensar o direito de envelhecer de todas as pessoas, onde elas queiram envelhecer, com a sua autonomia sempre sendo respeitada, e garantir que pessoas possam viver plenamente a sua cidadania. Se a gente considerar que um dos princípios dos nossos marcos normativos é que as pessoas possam ter o direito a viver plenamente a sua cidadania, há grupos de pessoas que já nascem com essa violação. Então, nada mais justo do que, pelo menos em uma fase da vida, essa pessoa possa viver plenamente a sua cidadania.

Bom, trago aqui os nossos marcos normativos, em particular a política nacional, mas também aqui eu trago o estatuto, trago também a política nacional de saúde, a gente vê que a secretaria está alinhada para atender as expectativas. A gente tem a preocupação, e aí eu vou trazer já um dos aspectos, que é pensar o envelhecimento ativo, que é um marco muito importante de quem estuda...

Quando o senhor falou "doutor", está certo, eu sou doutor, não errou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu chamo alguns de doutor e eles dizem: "Paim, eu não sou doutor!"

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Então está no caminho certo, não é?

Então, do campo de que venho também, antes de estar aqui, a gente já percebeu isto: muitas pessoas não conseguem viver plenamente. Então, quando eu estou pensando em pilares essenciais para qualquer pessoa, estou falando da saúde em si, da saúde como direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu penso a questão do ensino e aprendizagem, já que nós a todo momento estamos aprendendo... Nós vamos envelhecer juntos por uma ou duas horas no dia de hoje, e isso vai ser uma experiência incrível para nós. Então, me refiro a quanto podemos trocar de informações e aprender um com o outro aqui.

A gente tem que pensar na segurança, nas seguranças, não só na segurança física, mas na segurança previdenciária, garantir que as pessoas possam envelhecer bem. Temos que pensar na participação. Por que as pessoas idosas muitas vezes não são respeitadas nos lugares onde elas querem estar? Então, esse é o nosso desafio.

Assim, a nossa secretaria tem essa preocupação, seja na sua ação finalística ou na sua articulação, de procurar contemplar esses aspectos.

Então, para já começar a apresentar um pouco o que nós pensamos em fazer nesta gestão: a gente está pensando primeiramente em garantir que as pessoas idosas possam envelhecer onde elas querem. Essa frase parece simples, mas ela é bastante complexa em termos de resolução para que isso aconteça, porque, vejam, quando a gente fala que a pessoa é idosa e ela pode envelhecer onde ela quer, estou falando de autonomia e estou falando de todos os equipamentos prontos para atender aquilo de que ela precisa, não que os serviços tenham algo e ela tenha que aproveitar aquilo – nem sempre aquilo que os serviços oferecem é o que a pessoa idosa quer.

Então, vejam, nós temos um problema hoje... Um problema, não, temos uma condição colocada, que é a feminização da velhice. Isso quer dizer o quê? Que mais mulheres envelhecem, isso é um fato. Mas, nessa perspectiva, numa secretaria nos preocupa saber por que é que os homens não envelhecem tanto assim. Por que há essa mudança?

Se a gente for usar outros marcadores, como marcadores étnico-raciais, nós falamos hoje numa população negra que em geral é de 56% e, quando vai para 60 ou mais, cai para 48%, ou seja, tem gente morrendo antes de envelhecer e tem gente chegando aos 60 anos muito mal.

Então, quando eu falo do direito ao território, ao direito de envelhecer onde ela quer, estou pensando nas questões que envolvem o desenho universal, que envolvem esses pilares. E quando eu falo do desenho universal, estou falando de um lugar bom para se envelhecer, qualquer pessoa, inclusive essa que acabou de nascer enquanto nós estamos conversando. Ela precisa ter o direito de envelhecer bem, a criança precisa envelhecer, não só o idoso.

Pensar na formação, pensar na educação, e isso passa por campanhas de letramento naquilo que a pessoa idosa precisa. Quem está na ponta, eu já estive na ponta, estou ainda em contato com pessoas idosas, sabe muito bem que pessoas idosas – e a Laís pode depois falar um pouco mais – nem sempre conseguem falar para o plano de saúde o que elas estão sentindo, tamanha é a dificuldade delas de expressar o que o corpo sente. Ela tem vergonha de falar para o médico, para o enfermeiro ou fisioterapeuta que não entendeu aquela orientação, que ela não conseguia voltar, que ela precisava que alguém pudesse escolher o ônibus para ela poder ir ao serviço médico. Então o letramento, a formação que nós estamos falando vai nesse sentido. Quando a gente fala das fraudes que muitas pessoas idosas, cada vez mais, estão sendo vítimas, esse letramento passa por isso também. Então ter articulações no Ministério da Educação também faz parte da nossa perspectiva. É pensar mobilidade, é pensar transporte, enfim.

Temos também outro ponto que articula com os nossos marcos normativos que é pensar política do cuidado, e aí eu vou deixar para a Laís depois entrar um pouco mais a fundo nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto, mas vejam: quando a gente fala de política de cuidado é um chamamento para toda a sociedade. A gente quer que não apenas a família atue, mas sim a comunidade, a sociedade e também o Estado. A gente tem um problema que eu acho que esta Casa pode ajudar muito a resolver que é o seguinte: há décadas a gente sabe que falar do bem-estar da pessoa idosa não é só falar se ela tem uma doença, se está ou não controlada; a gente precisa saber como é que essa pessoa acorda, ela tem dificuldade para acordar, doeu o braço, deu tontura, precisa de uma cama mais alta? Como é que é quando ela quer correr, praticar um esporte? Como é para ela preparar uma alimentação? Como é para ela sair de casa sozinha? Como é que para ela fazer compras? Isso nós chamamos de capacidade funcional e a nossa linha de cuidado precisaria estar balizada nesses aspectos. Por quê? Quando a gente tem essa métrica, eu consigo entender todos os serviços socioassistenciais, de saúde, da educação, que vão se modular, se organizar para atender essa pessoa.

E com isso eu já avanço um pouco mais para mostrar que, quando a gente está falando dessa política de cuidado e de serviços da saúde e assistenciais, eu tenho a ILPI como uma resposta importante, mas não a resposta e não a única resposta. Dados demográficos, quer dizer, se hoje as pessoas que precisam de fato de uma ILPI precisassem, elas não teriam aquela que elas queiram mesmo. Elas poderiam até encontrar uma, mas não é aquela que de fato elas gostariam. E o que nos preocupa muito é que todas as ILPIs possam ser um espaço de possíveis perpetuações de violação de direitos humanos, e aí eu falo também com essa experiência que eu tenho de estar em várias ILPIs. Uma ILPI em que, muitas vezes, pessoas de mesma estatura e peso compartilham a mesma roupa é violação de direitos. Uma ILPI que não respeita a cultura alimentar dessa pessoa, se ela come peixe, se ela come carne, se ela é vegetariana, viola os seus direitos. Uma ILPI que muitas vezes desrespeita o horário em que ela quer fazer suas atividades também viola os seus direitos. A gente entende o motivo de muitas ILPIs, que muitas vezes é para tirar aquela pessoa idosa de um ambiente violento, esse é um ponto, mas há outras situações que muitos de nós já conhecemos que precisam ser olhadas com mais atenção. E pensar nesse indicador de incapacidade funcional ajuda a pensar em outros equipamentos que podem ter no território, que, para nós, enquanto Governo, também são ações de um custo mais justo e que vão, de novo, garantir a permanência da pessoa no seu território, junto às pessoas de que ela gostaria.

Também quero falar um pouquinho sobre os grupos de pessoas idosas em situação de vulnerabilidades e/ou discriminação múltipla, que é um dos focos de uma das coordenações. A gente entende, então, que envelhecer, para muitas pessoas, já é uma realidade. Do lugar de que eu venho, da pesquisa, da militância, do ativismo, nós sabemos muito bem que há grupos de pessoas idosas que envelhecem muito bem com os seus. A gente fala muito do teste do pescoço: você olha para o lado, você vê o seu companheiro, o seu primo, a sua prima, o seu irmão, a sua irmã, a sua vizinha. Isso é bom, isso é ótimo, esse é o plano para todo mundo, mas, infelizmente, há pessoas idosas que, quando envelhecem, olham para o lado e não veem ninguém. Então, são esses grupos de que nós falamos quando falamos de grupos que estão em situação de vulnerabilidade e/ou discriminação múltipla.

Esse tema já é um tema alinhado à Convenção Interamericana, que também é um outro assunto em que eu gostaria de contar com o apoio desta Casa, para que a gente pudesse ter a ratificação, porque isso vai nos ajudar a fazer uma política melhor, vai nos ajudar a ter mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento. Então, eu gostaria muito de contar com os senhores, com a senhora, para que a gente possa, de fato, levantar essa bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só que eu diga: já conte conosco. Tenho certeza de que a Comissão de Direitos Humanos vai ser sua parceira, porque acho fundamental também essa convenção. E tenho certeza de que a Damares também concorda e todos vão concordar.

Já fica como um dos encaminhamentos desta reunião.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Perfeito, perfeito.

Vamos ver se, em outubro, a gente pode lançar isso, com todo o glamour que merece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem que lançar aqui ainda, na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Pode ser. Ótimo. Será ótimo voltar com esse propósito.

Então, vejam, esses grupos de que nós estamos falando, eles já não tiveram, ao longo da sua vida, essa possibilidade de viver plenamente a sua cidadania. Já tiveram, por vários motivos, a violação dos seus direitos. Então, a gente quer que, pelo menos nessa fase da vida, esse grupo possa viver plenamente a sua cidadania.

E nós temos também outras ações que marcam a violência, como o Junho Violeta, que foi um momento nosso de apresentar algumas ações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Nós temos também, agora, em outubro, o nosso mês internacional de comemoração à pessoa idosa, porque a gente quer construir uma pauta positiva também, mostrar, como eu falei no começo da minha fala, que envelhecer é bom, porque a gente precisa tirar, desconstruir esse estereótipo negativo da velhice, do velho. "Velho" é a árvore que dá sombra para uma sociedade, para uma aldeia; "velho" pode ser o vinho bom; "velho" pode ser um livro clássico, e isso traz uma outra perspectiva; o mais vivido; o que pode, muitas vezes, nos orientar a fazer uma boa política, entende? Então, vamos olhar essa perspectiva do "ser velho".

Nós temos também o nosso conselho, então, hoje, a gente vai estar no processo eleitoral. A gente ampliou para 18 membros de entidades da sociedade civil, mais 18 dos órgãos públicos. Isso, para a gente, é bastante importante; isso traz uma maior participação social e, principalmente, uma maior diversidade de entidades que vão pensar junto conosco esse envelhecimento.

A gente tem muitos grupos, muitas pessoas, muitos ativistas, militantes, políticos, pesquisadores, que vão buscar, muitas vezes, fora do país ou nos países que envelheceram mais, as experiências para trazer para cá. A nossa preocupação é: será que vai funcionar? Porque muitos desses países enriqueceram primeiro, e quando você enriquece, depois envelhece, você tem um cenário mais propício para pensar em investimentos.

O nosso país é diferente, o nosso país envelheceu muito rápido, está envelhecendo muito rápido e não está conseguindo enriquecer na mesma proporção. Então, quando a gente pensa hoje... E esses países, também, que enriqueceram muito não conseguem ter políticas – e nós temos que nos honrar muito – que são políticas como o SUS, o Suas, o nosso método normativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos nos sentir orgulhosos, orgulhosas, por ter esses marcos. Faz muita diferença para nós pensarmos isso.

Avançando um pouco mais a minha fala. Então, nós temos aqui alguns programas que estavam vigentes desde a gestão anterior. Então, nós temos aqui o Programa Viver, que é um programa que a gente vai reestruturar para que ele possa ter um alcance maior, que, de fato, ele contemple esses pilares de envelhecimento ativo e que alcance todas as pessoas idosas que residem nos seus territórios.

A gente tem a Ebapi, que é a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Essa estratégia precisa estar mais alinhada às expectativas não só da OMS – que foi quem trouxe essa proposta para o mundo –, mas, principalmente, ao olhar brasileiro; e o olhar brasileiro é pensar os nossos tempos políticos e pensar as nossas urgências em termos de ação para essas pessoas idosas.

Nós temos também o Pró-DH, que vai continuar, mas também queremos, como eu introduzi na minha fala aqui, o foco nessas perspectivas que, para a nossa gestão, são bastante importantes.

Nós temos alguns programas que estão sendo construídos, que já foram apresentados. Um em que a gente pensa, principalmente, na criação de um agente de direitos humanos nesse território, que ele vai ajudar tanto a mapear as possibilidades de violação dos direitos humanos, mas também essa promoção dos direitos humanos. A gente quer também criar essa rede de outros atores sociais que também pensam e que estão atuando junto à pessoa idosa: a defensoria, o conselho, os serviços de saúde, os serviços assistenciais, as universidades, as empresas. Sim, as empresas também têm esse interesse.

As empresas estão entendendo que pensar em envelhecimento é uma necessidade, e a gente quer abrir também um momento para discutir os ODSs. Estou falando da década de envelhecimento: 2020-2030. A gente quer pensar junto com as empresas também a construção de indicadores que vão apontar para elas o quanto elas podem fazer para dentro, para os seus colaboradores mais velhos, e eu não estou falando de 40+, é 60+ já.

Vamos pensar, vamos falar a verdade, é 60+, são as pessoas que querem envelhecer. Será que as pessoas, principalmente aquelas de baixa escolaridade, conseguirão envelhecer bem nos lugares onde elas trabalham? Porque colocar no aposento, aposentar as pessoas, não tem sido uma boa estratégia.

E os nossos marcos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – ... e a nossa política apontam também que a gente precisa organizar melhor a forma como as pessoas irão se aposentar. A gente tem que preparar as pessoas para se aposentar, seja para continuar onde elas queiram, como também para mudar, para ir para outros espaços.

A gente pensa também que esse agente precisa de uma condição. A gente quer então achar, junto aos municípios, um *locus* para pensar a equipagem de IDH para pessoas idosas, direitos humanos para pessoas idosas.

A gente reforça a necessidade do letramento digital e também de campanhas, parcerias de jovens e adultos. A gente quer falar da amplificação da participação social, conhecer as experiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também temos que pensar num outro programa agora, desses grupos específicos, como a gente pode entender melhor, por exemplo, as ILPIs, saber quantas estão legalmente cadastradas, qual é o perfil dos residentes, quais são as demandas desses profissionais que ali estão. Então isso, para nós, é bastante importante também.

A gente quer também fazer uma articulação, junto aos ministérios interessados, e Laís vai entender bem isso também, de pensar nas pessoas idosas acamadas ou domiciliadas, aquelas que, por algum motivo, seja uma questão de saúde, ou até porque a rampa da casa é muito íngreme, não conseguem mais subir, não conseguem mais sair de casa. E elas não conseguem viver a vida lá fora, não é?

Também temos, já estamos fazendo ampliação da nossa rede de enfrentamento à violência. Nós estamos criando uma série de ações pensando na violência, nós estamos aqui com um GT de Enfrentamento à Violência. Nós criamos uma campanha agora, em parceria com a Unesco, um acordo de cooperação com instituições de ensino, para que tenha maior capilaridade a formação desse agente de direitos humanos, o grupo de trabalho de violência patrimonial e financeira, as campanhas educativas, o letramento.

Começamos falando de um cordel. Estamos lançando, esta semana, um *Guia de Comunicação Responsável sobre a Pessoa Idosa*, um protocolo de resgate à memória de povos africanos, indígenas, para valorizar o envelhecer, e os nossos boletins informativos de ouvidoria e em parceria com outros ministérios.

Então queremos também pensar...

Já estou finalizando, sabe gente? Mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem quatro minutos ainda.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Ah, então está bom. Dá tempo então.

Essa elaboração também, junto ao IBGE, ao Ipea, ao nosso ministério, que tem agora também um *locus* para pensar em indicadores, um observatório, de criar um índice de violação dos direitos humanos da pessoa idosa. Isso, para a gente, é bastante importante.

E como nós estamos também conectados com as demandas de hoje, também estamos olhando para as questões dos riscos de desastres ambientais. Então nós já estamos em ações pré-desastre, quando conseguimos mapear o quanto antes, durante o desastre e após os desastres. Nosso ministério já tem um protocolo estabelecido. Nós queremos aprimorar isso, trazendo um enfoque de humanização cada vez maior para as pessoas idosas. Hoje mesmo, depois daqui, tem uma reunião já de pós, com os representantes das pessoas idosas do litoral norte de São Paulo. E estivemos, esta semana, falando ainda durante, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Então é isso que eu tenho para apresentar por enquanto.

E só para finalizar, só mais um pouquinho, Senador, se me permite, nós temos aqui também uma planilha que depois podemos detalhar, mas falando um pouquinho do Programa Viver, que consiste hoje na entrega de computadores, televisores e impressoras.

Nós temos também aqui a perspectiva de quanto já foi gasto. Nós temos também aqui um ponto falando sobre a equipagem dos Conselhos da Pessoa Idosa, que é um ponto importante para nós, entendendo que muitos municípios têm já certo avanço, mas outros precisam urgentemente e querem a nossa ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, também, termos de fomento. Atualmente, são 29 termos de fomento em andamento. Nós temos dois termos de colaboração em andamento. Nós temos 18 TEDs em andamento.

E, para resumir um pouquinho, então, nós temos aqui um quadro sobre o Programa Viver hoje. Nós temos, já, que foram entregues em 2023, mais de R$2 milhões. Dos convênios vigentes, nós temos aí um repasse de R$5 milhões. Dos fomentos vigentes, um repasse de R$5 milhões. Dos TEDs, R$1,5 milhão. E, falando um pouquinho, também, das emendas parlamentares, nós temos aqui um valor total, das 31 que nós recebemos, R$8 milhões.

Temos a nossa cartilha também, que também apresenta alguns aspectos, que fala da equipagem e desses serviços de que eu falei e também do Envelhece Brasil, que é esse programa, no momento, temporário, sobre que a gente vai construir um nome que, talvez, seja participativo, vamos dizer assim, e que já está à disposição de Deputados e Deputadas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. (*Palmas.*)

Como nós queremos ganhar tempo, eu vou diretamente, já, à Dra. Laís, que, gentilmente, está aqui também. Ela me disse que precisa sair, no mais tardar, às 10h, para uma reunião, inclusive, na Presidência.

Então, Dra. Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Quinze minutos, com mais cinco, e a tolerância necessária.

A SRA. LAÍS ABRAMO (Para expor.) – Muito bom dia a todas as pessoas.

Queria agradecer muitíssimo, Senador Paim, o convite para participar desta audiência tão importante.

Quero cumprimentar a Senadora Damares, cumprimentar meu colega Alexandre. Felizmente, nós temos nos encontrado em diversos momentos. Estamos trabalhando conjuntamente.

Quero cumprimentar também o Sr. Mauro, a Symone e todas as pessoas aqui presentes e que estão nos assistindo.

E quero reforçar, também, como já foi dito, tanto pelo Senador Paulo Paim como pelo Secretário Alexandre, a relevância dessa discussão neste momento. Fico muito contente, também, porque acho que a minha fala vai ser muito complementar ao que já foi dito aqui, porque, também, acho que nós compartilhamos uma visão comum da importância da questão da garantia dos direitos humanos e da promoção dos direitos das pessoas idosas.

Eu acho que nós temos os dois marcos normativos talvez mais importantes no âmbito nacional, que são a Lei 8.842, de quase 30 anos atrás, e o Estatuto do Idoso, Senador Paim. Eu acho que... Estava até consultando minha colega Symone aqui, só para ter certeza, mas eu tenho a impressão de que não existe em nenhum outro país da América Latina um instrumento tão completo e tão importante como o Estatuto do Idoso.

Eu acho que isso é um patrimônio nosso, ao lado do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao lado do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Juventude, que são, justamente, avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importantes na conformação desse marco normativo das pessoas, dos diferentes grupos da população.

Então, por exemplo, quando, hoje em dia – isso é uma coisa que está na lei também – fala-se que as pessoas idosas têm preferência de acesso aos serviços, que podem ser uma fila no banco, uma fila no aeroporto etc., isso eu, sempre, também.... Eu estou nessa categoria da população idosa, eu sou uma mulher idosa. Quando a gente usa esses direitos, são direitos, não são privilégios e têm uma razão de ser. Então, acho que essa consciência é extremamente importante, algo que vem sendo construído no Brasil e que a gente tem que reforçar de maneira muito clara.

Então, nós estamos falando de uma lei que tem quase 30 anos; portanto, a situação, como foi dito tanto pelo Senador Paim como pelo Secretário Alexandre, é bastante diferente hoje em alguns aspectos em relação a 30 anos atrás, tanto no sentido do que se conseguiu avançar na provisão de serviços e de equipamentos, de benefícios etc., como na realidade demográfica do país. Então, se essa lei era necessária há 30 anos, se o Estatuto do Idoso era necessário, hoje são mais necessários do que nunca, e a gente tem que estar sempre aprimorando esses instrumentos.

Eu queria ressaltar aqui algumas questões, tendo como referência a lei. Ela tem, claramente, uma visão integral e intersetorial, porque ela visa promover não apenas a defesa dos direitos das pessoas idosas, como também os mecanismos de integração, promoção da autonomia, da dignidade, da participação efetiva das pessoas idosas na sociedade e coloca claramente a questão do combate, da não aceitação de qualquer forma de discriminação das pessoas idosas, que foi algo muito ressaltado também até agora. E, também, estabelece claramente a necessidade de que um enfrentamento dessa questão, do ponto de vista do Estado brasileiro e, particularmente, do Governo brasileiro, tem que ser um enfrentamento intersetorial, ou seja, a lei estabelece competências e atribuições para diversas áreas das políticas públicas, como o desenvolvimento e assistência social, saúde, educação, esportes, cultura, lazer, habitação, urbanismo, e eu acho que é essa perspectiva que é importante de se pensar também. Não é apenas um ministério ou uma secretaria que vai resolver essa demanda, mas é fundamental que haja uma maior integração em todas essas áreas.

Eu queria, nesse sentido... Isso está muito claramente definido no art. 10 da Lei nº 8.842, e eu queria também ressaltar a importância do art. 3º, que define que "a pessoa idosa não deve sofrer discriminações de qualquer natureza". Nesse sentido, eu reitero, nós reiteramos a importância fundamental da consideração e do enfrentamento decidido às múltiplas e agravadas formas de desigualdade e discriminação que vivenciam não apenas as pessoas idosas no seu conjunto, como... Porque, aqui, da mesma forma que a gente fala que existem muitas infâncias no Brasil, existem também muitas velhices. A gente pode usar esse termo, ou seja, muitos grupos dentro dessa categoria que são as pessoas idosas. Então, por exemplo, como as mulheres idosas, as mulheres negras e indígenas idosas, as pessoas idosas LGBTQIA+, as pessoas idosas com deficiência, as que vivem em territórios rurais e periferias urbanas, ou seja, muitas vezes, essas pessoas vivem simultaneamente múltiplas e agravadas formas de discriminação e exclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a política tem que dar conta disso, tem que entender que essas formas de discriminação, opressão e exclusão podem estar atuando de formas inter-relacionadas e, nesse sentido, agravando. Então, esse é o olhar que eu acho que a política pública tem que ter.

Entender isso é uma tarefa central e ineludível e ainda mais urgente, hoje, como eu disse, quase 30 anos depois da promulgação dessa lei, devido ao processo acentuado de envelhecimento da população brasileira e de feminização desse envelhecimento, como também foi assinalado aqui. A gente sabe que nós mulheres vivemos sete anos a mais, em média – expectativa de vida –, do que os homens. Isso por um lado é positivo, por outro lado mostra justamente porque os homens vivem menos, é algo que tem que ser enfrentado.

Mas apesar de isso estar claramente estabelecido nos marcos normativos, nós continuamos, infelizmente, tendo evidências todos os dias no nosso país da forte relação que existe entre a discriminação, a desigualdade, a pobreza, a violência e a violação dos direitos humanos das pessoas idosas, e o enfrentamento dessa situação tem que ser necessariamente intersetorial.

E aqui eu queria falar um pouco do MDS. O MDS, que tem como missões centrais contribuir para erradicar a fome, a insegurança alimentar, a pobreza, a desigualdade e fortalecer a rede de proteção social, tem sem dúvida um papel muito importante nesse processo.

Atualmente, mais de uma em cada três dos aproximadamente 32 milhões de pessoas idosas no país – aproximadamente, 12 milhões de pessoas –, estão no Cadastro Único, o que significa que ou estão em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social e econômica. Destas, 66% são mulheres e 44% são homens, o que é um reflexo também desse processo de feminização do envelhecimento no país.

As pessoas que estão inscritas no CadÚnico, que é porta de entrada para diversas políticas e programas sociais, constituem o público prioritário do MDS. E aqui eu queria destacar apenas dois âmbitos da atuação do MDS, que eu acho que são muito importantes para essa questão que nós estamos discutindo aqui hoje e que estão muito relacionados ao que está preconizado na Lei 8.842.

O primeiro é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ele é um fator extremamente importante de combate à extrema pobreza entre as pessoas idosas que não têm acesso à previdência social contributiva.

Sabemos que, em muitos casos, inclusive, o BPC não é fundamental apenas como garantia de renda das pessoas idosas, mas de toda a sua família. Muitas vezes, é a única renda estável que equivale a um salário mínimo e isso é fundamental não apenas para a pessoa idosa, mas para as pessoas que convivem com essa pessoa idosa, inclusive crianças. Portanto, eu acho que é muito equivocado, muitas vezes, opor a proteção à pessoa idosa a proteção à criança, porque isso, no âmbito da família, muitas vezes está de maneira muito fortemente relacionada.

A outra questão fundamental é a rede de proteção social estruturada a partir do Suas (Serviço Único de Assistência Social): os Cras, os Creas, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o Serviço da Proteção Social Básica no Domicílio, os Centros Pop, dirigidos à população de rua, os Centros Dias e as Casas Lar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tudo conversa também muito fortemente, com o que está definido na lei, no seu art. 10, em relação ao que seria atribuição do que é chamado, do que foi chamado, então, de promoção e assistência social.

Eu acho que essa rede de proteção social é fundamental, mas ela tem que ser fortalecida. Ela tem evidentemente que ser fortalecida, para dar conta dessa urgência da questão do envelhecimento e do crescimento do envelhecimento. A gente tem que lembrar também que não apenas existem muito mais pessoas de 60 anos e mais, mas, dentro da categoria das pessoas idosas, de 80 anos e mais, que evidentemente exigem uma série de cuidados e atenção mais complexos.

Bom, esse é justamente o esforço que vem sendo desenvolvido pelo Governo do Presidente Lula e que envolve, entre uma série de outras medidas, o fortalecimento do Suas, com a recomposição do seu financiamento, que esteve muito debilitado nos anos anteriores; a revisão e atualização do Cadastro Único, o novo Bolsa Família, o relançamento do Minha Casa, Minha Vida e das Farmácias Populares e do Mais Médicos. Um olhar para a pessoa idosa, no âmbito de todos esses programas, é fundamental.

Bom, e aqui eu queria aproveitar o tempo que me resta para falar que, entre as novas políticas que estão sendo desenvolvidas no Governo do Presidente Lula, está a Política Nacional de Cuidados. E a Secretaria Nacional de Cuidados e Família tem como atribuição principal, neste momento, coordenar, junto com o Ministério das Mulheres, em nome do MDS, a construção dessa Política Nacional de Cuidados, que está sendo discutida no âmbito de um grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo MDS (Ministério das Mulheres), do qual faz parte o Ministério dos Direitos Humanos, entre outros 15 ministérios.

E essa política tem uma importância muito grande, a nosso ver, no sentido de ser uma política a mais nesse grande esforço de garantia dos direitos das pessoas idosas. As pessoas idosas são um dos quatro grupos prioritários dessa política. Os outros três são as crianças e os adolescentes, em especial, a primeira infância; as pessoas com deficiência; e as trabalhadoras e trabalhadores do cuidado. Se eu tivesse que resumir em uma frase os objetivos principais dessa política, eu diria que são três: primeiro, garantir o direito ao cuidado a todas as pessoas que dele necessitem; segundo, garantir o trabalho decente às trabalhadoras e trabalhadores do cuidado; e, terceiro, valorizar, reconhecer e redistribuir o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, que é exercido principalmente pelas mulheres, no interior das suas próprias famílias.

Chegar a esses objetivos significa fortalecer as políticas, serviços e equipamentos públicos de cuidado e a sua intersetorialidade. Aqui também o Secretário Alexandre fez referência a isso. Isso está claramente colocado na legislação. Mas acho que, no caso das pessoas idosas e das políticas de cuidado, a intersetorialidade... E acho que aqui a gente teria talvez três espinhas dorsais ou quatro, que são: o Sistema de Garantia de Direitos; o Suas (Sistema Único de Assistência Social); o Sistema Único de Saúde; e a Rede de Educação Pública. Essa intersetorialidade é fundamental...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAÍS ABRAMO – ... para garantir esses direitos e apoiar as famílias nessa tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa legislação coloca claramente que as famílias têm um papel muito importante na provisão dos cuidados para as pessoas idosas. Mas não apenas as famílias: a lei fala claramente que isso é uma tarefa das famílias, do Estado e da sociedade, e é nessa equação que a gente tem que caminhar. Então, a Política de cuidados é vista justamente como a importância das políticas públicas apoiarem, garantirem esse direito, apoiarem as famílias e a sociedade na garantia desse direito.

Mas, como eu acabei de dizer, essa tarefa ainda do cuidado e do cuidado com a pessoa idosa continua sendo exercida fundamentalmente pelas mulheres. E essas mulheres muitas vezes são mulheres idosas que cuidaram a vida toda e que, justamente devido ao peso dessa responsabilidade, à falta do apoio público adequado, à insuficiência ou à carência das políticas públicas de apoio, tiveram que sacrificar, às vezes de forma irremediável, a sua autonomia econômica e o exercício de seus direitos em diversos âmbitos da vida, como a educação, a formação profissional, o emprego e a vida pública. E ao chegarem a esse momento da vida em que elas também necessitam de cuidados, elas muitas vezes estão sozinhas e não têm quem cuide delas.

E aqui eu queria... Eu acho que ainda tem uns minutinhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem cinco minutos ainda.

A SRA. LAÍS ABRAMO – Ah, então está bom. A gente quer ser disciplinado, não é, Alexandre? Vou tomar um golinho d'água só para essa finalização.

Eu queria só dar alguns poucos dados em relação a essa questão da sobrecarga do trabalho que a gente está chamando de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado exercido pelas mulheres no interior das suas próprias famílias.

Atualmente – esses são dados da Pnad –, 30% das mulheres que não estão ocupadas no mercado de trabalho não procuram emprego, e a razão principal pela qual elas não procuram emprego é justamente a carga desses afazeres domésticos e dos cuidados dentro das suas próprias famílias. Enquanto que, para os homens, são apenas 2%. Então, a gente aqui vê uma desigualdade muito grande. Se a gente vai para o grupo de mulheres que têm filhos de quatro a cinco anos, essa proporção sobe a 54%. No grupo de mulheres que têm filhos de zero a três, sobe a 62%.

Aí vocês podem me perguntar: "Bom, mas não são mulheres idosas, mulheres idosas não têm filhos na primeira infância". Evidentemente não têm, mas muitas vezes elas são as avós que cuidam das crianças para que as mães das crianças saiam para trabalhar. Muitas vezes, principalmente nos setores mais pobres da população, essas mulheres são ao mesmo tempo provedoras e cuidadoras, e aqui você tem uma cadeia de responsabilização intergeracional das mulheres dentro das famílias, que faz com que justamente muitos outros âmbitos dos direitos das mulheres sejam prejudicados. E sem dúvida, aqui, como em todos os âmbitos da sociedade brasileira, as mulheres negras, as mulheres indígenas vivem de forma muito mais acentuada essa desigualdade.

Também vou usar um minuto do meu tempo para falar das trabalhadoras domésticas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Têm três, ainda.

A SRA. LAÍS ABRAMO – Tenho três. Então, dois minutos. Está bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o Senador Paim tem um especial carinho por essa categoria, vem lutando incessantemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Com base na Benedita – permita que eu diga. Benedita da Silva.

A SRA. LAÍS ABRAMO – Exatamente.

Então aqui as trabalhadoras domésticas constituem a maior categoria do trabalho de cuidados neste país: 25% de todas as trabalhadoras das profissões de cuidados são as trabalhadoras domésticas. Sabemos que, apesar do avanço nos direitos, ainda existe uma série de carências. Ainda o salário médio dessa categoria é inferior ao salário mínimo. Ainda a taxa de informalidade é muito alta, aproximadamente 75%.

Em relação às trabalhadoras domésticas, o Dieese fez um estudo muito importante agora, pegando exatamente os nove anos da aprovação da chamada PEC das domésticas, e existe um acentuado processo de envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas, que é acompanhado por uma elevação da escolaridade – há uma elevação da escolaridade –, mas isso não garante os direitos e a proteção necessária trabalhista e previdenciária. Portanto, é uma categoria mais escolarizada, muito mais envelhecida, com uma elevação importante da pobreza, nestes últimos anos, e com uma elevação enorme da porcentagem de trabalhadoras domésticas que são chefes de família ou que são responsáveis pela família.

Então, eu acho que, aqui, a gente tem que olhar com cuidado para a população idosa, para as mulheres: 92% são mulheres; 62% são negras. Aqui, tem uma categoria que está envelhecendo e que tem que ter um olhar cuidados da política pública.

Bom, para terminar, então, só fechando, nós estamos comprometidos com esse esforço importante governamental. Tem que ter um diálogo muito importante com o Congresso, com o Poder Legislativo, na discussão dessa Política Nacional de Cuidados, com a sociedade civil, com os conselhos da criança e do adolescente, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, das mulheres, da igualdade racial, dos povos indígenas...

(*Soa a campainha.*)

E, aqui, o que a gente está dizendo é que é muito importante que se fortaleça a integração das políticas públicas para transformar essa realidade e avançar na garantia do direito ao cuidado das pessoas idosas, promovendo a corresponsabilidade entre homens e mulheres no interior das famílias com esse trabalho de cuidado; e a corresponsabilidade entre as famílias, a comunidade, o Estado, o mercado e as empresas, para que a gente possa realmente avançar de maneira sustentável na promoção e na garantia dos direitos integrais das pessoas idosas no nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, como a doutora está aí e vai ter que sair...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho. Já vou lhe passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu faço sempre, na conclusão da fala, essa foi a Dra. Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Senadora Damares, é uma alegria ouvi-la.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma questão de ordem. A Dra. Laís vai ter que sair. Alexandre vai ficar mais um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele vai ficar até o fim. Ele nos garantiu isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu poderia já fazer meus questionamentos à Dra. Laís?

É bem rápido, porque, aí, ela já responde e sai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Dra. Laís, parabéns pelo trabalho.

A SRA. LAÍS ABRAMO – Obrigada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vou dar um conselho para o Alexandre: Alexandre, gruda nela! Ela é a prima rica.

Está dado o conselho. É a secretaria rica. Gruda nela!

A SRA. LAÍS ABRAMO – A secretaria não tem um tostão de orçamento, zero.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, nós vamos ter que arranjar outro primo rico para vocês.

Dra. Laís, é uma secretaria, a forma como ela foi formatada, muito boa.

Eu só tenho duas considerações para fazer, para ajudá-la. A primeira, Dra. Laís: esta aqui é a sua Casa. Esta Comissão a estará acompanhando, esta e a CAS. Estas duas Comissões são formadas por Parlamentares muito comprometidos com as causas. Muito. Nós temos ex-Ministros, ex-Governadores nas Comissões, ex-gestores que poderão ajudar muito.

A primeira situação, Dra. Laís, não esquecer os demais povos tradicionais. E trago aqui um povo em especial que está no coração do Senador Paim, no nosso aqui, da Comissão, que são os povos ciganos, uma atenção especial. A gente está falando muito pouco do idoso cigano, desse idoso que está lá no acampamento obedecendo a todas as especificidades da sua cultura. Nós vamos que ter esse olhar atencioso para eles daqui para a frente. E a pandemia nos trouxe essa necessidade. Eles estavam muito na invisibilidade e eles estão agora assumindo um protagonismo, inclusive, por conta do Estatuto do Cigano, cujo autor é o Senador Paim também.

Eu tenho uma preocupação também Dra. Laís com a fila do BPC. Nós ainda temos idosos... Eu estou louca para ouvir a Simone falar. Temos idosos lá na ponta, sem documento ainda, essa busca ativa para os nossos idosos, para o BPC.

Por fim, Dra. Laís, para não prendê-la tanto, a Política de Cuidados. A gente não pode mais adiar essa política. Enquanto estive Ministra, essa pasta estava comigo. Nós construímos uma proposta, ela está pronta lá no SEI e foi muito discutida – e vai também a sugestão já para o Alexandre – e, quando o decreto estava para sair, aí o Governo se encerra. E a partir dali, também considerar as sugestões que estão naquela política Dra. Laís, porque ela foi muita discutida com a ponta, com a base. E já dá aí um pontapé inicial para ajudá-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E voltando à Política de Cuidados, eu vou pedir um cuidado com a Política de Cuidados. Quem está na área de gestão está o tempo todo se confrontando com os projetos de decreto legislativo, a judicialização de tudo que se propõe do lado de lá. Nessa construção, os senhores estão com um grupo interministerial. Se pudesse ter o acompanhamento do Congresso, não necessariamente como membro, mas como convidado, especialmente desta Comissão, para evitar esses problemas lá na frente dos projetos de decreto legislativo. E lembrando que a gente tem um Projeto de Lei lá na Câmara, o 5.791, de 2019, de autoria da Deputada Leandre, que também discute a Política de Cuidados, para a gente não ter aí a formatação de uma política conflitando com a construção de uma lei aqui. Até, se possível, a gente cria um grupo de trabalho interno nesta Comissão ou na CAS para ajudá-los nessa construção, porque não dá mais para adiar. A política tem que ser entregue.

Inclusive, Dra. Laís, eu às vezes acho que tem políticas públicas que a gente tem mesmo que transformá-las em lei por causa da continuidade, da sustentabilidade, da não interrupção. Se houver, inclusive, essa necessidade, o texto de vocês construído, trazer para o projeto de lei entrar na Câmara para que seja de fato lei e que haja a cobrança – entra governo, sai governo – da continuidade.

Então, ficam aqui as minhas considerações. Sucesso para a senhora no seu trabalho. Lembre-se de que a sua pasta e a de Alexandre não têm partido político, não têm ideologia. Essa é uma pasta em que vocês precisam estar o tempo todo conversando com todos os Parlamentares. Não há divisão, não há oposição nessa pasta. Coloco o meu gabinete à sua disposição para poder ajudar e que a sua secretaria seja rica, muito rica, agora, na construção do Orçamento, e compartilhe com o Alexandre.

Parabéns, Dra. Laís!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, no meu entendimento, é uma bela contribuição.

A querida Dra. Laís vai ter que sair, mas sei que ela vai responder.

E, nessa linha que V. Exa. falou, eu queria reafirmar: esta Comissão de Direitos Humanos é parceira de vocês. Contem conosco, dia e noite, o que pudermos fazer... Aqui é o caminho, não é? Porque a Comissão de Direitos Humanos, se não olhar para idoso, tem que fechar. Não é? A senhora não acha? (*Risos.*)

A SRA. LAÍS ABRAMO (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a resposta é sua.

A SRA. LAÍS ABRAMO – Obrigada.

Agradeço muito à Senadora Damares todas as contribuições, as questões e o entusiasmo com a questão da política de cuidados. Acho que a gente tem tido uma... Nessa trajetória de seis meses, a gente tem encontrado, realmente, com todas as pessoas que a gente fala, com todos os órgãos de governo, da sociedade civil, do Congresso, um entusiasmo muito grande. Eu acho que isso reflete, justamente, a necessidade de que a gente avance nessa questão.

Então, agradeço muito em relação, também, ao que acaba de dizer o Senador Paim. Nós estivemos conversando também – não é, Senadora? – uns tempos, algumas semanas atrás, sobre o oferecimento desse espaço para essa discussão.

Então, vou pegar rapidamente os pontos que a senhora levantou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, não esquecer os povos tradicionais e a menção específica aos povos ciganos e aos ciganos idosos, as pessoas ciganas idosas. Acho extremamente importante. Nós temos...

Pela pressa aqui, eu falei da população negra, da população indígena, mas tem as comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos... Eu acho excelente essa observação em relação aos povos ciganos, porque a gente aqui também tem que respeitar.

Da mesma forma que o Secretário Alexandre falou muito das características culturais, a gente sabe que a organização social do cuidado entre os povos indígenas não é a mesma daquela das grandes metrópoles do país. Então, a gente tem que levar em conta toda essa diversidade e respeitar essas identidades culturais também. Então, é muito boa lembrança, tomo nota aqui. Minha equipe aqui também está e vai continuar aqui presente até o final da audiência.

A fila do BPC, outro tema muito importante.

Uma das prioridades do Ministério do Desenvolvimento Social – aqui não falo só da secretaria que eu tenho a honra neste momento de ser a titular, mas de todo o MDS – é o processo de revisão, atualização, aperfeiçoamento do Cadastro Único e a busca ativa de todas as pessoas que estão fora das políticas às quais elas têm direito.

Esse é um tema central, o Ministro Wellington Dias tem falado incessantemente sobre isso, está vendo... Foram dedicados recursos importantes para a atualização do Cadastro Único...

Isso é também um esforço interfederativo, porque depende também da atuação dos Cras, dos municípios, mas isso eu acho que, sem dúvida, é um tema central, porque, como eu disse, o BPC é um instrumento central dentro da rede de proteção social brasileira para as pessoas idosas, para as pessoas com deficiência, e acho que a gente tem que zelar muito pelo seu aperfeiçoamento e pela sua permanência como política de Estado.

Bom, em relação a todos... Nós estamos... É uma missão do GTI levar em conta todo o material, a documentação, as análises que estão sendo produzidas – que foram produzidas – sobre a questão dos cuidados, da organização social dos cuidados, dos problemas que enfrentam as diversas populações em relação a isso.

Nós temos consciência desse documento que foi produzido, estamos analisando e, sem dúvida, vamos considerar as sugestões que o processo de discussão, tanto no GTI quanto em outras instâncias, considerar que são adequadas.

E a questão do acompanhamento do Congresso.

Essa é uma preocupação que está na nossa cabeça desde o momento zero de criação da política. Nós já tivemos uma audiência pública na Câmara, convocada pela Deputada Flávia Morais, que também tem, inclusive, uma proposta de PEC, de emenda constitucional, em relação à questão do cuidado, estivemos com a Deputada Leandre, estamos, sim, estivemos conversando com o Senador Paim, e consideramos fundamental que haja esse diálogo.

Claro que temos a intenção de ter um marco normativo. Acho que é muito importante que isso seja transformado em lei e que a gente tenha... Existe uma tarefa que é do Poder Executivo, que é do Governo, mas que tem que estar em diálogo com o Poder Legislativo, com a sociedade civil organizada e com os representantes dessas pessoas.

Então, sem dúvida, também tomo nota da disposição da senhora e eu acho que a gente tem que, a partir de agora, ir aperfeiçoando e aprimorando esse processo de discussão.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço muito à nossa querida Laís Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Cumprimentos ao Governo, que mostrou sua preocupação, mandando três representantes aqui para dialogar conosco mais uma vez, e elas já têm dialogado conosco. E à Senadora Damares, que também, em plena sexta-feira... Acho que não tem trabalho hoje no Congresso, e nós estamos aqui, porque a maioria viajou, já que na semana que vem o trabalho vai ser virtual. Então, a maioria dos Senadores viajou para seus estados. Ela disse: "Não, mas eu estarei lá. Conte comigo!".

Meus cumprimentos também a V. Exa.

A SRA. LAÍS ABRAMO – Com licença, Senador. Eu peço licença por ter que me retirar, porque realmente fui convocada para uma agenda com a Presidência, mas tenho duas colegas da Secretaria que vão ficar aqui até o final, tomando nota e à disposição também, para continuar o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas a senhora não vai sair sem que a gente tire uma foto. (*Risos.*)

Quem é o pessoal da equipe para tirar foto? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

A Dra. Laís Abramo teve que retornar, para uma reunião que ela vai ter na Presidência.

Nós passamos, então, agora sim, para a Dra. Symone Maria Machado Bonfim, Diretora de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Quinze minutos, com mais cinco.

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM (Para expor.) – Bom dia a todos, a todos, presentes e que estão nos acompanhando!

É uma honra estar aqui participando desta audiência pública.

Eu sou originária do Poder Legislativo. Até 31 de março, eu era Consultora Legislativa na Câmara dos Deputados, então o meu envolvimento com o tema veio do trabalho no Legislativo e da vida acadêmica. Tanto com relação à pessoa com deficiência quanto com relação à pessoa idosa, a minha origem é o Legislativo, então eu tenho um carinho muito grande pelo tema e me sinto muito em casa para conversar com os Senadores.

Eu entendo a lógica e vejo sempre a importância de um projeto de lei, no sentido de trazer para o debate as demandas da sociedade, porque vocês têm essa capilaridade para conseguir trazer para a arena política os problemas e as condições que afetam a sociedade brasileira em toda a sua diversidade. Então, mais uma vez, agradeço esta oportunidade.

Como o Secretário Alexandre e a Secretária Laís já falaram de uma forma mais abrangente sobre pontos mais importantes relativos às políticas para a pessoa idosa, eu vou centrar minha exposição no programa que a secretaria pretende desenvolver durante essa gestão.

No PPA, qual é o objetivo do nosso programa? Dar novo significado ao envelhecer nos territórios e os direitos humanos da pessoa idosa. Então, esse seria o nosso guarda-chuva. E, dentro desse guarda-chuva, temos dois eixos de atuação, que são: o envelhecimento ativo e saudável e o envelhecimento das pessoas idosas e grupos em situação de vulnerabilidade e múltipla discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro do PPA, uma das nossas principais ações é o apoio, a articulação para a aprovação da Convenção Interamericana sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

O Brasil foi o primeiro país a assinar a convenção e, desde 2018, está no Plenário da Câmara aguardando a ratificação, que a gente espera que aconteça nos termos do §3º do art. 5º da Constituição, ou seja, com *status* de emenda constitucional, como já ocorreu com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial.

E qual é a importância dessa ratificação com uma qualificação? Eu entendo, como a Senadora Damares já chamou atenção, que se trata da continuidade da política de parâmetros internacionais pela qual o Brasil trabalhou muito para construir e eu penso sempre que este Congresso tem uma oportunidade ímpar de, nessa área da pessoa idosa, governar para o longo prazo. Porque a gente sabe, nós temos dados, eu acho que o IBGE começa agora, dia 28, a apresentar como a gente está envelhecendo rápido e as projeções: em 2050, mais de 25% da população brasileira – hoje são as projeções, mas quem sabe a gente até se surpreende – terão 60 anos ou mais; em 2060, já vai para 30%. E, quando eu penso nisso, eu não penso só na questão das políticas sociais, mas de todas as políticas públicas. O país vai ter que se reinventar para usufruir desse ganho civilizatório que é a longevidade. Então, essa é uma discussão que não pode ficar só nos direitos humanos, só nos direitos sociais; ela tem que perpassar todas as políticas públicas. Como é que a gente vai querer envelhecer? Como as cidades vão se organizar? Como é que a nossa economia vai se organizar para ser um país envelhecido?

Acho importante vocês terem esse privilégio de começar essa discussão e estabelecer os parâmetros. A gente sabe que não é de um dia para o outro, mas que vai ser muito rápido, então, organizar o país para ser uma nação de pessoas envelhecidas e não ver pessoas envelhecidas de forma negativa, mas como um ganho civilizatório, em que todos nós, quem veio antes, quem está aqui, quem veio depois e, quando nasce uma criança, o objetivo é que ela envelheça. Então, eu acho muito importante esta Casa, que já tem mais de 50% dos Senadores com 60 anos ou mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hã-hã, hã-hã... (*Risos.*)

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – ... se debruçar sobre esse desafio. (*Risos.*)

Não, mas é interessante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Setenta ou mais também.

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – Não, mas já são quase 55%... De Senadores e de Deputados, já são mais de 25%, o que é quase 10% a mais do que o percentual da população. Então, por isso que eu falo, eu acho que este é um momento muito privilegiado para o Legislativo e para o Executivo pensarem em conjunto essas políticas para as pessoas que estão envelhecendo e para as pessoas idosas.

Quando a gente fala "estão envelhecendo", claro que o envelhecimento é a todo minuto, mas a gente se preocupa também com aquelas pessoas que estão já, por exemplo, a partir dos 50, e, dependendo de alguns grupos populacionais, vamos dizer, as doenças que mais acometem o envelhecimento, as condições que fazem com que as pessoas envelheçam mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cedo, sejam pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, povos tradicionais. O envelhecimento é muito diferenciado. Essa desigualdade que permeia a sociedade se reflete nesse envelhecimento. Então, esse olhar atento às populações tradicionais já é uma grande preocupação da secretaria.

Mas, voltando ao nosso plano, eu vou falar do que está no PPA, mas dentro desses dois eixos.

O que a gente pretende nestes quatro anos? Além do envelhecimento ativo e saudável, com os fundamentos da OMS, que seriam segurança, participação, saúde – mas saúde vista de uma forma muito mais abrangente, não voltada para a doença, mas...

A saúde, na verdade, comporta vários aspectos da vida para você estar bem: a questão da saúde mental, que, infelizmente, entre as pessoas idosas, era um problema, mas acho que a pandemia acentuou essa questão do bem-estar das pessoas, seja na solidão, porque tiveram que ficar muito tempo isoladas... E, mesmo nesse retorno, a gente sabe que os índices são preocupantes.

A questão da violência autoprovocada que é uma outra coisa em que, às vezes, a gente não insiste, mas que tem que ser olhada com muito cuidado. O Secretário Alexandre sempre fala que, vamos dizer, em outras faixas etárias, você vê muitas vezes ameaças, tentativas, mas, com a pessoa idosa, às vezes a coisa é muito mais letal. Fazem já muito preparados para alcançar o objetivo. Então, a gente tem que estar atento, tem que desenvolver política pública nesse sentido, de focar também nesse tipo de violência. Nossa preocupação é trazer para os territórios o olhar para os direitos humanos das pessoas idosas. Uma das ações que serão desenvolvidas é o estímulo à institucionalização, ou seja, a criação, nos territórios, nos municípios, de secretarias de direitos humanos de pessoa idosa, mas que tenham um olhar voltado para esse público. Então, essa será uma das nossas ações.

Nessa mesma lógica, nós vamos trabalhar a formação de agentes de direitos humanos. O que seriam esses agentes de direitos humanos? Seriam pessoas com formação para disseminar os direitos da pessoa idosa, perceber quando eles não estão podendo ser alcançados em sua plenitude pelas pessoas idosas do território e possibilitar que nós, como Poder Executivo, façamos as articulações necessárias, juntos à esfera municipal, estadual e a outras instituições, para que os direitos humanos sejam respeitados e os direitos de cidadania sejam acessados pelas pessoas, em igualdade de condição às demais pessoas.

A gente acha fundamental quebrar estereótipos de que a pessoa idosa deixa de ser produtiva, que ela deixa de ser importante. Ela tem o mesmo direito que todas as pessoas. O envelhecimento é um ciclo importantíssimo da vida, entre povos, como o Alexandre já deu o exemplo, que valorizam as ancestralidades, as religiões... Se você parar para pensar, a teoria é sempre de que você tem que envelhecer com a mesma dignidade, mas a gente sabe que, na prática, não é isso que acontece. Então, as pessoas idosas acabam sendo invisibilizadas. E o que a gente pretende? É trazer essa visibilidade.

Então, nesse mesmo sentido, a gente vai estimular a participação social das pessoas idosas, seja discutindo seus direitos em centros comunitários, seja conhecendo esses direitos pelo oferecimento de cursos, mas cursos que cheguem lá, que falem a linguagem daquele território – não adianta a gente querer passar um curso em que a pessoa muitas vezes não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir entender, pelo uso de uma linguagem mais rebuscada –, que tragam essa interação com as características dos territórios.

E um outro ponto que a gente acha importante é que nos outros conselhos de direitos haja participação das pessoas idosas. Por que no Conselho da Criança e do Adolescente não vai participar a pessoa idosa? Se o objetivo daquela criança é envelhecer? Então, a gente quer participar, fazer com que a pessoa idosa tenha essa segurança, essa autoconfiança, de participar dos vários conselhos: Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social, Conselho da Juventude, porque é importante o olhar de quem já viveu.

Então, a gente quer resgatar essa importância da pessoa idosa como sujeito de direitos, que é a lógica da Convenção Interamericana: as pessoas idosas são sujeitos de direitos.

Nós temos desenvolvido, embora ainda não tenha sido ratificada, mas há posições jurídicas de que quando o país assina um documento internacional, ele não pode agir contra – ele pode ainda não ter ratificado. Então, a gente tem observado essa lógica, e é por isso que nós temos uma coordenação que se chama Coordenação da Pessoa Idosa em Situação de Vulnerabilidade ou Múltipla Discriminação.

E aí qual será o tipo de ação desenvolvida nessa coordenação? Será conhecer, como a Senadora citou, os povos ciganos. Nós já estamos em contato, já fizemos uma primeira aproximação e já marcamos outros... Quilombolas, ribeirinhos, pessoa idosa com deficiência, de rua, pessoa idosa que mora em área de risco – pessoas idosas que têm mais dificuldade de exercer direitos.

Então, para os povos tradicionais, a nossa ideia, intenção, que já está sendo organizada para a...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – ... operacionalização, é ir ao território para primeiro escutá-las, porque as demandas delas não serão as mesmas que as demandas de uma pessoa que mora na cidade. De repente, o que a gente quer oferecer não é o que elas querem.

Então, vamos fazer primeiro essa escuta. Nós vamos ouvi-las e ir ao território novamente para, junto com o gestor municipal, observar como as políticas estão chegando e, daí, conversar para articular a melhoria desses acessos políticos e também fazer entregas para aquele povo tradicional que precisa, às vezes, se deslocar para ir a um centro de saúde, e até para ter direito ao lazer. Por que as pessoas que moram em territórios mais específicos não podem ter o direito ao lazer? Por que há a preservação da cultura? Então, essa é a nossa intenção com essa coordenação.

Ainda nessa perspectiva de ir para os territórios, a gente pretende também agir nas periferias, para o conhecimento dos direitos da pessoa idosa, a questão da previdência, da assistência social, que a gente sabe que as pessoas não vão atrás porque tem atravessadores, desconhecem... O BPC é um caso, as pessoas muitas vezes não o conhecem.

A gente também tem procurado aproximação com os ministérios. Eu era consultora legislativa na área de previdência e assistência social e trabalhava com pessoa idosa, com pessoa com deficiência, criança, adolescente. Eu atuei na última medida provisória da fixação do critério de renda do BPC. Então é uma preocupação da gente como é que vem sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessada a possibilidade de que pessoa idosa, com deficiência, com renda *per capita* até meio salário mínimo possa acessar, porque aí, o texto da lei fala muito na questão até do cuidado, da dependência. Então essa é uma preocupação de conversar e criar meios para que esse acesso seja mais facilitado. Por quê? Porque são pessoas que têm, em geral, uma escolarização baixa, têm muitas violações de direitos, muita dificuldade de conhecer e acessar. Então essa é uma preocupação grande da gente, em relação ao BPC, além, como a Secretária Laís Abramo falou, da busca ativa, porque o que há, na verdade, é o desconhecimento do direito, não é?

E nessa mesma direção, nós acabamos de criar um grupo de trabalho para discutir a violência financeira e patrimonial contra a pessoa idosa. Os dados são alarmantes. Os golpes, todo dia aparece um novo. E quem nós chamamos para essa conversa? Além do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Gestão e da Inovação, chamamos a Febraban, o Grupo Meta, porque muita coisa acontece pelas redes sociais.

Então eu acho que tem que ser uma consciência social, porque a Constituição já diz, eu vou chamar de cuidado, eu não gosto de chamar amparo, mas vamos dizer, a proteção, vamos dizer a promoção dos direitos da pessoa idosa, na minha percepção, não é primeiro a família, depois o Estado, depois a sociedade; ela é uma corresponsabilidade.

A Constituição não fala nada sem ter uma lógica. Ela é um sistema. Então a gente tem que pensar que mais do que nunca que o que os Constituintes disseram em 1988 tem sentido. A gente tem que atuar em conjunto para garantir o meu bem-estar, o seu bem-estar ou de todos que estão aqui.

Eu, daqui a pouco, também serei pessoa idosa e quero viver e quero que todos vivam com plenitude esse momento. Eu pretendo ficar aqui por muito tempo ainda, então vamos trabalhar para isso.

Era isso que eu tinha a dizer e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Symone Maria Machado Bonfim, Diretora de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parabéns pela fala e obrigado por se lembrar de mim, porque eu fui Constituinte de 1988.

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM (*Fora do microfone.*) – Ah, que honra!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só tem dois aqui no Senado, eu e o Renan hoje, em plena atividade, é claro.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tem seis Deputados Federais que foram Constituintes e estão em plena atividade.

Mas vamos lá, para ganhar tempo, e em seguida, vai falar a Senadora Damares. Agora chamamos o Dr. Mauro Moreira Freitas, Conselheiro titular do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do DF, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior. E acompanha-o ali a? Está sempre conosco aqui, eu me lembrei.

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – Maria Antônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como?

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – Maria Antônia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria Antônia, que é uma líder aí também, trabalha muito nessa área dos idosos e me ajudou já a fazer sessão plenária lá no Senado, lá no Plenário do Senado. (*Palmas.*)

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS (Para expor.) – Bom, bom dia a todos, a todas.

Queria agradecer o convite e, também, saudar o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem saúdo os demais presentes, especialmente a Senadora Damares, com quem eu tive oportunidade de trabalhar no Conselho Nacional do Idoso, na época em que era Ministra.

Saúdo, também, a Maria Antônia, o nosso Secretário, que eu espero que tenha êxito, porque, realmente, é do que precisamos, nesta pasta, em que a gente deve focar, cada vez mais, na política pública mesmo, menos partidária, porque pega, como a gente já falou aqui, todo mundo.

Bom, de tudo que já foi dito aqui, eu só queria fazer um reparo antes. Não estou, agora, como Conselheiro Nacional do Idoso, como o Secretário falou. Então, há aí uma vacância e a gente está aguardando um novo Conselho. Está havendo uma ampliação e é bastante interessante, eu acho, realmente, ampliar, quando possível, para o máximo possível de representantes da sociedade civil.

Então, eu gostaria aqui de complementar as demais falas que me antecederam, com uma visão até de integrante de Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso da OAB, que tive a oportunidade de presidir, na OAB do Distrito Federal, e, também, na OAB federal, do Conselho Federal. O que a gente percebe, como integrante da sociedade civil, é a dificuldade, realmente, de se fazer um trabalho, porque a sociedade ainda não está preparada para acolher as ações que a gente pretende implementar. E eu digo isso com a experiência de dois Conselhos, no Conselho Nacional, no Conselho aqui do Distrito Federal, em que eu sou Vice-Presidente hoje, na Comissão também.

E o que acontece? É algo que eu aprendi, inclusive, nessa caminhada. Nós temos boas intenções, boas leis no Brasil. A gente pode dizer, inclusive está aqui o Senador Paulo Paim, diretamente envolvido na constituição do Estatuto da Pessoa Idosa... Nós temos, também, uma Política Nacional do Idoso, que foi é implementada logo depois da Constituição Federal, que teve a influência, também, da Declaração dos Direitos Humanos, e mais, também, os eixos da OMS, que interferiram na lógica de montagem dessa legislação que nós temos.

Então, em termos de legislação, nós temos um arcabouço que pode nos dar sustentação para implementação daquilo que pode garantir a dignidade humana, que é o que a gente espera, da pessoa que está envelhecendo. Nós não queremos dar condições especiais para a pessoa idosa. A pessoa idosa é uma pessoa que não pendurou o seu CPF. Ela continua vivendo e ela vai continuar envelhecendo, vivendo e precisa ter assegurada, Senador, a sua manifestação de vontade. Isso está diretamente ligado à dignidade humana.

Então, nós temos que ter muito cuidado quando a gente fala em proteção da pessoa idosa. Por exemplo, está sendo discutido um artigo do próprio Código Civil e nós estamos tratando, no STF, da inconstitucionalidade desse artigo, porque ele limita para as pessoas de 70 anos que se casam a condição de escolher o regime de casamento, por exemplo. Então, hoje, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazer um estudo: isso é uma proteção ou é tolher o direito das pessoas idosas? E nós estamos vendo isso em todos os campos da vida brasileira. Por exemplo, nós fizemos um debate muito interessante no TRE do Rio Grande do Sul e, lá, nós tratamos da importância do voto da pessoa idosa como uma política para impacto nas políticas sociais. E isso também tem que ser discutido, porque, quando a gente falou isso pela primeira vez, muita gente criticou incentivar as pessoas que têm o voto facultativo, como se o voto da pessoa idosa já representasse uma tendência taxativa de início. Isso não é possível! Isso é idadismo! A gente não pode achar que incentivar uma pessoa a exercer seu direito a voto e, assim, eleger pessoas que possam implicar uma alteração da política pública, até pela sua vivência pessoal e que possam, sim, ajudar, seja algo que não merece um incentivo. Merece sim!

E aí é que a gente entra num outro aspecto também, que é o que diz respeito ao que, de fato, acontece. Vamos falar, então, do Estatuto da Pessoa Idosa, que dá o voto facultativo para 70 anos, da importância do voto e do quanto que representa, hoje, o voto da pessoa idosa para fins de eleição de um Deputado, Senador e também para o Executivo municipal. E, se pensarmos que a gente precisa, sim, incentivar a pessoa idosa a votar, porque isso é manifestação, isso é exercício de cidadania, a gente não pode discutir isso... Azar que, de repente, alguém possa achar que o voto de uma pessoa jovem é um voto sempre de esquerda ou que um voto de uma pessoa idosa é de direita! Isso cabe à pessoa escolher, tá? Então, a gente tem que ver assim... E isso reflete o que acontece no Brasil. Nós temos legislação, está previsto que a pessoa direito a voto, nós estamos num Estado democrático, ela pode votar ou não a partir dos 70, a gente espera que ela vote, mas, ao mesmo tempo, a gente se pergunta: será que essa pessoa tem condições de votar? Será que ela está sendo realmente instruída para saber se o seu título de eleitor está validado ou não? Algo que foi alvo de *fake news* e atrapalhou muito eleições passadas e recentes. Será que ela tem condições de se deslocar até o local de votação? Com relação à questão da digital, para a pessoa votar, será que o idoso tem a impressão digital que a gente possa fazer a biometria de forma adequada? Então, estou dando exemplos só de um aspecto que diz respeito a algo muito importante, que é o direito ao voto da pessoa idosa, que implica toda uma estrutura necessária para a pessoa continuar exercitando a sua cidadania e também o seu direito sagrado de se manifestar.

E, com base nisso também e fazendo um paralelo com essas experiências que nós tivemos em outros estados e municípios, a gente vê a importância do incentivo para que a gente possa ter efetividade nas políticas públicas, já previstas na Lei 8.842, de 1994, implementada em 1996; e a gente viu o seguinte: se não houver uma disseminação da constituição de todos os conselhos, em todo o Brasil – não é, Senador? A gente conversou muito a respeito disso e com outros também conselhos estaduais, municipais. Se a gente não conseguir ter conselhos constituídos, facilitados e apoiados, nós não vamos conseguir difundir exatamente o direito da pessoa idosa ou aplicar políticas públicas na base onde as pessoas vivem, que é o município. E, se nós não tivermos conselhos, nós não teremos fundo; e, se nós não tivermos fundo, nós não temos a receita que pode ser destinada para retenção naquele município; e, se nós não tivermos essa verba destinada, nós não temos nem possibilidade de um conselho eleger, Secretário, quais são as necessidades locais para fazer projetos locais para executar naquela localidade. Essa é uma dificuldade muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho visto que a gente tem que pensar e repensar no Brasil se nós estamos fazendo algo que efetivamente está funcionando, porque há uma mudança de Governo e há uma mudança também de conselho. Então, é muito difícil fazer uma composição, inclusive, de pessoas instruídas para saber o que é a atribuição exata de um conselho, que é paritário, que tem a sua autonomia, e, nesse meio tempo, também há uma rotatividade.

Então, é muito difícil lidar com pessoas que não sabem sequer o que é um orçamento; para onde vai esse dinheiro do fundo; como é que se faz uma resolução; como é que se libera. Tudo isso eu tenho percebido com dificuldade em todos os níveis de conselho, seja estadual, distrital, nacional, que é fazer campanhas para angariar esses valores para os fundos, para a gente eleger políticas públicas de forma efetivamente democrática.

Isso não é só no conselho nacional, isso nós estamos vendo em conselhos estaduais, em conselhos municipais, porque quando eu entrei pela primeira vez em um conselho para saber como é que funcionava – e ainda assim de forma privilegiada por ser da área jurídica, e isso facilita para a gente estudar e entender o que a gente precisa captar para aplicar –, vi uma dificuldade muito grande. É muito difícil efetivamente nós, como conselho, reunirmos, elegermos quais são as prioridades de política pública, lançar mão de um dinheiro do fundo para depois a gente abrir um edital para a gente chamar a sociedade civil, para ela apresentar os projetos para que a gente possa concordar com aqueles projetos para que eles executem, para que a gente cobre a execução e eles prestem contas. Isso é um processo muito complexo.

Lá no Conselho Nacional – e vocês vão ver também –, quando a gente chama a sociedade civil, infelizmente, nós temos uma dificuldade muito grande de termos o mínimo de composição adequada de entidades para se apresentarem com projetos que possam ser realmente efetivados. Não tem!

Então, nós temos uma dificuldade conjuntural, entendeu, Senador? É realmente difícil. A gente vem com boa vontade. Por exemplo, os conselhos sequer recebem algum valor é um trabalho voluntário. Então, nós já estamos lá e, ainda assim, não conseguimos lançar mão da nossa boa vontade de fazer as coisas funcionarem. Ainda enfrentamos políticas – é natural –, políticas partidárias também que alteram a composição de conselho. Às vezes, sai um, sai outro.

Estou falando isso também, inclusive, porque quando muda o conselho mudam todos os integrantes do conselho que fazem parte do Governo.

Então, é uma dificuldade enorme lidar com isso. Mas ainda acredito que é um é o modelo adequado que nós temos que fazer, porque a ideia é ter conselhos municipais em todo o país que colham nessa base as informações da necessidade real e condição das pessoas envelhecidas neste país para levar para um conselho estadual, que depois leva para uma conferência nacional onde a gente possa consolidar, de forma mais democrática e de forma mais legítima e assegurada, o real anseio da população.

A gente vê muita gente falando sobre envelhecimento. É ótimo! A gerontologia está se desenvolvendo no país, a geriatria, inclusive, nós temos que desenvolver porque nós estamos tendo um *gap* de médicos geriatras neste país para atender a população idosa, e nós temos que trabalhar é com o que, de fato, está acontecendo.

Então, como eu tenho atuado na área jurídica, por exemplo, no direito da pessoa idosa, o que eu vejo? Quando eu tenho que atuar para assegurar o direito de uma pessoa idosa, eu tenho que falar com delegacias, eu tenho que falar com o Ministério Público, eu tenho que falar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defensoria, eu tenho que falar com toda uma rede de proteção que deveria estar montada para atender esse cidadão, essa cidadã, e não está.

Eu já tive problema de família deixar um idoso numa instituição de longa permanência, aí nessas periferias de Brasília. Ele ligou, pedindo para sair de lá. Eu tive que ir à delegacia, porque a instituição não queria que eu falasse com esse cidadão. Quando cheguei lá, o delegado não conhecia os direitos da pessoa idosa e se baseou que não havia tipo legal. Tive que falar com o Ministério Público de Goiás para tentar chegar nesse cidadão para, depois, o delegado se convencer de que precisava ligar para o parente para lembrar que ele não era curatelado – ele era um cidadão que estava em cárcere privado. Aí é que deixaram a gente passar uma procuração pela fresta da janela.

Então, são coisas que acontecem.

Outra coisa que a gente está vendo é um envelhecimento acelerado, como a gente já falou, que está levando as famílias que não têm estrutura para cuidar de pessoas demenciadas, envelhecidas, a adoecerem junto. Então, o que a gente faz quando uma pessoa envelhece, fica demenciada, e só tem uma filha que precisa trabalhar? Qual é a assistência que o Governo está dando? Há algum percentual a mais, até mesmo sobre o BPC ou um valor mínimo que seja? Setenta por cento, parece, das pessoas do Regime Geral recebem algo em torno de um salário mínimo. O que essas pessoas estão recebendo para ter o mínimo de conforto e possibilidade de atendimento? Não tem!

Então a gente vê, às vezes, alguns horrores acontecendo. Saiu no jornal uma senhora falecida, com exposição do pulmão. A gente vai ver, a filha já está ficando também demenciada e já está sendo tratada no Caps. A gente vê que 86% dos crimes contra a pessoa idosa acontece dentro de casa. É claro, pois ficam num contexto de contato muito intenso. E aí entra a maior dificuldade, de que a Dra. Symone já falou, que a gente tem aqui e é uma das maiores preocupações da ABRACS, que é a educação financeira, para tentar combater o assédio financeiro. É um horror o que está acontecendo no Brasil, em termos de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – ... imposição de pessoas idosas a entrarem num crédito consignado, sem a menor ideia de que aquilo vai acontecer. O nível de endividamento... Nós estamos aqui, Senador, com um nível de endividamento das pessoas idosas absurdo. O que nós vamos fazer com isso? Será que o Desenrola só resolve? Como é que nós vamos fazer esse papel de resguardar essas pessoas?

Então, são fatos que eu queria aqui levantar.

E tem coisas boas. Realmente, como foi tratado aqui, nós temos uma das legislações mais adequadas e aprimoradas, em termos de resguardo dos direitos da pessoa idosa. A gente vê aqui uma dificuldade na nossa ratificação da Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa Idosa. É algo que a gente tem que tratar: ou a gente ratifica ou não ratifica. Mas não é possível que um país simplesmente coloque na gaveta uma questão como essa, que é um marco regulatório normativo extremamente importante para nós.

Por fim, para não me estender muito, porque aqui são muitos assuntos de que a gente poderia tratar, é incrível como as prefeituras não têm, os Prefeitos e os municípios não têm formação da importância de se fazer um trabalho de verificação de quem tem direito a BPC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquela região, porque isso, num primeiro momento, já é uma forma de introjetar um dinheiro extremamente importante naquele município. Esses trabalhos não fazem e o Cras ou o Creas, o que seja, na região, não tem condições de fazer esse trabalho.

Fazendo isso, também outra coisa que tem que ajudar os conselhos municipais é fazer levantamento de recursos e instalar Centros-Dia nesses municípios. Quando nós temos Centros-Dia e as famílias podem deixar os seus idosos em algum lugar para poderem trabalhar, isso significa várias coisas. Por exemplo, significa que o idoso vai sair de casa e nós vamos perceber se ele está tendo algum tipo de violência física ou não. Dois, ele vai ter alguém cuidando dele para tomar água, para ter alimentação, descansar e ter convívio social. Nós vamos, com isso, no mínimo, ter um reflexo imediato em diminuir a sobrecarga na questão da saúde municipal. Isso é certo. Um idoso que fica sozinho em casa não se hidrata; não se hidratando, dá confusão mental; dando confusão mental, ele não toma os remédios na hora certa. E lá vai ele, com uma hipoglicemia, alguma coisa assim, correndo para o hospital, sobrecarregando o sistema.

Ou seja, nós temos todas as previsões legais. Nós precisamos é difundir, e a base que tudo isso passa pelo Conselho Municipal das Pessoas Idosas. Se nós não tivermos isso e, através dos conselhos, treinar esses conselheiros e fazer com que haja uma integração com o atendimento primário da saúde dessas pessoas, com o Ministério Público local, com a defensoria, com o Cras local, dificilmente nós vamos fazer alguma coisa aqui de Brasília, Secretário. Dificilmente. Eu espero que eu esteja errado, mas, se nós não fizermos isso, nós não vamos ter um país que a gente deseja.

Agora, mais do que nunca, nós vamos ter que correr, porque nós não temos mais base de fecundidade, nós estamos vivendo aí até os 80, 90, com tranquilidade, e nós não temos uma estrutura que dê sequer o direito à pessoa, por exemplo, aqui em Brasília, se deslocar no ônibus com segurança. Então, nós vamos ter que pensar de uma forma muito de contexto, vamos ter que pensar muito em educação intergeracional, vamos ter que ter o MEC fazendo essa difusão de informações, e a gente vai ter que abrir muito o peito e dizer: nós tratamos aqui de política pública, e não de política partidária.

Nós todos estamos envelhecendo, e uma das coisas que eu quero deixar aqui também registrado, que eu vou fazer um trabalho, é que esse direito, o direito da pessoa idosa, de forma específica, como na gerontologia hoje nós já podemos contar, seja uma matéria aplicável em todos os cursos de Direito neste país. Está mais que na hora de a gente começar a tratar assim.

Eu quero mais uma vez agradecer e me colocar à disposição, Secretário. Fico à disposição, se eu puder ajudar em qualquer aspecto, e vamos em frente.

Obrigado mais uma vez, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Mauro Moreira Freitas, Conselheiro do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do DF e representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior, que enfatizou muito o fortalecimento dos conselhos municipais.

Eu acredito muito também nisso. Foi lá no Rio Grande do Sul que iniciou a ideia do orçamento participativo, na cidade de Pelotas – você deve ter lembrado. Depois, Porto Alegre também assumiu. Eu penso, inclusive – só rapidamente aqui –, no orçamento da União, como é que deveria ser discutido. Deveria começar no município, depois você faz encontros regionais, depois faz o estadual, daí manda para cá. Daí acabaria com as emendas individuais. Aí seria a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vontade do povo de cada estado mandando para o Congresso Nacional e aqui decidir. É o princípio do orçamento participativo que o Presidente Lula defende muito também pelas experiências que já tivemos, mas claro que, para implantar, precisa de toda uma organização.

Bom, vamos em frente. Agora a palavra vai para a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós temos uma segunda mesa, não é? Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Então que bom. Duas horas para mim? (*Risos.*)

Eu não vou fazer uma pergunta ao Sr. Mauro, mas quero dizer para vocês que estão na gestão das pastas que o Sr. Mauro é esse pensador, nos ajuda muito, puxa a nossa orelha de vez em quando, nós brigamos de vez em quando, mas a experiência dele no conselho, creio que vai ajudar muito a secretaria nacional.

Parabéns, Seu Mauro, por todo o seu trabalho, por tudo em que o senhor nos ajudou a não sair do foco, a não errar o caminho no Governo passado. Foi um momento muito difícil, mas eu tenho que agradecer muito ao senhor o seu papel, o seu trabalho. Que Deus o abençoe. Estamos aqui, agora, à sua disposição, numa outra trincheira.

Secretário Alexandre, primeiro, quero dizer que é uma satisfação conhecê-lo. Quando eu vi a sua foto como Secretário do Idoso, eu disse: "Oxe, esse menino!". Mas, hoje, estou vendo que não é tão menino assim, olhando de perto.

Parabéns! Parabéns!

É essa coisa que a gente ainda traz de que tem que ser a mulher cuidando da pauta da mulher, o idoso cuidando da pauta do idoso. Aí a gente vê um doutor jovem, preocupado com a pauta. E a forma como o senhor colocou aqui mostrou muito conhecimento. Sucesso no seu trabalho, Dr. Alexandre! Sucesso! Estamos aqui à sua disposição.

Sei o quanto é difícil essa secretaria, Dra. Symone e Dr. Alexandre, uma secretaria criada em 2003, mas que há pouco tempo começa a funcionar.

E sei de todas as dificuldades. Não vou nem lhe perguntar o seu orçamento, para o senhor não chorar aqui, à mesa, agora.

Mas, no meu primeiro ano de Ministra, o orçamento era de R$1 milhão para o Brasil inteiro. Como trabalhar a proteção da pessoa idosa, como executar políticas públicas com apenas R$1 milhão?

O senhor vai ter esse desafio da ampliação do orçamento, porque o senhor recebeu um PPA pronto. As pessoas não entendem que, no primeiro ano, a gente tem um PPA pronto, e os órgãos de controle em cima da gente. Como é difícil ser gestor. Acho que todo Parlamentar tinha que ser gestor antes de ser Parlamentar para poder entender as dificuldades.

Mas nós podemos ajudá-lo muito nessa ampliação do orçamento com as emendas, as emendas de Comissão, as emendas de bancada, as emendas individuais. Podemos fazer muito esse diálogo. E é claro lutar muito lá na lógica do Orçamento da União.

Ou a gente faz essa discussão, Dr. Alexandre, com muito pé no chão sobre o Orçamento da União para as políticas públicas de pessoas idosas ou a gente faz. Não vai ter alternativa "b". Não tem a opção "b".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi o que o Dr. Mauro falou: a população está envelhecendo. E a gente vai precisar pensar políticas públicas efetivas cada vez maiores. Já temos um déficit muito grande agora. Imaginem daqui a dez anos. Então, a gente tem que pensar mesmo em políticas públicas e orçamento.

Aí eu venho fazer coro ao Dr. Mauro aqui com relação aos conselhos.

Foque, Dr. Alexandre, na formação dos conselhos municipais! Vou lhe dar um exemplo. A gente fez muita campanha sobre a doação dos 3% do imposto devido para os fundos municipais. Eu encontrei empresários que batiam na nossa porta e diziam: "Eu quero doar para o fundo". Um deles tinha uma empresa que tinha um raio de quatro, cinco cidades em volta. Nenhuma tinha o fundo municipal.

Então, o fortalecimento do conselho, com a criação do fundo, é garantir ao Prefeito, inclusive, recursos. Prefeitos, aqui no Congresso, com pires na mão, pedindo R$50 mil para um programa para o idoso, sendo que só uma empresa poderia doar ali R$200 mil, R$300 mil.

Que essa questão de focar o município seja a sua meta.

Eu trabalhei muito com isso, mas a gente ainda tem mais de 2 mil municípios sem um fundo no Brasil. E a gente vai ter que trabalhar essa consciência lá. É lá na ponta que as coisas acontecem.

A minha preocupação é com relação ao conselho. O senhor já anunciou agora que está em fase de uma reformulação. É bacana isso. O Governo cresce, tem que ter a paridade, tem que crescer a sociedade civil, têm que crescer mais representantes do Governo. Vocês já estão se adequando. Parabéns! Vão para 18 agora. Parabéns! A gente tem que lembrar que o conselho nasceu antes do Estatuto da Pessoa Idosa: o conselho nasce em 1994; o estatuto nasce em 2003, é proposto em 1997 pelo Senador Paim, e eu chego em 1998, na Câmara, e fiquei ali, nos bastidores vendo toda a luta do Senador Paim. E, agora, em 2022, ele aprova uma outra lei que não é mais Estatuto do Idoso, é o Estatuto da Pessoa Idosa. Tem sido um exercício diário a gente estar cuidando, um constante exercício de lembrar que é Estatuto da Pessoa Idosa.

E aí, Dr. Alexandre, quando estive Ministra, nos foros internacionais, eu sempre levei a cópia do nosso estatuto. E os países pegavam aquilo com muito carinho, porque é de fato uma legislação extraordinária. O Congresso entregou isso para o Brasil num amplo debate com a sociedade.

E eu venho aqui agora para a violência, e aí, Symone, é com você, é com o Dr. Alexandre. A gente viu agora que, de janeiro a maio, o Disque 100 registrou 47 mil denúncias de violência contra o idoso. Mas, quando a gente pega o número do Disque 100, de 2022, nós temos mais de 150 mil denúncias. E aí eu quero lembrar a quem trabalha com o tema da violência que é menos de 10% os casos que chegam a uma denúncia. Então, vamos multiplicar isso aqui por dez: 1,5 milhão de violência contra a pessoa idosa no país. O Uruguai tem 3 milhões de habitantes, e é como se metade do Uruguai tivesse sendo vítima de violência. A gente vai ter que enfrentar isso com muita coragem. E aí a transversalidade do tema, Dr. Alexandre: o Ministério da Segurança Pública o tempo todo.

E vem a minha primeira proposta – e entenda isso com muito carinho, com muita dedicação. Nós fizemos, no Governo anterior, o que já era um sonho anterior, não foi uma ideia do Governo Bolsonaro, as grandes operações de repressão e demos a elas o nome de Operação Vetus. A gente chegou a prender milhares de agressores contra a pessoa idosa. É preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar essa repressão em parceria, porque, quando o policial chegar, tem que chegar alguém do conselho junto para providenciar para onde levar o idoso.

E aí vem o nosso papel, Senador Paim: quantos idosos a gente levou para a delegacia torturados? E na hora de fazer a ocorrência estava lá: "menor potencial ofensivo". Quando eu fazia a mesma operação com a mulher, Senador, apenas com a ameaça, eu já conseguia uma medida protetiva para a mulher e às vezes até colocava quem estava ameaçando já preso. Mas eu tinha idosos torturados, o corpo machucado, e a gente não conseguia a medida protetiva. Por quê? Porque para a nossa legislação penal era o menor potencial ofensivo. A gente vai ter que talvez, Dr. Alexandre, fazer esse grupo de trabalho de adequação da lei penal na proteção da pessoa idosa no Brasil. Tem que ser urgente, e aí todas as violências: a negligência, a exploração...

O Dr. Mauro trouxe aqui a exploração financeira. Dr. Alexandre, na pandemia foram um horror as fraudes financeiras contra a pessoa idosa e a violência patrimonial. O que nós descobrimos de filho pegando procuração, tipo assim: "Você não pode sair de casa, me dá a procuração para eu cuidar" – em nome de uma pandemia! Transferência, antecipação de herança, transferência de bens, venda de imóveis, que tivemos que chamar o CNJ para que ele baixasse uma resolução dizendo que a transferência de imóveis de pessoas acima de 70 anos teria que ter um critério naquele período de pandemia.

E aqui, eu sei que a senhora já está falando com a Febraban, Dra. Symone, então traga o CNJ para essa conversa, a Associação de Cartórios para essa conversa, para a gente enfrentar a violência patrimonial – já estou indo para o final – e todos os tipos de violência, Dra. Symone, Dr. Alexandre. E o Congresso está aqui para ajudá-los.

Nos últimos anos, eu me deparei com uma das mais terríveis violências no Brasil, que foi o estupro contra a mulher idosa. E era doloroso, para mim, fazer esse acompanhamento. Eu era a Ministra da Mulher, mas também a Ministra da pessoa idosa. Como era difícil encontrar aqui, em Brasília – o Dr. Mauro sabe disso –, mulheres de 81 anos sendo estupradas! O estupro da mulher idosa é tão constrangedor que ela não denuncia. E a gente observa que o estupro da mulher idosa é por quem está perto: é o cuidador, é o filho, é o neto, é o sobrinho, é o vizinho.

E a gente vai ter que fazer esse enfrentamento, talvez abrindo mais para a sociedade. "A senhora quer chocar?". Talvez tenhamos que chocar em alguns momentos, Dra. Symone. Mas foi na minha gestão que batemos um recorde nacional, talvez mundial: uma idosa de 100 anos estuprada por um homem de 41 anos, no Mato Grosso do Sul.

Quando a gente conversa com a Delegada de proteção da pessoa idosa, aqui no DF, a gente vê lágrimas nos olhos dela o tempo todo, especialmente com o aumento do estupro. E aí, Senador Paim, vem a crueldade – a gente vai ter que falar muito sobre isso –, filmando os estupros de mulheres idosas e vendendo as imagens.

Então, nós temos muitos desafios pela frente: a Política de Cuidados, o BPC, o retorno do idoso para o mercado de trabalho – ele quer trabalhar –, a capacitação dele nesse mundo tecnológico. Mas a gente tem posto aqui, Dra. Symone, a violência contra a pessoa idosa, que precisa ser enfrentada com muita, muita atenção.

São as minhas considerações. Não são diretamente perguntas. Eu tenho duas ou três para o Dr. Alexandre, mas eu vou mandar para o seu gabinete, em forma de ofício, no sentido de ajudar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo trabalho que estão fazendo. Desafios são enormes, mas está posto aí: ou a gente traz, de fato, a proteção da pessoa idosa – no bom sentido, Dr. Mauro – ou a gente traz! Não tem opção "b" para o país.

Senador Paim, parabéns por essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Parabéns a você, mulher, Senadora, que fez aqui uma bela fala, carinhosa, muito respeitosa com nossos convidados, deixando sugestão. Então, eu quero cumprimentar a senhora em nome de todo o Plenário da Comissão de Direitos Humanos, e nada mais justo do que uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Pode saber que isso não é só carinho para a senhora, é merecedor.

Agora, nesse momento, nós vamos para as considerações finais.

Então, cada um da mesa – vou convidar o Dr. Alexandre para ser o último a responder – terá um tempo correspondente aqui, se necessário for, de cinco a dez minutos, para as suas considerações finais e, ao mesmo tempo, respostas.

Mas, antes de falarem, por – como é que se chama – compromisso de ofício na Presidência, eu deixo no ar cinco perguntas que vieram pelo e-Cidadania. Vocês podem responder ou não. Se não responderem, depois a Comissão responde para aqueles que fizeram os questionamentos.

Socorro Morais, do Rio Grande do Norte, pergunta: "Como está se dando a liberação de recursos do Fundo Nacional [do idoso] [...] uma vez que [ainda] [...] não temos [o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa] [...]?".

Segunda pergunta dela: "[...] temos um déficit de [...] [Instituições de Longa Permanência para Idosos] públicas [...] bem como conveniadas [no Brasil]. [...] qual [...] o modelo de gestão [proposto pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa]?".

Toda pergunta que chega eu leio, viu? Não escapa nenhuma. Claro que o pessoal lá, como são tantas, às vezes faz um resumo, porque muitas coincidem.

Ana Carolina, da Paraíba: "Conforme os direitos da pessoa idosa, sendo ele [ou ela] também deficiente, o individuo será resguardado e protegido [...] [por] ambas as leis?".

João Paulo, do Rio de Janeiro: "Como pretendem proteger os direitos dos idosos previstos no estatuto do idoso?" – aqui tão lembrado.

Claro, foi uma luta de todos nós, de toda a sociedade. Eu, por uma sugestão, quero dizer aqui, de um idoso que já faleceu, do Rio de Janeiro, que me mandou uma cartinha dizendo "Pensa nisso, Senador!" – eu era Deputado ainda, naturalmente. Daí, eu peguei, entreguei para a Consultoria e apresentamos o estatuto, depois de uns cinco anos de debate. Daí, apresentamos o estatuto.

"Quais as melhorias para os idosos devem ser aplicadas com urgência?".

Eu começo, então, pela ordem que está aqui, pela Dra. Symone.

Se entender que cinco é suficiente...

Quando chegar aos cinco, vai tocar a campainha, mas eu vou dar mais cinco. O.k.?

Então, Dra. Symone Maria Machado Bonfim, com a palavra.

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM (Para expor.) – Eu vou começar só dando um retorno para a Senadora e depois eu vou para as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – A violência... Dentro dessa lógica da Coordenação da Pessoa Idosa e Vulnerabilidades, um objetivo é a violência. Então, como a gente está estruturando? Primeiro, campanhas permanentes, tanto contra a violência, todas as formas de violência, como contra o idadismo. Por quê? Porque ele é a fonte. Ele é a fonte, e, dentro de uma perspectiva mais positiva, é trabalhar a intergeracionalidade, é produzir material para ser trabalhado nas escolas, porque a gente aprende a respeitar é na convivência, é desde pequenininho você mostrando os valores, trabalhando, até para o respeito ao professor. Hoje em dia – a gente fez um levantamento –, mais de 25% dos professores da rede básica têm 50 anos ou mais, e a gente sabe que eles são desrespeitados, muitas vezes, por uma cultura que não valoriza a pessoa idosa.

Então, a gente já está desenvolvendo contatos com o MEC para fazer um trabalho conjunto, porque tem que ser com eles. A gente vai produzir material, mas isso já está sendo pensado.

A senhora falou bem claramente como é cruel a violência contra a pessoa, porque, quando a gente começa a ler, vai dando um mal-estar de pensar que aquelas pessoas, muitas demenciadas, completamente indefesas, são as maiores vítimas.

Essa semana foi aprovado, na Câmara, e eu acho que chegou aqui – talvez aí vocês decidam sobre a urgência... Confesso que eu não me detive a analisar completamente, porque nem tive o tempo suficiente, mas a gente se propõe a fazer, que é o Projeto 4.438, de 2021, que é do Senado – ele só voltou para a Câmara, vocês já tinham agido –, que muda os estatutos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência para incluir medidas protetivas a serem decretadas pelo juiz no caso de violência contra a pessoa idosa ou iminência. Para ambos os casos, o projeto lista medidas protetivas semelhantes às da Lei Maria da Penha. Então, talvez seja o caso de dar urgência a essa análise das mudanças feitas pela Câmara dos Deputados, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já chega aqui então a sugestão, como encaminhamento. Eu vou conversar com a Senadora Damares para que a gente dê urgência. E até a senhora pode relatar, sabe que não tem problema aqui.

Aqui, quem pede para relatar leva. Não importa se é da situação ou da oposição, viu?

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – Pois é, pois voltou e, assim, acho que é muito importante que não seja tirada a visibilidade da questão da violência contra a pessoa idosa.

Uma coisa que o Secretário sempre fala: até a pessoa idosa naturaliza a violência, infelizmente – o Disque 100 deixa isso muito claro –, e as principais violências acontecem em casa, seja na casa só da pessoa idosa ou quando ela convive com mais pessoas. É quando você a impede de fazer escolhas, que foi o que o Sr. Paulo falou. É como se, depois dos 60, você não fosse mais um cidadão, não tivesse mais direitos.

Então, acho que é importante a gente discutir realmente as formas de enfrentamento e de prevenção.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – E, nesse sentido, a gente já começou as tratativas para rever... Já existia, em certo momento, um plano nacional de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, que vai contar com a participação tanto do Governo quanto do Legislativo. Mas é para a gente trazer aqui, discutir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A Comissão está aqui...

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM – ... trazer à Comissão, para que a gente possa realmente fazer algo sistemático, que tenha uma visão abrangente da questão da violência.

Eu vou responder aqui rapidamente e, aí, eu deixo...

Sobre a questão da liberação dos recursos do Fundo Nacional do Idoso.

Em respeito à participação social, que a gente sabe que é imprescindível e fundamental, a secretaria não está... E a gente nem pode usar nenhum recurso do fundo, esperando o término do processo e que o conselho, que é soberano, decida como vai usar os recursos disponíveis.

Quando ao déficit de instituições de longa permanência, essa é uma questão que a Senadora Damares conhece, já enfrentou.

A gente pretende, já vinha... Acho que essa é uma reivindicação de toda a sociedade, e a Câmara já fez, através da Cidoso, uma subcomissão para discutir isso, e existe uma frente de defesa das instituições de longa permanência.

Qualquer um de nós aqui sabe que o ideal... Onde é que você quer envelhecer? "Onde eu escolher, na minha casa, na minha comunidade", mas a gente sabe que há situações de rompimento de vínculos, de violência e várias situações que podem levar... Então, não é que seja ruim. A gente não vê como uma coisa negativa o acolhimento institucional, mas sabe que esses ambientes precisam respeitar os direitos humanos das pessoas idosas.

Então, nós vamos fazer um levantamento.

O Ipea fez, em 2014, mas numa dimensão menor, então nós vamos consultar várias entidades, vários especialistas, sobre como construir esse levantamento, de forma que o Brasil tenha uma visão completa de como elas funcionam e como é que a gente precisa expandir ou aperfeiçoar os serviços prestados, sempre na perspectiva de respeito aos direitos humanos da pessoa idosa.

Eu acho que... O resto eu deixo aqui para o Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Alexandre vai encerrar.

Vai ter que esperar, Alexandre.

Eu queria dar uma salva de palmas muito grande para a Symone. (*Palmas.*)

Symone Maria Machado Bonfim, Diretora de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Já aqui eu aproveito para cumprimentar o Ministro Silvio, que mandou vocês para cá, indicou, naturalmente, vocês para responderem as perguntas e exporem o programa de Governo desse Ministério na área dos idosos.

Muito obrigado, Dra. Symone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra para o Dr. Mauro Moreira Freitas, Conselheiro Titular no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do Distrito Federal, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior, para suas considerações finais.

Se quiser falar de algumas perguntas, fique à vontade.

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS (Para expor.) – Senador, mais uma vez, obrigado. Nenhuma Comissão seria mais adequada para a gente tratar disso, porque estamos falando de dignidade humana, da capacidade de as pessoas viverem a longevidade de forma realmente livre de qualquer dificuldade para exercitar a sua cidadania. É isso que a gente está fazendo aqui.

E, com relação aos projetos de lei, eu me alinho exatamente a esse projeto de lei para facilitar as medidas protetivas, foi uma iniciativa até da Dra. Cyntia, aqui do Decrin, do Distrito Federal. Isso é interessante, porque é uma delegada que propôs isso, e ela tem noção exata da dificuldade.

E o foco, por incrível que pareça, para nós, além das medidas protetivas serem mais rápidas, e isso mostra a importância desse projeto ser realmente acelerado na Câmara dos Deputados, é que a idosa agredida no seio familiar, no ambiente domiciliar, já estava protegida pelo direito, com base no Maria da Penha. Então, ela conseguia, por aí, fazer uma medida protetiva mais célere.

Numa medida protetiva, a gente precisa, o delegado, solicitar um parecer do Ministério Público, depois vai para juiz, então tem uma tramitação que atrapalha. Então, uma idosa agredida tinha essa prerrogativa, um idoso agredido não tinha essa prerrogativa. Então, está causando uma dificuldade enorme para o idoso e uma injustiça de tratamento. É essa a questão. Uma questão muito legítima, muito bem colocada pela Dra. Cyntia, a quem sempre dou os parabéns por ter chamado essa atenção para algo de que a gente, às vezes, na própria operação do direito, não se dá conta.

E há outra questão também, que a Senadora falou, com relação aos crimes de menor potencial ofensivo.

Quando nós fizemos o estatuto da pessoa idosa, Senador, não percebemos o nível de implicação, de violência contra a pessoa idosa. A gente talvez... Eu não estava na época, mas acho que não se imaginava que nós teríamos que enfrentar isso, e acabou que as penalidades previstas não têm poder de dissuasão, ou seja, as pessoas que olham as penalidades veem que são penalidades de seis meses a um ano, por exemplo. Faz com que isso caia nesse regramento em que as pessoas podem, os agressores, fazer uma transação. Então, acabam dando alguma cesta básica, alguma coisa assim, e voltam para os seus lares e continua a violência. Essa é a verdade.

Então, existe um projeto de lei – e depois eu posso informar – que está propondo o aumento dessa pena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só vou propor a V. Exa. – desculpe-me por interromper – que remeta para cá o número desse projeto de lei – o resto a gente encontra no computador –, porque isto vai entrar na linha de resoluções desta audiência pública: acompanhar, trabalhar e aprovar esse projeto.

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – Pode deixar, já está tramitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele praticamente dobra a penalidade, para que a gente possa, então, realmente punir de forma mais assertiva. Porque, além desse trabalho de aumentar as penas, a gente precisa também, nesse trabalho de informação e educação da sociedade, dizer para o agredido que ele está sendo agredido e para o agressor, que ele está agredindo, porque até nisso há uma grande dificuldade de percepção. Às vezes, a pessoa está fazendo algum assédio, um abandono, por exemplo, e não está percebendo que ela está ensejando ali alguma tipificação criminal.

Por fim, eu só queria chamar à atenção também de algo importante: o tratamento do INSS com a revisão, com a concessão do direito à aposentadoria, porque isso, sim, a sociedade está entendendo como uma agressão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – Isso teria que ser mais célebre. Não é possível que, em um país envelhecido como o nosso, nós estejamos com um sistema tão demorado e que acaba desaguando no próprio Judiciário, que é mais demorado ainda. Então, é uma dupla penalidade que a sociedade está sofrendo em relação ao direito sagrado, que é o direito de aposentadoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Mauro Moreira Freitas, titular do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do DF, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior.

Sobre essa última questão que o senhor levanta, já estiveram comigo, inclusive, dois advogados da OAB do Rio Grande do Sul, falando da preocupação das perícias, do tempo que vem demorando, e nós nos comprometemos a fazer um evento – eles vão organizar um evento na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, com a Comissão de Direitos Humanos –, para debater essa questão das perícias e da morosidade que acumulou no país, de tantos e tantos anos, em relação ao atendimento dos que postulam o justo direito ao benefício. Então, nós pretendemos fazer lá e de lá trazer para aqui – e para "aqui" que eu digo aqui para o Congresso – para fazer um movimento, inclusive junto ao Executivo e ao Judiciário, para que abram, inclusive, mais – eles chamam de vagas... Eu não sou advogado – vagas, para que se possa acelerar, então, o processo e, ao mesmo tempo, ter mais peritos para atender a postulação daqueles que precisam. Isso já está mais ou menos encaminhado.

Agora, com enorme alegria, nós convidamos a fazer as suas considerações finais o Dr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que deu aqui informações muito preciosas para todos nós.

Eu sei que havia uma preocupação da questão dos conselhos, e V. Exa. colocou muito bem e atendeu à nossa expectativa. Mas o tempo agora é seu.

Como aos convidados da mesa eu dei cinco com mais cinco, V. Sa. terá cinco com mais cinco, e mais cinco, se necessário.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terá 15 minutos.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (Para expor.) – Está bom.

Primeiramente, quero agradecer o acolhimento desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que levantar a pauta do envelhecimento e das velhices só se faz se todos dermos as mãos. A gente não consegue fazer isso sozinho. Como a própria Ministra disse, é uma questão de todo mundo, de todos os partidos. Não tem ninguém de qualquer partido que não vai envelhecer e que não queira envelhecer bem.

Construir uma pauta, uma agenda que, de fato, coloque envelhecimento e velhices em destaque é o nosso objetivo. Então, eu aproveito a oportunidade para, de fato, convidar todas as pessoas a estarem conosco nessa gestão. A gente quer, de fato, que falar de velhice seja algo cada vez mais naturalizado.

Não é a primeira vez que perguntam sobre a minha idade. Houve a pergunta lá também, em vários espaços há essa pergunta. E eu quero explicar, muita gente talvez não me conheça. Então, eu sou o Alexandre da Silva, eu tenho toda a minha formação na área da gerontologia, desde a graduação, em que a gente passa pelos processos de curso de extensão e tudo mais, a especialização, o mestrado, o doutorado. Então, isso já vai somando duas décadas e meia, mais dois anos... Mais de duas décadas, pode somar, 20 anos de docência. E, como um homem preto, que passa por muitas violências, e a gente sabe muito bem que é difícil chegar aos 45 com essa vontade de viver e não de sobreviver, eu posso ser chamado de velho, sim. Porque, como eu falei, essa inversão que tem, de 48% aos 60 anos... Infelizmente, muitos dos meus já estão com grandes comprometimentos para o envelhecer.

Então, é assim que eu me apresento e como fica registrado. Então, as pessoas já sabem quem eu sou, para entender por que estou aqui, não é? E, como eu falo que venho desse lugar da militância, do ativismo, na pandemia foi muito sofrimento saber que os fatores que levavam as pessoas idosas ao maior adoecimento e morte eram pessoas idosas, de pele preta e com doenças.

Esses são os meus. Esses são os meus. Eu estou aqui por eles, porque eles vieram primeiro e muitos morreram de forma muito injusta. Se a gente for falar dos dados de covid, a gente entende muito bem que foram os meus que morreram, proporcionalmente, mais que qualquer outro grupo.

Então, achar que eu não sou jovem faz sentido e que eu estou envelhecendo e querendo fazer, querendo ter o propósito de vida, que é o que nos une aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Gostei, gostei.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Obrigado. (*Palmas.*)

É importante, sim, o uso das emendas, acho que faz muito sentido, como o Ministro colocou, e o Senador Paim também.

E eu queria também, mais uma vez, convidá-los para que a gente possa disseminar essa outra forma de pensar o envelhecimento. A gente precisa que tenha esse uso para o envelhecimento no território, que a gente consiga distribuir melhor as ações.

Hoje, como o Mauro falou, como a Senadora falou também, é extremamente importante a gente ter o conselho conosco, das mais diversas formas e facilitando sempre o seu trabalho.

Então, hoje nós temos 3.727 conselhos. Desses, ativos estão 2.993; com o fundo, 2.180, e, cadastrados na Receita Federal, 1.532.

Então, isso já é um ponto, e, assim como a nossa diretora falou, assim que houver a retomada para esse biênio, a gente vai tomar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – ... as ações necessárias, juntamente com a nossa secretaria aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Como o Mauro falou, é exatamente isso, a gente precisa falar das violências. Então quem pôde acompanhar, as ações do nosso ministério foram focadas em falar das violências. A gente começou falando desde uma ação mais micro até as maiores formas de violência, porque a ideia é justamente essa, mostrar para as pessoas que qualquer gesto, desde um apelido, desde um não manejo independente do seu dinheiro, por mais que pareça uma forma de brincadeira, afeto, é violência. Então, que as pessoas, que ambas as pessoas estão envolvidas nesse estado de violência saibam que é a violência.

E de fato, há realmente uma subnotificação. E quando a gente pensa em ter outros ministérios nos ajudando é justamente por isso, quer dizer, pode ser que o perfil da pessoa idosa violentada que faz a denúncia pelos nossos direitos humanos possa ter um perfil, pela saúde, tem a outra, e pela justiça, tem a outra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Igualdade racial tenha outro também, não é? Então isso, para nós, é bastante importante.

E exatamente isso, como o Mauro disse, a gente precisa entender. A gente não quer, de forma alguma, culpabilizar as pessoas; tem que entender que é todo um processo. Então, quando a gente fala da pandemia, por exemplo, um dado que nossa ouvidoria vai lançar, nos próximos dias, é mostrar que com a permanência maior em casa, que quer dizer, houve desemprego, houve aumento de informalidade, houve adoecimento, houve perdas, houve perdas de rendas e tantas outras, a faixa etária das pessoas idosas que eram violentadas mudou. Então hoje já aos 60 anos, a proporção de pessoas idosas que sofrem violência é muito grande, Senadora. Então é urgente que a gente construa, como nossa diretora falou, ações mais efetivas e imediatas para o enfrentamento à violência.

A questão do modelo de gestão, acredito que nós já falamos, e Laís estava aqui conosco, ela trouxe importantes contribuições.

Como a Senadora falou, nós tivemos ontem nossa conversa com os povos ciganos. E aqui eu vou até mencionar quem eram as pessoas. Nós estávamos com o Rogério Colombo, de Santa Catarina, o Itamar, do Ceará, o Marcos Pantaleão, de Minas Gerais, a Maura, de Minas Gerais, a Nadir, do Paraná, a Lui Naiá, de São Paulo, Vanderlei Rocha, do Distrito Federal, que estava no nosso evento também no dia 14, acho que algumas pessoas vão se lembrar dele, a Selma, de Goiás, Antônia Teixeira, de Santa Catarina e a Ivani Lima, do Espírito Santo.

E concordo com a senhora, é um grupo que nós temos que atender. E os problemas que eles trouxeram, nós precisamos articular para dentro e para fora da nossa secretaria. Várias queixas eles trouxeram, mas, por exemplo, a questão do acesso aos benefícios previdenciários; eles falaram que há acampamentos onde os homens, mais os homens, ele nem falou das mulheres, mas a gente estende para as mulheres também, nem sabem como começar a ir atrás desse tipo de benefício. Falou muito sobre a saúde, e ficou forte para nós o quanto eles já estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagando, quer dizer, como é que está a nossa forma de atenção, considerando o nosso Sistema Único de Saúde. Falaram muito da questão do modo de vida deles, que é questionado. E falou de algo que também é muito importante, que é cultural e que tem a ver com o idadismo também, que é a questão da cultura. As pessoas têm medo da gente, secretário – as pessoas têm medo da gente. Então, assim, isso, para nós, é bastante impactante.

A gente viu isso, quando a gente vai falar de alguns grupos específicos, só para citar a população negra, por exemplo, que, muitas vezes, o próprio toque de um profissional da saúde, um assistente social, é diferente se você tem um olhar construído de forma muito equivocada e preconceituosa.

Então, esses já foram alguns encaminhamentos que nós tivemos, como a Symone mesmo antecipou, com esse grupo. E saibam que eles estarão, sim, sendo atendidos e assistidos na nossa Secretaria.

Tivemos, também, uma conversa com a Leandra e com a Opas para a gente pensar o envelhecimento ativo, esse modelo. Isso a gente quer, também, fazer com bastante intensidade.

Symone trouxe um ponto importante, e eu acho que isso acaba sendo uma das essências da nossa Secretaria, que é o enfrentamento às várias formas de violência. Então, a gente quer que toda pessoa que envelheça se sinta bem. E veja que envelhecer não é só a questão cronológica. Se você está com uma idade um pouco a mais do que a média esperada em um certo espaço, você pode, já, sofrer o idadismo.

Então, o idadismo precisa, de fato, ser construído. A gente tem, agora, o outubro como um outro ponto estratégico nosso e a ideia é a gente, de fato, construir essa pauta positiva, como eu falei, de mostrar que a gente pode fazer muita coisa, aprender muitas coisas, crescermos mais se a gente puder envelhecer dentro das perspectivas que nós temos do nosso Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Esse é um ponto que o Ministro sempre gosta de frisar conosco, que é isso. A gente precisa ver, de fato, que as ações para que a pessoa possa envelhecer bem, no caso, aconteçam.

A gente tem, também, o interesse, acho que foi uma fala de Mauro e, também, da Senadora, de conhecer as experiências exitosas das mais diversas áreas que estão versando no nosso Ministério; experiências de conselhos, experiências de entidades, de movimentos sociais – enfim, a gente quer, realmente, fazer um convite para que todas as pessoas façam parte da nossa gestão.

Aproveitando isso, eu também quero aproveitar para convidar as pessoas idosas e não idosas para que participem do nosso PPA participativo. E, como a Senadora falou, é um ministério que não tem tanto recurso. Então, qualquer ajuda que vem, de apoiar, para que a gente possa aumentar para os próximos anos, é muito importante.

Então, aproveito aqui, Senador Paim, para que todos participem e que as pessoas idosas também participem. E quero aproveitar o Senado para falar isso, para dizer para elas, agora, em particular, que, assim, para poder fazer a votação, eles vão pedir o CPF e o nome completo, tá? Então, não tenham medo, porque muitas pessoas idosas têm medo. Quando se fala de passar o CPF e o nome completo, elas já falam: "Não vou fazer".

Então, o PPA participativo dentro das nossas redes, que estão divulgando o *link* correto, é seguro. E, se você, ainda, mesmo assim, tiver insegurança, procure alguém em quem você confie para que você possa nos ajudar nessa ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também temos uma preocupação aqui, e, de novo, eu valorizo o que trouxe a Senadora e o Senador também, de muitas décadas já – o estatuto já entrega bastante de onde vem isso –, de que as pessoas idosas participem mais do cenário político. Então, a gente tem, já, uma orientação da secretaria para que qualquer grupo de pessoas idosas de Brasília, passando por Brasília, ou virtualmente, que queiram conversar comigo, a gente vai sempre abrir essa oportunidade. Elas precisam ser ouvidas, assim como foi... Quer dizer, o Vanderlei falou conosco no dia 14 e, hoje, e, ontem, quer dizer, já tivemos um... A gente abriu a agenda mesmo, que é o meu papel como gestor, de estar sempre em contato, e fizemos a conversa já com esse grupo de pessoas idosas ciganas. Eles têm até um grupo no WhatsApp, que é "Cigano da terceira idade" ou alguma coisa assim. Eles têm até um grupo aí. Então, para dizer que a gente está realmente aberto para ouvir os grupos de pessoas idosas principalmente.

E que as pessoas também entendam, muitas vezes, que eu já vi alguns comentários não bons, do porquê eu estou falando com um grupo que não é de pessoas idosas. Veja: como nós estamos falando de grupos de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e de múltipla discriminação, falta energia para estar em espaços políticos. Então, muitas vezes, são outras pessoas que vêm representá-las aqui. Mas a gente tem, aí, três anos e meio para mudar esse cenário, e eu espero contar com todos desta Casa aqui e com os que estão também nos assistindo para poder fazer isso.

Como a Symone também falou da importância que as pessoas fora do nosso país dão para o nosso Estatuto, eu reforço isso. De fato, as pessoas valorizam o nosso trabalho. A nossa presença nos espaços internacionais é sempre de grande relevância. A gente pode aprender com eles, mas eles também têm muito para aprender com a gente. Acho que esse é um ponto que nós precisamos, cada vez mais, enaltecer. E o Estatuto é um desses instrumentos, assim, extremamente importantes, e podemos falar: "Isso aqui é nosso!" E quem esteve presente tem de falar: "Nisso aqui, eu estava presente lá também. Eu estava lá, eu ajudei a construir". E nós já temos algumas ações internacionais, de fato, para disseminar essa construção, que vem de muito tempo. E, desde já, eu parabenizo todas as pessoas envolvidas e que, hoje, nos ajudam muito mais a balizar as nossas ações.

Nós queremos sempre – e isso, como eu falei, mas agora para deixar mais explícito – convidar todas as pessoas a estarem conosco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – ... os conselhos, os movimentos sociais, as entidades, as pessoas ativistas, a academia, sempre as pessoas idosas, jovens, adolescentes, enfim. É só assim que a gente vai construir uma pauta de envelhecimento e de velhices. Não é só para quem envelheceu, não é só para quem quer envelhecer.

Então, quando a diretora trouxe a nossa ação, a nossa proximidade com o MEC... A gente está pensando já em como começar a discutir isso na infância. Se a gente for olhar alguns livros didáticos, alguns, enfim, nem sempre a imagem da pessoa idosa é essa imagem positiva. Às vezes, é até uma bruxa, quer dizer, com jeitos que reforçam um estereótipo negativo. A gente quer mostrar o contrário. A gente quer pensar, por exemplo, que uma atividade de sala de aula pode ser dar o nome da sua pessoa mais velha para que seja usado naquela semana, que o nome da sala tenha o nome de uma pessoa idosa, que o grupo de alunos considere importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um resgate da ancestralidade nessa perspectiva de "eu me identifico com você", "eu valorizo você". Então, a gente tem essa ideia. A gente quer falar também com jovens e adolescentes, e, aí, como a diretora falou, as parcerias com Meta e outras que nos interessam, principalmente para trazer uma linguagem assertiva. A gente tem que ter formas assertivas de falar com cada grupo de pessoas, para, realmente, diminuir todas as possibilidades de idadismo que a gente conseguir.

E, finalizando aqui, falando do nosso conselho de novo, nós tivemos 49 entidades participantes. Esse número é muito importante! Então, eu quero desde já agradecer às entidades que manifestaram interesse de estar no nosso conselho, nós estamos agora... ontem saiu a lista das entidades habilitadas e não habilitadas. Eu reforço também, em nome da nossa secretaria executiva, que as não habilitadas procurem entre 26 e 27 de junho entender o que aconteceu, porque a gente realmente quer ter grupos envolvidos com a pauta do envelhecimento e das velhices.

Então, é assim que eu encerro a minha fala e, mais uma vez, agradeço pela presença de todos, ao Senador Paim, que conduziu tão brilhantemente, pela presença da Senadora Damares, do Mauro, enfim, da minha Chefe de Gabinete, diretora e todas as pessoas aqui muito... à Juliana, também, da Ascom; à Maiara, do nosso ministério, agradeço muito e devolvo a fala, agora, ao nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Palmas para o Dr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência... (*Pausa.*)

...da Pessoa Idosa. Eu estava aqui com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, porque nós aqui, ao longo desses anos nos Governos do Lula e da Dilma, aprovamos e foi sancionado o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Juventude. Deste eu fui Relator, dos outros três eu fui o autor.

Então, quando dizem que o Paim é o homem o estatuto, não é, Senadora? A senhora mesmo lembra, Senadora Damares, do Estatuto dos Ciganos. Sabe que eu estava um dia fazendo uma homenagem aos estatutos no Plenário – eu já contei essa história, mas vou contar rapidamente –, daí uma senhora vestida de forma toda colorida levantou o braço: "Senador, eu tenho admiração pelo senhor", mas ela fez uma crítica, com muita elegância, dizendo assim: "Mas por que vocês não olham para os invisíveis?" Bem assim. Eu digo: Bah, senti, não é? Aí deixei ela falar, claro. "Nós, ciganos, porque parece que somos invisíveis, queríamos tanto que tivesse uma lei para nós".

Claro que ela me ganhou ali, não é? Eu digo: pronto, eu assumo o compromisso aqui que nós vamos construir o estatuto dos ciganos, e aqui, nesta Comissão, aprovamos por unanimidade. Está lá na Câmara os Deputados. Foi amplamente discutido.

Então, eu pediria até o apoio dos senhores e das senhoras, para que a gente cutuque a Câmara para que aprove. Se quiserem alterar, alterem. Mandem para cá, porque nós, naturalmente, vamos sempre... Eu sempre digo que não tem lei perfeita. Qualquer mudança que houver vem para cá, vamos discutir. Olha nós lotamos isso aqui diversas vezes com os ciganos e ciganas... lindo! Tudo colorido. Dançaram aqui na frente para nós a dança cigana – muito bonita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria muito importante que a gente pudesse colocar também o estatuto do cigano como lei e que seja também uma referência em nível internacional.

Eu só vou dar alguns informes e a gente vai concluir os trabalhos. Mas eu sempre gosto de dar a fonte, a origem. Como eu disse que eu não invento nada, o estatuto do idoso surgiu do Rio de Janeiro. Foi um cidadão idoso que mandou para nós a ideia e, depois, fez uma homenagem: tornei-me cidadão do Rio de Janeiro graças ao estatuto, viu? O filho dele provocou lá, daí eu fui lá para homenageá-lo, na figura do filho, e me deram o título de surpresa de cidadão do Rio de Janeiro.

Mas porque eu conto isso? O Dr. Tiago Beck Kidricki, Advogado da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, e o Dr. Felipe Lima, Advogado também e presidente da OAB de São Jerônimo, foram os que me propuseram isso que o Dr. Mauro aqui questionou corretamente, que a gente fizesse um movimento via Comissão de Direitos Humanos.

E vamos começar uma audiência no Araújo Vianna, que é na Assembleia do Rio Grande do Sul, com uma Comissão de Direitos Humanos para discutir essa questão de mais vagas e a morosidade no atendimento dos benefícios. Viu, doutor, eu citei o nome aqui. Comigo não tem essa história de omitir de onde vem a ideia. A ideia não foi minha.

Quero também destacar rapidamente que está aqui no Plenário – ficou quietinha todo o tempo. Se tivesse falado, tinha se apresentado, não é? – a Dra. Sueli Vieira, Subsecretária de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF.

Uma salva de palma para ela aqui. (*Palmas.*)

Também chegou para mim aqui: o Deputado Federal Aliel Machado. Não sei se ele se encontra aqui. (*Pausa.*)

Esse não veio. Só sei que constava na lista o Deputado Aliel Machado.

Agora nós vamos rapidamente para os encaminhamentos. Se faltar alguma coisa, digam-me aqui, na hora em que eu coloco.

Encaminhamentos

Primeiro, apoiar a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa na campanha de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo de acordos, tratados ou atos internacionais (PDC) 863, de 2017, que permitirá a aplicação no Brasil do que estipula a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015.

É isso? (*Pausa.*)

O.k.

Vale frisar que, embora o Brasil tenha sido o primeiro país a assinar a convenção, o processo de ratificação ainda não foi concluído pelo Congresso Nacional.

Depois tem mais um argumento.

Dez países latino-americanos já ratificaram a referida convenção, especialmente os países do Cone Sul, que também contam com populações mais envelhecidas. Aguardam, com ansiedade, a ratificação pelo Governo brasileiro, tendo em vista a sua força política no continente, eu diria até no planeta.

Dois, apoiar a aprovação do PL 4.438, de 2021, que tramita na Câmara, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para aprimorar a defesa dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrer.

E na mesma linha também – o senhor depois vai me dar o número –, apoiar [eu botei] projetos que aumentem as penas de agressão às pessoas idosas.

O.k. os encaminhamentos?

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM (*Fora do microfone.*) – Senador, esse projeto é do Senado, ele acabou de voltar da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está aqui.

Então, só ratifico aqui, mas a intenção é com ajuste.

A Dra. Symone colocou....

A SRA. SYMONE MARIA MACHADO BONFIM (*Fora do microfone.*) – Está na fase de recurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, está na fase de recurso.

Está bom.

Está na fase de recurso; por isso, assim a assessoria colocou. Mas logo que chegue aqui, a gente vai indicar a Relatora. E, nesse caso, a Senadora Damares, que sabe que pediu aqui levou. Ela foi a primeira a pedir. Ela está aqui e os outros não estavam. Então, vai para ela essa relatoria. E aos outros que forem chegando eu vou distribuindo aqui, de forma bem equilibrada.

Eu quero ainda...

Chegou para informe e eu o faço com muito carinho a todos, inclusive alguns estão aqui.

Dia 23 de junho, hoje, é Dia do Policial Legislativo. Deixaram prontinho aqui. Eu vou só ler. Mas eu não vou ler, não é? Eu vou dizer: vida longa! Eu vou dizer que vocês continuem sendo esses profissionais, que são os policiais legislativos, que, nesses meus 40 anos, eu aprendi a respeitar. Sempre, sempre que há uma questão, se eu estiver na área, eles conversam comigo. O Paim é um homem de direitos humanos. "E daí, Senador, como é que a gente faz? Vamos juntos? Vamos". Então, é uma parceria, são companheiros, são homens e mulheres comprometidos com a democracia. E assim foi no dia 8 de janeiro. Eles fizeram o trabalho deles à altura que tinham que fazer. Então, fica aqui uma salva de palmas a todos os policiais legislativos. Vocês merecem. (*Palmas.*)

E assim, com os encaminhamentos, eu acho que cumprimos a nossa obrigação.

Permitam que eu diga isso: é muito bom para mim saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês. Aí é para mim. Aí eu estou – como é que eu diria? – olhando para os meus princípios e as causas que eu defendo.

Estou dirigindo essas palavras ao Dr. Alexandre da Silva – vou citar só o nome –, a quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Também à Dra. Laís Abramo, uma salva de palmas... (*Palmas.*)

... por um tema tão querido por todos nós, que é a causa dos direitos humanos, que é a causa dos idosos, das crianças, dos negros, dos índios, LGBTQIA+. Em todos esses nós fizemos um bom combate. Nós todos, cada um do seu jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa querida aqui, que foi funcionária nossa – eu digo, do Congresso – e que foi agora requisitada, Dra. Symone Maria Machado Bonfim. Uma salva de palmas para a doutora. (*Palmas.*)

E uma salva de palmas para o Dr. Mauro Moreira Freitas, que contribuiu muito. (*Pausa.*)

E assim nós damos por encerrados os nossos trabalhos.

Alguém pergunta: e amanhã vai ter audiência pública? Não, amanhã é sábado. (*Risos.*)

Domingo não, mas segunda tem. Segunda-feira vai ter aqui o debate. Senadora Damares, se puder estar aqui, o debate vai ser o racismo no esporte. Fizemos contato com a nova comissão que foi criada, inclusive para estarem junto, se assim puderem. O.k.?

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje. Amanhã não, mas segunda tem mais. Abraço a todos!

(*Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Leila Barros, Izalci Lucas e Romário, e ainda do Senador Jorge Kajuru, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 42/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "O Combate ao Racismo no Futebol". **Participantes:** Ricardo Leão, Diretor de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Cleomar Marques de Paula, Vice-Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas - ANATORG; Márcio Chagas, Ex-árbitro e comentarista de Futebol; Carolina Ranzolin Nerbass, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça; Jaime de Cassio Miranda, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; Felipe Cavalcanti, Representante Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes; Marcos Moreira, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UnB; Marcelo Carvalho, Diretor do Observatório da Discriminação Racial no Futebol; Horácio Lopes Rodrigues Junior, Vice-presidente de História e Responsabilidade Social - Representante do Clube Vasco da Gama; Paulo Victor Silva Pacheco, Coordenador de Políticas Transversais da Diretoria de Combate ao Racismo do Ministério da Igualdade Racial; Mário Lúcio Duarte Costa, Atleta; Alfredo Sampaio, Presidente da Federação Nacional dos Atletas – FENAPAF; e José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Romário e Jorge Kajuru e a Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/26

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta audiência pública é feita em parceria, conjunta, com a Comissão de Esporte.

O Senador Romário vai entrar virtualmente, porque já estava com a programação de visita a 16 cidades do Rio de Janeiro, já que hoje, aqui no Parlamento, o trabalho será – hoje, não; nesta semana – misto: alguns estarão aqui, outros estarão virtualmente.

Com o Senador Kajuru, que é o Vice-Presidente dessa Comissão – e o Romário é o Presidente –, eu falei, e ele disse: "Não, Paim, de pronto, estaremos lá, e tenho certeza de que o Romário também estará".

Então, eu farei uma pequena abertura; em seguida, entra o Senador Romário virtualmente; em seguida, o Senador Kajuru; e, depois, os nossos painelistas.

A audiência pública será realizada nos termos deste requerimento de minha autoria e de outros Senadores – o Kajuru está aqui na mesa –: o combate ao racismo no futebol.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Como é de praxe, eu farei uma pequena introdução, em nome da Presidência.

Realizamos hoje audiência pública em colaboração com a Comissão de Esporte, da qual o Senador Romário é o Presidente e o Senador Kajuru é o Vice. Logo após a minha fala, o Senador Romário falará e, em seguida, o Senador Kajuru.

No decorrer das últimas semanas, conversei muito com o Senador Romário e o Senador Kajuru sobre esta audiência pública, e eles, de pronto, disseram: "Fique tranquilo, porque vamos fazer lá em parceria". Também conversei com a Senadora Leila do Vôlei, símbolo da promoção do esporte também no nosso país, que foi Relatora e fez um belíssimo trabalho na Lei Geral do Esporte. Em seu relatório, ela criminaliza o racismo no esporte – e em todo o sentido, não é? Inclusive, tentaram fazer uma emenda para tirar este artigo que criminaliza o racismo no esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela foi totalmente contra, e, para felicidade nossa, ganhamos com 80% dos votos, quase 90%, favoráveis a manter o artigo que ela tinha muito bem colocado.

Quero também dizer que, em cooperação – todos nós somos testemunhas –, o Senador Rodrigo Pacheco tem sido um lutador aqui no Senado contra todo tipo de racismo e preconceito. Ele é um parceiro no combate ao racismo no país, e foi ele também que provocou ou sugeriu que esta Comissão de Direitos Humanos fizesse esta audiência pública. Então, eu agradeço aqui. A própria equipe está aqui presente – podem levantar, e uma salva de palmas – representando o Presidente do Senado, que está apoiando esta reunião. (*Palmas.*)

Meu filho, depois do covid, os nomes me fogem. Pode dizer seu nome aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – João Rafael, da equipe de assessoria do Presidente Rodrigo Pacheco.

Nos últimos dias, o mundo e o Brasil têm se debruçado diante do caso do crime de racismo cometido contra o jogador Vinicius Jr., no último dia 21 de maio. Era o jogo da La Liga, do campeonato espanhol, entre o seu clube, Real Madrid, e o Valencia. O jogador da seleção brasileira e do clube Real Madrid, Vini Jr., já tinha sido vítima do crime de racismo por mais de nove vezes, e nada estava acontecendo. Isso fez todos nós e o mundo se manifestar para que as autoridades espanholas se responsabilizem, investiguem e punam os criminosos.

O futebol é um elemento importante na cultura brasileira, está presente em todas as camadas sociais, praticado, por várias e várias gerações, de maneira recreativa. E também, de forma profissional, movimenta uma grande indústria, gerando inúmeros empregos de forma direta e indireta. Ocorre que, lamentavelmente, essa manifestação popular apresenta, por vezes, uma faceta negativa da sociedade, que é a prática do racismo e da discriminação.

Existem relatos da prática do crime de racismo tanto por atletas, torcedores, dirigentes e arbitragem, infelizmente, presente com diversos atores do futebol.

No Congresso Nacional, além da lei relatada pela Senadora Leila, conseguimos – nós todos trabalhando, Kajuru, Romário e todos nós – aprovar, e o Presidente Lula sancionou, a Lei 14.532, de 2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial e prevê pena de suspensão de direito, em caso de racismo praticado no contexto da atividade esportiva ou artística, e prevê pena também para o racismo religioso, recreativo e praticado por funcionário público.

Mas vamos às apenas. A lei determina, especificamente tratando do esporte, que, em crimes cometidos no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público, a pena de reclusão de dois a cinco anos e proibição por três anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso aos locais destinados às práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso.

Eu tive a satisfação de ter sido o Relator dessa lei. A Lei de Injúria surgiu a partir de um substitutivo que colocamos aqui no Senado; foi para a Câmara, e lá uma Comissão de juristas trabalhou em cima dela; voltou para cá, e, no fim, fizemos um grande acordo, Câmara e Senado, e a Lei de Injúria hoje está garantida em todo o país, como crime de racismo inafiançável.

A aprovação dessa legislação para o Brasil é uma das formas educativas para que possamos orientar e punir setores da sociedade diante da chaga do racismo, que se molda diariamente como um vírus que afeta todo o sistema imunológico.

Dessa forma, o país tem a obrigação de tratar as questões do racismo com maior civilidade e responsabilidade. O futebol tem o dever de ser exemplo, afinal, é o esporte mais popular e, aliado à educação, proporciona uma vida com mais consciência. Como eu digo sempre, a educação e o esporte libertam. Acreditamos que o esporte mobiliza e transforma vidas em todo o país, ele contribui para a aprendizagem, proporciona mais qualidade de vida, bem-estar, saúde e lazer a crianças e adultos. O futebol gera emprego, multiplica renda e é um importante fator de inclusão social e assim pode ser o grande agente mobilizador em prol da sociedade no combate à discriminação racial.

A ONU observou que o esporte, mesmo que tenha como princípio o desenvolvimento físico e a saúde, serve também para a aquisição dos valores necessários para a aliança social e mundial. O esporte vai muito além da disputa dentro dos estádios e ginásios. Cada vez mais, cresce a sua importância como ferramenta de transformação e inclusão social.

Que tenhamos hoje aqui uma ótima audiência pública. Quero aqui, de pronto, pedir uma grande salva de palmas não só a todos aqueles que praticam esporte, e não só o futebol, mas aos que lutam junto conosco no Parlamento contra toda forma de racismo. (*Palmas.*)

De pronto, quero registrar – permita-me, Senador Romário – que, quando nos falamos, ele disse: "Olha, Paim, tem 16 cidades que eu vou visitar no Rio de Janeiro, porque hoje pode ser presença virtual, inclusive no Plenário, mas me comprometo com você que, na abertura, estarei lá para fazer a minha saudação".

Senador Romário, com satisfação, V. Exa. agora está com a palavra; em seguida, o Senador Kajuru e os nossos convidados.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos. Bom dia, Senador Jorge Kajuru, hoje representando, como Presidente, a nossa recém-aberta Comissão de Esporte. Obrigado a todos que nos assistem, a todos que nos ouvem, a todos que estão participando direta e indiretamente desta audiência pública sobre um tema de muita importância e relevância para o nosso país que é o racismo no futebol.

Mesmo remotamente, eu não poderia deixar de participar deste importante debate sobre um tema que me afeta de maneira muito especial, Presidente, porque eu fui atleta, sou negro, com muito orgulho da minha cor inclusive, de minhas origens, assim como a maioria dos jogadores de futebol do nosso país. Foi por causa da miscigenação na raiz de formação do nosso povo que o futebol brasileiro se consagrou mundialmente. A influência da matriz africana no gingado, no drible, em nosso estilo de jogar são marcantes.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que o racismo no futebol não se dá apenas quando se joga uma banana no jogador ou sob os gritos de "Macaco!" – essa é a parte mais visível, igualmente odiosa e relevante. Ele se dá de maneira estrutural e velada no fato de haver pouquíssimos treinadores negros em nosso futebol; são raros os dirigentes negros também. Ora, se somos maioria entre os atletas, aqueles que realmente formam o espetáculo, por que somos tão poucos nos cargos de comando e direção? Esse é um detalhe importante. Quando a bola rola no campo, quem joga mais se destaca. Ali, a bola não distingue o pé negro ou branco. O melhor e mais habilidoso prevalece. Por isso, somos tantos. Mas, mesmo assim, temos que ouvir gritos e manifestações racistas de torcedores, até mesmo de outros atletas e dirigentes que não aceitam o negro de sucesso, que geralmente é a estrela do espetáculo.

Como combater isso? Entendo que a lei, nesse caso, tem um importante poder pedagógico. Precisamos, sim, não apenas impor penas duras no campo esportivo e criminal, mas também torná-las efetivas e concretas. Sei que, infelizmente, tal situação não se reverterá da noite para o dia, mas, com um evento como esse e a nossa disposição em enfrentar o racismo e os racistas, sejam eles velados ou não, tenho certeza de que começaremos a mudar essa nefasta cultura do nosso futebol.

Contem comigo e com a Comissão de Esporte do Senado, que foi recém-instaurada, nessa tarefa. Estaremos sempre juntos e dispostos a ajudar em tudo o que for preciso, e principalmente a combater, com muita raça e com muita determinação, o racismo não só no futebol, como no nosso dia a dia.

Parabéns, mais uma vez, Senador e Presidente Paim; Senador e Vice-Presidente – hoje Presidente, representando aí a nossa Comissão de Esporte – Jorge Kajuru, e a todos os presentes! Eu tenho certeza de que teremos uma grande audiência pública.

Um abraço a todos, fiquem todos com o Papai do Céu. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário. Obrigado pela bela contribuição como sempre, parceiro, aqui no Senado, de tantas e tantas lutas.

De imediato, eu passo a palavra ao Senador Kajuru, companheiro aqui também, podem ter certeza, de todos os bons combates.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas aqui presentes e a todos e todas que nos acompanham via TV Senado, via Rádio Senado, via Agência Senado e pelas redes sociais.

É um privilégio, tanto que deixei Goiânia ontem, tinha compromisso lá hoje, mas jamais recusaria o pedido do símbolo referencial desta Casa há mais de 20 anos, que é o gaúcho Senador Paulo Paim, um amigo pessoal que fiz, eu que já era um admirador profundo dele. E, ao entrar na vida pública, assistia, todos os dias, aos seus pronunciamentos no YouTube, para que eu pudesse aprender e aqui chegar melhor preparado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – As palmas aqui não são para mim, são para ele. (*Palmas.*)

Ele está sendo grandioso aqui, como foi o Romário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Estou sendo sincero, absolutamente.

Estar com Romário é também um privilégio raro na minha vida. Eu conheci Romário em 1988, e, de repente, nós fomos formando uma amizade especial. Seguramente, ele é o jogador de futebol com quem eu tive a melhor relação, pela lealdade canina dele, por ouvir dele que ele só tem os amigos de infância, que ele ama até hoje, são os preferidos dele, e ele dizer a mim: "Kajuru, você está entre os meus melhores amigos". Ouvir isso de um homem como Romário, de um ser humano como o Romário... Por existir gente como Romário, a gente pode ainda acreditar na raça humana.

Ouvi dele, Presidente Paulo Paim, senhoras e senhores, a declaração mais importante de minha vida profissional, nos 45 anos de carreira nacional na televisão brasileira, quando fiz uma entrevista, que está no YouTube, uma das mais vistas do país, e ele declarou: "A melhor entrevista de minha vida foi para o Kajuru". Isso é um troféu para quem aprendeu a perguntar na vida, na televisão brasileira e no rádio brasileiro. Romário é realmente uma paixão pessoal, e estar com ele na Comissão de Esportes agora veio coroar esse tanto tempo de relacionamento entre nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria desculpas a vocês – o Senador Paim já sabe, desde o início do meu mandato, que, em função da diabetes e da retina, eu só tenho 8% de visão, mas não me queixo, só agradeço a Deus –, porque alguns aqui, de repente, eu conheço pessoalmente e não consigo enxergar. Eu sempre peço que, por favor, cheguem até mim, digam quem é, para que eu dê um abraço. Foi o que aconteceu com um amigo querido que fiz em Goiânia. Convivemos maravilhosamente bem no dia a dia do futebol, quando eu tinha a equipe Feras do Kajuru, a Rádio K do Brasil, que é o Júlio César, que aqui está, do nosso querido Atlético Goianiense, clube de que eu sou conselheiro inclusive, por causa do José Martins Souza Azenha e de Odilon Soares. E hoje o time lá continua firme, graças a Deus, depois de todas as dificuldades.

Embora eu não seja membro dessa importantíssima e reconhecida, em todo o Brasil, Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia deixar de atender ao convite do amigo, Senador Paulo Paim, para participar desta audiência.

Aliás, a recém-criada Comissão de Esportes do Senado, da qual eu sou Vice-Presidente, orgulhosamente, tendo o Romário como Presidente, deverá promover, como uma de suas primeiras atividades, uma audiência pública sobre o racismo no futebol, para a qual, possivelmente, serão convidados alguns dos participantes deste encontro hoje. Perfeito? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela iniciativa.

Estarei lá, com a Comissão de Direitos Humanos, apoiando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu já ia fazer o convite, aqui, especial, ao nosso querido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mesmo que não me convide, eu vou. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... Presidente Paulo Paim.

Claro que será convidado especial e estará à mesa.

Eu, como jornalista, militei, por mais de quatro décadas, no mundo do esporte, sobretudo do futebol, essa área, o futebol, onde o racismo é evidente, é escancarado, lamentavelmente. O universo esportivo reproduz a sociedade brasileira onde o racismo está estruturado. Não podemos esquecer que o Brasil foi o último país a abolir a escravatura, no século XIX. Na prática, as condições de vida da população negra pouco mudaram de lá para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No século XXI, a maioria da população é o quê? Ela é negra – são 55%, somados os pretos e pardos – e vive ainda uma realidade absolutamente desigual, na comparação com os brancos. Os negros são os mais pobres, têm menos escolaridade, enfrentam mais dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, ganham menos, são as maiores vítimas da violência policial e têm pouca representatividade nas esferas de poder.

Uma das possibilidades de ascensão social dos negros se dá através do esporte, em especial, do futebol, esporte este que, convém lembrar, no início de sua prática no Brasil, proibia a participação dos negros. Por ironia do destino – Deus existe –, o Brasil tornou-se uma referência no futebol mundial, graças, sobretudo – e é de arrepiar –, aos negros. Basta lembrar alguns nomes aqui: Leônidas, Zizinho, Didi, Garrincha, Amarildo, Romário, Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo Fenômeno, Rivaldo, Neymar, Vinicius Jr., e o nome maior que transformou o Brasil antes e depois dele: Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. (*Palmas.*)

Neste ano de 2023, tem chamado a atenção a forma como a torcida espanhola – onde estive centenas de vezes, inclusive com Romário, para entrevistá-lo e outros jogadores –, logo a Espanha, tem exposto seu racismo contra Vinicius Jr., o craque do Real Madrid, algo que é ultrajante. E esse menino, hoje, tem a admiração do mundo inteiro.

E aqui, saindo do que escrevi, para que todos saibam, depois da Espanha, o país com o maior número de racismo, sabem qual é? A Itália. Olha que tristeza! Espanha e Itália. Todavia, é absolutamente incompreensível a prática, dentro do Brasil, de ofensas raciais contra os nossos atletas negros, que tanto fizeram e fazem pelo esporte que mais visibilidade deu ao nosso país no mundo. Uma pura, para mim, ingratidão. E quem não tem gratidão, não tem caráter.

Mas o problema não está só nos estádios. Sabemos disso. A meu ver, o quadro só começará a mudar quando a sociedade brasileira admitir que é racista e se empenhar, de fato, num esforço amplo que una tudo e todos na luta pelo desafio de superação do preconceito racial. O gaúcho Paulo Paim, homem público dos mais raros da história política brasileira, é nosso maior exemplo, e daí ser merecedor novamente do adjetivo símbolo, nessa luta incansável dele na tribuna praticamente três vezes por semana. Em qualquer coisa que aconteça que se chame racismo, a primeira voz do Brasil a se indignar se chama Paulo Paim. Obrigado, Presidente Paulo Paim, por existir.

Agradecidíssimo a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As palmas são pelo pronunciamento dele, que foi redondinho. Sabe que, ali no Plenário, ele está falando isso, mas há uma disputa, mas uma disputa bonita entre eu e ele: quem fala primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí um dia falo eu, outro fala ele. Quando um tem compromisso, um cede para o outro. É uma parceria que tenho orgulho de dizer que eu tenho com você.

Vamos agora organizar aqui a fala dos nossos convidados. Já está na mesa Paulo Victor Silva Pacheco, Coordenador de Políticas Transversais da Diretoria de Combate ao Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

Seja bem-vindo, Paulo! (*Palmas.*)

Alguém pode dizer: "Sim, mas e o Ministério do Esporte?". Foi convidado, foi acertado que viria, e deve estar chegando. Espero eu que esteja chegando, mas, se não chegar, o Paulo Victor já disse que representa o Governo aqui na mesa. Mas eu espero que o representante do Ministério dos Esportes venha em tempo ainda.

Convido Ricardo Leão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como eu sou bocudo, quem tinha que estar aqui é ela, a Ministra Ana Moser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas vai, espero que venha, ou ela ou o seu representante. Esse é o Kajuru que vocês conhecem, não é?

Ricardo Leão, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Seja bem-vindo, Dr. Ricardo Leão! (*Palmas.*)

Régis Alves Pires, Diretor de Combate ao Racismo da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg). (*Palmas.*)

Muito bem, Régis. Está presente também o Régis.

E agora, Horácio Lopes Rodrigues Junior, Vice-Presidente de História e Responsabilidade Social, representante do Clube Vasco da Gama. Seja bem-vindo, Horácio! (*Palmas.*)

A assessoria me informa que eles organizaram aqui, porque serão três mesas. Foi por ordem de chegada. Vão chegando, vão tomando nota, e em seguida vamos ter outras mesas. Essa é a primeira mesa.

Para ganhar tempo, vamos entrar diretamente no debate. Seriam dez minutos para cada convidado, com mais cinco se necessário.

Começo com você, que fala nesta nossa audiência pública em nome do próprio Governo – para assumir a responsabilidade, não é? Com a palavra Paulo Victor Silva Pacheco, Coordenador de Políticas Transversais da Diretoria de Combate ao Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dividir a mesa com o Senador Kajuru. Ele fala na hora em que bem entender e pode me ajudar na convocação dos que vão participar aqui do debate.

Dez minutos com mais cinco, Paulo.

O SR. PAULO VICTOR SILVA PACHECO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Em nome do Governo, parabenizo a iniciativa, Senador Paulo Paim. Cumprimento também o Senador Kajuru e todos os demais aqui presentes.

E já vou diretamente falar da missão do Ministério da Igualdade Racial diante deste que é, talvez, um dos grandes desafios do início do Governo. O racismo no esporte tem se mostrado há muito tempo como algo permanente, como mostram as cenas nos estádios e nos outros espaços do esporte. Essas demonstrações não param e, agora, no início do ano, nós fomos aviltados com cenas chocantes no âmbito internacional envolvendo um atleta daqui, o Vinicius Jr., cenas que repercutiram de maneira surpreendente tanto internamente como lá mesmo, no contexto espanhol, na Espanha.

A nossa missão é, sempre, fazer com que a sociedade brasileira possa ter mais embasamento, mais informações para entender, como o Ministro e Prof. Silvio Almeida pontua, que o nosso racismo é estrutural. E o que isso vem a significar? Essa é uma grande questão para a sociedade brasileira, para a gente poder pensar em ser outra sociedade. O racismo estrutural perpassa a história. O racismo não foi uma história que começou no nosso contexto de colônia e se encerrou após 1888, ele perpassa e molda a nossa sociedade. Ele está também no âmbito do esporte, no espaço do esporte, ele está também dentro da nossa sociedade. Portanto, ele vai estar repleto de vicissitudes, o racismo vai se mostrar aqui e ali.

A permanência do racismo no esporte é algo que está aí: aconteceu com Vinicius Jr. e, dias depois, aconteceu em outro estádio. As próprias declarações das pessoas que começaram a reagir às denúncias daquela violência a que o Vinicius foi submetido mostravam-se também racistas. É que se trata de poder.

O esporte – agora falo mais do futebol –, para além de ser a nossa grande bandeira internacional, é um símbolo. Então, quando a gente fala de esporte, a gente não está falando só de uma prática que tem seu lado lúdico, porque aquele garoto lá da Rocinha, da periferia de São Luís, no Maranhão, de todos os cantos do nosso país, pratica o futebol, mas tem uma dimensão que é cultural, ou seja, a prática do esporte compõe o que nós somos hoje. Essa é uma questão que a gente precisa compreender. Se a prática do esporte faz parte do que nós somos, nós precisamos atuar na defesa dos direitos dessas pessoas, dessa juventude que hoje vê na prática esportiva, é capaz de sonhar por meio da prática do esporte, da prática do futebol, se espelha em exemplos como o do Vinicius Jr., um excelente atleta que está despontando mundialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim como vários outros, o próprio Senador Romário, na sua época, entre outros. E a prática dessas pessoas – como do próprio Rei Pelé – molda e transmite sonhos. Quando nós falamos disso, nós estamos falando da maior esperança, às vezes, de um jovem da periferia que precisa acreditar em algo.

Então, o racismo não pode ser uma peça que impeça, que possa interromper a vivência desses sonhos. Nós sabemos muito bem, pretendemos e queremos – almejamos – que os sonhos possam ser múltiplos, mas esse também é um espaço para essa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou te interromper, primeiro dando uma salva de palmas pela primeira parte da palestra, e para a Leila do Vôlei também... (*Palmas.*)

... porque ligamos para ela e ela disse: "Pode contar comigo, estarei lá".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É porque, na segunda, eu sou mãe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas você está aqui agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela não nega pedido do Paulo Paim; ela só nega pedido do irmão dela há 30 anos, o Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, o Kajuru quer um carinho, então. Dá um carinho para ele aí, Leila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu conheci a família dela esse fim de semana. O carinho – do seu esposo e dos seus pais, que estavam ali – é muito grande pela luta que nós travamos aqui, viu?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma alegria te ver aqui.

Pode continuar, Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO VICTOR SILVA PACHECO – Então, eu dizia que esses sonhos não podem ser interrompidos.

O racismo, que é estrutural, vai se manifestar da forma como se manifestou contra o Vinicius Jr., e também vai se manifestar nas periferias quando a polícia deixar de atuar como deve, como a Constituição manda, quando preconceber que o jovem, por ser negro, por ser da periferia, isso já é indicativo de que ele está no crime, de que ele está envolvido com algum tipo de prática ilícita, ou seja, de que ele não é e não merece ser entendido como cidadão ou como ser humano.

Essa é a grande questão para o Governo Federal, para além das práticas, para além das ações pontuais que nós precisamos para falar do ambiente todo, do grande ecossistema do esporte, a respeito do combate ao racismo. Entendendo que ele é estrutural, nós também precisamos entender que essas ações pretendem garantir que esses jovens possam sonhar; que possam surgir novos pelés, novos vinicius jr. Isso é o ponto central e é a primeira página da agenda do Governo Federal. Pensando um pouco nisso, olhando para o tema da juventude negra e essa possibilidade de sonhar, é que o Governo Federal retomou – estava vigente desde o Governo Dilma, mas retomou agora – o Plano Juventude Negra Viva, que pretende minimizar os efeitos da violência contra a juventude, garantindo ações ou fazendo interlocuções com todos os ministérios para que se fortaleça onde a violência é mais premente contra esse público, e aí também entram as políticas no campo do esporte, para garantir acesso à Justiça, ao esporte, às políticas de esporte, culturais, educacionais, entre tantas outras, nesses territórios mais vulneráveis.

Então, essa é uma empreita que hoje está ocorrendo dentro do Governo Federal. Já formalizamos, o Presidente Lula já formalizou o grupo de trabalho interministerial sobre esse plano, que deverá ser lançado em outubro deste ano. Estão compondo o GTI todos os ministérios, praticamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO VICTOR SILVA PACHECO – ... e estão nesse esforço. Basicamente, é uma das primeiras empreitas.

No âmbito do Ministério do Esporte, junto ao Ministério da Igualdade Racial, em conjunto, também lançamos a Portaria nº 34, de 16 de junho de 2023, que pretende criar um plano de trabalho para o combate ao racismo no esporte. É um grupo de trabalho que já se vem discutindo longamente com várias entidades, tanto da iniciativa privada como do próprio Governo. Também o Ministério da Justiça está compondo esse GTI. Acho que em 30 dias, em trinta e poucos dias, nós deveremos apresentar o relatório para o Ministério do Esporte. O GTI vai apresentá-lo e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, será compartilhado, com certeza, com nossos parceiros aqui dentro das Casas Legislativas.

Senador, eu vou deixar mesmo mais tempo para todos, para ouvir todo mundo, para a gente poder interagir melhor. Agradeço imensamente, novamente, a participação. Agradeço, particularmente falando, ao senhor – falando ao "senhor" por muito respeito –, que eu acompanho e vejo no Senado, me pautando, vendo um homem negro como eu fazendo o que está fazendo com tanta dedicação, desde que eu era muito adolescente. Então, é muito especial para mim estar aqui, junto com você, hoje.

Muito obrigado a todo mundo e estamos aqui, para contribuir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulo Victor, Coordenador de Políticas Transversais da Diretoria de Combate ao Racismo do Ministério da Igualdade Racial. Leve um abraço lá para o Ministro Silvio, pelo belo trabalho que está fazendo, e para a Ministra Anielle, aos dois. Os dois estão fazendo um belíssimo trabalho no combate a todo tipo de racismo e preconceito.

Eu estou ampliando, porque eu recebi um telefonema do Ministério do Esporte, e eles disseram, Victor, que a sua responsabilidade aumentou. (*Risos.*)

Estava previsto vir para cá a Ministra, mas ela foi chamada por um motivo de força maior – e entendo que o foi, porque ela viria – e você aqui, segundo eles, representa o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tudo que for acordado e dito aqui é de responsabilidade deles, mas também tua e do ministério.

Então, fique bem à vontade! Você vai ficar em todas as mesas, representado o Governo do Presidente Lula.

Eu vou...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Permita-me, querido Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu combinei com ele que que ele fala quando ele quiser aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Não, não.

É porque foi falado o nome dele aqui, e, como a gente aplaudiu – pessoas aqui –, eu me emociono toda vez que eu o vejo em entrevista... Eu fiquei muito triste na última participação dele. A Leila também ficou. Nós dois comentamos isso. Esse brasileiro apaixonante, admirável, que merece o nosso aplauso, é o Ministro Silvio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Vai entrar agora, por videoconferência – ele pediu para usar da palavra agora, como fizemos com o Romário, o Senador Romário –, o goleiro Aranha.

Grande líder goleiro Aranha, você agora está no painel, e o Kajuru quer fazer um comentário antes da sua fala.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem rápido, Presidente Paulo Paim.

O Aranha, nosso querido goleiro, foi vítima de racismo há nove anos, durante um jogo entre Grêmio e Santos, em Porto Alegre. Talvez tenha sido o episódio do gênero com maior repercussão no futebol brasileiro. Torcedores foram indiciados por injúria racial, e o time gaúcho acabou excluído da Copa do Brasil. Eu tenho certeza de que o Aranha achou que foi uma punição justa, indiscutivelmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exemplar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... exemplar, como disse o gaúcho Paulo Paim, porque ela teve o rigor que não se repetiria em episódios assemelhados.

Ele chegou a enfrentar – ele vai falar disto, certamente – situações explícitas de racismo, que vivenciou dentro dos estádios de futebol e, talvez, fora deles. Ele jogou em vários times, disputou partidas em estádios de diversas cidades do Brasil, chegou a estabelecer um *ranking* sobre cidades, sobre estádios de futebol com mais manifestações de cunho racista... Portanto, muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Presidente Paulo Paim, por ter a presença do nosso querido goleiro Aranha nesta audiência pública! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns a você, Kajuru, e parabéns ao Aranha pela luta que ele travou.

Por favor, goleiro Aranha, um líder desse movimento, pode ter certeza, a palavra é sua agora, por dez minutos, com mais cinco.

O SR. MÁRIO LÚCIO DUARTE COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui participando com vocês deste momento.

Eu queria dizer que o racismo só não é um mal para aquelas pessoas que não querem abrir os olhos para tudo que ele causa e para toda a sua construção, que vem de muitos e muitos anos no nosso país. Mesmo com todas as imagens, com toda a tecnologia de hoje podendo mostrar, um recurso que as pessoas antigamente não tinham como provar. Hoje, mesmo a gente tendo provas, ainda assim há pessoas que negam a existência do racismo e fecham os olhos para o mal que o racismo causa. Então, eu estou aqui para prestar meu apoio, para poder dizer que estou junto com vocês nessa luta e dar os parabéns por esta iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao goleiro Aranha pela bela contribuição que dá, de quem o Senador Kajuru já contou aqui parte da história.

Eu vou passar a palavra agora, se assim ela entender, à nossa querida Senadora Leila Barros.

Se quiser dar uma saudação e depois falar no final. E a mesa continua. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os nossos convidados, meu irmão Kajuru – que não é não é um amigo, é um irmão –, e a todos que estão aqui nessa audiência.

Eu gostaria de ouvir. Eu acho que neste momento o mais importante para quem está aqui como nós, como legisladores, é justamente ouvir as demandas que estão vindo. Eu acho muito importante.

Só quero parabenizá-lo pela iniciativa. Acho que todos nós, dentro das nossas atribuições, nos indignamos com os atos de racismo pelo mundo, não só nas arenas esportivas. Como já foi falado pelo Paulo, o racismo está impregnado em nossa sociedade, realmente tem um contexto que nos deixa muito preocupados, porque já estamos no século XXI. A gente insiste em melhorar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as legislações, mas eu acho que o maior problema hoje que nós temos é a questão da educação mesmo. Nós precisamos cuidar da nossa base, dos nossos jovens e de quem está chegando, porque nos aterroriza essa situação. Mas, ao mesmo tempo, eu fico muito feliz, porque temos vozes aqui que trarão para nós, quem sabe, soluções mais importantes e pertinentes para que a gente possa trabalhar aqui dentro da Casa, cumprindo o nosso papel no sentido do combate mesmo ao racismo.

Então, só quero parabenizar e agradecer a presença de todos aqui conosco nessa audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a grande Leila do Vôlei. Sabia, Senadora, que a sua postura não seria outra, mas fiz questão de que a senhora fizesse uma saudação, mesmo deixando para fazer a sua fala depois de ouvir os demais convidados.

Por favor, Ricardo Leão, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol, a nossa CBF.

A fala é com você, por dez minutos com mais cinco.

O SR. RICARDO LEÃO (Para expor.) – Bom dia a todos! Bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim; Senador Kajuru; Diretoria da Anatorg aqui presente, representando o Presidente Claudinho, que nos assiste à distância; Paulo Victor e todos aqui presentes.

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui representando a CBF, representando o Presidente Ednaldo Rodrigues, nesse tema tão importante e que configura uma verdadeira bandeira, uma prioridade da CBF, em especial do Presidente Ednaldo Rodrigues.

Pela primeira vez na história, a CBF tem um presidente que tem lugar de fala quando a gente conversa sobre o racismo. O Presidente Ednaldo Rodrigues é um nordestino, é um negro que tem ascendência indígena e que chegou à Presidência da CBF depois de travar uma verdadeira luta ao longo de toda a sua carreira contra o racismo, superando vários obstáculos para ocupar o cargo que ocupa hoje. (*Palmas.*)

E, não por acaso, desde o início do seu mandato, o racismo tem sido enfrentado. E, pela primeira vez na história da entidade, eu diria, a CBF assumiu a sua responsabilidade de combater o racismo, de combater a discriminação e de combater também a violência no futebol. Não que a CBF seja culpada, assim como as demais entidades aqui presentes também não são. Mas assumir a responsabilidade significa, sim, dizer que existe muito a fazer e muito que pode ser feito para que a transformação de que a gente precisa possa acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar, como os senhores já mencionaram, que o futebol teve um papel, uma importância fundamental na formação da nossa sociedade. Eu diria que, não fosse o futebol, a sociedade brasileira seria ainda mais racista do que é. (*Palmas.*)

A contribuição histórica de Friedenreich, de Leônidas, de Didi, de Zizinho, de Pelé, de Vinicius Jr. é incalculável, mas ainda há muito a ser feito e há muito sendo feito que eu gostaria de compartilhar com os senhores.

Desde o início do mandato do Presidente Ednaldo, logo na eleição, na assembleia eleitoral que o elegeu, a CBF, as federações, os clubes brasileiros assinaram um manifesto em favor da vida e do futebol brasileiro que foi um grande ponto de partida para uma série de iniciativas implementadas ao longo do último ano que continuam sendo gestadas, continuam sendo desenvolvidas e algumas iniciativas serão lançadas também ao longo dos próximos meses. Eu gostaria de destacar principalmente a parceria realizada com o Observatório da Discriminação Racial no Futebol, aproveitando para saudar o Marcelo, aqui presente. O observatório, já há mais de oito anos, desenvolvia um trabalho de referência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcelo, Marcelo... (*Palmas.*)

O SR. RICARDO LEÃO – O observatório já, há mais de oito anos, desenvolvia um trabalho de referência no monitoramento sistemático dos casos de racismo no âmbito do futebol brasileiro e agora, desde o ano passado, passou a contar com o apoio da CBF numa parceria de pelo menos quatro anos, mas, claro que a gente tem a intenção de renovar. Desde o ano passado, portanto, as atividades do observatório contam com o apoio da CBF de forma oficial e, como resultado dessa parceria que foi firmada, o Marcelo e o observatório lançaram, na oportunidade do primeiro Seminário de Combate ao Racismo e à Violência no Futebol, organizado, em agosto, na CBF, lançaram o relatório referente à temporada anterior...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me. Ele é um dos organizadores desse evento de hoje, viu? Foi ou não foi, Marcelo? Junto com o pessoal do Pacheco. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO LEÃO – Bom, então, desde o ano passado, foi firmada essa parceria que já resultou em outras ações – não é, Marcelo? Ao longo de 2022, o observatório, em parceria com a CBF e com a Vivo, lançou o projeto Professores Pretos, bolsas de estudo para treinadores negros cursarem as licenças da CBF que, em breve, a gente vai renovar, a gente vai relançar uma versão voltada agora para as mulheres negras, aproveitando aí a oportunidade da Copa do Mundo Feminina (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E existem algumas outras iniciativas que a gente espera comunicar em breve, que a gente está finalizando – muito em breve o Marcelo vai ter a oportunidade de lançar uma iniciativa também de muito valor para que a gente possa conhecer a realidade do racismo e da diversidade no âmbito do futebol brasileiro.

Bom, então, foi firmada essa parceria com o Marcelo. Lá em agosto, a CBF organizou esse seminário, que contou com a participação das 27 federações, dos clubes da Série A, dos clubes da Série B e da Série A1 do Campeonato Brasileiro, em que se reuniram especialistas internacionais e nacionais em várias áreas voltadas para o combate ao racismo e também à violência. Eu acho que foi a primeira vez na história da CBF, do futebol brasileiro, em que, por exemplo, a Anatorg foi escutada, em que o Presidente Claudinho teve a oportunidade de apresentar as suas demandas, de falar abertamente, de ser escutado e de estabelecer uma interlocução com a CBF, com as federações, os clubes.

Esse seminário foi organizado em agosto e será organizado novamente no final de agosto. A gente já está planejando a segunda edição do seminário, que em breve será divulgada a todos.

E, posteriormente à organização desse seminário, o Presidente Ednaldo instituiu – era um compromisso também firmado nesse manifesto – o Grupo de Trabalho permanente de Combate ao Racismo e à Violência no Futebol, um grupo que começou a se reunir em outubro do ano passado, que é composto por mais de 50 profissionais de mais de 30 entidades representativas do setor público, do setor privado, da sociedade civil, do mundo, das entidades no mundo do futebol. E esse grupo tem se reunido, periodicamente, ao longo dos últimos seis, sete meses. A gente tem a sétima reunião do GT, inclusive, agendada para amanhã.

E, no âmbito desse grupo de trabalho, a gente já fez uma divisão – são muitos profissionais de muitas áreas –, então foram criados seis subgrupos setoriais: o subgrupo da educação; o subgrupo da comunicação; o subgrupo do marco regulatório, que tem como relator o João Rafael, representando o Senado Federal, e o Senador Rodrigo Pacheco; o subgrupo do planejamento e operacionalização da segurança; o subgrupo dos procedimentos desportivos e o subgrupo das políticas públicas e institucionais. Nós temos aqui vários representantes do GT, felizmente, participando desta audiência na data de hoje.

Então, no âmbito de cada um desses subgrupos, nós temos discutido e temos desenvolvido uma série de propostas que a gente espera levar a cabo ao longo dos próximos meses.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEÃO – Mas, para isso, é fundamental a coordenação, a integração com outros agentes. A CBF sozinha não consegue resolver o problema do racismo. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da cooperação com o setor público, com o setor privado, com a sociedade civil, para que as iniciativas que estão sendo propostas possam ser implementadas.

Por último, eu queria destacar a mudança realizada já para essa temporada. A CBF, o Presidente Ednaldo Rodrigues não quis esperar a conclusão desse primeiro ciclo de trabalhos do GT e a entrega desse relatório e tomou a iniciativa, no início dessa temporada, de propor uma mudança no âmbito do nosso Regulamento Geral de Competições. Então, a CBF foi a primeira entidade do mundo do futebol, a primeira federação a implementar sanções administrativas de combate ao racismo, o que significa que, a partir dessa temporada, os clubes poderão vir a ser responsabilizados pelas condutas de seus torcedores, de seus jogadores, de seus gestores nos estádios brasileiros. (*Palmas.*)

Então, foram implementadas essas sanções administrativas no nosso Regulamento de Competições, que vão desde advertência, portões fechados, multas pecuniárias, chegando à pena máxima, que pode ser na forma de perda de pontos. Isso tudo tem colocado a CBF num papel de destaque e de liderança no cenário internacional para combater o racismo.

Então, todos esses incidentes e a negligência efetivada contra o Vinicius Jr. na Espanha têm sido devidamente enfrentados por meio de interlocução com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o Itamaraty e até mesmo com a Interpol. A gente teve uma reunião, há cerca de semanas, com a Interpol, em que a própria Interpol já tinha sinalizado que, se o Governo, as autoridades espanholas não tomassem as devidas providências para investigar, instaurar os processos contra os perpetradores daquele crime, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o próprio Itamaraty poderiam utilizar os canais da Interpol para investigar e punir esses criminosos.

Bom, é isso.

Eu agradeço o tempo de fala e me coloco à disposição para que a gente possa continuar o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Ricardo Leão, Diretor de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol, que deu um relato de tudo que eles estão fazendo.

Eu vou falar algo aqui que eu nunca falei – permita-me, Kajuru –, bem rapidamente: quando eu era moleque, trabalhador – com dez irmãos, que ganhavam salário mínimo, eu tive que trabalhar desde pequeno, não é? –, eu olhava nos livros escolares, naquilo que tinha na época, olhava para o país e buscava referências negras. Digam o que quiserem dizer, mas a única referência que eu tinha, naquele período dos meus 8 aos 14 anos, era o Pelé. Eu vi que era possível chegar lá. Ele chegou! E alguns diziam: "Não, mas ele não falava tanto de negro". Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era uma referência para nós. Quem está lá na comunidade, quem está lá na vila via a figura de um negro que tinha vencido, e dá para chegar. Mas eu queria tanto ver negros engenheiros, médicos, arquitetos, historiadores, professores, diretores, e eu não via. E confesso que, desde moleque, eu estava sempre dirigindo a sala de aula, o grêmio estudantil, enfim, depois o estadual. Depois, com o tempo, para vocês terem uma ideia, é que eu fui saber, depois de fazer curso no Senai, que Nilo Peçanha – Escola Senai Nilo Peçanha, em Caxias do Sul – era negro. Mesmo quando eu estudei lá eu não sabia, e ele chegou a ser Presidente do país, Nilo Peçanha. Para ver como é importante o trabalho que vocês vêm fazendo, vinculado ao conhecimento, à educação.

Teremos, na segunda-feira aqui próxima – é na quinta-feira próxima, não é? –, um debate sobre a importância de você, na sala de aula, contar a verdadeira história do povo negro, do povo indígena e até das pessoas com deficiência.

Faço essa rápida fala, e agora o Kajuru quer fazer um comentário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – É um comentário e, junto, uma confissão aqui.

Dois líderes mundiais injustamente presos sabem o que passaram numa cela, e talvez aqui poucos saibam. Nelson Mandela: a cela dele, a altura dela era menor do que ele, ele não ficava de pé, ele ficava agachado. Imaginem o tempo que ele lá passou. O outro injustamente preso, o Presidente Lula. Na sexta-feira, Leila, irmã, e Paulo Paim, o nosso amigo Jaques Wagner fez uma revelação a mim. Quando Lula saiu da prisão, ele estava muito nervoso, desabafando em entrevistas, e o Jaques Wagner chegou até ele e falou assim: "Presidente, por favor, tenha calma, esqueça o que passou. Vamos enfrentar, vamos viver, o senhor vai voltar à Presidência da República". Ele virou para o Jaques Wagner, a quem carinhosamente chama de Galego, e falou: "Galego, eu não sou de tijolo, eu não sou de aço, sou ser humano. Você tem ideia do que é viver numa cadeia, numa cela?".

Por que eu faço essa observação? Porque eu queria que você, Ricardo, por gentileza, se dirigisse ao Presidente da CBF, o Ednaldo, e fizesse a ele esta colocação para que ele apoie um projeto de lei que eu vou apresentar nesta semana aqui na Casa, seguramente com apoio do Paim, com apoio da Leila, com apoio da maioria absoluta, pelo nojo que me passa e que me causa a atitude do racismo nos estádios de futebol.

Eu tenho alguns atestados de idoneidade. Sabe quais foram? Exceto o Giulite Coutinho, todos os Presidentes da CBF me processaram – graças a Deus! Isso é atestado de idoneidade, porque a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), no meu tempo... E por isto hoje eu tenho um respeito pelo Ednaldo, porque ele é diferente desses outros, tanto é que nunca me processou –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aliás, até porque eu não mereci, nunca fiz a ele uma crítica dura. Mas todos esses faziam da Confederação Brasileira de Futebol, e eu assim falava na televisão, Leila... Eu não falava Confederação Brasileira de Futebol, eu falava "casa bandida do futebol", porque ela não tinha preocupação com o racismo. Lá teve, por exemplo, uma figura, um "polichinclo", um lixo humano chamado Ricardo Teixeira. Ele não tinha nenhuma preocupação com o racismo; a preocupação dele era só roubar, tanto é que fez uma fortuna como Presidente da CBF. Ele, sim, tinha que estar numa cadeia e numa cela que fosse da mesma forma enfrentada por Nelson Mandela.

Objetivamente, o projeto de lei que eu quero apresentar é o seguinte. Quem praticar o racismo no estádio de futebol, para mim, tem que ser condenado, por um tempo forte – por exemplo, dois anos –, a, a partir dali, em todo jogo de futebol no seu estado, onde ele viver, ficar por 24 horas preso no dia do jogo. Esta seria a punição – preso na cadeia, sem ver o jogo, numa cela fechada –, para que haja realmente punição a quem praticar o racismo. Essa coisa de multa, isso é uma bobagem. Multa? E daí multa? O cara tem que sofrer. Então, em todo dia de jogo, se você praticou o racismo, seu bandido, seu desqualificado, você vai ficar 24 horas na cadeia por dois anos! Esse vai ser o meu projeto, que, em primeira mão, eu anuncio aqui na Comissão de Direitos Humanos ao Presidente Paulo Paim e a todos e todas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo projeto, quando é apresentado, tem que ser amplamente discutido. É que a lei da injúria garante dois anos de prisão direto. Por isso, Kajuru, vamos discutir – quem sabe? –, além dois anos de prisão, toda vez que o time dele jogar ele vai ficar na cadeia, porque daí você aumenta a prisão, porque a lei de injúria – aí, contempla até mesmo o teu projeto – garante dois a três anos de cadeia. Porque o crime de injúria antes se pagava com multa, era isso você fala; agora, não: é crime inafiançável, não prescreve, e é cadeia. Então, nós poderíamos aproveitar a tua ideia e dizer que, além desse período de cadeia, que é de dois ou três anos, ele teria uma pena mesmo depois que saísse de lá.

Eu acho que o teu projeto em si ajuda muito, mas a lei da injúria e mesmo o relatório da Senadora Leila contempla, porque liga à questão da injúria. Mas poderíamos aproveitar a ideia, claro, para esse debate.

Feito, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos juntos aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, passo a palavra ao Sr. Régis Alves Pires, Diretor de Combate ao Racismo da Associação Nacional da Torcidas Organizadas (Anatorg).

Por favor.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES (Para expor.) – É uma satisfação a todos e a todas, é gratificante poder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, a assessoria lembra que não são só dois; é de dois a cinco anos: no mínimo dois e no máximo cinco anos de prisão.

Obrigado, Isabel – ela me ajudou na construção do substitutivo.

Valeu, Kajuru.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Fico grato em poder estar aqui presente nesta audiência pública, principalmente na mesa em que está uma das minhas referências. O Senador Paulo Paim fez uma narrativa referente às referências de quando nós somos crianças, e eu lembro que na minha juventude ter o Paim no contexto da política era uma referência de que nós, negros e negras, poderíamos acreditar em chegarmos a ocupar realmente os espaços de poder, o que me faz lembrar a Profa. Sandra Petit, da Universidade Federal do Ceará, no conceito da pretagogia, da necessidade de termos esse referencial, de buscarmos essa ancestralidade. Então, estar aqui com uma dessas referências é gratificante.

Buscar entender esse racismo estrutural no contexto do futebol brasileiro é buscar ter o entendimento de que a estrutura está em campo, nos jogadores que lá estão, na mídia e na crônica esportiva, que é fundamental para que a gente consiga ter esse entendimento da presença do racismo. Cito a mídia porque, na semana em que a seleção brasileira jogou com a camisa preta, teve um cronista cearense, que é uma referência – todos os anos ele faz uma Noite das Personalidades –, que, ao vivo, em uma programação que tem uma audiência imensa, citou que aquele ato de a seleção entrar com a camisa preta era "coisa do Cão".

O letramento racial é fundamental na estrutura das entidades cronistas também. O racismo estrutural está também presente na arquibancada. E, por isso, a presença da Anatorg aqui é fundamental para que ela possa dialogar com suas bases, que é o movimento das torcidas organizadas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Querido – me permita –, você me dá o nome desse radialista do Ceará? Porque eu acho que eu recebi um troféu dele, eu e o Felipão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – É ele mesmo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É esse aí?

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Eu não quero nem citar o nome desse indivíduo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Portanto, também não vou citar. Eu vou jogar fora o troféu dele que está no meu gabinete agora! (*Palmas.*)

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Então, a Anatorg é fundamental para que possamos dialogar com nossas bases, que são as torcidas organizadas, com o enfrentamento ao racismo na arquibancada.

Por que falo isso? Aqui, um artigo, com que a gente também contribui junto à Anatorg. Em 2014, o zagueiro Paulão falou que sua mãe e seu irmão escutaram insultos racistas contra o atleta em uma partida no Beira-Rio: "Minha mãe estava no camarote do Beira-Rio com meu irmão, Paulinho. Não lembro se errei, e começaram a me xingar: 'macaco, seu preto'. E meu irmão disse: 'pô, respeita ao menos a mãe dele, que está aqui, xinga o time e não ele'". O Paulão ficou sabendo: "Fiz o gol de bicicleta no Goiás, e não comemorei por isso". Essa narrativa do atleta... Se nós não conseguirmos ficar indignados, por que desta audiência aqui hoje?

A Anatorg precisa ter apoio das diversas instituições, principalmente das que estão inseridas no art. 1º do Estatuto do Torcedor, para que a gente possa implementar projetos de letramento racial dentro da sede das torcidas organizadas. A Associação Torcida Organizada Cearamor talvez seja uma das pioneiras que, logo após a resolução que já foi regulamentação de competição – que é o art. 134, que já foi citado aqui pelo representante da CBF –, pensa esse curso de formação, de diálogo com suas bases, para evitar problemas na arquibancada que vão levar à perda de ponto. Mas não é só por conta da perda de ponto que temos que ter a consciência do enfrentamento ao racismo; é porque devemos ter a compreensão do respeito a todos e todas.

É claro que o mito da democracia racial, essa falsa narrativa, colabora para empurrar o racismo para baixo do tapete e termos aquelas narrativas de que não existe racismo no Brasil. A presença do racismo está em todas as estruturas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Infelizmente; infelizmente, mas é um fato real.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Basta perceber o impedimento e a dificuldade que foi estar aqui. O companheiro Adriano está aí de testemunho; o companheiro Marcelo chegou e viu a dificuldade de pretos adentrarem no Senado. A nossa luta vai além das arquibancadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O movimento de torcida organizada tem que ter essa compreensão. Não é exclusivamente lançar notas por conta do caso do Vinicius Jr. Por que eu fico sensibilizado com um ato que ocorre do outro lado do Atlântico, claro, um brasileiro, atleta da seleção brasileira, mas eu não consigo ficar indignado quando o torcedor que está do meu lado critica o goleiro que é negro, como o Aranha sofreu? Critica o árbitro ou o bandeirinha que está ali próximo à arquibancada e que é xingado, que é chamado de macaco, e a gente não tem a indignação ou não tem a consciência de levar, conduzir esse falso torcedor que está cometendo um crime na arquibancada? Precisamos ter essa compreensão, mas para isso... (*Palmas.*)

A formação, a reeducação é fundamental. A presença do Ministério da Igualdade Racial, a presença do Ministério de Direitos Humanos e a presença do Ministério de Educação são fundamentais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está presente também já o do Ministério dos Esportes, que virá na segunda mesa.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – ... para que a gente tenha esse avanço, porque, muitas vezes, o olhar para o movimento de torcida organizada é um olhar de criminalização, mas não se percebe o trabalho de base, o trabalho social que há dentro das torcidas, que vai buscando desconstruir e reeducar o seu torcedor, o que não é fácil – não é fácil.

A presença da Anatorg aqui são sementes. Esse fruto, eu não vou alcançar, mas tenho certeza de que meus netos e minhas netas chegarão a um momento de estar na arquibancada, e não termos mais crime racial.

E é incrível, porque, quando citam o caso do Vinicius, acham que é algo que só ocorre na Espanha. O Mário Filho, um negro no futebol brasileiro...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – ... na década de 20 do século passado, já apontava como os jogadores negros sofriam.

Então, a gente tem que buscar essa conscientização. Os dirigentes de clubes precisam também ter essa parceria com o movimento das torcidas organizadas. A CBF, num primeiro momento, busca dialogar com quem está na base. Quem está na base? É muito fácil você ter um apontamento dos gabinetes do ar-condicionado. Mas por que não discutir, chamar para o diálogo quem realmente está ali na arquibancada e que consegue chegar aonde, muitas vezes, o poder público não chega?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa estrutura do futebol, citando novamente o Mário Filho, já vem criminalizando os jogadores desde o século passado. Avançar é preciso. Um momento como este é preciso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Chegar ao chão da sala de aula também é fundamental. A criança não nasce racista. Nelson Mandela já fazia essa provocação, entende?

A escola – por exemplo, eu sou professor na educação básica, sou professor de história e aqui aproveito para agradecer a sensibilidade da gestão pedagógica da escola em fazer com que nós hoje estejamos presentes aqui no Senado –, por conta do caso Vini Jr., debateu, durante uma semana, os casos de racismo no futebol cearense.

Aqui, também aproveito para agradecer a Diretoria do Fortaleza por ter enviado um vídeo para a nossa escola Jose Lins de Albuquerque, no interior do Estado do Ceará, lá em Itapipoca, onde o Tinga fez uma narrativa de referência às crianças negras... (*Palmas.*)

... e o Ceará Esporte Clube, através da sua Diretoria, mandou o vídeo também da volante Cris, do futebol feminino. Então, você tem também a questão de gênero – o futebol masculino e o futebol feminino –, e, muitas vezes, a gente não dialoga com o futebol feminino.

Precisamos, sim – e eu até coloco, para finalizar –, faz-se necessário mantermos vivas as memórias de vários manés, de vários pelés, de vários dadás, de vários barbosas, bigodes, denis, aranhas, tingas, didas, titinhos, demas, vinis jr., formigas, cristianes, pretinhas, bárbaras, martas... Enfim, o futebol feminino também precisa estar na pauta racial.

Então, fico grato pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Grande Régis Alves Pires, Diretor de Combate ao Racismo da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg), que aqui dá um depoimento grandioso do seu conhecimento, da sua experiência, ele que é mestre e professor.

Tu sabes, Régis, que nós estamos travando o bom combate, não é, Isabel? Que dia será a reunião aqui para debater o combate ao racismo a partir da sala de aula? (*Pausa.*)

Dia 3/7.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dia 3 de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É na próxima segunda-feira, porque, embora tenhamos a lei, somente 25% dos municípios brasileiros adotam essa lei para que chegue à sala de aula o combate ao racismo. Então, é fundamental o que você colocou aqui.

Para concluir...

Pode falar.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Senador, mesmo no Brasil a gente tendo uma lei que fez 20 anos, a 10.639...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Se, realmente a 10.639/03 fosse implementada no chão da sala de aula, talvez não precisaríamos de momentos como esse, já estaríamos avançando contra o racismo na nossa estrutura, no nosso contexto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mestre Régis Alves Pires. É isso mesmo. (*Palmas.*)

Vai ser uma grande audiência pública na segunda-feira, às 9h da manhã.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, bem rápido, por gentileza, Paulo Paim.

Primeiro, que o Régis falou aqui no meu ouvido, quando chegou, que, quando ele era criança, se inspirou no Kajuru para fazer curso de jornalista...

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – De radialista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De radialista. Infelizmente, você só não teve processo na sua vida.

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Pois é. Assim como você, a gente tenta ser e não tem espaço...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, só aproveitando a sua presença aqui, rapidamente. Saber que aqui só tem Parlamentar de um nível alto demais... Entre nós, não há nada singular, só há plural: Leila, Paim, eu, Romário...

Falei com o Romário no sábado, e ele concordou comigo. Eu estou muito preocupado, minha irmã, com a volta da violência nos estádios de futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As imagens que eu vi, na semana passada, do jogo do Vasco da Gama com o Goiás, pelo amor de Deus! Quando acabou o jogo, todos tiveram que ficar deitados. Vocês viram?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vi. Eu não vi mesmo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É de impressionar.

Então, vou te dar uma notícia, que talvez você não saiba, você que é do Rio Grande do Sul. Eu sei mais do que ti porque sou homem do futebol. É igual querer discutir política contigo. Sobre futebol, comigo, você não vai. Paim era daqueles que iam ao estádio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como se ele não entendesse de política. Kajuru, deixa eu te contar. Quando eu cheguei aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e perguntava onde era a porta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa eu contar essa aqui agora.

Quando eu cheguei aqui pela primeira vez, para ser Constituinte, a um cidadão da segurança eu disse: "Bá, sem experiência" – eu era só sindicalista. Ele me olhou, negrão também, e disse assim: "Paim, todo cara que chega aqui, por mais bobo que seja, pega um pedaço de pau, faz um relógio, vende para mim, e eu compro ainda". (*Risos.*)

Então, não me venha dizer que você não entende de política.

Vai lá. Não tinha chegado aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Talvez você já saiba, não sei se a Leila ficou sabendo. O Presidente do Internacional de Porto Alegre está andando em um carro blindado com quatro policiais federais, e colocaram um drone com bomba na casa dele. Do seu Internacional de Porto Alegre.

O Presidente do Bahia, mesmo sofrimento. O Presidente do Goiás, o mesmo sofrimento. O Presidente do Corinthians, o Presidente do Santos... Então, a violência voltou aos estádios, num momento triste em que a gente fica sabendo de manipulação de resultado. Esse esporte maravilhoso pode acabar, gente. Daqui a pouco ninguém vai querer levar um filho ao estádio, levar uma mãe ao estádio, levar uma filha ao estádio. Voltou de forma triste a violência nos estádios de futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria propor a vocês três – o Romário topou a ideia, e vocês vão concordar, Leila, Paim – que nós quatro façamos aqui, no início da Comissão de Esportes, da qual orgulhosamente eu sou o Vice-Presidente, e o Romário é o Presidente, uma audiência pública para a gente discutir, ouvindo esses presidentes, esses jogadores que estão sendo agredidos depois do jogo. Os torcedores invadem o campo, ou seja, o jogador perde o jogo, e é punido da forma mais vergonhosa possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso está aprovado de nossa parte, não é, Leila? Pode dar a tua opinião.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discursar.) – Na verdade, a gente vive um contexto pós-pandemia, tem essa questão também das apostas, um ambiente de muita instabilidade. Eu acho que é super válido a gente fazer o debate.

Com relação ao que o Régis falou, não é nem o ato do racismo em relação ao Vini. Sabe o que mais me deixou impressionada? Foi a omissão. O descaso dos dirigentes, do próprio clube, das pessoas envolvidas no ecossistema esportivo, principalmente no futebol, de simplesmente encarar aquilo como uma besteira – "ah, está se exagerando". Quer dizer, um ato que já era corriqueiro, já era a décima, não sei qual vez, e as pessoas simplesmente ignorarem. É o que a gente vive hoje.

Eu quero até te dar os parabéns, Ricardo, e mandar um abraço também ao Presidente Ednaldo, porque, realmente, você instituir um grupo de trabalho que vai debater uma situação que não é corriqueira, ela é histórica e muito preocupante... Nós precisamos de encaminhamentos. Nós vamos debater aqui, e eu estou muito atenta, escrevendo tudo que todo mundo está falando, porque é preocupante a situação, é muito preocupante!

Não é o futebol, mas é o que o esporte está passando de mensagem para a sociedade. Se aquele ambiente é para ser democrático, para aceitar o preto, o branco, o índio, todos nós, e a gente não consegue, e naquele ambiente se promovem atos de intolerância, de violência, nós temos que, de fato, sentarmos todos juntos, sociedade civil, as entidades, setor privado, enfim, o Parlamento, para debatermos, de fato, punições. Como o Kajuru falou, não é pena, advertência, não. Nós temos que rebaixar esses clubes. Nós temos que botar o clube no *front.* (*Palmas.*)

Desculpa. Eu debati a Lei Geral aqui dentro. "Ah, não, não tenho nada a ver com isso". O torcedor está lá... Existe uma responsabilidade com as vidas e as atitudes ali dentro. Então, o clube tem, sim, responsabilidade; o torcedor tem essa responsabilidade. E nós temos que fazer um debate sério sobre essa situação.

Estou adorando isto aqui, mas a gente tem que avançar, sabe, Paim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Isso precisa, de fato, ter desdobramentos! Desculpem, mas é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por isso que ela é a Leila do Vôlei, Relatora da Lei do Esporte, aprovada quase por unanimidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – E eu, como mulher, sofri, sofri, porque os ambientes são machistas. As mulheres também sofrem. Então, muitas vezes você é tratada como objeto.

E as mulheres do futebol têm uma questão também de como elas são tratadas, é um preconceito... Mulher não pode jogar futebol, mulher não pode jogar voleibol... Eu sou de uma geração... Quando eu peguei uma bola, meu pai falou: "Olha, não criei mulher para pegar em bola, para jogar bola." Eu vivi isso.

Nós estamos no século XXI, e as pessoas ainda discriminam as mulheres que jogam futebol! (*Palmas.*)

Pelo amor de Deus!

Enfim, não é nem salva de palmas, meus amigos. Estou vivendo aqui... Eu vivo um momento de indignação. Sofro preconceito na política, sofri como atleta, e não é possível! As mulheres pretas são as maiores vítimas de violência no país. Quando nós discutíamos a questão do feminicídio... Vão ver as estatísticas: quais são as mulheres que mais morrem? São as pretas. (*Palmas.*)

É muito sério tudo isso!

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom, Leila.

Por favor, Ricardo.

O SR. RICARDO LEÃO (Para expor.) – Eu só queria aproveitar para complementar, tanto em relação à palavra do Régis quanto, agora, a da Leila também. O tempo é curto, e eu acabei falando muito sobre o que foi feito nesses últimos doze meses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar, temos quatro mesas.

O SR. RICARDO LEÃO – ... e acabei não falando sobre o que está por vir.

Por exemplo, Régis, em relação a essa necessidade de letramento: o subgrupo de educação da CBF tem discutido e está trabalhando já na estruturação da proposta de um curso de letramento em antidiscriminação e diversidade a ser oferecido ao público em geral e às pessoas do futebol, atletas, treinadores, dirigentes, torcedores.

Dentro de outros subgrupos, como, por exemplo, procedimentos desportivos, a gente está trabalhando na estruturação em conjunto com organizações não governamentais, inclusive do exterior, para a implementação de um sistema de monitoramento antidiscriminação nos estádios.

Qual é um problema que hoje a gente vê? O árbitro, com foco no gerenciamento da partida, muitas vezes está sobrecarregado de informações. Então, a gente precisa estabelecer procedimentos para que agentes devidamente treinados, capacitados e seguindo um protocolo possam circular pelos estádios e depois fazer reportes de questões relacionadas à discriminação. Esse é um dos objetivos.

A gente tem conversado sobre a implementação também da figura do agente de relacionamento com as torcidas. No ano passado, a gente teve membros da Fans Europe palestrando no nosso seminário; depois, foi feito, inclusive, um convite à CBF para participar de um programa de cooperação com a União Europeia nesse sentido, mas a União Europeia depois entendeu que era melhor, pela parceria que existe entre Conmebol e Uefa, fazer um convite à Conmebol, e a Conmebol está finalizando o procedimento de adesão a esse projeto, mas com o compromisso de fazer o programa piloto aqui no Brasil, porque foi a gente que suscitou o tema. Então, são muitas questões. O segundo seminário contra o racismo vai ter esse objetivo de ampliar as discussões, porque muitas vezes a gente fala só da discriminação racial e se esquece da violência contra a mulher, da violência doméstica em dias de partidas de futebol.

As próprias mudanças no RGC já estão servindo para endereçar discriminações de gênero, de homofobia. A gente teve recentemente o Corinthians punido, vai jogar uma partida com portões fechados devido a um incidente de homofobia em um jogo contra o São Paulo. Então, a gente realmente precisa endereçar e abordar todas essas questões de uma maneira integrada porque, como eu disse, não dá para a gente fazer tudo sozinho, a gente precisa da ajuda do Governo, do setor público, das forças de segurança pública para construir todas essas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ricardo Leão. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só concluir esta mesa para irmos para a segunda mesa.

Então, o Kajuru, claro, vai poder fazer seu comentário, mas, em seguida, vai falar o Horácio Lopes Rodrigues Junior, Vice-Presidente de História e Responsabilidade Social, Representante do Clube Vasco da Gama.

Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem rapidinho.

Só para dizer o seguinte: eu chorei na minha vida, em esportes, num gol do Sócrates, o segundo melhor amigo da minha vida – o primeiro é o Datena, o segundo, ele; chorei quando o Brasil perdeu para a Itália na Copa de 1982, eu estava atrás do gol; e chorei com a Leila no jogo Brasil e Cuba.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Ah, não me lembra disso, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No jogo de Brasil e Cuba, o que essa mulher passou, o que uma cubana fez com ela na rede, ela não vai esquecer nunca mais, nem eu.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Não, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então, passamos a palavra de imediato ao líder Horácio Lopes Rodrigues Junior, Vice-Presidente de História e Responsabilidade Social, Representante do Clube Vasco da Gama.

O SR. HORÁCIO LOPES RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, Kajuru, e a todos os presentes.

A luta do Vasco contra o racismo é secular. O Vasco entrou tardiamente no futebol, desde 1923, e foi campeão na sua primeira participação, na primeira divisão do campeonato da capital brasileira. Isso incomodou demais os clubes da Zona Sul, da Tijuca, que pediram a desfiliação de 12 atletas negros, de baixa condição social, e o Vasco se orgulha de ter a história mais bonita do futebol por ter dito: "Não, nós não aceitamos isso... (*Palmas.*)

... não vamos desfiliar 12 atletas que batalharam pelo nosso pavilhão com tanta galhardia e foram campeões de 1923". Isso faz cem anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa luta é presente até hoje, é uma luta incompleta e, se não fosse assim, seria mera nostalgia. O Vasco trabalha muito dentro do... Ele tem um colégio dentro, acho que é um dos poucos clubes que tem um colégio de ensino fundamental e ensino médio voltado para os atletas. Lá, eles são treinados para serem atletas de futebol, natação, basquete, e a gente quer que eles sejam cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. E a gente trabalha muito não só a questão do racismo, como a questão da homofobia, do machismo e da misoginia, que é tão presente no esporte brasileiro. É um trabalho de formiguinha, de todos. O Vasco, como um clube, precisa ser um vetor da sociedade na luta dessa causa. Por isso, a gente aceitou prontamente o convite de estar aqui, e fico muito feliz de estar debatendo um tema tão importante com todos aqui presentes.

Em um evento como esse, a gente precisa ter propostas. Eu fiquei muito feliz por saber que a CBF tem um grupo de trabalho que eu acho muito importante. A gente falou muito sobre as punições dos clubes, mas a gente precisa trabalhar na produção de conhecimento, de conteúdo antirracista.

Eu sugiro aos senhores que a gente trabalhe junto aos clubes, com o protagonismo da Anatorg, porque, não confundam: o racismo não vem das torcidas organizadas, que são, na sua maioria, pretos, pobres, que estão ali cantando o seu amor ao clube. A torcida organizada tem uma posição muito marginalizada perante a sociedade, como se fossem os responsáveis pela violência. Isso é uma minoria, isso são casos. É uma evidência anedótica. As torcidas organizadas são responsáveis por todos os cantos, as cores, a festa da arquibancada que faz a beleza do futebol, os cantos, tudo.

Eles precisam estar ali parceiros dos clubes, das federações, como protagonistas na conscientização de todos. Se for visto um caso de injúria racial dentro do estádio, a torcida organizada tem que ir lá e chamar a polícia. É assim que a gente precisa... (*Palmas.*)

A gente espera muito; e aí, me perdoem, é a CBF como a principal federação do esporte mais popular brasileiro, mas isso precisa ser trabalhado no esporte nacional como um todo: no vôlei, no basquete, no remo, em todas as esferas esportivas, em todas as agremiações esportivas, não só a de futebol. Isso é muito importante.

Outra coisa que eu queria deixar como sugestão aqui para todos: o Vasco está trabalhando num código de ética, no qual vamos ter práticas – penalidades – para casos de racismo e injúria racial. Isso deveria ser obrigatório a todos os clubes... (*Palmas.*)

... que tenham nos seus regimentos, nos seus estatutos, políticas antirracistas.

Eu queria deixar um último pedido aos Srs. Parlamentares. O racismo é muito importante, mas existem outras máculas na sociedade que a gente precisa trabalhar, que é a homofobia, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a misoginia e o machismo. Tudo isso está dentro da mesma semente da intolerância, da ignorância. Trabalhar o racismo é muito importante. A gente está aqui se disponibilizando, a gente disponibiliza o Vasco para trabalhar junto, com os senhores, com as federações, com as torcidas organizadas, para a gente ter uma sociedade mais justa. Eu peço aos senhores que não se esqueçam dessas três causas: a da misoginia, a do machismo e a da homofobia, que são as máculas da nossa sociedade. O Vasco defende essas causas também.

No Vasco, nós somos uma casa em que todo mundo... É histórico, desde 1924, quando a gente abraçou o goleiro Barbosa, que é um símbolo do racismo estrutural, que foi culpado pela derrota de 1950, e é ídolo do clube com mais de 14 títulos. É um goleiro que a torcida, na sua maioria, nunca viu Barbosa jogar, mas escolheu-o para batizar o Centro de Treinamento do Vasco. Então, a torcida do Vasco é muito consciente da sua luta antirracista que a gente considera que a gente tem e é uma casa de todos, onde você pode ser quem você quiser, independentemente da sua crença religiosa, da sua orientação sexual e da sua cor.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao líder Horácio Lopes Rodrigues Junior, Vice-Presidente de História e Responsabilidade Social, representando aqui o Clube Vasco da Gama.

O SR. HORÁCIO LOPES RODRIGUES JUNIOR – Perdão. Eu me esqueci de falar uma coisa: o Vasco hoje teve uma decisão do magistrado da suspensão de São Januário. Independentemente do que aconteceu, que foi um absurdo, na decisão do magistrado, ele marginaliza a Barreira do Vasco. O Vasco hoje está dentro da favela, e nós temos muito orgulho dessa favela. O Vasco faz parte desse ecossistema, um lugar tranquilo, de pessoas boas... E, na decisão desse magistrado, de suspensão, ele fala como é perigoso estar ali na Barreira do Vasco. Não é. Não é. Isso é um equívoco, isso é um preconceito social inadmissível. Então, o racismo não vem dos torcedores organizados, mas vem do branco, do branco de alto escalão, que não vive a arquibancada, não vive o futebol.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Horácio, que fez uma defesa das torcidas dentro do limite. Muito bem colocado, Horácio!

O SR. RÉGIS ALVES PIRES – Eu queria só colocar o referencial teórico da situação que eu fiz, que é o Carvalho 2022, p. 16. Só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Perfeito!

Eu convidaria os senhores – o Kajuru, naturalmente, fica comigo – a retornarem ao Plenário, e o Kajuru vai organizar a segunda mesa.

Os senhores agora podem voltar, com uma salva de palmas aos quatro que estão aqui conosco, neste momento. (*Palmas.*)

Eu queria só informar ainda, porque é importante lembrar que, para organizar este evento... A gente chega, o microfone está arrumadinho, tudo direitinho, os convidados, os painelistas, tudo bonitinho, Senadores e Senadoras presentes, mas tem um time que trabalha nos bastidores. Primeiro, à Comissão de Direitos Humanos e à toda a nossa equipe, que é uma equipe brilhante, eu peço uma salva de palmas – não é, Cristiane? – a toda a Comissão. E também quero agradecer muito aqui, e tem que ser dito, porque esta iniciativa veio do Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco.

Então, uma salva de palmas ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional... (*Palmas.*)

... que procurou a Comissão de Direitos Humanos, por meio do João Rafael, que ainda está aí, claro que sim, assessor do Presidente Pacheco; ao Marcelo Carvalho, do Observatório da Discriminação Racial no Futebol; e também agradeço à minha assessora dessa área para a questão racial e tantas outras – porque pensam que uma assessora, porque é negra, só cuida do racismo; não, ela é minha assessora também em todas as reuniões do Congresso, quando se reúnem as duas Casas –, que é a Maria Isabel, que está ali, à minha esquerda. (*Palmas.*)

Kajuru, eu vou te passar para a segunda mesa. A única coisa que eu vou retificar é que eu tinha dito que dificilmente viria o representante do Ministério do Esporte devido ao compromisso da Ministra, mas a Ministra foi ágil. Eu só vou anunciar aqui, porque vai trabalhar com toda mesa, o Dênis Rodrigues da Silva, que é Chefe da Assessoria de Participação Social do Ministério do Esporte, que está presente.

Kajuru, agora é contigo. Você vai anunciar todos os convidados da segunda mesa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Presidente, querido Paulo Paim.

Chamamos para fazer parte da segunda mesa, então, a Carolina Ranzolin Nerbass – Ranzolin me lembra Armindo Antônio Ranzolin, narrador da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, que está lá com Deus. (*Palmas.*) O Jaime de Cassio Miranda, que é Conselheiro do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Ministério Público. E, por fim, o José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, nessa segunda mesa.

E, se o Presidente Paulo Paim permitir, na última mesa, na quarta, eu queria que a minha irmã Leila ficasse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você não citou o Dênis.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Dênis é porque você fez a citação antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas quero de você, como coordenador da mesa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, também. Então está. Claro! É um prazer!

O Dênis Rodrigues da Silva, que é Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Esporte.

Palmas, então, para esta segunda mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está acertado aqui, a não ser que ela não possa, que a terceira mesa ela vai presidir, porque a quarta mesa volta para mim, porque eu vou fazer o encerramento, preciso estar presente.

Você não pode, Leila? A terceira, você faria?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, na verdade, Senador, eu gostaria de ficar como expectadora, porque está muito rico. Eu sei que vocês não vão se incomodar, eu vou ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu e o Kajuru vamos trabalhando aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O Kajuru comanda, porque está mandando bem para caramba essa dupla aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Kajuru, é contigo, então.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, primeiro, o Dênis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, o Dênis.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, Dênis, com a palavra, por gentileza.

O tempo é de dez minutos. Tem uma tolerância, não é isso, Presidente Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De mais cinco minutos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tolerância de mais cinco minutos.

Dênis Rodrigues da Silva, por fineza, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Esporte. Fique à vontade! É um prazer tê-lo aqui.

O SR. DÊNIS RODRIGUES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todas, "todes" e todos!

Ao saudar aqui o Senador Paulo Paim e o Senador Jorge Kajuru, saúdo a Casa, o Senado.

Aliás, até antes de continuar a saudação, eu queria pedir desculpa. A gente está lá nesse processo de refundação do Ministério do Esporte – a Senadora Leila está acompanhando bastante –, e houve ali algum ruído na comunicação. Mas eu queria ressaltar que não só o tema do racismo é central para nós e para a Ministra Ana Moser, que estava a par desta audiência, só não tinha chegado até a mim. Eu tinha ressaltado a importância de a gente estar aqui presente e também o extremo respeito nosso por esta Casa, pelo Senado Federal. É uma honra estar aqui.

É uma satisfação ouvir aqui o colega Ricardo Leão, da CBF, com quem a gente já tem trabalhado; e ver o Marcelo aqui; o Juiz Márcio; o Paulo Victor, do Ministério da Igualdade Racial, com quem eu tive a honra de compor a equipe da histórica Luiza Bairros, à frente da Seppir; e o Régis e o pessoal da Anatorg – que bom! –, aliados nossos na luta contra o racismo. Enfim, quero saudar a todos os presentes, a todos que nos ouvem aí também pela transmissão e a equipe aqui do Senado, que é sempre supercordial e generosa. Obrigado mesmo a todo mundo.

Gente, sem grandes delongas, acho que vários de nós aqui já expressam essa ojeriza e esse asco sobre a permanência do racismo na civilização brasileira. Uma das coisas que a gente tem debatido lá, inclusive a partir da própria fala da Ministra Ana Moser, é que o racismo simplesmente nos cerca por todos os lados, ele está em todos os recantos; em todo lugar que a gente olha há racismo. E o esporte não consegue escapar dessa lógica, nem teria como conseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando começou... Tendo tido a honra de ter recebido essa tarefa de coordenar esse grupo de trabalho de combate ao racismo nos esportes, por iniciativa nossa e por provocações de vários lugares, a gente começou esse trabalho logo no início do ano, nos primeiros momentos do Ministério do Esporte, quando a gente estava compondo a equipe em torno da refundação da casa. O Secretário do Futebol, José Luís Ferrarezi, foi o primeiro a falar sobre o assunto, que a gente não poderia seguir minimamente o trabalho sem confrontar a questão do racismo no esporte. Em seguida, a provocação de que nós precisaríamos nos organizar chegou pela Ministra Anielle, pela equipe do Ministério da Igualdade Racial, e chegou do próprio Presidente Lula, que pediu que nós nos movêssemos.

Até confesso que, inicialmente, a gente estava pensando uma abordagem mais, como eu diria, holística, de encarar os direitos humanos dentro de um mesmo GT ao mesmo tempo. A gente não consegue não falar da LGBTfobia, não consegue falar da misoginia, do machismo extremo praticado no futebol das mais diversas formas e a gente pensou que várias das estratégias são comuns para o combate às desigualdades, às discriminações e nos organizamos para conversar ao mesmo tempo com diversos ministérios da Esplanada para gente partilhar experiência e estratégia, mas o racismo não dá sossego. Olha o Marcelo Carvalho aqui! São tantos os casos, eles são tão gritantes, eles estão em tantas arenas simultaneamente que a gente não viu como não priorizar a questão do racismo e criar esse grupo de trabalho que está construindo o plano de ação.

Se o racismo é insuportável e injustificável em todos os cantos, em todas as frentes onde ele aparece – teve até a fala do Senador Kajuru aqui –, quando ele aparece nos esportes, a gente tem também que reconhecer algumas peculiaridades. A gente sabe que o esporte é um ambiente de espetáculo, é um ambiente explícito, é um ambiente de extrema visibilidade. No caso do Vini Jr. não foi a primeira vez que isso aconteceu. Como o racismo é explícito, e as pessoas permanecem silentes, as instituições permanecem silentes?

A gente sabe que o esporte está lá com a criança nos primeiros momentos que ela aparece na escola; sabemos que o racismo vai estar no ambiente de trabalho no acesso ao emprego e renda; até se você for uma pessoa idosa, em todos os momentos da sua vida, se você é uma pessoa negra, o racismo vai te acompanhar. Muitas vezes, como já foi falado aqui nesta mesa, ele é invisível para os olhos não letrados, para os olhos destreinados, para quem não ficou ali conversando e cultivando essa consciência de como o racismo se manifesta na sociedade brasileira, mas isso, algumas vezes é muito explícito, pode ser... Às vezes, até sinto que as forças policiais são, em algum grau, injustiçadas, porque elas cometem uma violência que é muito explícita e agora passou a ser filmada – ainda bem, precisamos de cada vez mais treinamento, de cada vez mais consciência cultivada –, mas, muitas vezes, os policiais são acusados de um racismo que é praticado por todos e por todas as instituições e, quando aparece, sim, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem... Se todas essas manifestações são insuportáveis, as mais visíveis são as mais insuportáveis.

Quando a gente começou a se debater com o tema, escolhemos uma estratégia lá – Senador, ao senhor, que é um militante histórico, peço até licença para o que foi a nossa decisão ali da estratégia de trabalho desse grupo de trabalho –: em vez de colocar dezenas de representações num grupo de trabalho que às vezes até acaba ganhando este formato aqui de audiência onde as pessoas vêm fazer suas contribuições e isso a vai sendo amalgamado, vai sendo juntado por uma secretaria, nós escolhemos uma espécie de comitê gestor, um grupo menor secretariando, conversando mais pausadamente com alguns atores para que a gente fosse constituindo esse plano de ação para, num segundo momento, expor à sociedade, ao movimento negro um rol de estratégias. E recebemos, por exemplo, Ricardo Leão, que passou algumas horas com a gente mostrando o trabalho brilhante que ele vem desenvolvendo dentro da CBF, que nos parece um trabalho inédito, uma confrontação inédita com a questão dentro da CBF. Passamos algumas horas ouvindo Marcelo Carvalho e o seu trabalho, que considero heroico.

Agradeço profundamente, Marcelo, pelo trabalho que o Observatório da Discriminação Racial no Futebol vem fazendo. Ele é fundamental para marcar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÊNIS RODRIGUES DA SILVA – ... para formalizar essas discriminações todas que a gente vê. Recebemos a equipe da Pacto pelo Esporte, que está se tornando a Sport Integrity Global Alliance, uma... No universo do esporte, o combate ao racismo vem no bojo da luta pela integridade. E fizemos, estamos fazendo outras conversas. Semana passada mesmo, estávamos conversando com a Bundesliga, em Berlim. Estávamos em Berlim por causa de outra agenda e houve até uma cena que nos chamou a atenção: conseguiram identificar exatamente a data de um jogo que aconteceu no contexto do campeonato alemão – talvez o Marcelo até saiba disso –, o caso de um jogador ganês que foi discriminado por alguém na torcida até por grupos, desses grupos nazifascistas, que estão se organizando e usam as torcidas, usam o esporte como lugar de divulgação do seu ideário discriminatório. No mesmo momento em que esse torcedor começou a fazer insultos racistas contra esse jogador, o juiz parou o jogo, pessoas da torcida que estavam em volta apontaram para quem era o torcedor que estava fazendo... (*Palmas.*)

Outros jogadores que estavam em campo foram abraçar esse jogador ganês enquanto eles acompanhavam a polícia no estádio ir retirar esse torcedor. Depois que ele foi retirado, a torcida fez uma salva de palmas e gritos de "nazistas fora".

Para a gente... A gente assistiu esse vídeo no contexto do GT e falou assim: "É mais ou menos aqui aonde a gente quer chegar". Se a gente sabe que o problema, que o racismo nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ataca por todas as frentes, também a gente vai precisar se mobilizar em todas as frentes para poder... o que tem se chamado de racismo sistêmico ou de racismo estrutural.

Lá na Bundesliga, semana passada, semana retrasada, quando estivemos lá, eles estavam comemorando 25 anos do programa deles de combate ao racismo no futebol. Foram várias conquistas, uma delas se mostrou nesse jogo em que esse rapaz ganês foi discriminado.

A gente sabe que para combater o racismo nos esportes de uma forma geral, e não só no futebol, não vai ser uma campanha que a gente faça que seja efêmera e que passe e o *slogan* que a gente ponha que vai dar conta, e o problema vai estar resolvido. A gente sabe que a gente vai ter que estender isso não só para os vários atores, para as várias frentes envolvidas, mas vamos ter que estender isso no tempo, vamos ter que voltar todos os anos nisso, vamos ter que voltar todos os campeonatos, Ricardo. É isso que a gente vem falando.

Lá na Alemanha, todo 21 de março, a semana em torno do 21 de março é de campanha contra o racismo – uma campanha abraçada não só pelos times do topo do futebol alemão, mas pelos times do futebol amador. Eles se dizem a maior liga de futebol do mundo, com 24 mil times registrados na Bundesliga. E essa campanha anual é ladeada por processos formativos que estendem a técnicos; à imprensa – tem um diálogo sistemático com a mídia –; a todos os treinadores profissionais da cadeia de trabalho com esporte; a torcedores. Eles têm um trabalho com torcedores desde 2014 – é longo, não é uma coisa em que dê para a gente se atender aqui.

E, por agora, eu acredito também que a gente está aqui em um debate. Semana passada, na reunião desta sexta-feira – a gente tem feito reuniões semanais na construção do que deve ser o programa esportes sem racismo, como a gente vem chamando –, recebemos a equipe da Coordenação-Geral de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, coordenada pelo Delegado da Polícia Federal Carlos Sobral. Eles vêm construindo com a CBF um protocolo, Senador Kajuru, de combate à violência no esporte – e o racismo é só parte disso. O combate ao assédio às mulheres, o combate à LGBTfobia e a outras violências que acontecem no entorno do estádio também são objeto desse acordo de cooperação que o Ministério da Justiça e Segurança Pública está construindo com a CBF. E, olha, me parece um trabalho brilhante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÊNIS RODRIGUES DA SILVA – Não vou falar dele aqui, porque seria atribuição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas acredito que – concluindo – estamos neste momento de construção inicial e o que trazemos a público não é uma coisa já conformada, mas acredito que estamos indo para uma situação divisora de águas, não é? Essa indignação, que contagiou não só a gente aqui, mas contagiou a América Latina, contagiou o Ocidente, muito nos serve para que a gente passe a deter uma outra fase nessa história não só do racismo, mas de vários outros temas de direitos humanos no universo – e aí também não só do futebol – do esporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma forma geral, inclusive pensando nesse esporte, nessa atividade física que acontece nas escolas, que acontece nas praças de cultura e lazer dos municípios, nesse esporte que a Ministra Ana Moser propõe que chegue à vida de todas as brasileiras e brasileiros em todas as fases da vida. (*Palmas.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado ao Dênis Rodrigues da Silva, que é Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Esporte, pelo conteúdo de suas palavras.

E o nosso querido Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos, quer fazer uso da palavra ante de darmos sequência à segunda mesa aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma frase só, porque nós estamos correndo atrás do tempo aqui. É só para lembrar que 21 de março, porque eu estive lá na África do Sul, foi o dia do massacre de Sharpeville, no tempo do Mandela ainda, ele no cárcere, e virou uma luta considerada internacional: 21 de março, dia internacional de luta contra o racismo. Era no tempo em que existia lá o *apartheid*. Eu estive lá, com a Winnie Mandela, levei o documento do Brasil para a libertação do Nelson Mandela. Por isso eu não pude esquecer, porque, quando eu cheguei à África do Sul, de um lado da rua só podia andar branco; do outro lado – era em Johanesburgo –, só negro. E os negros gritavam: "Cada homem, um voto. Cada homem, uma lança. Cada homem, um voto. Cada homem, uma lança", exigindo a libertação de Nelson Mandela.

É muito bom que aqui a gente tire ideias. O dia 21 de março lembra esse massacre de Sharpeville. Que a gente também, quem sabe, não tenha só o 21 de março, mas que a gente tenha uma semana inteira, que tem que ser permanente, por toda a vida, contra o racismo, como você viu na Alemanha e deu aqui um testemunho pessoal. Pronto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Paulo Paim.

Só quero rapidamente dizer isto: eu dei uma entrevista para o jornal francês *Le Figaro*, em 1998, que me perguntou sobre a minha paixão pela música, porque eu também sou compositor, fraco, mas o sou. E eu fiz uma lista de 50, os 50 maiores do mundo, dos quais 90% eram negros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Interessante.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Stevie Wonder, Ray Charles...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não vai ler os 50 aqui. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concorda? É brincadeira, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Deus, Deus, Deus.

Bom, agora, dando sequência à segunda mesa, com muito prazer, vamos ouvir a Dra. Carolina Ranzolin – eu não sei se vou falar certo aqui – Nerbass, que é Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça. Fique à vontade, com o tempo de dez minutos e a tolerância de mais cinco minutos. É um prazer.

A SRA. CAROLINA RANZOLIN NERBASS (Para expor.) – Obrigada, Senador Kajuru.

Cumprimentando o senhor, eu dou um bom-dia também aos participantes desta audiência pública do Senado federal sobre um assunto tão importante: o combate ao racismo no futebol.

Um bom dia especial também ao Senador Paulo Paim, ao Senador Romário, que a fizeram a abertura desta audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos. E é muito relevante que essa discussão aconteça aqui, Senador, nesta Comissão de Direitos Humanos, porque somos todos seres humanos. Nós somos seres brancos, seres negros, seres mulheres ou seres homens; somos seres humanos e temos que internalizar o conceito de humanidade: além de um conjunto de características específicas da natureza humana e de seres que devem ser seres pensantes, racionais, também significa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Doutora, é rapidinho. É só para fazer um registro aqui – da mesma forma que o Senador Paim fez quando da chegada da Senadora Leila. Já que a senhora fala de ser humano, e ela é um exemplo de ser humano, registro que, como Parlamentar desta Casa, está presente acompanhando a reunião, esta audiência pública, e também tem como causa o nosso debate de hoje a Senadora Damares Alves, a quem eu peço uma salva de palmas, por favor. (*Palmas.*)

Pode seguir, e me desculpe, Doutora.

A SRA. CAROLINA RANZOLIN NERBASS – Obrigada. É importantíssimo as Senadoras estarem também aqui participando deste debate.

Então, o ser humano, a humanidade também significa sentimento de bondade, benevolência, compaixão, piedade com todos os seres humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalizando os cumprimentos, eu quero desejar também um ótimo dia aos meus colegas participantes do grupo de trabalho que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) promoveu para discutir ações efetivas, realmente, do combate ao racismo e à violência no futebol. Quero fazer isso aqui na pessoa do Ricardo Leão, que, de forma tão diligente, sábia e competente, vem dirigindo esse grupo de trabalho. Em pouco tempo já teremos ações efetivas nesse grupo de trabalho. (*Palmas.*)

Sendo representante do Poder Judiciário no grupo de trabalho e também nesta audiência pública, eu quero falar um pouquinho do arcabouço jurídico que nós temos sobre o tema e das ações do Poder Judiciário neste momento também de combate à violência e ao racismo no futebol.

Eu queria começar com a nossa Lei Maior, que é a Constituição Federal, que já trata de questões raciais e antidiscriminatórias no Brasil. Por isso, eu acho e tenho falado muito isto – e o João Rafael sabe – no nosso grupo ou no subgrupo, que é o do marco regulatório: que nós já temos a Lei Maior, que defende a igualdade entre todos. Nós não precisamos de muito mais do que isso para poder agir, principalmente internamente, dentro dos clubes. Nós temos aqui a Constituição, que diz que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida [eu acho que o racismo é muito isto, é o direito à vida livre], à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]". E também nós temos o art. 3º, que prevê como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Então, para reconhecer que o Brasil, como Estado democrático de direito, está sob a égide dos princípios de igualdade e antidiscriminação, não precisamos recorrer a outras leis ou regras. A Constituição já prevê, sem rodeios, o tratamento igual de todos os cidadãos, repudiando-se qualquer tipo de discriminação.

Apesar disso, os mais de 300 anos que vivemos de escravidão negra no Brasil e a falta de políticas inclusivas depois de 1888, quando houve a Abolição da Escravatura, deixaram, infelizmente, à margem da sociedade, uma grande população de mais de 4 milhões de pessoas de origem africana, que foram escravizadas no Brasil.

O preconceito racial, de acordo com declaração das Nações Unidas – e nós usamos muito as Nações Unidas nessas questões que envolvem direitos humanos –, significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade e efeito de impedir, dificultar ou reconhecer o exercício com base na igualdade, com base nos direitos humanos, na liberdade fundamental e em vários campos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida: no campo político, econômico, social, cultural – e o esporte não deixa de ser um grande âmbito cultural de ação da população – ou em qualquer área da vida pública.

E, quando isso acontece, já foi dito aqui, nós não podemos perder a nossa capacidade de indignação. Isso tem que acontecer, e nos estádios de futebol inclusive. É por isso que clubes, dirigentes, árbitros – aqui a gente falou muito de dirigentes, clubes, jogadores, torcedores, mas pouco se falou nos árbitros. E ele é um elo, uma ligação muito importante aqui entre clube e torcida na questão de agir. (*Palmas.*) Os árbitros de futebol precisam ser capacitados para estarem preparados para imediatamente identificar atos racistas e violentos e, mais do que isso, coibi-los sem demora e de forma exemplar.

A prática do preconceito de raça ou de cor também é tipificada criminalmente. Então, a gente não está falando aqui de uma caça às bruxas. Nós estamos falando de vários normativos legais no Brasil que coíbem essa prática, que vedam essa prática.

O senhor falou de pena de dois a cinco anos, Senador, mas elas vão até sete anos e meio, porque nós temos causas de aumento de pena quando o crime de injúria, que envolve tanto o indivíduo quanto a coletividade, é praticado por mais de uma pessoa e também por redes sociais, pela mídia, ou seja, de forma que se amplifique a ação violenta. Então, aqui a gente tem, de dois a sete anos e meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Está na lei de injúria: até sete anos. Eu fui o Relator.

A SRA. CAROLINA RANZOLIN NERBASS – Exatamente. Uma lei recentíssima, de que o senhor acabou de falar que foi o Relator, extremamente importante em cunho de punição para criminosos que praticam essa odiosa prática.

Então, a identificação de pessoas racistas tem que ser séria, tem que ser com investigação responsável das Polícias Civil e Militar, com ação implacável do Ministério Público, que aqui nos acompanha também através do CNMP, e com ação também efetiva da Justiça para que se possa identificar e punir os agressores.

A Justiça brasileira, ainda que com excesso de demanda – nós temos mais de 80 milhões de processos tramitando no Brasil, e a gente não consegue baixar esse acervo porque o juiz julga bastante, mas, ao mesmo tempo, a demanda é gigantesca –, ainda que com esse excesso de trabalho e com poucos recursos materiais e de pessoal, a Justiça vem fazendo um pouco da sua parte. Nós temos grandes estados no Brasil que têm Justiça especializada do torcedor: o Rio de Janeiro tem o Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos e o núcleo da Justiça 4.0 Torcedor, uma justiça tecnológica, mais rápida e de mais fácil acesso, então, especializada no torcedor; nós temos, em São Paulo, o Juizado Especial de Defesa do Torcedor; na Bahia, a Vara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Torcedor e Grandes Eventos; e, em Pernambuco, o Juizado Criminal do Torcedor, da capital; em Alagoas, o Juizado Especial Criminal e do Torcedor, da capital.

Também o Poder Judiciário, através do CNJ, tem identificado, através das suas tabelas processuais, assuntos que digam respeito a crimes de raça ou de cor ou à prática do racismo. Por que isso é importante? Para que a gente possa ter dados sobre demandas que entram com esse assunto e para podermos promover políticas públicas judiciárias, que é isso que o CNJ faz na sua atuação.

Além das tabelas processuais, o CNJ possui ações importantes nesse sentido da prática racista, como, por exemplo, a edição da Portaria 108, de 2020, que propôs a criação de um espaço permanente para tratar sobre as questões raciais no âmbito do Poder Judiciário, e a recentíssima Resolução 490, de 2023, que instituiu o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial, que é o Fonaer, "destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema", inclusive no que diz respeito aos processos judiciais. O desafio de acabar com o racismo estrutural em vigor no Brasil não é algo fácil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA RANZOLIN NERBASS – ... e ninguém disse que seria, mas é inquestionável que o genial futebol do Pelé, do Mané Garrincha, do Romário, do Rivaldo, dos Ronaldos, do Neymar, do Vini Jr. tem o poder-dever de participar dessa transformação social tão importante quanto necessária. O mundo do futebol é um grande laboratório de experiências, por ser agregador, transformador, querido, objeto de respeito e de desejo de todas as esferas e camadas sociais. É uma mina de talentos, em que muitas vezes jovens negros possuem oportunidades que não teriam em qualquer outra profissão.

Neste cenário, não há como não atender a esse chamado que a CBF, através do seu Presidente, primeiro Presidente negro, Ednaldo... Como disse o Romário no início da abertura, temos um dirigente negro, então, temos que colocar luz nesse assunto de escuridão, e ele vem fazendo isso de forma brilhante. A Justiça e o Senado Federal fazem esse chamado para que a gente possa debater, estudar esse assunto e encontrar saídas rápidas, eficientes e efetivas, porque já está mais do que na hora de dar um basta no racismo no futebol.

Obrigada e estou aqui para contribuir. (*Palmas.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi brilhante a Dra. Carolina Ranzolin Nerbass, que é Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça. E amei quando a senhora disparou aquela preciosidade: a gente não pode perder o poder da indignação, porque talvez seja o único direito que a gente tenha. A gente tem tão pouco direito nesta vida, não é? Não poder nos indignar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós é que agradecemos.

Dando sequência a esta segunda mesa, chamo, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem como não dizer uma frase – porque o celular aqui funciona, não é? –, sabe o que me disseram? Uma crítica a nós aqui. Eu já falei para ela aqui: "Até que enfim botaram uma mulher na mesa". (*Palmas.*)

Viu, só? Mas não somos nós que indicamos; quem indica são as entidades, pessoal.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é culpa nossa, muito menos de Paulo Paim.

Bom, agora é a vez de ouvirmos o Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Jaime de Cassio Miranda, com a palavra por dez minutos e a tolerância de cinco minutos.

Fique à vontade, é um prazer.

O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os Senadores aqui que presidem esta mesa: Senador Jorge Kajuru, Senador Paulo Paim, Senador Romário. Gostaria de cumprimentar também as Senadoras que aqui nos acompanham: Senadora Leila, Senadora Damares, representantes do Distrito Federal – o que, em particular, me deixa muito orgulhoso, porque eu sou filho da terra, sou um candango, nascido aqui em 1960. Queria também agradecer e cumprimentar o Dr. João Rafael Soares, que nos convidou para este evento – e, juntamente, a Mesa da Presidência do Senado, do Senador Rodrigo Pacheco, e toda a sua equipe –, que entendemos, o Conselho Nacional do Ministério Público, ser um evento de extrema importância.

Nestes agradecimentos, eu vim pensando que quando chegamos aqui, nós trouxemos dois objetivos. O primeiro deles foi o de aprender com tudo o que está sendo ensinado. Isso está sendo extremamente feito nesta manhã e início de tarde de muitas reflexões. Nós ouvimos aqui histórias, ouvimos aqui experiências, ouvimos aqui boas intenções.

Preocupa-me bastante, no Conselho Nacional do Ministério Público, que a gente não consiga transformar todos esses ensinamentos, Senador Paim, em realizações. Então, é uma preocupação constante lá da comissão que eu presido, que é a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, que a gente discuta temas, mas que a gente tenha alguns objetivos a serem alcançados, porque a gente corre o risco de, daqui a três,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro anos, estar sentado aqui outra vez, discutindo o mesmo tema. Aí, daqui a mais cinco anos, a gente continua discutindo, porque eu acho que a gente já faz isso há certo tempo.

A gente tem que fazer uma agenda dessa e, na agenda, a gente tem que sempre traçar alguns objetivos: daqui a três meses, eu tenho que entregar alguma coisa; daqui a mais três, outra coisa... A gente tem que ser resolutivo dentro dessas ideias, para que a gente não fique chovendo no molhado, enxugando gelo, enfim, para que a gente não fique repetindo o que, com certeza, já repetiram antes.

A indignação com esse tipo de racismo, com homofobia, com machismo não é atual, não é presente hoje; ela é histórica. Na minha infância, eu já discutia isso, numa menor intensidade, mas já discutia isso, não é? E hoje a gente discute muito mais, mas a gente discute muito porque a gente terminou perdendo boas oportunidades. Falaram de uma lei de 2003, que falava sobre educação para combate a racismo em escola – de 2003 –, e nós estamos em 2023. Talvez tenhamos perdido 20 anos, Senador, e se atingiu talvez 20%, 25% das escolas. Olha o tempo perdido, não é? Então, a gente tem que ter uma preocupação enorme com isso.

O Conselho Nacional do Ministério Público... Sim, o meu segundo objetivo. O primeiro foi receber esse aprendizado, e já saio daqui vitorioso. O segundo foi trazer o Ministério Público brasileiro para o centro dessa discussão. A gente precisa estar presente. O Ministério Público tem que estar sensível a tudo o que está acontecendo. O Conselho Nacional do Ministério Público é o melhor instrumento para que isso se realize, porque a gente tem contato imediato com todos os procuradores-gerais, com todos os membros do Ministério Público. Então, eu quero deixar aqui, desde já, o Conselho Nacional do Ministério Público à disposição.

Nós estabelecemos um grupo de trabalho, em junho do ano passado, para cuidar de violência nos estádios e violência em grandes eventos. E qual não é a minha satisfação em saber aqui que outras instituições estão preocupadas com o mesmo tema! Estava faltando esta reunião para que a gente unisse essas instituições, porque a preocupação com violência em estádio também é uma preocupação recorrente. A gente vem discutindo isso há muito tempo. De tempos em tempos, a gente fica indignado com isso.

Eu vou falar rapidamente. Eu fui ao Canadá uma vez. Antes de entrar para o Ministério Público, lá atrás, eu fui da FAB e fazia investigação de acidente aeronáutico.

Eu fui para o Canadá e vi o jogo de hóquei. Eu não conhecia jogo de hóquei. Aqui em Brasília, a gente não falava disso. E, no meio do jogo, tinha um instante em que o jogador pegava no outro por aqui e dava um murro. Eles ficavam com o rosto com sangue, etc. e eu fiquei chocado com aquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um senhor que me atendeu no dia seguinte falou: "E aí, assistiu ao jogo? Gostou?". Eu falei: "Gostei, mas eu achei violentos aqueles murros". Ele falou: "Mas aquela violência é permitida. É pior a violência dos estádios". E, há pouco tempo, tinha tido uma violência no estádio, o senhor deve se lembrar do jogo, a Copinha, do Corinthians e alguém, que entraram no estádio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA – O senhor estava presente.

Foi um massacre. Tinha restos de concreto, madeira, alambrado, e morreu gente à beça.

Ele falou aquilo, e eu pensei que, realmente, sobre a violência permitida você tem controle dela; a violência não permitida o Estado não controla. O racismo é uma violência triste, não permitida, conjuntural, que, por vezes, a gente sequer percebe. E a gente tem elementos suficientes, a gente tem pessoas preocupadíssimas, aqui sentadas, que estão discutindo a respeito disso. (*Palmas.*)

Nós criamos o grupo de trabalho. A gente vem fazendo essa atividade desde julho do ano passado. Visitamos vários estádios, assistimos a jogos e estamos construindo um protocolo para combate à violência em grandes eventos, quer seja *show*, evento político etc., e um protocolo especial para violência em ambientes de esporte, em estádios e em ginásios. Porque ao *show*, normalmente, quem vai assistir está ali por causa de uma música. Em um evento religioso, está todo mundo com um único credo. A gente tem que ter preocupações, sim, de que pode ter algum tipo de excesso, de que pode ter alguma situação que foge àquilo que é previsto. Mas no estádio, não. No estádio, normalmente, você tem ali torcidas, você tem interesses diversos, um para um lado, outro para o outro, e nem sempre o racional consegue mandar do início ao fim.

Então, a gente criou esse protocolo que está perto de ficar pronto, e a nossa ideia é distribuir para as instituições que cuidam da segurança pública, para que deem as suas contribuições. Eu acho que essa é uma parcela daquilo que o CNMP tem para entregar para a sociedade brasileira.

Eu vejo que a gente pode usar, Senadores, alguns exemplos do dia a dia. A gente tem que fazer um pouco de cultura, a gente tem que fazer ensinamento, a gente tem que fazer educação.

Ontem, no jogo entre Palmeiras e Botafogo, tinha um jogador com a camisa 156. No Brasil, a gente não vê isso, a gente vê a camisa, atualmente, até 99, mas é raro. Com três dígitos, a gente não vê. E aquela ali dizia respeito ao número que se liga, em São Paulo, para combate ao frio, se alguém quiser fazer doação de camisa etc. Então, tem algumas mensagens subliminares para a gente aproveitar bem, para combate ao racismo, à homofobia, ao machismo...

A gente, de tempos em tempos, deveria lançar um tipo de campanha que atingiria a população diretamente e indiretamente. Aquela mesmo... Só aquela mensagem, durante aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1h45min, passou mais para o Brasil do que se a pessoa ficasse repetindo situações de preocupação com o frio. É algo indireto e que nos atinge profundamente.

Então, de uma forma geral e sendo breve, o que mais me importa aqui é que os senhores e as senhoras possam contar com a participação, com o envolvimento do Ministério Público em todas as iniciativas, e me coloco à disposição, na Comissão que presido no Conselho Nacional do Ministério Público, para poder contribuir com essa atividade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Somos nós que agradecemos ao Sr. Jaime de Cassio Miranda, que é conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Presidente Paulo Paim, o último nome desta segunda Mesa, para usar de sua palavra, é o José Perdiz de Jesus, que é Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Aliás, parabéns, porque esse Superior Tribunal já teve gente ruim demais, não é? Você quer que eu fale o nome? Eu falo: Zveiter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Segura, segura.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não seguro, não.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Exmo. Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Exmo. Sr. Senador Jorge Kajuru, meu conterrâneo, Exma. Senadora Leila, Exma. Senadora Damares, servidores do Senado, que já foram aqui enaltecidos pelo Presidente Paulo Paim, na pessoa de todos os presentes, eu quero saudar o Dr. João Rafael, que também me auxiliou nesse convite de aceitar a honrada presença nesse evento. Também quero saudar o Marcelo, do Observatório, que é um grande trabalhador da causa e que aqui se faz presente também no Superior Tribunal de Justiça Desportiva do futebol.

Inicialmente, eu quero trazer a todas e a todos a minha humildade em aprender com os senhores e recolher os ensinamentos que estou colhendo aqui hoje para levar à Justiça Desportiva do Futebol.

Todos são sabedores de que todos os esportes têm o seu Tribunal de Justiça Desportiva, mas o futebol é aquele que tem a maior visibilidade, é aquele que traduz uma paixão muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente e instantânea. Por isso, eu acho que a velocidade da comunicação, como a velocidade das decisões, se faz muito importante neste momento.

Então, eu aqui, já de plano, reconheço a questão da educação como fundamental para que as novas gerações não tenham em seu dia a dia esse histórico horrível, horripilante, que é o racismo, como também entendo que soluções como foram apontadas aqui... Eu trago um parâmetro – ele não pode ter comparação, porque ele é infinitamente menor – que é o arremesso de objetos, em que os torcedores passaram a apontar imediatamente aquele que foi o causador de um prejuízo ao clube. E o racismo é um prejuízo não só ao clube, ao esporte; ele o é a sociedade. Isso é intolerável! (*Pausa.*)

Isso não tem condições de ser aceito na atualidade do mundo. Isso tem que ser combatido.

Inicialmente, eu quero salientar, sim, que eu, enquanto homem branco, reconheço os meus privilégios na sociedade, Presidente, mas me coloco a serviço da luta pela existência e pela importância da população negra do Brasil.

É importante salientar e reverenciar o trabalho do senhor, Senador Paulo Paim, na hercúlea pauta de uma existência digna e de resistência dos negros. (*Palmas.*)

Talvez eu esteja aqui trazendo dados que já são de pleno conhecimento dos senhores, que herculeamente militam na causa de combate ao racismo, mas destaco que o Ipea, em um levantamento de 2008 a 2018, constatou que a taxa de homicídios da população negra cresceu 11,5% e que, entre os não negros, caiu 12%; mas os negros somos 75,9% dos brasileiros assassinados nesse intervalo de tempo. Isso é triste, isso é lamentável e precisa ser modificado.

Em maio de 2022, a CBF – e aqui saúdo o Presidente Ednaldo da CBF, que tem sido também incansável no dia a dia, como destacado pelo Dr. Leão –, em parceria com o Observatório da Discriminação Racial, fez constar em seu relatório do ano de 2021 que as condutas discriminatórias no subsistema desportivo brasileiro alcançaram 81 casos classificados como incidentes atrelados à discriminação racial do país, dos quais 64 foram relacionados ao futebol, 37 em estádios, 14 no ambiente da internet e 13 em outros espaços.

Em agosto do mesmo ano de 2022, o criador e diretor do Observatório Racial, o Dr. Marcelo aqui presente, apontou que até aquela data haviam sido registrados, em oito meses de 2022, 64 casos de discriminação por raça no futebol brasileiro, o mesmo número colhido no ano de 2021.

Vemos, portanto, que é claro o reflexo do que acontece na sociedade no futebol, e vice-versa, é uma relação simbiótica. É inquestionável que o futebol brasileiro é um patrimônio cultural do país, e, pertencendo à nossa sociedade, a maioria da nossa sociedade não pode ser discriminada, não pode sofrer esse atentado antidemocrático, praticamente um terrorismo contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a nação brasileira. Essa é uma questão que não pode fugir do debate social e não pode fugir do âmbito do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol.

Os recentes episódios de racismo com o atleta Vinicius Jr., amplamente repercutidos na imprensa, demonstram que essa é uma questão mundial, essa não é uma questão circunscrita ao Brasil, infelizmente. Foi dito pelos meus antecessores aqui – acho que foi a Senadora Leila que destacou – que pensávamos todos nós que, após a pandemia, a sociedade teria um olhar mais coletivo, mas o que me parece é que o individualismo, a questão do próprio ego e da vantagem individual passou a ser gritante e latente. Infelizmente, vemos isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – O ódio, Senador.

Outra questão que também quero destacar para V. Exas. é que a própria Justiça Desportiva é pautada por legislação e a sua jurisdição é muito importante. E por que digo isso a V. Exas. e aos presentes? Nós temos um duplo grau de jurisdição. Nós temos aqui, na Justiça Desportiva, que todos os processos são julgados por um colegiado, seja no primeiro grau... Nós temos no STJD seis Comissões disciplinares, incluindo uma do futebol feminino, nós temos nove membros do Pleno indicados por representantes da sociedade: representante dos atletas, representante da arbitragem, representante da sociedade civil, pela OAB, o Conselho Federal, representante dos clubes e representantes da CBF.

E como se dá essa questão? Nós temos um prazo, Presidente, de 60 dias para concluirmos todos os julgamentos dos processos. E como se dão as instruções dos processos no âmbito do STJD? É uma instrução em que, na própria sessão... É ofertada a denúncia, e, na primeira sessão de julgamento, todas as provas são produzidas em audiência. Todas: de vídeo, de testemunhas, de tudo o que é necessário, como algum laudo que tenha que ser apresentado. Isso tudo ocorre na primeira audiência. Una, é uma audiência una.

E é um colegiado que recebe, processa e julga, com o princípio do contraditório sempre presente, ou seja, todas as provas que são produzidas são submetidas ao contraditório, e o primeiro grau, então, julga. Essa decisão é submetida a um colegiado do Pleno, de nove integrantes. E o que ocorre?

A legislação prevê o efeito suspensivo. O efeito suspensivo é dado quando a pena é acima da mínima e quando a pecúnia, a multa é aplicada. Isso é muito importante esclarecer, porque algumas das ações, quando submetidas ao recurso, recebem o efeito suspensivo, e esse efeito suspensivo pode passar uma imagem de que isso é impunidade, e não é, porque logo na sequência vem o Pleno.

Recentemente, nós temos também aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Já vou concluir, Presidente.

Recentemente, nesses atos que tivemos – no estádio em Sergipe, no jogo do Confiança e Náutico; no jogo do Santos, na Vila Belmiro; e no jogo do Vasco –, a Justiça Desportiva pôde ser acionada rapidamente, e eu, como Presidente, tomei uma medida liminar de suspensão da presença dos torcedores. Isso é muito ruim.

Como dito aqui pelos representantes das torcidas organizadas, o torcedor faz parte do espetáculo, mas, infelizmente, a graduação do risco ao ser humano tem que ser maior do que a graduação, às vezes, financeira, às vezes uma graduação da presença do público pode oferecer um risco.

No caso do Santos, nós tivemos que suspender a presença de torcedores também no futebol feminino. Por quê? Porque a partida ocorreria na parte do período da manhã e na parte da tarde, na Vila Belmiro, também teria um jogo da série A, que estaria sem torcedores. Nós não poderíamos ter o risco de ter um confronto policial ou um confronto ainda pela manhã. Por isso, também foi atingida essa questão em relação ao futebol feminino, de forma lamentável.

Para nós julgadores e auditores do STJD, não é jamais confortável suspender algum atleta, suspender algum dirigente, algum clube, alguma torcida da presença, porque isso não faz parte do espetáculo, mas é necessário, e a Justiça se fará presente em todos os aspectos.

Essa questão do racismo está prevista no art. 243-G do CBJD e tem uma punição severa.

Nele é apontado aqui que não será admitida nenhuma infração de ódio, apontando como típico o ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante relacionado a preconceito em razão de origem étnica, de raça, de sexo, de cor e idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Portanto, o tribunal está apto, sim, a punir aqueles responsáveis.

O que ocorre? Muitas das vezes, as provas que chegam ao tribunal não são provas contundentes, são provas parciais. Eu informo a V. Exas. que, por exemplo, a leitura labial é uma das provas que, às vezes, é utilizada, e a leitura labial é uma prova perigosa. Ela não é uma prova inequívoca. Por quê? Porque, da leitura labial, nós sabemos, muito se pode dizer. Há interpretação por um lado, há interpretação por outro. Nesse caso, eu vou dizer a V. Exas., entre condenar um inocente ou absolver aqui um suposto partícipe, mas sem a devida prova, nós temos experiências horríveis no Brasil e que não vamos repetir na Justiça Desportiva. Penso eu que as provas recentes demonstram que o anseio de condenar por condenar, o anseio de fazer prova contra A, B ou C não é feliz, não é uma solução útil para a democracia, para o dia a dia e para o esporte. Então, o STJD tem esse cuidado de submeter a prova ao contraditório e julgar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com aquela consciência de que o que puder ser punido será, mas com respeito amplo ao contraditório e à ampla defesa.

Portanto, eu quero deixar patente aos senhores que, apenas em 2014, nos casos de discriminação, foram julgados sete processos, com sete condenações; em 2015, houve uma denúncia e o denunciado foi absolvido; em 2016, houve uma denúncia e esta foi convertida em condenação; em 2017, duas denúncias de casos de discriminação em razão de raça, com uma condenação e uma absolvição; em 2018, também dois casos, com uma absolvição e uma condenação; em 2019, cinco casos de discriminação em razão da raça, com cinco condenações e uma absolvição; em 2020, temos o registro e conseguimos acompanhar uma evolução nessa compreensão da individualização e especificação dos tipos infracionais com maior evidência: foram quatro casos do art. 243-G julgados e condenados por injúria racial e um que constou da denúncia por infração pelo art. 243-F, ofensa à honra, e acertadamente, penso eu, reclassificado para o 243-G, que é o art. específico que combate o racismo no CBJD; por fim, em 2022, foram seis condenações.

Portanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Já vou concluir, Presidente.

Quero trazer a V. Exas. que o STJD vai encarar o racismo como o fenômeno social que o é e que tem reverberado no futebol, mas será rigoroso nessa questão. Nós tivemos alguns casos que foram objeto de transação entre a Procuradoria e o tribunal. O que significa essa transação? É transformar a pena de suspensão ou a pena pecuniária em ações sociais. Dessas ações sociais do tribunal, muitas são voltadas a entidades menos favorecidas de apoio a carentes, menores carentes, idosos, mulheres que têm problemas. São ações sociais. É exigência dos clubes que façam campanha nos estádios contra essa odiosa questão que é o racismo. Então, poderia ser institucional, pelos clubes, por todos, mas agora a CBF, através destes últimos momentos, tem feito, institucionalmente, uma campanha muito vigorosa, e penso eu que os clubes e os atletas irão adotar essa campanha.

Por fim, quero dizer que assumi a Presidência do STJD apenas agora no dia 24 de maio, estou iniciando um período breve, até julho de 2024, mas, em nome da Procuradoria do tribunal e em nome do tribunal, eu me coloco à disposição para receber todas críticas construtivas, para receber todos os ensinamentos de V. Exas. e dos partícipes e tentar, da maneira mais breve, contribuir com a sociedade brasileira e com o esporte nessa evolução.

Muito obrigado.

Desculpem-me se me alonguei. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, José Perdiz de Jesus, Presidente, e fico feliz de ver um novo STJD, que era uma capitania hereditária, correto?

Bom, à terceira mesa, evidentemente, volta o nosso Presidente querido e símbolo desta Casa, Senador Paulo Paim.

Eu só peço a sua compreensão e de todos e todas aqui por dez minutos. O meu gabinete fica do lado. Por causa do diabetes, eu tenho obrigação alimentar. Então, eu vou rapidinho. Em dez minutos, eu como rapidinho e volto, com o maior prazer.

Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estaremos lhe esperando aqui daqui a dez minutos. (*Palmas.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Senador Kajuru!

Eu peço que retornem ao plenário, por gentileza, os convidados desta mesa.

E vamos, de imediato, para a terceira mesa.

Marcelo Carvalho, Diretor do Observatório da Discriminação Racial no Futebol.

Bem-vindo, Marcelo! (*Palmas.*)

Marcos Moreira, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB. (*Palmas.*)

Márcio Chagas, ex-Árbitro e Comentarista de Futebol, que tem um trabalho brilhante lá no meu Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Convido agora o Presidente da Federação Nacional dos Atletas (Fenapaf), Sr. Alfredo Sampaio. (*Palmas.*)

Estão insistindo aqui que nesta mesa tem que ter mulher.

Senadora Leila, está convocada a se sentar aqui no lugar do Kajuru! Está convocada! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, já passo a palavra, porque nós temos que terminar às 14h, porque a CPI dos atos do dia 8 de janeiro vai ser instalada nesta Comissão, e eu, o Senador Kajuru e a Senadora Leila temos que estar no Plenário, a partir das 14h.

De imediato, Marcelo Carvalho, Diretor do Observatório da Discriminação Racial no Futebol.

A Senadora Leila escolhe o momento em que ela quiser falar.

O SR. MARCELO CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todos! Uma saudação ao Senador Paulo Paim e à Senadora Leila, na pessoa dos quais saúdo todos que estão aqui presentes.

Bom, meu nome já foi citado diversas vezes, e isto me deixa muito feliz, porque lá em 2014, quando eu iniciei esse trabalho do observatório, a gente não tinha dados sobre os casos de racismo no futebol brasileiro. E o que me levou a pensar no Observatório da Discriminação Racial no Futebol foi justamente a gente entender se os casos de racismo que acontecem no futebol brasileiro são esporádicos ou se eles acontecem com frequência. Em 2023 – antes disso, mas em 2023 –, a gente tem a plena certeza de que os casos de racismo no futebol brasileiro acontecem com muita frequência. Esse é o primeiro ponto.

Um ponto que me deixa ainda muito pensativo é que a gente ainda discute neste momento se a gente deve punir de forma individual o torcedor ou se a gente deve punir o clube de futebol. Então, de 2014 para cá, a gente ainda está preso nesse debate de quem punir e a gente não avança. Foram passados aqui, por exemplo, agora, pelo Presidente do STJD, os dados de punição para casos de racismo, mas, se a gente pensar, esses casos são um número muito baixo para os casos que o observatório monitora. Isso não quer dizer que o STJD não julga esses casos; quer dizer que os casos que chegam até o tribunal são poucos.

E aí a gente vai precisar de pensar por que o número de denúncia, mesmo sendo tão grande – se a gente pensar 2021 com 64 denúncias e pensar 2022, que é um relatório que nós não lançamos ainda e vamos lançar em agosto lá na sede da CBF, são mais ou menos 90 denúncias de racismo no futebol brasileiro – são muitos casos, mas por que esses dados infelizmente não chegam aos tribunais? E aí aqui está o Márcio Chagas, e antes dele já falou o Aranha. Aí a gente precisa pensar na dificuldade que é denunciar um caso de racismo. Precisa pensar que os jogadores, atletas, enfim, que denunciam o racismo muitas vezes vão sofrer uma represália do sistema. O Márcio Chagas se aposentou antes do tempo. O histórico do Brasil é esse. Então, a gente precisa pensar aqui, de forma coletiva, em como a gente vai proteger e amparar esses atletas que denunciam o racismo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa olhar para esse caso do Vinicius Jr. porque ele nos passa diversas lições. O Vinicius Jr. hoje está tendo os diversos apoios, do Governo Federal, da CBF; diversos órgãos estão apoiando o Vinicius Jr. Isso é um exemplo, isso é uma lição para nós, mas a gente precisa apoiar os atletas do Brasil que denunciam o racismo. Esse é um ponto.

Outro ponto é como a gente avança. Como a gente avança para combater esse racismo tão presente no futebol brasileiro? O que a gente pode fazer, de fato, para sair desse lugar onde a gente vai sempre repetir que as denúncias aumentam, mas a gente não tem punição? E aí eu vejo a importância desta mesa, a importância desta audiência que a gente está promovendo hoje, porque não tem como a gente pensar que nós vamos combater o racismo apenas com punição, não tem como a gente pensar que nós vamos combater o racismo com uma campanha, seja ela da CBF, seja ela do Ministério do Esporte. Não tem como a gente pensar dessa forma. A gente precisa promover ações que envolvam todos os torcedores, que envolvam os clubes, as federações, para que a gente de fato comece a retirar dos estádios de futebol esse torcedor racista.

Foi falado aqui, por exemplo, um exemplo da Alemanha, onde o torcedor foi retirado. Aí eu volto para o Brasil. O cenário do Brasil é assustador, porque a gente vê o torcedor que está cometendo racismo na arquibancada do lado, por exemplo, do segurança privado, a gente está vendo esse torcedor cometer racismo do lado de outros torcedores, e ninguém nada faz. A gente, muitas vezes, percebe os outros torcedores rindo daquilo que está sendo feito. Um exemplo que foi usado aqui, de que eu também não gosto, mas é o único possível: por que, nos casos de arremesso de objeto, os torcedores identificam quem está fazendo o ato, mas, no caso do racismo, isso não é feito? Eu tenho uma resposta para isso, mas ela não é a única resposta: a gente ainda olha para o racismo no futebol pensando no nosso clube. Quando a gente vê a possibilidade de apontar um torcedor do meu clube na arquibancada cometendo racismo, eu fico na dúvida se o aponto e, aí, o meu clube vai ficar com a pecha de racista ou se eu o aponto e vou sofrer a represália de outros torcedores que vão dizer que eu deveria silenciar.

E aqui está um apelo que precisa ser feito, aqui está uma campanha que precisa ser feita, envolvendo a CBF, envolvendo o Ministério do Esporte, a Anatorg e todos os órgãos possíveis: a gente precisa incentivar que o torcedor que está na arquibancada seja o primeiro a combater o racismo. (*Palmas.*) A gente não pode mais ver, nas imagens que a gente acompanha no futebol brasileiro, os torcedores do lado olhando, rindo, achando engraçado. Por que esses torcedores fazem isso? Porque eles sabem que os clubes não vão ser punidos.

E, aí, quando eu falo em punição ao clube, a gente, de novo, vai entrar naquele debate: punir o indivíduo ou o clube? E o Ricardo trouxe um exemplo aqui da CBF que é o que eu penso que a gente precisa quando vai pensar no combate ao racismo: responsabilizar os clubes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futebol. Quando acontece, dentro de um espaço privado, racismo executado por um torcedor que a gente não consegue identificar e, aí, o clube será absolvido porque não tem provas da punição desse torcedor, a gente precisa responsabilizar o clube. E responsabilizar é o quê? Fazer com que esse clube seja obrigado – e aí eu vou usar a palavra "obrigado" – a promover ações e campanhas de combate ao racismo. Que esse valor da multa de que a gente sempre fala – e aí a multa pode ser do STJD ou pode ser aquela que a CBF aplica hoje administrativamente – seja revertido e que o clube chame uma instituição de combate ao racismo e, junto com essa instituição, faça esse diálogo com as torcidas organizadas, com os conselheiros, com os jogadores e principalmente com as categorias de base.

Quando a gente pensa no combate ao racismo, a gente precisa pensar que o racismo no futebol está muito além dos incidentes individuais que o observatório monitora. A gente precisa pensar na total ausência de pessoas negras dentro dos espaços de gestão dos clubes de futebol. Se nós olharmos a maioria dos clubes de futebol no Brasil, nós não temos pessoas negras. Se nós olharmos as federações, nós não temos pessoas negras. Está na hora de a gente promover a diversidade, de a gente promover a inclusão. Foi ressaltado aqui que, em 109 anos, é a primeira vez que a CBF tem um homem negro, ou seja, está muito lento esse processo. A gente não vai conseguir combater o racismo de forma efetiva enquanto a participação de homens e mulheres negras não estiver presente nesses espaços de gestão e comando. (*Palmas.*)

A multa é necessária porque muitas vezes a gente não consegue avançar, por exemplo, como gostaria o Presidente da CBF, e ir direto para a perda de pontos. A multa vai ter que ser aplicada – a multa, o jogo com portões fechados... Mas volto a ressaltar aqui: essa multa não pode ser aplicada a um valor, e esse valor não ser destinado para uma campanha de combate ao racismo. Nós precisamos de uma campanha em todos os jogos, em todas as divisões, em todos os estados, com o tempo inteiro com uma mensagem nos espaços falando de combate ao racismo, porque isso precisa ser de entendimentos dos torcedores. A gente precisa encorajar o torcedor a se manifestar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CARVALHO – Para finalizar, vale uma ressalva aqui muito importante: apesar de todos os atrasos que a gente ainda tem no combate ao racismo no futebol, a gente tem um avanço que é muito significativo e a que a gente precisa estar atento. Os jogadores de futebol estão quebrando o silenciamento. Se lá em 2014 e depois ao longo dos anos, a maioria dos casos de racismo eram denunciados pela imprensa ou por torcedores, o que a gente está vendo hoje são jogadores quebrando o silenciamento e falando de racismo. Isso é algo novo no futebol brasileiro... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por isso que eu volto a salientar a necessidade de uma rede de proteção e acolhimento para os atletas que se manifestam. A gente não pode ter atletas que se manifestaram, como o Angelo Assumpção na ginástica, que, depois que falou, está há mais de quatro anos sem um clube. Um atleta, com todo o seu potencial para estar praticando esporte e buscando medalhas para o Brasil, está sem clube para treinar. A gente precisa olhar com atenção para isso e a gente precisa encorajar que outros atletas falem.

No Brasil, não é apenas o Vinicius Jr. que fala; está aí o Paulinho, do Atlético Mineiro, que fala do racismo religioso, algo de que a gente também precisa falar usando o espaço do futebol.

Então, eu deixo aqui esta reflexão: precisamos, enquanto todas as organizações que estão aqui presentes, acolher e incentivar que mais e mais atletas falem. Atleta de futebol no Brasil, pelo espaço e representatividade que o futebol tem, acaba sendo um exemplo para as nossas crianças. Um jogador de futebol que diz "não vou falar de racismo" incentiva outros meninos e meninas negras a também se silenciarem. Um atleta que fala vai incentivar que os meninos que sofrem racismo nas escolas e nos espaços públicos também denunciem. (*Palmas.*)

Por isso é tão importante a gente usar esse espaço do futebol para falar de racismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Marcelo Carvalho, um dos organizadores desse evento, que é Diretor do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, pelos exemplos práticos que deu.

Embora ela tenha dito que não, nós vamos provar que uma mulher também dirigiu os trabalhos no dia de hoje. Chama os próximos, Leila, nem que tu não queiras. Isso aqui é para o bem da Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, Paim, você que é um rei aqui, é nosso decano.

Gente, desculpa, eu estou aqui há cinco anos no Senado, eu adoro a presença, a fala, a liderança dele. Então, quando eu venho para o CDH, para mim... a Casa, o ambiente, às vezes, é tão pesado, mas chegar aqui a uma Comissão – não é, Senador Kajuru? – e ver o quanto que o Paim carrega, de uma forma muito leve, muito ele... Ele é a própria personificação dos direitos humanos, dos combates, das causas que são tão importantes para a nossa sociedade, que para mim é uma aula. Então, eu peço até desculpas, porque eu reservo este momento para aprender. Eu quero só te dizer isso, tá?

Mas, como o senhor passou essa responsabilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Irmã...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero dizer, em nome do Kajuru – até o Kajuru vai complementar –: todos nós – todos! – somos eternos aprendizes, já diz assim uma canção, sabe disso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade.

Eu só quero dizer o seguinte: é a primeira vez em cinco anos, porque, às vezes, são muito chatos aqui, desagradáveis para caramba, em algumas Comissões, que eu só almoço por dez minutos, ou seja, eu peguei um pedacinho só de comida, e olha que eu estava com fome, eu sou diabético.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É mesmo. Pensei que você ia sumir.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não. E agora ter a Leila na mesa, então. É um prazer estar aqui ao lado da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês vão estar lá na última mesa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É muito prazeroso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... estar aqui ao lado de uma juíza que eu acabei de saber – eu falei: "gente, Ranzolin?" – que é sobrinha do maior locutor esportivo da história do país, gaúcho, da Rádio Gaúcha, de melhor dicção do país, Armindo Antônio Ranzolin, pai de Cristina Ranzolin, esposa de Paulo Roberto Falcão. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sensacional!

Bom, vou passar a palavra para o Marcos Moreira, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB.

Seja muito bem-vindo, Marcos.

O SR. MARCOS MOREIRA (Para expor.) – Muito obrigado. Primeiro, quero agradecer o convite, a sugestão do meu nome pela filha da fundadora do nosso Neab (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), que é a Profa. Adalgisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar bom dia a todos, à mesa principalmente, e dizer que, sinceramente, é inacreditável para mim estar dividindo a mesa com o Senador Paim, que, como já foi dito, representa muito para o movimento negro no Brasil, é admirado por todos. Parabéns, Senador! É uma honra também a Senadora e os demais colegas.

Quero dar parabéns às falas que vieram antes de mim, porque eu fiquei encantado também com todas as mesas que foram formadas antes desta mesa.

Eu estou em nome do Neab, da UnB, mas também como Vice-Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), da UnB, que teve seu primeiro Vice-Diretor negro – não primeiro Diretor ainda, mas primeiro Vice, infelizmente, esse é um fato –; representando também um grupo chamado apenas de Negras Reitorias, tentando aumentar o número de reitores negros no Brasil; e, como Neab, membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, que eu tenho certeza de que gostaria de colaborar com todos vocês nos projetos que vocês apresentarem aqui.

Eu peço desculpas por ter o vício de professor e trazer uma apresentação, mas é como eu entendo a coisa. O título dela é "A paz da estrutura racial no futebol", porque o futebol só se incomoda quando alguém denuncia, quando tem uma denúncia. Quando não tem a denúncia, tudo está pacífico no cotidiano da estrutura racial. E falo sobre eurocentrismo. Eu não usei a palavra racismo porque eu entendo que, primeiro, o racismo é uma forma de etnocentrismo, e uma das coisas que eu gostaria de falar hoje é sobre como que essa centralidade se processa na sociedade, não é? Eu acho que a centralidade do homem branco sempre acontece. Então, também é prazeroso para mim ter no centro desta mesa um homem negro. Eu gostaria que tivesse mulheres negras centralizando o movimento também, mas só o fato de já não ser um movimento centrado em homens brancos já nos ajuda.

Passa, por favor.

Bem, uma das denúncias que eu achei mais significativa foi da Renata Ruel, uma comentarista que fica muito chocada com o VAR e denuncia o VAR. Eu gostaria de passar o vídeo, mas acho que, por questão de tempo, não é conveniente. Nesse vídeo, ela fala da vergonha da estrutura, da estrutura do futebol, do racismo. E é interessante para mim porque vem de uma mulher, e a gente sabe que a gente não tinha muitas narradoras mulheres, não é? Essas situações de denúncias vão ampliando aliados. O combate ao racismo é uma luta que, como nós sabemos, é feita por um pequeno grupo que cada vez mais vem tentando crescer, e situações como essa criam aliados.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o caso do Vinicius Jr. é um sinal dos tempos. Para muita gente, sinal dos tempos é o fim do mundo. E, de fato, o sinal dos tempos é o fim do mundo, o fim de alguns mundos. O mundo já passou por finais dos tempos várias vezes, e, quando o mundo acaba para alguma parte desse contexto das pessoas, isso é um fato aterrorizante. Mas, por outro lado, é um sinal de mudança de tempos. O tempo que a gente vive hoje não é mais o tempo que se viveu 50 anos atrás, 100 anos atrás, em que situações racistas eram aceitas. Como disse o nosso colega Marcelo, os jogadores já estão denunciando, não são mais jogadores que silenciam.

Então, a denúncia do Vinicius Jr. é um sinal dos tempos. E, como a própria expressão representa, ela divide... A própria interpretação da expressão é a divisão que o Vinicius Jr. produz para a gente.

O próximo, por favor.

Vamos lá. Eu sei que a palavra "metafísica" não é muito adequada para um ambiente político, mas a situação do Vinicius Jr. coloca questões filosóficas e acadêmicas no cotidiano. Ela coloca estruturas metafísicas que são aplicadas ao futebol e que talvez nos ajudem a entender a próxima transparência – a próxima projeção, perdão.

Quais são essas estruturas tradicionais que formam a relação estrutural que a gente vive?

A noção tradicional de estrutura é a de uma estrutura pacífica: a gente não consegue conviver muito bem com estruturas que estão em movimento, a gente gosta de estruturas estáveis. Infelizmente, estruturas estáveis no nosso contexto racial são as de privilégio branco.

A noção de verdade. Como vocês percebem no processo que acontece da disputa, da falta com o Vinicius Jr., ele não ganha o direito de verdade, ele é expulso. O direito de verdade não fica do lado do Vinicius Jr. É o que acontece com toda denúncia de racismo: os denunciantes não conseguem ter do julgamento a propriedade da verdade; ela fica com a estrutura racial.

A noção de neutralidade. Essa noção para mim é a mais importante, principalmente pela denúncia da locutora, porque nós todos gostaríamos, num sonho metafísico, de que tivesse uma instância neutra – que seja um juiz, que seja a tecnologia, que seja um juiz de futebol –, que pudesse ter uma neutralidade para decidir o que é racismo e o que não é. Infelizmente não existe essa estrutura neutra; a gente a projeta para uma tecnologia que seria mais ou menos equivalente ao VAR, mas o VAR também não é neutro. Isto fica muito claro no comentário da própria locutora: o risco de o VAR servir ao racismo. A nossa crença do VAR, do celular, do aparelho tecnológico como elemento de denúncia do racismo também pode ser um elemento que apague o racismo.

E, portanto, a noção de julgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima, por favor.

Essa estrutura tradicional que mantém o racismo funcionando é uma estrutura binária, que vai aparecer nas duas próximas apresentações. Essa estrutura binária simplifica a vida, não é? Coloca bem ou mal, correto ou incorreto, humano e tecnológico – e, geralmente, considerando que o humano é capaz de falhas, e a técnica vai corrigir essas falhas do humano. Então, essas crenças que a gente vai desenvolvendo vão favorecendo e vão alterando nossa forma de luta contra o racismo.

O principal desse ponto inicial é: não podemos crer na neutralidade da técnica, não podemos ter um otimismo tecnológico de que a técnica vai alterar as relações de força que mantêm a estrutura racial vigente.

Ali, para muita gente, poderia estar o equivalente do binarismo: estariam erradas as palavras "racista" e "não racista". Mas, infelizmente, no binarismo que a gente monta da estrutura, a pessoa racista não se reconhece como racista, como não machista, etc. e ela se vê como pessoa neutra, como homem de bem. E aquele que denuncia o racismo geralmente é considerado como o negativo dessa estrutura binária. Mas tudo isso na nossa cabeça é montado.

Essa estrutura binária, que parece um pouco abstrata para vocês, ela está o tempo todo, inclusive, no algoritmo dos computadores. A gente ainda não consegue fazer uma programação de computador sem uma estrutura binária, que vai montando, repetindo a mesma estrutura que está na nossa cabeça, ou seja, a luta contra o racismo, contra o binarismo – do homem branco-homem negro, homem-mulher, cis e demais categorias –, é uma luta muito maior do que o que nos apresenta – e também do humano e desumano. A gente está na Comissão de Direitos Humanos, e a gente sabe o seguinte: a categoria de humano é uma categoria que está associada com esse binarismo: um homem branco é mais humano do que um homem negro; a vida de um homem branco vale mais do que a vida de um homem negro; a vida de um branco rico; a vida de cinco homens brancos ricos vale mais do que centenas de homens negros, e todos sabemos do que eu estou falando.

O próximo, por favor.

Então, a estrutura tradicional produz sentido: faz sentido para a gente que a sociedade seja machista, faz sentido para gente que a estrutura da sociedade seja racista. Não que a gente seja racista ou machista, mas faz sentido organizar desse jeito. É difícil compreender a significação de uma denúncia racista, de uma denúncia machista. Essa estrutura condiciona nosso entendimento. Então, a gente consegue entender o mundo por ela. Nós somos condicionados por ela. Então, não é só o racista que é racista; nós também introjetamos comportamentos racistas, machistas dentro da gente e a gente não consegue perceber, porque o julgamento está condicionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente gostaria de contar com a colaboração dos juízes, e de juízes negros, mas nós sabemos que nós negros não somos livres de uma estrutura, todos nós participamos da estrutura, o que não significa que todos nós cometemos crimes raciais. São duas coisas distintas a serem separadas.

Então, esse elemento da estrutura é um elemento arbitrário. Esse conjunto de elementos arbitrários produz sentido. É difícil a gente lidar com questões arbitrárias: por que mesa se chama "mesa"? Por que cadeira se chama "cadeira"? Por que racismo existe? Por que só o caso do Vinicius Jr. é denunciado; por que não o do outro? São elementos arbitrários. Nós não temos controle sobre elementos arbitrários; nós temos que lidar com elementos arbitrários e alterar o que a gente pode.

A primeira pergunta do elemento arbitrário, uma pergunta que a gente ouve muito quando fala de futebol – para quem não gosta de futebol – é: por que não se dá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS MOREIRA – Uau! Desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não! Tem mais cinco.

O SR. MARCOS MOREIRA – O.k.

Por que não se dão 20 bolas, 22 bolas para os jogadores? É arbitrário que seja uma bola, mas, com o processo, vai ganhando sentido para a gente e a gente entende que não é arbitrário. Então, do mesmo do mesmo jeito que o futebol faz sentido, a estrutura também faz sentido: o privilégio tem que ser dos brancos.

O próximo, por favor. Eu vou tentar acelerar um pouco mais.

Então, nesse caso, a maneira com que a gente compreende o que é violência e o que é defesa também é arbitrária. Numa estrutura racial, a violência vai ser sempre a do negro contra o branco. Então, quando se tem o caso Vinicius Jr., a violência racial não é considerada; ela é invisibilizada, ela é legitimada. E a reação dele não é legitimada, a reação dele é punida com o cartão vermelho. Então, quando a gente pensa uma estrutura racial, a gente tem que pensar que aquele denunciante do crime racial vai ser punido, porque a estrutura está montada para pesar sobre ele.

O próximo por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o racismo é arbitrário, não faz sentido, mas existe um prazer do conforto da estrutura racial que foi abalado com o caso do Vinicius Jr. Como eu disse, poderia ter sido abalado por qualquer um; foi o caso dele.

Por favor, o próximo.

Nesse caso, o caso do árbitro: o papel do árbitro e da visibilização do racismo. A gente não pode acreditar... A gente está falando que a nossa percepção é condicionada. A do juiz, qualquer juiz que seja, seja de futebol ou não, também é condicionada por uma estrutura social. Então, acreditar no livre-arbítrio pleno de um juiz, de um árbitro, é acreditar que ele está livre da estrutura racial, que ele vai dar um cartão vermelho para o racismo simplesmente porque ele viu o racismo, e ele sabe as punições que também... É uma denúncia também, o juiz também é vulnerável à estrutura, ele não está livre dessa estrutura.

Essa estrutura funciona de forma tácita, implícita e, como disse, invisível. E, no caso desse VAR do Vinicius Jr., é pior: ele foi invisibilizante propositadamente. Não foi só um elemento invisível, porque foram apagados oito segundos em que o Vinicius Jr. sofreu uma violência física. E a tecnologia apagou conscientemente, ou seja, a invisibilização do racismo, algumas vezes, é da nossa impercepção; algumas vezes, a nossa percepção apaga e legitima o racismo. Sem os oito segundos que depois foram descobertos, dificilmente nós teríamos tanta movimentação a favor do Vinicius Jr.

Próximo, por favor.

A estrutura racial é uma estrutura comandada. Ela não é uma estrutura simples, ela é uma estrutura que se movimenta em direção a um centro. E, por isso, sim, eu escolhi a palavra "eurocentrismo", e não "racismo", para falar hoje. Toda estrutura racial se movimenta em direção a um centro, que é o do homem branco. Ela se movimenta. Então, tem a tendência de a estrutura dar privilégios ao homem branco. O privilégio branco, ou seja, o racismo, acontece também no futebol; e, ao mesmo tempo, não somente no caso do Vini, mas, como sinal dos tempos, é tornado visível a partir da imprensa.

Desculpem um pouco a pressa na fala.

Agora o próximo, por favor, então.

A estrutura e o estruturalismo. O conceito de estrutura nas ciências humanas foi trabalhado já numa corrente no início do século XX. Foi muito estudado o estruturalismo e o conceito de estrutura. E o conceito de estrutura condiciona fenômenos sociais, linguísticos – como dito antes –, culturais e esportivos. Então, são condicionados por estruturas subjacentes. O futebol está montado por uma estrutura que a gente não vê. A nossa relação social está montada por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura que a gente não vê. Os nossos sentimentos estão condicionados por uma estrutura que a gente não vê. Então, o nosso grau de simpatia a um, o nosso grau de antipatia a outro, a nossa facilidade ao dar um cartão vermelho, a nossa dificuldade de defender um torcedor estão condicionados porque a estrutura – e é o que foi dito agora, de certa forma, pelo nosso colega – a estrutura do racismo é mais forte do que a estrutura de organização de torcidas.

O racismo é uma estrutura... Porque a relação estrutural também é a relação entre estruturas. Então, nesse caso, a gente também tem que organizar como essas estruturas jogam entre si. Elas são modelos de organização. Então, como a estrutura nos organiza – nos organiza a hora de fala, o tempo de fala –, se alguém se levanta diante de um crime racial de um falante neste momento, é ele que é visto como o perturbador da ordem. Então, quando o jogador de futebol se levanta contra a torcida, contra o juiz, porque houve um crime racial, é ele que é o desorganizador; é ele que está causando o caos e a confusão indesejada.

Próximo, por favor.

Então, o que é a estrutura? É um conjunto de relações entre elementos ligados por uma força que se protege. Existe uma solidariedade entre os elementos. Nós todos somos solidários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS MOREIRA – E aí eu concluo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Não, pode seguir. Fique tranquilo, é só para...

O SR. MARCOS MOREIRA – Obrigado.

Nós todos somos solidários à estrutura racial. Quando se fala em estrutura racial, muita gente vê isso como um álibi para o racismo cotidiano. Não; a estrutura racial, assim como a estrutura machista, não nos torna inocentes.

Ela nos culpabiliza no ponto em que nós todos somos solidários a essa estrutura. No momento, nós todos, negros e brancos, mulheres e homens, nós todos, quando temos dificuldade inclusive de nos defender diante de um ataque racial. A dificuldade que a gente tem de se defender diante de um ataque racial mostra o quanto a estrutura é introjetada dentro da gente. E como essa solidariedade funciona?

Obrigado.

Nós tiramos pequenas vantagens de não fazer uma denúncia, como a explicada pelo colega Marcelo. Essa pequena vantagem de ficar bem na torcida, ou essa pequena vantagem de ganhar um convite para uma fala no Senado, uma pequena vantagem de ter um cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professor são pequenas vantagens que nos colocam como solidários numa estrutura racial. E a gente tem que questionar como quebrar solidariedade. O Vinicius Jr. quebrou uma solidariedade. (*Palmas.*)

Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Prof. Marcos. Excelente, excelente mesmo sua fala!

Eu queria dizer aos demais expositores... Realmente, essa campanha estressa a gente, não é, Senador Paim? Eu fico... Toda vez que eu comando uma audiência... "Olha, fique tranquilo". Porque está indo bem, desenvolvendo o raciocínio, aí vem a campainha e "pem". Então, desculpa.

Vou passar a palavra agora para o Márcio Chagas, ex-árbitro e comentarista de futebol. Seja bem-vindo, Márcio.

O SR. MÁRCIO CHAGAS (Para expor.) – Boa tarde... Boa tarde, porque já passou do meio-dia. Boa tarde a todos.

Parabenizo a iniciativa do Senador Paulo Paim e o comando da Leila também, uma atleta a que eu acho que todos aqui assistiram bastante. Eu fui um dos que assisti bastante também, porque eu jogava basquete, então eu assistia a vôlei, assistia a todas as outras modalidades, inclusive futebol.

Então, eu vou contar um pouquinho de algumas situações que aconteceram comigo, enquanto árbitro de futebol. Eu atuei durante 15 anos, de 1999 a 2014. Fui árbitro da Federação Gaúcha de Futebol, fui árbitro da CBF, fui aspirante à FIFA. Passei por inúmeras situações de racismo dentro do futebol, inclusive com dirigentes da própria federação, da própria Comissão de Arbitragem. Na minha primeira competição como profissional, em 2004, indicado a árbitro revelação, um dos membros da Comissão de Arbitragem me chamou até a residência dele para fazer um plano de carreira, porque visualizava que eu pudesse chegar ao quadro da Fifa. E eu, inocentemente, fui até a residência dele. Ele me deu um papel e caneta e pediu para eu fazer algumas anotações. Em determinado momento, ele recolheu o papel de cima da mesa e chegou à seguinte conclusão: "Realmente, essa letra é tua. Nós estávamos em dúvida se era tu que preenchias, porque era um português muito bom e uma letra bonita". E aí, eu cheguei para ele e disse assim: "Eu sou formado em Educação Física desde 2001... (*Palmas.*)

... pós-graduado em Pedagogias do Corpo e da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; concursado, trabalho na Prefeitura de Esteio, trabalho no Grêmio Náutico União, trabalho no Colégio La Salle de Santo Antônio. Se o senhor tem dúvidas de se eu tenho condições intelectuais de redigir uma súmula, o problema está com o senhor, e não comigo". A minha letra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é bonita, porque a minha mãe é professora de português. Eu tenho intelectual, porque meu pai era um engenheiro civil. Então, eu fui incentivado a estudar. O esporte sempre esteve atrelado à minha vida. Inclusive, foi o esporte que me oportunizou estudar e concluir Educação Física. Fui um aluno bolsista no Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, um colégio metodista em Porto Alegre. Fui aluno bolsista na Universidade Vale do Rio dos Sinos, na Unisinos, onde me formei em Educação Física e, consequentemente, por ser um apaixonado por futebol, fui para o futebol também. Acreditava que o futebol seria um espaço democrático, como sempre se vendeu ao longo dos anos. E, deparando-me com essas situações, eu comecei a entender que o futebol é, sim, uma estrutura racista muito forte, muito forte. Inclusive, é uma das poucas, se não a única profissão do mundo, em que se fala em comprar e vender pessoas com naturalidade. Inclusive, partilham-se pessoas em percentuais: 50% é do empresário, 50% é do clube, 30% é não sei de quem... Então, o sujeito perde a sua subjetividade. Ele vira uma moeda de troca. E, normalmente, moeda de troca são negros e brancos pobres, porque, no contexto social, preto e branco pobre é a mesma coisa: não vale nada.

O *modus operandi* continua sendo o mesmo. São europeus que vêm para o Brasil e buscam essas riquezas, tanto no Brasil, como nos países subdesenvolvidos, assim como no continente africano. E roubam essas riquezas. A preços de banana, realmente, levam essas riquezas para o continente europeu e despejam. Não tem navio negreiro, mas tem avião negreiro.

A estrutura que a gente pode observar nos estádios, a estratificação social e racial é absurda. Quem senta na tribuna, quem senta no camarote, quem senta nas cadeiras, quem senta nas arquibancadas sociais e quem senta nas ditas populares que, estrategicamente, ficam atrás das goleiras, para não serem filmados, porque tem que passar o torcedor bonito, aquele do Facebook e do Instagram, que não é o preto e não é o pobre.

A falta de representatividade dentro desses espaços, principalmente nos cargos de poder, é algo alarmante. E trago isso por quê? Eu passei por inúmeras situações de racismo, quando eu comecei a minha fala, e uma das que ficou em evidência foi o caso de 2014, na cidade de Bento Gonçalves, quando eu fui apitar uma partida envolvendo o Esportivo, de Bento Gonçalves, contra o Veranópolis, duas equipes da Serra Gaúcha.

Eu já tinha uma tática — e o senhor conhece bem a região da Serra. Por ter feito algumas denúncias anteriores, em 2004, 2005, 2006, de 2006 a 2014, durante oito anos, por mais que eu denunciasse, encaminhasse a súmula da partida, caísse no TJD da Federação Gaúcha de Futebol, aquilo era motivo de chacota, de risada.

E, em 2014, fazendo toda a estrutura para que eu mantivesse a minha saúde mental em dia e pudesse atuar tranquilamente durante um jogo de futebol, porque quem já esteve dentro do campo, sabe que ali é um ambiente tenso e de cobrança, o tempo inteiro, eu me aquecia no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vestiário sozinho, enquanto os meus colegas brancos podiam se aquecer no gramado, tranquilamente, para evitar os xingamentos racistas. E os xingamentos racistas eram os mais pesados que vocês possam imaginar. Não era só "macaco", era "volta para a África", "volta para a selva", "escória", "lixo". E um dos que mais me dava ódio e que eu escutava frequentemente, era: "matar negro não é crime, é adubar a terra".

Então, quando a Dra. Carolina traz aqui que tem que haver uma consciência dos árbitros, concordo com a senhora em tudo. Mas, como os árbitros vão ter essa consciência, se a própria educação não é disponibilizada para todos no nosso país? Se as pessoas aí no Brasil negam o racismo como um crime existente? Se quem vai combater o racismo é punido, porque o racismo no Brasil, infelizmente, é considerado e é um crime perfeito, porque quem denuncia se torna o vilão e quem o comete acaba sendo a vítima. Então, há um processo inverso quando acontece uma denúncia de racismo. Voltando a esse caso de 2014, que eu gosto de elucidar, porque depois eu quero chegar ao fechamento desse debate, em 2014 acontece o fato, durante quatro momentos – antes de começar a partida, no final do primeiro tempo, antes de começar o segundo tempo e no final do jogo. Em todos os momentos, eu estou acompanhado da Brigada Militar, que é a Polícia Militar, que nada faz. Então, quem deveria me dar segurança e proteção simplesmente negligencia, porque são tão naturalizadas dentro do ambiente do futebol as manifestações racistas, homofóbicas, machistas, que ali... "Não dá bola para isso, isso aí não vai te afetar, porque tu vais ganhar, no final da partida, a tua taxa de arbitragem e está tudo resolvido". É como se o dinheiro resolvesse os problemas estruturais do nosso país e não resolvem.

Para minha surpresa, ao término do jogo, quando eu vou pegar o meu veículo, eu encontro o meu veículo com as portas amassadas a pontapés, cascas de banana no capô. Vou dar a partida do meu carro, ele engasga por três vezes, e caem duas bananas no cano de escapamento. Faço a denúncia pública para a imprensa, sou questionado pelo Presidente da Federação Gaúcha de Futebol naquela época, me perguntando por que eu não havia comunicado a ele antes de fazer a denúncia. Eu disse que era uma questão muito particular e individual. Ele disse que não: "Tu estás expondo o clube, a competição, o Estado e o meu amigo que é o Presidente do Esportivo de Bento Gonçalves". E aí eu pergunto a ele: "E como é que eu fico nessa história?". "Bom, vocês estão acostumados com isso. Se o problema é o teu carro, eu pago o teu carro. Tu estás fazendo uma tempestade num copo d 'água".

Então quando o Marcelo traz...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quem que era o Presidente?

O SR. MÁRCIO CHAGAS – Francisco Novelletto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Da Federação Gaúcha?

O SR. MÁRCIO CHAGAS – Federação Gaúcha de Futebol. Hoje, ele é um dos Vice-Presidentes da CBF.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, você ganhou um diploma.

O SR. MÁRCIO CHAGAS – Não um; ganhei vários. (*Risos.*)

Sim. Então eu faço a denúncia, eu sou rechaçado. Por sorte, em 2014, após esse fato ter sido veiculado, eu fui recebido pela Presidenta da República, Dilma Rousseff... (*Palmas.*)

... que, de certa forma, me deu sustentação e uma blindagem para que eu pudesse encerrar aquela competição. Eu sabia que a minha carreira tinha se encerrado, mas, de certa forma, eles ficaram com um certo receio de me tirarem do sistema. E era um desafio também individual, porque, das dez competições de que eu participei como árbitro de futebol, de 2004 a 2014, eu fui eleito o melhor em cinco – 2008, 2011, 2012, 2013 e 2014. Então era, para mim, uma disputa interna de comprovar que eu era bom o suficiente para estar ali e eu merecia estar ali, só que, mesmo com o sistema negando todas as possibilidades de me dar uma retaguarda para o enfrentamento de um crime que eu denunciei e não cometi, eu tive as portas fechadas e fiquei sozinho na luta.

Quando o Marcelo traz as dificuldades que se tem com relação a denunciar um fato, é exatamente nesse sentido, porque a gente fica sozinho, a gente não tem respaldo algum, a gente fica à deriva. Há, num primeiro momento, uma manifestação importante dos veículos de comunicação, da imprensa, mas, depois, a pessoa fica sozinha.

Então, aquelas mesmas matérias que saem em todos os jornais, em todas as revistas, em todos os *sites*, quando vão para o desfecho da situação... Parece que todo mundo sumiu.

Saí da arbitragem em 2014, aos 37 anos – para quem vai fazer cálculo: vou fazer 47 na semana que vem –, então já faz nove anos que saí da arbitragem. Trabalhei como comentarista de arbitragem na RBS TV, uma afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul, trabalhei posteriormente no canal TNT Esportes também, e hoje sou um militante ferrenho, trabalho com a Deputada Estadual Laura Sito, do PT, lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e continuo essa luta.

Continuo essa luta porque essa luta, para mim, tem um peso muito grande, muito grande porque tenho dois filhos... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando eu falo nos meus filhos... É o que me move. (*Manifestação de emoção.*)

É que as injustiças e a luta que eu tive que travar eu espero que eles não tenham que enfrentar. Por mais que eu saiba que vai ser um caminho árduo, o enfrentamento tem que ser continuado.

Outra situação em que vejo um movimento muito forte na CBF... E parabenizo o presidente, primeiro, por reconhecer sua negritude e, segundo, por estar encampando de forma ferrenha esse movimento de combate ao racismo. E realmente ele tem que fazer parte... Com racismo não pode ter jogo, não pode ter nada!

Essa mazela continua sendo muito pesada para quem sofre com isso. E o que vem acontecendo com esse rapaz, o Vinícius Júnior, na Europa, é o retrato fiel de quanto a gente é perverso ainda como ser humano, porque é um ataque constante. Eu fico imaginando a mãe desse cara assistindo às partidas, o sofrimento dela. Então, por mais dinheiro que se tenha envolvido, o salário dele, cara, ninguém merece passar por isso, ninguém merece passar por isso. (*Palmas.*)

Não tem dinheiro que compre a dignidade de outra pessoa.

Então, mais uma vez, eu gostaria de parabenizar a iniciativa. É óbvio que a gente não vai terminar com o racismo aqui, mas a gente vai refletir e vai pensar que o futebol tem um poder muito grande, porque ele consegue prender a atenção das pessoas durante 90 minutos e, se ele consegue prender a atenção das pessoas durante 90 minutos, ele pode promover boas ações, sim, de luta de combate ao racismo, de luta de combate à homofobia, de luta de combate ao machismo e a outras tantas mazelas com que a gente convive no nosso dia a dia.

Então, agradeço o convite, estou muito satisfeito. Desculpem a emoção, mas é que, quando falo nos meus filhos, fico realmente emocionado.

É isso. Estamos na luta, e é um movimento que está caminhando. Já é uma roda que vem andando há um bom tempo graças ao Movimento Negro Unificado, que faz esse trabalho de conscientização não só da geração... Se não me engano, agora – o professor pode me corrigir –, ele fez 50 anos, recentemente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRCIO CHAGAS – É, pelo menos em registro, mas eu acredito que seja muito maior essa luta.

Então trata-se de dar continuidade a essa luta do movimento negro. Que haja essa conscientização para que os clubes não pensem em seus atletas somente como moedas de troca,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, sim, na formação de cidadãos. Que haja o letramento, que haja a possibilidade de educação,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO CHAGAS – ... que haja possibilidade de escolarização, porque a escolarização é o que vai fazer com que esses atletas, esses homens... Futuramente, alguns não irão jogar futebol, mas estarão compondo os espaços como a gente está compondo aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Márcio, todo o seu depoimento, a sua história de vida.

Também não vou falar muito não, vou me emocionar. É difícil. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpa, Paim. (*Palmas.*)

Bom, vou passar a palavra agora para o Alfredo... Eu não tenho condições de falar.

Vou passar a palavra para o Alfredo Sampaio, que é Presidente da Federação Nacional dos Atletas. (*Palmas.*)

O SR. ALFREDO SAMPAIO (Para expor.) – Eu também me emocionei. É difícil de falar.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora Leila, Senador Paim, Senador Kajuru, e a todos os componentes da mesa.

Inicialmente eu queria agradecer, e muito, pela presença da Fenapaf hoje aqui nesta... Quero agradecer ao João; ao Presidente do Senado, Rodrigo, pelo nosso convite. Falo isso porque a gente não pode, como representantes da categoria, aceitar que haja discussões sobre futebol sem que os atletas e treinadores estejam inseridos. Nós não podemos aceitar.

Muitas vezes acontecem aqui em Brasília discussões sobre novas PLs, mudanças de lei, e não tem os atletas e não tem os treinadores aqui esgotando o debate. A gente só chega para apagar incêndio.

A CBF criou esse comitê e nós não estivemos lá naquele evento. Eu falei isso com o Ednaldo. Sugeri até que nós estivéssemos presentes com um representante lá dentro.

Não se pode discutir futebol sem treinador e sem atleta. Na ponta final, somos nós que fazemos o jogo acontecer. Então, eu gostaria muito de agradecer a presença da Fenapaf aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar que está presente aqui o Presidente do sindicato de Alagoas, Jorge Borsato; o Presidente do sindicato de atletas do Rio Grande do Sul, Gabriel Schacht; o Presidente do sindicato de Goiás, Júlio César; e o nosso assessor jurídico, Marcelo Jucá. (*Palmas.*)

Eles fizeram questão de vir dos seus estados para cá porque para nós está sendo um momento especial. E eu falei com o Ednaldo – respeito muito a gestão do Ednaldo porque ele está tentando mudar para melhor a CBF –, porque não existe muitas vezes respeito institucional com os representantes dos atletas.

Nós ficamos sempre à parte esperando, ou como na vez em que eu estive com a Senadora, que o Romário... Eu fui treinador do Vasco, trabalhei com o Romário, e ele nos ajudou a chegar a alguns caminhos, inclusive à Senadora.

Eu me alonguei um pouquinho nessa parte, porque para a gente está sendo muito importante estar aqui.

Sobre a questão do racismo, é muito complicado de a gente falar alguma coisa depois de tudo que nós ouvimos aqui.

É insano tudo isso, é insano.

Eu, Senador Paim, joguei na África. Eu fui atleta, joguei um ano e quatro meses na África, e eu tive a oportunidade algumas vezes de jogar em Joanesburgo, e foi na época do Apartheid. Aquilo ali – eu fico até arrepiado de falar – era um absurdo.

Então, eu acho que já está muito claro, para o universo inteiro, que existe uma covardia com os negros. Eu, como branco, não aceito isso. (*Palmas.*)

É covardia. Eu não aceito isso.

Eu vou... Como nós estamos com o tempo corrido, eu vou me ater um pouco, aqui, ao futebol.

Eu pergunto aos senhores aqui, principalmente à CBF e ao STJD: Nós queremos mesmo mudar o futebol? Nós queremos mesmo fazer, punir quem faz racismo? Nós temos coragem para isso? Essa é a pergunta que tem que ser feita. O STJD tem coragem de suspender um clube? Essa é a pergunta que tem que ser feita.

Vide o exemplo do Corinthians agora: cantos homofóbicos. Deram um jogo de suspensão. E no inciso do artigo que foi lido – art. 243, não é, Jucá? –, o inciso I diz que se houver um número excessivo de pessoas cantando cantos homofóbicos, aplique-se a pena de perda de pontos. O Corinthians tomou um jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que, nesse momento, o STJD não chegou e disse: "Está perdendo três pontos, amigo, não tem negociação". O Corinthians, não satisfeito, recorre. Ele deveria ser o primeiro a falar: "Não, legal. Em vez de me dar um, dê-me dois logo para ver se a minha torcida aprende".

Então, a pergunta é: Nós temos coragem para mudar? Quem tem a chance de ter – quem está no esporte, não estou falando da parte de Governo, porque eu sei que vocês estão trabalhando –, ali dentro, onde a gente vive... Eu comecei a jogar futebol com 11 anos no América – 11 anos. Eu tenho 65. Eu sou treinador de futebol há 35 anos, fui jogador profissional 14 anos – não fui um grande jogador, fui um operário da bola, como a gente fala –, e sou Presidente do sindicato há 35 anos. Lá a gente trabalha, é trabalho, e a gente briga pelo atleta.

Nós estamos falando aqui de racismo na série A porque a televisão mostra; na série B, C, D e nos estaduais, cadê? Quem é que fala sobre isso?

Eu sou o atual treinador do America do Rio. O America tem atletas... A maior parte do elenco é negra, e eu vejo a dificuldade dos meninos para irem – profissionais, muitas vezes – para o treino.

Nós temos que falar a verdade quando tem essas oportunidades.

Só tem uma solução: punir o clube. Eu não quero acabar com o Flamengo, eu não quero acabar com o Corinthians, eu vivi a minha vida inteira dentro de um clube, eu sei a importância de um clube na vida de um atleta. Então, eu defendo o clube. Eu como sindicalista, representante de atletas, tenho como obrigação defender o futebol como um todo, e em muitos momentos eu defendo o clube, porque o clube é importante. Agora, ele tem que ser cobrado – ele tem que ser cobrado. Nós não podemos aceitar que o clube aceite as torcidas fazerem o que fazem e simplesmente emitir nota. Não tem mais nota, não tem *hashtag*.

Empoderaram demais os torcedores. Na beira do campo, a gente fica ali e os caras ficam xingando de filho disso, filho daquilo. Isso também é preconceito. Você está na beira do campo, você tem que raciocinar 50 mil coisas para comandar a sua equipe e está o cara aqui xingando. O cara não me conhece, não sabe qual é a nossa trajetória diária e vai ali e se dá o direito de xingar.

O clube – o esportivo, não o social –, o clube de futebol vive por quê? Por causa do seu torcedor. O torcedor é fanático pelo clube dele. Então, se você quer punir o torcedor que vai lá gritar e fazer vandalismo, você tem que punir a paixão dele, que é o clube. Então, deixe o clube de fora. Dê três jogos, dê mais até que três jogos,... (*Palmas.*)

... dê três pontos. Tem-se que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um amigo gaúcho que está aqui, o Norton, me falou que aquela situação do Grêmio... Eu achei que aquilo tivesse servido como exemplo. Ele falou: "Não, já aconteceu de novo".

Então, é o seguinte: o STJD não rebaixou o Grêmio direto, mas tirou três pontos dele. E ali tinha que ser rebaixado direto, se quisesse bater forte. Mas por quê? Porque quer ser politicamente correto. Porque tem que ter todos os clubes ali, fazer toda aquela política. Então, enquanto a gente for politicamente correto, nós não vamos resolver os problemas. E é isto que tem que ser dito. Os clubes estão dispostos a brigar forte contra seus torcedores? Não estão. Eles abrem o CT para a torcida ir lá bater no treinador! Eles combinam!

Então, no nosso entendimento, só tem uma maneira, Senadora: punir o clube. E que fique bem claro: nós não queremos acabar com os clubes.

Agora, se você quer atingir os torcedores que se dão o direito de desrespeitar os profissionais que estão ali e se dão o direito de agredir os negros, que não têm diferença nenhuma dos brancos, eles têm que ser punidos. Eles têm. (*Palmas.*)

Tira três pontos! Faz como se faz com a carteira de motorista. Você não tem uma pena de cinco pontos e, depois, mais cinco? Se você chegar num nível, você vai jogar na terceira divisão. Tira três pontos hoje para o Corinthians na situação em que ele está! Ele iria ficar lá embaixo. Já está numa situação complicada. E por que não foi aplicado? Está escrito. Nós não estamos inventando nada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Alfredo, rapidinho. Desculpa.

E os clubes que bancam os torcedores?

O SR. ALFREDO SAMPAIO – O quê?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que bancam, dão dinheiro.

O SR. ALFREDO SAMPAIO – Ah, Kajuru, aí nós vamos... A gente, que está envolvido com o futebol, sabe.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein! Torcedor profissional. Ele recebe mais do que nós aqui, como Senadores.

O SR. ALFREDO SAMPAIO – Esta semana, não vou citar nome, mas alguns jogadores e alguns treinadores – eu participo da Federação Brasileira de Treinadores de Futebol também, que é composta por muitos treinadores, os principais treinadores –, eu ouvi uma conversa ali de nós unirmos atletas e treinadores para fazer um movimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO SAMPAIO – ... porque não dá. Somos nós que fazemos o futebol andar. E somos nós que somos agredidos todos os dias.

E o negro... A nossa referência é o Pelé, gente! Como é que o cara quer agredir quem faz o nosso futebol ser mundialmente conhecido?

Eu fui um pouco enfático, perdoem-me, mas é porque eu vivo isso todo dia como treinador à beira do campo. Eu vejo meus jogadores com dificuldade para ir treinar. Eu vejo os pais, as mães, os filhos... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Desculpem-me.

E aí a gente fica dependendo das pessoas que podem fazer, mas não fazem, por política, por trocas, porque não têm interesse em fazer. O poder... O Noveletto não poderia, nunca, ter falado isso para você. Qualquer outro poderia ter falado, menos ele, sendo Presidente da Federação, porque ele representa um estado, uma federação.

Então, Senador, Senadora, resumindo minha fala, eu só vejo, como um esportista, uma maneira: punir o clube. Flamengo perde três pontos, vai brigar para não descer. Se continuar perdendo, vai descer de divisão e vai jogar a segunda e vai jogar a terceira. Aí, sabe o que vai acontecer? Eu, que sou um torcedor racista e idiota – me perdoem o termo, senhores – que estou lá todo dia falando "macaco!", quando meu clube descer de divisão e perder três pontos, se eu conseguir me educar, eu vou para arquibancada; quando ele aqui gritar "macaco!", eu vou ser o fiscal dele. Eu vou ter 60 mil pessoas fiscalizando umas às outras porque o meu time vai descer.

Então, a fonte de punição, no meu modo de ver, é o clube. É uma chance que a gente tem de interromper isso, e passa pela coragem da CBF – e eu sei que o Ednaldo está mudando. Eu convivi com todos os outros presidentes e eu sei que ele está mudando – e passa pelo STJD ter coragem de aplicar a lei que já existe. É simples assim.

E ratifico: por favor Senadores, instituições, a Fenapaf representa 17 sindicatos, nós representamos a categoria e nós queremos ter voz, nós queremos ter espaço. Nós não queremos holofote, nós não queremos mordomia, nós queremos defender a categoria que a gente representa e em que eu particularmente vivo desde os 11 anos de idade. É isso.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Quero agradecer a sua presença e sua fala também, Alfredo. Foi muito pertinente e muito assertiva também.

Vou passar novamente para o Márcio. E parece também que o Aranha levantou a mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO CHAGAS (Para expor.) – Só para dar um desfecho dessa situação, eu dei continuidade e processei o Clube Esportivo de Bento Gonçalves tanto na esfera criminal como na cível, porque eu não tive apoio nenhum da federação. Na esfera criminal, foi arquivado o processo por falta de provas, porque o clube não quis entregar a pessoa envolvida; na esfera cível, depois de cinco anos... Eu processei o clube em 2014, o caso teve o encerramento em 2019, e o valor R$15 mil. Quinze mil reais não pagaram nem metade das terapias que eu faço até hoje. Então, para vocês terem uma noção do quanto é difícil esse enfrentamento e de como a Justiça também tem que mudar – e urgentemente – quando acontecerem esses casos, porque a saúde mental vai para o espaço. Então, era só para dar um desfecho porque, de repente, ficou a dúvida: "Ah, mas e aí? Deu continuidade?" Dei. Dei continuidade.

Na esfera esportiva, infelizmente, no próprio TJD, a Federação Gaúcha de Futebol, na segunda audiência, o advogado teve a petulância de dizer que chamar um negro de macaco não seria ofensivo porque eles estão acostumados com isso. Agora, deparar com um veículo com as portas amassadas a pontapés isso, sim, é doloroso para um homem, conforme a propaganda dos postos Ipiranga, porque brasileiro é apaixonado por carros. Eu estou reproduzindo isso fidedignamente, porque foi o que eu ouvi. Quando eu escuto isso, eu levanto, porque eu não sou sangue de barata – óbvio que eu ia quebrar a cara dele, mas um amigo meu que estava comigo me segurou e disse "vamos embora daqui, porque isso aqui não é sério". E realmente não é sério. Então, a gente tem, através do futebol, de fazer uma mudança estrutural na nossa sociedade.

E manda um recado para o Presidente lá: que a gente conta muito, principalmente o movimento negro, com o apoio dele, para que a gente faça essa transformação.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós agradecemos a presença dos participantes dessa terceira mesa: Marcelo Carvalho, Marcos Moreira, Márcio Chagas e Alfredo Sampaio. Mais uma vez obrigada, em nome Senado Federal e do nosso Presidente Paulo Paim.

Convoco agora a quarta mesa: André Luiz dos Santos Alves, Gerente Jurídico de Futebol da SAF Botafogo; Cleomar Marques de Paula, Vice-Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas; Arlete Mesquita, Vice-Presidente da Comissão de Direito Desportivo do Conselho Federal da OAB; e também o Senador Jorge Kajuru.

Passando a palavra agora para o Presidente da nossa Comissão, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas agora à nossa brilhante Presidenta aqui, a Senadora Leila. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ficar aqui. Fique aqui.

Senador Kajuru, sente aqui, ao meu lado, por favor.

Com a volta do Senador Kajuru, Vice-Presidente da Comissão de Esporte, nós vamos, de imediato, à quarta mesa: André Luiz dos Santos Alves, Gerente Jurídico de Futebol da SAF Botafogo.

André, obrigado. A bola é sua.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS ALVES (Para expor.) – Obrigado.

Sr. Senador Paulo Paim, demais presentes, inicialmente, é um prazer estar aqui representando a SAF Botafogo. Levando em conta que fizemos também... Quero fazer menção aqui ao convite que nós recebemos da parte do Sr. Felipe Cavalcanti, do Comitê Brasileiro de Clubes, que, infelizmente, não pôde estar presente, mas ressaltou a importância da presença de representantes dos clubes. O Botafogo recebeu com muita alegria, com muita satisfação o convite e fez questão de estar presente. É interessante nós trazermos também um pouco da visão de dentro dos clubes, mostrar a preocupação que nós temos, de maneira geral, com assuntos tão em voga na sociedade, enfim, principalmente com relação ao racismo, que é o objeto principal aqui das nossas discussões.

Como todos nós sabemos, o Brasil é um país extremamente diverso, com muitas diferenças sociais, raciais, e isso inevitavelmente acaba impactando no futebol e no trabalho cotidiano dos clubes. O Botafogo tem a preocupação, sempre teve a preocupação de primeiramente formar cidadãos. Todos nós sabemos que atletas de futebol profissionais, no caso... Raros são os atletas que vingam, que se tornam jogadores profissionais. Então, antes de qualquer coisa, o clube, na formação do jogador, tem que se preocupar com a formação do cidadão. O jogador, enquanto participante de uma sociedade, amanhã, pode não virar um atleta profissional, mas fatalmente será um cidadão e terá que exercer a sua cidadania, atuar de forma ativa na sociedade, ser uma pessoa de bem e que cumpra com as suas obrigações enquanto cidadão.

O Botafogo, entendendo o esporte como um dever constitucional do Estado – ele entende que o futebol, sendo um esporte, é muito importante na inclusão social porque facilita, auxilia o Estado nesse quesito... Muitas vezes o atleta ou a atleta não consegue uma ascensão social através do estudo, através do trabalho – vamos dizer assim – mais corporativo, mais ligado a empresas e outras áreas, mas o esporte acaba abraçando essas pessoas que não têm esse tipo de acesso.

E, inevitavelmente, sendo o Brasil um país extremamente plural e com muitas mazelas, o esporte, o futebol, acaba abraçando essas pessoas que não têm tanto acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa é uma preocupação muito grande do Botafogo. Eu posso dizer, pelo Botafogo, por conta do meu trabalho, enfim, que diariamente nós temos essa preocupação de levar aos atletas e às atletas condições de se desenvolverem enquanto pessoas. Isso, no nosso entender, é o principal.

Inclusive, acredito que, no último mês de março, nós firmamos uma parceria com uma grande rede de ensino do Rio de Janeiro, para que a gente possa disponibilizar para os atletas das categorias de base bolsas de estudo para ensino fundamental e médio, incentivando, portanto, que esses atletas permaneçam nos bancos escolares, porque, mais uma vez, um atleta pode vingar, ele pode se tornar um atleta profissional, e, ainda que não vingue, ele tem que ser uma pessoa formada enquanto cidadão.

O Botafogo tem desempenhado, nos últimos anos, uma batalha muito forte contra o racismo. Foi extremamente enfático nas últimas colocações, principalmente em função do que ocorreu com o Vinicius Jr.

Coisa de dois anos atrás, nós fizemos uma campanha específica, alusiva ao Dia da Consciência Negra. Nós fizemos uma camisa do Botafogo cujas listras se transformaram em gráficos. E essas listras indicavam percentuais, números, todos relacionados às mazelas que o racismo acaba causando para a sociedade de modo geral. E a camisa foi um sucesso muito grande – tanto de vendas quanto de repercussão pela mídia, pelas redes sociais – justamente por ser uma situação diferente e, ao mesmo tempo, mexer em algo tão difícil de ser mexido, que é a camisa de um clube, porque isso tem que passar por tantos poderes, tantos conselhos, e, nesse caso, não teve nenhum tipo de problema de se fazer isso, porque todo mundo comprou esse compromisso de expor a preocupação do Botafogo, como um todo, com relação ao racismo.

Entendo, no caso, que os clubes têm um papel fundamental no combate ao racismo. A grande maioria, hoje, dos atletas e das atletas são de origem negra, de raça negra, e de origem pobre, pessoas de origem humilde. E os clubes precisam abraçar a causa justamente para levar a esses atletas e a essas atletas um pouco mais de conforto e de condições para que possam desempenhar suas funções de atletas.

Hoje, nós temos categorias de base tanto feminina quanto masculina, e o cuidado que nós temos tido é basicamente o mesmo por conta justamente disto: de trazer tanto aos negros quanto às mulheres um ambiente um pouco mais receptivo, menos segregador, combatendo o racismo, combatendo qualquer tipo de discriminação, seja homofóbica, seja em relação à cor. Inclusive, temos hoje...

Também fizemos campanhas alusivas às mulheres, de conscientização, pela inclusão das mulheres no futebol, seja como atletas, seja como torcedoras. Enfim, todo um trabalho, todo um plano de fundo tem sido assumido pelos clubes, principalmente no caso, posso dizer, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Botafogo, justamente para que essas questões sejam menos presentes no nosso cotidiano, que essas mazelas sejam cada vez menores até que sejam realmente extintas. Estamos num caminho ainda muito longo e árduo, mas que inevitavelmente deve ser enfrentado. Todos nós precisamos enfrentá-lo.

É basicamente isso. Entendo que essa abordagem, essa preocupação com relação, principalmente, ao racismo, que é o objeto da audiência, é válida, é muito importante. Temos que acabar com esse tipo de coisa, de uma maneira geral, na sociedade, em especial no futebol, como estamos dizendo hoje. E, assim, nós vamos conseguir, além de transformar em um futebol melhor, receptivo, mais igualitário, mais acessivo, transformar a sociedade, de um modo geral, em uma sociedade mais igual, respeitosa para que as pessoas que desejam entrar para o mundo do futebol possam ter o mesmo tipo de acesso, o mesmo tipo de preocupação e de receptividade por parte dos clubes, por parte de todos os que atuam, militam na área, sem qualquer tipo de discriminação, sem qualquer tipo de diferença de tratamentos.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, André Luiz dos Santos Alves, Gerente Jurídico de Futebol da SAF Botafogo, pela sua exposição e pelas campanhas que o Botafogo já fez e que você aqui relatou.

Nós estamos no horário agora.

Então, concedo a palavra ao Cleomar Marques de Paula, Vice-Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas, por dez minutos, com mais cinco.

O SR. CLEOMAR MARQUES DE PAULA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Na pessoa do nosso Senador Jorge Kajuru, que representa o meu Estado de Goiás, cumprimento toda a mesa.

Bem, eu vou ser bem rápido aqui. Nós já tivemos aqui o representante Régis, nosso Diretor. Eu vou falar um pouquinho da proposta da Anatorg e vou fazer alguns comentários aqui, passando um pouco da experiência em cima do que foi dito.

Primeiramente, é um fato inédito, como foi dito pelo nosso amigo Ricardo, da CBF, a Anatorg hoje faz parte do grupo de trabalho de combate ao racismo e violência. Esse grupo está subdividido, como foi bem-dito aqui a todos, em vários setores. E a proposta da Anatorg é levar ideias, levar sugestões para todos esses grupos, a experiência ali da arquibancada, vivida pelos torcedores. Consequentemente, a Anatorg hoje está com mais de 160 torcidas organizadas filiadas à nossa associação, o que representa algo em torno de 2 milhões de torcedores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a proposta da Anatorg é bem simples, não tem nenhuma receita, não tem nada aqui de mirabolante. Hoje nós temos aí 2 milhões de torcedores, mais de 160 torcidas, todas essas torcidas possuem suas sedes, e para todas essas torcidas já existe uma estrutura de palestra, de reuniões em bairros, em periferia. E a nossa proposta é bem simples e vem ao encontro.

A partir do momento em que esses grupos, todos esses grupos de trabalho, determinarem essas ações, esperamos que essas ações não fiquem apenas em peças de publicidade, não fiquem ali na transmissão na Globo, não fiquem em *outdoor*. Então, que sejam repassadas. A Anatorg está propondo que essas campanhas sejam levadas à sede dessas torcidas organizadas, à periferia, de onde esses torcedores organizados, na sua grande maioria, são oriundos.

Por que a gente fala isso? Pela nossa experiência, estou há 35 anos nesse movimento. Isso só vai mudar pela educação, pela formação. Se hoje essas propostas contra o racismo e qualquer outro tipo de preconceito estiverem concretas e definidas, nós temos que trabalhá-las – e nós temos que fomentar a CBF, que é dona do campeonato, as federações, que são donas dos campeonatos regionais.

E os clubes, que são os responsáveis pelo espetáculo, têm que participar. Hoje nós vimos várias campanhas que não chegam ao torcedor – não chegam ao torcedor. É aquela questão que está ali na arquibancada, num telão, num *outdoor*, é uma coisa muito supérflua. Então, acho que essas campanhas têm que entrar para dentro das torcidas organizadas. É isso que a Anatorg propõe. E que tenha verba da CBF, dos clubes, das federações para ser executado isso.

Mas como é que vai ser feito isso, Cleomar? Isso vai ser feito a partir do projeto que esses professores, essas pessoas estão elaborando. Agora, que seja de formação e capacitação dessas lideranças na torcida. Eu vou citar um exemplo do nosso Estado de Goiás. Nós temos um projeto-piloto lá que já foi executado e estamos reativando, que é uma palestra das três torcidas organizadas do estado indo ao colégio dessa criançada de 12 anos e 13 anos, e falar de violência do futebol e falar que a essência da torcida organizada não é a violência, mas, sim, o apoio ao clube. Por que não nós termos essas lideranças preparadas para estar falando do racismo, da homofobia, de qualquer outro preconceito? Então, as torcidas organizadas têm esse material humano, elas têm a capacidade de chegar em qualquer bairro de qualquer cidade, de qualquer periferia, de qualquer comunidade, de qualquer favela. Nós temos essa condição de chegar.

Então, a Anatorg propõe que as torcidas organizadas sejam parceiras desses projetos, não só do da CBF, que está sendo elaborado, mas sim do poder público também. Do poder público, nós vimos muitos projetos, vimos muitas leis, mas não chegam lá, na base, não chegam lá embaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então acho que é essa a proposta principal da Anatorg especificamente a esses projetos que estão sendo elaborados na CBF e junto ao Ministério dos Esportes, porque nós estamos aqui também buscando essas parcerias para esses projetos para a gente levar para a massa, levar para o torcedor lá embaixo, em todas as bases do torcedor.

Como foi dito aqui, a nossa base de torcedores é de periféricos, jovens em torno de 22 anos, 23 anos, em média, com ensino médio. Então, essa é a nossa base. Não vai se ver a nossa base de torcedores em cadeiras, não vai se ver a nossa base de torcedores em camarotes e muito menos nessas áreas VIPs, não é? Nós somos a base, ali da arquibancada.

Dito isso, essa questão eu acho que passa por aí, e a Anatorg está disposta a pôr esse exército – nós temos esse exército de torcedores – para a gente elaborar, correr atrás, executar esses projetos.

Dito aqui agora isso, tenho algumas anotações – são três anotações básicas, acho que estou com o tempo tranquilo – sobre a punição coletiva. O nosso estudioso aqui, de quem eu sou fã, o Marcelo, falou muito aqui da questão da punição do clube. Seria a solução a punição do clube? Eu acho que seria... eu não sei, porque as torcidas organizadas, desde 2013, estão sendo punidas coletivamente pela violência, e não parou a violência. Então, às vezes, muitas autoridades não investigam quem cometeu o ato, não vão a fundo, não investigam quem cometeu o ato e punem a coletividade. Então, esse é um exemplo aqui, não resolveu esse problema.

Acho que tem que ser um conjunto de fatores para chegar, mas o primordial é individualizar esse crime, pegar aquele indivíduo para ele ser exemplo, e não ser a torcida X, a coletividade. Por exemplo, foi o José, foi o Pedro, foi a Maria, foi o Antônio quem cometeu o racismo, foi ele quem cometeu a violência, foi ele quem cometeu o preconceito. Eu acho que esse é um dos primeiros passos. Aí, sim, nós podemos dar mais passos nesse conjunto, viu, Marcelo? Acho que é por aí também, tenho esse entendimento seu.

O Presidente do STJD comentou sobre a questão das multas, sobre racismo, violência no futebol. A Anatorg já fez essa proposta muitos anos atrás, há cinco ou seis anos, numa audiência pública aqui e me chamaram de meio louco. Então, agora, por que essas multas altíssimas não são revertidas em projetos? Por que não se obriga o clube a fazer esse projeto? Essas multas, para quem não sabe, se é um jogo do brasileiro, vão para a CBF; se é um jogo do campeonato regional, essa multa vai para a federação goiana, e não tem uma fiscalização sobre para onde vai esse dinheiro.

Então, se um clube é multado em cem mil, 200 mil sobre racismo, esse clube tem que investir isso em educação para o seu torcedor. Não tem que ir dinheiro para a CBF, não tem que ir dinheiro para a federação. Se o clube é multado em cem mil sobre violência isso tem que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revertido no combate... à sua torcida, ao seu torcedor, e os clubes tem que entender o seu torcedor, os clubes hoje têm esse preconceito, os clubes hoje estão elitizando o futebol brasileiro, pobre não vai em jogo mais e está caminhando para isso.

Agora, essa observação, a Anatorg luta por isso, e eu acho que tem que ser dessa forma. Está aqui o Presidente do STJD. Eu acho que na hora em que for multado por racismo tem-se que obrigar o clube a fazer campanhas, divulgar essas campanhas e mostrar que está sendo feito isso seja na periferia, seja no seu estádio. Eu acho que é por aí.

E digo mais ainda, e digo mais – digo mais –, por que não todos os clubes que pegam esse dinheiro da Rede Globo – hoje são R$2 bilhões, quase R$3 bilhões – não serem obrigados a destinar 0,5%? Já pensaram o que seria isso? Meio por cento de cada clube no combate à violência, ao racismo, ao preconceito. Se cada clube destinasse esse dinheiro, que vem do seu torcedor, vem de *pay per view*, vem de audiência TV, vem de nós torcedores... É pensar muito 0,5% disso ser revertido para o combate ao racismo, ao preconceito, à violência? Não é, é muito simples, basta querer.

Então, acho que a gente tem que ter esses debates, é muito importante estar aqui – a Anatorg é a segunda audiência pública que está aqui. Como disse o Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEOMAR MARQUES DE PAULA – ... da Federação dos Atletas, eu acho que não se pode discutir futebol sem seus torcedores também.

É isso que eu queria passar, dizer que a Anatorg está para somar. A gente sabe da dificuldade que as torcidas organizadas têm, dos problemas que têm, mas, especificamente sobre o racismo, acho que a gente pode somar muito nesse aspecto aqui, colocando todas essas lideranças nossas de todo o Brasil para executar esses projetos, tanto da CBF, dos clubes e também do poder público. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Cleomar Marques de Paula, que falou de forma muito contundente que as luvas deviam ir para a reeducação, para investimento nas políticas de combate ao racismo e aos preconceitos.

O SR. CLEOMAR MARQUES DE PAULA – É porque, Senador, acho que é muito mais fácil você educar essa geração...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEOMAR MARQUES DE PAULA – ... do que querer reeducar alguém que já está numa cultura de machismo. É muito mais fácil você educar uma criança do que você mudar uma pessoa adulta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a educação que liberta, sem sombra de dúvida. Esse foi Cleomar Marques de Paula, Vice-Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas.

Por fim, encerrando nossos trabalhos – depois falarão ainda aqui os nossos convidados que estão na mesa –, eu registro a presença do grande Senador Styvenson, sempre apoiando a Comissão de Direitos Humanos... (*Palmas.*)

... e que fez questão de estar aqui nesse encerramento. Depois ele vai abrir, a partir das 14h10, o Plenário e nós estaremos lá com ele.

Arlete Mesquita, por favor.

Arlete Mesquita é Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direito Desportivo do Conselho Federal da OAB.

A SRA. ARLETE MESQUITA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Eu quero iniciar agradecendo o João Rafael e, na pessoa dele, o nosso Senador Rodrigo Pacheco; os nossos Senadores aqui da mesa: o Paim, o Kajuru e a Senadora Leila.

E aqui eu preciso registrar, Senadora, que eu estou emocionada também. Por quê? Porque pego aqui carona na fala do Márcio para dizer que, lá atrás, eu fui uma sonhadora de ser atleta do vôlei, e como tal era apaixonada pela jogadora Leila, Vera Mossa, Ana Moser, Isabel, e assim...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Você e o mundo, não é? Você e o mundo.

A SRA. ARLETE MESQUITA – É, eu e o mundo, nessa corrente positiva que eu acho que foi o voleibol, trazendo o esporte para as nossas vidas.

Então, não consegui ser atleta profissional, mas consegui estar inserida profissionalmente no mundo dos atletas e no mundo do esporte. E trago aqui o abraço do nosso Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, e do meu Presidente da minha Comissão, que é a Comissão Nacional de Direito Desportivo, Paulo Salomão, para dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil é uma entidade hoje que congrega mais de 1,4 milhão de profissionais neste nosso país continental. Todas as nossas seccionais possuem a Comissão Especial de Direito Desportivo. Compreendemos a importância do esporte, seja na formação, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificação e na construção de uma sociedade melhor, com princípios de ética, com princípios de proteção e, sobretudo, com o princípio de semelhança, que é enxergar no outro a nossa semelhança.

Eu estou, diante de tudo que nós ouvimos aqui, muito confiante com a Lei Geral do Esporte.

Outro dia, falando sobre ela, eu disse que a nossa Relatora foi muito feliz. E eu sintetizei, porque às vezes as pessoas pensam, poxa, mas é uma lei enorme, mas teve muitos vetos, enfim, eu disse, olha, vamos pegar o que há de fundamental nessa norma, que eu vou sintetizar em três palavrinhas, que são *compliance*, integridade e governança. Por quê? Porque se cada um de nós, atores desse mundo que é o mundo do esporte, assimilarmos isso, nós teremos doravante uma nova realidade.

Essa nova realidade que se apresenta com a lei geral, de transparência, de governança e de integridade traz a cada um de nós, sejam aqueles que vão exercer aquelas atividades específicas, seja o atleta de base, o de excelência ou aquele considerado de esporte para a vida toda, cada um de nós vai trazer essa responsabilidade e o cuidado de cuidar de gente, porque, quando nós cuidamos de gente, nós vamos reconhecer, cada um de nós e cada um daqueles que nos permeiam, a nossa responsabilidade quanto ao fim da violência, seja ela qual for.

E, na atividade em que mais atuo, que é o futebol, é preciso a gente caracterizar dois tipos de violência: a violência da atividade em si e essa outra violência estrutural, em que está inserido o racismo. E a outra violência específica, por assim dizer, que são aquelas que vão ser praticadas por aqueles que praticam qualquer das modalidades que nós temos, que estão no futebol, por exemplo, tem temas caros, que às vezes, vão redundar nessa outra violência estrutural, que são o *doping*, a manipulação de resultado e as condutas típicas dos atletas profissionais de futebol, seja do masculino, seja do feminino, ou seja, essas outras naturezas de violência podem implicar e gerar as violências estruturais.

E essas violências estruturais, hoje nós estamos tratando especificamente do racismo, que é caro, não só ao esporte, mas sobretudo, às pessoas. E esse ambiente de proteção às pessoas é essencial e fundamental no esporte. Não combina, não combina.

Então nós, atores... E aqui eu quero trazer também a minha experiência, Senadores, porque, graças aos atletas brasileiros, eu pude estar, durante quatro anos, no Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, inspirada, Senadora Leila, em mulheres valorosas como a senhora. Estive lá num ambiente masculino e, nesse ambiente, eu pude exercer com tranquilidade o meu ofício durante esses quatro anos, sem qualquer interferência, de acordo com as regras do Código Brasileiro de Justiça Desportiva e as situações trazidas nos respectivos processos. Então, ao julgador não é dado aplicar o artigo isoladamente; Nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer a realidade processual. E aí o Dr. Perdiz disse muito bem, quando ele apontou que um processo precisa ser analisado e aquilo precisa estar efetivamente demonstrado.

Então, tenho orgulho também de dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil, Senador Paim, integra este grupo de trabalho sobre violência e racismo, construído pela Confederação Brasileira de Futebol. Ao participar desse projeto – e aí todas as vezes é importante nós dialogarmos e falarmos sobre isto –, nós vamos construindo outra realidade, nós vamos trazendo patamares e níveis que nós podemos, ou não, tolerar no esporte brasileiro.

E um dos itens fundamentais que nós precisamos manter dentro do esporte, seja ele de alto rendimento, seja já na literatura da nova lei, no esporte de excelência, é em relação a todos os atos necessários para mitigar essa violência, especialmente o racismo. Todos os envolvidos – e a Ordem dos Advogados do Brasil, por ser a maior entidade, a que congrega a maioria em seus quadros, uma entidade civil com mais de 1 milhão de integrantes – temos essa responsabilidade sobre os três eixos. E é assim que a gestão do Beto Simonetti se mantém, com prerrogativas, interiorização e valorização da mulher contra toda e qualquer forma de assédio, que pode ser o assédio moral ou sexual, mas o racismo vem como um assédio velado, e aqui hoje nós vimos como isso pode se dar.

Quando nós falamos em prerrogativas, nós falamos sobretudo em cidadania. Então nós precisamos, cada vez mais, nos aproximar dessas causas sociais, para que a nossa sociedade possa se engrandecer. O esporte é educação. E aqui eu me senti em uma Casa, em um ambiente de pertencimento, porque experiências minhas e experiência como a do Márcio fazem com que nós tenhamos aqui a prova viva – não é, Márcio? – de que o esporte constrói, de que o esporte aproxima e de que, sobretudo, tem o papel fundamental de trazer educação a este povo maravilhoso, que é o nosso povo brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vice-Presidente da Comissão de Direito Desportivo do Conselho Federal da OAB, que, com brilhantismo, encerrou os nossos trabalhos, representando, nessa última fala, todos os nossos convidados.

Eu pergunto, Senador Styvenson, se V. Exa. gostaria de usar a palavra? (*Pausa.*)

Ele agradece em nome do horário.

Mas o goleiro Aranha usou só três minutinhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso. Então, eu vou dar a palavra para o goleiro Aranha neste momento, um dos nossos atletas, e depois a Senadora Leila e o Senador Kajuru fazem as considerações finais e nós encerramos.

Por favor, goleiro Aranha.

O SR. MÁRIO LÚCIO DUARTE COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado mais uma vez pelo espaço. Eu ouvi atentamente todos os participantes e confesso que fiquei bem animado, bem entusiasmado, mas eu não poderia deixar de dizer algumas coisas. Primeiro, que é preciso a gente ter conhecimento profundo sobre o esporte, então é preciso ter pessoas do esporte; e também conhecimento profundo sobre o racismo, para que a gente possa ter algum tipo de avanço nessa jornada.

Também gostaria de dizer que quem se espanta com o racismo no futebol é porque não conhece a sua origem, não conhece a sua história, assim como muitas pessoas se espantam com o racismo no Brasil por não conhecerem a história do Brasil. Muitos negros não conhecem a própria história, não conhecem a história do Brasil, a história real, de uma maneira mais justa.

E eu não posso deixar também de ressaltar aqui que, para o racista se manifestar num estádio, num ginásio, seja em qualquer lugar, ele precisa de duas coisas: estar seguro da sua integridade física– lógico –; e confortável, no sentido de que ninguém vai apontá-lo, acusá-lo, vaiar aquela atitude. Então, quando ele se sente confortável e seguro, aí a chance de ele se manifestar é muito grande.

Para finalizar o que eu pensei aqui nesse período todo, é sobre a importância da mídia e dos jogadores. Eu acho que esses dois personagens podem fazer a maior diferença ou a total diferença nessa luta, porque tanto a mídia quanto os jogadores profissionais têm o poder, conseguem influenciar um menino a exigir, a conseguir dos pais, muitas vezes, uma chuteira que custa mais do que o salário mínimo, conseguem influenciar o menino a mudar o corte de cabelo, a fazer tatuagem, a usar um estilo de roupa, até a forma de andar. Então eles têm o poder de influenciar de maneira positiva no caráter e na formação desses jovens, lembrando que os ídolos de amanhã são os jovens de hoje. Se a gente quer ter ídolos mais capacitados, com um bom discurso, passando uma boa imagem, a gente precisa cuidar dos jovens hoje.

Então, era o que eu queria passar aqui, nesse pouco tempo, e agradecer mais uma vez pelo espaço e pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, goleiro Aranha, que deu o recado final perfeito, na dimensão do que foi a audiência pública de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, eu passo a palavra à nossa querida Senadora Leila Barros, para as suas considerações finais; em seguida, ao Kajuru, e nós encerramos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Só quero agradecer mais uma vez ao Senador Paim e também ao Senador Rodrigo Pacheco a oportunidade de trocarmos ideias, vivências, experiências.

Peço desculpas pela minha emoção. Eu acho que, enquanto eu estiver na política e ainda me emocionar e me indignar com certos fatos, isso é combustível para mim, para que eu possa me manter firme no meu objetivo e na minha missão. Então, quero agradecer ao Márcio e a todos vocês que trouxeram aí as suas contribuições, entendendo hoje a nossa posição enquanto legisladores, o nosso compromisso de reforçarmos mais. Claro, tem punições, tem isso, mas tudo isso passa realmente por uma educação. Para onde vão ser destinadas, digamos, essas multas? Para a educação dos que virão? Para a torcida? Enfim, nós realmente precisamos, dentro da Casa, criar mecanismos que, de fato, façam a mudança da cultura. Aqui – já falei – estamos conversando especificamente sobre uma modalidade, mas a xenofobia, o racismo, a homofobia, a misoginia existem em todos os espaços deste país. E nas arenas esportivas, eles não estão restritos apenas aos estádios, Senadores. Então, este é um momento em que a gente pode compartilhar isso.

Quero agradecer a fala da Dra. Arlete, quando fala da Lei Geral, da qual eu me orgulho muito. Existem os vetos, sim, mas existe hoje um sistema, existem as atribuições de cada ente federado, existem punições severas a esses tipos de crimes de preconceito. Quer dizer, temos avanços e vamos continuar lutando. Uma lei, todos vocês que são do Poder Judiciário sabem, é estartada, é feita, mas, ao longo dos anos, pelas experiências, ela vai se aprimorando. E o intuito nosso com a Lei Geral é este: ela não vai ser perfeita, ela não vai atender a todos, mas nós estamos aqui...

Eu, como ex-atleta, falo muito para as pessoas: "A gente sai do esporte, mas ele não sai da gente". E eu sou muito grata ao esporte por tudo o que ele me ensinou. Na política nem sempre a gente tem uma coisa que é fundamental no esporte: o *fair play.* Por mais que não seja perfeito o jogo limpo, por mais que às vezes ele não exista, dentro da nossa essência ele está ali, ele está fortalecido, ele está como um pilar, e é assim que eu trago para a política esse pilar, que é fundamental para mim.

Que venham outras oportunidades, mas eu saio, assim, extremamente feliz, porque agora nós estamos unindo, de repente, as pontas para podermos juntos...

Aí já agradeço também a presença da CBF, porque tivemos outras audiências aqui em que não tivemos, assim, a presença da entidade, CBF...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É, sem o medo do julgamento.

Eu acho muito importante nós unirmos essas pontas para que, de fato, façamos a mudança que queremos para o país enquanto sociedade, e para o nosso setor, que é o esporte, enfim.

Agradeço a todos vocês pela presença.

Parabéns, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Senadora Leila Barros! (*Palmas.*)

De imediato, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – A melhor forma de cumprimentá-los, todos e todas presentes, com o desejo sincero de Deus e saúde, em especial pelo conteúdo de cada um que aqui falou, que aqui apresentou os seus argumentos, as suas propostas...

Eu vou ser rápido, porque é muito difícil falar depois da Leila. Aliás, se eu pudesse conversar com Deus, eu só faria uma reclamação para ele: "Deus, por que você não deu a Leila para ser minha filha?". Eu queria ter uma filha dessas!

Mas, por falar em Deus, eu acredito em outra vida. Certamente, para mim, existe outra vida. E esse homem aqui é tão privilegiado, tão especial, esse brasileiro raríssimo chamado Paulo Paim, que conheceu pessoalmente o maior ídolo de toda a minha vida, que se chama Martin Luther King. Para mim, como existe outra vida, ele, lá de cima, assistiu a esta nossa audiência pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Kajuru é brilhante sempre!

Quero só atender o pedido de um cidadão que está no Plenário. Ele não pediu a palavra, mas pediu que eu registrasse o nome dele: Alex Minduín, Coordenador-Geral da Secretária Nacional de Futebol e Direito do Torcedor, é Diretor-Adjunto do Sport Club Corinthians.

Está registrado, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero agradecer aos Senadores que estiveram aqui presentes: Senadores Styvenson Valentim, Leila Barros, Jorge Kajuru, Damares Alves e Romário, que participou virtualmente.

Eu gostaria, no encerramento, já que não pude dar a palavra de volta a vocês, de citar um por um – estão nos pressionando, e o Styvenson já foi para o Plenário. Eu queria agradecer a todos vocês, a todos e todas que usaram, neste dia, aqui, este espaço de fala, como a gente fala, para falar sobre o racismo, falar de esporte, falar do futebol e falar da importância desta luta de todos nós. É um combate que faremos sempre.

Eu cheguei ao Congresso na Constituinte. Com este mandato, vão ser 40 anos; entrei aqui e nunca saí. E vou dizer para vocês – e todos sabem que eu procuro ser muito, muito verdadeiro –: esta foi uma das audiências públicas mais importantes que esta Comissão de Direitos Humanos realizou, pela capacidade, pela coragem dos senhores e das senhoras, pelo conteúdo, pela sabedoria. E eu entendo que aqui nós demos um salto de qualidade na luta contra o racismo, e não só no futebol, em todas as áreas.

Eu quero só terminar dizendo, de coração, que é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Leila Barros, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 46/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater, "O Marco Temporal: reconhecimento, demarcação e o uso de terras indígenas". **Participantes:** Maurício Terena, Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Andréa Zhouri, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA; Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do MMA; Felipe Costa Albuquerque Camargo, Advogado na Ferraz Advogados Associados; Eunice Kerexu, Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas; Deputada Federal Célia Xakriabá, Deputada Federal; Aléssia Bertuleza Tuxá, Advogada - Defensora Pública; Eriki Terena, Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas – FPMDDPI; Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário Executivo do Conselho Missionário Indigenista – CIMI; e Deputada Federal Fernanda Melchionna, Deputada Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Faz uso da palavra a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 46, de 2023, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema "O marco temporal: reconhecimento, demarcação e o uso de terras indígenas".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Como é de praxe, os nossos convidados estão chegando. A gente sabe que a dificuldade é enorme, principalmente para os povos indígenas, mas eles estão se apresentando na portaria, estão todos chegando. Já estão aqui conosco três painelistas, um virtualmente e dois presencialmente.

Eu farei a fala da Presidência da Comissão. Então, neste momento, eu, Senador Paulo Paim, falo na abertura dos trabalhos.

Há 267 anos, no extremo sul do Brasil, o Cacique guarani Sepé Tiaraju, que numa parceria com o Deputado Marco Maia... Ele apresentou na Câmara, e eu apresentei no Senado, o projeto dele foi aprovado, veio para cá, ele pediu e eu relatei. Sepé Tiaraju está entre os heróis da pátria.

Pois bem, nessa data, como eu dizia, há 267 anos, no extremo sul do Brasil, o Cacique guarani Sepé Tiaraju bradou heroicamente contra os invasores: "C*o yvy oguereco yara*", ou seja, "Alto lá, essa terra tem dono!". Na serra do Batovi, a lança dos invasores, outorgada pelo Tratado de Madrid, atingiu o peito de Sepé Tiaraju. Ele tombou, suas lágrimas criaram rios de águas cristalinas, puras, mágicas. "C*hereça i apacui*, *chereça i apacui*", "rio de lágrimas que verti, rio de lágrimas que verti". O seu martírio cruzou gerações, escreveu história, eternizou-se nos cantos populares. Continua vivo e representativo mais do que nunca. A luta de ontem é a resistência de hoje.

Há 523 anos, os invasores chegaram por aqui, vieram do além-mar em grandes embarcações; distribuíram espelhos, machados, facões; fizeram trocas; levantaram cruzes; levaram o pau-brasil para atender a demanda financeira dos europeus. O realismo de Renato Russo, inesquecível, assim descreveu: "Mas nos deram espelhos. E vimos um mundo doente". A ganância, a falta de humanidade, a brutalidade, a raiva, o estupro, a doença, o sangue, a morte. Há 523 anos, o povo indígena é massacrado, suas terras foram roubadas e continuam sendo; florestas derrubadas, rios contaminados, garimpo ilegal, o agrotóxico, o saque pelo aculturamento.

No coração da Amazônia se dá uma terrível ação contra os direitos humanos. Creio ser premeditado. É o extermínio que muitos querem dos povos indígenas, uma crise humanitária incalculável contra o povo ianomâmi, típica de exércitos globais de extermínio. Sempre e sempre vamos lembrar o assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips; sempre lembraremos o assassinato de Galdino, Simão Bororo, Xicão Xukuru, Dorvalino, Marcos Veron e tantos outros mártires. Veio-me, à mente, a luta incansável dos povos krahô e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canela para defenderem o seu território. No Sul, lembro-me dos charruas que foram vitoriosos. Esta Comissão, em que eu era Presidente de direitos humanos, aqui os recebeu e daqui travamos o bom combate.

Eu tenho orgulho de dizer que faço parte dessa história e também esta Comissão faz parte.

Na mitologia guarani: *Yvy marã e'y*, terra sem males. Uma terra onde não há fome, guerras ou doenças; onde a justiça predomine; onde se tenha igualdade e fraternidade, paz para se viver. Assim nós acreditamos. Assim eu creio.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem por tema: "O marco temporal: reconhecimento, demarcação e o uso de terras indígenas".

Essa proposta defende que os povos indígenas só têm direito a reivindicar determinada terra caso já estivessem nela quando a Constituição foi promulgada, em 5 de outubro de 1988.

Eu estava lá, eu fui Constituinte.

Eles estão deturpando e querendo alterar aquilo que é inaceitável, que é o direito à terra dos povos indígenas.

Termino, dizendo, de novo: "C*o yvy oguerecó yara. Co yvy oguerecó yara*. Alto lá! Essa terra tem dono!".

Creio, atavicamente, na Justiça e no Direito. Creio no amor. Entendo que as terras indígenas pertencem tão somente a eles.

O Supremo está julgando o recurso extraordinário.

Esperamos sabedoria, passo a passo, mas que prevaleçam a sabedoria e a justiça.

Termino aqui esta pequena fala de abertura para passar a palavra aos nossos convidados.

Sejam todos bem-vindos!

De imediato, vamos para a primeira mesa.

Primeira mesa. Já presente aqui conosco: Eunice Kerexu, Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas.

Ela está chegando. Nos comunicam aqui que ela, em seguida, vai estar aqui.

Convido Maurício Terena, Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). (*Palmas.*)

Convido Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido o Sr. Eriki Terena, representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. (*Palmas.*)

Convido, ainda, o Sr. Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário Executivo do Conselho Missionário Indigenista (Cimi).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Vamos, então...

Já fiz a minha fala de abertura e confesso para vocês que a minha leitura tão compassada e tão devagar foi para segurar um pouco a emoção.

E agradeço, já, à equipe do meu gabinete, que ajudou a construir esse pronunciamento, que eu farei, outras vezes, em outros lugares, quantas vezes forem necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, então, eu passo a palavra para Eunice Kerexu. Está certa a pronuncia? Ela tá aqui. Não? Ah, ela não chegou ainda.

Disseram-me que a Célia está já *on-line.* Está aqui a Célia na lista? Está aqui. Achei. Está certo. Célia, não é? Xakriabá. Já me ajudou na pronúncia aqui.

Já convido, então, com a Mesa toda formatada, a Deputada Federal Célia Xakriabá. Ela está já na tela para fazer o pronunciamento. Pode saber, Deputada Federal Célia Xakriabá, que é uma satisfação, que você é a primeira a usar a palavra e que eu considero esta reunião histórica. Ela deverá repercutir tanto dentro do Congresso quanto, também – espero eu, porque aqui está a voz do povo, o povo é que vai se pronunciar –, junto ao Supremo Tribunal Federal.

Por favor, Deputada, dez minutos, com mais cinco, se necessário for.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG. Para expor. *Por videoconferência*.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

O futuro vai ser ancestral, não vai existir marco temporal ou não existirá.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim por toda a disposição. Quando conversamos, também, já entendi ali todo o perigo, mas também a importância de cumprir os ritos, de fazer a escuta necessária, juntamente com os povos indígenas, principalmente aqui representado por nosso advogado, o Dr. Maurício, entendendo a importância, nesse momento, de fazer seguir todo o rito da constitucionalidade e de entender a inconstitucionalidade da tese do marco temporal, que era o antigo 490, hoje tramita no Senado como 2.903.

Quero agradecer aqui também ao representante do Cimi, Eduardo, à Kerexu, que está já para chegar, à Cláudia Pinho, companheira também do Meio Ambiente, ao Eriki Terena, que também é da CPovos, da nossa Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Quero agradecer, Paulo Paim, por outras oportunidades, quando ainda só lutávamos do lado de fora, porque não tínhamos uma voz do lado de dentro, mas entendendo a importância de quem foi Juruna, xavante, de quem foi Joenia Wapichana e, agora, por todo o enfrentamento que fizemos também pela bancada do cocar, enfrentando o 490.

Naquela noite não era somente um projeto de lei – e é importante discutirmos, Senador Paulo Paim –, não era somente um projeto de lei que estava em jogo, não se tratava de um ego, de quem ganha ou de quem perde. O Projeto 2.903 precisa ser compreendido como um projeto de existência ou um projeto de extermínio de país, porque não se trata somente – o Dr. Maurício está aqui – de aplicar a tese do marco temporal, como acompanhamos no dia 7 de junho a retomada do julgamento no STF.

Já conversamos também com a assessoria da Ministra Rosa Weber, que sinalizou que pode vir a retomar o julgamento mesmo antes do dia 7 de setembro, quando se cumpre o rito, o prazo, seguindo o regimento, de até 90 dias, enquanto que o Ministro Mendonça falou que nem cumpriria exatamente esse prazo de 90 dias, que poderia ser antes. Mas queríamos atentar aqui que esse projeto é perigoso não somente porque se aplica à tese do marco temporal... São 14 projetos de lei apensados a ele.

O art. 16, que tentamos negociar com o Relator Arthur Maia, trata da alteração de traços culturais. Vocês sabem o que é isso? Alteração de traços culturais, art. 16, ou seja, aquele povo que teve alterados os traços culturais, esse território poderá ser destinado também para terra da União ou para a reforma agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 29, que trata dos povos indígenas em isolamento voluntário. Vocês sabiam que no Brasil são 114 povos indígenas em isolamento voluntário? Qual vai ser a ameaça? Esse território ser aberto para pesquisa, para mineração, para garimpo? E o art. 20, em que tentamos, conseguimos uma negociação, que trata do usufruto.

Mas o pior dele: quem não se lembra da antiga PEC 215, que tenta transferir a demarcação dos territórios indígenas do Executivo para o Legislativo? É inconstitucional porque fere diretamente a Constituição Federal brasileira, Lei Maior, Lei Pétrea. E, nesse sentido, nós entendemos agora a tramitação no Senado como a esperança, mas é preciso garantir que esse projeto venha a tramitar também na Comissão de Direitos Humanos, como conversamos, na Comissão de Meio Ambiente, em outras Comissões que organizem audiências públicas e que não atropelem os ritos necessários.

Tivemos ainda conversa com o Presidente Pacheco, entendendo a importância também dessa articulação de compreender quantas vezes o Senado foi coerente junto aos povos indígenas, entendendo também que nesse momento, se a população ainda não se sente sensível, se o Senado não se sente sensível, porque não está sujeito a morrer pelos conflitos territoriais, como todos nós indígenas estamos sujeitos a morrer, nós vamos morrer pelo mal em comum, que é pelo veneno que chega na nossa mesa, matéria essa que o Senado analisou com muita calma, com muita cautela e deu um parecer diferente da Câmara dos Deputados. Era o PL do veneno. Também o PL – quem não se lembra? – do garimpo, em que o Senado também deu um parecer diferente da Câmara dos Deputados.

É preciso avançar para um Brasil, um Brasil que não mata, um Brasil que não deixa o direito dos povos indígenas para trás. Nesse sentido, é importante refletir sobre o que a sociedade já respondeu mês passado. Saiu uma pesquisa em que a demarcação de terras indígenas era a política mais aprovada do atual Presidente Lula, até mais do que o salário mínimo. Quem não compreendeu a voz da sociedade é exatamente o representante do povo, tanto na Câmara dos Deputados, como já também sabemos que está se organizando também, porque 28 Senadores assinaram o requerimento de urgência também para tentar acelerar a votação, a tramitação do PL 2.903.

Nesse sentido, ainda no Senado, na primeira semana em que chegou o 2.903, teve também uma petição pública para a sociedade civil em que somente 600 pessoas naquela primeira semana eram a favor do 2.903. E quase 7 mil pessoas já estavam votando contra. Quando organizamos ainda pela Comissão da Amazônia, Povos Originários e Tradicionais, várias audiências, pela Frente Parlamentar Mista, que é composta por Deputados e Senadores, organizamos uma petição junto com a Avaaz, e mais de 500 mil brasileiros diziam que eram contra o PL 490.

Quem não acompanhou toda a mobilização no Brasil? É hora de acordar, Brasil! Porque não é possível barrar as mudanças climáticas sem reconhecer que, assim como a ONU já reconhece, que a demarcação dos territórios indígenas é a solução número um para barrar a crise climática. E, como resultado de toda a nossa resistência, de nossa insistência, de um Parlamento que demorou...

Vocês sabem quanto o Parlamento demorou para eleger a primeira mulher indígena? Demorou 195 anos. Sabem quanto o Parlamento demorou para ter a primeira mulher presidindo uma Comissão? Quase 200 anos. E, daqui, nós não vamos voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós chegamos a este lugar não foi para ficar calada, assim como sempre falamos e ecoamos as nossas vozes no movimento indígena, porque acreditamos que poder não é somente Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, mas que a luta é o quarto poder. E para poder falar... Parlamentar não é o direito de poder falar? E, neste momento, tramita a tentativa da cassação de seis mulheres no Parlamento, exatamente porque, naquela noite, estavam fazendo juízo neste momento a esse retrocesso do que viria a acontecer aos povos indígenas. É exatamente pela nossa manifestação sobre o PL 490 com palavras como "genocídio", "genocídio judiciário" que hoje tramita no Conselho de Ética uma tentativa de cassação dos nossos mandatos. Continuaremos sendo caçadores no nosso território, continuaremos sendo caçadores de direitos e não permitiremos que sequestrem a nossa palavra. E vai ser assim, pelo nosso compromisso, assim como o do Senador Paulo Paim, assim como o compromisso da Senadora Eliziane também, que tem feito um trabalho importante! Nós não podemos deixar que o racismo na ausência ou o racismo que não nos permite falar... Mudaram as armas, sofisticaram as armas, mas não a intenção de nos calar!

Se o Congresso Nacional, como tenho dito, fosse um filme, seria chamado O Exterminador do Futuro, porque, ao exterminar, arrancar o direito dos povos indígenas ao território e colocar como objeto, aplicando a tese do marco temporal de que somente serão reconhecidos como territórios indígenas aqueles que conseguirem comprovar que fisicamente estavam em seus territórios na promulgação da Constituição Federal de 1988, na verdade, não compreendeu que o Brasil começa por nós. Quem não assistiu à retomada do julgamento no STF, quando o Ministro Alexandre de Moraes falava: "Como o povo laklanõ-xoclengue iria estar em seu território se teve uma dizimação desse povo?". Foram 244 pessoas mortas, quando não foi somente dizimado, mas o jeito com que se matou o povo laklanõ-xoclengue, em que jogavam crianças para cima e aparavam no punhal! Se isso não é genocídio, o que é?! E o que aconteceu com o povo ianomâmi, matando não somente as pessoas, mas matando o rio, o que comer e o que beber?! Se isso não é ecocídio, o que é? O que acontece com os nossos territórios no sul da Bahia com o povo guarani-kaiowá e com os nossos territórios também em nosso estado? Se isso não é etnocídio, o que é?! Etnocídio é a matança da nossa identidade.

Nós precisamos usar essa caneta para assinar, não para assassinar direitos.

Estou aqui, já finalizando, convidando cada Senador para que se mobilize, pois nós não podemos reproduzir a história violenta e colonial, porque o Projeto 2.903 é um projeto de retrocesso, porque o Projeto 2.903 é um projeto anticivilizatório.

Senadores, aqueles que querem votar a urgência, vamos votar a urgência pela vida, vamos votar a urgência pela demarcação dos territórios indígenas, vamos votar a urgência pelo planeta, porque quem tem território tem lugar para onde voltar, quem tem lugar para onde voltar tem mãe, tem colo e tem cura.

Estaremos sempre no Parlamento, mas fazendo pelo planeta.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande, grande Deputada! Deputada Federal... (*Pausa.*) ... Célia Xakriabá, essa lentidão aqui... Ainda bem que você me ajudou, porque é emocionante a fala dela! (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saiba, Deputada, que a assessoria me informa que este momento aqui, desta audiência, está sendo a maior audiência pública em participação popular de toda a história desta Comissão. São milhares de pessoas que estão assistindo, muitos mandando, inclusive, cumprimentos.

Quero dizer que nós estaremos juntos. Vida longa aos povos indígenas! Essa terra é nossa, é dos povos indígenas! (*Palmas.*)

Vamos em frente.

Passo a palavra agora ao Sr. Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário-Executivo do Conselho Missionário Indigenista. Já conversamos com ele; ele fará sua fala e, depois, ficará aqui, na primeira fila, para poder fazer comentários ao longo do debate. E nós vamos chamar, então, que já está conosco, a Secretária do Estado, da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas, nossa querida Eunice Kerexu. Estou certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Kerexu.

Então, uma salva de palmas para a Eunice. (*Palmas.*)

Com o auxílio aqui dos intérpretes.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Antonio. Em seguida, ele vai para o seu lugar, e a senhora vem para o lugar dele.

Obrigado pela tolerância e o entendimento da troca no segundo momento. Depois, os outros, eu vou vagar um para o Plenário, e virão outras mesas.

Agora a palavra é sua.

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Senador Paulo Paim, senhores da mesa, senhoras da mesa; cumprimento também as lideranças indígenas aqui presentes, as demais autoridades aqui presentes. O nosso agradecimento, em nome do Conselho Indigenista Missionário, para participar desta importante audiência aqui, no Senado da República. Queremos, inclusive, parabenizá-lo por essa iniciativa.

Eu me chamo Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira. Sou Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário, um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O Cimi foi fundado em 1972, com a missão de apoiar a luta dos povos indígenas no Brasil.

Naquele período, estava em pleno vigor a ditadura militar, que tinha como perspectiva para os povos indígenas uma solução final, ou seja, acabar com os povos indígenas no Brasil. Eram 150 mil pelo Censo oficial. A partir dessa mobilização dos povos indígenas, já na década de 70, com apoio de muitos movimentos, com apoio da sociedade, os povos indígenas resistiram à ditadura militar, muitos conseguiram seus territórios e, ao mesmo tempo, conseguiram ter visibilidade na sociedade civil brasileira. A ditadura militar tinha esse intento, mas não conseguiu, e, a partir do Executivo, muitas ações se deram no sentido do reconhecimento territorial e da demarcação desses territórios.

Depois veio todo o período da redemocratização do país, da perspectiva do reconhecimento desses direitos, chegando então à Constituição Federal, à Assembleia Nacional Constituinte, quando, mais uma vez, os povos indígenas se mobilizaram e colocaram, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, os seus direitos devidamente reconhecidos pelo Estado brasileiro. Os arts. 231 e 232 recepcionam esses direitos dos povos indígenas no Brasil.

No Governo Bolsonaro, nos últimos quatro anos, volta-se novamente àquela proposta da ditadura militar, de eliminar os povos indígenas. O Governo Bolsonaro não reconheceu a existência e a resistência dos povos indígenas. Pelo contrário: ele articulou e organizou todo o arcabouço do Executivo federal, do Estado, da administração pública, para fazer uma ofensiva contra os direitos dos povos indígenas.

E nós vimos, por exemplo, a Funai (Fundação Nacional do Índio) se articular e se organizar contra esses direitos, a partir da expedição de instruções normativas, de portarias, inclusive de desistências de processos judiciais já devidamente sanados no Judiciário, desconhecendo os direitos e, ao mesmo tempo, fazendo com que a sociedade civil brasileira se voltasse contra os povos indígenas nas várias regiões, e isso significou muita violência para os povos indígenas.

O Ministério da Justiça também deixou de executar a política indigenista oficial em favor dos povos indígenas.

E isso foi um grande susto e, ao mesmo tempo, uma revolta do mundo todo, porque era reconhecida e é reconhecida a existência de povos indígenas no Brasil. No último censo, no Censo de 2010, já se quantificava mais de 800 mil indígenas, mais de 200 povos indígenas, a maior diversidade de povos indígenas do mundo, não em termos de quantidade de indígenas, mas em termos de povos, a maior diversidade, e, no próximo censo, que passa a ser divulgado, vamos chegar a mais de 1,6 milhão de indígenas, mais de 300 povos indígenas no Brasil.

Então, cabe à administração pública, como está lá na Constituição, reconhecer a existência e a resistência desses povos, e não o contrário, como se deu.

Portanto, há uma violência praticada pelo Estado contra esses povos indígenas no Brasil. A existência deles já foi concebida na própria *Carta de Achamento* do próprio Brasil por Pero Vaz de Caminha. Ele relata essa existência. Depois veio o alvará régio de 1600, em que o Império reconhece a existência desses povos e os seus direitos territoriais, e dá um passo, inclusive, no sentido do próprio indigenato. Esse alvará régio nunca foi revogado, e a Constituição Brasileira atual se baseia nesse alvará régio, não é? Portanto, há uma existência e resistência desses povos indígenas.

As Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967, a Emenda Constitucional 69, todas elas reconhecem a existência desses povos e a posse de suas terras, com alguns aspectos restritivos com relação à denominação, mas reconhecem a existência desses povos. E a Constituição de 1988, no art. 231, fala em direitos fundamentais, direitos originários, anteriores à existência de um titular dessas terras. Portanto, a Constituição Federal diz: "Olha, não existe titular de terra nenhuma porque existe um direito anterior, que é originário". Então, o art. 231, quando fala em tradicionalidade, em origem, ele está falando justamente que não existe uma posse anterior e um direito anterior. E a formação do Estado brasileiro se deu a partir desse reconhecimento, desse direito originário, congênito, que a gente chama de indigenato. É um direito congênito, não é?

Portanto, as terras tradicionalmente ocupadas, o Constituinte fechou isso na Constituição, porque ele diz que esse direito tradicional dos povos indígenas e essas terras tradicionalmente ocupadas são a partir do indígena, e não a partir do não indígena. O Constituinte fechou isso, ele deixou claro: é a partir desse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, porque no Senado tem dois Constituintes, e eu sou um deles. Eu estava lá, sou testemunha dessa história. Parabéns a V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA – E a Constituição diz que a destinação dessas terras é de posse permanente, é de usufruto exclusivo, sob domínio da União, e não do Legislativo ou do Judiciário – da União, sob domínio da União. Portanto, a Constituição protege a tradicionalidade e a origem desse povo, e não o contrário. Não existe marco temporal em nenhuma Constituição, no alvará régio. Não existe um marco limitando: "Olha, a partir daqui existem povos indígenas ou existe a tradicionalidade".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA – Isso não existe, portanto...

E a Convenção 169 da OIT também vai nesse sentido. A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas também vai nesse sentido. Então, é de se estranhar que o Legislativo brasileiro venha conceber um projeto de lei, o PL 490, em que retoma toda essa discussão do extermínio e da solução final dos povos indígenas, em pleno século XXI, quando o mundo todo se articula e se mobiliza para salvar o planeta.

É do conhecimento de todos, do mundo científico inclusive, que a demarcação de um território indígena não protege só o indígena, protege toda a população, protege toda uma circunvizinhança, protege a natureza, não só o ser humano, toda a biodiversidade, portanto protege quem está no campo e quem está na cidade, protege a humanidade, protege o planeta. Tem esse benefício.

Em pleno século XXI, nós vemos uma elite agrária retrógrada se articular e pensar de uma forma não afirmativa ou construtiva – mas destrutiva. Isto é o que nos é colocado, enquanto sociedade brasileira: se vamos acatar ou não esse tipo de posicionamento. Aí cabe a cada um de nós, a partir das nossas ações, dar o devido apoio à luta desses povos, que dizem: "A luta não é nossa, a luta é de toda a humanidade".

Nós não somos lutadores por um território ou por uma causa. Nós somos lutadores pelo planeta (*Palmas.*), por dias melhores para a sociedade brasileira.

Portanto, essa tese do marco temporal, essa tese da restrição dos direitos – contida no PL 490 e, agora, no PL 2.903, que está tramitando aqui no Senado – fere diretamente a Constituição brasileira e esses direitos originários dos povos indígenas do Brasil.

O recurso extraordinário que está no Supremo, por meio do qual o Conselho Indigenista Missionário advoga em favor do povo xoclengue, também provoca o Judiciário. O Ministro Edson Fachin diz que esse tema é importante e ele vai ter uma repercussão geral. Portanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal vai ser aplicada em todas as instâncias do Judiciário, enquanto compreensão do arcabouço legal, principalmente a partir dos princípios dos Poderes, segundo o qual, cabe ao STF a devida interpretação da Constituição Federal.

É do conhecimento, portanto, da sociedade que existe um processo de luta, não de agora, mas desde a chegada dos europeus ao Brasil que esses povos lutam. É do conhecimento da sociedade a existência de povos indígenas no Brasil. É do conhecimento da sociedade que esses povos protegem a humanidade, protegem o meio ambiente e protegem, portanto, a sociedade como um todo, o ser humano e o planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A elite – infelizmente, a elite agrária –, no Brasil, através, principalmente, da Câmara dos Deputados, está, portanto, na contramão do mundo civilizado. Está em uma situação de ignorância civilizacional, infelizmente, em um atraso autoritário que considera que os indígenas são inimigos. E eles não são inimigos; são os protetores das nossas vidas atuais e das futuras gerações. Portanto, há que se ter o respeito e conter essa violência.

O Governo, o Legislativo, ao articularem medidas contra esses direitos, expõem esse povo, expõem toda a natureza a um processo de violência, principalmente a partir do capital, determinando que o capital é que deve ter a origem e não os povos indígenas. Portanto, isso é uma ignorância, é uma violência contra esses direitos, contra a luta do ser humano.

Muito obrigado e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Meus parabéns pela sua exposição clara, nítida, transparente!

Eu me comprometo, aqui, a remeter esta audiência pública, que está sendo transmitida para todo o Brasil, também para cada gabinete dos Senadores, para que eles tomem conhecimento, já que hoje é uma sexta-feira, um dia em que o ciclo de movimento aqui no Senado é muito resumido. Por isso que eu quero cumprimentar V. Sa. e, ao mesmo tempo, cumprimentar esses estudantes que chegaram para visitar o Congresso e que, conhecendo que haveria aqui um debate sobre a vida, sobre a terra, sobre a história dos povos indígenas deste país, fizeram questão de vir aqui. Eu queria, nesse sentido, agradecer muito, muito mesmo, aos estudantes de Direito...

Vocês deem uma paradinha, pessoal, porque é uma sessão, para mim, histórica esta aqui.

Eu queria agradecer muito e, para vocês que chegaram agora, dizer que é a maior audiência da TV Senado em matéria desta Comissão. Nunca teve uma audiência... Pelo tema, que é defender a terra dos povos indígenas, defender a vida, defender o meio ambiente. E, assim, nós vamos fazer o debate no dia de hoje.

Então, meus cumprimentos, com muito carinho, aos estudantes de Direito da Universidade Estadual de Goiás (*Campus* Iporá), e o faço – não posso citar o nome de todos – na pessoa da Profa. Dra. Natália Ridan, que coordena essa visita de vocês. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos!

O debate aqui é a favor de todos, a favor do planeta, como foi dito, a favor da humanidade.

Eu convido, neste momento, o Sr. Antonio Cerqueira de Oliveira, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que retorne à primeira mesa para participar do debate, e convido a Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas, para que tome, neste momento, o seu lugar à mesa.

Por favor, Dra. Eunice Kerexu. (*Palmas.*)

Como há aqui a fala dos painelistas de forma presencial e outros virtualmente, eu convido, agora, para entrar de forma virtual, a Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, a Dra. Andréa Zhouri.

Dra. Andréa Zhouri, por favor.

A SRA. ANDRÉA ZHOURI (*Por videoconferência.*) – Bom dia. Vocês me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDRÉA ZHOURI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento a todas as pessoas presentes e às que nos escutam virtualmente.

Meu nome é Andréa Zhouri, sou Professora Titular do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente Presidente da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), instituição que represento nesta audiência.

A ABA é uma associação científica criada em 1955, daqui a pouco faz 70 anos, e foi a primeira associação científica da área de humanas a ser criada no Brasil. Ela conta hoje com mais de 2 mil associados, sendo uma das maiores e mais respeitadas associações de antropologia em nível internacional.

As pesquisas sobre os povos indígenas do Brasil marcam de forma especial o campo da antropologia realizada no nosso país, embora a antropologia seja uma área científica muito diversa em termos de temáticas de pesquisa, campos teóricos e metodológicos. De toda forma, a história da antropologia no Brasil é muito marcada pela produção de uma gama robusta de conhecimento sobre os povos indígenas e pela seriedade, pelos compromissos científico e ético em relação ao conhecimento desses grupos societários.

Não à toa, a ABA teve um papel central nos debates que resultaram na construção do texto constitucional de 1988, sobretudo no que se refere aos direitos indígenas expressos nos arts. 231 e 232 da Constituição. A Constituição de 1988 representa, de fato, um pacto realizado pela sociedade brasileira naquele contexto de redemocratização do país, e embora os direitos indígenas já tenham sido objeto de reconhecimento nas Constituições anteriores, diferentemente dessas, a redação do art. 231 fundamentalmente avança no sentido de apresentar um entendimento antropológico acerca dos territórios tradicionalmente ocupados pelos diferentes povos indígenas. A definição de tradicionalidade ali expressa pouco se relaciona a tempo, muito menos define a promulgação da própria Constituição como um marco temporal para a demarcação das terras indígenas – já foi dito aqui. Isso seria um contrassenso no sentido do conhecimento antropológico acumulado sobre o modo de vida e os modos de ocupação territorial desses povos.

Vários juristas já apontaram o caráter inconstitucional da tese do marco temporal, tal como presente nos argumentos do Relator do processo em curso no Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin, assim como na manifestação no voto do Alexandre de Moraes na retomada do julgamento sobre a matéria no início deste mês. Em nota, o Ministério Público Federal também apresenta as razões jurídicas para a inconstitucionalidade da tese.

Nesse sentido, eu gostaria de me deter neste momento, nesta audiência, a algumas considerações de ordem antropológica, que é da nossa competência, que já foram também bem explicitadas por meio de notas técnicas da ABA desde 2020. A ABA, inclusive, ingressou com *amicus curiae* no julgamento em curso no STF, através de um documento técnico que é acessível na nossa página eletrônica.

Neste curto espaço de tempo, eu tentarei resumir os argumentos principais, a começar pela apresentação de dois equívocos antropológicos importantes presentes na tese do marco temporal. O primeiro deles se refere ao entendimento do que seja tradicionalidade; e o segundo, ao conceito de território.

O sentido de tradicionalidade presente na Constituição pouco se relaciona com a ideia de tempo passado ou até mesmo como contrário de modernidade. Tradicionalidade no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antropológico que inspira o art. 231 da Constituição remete a uma tradição de conhecimento, caracterizando-se não por uma remissão ao passado, mas como um conjunto sedimentado de conhecimentos e de experiências que alcança uma continuidade no tempo.

A tradicionalidade se delineia a partir das características ambientais do lugar onde uma comunidade ou povo vive. Ela é, portanto, relacionada a um conhecimento tradicional local. Assim, a ocupação tradicional da expressão constitucional terra tradicionalmente ocupada implica que ocupação deve se dar nestes termos.

A tradicionalidade relaciona-se, portanto, com o modo de vida, modo de criar, ser, viver e se reproduzir socialmente como sociedades específicas. Trata-se de um modo específico de ocupação do território, e não um tempo de ocupação. Esse ponto nos leva ao entendimento da centralidade da noção de território para a manutenção e reprodução dos modos de vida indígenas.

Pois bem. Território não se confunde com o sentido patrimonial cartorial de terra parcela de uma propriedade privada. A organização territorial dos povos indígenas se expressa em função de diversos aspectos. Nesse sentido, é fundamental considerar a demografia de um grupo, a realização de atividades de sustento, como, por exemplo, a agricultura, que muitas vezes exige rotação dos espaços agricultáveis, deixando espaços utilizados para pousio, para recuperação, para o retorno posterior, a coleta de frutos, mel, plantas medicinais ou outros, a caça, enfim. Mas também se refere a outras práticas. Igualmente e de modo complementar, essas outras práticas configuram aquilo que é previsto na Constituição de 1988 no sentido da reprodução física e cultural do grupo, que seja: os deslocamentos para visitas entre parentes ou para consultas a sacerdotes, curadores ou xamãs; situações que podem também significar a realização de rituais festivos, comunitários, celebrativos, os quais inclusive dão ensejo potencial a encontros, que suscitam casamentos e, portanto, alianças matrimoniais entre parentelas, muito importantes para a reprodução social do grupo.

Tais atividades expressam o sentido da ocupação territorial. Não é, portanto, absolutamente cabível tomar como ponto de referência para o entendimento desse modo de uso e de ocupação, esse modo de vida, as unidades de produção com suas fronteiras fixas e bem delimitadas, que são a base do direito agrário. É uma outra forma fundiária e que orienta a regulamentação de domínio e da posse, sobretudo da ocupação privada.

Então, nós estamos falando de modos de criar, fazer e viver que são dinâmicos e que conferem fluidez e dinamicidade aos territórios. O problema presente na tese do marco temporal está na pretensão de fixidez de um povo no espaço, assim cristalizando um território, naturalizando, frigorificando-o no tempo e espaço, não levando em consideração também a discussão sobre a escala desse espaço, para cuja configuração a própria dinâmica e modalidade da ocupação são determinantes.

Afora essas características dos grupos, é imperativo considerar as dimensões históricas, claro, as pressões externas sobre esses povos, pressões advindas inclusive de políticas do próprio Estado, de conflitos fundiários, com a introdução de doenças, por exemplo. Elementos todos que afetam a dimensão demográfica e a distribuição dos indígenas nos territórios por eles ocupados.

Por último, eu gostaria ainda de pontuar mais três aspectos relevantes brevemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as formas de demandar território, essas formas de demanda territorial não são genéricas e aleatórias. As identificações e delimitações das terras indígenas não são realizadas a partir de visões abstratas de território genérico. Trata-se, diversamente, de demandas concretas de determinados e específicos grupos domésticos, parentelas e comunidades locais pertencentes a cada povo indígena em contextos específicos. Portanto, a tese do marco temporal tem implicações distintas para cada povo em contextos distintos.

Por exemplo, para povos, grupos fora da Amazônia, da Região Amazônica, a aplicação da tese do marco temporal teria consequências profundamente negativas sobre a regularização fundiária de processos demarcatórios. De fato, é fora da Amazônia Legal que se verificam os mais intensos e acirrados conflitos fundiários, especificamente em termos de superfície abrangida, pois a soma das terras indígenas, em todas as fases de regularização, ali constitui menos de 2% do total das existentes no país. São terras muito pequenas, com elevados índices populacionais e grupos submetidos aos mais diversos tipos de pressão, de encurralamentos.

E também teria implicações diversas, já específicas, já colocadas aqui, para os povos isolados. A história já diz, os registros, que o contato com os povos isolados resultou em grandes catástrofes, em genocídio. Conforme bem registrado, inclusive num documento da 6ª Câmara da Procuradoria Federal, o PL viola o direito constitucional à autodeterminação, também previsto na Convenção 169, da OIT, já mencionada aqui, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Portanto, a historiografia é...

Por fim, eu gostaria de dizer que a ABA entende que a matéria merece atenção cuidadosa e não pode ser votada sem apreciação técnica e amplo debate envolvendo diferentes instâncias e instituições competentes, além das próprias representações indígenas do país, sob o risco de se institucionalizar, como efeito perverso, um genocídio regulamentado, um genocídio indígena, que afeta toda a humanidade, como já dito, uma vez que os territórios por eles ocupados também prestam serviços ambientais relevantes para todos nós.

Muito obrigada.

Essa é a posição da Associação Brasileira de Antropologia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dra. Andréa, só para lembrar que, se a senhora assim entendesse, teria mais cinco minutos. É que tocaram os 15, mas, se a senhora quiser concluir, fique bem à vontade ainda.

A SRA. ANDRÉA ZHOURI (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Por ora, essa é a nossa manifestação. O tempo foi o suficiente para essa nossa posição de imediato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Dra. Andréa Zhouri, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Meus cumprimentos.

A Senadora Zenaide Maia está na tela. Ela já está aguardando há um tempo.

Senadora, que é Vice-Presidente desta Comissão, uma lutadora, comprometida com as causas populares, é muito bom nós ouvirmos V. Exa. neste momento, nesta sessão, que, eu dizia, é a que está tendo mais audiência em toda a história da Comissão dos Direitos Humanos no Senado. Olha que eu estou aqui no terceiro mandato – 3x8=24, não é? Isso mostra que a população brasileira... Nunca chegaram tantas perguntas como as que chegaram aqui. Perguntas afirmativas – afirmativas. E V. Exa. não poderia faltar.

Então, a palavra é sua neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só registrar que a Deputada Fernanda Melchionna já está aqui; ela vai ser uma das nossas convidadas a usar a palavra: vai ser, logo após a senhora, alguém da mesa e em seguida a Deputada. A Deputada escolhe o momento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Paulo Paim, se tivesse o tempo disponível, com certeza ficaria ouvindo todos. É uma aula de conhecimento e é muito importante a gente saber que não só a população brasileira mas o mundo todo está vendo.

O que está aqui em jogo é defender ou não defender a vida, porque a população indígena, na verdade, defende todas as formas de vida: a humana, a animal e a vegetal, que é o meio ambiente.

Eu costumo dizer que nós temos o privilégio, o povo brasileiro, de ainda ter população indígena, porque tudo que foi feito de lá para cá, ultimamente desmontando todas as estruturas que eram para proteger nossa população indígena, nossos povos originários, tudo foi desmontado nesse governo anterior. E também quero dizer que, quando chegamos, eles já estavam aqui.

O que eu ouvi aqui, por exemplo, tanto do Conselho Indigenista Missionário, que está lá e está vendo... Nesse marco temporal, nessa lei não dá para acreditar. Eu não sou indígena, mas meu pai era agricultor familiar, e isso que nossa Profa. Andréa falou, a antropóloga, a gente presenciava. Quanto à população indígena, essa história de dizer que tinha que ter ocupado tantos anos, fixar prazo para a população indígena... Essa rotatividade, sazonalidade das safras, que a gente chama aqui de safras naturais – uma época, na minha terra, era a manga que tinha produção; outra, o caju; outra, a pinha... E a gente tinha que mudar e procurar onde estava, como a coleta de mel. Então, se se fixa a população indígena, que sobrevive muito bem, porque as terras que ainda estão protegidas, o meio ambiente que ainda está protegido neste país é onde tem população indígena, é claro que ela tem um espaço, ela entende isso, Paulo Paim, ela tem que migrar de um lugar para outro para sua sobrevivência; se você engessa esse povo em um lugar, é porque quer que eles morram mesmo – é esta a ideia: matar esse povo.

Outra coisa, eu ouço muito dizer que os índios estão precisando de emprego, que tem que oferecer o agronegócio, como ofereceu uma ministra anterior, que dava tratores, retroescavadeiras para os indígenas: eles sobrevivem sem a nossa presença, sim; eles protegem a vida, sim; essas populações isoladas cresceram; o homem é que está levando as doenças. E, nesses garimpos, eu juro aos senhores, quando eu vi ali aquela população indígena desnutrida, com malária, aquilo é, sim, um genocídio, levando as doenças, proibindo a chegada de medicamentos.

Então, eu queria dizer aqui que esse marco temporal, seja qual for a lei, como tem outras aqui propostas, em que, muitas vezes... Com todo respeito ao agronegócio, que aumenta o PIB, mas também enche a gente de agrotóxico... A população indígena não escapa, porque, quando pulveriza, é com avião, com *drone*, e a água, quando chove, vai para os rios, e a gente começa a comer os peixes contaminados. O que eu quero dizer aqui é que essa balela de que aumenta o PIB – a gente sabe que aumenta –, de que alimenta 1 bilhão de pessoas no mundo, mas nós temos mais de 30 milhões de brasileiros com fome... Nós estamos vendo que essa política praticada, de 2016 para cá, não mudou a situação do povo brasileiro. E agora esse marco temporal quer dizer que é a população indígena que está impedindo o desenvolvimento, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento da agricultura? É claro que não! E eu, como Paulo Paim – e o Paulo Paim me conhece –, vou estar do lado dos senhores, da população indígena, sim. Um bilhão de pessoas no mundo, mas deixam quase 40 milhões de brasileiros com fome.

Eu sou médica de formação e digo aos senhores que, na década de 70 e 80, 60% dos leitos pediátricos deste país, os leitos de hospitais públicos, eram ocupados por desnutrição grave, que a gente tem em duas formas: o marasmo e o kwashiorkor. O marasmo é aquele que eu vi nos ianomâmis, e eu confesso aos senhores que eu não tinha mais nem coragem de olhar aquilo, porque é de uma crueldade aquilo ali que chega a doer – dói! Eu peço a Deus, todos os dias, para não ficar indiferente. Então, como eram ocupados os leitos? Por marasmo e kwashiorkor. Marasmo é quando não tem nenhum tipo de alimento, e o kwashiorkor é aquela criança que só come massa, farinha, ela não tem acesso à proteína: ela é bochechudinha, mas proteína, que é bom, não tem, é outra forma de desnutrição.

Então, essa política que eu queria dizer aos estudantes de Direito da Universidade de Goiás e à professora que estão aí... Essa história de mostrar para o povo, para vocês jovens, estudantes, professores, que não tem nada a ver com política, tem sim! O que a gente está discutindo aqui é uma decisão política errada de perseguir. É a perseguição aos povos indígenas. Esse povo é que defende a vida e as três formas de vida. E temos o privilégio, como eu disse, de hoje o Brasil saber que, se não tivermos a transversalidade da vida... Tem que ter a humana, a animal e a natureza vegetal. Nós precisamos dela, está provado. A ciência e a antropologia mostram isto também, como ela me mostrou aqui – eu fiquei encantada com essa aula, professora, obrigada –, que nós necessitamos de tudo, e ninguém mais importante para proteger o que ainda temos de natureza, de meio ambiente do que nossa população indígena, povos originários, que podem, sim, sobreviver. Agora, desmatar, encurralar essas pessoas, isso é criminoso, gente! Não tem como deixar de ver isso.

E outra coisa: não venham dizer que a gente não viu os ianomâmis e outros na mesma situação. Temos que deixar as terras.

E, sobre a questão, nós temos que ficar de olho aberto, porque o fato de ser constitucional, de 2016 para cá, neste país – Paulo Paim presenciou –, se muda a Constituição... Voltando aqui: estudantes de Direito, todos os brasileiros que estão nos vendo aqui, as decisões da vida são políticas. Como dizer que não podemos... Está, aqui, para vir uma decisão política para exterminar os nossos povos originários. A decisão... Quem decide por quantas horas vamos trabalhar? Quem decide com que idade vamos nos aposentar? Quem decide o que vai ter no orçamento para a educação, para ajudar a população indígena deste país no orçamento? Decisão política, sim. Nós temos tudo a ver com isso.

E é importante, Paulo Paim. Eu queria dizer que é por isso que esta audiência pública está dando audiência, porque, na verdade, o que estamos fazendo aqui é defender a vida, gente. E a população indígena está defendendo a vida nossa também, não só a do seu povo. Nós estamos entrelaçados, porque eles defendem toda forma de vida. E nós vamos ficar aqui na defesa das formas de vida e pedindo aos jovens que estão aqui, estudantes de Direito: conscientizem a população brasileira. Vocês têm esse poder, porque vocês estão na academia, nas universidades, mostrando a importância da população indígena para a vida do nosso planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não vamos sobreviver sós. Deve existir tecnologia para que não se precise mais desmatar. Vamos voltar... O que a gente vê, na maioria dos projetos, é continuar desmatando, e nós estamos vendo as mudanças cruéis de clima.

Sabem, Paulo Paim e população indígena, eu vi aquele pessoal das ilhas asiáticas dizendo o seguinte: "Nós estamos desaparecendo, porque o desmatamento no mundo está levando ao degelo, aumentando a temperatura e as ilhas estão desaparecendo, com tsunâmis, aumento do volume do mar".

Então, um, não vamos abrir mão disso, vamos cobrar dos Poderes, porque isso é uma decisão política, sim, e essa decisão política não pode ser tomada, porque ela é em defesa da vida; dois, nós temos que estar aqui, Paulo Paim, Direitos Humanos, esta Comissão é isto: direito à vida, política do bem. E a política do bem tem que proteger a vida, seja ela humana, animal ou do nosso planeta, do meio ambiente.

Obrigada.

Paulo Paim, infelizmente, eu não vou poder ficar até o final, mas contem comigo.

Eu não vou abrir mão da vida.

Que bom que nós temos aqui um missionário!

Isso é ser cristão – ouviu, gente?

Cristão é aquele que defende a vida e todas as formas de vida. Jamais deixariam de estar defendendo a nossa população indígena, porque eu sinto um orgulho muito, muito, muito, muito grande.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, querida Senadora Zenaide Maia. (*Palmas.*)

Eu tenho a satisfação de dizer que V. Exa. é Vice-Presidente desta Comissão.

Não sei se a senhora conseguiu assistir daí, mas eu achei muito bonito o gesto dos estudantes. Os estudantes se levantaram e aplaudiram de pé a nossa, a minha Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Zenaide Maia. (*Palmas.*)

Muito bem, vamos em frente.

Passamos a palavra agora... Só vou informar à segunda mesa que estão todos aqui presentes já.

Aléssia Bertuleza Tuxá é advogada, Defensora Pública, está aqui na segunda Mesa, e a nossa querida Deputada Federal do meu Rio Grande. É bom vê-las aqui. Pessoal, palmas para as duas aqui, tanto para a advogada Bertuleza Tuxá como para a Deputada Federal Fernanda Melchionna.

Quero dizer que a Fernanda e também a Deputada que já falou, a Célia, vieram ao Senado falar comigo. "E daí, Paim, quando vai ser a nossa audiência pública?" E marcamos juntos essa data. Ela poderia estar no Rio Grande do Sul, hoje, porque o Presidente vai estar lá amanhã. Ela me disse: "Não, eu posso até ir, mas primeiro eu vou participar com os povos indígenas". Aceite os nossos cumprimentos com muito carinho, querida Deputada, que orgulha não só o Rio Grande, mas todo o Brasil.

São duas que estão aqui, porque esse aqui é o Kretã Kaingang. Temos uns tradutores aqui do lado. Ouviu? Porque o pessoal escreve e os tradutores me ajudam. É da liderança indígena da etnia Kaingang e parece-me que está vindo para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora, vamos passar a palavra à nossa querida Eunice Keruxu, Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas.

A SRA. EUNICE KEREXU – Bom dia! Está ligado aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acendeu o verde, está valendo.

A SRA. EUNICE KEREXU (Para expor.) – *Javy ju*! Bom dia a todas, a todos e a "todes".

Primeiro, quero cumprimentar a Mesa, todos os colegas que estão aqui participando desta plenária, desta audiência. Quero cumprimentar todos vocês que estão aqui e também todos que estão acompanhando. Quero dizer que é um momento histórico de dois momentos, de dois sentimentos históricos, também, para a gente falar sobre a questão dos direitos dos povos indígenas.

Nós estamos num momento em que estamos sendo atacados de todas as formas, seja dentro dos territórios, seja dentro dos espaços onde estamos trabalhando, seja nas ruas e também aqui dentro da Casa onde são construídos os direitos.

Em 2023, nós temos várias leis garantindo o direito dos povos indígenas, garantindo o direito à terra, garantindo o direito de vida, e nós estamos aqui também, como povos indígenas, ocupando esses espaços. Então, assim, para mim é um motivo de alegria estar aqui, ocupando esse espaço agora, mas também eu não queria estar ocupando esse lugar agora para fazer uma defesa; eu gostaria de estar ocupando esse espaço aqui para a gente estar construindo ou produzindo algo em que a gente desse continuidade à questão da vida.

Eu sou Eunice Kerexu, eu venho do Estado de Santa Catarina, sou da Terra Indígena Morro dos Cavalos, e hoje Secretária de Direitos Ambientais e Territoriais no Ministério dos Povos Indígenas.

E aí, falando sobre o tema que nos traz aqui, para discutir sobre o PL 490, o atual 2.903, dizer, assim, que foi dali que surge, do Estado de Santa Catarina, que é o meu estado, surge, então, essa discussão e esse questionamento sobre o direito, sobre a origem, o direito originário dos povos indígenas. E aí, para quem conhece Santa Catarina, a Região Sul, da qual o Senador vem, a nossa querida Deputada vem do Rio Grande do Sul, que é próximo, a gente tem uma realidade, a gente vive uma realidade que é diferente de outros lugares. Mas, quando a gente chega aqui nesse espaço, é surpreendente que a maioria das pessoas que estão ocupando esse espaço acaba comprando essa teoria do marco temporal, de retirada dos direitos dos povos indígenas.

E aí, eu queria trazer um pouco, dentro dessa fala, como nós, povos indígenas, estamos hoje falando sobre o nosso direito, mas também combatendo todos os crimes que vêm acontecendo dentro dos direitos dos povos indígenas. É muito pouco falado sobre a questão dos crimes que são cometidos, sejam eles os crimes ambientais, sejam eles os crimes climáticos, sejam eles os crimes de racismo, que nós, povos indígenas, sofremos muito.

A gente tem um outro meio de sofrer esse racismo, de não se falar e não se citar, principalmente na criação de políticas, estejam elas em qual instância estiverem, de não citar a questão indígena. E, para nós, dentro desse racismo, ele é colocado... Por exemplo, a negação do direito é a gente não poder oferecer para os indígenas dessa forma porque eles têm os direitos próprios de vida. Tipo, parece que se reconhece esse direito. Mas, por outro lado, quando não se entrega ou não se oferece ou não se dá esse direito dentro dessas políticas construídas, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa retirada do direito que é garantido, como a gente tem hoje, dentro dos nossos territórios, as invasões pelo agronegócio, a gente tem as invasões pelos garimpos, e a gente tem outras invasões dentro dos nossos territórios, como a caça, a retirada de madeira, a pesca ilegal que a gente tem.

Mas também a gente tem o crime contra a humanidade, o ser da pessoa, a liderança das mulheres, das crianças e da juventude. Então, eu acho que a gente precisa começar a falar, pois eu vi que, durante a votação do PL 490, várias Deputadas que se manifestaram foram colocadas num lugar de julgamento, porque estavam ferindo a ética.

E o que está acontecendo de fato? Esses crimes que estão sendo cometidos dentro do Congresso Nacional, agora sendo trazidos aqui para o Senado, para serem discutidos, para falarem sobre as nossas vidas... São vários crimes cometidos. Eu ouvi falar que, se houver demarcação de terra, vai haver derramamento de sangue dentro dos territórios. São ameaças faladas dentro destes espaços que deveriam fazer a defesa desses direitos. E não é feito nada, não se faz nada. Não! Há alguém que falou... Ouvi falas de Senadores, sendo colocadas essas ameaças dessa forma, sendo falado dessa forma. Então, para a gente falar sobre a questão desses crimes, a gente precisa também identificar esses crimes, da forma que são falados e da forma que são camuflados, falados de outras formas.

Eu queria trazer muito aqui, dentro dessa relação que nós povos indígenas temos com a questão do espaço onde vivemos, mas também da relação com as vidas, porque... Eu estava ouvindo a Senadora falando aqui, a nossa Vice-Presidente aqui da Comissão, e ela colocou assim: "Os indígenas fazem uma defesa dos vegetais, da vegetação, dos animais e da vida humana". E nós temos uma relação além disso, que nós trazemos, porque a gente sabe quem veio primeiro, para que veio, quem veio por segundo, para que veio, quem veio depois, para que veio e para que nós viemos também – nós seres humanos. E nós temos uma relação dos seres desde os seres pedras, que são os nossos cristais; uma relação com a nossa floresta, que é a vegetação, que são seres vegetais; nós temos uma relação com os animais, que são os seres vivos; e nós temos essa relação humana, com os seres humanos.

E aí, fazendo esta fala, eu queria trazer aqui um pouco sobre a questão dos direitos, desses direitos de que a gente sempre fala, que são direitos garantidos na Constituição Federal lá no primeiro capítulo, quando a gente traz Dos Princípios Fundamentais. O que é garantido dentro desse artigo que traz todo um histórico do que a gente vai entender na questão do direito, desses direitos? Então, a gente começa a entender toda essa relação que percorre toda a soberania dessa integridade dos seres.

E aí a gente vai também percorrendo outros espaços para ocupação de espaços, para me mobilizar nesses espaços. Mas também eu vou ocupando os espaços, para mobilizar esses espaços, mas também para se integrar numa sociedade num pensamento político também de defesa não só de mim, como pessoa, mas de todos, de todos os humanos.

Então, eu vejo que, dentro desses espaços, desde que a gente começa a retroceder essa história... Eu estou falando dessa história desse lugar, onde a gente está agora, desse lugar onde se decide, onde se criam direitos. Começa esse retrocesso quando vai ao contrário daquilo que está garantido dentro da lei, quando se começam a retirar esses direitos e uma pessoa ou um grupo de pessoas começa a fazer essas defesas por interesses próprios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria trazer essa questão dos povos indígenas novamente, dentro desses territórios. A nossa luta sempre foi uma luta coletiva – ela nunca foi por um interesse próprio; sempre foi uma luta coletiva em defesa da vida. Isso era o que eu queria trazer também para a gente pensar.

Dentro desse espaço onde hoje, agora, em 2023, se fala...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EUNICE KEREXU – ... que o Governo hoje, a sociedade, a população defende como uma política do Brasil as demarcações de terras, que aparece em primeiro lugar dentro dessas pesquisas, defendendo a demarcação de terras, e a gente tem um Congresso Nacional que vota contra as demarcações de terras, a gente está retrocedendo e a gente também está indo contra a lei, pois está garantido lá, no art. 1º, que fala que é a maioria do povo que decide isso. Então, não se respeita, não se cumpre a lei dentro desses espaços.

Assim, acho que, para finalizar – pois estou trazendo muito essas reflexões da forma que eu vejo, que eu entendo esses espaços, mas também por estar aqui hoje, neste espaço, para falar isso, principalmente para quem está, os estudantes que estão aqui, presentes –, se a gente pegar essa lei, o art. 1º, e colocá-la em prática, ler, fazer toda a interpretação e ver o cenário que a gente vive hoje, é muito contrário, é muito contraditório o que está aqui, garantido na lei.

Assim, falando sobre o PL 2.903, o marco temporal, nós temos o art. 231, que é específico do direito dos povos indígenas, e eu queria trazer que, dentro desse PL, que é colocado aqui, para votar contra a questão indígena, contra os territórios indígenas, é inconstitucional em todos os sentidos.

Mas uma das questões que eu trago aqui é que não é só o processo demarcatório, mas também toda a exploração do território, que já vem acontecendo, mas que abre mais essa porteira para essa exploração, que é o usufruto exclusivo do nosso território. É difícil – principalmente para a Região Sul, mas hoje vendo todo esse modelo que se leva para o Brasil – que uma terra indígena tenha esse usufruto exclusivo do território, porque a gente luta para fazer a demarcação, mas a gente luta para se manter nela, porque não existe o usufruto exclusivo.

Então, quero falar que hoje, ocupando esse espaço e tendo esse lugar de fala, eu gostaria de trazer para esta Casa, para todos os Senadores e Senadoras que são comprometidos com a justiça e com os direitos garantidos dentro da Constituição Federal, que votem contra esse PL 2.903 (*Palmas.*), porque está nas mãos de vocês essa decisão. E a gente quer muito essa coerência. A gente pede que olhem mais uma vez para dentro da Constituição, que peguem o texto que está colocado dentro dessa PL, que comparem com o que está dentro da Constituição garantido, porque esse crime de genocídio contra os povos indígenas... Não é algo que eu não estou entendendo da lei. Ela é algo premeditado, ela é algo que vem com esse interesse mesmo da exclusão e do extermínio dos povos indígenas.

Então, quis trazer isso aqui para vocês, para que, quando chegar esse momento, a gente consiga, de uma forma correta, fazer justiça e defender o direito dos povos, de todos os povos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, querida Eunice Kerexu, Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas, que defendeu e pediu, e nós, a Comissão, tem que ser porta-voz junto aos Senadores que, porventura, não estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu esclareço, Fernanda Melchionna, que antes eu falei – o pessoal me lembrou – que, claro, hoje é quinta, temos esse debate. Amanhã é sexta, teremos aqui – e por isso que eu não estarei no Sul – um debate para discutir a situação da comunidade negra do Brasil e a educação. Vai ser um debate com o qual eu me comprometi há muito tempo, e virão estudantes e líderes de todo o Brasil. Então, eu não estarei no Rio Grande do Sul amanhã devido a esse motivo.

Sinto muito, mas eu não poderia deixar nem vocês nem a comunidade negra amanhã, e comuniquei ao Presidente Lula – ele entendeu –, e é bom saber que amanhã teremos, então, esse debate também.

E acontece que quinta e sexta não está tendo atividade na Câmara e no Senado. Então, fizemos um esforço enorme para estar aqui e liberando, então, aqueles que têm seus compromissos nos estados.

Então, agora vamos... Eriki Terena, representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Direito dos Povos Indígenas.

O SR. ERIKI TERENA (Para expor.) – Oi... Só para testar o microfone primeiro.

Quero agradecer primeiramente ao Senador, ao nosso Presidente aqui da Comissão, também à nossa Vice-Presidente, aos demais que estão aqui, aos estudantes da Universidade Estadual de Direito de Goiás, que tentaram entrar com a gente, mas depois conseguiram entrar separadamente. É muito bom vê-los aqui também para aprender junto conosco.

Quero primeiro pedir licença, porque sou muito analógico. Então, eu anoto muito as coisas. Sou professor e, professor, vocês sabem: se não anotar, acaba esquecendo. Então, em algum momento eu vou olhar aqui no papelzinho, que eu anotei algumas coisas.

Para me apresentar, primeiramente, sou Eriki Terena. Sou indígena do povo terena, do Pantanal sul-mato-grossense, um ecótono ali entre Pantanal e Cerrado. Então, temos esse bioma diverso aqui presente e, através da minha fala também, quero trazer toda essa representatividade de Mato Grosso do Sul, que tem nove povos indígenas ali naquele contexto.

E eu sempre digo: Mato Grosso do Sul é o segundo estado em população indígena, mas é o primeiro em política anti-indigenista, em forma de lidar com os povos indígenas de uma forma racista. Infelizmente, eu sempre brinco: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, esse negócio de sul no nome não dá muito certo, geralmente, no tratamento aos povos indígenas.

É esse contexto que eu venho, eu venho de uma terra indígena chamada Terra Indígena Taunay-Ipegue, que tem sete aldeias. Sou parte, membro do Conselho do Povo Terena, que é uma organização indígena de base, que compõe a Apib, e hoje eu estou aqui como Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que é composta pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Na Câmara, é coordenada pela Deputada Célia Xakriabá, e aqui no Senado, pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Sou biólogo, sou professor de formação e estou aqui também nesse espaço para poder falar com vocês da melhor forma possível, tentar aqui esclarecer alguns pontos da nossa atuação como frente, mas também costumo dizer que nós estamos institucionais, mas nós somos indígenas. Então, em alguns momentos, a minha fala institucional vai se encontrar também com a minha fala de vivência, e eu gostaria muito desse espaço, peço essa licença para vocês, e que a gente traga essas reflexões, mais uma vez agradecendo aqui ao Senador que propôs, nesse momento que é tão difícil, ouvir a voz dos povos indígenas, que não foi ouvida na Câmara dos Deputados quando passou o PL 490. Esse momento é proposto para nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, a minha terra indígena é uma terra indígena bem pequena em tamanho, comparada a outras terras indígenas, mas é muito grande na representatividade, e é a ela que eu quero começar aqui a minha fala pedindo essa licença. A frente, como eu disse, é coordenada pela Deputada Célia Xakriabá e, aqui no Senado, pelo Senador Randolfe Rodrigues. Nós fizemos algumas atuações, Deputada, para tentar mitigar os efeitos do PL 490 quando passou pela Câmara dos Deputados e a gente está trazendo agora esses caminhos também para o Senado Federal.

Foi muito difícil vivenciar esse ataque que foi o PL 490. Como indígena, estar dentro desse campo institucional, eu acho que foi um momento muito difícil para todos nós que estamos no MPI e que estamos agora também aqui na Câmara dos Deputados. Eu acho que foi um momento em que a saudade de casa bate mais do que todos os dias, porque quando você está aqui dentro e enfrenta algo como o PL 490, você tenta barrar algo que você sabe que vai afetar diretamente o seu modo de vida, a sua família, o seu território, que é para onde você vai voltar depois daqui.

O PL 490, que agora é o PL 2.903 aqui no Senado, tem uns pontos muito críticos que eu gostaria de trazer para vocês aqui – e eu trouxe anotado; como eu disse, eu sou analógico –, para que a gente comece a falar sobre ele, porque aqui o tema é: marco temporal para os indígenas. E não tem como falar de marco temporal hoje aqui no Senado sem falar do PL 2.903, que tramita aqui dentro dessa Casa e que tem pontos que precisam ser debatidos.

Um desses pontos, Senador, é o que traz o art. 16, que fala sobre a alteração de traços culturais. Diz esse artigo que, a partir do momento em que for constatada alteração de traço cultural na comunidade, a reserva pode ser retirada, retomada. Ou seja, traz o conceito de que essa reserva não é nossa, que esse lugar, esse espaço em que nós temos a nossa tradicionalidade não é nosso, ele volta às mãos da União e, a partir daí, ela pode destiná-lo à reforma agrária, por exemplo.

Eu quero perguntar para vocês: se hoje você não dança samba e amanhã você dançar, a sua casa pode ser tomada de você? Se hoje você casar com uma pessoa asiática e seus filhos forem asiáticos também, vocês vão ter a sua casa tomada? Seu filho perde direito à herança?

Por que nós vamos pagar o preço pela alteração de traços culturais, sendo que, historicamente, uma miscigenação foi forçada neste país?

Então, é um ponto que precisa ser debatido, que precisa de cautela, porque acaba-se, mais uma vez, delimitando os nossos direitos, acaba restringindo os nossos direitos, através desse artigo.

Também temos o art. 22, que é sobre a implantação de vias, rodovias e bases militares em terras indígenas, sem consulta livre, prévia e informada, que é um direito nosso, assinado na Convenção 169 da OIT.

Então, mais uma vez, é inconstitucional esse PL que passa aqui nesta Casa e a gente precisa dessa devolutiva negativa, Senador e demais Senadores que talvez acompanhem a gente.

O art. 26 do PL 2.903 fala sobre a celebração de contratos entre indígenas e não indígenas. Em que mundo isso pode acontecer, na cabeça das pessoas não indígenas, se hoje a gente vê, a todo momento, a escravização moderna de povos indígenas de que não se fala nas mídias grandes? Fala-se muito sobre a escravização moderna de pessoas pretas e se tem razão, mas da escravização moderna de povos indígenas não se fala nas grandes mídias!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu trabalhava na campanha da candidata a Deputada Estadual, Val Eloy Terena, no Mato Grosso do Sul, em umas das nossas agendas, no Território Guarani-Kaiowá, nós encontramos um senhor, no meio da BR. Fazia 14 dias, caminhava, de onde tinha seu serviço, em uma cidade, para poder chegar em casa, porque se desentendeu com o seu patrão e o patrão o mandou embora, sem nenhum direito, e ele foi caminhando. A sola do sapato já estava gasta. Não tomava água há dias. Não se alimentava há dias. As roupas já estavam todas deterioradas. O sol já tinha queimado a sua pele.

Esse é o tipo de celebração de contrato a que visa esse artigo: a escravização moderna dos povos indígenas! Não há como a gente abrir precedentes para que isso aconteça! Esse é só um caso que acontece entre os povos indígenas, com relação à escravização moderna. Então, é preciso atenção para esse artigo.

O art. 28, Senador, abre precedentes para contato com povos isolados. Coloca-se assim: "Nós tentaremos evitar o contato, exceto..." Isso não pode existir, porque, ao passo que o art. 16 delimita a alteração de traço cultural para retomada de terras, o art. 28 vem liberando contato com povos isolados...

Então, não se entende o que esta Câmara quer, porque, ao mesmo tempo em que diz que não quer que nós tenhamos alterações de traços culturais, também coloca que os povos isolados podem ser contatados!

Como manter as suas características tradicionais, em um território, em uma Casa de Leis que vai legalizar o contato com povos isolados? Como manter os traços culturais originários, como as pessoas querem, nesses estereótipos, se aqui a gente teve uma miscigenação forçada, um estupro forçado?

O art. 11 fala sobre a indenização aos títulos, aos grileiros, e abre um precedente muito grande. Aí eu quero perguntar aos meus parentes que estão aqui nos assistindo: quando é que nós seremos indenizados? Pelos séculos de estupro; pelos séculos de miscigenação forçada; pela invasão do nosso território; pelas mortes das nossas lideranças; por tantos outros ataques que nós vivenciamos todos os dias; pelo racismo... (*Palmas.*) Porque essa é a verdadeira indenização.

Quando é que nós seremos indenizados por voltar, no nosso território, 200 anos, 300 anos, 400 anos depois que os nossos antepassados foram violentamente tirados à força? Quando a nossa indenização vem?

Por que nós somos menos dignos de indenização do que os não indígenas, do que os ruralistas, do que as pessoas que trabalham com o agro? Porque nós somos vistos como sub-humanos! A todo momento, a nossa dignidade, a nossa humanidade é tirada de nós e nós somos vistos como menos, Senador. E é isso que nos emociona quando nós temos um espaço como este, porque, aqui, a gente pode se olhar de igual para igual, porque quem está no território, agora, é visto como menos, como inferior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIKI TERENA – ... tanto aqui, na Câmara dos Deputados, quanto pela maioria do Senado. Nós somos vistos como inferiores. Essa é a verdade que choca.

E aí, Senador, eu quero dizer também que a frente se coloca aqui disponível para o debate com os Senadores. Estamos tentando agendar com vários Senadores, que estão recebendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso *e-mail*, para conversar sobre esses pontos críticos. O retorno é muito difícil por parte deles, que são os representantes do povo, mas não querem ouvir o povo. Mas a gente se coloca aqui como porta-vozes dessas pessoas. Nós temos mais de 20 organizações indigenistas, que falam sobre povos isolados, a APIB e outras redes parceiras que podem vir aqui dialogar. Quero colocar a frente à disposição.

E o segundo momento em que eu divido a minha fala, Senador, é sobre o marco temporal, porque o senhor coloca muito bem – e agradeço novamente o convite, inclusive, da Ingrid, que esteve aqui e com quem a gente conversou muito durante os últimos dias – que é o marco temporal dos indígenas.

O que é o marco temporal dos indígenas? Como eu falei, eu sou de uma terra indígena muito pequena, no Mato Grosso do Sul, e me deixou muito triste, quando eu estive nesta Casa, na institucionalidade, ouvir um Deputado da Câmara dos Deputados confrontar o Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, o Dr. Eloy Terena, dizendo para ele que ele estava muito bem vestido, como se ele não tivesse o direito de ter as boas vestimentas, e que ele deveria querer para os indígenas aquilo a que ele tem acesso. E eu quero responder a esse Deputado, sem citar nomes para não dar palco também. Eu sou indígena da terra indígena do Dr. Eloy. A partir do Dr. Eloy, nós pudemos sonhar em alcançar lugares que, antes, nós não alcançávamos. Quantas pessoas... O Maurício está aqui, o Maurício, é fruto também de Dr. Eloy Terena. Será que esse Deputado pode dizer que muitas outras pessoas são frutos dele? Eu posso dizer que eu sou fruto de Dr. Eloy Terena, porque nós estamos ocupando espaços por exemplos como o de Dr. Eloy Terena. E, quando alguém, um representante do povo, tenta humilhar um dos nossos, tenta confrontar um dos nossos, ele confronta a todos nós e a nossa ancestralidade. Então, é exigido um pedido de desculpas, que eu sei que não vai vir – não vai vir –, mas eu quero deixar aqui muito bem pontuado que, a partir desse território onde eu estou, que é o território do Dr. Eloy Terena, é o território em que nós estamos fazendo outras gerações sonharem a chegar nesses espaços. Porque o estudo que chegou a nós não foi por nossa vontade, a gente não fala o português porque a gente quer. Mas, se a gente não falasse o português, se nós não tivéssemos pessoas aqui dentro agora, o que já não teria passado contra nós. Com a gente lá nos nossos territórios, sem poder alcançar esses espaços, o que já não teria nos atingido se nós não estivéssemos aqui? E, hoje, nós estamos aqui para provar que nós podemos falar por nós, graças a exemplos como o do Dr. Eloy Terena.

Território, para os povos indígenas, é muito mais do que um pedaço de terra, Senador. Quando nós estávamos na Câmara dos Deputados e os Deputados urravam e comemoravam que passou o PL n° 490, aquilo nunca doeu tanto, um sentimento de dor, porque a gente chorava naquele momento enquanto eles comemoravam. Mas eles comemoravam por dinheiro, eles comemoravam por terra; nós chorávamos pela vida que estava se perdendo ali na nossa frente. (*Palmas.*)

Se eles chorassem ali, seria choro de dinheiro, de posse. O nosso choro ali não foi por nós; foi por vocês, porque a vida hoje pode nem começar só nos territórios, mas ela se mantém por causa dos nossos modos de vida em nossos territórios. A vida pode não começar só lá, mas a vida se mantém por causa do que a gente faz lá dentro, nos nossos territórios. Os nossos modos de vida garantem que chegue a vocês a forma de vida que vocês conhecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, território é muito mais do que um pedaço de terra, é muito mais do que dinheiro. O marco temporal para nós é muito mais do que um relógio pode dizer, um calendário pode dizer. Marco temporal para nós a gente vive todos os dias, porque para nós é um marco temporal quando morre uma liderança indígena em luta pelo seu território. Marco temporal é por Oziel Terena, que morreu em confronto contra a polícia no nosso estado. Marco temporal para nós são as nossas nhandesys, nhaderus, Guarani-Kaiowá que morrem todos os dias por intolerância religiosa; que têm suas casas de reza queimadas. Isso é um marco temporal para nós. Marco temporal para nós é 1500. Esse é um marco temporal para nós. A partir da hora que nós fomos invadidos, violentados, estuprados, isso é um marco temporal.

E eu quero agradecer, porque eu achei que os dez minutos iam ser muito para eu falar e até excedi – estou até nos cinco minutos agora –, mas eu quero agradecer dizendo para vocês mais uma vez: quando esse projeto de lei passar nesta Casa, nós estaremos atentos. Mas muito mais do que nós, o nosso futuro está atento a isso. Eu faço parte de uma geração que colhe hoje frutos do que não foi decidido por mim. E a geração que vai vir, a geração dos filhos de vocês, dos nossos netos, é quem vai pagar pelas decisões tomadas hoje. E eu espero que a nossa decisão, Senador, seja sábia e em favor do direito, da vida dos povos indígenas e da floresta.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande, grande, grande! Aplaudido de pé também.

Dr. Eriki Terena, representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Direito dos Povos Indígenas. Percebi que Plenário está dizendo: só falta a mesa levantar. Está de pé, já!

Muito bem, querido Eriki Terena, pela sua fala. Emocionou a todos pela forma direta como falou – da história dos povos indígenas e este momento entra para a história, não é Melchionna? E eu quero fazer parte dessa história, mas do lado certo. Por isso estamos aqui e faremos parte.

Eu passo a palavra agora... Eu quero dizer para os estudantes, pois eles têm que sair às 11h, que, no momento em que vocês entenderem que é hora de sair, queria que vocês passassem aqui na frente – nós continuaremos sentados – pois o pessoal da TV e das fotografias querem tirar uma foto de vocês. Vocês vão receber a foto depois e poderão dizer, contar no futuro para netos, bisnetos: "nós estivemos lá!". (*Palmas.*)

Aí vocês combinam o horário da saída.

Professora, tem que sair agora ou pode um pouco mais? Então, vamos fazer agora.

Vocês já vêm para cá, passam aqui atrás, depois sairão por aqui para às 11h estarem no outro compromisso. Eu peço a todos que venham aqui na frente e vou pedir da próxima mesa, estão presentes a Deputada Fernanda Melchionna e a querida advogada também – as duas são queridas, viu? Não, mas calma, eu quero uma foto com vocês. Podem vir para cá.

Eu convido a advogada Aléssia e a Deputada Fernanda que venham aqui para sair na foto com a gente. Depois vocês voltam logo para falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você vai falar. Você vai ser a próxima.

Ah! Agora que ela entendeu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, os mais jovens que conseguirem dobrar o joelho são aqui na frente. Não sou eu que vou ficar aqui na frente, não, porque eu não dobro o joelho. Para os mais jovens é só botar um dos joelhos no chão. Nós estamos acostumados já a tirar foto aqui. Só dobrar o joelho aí. Apoia no chão. Aí, vai dar para todos.

Peço à Deputada e à Advogada que estejam aqui na mesa também com a gente como painelistas.

Aí, eles pegam todos. (*Pausa.*)

Marco temporal não! (*Palmas.*)

Passo a palavra para a Deputada Federal Fernanda Melchionna porque ela tem outra agenda. Chamam-nos a muitos lugares, e nós somos poucos dispostos a fazer esse bom combate.

Por favor, Deputada, é com você a palavra por dez minutos e mais cinco. Você é convidada como painelista.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para expor.) – Ah, que chique. Muito obrigada, Senador Paim.

Primeiro, eu quero cumprimentá-lo, Senador, por esta iniciativa. V. Exa. é sempre muito honesto e justo com a história e está fazendo todo esse debate aqui, puxando para o Senado, para a Comissão.

Eu espero muito que o Presidente Rodrigo Pacheco delegue à Comissão de Direitos Humanos debater o marco temporal porque é óbvio que um projeto como esse não pode tramitar em outras Comissões e não ser deliberado na Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Debater e que ele passe aqui na votação. Parabéns pela sua proposta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) – ... que trata de direitos humanos, não é? Então, estamos nessa torcida e nessa luta junto com o senhor.

E, claro, nesta oportunidade, quero cumprimentar o Maurício Terena, o Eriki Terena, a Claudia Regina, a Eunice Kerexu, querida companheira lá de Santa Catarina, e, claro, todos os presentes nesta audiência.

Eu acho que nós temos um desafio muito grande, que é redobrar a mobilização, sabe? Porque uma coisa é o tamanho da bancada do atraso na Câmara dos Deputados. E nós enfrentamos essa bancada do atraso, que é um casamento da extrema direita bolsonarista com uma bancada ruralista do atraso. Eu gosto de botar o "do atraso" junto, porque são aqueles que querem retroceder em todas as nossas conquistas, que estão descontentes com a nova estrutura ministerial. Como a Ministra Marina disse, queriam transformar o Ministério do Lula no Ministério do Bolsonaro, tirando o poder do Ministério do Meio Ambiente, tirando atribuições do histórico Ministério dos Povos Indígenas, que, além de ser um orgulho para o Brasil, mostra ao mesmo tempo a invisibilização dos poderes de cima dos 523 anos de resistência – não é, Eriki? – desse marco temporal, que é anterior a 1500. O começo, em 1500, é um genocídio. O que começa em 1500 é uma violência. O que começa 1500 é a barbárie sobre 4 milhões de homens e mulheres que aqui residiam e que foram atacados violentamente pelos invasores.

Então é uma mistura disto, desta tentativa de voltar à estrutura passada, com uma ganância desenfreada – uma ganância desenfreada! É uma combinação de preconceito, intolerância, como você falava na sua fala, de ataque simbólico e físico, e uma tentativa de se apropriar das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terras dos povos indígenas, de se apropriar de todas as maneiras: legalizar o garimpo ilegal, desmarcar – diz "desmarcar" porque o projeto permite isso com o artigo que vocês leram sobre a questão dos traços culturais, o que é um escândalo, é uma vergonha! O que está posto é inconstitucional, ilegal, indecente e imoral, mas está na lei que foi aprovada na Câmara dos Deputados – e não avançar em mais nenhuma demarcação.

Eu fico chocada, Senador Paim! Nós, os gaúchos... Fiz alguns debates e parece que é uma coisa assim... É um acinte ver a bancada do atraso falar que os indígenas gaúchos têm menos de 1% da terra de todo o Rio Grande do Sul, quando lá residiam e lá construíram. Até isso, até isso eles querem tirar!

E manter essa lógica dos crimes contra a humanidade, que nós vimos, porque, além da ganância desenfreada, além do desmatamento, que são perdas irreparáveis para o futuro da humanidade, são os crimes contra a humanidade que foram cometidos contra os povos indígenas no último período, como os ianomâmis, enfim.

Não pode ser... É claro que tem a dor e toda a operação agora, necessária para retomar o território, mas o Governo Bolsonaro foi avisado 21 vezes! E, por omissão, negligência, prevaricação e aliança com o garimpo ilegal, permitiu que o mercúrio contaminado chegasse às crianças, permitiu a subnutrição e permitiu 540 mortes. E é sério: crimes contra a humanidade são imprescritíveis e inafiançáveis. Eu acho que essa luta ainda é urgente e necessária. Pode demorar dez anos para que sejam condenados nos tribunais penais internacionais? Pode. Mas, se a gente não lutar, talvez não o sejam. Então temos que seguir essa luta por justiça pelo passado, até para potencializar um novo futuro e fazer o enfrentamento do marco temporal agora, que eu quero, nesses cinco minutos, terminar.

Nós sabemos que é um projeto inconstitucional.

Eu sei. O Senador é muito generoso, mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem dez ainda.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) – ... ouvir ainda a Doutora, porque eu tenho uma outra audiência. Mas quero ouvi-la antes de ir, para finalizar essa mesa, esse momento rico que o Senador nos propiciou.

É inconstitucional. Não pode um projeto de lei complementar falar sobre a Constituição. O art. 231 é muito claro na questão dos povos indígenas, dos direitos da demarcação e da necessidade de oitiva dos povos indígenas que o projeto tira. Mesmo uma PEC eu acho que seria inconstitucional porque fere cláusulas pétreas da Constituição. E aí cláusulas pétreas só podem ser alteradas por uma nova Constituição e não por uma Câmara dos Deputados, que não foi eleita para mudar a Carta Magna do Brasil.

Mas a gente sabe que aqui na Câmara e no Senado é uma correlação de forças interna e externa.

Foi votado o marco temporal na Câmara dos Deputados com trator, Senador Paim, não estava na pauta no dia. A gente estava lá enfrentando outros ataques, porque nós estávamos enfrentando outros ataques, e o marco temporal entrou em urgência, na semana seguinte o mérito, não passou por nenhuma Comissão, obviamente, não passou pela Comissão dos Povos Indígenas e da Amazônia, com o que obviamente teria atinência, e fizeram lá um trator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não contentes, querem criminalizar as mulheres que enfrentaram esse trator, eu sou uma delas, a Célia Xacriabá, a Sâmia Bomfim, a Talíria Petrone, a Erika Kokay, a Juliana Cardoso. Tem peças no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por ter feito esse enfrentamento e por ter falado do genocídio legislado, que é o novo tipo de genocídio, diferente do de 1500, mas que é a reprodução dessa lógica no tempo presente para invisibilizar e, sim, manter o genocídio e as violências contra os povos originários. E se incomodaram com a nossa fala por defender os indígenas e também, por óbvio, por sermos mulheres, porque essa turma da extrema direita não esconde o seu machismo, a sua misoginia e o seu ódio contra as mulheres que lutam e sonham. Então, para coroar uma noite de horrores, fizeram essa representação, nesse caso contra nós, o partido do Bolsonaro. Está tramitando, semana que vem vai ter mobilizações aqui, vamos seguir essa luta, porque não nos calarão, é no sentido de intimidar.

Mas o que eu queria falar é que eles fazem de uma forma açodada, uma forma de representação contra os que lutam, para passar um conteúdo inconstitucional grave, um ataque brutal aos povos originários. Isso passou na Câmara, mas aqui no Senado nós temos que montar a nossa estratégia, e o Senador Paim é fundamental, é parte dessa estratégia de luta conosco, de luta para pressionar de fora para dentro para construir maioria, para que não seja votado ou para ser derrotado. E é esta estratégia que nós temos que montar: iniciativa como a do Eriki de mandar as cartas, de pedir as reuniões, que não é dele individualmente, que é da frente; a Apib está fazendo mobilizações, nós fizemos atos duas semanas atrás, mobilização em Brasília, combinada com a votação no Supremo Tribunal Federal; as mulheres, vai ter a marcha das mulheres indígenas – não é, Kerexu? –, acho que em setembro, logo depois da Marcha das Margaridas; e eu acho que a gente devia pensar num novo Ato pela Terra. Eu acho que a gente deveria pensar um novo Ato pela Terra, na frente do Congresso Nacional, dentro do Senado Federal, para pressionar, porque a gente sabe que no frio, infelizmente, eles podem aprovar, mas no quente, na pressão da comunidade internacional, nas denúncias do Tribunal Penal Internacional, nas denúncias do Parlamento Europeu, no engajamento dos indígenas, que já estão, no engajamento de artistas, movimentos sociais, partidos, enfim, juventude, vai ter congresso da UNE nas próximas duas semanas, vai ser aqui em Brasília, que tenha moção e que tenha movimentação junto com os indígenas contra o marco temporal, eu acho que é possível vencer.

E quero concluir porque não vou falar os seis minutos que generosamente me foram concedidos pelo Senador!

Eu sei, o Senador Paim é muito generoso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Paim...

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) – É que eu quero ouvir a nossa última convidada.

Eu acho então que é essa estratégia que temos que montar, mas quero concluir falando que vocês são um exemplo. Quando começou o Governo Bolsonaro, vocês podem procurar nos anais da história, em 2019, todo mundo assustado, normal, um governo de extrema direita, eu dizia: "Nós vamos aprender a resistência com os indígenas, que resistiram 523 anos, e vamos fazer uma unidade de ação para defender as liberdades democráticas". (*Palmas.*)

Vocês nos inspiram e contem conosco nessa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, querida Deputada Federal Fernanda Melchionna, não seria diferente a sua fala, que deixou uma série de propostas em que nós todos vamos trabalhar juntos nesse sentido. Meus parabéns a você. Você é um orgulho, viu? Não é só para o Rio Grande, mas para o povo brasileiro, nós todos somos o povo brasileiro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. *Fora do microfone*.) – Nosso Senador combativo da humanidade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Precisavam vê-la em cima dos caminhões comigo no interior do interior das pequenas comunidades. Muitos não iam lá; nós fomos, para defender o nosso Governo, a possibilidade de o Governo Lula chegar lá e chegou. Eu percebia lá a alegria do povo quando via você! Eu era coadjuvante ali... (*Risos.*)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. *Fora do microfone*.) – Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pediram para registrar aqui a presença, e eu o faço com muito carinho, do Cacique Xavante, liderança indígena do Mato Grosso, da Terra Indígena Sangradouro. (*Palmas.*)

Voltamos à nossa mesa – a Doutora pode fazer o encerramento, Doutora. Você ficou na mesa de encerramento –, do Mauricio Terena, Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O SR. MAURÍCIO TERENA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Queria inicialmente cumprimentar a mesa, à oportunidade de estar aqui, Senador, a todos que estão presentes nos acompanhando e também de modo remoto.

Acho que todos nós aqui fomos já atravessados por uma emoção dos discursos aqui proferidos, porque, justamente, Senador Paim, é de fato muito cansativo acho que para nós, povos indígenas, estarmos aqui novamente enfrentando uma luta pela vida. Quando se luta pelo território indígena, nós lutamos pela vida.

Quando a gente fala de marco temporal, Senador Paim, dentro da literatura constitucionalista, existe uma linha de estudo que fala sobre o processo de desconstitucionalização, que é justamente descaracterizar o que os Constituintes quiseram por meio da legislação, e o marco temporal é isso, Senador. O senhor estava lá, o senhor presenciou, o senhor viu a luta que foi para os povos indígenas conseguir cravar o 231 e o 232 da Constituição Federal. Ali nascia uma nova relação do Estado Brasileiro com os seus povos originários.

E, hoje, nós estamos aqui, em pleno 2023, lutando novamente para que o mínimo seja garantido. Querem descaracterizar a Constituição, não querem rasgá-la; eles querem passar, por meio de um projeto de lei ordinária, a reforma de direitos fundamentais. Isso só evidencia, Senador, que essa é uma tese política. Essa é uma tese política que ganhou no Judiciário – Judiciário esse brasileiro – um território fértil para se propagar, em especial no caso da Raposa Serra do Sol.

E daí eu pergunto para vocês que estão nos acompanhando, seja de modo virtual ou aqui presencial: qual é o perfil desse Judiciário brasileiro?

Esta Casa, Senador, precisa começar a abrir as portas dos Poderes. Não é uma República – não é uma República – enquanto a comunidade negra e a indígena continuarem sofrendo, continuarem lutando pelo direito à vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, justamente, no que tange a esse julgamento no âmbito do Supremo Tribunal Federal, está sendo travada uma disputa, uma disputa que entrará para os anais da história. Essa disputa, para além da questão de um julgamento e de uma tese que está sendo tratada aqui, porque existem esses dois campos da institucionalidade em disputa, o Legislativo e a Suprema Corte... E, para mim, está evidente que, naquela fatídica noite, Deputada Fernanda Melchionna, Arthur Lira estava querendo mandar recados para a Suprema Corte, para a alta cúpula do Poder da República. Ele está utilizando aquela cadeira para justamente mandar recados. E o recado que ele queria mandar era justamente o de colocar o Governo de joelhos, como ele colocou na aprovação da MP 1.154.

Só que é chegado o momento de nós, enquanto sociedade civil, não admitirmos isso, Senador Paim. E é justamente neste julgamento que estão sendo consagradas as teses jurídicas. E aqui eu pontuo e os convido para fazerem a leitura do voto do Ministro Relator Edson Fachin. É um voto histórico. O Ministro Edson Fachin se preocupa em trazer todo o contexto histórico, constitucional, hermenêutico dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Por isso, ele rechaça a tese do marco temporal. (*Palmas.*)

É inconcebível juridicamente ou politicamente, Senador. É inconcebível. E esse julgamento diz respeito sobre qual projeto de país a gente quer ser, se a gente vai continuar se orgulhando de as futuras gerações serem apenas um celeiro do mundo, celeiro do mundo esse onde o povo que mora aqui não come. Que celeiro é esse que não alimenta, Senador?

Nós temos potencial para muito mais, Senador. Este país é rico em recursos naturais. Este país tem a possibilidade de ser uma grande potência mundial. Só que a gente não pode se curvar aos interesses do capital financeiro. E o marco temporal é um julgamento que diz respeito aos interesses do marco financeiro e, acima de tudo, ao agronegócio. E é chegado o momento, Senador, de a gente, enquanto sociedade, romper com a herança colonial deste país. Isso não é mais admitido, pois a Constituição Federal da República é um documento que inaugurou um novo Estado. E aquele Estado sobre o qual a gente se debruça, parente, para estudar o Direito Constitucional, a gente quer ver na prática, porque, quando a gente sai na rua, enquanto povos indígenas, a gente não sabe se a gente volta.

Você é da Bahia. Você sabe que lá no sul da Bahia o povo pataxó está morrendo; está morrendo justamente pelo agrobanditismo brasileiro, que sente, Senador Paim, legitimidade em matar e não dar em nada. E é justamente diante disso que surge a advocacia indígena – não é, parente? Essa advocacia indígena que usa os conhecimentos eurocêntricos das universidades para lutar pela luta social. (*Palmas.*)

E eu queria dizer isso para os estudantes que foram embora, mas que fique registrado: lutem pelas lutas sociais, usem o direito constitucional para mudar a política do dia a dia. Se a Constituição preceituou, eu quero, no dia a dia, que a gente veja esse país que está preceituado lá. A gente vai continuar lutando dentro dos ambientes institucionais e sem deixar de ser indígena, Eriki, porque, quando entramos nesses espaços de poder vestidos como estamos vestidos, acontece o que você contou.

Eu vou contar rapidamente que eu fui despachar com uma determinada ministra, no âmbito de uma determinada corte. O assessor dela, Senador, me conduzindo para falar com a ministra ali no gabinete, olha para mim e diz assim: "Mas você é mesmo indígena?". E eu estava de cocar assim, porque aquela corte nunca teve povos indígenas. Então, é um posicionamento político

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar aqui nessa posição com o meu cocar. E ele olhou para mim e me indagou: "Mas você é mesmo indígena? Você é tão branquinho?". O nome disso é racismo, porque querem que aquele espaço permaneça sendo das elites brancas.

Pois eu lhes digo: nós, povos indígenas, estamos na Esplanada dos Ministérios hoje, nas secretarias estaduais de poder, nesta mesa, e continuaremos denunciando. Iremos dar trabalho para essa bancada ruralista passar esse projeto, porque justamente querem tratorar os direitos fundamentais dos povos indígenas. Não sou eu que estou dizendo isso, não, Deputada Fernanda, é justamente o Ministro Relator Edson Fachin, que preceituou que os direitos territoriais dos povos indígenas são direitos fundamentais e, como a senhora muito bem lembrou, não são passíveis de reforma.

E pasme, Senador Paim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO TERENA – ... qualquer pessoa que tenha um mínimo de assessoria legislativa boa sabe que não se mudam direitos constitucionais por lei ordinária. Mesmo que estivesse sendo feito por PEC, mesmo que fosse por PEC, não se retira, é o princípio do não retrocesso social. Não se faz, não tem como.

A gente precisa começar a justamente nos organizar e lutar por aquilo que está na lei. Nós, povos indígenas, não estamos aqui pedindo direitos a mais; a gente está pedindo, Senador, aquilo pelo que o senhor lutou lá na Constituinte (*Palmas.*) e que querem justamente desconstitucionalizar, que querem descaracterizar.

E, aqui, já aproveitando meus últimos cinco minutos... Eu fiz uma fala e eu queria aproveitá-la aqui. É um pouco direcionada – aproveitando que o senhor vai encaminhar aos Senadores também esta audiência – à Senadora Soraya Thronicke, que atualmente está com o PL 2.903.

Nós, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, já oficiamos ao gabinete da Senadora solicitando uma audiência com ela e também já preparamos todos os memoriais escritos, trazendo as nossas razões por que esse PL não deve prosperar nesta Casa.

Como bem o Eriki lembrou, os representantes do povo não nos respondem. E ela é do nosso estado.

O SR. ERIKI TERENA – A frente também notificou e até agora nada. E ela é do nosso estado.

O SR. MAURÍCIO TERENA – Pois é! Solicito que o senhor, Senador Paim, faça as articulações necessárias para que a Senadora atenda a gente em audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que é importante interromper com esse objetivo de responder.

A Senadora Soraya Thronicke é desta Comissão e tem tido uma postura que... Quero mais que ela esteja ouvindo, porque eu quero elogiá-la. É uma postura muito boa. Inclusive naquela questão – só para vocês terem uma ideia – de que se perde a terra onde forem encontrados homens e mulheres, negros, brancos e índios sob escravidão, ela fez uma emenda que melhorou o texto inclusive – eu tenho que dar esse depoimento –, e aprovamos por unanimidade.

Então, eu me comprometo a conversar com a Senadora, para que ela possa ouvi-los. Eu tenho quase certeza de que ela vai... É um pedido que eu farei em nome da Comissão, em que ela aqui atua, e atua bem – atua bem. Estou elogiando-a, como eu elogio a maioria dos que aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam. Sempre tem um ou outro que tem seu ponto de vista e eu respeito, inclusive é democrático pensar diferente. Alguém já disse que toda unanimidade não leva a nada, não é? Eu não vou usar outro termo, porque eu mudei aqui a frase, eu trabalhei a frase. (*Risos.*)

Mas eu me comprometo a falar com a Senadora Soraya Thronicke, no sentido de que ela receba vocês.

O SR. MAURÍCIO TERENA – Muito obrigado, Senador.

Eu queria, inclusive, corroborar essa visão que o senhor tem da Senadora, porque ela foi eleita dentro de um contexto político, ali com o *slogan*, inclusive, a Senadora do Bolsonaro, mas ela rompeu com as relações. Acho que ela viu que não teria muito futuro político plausível e ela passou a ser uma pessoa muito mais maleável. Então, sem sombra de dúvida, eu corroboro isso e gostaria muito de que a Senadora nos recebesse, para que, em audiência, a gente discutisse de maneira republicana as nossas questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me comprometo, inclusive, a estar junto com vocês para dialogar com ela.

O SR. MAURÍCIO TERENA – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado mesmo.

E, diante desse cenário, seria importante que esta Casa ouvisse, tivesse momentos como o que está acontecendo agora, para que não aconteça o que aconteceu na Câmara dos Deputados, porque justamente, logo após a votação dentro do âmbito da Câmara dos Deputados, tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto as próprias Nações Unidas emitiram comunicados no sentido de externalizar a sua preocupação com a tese do marco temporal e a forma como está sendo conduzido esse debate no Brasil.

E, já para finalizar a minha fala, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto que eu lhe tirei aqui com a minha fala no meio da sua.

O SR. MAURÍCIO TERENA – Muito obrigado.

Os argumentos que são trazidos à baila pelos respectivos Senadores e Deputados é que eles estão com pressa para legislar sobre o assunto. Eles se arrogam a prerrogativa de que essa temática é do Legislativo. Por óbvio, é. Esta Casa tem essa prerrogativa, mas que seja feita dentro dos parâmetros legislativos constitucionais, observando qual é o objetivo desta República, que não é causar mais injustiça.

Então, essa tese que está sendo discutida, a questão do marco temporal, vai justamente direcionar qual é a escolha de país que a gente quer ter: se é justamente esse país que quer continuar cerceando direitos humanos, matando defensores de direitos humanos, reprimindo os povos indígenas de viver com seus usos e costumes, ou um país que vai olhar para a frente, Senador Paim.

Eu tenho certeza de que, quando o senhor estava na Constituinte votando essas matérias, o senhor não imaginava estar aqui hoje, conosco, fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui eleito para debater esse tema, que é triste para a gente.

É um dos artigos mais avançados os artigos que tratam dos povos indígenas e também do povo negro, que, para mim, é inviolável, é intocável. Por isso, estamos aqui, acreditando que é possível reverter essa questão, claro, como foi dito pela nobre Deputada Fernanda, com muita mobilização, com muita mobilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO TERENA – Sim, sem sombra de dúvida.

E a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) se coloca à disposição tanto do mandato quando do Senado Federal para fazer as incidências políticas necessárias. A gente já está justamente fazendo esses pedidos de audiência dentro do âmbito do Supremo Tribunal Federal também. Apesar de o Ministro Alexandre de Moraes ter rechaçado o marco temporal, ele traz alguns entendimentos jurídicos que a gente entende muito problemáticos; ele argui a questão da indenização prévia para que possa haver a demarcação das terras indígenas. Daí eu pergunto, Senador Paim: como que ele quer que a indenização prévia seja um dos requisitos, sendo que hoje a União não paga nem a boa-fé? Já não existe recurso da União e não é uma prioridade, até porque, se fosse prioridade para qualquer governo, o art. 67...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO TERENA – ... das Disposições Transitórias delimitou o prazo de cinco anos para que a União concluísse a demarcação de todas as terras indígenas. Corta para 2023: a gente aqui fazendo este debate.

Eu peço para os Senadores, para a sociedade civil, para os Deputados, para todos que estão nos acompanhando aqui, presencialmente ou de modo *online*, que se juntem aos povos indígenas brasileiros, pois esse julgamento não diz respeito só aos povos indígenas; diz respeito tanto a esse processo civilizacional, se a gente avançou ou não, e também a se a gente vai caminhar para um desequilíbrio climático de não retorno. Então, esse julgamento, acima de tudo, Senador, é um julgamento climático, porque, dentro do Brasil, no sul global, demarcar terras indígenas é uma política de enfrentamento às mudanças climáticas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Interessa a todo o planeta! Meus cumprimentos, Maurício Terena, Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Obrigado. Você aqui demonstra todo seu conhecimento também nessa área também, como advogado, nos deixando cada vez mais fortalecidos para os argumentos.

Como, na última mesa, nós vamos ter somente a Doutora – Doutora, você vai estar na última mesa –, eu vou convidar, neste momento, a Deputada Federal, que já falou, mas que vai ter que sair. Eu vou convidar a Deputada Federal, mas vou convidar também a Dra. Aléssia Bertuleza Tuxá, Advogada, Defensora Pública. Que as duas venham aqui para a mesa. Para a senhora, vou pedir para que coloquem uma cadeira aqui ao lado, porque ficaremos com esta mesa até o final; você vai ficar aqui para tirar uma foto com a gente antes de sair. Ela estava dizendo: "E a minha foto não vai sair?". Vai!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. A Doutora senta aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sustentabilidade. Está lá, não é? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa querida Eunice queria dar só um toque antes de eu continuar chamando a mesa.

A SRA. EUNICE KEREXU (Para expor.) – Eu só queria fazer um registro aqui. O Ministério dos Povos Indígenas tem uma agenda marcada com a Senadora Soraya Thronicke, que vai ser no dia 5, com o nosso Secretário-Executivo Eloy Terena. A gente quer reforçar, nesse dia, a participação do movimento indígena e o diálogo dentro dessa construção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto!

A SRA. EUNICE KEREXU – Então, só para registrar isso.

O SR. MAURÍCIO TERENA – Obrigado, Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já ajudou muito sua colocação. A representante do Governo tem uma audiência marcada e convida vocês para estarem juntos. O.k.? (*Palmas.*)

O SR. MAURÍCIO TERENA – Obrigado, Secretária...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Secretária!

O SR. MAURÍCIO TERENA – ... pelo convite. Nós estaremos lá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, passamos a palavra para a Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Por favor, querida, Dra. Claudia Regina Sala de Pinho.

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO – Grata, Senador. Está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acendeu o verde.

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO (Para expor.) – Grata, Senador Paim. Trago os cumprimentos da nossa Ministra Marina Silva e da nossa Secretária Edel Moraes. Gostaria de cumprimentar a mesa e os parentes indígenas. Sou uma mulher da ancestralidade guató, do Pantanal de Mato Grosso, então cumprimento os parentes terena. Cumprimento também todas as mulheres e não mulheres aqui presentes e digo da minha alegria em estar nesta mesa, compondo esta mesa, o que, para mim, é uma honra, já que eu venho do movimento social e agora estou, institucionalmente, como Diretora, somando os esforços nessa Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais. Fico muito honrada pelo convite. O Senador, historicamente, tem a luta das ditas minorias, mas somos a maioria neste país. Em muitos espaços, assim como disse o parente Eriki, não tem como a gente tirar a nossa identidade e deixá-la de lado, porque isso faz parte do nosso ser e da nossa própria vivência. (*Palmas.*)

Neste espaço institucional, esse posicionamento de ser contra o marco legal vem no sentido de reforçar até mesmo a existência do próprio Ministério do Meio Ambiente. Não dá para falar de conservação, de proteção ambiental se não falar no fortalecimento das pessoas que contribuem e dos grupos que ali estão. Então, nós estamos falando de um Brasil pluridiverso, de um Brasil, que, só de povos e comunidades tradicionais, já tem uma nação imensa, porque são mais de 300 povos, mais de 200 línguas. Então, nós estamos falando de um país que, constitucionalmente, reconhece, mas que ainda precisa avançar muito nesse reconhecimento do que é essa grande diversidade, do que compõe a nossa nação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em se tratando do Ministério do Meio Ambiente, a nossa Ministra tem se posicionado e tem elencado como que essa temática do marco temporal também reforça a violação de direitos de outros grupos, a partir do que está sendo discutido do marco temporal. Então nós temos, dentro do Ministério do Meio Ambiente...

Muito recentemente, nós recebemos o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que teve a sua reunião em junho, e esse conselho tem uma representação com os povos indígenas e quilombolas de mais de 28 autoafirmações neste país, reconhecidas pelo Decreto 6.040, que o Presidente Lula afirmou em 2007.

Esse reconhecimento é um reconhecimento do Estado brasileiro de que esses direitos que estão na Constituição, nesse arcabouço jurídico que dá toda a resistência e permanência no território para os originários, também são um marco no qual os outros grupos se afirmam, nessa resistência de continuar existindo, de continuar compondo essa diversidade do país.

Então, quando nós falamos do marco temporal, o tempo, para os povos indígenas e para os outros povos e comunidades tradicionais, é o nosso amigo. E o próprio fato de se ter um marco temporal coloca como se o tempo fosse o nosso inimigo, em se tratando do aspecto jurídico, em se tratando do aspecto social da composição desses grupos.

O tempo, nesse sentido, vem para reforçar que existe um período no qual os povos indígenas devem ter marcada a sua presença, como se isso fosse um período em que, juridicamente, se tem o marco de 1988, da nossa Constituição, mas isso transcende a existência.

A existência humana, a existência socioambiental transcendem o marco de tempo, transcendem um marco da existência, até mesmo com essa identificação de povo indígena, porque eu venho do Pantanal de Mato Grosso antes de estar em Brasília – e me congratulo com a fala do parente de que a gente tem para onde voltar, e espero que a gente tenha mesmo, enquanto um povo ou uma comunidade tradicional – e sempre digo que estar em Brasília é um período, e, aí, o tempo... A gente tem data para estar em Brasília nesse papel institucional, mas, antes disso, esse papel, enquanto sociedade, vem da identidade enquanto ser humano.

A própria identidade, enquanto povo indígena, para se identificar como um povo ou uma comunidade diferente da sociedade, isso vem pelos marcos e, muitas vezes, marcos jurídicos. Então, essa consciência – e digo isso a partir do meu pai, que dizia que antes a gente achava que era todo mundo igual e, de repente, começaram a nos dizer que nós éramos diferentes –, esse tempo é também marcado pelas posições jurídicas, o que transcende e perpassa também essas Casas, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados.

E, enquanto Ministério do Meio Ambiente, o reconhecimento socioambiental se dá também por esses espaços, como o próprio Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. É um espaço, hoje, em que a Ministra é a Secretária-Geral do Conselho, e tem enfatizado o quão importante é não discutir o meio ambiente sem discutir quem conserva, sem discutir os guardiões da biodiversidade, os guardiões socioambientais de todos os territórios brasileiros. Em todos os territórios, em todos os biomas, nós temos povos e comunidades tradicionais. Então, essa grande diversidade de grupos é que compõe a nossa sociedade.

E, quando se atenta ao direito dos povos e comunidades tradicionais, mas especialmente dos povos indígenas, são marcos institucionais, marcos jurídicos para que o Brasil tem que se atentar, que também está violando, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, como a Convenção 169 da OIT, nos quais se amparam os outros grupos que constituem esse país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não estamos falando somente de um grupo que, por si só, tem essa grandiosidade, mas nós estamos falando também dos aspectos jurídicos a que o nosso país tem que responder internacionalmente e o quanto que isso fere os direitos de outros grupos que veem na luta indígena, tanto no aspecto social quanto jurídico, também um respaldo para continuar existindo.

Nós estamos falando de grupos fragilizados que se seguram no Decreto 6.040, a partir da autodefinição e a partir do autorreconhecimento dos seus territórios, grupos que se encontram nessa situação de invisibilidade e de grupos que ainda estão buscando a luz nos aspectos jurídicos. Nós estamos falando de um país em que ainda é preciso se segurar, mesmo que a Constituição reconheça esses direitos, mas nós estamos falando de grupos que ainda precisam se segurar juridicamente para continuar existindo e continuar contribuindo no aspecto social, cultural e ambiental desse país.

Então, só para finalizar, o Ministério do Meio Ambiente tem se colocado à disposição nesses debates, nessa contribuição, a partir do que é a sua competência. A sua competência é defender os aspectos socioambientais, e, na discussão de mudanças climáticas, na discussão territorial, ambiental, para que o Brasil cumpra os acordos internacionais, esse ministério tem grande contribuição e tem grande competência para continuar defendendo quem conserva os territórios tradicionais e quem contribui diretamente na mitigação climática e, principalmente, na sociedade em geral, que usufrui desses benefícios com que esses guardiões e guardiãs têm contribuído para o país.

Grata, Senador, pelo espaço, e grata por me ouvirem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Fez uma bela exposição, vinculando a essa luta toda do clima, que é a sua área. É Diretora e muito competente, muito preparada, como todos que aqui falaram.

Agora eu vou passar para a Dra. Aléssia Bertuleza Tuxá – acertei agora –, advogada. A assessoria me informa que ela é a única Defensora Pública dos povos indígenas, a única originária dos povos indígenas – a única. Então, uma salva de palmas para ela! Que venham outras e outros!

Antes de passar a palavra para a senhora, só para ordenar os trabalhos – nós temos tempo ainda e vamos usar todo o tempo aqui –, depois que ela falar, eu lerei, como é de praxe, todos os questionamentos que vieram. Tem questionamento para todo gosto e eu vou ler todos. Claro, como foi uma audiência muito concorrida, digo, à distância, principalmente, embora aqui também esteja lotado, o e-Cidadania selecionou alguns com ponto de vista diferente. Nunca vieram tantas perguntas, apoiando e também questionando, o que faz parte e é bom.

Então, eu vou passar, agora, para a doutora e, em seguida, vocês, painelistas todos – o Dr. Antonio está ali firme –, terão três minutos, cada um, para as suas considerações finais e, se entenderem, responder algumas das perguntas. Se assim não entenderem, eu passo para a nossa secretária, para que responda depois, remetendo a todos, ou mesmo nós da Comissão nos defendemos bem, porque nós temos posição e responderemos à altura, mas combinamos aí.

Então, por favor, neste momento, passamos a palavra à Dra. Aléssia Bertuleza Tuxá, que é advogada e Defensora Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALÉSSIA BERTULEZA TUXÁ (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua indígena.*)

Senhoras e senhores, como se diz na língua do meu povo, dzubukuá: bom dia a todos e a todas.

Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o senhor, agradecer pela iniciativa e parabenizá-lo, não só por esta audiência pública, mas por honrar a função constitucional que o senhor exerce nesta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. ALÉSSIA BERTULEZA TUXÁ – Por isso, não falo só pela matéria, que tanto me interessa enquanto indígena, mas falo por aquela função que a Constituição diz que cabe aos nossos Legisladores: representar os cidadãos deste país. Parabéns por fazê-lo com excelência!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Ela está cutucando todos os Parlamentares! (*Risos.*)

Representem o que a Constituição os assegurou!

A SRA. ALÉSSIA BERTULEZA TUXÁ – Bom, eu sou Aléssia Tuxá. Eu sou tuxá e pertenço ao povo indígena tuxá de Rodelas, que fica lá no Sertão da Bahia. Eu sou Defensora Pública do Estado da Bahia, com muito orgulho, mas também sabendo da minha responsabilidade, porque carrego o fardo de ser a primeira indígena Defensora Pública deste país, com a certeza de que, em breve, não serei a única.

Como Eriki e Maurício falaram aqui, ocupamos esses espaços, hoje, nós estamos aqui nesta mesa e ocupamos vários outros espaços, porque nós somos fruto da luta de muita gente que nos antecedeu. Eles têm Eloy como referência e eu vivi, na semana passada, um momento mágico. Recebemos, lá na Bahia, a Ministra Sonia Guajajara e a Presidenta da Funai, a Dra. Joenia Wapichana, que foi a minha primeira referência.

Quando a gente fala sobre representatividade, a primeira imagem que eu tenho é da Dra. Joenia, no STF, de cocar, fazendo uma sustentação no caso Raposa Serra do Sol.

E, hoje, quando eu vejo os meninos fazendo esse mesmo papel, dá aquela sensação de que o coração fica quentinho, a gente está no caminho certo, a gente está honrando quem veio antes de nós (*Palmas.*) mas, principalmente, a gente está fazendo a nossa parte para quem vem depois.

Senador, eu queria dizer que, ao ter ficado ali antes de vir para a mesa principal, o senhor me proporcionou uma felicidade que o senhor nem imagina. O senhor não sabe, vendo de frente, como esta mesa está bonita. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Bertuleza, em nome de toda a mesa.

A SRA. ALÉSSIA BERTULEZA TUXÁ – Eu que agradeço ao senhor.

Eu falo sobre Dra. Cláudia e peço licença aos senhores para enaltecer, principalmente, os parentes. É muito bonito ver este momento acontecer, ver uma mesa da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, tratando sobre o marco temporal para povos indígenas, repleta de indígenas. É aquilo que eu falei: a gente está andando, a gente está avançando, a gente está no caminho certo e, apesar dos ataques serem históricos e constantes, a gente está resistindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, falando sobre marco temporal, é inevitável falar sobre resistência. Mas a resistência, quando nós falamos aqui, não é só aquela que as pessoas imaginam no sentido mais físico de ser. Acho que uma das maiores demonstrações de resistência que nós temos hoje, dos povos indígenas, é esta mesa. Antes, quando nós falávamos sobre a defesa dos povos indígenas, nos espaços judiciais, no sistema de justiça, a gente sempre falava sobre a advocacia indigenista, pessoas não indígenas que se dedicavam à defesa da causa. Hoje, nós falamos sobre advocacia indígena, nós falamos sobre nós, os indígenas, que estamos ocupando o sistema de justiça para nos defender, para nos representar, para nos posicionarmos contra o marco temporal e convocarmos também os não indígenas a fazê-lo.

Inclusive, aqui já deixo registrado um convite aos demais Senadores, que não estão participando presencialmente, mas que terão acesso à gravação, para refletirem sobre o tema, porque, infelizmente, o PL n° 490 passou na Câmara dos Deputados muito confirmando aquela proposta, que nós ouvimos muito no governo passado, de fazer a boiada passar. A ideia era fazer a boiada passar e a Câmara dos Deputados, infelizmente – eu digo isso com muito pesar no coração, porque eu tenho muito carinho pelos Poderes da República, eu sei da importância deles numa democracia –, infelizmente, nesse recorte histórico, naquela noite fatídica, a Câmara dos Deputados, esse espaço tão essencial à democracia, que, por tantas vezes, foi tão útil à legitimação, à sustentação e à própria consolidação da democracia neste país, teve um dia negativo, teve um momento triste na sua história: permitiu que a boiada passasse. Mas a boiada, quando passa, ela não passa só arrebentando a porteira; ela passa, em se tratando de marco temporal, com a pretensão de pisotear nosso solo sagrado, de pisotear a nossa ancestralidade, de passar por cima da nossa história. Ela passou lá, mas aqui ela não vai passar. (*Palmas.*)

E ela não vai passar aqui porque nós estamos vivendo em um Estado democrático. Quando nós falamos sobre democracia – e os parentes que falaram antes trouxeram isso de uma forma muito clara –, é complicado falar sobre democracia, trazendo pela essência do significado da palavra, como forma de governo que vem do povo quando esse povo não é representado, quando esse povo não é ouvido. Mesmo tratando-se de uma democracia representativa, é necessário que haja efetivamente representatividade. E haver representatividade significa ter representantes de todos os segmentos que compõem a sociedade brasileira em todos os espaços de decisão, em todos os espaços de poder.

Não dá para nós termos um projeto de lei tão sério, cuja inconstitucionalidade é inquestionável... Eu vou falar sobre isso depois, mas, falando do ponto de vista substancial, da matéria de que trata, da repercussão que gera, não dá para nós termos um projeto de lei desse naipe, prestes a ser votado, sem estar sendo discutido amplamente com a sociedade civil. (*Palmas.*)

O Brasil é signatário da Convenção n° 169 da OIT. Entre outras obrigações, ele assumiu o dever de realizar consulta prévia dos povos indígenas sempre que estiver tratando sobre empreendimentos, sobre matérias que repercutam diretamente sobre esses povos, sobre nós.

Ora, o que mais vai repercutir sobre nós do que a definição sobre se nós temos ou não direito ao nosso território ancestral?

E aqui um esclarecimento: quando se fala – aqueles que defendem, enfim, por razões pessoais, individuais e capitalistas – na aprovação do marco temporal e que se busca assim tirar leite de pedra para defender a viabilidade desse projeto, a gente precisa chamar atenção para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte, que o fazem, sobretudo, sobre o argumento da propriedade, da defesa do direito à propriedade. Mas é preciso esclarecer primeiro o que é que está em confronto aqui. Esse direito à propriedade – suposto direito à propriedade individual – estaria, então, confrontando com o direito ao vínculo ancestral ao território.

Mas, olhem, é uma questão de anterioridade. Se nós entendermos, e aqui entrando nos dois principais argumentos que eu carrego quando tratamos sobre a inviabilidade do andamento da aprovação desse projeto de lei, o absurdo, a aberração jurídica que é o marco temporal, é porque ele tem, além de vários outros, dois principais pontos que são absurdos e que eu gosto de focar, seja do ponto de vista jurídico, seja do ponto de vista histórico.

Primeiramente, do ponto de vista histórico, estabelecer como marco temporal 5 de outubro de 1988 chega a ser risível imaginar que nós, povos originários – que estamos aqui muito antes de se inventar isso que hoje se chama Brasil – só vamos ter direito ao nosso território sagrado se, e somente se, comprovarmos que, na tarde ensolarada de 5 de outubro de 1988, quando Ulysses Guimarães disse que a Constituição cidadã estava aprovada, nós estávamos lá. Se não estivéssemos, não temos esse direito. Salvo, salvo, e aí vem a figura do renitente esbulho, se ficar comprovado que não estávamos lá por motivo de força maior, porque tínhamos sofrido expulsão.

Mas o que é a história deste país se não o eterno expulsar dos povos indígenas dos seus territórios? Um eterno resistir para poder continuar existindo. Não faz sentido. E, quando eu falo que, do ponto de vista histórico, não se sustenta, é porque, senhoras e senhores, a história, a nossa história, não é que ela não começa em 1988, é que ela não começa nem em 1500. Esse recorte temporal que se faz nos livros didáticos, como uma tentativa de apagamento da nossa história, já de forma a legitimar esse paradigma assimilacionista que vigeu no Estado brasileiro até o advento da Constituição Federal de 1988, é absurdo. Não tem sentido.

Eu sei que todos nós... Infelizmente, eu não sou tão nova para ser do tempo da educação escolar indígena diferenciada, consagrada, como nós temos hoje, eu me orgulho muito, eu venho da escola convencional, eu estudei em escola tradicional, eu estudei nos livros didáticos que diziam que os índios estavam aqui quando as caravelas chegaram. E, aí, você tem essa lacuna na história, nós sumimos, somos assimilados, provavelmente, ou morremos, e voltamos agora ocupando esses espaços. E, quando nós voltamos, nós causamos o estranhamento na população. É indígena e tem iPhone? É indígena e está bem vestido? É. Sou. Sabe por quê? Porque, infelizmente, esse processo de colonização, esse violento processo de colonização, não foi uma escolha minha. Eu fui submetida a ele e as consequências nefastas dele chegaram para mim. Por que as consequências tecnológicas não chegariam também?

E outra coisa, quando nós falamos sobre isso, nós falamos também sobre a ocupação desses espaços. A escola, que tradicionalmente foi esse espaço de catequização, de tentativa de adestramento dos indígenas, hoje é a principal ferramenta que nós temos de empoderamento dos nossos povos, de formação das nossas lideranças. Nós fomos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALÉSSIA BERTULEZA TUXÁ – ... submetidos, por muito tempo, à lei dos brancos, à lei dos europeus. Esse sistema de justiça, quem tem mínimo conhecimento de criminologia sabe que Nina Rodrigues, uma grande expoente criminológica aqui no Brasil, dizia que a figura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do delinquentinho, o delinquente típico, pelos padrões físicos, no Brasil corresponderia, Senador, à figura do indígena e do negro. É muito pesado isso.

Isso permanece hoje ainda no inconsciente da nossa população. Os dados do sistema carcerário comprovam isso. Mas nós nos apropriamos desses espaços também. Nós ocupamos o sistema de justiça e estamos aqui hoje falando em nome próprio, defendendo o nosso povo, defendendo a nossa luta.

Historicamente, não se sustenta porque até o livro didático mais... Deixa eu usar uma palavra que não fira o decoro. Mais, assim, mal-intencionado reconhece que nós já estávamos aqui quando esse processo de exploração começa. Por mais que não se conte a nossa história, por mais que tentem apagá-la, nós já estávamos aqui.

Não faz sentido (*Palmas.*)... Não faz sentido tratar de outra forma. Antes de ser Brasil, isso aqui era aldeia.

E, do ponto de vista jurídico, a aberração chega a ser gritante. Notem. O art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias diz que o Estado brasileiro, no prazo de cinco anos, concluiria a demarcação das terras indígenas. A Constituição é de 1988. Mais cinco, em 1993 todas as terras deveriam estar demarcadas. Cinco anos.

Chegamos a 2023, 35 anos depois, com processos de demarcações parados, não iniciados, travados, estamos aqui discutindo se temos ou não direito ao território. É cruel essa tentativa de legislar, de legitimar a violência histórica contra os povos indígenas. É uma tentativa de legalizar o absurdo.

É uma tentativa de, por meio de lei, esvaziar um direito constitucional, dizendo assim: veja só, Estado brasileiro, nós, legisladores, que ocupamos a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, durante esses 35 anos fomos incapazes de cumprir a obrigação que a Carta Maior nos deu. Agora vamos cumpri-la, vamos montar uma força tarefa para suprir essa lacuna? Não. Vamos tentar esvaziar esse direito.

Nós não tivemos competência. O projeto de lei que trata sobre o marco temporal, e é com todo o respeito aos legisladores deste país, nada mais é do que uma declaração expressa daqueles que são coniventes com isso da seguinte forma. É uma forma de dizer expressamente: nós não fomos capazes de, em 35 anos, cumprir a Constituição. Nós não fomos capazes de, ao longo de 35 anos, assegurar um direito que estava previsto lá.

E agora, como nós temos interesses maiores, interesses superiores àquelas obrigações que a Constituição nos atribui, nós vamos fazer o quê? Tentar esvaziar esse direito. É um atestado de burrice a defesa do projeto de lei que trata sobre o marco temporal. É um atestado de autoburrice muito grave, mas acima de tudo é uma manifesta má-fé, um manifesto insulto à inteligência do povo brasileiro, que deveria se sentir representado por este Congresso.

Para além disso, considerando que historicamente não há sentido essa limitação, juridicamente não tem sentido essa restrição porque não é isso que a Constituição diz. Não é só que a Constituição não estabelece o marco, é que ela estabelece outro marco. E não é de modo negativo, não é de modo restritivo aos povos indígenas. Esse marco era uma obrigação aos nossos legisladores e não foi observado.

Para além de tudo isso, nós temos o fato de estarmos diante de uma cláusula pétrea. Ora, nós vamos agora, por uma lei ordinária, por um ato normativo inferior, alterar, esvaziar um direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional que, como a Deputada bem lembrou, nós não poderíamos fazê-lo nem por meio de norma constitucional, de igual hierarquia.

Não, nós não podemos fazer isso. Eu espero que esta audiência, Senador, seja ouvida pelos outros Senadores, sobretudo por aqueles que ainda não compreenderam toda a obviedade do absurdo desse projeto de lei.

E aqui, como foi lembrado pelo parente, eu venho da Bahia. Embora seja muito bonito dizer, como no *slogan* de uma determinada cidade lá, que o Brasil começou na Bahia – é bonito, soa romântico, como tudo o que trata sobre povos indígenas na literatura desse país, é também pesado.

Dizer que a invenção do Brasil começou pela Bahia significa dizer que as invasões começaram por lá, a violência começou por lá. Significa dizer que hoje, quando a gente impugna um edital que trata sobre concurso para professores indígenas, para que exija o domínio da língua materna, é porque a gente reconhece que a nossa língua materna está em processo de resgate na maioria dos povos da Bahia e é uma forma de dizer: "Olhe, nós estamos resistindo, mas a gente sofreu muito ao longo desses anos." E a gente ainda sofre, porque as caravelas chegaram lá no final do século XV e início do século XVI, mas elas continuam passando até hoje. Elas passam, por exemplo, quando, em setembro do ano passado, Gustavo Pataxó, com 14 anos, foi assassinado – foi assassinado num processo de retomada territorial. Mas vejam que, apesar de a mídia anunciar muito à época que se tratava de uma invasão de supostos indígenas a uma fazenda privada, não foi assim. Sabe por quê? Porque aquilo é território indígena. Aquilo é terra indígena Barra Velha. Aquilo é terra indígena que está pendente de demarcação. É processo que está tramitando na Funai. É terra indígena. E, se tivesse sido observada a Constituição e tivesse sido demarcada no prazo de cinco anos, não teria tido essa morte. Mas não foi só a de Gustavo. Depois, agora em janeiro, eu tive o falecimento de Inauí e de Samuel. Então, assim, no intervalo de menos de seis meses, eu tive três parentes tombados por falta de demarcação territorial. (*Palmas.*)

Se a gente fala muito sobre tentativa de reparação histórica, sobre políticas afirmativas, a tese do marco temporal vem no sentido exatamente oposto: ela vem como uma tentativa clara de legitimar toda a violência ilegal que foi realizada contra os nossos povos. Mas toda violência só fala sobre território. Pois é, mas nosso vínculo com o território é sagrado. Nossa ancestralidade decorre dele.

Não estar hoje no meu território – inclusive o meu povo está em processo de autodemarcação também – não significa dizer que eu perco a minha ancestralidade. Ter domínio de outro idioma não significa dizer que eu perco o vínculo com o meu povo, mas significa que a luta por esse território, a eterna luta por esse território, até um dia haver a efetiva consagração desse direito, é o que nos move, é o que nos mantém.

E a aprovação do PL do marco temporal não vai acontecer. Vamos ser sinceros, não vai acontecer. Tenhamos bom-senso e fé na humanidade: não vai acontecer! Mas, se acontecesse, seria uma forma de o Estado brasileiro, por meio do seu Poder Legislativo, um Poder Republicano dizer: "Erramos desde o início da construção desse país. Continuamos a errar: em vez de tentar corrigir, vamos jogar mais uma pá de cal."

Só que não nos acabaram com a invasão, não conseguiram nos destruir com a invasão, não conseguiram nos destruir com a política assimilacionista, que vigeu neste país até 1988 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vão conseguir agora, sob a égide da Constituição de 1988, porque nós estamos aqui e nós vamos continuar resistindo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, eu vou acompanhar o Plenário.

E eu dei 20 minutos para ela, hein! Se desse mais... (*Palmas.*)

Parabéns, Doutora! Deu orgulho de ouvir viu! (*Pausa.*)

Como eu estou com 73 aninhos, este vai ser meu último mandato, porque acho que temos uma renovação para fazer. Eu confesso que esta audiência pública, inventaram de escrever minha autobiografia, vou colocá-la dentro na íntegra e, quem sabe, quando alguém lê-la no futuro, terei muito orgulho de dizer que ela ajudou a derrubar esse marco temporal. (*Palmas.*)

Que Deus nos ouça lá no alto.

Logo, eu cumpro o dever de ofício de fazer as leituras das perguntas, e os senhores e senhoras terão depois três minutos cada um para as considerações finais ou para responder alguma pergunta, se assim o entenderem.

Alberto Frega, do Rio de Janeiro: "Os povos originários estão nestas terras antes de o Brasil existir. Assim, o marco temporal dos povos originários é anterior ao ano de 1500".

João Batista, do Mato Grosso do Sul: "Uso de terras indígenas aumentará o conflito, a degradação ambiental e irá retirar o pouco que ainda resta aos povos originários".

Gabriel Henrique, do Distrito Federal: "O marco temporal não leva em conta a expulsão forçada e a violência sofrida pelos povos indígenas [...]".

Aline Bogoni, de Santa Catarina: "Sim ao marco temporal para a segurança de agricultores e indígenas. Precisamos assegurar o direito constitucional à propriedade".

Oscar Juliano, de Goiás: "O marco temporal é duvidoso, pois pode ser utilizado para fins de interesses de alguns, além de poder gerar conflitos por oportunistas".

Allen Gadelha, do Amazonas: "O marco temporal é o critério mais justo e apropriado para novas demarcações ou então viveremos nessa eterna insegurança jurídica no campo".

Gabriel Rodrigues, de Santa Catarina: "Eu sou contra o marco temporal por violar os direitos dos povos indígenas. Na minha opinião, o marco temporal é inconstitucional".

Aldenira Vieira, do Maranhão: "O marco temporal deverá garantir o direito à terra de quem é de direito. Precisa ficar claro na lei. Respeitar o direito de propriedade".

Allan Azevedo, de São Paulo: "A riqueza é a própria floresta. Mantenha nela o povo que a preserva de fato: os povos originários".

Lucas de Barros, de Sergipe: "Existe uma projeção dos impactos que a aprovação desse projeto irá causar nas comunidades indígenas nos próximos anos?".

Mayra Dias, do Rio de Janeiro: "Como garantir a proteção das populações indígenas e, consequentemente, do meio ambiente após esse retrocesso inconstitucional?".

Daniel Melo, do Paraná: "Quais são os riscos ambientais decorrentes do marco temporal e qual o impacto para a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas?".

Maria Antônia, do Espírito Santo: "Extinção dos povos originários e ribeirinhos, poluição e desgaste do solo e rios, desertificação. Quem se responsabilizará?".

Ana Pessoa, de São Paulo: "Qual ator social o marco temporal irá beneficiar? Por que depois de 36 anos o direito originário a terra está sendo questionado?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anderson Paula, do Rio de Janeiro: "O marco temporal não leva em consideração a retirada forçada de território, como aconteceu com o povo krenak. Como protegê-los?".

José Augusto, de São Paulo: "O marco temporal atende ao futuro da preservação da natureza do planeta? [E bota um ponto de interrogação.] Essa mesma tese atende a quem da nação brasileira? [Ponto de interrogação]".

Saulo Carlucci, de São Paulo: "Quais são as projeções após quatro anos de programa? Temos estrutura para cobrir todo o território nacional onde há carência dos povos originários?".

André Lucas, do Rio de Janeiro: "Qual a importância do desenvolvimento desse projeto e em quais esferas ele pode suprimir ou aliviar danos e marcas deixadas pelo passado?".

Por fim, Marcelo Ayub, do Rio Grande do Sul: "Mais de 200 terras indígenas estão na fila para serem demarcadas atualmente. Isso seria levado adiante com a aprovação do marco temporal?".

Flávia Goes, de Sergipe: "O não reconhecimento das terras indígenas, antes da Constituição de 1988, afetaria as nossas relações comerciais e internacionais?". O que ela está dizendo é que a aprovação do marco temporal vai ter, inclusive, consequências a nível internacional que afetam o meio ambiente, estou apenas simplificando aqui.

Daniela Priscila, de São Paulo: "Quais os benefícios reais e efetivos que o marco temporal pode promover para a população brasileira e para a preservação do meio ambiente?". Também deixou um ponto de interrogação.

Maira Lana, do Rio de Janeiro: "A quem o marco temporal beneficia?". De novo, um ponto de interrogação.

Nelson Bertarello, de São Paulo, perguntou se, apesar de ocuparem apenas 13,8% do território brasileiro, os povos originários impedem a prosperidade do agro. Ele está questionando o agro.

Ricardo Castro, do Rio Grande do Sul: "O marco temporal já não tinha sido estabelecido? O que será diferente desta vez? Haverá direito de venda, então? E o direito aos minerais do solo?". Ele faz uma série de questionamentos.

Muito bem, cumpri minha obrigação. Parabéns ao e-Cidadania, que fez uma seleção buscando um certo equilíbrio, mas o equilíbrio que eles fazem... Porque a ampla maioria é contra o marco temporal, então, eles, proporcionalmente, fizeram que chegasse à minha mão.

Agora nós vamos às considerações finais.

Chegou o seu momento outra vez, Dr. Antonio Cerqueira de Oliveira, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário. Agradeço muito ao Cimi e a V. Exa., que cedeu o seu espaço na mesa para que a gente pudesse ouvir o representante oficial do Governo, representando aqui a Ministra dos Povos Indígenas. O tempo é seu, mas, na hora da foto, eu quero o senhor aqui conosco outra vez.

Por favor, três minutos, se possível, mas, se alguém passar um ou dois, fazer o quê? Eu vou dizer que sim. Tem uma frase que muitos dizem: "Manda quem pode [e eu mudei a frase] e obedece quem [é inteligente]".

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, agradeço mais uma vez e parabenizo por esta iniciativa, parabenizo a toda a mesa e a todos os presentes. Quero dizer da importância desta discussão aqui nesta Casa sobre os direitos dos povos indígenas. Solicito, mais uma vez, o apoio desta Comissão, desta Casa no julgamento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deverá ser retomado no Supremo Tribunal Federal no mês de agosto. Vamos fazer força para que ele o retome, porque ali é um local estratégico de discussão dos direitos dos povos indígenas no Brasil. A tese do marco temporal disputada hoje no Supremo Tribunal Federal vai ter impacto nesta Casa e acreditamos que lá é um espaço estratégico e extremamente importante na disputa desses direitos dos povos indígenas.

Segundo, quero fazer um pequeno histórico. Eu, em 1994, atuando no sul da Bahia, tive contato inicial com o povo tupinambá. Eram conhecidos como Caboclos de Olivença e viviam no interior, lá, de uma região chamada Acuípe. Viviam em trabalho semiescravo nas fazendas. A gente sempre ouviu falar em Caboclos de Olivença e aí eu fui lá, com D. Nivalda, a Motara e D. Lourdes, e, chegando lá – demoramos quase um dia para chegar –, chegando lá, naquela localidade, todos se escondiam com medo. E aí, aos poucos, a gente foi mantendo contato com eles e eles nos perguntaram se, se eles retomassem a sua identidade enquanto índios, se seriam assassinados, porque tinha todo um histórico de assassinato e de violência contra eles. E aí a gente começou a conversar da luta dos povos indígenas no Brasil, eles foram se motivando e, na conferência indígena realizada no ano 2000, eles nos pediram, dizendo que queriam participar.

A gente, então, alugou um ônibus e eles foram. E lá eles desfraldaram uma faixa, dizendo: "Nós estamos aqui. Nós existimos", já como povo tupinambá e não mais como Caboclos de Olivença.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA – E aí, hoje, a gente vê e coloca aqui, com grande satisfação, que o manto tupinambá está de volta. O manto, lá do século XIV, do século XV, que foi preservado lá no museu da Dinamarca, está de volta. Vai voltar para o Brasil e vai ficar no Museu Nacional, lá no Rio de Janeiro.

Então, como é que se vai aplicar um marco temporal a esse povo? Um manto, um manto ritualístico, um manto sagrado, vamos dizer. Isso é a história dos povos indígenas no Brasil. É a própria história dessa retomada e, ao mesmo tempo, dessa resistência.

Agradecemos muito ao Governo da Dinamarca por ter preservado essa relíquia e essa história. Se estivesse no Brasil, talvez, já tivesse desaparecido, mas está lá. E está de volta ao Brasil.

Também queremos pedir o apoio desta Casa para fazer carga junto à AGU para revogar o Parecer 001, porque o Parecer 001, da AGU, já aplica o marco temporal e o aplicou contra os tupinambás. O Moro devolveu a portaria declaratória...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, eu já peço à Secretaria da Comissão que providencie a sua solicitação. Isso é o que eu digo que é manda quem pede e obedece quem é inteligente. Eu me considero inteligente e, obedecendo à orientação de toda esta Mesa aqui, vou levar essa visão para o Plenário. Então, eu já peço à Secretaria, e eu farei um documento atendendo à sua solicitação.

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA – Faço isso pela gravidade da situação, porque nós estamos vivendo um novo momento, um novo Governo, e não é possível a gente manter resquícios de Governos autoritários como o Governo Temer e o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro, que já estabeleceram um marco temporal a partir do próprio Executivo, das instâncias do Poder Executivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA – Quero dizer ao pessoal que nos escreveu que o problema do marco temporal não é um problema, que ele não causa insegurança jurídica. O que causa insegurança jurídica é a grilagem de terras no Brasil. E isso, há séculos, vem sendo escamoteado. Quando os ruralistas colocam a questão da tese do marco temporal é para esconder os seus delitos e para esconder essa grilagem de terra.

Quem é lá da Bahia, como a doutora Aléssia, que está ali, sabe o que acontece na região oeste da Bahia. Inclusive, o Desembargador, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia já foi preso por contribuir nessa grilagem de terras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que fez, nas suas considerações finais, apontamentos importantíssimos. Eu pedi que a Secretaria da Mesa providencie para eu assinar e encaminhar. O.k.?

Passo a palavra, agora, à Dra. Eunice Kerexu, Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, que já fez uma fala brilhante e está sendo convocada para as suas considerações finais.

A SRA. EUNICE KEREXU (Para expor.) – Mais uma vez, quero agradecer por este espaço. Eu acho que a gente teve, no dia de hoje, esse diálogo, que deveria acontecer em todos os momentos quando a gente vai decidir direitos.

Queria trazer aqui sobre... Quero trazer aqui, da fala da Dra. Aléssia Tuxá, nosso parente lá da Bahia, onde começa o Brasil... Eu costumo falar muito sobre essa questão de onde as caravelas começam a chegar nesse lugar. Nesse contexto histórico da Mata Atlântica, que é o nosso território, que é por onde a gente passa, relacionando com as perguntas e de onde elas vieram, é muito nítido que esse território, que a nossa floresta da Mata Atlântica, vem como o cinturão de proteção das demais florestas, porque a resistência, tanto da floresta quanto dos povos indígenas, teve toda, desde 1500, essa resistência da proteção dos territórios, dos demais biomas. Tanto que o clamor, hoje, vem desse olhar da exploração da Amazônia e desses outros lugares onde ainda restam esses recursos, essas riquezas naturais, com a mesma intenção de devastação que fizeram com a nossa floresta atlântica.

E aí eu queria trazer aqui também um pouco da nossa história, a intenção de Pero Vaz de Caminha, quando chega aqui e escreve nas suas cartas, sobre o território que ele encontra aqui: um território abundante, com muitas plantas, com muita alimentação, com muitas árvores, com muita riqueza.

E aí, ao decorrer do tempo, ele muda um pouco essa história. Ele fala que os indígenas, que as pessoas que aqui estão são pessoas – como que fala? Ai, gente, fugiu a minha palavra. Qual que era o termo? São pessoas, não são nativos, são pessoas que estão aqui, mas ele tenta falar que são pessoas violentas, são pessoas que não têm discernimento, são da mesma forma que os animais, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EUNICE KEREXU – E, a partir dessa ordem que é dada para a sociedade, para que matem os povos indígenas, quando eles falam sobre os povos que estão aqui, que não têm lei, que não têm rei e que não têm deuses, considerando como vegetais, como outros seres, que para nós são tão importantes quanto nós, não é?

Então, assim, a Constituição Federal vem para garantir os nossos direitos, ela é construída, não é? Como nós temos aqui o Senador, que participa dessa Constituição, que são as pessoas que estão nesse espaço, mas que os povos indígenas vêm para garantir essa questão dos direitos.

E aí, o que eu vejo hoje é muito medo. Medo do quê? Hoje, como bem colocado aqui pela nossa Doutora, nós estamos aqui nesse espaço, e o medo é muito grande. E aí, quero trazer também uma crítica a esse medo. Nós, povos indígenas, tivemos que vir de todo esse histórico de violência para chegar aqui, em cima dessa tribuna, hoje, para falar sobre direitos, para falar na língua técnica dos não indígenas, dos portugueses que nos colocaram aqui nesse lugar. E por que não hoje a sociedade fazer, no mínimo, um esforço de entender o nosso modo de vida?

Então, o que eu quero dizer, assim, é que nós hoje, nesse lugar que estamos ocupando, poderíamos chegar aqui e fazer a cobrança da reparação histórica sofrida pelos povos indígenas. Mas nós estamos aqui para dizer que nós estamos solicitando da sociedade que se some a essa luta, porque a destruição da vida não é só dos povos indígenas; é de todos os seres. E nós necessitamos caminhar juntos e fazer esse entendimento do direito à vida. (*Palmas.*)

E aí quero dizer, assim, que nós temos essa capacidade e a gente precisa evoluir. Nós, povos indígenas, evoluímos em todos os sentidos, mas a sociedade precisa evoluir.

E aí, trazendo essa resposta da tese do marco temporal, dentro da pergunta que foi colocada, se ela já não foi aprovada. Não. Não foi aprovada a tese do marco temporal.

E aí, muito cuidado da sociedade, que não entende essa questão do direito, porque muitas vezes são colocadas como estratégia as invasões dos nossos territórios quando se faz a sociedade acreditar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EUNICE KEREXU – ... que tem o direito de fazer a invasão, a mineração e a exploração. E que não é ainda, não foi e não é válido. E não vai ser, porque nós estamos aqui. Independentemente do que for aprovado ou não, nós vamos fazer essa resistência e não vamos deixar passar a boiada e pisotear nossos territórios.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, querida Dra. Eunice Kerexu, Secretária de Estado da Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas. Muito bem. Representou, com muita competência, com muita qualidade, com muita coragem, com muita firmeza, a Ministra. Nem sempre... Eu entendo que os ministros e as ministras não podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas é preciso ter assessores preparados e assessores que ocupem cargos importantes dentro do ministério, como é o caso de V. Exa. Por isso, minha salva de palmas aqui à Ministra e a V. Exa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eriki Terena, representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

O SR. ERIKI TERENA (Para expor.) – Eu fiquei muito feliz com as perguntas. Quero agradecer a quem participou de forma *online*. A gente vê, através dessas perguntas, que as pessoas querem conversar sobre esse tema, que elas têm curiosidade. E, na pesquisa do Senado, inclusive, sobre o PL 2.903, o marco temporal é rejeitado, o PL 2.903 é amplamente rejeitado. Então, as pessoas querem conversar sobre isso. E o poder que a educação nos deu vai nos fazer voltar aqui quantas vezes forem necessárias, Senador, para poder esclarecer. E que o nosso ponto de vista e o ponto de vista dos nossos povos sejam ouvidos. Tem quatro perguntas que eu queria responder antes da minha consideração final.

Na primeira, foi perguntado o impacto da aprovação do PL 2.903, do marco temporal nos territórios. Esse impacto não precisa da aprovação, já está acontecendo. No mesmo dia em que o PL passou na Câmara dos Deputados, a gente já teve violência, já teve assassinatos, já teve muitas violências nesses territórios. Então, se passar este PL aqui também, o genocídio de que a gente tanto fala – e, por isso, estão tentando cassar as Deputadas, estão quase cassadas pela vontade do PL, mas não vão conseguir – é justamente por causa disso. O genocídio que vai acontecer nesses territórios é imensurável. Então, essa é a realidade. Os impactos já estão acontecendo. É por isso que a sociedade civil precisa se sensibilizar com essa causa.

A segunda pergunta que me chamou muita atenção é sobre de quem o PL 2.903 atende aos interesses. O PL 2.903, o marco temporal, atende aos interesses dos únicos que foram ouvidos. O PL 2.903, que era o PL 490 na Câmara, não teve escuta dos povos indígenas e, então, não pode representar e não pode ser bom para nós. Quem foi ouvido é quem está lá, são os representantes de... Quem está lá... A maioria dos Deputados que estão lá e que votaram "sim" faz parte hoje da Frente da Agropecuária. Então, isso já responde a quem este PL atende. E nós precisamos ser ouvidos, porque se trata dos nossos territórios.

A terceira pergunta é sobre como o PL 2.903 pode impactar as demarcações das terras indígenas que virão, mas, no PL 2.903, abre-se o precedente para questionar as terras já demarcadas. Então, além de impedir, de criar uma mora do Estado em demarcar as que estão em trâmite, ele também vai dar o poder de rejeitar ou de questionar as terras já demarcadas. Então, esse é o risco do PL 2.903.

Outra pergunta que me chamou atenção é sobre o risco para o meio ambiente e para o uso dos recursos. Eu acho que é muito bom a gente pontuar o que é recurso para nós povos indígenas. Recurso para nós é ar puro; recurso para nós é floresta em pé; recurso para nós é água que a gente pode beber direto da fonte. Isso é recurso para nós. Ouro, diamante ou qualquer outra joia para nós não passa de pedra, para nós não tem valor nenhum. Nada disso tem valor. Para nós, valor tem um cocar, tem um brinco, tem um colar de sementes que a gente tira do nosso próprio território. Isso tem um valor. Recursos que não sejam esses são recursos que não nos interessam.

Outro ponto também que ela fala é sobre qual é o risco do impacto ambiental. Hoje é comprovado que nós somos menos de 5% da população mundial, e nós conseguimos preservar 80% da biodiversidade global. A partir disso, a gente tem que pensar qual é o impacto de você retirar os direitos dos povos indígenas, os direitos territoriais e ir direito nesse ponto da proteção ambiental, porque nós somos os protetores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala-se tanto de salvar a natureza, mas nunca se pensa em salvar os guardiões da natureza. Nós também precisamos ser salvos; não é só a natureza, porque é a partir de nós que a natureza se mantém em pé.

Hoje, no Brasil, foi falado também sobre a questão territorial. Fala-se muito em território para pouco indígena. Hoje nós temos, com dados de 2013 ainda – podem ser atualizados –, imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Incra. Em 2013, 5 milhões – por exemplo, vou falar do meu estado – de estabelecimentos rurais no Mato Grosso do Sul.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIKI TERENA – Também esses imóveis cadastrados, no Mato Grosso do Sul, ocupam um território de 94,21% do território estadual. No Brasil, hoje, esses estabelecimentos rurais ocupam 351 milhões de hectares, o que corresponde a 41% do território do Brasil. Então, para quem está tendo muita terra e para que essa terra está sendo usada se, no pouco território que nós temos hoje demarcado perante a nossa população, a gente consegue conservar a vida e a natureza?

Para encerrar, nas considerações finais, eu gostaria de falar sobre a cassação das Deputadas, que estão agora também nessa nossa luta, da frente parlamentar, das seis Deputadas que estão com seus mandatos cassados, num ato misógino, machista e extremamente de ataque aos direitos dos povos indígenas. Eu quero perguntar quando é que vão ser cassados os criminosos que ameaçam a vida e os territórios dos povos indígenas? Quando é que vão ser cassados aqueles que destroem a natureza? Essa é a cassação que nos importa neste momento. E faço essa defesa a essas mulheres, que falaram em nome de 1,6 milhão de indígenas. A voz delas foi a nossa voz, e, se querem calar a voz dessas mulheres, vão calar as vozes de 1,6 milhão de indígenas, além dos quase 1 milhão de votos que elas seis tiveram juntas em seus estados.

Por último... Por último, não; ainda queria pontuar alguma coisa que foi falada pela nossa defensora, nossa parente. Coloco também aqui que o PL 2.903 tenta definir o que é renitente esbulho, que hoje é uma tese em que a gente se ampara, na Justiça, para sermos representados. O PL tenta fazer com que esse renitente esbulho seja comprovado através de luta comprovada por indígenas e poceiros dessas terras que persistam, que tenham provas em 1988 e que persistam até hoje, ou seja, renitente esbulho só é aquele em que a gente está até hoje lutando pelo território lá, em confronto direto. Como isso pode ser possível, se eles usam armas de fogo, se são eles que têm o poder do dinheiro, se são eles que têm os capangas? Como é que os povos indígenas vão continuar renitente esbulho, lutando diariamente por esse território de 1988, antes de 1988 e até hoje? Então, o PL ainda tenta também, Senador – e é um risco – definir o que é esse renitente esbulho. E não é a partir desse PL que a gente tem que definir o que é esse renitente esbulho.

Para finalizar, o Brasil começa por nós, povos indígenas, mas a gente garante que, assim como o Brasil nasce por nós, povos indígenas, o Brasil vai se encerrar junto com esse PL 2.903, se ele passar nesta Casa. Do mesmo jeito que nós erguemos este país – fomos nós que erguemos este país – aqueles que votaram "sim" ao PL 2.903, assim como aqueles que votaram "sim" ao PL 490, na Câmara dos Deputados, estão empurrando o Brasil para a cova. São eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vão enterrar... Na tentativa de enterrar os povos indígenas e nossos direitos, vão enterrar todo o território brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus parabéns, Eriki Terena, representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Direito dos Povos Indígenas.

De imediato, Dr. Maurício Terena, Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O SR. MAURÍCIO TERENA (Para expor.) – Senador, eu queria agradecer a oportunidade de ter estado esta manhã com todos aqui.

Acho que corroboro muito com a parente: essa mesa é muito simbólica. Trazer a voz dos povos indígenas para esta Casa evidencia a necessidade de, cada vez mais, o Brasil ouvir os povos indígenas, pois, ao passo que assim o faz, justamente avança para um país muito mais democrático.

Nesse sentido, eu queria responder a duas questões que foram arguidas pelo senhor. Uma é justamente: "O marco temporal não foi resolvido?".

A Secretária já deu uma prévia sobre essa temática, mas as pessoas têm essa confusão, Senador, porque muitos Parlamentares utilizam o caso Raposa Serra do Sol como um caso paradigmático para essa questão.

O Supremo Tribunal Federal, quando julgou Raposa Serra do Sol, explicitou ali que aquele entendimento valia só para aquele caso concreto, e os Deputados insistem, usando inclusive de má-fé, que o Supremo já decidiu isso, e eles só estão agora pacificando o entendimento do Supremo.

É curioso, Deputado, e essa semana inclusive vieram várias notícias nesse sentido, que, quando esta Casa quer trazer um entendimento do Supremo para suas respectivas legislações, é para prejudicar o direito dos povos indígenas. Nunca trazem uma jurisprudência da Suprema Corte no sentido de avançar o direito dos povos indígenas. A própria Relatora Soraya Thronicke disse que já está fazendo estudos para que essa indenização das terras indígenas seja o valor de mercado.

Então, a gente percebe, nessas sinalizações desses Parlamentares, que, quando é para se avançar em prol de uma jurisprudência muito mais no sentido de progresso e proteção dos direitos territoriais e humanos dos povos indígenas, esta Casa assim não o faz. É só justamente para cercear, vilipendiar direitos dos povos indígenas.

Por fim, outra questão que aparece muito nos discursos desses Parlamentares, e isso também causa dúvida no público como um todo, é essa questão da segurança jurídica. O marco temporal não traz segurança jurídica alguma. E, justamente, caso passe, o que vai aparecer de judicialização de terras indígenas que não foram marcadas em 5 de outubro de 1988 não dá para explicar, porque, pasmem, o marco temporal nem foi aprovado. Mas eu advogo perante a Suprema Corte, acompanho alguns processos lá, e a Terra Indígena Kayabi, do Mato Grosso... Já está sendo discutida a redução da terra indígena, com fulcro no marco temporal. Então, a gente percebe justamente que não tem segurança jurídica alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança jurídica para nós, povos indígenas, é a demarcação dos territórios, é o cumprimento constitucional, Deputado, desse artigo que o senhor lutou na Constituinte para que existisse. Que o prazo de cinco anos seja cumprido pela União.

Então, no dia de hoje, o que fica para os Senadores, os Parlamentares, a própria sociedade civil como um todo, é esse chamamento dessa mesa para que se lute com os povos indígenas, porque, quando se luta em prol da demarcação desses territórios, se luta para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO TERENA – ... como foi dito aqui, um avanço civilizacional.

E, por fim, quando a gente conhece a história dos povos indígenas, a sociedade brasileira conhece a sua própria história.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Maurício Terena, Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que deixou muito claro e respondeu também ao Sr. Ricardo Castro, do Rio Grande do Sul, sobre se o marco temporal tinha ou não sido estabelecido.

Vamos em frente.

Agora, Dra. Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O tempo é seu.

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO (Para expor.) – Grata, Senador.

Eu só quero fazer uma consideração em relação às perguntas que estão mais direcionadas a essa relação da sociedade, novamente vista, o que a sociedade ganha, qual é o benefício da conservação dos territórios e a partir dessa linha mais ambiental.

Então, só gostaria de elucidar que, se a gente for analisar os territórios indígenas por meio dos mapas que estão disponíveis, a gente consegue hoje ver claramente como está a conservação dos territórios tradicionais dos povos indígenas e o quanto está impactado pelo desmatamento ao redor desses territórios. Isso é nítido e está aí em todos os mapas que a gente pode acessar. E essa contribuição direta na questão ambiental é para toda a sociedade. Colhemos os frutos, os benefícios dessa conservação dos territórios, seja pelo ar, seja pela qualidade da água, seja por outros benefícios indiretos. Então, nós estamos falando da conservação, que é um benefício para toda uma sociedade, que também impacta diretamente na vida de quem está nos grandes centros urbanos. Então, essa relação do que se tem dos territórios tradicionais, dos territórios indígenas, e o impacto direto no benefício para toda uma sociedade, isso está muito bem desenhado, e a sociedade toda colhe com a conservação dos territórios.

E, para finalizar a minha fala, eu quero agradecer por esse espaço aqui no Senado. Eu estive aqui já algumas vezes quando estava à frente da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, com alguns projetos de lei que impactavam, e eu sempre digo que esse espaço do Senado, de alguma forma também, se diferencia do espaço da Câmara dos Deputados, para onde várias temáticas vêm para serem discutidas, e uma delas é o espaço das audiências públicas promovidas dentro deste espaço do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que isso seja mais frequente, cada vez mais, porque são muitos os PLs que estão relacionados à temática socioambiental e à temática social, como um todo, que impacta vários grupos sociais.

Hoje, nós estamos falando dos originários, daqueles que nos antecederam. Eu estou falando enquanto um grupo também minoritário de comunidade tradicional, porque a nossa origem, a nossa ancestralidade vem pelos povos indígenas e também pelas comunidades quilombolas.

Então, só gostaria de agradecer imensamente e nos colocar à disposição. Estamos aqui em uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério dos Povos Indígenas, com vários programas, entre eles, a Pngati e outras discussões em que nós temos dialogado e temos tentado construir, em meio a tantas adversidades.

Enquanto uma representação do Ministério do Meio Ambiente, gostaria de nos colocar à disposição para continuar o diálogo e também e tentar reconstruir as políticas públicas que tanto nos são caras e de que os grupos tanto precisam. Gratidão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tocar a campainha? Ela, mais ou menos, não me deixa. Essa campainha é chata. Pode deixar que eu vou controlar melhor.

Muito obrigado. Eu falei da campainha e não falei da Claudia. Muito obrigado, Dra. Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Eu não ia falar, mas como a senhora falou em quilombola, eu tive a ousadia... Porque eu procuro visar aos setores mais vulneráveis, vocês vão ver aqui, na hora das emendas da Comissão: povos indígenas, mulheres, deficientes...

Aí... Vou falar bem pouquinho. O pessoal do gabinete: "Não fala, não fala..." (*Risos.*)

Então, eu resolvi mandar verba para as comunidades quilombolas. Sabem que eu fui criticado por isso? Dá para entender? Você sabe da situação dos quilombolas, não é? Muitos não têm banheiro, não têm nada... São agricultores também.

Eu digo: "Podem criticar o quanto quiserem que eu vou mandar – de novo – para os quilombolas e aqui, nesta Comissão, com certeza, vai ser aprovado também, no orçamento da Comissão, para os povos indígenas. Podem ter certeza disso. (*Palmas.*)

A crítica para mim é elogio! Esse tipo de crítica.

Agora, para concluir os trabalhos, a doutora – não usei outro termo, só doutora – Dra. Aléssia Bertuleza Tuxá, Defensora Pública.

A SRA. ALÉSSIA BERTULEZA TUXÁ (Para expor.) – Bom, eu acho que a palavra, neste momento, é de agradecimento ao senhor pela iniciativa. Gostaria de parabenizá-lo, como eu já fiz no início.

Acho que as perguntas já foram satisfatoriamente respondidas, mas, aproveitando o gancho da fala dos parentes e a sensação que essas perguntas despertam, eu acho que a última palavra é no sentido de deixar aqui uma provocação, tanto para o Senado como para os outros Poderes, para outros espaços, para as instituições inclusive de ensino: nós precisamos falar sobre esse tema; nós precisamos falar sobre o marco temporal; nós precisamos discutir o PL 2.903; nós precisamos discutir o recurso extraordinário que está para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal – porque essa questão não atinge só a vida dos povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente não precisa falar só, na perspectiva ambiental, das consequências que isso trará para o futuro de toda a humanidade – mais diretamente para a nossa sociedade, em um prazo menor –, mas, principalmente, nós precisamos, enquanto brasileiros, recontar a nossa história.

A nossa história foi contada errada. Nós aprendemos na escola de forma errada. Nós, que vivemos isso e que víamos, todos os dias, a falta da nossa versão nos livros, já sabemos a versão certa. Estamos, cada vez mais, ocupando espaços para poder levar essa versão correta adiante. E o marco temporal é uma oportunidade para isso. Não há como você defender ou se posicionar contra corretamente em relação àquilo que você não conhece.

Quando surge uma pergunta dizendo assim – e muito comum inclusive –, "ah, eu sou a favor do marco temporal porque ele não seria um instrumento de segurança jurídica", fica claro que você não sabe sobre o que você está falando, você não sabe o que é propriedade para os povos indígenas, você não sabe o que é território ancestral, você não sabe nem o que é segurança jurídica no meio dessas relações. Isso não é um problema seu, não é um defeito seu; é uma consequência do sistema em que você está inserido. O objetivo era justamente esse. Mas eu costumo dizer, Senador, que, quando a gente ocupa espaços, a gente não ocupa só por ocupar, a gente não ocupa para se apropriar; a gente ocupa para demarcar. (*Palmas.*)

Então, assim, esses espaços que nós estamos ocupando fazem com que nós possamos levar a nossa voz, a voz dos nossos cada vez mais adiante. Por exemplo – e aí não posso deixar de falar –, lá, na Defensoria Pública do Estado da Bahia, nós criamos um grupo de trabalho para tratar sobre demandas dos povos indígenas. Nós temos 30 povos no estado. A meta é visitar, fazer visitas técnicas, levar acesso à Justiça aos 30 povos até o ano que vem. Já passamos, salvo engano, por 12. Por isso, porque a ideia é ocuparmos esses espaços para que as instituições entendam que nós existimos e que, daqui a um tempo – vamos imaginar curto, porque eu sou otimista –, a ideia de democracia brasileira seja, na essência, real.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com essa frase da doutora, eu posso encerrar. Sinto-me totalmente contemplado.

Então, eu agradeço a todos.

Alguns pequenos encaminhamentos, que são pequenos diante da grandeza da causa:

- O apoio da Comissão para incentivar a Advocacia-Geral da União (AGU) a promover a revogação do Parecer n° 001, que já aplica o marco temporal. É isso. Em resumo, é isso. Nós vamos encaminhar depois.

- Apoiar a comissão do Ministério dos Povos Indígenas e entidades da sociedade civil em audiência com a Senadora Soraya Thronicke, que é Relatora do PL n° 2.903 sobre o marco temporal, que já foi encaminhado pela Dra. Eunice, não é? E já resolvemos aqui essa questão.

Eu tomei a liberdade de colocar aqui, pela grandeza desta audiência pública, pela qualidade dos painelistas, que, se quiserem forçar a barra para votar, nós vamos pedir também uma sessão temática no Plenário do Senado. Que cada um vá lá e diga o seu ponto de vista. Eu serei representado por vocês, com certeza absoluta. (*Palmas.*)

Eu achei que, se alguém tinha dúvida e assistiu aqui, não tem mais dúvida do mal que vai fazer não só para os povos indígenas, mas para todo o povo brasileiro e com repercussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, se isso chegasse a acontecer, que eu tenho muita fé que não vai acontecer, pela mobilização, pela pressão e pelos argumentos que eu ouvi aqui.

E me comprometi – coloquei aqui também – a que seja remetido o vídeo desta audiência pública a todos os Senadores.

Missão cumprida momentaneamente. A mobilização, a pressão, a articulação continuam de forma carinhosa, responsável, corajosa, mas muito firme, porque os dados que foram aqui colocados e a própria pesquisa, como foi dito aqui, feita também pelo e-Cidadania mostra que o povo brasileiro é contra.

E aí aquela frasezinha que eu usei e que dá para usar em todo sentido: "Quem é inteligente obedece às causas justas". O povo está dizendo que não quer, então, vamos obedecer ao povo e vamos derrubar esse marco temporal.

Está encerrada nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 49/2023 - CDH, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros. **Finalidade:** Objetivo de "instruir o PL 1944/2022, que “altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil". **Participantes:** Alex Ferrarini Delgado, Fundador do Projeto Susan Forever e inspirador para a apresentação do PL 1944/2022; Alexsandro Simões Silva, Guarda Vidas e Gestor de Segurança Aquática/RJ; Raquel Euzébio Corrêa, Especialista em segurança e sobrevivência aquática/SP; Tatiana Bedran, Enfermeira e instrutora de primeiros socorros e fundadora do Projeto Volta Pra Mim / MG; Márcio Morato, TC RRm do CBMDF e Diretor da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático; José Fernando Beteti, Jornalista especializado em saúde/PR; e Jade Nagano, Administradora do Projeto História de Milagres/SP. **Resultado:** Audiência pública realizada. Faz uso da palavra o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 49/2023-CDH, de minha autoria, com o objetivo de instruir o PL 1.944/2022, que altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Eu já convido aqui os expositores para iniciar, começando pelo Dr. Márcio Morato, que é Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e também Diretor da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. Dez minutos, com possibilidade de prorrogação, se for necessário.

Eu vou convidar logo a participar aqui da mesa também a Raquel Euzébio Corrêa, Especialista em Segurança e Sobrevivência Aquática, São Paulo; também a Jade Nagano, Administradora do Projeto História de Milagres, São Paulo; também está aí o Alex Ferrarini Delgado, fundador do Projeto Susan Forever e inspirador para a apresentação do PL 1.944/2022 – seja bem-vindo, Alex!

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, está conosco também, por videoconferência, o Alexsandro Simões Silva, Guarda-Vidas e Gestor de Segurança Aquática, do Rio de Janeiro; também por videoconferência, o Fernando Beteti, Jornalista; e também a Tatiana Bedran, Enfermeira, Instrutora de Primeiros-Socorros e fundadora do Projeto Volta pra Mim, Minas Gerais – Volta pra Mim, Minas Gerais, não; Volta pra Mim, porque ela é de Minas Gerais, não é?

Passo a palavra, então, ao Dr. Márcio Morato.

O SR. MÁRCIO MORATO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui representando a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, cujo Presidente hoje é o Coronel Fabio, do Rio de Janeiro, e o nosso grande líder é o David Szpilman, Médico e fundador da Sobrasa, especialista na área de afogamento.

Eu gostaria, para iniciar, que colocasse a apresentação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Enquanto o pessoal ajusta, eu vou fazer aqui algumas perguntas e algumas colocações já recebidas pelo e-Cidadania. Aí, se vocês puderem, já colocam ou falam alguma coisa sobre isso.

João Paulo Silva, do Espírito Santo, pergunta: "Qual é a eficácia das medidas propostas no Projeto de Lei 1.944/2022 para proteger crianças contra afogamentos em piscinas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre Maia, do Rio de Janeiro: "Restrição de acesso [por meio de instalação de grades ou vidros], como vemos em outros países, poderia ser uma solução [...]?".

Lucineide Alessandra, aqui do Distrito Federal: "Como incentivar profissionais da educação a fazer cursos na área de saúde e segurança e [...] [assim multiplicar o] conhecimento?".

Diva Rocha de Sousa, do Espírito Santo: "O PL 1.944/2022 prevê alguma forma de fiscalização ou inspeção para garantir a implementação das medidas de proteção em piscinas?".

Joaquim Faleiro, do Pará: "Aulas de natação para todas as idades são essenciais. Adultos também devem aprender técnicas de salvamento, prevenindo afogamentos".

Wliana Lara, de Pernambuco: "Pela maior vulnerabilidade das crianças deveria haver a orientação/obrigação da instalação de proteção ao redor das piscinas". (*Pausa.*)

Então, em vez de passar primeiro para o Márcio, vou passar para o Alexsandro Simões Silva, que é guarda-vida e gestor de segurança aquática, do Rio de Janeiro, que está aqui por videoconferência.

Prof. Alexsandro, o microfone está fechado, o alto-falante está fechado.

Tem a palavra, Alexsandro.

O SR. ALEXSANDRO SIMÕES SILVA (*Por videoconferência*.) – Abriu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k. Obrigado pela presença. Com a palavra. (*Pausa.*)

Estamos ouvindo, Alexsandro. Pode falar.

O SR. ALEXSANDRO SIMÕES SILVA (*Por videoconferência*.) – Estou sem áudio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Estamos ouvindo bem aqui.

O SR. ALEXSANDRO SIMÕES SILVA (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ALEXSANDRO SIMÕES SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vamos lá.

Bom dia! Bom dia a todos.

Eu sou o Prof. Alexsandro Simões. Sou voluntário; faço parte da Sociedade de Brasileira de Salvamento Aquático também; sou um guarda-vidas civil, gestor de segurança aquática; e faço parte, como chefe de departamento, do Lifesaving Club.

A minha contribuição, no caso, em relação a esse PL, é sobre a importância, porque hoje, no Brasil, o afogamento é a primeira causa de morte de um a cinco anos. Nós temos um total de quatro crianças que morrem afogadas todos os dias no Brasil.

Temos leis, em cada estado, e acredito que o Márcio vai falar... Em cada estado, tem uma lei competente, que fala em relação à segurança, mas tudo muito vago. Tem muito a ser caminhado ainda. Aqui, no Rio de Janeiro, por exemplo, a fiscalização compete ao Corpo de Bombeiros, pela Lei 447, de 1981, desde 1981. É obrigatório o guardião de piscina, o guarda-vidas de piscinas, em piscinas públicas coletivas, pela Lei nº 3.728. E temos uma outra lei, ainda, que obriga o ralo de fundo que faça com que não se tenha a sucção de cabelo, uma tampa de ralo. Foi aprovada aqui, na Alerj, a Lei 5.837, de 2010, pela qual toda piscina pública, toda piscina coletiva, tem que ter uma tampa de ralo que evite a sucção de cabelo.

A Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, em 2013, criou o programa Piscina+Segura, com cinco medidas de prevenção de afogamento: acesso restrito; guarda-vidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente; urgência, que é o curso de primeiros socorros; saiba como agir, como agir, como você agir... Esse acesso restrito é uma grade de 1,5 metro, para evitar que as crianças possam passar, com um portão com trava de segurança. O guarda-vidas presente é importantíssimo. O curso de primeiros socorros também. Então, nós utilizamos o símbolo de uma mão.

Eu, como profissional, tive duas experiências muito ruins na minha vida. Praticamente, em 2003, em 2004, pós 2004, eu tive o desprazer de fazer um resgate de uma criança de três anos em uma festa, em uma piscina, para a qual eu fui convidado, uma piscina que não tinha proteção. O que eu aprendi, ao longo desses 25 anos?

Nós precisamos de uma campanha como essa, de uma lei que possa estar atuando, efetivamente, para poder salvar as nossas crianças. A utilização, no caso, dessa lei, é de fundamental importância, justamente, para o afogamento infantil, para combater o afogamento infantil.

Nós temos dados, aqui, absurdos, que falam em relação a isso. Antes da pandemia, o afogamento infantil era a segunda causa de morte de um a cinco anos. Agora, após a pandemia, passou a ser a primeira. Então, a supervisão é importante. Quatro crianças morrem afogadas diariamente no Brasil. Quatro crianças morrem afogadas!

Nós temos dados aqui, da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa), de que, a cada três dias, uma criança morre afogada em casa. Então, assim, criar esses métodos e utilizá-los, como barreiras de proteção, é de fundamental importância.

Eu compartilho a dor com todos. Somente quem está, diretamente, nessa linha de frente, sabe como é difícil. Afogamento não é incidente, não é por acaso, não acontece sem querer. Ele tem cura. E a única forma de conseguirmos evitar esse mal, que está levando as nossas crianças, é através da prevenção. O guarda-vidas não pode continuar assinando óbito na praia, ou na piscina, por cada morte de afogamento, que custa aos cofres públicos R$210 mil. Quando uma criança morre numa piscina, quando uma criança morre na praia, quando uma criança chega ao CTI, no hospital, e o médico faz tudo para salvar aquela vida e não consegue, isso quer nos dizer o seguinte: que o Governo Federal falhou, o Governo estadual falhou, o Governo municipal falhou, as escolas falharam, os pais que estão em casa falharam, os meios de comunicação falharam. O guarda-vidas não assina essa morte sozinho. Todos nós somos responsáveis. Todos nós somos responsáveis por cada criança que morre todo dia no Brasil. Nós temos um índice alarmante que só tende a crescer, que só vai poder ser evitado, só vai poder ser reduzido através da prevenção.

O guarda-vidas chora todos os dias, o bombeiro chora todos os dias, o professor chora todos os dias e sempre é um incidente dentro de casa, um incidente no vizinho ao lado, é sempre um minuto apenas. É apenas um minuto para que a gente possa salvar aquela vida. Então, somente através da prevenção e da união de nós todos, nós vamos conseguir reduzir esse mal que é o afogamento infantil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Alexsandro.

Consertou a apresentação, gente? Quem é que não tem apresentação aqui? Fernando?

Vou passar então a palavra agora ao Fernando Beteti, que é jornalista.

Fernando, tem dez minutos.

O SR. JOSÉ FERNANDO BETETI (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Estão me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Estamos ouvindo, estamos sem imagem, mas o som está bom.

O SR. JOSÉ FERNANDO BETETI (*Por videoconferência*.) – Está sem imagem? A câmera aqui está aberta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Está sem imagem sua aqui.

O SR. JOSÉ FERNANDO BETETI (*Por videoconferência*.) – Posso começar sem imagem mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pode, pode começar.

O SR. JOSÉ FERNANDO BETETI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos dessa Comissão muito importante. Meu nome é Fernando Beteti, sou jornalista especializado em saúde há cerca de 30 anos.

Eu gostaria de fazer uma reflexão com todos. Eu faço várias matérias sobre doenças e todas elas são baseadas em informação. Quando a gente vai para uma piscina ou quando a gente vai para uma represa, para um lago, o que a gente pergunta? E, aí, é funda essa piscina? Não é isso que normalmente a gente faz? Por que a gente faz essa pergunta? Para ter noção do perigo. Será que eu tenho condições de entrar nessa piscina? Então, quando você tem essa informação, ela já serve como o quê? Como um cuidado especial das crianças e dos adultos que estão ali.

Mas eu queria reforçar a ideia da informação enquanto matéria jornalística.

Com que frequência a gente observa notícia de afogamento infantil no Brasil? É raro. Assassinato sai de hora em hora, acidente de trânsito sai de hora em hora. E afogamento infantil, por que não é divulgado? Será que, se nós fizéssemos um esforço junto às redações para divulgar com maior frequência os afogamentos infantis, não haveria um despertar na sociedade? E muito mais – prestem bem atenção ao que vou dizer agora –, muito mais do que relatar o fato do afogamento infantil, trata-se de relatar o evento daquele afogamento infantil, porque normalmente nós vamos a uma piscina, a um clube, fazer o quê? Uma recreação, lazer, e nós esquecemos de cuidar das crianças. "Houve um afogamento infantil no Bairro Jardim Liberdade." Pronto, acabou a notícia. Olha, houve o descuido – essa é a pura verdade, mas não foi intencional logicamente –, houve um descuido dos adultos que estavam ali.

O Alex Delgado tem feito um trabalho que merece toda a nossa gratidão. Os vídeos que ele tem postado nas redes sociais são chocantes, as crianças se afogam a menos de um metro do pai ou da mãe ou de um adulto. Isso é muito impactante! Esses testemunhos, através dos vídeos, por que não são colocados na grande mídia? Por que nessa lei também, quando for implementada, não consta a divulgação de todos os detalhes em que o afogamento ocorreu? Nós temos que dar um choque realmente com essa informação. É somente assim que se vai despertar o interesse das pessoas em cuidar um pouco mais dessas crianças, que não têm a devida condição nem a devida responsabilidade porque nem entendem muito o que está acontecendo ali. É chocante, meus amigos!

Eu acredito que todo mundo que está nesta Comissão já tenha assistido aos vídeos nos quais a gente vê a realidade de uma criança se afogar numa piscina ou até mesmo em um balde ou em um tanque a poucos metros de um adulto. É para evitar isso que eu me esforço, através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do meu canal, divulgando e trabalhando essas informações por meio de entrevistas. A dor da morte, a gente sabe, é extremamente grande, mas também faço o alerta aqui: quando aquela criança ainda é resgatada com alguns pequenos fios de esperança de vida e toda a equipe médica consegue salvar essa criança... Mas e o depois, o depois dessa criança, o depois dessa família? Muda completamente, muda completamente o hábito daquela família. É doloroso demais isso.

A pessoa que me antecedeu, o Alexsandro, falou sobre a prevenção. Sim, prevenção é fundamental, mas eu acredito que a informação venha antes da prevenção, porque, se as pessoas estiverem informadas sobre o que podem fazer, sobre o que necessitam fazer, sobre o que devem fazer, consequentemente essa morte ou essa sequela para a vida inteira poderá ser evitada. É muito importante você ter informação de primeiros socorros, informação sobre uma praia, um rio ou um lago, sobre quais são as correntes, quais são os pontos mais perigosos ali, sobre o que você deveria fazer. Tudo isso é importantíssimo para que você possa tomar o devido cuidado.

Para concluir, então, o meu apelo aqui para toda a Comissão é exatamente este: informar. Informar não somente o afogamento daquela criança, fazer campanhas educativas. Existem campanhas educativas como: não ultrapasse o sinal vermelho, dirija com cuidado dentro do limite de velocidade. Agora, nós temos que informar em que situação aquele afogamento aconteceu. É uma campanha de educação.

Dentro da minha área de trabalho, que é jornalismo, o meu desejo é que sejam divulgadas com mais força essas imagens, que são chocantes. Mostram-se comunidades com armas, mostra-se um monte de violência, mostram-se câmeras dentro de uma casa, de um idoso apanhando, de uma criança, também, apanhando, então por que se tem esse limite de mostrar o afogamento e as situações em que ocorreu?

Somente dessa maneira eu acredito que nós poderíamos alertar e sensibilizar toda a sociedade da importância que é ter um adulto próximo a uma criança, mas monitorando constantemente.

Essa é a minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Fernando.

Quero registrar a presença do meu querido amigo, o Senador Eduardo Gomes.

Indago ao Senador se ele quer fazer alguma ponderação, alguma colocação, antes do próximo expositor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Sim.

Bom dia, queria cumprimentar a todos e fazer um breve comentário sobre esta importante audiência pública, fundamental.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Izalci, que é Relator desse nosso projeto e que teve a iniciativa desta audiência pública.

Vou fazer um breve relato, Izalci, apenas de duas páginas, já que o tema é contundente, muito importante, e a partir dessa iniciativa outras providências estão sendo tomadas, dado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem acompanhado, do interesse das pessoas sobre o tema e da necessidade de regulação, da necessidade de apoio.

Então, faço o seguinte registro.

Sr. Presidente desta audiência pública, Senador Izalci Lucas, Srs. e Sras. Senadores e convidados, há aproximadamente um ano esteve em meu gabinete o senhor Alex Delgado, que nos trouxe informações alarmantes sobre o afogamento infantil e a necessidade urgente de medidas preventivas para evitar esse tipo de acidente.

Susan Delgado, sua filhinha de dois anos, foi vítima de um afogamento infantil, e essa tragédia deu início à luta de seu pai através do projeto que leva o seu nome. Baseado no projeto Susan Forever, apresentamos o Projeto de Lei nº 1.944, de 2022, que institui medidas específicas de segurança voltadas para a prevenção do afogamento infantil em piscinas.

As ações incluirão requisitos de orientação aos usuários, de segurança dos ambientes, de treinamento de pessoas, de sinalização, de instalação de barreiras físicas e de implantação e utilização de equipamentos de segurança conforme o regulamento.

Medidas como essas são fundamentais para evitar acidentes, como ocorrido nesta semana aqui em Brasília, num condomínio localizado no bairro Altiplano Leste, que vitimou mais uma criança de apenas dois anos.

Não podemos parar por aqui, Sr. Presidente.

A despeito da magnitude da questão, ainda não existem ações do Governo especificamente voltadas para combater esse silencioso e letal problema de saúde pública. Ressalta-se que o afogamento representa uma tragédia que pode ser evitada. Assim, há necessidade de campanhas de conscientização desse perigo.

Nesse sentido, para dar maior destaque a esse grave problema de saúde pública, iremos propor a criação do Dia Nacional de Prevenção do Afogamento Infantil, a ser celebrado na mesma data em que ocorreu o falecimento da menina Susan, que deu nome ao mencionado projeto.

Era o que eu tinha de dizer, observando, Senador Izalci, que Brasília – sua Brasília, a nossa Brasília, capital de todos os brasileiros – é, se não me engano, em levantamento recente, a cidade brasileira com o maior número de piscinas do Brasil; e a cidade de Palmas, capital do meu estado, do Estado de Tocantins, se coloca entre as cinco capitais brasileiras com o maior volume, o maior número de piscinas *per capita*.

Portanto, eu acredito que esses gestos dão luz a um problema que, por via de regra, nos cerca, através de um vizinho, de um amigo, de um parente, de uma pessoa que está localizada em qualquer canto do país. É muito recorrente. A vida de todos nós sente que há uma falta de espaço específico para esse tipo de tragédia, por ela se tornar, às vezes, de maneira até muito ruim, corriqueira e distante de cada um de nós; mas está muito mais perto do que as pessoas podem imaginar.

Por isso, minhas felicitações a você, Senador Izalci, e a todos.

Meu cumprimento a todos e, em especial, pela iniciativa, ao Alex, que esteve com a gente e conseguiu dar esse gatilho para que o Senado Federal oferecesse à população brasileira uma legislação específica.

Muito obrigado a todos. Vou acompanhar a audiência aqui, paralela com a audiência de outra Comissão que estou fazendo agora, mas muito feliz por termos aí esse grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar, que é o Izalci, que tem se ligado a temas fundamentais para a população brasileira e que coordena hoje, como Relator, esta audiência pública.

Grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes. Parabéns a V. Exa. pela iniciativa!

Tem também aqui... Acho que V. Exa. apresentou hoje o projeto instituindo o Dia Nacional de Prevenção ao Afogamento Infantil. Informo, também, que teve a parceria da Deputada Laura Carneiro, um projeto de lei apresentado nesse mesmo teor, para que a gente possa, de fato, aprovar o mais rápido possível. Esta audiência visa, inclusive, receber sugestões para aperfeiçoar o projeto de lei.

Parabéns a V. Exa. Até porque, V. Exa. sabe da minha ligação com a área de educação, presenciei, por diversos momentos, acidentes, em escolas também, que trouxeram grandes problemas traumáticos aos pais, às famílias. Então, esse projeto vem em boa hora. Muito obrigado.

Vou passar agora a palavra ao Márcio Morato, que é o nosso representante do Corpo de Bombeiros Militar daqui do Distrito Federal e também Diretor da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

O SR. MÁRCIO MORATO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelo convite.

Eu sou o Tenente-Coronel Morato do Corpo de Bombeiros e Diretor da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. Estou na sociedade há 25 anos, lutando sempre pela redução de afogamentos no Brasil.

A sociedade foi criada em 1995, por profissionais da área de segurança aquática. O David Szpilman foi o grande idealizador. É uma entidade sem fins lucrativos que atua como órgão de convergência na prevenção de afogamentos e acidentes aquáticos.

Nossa missão principal é reduzir o número de afogamentos no Brasil, reunir todos os representantes, todos os que estão nessa causa.

A gente tem que conhecer o problema do afogamento para a gente saber quais são as medidas que a gente tem que tomar. Então, hoje, no Brasil, 16 brasileiros morrem afogados diariamente, quatro crianças morrem afogadas por dia no Brasil. A cada 90 minutos, então, um brasileiro morre afogado e a cada três dias uma criança morre afogada dentro de casa.

Aqui, em Brasília, como foi citado pelo Senador, no dia 27, às 16h, o Corpo de Bombeiros foi acionado para atender a ocorrência de uma criança de dois anos que veio a se afogar na piscina e veio a óbito. Então, a gente tem a solução para isso. A gente não quer que isso aconteça.

O afogamento, hoje, como já foi citado pelo Alexsandro, é a primeira causa de óbito de crianças de um a quatro anos, o nosso público alvo desta nossa audiência pública; a segunda causa de cinco a nove anos; e a terceira causa de dez a quatorze anos.

Os homens morrem afogados sete vezes mais, porque são aqueles que vão mais, principalmente, a rios, lagos, praias. A cada dois dias um turista morre afogado. O afogamento tem risco de morte 200 vezes mais do que o trânsito.

Onde acontecem os afogamentos? No nosso caso, a gente está falando das piscinas. As piscinas são responsáveis apenas por 2% dos afogamentos, mas, infelizmente, esses 2% compreendem 50% das mortes por afogamento das crianças de um a quatro anos. Então, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo, das 6 mil pessoas que morrem afogadas por ano, apenas 2% morrem afogadas, mas, para o nosso público, que é o das crianças, 50% morrem nas piscinas.

Para a gente tomar medidas de prevenção para evitar a morte por afogamento, nós precisamos de três atitudes simples: primeiro, compreender o problema, qual é o nosso problema na nossa área. Aqui, no DF, a gente tem o maior número de piscinas do Brasil, e ouvi a informação de que hoje já é da América Latina. Então, o nosso problema, hoje, aqui, com crianças é o problema de afogamento em piscinas. Então, a gente tem que conhecer qual é o problema.

Depois de conhecer o problema, a gente tem que saber qual é o risco que a criança está correndo numa piscina. O que é o risco? O risco é a habilidade que eu tenho para aquele ambiente aquático. Às vezes, eu sou um nadador de piscina, mas não conheço o mar, não conheço os riscos de um rio. Então, às vezes, isso vai levar a que eu seja um nadador e venha a me afogar. Então, nós precisamos conhecer esse risco.

Eu coloquei um vídeo aqui.

Por favor.

É de uma campanha nossa da Sobrasa, para se manter a distância de um braço entre a criança e a supervisão.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MÁRCIO MORATO – O pai dessa criança estava com ela, ele saiu e ela começou a se afogar. Rapidamente, ele detectou e tirou a criança de dentro d'água.

Então, qual é essa percepção do risco? Às vezes, para o pai aquela piscina não tinha nenhum risco, é uma piscina que dá pé, só que ele não conhece a habilidade dessa criança, ele não tem essa percepção. E, às vezes, é isto que acontece: deixou a criança ali na beiradinha, ela se descuidou, deu um passinho e começou a se afogar.

O afogamento não acontece como em filme. Vocês viram ali: a criança cai, afunda, não tem barulho, não consegue acenar. E, se ninguém a tira, ela vai ter uma parada respiratória, vai afundar e a tragédia está feita. Então, a gente tem que manter a supervisão de uma criança.

E como a gente também faz isso? Multiplicando prevenção. Eu ouvi agora do Sr. Fernando que, primeiro, a gente tem a informação, que a gente tem que levar a informação. Eu acho que os dois são conectados um ao outro. A prevenção é informação. Se a gente não divulgar a prevenção, não divulgar... Na hora em que a gente está falando da tragédia, do que está acontecendo, a gente tem que divulgar também como combater, como poderia ter sido evitado aquele afogamento. Então, é isso que a gente vem fazendo ao longo dos anos na Sobrasa.

Hoje, a gente tem dois projetos: o Piscina+Segura, em que a gente tenta colocar uma piscina com um ambiente ideal. A gente tenta colocar o ralo antissucção, a cerca, o guarda-vidas presente. Então, a gente vai mostrando a importância dessas medidas de prevenção.

O próximo.

Outro programa nosso é o Kim na Escola, em que a gente vai à escola com gibis, com informações para as crianças, para poder transmitir as medidas de prevenção, e muitas vezes surtem efeito porque elas chegam a casa e falam: "Pai, eu não posso fazer isso, porque eu aprendi na escola com o bombeiro, com o meu professor, com o meu educador"; "Isso está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errado, pai. O senhor não pode beber na piscina quando estiver nadando". Então, são informações importantes que a criança leva para casa. (*Pausa.*)

Esse é um vídeo.

Então, essa aí é a campanha que o Alexsandro mostrou, que a gente fez, pegamos as cinco medidas de prevenção que mais salvam crianças na piscina. Uma é a atenção 100% no seu filho. A gente viu ali que, em qualquer descuido de um minutinho, a criança pode vir a se afogar.

Guarda-vidas presentes: a gente tem... Ainda vamos falar, mas tinha o Projeto de Lei da Câmara 42, que falava da obrigatoriedade de guarda-vidas, reconhecimento da profissão. Ele foi arquivado, mas já temos outro PL, já se deu início na Câmara.

Saiba como agir: a gente tem que saber a cadeia de sobrevivência toda, a gente vai mostrá-la.

Acesso restrito, cercar as piscinas. Hoje eu fico me perguntando, eu sou síndico de um prédio, no meu prédio um terço dos apartamentos tem rede nas janelas, e a gente... É o cuidado do pai, porque a criança pode ir ali de curiosidade e vir a cair. Não tem nenhuma lei que obriga essa rede de proteção na janela, mas talvez seja a percepção do pai, o risco que ele vê, porque é um risco para ele também, na hora em que ele olha a janela, eu creio assim. E a piscina, às vezes, não é um risco para ele, mas ele não consegue verificar esse risco para a criança, porque a habilidade, a competência aquática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MORATO – ... dela é totalmente diferente, não é?

E a sucção, que hoje é um problema já um pouco resolvido, porque já foi implementada a lei, a lei que a gente quer alterar. Então, a gente...

Pode passar.

Atenção 100%; supervisão de adulto.

Próximo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MÁRCIO MORATO – Tem esse videozinho, é um vídeo para mostrar que a supervisão é importante. A criança com boia virou ali e não consegue desvirar. E, às vezes, o pai confia na boia, não é? Hoje, a única confiança que a gente pode ter é no colete salva-vidas. Mas a criança que estava ao lado conseguiu desvirar, não aconteceu nada.

O guarda-vidas presente: como eu falei, hoje tem o Projeto de Lei 1.476, de 2023, que foi apresentado agora pelo Deputado Léo, da Bahia, e vai começar a tramitar na Câmara. Ele pegou a mesma redação que foi da última Comissão, que tramitou aqui no Senado, do PLC 42. A gente quer tentar dar uma celeridade nisso e reconhecer, realmente, a profissão, não é?

Saiba como agir: isso aí é a nossa cadeia de sobrevivência; a gente começa na prevenção e termina aí no ensinamento do Suporte Básico de Vida.

Próximo.

Mas a população, quando a gente fala que vai ministrar uma palestra de salvamento aquático, o que é que ela quer aprender? Ela quer aprender o Suporte Básico de Vida.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é que a gente quer ensinar? A gente quer ensinar a prevenção, porque é o elo mais importante, é aí que a gente consegue evitar o maior número de afogamentos, não é? Logicamente, se algum daqueles elos for quebrado, a gente tem que saber o Suporte Básico de Vida, mas ele não é o mais importante. O mais importante é a gente evitar o afogamento.

E, assim, a gente tem o acesso restrito, que reduz aí 50% a 70% de afogamentos em piscinas. E a gente falou aqui das redes de proteção nas janelas, mas a gente não vê nas residências, não é? Porque eu acho que o pai não consegue ver o risco da piscina dentro da sua casa para a criança.

Esses aí são os acidentes provocados por sucção, mas, com a Lei 14.327, em que a gente quer incluir aí o artigo, a gente foi contemplado com... Hoje nas piscinas é obrigatório, agora a gente tem que fiscalizar e fazer cumprir a lei.

Próximo.

A gente quer evitar esse tipo de lesão, que foi uma lesão que, graças a Deus, saiu bem.

E eu coloquei a Lei 14.327, porque eu acompanhei toda a tramitação dela. Todos esses projetos de lei foram contemplados com ela.

Logicamente, os Relatores têm os motivos, e não é o que a gente quis, não é? Não sei... A gente pode ver que muitos ali, muitos projetos de lei na construção da Lei 14.327 falam de grades de proteção, e a gente não entende por que foi retirada uma coisa tão importante do projeto de lei. E a gente tem que brigar por isso, a gente tem que acreditar que isso salva vidas. E outras tantas medidas apresentadas no projeto que foram retiradas, e a gente tem que fazer contemplar em uma lei, porque, às vezes, só com o poder de convencimento da população a gente não consegue. A gente tem que ter também uma lei para poder fortalecer esse cumprimento.

Então, esse é o art. 2º da lei que foi aprovada, que fala que é obrigatório, em todas as piscinas, o uso de dispositivo de segurança para resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, porque muitas crianças ficaram presas com o cabelo no ralo.

Próximo.

Isso aí é o art. 6º da Lei 14.327, que diz que a gente tem que cumprir, os proprietários, normas de vigilância sanitária e segurança. E aí eu pesquisei a nossa norma aqui de vigilância sanitária, para ver se tinha alguma coisa falando.

Próximo.

E, para minha surpresa, o Código Sanitário do Distrito Federal, exclusivamente daqui, diz que a área de trânsito entre os espectadores e o banhista, a área de piscina, tem que ser cercada, deve ter portão e deve ser fechado. Aí eu fiquei me perguntando, mas eu continuei lendo o Código Sanitário.

Próximo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MORATO – E aí eu verifiquei que essas exigências não se aplicam a condomínio, a hotel, a motel, a uso terapêutico e a residências, ou seja, deixaram só os clubes contemplados com a lei, não é? Então, a gente não consegue atingir todos os locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, a gente tem a nossa proposta do PL 1.944, de 2022, que vem reforçar essas medidas de orientação aos usuários, de segurança, de treinamento, de sinalização, de instalação de barreiras físicas, de implementação e utilização de equipamentos de segurança.

Hoje a gente vem tornando isso aí, a Sobrasa, como forma de prevenção e de divulgação. No dia 25 de julho agora, a gente comemora o Dia Mundial de Prevenção de Afogamento, pela ONU. A gente quer difundir esse dia e tornar que essas medidas preventivas cheguem a todos os usuários de piscina, cheguem a toda a população brasileira, para a gente reduzir o número de afogamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Márcio.

Bem, passo agora a palavra à Tatiana Bedran, que é Enfermeira e Instrutora de Primeiros Socorros e fundadora do projeto Volta Pra Mim, Minas Gerais.

A SRA. TATIANA BEDRAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bom dia.

A SRA. TATIANA BEDRAN (*Por videoconferência*.) – É uma honra estar aqui e falar sobre um tema que precisa muito da nossa atenção e de medidas educativas para prevenção, que é sobre o afogamento infantil.

Primeiramente, eu gostaria muito de agradecer ao Sr. Alex pelo convite e pela confiança em mim para falar de algo que é essencial, importantíssimo na vida de todo brasileiro, para todas as vítimas de afogamento, que são os primeiros socorros.

Eu sou enfermeira, trabalho há mais de 13 anos no Samu de Belo Horizonte em uma unidade de suporte avançado. E, vivenciando a minha prática, a tristeza em alguns tipos de atendimento, como nos casos de afogamos infantil, eu fundei um projeto, que é o Volta Pra Mim. O objetivo principal desse projeto é ensinar primeiros socorros à população. Primeiramente, foi para população carente, mas, devido à necessidade, a gente teve muita demanda, então se expandiu esse projeto para clubes, empresas, e nós lhes ensinamos os primeiros socorros. Como as pessoas falaram, primeiramente em primeiros socorros são educação e prevenção. Se nós tivermos a falha da educação e da prevenção, nós vamos ter que socorrer. E os primeiros socorros englobam todas essas fases.

Durante meus plantões, então, em BH, no Samu de Belo Horizonte, não muito raras vezes, infelizmente, nós atendemos chamados de crianças vítimas de afogamento, e aí eu vivencio – já vivenciei várias vezes – as vítimas, as crianças perdendo a vida devido a ele. O afogamento, na maioria das vezes, ocorre de uma maneira rápida e silenciosa. As pessoas acham que, no afogamento, a criança vai fazer barulho, vai fazer um *splash* na água, e muitas vezes isso não acontece; ele é silencioso. E aí, na nossa prática, na minha prática, eu vivencio durante essas ocorrências a dor imensurável dos pais e das mães, implorando a Deus e a nós, profissionais de saúde, para trazer aquela criança de volta a eles. Os pais e as mães, por um descuido, em uma fração de segundos – basta uma fração de segundos –, ou por não saberem também dos perigos reais aos quais as crianças podem estar expostas em suas casas, tiveram que devolver seus filhos a Deus sem ao menos terem perguntado se eles deram essa permissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pais e as mães, com todo o carinho, durante toda a gestação, no momento em que souberam que estavam grávidos, pensaram no nome que dariam àquela criança; pensaram com todo o carinho num nome para os seus filhos. E, naquele momento terrível que a gente vivencia, muitas vezes os profissionais que estão envolvidos no salvamento dessa criança denominam aquela criança de "corpo". Então, isso é uma dor também que dilacera a alma dos pais e das mães.

Os pais e as mães, a gente vê, eles gritam, muitas vezes, no momento em que o óbito é declarado. Eles têm aquela vontade de voltar segundos na vida deles e gritar para os seus filhos: "Saia daí! Não faça isso!". Mas, por um descuido, acabou acontecendo. Então, nós profissionais de saúde vivemos com a família o pior momento da vida delas, e muitas vezes a gente não sabe como consolar essa família. Na verdade, não tem consolo, não tem nada que possa arrancar de um pai, de uma mãe, de uma avó, de um avô esse tormento que é vivenciar a morte de um filho, de um neto. Isso vai estraçalhar o peito da família toda.

Nós deparamos, como eu falei, com afogamentos... As pessoas acham, quando a gente fala em afogamento, que afogamento só se dá em piscinas. Como já foi dito, a maior parte, infelizmente, das mortes por afogamentos são em piscinas, mas o afogamento ocorre também em baldes, em bacias. Basta uma lâmina d'água, dependendo da idade dessa criança, para ela se afogar. A minha unidade atendeu, há mais ou menos um mês, uma criancinha de dois anos e meio que foi vítima de afogamento numa bacia dentro de casa. Ela estava com a sua cuidadora, que não achou que a criancinha pudesse se afogar, e, por um descuido, deixou aquela bacia, e, infelizmente, a criança acabou se afogando. Graças a Deus, a nossa unidade chegou a tempo – e é raro acontecer de a gente chegar a tempo com criança ainda com vida –, nós prestamos o primeiro atendimento, e ela foi encaminhada a uma unidade de terapia intensiva.

Então, na maioria das ocorrências, quando nós chegamos, infelizmente o óbito é declarado, a gente não tem muito o que fazer. E por que muitas vezes isso acontece? Porque a população não tem conhecimento da prevenção e não tem conhecimento de primeiros socorros, o que fazer em casos de afogamento. A população espera o socorro chegar, só que o socorro, muitas vezes, vai chegar muito tarde ou, às vezes, não vai chegar, dependendo da distância que aquele afogamento ocorrer. Então, a gente tem que pensar, a gente tem que educar a população, como no projeto está, para a questão de primeiros socorros, porque esse primeiro atendimento é um atendimento básico. Mas o básico é por quê? Porque a gente consegue fazer com as nossas mãos, com o que a gente tem ali naquele momento. Qualquer um, qualquer pessoa leiga está preparada, fazendo treinamento, capacitada a atender essa vítima.

Nós acreditamos muito na educação de primeiros socorros desde a fase escolar, na primeira infância, criança. Nós ensinamos crianças. A partir de cinco anos de idade, a gente tem cursos de primeiros socorros mirins, onde a gente ensina crianças na questão da prevenção, de, se acontecer alguma coisa, o que ela vai fazer. Chamar o socorro já é uma atitude de primeiros socorros, porque, infelizmente, a gente não tem como prever quando uma situação de perigo vai acontecer. A gente sabe que os primeiros socorros fazem toda a diferença entre a vida e a morte de uma criança e também quanto àquelas sequelas que a criança pode desenvolver para o resto da sua vida, porque, muitas vezes, a criança não vai morrer fisicamente, mas vai ficar com sequelas que não vão permitir que ela cresça, que ela seja uma criança que vai crescer como as demais, ela vai ficar em uma cama, ela vai precisar de ajuda para se alimentar através de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sonda, muitas vezes através de um respirador mecânico. Isso, de certa maneira, é uma morte, não uma morte física, mas aquela criança não vai ser uma criança que vai se alegrar, que vai pular, porque seus sonhos foram interrompidos em algum momento. Então, basta pouco tempo, minutos, dois a três minutos, para uma criança morrer vítima de afogamento.

Por isso, este PL, o PL Susan Delgado, é essencial para a saúde e para a vida da nossa população. Nós precisamos proteger as nossas crianças contra o afogamento, contra o afogamento infantil. A gente precisa instituir medidas de proteção contra o afogamento. E todos: eu falo todos, porque a população tem que estar capacitada em primeiros socorros.

Nós temos a Lei Lucas, que obriga as escolas a se capacitarem em primeiros socorros, e isso inclui também, por exemplo, escola de natação. Onde nós temos crianças é obrigatório os professores, os cuidadores se capacitarem em primeiros socorros. A gente não quer utilizar esse conhecimento, mas, se por acaso algum evento ocorrer, nós vamos estar preparados.

Então, a gente não pode deixar os nossos filhos morrerem afogados, com os pulmõezinhos cheios de líquidos, suplicando pela vida deles, procurando o nosso olhar para serem salvos, à espera de um socorro. As mesmas mãos que ampararam aquela criança durante o nascimento devem estar preparadas para fazê-las nascerem de novo, porque são nossas mãos que vão fazê-las nascerem de novo, caso preciso.

Eu gostaria de deixar o recado de que eu desejo que Deus ampare todas as mães e pais que hoje choram a ausência de seus filhos queridos, dando a eles a certeza da vida eterna e do tão esperado reencontro com seus pequenos.

Desejo que o PL Susan Delgado seja aprovado, para que outras vidas não sejam interrompidas tão precocemente.

Então, é isso que eu gostaria de deixar de recado. Eu espero, do coração, que a gente consiga aprovar esse PL essencial.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Tatiana.

Passo imediatamente a palavra à Raquel Euzébio Corrêa, que é especialista em segurança e sobrevivência aquática do Estado de São Paulo.

A SRA. RAQUEL EUZÉBIO CORRÊA (Para expor.) – Obrigada. Vou abrir aqui a minha apresentação.

Adicionando ao que todos falaram para a gente, eu, como profissional de educação física, especialista em natação e especialista em segurança e sobrevivência aquática, digo que todos nós professores estamos diariamente trabalhando com as crianças brasileiras a questão do afogamento e histórias de afogamento nas famílias. Eu tenho certeza de que todo mundo aqui tem alguma história de que bebeu água, que aconteceu alguma coisa no afogamento, e isso não é engraçado. Para a gente, dentro da aula, ao pegar uma criança que passou por algum trauma, é desesperador ensinar essa criança. Essa criança chora, essa criança pede por socorro, sendo que ela está num colo que vai dar subsídio para ela para não ocorrer novamente um acidente dentro da água. Então, os profissionais de educação física, os profissionais da natação têm um papel importantíssimo dentro dessa cadeia.

A minha apresentação começa. Para o Brasil ganhar medalhas olímpicas, para o nosso país ser uma potência mundial, para a nossa nação ser um exemplo de esperança, não podemos ter sonhos interrompidos por algo tão evitável. Interrompidos por uma luta invisível, silenciosa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solitária. Esta é a verdade sobre o afogamento: ninguém vê, ninguém ouve e ninguém está para ajudar. Eu tenho certeza de que todos aqui têm alguma história de afogamento – um conhecido que se afogou quando criança; você mesmo, quando ficou o dia todo tossindo depois daquele dia de lazer na água; algum conhecido que perdeu algum filho para o afogamento: "Ah, só bebeu uma água" e todos riem no final. Ora, mas não era algo invisível? Talvez as pessoas finjam que não existe, mas ele está presente. O afogamento é real e ele ocupa um grande espaço.

Muitos pais me procuram perguntando: "Quanto tempo demora para o meu filho aprender a se virar caso ele caia na água?". Essa pergunta fez mais sentido depois que eu tive meu filho. Eu entendi a relação vida e morte. Eu entendi que eu não poderia morrer e que eu deveria cuidar do meu filho para que ele não morresse. Sendo assim, a pergunta repercutiu em um novo caminho para a minha profissão.

As aulas de natação com ênfase nos quatro nados, que são aqueles a que a gente mais assiste na TV, não tinham resultado de acordo com o que aqueles pais pediam para mim. Traduzindo a pergunta, ela ficava assim: "Quanto tempo vai levar para o meu filho aprender a se virar na água para ele não morrer afogado?". Sendo assim, estudei, dentro do Brasil e fora do Brasil, o conceito de segurança e sobrevivência aquática. Trata-se de aulas com foco para ensinar condutas, técnicas e manejos de segurança e sobrevivência aquática para as crianças terem uma chance de serem salvas. Serem salvas por quem? Serem salvas por algum responsável.

Sabemos que as aulas de natação reduzem em até 88% o risco de afogamento. A natação infantil brasileira é a mais cobiçada do mundo, e estamos nessa luta contra o afogamento diariamente.

A luta diária dos profissionais de educação física também é invisível, mas muito presente e precisa ocupar novos espaços. Ninguém morre porque não joga futebol, ninguém morre porque não faz balé, mas crianças morrem porque não fazem aulas de natação.

O papel social da natação infantil é a prevenção de acidentes. Clamamos por uma educação aquática nacional por meio do Projeto de Lei 1.944, de 2022, tanto quanto existe a educação de trânsito.

O afogamento atinge a sociedade como um todo: crianças, adultos e idosos, pessoas com transtornos e portadores de necessidades especiais. Ter uma piscina residencial não é barato, e você não precisa ter uma piscina para estar sujeito ao afogamento, basta estar perto de algum local de água, assim como eu não preciso ter um carro para estar sujeita a um acidente de trânsito.

O medo é um elemento presente em nossas vidas. Nós podemos decidir o quanto isso será agente determinante da vida na sociedade. Campanhas educativas existem para ensinar a população a prevenir medos reais.

Quem aqui quer passar pela experiência de retirar seu filho, seu neto, seu sobrinho afogado lá do fundo da piscina? (*Pausa.*)

Acho que o silêncio fala.

A aula de natação com foco em segurança e sobrevivência aquática é a última parte de uma barreira de proteção para a prevenção do afogamento. Vejamos: falha a supervisão, falham os dispositivos de segurança, restam apenas a água e a criança. Ela, sozinha, terá uma chance de ser salva se ela não passou por um treinamento? Não! Ela não terá essa chance.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: precisamos de treinamento com roupas habituais, acessórios e calçados, e não roupas de natação, óculos e touca. Cair na água usando roupas e ser capaz de efetuar uma manobra de sobrevivência é um desafio cognitivo, motor e afetivo. São, no mínimo, 15 competências de segurança aquática e outras tantas manobras de sobrevivência.

A atividade aquática estimula o desenvolvimento psicomotor, previne o combate à obesidade, fortalece a capacidade cardiorrespiratória. Todos esses itens estão ligados à prevenção de doenças. A natação ensinada por um profissional de educação física é uma atividade que agrega valor à saúde da sociedade, prevenindo doenças e acidentes.

Cabe a nós promovermos campanhas nacionais a fim de educar a população para evitar doenças e acidentes. Nós, profissionais de educação física, somos responsáveis por essa luta. Os desafios que enfrentamos são reais, são sérios e são muitos. Eles não serão encarados com facilidade, mas serão encarados.

Neste dia, nos reunimos, porque escolhemos a esperança no lugar do medo; a unidade do conhecimento, e não da ignorância. Neste dia, nós viemos proclamar o fim do afogamento infantil. Nós sabemos que temos força. Muitas famílias já experimentaram o gosto amargo da dor do afogamento e do sonho interrompido, e emergimos, neste capítulo sombrio, mais fortes e mais unidos.

A violência do afogamento cria novos e mais complicados problemas sociais, mas, como um profissional de educação física, especialista em segurança e sobrevivência aquática, jurei defender uma sociedade. Não posso ser guiada apenas por exemplos de fracasso. Encaro o mundo como ele é e não posso ficar parada diante do risco iminente de o afogamento destruir famílias.

Dizer que a força de uma categoria pode ser necessária para restabelecer a segurança de uma população é o reconhecimento do nosso propósito como profissional. Nossa jornada não estará completa até que nossas famílias possam ganhar a vida de acordo com a medida justa de seus esforços; nossa jornada não estará completa se nossas crianças não forem tratadas conforme a lei, *vide* Estatuto da Criança e do Adolescente; nossa jornada não estará completa até que encontremos uma maneira melhor de acolher famílias e comunidades numa luta contra o afogamento infantil.

É um erro sugerir que nunca vamos nos afogar; isso não é verdadeiro. Nós só precisamos abrir nossos olhos e nossos ouvidos e nossos corações para saber que a história do afogamento nesta nação ainda impõe uma longa sombra sobre nós. Talvez essas tragédias nos levem a fazer algumas perguntas duras sobre como permitimos que tantas de nossas crianças vivam sem acesso à natação e morram interrompendo uma perspectiva de vida?

Atentos ao *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* de 2021, lançado pelo Ministério da Saúde, no capítulo reservado à promoção de saúde até cinco anos, lê-se, pág. 13:

> Importante! Os acidentes em piscinas, lagos e no mar são comuns, por isso, é aconselhável que a criança aprenda a nadar, flutuar, mergulhar e se adaptar ao meio aquático. Além disso, as atividades físicas em meio líquido podem ser muito divertidas e oferecer às crianças muitas oportunidades de aprendizagem e diversão.

Podemos notar aqui o reconhecimento pelo Ministério da Saúde da segurança, da saúde e da educação de nossas crianças por meio da natação. Sugerimos que a educação aquática seja efetiva no plano de campanha nacional contra o afogamento infantil. Pedimos que as aulas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de natação sejam incorporadas à sociedade, oferecendo um contexto de segurança e sobrevivência aquática.

Encerro como iniciei: para o Brasil ganhar medalhas olímpicas, para o nosso país ser uma potência mundial, para a nossa nação ser exemplo de esperança, não podemos ter sonhos interrompidos por algo evitável. Suplicamos que o PL 1.944 seja aprovado e que seja incorporada uma campanha nacional.

Eu reservei um vídeo também para exemplificar como acontecem essas aulas com foco em segurança e sobrevivência aquática. Eu vou falar um pouquinho porque eu deixei em modo avançado, em velocidade rápida.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. RAQUEL EUZÉBIO CORRÊA – Aí são dois exemplos da mesma garotinha no começo do treino. Na aula de natação, com touca e óculos: na imagem abaixo, ela consegue, numa simulação de queda, voltar para a borda; na de cima, ela está com roupa habitual e ela não consegue voltar para a borda.

Essa outra já é uma garota que passou pelo treinamento. Ela está em uma simulação de queda, em que ela efetuou uma flutuação dorsal. Com isso, as vias respiratórias ficam a salvo.

Essa é uma simulação de salvamento, em que a criança não se expõe ao risco de se jogar na água para poder salvar uma pessoa afogada. Então, crianças a partir de dois anos já passam por isso.

Essa é uma simulação de queda com acessório. Muitas crianças também podem cair com bicicleta.

No momento de pandemia, em que as crianças usaram máscaras, precisamos passar por um tipo de treinamento específico.

E o uso de dispositivos de segurança, que é o colete salva-vidas.

Essa é uma outra técnica, que é sustentação vertical. As vias respiratórias ficam livres a ponto de a criança conseguir pedir por ajuda, pedir por socorro e ser salva.

Essa é uma simulação das cores. Isso também faz parte da educação aquática. Dependendo do jeito que a água mexe na turbulência, a criança some. Então, a gente educa os pais também para isto: para as crianças usarem cores que sejam bem chamativas para que, no momento de queda, no momento de algum acidente, elas sejam visíveis dentro da água.

Essa era a minha contribuição. Estou aqui disponível para mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Raquel.

Eu passo imediatamente a Jade Nagano, administradora do Projeto História de Milagres, de São Paulo.

A SRA. JADE NAGANO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada mais uma vez pelo convite.

Hoje eu vim aqui para contar uma história para vocês, uma história de um milagre.

Meu nome é Jade. Eu tenho 35 anos. Eu sou servidora do Legislativo municipal de Guarulhos e mãe do menino Fernando Henrique, atualmente com nove anos de idade.

Seis anos atrás, vivíamos uma vida comum e confortável. Eu já tinha minha estabilidade, morávamos em uma boa casa, possuíamos um bom carro. Meu filho frequentava uma boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola. Com menos de três anos, ele falava todas as cores em inglês e português. Vivíamos o auge da nossa vida pessoal e profissional até que...

E, neste momento, eu convido os Srs. Senadores e os telespectadores a refletirem: qual foi ou qual é o seu "até que"? Em que momento a sua vida mudou tão drasticamente que nada mais voltou a ser como era antes? Seja a morte de um ente querido, uma oportunidade perdida... Qual foi o fato que mudou sua vida de tal maneira que, não importa mais o que aconteça, nunca mais ela será como era antes, assim como uma onda no mar?

Vivíamos uma vida boa e confortável, aparentemente com tudo resolvido. Até que durante uma viagem ao litoral de São Paulo, meu filho, na época com dois anos e oito meses, se afogou na piscina da casa onde estávamos hospedados.

A medicina afirma que o ser humano tolera apenas sete minutos sem oxigenação no cérebro. A partir do sétimo minuto, a perda neurológica é inevitável e irreversível, bem como as sequelas. Segundo a ciência, é impossível alguém sobreviver, com todo esse tempo de parada cardíaca, mas o Fernando sobreviveu. Ele superou esse índice três vezes. Eu, simplesmente, não podia guardar aquele milagre só para mim. Meu filho, com apenas dois anos e oito meses, ressuscitou, após 21 minutos morto. Foram 18 dias em coma induzido, onde nada, absolutamente nada, acontecia. Todas as minhas dúvidas, os minutos intermináveis de angústia, se resumiam à seguinte frase: neste momento, tudo que importa é salvar a vida dele.

Depois de intermináveis 18 dias, meu bebê começou a despertar do coma, mas aquele não era o menino que eu conhecia. Meu filho não respirava mais sem ajuda de aparelhos. Não comia mais sem ajuda de aparelhos. Depois de 18 dias, eu ouvi que aquela criança, que correu, que falou, em português e em inglês, a criança que alegrou os meus dias e as minhas noites, não existia mais. Agora, ele era o que chamavam de um paciente em estado vegetativo.

Mais uma vez, eu convido os nobres Senadores e telespectadores, a explorarem a imaginação e se colocarem no meu lugar, aliás, não só no meu lugar, mas no das quase 500 famílias que, todos os anos, têm seus filhos sobreviventes de afogamento. Sim, o afogamento, como já foi dito, é a principal causa de morte entre crianças de até quatro anos no Brasil. Quatro crianças morrem todos os dias afogadas. Do começo ao final desta audiência, duas crianças terão morrido no nosso país. E 90% dos afogamentos podem ser evitados, porém a imensa maioria morre nas primeiras 24 horas. Apenas 3% dos pacientes que sofrem uma parada cardíaca de mais de 7 minutos sobrevivem.

Eu poderia ter visto a minha história como a de uma pessoa de muito azar, afinal havia outras crianças, naquele mesmo dia, que poderiam ter se afogado, ou eu poderia ver a minha história como de muita sorte, porque, ao contrário de 97% das mães e pais que neste momento choram sobre um túmulo, o meu filho está vivo. A sorte de ter meu filho vivo deu de encontro com o mesmo desafio: o que fazer com um paciente que, contrariando todas as expectativas, sobreviveu a um acidente desse tipo? Poucos são os relatórios de pessoas que sobrevivem a todo esse tempo mortas.

Médicos, neurologistas, pediatras e intensivistas, têm enormes dificuldades em tratar esses milagres. Sobreviver não é tão simples quanto pareceu naquele dia 17 de fevereiro de 2017.

Nossa luta começou com a abstinência das drogas que induzem a sedação. Depois, as crises convulsivas, e os tabus que envolvem os seus tratamentos, por exemplo, o uso de canabidiol, e a pouquíssima abertura para esse tipo de discussão. Por fim, fazer ou não uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traqueostomia. Afinal, ninguém sai de casa para passar um fim de semana e volta respirando com a ajuda de aparelhos. E assim foi.

Dia após dia, preocupando apenas em manter meu filho vivo, não importava como. Afinal, o mais difícil a gente já tinha conseguido. Gradativamente, os dias se tornaram semanas, as semanas meses, e aquele fim de semana não acabava mais. Passou o Carnaval, a Quaresma, a Páscoa, o Dia das Mães, e nós continuávamos vivendo o dia 17 de fevereiro de 2017. Não havia ninguém que me dissesse que tudo ia ficar bem, que a vida que eu tinha antes voltaria, e eu acordaria daquele pesadelo. Pelo contrário, a vida que eu tinha antes não existia mais. Tudo era bom. Até que... Até que meu filho morreu no fundo de uma piscina. Sim, aquele menino morreu. Todos os meus sonhos, as minhas expectativas, tudo que eu sempre sonhei para ele se foi. A culpa me consumiu por dias a fio, mas mais uma vez o "até que" veio para transformar tudo que havia dentro de mim, ou melhor, o nada que havia dentro de mim.

Foi numa busca desesperada por esperança que encontrei seis famílias que haviam passado ou estavam passando pelo mesmo que eu. Assim surgiu o grupo História de Milagres. Meu filho já estava há três meses em uma UTI, sem nenhuma expectativa de recuperação. Ele era apenas um corpo ligado a aparelhos, quando finalmente alguém me deu uma esperança de recuperação verdadeira. E a partir desse ponto, para tudo que eu disser não há comprovação científica. Aliás, a ciência não explica as quase 200 crianças sobreviventes de afogamento que o nosso projeto ampara. Para a ciência, nenhuma delas deveria estar viva. E para isso eu vim a Brasília, para dizer aos nobres Senadores e a todos os telespectadores: nós sobrevivemos! Mas precisamos de amparo do Governo pra continuar nossa luta.

Costumo dizer que o que passamos não é uma batalha de um só dia, mas uma guerra que perdurará enquanto vivermos. Também não é uma guerra de um só homem, mas toda a sociedade deve estar envolvida, assim como assegura o art. 8º da nossa Carta Magna, que passo a ler: "É dever do Estado, da sociedade e da família".

Senhores, eu pergunto: como pode a família assegurar os direitos da pessoa com deficiência sem um piso salarial para a categoria de base, que é a enfermagem? Como pode a sociedade assegurar os direitos e a prioridade das pessoas com deficiência sem uma ampla abrangência do rol da ANS? Como podemos, nobres Senadores, cuidar das 500 crianças sobreviventes de afogamento por ano se o nosso sistema de saúde simplesmente não acredita na sobrevivência delas?

Nosso projeto apoia quase 200 famílias no Brasil inteiro. Parte do tratamento dessas crianças é prestado pelo SUS ou por convênios particulares. Porém, os tratamentos mais eficazes são custeados de forma particular, através de campanhas de arrecadação, rifas, *shows* e da imensa solidariedade do povo brasileiro.

Caso você deseje fazer parte desse time, entre em contato conosco. E se fosse o seu filho?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Jade.

Nós até que aprovamos recentemente o piso, que está em questionamento ainda hoje. Há uma grande mobilização hoje aqui no Ministério da Saúde para que haja realmente um pagamento desse piso, tão merecido para os profissionais da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora ao fundador do projeto Susan Forever e inspirador para a apresentação desse PL 1.944, de 2022, que é o Alex Ferrarini Delgado.

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – Olá!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Se possível, já pode, também, depois ir respondendo as indagações do e-Cidadania.

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO (Para expor.) – Nobre Senador, eu agradeço essa oportunidade.

O senhor me recebeu muito bem naquele dia em seu gabinete. É importante para nós que os senhores, que detêm a possibilidade de mudar as coisas... Quando nós nos sentimos como a Jade e outros pais e mães que estão nos assistindo, que, como eu, perderam uma filha, perderam um filho e que, como a Jade disse perfeitamente, morreram junto com todos os planos que tínhamos para eles.... Eu ia ensiná-la a andar de bicicleta, eu ia ensiná-la a correr, eu ia vê-la estudar, eu ia vê-la, quem sabe, casar, me dar netos, mas ela não está mais aqui, acabou, tudo acabou.

Quando os senhores nos dão atenção, a gente vê que existe ainda humanidade, que ainda podemos ter fé na humanidade. Acima de ideologia, de partidos, de política, existe, em cada um de vocês, humanidade, como pai, como avô, como parente de uma criança, porque o afogamento infantil não escolhe classe social, não escolhe cargo, não escolhe se ele está no partido A ou B, não escolhe cor, não escolhe gênero, não escolhe. O afogamento infantil é implacável.

Comecei a pesquisar sobre o afogamento infantil... Porque eu não aceitava que minha filha tivesse ido, eu não aceitava que a minha princesa tivesse partido. Ela era tudo para mim, ela era apegada comigo. Eu sempre quis ter filhos. Veio o meu filho Nicholas, que está aqui, o meu príncipe, mas aí veio ela, e o senhor sabe que as menininhas são apegadas ao pai. Ele é meu melhor amigo, mas ela chegou... Como disse um amigo meu, elas sapateiam no nosso coração, fazem a gente de gato e sapato e a gente acha bom. Era a coisa mais linda, e eu tinha o plano mais lindo para a minha vida com ela. Eu não aceitava, Senador, e eu comecei a pesquisar. Aí cheguei ao Brasil...

A minha filha nasceu e morreu nos Estados Unidos, no Estado da Flórida, que, por ano, só esse estado, perde 35 salas de aulas de crianças, porque é o lugar que tem mais água nos Estados Unidos, é cercado pelo mar de todos os lados. O estado é um pântano e também tem a maior concentração de piscinas nos Estados Unidos. A minha filha é brasileira, filha de brasileiros, está enterrada aqui; eu trouxe o corpinho, fiquei 43 dias esperando para trazer o corpinho dela para o Brasil, para ser enterrada. Ela está aqui, no Brasil, enterrada; eu mandei até uma foto de um coraçãozinho que está no túmulo dela.

Então, quando eu comecei a pesquisar, eu percebi o submundo terrível de falta de informação, de pouco caso, de tabu. Eu não sei se foi a Jade ou se foi a Raquel, mas uma delas me passou que foi passar – ah, não, foi outra pessoa – o projeto contra o afogamento infantil para umas amigas e ouviu: "Ah, não me passa isso não, isso traz mau agouro!".

Senador, eu gostaria de saber o que eu sei hoje, eu gostaria de saber o que eu sei hoje. Talvez a minha filha não teria ido, mas, se Deus permitiu que ela fosse, o legado dela vai viver, porque nós vamos ajudar a salvar muita gente, porque não são só 90% que são evitáveis, são praticamente 100%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora, Senador, seja a primeira causa de morte de criança, é a única causa que é evitável. Nós temos, como foi falado, educação do trânsito. Eu estava vindo... Eu viajei para o Nordeste com o meu filho, estavam lá: "Todos contra a psoríase". Lógico, tem que fazer: todos contra acidentes, cinto de segurança, autismo... Tem que fazer! Mas o afogamento infantil é a primeira causa de morte, Senador, e dá para resolver.

Para que esse tanto de lei, sendo que hoje, como elas falaram, nós vimos aqui para resolver esse problema, de uma vez por todas? As crianças não precisam. Pode ser alguém que o senhor conhece, Senador. Nós não queremos que ninguém passe por isso. A dor é imensurável, por uma coisa que poderia... São segundos, Senador, segundos. Uma criancinha como a minha, com um pulmãozinho desse tamanho, se afoga em dez segundos. Lógico que depois, até que aconteça a fatalidade, pode se demorar alguns minutos.

A minha filha ficou 14 horas viva. Ela morreu na minha mão, Senador. Eu, segurando ela, eu senti o pezinho dela começar a ficar frio e subir, e foi ficando frio. E, eu fui falando com Deus: "Devolve a minha filha", como a Tati explicou, "Devolve a minha filha, me leva no lugar", "Eu quero minha filha de volta; volta, minha filha", mas ela não voltou. Na minha mão. Os últimos 40 minutos, eu passei ajoelhado do lado dela, para ela não morrer, mas ela morreu. E quantos pais, quantas mães, passam por isso e ninguém fala nada?

O jornalista falou: "O afogamento... Aconteceu o afogamento em tal lugar". Você assiste o jornal e é assassinato, é briga de família, é tanta coisa que eles põem em tantos minutos, sendo que a gente pode colocar uma coisa que vai ajudar as pessoas para que isso não aconteça, Senador.

Não deixe acontecer, ajude-nos. Ajude-nos, Senador. Não deixe mais os pais passarem por isso, nós temos como resolver isso. Não precisa de tanta lei para tanta coisa, está tudo aqui. Eu passei dias e noites – dias e noites – tentando imaginar uma maneira.

Agora, o senhor pensa: "Ah, morrem quatro crianças". O senhor acha que são quatro crianças por dia? Não são quatro crianças, tem as que sobreviveram.

O afogamento infantil tem três resultados, Senador. Primeiro: sobreviver sem sequela. Raridade. Se se afogou, não estou falando beber um pouquinho de água – se se afogou e sobreviveu sem sequelas, raridade. Ponha a mão para o céu.

Segundo: sobreviver com sequelas. Com todo respeito à senhora, com todo respeito à Jade, a Jade me colocou num grupo lá de São Paulo dos sobreviventes. Eu não aguentei ficar dois dias, Senador. Se o senhor vir, se o senhor vir as crianças crescendo, não mexem nem o olho. A vida dessas mães, desses pais... São heróis. Mudou tudo, Senador.

E aí, o que é que acontece? Eu entrei, comecei a ver e eu dei graças a Deus – vocês vão entender o que eu estou falando –, porque eu não aguentaria passar o que elas passaram. Eu dou graças a Deus porque a minha filha está com Deus, porque, Senador, eu não ia aguentar levantar como a Jade levanta, como aquela ali levanta e vê seu filho daquele jeito, crescendo normal, só mexe o olho. Não é mais aquela criança que lhe abraçava – "Papai!", "Mamãe!" –, e é para o resto da vida. (*Manifestação de emoção.*)

Então, Senador, eu não estou aqui para apelar para partido, eu não estou aqui para apelar para nenhuma autoridade. Estou aqui para apelar para a humanidade do senhor, como pai – talvez avô, não sei se o senhor é –; e ao Senador Eduardo Gomes, se ele estiver assistindo também; ele me ajudou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer aqui uma coisa: não são quatro crianças. No dia em que eu vim trazer o projeto para o Senador Eduardo Gomes, eu conheci assessores de Senadores e Deputados dos Estados do Amazonas e do Pará. Não se contam os afogados, não entram. Essas pesquisas aí... A Raquel também foi para os Estados Unidos. É muito mais do que isso que o senhor está pensando, é muito mais do que quatro crianças, muito mais.

O nosso foco aqui são as crianças, porque as crianças dependem dos pais, dos responsáveis. Aqui, o nosso foco é de zero a cinco anos. Lá, diz-se que caem nos rios. Nem se sabe. Caem e desaparecem. São tantos rios no Norte...

Nas praias... Eu viajei com meu filho para o Nordeste, todo dia tinha anúncio nas praias. Era assim: "Criança tal faleceu em tal lugar". "Ah, vamos falar da tal coisa", sem relevância, mas ninguém fala do afogamento infantil.

Não se coloca na... Eu dei entrevista para o Domingo Espetacular, para várias televisões, para as rádios, e é a maior dificuldade abrirem um espaço para a gente. A gente quer salvar vidas!

Senador, o nosso foco aqui é que essa lei seja aprovada com as emendas que nós mandamos. Eu gostaria que ele colocasse as emendas. Não precisa desse tanto de lei, dessa burocracia toda. Essa é a primeira emenda que nós mandamos, Senador: piscinas públicas com área adulta e infantil – devido a centenas de acidentes em que as crianças saem da piscina infantil, sem os pais perceberem, e, pela proximidade, vão para a piscina adulta, caem às vezes, pulam na piscina de adultos e perdem suas vidas.

O Fernando Beteti disse que eu coloco os vídeos para chocar. Eu coloco 10% dos vídeos, porque, se eu colocar todos os vídeos, ninguém assiste ao meu perfil. É terrível, Senador.

Eu fui para a Europa, fui para os Estados Unidos, até à Turquia eu fui. As piscinas dos hotéis, de clubes, todas, entre a piscina infantil e a de adultos, tem uma cerca, uma grade, um corrimão, alguma coisa que impede as crianças. Se você conseguir achar aquele videozinho em que a criança sai de adultos... Tem vários, mas tem um que é terrível, que não dá nem para ver, porque é uma tortura.

O que acontece em um clube, Senador? O que acontece em uma piscina pública? O pai está ali, está bebendo, está se distraindo, está todo mundo festejando. Aí, o senhor vai ver, a criança sai da infantil e pula na água.

Esse é o vídeo que dá para passar aqui, porque os outros não dá para passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – O senhor está vendo que tem várias pessoas, ninguém vê. Cadê o guarda-vidas? O guarda-vidas... Nós não podemos cuidar, reclamar. São heróis. Aí, veio um segurança que viu de longe e tirou.

É esse o vídeo que eu vou passar para não chocar as pessoas.

Então, ali, se tivesse uma barreira...

Então, essa é uma emenda que a gente coloca.

Os pais não prestam atenção. O salva-vidas, como nós ouvimos aqui do Coronel, em vários estados – eu gostaria de saber como pode acontecer isso –, em vários estados, não é regulamentado. Nos Estados Unidos, Senador... Eu não estou aqui para elogiar país nenhum; eu quero que o meu país faça o negócio certo, porque nós temos capacidade. Lá nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos, as crianças sonham em ser guarda-vidas. Tem séries, Baywatch, sobre salva-vidas, filmes que contam a história de guarda-vidas... Agora, aqui... Em alguns estados, nós podemos colocar e já resolver tudo de uma vez, Senador. Então, essa é uma das emendas.

A próxima, por gentileza.

Nos elevadores, Senador... Quando nós vamos entrar nos elevadores, não está lá "verifique se o elevador está no andar", "não discrimine" e tal? O elevador é o meio de transporte mais seguro do mundo. O senhor sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Sabia. Além de brasileira, é minha a inclusão.

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – Parabéns!

Olha, Senador, o meio de transporte mais seguro é o elevador. Agora, o seguinte: as pessoas chegam nas piscinas públicas e entram, e não tem nada lá. "Entra aí! Fica à vontade!".

Eu estive agora em Caldas Novas. Em 13 piscinas, tinha dois salva-vidas. Os pais, bebendo e as crianças sozinhas. Eu estava com meu filho e filmei, tenho tudo. Cheguei, fui e cobrei lá. Eu fiz uma denúncia. Tem que ter o guarda-vidas lá. Então, por que não pode ter nas piscinas públicas, Senador, nos condomínios, o aviso de que o afogamento infantil é a primeira causa de morte de crianças? Você vai com a sua criança para a água? Fique com a sua criança! Não perca a atenção, porque são segundos! Tem que ter as placas com os tópicos...

Eu quero finalizar aqui com os tópicos, que é a parte principal do que eu quero dizer aqui. Então, é preciso ter, afixar, Senador, por gentileza, uma placa informando os tópicos, como evitar que a criança... E avisando aos pais "cuidado!". Como disse a Jade, esse dia pode ser um dia que pode transformar a sua vida para o resto da vida, e bastam alguns segundos, basta algum lapso.

Bom, agora, o terceiro parágrafo, da outra emenda.

Olha, eu resolvi... Estava tudo no §2º, mas esse merece uma fixação de um quadro só para ele: por causa do celular, aumentou em 40% o afogamento infantil.

Senador, o senhor sabe que para responder uma mensagem de uma linha demora 30 segundos? Em 30 segundos, já foi, a criança já foi.

Eu tenho vídeos de mães e pais tirando *selfie* ou na rede social e as crianças... Eu tenho um, Senador – não dá para colocar –, em que a mãe está aqui, tirando *selfie,* e os gêmeos, a 1,5m, morreram afogados, os dois, por causa de alguns segundos.

Aqui é o seguinte: é educado, quando o senhor está falando, ou na presença de um juiz ou de um Senador, nós ficarmos mexendo no celular? Não é. Na presença de um juiz, de uma autoridade que está falando, nós temos que respeitar. Agora, chega lá, virou uma febre, e as crianças é que estão pagando, porque são segundos, Senador.

É preciso afixar um quadro nas piscinas públicas: "Com o advento do celular e das redes sociais, as mortes por afogamento infantil aumentaram 40%. Você quer fazer parte dessa estatística? Tire um tempo de qualidade para ficar com o seu filho na água ao alcance do seu braço". Essa é uma emenda.

A próxima, por gentileza.

Esse é um vídeo, mas vamos lá, porque eu preciso de mais tempo, por gentileza, Senador.

Pode passar o parágrafo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, isso é muito importante. Nós ouvimos o Alexsandro falar. O senhor não imagina como isso acontece todos os dias, Senador, em eventos e festas onde tem água, onde tem água, tem piscina, tem qualquer coisa, fontes.... Olha, agora, no final do ano passado, no mês de novembro, no Estado do Paraná... Eu estava no Estado do Paraná dando uma entrevista para a Rádio Jovem Pan e para o SBT quando eu recebi duas notícias, mas foi assim: uma em uma semana e outra na outra semana. Os pais foram para a festa e levaram a criança. Tinha uma piscina na chácara e deixaram o avô e a avó tomando conta da criança. Foram beber, brincar, conversar, era uma festa, uma confraternização. O que aconteceu? A criança caiu na água; o avô, que não tinha capacidade – não sabia nadar –, pulou para salvá-la, morreu afogado; a avó pulou para salvar o marido e a neta, e morreram afogados os três – os três em uma festa! Na outra semana, foi o aniversário da avó, uma outra senhora. Foram cantar parabéns. As crianças ficaram sozinhas e caíram na piscina. Uma sobreviveu e a outra morreu. Isso no espaço de duas semanas!

Por que é tão importante isso? Se a gente vir cada lei que tem, meu Deus! Só falta cuidar de caspa no joelho. Nós estamos falando da primeira causa de morte.

Agora, é o seguinte: Sr. Senador, quando o senhor vai fazer uma festa, por exemplo, uma festa na sua casa ou em uma chácara, em um lugar que tem água, o senhor não contrata o manobrista? O senhor não contrata o cozinheiro, o garçom e até um DJ? Por que nós não vamos contratar os heróis, os guarda-vidas? É preciso colocar: "Vai ter festa? Vai ter evento? Vai ter água? É obrigatório contratar um guarda-vidas". Aí, vai beber, vai brincar, e o guarda-vidas lá, tomando conta, certo? Eu acho isso maravilhoso.

Senador, eu pensava em salvar uma, duas vidas, mas eu tenho certeza de que, se o senhor nos ajudar e isso passar, nós vamos salvar milhares de vidas. E nós vamos nos lembrar sempre do senhor, do legado do senhor, do Senador Eduardo Gomes também e de todos aqueles que votarem a favor.

Então, vamos valorizar o guarda-vidas. Contrata o DJ? O garçom? Contrata um guarda-vidas também.

Próximo, por gentileza.

Olha, isso já é lei em muitos países. A Raquel mostrou um vídeo ali do menininho correndo e colocando um "macarrãozinho" para salvar. Por exemplo, se esse avô e se essa avó, que não dá... Porque não dá tempo! O senhor ouviu a socorrista falar, a Tati: não dá tempo de pedir "Ô, vem cá me ajudar". Segundos fazem a diferença entre a vida e a morte. Então... Aqui em Brasília – eu falo até o nome do hotel –, eu fiquei aqui no Jade, nesse hotel. Eu fui, tirei foto, fiz questão de fazer propaganda, porque lá estava uma boia rígida, dessas que tem em barco. Não é inflável, não, porque inflável não presta para nada. É boia rígida, com uma cordinha. Aconteceu alguma coisa, eu não sei nadar, eu tenho alguma coisa que não sou capaz... Eu jogo a boia e puxo.

Porque, Senador, a morte por afogamento é a coisa mais desesperadora que o senhor pode imaginar. Nós já assistimos a filmes que servem para tortura. O senhor imagina, eu fiquei pensando que, na hora em que a minha filha estava lá, ela tentando... "Cadê meu pai?" Ela está buscando alguma coisa para segurar. "Alguém me ajuda! Eu sou a Susan." Eu não estava lá, Senador. Eu não estava em casa. Quando eu cheguei, estavam a polícia e os bombeiros, minha filha estava lá no chão. É desesperador, é uma morte horrível. É uma morte horrível, Senador. Nós não desejamos para adulto, mas para criança... Eles dependem de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pessoa pode jogar lá uma boia e salvar. Todo condomínio, toda piscina pública, clubes, parques aquáticos... Visível, fácil acesso, viu? Qualquer coisa... Porque um segundo... A Tati está aí acompanhando, ela já explicou... Aqui o tempo não dava, mas eu fiz uma *live* com ela, ela explicou os estágios do afogamento, como cada segundo pode fazer a diferença entre a vida e a morte. Então, mesmo que alguém não saiba nadar, não possa, é só jogar a boia e puxar. É uma emenda para estar em todas as piscinas públicas.

Acabou, não é? Acho que acabou.

Tem mais duas emendas, Senador, que eu gostaria... que são sobre isso que a Raquel falou. Não deu tempo de colocar aí. É uma fomentação, para estados da Federação e municípios fomentarem, procurarem oferecer para os cidadãos a natação para crianças, para bebezinhos. Por quê? Quando a gente fala de natação, 80% dos brasileiros não têm capacidade financeira para colocar o seu filho numa natação particular.

Mas nós podemos fazer a diferença: escolas que têm piscina, todos que têm piscina oferecerem, ou clubes que sejam particulares, fazerem um programa, assim, para as pessoas de baixa renda, porque uma vida é uma vida. Não importa se ela é de uma classe social alta ou baixa. Uma vida é uma vida. E a morte por afogamento é terrível. Então, fazer uma fomentação, que haja, nas cidades, nos municípios, nos estados, uma fomentação para isso.

E a última, o Coronel já falou aqui, Senador – peço perdão pelo tempo –, que precisamos – precisamos – regulamentar e reconhecer os guarda-vidas no Brasil inteiro. Eu não sei qual é a ferramenta, o que pode ser feito, mas essa é uma coisa que eu acho que tem que partir do federal, não é?

Então, era o que eu tinha para falar sobre isso, mas agora, Senador, para eu encerrar, é o seguinte: o nosso foco aqui... Vamos supor que passe tudo isso aí, vamos supor que nós consigamos dar andamento a tudo isso. Efetivamente, o que vai fazer a diferença? O que vai fazer a diferença? Eu já falei com assessores do Senador Eduardo Gomes, a gente não conseguiu dar andamento. O nosso foco, o meu principal objetivo aqui, o principal objetivo é fazer uma campanha nacional de educação. Só vai mudar – só vai mudar – quando os pais e as mães pararem de tratar isso como tabu, ficarem com medo de tocar nesse assunto e colocarem em prática os dez tópicos que nós criamos e/ou adaptamos para que todos saibam, para resolver esse problema do afogamento infantil.

Senador, rapidinho, eu vou passar ali para os senhores os tópicos, e nós já vamos terminar.

Tópico nº 1. Isso aí é educação nas escolas, na televisão, no rádio, época de férias, de feriado. Tópico nº 1 – este é o principal –: criança na água, supervisão ininterrupta ao alcance do braço enquanto as crianças estiverem na água. Os pais têm que saber disso. "Ah, eu vou ao banheiro". Não! De jeito nenhum. Se vai ao banheiro, tem que deixar alguém.

Tópico nº 2: dificultar o acesso das crianças à água, como grades, cercas, portões de fechamento automático, câmeras, sensores, tudo que puder. Esse tem que ser o número 2 mesmo, Senador, porque tem gente que falou para mim, Senador: "Ai, por causa da estética, eu não vou cercar a piscina". Hoje tem de vidro, tem coisa... A criança não pode ter acesso à água. Escapa, são dez...

Senador, 80% de pais como eu... Na minha casa tinha a cerca. Aconteceu um caso fora da curva, uma pessoa que estava lá, convidada, abriu a cerca, e a criança a seguiu e caiu. Mas na minha casa tinha, e eu não sabia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, precisa impedir a criança de alcançar a água. Se ela não alcançar a água, as chances vão cair, tá? Então todo mundo tinha que... Nós não podemos obrigar, dentro da casa das pessoas, a pessoa a fazer isso, mas, se nós fizermos uma campanha de educação em nível nacional, as pessoas vão saber que é a primeira causa de morte; que, em segundos, ou a sua criança vai morrer ou a sua criança vai virar um vegetal para o resto da vida. Ou você acorda agora ou pode acontecer com você ou com alguém perto de você.

Próxima.

Nº 3: esquecer o celular enquanto tiver crianças na água. Tem que ensinar as pessoas: esquece *selfie*, esquece rede social quando está com a criança. A vida da sua criança, se for, não volta mais; a rede social você pode fazer na hora em que a sua criança estiver dormindo. Então, aumentou em 40% por causa...

Cinco: essa é a campanha de educação, Senador. Eu gostaria que o senhor depois me falasse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – ... como pode ser, tá?

Tópico nº 5. (*Pausa.*)

Eu passei todos...

Bom, o nº 5, Senador... Eu acho que não se está achando ali, mas o nº 5 está aqui para quem quiser ver – pulou o cinco.

Bom, o nº 5 é o seguinte: não terceirizar a responsabilidade do seu filho na água para ninguém. O que tem acontecido, se o senhor vir o tanto de vídeos... Colocar outra criança... "Ah, eu vou sair..." O senhor viu ali? O pai ali põe outra criança para tomar conta. Têm morrido as duas crianças. Ou, senão, se uma morreu, a outra não conseguiu salvar, é trauma para o resto da vida. Então, nunca terceirize – isso na campanha de educação nós temos que colocar –, não terceirize a responsabilidade sobre o seu filho na água. Por quê? Tem que ser alguém capaz. Às vezes, terceirizam, como no caso desse avô e avó que não sabiam nadar; não adianta. Terceirizam para outra criança; não adianta. Terceirizam para uma pessoa embriagada; não adianta. Tem que terceirizar, com certeza, para uma pessoa capaz de agir em caso de necessidade, certo? E outra coisa – aconteceu agora, há pouco tempo: a pessoa achou que tinha delegado. Em caso de dúvida sobre se você delegou ou não, volte lá: "Espere aí. Para quem eu deixei mesmo? Eu deixei com você mesmo? Então, está na sua responsabilidade".

Tópico nº 6. Eu acho que o pessoal da Sobrasa, o Alexsandro, que está assistindo, todo mundo da natação sabe que isso é uma coisa terrível: as boias infláveis são responsáveis por boa parte do afogamento infantil. É uma falsa segurança: "minha criança está na boia inflável". Senador, vira a boia – eu tenho um monte de vídeos – e não desvira. Não tem o que fazer, a não ser que o pai esteja ali. Então, até o Alexsandro falou para mim: "Alex, vamos ver se a gente coloca para abolir mesmo as boias infláveis", entendeu? Porque as boias infláveis trazem uma sensação falsa de segurança, e a criança vira e morre afogada, certo?

Esse vídeo aí é terrível. Está ali ó: deixaram na banheira, "tadinha da criança" – olha lá –, porém, sem supervisão. Olhem lá. Essa criança veio a falecer, Senador. Essa criança veio a falecer, como várias outras. Olhem o que a boia inflável faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessa campanha nacional, o que nós vamos fazer? A única coisa que serve é o colete, o colete não inflável – pode ser aquele atado aos braços – e com presilhas de segurança, como esses aí. É o único que serve. Boia só faz acontecer acidente. Colete não inflável, modelo atado.

Nº 7. Isso aqui... O Brasil, Senador, é o campeão de afogamento – não é o campeão de afogamento infantil, mas aí já é o primeiro caso, porque, nos Estados Unidos, morrem mais crianças ainda – infantil em banheiras, baldes, bacias, tanques, máquinas de lavar, vaso sanitário, poço e bueiro. Inclusive, eu conheci um lá no seu projeto que sobreviveu de um bueiro, porque a cidade não tomou conta.

Eu gostaria só que o senhor passasse aquele de Brasília. O senhor arrepiará o cabelo por saber como uma criança em Brasília agora, há poucos meses, ela morreu afogada.

Eu coloquei aí, se você conseguir achar...

Olha aí. Onde a criança morreu afogada? Na caixa de gordura do quintal, Senador. É só deixar onde tem líquido aberto. Bastam dois dedos de água, e morre afogada, direto.

Mas, olha, eu recebo 20, 30 por dia notícias do Brasil inteiro. Agora, o que está me assustando é tanque, balde, bacia, banheira e vaso.

Então, nessa campanha nacional, esvazie todos os recipientes. Esvazie! Esvazie todos os recipientes, tampe poços, tampa no vaso sanitário.

Aqui no Estado de Goiás, é comum não usar tampa no vaso. Crianças têm se afogado no vaso sanitário.

Próximo, por causa do tempo.

Próximo.

Nº 8. Isso foi o que a Tati falou, do Volta Pra Mim. Ela acompanha os pais gritando para voltar à vida. O Samu, por mais eficiente que seja – depende da distância, Senador –, não chega a tempo, não chega a tempo. Segundos bastam.

Então, a campanha é todo mundo que puder fazer, principalmente quem tem piscina em casa, faça o curso de primeiros socorros, porque até que o Samu chegue, até que o bombeiro chegue, você pode salvar a sua criança, certo? Essa é a campanha nacional.

No caso da minha criança, Senador, eu acho que, quando abriram a cerca para ela passar, ela voltou para pegar um brinquedo. Para as crianças, água é sinônimo de diversão. É tudo... Brinca na água, põe aquelas boinhas, aqueles patinhos, aquelas bolas. Aí, é o seguinte, tirou... A criança sufoca, de 1 a 5 anos. Eles não sabem a noção do perigo. Eles vão voltar lá para buscar. Então, acabou, tira tudo, tira tudo da água para a criança não voltar.

Próximo e último tópico.

Troque imediatamente o ralo da sua piscina para um ralo de sucção. Já é lei, mas tem muita gente que não está nem aí para a lei até que aconteça.

Agora, nós temos dois tópicos de bônus: parques aquáticos, piscinas. Não deixe sua criança entrar na água sem a presença de um guarda-vidas. Exija a presença dele, como eu fiz no parque agora, aqui em Caldas Novas. Eu fui lá, briguei e exigi.

Em praias e lagos, respeite sempre a sinalização. Nunca entre em lugares com correnteza, correntes, retornos e águas turvas. O pessoal da Sobrasa tem muito mais informação sobre isso. E a gente pode alcançar.

Senador, essa é a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria perguntar ao senhor o que pode ser feito para que a gente faça essa campanha nacional. Essa campanha nacional é que vai realmente mudar a história do afogamento e a lei que abre as portas e resolve.

Se o senhor permitir, eu gostaria, para terminar, para que todos conhecessem a minha filha, de um momentinho, dois minutinhos: o vídeo que eu fiz de homenagem para ela, sem saber que ia ficar desse jeito. Eu gostaria... A hora em que o senhor quiser interromper, o senhor pode. E as pessoas podem acessar pelo YouTube.

Minha Susan, viva para sempre!

O som.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – Agora é só um clipe. O senhor é quem sabe... Se quiser encerrar, o senhor é quem sabe.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, com relação a esta audiência pública, o objetivo é exatamente discutir e aperfeiçoar o projeto. Evidentemente que, como Relator, nós temos essa possibilidade de acatar as emendas. Nós vamos estudar tecnicamente, porque algumas obrigações, quando são criadas, têm que ter a fonte de recurso quando é caso de uma área pública – não é? –, mas, quanto àquilo que for necessário aperfeiçoar, nós o faremos aqui, no relatório nosso, com relação a esses projetos que estão tramitando aqui.

Com relação a essa campanha, ontem mesmo eu tive a oportunidade de fazer uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre a questão da popularização da ciência. E o que nós percebemos – e eu nem sabia –, com relação ao acesso, hoje, à informação, principalmente o dos jovens, mais de 80% é pelas redes sociais. Só nós mesmos, com a nossa experiência, que usamos ainda jornal impresso, e rádio, e televisão. Então, eu acho que essas campanhas podem ser feitas nas redes sociais.

Eu tenho até projetos tramitando, já há algum tempo, para obrigar o Governo a transformar grande parte da verba publicitária em projetos institucionais, de propaganda institucional, que é do que a gente precisa. Muitas vezes, a gente vê muita propaganda, inclusive enganosa, aí na televisão, e poderia ser usado parte desse recurso – eu coloquei, acho, 70% – como propaganda ou como educação institucional para que a gente possa, de fato, mostrar a importância de algumas campanhas.

A questão da regulamentação também que foi colocada: a gente pode apresentar um projeto em separado – e aí é do Ministério da Educação – e a gente aprova aqui. Não tem nenhuma dificuldade. Ignacio já fica aí com a incumbência de apresentar o projeto de regulamentação da profissão de salva-vidas. O que a gente pode, contando com o Corpo de Bombeiros e também com os especialistas, é fazer a justificativa já. Acho que é sempre importante, na justificação do projeto, a gente colocar exatamente os dados, a importância da regulamentação, mas a gente está aí aberto para apresentar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou perguntar rapidamente... Se houver por parte dos expositores alguma consideração final, breve, e quiserem se manifestar...

Aqui está a Tatiana, que está em videoconferência. Tatiana ou Alexsandro, alguma consideração?

Se quiser fazer alguma consideração final, Tatiana...

A SRA. TATIANA BEDRAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço muito a palavra.

Gostaria só de enfatizar esse tema. A gente precisa urgente que algo seja realmente feito – campanhas, educação, prevenção –, para que novas mortes e novas sequelas não aconteçam.

A gente agradece muito o empenho e a atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, esses alertas todos aqui podem ser fruto de algumas mensagens, seja pelas redes sociais, seja inclusive pela página aqui da Comissão. Aqueles influenciadores que podem também receber essa mensagem e disponibilizar, isso é sempre importante.

Prof. Alexsandro.

O SR. ALEXSANDRO SIMÕES SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, gostaria apenas de enfatizar que somente a união de todos nós vai fazer com que a gente possa frear esse mal. Afogamento não é beber água, não é engolir água; é água que entra na via aérea. É aquela água, Sr. Senador, Sr. Presidente e todos os que estão aí na mesa, que você bebe com um copo aí que está na sua mesa e você tosse porque engasgou; é justamente essa pequena gotícula, que é de 1ml a 2 ml de água, que faz com que nossas crianças estejam indo embora, estejam morrendo. Então, todos nós temos essa responsabilidade de frear, de parar esse mal.

Então, essa mãozinha que está aqui atrás, aberta, que todos nós estamos clamando, é: "Pare o afogamento!" Nossas crianças estão clamando.

Ao Alex aí eu agradeço imensamente. Muitas outras susans estão clamando pelo Brasil, e nós podemos parar esse afogamento. Nós podemos parar esse mal!

Então, cabe a todos nós assumir esse compromisso com a sociedade, com a nossa população brasileira, de que vamos dizer não ao afogamento infantil! Pare o afogamento!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado pela participação.

Passo também para o Márcio Morato fazer as suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO MORATO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com outros especialistas, com outros que lutam pela causa, e de dizer que a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático reúne muito material de vários especialistas, todos à disposição no nosso *site*. Nós temos várias campanhas, vários projetos.

Estamos agora em parceria, e hoje temos uma reunião, com o Ministério do Turismo, porque nós queremos chegar a todos os hotéis, a todas as áreas de lazer. Então, hoje, às 10 horas da manhã, tivemos uma reunião — ainda não fui, porque eu estou aqui — tivemos uma reunião no Ministério do Turismo. A gente está fazendo uma parceria grande com os órgãos públicos.

No dia 25 de julho, nós temos o Dia Mundial da Prevenção do Afogamento. Nós temos uma lei tramitando, a Lei 3.699, que já foi aprovada na Câmara e está vindo aqui para esta Casa, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senado, que fala do Mês Nacional da Segurança Aquática e de Prevenção ao Afogamento, em que vai ser designado o mês de novembro. Temos, também, que aproveitar esse projeto de lei que vai incentivar a prevenção — logicamente, a prevenção tem que ser em todos os meses —, mas, com um projeto de lei colocando o mês de novembro como o mês de prevenção ao afogamento, a gente vai poder intensificar, nas nossas redes, nas nossas televisões, nas mídias.

Nós temos a profissão de guarda-vidas. O Senador Paulo Paim, Presidente, foi o Relator aqui do PLC 042, que eu estive acompanhando. Infelizmente, ele foi arquivado na última legislatura, mas já começou a tramitar, com o PL 1.476, do Deputado Joel, da Bahia... O Senador Paulo Paim, o senhor também é lá da Bahia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu sou do Rio Grande do Sul.

O SR. MÁRCIO MORATO – Ah, desculpa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você não errou. Eu recebi o título de cidadão baiano. (*Risos.*)

O SR. MÁRCIO MORATO – Desculpa, mas eu tenho acompanhado o trabalho do projeto de lei da regulamentação de guarda-vidas, e o Senador abraçou realmente a causa.

E a gente torce para que esse PL, agora, venha da Câmara — vai tramitar somente em duas Comissões —, que ele venha para o Senado, e a gente consiga aprovar essa importante profissão.

Então, é isso.

Estamos todos aqui na luta e podemos ajudar sempre.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Márcio.

Registrando aqui a presença do Senador Paulo Paim, que é o Presidente desta Comissão.

Agradeço a aprovação rápida do requerimento de audiência pública. Nós que fizemos, aqui, durante a manhã. V. Exa. estava também numa frente, numa audiência, mas quero agradecê-lo e parabenizá-lo, com relação à volta desse projeto, e, chegando aqui, ou até mesmo sua reapresentação...

Não sabia que o Paim já tinha...

É natural, mas eu não sabia que ele estava defendendo já a regulamentação do salva-vidas, mas contem com o nosso apoio aqui. Com certeza, chegando aqui, se já está votado na Câmara, com certeza, o Paim é um bom Relator. Se não puder, eu assumo a relatoria, Paim.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Devo dizer que eu não podia deixar de passar aqui. A iniciativa foi do Senador Izalci Lucas, que é um Senador ágil, brilhante. Ele está aqui e, de tarde, vai estar no Plenário, já num outro grande evento, que eu estou sabendo.

Hoje, como ele é o autor do requerimento, e eu tive que presidir uma outra Comissão, ele disse: - Fica tranquilo, que eu presido lá. E a equipe dele, que também é bem ágil, disse: "Dá uma passadinha lá, Paim, pelo menos". Eu disse: darei. E, felizmente, estou aqui, cumprindo a minha palavra.

Parabéns pela iniciativa a V. Exa. e a todos os painelistas que estão aqui, que eu estou neste momento vendo na mesa, porque esse é um debate importantíssimo. Na verdade, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de salvar vidas. Quase todo dia a gente vê no jornal, na televisão, na imprensa, criança morrendo nas piscinas. Então, nós precisamos, mais do que nunca, ter uma lei clara, definida – essa é a intenção do projeto –, que regulamenta a profissão, mas, ao mesmo tempo, trata também de como é que a gente cuida das nossas crianças nas piscinas, em todos os lugares, e até da estrutura de certas piscinas que deixam a desejar.

Eu não assisti as palestras, mas sei que elas só vão enriquecer o debate na Comissão e, no que depender de mim, contem comigo. Salvar vidas é uma missão também da Comissão de Direitos Humanos, na qual o Izalci é um Parlamentar muito atuante.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Paim.

De fato, foi uma audiência muito triste, em função do que foi apresentado aqui, mas já convido V. Exa., às 14h30, para uma sessão solene lá no Congresso, lá no Plenário da Câmara, dos quadrilheiros juninos, que vai ser uma sessão muito alegre, para nos recuperar desta audiência que foi muito triste, em função dos depoimentos e da realidade. Realmente, a situação, principalmente das mortes em piscina... Não só em piscina, mas em banheiras, como foi dito aqui, e até mesmo em caixas de gordura.

Eu vou passar para a Jade também, para fazer suas considerações finais, agradecendo já a sua presença aqui na audiência.

A SRA. JADE NAGANO (Para expor.) – Obrigada a todos pela atenção.

Só queria deixar nossos canais de contato: a página Sobreviventes de Afogamento, no Facebook, e também a página Força Fernando, que é do meu filho no Instagram. Pode entrar em contato em qualquer um desses canais, se você conhece alguém sobrevivente de afogamento, estamos lá para prestar apoio a essas famílias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Jade.

Raquel.

A SRA. RAQUEL EUZÉBIO CORRÊA (Para expor.) – Queria agradecer também, porque eu represento os profissionais de Educação Física, mas a categoria professor, que é tão desqualificada aqui no nosso país, tão malvista. Nós investimos muito na educação, e nós, profissionais de Educação Física, estamos empenhados na natação e oferecendo mais essa contribuição dentro da segurança, da sobrevivência aquática – é o reconhecimento da nossa profissão, como também agente salva-vidas, a nossa importância dentro da sociedade.

Nós estamos ativamente, diariamente, contando com essas crianças, dando material para que a joia mais rara de uma família seja salva. Então, o que nós lapidamos ali todos os dias, é emocionante como profissional, é emocionante como mãe, e eu vejo o meu papel social aqui, representado hoje, em poder levar à escala nacional realmente e ser efetiva.

Então, obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Raquel. Vocês é que merecem todo o nosso carinho, nosso respeito como professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para encerrar, então, o nosso fundador do projeto Susan Forever e inspirador dessa proposta de Projeto de Lei 1.944, Alex Delgado.

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO (Para expor.) – Eu também gostaria de agradecer a todos que nós convidamos para que estivessem aqui e a presença, também, do nobre Senador Paulo Paim. O senhor não estava aqui, uma pena. Se o senhor puder assistir depois... Eu acho que fica salvo. É muito mais terrível do que o senhor possa imaginar. É a primeira causa de morte de criança, disparado. A única coisa que é um tabu, ninguém fala, quase não aparece na mídia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não sabia, mas, com depoimento que você faz agora, faz sentido.

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – Justamente.

E os levantamentos são, podemos dizer assim, superficiais. Eu conversei, eu entrei...

Eu perdi a minha filha, é por isso que estou aqui; eu perdi a minha princesa e eu não vou deixar que ela passar em branco. Apesar de ser a primeira causa de morte de crianças, o afogamento é a única causa que é 100% evitável.

Apelo à humanidade. O senhor deve ser pai, o senhor deve ser avô também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sou bisavô!

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO – Bisavô? Puxa, não aparenta!

Perder uma criança é totalmente fora da curva, totalmente fora da ordem natural das coisas. Então, sendo a primeira causa de morte, nós precisamos fazer barulho em torno disso. Além das emendas ao projeto de lei, é preciso fazer uma campanha nacional de educação. Se eu soubesse o que sei hoje, se a maioria dos pais que perderam filhos ou que vivem com filhos em estado vegetativo soubesse muitas coisas não teriam acontecido.

Então, nós criamos e/ou adaptamos dez tópicos que vão blindar as famílias contra o afogamento infantil. Só é preciso de educação, e o projeto de lei, que são coisas básicas que vão ajudar também...

Eu quero agradecer a presença de todos. Acho que o jornalista Fernando Beteti saiu, mas ele bateu forte na mídia: por que a mídia dá pouca importância a isso? Se todos soubessem, nós evitaríamos isso muito mais.

A Jade, que é mãe do Fernando, que sobreviveu; a Raquel, que tem um trabalho maravilhoso com natação de crianças, porque criança... A gente faz tudo para evitar acidentes, Senador, mas, caso aconteça de a criança cair sozinha e ficar sozinha, porque é num lapso de segundos... Em segundos a criança se afoga, e a criança pode se virar sozinha, pode se salvar sozinha. Então é um trabalho muito importante que, também na emenda, precisa ser fomentado nos estados e municípios para colocar professores, para que as famílias de baixa renda possam colocar seus filhos na natação também. Mas o mais importante são os tópicos.

Senador, volto a falar aqui: o afogamento é triste, é uma morte horrível, é usada para tortura, e as crianças estão morrendo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua fala...

Se você me permitir, Izalci, vou falar. Eu disse que não iria falar mais. Cheguei atrasado e não dá para querer pegar janela e tomar conta da reunião, mas quero dizer que, se depender de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim, se o projeto estiver na Comissão de Direitos Humanos, o Senador Izalci, que foi quem encaminhou o requerimento, será o Relator, com todo o nosso apoio no que eu puder ajudar.

Eu indicarei você se assim eu puder fazer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Paim.

Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês. Acho que a gente conseguiu aqui demonstrar a importância da prevenção. De fato, são ações simples, mas que precisam ser levadas ao conhecimento de todos.

O próprio Senador Paim pode nos ajudar no sentido de agir junto ao Governo e fazer alguma indicação para que haja uma campanha. O Governo tem condição de fazer tudo isso.

Com relação ao projeto de regulamentação: acho importante. O Senador Paim já o acompanhava, e nós vamos agilizar o processo de aprovação desse projeto. Evidentemente, a lei também... Acho que o Senador Paim, como Presidente da Comissão, pode nos ajudar na agilização para colocar na pauta e aprovar esse projeto o mais rápido possível.

Bem, Senador Paulo Paim, permitindo...

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO (*Fora do microfone*.) – Eu posso passar os contatos para as pessoas acompanharem o nosso trabalho, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ALEX FERRARINI DELGADO (Para expor.) – Eu também gostaria de passar para quem estiver nos assistindo que, no Instagram, eu tenho um programa de alerta, de educação para as pessoas saberem a realidade. Os vídeos são terríveis, mas têm que chocar mesmo para acordar as pessoas. No Instagram, o usuário é: @susanforever.br. Entre lá, siga-o e ajude-nos a chegar a um maior número de pessoas. Está bom?

Eu agradeço. Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bacana!

Bem, cumprida, então, o objetivo da audiência, eu declaro, com a permissão do Presidente Paim, o encerramento desta audiência pública.

Muito obrigado pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 37/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater os "Vinte anos da lei 10.639, de 2003, que trata do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira". **Participantes:** Beatriz Benedito, Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana; Tânia Portella, Géledes - Instituto da Mulher Negra; Fernanda do Nascimento Thomaz, Coordenadora Geral da Coordenação de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Christiane Ramirez, Consultora de Cultura da Confederação Nacional de Municípios - CNM; Vereadora Abigail Pereira, Município de Porto Alegre/RS; Thamires Rosa, Mãe de uma criança que sofreu racismo na escola; Deputada Federal Carol Dartora, Deputada Federal; Natália Neris, Coordenadora-Geral de Ações Afirmativas na Educação do Ministério da Igualdade Racial; Regis Alves, Secretário de Combate ao Racismo e Coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial do Ceará; César de Oliveira Gomes, Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Defensor Público Federal. É autor do livro “Racismo Institucional e Justiça: interfaces da Defensoria Pública da União”; Cleber Santos Vieira, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão Substituto - SECADI/MEC; Luzi Borges, Diretora de políticas para povos e comunidades de matriz africana e de terreiro do Ministério da Igualdade Racial; Neliane Maria, Mulher negra, mãe, feminista, ativista, militante da Frente de Mulheres Negras do DF e professora da rede pública de ensino há 26 anos - Assina suas produções com o codinome Ne Maria e criou recentemente a marca Maria Pimenta; Maria Socorro Alves Pires, Presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - FETAMCE; e Nelson Luiz Rigaud Mendes, Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares. **Resultado:** Audiência pública realizada. Faz uso da palavra a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/03

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada, como sempre, nos termos de requerimentos. Nesse caso, o 37, de 2023, de minha autoria e de outros, sobre os 20 anos da Lei 10.639, de 2003, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira.

Por uma questão de justiça, embora venhamos brigando por essa lei há muitos e muitos anos, a lei foi de autoria da Deputada gaúcha Esther Grossi e do Ben-Hur. Eu era Deputado. Nós trabalhamos juntos, mas não deu certo. Junto eu digo porque queríamos aprovar antes. Mas, felizmente, depois, sob a liderança da Esther Grossi e do Ben-Hur, conseguimos aprovar na Câmara, veio para o Senado, foi aprovada e é lei. A importância do debate de hoje.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu estou no momento dos informes ainda. Só vou informar que a primeira mesa será composta por:

- Beatriz Soares Benedito, Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana, que já está aqui conosco. Muito bem.
- Tânia Portella, do Geledés – Instituto da Mulher Negra, que está aqui conosco também.
- Thamires Rosa, mãe de uma criança que sofreu racismo na escola, por videoconferência.
- Fernanda do Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral da Coordenação de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, também presença confirmada já. Já está aqui com a gente.

Eu farei uma fala de abertura, como é de praxe, sobre o tema.

A importância da lei que trata da história e cultura afro-brasileira e indígena também nas redes de ensino celebrou, neste ano de 2023, seus 20 anos. A legislação garante uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principais vitórias dos movimentos negros do país para o povo brasileiro, que tem a sua história lapidada em um dos processos mais cruéis da humanidade, a escravidão.

A legislação foi sancionada em janeiro de 2003, a Lei 10.639, então na época ainda pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. No ano de 2008, a norma avançou. Incluiu e fortaleceu a luta dos povos indígenas, com a aprovação da Lei 11.645. Estão englobadas.

Conforme os Institutos Alana e Geledés – Instituto da Mulher Negra, sete em cada dez secretarias municipais da educação não realizaram ainda, infelizmente, ações ou poucas ações para implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas.

O estudo ouviu, em 2022, gestores de 1.187 secretarias municipais de educação, o que corresponde a 21% das redes de ensino dos municípios, sobre o cumprimento da 10.639. A pesquisa ressalta que os municípios são os principais responsáveis pela educação básica.

Do total, constatou-se que 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes de atendimento à legislação; 53% fazem atividades esporádicas, projetos isolados ou em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro; 18% não realiza nenhum tipo de ação. As secretarias que não adotam nenhuma ou poucas ações juntas somam 71%. Por isso que se fala que menos que 30% adotam efetivamente essa lei no dia a dia da sala de aula.

Precisamos contar todas as histórias do Brasil, pois não existe uma história única a implementar. A lei da história e cultura afro-brasileira é uma das mais importantes ações para a mudança cultural e social no país. E para que isso aconteça precisamos contar com o apoio de todos e todas, como o Ministério Público Federal, a Confederação Nacional dos Municípios, Prefeitas, Prefeitos, diretorias e secretarias de educação e de toda a sociedade brasileira.

A implementação da lei da história e cultura afro-brasileira e indígena é combater o racismo na prática. Precisamos parar de discutir, diante do tema, apenas quando noticiários abordam os crimes de racismo. É de fato todos trabalharmos para implantar na sala de aula esse debate tão importante, para que aconteça nas salas de aula, não é? Precisamos de ações integradas e efetivas para a promoção da igualdade racial no país.

Axé! Vamos ter aqui hoje, com certeza, um bom debate, uma ótima audiência pública.

Estou ainda nos informes, viu? Depois eu vou passar para vocês.

Quero também destacar que 3 de julho é o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. A data foi criada para relembrar a aprovação da Lei 1.390, conhecida como Lei Affonso Arinos, em 1951. Ela é a primeira norma contra o racismo no Brasil. No dia 3 de julho de 1951, o Congresso aprovou essa lei que tornava contravenção penal a discriminação racial. A lei serviu para trazer à tona o tema racismo.

Em 20 de dezembro de 1985, a Lei 1.390 ganha uma nova redação que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. A partir dessa data, entra em vigor a Lei 7.437, apelidada de Lei Caó.

O Caó, todo mundo sabe, fazia parte da nossa bancada negra na Constituinte. O destaque aqui era eu, o Caó, o Edmilson Valentim e a Benedita da Silva. Infelizmente o Caó, que foi o grande articulador e autor dessa lei – nós contribuímos, é claro, com o debate e com os relatores – faleceu. Eu daria uma salva de palmas para o Caó neste momento, já falecido. (*Palmas.*)

E que lembre que na CDH a gente se lembrou dele. Que ele veja lá de cima que a gente se lembrou dele nesse dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, houve um aumento de 60,1% em violações dos direitos das pessoas negras em comparação com o mesmo período do ano passado. Este é um número pesado: 60,1% em relação ao ano anterior, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

No primeiro semestre de 2022, foram 392 mil denúncias de ouvidoria; no primeiro semestre de 2023, chegaram a 632 mil denúncias – estou arredondando aqui. Vejam, a gravidade, ano a ano, vem aumentando, principalmente nos períodos anteriores. Agora são frutos de uma política que foi adotada até o fim do ano passado esses dados que a gente traz aqui.

Eu estava muito preocupado com a situação dos refugiados. Eu fiz parte da Comissão de Refugiados até semana passada, quando passei então para a nova diretoria que assumiu, porque tem que haver rodízio. No dia em que dei posse à nova diretoria que assumiu, e a Mara Gabrilli que é a Presidenta, a Carol, Deputada Federal, é a Vice-Presidenta, e o Túlio é o Relator, tanto que estava previsto um debate sobre esse tema no Plenário hoje à tarde – não é, Isabel? –, mas acho que devido à questão de o Presidente Lula sancionar hoje à tarde... E eu vou para lá também, vou estar lá no meio da galera, porque acho que é uma conquista de todos nós homem e mulher salário igual, uma luta que travamos por anos e anos. Eu me lembro de que eu chegava nas sessões aqui no Congresso que homenageavam as mulheres, dia 8 de março, e eu dizia o seguinte: não adianta só fazer homenagem, mandar uma flor, beijinho para cá, beijinho para lá; o Parlamentar tem que aprovar a lei de salário igual para homem e mulher. Infelizmente, por mais que tenhamos lutado, nunca se aprovou. O Lula teve que voltar, apresentar o projeto de lei completo e vai ser sancionado hoje à tarde. Todos nós estamos combinando de estar lá, não vamos faltar.

Então, fica aqui uma salva de palmas para o Presidente Lula e para todas as mulheres, porque é uma vitória das mulheres, homem e mulher, salário igual. (*Palmas.*)

Mas quero também aqui fazer uma pequena homenagem nesta abertura ainda, por isso que abri minutos antes, para dar todo o tempo para vocês, já que vocês vão falar depois das 10h: quero saudar também a decisão do Ministro da Justiça, Flávio Dino, sobre os 128 imigrantes afegãos, sendo 35 crianças. Estavam acampados no Aeroporto de Guarulhos, eles foram levados para a colônia de férias em Praia Grande, litoral de São Paulo, e ficarão no abrigo de imediato, garantido por 30 dias. Lamento que a Prefeita de lá parece que tentou barrar, mas o Dino que é muito firme e muito competente, disse: "Não, vão ficar aí, sim, no Sindicato dos Químicos", onde se vê o espaço da colônia de férias. Eu já estive lá, é uma boa colônia de férias, eles estarão bem instalados.

Depois, claro, desse período, serão definidos os destinos de forma definitiva em cidades brasileiras. Vou dar um exemplo. O Rio Grande do Sul tem muitos e muitos refugiados. Em Canoas, cidade em que resido, o Prefeito Jairo Jorge, tem uma secretaria só para cuidar dessa questão, e cuida muito bem, está fazendo um bom trabalho lá.

Deu um problema ali, como eu dizia, em Praia Grande, mas prevaleceu no fim o diálogo, a Prefeita entendeu, o bom senso, o espírito humanitário. Mais uma vez, parabéns ao Ministro Dino, ex-Senador, porque é meu colega aqui no Senado e foi convocado para ser Ministro, está fazendo um belo trabalho no Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os afegãos estão recebendo atendimento de saúde e social, parceria entre Governo Federal, Governo estadual e município, entidades civis, organismos internacionais que cuidam dessa questão.

Palavras do Ministro Dino: "Nós temos 5 milhões de brasileiros morando em outros países, e isso impõe deveres de reciprocidade [muito bem colocado]. Por isso, houve a decisão de termos capacidade de atender esse número rapidamente [como foi o caso que se deu]. O Brasil tem lei sobre migrações, tem obrigações previstas e compromisso internacional. Isso é uma política de acolhida".

Então, parabéns aí ao Governo pelo trabalho que fez... (*Palmas.*)

... em relação a esses...

Eu sempre digo que direitos humanos não têm fronteira. Você não tem fronteira. E o Ministro Dino fala aqui, com muita competência, que nós temos que acolher para sermos acolhidos lá fora também.

Agora, vamos à nossa primeira mesa.

Convido para a primeira mesa a Dra. Beatriz Soares Benedito, Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido também a Dra. Tânia Portella, Instituto da Mulher Negra, Géledes.

Por favor. (*Palmas.*)

Para mim, todas são doutoras. Não me venham aqui dizer: "Mas eu não sou doutora". Doutora no conhecimento, no saber. Todas são doutoras. A maioria tem título mesmo de doutora, mas, mesmo que não tenha, não se sinta constrangida, porque eu chamo todas que são painelistas de doutoras.

Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral da Coordenação de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Dra. Christiane Ramirez, Consultora de Cultura da Confederação Nacional de Município (CNM).

Seja bem-vinda, Doutora! (*Palmas.*)

Teremos também, de forma virtual, por videoconferência, a Dra. Thamires Rosa, mãe de uma criança que sofreu racismo na escola.

Dra. Monica Lima, Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LeÁfrica), UFRJ, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E Regis Alves, Secretário de Combate ao Racismo e Coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Ceará, também por videoconferência, confirmado.

E quero dizer, pessoal, que, neste momento, no Plenário do Senado, também há uma sessão de debates em relação aos refugiados.

A Senadora Mara Gabrilli eu sei que vai participar à distância dessa sessão.

O Túlio Gadelha, que é o Relator – eu estou aqui justificando –, teve problema de voo e, provavelmente, vai ser a Carol Dartora, que é Vice-Presidente, que vai presidir os trabalhos lá. Tinha pedido para mim. Eu disse: "Olha, na falta...". Eu ia até... "Se não tiver ninguém para presidir...". Eu ia fazer um apelo a vocês, de que eu passaria a palavra para o primeiro convidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e eu iria lá só abrir, para os convidados começarem a falar, e voltaria para cá. Mas, felizmente, não foi preciso. A Vice-Presidente chegou em tempo. Eles estavam com dificuldade – eu não tinha a informação precisa. Mas eu ia me dividir. Eu sou um só, mas aí viro dois. Eu abriria aqui, passaria a palavra para uma de vocês, iria lá, abriria, passaria a palavra para um convidado e voltaria para cá. E aí daria tempo de a Dartora chegar. Mas, felizmente, a nossa querida Deputada Federal, muito competente, a Carol Dartora chegou e os trabalhos já iniciaram.

Vamos nós aqui, então.

De imediato, passo a palavra para a Dra. Beatriz Soares Benedito, Analista de Políticas Públicas do Instituto Alana.

Eu vou dar já 15 minutos para cada um; se necessário, mais 5. O.k.?

A SRA. BEATRIZ BENEDITO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos!

Quero parabenizar a pessoa do Senador Paulo Paim por este encontro aqui hoje, parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Acho que vai ser bacana ouvi-los e contribuir com este momento.

No Instituto Alana eu tive a honra de coordenar, junto com a minha colega Tânia Portella, essa pesquisa sobre a implementação da 10.639 nos municípios brasileiros.

No nosso encontro de organizações, acho que é bacana trazer aqui também, que a gente se encontra, Alana e Géledes, nessa luta para a garantia de uma educação de qualidade, de uma educação para todas as crianças, adolescentes e bebês, que valorize...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me.

A SRA. BEATRIZ BENEDITO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque é uma interrupção injusta.

Chegou aqui a Abiga, a Abigail. A Abiga, pessoal... Eu tenho que fazer essa homenagem a ela – eu vou descontar o seu tempo, viu?

A SRA. BEATRIZ BENEDITO – Está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por duas vezes que eu fui candidato ao Senado – estou já no terceiro mandato –, ela foi candidata, também, ao Senado. Por quê? Porque nós tínhamos que lançar dois candidatos, porque tínhamos que tirar o voto do lado de lá para que eu pudesse me eleger. E a Abiga, consultada, disse: "Sou candidata, só para ajudar o Paim para ele continuar lá". E assim... Teve uma em que eu fiz 4 milhões de votos e ela fez 2 milhões de votos. Dois milhões de votos é voto, não é? Eu não quero falar dos meus votos, queria falar dos 2 milhões de votos que ela fez. Foram 2 milhões de votos que não foram para o lado de lá, porque se os votos tivessem ido para o lado de lá eu não tinha me reeleito Senador. Ela foi fundamental. E hoje – vamos dar-lhe palmas em seguida – ela é Vereadora da capital do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, e vai estar aqui conosco. Ela vai falar sobre esse tema, porque ela adora esse tema também.

Seja bem-vinda, Abiga, e toda a equipe que está junto com você. (*Palmas.*)

A SRA. BEATRIZ BENEDITO – Posso seguir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai partir agora do zero, vou dar o seu tempo de volta.

A SRA. BEATRIZ BENEDITO – Não, imagina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto.

A SRA. BEATRIZ BENEDITO (Para expor.) – Então, o nosso encontro de organizações surge desse compromisso de uma educação de qualidade, comprometida com a perspectiva antirracista, que deve ser garantida desde a educação infantil e durante toda a vida escolar.

Não são poucos os casos de racismo que a gente ouve falar no ambiente escolar. A gente entende que esse equipamento público é um equipamento fundamental no sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, e como ter um ambiente hostil às crianças negras, sobretudo, torna o desenvolvimento integral da criança comprometido.

Acho que é importante trazer aqui também na minha fala que, ao longo da história, o movimento negro destacou a importância da educação como uma estratégia de transformação social, como uma estratégia de garantia de direitos, não só pelo acesso e pela permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas, mas também para a gente ter o reconhecimento dessa população na formação e na estrutura do nosso país.

Nesse sentido, a gente então faz essa pesquisa, que olha como as Secretarias Municipais de Educação organizam a educação para relações étnico-raciais nos seus municípios. A gente também aproveita para atualizar dados sobre esse cenário, um cenário político que a gente viu nos últimos anos se agravando, uma desigualdade racial entre estudantes brancos e negros que também se agrava nos últimos anos, e como a gente consegue avançar a partir de dados que nos orientem no desenho de políticas públicas mais assertivas e mais direcionadas aos estados e municípios. A pesquisa conta com o apoio da Undime (União Nacional dos Dirigentes de Educação) e da Uncme (União dos Conselhos Municipais de Educação) e com o apoio estratégico da Imaginable Futures.

Pode passar? Eu vou pedindo.

O objetivo do estudo foi analisar a implementação da 10.639 nos municípios, que torna obrigatório o nosso principal instrumento de combate ao racismo nas escolas.

Pode passar. Próximo, por favor

A gente, então, constrói esse mapa, que só é possível por conta da adesão de 21% dos municípios brasileiros a esse questionário, a essa pesquisa. A gente pega uma etapa de 41% dos municípios na Região Nordeste, 10% na Região Norte e 11% no Centro-Oeste. O nosso desenho de amostra acompanha o desenho de portes municipais definidos, estabelecidos pelo IBGE, então, a gente está ali também nos portes municipais distribuídos como é o desenho brasileiro, e as etapas oferecidas, aquelas que a gente já imagina, oferecidas pelos municípios.

A maioria desses municípios, a maioria dos respondentes, de quem responde à nossa pesquisa são dirigentes de educação ou pessoas com mais de 11 anos trabalhando em secretarias de educação, mais da metade do tempo da promulgação da 10.639, então são pessoas ali que realmente vivenciaram esse processo e trariam informações relevantes para a gente nessa análise, na produção desse diagnóstico.

Quando a gente faz o cruzamento de raça, gênero e cargo, a gente tem ali 78% de respondentes mulheres, sendo a maioria das dirigentes mulheres brancas e a maioria das técnicas mulheres negras. Eu acho que é importante a gente trazer essa informação para que a gente também consiga entender como a política está se organizando, quem são as lideranças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão à frente da educação e conversando sobre essa agenda, qual o poder de decisão de cada uma delas.

A pesquisa é dividida em três produtos: uma etapa qualitativa, que são os nossos estudos de caso, que vão sair no próximo semestre; um banco de dados anonimizado para que as pessoas consigam fazer seus próprios cruzamentos e entender, formular suas próprias hipóteses; e essa etapa quantitativa, que é a que eu apresento aqui, que conta com 1.187 municípios, como o Senador trouxe na abertura. A gente organiza esses 1.187 municípios em três grupos: o grupo de secretarias com ações consistentes e perenes, aquelas que planejam e têm intencionalidade de promover uma educação para relações étnico-raciais, que cumprem além; as secretarias que organizam ações menos estruturadas, sobretudo no mês da Consciência Negra, e ações um pouco mais de respostas, não tão propositivas; e as secretarias que não realizam nenhum tipo de ação, ou têm ações muito pequenas.

Pode passar.

E, quando a gente desenha, quando a gente observa esse cenário a partir dos dados coletados, o que a pesquisa revela para a gente – e aí pode passar para o próximo – é que, após 20 anos da promulgação da lei mais importante de combate ao racismo nas escolas, 71% das secretarias não respeitam a lei de forma satisfatória. A gente tem esse número, que é chocante e que a gente vai desdobrando aqui quando a gente vai contando os dados que aparecem, como a gente chega a esse resultado, mas é um dado que, depois de 20 anos, nos preocupa muito.

E aqui acho que vale eu trazer que a gente está olhando para a organização administrativa da política; a gente não está olhando para a ação dos professores, dos diretores, dos gestores públicos, que muitas vezes estão, de forma isolada e de forma ativista, trazendo esse conteúdo no seu dia a dia, na sua atuação, no seu compromisso político de renovação. Então, acho que vale a gente também ressaltar a atividade desses profissionais, que muitas vezes acontece comprando uma briga mesmo. A gente sabe que o ambiente escolar, que o contexto ali da escola pode ser um contexto um pouco hostil para esses professores, mas eu acho que vale ressaltar esse dado importante também.

Pode seguir, por gentileza.

Quando a gente olha para esses perfis, a gente olhou para quatro aspectos da política: a disponibilidade orçamentária, a presença de equipes responsáveis, a regulamentação municipal local que torna a lei mais próxima da realidade do território e a coordenação de ações com as redes escolares.

Pode avançar.

Quando eu vou falar aqui do orçamento, equipes e regulamentação, e passo a palavra para a minha amiga Tânia – pode ir para o próximo –, a gente abre com dados de orçamento, porque a gente tem 39% de municípios que afirmam realizar investimento para educação para relações étnico-raciais. Dentro desses 39%, a gente só tem 8% afirmando ter uma dotação orçamentária específica para ações do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira; 8%, mas ainda não se diz a qual projeto esse orçamento está atrelado – esse número pode ser muito reduzido. E um número como esse nos permite pensar como a política tem condições de se estruturar e de fato chegar às escolas. Acho que ele é o que orienta todos os nossos achados em seguida, quando a gente não vê orçamento direcionado para esse tema.

Pode ir para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha para as equipes, a gente só tem 5% de secretarias com uma área específica para educação para relações étnico-raciais; 74% das secretarias não têm ninguém olhando para isso de forma estratégica, de forma intencional. É um número que não permite ou inviabiliza qualquer tipo de ação nessa agenda, buscar parcerias, desenhar política, olhar de forma transversal, promover um processo participativo, trazer as famílias para a política educacional. Então, a gente tem esse número também que inviabiliza qualquer tipo de ação.

Pode ir para o próximo, por gentileza.

E aí, no próximo, quando a gente olha para os redesenhos de currículos, os municípios afirmam que 58% deles revisaram seus currículos considerando a educação para relações étnico-raciais, mas recentemente a gente tem uma parcela de 32% que reviram os seus currículos sem nem considerar aspectos da educação para relações étnico-raciais. A gente perdeu aí uma parcela de um terço deles olhando para essa pauta com a urgência com que ela merece ser vista.

Aí eu passo a palavra para a Tânia continuar a minha apresentação.

Pode passar. (*Palmas.*)

A SRA. TÂNIA PORTELLA (Para expor.) – Bom dia a todas, "todes" e todos. Eu sou a Tânia Portella. Sou Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e sou Consultora em Educação, de Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Saúdo a todos, agradecendo ao Senador Paulo Paim e à Comissão de Educação pela oportunidade de dialogar sobre esse marco legal, que é tão caro não só para o movimento negro, mas eu acho que para toda a sociedade brasileira, porque quando a gente trata desse tema, a gente não trata só de uma questão que é importante para reconhecimento de quem construiu o país, não só na teoria e com conhecimentos, mas também na materialidade, colocando a mão no trabalho pesado, mas também é importante para a população branca que passe a se enxergar de uma forma menos hierarquizada e passe a se enxergar não como modelo universal, mas compreender que caminha paralelamente, junto às demais populações que construíram este país.

Então, uma coisa que eu acho importante pontuar, antes de seguir com a apresentação da pesquisa, é que nós fundamos os conceitos e os eixos a serem discutidos nesse documento a partir de determinações legais que já existem no país há quase 20 anos também, que foram construídas no primeiro ano após a promulgação da lei, que são as Diretrizes Curriculares Nacionais. Então, todos os temas que nós abordamos aqui têm a ver e dialogam com essas diretrizes, e o Plano Nacional de Implementação de Educação e Relações Raciais, e para a própria implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, para que que essa lei fosse cumprida.

Então, quando a gente estabelece os eixos de pesquisa, a gente está dialogando diretamente com esses dois documentos, que, se tivessem sido respeitados, assim como as demais partes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não precisaríamos estar aqui cobrando essa política.

Por favor.

Então, essa primeira amostra que a gente traz aí diz que as ações são implementadas em três níveis: umas são um pouco mais organizadas, têm um planejamento e são mais orientadas; outras são esporádicas; e outras não são cumpridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ir rodando.

A nossa preocupação está exatamente nas que não têm cumprimento, que chegam a alcançar 71% dos municípios, como foi dito pelo Senador, aqui no começo da apresentação dele.

E outro aspecto que vem junto com esse dado que apresentamos sobre a implementação dessa lei é que a maioria dos municípios não dialoga diretamente na coleta de dados junto com as escolas. Então, não tem uma coleta de dados sobre o funcionamento, sobre o quesito cor – o quesito cor que é importantíssimo para você mapear a realidade das escolas, para você saber qual a condição de ensino e aprendizagem. E, quando a gente fala aqui desses indicadores, é bom ficar evidente que a gente não está jogando essa responsabilidade para quem está sendo vítima de uma política não cumprida. A responsabilidade não é de quem não está alcançando os desempenhos, mas é de quem não está fornecendo as condições humanas para que a pessoa desenvolva toda a sua capacidade. E a gente sabe o quanto o racismo é fundamental e é preponderante como um fator de expulsão dessas crianças das escolas e de expulsão também da sua capacidade de realização dentro desses espaços.

Quando a gente pensa nessa coleta de informações, a gente pensa também na formação de quem está na escola. A formação não pode ser direcionada só para os professores, ela precisa abranger todo o corpo educacional, porque quem está responsável por fazer essa coleta não é o professor, geralmente é alguém de equipe técnica, é alguém de secretaria. E se não se tem a real dimensão de qual é a importância de você tratar, a partir da coleta de dados, a partir do quesito cor, a partir das relações, da abordagem, de identificar quais são os casos de racismo que acontecem no pátio da escola, que acontecem nas áreas comuns, e não só nas relações na sala de aula, a partir dos conteúdos, você não vai ter um tratamento eficiente dessa cultura escolar.

Isso fica muito evidente quando a gente observa o que as secretarias respondem, o que priorizam na coleta de dados, no tratamento que elas consideram importante ser trabalhado na escola. Elas atuam a partir das abordagens de sensibilização, que geralmente envolvem discutir a diversidade cultural, cultura alimentar e literatura. Não que esses temas não sejam importantes, são importantes porque fazem parte desse contexto que compreendemos da cultura africana e afro-brasileira, mas eles são temas de entrada da discussão, de sensibilização.

A gente já está num momento em que é preciso tratar as questões que acontecem no cotidiano e também adensar a construção de conhecimentos, que é pouco valorizada e reconhecida, tanto que, quando se faz essa escolha, você percebe que essa entrada acaba gerando abordagens apenas na Semana da Consciência Negra, em datas comemorativas ou em ações que são direcionadas para um período de culminância festiva. Não se desenvolve um conhecimento crítico sobre a sociedade, não se desenvolve o debate sobre as hierarquizações e sobre quais são os fatores geradores do racismo.

Tanto que uma das evidências que coletamos com a pesquisa é que, apesar de as escolhas das secretarias serem por esses caminhos, o que elas respondem que mais tratam nas escolas de forma emergencial praticamente, porque é a partir das demandas que vêm das escolas, são as resoluções dos casos de racismo que acontecem cotidianamente. E se você faz a opção por atrelar a sua política apenas aos temas de sensibilização, você não tem conhecimento, *expertise* e tato para encaminhar os casos de racismo. Então, isso acho que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ponto que precisa ser bastante revisto pelas secretarias e induzido também pela política pública, porque a perspectiva dessa pesquisa é induzir essa política pública.

Pode seguir.

Vocês podem perceber que eu estou fazendo alguns comentários que não são exatamente relacionados ao que está sendo apresentado nos eslaides. É porque eu considero mais importante fazer esses apontamentos, porque, com os eslaides, vocês têm acesso à pesquisa por via digital, a partir dos portais das instituições, no QR *code* da publicação que a gente tem aqui e, então, fica fácil vocês terem acesso a esses dados. Eu considero que essas reflexões que são um ponto de adensamento um pouco mais importante, porque a gente está no espaço em que a gente está refletindo sobre o que é necessário para a implementação dessa política.

Quando nós chegamos ao diálogo com os municípios para saber quais os obstáculos que eles consideram mais importantes a respeito da implementação da lei, eles colocam que os obstáculos estão na baixa colaboração que eles recebem de outros entes federados, ou da sociedade ou dos conselhos. Nós temos um problema bastante sério quando a gente fala dos conselhos, porque nem sempre os conselhos de educação estão abertos a tratar das questões raciais ou de implementação da Lei 10.639. E o grande apontamento é que eles não conseguem outras instâncias, a maioria dos municípios não consegue outras instâncias para fazer essa discussão.

A gente sabe que, nos municípios, a gente tem um grande comprometimento com as gestões, porque nós não temos eleições para essas gestões nas escolas. As gestões das escolas geralmente – quando eu falo das gestões, são as diretorias das escolas e também as secretarias municipais de educação – são feitas a partir de indicações políticas e nem sempre estão alinhadas com o interesse de fazer a implementação da lei. E os conselhos nem sempre funcionam da forma eficiente com deveriam, com a representatividade direcionada mesmo para a população. E a gente escuta muito isso de familiares nos municípios. Muitas vezes, os conselhos configuram um espaço apenas para validar algumas propostas que são encaminhadas no campo da educação.

Então, a gente precisa observar com bastante critério quando a gente fala desse apoio dos conselhos, porque isso envolve questões mais finas em cada município. E eu acredito que, quando você fala de gestão e você recebeu uma justificativa de que a política não é executada por falta de apoio, a gente tem um problema bastante sério, porque quem está gestando a política é responsável por fazê-la ser implementada. Então, não é uma resposta que, em Geledés, a gente considere como válida, porque quem está lá é quem determina o que vai ser implementado, o que vai receber orçamento, o que vai ser executado. Então, independentemente de receber apoio de outros entes federados, é responsabilidade dessas secretarias destinar orçamento para implementação dessa política.

Eu acho que esses apontamentos dizem respeito à importância que é a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639, porque se trata de um processo histórico de atuação do movimento negro. É uma atuação que sempre demonstrou a importância da educação para a nossa existência, primeiro por acesso, porque nós éramos proibidos, por lei, de acessar os bancos escolares; depois, pela qualidade do que estávamos recebendo, porque, a partir do momento em que a população negra começa a acessar os bancos escolares, também a educação começa a ser sucateada e precarizada. E, agora, fundamentalmente, pela qualidade de conteúdo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente recebe. Porque você colocar uma criança numa escola em que ela não se enxerga, em que ela é desvalorizada, é submeter uma criança a um processo de crueldade, de tortura. Eu equiparo a educação de baixa qualidade, em relação à implementação da Lei nº 10.639, como um processo de tortura, porque você não implementar com uma forma de qualidade adequada, leva ao reforço da estigmatização e, consequentemente, do racismo.

Então, quando a gente fala sobre a importância dessa lei, a gente demonstra também a importância de uma educação que deve ser projetada para uma existência cidadã, democrática e de acesso a direitos. Quando observamos o cumprimento desse marco legal, estamos falando do projeto de país que nós queremos, que valoriza os povos que construíram este país. Falamos de um país que se importa com a equidade, com a justiça social e racial e, portanto, que se importa com a verdadeira democracia.

Nossa contribuição, quando a gente propôs essa pesquisa, foi trazer um retrato que destaque que, para viabilizar essa política, é necessário um olhar dedicado para o financiamento, porque se a gente não faz a dotação orçamentária, mais nada caminha. Como estamos dialogando com eixos de um Plano Nacional de Implementação, com diretrizes curriculares...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TÂNIA PORTELLA – ... para educação e relações raciais, nós também estamos falando que esse orçamento pode impulsionar as demais dimensões que são importantes para essa implementação, que são as formações frequentes e de qualidade para todos os profissionais de educação e não só para o corpo pedagógico.

O corpo pedagógico é fundamental. Sem ele, na resistência, nas trincheiras de enfrentamento, para fazer com que essa política permanecesse de pé durante anos tão difíceis como o que vivemos, eu acho que a gente não teria, nem de longe, dado sequência a esses encaminhamentos. Mas é preciso, também, a construção de currículos educacionais nos municípios, nos estados, na perspectiva do art. 26-A da LDB, que é o que a gente está falando aqui hoje. A gente está falando de LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Se todos os outros pontos da LDB são cumpridos, por que esse não é cumprido? Eu acho que isso é uma coisa muito grave. (*Palmas.*)

É necessário um olhar dedicado para a escolha de material didático. Não cabe mais dizer que não existe material didático. O material didático está aí. Temos experiências em escolas que utilizam materiais didáticos adequados. Temos experiências de editoras que produzem materiais didáticos adequados, e é preciso ter quem faça a leitura cuidadosa desses materiais, para que não mandem para as escolas, como nós já vimos em alguns municípios, publicações que tratam de questões raciais e têm uma suástica na capa. Isso aconteceu em diversos municípios. Então, quando a gente fala de material de qualidade, não é qualquer material, não é porque estão escritos lá nomes de personagens e personalidades negras que pode ser um material de qualidade. É preciso fazer uma triagem responsável e comprometida desses materiais.

Um dos eixos que a gente considera mais importantes é o monitoramento. Então, que se estabeleçam parcerias para que esse monitoramento seja feito de forma comprometida, não só por parte da sociedade civil, porque hoje, aqui, como sociedade civil, a gente já faz esse trabalho, mas esse monitoramento está previsto no Plano Nacional de Educação, que também é um outro problema que a gente está enfrentando agora, principalmente neste momento, a partir de 2024,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que vence o plano que está em vigor, e a gente já está em fase de encaminhamento do plano do próximo decênio.

No plano anterior a este que acaba agora, em 2024, nós não tínhamos uma linha a respeito da população negra. Conseguimos avançar de forma muito tímida neste plano que está em execução, de modo a conseguir impactar em alguns marcos, mas eu acho que esse material e essa discussão toda que a gente traz devem servir para influir, de forma mais contundente, no plano do próximo decênio, para que tenhamos mais um instrumento de cobrança, para que essa lei seja implementada e que beneficie toda a sociedade brasileira.

Então, acho que estas são coisas que consideramos caras para este momento: observar a execução da política para os próximos anos e fazer, realmente, uma destinação de orçamento dedicado, porque se você só diz que o orçamento vai para a educação, mas não identifica que esse orçamento vai ser utilizado para enfrentar o racismo, para a implementação do art. 26-A – que é educação e relações raciais –, para tratar as questões que são indicadas pela Lei 10.639, essa política não será executada, porque tudo depende de orçamento e tudo depende de um monitoramento sério e comprometido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Dra. Tânia Portella, que falou pelo Instituto da Mulher Negra – Geledés. Gostaria de dizer que as palmas são para as duas, porque elas complementaram o tempo, tanto a Dra. Beatriz quanto a Dra. Tânia.

Antes de passar a palavra para a Dra. Christiane Ramirez, que é Consultora de Cultura da Confederação Nacional de Municípios (CNM), quero dizer da satisfação de tê-la aqui com a gente, viu? Porque sem os municípios, não tem como implementar. Você cumpre um papel fundamental.

Eu queria, antes de você falar, registrar a peleia de muitos anos para que essa lei se tornasse realidade. Nós apresentamos um projeto de resolução, aqui, no Senado, o 55/2020, que cria o Selo Zumbi dos Palmares nos municípios que adotarem política destinada ao combate ao racismo e preconceito, como principal foco da 10.639.

Então, querida Dra. Christiane Ramirez, nós vamos precisar muito de vocês, de todos que estão aqui e dos que estão nos assistindo para que... Isso já está aprovado, é só implementar. Nós temos que ver com o Presidente Rodrigo Pacheco, que está à disposição, para que a gente – e, claro, o selo depende do Governo também, não é? – consagre esse selo para entregar aos municípios.

A SRA. CHRISTIANE RAMIREZ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer, Senador Paim, ao Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, por confiar em mim para estar neste momento tão importante, em que a gente tem lidado com as dificuldades, digamos, colhendo o que foi plantado há pouco tempo. Eu também sou consultora de cultura e memória da CNM, mas eu me encorajo e me sinto muito orgulhosa, porque eu bebo da fonte de Benedita da Silva. Trabalho com ela nos últimos cinco anos e eu aprendi muito daquilo que eu sempre defendi na minha vida. Eu sou do Rio Grande do Sul, nascida em Porto Alegre, no bairro Menino Deus; eu convivo lutando pela cultura brasileira há pelo menos 31 anos, inclusive, por não concordar com a forma como eram colocadas as questões. Eu sou uma menina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito curiosa, estudo demais, e eu sentia muita falta de questões que eu acredito que são como se fossem a cervical do país, que são a cultura brasileira e a identidade de cada um de nós.

E gostaria também de parabenizar. Eu estou muito feliz de estar aqui com a Tânia e com a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Beatriz.

A SRA. CHRISTIANE RAMIREZ – ... Beatriz. Eu cito vocês aqui na minha apresentação. Também gostaria de mandar um abraço para a Monica, que está aí virtualmente, e também fazer o reconhecimento do fotógrafo Cesar Fraga, que tem um projeto incrível sobre África, que é o Sankofa – depois eu vou falar desse documentário –, que eu acho que é importante a gente retomar.

Bom, gente, você pode seguir.

Eu trouxe aqui para vocês, para compartilhar com vocês, a gente tendo o conhecimento de que os municípios são o palco da vida – e isso é uma fala da CNM –, que é onde tudo acontece. E é fundamental que a gente passe a identificar cada rincão deste Brasil profundo para a gente se sentir, cada vez mais, parte de ser brasileiro. Isso porque, digamos, aquele questionamento e a baixa autoestima do brasileiro, que têm sido muito tratados, não nos cabem mais. Nós somos uma grande nação, nós temos capacidade de sermos um país de primeiro mundo e nós temos um povo para isso. E eu gosto sempre de vir da premissa, inclusive estudando muito a Segunda Guerra Mundial, de que as Américas são formadas pelos indígenas, pelos povos africanos e pelos brancos nesta ordem. E nós precisamos ter essa identificação, nós precisamos nos ver dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou ter que te interromper, porque a nossa querida Deputada Federal Dartora, que é Vice-Presidente da Comissão sobre Refugiados, assumiu no meu lugar, eu tive a alegria de dar posse a ela aqui, nesta mesma Comissão, e ela, primeiro, esteve no Plenário – há um debate sobre a questão refugiados –, ela abriu e tinha se comprometido conosco: "Eu passo lá!". E está ela aqui. Ela fala no momento em que ela entender mais adequado. (*Palmas.*)

Dartora, uma jovem negra e uma grande liderança do Congresso brasileiro para o país. E direitos humanos não têm fronteiras, não é? É isso!

Pode continuar.

A SRA. CHRISTIANE RAMIREZ – Você pode passar, por favor?

Bom, eu começo colocando aqui o mapa da África e colocando, Senador Paulo Paim, que, como durante anos, a história, como a própria Tânia estava colocando, como a Beatriz estava colocando, o ensino tem uma lacuna muito grande sobre o que, de fato, aconteceu no Brasil. E quando você pega todos os costumes, os hábitos africanos... Eu, até pelo meu conhecimento, pela minha luta pela cultura, pelos territórios culturais quilombolas, na semana passada, encontrei um irmão, parente – como os indígenas dizem –, de Gana, e ele estava me explicando que a língua ga tem mais de 280 dialetos dentro de um país, e ele explicando os sons, os ritmos, as expressões. Então, é de uma riqueza a forma das cores, os artesanatos, a comida, como eles tratam o território para produzir aquele alimento. Por que não trazer isso mais para o nosso país? Por que não trazer essa identidade maior? Eu vejo o trabalho que está sendo feito e a pesquisa que foi feita pelo Geledés e pelo instituto, como é importante a gente ter esses dados hoje, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a Beatriz estava falando sobre monitoramento – não é, Beatriz? – a gente precisa ter um acompanhamento desse processo, de a gente saber o que acontece.

Pode passar, por favor.

Além de citar que hoje, conforme o IBGE, 53% da população brasileira é uma população advinda dos povos negros. Então, não nos cabe mais não nos vermos como todos parte de um país. Essa segregação não pode existir, e isso tem que começar na primeira infância com toda certeza.

Bom, eu cito aqui, como também foi falado, que eu faço pesquisa, muitas pesquisas, e sobre a questão da primeira lei da educação no Brasil – foi em 1837 –, quando foi proibido pessoas que não eram livres de irem para a escola, desconsiderando que muitos daqueles que vieram da África para o Brasil escravizados, sequestrados, eram reis, rainhas, eles tinham conhecimento, eram engenheiros. Existia um ócio criativo e produtivo muito grande dentro das suas comunidades. Isso foi absolutamente ignorado, segue sendo ignorado, e nós não podemos mais permitir que isso aconteça. Na década de 30, a Frente Negra Brasileira, que depois foi fortalecida a partir dos anos 70, quer dizer, teve uma escola com forte atuação, e a partir dali, até os anos 70, houve um forte movimento para essa inclusão étnico-racial.

Pode passar, por favor.

Aqui eu coloco alguns marcos legais como os direitos étnicos, individuais e difusos, que, no Brasil, começam com a Constituinte de 88, inclusive tendo ali a Deputada constituinte, a nossa "Benediva", como diz Erika Kokay, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e o Estatuto da Igualdade Racial. Então, se a gente for analisar os prazos, Senador, a gente vê que praticamente a cada dez anos acontece alguma coisa efetiva.

Eu trouxe aqui um material escolar, que eu até depois queria compartilhar com vocês, de Florianópolis, que é riquíssimo, e eu sonho que toda escola e todo município tenha esse material escolar. E eles citam aqui todos os marcos legais desde 1960 até 2007, que é uma lei municipal, e já parabenizo os coordenadores do projeto de Diversidade Étnico-Racial de Florianópolis, que são a Sônia Santos Lima de Carvalho e o Vânio César, que construíram esse material riquíssimo, que serve como referência.

Pode passar, por favor.

Bom, depois aqui eu cito alguns objetivos sobre o que é o programa do BID, que é o Programa Diversidade na Universidade, alguns objetivos do Plano Nacional, que se trata de – é fundamental –, a partir dos dados da pesquisa apresentados, que seja criada uma colaboração e recursos, porque é muito bonito a gente falar de política pública, mas no Brasil nós temos dois grandes problemas quando se trata não só de política pública, mas de bases constitucionais: é a descontinuidade. Nenhum programa é contínuo, quer dizer, troca-se o Governo a cada quatro anos e, dependendo de quem vem, troca-se toda a programação, toda aquela equipe, toda aquela coordenação, principalmente com professores.

Na minha família, as mulheres todas eram professoras. A minha avó se aposentou, eu fui criada por ela também, e era professora. E a minha avó trabalhou inclusive num programa de quando as mulheres puderam trabalhar, a partir da ditadura. A minha avó capacitava – ela era professora de artes – as mulheres para que elas tivessem outros ofícios além de serem do lar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é impressionante! Quando estava engrenando um programa... porque você não muda uma sociedade em quatro anos. Normalmente, são projetos de médio e longo prazo. Quando você estava encaminhando, mudava tudo do novo. Muda todo mundo, muda a gestão.

Então, é importante a gente ter continuidade para cumprir e institucionalizar as implementações, as diretrizes curriculares com monitoramento, desenvolver ações estratégicas no âmbito da política de formação, colaborar e construir sistemas de ensino, conselhos, como foi colocado também.

Criar essas parcerias, esses acordos técnicos com as universidades, com os institutos, com o terceiro setor, principalmente para encorajar os professores, os diretores e desmistificar os preconceitos com os quais nós somos alimentados no Ocidente cotidianamente.

Promover o desenvolvimento de pesquisa e de produção de materiais didáticos em comunhão, eu já citaria, junto com o Geledés, com o Movimento Negro, utilizando talvez mais a Fundação Cultural Palmares, unificando essas instituições para que possam construir um material didático e paradidático mais contundente, colaborar na construção de indicadores e criar e consolidar agendas positivas.

Pode passar, por favor.

Aqui eu trago as bases da educação. Eu não vou repetir, mas eu gostaria de colocar que uma das questões que foi fundamental para a mudança, inclusive para o acesso ao ensino superior, foi a Lei de Cotas, não é, Senador? Então, eu coloco aqui a primeira lei, que está fazendo 20 anos, que é a obrigatoriedade do ensino. Tanto a Lei 10.639 como a Lei 11.645 alteram a lei de diretrizes, incluindo o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. E a Lei de Cotas chega para realmente mudar essa narrativa e possibilitar o acesso do povo preto às universidades.

Pode passar, por gentileza.

Bom, aqui, eu trago um pouco a pesquisa de vocês. Eu fiz aqui uma redução na minha pesquisa, os *links*. Foi publicado agora, em 2023, em relação às cidades que não cumprem o ensino. E eu não vou repetir a pesquisa, mas eu achei muito interessante colocar que os municípios alegam, como principais desafios, ausência de apoio de outros entes governamentais e a falta de conhecimento de como aplicar a legislação.

E sobre isso nós, que somos da cultura, a gente sabe como é muito difícil muitas vezes você ter um município pequeno e normalmente a cultura e a educação não caminham juntas. Não há uma articulação entre as próprias áreas da Prefeitura.

Então, é necessário que sejam construídas bases unificadas, de interesses comuns entre todas as áreas para efetivar programas fundamentais, como a educação afro-brasileira e o antirracismo.

E também coloco aqui a frase da Tânia Portella – é uma honra estar na mesa com você! –, de que não dá para ter uma educação de qualidade se não pensar em um ensino antirracista, uma sociedade mais justa se não tiver uma educação antirracista. Então, na verdade, como que você faz isso? Através de conteúdo, através de informação, através de você corrigir a história e a passar a ser contada de uma forma verdadeira, considerando cada ator e cada guerra vivida em cada lugar desse país, como nós tivemos ontem, sobre a independência da Bahia, que trata de diversas revoluções, inclusive dos povos negros, e que não estão nos livros de história.

Pode passar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu trouxe as bases legais da cultura, porque eu acho fundamental. Eu gostaria de apresentar isso para vocês. Acredito que muitos já tenham conhecimento, mas nós temos o Plano Nacional de Cultura e ele é monitorado a cada dez anos. Eu até coloquei que hoje é a cada 12, 14 anos. Por quê? Porque, como o Governo anterior não realizou o monitoramento, então, todos os municípios brasileiros que fizeram o dever de casa – instituíram conselho, plano e fundo, investiram na educação, nos planos de cultura, para fazer algo que Gilberto Gil, enquanto Ministro da Cultura, colocou como missão nesse país, que é o "do-in cultural", ou seja, a gente reconhecer cada capacidade criativa, cada ator, cada língua, cada saber fazer nesse país, dentro de um programa nacional instituído no 216-A. Tem o 26-A e tem o 216-A, que é o Sistema Nacional de Cultura. Ele é fundamentado a partir do Plano Nacional de Cultura e cria a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização de acesso aos bens da cultura e a valorização da diversidade étnico-regional, ou seja, ele traz para o centro das economias a questão da cultura, inclusive negra.

Algo com que eu gosto sempre de fazer uma comparação é em relação aos povos indígenas e aos... Eu vou falar especificamente dos quilombos como território de produção cultural. E não há hoje, Senador, um mapeamento sobre o que é produzido. Você não tem dado sobre isto: sobre o artesanato, sobre os tecidos, sobre os desenhos. A gente precisa mapear melhor isso e criar uma forma de a gente identificar isso, como PIB, inclusive, e como forma de a gente ampliar essas atividades nos territórios tanto indígenas como dos povos quilombolas do Brasil.

Eu cito aqui o Plano Setorial de Cultura Afro-Brasileira, que foi criado pelo Colegiado de Culturas Afro-Brasileiras durante dez anos. Esse colegiado compunha os setoriais do Ministério da Cultura, e hoje não existe mais. Hoje ele é uma representação somente, mas o Ministério da Cultura já falou que vai fazer essa alteração. E há os *links* que eu cito aqui, para quem quiser acessar esse plano. É um plano superbacana, que foi discutido com pessoas do Brasil inteiro, representantes eleitos democraticamente, a partir do Ministério da Cultura.

E eu gostaria de colocar aqui, de compartilhar com vocês também, com a mesa e com vocês que estão nos assistindo, que eu participei e atuei muito na construção do conceito, Senador, da cultura do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, que foi construído por uma indígena, Joana Munduruku, e pelo mestre Paulão Kikongo, que durante dez anos atuaram como consultores do Iphan, construindo esse patrimônio, inclusive – a partir das escavações do Cais do Valongo, que é conhecido como Pequena África no Brasil –, sobre como nós trataríamos o patrimônio, pois na época existia uma discussão entre tangível e intangível, e acabou-se definindo por material e imaterial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTIANE RAMIREZ – ... a considerarem as expressões vivas e orgânicas da cultura brasileira.

Pode seguir, por favor.

Eu já estou concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui eu cito alguns projetos e programas entre cultura e educação. Um deles, que é um primor de projeto, é do querido José Jorge, que é o Encontro de Saberes. Esse projeto trabalha com os mestres e mestras como docentes do ensino superior, ou seja, os saberes indígenas, afrobrasileiros, as culturas populares ou outras comunidades tradicionais. Eles dão aulas como docentes nas universidades, exatamente para aprimorar, para formar essa nova geração que está chegando dentro de um conceito em que o próprio indígena conta sua história, como ele trata sua história, e o próprio negro fala da sua África, da mãe África, do seu povo, da sua cultura, não mais os homens brancos falando sobre isso. É um projeto que infelizmente tem vivido de emenda parlamentar, agora obviamente, com a reconstrução do Ministério da Cultura, acho que cabe uma conversa com a Ministra, que é uma mulher negra, uma artista maravilhosa, além de estar se mostrando uma Ministra da Cultura, para que possa novamente ser o Minc o financiador desse projeto, que começou em 2010, para que ele tenha vida longa e que talvez possa trabalhar na formação de professores, junto às universidades federais. Minas já tem um programa próprio do Encontro de Saberes, que reconhece esses mestres e mestras, para aprimorar essa parte da educação.

E eu cito aqui os Pontos de Cultura, que é o Programa Cultura Viva; os Pontos de Memória; o Portal da Cultura Afro-Brasileira; o Acervo Cultne, que é um acervo da produção audiovisual e das culturas dos povos negros do Brasil; o cinema das mulheres negras; o Cais do Valongo, que envolve a memória do período dos navios negreiros que chegaram ao Brasil, com o projeto Pequena África no Brasil.

Eu gosto muito de citar o Cais do Valongo porque eu vejo que nós precisamos voltar, como disse Abdias do Nascimento, no Sankofa, que é "retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro". Eu, particularmente, durante muitos anos da minha vida, documentei a produção da indústria no Brasil e visitei muitos portos no Brasil. E fico pensando que tantas vidas se perderam nos navios, que abandonaram tantos povos, tantas famílias negras. Quem eram essas pessoas? O que elas deixaram? Então, eu acho que nós precisamos, sim, nos aprofundar porque precisamos retomar essa história e ressignificar o hoje para poder colher isso no futuro.

Eu gostaria também de citar, porque falei para vocês de Sankofa: a África que te Habita, que é um documentário muito especial, de dez episódios. Ele conta a história desde o começo, só que ele tem, Senador, uma questão muito rica, porque não coloca a África dos escravizados; coloca a cultura africana, o que foi roubado desses povos que vieram para o Brasil, e toda essa riqueza que nós absorvemos, com que convivemos e que deixamos de valorizar, porque não entendemos como nossa também. Então, isso se faz necessário. Eu trago um *link* também, que está válido, dentro de um portal, exatamente para possibilitar um conhecimento.

Pode passar, por favor.

Eu já estou terminando.

E aqui eu falo sobre a questão do Brasil, a partir de 1888, da Abolição da Escravatura, que deixa os negros sem acesso à terra, sem qualquer remuneração. Considerando o período de 1530 até 1866, estima-se que 5 milhões de pessoas foram sequestradas, escravizadas e vieram para o Brasil. Só no Cais do Valongo, as escavações, conforme os dados dos pesquisadores, um deles Presidente do Quilombo Pedra do Sal, no Rio de Janeiro, foram encontradas mais ou menos 30 mil ossadas de pessoas que vieram e foram colocadas nas valas. Esses objetos ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão pedindo socorro para serem devidamente tratados, e o Ministro da Cultura, o Ministro Silvio Almeida, também já esteve visitando, para que sejam preservados todos esses valores.

E aqui eu coloco a questão sobre a desigualdade: o salário que os homens brancos ganham é 69,3% acima do que os homens negros ganham e os homens brancos ocupam 80% de lugares de poder; na segurança pública, dos homens jovens e de baixa escolaridade que são assassinados, 71% são pessoas negras – isso não é pouca coisa, gente; é muita; violência doméstica, 68,8% de quem sofre são mulheres negras; e a taxa de desemprego atinge também, com mais força, a população negra, em torno de 63,7%, que correspondem a 8,3 milhões de pessoas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTIANE RAMIREZ – Eu só vou concluir.

Pode passar, por gentileza.

Aqui, Senador, eu coloco algumas sugestões, que seria desenvolver um Plano Nacional de Educação para a formação de professores, construído junto aos municípios brasileiros e com recursos para sua implementação; atuar de forma transversal em cooperação com o plano de educação e o Plano Setorial de Cultura Afro-brasileira; ter o direito a usar o sobrenome de acordo com a sua ascendência africana, não mais o nome do senhor; ter direito à dupla nacionalidade, como os migrantes europeus; termos direito nós, brasileiros, de saber a nossa origem, de acordo com o nosso DNA, para sabermos a nossa ancestralidade, ascendência, resgatando o orgulho de sermos brasileiros com o conhecimento de nossas origens; ampliar o ensino das línguas da mãe África; e termos um programa, nas redes, para cativar as nossas crianças e os nossos jovens, desmistificando preconceitos e utilizando expressões musicais, criação de instrumentos, relação com a terra e toda a riqueza herdada dos povos africanos, que talvez sejam uma forma de cativar, e não mais jogos de morte, jogos de violência, como a gente tem visto ultimamente.

E a última página, só para mostrar as referências.

Todo o material que eu passei para vocês tem referência bibliográfica, os *links* estão aí.

Eu gostaria de agradecer, em nome da CNM, a minha apresentação e agradecer, mais uma vez, ao Senador, por possibilitar essa participação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Christiane Ramirez, Consultora de Cultura da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

E aí, ao longo do debate, a gente vai aprofundando, mas parabéns pela exposição. Vê-se que você realmente estudou e se preparou para apresentar.

Passo a palavra, neste momento, fechando esta mesa, em nome do Governo, à Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e não tem como não mandar um abraço para o Silvio.

A SRA. FERNANDA DO NASCIMENTO THOMAZ (Para expor.) – Gente, bom dia a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar aqui e, como o Senador Paim falou, estou representando o Ministério dos Direitos Humanos, mas eu queria agradecer imensamente ao Senador Paim por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a acolhida. Desde a primeira vez em que eu estive aqui, ele me acolheu. Inclusive, foi um momento em que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E você fez a provocação para esta audiência.

A SRA. FERNANDA DO NASCIMENTO THOMAZ – Mas a ideia surgiu do Senador Paim de pensar nesta audiência. Eu estou muito grata e muito feliz também. À própria Comissão de Direitos Humanos eu também agradeço. E agradeço à Maria Isabel, que batalhou bastante para organizar, pelo menos, esta audiência pública aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Palmas! Só não pede aumento, hein? (*Palmas.*)

Só não pode pedir aumento agora. (*Risos.*)

A SRA. FERNANDA DO NASCIMENTO THOMAZ – Gente, então, bom dia. Voltando, não é?

Bom, como já fui apresentada aqui, eu estou representando o Ministério de Direitos Humanos, mas também eu estou feliz por vários motivos, mas um deles é porque eu sou professora de História da África, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e eu tenho, nesses últimos anos, eu acho que 20 anos, mas, assim, nos últimos anos, últimas décadas, enfim, nessa última década, não só ensinado História da África, mas também batalhado para que seja implementado o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira aqui no Brasil, de certa forma.

Então, estar aqui, neste momento, e para falar sobre os 20 anos da lei também, é uma honra e por estar representando o Ministério dos Direitos Humanos.

Bom, eu queria aproveitar, a partir do que a Christiane mencionou, essa coisa da relação do passado e do presente, por ser historiadora, eu acho que me faz pensar nisso, mas olhar para o passado é o que permite a gente perceber esse presente e caminhos para o futuro, tal como já foi mencionado aqui.

E eu queria mostrar minha apresentação.

Eu gostaria de falar de três pontos, com três momentos históricos diferentes. Então, pensar sobre, se hoje a gente está discutindo a lei, como a gente chegou a até aqui, o que fez a gente chegar a até aqui. E eu queria falar de três momentos: o que fez a gente chegar a até 2003; o que fez a gente chegar a até 2020, de 2003 a 2020; e o que se tem por fazer daqui para frente.

Então, assim, para começar, a até 2003, como é que a gente chegou. E eu lembro que, em 2003, eu já estava na graduação, já estava pensando em história da África. Inclusive, a Monica Lima é uma das mentoras, assim, para se estudar a história da África inclusive, que está aqui e vai se apresentar daqui a pouco, mas, em 2003, eu lembro que uma das questões que eram prementes para a implementação da Lei 10.639 era o questionamento de por que precisamos de uma lei para implementar o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira. Se a gente pensar, inclusive, em todos os dados, que foram apresentados aqui anteriormente, por quê? Se, num país que viveu mais de 300 anos de escravidão, um país que mais recebeu africanos durante o tráfico de escravizados, por que foi necessária uma lei, uma lei para implementar isso, a Lei 10.639, e, obviamente, se a gente pensar, a 11.645 também, que institui o ensino de história indígena?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro por quê: porque nós vivemos num país que foi construído a partir da violência. A partir da violência do racismo, a partir do apagamento da história, não só da cultura negra, mas também das culturas africanas, indígenas, enfim, de uma forma geral. Mas nós vivemos num país em que a história desse país foi construída a partir de um apagamento dessas histórias, de um apagamento... Quando eu falo apagamento, gente, não é silenciamento exatamente. É porque esse apagamento foi parte de um projeto político, e é essa a história do nosso país. E esse apagamento gerou silenciamento de sujeitos sociais diversos, inclusive. Mas, além do apagamento, essa história foi construída a partir de uma relação de recusa e aversão à história da população negra.

Então, isso quer dizer o seguinte... Bom, se a gente fala de um passado, um passado escravocrata, eu entendo que a escravidão que viveu o nosso país, a escravidão que simboliza... Pensar escravidão... A escravidão é o quê? É violência, é desumanização e é exploração, mas só o passado da escravidão, espontaneamente, até o presente, não deixaria um racismo tão vivo como ele existe hoje. O que eu quero dizer com isso? Se a gente tem uma escravidão que durou 300 anos, o que aconteceu no pós-abolição? No pós-abolição, existiram políticas veementes que não só implementaram, mas institucionalizaram, cada vez mais, o racismo. O pós-abolição é o país que importa leis darwinistas sociais, o racismo científico no nosso país, é o país que tem políticas de branqueamento da população negra, branqueamento da população. É o país que, na verdade, implementa políticas eugenistas. E, se a gente segue o século XX... E aí, claro, a ideia é apagar e afastar esse passado que está ligado à escravidão e à cultura negra e à cultura africana.

Então, esse apagamento foi uma política, e uma política de Estado. E eu estou falando aqui enquanto Estado também. É importante colocar isso.

Mas se a gente passar, caminhar ao século XX, a partir das décadas de 30 e 60, a política não é tão eugenista, tal como a gente pensa o século XIX, mas o que pauta a nossa perspectiva política em relação a como se pensar o racismo é a ideia de democracia racial.

Num país que é assolado de forma violenta pelo racismo, a ideia de democracia racial tangencia a construção política da nossa sociedade – até um dia desse, na verdade. Inclusive, atormenta a gente até ontem. Então, obviamente que isso faz a gente pensar o quanto foi apagado não só o que existiu de violência do passado... Porque, quando a gente volta e percebe esse passado violento, é uma forma de olhar para esse presente e falar: olha, a gente não quer repetir isso. E essa violência precisa ser reparada de alguma maneira.

Então, isso demonstra como foi que a gente chegou a 2003: com esse apagamento, a partir dessas violências, que não só geraram um silenciamento, mas, inclusive, uma aversão à nossa própria história.

Por outro lado, assim como tem o braço da violência, a gente também tem o braço da resistência. Então, a gente chega a 2003...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Você diz: tem violência, mas tem também resistência.

A SRA. FERNANDA DO NASCIMENTO THOMAZ – Exatamente. (*Palmas.*)

Assim é como a gente chega a 2003, com todo um passado de violência, de apagamento.

E, aí, vem esse questionamento de por que uma lei para implementar algo que deveria ser tão óbvio na sociedade deveria ser... Mas também essa lei foi fruto de resistência de grupos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negros, movimentos negros. Enfim, a fala da Benedito, o Paim, que está aqui do lado... Sem isso, não teria.

Então, se, por um lado, a gente tem um braço institucional que tenta apagar, a gente tem forças vivas constantemente, e é um pouco disso que eu acho que é importante falar, que está resistindo, e de forma diferenciada. E é assim que a gente chega a 2003.

Agora, de 2003 para cá, pensando de 2003 para cá...

Na verdade, alguns anos atrás, o meu argumento era muito no sentido de: bom, a lei de 10.639 foi implementada a partir de 2003, e o que mudou? É claro que a minha perspectiva, a partir da minha experiência, porque eu trabalhei muito com formação de professores e, sobretudo, pensando na história da África e da cultura afro-brasileira, é o quanto não foi aplicado e o quanto foi ineficaz essa aplicação. E agora a gente tem a pesquisa...

Eu parabenizei as duas aqui pela pesquisa incrível do Geledés, porque esses dados que elas trouxeram aqui, alguns desses dados eu vi em pesquisa acadêmica, e eu acho que essa postura do Geledés, quando se popularizar a forma de comunicar, isso é importante, como está se popularizando, para as pessoas saberem esses dados.

Então, durante muito tempo a minha perspectiva era de que nada mudou, porque, nas universidades, algumas coisas até funcionaram, inclusive em termos de orçamento, investimento, financiamento, mas, na rede básica de ensino, nada mudou, e, obviamente, a gente vê, pela pesquisa incrível do Geledés, que poderia ter sido feito muito mais, na verdade, e o quanto foi pouco implementado o ensino de história da África, da cultura afro-brasileira nas escolas, na rede básica de ensino, sobretudo a partir das secretarias municipais.

Por outro lado, mesmo com todos esses obstáculos e desafios, eu acho que é importante a gente mencionar que houve um aumento – gigantesco, inclusive, um aumento significativo, na verdade – de pesquisa sobre história e cultura negras e africanas, afro-brasileira e africana, houve concurso nas instituições de ensino, sobretudo ensino superior, onde se formaram professores nesses 20 anos, e boa parte das universidades públicas hoje tem pelo menos uma cadeira de História da África, por exemplo. Houve uma ampliação de curso de atualização e de extensão e de especialização; muitos livros foram produzidos. O que eu quero dizer? Ainda que com todas as deficiências, foi feito.

Aí eu queria trazer uma questão importante: para além de tudo isso que foi feito, voltando à dimensão da resistência e da luta, na verdade, esses 20 anos também representaram a luta de vários setores sociais, principalmente profissionais de educação. Então, ainda que tenha caminhado a passos curtos, como já foi mencionado aqui, mas custou, gente: foram 20 anos e custou muita batalha. E essas batalhas, em cada escola, em cada relação, em cada narrativa que você escuta dos professores, denotam violências diferentes, inclusive para essa ausência da implementação da Lei 10.639, por exemplo.

Por isso, eu queria, no dia de hoje, aproveitar, já que a gente está falando desses 20 anos da lei, para saudar esses profissionais da educação, que, nesses 20 anos... (*Palmas.*)

... por terem trabalhado sozinhos – que muitas dessas iniciativas são individuais –, sofrido inúmeras formas de perseguição inclusive e de violência nesse espaço escolar, por tentarem implementar a lei.

Para mim também, eu aproveito para saudar também todos os coletivos negros que estiveram na batalha não só pela existência da lei como atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pensando de 2003 para 2023, houve resistência, que eu mencionei, em vários setores sociais, mas houve uma evidência de um racismo institucional persistente, que retroalimenta, reinventa, de maneira cruel. Entende? Ao mesmo tempo, eu quero dizer, negar, nas instituições de ensino, a implementação da lei foge de acreditar que não damos passo algum. Ou melhor: é negar que não demos passo algum. Eu acho que, por um lado, a gente tem essa dificuldade, porque a gente entende que houve essa dificuldade de implementação dessa lei, mas é importante colocar que, nesse período, nós caminhamos, mobilizamos pessoas e reflexões, provocamos e ainda incomodamos com a tentativa de implementação da Lei 10.639. E ainda é muito pouco para aquilo de que precisamos, mas o caminho da luta não podemos negligenciar.

O que nos confunde é a presença constante da renovada tentativa das instituições em se negar a inserir o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira. O que eu quero dizer? Ao mesmo tempo que tem ainda, ao longo da nossa história e mesmo com a implementação da Lei 10.639, de 2003, a presença de um racismo institucional veemente, que nega e que na verdade cria diversos obstáculos para a implementação da lei, existem forças diversas, diversos setores sociais que continuam batalhando. Por isso que, nesse sentido, é o saldo.

Bom, por fim, gostaria de pensar no daqui para frente: e daqui para frente?

Eu, como historiadora, penso que, quando a gente vai para o passado, a gente vai com as nossas inquietações do presente, e é um pouco do que foi mencionado aqui. Ao debater a história, para mim, não é só olhar para o passado, mas é principalmente pensar o presente, a maneira como nós vemos esse percurso e também a maneira como a gente transita pelo presente e pensa na perspectiva de futuro. E por que eu quero falar isso? Porque na sexta-feira eu ouvi uma fala incrível da Profa. Zara Figueiredo, e uma das questões que ela trazia era que não vamos partir do zero, porque não estamos no zero – e, de fato, a gente não está. Na verdade, aquilo de que nós precisamos é dar um passo à frente. E aí, parafraseando a própria Profa. Zara, precisamos dar um passo à frente, consolidar o que já fizemos – e já fizemos bastante, mas consolidar o que já fizemos –, porque, neste momento, ainda que precisemos informar professores e produzir bastante, eu acho que esse é um outro percurso de que a gente precisa.

Assim como, ao longo da nossa história, houve uma política de apagamento, neste momento eu acho que é urgente a gente pensar que lidar com a implementação da Lei 10.639, de uma educação antirracista, é pensar numa política de Estado. Que ela seja, de fato, coordenada de forma federativa – e é o que se mencionou aqui, eu não vou repetir –, em diálogo, de certa forma, com os municípios e com os estados, mas de forma intersetorial, para que funcione nas escolas, mas também que a gente aja em parcerias, em parceria com os territórios.

E, quando a gente fala em parceria com os territórios, é que esse processo de educação não seja só de fora para dentro. A gente que vai levar educação, de maneira que...

O.k., a gente reproduz tudo que a gente vem criticando, mas que essa relação, que esse processo seja dialógico! Inclusive, dialógico nos territórios. E aí a gente pensar também diretrizes curriculares indígenas, pensar diretrizes curriculares quilombolas.

Então, assim, é um passo que a gente precisa dar. Precisa sim de orçamento, mas precisa de uma política que seja conjugada, de fato, e de forma intersetorial.

Bom, o Ministério dos Direitos Humanos tem pensado a educação, na verdade, a discussão de educação é pensar em educação progressista, que a educação antirracista é uma educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progressista, de certa forma. E, recentemente, o Ministério dos Direitos Humanos criou uma coordenação, que é a coordenação a qual eu coordeno, que é a Coordenação-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas.

A ideia de pensar essa coordenação é pensar que essa coordenação funciona dentro de uma assessoria, que é a Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade. E, se a gente consegue olhar para outros momentos históricos, talvez como a ditadura militar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA DO NASCIMENTO THOMAZ – ... como o momento... Pensar como injustiça histórica, e por que é que a gente não olha para a escravidão, enquanto momento de injustiça histórica que durou 300 anos? Você entende?

Então, assim, a ideia dessa coordenação é que a gente consiga olhar, pensar a ideia de injustiça histórica, reconhecimento e reparação, mas injustiça histórica não só para olhar o passado escravocrata e se apegar a esse passado, não. A gente precisa reconhecer, porque, com todo nosso histórico de apagamento e sobretudo de imposição de uma perspectiva voltada para uma democracia racial, a gente tampouco reconhece passado enquanto injustiça histórica e os impactos no presente, para a gente conseguir inclusive implementar políticas fundamentais antirracistas para uma sociedade mais democrática.

Por outro lado, somente assim a gente consegue reconhecer homens e mulheres que lutaram no passado e continuam lutando hoje para a gente reconhecer e reparar e pensar reparação.

Então, essa coordenação está sendo criada recentemente. Um dos papéis dela é pensar... Aí, tem a ver com o que a gente está pensando, esse passado, esse presente, a história e a cultura, o quando a memória... Pensar a memória, essa memória negra e essa memória negra viva e essa valorização dessa memória. A gente está criando comitês regionais, para a gente tentar fazer um trabalho descentralizado, inclusive, até porque a gente nunca... (*Palmas.*)

A gente... O trabalho de memória, em termos de federal, nessa instância, é algo novo. Então, ao mesmo tempo em que a gente está partindo do homem, a gente não está partindo do zero. Então, a gente vai trazer um trabalho um pouco mais territorializado, criando comitês regionais. E é um momento... sobretudo esse primeiro ano é um momento de escuta. Então, a gente vai estar nos territórios, municípios, e o processo de escuta com comunidades quilombolas, comunidades indígenas, comunidades de terreiros, enfim, com vários movimentos sociais.

E um dos pilares desse projeto é pensar pedagogias da memória e reparação. Então, é uma forma em que a gente vai trabalhar essa pedagogia da memória nos territórios, e diferentes territórios.

Bom, é isso.

E a ideia é que o nosso trabalho seja realizado principalmente em parceria com outros ministérios e também com os municípios e os estados, enfim, as secretarias, as comissões de promoção da igualdade racial também, enfim, com diferentes agentes sociais, inclusive com a sociedade civil.

Bom, para finalizar, acho que é importante pensar numa coisa – não é? –, porque a gente pensa em educação e a gente acredita que a educação é essencialmente progressista, não é? A gente acredita que a educação era o caminho, e ela é o caminho, mas também ela pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários caminhos. Então, a educação é um espaço político e também é um espaço de disputa, mas, ao longo da nossa história, a gente vivenciou? Não. A gente recebe o impacto de uma educação que também não foi progressista, de uma educação que foi racista. Então, nesse momento, é importante a gente pensar que a educação, ao mesmo tempo em que pode ser progressista, também pode ser excludente e também pode ser elitista.

E um dos braços hoje, por exemplo, pensando o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania... Uma das questões que a gente tem levantado e pensado é que a educação é um espaço político, um espaço de conflito, e nós iremos batalhar, e nossa proposta é batalhar por uma educação progressista e inclusiva. Sem isso, não há democracia e um mundo mais humano.

Lutar com uma educação antirracista é, sim, lutar com uma sociedade melhor!

E eu termino aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Parabéns, Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz, Coordenadora da Coordenação-Geral de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parabéns!

Eu só quero dizer para esta mesa que todas foram brilhantes, e todas as contribuições que vocês deixam aqui, tanto as da Beatriz quanto as da Tânia, as da Fernanda e as da Cristiane serão aproveitadas pela nossa Comissão, para implementar, dentro do possível, em parceria, naturalmente, com o Executivo, porque é somente assim que as coisas vão andar. Por exemplo, teve algumas leis aqui que foram fundamentais para a gente conseguir aprovar e serem sancionadas, principalmente, se vocês olharem para trás, na época Lula-Dilma. Se olharem lá para trás, essa lei foi sancionada na época Lula-Dilma, o Estatuto foi na era Lula-Dilma, a política de cotas, era Lula-Dilma, e quase todas foram nesse período. E é nessa parceria que nós queremos continuar, já que temos um governo comprometido com essa política.

Então, eu agradeço a todos vocês.

As mulheres tomaram conta aqui dessa mesa; tomaram conta e me deixaram aqui isolado. "Fala quando nós te dermos a palavra". E eu digo: "Sim, senhora". (*Risos.*)

Então, peço que... Se vocês puderem voltar para o plenário, eu vou chamar agora a segunda mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Olha, vocês terão umas considerações finais, viu? Todas que puderem ficar aqui terão umas considerações finais.

Para a segunda mesa eu convido, com muita satisfação, a minha querida amiga... Posso dizer até que ela foi minha assessora, e hoje é Vereadora. E, como eu disse antes – não sei se ela estava já ouvindo –, fez quase 2 milhões de votos para o Senado.

Convido agora, para vir à mesa, a Dra. Abigail Pereira.

Foi Secretária de Estado também do Governo Tarso, não é?

Dra. Abigail Pereira, Vereadora do Município de Porto Alegre. (*Palmas.*)

Muito bem, Abigail, por favor, sente-se aqui.

Convido também, neste momento, a minha querida Vice-Presidente da Comissão de Refugiados e que abriu no Plenário um debate e fez questão de vir para cá como painelista também, nossa jovem Deputada Federal Carol Dartora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é doutora, viu? É difícil não ter alguém aqui que não seja doutora. Para mim, é. Eu sempre digo que doutora para mim é conhecimento da faculdade da vida.

Então, seja bem-vinda.

Agora convido a Dra. Natália Neris, Coordenadora-Geral de Ações Afirmativas na Educação do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

E, ao chamar vocês, eu me lembro da nossa Ministra Anielle Franco, que, quando esteve aqui, deu um *show*, como se... Todos deram um *show* aqui, não é?

Mande um abraço lá para a Anielle, viu?, diga que eu não esqueci.

Convido agora o Dr. César de Oliveira Gomes, doutorando em Direito pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Defensor Público e autor do livro *Racismo institucional e justiça: interfaces da Defensoria Pública da União.*

Mestre, seja bem-vindo, mestre! (*Palmas.*)

Agora, a assessoria aqui me lembra que nós temos uma lista aqui grande de convidados que estão no sistema de videoconferência. Então, eu vou chamar uma da mesa e um convidado por videoconferência. (*Pausa.*)

Já está nos esperando para falar à distância ela que é uma grande Parlamentar, é Vice-Presidente desta Comissão e também é Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista Antirracismo – você é Vice lá, mas ela é Vice aqui –, que é a Senadora Zenaide Maia. Em seguida, vou chamá-la.

Agora, eu chamo a Dra. Abigail Pereira, Vereadora do Município de Porto Alegre, por 15 minutos.

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Senador Paim, sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que você não veio aqui só para vir aqui, você veio também por causa do evento de hoje à tarde.

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar do evento aqui.

A SRA. ABIGAIL PEREIRA (Para expor.) – O Senador Paim é sempre muito carinhoso e comentava aqui na mesa anterior das mulheres. O Senador Paim sempre foi um feminista, um amigo das mulheres. E eu já vou falar sobre isso também, Senador.

Eu quero cumprimentar esta mesa aqui tão qualificada quanto a primeira mesa, ao estar aqui com a Deputada Carol Dartora – muito prazer estar compartilhando este momento –, com a Natália Neris, com o César Gomes, da Defensoria, e com o meu querido Senador Paim.

Sim, eu tive a honra de concorrer ao lado do Senador. A gente sempre aprende muito estando ao lado do Senador, que tem uma vida toda dedicada ao nosso povo. A gente diz que o Senador não é do Rio Grande do Sul, gente, o Senador é do Brasil. E assim ele tem dedicado todos os seus dias.

Eu me sinto muito honrada de estar aqui exatamente neste dia em que a gente traz uma homenagem também a Affonso Arinos, com a primeira lei do Brasil de combate à discriminação racial lá de 1951. De lá para cá, muitas lutas nós temos travado, com as dificuldades que a gente tem encontrado em fazer com que as leis aconteçam na vida também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Paim aí também deu origem ao Estatuto da Igualdade Racial, instrumento extremamente interessante, com que trabalhamos todos os dias, Senador, para o combate à discriminação racial. Depois disso, nós temos algumas leis interessantes que estão tramitando, inclusive a que equipara o crime de injúria racial... E é extremamente importante que a gente consiga aprová-la, assim como o fundo, porque nós precisamos de dinheiro para fazer a promoção da igualdade racial.

E o combate – e a mesa anterior toda falou nisto – à discriminação racial passa necessariamente pela promoção da igualdade racial, que começa na sala de aula, que começa com os nossos pequenos, porque ninguém nasce racista, aprende-se com a sociedade, uma sociedade que viveu mais de três séculos escravizando negros, principalmente, e negras, o que faz com que a gente busque nessa história ao que nós chegamos hoje para identificar que nós, mulheres, recebemos cerca de 78%... Trabalhando a mesma carga horária, na mesma função, nós recebemos cerca de 78% do que os homens recebem.

Agora, quando eu vou dar o recorte de raça – não é, Senador? –, as mulheres negras recebem 46% em relação ao homem branco. Olhem só. Então, nós precisamos fazer a promoção racial mesmo, a promoção de que esse país que foi construído por mãos negras...

Senador, eu estou lendo um livro que eu indico a todo mundo para ler: *Um Defeito de Cor*. Penso que vocês já leram, né? É da nossa querida Ana Maria Gonçalves. Um livro que nos assusta um pouco pelo tamanho dele, mas que a gente começa a ler e não quer parar mais de ler por tantos dados e pela forma com que a Ana Maria escreve, que traz muito da história do nosso país, onde nós estamos reescrevendo essa história porque, sim, nós tivemos um apagamento. Eu fico sempre comparando, Senadora, a nossa história, que apagou as mulheres e que apagou, principalmente, negros e negras dessa história, que não aparecem em lugar nenhum. Nós estamos nos propondo a escrever essa história novamente.

Eu acho que hoje é um dia histórico, é um dia... Eu estou emocionada, Senadora. Eu dizia ao Senador, quando era assessora dele: Senador... Ele era Relator da lei que estava tramitando aqui no Senado sobre a igualdade salarial. Eu dizia: Senador, se o senhor conseguir aprovar essa lei, pronto, está consagrado com chave de ouro. Era ou não era chave de ouro? E hoje, gente, nós teremos a sanção presidencial da lei da igualdade salarial entre homens e mulheres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só porque o Lulinha voltou. Senão, não tinha, viu? Eu estava brigando, brigando, brigando. Quando o Lula volta, resolve-se a questão.

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Exatamente.

Então, nós tivemos, sem dúvida, as mulheres à frente dessa luta por igualdade salarial desde 53, da CLT, que tinha lá escrito e que nunca foi respeitada. Felizmente, agora, nesse projeto que foi encaminhado e que foi aprovado na Câmara, aprovado aqui nesta Comissão – inclusive a Relatora era a nossa querida Senadora Zenaide Maia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Zenaide Maia, a grande Zenaide Maia. (*Palmas.*)

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu tive o orgulho de dizer que eu que indiquei a Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Olha aí. (*Risos.*)

Então, nós temos história. Eu fui a primeira Secretária da Mulher da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e muito estive aqui no Congresso Nacional nesse debate todo, porque há mais de dez anos que nós estamos debatendo. Então, chegar ao dia de hoje – eu vivi para viver este dia – é maravilhoso. Então, para nós, é, de fato, um dia histórico.

Essa lei, gente, tem uma palavrinha que é mágica, se gente avaliar. Mas se já estava na lei? Como assim? É um dia histórico porque tem uma palavrinha mágica ali dentro que é obrigatoriedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Com multa dez vezes...

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Simples assim, não é? Que dá multa de dez vezes o salário da pessoa que teve essa discriminação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E foi o Lulinha que botou!

A SRA. ABIGAIL PEREIRA – Olha só!

Exatamente! Ainda por cima, a gente institui um protocolo de fiscalização, para cumprir a lei, dando transparência. É obrigatório esse relatório, de seis em seis meses, gente! Olha só! Então, você vê uma lei e já enxerga a aplicabilidade dela, não é, Senador?

Para nós, de verdade, é um momento histórico. Eu, como Vereadora, Senador, estou protocolando uma lei que, para além desta, tenha boas práticas. As empresas que tiverem serão agraciadas com o selo de boas práticas para com a classe trabalhadora, que, sim, é constituída de homens e mulheres.

Então, de verdade, é um dia histórico para o conjunto das mulheres, mas não só, é um dia histórico para a classe trabalhadora e para o nosso povo, porque nós sabemos que quanto mais mulheres estiverem no mercado de trabalho, gente, isso significa avanço econômico e civilizatório.

Então, é extremamente importante que possamos, daqui para a frente, já passar, olhar, ampliar a licença maternidade, a licença paternidade e lutarmos para termos creches, porque nós precisamos estar no mercado de trabalho e ter a nossa autonomia e a nossa condição financeira, para termos um país que, sim, possa ter crescimento com desenvolvimento quando inclui e, hoje, nós mulheres não estamos incluídas no mercado de trabalho como nós gostaríamos.

Então, tendo a igualdade salarial, a gente vai embora, fazendo a luta antirracista, a luta das mulheres brancas e negras, para que a gente tenha condição, de verdade, e o respeito da nossa sociedade.

Por isso, Senador, muito obrigada por ter me convidado para estar nesta mesa. Nós iremos, logo mais, lá para a Base Aérea, onde será sancionada a lei, com a nossa Ministra Cida Gonçalves também, que estará presente. Certamente, o Senador vai lá, porque ele tem história nessa luta também e tem que comemorar junto com as mulheres.

Eu falei o tempo todo, gente, emocionada, rindo, porque, neste dia, comemoramos a primeira lei de combate ao racismo. É isto: não basta nós não sermos racistas, nós temos que ter a nossa luta antirracista! Isto é importante: ensinar, sim! Isto tem que estar na sala de aula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que estar no letramento que não é um defeito de cor. Não é um defeito de cor! Vivam negros e negras da nossa pátria! Viva o povo brasileiro!

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esta é a Abigail. A mulher meteu 10 milhões de votos! Graças a Deus! Senão eu não estava aqui, porque ela ganhou do lado de lá, para puxar para o nosso lado, não é?

Quero dizer, Abigail, que tanto essa lei, que na época era o PL 30... Nós brigávamos, brigávamos, mas não tinha jeito. O cara do lado de lá da rua, que é o que saiu no fim do ano, complicava, não deixava, não tinha jeito! Aí o Lula chega e resolve, manda fazer um projeto, manda para cá, as mulheres assumiram a relatoria e aprovamos, por unanimidade, nas duas Casas.

A injúria racial também! Nós vamos brigando, com a injúria racial, em projeto de lei, substitutivo... Faz e faz e faz... Há mais de 15 anos... Não tinha jeito! O último ele mandou para cá, porque ele disse que foi para sanção o que nós tínhamos aprovado aqui, em parceria com os Deputados, claro. Eu fui o Relator aqui. Diz que não; tinha um problema de vista e tal.

E isso porque foi acordado com o Líder do Governo na época. A emenda foi dele, inclusive! Do Líder do Governo! E eu acatei para resolver o problema. Chegou lá, ele alegou que a emenda do Líder do Governo dele ele não aceitava. Tudo bem! Aí, o Lula vem, reúne todo mundo e faz o projeto da injúria racial melhor do que aquele. Não adianta, tem que bater palmas para o Lula, viu? (*Palmas.*)

E é lei! Está aí. É lei! Inclusive, botamos dentro dessa lei a questão do racismo no esporte, que eu disse que a Espanha, se quiser, que copie. Lei, no Brasil, já tem nesse sentido.

Mas obrigado, Abigail! É muito bom estar aqui com você e, de fato, é uma data histórica esta audiência pública para mim – para mim! –, não só para mim, mas para nós todos, naturalmente, porque trata dessa questão.

O combate ao racismo e ao preconceito é pela educação. Vocês todas sabem disso. Por que nós estamos aqui hoje? Se nós chegarmos aonde queremos pela educação, com certeza, a gente muda a história deste país. Nos Estados Unidos, eles mudaram lá. Inclusive... Eu estou falando agora das políticas afirmativas. Mas eles ficaram um longo período, um longo período, e aqui, no Brasil, nós vamos continuar nesse bom combate, até que um dia a gente possa dizer que aqui não tem preconceito da forma como é hoje, que é uma loucura geral.

Mas, agora, eu vou passar, de imediato, intercalando, por videoconferência – e vou chamar de doutora também, não sei se ela é, mas eu não posso adivinhar – a Dra. Thamires Rosa, mãe de uma criança que sofreu racismo na escola.

Dra. Thamires Rosa, por favor.

Não sei se ela já está.

Está! Então, está bem.

A SRA. THAMIRES ROSA (*Por videoconferência.*) – Olá!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi! Estamos te ouvindo bem.

A SRA. THAMIRES ROSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k. Bom dia.

Quero agradecer pelo convite, que é muito importante por sinal, diante desse enfrentamento e combate ao racismo, porque, diante da minha fala, eu venho aqui trazer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês o que acontece hoje dentro do ambiente escolar, mesmo depois de 20 anos da Lei nº 10.639.

A minha filha, no dia 2 de maio, foi vítima de agressão e racismo dentro de uma escola estadual. A minha filha se chama Ticiane e tem seis anos de idade. Ela levou socos nos olhos, costelas, virilhas, teve seu cabelo sendo chamado de "feio", sendo chamada de "urubu". A minha filha não entende o que é o racismo ainda; ela sabe o que é agressão por conta das dores que ela teve.

Quando eu busquei o amparo dentro da escola, o acolhimento, o que essa escola fez? Nada! Eu ainda me coloquei em questão como se eu pudesse ser voluntária para auxiliar, porque eu entendo que essas pessoas não conseguem lidar com essa situação do que é o enfrentamento e o combate ao racismo. Elas não conseguem! Eu entendo isso, porque as instituições não cumprem a obrigatoriedade dessa lei. Isso não é uma questão de escolha; é uma questão de respeito e, principalmente, de proteção à vida dessas crianças e da população preta quando vocês fazem isso. Isso não é cumprido.

E, ainda assim, buscando justiça, eu fiz um grito na internet, porque eu não sabia o que fazer. Não existe um protocolo dentro das escolas a respeito do enfrentamento ao racismo, até porque, em resposta, a Secretaria de Educação, a dirigente da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, enviou um ofício à Deputada Tabata Amaral, dizendo a respeito de como iria correr essa questão da minha filha.

E eu trago, e devo ressaltar, sim, que apenas se comprovada a negligência da escola, a minha filha será encaminhada a um psicólogo. Isso foi dia 2 de maio, e eu segui correndo, buscando sozinha. Por que eu falo a respeito de ter que existir um protocolo para as famílias também e não apenas para a escola? Porque eu tive que entender como lidar com a dor da minha filha, com a minha dor, com a discriminação, porque, quando eu vou atrás para buscar entender o que a minha filha passou lá dentro, eu sou vista como mãe preta, pois mãe preta também tem diferença.

Eu fiz todos os acionamentos como Ministério Público, Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, e ainda assim, a escola sempre foi negligente, tentando me silenciar, criando um ambiente hostil ali dentro – porque é um ambiente hostil que é criado para as nossas crianças. Eu mudei a minha filha de escola, porque ainda assim nada foi feito. E, quando a minha filha chega em outra escola, através da transferência que eu fiz junto com o pai dela, ela não é acolhida. Foi acolhida por uma forma de trabalho chamada Conviva, que diz que faz o acolhimento e trata o racismo estrutural, o ensino antirracista – que não existe. Na verdade, eles lidam com uma cultura de paz – uma cultura de paz, sim, que é importante –, mas o ensino antirracista começa sendo aplicado diariamente à lei na grade curricular.

Eu peço até perdão a todos vocês, porque eu não tenho condição suficiente para trazer, de fato, o que é essa lei. Eu não sou historiadora, não sou pesquisadora, eu sou uma mãe que estou aqui validando para vocês... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está indo muito bem, viu?

A SRA. THAMIRES ROSA (*Por videoconferência.*) – ... de que essa lei não é cumprida, não é cumprida! E buscando ainda fazer justiça. Eu sou colocada como culpada das agressões que a minha filha sofreu dentro da escola. Somos revitimizados, novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu agradeço por todas as pessoas que entenderam o que é essa luta, porque não é mais uma luta apenas por justiça para Ticiane, é uma luta por justiça para as minhas sobrinhas que estão assistindo agora, para todas as pessoas que estão assistindo agora, porque nosso grito não tem valor. E quando eu ouço algumas pessoas falando aí na mesa a respeito de escola pública, e é um ensino que tem que estar dentro da escola, pois a primeira escola pública mista, criada por volta de 1880 por uma mulher, Maria Firmina, que não é contada, é validada a escola pública de 1930 apenas. Então, a todo momento, a nossa história, a história da cultura africana, o povo afro-brasileiro é escondido. Não é nem que ele seja apagado; ele é escondido e ele é açoitado e ceifado. Ceifar a história da população preta não é colheita, não é colheita!

Eu venho hoje brigando para que, dentro das escolas, de verdade, exista uma comunicação, nem que seja no primeiro dia de aula, que tenha um quadro: "Olha, se o seu filho for vítima de racismo, é isso que você tem que fazer". Porque eu estou tendo que descobrir diariamente e sozinha. Ontem, fez dois meses que a minha filha foi agredida, dois meses! E nada foi feito! (*Manifestação de emoção.*)

A minha vida virou de cabeça para baixo e continua de cabeça para baixo.

E eu tenho que ter gratidão por alcançar até aqui, ter chegado até esta audiência, graças ao Senador Paim e à Carol Dartora, que está aí do lado.

Graças a vocês, à Profa. Adriana Vasconcellos, que me trouxe o conhecimento da lei, e à Cidinha Raiz e ao Dr. Flávio Campos, que me acompanharam na Secretaria de Educação. Porque, na Secretaria de Educação, na última fala, eles queriam que eu entrasse sozinha e estavam com perguntas prontas para serem feitas.

Em nenhum momento houve acolhimento. O acolhimento que teve foi: tire sua filha da escola. Por que toda vez nós temos que sair da escola? Por que toda vez é isso, nossa história sendo apagada?

É dessa forma que eu venho lutando para que haja diferença e, de fato, eu venho cobrando a obrigatoriedade da lei sendo cumprida. Quando eu vou na escola nova até da minha filha, uma escola estadual – gente, é uma escola estadual –, eles não estão cumprindo a lei.

Essa escola também fala que é acender o racismo. Fazer um combate antirracista não é acender o racismo. É uma prevenção à vida. E, por essa forma de prevenção à vida, eu criei, junto com outros pais de escolas e dessa escola em si, em que a minha filha sofreu a agressão, uma *blitz* de conscientização racial.

Se puderem colocar a imagem que eu passei, por gentileza.

Isso daqui é um panfleto que esses pais criaram que traz a representação de duas crianças negras. E nesse panfleto a gente fala a respeito da lei porque as pessoas não têm conhecimento dessa lei. E quando eu fui na porta dessa escola para trazer apoio da população a respeito da lei, chamaram dois carros de polícia para mim.

Então, quando eu, como cidadã, mulher e mãe preta, venho tentar fazer a minha parte como brasileira, são dois carros de polícia chamados para mim. E até agora sem solução. A minha filha vai ter que dar um depoimento ao Inesc porque as imagens levadas para a delegacia não são suficientes porque não contêm de fato totalmente a agressão. Só que contêm, sim, outras agressões entre as crianças.

Todo o tempo as crianças se agridem dentro das escolas. O que está sendo ensinado dentro das escolas? Poderia ser a música, a capoeira e de fato a cultura preta, sim, porque falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de racismo não é ter uma data específica no dia do ano, no mês. O racismo está presente diariamente.

Para se combater o racismo, é preciso estar na grade curricular, sim. Combate-se com ensino e letramento antirracista, trazendo a equidade racial. A equidade de fato, e não apenas falada, verbalizada. E principalmente as pessoas que estão ali na frente, eu peço até perdão pelo que eu vou dizer, mas dentro do Senado Federal é importantíssimo que seja criada sim uma lei que investigue se de fato esses Governadores, os estados estão cumprindo essa lei, essa obrigatoriedade dentro da escola.

Os professores municipais dos quais eu tenho conhecimento estão fazendo a sua parte de forma individual. E, ainda assim, uma escola aqui em São Paulo, Monteiro Lobato, foi alvo de racismo, ataques racistas por de fato querer cumprir a lei e fazer isso prevalecer. Isso está errado também, isso está errado.

Assim como está errada toda a negligência que essa escola criou para a vida da minha filha e continua a ser criada dentro desse ambiente escolar. Eu agradeço muito pela elaboração dessa Lei 10.639. Ela é necessária. Para mim, ela é um ato de prevenção à vida das crianças pretas, principalmente. Quando o Brasil quer fazer um letramento correto a respeito dos estudos e ensinos tratados dentro da escola, assim como eles falam a respeito da miscigenação, eles trazem a nomenclatura do pardo diante da miscigenação, e o pardo sempre foi pertencente à classe social da pessoa afro-brasileira, porque essa era uma forma de se entender quem eram os descendentes afro-brasileiros e africanos.

Então, diante de tudo isso, o racismo estrutural é a normalização de tudo o que a gente vem passando. Nós viemos sendo sim e continuamos a ter o açoite nas nossas vidas. É o açoite. Não adianta apenas você ter cargos maiores, você ter salários maiores, porque a nossa pele continua tomando a frente das atitudes das pessoas da nossa relação. Eu ensino dentro da minha casa a respeito disso para a minha filha ter uma visão normal para o mundo. E agora eu tenho que ensinar para a minha filha se defender. Porque, quando a gente é pequeno, eu sou uma pessoa preta. Quando eu sou criança, eu tendo a ter um olhar normal para o mundo, mas o mundo não tem um olhar normal para mim. Eu só estou nessa guerra, porque é uma guerra, porque eu também passei racismo na escola. Eu fui agredida e eu não vou permitir que isso continue a existir com a minha filha, com outras crianças nem com os meus sobrinhos e com os meus netos.

Quando a gente fala de ancestralidade, no meu ponto de vista, eu estou falando não só da cultura de um povo que foi sequestrado, porque a escravidão foi um sequestro das suas raízes. Isso daqui não representa apenas uma bandana: essa é a coroa do meu povo. Essa é a faixa do meu povo. Quando eu estou falando de ancestralidade, eu estou falando das minhas origens de sangue, que foram ceifadas. E eu não vou mais permitir... Eu entro nessa luta de corpo e alma, buscando justiça para a minha filha e por todas as crianças que passam por isso. E é muito difícil... É difícil porque eu cansei de chorar na internet, eu cansei de clamar por justiça. Eu comecei a estudar e eu comecei a entender muito mais as coisas que eu não via.

Quando eu tentei defender a minha filha, eu pedi ajuda nessa escola. Não foi traçado nenhum protocolo. O que a Secretaria de Educação exibia como nota é que nós estamos sendo acolhidas, que a minha filha está tendo amparo psicológico – amparo esse que eu tive que buscar sozinha. E eu continuo buscando, porque até os profissionais psicólogos não sabem lidar com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

racismo, assim como as escolas não validam o ensino do letramento antirracista. E me desculpem pela demora da minha fala, se foi isso. É porque eu não sei mais o que fazer. Eu não sei o que fazer.

É importante estar aqui nessa luta dizendo para vocês que não adianta apenas nós cobrarmos ensinos antirracistas. Nós temos que fiscalizar sim. E tem que ser passado para as famílias o que você tem que fazer quando o seu filho passa por essa situação, porque não existe um protocolo.

E junto com a Ministra Anielle e com a Benedita da Silva, ao se colocarem à disposição, é para dar um estudo diante dessas coisas que eu venho trazendo. Quando vocês trazem a fala a respeito da lei, eu tenho que trazer o que está acontecendo nos dias atuais – a gente está falando dos meses de maio, junho e julho. Não existe mudança, não existe humanidade diante das nossas vidas.

Eu agradeço pela fala. Eu não tenho mais o que falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Thamires Rosa, mãe de uma criança que sofreu racismo. Ela já citou o estado e a escola. Fica aqui o nosso carinho, o nosso abraço e a nossa responsabilidade.

Eu disse antes, vou repetir agora: nós já aprovamos aqui no Senado o PLS 5.520 – eu fui o autor; a Senadora Eliziane Gama foi a Relatora –, que vai criar um selo chamado Zumbi dos Palmares para as cidades onde realmente se combata o racismo e a Lei 10.639 seja aplicada. Como já está aprovado, acho que sairá, se vocês concordarem, desta reunião. Eu irei visitar o Presidente da Casa, que é parceiro nosso, viu? O Presidente Rodrigo Pacheco, sempre nos projetos de combate ao racismo e ao preconceito, tem ficado do nosso lado. Eu farei a ele um pedido para que a gente possa implementar rapidamente esse selo Zumbi dos Palmares.

Se vocês concordam, se manifestem. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

O.k., está aprovado.

Vamos em frente então. Antes da sua fala, a aprovação do requerimento.

De imediato, eu passo a palavra agora à Deputada Federal Carol Dartora, de quem já falei, já homenageei na abertura dos trabalhos.

A SRA. CAROL DARTORA (Bloco/PT - PR. Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todas e todos.

Começo cumprimentando esta mesa na figura do Presidente desta Comissão, Senador Paim; cumprimento e parabenizo todas as falas que me antecederam, tanto nesta mesa quanto na mesa anterior.

Ressalto o sufocamento que a gente sente quando ouve o relato dessa mãe, porque é o relato de todas nós, como mulher preta, professora e também pesquisadora da Lei 10.639, em decorrência de, ao longo de toda minha vida, ter vivido essa história. No meu período de escola eu vivi exatamente isto: apanhei, minha mãe teve que me tirar de escola algumas vezes, recorreu a professores e corpo pedagógico, que nunca sabiam efetivamente o que fazer, que recomendavam "Ah, muda sua filha de escola" ou "Ah, as crianças brigam mesmo"... E a gente sabe que isso não é *bullying*, a gente sabe que isso tem nome, o nome disso é racismo e faz muito tempo que a gente está na luta para superar isso, que é o maior problema social que a gente tem, porque dele decorrem todas as outras desigualdades. Então, é algo que nos sufoca, mas, ao mesmo tempo, acho importante dizer que a gente também tem tido enormes e inúmeros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanços. Então também parabenizo e quero ressaltar a pertinência e a importância desta audiência para pensar esses 20 anos da Lei 10.639, os impactos dessa lei.

Na minha pesquisa de mestrado, o que eu busquei ver foram os impactos da lei no cotidiano de adolescentes negras e tirei várias conclusões, de que vou falar um pouquinho ao longo da minha fala. Mas também queria ressaltar a importância de a gente tratar dessa lei neste momento da nossa história, que é um momento em que a gente percebe a ascensão do discurso de ódio. A gente percebe que a gente foi bombardeado por um momento político muito complicado em que essas ideias novamente saíram do armário, ideias de supremacia branca. No Estado do Paraná, o estado de onde eu venho, a gente está tendo que lidar novamente com grupos neonazistas, é um dos estados com o maior número de células neonazistas, e isso infelizmente está dentro da escola.

Também, recentemente, acho que na semana passada, a gente viu um Deputado Federal fazer um discurso num *podcast* dizendo o seguinte – isso foi na semana passada –: que existem macacos que têm QI mais alto do que as pessoas africanas e que o brasileiro não tem capacidade intelectual, que as pessoas negras não têm capacidade cognitivo-intelectual e que por isso estão numa situação de pobreza e não conseguem desenvolver a democracia. Então, foi uma fala profundamente racista, feita por um Deputado Federal eleito, que está nesta Casa, que está nas Comissões, que faz falas em Plenário. Então, a gente ainda vê essa condescendência com o racismo.

Queria reafirmar aqui a necessidade da aprovação do PL 2.630, que é o PL que trata de coibir discurso de ódio nas redes sociais, discurso de ódio esse que incita essa violência e cria essas condições tão insalubres para que uma criança negra construa sua identidade no espaço da escola e também em todos os outros espaços. Então, é extremamente urgente e extremamente pertinente a gente pensar a Lei 10.639, um tema de suma importância para que a gente busque a equidade racial e a superação do racismo estrutural que organiza, infelizmente, a nossa sociedade.

Em 9 de janeiro de 2003, a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, legislação que se propõe a transformar a realidade do racismo no país através das escolas por meio da educação, completou 20 anos de sua ascensão, e o que observamos é que, apesar da sua obrigatoriedade, temos muito a avançar. Essa lei surgiu com o objetivo de alterar a Lei de Diretrizes e Bases para determinar essa obrigatoriedade em todas as escolas, e, após a promulgação, o Conselho Nacional de Educação formou uma comissão de professores e especialistas em educação para regulamentá-la, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Aqui também é importante a gente falar da reforma do ensino médio. A gente já dizia que a reforma do ensino médio fragilizaria a Lei 10.639, essa é uma das coisas que a gente consegue observar, porque o novo ensino médio flexibilizou conteúdo de história, flexibilizou conteúdo de filosofia, de sociologia, que são os conteúdos principais em que a gente trata da história afro-brasileira e africana. Então, acho que essa conversa tem que estar muito relacionada a como pensar o novo ensino médio, pensar essa reformulação do ensino médio para que a gente não caia, mais uma vez, na armadilha de ter uma lei tão importante, de ter uma lei tão consistente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ter uma lei tão fundamental para o nosso país, mas cuja aplicabilidade fica fragilizada por causa do modelo do currículo mesmo que está sendo aplicado. Então, a gente tem que fazer essa relação muito forte com o Ministério da Educação para garantir a aplicabilidade da lei.

Como pesquisadora, eu estudei, como eu mencionei, a lei, e o que eu pude perceber é que a gente, através da lei, pôde pensar a abordagem da questão da multiplicidade das desigualdades a que essas adolescentes estão expostas por serem mulheres jovens e negras.

Então, a gente não pode deixar de perceber a questão de gênero também. Quando a gente intersecciona gênero, raça e classe, a gente percebe que as mulheres estão mais fragilizadas nesse contexto e foi muito o que essa mãe trouxe aqui, a sua filha, uma menina sofreu essa violência.

Também a importância de apontar os impactos que essa lei teve na cultura e no cotidiano escolar, social e na vida das estudantes. Então, foi isso que eu procurei olhar, e a gente percebeu que, sim, que a lei teve vários impactos, mas que essa lei acabou ficando a cargo dos professores negros. Professoras e professores pretos nas escolas eram vistos como os principais responsáveis pela aplicação da lei.

Então, a gente percebeu que a lei é mais tratada no dia 20 de novembro, em alguns contextos, e, quando esse dia chega, o corpo pedagógico da escola sai correndo para procurar "Ah, tem um professor preto aqui; ele vai ter que fazer alguma atividade". Essa realidade também tem que mudar.

E, pelos resultados da pesquisa, foi possível revelar as vivências marcadas por muitas situações discriminatórias no universo da escola e fora dele. Mas também deu para perceber um panorama de mudanças que essa lei foi provocando ao longo do tempo, as resistências, os ganhos da sua implantação na educação para as relações raciais no país.

Então, apesar de a gente perceber que a gente ainda vive num contexto de muito racismo, de muita violência racista dentro das escolas, é inegável perceber os frutos da lei.

Medidas como a lei dez mil extrapolam os muros da escola e são poderosa arma na luta antirracista e na mitigação das diferenças sociais existentes historicamente no nosso país, diferenças essas que no Brasil sempre tiveram uma cor, a cor negra, ou seja, é uma questão contraideológica. Isso é um ponto também muito importante de a gente colocar aqui. Trabalhar o ensino de História Africana e Afro-Brasileira nas escolas é um movimento contraideológico, porque existe uma ideologia vigente que tenta promover e continuar reproduzindo a ordem das coisas como elas estão. E a ordem a gente sabe qual é.

Então, é pensar que essa lei é de enfrentamento, porque ela vai ao contrário daquilo que está posto.

Os ganhos dos anos dessa lei foram muito criticados, apesar de demonstrarem muitos avanços, como, por exemplo, a política de cotas que foi muito criticada. Mas, como toda política, realmente, que visa atacar esse problema estrutural que é o racismo, ela recebe muitas críticas. Nenhuma outra política, por exemplo, recebeu tantas críticas como a política de cotas. Isso é fruto, única e exclusivamente, do racismo, porque são políticas que já demonstraram seu sucesso no mundo inteiro. Onde foram aplicadas, elas tiveram sucesso.

Ameaçar privilégios é tocar em vespeiro. As políticas públicas voltadas ao combate do racismo estrutural têm resultados diversos, desde a área educacional, como vemos no exemplo da lei dez mil, até em dados como os da diminuição da pobreza. São ciclos de pobreza que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quebrados em decorrência das cotas, em decorrência de as pessoas terem mais pertencimento sobre a sua identidade.

Ao chegar no chão da escola, a Lei 10.639... E pude ver isso na prática, como professora, de muitas vezes chegar em sala de aula, encontrar meninas negras com capuz se escondendo, escondendo o cabelo, não saindo de sala de aula, e, ao começar a trabalhar essa lei na sala de aula, a gente vê identidades renascendo, identidades se refazendo, pessoas assumindo seus traços, assumindo seu cabelo. Então, essa lei salva vidas, ela dá a condição de refazimento desse pertencimento negro, mas também permite que o sujeito não negro possa admirar essa cultura, possa admirar tudo o que significa contribuição negra nesse país.

Existe uma classe dominante e uma ideologia que ocultam as classes pobres e reproduzem o sistema em que uns exploram e outros são explorados e que não têm interesse em que as massas populares exploradas desenvolvam senso crítico e autonomia – isso é algo que a gente também tem que ter em mente – e sentem-se ameaçadas com uma possibilidade de mudança da ordem atual. Então, muitos dos impeditivos para a implementação da lei partem do que eu chamaria de uma dissimulação racista. Foi algo que a gente percebeu, quando a gente chegava numa equipe pedagógica ou num professor e perguntava: "Você está trabalhando no seu conteúdo de matemática, de física, de química, a Lei 10 .639?", e o que eles diziam era: "Ah, mas eu não aprendi, eu não tive aula disso". Ninguém nasce sabendo nada, é um movimento que a gente precisa fazer para adquirir conhecimento sobre determinado tema. Então, a gente precisa desvelar essa dissimulação racista que promove a reprodução das coisas como elas estão.

Temos ainda... E digo "ainda" porque gostaria de não ter que fazer essa afirmação, acho que nenhum de nós gostaria, mas é muito importante que a gente continue fazendo, que é a afirmação de que vivemos num país racista. Não existe mito da democracia racial, não existe cordialidade racial, e, quando uma menina negra apanha numa escola por ser negra, acho que essas ideias caem por terra mais do que nunca. Então, infelizmente, temos o dever de continuar afirmando que vivemos num país racista, portanto, a luta antirracista configura-se também como uma luta democrática e demanda o engajamento de todos os cidadãos, não apenas os negros, e os mais diversos esforços em todos os âmbitos, sejam eles políticos, educacionais e sociais.

Percebe-se a necessidade de intensificar a luta para que a escola adote novas práticas, mude posturas, consolide um currículo elaborado, desenvolvido, pois esse tem um papel fundamental na construção das identidades dos sujeitos, uma vez que é responsável por definir o que é ensinado pelos professores e aprendido pelos alunos no âmbito institucional. E aqui também quero me comprometer com que a gente consiga pensar um protocolo. Isso é o que a Thamires trouxe, acho que isso é uma urgência e me comprometo com isto: a gente precisa definir um protocolo de atendimento de situações racistas nas escolas. Não é mais possível que mães, que estudantes sejam revitimizados ao sofrer uma situação de violência racista porque o corpo pedagógico simplesmente não sabe o que fazer e mete os pés pelas mãos mesmo, promovendo essa revitimização.

Então, é possível pensar um protocolo, é possível que o corpo pedagógico pense um protocolo, como agir, como prestar atendimento, como acionar as famílias.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROL DARTORA (PT - PR) – Ou seja, o currículo dá nuances do processo de como se ensina e se aprende, portanto é organizado a partir de escolhas conscientes ou não, mas sempre escolhas.

Desse modo, não pode ser visto como neutro ou imparcial. A questão da raça e da etnia não pode ser somente um tema transversal, pois envolve conhecimento, poder e identidade.

Por mais difíceis que sejam os caminhos, o desejo de todos os povos é o desenvolvimento intelectual e histórico, mas isso obedece à lógica objetiva do processo histórico. Porém, nenhum sistema opressor, por mais obsoleto que seja, acaba por si só; é a luta que o conduz à cova.

A opressão do povo negro no Brasil não acabará de morte natural. Por isso, compreende-se que a verdadeira democracia brasileira só acontecerá através da ação individual e consciente do seu povo em suas organizações coletivas, reivindicando suas necessidades sociais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez. Sempre brilhante a Deputada Federal Carol Dartora. Por isso que ela é da Mesa da Frente Parlamentar Mista Antirracismo. É da Mesa, porque eu nem gosto de dizer Vice: ela é da Mesa. Essa história de Vice ou não Vice, para mim, não é o caso. É da Comissão dos Refugiados e está aqui como painelista, fazendo esse belo pronunciamento.

Parabéns, viu? Orgulho de estar ao seu lado.

Eu vou passar a palavra agora à Senadora Zenaide Maia, que acompanhou todo o debate. Eu dou um tenho tempo para botá-la sempre, porque ela gosta de ouvir. Ela vai falar agora. Ela é Vice-Presidente desta Comissão e Vice também, aqui, no Senado, da Frente Parlamentar Mista Antirracismo. Sou o Coordenador e ela é a minha Vice, mas, entre mim e ela, não tem Vice nem Coordenador: somos dois iguais.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu já parabenizo aqui o nosso Senador Paulo Paim. Como foi mostrado aí e eu costumo dizer, Paulo Paim é um dos poucos Parlamentares deste país que se elegeria ao Senado Federal em qualquer estado brasileiro. Paim tem essa luta histórica da política do bem comum, independentemente de qualquer situação, de qualquer gestor, de qualquer um que esteja no Poder Executivo. Meu amigo Paulo Paim, isso é um privilégio para mim. E o que eu já aprendi com ele, hein, gente?

Aqui, eu quero cumprimentar, na pessoa da nossa Deputada Carol Dartora, que me deu uma aula aí, Professora... Eu costumo chamar os senhores como educadores. Há uma diferença, que eu considero bastante grande: nós podemos ensinar para alguém ser classificado num processo seletivo; educar é para ser cidadão de um país. É isso que nós vemos nos nossos educadores.

Eu queria, na pessoa dela, cumprimentar a Abigail Pereira e Thamires Rosa, essa mãe. Imagine essa mãe e todas as mães... Eu vejo uma preocupação, como ela falou aí, independentemente de classe social, mas a gente sabe que é com os menos empoderados... Se quem é empoderado tem esse tipo de dificuldade, quanto mais os que não são.

Mas, ouvindo os senhores aí, eu me lembrei aqui: como estaríamos hoje com a Lei 10.639, de 2003, Paulo Paim, 20 anos, se ela estivesse efetivamente sendo executada? Não tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida de que já teríamos um avanço nessa violência contra os negros. Com certeza teria amenizado. Porque nós não estamos discutindo aqui... Não inventamos a roda. E nós sabemos que tudo passa pela educação, gente. Essa falta de inclusão das mulheres, e das mulheres negras ainda mais, passa por não instituir, não mostrar, não dar visibilidade à importância de uma maioria da sociedade, porque, infelizmente, somos tratadas, mulheres, e mulheres negras ainda mais, e homens negros, como minoria – e não dá para a gente acreditar nisso.

Mas eu queria dizer aqui, Paulo Paim, algo: durante a reforma trabalhista eu chorei com as mães. Eu me lembrei da escravidão. E essa reforma trabalhista, gente, voltou com esse trabalho intermitente; é um trabalho análogo praticamente à escravidão. Aí me lembrei daquelas mulheres negras que eram assediadas sexualmente, de todo jeito, por seu patrão, porque, com todo respeito aos homens, nós mulheres fazemos qualquer acordo para não ver... para não deixar faltar o feijão, o arroz e o leite na mesa dos nossos filhos.

Então, gostaria de dizer que isso fez a gente atrasar cada vez mais. Com o trabalho intermitente, quem vai pagar o preço mais caro são as mulheres. E como a gente vê, as mulheres negras, seja no feminicídio, seja na desigualdade salarial, seja na falta de inclusão nas escolas, como foi mostrado aqui, por Thamires, pagam um preço mais caro por isso.

Vinte anos que deixamos de evoluir contra algo cruel, desumano, que é o racismo. É algo que não é para a gente... Não era para estar discutindo. Um país que deixou praticamente, por mais de 300 anos, uma escravidão declarada, e essa agora, subliminar, porque o mais grave que eu acho é negar o racismo, porque a gente sabe que existe, sim, e que está visível.

Agora, o que eu observo é o seguinte: nós temos que mostrar, gente. Não vamos perder a esperança. Por exemplo, hoje nós temos um dia histórico. Depois de muitos anos, vamos conseguir igualdade salarial entre homens e mulheres, sejam elas brancas, negras, pardas. Eu sei que negra agora... Porque a gente tinha uma dificuldade. Negros... Pretos e pardos são negros, não é? Isso aí. Para mim, a nomenclatura é importante, mas não é como a defesa real! Então, Paulo Paim, nós não podemos perder a esperança.

Temos essa lei há 20 anos, mas estamos dando, gente, visibilidade a esse problema, que é de todos nós. Eu costumo dizer assim... Eu queria até sugerir aqui uma cartilha de letramento racial, uma cartilha de fácil acesso, com a qual a gente envolvesse... É uma maneira de fazer a execução da lei, dando visibilidade e facilitando para toda a comunidade escolar. Nós tínhamos que mostrar, juntar professores, mestres, alunos, pais de alunos e toda a comunidade que envolve a escola. No mínimo, nós vamos, sim, chamar a atenção da mídia. Informação é poder, gente, porque, durante 20 anos, depois de muito tempo, a gente sabe que o que eles querem é que o povo não tenha conhecimento dos seus direitos, porque sem conhecimento, eu costumo dizer, faz uma diferença grande a gente saber a nossa história, que fica. A história dos negros brasileiros fica sem ser escrita em canto nenhum, que é para não se saber de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar, porque isso é história, é cultura, é a maioria dos atos da gente, e a gente não pode apagar isso, isso é o que faz o que a gente diz.

Então, por que eu estou falando sobre isso, Paulo Paim? Não adianta a gente ter lei, dar conhecimento a toda a sociedade – isso é uma luta de todos, como um todo –, dar visibilidade todos os dias, insistir, persistir, não desistir, porque vão olhar para isso, não tem como a gente calar e nem como a sociedade calar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dada uma visibilidade dessa, a gente vai chamar a atenção da sociedade como um todo, da comunidade, porque, como foi falado aí, a criança não nasce racista, claro que não! A criança é inclusiva; isso é criado num ambiente onde ela vive. É como foi mostrado aí: a gente vê negros, polícias formadas por negros, e negros praticamente perseguindo negros. Por quê? Porque é uma cultura tão forte, arraigada, que não chega à educação, naquela parte, à educação primária mesmo, à educação básica, mostrando, porque são aquelas crianças e adolescentes que chegam em casa e mostram os seus direitos.

Então, quero dizer aqui o seguinte: quero parabenizar por essa audiência pública, por mostrar à sociedade que, apesar de a gente estar nessa luta, isso não é motivo para a gente ficar desesperançado. Nós vamos, sim, em vez de ficar sem esperança, comemorar cada vitória, mesmo que seja milimétrica. Estamos comemorando hoje, não é, Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, é isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – ...a igualdade salarial. E nós vamos dar visibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E senhora foi a Relatora nesta Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Nesta comissão! Fui Relatora aqui e, quando precisou na CAE, mesmo sem ser membro, eu fui para lá mostrar que não tem explicação. E, quando a gente resolve... Eu digo: "Olha, eu sou a Procuradora da Mulher no Senado", E, Carol, eu ouço e eu acho que você deve ouvir: "Quais são suas bandeiras, Senadora?". E eu digo: "Todas, todas!". Minha bandeira é o Orçamento, a reforma tributária, a educação, a saúde, porque, no mínimo, nós estamos defendendo mais de 50% da população. Aliás, estamos defendendo todos, porque mesmos os homens aqui, nós temos que chamá-los para ser eles por elas, porque eles têm mães...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – ... irmãs, avós, filhas. Então, nós temos que fazer isso.

Para finalizar, Paulo Paim, você sabe que é meu nome é Zenaide Maia Calado, mas de "calado" parece que eu só tenho o nome! (*Risos.*)

O que acontece? Nós temos, sim... Nada empodera mais o povo que a informação correta! Aqui, eu queria abrir um apêndice sobre *fake news*. Eu sou médica infectologista de formação e queria dizer que essa *fake news* que está dizendo para as pessoas com diabetes tipo 1, aquelas que são insulinodependentes, que existem medicamentos que podem suspender ou tratar sem ser com insulina... Eu não podia me calar, Deputada Carol e todos nós que fazemos este Congresso. Isso é muito grave! Convencem as pessoas, usando até uma artista famosa, que é a Paula Toller, de que tem medicamentos para diabetes tipo 1 que cura. A gente sabe que é uma doença que não tem cura, mas que as pessoas tratadas – a ciência desenvolveu insulinas altamente modernas – têm uma vida normal, podem levar uma vida normal. Então, acho que, como foi dito na televisão mostrando, como *fake news*, nós temos obrigação aqui de falar sobre isso, porque são vidas de crianças que estão em jogo! As mães estão achando que um medicamento... E aí é aonde vem a educação. Com certeza, Paulo Paim, as mães que tiveram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de ter uma educação melhor dificilmente vão entrar nessa onda de *fake news*. E aquelas que não tiveram oportunidades de ser educadas, com educação pública de qualidade, são mais fáceis de cair nessa mentira.

Vamos lá. Sugestão de uma cartilha de letramento racial, envolvendo todo mundo, com aquelas perguntas mais chaves. E vamos botar isso na educação básica, como a gente já está fazendo com... Em miúdos, pegando aquilo que é! Vamos unir todos, vamos ouvir opinião. E eu garanto aqui que, como Procuradora da Mulher, como Senadora, a gente já pode usar cota para distribuir... O que não é visto não é lembrado. Eu costumo dizer que, se não precisasse ficar mostrando, lembrando a importância da lei, tenho certeza de que teria alguns refrigerantes que todos conhecem que não estariam repetindo a propaganda na televisão.

Muito obrigada.

Estou muito feliz. Vocês me enriquecem com o conhecimento e com a experiência de cada um.

Contem com a Senadora Zenaide aqui na inclusão, transparência, execução dessas leis. Nós temos aqui, Paulo Paim, que falar toda semana sobre esta lei!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Nós temos esse compromisso. Não vamos deixar no esquecimento. E, para isso, vamos fornecer material para as escolas, para todas as secretarias municipais de saúde deste país, dos mais de 5 mil municípios e para as secretarias estaduais, para eles, não só num dia, ficarem lembrando. Vamos insistir. Isso se chama fé. Eu digo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – ... que sou uma nordestina de pé, que faz a gente insistir, persistir e nunca desistir de lutar por aquilo que é correto, por aquilo que é humano e por aquilo que é inclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Paulo Paim, e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Arrasou. A Senadora Zenaide Maia, como sempre, foi brilhante.

Pessoal, nós estamos com um problema de horário, porque todos nós queremos ir ao evento da sanção da lei de homem e mulher com mesmo salário. Foram quase 20 anos de uma luta que travamos todos nós. Por isso, nós vamos tentar terminar aqui. Olha, agora... Por isso que eu não sei o número de pessoas que eu tenho para falar. Agora é meio-dia e vinte. Nós temos que terminar, no máximo, no máximo, às 13h30, porque o deslocamento lá para o local, que é no aeroporto da Base Aérea, se não me engano, vai ser muito tumultuado, porque muita gente vai para lá. Então, para que a gente termine às 13h30min e possa almoçar, no mínimo; 14h temos que sair daqui, quem quiser chegar em tempo lá para assistir à sanção. Por isso, se todos concordarem em falar por dez minutos com mais cinco, nós vamos conseguir, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos, mais ou menos, ainda umas dez pessoas para falar. Vamos lá? Dez minutos, então. Concordam? Então vamos em frente. E eu vou falar o mínimo possível.

Dra. Natália Neris, Coordenadora Geral de Ações Afirmativas na Educação do Ministério da Igualdade Racial. À Anielle Franco fica aqui o meu abraço, para que você o leve. O tempo é seu, são dez minutos.

A SRA. NATÁLIA NERIS – Bom dia a todas as pessoas. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

A SRA. NATÁLIA NERIS (Para expor.) – É uma alegria fazer parte deste encontro representando a Secretaria de Política de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial. Mas é uma alegria especial para a pesquisadora Natália, mais do que para esta representante de Governo aqui, estar à sua frente, Senador Paulo Paim. Eu sou uma admiradora do seu trabalho, uma estudiosa da sua atuação no processo constituinte e, mais do que isso, da sua atuação nos últimos 30 anos, como uma jovem que tem mais ou menos essa idade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa nos 30, porque se falar um pouco mais vão dizer: "Mas que idade ele tem, então?".

A SRA. NATÁLIA NERIS – É um pouco mais.

Como uma mulher negra jovem, eu me considero aqui uma pessoa que é fruto da sua luta e da luta da geração dos anos 70 e 80.

Uma mulher negra com doutorado, nesse momento, no Ministério da Igualdade Racial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. NATÁLIA NERIS – ... é sinal de que algumas coisas mudaram, sim. Olhando para a Carol Dartora e para todas as outras mulheres aqui, eu vejo que algumas coisas mudaram.

Então, queria começar, quebrando um pouco a minha fala aqui, agradecendo-lhe e dizendo que eu estou muito feliz de estar aqui, neste momento, representando o Ministério da Igualdade Racial nessas condições e também para dizer que a gente entende esse espaço de diálogo como fundamental para a construção de políticas públicas. Então, é o exercício do diálogo, da escuta de outros órgãos governamentais, com os quais, muitas vezes, a gente não tem a chance de se sentar à mesa – então essas oportunidades são importantes –, da a sociedade civil também, de experiências tão concretas de situações de racismo que nos lembram quão importante é estar nessa posição e, também, que tipo de aprendizado a gente pode ter para atuar nessa cadeira.

Eu gostaria de começar a minha fala – e vou me deter mesmo aos dez minutos – relembrando alguns fatos históricos, que até já foram falados aqui mesmo, pelas pessoas que me antecederam, sobre o processo educacional de pessoas negras e também falar um pouquinho das prioridades de atuação que a gente vem, dentro do Ministério da Igualdade Racial, desenhando neste momento.

Eu gostaria de lembrar, mesmo que a gente já tenha falado sobre isso, que o acesso à educação formal por pessoas negras foi negado pelo Estado durante a vigência da escravidão. Eu acho que é importante a gente partir desse ponto de vista e lembrar que a gente teve o Estado atuando contra a população negra, em alguma medida, e a sua escolarização. É por isso que é tão importante a gente pensar, hoje, na atuação do Estado em favor da população negra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição de 1824 garantiu acesso à educação a todos, menos pessoas escravizadas. Logo, só conseguiu ingressar nas escolas um grupo muito restrito de negros livres ou de libertos. Da mesma maneira, um decreto, ainda do século XIX, dizia que só podiam se matricular nas escolas pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos e saudáveis. Então, a gente vê aqui uma evidente exclusão de mulheres negras e pessoas escravizadas. E é preciso lembrar também que há uma barreira concreta ao se dirigir a um banco escolar depois de horas exaustivas de trabalho.

O que a gente encontra na história da escolarização dos negros, até o início do século, são alguns casos de resistência e de luta, como já foi dito aqui pela Fernanda, mas, por experiências, principalmente de educação não formal.

Os dados recentes sobre escolarização, evasão escolar e acesso ao ensino superior conhecidos por nós, aqui neste encontro, revelam o impacto desse passado, se não mais na exclusão explícita na letra da lei, nos modos de organização das instituições de ensino e condições de desigualdade material que nos lançam ao mercado de trabalho informal precocemente e, consequentemente, relegam-nos a piores condições de renda e acesso a outros bens e serviços.

Então, eu queria ressaltar aqui que o acesso à educação sempre foi um tema muito importante para pessoas negras organizadas. A luta pelo espaço educacional e, mais do que isso, por uma educação que valorizasse a contribuição das pessoas negras para a formação nacional e um currículo que respeitasse os nossos modos de vida, inclusive religiosidade, trouxe-nos até este momento, em 2023, em que celebramos os 20 anos da Lei 10.639.

É importante ressaltar que a aprovação desse dispositivo não foi fácil e não foi trivial no Congresso Nacional brasileiro. Datam dos anos 80 os primeiros PLs que partiram do diagnóstico de que a educação sobre a África e afro-brasileiros teria um papel de fortalecimento de autoestima de pessoas negras e até mesmo prevenção da evasão escolar, sendo o PL 1.332, de 1983, de autoria do Abdias do Nascimento, emblemático. Ou seja, a gente está diante de um primeiro PL que fez 40 anos neste ano. Então, a luta pelo processo de aprovação não foi nada fácil.

A gente até tinha outros PLs, no século XX, que queriam alterar o currículo escolar, mas com uma premissa bastante distinta, com uma premissa, inclusive, de que a gente vivia uma democracia racial, de que era preciso educar crianças estrangeiras paras as nossas relações sociais harmônicas. Tem um PL de 1952 nesse sentido e um de 1979 também.

Então, a gente tem uma mudança de paradigma, a partir dos anos 80, que é fruto da luta do movimento negro. Aqui eu quero também, neste momento em que a gente celebra 20 anos dessa lei, saudar os esforços dos Neabis, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, dos professores de educação básica, dos movimentos sociais, que... (*Palmas.*)

... nesses 20 anos, foram os responsáveis por promover material didático, desenvolver prática pedagógica antirracista e também saudar os autores e autoras negros – muitos deles são, inclusive, fruto de cotas raciais – que colocaram os seus saberes a serviço da construção de novas histórias e novas narrativas para meninos e meninas negras. A gente já ressaltou isto aqui: a importância de que, se a gente olha para esses 20 anos, muita coisa foi feita exatamente por esses atores e atrizes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, eu quero me encaminhar mais para o final, dizendo que o Ministério da Igualdade Racial está empenhado em trabalhar para a efetiva implementação desse dispositivo legal, e a gente está pensando, nesse começo, nessa retomada, principalmente em três estratégias, e eu fico muito também feliz em dizer que é a gente bebendo da fonte dos estudos dos movimentos sociais mesmo, da sociedade civil e da academia, que tratam exatamente esse diagnóstico: um, que é preciso repensar a qualidade dos dados que permitem realizar diagnósticos. Então, a gente tem muita fragilidade nos dados que a gente tem, por exemplo, no censo escolar. Então, a subnotificação, no censo escolar, é emblemática. Isso não nos permite fazer diagnósticos adequados em relação à aplicação da lei. Então, uma primeira estratégia é pensar sobre isso.

Uma segunda, traçar caminhos de efetivo monitoramento da aplicação da lei, contando com a colaboração de entes subnacionais. Então, a pergunta é: como, efetivamente, as escolas estão fazendo? Então, acho que é muito importante a gente pensar numa política pública robusta mesmo de acompanhamento das iniciativas.

E acho que uma terceira estratégia importante é traçar modos de visibilizar boas práticas e incentivá-las.

É isso.

A gente tem um histórico – eu concordo com a Profa. Zara Figueiredo –, a gente não começa do zero, como a Fernanda citou aqui. Então, há muitas medidas feitas por escolas e, individualmente mesmo, por professores, que a gente precisa visibilizar.

Essas são diretrizes maiores, mas a gente está num começo de governo e de atuação e a gente está muito disposto a dialogar com a sociedade civil. Hoje mesmo, a gente vai fazer uma reunião com o Geledés, com o Instituto Alana, mas também com outros órgãos.

É muito bom ver o Ministério dos Direitos Humanos pensando iniciativas que estão olhando para a escuta subnacional.

A gente quer muito trabalhar em diálogo com o MEC, a gente não quer duplicar trabalhos. Eu tenho insistido bastante nisso, que a gente precisa estar articulado mesmo para pensar essas iniciativas, entendendo também que o MIR tem um papel de articulação de políticas públicas, que, muitas vezes, é mais difícil do que um órgão que, de fato, implementa, que chega a essa ponta, mas a gente está disposto mesmo a olhar para os desafios atuais, notadamente a não implementação pelos entes subnacionais e não a falta de material, como o Instituto Alana e Geledés dizem, mais essa dificuldade de acesso ou que materiais estão sendo distribuídos no contexto educacional, para que, enfim, a gente observe uma melhoria dos dados...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA NERIS – ... e que a gente possa, nos próximos 20 anos, dizer que há um marco importante ali, em 2023, em relação ao monitoramento, avaliação e implementação dessas políticas.

Então, quero fechar aqui e agradecer pelo tempo.

É um prazer estar aqui mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Dra. Natália Neris, Coordenadora-Geral de Ações Afirmativas na Educação, do Ministério da Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, é um prazer enorme, pessoal.

Eu nunca escondo a minha idade, viu? Eu sou de 50. E, quando vejo essa juventude, com esse pique aqui, apontando caminhos, para mim é uma satisfação enorme.

Ver você falando do Abdias... O Abdias tem que ser lembrado sempre!

Quando eu cheguei aqui, como Deputado, eu saía da Câmara, vinha ali e ficava olhando aquele homem rebelde, de barba e cabelos brancos, falando, não importava se tivesse 10 no Plenário, 20 ou 30, ou se estivessem lendo jornal; ele falava como rebelde, um rebelde que tem causas.

Abdias tem que ser lembrado sempre, viu? Sempre, sempre! (*Palmas.*)

É um herói de todos nós.

Muito obrigado, Natália.

De imediato, passo a palavra para o Dr. César de Oliveira Gomes, doutorando em Direito pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio de Sinos, Defensor Público Federal, é autor do livro *Racismo Institucional e Justiça: interfaces da Defensoria Pública da União.*

O SR. CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES (Para expor.) – Bom dia a todas e todos!

Gostaria de se saudar o Senador Paulo Paim e agradecer mais uma vez a oportunidade deste profícuo diálogo. Também quero agradecer à Isabel e parabenizá-la pela organização do evento. E, na pessoa do Senador, eu também cumprimento os demais companheiros desta mesa e da mesa que nos antecedeu.

Brevemente, trago algumas palavras, a partir de uma perspectiva crítica do meu lugar de membro de uma instituição jurídica. Tenho exercido essa criticidade em relação às instituições do sistema de justiça, porque o papel que elas desempenharam e desempenham ou deveriam desempenhar, desde a nossa Constituição de 1988, são de guardiãs dos valores democráticos, também as suas responsabilidades pela promoção dos direitos humanos. Nós ouvimos aqui, no depoimento da Sra. Thamires Rosa, algumas dificuldades que ainda ilustram problemas com o racismo institucional de algumas instituições jurídicas.

Uma das minhas áreas de interesse é a justiça de transição, e aí dialoga muito com a atuação da Dra. Fernanda, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, e a gente tem pensado também sobre o envolvimento dessas instituições jurídicas nessas políticas de memória. Porém, o que a gente tem identificado também, infelizmente, é que as instituições do sistema de justiça ainda não se sentem tão destinatárias dessas políticas de justiça transicional, dessas políticas de verdade e memória. Então, existe também esse trabalho. E isso tem uma implicação muito prática. Então, por exemplo, quando nós colocamos o problema do monitoramento da implementação dessas políticas públicas da Lei n° 10.639, no âmbito dos municípios, nós podemos contar com algumas instituições jurídicas para fazer esse monitoramento entre elas a própria Defensoria Pública e o Ministério Público, porque eles podem expedir recomendações, podem convocar audiências públicas. Então, é importante que as instituições jurídicas estejam engajadas também nesse processo.

E, aí, eu também quero trazer que, no âmbito do direito internacional, têm se reconhecido os pronunciamentos judiciais também como uma das medidas de satisfação. Então, é importante que a gente faça essas aproximações e, ao mesmo tempo, esses estranhamentos no âmbito do sistema de justiça, a partir dessas perspectivas descolonizadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha proposta aqui, muito breve, é fazer uma análise desse estado de coisas a partir deste lugar.

A história recente do Brasil tem sido marcada por sucessivos acontecimentos que têm nos convidado a refletir sobre pactos civilizatórios estabelecidos, promessas constitucionais pendentes de concretização, desigualdades estruturais, direitos humanos e, por conta disso tudo, uma questão central: o que, de fato, entendemos por democracia e como podemos levá-la a efeito na sua plenitude, de forma a cumprirmos o objetivo constitucional de construirmos uma sociedade justa, livre e solidária?

Essa pergunta não pode ser respondida sem que o Estado e a sociedade brasileira coloquem em perspectiva o racismo e a discriminação racial como chaves explicativas das desigualdades que marcam o processo de formação do Brasil.

O Estado brasileiro, desde a segunda metade do século XX, tem firmado sucessivos compromissos internacionais no sentido de combater o racismo e a discriminação racial em todas as suas dimensões. Assim se verifica, por exemplo, na Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, na Declaração e Plano de Ação de Durban e na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

Apesar dos inúmeros marcos normativos internacionais assinados pelo Brasil, constata-se que, no nosso país, a questão racial ainda pauta e muito as dinâmicas sociais e até mesmo a forma como a cosmovisão hegemônica identifica o padrão de humanidade de pessoas negras e indígenas. Veja-se, por exemplo, os debates que envolvem os direitos territoriais dos povos indígenas, o caso envolvendo o Sr. João Alberto Freitas, homem negro assassinado por seguranças de uma grande rede de supermercados em Porto Alegre, bem como recente vídeo que viralizou, nas redes sociais, de um homem negro carregado por policiais no Estado de São Paulo com as mãos e os pés amarrados por cordas. Nesse último caso, as chocantes imagens não foram suficientes para convencer o Poder Judiciário de que houve tortura ou maus-tratos.

Não posso deixar de mencionar ainda que o Brasil responde a processo por discriminação racial no trabalho perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Trata-se do caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira *versus* Brasil, cujas audiências públicas foram realizadas na semana passada, dias 28 e 29 de junho.

Nesse estado de coisas, qual é o papel das Leis 10.639 e 11.645 no enfrentamento ao racismo e à discriminação racial? A Declaração de Durban identifica o racismo como uma das consequências do colonialismo e reconhece que os povos de ascendência africana e os povos indígenas ainda são vítimas dessa relação de dominação e diferença na contemporaneidade.

Esse documento, ao tempo em que reconhece que o combate ao racismo é responsabilidade primordial dos Estados, os incentiva a desenvolver e elaborar planos internacionais para promoverem a diversidade, a igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todas e todos.

As Leis 10.639 e 11.645 compõem um conjunto de iniciativas do Estado brasileiro orientadas a essa finalidade. Vejam que, na justificativa do projeto que resultou na Lei 10.639, há clara menção à necessidade de desmistificar o eurocentrismo como forma de se construir um novo modelo de sociedade, diverso e inclusivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O enfrentamento ao racismo demanda reflexões e ações profundas por parte das instituições públicas brasileiras. Lembro, a propósito, que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em denso relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, apontou a discriminação histórica sofrida pelas pessoas afro-descendentes como uma das causas da desigualdade estrutural.

A Cidh afirma que, no Brasil, as pessoas afro-descendentes estiveram historicamente inseridas em um contexto de discriminação estrutural e de racismo institucional.

Ora, se estamos tratando de uma mudança estrutural, da necessidade de construir um outro modelo de sociedade, a educação é o ponto de partida para pensarmos e concretizarmos ações emancipatórias, uma educação descolonial e antirracista como instrumento de promoção da diversidade, de diálogos interculturais e pluralismo.

Concordamos com Herrera Flores no sentido da necessidade de se ponderar, no âmbito escolar, quais foram os processos históricos e normativos que deram lugar a uma determinada configuração de direitos, analisar detidamente que tipo de relação social que se estabelece e, finalmente, valorizar a proximidade ou distância de dita normativa em relação à luta pela dignidade humana.

Em outras palavras, a lei de ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena impõe ao Estado brasileiro o dever de estabelecer marcos pedagógicos engajados, que facilitem a compreensão e a visibilização das contribuições dos povos afrodescendentes e indígenas para a formação do Brasil.

Por último, não podemos perder de vista que também se trata de uma política de memória e verdade. Aqui chamamos a atenção brevemente para a necessidade de o Estado brasileiro estabelecer uma justiça de transição para a abolição inacabada da escravização negra.

A lei de ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena abre a possibilidade de ressignificarmos o passado e estabelecermos uma memória coletiva em favor dos povos afrodescendentes e indígenas. A construção de narrativas únicas que inviabilizam a construção de uma memória coletiva inclusiva obstrui a efetivação de compromissos civilizatórios que estruturam uma sociedade democrática.

Por tudo isso, ao tempo em que celebramos os 20 anos da lei do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES – ... nós nos mantemos vigilantes e atentos em relação a sua efetiva implementação, porque ela é um dos caminhos possíveis para erradicarmos o racismo e consolidarmos a democracia em nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou exatamente nos dez minutos, hein, Doutor? Eu ainda lhe dei mais cinco, o senhor me olhou e disse: "Olha, muito obrigado".

Parabéns ao Dr. César de Oliveira Gomes, doutorando em Direito pela Universidade de Brasília e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, região onde eu fiz a minha caminhada toda.

O SR. CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES – Eu atuo na sua cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em Canoas.

Muito bem.

Defensor Público Federal, é autor do livro *Racismo Institucional e Justiça: interfaces da Defensoria Pública da União.*

Parabéns pela fala.

Eu convidaria a esta mesa agora para retornar para a primeira fila e eu vou chamar a última mesa – estou meio correndo aqui: Cleber Santos Vieira, Secretário de Educação Continuada...

Uma salva de palmas a esta mesa aqui, que foi brilhante também. (*Palmas.*)

Cleber Santos Vieira, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão Substituto, representante do Ministério da Educação.

Um abraço aqui também para o Ministro Camilo Santana. (*Palmas.*)

Luzi Borges, Diretora de Políticas para Povos e Comunidades de Matriz Africana e de Terreiro, do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Mais um abraço para a nossa querida Luzi Borges.

É Luci Borges, não? (*Pausa.*)

Tá. Tá. É Luzi Borges.

Agora passamos a palavra...

Chamamos também a Dra. Neliane Maria, mulher negra, mãe, feminista, ativista, militante da Frente de Mulheres Negras do DF e professora da rede pública de ensino há 26 anos. Assina suas produções com o codinome Ne Maria e criou recentemente a marca Maria Pimenta.

Seja bem-vinda, doutora.

E, por fim, Nelson Luiz Rigaud Mendes, Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares.

Muito bem. (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra para o Dr. Cleber Santos Vieira, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão Substituto, representante do Ministério da Educação.

Se todos puderem ficar nos dez minutos, a gente consegue concluir e ainda ir para o evento do Lula.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor.) – Sim.

Então, muito boa tarde a todos, todas, "todes".

Obrigado pelo convite, Senador Paulo Paim, sempre na vanguarda das lutas populares, particularmente a luta antirracista, com enormes contribuições ao longo dos 40 anos de história parlamentar e de luta. Então, obrigado pelo convite. É uma honra grande estar aqui.

Eu, como fui apresentado, sou Cleber Santos Vieira. Estou aqui representando a Secadi, a Secretária Zara Figueiredo, mencionada aqui duas vezes, então, não é uma tarefa fácil substituir essa mulher guerreira, grande intelectual negra, que nos lidera também no Ministério da Educação, na Secadi, coordenando uma equipe muito importante.

Temos trabalhado com o apoio do Ministro Camilo, com o apoio da Secretária-Executiva Izolda, nessa caminhada de reconstruir a agenda antirracista também dentro do MEC, já que, como vocês sabem, a Secadi foi uma das estruturas governamentais extintas no governo anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oficialmente, as atividades da Secadi foram encerradas, e o Presidente Lula, o Ministro Camilo, ao assinarem o decreto que reconstruiu vários espaços e reorganizou a Esplanada dos Ministérios, reorganizou também e reestruturou a própria Secadi. Então, além da própria Secadi, que volta às atividades, foi instituída, no interior da Secadi, uma diretoria específica, coisa que não existia anteriormente, então uma diretoria de educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola.

Então, podemos dizer que temos uma estrutura com maior poder de articulação institucional, com mais condições, portanto, de levar a cabo as agendas da educação para as relações étnico-raciais, da história e cultura afro-brasileira e também da educação escolar quilombola. Então, temos essa diretoria com essa incumbência, com esse perfil, com esse traço importante. Então, agradecemos muito essa construção, porque certamente fará diferença ao longo desses quatro anos.

Bom, nós estamos diante de uma comemoração muito importante: estamos falando dos 20 anos da Lei 10.639, e eu gostaria de fazer coro aqui à companheira Natália Neris, que relembrou o Projeto de Lei nº 1.332, de 1983, do saudoso Abdias do Nascimento.

O projeto de lei designava – ou pelo menos arrolava ali – algumas obrigações para o Ministério da Educação. E, naquele projeto de lei, ele dizia assim: "O Ministério da Educação e Cultura, bem como as secretarias estaduais e municipais de educação, conjuntamente com os movimentos negros comprovadamente engajados no estudo da matéria, estudarão e implementarão modificações nos currículos escolares acadêmicos, em todos os níveis [primários, secundários, superior e pós-graduação], no sentido de incorporar as temáticas da história brasileira, afro-brasileira, e as contribuições da civilização africana" e por aí vai.

Então, ele arrola uma série de medidas e, não por outro motivo, em 2013, a Secadi criou o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Esse programa teve a contribuição de pessoas importantíssimas que passaram pela Secadi naquele momento, e eu gostaria de aqui fazer referência a eles: Ivair dos Santos e Thiago Tobias; pessoas que estiveram, naquele momento, na Secadi do MEC e construíram esse programa.

O Programa Abdias Nascimento atua em duas linhas, em parceria com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), e com a Secretaria de Ensino Superior do MEC. A primeira linha era de mobilidade acadêmica com o intuito de levar pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência para a internacionalização. Então, além de as pesquisas terem que estar concentradas nas temáticas afins à história e à cultura afro-brasileiras, já como desdobramento da própria Lei 10.639, tinham que pensar a permanência qualificada a longo prazo, isto é, os estudantes negros e negras e a população indígena também terem acesso à pós-graduação e àquilo que há de mais excelente dentro da pós-graduação, que é a mobilidade internacional, a solidariedade internacional, em casos como na Unilab, e também uma produção científica compartilhada com aquilo que temos de melhor, com aquilo que tem de melhor no exterior.

E a segunda linha do Programa Abdias Nascimento era exatamente a pré-pós, que nós chamamos de preparação de estudantes cotistas que ingressaram pela Lei de 12.711 na graduação, preparando-os para a pós-graduação. Esse programa durou até 2016, teve investimento, na época, de R$10 milhões e, como a Secadi, também foi descontinuado; foi oficialmente extinto pelo Governo anterior. Para a nossa felicidade, no último dia 28 de junho, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada, na quarta-feira passada, o Ministro Camilo Santana assinou a portaria recriando o Programa Abdias Nascimento. E, em parceria com a Capes, com a Presidenta Profa. Mercedes... (*Palmas.*)

A Profa. Mercedes assinou o edital – MEC e Capes, portanto – com uma nova perspectiva para esse programa. Para a mobilidade acadêmica, serão investidos R$260 milhões ao longo de cinco anos, R$260 milhões para que estudantes negros e negras, para que indígenas, para que pessoas com deficiência possam acessar a mobilidade acadêmica e tenham, assim, condições de usufruir também daquilo que a sociedade brasileira construiu de melhor na pesquisa, na pós-graduação, que é exatamente a produção de conhecimento internacionalizado.

Teremos, ainda, mais R$56 milhões investidos para que as instituições de ensino superior federais desenvolvam projetos com práticas inclusivas, práticas pedagógicas inclusivas. Serão ainda R$23 milhões, isso é uma inovação muito importante do edital, investidos na tutoria em língua portuguesa para estudantes indígenas, o que é uma reivindicação histórica da população indígena em relação a nós abrirmos as portas com as cotas, porém com dificuldades muito importantes em relação ao desempenho, ao desenvolvimento de cada curso, em cada área, em função da língua portuguesa.

Então, também, o Programa Abdias Nascimento traz essa boa novidade.

E, ainda, no projeto pré-pós, ao longo de quatro anos, está previsto o investimento de R$40 milhões pela Secadi, investindo, portanto, nos estudantes negros e negras e pessoas com deficiência, para que se preparem de maneira coerente, com a metodologia de pesquisa, e em idiomas e, também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... preparando pesquisas para desenvolverem ao longo do seu processo, e para que acessem a pós-graduação.

Eu estou indo para o fim aqui – tá, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem – está bem.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – Então, acho que são questões importantes, porque é um processo que surge como desdobramento de um conjunto maior de ações afirmativas. Além da Lei 10.639, nós, certamente, temos a Lei 12.711, mas, no que diz respeito à 10.639, especificamente, é importante pensar que ela criou um campo de saber específico. Se nós pensarmos sobre o número de trabalhos de conclusão de curso, o número de trabalhos de iniciação científica, de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado, de programas de pós-graduação que hoje trabalham especificamente com a Lei 10.639, isso é muito importante. E gerou esse campo científico.

E, ainda no campo da construção, da elaboração sobre que o Ministério da Educação vem pensando, eu quero citar apenas mais dois programas que foram muito importantes para nós no passado, que foi o Uneafro, que era um programa de ações afirmativas para a população negra, que era, exatamente, para dar cursos de formação continuada para professores da rede. Esse programa voltou. Brevemente, estaremos anunciando as primeiras universidades que estão assinando as parcerias com o MEC. E também criamos o Uneafro Quilombola, que, a exemplo do Uneafro, será a formação específica para atuar na educação escolar quilombola. Aliás, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretrizes completaram, no ano passado, dez anos, e precisamos, também, voltar a esse documento.

E, para concluir, apenas dizendo que nós recriamos a Cadara e criamos a Coneeq. A Cadara, mais conhecida, é uma comissão técnica que cuida dos assuntos educacionais da população negra, e a Coneeq, que foi criada agora, é a Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola. Essas duas comissões serão instaladas no dia 11 de julho, em uma reunião técnica que discutirá aquilo que, certamente, é o documento mais importante que temos do ponto de vista da implementação da Lei 10.639, que é o Plano Nacional que foi construído por um GTI em 2008, o GTI que foi coordenado pela Secadi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – Então, nós vamos estar retomando esse documento. É uma avaliação no sentido daquilo em que avançamos, mas, certamente, no sentido de construir estratégias a superar os óbices que tivemos ao longo desses 20 anos.

Então, eu concluo, agradecendo a fala e colocando a Secadi à disposição de construirmos essa nova etapa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cleber Santos Vieira, que falou em nome do Ministério da Educação.

Meus parabéns!

Passo, de imediato, a Luzi Borges, Diretora de Políticas para Povos e Comunidade de Matriz Africana e de Terreiro do Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. LUZI BORGES (Para expor.) – Bom dia, quase boa tarde – é isso, não é?

Saudações ancestrais ao Movimento Negro Educador e, em nome do movimento negro, a Paulo, Senador Paulo Paim, por essa iniciativa.

É importante estar aqui e lembrarmos, sobretudo, do que é que a Lei nº 10.639 nos possibilitou. Para mim, esse é o lugar, e é desse lugar que eu também vou falar. Todas as falas anteriores também já me contemplaram, porque eu também fiz esse movimento de entender quais foram as leis que vieram, anteriores, e quais foram os avanços. E, diante de todas as falas anteriores, eu vou me atentar a falar apenas das questões que me fazem estar aqui.

Eu sou Luzi Borges, eu sou colabá de Xangô no Ilé Asé Odé Omopondá Aladè Ijexá, um terreiro que fica no sul da Bahia, e acredito que é por isso que eu estou hoje como Diretora de Políticas para Povos e Comunidades de Matriz Africana e Povos de Terreiro. Mas, antes de ocupar esse cargo no Ministério da Igualdade, eu sou professora universitária na Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia. E, nos últimos anos, especificamente nos últimos 16 anos, eu tenho me atentado a pensar e a olhar sobre tudo o que é que a Juventude de Axé é capaz de fazer com o que fazem deles e delas, não é? Tem uma fala, que acho que é do Stuart Hall, que diz isso: "Não importa o que fizeram de você, o importante é o que você faz com o que fizeram de você".

E aí eu tenho olhado muito nesse movimento, como é que a Juventude de Axé tem ocupado, sobretudo, os ciberespaços. Eu trabalho na universidade, nos últimos anos, com formação de professores mediados por tecnologias digitais, então, nesse contexto de cibercultura, eu fui olhando um pouco do que era que essa juventude era capaz de pensar e de construir como contraponto a essa política, porque, sim, o racismo estrutural, o racismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional é uma política de morte contra nós. E a juventude de terreiro tem reconstruído, sobretudo, essa paisagem do que é o racismo, da forma como ele atinge diretamente a nós. E percebo que, nesses últimos 20 anos, a 10.639 foi muito importante para que a gente pudesse, a partir desses movimentos, reconhecer esses espaços, os terreiros, as escolas de samba, os grupos de capoeira, o maracatu e todo esse movimento negro como espaços cotidianos e educativos.

Então, há uma mudança, sobretudo nesse processo mesmo de entrada nossa nesses espaços institucionais e, sobretudo, uma reivindicação dessa juventude de que não basta mais nos usar como objeto de pesquisa. Não queremos mais ser esse objeto de pesquisa, e, sim, sermos protagonistas da nossa própria história. Então, os NEABs, nesse contexto, começam a pensar e a produzir pesquisas, também afro-brasileiras, contribuindo para que o ensino da África e dos afrodescendentes chegue aos espaços escolares, da educação infantil ao ensino superior, nessa perspectiva de que somos nós que produzimos essas pesquisas. A criação dos NEABs, as cotas, os concursos, eles foram e são importantes nesse processo mesmo de reconstrução e, eu diria e digo sempre, de "terreirificação" desses espaços.

Então, a gente entra na universidade, a gente entra nas escolas mais que um corpo escondido, e sim, como diz a Vilma Reis, um corpo e uma autoestima na diagonal. A gente entra nesses espaços com os nossos fios de conta, com o nosso branco, com o nosso turbante, e a gente questiona, sobretudo, esse espaço que, historicamente, foi de produção de uma cultura judaico-cristã muito forte e começa a questionar esse currículo, começa a questionar essas práticas e começa, também, nessa disputa de narrativas.

Nesse processo, a gente percebe o quanto o PNLD foi importante também para essa produção de escritores e de escritas ancestrais nossas. A gente percebe também que, ao adentrar essa escrita na escola, a sociedade também nos questiona o que a gente está fazendo aqui. A gente recebe constantemente denúncia de escolas em que diretor ou pais questionaram o uso do *itan* na literatura como um paradidático ou como um processo mesmo de leitura complementar dentro da educação e a gente também percebe o quanto o movimento negro também se organiza e fortalece essa entrada.

Então, os editais de formação de professores nos últimos anos também foram importantes. Vocês disseram muito sobre isso. É importante pensar na formação de professor. Da força da lei a gente sabe, o movimento vem dizendo isto constantemente à sociedade brasileira: não basta ter uma lei, porque não se muda a cultura por lei, mas sem ela também a gente não tinha como caminhar.

A minha formação foi anterior à Lei de Cotas, e, quando – a Lei de Cotas, não; a Lei 10.639 – eu saí da universidade, em 2000, eu lembro que, ali, no final da minha graduação, eu queria falar sobre formação de professores e professoras negras, e a própria universidade me desencorajou a fazer essa pesquisa, porque não tinha material. Então, havia sempre esse discurso de que não tinha material. Então, o fomento e as possibilidades que a lei nos possibilitou permitiram, por exemplo, questionar a ausência dessa discussão nos cursos, sobretudo nos cursos de formação inicial dos professores.

Então, o reconhecimento dos terreiros de candomblé como esse espaço-tempo de produção de conhecimento decolonial, desse conhecimento, dessa luta a favor de uma sociedade mais antirracista permite que a gente traga hoje, como experiência, a Escola Municipal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eugênia Ana dos Santos, uma escola que está dentro do Ilê Axé Opô Afonjá, que, há mais de 20 anos, vem nos ensinando o que é fazer uma educação afrocentrada e que também tem contribuído para que outras escolas e outros projetos comecem a ganhar expansão também em nível municipal, como, por exemplo, a Escola Maria Felipa, que também está dando vários exemplos de como é possível pensar a 10.639 e reconstruir e negritar esse currículo.

O projeto Baobá também é uma experiência muito positiva, está em andamento no Município de Salvador desde 2005, vem com a proposta de formação de professores e formação também de uma sociedade mais equitativa, mais antirracista e vem questionando sobretudo a perspectiva que se tinha de que a 10.639 tinha que ficar vinculada a determinadas disciplinas, a determinados grupos sociais dentro da universidade enquanto protagonistas da execução da lei, não tinha uma data e não tinha como fazer. Então, eles desenvolvem um projeto que é 365 Dias de Consciência Negra, eles trabalham formação de professores, eles vão para a escola, eles acompanham a escola, sobretudo as escolas que tem o Ideb muito baixo, nessa implementação da lei.

E a criação da Pedagogia Quilombola está em discussão hoje no Estado da Bahia, um curso específico em Pedagogia Quilombola, assim como já tem a Pedagogia Indígena.

Então, esses são movimentos possíveis e que cresceram sobretudo após esse movimento mesmo da implementação da lei nesses últimos 20 anos.

O mapeamento dos terreiros: eu estou com esse desafio lá na secretaria de entender quantos nós somos, e o grande desafio nosso é porque nós temos metodologias bastante complexas, que muitas vezes não chegam até às lideranças, que não chegam às pessoas do axé.

Agora, a gente saiu, estamos aí numa semana e num mês de divulgação do IBGE, mas poucas pessoas de axé... Até hoje que não encontrei uma pessoa de axé que me disse: "Eu preenchi o formulário do IBGE e eu pude optar pela opção da religiosidade ou da raça". Então, pouquíssimas pessoas tiveram acesso a isso. E os mapeamentos de terreiro feitos pelos NEABs, no Brasil todo, foram um mecanismo, foram uma ferramenta muito importante nos últimos 20 anos. O pouco que nós sabemos sobre os terreiros, quem fez isso foram as universidades.

O mesmo movimento tem acontecido em todo o campo da educação. Racializar o currículo escolar em todas as formações, dos cursos da área de saúde aos cursos da área de exatas, em que essa discussão pouco chegava, faz parte desse movimento mesmo de "terreirificar" e promover mesmo esse movimento e essa possibilidade de se reconhecer pertencente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZI BORGES – ... de uma sociedade que é nossa. A gente construiu esse país. Esse país nos pertence.

Então, as epistemologias e metodologias ancestrais chegam à escola a partir sobretudo de pesquisas, como o colega já colocou, avanços na pesquisa, mas, sobretudo, a gente questionando essas pesquisas eurocêntricas, centradas muito mais na branquitude do que em nós. Então, a ressignificação da oralidade, as narrativas ancestrais chegam nas pesquisas. Hoje a gente tem teses e dissertações mais próximas a nós. E esse movimento também foi... A 10.639 promoveu esse movimento de questionar o elitismo da escola e o elitismo também de se fazer ciência no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, chegando mais para o final, pensar os cognitivos críticos e as cosmopercepções como processo de ensino e aprendizagem. O povo de axé é um povo bilíngue. A gente não pode esquecer e se perguntar por que não aprende inglês quando sai dos terreiros, se sabe banto, se sabe queto, se sabe ijexá, se sabe ibo e não sabe...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZI BORGES – ... as tecnologias ancestrais, as músicas, as danças, a matemática, a arquitetura, todo esse modo de viver e de ser.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZI BORGES – Axé e motumbá e gratidão, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que essa campainha toca toda hora.

Mas uma grande salva de palmas, inclusive agora, para a Dra. Luzi Borges, Diretora de Políticas para Povos e Comunidade de Matriz Africana e de Terreiro do Ministério da Igualdade Racial.

Parabéns! Deu um show aqui. Só desculpe um pouco o aceleramento aqui no final. Mas você foi muito bem.

Agora, passo a palavra para a Dra. Neliane Maria, mulher negra, mãe, feminista, ativista, militante da Frente de Mulheres Negras do DF e professora da rede pública de ensino há 26 anos; assina suas produções com o codinome Ne Maria e criou recentemente a marca Maria Pimenta.

Dez minutos.

A SRA. NELIANE MARIA – Está ligado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está ligado, sim.

A SRA. NELIANE MARIA (Para expor.) – Bom gente, eu acho que agora é boa tarde, não é? Boa tarde a todas, a todos, a "todes". Quero saudar aqui primeiramente a nossa ancestralidade, as nossas mais velhas, os nossos mais velhos, que nos trazem... Na resistência trazem a nossa existência, a resistência até aqui, e que também nos antecederam nessa luta, para hoje estarmos num debate sobre os 20 anos da Lei 10.639.

Parabenizo aqui a iniciativa da audiência pública, na pessoa do Senador Paulo Paim e da organizadora Maria Isabel, colega de frente, e vou me apresentar: sou Neliane Maria e estou na educação pública há 26 anos. Comecei na Fundação Educacional do Distrito Federal, hoje Secretaria de Educação do DF. Hoje estou no Atendimento Educacional Especializado, e é muito interessante estar aqui ao lado de um representante da Secadi, que também trata da questão do Atendimento Educacional Especializado. E, antes de entrar mesmo no assunto da pauta, não dá para começar a minha fala como militante dessa potência que é a nossa Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal, que existe há sete anos – a Maria Isabel faz parte da Frente, assim como eu –, sem exaltar o Mês da Mulher Negra.

A gente sabe o quanto o julho é muito importante para nós, mulheres negras, nós que estamos ali na linha de frente em tudo e pela composição das mesas, o quanto de mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negras aqui, com o discurso, as narrativas, todo o conteúdo acumulado, inclusive para a educação pública que nós queremos.

E aí, sobre o Mês da Mulher Negra, vou ler uns trechos, somente uns trechos, do nosso manifesto que nós lançamos ontem, na nossa 24ª Feira Afro da Frente Mulheres Negras, dizendo:

> Nós, a Frente de Mulheres Negras do DF, nossa ancestralidade e todas as outras que vieram antes de nós, Dandara, Aqualtune, Luísa Mahim, Anastácia, Carolina Maria de Jesus, Tia Ciata, somos e buscamos a força da luta diária na intenção de sermos luta e resistência para as próximas. E, nesse manifesto, a nossa voz, que ecoa em celebração ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela, que não apenas clama, mas conclama, convoca-nos à centralidade das nossas lutas, do olhar sensível aos nossos sofrimentos, tantas vezes emaranhados às nossas antepassadas, ao racismo ainda impregnado nas esferas sociais.
>
> Celebremos, portanto, o mês do 25 de julho, rememorando sempre o que sofreram tantas de nós. Para o presente, a resistência. Para o futuro, a persistência. Convoquemos todas as mulheres negras a ressignificarem seus espaços e, se preciso for, incomodemos, em nome do que foi e do que será. Uma vez celebremos porque estamos atentas em vistas do que sempre aconteceu e ainda tem acontecido aos nossos olhos.
>
> Portanto, lutaremos a cada dia por mais justiça e políticas públicas que reparem todas as formas de inferiorização que nos atingem.
>
> Não queremos condições mínimas de sobrevivência; queremos equidade, pertencimento, criando cada vez mais em nós um fortalecimento feminino e feminista negro para essa e para as futuras gerações de mulheres negras.
>
> Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal, 2 de julho de 2023.

Então, esse é o nosso manifesto para abrir o mês, o nosso mês.

E agora entro no assunto da Lei 10.639, que nos significa. Tantos e tantas aqui que nos antecederam, que me antecederam, falam da luta lá desde décadas atrás e de Abdias Nascimento – muito bem citado aqui em todas as falas, também venho conclamar –, inclusive, quando faz parte do movimento que entrega, em 1987, aos Constituintes de 1987, a educação antirracista e com equidade racial que queremos.

Eu preciso também exaltar aqui a Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. (*Palmas.*)

A Profa. Petronilha, enquanto Conselheira do Conselho Nacional de Educação, esteve na linha de frente para orientar o projeto de lei que destinou a Lei 10.639... É importante dizer que a Lei 10.639 foi a primeira lei assinada pelo Presidente Lula em seu primeiro mandato. A Lei 10.639 é datada de 9 de janeiro de 2003. Isso é muito importante. E o protagonismo da Profa. Petronilha não dá para deixar de ser exaltado aqui.

Não dá para falar de equidade racial na educação, a partir da educação e a partir do chão da escola sem pensar em uma educação pública, laica, verdadeiramente laica, como dito pela companheira que me antecedeu, a Luzi, que me antecedeu, não uma educação somente cristã que é ainda é o que vemos aí, mas respeitando todos e todas, inclusive a nossa religiosidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matriz africana, sem pensar também em uma educação gratuita de qualidade e socialmente referenciada e, principalmente, sem pensar em uma educação antirracista.

Também não dá para implementar essa educação que nós almejamos sem cumprir o que está na lei há 20 anos, como todas e todos nós falamos aqui, em todas as esferas, desde o financiamento à formação continuada, passando por todas as modalidades de ensino, da Meta 1 dos planos de educação, que trata da educação infantil a partir dos primeiros anos de vida, passando pelos anos iniciais e finais do ensino fundamental, do ensino médio e da universidade pública, e sem pensar nessa Lei 10.639, passando em todos esses contextos. E aí bem falaram as que me antecederam na primeira mesa Tânia Portella e Beatriz Benedito, que citaram o Plano Nacional de Educação, que é um plano decenal, e, a partir dele, nós temos os planos estaduais de educação e, aqui, no Distrito Federal, o Plano Distrital de Educação. Eu, enquanto estive na direção do Sindicato dos Professores e Professoras no DF, fui sub-relatora do PDE, e sabemos o quanto foi difícil implementar a Lei 10.639 no contexto.

E aí nós temos um desafio: o Plano Nacional de Educação com os planos estaduais, distrital e municipais de educação têm data até 2024. Então, a gente já começa, neste ano, a discutir um novo plano, porque ele é decenal. Se a lei não foi contemplada nem no plano nacional, a gente tem que pensar. Talvez em uma nova meta? Talvez na obrigatoriedade da Lei 10.639 e da lei também sobre a história e a cultura indígena na transversalidade do texto? É porque são 20 anos com a gente tentando fazer com que se cumpra. São 20 anos de nós acompanhando iniciativas de uma ou outra escola, de um ou outro professor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NELIANE MARIA – E a gente precisa tornar obrigação do Estado. Tornar obrigação do Estado, em todas as suas esferas, é fazer com que se cumpra. Precisamos ter um plano de Estado para isso. Então, a gente precisa muito repensar o Plano Nacional de Educação e os que virão daqui para os próximos dez anos para que se cumpra a nossa Lei 10.639.

Vou terminar a minha fala falando de uma ação, Senador, e trouxe um compromisso aqui para o Senhor. Nós, da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal... Vou terminar a minha fala lendo o ofício que nós entregamos às instituições do Distrito Federal, dentre elas o Sindicato das Professoras e Professores do Distrito Federal, o gabinete do Deputado Distrital Gabriel Magno, que está Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa, a Proeduc, e, obviamente, estando aqui na audiência do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos. Termino lendo esse nosso ofício circular.

Assunto: implementação do art. 26-A da LDB, Lei nº 9.394...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NELIANE MARIA – ... de 96, alterada pela Lei 10.639, de 2003.

> Prezado senhor, ao cumprimentá-lo cordialmente, a Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal vem manifestar preocupação com o não cumprimento da LDB no que se refere à implementação do art. 26-A, conforme a alteração trazida pela Lei 10.639, que torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Essa preocupação ganha maior relevância após o fato ocorrido, no último dia 8 de março, no Centro de Ensino Médio 9 da Ceilândia, quando o aluno entregou à sua professora negra um pacote de esponja de aço com uma suposta homenagem pela passagem do Dia Internacional da Mulher. A atitude desse aluno levantou questionamento sobre a aplicabilidade da lei...
>
> (*Soa a campainha.*)

A SRA. NELIANE MARIA –

> ... ante a evidente manifestação racista e misógina do aluno em face da professora, numa situação que escancarou a ausência do cumprimento da referida lei.

Então, o texto segue. Como o tempo... Eu vou entregar.

Por fim, junto à Lei nº 10.639, não dá para deixar de falar aqui da Lei de Cotas, porque ela ainda é citada pensando na universidade.

Eu tenho 26 de magistério e eu vejo, através da Lei de Cotas e através da Lei nº 10.639, o magistério enegrecendo. Isso é extremamente importante. É como me ver professora, mulher negra, e ver que nós estamos enegrecendo o magistério para reafirmar nossas narrativas e a educação antirracista que queremos e exigimos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Muito bem, Dra. Neliane Maria, a mulher negra mais ativista da Frente das mulheres Negras do DF e professora da rede pública. Parabéns!

De imediato, eu passo a palavra para o último dessa Mesa. Estou sabendo que tem dois virtuais, porque a Isabel me olha assim dizendo: "Vai encerrar, pelo amor de Deus! E os dois virtuais?". Estão aqui, Isabel.

Por favor, o Dr. Nelson Luiz Rigaud Mendes, Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares. Depois eu tenho ainda dois virtuais que chamarei em seguida, daí nós vamos para o encerramento.

O SR. NELSON LUIZ RIGAUD MENDES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e todas!

É um enorme prazer estar aqui novamente. Quero agradecer ao Senador Paim pelo convite para participar desta audiência. Estou aqui representando o Presidente João Jorge Rodrigues, que está em agenda oficial, na Bahia, pois, ontem, nós celebramos o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia. Ele continua em agenda oficial na cidade de Salvador; portanto, não pôde comparecer. Assim, estou aqui representando a Fundação Palmares, neste ato importantíssimo de celebração dos 20 anos da Lei 10.639.

Eu gostaria de registrar, a propósito dessa lei, dois educadores – um educador e uma socióloga – baianos que contribuíram e que podem ser chamados de referências pelos seus pressupostos teóricos na implementação dessa lei. O sociólogo Manoel de Almeida, já falecido, elaborou a pedagogia interétnica. Depois, houve a publicação do seu livro *Alternativas para Combater o Racismo*, na década de 70, na cidade de Salvador, que é um documento referência que antecede a publicação da lei. Também a Profa. Ana Célia, que é uma militante do movimento negro baiano, mestre e doutora pela Universidade Federal da Bahia. Ela identificou, nos seus estudos e nas suas pesquisas, o racismo que já se praticava nos livros didáticos no Estado da Bahia. Então, desses dois educadores fica aqui o registro nosso, porque são precursores da teoria e da implementação dessa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, na condição de membro e indutor de políticas públicas, no âmbito do Governo Federal, na Fundação Cultural Palmares, trago aqui duas contribuições que podem colaborar no conteúdo para a continuidade da implementação dessa lei. Na sexta-feira, dia 30, a Fundação Cultural Palmares assinou, em parceria com a Secadi e com a Fundação Roberto Marinho, a reedição do programa A Cor da Cultura, que foi lançado, originalmente... (*Palmas.*)

... em 2004, por uma provocação do Senador Abdias Nascimento e do ator Antônio Pompêo. Agora, a Fundação Roberto Marinho nos convidou para, novamente, assinarmos um termo de parceria para o relançamento, a renovação e a atualização desses conteúdos, que servirão para a formação de professores e a mobilização de estudantes nessa perspectiva da educação antirracista.

Outro material importante também que nós já estamos disponibilizando, para a implementação da Lei 10.639, recebemos em doação do Cine Group. São 80 filmes sobre o continente africano que estão disponibilizados no *site* da Fundação Palmares e que já poderão ser acessados para o uso do conteúdo nas aulas de educação antirracista. Esse é um material importantíssimo que foi doado pelo Cine Group à Fundação Palmares e já está disponível para que professores, alunos, estudantes e militantes possam ter um conteúdo de boa qualidade, de uma África não mítica, não folclórica, como é comum se verificar nos grandes meios de comunicação – a África de animais, de indígenas ou de florestas –, mas, sim, uma África real, com problemas sociais, econômicos e ancestrais.

Então, essa é uma contribuição que nós trazemos aqui a esta Comissão. Novamente, quero agradecer ao Senador Paim e nos colocar à disposição para a continuidade da implementação dessa lei em todas as escolas públicas municipais, estaduais e privadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, muito obrigado, Dr. Nelson Luiz Rigaud Mendes, que entendeu que nós estamos acelerando e usou, então, só cinco minutos.

Obrigado, Nelson, Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares, que foi onde eu consegui – quero fazer um elogio à Fundação Cultural Palmares – os nomes, de que eu precisava, das cidades que tinham quilombolas no Rio Grande do Sul. E, aí, procurei, procurei, e a Fundação Cultural me mandou o nome de 70 cidades. E, para cada uma dessas 70 cidades, eu consegui mandar R$500 mil, para cada uma delas, dessa verba extra que veio aí... Desculpem a expressão, mas que "vá para o inferno o orçamento secreto", mas, quando se acabou com o orçamento secreto, então, os recursos foram divididos de forma mais adequada para os Parlamentares.

Então, foi graças à Fundação Palmares. Se vocês não me mandam, eu não tinha. (*Palmas.*)

Como vocês me mandaram, eu toquei direto.

E, com relação às outras 50 cidades para onde eu mandei – só para ficar bem claro –, peguei o menor IDH do Rio Grande do Sul e mandei mais R$500 mil para cada uma. Isso daquele dinheiro que, no passado, ia para o orçamento secreto. Agora... Porque eu nunca peguei o tal de orçamento secreto. Agora, no Governo Lula, é transparente, por isso tenho liberdade de dizer isso.

Olha, nós temos ainda, no virtual, uma pessoa. Os outros agradeceram, entenderam a pressa, tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu convido o Dr. Regis Alves, Secretário de Combate ao Racismo e Coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Ceará.

Você dispõe de dez minutinhos, meu querido Dr. Regis.

O SR. REGIS ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Satisfação a todos e a todas.

Presidente Senador Paim, muito honrado em poder participar de uma mesa em que está o senhor e o Prof. Cleber, que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente recentemente no Ministério da Educação, em Brasília.

A gente está aqui para colaborar com a audiência pública no contexto da nossa experiência de projetos junto a escolas, já que sou professor de História aqui do Município de Itapipoca, no Estado do Ceará, onde a gente implementa a Lei nº 10.639 no chão da sala de aula, com um projeto de letramento racial, o enfrentamento ao racismo no chão da sala de aula.

E, claro, eu gostaria de fazer uma provocação rápida, para termos o entendimento desse contexto da educação, que é um referencial teórico da Chimamanda, em *O Perigo de Uma História Única*, onde ela relata, ela cita:

> As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (Chimamanda)

Se tivermos o entendimento dessa provocação da Chimamanda, a gente vai buscar entender que é necessário conhecermos o outro lado da história dos povos que vieram do outro lado do Atlântico, do continente africano, e que foram inseridos nesse processo escravista aqui no nosso país.

A Lei nº 10.639 tem diversos desafios para ser implementada, como já foi dito aqui pelas diversas pessoas que passaram. Mas é fundamental a gente perceber a necessidade de um diálogo entre as gestões pedagógicas, os professores, as professoras, os educandos, e a própria comunidade, para que se possa ter o entendimento. Não podemos, de forma alguma, aceitar a narrativa da mãe da aluna que falou aqui na audiência pública, pois não é diferente de nenhum outro lugar. É uma realidade que também temos aqui no Município de Itapipoca, do racismo sofrido pelos alunos e alunas no chão da sala de aula.

Ao pensar esse currículo pedagógico, contextualizando-o tanto com a 10.639 quanto com a 11.645, é necessário também inseri-lo no projeto, no PPP, o Projeto Político Pedagógico das escolas, que é um outro desafio que se tem.

Buscar compreender o porquê de não termos os referenciais teóricos no contexto de autores negros e negras nas escolas. Isso se faz fundamental para se aquilombarem essas escolas. E é interessante que não podemos pensar nesse aquilombamento nas escolas só no apontamento para os professores e professoras que fazem parte dos movimentos negros que há no Brasil, como bem citou uma das palestrantes, porque aí é uma provocação que a própria Nilma Lino Gomes faz no movimento negro educador: de que muitas das vezes a escola faz o apontamento de que aquela professora, aquele professor, por ser negro, por ser negra, vai estar responsável, mas muitas das vezes exclusivamente só no dia 20 de novembro. Precisamos também reconstruir essas narrativas no chão da sala de aula.

Perceber as ancestralidades no contexto da comunidade em que a escola está inserida é uma outra provocação que a escola precisa perceber, até porque é interessante que há aquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas em que "Não, estamos, sim, implementando a 10.639", mas, quando chega a narrativa das religiões de matriz africana e a gestão pedagógica, que muitas das vezes tem lá suas religiões, colocam um escudo: "Opa, aqui a gente não pode dialogar com as religiões de matriz africana". E não é favor, é um cumprimento de lei até porque vivemos num Estado laico.

Esse letramento racial se faz necessário para termos uma escola antirracista. Claro que a gente percebe que não há receita pronta – não é? –, nessa concepção, mas se trata de uma lei a ser implementada e que já tem 20 anos. São vários os desafios, mas buscar ter o entendimento, e a partir do plano de implementação da educação para as relações étnico-raciais e a implementação da 10.639, é, sim, possível, como já foi falado por diversos companheiros e companheiras que aqui passaram.

E respeitando aqui o prazo do horário, a gente finaliza com uma provocação da Angela Davis: “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Regis Alves, Secretário do Combate ao Racismo e Coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Ceará.

Por obrigação, porque senão eles não fazem mais contato, o e-Cidadania fez um resuminho de perguntas, que eu vou deixar aqui, a que, depois, a equipe que organizou pode responder.

Gabriela Dias, do Rio Grande do Sul: "Como a Lei 10.639 contribui no que tange ao reconhecimento dos povos tradicionais brasileiros e na autoidentificação dos estudantes negros?".

Alison Luiz, de Minas Gerais: "Qual o impacto do novo ensino médio na aplicação da Lei 10.639 e no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira?".

Edson Muniz, do DF: "O ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos níveis fundamental e médio está sendo cumprido? Há uma estatística? Há fiscalização?".

David Morais, do Maranhão: "Por que o MEC não faz uma resolução para que as secretarias municipais e estaduais de educação tenham coordenações para garantir a lei?".

Gerson do Valle, do Ceará: "Como efetivar a capoeira na grade curricular de ensino, fora do contraturno, com base na Lei 10.639, por ter influência afro-brasileira?".

Luiz Mendes, do Rio Grande do Sul: "Enquanto secretários de educação estaduais e municipais não forem punidos por descumprimento da lei, educadores também não irão cumprir".

Alex Ferreira, de Goiás: "Eu aprendi história afro-brasileira porque fui procurar nos livros. Não ensinam nas escolas. Se dizem que ensinam, estão mentindo".

Leonardo Bruno, do Rio de Janeiro: "O amálgama de um povo é a sua cultura e a sua história. Se esse povo não conhece a sua história, não cria identidade".

Helena Azevedo, de Minas Gerais: "Os ambientes de ensino privado ignoram (consciente ou inconscientemente) as Leis 10.639 e 11.645. Nós, professores, ficamos vulneráveis".

Eu anotei aqui porque eu sou muito de fazer justiça da origem. Queria dar uma salva de palmas para a Deputada na época Esther Grossi e Ben-Hur, que foram os primeiros que apresentaram essa proposta que se transformou na Lei 10.639.

Esther Grossi, lá do meu Rio Grande. Ben-Hur... Se não me engano, o Ben-Hur... Qual é o estado do Ben-Hur? Agora me deu branco aqui. Ben-Hur, estou homenageando você aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também, por questão também de justiça, lembrar o nome do Deputado Marçal Filho. Não sei nem qual é o partido. Ele foi o primeiro a apresentar o projeto no Congresso de salário igual homem e mulher. Lembro, pelo PL 130, que ficamos 20 anos brigando. Enfim, já contei a história, não é?

Ben-Hur, do Mato Grosso do Sul. Marçal Filho, também do Mato Grosso do Sul, viu?

Enfim, o Lula chegou e aí apresentou um projeto construído com todo mundo e foi à sanção. E vai ser hoje à tarde o grande evento.

Eu queria só terminar agradecendo a todos e a todas. Um belíssimo evento. Por isso, não deu tempo para fazermos o debate que gostaríamos. Eu me comprometo, pela importância e a visibilidade que dá, a fazer um outro evento aqui e vou tentar também uma sessão temática no Plenário do Senado só para discutir a 10.639, para dar visibilidade e fazer com que realmente ela seja aplicada, oxalá, um dia, em todo o Brasil.

Estou muito orgulhoso de vocês e de mim também porque eu estou aqui. Enfim, um abraço grande a todos vocês. Estamos juntos. Podem crer que esse é um compromisso de todos nós. E, oxalá, um dia, a gente possa fazer uma sessão aqui para festejar que em todas as salas de aula do nosso país a 10.639 está sendo contada na sua versão correta, certa e honesta.

Um abraço a todos vocês.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Weverton, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 41ª a 48ª Reuniões desta Comissão, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1082, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ pelos censos e outros levantamentos periódicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 2 - Sugestão n° 4, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Visa conceder abono de PIS para empregados domésticos." **Autoria:** Instituto Doméstica Legal. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação da Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 56, de 2023** que: "Requer Audiência Pública sobre Direitos Humanos Sem Fronteiras" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 57, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre a luta dos ferroviários" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1250, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto com as Emendas de redação nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 268, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 92 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre as informações do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2226, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para tratar da reserva de veículos acessíveis à pessoa com deficiência por empresas prestadoras de serviços eletrônicos na área de transporte urbano." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4626, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei Complementar n° 133, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 523, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito do idoso ao acesso à justiça e a serviços, públicos ou privados, sem a intermediação de plataformas digitais." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1328, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Jussara Lima. **ITEM 12 - Sugestão n° 20, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Fim da pensão militar para filhos e filhas de militares" **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável à sugestão, na forma da indicação que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação da Sugestão na forma da Indicação que apresenta. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2217, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CDH. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 375, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1433, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 53, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 12/2022" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. **ITEM 17 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 54, de 2023 que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1.773/ 2022" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 55, de 2023** que: "Requer a inclusão do Senhor Marcelo Kimati Dias, Assessor Técnico do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, como convidado da audiência pública originada no REQ 54/ 2023 - CDH." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. Fazem uso da palavra a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Zenaide Maia, as Senadoras Ivete da Silveira, Jussara Lima, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli e Damares Alves e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 41ª a 48ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

É com enorme satisfação que temos presente aqui a nossa querida amiga inesquecível, sempre presente, Senadora Ivete da Silveira, e claro que eu me lembrei do Luiz Henrique. Seja bem-vinda.

Toda a Casa lembra, ele foi um ícone para nós todos. Eu disse para a senhora e vou dizer aqui agora: muitas vezes havia projetos polêmicos, a gente conversava com ele, e ele achava a saída. "Não vai por aqui que não dá; agora, se você for por aqui, você vai conseguir quase a unanimidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho uma lembrança muito, muito, muito bonita dele e acho que todos nós, o povo brasileiro, temos.

É uma alegria estar aqui com a senhora.

Nós vamos iniciar pelo item 15, de que a senhora é Relatora, mas antes eu faço uma pequena fala aqui, que é uma justificativa minha, porque eu fui convidado hoje para estar em um evento com o Presidente Lula e o Ministro Padilha, mas coincide o mesmo horário, então eu faço aqui uma rápida justificativa.

Quero registrar o convite que recebi do Presidente Lula e do Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ministro Alexandre Padilha, para tratar das ações desenvolvidas durante as atividades do Julho Amarelo – é um projeto de lei já aprovado. Estão hoje numa reunião.

E lembro: em 13 de junho, o Senado aprovou o Projeto de Lei 3.765, de 2020, de autoria do Ministro Alexandre Padilha. Eu fui Relator na Comissão de Assuntos Sociais e no Plenário do Senado.

O projeto inclui a obrigatoriedade de ser realizado um conjunto de atividades e mobilizações para o enfrentamento das hepatites virais, durante o mês de julho, conhecido como Julho Amarelo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) determinou o dia 28 de julho como o Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais.

Segundo dados divulgados pelo *site* eletrônico do Ministério da Saúde, entre 2000 e 2021 foram notificados 718.651 casos de hepatites virais. Prevenção e diagnóstico precoce são essenciais para combater essa questão de saúde pública.

O projeto foi sancionado pelo Presidente Lula na última segunda-feira, 3 de julho, e transformado na Lei 14.613, de 2023.

O Presidente Lula e o Ministro Padilha convidaram não só a mim, mas Senadores e Senadoras, para uma reunião hoje, pela manhã, para debater as ações que serão implementadas durante o Julho Amarelo. É exatamente no horário que nós estamos trabalhando em assuntos sociais e também em direitos humanos.

Em razão da pauta cheia aqui no Senado e também na Comissão de Assuntos Sociais e aqui na Comissão de Direitos Humanos, a qual neste momento estou presidindo – eu agradeço muito ao Presidente Lula, ao Ministro Alexandre Padilha, em nome de todos Senadores e Senadoras, porque todos foram convidados –, nós não estamos lá.

Agradeço também à Primeira-Dama, Janja, pois sei que esse é um dos temas aos quais ela tem se dedicado, como tantos outros voltados às pessoas mais vulneráveis.

Justificando, porque eu sei que a TV Senado transmite, ao vivo, a não presença lá da maioria dos Senadores e Senadoras, nós vamos agora para a primeira votação, que é o item 15, já agradecendo também a presença aqui da Senadora Jussara Lima.

Eu sei que hoje foi uma corrida, com diversas Comissões. Mas, como aqui nesta Comissão são as mulheres que mandam, quem é que deu quórum para iniciar os trabalhos? Duas mulheres: Senadora Ivete da Silveira e Senadora Jussara Lima. Muito obrigado.

Então, vamos lá.

ITEM 15
PROJETO DE LEI Nº 1433, DE 2023
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)
Relatoria: Senadora Ivete da Silveira
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CCT.

A Relatoria é da Senadora Ivete da Silveira, a quem concedo a palavra, neste momento, para a leitura do seu parecer.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Peço licença para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excelente.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matéria atinente à proteção de crianças e adolescentes, o que torna regimental o presente exame.

Não vemos óbices materiais de constitucionalidade. A matéria está de acordo com o espírito da Carta Magna.

Tampouco colide com lei em vigor ou contraria princípio geral de direito, estando em condições de se tornar efetiva na ordem jurídica pátria.

Quanto ao conteúdo, especialmente desde o ponto de vista dos direitos humanos, somos de parecer favorável. Os argumentos elencados pelo autor são muito razoáveis e nos fazem pensar na razão pela qual tal ideia normativa não foi adotada antes. Resta óbvio que a comunicação de massas, tão natural para as gerações jovens, é um excelente meio para a prevenção tanto do consumo de drogas quanto do uso de violência, dada a influência que pode exercer sobre os espíritos ainda em formação.

O resultado de sua aprovação há de ser uma comunicação de massa mais consciente e engajada nas melhores causas nacionais.

O fato de sua restrição ao sistema público, em respeito à iniciativa privada, constitucionalmente protegida, não nos parece que impedirá a boa ideia de que ora tratamos de lançar sua influência e exemplaridade às emissoras privadas, inaugurando assim um ciclo virtuoso e de boa informação moral.

Voto.

Conforme os argumentos mostrados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.433, de 2023.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Parabéns pelo brilhante relatório, Senadora Ivete da Silveira.

Relatório direto, não é? Às vezes, a gente escreve muito, muito, muito, e repete alguns argumentos.

Eu sou do seu estilo, assim, sou mais direito no tema.

Então, eu cumprimento o Senador Magno Malta, cumprimento a Relatora, Senadora Ivete da Silveira, favorável ao projeto, e, neste momento, eu boto em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, colocando em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue para análise na CCJ e, posteriormente, de forma terminativa, na CCT.
Meus parabéns à Relatora, Ivete da Silveira, e ao autor, Senador Magno Malta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 1250, DE 2019
- Não terminativo -

Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)
Relatoria: Senadora Jussara Lima
Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CDR.
Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para o seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei 1.250, de 2019, de autoria da valorosa e admirável Senadora Mara Gabrilli, que acrescenta o inciso VI ao art. 32 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise do voto.

A proposição encontra respaldo e adequação na Lei Maior e na legislação infraconstitucional. Em especial, possui o mesmo espírito da lei que busca aprimorar, a saber, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Quanto ao mérito, estamos de acordo com os argumentos da autora. Vemos, inclusive, que a proposição, para além de seu préstimo de justiça social, traz benefícios também ao mercado imobiliário e ao patrimônio dos adquirentes. Isso porque o desenho universal, ao suplantar as adaptações dos imóveis às pessoas com deficiência, adaptações que, muitas vezes, também podem ser chamadas de improvisações, gera um imóvel de uso universal e com maior valor de mercado, na medida em que não tem acréscimos ou alterações ao projeto original, obedecerá a um único conceito, do início ao fim, e não será atraente apenas a um grupo determinado de pessoas, mas, ao contrário, terá mercado para qualquer pessoa, com ou sem deficiência, de qualquer idade, o que, com toda a certeza da ciência econômica, lhe aumenta o valor, inclusive porque estamos todos sujeitos a enfrentar diariamente ou em alguma fase da vida dificuldades de locomoção, as quais serão melhor transpostas em espaços adequados para todos.

Por fim, proporemos emendas de redação para adequar o texto à técnica legislativa, sem qualquer mudança substantiva.

Pelas razões mostradas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.250, de 2019, com as seguintes emendas de redação:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei 1.250, de 2019, a seguinte redação:

> Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para incluir a consideração aos princípios do desenho universal nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.
>
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei 1.250, de 2019, a seguinte redação:
>
> Art. 1º O artigo 32 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art.32.....
.....
VI – definição de projetos e adoção de tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal. ..... (NR)

Esse é o relatório, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Pessoalmente, junto-me às inquietações da Senadora Mara Gabrilli, no sentido de que é preciso amparar as pessoas com deficiência e também a população do nosso país, que está envelhecendo. Vejo-me no futuro precisando ser acolhida por essas instalações e espero não contar com imprevistos, mas com organização e planejamento. E, sobre isso, acolhimento, inclusão e respeito.

Conto com os nobres pares para a aprovação desse projeto na CDH.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Senadora Jussara Lima, pelo seu relatório. Autoria: Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos colocar em votação o relatório.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, com as Emendas nº 1 e 2 desta Comissão, de redação.

O projeto segue agora para análise terminativa na CDR.

Já que a Senadora Jussara Lima está com a palavra, pedimos que continue. Eu vou lhe convocar para ser Relatora do item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI N° 2217, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Flávia Morais. Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

Convido a Senadora Jussara Lima para fazer o parecer *ad hoc*...

Estão dizendo que já está presente a Senadora Soraya Thronicke, e eu iria pedir para a Senadora Ivete da Silveira, se necessário, ser a Relatora *ad hoc*. Ela se prontificou, mas não vai ser preciso.

É bom vê-la aqui com saúde, viu? Digo isso porque ela esteve um tempo adoentada.

É uma alegria vê-la de volta, de todos nós. Pode crer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Peço a dispensa do voto da leitura do relatório e passo direto à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Dessa maneira, a apreciação do PL em tela por esta Comissão é perfeitamente regimental.

No mais, não observamos qualquer óbice de juridicidade, de legalidade ou de constitucionalidade.

A adoção no Brasil é questão complexa, revelando-se amálgama de disfunção familiar, abandono de crianças, falta de perspectiva de adoções para alguns menores, assim como de privilégios para alguns dos pretendentes à adoção, inclusive estrangeiros.

Sob o aspecto legislativo, o mais importante é o Congresso Nacional trabalhar no sentido de dar mais e mais oportunidades e esperanças às crianças e adolescentes aptos a serem adotados. E, ao mesmo tempo que o faz, deve ter respeito para com os pretendentes à adoção que integram cadastros de interessados e filas de espera. Assim, ao mesmo tempo em que se pretende potencializar as oportunidades das crianças, é fundamental ter respeito aos futuros pais que desejam adotar.

É justamente nesse sentido que trabalha o PL em apreço. Ao propor modificação ao §5º do art. 50 do ECA, determina a obrigatoriedade do acesso pela autoridade judiciária ao cadastro das pessoas e casais habilitados à adoção. E, adequadamente, não se esquece da prioridade pela colocação no seio da etnia e comunidade no caso de indígenas ou quilombolas.

Segundo dados de 2022, reportados pela CNN Brasil, eram 3.751 crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil; e, do outro, 33.046 pretendentes, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Isto é, se existe maior demanda de pretendentes que oferta de crianças aptas à adoção, nada mais justo que a consulta ao cadastro seja necessariamente realizada pela autoridade judiciária, que não poderá se escusar de dar alegada preferência a pretendentes que não estiverem previamente cadastrados.

Assim, nós nos manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.217, de 2022. Contudo, parece-nos necessário propor breve emenda, a fim de que a obrigatoriedade de consulta aos cadastros não crie conflito legal com a previsão do inciso XIII do art. 50 do ECA, que prevê hipóteses de adoção deferida em favor de candidato não cadastrado previamente.

Em razão dos argumentos apresentados, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei 2.217, de 2022, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH
>
> Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022:
>
> "Art. 50.....
>
> §5º Serão criados e implementados cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção, que deverão obrigatoriamente ser consultados pela autoridade judiciária em qualquer procedimento de adoção, ressalvadas as hipóteses do §13 deste artigo e as particularidades das crianças ou adolescentes indígenas ou quilombolas previstas no inciso II do §6º do art. 28 desta Lei.
>
> ....." (NR)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, querida Senadora Jussara Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Nelsinho Trad chegou aqui, neste momento, e já agradeceu por indicar V. Exa. para fazer a leitura. Agora, com a presença dele, ele, então, vai fortalecer ainda mais o projeto de autoria da Deputada Flávia Morais.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente, Senador Paulo Paim, colega Senadora Soraya, Senadora Jussara, que, de uma forma competente, fez a relatoria *ad hoc*, gostaria apenas de ressaltar que esse projeto da Deputada Flávia Morais aperfeiçoa as questões da adoção no nosso país. É algo que, realmente, tem um aspecto que vai estruturar, cada vez mais, essa condição e fazer com que isso possa ter sempre os melhores desfechos, que é a intenção inicial de quem vai buscar uma adoção.

Dessa forma, eu venho solicitar o apoio favorável, o voto dos colegas Senadores que estão participando.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Agradeço à Senadora Jussara Lima. Um complementa o outro.

E o relatório, agora, então, está definitivamente lido e defendido.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

Parabéns, Deputada Federal Flávia Morais! Parabéns, Senador Nelsinho Trad, o Relator original, e parabéns, Senadora Jussara Lima, que também colaborou *ad hoc*.

Todos somos Relatores.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 4626, DE 2020
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Eu passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Senadora Jussara, todos os servidores, quem nos acompanha aqui hoje, eu gostaria de, primeiro, agradecer pela designação desta importante relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu vou repetir aqui a ementa, Sr. Presidente: a matéria se destina a modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos e também a modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

Vou passar direto para a análise, considerando que o relatório já foi disponibilizado no sistema.

Preliminarmente, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre "proteção à família" e "proteção à infância, à juventude e aos idosos" – é o inciso VI.

No mérito, entendemos que o projeto de lei é conveniente e oportuno.

No ano de 2021, a sociedade brasileira ficou estarrecida com o caso do menino Henry Borel Medeiros, de apenas quatro anos de idade, que morreu após ter sido vítima de diversas agressões perpetradas por seus responsáveis legais – pela sua mãe e por seu padrasto.

A criança morreu no Hospital Barra D'Or, no Rio de Janeiro, no dia 8 de março deste ano de 2021, após ter sido levado ao estabelecimento hospitalar pelo próprio casal, tendo chegado ao referido local já com parada cardiorrespiratória.

Segundo o Instituto Médico Legal, foram constatados múltiplos sinais de trauma, como equimoses, lesões no crânio, hemorragia interna e até ferimentos no fígado provocados por ação contundente.

Conforme ainda o laudo do IML, a criança sofreu 23 lesões externas decorrentes de ações violentas no dia de sua morte.

Não podemos admitir que casos como esse se repitam no nosso país. Além de ser um crime bárbaro, é um crime covarde, praticado contra quem não pode oferecer resistência. E o pior: é perpetrado por pessoas que deveriam promover os cuidados e a vigilância do incapaz, protegendo-o de qualquer conduta que atente contra a sua vida ou a sua saúde.

Mesmo quando não ocorre a morte da vítima, delitos como esse trazem danos físicos e/ou psicológicos irreparáveis para o resto da vida da vítima.

Ressalte-se, a propósito, que, em razão desse terrível crime, foi instituída a Lei 14.344, de 24 de maio de 2022, também chamada de Lei Henry Borel, que, dentre outras providências, criou mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Entretanto, entendemos que o Poder Legislativo pode avançar ainda mais na prevenção e repressão a esses crimes bárbaros, principalmente quando praticados contra pessoas vulneráveis.

Assim, são extremamente pertinentes as alterações promovidas pelo PL 4.626, de 2020, que agrava as penas dos crimes de abandono de incapaz – no art. 133 do Código Penal – e de maus-tratos – no art. 136 também do Código Penal.

A nosso ver, as penas previstas na legislação penal para esses crimes são ínfimas, além de serem aplicadas apenas a título de detenção, e não de reclusão.

Tanto o abandono quanto os maus-tratos perpetrados contra pessoa incapaz, que está sob o seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, são condutas graves e que, portanto, devem ser reprimidas com rigor pela lei penal. No mesmo sentido é, no nosso entendimento, a conduta que expõe a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, de pessoa idosa, submetendo-a a condições desumanas ou degradantes ou privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis, ou sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado (art. 99 do Estatuto do Idoso). Na grande maioria dos casos, o idoso possui capacidade inferior de oferecer resistência, ou até mesmo nenhuma, decorrente da sua condição de idade avançada, sendo naturalmente uma pessoa vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendemos pertinentes também as alterações promovidas pelo PL no Estatuto do Idoso, que, além de agravarem a pena do art. 99, no qual também se é punido apenas a título de "detenção", estabelecem que aos crimes previstos nesse diploma legal e aos praticados com violência contra o idoso, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de dezembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), impedindo, portanto, a concessão de inúmeros benefícios penais e processuais penais e também dificultando o recurso, porque no juizado especial a tramitação é bem mais curta. Neste último caso, o tratamento mais rigoroso, com o qual concordamos, segue vedação que já existe na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), especificamente em seu art. 41.

Então, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.626, de 2020.

Sr. Presidente, eu recordo que há uns dois anos nós discutimos, acho que foi na CDH, sobre um projeto de lei de obrigação, acho que era da Senadora Daniella, ou ela era a Relatora. Eu votei favoravelmente. Ele exigia, Senadora Jussara, que não estava aqui na época, que crianças fossem... Exigia das escolas a obrigatoriedade de se educarem as crianças para que não cometessem violência doméstica, mas tratava apenas de mulher. O que eu disse naquele momento? Que deveria ser incluída a violência de modo geral, porque aquelas crianças que estavam ouvindo que não se pode maltratar uma mulher e tudo isso muitas vezes elas mesmas sofrem violência, e aí elas pensam que não estão sofrendo violência, porque, às vezes, a violência é uma violência sexual, que, às vezes, não dói, então ela não tem a condição de analisar. E uma mulher... Por mais que tenhamos que, obviamente, coibir a violência contra a mulher, as crianças, as pessoas com deficiência mental ou os idosos têm muito menos chances de buscar um socorro na polícia. A criança não tem o telefone para ligar para a polícia. O idoso muitas vezes não tem a internet no seu telefone, não tem condição de pegar um carro e sair ou, muitas vezes, de pegar um ônibus, não sabe andar, às vezes está muito tempo em casa e está sofrendo violência. Então que saibamos que violência, de todas as formas, é violência e deve ser coibida.

Nós ficamos muitas vezes focados na violência contra a mulher, o que é óbvio, tem que ter esse foco, mas nos esquecemos dos mais vulneráveis. E este projeto de lei do Deputado Helio Lopes vem corrigir esses desmandos. E, sinceramente, essas penas de um a quatro anos que são só de detenção são incabíveis para esses casos de violência.

Então, devemos, sim, nos debruçar sobre isso e mudar essa legislação, como também a retirada, a proibição de tramitarem nos juizados especiais.

Então, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação.

E, mais uma vez, agradeço a oportunidade de relatar essa matéria tão importante, agora em suas mãos, sob a batuta da sua Presidência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke. V. Exa. é uma estudiosa do tema, doutora nessa área, não é? O que tem demonstrado, nos debates todos que nós tivemos aqui na Casa. V. Exa., quando dá o parecer, o faz com muita competência e com muitos argumentos. E por que eu vou dizer tudo isso para V. Exa.? Eu fui o autor do Estatuto do Idoso, 20 anos atrás. Eu sempre digo que não tem lei perfeita, não é? E, na época, para aprovar o Estatuto do Idoso, nós tivemos que ser bem maleáveis. E que bom que, com os anos, tenha vindo uma proposta belíssima como essa do Deputado Federal Helio Lopes, relatada pela Senadora Soraya Thronicke, que endurece muito mais. E é isso mesmo! Fico muito feliz de haver essa alteração no Estatuto do Idoso.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.
O projeto segue agora para a análise da CCJ.

ITEM 9
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e CAE.

A relatoria é do Senador Carlos Viana, favorável ao projeto, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Paim.

Gostaria, mesmo ela não estando mais, de dar os parabéns à Soraya Thronicke pelo relatório. Concordo com as palavras de V. Exa. na questão de aprimorarmos as leis. À medida, inclusive, que a sociedade evolui, outros comportamentos surgem e nós naturalmente temos que estar atentos.

Com relação ao item nº 9 da pauta, Excelência, há um pedido da Liderança do Governo para que seja retirado de pauta e o relatório seja discutido, inclusive com a Liderança, para algumas adequações. Havendo a concordância de V. Exa., portanto, deixamos para que, numa próxima rodada, já o incluamos, assim que a Liderança nos informar quais são os pontos que ela gostaria de discutir. É muito importante atendermos aqui ao pedido.

Então, do item 9 peço a V. Exa. a retirada de pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No item 10 – V. Exa. é o Relator, o projeto é de minha autoria – me parece que há um pedido no mesmo sentido.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – No mesmo sentido, de que a gente possa retirar, para que a gente possa discutir um pouco mais sobre a preocupação da própria Liderança, de pontos em que isso poderia gerar dificuldades no atendimento à lei junto às prefeituras e ao governo do estado. Então, vamos conversar com mais tranquilidade. Comprometo-me a buscarmos o melhor aqui, no atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito! Eu sou o autor do projeto e tenho plena confiança em V. Exa. de que fará o melhor para todos.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10
PROJETO DE LEI Nº 523, DE 2022
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito do idoso ao acesso à justiça e a serviços, públicos ou privados, sem a intermediação de plataformas digitais.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCT.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 1328, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vamos à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.328, de 2023, de autoria do competente Senador Fabiano Contarato. A matéria altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

Em seu art. 1º, a proposição altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 1989, os quais tratam do objeto da lei, bem como da prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito. A proposição, nesses artigos, ocupa-se de substituir a menção a "procedência nacional" por "origem", ao mesmo tempo em que acrescenta as previsões associadas a gênero, idade, contra pessoa com deficiência e quaisquer outras formas de discriminação.

Já em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que a intenção do PL é "eliminar a possibilidade de interpretação restritiva da norma, que excluiria a discriminação por origem regional, por meio da substituição da expressão 'procedência nacional' pelo termo 'origem'. Além disso, adéqua o texto à redação já prevista na Constituição Federal e no art. 140, §3º, do Código Penal, para abranger também expressamente outras formas de discriminação". O autor diz ainda que:

> [...] desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a construção de uma sociedade sem preconceitos, livre de discriminação de qualquer natureza, é um imperativo que deve guiar todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ordenamento jurídico. Nesse cenário, o preconceito regional – ou de qualquer sorte por origem geográfica – também não é admitido por nossa legislação, mesmo que não de maneira expressa.

Assim, o proponente conclui que, de forma a afastar por completo qualquer interpretação de que a tipificação penal na lei não alcança a discriminação por motivo de origem – inclusive aquela regional dentro do nosso país –, cumpre ao Poder Legislativo sanar eventual controvérsia interpretativa.

Não foram recebidas emendas.

Após a apreciação por este Colegiado, o projeto seguirá para decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos. Não há dúvidas de que a proposição em tela alberga adequadamente a necessária proteção aos direitos humanos no País.

No mais, não se observam vícios de ilegalidade, de injuridicidade ou de inconstitucionalidade na proposição. Muito pelo contrário. A matéria se encontra plenamente inserida na competência privativa da União para legislar sobre direito penal. E é assim que, por meio da proposição ora analisada, o Congresso Nacional, no exercício da competência que lhe atribui o *caput* do art. 48 da Carta Magna, dispõe sobre tema altamente meritório e necessário de ser analisado pelo Parlamento.

Ora, não há dúvidas de que a discriminação singra em nosso País, infelizmente. Em particular, a discriminação que se verifica em detrimento de nossos compatriotas nordestinos é algo que faz apertar o coração e corar o rosto de vergonha. Afinal, não há sentido, sequer lógico, em discriminar um fraterno ser humano, inclusive de mesma nacionalidade, apenas em razão do local de nascimento ou de moradia.

Contudo, a realidade não condiz com a conclusão lógica da igualdade de dignidade entre todos os seres humanos. Segundo a SaferNet, crimes de ódio tiveram crescimento de inacreditáveis 67,5% no primeiro semestre de 2022, em comparação aos primeiros seis meses de 2021.

Assim, é bastante oportuna a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, em 2022, de que discriminar brasileiros que vivem no Nordeste em razão de sua procedência configura crime de racismo previsto no art. 20 da Lei 7.716, de 1989. Ora, nada mais cristalino e salutar.

Como se vê, trata-se de decisão judicial. Contudo, como a jurisprudência é algo sempre sujeito às mudanças de perspectivas e de composições dos tribunais, é plenamente justificado o esforço para que a lei traga previsão em similar sentido de maneira objetiva e expressa.

Assim, é totalmente oportuna a expansão semântica promovida pelo PL. Ao substituir o uso da expressão “procedência nacional” por "origem", supera-se qualquer dúvida sobre o alcance da lei, restando pacífico que a discriminação por motivo de origem regional, mesmo do Brasil, também é crime. E igualmente adequada é a inserção de outras qualificações que tipificam o crime: idade, contra pessoa com deficiência e quaisquer outras formas de discriminação.

Observamos, contudo, que a menção a gênero é por demasiado imprecisa, sendo tema que desperta paixões e sobre o qual, no tempo presente, não há entendimento científico ainda pacificado, muito menos na legislação. Assim, parece-nos mais adequado, em favor da necessária precisão da redação legislativa requerida pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que se adote o conceito de sexo, o qual usufrui de entendimento pacificado na legislação brasileira. Dessa forma, apresentaremos breve emenda ao projeto.

Assim, estendo meus cumprimentos ao autor, Senador Fabiano Contarato, e encaminho meu voto por sua aprovação.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão dos argumentos apresentados, apresentamos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.328, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 1.328, de 2023, assim como no *caput* do art. 1º e no *caput* do art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1998, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.328, de 2023, o termo "gênero" por "sexo".

Sala da Comissão.

É pela aprovação com essa pequena emenda de redação, Senador, dando os parabéns, mais uma vez, ao Senador Fabiano Contarato pelo projeto, que, entendo, é muito útil para... Já que não vamos pela educação e pelo respeito, vamos, sim, acabar com a discriminação por meio da lei.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Pois não, Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a pedido do Senador Fabiano Contarato, eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista concedida a pedido do... Na verdade, a pedido do autor, Senador Fabiano Contarato. E a Senadora Jussara Lima, então, atendeu a um pedido do Líder do PT – naturalmente, o Senador Carlos Viana entendeu – até para que possam discutir um pouco mais o projeto na visão dele.

Vamos em frente.

ITEM 12
SUGESTÃO N° 20, DE 2019
- Não terminativo -

Fim da pensão militar para filhos e filhas de militares.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senador Carlos Viana.

Relatório: Favorável à sugestão, na forma da indicação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Senador Carlos Viana, com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Em exame a Sugestão nº 20, de 2019, do Programa e-Cidadania, que trata do fim da pensão militar para filhos e filhas de militares.

A sugestão decorreu da Ideia Legislativa nº 108.750 do referido programa. Segundo o autor da ideia, o cidadão Lucas Eduardo Almeida Cobra, a pensão militar para filhos e filhas de militares "precisa acabar, pois eles sugam o nosso dinheiro, vivem dessa regalia, sem pensar em trabalhar, tendo saúde para isso, sem contar que custam muito para os cofres públicos".

É a palavra do cidadão que enviou a sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta ainda que “com o corte, o dinheiro que seria gasto com a pensão militar, poderia ser investido em saúde e educação".

A ideia recebeu 57.392 apoios no portal do Programa e-Cidadania e, em 18 de março de 2019, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, passou a tramitar como sugestão legislativa.

Em 20 de maio de 2022, foi juntado aos autos um testemunho do autor, que declarou, em resumo, que a ideia surgiu ao descobrir que existia uma lei que beneficiava os filhos de militares e resolveu, então, sugerir a extinção dessa lei.

Invocou o princípio da igualdade e disse que a regra representava privilégio inconstitucional. Aduziu que, em regra, os filhos de militares possuem capacidade de obterem seu próprio sustento, sem a necessidade de um “salário hereditário”.

Disse ter a expectativa de extinguir o benefício e, com isso, abrir espaço para a discussão sobre os gastos elevados com verbas de gabinete e cotas parlamentares.

Nossa análise: conforme o art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 2015, cabe esta Comissão emitir parecer sobre sugestões legislativas oriundas de ideias legislativas recebidas por meio do portal do Programa e-Cidadania que tenham obtido o apoio de 20 mil cidadãos em um período de quatro meses.

Antes de passarmos à análise propriamente dita, cabem alguns esclarecimentos sobre a legislação que rege a pensão militar para filhos de militares.

Antes da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, o art. 50, §2º, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares, previa que eram dependentes do militar, entre outros, o filho menor de 21 anos ou inválido ou interdito, a filha solteira, desde que não recebesse remuneração, o filho estudante menor de 24 anos, desde que não recebesse remuneração, e o enteado, o filho adotivo e o tutelado nas mesmas condições citadas.

O §3º desse artigo considerava ainda como dependentes do militar, entre outros, desde que vivessem sob sua dependência econômica, sob o mesmo teto, a filha, a enteada e a tutelada, nas condições de viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebessem remuneração, o neto, órfão, menor inválido ou interdito e o menor que estivesse sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.

A Lei nº 13.954, de 2019, ou seja, mais recente, alterou a redação dos §§2º e 3º do art. 50 do Estatuto, que passou a prever como dependentes do militar, entre outros, o filho ou o enteado menor de 21 anos de idade ou inválido e, desde que não recebam rendimentos, entre outros, o filho ou o enteado estudante menor de 24 anos de idade e o tutelado ou o curatelado inválido ou menor de 18 anos de idade que viva sob a sua guarda por decisão judicial. Portanto, as filhas, viúvas, enteadas já não se enquadram mais. A legislação, desde 2019, já prevê que não há mais essa possibilidade de direito adquirido.

Já o art. 71 do Estatuto dos Militares define que a pensão militar se destina a amparar os beneficiários do militar falecido ou extraviado e será paga conforme o disposto em legislação específica.

A legislação específica que rege a pensão militar é a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. A redação anterior do art. 7º, II e III, dessa lei definia como descendentes beneficiários os filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos; e os netos, órfãos de pai e mãe, nas condições estipuladas para os filhos. Ou seja, os filhos e netos órfãos (homens) menores, ou de qualquer idade, se interditos ou inválidos; e as filhas e netas órfãs (mulheres) de qualquer idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, alterou a redação desse artigo, que passou a prever como descendentes beneficiários os filhos ou enteados até 21 anos de idade ou até 24 anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; e os menores sob guarda ou tutela nas mesmas condições.

Como visto, a lista de descendentes do militar que podem ser considerados dependentes foi significativamente reduzida, estando consonante com a legislação de regência de outras categorias, como trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos civis.

Vejamos.

Para os servidores públicos, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, define como beneficiários das pensões os filhos de qualquer condição que sejam menores de 21 anos, inválidos, com deficiência grave ou deficiência intelectual ou mental.

Para os trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social, o art. 16, I e §2º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, elenca como descendentes os filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos ou que tenham deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; e, desde que comprovada a dependência econômica, os enteados e os menores tutelados nas mesmas condições.

A polêmica que existia na pensão militar era o fato de as filhas solteiras serem beneficiárias vitalícias, ou seja, não apenas até 21 anos ou em fase universitária até 24 anos, como previsto para os filhos (homens).

Porém, hoje, essa situação não mais vigora, preservadas as situações instituídas antes da atualização da legislação, que são residuais. Ou seja, aqui cabe uma explicação ao cidadão que enviou, Lucas Eduardo Almeida Cobra, uma sugestão muito válida, que realmente levanta uma discussão.

A lei não retroage em desfavor. Portanto, as viúvas e filhas que anteriormente à modificação da lei, em 2001, recebiam não há como se fazer nada por decisão do Supremo Tribunal Federal. Elas estão guarnecidas por legislação anterior. E, como eu disse, não há como retroagir em desfavor de ninguém.

Desde a mudança que temos, a mais antiga no Estatuto dos Militares, filhas solteiras, divorciadas já não fazem parte desde que não tenham 21 anos ou 24 anos, sem nenhum tipo de renda, e estudantes.

É bom que se deixe aqui muito clara essa questão para a atualidade dela.

Não obstante a redação confusa, o dispositivo prevê que a pensão militar para filhas solteiras maiores de idade só é devida, hoje, caso o militar instituidor da pensão tenha falecido antes de 29 de dezembro de 2000 ou se, tendo ingressado na Força até essa data e tendo feito à época a opção pela contribuição adicional de 1,5%, vier a falecer após a mudança da lei.

Trata-se, portanto, de situação residual, que desaparecerá com o falecimento das pensionistas enquadradas nessa situação, que não podem passar a filhas e filhos. A pensão se extingue para essas filhas que tiveram direito.

Quanto às filhas que, hoje, já são pensionistas de militares, parece-nos que revogar sua condição incidiria em inconstitucionalidade, como expliquei, por se tratar já de direito adquirido. Para as que têm expectativa de direito, pelo fato de o militar ainda estar vivo e ser optante da contribuição adicional de 1,5%, embora, em princípio, fosse possível alterar a legislação, surgiria o problema de devolução das parcelas já vertidas da contribuição adicional, a fim de evitar o chamado "enriquecimento ilícito do Estado".

Esse ressarcimento demandaria análise de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e não se sabe se, ao cabo, a proposta seria acolhida pelo Governo. Por fim, vale notar que a matéria se insere entre as de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, II, f, da Constituição Federal – CF), de modo que o eventual projeto de lei para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoamento do tema deve partir não do Legislativo, mas do Poder Executivo, não sendo possível a nossa autoria.

Ante o exposto, em que pese o mérito da sugestão, cremos que a melhor opção para equacionar o tema seja converter a presente sugestão legislativa em indicação a ser enviada ao Poder Executivo, nos termos do art. 224, I, e do art. 227-A, inciso II, ambos do Risf, para que o Governo avalie a conveniência e a oportunidade de envio do projeto de lei para alteração da matéria.

Nosso voto.

Ante o exposto, votamos pela conversão da Sugestão Legislativa nº 20, 2019, em indicação a ser enviada ao Poder Executivo por questões de definição de poder. Aqui diz a lei:

> Sugere ao Poder Executivo o estudo de viabilidade de envio ao Congresso Nacional de projeto de lei de aperfeiçoamento das regras que regem a pensão militar para os filhos e filhas de militares.
>
> Sugerimos ao Poder Executivo, com base no art. 224, inciso I, e no art. 227-A, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o estudo de viabilidade, conveniência e oportunidade de envio ao Congresso Nacional de projeto de lei de aperfeiçoamento das regras que regem a pensão militar para filhos e filhas de militares, tendo em vista as conclusões do parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal sobre a Sugestão Legislativa nº 20, de 2019.

Portanto, Sr. Presidente, o mérito da sugestão é interessante, mas já vem sendo tratada ao longo do tempo em legislação própria. Mas na questão ainda das que podem receber, por se tratar de militar antigo e com direito à lei anterior que contribui em 1,5% do salário, não cabe a nós, mas caberá ao Executivo a mudança no Estatuto dos Militares.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos pelo relatório, e cumprimento V. Exa., porque quando o tema... Você pode ver que é um tema delicado. E como é que vai ser a decisão da Casa? E o Senador Carlos Viana, primeiro, desmistificou o que realmente acontece com a pensão para filhos e filhas de militares. Parabéns pelo estudo que fez. Ficou muito claro. E, ao mesmo tempo, transforma numa indicação, já que tem que ser iniciativa do Executivo. Então, parabéns pelo seu relatório.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma da indicação que apresenta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma da indicação que apresenta.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Mara Gabrilli, que é autora de um projeto aprovado (*Fora do microfone.*) hoje, e que foi relatado pela Senadora Jussara Lima, e a Senadora pediu a palavra em relação a este projeto, e a tudo aquilo que V. Exa. entender que deve colocar agora na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu vim aqui parabenizar esta Comissão pela aprovação do PL 1.250, que inclui a consideração aos princípios do desenho universal nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Mas eu vim aqui enaltecer e parabenizar a nossa Senadora Jussara pelo relatório maravilhoso, Sr. Presidente. A Senadora Jussara se empenhou muito num tema que ela chegou e mergulhou nesse tema. Nossa, Jussara, muito obrigada por essa conquista que não só é uma conquista de pessoas com deficiência, mas é uma conquista da sociedade, porque a gente está falando de um desenho para as pessoas poderem utilizar um espaço a partir do momento em que ela nasce, cresce, vira adolescente, adulta, envelhece – no mesmo espaço. Foi com muita sabedoria que a Senadora, em seu relatório, mostrou que o desenho é um desenho atraente para todos e que, inclusive, traz um maior valor para o imóvel. Eu costumo dizer que o desenho universal é o desenho que inclui, porque é uma solução que atende às necessidades das pessoas em diferentes fases da vida, sem a necessidade de reformar para fazer adaptações posteriores, quando as habilidades, as circunstâncias podem ter mudado.

É importante, Senador Viana, a gente lembrar que uma hora a gente vai ouvir menos, vai enxergar menos, vai raciocinar de forma mais lenta, vai ter mobilidade reduzida. E aí a gente vai agradecer a Senadora Jussara pelo belo relatório. E a gente está falando em valorizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me um aparte: a Senadora Jussara, pelo relatório, mas também a Senadora Mara Gabrilli, que apresentou a proposta. Ambas.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E a gente está falando de programas habitacionais que são financiados com recursos públicos, então geralmente dirigidos para uma parcela da população que se sacrifica muito para ter a sua casa própria. E aí ela quer um lugar onde ela possa criar os filhos e envelhecer com dignidade, uma casa que irá pagar ao longo de dez ou vinte anos. E agora, com o desenho universal, essa família terá segurança de que, diante de uma mobilidade reduzida, de uma intercorrência qualquer, ou mesmo de uma deficiência, não será obrigada a se mudar e buscar outro local, porque terá suas necessidades atendidas.

Então, eu estou muito feliz, porque que eu acho que o Brasil ganhou um espaço de liberdade de habitação muito importante. O desenho universal permite que pessoas com deficiência e graus de habilidade diferentes vivam de forma independente, segura e com autonomia em todas as fases da vida.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repito: olha a abrangência e a força desse projeto!

A Senadora Jussara Lima pediu a palavra, mas também o Senador Carlos Viana, que está contemplado aqui por ser um dos que ajudou, porque está aqui para votar.

Quem é que fala primeiro? Fiquem bem à vontade.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – É bem rápido.

Eu quero dar os parabéns à Senadora Mara e à Senadora Jussara, porque, apesar de não parecer, eu tenho uma deficiência em uma das pernas, um pé. Boa parte dos movimentos eu perdi em um acidente, e me impediram, inclusive, de voltar a dar aula, de ficar muito tempo em pé. Eu comecei a ter muita dificuldade. Então, mesmo no silêncio, a gente sabe – no meu caso é pequena – o quanto isso é difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para completar, eu tenho um projeto aqui na Casa que está parado – vou pedir – de que a pessoa, para adequar a casa dela na questão da deficiência, possa usar o fundo de garantia dela. Apesar de estar no emprego, se tem um filho com deficiência, ou uma filha, ele possa usar esse fundo de garantia para fazer essa reforma na casa e a adequação da residência para a família, dentro de tudo aquilo que a gente conhece como melhor.

Então, parabéns. Eu me somo a V. Exa. nessa questão. Quem sabe poderia ser a relatora desse projeto. Vou saber como está, está parado. V. Exa. pode ser a relatora. Liberarmos o fundo de garantia para que famílias onde existe uma pessoa com deficiência possam usar esse recurso para tornar o espaço onde elas vivem muito mais adaptado.

Muito obrigado, Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço. Parabéns pela proposta.

De imediato, Senadora Jussara Lima.

Não está parado nesta Comissão, não é?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Não, me parece que não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não está, não. Se estivesse aqui, nós já botávamos em votação hoje ainda.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – O Paim já resolve, este nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Quero cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli por um projeto tão belo e tão importante para as pessoas com deficiência, mas também dizer à Senadora que me junto às suas inquietações também, no sentido de que é preciso amparar as pessoas com deficiência e também a nossa população que está envelhecendo. Vejo-me no futuro, como eu já havia falado aqui, precisando ser acolhida por essas instalações e espero não contar com imprevistos, mas com organização e planejamento. É sobre isto: acolhimento, inclusão e respeito.

Quero também cumprimentar o querido Senador Carlos Viana por também se manifestar de uma forma muito respeitosa em relação a esse projeto da queridíssima Senadora Mara Gabrilli. Muito obrigada pelas palavras e gratidão.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Jussara Lima, a quem eu peço que aguarde um pouco, se puder.

Eu vou passar agora para o Senador Carlos Viana, porque ele subscreveu, com autoridade devida, alguns requerimentos do Senador Eduardo Girão. São dois. Se V. Exa. quiser sintetizar os requerimentos...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente. Obrigado.

Só para complementar, o meu projeto do Fundo de Garantia para a adequação de residências já está pronto para a votação, acabei de receber a informação. Há um requerimento do Senador Rogério Carvalho que nós vamos analisar, e espero que em breve possamos dar essa vitória também às famílias em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1.773/ 2022

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Requerimento, item 17.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Em nome do Senador Girão e também como participante, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.773/2022, que "institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA)".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Osmar Terra, Deputado Federal; o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Conselho Federal de Psicologia; representante do Conselho Federal de Serviço Social; representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; representante do Comitê de Participação de Crianças e Adolescentes (CPA/Conanda); representante do Conselho Nacional de Justiça; representante do Conselho Nacional do Ministério Público; representante do Centro Universitário Newton Paiva; representante da organização da sociedade civil em defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes; o Dr. Fábio Gomes de Matos e Souza, Professor Titular da Universidade Federal do Ceará, Preceptor e Professor da Residência Médica em Psiquiatria do Hospital Universitário Walter Cantídio, membro do corpo editorial da revista da Associação Brasileira de Psiquiatria, membro do corpo editorial do *Jornal Brasileiro* da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e membro do Corpo Editorial da Revista de Psiquiatria da Universidade de São Paulo.

Justificação. A saúde mental é aspecto fundamental do bem-estar global e da qualidade de vida de crianças e de adolescentes. No entanto, no Brasil, ainda existe uma lacuna significativa no cuidado e na atenção dispensada a essa parcela da população em relação a este assunto.

A audiência que solicito pretende explorar a importância de priorizar e de investir nesta causa, destacando os benefícios individuais e sociais de um cuidado adequado.

É uma área que tem recebido crescente atenção nos últimos anos. Diversos estudos têm demonstrado um aumento preocupante nos transtornos mentais nessa faixa etária, podendo-se citar depressão, ansiedade, transtornos do déficit de atenção e hiperatividade e distúrbios alimentares. Além disso, fatores como violência, desigualdade social, pobreza e acesso limitado a serviços de saúde mental contribuem para agravar a situação.

O suicídio de crianças e de adolescentes é um problema grave de saúde pública no Brasil. Embora as taxas sejam relativamente menores em comparação a outras faixas etárias, cada vida perdida é uma tragédia. É fundamental implementar medidas preventivas eficazes que abordem essa temática.

Diante de tal cenário, encontra-se em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.773/2022, que institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer diretrizes para a prevenção, identificação precoce e intervenção nestas ocorrências; promover a capacitação de profissionais da saúde, educação e assistência social para lidar com a problemática do suicídio nessa faixa etária; fomentar a realização de pesquisas, estudos e campanhas de conscientização sobre o tema; e criar mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas no âmbito da PNCSCA.

Compartilhamento de boas práticas: a audiência pública pode ser um espaço para compartilhar boas práticas e experiências bem-sucedidas na prevenção. Diversos atores, como organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, profissionais da área de saúde mental e educação podem apresentar suas iniciativas e estratégias que têm obtido resultados positivos.

Mobilização de recursos e parcerias: a audiência poderá servir como um meio para mobilizar recursos financeiros, humanos e estruturais para a implementação de políticas e programas de prevenção. Outrossim, poderá estimular parcerias entre o setor público, setor privado, organizações não governamentais e demais atores interessados em contribuir para a redução do índice de suicídio entre crianças e adolescentes.

Por todo o exposto, peço o apoio dos meus pares na aprovação deste requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um outro requerimento, também assinado pelo Senador Girão e subscrito pelo Senador Carlos Viana.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Marcelo Kimati Dias, Assessor Técnico do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, como convidado da audiência pública originada no REQ 54/ 2023 - CDH.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

De imediato, eu passo a palavra a V. Exa., para discorrer sobre o requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 54, de 2023, da CDH, com o objetivo de instruir o PL 1.773/2022, que "institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA)", seja incluído o seguinte convidado: Sr. Marcelo Kimati Dias, Assessor Técnico do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

É o pedido, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será marcada a data com o Senador Girão sobre esse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os próximos quatro itens são de minha autoria, eu passo a Presidência para a Vice-Presidente, para que ela coordene os trabalhos e eu farei a leitura.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Eu vou pedir a V. Exa. apenas desculpa por não acompanhá-lo, uma vez que temos uma reunião da Liderança agora, do Podemos, para discutir os temas de hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. está liberado. Eu lhe agradeço muito. E, como não há nenhum terminativo, serão votações simbólicas.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. ajudou muito hoje já.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perderei boas aulas aqui, porque com V. Exa. sempre aprendo muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu cumprimento V. Exa.

Quero dizer a V. Exa. que eu destaquei em Plenário a sua participação, e essa Senadora foi a Relatora no Plenário, homem e mulher com salários iguais, eu entreguei por escrito lá. Então, se a sua assessoria quiser pegar lá... Eu cito as duas Relatoras e cito o seu trabalho.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só pegar. Está por escrito lá.

Passei a Presidência agora para a Vice-Presidente, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1082, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ pelos censos e outros levantamentos periódicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu pretendo ser muito objetivo no relatório.

É um projeto do Senador Veneziano Vital do Rêgo, e eu sou o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento todos os Senadores que colaboraram no dia de hoje, e a Senadora Damares Alves chega aqui agora para dar uma força.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas chegou.

Eu vou resumir para facilitar a nossa votação.

No que diz respeito à população brasileira LGBTQIA+, a ausência de dados é flagrante, atribuída em parte à construção social discriminatória acerca da diversidade de orientação sexual, identidade e expressão. Essa discriminação reforçou a vulnerabilidade e a invisibilidade social desse grupo ao longo do tempo, dificultando a formulação de políticas públicas específicas.

Nesse sentido, sugerimos alteração no art. 2º da proposição, para que haja a substituição de "e outras identidades" por "e outros", visto que a sigla LGBTQIA+ não abrange somente termos relacionados a identidade de gênero, e a substituição de "identidade sexual e de gênero" por "orientação sexual, identidade e expressão de gênero", melhorando a reflexão sobre a população LGBTQIA+.

Pela aprovação, com duas emendas de redação.

Repito que esse relatório que eu resumi aqui é do projeto do Senador Vital do Rêgo que altera a Lei 8.184, de maio de 1991.

Nesse sentido, em razão do exposto, concluímos o nosso relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.082, de 2023, com uma emenda:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei [...]

E a emenda eu já li.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas, que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para a análise terminativa na CCJ.

ITEM 2
SUGESTÃO Nº 4, DE 2023
- Não terminativo -

Visa conceder abono de PIS para empregados domésticos.

Autoria: Instituto Doméstica Legal

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Este projeto surgiu de uma emenda que veio da sociedade civil, SUG 4, de 2023, que visa conceder abono de PIS para empregados domésticos, pelo Instituto Doméstica Legal.

A iniciativa dessa proposição surgiu aqui no debate de uma audiência pública e remete-se ao fato de que o abono do PIS consiste em um programa de distribuição de renda, cujo principal objetivo é auxiliar os trabalhadores em condição de vulnerabilidade social, estando nessa condição as empregadas e os empregados domésticos. Aponta a necessidade de se estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Nesse sentido, a referida sugestão propõe a alteração da Lei Complementar nº 7, de setembro de 1970, que instituiu o Programa de Integração Social, para incluir o empregado doméstico como sujeito de direitos do abono do PIS; estipular a Caixa Econômica Federal como responsável pela elaboração do cadastro geral de participantes do fundo de participação, a partir de informações fornecidas pelos empregadores domésticos no eSocial; prever o pagamento do abono do PIS para os empregados que já tenham pelo menos cinco anos de carteira assinada, a partir do ano seguinte à aprovação da referida proposição.

É pela aprovação, na forma do projeto que aqui nós formulamos, com a ajuda da Consultoria do Senado.

Nós agora vamos ler somente o final, que é o voto.

Como eu já li, de forma resumida, que terá direito o empregado doméstico ao abono do PIS, eu só digo que essa lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Por isso, pedimos a aprovação, para que o projeto passe a tramitar na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aquelas que aprovam e aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, DE 2023
- Não terminativo -

Requer Audiência Pública sobre Direitos Humanos Sem Fronteiras

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu vou ler a justificação, que é bem pequena.

Em maio deste ano, fui procurado por ministros conselheiros da embaixada dos países nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia. E a partir do que foi apresentado por eles, houve, então, o interesse em fazermos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal sobre direitos humanos sem fronteiras, porque eu tenho falado muito isso, não é? Direitos humanos não têm fronteiras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja nos Estados Unidos, seja em Cuba, seja na Suécia, seja nos países europeus, seja aqui ao lado, na Venezuela, não têm fronteiras. Isso todos nós dizemos, tenho certeza absoluta, à unanimidade.

Os diferentes olhares e ações concretas de países desenvolvidos, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado para os países em desenvolvimento, nos ajudarão a crescer, evoluir e ver como eles avançaram nessas áreas de direitos humanos. O IDH é a principal referência global sobre a qualidade de vida dos países. O índice, calculado anualmente, leva em consideração indicadores de saúde, educação e renda. As notas aparecem em uma escala de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. A Noruega, por exemplo, apresentou, em 2019, um IDH de 0,954, e apareceu em primeiro lugar, quase no limite máximo, nota máxima, que seria 1. O Brasil continua a esperançar, direitos não têm fronteiras.

Os países nórdicos constituem uma região da Europa setentrional e do Atlântico Norte, composta pelos países escandinavos, Noruega, Suécia, Dinamarca, e pelos países nórdicos, Finlândia e Islândia. Esses países têm uma história em comum, com afinidades culturais, sociais, com reflexo nos sistemas políticos, cooperando com o Conselho Nórdico e com a União Europeia, mesmo que em menor grau. Esses países têm uma população de cerca de 25 milhões de pessoas espalhadas por uma área de terra de 3,5 milhões de quilômetros quadrados.

Diante da iniciativa desses países em contribuir para o desenvolvimento social, ambiental, econômico, educacional de políticas humanitárias no Brasil, entre outras coisas, trocar experiência com outros países em desenvolvimento, nesse caso, o Brasil, eles querem colaborar, mostrando o que fizeram nessa linha de direitos humanos e o que poderemos fazer aqui, trocando ideias do que já fizemos, do que eles fizeram. Tenho certeza de que será um bom diálogo e que avançaremos.

Esse é o requerimento, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu quero até comentar sobre esse requerimento. Os países nórdicos têm uma experiência, Damares... Quando eu era Deputada, a Finlândia, esses países provaram que tudo que conseguiram foi com a educação. E direitos humanos, se a gente for pensar, você é humano ali – ali, não, porque não é tão perto a Finlândia –, mas, quando chega no Brasil, você já não tem esses direitos humanos. Os seres humanos são iguais em todos os lugares. Quero dizer que basicamente eles viram todo esse lado, mas investiram numa educação pública de qualidade em tempo integral. Isso porque, na época em que veio aqui a Ministra da Educação da Finlândia... A Finlândia não deixava entrar nenhum país. E 50 anos atrás, praticamente, ninguém nem conhecia a Finlândia. E investiram em educação pública de qualidade. E foi assim que chegaram. Eu acho que nós aqui... Eu sei que os homens se preocupam, mas mãe, avó é que têm esse olhar. Elas é que sonham com um filho educado, são quem vão à escola, cobram. É ainda quem faz isso.

Era isso que eu queria dizer.

E acho muito salutar isso aqui.

Por que não vermos projetos exitosos? São importados.

Em votação o requerimento.

Aquelas que aprovam e aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre a luta dos ferroviários

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – De forma bem resumida, os ferroviários são uma categoria eu diria até secular, no mínimo. As grandes mudanças, nos países mais desenvolvidos, começaram com as ferrovias, e depois foram avançando, avançando, avançando.

As reivindicações dos ferroviários aqui vieram a partir do I Seminário, realizado a 17 e 18 de maio de 2023. Eu estive lá. É claro que a história deles, como eu disse, é secular. Foi em Porto Alegre e me convidaram para esse evento. Foi um belo evento, organizado pela Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses, pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), pela Federação Nacional das Associações dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas (Fenafap) e pela Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (Fetapergs). Ali me apresentaram uma série de propostas que eles entendem que poderiam ser aprovadas, fortalecendo a categoria e o próprio sistema ferroviário no Brasil. Eles querem ter a oportunidade de dialogar.

Eu sempre digo que esta Comissão é para isto: é Direitos Humanos, é para ouvir a todos.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em votação o requerimento.

Aquelas e aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria falar aqui um pouquinho, Paulo Paim, antes de retornar a Presidência para o senhor.

Nossa Senadora Damares e todos que estão nos assistindo, foi uma proposta até do Senador Paulo Paim o Julho Amarelo, que era sobre as hepatites.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Ele foi o Relator.

É a Lei nº 3765, de 2020, de autoria do Ministro Alexandre Padilha.

Como médica infectologista, eu me preocupo muito, porque a ciência lutou para a gente ter vacina para a grande maioria das hepatites. E a gente vê menos de 70% das crianças sem a prevenção. Sabe, Senadora Damares e Paulo Paim, eu me pergunto se os pais ou os responsáveis podem deixar de vacinar seus filhos, mesmo sabendo que a ausência dessa vacina vai levá-los à morte ou então deixar sequelas para o resto da vida. Gente, as hepatites são graves! A hepatite B, a hepatite A e a hepatite C... As hepatites B e C são lesões pré-cancerosas hepáticas. E a gente tem vacina.

Como deixar de vacinar quando a gente já teve mais de 90%... Eu me lembro da luta para a gente ter essas vacinas, que começou de forma particular e depois o SUS enquadrou. Nós temos o maior calendário de vacinação gratuita do mundo.

Se a gente vir como os Estados Unidos, agora foi que a Covid foi gratuita, mas lá não tem vacina gratuita, como a gente tem esse SUS que amplia. E quando se fala em vacina, não pode se deixar de falar da enfermagem brasileira. Paulo Paim, nós temos que continuar na luta. Uma das poucas profissões do mundo e desse país que estão presentes nas nossas vidas, da hora em que nascemos até a hora em que morremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou médica e sei que não tem nenhuma instituição de saúde que funcione sem a enfermagem, Paulo Paim. Ela é responsável por mais de 70%... Então, é aquilo que eu estou dizendo: temos que pagar um salário justo, R$4.750 para uma enfermeira... Aquela que todo mundo aplaudiu durante a covid, que deixou sua família, que ficava... Muitas enfermeiras do município moravam no hospital e arriscaram a vida para salvar as nossas. É aquela que lida com as secreções, que é a coisa que mais transmite. Entendeu? E agora a gente já botou isso na Constituição e eu fui a Relatora. Botamos na Constituição, aprovamos outra PEC, botamos no orçamento e a enfermagem brasileira continua sem receber esse salário. Isso é demais, gente!

Não contem com a Senadora Zenaide, como a maioria, porque eu posso dizer, Damares, esse Senado aprovou por unanimidade, não teve nenhum voto contra. Então, por favor, gente, são trabalhadoras principalmente, pois mais de 70% são mulheres, que merecem aplauso, respeito e salário digno.

Obrigada, Paulo Paim.

Tem mais um item? Vamos lá.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 12/2022

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.

Aqui é de onde vêm todas essas propostas, inclusive do e-Cidadania.

Autoria do Senador Izalci e subscrito pelo Senador, nosso Presidente, Paulo Paim, a quem concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Olha, a esse requerimento, como a todos os requerimentos que vieram aqui hoje, de todos os Senadores, do Senador Girão e todos que chegaram, nós não criamos um obstáculo nenhum. Os Senadores e Senadoras estavam aqui, subscreveram e só tinha ficado esse para trás do querido Senador de todos nós, que é o Senador Izalci Lucas. Então, eu mesmo subscrevi para que ele possa, nesse dia, fazer uma homenagem de consciência nacional a todo o povo brasileiro, que são aqueles que defendem a democracia, a liberdade e a justiça.

Então, eu peço a votação do requerimento do Senador Izalci Lucas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Aqueles que aprovam e aquelas que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou devolver a Presidência, mas, antes, vou falar sobre a PEC 10, que está na Comissão de Constituição e Justiça e que permite a comercialização de parte do corpo humano que é o plasma, que é formado do sangue. Isto é muito preocupante para todos que estão assistindo. No Brasil, o povo é solidário. Eu sou médica e nunca precisei de sangue ou derivado de urgência... Você consegue unir, neste país, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros... É só você chamar. Em universidades, jovens fazem mutirões para salvar vidas.

Gente, a gente não pode mudar a Constituição e fazer isso, porque a Constituição já diz, assim como a Organização Mundial da Saúde, de que o Brasil é signatário, que sangue, derivados e outros órgãos do ser humano não podem ser comercializados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir aqui o apoio do povo brasileiro para ter esse olhar. Preocupa-me, porque as pessoas doam... Na maioria das vezes, hoje, mais de 70%, Senadora Damares e Paulo Paim... Eu andei visitando hemorredes, hemocentros, a Hemobrás, que processa o plasma, e eles dizem que a maioria não está mais sendo doada para determinada pessoa. Os doadores já vão espontaneamente doar o sangue.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Doação universal.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Doação universal, gente!

Então, por favor... Eu estou dando visibilidade para a população ter esse olhar e cobrar que não seja esta Casa... Tudo bem que muita gente aqui é neoliberal, comercializar. Agora, comercializar parte do corpo humano...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não dá.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... é ir longe demais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, minha querida Vice-Presidente, que, mais uma vez, faz uma fala, desde o início, que mexe com as emoções de todos que estão ouvindo, todos os temas de que a Senadora Zenaide Maia aqui tratou.

E agora, com alegria também, passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu prometo ser muito rápida aqui.

Desculpe-me por ter chegado tão tarde.

Ouvir a Senadora Zenaide é tão gostoso, a sonoridade, a forma, a emoção que ela coloca nas palavras... A Zenaide convence a gente a voltar quando ela pega a gente. Ela pega a gente pelo braço. "Olha aqui, deixa eu te contar..." É bem assim. Ela luta com muita coragem pelo que ela acredita.

Senador Paim, eu vou voltar a um assunto que a gente está sempre conversando, que é a infância. Eu acabei de sair lá da CAS, onde eu estava brigando também por uma subcomissão pela criança. Eu não consegui. E é difícil a gente lá... A briga era muito bonita: o Flávio Arns querendo a subcomissão do idoso, que também é minha pauta, e a Mara, das doenças raras. E 75% das pessoas com doenças raras são crianças. Aí eu disse "Senador Humberto, o que eu faço?" Ele falou "vai lá e fale com o Paim".

Eu sei que nós temos muitos pedidos, Senador. Talvez a gente não consiga aqui, na Comissão, a subcomissão, mas a gente pensar num mecanismo, um grupo de trabalho ou alguma coisa. Está todo mundo muito preocupado com criança. E não cabe mais dizer que o Senado é omisso. Não é. O que está faltando é só a gente dar um grito.

Ontem, com um grito que eu dei no Senado, a Zenaide viu, todo mundo levantou a mão e veio assinar o requerimento. Só está faltando alguém dar a voz de comando porque todo mundo aqui pensa e se preocupa com criança. Só está faltando alguém fazer essa voz de comando.

Esses dias a minha preocupação tem se tornado maior, Senador. A cena que aconteceu semana passada em Brasília, eu durmo e acordo com aquela cena: ele colocando a menina na mala, dopando, carregando. Ele subiu... Para o apartamento dele não tem elevador, ele subiu as escadas arrastando a mala, a menina foi algemada. O delegado disse que lá, onde foi encontrada, a sorte é que acharam essa menina em menos de dez horas, porque um tio zeloso, que é policial, usou de suas amizades dentro da polícia para dar o *start* e procurar a menina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico pensando, Zenaide, se fosse comigo, eu só iria descobrir que a minha filha estava desaparecida às 10h da noite, porque adolescente não fala mais com mãe, então a gente acredita que ela já chegou em casa, está lá em casa fazendo o dever de casa, estudando, sou só eu e ela. Mas aquele tio sentiu falta da sobrinha imediatamente, foi isso que salvou a vida da menina.

Dentro do apartamento, Senador, tinha câmeras, tinha correntes, vibradores e aparelho de choque. Ele iria produzir as imagens mais terríveis com aquela menina, não só iria estuprar como iria produzir imagem para o mercado. Isso me deixou muito angustiada. Era um homem acima de qualquer suspeita, um bancário com alto salário em Brasília, com um belo carro. Acho que, quando ele parou ao lado da menina, inclusive ele atrai com o belo carro, conversa, aborda, tinha uma cúmplice que ele levou. Eu fico imaginando, Senadora Zenaide, aqui nas nossas barbas, na capital, 411 norte, área nobre de Brasília. O que não está acontecendo lá no interior do nosso Nordeste, Senadora? Lá na área rural, lá na área ribeirinha, lá na Amazônia, nos lugares mais longe?

Então, se a gente pudesse ter esse grupo de trabalho para dar o *start*, qual seria a ideia? Vamos pegar tudo que tem de infância nesta Casa, tem muita coisa boa tramitando, e fazer um grande pacotão, fazer a apresentação dessas propostas.

Só para encerrar, um tema tão corriqueiro, Senador – eu não saberia mais ser mãe de criança, não, não saberia. Eu sou da idade em que a gente pedia benção à mãinha, lembra, Zenaide? Não sei se tu ainda pede benção à mãinha, se os seus netos ainda falam isso, mas a gente tem desafios, como, por exemplo, Senador, o vício tecnológico. Eu estou encontrando adolescentes, Senador, que estão comprando fralda geriátrica. Eles colocam a fralda para não levantar da frente do computador e trazem a comida para perto. Então a gente vai ter que enfrentar, são novos desafios em relação à infância e muitos pais não estão sabendo lidar com isso.

Fica aqui novamente o meu apelo, é nesta Comissão, aqui é a minha casa, sobre como a gente podia lidar. Se não pudermos aprovar a subcomissão, a gente pensar em alguma coisa. Se o senhor não me ajudar a pensar, eu vou trazer uma tenda, vou colocar ali no corredor e vou ficar sentada lá na tenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a senhora vai dizer "aprendi com o senhor, porque o senhor fazia greve e fazia isso, agora eu vou fazer aqui".

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é. Então fica essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou ajudando nos argumentos. Vamos conversar e pode ter certeza de que vamos achar um caminho, não sei qual o caminho, mas vamos achar. Fica aqui o meu compromisso. Podemos conversar até hoje à tarde, porque se a gente decidir aqui assim na emoção, no momento, não vai ter a profundidade que a situação merece, que a senhora com muita clareza colocou aqui. Vamos conversar hoje à tarde ainda sobre qual é o caminho que vamos construir juntos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só vou fazer as considerações finais, por força do meu Secretário-Geral aqui que está me recomendando, não é, Cristiano?

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria-Geral da CDH recebeu os seguintes documentos, de cidadãos: Alega perseguição por denunciar racismo, xenofobia e aporofobia. Alega perseguição e injúria em condomínio, perseguição política. Solicita proteção.

Descaso com os profissionais do DF. Solicita providência. Solicita providência junto ao Supremo Tribunal Federal para garantir a aplicação da lei que institui o piso salarial da enfermagem. Pede auxílio para garantir o seu direito de impenhorabilidade salarial.

Informo que nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficarão disponíveis na Secretaria e no Portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados. Informa ainda que, nos mesmo termos, os documentos lidos na 37ª Reunião serão arquivados.

Eu li aqui, e a Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Aporofobia é ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oporofobia. Ela me disse que é...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu acho que é fobia a pobres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os estudantes do Plenário nos auxiliaram, estudantes e professores. Eles fizeram um sinal no sentido de que está certo. É isso?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É aporofobia. Gente, que sociedade é essa? Só faltava culpar... Quando eu vejo dizerem assim: Deus quis... Paulo Freire, quando esteve em Angicos, no meu estado, o que ele mostrava... E o cara mais homenageado no mundo é Paulo Freire, na educação. E eu, vendo o que ele fazia naquela área seca, na Caatinga, sem condições, alfabetizando, mas mostrava àquele povo que aquela miséria não era porque Deus quis, como a gente ouve: Deus quis. Ali era falta de políticas públicas que oferecessem uma educação para eles terem os mesmos direitos dos outros. Então, quando eu vejo tudo sobre Paulo Freire, eu digo: mostrou que Deus sempre quis vida plena. Agora, as decisões políticas... O Estado é que não decide politicamente em investir em educação pública para todos, em tempo integral, porque só assim diminuiremos a doença. Muitas crianças estão se tratando com psicólogos porque não querem perder um minuto de rede social. A compulsão é uma doença, seja pelo celular, pelo computador, por alimento, por um jogo, por droga. Às vezes o pessoal acha que compulsão é só pelo vício da droga. Qualquer compulsão é uma doença sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A assessoria só lembrou para mim também aqui que aporofobia lembra um termo muito usado pelo Padre Júlio Lancellotti. Ele disse que o padre usa muito esse termo.

Com isso, agradeço a todos aqui, Senadores e Senadoras, 15 no painel, em torno de 8 estiveram aqui. Ele já disse que no painel não são 15, foram 18.

Exatamente, 18 que estiveram aqui presentes.

Agradeço a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje e também a reunião de votação de matérias.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (50ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (45ª REUNIÃO), EM 06 DE JULHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dois minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, e ainda do Senador Esperidião Amin, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 51/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 59/2023 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Finalidade:** Debater sobre: "Políticas e perspectivas para a ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no Brasil". **Participantes:** Cleunice Matos Rehem, Diretora Presidente da BRASILTEC; Magno Rogerio Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego; Guelda Cristina Andrade, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Felipe Esteves Pinto Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, como representante do SENAI; Nilton Brandão, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – PROIFES/Federação; e Luzia Matos Mota, Coordenadora da Câmara de Ensino do Conif e reitora do Instituto Federal da Bahia (IFBA), representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/06

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 45ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 49ª Reunião da CDH.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 51, de 2023, desta Comissão, e 59, de 2023, da Comissão de Educação, ambos de minha autoria, para debater sobre "Políticas e perspectivas para a ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no Brasil".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Lembro que esta audiência pública foi provocada pelos painelistas. Foram os painelistas que me propuseram que eu fizesse o debate, e eu aceitei, porque todos sabem que eu venho do ensino técnico. Eu sempre digo – e é verdade – que eu era um vendedor de bananas, de flores, de laranjas, de bergamota, de uva, na feira livre de Porto Alegre. Fiz um teste, quando eu tinha 12 anos, no Senai, em Caxias do Sul, na Escola Senai Nilo Peçanha, da qual tenho o maior orgulho de falar até hoje, e a partir do meu curso técnico, eu, de imediato, depois de formado, passei a ganhar cinco, seis salários mínimos. Eu não ganhava um como vendedor de flores.

Então eu entendo que o curso técnico é fundamental para a formação da nossa juventude. E, por que não dizer, como nós estamos envelhecendo muito, e que bom que estamos envelhecendo, envelhecer para mim não é uma palavra negativa, é uma palavra positiva, estou envelhecendo, graças a Deus, senão já tinha morrido. Não tenho problema nenhum, sou considerado aqui um dos mais idosos do Congresso, deve ter um ou dois mais idosos, e estou entre eles, mas também sou um dos únicos dois Constituintes, eu e o Renan, que estamos em atividade aqui no Senado e participamos inclusive da Assembleia Nacional Constituinte e estamos aqui.

Quando eu fui provocado para esta audiência pública, aceitei de imediato porque acho que tem que haver uma parceria público-privada, eu aposto nessa parceria público-privada e incentivo muito as empresas que já têm ensino técnico dentro das empresas. Eu visitei a Marcopolo, no Rio Grande do Sul, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha cidade natal, é muito interessante a formação que dão para os jovens dentro da própria empresa, tudo dentro da legalidade. Ficam aqui os meus elogios para a Marcopolo.

Vamos ao debate de hoje então. Como é praxe, eu faço sempre uma fala de abertura dos temas todos que aqui se realizam. Vou falar agora, enquanto isso, acredito que os painelistas vão chegando. Já chegaram dois, mas a lista que nós temos é de oito, se não me engano. Alguns vão entrar *online*, inclusive.

Então vamos fazer a abertura, na fala do Presidente, enquanto vão chegando os convidados.

Esta audiência pública tem como objetivo debater as políticas e perspectivas para ampliação da oferta de cursos técnicos profissionalizantes no Brasil. É uma reunião conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação. A importância do ensino técnico profissionalizante é fundamental para o desenvolvimento dos países, evolução em toda a sociedade. Eu mesmo vim da educação profissional e tenho orgulho de dizer isso.

Como eu comentei aqui antes, estudei na Escola Senai Nilo Peçanha, Caxias do Sul. Lá eu me formei e minha vida de fato mudou a partir dali. Eu morava na beira do Rio Tega, quem é de lá sabe o que era o Rio Tega.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fiz marcenaria, depois fiz ajustagem também e me transformei em um profissional da área dos moldes nas empresas. Trabalhei na Maesa, depois eu vim para Porto Alegre e fui contratado pelo Grupo Tramontina, ao qual pertenço até hoje. Tenho uma relação excelente com eles, na base deles de Forjasul, Canoas. Dali entrei no sindicalismo e depois, devido a um congresso de trabalhadores, fui escolhido para ser Constituinte, fui para a disputa e me elegi junto com o Olívio, eu e o Olívio Dutra então nos elegemos Constituintes.

Vou deixar de falar do Paim e vou falar do ensino técnico.

O ensino profissionalizante transforma vidas, e eu sou testemunha dessa caminhada: a Antes de fazer o Senai, eu trabalhei também como amassador de barro lá, no Atilio Bovo, por quem tenho um enorme respeito. Ele já faleceu. Na verdade, ele era um artesão. Eu amassava as bolinhas de barro – para mim era uma brincadeira – e só dava para ele as bolinhas prontas, e ele fazia o vaso. Sabe como é que é, né? Gira lá, toca com o pé, pega com a mão e fazia o vaso. Aquilo, para mim, era uma alegria. Ele me ensinou, inclusive, a fazer vaso. Então, fica aqui um abraço carinhoso à família do já falecido Atilio Bovo Ribeiro Mendes Caxias do Sul.

Eu estou falando que trabalhei nessa fábrica de vaso com ele, virei ajudante de um artesão, depois fui a Porto Alegre e falei já que vendia frutas e flores, fiz o curso do Senai e aí toquei a vida: fui Deputado Federal por quatro vezes, Senador da República por sete mandatos e fui Vice-Presidente do Senado, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época, e tenho orgulho de dizer também que o Presidente Sarney foi o Presidente e eu fui Vice dele, uma bela experiência. Hoje presido esta Comissão de Direitos Humanos pela quarta vez.

O ensino técnico é vertente de novos conhecimentos, de inovação, de tecnologia, de pesquisa, de capacitação para o trabalho, de combate ao desemprego; é instrumento de combate aos preconceitos e de diminuição da violência – vejam o que eu vou voltar a falar: eu estudava no Senai, mas ganhava uma ajuda de custo da Vinícola Rio-Grandense. Acho que ela não existe mais, mas eu ganhava.

Naquela época, a cada cem trabalhadores tinha que ter uma bolsa, digamos, de uma ajuda financeira. Então, eu estudava no Senai e ganhava um salariozinho no fim do mês, que me ajudou muito, e tudo graças ao ensino técnico. Se eu não tivesse passado em uma escola técnica, isso não teria acontecido.

É fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

Conforme dados da OCDE, o Brasil tem apenas 9% dos seus jovens em cursos técnicos. Isso é praticamente nada, mediante a realidade do mundo que vocês vão ver agora: a Alemanha possui 89% dos seus jovens cursando o ensino técnico; a Holanda, 98%; a Itália, 80%; a França, 96%; Portugal, 83%; a Áustria, 89%, sendo a média dos países integrantes da OCDE em torno de 70% da sua juventude fazendo o curso técnico, estudando nesse curso técnico.

No PLP 126, de 2020, de minha autoria, eu tive a ousadia de instituir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, o famoso Fundep – Fundep. Não é o Fundeb; é o Fundep –, para custear a educação profissional em parceria com a área pública e privada. Esse projeto está tramitando na Comissão de Educação, com a relatoria agora da querida Senadora Augusta Brito.

É um projeto que eu apresentei, já... A primeira versão foi há 15 anos; depois, ele foi arquivado, eu o desarquivei e, aí, fui insistindo sempre. É que nem os estatutos que eu aprovei aqui – do idoso, da igualdade racial, da pessoa com deficiência, da juventude... –: para cada um deles foram 15 anos de lutas. A própria política de salário mínimo se tornou realidade agora, mas eu comecei a trabalhar com ela na Constituinte, e sempre defendendo a política de inflação mais PIB.

Enfim, a falta de mão de obra qualificada é uma triste realidade: 81% das empresas relatam dificuldade em encontrar profissionais preparados, que seguem o rumo do ensino técnico.

Lembro que esta audiência pública foi solicitada pela Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares) e pela BrasilTEC (Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica).

Quero lembrar também que, nos Governos Lula e Dilma, o Brasil triplicou o número de escolas técnicas. Foram criadas 282 escolas técnicas federais, 18 universidades federais e foi criado também o Pronatec. O Pronatec, muito inspirado nesse Fundep, foi o que me contaram, mas contaram numa boa, assim. Eu achei bonito até. E alguém disse: "Mas por que a gente não chama de Fundep?". "Fundep já tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um, tramitando no Senado. Vamos criar aqui o Pronatec". E foi bom, porque veio o Pronatec. Eu mesmo votei e junto nele trabalhei. E o Fundep ficou para uma discussão mais longa, com mais tempo.

Nunca se investiu tanto em ensino técnico como nesses governos, isso é verdade. Pensar o presente é pensar no futuro do país.

Agora, em 2023, o novo Governo Lula, o Ministro Camilo Santana, da Educação, vai incluir obras de novas universidades e institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica no novo PAC, ou seja, mais investimento para ensino técnico.

Enfim, concluindo, no início da década de 90, a convite da união de cientistas e engenheiros japoneses, eu estive em Tóquio, juntamente com uma comitiva de Deputados brasileiros. Eles queriam alguém que tivesse vindo da área do ensino técnico. Isso foi currículo para eu estar nessa missão para ir ao Japão como Deputado Federal.

O Japão crescia, investia na indústria do aço, testes, automóveis, computadores, robótica, cibernética, enfim, produtos eletrônicos e, com certeza, em educação e também no ensino técnico. No Japão, o trinômio educação, ensino técnico e desenvolvimento é tão sagrado quanto o Monte Fuji.

Todo mundo sabe da beleza do Monte Fuji. Eu estive lá e o conheci.

Bom, feita a introdução, nós vamos para a primeira mesa.

A primeira mesa que nós... (*Pausa.*)

A primeira mesa...

Está a relação aqui... (*Pausa.*)

A primeira mesa que eu convido: Cleunice Matos Rehem, Diretora Presidente da BrasilTEC.

Está aqui conosco.

Seja bem-vinda aqui! (*Palmas.*)

Magno Rogerio Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego.

Muito obrigado, Magno.

Um abraço ao Ministro Luiz Marinho, que eu sei que está fazendo um belo trabalho – ouviu? Estou acompanhando-o à distância, mas fica aqui... E leve um abraço para o nosso Ministro lá – ouviu? Fomos sindicalistas juntos, eu e ele.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o vi naquela sanção do Lula do mesmo salário, homem e mulher, e ele... Fizemos um cumprimento de longe, assim, mas mostrou uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, e eu ainda vou convidar o Ministério do Trabalho para vir aqui um dia falar do Ministério do Trabalho na relação de emprego e direitos humanos. Mas é bom. Diga que eu o estou convidando e vamos mandar o convite oficial. E ele escolhe a data, né?

Cleunice Matos, Magno Rogerio, do Ministério do Trabalho, Felipe Esteves Pinto Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, como representante do Senai.

Eu não falei do Senai porque você estava aqui. Falei porque tenho uma ligação, de fato, com o Senai. Agora que vi que tenho um representante do Senai aqui. (*Palmas.*)

É uma satisfação tê-lo aqui.

E olha que aquele acordo que nós fizemos aqui, com o Ministério do Esporte, para não diminuir o valor, o Marinho ajudou, inclusive, o Jaques ajudou muito, e me perguntaram, alguns empresários, no dia da votação: "Paim, podemos fechar o acordo?". Porque eu tenho uma relação boa, eu não nego, tanto com os sindicalistas quanto com os empresários. Eu disse: "Mas qual é o acordo?". "O acordo é o seguinte: vai ficar como veio da Câmara, mas o Lula e os seus ministérios, o Marinho, que é da área, se comprometeram de que vão vetar essa parte que traria prejuízo para o Sistema S". Eu disse: "Então pode fechar o acordo, porque vocês deram a palavra". E depois eles voltaram aqui para me agradecer: "Ó, Paim, tu conheces os homens mesmo". Eu disse: "Não, eu trabalho com eles há tanto tempo...". O Marinho eu conheço há 50 anos, o Lula também, e eles cumpriram a palavra na íntegra, e foi vetado aquele artigo que, em tese, traria prejuízo para o Sistema S.

Os três presenciais estão aqui...

O Ministro da Educação, Camilo Santana, anuncia que o Governo Lula, como eu já disse aqui na minha fala, vai investir muito agora, ainda, nas universidades, nos institutos federais de educação profissional, enfim, no ensino técnico. Essa é a intenção, conforme matéria que, inclusive, está aqui comigo já, e eu também coloquei no meu discurso de abertura.

Por videoconferência, estará Luzia Matos Mota, membro do Fórum Nacional de Educação (FNE), Coordenadora da Câmara de Ensino do Conif e Reitora do Instituto Federal da Bahia, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Ela vai entrar por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda, Guelda Cristina Andrade, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Vamos começar pelos que estão aqui presentes e vamos intercalando, daí, com os que estarão entrando por videoconferência.

Eu passo a palavra para a Diretora-Presidente da BrasilTEC, Dra. Cleunice Matos Rehem.

Seja bem-vinda, Doutora.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Eu quero agradecer a sensibilidade do Senador, quando acolheu os nossos pedidos, as nossas solicitações, para que tivéssemos a possibilidade de realizar debates para focalizar nesse tema e mudar, com políticas públicas efetivas, essa realidade do nosso país. Então, eu quero cumprimentar o nosso Senador, nosso líder nessa temática e em tantas outras.

Quero cumprimentar o Dr. Magno Lavigne, meu conterrâneo – não é, Dr. Magno Lavigne? –, ilustre Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego, que vem também com uma alta sensibilidade para que o nosso Brasil ultrapasse, saia desse cenário, que ainda é bastante preocupante.

O nosso Senador Paulo Paim já deu uma visão geral. Eu vou tentar ressaltar alguns dos aspectos trazidos pelo nosso Senador e quero cumprimentar o Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai Nacional.

Pode passar, por favor?

Estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem querer atropelar, mas quero dizer que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também se formou no Senai. Se eu digo o nome dele, eu já não preciso falar todos que eu conheço aqui, dentro do Congresso, ou que passaram por aqui que vieram também do Sistema S.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Isso só reforça aquela fala inicial do nosso Senador, quando disse que a qualificação e a formação profissional fazem a diferença para a autonomia, para a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar e para a produtividade e competitividade da economia nacional e de qualquer país, obviamente. É só um reforço que o senhor nos dá, trazendo a realidade do nosso Presidente Lula.

Então, eu organizei a nossa fala e quero cumprimentar todos os presentes, não posso deixar de fazer isso: todos os presentes que estão aqui fisicamente e todos os presentes que estão por via *online*, tanto pela TV Senado quanto pelas outras redes sociais do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu preparei a nossa fala para este debate, iniciando com uma visão do cenário do ensino técnico no Brasil. O nosso Senador já fez, mais ou menos, essa visão. Eu trouxe ali alguns itens para que tenhamos bastante consciência desse cenário, dessa realidade brasileira.

Na última década, nós registramos, sim, alguns esforços, Senador, para a mudança dessa realidade, mas esses esforços ainda não foram suficientes para a transformação de que o nosso país precisa em relação à qualificação, à formação dos jovens para atuar na sociedade, na economia, gerando renda e emprego.

Nós registramos, pelo censo realizado pelo Inep em 2022 e divulgado neste ano, 2.069.771 alunos nas matrículas de ensino técnico, e esses estudantes estão em 8.650 instituições em nosso país. Vejam que essa matrícula parece inicialmente um número fantástico, mas, comparando-se com a necessidade que o Brasil tem, com quantitativo de jovens que o Brasil tem hoje, Senador – cerca de 50 milhões de jovens estariam prontos, pela idade, para estarem no mercado de trabalho –, um percentual altíssimo desses jovens não está no mercado de trabalho, porque não tem qualificação profissional.

Então, ali a gente pode comparar o que o censo revelou de matrículas, na educação profissional técnica – 2,069 milhões –, só que a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, para ser cumprida no próximo ano – no início do próximo ano, óbvio –, a meta é gigante: 4.808.838 alunos. Veja, em 2002, nós não tínhamos nem a metade! Então, o Brasil precisa fazer um esforço gigantesco para que esse quadro mude.

Como o Senador também já destacou, apenas 9% dos jovens brasileiros se matriculam em cursos técnicos, completamente diferente do que acontece nos países desenvolvidos, nos países da OCDE, que há muitos anos entendem que a formação do jovem em cursos técnicos muda, faz a diferença na vida daquele jovem, como nós vimos aqui dois exemplos, o do Senador e o do Presidente da República.

Desses nossos jovens, cerca de 50 milhões de jovens no Brasil, 12,5 milhões são jovens que não estão nem trabalhando nem estudando, são jovens que precisam da atenção diferenciada das nossas autoridades. Esses jovens, se não trabalham, não estudam e estão em desalento, qual é a tendência do segmento deles? Qual é, Senador? Vão buscar o quê? Não é?

Então, nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não gostaria de dizer... É uma parcela...

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – É, eu sei. É melhor passarmos, mas termos a consciência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... que não tinha o caminho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Porque estavam nessa situação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... que não tinham um caminho e foram no caminho mais fácil.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Exatamente.

Interessante notar que, quando...

As pesquisas indicam que, dos egressos dos cursos técnicos, há um registro de em média 73% de empregabilidade, sendo que, na área de saúde, são 86%. E, se a gente for comparar isso com a empregabilidade dos egressos de cursos superiores, por exemplo, esse percentual é muito esperançoso. Esse percentual pode fazer com que as autoridades decidam por políticas atuais que possam, de fato, atrair os jovens para a formação profissional.

E olhe, o Brasil... O IBGE divulgou, no início de junho – agora, passado –, uma taxa de desemprego de 8,3 no Brasil. Era de 8,8 em maio, em abril, e, no início de junho, foram divulgados 8,3 como a desocupação geral no Brasil. E vejam esse percentual nos jovens, como se dá: 28% é a taxa de desemprego dos jovens, sobretudo por que razão? Pela falta de qualificação profissional.

E vejam que, dizendo isso – eu agradeço por ter mudado. Obrigada –, a gente informa, como o Senador inclusive já ressaltou, que 81% das empresas revelaram, em 2022, numa pesquisa, que não conseguem preencher vagas para o nível técnico. Por quê? Porque falta qualificação profissional.

Então, temos jovens num quantitativo muito grande ainda, Senador, apesar de nosso bônus populacional já estar indo para a redução. A população está efetivamente envelhecendo, mas o senhor saudou isso como um bom presságio, pela experiência de todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Ah, sim. Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Postulando em causa própria.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Então, repare que paradoxo que nós temos: 28% de desemprego, 12,5 milhões de jovens que não trabalham, não estudam ou estão desalentados. E as empresas abrem vagas, buscam fazer a seleção, e 81% delas afirmam que não conseguem preencher as vagas de jovens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O maior número de desempregados é exatamente de jovens.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – De jovens, exatamente. Olha lá: 28% –28%!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa pesquisa em que os empresários revelaram essa dificuldade indica também algo muito grave para o nosso Brasil, um previsível apagão de mão de obra técnica já a partir do próximo ano, e os sinais indicam que seria a partir do final deste ano de 2023.

Então, nossas autoridades públicas precisam efetivamente estar atentas para começarmos a intervir e interferir na ascensão desse problema, porque isso é incontrolável. Como é que vamos ter um apagão de mão de obra técnica tendo pessoas aí, mas essas pessoas não estão qualificadas?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Então, nós precisamos desenvolver fortes programas de qualificação que tragam, que atraiam esses jovens para serem qualificados.

E, diante desse quadro que é um quadro preocupante e eu digo às vezes caótico, nós temos indicações bastante favoráveis. Aumenta em cerca de 40% a remuneração do trabalhador à medida que ele avança na conquista do diploma técnico. Só isso já é um argumento, um fundamento, uma razão mais do que suficiente para que políticas públicas efetivas venham ao encontro da solução dessa realidade.

A taxa de emprego formal pode aumentar 38% com formação técnica. Então, como não investir nisso, se nós vamos conseguir aumentar em 38% em média o emprego entre esses jovens?

E os cursos técnicos são cursos de curta duração. Não são como os bacharelados, que têm um tempo bem maior; têm alta empregabilidade, nós já vimos, eu apontei há pouco. O *ticket* médio não é alto e é um investimento nas famílias mais desfavorecidas, com alto retorno social e econômico.

Então, na última década, o Senador, inclusive...

Pode passar, por favor.

Esse aí também eu já focalizei, eu quero o próximo.

Na última década – o Senador focalizou algumas iniciativas, e eu fiz ali um pequeno resumo de iniciativas importantes, interessantes e também positivas na tentativa de resolver esta situação –, nós tivemos a implantação do Pronatec, em 2011. Portanto, ele tem mais ou menos 12 anos, com oferta de bolsa-formação, ao valor de R$10 a hora-aluno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Foi na época do Haddad?

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Foi, foi, ele foi quem criou em 2011. O ex-Ministro Haddad, hoje Ministro da Fazenda, foi quem criou o Pronatec com uma crença muito grande de que o Pronatec poderia contribuir enormemente para resolver a grave situação daquele quadro que lhes mostrei há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse tempo, Senador, foram investidos – é o que está lá na página da Setec – 15 bilhões, com 92% de execução. Desses 15 bilhões, foram apuradas 4.872.451 matrículas.

Porém, dessas, apenas 22%, em cursos técnicos, e o restante, em cursos de formação inicial e continuada, que são cursos de menor duração, que são cursos voltados para a qualificação profissional. São importantes? São, mas eles não geram, não produzem o diploma do técnico que é tão importante para a atuação no mercado de trabalho. Ou seja, formaram-se apenas 1.116.951 técnicos em 12 anos de programa. A gente vê 1 milhão e acha grande, mas, dentro da nossa realidade, do nosso propósito e dos nossos problemas, nós precisamos mais que triplicar isso.

Houve também uma boa iniciativa com a abertura do Fundeb, incluindo o Fundeb para poder investir com recursos em cursos técnicos integrados ao ensino médio em escolas públicas. A lei do Fundeb prevê isso, foi uma inclusão muito boa, porque as redes públicas poderão destinar recursos para isso. E nós todos precisamos estar atentos para ver se realmente e efetivamente estarão aplicando.

As redes públicas também fizeram... Algumas delas se destacaram muito, fizeram grandes esforços, extraordinários. Eu cito ali algumas delas que ampliaram muito as suas matrículas, que criaram programas especiais, como São Paulo, através do Paula Souza; como Pernambuco, que fez uma restruturação fantástica para a melhoria da oferta de educação profissional pública; como Minas Gerais, que fez o programa Trilhas de Futuro, excelente, que eu recomendo, que tenho recomendado, a gente tem se inspirado muito no Trilhas; como o Rio Grande do Norte também, que fez uma reestruturação muito interessante com a liderança do hoje Secretário da Setec, Getúlio Marques; como o Ceará, que fez uma reformulação naquilo que já era bom, ainda oferecendo melhores ofertas para a educação profissional; como a Bahia, o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Destaco também o Sistema S, com a permanente ampliação da oferta qualificada, que traz tantos bons resultados para o nosso país.

Eu não poderia deixar de destacar que também a rede privada, Senador, vem contribuindo enormemente para isso. Sabem que, na rede privada, estão os integrantes das classes C, D e E? Por quê? Porque os cursos oferecidos na rede privada são muito alinhados com a demanda do setor produtivo. As redes públicas têm algumas dificuldades, como, por exemplo, com a tecnologia, com laboratórios mais refinados, com professores.

E nós temos aí que, mesmo com aquelas iniciativas todas que eu destaquei, o cenário se mantém e o problema se agrava. Há impactos no desenvolvimento econômico e social com risco iminente de apagão de mão de obra. Isso requer urgência para decisões de políticas públicas prioritárias que atenuem e resolvam o problema. O PAC 3 será lançado agora – acho que agora no mês de julho, o Presidente, inclusive, já anunciou – e implica maior demanda de mão de obra qualificada, apressando soluções. O Secretário Magno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos alerta muito para a necessidade – não é, Secretário Magno? – de conciliar, de fazer a articulação entre as ofertas e as demandas e de estarmos alinhados com esses programas governamentais que estão, que serão lançados e que vão requerer pessoal qualificado. A situação, então, requer a mobilização de todos.

A gente confia na liderança do Senador Paulo Paim, representando os Parlamentares, e em muitos outros Parlamentares que também estão preocupados e atuando para isso, nos Governadores, nos Prefeitos, nos ministros, nos secretários, nos técnicos, nos empresários – e é muito importante se envolverem com essa questão –, nos educadores e nos estudantes. Então, precisamos da mobilização de todos para isso.

Diante desse quadro, a BrasilTEC apresenta propostas para contribuir com a solução. Nós estamos tirando proveito, nessas proposições, da experiência brasileira recente na educação superior e da experiência de países desenvolvidos em educação profissional e tecnológica.

Nós estudamos, nós fizemos um trabalho bastante aprofundado e concluímos que o Brasil precisa, pelos seus dirigentes, desenvolver pelo menos duas grandes ações. Uma ação de efetiva complementaridade da oferta da educação profissional no país, tendo o segmento privado como parceiro da solução, pelas condições que reúne, para contribuir com a superação da realidade desafiadora, tendo rapidez nas ofertas demandadas, tecnologias de ponta, custos acessíveis, aumento de vagas com agilidade. Como o quadro é caótico, como o quadro é preocupante, nós estamos sugerindo essas duas linhas de ação. A complementaridade pelas redes privadas e continuar apoiando e fortalecendo as redes públicas – porque uma rede só não vai dar conta – para a oferta de educação pública gratuita.

Então, nessa direção, nós estamos propondo... Conformamos, inclusive, dois projetos: um, Fiestec, no qual a gente já vem trabalhando há algum tempo. Mas a gente acredita que nessa gestão do Ministro Camilo e do Ministro Marinho, tendo o nosso Secretário Magno à frente, na qualificação, que o Fiestec, que é um financiamento estudantil para cursos técnicos não gratuitos, poderá efetivamente ajudar muito a mudar essa realidade.

Eu trago como exemplo que o Fies, que foi criado e fortalecido na primeira gestão do Presidente Lula, quando foi entregue para os estudantes se candidatarem ao financiamento público de cursos superiores, começou a mudar a realidade das matrículas na educação superior. Houve um avanço extraordinário e a educação superior privada deu um salto quantitativo que beneficiou enormemente a população brasileira. Hoje registram-se 72% das matrículas de cursos superiores na rede privada. Então, é um apoio fantástico para o Brasil resolver os seus problemas. Só que o Fies...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – ... para os cursos técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora é um minuto. Já deu um total de 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – No Fies, os estudantes da educação técnica jamais tiveram esse tipo de financiamento, mas a lei do Fies incluiu a possibilidade de estar fazendo isso.

A outra proposta é, também, conciliando com o financiamento condicionado à renda, ou seja, com o dinheiro que vai ser entregue para a formação profissional e que depois será devolvido, nós estamos alinhando com outra proposta que é com o Bolsa Formação, que pode ter o nome de Rotapro, que pode ser Pronatec revisado, Mediotec, Protec, como o Governo preferir, o importante é conciliar financiamento condicionado à renda e Bolsa Formação.

Essas duas propostas nós entendemos que, se bem implementadas, vão transformar aquela realidade que nós configuramos ainda há pouco.

Confiamos, Senador, na sua liderança, para que isso, efetivamente, possa ser organizado. Não esqueçam também que nós temos alguns critérios que são necessários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Não é um financiamento de qualquer jeito, nem Bolsa Formação de qualquer jeito, mas um financiamento e uma bolsa que, efetivamente, atendam a determinados critérios, como o alinhamento entre a oferta e a demanda. Do que é que o setor produtivo precisa? Não vamos oferecer curso de qualquer jeito, vamos oferecer cursos que, realmente... Também o nosso Secretário Magno sempre enfatiza que é importante termos uma forma de verticalização na carreira: podem começar com o FIC e seguir para os cursos técnicos.

Eu agradeço muito. Agradeço a flexibilidade do Senador e estamos juntos para fazer a transformação de que o nosso Brasil precisa! Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos, Dra. Cleunice Matos Rehem, Diretora Presidente da Brasiltec, que fez uma bela introdução, com dados, com números e apontou para o futuro. É possível fazermos juntos essa parceria público-privada.

Eu sempre digo, Magno e Dr. Felipe, que, quando era mais jovem, eu era um rebelde; hoje, eu sou conciliador. (*Risos.*)

Como conciliador, eu aprendi o quanto que é importante a parceria público-privada. Uma vez, quando eu estava iniciando no movimento sindical, há 40 anos, junto com o Marinho, eu ficava sempre olhando assim... Mas aprendi. Tanto que eu ajudei aqui, na articulação, para que não houvesse prejuízo para o Sistema S.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos nós fomos rebeldes, não é? E vamos construindo juntos.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Eu trabalhei 40 anos no público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

De imediato, eu vou passar a palavra para... Não é para você, Dr. Magno. Um aqui e um lá, por videoconferência.

Dra. Luzia Matos Mota, membro do Fórum Nacional de Educação (FNE), Coordenadora da Câmara de Ensino do Conif e Reitora do Instituto Federal da Bahia (IFBA), representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

O tempo é seu, de dez minutos, com mais cinco minutos, e a tolerância que a Mesa há de dar.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Exmo. Senador Paulo Paim. Com muita alegria, é uma honra para nós, do conselho nacional de reitores e reitoras das instituições federais, eu estar aqui, no lugar da nossa Presidente, a Profa. Leopoldina Veras. Ela não pôde estar presente porque, neste momento, nós estamos recebendo, no Pleno do Conif, o Ministro Camilo, o Ministro da Educação. Então, a nossa Presidente está lá, acolhendo-o e fazendo as honras da casa. Como representante, Coordenadora da Câmara de Ensino, eu estou aqui para representar o Conif, mas, já pensando um pouco no tempo, eu também represento, neste momento, a pedido do Presidente, o Fórum Nacional de Educação, que foi, recentemente, resgatado, após um tempo em que ficou no ostracismo.

Então, para nós, é uma alegria, tanto Conif quanto FNE, estarmos aqui participando desta sessão que o senhor, sempre atento e sempre defendendo os interesses da educação profissional e tecnológica do país, acatou, e estamos nesta sessão.

Senador Paim, antes de iniciar a fala, gostaria só de fazer o registro aqui de que, na minha tese de doutorado, em 2013, eu já citei o Fundep, já com muita vontade de que o projeto pudesse ser aprovado no Congresso Nacional. Então, é uma pauta antiga pela qual o senhor vem aí lutando bravamente para o fortalecimento da educação profissional no país.

E também quero iniciar esta minha fala fazendo referências, Senador, ao que o senhor traz a respeito dos dados relativos ao acesso à educação profissional no país. Enquanto a média dos países da OCDE gira em torno de 68%, nós, aqui no Brasil, infelizmente, temos números acanhadíssimos, como o senhor mesmo citou. Nem todos os brasileiros e brasileiras tiveram oportunidade de passar por uma formação profissional, de passar pela educação profissional e tecnológica no país, como o senhor e como eu também, que sou egressa da instituição de que hoje eu sou reitora. Eu sou egressa da antiga Escola Técnica Federal da Bahia, técnica em eletrônica, e essa experiência pedagógica, dentro dessa instituição, transformou a minha vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, trago esses elementos para iniciar a minha fala, lembrando, como bem falou Cleunice – e faço uma referência a todas, uma saudação especial, afetuosa a todos que estão participando desta sessão, representando as suas entidades –, que a Meta 11 do PNE tinha a intenção de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, ou seja, éramos para estar, hoje, já na casa dos cinco milhões de matrículas no ensino profissional de nível médio. Infelizmente, nós chegamos aí à casa dos dois milhões e já planejando o novo PNE, significando, então, que não conseguimos atingir a meta estabelecida nem os objetivos.

E lembro também que um dos objetivos da Meta 11 era que essas ofertas, 50% dessas ofertas, fossem realizadas nas redes públicas, tanto federais quanto municipais, quanto estaduais. Então, são metas que nós teremos que avaliar para introduzir no novo PNE e, já com um cenário muito diferente do que nós tivemos aí nos últimos anos, tentar galgar esses objetivos.

E, óbvio, quando a gente fala de educação profissional, da ampliação das vagas, da ampliação da formação profissional no país, nós precisamos dividir em duas dimensões: uma, que é a educação profissional aliada, integrada à educação básica para as nossas juventudes, para aqueles meninos e meninas que entram na última etapa da formação, da educação básica, que é o ensino médio, e, ali, têm a oportunidade de também sair com uma formação profissional. Tanto as juventudes quanto também a população adulta, que precisa também de uma formação que eleve a escolaridade dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

E também temos uma fatia muito expressiva, que é a qualificação profissional através de políticas, de programas, de cursos, de formação inicial e continuada, que foi trazida, foi devolvida ao país com o Governo Lula 1, a partir do Decreto 5.154, que estabelece e regulamenta o art. 41 da LDB nesses termos.

São duas dimensões importantes: a educação profissional aliada, integrada à educação básica e a formação, a qualificação profissional, que abrange trabalhadores e trabalhadoras com qualquer nível de instrução.

E nesse primeiro momento que eu falo, gostaria de tratar, aí já pensando um pouco como representante do FNE, um pouco sobre esses programas de formação, de qualificação profissional. Porque nós temos, no Brasil, uma larga experiência com esses programas. Temos, pelo menos 60 anos em que o Estado brasileiro tenta induzir programas massivos de larga escala para a formação da classe trabalhadora: qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores e trabalhadoras. Desde o Governo de João Goulart, com o programa intensivo de preparação de mão de obra industrial, lá na década de 60, ali por 1962, tivemos um grande programa de qualificação, requalificação, formação do trabalhador. De lá para cá, eu posso citar aqui, pelo menos, cinco grandes programas em cinco governos diferentes nestas últimas cinco décadas de programas que têm este mesmo objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), do Governo José Sarney, antes da Constituição; o Plano de Qualificação do Trabalhador (Planfor), esse talvez o maior de todos, tanto em número de matrículas, como também de investimento, que foi realizado, idealizado e implementado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Trago também o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que foi no primeiro Governo de Lula, no Lula 1. Esse Plano de Qualificação, o PNQ, trouxe também, como políticas de educação profissional, a criação da rede federal e dos 38 institutos federais, que fazem parte dessa rede; trouxe também o Brasil Profissionalizado, que foi uma política fortíssima para ampliação das matrículas em educação profissional nas redes estaduais. Esse programa... Esse tempo de 2003, a 2010, a educação profissional no país teve, de fato, um fortalecimento, porque foi vontade do Presidente da República fortalecê-la, até pela própria experiência de vida que ele teve. Tivemos no Governo Dilma, pelo que ainda somos impactados até hoje, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que teve também uma quantidade expressiva de matrículas, uma quantidade expressiva de recursos orçamentários, e que atingiu um grande número de trabalhadores e trabalhadoras. Com o golpe à Presidente Dilma, o Governo Temer traz um outro programa, o quinto para ficar, que foi o Qualifica Brasil.

Todos esses programas foram ofertados a partir de uma concepção...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA – ... e de uma execução que levava em consideração os entes federativos, ou seja, todos esses programas foram executados a partir de convênios com os estados, com os municípios, com as centrais sindicais, principalmente os últimos, e com organizações não governamentais e outras.

Então, essa forma de execução tem sido aí uma constante na execução desses programas. Obviamente que, do final do século XX, alguns deles, apesar de ter um número expressivo de matrículas, é preciso pontuar, até para fazermos o diálogo.

Muitos desses programas foram desconectados de outras políticas, e isso dificulta a qualificação do trabalhador com o objetivo principal, que é de mantê-lo no mercado e no mundo do trabalho. Então, a desconexão com outras políticas de geração de emprego, de trabalho e renda é algo que, ao pensar na ampliação do número de vagas, nós precisamos pensar. Como essas políticas, esses programas precisam estar conectados?

E a presença aqui na mesa do meu conterrâneo Magno é uma oportunidade de retomarmos os programas, levando em consideração a sinergia com outras políticas.

Observem que todos esses programas têm especificidades, obviamente, cada governo traz aí um pouco dos seus princípios e da sua concepção, mas eles têm muitas coisas em comum. E eu quero aqui registrar, até para discutir um pouco com Cleonice também, a respeito dessas características desses programas para pensarmos aí em como contribuir para a ampliação das vagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que características são essas? Primeiro, são cursos de curta duração. São cursos que mobilizaram milhões de trabalhadores no país. Diria que uma avaliação mais criteriosa desses números de matrícula certamente traria aí para nós algo em torno de 50 a 60 milhões de brasileiros e brasileiras que de alguma forma participaram desses programas.

Mas eu tenho aqui também que fazer um registro como pesquisadora da área. Os resultados, a avaliação desses programas é uma dimensão que não foi tratada como deveria. Muitas vezes, antes de esses programas serem efetivamente avaliados, eles foram descontinuados. E esse é um problema que nós precisamos analisar, porque, sem a avaliação dos impactos desses programas para formação, qualificação da classe trabalhadora, nós não podemos ter certeza se estamos indo pelo caminho correto.

Então, o que os pesquisadores da área vêm registrando é que a baixa avaliação e os resultados pouco efetivos em termos da assertividade da formação da força de trabalho nacional fazem com que esses programas contribuam, mas contribuam muito a menor do que poderiam se tivessem avaliações periódicas, acompanhamento, monitoramento.

Claro que, com o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), principalmente os cursos FAT, essas avaliações foram realizadas, até porque o repasse do recurso teve aí bastante melhora. Desde quando começou até o grande programa do Pronatec, a avaliação dos programas melhorou, mas, ainda assim, eu digo aqui, sem medo de errar, que as avaliações são muito escassas e que a gente precisa avançar nas avaliações. Porque se mudam os nomes dos programas, se mudam algumas vezes os executores, os recursos para implementação, mas, no final das contas, o acompanhamento aos egressos, para saber como esses cursos ajudaram, fica um pouco aquém do que nós podemos fazer, porque uma política pública formulada, implementada, mas sem avaliação, não fecha. Ela não consegue ter um fechamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – Então é importante, pensando numa política para a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras, eu diria que é muito importante para o país – eu já trago isto como contribuição aqui para o debate –, com as experiências que nós tivemos, de todos esses programas que eu citei, tanto no século XX como nessas primeiras décadas do século XXI, nós construirmos um sistema nacional de formação continuada de qualificação profissional para os trabalhadores e as trabalhadoras.

Eu entendo quando Cleunice fala do programa que pode inserir nessas estatísticas os trabalhadores e trabalhadoras, mas penso que, para que possamos ter um resultado efetivo, é necessária a criação de um sistema nacional de qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, reunindo aí todos os atores que estão presentes nessas ações. Hoje nós podemos dizer que pelo menos 11 ministérios ofertam cursos de qualificação profissional. Então uma articulação entre todos esses atores – atores privados e atores públicos – precisa ter. E é essa configuração do sistema que eu trago como um elemento, uma dimensão importante a se pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é imprescindível, Senador Paim, é imprescindível, que haja uma prioridade para as políticas afirmativas dentro da formação profissional, porque a maioria esmagadora, mais de 50% da população – em alguns estados, como a Bahia, chega a 80% –, é constituída pela população negra. E nós precisamos, a partir dos dados de desigualdade que nós já temos, que nós conhecemos, investir em políticas afirmativas que levem em consideração a raça e que também levem em consideração o gênero. É qualificação profissional, educação profissional e tecnológica ofertada com esses repórteres focalizados nesses grupos que são aí os grupos mais vitimados pelas injustiças sociais e pelas desigualdades.

Essa é a minha fala e a minha contribuição em relação à dimensão da qualificação profissional.

Agora eu gostaria, Senador, de trazer um pouco de contribuição como representante do Conif, como Reitora do Instituto Federal da Bahia. Todos nós sabemos que os institutos federais são originados daquelas 19 escolas criadas pelo Presidente Nilo Peçanha. No pouco tempo em que ele passou no poder, ele criou a primeira política pública em educação da República. Por isso nós nos orgulhamos muito de sermos descendentes, vamos dizer assim, de termos na nossa ancestralidade aquelas antigas escolas de aprendizes, artífices, através do Decreto 7.566, de 1909. Temos muito orgulho dessa nossa origem.

De lá para cá, de 1909 até 2005, nós tivemos um desenvolvimento da educação profissional no país combinado e desigual, porque nós tivemos momentos de bastante florescimento e também de bastante estagnação. Mas, com o Governo Lula, que iniciou em 2005, com a política de expansão da rede federal, nós passamos de 144 unidades espalhadas no Brasil, tínhamos ali, antes de 2005, por volta de 150 mil matrículas nas ofertas de curso técnico e tecnológico, e nós tínhamos 12 mil servidores atuando nessa rede...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – Depois da expansão do Governo Lula, tanto do Governo 1 quanto do Governo 2, o cenário foi completamente modificado. De 2005 em diante, nós tivemos três fases de expansão na rede federal. O número de unidades subiu de 155 para 700 *campi*, aproximadamente a quantidade de *campi* que nós temos hoje no país de institutos federais. Hoje temos cerca de 1,5 milhão de matrículas na rede federal, dados da Plataforma Nilo Peçanha, que é o painel que mostra os dados, as estatísticas da rede federal. Hoje nós temos quase 80 mil servidores na rede.

Senador, vou pedir só um pouquinho de tempo, porque falo por duas instituições aqui, então eu tive que dividir um pouco para representá-las.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou lhe dar mais cinco minutos. Você teve vinte, vou dar mais cinco.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu trago aqui a importância da missão dos institutos federais em formação humana e integral, centrada na formação para o trabalho, que traz sempre a centralidade do trabalho na formação dos nossos estudantes, mas com um elemento fundamental, Senador, que é o desenvolvimento (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi lá, não foi aqui. Por nós aqui está liberado, deve ter sido a internet da Dra. Luzia.

Enquanto não volta, eu quero, por uma questão de justiça, informar que, para este evento que está acontecendo...

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – ... porque somos instituições *multicampi*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltou, voltou.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – Para nós, institutos federais, esses 700 caminhos profundos fazem uma diferença...

Voltou, voltou? Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora perfeito, pode continuar.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – Então, eu chamava a atenção para o fato de que os institutos federais estão espalhados no interior do Brasil. Esses equipamentos levam para os territórios brasileiros mais do que a educação profissional. São equipamentos que têm uma aderência a outras políticas públicas. Então, além das políticas educacionais, nós também servimos o país com o fortalecimento de políticas de outras áreas.

Um outro elemento importante da rede federal é a verticalidade, porque nós ofertamos, desde a formação inicial e continuada, que é um número expressivo de matrículas, até a pós-graduação. Então, isso faz com que um trabalhador que entra em um *campus* do Instituto Federal entre para fazer um FIC, mas a experiência pedagógica que ele tem, dentro dessas instituições, faz com que ele prossiga na sua formação escolar, faz com que ele possa fazer um Proeja, que é um curso de formação de jovens e adultos com elevação de escolaridade.

Para finalizar aqui, Senador, representando o Conif, eu gostaria de dizer da compreensão que nós temos a respeito da expansão, que sabemos ser necessária para o país, de mais equipamentos, de mais unidades dos institutos federais – nós entendemos, apoiamos e achamos isso fundamental –, mas quero deixar registrado, nesta sessão, que é importante também inserir uma palavra junto da expansão, que é a palavra "consolidação". Nós precisamos consolidar o que nós já temos, precisamos consolidar nossos 700

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campi, para que o número de matrículas possa ser ampliado dentro da estrutura que nós já temos. Então, eu penso que, para finalizar aqui, eu poderia dizer que a bandeira hoje que nós levantamos e a palavra de ordem que o Conif vem trazendo em todos os espaços em que ele se apresenta é a consolidação da nossa estrutura e o apoio a uma expansão que seja baseada em critérios que trabalhem o que hoje é mais fundamental para o país: um plano de expansão com a criação de novos *campi* e a consolidação das nossas estruturas para que nós possamos enfrentar as desigualdades que o país possui: desigualdades educacionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – ... desigualdades regionais e desigualdades sociais.

Então, eu finalizo aqui, Senador, agradecendo ao senhor pela oportunidade e me colocando à disposição para o debate. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Dra. Luzia Matos Mota, do Fórum Nacional de Educação (FNE), Coordenadora da Câmara de Ensino do Conif, Reitora do Instituto Federal da Bahia, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). E, como ela disse, falou em nome de, no mínimo, duas grandes entidades desse setor. Parabéns pelo conjunto da fala, só tenho elogios, mas acho que tenho a obrigação, como negro que sou... É bom cada um assumir a sua identidade. Descendência africana, como outras descendências: italiana, alemã, japonesa, enfim, é bonito olhar para trás, para os nossos antepassados. E, quando ela reafirma a importância das políticas afirmativas, porque a gente tem que ter esse olhar, porque, no Brasil, é muito forte ainda a discriminação. Ainda, eu diria, porque é muito forte, contra negro, índio, cigano, até contra as mulheres.

Tivemos o Presidente Lula, com uma grandeza e o apoio da própria Primeira-Dama, porque a Janja, também, eu sei que trabalhou nesse sentido. A Simone Tebet trabalhou muito também nesse sentido, a nossa sempre Senadora. O Ministério do Trabalho, o Ministério das Mulheres, todos trabalharam. E tivemos que aprovar uma lei para garantir que homem e mulher, na mesma atividade, têm que ter o mesmo salário. Eu chego a dizer: se quiserem, a gente calcula até os anos nos critérios, mas o que não pode é, na mesma função, homens e mulheres terem salários totalmente diferentes. E, da mulher negra, o salário é menor ainda. Por isso que é importante a gente discutir as políticas afirmativas.

Só para dar um exemplo do quanto é importante essa fala que a doutora fez quando fala nas políticas afirmativas. Nas universidades federais, antes da política de cotas, que eu fui defender no Supremo... A TV Senado passa, sábado à noite, às 21 horas, toda a história do filme Raça e fala de três personagens. Não é porque eu estou lá, mas eu estou lá. Sou eu, o Netinho e uma quilombola que não lembro agora, no momento... E eles filmaram o embate que eu tive dentro do Supremo para que a política de cotas... Foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal. Eu era o único negro aqui e fui indicado para defender a política de cotas.

O que mais me doeu foi um que pensava diferente, e pior que está no filme... Eu não queria estar no lugar dele, porque o Brasil todo vai ver. Vai ser agora, no sábado, e vai ser – dá para anunciar depois? – na TV Senado, os horários em que vai passar o filme Raça, em que ele, com muita infelicidade, na defesa contra as cotas, disse que a mulher negra gostava de ser violentada – estuprada, violentada. E eu, com todo o respeito, tive que dizer: "Mas você gostaria que a tua irmã, que a tua mãe, que a tua esposa, que a tua amiga, que a amiga da tua filha fossem violentadas?". É claro que se deu um silêncio total no Plenário. Mas eu, sem ser agressivo, dei a resposta no nível. Se dói para um negro, dói para um branco também, dói para um índio, independentemente de quem seja. Todos somos seres humanos, como você está dizendo.

Então, eu acho muito importante esse corte de gênero e raça para manter, cada vez mais, a nossa luta contra todo tipo de preconceito.

Parabéns, Dra. Luzia!

E, depois, você vai ter oportunidade, nas considerações finais...

Eu quero dizer também que a audiência está sendo muito grande aqui, que me informaram. Inclusive, enviaram perguntas. Muita gente interessada está assistindo pelo YouTube também – foi o que você me falou, não é? Além de TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, também esse programa é reproduzido novamente.

E aí eu quero fazer justiça, neste momento, e chamar o nosso próximo painelista.

Esta audiência pública, no requerimento que nós encaminhamos, teve a assinatura do Senador Flávio Arns, que é o Presidente da Comissão de Educação, que só não está... Porque o Flávio Arns é muito presente. Ele não está aqui, ou virtualmente, pelo menos, porque ele está com o filho dele, um filho muito querido, eu conheço o filho dele, que está hospitalizado, numa situação, digamos, delicada – delicada. E ele, então, se deslocou, para o seu Estado.

Flávio, estamos todos rezando juntos, e que teu querido filho – eu sei que é o segundo momento que esse menino passa – se recupere e volte para o convívio da família, eu sei que ele está no hospital. Enfim, Deus nos ilumine e principalmente o teu filho.

Além do Flávio Arns, o Senador Carlos Viana também fez questão de assinar o requerimento para esta audiência, e quero dar um destaque também para o Senador Astronauta Marcos Pontes. Ele, inclusive, coordena a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico, que nós todos assinamos, nós estamos lá com ele, e, com certeza, vamos ter eventos dessa frente para fazer um bom debate, porque todos nós reconhecemos a importância do ensino técnico profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para o Dr. Magno Rogerio Carvalho Lavigne. Está certa essa pronúncia? Eu digo Lavigne por causa do "g", mas eu posso ler "Lavine", não tem problema. "Lavine" fica mais direto, não é? Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego. Representa aqui o nosso querido amigo e competente Ministro Luiz Marinho.

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Queria, antes de fazer a nossa exposição, parabenizar o Senador Paulo Paim, não apenas por esta sessão, mas por toda uma carreira brilhante na política, representando o povo brasileiro. Eu, sem ser eleitor do Rio Grande do Sul, sempre estive na torcida por todas as suas vitórias, que sempre foram vitórias da classe trabalhadora – importante dizer isso. A minha história tem ligação, minha vida toda, com o movimento sindical, e nós sabemos do papel que o senhor tem nas grandes batalhas da classe trabalhadora do nosso país. E não é parceiro de água calma, não; é parceiro de todo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – De todas as horas, não é?

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – É. O tempo está bom, ele está junto; o mar aderna, ele também está junto com a gente.

E que bom que o Brasil voltou, não é, Senador? Que bom que nós estamos aqui, sem perguntar às pessoas qual é a coloração partidária, o que é que elas pensam de outros temas e discutindo o país. Quando a Dra. Cleunice traz o tema, quando está aqui nessa mesa o Felipe, que é um dos grandes técnicos da área de compreensão sobre a questão de qualificação, quando nossa Reitora Luzia faz essa bela explanação aqui sobre a história da qualificação profissional, aí eu me recordo, inclusive, dos liceus, que são anteriores à legislação, e do grande baiano Manuel Querino, que teve uma história... Os negros formavam os negros para poderem, inclusive, ajudar na compra de alforria de outros negros escravizados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa lembrança! Passou pela formação.

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Exatamente. A qualificação profissional sempre foi o caminho da ascensão social e da ascensão humana, da compreensão do mundo. E eu tenho a honra hoje de ter sido convidado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Marinho, para poder ser o Secretário de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho, Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda, com alguns pontos que a gente tem que compreender.

A primeira discussão que nós temos feito com nossos teóricos desse tema é que nós não podemos apenas tratar hoje do mercado de trabalho; nós temos que tratar do mundo do trabalho. A qualificação tem que ser vocacionada para as pessoas terem emprego e renda, porque o emprego, como nós conhecemos, mudou. O Morgado conhece bem profundamente isto, e nós conversávamos várias vezes sobre este tema:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o emprego, como nos foi apresentado no passado, não existe, porque você não pode pressionar todo o trabalho de qualificação profissional técnica, pré-técnica, os cursos FIC, a que eles tenham, como parâmetro único, a empregabilidade no modo formal, que nós conhecemos antigamente. Por quê? Porque senão a gente vai começar a dizer que eles não têm tido resultados, quando na verdade, se você adapta a estrutura para que a gente compreenda como mercado a formação das pessoas para o mundo e aquela possibilidade de a pessoa ter soerguimento de renda, a gente vai compreender que, todas as vezes em que o Estado brasileiro, em parceria com a iniciativa privada, com os entes paraestatais, age na questão da qualificação, eleva-se, e muito, as perspectivas de vida. Está aqui a prova o senhor, o Presidente Lula e todos que nós pudemos citar: o Ministro Marinho, o Senador Paulo Paim, nós de cá, do movimento sindical, com toda a formação que nós tivemos a partir disso, enfim.

Eu gostaria aqui de falar um pouco do que o ministério tem pensado com relação à questão de qualificação profissional, para dar até uma satisfação à sociedade do que nós fizemos neste curto período, mas antes eu gostaria de dizer – e é importante ressaltar que nós não fomos eleitos para falar do Governo passado – que a história não pode ser negada. Existia um abandono completo das políticas. Se não houvesse, Senador, a articulação de vocês aqui, na Câmara e no Senado, para que tivesse alguma política de qualificação neste ano já, o orçamento de qualificação profissional do Governo Federal deste ano seria de R$8 milhões. A proposta orçamentária do Governo passado, antes da emenda constitucional da transição, era de R$8 milhões para a área, e todos que estão nos ouvindo, que estão nos vendo sabem que não se faz política pública nenhuma sem orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nada, R$8 milhões são iguais a nada.

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVINE – É exatamente: noves fora, nada.

Então, eu vou fazer aqui uma pequena exposição, para tentar também ser econômico no tempo, mas precisava dizer essas pequenas palavras aqui, antes de vir para a exposição propriamente dita.

Pode passar.

Nós somos a Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda e somos os coordenadores nacionais do Sine, que é o Sistema Nacional de Emprego.

Do Sine, a legislação era de 1975; teve transformação em 1988. E aí o Paulo Paim participou de todos estes momentos: da discussão do seguro-desemprego; depois, da regulamentação do seguro-desemprego e do abono salarial; e, em 2018, da sistemática do financiamento do Sine – tem um avanço legal nessa época que é importante e a que nós vamos chegar daqui a pouco.

Pode ir passando, pode ir passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a obrigação de integrar as ações dos serviços nas esferas do Governo, a execução descentralizada das ações de serviço, o compartilhamento de gestão de recursos técnicos e a participação de representantes da sociedade civil. E eu toco nesse ponto. A política do Sine é uma das políticas mais democráticas possíveis, porque ela é dirigida por conselhos tripartites paritários, onde a sociedade, através dos trabalhadores e do empresariado, e o Governo têm o mesmo tamanho. A gestão dos conselhos é feita, a cada período, por um dos segmentos. E se não for assim, não se consegue fazer nenhuma ação com os recursos do FAT.

Então, é uma política que, muito embora tenha sido abandonada do ponto de vista orçamentário pelo Governo passado, nós precisamos fortalecer a cada dia, porque é a cara da ideia da concertação social: tripartite e paritária. O Governo não é mais forte que a sociedade nos conselhos do Sine, os empresários não são mais fortes que os patrões nos conselhos do Sine e nem os empregados são mais fortes do que nenhuma das três partes. É isso que o senhor disse, não é? A gente tem que juntar. E a política dos conselhos é fundamental nesse ponto.

E nós estamos trabalhando com adequação da oferta e demanda. Estava num outro... Força de trabalho em todos os níveis de ocupação e qualificação, porque a ideia da secretaria é juntar as energias de todo campo.

A professora falou aqui, a nossa Profa. Luzia colocava a questão de o Governo precisar fazer uma integração das ações dos ministérios. Está aí um debate já conosco e a Casa Civil numa ação de integração, porque tem três ou quatro pontos que têm que ser centrais em todo tipo de qualificação dada pelo Governo. Nós estamos trabalhando nisso já no Governo.

Pode passar. Pode passar para o outro.

O Governo Federal coordena o Sine, supervisiona, executa os serviços; apoia e assessora tecnicamente as esferas de Governo que aderirem ao Sine, porque o Sine é de adesão dos estados e dos municípios acima de 200 mil habitantes; porque os estados atendem, a partir da política, os municípios menores. Mas nós temos adesão... Tivemos hoje – hoje digo semana passada –, no Governo do Lula, do Ministro Marinho, a adesão do último estado que estava fora da rede, que era o Estado de Santa Catarina, que aderiu ao Sine por acreditar na política da retomada da política que nós estamos fazendo. Então, todos os estados brasileiros hoje são da Rede Sine.

E nós vamos trabalhando também com a estimulação dos consórcios públicos municipais. Tem um problema na questão dos consórcios que está aqui, no Senado, Senador, que é o seguinte, como tem uma aprovação na Câmara para que os consórcios pudessem constituir fundos próprios, porque nós trabalhamos na política do fundo a fundo, está aqui, no Senado, a discussão sobre a possibilidade de os consórcios intermunicipais estabelecerem fundos próprios. E essa política é muito importante para a gente, a cada dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passa, descentralizar mais a ação e a distribuição dos recursos do FAT, para atingir também as pequenas cidades.

Então, está uma discussão e eu peço o apoio do Senador Paulo Paim, da sua... Vou passar os dados depois do projeto, como está, para o senhor acompanhar esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço para a minha assessoria que já pegue todos os dados, para a gente dar um carinho especial para esse projeto que você está propondo aqui, que vai descentralizar...

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Isso e mais ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu chego a dizer que gostaria de ver no mínimo uma escola técnica em cada município, por menor que fosse. Aí precisa de dinheiro, não é?

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Aí o FAT pode ser uma das fontes.

Pode passar para o próximo.

Quais são as ações no Sine? A oferta integrada de serviços. Intermediação de mão de obra é conosco. Nós estamos... Apesar de ter sido abandonada, é importante dizer, eu estou falando isso para vocês entenderem, como sociedade, todo mundo aqui, como nós estamos organizando. O sistema de intermediação de mão de obra a gente está refazendo, do ponto de vista técnico. As atualizações passaram anos e anos sem nenhum tipo de atualização e já estão sendo montadas.

Qualificação profissional e social. Nós trabalhamos com a qualificação presencial e à distância. Tem um projeto nosso com a Microsoft de 5,5 milhões de vagas de qualificação, com sete trilhas de formação, com 140 cursos na área de tecnologia da informação, que vão desde o letramento digital até TI. Então, a gente tem trabalhado também. Não é que a gente queira só que tenha o presencial; a gente acredita em todas as matrizes tecnológicas para poder qualificar melhor o nosso povo. E isto é importante que a gente diga: a gente não pode abrir mão da presença e do contato humano.

Estamos ampliando isso para as classes D e E, com a possibilidade de constituição, na política do novo Sine, de que eu vou falar aqui, nós estamos lançando, estamos discutindo com os estados. Já foi aprovado pelo Conselho, pelo Codefat, que cada Sine tenha um laboratório de informática para inclusão digital, porque as pessoas, às vezes, querem até fazer os cursos, mas elas não têm tela nem internet. Se você não tem tela e não tem internet, você não consegue acessar o novo mundo, e a gente quer possibilitar que as pessoas que não tenham, possam ter a partir das estruturas da rede Sine. Somos 1.436 pontos no Brasil. É uma capitalidade gigante de qualificação profissional, é uma capitalidade gigante de ação social do Governo com relação ao mundo do trabalho. E nós temos que ampliar isso, profissionalizar, aprofundar, colocar orçamento, e vamos falar disso aqui daqui a pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fomento à inclusão produtiva, que é uma novidade que nós estamos instalando junto com o pessoal da Economia Solidária, lá com Gilberto Carvalho: nós estamos fazendo uma política grande disso no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Grande Gilberto Carvalho.

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Grande Gilberto, queridíssimo.

E criamos um novo bloco, como foi dito inclusive por nossa reitora também. Sem estatística, sem compreensão... A partir de agora, nos blocos do FAT, tem assessoramento estatístico. Foi uma proposta nossa, do Ministro Marinho, aprovada no Codefat, que vai ter orçamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – ... para que o Ministério do Trabalho compreenda a política toda dessa estruturação do assessoramento técnico para essas políticas de que nós estamos falando aqui; para a gente ter um aprofundamento.

Tem também setores que têm expertise técnica gigante. O Senai, por exemplo, tem uma capacidade de BI que é extremamente importante. Mas, para o Estado brasileiro dialogar com esses setores, ele tem que ter sua formulação de estatística e compreensão a partir dos dados, inclusive somando com o Senai, que sempre coloca à disposição para a gente todo seu aparato, para que a gente possa cada dia ser mais assertivo na política pública do trabalho, emprego e renda. Foi criado agora, nessa última reunião do Codefat.

Podemos ir passando.

Nós temos lá três departamentos. Um que é o DES, que cuida da gestão do Sine, da inclusão. Outro é o DEQ, que é de qualificação social, e o DPJ.

Pode ir girando.

A parceria nossa principal é fundo a fundo, como eu falei, através do Sine.

Pode ir passando também, para ficar mais rápido aqui.

As parcerias com os municípios, na questão do bloco do fomento.

Tem o PNMPO, em que a gente também tem trabalhado, mas, com esses juros de 13,75%, infelizmente não existe a possibilidade de nenhuma política pública de fomento através do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em planeta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Nenhum. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Neste planeta...

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Eu aproveito essa lâmina para fazer um apelo aos homens que comandam a política de juros, porque você não vai ter política de qualificação, geração de emprego com quantidade e qualidade que a gente precisa enquanto tiver essa taxa de juros, que é absurda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVINE – Não dá nem para fazer o programa de que ela está falando de Fies para lá, porque, senão, não tem como pagar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVINE – É. Quem vai pagar?

Próximo.

E nós estamos trabalhando na questão da qualificação, na política de fundo a fundo com os estados, do que já falei aqui.

E vamos fazer uma grande ação neste ano ainda, começando... Grande comparando ao orçamento que tinha no passado, mas é o início de uma política de qualificação, com as universidades e os institutos federais de educação tecnológica.

Nós entendemos que o Estado brasileiro tem *expertise* para ajudar mais na qualificação, no pré-técnico, nos cursos FIC, e as universidades federais e os institutos federais de educação tecnológica são o instrumento mais apropriado para isso. Somando isso com o que tem na iniciativa privada e com as iniciativas do Sistema S, a gente vai conseguir ampliar muito esse raio de ação nosso.

E tem a Escola do Trabalhador, de que eu falei, que é de um programa nosso chamado Caminho Digital.

E tem os termos de fomento, em que a gente vai trabalhar com qualificação com as instituições privadas através do Mrosc, mas esses termos de fomento são muito baseados na questão desse novo mundo do trabalho, com a economia solidária também entrando na qualificação, para que a gente possa permitir que as pessoas tenham renda.

Próximo.

Pode ir passando, porque tem uma situação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminho Digital. Eu falei do programa já, pode ir seguindo.

Ali é um pouco... Vou deixar com o Senador aqui toda essa exposição, para que a sua equipe tenha conhecimento desses detalhes, Senador.

Podemos passar.

Esta é a Escola do Trabalhador, plataforma EaD, como eu disse.

Estas são as Trilhas da Escola: letramento digital, produtividade, introdução...

Aqui eu falei...

Há até educação financeira lá, viu?. É muito interessante.

Você, que está nos assistindo, entre aí: é Escola do Trabalhador 4.0. Pode entrar e se matricular agora.

E quem se matricula ainda recebe um pacote da empresa que é parceira do ministério, por três meses, completamente gratuito, para poder fazer os cursos. É um negócio muito interessante, uma iniciativa de entrega.

O próximo.

Nós estamos trabalhando com a questão do fundo a fundo.

Teve umas mudanças na legislação, no regramento do Codefat. Para o senhor ter uma ideia, Senador, se fosse feito como estava no ano passado, a gente teria só que colocar dinheiro em dois estados. Eles botaram areia na engrenagem. A ideia deles era que a qualificação profissional só fosse feita pelo estado que se qualificou no ano passado. Ou seja, era jogo de resta um, para acabar. Daqui a pouco, o programa se autoextinguia. Nós mudamos o regramento.

É claro que sempre se premia quem executa, mas nunca abrindo mão dos outros. Senão, acaba o programa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVINE – Não tem razão de ele existir.

O próximo.

O próximo.

Pode passar, porque já toquei nesses assuntos.

Agora, o que é que os estados e os municípios precisam fazer? Aderir ao Sine, manifestar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVINE – Eu não sei como é que está o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não, a campainha é automática.

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVINE – Está certo.

É manifestar interesse em execução do Bloco da Qualificação...

E tem que ter orçamento. Aí, para os que estão me ouvindo, não adianta, é uma ação do Governo Federal, mas tem que ter contrapartida também dos estados e municípios. Se não tem no orçamento do município que eles querem qualificar, como é que nós podemos repassar recursos por parte do Governo? Nem a lei permite, nem seria educativo, do ponto de vista da relação...

Próximo.

Nós estamos com muita fé nessa questão das parcerias com as universidades, com os institutos federais em educação técnica e tecnológica e com as instituições privadas. É isso que...

Eu botei aqui para poder dizer isso. A gente acha que isso vai dar capilaridade na qualificação feita diretamente pelo Ministério do Trabalho, além dos nossos outros parceiros todos.

E tem o programa de aprendizagem profissional.

Quando a gente fala de juventude – e estão aqui os nossos amigos do Sistema S, que conhecem bem profundamente o tema –, nós não podemos nos esquecer da qualificação feita na questão da aprendizagem. A aprendizagem talvez seja o caminho mais curto, e nós não conseguimos atingir no Brasil, em nenhum momento, a possibilidade de 1 milhão de vagas que há disponíveis para a aprendizagem, comparado com o que tem na lei e com o que tem o mercado de trabalho brasileiro. Se a gente quer qualificar o nosso jovem e se a gente quer que ele tenha relação com o mercado de trabalho, o caminho é fortalecer a aprendizagem.

A política de aprendizagem tem uma legislação, tem todo um debate, tem instituições com *expertise* disso, tem toda uma política que a gente precisa que seja fortalecida, para que a gente consiga dar conta de resolver o problema da juventude.

Vamos lembrar que, por todas as teorias que a gente conhece... Mas tem um detalhe: nós estamos já no final do nosso *boom* demográfico. Nós estamos na curva entre o país ser um país de jovem e um país de adultos e, depois, de um país que vai precisar da força de trabalho de fora. Se a gente não tiver essa compreensão e formar bem... E, a partir da aprendizagem profissional, nós temos um caminho aí que é importante seguir.

Pode seguir, para não tocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem a normatização, tem a regulamentação toda da aprendizagem...

Pode passar.

O art. 429 da CLT...

Aí estão todos os nossos parâmetros da aprendizagem.

Pode ir seguindo.

Está lá na Lei 5.453, está na Constituição... Tem a Lei 10.097, tem o Decreto 9.579, que regulamenta a questão da aprendizagem.

Pode ir seguindo.

As empresas que fazem aprendizagem têm vantagens econômicas. Está escrito e todo mundo que trabalha com o setor conhece, mas está à disposição de todos esses detalhamentos sobre a aprendizagem. E, lembrando bem, nós não conseguimos cumprir a quantidade de vagas de aprendizagem, o Brasil não cumpre.

Vamos indo.

Próximo.

Pode passar, pode passar esse aqui.

O poder público é toda esta estrutura que é a aprendizagem no Brasil: uma sociedade mais equitativa; estímulo ao crescimento econômico; redução da criminalidade; formação da sociedade mais justa.

E vamos indo.

Agora, o fim é o seguinte: nós temos um orçamento, e eu vou demonstrar, Senador, a vontade do Governo Lula de agir nesse campo.

O orçamento da Secretaria, ano passado, foi de R$26 milhões para a gestão da rede Sine, mas depois eles fizeram um contingenciamento no final do Governo e só deixaram R$8 milhões. Eu acho que eles tinham uma fixação pelo número 8, por alguma coisa aí deles. E nós que pagamos, como restos a pagar. Sequer eles conseguiram pagar o orçamento do ano passado. Para qualificação foi R$23 milhões. E para fomento da inclusão produtiva, R$4 milhões.

Este ano, nós temos R$120 para a gestão da rede, e o Governo Lula já pagou R$80 milhões – já publicou para a gestão, para que o Sine reative, no Brasil, 80 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É pouco dinheiro, reconhecemos, mas é dez vezes mais recurso do que foi feito no ano passado. É importante termos esse padrão de comparação. Estamos em crescimento. É dez vezes mais recurso do que foi feito, do ano passado até agora, em seis meses.

E vamos chegar, com a gestão do Orçamento, aos R$120 milhões. São R$103 milhões para a qualificação profissional. Aí entram todos os programas do fundo a fundo, entra a questão da relação com as universidades e com as entidades privadas. Foram R$9 milhões, para fomento, que a gente trabalhou com os municípios.

Ano que vem, já aprovado no Codefat, nós vamos ter, para a gestão da rede Sine, R$300 milhões, porque nós estamos construindo um novo Sine: é a casa do trabalhador brasileiro. Nós ampliamos a carta de serviços e vamos melhorar a qualidade da rede. Cada estado vai, aos poucos, modificando, para que a gente tenha toda uma estrutura da novidade, a casa do trabalhador brasileiro. É o caminho que a gente acha que vai ajudar – e muito – em toda essa articulação aqui com a qualificação feita pelos entes privados, feita pelo Sistema S, para poder...

E o orçamento para qualificação a gente sobe de R$103 milhões para R$514 milhões. Já foi aprovado no Codefat isso. São R$514 milhões, com recorte de R$214 milhões para a política de juventude. Então, é um crescimento grande.

E agora vamos começar a ter alguma política de fomento, porque, com R$100 milhões, dá para começar a ter política de fomento, geração de emprego e renda.

Então, no quadro, em azul, nós estamos dizendo que é orçamento do Governo Lula, o primeiro orçamento para a área de qualificação, para a área do Sine, para fazer a casa do trabalhador e para começar, de verdade, a qualificar o nosso povo.

É pouco. O Governo Dilma tinha um programa só que somava todo esse orçamento, mas nós também temos que ter responsabilidade fiscal, temos uma transição a fazer, vamos recuperar a rede, no primeiro ano do Governo, e, com fé em Deus, a gente chega, ao final deste Governo, com uma ação muito mais efetiva nesse campo.

Pode passar.

Era isso o que eu tinha para dizer na exposição e gostaria de dizer da alegria gigantesca que eu estou aqui, de estar em uma mesa, depois de ouvir uma exposição, acompanhado pela Profa. Cleunice. O Felipe Morgado vai me perdoar a referência, mas a Profa. Cleunice é uma baiana. Depois, ouvi a exposição da nossa Reitora Luzia Matos, outra baiana...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tem mais pessoal da Bahia que vai falar ainda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – E eu.

Ontem, o Senado fez uma sessão especial para lembrar o dia 2 de julho, que é, na minha avaliação – de baiano – o verdadeiro dia da Independência do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estava aí o Governador!

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – O Governador estava aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe de uma coisa bonita? Eu estava no cafezinho do Senado. Ele chegou e, de imediato, veio me cumprimentar, e eu gostei muito, não é? "Grande Governador! Que alegria! Você é um, é um dos poucos...". Ele disse assim: "Um dos poucos indígenas". Achei muito bonito, da parte dele, ele ter me dito isso.

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Como o senhor falou da questão de ser homem negro, para mim, um afro-indígena, filho de uma tupinambá de Olivença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você?

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Exatamente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Estar aqui, nesta mesa, fazendo este debate sobre qualificação profissional, neste nível aqui, como estamos fazendo, é uma alegria grande.

Mas, voltando aqui ao tema, tem a Cleunice, tem a Profa. Luzia... E nós tivemos lá a Maria Felipa, a Maria Quitéria, a Joana Angélica...

As mulheres baianas sempre sendo timoneiras da transformação.

Então, era com isso... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele ganhou a Bahia toda.

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As palmas para o Magno foram mais do que justas, não é? Ele fez aqui, o Dr. Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda, do Ministério do Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Emprego, uma bela exposição, com números, com dados, e mostrou a disposição do Governo, pelo tanto que já investiu.

Como você disse, é pouco, mas é dez vezes mais do que o investimento feito no passado e que, agora, o Governo Lula, com o compromisso que tem, há de avançar muito mais.

Então, meus cumprimentos. Parabéns!

Eu queria, de imediato, agora, passar a palavra para você, Felipe, mas me dá um minutinho, Felipe, porque antes eu falei da política de cotas, lembram? Eu disse que, com as ações afirmativas, política de cotas, nós saímos de 10%, na universidade pública, para 54%; e também avançamos na universidade privada, com a presença de mais negros e negras.

Mas sabem por que eu falo isso? Porque a Suprema Corte norte-americana acabou de revogar as políticas afirmativas lá. Eles construíram uma maioria na Suprema Corte, a partir do Governo Trump, e agora veio esse resultado. Mas, para aqueles que quiserem questionar, as políticas afirmativas no Brasil são um sucesso absoluto. Saímos de 10% para 54% na universidade pública, graças à política de cotas. E lembro a eles... Sabem quanto tempo ficou lá? E eu fiz questão que fossem pesquisar antes de eu falar aqui. Por 53 anos, os Estados Unidos tiveram as políticas afirmativas. Então, daqui a 53 anos, quem sabe, a gente vai poder rever, não é? E oxalá a gente não precise mais. O que eu gostaria é que não precisasse. Senão, daqui a 53 anos, como foi lá, para aqueles que estão querendo... "Ah, mas lá já terminou!". Sim, depois de 53 anos! Aqui está praticamente começando. Então, daqui a 53 anos a gente revê. Quem sabe, até por uma decisão nossa, não é?

Eu não estarei aqui, porque eu já estarei em outra esfera, mas estarei sempre torcendo para as políticas afirmativas, enfim, por uma visão universal de que todos tenham direito de desfrutar espaço na saúde, na educação – aqui, no caso, na educação.

Era isso que eu queria colocar e também falar que o documentário *Raça* – aqui vieram os dados completos –, com direção de Joel Zito Araújo e Megan Mylan, estreia sábado, dia 8, às 21h, na TV Senado, com reprise no dia 16, às 21h. Conta a história de Netinho de Paula, fundador da TV da Gente, e Miúda dos Santos, ativista quilombola, neta de escravos, e deste jovem Senador, de 73 anos, que vos fala, Senador Paulo Paim. Então, verão lá um pouco de como é que foi o debate, inclusive, das ações afirmativas aqui dentro do Congresso, como eu comentei aqui rapidamente.

Assistam! Vale a pena, viu? Não é porque eu estou lá. Eu não sou artista, mas eles vieram filmar aqui dentro o que acontecia e filmaram também as atividades no Supremo.

Agora vamos passar a palavra para o Dr. Felipe Esteves Pinto Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, como representante do Senai.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nosso Exmo. Senador Paulo Paim, sempre defensor da educação profissional... Sempre tive a honra aqui de debater com ele em vários momentos... Defende o Senai, defende o Sistema S como uma instituição de excelência na educação profissional.

Quero cumprimentar o colega Carlos Magno, sempre apoiando a educação profissional, agora recentemente no Ministério do trabalho e sempre preocupado em buscar e melhorar. E vocês notem que, em pouco tempo, ele já trouxe um retrato e evolução de mudança.

Carlos, parabéns pelo seu trabalho!

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE (*Fora do microfone*.) – Obrigado pelo Carlos. (*Risos.*)

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Oh... Magno.

Sabe o que é? Eu tenho um amigo que é Carlos Magno, e aí eu pus o Carlos, Magno...

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – O que soma é bom. (*Risos.*)

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – E o Magno, já estive com ele várias vezes, não é Magno? Não foram poucas.

E a Cleunice também, a nossa colega que sempre luta aqui no BrasilTEC, defende o Senai... Defende a educação profissional, que eu acho que é o mais importante.

Eu vou trazer um pouco – se possível, colocar a minha apresentação... Eu vou trazer um pouco, vou pular até alguns pontos, porque a Cleunice já apresentou vários dados, a Luzia também, o Magno também... Então, se possível, abrir a apresentação.

Eu queria começar a falar trazendo um pouco do Senai. Eu sei que todos aqui já citaram que o Senai pode avançar, mas eu acho que o importante, Senador... Muitas vezes a gente escuta algumas informações na imprensa ou na opinião pública, mas é importante – se possível, passar – trazer alguns grandes números do Senai.

Primeiro que o Senai, ano passado, teve presença em cerca de 5.309 municípios, Senador. Isso dá quase 95% dos municípios brasileiros. Eu sempre escuto: "Não, o Sistema S, fisicamente, o Senai não consegue, só atende onde tem grandes centros". Não, é possível chegar com parcerias, como o Magno trouxe, e com toda a lógica, com as tecnologias existentes hoje. Então, no ano passado, mais de 2,8 milhões de trabalhadores, de estudantes passaram pelo Senai.

Desde 1942, foram 86 milhões de trabalhadores, num segmento que é o segmento da indústria, e a indústria é muito diversificada. Isso faz com que aumente a complexidade do que a gente está discutindo aqui hoje, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar.

O Senai é reconhecido tanto pela OIT quanto pela ONU como referência em educação profissional na América Latina e também como protagonista em cooperação Sul-Sul aqui pela ONU.

Pode avançar.

Também existe uma avaliação.

Infelizmente, a gente não tem um Pisa da educação profissional, Senador, mas temos uma avaliação, que é a competição mundial das profissões, em que o Brasil sempre se destaca. Na última edição que teve em sua plenitude, em 2019, ficamos em terceiro lugar do mundo, ali junto da Coreia. E eu vou também trazer algumas informações, porque eu tive a oportunidade de estar lá semana passada, e eu acho que a gente, o Brasil, pode e deve olhar essas experiências em países que saíram de uma pobreza, de uma desigualdade, de uma guerra, e, em pouco tempo, por meio da educação, se transformaram numa grande potência.

Pode avançar.

O que eu queria trazer, como perspectiva de política pública, Senador, é que qualquer documento, qualquer pesquisa, qualquer diagnóstico que a gente avaliar, a gente sabe que existe uma transformação no mundo do trabalho, que existem novos empregos surgindo e existe a necessidade – e isso foi destacado por todos os palestrantes que antes de mim colocaram – de educação de qualidade. Isso é muito importante para o mercado de trabalho. E atualizada. E esse problema é um problema não só no Brasil. É um problema no mundo inteiro a necessidade de qualificar, requalificar e aperfeiçoar os trabalhadores.

Pode avançar.

Eu acho que o último estudo recente publicado pelo The World Economic Forum traz alguns aspectos que eu considero importantes no efeito no trabalho: ele está sendo muito impulsionado pelas tecnologias, pela digitalização e pela sustentabilidade, em que o Brasil tem uma grande oportunidade.

Agora, em qualquer política pública que a gente for discutir a gente tem que pensar muito em ocupações de base cognitiva analítica, interativa e não rotineira. A gente tem que tomar muito cuidado para não imaginar que o futuro do trabalho serão tarefas rotineiras porque isso atrapalha e isso vai fazer com que a gente perca o grande avanço que a gente tem com as tecnologias.

Pode avançar.

Eu participo de alguns grupos, Senador. Esse aqui é um resumo de um debate que está para ser publicado na OCDE em relação aos desafios que devem ser enfrentados pela educação profissional. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, na educação profissional, tem que fazer uma reflexão, e esses desafios eu acho que devem ser considerados nas políticas públicas de educação profissional.

Primeiro, a gente tem que mudar o valor e o *status* social da educação profissional. E, olha, esse preconceito não existe só no Brasil, não. Existe, por exemplo, na Coreia do Sul. Existe, por exemplo, na Alemanha. Mesmo nesses países que foram citados, com altos índices de educação profissional, existe, sim, um preconceito ainda, e eu pude presencialmente vivenciar isso.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (*Fora do microfone*.) **–** Refletindo nas empresas.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Refletindo nas empresas.

A questão de credibilizar o desenvolvimento. A gente fala muito de profissão, mas a gente tem que pensar eu acho que um pouco mais na carreira hoje. Não apenas naquela ocupação, naquela profissão, a gente pensar mais em carreira.

Isso foi muito destacado pela Reitora Luzia: se a gente não alinhar qualquer política pública de educação à demanda de educação profissional, à demanda do setor produtivo, ela tende a ter menor impacto. E isso eu acho que tem que ser um consenso em qualquer política pública.

Outro aspecto importante, isso foi destacado também nas falas anteriores, é a verticalização da educação profissional: pensar em uma carreira, pensar em uma formação inicial e a pessoa ir se desenvolvendo ao longo da vida.

O engajamento das empresas. Eu acho que as empresas têm de estar junto das instituições de educação profissional públicas e privadas. E aí, qualquer política pública, Senador, na minha visão, tem que ser dialogada e suportada pelas empresas com a coordenação do Estado. E isso eu tive a oportunidade de ver na Coreia do Sul agora e eu vejo que é possível, com parceria público-privada, mas com foco na demanda e com a participação das empresas.

Pode avançar.

Aqui eu acho que é o grande foco: a gente precisa ampliar recursos de financiamento da educação profissional. Isso foi falado por todos os colegas anteriormente. E, se a gente analisar, nos últimos anos, mesmo estando, Senador, como agenda prioritária, não houve um aumento, desde o Governo Dilma, praticamente vêm se se reduzindo os recursos para a educação profissional, e isso é preocupante.

A gente sabe que precisa hoje não só qualificar, mas requalificar e aperfeiçoar o trabalhador. Então, aumentou o desafio, como a gente pode reduzir os recursos para a educação profissional... Há uma tendência muito grande em vocacionalização do ensino superior. A gente tem uma oportunidade de ensino superior, o tecnólogo, muito bem executado, principalmente aí pelos institutos federais, também pelo Sistema S, e vocacionalizar isso faz com que aquelas profissões mais complexas possam ser desenvolvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Garantir a qualidade: aí sim, Senador, tem um projeto de lei aqui no Senado Federal, o 6.494...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – ... que deve ser, na minha visão, levado muito em consideração, porque ele cria um sistema nacional de avaliação da educação profissional; formação de docentes, que já foi destacada; e a infraestrutura adequada. Isso faz com que a gente consiga ter uma educação profissional de qualidade.

Pode avançar.

Esses números – pode passar –, acho que foram todos já bastante discutidos aqui.

Eu só queria chamar a atenção para esse gráfico. Mesmo a gente tendo pouca oferta de cursos técnicos para os jovens, Senador, além de ser pouca, ela ainda está, na nossa visão, mal distribuída de acordo com a oferta e demanda. Então é pequena, e somente 15% dessa oferta está em cursos de engenharia, de manufatura, de construção. E a maior parte... Se a gente comparar com outros países – eu gosto muito de olhar aqui a América Latina mesmo, como Colômbia e Chile –, no Chile, 47% dos cursos técnicos com jovens são destinados aí a áreas mais técnicas, mais relacionadas à demanda do mercado de trabalho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Isso.

Pode avançar.

Esses indicadores já foram trazidos.

Pode avançar.

Eu só queria trazer este último dado da Pnad Contínua aqui: 40% dos jovens que se evadem do ensino médio é para poder trabalhar. Por que eu estou trazendo isso?

Pode avançar.

É porque eu acredito muito que a aprendizagem – e isso foi colocado aqui pelo Magno, pelo Secretário Magno – é uma oportunidade para que a gente emancipe o jovem durante o ensino médio. A Cleunice trouxe o ensino médio, a formação técnico-profissional, que sei que está sendo discutida, mas algo que é consenso é a educação profissional no ensino médio. Em todos os debates, isso é um consenso. E temos uma oportunidade: como foi colocado pelo Secretário responsável por essa política, temos um milhão de vagas que devem ser oferecidas na aprendizagem profissional, sendo que somente 50% delas estão sendo ocupadas – e o jovem saindo do ensino médio, sendo que a gente tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Para trabalhar.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Para trabalhar.

Então a gente tem a oportunidade, Senador, de unir essa política. Eu considero que essa é a única política de Estado da educação profissional, que não vêm, governo a governo, trocando-a. A aprendizagem profissional é uma política de Estado da educação profissional que a gente pode fortalecer. E tem projetos circulando nesta Casa.

Pode avançar.

Por último, eu acho que qualquer política de educação profissional tem que olhar esses três pilares. A formação do jovem: aí, sim, modernizando a aprendizagem, como foi colocado pelo Secretário Magno, implementando a formação técnico-profissional no ensino médio, considerando de verdade a diversidade e a inclusão como atores predominantes, não só na formação dos trabalhadores, mas em todos os aspectos ali.

A requalificação dos trabalhadores: aí, quando você fala de requalificação dos trabalhadores, a gente não pode pensar que eles vão conseguir estudar cursos completos, a gente tem que identificar qual o *gap* de competência desses trabalhadores, ajudá-los a escolher as profissões que realmente são de futuro, ajudar nas plataformas de empregabilidade – o Magno trouxe isso aí, o quanto ele está se esforçando no Sine –, ajudar esses trabalhadores que foram desempregados a ter certificação profissional, porque às vezes eles têm o domínio da competência, só não têm o certificado. Então, são boas práticas que existem no mundo que reduzem o custo das políticas públicas de educação profissional e que fortalecem a empregabilidade dos desempregados.

E também é preciso pensar em política público-privada para especialização e aperfeiçoamento dos trabalhadores empregados, e, aí sim, não o foco em curso, mas em produtividade, solucionar problemas reais das empresas, em ESG, a agenda de ESG, que todos nós estamos acompanhando como oportunidade do país, e aprendizagem ao longo da vida.

Pode avançar.

O Senai faz – o Secretário Magno trouxe isso – um mapa do trabalho industrial. Nós sabemos da demanda do setor produtivo até 2025, quantos são os jovens que precisamos formar para novas vagas de emprego, quantos trabalhadores precisamos formar, requalificar para poder ocupar as vagas, porque eles estão desempregados, e quantos trabalhadores empregados nós precisamos aperfeiçoar.

Pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma série de ações, e fico feliz porque todos os colegas que me antecederam citaram o Senai como um apoio, como um parceiro, e é isso que a gente quer ser. A educação profissional não tem competição, pelo contrário, a oferta é pequena, nós precisamos é nos unir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – E é com essa união que eu gostaria de fechar aqui, colocando o Senai, que tem experiência de cinco anos no novo ensino médio, parceria com 12 redes públicas, já com 91 mil matrículas nas redes públicas do Brasil no novo ensino médio e mais de 115 mil matrículas em redes públicas e privadas no novo ensino médio, na formação técnico-profissional. Tem uma série de tecnologias, plataformas, para ajudar o jovem.

Pode avançar.

O *marketplace* de educação, não é, Cleunice? Não tem só o Senai, tem todas as instituições, e essas instituições têm que se unir para mostrar para a sociedade quais são as suas ofertas, e não o jovem... Tem que ser fácil onde ele encontra... Então, eu estou propondo isso e sempre convido todas as instituições a se unirem no *marketplace* de educação.

Já finalizei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pode ficar à vontade.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Muito obrigado.

Plataformas de emprego com tecnologia, Senador. A gente sabe o impacto da inteligência artificial e a gente sabe que o trabalhador brasileiro é muito criativo e se desenvolve, aprende a aprender, mesmo às vezes sem a formação. Então, a gente tem que reconhecer essas competências deles e utilizar essa tecnologia para ajudar as empresas a encontrarem os melhores profissionais.

O Senai tem uma plataforma que se chama Contrate.me. Só este ano, Senador, mais de 10 mil vagas de empregos foram selecionadas a partir dessa tecnologia, emprego na indústria. O Ministério do Trabalho é sempre muito parceiro nessa linha, outras instituições também.

Pode avançar.

Finalizando, a aprendizagem ao longo da vida, cursos gratuitos. Isso foi citado aqui. Não só a Microsoft, mas o Senai tem uma plataforma que se chama Senai Play com centenas de cursos gratuitos, microcursos, microcertificação, trilhas de aprendizagem, tanto pelo YouTube, quanto pelo WhatsApp, quanto pelo Spotcast, do Spotify. Então, é possível hoje acessar cursos e se desenvolver ao longo da vida.

Pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador, por último – esse é o último eslaide –, existe uma iniciativa que o Governo brasileiro assinou com o Fórum Econômico Mundial e o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, e as instituições privadas, como a própria Microsoft e o próprio Banco BTG, têm participado desta ação que é a Aceleradora Brasil de g*aps* de Competências.

Então, é possível a gente nos unir, existem mecanismos, e o Senai foi convidado a coordenar essa Aceleradora de Competências.

Então, a Cleunice trouxe muito bem: existem várias ações que estão dando certo. A Luzia também trouxe muito bem: temos que reconhecer o que está sendo feito e avaliar para que não se descontinue.

E eu convido todos a conhecerem a Aceleradora Brasil de Competências, porque esse é o nosso objetivo, acelerar o processo de formação dos trabalhadores, empregados e desempregados, para se prepararem para o futuro do trabalho.

Pode avançar.

Assim, eu finalizo.

Agradeço a atenção de todos e coloco, sempre, o Senai à disposição para contribuir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Grande Dr. Felipe Esteves Pinto Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, que falou aqui pelo Senai.

Eu queria agradecer muito ao Dr. Felipe, ao Dr. Magno, à Dra. Cleunice pela forma como expuseram aqui a importância do ensino técnico profissionalizante. E nós todos, eu tenho certeza, Governo, iniciativa privada, o Parlamento, juntos, haveremos de abrir espaço para que a gente chegue no patamar que gostaríamos. Oxalá tivéssemos que todos os nossos jovens pudessem optar e ter o direito ao ensino profissional gratuito em todos os níveis – é claro, com parceria entre iniciativa pública e privada.

Mas é claro que todos os senhores terão as considerações finais e ainda vamos ouvir os nossos convidados que estão *online*.

Vou passar a palavra, pelo mesmo tempo dado aos outros convidados, a Guelda Cristina Andrade, Nilton Brandão e Ezequiel.

Eu só dei aqui a leitura rápida, mas vocês vão ser chamados em seguida.

Estou abreviando aqui as informações, porque o Dr. Magno vai ter que sair para uma outra atividade. Mas nós continuamos aqui.

Então, o Dr. Magno, para as suas considerações finais e, depois, eu chamarei os convidados por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE (Para expor.) – Senador Paulo Paim, membro da mesa, Dra. Cleunice, Felipe, eu queria, de coração mesmo, agradecer a oportunidade de trazer a este Senado, a esta Comissão este início de trabalho, do nosso trabalho na Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda no Ministério do Trabalho.

Quero dizer que nós estamos completamente comprometidos com a visão que o Presidente Lula tem com relação ao Estado brasileiro. Nós somos um Governo de concertação social. Nós temos que ouvir a sociedade.

A gente tem brincado lá com o Ministro: a nossa jornada de trabalho, por muitas vezes, ultrapassa as 12 horas lá porque a gente tem que receber as pessoas e temos que... A sociedade brasileira precisa conversar muito para voltar aos trilhos da democracia enquanto nossos princípios.

Quero agradecer ao Senador e dizer que a secretaria está à disposição do Senado Federal, de todos, porque nós precisamos ter muita parceria. Nós já temos aí uma conversa muito grande com a BrasilTEC; temos uma conversa próxima, cotidiana com o Sistema S, em especial o Senai. Nós acreditamos na tecnologia; acreditamos no desenvolvimento social. Nós entendemos que, com todas essas transformações tecnológicas por que o mundo está passando, inteligência artificial, nós vamos ter que utilizar essa capacidade e esse novo mundo da tecnologia para encontrar caminhos à empregabilidade; entendemos que temos setores que são fundamentais nisso.

Precisamos discutir a questão da empregabilidade na área de cuidado, nas áreas de saúde e cuidados; precisamos discutir a empregabilidade na área de turismo; precisamos discutir alguns setores que estão com déficit de mão de obra, como o de TI, por exemplo: tem um banco só entrando em contato com a gente que precisava de mil, mil técnicos, mil TIs, para contratar para ontem! Ou seja, imagine uma situação dessas! Precisamos discutir a área de transportes. Você tem uma ação social, a carteira de motorista social, mas que é para A e B e que não forma D e E, que são os motoristas com maior valor agregado, em que você tem, segundo a CNT, 40 mil vagas ociosas. Se a gente tem uma política nacional que permita ao trabalhador que o Estado brasileiro lhe dê a carteira de motorista, mas ele não tem renda... Custa R$5 mil fazer uma carteira de motorista, em média, para profissional. Se a gente entra nisso... E essa é uma discussão, Senador, em relação à qual eu vou aqui aproveitar sempre a sua capacidade de articulação no Congresso, porque precisa passar por aqui. Não há política de qualificação profissional em escala sem bolsa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Não tem como você atrair o jovem para uma formação... (*Palmas.*)

Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é uma coisa muito prática. Eu fui pai muito jovem, e você olhava o filho pequeno em casa, aí você estuda ou trabalha? Você vai procurar renda para sobrevivência. Como é que você faz? Mas, se a educação lhe dá alguma coisa, você entende ali: "Não, pelo menos é minha hora extra", ou seja, você vai querer à noite fazer um curso técnico se você tiver uma bolsa; você vai lá. É prático, é objetivo, você atrai a juventude que está lá e que, às vezes, trabalha de Uber de dia, mas que quer ser um tecnólogo. Ele vai. Se ele tiver bolsa, ele vai, mas, sem bolsa, ele não vai.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE – Não vai, não consegue pagar... Ou é a comida ou... Como Sosígenes Costa, o feijão ou o sonho, não é?

A gente tem que ter essa clareza. Não é reinventar a roda – a política está estabelecida, o estudo, os nossos técnicos, a *expertise*, a compreensão do Governo, as coisas já vêm –, é aperfeiçoar. Eu acho que esse é o caminho.

E, aí, nós temos muito a fazer. Estou bastante empolgado com a análise daqueles que se empolgam com a construção e com a clareza de que o caminho também não é tão simples, mas que, com o apoio do senhor como de todo o Senado Federal... Eu acho que o Governo tem um caminho grande para a gente ajudar a resolver essa questão dos nossos jovens, do emprego, do reemprego e da requalificação, que o Morgado colocou, que é importante. Não podemos nos esquecer daqueles que têm capacidade produtiva e que não se atualizaram profissionalmente, por isso estão desempregados também. É a juventude e os outros públicos também.

Um abraço a todos e muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Magno Rogerio Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego, que aqui falou por ele e também pelo Ministro.

Permita que eu diga ao Luiz Marinho que eu ainda vou visitá-lo lá. Vou lá visitá-lo, a ele e a você, para que ele venha fazer uma exposição aqui, bem à vontade, sobre os trabalhos do ministério, na visão também do Ministro.

Você já falou perfeitamente aqui. Eu diria que a sua fala é intocável, porque eu assinaria embaixo de tudo o que você falou, pela grandeza, pela coragem e pelos caminhos. E deixou, inclusive, aqui uma proposta, que a assessoria redigiu. Eu só quero que você confirme se é exatamente isso, para que a Comissão de Direitos Humanos faça um movimento nesse sentido da sua solicitação: apoiar no andamento do projeto que trata da possibilidade dos consórcios públicos intermunicipais a constituir fundos próprios, com a finalidade de descentralizar a ação e a distribuição de recursos do FAT e, dessa forma, atingir também os pequenos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE (*Fora do microfone*.) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso?

Passaram no teste, viu? Pessoal da assessoria aí... (*Risos.*)

Doutor, muito, muito obrigado.

Antes de você sair, eu vou pedir uma foto aqui da mesa que eu tive a alegria de presidir.

Sabe que aqui, no Senado, hoje, só estamos nós, não é? A Casa toda só retoma segunda, mas a TV Senado está firme aí, a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado e YouTube acompanhando o nosso debate aqui. (*Pausa.*)

Pediu para a assessoria passar aqui, convite do nosso fotógrafo aqui. Esse é um fotógrafo da Constituinte ainda, viu? Esse aí tem história. Pode vir. (*Pausa.*)

De imediato, eu passo a palavra para a Sra. Guelda Cristina Andrade, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Por favor, o tempo é seu. Dez minutos, com mais cinco, mas com a tolerância que for necessária.

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu pergunto se vocês me veem na tela, porque eu acho... Ah, está o.k. Tranquilo. Porque eu acho que eu dei um comando aqui, fiz alguma coisa errada, e eu não estava me vendo. Mas vamos lá.

Bom, primeiro, bom dia a todos, todas e "todes". Cumprimento o Senador e o parabenizo por essa audiência, por essa discussão, que é de fundamental importância. E cumprimento aqui todas as pessoas que nos ouvem, que nos acompanham, e, de forma muito especial e carinhosa, meus companheiros de fórum, companheiro Brandão, companheira Luzia, e eu acho que tem outros por aqui que eu não consigo visualizar, mas sintam-se acolhidos e abraçados.

No debate que nós estamos fazendo, acredito que nós que estamos aqui temos consenso, portanto eu acho que nós não estamos fazendo um debate de mérito. Acho que nós temos consenso com o tema, mas o debate pode ser de forma. E, aí, como ajustar para que a gente de fato tenha uma educação profissional sólida e que garanta o atendimento da classe trabalhadora? Eu costumo dizer que a educação é um direito que garante outros direitos, inclusive garantia de que essas pessoas consigam viver com dignidade dentro na sociedade.

Os companheiros que me antecederam trouxeram números e apresentaram inclusive o que o Governo tem feito de proposta, tem já desenvolvido nesse curto espaço de tempo, que é muitíssimo válido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerando inclusive que nós recebemos, pegamos uma terra arrasada. Então, nós estamos correndo contra o tempo para tentar reconstruir aquilo que nós fizemos nos anos 2000, até que a gente sofresse um golpe, perdesse e tivesse essa onda de retrocesso gigante que nós tivemos.

Houve muita perda de recurso, eu vi todos aqui reclamando, para a oferta desse processo educacional. Isso é uma realidade. Nós temos o ano de 2024, em que nós vamos para a construção do novo Plano Nacional de Educação. Na verdade, nós votaremos acho que uma avaliação daquilo que foi posto no plano anterior e do que nós não conseguimos atingir, que foi mais de 80% das metas, considerando que esse plano ficou engavetado, virou letra morta, e nós não conseguimos caminhar. Então, trago isso para ilustrar os desafios que nós temos.

Eu também sou fruto da educação profissional. Eu fiz o curso de Magistério – e, na minha época, a última turma foi a minha, lá em 1994 –, e foi muito valioso, porque isso traz para o jovem uma condição de empoderamento dele na sociedade, de que ele vai poder trabalhar, de que ele tem essas condições. Das minhas quatro filhas, as duas que eu tenho, que hoje já são arquitetas, também passaram pelo instituto federal. Então, eu conheço bem de perto a questão da educação profissional.

Nós precisamos entender – e aí eu vi algumas pessoas, eu acho que foi o último companheiro que fez a ilustração – a realidade da reforma do novo ensino médio, de como eles têm conduzido, os feitos que eles têm produzido com essa nova proposta.

Nós, enquanto CNTE, somos radicalmente contrários a essa proposta que aí está, considerando que ela minimiza toda essa parte técnica da profissionalização e deixa o nosso estudante numa condição muito reducionista, numa condição de atender a demanda do mercado, mas com uma mão de obra, uma formação muito apequenada mesmo, de não ter essa condição de avanço.

Nós entendemos que esses itinerários formativos que têm sido construídos ao longo do país... Aí nós temos uma diversidade muito grande e não tem uma realidade concreta; pelo contrário, como isso chegou na escola e esse professor não estava preparado para lidar com isso, muitos relatam para a gente que eles criam uma forma para atender esses estudantes, mas não tem nada, nenhum movimento, um planejamento em bases sólidas.

Então, nós entendemos que essa proposta desmonta toda a nossa concepção de educação, a concepção de educação escolar, sobretudo na perspectiva do ensino médio articulado com a educação profissional tecnológica, respeitando a carga mínima de formação, respeitando essa formação integral que a gente precisa repensar para esse ser humano, e não pensar apenas nessa formação técnica para atender demandas de mercado. Nós precisamos avançar para além disso. Isso apenas não basta.

Para além disso, nós temos que pensar, Senador, numa proposta de ensino médio que atenda os trabalhadores, os jovens trabalhadores e os adultos que não tiveram condição de concluir a sua formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no ensino médio, a sua educação profissional. Então, nós precisamos pensar uma proposta humanizada que tenha condição de atender esse trabalhador da EJA.

Nesse sentido, a gente traz... Ainda sobre os itinerários, esses itinerários são blocos extremamente aligeirados, sem vínculo nenhum com a formação escolar desses estudantes. Então, ele não traz essa formação. Esse formato que está sendo ofertado nas escolas, na rede pública, não contempla, e ela não se encaixa nem pode ser chamada de um ensaio de formação profissional tecnológica para atender aos nossos estudantes. Acho que está muito longe disso; foi um viés totalmente atravessado. Nós precisamos revogar o que está aí, tentar formatar algo baseado nos princípios que a gente já tem, inclusive nos modelos ofertados pelo instituto federal.

Mas, para além disso, se a gente quer democratizar o acesso à educação profissional, não dá para dialogar aqui sem falar de investimento financeiro. Aí a gente já precisa fazer a batalha da retirada do Fundeb do arcabouço fiscal. Sem investimento financeiro, a gente não consegue democratizar o acesso à educação. E aí não é só a educação profissional.

Nós precisamos pensar uma formatação, uma proposta. Primeiro nós precisamos pensar que proposta de Brasil nós queremos, que país é este, qual é essa proposta que nós temos de desenvolvimento para este país. A partir disso, nós vamos pensar a educação, uma proposta de educação.

Dentro dessa proposta de educação, vamos focar na educação básica. Aí a gente defende a educação pública desde a creche até a pós-graduação. Nós não temos acordo, e eu acho que nós estamos na rebeldia ainda – viu, Senador? –, porque nós não temos acordo com essa parceria público-privada. Recurso público é para educação pública e gratuita. Essa é uma defesa intransigente da CNTE.

Então, nós precisamos partir do princípio de que não basta a gente garantir a matrícula desse estudante. Nós precisamos garantir o ingresso, o espaço para que ele esteja presente nesse espaço, o espaço físico. Nós vamos garantir a permanência, e aí, quanto à permanência, o companheiro que se despediu e saiu traz o que a gente sempre aponta, que a condição de permanência são as bolsas.

Quais são as condições que o Estado tem dado para esse estudante para garantir a terminalidade dele na educação básica, considerando, inclusive, que nós temos 70 milhões de pessoas fora da escola e que nós temos 35% – e são dados da OCDE – da nossa juventude, de 16 a 25 anos, que nem trabalham nem estudam? Essas pessoas estão à margem de toda a sociedade. E, aí, nós temos um extermínio da nossa juventude, sobretudo a juventude negra. Eu ainda destaco a condição da menina negra nesse processo, que está em maior desvantagem ainda. Então, nós vamos pensar uma escola que acolha esse jovem trabalhador para que realmente, de fato, ele tenha condição de garantir a sua terminalidade. Então, sem bolsa de permanência, nós não vamos conseguir garantir.

Para além disso, nós precisamos pensar a qualidade dessa formação. Qual é a qualidade dessa formação? Nós vamos pensar uma organização curricular que dê conta dessa formação geral, mas que traga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma formação técnica humanizada, pensando o mundo do trabalho, e não só o trabalho puramente. Quem é esse estudante que vai sair na sociedade, quais são as condições de sobrevivência que ele tem de questionamento, de compreensão do todo desse mundo do trabalho?

E, aí, a gente precisa questionar: que organização curricular é essa? Considerando que o currículo é toda a construção humana de cultura, de arte e do próprio mundo do trabalho, como é que nós vamos agregar isso dentro de uma organização de uma proposta de formação que atenda a esse estudante no ensino médio, de forma que ele saia aqui fora com uma formação crítica, que ele seja capaz de reorganizar a sua própria história, contribuir com uma sociedade diferente da que a gente tem hoje? Então, são questões que a gente precisa compreender. Como é que eu vou fazer a oferta dessa organização? Que conceito que nós vamos trabalhar de trabalho, de ciência, de tecnologia, de cultura e de currículo com essa formação profissional? Essa formação profissional precisa observar esse território, a especificidade, de que povo que é esse...

E lá, nas Resoluções 06 e 02, a Resolução 06, que trata da educação profissional, vai dizer exatamente como é que nós temos que organizar esse currículo. Não dá para dialogar sobre os temas que nós estamos dialogando sem trazer à baila os arts. 22 a 27, 35, 36, 36-A, 36-B e 36-C da LDB. Não dá para deixar de fora a Resolução 02 e a Resolução 06. A Resolução 06 vai tratar da educação profissional, e a Resolução 02, do ensino médio, que são as diretrizes de 2012. Então, nós temos referência para pensar tudo isso.

E, para além disso, Senador, nós temos que ter uma política sólida de Estado da educação profissional. Nós não podemos continuar só apagando incêndio com os programas. Eles são necessários, mas nós precisamos trabalhar de forma que eles atendam às excepcionalidades, porque, se a gente não tocar na educação básica para garantir a terminalidade, nós sempre teremos um número exorbitante, como nós temos agora, para implementar os programas, pois nós precisamos acudir essas pessoas que estão nessa condição, que são essas famílias, pais de família, que impactam, diretamente, lá na educação básica também. Se eu tenho uma criança lá nos primeiros anos do ensino fundamental que não aprende, nós temos que nos perguntar por que é que essa criança não aprende. Ela tem comida na casa dela? Ela tem casa para morar? Ela tem algum adulto para cuidar? Então, são questões que a gente está tratando aqui que têm reflexos em diversos outros espaços.

Para caminhar aqui para o final da minha fala, eu quero dizer que a gente precisa trazer como referência para esta discussão as duas resoluções, a Resolução 06 e a Resolução 02.

Nós não temos acordo – para reforçar – com a parceria público-privada. O financiamento público deve atender à demanda da educação pública e gratuita.

E, para finalizar, quero trazer aqui um trecho de uma obra, bem marxista, gramsciana, porque nós não podemos deixar, para tratar deste assunto, de trazer esses dois autores também. Gramsci vai falar dessa divisão social do trabalho. E nós vivemos isso muito fortemente aqui no Brasil, porque é como se, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, parte da educação profissional dissesse: "Um vai pensar, o outro vai executar". Nós precisamos avançar nessa proposta de educação profissional. Nós não podemos reduzir a educação profissional a meros treinamentos, como a gente vê em alguns espaços. Nós temos um trecho de que eu quero fazer a leitura:

> De acordo com Manacorda [...], Engels ilustrava esse programa recorrendo às teses desenvolvidas por ele e/ou por Marx. No parágrafo 20 do seu catecismo, denuncia a divisão do trabalho que faz de "alguém um camponês, de outro um sapateiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (*Por videoconferência.*) **–**

> ... de um terceiro, operário de fábrica, de um quarto, um especulador na bolsa [...]".
> O ensino permitirá aos jovens seguir todo o sistema da produção. Eliminará dos jovens o caráter unilateral impresso em todo indivíduo pela atual divisão do trabalho. Deste modo, a sociedade organizada pelo regime comunista oferecerá a seus membros ocasião para aplicar [...] [o que é a onilateralidade, que é essa formação plena do ser humano e é por isso que a gente tem lutado, para garantir isso nas escolas de educação básica].

Nós precisamos, sim, da formação integral, da escola de tempo integral, mas também de desenvolver esse indivíduo na sua integralidade, com todas as suas potencialidades, porque a gente vai cair nisso que o companheiro acabou de dizer: nós temos pessoas com muito mais de uma habilidade, ela não pode ser reduzida a uma única profissão, a um único formato de trabalho. Então, a gente precisa avançar com a educação profissional, unir as forças e dialogar.

E aí volto a dizer: o debate aqui não é de mérito, mas, sim, de forma, de como está se dando a formação profissional.

E quero dizer que nós continuamos na luta pela revogação da reforma do ensino médio, porque essa formação está aprofundando a vala da desigualdade e promovendo, fortemente, a mortalidade da nossa juventude, pois, da forma como está colocada, os nossos meninos não vão permanecer na escola.

Quero agradecer o espaço de fala.

E a CNTE está sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Muito bem, Guelda Cristina Andrade, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Guelda, eu entendi bem, e a tua rebeldia é natural. Eu disse que, antes de ser Parlamentar, eu também era rebelde. Agora, no Parlamento, ou você dialoga, ou você concilia, ou não aprova nada! Esse é o mundo real aqui dentro. Eu estou falando de quem está dentro do Parlamento. Se o arcabouço fiscal foi aprovado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é porque houve muita negociação e muita conciliação. Se as políticas de salário mínimo e as políticas de cotas foram aprovadas, é porque houve muita conciliação e muita negociação. Se os Estatutos da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e do Idoso foram aprovados, além da lei dos autistas, é porque houve muita conciliação e negociação entre as partes, porque o Parlamento é isso, mas eu entendo bem a tua posição.

Agora, para nós, dentro do Parlamento, não adianta só marcar posição, aqui nós temos que avançar. Se nós aprovamos tantos projetos – eu apresentei mais de mil, e no mínimo cem são leis –, é porque foi dialogado. Tinha um amigo meu que era o Floriceno Paixão, de quem eu gosto muito, que já faleceu. Quando eu cheguei aqui, ele disse: "Paim, o projeto bom não é o projeto sonhado, é o projeto aprovado para você melhorar a vida dos que estão lá fora". Floriceno Paixão me deu esse ensinamento, e eu adoto muito isso, adoto isso em cada tema que a gente conversa. Agora, na reforma tributária, cada um tem uma reforma tributária na sua visão, mas só avançará a reforma tributária com muita conciliação, com muito diálogo. O Presidente Lula só chegou à Presidência da República, porque fez uma conciliação, numa enorme federação, ampliando ao máximo, ou nós não chegaríamos.

Faço essa consideração rápida só para que não dê mal-entendido. Eu acho legítima a rebeldia, porque é natural para defender seus pontos de vista, mas, para quem está dentro do Parlamento, não parlar, não dialogar, não conversar...

Agora vem um projeto para eu apresentar, só para dar uma ideia a vocês, fundamental para uma região toda do Rio Grande do Sul. Daí pediram-me para que eu apresentasse o projeto, porque sabem que vai ser dialogado com todos os setores para viabilizar o projeto; senão, ele não viabiliza.

Agora, muito carinho, Guelda Cristina! Eu entendi, eu conheço a posição da CNTE. Eu estou há 40 anos aqui dentro, e dialogamos muito com a CNTE. Inclusive, teve um embate muito duro na questão dos conselhos em relação aos professores de educação física. Eu acompanhei, do princípio ao fim, ao último minuto, a visão da CNTE, com a qual eu concordo. Tem vezes que não dá para acordar. Quando não dá, decide-se no voto. E assim se escreve a história da humanidade.

Parabéns pela exposição, Guelda. Que bom que você pôde participar e dar essa posição que você tem para o bom debate da construção coletiva.

Oxalá, um dia, a gente não venha para uma audiência pública – e estou falando dos dados que eu trouxe – dizendo que nós temos só 9% dos nossos estudantes no ensino técnico! São 9%! E trouxe o exemplo de outros países que tem 80%, que tem 90%, que tem 95%. Então, nós temos que, todos, dialogar, conversar, porque esse quadro não pode continuar.

Eu me sinto privilegiado. Eu vim, claro, da beira do Rio Tega, como eu digo, com muito orgulho, porque era no Rio Tega... Eu tenho, até hoje, um problema nas unhas – se eu mostrar a unha do meu pé, vocês vão ver que ela é muito escura. É porque o Rio Tega era um rio muito, muito poluído, e eu tinha que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atravessar o rio a pé quando eu era pequeno. Então, eu fiquei com... Eu sei o que é o dia a dia lá da – não se chama mais de favela – comunidade. Então, nós todos temos muita responsabilidade para fazer com que, um dia, a chance que eu tive... Foi uma chance graças a uma empresa, a Vinícola Rio-Grandense, no Rio Grande do Sul, que me pagava a chamada bolsa de emergência, para que eu pudesse estudar. Era um conceito que tinha na época da Escola Senai Nilo Peçanha. E, diga-se, de passagem, que Nilo Peçanha era preto e foi Presidente da República. Lá levou o título – como Presidente que foi – Escola Senai Nilo Peçanha. Foi fundamental eu ter ganhado aquela bolsa! Eu acho que era mais que meio salário mínimo. Aquilo me manteve!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro! A bolsa me manteve. Foi graças àquela bolsa que eu pude tirar o curso no Senai e me formar. Não é que eu tinha que pagar o Senai, o Senai não me cobrava nada. Eu passei no teste, e aquela bolsa era para eu pagar o ônibus para o colégio, enfim, para aquela coisa toda, para ter roupa, para arrumar a minha bicicleta, porque eu ia em uma bicicletinha velha até o Senai. Eu morava no bairro Santa Catarina, e quem está ouvindo no Rio Grande sabe que é uma distância... A pé, você demora uma hora e meia para chegar; de bicicleta, um pouco menos.

Eu vivo neste mundo real de quem esteve lá na comunidade pobre que, no passado, se chamava favela – hoje, se fala comunidade. Hoje, eu estou dentro do Parlamento, mas não me esqueci de onde eu vim! O meu olhar continua para eles.

Eu sei que estou falando demais, mas, por exemplo, graças ao Governo Lula, acabamos com esse tal de orçamento secreto, e, então, vem uma verba especial para cada Parlamentar – não para mim, para emenda parlamentar! O que é que eu fiz? Com a verba que veio, eu peguei as 50 cidades mais pobres do Rio Grande do Sul e mandei R$500 mil para cada uma. Peguei as comunidades quilombolas – que nunca são contempladas – e disse: "Olha, estou mandando R$500 mil para 70 cidades, de um total de 120, mas, Prefeito, é para ajudar lá a comunidade quilombola, que não tem banheiro, que não tem onde tomar água, não têm onde tomar banho, não têm como chegar ao rio, porque estão isolados...".

Esse é o nosso mundo real, que faz com que a gente reflita muito aqui junto. Vou voltar para o tema da importância de nós podermos, um dia, dizer que o país tenha – que seja – 50% dos seus alunos com curso técnico. Pelo menos isso! Hoje são 9%, não?

Enfim, eu vou ouvir, agora, o Nilton Brandão, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação).

Dr. Nilton Brandão, para as suas considerações, tem o mesmo tempo dos outros convidados. Em seguida, vai ser o Dr. Ezequiel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILTON BRANDÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentar a minha companheira Guelda e a nossa Reitora Luzia. Está aqui, remoto conosco, o Gabriel também. Quero cumprimentar os companheiros que estão presenciais aí no Senado Federal e aqueles que nos ouvem, que estão acompanhando remotamente este importante debate.

Eu começo, Paim, escutando a sua história, o que permite com que a gente... Não é uma questão de elogiar, simplesmente, é o reconhecimento de alguém que já tem uma história que já não é curta, que já é uma história relativamente longa e que continua mantendo esta prioridade de usar o Parlamento, de usar a sua luta, no dia a dia, na defesa daqueles que mais precisam. Este é o Senador Paim! Eu preciso fazer esse reconhecimento. Não é a primeira vez que eu o faço. Eu tenho feito isso sempre que possível. Este debate, produzido pelo Senador aqui, é um privilégio. Que o Rio Grande do Sul continue sempre nos privilegiando com a sua presença no Senado!

Dito isso, eu sou representante, como disse, de uma federação de sindicatos. O meu lugar de fala é a representação de professores de universidades e institutos federais.

Eu estou falando isso há muito com Guelda, na luta pela formação integral das pessoas. Quando eu penso em formação de professor – a Guelda trouxe aí a Resolução 02 e a Resolução 06, que são fundamentais –, essa é uma luta histórica, que está comprometida com a Resolução 02/19, atual, em vigor, que precisa ser revogada. Isso faz parte da nossa pauta. Quero me somar muito a essa luta, a essa rebeldia, porque eu estou falando de formação de professores nas universidades e eu estou falando do ensino técnico nos institutos federais.

E, aí, Paim e aqueles que nos ouvem, eu vou advogar aqui a tese da formação profissional tendo como *lócus* privilegiado a proposta político-pedagógica dos institutos federais, sem demérito das demais...

Quando eu penso no Pronatec, por exemplo, eu estou correndo atrás do prejuízo, vamos dizer assim, ou seja, eu tenho um volume de pessoas que não têm capacitação, aí eu crio um programa emergencial para resolver um problema emergencial, mas eu não estou pensando na solução permanente para o problema. Eu estou resolvendo um problema que, de tempos em tempos, retorna, exatamente porque eu não tenho uma política permanente de formação profissional.

Quando eu penso... E, claro, o nosso companheiro, se eu não me engano, Felipe, do Senai, traz aqui as iniciativas público-privadas de... Gente, eu vivi isso, eu fui chefe de gabinete do Reitor da Universidade Federal do Paraná e tive muitas reuniões com o Senai. São empresas que vivem de dinheiro público. E eu não estou fazendo um julgamento de mérito aqui, não quero julgar o mérito da coisa, isso é outro o debate a ser feito, mas o fato concreto é que estou trabalhando com uma deficiência que não foi resolvida ao longo do tempo, porque a formação não está dando conta disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu quero dizer que a melhor proposta de formação profissional está demonstrada para o Brasil, desde 2008, com a criação da rede federal de ensino técnico e tecnológico. A Profa. Luzia trouxe aqui um pouco o histórico. Claro, vamos nos orgulhar do Nilo Peçanha, que é a nossa origem e tal, mas os institutos federais têm uma concepção político-pedagógica que eu digo que é uma das mais avançadas do país. Por quê? Porque ela está centrada numa perspectiva de interiorização. Ela foi concebida... E quero dizer que o Proifes-Federação participou desse debate, Profa. Luzia, lá no seu nascedouro; o Proifes-Federação trabalhou intensamente na discussão, no caso das universidades, do Reuni, da interiorização das universidades. Fizemos críticas sérias, que se demonstraram verdadeiras na época, mas apoiamos, porque queremos que o ensino vá para o interior, que o jovem não tenha que se deslocar para as grandes capitais. E, quando se discutiram os institutos federais, discutiu-se a questão do preenchimento de vazios educacionais. Por isso, eles foram concebidos com as reitorias nas capitais, mas, prioritariamente, em *campi* do interior, aonde a educação não chegava, os que foram chamados de vazios educacionais.

É por isso, Paim, que uma das pautas do Proifes-Federação é algum incentivo para os professores ficarem em lugares que estão abandonados, onde, às vezes, até o acesso é difícil. Às vezes, no Norte do país, você tem que pegar um carro, andar por estradas de chão; depois, pegar um barco, ficar não sei quantas horas dentro do barco; depois, pegar um carro de novo para chegar à cidade, que não é pequena, às vezes, com 30 mil, 40 mil habitantes, mas que está lá no meio de um sertão, no meio da mata, que precisa de suporte. E é lá que a educação tem que chegar.

Se você pegar... Eu estive, Profa. Luzia, agora de manhã, com a Diretoria do Conif, e um dos debates, quando colocamos isso, é exatamente essa questão. Você pega um município de fronteira, o professor faz concurso lá, e aí o município pequeno do interior tem tanta dificuldade que o professor quer sair. Ele vai embora e não fica lá! Então, uma política de incentivo é fundamental para fixar o professor nessas regiões. Essa é a concepção político-pedagógica da criação dos institutos federais, o que hoje representa o ensino técnico integrado com ensino, pesquisa e extensão.

É por isso, Paim, que não dá para aceitar o aligeiramento do ensino médio. Infelizmente – e eu espero que isso não vá cair nas costas do Governo Lula –, infelizmente, nós não estamos avançando na necessidade de revogação do ensino médio, porque todas as políticas de médio e longo prazo e de formação integral estão sendo aligeiradas, dizendo que estão oferecendo itinerários formativos que são ficção, pura ficção! A estrutura da educação brasileira não consegue oferecer cinco itinerários formativos, como dizem que tem que oferecer. Aí o que é oferecido é fraco, se precarizaram as disciplinas das formações fundamentais. Só podem ser português e matemática – eu fico feliz, pois eu sou professor de matemática –, mas a matemática não é a solução de tudo, a formação integral é que precisa ser trabalhada. E se precarizou o ensino de história, de geografia, de ciências no seu conjunto. Aí diz que se quer avançar, mas não vai avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que a perspectiva de avanço, de debate do ensino técnico e tecnológico tem que passar pela concepção do ensino integrado que está definido para o ensino técnico e tecnológico nos institutos federais.

Paim, enfim, essa é a concepção geral, no meu lugar de fala, do que nós precisamos de educação técnica e tecnológico, de formação profissional, para que seja algo consistente.

E até, quando a Presidenta Dilma fazia a campanha, quando ela usava muito o Pronatec, eu dizia: "Ela devia usar mais o instituto federal do que o Pronatec". Agora, é claro, o Pronatec, na verdade, atingia muito mais pessoas e politicamente era interessante que acontecesse, mas a perspectiva é um programa de governo consistente em que o jovem, dos seus 13 anos, 14 anos, que chega ao ensino médio, tenha uma formação consistente.

E eu vou dizer assim: quanto ao ensino técnico no Brasil, as avaliações já têm demonstrado que os estudantes do ensino médio participam dos programas de avaliação com qualidade – está demonstrado, inclusive, no Pisa. Nas avaliações internacionais, temos muitos exemplos. No Rio Grande do Sul, nós temos o Instituto Rio Grande do Sul, que tem vários prêmios internacionais de alunos. E não é só o Rio Grande do Sul, são vários outros. À Profa. Luzia, deve-se pedir para ela trazer, pois são muitos exemplos no Brasil inteiro de estudantes dos institutos que ganham prêmios internacionais, porque tem ensino de qualidade. Quando você tem a avaliação do ensino médio, os institutos federais se destacam com as melhores avaliações possíveis. E, na questão emprego, os institutos... Nos CEFETs antigamente, os alunos já saiam empregados. Praticamente isso já tem acontecendo hoje com os alunos que se formam no ensino médio. Por que isso acontece?

Os institutos... Vou pegar o meu Paraná, lá em Ivaiporã, lá em Astorga, municípios do interior, Pitanga. Você tem laboratórios, Paim, que não têm nas universidades. Curso de Eletrotécnica, de Mecânica, curso de Eletrônica, cursos de Informática. Cursos de formação com laboratórios atualizados.

Eu nunca esqueço quando, na escola técnica, o Paulo Bernardo, que era Ministro do Planejamento, chegou lá e disse: com o ensino técnico, não faltará dinheiro e nem formação. Até 2014, 2015, não faltou dinheiro. Os laboratórios são modernos. Você tem uma infraestrutura de formação profissional que é invejável.

Além disso, a verticalização tem sido uma constante. Você pega laboratório de cursos de Engenharia que são os mais modernos da América Latina e estão espalhados em institutos federais no Brasil inteiro.

Portanto, essa é uma formação consistente e verticaliza. O aluno chega lá e entra com afinco: "Olha que escola legal, eu posso fazer aqui um curso profissional". Aí, o filho dele vem lá do ensino médio. Esse aluno está convivendo com cursos de graduação na maioria dos *campi* hoje. Ele passa a conviver num ambiente universitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ambiente universitário, ele já começa a conhecer na prática, junto com os estudantes, as possibilidades que ele tem de não se fazer um cursinho ou terminar um curso e ir para um emprego ali. Agora eu não preciso mais estudar. Esse é um equívoco.

Ele sabe que ele vai ter um trabalho. Ele vai sobreviver porque ele vai trabalhar e vai, enfim, ajudar a sua família, mas ele enxerga a perspectiva e a possibilidade de fazer um curso de Engenharia, um curso de Medicina. Não importa qual. Um curso de Contabilidade, mas ele vai procurar um curso superior. Ele vai.

E, mais do que isso, ele chega no curso superior, às vezes dentro da mesma instituição você vai ter ali diversas... Em todos os institutos, evidentemente que nem em todos os *campi*, mas já há a oportunidade de pós-graduação. Então, essa verticalidade faz com que se traga uma qualidade espetacular para a formação dos nossos jovens.

Agora, para isso, e aí eu já vou caminhando talvez para concluir, para poder a gente já estar dando algumas perspectivas que são fundamentais. Eu acho que a Profa. Luzia trouxe bem. Então, a Profa. Luzia falava, eu anotei aqui, de... Fugiu a palavra aqui, Profa. Luzia. Sustentação que nós temos hoje, da qualificação.

Nós vivemos um período em que tudo foi descontinuado. E, pior, tudo foi combatido. Então, o orçamento foi para o espaço. O orçamento dos institutos e das universidades no início do ano, antes da PEC da Transição, era de oito, dez anos atrás. As políticas públicas deixaram de acontecer, o ataque sistemático às universidades.

Então, tudo foi parado, ficou estagnado. Então, precisamos consolidar. Lembrei a palavra, Profa. Precisa consolidar os institutos.

Eu tenho escutado... Nós vamos ter um encontro nacional da nossa federação agora 19, 20 e 21, em Salvador, Bahia, lá na sua terra. Na sua terra não, na terra dos baianos, que falaram tanto aí da mesa. Lá na Bahia, vamos ter o nosso encontro nacional. E um dos temas que vai estar em debate lá é que a gente já começa a escutar que *campi* que foram criados em cidades pequenas, não tão pequenas, mas que são chamados de *campus* avançado, está se falando em se fechar *campi*, Paim. Olha o absurdo.

Em vez de investir para poder ter mais matrícula. Em vez de insistir, chegar lá com o Prefeito... Precisamos investir, precisamos atrair.

É um curso federal gratuito. Estão falando em fechar *campi*. Então os companheiros, os professores desses *campi*, dos chamados *campi* avançados, estão levando a tese da nossa defesa intransigente de que não se fecha escola, não se fecha *campi*. Você precisa é ampliar para poder trabalhar. Portanto, nesses mesmos *campi* das capitais está faltando vaga de docente, está faltando infraestrutura. Muitas das infraestruturas não foram concluídas. Então a consolidação é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso deixar de dizer aqui que, na nossa pauta geral, Paim, que a gente quer negociar com o Governo, com a Esther Dweck e com o MEC, os professores federais têm uma defasagem salarial, mesmo com os 9% hoje, de 32,56% em relação ao seu salário de 2015, que foi o último acordo assinado pela federação. Pensando na inflação até o final do ano, eu estou falando de uma perda salarial de aproximadamente 35%. Não dá para a gente não ter no Governo Lula agora... Eu não vejo ninguém mais falando de ganho salarial. Estou falando de recomposição salarial porque, se você não der incentivo ao profissional, se você não investir no profissional... Ele é o principal sujeito, o principal elemento da formação. Então nós estamos com uma perda salarial de 45,52%; com os reajustes que a gente tem, estamos caindo aí para 32,56%. Precisa ter orçamento para a valorização dos professores para o próximo ano.

A gente, a partir daí, tem que pensar em ampliação. Nós estivemos no MEC com o Getúlio. O projeto lá inicial era ter, no mínimo, mil *campi*. A Profa. Luzia trouxe para nós aqui 780, enfim. Tem uns que falam em 752. Mas lá no projeto inicial eram mil municípios atendidos com *campi* do Instituto Federal. Precisamos trabalhar a ampliação das universidades para o interior.

E aí, Paim, eu esqueci de um detalhe importante. Por que é importante o interior? Os institutos têm uma questão muito característica. Eles não podem criar qualquer curso. Ao instituto está definido que, para criar um curso, ele precisa trabalhar com os arranjos produtivos locais. Ele precisa chamar a Prefeitura, o Prefeito, os Vereadores, os empresários locais e dizer: que curso é importante para essa região? Não é para o município, mas para a região, para aquele entorno. Aí tem lá, por exemplo, a Klabin, papel e celulose. E tem curso de vestuário, formação técnica nessa área. Em Foz de Iguaçu, o curso do turismo, a área de turismo; a região madeireira, para aprender, você tem curso específico, de tal sorte que nesses cursos vão o técnico e vai haver fiscalização junto. De tal sorte que esses estudantes se formam no seu local, dentro da sua realidade, e ficam! Eles não vão para a capital e nunca mais voltam. Eles se tornam sujeitos de desenvolvimento com as suas áreas, junto com a sua família, com o produtor, junto com o empresário local. Essa é a construção que a gente tem que fazer.

Então, a ampliação é fundamental para a interiorização.

E os institutos, Paim, têm em torno de 80% de estudantes – a Profa. Luzia pode confirmar – com salário mínimo, com inclusão social. A inclusão social nos institutos é muito forte, porque eles estão interiorizados. Lá tem muito latifúndio; é claro, tem o fazendeiro, mas a maioria é população simples, que não tem acesso. Portanto, ter inclusão social é uma marca predominante. É dessa formação técnica que nós estamos falando. Isso é um programa de Governo necessário para ser implementado.

E aí, para concluir, tem algumas políticas para o Senador pensar. O PL 8.739, que trata dos Pnaes, assistência estudantil. Estou falando de alimentação, pensar restaurante universitário, Dra. Luzia. O Brasil inteiro tem que ter dinheiro para restaurante universitário, não adianta incluir estudante para depois excluir porque ele não consegue comer. Estou falando de transporte, Pnaes é para transporte. O Paim falava de ir de bicicleta, que teve a bolsa lá; se não tivesse a bolsa talvez não fosse um Senador sentado nessa cadeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje discutindo conosco. Precisa ter a bolsa estudantil. A política estudantil... Nós estivemos agora no MEC e a Profa. Denise nos disse que vão ampliar barbaramente as bolsas, porque foram todas cortadas. Precisa ter bolsa para assistência estudantil, essa é a nossa reivindicação, senão o estudante não consegue porque precisa trabalhar às vezes, e mesmo com a bolsa ele desiste porque precisa ajudar a família e a bolsa não dá para ele, e a bolsa é para ele comer, para ele usar transporte, para ele se transportar e poder estudar. Enfim, é o mínimo necessário para ele. Às vezes precisa até abandonar ainda porque precisa ajudar a família. No PL 8.739 do Pnaes é fundamental avançar.

Estou falando desse projeto também de inclusão digital, de 2018, que trabalha a questão de valorização dos profissionais. Aí entra a questão de salários, aí a Guelda trabalha com profissionais, que a CNTE trabalha, fundamental também.

O PLP 235, salvo engano, já está aprovado no Senado. É a questão do Sistema Nacional de Educação. Por que é importante dizer isso, Guelda? Nós estamos pensando que estamos discutindo PNE, o novo PNE. Temos uma avaliação com bastante dificuldade e muitas políticas do plano nacional atual que não foram implementadas, e precisamos aprovar. Nós do Fórum Nacional Popular de Educação estamos comprometidos com esse debate e com essa luta, junto com o nosso plano, que está no FNE hoje, não é, Profa. Luzia, que é para construir um novo Plano Nacional de Educação. Não tem como pensar o Plano Nacional de Educação se não pensar no Sistema Nacional de Educação.

Por fim, o PL 90, de 2018, para atender a questão do Pnae, porque aí é alimentação escolar especificamente.

Enfim, quando implementadas, políticas necessárias, que nós do sindicato, nós do Proifes/Federação, estamos comprometidos em ajudar a parlar, como diz o nosso Senador, a debater politicamente, mesmo que avessa para a sociedade e para aqueles que mais precisam.

E aí, Guelda, eu quero terminar como você disse: dinheiro público para a educação pública. O dinheiro público é suado, é do trabalhador, ele não pode servir como empresa de lucros privados sob o falso prognóstico de que vai estar ajudando quem mais precisa. Não é por aí que nós vamos avançar. Dinheiro público para a educação pública.

Senador, muito obrigado, e a todos que nos ouvem. A Proifes/Federação sente-se honrada pelo convite da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos. Estamos sempre à disposição para fazer esse debate, para trazer propostas que entendemos viáveis e fazer o bom debate. Houve dificuldades, é preciso convencer os demais Senadores que acreditam numa sociedade melhor. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Presidente dos Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Prof. Nilton Brandão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela sua exposição. Nós todos somos apaixonados pelos institutos e temos todos colaborado nesse sentido. A sua fala vem nesse sentido.

Não tenha dúvida nenhuma de que nós sempre enaltecemos o caminho traçado pelo Presidente Lula. Quando ele assumiu lá atrás, nós tínhamos em torno, eu me lembro, de cento e poucas escolas técnicas, hoje estamos chegando a mais de quatrocentas, somando todas, e os institutos são fundamentais, tanto que eu estou tentando levar mais alguns para o Rio Grande do Sul.

Ainda hoje eu falava aqui com o secretário, e ele disse: "Olha, então, se agilize e vá lá falar conosco, porque os outros Senadores de outros estados estão conseguindo levar institutos novos para outras regiões.". E eu assumi o compromisso de ir lá conversar com ele e com o Ministro Marinho também nesse sentido. Não sou eu, são os estados todos que querem institutos. Não temos dúvida nenhuma da importância que tem o ensino técnico profissional e da qualidade com que chegaram os institutos em todo o país.

Mas quero dizer que de todas as suas recomendações eu já pedi aqui para a assessoria que tomasse nota e vão ter o amparo, sim, da Comissão de Direitos Humanos, vão ter o apoio. Vamos trabalhar juntos, querido Professor Nilton Brandão, querida Guelda, querida Luzia, e Ezequiel, que não pôde participar.

Agora, nós vamos para as considerações finais. Mas reafirmo que tudo que foi colocado aqui como proposta a assessoria já está resumindo, para que a gente possa acompanhar, principalmente, os projetos.

Sabem que logo que eu cheguei aqui, sempre defendendo o ensino técnico, eu apresentei um projeto de Bolsa de Emergência, espelhado na minha vida lá embaixo – quando eu digo "lá embaixo", eu digo lá onde eu estava antes de fazer o curso técnico –, e como foi importante aquela bolsa. O projeto foi aprovado já no Senado e está na Câmara. É uma bolsa permanência importantíssima para os estudantes do ensino técnico e não só do ensino técnico. Está aprovado e está na Câmara, oxalá a gente avance e aprove os outros que foram aqui listados com muita sabedoria pelo Professor Nilton Brandão.

Como nós concluímos, nós vamos agora para as considerações finais e aí são três minutos para cada convidado. Então, começamos aqui na mesa com a Diretora-Presidente da Brasiltec, a Professora Cleunice Matos Rehem.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. É uma satisfação enorme estar aqui participando deste debate, defendendo pontos que nós percebemos, pelas apresentações, que são convergentes, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muitos.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – Muitos pontos convergentes que precisam efetivamente de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de concluir aqui e de fazer essas considerações finais pedindo ao Senador Paulo Paim que, na qualidade da minha representatividade aqui, que estou representando as instituições mantenedoras de instituições de educação profissional e tecnológica do segmento privado... Nós nos oferecemos ao Governo para as políticas públicas enquanto possibilidade de complementaridade junto ao que o setor público já faz e junto ao que o setor filantrópico também já faz.

Eu entendo, nós entendemos que o apoio às escolas públicas, sobretudo os institutos federais, às escolas estaduais e a algumas mantidas pelos municípios excepcionalmente, é fundamental e importante ser fortalecido, para que os nossos jovens possam ter efetivamente uma formação que lhes garanta a profissionalização, a entrada segura no mercado de trabalho, a sua permanência e a sua requalificação. Nós entendemos que o setor privado pode complementar com parceria, dentro da parceria público-privada, porque, sozinho, o setor público, com certeza, não dá conta do tamanho do desafio – não é, Senador? – que o Brasil tem para ser enfrentado, com positividade, com otimismo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM – ... e com ações relevantes.

Então, eu peço, nós pedimos o apoio do Senador para que possa ser viabilizada a ampliação do Fies, destinado aos estudantes das classes C, D e E, com financiamento público, para que possa inclusive ser retornado ao público o que for financiado, aliado também a bolsas de formação, porque a rede privada pode contribuir com a rede pública para ampliarmos as ofertas da educação profissional e superarmos os problemas, que foram aqui retratados, persistentes em nosso país. Que isso se transforme numa política de Estado.

Eu gostaria de registrar que senti muita falta, Senador, da representação, aqui, de fala do MEC. Tivemos a do Ministério do Trabalho, mas gostaria de ter visto o Professor, o Ministro ou o Secretário Getulio Marques aqui, que, certamente por algum impedimento, não puderam vir, não é?

Agradeço muito as contribuições do Magno Lavigne, do Felipe Morgado – parabéns pelas suas considerações! –, da Luzia Mota, da Guelda Andrade e do Nilton Brandão. Acho que, juntos, debatendo, entendendo como é a nossa situação, com este Parlamento e com este nosso Senador Paulo Paim, com certeza, nós venceremos os desafios que se apresentam para o Brasil hoje.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada aos colegas que palestraram aqui. Muito obrigada a todos que assistiram e que continuarão apoiando esta nobre missão de melhorarmos a educação profissional para os jovens e para os trabalhadores brasileiros no sentido do desenvolvimento persistente e permanente do nosso país. Muito, muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Sra. Cleunice Matos Rehem, Diretora Presidente da BrasilTec, que colaborou muito com este debate sobre o ensino técnico no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, antes de passar a palavra para os outros convidados, por uma questão aqui de orientação da Secretaria-Geral, ler algumas perguntas, que poderão ser respondidas nas considerações finais de cada um, do e-Cidadania.

De Jansen Albuquerque, do Mato Grosso do Sul: "[...] o Brasil precisa de cursos técnicos para muitas áreas, [...] [reduzindo] o crescente desemprego. [...] [São necessárias] políticas nesse sentido".

De Jarbas Maurício...

Eu leio tudo o que chegou aqui. Quem faz o resumo é a assessoria da Casa.

Jarbas Maurício, do Distrito Federal: "Para alunos neurodiversos [...] é necessário oferecer obrigatoriamente apoio de terapeutas educacionais [...] especializados".

Rodrigo Garcia, de São Paulo: "Precisamos de colégios que comportem o ensino integral, sustentável e com acessibilidade, a maioria das políticas falha por isso".

Patrick Monteiro, de São Paulo: "Precisamos de mais mestres e doutores, [...] precisamos que esses cursos também ocorram no período noturno. [A massa trabalha em horário comercial.]".

E, por fim, Jeferson Moreira, do Rio de Janeiro: "Qual o impedimento para que os institutos federais disponibilizem graduação profissional e técnica via educação à distância?".

Podem ver que todos aqui defendem o ensino técnico e fortalecem os institutos federais, como esse que colocou que gostaria até que tivesse educação à distância.

Eu passo a palavra agora, por videoconferência, aos nossos convidados, que falarão pelo tempo também de três minutos cada um.

Luzia Matos Mota, membro do Fórum Nacional de Educação (FNE), Coordenadora da Câmara de Ensino do Conif e Reitora do Instituto Federal Bahia, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Por favor, Dra. Luzia Matos Mota, considerações finais, três minutos.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Paim.

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem, perfeitamente.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Quero agradecer a oportunidade de poder trazer qual o comprometimento tanto do FNE como do Conif para esse debate. Faço um agradecimento ao Prof. Nilton por ter defendido de forma tão orgânica os institutos federais e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação integral. De fato, o que nos diferencia é a estrutura, é a carreira docente e é a concepção de formação profissional, de educação profissional integrada à educação básica, porque não é possível ter formação profissional se nós não tivermos uma educação básica forte. E isso passa, evidentemente, por um ensino médio que garanta a todos os trabalhadores, às juventudes brasileiras uma formação adequada para essa etapa da educação básica.

Mas gostaria aqui, Senador, de também fazer o registro, que eu separei a minha fala também em dois momentos, sobre os programas, os programas de qualificação profissional. Os programas têm sido reproduzidos ao longo das décadas, são programas importantes porque eles, de todo modo, conseguem requalificar trabalhadores que já estão no mundo do trabalho ou que saíram do mundo do trabalho e precisam retornar, mas é preciso ter uma atenção especial para a forma como esses programas estão sendo implementados.

Não é possível nós disponibilizarmos aí uma quantidade enorme de recursos para uma qualificação, uma formação profissional muitas vezes vazia, muitas vezes apenas uma certificação, e não a possibilidade de fato de transformar aquele trabalhador e aquela trabalhadora através da educação.

Então, eu faço aqui nessas considerações finais, mais uma vez, um reforço para a necessidade de construirmos, no Brasil, um sistema nacional de qualificação profissional que leve em consideração itinerários formativos que permitam aos trabalhadores inclusive e principalmente – aqueles que não tiveram oportunidade – elevar a escolaridade.

A educação profissional hoje só não está inserida na creche e na pré-escola. Do ensino fundamental até a pós-graduação, nós temos ofertas de educação profissional.

Como o Prof. Nilton falou e os que nos assistem também através das perguntas registraram, hoje nós não temos no Brasil uma experiência melhor do que a ofertada pelos institutos federais, seja pela verticalidade da oferta, seja pela capilaridade que os institutos hoje possuem. E também um elemento importantíssimo é a multicampia: cada *campus* nosso é um instituto federal naquele território e tem autonomia relativa para aderir às necessidades daquele território. Isso é fundamental para a nossa oferta.

Então, eu não vou me alongar, mas queria, Senador Paim, colocar à disposição tanto o Conif como o FNE, para lutarmos pela aprovação do Fundo da Educação Profissional, que tramita hoje no Congresso num projeto de lei apresentado pelo senhor.

O financiamento da educação profissional é fundamental para que nós tenhamos êxito nos nossos projetos e nas nossas políticas.

Muito obrigada. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Falha no áudio.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luzia Matos Mota, que fez uma bela exposição, fortalecendo o ensino técnico profissional em toda a sua extensão. Uma alegria ver as suas considerações finais.

De imediato, a Dra. Guelda Cristina Andrade, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para as suas considerações finais, nesses três minutos. Por favor.

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vamos lá, Senador.

Como eu disse, cada um tem um espaço de fala em dado momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (*Por videoconferência*.) – O senhor está corretíssimo. Aqui, em casa, também eu tenho um bom negociador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom. Eu fico feliz, fiquei muito feliz.

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (*Por videoconferência*.) – E, às vezes, a negociação é fundamental, mas algumas coisas também são inegociáveis...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correta, correta.

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (*Por videoconferência*.) – ... dependendo do seu lugar de fala.

Mas vamos lá. Tem uma das questões que me chamaram atenção que foi sobre a educação à distância, a oferta da formação técnica em educação à distância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (*Por videoconferência*.) – Esse é um debate muito delicado para se fazer. Não que nós sejamos contra a educação à distância – jamais –, mas nós precisamos observar de que forma vai ser essa organização curricular, e ela deve ser utilizada como ferramenta onde a gente não tem as condições ideais para estar no presencial, porque o presencial é fundamental, mas também, em contrapartida, nós entendemos que nós temos um jovem trabalhador.

Por isso eu chamei a atenção de pensar: quando nós pensarmos o ensino médio, quando nós pensarmos em educação profissional, nós temos que ter o olhar para o jovem e o adulto trabalhador. Quem são essas pessoas? Quais são as condições que elas têm de frequentar essa formação? Talvez diluir em mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, mas numa duração maior de período, de terminalidade, mas a gente ter, diariamente, uma carga horária menor, para que ele consiga, de fato, trabalhar e estudar, para sustentar a sua família.

Assim, acho que a gente – não é, Luzia? – dialoga muito no mesmo viés. Eu também tenho muita preocupação com as fabriquetas de certificado: "Vamos só certificar". Mas e essa formação integral desse ser, no sentido da transformação da sua realidade, da transformação social para esse mundo do trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GUELDA CRISTINA ANDRADE (*Por videoconferência.*) – ... e não só meramente para atender à demanda de mercado? Isso é um cuidado muito grande que a gente precisa ter, se é verdadeiro que nós queremos ter um projeto de país diferente do que nós temos hoje.

Nós queremos atingir a soberania. Nós temos tudo para ser um país... Nós temos todas as condições. Nós somos um país extremamente rico, e a gente não pode continuar reduzido a um país de *commodities*, que simplesmente atende à demanda lá de fora para industrialização.

Nós também não podemos ter um projeto de educação em que não se dá conta de formar os nossos meninos, a nossa juventude, para, por exemplo... Eu vou citar um exemplo da cidade em que eu morava. Eu morava em Pontes e Lacerda, aqui, no interior do Mato Grosso, e nós tínhamos uma empresa que veio para explorar o diamante em uma cidade vizinha, mas os trabalhadores vieram de fora, porque ali, naquele lugar, não tinha ninguém preparado para atender à demanda de que eles precisavam.

Então, isso não pode acontecer. Nós precisamos pensar um projeto educacional que, de fato, dê conta de atender às demandas que o país tem, mas isso não se resume apenas ao atendimento da demanda de mercado. Nós temos que pensar uma formação humana, ter um olhar holístico para essa formação e para esse jovem trabalhador ou para esse adulto trabalhador e pensar nesse bojo dessa formação integral da creche à pós-graduação. Nós precisamos ter uma formação mais ampla no sentido de desenvolvimento mesmo, cognitivo, crítico, social dos nossos estudantes, considerando o mundo que nos cerca, o mundo do trabalho.

Mais uma vez agradecendo o espaço, agradeço a todos os meus colegas que contribuíram nesta mesa de hoje e dividiram comigo o debate. A CNTE está sempre à disposição.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito, muito bem! (*Palmas.*)

Parabéns à Profa. Guelda Cristina Andrade, Secretária de Assuntos Educacionais da CNTE, que nos lembrou da importância de termos a educação do jardim da infância à universidade. Permita agora que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brinque com você, com respeito, naturalmente, ao seu companheiro: que bom a rebeldia e a conciliação caminhando juntas! Nós avançaremos, com certeza absoluta.

Parabéns, Guelda Cristina Andrade! Muito obrigado pelas contribuições. Você respondeu já ao Sr. Jeferson Moreira, do Rio de Janeiro. Por isso que eu lhe dei um templo, inclusive, a mais, porque você respondeu à pergunta dele sobre o ensino técnico à distância. Muito obrigado, Dra. Guelda.

Agora o nosso querido professor, doutor... Também, para mim, esses professores são todos doutores, porque todos são especialistas. Agora eu passo para o Dr. Nilton Brandão, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior, Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Todas as suas ponderações foram anotadas, e a Comissão, dentro do possível – claro! –, vai ajudar, porque concorda com elas. Também concorda com a visão colocada aqui, que é um objetivo comum: avançar no ensino integral, inclusive, fortalecendo o ensino técnico.

Eu dizia – viu, Prof. Nilton Brandão? – que o meu sonho era ver, no mínimo, uma escola técnica em cada cidade deste país, por menor que ela seja. Claro, em cidades maiores, eu quero 10, quero 12, quero 15, não é?

Dr. Nilton Brandão, por favor... É uma alegria ouvi-lo novamente.

O SR. NILTON BRANDÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Compartilho tanto da sua experiência, que já me alinhei aos companheiros que estão indo para o nosso encontro defender a permanência e o investimento nos *campi* avançado, para que eles cresçam enquanto *campi*...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Perfeito. Estamos juntos.

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência*.) – É exatamente isso. Tem que ter um em cada...

Aliás, os institutos foram criados, e o Governo tem que estar onde tem mais dificuldade mesmo. Se for para ficar nas grandes cidades, já tem quem está lá, inclusive com parcerias. Nós temos que ir é para aquele lugar de maior dificuldade, onde não tem nada, e é lá que o Governo tem que chegar, para trazer as oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professor.

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência*.) – Mas o Senador prevê uma coisa muito interessante, que projeto bom é projeto aprovado. Pois eu, Senador, participei das negociações da nossa federação com o Governo federal, assinamos um acordo em 2010 que foi muito bom, assinamos um acordo, em 2011, que não foi bom, porque nem repôs a inflação, assinamos um acordo, em 2012, que criou a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12.772, que criou a carreira do magistério federal, incluindo universidades e institutos federais, equiparando a carreira de EBTT com o instituto federal, fizemos uma recomposição dessa carreira em 2015, e acordo bom é acordo assinado.

Em todos esses acordos, tivemos problemas. Por isso, na nossa pauta atual, queremos erguer a carreira, porque não podemos fazer o alinhamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Professor está dando aula aqui de negociação. E estamos aprendendo. O senhor pode continuar.

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência*.) – Então, é por isso que ainda está na pauta que a nossa carreira precisa de ajuste. E levei ao MEC, na semana passada, e uma das nossas prioridades é fazer os ajustes na carreira – viu, Profa. Luzia? – dos institutos federais e das universidades federais.

Então, essa é a primeira consideração final que eu queria fazer.

A segunda consideração, eu vou pegar a questão de uma pessoa de Brasília que falou da importância de terapeutas educacionais. Isso é fundamental.

Infelizmente, Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É de Brasília mesmo. O Sr. Jarbas Maurício, do DF...

Eu vou repetir para o senhor e vou lhe dar tempo para responder, porque é importante o atendimento às pessoas que nos prestigiaram aqui: para alunos neurodiversos, é necessário oferecer, obrigatoriamente, apoio de terapeutas educacionais especializados.

Por favor.

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência*.) – Infelizmente, nós vivemos numa sociedade, companheiros e companheiras, em que a escola virou, muitas vezes, a substituta da própria família. Quer dizer, a escola acabou trazendo ou sendo obrigada a tratar de coisas que não são mais só o ensino, não são só a educação. Às vezes, ela virou o terapeuta, o professor virou o psicólogo, o professor virou... Enfim, o atendimento das necessidades que a sociedade, que a família não consegue dar, porque muitos, às vezes, nem família têm. Se pegar as instituições próximas das favelas – ou comunidades, como queiram, e eu quero falar favela mesmo, porque é o que identifica esse povo –, a maioria chega lá com famílias totalmente desestruturadas.

É por isso que o nosso companheiro, o nosso ouvinte Jarbas tem toda a razão e é por isso que nós, no instituto, brigamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não sei se tem em todos, mas, nos principais, a gente tem, vamos dizer, minimamente, equipes multiprofissionais. Não é só o terapeuta. É o psicólogo, é a pedagoga, é a enfermeira, que está lá no espaço saúde, para poder atender às demandas desse aluno. É claro que não é educação. Evidentemente, isso é uma defasagem social, mas, infelizmente, temos que trabalhar com ela, sim. Nos institutos, há uma preocupação bastante forte para isso.

Por último, eu quero me somar, um pouco, ao que a Luzia traz, e a Guelda reforçou, à questão dos múltiplos programas, que são paliativos. Quando a gente fala em negociação, é claro que a gente vai fazê-la com a iniciativa privada – companheira...

Deixe eu anotar aqui, para gravar o nome. Eu acabei não gravando. A Luzia não. Eu acabei não anotando, a nossa companheira daqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Cleunice.

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência.*) – Isso! A Cleunice.

É claro que a gente vai, no processo negocial... Temos um problema para resolver, a gente vai resolver o problema. Agora, não podemos aceitar...

Gente, eu acompanhei muito o Pronatec. Eu vi muito cursinho que era só para gastar dinheiro. Eu conheço esses programas. E a Profa. Luzia colocou: Protec, Planfor, PNQ, Brasil Profissionalizado, Pronatec, Qualifica Brasil. Eu conheço todos eles – todos eles.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência*.) – Muitos são desperdício de dinheiro, porque não tem avaliação, não tem continuidade. E aí a preocupação é: Eu formo para determinado emprego, às vezes, um emprego precarizado. Quem sabe... É ótimo! Por isso que eu digo que tem sentido a nossa realidade: é um emprego precarizado, mas é um emprego. Agora, eu não posso aceitar que a política pública esteja trabalhando com empregos precarizados. Isso tem que ser repensado. O que a Profa. Luzia diz é: tem que ser repensado, tem que ter uma avaliação, tem que ter um acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professor, só para o seu domínio, para ajudar no raciocínio, porque aqui, baixinho, a Profa. Luzia está dizendo: "Concordo plenamente com ele".

Pode continuar.

O SR. NILTON BRANDÃO (*Por videoconferência.*) – Olha aí, que bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É na linha que nós vamos debater e que a gente vai conversar. E precisam ser revistos, todos eles. Infelizmente, eles estão pecando, exatamente, nesta linha.

E aí, nós vamos avançar para poder cumprir as deficiências que aconteceram ao longo do tempo, mas cuidando para que, a partir de agora, você tenha uma formação técnica consistente.

Eu gostei muito também do que o Felipe – se eu não me engano – colocou, as definições públicas, hoje, internacionais sobre a questão da formação, os princípios da formação profissional. Eu acho que avançaram muito na perspectiva da formação humana, da formação integral, do pensar no mundo do trabalho, no mundo do emprego. Daqueles princípios que ele apresentou para nós eu gostei muito.

Então, eu acho que é isso. Acho que esse debate é fundamental. Estamos avançando e vamos construindo...

O Proifes-Federação, Senador Paim, é um parceiro na luta, um parceiro no avanço. Aprendemos a fazer isso. Vamos fazer isso lá no FNPE. Nós somos a única entidade de educação superior no FNE, temos a nossa representação lá. Tínhamos sido expulsos pelos Governos Temer e Bolsonaro. Fomos expulsos. Retornamos agora.

Portanto, estamos no FNE e a nossa perspectiva é avanço.

Nós sabemos como fazer e podemos contribuir.

Obrigado a todos que nos ouviram até agora.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. E o fazem com muita competência, Prof. Nilton Brandão, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores.

Estou resumindo aqui, agora, o currículo de cada um, para ganharmos tempo.

Mas muito obrigado, Prof. Nilton Brandão.

Foi criada aqui uma frente parlamentar mista em relação ao ensino técnico – eu faço parte dela – e vou propor que esse debate do ensino técnico, já que existe uma frente parlamentar, que a gente faça um evento com mais tempo, inclusive, porque aqui o tempo está sendo muito limitado.

Já que existe uma frente parlamentar, que a gente faça um evento com a participação de todos os convidados que estiveram aqui conosco hoje. Todos foram brilhantes defendendo com, muita elegância, com muita competência, mas com muita firmeza, os seus pontos de vista. É assim que caminha a humanidade, é assim que avança a democracia, é assim que a gente ajuda a construir a história. Eu digo que não é só escrever história, é bom fazer parte da história, construir a história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo para o nosso último painelista e convidado, que é o Dr. Felipe Esteves Pinto Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, que falou aqui pelo Senai. Terá o mesmo tempo que eu dei aos outros convidados, três minutos, mas com uma certa tolerância.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO (Para expor.) – Bom, primeiro eu gostaria de agradecer-lhe, Senador, esta oportunidade de debater, eu acho que é muito importante para a educação profissional. Quero agradecer a todos os palestrantes pelo diálogo objetivo, claro, transparente.

Eu acho que...Senador Paim, eu tive a honra de conhecer, semana passada, a Coreia do Sul. Eu, como um pesquisador, como uma pessoa que luta pela educação profissional há muitos anos, imaginei que estava indo para o país encontrar muita tecnologia, muita inovação, e estou voltando aqui com outra perspectiva. Eu encontrei muita gestão e muita confiança entre as empresas e o Estado. Encontrei muita preocupação com avaliação.

Eu acho que é nessa linha que a gente tem que sempre se preocupar com a política pública de educação profissional. Ter uma relação de confiança entre governo, empresas, gestões públicas, instituições privadas e o Governo no protagonismo, na coordenação, na avaliação, para garantir a qualidade e garantir a lisura do processo. É nessa linha que eu acho que a gente tem que se preocupar com as políticas.

Retomo aqui a defesa do PL 6.494, que está em discussão nesta casa, que traz para o Governo a necessidade de criar uma política de educação profissional, de instituir um sistema de avaliação de educação profissional.

Nessa linha da defesa e também em resposta ao nosso colega Patrick, de São Paulo, que traz a questão do ensino noturno. No Senai, Senador, a maior parte dos alunos estudam à noite sim. Infelizmente, eles precisam trabalhar, eles precisam ajudar a sua família. Então, a educação profissional noturna, sim, é uma realidade e a gente tem que estar preparado para ela.

O outro comentário está relacionado à educação à distância. Concordo com tudo o que foi colocado, mas a gente, no Senai, avalia todos os nossos cursos técnicos em âmbito nacional, tanto teoria quanto prática, com teoria de resposta ao item. E os cursos a distância, bem feitos, têm uma qualidade igual ou superior a um curso presencial. Então, é uma questão de avaliação, uma questão de confiança e uma questão de critérios para que esse processo possa acontecer. É lógico que, quando falo em educação a distância, não existe educação a distância na educação profissional sem presencialidade para fazer as atividades práticas, isso até a legislação atual preconiza. Então, é sempre tomar muito cuidado, não estou falando de cursos 100% a distância, estou falando de cursos, na legislação, com momentos de prática presencial, porque o saber fazer é essencial para as atividades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – ... profissionais do estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda volto a defender... O Secretário Magno está aqui e aí eu convido os colegas que me antecederam também a analisar a política de aprendizagem. Eu acho que a política de aprendizagem é uma oportunidade para fortalecer a educação profissional de qualidade e a juventude – na linha de uma educação integral – emancipadora. Então, eu acho que a gente pode fortalecer o caráter educacional da aprendizagem profissional e fazer com que esses jovens possam estudar, trabalhar, aprender na escola, aprender com a empresa e conseguir se emancipar logo depois que concluírem os cursos.

Eu fico contente, Senador, que, mesmo com a pandemia, desde a pandemia, o percentual de egressos do Senai que estão trabalhando até um ano após a conclusão do curso só vem crescendo. Neste ano, acabei de receber o resultado, 84% de todos os alunos do Senai que concluíram cursos técnicos estão empregados em até um ano após a conclusão do curso. É um percentual muito expressivo. Voltamos aos patamares lá de 2014, 2015. É muito importante a gente ver esse processo, esse crescimento que vem sendo dado para a educação profissional.

Então, acho que todos aqui têm um consenso: a educação profissional emancipa o jovem e é importante para o futuro do país. Eu tenho certeza de que, se a gente se preocupar com políticas de qualificação, requalificação e aperfeiçoamento, com foco, avaliação e qualidade, a gente vai, sim, fazer o nosso país se desenvolver e ajudar, no meu caso, para uma retomada da indústria brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Os meus cumprimentos ao Dr. Felipe Esteves Pinto Morgado, Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, como representante do Senai, que fez aqui um balanço do evento e, como todos os outros, reconhece que o evento foi muito positivo, foi uma provocação das entidades.

Vocês sabem que aqui eu debato tudo. O marco temporal esteve em debate aqui nesta sala, provocado pela nação indígena. Eu aceitei e fizemos um bom debate do próprio marco temporal, mas também do arcabouço fiscal, que foi provocado pelas entidades sindicais! Eu disse: "Vamos fazer!". E fizemos aqui o debate. O Governo participou, como participou hoje também, e foi um belo debate. Eu sou totalmente favorável a debates. Que todos coloquem o seu ponto de vista e, assim, a gente vai construindo o possível.

Só vou dar um exemplo. Eu fui Constituinte e um dos debates mais duros foi a redução de jornada na área em que eu atuava na época. O Lula coordenava, o Olívio... Enfim, eu fiquei com essa área. Então, teve, um dia, um debate duro sobre a redução de jornada: eram 48h, mas nós queríamos 40h! Aí, chegou uma hora em que nós decidimos: "Olha, vamos aceitar 44h ou vai passar 48h...". (*Risos.*)

Nós – bumba – aprovamos 44h, quase por unanimidade.

O direito de greve. Eu vim do movimento sindical. Enfim, eu estou no Parlamento, claro, há quase 40 anos, e o direito de greve eu fui negociar, lá no interior do Estado de Goiás, se eu não me engano, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador Ronan Tito – sei que ele está com uma idade avançada, mas, com muito carinho, ele alugou um teco-teco para nós – eu e o João Paulo, de Monlevade.

Lembram do João Paulo, de Monlevade? Ele disse: "Olha, se quiserem, venham aqui que eu vou ver no que eu posso ajudar". Isso porque ele é responsável por aquele capítulo. Eu e o João Paulo, de Monlevade, fomos, num teco teco, até lá à fazenda dele. Ele patrocinou, naturalmente, esse teco-teco, mas eu, louco de medo... Se em avião grande, todo mundo sabe, eu não gosto muito de viajar, calculem num teco-teco. Mas deu para ir, articulamos – essa história eu gosto de contar – e ele disse: "Olha, está bom assim pra vocês?" "Tá!" "Então tá. Podem levar pra lá e dizer que eu coloco no meu relatório essa visão".

Chegando aqui, falamos com o Covas, que já faleceu, com o Cunha, o Ulysses Guimarães etc., que disseram: "Olha, vão falar lá com o Jarbas Passarinho, porque ele é do Centrão. Se vocês estão concordando com esse texto...", e que ficou garantido na Constituição. Claro, depois dependia de regulamentação. E fomos falar com o Jarbas Passarinho. Independentemente de posição política ou ideológica, estamos ali para trabalhar e negociar, não é? Aí, ele pegou o texto – o texto tinha uns quatro dedos de... Como eu estou mostrando aqui, o texto era pequeno. Ele leu, acho, em cinco minutos e disse: "Não, se vocês concordam, podem fazer que eu vou defender no Plenário". Defendeu, gol de placa, por unanimidade. Vejam a importância que é o dialogar.

Licença paternidade. Alceni Guerra. Constituinte. Olha, a licença paternidade, naquela época lá, quando ele defendeu, quando ele estava explicando para todos ali... Eles disseram: "Olha, ele vai defender agora a licença paternidade". Sabem como é que é, não é? Todo mundo quá, quá, quá, quá! Ele foi lá e defendeu com tanta alma que, olha... Eu acho que ele está com uma idade avançada agora. Ele defendeu com tanta alma, com tanto carinho, contou a história das filhas dele... Se eu estou arrepiado agora, calculem naquele momento. Aquilo que ninguém acreditava foi aprovado por unanimidade, e por isso que existe a licença paternidade. E eu reconheço.

Alceni Guerra, se você estiver assistindo ou alguém te falar, pode saber que eu falei aqui de coração.

Aplaudíamos ele e chegou a um ponto em que ele não conseguia terminar de falar, e, quando ele subiu, estava todo mundo rindo. "Pô! Licença paternidade? Então, agora... O que é isso?" E vejam como a vida é dinâmica e como a gente aprende. E eu, nesta audiência pública de hoje, aprendi muito com vocês, com todos os nossos painelistas que aqui falaram, e permitam que eu diga rapidamente só mais esse muito obrigado à Dra. Cleunice; muito obrigado, Magno; muito obrigado, Felipe; muito obrigado, Luzia; muito obrigado, Guelda; muito obrigado, Nilton; e muito obrigado ao Ezequiel, que queria colaborar, mas não pôde, porque teve que sair.

Eu gosto de um termo que já virou quase que um carimbo meu. Eu fico muito feliz que, no mundo, existam pessoas como vocês, que fazem o bom debate, com coragem, com sabedoria, mas buscando, lá no fundo, eu tenho certeza, o melhor para todo o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vida longa à democracia! É isso que permite que a gente esteja aqui.

Um abraço!

Está concluída a audiência pública de hoje. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Alessandro Vieira, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Dr. Hiran, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 51ª e 52ª Reuniões desta Comissão, que são aprovadas. A reunião é suspensa às onze horas e dezenove minutos e reaberta às onze horas e vinte e um minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1048, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 5º do art. 197-E da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para definir medidas aplicáveis nas hipóteses de desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção e de devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1718, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, para prorrogar a suspensão da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1957, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2062, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2226, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para tratar da reserva de veículos acessíveis à pessoa com deficiência por empresas prestadoras de serviços eletrônicos na área de transporte urbano." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1146, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Sugestão n° 18, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Afastamento definitivo e absoluto de político condenado" **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pelo arquivamento da sugestão. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Sugestão n° 53, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal." **Autoria:** Jovem Senador Breno Sanches, Jovem Senador Yasmim Stefany Souza, Jovem Senador Isabela Pradebon, Jovem Senador Elda Chaves, Jovem Senador Vivian Gabrieli, Jovem Senador Igor Camilo, Jovem Senador Camila Folieni, Jovem Senador Cibele Loiola, Jovem Senador Pedro Henrique. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame da matéria. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 61, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública - Políticas públicas Alzheimer" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento, com a subscrição da Senadora Damares Alves. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 62, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública para debater sobre a "Tragédia de Brumadinho: violações aos direitos humanos"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento, com a subscrição da Senadora Damares Alves. Faz uso da palavra a Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 51ª e 52ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Foi pedida aqui a inversão de pauta, e eu estou concedendo – a única Relatora presente é a nossa colega Senadora Damares.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 26, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH;

Em reunião realizada em 02/08/2023, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito, nos termos do art. 132 do RISF.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, bom dia!

Já foi lido o voto na semana passada pela nossa Relatora Ivete, foi pedido prazo, foi pedido vista, está sendo devolvido hoje. Acho que não tem nenhuma discussão mais, já foram preenchidas todas as fases. Vamos votar! É uma resolução, uma coisa simples, uma frente parlamentar, uma coisa muito simples.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Damares, seria o ideal que aqui estivesse a Relatora. Você sabe que, quando a gente entrega a relatoria, é como se a gente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela já leu, ela já leu...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Mas não seria bom, porque a Relatora...

Nem está a Relatora nem quem pediu vista.

Vamos aguardar mais um pouco para fazer a inversão.

Qual seria o próximo?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O outro, na verdade, seria, Senadora... Eu queria subscrever o Requerimento nº 16, do Senador Paim, relativo a uma audiência superimportante sobre os direitos humanos violados na tragédia de Brumadinho. Gostaria de pedir à Secretaria a inclusão de dois nomes para ajudar no debate. Então, é subscrever esse requerimento do Senador Paim.

Não sei se ele vai chegar a tempo para aprovar...

É o item 12 da pauta, Requerimento 62.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Sem problema, Senadora Damares.

Eu devo ler aqui o requerimento que ela quer subscrever... Ou não? (*Pausa.*)

É o item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 62, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater sobre a "Tragédia de Brumadinho: violações aos direitos humanos"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "Tragédia de Brumadinho: violações aos direitos humanos", de autoria do Senador Paulo Paim, mas já acatando a subscrição da Senadora Damares. Eu vou colocar em votação, Damares, já que você subscreveu o requerimento. Já pode pedir.

Então, o requerimento está em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento com a subscrição da Senadora Damares.

Você já olhou o outro para você subscrever? É o item 11.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sim, podemos, sim. Eu quero subscrever o Requerimento nº 61, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer audiência pública sobre Políticas Públicas Alzheimer.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Concedo a palavra a Damares para falar.

Mas você já leu o requerimento. Você leu ou quer que eu leia novamente?

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 61, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública - Políticas públicas Alzheimer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Políticas públicas para o cuidado integral de pessoas com Alzheimer e outras formas de demência".

Passo a palavra para a Senadora Damares, que o subscreveu, para fazer essa defesa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Senadora, nós precisamos dar uma atenção a esses dois temas. A gente já teve um debate parecido na CAS, e a gente viu que precisa também fazer a discussão na perspectiva da garantia dos direitos, não é só o remédio e o tratamento médico, mas a garantia dos direitos dos pacientes e também de suas famílias.

Então, esta Comissão é o fórum oportuno, o fórum indicado para esta discussão e eu peço aprovação do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu queria dizer que, como não tem outros participantes, eu queria suspender até meio-dia esta sessão, ou encerrá-la.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Senadora Ivete está vindo, está acabando de ler um voto e está vindo para cá. Podemos pedir a suspensão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – A suspensão, e esperamos o Paulo Paim ao meio-dia.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Até a Ivete chegar, pode ser? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – O Paulo Paim me pediu para vir, abrir no horário que tivesse... A gente aprovou os requerimentos; eu vou suspender e vou aguardar o Paulo Paim, está certo? Meio-dia, o.k.?

(*Suspensa às 11 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Eu falei agora com o Presidente da Comissão, Paulo Paim, que me pediu para reabrir e encerrar a reunião, porque de onde ele está, está difícil voltar aqui ao meio dia.

Dos dez projetos, cinco foram retirados de pauta e dois foram votados.

Então, encerrando a sessão deliberativa... (*Pausa.*)

É. Seguindo a orientação do Presidente, eu estou reabrindo e encerrando a sessão, o.k.?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Mas, Presidente, que a gente garanta, na pauta da próxima semana, o item 8.

Eu nunca vi o Senado criar óbices à instituição de uma frente parlamentar. Esta é a Casa do consenso, a Casa da pluralidade de ideias. Essa frente parlamentar não é deliberada, não vai decidir nada; é apenas para a gente acompanhar o que está acontecendo em outros países com relação à saúde da mulher. Não só os acordos que já tem na ONU, esse é mais um consenso da ONU. É só mais um para a gente acompanhar sobre saúde da mulher, saúde da menina, fortalecimento da família.

Esse consenso é polêmico porque ele tem 39 países que não aceitam o aborto. Nós não somos signatários mais do consenso, o Governo Lula já saiu do consenso, mas por que a gente não pode acompanhar o que está sendo discutido em outros países sobre a saúde da mulher?

Então, é só para acompanhar os debates que estão acontecendo lá e deixar registrados nos *Anais* da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Damares, tudo bem. Eu acho que é para o debate. E Paulo Paim – isso foi urgência – não tinha nem falado comigo, mas teve um problema e não pôde vir. E, quando a gente chegou aqui, dos dez, cinco tinham sido retirados de pauta, e tinha essa questão de nem estar a Relatora, nem quem tirou de pauta, entendeu?

Claro que o debate vai abrir, e eu acho que Paulo Paim, na próxima, vai colocar isso em votação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos manter na pauta da próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Sem problema.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2024, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia hum de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 85/2023 - CDH, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR), do Senador Paulo Paim (PT/RS) e do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Instituir a Campanha Maio Roxo, visando a divulgação e conscientização sobre Doenças Inflamatórias Intestinais, facilitando seu diagnóstico e trazendo qualidade de vida a todos os portadores. Participantes: Patrícia Mendes, Presidente da DII Brasil; Flávia Melo, Advogada; Carlos Frederico Porto Alegre, Médico Gastroenterologista; e Danilo Campos da Luz e Silva, Representante do Ministério da Saúde. A Presidente faz o seguinte encaminhamento: oficiar o Ministério da Saúde acerca dos gargalos na distribuição de medicamentos imunobiológiocos. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 58, de 2023, da CDH, de autoria do nosso querido Senador Flávio Arns, que requer instituir a Campanha Maio Roxo, visando à divulgação e conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais, facilitando seu diagnóstico e trazendo qualidade de vida a todos os portadores.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Vou repetir de novo o nosso portal: senado.leg.br/ecidadania.

Primeiramente, eu quero parabenizar o Senador Flávio Arns pela iniciativa de fazermos este debate aqui para instituir, no mês de maio, o Maio Roxo. Eu acho que é um debate necessário. Nós sabemos o número de incidências de cânceres no intestino, no estômago, e é muito bacana, numa sexta-feira, estarmos aqui debatendo esta pauta, que é muito importante para a nossa população.

Então, eu gostaria de chamar à mesa os nossos expositores que estão presentes. Nós temos também *online*, mas presente está a Patrícia Mendes, Presidente da DII Brasil.

Seja bem-vinda, Patrícia! (*Palmas.*)

Muito obrigada.

Flávia Melo, advogada. (*Palmas.*)

Seja muito bem-vinda, Flávia!

No *online*, ou remoto, estarão presentes o Sr. Carlos Frederico Porto Alegre, médico gastroenterologista, e Danilo Campos da Luz, representante do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos dar, inicialmente, 15 minutos para os nossos expositores, mais cinco. Acho que dá para concluir a fala de vocês. Eu gostaria de dar mais, mas, segundo a Mesa, o máximo nosso é 20 minutos. Então, sejam muito bem-vindos.

Eu passo a palavra para a Patrícia Mendes, que é a Presidente da DII Brasil.

Seja bem-vinda, Patrícia!

A SRA. PATRÍCIA MENDES (Para expor.) – Exma. Senadora, autoridades presentes, representantes da sociedade civil, pacientes e seus familiares, bom dia a todos e todas!

É com grande honra e emoção que hoje participo desta audiência para discutir um tema de extrema relevância para a saúde pública e a qualidade de vida de quase 200 mil brasileiros: a oficialização do Maio Roxo como campanha nacional, nos moldes do Outubro Rosa e do Novembro Azul, para divulgação e conscientização das doenças inflamatórias intestinais, em especial a doença de Crohn e a retocolite ulcerativa.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de expressar nossa enorme gratidão ao Senador Flávio Arns, que, com a sensibilidade e compreensão da importância deste assunto, requereu esta audiência; também ao Senador Paulo Paim, enquanto Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, que abraçou a causa e possibilitou a realização deste encontro. Registro também o agradecimento à Senadora Leila, nossa querida Leila do Vôlei, por presidir esta sessão tão significativa. Meu agradecimento especial ao nosso querido Ilso Ronchi Júnior, Diretor de Relações Governamentais da DII Brasil, que desbravou os caminhos para que hoje estivéssemos aqui. A nossa força vem da nossa união.

Há mais de uma década, inicialmente pelas redes sociais, posteriormente sob a égide de organizações da sociedade civil, e hoje junto ao time da DII Brasil, lutamos para dar visibilidade e voz aos portadores de doenças inflamatórias intestinais no país. Durante esse tempo, enfrentamos abismos imensos e, muitas vezes, nos sentimos invisíveis diante das dificuldades que nossos pares enfrentam no dia a dia. Enfrentamos a perda de muitos, que, diante de tantos desafios – ontem um rapaz no Paraná se foi –, não resistiram ao tempo para testemunhar o momento que estamos vivendo aqui hoje. A discussão que entabulamos é também um sinal de respeito e homenagem à memória de todos eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A doença de Crohn e a retocolite ulcerativa afetam milhões de pessoas no mundo, impactando não apenas a saúde física, mas também a qualidade de vida e o bem-estar emocional dos pacientes. Fácil deduzir daí que elas também impactam os números da previdência social, conforme o artigo "Impacto do afastamento do trabalho por doenças inflamatórias intestinais no Brasil", que foi publicado pela Dra. Renata Fróes e outros, em maio de 2017. Esse estudo foi realizado de 2010 a 2014 e coletou dados no INSS. Vamos lá: ficou demonstrado que, de um total de 149.848.836 benefícios ativos, 15.277 foram por DII. O auxílio-doença predominou entre mulheres com retocolite, sendo as maiores taxas de afastamento do trabalho encontradas no Sul do Brasil. O tempo médio de afastamento – e esse é um dado preocupante –, nos cinco anos da pesquisa, foi de 355 dias para pessoas com doença de Crohn e 305 dias para pacientes com retocolite ulcerativa. Em termos de custos, foram pagos aproximadamente US$100 milhões em benefícios no INSS nesses cinco anos. Olha, US$100 milhões; não é pouca coisa. O estudo demonstra com clareza solar a necessidade de melhora no diagnóstico e tratamento dos pacientes com doença inflamatória, no intuito de retomar a produtividade e a qualidade de vida destes. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Coloproctologia – um levantamento que eles fizeram –, estima-se que sejamos hoje 200 mil pessoas.

Aliás, Senadora Leila, nosso querido Marlon Yared, que também é atleta profissional de vôlei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. PATRÍCIA MENDES – ... hoje aposentado, é uma das pessoas que convivem com a retocolite ulcerativa. Há anos, Marlon é uma presença expressiva na divulgação da nossa causa e hoje ele é membro do nosso Comitê de Eventos Esportivos na DII Brasil.

No entanto, a falta de conhecimento sobre essas doenças ainda leva a diagnósticos tardios e, consequentemente, a complicações que muitas vezes seriam evitáveis.

Sobre a janela de oportunidade e a importância do tratamento, certamente o Dr. Carlos Frederico vai abordar com mais propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É crucial que a população e os profissionais de saúde estejam cientes dos sintomas dessas doenças para garantir diagnósticos rápidos e oportunos. O primeiro estudo, a Jornada do Paciente, que foi realizado pela ABCD em 2017 com o apoio da DII Brasil, apurou que 20% dos pacientes que responderam esperaram mais de três anos pelo diagnóstico. Imaginem vocês três anos com diarreia, perda de sangue nas fezes, emagrecimento – e diarreia não é uma diarreia por dia, são 15, 20, 30 vezes por dia ao banheiro. Que qualidade de vida essa pessoa tem?

Notem que, repetidamente, insistimos em qualidade de vida, pois lidamos com doenças que, não obstante não tenham cura, têm controle medicamentoso. A conscientização é, portanto, a chave para promover uma abordagem proativa na gestão dessas doenças, proporcionando uma vida plena e ativa aos afetados.

O fornecimento dos medicamentos de forma regular e contínua, por outro lado, é condição *sine qua non* para o sucesso no tratamento.

Enquanto representante da DII Brasil, eu não estou aqui apenas pedindo pela sensibilização, mas por apoio e ação. Digamos isso em letras garrafais: ação. Nossos pares – e eu falo isso por experiência própria, por conviver com o diagnóstico de retocolite ulcerativa há 27 anos – não podem mais ser relegados ao silêncio e à invisibilidade.

Por isso, nós pedimos que as autoridades presentes trabalhem para oficializar o Maio Roxo como uma campanha nacional. Nós precisamos da inserção no calendário oficial do país para que efetivamente tenhamos aumento da promoção das campanhas de divulgação e de sensibilização.

Nós falamos, então, da nossa dor, mas propomos soluções que são absolutamente simples e factíveis. Nós precisamos de ações concretas para que não faltem aos pacientes os medicamentos já constantes dos protocolos clínicos do Ministério da Saúde. Não faz sentido viver à mercê da própria sorte quando existem portarias do próprio ministério prevendo a distribuição de medicamentos que nos são essenciais.

A nós não interessa judicializar, não interessa recorrer à Justiça para garantir os nossos tratamentos. A matemática é muito simples, Senadora. Existe o direito já definido pelo próprio ministério. O que se espera é que o PCDT seja respeitado e cumprido – e cumprido, repetimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma regular e contínua. Nós temos vivido, desde setembro, outubro do ano passado, a falta de um medicamento, o vedolizumabe, em todos os estados do país. É fornecido, assim, para 30% das pessoas que precisam dele. Está todo mundo sem o vedolizumabe e ninguém sabe a razão pela qual o medicamento está faltando.

Agradecemos a todos que compareceram a esta audiência e me emociono vendo que outros vieram de outros estados – a Alice, que veio de São Paulo. A presença de vocês é testemunha do apoio e da importância que o nosso tema merece. Juntos, nós podemos fazer a diferença na vida das pessoas que enfrentam as doenças inflamatórias intestinais.

Que esta audiência não seja apenas um momento de discussão, mas, sim, um ponto decisivo para ações concretas. Pedimos que os Parlamentares se engajem em iniciativas que deem visibilidade à nossa causa, promovendo políticas públicas que melhorem o diagnóstico precoce, o acesso ao tratamento e a qualidade de vida dos pacientes.

Finalizamos para agradecer novamente aos Parlamentares envolvidos e a todos os presentes. Juntos, nós podemos construir um futuro em que as doenças inflamatórias intestinais sejam compreendidas, tratadas adequadamente e os pacientes não se sintam mais invisíveis diante dos seus desafios.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Patrícia.

O Senador Flávio Arns teve um problema particular, pessoal. Quando ele me convidou para substituí-lo na audiência, eu sabia que era um tema de fato importante, é relevante fazermos este debate aqui na Casa.

Os números que você trouxe me deixam particularmente muito preocupada, não sabia desse número tão elevado de pessoas que são portadoras de doenças inflamatórias intestinais e da falta de medicação. Então, parabenizo a equipe do Senador Flávio Arns, o Senador Flávio Arns e o Senador Paulo Paim, que é o Presidente desta Comissão, que, com sensibilidade, entenderam a importância, e vocês ganharam mais um Parlamentar na causa, porque realmente é uma situação que nos preocupa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda bem que nós teremos aqui o representante do Ministério da Saúde, eu acho que é muito importante fazermos uma força-tarefa junto ao ministério para entendermos melhor o que está acontecendo. Isto não vai passar em vão aqui, esta audiência e as falas de vocês, com certeza.

Eu vou passar a palavra agora para a Advogada Flávia Melo, que está presente aqui. Obrigada, Flávia, pela presença.

A SRA. FLÁVIA MELO (Para expor.) – Bom dia.

Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, cumprimento pessoalmente, na pessoa da Senadora Leila Barros, as autoridades presentes, representantes da sociedade civil, pessoas com doenças inflamatórias presentes, cidadãos que também estão aqui presentes por interesse quanto à matéria e todos que estão assistindo a gente. Bom dia.

Muito me honra estar aqui nesta Casa, agradeço de verdade a oportunidade. É um tema caro para mim porque, além de advogada, de atuar na área de saúde, eu tenho uma irmã que tem um problema há 20 anos. Então, eu vivi, desde os meus 14 anos, convivendo com as dificuldades da minha irmã.

Eu venho completar a fala de Patrícia, Presidente da DII Brasil, uma pessoa que se tornou muito amiga. Ratificamos que, para a gente, o interesse não é realmente ingressar com ações judiciais. Eu acho que a DII Brasil, os pacientes não buscam uma judicialização, eles buscam um tratamento. Contudo, a judicialização muitas vezes se mostra como uma porta necessária, diante das dificuldades que os pacientes enfrentam em suas jornadas. Em um período não tão distante, Senadora, enfrentamos uma desatualização do PCDT de retocolite que demorou 17 anos para ser atualizado. Esses pacientes não possuíam acesso ao tratamento com medicamentos biológicos e aqueles que não possuíam resposta ao tratamento que estava no PCDT precisavam judicializar. Então, não é por qualquer motivo a judicialização, realmente é um sintoma.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a alta judicialização das doenças inflamatórias vem como um sintoma e merece ser vista como tal, para que a gente possa aprofundar essa sequência de atos omissivos ou comissivos que desencadearam esse efeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe da descentralização do direito sanitário, que perpassa por outros lugares, além do Congresso. A gente louva os esforços do Senado para efetivar os direitos sociais, mas a gente precisa de um olhar crítico, realmente, para as soluções, a fim de que nenhum cidadão mais precise passar pelo que os nossos amigos com retocolite precisaram passar.

A gente precisa de mais celeridade, transparência e cadeiras de representação da sociedade civil na Conitec – se possível, aumentar –, na busca de atualização dos PCDTs, para que sejam retirados tratamentos que a gente sabe que não têm eficácia e haja a inclusão de tratamentos novos, com drogas novas, que realmente deem resposta. Então, não é somente a inclusão; é a atualização, é ouvir a voz dos pacientes, que, realmente, sinalizam quando você tem um tratamento que não funciona mais. A gente tem amigos com doenças inflamatórias que não mais respondem a tratamentos disponíveis no Brasil e aguardam a inclusão e disponibilização de medicamentos que, hoje, a gente só acha no estrangeiro.

A gente precisa de uma assistência farmacêutica eficiente, vistos todos os desabastecimentos relatados. São inúmeros os relatos e os socorros que chegam no *e-mail* do Jurídico da DII Brasil. Às vezes, tornam-se injustificáveis, pois muitos medicamentos são estratégicos e o planejamento da compra e a distribuição são trimestrais.

A gente precisa também de núcleos de dispensação e infusão de medicamentos em todo o Brasil, não somente nos centros, porque, às vezes, você vê pacientes que fazem deslocamentos muito grandes para conseguir fazer a dispensação, fazer a dosagem do medicamento, principalmente quando ele é venoso.

Como a Patrícia falou, a gente também tem a necessidade de profissionais com o conhecimento da doença, a fim de evitar esses erros nos tratamentos, tratamentos ineficientes, pessoas que são mutiladas e aposentadoria precoce, e isso vai desde a inclusão das DIs nas grades curriculares das graduações de saúde. Então, hoje, a gente fomenta a inclusão de ligas acadêmicas, mas você não vê, ainda, nos cursos na área de saúde, uma grade, você não tem um olhar mais específico, ainda mais porque a doença vem, a cada dia, aumentando aqui no Brasil, atingindo, cada vez mais, pessoas mais jovens, principalmente na infância e adolescência. Não é mais uma doença somente de jovens adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diagnóstico rápido e o tratamento adequado possuem um efeito muito grande nas DIs. Conforme a Patrícia ressaltou, o tempo médio de afastamento, pelas pesquisas, ultrapassa 300 dias, aqui no Brasil, mas, na Europa e nos Estados Unidos, as licenças duram de 30 a 45 dias, por conta do acesso ao tratamento adequado. Então, senhoras e senhores, é menos tempo afastado do trabalho, menos internação, menos tempo de pessoas em gozo de benefícios previdenciários, mais pessoas contribuindo para a economia e vivendo de forma plena na sociedade.

Os custos indiretos, a partir da minha fala, dá para perceber que são muito maiores. Então, o custo direto, com a disponibilização de medicamentos biológicos, não é grande quando você vai fazer a conta do quanto a não disponibilização acarreta. Assim, ganha o paciente e ganha o Estado com a disponibilização de profissionais qualificados para um sério diagnóstico, início de tratamento, além do impacto jurídico e de orçamento, porque também desencadeia na judicialização, na gestão de gastos do Ministério da Saúde, das secretarias estaduais, das secretarias municipais, porque vêm, às vezes, decisões liminares, e aí os entes federativos precisam dar cumprimento àquelas decisões judiciais. E, querendo ou não, não são gastos previstos e causam um impacto grande.

Então, falar de doenças inflamatórias intestinais é falar de luta pela vida e direito de pertencimento na sociedade, principalmente, porque a gente vê muitos relatos de pessoas que realmente não se sentem vistas e se sentem excluídas. Então, a gente busca com o Maio Roxo realmente pertencimento.

E, assim como outras doenças invisíveis, as pessoas com essas doenças sofrem preconceitos desde os ambientes escolares, por falta de compreensão e de coordenação de professores e de colegas quanto às urgências que as pessoas precisam ter – às vezes, 20, 30, como a Patrícia falou, idas ao banheiro, em situações em que a pessoa está em crise.

Há muitos relatos de pessoas que passam por situação de preconceito dentro do ambiente de trabalho e se sentem pressionadas a pedir demissão, porque chega um determinado momento em que essa pessoa se sente um estorvo para a empresa onde ela trabalha e se sente incompreendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E falta também às vezes informação para a sociedade quanto à questão de preferência para a utilização de banheiro, disponibilização de sanitários públicos que tenham o mínimo de higiene. Então, o Maio Roxo busca realmente essa visão quanto às necessidades que essa parcela da população tem.

Eu agradeço realmente a oportunidade. Agradeço às pessoas que estão aqui presentes, às pessoas que estão assistindo a gente, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras também. Eu estou aqui como membro voluntário da associação, da parte jurídica. Estou como irmã de paciente há 20 anos.

Minha irmã cursou formas graves da doença de Crohn. Ela teve suspensões injustificadas no tratamento dela, que a fizeram ter a doença de volta na ativa. E, por conta da perda de resposta de tratamento, minha irmã precisou retirar pedaços do intestino dela e hoje ela é ileostomizada. Hoje ela é uma pessoa com deficiência.

Então, hoje eu falo pelo grande carinho que eu tenho pela associação. Eu falo pela minha irmã, pelos meus amigos, que fazem parte desse grupo, e por todas as pessoas cuja situação por que passam eu entendo. Realmente obrigada por tornar o invisível visível.

Bom dia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela presença, Dra. Flávia, e por todo o seu relato, o desabafo também.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Carlos Frederico Porto Alegre, que é Médico Gastroenterologista. Seja bem-vindo, Dr. Carlos Frederico.

O SR. CARLOS FREDERICO PORTO ALEGRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Senadora Leila. Bom dia, participantes do evento, Deputados.

Eu sou o Dr. Carlos Frederico, eu trabalho com doença inflamatória intestinal há 24 anos.

Uma vez perguntado o Dr. Renato Dani, que foi o papa, na verdade, da gastroenterologia no Brasil, no livro corrente de ensino da gastroenterologia, uma conversa informal... A pergunta foi a seguinte: "Dr. Renato Dani, o senhor acha que a doença inflamatória intestinal está aumentando ou os médicos a estão diagnosticando melhor?". E a resposta, simples, do Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renato, já falecido, mineiro, simples, foi a seguinte: "Frederico, infelizmente o que eu posso te dizer é que, apesar da tecnologia que a gente tem, a doença está aumentando. Os médicos precisam ver isso e a sociedade também precisa ver isso". Como um bom mineiro, falou claramente, sucintamente o que ele sentia na vida prática dele, real.

Eu queria aqui dizer à Comissão, aos Senadores, aos portadores: o médico da doença inflamatória intestinal muitas das vezes sofre devido à impotência do sistema, de a gente poder dar uma assistência melhor para o paciente, tanto do ponto de vista público como do ponto de vista privado. No médico também corre sangue nas veias, ele também tem artéria, tem veia e tem problema. E, quando a gente tem uma pessoa que está debilitada, com algo que leva a uma doença que pode ser incapacitante, que diminui sua qualidade de vida, no geral, isso leva muito mais a uma perda, na verdade, familiar, uma perda, na verdade, profissional e, principalmente, da sua qualidade de vida. Os órgãos nacionais e internacionais buscam e no tratamento a gente busca que o paciente da doença inflamatória intestinal tenha uma melhor qualidade de vida.

A gente está conseguindo atingir isso no Brasil plenamente? Não, não, Sra. Senadora. Não, porque muitas das vezes faltam medicamentos, faltam atitudes, falta respeito, faltam questões no diagnóstico da doença, uma doença que leva à diarreia inadvertidamente, e pode sangrar, pode sair muco, pode sair pus, dá um despertar noturno. A senhora imagine pessoas que acordam de madrugada – 3h, 4h da manhã – para evacuar, e evacuam às vezes sangue, muco, pus. Isso diminui sua qualidade de vida e de trabalho. A pessoa tem urgências evacuatórias, muitas dores articulares, muitas das vezes complicações, sejam elas cirúrgicas, pós-cirúrgicas, ou até profissional, familiar, ou até do ponto de vista sexual. Nós estamos chegando ao dia 8 de março, o Dia da Mulher, e a mulher com doença inflamatória intestinal é uma mulher que está prejudicada também em relação aos seus problemas da doença, em relação aos seus problemas de conseguir o remédio para poder tratar.

A doença atinge pobres, atinge ricos, atinge qualquer classe social – rico, pobre –, atinge toda cor – seja negro, mulato, branco –, e os órgãos governamentais precisam abrir essa caixa de Pandora e não visualizá-la apenas como uma doença rara, mas como uma doença que está em progressão muito grande. Os pacientes precisam de assistência, precisam de exames. O diagnóstico no Brasil ainda é retardado, levando até um, dois anos, às vezes dois anos e meio, segundo as estatísticas da ABCD para portadores. E o paciente fica entre o mar e a pedra, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marisco que fica ali; e o médico fica também no meio disso, porque ele gostaria de ter mais armamentos para a gente poder tratar e cuidar.

Infelizmente, a doença tem um caráter grave, sim: 40% dos pacientes têm uma doença severa. Felizmente, para 60%, é uma doença leve, mas o que é uma doença leve? O que é uma doença moderada? Não dá para a gente saber. Na verdade, a gente só descobre durante o tratamento.

O paciente fica psicologicamente e psiquiatricamente muito debilitado. As últimas pesquisas falam sobre fadiga crônica dos pacientes. Um cansaço na procura, um cansaço por procurar um diagnóstico, um cansaço por procurar um especialista. Ele fica o tempo todo procurando a remissão.

O médico objetiva querer a remissão da doença. Quando o paciente traz um exame dizendo que está em remissão, é a melhor alegria para um médico dentro do consultório, mas a maior tristeza do médico também é quando ele pede uma determinada droga e a gente não consegue via governamental. É impedido, tem que entrar judicial e o paciente fica lutando, lutando, lutando.

E a gente está precisando de armamentos, sim, Senadora. A gente está precisando do Governo, sim, diferentemente do HIV, diferentemente da hepatite C: hoje o paciente com HIV e hepatite C conseguiu conquistar armamentos e consegue ter uma vida muito plena e muito razoável, inclusive com a cura da hepatite C, porém o paciente com a doença inflamatória intestinal não tem cura. Esta pergunta é diária dentro do consultório: "Doutor, quando é que eu vou ter a cura?". E ficamos mais tempo explicando que é uma doença que não tem cura, que não tem uma vacina e que está influenciando muito: a gente acha que todas as relações de meio ambiente estão atrapalhando.

As causas são muitas em pesquisa, sejam causas alimentares, ambientais, gastroenterites de repetição, genéticas e hereditárias. E o paciente chega para a gente, Senadora, e fala: "Por que eu, Doutor? Por que aconteceu isso comigo? Por que eu estou sofrendo tanto?". O paciente sai do consultório, a gente olha para a nossa mesa, olha para a ficha dele, dá uma baixada de cabeça e tenta pensar o que pode ajudar no seu dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O médico tem seus limites também. A medicina, às vezes, tem seus limites. Os pacientes entram em mutilação cirúrgica – como contou a advogada, uma ileostomia. O que pode acarretar aquilo para a vida dela? Ela se senta numa mesa de um jantar com o namorado e tem que ir duas, três vezes ao banheiro, porque não consegue controlar a doença, ou não tem uma pessoa que consiga entender o que a pessoa tem.

O que a gente pede hoje, na classe médica, é melhor acesso às medicações, melhorar as intransigências quanto ao paciente desse tipo de doença. "Por que o senhor está falando em intransigência?". Porque falta um pouquinho de empatia, amabilidade no geral.

A senhora sabe, hoje chegar no trabalho e falar assim: "Não, estou indo ao banheiro três, quatro vezes"... O estigma populacional é achar que é uma pessoa falta ao trabalho porque quer. É porque acha que essa pessoa não quer trabalhar. É porque acha que essa pessoa tem algum problema infectocontagioso. E não é uma doença infectocontagiosa. Ver sangue na privada não é uma relação normal para o paciente que tem outra doença, como hipertensão e diabetes. Aquilo choca.

Em pesquisas de psiquiatria, 70% dos pacientes têm ansiedade e depressão porque não conseguem se relacionar, porque não conseguem ter um trabalho, porque não conseguem dinamizar a vida deles, a vida que eles quiseram construir para eles – muitas das vezes, acesso ou não acesso ou o próprio nível de doença. Só que as estatísticas de 70%, no meu caso, do jeito que eu vejo, não são 70%. É muito mais do que isso. Apenas a pessoa camufla.

A gente sabe que o sistema límbico cerebral das pessoas é muito variável. Tivemos a covid, teve paciente em que apareceu a doença pós-covid. É uma doença, na verdade, que tem um gatilho emocional. É uma doença que, na verdade... Quando a gente pergunta para o paciente se houve algum problema de família, perda de trabalho, separou, perdeu um ente querido, normalmente é um olhar, na verdade, da filha para a mãe, ou do paciente para a esposa, ou do filho para o pai, visualizando e dizendo: "Viu? Foi aquilo que aconteceu".

Eu poderia ter centenas de casos. Eu trabalho com doença inflamatória intestinal há 23 anos, na Santa Casa de Misericórdia, onde nós fazemos um atendimento totalmente voluntário – totalmente voluntário: a coordenação é do Dr. Helio Rzetelna, e eu trabalhando com ele há 23 anos, para 24 anos. E o que a gente vê ainda é um cenário lá de trás. Precisamos de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armamentos, precisamos de mais empatia dos órgãos governamentais de que a doença está aumentando.

Não são números reais, às vezes, que são apresentados, porque estatística do país é uma coisa muito complicada, estatística médica, se você trabalha na baixada, se você trabalha no centro da cidade, se você trabalha com uma população ribeirinha, numa cidade do interior. Mas a verdade é que, às vezes, o acesso até a um exame prático, como uma colonoscopia, para fazer diagnóstico, em mais de 60% a 70%, o paciente não consegue. Eu trabalho em um dos municípios do Rio de Janeiro, em que eu peço uma colonoscopia, e não se consegue num período de oito, nove, dez meses. Como é que esse paciente vai ficar em uso de corticoide, com todos os seus problemas com corticoide, para tirar de atividade a doença, levando a catarata, levando a diabetes, levando a hipertensão, levando a Cushing, alteração de irritabilidade, insônia?

Posso estar parecendo um pouco efusivo. Algumas pessoas vão falar: "Será que ele é médico mesmo? Será que ele é portador?". Não, não sou portador, mas a relação médico-paciente vai ficando enfraquecida aos poucos, porque o médico vai se debilitando também.

Senadora, eu vou dizer uma coisa de verdade para a senhora. O médico da doença inflamatória intestinal também está se debilitando. Ele também está se debilitando, ele também está sofrendo, porque você virar para uma pessoa e falar assim: "Você precisa dessa droga", "Doutor, não consigo", "Doutor, não consigo operar", "Doutor, fizeram isso, deu complicação", "Doutor, doutor, doutor, doutor"...

Acompanhei sua carreira, Senadora. A senhora foi uma atleta brilhante. Não sabia de seu comportamento fora das quatro linhas, mas me passava, dentro da sua profissão, que era uma pessoa de garra, de luta e que não deixava a coisa esmorecer. Eu joguei vôlei também em Brasília, joguei na AABB, joguei no Colégio Militar de Brasília, conheço bem o pessoal do vôlei, tá? O Tande foi meu amigo de infância.

Então, eu quero dizer para a senhora o seguinte: por favor, eles estão sofrendo demais. E chegar a um quadro terminal, a um quadro debilitado, a um quadro em que a pessoa perde a sua qualidade de vida é tudo que os órgãos internacionais não querem. Nós chegamos ao final, agora, do STRASS2. É um sistema internacional, na verdade, para a doença inflamatória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intestinal, em que o último item é a qualidade de vida. A gente quer remissão, quer resposta clínica, quer resposta endoscópica, quer todos os itens, e nós chegamos na qualidade de vida. E a pergunta que é feita em órgãos internacionais: realmente conseguimos chegar na qualidade de vida?

Então, eu peço consideração em relação aos quadros, porque, apesar de ainda ser considerada uma doença rara – eu vou terminar a minha fala –, ela vem em evolução, e a gente precisa de um olhar, e não de ficar abrindo e fechando a porta o tempo todo. Essa porta tem que ser escancarada. Não dá para ficar só com uma fenda, não.

Desculpe se eu falei demais, mas, em relação aos sintomas e diagnósticos, eu acho que eu já falei um pouquinho, e é um desespero.

Em pesquisas de psiquiatria, por exemplo, você fala qual o desespero do paciente com retocolite ulcerativa? É ele ver o sangue e o médico não estar ali do lado. E, em pesquisas de psiquiatria, com o Crohn? É a inter-relação com a mãe. A mãe vira o alicerce para o paciente. Na verdade, é uma resposta. A família tem que virar um alicerce. E as famílias também não estão aguentando mais. Não estão aguentando mais ver o sofrimento.

Desculpe se eu falei demais.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Dr. Carlos, não, o senhor não falou demais.

É muito chocante o seu relato.

Eu vou falar assim, a sequência aqui está forte. Para quem está acompanhando a audiência aqui, todos estão chorando. É difícil a gente não se emocionar, não entender a realidade desses pacientes. E, como o senhor falou, os profissionais que estão envolvidos, que estão ali tratando desses pacientes...

É, digamos, estarrecedor saber que – o senhor falou de 70%, mas com certeza existe uma subnotificação – pelo menos 80%, ou mais, têm a questão da depressão e da ansiedade – os pacientes. Sofrimento! Sofrimento, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena que nem todos os Parlamentares estejam aqui presentes, mas eu tenho certeza de que o Senador Paim e o Senador Flávio Arns, com as suas equipes, estão acompanhando comigo aqui, junto com a minha equipe, essa situação. E nós vamos...

O senhor falou certo, não adianta abrir só uma frestinha, não é? Nós vamos ter que realmente escancarar essa porta para tentar entender o que está acontecendo e trazer... Quando se fala o número de 200 mil... Aproximadamente, 200 mil pessoas no nosso país sofrem de doenças inflamatórias. Quer dizer, é uma estatística que não se sabe precisamente. E aí tem os fatores alimentação, e a gente fica debatendo na Comissão sobre pesticidas – a gente sabe que essa questão da alimentação é séria –, a questão ambiental, a genética, a pandemia, as epidemias, quer dizer, tem um gatilho emocional nisso tudo.

É muito sério o que está sendo abordado aqui. E eu quero agradecer demais a oportunidade.

Eu acho que o que a política trouxe para mim, Dr. Carlos Frederico, é o que eu aprendi no esporte, a entender as diferenças, a ser empática. Eu nunca vou sentir o sofrimento desse paciente e das famílias que estão aqui – vocês estão representando esses pacientes –, mas, certamente, enquanto ser humano, enquanto política, eu tenho, sim, empatia. E isso não se pode calar, não pode parar por aqui. Eu posso dar a garantia para vocês de que não vai parar por aqui – não vai parar por aqui.

Então, obrigada pelo seu relato.

Fiquei feliz por conhecer o Tande. O Tande foi um grande parceiro meu de vida, de história.

Assim, é muito legal. Eu já convivi, estando na política, com médicos. A gente sempre fala que o médico tem aquela figura séria, dura, e não, médico é um ser humano. É impossível não se colocar, muitas vezes, no sofrimento de um paciente, de uma família. Que orgulho ver um profissional como o senhor fazendo esse relato tão lindo, tão fiel do sofrimento dos seus pacientes e suas famílias. Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Danilo Campos da Luz e Silva, que é o representante do Ministério da Saúde. Seja bem-vindo, Danilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você está com a palavra. Obrigada.

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Queria só um retorno de se está tudo bem com o meu áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Está o.k., Danilo.

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Leila.

Queria saudar todos os presentes, participantes, convidados; a Senadora Leila pela Presidência da sessão; o Senador Flávio Arns pela sensibilidade do tema, como já foi colocado aqui. Reforço aqui, enquanto representante do ministério, a importância dessa sensibilidade para iniciativas neste sentido. Tendo em vista tudo o que já foi exposto aqui pelos participantes, acho que isso só reforça e reflete a necessidade de a gente parabenizar a iniciativa da Comissão. Queria saudar o Senador Paulo Paim também, por ter tido a iniciativa de promover esta oportunidade de audiência pública.

Queria saudar todos os demais presentes: a Patrícia, pela DII Brasil; a Flávia, advogada, também, pelas informações, pelos relatos, pela concretude dos exemplos que trouxe aqui para a gente, para ilustrar um pouco da situação; o Dr. Frederico também, parabenizá-lo pela sua atuação enquanto representante também do próprio Sistema Único de Saúde, na ponta da lança do nosso sistema.

Aos demais representantes, familiares, pacientes, todas as pessoas envolvidas que estão nos acompanhando queria, primeiro, dizer que, enquanto Ministério da Saúde, para a gente, é muito importante ter essa oportunidade de conversar com vocês, ter essa oportunidade de nos aproximar e ouvir as questões que estão sendo colocadas. Queria me solidarizar às pessoas que estão aqui presentes, aos participantes, aos familiares, às pessoas com doenças inflamatórias. Diante de todos os relatos, a gente precisa primeiro começar dizendo que a gente é solidário às dores e aos sofrimentos que têm acontecido e que estamos aqui para ouvir, acolher e legitimar o que tem sido colocado do ponto de vista das dificuldades que acontecem. Queria dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui também para ouvir, estabelecer canal de diálogo, estabelecer conexões, articulações para o que vocês têm a trazer para contribuir no sentido de aprimorar a política pública, no sentido de ter a participação da sociedade na construção e na efetivação de garantia de direitos, de políticas públicas mais efetivas e mais bem desenhadas.

Eu parabenizo também, ainda, a iniciativa da própria DII Brasil, na pessoa da Patrícia e dos demais. Queria dizer que a participação da sociedade é fundamental e primordial para que a gente consiga ter políticas públicas mais bem desenhadas, com a participação do usuário, para que a gente também consiga reforçar nossa própria democracia, promovendo a participação e dizendo o quanto é importante as pessoas e os movimentos organizados exercerem o controle social.

O Sistema Único de Saúde é feito... Um dos pilares do Sistema Único de Saúde é o controle social, que prevê a participação das pessoas, dos cidadãos, dos usuários, organizados por associações ou diretamente, e isso tudo é uma forma de a gente estabelecer comunicação, estabelecer diálogo e acolher. A primeira coisa que eu tenho para dizer é acolher as questões que foram levantadas, as dificuldades e reforçar os canais que a gente tem aberto. A ideia é que a gente possa falar um pouco aqui de como o Ministério da Saúde tem sua estrutura hoje no sentido do que está disponível e do que está sendo tratado, no sentido de aprimorar, ampliar, revisar, atualizar. Como a própria Flávia falou, não é suficiente apenas incluir e autorizar; é importante revisitar, atualizar, aprimorar os dispositivos previstos no Sistema Único de Saúde para dar acesso, para dar qualidade, para dar efetiva garantia de direitos da perspectiva do ponto de vista do acesso à saúde, que é direito e dever do Estado.

Eu trouxe uma pequena apresentação, mas eu queria mais era só trazer alguns pontos para orientar. Não sei se vai ser possível passar. Caso tenha alguma dificuldade, eu posso seguir aqui também. Eu encaminhei mais cedo uma pequena orientação. Se não for possível também, o pessoal pode me alertar, que a gente segue por aqui também. Caso não tenha, não tem problema também, não impede de a gente seguir aqui com a abordagem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pode passar a orientação aí. Fique vontade para a sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (*Por videoconferência*.) – Está bem. Obrigado, Senadora.

Do ponto de vista da assistência no Sistema Único de Saúde, tanto para...

Ah, que maravilha! Está chegando aí.

Muito obrigado, equipe técnica. Pode seguir, por favor. (*Pausa.*)

Do ponto de vista do Sistema Único de Saúde, a gente tem as duas principais doenças inflamatórias, que são a doença de Crohn e a retocolite – já foram colocadas aqui pelos demais participantes, acho que a gente não precisa se deter muito. Acho que as próximas falam um pouco sobre quais são as questões relativas tanto à doença de Crohn quanto à retocolite.

Pode seguir.

A questão do diagnóstico, reforço – o Dr. Frederico falou –, é uma questão que tem dificuldade de diagnóstico do ponto de vista clínico, porque precisa ser utilizada não só a história do paciente, a anamnese do paciente, mas também o acesso a exames complementares.

Pode seguir. Acho que, na próxima, a gente fala aqui o que tem...

Pode passar para a próxima.

Obrigado.

Isso é a tomografia computadorizada, ressonância magnética, a colonoscopia e o exame histopatológico. Então, a gente entende que são exames que estão disponibilizados, que são oferecidos por meio dos municípios e dos estados – e temos dificuldades, sim, do ponto de vista de regulação, de acesso e da oferta necessária – e que, para o tratamento, tanto medicamentoso quanto cirúrgico, também estão disponíveis.

Pode seguir.

O Dr. Frederico também falou que a ideia do tratamento disponível sempre com perspectiva de focar na qualidade de vida do paciente tem a ver com a disponibilização de um tratamento medicamentoso, no foco de promover a remissão do quadro e manter a remissão, e aí, a depender do caso e da resposta individual de cada paciente, pode ser necessário proceder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com cirurgias, a depender da necessidade. E essas questões estão contempladas, estão previstas.

A gente está só trazendo alguns dos procedimentos que estão disponíveis na Tabela do SUS, na rede do Sistema Único de Saúde.

Pode seguir, por favor. (*Pausa.*)

Aqui são os medicamentos que estão disponíveis atualmente no componente básico, que era através da Farmácia Popular e da unidade básica de saúde, que é a hidrocortisona, prednisona, ciprofloxacino, alopurinol e o metronidazol para a doença de Crohn.

Pode seguir.

E do componente especializado também estão aí esses outros medicamentos que estão disponíveis. Tem a questão do vedolizumabe, cuja inclusão foi solicitada para a doença de Crohn, mas as evidências técnicas e científicas da instância do Sistema Único Saúde, da Conitec, acabaram não o validando. A gente vai falar um pouco mais sobre Conitec também, sobre algumas questões que foram colocadas, também sobre algumas perspectivas e alguns canais que a gente pode abrir e sobre encaminhamentos que a gente pode dar junto com Ministério da Saúde, junto com os atores aqui presentes. A gente tenta encaminhar isso ao final.

Pode seguir.

Também não precisamos nos deter, a gente já tem... Já foram colocadas algumas questões da própria retocolite. Acho que também não é o foco aqui do debate a gente trazer essas questões clínicas, do que é que está associado.

Pode passar.

E também há a questão da dificuldade do diagnóstico. Então, há a questão da campanha do Maio Roxo. A gente parabeniza a iniciativa e reforça a importância desse tipo de iniciativa, desse tipo de sensibilidade por parte do Congresso. Como eu falei, há a importância de a sociedade organizada pautar, trazer os questionamentos, trazer as dificuldades, a importância de o Congresso, enquanto Casa, abrir o canal de diálogo e trazer luz para essas questões, que são importantes de serem discutidas, debatidas e aprimoradas. Eu queria reforçar a importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa iniciativa do Maio Roxo para que a gente de fato tenha... E o Ministério da Saúde é sensível, e acho que entende como é importante, e irá olhar para o que lhe diz respeito, dentro do seu papel de formulador federal, mas junto dos estados e municípios, da necessidade de conscientizar, de promover informação, de promover educação para que a sociedade bem informada, as pessoas e famílias bem informadas acerca do sinais e sintomas procurem assistência à saúde, para que a gente possa ter, por um lado, a sociedade mais bem informada acerca dos sinais e sintomas e, por outro lado, também ações de melhoria do ponto de vista de formação, de desenvolvimento, de educação permanente dos trabalhadores e profissionais de saúde, para que a gente possa ter melhores condições na perspectiva de aumentar e melhorar o diagnóstico, antecipar o diagnóstico, evitar esse sofrimento. Então, a informação é algo essencial, é algo primordial.

A gente tem outros elementos que são importantes também do ponto de vista de assistência médica, clínica e de exames, mas a informação é primordial e depende de nós. Então, queria reforçar nesse sentido, para que tenhamos em vista que pessoas mais bem informadas, mais conscientes são fundamentais para que o acesso e, consequentemente, o diagnóstico das doenças inflamatórias possam ter uma melhor condição da que a gente tem hoje. E também a questão do tratamento a gente já falou, que tem a ver na perspectiva de promover a remissão por meio de tratamento medicamentoso, e tentando manter a remissão na maior parte possível.

Pode seguir.

Então, também para a retocolite a gente tem alguns procedimentos que estão disponíveis, foram incluídos do ponto de vista assistencial da parte da Rede de Atenção à Saúde.

Pode seguir.

E aqui os medicamentos também que já estão disponíveis, no componente básico: a hidrocortisona, a prednisona e o ácido fólico. E, em seguida – pode seguir –, no componente especializado, e aí está entre eles o vedolizumabe, e foi colocada bem claramente aqui a questão do desabastecimento...

O Ministério da Saúde tem contrato vigente para fornecimento e disponibilização aos entes. O Ministério da Saúde não faz a distribuição ao cidadão, isso tudo é feito por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Único de Saúde e da descentralização para estados e municípios, mas é importante a gente saber... Por isso, é importante o contato e a mediação com o movimento social e com as associações, para que a gente seja informado de localidades, de onde esteja um problema mais grave, para que a gente possa fazer pontos de articulação.

Pode acontecer, sim, problema de não haver contrato, de o contrato do Ministério da Saúde com a indústria farmacêutica ter tido um problema ou da própria indústria ter problema de desabastecimento por falta de insumo, por falta de algum componente. Essas questões infelizmente estão no jogo, mas não parece ser o caso agora, porque a gente tem informação. Para isso, a gente espera abrir o canal, abrir o diálogo diretamente com as pessoas que estão aqui representadas e entidades, para que a gente possa ser informado, ter mais elementos, para que a gente possa, sim, ir atrás, entender o que está acontecendo, ver o que pode ser feito pelo Ministério da Saúde para tentar promover e apoiar o que for necessário, no sentido de que a distribuição não venha a ser o problema, trazendo aqui exatamente o que foi trazido pela Flávia e pela Patrícia, na perspectiva de que há um problema de distribuição e de acesso ao vedolizumabe na perspectiva da retocolite.

Pode seguir.

Foi colocado e muito bem colocado pela Flávia a necessidade não só de disponibilizar as tecnologias para tratamento, mas também de serem atualizadas oportunamente e com tempestividade, ou seja, no Ministério da Saúde e no próprio Sistema Único de Saúde, a gente tem que estar muito atento para poder disponibilizar as tecnologias possíveis, efetivas, que tenham custo-benefício, mas também estar sempre atento, estar sempre atualizando o que for necessário.

Então, o PCDT (Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas) de 2017, que é o mais recente, aprovando diretrizes para a doença de Crohn, está sendo revisado no momento. E aí, uma informação que não está aqui na tela, mas que já veio em 2024, que é a Portaria nº 1 da Saes/Sctie, de 2024, decidiu pela incorporação da ustequinumabe para a doença de Crohn. Então, é um novo medicamento, uma nova tecnologia que foi incluída no Sistema Único de Saúde, respondendo a essa necessidade, a essa missão, a essa atribuição do ministério. Então, foi atualizado recentemente, e a gente tem outras duas tecnologias que estão em análise para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporação. Passou por consulta pública recentemente, para coleta de subsídios da sociedade, a calprotectina fecal e outra modalidade para o infliximabe. Então, isso está sendo feito, o Ministério da Saúde está atento, está preocupado, está vigente e, em breve, deve ser publicizada a revisão desse protocolo clínico de diretriz terapêutica para a doença de Crohn.

Para a retocolite também já é uma diretriz mais recente, de 2021, quando foi incluído exatamente o vedolizumabe para a retocolite ulcerativa, em 2021. Então, isso está em andamento, os protocolos estão sendo revistos, tem um mais recente. O que está mais antigo, a gente já está dando conta, estamos correndo atrás para revisar.

Deixando claro também que a Conitec, que é o órgão que avalia, é um órgão colegiado, dispõe de participação da sociedade. E o pleito para incluir determinada tecnologia, para revisar, para incorporar uma nova tecnologia ou um novo medicamento para o Sistema Único de Saúde pode ser apresentado pela sociedade a qualquer tempo. Então, existe canal disponível e aberto para isso, para que uma nova tecnologia que ainda não esteja incluída no Sistema Único de Saúde... E aí as famílias, as associações estão por dentro, estão sempre buscando novas possibilidades.

É importante reforçar que existe esse canal e que isso pode ser apresentado diretamente pela sociedade organizada à Conitec para apreciação e avaliação quanto à sua incorporação no Sistema Único de Saúde. Então, é sempre importante reforçar que os canais existem e podem ser procurados e instados a qualquer momento. Tudo bem?

Pode seguir.

Uma outra coisa aqui que também está em andamento é uma perspectiva já do Sistema Nacional de Transplantes. Tem a ver com a questão da falência intestinal, que, dentro da doença intestinal inflamatória, é uma condição que pode ocorrer a depender do desfecho e da evolução do caso.

Então, na Conitec, já está em análise a incorporação do transplante de intestino e do multivisceral, e também a gente já está com trâmites para publicar uma nova portaria do Programa Nacional de Atenção a Pessoas com Falência Intestinal. Então, é algo que a gente tenta evitar, que precisa ser evitado, e aí o nosso foco é nesse sentido. Mas que, pensando na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integralidade do cuidado e de tudo que precisa ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde, a gente também já está com olhar para que, em caso de necessidade, a gente também tenha ofertas nos casos mais graves e nos casos mais complexos.

Pode seguir.

Eu falo aqui em nome da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Estou finalizando. Eu sou Coordenador-Geral de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde. E, entendendo que a pauta aqui é muito forte do ponto de vista da assistência farmacêutica, da distribuição de medicamentos, do acesso a tecnologias para que venham a apoiar e melhorar a assistência que já é prestada pelo SUS, queria reforçar as portas abertas.

Queria falar também que existe o Conselho Nacional de Saúde, que é uma instância instituída formalmente para demandar, fiscalizar, que tem assento dentro do Ministério da Saúde e que pode propor a qualquer tempo reuniões, audiências para que o Ministério da Saúde responda.

Então, eu queria reforçar que as portas estão abertas aqui pelo Ministério da Saúde e que isso pode ser feito também via Conselho Nacional de Saúde, mas é claro que aqui, via Congresso, a gente reconhece a força e a potência que tem. Estamos aqui para ouvir, para escutar, para acolher e para tentar dar encaminhamento.

E também, do ponto de vista da assistência, o ministério tem retomado o diálogo com as câmaras técnicas vinculadas às sociedades de especialidades médicas. Essas câmaras foram desativadas e suspensas no Governo anterior. O Ministério da Saúde tem reforçado e tem repactuado essas câmaras técnicas, que é um lugar para a gente poder ouvir a sociedade médica, ouvir as sociedades de especialistas, outras sociedades profissionais de saúde, para que a gente possa ouvir sugestões, coletar subsídios, coletar espaços e formas de aprimorar aquilo que precisa ser oferecido.

Então, queria reforçar aqui os canais. As portas estão abertas. Queria propor encaminhamentos, deixar o contato nosso aqui para a gente possa colher melhores informações a respeito da desassistência, de problema de distribuição, para que a gente possa dar o encaminhamento devido aqui nas instâncias adequadas dentro do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria agradecer mais uma vez e parabenizar a mesa e todos os presentes.

Peço desculpas se eu extrapolei um pouco o tempo previsto.

Obrigado mais uma vez.

Bom dia a todas e todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela sua exposição, Danilo.

Nós estamos indo para as considerações finais, mas nós temos algumas perguntas do e-Cidadania, e comentários. Eu vou encaminhá-los para os expositores, mas eu gostaria de fazer duas perguntas, em especial, que estão bombando no e-Cidadania, e eu vou aproveitar o Danilo, que é o representante do ministério, sobre o remédio... (*Pausa.*)

Vedolizumabe. Ele está inserido ali no rol das medicações do SUS desde 2021.

Nós estamos recebendo aqui várias reclamações de pessoas cadastradas que deveriam ter acesso a essa medicação, Danilo, e que, desde agosto ou setembro do ano passado, estão aguardando essa medicação. Eu gostaria de saber da posição do ministério, porque uma das principais reclamações dos que estão aqui presentes é a respeito do remédio.

O que você, como representante do ministério, pode nos falar a respeito desse remédio, na farmácia e no SUS, para esses pacientes?

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Obrigado, Senadora, e obrigado a todos que estão participando e enviando suas contribuições e questionamentos.

A gente sempre reforça o quanto é importante a gente ouvir o cidadão, ouvir a sociedade, para que a gente fique sabendo das questões que estão acontecendo no dia a dia. É nossa função e nosso dever ficar sabendo e, para isso, a gente precisa da sociedade participando e nos mandando diretamente. Então, primeiro quero agradecer pela participação, parabenizar o esforço e reforçar esse tipo de comportamento que é muito saudável e importante para nós no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do vedolizumabe, como eu trouxe, ele foi incorporado, é um medicamento que está disponível pelo componente especializado e é fornecido pelas secretarias de saúde estaduais. O Ministério da Saúde fez a incorporação no Sistema Único de Saúde e tem contratos de aquisição e de distribuição para os entes.

Então, é uma situação que eu fiz questão de checar diretamente com o Departamento de Assistência Farmacêutica aqui do Ministério da Saúde, se havia algum problema do ponto de vista da aquisição ou do próprio fornecimento pela própria indústria, com que o Ministério da Saúde celebra contrato, faz aquisição e faz a distribuição pela questão logística, se haveria alguma dificuldade. E a informação que eu tive, antes de entrar aqui na audiência e que estou trazendo aqui, é de que há contrato vigente e que não há problema de interrupção ou de abastecimento do contrato.

Então, eu peço aos cidadãos, aos usuários que estão trazendo, para que a gente seja informado de quais localidades e desde quando está acontecendo, para que a gente possa fazer a ponte e possa procurar e identificar o que deve ter acontecido de problema, para identificar a solução mais próxima.

Eu estou recebendo o contato aqui pelo *chat* do Zoom, mas vou deixar meu contato aqui disponível, celular e *e-mail* institucional, mas também peço que as pessoas possam colocar seu município, seu estado – as pessoas que estão mandando mensagem aqui para os canais que estão abertos na ouvidoria –, para que isso possa me ser repassado já ao final da audiência e eu possa encaminhar. Mas explicando: o Ministério da Saúde não faz o fornecimento direto para os cidadãos, isso ocorre por meio das secretarias estaduais e municipais de saúde, e pode haver problemas pelo caminho, que podem acontecer.

Nesse sentido, a gente tendo a informação e a localidade de onde estejam acontecendo, a gente vai, sim, procurar saber, entrar em contato, tentar apoiar no que for possível, o que for preciso, para que essas questões sejam solucionadas.

Então, peço, adicionalmente, que as pessoas, por favor, informem as localidades onde isso esteja acontecendo para que a gente possa tomar nota e dar encaminhamento aqui internamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – A nossa expositora aqui, a Patricia Mendes, que é Presidente da DII Brasil, gostaria de fazer uma pergunta para você, Danilo, rapidinho.

A SRA. PATRÍCIA MENDES (Para expor.) – Bom dia, Danilo. Obrigada por sua exposição.

Danilo, o que nós temos, o que nós sabemos é que os medicamentos que são fornecidos pelo Estado, pelos estados, pelas secretarias estaduais e pela secretaria distrital são a mesalazina, a azatioprina e a sulfassalazina. Os medicamentos imunobiológicos, infliximabe, adalimumabe, vedolizumabe, certolizumabe pegol, tofacitinib, me perdoe se eu tiver esquecido algum aqui, são adquiridos pelo Ministério da Saúde e são enviados aos estados para distribuição. Então, o que nós precisamos saber: onde está esse nó? Qual o quantitativo que o Ministério da Saúde está enviando para os estados? Porque, se o Ministério da Saúde está enviando o quantitativo certo para cada estado, para cada secretaria de estado e os medicamentos não estão chegando aos pacientes, então tem alguma coisa acontecendo nos estados. A gente precisa apurar. É um medicamento extremamente caro, muito caro, e se o medicamento está parado, vai acabar perdendo a validade, é prejuízo para os cofres públicos. Por outro lado, se o Ministério da Saúde não está adquirindo, o que está acontecendo?

Então, a gente precisa saber onde está o nó, se está acontecendo, se esse gargalo está acontecendo aqui no Ministério da Saúde, ou se o problema está no repasse, nas secretarias de saúde em cada estado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Danilo, certamente esperamos uma resposta sua, mas, caso não tenha, como Senadora, nós vamos provocar o ministério nesse sentido também, para que obtenhamos as respostas necessárias à distribuição desse remédio, que é fundamental.

O que nós estamos vendo aqui, claro, na audiência pública é para instituir o Maio Roxo, mas os relatos que estão sendo feitos aqui, para nós, enquanto Parlamentares aqui, para os Senadores, é um relato sério, um relato comovente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E claro, vamos instituir, vamos trabalhar. Nosso Relator é o Senador Flávio Arns, que vai, com certeza, ter uma aprovação unânime aqui na Casa, porque é importante ter a conscientização, ter a sensibilização e, acima de tudo, a empatia da população brasileira com relação aos portadores das doenças inflamatórias intestinais.

Mas o que também é importante, você como representante do Governo, é a gente ter essas respostas. Então, caso você não tenha, eu já vou lhe dizer que eu vou provocá-lo, e nós vamos ter que obter essas respostas para esses pacientes. É isso.

Obrigada, viu? (*Palmas.*)

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senadora. Obrigado, Patrícia, também, pelo questionamento.

A gente precisa realmente avaliar internamente aqui, junto ao Departamento de Assistência Farmacêutica, para todos esses outros que estão na relação que você citou, se porventura pode haver alguma questão de desabastecimento ou de problema no contrato do próprio Ministério da Saúde.

A questão, a informação que eu coletei aqui antes de entrar foi estritamente o vedolizumabe, de que não haveria problema no contrato, mas é importante entender e verificar onde estão os gargalos, como você falou.

Eu queria não só reforçar a respeito do que a própria Senadora falou, de provocar formalmente, via Senado, via Congresso, pelos canais pertinentes, mas destacar que a própria sociedade também pode questionar isso diretamente e ser respondida diretamente pelo Ministério da Saúde, com as informações detalhadas, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Tem um canal de acesso pelo portal Fala.BR para ouvir o servidor. Então, a gente não só divulga, mas reforça a importância de o cidadão buscar esclarecimentos sobre tudo o que entende necessário, o que não está claro e o que é importante. Faz diferença para a sociedade como um todo.

Peço, sim, que provoque, Senadora. Eu queria também deixar um canal aberto para os representantes aqui presentes, para que formalizem, seja por *e-mail* ou diretamente aqui para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nossos contatos, mas pelos canais regulares da Lei de Acesso à Informação, porque tem prazo para o ministério responder. É algo que está bem normatizado e existe uma cobrança muito forte aqui dentro do ministério para que a gente responda tempestivamente. Somos muito cobrados quanto a isso, e com razão, para que não haja morosidade e para que a resposta ao cidadão seja prioridade. Não é só responder aos meios formais, seja pelo Congresso, seja via direta pela sociedade, mas, mais uma vez, quero destacar os canais de participação para audiências aqui com o Ministério da Saúde, para que tenham agendamentos conosco, com as áreas técnicas, que recebem os representantes e também via Conselho Nacional de Saúde.

Nesta semana, eu estive fazendo uma apresentação sobre doença renal crônica para a Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Patologias, que pautou e questionou o Ministério da Saúde. O ministério tem que ir lá responder. E nós vamos, com todo o prazer, com toda a satisfação, para poder ouvir, acolher, pegar as contribuições e também dividir o que estamos fazendo.

Então, eu queria também reforçar que o movimento dos familiares das pessoas com doenças inflamatórias intestinais também possa se utilizar desse canal para ter mais proximidade com o Ministério da Saúde, porque é um canal legitimado, institucionalmente formalizado e que tem o dever e o poder de instar o Ministério da Saúde para reunir, para trazer informação, para abrir questionamentos. Então, queria não só reforçar que sejam feitas e formalizadas as questões para que nos procurem.

Os meus contatos já estão sendo deixados aqui também, tanto para a Senadora quanto para quem tiver qualquer tipo de interesse. E, sim, Patrícia, a gente vai identificar e dar uma resposta sobre o que pode estar acontecendo, no que for responsabilidade do Ministério da Saúde, para que as medidas necessárias sejam tomadas. Está bem?

Queria mesmo me solidarizar com toda a questão, a dificuldade, o sofrimento, não é o que... A gente trabalha arduamente aqui, o nosso propósito é ter um Sistema Único de Saúde que garanta, de fato, direitos. A gente trabalha aqui diuturnamente para isso, fazendo jornadas com os servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou servidor do Ministério da Saúde, da casa, então, falo com propriedade que a gente, muitas vezes, tem nossas dificuldades, mas que a gente também tem muito empenho, enquanto cidadão, enquanto servidor público, para termos o melhor Sistema Único de Saúde possível para a nossa sociedade e para nós também, como cidadãos e usuários.

Então, eu queria também reforçar que o Ministério da Saúde está de portas abertas, que a gente vai, sim, dar andamento e nos colocamos à disposição. Está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (*Por videoconferência.*) – Meus contatos já estão aqui sendo passados.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Danilo.

Quero só reforçar aqui os agradecimentos à Ministra Nísia. Tenho acompanhado a Ministra Nísia aqui no DF com a questão da epidemia da dengue. Realmente, o Ministério da Saúde tem sido muito solícito nos encaminhamentos com relação à questão da dengue. A gente percebe assim uma boa vontade, de fato, da atual gestão do Ministério da Saúde. Então, quero só reforçar os nossos agradecimentos, até por estar aqui o representante do ministério.

Como encaminhamento da Comissão de Direitos Humanos, nós vamos oficiar ao ministério para entendermos os gargalos que estão acontecendo com essa medicação, os imunobiológicos, principalmente o vedolizumabe – está difícil de falar, gente! (*Risos.*)

Mas, com relação ao vedolizumabe, nós vamos fazer esse encaminhamento aqui para que o ministério passe para a gente essas informações, de onde estão os gargalos, de como podemos atuar, cada Parlamentar em seus estados, para fazer essa cobrança, principalmente às secretarias estaduais, para que essa medicação... Se, de fato, o ministério está em dia, porque nós sabemos que a distribuição é trimestral, então, existe todo um planejamento, acreditamos muito nisso, na atual gestão, que ela tem esse planejamento... Então, existe um gargalo e nós vamos tentar entender, enquanto Comissão, enquanto provocação ao ministério, onde eles estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a você e a todo o ministério pela disponibilidade. E, como encaminhamento à Mesa da Comissão, nós vamos fazer esse ofício ao Ministério da Saúde.

Temos algumas perguntas aqui. Eu vou dar cinco minutos para as considerações finais e, depois, vou passar aqui às perguntas e vou passá-las para os nossos expositores que puderem responder depois, em algum momento, às perguntas.

Tem comentários aqui muito interessantes também. Eu vou lê-los ao final da nossa audiência, para passar aos nossos expositores. Fiquem à vontade para responder a eles e também para interagir com os internautas que estão nos acompanhando e que se sentiram muito afetados, de alguma forma sensibilizados com esta audiência pública, pelo que eu já quero agradecer aos nossos expositores que estão aqui presentes.

Eu vou passar, para as considerações finais, para a Patrícia Mendes, que é a Presidente da DII Brasil.

Obrigada, Patrícia. Cinco minutos para a sua fala final. Obrigada.

A SRA. PATRÍCIA MENDES (Para expor.) – Obrigada.

Espero não gastar os cinco minutos, porque todo mundo sabe que eu falo muito. Como diria a D. Hermínia, a personagem do saudoso Paulo Gustavo, cinco minutos é muito pouco para quem é mãe e é menos ainda para quem é gestora de ONG.

Agradeço muito pela oportunidade, Senadora. Agradeço muito a disponibilidade, a iniciativa do Senador Flávio Arns, aqui representado pela Fernanda.

Este é um momento histórico. Já tem mais de nove anos que nós estamos trabalhando por este momento, pela possibilidade, pela oportunidade de discutir no Senado, no Congresso Nacional esta causa que é muito cara para nós. Muita gente já ficou pelo caminho. Nós já perdemos muitas pessoas, mas isso não precisa acontecer. Depois de 27 anos de diagnóstico, eu sou a prova viva de que é possível viver bem tendo um diagnóstico de uma doença inflamatória intestinal.

Então, reitero o meu agradecimento. É só gratidão o que eu tenho hoje aqui aos Parlamentares presentes e a todos vocês que estão presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês são parte desta conquista. Vocês são a causa desta conquista. (*Manifestação de emoção.*)

Tudo por nós e nada sem nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Patrícia Mendes.

Vou passar a palavra agora para Flávia Melo, advogada.

A SRA. FLÁVIA MELO (Para expor.) – Eu também venho reiterar e agradecer.

Realmente, a partir da fala do Ministério da Saúde, a DII tem feito provocações no sentido de termos retorno. Então, a gente, a partir desta audiência de hoje e a partir da sensibilidade que foi demonstrada neste encontro, a gente agradece e a gente vai ficar aguardando as providências que a Comissão vai adotar aqui para que a gente possa realmente entender essa questão do gargalo e, se realmente, a partir da compra desses medicamentos e da distribuição deles nacionalmente, existe alguma interferência quanto à disponibilização para situações em que existe a judicialização, mas que acabam prejudicando pessoas que já se encontram cadastradas. Seria uma das explicações diante das informações que não casam, mas espero que seja esclarecido.

Eu venho agradecer aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, à Sra. Senadora Leila, aqui presente, a todos que estejam aqui presentes, que estão assistindo a gente. Que venha o Maio Roxo neste ano e que realmente ele fique cada vez maior.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Dra. Flávia.

Vou passar agora a palavra para o gastroenterologista Dr. Carlos Frederico Porto Alegre, para as considerações finais. (*Pausa.*)

Dr. Carlos Frederico... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que ele está no telefone ou no consultório conversando com algum assistente. Deve estar trabalhando.

Eu vou passar para o Danilo Campos da Luz e Silva, representante do Ministério da Saúde.

Com a palavra, Danilo.

O SR. DANILO CAMPOS DA LUZ E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Eu queria agradecer a oportunidade.

Para o Ministério da Saúde sempre é uma satisfação poder estar aqui nesta Casa, poder estar em contato direto com as pessoas que nos assistem, as pessoas que estão presentes, para poder esclarecer o que for preciso, para poder entender, compreender as questões e as dificuldades que estão sendo vivenciadas. A gente precisa ter contato, estar próximo e ter o maior diálogo possível com as pessoas.

Queria finalizar reforçando, parabenizando mais uma vez, tanto a iniciativa do Maio Roxo em si, para que traga mais luz para isso na sociedade como um todo, para que os estigmas sejam diminuídos, para que a população seja mais bem informada, os profissionais de saúde, o Ministério da Saúde também, acolhendo, recebendo e dando encaminhamento ao que foi sinalizado aqui de problemas e dificuldades para que a gente possa dar os devidos encaminhamentos.

Parabenizo mais uma vez todos os pacientes, pessoas familiares que estão aqui, que estão na luta diária. E é importante dizer sempre que boa parte das nossas conquistas, das conquistas sociais, vem do esforço e da mobilização da sociedade. Então, é mais para reforçar, parabenizar pela luta, pelo esforço. O nosso Sistema Único de Saúde veio de um esforço grande da sociedade para provocar o Estado e fazer a promoção de direitos.

Mais uma vez parabenizo e digo que estamos de portas abertas para reforçar o diálogo, e que o Ministério da Saúde tem as portas abertas para ouvir, acolher e tentar dar andamento àquilo que for necessário dentro das dificuldades que estão sendo vivenciadas.

Eu queria mais uma vez agradecer e parabenizar a atuação de todas e todos e da mesa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Bom dia para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata, Danilo. Grata.

Eu vou passar a palavra – tentar novamente – para o Dr. Carlos Frederico Porto Alegre.

Dr. Carlos...

O SR. CARLOS FREDERICO PORTO ALEGRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Oi.

O SR. CARLOS FREDERICO PORTO ALEGRE (*Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer a oportunidade de falar em audiência com vocês e, como última mensagem, pedir também ao representante do Ministério da Saúde – e principalmente a ele – que, apesar de termos registrado as coisas, há dificuldades muito grandes no diagnóstico.

Eu sei que o Ministério da Saúde tem exame, tomografia, ressonância, como você colocou, colonoscopia. Porém, o acesso é muito difícil, muitas vezes é demorado para o paciente conseguir fazer uma marcação, que é muito irregular em determinados estados ou até municípios.

Então, como a gente conversou, Senadora, que se abra essa porta, que se escancare essa porta. O paciente da doença inflamatória intestinal precisa muitas vezes ter o diagnóstico, e não pode ainda a gente ter um diagnóstico parecido com lugares da África: três anos para fazer o diagnóstico, dois anos, não é? Tem países do leste, na verdade, da Ásia muito mais avançados do que nós em termos de diagnóstico; da Europa nem se fala; dos Estados Unidos e Canadá. E o nosso paciente é igual aos deles; porém, muito empobrecido quando tem que se tratar em relação a fazer diagnóstico, e o médico fica muitas vezes impotente.

Agradeço a participação e o carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o Maio Roxo venha mais uma vez como tentativa de sensibilização da sociedade, tentativa de mais diagnóstico, tentativa de mais tratamento, tentativa da remissão, que é o Santo Graal, é tudo que o paciente quer e que o médico quer.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, doutor. Grata pela participação.

Só lembrando aqui que as apresentações dos nossos expositores estarão na página da nossa Comissão, que está no *site* do Senado Federal. Então, para quem quiser acompanhar os dados que foram apresentados, eles estão na página da nossa Comissão.

Sobre as perguntas, vou passar algumas aqui e depois, como falei, os nossos expositores fiquem à vontade, nós vamos encaminhar para eles.

Pedro, do Distrito Federal: "Quais são as doenças intestinais mais comumente diagnosticadas nos brasileiros? Há algum aspecto regional associado?".

O Thomas, de Santa Catarina: "Como ampliar o rastreio de doenças inflamatórias intestinais nas áreas carentes? Quais medidas podem ser aplicadas? Quais as alternativas de tratamento para doenças inflamatórias intestinais no Sistema Único de Saúde? Como torná-lo mais eficaz?".

E os comentários.

Adriano, da Bahia: "Parabéns pela campanha Maio Roxo, que busca conscientizar sobre as doenças inflamatórias, que mais iniciativas dessa sejam feitas". Então, parabéns à CDH, Presidente Paulo Paim, Senador Flávio Arns.

E a Franciele, do Espírito Santo: "Conscientização eficaz [sobre] a doença de Crohn e colite ulcerativa, considerando desafios físicos, emocionais e diversidades de sintomas?". Esse foi o recado da Franciele.

Bom, como encaminhamento, a Sra. Presidente eventual, Senadora Leila Barros, submeteu à Comissão encaminhamento aprovado no sentido de oficiar o Ministério da Saúde acerca dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gargalos na distribuição de medicamentos imunobiológicos e outros para o tratamento das DIs e outras doenças. Então, esse é o nosso encaminhamento.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos que nos acompanharam na audiência e parabenizar a iniciativa do Presidente desta Comissão, Paulo Paim, e o Senador Flávio Arns, que muito me honrou.

Foi uma manhã muito esclarecedora – muito esclarecedora.

Contem conosco aqui no Senado.

Nada mais havendo a tratar, desejo boa sexta a todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Weverton, Jussara Lima, Janaína Farias, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 29/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Dia Internacional contra LGBTIfobia". Participantes: Toni Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+; Valter Souza Pugliesi, Juiz do Trabalho - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Rafaelly Wiest, Presidenta do Grupo Dignidade - Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade&Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+; Cláudio Nascimento, Presidente do Grupo Arco-Íris - Coordenador do Projeto Atena (levantamento sobre políticas públicas para LGBTI+ no Brasil; Lucas Costa Almeida Dias, Procurador da República e Coordenador do nosso Grupo de Trabalho "População LGBTQIA+: proteção de direitos – representante da PFDC; Gisela Baer, Representante da Defensoria Pública da União; Deputado Distrital Fábio Félix, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Amanda Souto Baliza, Presidenta da Comissão Especial de Diversidade Sexual e de Gênero do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Dayana Brunetto, Coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; e Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público Federal (MPF). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/15

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento de nº 29, de 2024, CDH, de autoria do Senador Paulo Paim – S. Exa. pede desculpas por não poder estar presente, porque tem uma medida provisória que tem tudo a ver com o Rio Grande do Sul e ele precisa se debruçar sobre ela para que seja aprovada o mais rápido possível.

Esta audiência é sobre o Dia Internacional contra a LGBTIfobia, que é comemorado amanhã, dia 17, mas vocês têm uma semana toda para falar sobre isso.

A reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Antes de fazer essa fala que eu combinei com Paulo Paim, nós vamos falar sobre o Rio Grande do Sul, porque é o momento. Eu queria dizer da importância...

Quero parabenizar todos que vão fazer parte da primeira e da segunda mesa. Faz-se necessário dar visibilidade à população. O que eu tenho certeza de que a gente vai ouvir aqui: fobia, fobia pela vida, seja de seres humanos, animais, ou pelo meio ambiente. É muito grave! Isso é muito grave!

A gente tem que estar sempre chamando a atenção da população em geral, para mostrar que isto não está correto: discriminar as pessoas. Isso não está correto. Isso aqui faz lembrar... É como a violência contra as mulheres. A gente sabe que, contra vocês, chamo a atenção, a gente tem violência duas, três vezes: tem a violência da rua, normal, que todos sofrem, e aquela que é dirigida especialmente ao pessoal LGBTQIA+, a gente sabe disso. E por que a população nos submete a duas violências ao mesmo tempo? Por isso a importância de uma audiência como esta: para a gente ouvir todos os setores e dar soluções. Vocês devem ter propostas para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, o quadro atualizado da tragédia climática do Rio Grande do Sul é o seguinte: dos 497 municípios do Estado, 445 foram atingidos. É uma dimensão assustadora, não é? Estado em calamidade. Mais de 2 milhões de pessoas estão afetadas e temos 149 mortos confirmados – a gente sabe que tem muito mais, porque é um estado turístico, cheio de serras. Com certeza, teve gente que entrou... Você não tem o controle, como se tem de quem entra, de um estrangeiro. No controle, temos: 806 pessoas feridas; pelo menos 125 desaparecidas; 538,5 mil desalojados – mil, o que é maior, pelo menos, do que o meu estado, que só tem uma cidade que tem mais do que isso: Natal. É uma cidade, pensem, como Natal, praticamente toda, desalojada, uma coisa assustadora! Temos 76,8 mil pessoas em abrigos, pessoas resgatadas.

Quero dizer também que isso é uma situação triste, mas, ao mesmo tempo, a gente tem certa esperança, porque vê o país como um todo se unindo em defesa daquele povo, esquecendo as diferenças partidárias, de opiniões, de números. Pessoas estão morrendo ou em risco de vida. E a gente sabe que a maioria dos mortos são os mais pobres, porque, quando as encostas descem, não são ricos os que estão morando ali – mas, pela primeira vez, a gente está vendo que está incomodando a todos, praticamente – e em todos os bairros, infelizmente.

Pessoas resgatadas – para a gente parabenizar quem está cuidando do resgate – são 76.483 e animais resgatados totalizam 11.002. O cenário é de uma guerra, não é? Só que é uma guerra sem ninguém atirando na gente. Os extremos da natureza, pela alteração do clima que o homem está fazendo, têm um potencial grande. Por isso está havendo esses efeitos extremos. E há pontes destruídas, estradas, cidades submersas.

Os governos federal e estadual estão trabalhando juntos, incansavelmente, e a sociedade civil. Todo mundo está ajudando. Isso me faz lembrar a grande... E a gente ouvi aqui todo dia: Estado mínimo. Não podemos ter Estado mínimo. O que é Estado mínimo? O mínimo de policiais civis, militares, policiais rodoviários federais, professores, médicos, enfermeiros, corpo de bombeiros. Não adianta dizer que não se precisa do Estado. O povo ajuda, mas quem está lá são as Forças Armadas, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, em defesa da população. Não interessa se a energia é privatizada, se a água também é privatizada. Na hora em que há falta, a população quer a presença do Estado brasileiro em todos os níveis. Eu chamo a atenção, porque tem PEC aqui querendo reduzir a administração pública. Não é por aí, gente! Os gastos, os cuidados primários com água, luz, estradas, segurança pública são responsabilidade do Estado brasileiro. A gente não pode terceirizar isso. Prefeituras, Defesa Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica e milhares de voluntários... E a gente se emociona quando vê jovens que não estão podendo ir à aula ou com a faculdade fechada que se sentem mal em não irem para a linha de frente nem que seja para distribuir alimentos, roupas para aqueles que estão mais sofridos. Isso é de uma solidariedade... Isto dá esperança: gente empenhada em ajudar e socorrer.

Destaco aqui que, até o momento, os recursos federais destinados ao estado já somam R$87,7 bilhões, só para a gente não ficar ouvindo aqui. Nós tivemos uma reunião, uma sessão deliberativa quinta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feira – saímos daqui mais de 5h da tarde –, justamente para aprovar já, na lei orçamentária, a ajuda ao Rio Grande do Sul. Não é hora de a gente partidarizar nem se dividir.

Agora, o que é que a gente tem aqui? Mesmo com isso, nós estamos aqui, nesta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado, que eu considero uma das mais importantes. Todos se enquadram nisso, não é mesmo? Todos! Todas as categorias! Os direitos humanos têm que estar em tudo. Vamos debater sobre o Dia Internacional contra a LGBTIfobia, que é amanhã.

O que vocês estão fazendo é correto. Estão no Congresso Nacional, saem daqui e vão para lá. Vamos dar visibilidade. Vamos mostrar que vocês existem, são seres humanos e precisam de respeito. Vocês não estão aqui atrás de privilégio. Vocês estão aqui atrás de respeito, que é o que todos deveriam fazer: respeitar as pessoas. Estão no lugar correto, gente.

Eu ouço muito, como médica – eu sou médica da universidade, de formação –, muitas vezes, dizerem assim: "Dra. Zenaide, eu não tenho nada a ver com política". Respondo: a senhora me desculpe, mas eu queria saber em que bolha a senhora se encontra, porque são decisões políticas que definem nosso salário, quantas horas vamos trabalhar, com que idade vamos nos aposentar. Como é que não tem nada a ver? Se isso tudo não lhe impressionar... São decisões políticas como a do Orçamento, que é votado neste Congresso, que dizem qual é a quantidade de recursos que vai para a saúde pública, para a educação pública, para a segurança pública, para investir em categorias, em pessoas como vocês, que estão naquela luta em defesa de vocês e têm que ter investimento. Eu sempre boto emenda lá para ter cartilhas para mostrar: estou aqui e exijo respeito, porque você não é melhor do que eu. Em quê? Em nada.

Então, isso aí que vocês estão fazendo é certo. Venham para cá e, outra coisa, se candidatem, gente. Eu sou Procuradora Especial da Mulher no Senado e um dos grandes desafios é justamente convencer as mulheres de que elas precisam estar aqui. Vocês precisam estar aqui. Alguém tem dúvida de que, se a gente tivesse 30% de participação feminina aqui no Senado, no Congresso Nacional, eles teriam aumentado em sete anos o trabalho na reforma da Previdência? Não! Gente, quebrem as barreiras, vamos atrás, venham, seja em nível municipal, estadual ou federal, participar, sim, jovens, adultos! Aqui é um direito. É isso que a democracia dá para a gente.

Então, nós estamos aqui e vamos abrir este debate sobre boas práticas de gestão governamental justamente dessas políticas que falam de vocês. E vocês têm que estar presentes. Falar de vocês sem vocês opinarem... Por isso a audiência pública – quem vai opinar aqui é quem conhece o problema de perto – para promoção e defesa de direitos humanos e cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais – às vezes, Paulo Paim e eu também pergunto por que sempre aparece uma letra a mais –, travestis, transexuais, pessoas intersexo e pessoas de outras orientações sexuais e identidade de gênero diversas. Está acontecendo aqui em Brasília a XIV Jornada LGBTI+.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora...

Convido para a mesa aqui a primeira mesa.

Toni Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTQIA+. Presença confirmada. (*Palmas.*)

Valter Souza, Juiz do Trabalho, pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), instituição que a gente respeita muito, porque, nessa questão do trabalho, foram tirados muitos direitos dos trabalhadores, e a gente sabe que é o trabalho que gera riqueza, é outra coisa a que se tem que chamar atenção aqui: você não enrica se não botar os outros para trabalhar para você. Então, por isso o respeito ao trabalhador, porque é quem gera riqueza.

Rafaelly "Uiest". É isso?

A SRA. RAFAELLY WIEST (*Fora do microfone.*) – Wiest.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Wiest (*Palmas.*)

Deixe-me dizer, Rafaelly: quando a gente estuda o português, dizem que nome próprio a gente pronuncia do jeito que está escrito. Você sabe que, como médica, a mãe dizia "Michael", eu chamava de "Michael Jáquisson". "Ai, Dra. Zenaide, é 'Michael Jackson'". Eu disse: "Não, senhora, é 'Michael Jáquisson'". "Então, se eu soubesse, não tinha botado." (*Risos.*)

Cláudio Nascimento, Presidente do Grupo Arco-Íris, Coordenador do projeto Atena. (*Pausa.*)

Primeira mesa. Aqui, nós temos dois representantes que vão ser por videoconferência. Eu vou passar a palavra para um e, depois, ver se coloco o outro em videoconferência, alternando. Dependendo, vocês é que dizem.

Lucas Costa Almeida Dias, Procurador da República e Coordenador do nosso Grupo de Trabalho "População LGBTQIA+: proteção de direitos", representante da PFDC; videoconferência confirmada.

Eu já estou dizendo para vocês saberem porque não estão presentes.

Nelson Matias, Sócio Fundador e Presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo – aguardando confirmação dele. (*Pausa.*)

Nós temos também aqui a Dra. Gisela Baer, que vai ser por videoconferência. Daqui, já disse os outros. (*Pausa.*)

Pessoal aqui presente, eu quero registrar a presença de Biga Kalahare, Vereadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no Rio Grande do Norte também tem Thabatta Pimenta, Vereadora de uma cidade, Carnaúba dos Dantas, e ela está candidata eu acho que a Vereadora em Natal, com muita chance de ganhar.

O SR. TONI REIS (*Fora do microfone.*) – É de Santarém.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É Santarém, Pará.

Verginio Luiz, Sindicato dos Engenheiros do Paraná e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Gabriel Dil, Coordenador Jurídico Adjunto da Aliança Nacional LGBTI+ e Presidente da Comissão de Diversidade da OAB, Subseção Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Como é que está Passo Fundo? Lá está acometido?

O SR. GABRIEL DIL (*Fora do microfone.*) – É uma cidade que não foi atingida, graças a Deus. Tem aeroporto funcionando, hospitais funcionando, a população está o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Vai se encher dos outros, porque vai socorrer

O SR. GABRIEL DIL (*Fora do microfone.*) – Já está.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Nathalia Vasconcelos, Secretária da Região Centro-Oeste da Rede Trans Brasil.

Gente, agora eu vou começar a passar a palavra. Vou dizer que o tempo, acho que para mim e para vocês, é exíguo, porque a gente começa a sessão deliberativa, no Congresso, às 16h. Começa a sessão às 14h, mas é discurso; a sessão para deliberar é às 16h.

Passo a palavra para Toni Reis.

O SR. TONI REIS (Para expor.) – Muito bem, muito obrigado. Boa tarde a todas as pessoas. Quero saudar nossa querida Senadora Zenaide Maia, a quem tive o prazer de ser apresentado pela nossa querida Governadora Fátima Bezerra.

Quero dizer que nós estamos muito felizes por a senhora ter aceitado esse convite do Senador Paulo Paim. Nós discutimos hoje de manhã com o Paulo Paim, ele explicou toda a situação, e aí nós sugerimos. Que bom que a senhora aceitou!

Inicialmente, quero dar de presente para a senhora... A senhora falou muito bem sobre a nossa comunidade; a sua sensibilidade, isso é muito bacana. Nós estamos com uma coleção, a *Enciclopédia LGBTI+*. Tem 26 manuais: manual para os educadores, para jornalistas... Isto aqui é um manual de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente fazer incidência política, como a gente entrar com ações no Supremo Tribunal Federal, como a gente fazer controle social das políticas públicas e também monitoramento das políticas públicas. Este é um manual também nosso, que é sobre como discutir com as pessoas religiosas a nossa situação com respeito, com afeto e com acolhimento. Então, um presente para a senhora!

Quero dizer que estamos muito felizes por esta Comissão ter nos aceitado. Quero agradecer imensamente a toda a equipe da Comissão na pessoa da Ingrid, que foi fundamental para a gente construir e trazer todos os convidados, e agradeço a presença de todo mundo.

Eu tenho um PowerPoint para a gente ver nos meus sete minutos. Por favor, meu PowerPoint.

Então, hoje nós estamos aqui. Na sexta-feira, nós vamos comemorar o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia. Esse dia, doutora, foi o dia em que caiu o Código 302.0 da classificação internacional das doenças, que colocava nossa comunidade como doentes. Então, é uma comemoração.

Pode passar.

Então, aqui o porquê. A Assembleia Mundial da Saúde retirou a homossexualidade de sua lista de distúrbios mentais, 302.0.

Nosso repúdio ao Governo do Peru, que hoje, infelizmente, fez um decreto, decretando que as pessoas trans são doentes no país, o Peru. Então, para a gente, é algo muito forte, é algo que a gente achava que estava superado desde 1990, e, infelizmente...

Nós temos aqui um decreto do Presidente Lula que decretou o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Então, o nosso agradecimento ao nosso querido Presidente Lula.

Pode passar. Próximo.

Aqui, pessoal, faço minhas as palavras da Senadora sobre o Rio Grande do Sul. Toda a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul por todas as mortes e todos os desabrigados, toda a solidariedade. Nós, do ecossistema de impacto social LGBTI+, composto pela Aliança Nacional Abrafh, a Rede GayLatino, a coalizão, nós nos solidarizamos com o Governo Federal e o Governo estadual e somos totalmente contra qualquer *fake news* que prejudique toda a questão da equipe de salvamento. Então, neste momento, saúdo o nosso querido Senador Paulo Paim, esse trabalho que ele está fazendo. Enfim, toda a nossa solidariedade ao povo gaúcho.

Obrigado.

Pode passar.

Então, quanto à Aliança Nacional, nós temos a missão de atuar na promoção e na defesa dos direitos humanos, com parcerias com todos os organismos de estado. Estou muito feliz aqui com a Anamatra, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, com as Defensorias estaduais. Nós trabalhamos muito com as Comissões de Direitos Humanos daqui, do Senado, lá da Câmara. Nós temos que colocar o Estado para funcionar, para defender todas as pessoas, incluindo a nossa comunidade.

Pode passar.

Nós temos *status*, Dra. Zenaide, nas Nações Unidas, ECOSOC. A gente trabalha muito, tanto em Genebra como em Nova York, nas sessões das Nações Unidas, defendendo e levando a pauta da comunidade LGBTI+ do Brasil, no âmbito internacional.

Pode passar.

A Abrafh é a nossa associação por todas as famílias, que merecem proteção. Inclusive, o Senador Contarato vai estar lá em Curitiba dando a palestra "Minha família é tão valiosa quanto a sua". Ele estará nos dias 23 e 24 de maio lá em Curitiba, e ele vai falar sobre família. Todos nós somos favoráveis a todas as famílias.

Pode passar.

E a Rede GayLatino, que é uma rede de direitos das pessoas LGBTI+. Então, nós estamos bem organizadinhos, Senadora, e a gente, organizado, consegue chegar aos Poderes para nos ajudarem a conquistar e a manter a cidadania.

Pode passar.

Situação problema.

Pode passar.

Aqui, pessoal, infelizmente, eu tenho que dizer para vocês: a questão da intolerância religiosa de certos setores. Eu não vou falar de todos; eu vou falar de alguns setores, de alguns membros de igrejas que, infelizmente, têm nos dado muito trabalho. Pessoal, a gente aceita que a pessoa leia seus livros sagrados, tenha as suas interpretações, tudo bem, mas, a partir do momento em que faz os discursos de ódio, isso prejudica e isso leva à morte.

Pode passar.

Tem essa questão de sentimento de pânico moral. É um sentimento de medo, por vezes exagerado, espalhado por um número grande de pessoas, de que algum mal ameaça o bem-estar da sociedade. Então, essa *fake news* que inventam sobre a nossa comunidade é muito triste.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos, pessoal? Reverter esse quadro de discriminação e violência motivado por gênero e orientação sexual.

Pessoal, e o que nós não queremos? Eu faço questão de falar isto em alto e bom som: não conheço ninguém da nossa comunidade, nenhuma rede, nenhuma ONG que quer destruir famílias. Inclusive, nós nos colocaremos do lado das famílias. Ninguém quer destruir a sua família, e, se alguém quiser, a gente pode, inclusive, colocar todo o nosso corpo jurídico defendendo-a.

Não queremos legalizar a pedofilia, não queremos transformar ninguém em *gay*, ninguém em lésbica e ninguém em trans e também não queremos sexualizar as crianças. Essas são quatro grandes *fake news* que inventam sobre a nossa comunidade.

Pode passar.

Aqui, pessoal, nós temos um ataque orquestrado no âmbito internacional. Inclusive, está aqui o nosso Gabriel Dil, doutorando em Direito. Nós estamos nos países; os projetos que colocam lá nos Estados Unidos, numa cidadezinha do interior, lá na Hungria, lá na Itália, estão se colocando os mesmos projetos aqui, no Senado e na Câmara, que é o atendimento às crianças trans no serviço de saúde. Ficam falando do banheiro unissex, das pessoas no esporte, falando que as pessoas não podem participar, querem derrubar o casamento, que a gente conquistou, que casais homossexuais não possam adotar. Eu sou um pai de família. Nós temos três filhos; a gente conseguiu o direito na Suprema Corte. E tem projetos aqui, infelizmente, no Congresso Nacional, que querem derrubar todos esses direitos. Crianças e adolescentes nas paradas e também proibir a linguagem neutra...

Inclusive, ontem nós fomos lá, com a nossa querida Dra. Amanda Souto, protocolamos 20 ações para retirar, para acabar com essas leis inconstitucionais nos municípios e nos estados brasileiros.

Pode passar.

Aqui, Senadora – a senhora, como médica – um dos maiores problemas é a saúde mental da nossa comunidade muito abalada: 73% da nossa comunidade sofre *bullying* nas escolas, 36% são agredidos fisicamente e 60% se sentem inseguros. Inclusive, na parada de São Paulo vamos lançar uma grande pesquisa no meio educacional, para a gente renovar esses dados, verificar se melhorou, se não melhorou, e a gente precisa de políticas públicas para isso.

Pode passar.

Quanto à violência, infelizmente, nós temos em torno de 300 casos de assassinatos todo ano, com requintes de crueldade, e uma taxa de suicídio acima da média da comunidade em geral.

Pode passar. Próximo.

Principais conquistas. Aí eu já vou para o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos problemas, nós temos *fake news*, mas nós também... Olha só que chique, pessoal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TONI REIS – Nós aqui frequentamos desde 1984. A gente sempre levou um "não" nas Comissões, não aprovamos. Aí, mudamos de prédio; fomos lá para o Supremo Tribunal Federal. Lá, nós tivemos guarida baseada na Constituição Federal. Eu tenho o maior orgulho disso, pessoal. Agora podemos casar, podemos adotar as crianças, as pessoas trans têm direito à identidade, foram criminalizados os atos LGBTIfóbicos. Inclusive, estou aqui com essa maravilhosa delegada aqui, Senadora, Dra. Cyntia. Ontem, ela falou, fez uma palestra brilhante, ela que atende os casos. Então, obrigado, Dra. Cyntia. Derrubamos todos os projetos de escola sem partido, e o SUS é obrigado, sim, a atender todas as pessoas, inclusive as pessoas trans.

Então, isso, para a gente, é um quadro, assim, de conquista. Isso foi graças à nossa luta. Foram muitas redes, muitos advogados e muitas pessoas que nos ajudaram. Então, obrigado ao MPF, à DPU, a todas as pessoas que nos ajudaram. Nós vamos conquistar e manter esse *status.*

Pode passar.

Perspectiva futura, e concluo.

Pode passar.

Aqui, pessoal, agora nós só precisamos cumprir a Constituição Federal, uma coisa básica, e cumprir as decisões do STF. É disso que nós precisamos. Muito bacana a Anamatra estar aqui presente, a DPU, o MPF, é disto que nós precisamos: fazer cumprir. Toda denúncia será vista, e nós vamos fazer esse trabalho.

Pode passar.

Aqui, nós queremos positivar todas essas decisões do STF. Inclusive, na sexta-feira, vamos protocolar o estatuto da igualdade lá na Câmara e aqui no Senado.

Então, a Erika Hilton, nossa querida Deputada, aqui o nosso Senador, tudo bem articulado, o projeto bem elaborado, revisado por muita gente. Queremos a criminalização da LGBTfobia, o casamento, o direito... Vai ser difícil, mas, na nossa vida, nada foi fácil. Então, a gente vai continuar.

Estamos com 263 Parlamentares na nossa Frente Parlamentar; queremos o estatuto da igualdade e também, aqui, no Senado, um pedido, Senadora, para a Ingrid e o Paulo Paim, o Senador: nós queríamos um grupo de trabalho para analisar as pesquisas, para a gente ter um dado com a logomarca do Senado e dizer: "Olha, isso aqui foi um estudo técnico sobre os dados". Hoje nós temos da Antra, da Rede Trans, da ABGLT, mas nós queremos que o Estado reconheça um estudo, faça um estudo, pegue os dados, e isso nós vimos no Regimento... Então, há esse pedido.

Pode passar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, precisamos, no CNJ, refazer o formulário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TONI REIS – ... Rogéria, e aí eu vou para a conclusão.

Pode passar?

Unificação dos boletins de ocorrência nas delegacias, sensibilização dos policiais e os dados oficiais de assassinatos, porque hoje nós os temos de ONGs, e nós queremos que o Estado brasileiro assuma isso. Inclusive, amanhã teremos uma reunião, lá no Ministério da Justiça, para isso.

Pode passar, e concluindo agora.

Nós temos agora a Central de Atendimento LGBTI+, com a nossa querida Maria, que é a nossa coordenadora, assistente social, aqui presente.

Pode passar?

E nós queremos isso no Brasil inteiro. Nós precisamos de coordenações estaduais e municipais, planos estaduais e municipais e conselhos.

Pode passar?

E, aí, nós teremos a nossa Conferência Nacional LGBTI+, que vai acontecer, Senadora, em outubro de 2025. Agora nós estamos nas etapas municipais e também estadual, porque nós precisamos mobilizar toda a comunidade e fazer um trabalho em conjunto com todas as redes. Nós estamos em 350 municípios, nas 27 unidades da Federação, extremamente organizados, para que a gente possa, junto com o Estado brasileiro, construir propostas bacanas.

Pode passar, e aí é o último eslaide.

Defesa do Estado laico, pessoal. Eu sou extremamente religioso e acho que a gente tem que respeitar a diversidade religiosa, mas as políticas devem ser laicas.

Pode passar.

Pode passar.

E, para refletir, concluindo.

Pessoal, nós temos o direito de ser iguais quando as diferenças nos inferiorizam, sabe? Ninguém deve inferiorizar, e a gente não tem que dar o direito a alguém de falar que nós somos inferiores. Nós temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Respeito à diversidade a todas as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar?

Muito obrigado, Senadora, muito obrigado a todas as pessoas, e vamos debater. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Toni. Você fez uma fala que eu acho que deixou pouca coisa para os outros falarem, não é, Toni? (*Risos.*)

Eu quero aqui...

Tem alguém já à distância? Como ficou? (*Pausa.*)

Vou passar para Valter Souza, Juiz do Trabalho, enquanto a gente se organiza.

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes e que nos assistem pelos meios interativos.

Eu quero agradecer aqui, mas, primeiro, gostaria de cumprimentar a Senadora Zenaide Maia, Presidente da Mesa, e, na pessoa dela, cumprimento todas as pessoas que estão comigo aqui, participando desta primeira mesa de trabalhos. Cumprimento a todos que nos assistem e nos ouvem aqui presencialmente e pelos meios interativos.

Recebemos, com muita alegria, na Anamatra – eu sou Valter Souza Pugliesi, Vice-Presidente da Anamatra –, o convite para participar desta audiência pública. Eu costumo comentar com os meus colegas de Anamatra que um convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e, em especial, do Gabinete do Senador Paulo Paim, na verdade, não é um convite, é uma convocação.

A Anamatra tem aqui o Senado, o gabinete tanto do Senador Paim como o da Senadora Zenaide, e a Comissão de Direitos Humanos, como uma parceria muito importante.

Como representante da Anamatra, entidade que representa as magistradas e os magistrados do trabalho do país, eu me permito fazer aqui um breve relato da atuação dela nessa temática extremamente importante que a Anamatra se preocupa em colocar como prioridade, como um tema a ser debatido internamente, compreendendo a necessidade de dar visibilidade a essa temática do combate à homofobia e à transfobia.

Além desse panorama de atuação da própria Anamatra e de como a Anamatra vê e trabalha esses temas, quero passar aqui também para todos alguns pontos de avanço no Judiciário que entendemos que vão ao encontro da temática objeto desta audiência pública.

Em nível interno, a Anamatra – nós temos a satisfação aqui de dizer –, desde abril de 2022, por deliberação das suas instâncias decisórias... Nós somos compostos por 24... A principal instância de deliberação da Anamatra é o Conselho de Representantes, formado pelo presidentes de associações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais, que são as Amatras, em 24 regiões do país. Por deliberação do Conselho de Representantes, foi criada uma comissão permanente, a Comissão Anamatra LGBTQIAPN+... (*Palmas.*)

... que foi constituída em 18 de abril de 2022. Ela é composta por magistradas e magistrados do trabalho, representantes de cada uma das cinco regiões geográficas do país, por dirigentes da associação nacional e também por representantes da Comissão de Direitos Humanos da Anamatra, que também é uma comissão permanente.

A iniciativa de criação desta comissão, que foi na gestão anterior, em 2022, tem como foco, como objetivo, justamente dar visibilidade para o tema no âmbito dos tribunais brasileiros. A partir dessa visibilidade, nós procuramos incentivar a implementação de políticas públicas e institucionais de combate à discriminação e de incentivo à diversidade no mundo do trabalho. Este é o principal objetivo dessa iniciativa da Anamatra: oferecer visibilidade e representatividade a essas questões que são relacionadas à diversidade sexual e ao combate à discriminação institucional no ambiente dos tribunais brasileiros.

Nós não desconhecemos que, no âmbito da Justiça do Trabalho, temos juízes e desembargadores que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ e queremos justamente dar visibilidade, dar acolhimento a esses colegas no âmbito associativo e também no âmbito dos tribunais, justamente, como falei, criando e incentivando a implementação de políticas públicas que visem a esse combate à discriminação tanto à homofobia como à transfobia.

Nessa perspectiva, é bom relatar aqui... Algo já foi dito pelo colega Toni Reis, mas acho interessante abordar alguns pontos que nós entendemos de avanço no Judiciário e que vão ao encontro desta pauta de combate à LGBTfobia.

Um deles, que foi tocado aqui pelo Toni, é justamente uma decisão emblemática do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do então decano, hoje aposentado, Ministro Celso de Mello, uma decisão sensacional, uma decisão muito bem fundamentada, que faz a equiparação dos crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo. Isso tem um impacto extremamente importante nessa temática. Foi nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, e no Mandado de Injunção nº 4.733, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu que as práticas homotransfóbicas qualificam-se como espécies do gênero racismo, na dimensão de racismo social, consagrada já pelo próprio Supremo Tribunal Federal, por uma aplicação analógica da Lei 7.716, de 1989.

Também tivemos, em nível de Supremo, e agora partindo para o campo institucional da Justiça do Trabalho, que o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior do Trabalho, em setembro de 2023, instituíram, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, política de prevenção e enfrentamento da violência, do assédio e de todas as formas de discriminação na Justiça do Trabalho. Essa é uma iniciativa que visa reforçar a missão formalizada da Justiça do Trabalho de combater essas práticas internamente, por meio de monitoramento, avaliação, fiscalização, medidas de prevenção em canais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denúncia. Com isso, nós vemos como essa política do nosso órgão de cúpula influencia diretamente nas políticas nos âmbitos regionais. Eu dou um exemplo aqui do meu Tribunal Regional do Trabalho. Eu sou juiz do trabalho em Alagoas, vinculado ao TRT da 19ª Região, e, exatamente no dia de hoje, recebi, no meu *e-mail*, a notícia de que o TRT da 19ª Região abriu inscrição para a eleição do Subcomitê de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade. A formalização desse subcomitê é extremamente democrática, com a participação de magistrados e servidores formando comitês, dando concretude e efetivando essa política de prevenção e de enfrentamento da violência e de todas as formas de discriminação, que foi instituída no âmbito do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Vale aqui também... Acho que é interessante relembrar os avanços de combate à discriminação no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, que é o nosso órgão central do Judiciário. Nós temos aqui a Resolução nº 270, de 2018, que prevê a utilização do nome social nos tribunais brasileiros – isso é extremamente importante –; e a Resolução nº 175, de 2013, que prevê a obrigatoriedade de celebração de casamentos civis por cartórios, isso no âmbito do CNJ.

E trago aqui também alguns dados que me parecem extremamente relevantes, no âmbito da Justiça do Trabalho. Vejam só estes dados em relação a ações na Justiça do Trabalho que citam, de alguma forma, transfobia e que vêm se multiplicando: no período de 2017 a 2019, foram identificados 69 processos que citam a questão da transfobia; de 2020 a 2022, esse número pulou para 295; e, só em 2023, foram ajuizados 107 processos em que citam a questão da transfobia. Esses números nos trazem algumas oportunidades de reflexão, porque, se...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – ... por um lado, nós verificamos que ainda temos muito a evoluir, a sociedade tem muito a evoluir no que pertine ao respeito à diversidade e ao combate a toda forma de discriminação, nós também vemos que começa a haver uma maior segurança para que as pessoas da comunidade se sintam seguras em questionar as agressões, as discriminações ocorridas no ambiente de trabalho.

Para finalizar, tentando cumprir a minha fala no tempo apontado pela Comissão, nós temos o nosso congresso, o principal evento científico da Anamatra, que é o Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat). Ele foi realizado agora, no início de maio, em Foz do Iguaçu, e tivemos duas situações interessantes que valem a pena serem citadas nesta audiência pública.

Primeiro, foi deliberada uma alteração estatutária – porque a Anamatra é identificada como Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –, foi autorizada pela Plenária do Conamat a alteração da denominação da associação, que passa a ser Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados do Trabalho... (*Palmas.*)

... em observância à questão de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também foi lançada, em Foz do Iguaçu, no 21º Conamat, a *Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+*, que busca justamente mostrar a compreensão da diversidade e a contribuição da Anamatra para assegurar direitos, inclusive trabalhistas, no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+.

Senadora Zenaide, aqui está um exemplar físico, que eu vou entregar aqui para a Comissão, para a senhora, mas esta cartilha está disponível, gratuitamente, no *site* da Anamatra, na aba Publicações, e pode ser acessada por todo o público, de uma forma geral.

Sendo essas as considerações que gostaríamos de fazer em nome da Anamatra, apenas peço mais alguns segundos para registrar aqui, Senadora, a solidariedade da Anamatra aos nossos colegas do Rio Grande, que sabemos que estão enfrentando uma verdadeira tragédia. Nós tomamos conhecimento disso justamente quando estávamos em Foz do Iguaçu, em pleno congresso nacional, com colegas do Rio Grande do Sul, que se sentiram, enfim, extremamente preocupados com seus familiares que se encontravam no Rio Grande do Sul, enfrentando essa tragédia.

Então, registro aqui, mais uma vez, a total solidariedade da Anamatra aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Valter Souza.

Que bom que a Anamatra teve até essa ideia de botar, do Ministério Público, homens e mulheres. Isso, a cada dia que vai passando, a gente vai vendo. É por isso que dá esperança.

O que foi falado aqui e que a gente vê... Só aqui, Toni... A fala de Toni mostrou que a gente vê o retrocesso não só no Brasil, mas no mundo, e eles fazem isto com maestria: intimidar, intimidação... E mentiras, que agora se chamam de *fake news*, não interessam. E repetitivas! Essa questão de dizer que vai destruir a família... Isso a gente ouve, e eles fazem isso com maestria.

Por isso é que nós que estamos na defesa de todos vocês temos que estar também mostrando que não é assim, entendeu? Por exemplo, essa questão de querer incluir como doença. Ora, gente, eu queria dizer que hoje, na CAS, a gente estava discutindo algo. As doenças raras, que as pessoas lutam para conseguir um CID, que é um Código Internacional de Doença, os planos de saúde não querem atender. Agora querem inventar uma lei em que a pessoa, ou o gênero, só pode ser homem e mulher.

Eu gostei dessa ideia de Contarato dizer: "Sua família não é melhor do que a minha". Isso é algo que a gente tem que começar a fazer. São pessoas, existem, contribuem com a sociedade, essa convivência faz é melhorar. Por que vamos criar um *apartheid* aqui? Não pode, é uma luta. Não pensem que é só de vocês. Os negros, as mulheres... A gente lutou para ter salários iguais homens e mulheres executando o mesmo trabalho na mesma empresa. E não foi fácil isso aí. Para dizer como, mesmo que a Constituição diga... E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero dizer que os maiores direitos das mulheres na política, como 30% da obrigatoriedade de candidaturas e de financiamento, foram conseguidos pela Justiça, não foi daqui não. Entendeu? Foi o Poder Judiciário que nos deu isso. E todos os dias a gente tem aqui uma história de uma reforma política querendo tirar os 30%, convencer a tirar. Eu digo: "Ele é a base de tudo". Então, isso é um estímulo para vocês não desistirem e lutarem por seus direitos.

Agora eu quero passar a palavra para o Dr. Lucas Costa Almeida Dias, Procurador da República e Coordenador do nosso Grupo de Trabalho População LGBTQIA+: Proteção de Direitos. Ele já está... Passo a palavra para o Dr. Lucas.

O SR. LUCAS COSTA ALMEIDA DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde Senadora, vocês me escutam bem? (*Pausa.*)

Boa tarde, Senadora. Eu quero cumprimentar V. Exa., na pessoa de quem eu também cumprimento essa mesa tão bonita: o Toni Reis, a Rafaelly, o Cláudio, o representante da Anamatra. Eu também peço que deixe um abraço para o meu colega Juiz do Trabalho André, que também foi um desses responsáveis pela elaboração dessa cartilha.

Também quero me solidarizar com o Estado do Rio Grande do Sul. Essa também é uma preocupação do MPF. Nós, inclusive, aproveitamos esta oportunidade para registrar essa nossa solidariedade, mas também para parabenizar essa Comissão no Senado Federal por elaborar esse evento tão importante mesmo nesse cenário caótico que a gente vive.

Sem mais delongas, eu acho importante a gente registrar, Senadora, que, quando a gente fala em direitos LGBTQIA+, nada desses direitos já está conquistado, já está ganho. E exatamente aproveitando esse gancho que a senhora mencionou agora, grande parte desses avanços vem do Judiciário, por luta desses movimentos sociais, luta que inclusive a Aliança Nacional LGBTI protagonizou junto ao Supremo Tribunal Federal. E muita gente, muito sangue foi derrubado para que nós consigamos exercer esses direitos que hoje nós usufruímos.

Eu sou um homem *gay*, sou casado, hoje eu tenho a possibilidade de adotar uma criança, de ter os benefícios previdenciários do meu marido, mas, quando a gente sai desse campo, dessa redoma de vidro em que nós estamos para sair nas ruas, nós nos deparamos com um cenário muito violento, muito sangrento mesmo. O Brasil ocupa, há 15 anos consecutivos, o *ranking* muito infeliz de ser o país que mais mata pessoas LGBTQIA+.

E esses dados ainda são subnotificados, porque, como disse o Toni ali no início, quem faz a coleta desses dados ainda são ONGs, ainda são associações. O Estado brasileiro, o Ministério da Justiça, os estados das unidades federativas permanecem inertes. Inclusive, a gente não vê nenhuma perspectiva de mudança. Mesmo com a mudança do Governo Federal, nós não conseguimos enxergar ainda esses passos sendo dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou aproveitar que a gente está nesta audiência pública promovida pelo Senado Federal para convidar V. Exa. e, inclusive, esta Comissão de Direitos Humanos para pensar em algumas medidas concretas que podem ser adotadas, sobretudo pelo Legislativo, justamente este Poder que também tem se protagonizado nas violências que a nossa comunidade sofre. Recentemente, tivemos o Deputado Federal mais bem votado cometendo transfobia na Câmara dos Deputados e projetos de lei que têm sido aprovados em algumas Comissões da Câmara dos Deputados, inclusive para revogar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Este Poder Legislativo também pode se colocar como um desses mobilizadores dos avanços das pessoas LGBTQIA+.

E eu vou dar um exemplo que foi muito bem-sucedido na Austrália, quando a polícia e o Congresso Nacional fizeram pedidos oficiais de desculpas à comunidade LGBTQIA+ pelas leis e pelos atos violentos cometidos contra essa comunidade. Então, uma das sugestões aqui que o Ministério Público Federal deixa é justamente esta: a aprovação de uma moção formal oficial de um pedido de desculpas pelas legislações, pelos atos já perpetrados dentro deste Legislativo contra a comunidade.

Na sequência, eu também convido a gente a pensar... E eu sei que a Aliança Nacional já fez esse levantamento, eu vi que a Dra. Amanda está aí na plateia. A Aliança fez um levantamento dessas legislações anti-LGBTQIA+ que estão em trâmite no Congresso Nacional. Nós temos o registro de praticamente mais de 80 projetos de lei que tramitam nas duas Casas que objetivam atacar todos os direitos que essa comunidade já garantiu. Então, pretendem proibir a utilização de linguagem neutra, por exemplo, como se falar "todes" fosse basicamente um crime, sendo que o país enfrenta agora este grande problema, por exemplo, de litigância climática. E, ao mesmo tempo, o Senado Federal se coloca como um dos mobilizadores, justamente, desse impedimento de avanços.

Então, mapear essas legislações que afrontam a nossa existência em linguagem neutra, esportes, uso de banheiros, casamento, enfim, uma miríade de direitos que estão prestes a ser violados, essa Comissão pode fazer esse mapeamento, inclusive de uma forma estratégica, para que isso seja votado em uma Comissão, para que passe pelo Plenário. Enfim, essa questão que a senhora sabe melhor do que nós.

Outro ponto que eu também considero muito importante – e já para finalizar aqui a minha fala – é pensar na inclusão, sobretudo, das pessoas transexuais nos cargos públicos, nas empresas, enfim, em instâncias de poder.

Recentemente, nós vimos um movimento do Ministro do Trabalho, que foi endossado pelo Presidente da República, pela inclusão de cotas para as pessoas transexuais nos concursos públicos. O Ministro do Trabalho, inclusive, anunciou formalmente que reservaria 3% das vagas de Auditor Fiscal do Trabalho para pessoas transexuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, o Presidente da República endossou e confirmou essa medida de ação afirmativa em uma coletiva de imprensa. Mas, quando o Concurso Nacional Unificado foi lançado, essas vagas não foram incluídas.

Eu fiz uma reunião – atualmente eu coordeno esse grupo de trabalho da temática LGBTQIA+ no Ministério Público Federal. Fiz uma reunião com o Ministério da Gestão e da Inovação, e a resposta que me foi dada foi a de que não era possível operacionalizar num concurso tão grande assim, de dimensões continentais, a inclusão dessas vagas para as pessoas transexuais só no cargo de AFT. Então, diante dessa dificuldade operacional, foi feita a opção de exclusão. E, por isso, eu inclusive ajuizei uma ação civil pública contra o Governo Federal, pedindo dano moral coletivo de R$5 milhões de reais por conta dessa ação, que me pareceu bastante absurda, mas eu gostaria também de convidar este Senado Federal a refletir sobre em quais espaços esses corpos são bem-vindos e também em quais espaços esses corpos não são bem-vindos, e quais as consequências desses atos, porque nós tivemos a declaração oficial do Chefe do Executivo, do Ministro do Trabalho, e basicamente nada aconteceu a partir disso.

Na época, foi prometido um direito que não foi concretizado, e isso cria uma legítima expectativa nas pessoas transexuais, nas pessoas travestis, que já são tão excluídas do mercado de trabalho, que já são um público tão vulnerabilizado, mas eu me pergunto o que é que acontece a partir disso. Direitos são prometidos e não são concretizados... O que é que a gente pode levar adiante?

E aí fica também a reflexão para que este Senado Federal, além de pensar...

A gente é muito acostumado a falar em violência, em morte neste país que mais mata as pessoas LGBTQIA+, mas a gente também precisa pensar na conquista desses direitos. Então, mapear esses projetos de lei que violentam os nossos direitos é uma das medidas, mas a gente também precisa editar legislações favoráveis, protetivas, de ações afirmativas, que efetivamente possam mudar esse cenário. E essa é a minha reflexão.

Senadora, eu agradeço pelo meu tempo de fala.

Na sequência, meu colega Paulo Santiago também vai expressar um pouco das contas do que a gente aqui dentro do Ministério Público Federal.

Eu agradeço pelo convite e um abraço a todas as pessoas aí. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Dr. Lucas. Falou a verdade.

Agora, é o seguinte: dessa determinação de vagas para concursos públicos, você falou a verdade. O Presidente pode querer, mas não é tão simples. Vocês sabem das dificuldades que a gente enfrenta aqui para aprovar qualquer projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa última tentativa das vagas para os negros e índios, chegaram a dizer que os negros ficaram negros porque levavam muito Sol. E a gente ganhou por um voto, porque eles queriam dizer que é o racismo reverso, ou seja, que são os brancos. Eu disse: mostrem os navios branqueiros trazendo brancos para serem escravizados, que a gente vai acreditar nesse racismo reverso.

Ganhamos por um voto. Não é fácil aqui. E, como vagas reservadas têm que passar pelo Congresso Nacional, não é fácil. Porque vocês assistem, não precisa nem a gente falar, às dificuldades que a gente tem de aprovar o mínimo de conquista – porque dizem que é uma minoria – para a maioria dos brasileiros.

E agora eu passo a palavra – gente, eu chamei dois presenciais – para a Dra. Gisela Baer.

A SRA. GISELA BAER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Oi, boa tarde, Gisela.

A SRA. GISELA BAER (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, todas e "todes". Sou Gisela, Defensora Pública Federal.

Gostaria de saudar a mesa, primeiramente, e, na pessoa da Senadora Zenaide, considerem-se todos os presentes saudados.

Gostaria de saudar também a todos que não estão na mesa, mas todos os corpos LGBTQIA+ aqui presentes, os corpos que desafiam diariamente a cisheteronorma.

Como Defensora Pública e pessoa LGBTQIA+, eu entendo a importância de ocuparmos esse espaço, esse lugar, mas também reconheço os privilégios da branquitude e da cisgeneridade que me permitiram alcançar esse lugar.

Bom, a DPU, como muitos daqui já sabem, é uma instituição constitucional, está prevista no art. 134 da Constituição, a Defensoria Pública, e que tem como objetivo justamente a efetividade e promoção dos direitos humanos, e a promoção dos direitos humanos diz respeito diretamente à promoção dos direitos de todos, todas e "todes".

Bom, hoje, dia 17 de maio, é um dia de luta e um dia de resistência. Ele é o dia, como já foi falado aqui, inúmeras vezes, contra a LGBTfobia, que é justamente esse sentimento, essa convicção e essa atitude direcionada a pessoas LGBTQIA+ que inferiorizam, hostilizam e discriminam essas pessoas – nós –, em razão da nossa sexualidade e/ou orientação sexual. Elas matam, ela invisibilizam e elas negam direitos, e isso precisa ser dito inúmeras e inúmeras vezes.

Como já foi falado pelo procurador que me antecedeu, o Brasil está no topo, por muitos anos, no *ranking* dos países que mais matam pessoas LGBTQIA+ no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, o Instituto Pólis divulgou o aumento de 970% de casos de violência de pessoas LGBTQIA+ em São Paulo.

O Dossiê de LGBTfobia Letal denunciou que, durante o ano de 2023, ocorreram 230 mortes de pessoas LGBTQIA+ de forma violenta no país, ou seja, essa LGBTfobia de que nós estamos falando aqui é estrutural, ela constitui o Brasil tal qual nós conhecemos, é institucional, ela é reproduzida pelas instituições, pelas normas, e é também individual, porque sujeitos, pessoas, reproduzem essa violência cotidianamente. Por isso é que essa violência está em todos os espaços: na família – a nossa família foi atacada durante décadas, séculos, e apenas reconhecida recentemente –, na rua, nos hospitais, nas escolas, no trabalho.

Além da violência física, que é um pouco mais palpável quando nós vamos verificar os números, há a discriminação. Por mais que nós tenhamos tido avanços, nós precisamos identificar que, como já foi falado por alguns membros dessa mesa, essa discriminação se mostra ainda presente. Por mais que tenhamos conquistado direitos, apesar de que a efetividade desses direitos ainda é necessária, temos muito que avançar.

Posso citar algumas formas de discriminação que, no âmbito da DPU, nós observamos e lutamos para que sejam ultrapassadas: nós vemos muitos relatos de pessoas trans excluídas de planos de saúde, pessoas trans que têm dificuldade de registrar os seus filhos, a ausência de uma política pública para mulheres LBTs, a ausência de uma política nacional efetiva de acolhimento para pessoas LGBTQIA+...

Eu sei que, na data de hoje, essa política pública está sendo discutida, mas ela precisa ser implementada, porque nós sabemos que pessoas LGBTQIA+ sofrem muitas vezes a violência dentro de casa, que são obrigadas a ir para as ruas, sem ter um local seguro de acolhimento, e precisamos, como já foi falado aqui, pensar em políticas públicas de empregabilidade para pessoas LGBTQIA+.

Sobre a violência de que foi falado aqui, a violência letal, já está sendo discutida, mas nós precisamos de uma política pública efetiva de enfrentamento, com planos de ação em relação ao transfeminicídio e ao lesbicídio.

Bom, a LGBTfobia, como nós sabemos, impede a população LGBTQIA+ de fruir dos direitos mais básicos, dos direitos que estão previstos na Constituição, do direito, como foi falado, de ter uma moradia, uma moradia segura, de ter um emprego, de ter a sua família respeitada, e mencionei aqui também, quanto a políticas públicas, o que já foi falado pelo procurador anterior, que precisamos pensar, a partir do Congresso, em políticas públicas. Apesar dos desafios, que nós sabemos, no Congresso Nacional de conseguir implementar, de conseguir votar essas políticas públicas, nós precisamos pensar em políticas públicas efetivas.

Quero aqui destacar algo que a sociedade civil já destaca há muitos anos: a ausência de dados, porque, quando nós precisamos produzir políticas públicas, nós precisamos de dados para embasar essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas. Por mais que, recentemente, o IBGE tenha divulgado dados, esses dados ainda não contemplam toda a população LGBTQIA+, e diversas organizações já mencionaram que há uma sub-representação desses dados na verdade, eles não refletem a população LGBTQIA+ efetivamente.

Também quero aqui saudar a sociedade civil presente, que tem sido verdadeira protagonista da garantia desses direitos, da produção de dados referentes à população LGBTQIA+. E, senhoras e senhores, essa ausência de produção de dados, como sabemos, é um dado, é um dado histórico de um descaso estatal em relação à população LGBTQIA+. E quero aqui destacar a necessidade de que esses dados sejam também racializados, porque a população LGBTQIA+ não é uniforme.

Em relação à atuação da Defensoria Pública da União, nós temos aqui o GT LGBTQIA+, e hoje eu faço parte desse GT, que justamente atua produzindo notas, atuações, direcionamento da instituição, da DPU, em relação à política LGBTQIA+. Então, nós atuamos com assistência jurídica integral e gratuita na defesa de direitos, no fomento à educação de direitos relacionados à população LGBTQIA+, produzindo cartilhas, notas, expedindo recomendações relacionadas aos temas, ou seja, fazemos um monitoramento também em relação aos direitos e às violências enfrentadas pela população LGBTQIA+.

E aqui eu gostaria de mencionar algumas atuações, como reintegração de pessoas trans no Exército a partir de ações da Defensoria Pública da União, atuação para garantir direitos de pessoas em situação de prisão LGBTQIA+, atuação da DPU para garantir a cirurgia de redesignação também.

Gostaria até de mencionar, aproveitando a presença dos membros e membras da mesa, o acordo de cooperação técnica recente com a DPU, a Aliança Nacional e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas, e gostaria de citar também notas técnicas em relação ao respeito ao nome para pessoas trans migrantes, notas sobre política de cotas para pessoas trans, nota técnica sobre a união homoafetiva...

Também queria mencionar, já para encerrar a minha fala, algo que muito já foi falado: a DPU reconhece que também ela precisa olhar para dentro. Não adianta a gente só estar olhando para fora. Então, a DPU recentemente vem discutindo a implementação de política de cotas para pessoas trans no âmbito interno, reconhecendo justamente essa necessidade de que nós precisamos de diversidade e representatividade em todos os espaços, principalmente nos de poder.

Bom, eu quero encerrar essa fala citando o nome de Andrea Amarante, Pamela Cobbas, Roxana Figueroa e Sofia Riglos, quatro mulheres argentinas recentemente vítimas de uma violência lesbofóbica. Foram quatro vidas, três vidas ceifadas, mas dois casais que tiveram sua história interrompida. E quero destacar que a DPU está junto com a população LGBTQIA+ no enfrentamento à LGBTfobia, junto com a sociedade civil.

Obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Doutora.

Agora eu passo a palavra para Cláudio Nascimento, Presidente do Grupo Arco-Íris, Coordenador do projeto Atena, aqui do nosso lado.

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO (Para expor.) – Senadora Zenaide, obrigado por esse convite, ao Paulo Paim também, nosso Senador. A gente sabe o que está acontecendo no Sul e o quanto ele tem trabalhado para mobilizar recursos, ações para o Rio Grande do Sul. Somos todos Rio Grande do Sul nesse momento, somos todos gaúchos e gaúchas. (*Palmas.*)

É muito importante.

No momento em que a gente está aqui para chamar a atenção do dia 17 de maio, dia mundial de combate à LGBTIfobia, houve já falas muito importantes, contundentes, no campo do Legislativo, do Judiciário, além da importância das instituições, como Ministério Público e Defensoria, tanto na atuação para a defesa e os direitos da população quanto também para olhar para si mesmos, como foi falado pela DPU, a importância de os órgãos também construírem uma cultura institucional capaz de incorporar a agenda da cidadania. Isso é muito importante.

Quero aqui rapidamente agradecer à querida Lenne Evangelista, que é da coordenação da Região Centro-Oeste aqui da Aliança e também do grupo de estruturação, pela mobilização para trazer o povo para cá; também ao querido Andrey Lemos, da UNALGBT, professor, pesquisador na área de saúde; e à querida Nathalia Vasconcelos, Secretária do Centro-Oeste da Rede Trans Brasil, que também é uma grande companheira nessa mobilização aqui no Congresso.

E todas as outras pessoas do movimento social sintam-se valorizadas e reconhecidas a partir dessas pessoas que eu aqui referenciei.

Quero dizer que ter uma audiência dessas com tanta gente representativa, Mães pela Diversidade, Mães da Resistência, outras organizações locais e outras instituições aqui presentes, é muito importante para nós.

Nessa linha, então, também de discussão de dados, de políticas públicas, de como o Poder Executivo tem trabalhado para promover os direitos – isso é uma reivindicação pelo menos nas últimas quatro décadas, não é, Toni Reis e Rafaelly Wiest? –, de busca para que o Poder Executivo assuma sua maior responsabilidade na condução das agendas e das políticas voltadas à promoção dos direitos, a gente tem se preocupado, a Aliança Nacional LGBTI+, o Grupo Arco-Íris, a Associação da Parada de São Paulo e o Fórum Nacional de Gestores e Gestoras LGBTI+, a gente tem se preocupado em produzir algum monitoramento de dados, das informações de políticas públicas que vêm sendo implementadas, para que a gente possa, com esses dados, alimentar o Senado, a Câmara Federal, as Câmaras Legislativas e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a própria militância, os pesquisadores em cada estado, possa utilizar essas informações para fazer as ações de incidência política, institucional, para que isso avance.

Nesse sentido, nós temos um programa chamado Programa Atena, em homenagem a nossa querida deusa da sabedoria, que a gente vem desenvolvendo.

Você pode passar para a próxima? Obrigado.

O Programa Atena nasceu em 2021, através de um financiamento do Fundo Positivo LGBTQIA+, para o desenvolvimento de um mapeamento de políticas públicas voltadas para LGBT.

Num primeiro momento, a gente fez um levantamento, mapeamento, Senadora, em 27 unidades federativas do Brasil, analisando os 26 governos estaduais e o Distrito Federal.

Nesse momento, a gente está, com a nova parceria, revisando o próprio mapeamento e também fazendo um novo mapeamento, que vamos lançar agora na Parada de São Paulo, das capitais brasileiras, de qual é a situação também nas cidades capitais, para que a gente tenha também uma informação.

Pode passar, por favor.

Essa pesquisa, esse projeto é conduzido pela Aliança Nacional com a parceria com o grupo Arco-Íris e tem apoio dessas instituições, como já falei: Fórum Nacional de Gestores, Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, Rede GayLatino, União Nacional LGBT, Rede Trans Brasil e Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas.

Pode passar.

Temos uma equipe, então, de pesquisa. Eu faço essa coordenação. A minha vida toda, eu me dediquei à discussão de políticas públicas, então me sinto extremamente feliz de ter tido a confiança dos meus companheiros e companheiras, desses coletivos todos, para que eu possa conduzir esse trabalho. Temos uma equipe, com o pesquisador líder Rogerio Barros Sganzerla, e temos um comitê consultivo, em que eu tenho a honra de ter o Toni, Rafaelly Weist e tantos outros companheiros que conduzem esse trabalho comigo.

Pode passar.

Então, Senadora e demais presentes aqui, nós produzimos um primeiro levantamento das políticas públicas nos 26 governos estaduais e Distrito Federal; fizemos uma pesquisa, através da Lei de Acesso à Informação, porque a gente entendia que não poderíamos ficar fazendo nenhuma análise política no sentido de informação subjetivada, e sim, com dados concretos, técnicos, oferecidos pelo portal da transparência de cada governo e pelas respostas oficiais de cada governo. Então, esse foi o nosso critério principal, para evitar que a gente estivesse fazendo algum tipo de análise politiqueira ou ideológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, produzimos um relatório final com 400 páginas, que está disponibilizado gratuitamente ao público, onde tem um raio-X, um levantamento da situação de todas as unidades federativas, Senadora, com mais ou menos 15 a 18 páginas, apresentando as potencialidades, oportunidades, tensões, dificuldades e lacunas de cada estado brasileiro na execução dessas políticas públicas.

No ano passado, realizamos o lançamento aqui em Brasília, no Ministério dos Direitos Humanos, logo que o Governo Lula tomou posse – foi muito importante para a gente também, nessa nova ambiência, apresentar esse relatório. Nesse seminário, então, a gente pôde discutir todos os dados, e isso teve uma grande repercussão, com mais de 1,2 mil matérias pelo Brasil inteiro com dados desse mapeamento. Foi laureado depois, em junho, com uma audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, onde nós, convidados pela Deputada Erika Kokay, fizemos, então, uma discussão bem ampla da pesquisa e também convidamos alguns estados para se posicionarem. Hoje a gente volta à Câmara para exatamente entender, um ano depois, o que aconteceu de mudanças a partir desse relatório que a gente pode apontar já.

Por favor, próximo.

Impactos de 2023-2024. O Dr. Lucas, que é o Procurador do Ministério Público Federal que falou, também nos ajudou muito, junto com o Procurador dos Direitos do Cidadão, o Dr. Carlos Vilhena. Logo que fizemos o mapeamento, pedimos audiência também à Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e apresentamos o relatório. Depois de um ano, nós temos já 25 procedimentos abertos pelas procuradorias regionais do Ministério Público. Em 25 estados brasileiros, hoje estão sendo chamados os governos estaduais e suas secretarias para, conosco e com o Ministério Público, dialogarmos sobre o que fazer para suprir as deficiências e melhorar o processo de gestão em políticas públicas. Esse é um marco histórico, é a primeira vez que isso ocorre no Brasil. E, para a gente, é de muito orgulho um dado que vem da sociedade civil, produzido pela sociedade civil, ser reconhecido dessa maneira por uma instituição tão importante como o Ministério Público Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – A gente também tem colaborado com os estados que pedem apoio. Então, neste momento, a gente deu suporte a Tocantins, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Alagoas, Amapá, Goiás, Roraima e Piauí. E estamos ajudando na elaboração de minutas de órgão gestor e de conselho estadual, planos, programas, audiências com secretarias estaduais. Então, a gente está tendo também esse cuidado de conversar com todo estado que quer conversar para ver o que avança.

Pode passar.

Vou ser muito rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só para vocês entenderem um pouco o que a gente quis medir nesse levantamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – Ai, meu Deus! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – É porque temos a segunda mesa.

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – Tá. Então, rapidinho... Bom, então, podemos passar...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Essas informações a Comissão pode enviar para todos os presentes e para os Parlamentares? (*Pausa.*)

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – Então, vamos pular todas essas e vamos direto para as recomendações.

As principais conclusões que temos é de que precisamos chamar a atenção e mobilizar os governos, o Poder Legislativo e a Justiça, bem como a sociedade civil, porque, em políticas públicas para a cidadania LGBT, estamos muito longe – muito longe! – do mínimo necessário. Precisamos reagir, e essas audiências e esse espaço são o lugar para a gente conversar e para também buscar formas de como o Senado e a Câmara podem agir.

Pode passar para a próxima.

Nós medimos, Senadora, como os estados têm trabalhado com a questão do tripé da cidadania LGBT, de que o Toni falou na apresentação dele. A gente quer que cada estado tenha pelo menos um órgão gestor, um conselho LGBT e plano e programa com orçamento para serem executadas políticas públicas para a comunidade.

Aqui tem um conjunto de recomendações do que fazer. Os estados da Região Norte são os estados que têm tido hoje maior dificuldade para implementar políticas. Temos ainda, infelizmente, na Região Sudeste, em Minas Gerais, também muitos problemas. E, na Região Sul, que inicialmente a gente pensava que poderia ser o lugar com maior pujança, isso não aconteceu; tem muitas situações ainda de dificuldade para implementar políticas públicas. Tem avançado agora essa conversa com o Paraná e com o Rio Grande do Sul, e esperamos que avance mais.

Por último, a próxima, para ir terminando.

Tem também orientações para órgãos gestores, conselhos estaduais e planos e programas. A maioria deles não tem orçamento específico para tocar as políticas, Dra. Zenaide. Os conselhos também não têm leis e muitas vezes funcionam com uma portaria, que é muito frágil para ser executada. E muitos órgãos gestores também não têm uma estrutura de pessoal para tocar o programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer o espaço à Comissão; deixar o relatório à disposição desta Comissão; e dizer que eu acho que o mais importante de tudo isso é que hoje a gente tem um dado com que a gente pode olhar para a realidade de cada estado e pensar o que fazer. E é com isso que Aliança Nacional tem se preocupado para que a gente produza informações que colaborem para a promoção da cidadania e dos direitos em cada estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu diria que vocês estão dando um diagnóstico da situação – sem querer falar que são doentes, mas é um diagnóstico. É importante que vocês reconheçam, façam um levantamento do que existe, porque a partir daí é que se podem cobrar políticas públicas. Então, tudo que foi mostrado aqui...

Eu quero passar... Gente, está sendo rápido, porque vai começar a Ordem do Dia e a gente tem que estar lá, entendeu?

Rafaelly Wiest – eu disse a ela que não iria errar o nome dela –, Presidenta do Grupo Dignidade e Diretora Administrativa e Coordenadora da Área de Diversidade e Inclusão da Aliança Nacional LGBTI+, com a palavra.

A SRA. RAFAELLY WIEST (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Para mim é uma honra estar mais uma vez aqui. Há alguns anos, eu participo dessas audiências públicas alusivas ao dia 17 de maio tanto aqui no Senado quanto na Câmara. Então, eu estou muito feliz.

Um abraço ao Paim, que está aí fazendo... E eu, como uma mulher trans da Região Sul do Brasil – sou de Curitiba, no Paraná –, Diretora da Aliança e do Dignidade, mas também da Abrafh (Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas), queria aqui deixar todo o nosso respeito, mais uma vez, à comunidade inteira do Rio Grande do Sul e, principalmente, à comunidade LGBT.

Eu aqui queria até, se possível, pedir ao pessoal da informática para colocar, porque nós da Abrafh temos um abrigo voltado à comunidade LGBTI+. Então, quem quiser tirar informações, pessoas LGBTs que estão no Rio Grande do Sul, principalmente na região da capital Porto Alegre, nós temos o abrigo Renascer, da Abrafh, que é voltado para a comunidade LGBT, porque, infelizmente...

Acho que a minha fala vai ser um pouco breve, porque fui megacontemplada com todas as pessoas que me antecederam e também tenho muita confiança na próxima mesa, com o Deputado Fábio Félix, a Dayana Brunetto e a Amanda Souto Baliza, que são pessoas cujos trabalhos eu conheço e que vão me complementar.

Mas eu quero focar muito na questão da família e do Rio Grande do Sul. Por quê? Infelizmente, eu acho que esta é uma grande responsabilidade que eu queria deixar registrada nesta audiência pública: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem o mês de maio de combate e de reflexão da política LGBTI+ no Brasil. Junho a gente chama de o Mês do Orgulho. No mês de maio, daqui a dois dias... Infelizmente, nós somos atacadas e atacados com muita força em relação à família. A comunidade LGBT acaba sendo expulsa de casa pelo comportamento fundamentalista, jogado muitas vezes pelos nossos líderes do Governo. Muitas famílias se sentem acuadas ou obrigadas a expulsar os seus LGBTs de casa por conta de posicionamentos fundamentalistas. Então, acho que a responsabilidade que essas pessoas têm que ter...

E um dos grandes reflexos que eu gostaria de deixar muito nítido a todo mundo que está ouvindo é que, Senadora, nós da Abrafh do Rio Grande do Sul criamos esse abrigo provisório para acolher pessoas LGBTs dessa tragédia por conta de que alguns abrigos do Rio Grande do Sul não queriam aceitar *gays*, trans e lésbicas mesmo neste momento de calamidade. Então, essa é uma denúncia formal e não infundada. O nosso advogado está aqui. Ele é do Rio Grande do Sul e trouxe isso – e nós fazemos parte da Abrafh. Então, vejam quão agressiva e irracional é a violência cometida pela nossa comunidade. (*Palmas.*)

Mesmo a gente dizendo "somos todos Rio Grande do Sul", somos todos, menos os LGBTs. Com isso, existe um instituto brasileiro de pessoas trans, o Ibrat, que criou a *hashtag* #AjudaTransRS. Isso está sendo divulgado amplamente nas redes sociais e essa *hashtag* faz levantar alguns *posts* relacionados a organizações e pessoas trans que estão lá na linha de frente do Rio Grande do Sul para conseguir ajuda e apoio para a nossa comunidade.

Então, quero dizer, Senadora, que nós da Aliança, Abrafh e Rede GayLatino, como é um mantra que o Toni coloca, como nosso Presidente de ambas as duas redes, não queremos definitivamente destruir a família de ninguém; a gente quer ter a nossa família. Existem várias composições de família, tanto é que, no nosso país, em pesquisas oficiais do Dieese e IBGE, várias são lideradas por mães solo. Então, a própria família trazida ficticiamente por esta Casa e pelo Congresso Nacional – que diz da família tradicional brasileira – não existe, porque é liderada por mães e mulheres solo. Então, já começa por aí. A gente tem mais de 190 composições possíveis de família.

O que me trouxe muito, nesse domingo do Dia das Mães, essa calamidade toda foi: quantas mães perderam os seus e quantos seus perderam suas mães nessa calamidade do Rio Grande do Sul? Isso faz com que talvez, com essa tragédia tão pesada e tão grande, que está mobilizando o Brasil, entendam o quão importante é a família e as famílias. E a gente traz essa reflexão e aqui um pedido também, Toni. A gente vem lutando muito pela aprovação e a discussão do estatuto das famílias, porque o Estatuto da Família é "homem, mulher e criança". Obviamente, casais de homens e mulheres com crianças têm todo direito e respeito, mas e as mães solo, e os pais solo, e os pais LGBTs, e as mães LGBTs, e as mães trans e os pais trans? Então, as composições familiares são muito grandes, importantes e reais. O Brasil não pode mais negar isso, como a gente não pode negar o aquecimento global. A gente não pode negar, porque, ao continuar desmatando e poluindo, o resultado está aí. Nós não podemos negar as composições de família e as famílias, porque o resultado também aparece nessa desolação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, para ir para o fim – e deixo meus dois minutos para a próxima mesa –, mais uma vez pedir o compromisso do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e também obviamente dos nossos magistrados de a gente combater – e combater seriamente – *fake news*, porque, como a senhora falou, *fake news* é mentira, e a mentira está matando mais gente do que já mata a própria sociedade irracional, o próprio preconceito, a própria fome, o próprio machismo, que já matam muita gente. Essas mentiras veiculadas em massa matam pessoas. E, se está matando, é crime. Então, a gente precisa lidar com a mesma força que isso.

E mais uma vez quero pedir para que as pessoas – regionalmente, eu estou próximo do Rio Grande do Sul, conheço muitas pessoas de lá, muitos LGBTs que perderam família, que perderam absolutamente tudo – que continuem apoiando e que entrem na *hashtag* #AjudaTransRS, de que eu falei, e entrem também na Abrafh, que é a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas. Lá tem como vocês doarem, e essa doação vai direto para a comunidade LGBT, que muitas vezes não consegue alcançar os equipamentos de emergência lá; e, quando alcançam, existe o estereótipo da feminilidade dentro de um corpo *gay*, ou uma pessoa trans, ou um transmasculino, ou uma mulher lésbica, ela não é atendida. Então, fica aí o meu pedido.

Eu fico à inteira disposição também e peço mais uma vez que entrem nas nossas redes sociais.

Aí eu deixo a complementação para a minha colega, que vai me seguir depois, Amanda Souto Baliza, e a nossa Diretora Dayana Brunetto, que também... Se eu me esqueci de algo, me cobrem e me complementem depois.

Obrigada, viu, gente? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Agradecendo aqui à nossa amiga que terminou de falar – e dessa vez eu não errei o nome dela –, eu quero aqui registrar a presença de Diego Medeiros, da Fasubra, já agradecer a todos da primeira mesa e formar já a segunda mesa aqui.

Gente, eu queria dizer que a gente poderia passar o dia todo aqui discutindo, porque tem muito o que se falar, mas eu tenho uma sessão deliberativa no Senado, que vai começar, mas vai atrasar um pouquinho. Inclusive, o nosso amigo Paulo Paim é quem está relatando uma medida provisória justamente para ajudar o Estado do Rio Grande do Sul.

Agora, pensar que, num momento desse de dor, de perdas, ainda tem alguém que se nega a prestar socorro a alguém porque é LGBTQIA+... Eu acho que isso não é ser cristão. É uma coisa que dói demais, porque dói a gente ver aquela situação.

Ela falou muito bem aqui, porque a família solo é a maioria. Então, só a mulher não vai ser família? Isso é um assunto que esse Estatuto das Famílias... Agora eu entendo porque a importância. E que não vai ser simples aqui, mas que nem por isso nós vamos desistir. Eu costumo dizer que sou uma mulher de fé e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que fé é insistir, persistir e nunca desistir daquilo que a gente se propõe a fazer em defesa da vida. É esse o compromisso da gente.

Eu formo aqui a mesa já pelo meu colega Parlamentar. Eu tenho dois colegas Parlamentares aqui, em nível municipal, que é o nosso Vereador Biga. E chamo agora para compor a mesa o Deputado Distrital Fábio Felix, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Convido aqui Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público Federal (MPF). (*Palmas.*)

Dayane Brunetto, Coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*)

Amanda Souto Baliza, Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Palmas.*)

Formada a mesa, eu passo a palavra para o nosso Deputado Distrital Fábio Felix.

O SR. FÁBIO FELIX (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Queria agradecer o convite para participar desta audiência pública, tanto da Aliança quanto da gestão desta Comissão: a Senadora Zenaide, o Senador Paulo Paim, que acompanham essa pauta que é importantíssima, não só por essa semana, em maio, pelo dia 17 de maio, mas é uma pauta importante para as nossas vidas, as vidas de quem está aqui discutindo sobre as famílias LGBTQIA+ brasileiras, nós que estamos encarnados na discussão LGBT. Para nós não tem uma segunda opção: não debater políticas públicas para o segmento LGBT, porque isso trata das nossas vidas, do nosso direito à vida, do nosso direito de ser, do nosso direito de amar, do nosso direito à saúde, à educação e ao acesso a tantas políticas públicas.

Quando eu fui eleito Deputado Distrital, no meu primeiro mandato, em 2018, aqui na Câmara Legislativa... Inclusive fui Parlamentar junto com o seu irmão, o Deputado Distrital Agaciel, e naquela ocasião, muita gente falava: Fábio, você vai se limitar à pauta LGBT? Um mandato de alguém que é LGBT é só LGBT? Ou muito, na campanha, as pessoas falavam: "Não vou votar em você. Eu defendo a causa, mas não vou votar em você porque vai ser um mandato só LGBT". E o primeiro desafio de ser um Parlamentar LGBT foi justamente provar para as pessoas que nós somos LGBTs e nós temos capacidade política anda de ônibus, vai na UBS, usa o hospital, LGBT sabe discutir orçamento, nós temos qualidade política e inteligência. Então, esse é o primeiro desafio da pauta LGBT ou da nossa representatividade.

Aí eu começo por aí, porque nós estamos entrando agora na nossa agenda, já começamos em janeiro com a pauta de visibilidade das pessoas trans e travestis, e agora, no mês de maio, lutando contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LGBTfobia e a patologização da nossa existência, o primeiro passo ou um passo importantíssimo para nós é a representatividade política. Então, esse evento hoje, que acontece no Senado Federal, é um evento importante para nós, dando visibilidade à nossa pauta, trazendo dados e evidências que mostram as dificuldades que a população LGBTQI+ brasileira passa todos os dias.

A Aliança e todas as organizações que participaram desse processo, Toni, estão de parabéns, porque têm insistido na necessidade de o poder público dar visibilidade aos nossos problemas e aos nossos desafios, que não são menores.

A gente vive hoje uma guerra ideológica, uma guerra política no Brasil que tenta emburrecer a nossa capacidade de refletir sobre políticas públicas. A gente hoje está num estágio político onde nós não vamos voltar para os armários, os armários não nos cabem, nós vamos estar nas ruas, no espaço público, com nosso afeto e lutando, no espaço público, pelos nossos direitos.

Aí eu entro no segundo ponto que vejo como importante para a gente refletir, que é: até aqui, quais são os direitos que nós alcançamos? E onde nós alcançamos esses direitos? É a reflexão que os dados trazem para nós também. Nós temos conquistas históricas importantíssimas que são parte da luta do movimento LGBT. Nós temos hoje talvez o maior movimento social do mundo, Senadora, que é a Parada LGBTQIA+ de São Paulo. Não são os falsos mitos que colocam muita gente na rua, quem coloca 4 milhões de pessoas na rua são os LGBTs neste país. (*Palmas.*)

Porque, se tem gente na rua defendendo visibilidade, defendendo o direito ao afeto, ao amor, é a população LGBT que mobiliza, movimenta.

Então, a gente tem conquistas históricas que são o casamento igualitário, que é uma conquista a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal; a questão da identidade de gênero, também é uma conquista a partir do Supremo Tribunal Federal; a criminalização da homotransfobia, uma conquista a partir do Supremo Tribunal Federal. E uma série de conquistas, sejam legislativas ou do ponto de vista jurídico, nos estados e municípios.

Mas nós ainda temos um desafio enorme, que é a aprovação de leis de proteção da cidadania da comunidade LGBT, porque existe esse populismo, um discurso falacioso da extrema-direita e, muitas vezes, capturado por alguns setores religiosos. A gente sabe que não é de nenhuma religião específica, mas o fundamentalismo religioso, aquele que não aceita a diferença, aquele que não respeita a diversidade, aquele que não respeita o outro, ele planta e tem capturado a política para evitar a nossa possibilidade e capacidade de aprovação de leis no Legislativo brasileiro, e esse é o nosso desafio.

Assim como o Congresso americano aprovou, assim como o Congresso argentino aprovou, no passado, o casamento igualitário no Congresso, nós temos que ter coragem, Senadores e Senadoras, como a senhora, como outros, que a gente sabe que defendem a pauta aqui e no Congresso Nacional, temos que ter coragem de aprovar uma lei geral da diversidade, que inclui o casamento homoafetivo com a letra clara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na legislação brasileira em relação a esse tema. Então, é preciso avançar no Legislativo. Esse é um ponto importante. Nós não temos que ter medo mais da nossa pauta.

Eu tenho ouvido muito, Toni, da esquerda quando a gente vai discutir temas da pauta LGBT, algumas pessoas falam: "Gente, nós temos que sair da pauta de costumes". Gente, não se trata de pauta de costumes. Defender a dignidade da população LGBT não é costume não, é defender democracia, é defender liberdade, é defender direito! (*Palmas.*)

Então, não é costume. Ninguém tem o costume de ser *gay*, ninguém tem o costume de ser trans, não é costume essa pauta. Essa palavra... Até no campo progressista ela é utilizada para nos desqualificar, para diminuir a importância da agenda política que a gente tem defendido. Então, a gente precisa lutar para avançar no Legislativo, e esses dados nos ajudam nisso.

Aí eu entro na terceira e última parte, que é a reflexão necessária sobre a questão dos municípios e dos estados. Hoje, não se faz política pública nenhuma sem orçamento. Então, do ponto de vista federal, nós queremos orçamento e temos que lutar por orçamento. Nós confiamos muito mais no Governo que está hoje sentado no Palácio do Planalto, no Ministério dos Direitos Humanos, mas além de confiar, nós estamos aqui como movimento, para lutar por orçamento público, porque a gente quer que os nossos programas e projetos tenham viabilidade, tenham financiamento. Então, essa deve ser uma luta nossa, porque a gente sabe que às vezes lá, o MDH, o MIR, os ministérios que tratam da igualdade racial, da questão da diversidade ficam secundarizados do ponto de vista do orçamento público, e nós temos que lutar, porque nós queremos orçamento público.

E a nossa mobilização é que o nosso dia não é o dia de amanhã, o nosso dia é hoje, a nossa hora é agora, até porque muita gente faz comparações estatísticas sobre a derrota eleitoral do bolsonarismo em 2022. Eu não tenho dúvida... Porque eles falam que 70% do segmento X votou no Bolsonaro, 30% do outro votou... Eu não tenho dúvida de que 90% do nosso segmento garantiu a derrota do Bolsonaro nas urnas, e somos milhões neste país. (*Palmas.*)

Nós garantimos.

Então, agora é um dever histórico deste Governo garantir orçamento para que a gente possa avançar. Aí, para avançar, a gente quer discutir política pública em todos os espaços. Aí, a Aliança LGBT tem trazido essa reflexão para nós: a necessidade de os Governos estaduais e municipais institucionalizarem as políticas públicas. Os conselhos são lugares de participação importantes.

Os conselhos são custosos para o Governo, porque o conselho tem o contraditório, tem quem pensa diferente. O conselho é a sociedade civil na sua participação ativa criticando todos os dias, mas nós queremos os conselhos estaduais funcionando, e a pressão do Governo Federal para que os estados para receberem recurso, instalem os conselhos estaduais e o conselho distrital; os municípios também instalem os conselhos municipais que tratem da dignidade da população LGBT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos o direito à saúde. Então, nós precisamos que haja formação no SUS, no Sistema Único de Saúde, capacitação para atendimento às pessoas em todas as unidades, não só nas especializadas. E nós queremos que haja ambulatórios trans, para que a população trans e travesti, que é aquela mais afetada, mais atacada, mais vitimada, inclusive pelos ataques letais, de morte... Que a população trans e travesti tenha a possibilidade da dignidade do direito à saúde nos ambulatórios trans deste país. Então, é parte da luta que nós temos levado neste momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO FELIX – Eu concluo falando da educação, porque a educação para nós é importante, Senadora, não para tornar alguém algo que não seja, mas a educação é importante para que a gente não seja vítima de violência, de constrangimento.

Eu tenho péssimas lembranças da escola. Eu sei que muitos aqui têm péssimas lembranças da escola, porque foi lá que a gente foi vítima de violência, foi lá que a gente apanhou, foi lá que a gente foi vítima de violência psicológica, de ataques verbais; a gente se envergonhava, na escola, porque a gente era isolado.

Então, a gente quer que a educação seja um espaço para discutir diversidade, para a promoção da diversidade, obviamente utilizando aí as ferramentas pedagógicas para cada idade, respeitando as idades; mas nós queremos que a escola seja um lugar de liberdade, de respeito, de direitos humanos. Então, a escola e a educação também são parte fundamental da nossa luta por políticas públicas.

Fora LGBTfobia e luta por direitos da nossa cidadania e nossa dignidade!

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Fábio.

Essa pergunta me fazem – é claro que para vocês é mais frequente: Quais são suas bandeiras, Senadora Zenaide? Defesa da mulher? Eu disse: todas. Eu tenho que estar presente no orçamento, na reforma trabalhista, na Comissão de Educação, de Saúde, assistência social, porque no mínimo eu já estou defendendo 52% da população. Então, não pode ter só uma bandeira. (*Palmas.*)

Essa pergunta fazem também.

Olhe, gente, eu queria dizer que tem que reduzir para cinco minutos, infelizmente, porque já começou a Ordem do Dia.

Aqui eu faço o registro de presença: André Nascimento, Coordenador da LGBTQIA+ da Fasubra. (*Palmas.*)

Obrigada pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público Federal.

O SR. PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Boa tarde a todas as pessoas.

Eu queria inicialmente cumprimentar todas as pessoas, na pessoa da Senadora Zenaide Maia. Muito obrigado pelo espaço para discussão, o espaço aberto ao Ministério Público Federal.

Também gostaria de deixar aqui registrada a minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul e também fazer um apelo para que todos e todas foquem no cuidado às vítimas e na recuperação do estado. Nós precisamos nos unir nesse momento e mostrar que nós somos um país que pode se unir na defesa dos seus ideais, de sua população. Mas, ao mesmo tempo, não significa que a gente não deva buscar e lutar pelas bandeiras necessárias, inclusive em contextos como foram relatados pela Rafaelly aqui.

Bem, aproveitando a temática do Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, eu trouxe uma apresentação que trata especificamente de uma política pública, que é a política criminal, que é a política que está a cargo do Ministério Público – e aqui falo em nome do Ministério Público Federal.

Como sabemos, a criminalização da LGBTfobia foi garantida pelo Supremo Tribunal Federal, com o julgamento da ADO 26, mas como o Toni apontou aqui, precisamos cumprir a decisão, não é apenas um enunciado. Essa decisão precisa ser cumprida, mas não é cumprida diretamente pelo Supremo Tribunal Federal. Essa decisão precisa ser cumprida pelos diversos agentes públicos que executam a política criminal em todo país.

Isso significa que todos os órgãos do sistema de justiça precisam se adequar e se estruturar para enfrentar esse desafio e garantir a tutela desse direito à incolumidade física e psicológica dessa população. Então, esse é um grande desafio que nós temos enfrentado, e alguns passos têm sido dados pelo sistema de justiça, passos que precisam ser replicados em diversos outros estados.

Alguns pontos que eu aponto são em estruturação física e especialização de órgãos. Hoje aqui tive prazer de conhecer a Dra. Cyntia Cristina, da Polícia Civil aqui do Distrito Federal, que coordena a Decrin, que é a delegacia especializada em atenção a vítimas de populações vulnerabilizadas. E a especialização é um dos pontos que precisam ser levantados e levados a todos os estados da Federação. Há polos em diversos estados em que há muitos municípios. Esse é um ponto que é uma iniciativa muito interessante, muito importante, que precisa ser levada a outros estados.

E aqui faço um apelo, nesse ponto e também em algumas outras questões relacionadas à qualificação de coleta de dados pelo poder público e à qualificação dos agentes públicos, para que eles possam saber como operar dentro desse sistema, que é a destinação de recursos, talvez recursos provenientes de emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentares, que possam ser destinados à estruturação de órgãos públicos, que possam ser destinados à estruturação de cursos de capacitação para servidores públicos nessa temática, para que o sistema de justiça tenha condições de enfrentar o fenômeno, porque é uma criminalidade bem específica, é uma criminalidade que precisa ser enfrentada de forma especializada. Então, fica aqui o apelo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO – No âmbito do Ministério Público Federal, que é um dos órgãos promotores dessa política pública, nós temos uma atuação específica na tutela, no combate à violência LGBTIfóbica na internet, por causa da internacionalidade da conduta, que atrai a competência federal. E eu queria dar um exemplo aqui de iniciativa que foi adotada recentemente no Ministério Federal, que foi a criação de um grupo de atuação especial em crimes cibernéticos e crimes praticados mediante o uso de tecnologias de informação. Esse grupo, dentre outras medidas, deve atuar com o combate à violência LGBTIfóbica. Então, são algumas medidas que têm sido tomadas e que são importantes nessa temática da política pública criminal para a defesa dessa população. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Paulo Roberto.

Eu passo aqui para a Dayana Brunetto, Coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ da Secretaria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todas as pessoas.

Eu quero me solidarizar às vidas perdidas no Rio Grande do Sul, numa tragédia anunciada e evitável – como bióloga, eu não posso deixar de dizer.

Quero saudar a mesa e o público da audiência, lembrando a pessoa da Lara Helloysa, que tinha 16 anos e sofreu tantas violências que, em Aparecida de Goiânia, ela ateou fogo ao próprio corpo por ter se reconhecido como lésbica. Então, que a gente tenha a possibilidade de laras helloysas poderem sobreviver, viver, amar. Isso é tarefa de todo mundo; não é tarefa só do Governo, nem só do movimento: é de todas as instituições e da sociedade como um todo.

Eu tinha preparado uma apresentação, mas ela vai para o *site*, então vou pedir licença para vocês e vou fazer uma fala livre.

A gente está vivendo um momento histórico que a gente não pode ignorar. Nós estamos, no Governo Federal, fazendo políticas públicas em meio aos efeitos de poder dos discursos de ódio – a gente não pode ignorar isso. Não é um ambiente acolhedor e nem que incentive direitos humanos para todas as pessoas, como a outra mesa já deu conta de explicar. Nós estamos na época da *fake news*, da mentira e da pós-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade. Não há nenhum compromisso ético de grupos e segmentos da sociedade brasileira com a verdade ou fundamentos científicos ou estudos. É neste cenário que a gente está trabalhando para fazer políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+, um cenário em que existem ataques antifeministas, antitrans, antigênero, em que existe a naturalização e a banalização das violências contra as pessoas LGBTQIA+, que não são só LGBTQIA+, mas são pessoas negras, indígenas, periféricas, pobres, com deficiência, idosas, mais jovens, enfim...

Tivemos, sim, vitórias e conquistas no Judiciário, mas temos ainda um grande desafio de colocar isso em prática. São superimportantes as conquistas e as vitórias que a gente teve no Judiciário, mas isso tem que se transformar em cotidianidade, em prática social em todos os espaços. Esse é o nosso desafio.

Nós do Governo Federal temos um posicionamento nítido: nós somos a primeira Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no mundo, em posição de segundo escalão de Governo. Isso nos coloca no lugar de ser referência mundial, mas também de ser referência nos ataques – nós estamos no centro dos olhares –; mas a criação de uma secretaria como essa é um posicionamento ético-político do Estado brasileiro.

A escola – eu sou da educação também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Para mim, a escola foi colocada dentro do debate e no centro. Ela está em disputa. E a gente precisa investir na educação, porque muitas pessoas e muitos grupos sociais desaprenderam a humanidade – desaprenderam a humanidade!

E precisamos também disputar a ideologia de gênero tão famigerada, que foi declarada inconstitucional, mas que está na escola, que tem os efeitos de poder na escola. Eu tenho várias colegas professoras que não falam mais em diversidade sexual, por exemplo, em gênero, enfim, por medo de represálias.

A ideologia de gênero é um discurso mentiroso e criminoso, porque defende o estuprador, não salva criança nenhuma, não. Quem está na escola sabe que às vezes a escola é o único lugar em que a criança que está com abusador em casa pode ter uma acolhida para denunciar. Então, está na hora de a gente enfrentar isso e produzir políticas públicas na educação para ensinar as pessoas a serem gente que respeita a gente.

É isso.

Quero agradecer muito pelo convite e convidar vocês para, hoje à noite, um evento nosso das casas de acolhimento: 1º Encontro Nacional das Casas de Acolhimento, que é uma das ações das Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Fiquem ligados na programação, porque tem vários eventos, durante a semana, de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Dayana.

É por isso que a gente fez uma luta muito grande, e eles ainda quer esse *homeschooling*, essa escola que diz que é sem partido. E a gente esteve numa luta grande em 2015 nisso, porque diziam que as crianças estavam sendo aliciadas – éramos eu, Alice Portugal e Jandira Feghali. A gente ficava se virando entre um e outro. Eu dizia: "O que vocês querem, gente, é que sejam pessoas não politizadas". E sem falar que quem mais descobre a denúncia sobre o abuso sexual, exploração sexual, é a escola. Ela é que dá o diagnóstico em 90% dos casos; por isso que isso a gente fica segurando. Eles não desistiram, não, viu? Não desistiram disso.

Ela falou muito bem: mesmo que a gente aprove leis, se a gente não der visibilidade, não cobrar efetivação das leis... Nós temos uma Lei Maria da Penha que mostra isto: em termos de punição, ela já é tudo que a gente pode, mas a execução efetiva precisa do conhecimento e precisa da denúncia.

Eu acho que a gente, como você disse, deu visibilidade ao mundo por ter esse olhar de estruturar essa comunidade LGBTQIA+, mas, ao mesmo tempo, tem 15 anos que é a mais assassinada. E a gente sabe que tem isso, mas também sabe que, quando não é assassinato, a maioria já tem coragem de denunciar, porque já sabe que tem uma Justiça, uma Defensoria Pública, o Ministério Público, e que, se for denunciado, vai haver a punição. Isso dá coragem. Eu sei disso pela violência contra as mulheres também.

Então, eu passo agora... Gente, dizendo dessa correria, é porque já estão botando para mim, o tempo todo, notificação do Senado: "Já começou a Ordem do Dia". E do item 1 foi justamente Paulo Paim que fez a relatoria. Ele não pôde vir para cá porque estava estudando.

Agora, eu passo para Amanda Souto Baliza, Presidenta da Comissão Especial de Diversidade Sexual e de Gênero do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A SRA. AMANDA SOUTO BALIZA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Quero, inicialmente, cumprimentar todas as pessoas presentes e pessoas que nos acompanham aqui na pessoa da Senadora Zenaide e expressar solidariedade aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul e dizer que a OAB já agiu prontamente para que os prazos dos advogados do Rio Grande do Sul ficassem suspensos – foi um pedido deferido pelo Conselho Nacional da Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal – e também que todas as seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil têm feito campanhas de arrecadação para que a gente possa ajudar no que for necessário.

Vou iniciar a fala fazendo uma breve autodescrição. Sou uma mulher trans, branca; tenho cabelos pretos, que batem um pouco abaixo dos meus ombros; estou usando o vestido branco; e, atrás de mim, tem um painel escrito Senado Federal. Eu sempre faço essa autodescrição em razão da inclusão das pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência, mas também no sentido de me posicionar enquanto mulher trans em um ambiente de poder, o que eu acho que é extremamente necessário. Nós geralmente não estamos nesses lugares.

E essa audiência é muito importante, porque demonstra o interesse do Senado, que é a nossa Casa Legislativa maior, que representa os estados, no sentido de defender a cidadania das pessoas LGBTI+ em um momento em que a gente vê tantos ataques vindos dos legislativos em todas as esferas. Então, é muito importante que o Senado tenha essa visão e que ele tenha essa sensibilidade – sensibilidade essa que nós já observamos a partir do Presidente, Senador Pacheco, que esteve conosco algumas vezes e demonstrou o seu apreço à pauta de direitos humanos. O Senador Pacheco, que vem da OAB, que foi Conselheiro Federal lá em Minas Gerais, muito nos orgulha em sua atuação também.

A atuação da Ordem na questão de direitos humanos é histórica. Nós sempre tivemos grandes debates, de maneira vanguardista, na questão de direitos humanos, na questão da democracia. Desde a última eleição, por exemplo, no sistema OAB, é garantida a paridade de gênero. Hoje eu sou Conselheira lá em Goiás e sou Conselheira justamente em uma chapa que teve 50% de mulheres, o que é um avanço extremamente necessário. E, nessas eleições desse ano também, todas as chapas obrigatoriamente terão que ter 50% de mulheres.

Quando a gente fala dessa pegada de direitos humanos da OAB não é uma coisa que vem por acaso: além da nossa história enquanto instituição, ela está prevista no nosso próprio estatuto. Quando a gente fala das funções da OAB, nós temos lá no art. 44, incisos I e II, que nós temos duas funções: uma função interna, que é cuidar da advocacia, mas também aquela função voltada para a sociedade. E essa função voltada para a sociedade é tão importante que, quando os advogados vão pegar suas carteiras, eles devem jurar aquele inciso I do art. 44. E o que esse juramento diz? Esse juramento diz que nós devemos defender a democracia, defender os direitos humanos, defender a justiça social e tantos outros valores que são extremamente necessários em nossa sociedade.

E, seguindo essa necessidade de defesa de direitos humanos, de justiça social, temos atuado bastante na questão da pauta das pessoas LGBTI+ a partir da Comissão da Diversidade Sexual de Gênero, que foi criada em 2011 pela Dra. Maria Berenice Dias e hoje está presente em todas as seccionais e em algumas subseções também. Hoje nós estimamos cerca de 300 Comissões da Diversidade Sexual e de Gênero pelo país.

As Comissões da Diversidade Sexual e de Gênero foram extremamente importantes na construção do Estatuto da Diversidade, que será reapresentado agora como Estatuto da Igualdade Sexual e de Gênero. Esse estatuto foi apresentado aqui, no Senado, sob o número de PLS 134, de 2018, e tramitou. E, antes de ser arquivado, ele inclusive estava sob a relatoria do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois que eu tomei posse na Comissão Nacional, eu busquei sempre ter uma atuação muito voltada para a defesa das pessoas LGBTI+ na sociedade e também da advocacia LGBTI+, porque tudo que existe na sociedade existe dentro da OAB.

Então, nós precisamos ter esse olhar voltado também para dentro de casa, para que a gente consiga dar exemplos para as outras instituições.

Fui a primeira mulher trans a tomar posse em uma diretoria de comissão do Conselho Federal – ainda sou a única –, e isso serve para a gente observar algumas coisas que, por mais que a instituição seja bem-intencionada, às vezes, ela não conseguia ter aquele olhar para algumas situações em que se fazia necessário. Então, temos emitido vários pareceres a favor das pessoas LGBTI+: emitimos pareceres para o CNJ sobre a questão do nome social nos tribunais, parecer que foi acatado pelo Conselheiro Marcello Terto, e hoje o nome social é o único que deve ser usado dentro do sistema de justiça; também emitimos pareceres dentro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA SOUTO BALIZA – ... do Conselho Nacional do Ministério Público, que resultou em resoluções como a resolução que proíbe que os membros do Ministério Público se manifestem contra a adoção por pessoas LGBTI+ e tantas outras questões, mas o grande projeto da minha gestão foi o provimento da diversidade, que foi um projeto que apresentei, em setembro do ano passado e foi aprovado, agora em fevereiro, pelo Conselho Federal e tem basicamente três pontos.

O primeiro ponto é reconhecer o exercício da advocacia de pessoas LGBTs. Nesse primeiro ponto, a gente tem as seguintes questões: possibilidade de autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero, contagem da população LGBTI+ no censo da advocacia. Inclusive, tivemos um censo da advocacia no ano passado, e, nesse censo da advocacia, nós chegamos à conclusão de que 1% da advocacia brasileira não se identifica como cisgênero. Então, a gente tem que ter esse olhar também para que essas pessoas sejam acolhidas dentro da instituição.

O segundo ponto do provimento da diversidade é atualizar os atos normativos em relação ao nome social, porque o documento da OAB vinha com o nome civil e o nome social juntos, assim como o RG nacional, e, agora nós conseguimos a aprovação para que venha somente o nome social, evitando constrangimentos para os advogados.

O terceiro ponto é a regulamentação da retificação dentro do sistema OAB, porque não existia uma padronização, e cada estado fazia de uma forma.

Então, esse foi o grande projeto da gestão até agora, mas temos outras questões, inclusive a interiorização da pauta. No ano passado, nós tivemos o primeiro congresso realizado da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero, na região Centro-Oeste, que aconteceu em Goiás, e vamos avançando cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A OAB está sempre à disposição dos movimentos sociais e de todas as pessoas. Estamos de portas abertas.

Agradeço-lhe o convite.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu quero, mais uma vez, agradecer a todos.

Eu queria que as mesas se unissem aqui para a gente tirar uma foto de todos e registrar todo mundo, podem ser todos os presentes.

Olha, eu quero aqui já encerrar esta audiência pública. Por mim, a gente ficava mais horas, mas Paulo Paim está me chamando, porque ele já está lendo o relatório, é o item nº 1.

Já agradecendo a presença de todos, está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 24/2024 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Discutir ações e políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes indígenas em razão da atual situação de vulnerabilidade. Participantes: Renato Sanumá, Indígena Yanomami, Representante da Associação Sanumá; Henrique Dias, Indígena Terena - PhD em Teologia; Marcia Suzuki, Linguística e Pesquisadora; Maria Aureni Gonzaga da Silva, Indígena Funiô; Paulo Thadeu, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Vanessa Barroso Quaresma, Técnica da Coordenação de Atributos e Promoção de Saúde Indígena da SESAI; Silvia Waiãpi, Deputada federal; Bruno Kanela, Representante do Ministério dos Povos Indígenas – MPI; Ivanilda Torres dos Santos, Secretária Adjunta do Conselho Missionário Indigenista – CIMI; e Mário Sanumá, Indígena Yanomami, Representante da Associação Sanumá. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 24, de 2024, de minha autoria, para discutir ações e políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes indígenas em razão da atual situação de vulnerabilidade.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone, podem ligar de qualquer lugar do Brasil, ligação gratuita: 0800 0612211. Informo que já estamos recebendo perguntas via internet – desde quando a audiência foi anunciada, isso despertou o interesse de pessoas do Brasil inteiro, que já estão acompanhando a nossa audiência.

Nós temos convidados que vão estar presencialmente e nós temos convidados que vão estar por meio de videoconferências.

Neste momento, eu queria convidar, para compor a mesa, Vanessa Barroso Quaresma. Vanessa é Técnica da Coordenação de Atributos e Promoção de Saúde Indígena, da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), do Ministério da Saúde. Bem-vinda, Vanessa! Obrigada por ter aceitado o convite, e já transmita ao Secretário e à Ministra o nosso abraço.

Nós temos *online,* como convidado, Renato Sanumá; ele é indígena ianomâmi, representante da Associação Sanumá. Nós temos Henrique Dias, indígena terena; ele é PhD em Teologia e vai fazer a participação dele via videoconferência. Nós temos Marcia Suzuki; ela é linguista e pesquisadora e está fora do Brasil – a Marcia, inclusive, está com problema de fuso horário, pois lá ainda é noite, mas a Marcia aceitou o convite, e obrigada, Marcia. Nós temos Maria Aureni Gonzaga da Silva; ela é indígena fulniô, e está também por videoconferência. Nós temos Paulo Tadeu, que é Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), também por videoconferência.

Nós vamos começar passando a palavra para a Vanessa.

Vanessa, você tem dez minutos a princípio, mas a gente pode estender por mais cinco minutos. E nós gostaríamos muito, Vanessa, que você ficasse até o final, porque com certeza todo o debate aqui vai girar em torno da saúde da criança e do adolescente indígena. Nós agradecemos a sua presença, estamos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

felizes – e eu fiquei sabendo que ela é indígena, ela vai se apresentar, ela tem conhecimento da causa. Por dez minutos você tem a palavra, e muito obrigada por estar conosco.

A SRA. VANESSA BARROSO QUARESMA (Para expor.) – Um bom dia a todos e a todas.

Eu me chamo Vanessa Quaresma, eu sou da etnia curuaia, lá de Altamira, do Pará, do Baixo Xingu, da Região Norte. Atualmente eu estou na Sesai como referência técnica da pauta da saúde da criança indígena, e nós, para o ano de 2024 a 2027, estamos com este planejamento pontual de se fazer uma redução significativa, de 30%, da mortalidade infantil – eu abro aspas e coloco, na verdade, a nomenclatura de "infância".

Atualmente, o cenário da saúde infantil dentro dos territórios indígenas vem apresentando um resultado que não queríamos, que são perdas de vidas de crianças abaixo de 5 anos. Nós temos algumas pesquisas que identificam o quantitativo da mortalidade infantil, que compreende o menor de 1 ano; mas para nós, o nosso grande desafio é deixar de perder crianças nessa faixa etária de menores de 5 anos, porque nós não temos perdas acentuadas nesse período de até 1 ano, mas sim de 1 a 4 anos, menores de 5 anos.

Para nós, o maior desafio também é fazer com que haja cada vez menos mortes evitáveis, por conta de doenças prevalentes da infância. Atualmente, o departamento, Dapsi, está trabalhando com um projeto... Foi escrito um projeto estratégico de redução dessa mortalidade infantil, para que se torne cada vez menor dentro dos territórios. Para que nós possamos alcançar esses resultados, nós precisamos de uma força de trabalho qualificada dentro do componente intercultural. A grande política é fazer a integração das práticas de cuidados da medicina ocidental com as práticas originárias da medicina indígena.

Nós sabemos que existe uma potência tamanha, com a ajuda dos especialistas indígenas, e nós estamos assim realizando ações prioritárias de qualificação dos profissionais de saúde, para que eles possam ter esses espaços instituídos, dentro dos territórios indígenas, para dialogar e fortalecer práticas de cuidados originários, a fim de atender à proteção da saúde da criança; e até mesmo práticas de cura de doenças que podem ser, através do conhecimento, curadas mesmo dentro do território.

Atualmente, nós estamos focando na saúde da mulher gestante, uma vez que, para nós, para uma criança indígena estar saudável, nascer saudável, essa mãe também precisa estar saudável. Infelizmente, nós estamos com uma invisibilidade com relação às violências dentro dos territórios, ocasionadas por não indígenas. Dia 18 de maio é identificado como o dia do combate à violência sexual de crianças e adolescentes, que foi essa semana que passou.

Nós temos ainda situações muito acentuadas, dentro dos territórios, nesses territórios, de intrusão do garimpo, de intrusão de grandes projetos, nos quais meninas crianças estão sendo estupradas e estão ficando invisibilizadas, por conta da falta de notificações que possam estar trazendo esse nosso diálogo para criar políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E talvez não seja só a falta de notificação, mas também a falta de preparo da retaguarda dos profissionais de saúde dentro dos territórios, que não estão identificando ou, se estão, não têm o apoio do poder da segurança pública, porque nós sabemos que eles também, dentro desse território, ficam numa situação de indefesos.

Para 2024, nós estamos realizando ações prioritárias que, a princípio, estão sendo feitas dentro das regiões do território indígena do Norte, da Região Amazônica, porque as dificuldades geográficas são, na verdade, as barreiras para se ter essa acessibilidade de serviços de saúde.

Existe uma força-tarefa tamanha para que a saúde chegue dentro do território, mas nós sabemos que, embora tenha a força e esse compromisso seja cumprido diariamente, nós ainda temos muitas fragilidades para realizar esse trabalho; e para que esse trabalho seja contínuo e efetivo, nós precisamos qualificar essas equipes que já estão lá fazendo esse trabalho dentro do território.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vanessa, pela sua colaboração, pela sua exposição, com certeza.

Já tem perguntas chegando aqui para você, a gente vai passar, mas nós gostaríamos de informar o seguinte aos nossos convidados, especialmente aos que estão *online*.

Hoje é um dia de muita atividade aqui na Câmara e no Senado e os Parlamentares vão passar aqui na audiência e nós vamos, à medida que os Parlamentares forem passando, já franquear a palavra a eles, porque eles querem participar e voltar para as suas atividades.

E acaba de chegar, em nosso plenário, até peço que venha ocupar a mesa, a Deputada Federal Silvia Waiãpi. A Silvia é do Amapá e tem uma história antiga na proteção das crianças indígenas. A Silvia inclusive foi Secretária Nacional de Saúde Indígena, ocupou a secretaria de que você participa hoje, Vanessa.

Nós vamos passar a palavra para a Deputada, para ela fazer as suas considerações e trazer aqui uma contribuição.

Deputada, o objetivo da audiência é, de fato, a gente discutir o recorte em criança indígena. Todas as vezes que nesta Casa ou na outra Casa se fala de indígenas, a gente vai muito para o coletivo, o direito dos povos indígenas. Dificilmente a gente vê o recorte, a criança indígena, e a gente quer fazer esse recorte, a gente quer dar nome a essas crianças. Elas têm nome, elas se chamam Amalé, elas se chamam Hakani, elas se chamam Silvia, elas se chamam Vanessa, elas têm uma identidade. A gente começar a fazer o recorte e a gente começar a falar que são seres detentores de direitos. A gente começar, a partir de então, inclusive... Por que não no orçamento da União a gente começar a individualizar ações e programas destinados à proteção da criança indígena? Por que a gente não ter uma política pública nacional destinada exclusivamente à proteção da criança indígena?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o debate vai muito em torno disso.

O Sesai tem inúmeras ações, como a Vanessa já está nos trazendo aqui, mas gostaríamos de ouvi-la. A gente sabe que vocês duas têm dupla legitimidade: primeiro, a Vanessa, por ser uma agente pública; você, por ser Deputada, mas as duas são indígenas, viveram na pele as necessidades, dificuldades de uma criança indígena, especialmente das que estão ainda em área, estão em território.

Deputada, é um prazer recebê-la nesta audiência.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua indígena.*)

Primeiro, eu falo na minha língua para que vocês saibam que eu existo, porque um povo que não preserva sua identidade e nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai. E eu sei de onde eu vim e eu sei para onde eu vou.

Então, cada um de nós aqui traz consigo uma experiência vasta, umas dolorosas, outras, não, mas todas vão culminar numa única expressão: o abandono – o abandono!

Eu ouvi a Dra. Vanessa falar sobre as dificuldades geográficas. Sim, elas existem e continuarão existindo até que todos nós tomemos consciência de que precisamos integrar para possibilitar o acesso. E aí eu levo... Se eu quiser chegar no Itapé, na minha aldeia, eu vou levar seis horas da capital, Macapá, até o Aramirã. Do Aramirã, eu vou ter que pegar um barco e levar mais oito horas, e isso se eu tiver dinheiro para comprar combustível para poder fazer o motor funcionar. Em determinado momento, eu vou ter que parar e ajudar a empurrar esse barco – aliás, quem vai fazer isso são os homens. E aí vamos ter que carregar esse barco nas costas, ao redor da cachoeira, para poder ter acesso.

Mas não são só as dificuldades geográficas que vão gerar isso. O abandono, a morte, o desespero estão na forma como a sociedade nos vê e em como nós fomos ensinados a nos ver também. E como eu me vejo? Eu não me vejo, apesar das marcas históricas, como uma pessoa que vai ter que depender única e exclusivamente do poder público.

Eu acreditei que, sim, era verdadeira brasileira, mas todos os dias a dignidade dos povos indígenas nos é negada. Sabem por quê? Nós fomos ensinados sabe como, Senadora? Em 1551, no Tratado de Valladolid, foi definido que nós tínhamos alma, que nós éramos humanos, porque qualquer prole advinda da relação de uma mulher indígena com um português, um francês, um espanhol era considerada aberração; nós tínhamos forma de humanos, mas não agíamos como humanos.

Ah, mas, durante o Tratado de Valladolid, Bartolomeu de Las Casas e Sepúlveda levaram três espécimes para testar, para forjar, para saber se nós tínhamos alma. E aí foi definido que, sim, nós, indígenas, éramos o elo perdido de Adão e Eva, porque estávamos nus, e não nos envergonhávamos, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso nós não conhecíamos o pecado original; nós éramos a prova de que o paraíso existia. E isso precisava ser promulgado ao mundo para que todos acreditassem na santa Igreja Católica. Nós tínhamos o dever de salvar a humanidade, mas nós precisávamos ser catequizados para que não conhecêssemos o pecado original, a desobediência – desobediência! – que Adão e Eva cometeram.

Quinhentos anos se passaram, e nós continuamos com a responsabilidade de salvar o mundo. Ah, agora, povos indígenas continuam com a responsabilidade de salvar o mundo; mas o mundo avançou em ciência e tecnologia a tal ponto que não dá para usar ainda esse discurso e essa narrativa de que nós é que vamos salvar a humanidade porque somos a prova do paraíso. A sociedade avançou a tal ponto que ela percebeu que a espiritualidade vai além da expressão da matéria. E aí, agora, muda-se a narrativa para o controle. Como assim?

Em 1500, homens chegaram aqui dominando uma ciência, que foi a navegação; eles dominavam uma tecnologia chamada bússola; eles dominavam uma outra ciência e tecnologia, que era a pólvora e a arma de fogo, e, munidos dessa ciência e dessa tecnologia, eles nos subjugaram, eles nos dominaram, eles nos escravizaram e nos mantiveram nos moldes de como eles queriam: para salvarmos a humanidade, mas com toda a possibilidade de sermos dominados a qualquer momento quando eles quisessem.

Quinhentos anos se passaram e cá estamos nós ainda lutando para ter um barco. E não podemos hoje, enquanto sociedade, ter uma arma para nos defender. Hoje, a sociedade ainda olha para nós dizendo que nós temos que viver dessa forma idílica para salvá-los. E nós continuamos aceitando. Sabe por quê? Porque nós não avançamos em ciência e tecnologia. Uma sociedade, sem ter avançado em ciência e tecnologia, será subjugada. E foi assim que, ao longo da história, nós fomos. Nós não temos barco, nós não temos pólvora, nós não temos nada. Mas por que não temos? Porque estamos presos no ideal imaginário de uma sociedade que nos treinou a acreditar que é nosso dever salvar a humanidade.

Mas o discurso mudou. Agora, eu sou o guardião da floresta. E eu tenho que ser mantida assim, possivelmente desnuda e sem a influência da civilização. Mas por que eu estou desnuda? Porque nós não dominamos a tecnologia da tecelagem para que possamos confeccionar roupas, a partir do algodão, e cobrir os nossos corpos para termos inclusive cobertores, porque na mata é muito frio quando cai a noite; é preciso fogueira para se aquecer, porque nós não temos quatro paredes e cimento para fazer uma casa para nós como a sociedade a tem.

Mas até que ponto nós também, por conta de termos aceitado que somos tão especiais, temos que salvar a humanidade mesmo pagando o preço mais caro com a perda da nossa dignidade? A sociedade tem banheiro, saneamento básico, hospital, helicóptero, que pode descer numa rodovia caso sofra um acidente automobilístico, porque eles avançaram em ciência e tecnologia. E nós? Não, nós não podemos, porque nós não podemos ter sequer uma estrada para melhorar o nosso acesso, porque nós temos que viver da forma como éramos em 1500, mas foi justamente em 1500 que nós começamos a ser dominados, subjugados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vamos avançar agora para atualidade? Continua na mesma pressão? Há quem zombe de nós porque nós usamos celular: "Ah, um índio com um iPhone!". Eu quero um iPhone; eu quero um helicóptero; eu quero água quente para tomar banho; eu quero água gelada como qualquer cidadão e como qualquer brasileiro, porque eu sou, assim como ela e assim como muitos de vocês, uma das verdadeiras brasileiras.

E por que eu tenho que perder a minha dignidade para salvar uma humanidade que, idilicamente, me mantém escrava num ideal imaginário? Mas são séculos de miséria e abandono, séculos de miséria e abandono a ponto de muitos de nós termos perdido a esperança e acharmos que, sim, não devemos avançar para o outro mundo, porque vamos perder tudo aquilo que nós temos, mas que eles desconsideram. Porque, para eles, essa sociedade – que nos incentiva a vivermos aprisionados em 1500 para salvar a humanidade – nos quer apenas como um objeto, ou apenas uma personalidade ou uma imagem alegórica de um bioma. Sabe por quê? Porque nós não temos voz; porque nós não temos fala; porque nós não dominamos ciência e tecnologia, e a maioria de nós, de muitos que estão abandonados no ideal imaginário de 1500, não consegue vir aqui e dizer que dói.

Os que estão ali agora neste século XXI estão lá, abandonados no ideal imaginário de 1500, sem conseguir falar com clareza a língua dominante desta nação, que é o português, porque domina quem domina. Sem ciência e sem tecnologia uma nação inteira será subjugada. E foi isso que aconteceu conosco, e nós ainda estamos embrenhados com essa responsabilidade de salvar a humanidade. E aí muitos dos nossos costumes de sobrevivência...

Sabe, muitas das vezes, eu me perguntei... Eu fui mãe aos 13 anos, eu fui mãe aos 15 e eu fui mãe aos 17. E eu sempre me perguntei: fisiologicamente, por que tão cedo? Por que tão cedo? Qual é a idade do vulnerável mesmo? É até 14 anos. E, aí, nós vamos falar sobre estupro, Ministra. A idade do vulnerável é até 14 anos. E eu fui mãe aos 13, aos 15 e aos 17. Eu fui menina de rua no Rio de Janeiro porque eu ousei querer energia elétrica, eu ousei ter saneamento básico. E, para alguns, eu condenei o DNA dos meus netos ao esquecimento, à perda de uma identidade. Porque, agora, com saneamento básico, com celular, com estudo, dominando a língua portuguesa: "Ah, ela não é mais índia". Porque eu não alimento o ideal imaginário da sociedade que quer me manter escravizada. Porque eu não faço exatamente aquilo que eles querem que eu faça: que eu não avance em ciência e não avance em tecnologia. E, se eu avançar, eles têm que dominar a minha forma de pensamento e a minha fala. Mas eu comecei a me perguntar: por que eu fui mãe tão cedo? Por que tantas e tantas coisas acontecem dentro da mata e ninguém vê?

E eu comecei a refletir sobre muitos dos nossos costumes. A idade do vulnerável é 14 anos. Mas por que nós casamos tão cedo? Porque no meio do mato nós já estamos condenados. Temos que enfrentar a onça, a fome, o desespero. Não temos controle de natalidade. Então, os nossos pais, quando chegam a uma certa idade, até os 30 e poucos anos, eles já estão cheios de filhos e não conseguem alimentar a todos. E, aí, não tem outro jeito: eles dão as suas filhas e os seus filhos ainda tão jovens ao casamento, porque, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele vai poder caçar e vai manter uma outra pessoa... E eu vou ter menos duas bocas para alimentar. E é isso que tem acontecido ao longo dos anos.

Mas, na cidade, todos querem dar o melhor para os seus filhos. Todos querem dar estudo, ciência, tecnologia para que eles continuem o ciclo de domínio, enquanto nós continuamos esquecidos, Ministra, minha eterna Ministra e hoje Senadora Damares. Nós continuamos esquecidos, tendo que enfrentar à própria sorte, se possível; enfrentar uma onça à unha ou no arco e na flecha, mas nunca com uma arma de fogo, porque vamos começar a dominar ciência e tecnologia, e isso é muito perigoso para aqueles que querem continuar nos dominando.

E vamos mais além. Nós não podemos dizer que é só o não indígena que pratica a violência. Nós a praticamos. Ou vamos omitir que existe estupro coletivo? E isso é aprovado, inclusive na própria Constituição, no art. 231. Ou nós vamos dizer que não pode ter esquartejamento? Agora, em 2021, o Ministério Público Federal mandou arquivar um inquérito, Senadora, de um esquartejamento dos mundurucus, porque faz parte da cultura.

O art. 231 garante isto, que a cultura tem que estar intocável. Nós temos que estar mantidos em 1500 a interesse de quem? A interesse de quem manter um povo escravizado em 1500? Então, sim, haverá estupros, mas nós também, enquanto indígenas, o praticamos. Nós violamos as nossas crianças muito cedo, então não são só os garimpeiros. Eles também são responsáveis, claro que o são, mas sabe por quê? Porque a testosterona obriga o homem a copular, assim como o estrogênio e a progesterona nos obrigam a cuidar e a pacientar. Então, independentemente de serem brancos, pretos, amarelos, eles vão querer copular. E, aí, passamos nós, sem ciência e sem tecnologia, sem dominar a tecnologia da tecelagem, passamos nós nuas, sedentas e com fome, sem entender que estamos na idade vulnerável. E, aí, servimos de prato cheio para sermos usadas e abusadas sexualmente.

Então, nós, sim, precisamos rever que a história nós não podemos mudar, mas também não podemos culpabilizar toda uma sociedade que hoje quer que nós estejamos aqui, como estamos hoje, muitos de nós. Mas vocês acham que essa sociedade iria votar em mim, ou na Sônia, ou na Célia se nós sequer falássemos o português, para vir para essa sociedade que domina, que decide o futuro deste país? Se nós não dominássemos a língua deles, eles jamais iriam nos aceitar – jamais –, porque aqui tudo que se discute é em português. E, se eu não dominar a ciência, e a cultura deles, e a língua deles, serei eu novamente dominada. E eu não quero mais isso para mim e não quero mais isso para as minhas crianças, que eu vi serem sacrificadas.

Em 2019, Ministra, eu fui chamada. Perdoe-me por eu lhe chamar sempre de Ministra, porque aquela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos me ensinou a ver o mundo de uma outra forma. A Senadora representa o Distrito Federal. A minha Ministra, aquela que me ensinou a olhar para mim mesma, aquela que me ensinou a pegar a minha espada e ir à luta foi a Ministra. E eu vou vê-la sempre como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra, porque a senhora me encorajou a usar a espada. Se ela não tivesse feito isso comigo, eu jamais teria a ciência e a consciência que hoje eu tenho.

Mas eu quero estar nessa sociedade dominante, sendo eu mesma. Não foi de nós que saiu o jargão: eu posso ser tudo aquilo que vocês são, sem deixar de ser aquilo que eu sou? Então, essa mulher indígena, essa mulher do Norte, da Amazônia brasileira, afilha do Amapá, uma ex-mendiga, uma menina que foi estuprada nas ruas, uma menina que teve o seu marido sequestrado e assassinado, uma menina que já foi feita refém, uma menina que já sofreu duas tentativas de assassinato, esta mulher indígena brasileira filha do Norte foi a primeira mulher indígena a ser oficial das Forças Armadas brasileiras, uma das quatro mulheres indicadas por um Presidente para fazer a transição de governo. Eu fui Secretária Nacional de Saúde.

Eu sou formada em Fisioterapia. Eu sou formada em Relações Internacionais, em Relações Exteriores. Eu sou formada em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra. Eu sou formada em Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear e estou pronta para atividades de bloqueio antibioterrorismo. Eu sou formada em Transporte Aeromédico Adulto, Neonatal e Pediátrico.

Sabem por quê? Porque eu quero dominar a ciência e a tecnologia para que eu não seja mais subjugada ou para que eu condene os meus netos à subserviência, como eu tenho visto ao longo do tempo nós sermos condenados. E sabem por que muitos de nós continuamos aceitando? Porque nós perdemos a esperança, porque só nos ensinam que eu tenho que salvar a humanidade e que eu só sou boa se eu estiver isolada no meio do mato sem dominar a outra cultura, mas eles podem vir e nos dominar. Todas as nossas dores hoje, tudo aquilo por que nós hoje passamos, é porque nós aceitamos que imponham sobre nós o jugo.

Tudo aquilo que eu tenho eu quero que o meu povo tenha. Tudo aquilo que eu sou eu quero que o meu povo seja. Eu sou livre! Eu sou livre e uma verdadeira brasileira! Eu não sei se todos nós indígenas podemos ser isso se continuarmos acreditando que salvar a humanidade é continuar desnuda, isolada, pedinte no meio do mato enquanto todos avançam.

A tecnologia não chega. Sabem por quê? Porque, se chegar, se nós tivermos mais indígenas como você, como eu ou como tantos aqui, nós não iremos mais precisar de intermediários, porque domina quem domina...

Desculpe-me o avançar, Senadora, mas é preciso entender que as dificuldades geográficas, por exemplo, nos foram imputadas, porque nós temos que salvar a natureza, nós temos que salvar a humanidade do impacto climático. Então, para que dignidade, se nós já estamos ali como meros elementos alegóricos de um bioma?

Do que adianta eu ter tido tanta formação se eu não usar essa formação para salvar o meu povo? Então, em 2019, eu resolvi fazer um levantamento das pistas de pouso utilizadas pelo Ministério da Saúde:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

248 pistas, Senadora, utilizadas pelo Ministério da Saúde, todas irregulares. E, óbvio, por serem irregulares, precisavam de outros tipos de aeronaves que pudessem descer ali com segurança.

Então, todo dinheiro que deveria chegar lá na ponta para resolver o problema do indígena, do verdadeiro brasileiro, não chega, porque é tudo gasto na atividade-meio, porque há quem lucre com a nossa miséria e com o nosso abandono.

Começamos a homologar as pistas de pouso. Em seis meses, homologamos 28, Senadora, 28 pistas. E a senhora um dia esteve presente na homologação ali do Xingu, da Leonardo Villas-Bôas. Nós entregamos uma pista regular, registrada, para que aviões pudessem operar ali conforme o comando daqueles indígenas, para que eles fossem livres.

Mas a quem interessa que haja irregularidade nessas áreas e que não tenha sequer uma força de segurança para fiscalizar? Ao narcotráfico. O narcotráfico adora terras indígenas isoladas – cocaína, maconha, tudo de ruim passa –, não só o garimpeiro. E tem tráficos de outros elementos, como, por exemplo, biopirataria.

Nossas crianças estão sendo violadas porque existe uma pressão de uma sociedade que nos quer escravas, sem dominar ciência e sem dominar tecnologia.

Eu aceito e respeito o discurso dos meus outros pares, mas os meus outros pares, muitos, já vivem em apartamentos, tomam banho de água quente, bebem água gelada e ainda podem pedir comida por iFood; não precisam estar no meio do mato caçando. Tudo aquilo que eu tenho eu quero que meu povo tenha. Eu não continuarei condenando meu povo a viver em 1500 para salvar uma sociedade que quer me manter escrava.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, gente. Muito obrigada, Deputada Silvia, muito obrigada. A sua fala é sempre muito desafiadora.

Eu conheci Silvia num programa de televisão, dando uma entrevista. Saiu da aldeia criança, porque tinha que salvar o irmãozinho, criança, que tinha deficiência. Por isso a família sai da aldeia e está aqui.

Eu queria chamar a atenção de quem está ligando a televisão agora e de quem está nas redes sociais: nós estamos numa audiência pública para discutir a vulnerabilidade das crianças indígenas no Brasil. E eu queria chamar a atenção para um fato: nós temos três mulheres indígenas na mesa e as três estão ocupando hoje lugar de poder e de decisão. A Oreni é servidora do Senado, a Vanessa é técnica da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, a Silvia é Deputada Federal, nós recebemos agora Ivanilda, do Cimi – não sei se a Ivanilda também é indígena, acho que não –, e eu sou uma Senadora mãe de uma indígena. Então, nós temos três mães indígenas aqui, uma que é mãe de uma menina indígena e eu acho que as três, todas, vão passar aqui, têm legitimidade para discutir a vulnerabilidade das crianças indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou deixar a Deputada Silvia à vontade, se ela precisar sair – eu sei que a agenda está lotada –, e as demais também. Só a Sesai que eu gostaria muito de que ficasse até o final, porque eu sei que perguntas virão para a Sesai.

Deputada Silvia, obrigada. Se vier alguma pergunta para a senhora, a gente encaminha para o seu gabinete. Muito obrigada, minha amiga querida, Deputada Silvia.

Na sequência, nós vamos ouvir o Henrique Dias. Ele é indígena terena e vai fazer a sua participação via videoconferência.

Eu já vou também listar os nomes dos demais. Na sequência, Marcia Suzuki; depois a gente vai ouvir o Paulo Thadeu, Conselheiro do Conanda; nós depois, na sequência, vamos ouvir o Renato Sanumá, Maria Aureni e, depois, a Ivanilda.

Essa é a ordem.

Eu gostaria muito de que a gente prestasse atenção ao tempo: dez minutos; cinco de prorrogação, se necessário. O.k.?

Henrique Dias, da etnia terena, seja bem-vindo! Obrigada por ter aceitado o convite.

Também, enquanto ele vai entrando, vou chamando a atenção a que nós temos um indígena de cada região do país. A gente fez essa seleção dos convidados para que eles trouxessem também a realidade da criança indígena do Norte, da criança indígena do Nordeste, da criança indígena do Centro-Oeste. Então, a gente também tem aqui essa preciosidade de trazer uma abordagem das crianças indígenas de todas as regiões.

Henrique Dias, muito bem-vindo!

O SR. HENRIQUE DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senadora Damares, nossa eterna Ministra, como nossa Deputada Federal Waiãpi já disse. Quero saudar a todos da mesa, os convidados presentes nesta audiência e os demais, que estão *online*. Para mim, é um privilégio poder participar desse momento importante e ímpar dentro da sociedade indígena, de modo geral.

Eu sou da parte mais sul do Brasil; tenho percebido as dificuldades que existem, e nós precisamos estar atentos para que, como comunidades indígenas também, tenhamos iniciativas, mas também ouçamos os nossos pares, para que essa situação entre os povos indígenas do nosso país seja, de alguma forma, atendida, seja ela por nós mesmos, como indígenas, por aqueles que estão junto a nós, pelo governo municipal, pelo governo estadual e pelo Governo Federal.

A vulnerabilidade dos povos indígenas é real, existe, e nós não podemos tapar os nossos olhos para essa realidade que acontece em nossas comunidades. Obviamente, nós não podemos colocar todo indígena dentro do mesmo pacote e entender que eles são diferentes, nós somos diferentes. Embora sendo indígenas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos as nossas peculiaridades culturais, as nossas formas de ver, a nossa forma de viver. É importante que notemos isso para tratar essas questões importantes dentro das nossas comunidades tribais.

Alegro-me muito, porque se levanta esse debate dentro da nossa sociedade, e aí se visa especificamente, como a própria Senadora disse, esse recorte, porque é importante, dentro da nossa sociedade, olhar com bons olhos esse grupo específico dos povos tribais, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes. Eles são tão vulneráveis e são pegos, às vezes, por não ter uma política pública que os cerque de maneira clara, de maneira convicta, para que eles, então, tenham uma noção exatamente do que eles estão fazendo.

E, com essa maneira de trabalhar, eu me alegro, porque se abre uma janela, ou por que não dizer porta, para entendermos essas questões transculturais, essas questões de cosmovisão, para que se tratem de maneira pontual essas questões dentro dos territórios dos povos indígenas, sobretudo para as nossas crianças e os nossos adolescentes, sobretudo para aqueles que vivem na fronteira. Essas são as crianças que sofrem muito, porque elas são cooptadas por interesses às vezes até políticos, interesses de terceiros, para que, então, elas sejam levadas por essas questões tão difíceis que vivemos nas nossas comunidades tribais, muitas delas estupradas, muitas delas sem nenhuma visibilidade. Como a nossa Deputada Silvia disse, muitas delas são invisíveis e nós precisamos dar visibilidade para esses grupos, especialmente para as nossas crianças, que são tão vulneráveis.

E aí, então, cabe ao poder público atender isso, escutar a voz do povo indígena, estar atento para essas necessidades e não estar simplesmente terceirizando essas coisas. "Ah, não, é porque é o fulano", "Ah, porque é o garimpeiro", "Ah, porque é a questão logística", "Ah, porque isso...". Eu me perco nisso, porque eu acho que simplesmente isso são desculpas para não atenderem essas questões das demandas.

Então, precisamos estar atentos para isso e nós povos indígenas estamos querendo trazer a nossa voz. E aqui, então, eu me alegro e pontuo como uma felicidade enorme quando se tem essa voz nossa diante de um público enorme no nosso país, quando se abre essa porta de discussão. Isso nos dá uma acessibilidade melhor nas nossas comunicações para que a população de modo geral entenda que o povo indígena, de modo geral, mas sobretudo esse recorte da criança e do adolescente, precisa, de maneira sana, ter um olhar mais específico sobre eles. Eles são vulneráveis até nas próprias comunidades e mesmo nas próprias famílias. Nós mesmos, enquanto indígenas, também devemos estar atentos para que o cuidado seja maior – o cuidado seja maior –, sobretudo quanto às questões da saúde indígena, hoje muito precária. Nós temos percebido isso aqui entre os casais, uma dificuldade enorme, até sub-humana... Visitei alguns deles e nós precisamos estar atentos para isso. Crianças estão ali, adolescentes estão ali, vivendo uma realidade que... Precisamos ter um olhar mais atento para isso.

Então, eu chamo a atenção aqui de todos para que a gente consiga observar isso e estar atentos para isso, para que nós consigamos, enquanto sociedade, tanto indígena quanto não, unir as nossas forças para chegarmos a esses lugares mais distantes, como à Amazônia e aos outros todos mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me alegro, Senadora, de poder estar aqui, de poder participar hoje, e em todas as vezes que necessitarem. Nós estamos atentos a isso. Esse movimento no Brasil hoje... Nós representamos um movimento no Brasil hoje muito grande, com mais de 2,8 mil líderes indígenas no país, com mais de 120 etnias ligadas ao movimento. Nós estamos visitando cada parte. Agora mesmo, eu estou na parte norte do Brasil, onde o sinal não está bem, mas, graças a Deus, podemos ter o sinal hoje para podermos falar e estar atentos a esta demanda pública, que é importante, neste recorte, como a Senadora mesmo disse, das crianças e dos adolescentes. Alegro-me muito, Senadora, por estar presente aqui e poder compartilhar e cooperar um pouco com este movimento. Alegro-me muito e a parabenizo, mais uma vez, por esta iniciativa, Senadora, neste momento importante dentro da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Henrique Dias, Henrique Terena, da etnia terena, um grande líder. E esse debate vai continuar com esse recorte infância indígena. Muito obrigada. Sei do seu trabalho aí na região.

Na sequência, nós vamos ouvir Marcia Suzuki – ela está fora do país inclusive. Ela é linguista e pesquisadora. A Marcia tem uma situação muito interessante: Márcia trabalhou com povos isolados, ela morou em áreas de povos isolados. Marcia Suzuki é fundadora de uma grande instituição, da qual eu também participei por muitos anos, que é a instituição Atini – Voz Pela Vida, que trabalha com crianças indígenas em situação de vulnerabilidade.

Bem-vinda, Marcia! Obrigada por ter aceitado o nosso convite.

A SRA. MARCIA SUZUKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia, Senadora Damares! Bom dia, Deputada Silvia Waiãpi, Prof. Henrique Terena, Renato Sanumá e bom dia a todos os presentes!

Eu quero agradecer a oportunidade. Eu fiquei muito impactada...

O Mimica Sanumá também está presente? Muito bom!

Eu fiquei muito impactada aqui com a fala da Silvia Waiãpi, porque ela foi muito contundente. Enquanto ela falava sobre a vulnerabilidade da criança indígena e a situação dessas crianças, veio-me à memória um fato que aconteceu comigo, numa das minhas primeiras experiências, quando eu fui, como estagiária ainda, fazer pesquisa linguística e aprender a língua de um povo indígena no Estado do Amazonas, o povo sateré-mawé.

Eu ainda era muito nova, eu tinha 20 anos, e, numa dessas viagens, visitando uma das aldeias indígenas junto com a filha do cacique – a filha do cacique era uma menina de 12 ou 13 anos que estava junto comigo nessa viagem –, a gente passou por uma situação que eu nunca imaginei. Nós estávamos numa aldeia, no Rio Urupadi, estávamos precisando de barco para ir a Maués, e alguém passou na aldeia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ofereceu uma carona até um local onde teria um barco para Maués. Então, as índias nos avisaram: "Olha, Marcia, professora, vai ter um barco para Maués". Aí eu fiquei animada e eles disseram: "Cedinho, vai passar uma canoa e leva vocês para a foz do rio, onde vai passar o barco para Maués". Então, eu saí, junto com essa outra indiazinha, pegamos a canoa, remaram com a gente por duas horas, mais ou menos, chegamos a um local que era mata, mata fechada, e aí eles deixaram a gente ali e falaram: "O barco vai passar, pega vocês e leva vocês ainda hoje para Maués".

Quando a canoa foi embora, eu me toquei: "Eu estou aqui, no meio do mato, só eu e essa indiazinha, e se esse barco não passar?". Porque o isolamento geográfico, como estava sendo falado aqui, é uma coisa muito difícil de lidar para essas pessoas. E nós ficamos ali esperando e, de repente, nós começamos a ouvir vozes atrás de nós, saindo do meio do mato, vozes de homens e de muitos homens. Parecia, assim, para a gente... O que eu sentia é como se fosse um trovão chegando, porque eram muitas vozes. E, aí, de repente, nós nos vimos cercadas de mais de 60 homens.

Isso era na época da demarcação da terra indígena do Rio Marau. Então, estava havendo uma expedição para fazer uma picada, para cercar a área indígena, para demarcar. De repente, eu me vi ali, eu, uns 20 anos, essa indiazinha, com 12 ou 13 anos, cercada por aqueles homens, sem ter noção do que tinha acontecido com a gente.

A indiazinha começou a chorar, porque ela entendeu, muito mais rápido do que eu, o que estava acontecendo, e os homens vieram para cima da gente, mas ninguém tocou na gente. Eles começaram a brigar entre si sobre quem ia pegar primeiro, quem ia pegar qual. E foi aquela confusão, e eu ali, abraçada com a índia, no meio do mato, chorando junto com ela e pedindo a Deus que nos ajudasse, porque a gente não sabia o que ia acontecer ali.

De repente, no meio deles – eles brigando ali entre si, só Deus mesmo para nos proteger, porque eles estavam brigando entre si para ver quem ia pegar a gente primeiro –, chegou um outro homem, que era o sargento urbano, que era o líder da expedição. E aí, ele sabia de tudo que estava acontecendo.

Quando ele chegou, veio brincando com os homens também, falando aquelas coisas horríveis – foi assim, uma coisa horrível, sabe? É difícil descrever, eu não consigo nem descrever o que eu vi, o que eu vivi naqueles momentos, o pavor daqueles homens ali. E aí, esse sargento urbano, quando me viu, falou: "Quem é você? O que você está fazendo aqui?". E eu comecei a explicar quem eu era, do Rio de Janeiro, meu nome é Marcia, eu estou aqui, trabalho com o povo Sateré. E aí ele falou: "Meu Deus, onde você foi se meter? Você não sabe o que está acontecendo aqui?". E ele foi me explicar.

Pensaram que eram duas indiazinhas; não sabiam que tinha junto uma pessoa que não era índia. E elas tinham sido vendidas para um estupro coletivo. Então, eu fui vendida para um estupro coletivo junto com uma indiazinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graças a Deus, nada aconteceu, eles não nos tocaram. Eles ficaram com muita raiva, porque pensavam que iam ser duas indiazinhas. Quer dizer, se fossem duas indiazinhas, estava tudo bem? Se fossem duas índias, estava permitido? Elas seriam ali... a gente seria ali, violentada por aqueles homens, mais de 60 homens. A gente ia morrer ali. Ninguém ia nem saber, no meio de um mato isolado. Mas Deus não permitiu. Deus não permitiu. Ficamos ali três dias acampadas, esperando o barco, e Deus usou aquele sargento para nos proteger. Finalmente, conseguimos o barco para Maués.

Mas eu estou me lembrando dessa situação, porque foi uma situação muito difícil, muito traumatizante, mas que abriu meus olhos e me deu uma perspectiva que eu não tinha; uma perspectiva que eu não tinha da vulnerabilidade dessas crianças indígenas, dessas adolescentes indígenas. Foi o meu primeiro contato com a realidade do estupro coletivo, que acontece não só nas sociedades indígenas, mas em algumas, com certeza. Como falou o Prof. Henrique Terena, não são todas as sociedades iguais, mas em algumas sociedades acontece o estupro coletivo, e não só entre indígenas, mas também entre ribeirinhos. No caso ali, o que ia acontecer com a gente foi organizado pelos indígenas, mas teria sido executado pelos ribeirinhos, porque aqueles homens eram ribeirinhos.

Então, essa realidade para a qual meus olhos foram abertos, para esse realidade, continua acontecendo, gente. Infelizmente, não é coisa de 30 anos atrás. Infelizmente, ainda acontece.

Eu tenho uma foto aí, a primeira foto, será que pode ser projetada? (*Pausa.*)

A primeira foto é de uma menina, a Maitá, da tribo ianomâmi. A Maitá nasceu, mas a mãe morreu logo depois do parto. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcia, está nos ouvindo?

A SRA. MARCIA SUZUKI (*Por videoconferência.*) – Eu estou ouvindo vocês, sim, mas a minha é só uma imagem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É essa foto?

A SRA. MARCIA SUZUKI (*Por videoconferência.*) – Da Maitá, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, eu acho que essa foto é a Hakani. Tem outra foto?

A SRA. MARCIA SUZUKI (*Por videoconferência.*) – Ah, então tá, é que eu mandei várias fotos, mas talvez...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCIA SUZUKI (*Por videoconferência.*) – Então, deixa eu só falar aqui, e vamos ver se conseguem mostrar as fotos.

A Maitá é uma menina ianomâmi, está? Essa menina linda aí. Ela nasceu aparentemente bem, mas a mãe morreu de parto. Depois de alguns anos, perceberam que ela tinha problemas, nos primeiros anos, que ela tinha problema, que ela não se desenvolvia. Ela tinha, provavelmente, alguma deficiência mental.

O pai não tinha condições de cuidar. Essa menina ficou sem assistência médica. De casa em casa de parentes, um pouquinho com um, um pouquinho com outro, mas ninguém dava conta de cuidar.

Chegou ao ponto em que ela foi amarrada embaixo de uma casa, e foi criada ali embaixo com as galinhas, com os porcos, amarrada ali, porque já era difícil controlá-la, e ninguém sabia o que fazer com ela. Ela viveu desse jeito por anos. Ela nunca conseguiu falar, porque ela era tratada como um animal.

Passou a ser violentada, ainda pequenininha, passou a ser violentada, abusada sexualmente, até que, finalmente, quando tinha uns dez anos, conseguiram tirá-la da aldeia e levá-la para uma Casai. Ela continuou ainda por anos sendo abusada dentro da Casai.

Então, são situações assim muito tristes que acontecem e que mostram a vulnerabilidade dessas crianças.

A segunda foto que eu tenho, deixe eu mostrar a segunda foto. As fotos estão com número, está? Então, a número dois. A foto dois mostra o tempo em que eu estava...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcia, como nós estamos ao vivo, só explicar que essas crianças...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Essas crianças estão adultas e tem autorização para mostrar essas imagens. É bom deixar claro isso, que não são mais crianças, já são adultas, algumas com 30 anos.

Então, essas fotos podem ser mostradas.

Pode continuar, Marcia.

A SRA. MARCIA SUZUKI (*Por videoconferência.*) – Isso, é isso mesmo.

Essas crianças tiveram uma esperança, e ajuda de fora, e sobreviveram.

A segunda foto que eu vou mostrar é do tempo em que eu trabalhava com o povo Suruwahá, e ainda não tinha noção do que estava acontecendo com as crianças lá, mas você vai ver aqui nessa foto, no lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito, uma índia com uma menininha. Essa menininha aqui foi... A mãe morreu, se suicidou, e ela ficou abandonada.

Na terceira foto, você vai ver a situação. Aqui é uma foto minha com eles. Na terceira foto, você vai ver como ela ficou, depois do abandono, depois de a mãe e o pai terem se suicidado. Ela ficou numa situação muito difícil. Esse foi o irmão dela. O irmão dela tinha uma deficiência e ele foi enterrado vivo. Ele foi enterrado vivo aos cinco anos de idade.

A próxima foto mostra a situação daquela menininha que estava no colo da mãe, aqui com cinco anos de idade, sem acesso nenhum a nenhuma consulta, a nenhuma intervenção para ajudar na situação da saúde dela. Com cinco anos, ela pesava sete quilos, media 59cm. Não falava e não andava. O pai e a mãe já tinham se suicidado. O irmão já tinha sido enterrado vivo.

Na próxima foto, você vai ver, então, na foto nº 4... (*Pausa.*)

Essa é a última foto. Essa é a mesma menina, é a Hakani, a minha filha. Então, eu consegui adotar a Hakani. Ela estava com 5, 6 anos, ainda naquela situação: sem andar, sem falar; mas, com o cuidado médico, com intervenção médica, ela aprendeu a falar, aprendeu a andar, aprendeu a ler, aprendeu a escrever. Saímos do Brasil quando ela já tinha 15 anos. Essa aí é uma foto dela, ela se formando no ensino médio, no Havaí. Então, uma menininha que tinha sido jogada, que tinha sido desprezada, que viveu uma situação de tanta dificuldade, de perda de pai e de mãe, teve uma chance, que foi a chance de conhecer o mundo de fora, de ter um tratamento médico e de sobreviver.

Então, o que eu queria deixar aqui com vocês é o meu apelo, pela experiência que eu passei de eu mesma ter sido vendida para um estupro coletivo. E a gente sabe que isso ainda acontece hoje, porque a gente ainda recebe notícias hoje de que esse tipo de coisa ainda acontece. E há tantos casos ainda de crianças em situação de risco, de crianças que, por falta de alguém que cuide, por falta de uma assistência médica, às vezes, por falta de um remédio simples, muitas vezes são abandonadas na mata, muitas vezes são mortas ou vão para a rua, como foi o caso, o caso da Silvia Waiãpi, que, para salvar o irmão, acabou tendo que sair da aldeia e aí foi parar na rua e virou menina de rua... Então, são situações muito tristes em que o nosso país, o nosso Governo tem condições de ajudar, tem condições de interferir; tem condições de, com sensibilidade cultural, respeitando as diferenças culturais, ajudar essas crianças.

Eu fico muito feliz com essa iniciativa da Senadora de começar a olhar para essas crianças. Como país, nós olhamos para a sociedade. Vamos agora olhar para o indivíduo também. Uma sociedade só é saudável quando olha para o todo, mas também olha para o indivíduo. Se a sociedade olhar só para um, ela perde. Tem que olhar, tem que ter a visão dos dois.

Eu tenho viajado muito pelo mundo, tenho estado trabalhando com muitos povos indígenas, com o meu trabalho como linguista, pesquisadora, e eu tenho visto que muitos países, países muitas vezes menores que o Brasil, com menos condições, têm tido o cuidado de olhar a criança indígena, a criança aborígene

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com olhos de ser humano, conseguindo ver que a criança indígena é uma criança como qualquer outra criança e merece proteção. Ela não só merece; ela é digna, ela tem o direito à proteção.

Então, eu espero que, com essa iniciativa, surja esperança para muitas e muitas crianças indígenas que ainda hoje estão vivendo em situação de vulnerabilidade.

Eu agradeço muito, muito essa oportunidade e eu estou aqui muito curiosa para ouvir o depoimento do Renato Sanumá, porque eu sei que ele é uma pessoa que, sendo indígena, tem feito um trabalho maravilhoso para ajudar crianças em situação de vulnerabilidade na comunidade onde ele vive.

Então, vamos trabalhar juntos, indígenas e não indígenas, para ajudar essas crianças.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcia Suzuki. Dê um abraço na Hakani. Estamos morrendo de saudade de vocês. Voltem logo para o Brasil.

Na sequência, nós vamos ouvir agora Paulo Thadeu, Conselheiro do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Ele também vai fazer a participação por videoconferência.

Obrigada, Paulo, por ter aceitado o convite. Transmita um abraço a todos os membros do Conanda. São dez minutos, podendo estender por mais cinco minutos.

O SR. PAULO THADEU (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, estamos ouvindo bem, Paulo.

O SR. PAULO THADEU (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas! Saudações!

Peço licença aos meus ancestrais para poder ocupar esse espaço.

Como foi dito aí, eu faço parte do Conanda. Sou jornalista. Faço parte do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estou representando a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) no Conanda. Faço parte da Rede de Proteção de Jornalistas e Comunicadores e integro recentemente o Conselho Deliberativo da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Sou indígena, no contexto urbano, macuxi. E falo daqui do meu território, o Estado de Roraima.

Quero agradecer à Senadora Damares e agradecer ao Presidente, Senador Paim, o convite.

E começo a minha fala falando a respeito da vulnerabilidade. Não tem como nós discutirmos a questão da vulnerabilidade indígena de crianças sem a gente citar a terra: a terra em primeiro lugar, a terra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto ocupação, a terra enquanto espaço ancestral dos povos originários. E a luta pela terra também é uma questão de vulnerabilidade. Combater a vulnerabilidade é demarcar as terras indígenas. Discutir questões relacionadas às questões climáticas e aos direitos humanos também tem a ver com vulnerabilidade. Negar as questões climáticas e a destruição da natureza, não afetando com a mão do homem, também é vulnerabilidade, passa pela questão da criança. E as ações de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, em razão da situação de vulnerabilidade, estão contextualizadas dentro desse processo.

Quero falar também em termos de resolução. O Conanda tem a Resolução 181, que ainda é um dos poucos documentos que nós temos referente a essa situação. A Resolução 181 fala sobre os povos originários, sobre as comunidades tradicionais e sobre essa forma de fortalecer o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Quero falar também que essa parte dos povos originários remete à nossa ancestralidade anterior à colonização. Por isso, usamos o termo povos originários.

Quero citar também a tentativa de nos calar, a tentativa de nos intimidar, a tentativa, durante séculos, no sentido desse processo de colonização. E os povos indígenas conseguem dar esse salto, nos últimos tempos, e gritar, bradar e lutar pelas terras.

Quero também, a respeito de quando nós falamos de ocupação de espaço, agradecer a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Foi através do Ministério dos Povos Indígenas, no ano passado, que foi aumentada a cadeira do Conanda e fez com que a gente também, enquanto indígena, a ocupasse, representando a sociedade civil – o parente Bruno Kanela representa o Ministério dos Povos Indígenas, e a gente representa a sociedade civil pela Fenaj.

Quero agradecer também e destacar a importância do incentivo, porque nós – do Conanda, conselhos municipais, conselhos de direitos estaduais – incentivamos a participação de indígenas no processo do conselho tutelar. Precisamos ocupar espaço e, nessas últimas eleições do conselho tutelar, muitos parentes indígenas foram eleitos para o conselho tutelar.

Tivemos também o incentivo para a participação dos povos originários dentro dos CMDCAs dos conselhos estaduais. Eu destaco aqui o Estado de Roraima, que, em 33 anos do ECA, pela primeira vez, tem uma Vice-Presidente representando uma associação indígena, que é a Texoli do povo ninam, que é a Vice-Presidente do Cedca, que é indígena.

Gostaria de destacar também a criação dos GTs. São muito importantes os GTs, que, no decorrer do tempo, não estavam sendo efetivados. Através do Conanda, com o Ministério dos Povos Indígenas, criamos GTs de estudo para poder fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para discutir a questão da vulnerabilidade sem citar a questão da migração, muito forte aqui no Norte, com a questão dos parentes warao, que migram para cá e que precisam de mais atenção por parte das autoridades, por parte de todos, de todo o sistema de garantias de direito. É importante ter esse olhar para os indígenas crianças warao.

Quero falar também que a gente precisa desconstruir que tudo é cultura, é cultural, é cultura do povo indígena... Não é cultura! Toda e qualquer forma de violência tem que ser combatida! Toda e qualquer forma de discriminação, preconceito, abuso e violência sexual, nas comunidades indígenas, tem que ser combatida! Por isso, estamos fazendo uma discussão, junto com os tuxauas, junto às comunidades indígenas, para mostrar que, realmente, existe o ECA e que a gente precisa discutir mais alguns documentos referentes à questão dos povos originários, mesmo os que não tiveram a participação dos povos indígenas. Que a gente possa continuar e lutar dentro dessa construção de uma participação dos povos originários.

Quero falar também da questão da entrada do álcool dentro das comunidades indígenas, o que afeta e ataca a questão da vulnerabilidade indígena.

Quero falar também do garimpo e da destruição da natureza com os garimpos. Não ao garimpo! Parem com a destruição da natureza, com a poluição dos rios, com a poluição das nossas florestas. Isso está contaminando, está matando os povos indígenas. Quase que 80%, 90% já têm mercúrio dentro do corpo, em decorrência da garimpagem e da destruição da natureza.

Queremos também destacar aqui os indígenas urbanos. Que a gente possa ter um olhar também para os indígenas urbanos. Muitas crianças, hoje, indígenas urbanos, dentro das cidades, precisam de maior atenção por parte das autoridades.

Queremos destacar também aqui a necessidade de mais documentos na língua materna indígena, com a tradução do ECA, a tradução de leis em diversas línguas. Já tem algumas, mas é preciso ampliar mais. Como é que vai chegar no território ianomâmi ou na terra indígena, com o ECA, com um documento que não está traduzido? Precisa ter essa atenção.

Precisamos também destacar a respeito do incentivo da realização, agora, da Conferência do Conanda, em que foi destacada lá uma das propostas para que se possa ter a língua materna, na matriz curricular, dentro das escolas, dos estados, para a gente poder aprender.

Quero destacar também a revisão esse ano do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e a importância de todos no Brasil, todos, acompanharem a questão da revisão desse plano decenal e já colocar questões relacionadas aos nossos povos originários.

Quero destacar também a ação coletiva. Não vamos fazer nada sem ter a coletividade – o Governo, os três Poderes e a sociedade civil organizada –, para poder resolver essa questão dos problemas da vulnerabilidade. E passa também pelo novo Sipia com um olhar mais indígena, que o Ministério dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos, junto com o Conanda, está implementando e agora vai colocar o Sipia com essa pegada indígena também dentro dessa proposta.

Quero destacar também aqui a parceria com todos. Temos aí a UnB, a Universidade de Brasília, através do Pnud, através da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a OPA Infância, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO THADEU (*Por videoconferência.*) – ... quase não saía, desculpa, da UnB, que tem dado todo um apoio para a questão de pesquisa e incentivo.

Quero agradecer a Deputada Erika Kokay também, que tem feito toda essa atenção, esse olhar no sentido de fazer com que a coisa possa acontecer em termos de pesquisa.

Quero falar também do curso. Teve agora o curso sobre fluxo, sobre atendimento à questão ianomâmi e ye'kuana. Vai ter o segundo curso agora, com o apoio do Conanda, com o apoio do ministério, da UnB, para poder discutir também essa questão toda da violência que envolve crianças e jovens indígenas.

Quero destacar também essa questão toda relacionada, voltada à questão toda da terra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO THADEU (*Por videoconferência.*) – É muito importante, senhores e senhoras, pensar na questão da terra, de ocupação de território, o olhar para as terras, demarcação das terras, porque passa tudo pela questão toda da vulnerabilidade, porque, com as terras demarcadas, os parentes indígenas vão estar lá cuidando do seu território, defendendo a sua terra, lutando pelo seu espaço, que de fato e de direito é garantido por lei.

Então, a gente gostaria de agradecer esse espaço e nos colocamos à disposição enquanto Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. E acreditamos que realmente a unidade de todos com a sociedade civil organizada é fundamental para combater qualquer tipo de violência contra crianças, adolescentes, jovens, indígenas em todo o território nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO THADEU (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Paulo, muito obrigada pela sua contribuição. Você trouxe tantas sugestões que a gente vai ter que depois continuar essa conversa com você depois desta audiência.

Paulo, só me responde uma coisa: quantos indígenas tem no Conanda? São duas cadeiras, uma da sociedade civil e uma do Governo? Agora tem a paridade com o novo ministério, só são duas cadeiras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO THADEU (*Por videoconferência.*) – Nós estamos, Senadora, com a participação do parente Bruno Kanela como conselheiro representando o Ministério dos Povos Indígenas.

Eu estou lá, representando a Fenaj, que é a Federação Nacional dos Jornalistas, e me autodeclaro indígena. Então, por isso, hoje nós temos dois conselheiros indígenas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito pouco. Concorda comigo? Nós vamos ter que rever, inclusive, todos os conselhos, Paulo. Eu acho que a cadeira para os povos indígenas em todos os conselhos... Isso dá para a gente pensar em nível de legislação.

Muito obrigada, Paulo, pela participação. Você também trouxe a questão do Plano Nacional de Educação. Acho que, assim que o plano chegar ao Congresso Nacional, um grupo de trabalho só com relação à educação indígena tem que ser formado imediatamente. E eu quero conversar com você depois desta audiência, para a gente continuar o diálogo. Muito obrigada pela sua participação.

Nós vamos continuar agora, ainda, com a participação, por videoconferência, de Renato Sanumá. Eu quero informar que Renato Sanumá não fala português. Então a gente vai ter que ouvi-lo falar na sua língua, e, imediatamente, vai ter um tradutor, que é o Mimica – Mimica está ao lado dele.

Mas antes de Renato começar, eu quero registrar a presença da nossa querida Senadora Margareth Buzetti. Ela é do Mato Grosso, é uma Senadora extremamente atuante aqui e é uma mulher que tem aprovado muitos projetos de lei, especialmente voltados à proteção da mulher e da criança.

Senadora, eu fiquei aqui pensando, enquanto o Paulo falava, em quantas leis nós estamos aprovando aqui e na aplicabilidade dessas leis lá na comunidade indígena? A senhora aprovou aqui no Senado, recentemente, o cadastro nacional do pedófilo, o cadastro nacional do estuprador. Como é que a gente vai aplicar isso em áreas indígenas? Nós temos um Congresso para fazer leis só para uma comunidade, e, para outra, não? Será que a gente está pensando com a sensibilidade de que nós somos uma nação plural? Todas as leis que esta Casa estava produzindo, de fato, terão também aplicabilidade nas comunidades de povos tradicionais? Beneficiarão as comunidades e povos tradicionais?

Eu acho que hoje nós estamos sendo sacudidos aqui. Nós estamos com o recorte criança, tá? Inclusive, esta audiência está acontecendo neste mês, Senadora, porque a LDO vai chegar; depois, a lei orçamentária. Será que não está na hora de a gente fazer, Ivanilda, recortes no orçamento da União para a criança indígena? A gente está falando muito do coletivo. Será que não está na hora de a gente ter recortes para a criança indígena?

E, aí, Paulo e demais que já falaram, eu me preocupo muito, porque entra governo, sai governo e os programas governamentais mudam. Será que não está na hora de a gente ter uma lei, de a gente instituir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por lei um programa nacional de proteção da criança indígena, porque entra governo, sai governo, a lei está lá, tem que ser obrigado a executar.

Então, este aqui é um debate muito pensando daqui para frente. O que fazer? Nós estamos ouvindo aqui relatos extremamente chocantes inclusive, dados chocantes que já foram trazidos para a audiência, mas é daqui para frente.

Senadora, a senhora sabe que o Parlamentar, quando entra numa audiência pública, imediatamente tem o direito à palavra, e a gente gostaria de franquear a palavra, se a senhora tiver interesse em falar. Sei que a sua agenda está uma loucura. E obrigada por ter vindo, por estar conosco nesta audiência pública.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discursar.) – Obrigada, Presidente Damares. Quando vi o tema da audiência pública, me chamou a atenção, porque realmente as leis que nós aprovamos têm que ser para todos, mas não são para todos. Esse é o nosso grande problema.

Visitando uma comunidade indígena no Mato Grosso, eu ouvi de uma indígena que a Lei Maria da Penha não chega lá, e tinha uma indígena, de 14 anos, mais ou menos, com um filho pequenininho no colo e outro já grande. Quer dizer, os abusos das crianças acontecem dentro das aldeias.

Nós estamos no mês da pedofilia. Então, o.k., não vamos falar das mulheres, vamos falar das crianças, que é uma preocupação muito grande tanto minha quanto sua, a gente se preocupa com isso, por isso o Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais. Mas como vamos fazer chegar isso à comunidade indígena, que é outra cultura? Como eu ouvi acho que o Paulo falar, isso não é cultura, isso não pode ser uma cultura, um abuso não pode ser uma cultura. Abuso é abuso em qualquer situação e em qualquer lugar.

Então, conte comigo para ajudar no que for preciso, no que nós pudermos fazer, porque, como legisladoras, essa é a nossa responsabilidade.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

E eu quero destacar que a minha Senadora está de laranja no Maio Laranja. As Senadoras, neste mês, de um jeito ou de outro, todas, acabaram vestindo laranja.

Obrigada, Senadora.

Eu sei da preocupação com as crianças indígenas do seu estado, a senhora está sempre conversando comigo sobre as crianças indígenas do seu estado e de todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela participação.

A gente sabe que a sua agenda está corrida. A senhora está liberada para sair na hora que precisar.

Na sequência, nós vamos ouvir o Renato Sanumá. Ele é indígena ianomâmi, representante da Associação Sanumá.

Seja bem-vindo, Renato!

A fala dele vai ser traduzida pelo nosso querido Minica.

O SR. MINICA SANUMÁ (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado pela fala de cada um de vocês. É muito importante.

O Renato está distante de mim. Ele está na aldeia neste momento; eu estou aqui na cidade. Fiquei meio triste, porque eu queria estar perto dele para passar-lhe todas as falas para que ele pudesse ter entendimento de tudo que está acontecendo.

O SR. RENATO SANUMÁ (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução consecutiva*.) – Eu estou muito grato a cada um de vocês. Estou muito feliz em poder falar com cada uma dessas autoridades que se encontram presentes. Este, para mim, é um sonho: poder sentar com vocês e falar as verdades que eu preciso falar sobre a nossa realidade.

Então, eu gostaria de falar para vocês sobre as situações que acontecem não somente aqui, mas também em todas as outras regiões, sobre o problema que vivem as nossas crianças hoje, crianças que são abandonadas, crianças que são rejeitadas: são pessoas adultas que têm o desejo muito forte de ter relações com crianças. Então, isso que vocês estão falando aqui, que vocês estão jogando às claras, eu quero trazer também para vocês a nossa realidade.

Eu quero agradecer a todos os senhores por estar trazendo esse tema aqui à luz. É algo muito difícil para a gente ter que cuidar de crianças que têm problemas neurológicos que a gente não consegue resolver. É muito difícil nós tratarmos aqui diante daquelas pessoas que querem mesmo estuprar as crianças pequenas. Então, vocês estão trazendo isso às claras. O que a gente pode fazer? Eu quero saber o que a gente pode fazer neste momento.

É bem interessante o que eu vivo neste tempo. Eu não tenho como ajudar as crianças que estão vulneráveis. Eu, simplesmente, as abraço sem poder protegê-las diretamente. Eu gostaria que tudo isso aqui não ficasse somente nas palavras. A gente precisa, de fato, de uma coisa séria que possa resolver a situação das crianças. Nós precisamos de ajuda e nós queremos saber como nós podemos ser ajudados.

Eu quero que vocês entendam que nós moramos debaixo das árvores, no meio da selva. Nós não temos como proteger crianças se não temos apoio. Observem a vida de vocês: vocês têm carro, vocês têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrada para ir e voltar, aviões, vocês têm facilidade de pegar comida, comprar e sustentar os seus filhos. Mas a gente, aqui... Nós não temos essa oportunidade que vocês têm. Precisam lembrar que nós estamos debaixo da selva, no meio de um lugar totalmente isolado e que precisamos da ajuda de vocês para que nós possamos cuidar das nossas crianças.

Então, eu quero dizer para vocês que a nossa cultura não protege o estuprador, o violentador de crianças, aqueles que querem abusar das crianças. Isso não é a nossa cultura. Nós não aceitamos isso. O lado da nossa cultura é pegar aquele que faz, que pratica *taawaki*, e corrigi-lo violentamente. Isso é a nossa cultura, a proteção. Nós gostaríamos de matar, na verdade, aquele que faz algo como isso.

Eu quero deixar bem claro para todos vocês aqui que existe um grande número de crianças sendo estupradas, violentadas, em toda a região ianomâmi. Não é só aqui. E vocês estão falando sobre lei de proteção. Como nós podemos nos encaixar dentro dessa lei?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO SANUMÁ (*Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) – Como nós podemos fazer parte disso e diminuir esse ciclo de violência?

Eu peço a vocês que vocês entendam que, aquilo que vocês têm, nós aqui não temos. E nós precisamos da ajuda de vocês para que a gente possa proteger as nossas crianças diretamente.

Repito, mais uma vez: vocês têm condições, têm carro, têm isso, têm aquilo, mas a gente não tem. Precisamos da ajuda de vocês para mudar esse quadro entre o povo ianomâmi ou sanumá.

Então, vocês nos cutucaram. Estão cutucando a gente. Então, a gente tem que falar a verdade aqui.

Nós somos seres humanos, pessoas que pensam como vocês pensam. Nós comemos, bebemos, tomamos leite, comemos tudo que vocês comem. Nós temos também a nossa cultura. Nós somos seres humanos. Se vocês disserem que na nossa cultura é normal estuprar as crianças, fazer várias coisas erradas... "Não, isso é a cultura deles. Que continue desse jeito!". Se vocês pensarem assim, eu quero dizer para vocês que nós estamos perdidos, porque a situação não vai melhorar. Vai só piorar de agora em diante.

Nos cutucaram, então, nos escutem e façam alguma coisa para nos ajudar.

Assim como eu acabei de ver a Marcia Suzuki mostrar a imagem das crianças que foram resgatadas, abandonadas, eu também tenho esse mesmo propósito, Márcia, de ver isso e ver a criança crescer, ser educada e se tornar alguém lá na frente. Mas a gente não tem essas mesmas condições de fazer isso. Eu lembro de um pai que colocou a criança no seu joelho, torceu o pescoço dessa criança, matou a criança e eu fiquei tão triste com isso que eu pensei: "Eu preciso fazer alguma coisa para mudar esse quadro". Eu tentei, salvei crianças, fiz várias coisas, mas eu não tenho mais como prosseguir, porque eu não sou ajudado em cima disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aproveitar aqui também para falar para vocês que, com a chegada, a invasão... Os invasores garimpeiros chegam e, aí, entram na nossa terra, destroem a terra, acontece muita malária, muita doença, muitas crianças morrendo, desnutrição, todas essas coisas aconteceram. E a gente está vivendo um momento muito sério em que a gente precisa do apoio da saúde. E vocês também aí podem nos ajudar.

Então, é isso que eu estou transmitindo para vocês: há uma necessidade geral para as nossas vidas aqui na aldeia.

O SR. MIMICA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estou falando para ele aqui também que o Mário, que é primo do Renato – eles são líderes da aldeia –, estava querendo falar uma coisa. Então, como estão faltando cinco minutinhos, só para ele poder falar alguma coisa também.

Vou perguntar se o Renato concluiu.

O SR. RENATO SANUMÁ (*Por videoconferência*. *Tradução consecutiva*.) – Então, é isso que eu gostaria de falar com todos vocês.

Eu quero... A minha atenção total é sobre os vulneráveis, sobre as crianças vulneráveis que existem aqui e, se vocês ouvirem todas as minhas palavras, eu ficarei satisfeito.

O SR. MÁRIO SANUMÁ (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução consecutiva*.) – Eu estou achando... Eu sou o Mário, também sou líder aqui na comunidade, juntamente com o Renato. Nós observamos bem as crianças. Eu estou pensando aqui: tem crianças que têm problemas muito sérios. Se vocês não nos ajudarem, essas crianças não se tornarão adultas, morrerão do jeito que estão.

As crianças que nós ajudamos hoje se tornam os adultos de amanhã; então, por isso, nós temos que ter um olhar para as crianças hoje. Então, pedimos que vocês possam pensar: eles darão continuidade. Então, ajudem as crianças, hoje, para que elas sejam adultas no futuro. É preciso resolver as situações que são mais difíceis para eles também.

Então, estou pedindo para você, Mimica, falar as palavras que eu estou falando aqui, para que eles possam ouvir isso que eu estou dizendo. Gostaríamos de fortalecer o nosso projeto para que a gente pudesse ajudar mais crianças, tocar para frente e fazer o nosso projeto crescer, porque nós estamos parados.

Muito tempo atrás, no início, havia um grande líder. Esse líder foi uma criança desnutrida e enterrada, que foi salva e se tornou um grande líder. E hoje, a gente tem a pedra no caminho, com a escrita lá. Ele foi uma criança abandonada que foi resgatada.

Eu era essa criança. Depois, eu cresci e parti, fui embora.

Então, eu estou falando essas palavras ao Mimica, para que ele possa traduzi para pessoas entenderem o que eu estou falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, são essas minhas palavras.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Mimica, quero agradecer ao Mário e ao Renato a participação. Mas eu gostaria, Mimica, que você explicasse... Você está *online* ainda?

O SR. MIMICA (*Por videoconferência*.) – Estou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque a gente viu o Mário e o Mimica, e eles estão na aldeia. Em que lugar exatamente eles estão, Mimica?

O SR. MIMICA (*Por videoconferência*.) – Eles estão na comunidade... Bom dia, doutora. Eles estão na comunidade Olomai, diretamente da aldeia, falando com a gente aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mimica, nessa aldeia, o sinal de internet pega tão bem assim?

O SR. MIMICA (*Por videoconferência*.) – Tem uma Starlink lá que está funcionando bem. Não tinha não, mas agora tem. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mimica, explique para as pessoas que estão nos acompanhando... porque nós temos ianomâmis aqui no plenário. Chegaram aqui líderes ianomâmis. Sejam bem-vindos a esta audiência pública. Explique para nós, Mimica, em rápidas palavras: sanumá também é ianomâmi? Explique quem são Mário e Renato. A associação deles trabalha com crianças com deficiência lá na aldeia? Quantas crianças com deficiência eles têm hoje?

O SR. MIMICA (*Por videoconferência*.) – Então, bom dia para os ianomâmis que chegaram aí, todos que estão presentes, mais uma vez.

O povo ianomâmi é um grupo muito grande. Eles têm entre oito a nove dialetos diferentes espalhados pela Terra Yanomami. E um dos grupos ianomâmis é o grupo sanumá, como tem o xiriana, xirixana e o ianomâmi (*Falha no áudio.*) ... central. Então, tem um grupo que são os sanumás.

Os sanumás são da associação... Nós temos a Ypassali Associação Sanuma. E o Renato tem um projeto chamado projeto Ulu, mas o projeto está estacionado porque eles não conseguiram tocar o projeto para frente. E eu não sei quantas crianças o Renato tem anotadas, mas ele deve ter, na cabeça dele ali, quantas crianças ele tem visto que têm necessidade de serem protegidas.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. RENATO SANUMÁ (*Por videoconferência*.) – Setenta e cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

O SR. MIMICA (*Por videoconferência*.) – Setenta e cinco crianças que estão em estado de vulnerabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Renato, Mário, nós estamos aqui à disposição de vocês. Nós vamos continuar conversando com vocês. Continuem o trabalho de vocês aí. Nós admiramos tudo que vocês estão fazendo.

A primeira vez que eu vi um vídeo do Renato deve ter em torno de 15 anos, quando o Renato encontrou na floresta uma criança em quem ele colocou o nome de Fiktu. E eu me lembro bem da história, porque Fiktu estava envolto em sangue. Tinha acabado de nascer, estava jogado na floresta, e o Renato salvou o Fiktu. Eu vi esse vídeo, e desde então eu acompanho o trabalho do Renato.

Parabéns, Renato; parabéns, Mário. Nós vamos continuar conversando com vocês.

Mimica, muito obrigada por ter ajudado traduzindo, muito obrigada por ter feito esse papel com tanto carinho. Eu sei que a gente vai ter que continuar essa conversa. Nenhuma criança pode ficar para trás no Brasil.

Muito obrigada, Renato; muito obrigada.

Na sequência, nós temos mais três expositores. Um deles é o Bruno Kanela, que representa o Ministério dos Povos Indígenas. Como o Bruno se conectou faz pouco tempo, o Bruno vai ser o último a falar, porque tudo que está sendo debatido aqui vai acabar lá no Ministério dos Povos Indígenas. Vai ser lá que a gente vai executar toda a política de proteção da criança. Bruno, nós estamos muito felizes que você está conosco. Daqui a pouco a gente já vai te ouvir.

Mas antes nós vamos ouvir Maria Aureni Gonzaga da Silva. Ela é índia fulniô, servidora aqui do Senado e por mais de 15 anos trabalhou na Funai; foi, inclusive, coordenadora nacional de políticas para crianças na Funai.

Nós gostaríamos muito de te ouvir, mas eu registro também a presença de Lili Terena; nós também temos uma indígena terena aqui conosco.

Aureni, dez minutos, e cinco minutos, se precisar continuar.

A SRA. MARIA AURENI GONZAGA DA SILVA (Para expor.) – Eu saúdo a todos, aos parentes presentes, à Lili. Sejam bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos a voz da invisibilidade. Eu costumo dizer isso em toda palestra que eu dou, porque eu não falo das vulnerabilidades a que eu assisto, eu falo das que eu vivi, como indígena, nordestina e mulher. São três vulnerabilidades. Filha de alcoólatras, cresci com meus pais vendendo artesanato em praias e em ruas. Então, tudo isso de que se falou, eu vivi: a questão dos abusos, a questão do alcoolismo, a questão do abandono. Então, Senadora, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de dar voz, porque é a voz da mulher indígena, que está na aldeia, porque a gente conhece bem a situação.

Eu venho falar de uma coisa que vai tocar muita gente. E peço desculpas, mas, quando a gente tem que falar, a gente tem que falar a verdade. É para isso que a gente... É a voz das mulheres que estão lá.

Muito pequena, eu comecei a ver a vulnerabilidade muito mais para o lado das mulheres, das meninas, porque eu percebia que a gente era mais deixada de lado em todas as situações, até mesmo nas situações domésticas. Porque a violência, Senadora, começa dentro de casa; ela não vem de fora para dentro. Antes de o garimpeiro chegar, antes de o externo chegar, ela já começou; ela começa quando você não prioriza a sua filha, a sua menina.

Como eu estudei – hoje eu sou pedagoga, sou servidora pública e estou já nesse caminho da união indígena há um tempo; fui uma das fundadoras do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas, que foi quando a gente começou a pensar o papel da mulher indígena, a importância do papel da mulher indígena –, eu descobri que nós somos o alicerce da comunidade, porque é a nossa saia que o filho puxa quando está com fome, porque é a nossa saia que a filha puxa quando sofre as violências caladas, as violências invisíveis, que muitas vezes a gente vê e finge que não vê. A gente, quando eu digo isso, é a gente "nós", nosso povo. Muitas vezes acontecem as violências na comunidade, dentro da nossa própria casa, e a gente passa a vista, como se não tivesse acontecido.

Mulheres como eu e outras que levantam a voz na defesa dessas meninas somos, por muitas vezes, discriminadas. Houve aqui uma questão que a Parlamentar disse sobre a Maria da Penha. Quantas vezes eu tentei discutir a Maria da Penha dentro das comunidades indígenas, e muitas pessoas não aceitavam, algumas pessoas que até deveriam promover essa discussão. "Não, isso não tem que ser discutido aqui, é questão cultural." Eu vim aqui dizer que a violência não é cultural. Ela se torna cultural, a partir do momento em que a gente aceita, Senadora, aí ela se torna cultural. Isso nós temos feito. Eu digo enquanto mulher indígena, eu digo enquanto povo indígena – nós temos aceitado muitas vezes.

Então, eu venho aqui dizer que a segurança alimentar é o primeiro ponto de violência contra nós, contra o nosso povo. Qual a política de segurança alimentar nacional que nós temos? Nós temos uma Funai, eu digo porque eu fui Funai 20 anos, posso dizer.

A Funai não tem sequer condições orçamentárias para promover a segurança alimentar do povo indígena. Se eu estiver mentindo, alguém levante, "Aureni, você está mentindo", porque não chega recurso suficiente para promover a segurança alimentar nas comunidades indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os indígenas, às vezes, tentam fazer roça com enxadas enferrujadas, sementes que chegam depois, pela ineficiência. Então, a gente tem que pensar isso. E a segurança alimentar é a primeira, porque, muitas vezes, você não tem comida para botar na mesa para o seu filho.

Quando você tem comida, as meninas são as últimas a comer. Se eu estiver mentindo também, alguém pode levantar e dizer: "Aureni, você está mentindo", porque eu participei dessa realidade. Nós, meninas, somos as últimas a comer, porque a comida é pouca. E há uma prioridade dentro da comunidade indígena.

Então, eu venho aqui levantar a voz pelas meninas que, muitas vezes, eu socorri dentro de comunidade, como o parente falou, dando um abraço, Senadora, porque eu não tinha o que fazer.

Eu peguei uma menina de 14 anos, quando eu era da Funai, que pariu um neném morto pela violência do companheiro dela, que tinha dado chute na barriga. Eu abracei essa menina e chorei. Eu tenho até vídeo gravado, que uma amiga da Funai estava junto. O que eu podia fazer? Não existe uma política de proteção nacional.

Eu clamo aqui para que haja uma política de proteção nacional, voltada às meninas e mulheres indígenas, que há grande vulnerabilidade dentro das comunidades. Temos que ter uma política de proteção nacional que não envolva só a Funai e o MPI, não, que envolva outros órgãos, que também têm trabalho com as comunidades indígenas, como o Ministério da Saúde.

Eu vi mulheres indígenas operadas de cesariana, sem necessidade, deitadas no chão da Casai, com operação, a ponto de pegar uma infecção. E eu vi isso na comunidade xavante, que é uma comunidade que não tem muita inserção na comunidade não indígena. Imagine nos ianomâmis, que estão lá no meio do mato, onde ninguém vê. O que é que não acontece lá, que nós não sabemos aqui no Parlamento?

Então, eu apelo aqui para que haja uma política de prioridade, de proteção nacional. Que os órgãos se reúnam para poder falar sobre essa política, mas é de verdade. Essa violência não pode continuar invisível. As mulheres e as meninas não podem continuar sofrendo invisíveis. A cada minuto está acontecendo, e nós não estamos sabendo. Quantas crianças, quantas meninas estão sendo agora violentadas por pessoas de dentro da comunidade ou por pessoas de fora? Porque ninguém sabe.

Senadora, eu, quando era da Funai e participava das reuniões, pedia uma notificação, parente – que está aqui comigo, que é da Sesai –, uma notificação. Nós não temos notificação de violência! Se eu estiver errada que as mulheres indígenas me digam aqui, que são lá da comunidade, que vivem lá. As nossas crianças sofrem violência, e as pessoas não fazem notificação quando elas entram no hospital porque têm medo. "Deixa isso, isso é cultura, deixa a índia ser violentada".

São crianças de 12, de 10, de 11 anos; não é uma Aureni, que sabe se defender, não. É uma criança que olha para você e apela: "Me salve. Me socorra. Eu estou sendo violentada!". Isso realmente é normal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque as pessoas dizem que é normal. Quando a mulher indígena sofre violência, nós não temos uma Casa Abrigo para nos abrigar. Nós temos que ficar dentro da comunidade, caladinhas, porque às vezes as pessoas ficam contra a gente, se a gente falar.

Eu sou uma das vozes da mulher que está na aldeia. Eu não tenho medo, eu falo a verdade. Eu tenho que falar a verdade, é para isso que Deus me colocou aqui. Então, essa questão da violência tem que ter também uma fala nacional, uma promoção de direitos das mulheres e crianças indígenas em nível nacional, com seriedade, porque ainda não há. As ações são pulverizadas, elas têm que se unificar. Tem que haver uma política de segurança nacional à mulher indígena e à criança indígena.

A criança indígena, quando sofre violência, não é ouvida por um psicólogo, por um psiquiatra. Ela não vai para o SOS Criança, ela volta para a comunidade. Às vezes ela é medicada... Senadora, eu já peguei criança de três anos sendo abusada pelo pai e pelos tios, porque a mãe tinha morrido, lá em Kawani, lá onde Judas perdeu as botas. Eu mandei um chefe de posto ir lá, recolher a menina e entregar para o pai, que estava em outra comunidade.

Eu trabalhava casos, porque não existe uma política nacional de proteção à mulher, à criança indígena e ao adolescente. Nós precisamos pensar nessa política. É para isso que Deus colocou a gente aqui, deu voz para a gente aqui. Não é à toa, não. É para que a gente veja o sofrimento das pessoas que estão lá.

Então, eu clamo ao Brasil, a todos os ministérios que trabalham com a questão indígena, ao Senado, para que haja mais debate, porque através do debate a gente consegue derrubar a violência. Com a mulher indígena, porque eu era coordenadora da questão da mulher na Funai, onde eu mais investi foi no debate da mulher indígena, era dar visibilidade, era dar voz para ela falar, muitas vezes, parente, dentro da comunidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA AURENI GONZAGA DA SILVA – ... dentro da comunidade. Eu ia e alguns homens perguntavam: "Aureni, você veio aqui falar da Maria da Penha?". "Não, eu vim aqui falar de direito." "Você veio aqui para mandar prender a gente?" "Não, eu vim aqui dizer para vocês não fazerem, porque se fizerem vão ser presos, porque a lei não sou eu que edito, não, ela existe. E hoje ela é para todo mundo." Então, eu falava isso para os parentes e eles entendiam.

Então, o debate com as mulheres, com os parentes na comunidade, Senadora, é necessário. Há que se promover, a gente tem que falar sobre isso. A partir do que você fala, as soluções começam a vir dentro da nossa própria comunidade, porque a nossa violência começa dentro da comunidade.

Eu fui abusada aos seis anos, e isso repercutiu até 12 anos, quando eu fui... saí da guarda dos meus pais, que eram alcoólatras, e passei para a guarda de uma família não indígena. Aí eu comecei a entender qual era o meu papel, que meu corpo não podia... não, não era assim, não. Meu corpo era meu e eu tinha que ter autoridade sobre o meu corpo e respeito com o meu corpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, infelizmente, parentes, eu aprendi isso fora, e hoje eu posso falar sobre isso para as mulheres e para as meninas. Eu sou uma voz defensora das meninas e das mulheres, principalmente das que sofrem violência – sempre fui. Então, eu clamo aqui por uma política nacional, por uma política de debate. Vamos debater.

Outra coisa, parentes: o conselho tutelar, Senadora, quando é questão indígena: "Não, não vamos falar sobre isso, porque é cultura deles". Então, eu quero conselheiro tutelar indígena! Onde há povo indígena, eu quero conselheiro tutelar indígena, porque eu quero que ele fale no idioma. Isso é cultura? Violência é cultura? Não é, não. Ela tem se tornado cultura, porque a gente se cala diante dela.

Então, peço ao Conanda – pedi várias vezes e vou pedir de novo –: onde há indígena tem que ter conselheiro indígena e, de preferência, que fale o idioma, que vá à comunidade. Nós estamos abandonados pelos Poderes. As políticas existem, e nós não estamos incluídos nessa política. Só nos incluam, por favor, na política existente. Não precisam nem fazer política específica. Incluam-nos nas Casas Abrigo, no SOS Criança.

Sesai, mande os psicólogos conversarem na comunidade, porque vocês têm psicólogos. Eu já ouvi psicólogo dizer que tem medo de falar da violência porque tem medo do cacique. Não tem que ter medo, não! Você é pago para isso, você é um profissional! Então, Sesai, promova debates sobre violência com psicólogos. Vocês pagam psicólogos para isso. Hoje nós temos indígenas psicólogos na Sesai.

Estou falando isso, parentes, porque eu fazia as reuniões das mulheres ouvia isso. As mulheres me chamavam: "Aureni, minha filha está sendo abusada pelo filho da autoridade máxima da aldeia, que é estudante fora, voltou e abusou." Aí lá ia a Aureni pegar a menina, pegar o rapaz. O que eu fazia? Aconselhava e falava: "Olha, se você continuar violentando essa menina, vai entrar aqui dentro o delegado para poder te prender, porque a lei, amigo, tem que ser para todos. A gente não pode defender coisa errada dentro da nossa casa, não". Eu penso assim. Eu sei que muita gente vai me criticar, mas a lei é para todos. Nós somos cidadãos. Nós somos cidadãos deste país: nós votamos, nós elegemos, nós pagamos impostos. Nós temos que botar isto na cabeça: "Eu sou cidadão e todos os Poderes têm que me respeitar – Prefeito, Governador, todo mundo tem que ter política para mim, porque eu voto". Não é porque eu estou lá no mato que não tem que existir política de garantia de direito para mim, não.

Então, eu venho trazer esse recado para vocês e agradecer a presença de todo mundo. Estamos aí na luta e vamos continuar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, essa é a Aureni.

Deixem-me contar um segredo: a Aureni é servidora lá no meu gabinete. Eu trouxe a Aureni para me ajudar a pensar política para mulheres indígenas, para crianças indígenas, mas ela já está sendo roubada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mim. O Governo local está querendo levar a Aureni para o Governo, porque nós temos muitos indígenas em Brasília – muitos. Segundo a última pesquisa, já passava de 10 mil indígenas que moram aqui.

Ivanilda, muitas jovens indígenas vêm estudar em Brasília, e como essas meninas estão? Às vezes, vêm até pela cota, Ivanilda, estão ali na universidade, mas moram lá longe, e, às vezes vão embora de ônibus e têm que caminhar muito, do ponto de ônibus até a casa em que ela está morando. A gente já tem história de violência contra essa menina no percurso. Então, o Governo local vai querer dar uma atenção especial às meninas estudantes indígenas aqui. A Lili tem um instituto para cuidar de jovens indígenas aqui no DF, e estão querendo me roubar a Aureni do Senado, mas a gente vai conversar muito ainda sobre isso.

Está com a gente também Marisa Romão, que está ali. Marisa Romão tem um histórico de trabalho com o povo caiapó e com outros povos do Pará. Tem um monte de Marisa nas aldeias que nasceram por causa de Marisa.

Obrigada por estar aqui.

E, agora, a gente vai ouvir a Ivanilda.

Ivanilda, olhe a sua responsabilidade.

O Cimi vai falar, e, por último, vai falar o Ministério dos Povos Indígenas.

Gente, olhe, a participação *online* está muito grande. As perguntas estão chegando. Eu acho que eu nem vou conseguir fazer as perguntas aos expositores, por causa do horário, mas eu vou enviar aos expositores as perguntas via *e-mail*.

Só a Vanessa, que está desde o início, já vai responder as duas dela; mas a gente tem pergunta de Paulo, de Rondônia. Gabriela, do Mato Grosso; Miguel, de Minas Gerais; Cinira, de São Paulo; Lux, do Distrito Federal; Juliana, do Rio de Janeiro; Davi, do Amapá; Cássia, do Piauí; Ana, do Rio de Janeiro; Patrício, de Santa Catarina; Fernanda, do Rio; Luíza, do Espírito Santo; e Luciana, do Distrito Federal.

Vocês observam que o Brasil inteiro está acompanhando esta audiência pública. E a gente está vendo aqui muito interesse no tema: proteção da criança indígena.

Para quem está ligando a televisão agora, esta audiência é para discutir proteção de crianças indígenas. Como estão as crianças indígenas em situação de vulnerabilidade?

Em todos os relatos dos indígenas que passaram aqui, ficou muito claro que os nossos povos indígenas amam, desesperadamente, suas crianças. A mãe indígena ama sua criança. A mãe indígena luta por sua criança. E todos eles disseram, aqui, que violência contra a criança indígena não é cultura. Existe a violência, mas eles repudiam a violência contra a criança indígena. Estão pedindo socorro. Assim como na nossa sociedade tem pessoas que machucam criança e a gente está enfrentando isso na nossa sociedade, lideranças indígenas estão aqui pedindo socorro, para enfrentar a violência, que também acontece na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade delas. Muitas violências que foram ditas aqui são perpetuadas por não indígenas contra crianças indígenas, e a gente vai ter que falar sério sobre isso – mas muito sério.

Ivanilda é do Cimi, e o Cimi tem uma contribuição muito grande para o Brasil, que é fazer os relatórios, que é fazer mapeamento de violência. Nós usamos muitos dados que o Cimi produz com relação à violência, e estamos muito felizes, Ivanilda, por o Cimi estar presente nesta reunião, por você estar aqui. Dez minutos; se precisar, mais cinco.

Eu sei que o seu desafio vai ser muito grande por ter ficado assim já para o final, mas muito obrigada por estar aqui, Ivanilda.

A SRA. IVANILDA TORRES DOS SANTOS (Para expor.) – Sou eu que agradeço à Senadora Damares, como também ao Senador Paim, pelo convite de a gente estar aqui.

Como a Senadora falou, o Cimi, anualmente, faz um relatório de violência, no qual tenta, ao máximo, colocar todas as situações de violência perpetradas pelo Brasil afora. Claro, esse relatório é feito não só pelos agentes do Cimi, missionários do Cimi, mas também a gente conta com dados do próprio Governo, seja a Sesai, a Funai ou a própria Secretaria de Educação.

Como a Senadora Damares falou da questão dos estudantes universitários, a gente também está, agora, levantando, com o apoio de várias universidades, a violência que ocorre nesses espaços contra os povos indígenas.

Também saúdo os indígenas aqui presentes: ianomâmi, terena, fulniô e todos os demais.

Eu gostaria de trazer presente mais a questão estrutural, que leva as crianças, como também os jovens indígenas, a um estado de vulnerabilidade.

O Censo 2022 revela que a população indígena chega a quase 1,7 milhão de pessoas. Dentro desse 1,7 milhão de pessoas, 29,95% são crianças e adolescentes na faixa entre zero e 14 anos, uma população bastante considerável; e a juventude, 26,15%, nessa faixa entre 15 e 29 anos de idade.

Eu gostaria de trazer presente a situação, hoje, vivida pelos povos do Rio Grande do Sul: são 1,3 mil famílias afetadas por essa tragédia. E, claro, famílias indígenas sempre têm crianças, então imaginem o número de crianças e jovens que estão passando por este momento difícil de vulnerabilidade.

Naquele estado, foi criado um coletivo de ajuda humanitária, por toda essa situação, voltada para os povos dali. E esse coletivo tem tanto as organizações indígenas e organizações indigenistas, como também pessoas ou secretarias do estado. Neste momento mais crítico, houve muita assistência, graças à solidariedade do Brasil todo, para com toda esta situação que vive hoje o Estado do Rio Grande do Sul. Mas esse coletivo também está muito preocupado com o pós, com as águas baixarem, porque muitas dessas famílias indígenas tiveram que ser retiradas do local onde habitam, para poderem ser salvas. E, agora, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser preciso reconstruir toda a comunidade, isso desde a estrutura de moradias, estrutura de escola, estrutura de postos de saúde para todo o atendimento.

Então, a gente pede a esta Comissão que... O estado, através do Governo, tem recebido muitos recursos para essa reconstrução do estado. Então, o que a gente solicita é que esta Comissão esteja acompanhando o desenvolvimento dessas ações voltadas para as comunidades indígenas.

Ainda trazendo sobre a questão da vulnerabilidade, eu queria trazer um recorte especial do povo madijá kulina, que é um povo que está no Estado do Acre e do Amazonas, ali na divisa desses dois estados. Seus territórios estão entre o Rio Purus, o Rio Envira e o Rio Juruá. Esse povo, já há mais de dez anos, tem vivido um estado de vulnerabilidade muito grande. É um povo considerado de recente contato, então o contato com a nossa sociedade trouxe impactos imensuráveis a essa população desse povo.

Hoje, sobre a situação da educação escolar em seus territórios, o ensino escolar é insuficiente ou, muitas das vezes, inexistente. Quando existe, a maioria só chega a estudar até o quinto ano. Com isso, também, o Estado deixou de fazer a formação do professor indígena, madijá. E, assim, o ensino médio é inexistente. Então, são números e números de jovens que não podem dar continuidade ao seu estudo porque não existe o ensino médio em seus territórios.

Outra situação muito forte, vivenciada por esse povo, é a questão do acesso à política de assistência social, aos benefícios da política de assistência social. Devido a toda uma burocracia que se faz necessária para se acessar isso, então, cada vez mais, as famílias têm que vir ao município para tirar documento – ainda existem muitas pessoas que não têm o documento. Só que eles chegam às cidades, nas cidades do Acre, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, à beira dos rios, isto é, de mês a mês, dezenas e dezenas de famílias que ali ficam, acampadas à beira do rio. Eles vêm não porque acham bom vir para a cidade. Eles vêm porque querem acessar os benefícios. Para acessar os benefícios, existe a burocracia de tirar documento. Para tirar uma identidade, a Secretaria de Segurança Pública dá três meses para que se receba a identidade. Então, para isso, eles não querem voltar ao território, porque fica a uma semana de viagem de barco até retornar ao território, então, preferem ficar ali na cidade.

Nas cidades, eles sofrem toda a sorte de discriminação e violência também. Nisso, as crianças, ou seja, as meninas são as mais vulneráveis. Porque muitas das vezes elas são obrigadas a oferecer seus corpos para ter um prato de comida. É comum a gente ver nesses municípios crianças e mulheres catando lixo para comer. E o que é mais, assim, terrível, ainda, é que, quando acessam esses benefícios, como também as aposentadorias, existe uma cultura criminosa naquela região, em que os comerciantes, em que as pessoas de má-fé retêm o cartão de benefício dessas famílias, dessas pessoas. Quando eles vêm retirar o seu benefício, aquele comerciante passa o produto três vezes maior que o valor. Então, às vezes, eles chegam dizendo que não têm recurso, porque no outro mês eles já tinham gastado tudo, e, com isso, eles têm que ficar na cidade para esperar o outro mês para poderem ir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma questão criminosa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANILDA TORRES DOS SANTOS – ... muitas das vezes já denunciada. A Polícia Federal já fez várias investidas nesses municípios recolhendo cartões. Já tem pessoas presas, mas a prática ainda é muito forte.

Outra questão é que, na região, não existe coordenador técnico local da Funai nos municípios, então, muitas das vezes, as famílias têm que se retirar do seu território e ir para outro município que não é aquele município, para ver se consegue acessar a Funai, para se retirar uma declaração, quando a mulher tem a criança, para receber o benefício do auxílio familiar, o auxílio-maternidade.

Nesta semana mesmo, no Município de Sena Madureira, na segunda-feira agora passada, tem uma família lá – são várias famílias que vieram em busca do CTL, para ter essa declaração –, eles já estão lá há mais de um mês, no Município de Sena Madureira, e, agora na segunda-feira, uma criança, o filho de dois anos, veio a óbito por desnutrição. Então, eles ficam na cidade, muito vulneráveis, e essa é uma questão estrutural.

Uma das coisas que a gente recomenda é que esta Comissão faça uma visita a essa região, veja a realidade por que está passando, especificamente o povo madijá kulina, tanto nos municípios do Acre quanto no município do Amazonas, nos Municípios de Envira, Eirunepé e Ipixuna, onde o Estado está ausente na efetivação das políticas públicas, onde a Funai está ineficiente, na presença, para se dar atenção às ações que a Funai tem a incumbência de fazer para com os povos indígenas. Sem falar ainda que esse povo vive uma situação de tão baixa autoestima que existem muitos casos de suicídio e as pessoas mais afetadas são jovens.

Só neste ano, na calha do Rio Envira, já foram dois jovens, um de 14 e um de 16 anos, que cometeram suicídio. Muitas das vezes, quando a gente pergunta à família o que leva, o que está levando esses jovens a retirar a vida é justamente tanta discriminação, é justamente tanta ausência do Estado no seu território que os leva a isso.

Se ele chega à cidade para ser atendido em um órgão público, aí pedem o documento, e ele diz que não tem um documento, a pessoa, o servidor público diz: "Então, você não existe, você não é pessoa". O que isso fere, na pessoa, isso é muito forte, e, claro, com toda essa situação, o aumento do alcoolismo também é muito grande, e o alcoolismo só gera muita violência. Nisso, as crianças, as meninas, as mulheres são as mais afetadas.

Então, necessita-se, sim, com urgência, que algo seja feito para que as políticas públicas sejam efetivadas, como preconizam, realmente, essas políticas, e que cheguem a esse povo madijá kulina que está tanto nessa região do Estado do Acre quanto do Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ivanilda, muito obrigada.

E eu já vou até fazer um compromisso de apresentar um requerimento a esta Comissão para a gente ir até a região ver de perto esses povos do Acre que você trouxe aqui. E você também nos lembrou, agora, de manhã, das crianças indígenas do Rio Grande do Sul. Como nós vamos ouvir agora o representante do Ministério dos Povos Indígenas, o Bruno Kanela... Eu não sei se o Bruno Kanela tem números para nos passar sobre as crianças indígenas do Rio Grande do Sul neste momento, se teve algum óbito, como elas estão. Nós estamos acompanhando pela imprensa. A Ministra Sonia tem estado presente lá na região, tem ido muito à região, e a gente quer parabenizar o Ministério dos Povos Indígenas porque eles tomaram iniciativas imediatas para proteger os povos do Rio Grande do Sul.

Gostaríamos de te ouvir. E aí, Bruno, dando uma olhada aqui em todas as perguntas que chegaram, no geral, estão todas perguntando o seguinte, Bruno: tem como a gente ter políticas públicas efetivas para proteger a criança e o adolescente lá na ponta?

E veio uma pergunta bem interessante que faz diálogo com a sua fala, Aureni: como está a discussão para a criação do Conselho Tutelar Indígena?

Então, Bruno, o nosso recorte é a proteção da criança e do adolescente indígena. Muito obrigada por estar conosco. Já agradeço à Ministra Sonia por ter designado você, que é representante do ministério, e me parece que você é de uma coordenação. Eu gostaria que você dissesse qual é a sua coordenação. Eu recebi aqui várias vezes para corrigir.

Pronto. Diretor do Departamento... Não é uma coordenação, mas um departamento. Diretor do Departamento de Promoção da Política Indígena.

Bem-vindo, Bruno Kanela!

O SR. BRUNO KANELA (*Por videoconferência.*) – Bom dia!

Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Sim.

O SR. BRUNO KANELA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Maravilha!

Bom, primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite da Senadora Damares e também cumprimentar a Presidência dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Senador Paulo Paim, por esse convite. E aqui eu estou em nome da Ministra Sonia Guajajara e também em nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da minha Secretária de Promoção e Articulação dos Direitos Indígenas diante do Ministério dos Pobres Indígenas.

Eu estava aqui desde o início, com as devidas vênias à Senadora, que relatou que eu tinha entrado um pouco mais tarde, mas eu escutei a fala da Deputada Federal e fui escutando todas as falas e participando desde o início dessa importante audiência pública que visa discutir as vulnerabilidades sociais diante do quadro que a gente vive nas diversas realidades de norte a sul do país.

Bom, primeiramente, eu gostaria, também, de cumprimentar as pessoas que nos ouvem aqui, as lideranças indígenas que nos ouvem, tanto virtualmente como as que estão no Plenário, e, mais uma vez, agradecer.

Diante das perguntas que me foram feitas e das questões apresentadas, eu gostaria de apresentar para vocês o panorama da criação do Ministério dos Povos Indígenas, no ano passado, em 2023, e todo o trabalho que a gente vem desenvolvendo diante das necessidades apresentadas a esse ministério.

Bom, o Ministério dos Povos Indígenas, ao ter conhecimento das várias participações...

Eu gostaria, também, de agradecer a participação do colega do Conanda, que me citou aqui, eu acho que nem perceberam que eu já estava conectado desde o início. Então, a gente tem feito essa participação junto ao Conanda, o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, justamente com a perspectiva de participar efetivamente desse importante espaço, que a Senadora reconhece como ex-Ministra, um espaço em que se discutem esses direitos, em que a gente abre várias discussões ali com os outros conselheiros, que trazem as realidades distintas e muitas vezes as violações que acontecem.

E aí o ministério, ao tomar conhecimento de várias violações, foi agindo. E aí, eu gostaria de pontuar, primeiro respondendo inicialmente a pergunta da Deputada sobre o Rio Grande do Sul. O Ministério dos Povos Indígenas tem desempenhado ações imediatas, inclusive com servidores *in loco* lá para acompanhar. E todos esses levantamentos de dados estão sendo levantados e serão apresentados para a sociedade em planos de curto e médio prazo e planos estruturantes também, de modo a atender essa emergência climática, que vai muito na linha das discussões que foram trazidas aqui, muitas vezes distintas, sobre a necessidade primordial de defesa das infâncias indígenas.

Então, o Ministério dos Povos Indígenas elaborou parcerias com parceiros importantes e relevantes, como são as universidades e também essa participação nos conselhos, a Unicef e várias instâncias, para compreender. E um dos fatos já narrados aqui, inclusive pelas falas que nos antecederam, é: qual a situação das crianças indígenas do país, das infâncias indígenas? E aí a gente tem que discutir, no panorama de direitos e de políticas públicas, o Marco Legal da Primeira Infância e também o ECA. Então, não ouvi nenhuma fala a respeito dessas políticas estruturantes, por exemplo, à primeira infância indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a gente está passando a atender? Então, o ministério tem propostas de criação de semanas de conscientização, de modo que a gente consiga dar uma resposta a esse desafio colocado aqui, que é o desafio de conhecer essas realidades, de atender. Então, o ministério tem se preocupado em como a gente atender a especificidade, como as lideranças colocaram aqui aos Parlamentares essa nossa preocupação.

O ministério tem presenciado também a situação das crianças indígenas, migrantes e refugiadas. Essa população está em mais de 200 cidades do país. Vocês acompanham muito bem a situação dessas famílias e os desafios são enormes; a xenofobia que essas pessoas sofrem nas cidades brasileiras. Muitas vezes, o racismo e a discriminação são fatores de um desafio, que eu coloco aqui diante também do Senado, que precisa ser observado.

E eu vejo esse espaço desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa de a gente passar a perceber como estão essas famílias que muitas vezes vocês veem nos sinais das cidades brasileiras. Então, o Ministério dos Povos Indígenas tem feito escutas junto a essas famílias e tem percebido, por exemplo, o direito à convivência familiar violado.

Então, a gente tem uma resolução na Funai que garante o direito à convivência familiar e muitas vezes a gente esbarra num desafio de uma criança afastada da sua família porque eventualmente não seguiu aquela necessidade de forma estruturante.

Como foi pontuado pela colega que me antecedeu, a Funai muitas vezes tem recursos limitados; mas a gente tem o MDS, a gente também tem outros ministérios e tem algumas instâncias que a gente lançou ano passado, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, como o Comitê de Proteção Social dos Povos Indígenas. Ali a gente tem trabalhado temas, e o tema das crianças indígenas também pode ser um tema a ser trabalhado.

A gente tem trabalhado de forma transversal em muitas políticas efetivas que estão chegando ao território agora, e aqui eu gostaria de pontuar os editais recém-lançados pelo Ministério dos Povos Indígenas, de apoio à iniciativa das mulheres indígenas, dos esportes – dos programas de esportes –, que destinaram recursos direto para as comunidades indígenas, sobre a cultura e ancestralidade também.

Essas políticas irão atingir essas realidades, como a agricultura ancestral – de produção de florestas e garantia da segurança alimentar nas comunidades –, programas de fortalecimento das mulheres nos biomas, na caatinga e outros.

Todos esses editais visam... gostaria também que aqui nesta Comissão eu tivesse a oportunidade de falar aos parentes para que acessem esses editais do Ministério dos Povos Indígenas, que vêm com toda a especificidade de acesso para que os indígenas consigam acessá-los com menos burocracia, que é o que os movimentos indígenas reivindicam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de apresentar para esta Comissão o apoio que eu sei que temos para que todas as questões discutidas em relação às infâncias indígenas passem e respeitem a OIT, que estabelece o direito à consulta livre e informada.

O ministério passa por outras Comissões, aqui também do Senado e da Câmara, sempre ressaltando esse direito fundamental, então é importante que tenham mais organizações indígenas em nível nacional, é importante que a gente tenha organizações indígenas convidadas – como a Damares o fez aqui nesta audiência, e eu a parabenizo por isso.

E o ministério tem se movido. Mais uma vez voltando a essa questão das crianças migrantes e refugiadas, a gente tem aqui, nesse fluxo de indígenas venezuelanos em mais de 200 cidades, mais de mil crianças nascidas no Brasil, e que, portanto, são brasileiros. O ministério também já tem tido iniciativas inclusive de acesso à documentação civil dessas crianças, porque a gente sabe que a documentação civil também é um meio pelo qual você reconhece essas pessoas como sujeitos de direito, que têm o seu registro civil garantido e que não passam por vulnerabilidades por causa da documentação civil. Não se deve permitir que vulnerabilidades não sejam observadas porque, eventualmente, essas famílias estejam com a documentação irregular.

De todas essas iniciativas do ministério, também foi falado aqui na audiência da situação dos ianomâmis. Em parceria com a nossa fundação, com o Ministério dos Direitos Humanos, com o Ministério das Mulheres e com o DSEI, a gente tem criado redes interinstitucionais de enfrentamento à violência contra mulheres e crianças ianomâmis.

Eu sei que a Comissão irá enviar para o ministério todas essas questões e a gente, de pronto, irá respondê-las.

A gente tem participado também do Pacto pela Escuta Protegida, que vocês devem conhecer, que é um pacto ali no âmbito do Ministério da Justiça. Então, como é que essas crianças vítimas de violência têm... quais são os protocolos usados para essas crianças vítimas de violência?

Então a gente tem procurado participar e envolver também, na discussão, as demais comunidades. Os desafios são enormes. Todo mundo aqui tem consciência desse desafio, das violações de direitos que, muitas vezes, acontecem; mas o Ministério dos Povos Indígenas se coloca à disposição das instituições, desta Comissão, para que a gente possa enfrentá-los em conjunto, cada vez mais com a participação efetiva de todos os responsáveis que têm o dever de cuidar dessas políticas.

E nós temos feito a nossa parte, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, com todos os desafios, quando provocados também. E muitas ações, a gente tem suscitado também para que elas aconteçam e sejam cada vez mais apoiadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu finalizo a minha fala aqui e, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui nesta Comissão. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bruno, obrigada pela sua participação. Bruno, você tem o sobrenome Kanela. Você é indígena? Você pode dizer de que povo e onde fica o seu povo?

O SR. BRUNO KANELA (*Por videoconferência*.) – Isso, Senadora. O povo kanela originalmente era do Maranhão. Mas o povo kanela também passou por esses processos de dizimação. E aí, o povo kanela, do qual eu faço parte, é da região do Araguaia. Então a gente está ali na região do Araguaia. E estou aqui hoje em Brasília, na missão junto da Ministra Sonia Guajajara.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bruno, eu fiz questão de chamar a atenção sobre você ser kanela, porque a gente viu hoje passar aqui nesta audiência indígenas ocupando espaços de poder e de decisão no Brasil. A representatividade ainda é pequena. É pequena, Vanessa, mas eles estão fazendo um trabalho incrível, e a gente já... Nós estamos com três Deputadas com mandato, três indígenas, nenhuma Senadora. Está na hora de a gente eleger um Senador indígena, não é? Nenhuma Senadora. Mas a gente tem três Deputadas Federais, nós temos Deputados Estaduais no Brasil. Nesta eleição de 2024, tem muitos indígenas pré-candidatos. E eu fico muito feliz – muito feliz.

Mas às vezes, lamentando, Bruno. E aqui eu quero até resgatar, tem tudo a ver com a nossa audiência, o Senador Aloizio Mercadante, quando estava aqui no Senado, apresentou um projeto de lei sobre adoção de crianças indígenas, Bruno. O projeto foi para o arquivo, porque ele deixou de ser Senador, mas a gente pode recuperar. Mas o que é que eu lamento? Que muitas crianças indígenas estão tendo acesso depois de terem sido adotadas por comunidades não indígenas.

E eu vou falar o meu exemplo, Vanessa. Eu tenho uma filha indígena. Ela está bem, mas... E eu não vivo sem ela. Mas a minha filha deveria ter tido todas as oportunidades que ela tem comigo lá na comunidade. Ela ama o povo dela, ama muito. Está se preparando para voltar, para ajudar o povo.

Mas a Aureni também é mãe adotiva. A Aureni é fulniô e é mãe adotiva de uma xavante, que é autista, que tem autismo. E essa menina deveria ter tido todas as oportunidades que a Aureni dá lá na comunidade. Marcia Suzuki, que apareceu aqui, é mãe de uma criança indígena, zuruahã, que está superbem, formada nos Estados Unidos, mas tinha que ter tido essa oportunidade lá, Ivanilda.

Então, esse projeto, eu quero que todas as crianças, não só as adotadas, que estão... Silvia Wayãpi teve as oportunidades fora. Por que não na comunidade? Por que não serem doutoras na comunidade? Por que não estarem lá, se formando com o seu povo? Eles são felizes lá na comunidade, têm as necessidades, mas eles amam, eles têm uma identidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai ter que falar sobre isso, mas, te ver, Bruno, num cargo de direção num ministério tão importante, nos dá muito orgulho, nos dá muita alegria. E, que mais crianças cheguem aonde vocês chegaram! Vocês estão inspirando – a Aureni, a Vanessa, o Bruno... Vocês estão inspirando milhares – por que não falar: daqui a pouco, milhões – de crianças indígenas no Brasil.

Parabéns, Bruno!

Nós estamos chegando ao final da nossa audiência. Nós temos aqui uma liderança indígena ianomâmi, e a gente está achando bem bacana os ianomâmis estarem aqui, porque são os povos ianomâmis que ficaram recentemente no foco, recentemente se falou muito de ianomâmi, e a gente está vendo que são várias lideranças. Não existe um único líder ianomâmi, são várias lideranças ianomâmi. Já passaram dois por aqui hoje, e nós temos aqui algumas lideranças ianomâmis.

Eu queria muito ouvir, por cinco minutos – porque não estava previsto, a gente tem que terminar a audiência pública. Por cinco minutos, queremos ouvir muito, com muita expectativa, o Pajé Geraldo Yanomami.

E eu sei que a gente não fala pajé em ianomâmi. Como é que a gente fala em ianomâmi?

O SR. PAJÉ GERALDO (*Fora do microfone.*) – Tuxaua.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tuxaua. Isso! Nós estamos aprendendo: Tuxaua.

Seja bem-vindo, nós gostaríamos de te ouvir, especialmente sobre crianças, proteção de crianças ianomâmis.

O SR. PAJÉ GERALDO (Para expor.) – Boa tarde. Já é de tarde, já está quase se finalizando a audiência pública.

Eu vou falar diretamente das nossas crianças nos territórios dos povos indígenas. Eu represento o povo indígena ianomâmi, sou Presidente da associação em que eu trabalho com esse meu povo, do Amazonas.

Sobre as crianças, como a gente fala, há vulnerabilidade. Então, as nossas crianças ficam mais isoladas, nos nossos povos indígenas, dentro do território. As nossas crianças ficam deficientes também, nascem, também, prematuras. Eu vou falar diretamente. A gente não pode dizer que há assistência específica – a gente não tem. Nos nossos territórios é difícil para a gente cuidar das nossas crianças que não têm nutrição, porque todas as nossas aldeias, todas, são isoladas.

Eu posso dizer que a mãe que cuida das crianças e o pai que cuida dessas crianças têm pouca assistência para a criança não ficar na desnutrição, porque a gente não tem a alimentação específica, não tem uma pessoa que cuide. Aqui não tem nutricionista, isso não existe dentro do nosso território. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmos, nós próprios cuidamos das nossas crianças e não temos nossas crianças nutridas, porque cada vez vão pegando a diarreia, cada vez vão pegando as gripes, cada vez vão adoecendo devido aos mosquitos que transmitem malária. Aí as crianças ficam nessa vulnerabilidade, desnutridas. Às vezes, a mãe não tem quase o leite do peito, e as crianças ficam nessa situação.

A criança nasce deficiente. A primeira vez, tinha aquelas crianças que perderam a vida por causa da deficiência. Muito tempo tinha, e hoje não tem. Então, hoje, quem vai ter responsabilidade para cuidar das crianças que nascem deficientes é a mãe e o pai, sem uma pessoa específica, que é o nutricionista, e não tem, não tem como participante.

É difícil ter gente que cuide de crianças desnutridas, mas, cada vez mais, a gente perde nossas crianças também por estarem desnutridas. A desnutrição fica grave, pega uma anemia, porque o pai e a mãe só cuidam das crianças, e não tem a participação de uma pessoa específica que cuide das crianças. Para as nossas crianças criarem um fortalecimento melhor, tem que ter uma pessoa que estudou, que conhece, que saiba cuidar de crianças desnutridas, e hoje a gente não tem. Tem equipe de saúde lá dentro do nosso território, que só tem enfermeiro ou enfermeira e técnico de enfermagem. E não tem como. Essa equipe que está lá não tem curso para cuidar de desnutrição, não tem nutricionista. Então, nesse caso, a gente fica muito preocupado.

Não tem escola, não tem assistência de saúde melhor para a vida das crianças, e não tem. É difícil para a gente fazer com que cuidem das nossas crianças. Onde ficam mais sadias também as crianças, para não perderem o peso as crianças? Na escola, porque tem a merenda lá dentro, e não tem. Não tem escola específica para ficarem as crianças. Não tem assistência, como eu falei. Então, essa é a nossa preocupação, de nós, que somos liderança.

Então, finalizando minha fala, eu participo desses eventos todos, porque sou ianomâmi e fico na aldeia. Eu sou liderança da aldeia, que representa o povo ianomâmi.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Líder, como é bom te ouvir.

Nós estamos discutindo aqui direitos e ele traz o básico do básico. Foi o que a Aureni falou também: comida, nutrição.

Se eu tiver as crianças nutridas, alimentadas, eu posso falar em outros direitos; mas se elas não estiverem alimentadas e, como o senhor disse, às vezes eles ficam lá, sem um nutricionista orientando o que comer, porque às vezes só tem aquilo, mas a gente podia ter mais programas voltados para orientação nutricional de verdade. E a gente sabe que é o desafio da Sesai, mas a gente sabe como é difícil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente com os povos ianomâmis. Eu estava conversando com a Vanessa sobre o quanto se gasta de voo. Às vezes, é um avião para ir lá pegar uma criança e trazer. É tudo muito caro – muito caro.

A gente precisa entender, tudo o que envolve, especialmente as comunidades ianomâmis.

Mas, olha, tem muita preocupação com vocês nesta Casa, especialmente nesta Comissão. Nós temos um Presidente, que inclusive não está aqui hoje, porque está no Rio Grande do Sul, não é? É o nosso Presidente, que está passando um momento difícil, o Senador Paim, trabalhando muito... Ficou aqui esses dias trabalhando muito e muito preocupado com os indígenas do Rio Grande do Sul.

Mas, assim, acredite, tem muita gente aqui no Senado Federal com um olhar especial para os ianomâmis.

Acredite, diante de todas as dificuldades que vocês estão passando, ainda hoje – e já estive em algumas audiências com o Beto, que está sempre falando... É um problema que vem de anos, mas a gente vai ter que resolver. Não vamos ter mais que ficar no discurso. Faz tempo que isso está acontecendo lá. Nós vamos ter que encontrar uma solução. E sei que a Sesai está empenhada, a Ministra Sonia está empenhada e o Congresso também está empenhado.

E aí a gente está indo para o final de nossa audiência pública.

Eu fiquei muito feliz com a participação de todos.

Nós ouvimos algumas propostas, mas nós ouvimos o Renato falar. E aí, Bruno, quero que você preste atenção nisso aqui. O Renato falou que ele está numa associação com 75 crianças em situação de vulnerabilidade. São crianças com deficiência. E o nosso líder aqui falou: Como cuidar de uma criança ianomâmi com deficiência, no meio do mato? Como cuidar de uma criança com autismo lá no meio da floresta? Como cuidar de uma criança com síndrome de Down lá na floresta? E aí a gente sabe que os povos às vezes não conseguem cuidar delas.

Mas deixa eu fazer uma pergunta para vocês. Uma criança não indígena, aqui na nossa sociedade, em situação de vulnerabilidade, recebe um BPC de um salário mínimo. Bruno, escuta isso. Se o Renato está com 75 crianças indígenas com deficiência... Sanumá, ele não teria direito, essas crianças, cada uma, a receber um salário mínimo de BPC? Quanto já iria, só para essas crianças lá?

Aí, tem muita gente que fala assim: "Mas o que é que o indígena vai fazer com o dinheiro no meio do mato?" Eu já ouvi muito isso. Mas será que não está na hora de a gente pensar em um BPC verde? Esse benefício ir para essa criança de uma outra forma? Mas a criança com deficiência indígena ter as garantias que as crianças que as crianças com deficiência não indígenas têm em nossa sociedade? Será que nós não deveríamos estar pensando nisso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é fácil para o Renato cuidar sozinho de 75 crianças com deficiência. Não chega lá, o recurso não chega. Mas, se essas 75 crianças estivessem aqui na cidade, as famílias teriam direito a um salário mínimo. Vamos falar sobre isso? É isso que a gente quer, a partir desta audiência, Bruno.

Qual é a política pública que nós temos para a criança indígena e para a criança não indígena? Nós somos uma única nação. Todas as políticas públicas têm que chegar a todos. A legislação que nós construímos aqui tem que ser para todos. Nenhuma criança pode ficar para trás no Brasil.

Então, esta audiência veio muito para a gente fazer essa discussão e nos colocar, Bruno, bem como a Sesai e a Funai, à disposição. Esta Comissão fazer essa discussão. A proteção, de fato, da criança indígena, do adolescente indígena lá na área.

Nós vamos encerrar, mas não sem antes a Vanessa responder a duas perguntas iniciais. As demais a gente vai enviar por *e-mail*.

A Vanessa responde, e aí a gente já vai encerrar a nossa audiência pública.

A SRA. VANESSA BARROSO QUARESMA (Para expor.) – Faço uma fala que vai contemplar o Paulo, de Rondônia, a Gabriela, do Mato Grosso, e Lux, do Distrito Federal.

Então, para quem chegou agora, eu me chamo Vanessa, sou indígena kuruaya e estou hoje lá na Sesai, no Departamento de Atenção à Saúde Primária dos Povos Indígenas.

Nós temos uma organização, dentro da secretaria, em departamentos. Um destaque: nós fazemos a atenção primária dentro dos territórios indígenas, e, para isso, a atenção primária tem que proteger, prevenir doenças e promover saúde dentro desse cenário primário.

A pergunta foi: "Como é que nós, enquanto instituição, estamos fazendo essa força-tarefa de manter essa infraestrutura melhorada dentro dos territórios indígenas?".

Apesar de os recursos financeiros ainda não serem suficientes, existe um departamento de saneamento ambiental que faz esses levantamentos de necessidades dentro dos territórios.

Não conseguimos contemplar 100%, mas são feitos esses levantamentos para a infraestrutura de unidades básicas de saúde indígena. Só que esse departamento, além de buscar solução para levar a essa unidade básica, também trata da questão do saneamento local, de criar sistemas para que se possa fornecer água.

Nós sabemos que água é saúde. A partir do momento em que o nosso território tiver água limpa e potável para poder manusear alimentos, fazer o alimento das crianças e de toda uma família, nós diminuiremos gradativamente a questão das doenças que vêm desse movimento hídrico. Então, é ainda um trabalho que está sendo feito, com algumas melhorias que precisam serem realizadas, mas o departamento vem fazendo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram feitas algumas falas aqui com relação à própria Senadora... Foi feita uma fala sobre a questão das pistas para aeronave, de que nós precisamos bastante, para as remoções ditas dentro do território, as contrarreferências. Nós temos esse acesso ainda muito difícil, porque muitos povos indígenas, são eles mesmos que fazem a manutenção dessas pistas, são eles mesmos que fazem a manutenção de estradas, para que o seu filho, a sua esposa, a sua família possa ter aquela remoção, e nós não temos ainda esse apoio de outras instituições que pudessem nos ajudar nessa condição de acesso, seja terrestre, seja aéreo.

Com relação à questão da redução da mortalidade infantil, a Senadora destacou muito bem que os povos indígenas, nós, povos indígenas, precisamos ter esse acesso dentro dos territórios. É na área da educação, é na área social, é na área da saúde.

Não se tem essa política de fazer com que se tenha fora. Não; é para se ter dentro. E, para se ter dentro, é preciso fortalecer o que já se tem de saberes – saberes originários, saberes ancestrais.

Cuidar da mulher é cuidar do corpo, é cuidar do território. Nosso corpo é o território. E, para o nosso corpo estar bem, nosso território tem que estar bem, seguro, com proteção mesmo de todos os órgãos que possam nos dar esse apoio.

O bem viver, que muito trabalhamos, depende da nossa terra para que nós possamos plantar e colher, para que os especialistas indígenas, os pajés, os raizeiros, os tuxauas e as parteiras possam fazer as suas práticas protetivas e de cura dentro do seu território. Para que aquele povo, no momento que se faz um parto dentro da aldeia, possa ter a terra para guardar a placenta, porque tem toda uma história, uma simbologia, de se guardar aquela placenta dentro daquele território, dentro da casa, embaixo da rede. Isso depende de etnia para etnia.

Nós, enquanto Sesai, a nossa política hoje é fortalecer esses cuidados protetivos, fortalecer esses cuidados originários, para se cuidar da mulher, da criança, do velho, de todo o povo.

Estamos fazendo qualificação, com o componente intercultural, dentro de alguns territórios, neste primeiro semestre, para trazer um espaço de diálogo entre os profissionais de saúde, os especialistas indígenas, o controle social e toda a comunidade indígena.

Eu sou parteira. Sou parteira e sou enfermeira, mas não fiz obstetrícia. Aprendi a partejar dentro dos povos indígenas asurinis. Aprendi a assistir um parto, a cuidar no momento de um parto. E, para nós, esse cuidado da parteira e dos demais especialistas indígenas é que fortalece o pré-natal, é que fortalece o cuidado com a criança.

Se uma mulher gestante tem o cuidado de uma parteira indígena, ela passa a ter mais saúde, porque, desde a alimentação, daquela prática da atividade do dia a dia, que ela deixa de fazer por ser uma regra do seu povo, ela vai estar protegendo o seu corpo, o seu bebê, todo o seu território. Então, essa integração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saberes originários, de cuidados protetivos, de práticas de cuidados ancestrais, é o que estamos fazendo dentro dos territórios.

Ainda não estamos contemplando a todos, mas, até o alcance do que foi planejado, nós precisamos estar dentro dos territórios, fazendo com que isso seja possível.

Triagem neonatal dentro dos territórios indígenas e coleta do teste do pezinho são algo que já é realidade dentro dos povos indígenas. Lá no Alto Rio Negro, nós temos equipes entrando em território, levando sete dias dentro de um barco, para coletar o teste do pezinho, levando saúde até essas populações. Um dos objetivos é que não seja só o teste do pezinho.

"Vanessa, está contemplando todos os territórios?" Não, gente, não está contemplando, mas são passos que estão sendo iniciados, para que nós possamos identificar algumas crianças que possam já estar sinalizando algumas deficiências que podem ser tratadas naquele tempo curto de vida; e, sabendo, a gente leva assistência.

Eu tenho também algo para falar com vocês, com relação aos jovens indígenas, que, infelizmente, está sendo evidenciado.

Nós falamos muito sobre o suicídio dentro de algumas comunidades, foi dito aqui. Quais são as causas? Quais são as causas dessas violências cometidas contra seu próprio corpo? É só discriminação? É só a questão do álcool, da droga? São só alguns fatores pontuais? Talvez não. Talvez seja algo sobre o qual nós possamos sentar e pensar mais.

Nossos jovens indígenas já deixaram de fazer práticas protetivas, de participar de rituais de passagem daquela fase de criança para a de um grande guerreiro. Nossos jovens já não têm mais os fazeres do artesanato, da caça, da pesca. Precisa-se de projetos, de intervenções, de que se fortaleça a originalidade desse povo.

Eu acredito muito nessa política de nós estarmos dentro. Não queremos crianças dentro da Casai. Não queremos crianças dentro da média e alta complexidade das capitais, das cidades. Não queremos isso. Nós queremos que elas estejam dentro do território, que não seja preciso serem retiradas, mas é necessário que se tenha retaguarda de todos, desde a área social, desde a área de média e alta complexidade das instituições que possam nos dar esse apoio.

Então, nós estamos aqui também nos colocando disponíveis, enquanto instituição, para que tenhamos espaços. Só vamos conseguir mudar muito o cenário com isso aqui, dialogando, escutando vocês, escutando o que vocês querem dentro dos territórios e o que nós podemos, enquanto instituição, trabalhar para melhorar.

Existe o Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas, que é o IAE-PI, mas nem todos os municípios, os estados, aderem. Eles não aderem! É uma das perguntas aqui. Como é que está sendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"E se a gente garantir, Vanessa, vagas dentro dos hospitais? E se a gente garantir vaga diferenciada?" Não é só garantir. Precisa-se também adequar.

Se o indígena vai para dentro de uma área hospitalar, não é confortável deitar em cima de um leito. Não é confortável para mulher indígena nenhuma parir em cima de uma maca, em cima de uma cama. Não é! Então, o que se precisa não é só disponibilizar leito para crianças e adolescentes, mas é atender as especificidades étnicas. Nós somos 305 povos, e ainda há mais ainda não registrados. Então, é pensar em todas essas especificidades para que se tenha esse resultado mais positivo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vanessa. Você deu uma aula para todos nós agora. Muito obrigada.

A gente está encerrando.

Olha, o Mimica, ianomâmi, está atento, ele pediu a mim que corrigisse: nem todas as 75 crianças que estão lá têm deficiência. Ele tem crianças com deficiências, mas nem todas; mas, mesmo estando em situação vulnerável, têm direito ao Bolsa Família se estão estudando, concorda?

Aqui a gente encerra fazendo um pedido. A Ivanilda trouxe algo muito grave.

A SRA. MARIA AURENI GONZAGA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Eu queria dizer para a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARIA AURENI GONZAGA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – ... uma grande questão das crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar.

A SRA. MARIA AURENI GONZAGA DA SILVA (Para expor.) – Só para contribuir, porque a grande questão de as crianças deficientes não estarem recebendo benefício é a dificuldade do laudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Da perícia.

A SRA. MARIA AURENI GONZAGA DA SILVA – A gente não consegue dar o laudo e o documento. Precisa-se ter uma política de acesso ao laudo das crianças indígenas. Elas ficam lá sem nenhum diagnóstico, aí não tem como você acessar o benefício. Isso tem acontecido nas comunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem colocado, Aureni.

A D. Ivanilda trouxe uma denúncia e aqui eu quero fazer um alerta a todo o Brasil: se você sabe que tem alguém pegando o cartão do benefício do Bolsa Família, do BPC de um indígena e retendo em algum comércio, denuncie! Você pode ligar no Disque 100. A denúncia é anônima, você não vai aparecer. A gente não vai tolerar esse tipo de prática. Denuncie! Muitas mães indígenas, de forma inocente às vezes, entregam o cartão para alguém sacar para ela, e aí sacam o valor e dão ali alguns centavos e ela acha que é só aquilo. Denuncie! Nós temos o Ministério dos Direitos Humanos para isso.

Denuncie também todo tipo de violência contra crianças, adolescentes indígenas. Se você souber que uma criança indígena está passando por alguma situação de violência, denuncie! A sua denúncia pode ser anônima. Você não aparece, você é protegido ao fazer a denúncia. Se souber, seja qual for o tipo de violência contra a criança indígena, ligue ao Disque 100 imediatamente.

Por último, eu não sei se é porque viram o nome Cimi aqui e sabem que a Senadora é evangélica, fizeram a seguinte pergunta e a gente encerra aqui: "Quais os mecanismos do Estado para garantir a proteção das crianças e adolescentes indígenas em relação ao aliciamento religioso?".

Vou te dizer uma coisa: nem todas as instituições religiosas que estão em área indígena, como o Cimi, estão lá evangelizando. Elas estão lá cuidando da saúde, da educação, prestando assistência social. Que isso fique muito claro.

Mas eu preciso falar sobre o direito à religião. Eu quero todos os direitos que eu tenho para o indígena. Eu tenho o direito de conhecer todas as religiões, é um direito humano. O indígena também tem o direito de conhecer e pode escolher a religião que quiser. É direito dele!

Então, assim, se eu começar a cortar direito do indígena, hoje eu corto esse, amanhã eu corto aquele, se a cada dia eu fico cortando um direito, daqui a pouco a gente corta tudo.

A gente quer muito que os indígenas mantenham suas práticas culturais, os seus rituais, são muito bonitos e tudo, mas dizer que uma pessoa não pode entrar numa comunidade indígena porque ela é religiosa? Nós temos instituições como a Asas de Socorro que disponibiliza 12 aeronaves para cuidar das áreas indígenas e ribeirinhas. Só porque são religiosas não podem ir?

Então, vamos ter muito cuidado com o preconceito com as instituições católicas, com as instituições evangélicas e com as instituições espíritas, que muitas vezes estão ali para ajudar o poder público a cuidar dos nossos povos.

Muito obrigada a todos vocês que vieram a esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter as notas taquigráficas e registro aqui um agradecimento à minha assessoria; ao Dr. Esequiel, que morou 19 anos em comunidade indígena, comunidade inclusive isolada; ao Dr. Toccolini, que foi, Vanessa, Secretário Nacional de Saúde Indígena no Governo Temer, e está ali sentado acompanhando; a todos vocês que participaram desta audiência; à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, que faz um trabalho incrível, eu falo que são os nossos heróis anônimos que ficam ali de forma anônima; a todos os membros da Comissão que aprovaram este requerimento; e ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim, que está vivendo um momento muito difícil, por ser o Senador mais antigo do estado, imaginem as demandas que ele está recebendo do Rio Grande do Sul.

Que Deus abençoe o Estado do Rio Grande do Sul, que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigada, Ivanilda, agradeça ao Cimi, e a todos que participaram de forma *online* ou presencial.

Nós agora damos por cumprido o objetivo desta audiência pública, desta sessão, e nós a encerramos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Gente, eu gostaria de chamar os indígenas para fazer uma foto bonita aqui com a gente e quem quiser vir também. É uma foto que a gente deixa no arquivo da Comissão.

Venham aqui com a gente.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 33/2024 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: Debater sobre: "O cancelamento unilateral dos planos de saúde coletivos por adesão, que atingem diretamente pessoas hipervulneráveis". Participantes: Letícia Fantinatti de Mello, Sócia Fundadora da Associação Vítimas a Mil; Juliana Elvira Herdy, Mãe atípica; Fabiane Alexandre Simão, Mãe e Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos; Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores - IDEC; Robson Santos Campos, Diretor de Assuntos Jurídicos da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/SP; e Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: encaminhar ofício a ANS com os seguintes relatos: Dificuldade de encontrar clínicas credenciadas para atender o filho atípico. Quando há clínica credenciada, a fila de espera é grande, demorando para ser realizado o atendimento. O processo de reembolso também é dificultado pelos planos de saúde. Relata falhas no processo de portabilidade no site da ANS. Ocorre também que a ANS responsabiliza os planos pela portabilidade, enquanto os planos responsabilizam a ANS pela portabilidade. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 33, de 2024, da CDH (Comissão de Direitos Humanos), de minha autoria, para debater sobre o cancelamento unilateral dos planos de saúde coletivos por adesão, que atingem diretamente pessoas hipervulneráveis.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós temos os seguintes convidados para esta audiência pública: Letícia Fantinatti de Mello, Sócia-Fundadora da Associação Vítimas a Mil, por videoconferência; Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), também por videoconferência – todos, aliás, por videoconferência –; Fabiane Alexandre Simão, mãe e Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos; Robson Santos Campos, Diretor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Jurídicos da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo (Procon-SP); também a Juliana Elvira Herdy, mãe atípica; e Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Havia sido convidada também a Sra. Marília Mendes de Souza, mãe e advogada; porém, por motivos de agenda profissional também, ela não pôde participar desta videoconferência, videodiscussão, audiência pública, também neste horário. Então, eu quero só dizer para a Dra. Marília Mendes de Souza que ela é muito bem-vinda em todos os debates que acontecerem aqui na Comissão de Direitos Humanos, que tem a Presidência do Senador Paulo Paim, pessoa extremamente vinculada à área de realização de cidadania, de direitos, de promoção do ser humano.

E eu, em primeiro lugar, inclusive, peço desculpas a todos os participantes e a todas as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, porque esta audiência pública já deveria ter sido realizada em data anterior. Tivemos que transferi-la em função de necessidades pessoais da minha parte. Então, estamos realizando nesta data, o que de uma certa forma também é bom, para a gente saber exatamente, depois de um tempo – um mês e meio, dois meses –, como é que a situação está transcorrendo nos dias de hoje, o que aconteceu e o que está acontecendo no dia de hoje, para que todos nós, no Senado Federal, estejamos na Comissão de Direitos Humanos ou na Comissão de Saúde, na de Assuntos Sociais ou em outras Comissões, possamos tomar as atitudes adequadas a favor das pessoas que necessitam desse apoio, tanto dos planos de saúde como do próprio poder público, para que os seus direitos sejam assegurados.

Então, para nós vai ser muito importante e necessário o ponto de vista das famílias e também o ponto de vista dos consumidores e do Ministério da Justiça, para sabermos os caminhos a serem percorridos nessas interações todas que acontecem dentro do Congresso Nacional.

Nós vamos convidar primeiro as famílias, para que, no final, a defesa dos consumidores e também o ministério possam, em função do que tiver sido colocado pelas famílias, se manifestar. E, ao final, eu darei novamente a palavra a todos e todas que participam desta audiência pública. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar as boas-vindas, em primeiro lugar; agradecer toda a estrutura da Comissão de Direitos Humanos; saudar todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação pelo Brasil; e também agradecer aos meios de comunicação, todos eles, do Senado Federal, disponíveis para transmitir esta audiência pública em horários diferentes e recepcionar as dúvidas e questionamentos, que podem acontecer no dia de hoje ou na sequência. O assunto não se encerra na audiência. Hoje é para vermos o estado em que as coisas se encontram, para que outras medidas possam ser tomadas e tenhamos desdobramento desta audiência pública. Está bem?

Sejam todos e todas muito bem-vindos.

Eu só gostaria de saber se a Juliana já está conectada... (*Pausa.*)

Juliana... Ainda não? (*Pausa.*)

Parece que não, não é?

Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra à Letícia Fantinatti de Mello, que é Sócia-Fundadora da Associação Vítimas a Mil.

Com a palavra.

A SRA. LETÍCIA FANTINATTI DE MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui representando a associação num tema tão relevante, que é esse da saúde.

Achei bem interessante quando o senhor disse que a audiência de hoje, apesar de ter sido adiada, seria mais interessante hoje, para saber como que estão as coisas. E, de fato, eu venho acompanhando bastante, diariamente, nas redes sociais, pela associação, e os cancelamentos permanecem, tá?

Não existe um critério. Então, esses cancelamentos, apesar da reunião que teve com o Presidente Arthur Lira, eles continuam. As pessoas continuam tendo problemas, não só com os cancelamentos, mas com os descredenciamentos. Em alguns casos, não realizaram cancelamento, mas descredenciaram os locais, e as pessoas estão com os mesmos problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para continuarem seus tratamentos. Então, eu diria que dá no mesmo ter cancelado ou só descredenciado.

E esse descredenciamento está se dando de uma maneira tão grande que eu poderia dizer que já não é nem mais só descredenciamento, mas sim uma redução de rede. Todos nós temos conhecimento de que as operadoras querem verticalizar o atendimento, ou seja, trabalhar só com rede própria, e, com isso, eles estão descredenciando – isso é geral, todas – os locais.

Na semana passada, eu tive um exemplo de uma senhora de 76 anos que mora em Barueri, não tem um plano tão barato para dizer: "Olha, é um plano básico", não. Ela tem um plano em que ela paga em média R$5 mil/mês, teve uma enxaqueca e foi no pronto atendimento de Barueri. Chegando lá, ela descobriu que estava fechado, que tinham encerrado as atividades, e ela foi informada para ir até o Hospital Nove de Julho, que é o mais próximo, ali mesmo em Barueri, para que pudesse fazer um pronto atendimento, seria uma emergência. Ela, depois, percebeu que ela tinha um comunicado por *e-mail* de que seria substituído pelo Nove de Julho. Isso fica só no papel. Chegando ao Nove de Julho, eles não atendiam o plano dela; e aí o local mais próximo seria a cidade de Osasco ou o bairro da Liberdade, em São Paulo, ou seja, muito longe.

Aí ela me procurou, e eu pedi para que ela fizesse uma NIP – entrasse na ANS e fizesse uma NIP – e comentasse sobre esse descredenciamento, porque foi de uma região, a região de Barueri, que hoje não tem um pronto atendimento da Amil. Ela tentou fazer essa NIP. É lógico, pelo *site* é impossível, todos nós já sabemos que... Eu até fiz uma reunião com a ANS para tentar entender melhor essa história da NIP, de entrar pelo Gov.br e que conta bronze não pode fazer, só se for prata e ouro. E eles me falaram que isso é uma questão de segurança, porque eles têm muita invasão no *site*, então, para a segurança de dados, eles tiveram que acabar fazendo pelo Gov.br. Só que, pelo Gov.br, é quase impossível de fazer.

Então, a gente está assim, entre a cruz e a espada, porque a questão de segurança da ANS a gente entende, mas também a gente entende que o consumidor, o cliente hoje não consegue fazer uma NIP, uma reclamação sobre um problema que está ocorrendo com a operadora no órgão oficial, porque a dificuldade é grande. Você não consegue entrar se não for conta prata ou ouro, e, quando você entra, tem um tutorial para você fazer a NIP, é muito complicado. Tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso vai... A ANS se baseia, para punir uma operadora, pelas NIPs, só que as NIPs não conseguem ser feitas. Então, assim, está fácil! Você pergunta hoje na ANS se tem algum problema, e eles dizem que está tudo dentro do padrão, que aumentou um pouquinho a reclamação, mas que é o normal. Na verdade, se você for em qualquer outro órgão... *site* não oficial ou mesmo nas nossas redes sociais, a gente percebe que as coisas estão bem complicadas.

Resumindo, essa senhora fez por telefone, e a atendente ainda disse para ela que iria fazer em caráter extraordinário. Como ela acabou pagando o atendimento, porque ela estava muito mal e não tinha condições de dirigir até a cidade de Osasco, então a atendente iria fazer em caráter extraordinário para ver se ela conseguia receber alguma coisa de volta, mas que a distância hoje para um descredenciamento é de 50km.

Até onde eu conheço a resolução da ANS, seria 8km, tanto que a Associação Vítimas a Mil solicitou uma nova reunião com a ANS para tentar entender esse km que passaram por telefone, porque, até onde a gente sabe, descredenciou um local, em 8km de distância você poderia colocar outro de igual qualidade, enfim, e não é o que está acontecendo. Então, além dos cancelamentos, agora eles estão mascarando como descredenciamento. "Ah, eu não posso cancelar? Beleza, então eu vou tirar tudo que você tem de local para fazer tratamento e vou deixá-lo praticamente sem local, ou seja, procure...". Porque a nova resolução inclusive diz que as operadoras podem realizar o descredenciamento e que, se o cliente não estiver satisfeito, eles dão a oportunidade de fazer uma portabilidade sem carência. Até nessa hora eu me pergunto: para quê contrato, não é? Basta apenas mandar o boleto, a gente paga; não está feliz, a gente paga a portabilidade, porque é permitido que faça esse descredenciamento. Então, estão bem confusas essas regras pela ANS, e a associação pediu, inclusive, essa nova reunião para tentar entender o que está acontecendo.

A ANS, que seria o órgão que deveria apoiar, que é o órgão oficial que deveria apoiar, tem essas falhas por questões de segurança, segundo me foi informado, com isso as operadoras estão certas de que vão ficar isentas de punição. Então, é bem preocupante essa parte, e os clientes estão realmente bastante desamparados, está?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que seria interessante a gente poder ver uma maneira para que a ANS acompanhasse a realidade, porque, num dia desses mesmo, eu conversando com o Presidente da ANS, o Dr. Paulo Rebelo, eu comentei com ele que nossa associação e as nossas redes sociais estão, assim, lotadas de reclamação com a questão da Golden Cross. A Amil absorveu os clientes da Golden Cross e nós estamos vendo exatamente o que nós vivemos em 2021, que foi quando eu tive omissão de socorro. A APS... A gente tinha sido vendido para a APS; mandaram-me uma carta dizendo que nada mudaria, que a minha rede continuaria a mesma, que os meus atendimentos continuariam os mesmos e ocorreu o fato de eu ter omissão de socorro por descredenciamento. E hoje a Golden Cross está passando pela mesma coisa. São planos caros, dos quais as pessoas receberam a cartinha de que passariam a ter a rede que já possuíam mais a rede de atendimento Amil como reforço, quando, na verdade, essas pessoas perderam toda a rede que elas tinham anteriormente, que era Golden Cross, e hoje só podem usar parcialmente a rede Amil. E eu fiz esse comentário com o Presidente Paulo Rebelo, da ANS, e ele me informou que na ANS eles não têm conhecimento disso. Será que é porque ninguém consegue fazer NIP? Porque se for aos *sites* não oficiais e às redes sociais de planos de saúde, com certeza, isso tudo está ali marcado que existe o problema sim. Então, eu acredito que também seria muito importante, interessante reforçar a necessidade de CPI para que seja investigado tudo isso.

Eu poderia agora, só para não me estender muito, porque o objetivo aqui é afirmar que, sim, os problemas estão ocorrendo, que estão piorando no dia a dia, que a gente vê casos absurdos, e aí eu poderia dizer que hoje estão tratando o tema de saúde como um negócio como outro qualquer. Então, eles estão vendo só os lucros, o máximo de lucro possível, não importando se isso custará o bem-estar e a vida de milhões de pessoas. As fusões das operadoras, que estão criando megaestrutura, impactam economicamente a vida dos usuários que possuem rede privada de saúde.

Eu diria que essas empresas fazem o que querem: elas sentam em uma mesa, determinam quais serviços vão ser oferecidos, com qual qualidade e qual preço, deixando o cliente totalmente vulnerável, sem a certeza de atendimento e, quiçá, sem a certeza de poder continuar na rede privada, ou não, porque hoje o plano de saúde é o maior gasto de uma família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço novamente aqui que não abandonem o tema. Há necessidade de CPI, porque eu posso garantir aqui, com certeza, que continuam, sim, os descredenciamentos, e cada vez pior; e os cancelamentos também de forma indiscriminada.

Seria só. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos a você, Letícia Fantinatti de Mello, Sócia Fundadora da Associação Vítimas a Mil. Muito clara, muito precisa.

Eu solicito, inclusive, à Secretaria da Comissão, junto com a Dra. Fernanda, que está aí presente, que é a advogada, para já fazerem também uma memória de reunião com os pontos principais de cada pessoa, para que a gente, já na próxima semana, possa estar endereçando, por escrito, e protocolando, junto à ANS e às demais autoridades relacionadas ao caso, para acompanharmos as respostas.

Inclusive, vamos solicitar, sabe, Letícia, audiência também com esses órgãos. E a gente até lamenta que, por algum equívoco, a ANS não esteja presente no dia de hoje, aqui na audiência, mas não por culpa da ANS; estou dizendo, porque ela, de fato, por algum erro, não foi convidada, mas, como não vamos ter só esta audiência, talvez até seja interessante. Os fatos estão sendo levantados, vão ser mandados por escrito para a ANS, e a ANS vai ser convidada para vir ao Senado, para explicar todas essas situações para a população, inclusive em função de mudanças legislativas que puderem ainda ser propostas.

Parabéns pela fala.

Passamos, em seguida, a palavra à Juliana Elvira Herdy, mãe atípica, e que agora há pouco havia sido chamada, inclusive, porque ela tem uma dificuldade de horário também, e estava com um problema com o microfone.

Então, seja muito bem-vinda, Juliana. Estamos escutando você.

A SRA. JULIANA ELVIRA HERDY (*Por videoconferência*.) – Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos. Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIANA ELVIRA HERDY (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos escutando.

A SRA. JULIANA ELVIRA HERDY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Eu agradeço pelo convite, Senador. Concordo com a Letícia, fico feliz em ouvir a fala dela, porque, além de mãe atípica, eu sou médica e vejo que a saúde vem sendo tratada de forma aleatória, como se fosse um outro assunto que não impactasse tanto na vida das pessoas.

Esse impacto, eu imagino que, para muitas pessoas, seja até difícil imaginar, mas eu vou contar um pouco do que aconteceu comigo, minha experiência.

O plano de saúde que foi cortado foi do meu filho e, a partir daí, eu acho que dá até para ter uma noção, tanto da dificuldade que a gente tem como usuário, para fazer uma portabilidade, ou para se manter num plano de saúde, e também o risco que a gente corre, porque a gente, infelizmente, depois desse cancelamento, a gente passou por um episódio que teve risco iminente mesmo de vida.

Bom, o meu filho tem um plano de saúde, já está há sete anos nesse mesmo plano. É um plano que tem uma cobertura ampla. Eu, quando procurei esse plano, procurei para toda a família. O plano foi aumentando, e aí a gente só conseguiu manter o meu filho no plano. Não conseguimos manter todos. É um plano que, assim, há um tempo eu já vinha tendo dificuldade, porque ele faz terapias, é autista. Como vocês sabem, precisa de bastante terapia para eles evoluírem. Ele tem um nível dois de suporte, oscila às vezes para um suporte maior até, para uma gravidade maior. É um adolescente de treze anos. E, assim, eu nunca, até hoje, consegui realizar uma terapia pelo plano de saúde. Por quê? Quando a gente procura as clínicas, ou a clínica não é credenciada pelo plano ou ela é credenciada, porém existe uma lista de espera longa. Então, assim, a última clínica credenciada que eu procurei, eu fiquei um ano e seis meses na lista de espera. E aí, nesse tempo, meu filho obviamente não podia ficar sem terapias, e esse plano prevê o reembolso. Então, a gente procurou clínicas particulares e fez dessa forma, pedindo reembolso para o plano, mas sempre tendo muita dificuldade também em conseguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, porque o reembolso também não é um processo fácil e vem sendo dificultado também a cada dia.

Vindo agora para o tópico que interessa, que é o cancelamento, eu fui informada de que, após 30 dias, o plano seria cancelado unilateralmente, foi quando os outros usuários também receberam o informe. E aí, nesse período, eu solicitei os documentos para a portabilidade, embora não quisesse fazer naquele momento a portabilidade. A Qualicorp, que era a administradora, informou que forneceria os documentos, mas que não tinha nenhum outro plano para oferecer na Qualicorp para o meu filho. O.k. Eu fui atrás, então, de procurar corretores, administradores. Os corretores informaram: "a portabilidade é a senhora que faz no *site* da ANS". Fui lá, me informei, entrei no *site*, fiz tudo que manda lá o protocolo, e aí o que acontece? Lá, para a gente fazer a portabilidade, a gente precisa ter a documentação, e a Qualicorp não estava me fornecendo. Passada cerca de uma semana que a documentação não chegava, eu resolvi cobrar. E aí, cobrando, eles: "não, você precisa aguardar". Nisso eu abri uma reclamação na ANS, porque o meu prazo para a portabilidade estava acabando, estava correndo, eu tinha só 30 dias para fazer. O plano ia ser cancelado e, depois, eu não ia conseguir mais fazer portabilidade, ia reiniciar a carência.

Bom, abri a reclamação, a ANS registrou e disse que eu deveria aguardar sete dias, porque a administradora e a operadora entrariam em contato para dar uma resposta. Eu aguardei sete dias. Quando se passaram aqueles sete dias, a documentação não chegou, eu abri uma nova reclamação, e me disseram que eu precisava aguardar. Aí, eu abri uma terceira reclamação, e novamente a documentação não chegou.

Nesse meio tempo, o Movimento Orgulho Autista, aqui no Distrito Federal, conseguiu uma liminar para que os planos não fossem cancelados, o que nos deixou – os usuários – um pouco mais tranquilos, pensando: "não, vai cancelar, a gente sabe que isso vai acabar acontecendo, mas a gente tem pelo menos um tempo para poder fazer essa portabilidade". A dificuldade era conseguir fazer.

Passados alguns dias mais, a gente teve a conversa dos planos com o Arthur Lira, e aí, a partir disso, a gente estava ainda um pouco mais tranquilo, mas correndo atrás de toda a documentação para fazer a portabilidade. Enfim, quando chegou o dia 30, 30 dias depois do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aviso de cancelamento, simplesmente o plano foi cancelado, embora tenha tido toda essa divulgação na mídia de que não haveria os cancelamentos, de que tinha liminar – o plano foi cancelado.

E aí aconteceram fatos graves logo depois, mas, antes disso, eu preciso falar também do processo de portabilidade. O processo é, eu posso dizer, assim, praticamente inviável de ser realizado e de ser completado. A gente entra lá no *site* da ANS, preenche todos os itens lá que eles pedem de compatibilidade dos planos. Como a gente estava com um plano de saúde muito bom, então ele me dá uma rede grande de opções para a gente entrar. Bom, aí o que acontece? Eu pego aquela lista que ele me dá, dizendo que eu sou compatível com X, Y, Z, tarara, tarara, e aí eu começo a ir atrás de um por um desses planos, dos que me interessam.

Aí o plano de saúde imediatamente informa: "Não fazemos portabilidade; quem faz portabilidade é a administradora que é intermediária nesse processo". Aí eu vou, ligo na administradora, a administradora fala: "Não fazemos portabilidade; portabilidade é cliente direto com plano". E aí fica esse jogo para lá e para cá. Aí eu comecei a pegar os protocolos, não é? Não foi uma nem duas operadoras, liguei a várias. E aí comecei a pegar os protocolos, abrir também reclamação na ANS em relação a isso. E, quando a gente liga para essas operadoras e eles dizem para a gente que não fazem portabilidade, eles se recusam, inclusive, a fornecer protocolo de ligação. Porque dizem: "Como você não é cliente, a gente não gera protocolo; a gente só gera protocolo quando já é cliente, isso aqui é só uma informação". Ótimo. Aí, passando... E, assim, os corretores dizem a mesma coisa: "Se você quiser fazer um plano novo comigo, eu faço, mas portabilidade, não; portabilidade é lá direto". E aí fica impossível.

O que acontece? Um outro fato, assim, que é muito dificultador e que gerou muito transtorno para a gente. Bom, até hoje a gente não conseguiu fazer portabilidade, mas depois de acho que algumas reclamações, inclusive, fui entrevistada por uma emissora e tudo e, depois disso, a Qualicorp entrou em contato comigo e a Amil, e o plano foi restabelecido, acredito que por causa da liminar, após uns 15 dias. E aí a Qualicorp disse que poderia, neste momento, fazer, então, a minha portabilidade, me auxiliar na portabilidade. Entretanto, daqueles mais de cem planos que a ANS dava compatibilidade para mim, no *site* da ANS apareciam, eles só tinham um para oferecer. E aí esse um, infelizmente, não era aceito na clínica que meu filho fazia tratamento e, assim, de pouco adiantaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, bom, eu peguei a lista dos planos que a ANS ofereceu e fui atrás de várias operadoras e algumas... O que acontece? Eu acho que é uma coisa grave também. Será que ninguém está vendo isso? O plano, eles dão a indicação de um plano, você vai à operadora e vai ao próprio plano de saúde, o plano fala: "Esse plano não é mais comercializado". Aí, por exemplo, ele me dá lá: "Olha, o seu é compatível com o plano X prata". Ele fala: "Eu só comercializo o plano X bronze". "Então, não posso fazer nada, se a sua compatibilidade com a ANS é prata, o meu aqui é só bronze, então, assim, a gente não pode fazer".

E aí há uma coisa grave também. Uma dessas operadoras, que, inclusive, era a que aceitariam na clínica em que meu filho fazia terapia, me informou que ela fazia só o plano bronze e que o prata não faria. Ótimo, eu mandei toda a documentação, tudo certinho, tudo, tudo, tudo. Recebi um *e-mail* no dia seguinte falando que eu teria que mandar a documentação da entidade estudantil a que o meu filho pertencia, porque para fazer o coletivo por adesão tinha que ser através dessa entidade. Certo, aí eu entrei em contato com a entidade que estavam exigindo, porque só aceitam uma determinada entidade que é daqui de Brasília, inclusive. Essa entidade informou para mim que não faz mais filiação, que não filia mais ninguém, ou seja, é impossível entrar no plano, porque só entra através da entidade. Aí eu procurei uma corretora e falei: "Olhe, eu estou desesperada, meu filho vai ficar sem plano, eu não consigo fazer portabilidade. Como é que você consegue fazer plano novo? Porque você está me dizendo que garante que, se eu for fazer um plano novo, para ter carência, você consegue. Como que você consegue fazer o cadastramento na entidade de estudante?". Falou: "Não, quando a gente vai fazer plano novo, eles não exigem essa entidade, não, simplesmente entra automático, como se a pessoa já fosse da entidade". Então, há essa discrepância. Eu também abri uma reclamação falando disso, desse tratamento diferenciado aí. Por que é que para portabilidade é exigido tudo isso e para plano novo não? E até hoje não consegui fazer.

E aí, para vocês entenderem, quando eu falo de impacto, o autista não pode ter as terapias interrompidas. Parece uma coisa em que a gente está exagerando, e não é um exagero. O meu filho é um adolescente e tem crises, às vezes, em que ele tem episódios de auto e heteroagressividade, que estavam controlados há um tempo. Imediatamente, quando o plano foi cancelado, eu tive que interromper várias terapias dele, porque a gente não tinha condição de mantê-las na totalidade – algumas a gente conseguiu. Alguns dias depois desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelamento, ele teve uma crise grave no – quem conhece Brasília sabe onde é – meio do Eixão ali, e, por muito pouco, por muito pouco, não aconteceu algo pior. A gente precisou pedir ajuda, precisou vir uma equipe de profissionais para ajudar, para socorrer, porque foi uma situação extremamente grave.

Infelizmente, eu não gostaria de ter que expor essas situações todas, particulares, pois são coisas delicadas para nós estarmos falando, mas eu vejo que, se a gente não coloca... Infelizmente, as pessoas que passam por isso – a maioria delas – acabam desistindo de procurar ajuda, de procurar seus direitos, porque, como eu estou falando, a gente procura, procura, procura os canais oficiais, vai a várias portas, e sempre tem um dificultador. Então, é uma situação grave.

E eu espero também, como a Letícia falou, que isso seja levado adiante, que este tema continue em pauta e que vocês sigam procurando defender o interesse desses consumidores da saúde, porque o meu caso é apenas um entre muitos outros – acredito que possa ter outros muitos piores até. Infelizmente, a questão da portabilidade é inviável de ser realizada. Até hoje, a gente não conseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço muito a sua participação, Juliana. Você, a exemplo da Letícia, foi extremamente precisa na dificuldade que está sendo enfrentada por você.

Imagine a situação de tantas famílias aí, que, na verdade, também não têm essa possibilidade de apelar para a Justiça, de procurar as pessoas... Claro, podem procurar na Defensoria Pública, mas a tarefa da ANS, que eu vejo que é muito complicada nessa situação, e ela vai ser perguntada por nós, porque nós, inclusive na Comissão de Assuntos Sociais, que aprovamos todos os nomes da agência nacional, vai ser questionada sobre o que está sendo feito para auxiliar as pessoas, para, na verdade, controlar os planos de saúde, e para que a população fique tranquila, segura...

Imagine uma família tendo um filho com deficiência e recebendo "olhe, daqui a 30 dias, a terapia que seu filho/filha está realizando vai ser cancelada", alterada, sem alternativas... Então, isso é algo impensável para a saúde no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas empresas que fazem contrato coletivo por adesão, realmente isso tem que ser revisto.

Então, nós vamos fazer o documento, não vamos esquecer, Juliana e Letícia, obviamente, vamos... Inclusive, eu próprio estou fazendo inúmeras anotações aqui, mas eu peço, como eu disse agora há pouco, para ele fazer um documento oficial, vocês recebem cópia desse documento daqui a uma semana já, para que isso já vá para a ANS e que a gente cobre a resposta e chame o pessoal para discutir aqui soluções. Não é? Quer dizer, temos que ter soluções.

A agência está aí, a Agência Nacional de Saúde Suplementar está aí para ditar regras, ajudar, ver os desmandos, desvios, abusos, e orientações menos burocráticas também, acessíveis para a população.

Vamos juntos.

Obrigado, viu, Juliana? Só uma curiosidade: você é médica de que área? Você é médica que você falou, não é?

A SRA. JULIANA ELVIRA HERDY (*Por videoconferência*.) – Sou clínica médica... A minha especialidade é clínica médica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, clínica médica. Muito bem.

A SRA. JULIANA ELVIRA HERDY (*Por videoconferência*.) – Residência em clínica médica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Bom trabalho e continue firme aí com o atendimento do filho.

São desafios, mas que nos tornam a todos mais fortes, lutando por cidadania, no fundo. O que a gente quer não é favor; a gente quer as pessoas mais vulneráveis, entre as quais as pessoas com algum tipo de deficiência, e o autismo está equiparado, na legislação, a uma área da deficiência, os idosos... Justamente o pessoal que mais precisa está sendo colocado à margem. Estão dizendo: "Não, não vamos atender, porque isso é muito caro, isso é muito difícil. Vamos atender ao que dá mais lucro". Isso não pode acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu peço inclusive aos expositores que tratam da defesa dos consumidores, que vêm depois do depoimento das famílias, que indiquem inclusive para o Senado caminhos, porque vocês têm uma experiência, no dia a dia, muito concreta na defesa dos direitos do consumidor.

Passo, de novo, a palavra... De novo, obrigado, Juliana, e bom trabalho. É médica também; atenda, como a gente sabe que você atende, acolha sempre as famílias todas aí também.

Passamos, em seguida, a palavra à Fabiane Alexandre Simão, que é mãe também e Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos. Gostei de ver isso! Nenhum direito a menos, exercer os direitos a que todos os cidadãos têm direito, que merecem, por serem cidadãos.

Com a palavra, Fabiane.

A SRA. FABIANE ALEXANDRE SIMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Gostaria de saudar a todos os presentes na figura do Senador Flávio. Agradeço o convite.

Eu vou começar fazendo minha autodescrição. Eu sou uma mulher de 45 anos, sou loura, tenho um cabelo na altura dos ombros, estou com óculos pretos, uma blusa verde. Eu sou fisioterapeuta, professora, mãe do Daniel Simão, de 9 anos, que tem paralisia cerebral e autismo como comorbidade, e Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos, criada para brigar por todos os direitos, em todas as áreas, não apenas de pessoas com deficiência, mas de toda a população brasileira.

As colegas que já me antecederam trouxeram um panorama bem completo do que está acontecendo. Infelizmente, eu vou ser obrigada a mostrar o que realmente está por trás desses cancelamentos, não só desses cancelamentos unilaterais, como esses cancelamentos indiretos, como a Letícia bem pontuou.

A gente sofre com esse problema com os planos de saúde há bastante tempo. Eu estava tentando analisar inclusive o nome: plano de saúde. O plano de saúde nada mais é do que um seguro, como se fosse seguro de um carro. As pessoas fazem um plano de saúde contando que elas não vão precisar utilizar esse plano de saúde, não é um plano de doença. Isso na visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresarial. Na visão do consumidor, nós fazemos um plano de saúde para ter segurança futura, uma segurança caso aconteça alguma eventualidade. E aí os planos de saúde se uniram – desculpe-me o termo, mas eu os considero um grande cartel – para fazer com que valesse o lucro acima do lucro e o lucro acima do lucro acima da vida. Então eles têm um lucro bilionário anual, mas só isso não basta. Então eles cresceram o olho no que acontece no mercado hoje, que são os cartões-saúde.

Nós temos os contratos de saúde, que não são planos de saúde propriamente ditos, feitos por alguns prestadores, que não são os planos de saúde, mas alguns prestadores, algumas clínicas, que garantem um atendimento mínimo. Você chega lá, você tem direito a uma consulta, você tem direito a um tratamento, a exame, mas você não tem direito a internação, você não tem direito a nada. E aí os planos de saúde viram que isso dava lucro, um retorno alto, porque há muitas pessoas que querem ter uma garantia de ter acesso à saúde e que não têm condições de pagar um plano de saúde propriamente dito, então elas recorrem a esses contratos. E aí os planos de saúde decidiram fazer com que isso valesse, virasse uma grande realidade, através dos planos segmentados.

Eu acho que o Lucas e o Dr. Vítor Hugo vão poder falar melhor sobre isso, da parte jurídica.

Esses planos segmentados seriam planos que seriam planos propriamente ditos, regulados e ofereceriam serviços mínimos para a população. Aí que entra a questão do cancelamento.

As nossas crianças, adolescentes, jovens com deficiência, os idosos entraram como um fator de criar discordância com a sociedade, porque os planos começaram a vender a ideia de que eles estavam caros por conta de nós que usamos mais os planos de saúde.

Então, é como se eles pagassem pela nossa necessidade, tentando jogar a população brasileira contra nós e fazer com que a entrada desses planos segmentados fosse muito mais palatável no mercado. Eles jogaram com a gente, eles continuam jogando com a gente.

Na verdade, eles não querem cancelar os nossos planos, eles querem ganhar mais com a gente. Então, eles cancelam um plano e te oferecem um plano com coparticipação. Um plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai te dar menos direito, e você ainda vai pagar pelo que você está usando. Eles cancelam um plano e te oferecem um plano segmentado, em que você vai ter menos direito, e vai pagar.

Então, eles vão continuar lucrando enquanto a sociedade vai continuar padecendo. A entrada fomos nós, mas o alvo é a sociedade brasileira no geral.

Infelizmente, eu vejo a ANS compactuando com isso, eu vejo o Arthur Lira compactuando com isso, eu vejo vários Parlamentares compactuando com isso, porque é interesse em cima de interesse. E é a população brasileira que está pagando, desculpa o termo, o pato. Nós estamos sendo frontalmente atingidos.

Nossos filhos estão sendo colocados em vulnerabilidade de vida diária. Os nossos idosos, pessoas que pagam plano a vida inteira e chegam ao final pagando um plano de R$10 mil, desculpa, não têm direito a usufruir desse plano.

Como eu disse, o lucro somado ao lucro, acima da vida. Nós não estamos valendo nada.

Eu gostaria de saber: quantos Parlamentares, quantos donos de plano de saúde utilizariam um plano mínimo? Ninguém, ninguém utilizaria um plano mínimo. Pode ser que, com 16 anos, o plano mínimo seja o.k., mas e quando a gente tiver 40, 45, 50?

Além de atingir frontalmente a população brasileira, eles atingem o SUS, sucateando mais ainda um sistema que deveria receber investimento, porque vai superlotar o SUS, vai fazer com que o serviço prestado não seja de qualidade.

O plano dos planos de saúde é extremamente cruel. Nós estamos fazendo... Eu queria deixar registrado, Senador, que está acontecendo no Rio de Janeiro uma CPI dos planos de saúde, estadual, vendo essa relação do consumo.

E os planos de saúde demonstram, já ali, o quão culpados eles são, porque a gente teve representantes da FenaSaúde já indo com *habeas corpus*, para não ser presa, caso faltasse uma verdade. Isso, para mim, já demonstra o caráter deles. Nós tivemos, impetrado pela Abramge, um mandado de segurança para impedir que a CPI acontecesse, dizendo que não era questão do estado, que era questão da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só essas artimanhas jurídicas já demonstram para mim o quão culpados eles são. Para mim, não deveria haver discussão, desculpa, Senador. Para mim, eles deveriam estar presos. Eles são criminosos, todos eles. Os donos dos planos de saúde são criminosos. Eles estão atentando contra a vida da população mais vulnerável da sociedade brasileira.

Então, só queria deixar registrado isso. Eu tenho o meu caso, o *home care* do meu filho foi cancelado. Estamos sem *home care*. Estou mantendo, através do meu trabalho de vaquinhas virtuais. O plano diz que ele não precisa de *home care*. E, assim como o meu filho, existem milhares de outras pessoas passando pelas mesmas questões.

A questão da saúde é urgente, é para ontem. E eu vejo o Deputado Arthur Lira fazendo acordo, à porta fechada, com plano de saúde, falando que eles vão parar com o cancelamento unilateral caso sejam aprovados os planos segmentados. É um absurdo ter um representante do povo, eleito pelo povo, sentando-se em cima da abertura de uma CPI que seguiu todos os ritos burocráticos, que seria a CPI de planos de saúde, fazendo acordo a portas fechadas com plano. Isso, para mim, é um atentado à democracia de direito! São decisões monocráticas, vindas de cima para baixo, verticalmente, como a Letícia falou, ignorando a pauta e as necessidades do povo, botando acima interesses de disputas internas de sucessão dentro de Câmara.

Era isso.

Desculpem-me a minha fala inflamada, mas a gente vem à luta desde o ano passado. E está muito pesado, muito difícil.

A saúde mental das mães de crianças e adolescentes deficientes está abalada. Tem mãe se matando. Tem mãe matando filho. Já está passando para uma questão de saúde pública coletiva. Está absurdo tudo isso que está acontecendo. E as autoridades estão fechando os olhos para a realidade. Pessoas estão morrendo. Pessoas estão se matando. Pessoas estão matando seus filhos por desespero.

Agradeço a oportunidade de fala, mais uma vez, e peço desculpa pela fala inflamada, mas chega! A gente precisa dar um basta nisso! Quantas pessoas vão ter que morrer para que o cartel dos planos de saúde seja parado, para que alguém enfrente esse *lobby*? Está muito difícil, Senador. Está muito pesado, muito dolorido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os nossos filhos têm nome. Os nossos idosos têm nome. Os nossos pacientes de câncer têm nome. E eles são mais do que um número de carteirinha. Eles são cidadãos brasileiros e merecem ter seus direitos respeitados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você também, Fabiane. Assim como a Letícia e a Juliana, você foi também extremamente precisa.

Audiência pública é para isso mesmo. Você não precisa pedir desculpas para nada. Você tem que falar aquilo que você acha, que você pensa, que considera importante, para que isso possa embasar toda a discussão.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem a contribuição de inúmeros advogados, que estão acompanhando esta audiência pública também.

O próprio Secretário Cristiano também está aí, advogado, e outros advogados também, inclusive do gabinete e de outros setores.

Então, é importante termos o depoimento, porque é o depoimento que vai embasar. É o depoimento de mãe, de família. Não existe depoimento mais importante do que esse. Quer dizer, toda política pública tem que se basear naquilo que a família pensa, no que a pessoa pensa, em onde está o problema, em indicar o problema, mas vamos fazer em conjunto essa caminhada.

É isto que eu quero dizer: vamos fazer o documento, vamos chamar as pessoas, vamos chamar à responsabilidade a ANS também.

Precisamos falar bastante no Plenário, nas Comissões, para que os planos de saúde se atentem para isso e para que os órgãos fiscalizadores também apontem os caminhos possíveis.

Antes de passar, agora, a palavra às entidades vinculadas ao consumidor – são falas muito importantes também, porque eles escutaram o que vocês disseram e podem falar do ponto de vista deles, inclusive indicar para o Senado, com a experiência que essas entidades têm no dia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia, caminhos a serem percorridos –, eu só quero ler algumas perguntas e comentários que vieram pelos meios de comunicação do Senado. Em primeiro lugar, as perguntas.

Mayra, de Minas Gerais: "Por que o cancelamento unilateral dos planos de saúde ainda é previsto por lei? Em quais casos essa questão é eticamente aceitável?".

Danielly, de Rondônia: "Quais medidas imediatas podem ser tomadas para evitar o desamparo de pessoas com TEA [Transtorno do Espectro Autista] e doenças raras após o cancelamento dos planos?".

Kamilla, de Minas Gerais: "Quais são as principais razões alegadas pelas operadoras de planos de saúde para o cancelamento unilateral dos planos coletivos por adesão?".

Osmar, de Minas Gerais: "Qual a responsabilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na regulação e fiscalização desses planos de saúde?".

João, do Maranhão: "Quais são os impactos dessa medida para os hospitais particulares?".

Essas foram perguntas.

Agora, comentários.

Samuel, do Ceará – comentário –: "[É] Urgente a necessidade de regulamentação definitiva e sem brechas legais para coibir esses abusos".

Adriana, de São Paulo: "Esta pauta é urgente!!! Espero que os Senadores [e Senadoras] olhem para nós, famílias com doenças crônicas e raras! Sem saúde não temos futuro!".

Comentário da Ana, de São Paulo: "Sou paciente de diabetes tipo 1 (DM1) e os planos de saúde estão cortando os insumos de inúmeros pacientes necessitados e sem renda".

Thaís, da Bahia: "Uma lei deveria impedir o cancelamento unilateral dos planos para gestantes, mulheres com filhos menores e ou [...] [com deficiência], idosos".

Ademir, de Rondônia: "Impor garantias contratuais para [que] ambas as partes possam ter segurança [...] [tanto no] atendimento [...] [quanto] na indenização em caso de descumprimento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, agradeço as perguntas e os comentários. Certamente há outros também que vão embasar todo o nosso trabalho, porque essa é uma audiência pública, como já dito, interativa, está sendo transmitida para o Brasil todo. Então, todos e todas vamos pensar juntos nisso para que o direito das pessoas seja assegurado. Esse é o objetivo principal.

Passo, em seguida, a palavra ao Lucas Andrietta, que é Coordenador do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

Seja muito bem-vindo, Lucas.

O SR. LUCAS ANDRIETTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia a todas e todos.

Eu quero primeiro saudar a Comissão de Direitos Humanos pela iniciativa. Para o Idec é sempre uma satisfação e um dever muito grande participar de espaços como esse. Então, queria elogiar a iniciativa da Comissão na realização desta audiência e também me solidarizar e saudar também os colegas e as colegas da nossa mesa, já nos encontramos também em muitos espaços em que a gente tem tentado conduzir essa disputa, uma disputa política em torno da questão dos cancelamentos.

O Instituto de Defesa de Consumidores é uma associação da sociedade civil de consumidores. Nós temos uma atuação muito longa nessa área de planos de saúde, o nosso histórico remonta, inclusive, à própria criação do Código de Defesa do Consumidor, do qual nós temos também muito orgulho de ter participado, mas também muita vontade de que aquilo que está determinado naquele momento seja efetivado, em termos de direitos, como os que nós estamos discutindo aqui hoje. Nós também participamos da própria criação da lei dos planos de saúde, em 1998, e também do processo de criação das agências reguladoras, portanto, esse é um processo muito longo e uma agenda muito cara à nossa organização.

Então, é deste lugar, é desta perspectiva que nós viemos hoje fazer essa participação no sentido de tentar oferecer aos Senadores elementos que possam apontar soluções práticas e efetivas para as pessoas, para a garantia, afinal de contas, dos direitos humanos. Nesse sentido, ecoando um pouco o final da fala da Fabiane e também a do Senador agora há pouco, eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o nosso objetivo aqui é inflamar as falas de todos nós, sobretudo dos Parlamentares que se importam com os temas que estão aqui em debate.

Dito isso, a interpretação do Idec está consolidada já numa produção muito vasta sobre isso. Nós temos, como eu disse, várias frentes de atuação, mas também a publicação de documentos, notas técnicas que discutem por que nós entendemos que este padrão regulatório do setor de planos de saúde é inadequado, tem diversas lacunas, prejudica consumidores, gera danos graves e riscos desnecessários e totalmente evitáveis. Então, desde já, o Idec se coloca à disposição desta Comissão para compartilhar os materiais que produziu e discutir de maneira mais aprofundada o argumento que eu quero expor a partir de agora.

Do ponto de vista do Idec, o principal problema, o problema mais estruturante na regulação dos planos de saúde é a diferença que existe entre a regulação dos planos individuais e dos planos coletivos. Isso não é uma grande novidade, isso é uma lacuna regulatória que vem desde a lei de 1998 e jamais foi atacado, jamais foi corrigido. Isso gera lacunas graves na regulação dos planos coletivos. Talvez os problemas mais evidentes sejam os reajustes excessivos dos planos coletivos, que sempre estão muito acima do teto estabelecido pela ANS anualmente.

E o outro problema é, neste ano – nos últimos meses, faz-se notar com maior destaque –, a questão de os cancelamentos unilaterais serem permitidos. Isso é uma lacuna muito grave da lei dos planos de saúde, no seu art. 13, em que proíbe essa prática, que é considerada abusiva, apenas para os planos individuais.

Eu quero destacar também que há, como muitas aqui já expuseram, um conjunto muito grande de práticas veladas de discriminação, de seleção de risco e de expulsão das pessoas que são consideradas indesejáveis por essas empresas e para essas empresas. Portanto, no nosso entender, não há mais desculpas para postergar soluções nesse sentido, visto que as evidências são claras e as saídas e soluções, do ponto de vista legislativo e regulatório, também são claras. Não se trata de inventar também soluções novas ou criar uma regulação que nós ainda não conhecemos ou que precisa ser testada.

Então, hoje, com mais de 25 anos da lei de planos de saúde, nós temos evidências muito volumosas de que não há simetria na relação contratual entre pacientes e operadoras nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planos coletivos. Não há nenhum poder de barganha nos contratos coletivos que possa equiparar essa relação entre consumidores e empresas. O que existe – e as evidências são muito abundantes – é um oceano de práticas abusivas, é um volume muito grande de tipos de práticas abusivas, de quantidade de práticas abusivas, de profundidade dos danos gerados por essas práticas, de complexidade das estratégias para que essas práticas continuem acontecendo dia a dia. Isso ficou também evidenciado nas falas aqui, com as quais eu me solidarizo.

Quero destacar também que a Agência Nacional de Saúde Suplementar se nega sistematicamente a coletar, a publicar dados desagregados sobre esses eventos, sobre esses acontecimentos e essas práticas que nós estamos discutindo. Ou seja, apesar de a ANS publicar um volume muito grande de dados e monitorar esse mercado, nós ainda não sabemos sequer qual é a quantidade exata de rescisões unilaterais imotivadas, de maneira desagregada, de maneira identificável, de maneira mensurável, em relação a outros eventos que, pela agência, são considerados cancelamentos, pelo menos na nomenclatura, na terminologia adotada pelo seu banco de dados. Portanto, este problema que nos traz aqui hoje, que tem uma relevância de vários pontos de vista, não pode ser mais negligenciado pela agência e muito menos em termos tão elementares quanto a produção dessas informações, a correta notificação desses eventos e a apresentação ao público em geral desses dados de maneira clara, simples, objetiva e mensurável.

Eu quero destacar ainda que, em várias reuniões que o Idec já fez ao longo da sua história com a própria agência, fica muito claro que o próprio corpo técnico reconhece esse problema, é capaz de identificar essas lacunas regulatórias e consegue discutir, nesses termos, o problema. Quero deixar claro que eles têm uma leitura correta do problema. Porém, a diretoria da agência e as várias diretorias até aqui reiteradamente escamoteiam essa questão, se negam e impedem avanços regulatórios, nos termos não apenas do cancelamento, mas também de reajustes e outros assuntos que dizem respeito aos planos coletivos.

Então, na linha do que o Senador propôs agora há pouco de como o Senado pode acompanhar essa questão, eu quero destacar isso. Nós teremos, por exemplo, a troca da diretoria da ANS agora no final do ano, e certamente esse é um tema que merece e deve ser endereçado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas práticas abusivas se refletem como? Como que a gente consegue aferir essas práticas? Primeiro, nós temos um número muito grande de reclamações, sem falar da dificuldade dos obstáculos para o próprio registro das reclamações, o que já foi discutido aqui agora há pouco, e nós temos um volume muito grande de ações judiciais contra planos de saúde. Então, essa judicialização gerada, provocada por práticas abusivas das empresas que dão causa a essas ações, gera uma camada adicional de sofrimento para consumidores e pacientes, que já estão expostos e vulneráveis aos seus problemas de saúde e aos diversos embaraços administrativos que passam na mão dessas operadoras.

Quero retomar também o conceito de vulnerabilidade, que embasa um pouco a nossa discussão. Esta audiência foi chamada para discutir a questão do cancelamento de pacientes ou de pessoas hipervulneráveis, mas, do ponto de vista do Idec, eu quero lembrar que o conceito de vulnerabilidade para o Código de Defesa do Consumidor já é suficiente para que planos coletivos sejam corretamente regulados. Pelo Código de Defesa do Consumidor, essa vulnerabilidade pode ser técnica, pode ser fática, pode ser jurídica, e, no caso da saúde, todos esses elementos concorrem ao mesmo tempo, de maneira agravada, de maneira mais sensível, devido às questões relativas à saúde. Então, sem entrar em muitos detalhes aqui, nós temos elementos já para que uma regulação adequada seja implementada pela própria agência reguladora.

Vale lembrar que as decisões judiciais que são tomadas nesses casos já se baseiam em outros princípios do Código de Defesa do Consumidor, como a boa-fé objetiva dos contratos de plano de saúde, a proteção contratual, as noções de cláusulas abusivas e a própria noção de vulnerabilidade a que estão sujeitos todos e todas as consumidoras e consumidores, não apenas aqueles que estão em tratamento, não apenas as pessoas idosas, não apenas as pessoas com deficiência, não apenas grupos que nós podemos destacar pela sua condição de hipervulnerabilidade. Portanto, essa vulnerabilidade agravada é apenas um conjunto de hipóteses que torna ainda mais repugnante a prática do cancelamento unilateral que nós estamos discutindo.

Então, eu quero finalizar aqui rapidamente dizendo que, para os Senadores, do nosso ponto de vista, não há absolutamente nada hoje que impeça soluções para esse problema, nem no âmbito legislativo, nem no âmbito regulatório. Pelo contrário, a ANS é omissa em não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonizar as suas normas com o Código de Defesa do Consumidor, como as leis já determinam. Isso se trata de uma omissão, portanto. Essa é uma escolha política, ela não deriva de questões técnicas ou de questões de embaraços jurídicos, por exemplo, mas ela é uma decisão política reiterada da agência e, obviamente, nós poderíamos ter também soluções legislativas nesse sentido.

Portanto, o que nós estamos discutindo aqui hoje é a escolha que nós fazemos reiteradamente de manter o direito das empresas de expulsar as pessoas que são consideradas indesejáveis dos seus contratos.

Então, eu queria colocar a questão dessa perspectiva e dizer que, na agenda do Idec, os cancelamentos unilaterais têm que ser uma prática vedada em qualquer caso, em qualquer hipótese, para todas as pessoas consumidoras de planos de saúde.

Dito isso, pedindo perdão por ter excedido o meu tempo, eu encerro dizendo que o Idec segue à disposição desta Comissão, também das pessoas e das entidades que queiram fortalecer essa causa.

Obrigado, Sr. Presidente.

E eu encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a Lucas Andrietta, do Idec, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores.

Eu já quero, Dr. Lucas, se me permite, no bom sentido, convocá-lo para trabalharmos juntos nesse sentido, com toda a experiência do Idec, todo o material a que você se referiu, já disponível, todo tipo de informação que é necessário ser requisitada para a compreensão do quadro total. Nós pedimos aí a sua participação para que possamos fazer em conjunto com as famílias e com a parte do consumidor. Então, já se sinta, se puder chamar assim, convocado para essa tarefa conjunta. Está bem? Obrigado, viu, Lucas?

Passo, em seguida, a palavra ao Robson Santos Campos, Diretor de Assuntos Jurídicos da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-SP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, Robson.

O SR. ROBSON SANTOS CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador; bom dia, demais participantes desta audiência pública. Em nome do Procon-SP, gostaria de agradecer também o convite, a participação para tratarmos de um tema tão relevante, de suma importância e que historicamente já vem sendo um desafio para a defesa do consumidor. Desde a edição da Lei dos Planos de Saúde que o Procon-SP, juntamente com várias entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, como o Idec, vem enfrentando e buscando sempre evoluções no processo regulatório, no processo legislativo. Só que nós estamos diante realmente de um problema de um alcance jamais visto, de uma crueldade, em alguns casos, jamais vista, que extrapola o âmbito administrativo; e até temos notícias de decisões judiciais contrárias à prática do cancelamento unilateral dos planos de saúde, em especial os coletivos, não sendo cumpridas, não sendo observadas.

Todos que me antecederam aqui já trouxeram, de uma forma muito objetiva, didática, precisa, legítima, vivenciada na própria casa, no próprio setor em que atua, essas dificuldades enfrentadas pelos consumidores de plano de saúde, em especial, o tema da nossa audiência. Mas eu gostaria de compartilhar rapidamente uma retrospectiva e alguns dados.

Vocês estão assistindo aí à apresentação? (*Pausa.*)

Não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Não, ainda não compartilhou a tela.

O pessoal da Secretaria talvez possa...

O SR. ROBSON SANTOS CAMPOS (*Por videoconferência*.) – Só um minutinho. (*Pausa.*)

Só um minuto. (*Pausa.*)

Não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Não. Ainda... Estamos vendo você, o que já é uma alegria, do ponto de vista do... Mas não estamos vendo a tela que você pretende mostrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBSON SANTOS CAMPOS (*Por videoconferência*.) – O.k., mas não tem problema. Na verdade, eu ia compartilhar algumas situações só para aquecer um pouco mais essa indignação do Procon-SP, que tem, juntamente com o próprio Idec... Nós promovemos um seminário recentemente e criamos um grupo de trabalho aqui na Fundação Procon, uma comissão de planos de saúde, diante dessas aberrações.

E, do ponto de vista propositivo e de preocupações, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora estamos vendo... Procon-SP. Planos de saúde: cancelamentos... Isso.

O SR. ROBSON SANTOS CAMPOS (*Por videoconferência*.) – Isso.

Nós temos aí, só recapitulando: mais de 80% do mercado de saúde suplementar envolvem os planos coletivos. E as normas, no caso, a própria Lei 9.656, não protegem os consumidores de prática abusiva dos cancelamentos unilaterais. Nós sabemos que o mercado se acomodou nessa válvula de escape do plano individual estar, nos termos da Lei 9.656, mais abrangido, protegido, e os planos coletivos passaram a ser as únicas opções no mercado de consumo. Então, quando nós falamos desse universo, desse gigante número de consumidores, que a imprensa vem noticiando de uma forma recorrente...

Ele não está indo... (*Pausa.*)

De forma recorrente...

Esperem que tem um *delay* aqui...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está aparecendo.

O SR. ROBSON SANTOS CAMPOS (*Por videoconferência*.) – Não precisa da apresentação.

Isso é recorrente, sendo noticiada a permanente rescisão, em que pese que nós tivemos, na Câmara dos Deputados, uma audiência pública, alguns meses atrás, em que foram sinalizados os pontos de atenção junto ao próprio Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar sobre a atribuição inconstitucional da agência de normatizar essa relação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumo, em que pese seu papel institucional, observando um princípio de que o Estado deve promover a defesa do consumidor. Na edição das normas regulamentadoras, há, por uma força constitucional, por um dever constitucional, a necessidade de se observar a defesa do consumidor, a promoção da defesa do consumidor. Então, nós fazemos coro a isso, reiteramos isso. Formalizamos, inclusive, à própria agência a necessidade, até como uma oportunidade, em algumas reuniões e interações, de a agência justificar o seu real papel de promover o equilíbrio dessa relação de consumo, observando, obviamente, a proteção e a defesa do consumidor.

Não é possível mais um movimento de judicialização que existe hoje para que se garanta a cobertura de planos de saúde. O Estado ou a sociedade está sendo onerada de forma recorrente com relação à judicialização face à ausência de respostas, de observância às normas, de observância às cláusulas contratuais dos planos de saúde, à ausência de observância aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e seus direitos elementares.

Então, nos traz uma certa motivação a mais nesse grande desafio a participação, a preocupação e a realização, por parte da Comissão de Direitos Humanos, de discussões sobre o tema. Nós estamos aqui tratando de uma situação realmente fora de um contexto, muito séria, muito crítica em que, apesar de todas as vozes, todas as medidas até então adotadas no âmbito administrativo não estão tendo efetividade. O volume de reclamações que são registradas nos órgãos de defesa do consumidor são apenas amostragem. Por quê? Porque a efetividade que o tema exige realmente precisa de decisões imediatas e de que não se observem aí alguns processos, algumas tramitações administrativas impostas, por exemplo, aos órgãos de defesa do consumidor.

A questão que envolve propositura legislativa é de suma importância. Então, nós temos oportunidade, tanto no âmbito regulatório... A Agência Nacional de Saúde Suplementar tem sim a prerrogativa, o dever, a competência institucional, conforme colocado aqui – trata-se de uma iniciativa política, e não nos falta amparo técnico e jurídico para tal –, bem como o Congresso Nacional, no âmbito das atribuições das Casas, também tem de buscar a melhoria no processo legislativo para que os consumidores de planos coletivos tenham as mesmas proteções estabelecidas para os planos individuais. E, aí, dentro dessa proposta, da necessidade de melhor regulação, de melhor legislação, há a atenção especial à segmentação, à subsegmentação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi mencionada anteriormente aqui. O Procon está atento para que, nesse processo, caso ocorra, de tramitação no Congresso Nacional de uma alteração legislativa, não haja retrocesso.

A subsegmentação – ou seja, planos simples, planos apenas de uma consulta médica, sem os direitos já garantidos, por exemplo, nos planos ambulatoriais, nos planos básicos – seria realmente um retrocesso. Primeiro, porque se cria a expectativa no consumidor de que o diagnóstico identificado vai ter tratamento, vai ter atuação ali, do ponto de vista de apurar melhor, de aprofundar no estado clínico, da prescrição dos exames, medicamentos e tratamentos, bem como há a questão de onerar o próprio SUS. Então, o Procon está atento a essa ausência de proatividade.

Nós tivemos notícia de que haveria uma reunião organizada pela Presidência da Câmara dos Deputados e de que foi cessada, a partir daquele momento, a rescisão unilateral imotivada dos planos, mas os nossos atendimentos aqui no Procon seguem recebendo, registrando reclamações – reclamações essas que não representam um grande volume em número absoluto – que sinalizam que se trata da ponta de um *iceberg,* já que a judicialização é um dos caminhos, infelizmente, que cabe ao cidadão e a toda a família.

A não cobertura, a rescisão, tem onerado financeiramente e emocionalmente as famílias, porque na necessidade, na fragilidade psicomental, diante da busca da cura da doença, do tratamento, acabam contratando empréstimos financeiros, enfim, se geram outros problemas de superendividamento, inclusive, dentro desse contexto.

E, assim, a atividade no mercado é uma prerrogativa dos fornecedores. Então, podemos atribuir ou aceitar que o mercado atribua a necessidade de equilíbrio contratual, equilíbrio econômico nessa relação, se considerarmos que, conforme dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar, só no ano de 2024, o resultado líquido das operadoras já acumula 3,3 bilhões, sendo que no ano passado, 1,2 bilhões; no ano retrasado, 1,4 bilhões. Isso comparando o primeiro trimestre contra o primeiro trimestre de cada respectivo ano.

Então, não pode se justificar, não há justificativa para tal. O serviço de plano de saúde é um serviço essencial, é um serviço de natureza pública. Portanto, ele tem todo esse regramento, tem todo esse acompanhamento do Estado, através do órgão regulador, que precisa, pode e deve, sim, intervir. Já era para ter feito isso. Nós temos uma agenda permanente com a Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Saúde Suplementar, já cobramos isso em reunião e publicamente reitero aqui as oportunidades que o órgão tem de prestar uma atenção especial a todos que estão sendo afetados por essas práticas abusivas, que são confrontadas, que estão em desacordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Bastava apenas uma observância a essa lei tão especial, tão completa, tão didática, tão autoaplicativa, que é o Código de Defesa do Consumidor, que está completando 34 anos no próximo mês, para que as normas regulamentadoras pudessem ser, de fato, efetivas para o consumidor. Sendo para o consumidor, obviamente, para o mercado, para o equilíbrio das relações de consumo, mas infelizmente – infelizmente – não é o que nós verificamos.

Ainda que noticiada a suspensão da prática, ela segue de uma forma discriminatória e beirando, como sempre digo, a crueldade, a depender dos casos.

Mais uma vez, muito obrigado pela participação do Procon-SP. Estamos à disposição da Comissão, enfim, de todos os parceiros que entenderem necessária uma interlocução conosco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço – me permite chamá-lo de você – ao Robson Santos Campos, que é o Diretor de Assuntos Jurídicos do Procon-SP.

Eu quero só lembrar, para todos e todas que nos acompanham, que muitas pessoas estão com seus 30 anos, 40 anos e no plano coletivo por adesão. Tem que tomar cuidado, porque de acordo com o que está acontecendo hoje, se você tiver uma doença rara, que pode aparecer aos 30 anos, 40 anos, AME (Atrofia Muscular Espinhal) – pode acontecer com 30 anos, 40 anos –, você vai ser uma pessoa indesejada no plano.

Usando a expressão: "Você vai viver até os 80 anos". Já imaginou chegar aos 80, 90 anos, e o plano dizer: "Olha, unilateralmente, nós estamos cancelando o seu plano". Você, que agora está com 30, 40. Não é só para a pessoa com deficiência ou para o idoso, porque você, que está vivo com saúde, com vida, nesse momento, chegando mais para frente, de repente o plano diz: "Olha, meu filho, acabou. Agora você dá despesa demais. Não vale a pena ficar com você". Então, você é uma pessoa indesejável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, pergunto para os advogados que nos acompanham na Comissão, porque não é um cancelamento... Se o plano de saúde está em recuperação judicial, aí talvez até haja uma seleção de grupos indesejados. Quer dizer, pessoas com deficiência, autismo e outras, muito prejuízo – indesejadas; idosos – indesejado; doenças raras – indesejado. E quais as atitudes criminais, penais, que podem ser tomadas também, eventualmente, como iniciativa da Comissão de Direitos Humanos? Tudo isso será feito em nome da Comissão. Vamos nos aprofundar nisso tudo, permanentemente.

Como último expositor agora, nós temos o Vitor Hugo do Amaral Ferreira, que é o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com a palavra, Dr. Vitor.

Seja muito bem-vindo também.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a iniciativa da Comissão, dizer que ainda que seja uma tristeza ter de falar, de forma reiterada, sobre esse tema, mas é uma alegria ainda termos espaços que queiram debater a questão da saúde.

Aqui, da Secretaria Nacional do Consumidor, quero trazer um pouco da nossa contribuição, colocar a secretaria à disposição do Senado, da Comissão, mas, desde que nós começamos a receber as denúncias em torno dos cancelamentos, procuramos entender o que, de fato, estava acontecendo. Então, nós notificamos, Senador, mais de 20 planos de saúde, pedindo que eles nos apresentassem informações. Dessas respostas, nós elaboramos uma nota técnica, que está à disposição desta Casa, de todos – é um documento público. Pedimos que os planos de saúde também complementassem as informações que nos foram dadas – fizemos uma nova notificação – e, a partir disso, também encaminhamos ao gabinete do Ministro Lewandowski um pedido de realização de uma audiência pública aqui no Ministério da Justiça, que foi acolhido. Nós temos ainda a data a ser definida, mas existe a intenção, por conta do Ministério da Justiça, de se fazer um debate também amplo, realizar uma audiência pública, para que nós possamos trazer aqui subsídios e pensar sobre essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes disso, antes de falar de tudo que está sendo feito e do que ainda pode ser feito, nós temos uma premissa, como bem trouxe o Lucas, que nos é muito clara: nós estamos falando aqui da proteção dos consumidores; e, falar da proteção de consumidores, Senador, é falar da proteção do vulnerável, é falar da proteção do mais frágil.

Então, lá em 1962, quando o ex-Presidente Kennedy, nos Estados Unidos, falou da necessidade de se protegerem os consumidores, lá começa o marco político da defesa do consumidor, que assim amplamente se divulga. Tem vários outros marcos que nós poderíamos trazer aqui, mas vamos pegar esse que é mais repetido, reiterado, só para que a gente possa ter a seguinte ideia.

Quando se empodera, quando nós temos o crescimento da indústria, quando nós temos o crescimento do mercado... E eu não quero fazer aqui nenhuma apologia, pelo contrário, eu quero, sim, Letícia, que os planos de saúde ganhem muito dinheiro. Eu quero, sim, que todos os empresários deste país, em todos os setores, Senador, possam, sim, ter lucro com as suas atividades.

Agora, a gente não pode esperar que a atividade tenha lucro em cima da opressão daqueles que são os consumidores. A gente não pode esperar que a atividade tenha lucro em cima de práticas abusivas.

Quando eu me reportava ao Presidente Kennedy, como marco da defesa do consumidor, esse discurso, feito em 15 de março de 1962, fez com que o 15 de março fosse o Dia Mundial do Consumidor, comemorado até os dias de hoje. E lá, esse discurso se fundamentou em quatro pilares: falava-se que todo consumidor tinha o direito à informação; todo consumidor tinha o direito à segurança; todo consumidor tinha direito à liberdade de escolha; e todo consumidor tinha direito à participação. Se nós sairmos de 1962 e chegarmos a 2024, nós ainda estamos falando de segurança, de informação, de liberdade de escolha e de participação.

E eu vou questionar, Senador, perguntando: onde os consumidores foram ouvidos? Qual é o espaço que o consumidor tem?

Quando nós falamos de informação, não é só informar, não é só mandar um *e-mail* comunicando que em 30 dias os consumidores vão ter desligado aquele plano de saúde, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar desligados dos serviços que contrataram –, mas é uma informação clara, precisa, ostensiva, que se faça entender por que está acontecendo o cancelamento.

Aí eu chego na segurança, porque, quando nós falamos de segurança, nós falamos automaticamente na vida, porque não há algo que mais precioso seja do que a nossa vida. E falar de vida implica falar de saúde, essa é a segurança que nós estamos questionando aqui.

Quanto a toda essa razão de existência do Direito do Consumidor, nós não estamos só falando de plano de saúde, nós estamos falando de cidadania, nós estamos falando de dignidade da pessoa humana, nós estamos falando de direitos humanos ligados a consumidores.

Não é simplesmente um direito privado, não se está falando de mais um contrato. Tudo isso existe, porque é reconhecida a discrepância, a diferença entre consumidor e fornecedor. É dentro dessa diferença, é dentro dessa fragilidade que, se nós temos uma relação contratual em que tem um sujeito mais forte diante de um sujeito mais fraco, é dentro dessa premissa, Senador, que a Constituição Federal se fundamenta ao dizer que somos todos iguais perante a lei, porque nós não somos iguais fora da lei. Nós somos distintos nos ambientes da sociedade. E essa distinção faz com que alguns sejam mais fortes do que outros. Aí tem a Constituição Federal, que vai dizer: "Não, mas, perante a lei, todos somos iguais", porque a lei vai trazer, então, elementos para equilibrar essa relação, que é desigual. E esta é a função do Código de Defesa do Consumidor: propor esse equilíbrio, trazer esse equilíbrio. Por isso que ele protege o consumidor, porque é o Estado atuando com uma legislação de proteção ao consumidor para suprir a desigualdade da sociedade na relação de consumo.

Uma questão que nós precisamos também deixar muito claro aqui é esse movimento para os planos coletivos, em que se alega que os planos coletivos não estão regulados, que os planos coletivos não têm uma lei específica. De fato, o plano coletivo não tem uma lei específica como os planos individuais, mas isso não permite que os planos coletivos não cumpram, assim como os individuais, o Código de Defesa do Consumidor. As práticas abusivas, as cláusulas abusivas, todas as previsões do Código de Defesa do Consumidor se aplicam aos planos coletivos. Nós não podemos nos esquecer disso. Tem uma interpretação equivocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para também fazer um raciocínio que me parece lógico, às vezes, nós precisamos repetir. A genialidade está em repetir a simplicidade. Talvez o mais básico precise ser repetido para que seja entendido, porque, de tão básico, nós não estamos percebendo que, ao falar de vulnerabilidade nas relações de consumo, não há, peço que me digam se houver possibilidade diferente, mas não há, a meu ver, nenhuma vulnerabilidade maior do que a vulnerabilidade de um consumidor doente, porque todos nós somos vulneráveis.

Todos nós aqui, eu duvido que tenha alguém que esteja nesta audiência, que esteja nos acompanhando, que esteja nos assistindo que possa levantar a mão e possa dizer: "Eu não me coloco como vulnerável na relação de consumo". Nós somos vulneráveis sempre, porque nós não estamos numa discussão de igual para igual com o nosso plano de telefonia. Nós não estamos numa relação de igual para igual com as companhias aéreas. Nós não estamos numa relação de igual para igual seja em qualquer esfera da relação de consumo.

Quando nós estamos doentes, Senador, ou quando somos pessoas que precisam de um tratamento por ter uma saúde debilitada, por ter um agravante na situação de sujeito humano doente, a nossa vulnerabilidade não é a mesma. Ela não é a mesma porque ela é agravada, porque ela é potencializada. Como assim já se manifestou o STJ, numa decisão que envolvia, inclusive, plano de saúde: o consumidor é que precisa litigar em juízo para ter o cumprimento de um contrato de um plano de saúde. Esse consumidor é doente, ele não é só um consumidor vulnerável, mas ele é um consumidor hipervulnerável.

Nós precisamos, sim, enfrentar essas questões numa ordem técnica, precisamos reconhecer que nós temos uma das mais avançadas doutrinas no mundo em proteção à defesa do consumidor.

Agora, Senador, por que nós temos excelentes leis, mas nós não conseguimos fazer cumprir? Esse é o nosso grande questionamento. Isso é o que precisa ser travado, isso é o que precisa ser questionado, isso é o que precisa ser indagado. E não só questionar, mas, da resposta que tivermos, nós precisamos avançar com ela. Nós precisamos mostrar que consumidores devem ser respeitados, porque, se nós falamos de um país que precisa avançar na sua economia, não há economia sem consumidor.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você também, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, que é Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Só quero ressaltar, Dr. Vitor Hugo, que a sua fala foi muito importante, interessante, também esclarecedora, inclusive sobre o conceito de vulnerabilidade, porque todos nós consumidores, nessas relações, somos a parte vulnerável. E, como você – me permita chamá-lo de você – colocou, essa vulnerabilidade, nos casos, inclusive, sendo debatidos, especificamente está agravada – é muito importante.

Sobre a nota técnica, nós vamos trabalhar em conjunto para ver como essa nota técnica já foi respondida, o que não foi colocado, para que isso possa embasar também a continuidade dessa discussão.

Passamos agora a palavra novamente aos expositores para alguma consideração final, bem breve, para encerrarmos, mas sabendo que teremos os desdobramentos, que devem ser organizados. E já convido, como já fiz agora há pouco, de antemão, todas e todos que participaram, e mesmo as pessoas que nos acompanham remotamente, nos encaminhamentos necessários em função desta audiência pública, para que ela tenha resultados e não seja só uma discussão. Discussão é importante, compreensão do assunto, pontos de vista, mas que a gente possa encaminhar para resultados concretos, porque é isto que querem as famílias consumidoras: que a lei seja cumprida.

Eu concordo inteiramente que temos uma legislação tão boa, mas que infelizmente não é cumprida. E a ANS também ser chamada a regular de uma maneira adequada, às vezes nem depende de lei; depende de uma iniciativa da ANS; às vezes não precisamos de lei, de mudar a lei; precisamos, sim, de um posicionamento, como foi colocado, político, a favor do povo, a favor das pessoas, que seja um posicionamento justo, adequado, para que um cidadão que nos acompanha e tem um plano coletivo por adesão há 30 anos não chegar aos 60 anos e ouvir: "Não, você não, estamos cancelando". Isso é uma barbaridade, é um atentado contra a dignidade do ser humano!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que o Dr. Vitor Hugo colocou, de uma maneira muito adequada, que a legislação justamente está aí para defender a parte, também nessa relação, mais vulnerável, que sempre é o consumidor.

Passo então, em primeiro lugar, rapidamente, para uma consideração final, para a Letícia Fantinatti de Mello, fundadora da Associação Vítimas a Mil.

A SRA. LETÍCIA FANTINATTI DE MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

Só complementando mesmo, eu acredito que existe, sim, a necessidade de chamar consumidores numa reunião. Isso, de fato, não ocorreu até agora, e eu inclusive cheguei a pedir para o Presidente da ANS se ele poderia intermediar uma audiência com o Presidente Arthur Lira, para que os consumidores pudessem se manifestar e ele visse o outro lado, porque até então só as operadoras é que fizeram essa reunião, a portas fechadas, e ninguém sabe.

E quero lembrar que a gente está falando novamente de vidas. Vidas não esperam – um segundo pode fazer a diferença. E eu falo isso com propriedade, porque eu tive uma omissão de socorro. Assim, é muito importante que continuem dando a esse tema a urgência que ele merece, porque um segundo faz a diferença.

Seria só isso mesmo.

Agradeço a participação, por poder trazer a Associação Vítimas a Mil aqui com a palavra, representando a todos os associados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Letícia. Só quero sugerir que a gente organize bem o assunto e possamos, na sequência, falar com todas as pessoas, com os pontos de vista já bem estruturados: a ANS; o próprio Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, se for necessário, porque ele é uma pessoa extremamente sensível para as causas sociais; o Presidente da Câmara dos Deputados, sem dúvida alguma. Mas faremos isso.

Mas vamos entre nós, primeiro, dizer: a gente está apontando a espingarda para que lado, no sentido de que objetivo a gente quer atingir? E aí fico em concordância com vocês. Vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam do processo para a gente saber exatamente o que dizer. Está bom? Aí fica mais fácil para eles: "Não, isso pode. Vamos aqui dar um tempo" ou coisa semelhante, não sei. Mas vamos ver.

Obrigado, viu, Letícia? E, olhe, só tenha a certeza de que vamos continuar.

A Fabiane Alexandre Simão, que é mãe e Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos.

A SRA. FABIANE ALEXANDRE SIMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou ser breve também.

Quero agradecer muito, muito, muito ao Senador, por esta oportunidade, mais uma vez. Agradeço ao Dr. Lucas e ao Dr. Vitor Hugo, pelas falas deles, que realmente contemplam os anseios das famílias brasileiras. Porque é isto, o que nós queremos é ser respeitados dentro do nosso direito.

A gente tem a compreensão de que realmente o direito à vida é indissociável do direito à saúde. Então, nós estamos tendo direitos em várias esferas sendo atacados frontalmente, e isso a gente realmente não pode aceitar.

Então, eu coloco à disposição a associação – a gente também representa mais de 600 famílias aqui no Rio, agora tem algumas em outros estados – para a gente poder somar com o que vocês precisarem de material. Nós temos um levantamento aqui, vários formulários explicando individualmente o caso de cada família, qual é o plano. Então, estou aqui me colocando à disposição.

E quero dizer para a Letícia que eu já passei da fase de tentar intermediar uma reunião com o Arthur Lira. A associação entrou com um mandado de segurança para ele instalar a CPI, está no STF, foi sorteado o Ministro Dino. Se as questões são políticas, iremos politizar todos os espaços. Sem política, a gente não faz nada.

Finalizo dizendo que a gente realmente precisa de uma nova legislação para os planos de saúde que contemple a realidade atual dos usuários, contemple essa relação desigual, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente possa estar mais próximo a uma igualdade, embora eu saiba que seja impossível a gente atingi-la, mas o mais próximo possível dessa igualdade.

E é isso. Obrigada, mais uma vez.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Fabiane. Muito importante.

Passo, em seguida, a palavra ao Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), já convocado, assim como o Dr. Robson e o Dr. Vitor Hugo – convocado no bom sentido, não é? –, a trabalharmos juntos para buscar as soluções.

Com a palavra, Dr. Lucas.

O SR. LUCAS ANDRIETTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Rapidamente também quero novamente agradecer a todos, a todos os presentes, às pessoas que nos acompanham, e elogiar novamente o trabalho da Comissão. Essa convocação é assimilada com orgulho pelo Idec, nós estaremos lá certamente. Continuamos inteiramente à disposição.

Quero provocá-los também, como Senadores, para que nos ajudem a pensar como o Senado Federal pode instar também a agência reguladora, inclusive no sentido da obtenção das informações que são necessárias para a correta compreensão desse problema, para a produção e divulgação adequada dessas informações, por mais transparência no seu trabalho e também na produção de detalhes a respeito desse tema que nós estamos interessados em discutir – isso é atribuição da ANS. Então, pedimos. Eu acho que o Senado Federal tem sim um papel em nos ajudar a compreender como pode fazer com que a agência avance, não só em termos regulatórios, mas mesmo em termos mais elementares de transparência.

Então, novamente elogiando o trabalho da Comissão e nos deixando inteiramente à disposição de vocês, agradeço.

Um bom dia a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Lucas Andrietta.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Robson Santos Campos, Diretor de Assuntos Jurídicos do Procon São Paulo.

O SR. ROBSON SANTOS CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero mais uma vez agradecer, em nome do Procon São Paulo.

O Procon São Paulo tem hoje em torno de 373 PROCONs municipais e conveniados à fundação, e nós temos aqui a voz também desses PROCONs, como Coordenador do Sistema Estadual paulista de Defesa do Consumidor, e nos colocamos à disposição.

Parabenizamos mais uma vez a iniciativa. Como dito, estamos tratando aqui de vida, daquilo que é mais valioso para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Robson, e vamos trabalhar juntos nessa empreitada.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Vitor Hugo do Amaral Ferreira, que é Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Peço que transmita nossos cumprimentos também ao nosso Ministro Ricardo Lewandowski, que já atuou, como Ministro do STF, na defesa dos direitos constitucionais e certamente os mais importantes, ligados à dignidade, à cidadania, à valorização do ser humano.

Com a palavra, Vitor Hugo. (*Pausa.*)

Vitor Hugo... É isso.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estava aparecendo uma mensagem aqui que o anfitrião não autorizava o microfone.

Quero, mais uma vez, cumprimentar pela iniciativa e dizer que é um debate que não se encerra aqui e que tampouco pode adormecer em meio a outras pautas. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado: sempre quando tem reajuste de plano de saúde, sempre quando tem questões que envolvem saúde, nós temos sempre um grande debate no país. O Lucas aqui acompanha também a pauta de perto. Nós temos questões, quando se fala, por exemplo, em inovações, quando se fala de bula digital... não é, Lucas? São vários os temas que envolvem a saúde que causam um grande alvoroço. Mas nós precisamos de mais do que isso; nós precisamos não só de um grito, mas de uma fala contínua, nós precisamos dar efetividade àquilo em que nós acreditamos e àquilo que a pauta espera da gente.

Então quero colocar mais uma vez a Secretaria Nacional do Consumidor à disposição e pedir também a contribuição de vocês. A secretaria não pode, não consegue trabalhar sozinha, nós precisamos trocar essas informações – isso mais do que nunca, principalmente neste tempo.

Eu tenho sempre dito que a saúde não tem preço, Senador, mas ela tem valor. Nós precisamos trabalhar a saúde como um objeto, como um instrumento de valor, e não só como preço, como precificação em mais um contrato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Vitor Hugo. É muito importante termos continuidade na discussão e também sermos incisivos nas cobranças – é muito importante. Apreciei muito a posição também do Ministério da Justiça nesse sentido.

Aliás, todas as falas foram muito importantes, interessantes, mostrando a diversidade e a compreensão dos casos, todos. Agradeço a presença de vocês, assim como da Juliana Elvira Herdy, que participou também e teve que, justificadamente, sair um pouco antes desta audiência.

Quero dizer que vamos manter contato com vocês, expositores e expositoras, com a celeridade possível, para que isso não demore também, porque a gente já tem os encaminhamentos bem próximos. Há um acúmulo de conhecimentos importantes no Idec, no Procon-SP, no Ministério da Justiça. Os casos estão bem específicos, trazidos por vocês, que representam a área como famílias, como mães, como pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não precisamos mais fazer muitos levantamentos, porque os levantamentos já estão feitos, as dúvidas já estão colocadas, e vamos partir direto para o estabelecimento das respostas necessárias para que as pessoas e famílias não sejam prejudicadas nessa área, mas também... O Dr. Vitor Hugo colocou o consumidor de uma maneira geral, mas nós especificamente, neste momento, estamos discutindo a área da saúde, planos coletivos por adesão; ao mesmo tempo, lembro que isso inclusive levanta a sensibilidade da sociedade para o conhecimento dos seus direitos em todas as áreas.

Temos que trabalhar para que a nossa lei, tão boa, tão bem elaborada, com tantos debates – 34 anos, neste ano, do Código de Defesa do Consumidor, como o Dr. Robson colocou –, que seja efetivamente cumprida.

"Cumpra-se a lei" tem que ser a palavra de ordem em relação a todas as áreas. E, se a lei não é boa ou a lei inexiste... E muitas vezes nem precisa existir, basta uma decisão política, que, na verdade, tem que ser transformada em lei, para que essa decisão não mude ao sabor do arbítrio das pessoas que estão num determinado cargo. Que a gente possa ter, como resultado, o direito à saúde assegurado. Estamos falando só dos planos coletivos por adesão e das dificuldades enfrentadas pela sociedade.

Agradeço a vocês, agradeço a todos e todas que nos acompanharam, à Comissão de Direitos Humanos, a toda a infraestrutura, ao gabinete também, também todos os meios em comunicação que permitiram que esse trabalho fosse levado para o Brasil. Pedimos o apoio e a participação contínua de todos e todas que estão tendo esse tipo de dificuldade, e vamos trabalhar para que uma solução boa, um caminho bom, adequado, seja construído e adotado.

Grande abraço!

Cumpridas as orientações e os objetivos da audiência pública, declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 83ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Weverton e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião da Subcomissão CDHHAIA, realizada em 25 de novembro de 2025. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 130/2025 - CDH, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 3099/2019, de autoria Câmara dos Deputados. Finalidade: "Instruir o PL 3099/2019, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado". Participantes: Cibele Zanotta, Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde – ACESSA; Juan Thompson, Presidente-Executivo da Associação Latino-Americana de Autocuidado Responsável – ILAR; Silvia Maria de Macedo Barbosa, Médica pediatra, especialista em Medicina da Dor e Medicina Paliativa do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; Daniel Forjaz, Biólogo Especialista em Plantas Medicinais pela Faculdade de Medicina da USP – Representante de: Autor da Própria Saúde; Ana Luiza Pavão, Pesquisadora e Professora no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz; Rosane Sousa, Servidora docente do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Líder do grupo de estudos e de pesquisas sobre promoção em comunicação, educação e literacia para a saúde no Brasil; e Márcia Gonçalves de Oliveira, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - representante da ANVISA. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Jussara Lima
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/27

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Declaro aberta a 83ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de novembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Subcomissão CDHHAIA, realizada em 25 de novembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 130/2025, da CDH, de minha autoria, subscrito pela Senadora Damares Alves, para instruir o PL 3.099/2019, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para prever o estímulo de autocuidado responsável na assistência às pessoas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Prezados membros desta mesa, autoridades presentes, estimados profissionais de saúde, representantes de empresas, de associações, de entidades da área de saúde, que nos honram com sua presença, quero destacar, em primeiro lugar, que o autocuidado não se confunde, em nenhuma medida, com a automedicação, nem com a responsabilização exclusivamente individual pela própria saúde. São conceitos bem distintos.

O autocuidado remete para a elevação da capacidade de o próprio cidadão aprender a reconhecer questões relevantes relativas à sua própria saúde. Naturalmente, esse aprendizado de autocuidado não implica, jamais, a ausência de consulta aos profissionais de saúde, que estão devidamente qualificados para prescrever medicamentos e tratamentos de todo tipo. O autocuidado, segundo a Organização Mundial da Saúde, corresponde às capacidades de indivíduos, de famílias, de comunidades, para promover a saúde, para prevenir doenças e para manter o bem-estar, com ou sem o apoio dos profissionais de saúde.

Em segundo lugar, quero demonstrar que, a rigor, o autocuidado já está contemplado nos programas de saúde governamentais. De fato, existem diversos programas de saúde pública que promovem a responsabilização, o empoderamento e a autonomia do cidadão em relação à sua própria saúde. O autocuidado já faz parte do SUS há mais de duas décadas, como tema transversal de diversas políticas do setor, com base no princípio da integralidade.

Entre as políticas estruturantes do SUS que estimulam o autocuidado, destacam-se:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1º Política Nacional de Humanização, instituída pelo Ministério da Saúde em 2003, com o programa HumanizaSUS como política transversal de qualificação da atenção e da gestão. O PNH enfatiza o protagonismo, a corresponsabilidade e a autonomia de usuários, de trabalhadores e de gestores do SUS, oferecendo diretrizes para os diferentes níveis de atenção.

2º Política Nacional de Educação Popular em Saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Promove metodologias participativas, valoriza saberes populares e incentiva a formação de sujeitos coletivos autônomos e críticos.

3º a Política Nacional de Promoção da Saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Reforça a autonomia, o empoderamento e a participação ativa das pessoas na adoção de práticas saudáveis e na criação de ambientes favoráveis à saúde.

4º a Política Nacional de Atenção Básica, é definida pela Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Incorpora expressamente o autocuidado apoiado como parte das atribuições da atenção primária à saúde, orientando as equipes a desenvolverem ações educativas, pactuar planos de cuidado e oferecer suporte continuado, especialmente para condições crônicas.

Feita essa síntese, destaco que estamos aqui para discutir a proposta de criar um dia no calendário nacional dedicado a incentivar e a conscientizar a população sobre a importância de cada um de nós assumir a responsabilidade ativa pela própria saúde e pelo próprio bem-estar.

Estou certa de que todos aqui vão colaborar para que se desenvolva uma cultura de autocuidado, que significa a adoção de hábitos saudáveis, com nutrição adequada, com atividade física regular e com sono de qualidade, de busca de saúde mental, com o gerenciamento do estresse e de busca de autonomia na saúde com respeito aos tratamentos médico-hospitalares, com uso responsável de medicamentos e com monitoramento da própria condição de saúde.

Por isso, o autocuidado é fundamental não apenas pela melhora pela sua qualidade de vida, mas também por contribuir diretamente para a sustentabilidade do nosso sistema de saúde, desafogando hospitais e Unidades Básicas de Atendimento ao reduzir a incidência de casos preveníveis.

O autocuidado é, portanto, um ato de saúde coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, declaro aberta a audiência pública.

Participarão presencialmente – e convido a tomar lugar à mesa – os seguintes convidados:

- Cibele Zanotta, Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde;

- Daniel Forjaz, Biólogo especialista em plantas medicinais pela Faculdade de Medicina da USP – Representante de: Autor da Própria Saúde;

- Márcia Gonçalves de Oliveira, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, da Anvisa;

- Juan Thompson, Presidente-Executivo da Associação Latino-Americana para o Autocuidado Responsável.

Participarão, por meio de videoconferência: Silvia Maria de Macedo Barbosa, Médica Pediatra, Especialista em Medicina da Dor e Medicina Paliativa do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; Ana Luiza Pavão, Pesquisadora e Professora no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz); Rosane Sousa, servidora docente do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), líder do grupo de estudos e de pesquisas sobre promoção em comunicação, educação e literacia para a saúde no Brasil. A Escola de Ciências da Saúde e da Vida da PUC, foi convidada, porém, declinou do convite.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Para um melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida de modo alternado entre os convidados que participam presencialmente e de modo remoto.

Com a palavra a Sra. Cibele Zanotta, Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde.

A SRA. CIBELE ZANOTTA (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, muito obrigada por esta oportunidade. É uma honra abrir esta audiência pública com um tema tão importante, como muito bem colocado, o autocuidado. A gente está aqui para trazer a importância e o protagonismo para o Dia Nacional do Autocuidado, que é o dia 24/7, e tem uma razão para ser esse dia, porque representa 24 horas por dia, sete dias por semana, o cidadão olhando, você olhando para sua saúde. Então, é uma honra participar desta audiência em nome da Acessa (Associação Brasileira da Indústria de Produtos do Autocuidado em Saúde).

A Acessa atualmente reúne empresas farmacêuticas comprometidas com produtos e soluções para o autocuidado que promovam o bem-estar, prevenção e uso responsável de medicamentos, produtos e tecnologias voltadas ao autocuidado pessoal. Nossa atuação é técnica, baseada em evidências científicas, sempre com a premissa central da segurança do paciente e da promoção da saúde. Representamos os seguintes segmentos aqui: medicamentos isentos de prescrição, suplementos alimentares, vitaminas, dermocosméticos e produtos de cuidado pessoal, testes rápidos, dispositivos de uso domiciliar e produtos para saúde oral também. O nosso objetivo central é contribuir para que os brasileiros tenham acesso à informação, à orientação correta e a ferramentas seguras para cuidar da sua própria saúde, em complementariedade ao sistema público e aos profissionais de saúde, que são essenciais.

Como muito bem a Sra. Presidente da mesa colocou, a gente está pautado na definição do autocuidado com a Organização Mundial da Saúde e o mais importante aqui é deixar claro que o autocuidado não substitui o cuidado profissional, muito pelo contrário, autocuidado e sistema de saúde não competem em nenhum momento; eles se complementam.

E por que falar de autocuidado em saúde? O mundo passa por transformações profundas na forma de como as pessoas cuidam da sua saúde. O autocuidado tem sido reconhecido internacionalmente como pilar para fortalecer a promoção da saúde, estimular hábitos preventivos, reduzir riscos graves e evitáveis, apoiar o manejo de sintomas e condições de baixa complexidade e complementar o tratamento clínico quando necessário.

Quando a população tem uma informação confiável e instrumentos seguros para se cuidar, os resultados aparecem tanto no bem-estar individual quanto na eficiência do sistema público, com a redução de filas de internações evitáveis e com o redirecionamento dos profissionais de saúde para casos que, realmente, exijam intervenção clínica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, hoje, convive, Presidente, com alta prevalência de doenças crônicas, desigualdade de acesso à informação qualificada de saúde, automedicação inadequada em alguns contextos e baixos índices de alfabetização em saúde. Grande parte da população enfrenta dificuldades para interpretar orientações médicas, entender bulas e rótulos, reconhecer sinais de alerta, navegar pelo sistema de saúde, e é justamente nesse cenário que políticas públicas de autocuidado podem gerar impacto imediato e contínuo com educação e saúde, acesso seguro e protagonismo do cidadão no cuidado consigo mesmo.

E, quando estimulamos hábitos saudáveis, alimentação adequada, monitoramento de sintomas leves, uso correto de medicamentos isentos de prescrição, quando indicados, e busca oportuna por atendimento médico quando necessário, há impacto direto em: qualidade de vida, sustentabilidade do Sistema Único de Saúde, produtividade social e econômica.

Nesse contexto, essa proposta do Dia Nacional do Autocuidado não é somente uma data comemorativa, mas é estratégica. A data permitirá promover campanhas nacionais com linguagens acessíveis para a nossa população, disseminar conteúdos educativos confiáveis, estimular a corresponsabilidade de toda a sociedade no cuidado com a saúde.

A criação da data transforma o autocuidado em agenda permanente, com potencial de influenciar gerações e não uma ação isolada. Se queremos um país com pessoas mais saudáveis, mais informadas e com melhor qualidade de vida, precisamos colocar o autocuidado no centro do planejamento público, com ações contínuas de educação, prevenção e orientação.

A Acessa reafirma seu compromisso com a ciência, com o diálogo aberto, a responsabilidade sanitária e a construção conjunta de soluções à saúde pública.

Colocamo-nos totalmente à disposição desta Casa, o Senado, da Câmara, do Ministério da Saúde, da Anvisa e de todas as instituições aqui representadas para colaborar com ações que ampliem a segurança, o acesso à informação e a autonomia da população, motivo pelo qual o 24/07 é um marco para o nosso país.

E gostaria, já, de aproveitar, Presidente, para pedir encarecidamente para colocar este projeto em votação com urgência na pauta da próxima semana, se possível, para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir, quem sabe, este ano e, no ano que vem, a gente já trabalhar nessas construções de políticas públicas e colocar o autocuidado no centro do debate.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Sra. Cibele, pelas palavras, e me coloco à disposição. Prometo que vou tentar. (*Risos.*)

Eu prometo que vou tentar, para ser logo votado, tá bom?

E agora eu passo a palavra à Sra. Silvia Maria de Macedo Barbosa, Médica Pediatra, Especialista em Medicina da Dor e Medicina Paliativa do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Com a palavra a Dra. Silvia Maria.

A SRA. SILVIA MARIA DE MACEDO BARBOSA (Para expor.) – Exma. Presidente Senadora Jussara, outros Parlamentares, especialistas presentes, senhoras, senhores, eu estou muito feliz porque pude estar aqui hoje com vocês. Quando fui convidada para estar nesta Comissão para poder falar, defender algo que eu vejo todo dia, eu fiquei muito feliz. É uma oportunidade, porque a gente tem que falar, olhando agora com o foco da família, dos pais de crianças com enfermidades crônicas complexas.

Bom, eu trabalho com isso diuturnamente. Esse é meu modo de trabalho há mais de 25 anos. Eu acompanho essas crianças, eu acompanho essas famílias e, muitas vezes, vejo pais ficando com condições complexas de saúde porque houve uma negligência por parte deles de olharem para si e de olharem para o seu próprio cuidado.

O autocuidado deve entrar como uma agenda global de saúde e deve ser visto o tempo todo. Não é só, dentro do serviço de saúde, eu, como médica paliativa, falar com a família: "Você precisa se cuidar". A família tem que ter o letramento para entender a importância dele. Eles precisam ter a capacidade de cuidar da sua própria saúde, olhando-se como indivíduo, como família, com ou sem o apoio do profissional.

A Organização Mundial de Saúde reforça que o autocuidado reduz desigualdade, melhora indicador de saúde e diminui custo de sistema. Isso é muito bom. A Opas, a organização mundial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde das Américas, recomenda que os países implementem políticas estruturadas de autocuidado, especialmente para a população vulnerável, afirmando que a sobrecarga do cuidado não é apenas um problema individual, mas estrutural, e que gera adoecimento silencioso dos cuidadores.

Eu posso dar um exemplo. Picos hipertensivos que acontecem com mães que estão com uma criança que merece muita atenção. Quantas horas ao dia – sempre há um cuidador principal – esse cuidador principal acaba utilizando para ver uma criança com necessidades complexas? Acorda, não há tempo para outra coisa; há somente tempo para o cuidado do outro. Isso é fato. E o que a gente começa a ver? Que a gente começa a apresentar casos complexos de saúde: o adoecimento dos cuidadores – o adoecimento físico e psíquico.

Há um estudo realizado pela Fiocruz e pela Universidade Federal de Minas Gerais mostrando que mais de 63% dos cuidadores de crianças com doenças crônicas apresentam sintomas depressivos ou ansiosos. Muitos não são acompanhados por profissionais qualificados; 40% relatam privação de sono significativa – a Senadora Jussara falou exatamente sobre isso. E um em cada três abandona seus cuidados básicos próprios, como consultas e medicações.

Entre os cuidadores de crianças com condições complexas, até 70% apresentam sinal de exaustão e burnout. Isso é muito sério.

Eu me lembro – permitam-me, às vezes eu vou permear com alguns casos explicados – que havia um adolescente internado, muito grave, uma doença limitante de vida, e ele estava internado há mais de 60 dias. Nós entramos no caso e perguntamos sobre a saúde da mãe, da genitora: "Não, eu sou hipertensa." "Você está tomando a medicação?" "Não." "Você avisou para que a nutrição mande uma dieta adequada para você?" "Não." Isso é uma coisa básica de autocuidado.

E uma outra mãe, este ano mesmo: "Não, eu sou hipertensa, mas eu esqueço de tomar o remédio." Eu lembro que eu ia todo dia na terapia intensiva: "Já tomou o remédio hoje?" "Vamos tomar." Porque ela precisou, e ela entendeu que era necessário ela se cuidar para ter condições de cuidar da sua filha. Porque, se acontece alguma coisa com ela, quem vai cuidar da criança?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a Sociedade Brasileira de Pediatria reforça que a qualidade do cuidado da criança depende diretamente da saúde física e emocional de quem cuida. É uma coisa clara. Conforme a autonomia vai existindo, a gente espera que a criança comece a dar conta – ou o adolescente –, do seu autocuidado, mas sempre sob supervisão. Mas e os pequenos? Se não há quem cuide, como é que vai ter qualidade o cuidado?

Pesquisas internacionais nos cuidados paliativos pediátricos mostram que, quando o cuidador está esgotado, a adesão ao tratamento da criança pode cair em até 50%. Crianças cujos cuidadores, genitores, têm sofrimento emocional, têm mais internações evitáveis e maior risco de descompensações.

Obviamente que essa sobrecarga do cuidado leva a uma questão de... Aparece como um problema econômico. E, quando a gente investe em programas de autocuidado – eu vou falar, a moeda não é a nossa –, economizam-se até US$11 dólares em internação, agravos e perda de produtividade. Isso é bastante, né?

O que a gente sabe no Brasil? Que doenças crônicas em cuidadores aumentam em até 30% o uso de serviços de saúde, incluindo emergências.

O abandono do trabalho por um cuidador pode reduzir em até 40% a renda familiar, aprofundando a vulnerabilidade. É um exemplo da semana passada: um menino ficou com um quadro gravíssimo, gravíssimo do coração. Internado, na terapia intensiva, com risco.

O pai, o genitor, conversou comigo: "Doutora, eu não consigo ir trabalhar, eu não consigo focar. O meu filho está aqui correndo risco de vida." Podia ficar o pai ou podia ficar a mãe, mas as contas devem ser pagas, o trabalho faz parte. E ele fala: "O meu patrão me liberou, mas eu tenho medo de que isso me prejudique no futuro." Converse com o seu patrão, ele vai entender tudo o que está acontecendo.

E se passou uma semana e ele falou para mim ontem: "Vou voltar para o trabalho. Eu agora percebo que meu filho melhorou e eu já tenho uma tranquilidade para poder voltar." É trabalho em que precisa ter uma superatenção, porque senão pode causar erros etc.

Quando a gente tem alguém do nosso círculo familiar gravemente enfermo, a gente se preocupa. Às vezes o cuidado do outro é tão grande que a gente esquece da gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu prometo que vai ser o último caso.

Era uma criança com uma doença neurológica progressiva e uma mãe super-hipertensa, disso eu sabia. E eu não sabia que ela era diabética. Eu falei: "Como está sua saúde?" "Ah, eu sou diabética." – ela estava internada, internou no dia anterior. "Não, eu tomo insulina." E eu: "Como assim você toma insulina? Você não falou para ninguém? Você sabe que você, sem insulina, pode entrar em coma e você pode até morrer? E o seu filho?"

As pessoas têm medo até de comentar com o profissional de saúde, quando um dos seus familiares está em atendimento médico, que vai precisar de uma internação, de contar, de compartilhar o seu quadro de saúde. E isso coloca em risco o próprio indivíduo e o seu filho.

A gente precisa olhar para isso. A gente tem que explicar que ter uma doença numa condição crônica complexa, que você consiga tratar, você precisa avisar no caso de uma internação, para todo mundo saber caso ocorra um problema.

As pessoas...

Ô meu Deus! Eu vou ser mais rápida, me perdoem.

Bom, essa é a realidade que eu encontro nas famílias. E por que uma lei é essencial – e é disso que a gente está falando –, por que ter um dia, 24 horas, sete dias por semana? A questão médica trabalha 24 horas, sete dias por semana. Vamos lembrar no mês, quando naquele mês se fala o tempo todo, naquele dia, 24 horas, sete vezes por semana, que a gente tem que se olhar, a gente tem que cuidar, a gente tem que se autocuidar.

Era isso então.

Muito obrigada

Desculpa que eu extrapolei o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Silvia.

Com a palavra o Sr. Daniel Forjaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL FORJAZ (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora e todos os colegas aqui nesta mesa. É um prazer imenso estar aqui. Quero agradecer imensamente pelo convite, porque para mim é muito importante estar aqui discutindo um tema que é de vital importância para a saúde de modo geral, saúde pública e pessoal, individual, é extremamente importante o tema de hoje. Quero agradecer a presença de todos, agradecer também aos colegas que estão *online*, participando desta audiência pública para falar sobre autocuidados.

Bom, eu não sou uma pessoa muito formal para falar, não trouxe um texto pronto. Eu gosto de falar aquilo que eu tenho para falar naquele momento. Inclusive sou o único de camiseta nesta mesa, mas tudo bem. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL FORJAZ – Obrigado.

Muito bem, eu trouxe um tema para falar que é sobre plantas medicinais. Meu nome é Daniel Forjaz, eu sou especialista em plantas medicinais, sou responsável por um projeto *online* chamado Autor da Própria Saúde, onde a gente orienta as pessoas sobre o uso racional, consciente e responsável das plantas medicinais, mostrando aquilo que é possível fazer e também orientando sobre aquilo que não se deve fazer, o que é extremamente importante. O nosso trabalho hoje é um trabalho muito voltado à educação dessas pessoas, formando pessoas para autocuidados com plantas medicinais em casa.

O nosso trabalho é todo baseado em evidência científica, inclusive eu trouxe alguns artigos que eu vou só citar aqui para vocês que são bastante interessantes, nesse sentido de trazer para esse tema mais uma ferramenta em que a população pode cuidar de si mesma de diversas maneiras, utilizando plantas medicinais.

"Daniel, mas tem tanto remédio, a medicina avança tanto, tem uma farmácia em cada esquina, por que a gente vai falar de plantas medicinais?" Justamente. Em um campo de empoderamento das pessoas, de valorização de um conhecimento, muitas vezes tradicional, que hoje pode ser reafirmado através do conhecimento técnico-científico, está-se abrindo possibilidades muitas vezes em regiões onde o atendimento médico de saúde não está completamente disponível, não está como deveria estar disponível – a gente sabe da dificuldade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em alguns lugares, algumas comunidades – e também, nesse protagonismo, incentivar as pessoas é um processo mais preventivo do que curativo.

Quando a gente usa plantas medicinais no nosso cotidiano de uma maneira racional, de uma maneira responsável, a gente consegue evitar muitos problemas de saúde e consegue melhorar a qualidade de vida das pessoas de maneira autônoma e independente. Isso não desqualifica o atendimento médico, isso na verdade, vem junto com o atendimento médico. O médico precisa diagnosticar, avaliar, acompanhar, medicar, quando necessário, mas – eu vou falar um pouquinho sobre isso –, no contexto em que é possível e que é viável, que também haja orientação pelo profissional de saúde às pessoas para que façam uso de um recurso natural, acessível, democrático e que pode realmente ajudar as pessoas em muitos campos, reduzindo a carga de medicamento, reduzindo o peso da saúde para o Estado e melhorando a qualidade de vida de modo geral.

Fiz uma pequena apresentação e vou trazer para vocês. Falando dos problemas do estilo de vida, eu acho que a base de toda a problemática da saúde começa no estilo de vida das pessoas. A gente vive em uma sociedade em que as coisas foram muito industrializadas. Tudo na nossa vida passou por esse processo, então, a gente tem ali um processo de sedentarismo, má alimentação, consumo baixo de água, problemas de sono, alta exposição ao estresse mental e emocional, tabagismo, consumo de álcool, alto consumo de medicamentos, falta de tempo para si mesmo, falta de exposição à natureza, tudo isso gerando consequências que são as doenças do comportamento humano.

São as doenças do estilo de vida: diabetes, hipertensão, colesterol elevado, gastrite, obesidade, ansiedade, osteoporose, esteatose hepática. Eu costumo dizer que ninguém nasce hipertenso, diabético tipo 2 ou com osteoporose ou fígado gordo; a gente desenvolve isso ao longo da vida. E o que nos leva a desenvolver isso? "Ah, tem propensão genética". Como um fator, para algumas pessoas, sim; mas, na maior parte do tempo, as pessoas deixam de cuidar de si mesmas, deixam de pensar na sua própria qualidade de vida para entrar numa catarse de um processo de construção da própria saúde completamente equivocado, que leva a todos esses problemas, causando consequências que depois pesam na própria vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí são só números. É lógico, números muito simplificados – eu peguei em algumas bases de dados oficiais ali.

A gente tem no Brasil hoje, em questão de diabetes, uma prevalência de 10,2% dos brasileiros com diabetes. São 20 milhões de pessoas, num dado de 2023. Em 2022, foram 78,8 mil óbitos por diabetes, são 216 mortes por dia em 2022. Isso gera para o Estado um gasto de R$1 bilhão por ano – só pensando no SUS, sem extrapolar para o custo pessoal, individual de cada um –, só pensando no que o Estado investe para isso ser tratado.

Sobre hipertensão – dados de 2023 –, a gente tem ali 27,9% da população adulta, em 27 capitais, com diagnóstico de hipertensão; e lembro que hipertensão é uma doença que não é 100% diagnosticada, a gente tem uma grande parte da população hipertensa que nem sabe que é.

A gente tem 40 milhões de pessoas vivendo com hipertensão, em 2023; a gente tem 388 pessoas que morrem, por dia, de hipertensão, em 2022 – cerca de 141,6 mil por ano –; e o gasto aproximado é de R$2 bilhões por ano, pelo SUS, para cuidar de hipertensão.

São duas doenças do comportamento humano que geram um alto custo, um alto peso para o Estado, que comprometem a saúde e qualidade de vida das pessoas e que poderiam ter outros desdobramentos se as pessoas tivessem essa preocupação do autocuidado: autocuidado com a alimentação, autocuidado com o seu sono, autocuidado com o quanto de água toma, com a atividade física que faz. Tudo isso tem que ser considerado dentro do processo de autocuidado para a gente evitar esse cenário e poder trazer um cenário mais favorável para as próprias pessoas.

Quando falamos em autocuidado, estamos falando sobre sermos autores da nossa própria saúde. É uma construção individual: são as minhas escolhas que constroem a minha saúde o tempo todo. Então, quando eu falo de autocuidado, eu não posso deixar de falar daquilo que é o viés do projeto que eu desenvolvo, que é: sejamos nós autores de nossa própria saúde, através de nossas escolhas, de nossos hábitos, de nossos comportamentos, de nosso posicionamento diante da vida. Isso é um processo de construção ativa – o tempo todo – e que precisa ser incentivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ser autor da própria saúde, muito mais que preparar uma xícara de chá... Muita gente olha para mim e fala: "Ótimo, vamos fazer uma xícara de chá e está tudo resolvido". Não, é um conjunto de práticas, hábitos, modos de viver que garantem o equilíbrio da saúde e a qualidade de vida de maneira autônoma e independente.

A prevenção das doenças começa com a conscientização e informação. As pessoas precisam saber; saber o que é possível fazer. Quando a gente fala no campo das plantas medicinais, esse nível de informação é extremamente importante.

Quando a gente vê... Muitas vezes aparece uma manchete de alguém que se intoxicou ou teve algum problema com uma planta porque fez um chá errado. Recentemente, uma pessoa se alimentou de *Nicotiana glauca,* que é uma planta altamente tóxica, achando que era couve. Isso vem da falta de informação, da falta de conscientização de que não é porque é natural que não faz mal. Tem riscos e precisam ser considerados.

Você precisa saber que planta você usa, para qual objetivo você usa, quanto você deve usar, como isso interage com os seus medicamentos, todo o suporte médico para que isso aconteça.

Enfim, há necessidade de preparar as pessoas, de conscientizar as pessoas para o uso consciente das plantas medicinais – e agora fui pleonástico: conscientizar as pessoas para serem conscientes –, e é necessário informar, criar caminhos de informação para que as pessoas realmente saibam o que estão fazendo.

E atitudes simples podem trazer grandes resultados, nesse campo de ser o autor da sua própria saúde, de ser o responsável pelos seus próprios autocuidados. Por exemplo: cozinhar. Cozinhar é um processo de autocuidado: preparar sua própria comida, sentir o sabor do alimento, escolher o que você vai comer. Muitas pessoas não têm essa oportunidade. Atividades físicas de baixo impacto; cuidar de uma horta ou do jardim – a gente tem as Farmácias Vivas como projeto no Brasil hoje, e ele é pouco explorado dentro do contexto do Brasil –; contato com a natureza, trilha, contemplação, banho de sol, banho de floresta, *grounding*, que é andar descalço na grama, na areia da praia; atividades comunitárias, como participar de atividades em escolas, associações, asilos, igrejas; leitura e escrita são um processo de autocuidado, de saúde mental, saúde emocional; práticas manuais, como pintura, desenho e artesanato também são práticas importantes do autocuidado, para higiene mental mesmo; práticas integrativas, como meditação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relaxamento, ioga, *tai chi* e tantas outras podem ser contempladas. Tudo isso traz um impacto positivo.

Porém, elas precisam de um incentivo consciente e estruturado para funcionar. Por exemplo: capacitação e treinamento para agentes comunitários de saúde. Se eu falo de plantas medicinais, quem é a pessoa que está na ponta da flecha lá, na ponta do processo, que lida com o cidadão? É o agente de saúde. Se ele é capacitado para uma orientação, ele pode ajudar essa pessoa a não desenvolver um problema de saúde ou a resolver prematuramente um problema de saúde para que não se torne um problema crônico ao longo da vida, mas ele precisa de capacitação, precisa de investimento do Estado para isso. Cito ainda: cursos para a população; programas de incentivo local dos municípios; suporte para estruturas existentes, como praças de exercício do idoso, parques, academias públicas, centros culturais. Eu sempre dou o exemplo da praça de exercício do idoso, que é um projeto federal.

O meu município deve ter umas 35 praças de atividade do idoso, que servem como praça de *pet*, para as crianças se divertirem no fim de semana ou para a garotada se reunir para fazer o que não deve de noite, porque os idosos não vão. Ou porque não podem ir sozinhos, ou porque não querem ir sozinhos, ou porque não têm apoio da família, ou porque têm medo, eles não vão. Então, não é só instalar o equipamento, mas viabilizar que ele seja utilizado da maneira adequada. Prossigo: criação de novas estruturas; divulgação local; financiamento de pequenos e microprojetos; inclusão das práticas de autocuidado na educação básica – desde as crianças menores até a fase adulta, em todas as fases desse processo.

E as plantas medicinais? A gente tem um recurso democrático, acessível, de grande potencial e alta disponibilidade. A gente pode recorrer a isso para melhorar esse processo de autocuidado na vida das pessoas.

As plantas medicinais, pela Organização Mundial de Saúde, já são um recurso estratégico à promoção da saúde. E há um incentivo da Organização Mundial de Saúde para que haja políticas de desenvolvimento, não só para pegar o que já existe e fazer funcionar, mas para incentivar a pesquisa. E a gente precisaria de muito mais pesquisa no campo das plantas medicinais – muito mais. A gente poderia avançar muito mais se tivesse uma consistência maior na produção científica falando sobre plantas medicinais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, a gente já tem o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que já é um superguarda-chuva – tem muita coisa dentro dele –, mas é pouco explorado. E precisa de incentivo, precisa de financiamento, precisa da participação civil, precisa de muito mais para acontecer. O projeto de Farmácias Vivas é forte no Nordeste; no restante do Brasil, praticamente não acontece. Eles são pontuais.

E a gente é um país de dimensões continentais, onde a gente poderia ter Farmácias Vivas em todos os lugares, onde as crianças – naquele exemplo daquela Farmácia Viva, que acontece, se eu não me engano, em Pernambuco ou no Ceará – participam da Farmácia Viva. Trazemos os idosos, trazemos as crianças para o contato com a terra, com a natureza, para o plantio, para o cultivo, para entender as plantas, para usar essas plantas. É maravilhoso.

E a gente tem a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, que pode ser uma outra porta, em que também os profissionais de saúde, de saúde integrativa, são abarcados dentro do processo dos atendimentos de saúde e podem também utilizar as plantas medicinais, visto que a fitoterapia foi uma das primeiras técnicas que foi admitida dentro da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Hoje, tem muitas outras, mas a fitoterapia e as plantas medicinais estão ali desde o começo. Então, se a gente botar isso para funcionar com mais força, a gente vai incentivar o autocuidado numa perspectiva muito mais ampla dentro do país como um todo.

E pessoas conscientes alcançam melhores resultados com mais segurança. Então, eu tenho o maior protagonismo nos cuidados com a própria saúde e com a saúde da família; prevenção de problemas comuns, diabetes, hipertensão, colesterol elevado, gastrite – muito fácil –; tratamento complementar de problemas de saúde com a devida orientação; reduz a necessidade de acesso a sistemas de saúde; reduz a necessidade de consumo de medicamentos; maior contato com a natureza; e envolvimento coletivo. A gente tem um panorama incrível a ser explorado ali, com conscientização, com informação e com segurança.

E aí como fazer? A gente pode expandir as Farmácias Vivas, pode ampliar a capacitação profissional dos profissionais de saúde, pode ampliar o uso da fitoterapia como PIC no SUS, a gente tem a ampliação da produção e dispensação de fitoterápicos entre as UBS também no Brasil, estímulo ao envolvimento comunitário com a criação de hortos medicinais públicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitários, divulgação e conscientização do uso de plantas medicinais nos autocuidados, investimento em pesquisas científicas sobre as espécies medicinais. Tudo isso abrindo portas e caminhos.

Eu trouxe alguns exemplos para vocês de algumas coisas que são muito simples e que a gente tem evidência científica robusta, interessante para a gente poder validar. Por exemplo, aqui a gente tem o efeito da folha de mamão na trombocitopenia, que é a queda das plaquetas, em caso de dengue. Foi testado aqui, num ensaio clínico randomizado, comparado com o tratamento padrão, que verificou o efeito do suco da folha de mamão em crianças de 3 a 16 anos, são 72 crianças, durante três dias. Foram 72 horas de tratamento, e as crianças tratadas com a folha de mamão tiveram um aumento de 102% das plaquetas. As crianças que não usaram tiveram uma queda de 26%, isso em 72 horas. E nós enfrentamos epidemia de dengue atualmente, a gente pode incentivar isso.

A gente tem aqui a folha de goiaba num estudo clínico randomizado duplo-cego, comparado com placebo e com droga padrão. Um extrato de folha de goiaba foi capaz de reduzir sintomas clínicos de dismenorreia com redução significativa da dor já no primeiro ciclo, ou seja, as meninas não precisam fazer tratamento hormonal para aliviar a dor delas, não precisam de recorrer ao SUS. A mãe pode ajudar a sua filha, no seu processo de dor menstrual, usando a folha de goiaba. Brasília está chapada de goiaba para todo lado.

Enfim, chuchu. Aí a gente fala de coisas que as pessoas têm na cozinha, e não dá para dizer que é tóxico, porque a gente come chuchu. Então, um ensaio experimental com 360 idosos hipertensos, que consumiram suco de chuchu por quatro dias, sem o uso de anti-hipertensivo. A pressão arterial média do grupo caiu de 16/9 para 13/8 em quatro dias de suco de chuchu. O idoso pode fazer suco de chuchu em casa. Eu posso cuidar da minha mãe com um suquinho de chuchu e fica bom.

Beterraba. Estudo clínico randomizado duplo-cego, controlado por placebo, verificou o efeito do suco de beterraba na hipertensão arterial durante quatro semanas: 68 pacientes, 34 hipertensos não tratados e 34 hipertensos tratados, mas sem controle. Então, continuaram com o medicamento, mas não tinha controle da pressão arterial. Houve uma queda de 7,7ml de mercúrio na pressão sistólica e 5,2ml na diastólica. A função endotelial melhorou 20%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É suco de beterraba. Junta beterraba com chuchu, a gente tem um supertratamento doméstico, caseiro, para hipertensão. Não precisa abandonar a losartana, mas a gente pode melhorar, a gente pode complementar, reduzir a necessidade do medicamento químico.

O gengibre. Estudo clínico randomizado duplo-cego, controlado por placebo, verificou que 3g do pó de gengibre ao dia, no perfil de pacientes diabéticos tipo 2, por três meses: 45 pacientes divididos em grupo de gengibre e grupo placebo. Continuaram tomando a medicação padrão, tomavam glibenclamida. A glicemia em jejum do grupo tratado caiu 12%; a hemoglobina glicada, 10%; a insulina caiu 24,5%; e a resistência insulínica, 35%.

É gengibre. Um produto tão seguro que é utilizado na gestação para enjoos, porque é extremamente seguro. Os padrões não se alteraram no grupo placebo, ou seja, a glicemia não mudou nos que tomaram só placebo.

E, aí, gente, eu deixo aqui a minha contribuição, reforçando que, para mim, usar as plantas medicinais como diretriz, como ferramenta, como instrumento de autocuidado, é algo que pode contribuir muito para a saúde das pessoas. Eu me coloco à disposição para ajudar, para colaborar, para trazer mais conhecimento, mais informação nesse campo, que é um campo por que eu sou apaixonado.

Espero, de verdade, que o dia 24/07 seja ratificado como o Dia do Autocuidado porque, realmente, acho que é um tema de extrema importância para toda a população brasileira, de uma maneira, assim, inigualável. Muitos outros temas podem ser importantes, mas o autocuidado, com certeza, tem que ter um lugar muito especial, porque é falar do bem das pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero agradecer aqui – é professor, não é? – ao Prof. Daniel Forjaz, professor da USP...

O SR. DANIEL FORJAZ (*Fora do microfone*.) – Não sou professor da USP, só sou formado lá.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – É formado lá, mas é professor, não é?

O SR. DANIEL FORJAZ (*Fora do microfone*.) – Com especialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Com especialização.

Então, assim, nos passou informações bem precisas. Eu também sou do interior, a gente já usa muita essa coisa de chás, o chá de goiaba, às vezes, quando não está muito bem do estômago. Tem muita essa coisa no interior, mas é claro que tem que usar também a medicação, não é? Mas eu sou adepta, também, dos chás. Eu gosto de tomar chás, mas ratifico aqui que tem que se usar a medicação.

Então, quero agradecer por tudo que você colocou aí para a gente, de grande importância.

Com a palavra agora a Sra. Ana Luiza Pavão. Ela é Pesquisadora e Professora no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por videoconferência.

A SRA. ANA LUIZA PAVÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Jussara.

Eu queria iniciar a minha fala agradecendo o convite para participar dessa audiência pública, especialmente à Sra. Exma. Senadora, à Senadora Damares, cumprimentando e parabenizando o Congresso e todos os envolvidos por essa importante iniciativa de valorização do autocuidado responsável; e cumprimentando todos os colegas expositores aqui participando.

Queria também colocar que essa data, dia 24 de julho, é interessante também por conta de ser a data do Dia Internacional para o Autocuidado, estabelecido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), então é bem oportuna.

Eu vou iniciar aqui compartilhando... Eu peço um minutinho aqui para iniciar o compartilhamento dos meus eslaides.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Então, eu trouxe aqui alguns eslaides – e vou tentar ser breve, para não ultrapassar muito o tempo – sobre o autocuidado responsável: reflexões e interfaces na assistência à saúde.

Brevemente: eu sou médica, especialista em Medicina Preventiva e Social – já foi falado alguma coisa sobre a minha formação –, e eu queria pontuar que eu fui coordenadora do curso autoinstrucional de Autocuidado em Saúde e a Literacia para a Promoção da Saúde e a Prevenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Doenças, voltado para profissionais de saúde na APS, no período de 2022 – e, agora, finalizando – a dezembro de 2025. Esse curso está na sua terceira edição, no formato *online*, e está disponível pela plataforma UNA-SUS, aberto às inscrições, com matrículas até o dia 19 de dezembro.

Foi fruto de uma parceria entre a Fiocruz, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, o Ministério da Saúde e a Opas. Também gerou um guia de *Autocuidado em Saúde*, voltado a profissionais da saúde da atenção primária, que está disponível gratuitamente no formato eletrônico; foi produzido pela Editora do Ministério da Saúde. Então, é para fortalecer e enfatizar a importância de ações e iniciativas sobre autocuidado, seja de ensino, seja de pesquisa.

E essa foi uma iniciativa que englobou vários módulos, que abarcaram temas relacionados a referenciais teóricos que a gente utiliza quando fala de autocuidado, então, desde a promoção da saúde – a própria promoção da saúde –, a salutogênese e a literacia para a saúde, e também falando, ao final, no Módulo 5, efetivamente sobre o autocuidado e trazendo ferramentas de trabalho para as equipes da APS.

Aqui, o objetivo principal da minha fala era trazer algumas reflexões, alguns aspectos de alguns autores que já tratam desse tema da promoção da saúde, que eu considero importantes nessa discussão atual, e a gente está utilizando... aí, assim, a primeira seria a Kickbusch, autora alemã, que é muito importante no campo da promoção da saúde, e ela diz: "O autocuidado é definitivamente o recurso sanitário fundamental do sistema de atenção à saúde".

Ela defende que essa definição de autocuidado recebeu influência de um enfoque mais voltado a estilos de vida, mudanças nos hábitos e nos comportamentos de saúde, mas ela defende também, enfatiza, que, quando a gente fala de mudança de comportamento em saúde, a gente não pode esquecer que esses indivíduos dependem do modo de vida e do contexto social em que vivem. Então, esses comportamentos de saúde vão estar relacionados a aspectos sociais – isso é indissociável.

Então ela diz que estilos de vida são padrões de escolha de comportamentos feitos a partir de alternativas disponíveis para as pessoas, de acordo com as suas circunstâncias socioeconômicas, que as fazem poder escolher por umas e não escolher por outras. Então ela considera que o ponto de partida da análise do autocuidado é o sistema social, com as suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturas que vão favorecer ou dificultar a adoção de determinados hábitos ou de determinadas ações de autocuidado, e essas pessoas, então, desse ponto de vista, são consideradas agentes ativos do seu próprio cuidado. Então, ao aceitarmos que esse autocuidado é o conjunto de medidas que as pessoas tomam para melhorar a sua própria saúde e bem-estar, também vamos aceitar que essas medidas estão relacionadas a esses processos estruturantes a que estão sujeitas – é essa ligação da saúde com o social – e à importância de ações intersetoriais.

E trazendo aqui o que já foi mencionado também na abertura desta audiência, a questão do conceito de autocuidado apoiado, que já existe em publicações da Organização Mundial da Saúde, cujo foco é apoiar as pessoas, por meio do autocuidado, para que elas se tornem agentes produtores sociais de sua saúde. Então, isso não significa excluir a relação entre os profissionais da saúde e as pessoas usuárias, mas é justamente favorecer o autocuidado por meio do desenvolvimento de um sentido de autorresponsabilidade sanitária do cidadão.

E também, quando a gente fala de autocuidado, a gente sempre associa muito à atenção primária, mas o autocuidado pode permear qualquer nível de atenção. Neste momento, também é importante refletir sobre isso. E, para conseguirmos promover o autocuidado responsável, é necessário aumentarmos os níveis de literacia para a saúde dos indivíduos. E aí a gente entende, no nosso grupo de pesquisa, literacia para a saúde como a capacidade e a motivação que os indivíduos têm para acessar, compreender, avaliar e aplicar as informações de saúde na tomada de decisão, que vão melhorar a sua saúde e a qualidade de vida. Então, é através de ações que vão aumentar os níveis de literacia para a saúde, tanto dos usuários como dos próprios profissionais da saúde, que a gente também dá ferramentas para promover essa autonomia e essa conscientização que vão acarretar no autocuidado responsável.

E considerando, como já foi falado nas apresentações anteriores, o cenário atual de elevada prevalência de doenças crônicas, com esse grande impacto que elas trazem, em termos de morbimortalidade, de qualidade de vida dos indivíduos e de custos, tanto os custos do indivíduo como do sistema de saúde como um todo, relativos a essas doenças crônicas, e, associado a esse cenário, um cenário também de grande volume de informações sobre saúde circulando na internet, com o advento de programas de inteligência artificial, ainda se torna importante o olhar sobre o autocuidado responsável. É desenvolver a capacidade crítica do cidadão para que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consiga tomar melhores decisões sobre a sua saúde, atuar de forma efetiva na promoção do seu autocuidado, sendo capaz de analisar criticamente as informações que chegam para ele.

Também, essas pessoas que possuem doenças crônicas conhecem tanto quanto ou mais da sua condição de saúde e de suas necessidades do que, muitas vezes, os profissionais da saúde, então, há a importância desse modelo de decisão compartilhada. Aqui eu também trouxe, dentro dessa lógica de alguns pontos e interfaces do autocuidado responsável, a importância da clínica ampliada, que já é uma diretriz da Política Nacional de Humanização do SUS e, como foi falado também, a importância dessa articulação entre as políticas.

Então, agora uma nova Política Nacional de Autocuidado, a Política Nacional de Humanização, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, a Política Nacional de Promoção da Saúde, e esse modelo da clínica ampliada o que traz de positivo, de contribuição? Dentre outras, é essa humanização do atendimento, que tem esse olhar ampliado sobre o indivíduo, que valoriza a corresponsabilidade entre os profissionais e pacientes, a autonomia do indivíduo e o trabalho das equipes para abordar a saúde de forma integral. E vai se basear na escuta ativa, na qualificação do diálogo entre o profissional da saúde e o usuário e nesse modelo de decisão compartilhada, que fortalece o engajamento, promove o engajamento do usuário no seu cuidado.

E aqui, da mesma forma que... um outro ponto que eu queria ressaltar, uma interface do autocuidado responsável, a gente pode ver a questão da medicina do estilo de vida. O que é a medicina do estilo de vida? É uma abordagem, um campo do conhecimento que vem crescendo nos últimos anos, na área da saúde – nos Estados Unidos já tem há mais tempo, mas no Brasil também – e vai se basear em estratégias de mudança comportamental para promover a adoção de hábitos saudáveis nos indivíduos. Ela se fundamenta na medicina baseada em evidências e baseia-se nesses seis pilares que são importantes, que vão estar relacionados à mudança de hábitos, como a alimentação baseada em plantas, uma prática de atividade física regular, o manejo do estresse e bem-estar emocional, o sono adequado e reparador, e os mecanismos para a cessação de hábitos deletérios à saúde, como o tabagismo e o consumo abusivo de álcool, e também a importância das conexões sociais e a utilização da abordagem da psicologia positiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma ferramenta barata, que pode ser utilizada também no âmbito da atenção primária, pode favorecer o autocuidado e também é uma abordagem que ainda precisa de mais pesquisas científicas no contexto brasileiro para que possa ser cada vez mais validada e implementada, mas vários estudos já existem internacionalmente mostrando realmente a validade, a eficácia de medidas de mudança de estilo de vida, que podem ser executadas pelo próprio cidadão e que podem contar com o profissional da saúde como um parceiro nessas estratégias de mudança comportamental.

Então, quando a gente fala em autocuidado responsável, ele corresponde a uma ação realizada pelo indivíduo com um propósito, uma meta; tem relação com comportamentos de saúde e estilo de vida; trabalha, fortalece e enfatiza o protagonismo dos sujeitos e ações colaborativas entre as equipes de saúde e os usuários, e é um recurso sanitário fundamental dos sistemas de atenção à saúde, principalmente em pessoas com condições crônicas.

Essas foram as referências que eu utilizei e agradeço mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Profa. Ana Luíza Pavão.

Com a palavra a Sra. Márcia Gonçalves de Oliveira, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Anvisa.

A SRA. MÁRCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muitíssimo obrigada.

Boa tarde a todos e todas.

Eu gostaria inicialmente de fazer um agradecimento à nossa Presidente de mesa, Senadora Jussara Lima. Cumprimento também a todos os outros Parlamentares desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Gostaria também de cumprimentar os meus colegas de mesa e todos que nos assistem e que ainda vão nos assistir posteriormente.

Eu falo aqui em nome da Anvisa, representando a Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, e estou acompanhada *online* de dois colegas da área de registro e da área de vigilância de eventos adversos relacionados a medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala em autocuidado no sentido ampliado, a gente tem um ecossistema que aborda muitas outras questões, muito além de medicamento, muito além de produtos, de diagnóstico, de produtos para o autocuidado específico, como, por exemplo, dermocosméticos, suplementos. Então, existe uma gama de áreas da Anvisa que poderiam estar aqui representadas. Não pretendo, obviamente, esgotar o assunto, mas vou aqui traçar a interface com a área de serviços de saúde.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e parabenizá-los, porque, de fato, é um assunto que traz uma relevância muito grande. Como reguladora, a gente entende que é uma oportunidade de mostrar o que já se faz em termos de autocuidado e aquilo em que a gente precisa do engajamento do paciente, mas também estreitar os laços com a questão regulatória.

Eu vou passar essa página, porque eu acho que já ficaram muito claros para todos nós quais são os principais objetivos desse PL.

Inclusive, Senadora Jussara Lima, eu fiquei muito feliz de saber que você também faz parte da Comissão de Educação desta Casa, porque um fator fundamental que já foi mostrado aqui, inclusive pela professora Ana Luíza, que me antecedeu, é a importância da educação. Política regulatória sozinha, a gente pode ter a melhor norma do mundo, mas, se a gente não tiver educação sanitária, nós não vamos conseguir ter o resultado efetivo em termos de autocuidado.

O alinhamento global também já foi mencionado, mas eu não posso deixar de trazer um documento que é uma referência internacional para o tema que a gente está tratando. Nosso alinhamento com a Organização Mundial da Saúde é a última revisão desse guia, que incentiva todos os países a adotarem intervenções de autocuidado como elemento crítico para atingir a cobertura universal de saúde. A última versão foi revisada no ano de 2002 e traz situações que nos preocupam. A gente sabe que existe uma previsão de que, até o ano 2030, nós teremos escassez de 10 milhões de profissionais de saúde e 400 milhões de pessoas sem acesso a serviços essenciais. Então, de fato, a gente precisa investir na autonomia responsável e informada das pessoas. Então, eu deixo ali como referência.

Obviamente, não posso deixar de mostrar o nosso papel aqui hoje. A nossa perspectiva é mostrar como a regulação, como a Anvisa, a vigilância sanitária, tem ali uma interface com o autocuidado. E aí eu trago o mapa estratégico da Anvisa, que vai nos guiar até o ano de 2027,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforçando alguns objetivos estratégicos de viabilizar o acesso seguro a produtos e serviços, antecipar e responder efetivamente a crises sanitárias, promover o uso intensivo de dados e mostrar a relevância do nosso debate aqui hoje, empoderar as pessoas com informações para fazer as melhores escolhas de saúde. Então, fica clara a interface, de fato, que o tema tem com a política regulatória, que é o caminho que nós estamos trilhando juntos.

Quando a gente fala no autocuidado como uma política pública, nós temos que olhar, então, para diversas dimensões: os medicamentos e produtos, os isentos de prescrição, os dispositivos médicos, os autotestes que nós utilizamos. E aí trago aqui, posteriormente, a interface com serviços de saúde porque nós precisamos de uma integração apropriada: quando o autocuidado falhar, é lá no serviço de saúde que a gente tem que estar preparado para poder receber essas pessoas.

Uma outra dimensão valiosa, que já foi mencionada, é a questão da educação, do letramento, que a Profa. Ana Luíza acabou de nos mostrar. E, como eu já disse, não existe norma perfeita, não existe política regulatória que dê conta se a gente não preparar o nosso paciente, não engajar a nossa população, o paciente e a família, para ter condições de tomar as decisões conscientes. E cada uma dessas dimensões tem um papel específico e complementar.

Quando a gente fala... Já puxando a fala pela área que eu represento na Anvisa, o nosso maior objetivo, enquanto serviços de saúde, é evitar a ocorrência de eventos adversos associados à assistência. E a gente tem, então, como principal desafio, ampliar o acesso com segurança e confiança, que é o que de fato nós queremos alcançar aqui, hoje, com este debate.

Quando pensamos na relação do autocuidado e serviços de saúde, nós podemos pensar, então, em três camadas. A primeira camada é a camada individual, porque o cidadão vai tomar as decisões sobre o manejo de sintomas leves, decidir sobre o uso de medicamentos e buscar por assistência, mas essas escolhas precisam ser seguras, precisam ser informadas porque, quando esse autocuidado falha, a gente já entra numa segunda camada de busca do serviço assistencial, e aí nós precisamos estar preparados para acolher, para orientar, para diagnosticar e não causar danos. E a terceira camada de interface é o risco regulatório porque, cedo ou tarde, nós precisaremos trabalhar, antes, com o gerenciamento do risco para evitar eventos adversos, internações evitáveis e agravamentos de quadros que são simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma política de autocuidado precisa dialogar com os serviços de saúde para que a gente possa estar preparado para essa realidade.

Nesse contexto, mais uma vez, a gente precisa, de fato, tirar o nosso paciente do *status* de espectador e trazê-lo como parceiro, como parte da solução de que a gente precisa para prevenir os danos que são evitáveis, fazendo isso, obviamente, com comunicação efetiva, incentivando o nosso paciente a ter consciência, a conversar, a perguntar, a dialogar melhor com os...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA – Passaram dez minutos? (*Risos.*)

Então, nessa linha, e dentro da área específica de Serviços de Saúde, eu faço referência aqui a alguns documentos, considerando que a nossa área de Serviços de Saúde na Anvisa trabalha não só com a regulação dos serviços, mas também com aspectos da segurança do paciente. E nós aqui estamos falando de mudança de cultura da segurança do paciente, envolvendo esse paciente e seus familiares.

Eu trago ali diversas referências, como as da Organização Mundial da Saúde, mas não posso deixar de ressaltar que o nosso Programa Nacional de Segurança do Paciente, instituído em 2013, também traz como um dos eixos o engajamento do cidadão e o de seus familiares. A gente tem aí, ao longo dos anos, vários documentos, várias diretrizes internacionais que trazem o paciente para o centro da discussão. O último é aquele que foi publicado ali em 2024 e traz a participação ativa dos pacientes.

De interface da nossa área de Serviços de Saúde, a gente tem ali a coordenação do Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções, e eu queria chamar a atenção aqui para uma questão básica. Existem muitos países – os meus colegas que estão aqui na mesa sabem disso – em que a gente tem campanhas fundamentais, porque hoje, muitas vezes, a nossa população não sabe a forma de lavar adequadamente as mãos, e essa é uma das estratégias mais efetivas para a gente evitar a contaminação e prevenir a infecção.

Então, a gente precisa muito educar nesse sentido. Para nós, profissionais de saúde, este dia aqui, esta audiência é simbólica. Nós acabamos de comemorar, no período de 18 a 24, a Semana Mundial de Conscientização sobre a Resistência Antimicrobiana – "Aja agora: proteja o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, garanta o nosso futuro". Nós não teremos mais antimicrobianos eficazes no futuro por conta da resistência antimicrobiana. Então, com ações básicas, ensinando como usá-los, pelo tempo correto, da forma correta, obedecendo a horários, nós, de fato, vamos conscientizar sobre esse cuidado responsável, que vai contribuir para a eficácia futura dos antimicrobianos.

Não posso deixar de mencionar os riscos da automedicação, que vão agravar doenças, vão retardar diagnóstico, em muitos casos, vão causar dependência, eventos adversos... Então é um outro ponto, uma outra dimensão, e nós temos a responsabilidade de preparar o nosso paciente, ensinando, de fato, o que é o uso racional de medicamentos.

Eu já gostaria de compartilhar também que nós já temos, enquanto Anvisa, canais de comunicação direta, de incentivo para o paciente. Então eu gostaria de mencionar ali dois canais concretos de participação do cidadão que nós temos: o Formulário Notivisa (Módulo: Cidadão), para que pacientes, familiares e cuidadores possam fazer o registro de incidentes, de eventos adversos que ocorrem na assistência; temos também a possibilidade de que o paciente notifique pelo VigiMed, que é o nosso Sistema de Vigilância de Eventos Adversos de Medicamento. Isso mostra o quanto esse projeto está diretamente conectado à Política Nacional de Autocuidado, que fortalece e amplia. Então, estamos aqui diante de pessoas formadoras de opinião, e eu gostaria de pedir que a gente pudesse então divulgar.

Trouxe ali os códigos de barras, que vão levar diretamente à possibilidade de notificação dos dois sistemas. E é importante que a gente, de fato, possa compartilhar essa apresentação no futuro, para que cada vez mais pessoas tenham acesso. E é claro que não estou com a intenção de polemizar, mas, enquanto Vigilância Sanitária, a gente precisa, sim, pensar nisso aqui, instruir a nossa população para tomar as melhores decisões. Então eu trouxe ali uma iniciativa da Anvisa, em termos de educação sanitária, que é a nossa página de Estética com Segurança. A gente tem ali várias informações que vão, desde o registro dos produtos que estão regulares no mercado, a escolha do serviço, clareza – o que é um serviço de saúde, o que pode ser feito ali, o que não pode ser feito –, e também a possibilidade de reclamar, porque, quando a gente clica naquele código de barras, ele já fala de beleza com responsabilidade. Então é uma questão que a gente precisa também investir muito, em função de tantos danos que a gente tem vivenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é claro que temos que ter os nossos serviços de saúde como retaguarda, porque, se algo falhar no autocuidado, nós precisamos estar preparados para acolher com processos assistenciais bem estruturados e de forma segura para não causar dano a quem busca o serviço de saúde.

Por fim, já caminhando ali para uma síntese, o autocuidado seguro vai depender do cidadão informado e engajado, de serviços de saúde preparados, de vigilância sanitária forte e integrada. E eu entendo que o nosso debate aqui hoje cria uma oportunidade histórica para que a gente possa consolidar todos esses pilares.

E já realmente finalizando, eu queria deixar a seguinte reflexão para nós: o autocuidado responsável não significa transferir a responsabilidade para o cidadão; significa oferecer instrumentos para que ele seja parte da solução. A autonomia com segurança vai proteger vidas e vai fortalecer o SUS.

Então, mais uma vez, muito obrigada.

E fico à disposição, em nome da Anvisa, para que a gente possa colaborar, de fato – não é Dra. Cibele? –, em 2026, este dia, com iniciativas conjuntas, porque depende de todos nós.

É uma responsabilidade compartilhada, e a Anvisa está à disposição para cooperar naquilo que for necessário.

Muitíssimo obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Márcia Gonçalves.

Com a palavra, a Sra. Rosane Sousa, servidora docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Líder do Grupo de Estudos e de Pesquisas sobre Promoção em Comunicação, Educação e Literacia para a Saúde no Brasil.

A SRA. ROSANE SOUSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Quero agradecer a oportunidade, o convite, para participar deste momento.

A vantagem de ser uma das últimas a falar é porque muitos já disseram questões que eu iria evidenciar e que eu gostaria só de ratificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com os encaminhamentos e os posicionamentos dos colegas.

Pela minha formação, enquanto assistente social, e pela minha experiência atuando num hospital de clínicas aqui no interior, e agora como pesquisadora junto ao Prolisa, penso que essa discussão sobre o autocuidado é extremamente importante. E fico feliz em ouvir que todos os que estão aqui reiteram que pensar o autocuidado passa também pela gestão de um serviço de saúde que funcione, considerando os determinantes sociais de saúde, e pensando todos os elementos que compõem a nossa vida em sociedade.

E, a partir disso, especialmente no recorte que me foi sugerido, de pensar o autocuidado a partir da dimensão socioeducativa, gostaria de reiterar que não é possível falar de autocuidado sem considerarmos os fatores sociais, culturais e econômicos.

Então, as condições de vida – seja renda, moradia, saneamento básico, acesso a trabalho, às relações e ao apoio social que são estabelecidos por aquele usuário e pelas suas famílias –, as redes de apoio, a questão da cultura e dos valores... Nós temos uma diversidade no Brasil, e essa diversidade vai implicar, sim, as formas com que as pessoas lidam com a sua saúde ou com o seu processo de adoecimento e as desigualdades sociais que impactam, especialmente, os grupos em situação de vulnerabilidade social, que têm tanto maior dificuldade de acesso aos serviços públicos, especialmente aos serviços de atenção à saúde, quanto a dificuldade de acesso à informação e ao conhecimento. Então, essa dimensão social de autocuidado vai, sim, determinar até que ponto nós vamos conseguir trabalhar com essa população.

Até que ponto nós vamos conseguir trabalhar com essa população para que ela realmente se reconheça enquanto sujeito, um sujeito de direitos, um sujeito social, e que perceba a necessidade e a importância desse cuidado, desse autocuidado. E, quando a gente pensa na dimensão educativa, cuja importância alguns membros da mesa já mencionaram, eu e Ana Luiza fazemos parte do mesmo grupo de pesquisa e trabalhamos nesse curso de autocuidado e promoção da literacia para a saúde, porque entendemos que não é possível a gente avançar na perspectiva do autocuidado em saúde sem trabalhar com a população, o acesso a informações e conhecimentos, e o desenvolvimento de competências que permitam que os cidadãos, que as pessoas tomem decisões, mas decisões informadas sobre a sua própria saúde. E esse é um grande desafio quando a gente pensa na realidade social da população, que hoje, muitas vezes, vive um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de desinformação, de informações falsas e que não sabe sequer buscar essas informações. Então, quando a gente pensa na dimensão educativa do autocuidado, passa também por repensar, em termos da política de saúde, as ações de educação em saúde, de educação popular em saúde, o desenvolvimento de programas e projetos voltados para a autonomia do sujeito, para um processo de conscientização acerca da sua inserção na sociedade, da importância de olhar e interpretar os sinais do corpo, de pensar sobre aquilo que, dentro da sua realidade, é possível escolher para fazer escolhas saudáveis e ainda uma maior ênfase nas ações com enfoque na promoção da saúde, porque, quando a gente pensa no autocuidado, com certeza, se a gente considerar as ações de promoção da saúde, elas vão possibilitar que a população possa cuidar de si, dos seus familiares e da sua comunidade antes de entrar no processo de adoecimento. E, para aquelas situações de doenças crônicas, que, mesmo tendo algum diagnóstico, que se possa viver da melhor forma possível, com a melhor qualidade de vida possível.

Outro aspecto que isso vai impactar é justamente a participação social desse usuário na sociedade, para que ele possa, sim, ser o protagonista da sua história, do seu próprio processo de saúde. Então, quando a gente pensa no autocuidado, e eu ouvi a proposta dessa discussão, aqui na Comissão de Direitos Humanos, eu fiquei pensando no quanto é importante que a gente consiga superar ou avançar essa perspectiva campanhista, que ainda prevalece no âmbito da política de saúde. Então, a campanha tem um marco, mas nós precisamos que os profissionais da saúde que estão lá na ponta, lá no PS, por exemplo, mas o que está também no hospital, percebam o quanto é importante trabalhar com a população, com os usuários, para que eles possam reconhecer e possam entender de que forma eles podem viver melhor.

A Dra. Silvia foi trazendo os exemplos, e eu digo, como assistente social de um hospital de clínicas, que isso é uma realidade para nós. E hoje a gente já tem muitos profissionais da saúde, especialmente os médicos, que têm esse olhar humano social. Ele não está fechado só em identificar ali o diagnóstico, saber os sintomas. Não; ele hoje olha para essas pessoas, para esses pacientes, como pessoas que vivem nessa sociedade. Então, na medida em que a gente vai avançando, nós temos essa possibilidade de também trabalhar com os usuários dos serviços de saúde, para que eles possam compor com as equipes multiprofissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente pensa... Eu li aquela proposta não só de comemorar o dia 24 como o Dia do Autocuidado, mas que apresentou alguns elementos para se criar a Política Nacional de Autocuidado. E eu, até por conta de a gente estar debruçado sobre esse estudo desde 2014, fiquei pensando em como seria importante nós pensarmos em ampliar essa ideia da Política Nacional de Autocuidado, trazendo com ela a ideia de uma política nacional da literacia para a saúde. Se nós não trabalharmos com a população o acesso, saber acessar as informações...

Porque, quando a gente fala em literacia para a saúde, a gente tem alguns... Nós que estamos na academia temos algumas categorias teóricas conforme os autores que a gente segue. E, quando a gente fala de literacia para a saúde, a gente está falando de uma perspectiva de buscar identificar as origens da saúde. O que nós queremos compreender são as origens da saúde. A gente não desconsidera a patogênese, mas a gente precisa considerar a salutogênese. E, a partir disso, quando a gente olha para a população, se nós não conseguimos criar espaços em que a gente possa, desde o Programa Saúde na Escola e em todos os programas, trabalhar essa dimensão da saúde com a população, para que ela saiba acessar as informações corretamente, para que ela aprenda a compreender essas informações... E, com os programas, com as ações, a partir do momento em que o usuário compreenda essas informações, que ele consiga olhar para a sua realidade e pensar sobre aquilo que ele leu, aquilo que ele teve de informações, e sobre como vai investir na sua saúde, ou na saúde da sua família, ou da sua comunidade.

Então, quero parabenizar o movimento de trazer essa discussão e sugerir, se houver algum outro espaço para discutir, que se pense na articulação do autocuidado com o conhecimento, com o acesso ao conhecimento. Na nossa visão, por estudos, a gente pensa que, assim como na Europa eles já avançaram em uma política nacional de literacia para saúde – e, quando nós propusemos esse curso, que foi financiado pelo Ministério da Saúde e Opas, foi dito do interesse do ministério em avançarmos no Brasil com a perspectiva de literacia para saúde –, e quem sabe, se a gente conseguisse fazer essa discussão mais ampla sobre o autocuidado e a literacia para a saúde da nossa população.

Muito obrigada.

Só antes de encerrar, queria dizer que eu tenho uma aula agora às 16h30, então, infelizmente, eu vou ter que sair nos próximos minutos. Só para informar. Peço desculpas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Rosane Sousa.

Passo a palavra agora para Juan Thompson, Presidente-Executivo da Associação Latino-Americana de Autocuidado Responsável.

O SR. JUAN THOMPSON (Para expor.) – Muito obrigado. Boa tarde a todas e a todos. Senadora, muito obrigado, primeiramente, pela mesa e pelo convite para participar hoje. É um prazer estar aqui com todos vocês. Também parabenizo os componentes aqui, os palestrantes que a gente teve no dia de hoje. É meio difícil adicionar algo novo e interessante depois de ter ouvido essas palestras tão boas, mas eu vou tentar aqui, como acho que é a última palestra, trazer alguns conceitos importantes que eu acho que a gente precisa considerar quando a gente fala, primeiro, da importância de ter um Dia Nacional para o Autocuidado e quais são as implicações que isso pode ter.

Para começar, eu queria explicar um pouquinho o que é a Ilar. A Ilar é a Associação Latino-Americana de Autocuidado. A gente vem trabalhando desde o ano de 2001, então, o ano que vem é nosso aniversário de 25 anos trabalhando pelo autocuidado na América Latina. E, basicamente, a gente foca em três pilares fundamentais: o primeiro tem a ver com como a gente consegue fazer o autocuidado ser mais conhecido pelas pessoas, pelos profissionais da saúde, pelos governos.

A gente começa também a trazer dados, então, é bem importante o nosso trabalho em pesquisas. Eu gostei muito de ouvir um ponto muito comum em todas as palestras do dia de hoje, que é o letramento em saúde. A gente, por exemplo, tem um estudo muito interessante, que foi lançado ano passado, em 2024, sobre letramento em saúde. Ano que vem, se tudo der certo, a gente vai fazer aqui para o Brasil. Então acho que vão ser dados bem interessantes para a gente pensar também em como movimentar essa pauta aqui no Brasil.

A gente faz parte também, como ONG reconhecida pelas Nações Unidas, de várias plataformas internacionais, na América Latina; participamos das discussões na Organização Pan-Americana da Saúde, Parlamento Latino-Americano, etc. Então a nossa ideia, basicamente, é viabilizar e fazer ser conhecido o autocuidado na nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar um pouco a... Eu sei que já definiram muito bem o que é o autocuidado e como é o impacto que o autocuidado tem na sociedade, mas eu queria que, pelo menos, levassem essa ideia que eu gosto de trazer nas palestras, de considerar o autocuidado como um contínuo. Eu acho que a Dra. Ana Luiza comentou muito bem que o autocuidado não deve só focar na parte de atenção primária, mas também no impacto como estratégia em várias etapas da nossa vida, em vários momentos da nossa vida. E eu quero adicionar, ainda, que o autocuidado não é só para pacientes. A gente não tem que considerar que só um paciente pode utilizar a estratégia de autocuidado. Pessoas sãs, indivíduos saudáveis que conseguem utilizar diversas estratégias para manter esse estado de saúde também estão praticando autocuidado.

Aqui, a gente tem alguns exemplos de como isso se traduz na prática. A gente pode pensar em hábitos saudáveis; eu reconhecer meus sintomas; eu saber quando eu preciso ir no médico; quando eu posso tratar uma condição leve de um jeito individual, em casa; quando eu preciso do apoio de um farmacêutico, de um médico, etc. Todas essas são etapas que a gente pode considerar e que fazem parte do autocuidado. E como bem falaram anteriormente, o uso de produtos e intervenções de autocuidado, que é muito importante também.

Eu queria entrar um pouquinho mais em detalhe nessa definição de intervenções de autocuidado. A Márcia aqui trouxe também os guias de autocuidado da Organização Mundial da Saúde. Essas ferramentas que são definidas nesses guias, a gente pode ver aqui vários exemplos que podem ser de medicamentos isentos de prescrição, como a gente conversava, ou autotestes para a gente identificar determinadas condições, ou aplicativos. Agora a gente tem vários aplicativos de autodiagnóstico, que fazem o *track* dos exercícios que a gente faz e como isso impacta em diversos indicadores da nossa saúde.

Todas essas são ferramentas que ajudam na prática de autocuidado. E também, quando a gente... Eu não sei se eu estou aqui cometendo algum erro de português, vocês me permitam, mas, quando a gente fala de automedicação, muitas vezes a gente fala com uma concepção um pouco negativa da automedicação, mas a gente tem que reconhecer que tem várias características nesses hábitos.

E eu gosto sempre de falar da diferença entre o que é uma automedicação responsável, que aqui nos guias da Organização Mundial da Saúde estão reconhecidas como uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades para praticar autocuidado, e a autoprescrição. Não sei se essa palavra existe no português, mas basicamente seria fazer uso de produtos que, sim, precisam de uma receita médica, por exemplo, ou da guia de um profissional da saúde. Essa, nesse caso, não seria uma atividade correta de autocuidado.

Então, sempre é importante a gente... Eu gosto de trazer esses conceitos, porque é importante não deixar na cabeça das pessoas que a automedicação é uma coisa errada. Pelo contrário, uma automedicação responsável pode ajudar nessa prática de autocuidado. E, sim, trago que uma autoprescrição, quando é um medicamento que precisa de uma prescrição, tem que continuar – ou tem que seguir – uma recomendação médica. Então, para trazer aí essas definições.

A gente, como a Ilar, faz parte da Global Self-Care Federation, que é a Federação Global de Autocuidado. É uma organização internacional que fica em Genebra e tem relações oficiais com a Organização Mundial da Saúde.

E a gente pensou, faz uns anos, lá por 2022, em trazer um pouco mais de dados sobre qual o impacto econômico e social que o autocuidado tem nas nossas sociedades, nos nossos países. E foi feito um estudo, em colaboração com o Plano Estratégico da Organização Mundial da Saúde, que traz alguns dados de como impacta o autocuidado hoje, nas diversas sociedades, e como a gente consegue melhorar esse impacto, positivamente, para o ano 2030, pensando um pouco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que a gente tem para 2030.

E eu queria trazer aqui alguns dados; esses são dados específicos para a América Latina, que mostram, que apresentam aqui qual é o impacto que o autocuidado hoje tem para o sistema de saúde. Então, por exemplo, a gente pode ver que, hoje, a prática de autocuidado nos sistemas de saúde na América Latina gera uma economia de US$7,2 bilhões. Então, é um valor muito alto.

Eu gosto de pensar assim, refletir: se hoje ou amanhã a gente acorda e não tem mais autocuidado, US$7,2 bilhões deveriam ser adicionados aos orçamentos de saúde dos sistemas de saúde na América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe da complexidade que tem hoje na América Latina, nos sistemas de saúde público, em termos de orçamento. Então, claramente, o autocuidado tem um impacto muito importante.

E o que é importante aqui trazer, também, é que se a gente pensa em 2030, a gente tem um cenário na América Latina, que é uma das regiões que mais pode crescer nesse sentido, até 45%.

Então, a gente conseguiria, para 2030, gerar um impacto positivo de US$13 bilhões para os sistemas de saúde. E isso também se traduz, como vocês podem ver aqui, em horas que o indivíduo economiza, porque o indivíduo que pratica autocuidado, que consegue resolver, por exemplo, questões simples, um resfriado, uma dor de cabeça, de um jeito mais rápido, através do autocuidado, consegue economizar horas para fazer outras coisas: trabalho, curtir, aproveitar, etc.

Profissionais da saúde. Como a gente redistribui também o tempo, as horas que hoje os profissionais da saúde têm que, muitas vezes, dedicar, talvez, para a prescrição de um medicamento isento de prescrição, que é uma condição que poderia ter sido feita ou resolvida de um jeito individual, também tem um impacto importante: 122 milhões de horas, que poderiam traduzir-se em 217 milhões de horas para 2030.

Dias produtivos. Como bem falaram anteriormente, como impacta a produtividade ou o bem-estar, como isso se traduz economicamente no bem-estar para as pessoas. E vocês podem me perguntar: "Muito legais esses dados, mas como isso acontece? Como a gente chega, ao ano de 2030, a ter esses impactos positivos?".

Nesse mesmo ano, a Federação Global de Autocuidado, fazendo-se a mesma pergunta, trabalhou também em outro estudo muito importante, que é o índice não de alfabetização aqui, mas o índice para prontidão de autocuidado, que inclui também a parte de letramento de saúde. E, basicamente, aqui era identificar quais são os indicadores que a gente precisa trabalhar para chegar a esse impacto positivo do autocuidado.

Foram identificados quatro grupos. Para fazer aqui um resumo desses indicadores, o primeiro tem a ver com o apoio dos atores do ecossistema de saúde. Como bem falaram hoje vários dos palestrantes aqui, a estratégia de autocuidado não é uma estratégia só do Governo, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos profissionais da saúde, só da sociedade, só do indivíduo. É uma estratégia que envolve vários atores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUAN THOMPSON – Então, é como a gente consegue garantir que todos vão fazer parte dessa estratégia.

Política de saúde e de autocuidado. É o que estamos discutindo aqui hoje, identificar um dia para o autocuidado. Quais desdobramentos que isso vai gerar, do ponto de vista de política pública. É importante que a política reconheça o valor do autocuidado, o impacto que ele tem para a sociedade, que isso seja integrado não só no nível de lei, mas também em diversos planos estratégicos de diversos ministérios, no nível executivo, no nível legislativo, como a gente está discutindo aqui, mas também em outros níveis de política.

Empoderamento do indivíduo é o letramento em saúde. Acho que para mim é um dos indicadores principais que a gente tem que trabalhar. De nada serve a gente ter profissionais de saúde recomendando autocuidado, política pública de autocuidado, produtos de autocuidado, se as pessoas não sabem utilizar ou não sabem praticar o autocuidado.

E um dado importante: a gente fez um estudo na América Latina, em que oito de cada dez pessoas na América Latina reconhecem o autocuidado como uma estratégia muito importante, mas ainda mais da metade sente que não tem a informação necessária para tomar decisões sobre sua própria saúde. Então, é muito importante a gente pensar em desenvolver essa estratégia de letramento em saúde e espero que ano que vem possamos trazer um pouco mais de dados ao Brasil para focar especificamente nas áreas que a gente precisa desenvolver.

E, finalmente, mas não menos importante, ambiente regulatório. Como a Márcia trazia muito bem aqui, a gente garantir que tenha um ambiente regulatório, um marco regulatório favorável para o acesso seguro a intervenções de autocuidado, como a gente conversava no segundo eslaide, é fundamental. Então, a gente tem que também conectar as agências regulatórias, a gente na Ilar tem uma plataforma também de agências regulatórias latino-americanas que justamente trabalham isto: quais são os marcos regulatórios e como a gente consegue melhorar esse ambiente regulatório para um acesso eficiente desses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar aqui, algumas conclusões com esses quatro pontos. Eu acho que é importante a gente pensar em instituir esse Dia Nacional de Autocuidado, mas não somente como uma efeméride, como um dia que fique aí. A gente precisa pensar em quais são os seguintes passos, precisa pensar em quais vão ser as campanhas de comunicação, envolver a sociedade civil e outros fatores importantes do sistema para dar a conhecer como é uma prática eficiente e correta a do autocuidado, como a gente consegue envolver todos esses atores do ecossistema de saúde, para garantir que a gente vai fomentar também a equidade, que é algo de que falaram vários antecessores no dia de hoje, como a gente garante equidade em saúde através do autocuidado.

Também voltar a focar aqui no ponto da alfabetização em saúde, o letramento em saúde, que, como falava, é sumamente importante. A gente tem que brindar esses conhecimentos, essas habilidades para as pessoas se sentirem confortáveis para tomar decisões sobre a sua própria saúde.

E, finalmente, esse impacto econômico e social. Eu sei que a gente está em uma discussão legislativa, muitas vezes o impacto econômico é importante, e a estratégia de autocuidado é uma estratégia eficiente, porque ela gera um impacto positivo economicamente, mas também nos resultados em saúde. A gente tem, em vários países, vários estudos e várias provas de que esse trabalho em autocuidado gera um melhor resultado à saúde a curto, médio e longo prazo.

Então, acho muito importante a gente repensar quais são esses desdobramentos do Dia do Autocuidado e, bom, se a gente conseguir, semana que vem, colocar isso na pauta e poder avançar, finalmente, para estabelecer o Dia do Autocuidado, 24 de julho, que também é o Dia Internacional do Autocuidado, acho que vai ser um primeiro passo muito importante para o Brasil para continuar avançando nessa política pública.

Então, muito obrigado pelo tempo e fico à disposição também. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Com relação ao que o Juan falou, nós vamos tentar. Não sei se vai ser possível, mas a gente vai tentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer a todos vocês aqui, quero prestar os meus sinceros agradecimentos a todos que construíram esta audiência: ao autor desta proposição, meu colega Deputado Federal Juninho do Pneu, do DEM, do Rio de Janeiro, às autoridades dos órgãos de saúde pública, aos profissionais de instituições de saúde, de ensino e de pesquisa, aos servidores desta Comissão e a todos os cidadãos e cidadãs que nos acompanharam nesta nossa TV Senado.

O que aprendemos hoje é que a política de autocuidado, que já integra as políticas públicas do SUS, precisa de maior reconhecimento como uma estratégia essencial de política de saúde pública. Para mim, as principais lições extraídas das exposições desta audiência pública são que o autocuidado é prevenção primária, que o autocuidado gera uma descompressão do SUS e que o autocuidado é uma forma de inclusão socioeconômica, com garantia de maior acesso à informação, à inclusão de todos.

Agradeço, mais uma vez, pela presença e pelo envolvimento de todos os participantes, à Dra. Márcia, ao Dr. Daniel, à Dra. Cibele, ao Dr. Juan e a todos que estavam também por videoconferência. Que a proatividade exuberante de todos os profissionais que deram sua valorosa contribuição hoje para que todos os cidadãos se empenhem em promover a própria saúde se espalhe por todo o nosso Brasil.

Muito obrigada a todos e a todas!

Está encerrada a audiência pública que instruiu o Projeto de Lei nº 3.099, de 2019.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (4ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (1ª REUNIÃO), EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura com a presença da Senadora Augusta Brito, e ainda do Senador Marcelo Castro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 128/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater as políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD). Participantes: Denise Fleith, Pesquisadora do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB) e autora do livro "Crianças Superdotadas"; Olzeni Ribeiro, Doutora em Educação, cofundadora e diretora do Instituto do Neurodesenvolvimento Dra. Olzeni Ribeiro. Atuou por cerca de 40 anos na Secretaria de Educação do Distrito Federal, com experiência em sala de aula, salas de recursos para superdotados e na gestão escolar e da Educação Especial na área da superdotação. Na Secretaria, também foi Coordenadora Geral do NAAHS-DF @dra.olzeniribeiro; Davi Milhomem Giordani, Natural de Goiânia (GO), Davi é um influencer mirim com mais de 3,6 milhões de seguidores em um canal que aborda curiosidades sobre o corpo humano e dicas de saúde @davimgiordani; Angela Virgolim, Representante do Instituto VIRGOLIM para Altas Habilidades @virgolim @institutovirgolim; Rafael Kessler, Estudante; Cristiana Aspesi, Delegada do Conselho Mundial para a Criança Superdotada e Talentosa - WCGTC - Mestre em psicologia pela UnB, atua na área de altas habilidades @superdotacaoemcasa; Vera Lúcia Palmeira Pereira, Representante do Instituto Espaço Atividade: mente corpo e emoção de atenção transdisciplinar para estudantes com altas habilidades ou superdotação e dupla excepcionalidades. @veralppereira @espacoatividade; Robertha Munique, Presidente do Instituto RAISES - Rede de Apoio, Incentivo e Suporte Educacional e Emocional ao Superdotado (2E) @institutoraises; Carla de Souza Brolezzi, Fundadora do Movimento Civil do Superdotação no Mapa e Presidente da Associação do Superdotação no Mapa @superdotacaonomapa; e Claudia Hakim, Sócia-fundadora do Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileiro de Superdotação e Dupla Excepcionalidade, e autora do livro "Superdotação e Dupla Excepcionalidade – Contribuições da Neurociência, Psicologia, Pedagogia e Direito Aplicado ao Tema" @claudia_hakim. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 1ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data de 23 de fevereiro de 2026.

Esta é a primeira audiência pública para debater sobre políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação, que será realizada nos termos do Requerimento 128, de 2025, da CDH, de minha autoria.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Todos os convidados participarão presencialmente.

Nós teremos duas mesas. Nós vamos formar duas mesas, e a primeira fala e vai para a bancada, porque nós não temos lugar para todo mundo na mesa. O ideal seria ter uma mesa enorme aqui, mas um dia nós teremos. Então, nós vamos compor duas mesas com ilustres convidados.

Os nossos convidados, a princípio, terão dez minutos para sua exposição, mas não se preocupem se precisarem passar um pouquinho. Inclusive, eu vou pedir à Secretaria que não toque campainha quando der os dez minutos, especialmente porque nós temos crianças... Eu toquei aqui sem perguntar se tinha alguma criança com autismo. A gente gosta de perguntar antes, e eu me esqueci de perguntar. É porque assusta e atrapalha às vezes o raciocínio. Então, nós teremos dez minutos. No final, os expositores terão também mais três a cinco minutos para agradecimentos e considerações finais. O.k.?

Se algum expositor precisar falar e se ausentar, a gente entende. Eu imagino como está cheio o dia de todas vocês, todos vocês que estão aqui presentes hoje, que vieram tirar um tempo para estar com a Comissão, para esse amplo debate. Se precisarem sair, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender. Se chegar pergunta ou alguma dúvida sobre a sua fala, a gente encaminha por *e-mail*. O.k.?

Sejam todos muito bem-vindos, não só os convidados, mas as pessoas que estão no plenário. Eu cumprimento também todos que estão nos acompanhando *online*, pela TV Senado, pelas redes sociais do Senado. Eu creio que a gente começa hoje um novo momento no Parlamento. As crianças com altas habilidades não podem ser ignoradas pelo Parlamento, especialmente pelo Senado Federal.

Com muita alegria, eu convido para compor a mesa quem já esteve conosco e fez um grande barulho no Senado Federal, mudou muita coisa no Senado depois que o Dr. Davi Milhomem Giordani... Eu quero chamar o Davi, que é natural de Goiânia. Davi é um *influencer* mirim com mais de 3,6 milhões seguidores em um canal que aborda curiosidades sobre o corpo humano e dicas de saúde.

Eu queria que vocês recebessem o Dr. Davi. (*Palmas.*) Aqui, Davi – aqui do meu lado, do lado de cá; hoje, você vai ficar à direita. Bem-vindo. Dê aqui um abraço. (*Pausa.*)

Tenho a alegria de convidar Angela Virgolim, representante do Instituto Virgolim para Altas Habilidades.

Muito obrigada, Dra. Angela. (*Palmas.*) Convido Olzeni Ribeiro, Doutora em Educação, cofundadora e Diretora do Instituto do Neurodesenvolvimento Dra. Olzeni Ribeiro. Atuou por 40 anos na Secretaria de Educação do DF, com experiência em sala de aula, salas de recursos para superdotados e na gestão escolar e da educação especial na área de superdotação; na secretaria, também foi Coordenadora do Naahs-DF.

Muito bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*) Convido também para compor a primeira mesa a Dra. Denise Fleith, Pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e autora do livro *Crianças Superdotadas* – eu acho que eu vou ganhar um livro hoje, não é? (*Palmas.*) A nossa segunda mesa será composta por: Robertha Munique, Presidente do Instituto Raises (Rede de Apoio, Incentivo e Suporte Educacional e Emocional ao Superdotado) – bem-vinda, Dra. Robertha –; Carla de Souza Brolezzi, fundadora do movimento civil de Superdotação no Mapa e Presidente da associação Superdotação no Mapa; Cristiana Aspesi, Delegada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Mundial para Crianças Superdotadas e Talentosas, Mestre em Psicologia pela UnB, atuante na área de altas habilidades. Ainda teremos na segunda mesa Vera Lúcia Palmeira Pereira, representante do instituto Espaço Atividade – mente, corpo e emoção de atenção transdisciplinar para estudantes com altas habilidades ou superdotação e dupla excepcionalidade; e Claudia Hakim, sócia-fundadora do Instituto Brasileiro de Superdotação e Dupla Excepcionalidade e autora do livro *Superdotação e Dupla Excepcionalidade: Contribuições da Neurociência, Psicologia, Pedagogia e Direito Aplicado ao Tema*. E na segunda mesa nós teremos também o nosso supergênio em matemática, que está conosco aqui hoje e vai compor a segunda mesa também.

Senhores, nós temos uma fala oficial, um discurso institucional da Comissão, me permitam falar... É grandão. Vou falar primeiro. Posso, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI (*Fora do microfone.*) – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Depois é você – está bem, Davi?

O porquê deste nosso encontro. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em conjunto com a Comissão de Educação...

E aqui eu trago um abraço especial da Presidente da Comissão de Educação, a nossa querida Senadora Teresa Leitão. Quem conhece a Senadora Teresa sabe do compromisso dela com a educação, do compromisso dela com a infância. Nós teremos uma segunda audiência na quinta-feira, também em prosseguimento a esta primeira audiência, e possivelmente a Senadora Teresa estará conosco na audiência de quinta-feira.

As duas Comissões promovem esta audiência pública com o propósito de debater as políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação, sob a perspectiva dos direitos humanos, da educação inclusiva e da proteção integral do desenvolvimento humano. Trata-se de tema que se insere diretamente nas competências constitucionais desta Comissão. Muita gente perguntou: por que nesta Comissão? É exatamente porque nós queremos discutir direitos que estão sendo violados das pessoas com superdotação no Brasil. Nós vamos fazer a discussão nos princípios da Comissão de Educação, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo para esta Comissão a violação dos direitos das famílias de crianças com altas habilidades, das pessoas com superdotação. Trata-se de tema que se insere diretamente nas competências constitucionais desta Comissão, especialmente no que diz respeito à promoção da igualdade de oportunidades, à não discriminação e ao pleno desenvolvimento das potencialidades individuais.

A Constituição Federal assegura o direito à educação como direito fundamental e dever do Estado orientado pelo princípio da igualdade material e pela valorização das diferenças. A legislação educacional brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil reforçam esse compromisso, reconhecendo que a educação inclusiva deve contemplar todos os perfis da aprendizagem, inclusive aqueles com altas habilidades e superdotação. No entanto, a distância entre a norma jurídica e a realidade concreta ainda impõe desafios significativos que justificam o debate institucional ora proposto. Enquanto o sistema educacional brasileiro reúne milhões de estudantes na educação básica, apenas algumas dezenas de milhares são oficialmente registrados como o público da educação especial na categoria de altas habilidades e superdotação, segundo dados mais recentes. Existe um déficit estatístico, uma falha estrutural na identificação precoce e no atendimento educacional especializado, com impactos diretos ao longo de toda a trajetória escolar e profissional dessas pessoas, como veremos.

A relevância social do tema é inequívoca. A ausência de políticas públicas adequadas para pessoas com altas habilidades e superdotação pode resultar em evasão escolar, desmotivação, sofrimento psíquico, subaproveitamento de talentos e desigualdades educacionais persistentes. Do ponto de vista dos direitos humanos, a invisibilização desse público configura violação ao direito ao desenvolvimento pleno, à educação inclusiva, especialmente quando associada a outros fatores de vulnerabilidade social, regional ou socioeconômica.

Os impactos econômicos e sociais dessa lacuna também merecem atenção. A não valorização de talentos ao longo do ciclo educacional implica perda de capital humano, redução do potencial inovador e desperdício de capacidades estratégicas para o desenvolvimento científico, tecnológico e social de um país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, investir em políticas públicas para altas habilidades e superdotação não constitui privilégio, mas medida de racionalidade econômica e justiça social. No campo das lacunas das políticas públicas, embora existam marcos normativos que reconheçam as pessoas com altas habilidades e superdotação como público da educação especial, a implementação dessas políticas permanece desigual e fragmentada.

O Tribunal de Contas da União, ao monitorar as Metas 4, 18 e 19 do PNE (Plano Nacional de Educação), identificou dificuldades estruturais relacionadas à identificação desse público, à formação continuada de professores, à oferta e ao monitoramento do atendimento educacional especializado, bem como à insuficiente articulação intersetorial entre as áreas da educação, da saúde e da assistência social.

O Acórdão 299, de 2022, também evidencia fragilidades na produção, integração e utilização de dados educacionais, o que compromete o planejamento, o acompanhamento e a efetividade de políticas públicas baseadas em evidências.

Estou acabando, está bem?

Diante desse cenário, esta audiência pública cumpre papel institucional estratégico ao reunir especialistas, pesquisadores, representantes da sociedade civil, famílias, crianças e o poder público. O Senado Federal reafirma seu compromisso com a escuta qualificada, com a produção legislativa responsável e com o acompanhamento permanente das políticas voltadas às pessoas com altas habilidades e superdotação. O debate aqui travado deve subsidiar o aperfeiçoamento normativo, o fortalecimento da coordenação federativa e a construção de respostas estatais mais eficazes e inclusivas.

Encerramos, reafirmando que políticas públicas baseadas em evidências e orientadas pelos direitos humanos e pela proteção integral são essenciais para garantir que nenhuma potencialidade seja negligenciada e que o desenvolvimento humano em toda a sua diversidade seja efetivamente promovido pelo Estado brasileiro.

Dessa forma, damos início à nossa audiência pública, ouvindo Davi Milhomem Giordani.

Davi, só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Davi está acompanhado pelo pai e pela mãe. E é claro que a gente vai ouvir o Davi, mas nós vamos querer ouvir também o pai e a mãe, porque o que esses pais passam, o que esses pais estão sofrendo no Brasil é o que nós queremos sentir hoje também. Davi é uma criança amada, cuidada, monitorada, tem uma rede social extremamente monitorada pelos pais, que começou por um acaso. Hoje é o público que exige que Davi esteja nas redes sociais, mas com acompanhamento, supervisão. É uma família que tem condições de dar esse acompanhamento, mas eu conheço milhares de Davis no Brasil – todos conhecem a minha história e sabem que eu ando pelos rincões da nação, eu ando pelas regiões ribeirinhas –, e os Davis estão nas regiões ribeirinhas, esquecidos, abandonados, e as famílias não sabem o que fazer com os Davis, os milhares de Davis no Brasil. Então, a gente começa esta audiência ouvindo o Davi e depois a gente vai ouvir, por um ou dois minutos, o pai e a mãe sobre as necessidades e dificuldades no dia a dia com relação à educação e ao cuidado do Davi.

Dr. Davi, conhecido como nosso grande médico, grande pequeno médico, seja bem-vindo. Você tem a palavra. Muito obrigada por estar conosco, Davi. (*Palmas.*) Ele já conhece a Casa, vocês viram?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI (Para expor.) – Gente, primeiro, bom dia a todos.

Meu nome é Davi Milhomem Giordani, eu tenho seis anos e moro... Eu estou no terceiro ano do ensino fundamental. Eu quero que todos saibam que eu sou superdotado. E eu estou no terceiro ano do ensino fundamental.

Hoje eu estou aqui em nome de todos os superdotados do Brasil.

Ser superdotado é um misto de sentimentos e emoções do nosso corpo... E que Deus abençoe vocês também, né? Mas eu estou aqui em nome de todas as crianças superdotadas do Brasil.

Ser superdotado é um misto de sentimentos e emoções – sentimentos e emoções. E, gente, quando se trata de superdotação, é um assunto sério, tá?

Então, para vocês terem uma noção aí do que é ser superdotado, é um misto de emoções. Isso acontece porque o nosso cérebro pensa rápido demais, e isso é muito desafiador, porque o nosso cérebro quer assimilar tudo ao mesmo tempo e ele pensa rápido demais. E também, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso corpo, os nossos sentimentos ainda são de criança. Eu desejo que o Brasil apoie mais a inclusão dessas crianças na escola e que elas possam contar com profissionais da psicologia e da neuropsicologia – assim como eu tenho minha psicóloga e minha neuropsicóloga. Então, tenho profissionais que me ajudam a controlar os sentimentos, nessa parte emocional.

Eu já fui a criança que só tinha um atlas e um sonho: o de aprender tudo sobre o corpo humano. Eu continuo sonhando e quero que as crianças do Brasil possam sonhar também, gente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada! (*Palmas.*) Davi, você só tinha um atlas e um sonho, mas você está estudando para ser médico cardiologista, é isso? Fala para a gente.

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – Gente, eu tenho um sonho de ser cardiologista para salvar vidas, porque esse é o meu propósito, porque ser médico não é um sonho, é um propósito da nossa vida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, nós ouvimos o nosso futuro médico, Dr. Davi. Eu queria ouvir o pai, o pai que está sentadinho ali, o pai do Davi, Sr. José Osvaldo Giordani. (*Palmas.*) Como é ser pai de uma criança como o Davi? Quais são os desafios de ser pai do Davi?

O SR. JOSÉ OSVALDO GIORDANI JUNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

O desafio é grande, porque a gente não imaginava que ia ser agraciado com uma joia dessa, né? E qual que é o desafio? Primeiro, a gente entender os comportamentos, e, no começo, a gente não entendia. Às vezes, a gente achava que era manha, que era birra. Eles têm uma ideia de querer assimilar tudo ao mesmo tempo, e isso dificulta para a gente, porque o dia a dia nosso é feito de trabalho, escola, é um dia a dia normal. E uma criança superdotada ou com altas habilidades acaba puxando um pouquinho mais as nossas forças, né? E a gente não conseguia entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente teve a sorte, por conta das redes sociais, de o Davi ter a possibilidade de conhecer pessoas boas – Dra. Olzeni foi uma delas –, que conseguiram dar um caminho para a gente. Mas muitos realmente não conseguem, muitos não têm noção do que se passa em casa: das dificuldades, das limitações e principalmente do momento escolar. O momento escolar é o mais difícil, porque, quando a gente foi buscar uma escola para o Davi, a gente não conseguia que uma escola entendesse o que era o comportamento, a condição. Algumas até falavam "vamos tentar ajudar", mas não conseguiam. Então, a gente entendeu, a duras penas, que era muito difícil inseri-lo na condição de escola, de cidadão e de poder interagir com outras crianças. É o mais difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada.

A gente realmente entende a necessidade. Eu fui madrasta de um superdotado e sei as dificuldades que tive dentro de casa.

Como o Davi ainda tem três minutos, e eu sei que está todo mundo curioso em saber...

Davi, para a gente encerrar a sua participação na audiência, o Brasil inteiro quer saber essa história aí da mudança do padrão da pressão arterial. A minha pressão é 8. É uma pressão normal, Davi? Só explica, porque todo mundo aqui quer entender. Nós temos muitas pessoas aqui com mais de 40 anos que não entendem essa história da pressão arterial. Você pode explicar – porque o Brasil inteiro está assistindo – para a gente resolver essa confusão? Qual é a pressão normal agora? A de 8 por 12 é a normal ou não é mais normal, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – A pressão normal agora é uma pressão que não é 12 por 8, porque 12 por 8 está perto de 14 por 9, que é o valor da hipertensão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, se estivermos com 8 por 12, temos que nos cuidar, é isso?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – Não, não significa que você tem que entrar em desespero: "Ah, eu estou com pressão 12 por 8!". Não. Significa que você só tem que ter um pouquinho mais de atenção, ou seja, redobrar os cuidados com a pressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quais são os cuidados, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – Os cuidados são: a ingestão de gorduras, como meu pai também faz... (*Risos.*)

Olhe aí meu pai rindo, né? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que mais, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – Também, se esquecer de tomar os remédios, a pressão pode subir, e isso é um perigo. Não pode deixar a pressão subir demais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atividade física precisa?

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – Atividade física também. Atividade física é um excelente cuidado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Dr. Davi.

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo entendeu? Todo mundo cuidando da pressão a partir de agora, o.k.?

Obrigada, Davi.

A SRA. ANGELA VIRGOLIM (*Fora do microfone.*) – Vamos marcar consulta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcar consulta com o Dr. Davi. Ele vai ficar ali depois.

Se quiser ficar aqui, pode ficar, Davi, mas você fique à vontade para andar no plenário. Você é que manda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, vamos ouvir a Dra. Angela Virgolim, representante do Instituto Virgolim para Altas Habilidades.

Dez minutos, doutora.

A SRA. ANGELA VIRGOLIM (Para expor.) – Obrigada.

Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Educação pela realização desta audiência pública.

Cumprimento todas as pessoas presentes: Parlamentares, especialistas, educadores, familiares e, especialmente, as crianças e adolescentes que são a razão maior desse debate.

Hoje eu queria que a gente pensasse um pouco sobre o tema das altas habilidades e superdotação, que é um compromisso do Estado e que está acima de diferenças de ênfase e de leitura teórica. É natural que existam posicionamentos e caminhos metodológicos distintos entre nós pesquisadores, mas o essencial é que todos nós aqui partimos do mesmo ideal: a criança e o adolescente que estão na sala de aula, muitas vezes invisíveis, entediados, desmotivados, sofrendo, e que muitas vezes são interpretados apenas como difíceis, exigentes, ansiosos, hiperativos, arrogantes, desinteressados. Não é isso que muitas vezes a gente escuta?

Antes de avançar, eu peço licença para situar de onde eu falo, como um compromisso de contribuição. Eu atuo há mais de 30 anos com o tema de altas habilidades e superdotação. Sou professora aposentada da Universidade de Brasília e estou entre as pioneiras na difusão, no Brasil, do modelo de enriquecimento de Joseph Renzulli, em diálogo com a Dra. Denise Fleith, que está aqui presente na mesa, e outros colegas.

Nesse percurso, ajudamos a consolidar, na formação inicial, um espaço acadêmico que eu considero estratégico. Não sei se todos aqui sabem, mas nós fomos responsáveis pela criação de uma disciplina de graduação – Superdotação, Talento e Desenvolvimento Humano – que era e é dedicada exclusivamente ao tema. Essa disciplina foi criada para inspirar outras disciplinas em universidades no Brasil afora, e, infelizmente, a gente não vê essa produção. Nós não temos uma disciplina específica de altas habilidades, por exemplo, no curso de Pedagogia. Então, os nossos professores vêm para o atendimento, muitas vezes, sem conhecer a vivência, a prática e tudo que cerca o mundo das altas habilidades e superdotação. E, ao longo dessa caminhada, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levei esses princípios da teoria do Prof. Renzulli quando fundei o Instituto Virgolim, para altas habilidades e superdotação, com esse cuidado de transformar teoria em prática, e a prática em um impacto educativo real.

Estou desde a fundação do Conselho Brasileiro para Superdotação, em 2003; na fundação, eu fui Presidente, e a Profa. Denise Fleith, Vice-Presidente; depois, na segunda gestão, com a Profa. Vera Pereira, como Vice-Presidente, e com outras pessoas que estão aqui e que estão assumindo esse percurso das altas habilidades no Brasil e também a orientação de estudantes em mestrado, doutorado, especializações.

Mas a parte mais importante dessa história talvez seja a que acontece fora dos auditórios: a formação e o apoio às famílias, gestores e comunidade, para que o trabalho com altas habilidades deixe de ser episódico e passe a ser estruturante, sustentável e cuidadoso.

Então, falar de altas habilidades é falar do direito à educação, que acho que é o tema que nós vamos discutir aqui hoje. E direito à educação significa oportunidade real, não é privilégio, não é elite, não é separar os melhores, é reconhecer que os estudantes aprendem de forma diferente e que precisam, como qualquer outro, de respostas educativas que façam sentido. E, quando eu falo que é não elitista, eu quero trazer três conceitos.

O primeiro é que o talento não escolhe o CEP: ele pode aparecer em qualquer território, em qualquer renda, em qualquer cor de pele, em qualquer cultura. Mas a chance de esse talento virar competência, realização e contribuição social depende do ambiente. E ambiente em educação significa professor apoiado, escola equipada para enriquecer, gestão comprometida, família orientada e políticas consistentes.

O segundo conceito: uma política pública séria para altas habilidades precisa ser baseada em evidências, como a própria Senadora colocou. Evidências não são opiniões, são o que se sustenta quando a gente olha para as pesquisas, práticas bem avaliadas, experiências sistematizadas e resultados observáveis. Isso não exige unanimidade, exige método, humildade intelectual e foco no estudante.

As pesquisas da Universidade de Brasília – para quem não conhece – têm mais de 30 anos de existência, e fazem parte desse grupo de pessoas que hoje estão nos patamares da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo consciência da superdotação e fazendo pesquisa para apoiar as nossas posições teóricas.

O terceiro é uma política pública justa para as altas habilidades, que precisa caber na escola real, no Brasil real – pense no tamanho do nosso Brasil e das necessidades que lugares diferentes e escolas diferentes possuem –, na escola que tem diversidade, que tem vulnerabilidade, lacunas de aprendizagem, sofrimento emocional e também enorme potência. E é aqui que eu defendo, baseado nos referenciais teóricos do Joseph Renzulli, algo que, na prática, faz toda a diferença: o enriquecimento escolar precisa ser para a escola toda.

Enriquecimento é criar oportunidades de aprendizagem mais ricas, mais desafiadoras, mais investigativas, mais autorais; é abrir portas para projetos, pesquisas, soluções de problemas, mentoria, produção criativa, protagonismo. E isso beneficia o aluno identificado como superdotado, que precisa de desafio e complexidade – como o pai do Davi colocou. Você às vezes tem dificuldade em escolas porque eles não entendem ou talvez não possam ainda trabalhar com a necessidade de aprofundamento que o aluno precisa e dos seus desafios também –; e o aluno que ainda não foi identificado, mas tem potencial, a gente precisa identificá-lo ainda nos bancos escolares; o aluno com lacunas que precisa de novas formas de engajar e aprender; e, com especial urgência, os estudantes com dupla condição, por exemplo altas habilidades com TDAH, com transtorno de aprendizagem, com transtorno do espectro autista, com ansiedade, com depressão, ou com outras condições que possam mascarar tanto as forças quanto as necessidades.

Eu faço questão de citar a dupla condição porque ela nos obriga a abandonar simplificações, porque tem estudantes que têm altíssima capacidade e, ao mesmo tempo, dificuldades importantes na vida diária e na socialização. Se a escola olha só para o desempenho, talvez ela possa dizer que não parece superdotado; se olha só para o potencial, pode dizer que ele não precisa de ajuda, e o estudante fica sem apoio dos dois lados. Para isso, além do enriquecimento, precisamos de intervenção como parte da política de superdotação.

Uma educação de qualidade para altas habilidades não é só dar mais conteúdo, nem só adiantar série de uma forma automática, mas é ao mesmo tempo fortalecer as áreas fortes, com enriquecimento, com aprofundamento, com oportunidades avançadas, com mentorias, e apoiar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as áreas frágeis: por exemplo, as funções executivas, autorregulação, escrita, organização, habilidades sociais, saúde mental quando necessário. Tem muitos desafios que precisamos entender.

Esse equilíbrio é o que forma um jovem competente, mas também equilibrado, alguém que não só pode muito, mas consegue sustentar esse potencial ao longo da vida, que é o que a gente almeja, com autonomia, ética, relações saudáveis e sentido de propósito. E, para que isso aconteça, a avaliação não pode ser reduzida a um rótulo, a um número ou a um único instrumento.

Eu defendo a importância de uma avaliação completa, com abordagem de evidências, articulando os dados que a escola pode trazer, portfólio dessas crianças, suas produções, observações, desempenho e evolução – muito dado qualitativo aqui –; informações da família do desenvolvimento; e, quando indicado, para os casos indicados, uma avaliação psicológica e neuropsicológica para mapear o perfil cognitivo, as funções executivas, atenção, memória, linguagem, além dos aspectos socioemocionais. Não se trata de medicalizar o talento; trata-se de não romantizar o sofrimento e não transformar potencial em peso. Muitas famílias que recebo relatam um paradoxo: a criança é brilhante, mas sofre; entende rápido, mas evita tarefas; cria ideias complexas, mas não termina; tem vocabulário avançado, mas explode emocionalmente.

A neuropsicologia bem usada pode ajudar a diferenciar o que é estilo, o que é contexto, o que é lacuna pedagógica e o que é necessidade de intervenção. Agora nenhuma política funciona se ela ficar só no estudante. Precisamos fazer uma escolha: ou nós continuamos pedindo para a criança se adaptar sozinha ou nós assumimos que o sistema é que precisa se adaptar. E isso exige formação, capacitação continuada e orientação – eu vi que tem várias perguntas nesse sentido aqui do pessoal que está assistindo *online* –: orientação para pais – é necessário que eles tenham informação confiável, de fontes confiáveis – às vezes a gente fica vendo na internet, nas redes sociais e não sabe em quem confiar –, sem culpas e sem promessas mágicas –; capacitação de professores – isso é muito importante –, que precisam de ferramentas práticas para diferenciar o currículo sem se sentirem sozinhos e desamparados, porque muitas vezes não teve essa capacitação anterior; capacitação de gestores, que precisam organizar tempo, recursos, fluxos e cultura escolar; e muita orientação à comunidade, porque uma cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que valoriza talento também precisa valorizar pertencimento. É o que nossos meninos buscam o tempo todo: diversidade e saúde mental.

E é nesse ponto que eu também gostaria de mencionar um documento importante, que é o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 51, de 2023, que foi aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Educação e que ainda aguarda homologação pelo MEC.

E, independentemente de nossas preferências teóricas, esse documento simboliza o essencial: o reconhecimento de que o tema demanda diretrizes nacionais mais claras, mais integradas e mais executáveis. E eu espero sinceramente que possamos contribuir para esse caminho, para que ele avance com responsabilidade e celeridade. Porque política pública não é só texto, é financiamento, é implementação, é monitoramento, é continuidade.

E aqui vai meu pedido final, com todo o respeito às diferentes leituras e contribuições: que a gente faça um esforço deliberado para manter o foco que nos une e perguntar com honestidade qual criança nós ainda estamos deixando para trás e o que precisa mudar para que as políticas públicas cheguem à escola real, com equidade e continuidade. Porque se nossas políticas forem elitistas, nós vamos atender pouco e sempre os mesmos. Se nossas políticas forem frágeis, nós vamos produzir frustração, desperdício de talento e sofrimento. Mas, se nossas políticas forem amplas, baseadas em evidências e comprometidas com o enriquecimento para todos, nós vamos produzir algo muito maior: adultos autorrealizados, em plena posse de suas potencialidades, capazes de contribuir com o país com inteligência, criatividade, sensibilidade e ética.

E eu encerro reafirmando: defender altas habilidades não é defender exceção, é defender um direito de cada estudante a encontrar na escola um desenvolvimento digno, um caminho que reconheça forças, acolha as dificuldades e transforme potencial em realização humana.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau: uma fala desafiadora e que nos chama – independentemente das nossas correntes teóricas – a nos unir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu sou muito da prática, Doutora. Eu também sou educadora, tá, gente? Além de advogada, de ativista maluca – que todo mundo chama de ministra maluca. Eu também sou educadora. Eu comecei em sala de aula muito cedo. As correntes às vezes nos separam, mas eu acho que não dá mais, tá? Dá para a gente continuar escrevendo os nossos livros em diferentes correntes, mas não deixando nenhuma criança para trás. E interessante, interessante e desafiadora a sua fala.

Nós vamos chamar para compor a mesa o Rafael Kessler. Nada sobre eles, sem eles, né, gente? Então, Rafael vai compor a mesa, daqui a pouco ele vai falar. Então, vai sentar porque o Davi está por aí atendendo, fazendo consultas, né? Uma fila de pacientes para ouvir, abraçar e falar com o Davi. Então, o Rafael vai ficar sentadinho aqui, daqui a pouco ele vai falar.

E nós vamos ouvir agora a Dra. Denise. A Dra. Denise é autora de um livro que eu sei que ela vai me presentear, mas eu falei: "Vai me presentear ao vivo, para eu mostrar para o Brasil seu livro". E pode me dar o livro já agora, Doutora. (*Palmas.*) Obrigada.

A Dra. Denise de Souza Fleith junto com Cristiana de Campos Aspesi estão lançando o livro *Desenvolvendo o Potencial de Crianças Superdotadas*.

Depois a senhora diz onde a gente pode encontrar o livro. Com certeza, tem muitas famílias que vão querer ter acesso ao seu material.

Bem-vinda, Dra. Denise. Dez minutos.

Rafael, bem-vindo, viu? Bem-vindo.

A SRA. DENISE FLEITH (Para expor.) – Bom dia.

É um prazer estar aqui.

Eu gostaria de agradecer à Senadora Damares Alves por esse convite, à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão da Educação, por esta oportunidade de, mais uma vez, discutir o tema das altas habilidades, com vistas, de fato, à elaboração de uma política pública que contemple a necessidade e as características dos estudantes com altas habilidades.

Eu tenho alguns eslaides... (*Pausa.*) Ah, está ótimo. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu gostaria de começar a minha fala destacando os desafios – como o pai que me antecedeu falou – envolvidos na educação do estudante com altas habilidades; não só na educação, mas no seu desempenho, no seu desenvolvimento. Então, eu gostaria de começar, se eu conseguir aqui, gente...

Bom, então, com relação aos desafios, com o que a gente se depara?

A Angela já comentou alguma coisa a esse respeito, mas eu gostaria de destacar alguns pontos.

O primeiro é a falta de informação sobre o fenômeno das altas habilidades: o que é superdotação, o que são altas habilidades, o que é o talento. Então, esse é o primeiro passo que a gente tem que entender. Para a gente poder intervir, nós temos que entender que fenômeno é esse, né? Então, a gente observa ainda, na nossa sociedade, desinformação acerca do que é esse fenômeno, além também de ideias estereotipadas a respeito do superdotado, há *fake news* que a gente vê.

Então, como a Angela bem colocou, acho importante, toda vez que a gente receber uma informação sobre o fenômeno, sobre o que são altas habilidades, a gente checar a fonte – qual é o autor, qual que é a referência completa... Vamos ler o texto, vamos aprofundar o nosso conhecimento sobre aquela informação que foi dada. É muito importante isso.

Lembro também o número limitado de profissionais que atuam na área de altas habilidades. A gente observa esse também como um grande desafio, muito em função desse desconhecimento acerca de o que é o fenômeno.

Há um número limitado de programas e serviços de atendimento ao estudante com altas habilidades...

Muitas vezes, há uma cultura escolar pouco sensível à causa do superdotado, como nós vimos aqui com o pai dando o seu depoimento... Há um sistema educacional pouco flexível. Então, muitas vezes, é como se fosse o mesmo atendimento para todos, como se todos os estudantes tivessem o mesmo perfil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa rigidez educacional muitas vezes engessa qualquer iniciativa, qualquer intervenção focada para o estudante com altas habilidades.

Também lembro que as habilidades superiores, o potencial superior nem sempre está pronto, visível. Muitas vezes, ele está em desenvolvimento, em construção. Então, é importante criar oportunidades, para que esse talento, para que esse potencial possa, de fato, se desenvolver.

E isso implica o quê? Criar oportunidades no contexto escolar, no contexto social, no ambiente familiar, para que esse potencial possa, de fato, vir a se desenvolver.

Também observamos uma resistência a determinadas práticas de atendimento ao superdotado, como, por exemplo, a aceleração escolar.

É claro que a aceleração talvez não seja para todos os estudantes, mas, sim, muitos estudantes podem ser beneficiados com a aceleração escolar.

É claro que também não é simplesmente pegar e colocar o aluno na próxima série e pronto; existem várias modalidades de aceleração, não apenas o avanço de série – existem várias modalidades, e as pesquisas mostram muito claramente os ganhos, os benefícios que o estudante tem, especialmente do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista cognitivo, intelectual, os ganhos de uma aceleração bem-realizada.

Então, acho que é importante o cuidado nesse procedimento da aceleração escolar.

E, do ponto de vista socioemocional – porque muitas vezes eu ouço alguns pais falando ou a mesma escola: "Meu filho vai perder a infância, o meu filho vai ter dificuldade socioemocional" –, os dados de pesquisas não revelam perdas, do ponto de vista do desenvolvimento socioemocional. Então, acho que é importante, realmente, a gente conhecer o que os resultados de pesquisas têm sugerido em termos da aceleração.

Também, muitas vezes, o atendimento, foca apenas o quê? No desenvolvimento intelectual. Então, é importante também lembrar que, em relação a esse indivíduo, também nós temos que nos preocupar com a dimensão social, com a dimensão emocional do seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto ao uso de apenas um critério para determinar as altas habilidades, a gente sabe que é uma confluência de fatores que contribui para a emergência do potencial. Então, no momento da identificação, no momento da avaliação, nós temos que contemplar essa diversidade de informações sobre aquele indivíduo, sobre aquele estudante que está em avaliação.

Bom, então, a partir desse panorama das nossas maiores dificuldades, dos maiores desafios no atendimento ao estudante superdotado... Porque eu também gostaria, eu, como a Profa. Angela Virgolim, destacar aqui: o nosso objetivo é atender a esses alunos. Não importa qual o referencial teórico, qual o sistema de identificação; o nosso objetivo é prover condições, para que esse aluno possa se desenvolver plenamente, do ponto de vista educacional, do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista social e do ponto de vista emocional.

Então, quais seriam os próximos passos? Que ações poderiam nos ajudar a pavimentar esse caminho?

Então, primeiro, eu acho que é importante a gente conhecer o que é que já foi feito até o momento.

O Brasil é o país da América do Sul mais avançado em termos da educação do superdotado. Eu tive a oportunidade, o privilégio de atuar como Presidente do Conselho Mundial para Crianças Superdotadas e Talentosas e tive a chance de conhecer vários países, em termos do que é que eles estavam desenvolvendo em favor dos superdotados. E, na América do Sul, isso ficou muito patente.

Tem países que não têm nenhum tipo de política pública, tem países que não têm nenhum tipo de pesquisa, não conhecem o que é o fenômeno das altas habilidades. Então, eu acho que é importante reconhecermos o que já foi feito no nosso país até o momento.

Há ainda coisa a ser feita? Com certeza, mas eu acho que a gente precisa também de valorizar o que já foi feito até o momento. Então, por exemplo, analisar a legislação vigente, o que eu acho que vai ser feito agora, para verificar o que é que precisa ser revisado, o que é que precisa ser reformulado, para que, de fato, atenda, chegue a essa criança, a esse adolescente, a esse jovem adulto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fortalecer programas e serviços que já existem. Sabemos que não são suficientes, mas precisamos fortalecer também esses programas e serviços.

Ampliar os recursos humanos e os recursos financeiros para esses programas que já existem – então, estamos falando primeiro dos que já existem –, fortalecê-los com mais pessoal capacitado, com mais recursos financeiros.

Aumentar o número de vagas no atendimento... E isso implica o quê? Mais recursos financeiros, mais recursos humanos, de profissionais capacitados para atender esses indivíduos. Então, esse tipo de apoio é importante.

Estimular a criação de novos serviços, novos programas, especialmente na rede particular de ensino, porque a gente ainda observa que a sobrecarga é colocada no serviço público, na rede pública de ensino. Então, como a rede particular de ensino pode se juntar também a essa rede pública, porque novos programas, novos serviços podem ser desenvolvidos também.

Instituir disciplinas nos cursos de licenciatura, Pedagogia, Psicologia, que contemplem o tema da superdotação.

É muito comum o professor chegar, o professor da sala de aula regular ou de um atendimento educacional especializado, ao superdotado: "Eu não conheço muito sobre superdotação, não sei nada sobre dupla excepcionalidade". Então, há a importância de também estimular a criação de novas disciplinas que formem esse profissional que vai atender ao estudante com altas habilidades. Então, tanto em termos de disciplinas, da formação inicial, pensando aqui nos cursos de licenciatura, Pedagogia, Psicologia, como também na formação continuada.

Então, o profissional que já está atendendo, como que o Estado pode contribuir para essa formação continuada, para que ele possa se atualizar, ampliar o seu conhecimento, discutir com outros profissionais...

Recentemente, num estudo que eu fiz, isto foi uma queixa dos profissionais que atuam na área das altas habilidades: a falta de trocas ou trocas limitadas entre os profissionais daquele serviço, poucas oportunidades de formação continuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também eu fiz um breve levantamento de número de dissertações, teses que foram publicadas no nosso país, entre 1993 e 2025, uma rápida consulta ao banco Capes de dissertação, do Ministério da Educação, e nós vimos cerca de 896 com tema das altas habilidades, 605 teses e dissertações com tema da superdotação e 1.060 com o tema do talento.

Então, isso mostra realmente um interesse crescente nesse tema e como a gente está produzindo conhecimento aqui no nosso país, para nos ajudar na intervenção e na implementação de novas práticas.

Estimular o uso de práticas educacionais e profissionais baseadas em evidências científicas.

Então, por exemplo, quando alguém fala "mas a aceleração não é indicada por causa disso, disso...". Não. Nós temos o dado da pesquisa mostrando o quanto pode contribuir. A mesma coisa com relação ao enriquecimento curricular, mentoria, os ganhos que os estudantes têm, a partir do momento que passam por esse tipo de intervenção.

O que mais?

Também é importante aumentar o número de ações voltadas à orientação e ao apoio às famílias dos superdotados.

Na Universidade de Brasília, desde o início dos anos 2000, nós temos ofertado para a comunidade grupos de apoio psicoeducacional a pais e famílias de superdotados. Então, nós formamos grupos, de tempos em tempos, justamente para apoiar, orientar e também ser um espaço de acolhida e de escuta a essas famílias.

A gente também tem buscado essa parceria com as famílias, porque entendemos que é importante.

Só a escola de um lado ou só a família de outro, isso não é suficiente. Tem que ter essa parceria produtiva entre família e escolas.

Bom, também fomento a pesquisas científicas e criação de uma força-tarefa, para analisar e discutir propostas, como o que está sendo proposto aqui, nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, deixe-me ver se eu tenho mais alguma coisa...

Não.

Eu acho que são essas...

Bom, então, eu gostaria de terminar a minha fala neste sentido: se eu tivesse que selecionar quais são os pontos principais que precisam ser contemplados quando a gente fala das políticas públicas, primeiro, a formação da equipe que vai atender ao superdotado não só nos programas e serviços para superdotados, mas também do professor que está na sala de aula regular, que vai ter o primeiro contato com aquele estudante. A formação inicial desse professor, a formação continuada – o investimento nisso é fundamental.

Segundo ponto: a questão da aceleração.

De certa maneira, isso já está contemplado na legislação, mas a gente se depara com uma barreira no momento da implementação. E mais ainda: como fazer, como implementar? Acho que é importante a gente ter isto assegurado: o como fazer.

Também lembro a orientação às famílias, o apoio às famílias. Sobre grupos e serviços que apoiem essas famílias, também percebo como uma dimensão importante a ser cumprida.

Finalmente, apoio em termos dos recursos financeiros.

Hoje, a gente, como a Angela falou, qualquer política pública implica o quê? Apoio financeiro. E, para a gente desenvolver novos programas, implementar novas intervenções, nós precisamos, sim, não só do apoio político, como também do apoio financeiro.

Então, termino aqui a minha fala e agradeço, mais uma vez, a presença de todos aqui.

Muito bom estar aqui para poder, mais uma vez, discutir este tema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Denise, onde a gente encontra o seu livro? Fala aí para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE FLEITH – No *site* da Amazon ou da Editora Appris, é possível vocês adquirirem o livro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Denise, a senhora falou que nós já temos programas no Brasil, mas vamos falar que Brasil é esse em que nós temos os programas.

A senhora mostrou para nós ali, e eu fiquei impressionada, mas eu vi que esses programas estão nos grandes centros. Estão nas capitais, estão lá em Bauru, estão em lugares que têm universidades... Aí eu pergunto, Doutora: nós temos busca ativa no Brasil dessas crianças? Não temos.

A SRA. DENISE FLEITH – Não temos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É isso que me preocupa.

Por exemplo, nós estamos sendo assistidos agora por famílias da Ilha do Marajó, da cidade de Afuá.

A cidade de Afuá é uma cidade linda. Inclusive, gente, procurem na internet. É considerada uma das dez cidades mais lindas do mundo.

Mas em Afuá não entra carro. Não tem um carro na cidade de Afuá.

Está aqui o Henrique, que é do Capes e que fez para nós o estudo sócio... Aliás, o diagnóstico socioeconômico do Marajó, foi o coordenador nacional do Programa Abrace o Marajó...

Eu tenho crianças superdotadas lá na Ilha do Marajó, e elas não têm acesso aos grandes centros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, eu estou sendo assistida agora por famílias de São Paulo de Olivença – abraço a São Paulo de Olivença, que fica no Amazonas –, e de São Paulo de Olivença para Manaus são sete dias de barco.

Imaginem agora uma mãe de uma criança com altas habilidades em São Paulo de Olivença, cujo médico está dizendo que essa criança tem problema. E nós vamos tacar remédio nessa criança, porque essa criança tem problema.

Não, essa criança é um gênio, e ninguém entendeu ainda quem é essa criança.

Por isso é que vem a proposta de uma política pública para as famílias de crianças com altas habilidades.

Por exemplo, Doutora, essa criança que está no CadÚnico, mas que tem alta habilidade, ela tem ou não direito a um BPC, para que a mãe se desloque para outro município em busca de um tratamento? Essa criança ou a família deve ou não deve ter um apoio financeiro dos programas sociais que já existem, para a gente garantir...

Quando eu vejo a família do Davi, que consegue dar a ele uma qualidade de vida...

Nós temos aqui o Rafael Kessler. Eu conheço a mãe e a tia: a mãe do Rafael é a Robertha; a tia, a Sandra, e estão aqui, mas eu sei as dificuldades delas.

A gente está aqui com a mãe da Isabela Peixoto, mas e as outras mães, que precisam sair 5h da manhã de casa, para trabalhar, deixando essa criança com alta habilidade e tendo problemas na escola? Essa mãe chega às 8h da noite e não consegue dar um acompanhamento pedagógico a essa criança.

O que nós temos que fazer como Estado brasileiro? O que nós temos que fazer como Parlamento?

Primeiro, a busca ativa.

Podemos ter um programa de busca ativa no Brasil? Precisamos estender programas sociais a essas famílias?

A senhora poderia responder a essa pergunta para a gente, Doutora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE FLEITH (Para expor.) – Sim.

Concordo plenamente, Senadora.

O que a gente observa, por exemplo, no contexto aqui do Distrito Federal, com que eu tenho mais familiaridade, é que o aluno que está matriculado na... Um aluno superdotado, ele frequenta a sala de aula regular e o atendimento educacional especializado. Ele tem uma matrícula na sala de aula regular, e ele não pode ter uma outra matrícula na educação especial, o que significa que, quando chega ao atendimento... Por isso a subidentificação, né? Por isso, quando a gente vai ver o Censo Escolar, hoje, cerca de menos de 1% dos estudantes superdotados é identificado pelo Censo Escolar, né? Ou seja, a própria burocracia envolvendo, porque, se ele tivesse uma dupla matrícula, tanto no ensino regular quanto no ensino especial, isso favoreceria, tá? Então, o que é que a gente observa? Que só pode ter uma matrícula.

Então, isso é uma dificuldade, um desafio, né?

"Ah, ele já está atendido, ele já está atendido na sala de aula regular". É essa a compreensão. E ainda mais quando a gente fala: "Ah, ele é superdotado. Para quê? A gente não precisa atender a esse aluno, ele vai se desenvolver por conta própria".

E a gente sabe que não, que é necessário o apoio a essa criança, e qualquer tipo de apoio vai ser sempre bem-vindo.

Então, é uma busca ativa, sim, e isso implica o quê? Formar os professores, para poder identificar quem são esses alunos que estão em sala de aula – acho que é o primeiro passo –, contando com o apoio das secretarias de educação estaduais, municipais, que possam identificar esses alunos a partir da formação dos professores, com conhecimento a respeito dessa busca ativa.

E acho que sim, que também com um estímulo do tipo: dar mais visibilidade ao tema, fazer mais propaganda a respeito do tema.

Mas uma busca ativa e como? Acho que se a gente vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o Brasil é muito grande, essa diversidade. Então, como atender a uma família que está no interior do Estado do Amapá, por exemplo? Qual é a melhor prática para atender a essa família?

Acho que, às vezes, também é difícil a gente estabelecer o mesmo protocolo para todas as famílias, né? Ou para todos os estados. Então, teríamos que ver também o que caracteriza aquela região, como é que aquela região pode ser apoiada.

Então, penso que é um pouquinho nessa direção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Obrigada.

E a pergunta que está chegando das famílias é: "Quem eu procuro na minha cidade?". Então, a gente vai ter esse problema.

A Comissão de Direitos Humanos ainda não tem essa resposta, mas a gente vai ter, um dia, no Brasil. E considerando as especificidades culturais desta nação.

Eu sou mãe de uma menina indígena, que inclusive estava aqui, acho que deu uma fugidinha. A minha menina já está com 26 anos, está, gente? É que parece uma menininha ainda.

A minha menina, se ela for avaliada por alguns de vocês, especialistas que estão aqui, vocês vão dizer assim: "Ah, ela está abaixo do padrão". Mas a minha menina, se for avaliada considerando a especificidade cultural do povo dela, a minha filha é um gênio. Inclusive, eu tenho muito medo quando ela voltar para a aldeia, porque ela vai mandar em tudo aquilo lá. E eu estou preocupada com o cacique.

"Cacique, minha filha está voltando".

Vai ou não vai, Camila, mandar? Vai ou não vai, Artur?

Então, assim, a gente também tem, no Brasil, as especificidades culturais que precisam ser consideradas, e essas crianças com altas habilidades, esses gênios, em comunidades tradicionais, são muito mais ignorados que as crianças que estão nos centros urbanos. E a gente vai ter que falar sobre isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, está ficando muito bom este debate aqui. Vocês viram?

Nós vamos ouvir agora... Depois você fala, na sequência.

Nós vamos ouvir agora, rapidinho, o Rafael Kessler.

Rafael vai falar, e eu sei que ele está agoniado para sair da mesa.

Rafael, queria que você se apresentasse, falasse da sua fórmula de matemática, quem é você, e depois a mãe dele completa.

Rafael, seja bem-vindo.

O SR. RAFAEL KESSLER (Para expor.) – Bom dia.

O meu nome é Rafael Kessler e eu tenho 11 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Onze anos.

Fale mais alto.

Pode continuar.

O SR. RAFAEL KESSLER – Eu inventei uma fórmula. E eu sou superdotado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele é autor de uma fórmula... (*Fora do microfone*.) ... de matemática que já é reconhecida, já foi absorvida, né? E ele é uma criança superdotada, ele é de Brasília.

A mãe do Rafael, ou a tia, pode falar sobre as suas dificuldades e sobre a fórmula do Rafael, rapidinho.

A SRA. ROBERTHA MUNIQUE (Para expor.) – O Rafael Kessler é uma criança que agora tem 11 anos, mas, aos 10 anos, ele inventou uma fórmula matemática. O pai dele estava com ele acompanhando e viu todo o raciocínio, o desenvolvimento.

Como eu não sou da área matemática, eu sou educadora, eu sou da área do direito, mas não sou da área matemática, eu pedi ajuda a um colega professor, Professor Augusto Hung. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sequência, ele disse: "Olha só, é importante que você leve para a Universidade de Brasília, para a UnB", como nós somos aqui de Brasília. E nós levamos. O Rafael ficou durante duas horas em uma sabatina com dois Professores Doutores, o Prof. Rui e o Prof. Igor, que são do Departamento de Matemática da UnB. Eles ficaram impressionados, ficaram chocados e disseram: "Mãe, o que é isso?". Eu falei: "Eu preciso que vocês me digam: está tudo certo?". Eles falaram: "Sim, deu muito certo".

O Rafael já foi notícia – se a gente pesquisar aí no Google, a gente vai encontrar "Rafael Kessler", "a fórmula de Kessler" –, mas ele gosta que a gente mencione também as outras coisas por que ele tem muita paixão. Ele gosta demais de programar, de inventar jogos. Ele já é fluente em língua estrangeira, gente, ele já fala inglês de forma fluente. Ele já leu a Bíblia todinha em português, a Bíblia toda em espanhol e agora está lendo a Bíblia em inglês.

Então, é uma criança que tem uma capacidade enorme, mas que não tem assistência. Claro que eu ainda vou ter um espaço de fala aí na mesa – não quero também tomar muito espaço aqui –, mas é importante ressaltar que uma mãe de um superdotado passa por dificuldade, e uma dificuldade muito grande, porque você vê o seu filho invisível, você vê o seu filho, dentro de um espaço escolar, não reconhecido, dentro da sociedade. Isso é muito duro, é doído de ouvir.

Então, a gente agradece essa oportunidade, essa experiência, este momento que a gente está tendo para contar que, apesar da alta capacidade intelectual que ele tem, ele tem uma assincronia enorme – eu acho que vocês conseguem perceber –: ele tem 11 anos, com cabeça de 18, mas, ao mesmo tempo, ele se comporta como uma criança de oito anos. Então, olha só: o que essa mãe tem que fazer? Tem que levar o filho para escola, levar o filho para terapia e estar aqui hoje, junto com pessoas tão maravilhosas que estão nos assistindo. Então, a experiência do Rafael é, sim, de uma criança que tem um alto potencial cognitivo, mas que precisa de assistência do Estado, que precisa que as pessoas olhem com um olhar diferenciado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, mãe. E aproveitem, corram no Google e conheçam a fórmula Kessler. Eu vou lá aprender sua fórmula, Rafael, prometo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir agora a última participante da primeira mesa, a nossa Dra. Olzeni Ribeiro.

Doutora, é uma alegria tê-la na mesa com a gente.

Após a fala dela, a gente vai desfazer esta mesa e nós vamos ter a segunda. Enquanto a mesa se desfaz, você dá essa intervenção.

Mas, Doutora, deixe-me fazer um registro de presença. Estão com a gente: Samara Madureira Brito, Universidade de Brasília, Secretaria de Educação do DF – obrigada, Profa. Samara –; Adriana Melchiades, da Universidade de Brasília, Professora – obrigada –; Aline Moraes, Grupo de Mães AHSD, Assistente Social, idealizadora, e mãe do Gabriel, superdotado – muito bem-vinda, Aline –; Sofia Valadares Cordeiro, Psicóloga, Escola Cresce Mayura Cordeiro; Mayura Valadares, Neuropsicopedagoga e Orientadora Pedagógica da Escola Cresce Mayura Cordeiro; Susana Gatto, Neuropsicóloga, Pequenos Grandes Cérebros – gostei do nome Pequenos Grandes Cérebros –; Rafyntho Munizgue Ferreira, Presidente do Raises; Jane Tainá Chagas Ferreira, Universidade de Brasília, Professora; Henrique Villa, CNPq, analista e técnico do CNPq; Henrique Fernandes Felleiras, Câmara dos Deputados, Secretário-Executivo da Comissão de Desenvolvimento Regional da Câmara; Clara Lemos Matta Machado, Câmara dos Deputados também; Julio Cesar Campos Filho, Associação Mensa Brasil, Presidente da Associação – muito bem-vindo –; Rachel Alcântara Leite, fonoaudióloga, mãe de dois filhos também superdotados, com altas habilidades; Luciana Roberta Tenório Peixoto, professora universitária.

E eu queria fazer o destaque de uma menina. Há dez anos, eu era apenas uma assessora aqui nesta Comissão – na verdade, na Comissão de Educação –, estava tendo debate de uma lei e os especialistas e os Senadores tomariam uma decisão equivocada. Aí uma menininha me procurou porque ela queria falar na audiência. Era uma lei para garantir que as crianças judias e as crianças que são de outras religiões, como a Adventista, tivessem um horário especial na escola no dia de sua festa, quando eles guardam o dia, para que elas pudessem ter ausência. Essa menininha era linda, pequenininha. E eu disse: "Como é que eu vou convencer os Senadores a deixar uma criança falar no debate?". Era o dia da votação, gente. E essa menina entrou e falou. Ela está aqui hoje, está uma moça linda, eu me surpreendi. Essa menina mudou uma lei no Brasil com uma fala de dez minutos, fez o Relator mudar o voto, fez os Senadores mudarem o conceito sobre a lei e mudou a lei naquele dia. E hoje, quando eu vi a mãe entrar, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falei: "Quem é essa moça que está ao lado?". Uma menina judia, superdotada, que hoje está uma moça. E eu consigo imaginar, Dra. Patrícia, todos os desafios daquela época que você tinha com a Marjorie e consigo imaginar os desafios que a Marjorie continua enfrentando hoje. Na próxima audiência, a gente vai ter oportunidade de te ouvir. Eu gostaria muito que você viesse na próxima audiência. Você está linda, Marjorie. Obrigada. Nós temos uma lei no Brasil porque uma menina superdotada entrou e pediu a palavra. Eu convenci os Senadores, não sei como até hoje. Lembra, Patrícia? Ela pediu a palavra e mudou uma decisão de um Relator e de todo um Colegiado. Você está muito linda, obrigada por estar aqui. Queria muito te ouvir na próxima audiência sobre os seus desafios lá atrás e os seus desafios hoje como uma estudante superdotada. (*Palmas.*)

Vamos ouvir a Dra. Olzeni Ribeiro.

Doutora.

A SRA. OLZENI RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia.

Acho que está ligado, né?

Bom dia a todos.

Senadora Damares Alves, membros desta Comissão de Direitos Humanos, todos que nos assistem, autoridades aqui presentes e, principalmente, as famílias, eu falo hoje não só como uma educadora com mais de quatro décadas dedicadas à educação pública, mas como especialista que dedicou grande parte dessa história voltada ao estudo da superdotação, da dupla excepcionalidade, e atualmente como estudante de psicologia. Ao longo desse percurso, eu tive a honra de ver meu trabalho reconhecido também no meio acadêmico, contribuindo até os dias atuais com pesquisas, formações e estudos que ampliam a compreensão dessa condição no país e orientam práticas educacionais mais sensíveis ao desenvolvimento humano.

E aqui eu queria só fazer o destaque de que eu tive o privilégio... Eu digo privilégio pela pesquisa que ele vai trazer sobre o Davi. Eu tive a honra de avaliar o Davi, e ele se tornou um estudo muito profundo. Ele tem um aspecto que, além de contribuir muito com a cardiologia, com a medicina, também vai quebrar um paradigma na superdotação. Isso ainda está em estudo, eu com a minha equipe buscamos também outros especialistas para a gente trazer essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição do Davi, que vai ser incrível na avaliação de superdotados. A gente vai conhecer um aspecto importante que, com certeza, está sendo negligenciado. E é incrível que isso tenha acontecido com ele, que é tão conhecido e em quem a gente já vê toda essa potência.

Contribuí, como consultora do MEC, no estudo da Lei 13.234, que instituiu o cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na Educação Básica e Ensino Superior. Ele é um cadastro de extrema importância e que precisa ser retomado também.

No Distrito Federal, participei da construção e articulação técnica da Lei nº 7.841, que foi publicada agora em 2025, também voltada à adequação educacional desses estudantes.

Esse reconhecimento nunca me afastou da realidade concreta, mas fortaleceu minha proximidade com as famílias, com as escolas, com os estudantes, traduzindo o conhecimento científico em ações que contribuam para mudanças urgentes na educação de superdotados.

Vivencio essa realidade semanalmente nos bastidores, avaliando e acompanhando cerca de oito a dez crianças e adolescentes superdotados por semana, orientando também suas famílias e escolas. Por isso, eu não falo de uma teoria distante, mas de vidas reais, dores concretas, potencialidades que clamam por reconhecimento, por apoio e por resposta do Estado.

O Brasil convive hoje, Senadora, com um cenário de invisibilidade alarmante. O Censo Escolar da Educação Básica de 2024 – não saiu ainda o de 2025 – registrou 43.950 estudantes identificados como superdotados. Isso significa apenas 0,094% dos alunos matriculados no país.

A literatura científica internacional, por outro lado, desde o Relatório Marland, de 1972, estima que entre 3% e 5% da população escolar apresenta superdotação, um percentual mínimo que é esperado quando se utilizam critérios amplos de identificação.

Quando comparamos esses parâmetros com a realidade brasileira, a discrepância se torna realmente inaceitável. Se a estimativa mínima é de 3%, isso significa que menos de um em cada 30 estudantes está identificado. Se considerarmos 5%, o cenário é ainda mais grave: menos de um em cada 50.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos teóricos como Renzulli, citado aqui pelas Profas. Ângela e Denise, cujo modelo influencia a identificação em práticas educacionais no Brasil, que indicam que esse contingente pode alcançar 15% a 20% de estudantes.

Diante dessa estimativa tão ampliada e tão democrática, impõe-se um questionamento inevitável: se esse modelo aponta décadas para uma presença expressivamente maior dessa população, como explicar que continuamos convivendo com níveis baixos de identificação? E se esta é a abordagem que predomina, que fatores históricos, conceituais e institucionais mantêm milhões de estudantes invisíveis privados de atendimento adequado, perpetuando uma subnotificação que tem atravessado gerações? Estamos hoje diante de uma das maiores subnotificações educacionais existentes, mas esses números não representam apenas estatísticas, eles mostram a produção, a proporção do sofrimento emocional, níveis de ansiedade, depressão existencial, comportamentos autolesivos e, em casos extremos, até o risco de suicídio. Não estamos diante apenas de uma pauta educacional, mas de uma questão de saúde mental pública e de direitos humanos que estão sendo negados. Nós que avaliamos sabemos o quanto os bastidores são cruéis e o quanto nós temos de adolescentes com avaliação e identificação tardia que estão em alto nível de sofrimento.

Outro ponto crítico reside na definição de superdotação adotada na PNEE de 2008, que ainda orienta as diretrizes nacionais de identificação e atendimento. Ela precisa ser ampliada. Ao vincular essa identificação à demonstração de desempenho elevado em apenas cinco áreas de habilidades específicas – intelectual, acadêmica, liderança, artes e psicomotricidade –, essa formulação reduz drasticamente uma condição tão complexa a manifestações observáveis de talento e de realização extraordinária. É um enfoque que contrasta com o consenso da literatura científica clássica e contemporânea, que compreende a superdotação como uma condição do neurodesenvolvimento, caracterizada por assincronia no desenvolvimento, intensidades cognitivas e emocionais, sensibilidades elevadas, desafios socioemocionais e sensoriais, interpretados de forma equivocada como transtornos.

Ao privilegiar exclusivamente indicadores de desempenho, essa definição impede a identificação de perfis e níveis cuja diferença não se traduz em produções e em realizações visíveis e extraordinárias. Com isso, além de restringir o acesso a direitos educacionais e humanos, também produz exclusão institucionalizada da educação infantil à universidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convertendo-se, na prática, em um sistema classificatório que seleciona muito mais quem merece ser visto.

Outro equívoco recorrente é reduzir a superdotação ao desempenho escolar elevado ou à produção criativa extraordinária ou a um caderno perfeito ou a notas altas no final do bimestre. Na neurociência e na realidade das famílias, superdotação é uma condição de base genética multifacetada que pode se manifestar, sim, por intensidades cognitivas, emocionais, sensoriais muito profundas, modos diferenciados de processamento da informação, pensamento altamente associativo e uma sensibilidade que altera a forma como o indivíduo percebe a si mesmo e ao mundo. Quando restringimos a sua compreensão a talentos visíveis ou resultados mensuráveis, nós excluímos exatamente os superdotados, que são aqueles cuja diferença vai se expressar no seu funcionamento interno e não naquilo que ele faz. Essa redução conceitual transforma a condição em mera performance observável, invisibilizando milhões de estudantes e perpetuando a ideia equivocada de que não se trata de uma identificação diagnóstica, mas de um reconhecimento por mérito.

É indispensável falar sobre um grupo ainda mais invisibilizado que são os estudantes com dupla excepcionalidade, que apresentam superdotação simultaneamente a deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento ou outras condições que impactam a sua aprendizagem e o funcionamento interno cotidiano.

Na definição vigente, que privilegia o desempenho excepcional visível em cinco áreas, muitos deixam de ser identificados, porque as suas dificuldades se tornam mais evidentes do que as suas potencialidades. Com isso, não se enquadram nem nos programas para superdotados nem nos serviços de suporte especializado, permanecendo em uma zona de invisibilidade, que compromete o acesso a direitos humanos e a direitos educacionais. Sem identificação, eles não recebem a diferenciação curricular de que precisam; sem reconhecimento das dificuldades, eles não recebem o suporte especializado; e, sem a compreensão da sua condição, eles são rotulados como desmotivados, preguiçosos, desorganizados ou inadequados nas salas de aula.

Por fim, a ausência de políticas consistentes produz consequências danosas concretas: crianças e adolescentes superdotados que enfrentam currículos desajustados ao seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento individualizado; professores sem formação específica, como todas falamos aqui; negação de direitos que já são previstos em lei, como, por exemplo, o plano educacional individualizado, que não é acatado para superdotados, com a visão equivocada de que eles não precisam de suporte, e também da aceleração, do atendimento educacional especializado. O resultado é evasão escolar, da creche, da educação infantil à universidade; sofrimento emocional; e desperdício de potencial humano, alimentando um ciclo de exclusão que impacta famílias inteiras, especialmente mães que adoecem e se sentem exaustas na luta contínua para serem ouvidas e garantir o direito de seus filhos.

Dentro desse grupo de dupla excepcionalidade, nós temos também o que um grupo de pesquisadores trouxe como um alerta na identificação, que é o grupo da tripla excepcionalidade. Essa tripla excepcionalidade não se refere a três transtornos com a superdotação ou algo parecido, mas se refere àquelas crianças, àqueles alunos com dupla excepcionalidade que são excluídos na sociedade, na sala de aula e no mundo social: os indígenas, os negros, os quilombolas, as crianças pobres, as que estão em vulnerabilidade social. Então, essas crianças nas salas de aulas são ainda mais invisíveis, porque elas têm dupla excepcionalidade e sofrem mais o enorme desafio de serem negligenciadas pela sociedade e por políticas públicas porque não são reconhecidas.

Diante desse cenário, eu apresento respeitosamente medidas urgentes no campo dos direitos humanos e da educação, obviamente: efetivar o cadastro nacional de alunos superdotados na educação básica – e não nos esqueçamos do ensino superior, eu avalio também, junto com a minha equipe, bastantes estudantes do ensino superior e a gente convive, Angela, com esse sofrimento também nesse grupo da população –, vinculando a implementação desse cadastro à formação qualificada daqueles profissionais que são responsáveis por identificação, registro dos dados e encaminhamento para o Inep –; revisar a definição de superdotação no PNE, ampliando-a, aliando-se à neurociência contemporânea e eliminando vieses excludentes e capacitistas, porque, no momento em que você define um quadrado, que são cinco áreas para que eles se identifiquem, você exclui muitas crianças que não mostram esse potencial agora; garantir a identificação ampla e contínua em todas as etapas educacionais, incluindo o ensino superior; assegurar a implantação efetiva do plano educacional individualizado, da aceleração e do atendimento educacional especializado adequado aos níveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de superdotação – hoje nós temos uma identificação um pouco superficial que identifica um superdotado e todos são semelhantes, e a gente sabe que tem perfis completamente diferentes –; investir na formação docente multidisciplinar para a compreensão da superdotação como condição do neurodesenvolvimento; atualizar as metas do PNE, contemplando explicitamente esses estudantes nas três categorias, porém superando limites conceituais e operacionais que historicamente comprometeram e continuam comprometendo a sua inclusão; instituir políticas de apoio socioemocional e de saúde mental voltadas para esse público; promover pesquisas nacionais robustas sem limitação teórica para dimensionar com precisão essa população historicamente invisibilizada.

E para finalizar, Exma. Senadora Damares Alves, já agradecendo muito este momento que para nós da superdotação é um momento *master* – o *master* não pode falar – (*Risos.*) é um momento incrível para que a gente consiga sensibilizar a sociedade e o estado para a necessidade deles.

Eu peço, em nome de milhares de famílias brasileiras, que este tema seja tratado não como uma pauta marginal, mas como uma questão de dignidade humana. Peço que olhem para essas crianças adolescentes, universitários e adultos superdotados também, não como exceções privilegiadas, mas como cidadãos que aguardam reconhecimento, proteção e justiça.

E permitam-me trazer aqui a voz silenciosa de uma mulher superdotada que representa tantas outras. Eu recebi essa mensagem e foi me pedido dessa mãe para trazer, e eu o fiz literalmente: "Aprendi a me encolher para caber, aprendi a calar para não incomodar, aprendi a me fechar para não ser vista como de mais. É como ter uma Ferrari presa em um pântano; potência sem movimento, capacidade sem espaço, vida sem expressão. E isso é ainda mais duro para nós mulheres, que crescemos sendo ensinadas a não ocupar lugar, a não ultrapassar limites invisíveis e a não brilhar demais".

Então, quando a sociedade e o Estado não reconhecem essas mentes neurodivergentes, além de limitarem o seu potencial, eles aprisionam existências inteiras. Peço que o Brasil deixe de desperdiçar seus potenciais sim, mas que antes de tudo comece a proteger suas mentes brilhantes em saúde mental e desnecessariamente sofridas, porque, quando uma criança superdotada permanece invisível, é uma possibilidade de futuro que se apaga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Olzeni, sim? (*Pausa.*)

Ah, vou ganhar mais um livro? Ai, que beleza!

A SRA. OLZENI RIBEIRO – É uma visão neurocientífica da complexidade do sujeito superdotado. Então, é que eu procuro trazer essa profundidade que nós queremos destacar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, e onde a gente encontra seu livro?

A SRA. OLZENI RIBEIRO – Tem na Amazon também. Está sendo vendido pela Plataforma Eduzz.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico!

Gente, olha, eles não são todos iguais. Eu acho que a mensagem básica da sua fala, doutora: eles são diferentes, né? Não queira colocar o superdotado, a criança com alta habilidade ou o adulto dentro de uma caixinha. Eles são bem diferentes entre eles, né?

Eu quero agradecer e dizer o seguinte, doutora: acho que todo mundo percebeu agora como este debate é transversal. Tinha que estar nessa mesa o Ministério da Saúde, tinha que estar nessa mesa o Ministério dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O Ministério da Educação, Doutora, o Ministério da Economia tinha que estar nessa mesa, sabe por quê? Também os Ministérios do Trabalho e de Ciência e Tecnologia. Por quê? Nós vamos ter que ver como é que vai ser a relação de trabalho desses superdotados daqui a alguns anos. Nós vamos ter que ver como é que o empresário está lidando com a mãe de uma criança com altas habilidades. Essa mãe tem que sair mais cedo do trabalho para levar o seu filho ao ensino complementar. Então, a gente vai ter que rever, inclusive, as relações trabalhistas no país.

Gente, olha, eles existem e não dá mais para construir políticas públicas sem lembrar que eles existem. E a gente vai ter que fazer este debate dessa forma transversal, como a senhora trouxe aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela contribuição.

Nós vamos agora desfazer a primeira mesa. Eu quero que as senhoras sentem ali, quem puder ficar até o final. Estão chegando perguntas. E nós vamos montar a segunda mesa. Enquanto as senhoras se deslocam, saem daqui do lugar... Muito obrigada, Doutoras, riquíssima a primeira mesa. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

Eu quero registrar... Eu queria que a TV Senado fizesse um registro especial das perguntas que estão chegando pela e-Cidadania.

Samuel, de Goiás... Gente do Brasil inteiro! Olhem o que Samuel, de Goiás, pergunta: "Quais critérios objetivos o Ministério da Educação propõe para padronizar a identificação precoce de alunos com [...] [altas habilidades e superdotados]?".

Gustavo, de Tocantins: "Entes federativos alega falta de recurso pra atender demandas SD, 2E, 3E! É possível a criação de um fundo com ação orçamentária específica?".

Gustavo fez uma pergunta interessante: como é que está o orçamento da União voltado para as pessoas com altas habilidades? Vamos ter que rever o Orçamento da União? Vamos ter que sentar com a Comissão de Orçamento também, Doutora, e rever o orçamento?

Bárbara, do Distrito Federal: "O processo diagnóstico pode ser complicado e principalmente oneroso para as famílias. Quais são as políticas públicas para baratear?".

Juan, do Rio Grande do Sul, pergunta: "É possível formar uma rede onde as crianças superdotadas possam se encontrar com outros superdotados para não sentir tanta solidão?".

Você vai ouvir daqui a pouco sobre isso.

Aí nós temos comentários.

Rosemberg, do DF, diz o seguinte: "O [...] [Plano Nacional de Educação] deve garantir que o aluno que domina o conteúdo não seja forçado a repetir ciclos por mera questão de idade cronológica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávia, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Um Centro de referência para altas capacidades com profissionais qualificados dando suporte aos pais e a escola com programas específicos".

Miller, do Amazonas – do Amazonas, gente –: "De nada adianta o laudo médico sem o suporte escolar e multidisciplinar. A proposta deve incluir um 'Canal SUS-Escola e UBS-Neuro'".

A sociedade está reagindo e está participando.

Eu quero agora chamar para compor a segunda mesa: Robertha Munique, mãe de Rafael, Presidente do Instituto Raises (Rede de Apoio, Incentivo e Suporte Educacional e Emocional ao Superdotado).

Bem-vinda, Robertha. É uma alegria ter você aqui de novo no Senado. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Quero convidar Carla de Souza Brolezzi, fundadora do Movimento Civil Superdotação no Mapa e Presidente da Associação Superdotação no Mapa. A sociedade civil vai falar agora.

Venha cá, Carla. (*Palmas.*) Carla está vindo diretamente do Rio de Janeiro.

Quero chamar Cristiana Aspesi, delegada do Conselho Mundial para Crianças Superdotadas e Talentosas, Mestre em Psicologia pela UnB e atua na área de altas habilidades. (*Palmas.*) Doutora, obrigada por estar com a gente.

Quero convidar Vera Lúcia Palmeira Pereira, representante do Instituto Espaço Atividade: mente, corpo e emoção de atenção transdisciplinar para estudantes com altas habilidades ou superdotação.

E ela com certeza vai responder a pergunta do Rio Grande do Sul: "Elas podem se encontrar no Brasil?" Podem, tem espaço já pronto. (*Palmas.*) E agora a gente vai convidar para a mesa Cláudia Haquim. É "raquim" ou "aquim"? (*Pausa.*) "Raquim". Ela é sócia fundadora do Instituto Brasileiro de Superdotação e Dupla Excepcionalidade e autora do livro Superdotação, Dupla Excepcionalidade: contribuições da neurociência, psicologia, pedagogia e direito aplicado ao tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Doutora. (*Palmas.*) Vocês observaram que agora a gente vai ter a sociedade civil organizada, um alento para as famílias que estão nos assistindo; famílias que estavam se sentindo sozinhas.

Nós temos muitos movimentos, instituições no Brasil que você pode conhecer, pode começar a fazer contato a partir de agora. Muita gente está se organizando no Brasil e contribuindo para a política pública, para a legislação. Vocês vão ter a oportunidade de ouvir.

Antes, eu quero ainda registrar a presença de Iara dos Santos Miranda, Vice-Presidente do Instituto Raises; Tatiana de Araújo Ribeiro, Médica do Ministério Público do Distrito Federal; Paulo Cézar Alves, Secretário-Geral do Sindilegis – gente, até o Sindilegis está aqui – Patrícia Nunes, advogada, mãe da Marjorie; Dominique Lirande Gudeo, Universidade de Brasília; Marina Nogueira de Assis Fonseca, Instituto ConVerso de Psicologia Talento e Desenvolvimento Humano – que maravilha, mais um instituto presente –; Sofia Costa e Silva Duarte, Instituto ConVerso de Psicologia Talento e Desenvolvimento Humano – obrigada, Doutora, ela é psicóloga –; Malu Campos, Clínica de Neuropsicologia, Instituto Raises, psicóloga e pedagoga – bem-vinda, Doutora –; Rosa Menna, Instituto Índigo Rei – esse instituto eu não conheço, bem-vinda, Doutora, do Instituto Índigo Rei –; Edna Aparecida Alegro, Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – estamos sempre juntos –; Simone Rocha, Psiur, CEO – eu não conheço. Ela está aqui? Simone ainda está com a gente? (*Pausa.*) Oi, Simone. Bem-vinda, bem-vinda ao nosso debate –; Nathalia de Oliveira Santoro, Presidente da Amapi DF – obrigada, Nathalia, por estar com a gente –; e Sheyla Cristina Alves Passos, Diretora da Escola Classe Café Sem Troco – essa escola é incrível, gente, eu conheço a escola.

Seja bem-vinda, Diretora, Professora. É uma alegria tê-la conosco.

Nós agora vamos para a segunda mesa, mas uma pessoa fez um pedido ali. São dois minutinhos – a gente não vai abrir muito para o plenário, não, porque a gente tem um horário. Fale seu nome, para registro em ata, e a sua intervenção, por favor.

A SRA. JANE FARIAS CHAGAS FERREIRA (Para expor.) – Eu sou a Profa. Jane Farias. Eu sou da Universidade de Brasília, vinculada ao Instituto de Psicologia e Laboratório de Psicologia Escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa primeira mesa mexeu muito com o meu coração, Senadora Damares, porque eu fiz o primeiro estudo no Brasil sobre famílias com nível socioeconômico desfavorecido. Desde então, eu tenho me dedicado a estudar grupos sub-representados na educação de superdotados. Então, eu tenho estudos com superdotados em assentamento rural, comunidades quilombolas... Nós fizemos vários estudos com comunidades tradicionais: terenas, xerentes, uapixanas, caiabis e yuhúps. Tivemos o primeiro estudo publicado na *Frontiers in Psychology* sobre ciganos superdotados no mundo. A gente tem também estudos com comunidades quilombolas, alguns desses já publicados em movimentos de publicação.

Nessa dedicação ao estudo de comunidades, povos e estudantes sub-representados na educação de superdotados no país, nós temos um grupo muito próximo de nós. Por isso, hoje eu coordeno o grupo de pesquisa Premiah (Precocidades em Movimento: Indicadores de Altas Habilidades), que são crianças da educação infantil, crianças de três a seis anos, crianças da educação infantil e o primeiro ano das séries iniciais. Nós temos muitas crianças que não estão sendo atendidas, que estão sendo diagnosticadas de uma forma equivocada, patologizadas, medicalizadas. Então, o nosso grupo tem estudado essa temática desde 2023, e começamos agora, em março, uma pesquisa-intervenção com famílias, para orientação dessas famílias, formação docente na educação infantil.

Nós temos no SUS uma caderneta que vai para os pais, que tem os marcadores de desenvolvimento, que diz o seguinte: se o seu filho está atrasado, faça isso; se ele tem TEA, faça aquilo; se ele tem TDAH... Mas e se ele está avançado? Se ele está avançado em todos aqueles marcadores, o que os pais fazem com isso? O que a família faz com isso? O que a escola faz com isso, com essa informação? Então, o nosso grupo está estudando, a gente está trabalhando no sentido de estudar todas as políticas públicas, para a gente, inclusive, demandar uma formulação na política pública de atendimento e nesse acompanhamento dos marcos de desenvolvimento na primeira infância.

Nós temos um grupo de pessoas que são sub-representadas dentro do grupo de superdotados, que é a primeira infância, que é a educação infantil. Então, se a gente não começa aí essa formação, se a gente não trabalha com essa intervenção, a gente vai, então, acumulando problemas nesse processo de escolarização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei com o meu coração muito mexido com tudo isso. Nós temos pesquisa na Universidade de Brasília, no Laboratório de Psicologia Escolar, e evidências já consolidadas e muitas questões sobre as quais a gente pode conversar quando a gente fala deste Brasil imenso, diverso, em que a gente tem tantas comunidades e tantas questões. Uma comunidade tradicional vê o talento de uma forma muito diferente da que nós vemos, eles têm outros indicadores, ou seja, é uma percepção coletiva de talento que nós, muitas vezes, desconhecemos.

Eu gostaria de pontuar, deixar marcadas essas pesquisas e dizer que nós já temos evidências e temos uma pesquisa-intervenção em andamento para exatamente suprir essa lacuna que nós temos na educação, de uma perspectiva não só de subnotificação, mas de subatendimento com essas crianças da educação infantil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ai, Professora, que bom, que bom que eu abri a palavra para a senhora! Que bom, Doutora! Que bom saber que os ciganos estão sendo atendidos, os quilombos, as crianças indígenas! Nós temos gênios em todos os lugares.

E aí eu vou passar a palavra aqui para as instituições, e eu quero que vocês recebam todas elas com muito carinho.

E vou lhes dar mais um ingrediente: nós temos também as diferenças religiosas no Brasil. Lucas sabe o que eu vou falar. Nós temos crianças em comunidades que estão sendo chamadas de endemoniadas. Não é demônio, pai, é uma criança superdotada! Cuidado com os rótulos! Nós temos religiões que estão fazendo rituais para curar crianças que estão em pecados. Não é pecado, pai, é que ela sabe um pouco mais que você. A gente precisa trazer tudo isso para o debate. Eu venho de comunidade religiosa, eu tenho legitimidade para falar sobre isso. Eu não estou fazendo crítica, eu só estou dizendo que, se 60 anos atrás meus pais estivessem sentados numa audiência destas, teriam lidado de forma diferente com meu irmão, que morreu aos 21 anos de tristeza. Então, eu preciso deixar isso claro. Nós também temos uma outra especificidade para trazer para a mesa: é um país extremamente religioso, de diversas denominações religiosas, de crenças diferentes, que não consegue enxergar essa criança da forma como ela precisa ser enxergada. Então, fica aqui também esse outro ingrediente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles especialistas que falaram agora e que ainda não haviam pensado nisso. A gente precisa também pensar nas crenças religiosas no país.

Nesse sentido, vamos começar por Robertha Munique, Presidente do Instituto Raises.

Muito bem-vinda, Dra. Robertha.

A SRA. ROBERTHA MUNIQUE (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu quero iniciar este pronunciamento com um agradecimento muito especial à Exma. Sra. Senadora Damares Alves, que ouviu e acolheu as demandas do Instituto Raises, quando nos recebeu em seu gabinete, e convocou esta audiência. Se todos nós estamos aqui, é porque a Senadora foi sensível ao nosso pedido e hoje podemos estar para realizar. Sua sensibilidade e compromisso com as causas da infância e da educação tornam possível que hoje possamos dar voz às famílias e às crianças com altas habilidades e superdotação.

Meu nome é Robertha Munique, sou uma mulher superdotada e também TEA – aí a gente vê a dupla excepcionalidade. Sou Presidente do Instituto Raises, educadora há mais de 20 anos. O que significa Raises? Rede de apoio, incentivo e suporte educacional e emocional ao superdotado. O instituto nasceu da compreensão de que pessoas com altas habilidades não podem ser tratadas de forma reducionista, nem sob uma visão meramente produtivista ou talentista. Não falamos apenas de desempenho acadêmico, falamos de desenvolvimento integral, saúde emocional, bem-estar mental, identidade, pertencimento e projeto de vida.

Sou a mãe do Rafael Kessler, um estudante superdotado que, aos dez anos, desenvolveu uma fórmula, a fórmula de Kessler, validada por dois professores doutores da Universidade de Brasília e com destaque nacional. Ele programa em Python, Java, HTML; estuda derivadas integrais por conta própria; cria algoritmos; desenvolve projetos muito além da sua idade; mas, antes de reconhecimento – ele é uma criança de 11 anos –, ele precisa de orientação, suporte psicológico e estrutura para crescer de forma saudável. Ele não tem apoio do Estado. Ele está em uma longa fila de espera para atendimento educacional especializado, não tem mentor, não participa de iniciação científica, não entrega programas de bolsa para competir em olimpíadas e não conta com acompanhamento educacional ou socioemocional público.

Olhem só! Uma mãe mostrando que uma criança precisa ser amparada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a realidade que enfrentamos. O sistema depende, em grande medida, do esforço isolado das famílias, e nenhuma família consegue suprir sozinha o que deveria ser assegurado por política pública.

É por isso que estou aqui, não apenas como mãe, mas como cidadã, para defender mudanças concretas, o cumprimento efetivo das leis já existentes – porque já existem leis – e a implementação de novas políticas públicas para que pessoas com altas habilidades tenham seus direitos reconhecidos e verdadeiramente garantidos.

Saúdo as autoridades presentes, os representantes das universidades, das instituições públicas e privadas, os profissionais da educação, os pesquisadores, as famílias e a sociedade civil organizada.

Cumprimento também os membros da OAB que aqui estão presentes: Dra. Jhoyce Hayne, Dra. Kathleen Brito, Dra. Beatriz Xavier e Dr. David Santa Bárbara. Eles são os pioneiros da primeira Comissão da OAB dedicada aos direitos das pessoas com altas habilidades e superdotação, gente, no Brasil e também de criar um documento orientador para as escolas sobre atendimento ao superdotado. Foi feita, gente, uma análise com um compilado de todas as leis, decretos e tudo que a gente tem de regulamentação para o atendimento do superdotado, que foi entregue às famílias para que as escolas consigam atender ao superdotado. Trata-se de um marco jurídico relevante para esse público. Registro que participo também desta Comissão, acompanhando a construção desse avanço institucional.

Estou aqui para apresentar as necessidades das pessoas com altas habilidades/ superdotação visando contribuir para uma construção de uma política pública que atenda estudantes da rede pública e também da rede privada, da educação infantil até o ensino superior, porque o potencial não escolhe sistema nem etapa escolar. Essa política precisa ser nacional, com responsabilidade clara da União, em articulação com os estados e municípios e com cooperação institucional entre educação, saúde, universidades, conselhos profissionais, órgãos de fiscalização e sociedade civil. Somente com essa estrutura será possível ampliar o alcance, garantir a efetividade e reduzir desigualdades regionais e sociais.

Experiências concretas de enriquecimento curricular estruturado no país, como os clubes dirigidos pela Amplexo Educação, demonstram que o aprofundamento intelectual pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejado, acompanhado e institucionalizado. Essas iniciativas mostram que o desenvolvimento avançado não é improviso; é método, é estratégia, com objetivos e metas claras.

É necessário reconhecer o potencial acadêmico, artístico, científico, tecnológico, por meio de políticas de fomento estruturadas, de forma algo semelhante ao já consolidado programa Bolsa Atleta. O objetivo desse programa é apoiar o potencial esportivo de indivíduos que, sem esse suporte, não poderiam alcançar a plenitude de suas habilidades. O mesmo ocorre com alguns estudantes superdotados. Eles precisam de apoio para superar barreiras socioemocionais, socioeconômicas e elevar o nome do seu país em competições nacionais e internacionais, quando for o caso.

Mas, antes do desempenho, vem o equilíbrio; antes da olimpíada, vêm o Estado e o bem-estar emocional; antes da aceleração, vem o suporte psicológico para toda a família. É urgente rever a política educacional para estudantes com altas habilidades. As salas de recursos não atendem à demanda, especialmente para estudantes da rede privada, e a falta de transparência nas listas gera uma exclusão e até insegurança nas famílias.

Embora já existam garantias legais, elas não estão sendo efetivamente cumpridas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que organiza todo o sistema educacional brasileiro, prevê atendimento educacional especializado. A Lei nº 13.234, de 2015, determina a identificação e o cadastro de estudantes com altas habilidades. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento que deveria adaptar o ensino às necessidades específicas do aluno. A aceleração de estudos também é um direito previsto para estes casos em que o estudante já domina os conteúdos da sua etapa escolar. No entanto, esses direitos não se concretizam na prática, por falta de fiscalização, políticas estruturadas e formação adequada aos profissionais.

A falta de capacitação obrigatória de professores tem produzido preconceito, sofrimento escolar e crises emocionais, contribuindo para quadros de ansiedade e evasão. Isso representa não apenas um dano individual, mas uma perda social significativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área da saúde, o SUS ainda não possui políticas nem formação específica para esse público, e as famílias enfrentam sozinhas desafios emocionais complexos, o que gera sobrecarga, especialmente para mãe solo.

O Brasil precisa tirar esses estudantes da invisibilidade educacional e da negligência na saúde. Pessoas com altas habilidades necessitam de desafio intelectual, mas sobretudo de base emocional sólida e segurança institucional.

Diante desse cenário, propomos a construção de uma política nacional estruturada em dois eixos fundamentais: número um, saúde e desenvolvimento socioemocional; e número dois, desenvolvimento educacional.

O que defendemos é simples e inegociável: o potencial não pode depender da sorte, e o conhecimento também é patrimônio. A própria Constituição Federal assegura, no seu art. 206, inciso I, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; no art. 227, estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente o direito ao desenvolvimento. Isso significa que não basta oferecer matrícula: é preciso garantir permanência com sentido, desafio intelectual e avanço real.

Eu chamo a atenção dos senhores para este seguinte exemplo. Uma criança extremamente avançada em matemática, ciência, história ou fluente em idiomas dificilmente permanecerá engajada em um ambiente que lhe oferece apenas conteúdos que já domina. Em termos comparativos, seria como exigir que alguém com anos de escolarização retornasse ao início da alfabetização para reaprender as primeiras letras. Olhem só o contraste! E a gente está vivendo aí essa realidade escolar.

Desenvolver o potencial não é privilégio, é cumprimento institucional. Por isso, pedimos a esta Casa e a todos os responsáveis o cumprimento, com urgência e prioridade, do primeiro eixo, que é saúde e desenvolvimento socioemocional.

A primeira coisa é a identificação precoce e a avaliação pelo SUS. Defendemos a implementação de política de identificação precoce de pessoas com altas habilidades ou dupla excepcionalidade, que é o meu caso, com garantia de avaliação neuropsicológica pelo SUS – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma avaliação hoje pode chegar a R$7 mil –, que seja realizada por equipe qualificada em prazo razoável.

Propõe-se também a inclusão de indicadores de altas habilidades na caderneta da criança para que os sinais de precocidade sejam observados e encaminhados desde a primeira infância.

Formação obrigatória de profissionais da saúde: reivindica-se a inclusão obrigatória de conteúdos específicos sobre altas habilidades e dupla excepcionalidade na formação inicial e continuada de médicos, enfermeiros, psicólogos e demais profissionais da saúde, assegurando identificação adequada, encaminhamento correto e atuação interdisciplinar.

Programas comunitários de apoio às famílias: requer-se a criação de programas comunitários de apoio a cuidadores, com reconhecimento formal de sobrecarga materna, especialmente aquelas que a gente já falou que são mães solo – eu tenho meu esposo, ele consegue me apoiar. E as mães que não têm essa pessoa ao seu lado? –, garantindo o suporte psicológico, orientação técnica, assistência social e redes institucionais estruturadas.

Acolhimento socioemocional em casos de aceleração: muitas famílias que têm os seus filhos acelerados não têm a garantia do acompanhamento socioemocional especializado, nem a asseguração de adaptação saudável, o monitoramento contínuo e a prevenção dos impactos emocionais.

Esse é o primeiro eixo, o eixo da saúde. O segundo eixo é o do desenvolvimento educacional.

Primeiro, a transparência e ampliação das salas de recurso: requer-se a transparência quanto ao funcionamento, critérios de acesso, números de vagas e distribuição territorial das salas de recurso, bem como a sua ampliação para atendimento adequado e contínuo a estudantes da rede pública e privada.

Formação obrigatória de professores: requer-se a implementação de formação obrigatória sobre altas habilidades e dupla excepcionalidade em todos os níveis educacionais, como inclusão de disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia e licenciatura, como já foi falado, formação continuada obrigatória para docentes em exercício e atualização periódica dos conteúdos formativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formação aberta e gratuita à comunidade: propõe-se que exista uma política pública de acesso à comunidade, para ampliar a compreensão técnica, combater mitos e promover cultura de reconhecimento e respeito.

Cumprimento efetivo da legislação vigente: requer-se fiscalização permanente e responsabilização administrativa, para garantir o cumprimento integral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da Lei 13.234, de 2015, da implementação obrigatória do plano educacional individualizado, bem como de todas as leis, decretos, resoluções e normativas específicos que tratam do atendimento às pessoas com altas habilidades.

O PEI deve ser elaborado e acompanhado com participação ativa da família e do próprio estudante, sempre que possível, garantindo diálogo, transparência e corresponsabilidade no processo educacional.

Não se trata da criação de novos direitos, mas da efetivação concreta daqueles já previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

Enriquecimento curricular estruturado: requer-se a implementação de programas de enriquecimento curricular no próprio turno escolar, desde a educação infantil até o ensino superior, promovendo aprofundamento acadêmico, interdisciplinaridade e desenvolvimento pleno, com planejamento individualizado e participação da família e do estudante na formação e na definição dos percursos formativos.

Aceleração de estudos: defende-se a regulamentação clara e a aplicação efetiva da aceleração de estudos, desde a educação infantil até o ensino superior, quando pedagogicamente indicada, com critérios definidos, avaliação adequada e acompanhamento sistemático.

A decisão sobre a aceleração deve envolver equipe pedagógica, família e estudante, assegurando consentimento informado, monitoramento contínuo e cuidado com o desenvolvimento socioemocional.

Agora eu proponho uma criação de um programa nacional de mentoria especializada. Para quê? Para que o estudante, desde a educação infantil até o ensino superior, de escolas públicas e privadas, tenha o acesso ou presencial ou *online* e que isso seja feito com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastro nacional de mentores, que haja critérios transparentes de seleção, diversidade regional e monitoramento contínuo desses resultados.

Proponho também um programa de iniciação científica, porque é imperativa a instituição de programas desde a educação infantil até o ensino superior – eu saliento sempre isso, porque a gente não tem esses programas que atingem a primeira infância e também o ensino superior, e que alcance escolas públicas e privadas –, com acompanhamento técnico qualificado, integração ao PEI, reconhecimento pedagógico formal e registro no histórico escolar.

Que haja também fomento à participação em olimpíadas e eventos acadêmicos que sejam instituídos também nos termos do Bolsa Atleta.

Para finalizar, uma campanha nacional de conscientização em rede de comunicação. Propõe-se a criação de campanhas públicas em rede nacional de televisão, rádio e mídia digital para desmistificar a ideia de que toda pessoa com altas habilidades é um gênio e, portanto, não necessita de suporte ou atendimento diferenciado.

As campanhas devem informar à população sobre o que são altas habilidades, dupla excepcionalidade, esclarecer que o potencial não elimina vulnerabilidades emocionais e reforçar que esses estudantes têm direito a atendimento educacional.

Vou encerrar.

Que este momento represente um passo concreto na construção de uma política nacional estruturada, responsável e efetivamente aplicável às pessoas com altas habilidades. Que essa política alcance tanto a escola pública quanto a escola particular, pois o direito ao desenvolvimento é fundamental e não se limita à natureza jurídica da instituição de ensino.

A Constituição garante igualdade de condições e o pleno desenvolvimento da pessoa. Todos contribuem para o financiamento do Estado, por meio de tributos, por isso os direitos educacionais não podem ser fragmentados conforme a rede de ensino.

Altas habilidades não são realidade exclusiva da escola pública nem da escola privada, são uma condição humana. E direitos fundamentais não admitem distinção.

Muito obrigada e desculpem-me pelo prazo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Roberta, extraordinária, e acho que todas as suas contribuições já devem ficar no grupo de trabalho.

Deixe-me dizer para o Brasil: já foi formado um grupo de trabalho, e a maioria das pessoas que passaram pela mesa e que estão aqui já estão no grupo de trabalho, porque está sendo construído um projeto de lei para políticas públicas.

Esse projeto de lei vai dialogar com o Ministério da Educação, mas vocês já viram que vamos ter que falar com todos os ministérios, todos. E com as emissoras de televisão também. A campanha que você está falando aí precisa ser veiculada por todos os órgãos de comunicação.

Extraordinário, quero agradecer.

Além de ser Presidente do instituto, ela é a mãe do Rafael – Rafael, né? –, mãe do Rafael.

Vamos ouvir agora a Carla de Souza Brolezzi, fundadora do movimento civil Superdotação no Mapa e Presidente da Associação Superdotação no Mapa.

Obrigada, Carla, por estar conosco.

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI (Para expor.) – Oi, boa tarde – já? Boa tarde, gente, a todos.

Eu queria, inicialmente, agradecer pela minha indicação para participar aqui ao Senador Bonetti e agradecer à Sra. Senadora Damares, por permitir que a gente trouxesse aqui a voz de milhares de famílias, e falo milhares de famílias não numa hipérbole, mas porque são milhares de famílias. Isso não só nas muito faladas redes sociais, mas nos grupos, em encontros.

Até teve uma pergunta aqui: "Dá para encontrar as crianças?". Dá. Aqui nós temos a Aline. Ela faz, aqui em Brasília, um trabalho maravilhoso, reunindo famílias de vários superdotados de várias idades. Então, é possível.

No país inteiro, nós temos representações em todos os estados deste país. Então, eu não estou aqui falando por mim, estou aqui falando por várias pessoas.

Inclusive, trouxe aqui este pequeno livro de relatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses relatos chegam para a gente de maneira orgânica. Não têm formato. Cada família escreve para a gente, contando a sua vivência.

Então, nós temos aqui relatos de gerações. E não falo exagerando, falo porque nós temos avós falando da dificuldade que enfrentaram, nós temos pais falando das dificuldades que enfrentaram, nós temos filhos falando das dificuldades que enfrentaram. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Carla, agora eu entendi superdotação no mapa.

Olha, gente, o mapa do Brasil: elas estão em todos os lugares do Brasil.

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI – Para sair da invisibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está vendo, Henrique? Lá no Marajó, inclusive. Em todos os lugares.

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI – Inclusive, eu peguei...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns.

Gente, vamos acessar essa associação, de todas essas aqui nós vamos deixar as redes sociais.

Procurem essas instituições, você, que está do outro lado, se sentindo sozinho nessa luta, nessa batalha.

Desculpa, Carla. Continue.

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI – A senhora citou a cidade de Afuá. Nós temos, atualmente, pelo Educacenso, um superdotado identificado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI – Sabe quantos deveriam ter? O mínimo? O mínimo que deveria existir? Quatrocentos e vinte e três. Isso, só olhando para a base de alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você olhar 3% da população de Afuá, você vai ver que o número é maior. Se você olhar lá em São Paulo de Olivença, tem oito; o mínimo deveria ser 402. Como eu falei, são décadas – décadas.

Então, como a Dra. Olzeni citou, algo errado não está certo. Se é tão eficiente o que a gente tem hoje, a gente está fazendo algo muito errado. Ou não está fazendo o que, teoricamente, seria eficiente. Então, existe, assim, um *gap*, um vão gigantesco entre o que tem de teoria, entre o que tem – sei lá – de lei e o que a gente encontra no dia a dia. Porque isso aqui não é só "olha, o professor não fez isso". Não. É agressão física, é agressão psicológica.

Hoje mesmo a gente tem uma família do Paraná que foi chamada pelo Conselho Tutelar; família, inclusive, que teve que abrir BO contra escola, contra professor, por agressão, por tudo.

E aqui nós tivemos o Davi.

O Davi é uma criança brilhante. Se o Davi tem dificuldade para ser atendido, você imagine aquele superdotado que não demonstra talento.

Por isso que aqui a gente diz: superdotação não é sinônimo de talento. Você pode ter o seu talento...

Inclusive, aqui eu falo do olhar da superdotação pelo viés humanista. Por quê? Superdotação é neurodivergência; se é neurodivergência, é espectro; se é espectro, não pode ser bifásico. Não dá para ser altas habilidades e superdotação. É só superdotação.

Porque você pode ter o seu talento? Pode. Você pode demonstrar? Pode. Mas isso não significa que você vai demonstrar o talento o tempo todo. Você não é obrigado a isso. Você pode ter um potencial...

Vamos lá, esse copo aqui tem um potencial de – sei lá – 250ml. Mas se eu quiser encher só com 100ml?

Então, não dá para pegar e ficar olhando: "Não, tem 250ml e ele só tem 100ml, então ele não é superdotado". Você tem que olhar o tamanho do copo, não o que está dentro, não o que eu estou demonstrando. Porque, toda vez que você olha para o volume do copo, em vez do potencial do copo, você deixa de incluir, você deixa de respeitar a necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falaram tanto aqui de aceleração.

Para você conseguir uma aceleração no Brasil, hoje, você é obrigado a entrar no Judiciário. E não estou dizendo: "Olha, eu não tenho identificação formal, cheguei aqui, eu acho que meu filho é superdotado". Não. Eu estou dizendo de pessoas que fizeram mais de uma avaliação, com mais de um profissional, aí junta avaliação neuropsicológica, neuropsicopedagógica, fono, não sei o quê, junta um calhamaço de avaliação, entrega lá e "mas eu acho que ele não tem maturidade".

Mas eu acho com base no quê, se os especialistas estão dizendo que precisa acelerar?

Trago aqui dados de uma especialista americana chamada Deborah Ruf. Ela estabeleceu, dentro do conceito dos Estados Unidos... É óbvio que a gente não consegue fazer um depara para a nossa realidade, mas eu acho que serve para a gente enxergar o tamanho do espectro e o tamanho do problema que a gente tem de décadas. Ela diz que um superdotado, na escala dela, que vai de 1 a 5, no nível 1, aprende com três repetições; no nível 2, ele aprende com uma ou duas repetições; no nível 3, ele é capaz de pegar o conteúdo todo do ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, em dois anos. Isso quer dizer que são sete anos sentado em sala de aula...

Imaginem, gente... Vocês já se mexeram várias vezes enquanto eu estou falando. Imaginem uma criança, em sala de aula, ouvindo, pela 50ª vez, que o bairro residencial é aquele que tem residência e o bairro comercial é o que tem comércio. Gente, a criança vai fazer o quê? Ou ela vai, sei lá, mexer em alguma coisa... Aí, mexeu demais em alguma coisa, "olha, é um hiperativo. Tem que levar para dar um remédio".

Tem cidade que não tem nem neurologista, gente. Aí a família vai buscar um neurologista numa outra cidade, numa consulta, às vezes, de 15 minutos. Se bobear, um Miojo demora mais para ficar pronto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI – E sai com receita tarja preta para a criança. Por quê? Porque está entediado, está se mexendo em sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, eu falei uma coisa, ele contrariou o que eu falei". Ele é TOD. "Olha, não interage com coleguinha. Tem aqui um monte de amigo, ele não fala com ninguém". Também... Ele resolveu que vai conversar sobre placa tectônica no Pré I.

Quantas crianças do Pré I têm interesse em aprender sobre placa tectônica? Mas ele não interage, ele não conversa. Por quê? Porque ele precisa de par, e par não é faixa etária.

Quantos adultos aqui têm amigos de outra faixa etária? "Eu gosto de futebol, então, vou ter amigos que gostam de futebol". "Eu gosto disso...".

Então, é isto, tem que ter assunto, tem que olhar por esse ângulo, e, infelizmente, isso não é olhado, isso não é feito.

Esse sofrimento de décadas denuncia que nós estamos errando, e errando muito – não é errando pouco não.

Eu queria trazer aqui também... A Robertha trouxe umas ponderações acerca de legislação. Nós estamos também nesse grupo de trabalho, e a gente apresentou sugestões. Acredito que, no dia 26, a Dra. Vanessa Pavani deva trazer isso, porque, dentro das nossas sugestões, a gente mostra que a gente tem muitos direitos sendo sapateados. Não é possível!

Dentro da educação especial, todos os alunos têm direito a PEI – todos. Não é o que eu acho que está certo ou eu acho que... "Olha, você precisa". Não! Se ele está na educação especial, ele precisa de uma adequação para a especificidade dele. Então, se você tem um aluno, não interessa se ele é Down, se ele é autista, se ele é superdotado – não interessa –, ele tem que ter PEI.

Cadê a fiscalização do MEC, da Secretaria de Educação, na escola pública ou particular, para entrar e perguntar: "Querida, no Educacenso, está dizendo que você tem dez alunos de educação especial. Tem PEI?". Cadê essa fiscalização? Porque eles não fazem. E o PEI está lá.

Às vezes, tem escola que faz o PEI que eles chamam de "PEI de gaveta". Ele pega o mesmo documento, imprime, troca só o nome da criança, troca o nome do aluno e põe lá, porque, se chegar alguém... "Não, aqui ó. Tem o PEI". Mas cadê a família? A família nunca viu um PEI, nunca viu uma adequação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criança vai fazer prova e não consegue, muitas vezes, fazer a prova escrita naquele tempo, porque muitos superdotados, muitas vezes, têm dificuldade com escrita... Não é só a velocidade de raciocínio, mas o fluxo de ideias que é muito grande. Então, você precisa, às vezes, dessa adequação, e isso poderia ser feito com a adequação no PEI, inclusive para o ensino superior.

No ensino superior, então, o cara chega lá e não tem adequação nenhuma para conseguir que o aprendizado dele seja efetivo. Ele sofre perseguição, porque, afinal de contas, "quem você acha que é para estar aqui discordando de mim ou trazendo uma outra coisa"? Ah, a aceleração. A aceleração dentro do ensino superior é dada fazendo prova, sendo que, muitas vezes, não é o conteúdo, não é que assim, "eu já sei esse conteúdo", mas o tempo que você vai falar esse conteúdo aqui para mim não é legal. Então, eu poderia compactar isso aqui, em vez de eu ficar gastando energia aqui, poderia fazer, sei lá, uma apresentação de trabalho, alguma coisa do gênero, mas, não, os caras querem aplicar prova. A aceleração, inclusive, dentro da educação básica, a gente está no art. 59 da LDB, e o pessoal confunde com o art. 24, que é aplicar prova no superdotado, como se ele já tivesse todo o conhecimento do mundo na frente dele, sendo que não é assim que funciona.

Então, assim, são vários direitos sendo violados o tempo todo – o tempo todo. É surreal, a gente fala aqui muito de escola porque, geralmente, o sofrimento começa quando a criança, quando aquela pessoa ingressa na vida acadêmica. Hoje em dia, então, gente... A gente tem esse colega aqui. Vocês conhecem esse cara? Esse cara é muito legal. Por que esse cara é muito legal? Porque, se eu quero aprender uma coisa, eu venho aqui e busco. Na escola, eu me sento e espero.

Vou dar o exemplo de dentro de casa. Meu filho aprendeu sobre o funcionamento do olho humano aos cinco anos de idade. Ele foi aprender isso na terceira série, quer dizer, no nono ano, e ainda falou que estavam faltando acho que umas duas coisas que ele disse em inglês, porque ele aprendeu inglês antes do português. Ele falou que faltavam duas coisas em inglês. Eu fico olhando para a cara daquela criança: "Então, tá, mas, ano que vem, de repente, ano que vem". E no ano que vem não chegou. E como faz? Cadê o tutor, o mentor para essas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando do AEE, que tem que ter AEE. Tem que ter AEE dentro da escola em que aquele indivíduo estuda, porque, se o AEE é em outro lugar, o que acontece? Você tem que se deslocar. E quem vai deslocar aquele aluno menor de idade? Quem vai fornecer esse deslocamento? Em Brasília, inclusive, existe uma lista de espera para AEE, que é uma lista surpresa, porque você entra na lista, você não sabe em que posição você está, você não sabe quantos tem na sua frente. Isso, inclusive, foi levado para a CLDF e, na época, a justificativa foi: "Não, é uma lista que está escrita, está guardada aqui na gaveta". A Deputada Distrital Paula Belmonte levantou lá: "Mas olha só, não pode isso, está errado". A pergunta é: isso foi corrigido? A lista de sala de recursos aqui do DF já está disponível para todo mundo? Você consegue consultar a posição do seu filho? Provavelmente, não. Por quê? Porque, para eles, não é importante, é um capricho, afinal de contas, na visão, no mito, superdotado sabe de tudo, não precisa de nada. Então, é revoltante esse tipo de coisa.

Vamos lá, o que mais que faltou? O CNE 51, que foi citado aqui.

O CNE 51 é um documento que deveria falar sobre superdotação, e nele aparece mais vezes a palavra "desempenho" do que "superdotado". É um documento tão "bom", mas tão "bom", que foi feito em cima de um outro documento de 2008. Então, a gente está construindo um negócio olhando para a frente, olhando para trás. Replicando aquilo. A gente teve um seminário internacional em 2023 aqui. Teve vários especialistas, todo mundo falando: "a neurodivergência a gente precisa olhar 'assim', olhar 'assado'...". Isso não foi feito. A gente segue repetindo as mesmas coisas.

Se a gente olhar para os Estados Unidos, que é uma referência quando a gente fala de inclusão de superdotado, que é uma referência quando a gente fala de identificação, lá a gente tem a possibilidade de: você tem a sala, você tem adequação em sala de aula, você tem turmas avançadas, você tem escola especializada, você tem a possibilidade de educação domiciliar. Porque eles dizem lá que, a partir do nível 3, nem na escola especializada eles conseguem dar conta. Você precisa fazer aceleração para o ensino superior, e ele fazer o aprofundamento no ensino superior e fazer outro trabalho dentro de uma educação domiciliar muitas vezes, porque a discrepância entre aquele aluno... Por exemplo, no caso do Davi, a discrepância de conhecimento dele perante os outros é muito grande. Você vai colocar esse menino no ensino médio, e ainda não vai dar; vai estar raso para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente fala de aceleração, não é só ir jogando série acima. Quando a gente fala de aceleração, é fazer o quê? É trazer aquele conteúdo para aquele indivíduo. Se ele não consegue estar no ensino médio porque ainda não tem idade para aquilo, não tem tamanho, não tem proporção, então, por favor, traga o quê? Traga o conteúdo para ele dentro daquela sala. O que a gente não pode é perpetuar esse sofrimento. A gente chega à educação infantil sofrendo, segue o fundamental sofrendo, o ensino médio sofrendo...

Teve uma pergunta aqui sobre a aceleração do vestibular. Tem um PL, acho que é o PL 3.405, de 2021, do Deputado Federal Diego Garcia, que fala exatamente para aqueles alunos... Ele não fala sobre superdotação, mas fala que, se o aluno já tem desempenho – ele foi lá, fez a prova do Enem e tem desempenho para aquilo –, pode acessar o ensino superior.

Então, essas coisas precisam ser pensadas, precisam ser consideradas. E a gente precisa colocar o pé na realidade e sair só da teoria.

Obrigada, gente. Desculpa por me estender. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Obrigada.

Eu acho que a gente sai daqui sem fôlego nesta manhã, né?

Obrigada, Carla. Obrigada.

E você trouxe a questão da aceleração. Davi foi acelerado para o 3º ano – é isso, pai? –, mas ele tem seis. O menino do 3º ano tem nove. As emoções de Davi, de seis, são diferentes das do menino de nove. A aceleração é o único remédio que a gente tem hoje?

Então, assim, realmente, você traz aqui situações extremamente delicadas, e desafios. E eu quero lhe pedir, inclusive, Carla... Você é do DF, né?

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI (*Fora do microfone.*) – Não, sou do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Rio de Janeiro, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero pedir que, na próxima audiência, de quinta, vocês acompanhem. Mesmo que não possam vir presencialmente, acompanhem de forma virtual para nos ajudar a continuar pensando.

Obrigada, Carla. Muito obrigada.

Vamos ouvir agora a Cristiana Aspesi, delegada do Conselho Mundial para a Criança Superdotada e Talentosa. Ela é Mestre em Psicologia pela UnB.

Doutora, obrigada por estar com a gente.

A SRA. CRISTIANA ASPESI (Para expor.) – Boa tarde.

Boa tarde, Senadora. Agradeço pelo convite, pela oportunidade de estar conosco com vocês.

Eu fiquei aqui sendo muitas vezes desafiada por tantos anos de experiência – né, Verinha? – e pensando como é que eu posso contribuir para este momento tão precioso.

Eu entrei para a área de altas habilidades no ano 2000. Sou funcionária pública da Secretaria de Educação, sou psicóloga da Secretaria de Educação e sou psicóloga também na área clínica, tenho consultório particular. Eu atendo também há 20 anos e estou, há mais de 20 anos – há 28 anos –, lidando diariamente com esse sofrimento das famílias.

E o que eu posso dizer é que no Brasil, e não é novidade, a gente tem duas realidades muito distintas: a realidade da escola pública, da rede pública, e a realidade da rede particular de ensino. Eu tenho a experiência e o privilégio de poder permear todos esses lados. E não só isso: eu também sou estudante de doutorado da Universidade de Brasília. Há dois anos, eu estou completamente imersa em pesquisas e estudos longitudinais, tentando entender esse fenômeno tão complexo que é a superdotação. E aí eu me lembrei aqui, ouvindo a senhora falar... Estive eu e a Dra. Denise Fleith com a Deputada Paula Belmonte, e ela fez a seguinte pergunta para a gente de imediato: "Afinal, a superdotação é da pasta da Educação ou é da Saúde?". E aí nós respondemos para ela: "É da pasta do desenvolvimento humano, é uma pasta interdisciplinar". Ela parte, sim, da pasta da Educação quando tudo está indo bem, mas ela vai permear outras esferas quando as coisas não começam a ir tão bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer um dado estatístico, porque eu acho que parte da fala que está sendo trazida aqui se refere a um grupo de 20% da população de superdotados, que têm transtornos do neurodesenvolvimento ou alguma doença mental, algum adoecimento que entra aí na esfera da depressão, ou transtornos de ansiedade, ou transtornos de conduta – são apenas 20% da parcela dos superdotados. A gente tem 80% dos superdotados que estão completamente invisíveis, porque esses 20% são aqueles que começam a, de alguma forma, trazer algum incômodo para a sociedade. E aí os pais são obrigados a buscar apoio, ou as escolas são obrigadas a buscar apoio, porque não sabem como lidar. São apenas 20%. Nos 80%, Senadora, a gente pode afirmar, em cima de estudos longitudinais, que a superdotação é um fator protetivo do desenvolvimento, não é um fator de adoecimento.

A facilidade para aprender, criatividade, capacidade de se adaptar a lidar com questões complexas são fatores protetivos do desenvolvimento. Eu acompanho muitas crianças no consultório particular e na rede pública, que são crianças que se desenvolvem muito bem. Agora, são crianças que têm apoio, são crianças que têm uma família responsiva, uma família funcional, são crianças que têm oportunidades para se desenvolver, até porque a superdotação, de acordo com os estudos longitudinais...

E, se a gente está falando de estudo longitudinal, esse é o estudo padrão ouro para entender fenômenos do desenvolvimento humano, porque a gente vai entender como é o processo, o que acontece desde o nascimento até a vida adulta. São os estudos longitudinais. O que eles nos falam? Que a superdotação tem um componente biológico vinculado à inteligência, só que a superdotação é muito mais do que a inteligência, e o conceito de inteligência já é um conceito extremamente complexo.

A USP tem um grupo de estudo de neurociências, e eles evitam falar sobre inteligência, porque a inteligência pode ser definida até filosoficamente. A sabedoria: o que é sabedoria? Na minha opinião, é a forma mais sofisticada de inteligência, porque você pensa no bem comum, você tem que ter empatia, você tem que ter uma alma grande. Isso não está no cérebro, isso está no ser humano. Então, a gente não pode colocar a superdotação como um aspecto do funcionamento cerebral, porque não é. Existe uma bagagem, sim, biológica, mas existe um conjunto de características amplamente ligadas ao desenvolvimento dessa criança, ao contexto de desenvolvimento dessa criança, às características de família dessa criança – que é o principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto – e à escola. Há características de personalidade que são diretamente relacionadas às experiências de desenvolvimento. Isso não nasce pronto, a superdotação não nasce pronta.

Agora, uma criança, sim, muito inteligente vai ter uma condição de vulnerabilidade no aspecto que é a assincronia, e a gente vê isso acontecer em esferas distintas. O que é essa assincronia, segundo a literatura científica? A gente escuta várias explicações aí, mas, segundo a literatura científica, ela está muito vinculada ao desenvolvimento da inteligência abstrata, que é um componente da inteligência que vai acontecer lá para a adolescência – se a gente for buscar por desenvolvimento cognitivo normal –, mas que, em uma criança superdotada, acontece muito cedo: com quatro anos de idade, essa criança já consegue entender realidades complexas que não são palpáveis, e aí ela vai lidar com questões existenciais, só que ela tem quatro anos de idade. Como ela vai entender o que é injustiça social? "Por que meu avô morreu?". "Por que eu estou indo para a escola e eu vejo tantas crianças pobres?". Eu me lembro de crianças chegarem ao meu consultório. Uma vez um chegou descalço, e a mãe falou assim: "Cristiana, ele deu o chinelo para o menino de rua. E eu vou dizer não?". E aí a gente tem que lidar com essa assincronia.

Então, é extremamente complexo, e eu acho que a minha contribuição aqui é porque eu posso ter esses vários olhares, não é? E também tenho o olhar de mãe de superdotado. Eu tenho um superdotado acadêmico e tenho uma criança superdotada, uma adolescente superdotada, que tem dupla excepcionalidade. E é um grande desafio.

Então, eu acho que a gente pode tentar expandir ainda mais esses olhares. Não é uma questão tão simples. A gente vai precisar, sim, dar as mãos. Se a gente vai chamar de superdotação, de talento, de altas habilidades, de alta performance, eu acho que isso é tão pequeno diante de tantas complexidades com que a gente lida. Para mim, que estou lá na Secretaria de Educação, o nosso grande desafio, Senadora... Eu lembro que mudava o ano – Verinha está aqui comigo, que também era minha companheira lá –, e a gente tinha medo de chegar no dia seguinte, quando chegava das férias, e a nossa sala ter sido fechada, porque precisava usar a sala para alfabetização, que é uma prioridade dentro da rede pública. "O superdotado? Coloca no cantinho da biblioteca daquela escola que ninguém quer". E era com isso que a gente lidava. A gente não tinha dinheiro, não tinha investimento para comprar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento – Wisc eu trazia do meu consultório para avaliar as crianças. Então, não é uma prioridade dentro da Secretaria de Educação.

Eu vejo, Senadora, que a gente tem políticas públicas boas. Por quê? Porque são políticas públicas que veem a superdotação como um processo e não como uma característica inata – que existe e que está ali no cérebro – e que veem essa condição complexa. Então, as nossas políticas públicas são atualizadas, sim, com a literatura internacional. O que falta é serem colocadas em prática. O que falta são as escolas particulares atenderem seus alunos, porque a rede pública já não dá conta de atender a demanda da rede pública, que são crianças que já não têm tantas oportunidades. E aí vão absorver essas outras crianças? Então, realmente, é muito complicado.

Então, eu acho que a minha fala... Outro ponto que eu acho que é muito importante, Senadora, e a gente precisa conversar sobre isso, dentro da rede pública eu vejo isto – e da rede particular também –: é a questão da identificação. A superdotação é um fenômeno para ser avaliado por psicólogo, porque é o psicólogo que tem a condição legal de aplicar instrumentos de inteligência, instrumentos de criatividade, fazer uma avaliação da personalidade, fazer uma anamnese com conhecimento profundo sobre desenvolvimento humano. E a gente vê que a questão da identificação virou uma grande reserva de mercado aqui, principalmente em Brasília – não sei como é que está no resto do país. A gente faz essa avaliação na secretaria de graça, mas a gente sabe que tem, na rede particular, pessoas cobrando em torno de R$10 mil por uma avaliação. Então, eu acho que, como é uma questão de necessidade, é uma necessidade essencial, no Conselho Federal de Psicologia, a gente tem normatizações para cumprir essa avaliação. E sempre foi assim, e sempre deu muito certo. A gente sempre fez uma avaliação dentro de todas essas normatizações, com instrumentos padronizados, com profissionais capacitados. Percebeu-se que existe uma demanda, e a gente vê, então, pessoas fazendo avaliações sem escrúpulos, sem muita ética, sem muito conhecimento e se aproveitando de uma condição de vulnerabilidade das famílias. Então, esse é um ponto frágil em que a gente precisa prestar atenção.

E outra sugestão que eu posso dar, para finalizar minha fala, que eu acho que seria uma contribuição: se a gente pudesse ter – falando, assim, um ideal – uma sala de recursos por escola... E aí, nessa sala de recursos, a gente tem um psicólogo e um professor bem formado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área de altas habilidades e superdotação, que possam, então, fazer essa avaliação, que possam fazer o acompanhamento, que possam dar uma assistência às famílias, que possam contribuir para o censo. Vai ser um núcleo em que a gente possa fazer um atendimento nuclear, atendendo aquela pequena comunidade.

Acho que a minha contribuição é essa.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Dra. Cristiana, obrigada. Obrigada. Eu consegui ir lá no seu dia a dia e entender a sua necessidade, tendo que levar os recursos do seu consultório para a escola. Quantos estão fazendo isso para poder atender a demanda? Parabéns, Dra. Cristiana. Parabéns. A gente vai precisar muito contar com a senhora no nosso grupo de trabalho, na continuidade, no desdobramento, porque, se fosse só para fazer uma audiência pública para a gente aparecer na TV Senado e deixar a expectativa, eu não faria. Não vale a pena. A gente vai ter que dar resposta.

Eu quero que todos vocês que passaram por esta mesa entendam que vocês alimentaram uma expectativa no Brasil agora. E agora nós estamos com um grande problema na mão, senhores, e eu não vou ficar nessa sozinha, não. Não, eu e a Senadora Teresa vamos precisar de vocês, porque vocês não têm ideia de como as redes sociais do Senado estão fervendo por conta desse debate. Tá?

Muito obrigada, Dra. Cristiana.

Vamos ouvir agora Vera Lúcia Palmeira, representante do instituto Espaço Atividade: mente, corpo e emoção, de atenção transdisciplinar para estudantes com altas habilidades ou superdotação e dupla excepcionalidade.

Mas, antes de passar para ela, eu registro ainda a presença de Helena Lafetá Neves, Instituto Virgolim; Renata Rodrigues Maia, fundadora do Núcleo de Altas Habilidades/Superdotação do Brasil; Ronaldo Pereira Murakami, Instituto 8 de Janeiro; Beatriz de Abreu, psicóloga; Luany Cristina de Souza, defensora pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê a Dra. Luany? Está ali. Aí, Dra. Luany, a Defensoria Pública vai ter que vir para este debate. Ah, Dra. Luany!

Cadê a OAB? A OAB também estava aqui, acho que já saíram. OAB e Defensoria Pública... Quando a Carla disse que parte dos atendidos precisaram recorrer à Justiça, como os outros atendidos que não têm uma sede da Defensoria Pública em sua cidade vão fazer? A OAB vai ter que vir com a gente, as subseções terão que vir com a gente.

Dra. Luany, obrigada por estar aqui. Vamos continuar esse diálogo depois, tá?

E Carmen Minuzzi, ICB, Vice-Presidente.

Vamos ter a alegria agora de ouvir Vera Lúcia Palmeira.

Dra. Vera, bem-vinda e obrigada por estar conosco.

A SRA. VERA LÚCIA PALMEIRA PEREIRA (Para expor.) – Antes de mais nada, meu boa tarde a todos e um agradecimento muito especial, Senadora, por este momento de nós estarmos aqui – e, em extensivo, aos demais Senadores, aos participantes desta mesa que estão conosco, aos convidados, às famílias que nos escutam *online* e às pessoas que estão também acompanhando esta audiência.

A importância da nossa participação eu acho que fundamenta muito esse nosso trabalho.

Eu vou falar quem sou eu. Professora, aos 22 anos, iniciei no programa de atendimento às altas habilidades e superdotação da Secretaria de Estado da rede do Distrito Federal e venho acompanhando, desde então, os atendimentos e as formas de acompanhar e atender alunos de altas habilidades e superdotação.

Menina, com 22 anos, fui convidada para participar do programa, diante de uma experiência de diferenciação, assim que eu entrei no concurso público.

Tinha uma turma multisseriada, repetente cinco anos, na SHI Sul, era a escola da SHI Sul, e lá eu precisei fazer uma diferenciação muito ampla para poder atender, como nas escolas de fazenda que nós fazíamos, a turmas multisseriadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lá, depois de um ano de trabalho intenso, com uma diferenciação curricular para toda a turma, nós conseguimos a aprovação dessas crianças, depois de quatro anos de repetência.

O meu convite veio daí. "Olha, nós temos alguns meninos e meninas, na Secretaria de Educação, que precisam de um olhar diferenciado". Eu falei: "Olha, na educação especial".

E lá iniciei todo o meu trabalho, com o qual aposentei, em 2014, depois de 28 anos direto em salas de aula, no atendimento educacional especializado, passando pela formação de professores na secretaria de estado, passando pela gerência do programa, passando pelo acompanhamento das famílias e pelas várias consultorias ao Ministério da Educação, à Unesco.

Tive a experiência marcante de conhecer muito do nosso país, quando fiz a consultoria para as salas multifuncionais, representando aí os estados do Norte, Sudoeste e Nordeste, então, junto com uma colega que fazia as demais regiões.

Esse é o meu ponto de fala como uma educadora, que, depois de se aposentar, em 2014, continuou atendendo a seus estudantes em outra escala, porque não consegui ficar sem o brilho do olhar desses estudantes, e o faço até hoje lá, no Espaço Atividade.

O ponto chave me fez retornar à minha história de vida e à história do que eu acompanho no Conselho Brasileiro para Superdotação, na Associação Brasileira de Psicopedagogia, na Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia e nas visitas que ainda faço, semanalmente, a muitas escolas, acompanhando esses estudantes.

Quero pontuar, primeiro, uma coisa muito importante, que a superdotação é uma condição humana, não um diagnóstico médico. Não é classificada como distúrbio ou transtorno; não está escrita como doença no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-5 ou o DSM-5-TR, ou até mesmo no código internacional de doenças.

Compreendida como um perfil de funcionamento cognitivo, institucionalmente vemos delineada por meio de avaliação cognitiva ampla, realizada por profissionais da área da psicologia e também por uma identificação educacional especializada na área da educação e afins, em muitos casos combinadas com formação específica em cursos de especialização nessas áreas do conhecimento, embora o seu funcionamento possa ser mapeado em imagens e pelo olhar das neurociências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A área da saúde contribui muito para elucidar funcionamentos, quando ocorrem a co-condição ou a dupla excepcionalidade, nos casos de transtornos de desenvolvimento de aprendizagem, que podem coexistir com a superdotação, bem como no apoio especializado às famílias e aos indivíduos que têm transtornos mentais, doenças mentais e psíquicas.

A atenção nas altas habilidades ou superdotação em nosso país, historicamente, vem se direcionando para a área de educação, mas nós precisamos avançar, Senadora, porque envolve uma sociedade inteira; envolve todo o conjunto público das inúmeras áreas da saúde, da ação social, do trabalho, da economia, do orçamento, da educação, da ciência e tecnologia.

Hoje nós temos aí...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como a Dra. Olzeni falou, vai ter que vir para mesa também o Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. VERA LÚCIA PALMEIRA PEREIRA – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo, gente. Todo mundo.

A SRA. VERA LÚCIA PALMEIRA PEREIRA – Da mulher, todos.

Eu acho que é transversal. É uma sociedade. A sociedade não é só a educação, apesar de termos muita história para contar.

E eu sou da época de 1986, quando eu iniciei no programa das altas habilidades, mas acompanhando, desde 1975, o movimento no Distrito Federal. Então, nós temos uma trajetória.

Na época, quando eu iniciei, nós não tínhamos livros nacionais, ou pouquíssimos – Maria Helena Novaes, Profa. Eunice Soriano, Profa. Zenita –, e hoje, quando abrimos o Google Acadêmico, nós temos muitas, muitas contribuições. Então, a informação não é mais a dificuldade que nós tínhamos antes.

E me pergunto se o modelo teórico realmente é o responsável por não atendermos a crianças, jovens, adultos e idosos superdotados em suas necessidades amplas, nos mais diversos ambientes: na sociedade, na família, no trabalho, em inúmeras expressões humanas – eu penso assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é porque é um talento numa área x... Nós não estamos fechando as áreas; nós estamos tentando entender uma expressão humana e, na escolarização, nós vemos a expressão humana, que se destaca em múltiplas formas, até mesmo em alguma coisa que nós não pensamos até agora, mas precisamos pensar, que a sub-realização acadêmica, independentemente ou não de ter um alto potencial intelectual e outras áreas de desempenho.

Nós precisamos entender essa pessoa como um todo. Por isso que a educação não dá conta; porque não é o modelo teórico que está impedindo a compreensão, mas uma organização social e política ampla.

E convido aqui... Acho que seria interessante ouvir com o que a Presidência da República pode contribuir nesse olhar para os demais órgãos do próprio Governo, porque é uma política de Estado, não é uma política de governo. Nós temos que pensar que é uma política de Estado, e não uma política de governo.

Quando nós falamos das leis brasileiras, nós temos, segundo nossa saudosa Maria Helena Novaes... Eu sempre vou lembrar dela com muito carinho. Ela dizia que somos praticamente uma Suíça quando pensamos em legislação – "praticamente", ela dizia com aquele jeitinho dela.

Mas, na regulamentação dessas leis e na aplicação delas, nós temos um hiato enorme – voltando para a área da educação, que é o nosso eixo –, porquanto nós temos uma legislação mais ampla, problemas na escolarização desses estudantes por vários vieses e vários olhares.

Mas a colega Carla pontuou uma coisa muito importante.

Carla, você falou da dificuldade da compreensão, até mesmo da interpretação da Lei de Diretrizes e Bases, quando se trata de uma aceleração de estudo, independentemente de ela ser por conteúdo, por área, por estratégia ou até mesmo por ano escolar.

As escolas e os educadores, muitas vezes, compreendem a necessidade, e eu sou testemunha de várias visitas, aqui no Distrito Federal, que, ao chegarem à escola com o laudo, com o relatório educacional da equipe pedagógica atestando a necessidade, o relatório psicológico, muitas vezes até mesmo o laudo psiquiátrico, dizendo do sofrimento psíquico da criança na aceleração, quem veda essa transição é a Secretaria Escolar. Por quê? Porque ela segue os normativos, e os normativos dizem que o art. 24 inibe essa aceleração, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confundida com a aceleração de igualdade de ganho com relação à discrepância, idade e série nas pessoas com dificuldades de aprendizagem.

Então, a aceleração na área da superdotação é regida pelo art. 59, gente. É do Conselho Nacional de Educação o entendimento de que não há nenhuma barreira para que isso aconteça, até mesmo entre as etapas de transição da educação infantil para o fundamental 1, do fundamental 1 para o 2, do fundamental 2 para o ensino médio e do ensino médio para o superior. Não há nenhuma dificuldade, quando se lê com compreensão a nossa Lei de Diretrizes e Bases. Então, nós precisamos hoje rever também essas regulamentações.

Eu ouvi de uma pessoa da Secretaria de Estado, responsável pelas matrículas, que, então, nós tínhamos que mudar a Constituição, colocando no art. 24 a possibilidade do art. 59. E eu falei para ela: mas o 59 vem depois do 24. Se o 24 fosse o marco, ele viria no 59, e o 59 viria no 24 – eu pensei assim. E ela falou: "Não, mas, se não está escrito no art. 24, nós não podemos fazer nada". E não adianta a representante da área da superdotação no Distrito Federal falar que nós teríamos, então, essas questões.

Eu acho que nós precisamos pensar como garantia de direitos já consolidados, e a pergunta que eu faço é: se os direitos humanos, sendo então um amplo olhar sobre o ser humano, como que nós poderíamos, então, ter garantido, dentro da legislação, o fato de que, no Ministério dos Direitos Humanos, nós não temos uma câmara técnica, uma comissão, um grupo de trabalho, alguma coisa que pudesse ouvir tantas necessidades que perpassam por todas as comissões e câmaras técnicas, desde a educação, desde a questão das dificuldades de vários segmentos da sociedade, ampliando o olhar para a lei da educação, pensando que a educação é o ponto de partida?

Nós precisamos mudar uma sociedade; também, ela perpassa pelo viés da superdotação, por professores bem formados, com boa equidade na sua formação, compreendendo essa natureza, mas também as outras graduações...

A limitada carga horária para a formação dos professores na graduação é muito questionável, tanto na área da saúde como da administração, da economia. Eu acho que todos... Nós precisávamos ter não uma disciplina de educação especial; nós precisávamos ter uma disciplina de desenvolvimento humano e de direitos humanos para todas as áreas. Talvez assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pudesse ter profissionais que pudessem compreender a natureza e as especificidades de cada um de nós.

Então, a educação é o ponto de partida, mas nós precisamos compreender o todo, e o todo precisa ser visto por toda uma sociedade e por toda a política pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora. Obrigada.

Nós vamos agora para o final de nossa audiência, ouvindo a Dra. Claudia Hakim, sócia-fundadora do Instituto Brasileiro de Superdotação e Dupla Excepcionalidade, autora do livro *Superdotação e Dupla Excepcionalidade*.

Eu queria pedir uma coisa para a TV Senado, é uma sugestão: eu estou recebendo muitos pedidos dos contatos, ou perfil do Instagram, ou *e-mail* dos expositores. Eu acho que a TV Senado poderia – vamos fazer isso Comissão, como sugestão? –, quando colocar o nome do palestrante, colocar já embaixo a sua rede social, porque aí a gente não gasta tempo falando a rede social.

Então, fica a sugestão para a TV Senado, tá?

Esta Comissão vive dando sugestão para todo mundo.

Inclusive, deixe-me contar um segredo para vocês: quando a gente assume a Presidência de uma Comissão como esta aqui, a gente ganha um time pronto. Aí – viu, Carla? – eu vou contar um segredo. A gente recebe um time, e eu tenho a honra de ter um time de gênios e superdotados e de mentes brilhantes, né, Dimitri? Literalmente. Aí, enquanto vocês estavam falando, é uma das primeiras audiências em que eu vejo esses meninos bebendo. Aí eu fiquei imaginando, quando eu olhei para a carinha da Aline, você falando das placas arquitetônicas na primeira série lá: essa menina fez isso, porque ela ficou... Ela se identificou tanto com as falas aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, são meninos que passaram em concursos públicos, que lutaram muito para chegar aonde estão. Às vezes, passaram em dois, três concursos. Então, eu tenho um time aqui de meninos com altas habilidades.

Vocês não têm ideia como eles estão hoje se vendo em todas essas salas.

Depois eu vou sentar com eles, eu vou ver quem deles fez um foguete aos quatro anos, aos três anos de idade, porque esse meu time é bom demais, eu estou muito feliz.

A Rafaela tem diagnóstico, né? Inclusive, laudada, né? (*Palmas.*) Então, a nossa Comissão é extremamente privilegiada.

Claudia Hakim, é uma alegria tê-la conosco.

A SRA. CLAUDIA HAKIM (Para expor.) – Muito obrigada.

Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades e especialistas, educadores, famílias e cidadãos presentes.

Agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos e da de Educação e Cultura para participar desta audiência pública que considero urgente e necessária no cenário educacional brasileiro.

Falo enquanto mãe de dois jovens superdotados, jovens adultos. Já passei por toda essa trajetória, enfrentando dificuldades burocráticas muito bem colocadas pela Profa. Vera Lúcia, junto à Secretaria de Educação, e aqui eu vou falar na minha fala sobre isso também.

Eu tive a sorte, ao contrário da trajetória da maioria da realidade brasileira, de ter a identificação dos meus filhos feita pela escola, o que é uma raridade, o encaminhamento dos meus filhos para avaliação, já com o propósito de aceleração de série, porém isso tudo foi barrado pela Secretaria de Educação. Então foi aí que eu enveredei na área do direito educacional. Eu sou formada há 31 anos e há 20 atuo no direito educacional por conta da questão dos meus filhos – então primeiro foi com a filha mais velha, depois foi com o filho mais novo. Aí eu comecei a entender como isso operava.

Na época, eu tinha um grupo do Orkut, que migrou para um grupo do Face, que virou 15 mil pessoas; depois para um de dupla excepcionalidade com 25 mil membros, e eu comecei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perceber que a realidade dos meus filhos, em relação à aceleração de série especificamente, era uma realidade brasileira, não era um problema da escola dos meus filhos, não era um problema do em que São Paulo a gente chama diretoria de ensino, que é o órgão responsável pela Secretaria de Educação, é um problema da realidade brasileira.

Sou também pós-graduada, especialista em Neurociências e Psicologia Aplicada, e escrevi um livro sobre dupla excepcionalidade e outro sobre como lidar com as altas habilidades da superdotação, porque o problema é o que fazer com essa identificação; não basta identificar, mas como vamos lidar em vários âmbitos, consultório, escola, na família. E escrevi alguns capítulos de livros dedicados à área da dupla excepcionalidade, que é uma das áreas de pesquisa de meu interesse.

Mas hoje eu não estou aqui para falar na condição de especialista em Neurociências nem como mãe, mas como advogada especialista em direito educacional, porque eu vejo que muito do que a gente aqui falou, principalmente nessa última fala da Profa. Vera Lúcia, é o problema de não entendermos como funciona o nosso sistema de ordenamento jurídico dentro do direito educacional. Então eu vou dar o meu ponto de vista do direito educacional baseado na compilação de várias normas que, sim, o Brasil tem. Há várias normas que tratam da superdotação, das formas de atendimento, mas existe um problema realmente que já foi mencionado por vários especialistas aqui, e eu vou dar o meu ponto de vista jurídico, como que funciona no direito educacional. Por isso eu sugiro a criação de uma lei federal para esse público e eu vou explicar por quê.

Então, se alguém puder, por favor, colocar o meu PDF, é uma única foto. Alguém consegue?

Eu trouxe uma única foto, que não é essa. É essa aqui, mas ela é invertida. Se alguém conseguir virar, eu agradeço, para a direita. Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CLAUDIA HAKIM – Mas, de qualquer forma, se não virar, eu explico. Pronto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem aqui, no direito educacional brasileiro, o que a gente chama de pirâmide da hierarquia legal brasileira, conhecida como pirâmide de Kelsen. Ao observarmos essa pirâmide, visualizamos algo essencial: nem todas as normas têm a mesma força hierárquica.

Então, no topo dessa pirâmide, nós temos a nossa Lei Magna, a nossa lei mais importante, a Constituição Federal. Ela possui uma força hierárquica máxima e prevalece sobre todas essas demais normas. Abaixo da Constituição Federal, temos as leis federais. Então, aqui estão as leis federais que organizam direitos e deveres em todo o território nacional. Em seguida, os decretos, que regulamentam as leis. Na base da pirâmide, nós temos resoluções, portarias, deliberações administrativas, que possuem valores significativamente mais fracos, podem ser alteradas com facilidade e não têm força para sustentar direitos fundamentais, como educação, de forma permanente.

Essa hierarquia não é apenas teórica, ela impacta diretamente a vida dos alunos com altas habilidades ou superdotação, muitas vezes traduzindo-se em obstáculos, invisibilidade e negação concreta de direitos educacionais. Tudo isso porque hoje, no Brasil, nós não temos uma lei federal específica que trate dos direitos das pessoas com altas habilidades ou superdotação.

Em termos de leis federais, a gente tem apenas uma lei, a LDB, que, em dois dispositivos, trata desses alunos: o art. 58 insere os alunos com altas habilidades ou superdotação como público-alvo da educação especial; o art. 59, entre outros objetivos, menciona o direito que os alunos superdotados têm em ser acelerados de série. E, em relação à aceleração de série, já temos um problema jurídico central que já foi aqui conversado entre algumas das pessoas que fizeram parte dessa mesa. A lei reconhece o direito do aluno superdotado em ser acelerado de série, mas não diz como ele deve ser garantido. Esse dispositivo não define critérios e não estabelece procedimentos. Quem hoje define esses critérios e procedimentos são essas normas que estão na base da pirâmide de força hierárquica baixa e que são diferentes de estado para estado. Então, do ponto de vista jurídico, a gente chama o art. 59 da LDB de uma norma não autoaplicável. Deveria ser? Sim. Mas o que acontece? Para uma norma ser aplicável, é preciso ser colocado como aquilo vai ser feito, de que forma vai ser feito, quem vai ser o público elegível para ser acelerado, quais são os critérios que essa avaliação para a aceleração de série deve ser feita, a operacionalização dela. Então, resoluções, portarias e deliberações administrativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuem baixo poder hierárquico. E são esses atos que hoje regem de forma fragmentada o atendimento dos alunos superdotados em cada estado brasileiro.

Uma vez que não existe uma lei federal específica, cada estado passou a tratar o aluno superdotado do seu próprio jeito: alguns criaram leis; outros, apenas resoluções e portarias, que têm uma força hierárquica baixa; e outros simplesmente não tratam do tema, que é o que eu vejo na minha realidade, na minha prática jurídica. Já vieram me procurar do Estado do Rio Grande do Sul, em que não temos uma lei que regulamente a aceleração de série de alunos superdotados. No Rio Grande do Norte, eu entrei com uma ação, e a escola não sabia fazer, não sabia como acelerar, não era má vontade da escola, não tinha respaldo da Secretaria da Educação, e eu tive que judicializar para poder acelerar de série esse aluno. Então, o resultado é grave. Alunos superdotados têm direitos diferentes dependendo do estado ou da cidade em que eles estudam. Por quê? A aceleração de série ilustra perfeitamente esse problema. Então, estou aqui dando um exemplo.

Hoje, cada estado decide quem pode ser acelerado, em que etapa da escolaridade e quais são os critérios da aceleração – diversos. Então, eu comparei norma por norma de estados brasileiros para chegar a essa conclusão. Eu vou dar dois exemplos.

São Paulo, por exemplo, veda, na prática, a aceleração de série na educação infantil, na entrada do ensino fundamental, na mudança de segmento de ensino, ou seja, do pré para o 1º ano do fundamental, do 5º para o 6º ano do ensino fundamental, do 9º ano para o 1º do médio e a conclusão antecipada do ensino médio. Então, outros estados aceleram três, quatro anos; em São Paulo, a gente está cheio de vedação. Principalmente na educação infantil, eu sei que existe um cuidado. Então, quando a gente fala em aceleração de série, é uma medida que é muito delicada, tem que ser muito bem pesada. Tem vários aspectos que envolvem a aceleração de série. Não é só o pedagógico, não é só o ritmo de aprendizagem, mas tem os aspectos socioemocionais e a maturidade do aluno para serem levados em consideração. Porém, quanto à quantidade de séries que o aluno pode acelerar, eu já ouvi que, no Amazonas, por incrível que pareça, podem acelerar três, quatro anos. Em São Paulo, a gente tem essa vedação.

E o maior número de alunos superdotados entre meus clientes são da educação infantil, por quê? Porque já estão alfabetizados, não têm o que fazer mais na primeira etapa da pré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, na segunda etapa, e precisam ficar lá aprendendo o alfabeto quando já sabem ler e escrever sem erros de ortografia.

Já o Parecer 51 do Conselho Nacional de Educação, ainda pendente de homologação, apresenta uma concepção moderna, permitindo que a aceleração de séries seja feita em qualquer etapa, nível ou segmento de ensino, sempre que o aluno superdotado precisar. Então, a gente tem várias normas falando linguagens diferentes sobre o mesmo tema, e não só sobre isso; sobre outras formas de atendimento.

A ausência de uma lei federal gera judicialização, e isso é algo que eu exerço há mais de 20 anos na advocacia educacional, atuando para garantir caso a caso um direito que deveria ser assegurado de forma estruturada e igualitária. Todos os estados brasileiros deveriam falar a mesma língua, tratar do aluno superdotado do mesmo jeito. Por isso, direitos fundamentais não podem ficar sustentados na base da pirâmide. Eles precisam estar protegidos por leis federais, que têm uma hierarquia mais forte e que garantem previsibilidade e igualdade em todo o território nacional.

Além do mais, essas normas administrativas – estou falando dessas que estão aqui embaixo – podem ser alteradas ou simplesmente revogadas a qualquer momento com a mudança de uma gestão. Mudou o gestor, a política pode desaparecer. E eu presencio isso a cada x de tempo na minha prática jurídica. Então, estou lá estudando uma norma, estou advogando baseada em uma determinada norma. Mudou a gestão, muda tudo.

Uma lei federal não retira a autonomia dos estados. Ela faz três coisas fundamentais: cria um padrão nacional mínimo, transforma atendimento em dever permanente do Estado – que foi o que a Vera Lúcia falou –, dá segurança jurídica, reduz judicialização e permite planejamento e financiamento.

Outros grupos avançaram com leis próprias federais, e eu pergunto por quê. Pessoas com deficiência têm um estatuto, pessoas com transtorno do espectro autista, alunos com TDAH e outros transtornos de aprendizagem; superdotados não têm uma lei federal. E isso, na prática jurídica, muda muito para o advogado ou principalmente para o aluno perante a escola. Chegar com uma lei federal que fala isso aqui é diferente de chegar com uma norma. E muitas vezes quem interpreta essa norma são as secretarias de educação. E, para a gente explicar que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal garante o acesso ao nível mais elevado de ensino, segundo a sua capacidade, e que a lei federal garante o direito do aluno superdotado em ser acelerado de série, a Secretaria de Educação não quer saber. Por quê? Porque as normas dela, cada uma delas tem alguns critérios.

Bom, a não existência da lei federal para o público das altas habilidades e superdotação explica, em grande parte, a invisibilidade institucional desse público. Um dos pontos mais sensíveis é o conceito legal de quem são os alunos com altas habilidades ou superdotação. Isso eu vejo por que cada norma de cada estado define o aluno com altas habilidades, superdotação e suas terminologias diferentes de uma forma. Eu não estou dando o meu viés sobre qual conceito eu acho mais importante, eu só vou citar exemplos.

Bom, sem essa norma, sem esse conceito, a gente não consegue identificar quem é esse público, para quem destinar recursos públicos, e não conseguimos planejar políticas públicas nacionais. Então, vou dar alguns exemplos. Política Nacional de 2008, que foi revogada parcialmente pelo Decreto 12.686, de 2025 – estou falando da Política Nacional de Educação Especial de 2008 –, adotou uma definição desse público mais ampla que abrange várias áreas do conhecimento e de manifestação de suas expressividades, ampliando significativamente o público considerado como altas habilidades ou superdotação, impactando diretamente o desenho e o financiamento das políticas públicas. Vou dar um exemplo agora. A Lei Estadual do Distrito Federal 7.841, de 2025, adotou um conceito legal mais delimitado, baseado no potencial cognitivo e acadêmico superior em relação ao grupo de referência, o que reduz o público atendido. Isso significa que, dependendo do conceito legal adotado, podemos estar falando ou de 2,5% a 5% da população, dos alunos matriculados, ou de até 20% da população. Essa diferença não é apenas conceitual, ela impacta diretamente no financiamento das políticas públicas. Por isso, a definição de um conceito legal federal é condição indispensável para qualquer política pública séria nessa área.

Em relação às formas de atendimento, então, como eu falei, eu fiz um apanhado, uma pesquisa de todas as normas. Bom, temos como atual Política Nacional de Educação Especial o Decreto 12.686, que menciona como forma de atendimento aos alunos superdotados basicamente o PEI, e isso é insuficiente para esse público. Então, pegamos a redação do Decreto 12.686. Tem uma menção aos alunos superdotados e, como público-alvo da educação especial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele tem direito ao PEI. Isso é insuficiente. A prática educacional e a literatura científica reconhecem múltiplas formas de atendimento para esse público, como enriquecimento curricular, aceleração de séries, salas de recursos, agrupamento, entre outras várias formas. O Decreto 12.686 suprimiu – eu não encontrei em nenhum texto dele, na redação dele – a referência expressa às salas de recursos. Isso me deu uma insegurança.

Quanto à continuidade desses espaços essenciais, situação semelhante ocorreu com o SNAS, que, apesar dos resultados muito positivos, foram fragilizados pela ausência de uma lei federal, financiamento permanente e coordenação nacional. Precisamos garantir continuidade e estruturas às políticas que funcionam. Uma lei federal precisa definir quais formas de atendimento devem existir, garantindo a unificação entre os estados e a adequação às necessidades desses estudantes. Sem uma lei federal específica, a União não cumpre plenamente seu papel estruturante, os estados ficam livres para agir ou não, o direito vira política de governo, não de Estado. As pessoas com altas habilidades e superdotação existem, apresentam elevado potencial de contribuição ao país, mas seguem invisibilizadas e sem atendimento educacional adequado, enfrentando dificuldades que poderiam ser evitadas por políticas públicas estruturadas. Por isso, há necessidade da criação de uma lei federal que represente igualdade, continuidade e justiça educacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Doutora, depois que eu ouvi todos os desafios que a academia trouxe, que os educadores trouxeram, que os especialistas trouxeram, que as famílias e as instituições trouxeram, a senhora vem aqui dizer que a gente ainda tem, como obstáculo, a legislação. Eu estou envergonhada. Não, eu estou porque eu sou legisladora. Quando a senhora coloca a pirâmide de que nós temos resoluções de conselhos lá na ponta que, ao invés de ajudar, estão dificultando a vida das pessoas com altas habilidades e superdotadas, a senhora simplesmente colocou o Parlamento agora em xeque. Vocês entenderam? O que adianta as minhas cientistas aqui avançarem na ciência? De que me adianta as doutoras aqui trabalharem, as famílias lutarem, as instituições trabalharem e aí uma legislação ir lá e dizer: "Não, vocês não podem"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que a minha assessora ali ficava balançando a cabeça, acho que ela foi vítima de muitos atos normativos. Nós vamos ter que rever isso. E o fórum certo é esta Casa. Eu acho que a gente começa a próxima audiência a partir desse ponto.

Uau! Eu vou dizer uma coisa, a gente vai ter que mandar para o gabinete de todos os Senadores o *link* desta audiência, o *link* da próxima, as apresentações e os desafios trazidos aqui.

Eu estou com vergonha – vergonha – quando a senhora diz que eu tenho um estado com uma legislação muito melhor que a de outros estados. Eu sei que a gente tem que respeitar a autonomia dos estados – eu sei –, mas eu não posso deixar que leis deixem crianças para trás. Nós vamos ter que uniformizar, no mínimo.

Nós vamos para o final da audiência agora, mas tem aquele homem que está levantando o dedo. Olhe, vai falar por dois minutos, se identifique e depois a gente vai para o final, em que cada convidado vai ter dois minutos para agradecimentos e considerações finais!

Por favor.

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO (Para expor.) – Bom, boa tarde. Primeiramente, eu queria agradecer a todos e pedir desculpas por estar tomando o tempo das senhoras e dos senhores.

Meu nome é Julio Cesar, sou Presidente da associação Mensa Brasil. Eu não queria me furtar a dar essa contribuição no debate, porque as instituições, primeiro, trouxeram que a gente tem um problema no Executivo, e agora a Dra. Claudia traz que a gente também tem um problema no Legislativo. E aí eu vou, infelizmente, ter que comunicar que a gente também tem problema no Judiciário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

O SR. JULIO CESAR GONÇALVES CAMPOS FILHO – Nós precisamos, de maneira emergencial, sensibilizar todos os postos de tomada de decisão do país – todos –, sejam eles, pensando no Executivo, os secretários de educação, os Prefeitos, Governadores; seja no Legislativo, aqueles que falam das leis; seja no Judiciário, quem toma decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um caso em Curitiba... Eu não vou citar nomes em virtude da proteção do menor, mas a gente tem um caso em Curitiba em que o jovem é uma mente brilhante e se destaca mesmo entre superdotados. A família, com todos os recursos, toda a necessidade, está buscando a aceleração, que é um tema muito comum para todos nós, que estamos debatendo isso. No entanto, não é nada comum para a sociedade. E Curitiba, que é uma cidade que avançou tanto na identificação, tem zero política nesse sentido. Por que eu estou falando de lá especialmente? Porque essa família, mesmo sem querer, não é a vontade dela, mas, por necessidade de dar algum tipo de suporte para o jovem, para o menor, está escancarando a falta de política da cidade, e a cidade, para silenciar essa família, judicializa o pai. Está criminalizando a busca da família por direitos o denunciando ao Ministério Público, como se houvesse uma tentativa de obrigar a criança a passar mais horas estudando do que seria socialmente aceitável, quando todos os laudos, todo o entorno desse jovem vê claramente a necessidade da aceleração. É lógico que se defende a aceleração não para se pular série, mas quando isso é compatível com o bem-estar do menor, que é o que vem em primeiro lugar. Então, não só todos os desafios que são depositados na criação de qualquer pai e mãe de um superdotado que entende perfeitamente esses desafios, ainda se vai adicionar mais um obstáculo que é essa família responder judicialmente por buscar um direito que é constitucionalmente garantido para o seu filho. Então, a gente precisa conversar com o Ministério Público, a gente precisa conversar com as secretarias, a gente precisa conversar com os juízes, porque uma ação dessa é absurda. Um agente público denunciar uma família que está tentando buscar uma melhor condição educacional para o seu filho é de uma insensibilidade, uma falta de humanidade sem o menor precedente.

Então, eu só queria trazer essa contribuição, porque é importante que a gente perceba, como a própria Senadora disse, como apareceu na fala de todos os integrantes da mesa, que nós temos um problema que é multifatorial e a gente precisa enxergar cada aspecto desse problema. Se houvesse uma medida emergencial para se adotar agora, sem a necessidade de aprofundar mais, é a sensibilização do tema para toda a cadeira, toda a posição de tomada de decisão deste país.

Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Doutor! Que bom que eu lhe dei a palavra, Doutor. (*Palmas.*) Gente, eu sei que está todo mundo querendo falar, mas a gente está com o horário vencido e a gente vai encerrar a audiência.

Antes, a Robertha me lembrou de a gente fazer uma homenagem a Lucas Freitas, 12 anos, campeão olímpico – com 12 anos –, medalhista de ouro em cibersegurança, o primeiro no Brasil. Então, vocês imaginem os nossos talentos sendo sepultados. Imaginem esse menino, a contribuição que ele pode dar para a ciência. E onde estão os outros Lucas Freitas do Brasil? Nós vamos trazer o Lucas aqui, está?

Nós vamos encerrar, mas para os expositores que ficaram até agora, que se sacrificaram de vir: vale a pena uma audiência pública desta? Muito. E eu vou encerrar.

Antes de passar a palavra para os expositores, para agradecimentos finais, uma cidadã estava ouvindo a audiência pública pelo rádio. E agora eu quero pedir à TV Senado, por favor: TV Senado, quando fizer a tomada aqui do auditório, não faça mais de forma ampliada, porque eu não posso expor essa cidadã. Ela estava ouvindo pela Rádio Senado, parou tudo e veio correndo para cá. E ela pediu apenas que... Ela me autorizou a ler o seguinte:

> Eu me chamo... [Eu não vou dizer o nome, ela pediu para não dizer o nome e a TV Senado não vai fazer imagem ampliada mais do auditório]. Completarei 37 anos em duas semanas e apenas aos 35 anos descobri que sou superdotada. Essa descoberta veio por conta do meu filho, cuja escola sugeriu que fosse testado para superdotado, altas habilidades. Ele também o é. Faço parte dos 80% dos superdotados invisíveis, aluna nota 10, cadernos perfeitos, obediente, consegui voar alto, entrei para o Instituto Militar de Engenharia, ganhei prêmios e bolsas educacionais, até que cheguei [...] [em uma das Forças, não vou dizer].
>
> Ocorre que, com pouco mais de dez anos de tropa, já conseguia ver os pontos com oportunidade de melhoria, mas passei a ser vista como indisciplinada, por remar contra a maré. [É claro, nós esquecemos das Forças. Bem-vinda!] Ao apontar os erros, fui punida, adoeci, recorri a uma psicóloga, que nem cogitou que eu fosse superdotada em altas habilidades, e não conseguiu me ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Felizmente, meu filho me salvou, pois hoje compreendo meu funcionamento. Assim, destaco que, além das crianças de hoje, existem as crianças das gerações passadas, que nunca foram vistas. (*Palmas.*)

Ela está aqui, eu não vou mostrar, porque eu não quero que ela seja mais punida por sua corporação, mas ela foi atraída para este plenário por causa da fala das senhoras e dos senhores. Obrigada.

Depois eu vou te dar um abraço, tá?

Nós vamos agora só passar a palavra por dois minutos para os nossos convidados, para agradecimentos finais, agradecimentos e considerações finais. E para cada convidado eu vou ler uma pergunta que chegou e os senhores vão responder por *e-mail*, porque não dá tempo de responder aqui. A Vanessa vai fazer contato para essa resposta.

Primeiro convidado foi o Davi Milhomem Giordani, ele vai... Está pedindo palmas. (*Palmas.*)

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI – Gente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Espera aí, Davi. Ele vai fazer agradecimentos finais e eu tenho uma pergunta para o pai do Davi. Davi, pode falar. Agradecemos a sua participação aqui.

O SR. DAVI MILHOMEM GIORDANI (Para expor.) – Muito obrigado pela participação minha e pelo convite, né? E Deus abençoe todos os convidados, Deus abençoe a Damares, todo mundo que está aqui. Eu homenageio o filho dela também, da Roberta. Deus abençoe a ela também. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Seu Davi, a pergunta que chegou para o senhor... Deixe-me correr aqui, deixe-me ver. O senhor vai responder por *e-mail* para a pessoa que mandou, foi Andreia, do Ceará: "De que forma a escuta da criança superdotada pode contribuir para que políticas públicas sejam construídas de maneira mais sensível às reais necessidades de infâncias com altas habilidades?". Veio de Andreia, por meio do e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Davi. Obrigada, Dr. Davi Milhomem. Obrigada, cuidou de um monte de gente aqui hoje. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Dra. Angela, para considerações finais, e agradecimentos. Eu tenho uma pergunta para a senhora também. Pode fazer suas considerações finais.

A SRA. ANGELA VIRGOLIM (Para expor.) – Eu saio daqui hoje impactada pelas contribuições que a mesa, as duas mesas trouxeram. Eu vejo que a gente tem muito que avançar, porque falta conhecimento, até mesmo entre nós, do que é o fenômeno de altas habilidades, como nós podemos vê-lo de diferentes formas teóricas e como podemos trazer isso tudo junto e unido para o bem-estar das nossas crianças. E agradeço profundamente à Dra. Claudia Hakim por esse esclarecimento, porque eu acho que a gente tem que começar por aí também.

Parabéns pela iniciativa, Senadora! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Angela.

Dra. Angela, sua pergunta veio de Sergipe, de Lívia. Ela pergunta o seguinte: "Os estados adotam diferentes modelos de atendimento educacional, especializado para estudantes com altas habilidades. Seria possível avançar para diretrizes nacionais mínimas que garantam equidade no acesso e na qualidade desse atendimento?".

A pergunta vai por *e-mail,* para a senhora responder direto para a Lívia, está bom?

Obrigada.

Vamos agora às considerações finais da Dra. Olzeni Ribeiro.

Dra. Olzeni?

Está lá.

A SRA. OLZENI RIBEIRO (Para expor.) – Senadora Damares, a palavra com a qual eu saio daqui hoje é: esperança. Eu acho que a sua postura trouxe muita esperança para que realmente esta audiência pública não fique só na TV, como a senhora mesma colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só deixar um alerta importante para que a gente veja essas pessoas como elas são. Nós precisamos entender que superdotados não são aquilo que se quer ver que eles façam de extraordinário. Nós temos um grande número de crianças e adolescentes em sofrimento, com ideação suicida, com automutilação, por necessidades específicas não atendidas. Isso é muito grave. Isso existe e não está dentro de protocolos de saúde ainda. Então, eu gostaria de deixar essa mensagem.

Quero agradecer demais a participação de todos e a sua palavra aqui de muita esperança.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Olzeni, sua pergunta veio do Rio Grande do Sul, veio de Luciane: "Como informar adequadamente a dupla excepcionalidade no censo escolar de forma a evitar a invisibilização de estudantes com altas habilidades associadas a outras condições do neurodesenvolvimento?". A senhora vai responder por *e-mail*.

Gente, vocês viram o nível das perguntas da sociedade? Impressionante!

Obrigada, Doutora.

Vamos ouvir agora a Dra. Denise Fleith. Acho que acertei: Feit.

A SRA. DENISE FLEITH – Fleith.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fleith.

A SRA. DENISE FLEITH (Para expor.) – Bom, agradeço, Senadora Damares, pelo convite, pela oportunidade de a gente, mais uma vez, discutir esse tema. Eu acho que foi muito rico ouvir todas as falas aqui, e sempre lembrar que o nosso objetivo maior é: prover condições para que nossos estudantes, nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens, adultos, que eles possam, de fato, se desenvolver plenamente, sempre focando no seu desenvolvimento social, emocional, bem-estar e desenvolvimento educacional.

Então, agradeço, e fico muito feliz de estar aqui e poder contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Denise, sua pergunta vem de Aline, de Santa Catarina: "Por que a identificação da superdotação ainda se concentra majoritariamente em perfis acadêmicos considerados geniais, invisibilizando estudantes com altas habilidades que não performam dentro do modelo escolar tradicional?". Que pergunta incrível!

A senhora vai responder por *e-mail*. Obrigada, Dra. Denise.

Na sequência, Robertha Munique.

Robertha, seus minutinhos para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. ROBERTHA MUNIQUE (Para expor.) – Eu agradeço a oportunidade que foi dada pela Casa.

Quero cumprimentar, com certeza, as pessoas que estão aí do Instituto Raises.

Gente, eles me mandaram mensagens durante toda a noite e agora também, neste momento. Então, eu não poderia me furtar de agradecer por esta oportunidade.

Também recebemos mensagens do Brasil inteiro. As pessoas disseram assim para a gente: "Hoje, a gente não vai dormir, porque a gente precisa ouvir o que vai ser falado sobre superdotação".

Então, para aqueles que não dormiram, assim como eu, eu mando meu abraço. E nós vamos continuar falando sobre superdotação.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Robertha, a sua pergunta veio de Minas Gerais. Veio de Gilceia F.M.: "Por que as famílias ainda precisam arcar com custos elevados para identificação e acompanhamento de estudantes com altas habilidades quando esse atendimento deveria ser gratuito pelo poder público?".

Você vai responder por *e-mail* para a Gilceia, lá de Minas Gerais.

Vamos ouvir, agora, a Carla de Souza Brolezzi.

Eu acertei, né, gente, os nomes de vocês?

Carla, que veio lá do Rio de Janeiro para esta audiência, considerações finais, agradecimentos.

A SRA. CARLA DE SOUZA BROLEZZI (Para expor.) – Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui trazendo a voz das famílias. Foi um trabalho que a gente começou lá em 2022. Antes disso, a gente não tinha família nessas mesas. Tudo era definido sem nós, e não dá para ser assim.

Quero lembrar que o superdotado é um indivíduo. Então, aquela criancinha vai entrar no mercado de trabalho. Então, a gente precisa pensar nesse indivíduo como um todo, em todos os ambientes desta sociedade. Você não deixa de ser superdotado quando você sai da faculdade e começa a trabalhar. Então, a gente precisa olhar isso e entender que é um funcionamento como um todo.

Agradeço, gente. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Carla, a sua pergunta vem de Lana L.M.S., lá do Ceará. Ela pergunta o seguinte: "Por que as políticas públicas ainda insistem em práticas e referenciais que já se mostraram ineficazes na identificação e no atendimento de pessoas com altas habilidades, sem escutar de forma sistemática as famílias e a sociedade civil organizada?".

A Vanessa vai mandar por *e-mail* para você responder a essa nossa ouvinte, Lana, que vem lá do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Carla.

Vamos ouvir, agora, a Vera Lúcia Palmeira Pereira, agradecimentos e considerações finais.

A SRA. VERA LÚCIA PALMEIRA PEREIRA (Para expor.) – Eu gostaria, Senadora, de solicitar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim.

A SRA. VERA LÚCIA PALMEIRA PEREIRA – ... de fechar a minha fala com uma palavra de transformação. E aí eu pediria à mesa, por favor, para colocar o eslaide que eu tenho, só para mostrar... Eu queria a imagem, porque a imagem fala mais do que palavras e sentimentos. A gente precisa visualizar em que nós estamos transformando. Nós estamos transformando...

Rapidamente. Conseguem? (*Pausa.*)

Alguns minutos?

Nessa fala de transformação, que eu acho que é esse movimento que a senhora iniciou, não agora, mas já ao longo da sua trajetória, a transformação...

Deixe-me ver. Vamos lá. (*Pausa.*) Essa transformação, nós vamos ver acontecer no sentido de que essa representação... O censo nacional educacional traz alguns números, mas o IBGE, Senadora, não traz nenhum número de pessoas superdotadas neste Brasil. Então, nós precisamos ver a totalidade desses números, que não são expressos somente na educação básica, mas também na transformação...

Deixe-me ver aqui. Estou apanhando.

Em todo percurso de vida profissional e de formação das pessoas, de 2.561 a 2.580 instituições de nível superior, com 45 mil cursos de graduação, nós temos apenas, no Inep, o registro de 4.309 alunos com superdotação.

Nós temos também um outro fator dessa transformação em movimento que se inicia nesta audiência pública, no sentido de oferecer, para além da educação, as possibilidades de desenvolvimento para pessoas ao longo da vida. Então, fica aqui a minha gratidão por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percurso que nós vamos transformar ao longo da trajetória de seres humanos e de vidas, com o olhar, o apoio e o acolhimento para as suas características.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Vera.

Dra. Vera, a sua pergunta vem lá do Rio de Janeiro. Era para a Carla? A Carla é que é do Rio? Venha aqui.

Rhana, do Rio de Janeiro: "Como abordagens transdisciplinares podem contribuir para reduzir o sofrimento psíquico de estudantes?". Vamos encaminhar a pergunta por *e-mail* para a senhora responder.

A SRA. VERA LÚCIA PALMEIRA PEREIRA – Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ouvir agora a Cristiana Aspesi, considerações finais e agradecimento.

Dra. Cristiana.

A SRA. CRISTIANA ASPESI (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer à Robertha e à Carla por essa iniciativa tão importante em conduzir outras famílias, reunir a força das famílias e ir atrás dos direitos das nossas crianças.

Não sei se vai animar ou desanimar, mas o que as pesquisas mostram no mundo inteiro é que é a família a grande força. As crianças passam pela escola por um período da vida, mas é na família que essas crianças vão se desenvolver. Desde pequenininhas, os pais são os primeiros professores que essas crianças têm, os pais são os mentores que essas crianças têm, os pais são os financiadores que essas crianças têm, os pais são capazes de mudar de cidade, de, enfim, vender a casa para poder proporcionar o que os filhos precisam para o seu desenvolvimento. Então, a família é uma unidade social essencial. E isso é no mundo inteiro, não é só no Brasil, não. No mundo inteiro, nas pesquisas em que a gente estuda a importância do papel da família no desenvolvimento do superdotado, a família é colocada como o elemento essencial no desenvolvimento dos filhos e é uma missão para a vida inteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero deixar o meu agradecimento especial a todas as famílias aqui presentes, as famílias que eu acompanho também, que são famílias maravilhosas, são famílias incríveis, e eu aprendo muito com essas famílias.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

Dra. Cristiana, a sua pergunta vem do Rio Grande do Sul, de Viridyana. Ela pergunta: "Há experiências internacionais bem-sucedidas que permitem ao estudante com altas habilidades frequentar simultaneamente a educação básica [foi o que a Vera falou, não é?] e o ensino superior. E como essas práticas poderiam inspirar políticas públicas no Brasil?". Então, a pergunta vai por *e-mail*.

Obrigada, Dra. Cristiana.

Por último, Claudia, que me incomodou, que me deixou aqui nervosa.

Dra. Claudia, seus minutos para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. CLAUDIA HAKIM (Para expor.) – Foi um prazer poder participar desse, eu digo, debate, um bom debate, poder ouvir diversos pontos de vistas. Eu acho que em superdotação não existe certo e errado. O mais importante é a gente atender esse público. Foi muito bom rever pessoas, colegas que compartilham dessa jornada, pelo menos na minha parte há pelo menos 20 anos, e que eu estou muito encantada em conhecer o seu trabalho, a sua pessoa e fico lhe devendo meus dois livros, porque eu fiquei com vergonha de as colegas trazerem os livros e eu não. Então eu peço desculpas, mas eu fico prometendo.

Parabéns pelo seu trabalho, pela sua iniciativa e muito obrigada pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Obrigada, Dra. Claudia. (*Palmas.*) Mas a senhora vai ser parceira do grupo de trabalho, para a gente fazer, quem sabe, essa grande revisão na legislação, não sendo apenas um projeto de lei, como está propondo o Senador Bonetti, mas, de fato, uma revisão em toda a legislação. Onde nós vamos ter que mudar no Orçamento da União? Onde a gente vai ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudar a LDO? Na LOA? Nas outras leis? Nós temos até Estatuto do Torcedor, no Brasil. Por que não podemos ter uma lei específica para nós? Com todo o respeito aos torcedores, especialmente os dos Corinthians. (*Risos.*) Dra. Claudia, a pergunta que vem para a senhora vem lá de Pernambuco, de Lanna. Ela pergunta: "Existe fluxo intersetorial [efetivo entre educação] saúde [e] assistência social [para atender estudantes com dupla excepcionalidade, especialmente no que se refere à saúde mental e permanência escolar?]".

A pergunta vai por *e-mail*.

Eu quero agradecer a todos.

Olha, gente, são quase 13h – não, são 13h41! –, e nós estamos sentadas desde às 10h, num debate de altíssimo nível. Eu fui assessora 24 anos antes de ser Senadora, e é difícil a gente ter uma audiência pública – a Patrícia está aqui há anos, o Lucas – de alto nível e que tenha mantido a atenção de toda a sociedade até agora e captando cada vez mais pessoas. Vocês não têm ideia da audiência. É porque o assunto interessa muito.

Obrigada a todos vocês que colaboraram com o debate. Obrigada. E o debate está apenas começando.

É muita responsabilidade presidir uma audiência dessas, porque eu serei muito cobrada, mas eu estou aberta às cobranças e prometo a vocês, eu vou incomodar muito os demais Senadores, os Deputados Federais.

Agradeço às crianças que vieram. A nossa crocheteira já foi embora, ela estava fazendo crochê o tempo inteiro. O nosso grande criador de fórmula matemática está lá atrás, já brincando. Davi já dormiu.

Aos pais que trouxeram as crianças, obrigada. Não é para expor as crianças. Esses pais trouxeram para mandar o recado para aquelas famílias: "Nós estamos conseguindo". Àquelas que estão desanimadas, vocês vão conseguir também.

Obrigada aos pais por terem colaborado com esta audiência. Obrigada à Secretaria. Obrigada a todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente alcançou o objetivo e o propósito, mas lembrando que era uma só audiência. Tantos especialistas pediram para falar que nós vamos ter que fazer a segunda quinta-feira e com certeza não vai parar na segunda, vai vir a terceira, a quarta. Quem puder estar aqui na próxima quinta-feira, que horas? Às dez da manhã... Traga lanchinho, viu, gente? Traga lanchinho. Tragam o almoço! Quinta-feira, às 10 da manhã, para a gente continuar.

Obrigada a todos que acompanharam. O nosso objetivo é que nenhuma criança fique para trás. Nós hoje fomos desafiados, provocados e nós precisamos dar respostas.

Muito obrigada.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro esta audiência encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e quarenta e nove minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças com a presença dos Senadores Flávio Arns, Jussara Lima e Professora Dorinha Seabra, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Damares Alves, Ivete da Silveira e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: "Debater a aplicação judicial da Convenção da Haia em contextos de violência: desafios e salvaguardas necessárias", conforme previsto no Plano de Trabalho da CDHHAIA. Participantes: Guilherme Calmon, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Coordenador Nacional da Rede Brasileira de Juízes de Enlace, Coordenador Nacional da Rede de Juízes de Haia e Representante do Conselho da Justiça Federal; Carmen Tiburcio, Professora titular de Direito Internacional Privado e Arbitragem na Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ; Maria Clara Botelho Peres, Empresária e mãe de três crianças, cujo caso resultou em relevante precedente acerca da aplicação da Convenção da Haia e da prevalência do melhor interesse da criança; Nicolao Dino, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal - MPF/PFDC; Daniela Brauner, Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União - DPU; Ana Paula Mantovani, Procuradora Regional, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR e Presidente da ANPR Mulheres; Antonio Carlos Parente, Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB Gama/DF; Josimar Mendes, PhD em Psicologia, Research Associate na University of Oxford e Perito, Assistente Técnico e Parecerista em casos judiciais de disputa de guarda e convivência após separação conjugal; e Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de setembro de 2025.

Eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 1ª e da 2ª Reuniões da CDHHAIA.

Aqueles que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Antes de prosseguir, eu gostaria de fazer a minha autodescrição para que todas as pessoas possam me ver. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos claros, na altura dos ombros, olhos verdes, e uso uma cadeira de rodas. Estou numa sala que tem um quadro que parece uma luz e estou com uma roupa vermelha, branca e preta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência pública será realizada, nos termos do plano de trabalho aprovado nesta Comissão, para "debater a aplicação judicial da Convenção da Haia em contextos de violência: desafios e salvaguardas necessárias".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Agora já agradeço de antemão a presença de todos vocês. Nossa, é uma honra e de uma importância enorme a presença de vocês nesta audiência.

Os convidados que estão presenciais: Maria Clara Botelho Peres, que é empresária e mãe de três crianças, cujo caso resultou em relevante precedente acerca da aplicação da Convenção da Haia e da prevalência do melhor interesse da criança; a Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do Conselho Nacional de Justiça; Ana Paula Mantovani, Procuradora Regional, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República(ANPR) e Presidente da ANPR Mulheres.

Por videoconferência: Carmen Tiburcio, Professora titular de Direito Internacional Privado e Arbitragem na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; a presença do nosso Nicolao Dino, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representante do Ministério Público Federal; Dr. Guilherme Calmon, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Coordenador Nacional da Rede Brasileira de Juízes de Enlace e representante do Conselho da Justiça Federal, muito obrigada pela presença de vocês Também a Dra. Daniela Brauner, Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União (DPU); Antonio Carlos Parente, Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB Gama/DF; Josimar Mendes, PhD em Psicologia, *Research Associate* na University of Oxford e Perito, Assistente Técnico e Parecerista em casos judiciais de disputa de guarda e convivência após separação conjugal.

Eu quero agradecer muito a presença de todos vocês. É uma honra recebê-los. É de extrema importância e muito oportuna, no momento que a gente está vivendo, uma audiência dessa. Eu gostaria de agradecer a presença da Maria Clara Botelho Peres, que é uma mãe que veio trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua experiência em relação à aplicação da Convenção da Haia. Eu também quero agradecer a todas as autoridades, aos especialistas que atenderam ao nosso convite para este relevante debate sobre a aplicação judicial da Convenção da Haia, de 1980, em casos que envolvem violência doméstica.

A gente criou esta Subcomissão, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para colocar luz e para a gente se debruçar sobre essa questão tão delicada, porque, embora a convenção tenha sido criada para proteger crianças contra a subtração ilícita, a sua aplicação automática e descontextualizada tem produzido graves injustiças com muitas mães e crianças brasileiras. E, diante desse cenário, é necessário a gente refletir sobre como seria possível melhorar a aplicação da convenção para que o trabalho não se transforme em instrumento de revitimização de mulheres e de desproteção das nossas crianças.

O que a gente pode notar, de acordo com os inúmeros casos que chegaram até nós, é que, em nome da celeridade, da cooperação entre Estados, mães que buscam apenas se proteger e proteger seus filhos de abusos e violências foram tratadas como criminosas em vez de vítimas. E não faltam exemplos, alguns deles relatados na nossa primeira audiência pública, que a gente realizou em julho, que contou com a presença de dez mães de Haia e de três organizações de defesa de direitos dessas mulheres. E, nos relatos que eu vi na audiência e em denúncias que recebemos, houve casos em que a mãe foi obrigada a usar tornozeleira eletrônica, ao fugir com a filha, que sofria abuso sexual do genitor. Em outro episódio, duas crianças, ainda na primeira infância, foram retiradas de dentro de casa, aqui no Brasil, em uma operação policial conduzida por homens armados de fuzis, para serem devolvidas a um genitor violento e que mantinha a mãe e as crianças, ainda bebês, em cárcere privado.

Há ainda outro relato chocante, no qual uma criança foi devolvida ao país do genitor, dopada, para que não apresentasse resistência à separação da mãe. Houve ainda decisões em que magistrados brasileiros chegaram a registrar que um país europeu seria mais apto a decidir sobre o que é melhor para a criança, como se a justiça brasileira não tivesse condições de assegurar o interesse superior das nossas crianças e adolescentes.

Esses episódios mostram o quanto é necessário aprimorar a aplicação judicial da Convenção da Haia, por meio da perspectiva de gênero e da criação de mecanismos que assegurem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção integral da criança e não apenas pela formalidade jurídica. Muitas vezes, a palavra da mãe não é considerada. As crianças não são ouvidas ou os seus relatos são minimizados. E denúncias graves de abusos físicos e sexuais perdem força diante da presunção de legitimidade atribuída ao pai estrangeiro. (*Pausa.*)

A desigualdade de acesso à Justiça agrava ainda mais o quadro. Litígios...

Nossa, perdão. Bateu um vento aqui.

Litígios transacionais são longos, caros e profundamente assimétricos, colocando a mulher em desvantagem diante de um genitor que muitas vezes dispõe de mais recursos financeiros.

No caso brasileiro, soma-se a isso o fato de que a própria Advocacia-Geral da União, no exercício de sua função de representar o Brasil enquanto estado parte da Convenção, atue em juízo para sustentar pedidos de retorno formulado por pais estrangeiros acusados de violência doméstica e diversos outros abusos. Essa atuação da AGU, na prática, faz com que a mãe brasileira já fragilizada por um contexto de violência tenha que enfrentar, além dos advogados do genitor, também a estrutura jurídica do seu país, do próprio Estado para o qual fugiu em busca de proteção.

É importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.245 e a 7.686, reconheceu que a violência doméstica contra a mãe representa grave risco para a criança e deve ser considerada como exceção ao retorno, em conformidade com o art. 13-B da Convenção. Esse entendimento é um marco, mas só terá efeito real se incorporado às práticas do Judiciário e das instituições responsáveis pela aplicação da Convenção. O desafio que temos diante de nós é assegurar, a partir de agora, que as decisões sejam sensíveis à violência doméstica e que haja escuta qualificada de mulheres e crianças, verificação da efetividade de medidas protetivas e de articulação entre cooperação internacional e direitos humanos para que não sejam impedidas de exercerem a maternidade e as crianças não sofram traumas ainda mais profundos.

Proteger a infância significa também proteger as mulheres que dela cuidam. Não podemos aceitar que mães sejam criminalizadas por buscar abrigo, quando são vítimas de violência doméstica, ou que crianças sejam brutalmente separadas das suas principais cuidadoras, que são suas mães, em nome de formalidades internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência é uma oportunidade de repensar caminhos, de fortalecer garantias, capacitar os operadores do direito na complexidade da violência de gênero e assegurar que a aplicação da Convenção da Haia esteja alinhada com o interesse superior da criança e a proteção e dignidade da mãe.

E agora eu gostaria muito de dar a palavra aos nossos convidados e convidadas.

Gostaria de começar pelo nosso Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), o Dr. Guilherme Calmon, também Coordenador nacional da Rede Brasileira de Juízes de Enlace e representante do Conselho Federal de Justiça.

Por videoconferência, o Dr. Guilherme Calmon. Muito obrigada pela presença, agradeço com profunda gratidão.

O SR. GUILHERME CALMON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senadora.

Consegue me ouvir? Está dando para ouvir bem? Sim? (*Pausa.*) Está ótimo.

Bom, primeiramente eu queria agradecer o convite, Senadora Mara Gabrilli, e, na pessoa de V. Exa., cumprimentar todos os que estão aqui participando também desta reunião da Subcomissão Temporária para debater a Convenção da Haia sobre aspectos civis da subtração internacional de crianças. Como o meu tempo é muito restrito e eu, infelizmente, não vou poder ficar até o fim... Eu já havia até justificado: coincidentemente, na data de hoje, eu estou em sessão também virtual, à distância, dentro do meu tribunal, por isso há vários compromissos, infelizmente, coincidentes hoje. Eu tentarei aqui expor alguns pontos, especialmente relacionados à atuação da Rede Brasileira e, por que não dizer, do próprio Poder Judiciário, da Justiça Federal como um todo, até porque fui aqui também designado pelo Ministro Herman Benjamin, Presidente do Conselho da Justiça Federal, para poder trazer um pouco da perspectiva da Justiça Federal a respeito desse tema.

Senadora e demais participantes, nós da Rede Brasileira – e, apenas para esclarecer, nós somos sete magistrados federais no Brasil inteiro, correspondendo cada um a uma região da Justiça Federal, hoje são seis regiões da Justiça Federal, e eu, como Coordenador nacional dessa rede –, nós temos, há quatro anos, desenvolvido algumas atividades, desde 2021, relacionadas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca do aperfeiçoamento da interpretação e aplicação das normas da convenção de 1980. E, para tanto, várias iniciativas foram ou vêm sendo desenvolvidas.

Ano passado, apenas a título de informação, foi realizado aqui no Rio de Janeiro o I Encontro Regional da rede de Juízes de enlace da América Latina e dos países caribenhos, portanto daquela região do globo terrestre que envolve exatamente América do Sul, América Central, também o México e, obviamente, os países do Caribe. Nós tivemos a presença de 43 dos 57 juízes de enlace da região, ou seja, foi um encontro bastante significativo em termos de participação, presença e debates. E, entre outros temas debatidos durante esse encontro, se inseriu o tema da violência doméstica nos casos da subtração internacional de crianças. Decorrente desse encontro, foi extraída uma carta, a Carta do Rio de Janeiro, sobre esse primeiro encontro, e é importante mencionar que esse material está todo disponibilizado nos *sites* dos seis TRFs. Cada um dos tribunais disponibiliza na sua página material informativo, inclusive a Carta do Rio de Janeiro, sobre esse primeiro encontro.

Entre outros temas, foi sugerido e recomendado nesse encontro que cada Estado da América Latina e Caribe instituísse uma espécie de grupo de trabalho que pudesse, dentro do seu Estado, aprofundar a análise e as questões relacionadas à violência doméstica nos casos de subtração. E, por isso, aqui no Brasil, em agosto do ano passado, foi instituído um grupo de trabalho específico dentro da rede, não só formado pelos sete magistrados de enlace, mas também por outros seis juízes, cada um da sua respectiva região da Justiça Federal, para trabalhar alguns temas, e um dos temas foi exatamente o estudo sobre questões de violência doméstica em casos de subtração internacional de crianças.

Apenas para esclarecimento, esse grupo de trabalho concluiu suas atividades em maio deste ano – maio de 2025 – e, entre outros produtos decorrentes desse grupo, foi elaborado um protocolo de atuação judicial sob a perspectiva de gênero, nos casos de violência doméstica em subtração internacional de crianças. Esse protocolo está sendo divulgado para todas as autoridades que atuam no sistema de justiça envolvendo exatamente os casos da Convenção da Haia, e esse protocolo, Senadora – é importante que se diga –, é um protocolo que busca subsidiar, especialmente, não só os magistrados, mas também representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia Pública, da advocacia privada, e, por que não dizer, todos aqueles que tenham algum contato com o sistema de justiça nesse tema, para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificar o que poderia ser utilizado, em termos de mecanismos, de diretrizes, a respeito dos casos em que pode haver identificação de violência doméstica no Estado da residência habitual da criança antes da transferência ou, obviamente, antes da retenção.

Nesse protocolo, é citada, eu queria chamar atenção a esse respeito, a Parte VI do Guia de Boas Práticas relativo à Convenção da Haia de 1980, guia também disponibilizado na internet, no *site* da HCCH (Conferência da Haia de Direito Internacional Privado). Esse guia foi elaborado e publicado em 2020, cinco anos atrás, e apresenta especialmente análise, uma análise por especialistas, acerca da exceção do Artigo 13, §1º, "b", da convenção, e nele há também expressa referência quanto ao tema da violência doméstica. Para tanto, no próprio guia é recomendada a utilização de uma metodologia de análise, passo a passo, compreendendo três etapas que precisam ser perpassadas na análise do caso concreto por parte do sistema de justiça e, obviamente, no momento em que o juiz e o tribunal vão resolver a questão.

Na primeira etapa, o julgador deve verificar se as alegações apresentadas pela pessoa que se opõe ao retorno da criança possuem detalhamento e substância suficientes para constituir a exceção do risco grave previsto no Artigo 13. Considera-se que alegações amplas ou genéricas não são suficientes; para configurar exceção, é preciso que haja detalhamento a respeito do que aconteceu, quais foram os episódios, de modo a realmente haver a verificação sobre a substância suficiente para possível identificação da ocorrência de uma exceção.

Na segunda etapa, considerada a suficiência das alegações apresentadas por aquele que se opõe ao retorno, o julgador deve examinar e avaliar as provas apresentadas, considerando não apenas a documentação formal, mas principalmente elementos probatórios que nós chamamos alternativos, como fotografias, trocas de mensagens, *e-mails*, outros registros que porventura possam confirmar aquela alegação de violência doméstica ocorrida lá fora; sendo, nesse caso, fundamental a disponibilidade e a eficácia das medidas (*Falha no áudio.*)... existentes naquele estado da residência habitual a respeito desse tema.

E, na terceira e última etapa, o julgador deve realizar uma avaliação global das circunstâncias, ponderando os elementos probatórios em conjunto com as medidas de proteção disponíveis. Baseado exatamente nessa análise, que é bem-feita no âmbito do Guia de Boas Práticas, ainda que haja a demonstração de uma situação possivelmente de aplicação do Artigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13, §1º, "b", o tribunal e o juiz devem considerar se existem ou não medidas adequadas e eficazes para proteger a criança no estado da residência habitual. Somente quando tais medidas se mostrarem insuficientes ou inadequadas é que a exceção deve ser configurada e aplicada para o não retorno.

Para tanto, Senadora, o guia é bastante detalhado – e, obviamente, eu não terei tempo suficiente para falar sobre todos os aspectos dele –, mas, nesse protocolo que o grupo de trabalho acabou aprovando, nós vamos para além do guia e nós contextualizamos para a existência das peculiaridades e características próprias da realidade brasileira e daquilo que envolve exatamente os casos concretos ocorridos aqui no Brasil.

E aí nós apresentamos algumas sugestões. E, obviamente, esse protocolo, só para esclarecer, não tem caráter vinculante, não pode ser imposto aos magistrados, mas é uma sugestão, é algo que decorre de estudo e análise, para exatamente mostrar aos juízes e aos tribunais que há caminhos que eles podem percorrer a esse respeito.

Para tanto, então, nós sugerimos que haja a elaboração de um questionário que oriente a coleta – puxa, 15 segundos só! – de informações essenciais sobre a situação de violência doméstica, natureza, frequência, intensidade de episódios, impacto sobre a criança, medidas de proteção, etc.

Senadora, eu acho que terminar em 15 segundos, para mim, é impossível.

Eu vou concluir aqui a minha fala, mas, obviamente, só para deixar claro, nesse guia há um detalhamento bem interessante para servir de base, para que não só os juízes, os tribunais, mas todos que atuam no sistema de justiça possam, efetivamente, se valer dessas sugestões apresentadas; inclusive sob a perspectiva da oitiva especializada da mulher, da escuta especial da criança, da própria questão da inversão do ônus da prova em determinadas circunstâncias... Ou seja, há, de fato, uma série de sugestões que me parecem muito importantes e que, na minha visão, vêm exatamente na mesma direção do julgamento do Supremo Tribunal Federal recentemente concluído.

Então, eu encerro aqui a minha fala, apenas para deixar bem assentada essa ideia, mas, de novo, agradecendo o convite para aqui poder estar, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Guilherme Calmon, obrigada pela participação.

Gostaria de chamar a Dra. Carmen Tiburcio, que é Professora Titular de Direito Internacional Privado e Arbitragem na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Seja bem-vinda, Dra. Carmen.

A SRA. CARMEN TIBURCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite que me foi feito para participar desta audiência pública para discutir o tema da violência no contexto da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

Para contextualizar a nossa discussão, a convenção, que está em vigor no Brasil, tem alguns pressupostos para a sua aplicação.

Em primeiro lugar, que tenha havido remoção ilícita da criança do país da sua residência habitual ou tenha havido retenção ilícita fora do país da sua residência habitual, ou um ou outro, decidido unilateralmente. Ambos os países – da residência habitual e de refúgio – devem ser parte da convenção, e a criança deve ter até 16 anos.

A convenção parte da premissa de que todas as questões relacionadas à criança devem ser regidas pela lei do país da residência habitual e decididas pelo juízo do país da residência habitual. Esse é o juízo natural, mais adequado para decidir sobre as questões atinentes à criança.

A regra, portanto, é: havendo remoção ou retenção ilícita, a criança deve retornar ao país da residência habitual, para, com base na lei do país da residência habitual e pelo juízo do país da residência habitual, que sejam decididas as questões atinentes exatamente ao melhor interesse da criança – isso está expressamente no Artigo 1 da convenção.

Todavia, essa regra apresenta exceções previstas na própria convenção.

Algumas exceções. O Artigo 12 estabelece uma regra temporal. Se a remoção ou a retenção ocorreu há mais de um ano do início dos procedimentos, o juízo do Estado de refúgio está autorizado a verificar se a criança já está integrada ao novo meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não há exercício efetivo do direito da guarda pelo genitor abandonado, ou se esse genitor consentiu com a transferência, tampouco há o retorno obrigatório. Se há um risco grave de perigo de ordem física e psíquica ou situação intolerável para a criança com o retorno; ou, ainda, a recusa da criança para retornar, se ela tiver maturidade para tal. Todas exceções previstas no Artigo 13.

E, por fim, o Artigo 20 prevê a hipótese de não respeito, pelo Estado da residência habitual, de princípios fundamentais do Estado requerido com relação a direitos humanos.

O nosso foco então vai ser sobre o Artigo 13, §1º, "b", que trata da exceção mais utilizada para o indeferimento do retorno imediato. Nos casos decididos pelos tribunais no mundo, essa é a exceção mais aplicada para indeferir o retorno, ou seja, a hipótese de "risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável". E, quanto a essa exceção, alguns pontos devem ser ressaltados.

Em primeiro lugar, o dispositivo estabelece que não há necessidade de que exista já concretamente um perigo, basta que haja um risco do perigo, ou seja, ainda que se vislumbre para o futuro essa possibilidade. Ademais, o risco deve ser grave, com a sua seriedade. E a exceção se aplica ainda que o Estado da residência habitual tenha condições de enfrentar esse risco, ou seja, a situação se apresentando, por si só, já basta para que se caracterize a exceção ao retorno imediato. Não basta a alegação, precisa-se de alguma comprovação. E, quando a convenção fala em perigos, obviamente, são perigos genericamente de ordem física e psíquica, abuso sexual, violência doméstica, alcoolismo com violência, criminalidade, guerra civil, e abrange situações direcionadas ao genitor que retirou a criança do país da residência habitual.

E essas reflexões suscitam algumas questões doutrinárias, na jurisprudência. Se estamos aqui tratando de uma exceção ao retorno, que é a regra, então essas exceções devem ser aplicadas restritivamente. E aí o questionamento é: como a convenção não fala expressamente de violência, essa violência deve impedir o retorno? Não há dúvida, porque a convenção fala em perigo de ordem física e psíquica, então isso não desnatura a natureza da exceção e qualquer tipo de violência – psíquica, sexual – e, ademais, envolve também a violência contra a genitora que perpetrou o sequestro, e já vamos chegar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande dificuldade nisso tudo é exatamente a prova, como se dá em qualquer caso de direito de família, mesmo fora do contexto da Convenção da Haia. Se temos uma discussão sobre violência doméstica aqui na Tijuca, a violência geralmente doméstica ocorre entre quatro paredes, então isso sempre gera uma grande dificuldade de comprovação.

Como o Prof. Guilherme acabou de mencionar, o Guia de Boas Práticas da Convenção, de 2020, deixa claro que não são só os perigos de ordem física e psíquica direcionados à criança que devem ser levados em conta para excepcionar o retorno, mas também a violência contra o genitor que perpetrou o sequestro. Isso é um trabalho oficial da conferência nesse sentido, que foi repetido numa reunião, também oficial, com ata, disponibilizado no *site* e referido pelo Prof. Guilherme, em 2023, reiterando que essa exceção se aplica também nessa situação de violência endereçada à mãe.

Coincidentemente, vi que temos aqui um representante da Defensoria Pública. A Defensoria Pública da União elaborou uma cartilha, em 2022, que diz isso claramente: "Ainda que seja demonstrada violência apenas contra a mãe e não haja violência física contra a criança, é possível caracterizar a violência psíquica e o ambiente intolerável"; ou seja, não há dúvida quanto a esse ponto.

Aqui me refiro também ao trabalho elaborado pelos juízes que compõem a rede da Haia e os juízes federais de cada uma das seis regiões, já mencionado pelo Prof. Guilherme Calmon, e as suas conclusões, já referidas pelo professor.

Há também um ponto importante: a autoridade central, que tem o papel tradicional de auxiliar no retorno da criança, também pode auxiliar na obtenção de prova para a caracterização da exceção do não retorno, ou seja, da violência, e isso está previsto expressamente na convenção, no Artigo 13.

E, por fim, tudo isso que acabamos de falar foi reiterado na decisão do Supremo Tribunal Federal, que tem uma semana que reiterou, como não poderia deixar de ser, que violência contra a mãe também faz incidir o Artigo 13, §1º, "b", da convenção.

Outro ponto relevante e que é a grande discussão nisso é qual é a natureza da prova que deve ser apresentada, porque não basta uma mera alegação. Aqui, o Supremo Tribunal Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa das teses aprovadas no julgamento, deixa claro que a comprovação não é uma prova robusta, difícil nessas circunstâncias, mas bastam "indícios objetivos e concretos da violência doméstica".

Então, mostra que este tema tem sido objeto de preocupação pelo Judiciário, pelos estudiosos, por aqueles que redigiram a convenção.

Agradeço, mais uma vez, a honra do convite e me coloco à disposição para qualquer interação.

Muito obrigada. E peço desculpas porque eu tenho aula, agora, na pós-graduação da Uerj. Por isso eu pedi para falar antes, mas eu estou à disposição para participar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Carmen Tiburcio. Obrigada pelo seu depoimento, pelas suas informações.

Eu queria passar agora a palavra para a Maria Clara Botelho Peres.

Maria Clara, é com muita honra que te passo a palavra.

A SRA. MARIA CLARA BOTELHO PERES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Eu me chamo Maria Clara, sou mãe de Haia.

Gostaria de agradecer o gentil convite de participar desta Subcomissão maravilhosa. Eu já tinha visto as outras duas, assistido às outras duas.

Se hoje eu estou aqui com meus filhos, foi graças ao trabalho e perseverança, incluindo o da senhora, Senadora Mara Gabrilli, que, quando conheceu o meu caso, me ajudou prontamente. Serei eternamente grata.

Peço desculpa, porque tenho dificuldade de falar em público ou com muita gente ou para muitas pessoas que eu não conheço. Eu sou um pouco tímida. Peço desculpas se travo a língua aqui agora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Maria Clara, fica à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA BOTELHO PERES (*Por videoconferência*.) – Queria cumprimentar os demais convidados. É uma bancada fortíssima, eu estou lisonjeada de estar aqui.

Eu sou uma mãe de Haia, como introduzi, mas o meu caso foi um pouco diferente do que se está tratando agora, que é sobre violência doméstica, sobre violência contra a criança.

No meu caso, eu tenho três filhos. O meu primeiro filho, Rafael, tem paralisia cerebral grave, não anda, não fala, não come pela boca. É 100% dependente. Mesmo quando eu fui morar na Colômbia – o meu caso foi com a Colômbia –, sempre continuei os tratamentos do Rafael aqui. Nunca fiz em outro lugar. Os médicos do Rafael são todos brasileiros e sempre foram os mesmos médicos.

Em outubro de 2020, fui à Colômbia e depois (*Falha no áudio.*)... o rumo, senão eu vou perder tempo. Eu vou para as questões judiciais do meu caso.

As decisões ignoraram as exceções da Convenção de Haia. Desde a primeira instância, houve determinação do retorno imediato das crianças ao exterior, sem analisar de forma adequada as exceções previstas nos Artigos 12, 13 e 20 da Convenção (*Falha no áudio.*)... a vida do meu filho Rafael, criança com paralisia cerebral severa. Houve desconsideração da adaptação dos meus outros dois filhos no Brasil. A Convenção de Haia não é restrita ao retorno às crianças ao exterior. É necessário que seja realizada a análise do caso ao visualizar os motivos que levaram essa mãe brasileira ao retorno ao seu país.

2) A convenção também se aplica nas exceções, contradição reconhecida pelo próprio TRF2. O acórdão do TRF2 reconheceu que havia risco de morte no voo, mas, mesmo assim, determinou o retorno do meu filho à Colômbia, sem garantia de que complicações não ocorreriam.

3) Desconsideração dos pareceres médicos e laudos sociais indicavam risco real de morte do Rafael durante o transporte aéreo. Relatórios médicos confirmaram a impossibilidade de continuidade do tratamento em Barranquilla, Colômbia. Assistentes sociais e terapeutas comprovaram a plena adaptação das crianças no Brasil e a inexistência de rede de apoio na Colômbia, pois o pai não é colombiano, é paraguaio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4) A desconsideração da manifestação do Ministério Público Federal (MPF), que se posicionou pela manutenção das crianças no Brasil, justamente com base nas exceções da Convenção de Haia, mas o STJ decidiu em sentido oposto.

5) Situação do pai insolvente, com dívidas milionárias, inclusive de pensão alimentícia e mandados de prisão no Brasil.

6) Ausência de condições financeiras e estruturais para prover cuidados médicos especializados ao Rafael.

7) Violação ao princípio do melhor interesse da criança. O STJ privilegiou a aplicação formal da Convenção de Haia, sem considerar os direitos fundamentais da criança à saúde, à vida, à convivência familiar e ao desenvolvimento integral.

8) Não foram observadas normas de hierarquia superior, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Constituição Federal e o ECA;

9) Risco de separação familiar e de rompimento de vínculos. As três crianças estão plenamente adaptadas ao Brasil e inseridas em escola, atividades esportivas, rede social ampla. A decisão do STJ ignorou o direito à convivência familiar e comunitária, previsto no art. 227 da CF e no ECA. O precedente do próprio Supremo Tribunal Federal – HC 209.497, Rio Grande do Sul, relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, de 2022 – reconheceu as exceções da Convenção de Haia em situação análoga, preservando o melhor interesse da criança. A minha situação é ainda mais grave, pois envolve uma criança com deficiência e risco iminente de morte.

10) Criança não é objeto. A Ministra Cármen Lúcia destacou, em julgamento, que criança não é coisa, mas sujeito de direitos. O retorno forçado das crianças sem análises de suas condições reais de vida trata-as como meros objetos de disputa entre Estados e genitores.

11) A omissão do STJ, ao não analisar a matéria de fato...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Maria Clara, eu queria lhe avisar que no vídeo não dá para ver seu rosto. A gente não está vendo você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA BOTELHO PERES (*Por videoconferência*.) – Ah, perdoe-me. E agora?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora, estamos.

A SRA. MARIA CLARA BOTELHO PERES (*Por videoconferência*.) – Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Imagina.

A SRA. MARIA CLARA BOTELHO PERES (*Por videoconferência*.) – Desculpe-me, é que eu estou lendo aqui e a cadeira está um pouco alta. Espere aí, tem como abaixar. (*Pausa.*) Abaixei um pouco a cadeira também, que estava alta.

11) Omissão do STJ ao não analisar a matéria de fato. O STJ expressamente declarou que não reavaliaria fatos e provas, invocando a Súmula 7, apesar de estar em jogo a vida, a saúde e a integridade do meu filho Rafael. Objetos... Com isso, deixou de se apreciar a gravidade concreta e comprovada da situação, limitando-se à aplicação formal da Convenção de Haia.

12) Hierarquia normativa: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com status constitucional – art. 5º, §3º, da CF de 1988 –, tem primazia sobre a Convenção de Haia, que possui caráter supralegal apenas. Assim, o direito à saúde, à dignidade e à vida da criança com deficiência deve prevalecer sobre a regra formal do retorno imediato previsto pela Convenção de Haia.

Queria terminar.

Eu quis fazer um... A minha história é um pouco diferente. Se eu fosse explicar, eu teria que ficar aqui a tarde toda com vocês para contar todo o contexto da minha história. Então, eu vou me limitar a falar do meu caso em específico.

Agradeço à minha rede de apoio, que foi fundamental para mim, pessoas maravilhosas que apareceram no meu caminho, que me orientaram, que me ajudaram.

Tunísia é uma amiga, uma vez eu liguei para ela e falei – a Tunísia a senhora bem conhece –: "Tunísia, por que eu estou triste se eu ganhei a Convenção de Haia, estou com meus filhos? Era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para estar radiante, por que eu ainda me sinto um pouco triste, me sinto doída, me machuca?". Ela me falou: "Clarinha, está tudo muito recente para você. É como se você tivesse caído, ralado o joelho. E fica assim quando você rala o joelho: fica aquela dor até criar casquinha e, depois, vira uma cicatriz. Você vai passar a mão e não vai doer mais. Vai ficar apenas aquilo. Você vai olhar para o seu joelho e vai estar lá a marca, mas sem dor".

Quero desejar a todas as mães – mães atípicas, típicas – que estão enfrentando a Convenção de Haia que tenham fé. Deus sabe o que faz. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem-me. É o meu depoimento para vocês. Espero ter contribuído com alguma coisa.

Muito obrigada, Senadora, mais uma vez, pelo gentil convite.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ai, Clara. Obrigada a você pela coragem, pelo seu depoimento, por permitir que a gente a escutasse – você é a única mãe presente nesta audiência, mãe de Haia –, por você trazer o caso de sucesso, porque você está com seus filhos. Eu estou aqui torcendo para logo, logo virar cicatriz e você não sentir mais dor nenhuma, só curtir o amor dos seus meninos.

Obrigada, porque de qualquer forma você ajudou com a sua história, com a experiência que a gente teve através de você, que começou com a Tunísia. Obrigada, tá?

Eu queria, emocionada aqui, passar a palavra para o Dr. Nicolao Dino. É uma honra você poder participar, Dr. Nicolao. O Dr. Nicolao é o nosso Procurador Federal dos Direitos do Cidadão e representante do Ministério Público Federal. Então, através de videoconferência, com a palavra, Doutor.

O SR. NICOLAO DINO (Para expor. *Por videoconferência.*) – A minha conexão caiu no exato momento em que a senhora passava a palavra para mim, Senadora Mara Gabrilli, mas felizmente já houve a retomada aqui da comunicação.

Eu estou aparecendo em duplicidade aqui na tela. Deixe-me ver se eu oculto a minha vista. (*Pausa.*)

Não consegui ocultar a minha vista. Enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Aqui você está triplo.

O SR. NICOLAO DINO (*Por videoconferência*.) – É, pois é.

Agora não estou aparecendo. Bom, eu gostaria de cumprimentar inicialmente a senhora, Senadora Mara Gabrilli, é um prazer muito grande reencontrar a senhora, ainda que num ambiente virtual. É uma satisfação muito grande compartilhar, neste momento, esses (*Falha no áudio*.)... com pessoas com profundo conhecimento, inclusive conhecimento por força da própria vivência traumática, como agora vimos no depoimento da Sra. Maria Clara.

Cumprimento minha querida colega e amiga Ana Paula Mantovani, que falará daqui a pouco.

Eu gostaria, Senadora, de destacar três pontos, considerando o brevíssimo espaço de tempo que temos aqui neste momento de reflexão. Os três pontos seguem a ordem da recentíssima nota técnica em caráter de recomendação que a PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) emitiu em data recente em razão do tema. Nós instauramos, em abril deste ano, um procedimento, a partir de tramas existenciais que chegaram ao nosso conhecimento – inclusive esse da Sra. Maria Clara –, instauramos esse procedimento para verificar de que forma o Estado brasileiro, a partir de suas diversas instituições, tem respondido às demandas e aos problemas decorrentes da aplicação da Convenção da Haia.

Então, os três pontos, como disse, que norteiam inclusive a manifestação da nota técnica e da recomendação, que também foi comunicada ao Senado Federal, são os seguintes: a interpretação da Convenção de Haia à luz da Constituição Federal, como uma norma de caráter supralegal, como foi mencionado há pouco; nesse afã de interpretar a convenção à luz da Constituição, a necessidade de observância do princípio do melhor interesse da criança, a verificação dos limites da cooperação jurídica internacional e a necessidade do realinhamento do papel institucional da Advocacia-Geral da União em relação às exposições da Convenção de Haia; e, por último, a necessidade de reforço de filtros institucionais em casos de alegações ou indicativos de violência doméstica, que são casos muito frequentes que chegam ao Judiciário brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses três pontos, como disse, foram desenvolvidos na nossa nota técnica como uma forma de demonstrar, primeiro, que a... Aliás, faço um parêntese: a nota técnica da PFDC foi emitida praticamente no mesmo momento em que o Supremo Tribunal Federal concluía os julgamentos das ADIs 4.245 e 7.686 – é importante dizer isso. O julgamento dessas ADIs não exaure, não esgota a discussão, não põe uma solução definitiva; pelo contrário, verificamos várias medidas a serem adotadas, inclusive como essas que eu vou indicar agora na nossa recomendação.

Então, voltando ao ponto, a Convenção da Haia, pela avaliação que nós fizemos, tem esse caráter de norma supralegal, mas, por se tratar de uma norma que diz respeito a direitos fundamentais, a direitos humanos, e considerando que a nossa Constituição tem disposições muito específicas em relação à necessidade de verificação... de cumprimento, melhor dizendo, do melhor interesse da criança, a proteção integral da criança, esse vetor deve orientar as instituições brasileiras na aplicação da Convenção da Haia de modo que não se frustre esse princípio constitucional que está assinalado no art. 206 da Constituição.

Nesse ponto destacamos, Senadora Gabrilli, que a interpretação da Convenção da Haia tem que se assentar em pelo menos três premissas fundamentais, e essas premissas fundamentais estão indicadas também na nota técnica que emitimos.

A primeira premissa que deve ser considerada diz respeito aos princípios constitucionais e à observância pelo Estado requerente de normas de direito internacional e dos princípios que devem ser adotados para efeito de cumprimento da Convenção de Haia, no sentido de verificar a aplicação da cláusula de exceção quando se trata de examinar a determinação ou não de retorno das crianças e dos adolescentes ao país de residência habitual.

O outro ponto, a outra premissa, é a necessidade de que, em casos que digam respeito à violência contra a mulher, essa questão deve ser levada em consideração no sentido de que se perceba um potencial risco de perigo de ordem física ou psíquica às crianças e aos adolescentes, bem como o alargamento das vulnerabilidades e, consequentemente, o já mencionado princípio do melhor interesse da criança. Em outras palavras, as situações de violência contra a mulher implicam também violência contra a criança. Isso repercute diretamente na ordem emocional, na estabilidade emocional da criança, na sua psiquê e, portanto, a violência contra a mulher impõe a necessidade (*Falha no áudio.*)... integral do melhor interesse da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a terceira e última premissa é a necessidade de que nós verifiquemos e percebamos que existem riscos irreversíveis até de julgamentos sem instrução probatória ou prolação de decisões liminares em casos envolvendo denúncias de violência. Uma devolução, uma decisão determinando restituição de criança ou adolescente para o país de onde ela veio com a mãe implica, em muitas e eu diria em quase todas as situações, um dano irreparável. Muito dificilmente as instituições brasileiras conseguirão trazer de volta uma criança se houver a determinação de retorno ao país de onde ela é egressa.

Então, é necessário que o Judiciário, as autoridades brasileiras verifiquem, e o Ministério Público também se encontra nesse contexto, verifiquem, com muita cautela, com muita atenção, as situações de determinação de retorno de crianças e adolescentes para os países de onde elas são egressas.

E é nesse ponto, Senadora Gabrilli, que fala muito alto, ganha bastante expressão a discussão quanto à demonstração da violência doméstica, a violência contra a mulher ou a violência contra crianças e adolescentes.

É sabido, e a própria Autoridade Central, a Acaf, comunicou isso, informou isso no nosso procedimento aqui na PFDC, que há uma dificuldade enorme de produção de provas nos países de origem, nos países em que a mulher é uma estrangeira, nos países em que, por ser a mulher já vítima de situações de patriarcado, ela se encontra numa situação de hipossuficiência e, portanto, terá dificuldade de comprovação e de demonstração da situação de abuso da qual ela é vítima.

Ora, essa situação de desigualdade na produção da prova no estrangeiro deve influenciar no Brasil um exame com mais cuidado, com mais cautela das alegações de violação. É exatamente isso que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs já mencionadas, assinala. Penso eu, e interpretando o que o Supremo decidiu também, que não se há de exigir uma prova cabal e incontroversa da situação de violência doméstica. Existindo indícios fortes, indícios veementes, indícios demonstrados e demonstráveis de forma concreta e objetiva de situação de violência doméstica, o Judiciário deve considerar essa prova indiciária para efeito de formação de seu convencimento e aplicar a cláusula de exceção prevista no Artigo 13 da Convenção da Haia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto importante quando se trata de denúncias em situações de violência doméstica ou... diz respeito à atuação – vou concluir aqui – da Advocacia-Geral da União quando se trata de dar cumprimento à Convenção da Haia.

Na nossa manifestação, há uma recomendação.

A nota técnica conclui com uma recomendação à Advocacia-Geral da União, no sentido de que realinhe a sua atuação institucional, de modo a não mais proceder ou promover ações representando ou substituindo interesses de pais estrangeiros. Digo isso, Sra. Senadora Mara Gabrilli, porque não há, nem na Constituição, nem na Lei Orgânica, nem muito menos na Convenção da Haia, nenhuma disposição – nenhuma disposição – normativa que autorize essa conclusão de que a AGU deva ser a proponente da ação em juízo no Judiciário brasileiro. Isso é uma – com todo o respeito ao trabalho que é feito pela Advocacia-Geral da União – tredestinação do papel da Advocacia-Geral da União em relação à sua função precípua e básica de defesa do Estado. A Advocacia pública não envolve representação judicial de pessoas estrangeiras em solo pátrio, e esse ponto, portanto, é também assinalado na nossa nota técnica, que culmina, que conclui com uma recomendação dirigida à Advocacia, para que reveja esses procedimentos em relação à Convenção da Haia.

E quero crer, portanto, para finalizar, que isso também possa ser objeto de exame do Senado Federal, por ocasião da votação do Projeto de Lei 565. O Projeto de Lei 565 se encontra em curso, e as disposições precisam inclusive ser ajustadas de forma a não se exigir comprovação cabal de violência doméstica, mas, sim, a satisfação de indícios suficientes para a demonstração da violência. E, além desse ponto, creio que também deva constar uma disposição expressa nessa lei que advirá desse projeto no sentido de vedar a representação judicial pela Advocacia-Geral da União.

Sra. Presidente, nesse espaço de tempo, penso eu que sejam esses os pontos mais importantes a serem destacados nesta audiência pública, sem prejuízo de eventual discussão posterior, porque o tema é muito importante, muito relevante e envolve diversas outras questões que poderão ser assinaladas inclusive pelos colegas que aqui se encontram.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Nicolao Dino, muito obrigada. Muito obrigada pela participação e muito obrigada pela nota técnica enviada anteriormente para a gente. Muito obrigada mesmo, obrigada pela participação. E foi um prazer poder revê-lo, mesmo que de forma virtual.

Eu queria agora dar a palavra para Daniela Brauner, Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União.

Oi, Daniela.

A SRA. DANIELA BRAUNER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

É um prazer novamente encontrá-la neste espaço democrático de debate, com um tema que é tão importante de ser discutido na nossa sociedade e também – principalmente – no Congresso Nacional, por ocasião da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão Especial da Convenção da Haia, especialmente de subtração internacional de crianças.

Esse é um tema muito sensível para a Defensoria Pública da União, e eu tenho atuado particularmente nesse tema há mais de 15 anos, com um especial viés na defesa das mulheres acusadas de subtração internacional, no âmbito da Defensoria Pública da União.

Esse tema foi objeto de uma nota técnica da Defensoria Pública, em 2021; portanto, bastante anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal e também às demais colocações em relação à perspectiva de gênero, ao protocolo de perspectiva de gênero. A DPU já assinalava, então, que é necessária a análise da convenção, a partir do viés feminino, da aplicação dessa norma. Nessa nota técnica, nós recomendamos que a aplicação da convenção leve em consideração, na interpretação do artigo 13, alínea "b", as questões atinentes à violência doméstica, especificamente, indícios de violência doméstica, à criminalização dessa conduta; ou seja, é uma situação intolerável que, no retorno, uma mãe fique em situação de prisão, em afastamento do seu pai.

Então, a criminalização se dá não apenas no país, em relação ao país que está fazendo o requerimento de retorno, mas nós temos observado, após, inclusive, essa nota técnica, em diversos casos em que temos atuado, que há também referência à ideia de criminalização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, no Brasil, em que advogados e a própria AGU fazem referência à situação da mulher como uma criminosa. Há a presença de tornozeleira eletrônica, a forma de abordagem dos casos pela Polícia Federal, de retorno, tudo isso a indicar uma atuação exacerbada e que leva à desconsideração de todos os aspectos relacionados à perspectiva de gênero e ao melhor interesse da criança.

Um outro ponto relevante na nota técnica e que ainda merece consideração no que diz respeito à aplicação da Convenção de Haia, é o *status* migratório e a xenofobia que nós observamos em relação a vários países em que essa mulher se encontra numa situação de falta de apoio, de falta de rede.

Em um dos casos em que nós conversamos foi, por exemplo, de uma mulher em Portugal. Ela foi à delegacia e foi dito que ninguém entendia, ninguém falava brasileiro ali. Ou seja, ali a gente já verifica que há, sim, um preconceito das autoridades em fazer o próprio registro da ocorrência de violência.

Em relação a esse aspecto, a Defensoria Pública já alertava a DAC, que é a Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, para que preste orientação nas representações diplomáticas do Brasil no exterior, em relação ao atendimento que é dado à brasileira que se encontra fora do seu território nacional.

Num primeiro momento, nós observamos que, em alguns desses atendimentos, havia referência da autoridade consular de que ali não era o local apropriado para fazer, por exemplo, uma denúncia de violência doméstica, mas que não havia o registro. A gente está falando aqui de violência doméstica – foi como colocado anteriormente pela Profa. Carmen Tiburcio –, é uma violência de difícil comprovação. Então, nós estamos falando aqui de indícios de violência. Quando alguém procura uma autoridade consular, que tem uma identificação de nacionalidade, que procura, então, uma rede de apoio, é preciso fazer esse registro nos consulados, pelo menos para fins de demonstração de que houve aí uma tentativa de acolhimento ou uma tentativa de registro.

Então, nós fizemos esse direcionamento no Ministério das Relações Exteriores e fomos informados de que há um protocolo já implementado neste ano de 2025 de atendimento das mulheres no que tange à violência de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao tema da desigualdade em acesso à Justiça, que foi colocado aqui pela Senadora Mara Gabrilli logo no início da sua fala, é um ponto que a Defensoria Pública também registrou na Nota Técnica nº 11, de 2021, que são as dificuldades no regresso para essa mulher que é acusada de subtração internacional. Por quê? Porque em muitos desses países não há um acesso facilitado e elas são colocadas sem a possibilidade de ter uma defesa técnica, como, no caso, uma defensoria pública, digamos assim, para atender às suas necessidades.

Em relação a isso e atentos a esse movimento de maior crescimento da violência doméstica no âmbito de processos de acusação de subtração internacional de crianças e com o fim institucional previsto no art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar 80, que fala especificamente da função da Defensoria Pública na defesa da vítima de violência doméstica e familiar, a Defensoria Pública apresentou, em abril de 2025, no Senado Federal e também na Comissão da Mulher da Câmara dos Deputados, um projeto que pretende dar maior amplitude à sua atuação em relação às mulheres acusadas de subtração vítimas de violência doméstica – sabendo das limitações que a Defensoria Pública enfrenta nos últimos anos em relação à própria ampliação de atendimento, como quando a gente fala da desigualdade de não estar em todas as subseções da Justiça Federal – e também em relação às questões atinentes ao critério de hipossuficiência, que deve ser considerado mais sob o ponto de vista de outras vulnerabilidades aplicadas, e não apenas a vulnerabilidade econômica propriamente dita.

Nesse viés, é preciso também, além de considerar as decisões do Supremo Tribunal Federal nas ADIs 4.245 e 7.686, em que há referência expressa de que a violência doméstica é, sim, um empecilho para o retorno da criança à residência, ao país da residência habitual – como já fizemos referência, a violência doméstica não é apenas uma violência contra a mulher, mas, sim, em todo o ambiente familiar –, é preciso considerar também a recente, recentíssima, digamos assim, Opinião Consultiva nº 31, de 2025, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que trata especificamente sobre o direito humano ao cuidado. Então, é preciso que a gente faça também essa leitura. Nós já alertamos a respeito da perspectiva de gênero que deve ser atribuída a esses processos, mas também deve ser atribuída uma perspectiva a respeito do direito humano ao cuidado. Nós sabemos que o cuidado é uma tarefa precipuamente feminina – isso é esclarecido na opinião consultiva – e esse cuidado é exercido, sobretudo, pelas mulheres, pelas mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como foi dito aqui pela Maria Clara, quando a gente pensar no regresso, é também a gente pensar quem é que vai exercer esse cuidado, não apenas sob a perspectiva daquele que exerce – então, a Maria Clara –, mas na perspectiva, sobretudo, daquele que recebe o cuidado, o seu filho, como um direito humano. Então, ter essa leitura, a partir deste viés da opinião consultiva, é algo também que o Poder Judiciário já precisa ter em conta, além do protocolo sob a perspectiva de gênero. Então, a gente precisa atrelar aqui a convenção da criança, a perspectiva do melhor interesse, a perspectiva da decisão em relação ao direito do cuidado... Todas essas instâncias, esses vieses precisam ser acrescentados quando a gente vai analisar um processo que tem diversas camadas, porque a decisão de retorno não soluciona muitas vezes o caso concreto.

E os fatos que a gente verifica, como, por exemplo – já estou encerrando – o da Cantarelli e o da Mabel, em que a Defensoria Pública atua, e o de tantas outras mães que estão representadas nesse aspecto, sob o codinome mães de Haia, revelam que é muito mais complexo do que apenas uma decisão de retorno. Então, esse viés de direitos humanos precisa ser aplicado também nas decisões de Haia.

Muito obrigada por esse espaço, pelo convite.

Fico à disposição aí para maiores esclarecimentos ou contribuições em que a Defensoria Pública possa eventualmente participar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dra. Daniela, muito obrigada pela presença, pela participação e pelo envolvimento de sempre com esse tema.

Agora eu queria passar a palavra para a Dra. Ana Paula Mantovani, que é Procuradora Regional, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e Presidente da ANPR Mulheres.

Seja muito bem-vinda, Dra. Ana Paula!

A SRA. ANA PAULA MANTOVANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Mara Gabrilli, é um prazer estar aqui com a senhora nesse evento. Eu gostaria muito de lhe agradecer o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para cumprimentar todos os convidados, na pessoa do meu querido colega e amigo Nicolao Dino.

Faço um cumprimento especial para a Maria Clara, que se emocionou e nos emocionou ao falar dos filhos e da situação por ela vivida. Ela comentou também que ela se sentia triste, apesar de ter ficado com os filhos. Talvez isso aconteça justamente porque nem todas as mães têm esse desfecho que ela teve. A gente sabe e conhece vários casos em que a situação foi justamente o oposto.

Hoje aqui estamos para tratar de um tema sensível e urgente, que é a aplicação da Convenção da Haia sobre a subtração internacional de crianças no Brasil, em especial nos casos em que há alegação e comprovação da violência doméstica. Este ponto que é tratado aqui é claro: nós não podemos – e o Supremo já disse isso – permitir que a aplicação automática de um tratado internacional resulte em violação da Constituição, da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança. O Supremo reconheceu a compatibilidade da convenção com a Constituição, mas fixou balizas importantes. A principal delas é a exceção do artigo 13, alínea "b", e nós precisamos interpretá-lo à luz da realidade da violência doméstica, inclusive quando a mãe é violentada e não só a criança.

O Supremo determinou também um processo célere, sem atropelos de direitos fundamentais e na questão da perspectiva de gênero, para a análise desses casos. O Poder Judiciário já vinha, de algum tempo, caminhando nesse sentido. O próprio STJ tem um precedente de outubro de 2024 – depois eu posso passar aí para a sua assessoria; agora me falha a memória, o número – em que houve o reconhecimento de que indícios consistentes de risco grave à criança deveriam prevalecer sobre a regra do retorno imediato, ou seja, não é preciso esperar uma sentença criminal definitiva no país de origem para se proteger a vida que está em risco, ou seja, sob essa perspectiva.

E aí, nesse contexto já de questões que eram trazidas ao Poder Judiciário, nesse cenário, a nota técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão foi, assim, imprescindível, Nicolao. Foi uma atuação, como você bem disse... E me parece que até, não sei se dois dias antes, a nota técnica saiu e, em seguida, vieram as decisões das ADIs no Supremo, mas foi no exato momento, e uma coisa não dependia da outra. Na verdade, a própria nota técnica da PFDC dá alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamentos e alguns complementos a essa decisão que o Supremo nos trouxe e, na minha visão, aponta alguns encaminhamentos que são muito importantes, imprescindíveis para esses casos da Convenção da Haia, que é reforçar os filtros institucionais para os casos em que há violência, garantir o protagonismo do Ministério Público e da Defensoria Pública na proteção de mulheres e crianças – e eu vi com muito bons olhos a intervenção da Dra. Daniela falando da atuação da Defensoria – e, sobretudo, a redefinição do papel da Advocacia-Geral da União.

Senadora, até como sugestão, eu acho que, numa próxima audiência, poder-se-ia pensar em convidar a AGU, porque a AGU tem, historicamente, assumido a função de defesa automática do retorno da criança sem considerar de forma suficiente essas situações de risco e tem levado, em alguns casos, a uma verdadeira criminalização de mães brasileiras que fogem da violência. Então, é a hora.

A gente está vivendo, eu acho, um momento histórico com essa decisão do Supremo, porque essas previsões da Convenção da Haia foram internalizadas no nosso ordenamento jurídico há um quarto de século, há 25 anos, e somente agora o Supremo traz essa visão de uma baliza para algumas situações. Então, é hora de se avaliar a legitimidade com que a AGU tem atuado na defesa, na representação desses estrangeiros no Brasil, como o Dr. Nicolao já pontuou, não é? A AGU é um órgão de representação judicial da União, então não deve estar ao lado... e vulnerabilizando crianças e mulheres. O seu papel deve ser de defesa do Estado brasileiro e não de advogado de parte estrangeira, como bem pontuado pela nota técnica da PFDC.

Então, nesse contexto todo, o papel da Defensoria também é muito importante, e a gente não está aqui pregando esvaziar a importância da AGU, muito pelo contrário, mas recolocá-la em seu devido lugar, de agente de Estado brasileiro que zela pela regularidade de um processo internacional, pela soberania nacional, mas não como parte adversa da mulher vítima de violência, que é o que está acontecendo.

Hoje mesmo, comentando que eu viria aqui ter essa participação na audiência, uma colega com atuação no TRF disse que está cuidando de um caso – não sei dar maiores detalhes –, mas é justamente isso, a participação da União é de defesa daquele pai que pretende o retorno dos filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse contexto de nota da PFDC, da questão que o Dr. Guilherme trouxe também dos juízes de enlace e da própria decisão do Supremo, que pede algumas providências por parte do CNJ – eu vejo que a Conselheira Renata Gil também nesta audiência –, eu acho que o mais importante neste momento, Senadora, é falarmos de coordenação institucional.

Hoje os processos se arrastam – Ministério da Justiça, Itamaraty, AGU, Defensoria, MP –, e eu sinceramente não vejo um diálogo institucional estruturado, sabe? E muito por parte do Poder Executivo. Então seria muito interessante que o Executivo organizasse, por exemplo, um comitê interinstitucional para atuar nesses casos, com protocolos claros, com perspectiva de gênero e com a centralidade do interesse da criança.

Como eu disse, a gente está vivendo um momento único com essa decisão do Supremo, que jogou... Eu brinquei outro dia que não jogou luz, jogou um holofote todo em cima dessa situação, né? Então a gente não pode deixar, a pretexto de cumprir um tratado, de vitimizar mulheres e crianças que são expostas à violência.

Vi aqui também que nós teremos o Dr. Josimar Mendes, que vai falar dos aspectos psicológicos – isto é inegável: a violência tem várias vertentes e a psicológica é uma delas. Então, todo esse conjunto de atores é muito importante.

Eu acho que o Senado pode contribuir realmente em três pontos primordiais: o fortalecimento de filtros e protocolos nesses casos de alegação de violência, a redefinição do papel da AGU e um maior protagonismo da Defensoria Pública, nesses casos. E a gente precisa de uma coordenação interinstitucional no âmbito do Executivo para garantir, realmente, celeridade, mas não deixando de lado os direitos fundamentais, né?

A gente não está falando de situações abstratas. Não se trata de abstrações jurídicas. Nós realmente estamos falando de crianças, meninos e meninas, brasileiras, diante de situações – e por que não dizer de omissão do Estado?... que podem ser enviadas de volta ao convívio de agressores. Isso seria, na minha opinião, uma das maiores violações que poderíamos permitir. E foi por conta desse contexto todo que a integrante da ANPR Mulheres, a Dra. Raquel Dodge, trouxe esse tema até a nossa comissão, e nós começamos, desde a nossa posse, aqui em maio deste ano, a tratar dessas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Raquel inclusive foi convidada pela Senadora para estar aqui hoje, mas infelizmente, por compromissos previamente agendados, não pôde estar. Então, gentilmente, fui convidada a estar aqui, e gostaria de colocar a comissão à disposição da Comissão do Senado e da Senadora para quaisquer esclarecimentos necessários.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Ana Paula.

Na nossa primeira audiência, lá atrás, sobre o tema, a gente chamou a AGU e veio o Dr. Boni, mas a gente ainda vai ter a nossa terceira audiência, depois desta, em que a gente também vai contar com a presença da AGU.

Muito obrigada. Agradeça também à Dra. Raquel Dodge.

Eu quero chamar agora o Dr. Antonio Carlos Parente.

Eu estou prestando atenção aqui, viu, Josimar, meu colega psicólogo? Logo, logo, eu já te chamo.

Então, Dr. Antonio Carlos Parente, que é Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB Gama, Distrito Federal.

Muito obrigada pela (*Falha no áudio.*)

O SR. ANTONIO CARLOS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

Todos me ouvem bem? (*Pausa.*)

Perfeito.

Eu agradeço à Senadora pelo convite, à Comissão, e cumprimento todos os presentes.

Se me permitem, eu vou fazer uma breve retrospectiva sobre a minha trajetória, incluindo esse tema, porque (*Falha no áudio.*)... a maioria das pessoas que está aqui.

Eu sou Antonio, sou advogado. Eu trabalho com essa temática desde 2013, quando atuei na Coordenação adjunta da Autoridade Central Administrativa Federal, entre 2013 e 2017 mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou menos. Desde então, eu trouxe essa temática para a minha vida, seja profissionalmente, na advocacia, ou em algumas instituições de que faço parte, como o próprio Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam). Estou recém-aprovado no processo seletivo do programa de mestrado da UnB, como orientando da Profa. Inez, justamente para pesquisar a violência doméstica e os casos da Convenção da Haia.

Como muito bem colocado anteriormente, a decisão do STF não exaure completamente essa questão. Acho que agora, talvez, a gente tenha mais dificuldades ainda para, justamente, fazer valer essa compreensão, de a gente ter a entrega, efetivamente, da justiça para cada caso individualizado, em cada caso concreto.

Então, é uma grata satisfação estar aqui com vocês.

Depois de toda essa fala, eu tomei nota de muitas coisas que foram ditas e fui, justamente, tirando aqui da fala que eu tinha previsto, porque acho que a gente tem um consenso aqui. E esse consenso é anterior, justamente, ao próprio julgamento do STF, de que a violência doméstica, ainda que não praticada diretamente contra a criança, expõe a criança a risco. Isso é o que a doutrina da proteção integral traz, isso é o que outros dispositivos e outras convenções internacionais trazem quando a gente fala sobre a proteção da criança e do adolescente. Então, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, a gente não pode, de forma nenhuma, compartilhar ou coadunar com a ideia de que devolver uma criança para um ambiente que tenha indícios de violência doméstica seria saudável para o desenvolvimento dessa criança. Então, não é de forma nenhuma.

Mas eu acho que o ponto (*Falha no áudio.*)... aqui é justamente quando a gente fala sobre o lastro probatório disso. Esse sempre foi um desafio nosso, enquanto... Eu estou falando nosso aqui, gente, mas não trabalho mais na autoridade central. Desculpem-me falar nosso, mas já era um desafio da autoridade central, lá atrás, quando a gente lidava com esse tipo de caso, porque até que ponto a alegação de violência doméstica era suficiente para, eventualmente, a gente encerrar o caso ou sugerir à AGU, por exemplo, uma não judicialização? Então, daqui para frente, eu acho que a gente continua um pouco com esse desafio.

Eu queria trazer uma questão, que já foi colocada, sobre o próprio papel da autoridade central. A Dra. Daniela Brauner falou há pouco – e acredito que a Dra. Ana Paula também – sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a necessidade de a gente ter uma abordagem de direitos humanos quando analisa esses casos. Então, a gente precisa refletir um pouco sobre o papel da autoridade central. O que é a autoridade central? Ela é uma unidade meramente administrativa para transferência de documentos internacionais ou ela é, de fato, uma representação do Estado brasileiro para a proteção dos direitos da criança e também para a proteção dos direitos das mulheres quando a gente tem situações de violência doméstica? Então, a autoridade central precisa ter, sim, uma atuação mais ampla, uma atuação menos protocolar, digamos assim, trazendo efetivamente uma abordagem individualizada, caso a caso. Isso é uma coisa que tem variado, no papel da autoridade central, de acordo com a gestão da autoridade central.

Então, desde que eu acompanho essa temática, a gente percebe, por exemplo, inclusive como advogado, que tem gestões que são um pouco mais abertas para essa temática, tem gestões que são um pouco mais fechadas para essa temática, cumprindo, umas, o seu papel protocolar, digamos assim, e, outras, expandindo um pouco mais, estando um pouco mais próximo das partes, inclusive fazendo reuniões com as partes, atendimentos às partes, às mães, etc.

Na perspectiva judicial, eu queria destacar aqui que já houve esforços, Senadora, na tentativa de se criar um rito judicial específico para a tramitação desses casos. O Dr. Guilherme Calmon infelizmente não pôde estar com a gente. O Dr. Guilherme Calmon, inclusive, já coordenou um trabalho desse no passado, com a apresentação de um anteprojeto, para a gente tentar compatibilizar efetivamente a celeridade, mas com a garantia de todos os direitos individuais das partes envolvidas. Então, isso é um ponto que eu acho que é extremamente importante.

Eu queria até trazer luz para um aspecto aqui, Senadora. A gente continua utilizando no Judiciário brasileiro ações de busca e apreensão para essas crianças. Criança não é um (*Falha no áudio.*).

Há um erro (*Falha no áudio.*)...

por meio de avaliação, técnico na utilização desse tipo de ação. A gente deveria ter uma classe judicial específica, assim como eu tenho para guarda, assim como eu tenho para visitação, efetivamente, para falar sobre sequestro internacional de crianças – e nós não temos. A gente usa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação de busca e apreensão para coisa e a gente tem usado essas ações, inclusive, para crianças que são vítimas de sequestro. A gente precisa de um rito específico. Eu defendo isso. Por quê? Também para a gente ter a plenitude da garantia dos direitos da criança e da mulher. Aqui estou falando de escuta especializada.

Eu atuei especificamente num caso em São Paulo em que eu só consegui a escuta da criança com quase um ano e meio que a criança estava no Brasil. Isso é terrível porque, um ano e meio depois, essa criança já está eventualmente adaptada, essa criança já, eventualmente, se esqueceu de tudo o que ela passou, essa criança eventualmente não tem a memória e ela não vai poder contribuir efetivamente para o processo. Então, a escuta da mãe logo que chega e a escuta da própria criança são direitos individuais dessas pessoas. Com todo o respeito, não é uma liberalidade. Isso é efetivação de direitos. Então, a gente precisa ter a escuta da criança, de forma especializada, o quanto antes, justamente adotando protocolos que evitem a revitimização. A falta da especialização da advocacia também é uma questão que... Eu não falo aqui em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, mas é um ponto que eu já levei à discussão. Eu já tive a oportunidade de estar dos dois lados, seja enquanto autoridade central, analisando e lidando com advogados todos os dias, e também como advogado. E o que eu percebo? Muitas mães, na maioria das vezes, não têm assistência jurídica com preparo técnico para lidar com a convenção. Isso também fragiliza os direitos dessas mães. Ou a gente tem uma realidade, no Brasil, de advocacia privada, que tem honorários que muitas vezes não são alcançáveis pela maior parte dessas mães, ou a gente tem advogados que são especialistas em direito de família e que nunca trataram efetivamente com casos de sequestro internacional, que tem doutrina própria, que tem legislação própria, que tem uma atuação própria.

A gente precisa falar um pouco sobre a especialização da advocacia. Já levei isso para o Presidente da OAB do Distrito Federal, inclusive. Hoje está até acontecendo um evento com foco na atuação dos advogados em casos de guarda que tenham conexão com o sequestro internacional de crianças, aqui no Distrito Federal. Então, essa é uma lacuna também que a gente percebe no dia a dia.

Eu quero trazer também uma questão que é a relação causa e efeito. Todo mundo disse aqui que, em diversas situações, a única alternativa que uma mãe tem é justamente retornar para o seu país de residência habitual. Isso é o quê? Isso é o efeito. Mas qual é a causa disso? A causa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a violência doméstica acontecida no exterior, a causa é a dificuldade ou até uma impossibilidade de acesso a uma rede de proteção, a um sistema de justiça adequado.

Então, a gente precisa, Senadora, falar um pouco também sobre que tipo de assistência as brasileiras recebem do Estado brasileiro no exterior. Nós temos representação consular, nós temos atuação do próprio Itamaraty junto a comunidades brasileiras no exterior. A gente precisa falar, trazer um pouco para cá. Eu não sei se nas reuniões anteriores houve representação do Itamaraty aqui, mas eu queria deixar uma sugestão para que houvesse, afinal é o Poder Executivo, o braço do Poder Executivo no exterior e pode trazer muitos *insights* para a gente no desenvolvimento desse trabalho.

Então, quando eu penso nas principais contribuições, digamos assim, que eu acredito que esta Subcomissão possa trazer, além de tudo que já foi dito pelos nobres colegas e que eu assino embaixo, eu destaco, como eu disse, a questão da atuação da própria autoridade central. Acho que a gente precisa olhar para ela e não enxergá-la meramente como uma atuação estritamente burocrática. A Dra. Ana Paula destacou aqui agora a necessidade de uma coordenação interinstitucional pelo Poder Executivo, que a gente não tem hoje. Então, acho que a gente precisa olhar também para o papel da autoridade central.

Eu destaco a questão de a gente pensar nesse rito específico, um rito judicial específico para a tramitação desses casos, em que a gente consiga, como eu disse, compatibilizar a celeridade processual, mas também a proteção dos direitos das partes envolvidas.

Eu deixo o meu agradecimento por poder participar desta Comissão e me coloco à disposição de todos.

Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado, colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Antonio Carlos, muito obrigada. Obrigada pela participação. Só quero dizer que a gente tem tido contato frequente com o Itamaraty e que eles estiveram presentes nas outras audiências. E, se a gente for contar o número de ofícios que nós já fizemos ao Itamaraty... Porque tem que ser um parceiro neste momento, né? A gente tem que contar com as embaixadas e, inclusive, levar informação, fazer cartilha para as mulheres, para os casais que se casam e vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o exterior para saberem quais são os seus direitos e tudo que pode acontecer. Muito obrigada.

Agora eu quero chamar o Josimar Mendes, que é PhD em Psicologia, Perito, Assistente Técnico, Parecerista em casos judiciais de disputa de guarda e convivência após separação conjugal e faz parte da University of Oxford.

Josimar, você está com a palavra.

O SR. JOSIMAR MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora, colega de profissão. É um prazer estar aqui, poder conversar com a senhora e também com os demais colegas aqui sobre esse tema que eu acho que é tão importante. E, após ouvir a fala de alguns colegas do Direito, eu acho que tem reflexões importantes, do ponto de vista psicossocial, que a gente precisa fazer sobre esse tema.

Não vou me aprofundar nisso aqui... A Senadora já me apresentou bem, então vou pular isso aqui.

Eu acho que uma discussão... Eu vou trazer isso aqui porque, no ano passado, eu fui convidado também pela HCCH para falar sobre isso, numa reunião que eles tiveram – se não me engano, foi na África do Sul – em que se discutiam justamente essas questões de violência doméstica.

Esse é um debate que a gente observa no âmbito do direito de família, inclusive no âmbito nacional. Há a negação, baseada tão somente em senso comum, de que... Há esta dúvida, na verdade: "Será que a violência doméstica, de fato, pode afetar os filhos ou os seus melhores interesses?".

E aí eu já começo fazendo uma pequena ressalva aqui. Eu tenho, desde o meu mestrado, investigado essas questões de disputa de guarda e convivência. Quando eu vim aqui para a Inglaterra, para fazer o meu doutorado, eu também investiguei sobre essas questões de guarda e convivência e tudo mais. E, desde então, eu tenho trabalhado muito essa importância de a gente falar sobre uma concepção do princípio dos melhores interesses e não do melhor interesse, não só para ser fiel ao termo original, que foi cunhado, em 1924, pela primeira convenção, da antiga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Liga das Nações, que falava *the best interests of the child*, cuja tradução literal seria justamente "os melhores interesses".

Então, eu acho que a importância não é só ser fiel ao termo original do inglês, mas também entender que crianças e adolescentes, tal qual preconiza a nossa Constituição, e também o ECA, são seres multideterminados, com diversos direitos e que gozam de uma diversidade de proteção. Portanto, quando a gente fala sobre o seu bem-estar físico, psicológico e social, a gente precisa compreender que existem vários melhores interesses e não apenas um interesse.

Eu tenho discutido muito sobre isso porque, especialmente no âmbito do Brasil, quando a gente discute as questões de guarda e convivência, existe uma predileção, uma primazia pela convivência familiar a todo custo – como se essa fosse a única questão que, de fato, importa para o desenvolvimento saudável de uma criança –, quando isso não guarda qualquer relação fática com o que a ciência diz.

Então, acho que é importante a gente começar a quebrar esse mito, inclusive essa ideia de que o retorno ao país habitual é sempre a melhor escolha, especialmente quando existem outros determinantes, como no caso da violência doméstica.

Bom, eu tomei a liberdade de trazer a apresentação que eu fiz na convenção, no ano passado, porque eu acho que é importante a gente ter alguns entendimentos chaves sobre o que a ciência vai dizer em relação ao ambiente de violência doméstica e como isso pode ou não afetar crianças e adolescentes, especialmente aquelas crianças em tenra idade.

Então, do ponto de vista científico, existe um extenso e robusto corpo de evidências científicas indicando que ambientes, de modo geral – sem ainda colocar a ideia de violência doméstica –, que são tidos como instáveis, inseguros, precários podem ser danosos para o bem-estar e os melhores interesses de crianças e adolescentes, especialmente aquelas em tenra idade.

Então, a gente, claramente, do ponto de vista científico, pode fazer não só a associação de dizer que uma coisa está relacionada à outra, mas a gente pode indicar a direção dessa relação, que, no ponto de vista científico, é o que mais importa para a gente: entender se uma coisa leva a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem observado, do ponto de vista científico, que é muito claro que, de modo geral, um ambiente que é instável, inseguro e precário, vai, sim, levar a uma série de fatores de risco. Então pode levar à produção de ansiedade, de depressão, de problemas de ajuste social, de abuso de substâncias, de desenvolvimento cerebral, de obesidade, de saúde sexual infantil e por aí vai.

Quando a gente vai, por uma compreensão, por exemplo... Acho que nos casos em que eu já atuei e em que tenho atuado, que são crianças em tenra idade – aquelas, então, de zero a três, quatro anos, mais ou menos, a maioria dos casos em que, pelo menos, eu tenho atuado, né? –, a gente tem observado que esse ambiente estressor, que pode gerar aí o que a gente chama de estresse na vida tenra, também é conhecido por ser um ambiente que vai ter impactos não só do ponto de vista psicossocial, mas também biológico. Vejam aí que estão mencionando a questão de saúde intestinal, de plasticidade neural, e como que isso impacta.

Quando a gente vai discutir essas questões do impacto da violência doméstica sobre os melhores interesses de crianças, especialmente aquelas em tenra idade, é importante entender que isso impacta o seu desenvolvimento infantil. E, basicamente, a justificativa para isso é que a necessidade da criança de ter uma percepção de estabilidade, continuidade e segurança é crucial para a proteção dos seus melhores interesses, especialmente em casos de disputa de guarda.

Então, a ideia do que a gente deveria pensar e discutir nesses casos é: esse contexto de violência doméstica vai de alguma forma... ou potencialmente ele pode afetar essa percepção de estabilidade, continuidade e segurança dessa criança, especialmente em tenra idade? E aí, seguindo esse raciocínio, ao promover ambientes instáveis, inseguros e precários, que podem levar a estresse na primeira infância, por exemplo, o contexto de violência doméstica é, sim, prejudicial ao bem-estar e aos melhores interesses de crianças.

Isso é muito importante, porque também existe este debate – também calcado sem nenhuma evidência científica – de que a violência doméstica só poderia ser potencialmente maléfica ao desenvolvimento e ao bem-estar de uma criança tão somente se a criança é testemunha direta da violência perpetrada contra a sua genitora, por exemplo, ou se aquela violência é infligida contra ele. A gente observa, do ponto de vista científico, que isso não faz o menor sentido. E aí a gente tem estudos que a gente chama de violência provocada por parceiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

íntimo ou violência doméstica causada pelo companheiro, e a exposição dessa criança, quando elas veem, escutam ou têm conhecimento daquela violência que foi dirigida à sua figura parental, isso já, por si, é um fator que desencadeia os malefícios de um contexto de violência doméstica. Porque vamos pensar da seguinte forma: uma mulher que é vítima de violência doméstica vai apresentar um conjunto de reações típicas de mulheres que sofrem esse tipo de violência. Não por acaso, na literatura inglesa, a gente tem um termo chamado *battered woman syndrome*, que é a síndrome da mulher espancada – numa tradução bem livre, né? –, em que a gente consegue elencar uma série de sintomas, de comportamentos que são típicos daquela pessoa que sofreu aquele tipo de violência. E a criança, ao observar que a sua mãe está tendo essas mudanças comportamentais – e, obviamente, isso também vai impactar na forma como ela provê o cuidado àquela criança –, não há como pensar que um ambiente de violência doméstica, mesmo que a criança não tenha sido vítima direta, mesmo que ela não tenha visto a violência, não tenha sabido dela, isso vai impactá-la de alguma forma. Então, isso não é questionável do ponto de vista psicológico.

Aí eu trago aqui várias outras revisões de literatura que vão endossar isso. E eu reforço essa ideia de que o ambiente de violência doméstica é tão pernicioso, é tão gravoso para o desenvolvimento de crianças, especialmente aquelas em tenra idade, que ele vai ter impactos não só na via psicológica, mas também na questão fisiológica, neurológica, biológica e do desenvolvimento dessa criança. E aí são vários estudos que vão demonstrar isso.

Essa revisão aqui é interessante, porque muitos colegas colocaram aqui, sobre a questão do contexto de violência doméstica e como isso pode ou não impactar uma criança, que seria de difícil avaliação. A pergunta que eu queria colocar aqui, na verdade, uma provocação, é: é difícil avaliar esses contextos ou os juízos e as equipes que os assessoram não têm competência, não têm habilidade, não têm capacidade necessária para avaliar essas situações de forma adequada e, portanto, averiguar se existe ou se não existe um indício de violência e as consequências que isso pode ter ou não para uma criança? Eu acho que é a segunda hipótese, porque, por exemplo, aqui a gente tem – e na literatura em inglês a gente tem uma série de referências sobre isso – problemas que a gente vai chamar de problemas externalizantes ou internalizantes, que são comportamentos típicos de crianças nesses contextos e que são facilmente verificáveis por equipes profissionais capacitadas. Aqui também está falando novamente sobre problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externalizantes, e aí a gente tem agressão, hiperatividade, falta de atenção, impulsividade, mentira, trapaça, *bullying*, enfim, vários tipos de comportamentos claramente observáveis e que podem ser lincados a um contexto de violência doméstica.

Voltando ao ambiente da convenção propriamente dita, e como já foi referido por vários colegas aqui hoje, a convenção vai dizer que a criança não deve ser retomada ao estado de sua residência habitual se houver um risco grave de que seu retorno possa expor a criança a um dano físico ou psicológico ou, de outra forma, colocá-la em situação intolerável, né? A violência doméstica pode... Aí fica a pergunta: a violência doméstica pode representar um risco para a integridade física da criança? Segundo a evidência científica confiável que nós temos hoje, sim. E para a sua integridade psicológica? Também, né? Então, do ponto de vista científico, isso não é questionável. O que é questionável são outras questões, são outras leituras que não são feitas ou são feitas de forma precária...

Meu Deus, 15 segundos.

Aí, então, tem a questão também da violência e do controle coercitivo, e muitas mulheres são vítimas desse controle coercitivo e dessa ameaça em relação às alegações de subtração internacional e também de alienação parental, para manter ali a situação da violência.

Eu vou pular aqui para a questão do que essa nossa audiência nos convoca a pensar, que são justamente os desafios e salvaguardas necessárias, né? Então, eu lembro que, quando eu estava discutindo isso nesta reunião da convenção no ano passado, muitas pessoas disseram assim: "Nós estamos fazendo o nosso melhor". Infelizmente, fazer o melhor não é suficiente. A gente precisa colocar a mão na massa e fazer algo efetivo em relação a esses casos e em relação a essas crianças e a essas mulheres.

É importante entender que, no ambiente de Justiça como um todo, existem vários vieses, inclusive cognitivos, da forma como o processo de tomada de decisão é tomado, tem estereótipos de gênero que o próprio CNJ já coloca no seu protocolo, um processo de tomada de decisão que é focado nos adultos e não nas crianças, né? E peritos *ad hoc* sem expertise. Eu poderia trazer vários casos em que eu atuei, em que os peritos nomeados para atuar nos casos de Haia são completamente inaptos para atuar nesses casos, né? Então, a gente precisa realmente colocar as crianças e seus melhores interesses em primeiro lugar. E a gente faz isso tendo uma compreensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e construindo intervenções e protocolos que sejam de fato baseados em evidências e não em boa vontade. E é preciso também reconhecer e gerenciar adequadamente fatores de risco como a violência doméstica.

Muito obrigada. E sigo à disposição da Senadora e da Comissão para seguir nesses trabalhos. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Josimar. Nossa, você trouxe uma visão bem diferente para a nossa audiência, e muito importante! Muito obrigada pela sua explanação.

Agora eu queria chamar a Dra. Renata Gil de Alcântara Videira, que é Presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Agora, com a palavra a Dra. Renata Gil.

A SRA. RENATA GIL DE ALCÂNTARA VIDEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde a todas e a todos. É um prazer estar com vocês nessa sala.

Queria cumprimentar a Senadora Mara por mais essa iniciativa importantíssima nas delimitações que nós vamos ter que enfrentar agora para aplicação da Convenção da Haia nos termos e nos moldes do julgamento das ADIs que o Supremo Tribunal Federal acaba de realizar. E cumprimento especialmente todos desta sala, na pessoa do meu querido amigo Nicolao Dino, que tão bem conhece a matéria e representa tão bem os interesses dos menores e do Estado brasileiro ao mesmo tempo, porque nós estamos aqui, na verdade, protegendo o Estado brasileiro, mas protegendo muito e principalmente os interesses das crianças que convivem com essas mães, especialmente as mães que são vítimas de violência doméstica.

Eu ouvi aqui um pouco dos debates. A gente sabe que o Itamaraty tem um papel relevantíssimo nessa questão, porque ele precisa receber os pedidos de ajuda, dar os encaminhamentos para essas mães e fazer com que essa situação, que é uma situação, em tese, de sequestro, se dissipe, em proteção ao melhor interesse do menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu trago de novidade para as senhoras e para os senhores é que esse julgamento do Supremo Tribunal Federal trouxe de verdade... Embora o julgamento não fale explicitamente que houve uma mudança de interpretação da Convenção da Haia, houve sim uma mudança de interpretação; e essa mudança de interpretação... Embora tenha decorrido muito tempo para que isso acontecesse – a ação em si é uma ação longa; a gente tem, ao longo desse tempo em que a convenção é aplicada, muitos anos, muitas lágrimas, muito sofrimento e muito sangue derramado sobre os processos, como o Ministro Mendonça disse, ao proferir o seu voto –, é importante é que nós tenhamos em mente agora que essa nova interpretação traz parâmetros que são importantíssimos para nós, operadores da convenção, para nós, Estado brasileiro e como instituição que somos, para que nós tenhamos esses novos parâmetros e os apliquemos de uma forma efetiva.

Os processos da Haia são geralmente longos, e isso a gente consegue aferir pelos cento e poucos casos que nós conseguimos observar, de 2007 a 2025. Há um receio muito grande de qualquer exceção significar o não cumprimento da convenção, o que não é verdade, e nós não precisamos nos preocupar com essa situação. A gente está tratando aqui de uma mudança de *mens legis*, como a gente diz. Quando a gente cria uma lei, a gente tem uma intenção de criar aquela lei. Com a Convenção da Haia, na época, tiravam-se as crianças do ambiente que era o de vida deles, o ambiente favorável. E hoje, o que a gente vê é que, pelo menos nos processos brasileiros, 93% das pessoas que demandam são mulheres, são vítimas de violência, e, portanto, o interesse dessas crianças agora é invertido. É exatamente que elas saiam desse local de violência onde são vítimas ou de forma direta ou de forma indireta. Esse é um parâmetro que também já foi cristalizado no voto do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo disse o seguinte: que a violência doméstica é, sim, uma exceção, ela é uma nova forma de interpretação à aplicação da convenção.

Houve muito debate com relação a como se provar essa violência – se simplesmente com a palavra da mulher, se com algum documento –, e a gente aí encontra toda dificuldade. Eu ando pelo mundo inteiro, pelo meu instituto, trabalhando com as vítimas de violência e migrantes, e há uma grande dificuldade na língua – a maior parte das mulheres não sabe falar a língua do país em que elas vivem. Então, preencher um documento de polícia ou qualquer outro documento é muito difícil, e o papel das embaixadas e dos consulados é relevantíssimo. E o que nós fizemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Instituto Nós Por Elas, foi entregar um documento padrão, que é um formulário de risco (*Falha no áudio.*)... nos casos de violência doméstica no Brasil, mais resumido, para que (*Falha no áudio.*)... a adotar esse documento como prova dessa violência.

Isso parece que vai constar, inclusive, do acórdão – foi mencionado no voto do Ministro Dias Toffoli, ratificado pelo Ministro André Mendonça e pelo Ministro Alexandre. Então, esse documento, que é um documento preliminar e que já é oficial do Itamaraty, serviria como prova dessa violência.

O Ministro Barroso avança, determinando a adoção do protocolo com perspectiva de gênero no julgamento desses casos da Haia. Então, aquela norma, que é uma norma para todos os juízes brasileiros aplicarem com relação à violência doméstica que acontece dentro do território nacional, também vai ser obrigatória para os juízes brasileiros, e o Conselho Nacional de Justiça já vem fiscalizando, a Corregedoria Nacional vem fiscalizando, e o Plenário do Conselho Nacional de Justiça também tem cobrado dos juízes brasileiros a adoção desse protocolo, sob pena, inclusive, de responsabilização funcional, caso o protocolo não seja adotado.

Os Ministros também falam em duração razoável do processo e em eficiência; e determinam a instauração de um grupo de trabalho, no prazo de 60 dias, pelo Conselho Nacional, e aí é minha pasta, porque eu cuido não só da parte do combate à violência contra a mulher, da igualdade de gênero, do protocolo e da ouvidoria da mulher, mas também da parte da infância e juventude toda no Judiciário brasileiro. Então, o Foninj (Fórum da Infância e Juventude) vai realizar estudos, num grupo de trabalho, de uma nova forma de adoção de regras uniformes em todo o Brasil, quando for apresentada à Justiça brasileira um caso referente à Haia.

O Ministro menciona ainda varas especializadas na Justiça Federal, grupos de mediação. E aí eu abro um parêntese: pelas mães da Haia e pelos grupos que lutam muito por essa causa, a mediação não é um instrumento que eles gostam de usar, mas eu compreendo que a gente está vivendo um novo momento, e aí é uma nova forma de mediação – não é aquela mediação antiga, em que se privilegiava, inclusive, a palavra do pai; a gente vai ter aí também nessas mediações a adoção do protocolo com perspectiva de gênero. Então, é um outro momento da mediação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a questão do risco grave, que é bem mencionado no acórdão – risco grave de ordem física ou psíquica –, mesmo não sendo a criança a vítima direta daquela violência. Eu acho que esse é o ponto fundamental dessa decisão do Supremo, que vai ser, enfim, acolhida e toda destrinchada por nós no Conselho Nacional.

E eu gostaria de deixar, aqui, um convite a todos que se encontram nesta sala, para que mandem sugestões para o gabinete da Conselheira Renata Gil, para que a gente já inicie esse trabalho, o grupo de trabalho que é determinado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, com elementos e fundamentos daqueles que colocam a mão na massa.

Eu diria que foi uma grande vitória o voto, tal como ele foi proferido pelo Supremo, porque, quando nós começamos, eu atuei como Conselheira, acompanhando tudo isso, e conversei muito com o Ministro Jorge Messias no início. Quando se mencionou que o processo seria pautado pelo Ministro Luís Roberto, eu estive com o Ministro Messias e pedi que ele sensibilizasse a AGU dessa nova posição de nova interpretação da Convenção da Haia, e o Ministro Messias ajudou muito internamente. E o que nós percebemos durante o julgamento foi que os grupos que aderiram a essa tese da nova interpretação conseguiram sensibilizar os Ministros para que a gente chegasse a esse resultado.

E quero registrar também o papel fundamental do Parlamento, uma grande Bancada Feminina de Deputadas e de Senadoras compareceu à audiência no Supremo e, pela primeira vez na história, houve a sustentação oral pessoalmente por uma Parlamentar, que foi a Deputada Soraya Santos, que falou em nome do Parlamento, como se advogada fosse, como se Procuradora fosse do Legislativo, quebrando um paradigma anterior de que era necessário sempre que a representação fosse por algum advogado da Câmara e do Senado. Então, aquela emoção que a Parlamentar e as outras, que se sentavam ao lado dela, trouxeram ao plenário com a necessidade dessa mudança da interpretação e a visita que todos nós fizemos aos gabinetes geraram um julgamento que eu acredito que seja paradigmático, histórico.

São 103 países que subscreveram a convenção. Só falavam de violência contra a mulher apenas quatro países – pasmem! Em todo esse universo de países, a gente só tinha o Uruguai, a Austrália, o México e a Colômbia admitindo, de alguma forma (*Falha no áudio.*)... contemplada como uma exceção em interpretação à convenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E finalmente eu digo que nada disso significa descumprimento de convenção de tratado internacional pelo Brasil. Os tempos modificam as relações sociais, os fatos são modificados, e aquela questão que inventou a convenção, naquela época, da proteção à criança, do ambiente a que ela era acostumada, já não vigora quando a gente tem um caso clássico de violência – e eu não preciso dizer aqui os números de violência no Brasil e no mundo.

E tenham absoluta convicção, eu converso com muitas mulheres imigrantes, porque vou às Embaixadas, faço os treinamentos nos consulados para esse acolhimento. No mundo, a gente tem aproximadamente 150 missões diplomáticas e só temos dez EMUBs no mundo, que são os Espaços da Mulher Brasileira dentro dos consulados. E, na maior parte desses EMUBs, a gente não tem ainda psicólogo, nem assistente social e nem uma ordem procedimental para receber essa vítima de violência. Então, muitas mulheres, como foi dito aqui antes, ficam a descoberto não só em relação à representação, quando elas precisam entrar com um processo; existe uma gama de mulheres invisibilizadas, que não conseguiram nem sequer fazer a sua denúncia, que estão sem saber como recorrer ao sistema de justiça. São números diferentes que as polícias têm nos países, elas não sabem preencher os formulários de ocorrência nos países, e elas precisam muito dos consulados e embaixadas.

E esses consulados e embaixadas agora estão muito sensíveis a tudo isso, alguns estão à frente de todo o contexto. Eu cito como exemplo o Consulado de Portugal em Lisboa, cito como exemplo o Consulado de Roma, que já têm todos os procedimentos. Nós fizemos os treinamentos com eles, eles já têm os documentos e estão avançados nisso, mas ainda carecem de recursos humanos e de recursos financeiros para que essas mulheres acessem esses locais que são a Casa da Mulher Brasileira fora do Brasil. Então, é muito importante esse fortalecimento... Não importa só a decisão, e ela ser conhecida aqui no Brasil, porque... A maior parte das mães com quem a gente convive e que nos procuram no Conselho Nacional de Justiça e através do Instituto Nós Por Elas são pessoas que já têm advogados privados e têm condições financeiras de patrocinar a sua defesa, mas a maior parte das mulheres imigrantes brasileiras, quase em sua totalidade, são mulheres que saem como profissionais do sexo e como empregadas domésticas, que não têm recursos e nem instrução para levar os seus pedidos adiante.

Agradecendo mais uma vez a oportunidade, eu trago esse panorama do que está acontecendo agora no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou muito feliz, Senadora Mara, porque, do ano passado para cá, a evolução foi tão gigantesca, a gente abriu uma porta tão grande que eu acho que agora a gente ainda não tem a dimensão de quanta demanda reprimida existia – a gente vai receber muitos pedidos – e de quantas respostas... E nós que somos representantes de instituições ficamos muito felizes quando conseguimos dar resposta, quando conseguimos colocar fim a uma situação de violência ou uma situação familiar... Então, a gente vai poder dar essas respostas, porque os instrumentos foram criados por todos nós juntos, em conjunto, Executivo, Legislativo e Judiciário, irmanados na solução desse problema, que é um problema que não é nacional, que é um problema internacional. E a gente espera que com as mães da Haia a gente dê exemplos de combate verdadeiro à violência contra as mulheres no Brasil e no mundo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, muito obrigada, Dra. Renata Gil!

Também vejo um avanço muito grande. E nós no Legislativo também temos essa ansiedade por respostas às demandas que nos chegam. Então, nós também estamos muito felizes de esse assunto ter virado um assunto de bastante envergadura, com uma repercussão muito grande, ainda oportunamente com o julgamento das ADIs. E espero que a gente consiga cada vez mais evitar que esses sequestros aconteçam e, em relação àqueles que já aconteceram, evitar maiores danos e conseguir levar saúde mental tanto para os filhos quanto para as mães, com carinho e acolhimento, que é o que mais precisam – está aí nossa Maria Clara, que traz o depoimento.

Eu queria agradecer a todos a presença de cada um de vocês, pois é uma questão que nos ajuda muito para repensar caminhos, buscar, alinhar a Convenção da Haia aos direitos das nossas crianças e também à proteção das mulheres brasileiras.

Então, muito obrigada a todos.

Não havendo mais nada a tratar, se ninguém quiser falar mais nada, eu declaro encerrada esta audiência.

Obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 13 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e trinta e um minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Humberto Costa, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Marcos do Val, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2023 - CRE, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Finalidade:** Debater as iminentes alterações acionárias da Empresa Braskem S.A., empresa global no setor de petroquímica, causadora da maior tragédia socioeconômica-ambiental urbana do mundo, em março de 2018, na cidade de Maceió, Alagoas. **Participantes:** Excelentíssimo Senhor PAULO DANTAS, Governador do Estado de Alagoas; Excelentíssimo Senhor RAFAEL BRITO, Deputado Federal por Alagoas; Senhor RICARDO ANTUNES MELRO, Coordenador do Núcleo de Proteção Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Alagoas; Senhor HUGO WANDERLEY CAJU, Presidente da Associação Dos Municípios Alagoanos – AMA; Senhor ABEL GALINDO MARQUES, Professor, Mestre em Geotecnia e Autor do livro "Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió"; Senhora ISADORA PADILHA DE HOLANDA CAVALCANTI, Arquiteta e Urbanista, Autora do livro "Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió"; Senhor JOSÉ ELIAS FRAGOSO PEREIRA, Professor, Economista e Autor do livro "Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió"; Senhor EDSON JOSÉ DE GOUVEIA BEZERRA, Sociólogo, Professor e Autor do livro "Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió"; Senhora CAMILA DELLAGNESE PRATES, Socióloga e Professora; Senhor ANTÔNIO DOMINGOS DOS SANTOS, Líder Comunitário e Representante dos moradores de bairros atingidos; Senhor ALEXANDRE AYRES, Deputado Estadual (MDB-AL); Senhor ALEXANDRE DE MORAES SAMPAIO, Associação de Empreendedores; Senhor MAURÍCIO SARMENTO DA SILVA, MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem; Senhora TEREZA NELMA, Secretária Nacional de Aquicultura; Senhor CÁSSIO DE ARAÚJO SILVA, MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem; e Senhor SILVIO OMENA DE ARRUDA, Advogado das vítimas da BRASKEM. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e dois horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/08

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente audiência interativa tem como objetivo debater as iminentes alterações acionárias da empresa Braskem S.A., empresa global no setor de petroquímica, causadora da maior tragédia socioeconômica e ambiental urbana do mundo, em março de 2018, na cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.

Esta audiência pública se realiza em função de Requerimento 17, de 2023, de minha autoria.

A reunião será, como disse, interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu destaco, com muita honra, as presenças na mesa do Exmo. Sr. Governador do Estado de Alagoas, Paulo Dantas; do Sr. Ricardo Antunes Melro, Coordenador do Núcleo de Proteção Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, à minha esquerda; da Professora Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti, arquiteta e urbanista; do Deputado Estadual Alexandre Ayres; do Abel Galindo Marques, Professor e Mestre em Geotecnia; do Professor Edson José de Gouveia Bezerra, Professor e Sociólogo; do Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Brito, Deputado Federal pelo Estado de Alagoas; do Prefeito Hugo Wanderley Caju, Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos; da Professora Camila Prates, Professora e Socióloga; do Sr. Antônio Domingos dos Santos, nosso querido Sassá, líder comunitário e representante dos moradores de bairros atingidos; do Professor José Elias Fragoso Pereira, Professor, Economista, grande amigo e amigo de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria destacar também a presença honrosa do Alexandre de Moraes Sampaio, pela Associação dos Empreendedores, e as honrosas presenças do Maurício Sarmento da Silva e do Cássio de Araújo Silva, ambos representando o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem.

Esclareço às senhoras e aos senhores debatedores que concederei a palavra, alternadamente, por até 15 minutos – anunciaremos antes o tempo, evidentemente. Em seguida, quando terminar a última intervenção ou exposição, nós abriremos a fase de debates, com perguntas, respostas, réplica, tréplica e assim por diante.

No dia 29 de maio, ocupei a tribuna do Senado Federal para expressar minha angústia pessoal diante da morosidade em torno das indenizações para reparar, em parte, os danos de um dos maiores acidentes ambientais urbanos do mundo, o Caso Braskem, que também precisava e precisa – e este é o objetivo maior desta audiência pública – ser nacionalizado e não ficar minimizado ou restrito como um problema localizado de Alagoas. Trata-se de uma tragédia humana de enormes proporções, cuja solução se arrasta ao longo dos últimos anos.

O caso ganha gravidade e magnitude em razão das negociações, algumas sub-reptícias, para transferência total ou parcial das ações da empresa. Tratativas públicas ou escamoteadas não irão prosperar até que os prejuízos causados sejam honrados pela Braskem, pelos sócios atuais ou pelos sócios futuros.

Reunimos em Maceió vítimas e representantes da Defensoria e juntos fizemos reuniões com o Ministério Público estadual e com o Exmo. Governador de Alagoas. E, na última sexta-feira, estive também reunido com o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. Iremos viabilizar outros encontros com o Presidente da Assembleia Legislativa e também com o Ministério Público Federal. Vamos incluir também outros interessados e agendar, igualmente, conversas com o Presidente da Braskem, já solicitada, com quem já falei em algumas oportunidades, e também com o Presidente da República, dada a sua preocupação com a reindustrialização do país e sua agenda externa, baseada na preservação do meio ambiente.

Dando prosseguimento a essas ações, apresentei o Requerimento n° 17, de 2023, para agendar a presente reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um fórum mais que adequado para debater as repercussões que têm potencial para afetar a imagem do Brasil no cenário internacional, uma vez que envolve um dos conceitos mais vulneráveis do Brasil sobre desastres e crimes socioambientais causados por um importante...

Senador, uma honra muito grande tê-lo aqui.

Como dizia, causados por um importante protagonista econômico global. A Braskem é a maior petroquímica da América Latina e uma das três maiores petroquímicas do mundo, com plantas em muitos países, participações e representações em outros tantos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de nos posicionarmos sobre o cenário atual, convém relembrar o desastre ambiental ocorrido em Maceió há cinco anos. Na ocasião, um tremor de terras, um terremoto fez-se sentir por moradores de vários bairros da capital alagoana. Na sequência – e estou aproveitando este momento para trazer algumas informações –, surgiram rachaduras em diversas edificações, desabamentos de paredes e tetos, fendas nas ruas, afundamento de solo e surgimento de crateras e cavernas. Os danos estruturais foram se agravando até que um novo tremor, ocorrido semanas após o primeiro fenômeno, conferisse ares apocalípticos ao episódio.

A Braskem deixou um rastro de destruição, dores, perdas irreparáveis e um cenário de cidades fantasmas. Está sobejamente comprovado que o dano causado está diretamente relacionado com a operação da empresa na exploração do sal-gema na capital alagoana – danos materiais que jamais alcançarão os malefícios de saúde, afetivos, mobilidade e psicológicos em vários bairros, notadamente nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Farol. Perto de 200 mil alagoanos foram severamente prejudicados, em mais ou menos 15 bairros, por uma atividade inconsequente e danosa ao meio ambiente.

O Mutange, por exemplo, é um bairro inabitado. Passar pelas ruas que afundaram por causa da mineração traz a mórbida impressão de estarmos em um cenário de caos, de um pós-guerra, de ruínas e escombros. São casas destruídas, ruas fantasmas e muros inscritos com frases de dor, revolta, saudade e lembranças amargas.

O desastre criou cidades fantasmagóricas e forçou dezenas de milhares de pessoas a abandonarem os bairros e seus lares. Cerca de 15 bairros, como disse, foram atingidos, quase 14 mil casas foram destruídas, com 200 mil moradores, direta ou indiretamente, afetados. Houve também grave repercussão social e econômica, com retração de atividades econômicas estimadas em 11%, aumento do desemprego, só por causa desse evento, estimado em 2%, e queda de ICMS que, segundo levantamentos feitos pelo Governo do estado, superaram, na época, R$3 bilhões, além da perda de equipamentos urbanos importantíssimos, como hospitais, escolas, creches, estações de tratamento de água, entre outros.

Uma equipe multidisciplinar, organizada pelo Serviço Geológico do Brasil, contando, na época, com 52 pesquisadores, concluiu, mais tarde, que não se tratava de fenômeno geológico natural, mas, sim, de uma sequência de erros técnicos e omissões de responsabilidade no processo de extração do sal-gema na região, o que findou por desestabilizar a estrutura geológica da capital, marcada pela existência de cavernas subterrâneas.

Os Ministérios Públicos Estadual e Federal, em Alagoas, e a Braskem firmaram um acordo em 2019, mas há, sem dúvida nenhuma, já disse e queria repetir, claros indícios de que os recursos provisionados para indenizar os refugiados ambientais da capital e de outros municípios do estado são insuficientes. Os recursos provisionados foram apenas para a indenização de imóveis. Foram verificadas, ainda, distorções entre os primeiros pagamentos e as indenizações mais recentes, gerando assimetrias e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injustiças incompreensíveis. Em paralelo, a mudança acionária pode representar, na prática, um calote para aqueles que possuem verdadeiramente valores a receber.

Por tudo isso, senhoras e senhores presentes, nós convidamos para o debate o Exmo. Governador Paulo Dantas; o Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Brito; o Deputado Estadual Alexandre Ayres; o Defensor Ricardo Antunes Melro, Coordenador do Núcleo de Proteção Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Alagoas; o Prefeito Hugo Wanderley, representando aqui, nesta oportunidade, a Associação dos Municípios Alagoanos; o Sr. Antônio Domingos dos Santos, líder comunitário e representante dos moradores de bairros atingidos; a Dra. Camila Prates, especializada em sociologia ambiental; e os Srs. José Elias Fragoso, Abel Galindo Marques, a Sra. Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti e o Professor Edson José de Gouveia Bezerra, autores do livro *Rasgando a Cortina de Silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió*.

Do livro que acabei de mencionar, tomo liberdade de citar parte do *release* de lançamento – aspas:

> As versões que o cidadão de Alagoas conhece sobre a exploração do minério em Maceió têm como foco encobrir ou relativizar problemas graves, como a ameaça potencial à vida e à saúde de centenas de milhares de pessoas que vivem, trabalham ou estudam no perímetro da planta industrial da Braskem, no Pontal da Barra [paraíso ecológico entre o mar e a lagoa]. Ou criar narrativas milimetricamente esculpidas para edulcorar fatos graves, como o megadesastre que dizimou grande parte da região noroeste de Maceió. A mineradora e as autoridades desde sempre "controlaram" a informação quando o tema é a exploração do sal-gema.

Como se vê, o caso é gravíssimo. Eu tenho insistido muito claramente que a mim não importa – e, mais uma vez, quero dizer –, em princípio, a recomposição acionária da Braskem e quem venha a comprar ações ou mesmo a controlar a empresa. Por outro lado, o plano de negócios da Petrobras certamente está bem desenhado sob orientação do ex-Senador Jean Paul Prates, atual Presidente da Petrobras.

O meu ponto, senhoras e senhores, é conclamar as partes envolvidas a registrarem, de modo indubitável, o seu compromisso com o pagamento justo dos prejuízos causados pela Braskem, em bases satisfatórias para os refugiados ambientais, para a Prefeitura de Maceió e outras prefeituras, o Estado de Alagoas e outros municípios adjacentes.

Como disse em Plenário no dia 29, não podemos permitir que se resolva o problema da Braskem sem que se resolva antes o problema de Maceió, do Estado de Alagoas e principalmente das vítimas.

Registro, por oportuno, que o Presidente do Senado Federal – e, mais uma vez, eu quero de público agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco – não hesitou em fazer coro com a nossa denúncia e com o nosso arrazoado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez equacionada essa questão preliminar que se impõe, eu me sentirei à vontade, inteiramente à vontade, para apoiar qualquer redefinição acionária no caso da mineradora, desde que respeitados os regramentos legais e que subsista o interesse público.

É fundamental ainda que a Braskem comece a construir – e existem várias propostas nessa direção – um novo bairro com pelo menos 14 mil habitações, com hospitais, creches, escolas, quartel de polícia, infraestrutura, de modo a devolver o desenvolvimento que foi interrompido quando da instalação da Braskem no Estado de Alagoas, fazendo com que as pessoas tivessem, coercitivamente, que mudar de lugar e, com isso, gerando desemprego, instabilizando o consumo e definindo os horizontes com a construção de um bairro moderno, que vai, sem dúvida nenhuma, criar uma oportunidade para que Alagoas possa, sem dúvida nenhuma, retomar esse desenvolvimento.

Senhoras e senhores, lembro que esta é uma audiência pública aberta à comunicação com o público, interativa, e todos os cidadãos podem participar por meio do Portal e-Cidadania. Espero contribuições capazes de qualificar o debate e elucidar dúvidas que são absolutamente pertinentes, em debate franco, despido de rancores e desconfianças. Espero que possamos confluir para o desenlace satisfatório dessas relevantes questões.

Na década de 70, nós tivemos um presente, um cavalo de troia: uma mineradora, a petroquímica Braskem, se instala em Maceió, em plena capital do Estado de Alagoas – não foi em um rincão, no Brasil profundo, em lugar isolado – e começa a fazer a mineração do sal-gema, que nada mais é do que uma espécie de sal de cozinha acrescido de cloreto de potássio e de cloreto de magnésio. E passa a fazer uma mineração criminosa, irresponsável, absolutamente irresponsável, porque tirava o minério e nada colocava em seu lugar, como manda a legislação. E aquilo, ao longo dos anos – são quase 50 anos de mineração irresponsável – implicou a formação de cavernas, e nós tivemos, como consequência, o afundamento de cinco bairros.

Mais de 14 mil imóveis já foram indenizados. Eu falei rapidamente e queria repetir: os recursos provisionados, R$8 bilhões, são insuficientes e, agora, todos os dias, a imprensa nacional repete que há em curso uma mobilização societária, acionária da Braskem. O Estado de Alagoas – e falo por mim, falo pelo Governador do estado, pela representação federal, por todos que estão aqui presentes – não tem nada a ver, absolutamente, com quem vai ou não se candidatar para comprar as ações da empresa. Não é isso! Nós queremos colocar uma preliminar, e esta audiência pública é para que, definitivamente, essa preliminar seja colocada. Antes que se resolva o problema da Braskem, por favor, resolvam os problemas do Estado de Alagoas e, principalmente, das vítimas desse desastre ambiental, dessa tragédia ambiental!

Tragédia pressupõe uma coisa inesperada, não é? Desde a instalação da sal-gema, que era o antigo nome da Braskem em Maceió, que essas coisas eram antevistas, esperadas; aliás, expectativas essas – está aqui o Prof. Abel Galindo Marques – que ainda continuam, porque nós não temos nenhum indicativo de que aquelas coisas cessaram e não poderão deixar de voltar a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu tenho a satisfação de, em primeiríssimo lugar, conceder a palavra ao Governador do Estado de Alagoas, Paulo Dantas.

Com a palavra V. Exa. pelo tempo que for necessário utilizar nesta primeira fase das intervenções.

O SR. PAULO DANTAS (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de abraçar o nosso Exmo. Senador Renan Calheiros e parabenizá-lo pela propositura. Gostaria também de cumprimentar o Presidente da AMA, o nosso querido Hugo Wanderley; o Deputado Federal Rafael Brito; aqui na mesa a querida Profa. Isadora, na pessoa de quem abraço também a Profa. Camila; o nosso querido Defensor Público Ricardo Melro; o Deputado Estadual mais votado nas últimas eleições em Alagoas, o Deputado Alexandre Ayres; o Senador Marcos; e todos os que estão aqui a prestigiar esta audiência pública.

Em nome do povo de Alagoas, desejo, em primeiro lugar, externar a importância da iniciativa tomada por V. Exa., Senador Renan Calheiros, meu conterrâneo, ao requerer a realização de uma audiência pública para discutir a questão da Braskem, uma empresa petroquímica de ação global que se tornou responsável por uma tragédia urbana sem similar em outra cidade do planeta.

Estamos tratando da planta industrial da empresa em Maceió, onde começou a mineração, no coração da cidade, em 1976, pela estatal Sal-gema Indústrias Químicas S.A. De lá para cá, com quase meio século de extração da matéria-prima da restinga do Pontal da Barra, passando pelo Trapiche, Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Sanatório, Farol e Pinheiro, um histórico de acidentes e agressões ao meio ambiente até culminar com o colapso do subsolo em extensa área habitada em nossa capital.

A catástrofe atingiu diretamente mais de 60 mil alagoanos, que tiveram de abandonar 16 mil imóveis, a partir do ano de 2018, diante do afundamento de ruas e a saída forçada dessa gente, levando a dor da perda, inclusive dos laços afetivos com seus locais de moradia que se transformaram em extensos bairros fantasmas no meio da capital alagoana. Na verdade, o impacto causado pelos 35 poços de mineração foi muito mais longe, prejudicando um universo estimado em 200 mil pessoas, mais de 20% do total da população de Maceió, num efeito colateral decorrente do epicentro do afundamento dos bairros.

A Federação do Comércio do Estado de Alagoas, pelo seu instituto de pesquisa, aferiu, em janeiro de 2019, 2,7 mil empresas somente no bairro do Pinheiro, sendo que 2 mil delas eram consideradas microempresas, sem falar nos microempreendedores individuais, nos pequenos negociantes e nos prestadores de serviço em geral.

Por essas razões, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados Federais, Sras. Deputadas Federais e demais presentes, o Governo de Alagoas também se associa à luta travada pelo movimento unificado das vítimas da Braskem e da Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro e região afetada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inconcebível tratar da venda de ações e do futuro dos acionistas sem incluir na pauta as justas indenizações reivindicadas pelas vítimas, que são moradores dos flexais, das quebradas, da Marquês de Abrantes e da Vila Saem, que necessitam ser realocados e indenizados, assim como as vítimas que estão na borda do mapa de risco, que, até agora, infelizmente, estão excluídas de qualquer reparação.

Se o provisionamento inicial de recursos ainda não viabilizou o devido ressarcimento financeiro nesse seguimento de comércio e serviços, nem de todas as famílias diretamente prejudicadas, imaginem a perda gerada ao Estado de Alagoas. Nossa equipe está contabilizando criteriosamente o prejuízo, pois não se pode determinar de imediato com exatidão todas as consequências geradas pelo desastre que envolve danos de ordem material e imaterial, com retração absurda na atividade econômica na casa de 11%, o que ensejou, no mínimo, uma redução de 2% no índice de emprego. Entretanto, posso adiantar que os nossos técnicos da área fazendária já estimam um prejuízo em torno de R$3 bilhões na arrecadação de ICMS de Alagoas.

O desastre causado pela Braskem também destruiu infraestruturas sob o domínio do estado, sem falar em projetos de mobilidade urbana desenvolvidos pelo Governo com equipamentos públicos desativados no rastro da destruição, num estado carente como o de Alagoas, cuja dívida social e histórica ainda é significativa e que levam o nosso Governo a enfrentar tudo isso com a maior rede de proteção social de toda a história, mas os danos causados ao erário ganham mais relevância pela necessidade de acelerarmos ainda mais o nosso desenvolvimento e recuperar o tempo perdido em razão da tragédia.

Não podemos desperdiçar nenhum centavo. Muito além do denominado dano emergente, que é o prejuízo em si, há ainda que contabilizar os lucros cessantes que significam os ganhos que o Estado de Alagoas ficou impedido de desfrutar em razão da lamentável ocorrência produzida pela empresa. Temos, portanto, pressa na busca da solução.

Diante dos graves problemas advindos da catástrofe da mineração, é fundamental consolidar uma posição no Senado Federal no sentido de que as reparações ainda pendentes de respostas ocorram antes de qualquer negociação de venda das ações da Braskem, como bem externou S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco na sessão em que o Senador Renan Calheiros denunciou a situação na tribuna desta Casa.

O melhor caminho é o da reconciliação da empresa com a sociedade alagoana e com as suas instituições. Essa pacificação somente será plena com a justa reparação dos prejuízos causados às pessoas, ao meio ambiente, aos equipamentos urbanos e ao setor público. Essa é a nossa expectativa.

O meu agradecimento aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por terem aprovado a realização desta audiência pública. Por fim, devo, especialmente, agradecer ao Senador Renan Calheiros e reconhecer seu compromisso e esforço, porque abraçou essa causa humanitária, cuja repercussão ultrapassa as divisas da nossa querida Alagoas.

Minha gratidão, Senador Renan, e o meu muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Governador Paulo Dantas.

Eu, mais uma vez, registro, com muita satisfação, as presenças honrosas do João Paulo Madruga, que é Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Petrobras, representando nessa oportunidade o nosso querido Presidente, Jean Paul Prates.

Eu, mais uma vez, registro e agradeço a presença do Senador Astronauta Marcos Pontes; da mesma forma, a presença do George Santoro, que foi Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas e atualmente exerce o cargo de Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes.

Eu agradeço também à Dra. Céline Barnwell, que representa as vítimas da Braskem nos tribunais da Holanda.

Muito obrigado por sua presença.

E destaco também a presença do Sílvio Omena de Arruda, um dos advogados das vítimas da Braskem.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Ricardo Antunes Melro, Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Proteção Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.

O SR. RICARDO ANTUNES MELRO (Para expor.) – Boa noite a todos e a todas!

Começo cumprimentando o Senador Renan, o Presidente da nossa Comissão, através de quem cumprimento os seus colegas do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. RICARDO ANTUNES MELRO – ... e todos os servidores públicos da Casa.

Cumprimento também o nosso Governador Paulo Dantas, que desde o primeiro dia do mandato vem com o pé lá no fundo do acelerador, trabalhando muito, com mais de 300 obras em andamento, lutando muito para virar aquela mesa da desigualdade que existe em todo o Brasil e em Alagoas não é diferente.

Parabéns, Governador!

Agradeço ao meu amigo Alexandre Ayres, Deputado estadual mais votado, como já foi dito, e o cumprimento, e também o Rafael Brito, o Santoro. Cumprimento os representantes das vítimas na pessoa do Maurício Sarmento, que tem sido um grande guerreiro; o Alexandre; o Prof. Edson.

Vou começar minha fala, Senador, falando um pouco da Braskem, porque as pessoas que a defendem, com certa razão, dizem que ela tem uma importância muito grande para o Estado de Alagoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerando emprego, gerando renda, levando riqueza para Alagoas, mas ninguém pode, jamais pode se esquecer de que a maior riqueza de Alagoas, de Maceió é o seu povo, povo que tem sido maltratado pela empresa, maltratado, vilipendiado e pisoteado.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, a Braskem, na prática, impôs uma verdadeira chantagem à população, porque, na medida em que ela se sentava para negociar com os cidadãos e acertava com eles o valor do dano material, ela impunha um valor de dano moral absurdo, sem nenhum parâmetro legal, parâmetro jurisprudencial, no seguinte sentido: "Está aqui seu dano material; agora, a gente só paga se você aceitar R$40 mil para toda a sua família por danos morais". O cidadão, desesperado, querendo retomar a sua vida num local seguro, terminava aceitando, porque, se não aceitasse, nas palavras da própria Braskem, que fosse à Justiça; que fosse bater às portas dos tribunais; que, se o acordo, se a proposta não estava boa, pior seria ir à Justiça, esperar dez anos, sem saber se, ao fim e ao cabo, teria um valor melhor.

E eu digo que para esse valor, para esse método que foi adotado pela Braskem não existe parâmetro, porque ele fere frontalmente o princípio da igualdade. Porque, quando você fala de dano moral, você está falando de dano à personalidade – cada cidadão é singular, tem seus sentimentos, e você não pode tratar os desiguais de forma igual. Isso não é tratá-los com igualdade. Por exemplo, se você tem uma casa, uma residência com oito cidadãos, uma família com oito pessoas, R$40 mil vai dar R$5 mil para cada um, ao passo que o vizinho de muro desse cidadão tem um casal, tem lá um casal de idosos e vai ganhar cada um R$20 mil. Veja, isso aí é a igualdade formal totalmente quebrada. Mas, levando em consideração que esse cidadão teve um derrame, o vizinho teve o derrame, um senhor, pela tensão que tem passado, com a esposa numa profunda depressão, também está sendo tratado igual a esse vizinho. Nada disso foi levado em consideração pela Braskem. Ela tarifou, e, na medida em que ela tarifou, ela violou a Constituição, violou todo o ordenamento jurídico. E não adianta dizer, qualquer adulto responsável não pode dizer, que ninguém é obrigado a fazer esse acordo. Não tem como! O cidadão que não fizer esse acordo... E muitos deles não têm estrutura financeira para sustentar uma demanda durante dez anos ou quinze anos; ele termina se submetendo mesmo. Essa é a grande verdade.

E não foi diferente – eu diria que ainda foi pior – nos Flexais do Bebedouro, em que, desta feita, foi emplacado, dentro de um acordo feito com as outras instituições, o valor de R$25 mil por casa – nada disso que eu estou falando, nem os R$40 mil, nem os R$25 mil, é por cidadão; é por casa. No Flexal de Bebedouro há uma peculiaridade, Senador, que há três laudos, três estudos oficiais: um de um antropólogo do MPF, outro da própria Defesa Civil Municipal e um outro do Prof. Edson, da UFAL. Eles concluem que a população tem o direito a ter uma alternativa de continuar no bairro com a sua melhoria naquela localidade, ou ingressar num programa de compensação, de indenização e buscar um outro local, porque mantê-la ali é condená-la a piorar a sua saúde mental, é uma verdadeira pena. E esses laudos foram solenemente dispensados em favor de um laudo contratado pela Braskem; e, com este laudo contratado pela Braskem, foi forçada a população a permanecer ali, contra a vontade, num local escuro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abandonado, que não tem os serviços mais básicos do poder público e muito menos os serviços que um bairro vivo deveria ter: uma mercearia, um açougue, uma farmácia, sem falar no alto índice de problemas de saúde mental em toda a área.

Estamos falando aí, no total, de, aproximadamente, 170 mil pessoas, se você for colocar o que está dentro do mapa. O entorno, que recentemente foi confirmado pelo TRF da 5ª Região, também é uma área de risco – essa área de 1km onde as seguradoras não querem financiar os imóveis, porque, de fato, o movimento é dinâmico e ninguém sabe o que vai acontecer.

E a Braskem, até hoje, não reconheceu esse problema.

Então, Senador, esse seu olhar agudo, nessa possibilidade da movimentação acionária, foi muito importante para tentarmos trazer a Braskem para a mesa de negociação, porque o tempo da Justiça é um tempo muito diferente. O ônus do tempo sempre recai sobre quem foi vítima. Para você invertê-lo, você precisa de uma liminar, uma tutela de urgência, que nem sempre é concedida, e, quando é concedida nos recursos, pode acontecer como no exemplo de 2020: bateu ao STJ, e o Presidente da época, além de suspender o bloqueio de 6 bilhões, determinou que nenhum outro bloqueio fosse feito até o trânsito em julgado da ação.

Veja, uma ação dessas vai caminhar 20, 15 anos. Então, o tempo da política é um tempo mais próximo do tempo real, que urge ao cidadão, de que ele necessita.

Um dado importante também, Senador, que não pode deixar de ser mencionado, é que, enquanto a Braskem negociava a bagatela de R$25 mil para pagar a população do Flexal, sem qualquer contato com essa população, ela distribuía, no mesmo período, um lucro de R$7,1 bilhões – isso mesmo, Governador Paulo, R$7,1 bilhões, e destinou a bagatela de 25 mil a suas vítimas!

A Braskem tem contas a acertar. Por baixo, nós, conversando – nós conversávamos com os colegas –, por baixo, é uma conta de R$30 bilhões. Ela precisa vir para a mesa, conversar.

Um outro dado interessante é acerca desse processo que caminha na Justiça. Só para vocês terem uma ideia, o juiz, ao negar a liminar, disse que ainda, neste momento, há fundada dúvida acerca da responsabilidade da Braskem por pagar esse dano.

Veja que nem a Braskem, em sua defesa, alegou isso, até porque ela assinou, e, se ela assinou o acordo, mesmo sendo um acordo de uma bagatela de R$25 mil, que a população está aceitando em massa, não porque entende que é justo, mas porque foi colocada, há dois anos, em situação de penúria, sem qualquer ajuda.... Hoje ela aceitaria até R$1 mil, é uma população muito carente.

E o juiz, neste momento, ainda tem dúvida acerca da responsabilidade da Braskem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por aí. É só para mostrar como é difícil você tramitar tudo isso na Justiça. Tem uma ação na Holanda. Esperamos que essa ação, juntamente com essa ação política, venha a trazer um precedente que traga vergonha, realmente, ao Judiciário brasileiro e alagoano de ter que sair daqui e atravessar o Atlântico para buscar Justiça lá na Holanda.

Um fato também que não pode passar aqui despercebido é que, em toda aquela área – veja que interessante, que absurdo – que foi afetada, que está lá abandonada, a Braskem sempre disse, em todos os locais a que chegou, que não será construído nada, que aquilo ali será um grande parque para a população alagoana. No entanto, num acordo socioambiental, está previsto claramente que, se ficar comprovado que aquela área não vai mais afundar, que conseguiu cessar esse afundamento, e se tiver uma autorização no plano diretor, a Braskem estará livre para utilizá-la comercialmente. O que dizer a essa população que foi deslocada forçadamente, a esses refugiados ambientais, quando virem ali torres, condomínios indo até a Lagoa Mundaú com a área molhada, com a Fernandes Lima atrás? O que vamos dizer?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O pior de tudo, Ricardo, é a consequência, é a punição para o crime que não vem, e, além do crime, o objetivo da Braskem é obter lucros imobiliários. Isso é uma coisa com que nós não podemos concordar de forma nenhuma que venha a acontecer.

O SR. RICARDO ANTUNES MELRO – Perfeito.

Em uma reunião com seus advogados da Braskem, eles colocaram que "não, independentemente do que está escrito, não vai utilizar". Então, pronto. Vamos fazer um termo aditivo e tornar sem efeito essa cláusula. Ou então, se ingressarmos com uma ação civil pública para anulá-la, que vocês concordem com a anulação. O silêncio é sepulcral. Então, isso também precisa ser enfrentado, porque aquela área tem que ser tratada, ser revertida para bem de uso comum do povo. Se revestida ao município ou ao estado, não sabemos – acredito que ao município –, mas que ali seja feito um grande memorial para que nunca mais os alagoanos se esqueçam do que uma mineração predatória e irresponsável pode causar numa cidade.

Sabemos, Senador, que um dano à personalidade não tem preço, essa é a verdade, não é? Prefeito Hugo, qual é o preço da história da sua vida? Deputado Rafael? Quanto é que vale, Senador, a história de nossa vida? Não tem preço, mas a Braskem pode e deve buscar uma justa compensação. E esperamos que V. Exa., com esse seu olhar agudo, atento e essa sua ação política, force a Braskem a vir à mesa de negociação para esmaecer, melhorar essa dor que a população tem sofrido, essa sensação de injustiça, para que no mínimo ela passe a indenizar a cada cidadão, e não o núcleo familiar, com no mínimo o valor de R$50 mil, R$70 mil. E isso nós estamos falando no mínimo, porque, se formos observar o que a Cáritas, num grande e laborioso estudo que fez para Brumadinho, disciplinou, são R$200 mil, sempre que se mudar o cotidiano de uma comunidade, como foi o caso de Maceió. Então, numa mesa de negociação, é possível buscar o que for mais justo para a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, agradeço a palavra, o convite e seguimos aqui à disposição devolvendo a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Ricardo Melro, e eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Federal Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (Bloco/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Renan, prazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes, eu queria registrar somente a presença honrosa da Prefeita Ziane Costa, que é Prefeita de Delmiro Gouveia, lá na tríplice fronteira com Pernambuco, Bahia e Sergipe.

Com a palavra V. Exa.

O SR. RAFAEL BRITO (Bloco/MDB - AL. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Renan, Governador Paulo Dantas, Dr. Ricardo, Alexandre, Alexandre de Moraes Sampaio, José Elias, enfim, todos que aqui estão.

Eu queria começar, Senador – eu fiz algumas anotações a caminho daqui –, mas, ouvindo o senhor, ouvindo o Governador Paulo Dantas, ouvindo o Dr. Ricardo, eu queria começar com uma frase que todo jurista conhece, Dr. Ricardo: "Ninguém pode se beneficiar da própria torpeza". A Braskem não pode se beneficiar do próprio crime. Isso não foi uma tragédia ambiental causada ao acaso, isso foi um crime ambiental cometido por uma extração de minério de forma equivocada. Isso já está comprovado. Ninguém pode se beneficiar dessa torpeza para, inclusive no futuro, ser beneficiado aproveitando-se da área imobiliária, Dr. Ricardo.

Eu estava conversando aqui com o Dr. Fragoso: eu fui vítima, meu pai foi vítima do caso da Braskem, de que a gente está tratando aqui agora. A minha família é uma das 15 mil famílias que tiveram que deixar a sua casa, e a indenização que foi recebida, Dr. Ricardo, é praticamente um contrato de compra e venda da área que era da minha família. Se é um contrato de compra e venda, exatamente nesse momento agora em que a empresa está sendo negociada, parte da empresa está sendo negociada, essas indenizações não são indenizações, estão no ativo, Senador Renan. É óbvio! Isso foi pago da conta caixa para a conta imobilizado. Não há perda financeira para quem causou o crime. Então, é esse tipo de situação que a gente precisa saber, dentro dessa negociação, Senador Renan, como isso está sendo tratado do ponto de vista contábil mesmo da Braskem, da Novonor, de quem quer que seja que está negociando as suas ações.

O crime ambiental do Pinheiro e os imóveis que foram indenizados não podem ser tratados como um ativo. Essa empresa não pode, daqui a dez anos, ter tirado 15 mil famílias da sua casa, movimentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60 mil pessoas, causado problema em 20% da área urbana da nossa capital e daqui a alguns anos ganhar dinheiro do ponto de vista imobiliário com essa tragédia.

Então, repito, agora no meio, "ninguém pode se beneficiar da própria torpeza". E esse é um caminho que a gente precisa buscar na justiça para que, se aconteça uma troca acionária – isso não é nenhum problema –, mas que, dentro dessa troca acionária, o comprador e o vendedor saibam que isso não é uma transferência contábil de conta caixa para conta imobilizado, Senador Marcos Pontes. Isso é um prejuízo e tem que ser calculado como prejuízo em alguma maneira.

E aí, Senador, vim agora há pouco e vi aqui algumas notícias de agora, da imprensa, e trouxe duas delas.

Uma é da *IstoÉ*: "[Ações da] Braskem chegam a saltar mais de 20% após Novonor receber proposta por fatia na petroquímica". É matéria de hoje, às 2h da tarde.

"Braskem: Novonor recebe proposta por fatia na empresa, mas não dá detalhes; [a alta é de 22%]". Matéria é de agora há pouco da *InfoMoney*, do mesmo dia, de hoje.

Então, o que a gente não pode aceitar de forma alguma...

E eu queria, Alexandre, me somar a vocês nessa frase e nesse princípio do direito. A Braskem precisa dar uma solução, Dr. Ricardo, de alguma forma, para quem saiu das suas casas, seja financeira, seja materialmente falando, para que todos fiquem satisfeitos. Só quem não pode ficar satisfeito nisso tudo é a própria Braskem. E na forma como isso está se encaminhando, talvez daqui a cinco, dez, quinze anos, a Braskem saia mais satisfeita do que todos nós sairemos.

Era isso, Senador, com que eu queria contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Deputado Rafael Brito.

Eu concedo a palavra, com satisfação, ao Deputado Alexandre Ayres.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALEXANDRE AYRES (Para expor.) – Boa noite, senhoras e senhores. Eu queria saudar o Exmo. Senador Renan Calheiros e parabenizá-lo pela nacionalização dessa discussão tão importante. Eu observo aqui a fisionomia dos moradores, dos professores das universidades que têm discutido esse tema durante os últimos cinco anos. Aqui também a satisfação do Dr. Ricardo, um Defensor Público que abraçou essa causa em defesa dos moradores tão prejudicados nessas áreas de Maceió.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A chegada de V. Exa. a essa discussão, além de nacionalizar o tema, traz para a gente, enquanto cidadão alagoano, uma ponta de esperança, para que, unindo os esforços da bancada federal com o Deputado Rafael Brito e com o Exmo. Governador Paulo Dantas, que prontamente nos recebeu, Senador Renan, quando solicitamos uma audiência ao lado dos moradores, pudéssemos trazer essa discussão não somente para aquelas vítimas ou para essas vítimas que foram atingidas, não somente de maneira material, mas, como foi dito aqui pelos oradores que me antecederam, de maneira moral e, sem dúvida nenhuma, de forma irreparável.

Eu queria continuamente saudar o Senador Marcos, que representa o Estado de São Paulo e está aqui hoje demonstrando a sua preocupação e solidariedade não somente ao nosso Presidente da Comissão, o Senador Renan Calheiros, mas a todos os alagoanos.

Essa discussão deixou de ser de interesse direto das vítimas e dos prejudicados. Essa discussão sobre o desastre e o crime cometido pela Braskem se tornou uma discussão de 3,3 milhões de alagoanos e alagoanas, que, de maneira direta ou indireta, têm sido prejudicados, seja de maneira social, seja de maneira econômica, seja na mudança drástica da mobilidade urbana da nossa capital. Tudo em Maceió mudou a partir do desastre ambiental, do crime cometido pela Braskem.

Aqui foi bem relatado pelo Presidente da Comissão, Senador Renan Calheiros, que, desde a instalação da antiga sal-gema, essas extrações vêm sendo realizadas em nossa capital de maneira desordenada, sem nenhum tipo de fiscalização adequada por parte daqueles a quem cabia, mas hoje, ao chegarmos aqui, em 2023, além de cobrar a responsabilidade dessa empresa, nós precisamos – e para isso fomos eleitos como representantes da população alagoana –, Senador Renan, Governador Paulo Dantas, Deputado Rafael Brito, Prefeitos aqui presentes, de maneira conjunta e unida, defender os interesses da população alagoana de uma maneira geral.

Então, em nome do Presidente da Casa Legislativa, Deputado Estadual Marcelo Victor, e em nome dos meus colegas Deputados e Deputadas Estaduais de Alagoas, eu coloco aqui, além da nossa solidariedade, todo o nosso mandato, para que, nos próximos três anos, quatro anos de mandato, a gente possa, Deputado Rafael Brito, de maneira unida e conjunta, empreender os esforços necessários para cobrar a empresa Braskem.

Este é o momento oportuno, em que as ações têm subido com as especulações de venda, para que o Governo de Alagoas seja reparado, que a Prefeitura de Maceió seja reparada, que as indenizações por danos morais sejam revistas. E, principalmente, Senador – e assim eu concluo aqui a minha fala –, preocupou-me muito a argumentação do Defensor Público, que, de todos os presentes aqui, salvo engano, é um dos que mais conhece essa temática e essa discussão, porque a abraçou desde o início, mas me preocupou muito a possibilidade de a Braskem usar de maneira econômica essa área, que foi subtraída da população alagoana, com pagamentos irrisórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Debruçar-me-ei, Senador Renan, sobre o tema para buscar, dentro da legislação estadual, uma oportunidade ou a criação de uma lei através de um projeto de lei, para que a gente possa coibir esse uso mercadológico dessa área tão importante da capital alagoana.

Finalizo aqui as minhas palavras agradecendo e parabenizando a todos os maceioenses, alagoanos, que vieram de tão longe, para que, ao lado do Senador Renan Calheiros e dessas autoridades, a gente pudesse, de maneira unida e conjunta, encontrar uma solução para esse problema tão importante.

Meu muito obrigado e uma boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Deputado Alexandre Ayres.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar.) – Obrigado, Presidente.

Antes de tudo, parabéns pela reunião. Parabéns por esta oportunidade a todos aqui de falar. Eu tenho aprendido muito sobre isso.

Cumprimento o nosso Governador e os nossos Deputados.

A minha fala é relativamente simples, mas eu acredito que tenha uma importância para todos os brasileiros.

Nós estamos aqui tratando de uma reparação. A gente tem visto isto acontecer no Brasil de tempos em tempos: a questão de vazamento de óleo em mar e em rios; a questão de represas que desmoronam, lá em Mariana e em Brumadinho. E, depois, é a perda: são as pessoas que perdem, são vidas que se perdem em tudo isso, e a gente precisa começar a trabalhar isso com seriedade, na prevenção de tudo isso.

Nós temos operações. Certamente, as empresas são importantes para produzir empregos, recursos, desenvolvimento econômico, sem dúvida nenhuma, mas as atividades que têm riscos envolvidos – e é muito possível tecnicamente levantar esses riscos e levantar o que pode ser feito para mitigar esses riscos ou eliminar esses riscos –, isso tem que ser cobrado e tem que ser feito antes de acontecer esse tipo de coisa. E a gente precisa aprender com isso. Aprender e cobrar seriamente isso aí.

Eu ouço com surpresa essa possibilidade de ser utilizada a área para fazer especulação econômica. Isso é uma coisa muito estranha numa situação dessas. Talvez, se for feita essa especulação, que se revertam para as pessoas que moravam ali os valores. Eu não sei se isso é possível, mas algo para se pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o fato é que a gente precisa pensar com seriedade no que as empresas precisam fazer para mitigar ou evitar riscos em operações principalmente envolvendo áreas, envolvendo a parte ambiental, envolvendo a vida de tanta gente. E é uma coisa que nós podemos fazer por aqui em cobrar isso. E eu acho que localmente também é importante que cada estado, cada cidade possa trabalhar nesse sentido, buscando junto com as empresas resolver o problema antes porque, sem dúvida nenhuma, a gente não pode ficar com essa repetição do que acontece.

Existe o risco, o risco não é cuidado, as coisas acontecem, os desastres acontecem e depois a gente chora as pessoas que foram perdidas, a gente chora os bens que foram perdidos. E a melhor solução é a prevenção e que a reparação, se acontecer, seja feita da forma correta, como foi falado pelo Dr. Ricardo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Prof. Abel Galindo Marques, que é Professor, Mestre em Geotecnia e um dos autores do livro *Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió*.

O SR. ABEL GALINDO MARQUES (Para expor.) – Boa noite a todos. É uma honra estar aqui presente para atender ao convite do Senador Renan e para também mostrar, de forma bem sintetizada, em 15 minutos, o que aconteceu, como aconteceu e por que aconteceu esse megacrime ambiental, social e econômico.

Eu peço ao Gustavo. Está aí.

Então, foi um megacrime ambiental, social e econômico da Braskem Maceió. Onde foi que aconteceu isso? A localização foi em Maceió. Vocês estão vendo aí a Lagoa Mundaú; à direita, as praias e a principal avenida ali.

Próximo.

Então, aí está. Nessa área azul é a área em que ocorre sal-gema em Maceió, a mil metros de profundidade.

Próximo, Gustavo.

Pronto, aí está agora exatamente a área de exploração. É nesse.... Onde estão as minas. As minas estão aí.

Próximo, Gustavo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mapa original das minas. Bom, esses pontinhos aí vermelhos são 35 minas. Elas foram projetadas de forma bem-comportadas. Em 80% delas, a distância de eixo a eixo de cada mina dessa era de 100m, com um diâmetro de 60m. Ela tinha uma segurança, se assim fosse feito, razoável, não era absoluta, mas razoável.

Próximo, Gustavo.

Diâmetro, distância e profundidade. Os senhores estão vendo aí a mina 1 e a mina 2, a distância – "L" em maiúsculo, lá em cima, Gustavo – é de eixo a eixo, a imagem que eu vou precisar para falar disso; e tem o diâmetro ali embaixo, o "D", de diâmetro de cada mina; e o "l" menor, que é a distância de parede a parede de cada mina dessa, de cada caverna. Aí temos ao lado explicando esses detalhes.

Próximo.

Depois eu posso explicar mais e mais e mais de acordo com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. ABEL GALINDO MARQUES – Fator de segurança *versus* diâmetros e distâncias entre as minas.

O grave problema começa aqui, a distância entre as minas e o diâmetro entre as minas. Isso aí é uma situação grave.

Então, tem aí uma figurinha mostrando o diâmetro, a distância de "l" minúsculo de face a face de cada caverna, e, embaixo, tem o "L" maiúsculo, que é a distância de eixo a eixo, o.k.?

Vamos, agora, partir para os questionamentos da segurança.

Fator de segurança *versus* diâmetro e distância.

Bom, eu fiz esse quadro para vocês entenderem bem. Eu coloquei cinco casos.

Na última coluna, peguemos logo pela última coluna, o FS é o fator de segurança. Então, tem uma situação em que o fator é 2, depois vai caindo para 1,6, depois vai caindo para 1,2, e, finalmente, o fator de segurança que é igual a 1 ou menor do que 1: a mina desabou, entrou em colapso.

Então, vamos para lá.

No primeiro caso – ali, Gustavo, no caso um, diâmetro – temos um diâmetro de 50m, a distância, "l" minúsculo, de parede a parede, 50m também. Isso aí dá 100m. Esse fator de segurança seria o ideal, o fator de segurança 2, uma maravilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O caso dois, que é o caso projetado lá, está com um diâmetro de 60m, de parede a parede dá 40m e de eixo a eixo dá 100m. Aí dá um fator de segurança de 1,6, que é razoável. É razoável, não chega a ser o ideal, mas é razoável.

Aí você começa a aumentar o diâmetro, diminuindo a distância: tinha 70m e a distância agora... A soma é sempre de 100m, de eixo a eixo. Mas veja, agora tem 70m – colocando ali, Gustavo, lá para os 70 –, 70m de diâmetro, 30m de parede a parede, aí você já cai para um fator de segurança de 1,2. Vejam bem, vocês vão entender por que aconteceu essa catástrofe, esse crime.

O terceiro caso, diâmetro de 80m, a distância de parede a parede passa para 20m, e, agora, o fator de segurança já caiu para 0,8. Isso significa que a mina rompeu, desabou.

Eu botei ali 80, mas, antes de 80m, com 75m, com um diâmetro de 75m, já rompe, porque pulou ali, no campo de segurança, de 1.2 para 0.8. Então, o diâmetro de 75m já rompe, já é, mais ou menos, em torno 1, já é colapso.

E, finalmente, o último, que é de 90m o diâmetro, 10m de parede a parede, que dá 0,4.

Mas o que é assustador, senhoras e senhores presentes, é que mais de 70% das minas estão no caso 4 e caso 5. Mais de 70% das minas!

Vocês vão ver agora um mapa, que não é meu, é da CPRM, que foi lá... porque a história, rapidamente, é a seguinte: quando começou... Eu quero até acrescentar aqui que sempre se diz que "o crime aconteceu no dia 3 de março de 2018", não é? É o que se tem; realmente foi o momento que eclodiu. Senador Renan, esse crime tinha, pelo menos, ou vinha já acontecendo há uns 16 anos. Não sou eu só que falo, mas até aquela revista internacional muito famosa, a *Nature*, inglesa, muito boa, fez um trabalho maravilhoso lá em Maceió. Ela é uma revista seríssima, seríssima! Nem todo mundo consegue publicar nela. Ela mostrou que começou lá em 2003, por aí, 2005, e já tinha afundado 2m na região de extração.

Continuemos.

Mapa atual das minas. É aí que chega. Está aí! Você está vendo? Se você olhar como era bonitinho o mapa inicial, aquele... agora veja: nisso aí, você tem junção de minas... então, a distância entre essas minas vai de zero, quando elas se chocam, se unem... E até tem três minas ali. Estão vendo ali? A de número 7... Até três minas se juntaram. Mas o que foi isso? Foram aumentando o diâmetro, aumentando o diâmetro – a ganância –, aumentando, aumentando, aumentando, aumentando e, aí, aconteceu isso. Vocês estão vendo ali? Mais de 70% dessas minas estão com o fator de segurança muito abaixo do mínimo necessário – muito abaixo! –, por isso é que desabaram.

Então, por que aconteceu o problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, Gustavo.

Diâmetros e distâncias no mapa atual.

Aí, tem aqui o que eu já falei, acabei de falar: mais de 70% das minas têm diâmetro superior a 70m, distância, que é o "l", de 0m a menos de 20m. Então, totalmente insuficiente. Esses diâmetros e distâncias levaram as minas ao colapso.

Por que afundaram e racharam os bairros? Isso é o que todo mundo quer saber, não é? Aliás, eu comecei a dizer. Está aí! Agora vem a parte técnica. Olha, o sal-gema... vocês estão vendo ali as camadas geológicas: solos da formação barreiras, folhelhos... Isso não interessa ao Plenário. Então, o sal-gema, que interessa a nós todos aqui, está ali, a partir de 950m. É só ver, porque antes tem uma mistura, mas não interessa. A partir de 950m, você tem o sal-gema.

Esse sal-gema é um mineral que, no estado natural dele, é uma rocha. Teve gente aqui hoje conversando dizendo que é uma rocha... é uma rocha e é uma rocha que tem uma resistência igual a um bom concreto. É uma resistência muito alta quando ela está lá quietinha, sem ninguém mexer nela. Agora, na hora que desequilibra o estado dela, aí o bicho pega. Foi o que aconteceu. Veja! O que aconteceu? Uns diâmetros aumentaram, como todo mundo já sabe, aumentaram. Os tetos desabaram. Com isso, perdeu-se o equilíbrio, porque é o seguinte: na estação de sal-gema, a mineradora tem que manter aquela caverna sobre pressão, pressurizada, para manter o equilíbrio, para não deixar que as paredes se movimentem. Na hora que essa pressão interna se vai, acabou. Aí sim. Aí o sal-gema é o verdadeiro bicho vivo. Aí ele começa a ficar mole, aquela camada de sal-gema, que era uma resistência igual de um concreto, começa a amolecer e ela começa a fluir. É uma propriedade fundamental que ele tem, da fluência. Então, ele começa a fluir, mole, como se fosse uma cobra, um bicho, na direção do vazio. E com isso, quando ele fica mole, quando ele amolece, aí ele se deforma, e as camada que têm em cima acompanham – e vai, e isso chega lá em cima.

Daí – vocês estão vendo daí a figura –, a movimentação. Vai tudo em direção aos vazios. E veio a rachadura das casas.

E tem mais para completar: ali naquela região tem falha geológica. Para piorar a situação, tem falha geológica.

Acredito que vocês devem ter entendido o que eu falei. Qualquer questionamento, o.k.

O próximo, Gustavo.

Então, para finalizar, estão aí as áreas afetadas. Está aí. Aqui tem uma área verde que foi feita pela Defesa Civil, essa área verde aí que foi considerada pela Defesa Civil, mas a área que eu medi lá *in loco* tem até... Muitas vezes o Geraldo Castro do SOS Pinheiro me acompanhava. Aí entre a área verde e a linha vermelha, que é nossa, tem muitos imóveis fissurados. Quem conhece Maceió – todos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui conhecem Maceió –, está ali a Rua Belo Horizonte, não é? Está vendo ali? Rua Belo Horizonte. Até aí a Braskem considerou. A partir daí não considerou mais nada. E tem muitos imóveis. Quem conhece Maceió, essa região, Senador Renan, conhece muito bem a Casa dos Pombos que fica ali, fica bem pertinho... já fica em cima da linha vermelha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu estudei no Cepa.

O SR. ABEL GALINDO MARQUES – Pronto, a Casa dos Pombos, que fica em cima da linha vermelha, tem muitas casas rachadas. Eu não sei porque esse pessoal não fez...

Então estão aí os cinco bairros. Vocês estão vendo daí? Pinheiro; Bebedouro à esquerda; Mutange, embaixo. Vocês já entenderam que essas bolotazinhas brancas são as minas? Claro, não é? Tem o Bom Parto, do lado direito; o Farol também. Foram cinco bairros num total de 60 mil pessoas diretamente afetadas.

Agora, tem, como foi falado aqui... em toda aquela periferia ali, fora daquela linha vermelha, ninguém quer comprar imóvel, ninguém quer... Se tinha algum que valia R$500 mil, só vale R$50 mil, R$100 mil, porque é área de pânico que eu coloquei – tem um mapa em que eu coloquei "área de pânico".

Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Fique à vontade.

O SR. ABEL GALINDO MARQUES – Não, mas eu já terminei. Já terminei, porque... (*Risos.*)

... estou cumprindo ou cumpri rigorosamente minha missão, viu?

Então, Gustavo é o próximo a estar indo a Maceió. Todo mundo tem que conhecer Maceió antes de morrer – viu? –, porque realmente vale a pena conhecer, não é isso?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Prof. Abel Galindo Marques, e eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Alexandre de Moraes Sampaio, pela Associação dos Empreendedores.

Com a palavra, Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE DE MORAES SAMPAIO (Para expor.) – Senador Renan, na sua pessoa eu cumprimento todos na mesa e todos os Senadores e autoridades presentes.

Eu gostaria de dizer que nós viemos aqui numa vaquinha em que a nossa associação e muitas vítimas que eu nem conheço fizeram depósitos para gente poder pagar essa passagem, e eu gostaria de dizer também que, entre essas contribuições, pelas quais eu agradeço bastante, teve a contribuição simbólica do Sr. Ricardo Melro, Defensor Público do Estado de Alagoas. E é em nome do Ricardo que eu quero cumprimentar todas as vítimas que estão em Maceió nos ouvindo neste momento, Senador.

E tem um simbolismo muito grande, Ricardo. Não é a sua contribuição financeira, mas é a coragem que o senhor teve de romper o bloco monolítico do sistema de Justiça no Estado de Alagoas e se posicionar em favor das vítimas. A importância histórica talvez o senhor não perceba ainda, mas, ao contrário dos demais, do Ministério Público, estadual e federal, e da DPU, o senhor está se posicionando do lado certo, da justiça e de quem realmente precisa, e não da Braskem.

Então, as vítimas agradecem ao senhor por esse novo momento e por esse apoio institucional fundamental para a restituição da justiça que a gente perdeu no Estado de Alagoas, Senador, e na cidade de Maceió.

Eu gostaria de falar sobre um termo que o mercado da Bolsa de Valores sabe muito bem que se chama *greenwashing*. Numa tradução livre significa "lavagem verde". Equivale, Governador Paulo Dantas e Edson, ao que o mercado, às vezes... é o crime de lavagem financeira, é você limpar o dinheiro.

A Braskem usa uma linguagem nos seus balanços e, sobretudo, no seu sistema de informação aos acionistas que falseia a realidade que ela provocou no Estado de Alagoas. E *greenwashing* é uma fraude ao mercado financeiro. Ao praticar esse tipo de linguagem, ela está enganando os acionistas, porque não revela a exata dimensão do crime que ela cometeu; ela está enganando as vítimas, porque finge que está resolvendo o problema; e enganando, Senador Renan Calheiros, o Estado brasileiro, que tem a Petrobras como acionista. Então, como é que isso está acontecendo? Esse é o ponto que eu gostaria de tratar.

A pedido do Senador, há mais ou menos 30 dias, foi formado um grupo que pessoalmente eu liderei, que tem o apoio do Cássio, que está aqui, do Movimento Unificado das Vítimas, do Maurício e o apoio da Camila Prates, que é uma pesquisadora da UFAL. A gente foi estudar qual era a real quantidade de pessoas que estavam afetadas dentro do mapa e fora do mapa e usamos a mesma metodologia da Cáritas, usamos a base jurídica da Corte Interamericana de Direitos Humanos e usamos a observação e a experiência que nós vítimas, pelo convívio com as comunidades, conhecemos. Eu tinha três empresas no bairro do Pinheiro, meu avô e minha avó fundaram a Igreja Batista do Pinheiro e eu frequentava essa igreja e é uma igreja que resiste lá ainda, Defensor Ricardo, ela está lá, não aceitou a indenização da Braskem e resiste bravamente lá entre os escombros. Com base na ciência e na jurisprudência internacional, nós fizemos um levantamento. Isso é muito importante que os Senadores entendam e que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprensa especializada, Senador, no mercado financeiro, nos escute e, principalmente, os delegados especiais designados pela Polícia Federal em Alagoas para investigar o crime da Braskem.

O que é que nós levantamos? Dentro do mapa, há 22 grupos sociais que foram diretamente afetados. Esses 22 grupos sociais somam mais de 130 mil pessoas. Nós costumamos falar que esse desastre afetou diretamente 60 mil pessoas. Eu devo dizer que a gente tem que mudar esse discurso e eu vou lhes explicar o porquê. Com base no que está escrito no próprio *site* da Braskem, e qualquer um de vocês pode abrir agora www.braskem.com.br/alagoas, Programa de Compensação Financeira, números e evolução, tem lá que foram 14.500 imóveis, mais ou menos, incluídos e, se você pegar cada um desses 14 mil e multiplicar pelo número médio de pessoas numa casa, Prof. Abel, quanto é que dá quatro pessoas mais ou menos? Vamos ficar em quatro para ser generoso com a Braskem. Aí a gente tem quase 60 mil, 58 mil pessoas, quase 60 mil pessoas. Só que tem um outro grupo, Senador, que está fora dessa conta, é o grupo dos empreendedores, dos comerciantes e de todas as pessoas que desenvolviam alguma atividade econômica, cuja renda sustentava as suas famílias.

Nesse grupo você tem – numa pesquisa da Fecomércio, de que eu participei, na época, junto com eles – que 95% dessas empresas, Senador, dependiam, as famílias delas, dependiam totalmente daqueles negócios. E aí a gente a foi – na época o Rafael Brito nos acompanhou, em algum momento... quando a gente estava buscando junto ao Sebrae informações de quantas pessoas, de quantos sócios e de quantos trabalhadores dependiam diretamente desses negócios, a gente chegou a um número de 2,55% pessoas, entre sócios e trabalhadores, por empresa ou por atividade econômica, por algumas eram informais. No *site* da Braskem há 6.184, se eu não me engano, atividades econômicas seladas, portanto, reconhecidas por ela própria. Então, não estou trazendo nenhum número que não seja reconhecido pela própria Braskem.

Quando você multiplica – e eu peço a ajuda de alguém para que faça essa conta comigo – 2,55 vezes 6.184 dão em torno de 13 mil pessoas que atuavam diretamente – pessoas. E você multiplica pelos 4 integrantes. Ali eram pessoas que trabalhavam lá. Se multiplica por 4, 13 mil vezes 4, dão mais de 60 mil pessoas. Então, dentro da metodologia da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Cáritas e de outras faculdades e universidades como a FGV, a UFRRJ, a gente soma dos 3 grupos, dos 22 grupos sociais que nós levantamos dentro do mapa, 120 mil pessoas. Senhores, só de 3 dos 22 grupos. Quem são os outros vinte e dois grupos? Você frequentava a igreja e deixou, teve a sua rotina afetada, você tem direito, foi diretamente afetado; você frequentava uma associação ou um grupo cultural, professor, e ele deixou de existir? Esses grupos têm o direito de receber a indenização. Então, só de 3 grupos, se você multiplicar...

Vamos entender o que é que a Corte Interamericana de Direitos Humanos fala: que dos grupos, Senador, diretamente afetados, o valor mínimo que foi convencionado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos é de US$40 mil. Não vamos confundir com R$40 mil, US$40 mil, vamos arredondar para 5, dão 200 mil. Se você multiplicar 200 mil por 120 mil pessoas diretamente afetadas, essa conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa de R$30 bilhões, só de dano imaterial ou dano moral, que foi um esforço que essas entidades fizeram para que você pudesse, no caso de grande escala, procurador, não ficar na subjetividade da dor individual. É muito difícil você abrir 60 mil processos, 120 mil processos e, para cada um deles, definir qual é o seu dano moral, não é possível. Então, para facilitar a indenização de dano moral, a Corte Interamericana fez isso. E R$30 bilhões, Senador, é quase o valor que o Fundo Apollo, juntamente com aquela empresa árabe, está propondo pela Braskem.

E aí tem uma coisa que a Profa. Camila vai dizer para vocês que é muito grave. Por que não se fala disso? Por que nenhuma autoridade no Estado de Alagoas e no Brasil, até o Senador Renan Calheiros começar a trazer luz a esse assunto, Senador, e as vítimas agradecem o seu empenho, tratou desse assunto até agora? Porque não interessa ao poder econômico da Braskem que a tragédia provocada pelo crime dela venha à tona e seja precificada adequadamente. Então nós estamos afirmando que, só dentro do mapa de riscos da defesa civil, existe um prejuízo mensurado, com base jurídica, técnica e econômica, de mais de R$30 bilhões de 3 dos 22 grupos.

Mas aí a gente vai para o segundo grupo, que é o que o Prof. Abel, que está aqui do meu lado, colocou acertadamente e chamou de área de pânico, mas que tem o respaldo, Prof. Abel, das seguradoras. As seguradoras, que não são bobas e que têm o direito de precificar o risco ou de negar o risco, definiram um perímetro da borda do mapa de um quilômetro. Esse perímetro de um quilômetro é pelo menos três vezes maior do que a área de dentro do mapa de risco. Todos esses imóveis, Senador, que eu não consegui ainda precificar e muito menos contar, porque isso exige um censo, um levantamento criterioso, são pelo menos duas a três vezes mais do que os imóveis que estão dentro do mapa, ou seja, a gente está falando de quase 50 mil imóveis no entorno do mapa que perderam a chance de ter seguro e que, portanto, não podem ser financiados. Isso é gravíssimo – ninguém fala disso – e tem que ser precificado.

O que eu queria dizer para as agências de risco que avaliam as ações das empresas e dão notas para as empresas, o que eu queria dizer para a CVM, para a bolsa de valores, o que eu gostaria que o mercado financeiro, que a empresa que vai comprar a Braskem, que a Petrobras e a própria Novonor reconhecessem é que há um esforço deliberado e ilegal de mascarar o tamanho da dívida social e econômica que a Braskem tem com as vítimas e com a sociedade de Alagoas.

A pergunta também que os senhores podem estar fazendo é como ela está fazendo isso. E aí eu vou dar só uma deixa para a Profa. Camila falar e outra deixa para o Procurador Cássio falar, porque eu só falei aqui de dano moral, gente, eu não falei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE MORAES SAMPAIO – Se me permite dois minutos a mais, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não falei de dano material, porque, no acordo que a gente fechou aqui, quem vai tocar em dano material é o Cássio, que fez as contas com base na jurisprudência e em levantamentos. Os 30 bilhões de que falei são só de dano moral.

Não dá mais, depois desta audiência, Senador, para nenhum promotor, nenhum procurador, nenhum defensor defender esse acordo que legitima essa barbárie e que esconde os números da bolsa de valores e das vítimas.

É essa a denúncia que a Associação dos Empreendedores e o Movimento Unificado das Vítimas – Maurício, Sassá, Nerivane, que nos escuta em Maceió, Cássio – estão trazendo para os senhores aqui.

O Estado brasileiro, através do Senado Federal, não vai poder dizer que não sabia, a Braskem não vai dizer que não sabia e, muito menos, hoje, os procuradores e promotores. É por isso que eu afirmo que houve dois crimes: o primeiro foi o crime relacionado à exploração de sal-gema; o segundo crime a Braskem está fazendo ao enganar o mercado, os acionistas, os compradores e o Estado brasileiro – eu gostaria que Cássio e a nossa Camila explicassem os mecanismos dos falsos diagnósticos que a Braskem tem usado para encobrir o tamanho do problema e também a questão do dano material.

E, para finalizar, ainda sobre o acordo, Defensor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE MORAES SAMPAIO – Esse acordo trouxe um problema...

Um segundo por favor, um minuto para finalizar o meu raciocínio.

No acordo socioambiental de que nós falávamos antes de entrar aqui, Senador, a Braskem precificou o valor total do dano. Sabem quanto? Setecentos e vinte e dois milhões. Dizem claramente lá que todas as reparações estão limitadas a R$722 milhões! E aí designou, no próprio acordo, a empresa Diagonal e a empresa Tetra Tech para fazer o trabalho de conter os 30 bilhões dentro dos 722 milhões. Essa é uma dica de investigação, Senador, que a Polícia Federal pode aproveitar com muita precisão, não serei eu, mas é apenas uma dica para uma linha de investigação para acobertar os efeitos do crime.

Era isso que eu queria trazer aqui para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Alexandre de Moraes Sampaio.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Antônio Domingos dos Santos, que é líder comunitário e representante dos moradores de bairro atingido.

Com a palavra, Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO DOMINGOS DOS SANTOS (Para expor.) – Boa noite a todos!

Quero agradecer e cumprimentar a Mesa.

É triste a gente falar do nosso sentimento. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem, mas é que só quem sabe é quem sente na pele.

Os Flexais e a Marquês de Abrantes foram afetados diretamente, porque foi evacuado todo o bairro de Bebedouro e só ficaram dois pedaços de rua que não somam 500m.

Então, dali foi embora tudo que nós tínhamos – e todo mundo já sabe: colégio, supermercado, açougue. Enfim, ficou uma comunidade de 3,5 mil pessoas carentes, pobres, a maioria desempregadas, à mercê de uma Defesa Civil incompetente. Esse é meu ponto de vista. Como é que se tira um bairro todo e deixa dois pedaços de rua mutilados? Quer dizer, matou o corpo e agora querem ressuscitar os braços. Isso é inadmissível! Não sei como é que a Justiça de Alagoas não toma uma posição sobre esses moradores.

A nossa luta é para a gente ser incluso no PCF em apoio à realocação, porque ali tem subsidência, que já foi dito aqui. Tem vários laudos técnicos de antropólogo, geólogo, dois engenheiros competentes, e a Justiça fez pouco caso desses laudos. Então, é triste a gente falar. Graças a Deus, o senhor tomou essa iniciativa para nos defender e defender todos aqueles que saíram dos seus bairros. Mas aqueles que saíram, no meu ponto de vista, estão, entre aspas, "bem acomodados"; pior foi para aqueles que ficaram isolados, que somos nós – não é isso, Maurício? –, sem nenhuma previsão se vai sair ou não.

A gente dorme com um olho aberto e outro fechado, assim dizia minha mãe no interior, com medo de uma tragédia. Isso é fato. Foi dito pelo próprio Coordenador da Defesa Civil que o Flexal estava sendo puxado para a lagoa, e eu falei para ele: "O senhor ainda tem coragem de falar isso para os moradores dos Flexais?". Quer dizer, é mangando da cara daqueles moradores que não têm para onde ir no momento. E outra coisa mais grave foram esses R$25 mil, que foram mencionados agora há pouco. Querem botar de goela abaixo um valor irrisório para aquela comunidade. Comunidade carente, disseram: "Vamos oferecer esse valor. Eles vão pegar e vão se acomodar, não vão mais lutar por nada". Mas foi engano. Nós estamos aqui lutando por aqueles moradores dos Flexais, da Marquês de Abrantes e de outras localidades que estão passando pela mesma situação.

Então, eu agradeço à sua pessoa, a V. Exa.

Vamos lutar, sim, por aqueles moradores que tanto estão clamando e disseram: "Sassá, fale bem do nosso bairro, do antigo Bebedouro", que eu digo o antigo Bebedouro. Então, eu estou aqui falando em nome de 3,5 mil pessoas ou mais, muitas pessoas adoecendo, morrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, eu estava conversando com o Governador, lá nos bastidores. Faz três dias que a Defesa Civil foi demolir três residências com os moradores dentro. Isso é um absurdo! Não teve nem um plano prévio para dizer às pessoas que saíssem para ela poder demolir aquelas residências. É grave um negócio desses. E os moradores impediram a demolição de ser realizada, com razão. Então, estão levando as coisas como "não está acontecendo nada".

Eu ofereci, Dr. Ricardo, a minha residência para várias autoridades com quem tive reuniões: "Vocês querem ir morar lá?". "Deus me livre!". Eu digo: "E por que vocês querem que a gente permaneça naquele lugar insalubre de se morar?". Ali está insalubre, não tem segurança, não temos nada. O assalto está constante. A Prefeitura de Maceió colocou a guarda municipal. É o mesmo que nada. A guarda municipal passa agora; com meia hora, o meliante vai lá e assalta. E aí? Tem muitas rotas de fuga, porque a gente mora em um local em que na frente é morro, atrás é a lagoa e, lá no final da rua, é mata. Quando o meliante vem, faz o assalto e se pica na mata. Então, ninguém pega.

Então, o nosso clamor, o nosso sentimento é o de que vocês, o senhor principalmente, que encabeçou esta audiência pública, façam alguma coisa por aqueles moradores. E dou graças a Deus também aos nossos advogados – eu digo "nossos" porque faço parte –, porque eles tiveram o cuidado de nos alertar para a cláusula que diz que o proprietário que receber 25 mil está dando quitação do seu imóvel para a Braskem. Nem os filhos nem os netos podem recorrer em instância alguma. Então, graças a Deus, os advogados tiveram essa luz para alertar aqueles moradores de Flexal.

A minha fala é essa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial (*Fora do microfone.*) do nosso querido Antônio Domingos dos Santos, o Sassá, que é líder comunitário e representa as vítimas da Braskem nos bairros atingidos.

Eu concedo a palavra ao Maurício Sarmento da Silva, que desde o primeiro momento trabalhou para que nós organizássemos esses encontros e, principalmente, esta audiência pública. Pretendemos que esta seja a primeira aqui no Senado Federal, mas que possamos, na sequência, ter outras audiências públicas, inclusive com representantes das outras partes que hoje, eventualmente, não foram convidadas para estar aqui, exatamente porque esta audiência, como falei no início, pretende inicialmente chamar a atenção do Brasil para o crime ambiental que vitimou Alagoas e, principalmente, a nossa capital.

Com a palavra, Maurício.

O SR. MAURÍCIO SARMENTO DA SILVA (Para expor.) – Agradeço a V. Exa. por ter-nos concedido a oportunidade de estar no Senado da República tratando do maior crime ambiental em áreas urbanas do mundo. É disso que nós estamos tratando hoje aqui no Senado. E só por isso agradeço a V. Exa. por estar encabeçando esta audiência e chamando a atenção do povo brasileiro para esse crime ambiental cometido pela Braskem nas nossas Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Organização Mundial da Saúde, Senador, prevê que saúde não é só a ausência de doença, mas é um conjunto que nós temos que ter e dele compõe o bem-estar físico e mental das pessoas. Eu posso lhe dizer e dizer ao povo brasileiro que está nos vendo, nos ouvindo que, nestas comunidades afetadas pelo crime da Braskem, desde a existência desse crime, nós não temos tido mais saúde. Não se senta mais à mesa do café da manhã ou mesmo do almoço e do jantar para se tratar de outra questão que não seja o crime cometido pela Braskem. Eu digo isso porque isso tem sido o meu cotidiano. Eu não me sento mais com a minha esposa, com a minha filha para que se não trate desse crime danoso para o povo alagoano e para os maceioenses.

Quero lembrar aos Srs. Senadores que nos veem que Flexal, Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro, Mutange, Gruta do Padre foram comunidades vivas. Eu moro, Senador, há 45 anos na rua em que morou a nossa ilustre alagoana Nise da Silveira, a Rua Faustino Silveira, que leva o nome do pai dela. Eu estudei no Colégio Bom Conselho, colégio que abrigou os órfãos da Guerra do Paraguai. Eu sentava no nosso Senadinho, na venda do Major Alonso, um servidor público do Município de Maceió, mas que nós chamávamos de Major para tomar uma cerveja e discutir o nosso o bairro, os problemas da nossa cidade. Eu jogava no time Tobias Barreto. O Tobias Barreto é um time do amigo Cesozete.

Tudo isso que eu acabei de dizer a vocês não existe mais, Senador. A Braskem se deu conta de acabar com todas essas coisas que eu acabei de dizer aqui.

O Cesozete não mora mais lá em Bebedouro; o Major Alonso teve que deixar sua venda, sair e terminou morrendo fora do bairro em que morava. A gente não compra mais o sururu na ponte de Bebedouro, uma feira centenária que nós tínhamos lá, onde os pescadores desembarcavam as suas canoas e vendiam o sururu fresco. Quem de Alagoas, de Maceió, não passou no Flexal, na entrada da ponte, para comprar um sururu ou um camarão? A Braskem também deu conta de acabar com isso.

Eu trago essa lembrança para que todos nós – e aqueles que nos veem pela TV Senado – possam dimensionar o prejuízo social que essa empresa criminosa trouxe para a toda a nossa Alagoas, Governador Paulo Dantas. Foram vidas destruídas através desse crime danoso.

A nossa comunidade era uma comunidade pesqueira. Aqui eu falo do Flexal, mas, como o Flexal, tínhamos outras: o Porto das Pedras, a Rua Santo Amaro. Eram comunidades onde a grande maioria das pessoas que lá viviam, sobreviviam da pesca e tiveram de ser realocados, forçosamente, para iniciarem suas vidas em outros locais que, talvez, não tenham as mesmas condições que eles encontravam lá. É disso que nós estamos falando.

E diante de tudo aquilo que o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem traz nesta audiência do dia de hoje, eu peço e espero providências desta Casa de leis para que possamos, Senador, de verdade, dar fim a esse crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um homem otimista. Eu acredito que o senhor, com toda a competência que tem, vai nos ajudar. Sendo otimista, como sou, encerro a minha fala lembrando uma música de Nelson Cavaquinho que dizia o seguinte: "O Sol há de brilhar mais uma vez, a luz há de chegar aos corações, do mal será queimada a semente, o amor será eterno novamente". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Maurício Sarmento.

Eu quero, com muita satisfação, registrar, neste momento, aqui nesta audiência pública, a presença da Deputada Federal e atual Secretária Nacional de Aquicultura do Ministério da Pesca, querida Tereza Nelma, e dizer da satisfação de nós contarmos, aqui, com a presença do Senador Randolfe Rodrigues. A sua presença, sem dúvida nenhuma, é uma homenagem aos alagoanos que receberam, de braços abertos, a Salgema, na década de 70, para a mineração do sal-gema, com absoluta irresponsabilidade.

Criminosamente, a sal-gema, que é como se chamava a empresa inicialmente – hoje Braskem –, extraía o minério – que acabei de dizer aqui, é uma espécie de sal de cozinha, acrescido de cloreto de potássio e de magnésio – e não colocava, efetivamente, nada no seu lugar. Começaram, numa ganância inadministrável do capitalismo selvagem, a aproximar as cavernas e isso acabou ocasionando, provocando o afundamento de cinco bairros.

Nós estamos fazendo esta audiência pública e chamando a atenção do Brasil para esse crime socioeconômico ambiental que, sem dúvida nenhuma, é um dos maiores crimes urbanos de todos os tempos no mundo. Mariana mesmo vitimou 2,4 mil pessoas. A Braskem vitimou em Maceió, nas áreas diretas e indiretas, mais de 200 mil pessoas, o que equivale a quase 5% da população do Estado de Alagoas e a quase 20% da população da nossa capital Maceió.

Eu vou conceder a palavra ao Prefeito Hugo Wanderley Caju, que é o Presidente da entidade dos prefeitos do Estado de Alagoas e também um dos prejudicados, porque, só no levantamento com relação ao ICMS que pertence ao estado e aos municípios, Alagoas apurou, na oportunidade, mais de R$3 bilhões, o que, se nós trouxermos para números atualizados de hoje, são mais de R$5 bilhões, R$6 bilhões.

Com a palavra...

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, na melhor conveniência, obviamente, após o Presidente da AMA, se o senhor me conceder, eu gostaria de uma rápida consideração em sua homenagem.

O SR. HUGO WANDERLEY CAJU (*Fora do microfone.*) – Já está concedida aqui a vez para o nosso Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não. Eu aprendi com o Senador Renan a dar precedência a quem a tem. (*Pausa.*)

Não – não –, em absoluto.

O SR. HUGO WANDERLEY CAJU (*Fora do microfone*.) – Não, eu estou sem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Hugo. Hugo. (*Pausa.*)

Com a palavra Hugo Wanderley.

O SR. HUGO WANDERLEY CAJU (Para expor.) – Boa noite a todos e a todas.

Quero cumprimentar aqui o Senador Renan Calheiros, que propôs esta importante audiência pública e, de forma muito objetiva, tem tratado o tema. É muito importante, Senador, que a gente trate o tema e possa, para ele, dar uma resolução e possa reparar, em parte, o grande prejuízo que todo o Estado de Alagoas, todos os municípios e também as pessoas tiveram com essa grande tragédia.

Quero cumprimentar o nosso Governador Paulo Dantas, que também está aqui presente nesta importante audiência; a nossa Professora e Dra. Isadora Padilha; o membro da Defensoria Pública do Estado de Alagoas Dr. Ricardo Melro, que também foi meu professor, que representa uma instituição muito importante e que tem muito prestígio na defesa dos interesses das pessoas, principalmente das que mais precisam; o Deputado Estadual Dr. Alexandre Ayres; o Deputado Federal Rafael Brito; enfim, demais autoridades, representantes da sociedade e instituições aqui presentes.

A tragédia da Braskem teve um impacto significativo nos municípios alagoanos afetados, principalmente nas cidades de Maceió e da região metropolitana.

Em 2018, foram descobertas rachaduras em diversos imóveis da região, o que levou a uma série de evacuações e realocações de famílias inteiras.

Os impactos foram múltiplos e afetaram a vida de milhares de pessoas. Muitas famílias perderam suas casas e pertences, além de sofrerem com o estresse e a ansiedade provocados pela situação.

A economia local também foi afetada, uma vez que muitos negócios tiveram que fechar as portas especialmente nas áreas mais afetadas. Além disso, a tragédia teve um impacto ambiental significativo e incalculável.

A Braskem se comprometeu a reparar os danos causados e a realocar as famílias afetadas, mas o processo tem sido lento e conturbado, como foi aqui explanado por todos que fizeram uso da palavra. Além disso, a Braskem tem sido alvo de diversas ações judiciais movidas por moradores e pelo poder público em razão dos impactos ambientais e socioeconômicos causados por suas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em alguns municípios, a empresa também tem gerado polêmica em razão de disputas em torno do pagamento de impostos e da utilização de recursos naturais.

A Braskem ainda não assumiu oficialmente a culpa, mas, de maneira contraditória, criou e executa o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PFC), fruto de um acordo com autoridades alagoanas e federais. A iniciativa faz a mudança dos afetados pela empresa para outros imóveis e paga indenização por danos materiais e morais, mas é criticada por moradores e comerciantes devido ao baixo valor das indenizações.

E como foi explanado aqui pelo nosso professor, a empresa cometeu, pelo estudo realizado, na verdade, um crime doloso contra essas pessoas.

A região foi quase totalmente evacuada, tornando-se uma área fantasma na capital. Cerca de 57 mil pessoas – mas, como falou nosso amigo, não se resumem só a 57 mil; na verdade, há uma abrangência gigantesca, talvez, por todo o Estado de Alagoas em relação a essas pessoas – foram afetadas por esse grande desastre.

Todos esses equipamentos que havia naquela área já foram ou serão indenizados pela Braskem, mas há uma área em que os prejuízos são incalculáveis: a educação. Dezoito unidades de ensino públicas, divididas em 13 estaduais, 11 escolas e 2 centros de formação e outras 5 de um município, com mais de 7 mil alunos no total, foram afetadas com o processo de instabilidade das 35 minas de sal-gema da mineradora. Desses, 3.508 foram realocados para outros prédios e 531 seguem estudando à distância; outros 3.036 seguem nos mesmos prédios em áreas de observação pela Defesa Civil.

Foi impetrada uma ação na Justiça, pedindo cerca de R$1 bilhão de indenização à Braskem por conta do afundamento dos bairros em Maceió decorrente do trabalho da mineração de sal-gema, usado de PVC. Mas a gente já sabe que isso é um valor que não chega a sanar, nem de perto, os danos causados às vítimas e ao Estado de Alagoas.

O Estado de Alagoas também levanta um prejuízo estimado de 5 bilhões, em recursos de hoje, em dinheiro de hoje, Senador, 5 a 6 bilhões, Governador Paulo Dantas, na arrecadação do estado, e 25% desse recurso deve ser repartido entre os municípios. Então é um dano também muito grande de arrecadação, que afeta todos os municípios, porque são recursos que são investidos em saúde, são investidos em educação, são investidos em assistência social. Então é muito importante que esse dano seja verdadeiramente reparado, e a Associação dos Municípios também, Senador Renan Calheiros, acompanhará de perto também o passo a passo desse processo.

O senhor se posicionou num momento providencial, de se resolver esse problema. É o momento em que a empresa se prepara ou se preparava para se livrar, jogar para o lado esse problema, mas nós não podemos, de forma nenhuma, deixar que eles resolvam esse problema sem reparar verdadeiramente os danos causados a todo o Estado de Alagoas e às vítimas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Prefeito Hugo Wanderley, Presidente da AMA.

E concedemos a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para discursar.) – Senador Renan, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores do Senado, meu caríssimo amigo, meus cumprimentos também ao meu caríssimo Governador Paulo Dantas e aos demais presentes aqui na associação.

Senador, a razão de estar aqui é, em primeiro lugar, em solidariedade aos alagoanos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... e para aqui prestar um testemunho.

Vocês têm à frente dessa causa, dessa causa dramática, trágica, que foi muito bem descrita aqui pelo Presidente Renan Calheiros... não se trata de um crime ambiental; trata-se do maior crime ambiental da história do Brasil. E por isso, não pode ser um crime ambiental que ocorra, que tenha ocorrido sem a solidariedade de todos os brasileiros. Não tem parâmetro de nós termos mais de 200 mil cidadãos, concidadãos nossos que tenham ficado desabrigados. Então essa causa é uma causa em que o Senador Renan Calheiros nos lidera aqui, mas é uma causa que tem – e é esta a razão de vir a esta audiência pública – a manifestação de solidariedade de todos os Senadores daqui e a manifestação de solidariedade, falo isso na condição de Liderança do Governo no Congresso Nacional, do Governo brasileiro.

E eu quero aqui também fazer um testemunho em especial. Aqui, neste Congresso Nacional, nós temos 513 Deputados e Deputadas, 81 Senadores e Senadoras. Pode ter, neste Congresso Nacional, algum Parlamentar tão determinado quanto o Renan Calheiros; mais determinado e mais obstinado que Renan Calheiros, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – E quando ele abraça uma causa das suas Alagoas, de sua terra, então ele não fala de outra coisa. Permita-me até aqui dizer, nós temos vários temas aqui, e eu e Renan estamos na base de sustentação do Governo do Presidente Lula, não é? Tenho a honra de cumprir o ofício de estar na Liderança do Governo no Congresso. Sou liderado pelo Senador Renan, inclusive nesta Comissão, da qual ele é Presidente, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Relações Exteriores. Em decorrência disso, obviamente, nos reunimos, nos encontramos toda semana, e muitas vezes vou até ao gabinete dele para me aconselhar, várias e repetidas vezes.

É um negócio danado! A gente está falando da medida provisória, Minha Casa, Minha Vida. Terminou, falou do Minha Casa, Minha Vida, logo em seguida: "Mas a Braskem...". (*Risos.*)

A gente está falando da medida provisória do Bolsa Família. Ele fala sobre isso. Em seguida, ele: "E a Braskem?".

Nós estamos falando sobre a estabilidade que é necessária para o Governo do Presidente Lula. A gente começa a tratar sobre isso, no meio da conversa para frente: "Mas a questão da Braskem é o maior crime ambiental...".

Então, não teria ninguém... assim, vários estados do Brasil, eu incluo até o meu, gostariam de ter alguém tão determinado quanto o Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... para tratar das coisas de seu povo, de sua gente, como tem o Renan.

Tenho certeza, eu advirto os sócios da Braskem, que têm capital social até na Bolsa de Nova York – estava pesquisando sobre isso –, eu os advirto: encontraram para empreita um caboclo duro na queda, um caboclo difícil de se dobrar, e, sobretudo, quando o povo de sua terra está em jogo, os interesses do povo de sua terra, é uma coluna que não se verga.

Então, eu quero aqui, em especial, eu vim aqui, passei nesta audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... fiz questão de deixar outros afazeres e passei para, em primeiro lugar, prestar solidariedade em sua pessoa, Governador Paulo Dantas, a todos os alagoanos e reiterar que esta é uma causa que não pertence somente a Alagoas. É uma causa de interesse do Governo brasileiro, é uma causa de interesse do Senado.

Em segundo lugar, para homenagear quem mais fala, repetidamente, cotidianamente, insistentemente dessa causa, que é o Senador Renan Calheiros. E advertir: acho que a melhor coisa que a Braskem teria a fazer, antes de querer desativar, sair de Maceió, fazer o diabo, antes de fazer qualquer coisa, era construir um acordo com o Governo de Alagoas, com as prefeituras dos municípios atingidos, porque o interlocutor, o interlocutor desta causa é o cabra que sabe mais guerrear aqui neste Congresso Nacional, há muito tempo, e nele, inclusive, me inspiro, que é o Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como vocês...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Desculpe-me a interrupção. Era só para fazer esse testemunho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como vocês percebem, o Senador Randolfe Rodrigues é um querido amigo, e eu, sim, é que tenho muito orgulho de ser seu amigo e seu contemporâneo.

O Randolfe, como todos sabem, é uma das maiores expressões do Congresso Nacional e do Senado Federal. Como Líder do Governo, tem cumprido um papel aí excepcional no sentido de organizar a sustentação e, sobretudo, avançar numa agenda consentânea com a grande mobilização eleitoral de que ele próprio, pessoalmente, participou, juntamente com o Presidente Lula.

Eu tenho, assim, uma satisfação muito grande de ser amigo do Randolfe Rodrigues e gostaria de aproveitar a oportunidade para externar que ele tem também uma relação muito próxima com o Estado de Alagoas. Ele é noivo de uma querida alagoana, da Priscila, vai se casar nos próximos dias. Eu sou da mobilização...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Essa parte não foi...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... que cobra o dia do casamento. (*Risos.*)

É um aliado incondicional do Estado de Alagoas, das nossas reivindicações, amigo também do nosso querido Governador Paulo Dantas.

E, Randolfe, essa é uma oportunidade para nós entrarmos nesse processo e evitar a conclusão dessa movimentação acionária, societária da Braskem, para que de forma nenhuma resolva o problema da Braskem sem resolver os problemas com os alagoanos e, principalmente, com as vítimas desse desastre ambiental terrível, que penaliza Alagoas, interrompeu o nosso desenvolvimento e precisa ser devolvido ao nosso povo.

Esta audiência, sobretudo, objetiva colaborar com esse resgate da nossa história que, incompreensivelmente, a partir da década de 70, passou a depender da Braskem numa mineração irresponsável, totalmente criminosa.

Muito obrigado por sua presença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Conte com a nossa solidariedade, meu caríssimo Renan, para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, reitero a minha solidariedade e, tenho certeza, da ampla maioria, se não de todos, do Senado da República e de todo o Congresso Nacional, com os esforços e apoio também do Governo brasileiro para isso, para que seja somente garantida justiça aos cidadãos de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A presença do Senador Randolfe, sem dúvida nenhuma, elevou o número de espectadores simultâneos aqui do YouTube. Comumente nós temos um acompanhamento de 100, 150 pessoas e, agora, nós estamos passando de mil espectadores simultâneos

Nós estamos, também, com uma participação muito grande pelo e-Cidadania de pessoas que fazem perguntas. E, antes de encerrarmos esta audiência pública, eu não só vou ler todas as perguntas que mandaram, mas eu vou pedir que algumas pessoas respondam, senão eu vou me aventurar a respondê-las também.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Profa. Camila Prates – professora, socióloga, que tem cumprido um papel importantíssimo, insubstituível na defesa das vítimas e do resgate desses compromissos que a Braskem tem com Alagoas.

A Braskem, ao chegar em Alagoas, fez um contrato social que, lamentavelmente, não foi honrado ao longo dos anos.

Com a palavra, a Profa. Camila Prates.

A SRA. CAMILA DELLAGNESE PRATES (Para expor.) – Eu agradeço a palavra e também saúdo o Presidente desta Comissão, o Governador, o Senador aqui presente, também a todos que estão assistindo a gente pelas mídias e também as pessoas que ficaram lá em Maceió, que estão acompanhando a gente e que estão conosco aqui.

Nós não estamos aqui sozinhos, nós estamos aqui representando o pensamento de muitos pesquisadores, das pessoas que estão nessa linha de frente do que a gente chama da borda ou do que o Prof. Abel chamou de "área de pânico". Isso é muito grave e é isso que eu gostaria de fazer agora neste espaço que tenho.

Primeiro, eu quero dizer que sou Doutora em Sociologia e estudo controvérsias tecnocientíficas em contextos de conflitos e desastres ambientais. Eu estou como Professora Visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, no Programa de Pós-graduação e Sociologia. A minha fala aqui tem o objetivo de mostrar como é que a ciência tem sido acionada para legitimar a versão do Braskem que trata o evento insistentemente como um evento geológico à revelia do que todos os professores, inclusive o Prof. Abel, têm dito aqui, têm defendido; e nós também. E também pensar, refletir junto com vocês como é que as instituições que fazem parte do tema e do acordo socioambiental – que é o Ministério Público, federal e estadual, a Braskem, também a prefeitura e outras instituições –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de grupos sociais afetados, podem dar passos importantíssimos para evitar que as injustiças socioambientais que lá existem não se perpetuem na região, aprofundando ainda mais as feridas de desastre construído pela Braskem.

O meu ponto aqui é demonstrar que a Braskem constrói sua legitimidade científica com *modus operandi* envolvendo algumas estratégias, aqui eu vou citar apenas três.

Primeiro é a produção de acordos como o termo de acordo socioambiental realizados de cima para baixo, sem a participação das pessoas. E, além disso, esse acordo induz a utilização do termo "fenômeno de subsidência", forçando o argumento da empresa de que se trata de um evento geológico e não como um desastre ambiental, como aqui a gente tem colocado.

Segundo ponto é que, a ciência que ela produz, ela produz por meio de contrato milionário firmados com empresas de consultoria para justificar, contraditoriamente, como evento geológico esse desastre. Essas empresas de consultoria são mobilizadas para manter os danos e os valores abaixo do que realmente são, ou seja, trata-se de uma maquiagem dos dados, de um apagamento das existências dos grupos sociais tanto os realocados compulsoriamente, quanto esses que vivem nas bordas.

O terceiro ponto é a falta de transparência dos dados das quais ela mobiliza, como a utilização do mapa da Defesa Civil desatualizado, os dados primários que ela utiliza para construir esses estudos – também a gente não tem acesso. A gente reiteradamente pede e a nós é negado. Então, o tratamento desses dados que ela detém impossibilita que os pesquisadores tenham acesso ao conhecimento para saber a evolução do afundamento do solo e consequentemente saber também o número real das vítimas que ainda precisa ser reconhecido, dos que vivem nessas bordas, nessas "áreas de pânico" e que já sentem os danos em seu cotidiano, como a insegurança de viver nesse local – o Sassá muito bem colocou aqui. Mas também a gente tem moradores de outras regiões, que não estão aqui presentes, moradores do Bom Parto, do Farol, do Pinheiro, da Vila Saem, dos Flexais – já está representado aqui –, e, quando a gente os escuta, as reclamações são as mesmas. Então, a insegurança de viver naquele local é literalmente não saber se o chão que está sob seus pés vai aguentar. O que vai acontecer com as suas casas enquanto eles estiverem dormindo? As rachaduras são constantes. Também são relatadas inundações mais frequentes naquela região, além, claro, do isolamento social ao qual elas foram impostas.

Bom, por questão de tempo, meu objetivo será demonstrado por meio do estudo de caso que a gente realizou no âmbito das escutas públicas realizadas pela empresa Diagonal. No total foram quatro escutas públicas, realizadas às terças-feiras do mês de março deste ano. E essas escutas públicas foram realizadas para apresentar os resultados do diagnóstico técnico participativo do plano de ações sociourbanísticas da empresa Diagonal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa escuta ativa também gerou a construção do dossiê crítico sobre o referido diagnóstico a que o Senador já tem acesso, mas a gente vai deixar nova cópia com a Comissão. Eu faço isso para demonstrar – esse estudo de caso – que o *modus operandi* da empresa é alinhado pelas consultoras que ela contrata.

Elencando os vícios que a gente percebeu nessas escutas públicas.

Bom, o primeiro deles foi a falta de mediadores do setor público envolvidos no termo de acordo de cooperação como o Ministério Público, federal e estadual, a Braskem e também outras instituições como a Defesa Civil, o órgão ambiental (IMA) e a prefeitura, estando presente apenas a empresa Diagonal para mediar as escutas e responder aos nossos questionamentos.

Os questionamentos foram 99% críticos, sendo, no primeiro dia, 12 intervenções críticas; no segundo, 13; no terceiro, 17; e, no último dia, 24 manifestações contrárias que seguiram apontando as inconsistências ainda não respondidas nos encontros anteriores.

Meu ponto aqui é que a empresa não respondeu a vários de nossos questionamentos, indicando que a resposta desses questionamentos deveria ser feita ou pela Defesa Civil, ou pelo Ministério Público, federal e estadual, ou pela prefeitura, ou pela própria Braskem. Ou seja, no dossiê que a gente construiu a gente traz mais de 80 perguntas a serem respondidas que não foram contempladas de forma alguma até agora.

O segundo vício que a gente conseguiu perceber é o apagamento das realidades locais por esse viés interpretativo altamente direcionado nessa omissão do desastre. Ela faz isso por meio da linguagem comum ao *modus operandi* da Braskem, adicionando teorias e metodologias academicamente insuficientes e inconsistentes para compreender os danos às realidades locais.

Ela trata o desastre como um evento geológico, e aqui eu cito, abro aspas, "o termo de acordo socioambiental que gerou o presente trabalho tem origem no evento geológico identificado em 2018 em Maceió, Alagoas", fecho aspas. Diagonal, 2021, página 29.

A atenção aqui é para o fato de que essa afirmação contradiz a base científica que já atestou relação direta da subsidência com a extração de sal-gema realizada pela Braskem – *vide* o relatório elaborado pela CPRM, de 2019, e também a fala dos professores aqui e do Abel.

Logo, ao não mobilizar as referências adequadas já consolidadas para tratar de desastre, as empresas desconsideram que não se trata de um mero evento natural, porque elas têm, sim, a sua intensidade aumentada pela transformação antrópica, industrial, irregular do uso daquele ambiente.

Lembrando ainda que essa literatura que a gente aciona e que as empresas não acionam considera afetados por desastre qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por ele, como feridos, desalojados, desabrigados, pessoas que perderam sua fonte de renda, que vivem em situação de isolamento social. Ainda é preciso contabilizar essas vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é preciso considerar que o desastre não afeta todos da mesma maneira. Logo, é preciso entender que as vulnerabilidades socioambientais e os riscos socioambientais são distribuídos de formas distintas, sendo necessário compreender o desastre ambiental dentro do que a gente chama de paradigma da vulnerabilidade.

O terceiro vício é incorrer na falta de transparência de informações sobre os desastres, de novo, por não ter um mapa de risco atualizado e também pela falta de dados primários.

Toda vez que a gente pede dados primários, esses dados não chegam até nós. Para a nossa surpresa, nessa semana passada, de fato, a empresa corroborou com os nossos argumentos dizendo que ela também não tem os dados primários, porque ela recebe os dados primários tratados pela empresa Braskem.

Então, entendemos que não é possível legitimar a construção da realidade restrita à versão da Braskem, porque ela transforma a realidade numa ficção, que é seguir então por importantes instituições e empresas de consultoria. E são empresas de consultoria que têm tempo, têm dinheiro, têm pesquisadores e técnicos, enfim, enquanto nós, que construímos esse contraponto, temos trabalhado com o exíguo tempo de 15 dias. A gente construiu o dossiê crítico em 15 dias, com 9 pesquisadoras maravilhosas – Natália, Neirevane, Isadora, Juliane, enfim.

Eu gostaria de nominar todas. São pesquisadoras aguerridas. Elas foram nas escutas públicas. O Alexandre, que está aqui do meu lado, também. São incansáveis! De verdade! É um pessoal incansável! É uma ciência que é produzida de forma incansável, a fim de mostrar esses mecanismos de vícios, esses mecanismos de reprodução de uma "verdade", entre aspas, de uma realidade fictícia.

Concluindo, então, como reflexão aqui eu deixo:

Bom, é preciso que o termo de acordo socioambiental seja refeito com os termos corretos: "desastre ambiental", para dizer o mínimo, para ficar no mínimo, não é?

É preciso garantir uma ciência isenta dos vícios apresentados, retomando os estudos geológicos nacionais – a gente precisa da CPRM lá novamente ajudando a entender como é que está a evolução do afundamento do solo; e assessoria às empresas de consultorias independentes para realizar os estudos sobre os danos, entendendo as demandas e as expectativas na região e dos grupos sociais afetados.

Reforçamos então que, como as coisas estão, a gente não tem um espaço para controvérsia. Eu estudo controvérsias científicas, mas a gente não tem o espaço para controvérsia.

E aqui é o apelo que a gente faz: a gente precisa ter acesso a mostrar que esses dados estão viciados e que, por isso, portanto, não há como contabilizar fidedignamente nem o valor – que vocês já estão... nós já temos evidências de que ele é muito, muito mais alto –, nem as pessoas que lá se sentem estar cotidianamente sendo afetadas, as que moram nessa "área de pânico".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me coloco à disposição para o diálogo, para sanar qualquer questão.

Eu agradeço aos ouvidos atentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço a intervenção inicial da Professora e Socióloga Camila Prates.

E tenho a satisfação de conceder a palavra à Sra. Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti, que é Arquiteta, Urbanista, e também uma das autoras do livro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Elias?

Consulto o Elias se deseja falar.

O SR. JOSÉ ELIAS FRAGOSO PEREIRA – Seria uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, eu concedo a palavra, com muita satisfação, ao Prof. Elias Fragoso, que também é o organizador deste livro, que é fundamental – e eu recomendo a todos – para que nós possamos compreender a complexidade desse crime que aconteceu em Alagoas.

Com a palavra, Elias.

Por favor, pelo tempo que for necessário.

O SR. JOSÉ ELIAS FRAGOSO PEREIRA (Para expor.) – Senador Renan, Governador Paulo, demais membros da mesa, senhores e senhoras, eu acho que nós tivemos hoje, até agora, uma macrovisão do que foi o problema causado por essa empresa.

Nós tivemos aqui várias visões, várias versões, algumas tocantes; outras, mais firmes, mais duras; algumas, com uma certa propositura, enfim.

Mas eu entendo – e esse foi sempre o espírito que me norteou, enquanto a gente estava se preparando para estruturar esta apresentação – que nós temos um problema ingente e, pior, urgente, que é como fazer para que essas empresas não fechem negócio antes de chegarmos a uma conclusão. Este é o fato: enquanto nós estamos aqui conversando, pode ser que, hoje à noite, eles estejam fechando negócio. E nós estamos ainda discutindo algumas coisas que levam tempo para serem maturadas, para que se chegue a uma solução.

Então, a minha visão é de que precisamos encontrar uma saída mais rápida, mais objetiva. Talvez não seja a melhor, mas uma saída mais rápida, que possa nos trazer uma solução agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da sua intervenção, Renan, que é fundamental, é preciso, absolutamente – na minha visão, isto está muito claro –, a unidade de todos. O Senador Randolfe, que ainda não participa diretamente do problema, foi absolutamente feliz: é preciso resolver Alagoas, os municípios e todos os afetados. Então, é junto. Não é cada um puxando para um lado. Não é cada um tentando resolver seu problema.

Foi com esse espírito que a gente trabalhou e norteou esta apresentação. Por isso eu começo dizendo que é preciso mudar o rumo da conversa. É preciso resolver. É preciso sermos mais executivos. Eu venho da área executiva, eu sou um homem de planejamento. Então, eu sou bem objetivo, bem direto. É para resolver? Então, vamos pensar em soluções imediatas, porque solução para daqui um mês talvez não resolva. Essa é a questão.

A empresa está desesperada para ser vendida. E a outra está querendo comprar porque está num momento absolutamente adequado para ela. Neste momento, o mercado de resinas está em baixa. As ações da Braskem, para quem não acompanha, há um ano, chegaram a R$60. Foi quando começou o movimento de decréscimo do mercado de resinas, que vai voltar a subir daqui mais um ano.

E essa compra, que está se falando aí, de R$35 bilhões, se tornará irrisória, porque as ações vão sair de 20, para 60. Então, os 35 viram 12.

Então, é preciso que a gente entenda essas coisas antes de passarmos a discutir questões que, neste instante, não vão levar a uma solução.

Por favor. (*Pausa.*)

Vamos lá?

Eu fiz um resumo aqui de coisas que já foram faladas. Então eu vou passar rápido para a gente ir em frente. Foram cinco bairros destruídos e mais um seriamente danificado, que é Flexais, que eu estou considerando como um bairro independente, pelo tamanho dele, com relação a Bebedouro, que é a terra da minha família. Quando o Sassá fez a sua intervenção, me deu uma saudade muito grande do meu tempo de menino, lá em Bebedouro.

Então, os imóveis do entorno, nós chegamos a uma conta, eu e o Abel, que chega a, mais ou menos, 24 mil imóveis. As empresas fechadas, é um número redondo – todos os números aqui são redondos para a gente não perder tempo: em torno de 5 mil. Cerca de 15 mil empregos perdidos. Pessoas expulsas de casa: 60 mil pessoas. Pessoas afetadas: 200 mil. São todos números que já foram citados. Mais de uma dezena de suicídios; mais de três centenas, contabilizadas, de pessoas com problemas psicossociais; com uma área total de 300 hectares. São 3 milhões de metros cúbicos que nós estamos falando; quadrados, perdão.

E uma perda de 11% do PIB de Alagoas no período analisado, que é de 2000 a 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Eu entendo que a gente precisa, antes de mais nada, desmanchar o castelo de lenha que foi construído em torno da Braskem, em torno do segmento de química e plástico em Alagoas, do polo cloroquímico, dessa história toda que está aí.

Então esses números mostram isso.

O setor de química e plástico equivale a menos de 1% do PIB de Alagoas, que já é um PIB muito pequeno. Somos um estado paupérrimo.

Essa fonte é do CNI, e eu fiz um cotejamento com o IBGE.

A Braskem emprega, em Alagoas, 580 pessoas. A empresa Braskem emprega 580 pessoas; ou seja, 0,001 dos poucos empregos que existem com carteira assinada em Alagoas. É uma empresa que, do ponto de vista da sociedade, retorna quase nada. Além do mais, explora o sal-gema gratuitamente, nem *royalties* paga. Os impostos recolhidos – esse dado foi fornecido pelo Secretário da Fazenda, um ano atrás –, 0,8% do ICM que é recolhido neste estado, menos de 1% do que é o recolhimento de ICM, num estado que depende basicamente de transferência, ou seja, o ICM é muito pequeno. E desse muito pequeno, só 0,8 é originário da Braskem.

Já falamos da questão dos *royalties*.

Isso aqui está no relatório, na parte final do relatório deles, saído em abril. A Braskem ainda pode enfrentar procedimentos administrativos, ações judiciais de pessoas físicas ou jurídicas – palavras do presidente da empresa –, que discordem da compensação financeira oferecida, o que nós estamos tratando aqui, bem como novas demandas coletivas e ações de concessionárias de serviços públicos, da administração direta ou indireta do estado. E aí eles, pela primeira vez, dão um braço a torcer: "Nós temos dívidas, sim, que vão ser cobradas em algum momento, do município ou União. Não sendo possível estimar, neste momento – ele está fechando o relatório de administração –, a quantidade de eventuais ações, sua natureza ou valores". E tenho dito com relação a isso.

Aqui eu faço um resumo bem rápido. A Novonor precisa ser vendida porque a Braskem pertence... A Novonor precisa vender a Braskem porque ela é a única fonte de receita real hoje do grupo Odebrecht, hoje Novonor. O grupo Odebrecht, a Novonor, com certeza, se pudesse, não venderia. A Braskem é uma empresa de R$100 bilhões. Então, não seria vendida. Isso aqui é o desespero de resolver problema do seu passivo. Agora, a Braskem já pertence tecnicamente aos bancos. Os bancos já têm autorização na Justiça para assumirem a empresa. Tem negociado, ela vem renegociando já há uns quatro anos essa situação instável que está aí. A Braskem toca e os bancos vão empurrando de barriga também porque talvez não se sintam capacitados para explorar esse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento o Fundo Apollo e o Fundo ADNOC, de Abu Dhabi, fizeram uma oferta de R$47, um prêmio de 195%, quase duas vezes o preço da ação no mercado, mas se for toda a Braskem. E aí envolve a Petrobras, que o Senador já colocou que há um compromisso do Presidente de não entrar nessa questão agora. Eles dizem que vão assumir o problema de Maceió. Em todas as declarações de jornal que a gente viu, os dois fundos falam isso, mas não dizem como. Até porque isso não está dimensionado. Até agora nós não temos uma dimensão do que é o tamanho do prejuízo de Alagoas, da prefeitura – das prefeituras –, dos... ninguém. Então, é uma coisa que está no ar.

E tem mais: é preciso que as pessoas saibam que esse Fundo ADNOC é um fundo – como é que eu diria? – que entra para chupar tudo de uma empresa e depois se entrega. É o chamado "fundo abutre": pega, mata, come e vai embora. Essa é a essência dos fundos abutres, retirar o máximo de... maximizar o lucro e depois cair fora.

Vamos em frente.

A gente ficou pensando numa forma de equalizar essa história toda, porque cada um fala um número, e vai, e vem, e volta. Eu acho que está na hora de a gente começar a definir números. Se a gente não tiver números definidos, nós não temos como negociar com a Braskem – ponto. Ponto!

A gente fez um estudo muito superficial para chegar a essas coisas aqui a que a gente vai chegar.

Alagoas, em que os senhores aqui colocaram, inicialmente, 3 bilhões de passivo; alguém falou em 5 bilhões e eu trabalho com um passivo de 8,5 bilhões, que, pessoalmente, eu acho que chega a ser um pouco maior.

Mas nós temos que entender que nós vamos começar uma negociação, e a gente não pode começar uma negociação pedindo coisas que serão impossíveis de serem começadas a discutir. A gente está acostumado a fazer negociações, então sabe que tem as barganhas, mas até barganha tem limites, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ELIAS FRAGOSO PEREIRA – As prefeituras alcançam 8,5 bilhões – a prefeitura.

A prefeitura... isso aqui é um número, é um mero chute. A prefeitura, hoje, é uma caixa preta a cujos números a gente não tem acesso. Então, eu entendi colocar no mesmo volume, no mesmo tamanho do Estado de Alagoas, para efeito hipotético desse estudo.

Para os municípios da Grande Maceió – e o Presidente da AMA acabou de citar aqui –, eu fiz uma estimativa de 100 milhões, baseado, basicamente, na receita de cada um, no sentido de fazer uma aproximação necessária.

Neste instante, esse é um número primário, é um número que precisa ser trabalhado. Mas é preciso que a gente tenha esse número. Se nós não tivermos esse número, nós não temos como começar nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos moradores eu preferiria não estimar. Existem, aí, alguns números que foram colocados, inclusive aqui, e que eu acho que precisam ser repensados. Todos têm uma estrutura lógica, todos têm uma base teórica e uma base informacional completa, mas se chega a números que simplesmente inviabilizam qualquer negociação.

É a minha opinião.

Então, deixei isso em aberto para se pensar.

Para os moradores do entorno, eu estabeleci uma perda de 40% para uma média de imóveis com R$300 mil.

Então, praticamente R$3 bilhões. Fecho em R$20 bilhões, novamente, chamando atenção: é preciso ter um número para os expulsos de casa.

Esse passivo de R$20 bilhões a gente vai ver agora. Nós pensamos aqui em uma saída, mas não significa que é esta não. Mas é uma primeira opção para se discutir.

A área da Braskem, no Pontal, tem 150ha ali embaixo, dos quais ela ocupa 34ha. Vale R$15 bilhões. Eu coloquei R$5 mil. Nós conversamos com várias pessoas do mercado imobiliário e os números ficaram entre R$3 mil e R$5 mil. Eu preferi trabalhar aqui no limite máximo, alertando que pode ser menor.

Mas o que interessa aqui é o seguinte: se ela topar isso, entra uma outra questão que não foi tocada aqui – apenas o Senador Renan, na sua apresentação, passa por esta questão –, nós temos uma indústria dentro da capital, ao lado do centro comercial do estado, ao lado do estádio, ao lado do principal hospital. Se houvesse um acidente lá, seria o hospital indicado para fazer o atendimento e ficaria impossibilitado.

Nós temos, ali na região, cerca de 150 mil pessoas ameaçadas diretamente! Se acontecer um acidente de grande porte, nós podemos ter 150 mil pessoas, porque vai...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ELIAS FRAGOSO PEREIRA – ... da Levada ao Pontal, passando pelo Centro da cidade.

Então, eu fiz uma sugestão. Se ela topar e as pessoas que estão envolvidas nisso toparem, 75% do passivo seria resolvido – sem entrarem ainda os expulsos de casa, porque ainda vamos chegar a um número. Os 25% restante – é hipotético o número, que pode ser 30, pode ser 40 –, seriam pagos em cinco anos, em parcelas iguais ou via cessão de ações da empresa.

Se eu estivesse em uma situação dessas, eu gostaria de pegar essas ações, porque eu sei que eu vou ganhar dinheiro com elas daqui a mais cinco anos, seis anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma segunda opção é a oferta pura e simples de ações. Uma terceira é uma proposta de parcelamento da dívida de longo prazo. Tudo são questões que têm que ser discutidas já ou uma combinação disso aí. Vamos lá?

A gente faz uma primeira sugestão. No caso da área que foi afetada pelo megadesastre, é uma área que só poderá ser ocupada daqui a alguns anos, por conta das questões técnicas de segurança, mas a gente precisa pensar o que é que vai fazer com ela. E a gente tem uma solução, a Isadora já, já vai falar dela, no sentido de criar um parque misto ecoflorestal – mas uma coisa que seja uma das mais modernas do mundo, que a gente não fique na mesmice de um parquezinho, que seria grande, gigante, mas que teria uma série de equipamentos sociais, culturais, esportivos, de lazer etc. etc. etc. – e um bairro ecointeligente.

Eu acho que aqui nenhum dos presentes vai discutir a valorização que aquela área, ocupada pela Braskem, na Praia do Pontal, com a saída da empresa para um local mais seguro, iria se valorizar estupidamente da noite para o dia. E ali é uma área nobre. As pessoas mais velhas aqui lembram que era para lá que Maceió estava se dirigindo antes de a Braskem aparecer lá e expulsar as pessoas para Ponta Verde. Era lá que estava se criando a Maceió do futuro, que foi barrada 50 anos atrás. E eu entendo que a gente precisa dar um salto para esse futuro, nós não podemos ficar na mesmice. Todos os países que tiveram grandes tragédias, não importa se terremotos, não importa... o que for, aproveitaram o momento seguinte para investir violentamente em urbanismo, em novos equipamentos, em coisas que trouxessem turismo, que gerassem recursos e riquezas. E eu acho que temos na mão essa oportunidade única.

A Braskem, todo muito diz que não quer sair dali. Ora, a proposta tem R$15 bilhões, você pega R$1 bilhão, um bilhão e pouco de reais, ela retira dos R$15 bilhões e constrói em outro local. Constrói de graça, com o nosso dinheiro, mas sai e abre espaço para um bairro fantasticamente interessante... diferente, para complementar essa belíssima orla marítima que a gente tem. Agora, eu só entendo isso – e eu venho dizendo –, e não é discurso. Se ficar cada um puxando para um lado, nós não vamos a lugar nenhum. Ou a gente senta, ou alguém assume a responsabilidade disso e diz: "Espera aí, vamos fazer assim, assim e assado". Porque, se não for assim, nós não vamos a lugar nenhum – e aí a gente dá uma fechada com a questão.

Vamos lá?

Bom, se não está... se está com dificuldade, vou colocar: eu entendo claramente que, se nós não criarmos alguma coisa que centralize essas negociações para tentar resolver de uma vez por todas. E não é um órgão estatal, não é um órgão inchado de políticos, é um órgão técnico, de alto nível, para discutir imediatamente, sentar e começar a discutir daqui a alguns dias, diretamente com a empresa, algumas questões.

E esse órgão teria dois papeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele teria esse primeiro papel de encontrar uma saída rápida nesse período de venda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ELIAS FRAGOSO PEREIRA – E, segundo, gerir as áreas, as duas áreas que estão aí disponibilizadas na questão urbanística, que é do que a Profa. Isadora agora vai tratar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção do Prof. Elias Fragoso e passamos a palavra à Profa. Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti, que é arquiteta, urbanista e também autora deste livro – permitam-me apresentá-lo –, intitulado *Rasgando a cortina de silêncios,* que considero, eu queria repetir, um livro fundamental para compreender a complexidade do que aconteceu do ponto de vista ambiental em Alagoas.

Em seguida nós vamos conceder a palavra ao Prof. Cássio, ao Prof. Edson e à Deputada Tereza Nelma.

A SRA. ISADORA PADILHA DE HOLANDA CAVALCANTI (Para expor.) – Boa noite!

Eu quero agradecer pelo convite que foi feito, quero agradecer pelo convite do Senador Renan e também quero agradecer pelas falas que me antecederam, que são falas que trazem informações que eu vou poder utilizar nesta minha apresentação.

E também quero cumprimentar a mesa, todos que falam aqui, todos que nos assistem, as pessoas que se interessam por esse tema, quem, como Camila mencionou, está em Maceió, está em Alagoas e nos assiste neste momento. Então, a todas essas pessoas, por tudo o que vem acontecendo, quero lembrar que essa é uma questão que tanto interessa a todas as pessoas da cidade como interessa a todas as pessoas do estado, como interessa agora, como já foi dito, a todas as pessoas do Brasil, do país. Esta é uma intervenção necessária em todas as instâncias.

Essa foto é uma foto emblemática que eu trago aqui, porque, como vocês estão vendo, em primeiro plano nós vemos o que está se passando, o que está acontecendo em Maceió.

Ao fundo, vocês veem como esse território se conecta com a cidade, com a Lagoa Mundaú, com o mar, que está ali ao fundo. Então essa é Maceió.

Pode passar para o próximo por gentileza.

Essa é Maceió. Essa é a nossa cidade, que se situa entre a lagoa e o oceano. Maceió é banhada pela Lagoa Mundaú e pelo Oceano Atlântico, tem duas costas, a costa marítima e a costa lagunar, que não recebe o mesmo tratamento, e, nesse território da cidade, nós temos duas áreas que ora estão afetadas pela Braskem, que vêm sendo afetadas pela Braskem já há décadas. Vamos relembrar o que o Prof. Abel colocou: esse crime não começa em 2018, ele começa décadas antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então temos o território onde a empresa se instala, que é o bairro do Pontal da Barra, onde sua fábrica permanece até hoje, e o território onde ela minera, como o Prof. Abel mostrou aqui exaustivamente, que apresenta inúmeras minas de sal-gema, minas que levaram à questão de subsidência e a cinco bairros destruídos integralmente ou parcialmente e outros locais afetados de borda. Esses locais se conectam, aquela foto mostra isso, eles se conectam tanto no sentido visual, paisagístico, de mobilidade, como se conectam por essa tubulação que levava esse material da mineração até a fábrica onde ele era processado.

Pode passar.

Para essas duas situações que nós mostramos aí, duas soluções são propostas de maneira simples aqui para serem debatidas, discutidas e levadas a um momento possível de se pensar como utilizar o que está acontecendo para transformar a cidade, para levar Maceió para uma discussão em que nós desejamos uma cidade livre dessas questões e entrando em outro patamar de desenvolvimento, sem a preocupação de ter essa população ameaçada cotidianamente nem essa população afetada. Vamos pensar, por exemplo, no que o Defensor Ricardo Melro trouxe, que é a questão de a quem essas áreas vão pertencer posteriormente. Elas vão se tornar áreas químicas para poder explorar e, de alguma forma, lucrar com elas? Nós vamos permitir que isso aconteça? Num primeiro momento, a área que ela vem ocupando há décadas, com inúmeros acidentes, vazamentos, ameaças à população, que já estava nessa região implementando o desenvolvimento desse lugar e de toda uma área que é área de possível acidente de grande porte. Então, a transferência da empresa para um local seguro, onde ela não ameace mais a vida dessas pessoas e, portanto, a liberação dessa área para outros usos.

Pode passar.

Essa é a área, essa é a vista da empresa. Como vocês podem ver, é uma área belíssima, originalmente santuário ecológico. Como nós já sabemos e outras palavras foram ditas, hoje a empresa jamais teria se instalado nessa região, jamais, pelos condicionantes ambientais. Essa área, se tivesse seguido seu curso histórico, antes da instalação da empresa, hoje seria uma área de largo desenvolvimento para a cidade e de largo aproveitamento por todos os munícipes, por todos os maceioenses e por visitantes, por outros alagoanos. Como vocês podem ver, o pontal, que é uma ponta, geograficamente falando, entre a lagoa e o mar.

Pode passar.

Já foi dito aqui que a transferência da fábrica liberaria uma área de aproximadamente 150ha. É fundamental, ao se pensar essa área, que a premissa do que será feito aí seja uma premissa ambiental e não outra, considerando o santuário ecológico e todos os danos que já foram causados pela presença da empresa a essa área e a essas comunidades. O que nós propomos nesse caso é o uso de conceitos de urbanismo mais avançados que hoje existem no mundo. A cidade é para as pessoas, o que é um consenso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje no mundo em relação ao que deve prevalecer quando se planeja, se projeta uma cidade; cidade de 15 minutos, que tenta uma mobilidade mais humana para você poder acessar serviços que estejam a um raio de 15 minutos de qualquer pessoa, serviços básicos em todos os sentidos, que vão do morar, do habitar ao lazer, ao estudar, aprender, tudo nesse raio de 15 minutos; cidade floresta, que é um conceito que busca trabalhar com uma relação harmoniosa entre o construído, o ocupado, o antrópico, como Camila colocou aqui em outros momentos, e o natural.

Então, a conversa harmoniosa com o meio ambiente hoje é uma premissa de qualquer cidade que se pretende no mundo inteiro mais duradoura e com mais qualidade de vida e que não prejudique esses recursos para gerações futuras. E é impossível falar hoje de qualquer planejamento urbano que não incorpore a tecnologia. Todas e todos nós sabemos disso no nosso dia a dia, no nosso cotidiano.

Então, esse seria um local que, liberado, daria a possibilidade para empreendimentos comerciais, turísticos de ponta, residenciais, áreas verdes, tudo que leva ao funcionamento da vida de um bairro sem estar prejudicado pela presença de uma empresa que cometeu o que a Braskem cometeu com Maceió e com o Estado de Alagoas e comete cotidianamente desde a década de 70, ou seja, há 40 anos.

Pode passar.

A outra área que nós sabemos que está completamente afetada e como já se falou aqui várias vezes, inclusive pelo próprio Defensor Ricardo Melro, é uma área que não pode ficar, depois de ter sido prejudicada como foi, destruída como foi, em relação aos moradores, sujeita à especulação da própria empresa, leve um ano, cinco anos ou dez anos no futuro.

Então, existem usos nessa região, usos próximos, tanto na área de borda como na área lindeira, que são uso de parques. Quem conhece Maceió sabe que o Parque Municipal de Maceió está numa área de borda, que é a Marquês de Abrantes. E o Parque do Horto está numa área lindeira, que é o bairro da Gruta de Lourdes, que faz a divisa com o bairro do Pinheiro.

Então, se essas áreas hoje estão infelizmente com suas populações removidas forçadamente e se hoje essa área é uma área em que, citando, por exemplo, o caso Mutange, se tem uma demolição absoluta de todos os imóveis, como pensar que uma área dessas – se ela não servir para especulação imobiliária, que é o que ninguém deseja que aconteça – pode, por exemplo, servir como uma devolução de terras a moradores?

Se você já demoliu só no Mutange mais de 3 mil imóveis, a área já passou por movimentação de terra, já está sujeita a reflorestamento, e a empresa apresentou recentemente um calendário de novas demolições nessas áreas. Se essas áreas vão ficar para servir à população da cidade, então elas têm que ter um uso coletivo para a cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a proposta aqui é que essas áreas sejam incorporadas como um parque de uso público para a cidade de Maceió, que sirva a seus moradores todos e que sirva a possíveis visitantes, mas não só.

Pode passar.

Esse é um mero exemplo. Esse é o Parque das Pedreiras, que foi estabelecido em Curitiba a partir de uma antiga área de mineração. Existem outros no mundo. Nós falamos sobre isso no livro, inclusive um parque na França, que o Buttes Chaumont, que também vem de uma área que era perigosa até para o uso e tornou-se um parque.

Pode passar.

Eu não vou repetir a área que já foi citada aqui. Em relação aos hectares, seria um dos maiores parques urbanos do mundo, mas não é só essa a questão.

A questão é que esse seja um equipamento socioambiental de ponta que tenha usos voltados para toda a cidade e visitantes, como teatros, museu, memorial, pensando que esse lugar vai trabalhar com um fato histórico que aconteceu e que não pode ser silenciado nem esquecido, mas com toda uma série de usos culturais de lazer, entretenimento, esporte, como espaços de palco multiuso, quadras, pistas, enfim, tudo que um parque, como nós conhecemos, compreende. Mas o grande diferencial desse espaço, junto com o seu uso ambiental, é um uso educacional. O que isso significa? Para além de passeios pela lagoa, são percursos pelo que nós temos de patrimônio nesse lugar.

Isto eu acho que é o mais importante de deixar aqui, encerrando a minha apresentação, que é: esse lugar passou por algo que não pode – e eu vou fazer um eco ao Defensor Ricardo Melro – ser esquecido na memória dos maceioenses, na memória dos alagoanos, na memória dos brasileiros, na memória do mundo, porque...

Pode voltar, por gentileza, para o último *eslaide*?

Isso não pode ser esquecido na memória de ninguém. Por quê? Porque o que aconteceu, em termos de tragédias em outros lugares do mundo, também não é esquecido, então nós aqui não podemos esquecer o que foi gerado aqui, embora seja algo muito doloroso. Isso não pode passar para a história sem que se tenha algo contando o que aconteceu para as futuras gerações, sem que se honre a memória das pessoas, a memória da cidade, a memória do estado.

Também não se pode trabalhar esse lugar sem que se faça algo em relação à catástrofe que está em curso. Então, Maceió já deveria estar se pensando como uma cidade na vanguarda da discussão sobre mineração urbana no mundo. Esse é um caso único, sem precedência e que merece ser estudado. Então, essa área precisa ser trabalhada para toda a cidade, mas também para que pessoas do mundo inteiro possam vir aqui aprender com o que nós estamos vivenciando para que isso não só não seja esquecido, como não seja repetido, nem aqui e nem em nenhum lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo dito isso, eu agradeço, como eu falei, e deixo para as pessoas, para todas e todos nós, que estão aqui e que nos ouvem que este momento é um momento único na nossa história. Se nós não aproveitarmos o que nós estamos vivendo agora para aprender com isso, fazer diferente, nos transformar e nos melhorar, nós vamos passar ainda muitos anos na história de Maceió com esse desastre não tendo nos servido, infelizmente, para nada além da dor que nós estamos vivenciando.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção da Profa. Isadora Padilha.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Prof. Edson José de Gouveia Bezerra, sociólogo, professor e também um dos autores do livro *Rasgando a Cortina de Fumaça*.

Com a palavra, Edson.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – *Rasgando a Cortina de Silêncios*.

O SR. EDSON JOSÉ DE GOUVEIA BEZERRA (Para expor.) – Excelência, em primeiro lugar quero agradecer o convite e falar uma coisa: a história é aquilo que fere, é aquilo que estremece a gente. Eu acho que, neste momento, o senhor está fazendo história.

Eu começaria pegando um pedaço da fala do Maurício, quando ele diz que as famílias de Bebedouro não dormem, não jantam mais com tranquilidade. Eu acrescentaria uma coisa, Maurício, que esse "não ter descanso" aumenta um pouco quando existe alguém doente em casa. Por que eu estou dizendo isso, senhores e senhoras? Porque recentemente alguém morreu no bairro de Bebedouro e simplesmente não tinha onde se enterrar – não tinha onde se enterrar!

Eu vou citar aqui um fato que aconteceu há quase 50 anos – e aproveitando para fazer uma homenagem ao Prof. José Geraldo Marques. Numa das reuniões com a presença logo dele, que estava lutando contra a implantação da então Salgema naquele espaço, um dos membros da comissão da Salgema, um dos diretores disse assim: "É mais fácil, é mais fácil Maceió mudar de lugar do que a Salgema mudar".

Mas é isso, é isso que está acontecendo, porque, vejam só, é a questão da memória, não é? Ela detonou, há 50 anos, como já foi colocado aqui pelo Elias, pela Isadora, um dos bairros mais antigos e belos de Maceió, que era onde estava crescendo a cidade, que é o Pontal da Barra. Começou ali, não é? Devastou a região, mudou o curso do desenvolvimento da cidade, faliu dezenas, centenas de... E continuou. E esse processo de devastação acontece, se aprofunda, se radicaliza e, quando ele destrói, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desapareceu o bairro do Mutange, onde é mutilado o bairro do Bom Parto, Bebedouro se fragmenta e as áreas do Flexal de Baixo e tal. Então são populações de humilhados e de ofendidos.

Mas vamos lá. A questão da destruição da memória sistemática. Essa última coisa, esse último desastre, radicalização desse desastre, vai, por exemplo, inutilizar uma das igrejas mais antigas da cidade de Maceió, que é a Igreja do Bom Parto, de 1845. Ela também quase que... aliás, ela destrói todas: a Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto; a Capela de Nossa Senhora da Conceição, que é a única que está funcionando; a Igreja de Santo Antônio, que não funciona mais; o Colégio Bom Conselho, que foi colocado aqui pelo Sassá, que foi criado – veja que memória! – para acolher as filhas dos combatentes da guerra do Paraguai; o campo do CSA, que não existe mais; o prédio do Sindicato dos Professores; a antiga Vila Linota; o transporte de trem, o secular transporte de trem; e o cemitério de Bebedouro, que também não existe.

Então é toda uma devastação da memória, Senador, que foi feita. E como Isadora está falando – essas propostas de Isadora e de Elias são propostas altamente propositivas –, como ela bem colocou, essa é uma destruição sistemática.

Se nós formos aprofundar a importância dessa área, é uma importância grandiosa. O primeiro romance, um dos primeiros romances de Alagoas, *Traços e Troças*, de Pedro Nolasco Maciel, do final do século passado, a ambiência desse romance acontece basicamente nos bairros de Bebedouro, Mutange e adjacências. O romance mais importante de Alagoas, *Calunga,* de Jorge de Lima, escrito em 1935, vai se ambientar todo nessa região lacustre. O romance do grande Graciliano Ramos, *Angústia,* vai também ser ambientado entre essa região da Praça dos Martírios e Bebedouro. Os filmes, um dos primeiros filmes de Maceió, chamado Casamento é Negócio, em 1933, tem cenas que são filmadas ali na Praça Santo Antônio, cujo um dos cenários é o casarão dos Nunes, que nós observamos, um dia desses, que estava sendo destelhado. Senador, o casarão dos Nunes é uma relíquia da época colonial, é uma das poucas casas coloniais que existem na cidade. Estava sendo destelhada. No filme sobre Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, ele é preso numa casa que fica ali na Praça Santo Antônio.

Então, quando a gente depara com a tragédia da Baskem, a gente vai ver que não é uma tragédia de pouca monta, é o desmonte de toda uma memória, de uma memória que é irrecuperável. Porque era, naquela região de Bebedouro, que está sendo destruída, naquela região ali ao redor da Lagoa Mundaú, no Chã da Jaqueira, naquela região da beira da lagoa, que os camponeses, quando eram expulsos, quando saíam do campo, tinham seu sustento. Tanto é que aquela região de Bebedouro, de Chã de Bebedouro, é a região culturalmente mais rica da cidade, onde se concentravam os mestres. E hoje tudo isso está devastado.

Estou sendo breve porque todo mundo já falou aquilo que tinha que falar. O que acontece, atualmente, em Bebedouro é uma verdadeira agonia de uma dor que eu não posso falar, da qual não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a dignidade de falar – porque não sou morador de Bebedouro –, mas as minhas memórias ancestrais me remetem para Bebedouro.

Maurício, um dia desses eu passei pela Ladeira do Calmon tentando encontrar a casa do meu pai e eu não a encontrei mais. Ela não existe mais. Os meus antepassados, como os de Elias também, foram daquela região. Então, nós estamos lidando com um desastre de uma dimensão incomensurável.

Como a Isadora falou, como o Elias falou, a gente tinha que... A gente está diante, Senador, de transformar essa tragédia numa possibilidade de desenvolvimento único no Brasil. Então eu acho que a gente está deparando com essa situação.

Quero parabenizar sua S. Exa., porque é uma ruptura nesse movimento, na medida em que o senhor entra e consegue capitalizar todas essas forças, essas atenções. Eu acho, sabe, que a história é aquilo que fere, que a história é aquilo que dói. Eu acho que esse é um momento ritual muito importante no qual o senhor pode estar rompendo, decerto rompendo, mas não só rompendo, avançando na história, na construção, na reconstrução de uma cidade diferenciada. Eu acho, também, que o senhor entra numa área, sabe, que pode ampliar muito a visão da cidade, de Alagoas, que é a reconstrução de toda essa área afetada.

Eu acho que era só isso. Todos já falaram tudo o que tinham que falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção do Prof. Edson. (*Palmas.*)

Concedemos a palavra à Deputada Tereza Nelma.

A SRA. TEREZA NELMA (Para expor.) – É, após o Edson, não é fácil não, Senador. O Prof. Edson é um grande poeta, é uma pessoa que conhece muito Maceió.

Sr. Senador, eu fiz questão de vir aqui porque essa luta é de todos nós, principalmente dos alagoanos. Não é, Dr. Ricardo? Quero dizer ao senhor que eu acredito que agora nós vamos ter uma resolutividade, um encaminhamento mais efetivo, porque o senhor está junto com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Tereza.

A SRA. TEREZA NELMA – Então, eu confio muito. Eu me lembro de tantas lutas que o senhor já assumiu em Alagoas e no Brasil: a última foi na CPI, de que a gente se lembra – quantas vezes eu fui conversar com o senhor, no gabinete, sobre toda aquela situação? –; e, hoje, quando o senhor convoca esta audiência, que é muito importante para todos esses protagonistas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui Vereadora, como o senhor sabe, desde a eleição de 2004, assumi em 2007, e eu tenho umas amizades lá no Mutange, no Flexal. Tomava café, comia uma galinha na casa de Sassá, lá no Flexal e no Mutange. Ali, eu tenho alunos, amigos e, Senador, eu não sabia... em 2007, lá no Mutange, começaram a me pedir cimento, porque as escadarias, toda vez, rachavam. E a igrejinha, uma igreja pequenininha que estava em construção e que eu ajudava, rachava sempre. E ninguém sabia o que era. "Não, é a água que vem de lá". Que nada! Foi o grande acidente ambiental que a Braskem provocou no nosso Município de Maceió, nos bairros já falados.

Olhando para Maurício... quantas lutas a gente teve, desde como agente da saúde, como também nessa questão do Pinheiro! Em 2018, estava eu lá, cedinho, de manhã, porque me chamaram lá no Conjunto Divaldo Suruagy, naquele conjunto ali, onde tinham acontecido as rachaduras e tinha havido o abalo.

Então, essa história é antiga. Eu fico aqui me lembrando, Senador, de quantas vezes a gente ouvia – eu morava cá, em Stella Maris: "Eita! Aconteceu um acidente da Braskem. Vazou gás lá no Pontal". Há quantos anos que a gente ouviu isso? E nada foi tomado de providências.

Então, essa história faz parte da gente. Eu, quando Vereadora, eu, quando Deputada Federal... já até, com os amigos lá, o Alexandre, hospedei, na época, moradores do Pinheiro, no nosso apartamento, porque eles vinham lutar pela questão do Pinheiro, com o Dr. Cássio, que eu conheço, Procurador do MPT e, hoje, aqui no movimento unificado.

Eu fico muito preocupada, Renan... Desculpa, Sr. Senador Renan. A informalidade, às vezes... fico muito preocupada, porque eu tenho um olhar muito mais humanizado. Eu tenho um olhar muito... O senhor sabe do meu trabalho na área social e na área das vítimas. Enquanto o professor estava ali explicando, eu ficava me perguntando: "Onde é que estão as vítimas? Vítimas de pessoas amigas que a gente tem?".

Eu acompanho a Gardênia Nascimento, contando, todo domingo, a história do pai dela, Dr. George, que hoje já desenvolveu a demência, porque teve que sair da sua casa, em que ele tinha investido, lá no Pinheiro. E, aí, enquanto eu ouvia a fala do professor e, aqui, após isso, a dissertação do Edson, eu me lembrei de saúde mental, dos hospitais psiquiátricos, que Alagoas não tem mais. Olha as nossas referências!

O hospital Casa de Saúde José Lopes – que casa linda quando a gente por lá passava! – não existe mais. A Casa de Saúde Miguel Couto também não existe mais. A Casa de Saúde, o hospital Ulysses Pernambucano... isso só na região de Bebedouro. Hoje, nós não temos mais, Dr. Ricardo. E, hoje em dia, Sr. Senador, no pós-pandemia, aumentou muito o número de pessoas, populações com doenças psiquiátricas. Isso na região de Bebedouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu vou para o Farol. Imaginem: o Hospital Portugal Ramalho também não vai existir mais! Não é isso, Dr. Ricardo? O sanatório! O Sanatório ó... Então, as nossas referências estão deixando de existir, e o tempo passando, passando...

Então, quando eu cheguei aqui e vi o Dr. Ricardo, eu disse: "Agora a coisa vai, com o Dr. Ricardo" – não é, Alexandre? Isso porque, em todas as lutas que o senhor entrou, a gente sempre soube que o senhor estava do lado certo. E, ao lado do Renan, do Senador Renan, e com toda essa população sofrida lá de Maceió, eu acredito, Hugo, que a gente vai ter dias melhores em relação a isso.

Eu, hoje, estou em outra fase; estou como Secretária Nacional de Aquicultura, cultivo de peixe, camarão... Quanto a gente pode fazer por Alagoas, Sr. Presidente da AMA, Hugo Wanderley! Eu tenho sonhado com as possibilidades, para que a gente saia do mapa da fome, da posição de campeão da fome no Brasil. Nós temos tantas lagoas... Os nossos dois estuários estão lá tão poluídos. Vamos trabalhar pensando na esperança disso, sem perder de vista a situação das vítimas, pessoas que perderam tudo, sua referência, sua história.

E a nossa Vereadora Teca Nelma, uma liderança nova, mas que tem trabalhado muito por Maceió e por Alagoas, tem se envolvido muito com a questão do Pinheiro. E, lá na Câmara, Sr. Senador, ela já convocou audiências, recentemente, para discutir a divisão das indenizações, o que não está certo. O quanto eu fui pedir ao Governador da época, assim como o Alexandre e tantas outras pessoas, para que interviesse! Não era justo passarem tantos anos, e a Braskem ganhando tempo, ganhando tempo, sem pagar as indenizações. Criou o projeto de lei que cria o museu em homenagem às vítimas da Braskem, que já existe lá em Maceió. Denunciou o uso irregular da retirada de areia para preenchimento de minas. Que absurdo, Dr. Ricardo! Era tapando um buraco, descobrindo outro buraco. Que prejuízo grande para a Praia do Francês! É muito triste a nossa realidade! Criou-se um dia de luta e em memória das vítimas do Pinheiro e a audiência pública sobre a situação de animais abandonados dos bairros. Tudo isso são políticas públicas em que nós precisamos estar juntos.

Eu não estou mais no Parlamento, eu estou em outra missão, mas eu acredito – sabe, Senador? – que tudo tem seu caminho sem muita explicação, onde a gente vê uma possibilidade tão grande de desenvolver as nossas lagoas. Mas nós não podemos mexer na lagoa. A lagoa tem que estar paradinha. Por quê? Porque, se mexe na lagoa – e o nosso sonho é desassorear a lagoa, as duas lagoas –, o que vai acontecer? Desce de lá o Pinheiro e tudo. Isso é o que falam a Universidade Federal e tantos outros. Então, são vários riscos que nós corremos.

O Deputado Alexandre... Fiquei muito feliz também, Alexandre, por você estar aqui nessa luta – está certo? –, como também estava o Deputado Federal Rafael Brito e o Governador do estado. Ótimo que o senhor trouxe o nosso Governador Paulo Dantas! Mudem essa realidade do nosso estado. Nós podemos, Sr. Governador. Isso é decisão política que nós precisamos ter em nível de estado. E eu confio no trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o senhor vai desenvolver junto com todo esse nosso pessoal que está aqui, sofrido, mas aguerrido, não é, Alexandre?

E quero agradecer esta oportunidade e dizer para todas as pessoas dos cinco bairros, amigos queridos do Mutange, do Flexal – tenho lá o Diniz, que está sempre conversando comigo –, do Farol e de todos os bairros atingidos, que eu estou aqui, mas em meu coração eu não esqueço Alagoas. O que eu puder fazer, podem contar comigo todos. E estando o senhor junto com todos – e aqui eu ouvi a fala do Randolfe –, eu acredito, sim, que agora as coisas vão tomar um rumo e que nós vamos ter mais sossego, porque Maceió precisa desse apoio, Alagoas precisa deste momento.

Então, muito obrigada, Senador Renan e a todos que estão aqui por esta oportunidade.

Quero dizer que contem sempre comigo em qualquer circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos à Tereza Nelma, essa amiga querida, amiga de Alagoas, defensora dos seus mais altos interesses.

Quero aproveitar a oportunidade para mandar um abraço para a nossa Vereadora Teca Nelma, que exerce um grande mandato à frente da Câmara Municipal e tem relevantes serviços prestados a Maceió e ao Estado de Alagoas como um todo.

Eu vou conceder a palavra ao Cássio de Araújo Silva, e, em seguida, nós vamos, rapidamente, ouvir o Dr. Silvio Omena, que é um dos advogados das vítimas da Braskem.

Antes, porém, Cássio, até para orientar um pouco algumas questões jurídicas que estão sendo postas pelos internautas, eu gostaria de falar da pergunta da Natallya Levino: "Os financiamentos da Caixa Econômica Federal que ainda encontram-se ativos (FGHAB), mesmo a Braskem tirando do pagamento as vítimas". Ela faz essa pergunta.

Pergunta também a Natallya Levino: "O preenchimento das minas está sendo acompanhado? Como está esse processo? E o patrimônio cultural, vão esperar cair para recuperar?".

A Thaina Maria dos Santos Silva pergunta: "Como se dará a reparação de danos das vítimas que não estão no mapa de risco, mas estão tendo afundamentos de suas residências?".

A Natallya Levino volta a fazer uma outra pergunta: "Como estão as empresas afetadas hoje em dia? Quais as próximas ações que serão adotadas a partir dessa audiência pública?".

Eu quero dizer que nós vamos dar consequência. O nosso objetivo é repetir esta experiência, fazer novas audiências públicas. Nós vamos continuar visitando as autoridades. Já temos um encontro marcado com o Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas. Vamos ter um encontro com o Ministério Público Federal, a exemplo do encontro que nós tivemos com o Ministério Público estadual. E vamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo – isto responde a muitas das perguntas –, barrar a conclusão dessa movimentação societária e acionária até que a Braskem, preliminarmente, resolva os problemas com Alagoas e, principalmente, com as vítimas.

Rikartiany Cardoso Teles pergunta: "Esse termo possui uma natureza de tutela, não de acordo. Populações denunciam discordância das cláusulas. Por que não rever o 'acordo'?".

Cássio, é importante responder quantos acordos nós tivemos. Eles falam que as autoridades assinaram os acordos. Quais foram essas autoridades que efetivamente assinaram os acordos? O que significa o primeiro acordo? Hoje, falamos sobre isso com o Alexandre. E o segundo acordo? E o terceiro acordo?

É importante você responder à Rikartiany Cardoso.

Ela também pergunta: "De que modo o estado brasileiro pretende respeitar o direito a memória e a justiça social, quanto ao futuro dos imóveis?".

Ela também pergunta mais adiante: "Os Estados, municípios e órgãos também são afetados. Por que não se posicionaram da mesma forma que esses discursos de hoje, contra os acordos?".

Alguém colocou aqui, e eu queria repetir e enfatizar: a narrativa da Braskem é uma narrativa totalmente mentirosa. Ela parte da propaganda que objetiva o convencimento de que ela está fazendo a sua parte. E, definitivamente, a Braskem não está fazendo a sua parte.

Então, é fundamental que nós possamos conversar com as pessoas, somar esforços, para que a gente barre essa movimentação acionária e, em seguida, que a gente possa conversar no sentido de se contemplarem esses prejuízos todos que foram causados pela empresa.

O Bruno Gabriel pergunta: "Cautela nos acordos de alcance coletivo e de interesse público [recomenda] com a Braskem. Valores oferecidos para indenização [é bom lembrar] não podem dar a quitação total".

Nós agradecemos ao Bruno Gabriel, de Alagoas.

O Sérgio Coutinho, também de Alagoas, pergunta: "É preciso atenção aos moradores do Flechal, isolados naquele bairro, cercados geograficamente por bairros desocupados pela Braskem". Faz essa recomendação.

O Rafael Oliveira dos Santos, do Distrito Federal: "A ação movida contra a Braskem na Holanda é uma esperança para as vítimas que estão cansadas de esperar por justiça no Brasil?".

O Sérgio Coutinho também recomenda: "É preciso atenção para os bairros que não afundaram, mas, cercados pela tragédia anunciada, ficaram isolados na cidade, os Flechais [por exemplo]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Priscilla Mendes Rodrigues, do Distrito Federal: "Que investigação foi conduzida [pergunta] sobre o programa de assentamento que permitiu a desapropriação de terras valiosas em benefício da Braskem?". A Priscilla é do Distrito Federal.

Wilton Marques, de Alagoas: "Nesses novos bairros a serem reconstruídos, os antigos moradores nativos serão priorizados na contemplação dessas futuras habitações?". É uma pergunta que deixo com o Cássio.

Celine Barnwell: "Como o senhor pretende lidar com os municípios e bairros fora da área de risco que também foram comprometidos pela ação da Braskem?".

Neirevane Nunes Ferreira de Souza, também de Alagoas: "A tragédia da mineração da Braskem, em Maceió, se configura como crime ambiental. Por que, depois de cinco anos, ela ainda não responde criminalmente?". Essa é uma pergunta oportuna.

Eu lamentei, inclusive, em visita que fiz ao Ministério Público. Eu não considero que é papel do Ministério Público conceder indulgência. O Ministério Público, com todo o respeito, não teve nenhuma legitimidade ou representatividade para substituir as vítimas nesses acordos, que nem sequer podem ser chamados de acordos, porque os acordos pressupõem a satisfação das partes, e, pelo que nós estamos vendo, isso em nenhum momento ocorreu. Essa pergunta nós também pretendemos fazer ao Ministério Público Federal. Em vez de terem entrado com iniciativas criminais, eles fizeram um acordo que, na prática, concedeu indulgência à própria Braskem.

Neirevane Nunes Ferreira: "A tragédia da mineração da Braskem configura um crime ambiental. [Repito a pergunta que eu ousei responder]. Por que, depois de cinco anos, a Braskem ainda não responde criminalmente [pelo que aconteceu]?".

A Neirevane também pergunta: "A Braskem levou suas vítimas ao adoecimento físico e mental, com ideação suicida, e 12 pessoas chegaram ao suicídio, [a tirarem suas próprias vidas], devido à situação".

Ela também diz: "A Braskem é negligente com a fauna dos bairros afetados, todos os dias são encontrados animais mortos por estarem em total vulnerabilidade". E diz, na sequência que "17 hectares de manguezal foram submersos na Laguna Mundaú, onde estão as minas da Braskem com maior risco de colapso".

E, por último: "A Braskem deixou suas vítimas sem ter onde sepultar seus familiares, o cemitério foi interditado devido ao afundamento, e não houve reparação".

Tem perguntas do Emerson Magalhães.

Fabiane Paiva Diniz pergunta: "No que isso pode afetar os outros estados?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que os outros estados não podem repetir o que aconteceu em Alagoas do ponto de vista da fiscalização efetivamente, para que, em outros estados, outros crimes semelhantes não voltem a acontecer.

Juliane: "Como ter acesso aos dados coletados pela empresa no processo de remoção compulsória?".

Ela também: "Passados cinco anos do conhecimento local do desastre ainda em curso, como dar às vítimas e a seu sofrimento a visibilidade que merecem?".

Nós estamos somando esforços – esta audiência é um exemplo – para chamar a atenção do Brasil, que parece desinformado sobre o que aconteceu em Alagoas. Esse não é um problema de Alagoas; isso é um crime ambiental contra uma parcela significativa da humanidade, atingiu 5% da população do estado e quase 20% da população da nossa capital.

Gilberto Ivo: "Quais foram as consequências dessa tragédia socioeconômica, ambiental e urbana ocorrida em março de 2018? Que providências tomou a Braskem?"

Novamente, a Braskem faz uma propaganda sobre providências inexistentes, contraditórias, que, infelizmente, não pode continuar.

A Josianne Pantoja: "O que a Braskem irá fazer para diminuir os desastres ambientais? [Cássio.] Qual a sua responsabilidade ambiental?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É. Ajude-nos a responder algumas dessas perguntas.

A Samara Passos, de Minas Gerais: "Qual a responsabilidade da Braskem em relação ao desastre ambiental em Maceió e como as mudanças acionarias podem afetar o cenário?".

Eu posso responder. Afetam o cenário porque, se não houver o pagamento... não é pagamento, mas a reparação dos prejuízos causados, porque nada vai pagar as angústias, os sonhos perdidos das pessoas, não é? E, na medida em que nós exijamos que a Braskem ouça as partes, as vítimas, o estado, as prefeituras, não é? Sob pena de que, se isso não acontecer agora, antes da conclusão da movimentação acionária, societária, nós vamos para as calendas, porque isso vai ser futuramente resolvido na Justiça, e, como o tempo da Justiça – alguém falou aqui – é diferente do tempo das pessoas, alguns de nós aqui, certamente, não conviverão com essa solução.

E, por último, a Nathaly da Silva Santos, de Pernambuco: "Como mudanças acionárias na Braskem podem afetar a capacidade da empresa de prevenir e mitigar desastres ambientais em projetos futuros?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, com muita satisfação, conceder a palavra ao Cássio de Araújo Silva, que representa, nesta oportunidade, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem.

Com a palavra, Cássio.

O SR. CÁSSIO DE ARAÚJO SILVA (Para expor.) – Boa noite a todos, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros; DD. Defensor Público do Estado de Alagoas, Dr. Ricardo Antunes Melro; Sr. Hugo Wanderley, Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas; Sr. Alexandre Ayres, DD. Deputado Estadual por Alagoas; Exmo. Sr. Rafael Brito, Deputado Federal por Alagoas; todos os presentes, as vítimas que estão ansiosamente assistindo a esta importante iniciativa do Senado Federal num momento, digamos assim, crítico.

Tendo em vista a necessidade de que os atuais acionistas têm de se desfazerem desse seu controle, ao mesmo tempo em que procuram empresas e outras pessoas para adquirirem essas ações, temos a dizer que – e podemos aqui começar – infelizmente a história que começa nos anos 70, com a Salgema, que depois é transformada em Trichem e, atualmente, em Braskem, é uma história em que ela muito se aproveitou do Estado de Alagoas, da cidade de Maceió, da população maceioense, e pouco ofereceu, tendo em vista os favores, os benefícios que foram oferecidos à empresa, desde a sua instalação, numa área nobre da cidade.

Eu me lembro, aqui, de que eu tinha uma tia que morava no Trapiche da Barra. Quando veio a história da instalação da Salgema, ela vendeu a casa pela metade do valor, porque a desvalorização e o clima de terror que foi criado foram enormes. Ela disse que vendeu e que não se arrependeu, mesmo sendo pela metade do valor que tinha comprado a residência.

Então, isso demonstra uma larga história de ilegalidades e de causação de danos à cidade. Ao longo desse processo retirando a riqueza do subsolo, o nosso sal-gema, ela veio, particularmente, com os processos de privatização, em que a empresa deixa de ser um integrante de um processo maior de industrialização do país para ser, principalmente, uma empresa geradora de dividendos para os seus acionistas. Isso veio, exatamente, provocar essa forma de mineração de um modo mais agressivo.

Se formos olhar a história da perfuração desses poços, a gente constata que, até o período em que a empresa tinha controle público, eram, mais ou menos, respeitadas aquelas normas sobre as quais o Prof. Abel já teve oportunidade de explanar, aqui, nesta noite.

É exatamente a partir da privatização que começam a fazer os poços fora de qualquer parâmetro. Para quê? Para se extrair o máximo e poder gerar o lucro máximo. Então é essa história de violências cometidas, sem entrar em qualquer julgamento, sem fazer julgamento de valor com quem participou.

Inclusive, a gente costuma dizer que a Braskem conseguiu fazer o melhor acordo que ela poderia ter feito em sua vida. Por quê? Porque conseguiu impor, em um acordo, para os moradores uma igualdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de negociação que não existia. Hoje o direito evoluiu bastante como, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor, o nosso novo Código de Processo Civil que estabelece que, em situações de falta de isonomia entre as partes, devem ser criadas situações para compensar essa desigualdade. E a única coisa que foi prevista nesse acordo era a contratação de advogados pagos pela Braskem, advogados esses que não possuíam nenhuma *expertise*, nenhum conhecimento, nenhuma especialização sobre esse assunto. E, em vez de o advogado servir para defender as vítimas, na verdade, numa série de casos, serviu como um, digamos assim, defensor indireto da Braskem, porque ele tem prometido ganhar 5% do valor total pago pela Braskem, mas sem fazer nada. Aí ele olhando: "Bom, eu tenho que estudar, perder tempo, ter trabalho para ganhar os mesmos 5%? Vou não. Fulano, aceite a proposta, está muito boa. Se você não aceitar, só daqui a 20 anos que você vai ganhar. Depois de entrar na Justiça, a empresa vai recorrer, esse tipo de coisa". Então, indiretamente ele está servindo ou serviu para os interesses da Braskem. Essa é uma realidade.

Então, essa é a situação que foi gerada. Acresce-se a isso o estabelecimento de uma cláusula, como já foi colocado aqui, de exatamente o causador do dano ter a possibilidade – só o fato de ter a possibilidade... – de se beneficiar do dano que causou, ou seja, ela passa a ser a proprietária das áreas que ela prejudicou. Isso é uma violência tremenda – isso é uma violência tremenda! –, só o fato de ela ter a possibilidade. Até porque propriedade é o quê? É poder, nas suas várias dimensões. Poder econômico, social, político. Do que for discutido na cidade envolvendo essa área ela tem que participar, porque ela é dona, ela está adquirindo. Está transformando uma indenização, por um ato ilícito que ela cometeu, numa verdadeira compra e venda em que ela é a única compradora, e aí ela assume o papel de monopolista que, no caso concreto, é um monopólio do comprador que é chamado de monopsônio. Então, só nesse fato ela adquire um privilégio. Um privilégio pelo crime que ela cometeu.

Então, vejam, para se tentar corrigir isso é necessário que sejam seguidas normas de direito internacional que, inclusive, são estabelecidas pela ONU, que tratam de questões exatamente de desastres, seja os cuidados que se deve ter em casos de desastres naturais, seja como nesse caso de desastres provocados pelo homem. E essas normas não foram cumpridas.

Deve-se dizer que em um dos preceitos dessas normas internacionais, como o chamado Marco de Sendai, em que foi estabelecida uma série de preceitos que devem ser respeitados, está o chamado princípio da reconstrução melhor. O que isso significa? É que na alteração, na recuperação depois do desastre aqui acontecido, os atingidos devem ser colocados numa situação, no mínimo, melhor, mesmo que seja minimamente melhor do que a que estava antes. E o que encontramos é que, pelas indenizações pagas, a situação é muito pior, de maneira geral, do que aquela que as pessoas tinham. Basta ver que, de acordo com uma pesquisa realizada mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, em convênio com o *Portal Zap Mais*, que é um portal de anúncios de classificados de imóveis, o valor médio do metro quadrado em Maceió no mês de março, o último mês em que foi disponibilizado, é de R$7,3 mil. Se a gente aqui for fazer o cálculo entre os R$3,4 bilhões que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Braskem diz ter pago para a quantidade de imóveis que foi dito aqui que receberam, esse valor, na melhor das hipóteses, chega a dois mil e poucos reais.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES SAMPAIO (*Fora do microfone.*) – A duzentos e poucos reais, a duzentos mil reais, não é?

O SR. CÁSSIO DE ARAÚJO SILVA – Não, eu estou falando do valor do metro quadrado.

Então, quer dizer, é menos da metade daquilo que ela deveria pagar.

E, se a gente for computar o valor total só desse dano ambiental, desse dano material, fazendo uma estimativa do que deveria, isso dá algo em torno de R$12 bilhões. Ai se diz: "Ah, mas se juntar 12 bilhões, mais 30, 42. Isso é um absurdo!". Isso, na verdade, é o cômputo da violência que ela causou à cidade.

E ela não pode se utilizar de tamanha violência que praticou em seu favor, porque as vítimas esperam receber o que é justo, o que é adequado. A gente aqui minimizar isso é minimizar o dano que ela causou. A violência foi tremenda, foi enorme, e fez isso, não obstante aqui ter feito acordos, com instituições respeitáveis. Infelizmente, talvez por conta do momento em que se estava aqui, deixou-se levar. Ela fez acordos em que só teve vantagem, enquanto a sociedade só teve prejuízo, prejuízo bastante. Na melhor das hipóteses, recebeu muito menos do que aquilo que deveria ser recebido.

E encaramos que, com a participação, com a garantia da participação ativa das vítimas – que é um dos princípios contidos exatamente nessas normas de direito internacional, que garantem que as vítimas devem participar de todo o processo de apuração, de negociação e de estabelecimento de soluções, que elas não podem ser colocadas de lado –, a partir aqui desta audiência, Senador Renan Calheiros, consigamos soluções justas, adequadas, para a solução desse problema, que é gravíssimo. É gravíssimo; salta aos olhos! Inclusive, essa questão de ser dito que é o maior acidente, ou a maior tragédia, socioambiental urbana do mundo, isso é posto pelo próprio Conselho Nacional de Justiça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO DE ARAÚJO SILVA – Não somos nós, as vítimas, que dizemos isso.

Então, se em um acidente que não teve essa gravidade, por exemplo, o de Mariana, a Vale, a empresa infratora, já gastou R$37 bilhões, e está longe de ter resolvidos todos esses problemas, por que um acidente muito maior, causado por um outro infrator ambiental, com R$3,4 bilhões iria resolver? Ou seja, com menos de 10% do que está sendo gasto por uma outra empresa aqui?

Então, obrigado, e na esperança de que, a partir de agora, essa questão realmente seja enfrentada como deve ser.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Cássio, agradecemos a sua intervenção, que traz aqui uma amostragem da magnitude do problema.

A Petrobras tem 47% do capital votante da Braskem. Só para que todos tenham uma ideia da grandeza deste processo, se a Petrobras subscrever a maioria do capital votante e incorporar patrimonialmente a Braskem, ela acrescerá 40% ao patrimônio existente da Petrobras.

Tem esse preço de mercado, mas na prática o preço é diferente.

A Braskem deve R$14,5 bilhões aos bancos. Começa com R$5 bilhões, para o Itaú; depois, Bradesco; depois, Santander; depois, Banco do Brasil; e, depois, BNDES. Quer dizer, essas propostas todas precisam ser levadas em consideração. Inclusive a possibilidade de a Petrobras resolver sozinha o problema, subscrever a maioria do capital, não é?

Depois das Americanas, nós temos que ter muita preocupação com a gestão da Braskem. Alguém falou aqui que, da última vez, ela distribuiu mais de R$7 bilhões de lucros e dividendos. Quer dizer, como distribui, num trimestre, num bimestre mais de R$7 bilhões e não tem condições de pagar a dívida que tem com os alagoanos e com os maceioenses? Quer dizer, é isso que nós precisamos levar adiante.

O Max Luiz Mendes Ramires pergunta sobre a Braskem financiar a defesa civil, pagando aluguel de sede, equipamentos, inclusive de recursos técnicos, conforme o TAC disponível no *site* da CPRM: "Como morador e vítima, sinto que a causadora é quem define quem entra ou não entra no mapa".

Eu concedo a palavra ao Silvio Omena para encerrar esta fase, e, em seguida, se nada mais houver para se tratar, nós vamos declarar encerrada a própria audiência pública e vamos tentar criar condições para que novas audiências, eventualmente, possam ser marcadas.

Silvio, com a palavra.

O SR. SILVIO OMENA DE ARRUDA (Para expor.) – Boa noite.

Primeiramente, agradeço.

Cumprimento a mesa, na pessoa do Senador Renan; do conterrâneo, o Presidente Hugo Wanderley, Presidente da AMA; e do Deputado Rafael Brito.

Senador, primeiro, eu gostaria de falar que eu não estou falando aqui em nome dos advogados, e, sim, que o grupo que eu represento é advogado de mais de dez associações no entorno da problemática.

Desde o início, nós atuamos, na realidade, fazendo denúncias. Temos todos os registros das denúncias feitas desde 2018, referentes a crime ambiental, pedindo ao Ministério Público Federal por investigações, e, entre essas atuações, eu gostaria de dizer que a Braskem e diversos atores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participaram do acordo, desde o início, ignoraram parte de nossa atuação e a vontade de parte da população que foi atingida por essa problemática.

Isso, Senador, impediu uma participação mais efetiva da sociedade civil no acordo e impediu que a sociedade civil desse uma opinião mais contundente, representando não só a população, mas também comerciantes, como o Sr. Alexandre representa aqui hoje.

Nós representamos uma parcela da população, Senador, que equivale a mais de 10 mil moradores, não só através das associações, como através de clientes diretos. Face a essa representação, antes mesmo de qualquer acordo, nós notificamos todas as entidades que participaram do acordo e outras que não participaram. Notificamos a OAB, notificamos Tribunal de Justiça, notificamos TRF, notificamos todos os ministérios públicos e defensorias dessa representação.

Dissemos que era vontade dessa população participar de qualquer tratativa de acordo, tratativa essa que levasse a opinião dessa população e que, com essa participação, trouxesse outros atores, como temos aqui hoje, a darem opinião também. E, desde que ocorreu esse desrespeito, vemos que a empresa, claramente, não vem cumprindo o acordo realizado.

Uma das grandes situações que foram aqui narradas inclusive, que atinge diretamente a população, é a questão da segurança pública no local. O Sassá já citou aqui e é claro, quando se vê nas imagens aqui postadas, que a empresa tinha a responsabilidade de criar segurança pública... Não, não segurança pública, mas auxiliar a segurança pública com a contratação de uma empresa. E, apesar de a terem contratado, o que vemos, na realidade, é que não trouxe segurança nenhuma. Quantas vezes vimos matérias de furtos à luz do dia sem que a empresa contratada pela Braskem fizesse absolutamente nada?!

Um grande desrespeito também através da Braskem é o seguinte: o acordo prevê que, a partir do momento em que se inicia a negociação, a empresa não pode entrar em contato com as vítimas sem auxílio de advogado, porque isso torna a negociação extremamente injusta para a vítima. A vítima é hipossuficiente em comparação à empresa. Então, enquanto a empresa tem todo o auxílio jurídico em suas falas, a vítima não, e, por isso, prevê o auxílio do advogado.

Acredito que outros podem dar este testemunho aqui de que a empresa, através da Diagonal, para burlar, digamos assim, essa cláusula e para burlar o que determina a lei sobre os processos administrativos, entra em contato direto com o morador perguntando: "Por que você não aceitou? Por que você não quer aceitar a oferta que nós lhe demos? Você sabe que, se a oferta não for aceita, você vai ter que lutar dez anos no Judiciário?". Então, eles usam uma empresa que, supostamente, traz dados sociais para pressionar o morador a aceitar a sua indenização.

Desculpe, só me perdi um pouquinho aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto emblemático – acredito nesta situação – é o desrespeito ao contraditório e à ampla defesa, um princípio constitucional importantíssimo, e qualquer processo pode ser, inclusive, anulado sem o respeito a esse princípio.

Como funciona a negociação? Nós temos que, através dos nossos clientes, produzir documentos, documentos assinados por técnicos da área, técnicos às vezes, inclusive, que fazem também laudos particulares, mesmo sendo ligados ao Tribunal de Justiça, por exemplo, ou ao TRF; a Braskem recebe esses laudos; ela contrapõe esses laudos e não os aceita, diz que eles estão errados, porém ela não diz o porquê eles estão errados; e, em seu contraponto, ela encaminha um *e-mail*. Ela diz: "Ó, a gente acha que a sua indenização é tanto". "Braskem, encaminhe-me o documento que demonstra o porquê disso ou, então, me aponte quais as razões de o documento estar errado em seu entendimento." No início, ela nem sequer respondia; depois, começou a dar alguns pontos, dizendo que isso estaria em desacordo com algumas normativas. Quando você ia olhar, o laudo estava em acordo com a normativa, mas ela continuava dizendo que estava em desacordo com a normativa.

Então, ela não tem sequer respeito à legislação brasileira. E é isso que se dá quando se faz um acordo para o infrator do dano tomar a frente de todas, absolutamente de todas, as fases do processo: ela faz o levantamento social, ela paga os estudos que dizem se ela causou ou não, ela paga a empresa que vai intermediar, empresa essa que deu um laudo, deu um parecer dizendo que é idônea, que não acompanha o grupo em outros processos, e a realidade é que acompanha o grupo através de outras empresas em outros desastres, em outras problemáticas.

Já foi falado aqui, inclusive, que o dano moral do acordo é por núcleo familiar. Por que eu estou falando tudo isso, todos esses pontos? Eu acredito que não há como falar em ser justo para as vítimas se não falarmos em revisão do acordo. É importantíssimo, apesar de poucos aceitarem essa ideia, que o acordo seja revisto em alguns pontos.

Veja, o absurdo atual – o maior absurdo, em minha opinião – é que, como os acordos são feitos de uma maneira genérica, a Braskem utiliza essas brechas para complementar o acordo da forma que ela deseja. No caso dos Flexais, o Sassá citou aqui, mas eu vou citar um pouco mais tecnicamente. Existe uma cláusula no acordo dos Flexais prevendo quitação presente, passada e futura dos eventos do ilhamento do Flexal. É um absurdo um contrato prever um dano que ainda não existiu!

Ou seja, a Braskem sabe que existe algum dano ali e está querendo prever, genericamente, no contrato? Está querendo quitar danos materiais e morais, ou seja, patrimoniais e extrapatrimoniais, com R$25 mil, para a população dos Flexais? No futuro, ela pode se esquivar de qualquer responsabilidade dizendo que já quitou sua responsabilidade e que, com aqueles R$25 mil, ela não tem mais compromisso nenhum com aquela população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que, sem a revisão desse acordo, muitas pessoas talvez não tenham acesso a outras alternativas. Nós, em decorrência de tudo isso, buscamos uma alternativa. Já foi citado aqui hoje. Temos uma ação na Holanda, com alguns autores processando a Braskem na Justiça holandesa. As pessoas que aceitaram esse acordo e estão dando quitação geral – plena e geral – por um valor que é infinitamente menor do que elas mereciam, elas não têm talvez essa alternativa, nem tanto aqui na Justiça brasileira. Elas não terão mais a quem recorrer.

Imagine essa população do Flexal. Suas casas hoje não valem quase nada e vão dar quitação de dano moral e patrimonial por R$25 mil... Quer dizer que todas essas famílias que aceitaram o dano dela, o sofrimento, o sofrimento psicológico, a depressão, muitas delas, até hoje, fazem tratamento, como compararam aqui... para alguns, o dano foi R$20 mil, porque tinha duas pessoas; para outros, o dano foi R$4 mil, porque tinha dez pessoas dentro de casa, mas passam pela mesma coisa – não é, Ricardo? – por estarem doentes, por estarem com problemas. Quantos idosos resistiram a sair porque sua história está lá há 60 anos? O núcleo familiar dessas pessoas vale R$40 mil? A sua história vale R$40 mil?

A Braskem aproveita essas brechas, e a população fica à mercê de um acordo que não tem paridade, que não tem justiça. E a Justiça, infelizmente, vem tratando como se o caso já estivesse resolvido, como se a ACP tivesse resolvido todos os problemas da população do Flexal, da população dos bairros atingidos, e isso não é verdade.

Tais situações ferem, largamente, princípios constitucionais de ampla defesa, da isonomia entre as partes, dentre outros. Ferem a legislação dos processos administrativos. A gente precisa, sim, olhar para essa população, mas precisa, sim, olhar para o acordo, com pontos para serem revisados.

Assim, Exa., eu repito: somente com a revisão iremos ter condições reais de ajudar essa população.

Esses pontos que eu disse aqui são argumentos muito plausíveis para se levar à empresa e para se levar à Justiça, como o Dr. Ricardo já o fez e citou vários deles na ação, para que a gente tenha uma justiça real por essas pessoas.

Obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Nós agradecemos ao Dr. Silvio Omena.

Em função do adiantado da hora, nós vamos declarar o encerramento da audiência pública.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para lembrar que, na próxima quinta-feira, às 9h, nós vamos ter uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando receberemos a visita do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e em seguida faremos a sabatina de nove embaixadores indicados, que estão presentes em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos, às vítimas, aos representantes das vítimas, ao Governador de Alagoas, aos professores que participam desse processo fundamental, aos Deputados Estaduais, ao Alexandre Ayres, ao Deputado Federal Rafael, à Defensoria Pública, ao Presidente da AMA, a todos que participaram desta importante audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 18 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Carlos Viana, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Paulo Paim, Augusta Brito, Weverton, Jorge Seif, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Daniella Ribeiro e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho - PLOA-2025**. **Finalidade:** Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 26/2024, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". RELATOR: Senador Chico Rodrigues. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, pela apresentação das seguintes emendas de apropriação: **60020001**. Unidade Orçamentária 52.111 – Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2, valor R$ 1.286.254.135,00. Propostas 18, 20, 25, 30, 41, 65 e 68 dos Senadores Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos do Val e Ivete da Silveira; **60020002**. Unidade Orçamentária 52.931 – Fundo Naval, Ação 21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária, valor R$ 180.000.000,00. Propostas 32 e 37 dos Senadores Chico Rodrigues e Marcos do Val; **60020003**. Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Ação 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, valor R$ 398.000.000,00. Propostas 1, 10, 11, 14, 19, 23, 26, 35, 40 e 52, dos Senadores Carlos Portinho, Nelsinho Trad, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Marcos do Val, Wellington Fagundes e Randolfe Rodrigues; e **60020004**. Unidade Orçamentária 35.101 – Ministério das Relações Exteriores –Administração Direta, Ação 20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil, valor R$ 120.000.000,00. Propostas 28, 36 e 45, dos Senadores Chico Rodrigues, Marcos do Val e Randolfe Rodrigues. As 4 (quatro) emendas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **2ª Parte - Sabatina**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 55, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Chipre." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Aprovada na presente reunião, esta Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Weverton, Eduardo Braga, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Jorge Kajuru e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Marcos do Val, Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho - PLDO 2025**. **Finalidade:** Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 3/2024, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 983/2024)". RELATOR: Senador Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas: **60020001 – Ação: 123I** – Construção de Navios Convencionais. Meta: 100% de execução física. Propostas: 2, 8, 9, 12 e 23, dos Senadores e Senadora Esperidião Amin, Carlos Portinho, Chico Rodrigues, Professora Dorinha Seabra e Humberto Costa; **60020002 – Ação**: 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2. Meta: 9% de execução física. Propostas: 6, 10, 11, 13, 14, 17, 22 e 24, dos Senadores Carlos Portinho, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Hamilton Mourão, Izalci Lucas e Humberto Costa; e **60020003 – Ação**: 20X0 – Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil. Meta: 100 operações realizadas. Proposta: 7, da Senadora Mara Gabrilli; assim como das 3 (três) emendas de texto apresentadas: **60020004** – Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV, aditiva; **60020005** – Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXI, aditiva; e **60020006** – Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXI, Aditiva. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3819, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o relatório com a Emenda Nº 1/2024CRE, de redação. Aprovado requerimento de urgência. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 23, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3819/2024." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 267, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 27 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **3ª Parte - Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber), nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 6/2024-CRE. Relator: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado o relatório referente à Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber), nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 6/2024-CRE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Chico Rodrigues
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Carlos Viana, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Tereza Cristina, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 20ª e 21ª Reuniões da Comissão (ocorridas em 17 e 23 de setembro, respectivamente), que são aprovadas. A reunião é suspensa às onze horas e vinte e dois minutos e reaberta às onze horas e vinte e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 55, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados e, cumulativamente, em Antígua e Barbuda e na Federação de São Cristóvão e Névis." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 61, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 63, de 2025 - Não Terminativo -**

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 204, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado sobre Extradição entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 234, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 552, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 163, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em Montevidéu, em 17 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 171, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 394, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Marco do Mercosul de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia, assinado em Montevidéu, em 6 de julho de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, a pedido do Presidente, Senador Nelsinho Trad. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 653, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo no marco da Convenção das Nações Unidas

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Direito do Mar relativo à conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas situadas além da jurisdição nacional (Acordo BBNJ), assinado pelo Brasil em 21 de setembro de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, a pedido do Senador Rogério Carvalho. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº. 1.455, de 2022, de autoria do Senador Lasier Martins, que Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para estabelecera composição da faixa de fronteira em duas subfaixas, a fim de promover o desenvolvimento dessas áreas." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 27, de 2025** que: "Requer Realização de Audiência Pública para debater a Internacionalização FIOCRUZ como instituição estratégica do Estado brasileiro." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/25

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme a pauta publicada.

Gostaria, antes de nós iniciarmos a nossa reunião, com muita tristeza, de solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento do diplomata Nilo Barroso, que trabalhou com o Presidente Rodrigo Pacheco, trabalhou comigo na Comissão de Relações Exteriores na primeira vez que eu fui Presidente. Eu acabo de vir lá do velório. É realmente algo muito triste o que aconteceu, uma morte repentina: 57 anos.

Vamos prestar um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 17 e 23 de setembro, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado*.

Conforme a pauta publicada, esta reunião será dividida em duas partes: a primeira destina-se à apreciação da indicação de uma embaixadora e dois embaixadores para postos no exterior; e a segunda destina-se à apreciação de projetos.

Nós temos um embaixador que vai fazer de forma remota.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *SABATINA REMOTA*

A relatoria é do nosso querido Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, que abrilhanta a sessão desta manhã.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações e breve resumo do seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Nelsinho Trad, meus cumprimentos a V. Exa.

Antes de dar início à leitura do parecer de minha lavra, eu gostaria de aderir ao voto de pesar que V. Exa. profere nesta manhã na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em homenagem saudosa ao nosso querido amigo, Embaixador Nilo Barroso, que serviu ao Senado durante muitos anos, à Presidência do Senado como Diretor de Relações Internacionais desta Casa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, na Comissão Temporária de Atualização do Código Civil, da qual eu me tornei e fui eleito Presidente, tive a oportunidade de também promover o minuto de silêncio, uma homenagem póstuma ao Embaixador Nilo.

Portanto, eu gostaria de fazer esse registro hoje, de certo modo, repetir aquilo que disse ontem sobre a pessoa de Nilo. Dizia ser um homem sem defeitos: atencioso, humilde, trabalhador, dedicado. Foi muito importante nos meus quatro anos como Presidente do Senado, sobretudo nas agendas internacionais, tanto as que fiz no exterior quanto aquelas de autoridades estrangeiras que aqui nos visitaram, chefes de Estado, chefes de Governo, delegações de Parlamentos, de entidades que visitaram o Congresso Nacional, e sempre sob a batuta do Embaixador Nilo Barroso.

Repentinamente, nos deixa, e com uma grande tristeza é que manifestamos esse voto de pesar, transmitindo os nossos sentimentos, nossa solidariedade a toda a sua família, à senhora sua esposa, aos seus filhos e a todos os seus parentes, que certamente sentem uma dor muito grande nesse momento.

Portanto, faço esse registro por ter convivido ao longo desses anos com uma figura extraordinária, muito humana, que vai deixar grandes saudades a nós todos.

Cumprimento todos os Senadores presentes, Senador Hamilton Mourão, todos os nossos servidores, consultores legislativos; minha saudação especial ao Embaixador André Carvalho e à Embaixadora Márcia Abreu, igualmente ao Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, que nos acompanha pelo sistema remoto da Comissão de Relações Exteriores.

Digo, Sr. Presidente, que vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, faz do Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do indicado.

O diplomata indicado graduou-se em Direito (1985) e é mestre em Direito Constitucional (1990) pela nossa Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1992, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe, em 2011; e a Ministro de Primeira Classe, em 2017. Todas as promoções por merecimento. Em 2008, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada, com louvor, a tese intitulada "Comércio, meio ambiente e solução de controvérsias: a evolução da jurisprudência do sistema multilateral de comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GATT e sua potencial incidência sobre interesses brasileiros".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos (2004/2006); Coordenador do Departamento Econômico (2006/2007); Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos (2007/2008); Assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2011/2013); e Assessor e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores (2013/2018).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercado Comum do Sul [Mercosul (2000/2004)]; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Delegação junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a outras organizações econômicas em Genebra (2008/2011); Embaixador do Brasil em Bruxelas (2019/2022); e Embaixador do Brasil em Varsóvia (desde 2022).

Consta, ainda, do currículo do Embaixador relação de suas publicações, bem como rol de condecorações recebidas ao longo da sua exitosa carreira.

Em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Finlândia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuida-se de país europeu com cerca de 340 mil km^2 e 5,6 milhões de habitantes, majoritariamente concentrados no sul do país. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de US$53,3 mil. O país é uma república parlamentarista caracterizada por ser uma democracia liberal, que conta com forte Estado de bem estar social, distribuição de renda igualitária e superlativa estabilidade política e social.

É um dos países mais inovadores, de maior estabilidade econômica e com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do mundo. O país partilha fronteiras secas com Suécia, Noruega e Rússia. O território finlandês é majoritariamente coberto por florestas (75%), o que representa 10% das florestas da Europa.

Os finlandeses se sobressaem na produção de papel e celulose, bem como em setores de alta tecnologia, como telecomunicações, engenharia de materiais, fabricação de equipamentos médicos, máquinas para indústria e para mineração, engenharia naval, jogos eletrônicos. O país tornou-se membro da União Europeia em 1995 e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em 2023.

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relacionamento cordial. O fluxo de visitas bilaterais de alto nível se intensificou nos últimos anos. Em 2023, por exemplo, o então Presidente visitou o Brasil. Na oportunidade, Sua Excelência visitou o parlamento brasileiro e foi recebido por mim na condição de Presidente do Congresso Nacional.

A agenda bilateral, marcadamente positiva, segue seu curso com prioridades centradas na cooperação em temas educacionais; ciência, tecnologia e inovação; energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; defesa; promoção de comércio, investimentos e negócios; e diálogo político.

Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil expressivo potencial de investimentos, que já são significativos em alguns setores, como os de celulose e telecomunicações. No momento presente, cerca de 50 empresas finlandesas estão instaladas no Brasil e geram quase dez mil empregos diretos. Nesse sentido, a institucionalização, desde 2009, do mecanismo bianual de consultas políticas em conjunto com

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a abertura, em 2017, do Consulado da Finlândia em São Paulo demonstram a relevância do relacionamento entre esses países.

Com relação às trocas comerciais, o Brasil é o principal parceiro comercial da Finlândia na América Latina. Em 2024, o fluxo de comércio entre os países Brasil e Finlândia foi de US$1,1 bilhão, com queda de 18% em relação ao ano de 2023. Exportamos o equivalente a US$471 milhões e importamos US$673 milhões. Houve, portanto, um saldo negativo desfavorável ao nosso país de US$202 milhões. O Brasil exporta, principalmente, minério de cobre e seus concentrados, café não torrado e minérios de níquel e seus concentrados.

Importamos produtos manufaturados diversos, sobretudo adubos ou fertilizantes químicos, níquel em formas brutas, bem como papel e cartão.

Sobre a comunidade brasileira na Finlândia, ela é estimada em pouco mais de duas mil pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Esse contingente é atendido tanto pelo setor consular da embaixada em Helsinque quanto por consulados honorários em Tampere e Turku.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o parecer, Presidente Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, pela leitura do relatório do Sr. Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, pessoa de quem tivemos a recomendação do nosso querido ex-Senador, atual Ministro do Tribunal de Contas da União, Antonio Anastasia, que se referiu ao seu colega de colégio, lá em Minas Gerais, o Sr. Haroldo, e disse para mim que o Haroldo era melhor aluno que ele. Então, você imagina como que deve ser...

Eu tive o prazer, Senador Pacheco, Senador Mourão, de conhecer o Embaixador Haroldo no posto que ele está ocupando atualmente na Polônia, em Varsóvia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos uma missão da Apex do Acordo Mercosul-União Europeia, e ele nos recebeu tão bem lá que, realmente, é marcante a sua educação, a sua fidalguia e o seu conhecimento.

Dessa forma, concedo a palavra ao Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia, que falará de forma remota.

V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do nosso Senado, Sras. e Srs. Senadoras e Senadores, membros da Comissão, queridos amigos, Embaixadora Márcia Donner, Embaixador André Odenbreit, que tenho a felicidade de ver, ainda que de forma remota, hoje, senhoras e senhores.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. a oportunidade de participar da sessão de hoje de forma remota. Para mim é uma oportunidade realmente importante, uma vez que isso me permite permanecer em Varsóvia neste momento que, lamento dizer, é um momento de deterioração das condições de segurança nesta região da Europa. Muito obrigado.

Eu agradeço, naturalmente, ao Senhor Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, pela confiança em indicar o meu nome para tão altas funções como as de Embaixador do Brasil na Finlândia.

E, claro, agradeço muito particularmente ao Senador Rodrigo Pacheco, Presidente, estimado representante de meu estado, Minas Gerais, que muito me honra com a relatoria da minha indicação para a Embaixada em Helsinque. Muito obrigado, Senador.

E, claro, como não lembrar o meu amigo de tantos anos, ex-Senador, Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia, um amigo querido e próximo.

Sr. Presidente, quatro anos atrás, aqui mesmo na Comissão, eu tive a oportunidade de acompanhar a sabatina do meu amigo, Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, atual Embaixador do Brasil na Finlândia, que, naquela época, havia sido indicado para o posto. Impressiona-me dizer que, nesse período tão curto, eu já não posso, nem eu nem ninguém,

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descrever a Finlândia da mesma maneira como o Embaixador Balduino descreveu tão pouco tempo atrás. Ele disse: país neutro, país capaz de operar como uma ponte entre o Ocidente e a Federação Russa. No que foi um passo político de notável importância, a Finlândia decidiu, em 2023, abandonar a neutralidade, um regime que ela observava há quase 80 anos, desde o final da Segunda Guerra Mundial, e aderir a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Otan.

É relevante lembrar, sobretudo neste momento, que, na sessão do Parlamento finlandês que aprovou o fim da neutralidade e a adesão à Otan, 92% dos Parlamentares votaram a favor, da extrema esquerda à extrema direita. O Parlamento finlandês reagiu àquela que era a posição majoritária do povo finlandês, que, ouvido depois da invasão russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022, se manifestou 76% favorável ao fim da neutralidade e à adesão da Otan. Foi a primeira vez, na história da Finlândia, que a população, mais de 50% dela, se manifestou a favor dessa mudança tão radical de *status*.

Com 1.344km de fronteira com a Federação Russa, a mais extensa entre todos os países europeus, a decisão finlandesa trouxe, para o seu território, a nova fronteira oriental da Otan, com tudo o que isso significa. Eu acho importante mencionar que essa fronteira entre a Finlândia e a Rússia é maior do que a fronteira entre o Brasil e a Argentina, e, para se ter uma ideia, Senador Nelsinho, trata-se de uma fronteira semelhante à longa, enorme fronteira que separa o Brasil do Paraguai, uma fronteira que o senhor conhece bem em Mato Grosso do Sul.

Que país é este que, 80 anos depois de optar pela neutralidade, resolve aderir à principal aliança militar do Ocidente? Como já antecipado no relatório do Senador Rodrigo Pacheco, a Finlândia é um dos países mais ricos, mais desenvolvidos do mundo, uma economia industrializada de alta renda, um país que tem um território semelhante ao território de Goiás, com uma população de 5,6 milhões de habitantes, o que corresponde, Senador Rodrigo Pacheco, à população da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É importante para nós brasileiros, a respeito da geografia da Finlândia, lembrar também que 75% do território é coberto por florestas, então, assim como o Brasil, a Finlândia pode ser qualificada como um país florestal. É uma riqueza que nos aproxima da Finlândia.

Trata-se de um país que se tornou soberano há relativamente pouco tempo, são 108 anos apenas. Eu digo isso porque o Brasil já tem quase o dobro como país independente e soberano.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante 600 anos, a Finlândia fez parte da Suécia. Depois, durante 108 anos, coincidentemente, ela fez parte do Império Russo. A independência da Finlândia se deu em relação à Rússia e no contexto da Revolução Russa de 1917.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Finlândia foi invadida pela Rússia. Depois, ela se aliou à Alemanha nazista para se defender da Rússia, e finalmente ela foi novamente invadida pela Rússia. No final da guerra, com a cessão de 10% do seu território, a Finlândia acabou preservando, digamos, uma inserção no mundo ocidental, ou seja, ela ficou fora da chamada "cortina de ferro". Hoje, a Finlândia é uma democracia liberal, com alto índice de desenvolvimento humano, e é este o país que abandonou a neutralidade e ingressou na Otan em 2023.

As relações entre Brasil e Finlândia são, como disse o Senador Rodrigo Pacheco, muito cordiais, muito positivas, e, para ilustrar isso, basta dizer que a Finlândia vê com bons olhos um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Finlândia é favorável ao ingresso do Brasil na OCDE e a Finlândia é favorável à implementação do acordo Mercosul-União Europeia. Esses indicadores todos mostram como nossa relação realmente é positiva e próxima com os finlandeses.

Em 2016, houve uma reunião ministerial em Brasília e, naquela ocasião, os dois países se reuniram, de maneira muito objetiva, definiram seis áreas de trabalho que seriam prioritárias para os próximos anos. Essa definição resiste ao tempo e continua sendo aquela que vigora, então nós temos, claro, educação, ciência, tecnologia e inovação, energias renováveis, defesa, relações econômicas, investimentos, comércio e, claro, diálogo político.

Caso o meu nome seja aprovado na Comissão e depois no Plenário do Senado, eu naturalmente terei que contribuir em cada uma dessas áreas para o aprofundamento da relação entre o Brasil e a Finlândia.

Eu gostaria de mencionar muito especialmente a parte de cooperação em defesa, justamente pelo fato de a Finlândia ter mudado o seu perfil, em 2023, com a adesão à Otan. Lembro que esse já era um tema identificado como um tema que valia a pena trabalhar, desde 2016, mas agora com muito mais razão. O Brasil tem interesse na *expertise*, na capacidade finlandesa na área de segurança cibernética, nós temos um diálogo permanente, constante com

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os finlandeses nessa área. E os finlandeses têm hoje um interesse especial na aquisição de produtos de defesa, o que pode significar uma oportunidade excelente para a base industrial de defesa brasileira.

A Embraer, por exemplo, tem todo interesse em exportar para a Finlândia o avião militar de carga multiuso KC-390, já exibiu o avião na Finlândia, conta com o apoio da nossa embaixada nessa empreitada e, recentemente, agora em julho, se não me engano, o nosso Ministério da Defesa decidiu credenciar adidos militares em Helsinque. Eles vão atuar de forma remota, a partir de Londres, mas, conforme seja possível avançar na cooperação em matéria de defesa com a Finlândia, talvez seja recomendado fazer com que essa adidância se instale de forma permanente em Helsinque.

No que tange ao comércio bilateral, e isso também foi mencionado pelo Senador Rodrigo Pacheco, a verdade é que nós Brasil temos déficit comercial tradicional com a Finlândia já há muitos anos. Então, quando é assim, é preciso trabalhar para equilibrar os fluxos de comércio, se não mudar isso em nosso favor, digamos.

A Embaixada do Brasil em Helsinque terá, certamente, acesso aos mecanismos tradicionais de promoção de comércio, de investimentos, mas, naturalmente, eu acredito que o Acordo Mercosul-União Europeia, que conta com o apoio da Finlândia, uma vez implementado, poderá realmente turbinar as relações comerciais e de investimentos entre as duas regiões e, muito especialmente, entre o Brasil e a Finlândia, por conta das reduções tarifárias que ele traz, das regras, disciplinas comuns de comércio que ele vai estabelecer entre esses países, de maneira que eu acho que, mais do que os instrumentos tradicionais de promoção comercial, o Acordo Mercosul-União Europeia deve ser de grande valia nesse contexto, sobretudo quando nós estamos vivendo um momento complicado, na esteira da mudança da política comercial norte-americana, que trouxe prejuízos para o mundo inteiro, e o Brasil não foi poupado, nem a Finlândia, e não só isso, quer dizer, o desacoplamento da economia finlandesa em relação à economia russa também trouxe impactos para os finlandeses, que mantinham sempre com a Rússia um comércio muito ativo e importante e que agora precisam buscar parcerias revigoradas, digamos assim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muito espaço para investimentos de lado a lado e, caso eu seja aprovado pela Comissão e pelo Senado, atuarei com a experiência que pude acumular ao longo da minha carreira para trabalhar nesse sentido em favor da melhoria, da ampliação dos fluxos de comércio e investimento entre os dois países.

Não posso deixar de mencionar a cooperação em educação, ciência e tecnologia, que é muito tradicional. Eu notei que várias perguntas que vieram pela internet diziam respeito a esse tema. Nós temos um acordo com a Finlândia, desde 1988, na área de educação, ciência, tecnologia e cultura, esse acordo está vigente, eu naturalmente tratarei de analisá-lo para verificar se há necessidade de uma atualização e, se for o caso, tratarei de trabalhar nesse sentido.

Nossa cooperação com os finlandeses é expressiva nessas áreas, nós temos cientistas brasileiros trabalhando em projetos importantes, como o desenvolvimento da tecnologia 6G para os celulares, ou em temas relacionados à Região Amazônica, pesquisa amazônica. E a embaixada em Helsinque criou uma Rede de Inovação Brasil-Finlândia, que é extraordinária, que reúne estudantes, pesquisadores, cientistas brasileiros, que estão na Finlândia e que, através do diálogo com eles, aprende muito sobre o sistema de educação, de ciência e tecnologia finlandês, de modo a buscar maneiras de ampliar essa cooperação em todas as áreas possíveis.

Nós temos também em Helsinque uma das três unidades do Instituto Guimarães Rosa, que é o braço de educação e cultura da nossa diplomacia, do Itamaraty; os outros dois, na Europa, estão na Itália e na Espanha; e, na Finlândia, o IGR, presente *in loco*, ensina português, aplica testes de português. Nós temos leitorado na Universidade de Helsinque, que ensina História do Brasil, civilização brasileira. E, claro, participamos e organizamos eventos de todo tipo para a divulgação da cultura brasileira, música, cinema, artes plásticas. É, realmente, muito produtiva a nossa atuação nessa área.

E, para finalizar – eu não quero passar muito do meu tempo –, eu não posso deixar de mencionar a comunidade brasileira na Finlândia. Até 2017, não éramos nem mil pessoas; agora, já passamos de 2 mil. Estamos, segundo autoridades finlandesas, com cerca de 2,7 mil brasileiros vivendo lá. Geralmente, profissionais qualificados, que atuam em empresas finlandesas e que dão sua contribuição ao desenvolvimento da Finlândia. A eles nós devemos a

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestação de serviços consulares de qualidade, assistência sempre que possível. E, no próximo ano, vamos organizar as eleições presidenciais, o que é um grande desafio e uma projeção internacional da nossa democracia, que é muito importante.

Eu creio, Sr. Presidente, que essas seriam as minhas observações iniciais, permanecendo, naturalmente, à disposição de V. Exas. para comentar qualquer item que seja de interesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro.

Eu, atendendo à solicitação de um colega Senador, vou abrir a votação, porque vocês já receberam os relatórios anteriormente. Aquele que se sentir confortável para poder analisar a votação dos três Embaixadores e votar já pode dirigir-se à cabine.

Pergunto se algum Senador quer fazer alguma consideração, alguma pergunta ao Embaixador Haroldo.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom dia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Pacheco, bom dia; Sra. Embaixadora, Sr. Embaixador...

Embaixador Haroldo, satisfação em poder falar com V. Exa. Gostaria de apenas dizer que o senhor está saindo da área de combate Polônia para ir para a área de combate Finlândia, onde a fronteira com a Rússia, que hoje é o país mais belicoso do mundo, é extensa, e há um passado de conflito que o senhor mencionou. A gente sempre lembra, nós que somos estudiosos da história militar, da figura de Carl Gustaf Mannerheim, que foi Comandante-em-Chefe das forças finlandesas quando houve a guerra com a Rússia. Porque, vamos lembrar, depois do odioso pacto Pacto Molotov-Ribbentrop, que fez a partição da Polônia, Hitler invade a Polônia, e Stalin

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invade Polônia e Finlândia. Só que os finlandeses resistiram bravamente, Presidente Pacheco, e a paz foi alcançada. E, a partir dali, a Finlândia entrou naquele processo de neutralidade que o Embaixador mencionou.

Então, apenas queria fazer esse comentário, desejar sucesso ao Embaixador Haroldo. Não é uma missão que será simples, principalmente pela vizinhança de que ele terá que desfrutar.

Era isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as considerações do Senador Mourão.

Reitero que a cabine de votação está pronta para receber os votos de quem se julgar e sentir confortável para tal.

Vamos já para o item 2... Item 1, aliás. Está aqui.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados e, cumulativamente, em Antígua e Barbuda e na Federação de São Cristóvão e Névis.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin, que teve que ir para Santa Catarina, deixa o abraço afetuoso à Embaixadora Márcia Donner Abreu. Relator *ad hoc:* Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, senhoras e senhores, muito me apraz relatar a Embaixadora Márcia Donner, com quem tive a oportunidade de trabalhar na época em que era Vice-Presidente da República. E por dever de ofício, presidi a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, e a Embaixadora Márcia Donner muito nos auxiliou naquelas ligações com o Governo chinês, na reunião que fizemos, em 2019, lá em Pequim, e posteriormente as reuniões remotas, por fruto da pandemia, que foram realizadas a partir daqui do Brasil.

Como todos as Embaixadoras e os Embaixadores que comparecem a esta Comissão, Presidente, todos têm um vasto currículo, uma vasta carreira, o que demonstra a capacidade do nosso serviço de relações exteriores e que o torna mundialmente famoso.

A Embaixadora Márcia Donner é formada em Direito na Faculdade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. Ascendeu a todos os postos por merecimento e se tornou Ministra de Primeira Classe no ano de 2019.

Eu destaco as funções que exerceu fora do Brasil. Foi Ministra Conselheira nos Estados Unidos e na China, então ela está muito bem para atuar nesse processo entre os dois países. Foi Embaixadora do Brasil no Cazaquistão e, mais recentemente, exercia a função de Embaixadora na Coreia do Sul. Agora ela vai para a área mais quente. Mais quente não como o Embaixador Haroldo, mas mais quente porque o clima é mais aprazível.

Então, os três países, Antígua e Barbuda, Barbados e São Cristóvão e Névis são antigas colônias inglesas, oriundas da época das *plantations*, exploração de cana-de-açúcar, escravos. Então, a partir do primeiro quarto do século XIX, quando o Reino Unido passa a combater o tráfico negreiro, ele deixa de produzir a cana-de-açúcar a partir da população escrava que havia nesses países.

Característica que todos falam inglês e mais um dialeto local, normalmente o *creole* ou o *bajan*, dependendo de cada país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São países pequenos, mas têm um diálogo cordial, uma relação muito amistosa conosco aqui no Brasil. É óbvio que pela natureza dos países, pelo tamanho, o comércio bilateral não tem uma amplitude tão grande assim, mas é um comércio importante, porque sempre mantém uma porta aberta e, vamos dizer assim, são países que, em algum momento, cerram junto com o Brasil em temas internacionais, em apoios que o Brasil precisa nas posições que assume.

Esses três países ecoam a postura caribenha, mantendo-se firmes em prol de temas como multilateralismo, transição climática justa e desenvolvimento econômico sustentável, e também nas questões de turismo, educação e finanças, mantendo compromisso com a preservação ambiental.

Portanto, Presidente, não tenho, mais nada a apresentar nesse relatório e apenas desejo sucesso à Embaixadora Márcia Donner por ter recebido essa nova tarefa. E, em águas caribenhas, que ela seja muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, assíduo participante da Comissão de Relações Exteriores, com o seu conhecimento, com a sua experiência.

Muito me honra tê-lo no nosso Colegiado.

Passo a palavra, de pronto, à Embaixadora Márcia Donner Abreu.

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU (Para expor.) – Muito obrigada, Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um querido amigo; Senador Mourão, com quem já tive a honra de trabalhar e que, aceitou o encargo de ser o Relator *ad hoc* dessa sabatina.

Muito obrigada também ao Senador Esperidião Amin, ilustre Senador e Governador que distingue a história de Santa Catarina e um mentor que, infelizmente, não pôde nos acompanhar por compromissos com empresários do nosso Estado neste momento em que enfrentamos diversas dificuldades relacionadas à guerra tarifária.

Queridos colegas, Embaixadores hoje sabatinados, Haroldo Ribeiro, André Odenbreit, Elio Cardoso, que será o meu contraparte aqui em Brasília como Diretor do Departamento de

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

México, Caribe e América Central, senhoras e senhores, cidadãos e cidadãs que nos acompanham remotamente, é uma alegria para mim, um privilégio estar aqui presente pela terceira vez sendo arguida nesta sabatina para chefia de missão diplomática.

Eu tenho uma longa carreira. Servi praticamente em todo o mundo e encaro esse desafio de vir ao Caribe como uma nova oportunidade de diversificar o meu conhecimento e as minhas oportunidades em termos de servir o nosso país. Eu penso sempre: o diplomata é uma pessoa que vive abraçada e enrolada na bandeira do Brasil e o nosso dever, sempre, é procurar, em cada lugar em que estamos, fazer o melhor para a defesa dos nossos interesses nacionais.

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar que o Caribe, e a relação do Brasil com o Caribe, não só com os três países para os quais eu fui designada Embaixadora e, se contar com a aprovação de V. Exas., onde serei Embaixadora, é hoje uma prioridade para o Governo brasileiro e para o Governo do Presidente Lula. A Cúpula Brasil-Caribe, convocada em junho desse ano, que foi muito exitosa, tratou de inúmeras questões que constituem o eixo básico da minha futura ação, caso aprovada, como Embaixadora naquele país.

Eu destaco várias áreas, mas, primeiro de tudo, lembro que o Caribe tem uma singularidade e Barbados, Antígua, Barbuda e São Cristóvão e Névis compartilham uma peculiaridade, porque são pequenos estados insulares, pequenos mesmo, de pequena dimensão territorial, com pequena população, mas são países muito atuantes na cena internacional e que têm uma atuação frequentemente muito próxima daquelas prioridades que o Brasil defende na cena internacional e que o Senador Mourão já comentou, como a defesa do multilateralismo, a questão climática, a justiça no sistema financeiro internacional.

A nossa Cúpula Brasil-Caribe conseguiu tratar de todos esses assuntos, e ela conseguiu algo mais: colocar um foco na questão que talvez mais nos distancie hoje do Caribe, de quem somos próximos por afinidades históricas. Somos todos países que se independentizaram de metrópoles coloniais, temos um passado de monocultura de exportação com base em mão de obra escrava, mas nós temos uma dificuldade de interconexão. A gente não tem conexão suficiente para propiciar um maior acercamento entre o Brasil e a região do Caribe insular, particularmente das Pequenas Antilhas, que são aqueles países que descem de Cuba e chegam até Trinidad e Tobago.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haverá – e é uma coisa muito positiva – um seminário em agosto... não, perdão, em outubro deste ano, patrocinado pelo Itamaraty, pelo Ministério do Planejamento e pela Corporação Andina de Fomento, que é, como nós sabemos, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, para tratar exatamente dessa questão de como vamos fazer mais rotas marítimas, mais rotas aéreas, mais rotas viárias, onde possível, para acesso aos portos... Lógico, o Caribe são ilhas, em geral; tem um Caribe que é continental, mas a maior parte do Caribe é insular.

No interesse do tempo, eu vou focar a minha apresentação em Barbados, que é o maior, o mais populoso e o mais rico dos três países onde, se aprovada, exercerei o cargo de Embaixadora.

Barbados é do tamanho exato da minha ilha natal, é do tamanho exato da ilha de Santa Catarina, onde eu nasci: tem 440km² e uma população de 300 mil habitantes. Não obstante, é um país rico, é um país de alta renda, que tem uma renda *per capita* de praticamente US$26 mil – de vez em quando é a maior da América Latina e Caribe, disputa essa condição com outros países caribenhos. Foi uma colônia britânica, como lembrou o General Mourão. Tornou-se independente em 1966, mas, diferentemente de outros países da *Commonwealth* da região, ele hoje é uma República independente: a República foi proclamada em 2021. Portanto, Barbados tem uma Primeira-Ministra e tem uma Presidente, diferentemente de Antígua e Barbuda e de São Cristóvão e Névis, que continuam a ter como Chefe de Estado o Rei Charles III.

Em Barbados, a Primeira-Ministra Mia Mottley, que é a grande, vamos dizer, condutora dos interesses de Estado, é uma voz global muito poderosa. Ela tem um perfil que ultrapassa em muito a dimensão latino-americana e caribenha, tem um perfil global, particularmente nas questões de vulnerabilidade climática e de reforma do sistema financeiro internacional para os países mais vulneráveis ao endividamento externo.

Antígua e Barbuda e São Cristóvão e Névis são, como o nome próprio dos países indica, países bem insulares; eles têm duas ilhas principais – devem ter muitas outras, mas evidentemente essas são as grandes. Antígua e Barbuda é mais ou menos do tamanho de Barbados, e São Cristóvão e Névis é o menor país da América Latina e Caribe: tem só 261km² e menos de 50 mil habitantes. Antígua tem 93 mil habitantes. Então, nós estamos falando

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente de índices de grandeza geográfica muito diferentes daqueles a que estamos acostumados. Hoje, nós vamos ver colegas com países...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – É, com milhões de habitantes, e eu tenho centenas de milhares de habitantes, e é isso. No caso, nem 100 mil habitantes, 46 mil habitantes tem São Cristóvão e Névis.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Embaixadora, o pequeno Estado de Sergipe, nessa comparação, vira um continente. (*Risos.*)

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – Veja bem, Senador Rogério, é muito verdade. E o tamanho, como o senhor sabe, não é necessariamente o que faz a diferença para um país. Veja, temos na Ásia o exemplo de Singapura – o pequeno pode ser muito grande. E Sergipe tem inúmeras vocações que, com o seu apoio aqui, estão sendo desenvolvidas e certamente levarão o estado a muitas conquistas e vitórias econômicas e desenvolvimento social inclusivo, que são tão importantes.

É o caso dos meus três países caribenhos. Eles são todos países de um excelente nível de desenvolvimento humano. Ocupam posições muito positivas, têm renda *per capita* de US$25 mil.

O caso de Barbados é realmente exemplar. Barbados é um país de alta cobertura de educação de altíssimo nível; saúde de altíssimo nível; serviços sociais impecáveis; paridade de gênero em todas as instituições – paridade, não sei, mas não há grande diferença entre as funções ocupadas por mulheres e homens nas instituições do Estado. O exemplo é que a Presidente e a Primeira-Ministra são ambas mulheres.

Então, é possível ter alto desenvolvimento e ser pequeno ao mesmo tempo. A questão é a vocação econômica, e esses três países têm uma vocação econômica muito similar. Por isso, eu, focando em Barbados, posso dizer com conforto que também estou tratando dos outros dois países, porque todos eles têm sua economia – que já foi açucareira de exportação, baseada na escravidão – hoje voltada para um turismo altamente qualificado, um turismo de luxo, e para o banco *offshore*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um desenvolvimento mais recente, que tem a ver também com a vulnerabilidade climática, em que esses países estão apostando crescentemente, sobretudo no caso de Barbados, na economia verde e na transição energética. Barbados, por exemplo, pretende chegar a 2030 com 100% da sua energia de fonte renovável – e eu sei que Sergipe está avançando muito nessa área também. Um colega chegou a me comentar que Barbados é a pérola do Caribe por causa de todas essas vantagens ou esses elementos positivos que eu citei aqui.

Eu falei de parcerias e de visões similares às do Brasil e vou insistir um pouco nas duas áreas importantes: na área do clima, em que Barbados lidera uma série de movimentos de levantar o perfil das questões de vulnerabilidade climática na cena internacional; e a questão da reforma do sistema financeiro internacional, entre outras coisas, para dar conta dessa vulnerabilidade climática, que, como sabemos, afeta também a capacidade de investimento dos países. Se o país tem pouco dinheiro e tem que estar todo o tempo respondendo a desastres, respondendo a problemas de tempestades ou de ciclones ou de furacões, ele perde parte do dinheiro que seria dedicado ao desenvolvimento inclusivo e sustentável para corrigir os efeitos da mudança climática, para a qual ele, evidentemente, não contribuiu.

Então, uma das iniciativas lançadas por Barbados, a chamada Iniciativa Bridgetown, capitaneada pela Primeira-Ministra Mottley. Ela justamente prevê, entre vários outros elementos, a suspensão dos pagamentos de dívida quando o país sofre um grande desastre oriundo da vulnerabilidade ao clima. O relacionamento dos três países – Barbados, Antígua e São Cristóvão – com o Brasil é positivo, é fluido. Nós temos contatos históricos interessantes.

Eu não quero gastar mais tempo em falar do passado. Eu quero dizer o que eu quero fazer como Embaixadora nesses pequenos, porém, fascinantes países.

Em primeiro lugar, eu pretendo explorar as oportunidades que nos oferece essa maior aproximação com o Caricom, que é uma organização com 15 membros, e 14 deles são estados soberanos, são 14 votos nas Nações Unidas, são 14 votos na OEA, são 14 votos em inúmeros foros em que Brasil e Caribe compartilham interesses similares.

Sendo ilhas de pequena dimensão e com uma economia baseada em serviços, Barbados, Antígua e São Cristóvão são economias fortemente importadoras. E aí o Brasil encontra um

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto de interesse e oportunidade, porque, de onde Barbados, São Cristóvão e Antígua importam? Eles importam dos Estados Unidos, majoritariamente, de Trinidad e Tobago, do Reino Unido e da China. O Brasil exporta apenas menos de 2% do total importado por esses países. Então, eles precisam de tudo: de indústria leve, de maquinaria, de petróleo, de alimentos. E, sobretudo na área de alimentos, de que o Brasil é o celeiro do mundo, é incrível que o Caribe não compre do Brasil. Mas para isso nós precisamos do que eu falei antes: da conexão. Então, esse vai ser um dos meus principais trabalhos, em associação com as iniciativas brasileiras e as rotas de integração da Ministra Simone Tebet, lá no Planejamento, com os dois bancos que cuidam da nossa região – o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a CAF e o BID, que também tem importantes projetos regionais.

Nós temos que fazer mais rotas, nós temos que chegar aos portos do Nordeste brasileiro que podem atender à conexão com o Caribe; nós temos que chegar à Guiana, que o próprio Caricom pretende transformar num *hub* de segurança alimentar do Caribe; e nós temos que ter mais navios fazendo essas rotas e levando os nossos produtos até lá.

O comércio com o Brasil é modestíssimo. Ele não passa hoje, com Barbados, por exemplo, de R$36 milhões. E quase tudo isso é de exportação brasileira. Não é possível! A gente tem que mudar esse quadro.

A embaixada em Barbados não tem um setor de promoção comercial, mas eu já estou negociando com os meus colegas da chefia da Casa, no Itamaraty, a criação de um. Já me disseram que há outros países na fila. Eu digo: "Então, vocês vão me passar na frente".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – Nós também vamos trabalhar mais a questão da cooperação, inclusive agrícola, porque a agricultura é importante para o Brasil.

Desculpe, Senador, eu vou pegar mais dois minutos. Desculpe, Senadores e ouvintes, vou pegar mais dois minutinhos.

A agricultura também é muito importante na cooperação técnica, porque o Brasil tem um conjunto de conhecimentos desenvolvidos pela nossa Embrapa e também pelos programas de agricultura familiar que muito ajudarão o Caribe. A nossa cooperação com o Caribe vai além da

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação em agricultura e formação de pessoal para a agricultura, ela envolve também questões de saúde, bancos de leite humano, contribuição com medicamentos, e há interesse em ampliar essa cooperação.

Finalmente, o que eu gostaria de dizer aqui é que nós temos muito interesse – isso eu percebi nas perguntas que nos foram dirigidas e já enviadas pelo Senador Trad – em cooperação educacional.

Esse caso é um pouco peculiar, porque, de fato, não existe uma demanda brasileira muito grande de ir ao Caribe. Não há uma clientela habitual brasileira que quer ir ao Caribe, mas é possível. Barbados tem um *campus* da prestigiosa Universidade das Índias Ocidentais e tem uma tradição grande no ensino da Medicina. Nesse caso, são sobretudo universidades privadas, mas, como temos também os projetos Revalida e outros, pode ser do interesse brasileiro explorar esse filão. A única grande exigência é que o domínio do idioma inglês é essencial.

Eu paro por aqui. Acho que cobri os principais elementos e estou aberta às perguntas tanto dos Srs. Senadores e da Presidência, como dos nossos ouvintes, da nossa sociedade brasileira que nos acompanha *online*.

Muito obrigada, Senador Trad, e a todos aqueles que estão aqui nos acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à embaixadora Márcia Donner Abreu.

Pergunto aos colegas Senadores se alguém quer fazer alguma pergunta, alguma consideração? (*Pausa.*)

Não havendo, reitero que a cabine de votação está aberta.

A gente precisa garimpar dez votos. É isso, Secretário? Dez votos. Estamos chegando lá.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2025

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Peço permissão ao General Mourão, para que eu possa fazer o relatório daqui.

Colegiado consultado. (*Pausa.*)

Aceito, segue o relatório.

Registro aqui que me foi feita essa solicitação pelo nosso saudoso diplomata Nilo Barroso, para que V. Exa. estivesse, no dia de hoje, aqui, sendo sabatinado. Em homenagem a ele, vou fazer esse relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. André Odenbreit Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado é bacharel em História e mestre em História Social da Cultura pela PUC/RJ, tendo ingressado na carreira diplomática em 1993. Ascendeu a Primeiro-Secretário em 2003; a Conselheiro, em 2008; a Ministro de Segunda Classe, em 2012; e a Ministro de Primeira Classe, em 2021 – todos por merecimento.

Na conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2010, defendeu a tese intitulada "O Plano de Ação de Bali, o Futuro do Regime Internacional de Mudança do Clima e suas Implicações para o Brasil".

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos: Embaixada em Buenos Aires, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário; Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário na Embaixada em Moscou; Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres; Chefe Substituto e Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Chefe da Divisão da Mudança do Clima; Ministro-Conselheiro na Missão do Brasil junto à União Europeia; Diretor do Departamento de Negociações Comerciais Extrarregionais; Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais; Assessor Especial do Gabinete do Ministro da Casa Civil; Cônsul-Geral no Consulado do Brasil em Miami.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Tailândia e o Laos, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Reino da Tailândia localiza-se no centro da península da Indochina. Com a população estimada em 70,32 milhões de habitantes, estende-se por 514 mil quilômetros quadrados. O país, uma monarquia constitucional de confissão oficial budista, é uma das maiores economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Sua capital e maior cidade, Bangkok, é o centro político, econômico e cultural da vida tailandesa. A jovem Primeira-Ministra, de 39 anos, eleita em 2024, é filha do bilionário e ex-Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi criada no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia no Brasil, em 1964. Merece destaque, ademais, a pretensão de a Tailândia aderir ao Brics e, sob a

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência brasileira, em 2025, foi confirmada como país parceiro e participou pela primeira vez da reunião de chanceleres do Brics, ocorrida no Rio de Janeiro.

O intercâmbio comercial bilateral totalizou US$5,9 bilhões, com superávit brasileiro de US$1 bilhão. A pauta de exportações brasileiras é concentrada em *commodities*, sobretudo soja e seus subprodutos, seguido de óleos brutos de petróleo. A pauta das importações provenientes da Tailândia é variada: acessórios de veículos (12%); veículos de passageiros (7,6%); látex e borracha (4,8%); arroz (4,2%); motores e suas partes (3,9%); e máquinas e aparelhos elétricos (3,8%).

Cumpre destacar, de igual modo, a expansão dos investimentos. A Tailândia, em particular, tem expandido sua rede de investimentos no Brasil. Destacam-se o gigante hoteleiro Minor Group, que hoje opera hotéis de luxo em destinos turísticos brasileiros; a Indorama Ventures, que comprou, em 2021, por US$1,3 bilhão, a Oxiteno; e a Charoen Pokphand Foods, produtora de camarões frescos e congelados. Do lado brasileiro, cita-se a Jacto, de implementos agrícolas, e a *joint venture* entre a Braskem e o SGG Chemicals.

O comércio de equipamentos de defesa também apresenta potencial.

A República Democrática Popular do Laos é um país montanhoso do Sudeste Asiático, localizado na Indochina e limitado ao norte pela China, ao leste pelo Vietnã, ao sul pelo Camboja, ao sudoeste pela Tailândia e ao noroeste por Myanmar. Com população estimada em 7,48 milhões de habitantes, estende-se por 237 mil quilômetros quadrados.

Trata-se de República Socialista de partido único e Assembleia Nacional unicameral, composta por 164 membros, eleitos para mandato de cinco anos. O atual Presidente da República e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário, desde 2021, é Thongloun Sisoulith, pedagogo com Mestrado em Linguística e Literatura e Doutorado em História das Relações Internacionais, estes últimos títulos obtidos na Rússia. O Primeiro-Ministro, desde 2022, é Sonexay Siphandone, filho do ex-Presidente Khamtai Siphandone.

O Brasil e o Laos estabeleceram relações diplomáticas em julho de 1995. No ano seguinte, foi criada a Embaixada, cumulativamente com a Embaixada em Bangkok. Situa-se em Havana a

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane. Não há registro de comunidade brasileira no Laos.

O Laos esforça-se por superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. Politicamente, o Vietnã é forte aliado, em razão da história compartilhada na formação dos partidos comunistas, nos movimentos de libertação colonial e nas guerras na Indochina. Do ponto de vista cultural e econômico, a Tailândia é o principal parceiro. Igualmente, a China possui significativa importância, como investidor e aliado geopolítico no estabelecimento de projetos da Iniciativa do Cinturão e da Rota.

Em 2024, a corrente de comércio entre o Brasil e o Laos foi de US$36,6 milhões, sendo nossas exportações concentradas em carnes e tabaco e as importações em adubos ou fertilizantes, equipamentos de telecomunicações e calçados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

Esse é o relatório.

Concedo a palavra para o Sr. André Odenbreit Carvalho, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática do Laos.

V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional... (*Pausa.*)

... Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores integrantes da Comissão, senhoras e senhores, caros colegas, incluindo aí o saudoso colega Nilo, é uma honra poder apresentar-me hoje perante o Senado Federal.

A Tailândia, que se situa em região economicamente dinâmica, mas geopoliticamente desafiadora, busca atualmente ampliar parcerias. Isto ocorre no marco de seus vínculos bilaterais, no contexto de sua participação no grupo regional Asean, e em seu engajamento como país parceiro dos Brics e como candidato a ingresso na OCDE.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao relacionamento com o Brasil, o movimento se expressa no restabelecimento recente de reuniões de consultas políticas, com o próximo encontro previsto para este ano. Temos uma janela, portanto, a aproveitar.

País de renda média alta, a Tailândia é a segunda maior economia do Sudeste Asiático e manteve média anual de crescimento de 2,9% nos últimos 20 anos, esperando-se resultado um pouco abaixo disto em 2025, na faixa de 1,8%, 2,2%.

Sabemos todos que a Tailândia é reconhecida como uma história de sucesso em desenvolvimento no século XX. A partir dos anos 60, houve um movimento de desenvolvimento que transformou o país, criando uma base industrial que gera até aproximações em relação à situação brasileira, uma base industrial extremamente abrangente e diversificada. Atualmente, contudo, existem alguns problemas associados a resultados da pandemia. Por exemplo, o endividamento familiar gerou uma redução de consumo privado, por outro lado, o setor de turismo até hoje, o que é fundamental na economia tailandesa, ainda não recuperou seu patamar pré-pandemia. Com isso, o crescimento está sofrendo um efeito de esfriamento.

O país apresentou, em 2024, uma corrente comercial de bens equivalente a US$607 bilhões, deficitária em aproximadamente 6 bilhões, tendo China, Estados Unidos e Japão como parceiros destacados. Ao ver essa relação comércio internacional-PIB, fica claro o grau de alta integração internacional da economia tailandesa. Isso foi o motor de crescimento no passado, mas isso gera hoje uma situação de sensibilidade frente a movimentos de elevação tarifária, como nós estamos verificando.

O comércio com o Brasil vem se desenvolvendo vigorosamente, chegando em 2024, como foi mencionado na relatoria, a US$6 bilhões – aliás, aproveito para agradecer à relatoria, que muito me honrou, Senador Trad –, resultado de um crescimento anual de 11%. Ao receber no ano passado exportações brasileiras no valor de US$3,5 bilhões, a Tailândia alcançou, como mercado para produtos brasileiros, patamar superior ao de parceiros tradicionais e importantes como Colômbia, França e Arábia Saudita.

Empresas tailandesas, como foi mencionado na relatoria, realizaram investimentos expressivos no Brasil em setores como eletrônicos, hotelaria, químicos e alimentos. O total dos estoques chegou, em 2022, a US$700 milhões; o Brasil, por sua vez, acumulou estoque bem

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor, US$82 milhões, com destaque para setores como cimento, máquinas agrícolas e calçados.

Muitas áreas oferecem oportunidade para adensamento das relações bilaterais. Dentre as que pretendo priorizar em minha gestão, caso venha a ser confirmado, está a expansão e diversificação de nossa pauta comercial. E noto que várias das perguntas que chegaram da sociedade civil sobre Tailândia e Laos são perguntas sobre o relacionamento comercial. Mesmo dinâmicas, as exportações agrícolas do Brasil têm potencial para crescer.

Dando continuidade a iniciativas recentes, como a missão da Apex sobre mercado de alimentos e o memorando de entendimento em cooperação agrícola de 2022, pretendo seguir engajando o Governo da Tailândia na discussão de medidas técnicas com impacto comercial, como certificação sanitária e fitossanitária e autorização de plantas exportadoras. A abertura de mercado para produtos como carne suína, *pet food*, mel, bovinos vivos e material genético também merecerá atenção. Vale ressaltar a importância de assegurar a participação brasileira constante e expressiva nas importantes feiras comerciais realizadas na Tailândia, como a Anuga Thaifex, a maior do Sudeste Asiático em alimentos e bebidas, Thailand Beef Fest e VIV Asia. Também será fundamental monitorar o possível impacto sobre nossas exportações das negociações tarifárias realizadas pela Tailândia com terceiros, inclusive os Estados Unidos.

Tendo presente que 77% da exportação brasileira corresponde ao complexo soja, diversificar é prioridade. Para conseguir maior participação industrial, por exemplo, recomenda-se esforço de promoção relacionado a produtos como aviões civis e militares, armas leves e cosméticos, para os quais a Tailândia organiza importantes feiras comerciais. O mapa de oportunidades da ApexBrasil identifica 333 produtos com potencial de entrada no mercado tailandês, distribuídos em várias categorias. Adicionalmente, a força e a variedade do comércio bilateral demandam a dinâmica mais intensa de investimentos entre Brasil e Tailândia.

Merece atenção, nesse contexto, a possibilidade de retomar negociações de acordo de cooperação e facilitação de investimentos dentro do padrão atualizado com que o nosso país vem negociando com outros parceiros, notadamente Angola e México. Resultados econômicos, contudo, vinculam-se ao marco mais amplo das relações políticas e de segurança. A venda de aviões militares, por exemplo, ocorreria mais facilmente em contexto de intensificação de

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação na área de defesa. Houve aproximação, como evidenciado pela participação observadora brasileira, nos exercícios militares Cobra Gold e pela participação tailandesa em 2020, 2023 e 2024, nos cursos de Operações de Paz para Mulheres, organizados pela Marinha brasileira. Novos passos, entretanto, são necessários.

A cooperação técnica também oferece oportunidades. Já operando mistura de etanol com gasolina em seu setor de transportes, a Tailândia é uma parceira promissora, por exemplo, para a discussão de biocombustíveis e o futuro do complexo sucroalcooleiro como um todo. Ações com impacto econômico concreto poderão ser implementadas em áreas já identificadas, como o aproveitamento de subprodutos do processamento de cana e a produção de plástico verde a partir de etanol, essa última, como foi mencionado, já é objeto de uma *joint venture* da Braskem com a empresa tailandesa SCG. Tais linhas de ação terão, como pano de fundo, a expressiva convergência de perspectivas entre Brasil e Tailândia na agenda de desenvolvimento sustentável, inclusive no tocante à mudança do clima.

À luz da transformação da Tailândia em fornecedora de cooperação técnica internacional, merecem atenção opções de cooperação trilateral em que a nossa parceria operaria em benefício de terceiros países. Esse formato poderá aprofundar a presença da Agência Brasileira de Cooperação no sudeste asiático, bem como contribuir para desenvolver o componente de cooperação técnica na agenda de trabalho do Brasil com a Asean.

Observando os desafios de desenvolvimento e a melhora de eficiência econômica enfrentados por Brasil e Tailândia, surgem temas em que a troca de experiências nacionais poderá ser de grande proveito comum. Penso, por exemplo, em questões como capacitação laboral, políticas de proteção social, inclusive como fator de contenção de endividamento familiar, defesa de concorrência, segurança cibernética e boas práticas setoriais. Intercambiar lições relacionadas à implementação de sistemas nacionais de pagamento digital – o Pix do lado brasileiro e o PromptPay do lado tailandês – poderia ajudar na defesa e divulgação internacional desses mecanismos eficientes e transformadores, bem como preparar uma agenda mais ampla de cooperação entre dois bancos centrais reconhecidos por sua competência técnica. Já a evolução do setor de turismo tailandês, que em certos anos chega a representar 20% do PIB nacional, pode oferecer subsídios de valor para o Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Merecem também destaque as relações entre representantes do Poder Legislativo, lembrando que, em junho passado, Brasília recebeu a visita do Grupo de Amizade Parlamentar Tailândia-Brasil, o que permitiu o encontro da delegação tailandesa com a Frente Parlamentar Brasil-ASEAN e Senadores brasileiros, entre os quais a Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente dessa Comissão.

Se confirmado, assegurarei atenção constante ao trabalho consular; priorizarei atendimento eficiente e de qualidade tanto para a comunidade permanente de imigrantes brasileiros, estimada em aproximadamente 500 pessoas, quanto para nossos numerosos turistas. Particular cuidado será dedicado ao fenômeno preocupante dos fluxos de tráfico humano no Sudeste Asiático. As atividades culturais serão prestigiadas em cooperação com instituições tailandesas e a comunidade brasileira.

Julgo que o estímulo ao ensino de português no exterior é de interesse estratégico para o Brasil, não só para a nossa projeção internacional, como também para a preservação dos laços culturais, sociais e até familiares que conectam os brasileiros vivendo no exterior à pátria. A Embaixada em Bangkok vem logrando importantes avanços nessa área, que pretendo continuar a estimular, engajando universidades e explorando o potencial de conteúdos educacionais digitais, entre outras ações. Caberá avaliar também a possibilidade de divulgar o Brasil por meio de sua gastronomia e do seu cinema, lembrando que o audiovisual brasileiro vive um momento de grande destaque.

A Embaixada do Brasil em Bangkok é responsável cumulativamente pela condução das relações bilaterais com a República Democrática Popular do Laos, que são de histórico mais recente, tendo sido estabelecidas apenas em 1995. O Governo laosiano prioriza ações de modernização econômica, o que implica superar impactos derivados de sua geografia mediterrânea e um passado histórico de abertura limitada a comércio internacional e investimentos. Isto se expressa principalmente no marco regional, em que China, Tailândia e Vietnã são parceiros fundamentais, mas oferece também novas possibilidades para as relações com o Brasil.

O Laos é classificado como país de renda média baixa. Seu PIB está em patamar de US$16,5 bilhões, e o país logrou notável média de crescimento ao longo da última década,

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima de 7%, aproveitando-se de expressivos recursos naturais, como minérios, florestas e fontes hidrelétricas. Sua corrente de comércio internacional alcançou US$18 bilhões em 2024, com o superávit laosiano de US$800 milhões. O comércio com o Brasil, por sua vez, como foi mencionado, ronda US$36 milhões, mas cresceu 19% em 2024 frente ao ano anterior. Nosso país foi superavitário em US$11 bilhões, mas com forte concentração de nossas exportações em um produto: carnes.

As possibilidades de engajamento bilateral que pretendo explorar, se minha nomeação vier a ser confirmada, incluem, como no caso da Tailândia, a expansão e a diversificação da pauta comercial. Para tanto, caberá estudar potenciais novas linhas de trabalho, como, por exemplo, a negociação de certificação sanitária para a venda de animais vivos e material genético. Novamente, destaca-se a relevância da cooperação técnica com o Laos e no marco da Asean, explorando oportunidades em áreas como energias renováveis, agricultura sustentável, adaptação à mudança climática e segurança alimentar. Para tal direcionamento, seria importante avançar na ratificação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado em 2022, que foi objeto de consulta da sociedade privada em torno desta minha sabatina.

Cabe também atentar para o peso dos recursos naturais na economia do Laos. Energia elétrica é a principal exportação do país, que pretende tornar-se o fornecedor-chave para todo o Sudeste Asiático. O setor de madeira e celulose também se destaca nas vendas externas. São pontos notáveis de contato com a realidade econômica brasileira, que justificam, por exemplo, o esforço de troca bilateral de boas práticas no aproveitamento sustentável de recursos energéticos, florestais e minerais. Combate à atividade madeireira irregular poderia ser um ponto de partida.

Por fim, assinalo, como uma única orientação de trabalho que seria de interesse, examinar a possível nomeação de um Cônsul Honorário do Brasil em Vientiane, iniciativa que, entre outros benefícios, poderia fortalecer nossa capacidade de oferecer assistência consular direta no Laos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador André Odenbreit Carvalho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Jorge Seif, que, sempre que chamado, está presente para poder ajudar a Comissão.

Pergunto se tem algum Senador, de forma remota ou aqui presencialmente, que queira fazer alguma pergunta ao Embaixador André. (*Pausa.*)

Não havendo, solicito à assessoria que possa proceder à apuração, vez que os votos, no seu número mínimo, já foram devidamente computados.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Leitura no telão.

Embaixadora Márcia Donner Abreu, que está indo para Barbados e cumulatividades, SIM, 10; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total 10 votos.

Haroldo de Macedo Ribeiro, para a Finlândia.

Houve SIM, 10; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

No total, 10 votos.

André Odenbreit Carvalho, Tailândia e Laos.

Houve SIM, 10 ; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total 10 votos.

Declaro, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, aprovados os nomes dos Embaixadores Márcia Donner Abreu, Haroldo de Macedo Ribeiro, André Odenbreit Carvalho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Suspendo a sessão por cinco minutos para as despedidas dos Embaixadores e solicito que eles fiquem à frente para uma foto oficial.

(*Suspensa às 11 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 24 minutos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Reaberta a sessão.

Vamos ao item 1 da pauta extraordinária.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado sobre Extradição entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Eu já vou ler o item 2 também.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2021

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

É o Tratado de Extradição com o Marrocos, assinado em 13 de junho de 2019, também na relatoria do Senador Sergio Moro.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

E o Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal com os Emirados Árabes Unidos, celebrado em 15 de março de 2019, também da relatoria de Sergio Moro.

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em Montevidéu, em 17 de dezembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

E o Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em 17 de dezembro de 2018, também da relatoria do Senador Sergio Moro.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura dos itens – os quais já foram lidos – em que ele é o titular na relatoria.

Item 1, Extradição com os Emirados Árabes Unidos.

Pode ir direto à análise, em função do adiantado da hora.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, eu agradeço a chamada e a relatoria desse projeto.

Então, vou aqui direto à análise.

É o Projeto de Decreto Legislativo 204, de 2021, da CRE, Extradição entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos.

Observo, de início, que inexistem defeitos quanto à juridicidade do tratado em exame. Não encontro, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em relação ao texto constitucional, o acordo em análise enquadra-se no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos.

Com efeito, trata-se de acordo de extradição entre Brasil e Emirados Árabes Unidos, com os dispositivos usuais a este tipo de ajuste. Por meio do tratado em análise, ambos os Governos disciplinam o uso do instituto da extradição, que é um dos mais antigos instrumentos de cooperação penal internacional.

A exposição de motivos que acompanha a mensagem, subscrita pelos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, destaca que a crescente inserção internacional do país e o considerável fluxo de pessoas e de bens pelas fronteiras nacionais têm demandado do Governo brasileiro a adoção de esforços para a configuração de extensa rede de acordos de cooperação jurídica internacional, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação da lei brasileira e de outros países no que respeita à investigação, à instrução de ações penais, ao acesso à justiça, ao cumprimento de decisões judiciais e à extradição.

No mérito, convém assinalar que o acordo vem ao encontro do que há de mais atual em termos de cooperação jurídica internacional.

É importante recordar, também, que as inovações tecnológicas têm oportunizado às organizações criminosas transnacionais o cometimento de mais delitos, de modo que a celeridade da tramitação do processo de extradição torna-se imperativa.

O tratado também incorpora disposições que observam a evolução do direito penal e processual penal internacional, respeitando os direitos e garantias fundamentais concedidos aos réus no processo penal.

O estabelecimento pelo Brasil de acordos de extradição é tarefa essencial para a cooperação judiciária e para a construção de instrumentos modernos relacionados ao combate ao crime no plano internacional.

Vou ao voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

Nós vamos votar todos em bloco.

Agora é o item 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 234. Solicito a V. Exa. que também possa ler o relatório; pode ir direto à análise, em função de já ter sido distribuído a todos os pares.

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Aproveito a oportunidade para mandar um abraço ao Embaixador Nabil, do Marrocos.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Decreto Legislativo 234, Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos.

Também registro aqui o meu cumprimento ao Embaixador. Estive recentemente, até num evento conjunto entre Brasil e Marrocos, aqui na Biblioteca do Senado, no qual foi publicado um livro sobre a história das relações entre ambos os países. Registro também aqui um cumprimento ao Senador Dr. Hiran, que é um grande entusiasta dessa relação harmônica, dessa amizade.

Vou à análise.

Inexistem defeitos quanto à juridicidade do tratado em exame. Não há vícios de constitucionalidade, uma vez que se observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio do tratado em análise, ambos os Governos disciplinam o uso do instituto da extradição, que é um dos mais antigos instrumentos de cooperação penal internacional.

O acordo em apreço contém as cláusulas usuais a esse tipo de ajuste, tais como: necessidade de dupla incriminação; princípio da especialidade; causas de recusa obrigatória e facultativas; concurso de pedidos; procedimentos para solicitação e entrega do extraditando.

É oportuno recordar, também, o crescente avanço da criminalidade organizada internacional. Dessa forma, a celeridade na tramitação do processo de extradição torna-se imperativa nos dias atuais. O tratado ainda incorpora as disposições necessárias para respeito aos direitos e garantias fundamentais concedidos aos réus no processo penal.

O estabelecimento de acordos de extradição é tarefa essencial para a cooperação judiciária e para a construção de instrumentos modernos relacionados ao combate ao crime na esfera global.

Vou ao voto.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 234, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

Vamos diretamente ao Projeto de Decreto Legislativo 552. Não terminativo, de 2021. Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019. Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Sergio Moro. O relatório é pela aprovação.

Com a palavra Senador Sergio Moro, para ir direto à análise.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos.

Passo à análise, então.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições, então é regimental.

O acordo está em conformidade com a Constituição Federal, considerando principalmente o interesse nacional no aprofundamento da cooperação jurídica internacional entre os povos.

O tratado preenche o comando constitucional que rege as relações internacionais do Brasil: princípios da independência nacional, prevalência dos direitos humanos, não intervenção e igualdade entre os Estados.

O mérito.

O Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal é relevante, tanto pela cooperação com os Emirados Árabes Unidos quanto pelo fortalecimento institucional do Estado brasileiro no enfrentamento da criminalidade transnacional.

A internacionalização das finanças, a intensificação do trânsito de pessoas e bens e o aprofundamento da interdependência entre países têm demandado do Brasil a adoção de esforços para a construção de ampla rede de acordos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação da lei brasileira e de outros países no que tange à investigação, à instrução de ações penais e o cumprimento de decisões judiciais.

Trata-se de instrumento jurídico moderno e abrangente, voltado à cooperação bilateral em temas que demandam o auxílio mútuo entre os países.

Finalmente, o acordo reflete as boas práticas internacionais e está em consonância com a premente necessidade de fortalecer os meios de enfrentamento da criminalidade transnacional, principalmente nas áreas de corrupção, lavagem de dinheiro, terrorismo, tráfico de pessoas, armas e entorpecentes, crimes cibernéticos e infrações penais econômicas.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2021.

É o voto, Sr. Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Sergio Moro.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em Montevidéu, em 17 de dezembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro, do Estado do Paraná, que tem também essas questões relacionadas ao Mercosul.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 163, de 2022, que aprova do Mercosul o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul.

Passo direto à análise, Sr. Presidente.

No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2022 observa os preceitos constitucionais pertinentes, em especial o disposto no inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva para aprovar tratados, acordos e atos internacionais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de juridicidade, não há qualquer vício de legalidade ou conflito com normas infraconstitucionais.

A matéria também é regimental, da atribuição desta Comissão de Relações Exteriores.

No mérito, o Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul constitui importante instrumento de cooperação internacional voltado ao enfrentamento conjunto de uma das maiores ameaças contemporâneas à segurança pública: o crime organizado de dimensão transnacional. Em um cenário no qual organizações criminosas operam para além das fronteiras nacionais, utilizando-se de redes transfronteiriças para lavagem de dinheiro, torna-se imperativo o fortalecimento dos mecanismos regionais de articulação e resposta institucional.

Um mérito, o importante aqui é regulamentar a destinação de bens apreendidos ou perdidos de organizações criminosas, proporcionando seu reaproveitamento em favor do Estado e da sociedade. Possibilitando a devida utilização, a alienação ou a administração compartilhada desses ativos, o acordo contribui não apenas para reduzir os prejuízos causados pelo crime, mas também para reverter em benefício coletivo os recursos provenientes de práticas ilícitas.

O instrumento também inova ao institucionalizar o princípio da solidariedade entre os Estados Partes, possibilitando a divisão equitativa de recursos obtidos por meio da cooperação jurídica internacional.

O Brasil, ao aprovar esse acordo, reafirma seu compromisso com a legalidade internacional, com o combate efetivo às organizações criminosas e com a valorização de instrumentos cooperativos de enfrentamento da criminalidade complexa.

Em termos práticos, a vigência do acordo permitirá ao Brasil celebrar entendimentos bilaterais ou multilaterais com os demais países signatários para disciplinar, de forma detalhada, os procedimentos de administração, destinação e partilha de bens.

Trata-se, dessa maneira, de um instrumento normativo que se inscreve no esforço comum dos países do Mercosul de combater, de forma coordenada, as redes criminosas que se utilizam da transnacionalidade para cometer crimes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro aqui a importância, nos dias atuais, Sr. Presidente, do confisco dos ativos criminosos. É importante fazer valer literalmente o velho adágio de que o crime não pode compensar. E nós sabemos, infelizmente, que essas organizações criminosas transnacionais, muitas vezes, colocam seus ativos, em outros países, buscando deixá-las a salvo de sequestro e confisco no país nos quais os crimes foram praticados em sua origem.

Então, esse tratado apenas facilitará que os países do Mercosul cooperem e resolvam a destinação desses ativos, quando submetidos a medidas como confisco, perdimento ou medidas cautelares ali relacionadas.

Vou ao voto.

Ante o exposto, analisados os aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais e de mérito, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2022.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Sergio Moro, agradeço a relatoria titular de V. Exa. em quatro projetos.

Eu tenho o item 5, com a relatoria do Senador Luis Carlos Heinze. Como o estado de V. Exa. faz fronteira com o Paraguai e Argentina, dois países do Mercosul, entendo que seria oportuno V. Exa. relatar *ad hoc* o item 5.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Assinado em Montevidéu.

V. Exa. está querendo deixar aqui o Senado, a população do Paraná está querendo que V. Exa. vá para lá, e isso poderá ser útil para V. Exa., uma vez confirmadas as intenções da pesquisa.

V. Exa. está com a palavra para relatar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço a confiança, Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Vou então à análise, do relatório realizado pelo Senador Luis Carlos Heinze.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa opinar sobre proposições referente a atos e relações internacionais.

A emenda está em conformidade com a Constituição Federal, especialmente com o disposto no art. 49, inciso I, e art. 84, VIII. Nesse sentido, permanece hígida a atribuição do Congresso para aprovar atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

No mérito, o PDL em apreço autoriza a ratificação de emenda a um dos protocolos que compõem o acervo normativo do Mercosul, aperfeiçoando as boas práticas relacionadas aos serviços financeiros prestados no âmbito do bloco. São medidas que permitirão avanços nessa área e contribuirão para o processo de integração regional no Cone Sul. Indiscutível, portanto, que trará benefícios a todas as partes e a cada pessoa, física e jurídica, que faz uso de serviços financeiros.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2022.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro aqui a importância, mais uma vez, da integração regional e da facilitação, principalmente, da realização de negócios no âmbito do Mercosul, que também favorece a atração de investimentos para o bloco.

Então, felicito também aqui o Relator originário e destaco a honra em substituí-lo.

Agradeço mais uma vez a V. Exa., faço votos de que a sua predição se concretize.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Sergio Moro. Muito obrigado pela sua assiduidade nesta Comissão. V. Exa. leu cinco projetos de decreto legislativo.

Vamos passar para o item 6.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Marco do Mercosul de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia, assinado em Montevidéu, em 6 de julho de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Peço licença aos Srs. colegas Senadores para fazer a leitura do meu relatório daqui mesmo da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Vou direto à análise.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O instrumento de cooperação veiculado pelo PDL encontra-se em harmonia com o disposto no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal, segundo o qual a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Tampouco se verificam óbices quanto à juridicidade ou à regimentalidade.

No mérito, destaco que o acordo é um passo fundamental rumo ao fortalecimento do Mercosul, valorizando as dimensões humanas e sociais do bloco. Destaco que o Tratado de Assunção estabelece a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Nesse contexto, o acordo que ora analisamos é a concretização desse princípio à circulação de profissionais.

Na condição de Senador do Estado do Mato Grosso do Sul, estado que faz fronteira com dois países mercosulinos, devo destacar que nossa unidade federativa será uma das grandes beneficiárias desse acordo. De um lado, cidades como Ponta Porã, Corumbá e Dourados terão acesso facilitado a engenheiros, arquitetos, agrônomos e geólogos com registro em conselhos em outras nações do agrupamento, capazes de impulsionar obras de infraestrutura e modernizar cadeias produtivas do agronegócio. Por outro lado, cidades vizinhas em países do bloco também serão beneficiadas. Do lado paraguaio, destaco Pedro Juan Caballero; do lado boliviano, Puerto Quijarro, ambas as cidades compartilham fronteiras com o Mato Grosso do Sul. Nessas localidades, profissionais brasileiros poderão atuar em portos fluviais, obras de logística, mineração e urbanismo, reforçando a integração regional sul-americana.

Esse acordo vem na esteira da priorização da dimensão de serviços do bloco, promovendo a complementariedade produtiva entre os países, com especial ênfase na criação de cadeias de valor regionais.

Para o Brasil, a efetiva inserção nas cadeias produtivas globais depende do fortalecimento das cadeias produtivas nacionais e regionais, permitindo que a economia sul-americana não

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas exporte bens, mas também agregue valor internamente, desenvolvendo tecnologia, conhecimento e emprego qualificado em toda a região.

O voto.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2024.

Passo agora ao item 7.

2ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 653, DE 2025

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo no marco da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar relativo à conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas situadas além da jurisdição nacional (Acordo BBNJ), assinado pelo Brasil em 21 de setembro de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Designo o Senador Rogério Carvalho, Líder do PT, para que possa fazer o relatório.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Com fundamento no inciso I, do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Quanto à juridicidade e à constitucionalidade, não se observam vícios que impeçam a tramitação da matéria, na medida em que esta observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Ainda, o referido instrumento revela-se inteiramente consoante com os ditames da nossa Carta Magna, notadamente no art. 4º, IX, que erige a cooperação entre os povos à condição de princípio orientador das relações internacionais do Estado brasileiro.

Portanto, não se vislumbram óbices de natureza constitucional, jurídica e regimental.

No mérito, este acordo se mostra fundamental e necessário.

Os espaços marítimos situados além da jurisdição nacional, ou seja, em alto-mar, representam quase dois terços da superfície oceânica, correspondendo importante área total do planeta. Essa vastidão abriga corredores de migração, cadeias alimentares e ecossistemas pouco conhecidos, sendo vital para o equilíbrio climático e a segurança alimentar mundial. A ausência de governança adequada expõe o alto-mar a riscos como mineração em mar profundo, bioprospecção irrestrita, poluição plástica e acidificação oceânica.

O alto-mar vem sendo alvo de poluição química, pesca predatória e muitas outras atividades desregulamentadas, com impactos devastadores sobre ecossistemas submarinos e efeitos em cascata nas zonas costeiras. Estima-se que cerca de 10% das espécies marinhas caminham para a extinção em razão da atividade humana descontrolada. Nosso oceano sustenta ecossistemas interconectados e é fonte de subsistência para bilhões de pessoas. A perda de biodiversidade nesta área representa risco socioambiental de larga escala.

É importante destacar ainda que o oceano é base para áreas estratégicas, como turismo, biotecnologia, energia limpa e farmacêutica. O comércio de bens e serviços oceânicos atingiu US$ 2,2 trilhões no ano de 2023.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, o Acordo sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Diversidade Biológica Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional estabelece um marco jurídico voltado à proteção e gestão sustentável do alto-mar, por intermédio de quatro eixos principais: designação de áreas marinhas protegidas; obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental para atividades de grande porte, inclusive mineração em águas profundas; repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos marinhos, mediante contribuição para fundo de conservação; e fomento à pesquisa marinha e à cooperação científica internacional.

Cumpre destacar que a instituição das áreas e instrumentos previstos no acordo não incidirá sobre espaços que estejam sob jurisdição nacional, tampouco poderá fundamentar pretensões de soberania ou disputas correlatas, conforme exposto em seu art. 18. As propostas deverão apoiar-se na melhor ciência disponível e, quando pertinente, no conhecimento tradicional, em observância às abordagens precaucionária e ecossistêmica.

O processo decisório assegura ampla participação de atores relevantes, incluindo Estados, organismos internacionais, sociedade civil, comunidade científica, setor privado, povos indígenas e comunidades locais. Ao viabilizar a designação de zonas protegidas em áreas fora da jurisdição nacional, o acordo converte-se em instrumento fundamental para o cumprimento da meta global de conservar 30% dos oceanos até 2030, estabelecida pelo Quadro Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal. Ademais, ressalte-se que este acordo não impõe qualquer restrição à pesca, defende, pois, a gestão responsável da biodiversidade marinha.

Portanto, o Acordo BBNJ harmoniza-se com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ao mesmo tempo em que oferece arcabouço jurídico robusto para a proteção da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional. Sua ratificação representa não apenas um avanço normativo, mas também um passo estratégico para consolidar a posição do Brasil como ator comprometido com a governança global dos oceanos e a sustentabilidade ambiental, parte de um multilateralismo ambiental pautado na prevenção, na equidade e na inovação.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 653, de 2025.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Discussão global.

Passamos agora à discussão em globo dos itens 1 a 7 ora lidos da pauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, queria pedir urgência para a gente levar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito, já vamos deliberar sobre isso.

Por ora, discussão global dos itens 1 a 7. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação em globo dos itens anunciados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As matérias seguirão à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Gostaria aqui, Senador Rogério Carvalho, de fazer um apelo a todos os colegas que estão nos assistindo e que estão aqui presencialmente para a gente aprovar essa urgência de dois itens, que nós votamos agora: o item 6, que é o Acordo Marco do Mercosul de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia, assinado em 6 de julho de 2022; e o item 7, que é o Acordo no marco da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar relativo à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas situadas além da jurisdição nacional (Acordo BBNJ), assinado em 21 de setembro de 2023.

Muito importante a matéria, porque esse tratado ora citado já foi adotado por mais de 60 países e entra em vigor em poucos meses. O Brasil, que assinou como protagonista, corre –

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corria, né? – o risco de ficar de fora da primeira rodada de decisões internacionais desse novo marco global. Não podemos perder a chance de garantir a nossa voz nesse debate.

Não poderia deixar de nos posicionar, sendo representante de um estado que tem o Pantanal e defensor da proteção das nossas águas e da nossa biodiversidade. O tratado não abrange diretamente o Pantanal, pois seu foco são as áreas marítimas, além da jurisdição costeira, mas a conexão é evidente. Os problemas ambientais não respeitam fronteiras, e muitos dos desafios vistos no mar, como poluição por plásticos e resíduos tóxicos, já se manifestam no nosso bioma. Hoje, pesquisas mostram microplásticos em amostras de água, sedimentos e até na fauna do Pantanal, da mesma forma como ocorre nos oceanos. Isso revela que tanto a saúde dos mares quanto a dos nossos rios e pântanos depende de medidas globais, cooperação e vigilância. Se o Brasil ficar de fora desse tratado, perderemos acesso a recursos, dados e avanços tecnológicos essenciais para entender e enfrentar ameaças à nossa biodiversidade aqui e lá.

Esse é um tema de responsabilidade institucional. Nós temos que votar isso agora. O Brasil não pode perder acesso à mesa de negociações, recursos tecnológicos, financiamentos e informações estratégicas para setores com enorme potencial como a biotecnologia marinha. Não é tempo de hesitação. O mundo está avançando, e como nós vamos ficar para trás diante dessa velocidade? Peço que a nossa Casa reconheça sua responsabilidade e faça andar esse tema o quanto antes.

Essas eram as minhas considerações.

Aproveito a oportunidade para registrar aqui a presença da Lara e da Fabiane, defensoras dessa matéria, bem como a presença da Maísa e do Juliano Vaka, que me ligou, fica ligando aqui toda hora, para a gente poder aprovar o item 6: Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia, no âmbito do Mercosul.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a aprovação da urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

À assessoria para as providências.

Item 8, o último item.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº. 1.455, de 2022, de autoria do Senador Lasier Martins, que Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para estabelecera composição da faixa de fronteira em duas subfaixas, a fim de promover o desenvolvimento dessas áreas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Realização de Audiência Pública para debater a Internacionalização FIOCRUZ como instituição estratégica do Estado brasileiro.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Sob a proteção de Deus e em homenagem ao Nilo Barroso, não havendo mais nada a tratar e cumprida a finalidade da sessão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4945358686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Dr. Hiran, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Laércio Oliveira, Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 31 reunião, ocorrida em 9 de dezembro de 2025. que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 269, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 293, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 3, de 2026** que: "Requer a criação do grupo de trabalho (GT) com o objetivo de realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o acompanhamento do processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE)." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/04

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Quero propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião da Comissão, ocorrida em 9 de dezembro de 2025.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Documentos recebidos: comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Colegas Senadores, gostaria de dar-lhes boas-vindas neste dia em que iniciamos os trabalhos do ano de 2026.

Embora tenhamos retornado oficialmente do recesso há dois dias, os desdobramentos ocorridos entre o final do ano passado e o início deste já deixavam claro que teríamos pela frente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma agenda intensa e exigente, que hoje passamos a conduzir de forma institucional e sistemática. Entre os temas que ocuparão lugar central em nossos trabalhos, nos próximos meses, destaca-se certamente o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia e, sobretudo, sua implementação.

O processo de ratificação teve início, nesta semana, na Câmara dos Deputados, e esta Comissão envidará todos os esforços, em articulação com as Lideranças das duas Casas, para que os trâmites necessários sejam concluídos com a celeridade e a responsabilidade que o tema exige. O papel do nosso Parlamento, no entanto, não deve ser militar a chancelar o acordo negociado. Temos também o dever institucional de zelar para que os benefícios desse esforço de liberalização comercial se traduzam em ganhos concretos para trabalhadores, produtores e empreendedores brasileiros.

Com esse propósito, proporei a criação de um grupo de trabalho dedicado a acompanhar de perto os desdobramentos do acordo, não para engessar o processo sendo assim mais uma instância, mas, pelo contrário, para assegurar que seus efeitos positivos possam ser percebidos o quanto antes. Esse grupo dará continuidade à interlocução que já vínhamos mantendo com autoridades europeias, como no encontro com a Embaixadora da Comissão Europeia no último dia 22 de janeiro e na reunião prevista com os embaixadores dos países-membros da União Europeia no próximo dia 10, e terá também a atribuição de coordenar, no âmbito legislativo, os esforços técnicos que subsidiarão a correta e eficaz adoção do instrumento pelo Brasil.

Encerramos 2025 com a conclusão dos trabalhos do nosso Grupo de Trabalho de Comércio Exterior, que foi o que a gente exemplificou para criar esse e que reuniu a Consultoria Legislativa e as nossas assessorias na elaboração de um diagnóstico consistente de propostas para a melhor inserção do país no comércio global. Agora, sob a moldura do Acordo Mercosul-União Europeia, retomaremos esse esforço de maneira ainda mais direcionada com esse novo grupo de trabalho organizado em torno dos pilares do agronegócio e da indústria.

Desde o ano passado, temos assistido a um entrelaçamento cada vez mais evidente entre comércio e geopolítica. Os trabalhos da Comissão Temporária Externa para interlocução sobre as relações econômicas bilaterais com os Estados Unidos demonstraram, de forma inequívoca, a relevância do Parlamento para que o país possa navegar de maneira construtiva e assertiva em um cenário internacional cada vez mais complexo. Encerramos essa CT, ou esta Comissão, com a certeza de termos cumprido o nosso papel e com a confiança de que as relações dos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos, que voltaram a ganhar prioridade, continuarão a ser o objeto desta Comissão de Relações Exteriores.

E também nesse plano de fundo, assumirei, com um grande senso de responsabilidade e pró-atividade, agora, a partir de hoje, a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). O diálogo permanente entre a Comissão de Relações Exteriores, a CCAI e os demais agentes do Estado brasileiro será essencial para a defesa da nossa soberania e a afirmação de uma presença internacional ativa e competitiva.

Os temas tratados na CCAI são amplos e sensíveis: segurança nacional, acompanhamento das atividades de inteligência, situações de fronteira, tensões diplomáticas, operações estratégicas, ainda mais num ano eleitoral. Para além de sua função constitucional e supervisão democrática, buscarei imprimir àquele Colegiado uma agenda que dialogue diretamente com os desafios do desenvolvimento, da instabilidade institucional e da prosperidade do Brasil.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, iniciamos este ano em um mundo marcado por incertezas, disputas e rápidas transformações. Nessas circunstâncias, o papel desta Comissão não é reagir de forma episódica aos acontecimentos, mas continuar a oferecer direção, coerência e sentido à atuação internacional do Brasil. Cabe-nos construir pontes entre a política externa, a defesa nacional e o desenvolvimento econômico, entre o curto prazo das urgências e o longo prazo do interesse nacional. Se formos capazes de combinar visão estratégica, rigor técnico e compromisso com a sociedade brasileira, esta Comissão não apenas acompanhará os grandes debates do nosso tempo, como também ajudará a aperfeiçoá-los. É com esse espírito que declaro abertos os trabalhos de 2026.

Conforme pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos e requerimentos.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra ao Senador Mourão. Pode ir direto à análise para proferir seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, só alguns destaques em relação a esse PDL. Essa convenção está em vigor desde 2015 e busca prevenir e minimizar riscos para a navegação ou para o meio ambiente marinho decorrente da presença de destroços no mar. A área da convenção corresponde à zona econômica exclusiva de até 200 milhas náuticas, que faz parte aí dos estados partes. Então, só para dizer o que ela abrange.

Indo direto à análise, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, item 1, do Regimento Interno deste Senado.

Em relação a essa proposição, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, importa destacar que a Convenção Internacional de Nairóbi sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, é um marco importante para a segurança da navegação e a proteção do meio ambiente marinho. Ela estabelece critérios e obrigações para a remoção de destroços que possam representar riscos à navegação ou ao meio ambiente.

Entre os principais pontos abordados pela Convenção, destacam-se os riscos de navegação e ambientais; os navios à deriva no mar, que incluem as plataformas e objetos; os informes sobre destroços; a determinação do perigo (como o tipo, tamanho e construção do destroço, profundidade da água na área); a marcação de destroços com um sistema de sinais aceito internacionalmente; medidas para facilitar a remoção de destroços; e o seguro obrigatório para navio de 300 toneladas brutas ou mais.

Isso posto, é fortemente recomendada a aprovação desse importante quadro normativo internacional.

Assim, o voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 269, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Gostaria de anunciar ao nosso Colegiado e aos senhores e senhoras presentes: acompanhado pelo Senador Esperidião Amin, um assíduo desta Comissão, encontra-se no nosso meio o Prefeito de Florianópolis, Topázio Neto, do PSD.

Seja muito bem-vindo. Sinta-se em casa na Comissão de Relações Exteriores.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator é o Senador Moro. Ele está numa outra Comissão. Quem vai ler vai ser a Senadora Tereza Cristina.

Pode ir direto à análise.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Também muito feliz de voltarmos aqui ao convívio nesta Comissão tão importante. E já começamos o ano com um assunto empolgante; me empolga muito, me deixa muito feliz começar este ano já com esse Acordo Mercosul-União Europeia, que o senhor tem conduzido tão bem.

Também quero fazer aqui, Senador Nelsinho, um anúncio: que o Senador Laércio, do PP, vai fazer parte da nossa Comissão. Acabei de designá-lo, ele também vai fazer parte, para que a gente some aqui aos assuntos tão importantes com um membro de tanta experiência para nos ajudar nesta Comissão.

Vamos, então, direto à análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ressalta-se, ainda, que o acordo está em conformidade com a Constituição Federal, especialmente com o disposto em seu art. 49, inciso I, e no art. 84, VIII. Nesse sentido, permanece hígida a atribuição do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Não identificamos vícios de juridicidade sobre a proposição, tampouco defeitos no campo da constitucionalidade.

Ademais, o tratado veiculado pela proposição em debate preenche o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, não intervenção, defesa da paz e cooperação entre os povos pelo progresso da humanidade (Constituição Federal, art. 4º, incisos I, IV, VI e IX).

No mérito, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa mostra-se bastante relevante e oportuno aos interesses nacionais, tanto pela cooperação militar com a Eslovênia, um país estrategicamente localizado no centro da Europa, quanto pelo fortalecimento institucional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defesa nacional, dada a crescente inserção internacional do nosso país no cenário global, que se tem mostrado um ambiente cada vez mais instável e propenso a tensões geopolíticas.

Cabe recordar que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Eslovênia, em maio de 1992. Até então, a nação eslovena era integrante da República Socialista Federativa da Iugoslávia. A Embaixada do Brasil em Liubliana, capital eslovena, foi inaugurada em 2008, e a Embaixada da Eslovênia em Brasília, em 2010. O relacionamento bilateral é marcado pela crescente cooperação, bem como pela convergência de visões em temas afetos ao sistema multilateral, como desenvolvimento sustentável, Estado de direito, meio ambiente, direitos humanos, estabilidade, segurança e paz.

Dentro desse contexto, o presente acordo foi firmado em 2023 por ocasião de visita do Ministro da Defesa da Eslovênia ao Brasil, a convite do seu homólogo, José Múcio Monteiro. Na mesma ocasião, foi firmado com a Eslovênia o Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, que visa conferir segurança jurídica à celebração e à execução de atos entre Brasil e Eslovênia que envolvam, de alguma forma, a troca de informações classificadas. O presente acordo de cooperação em defesa, naturalmente, lida com informações classificadas, por tratar de questões de segurança nacional.

Destacamos, ademais, que o texto em análise prevê que as partes se comprometam a respeitar os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, que incluem igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territorial, e não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

Outros pontos que merecem atenção no acordo são aqueles ligados a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de defesa, bem como a produção e aquisição desses produtos. É patente a necessidade que o Brasil enfrenta para diversificar parceiros em produtos de defesa, tendo em vista a dificuldade do desenvolvimento autônomo desse tipo de tecnologia e da inconveniência, ou mesmo perigo, de se confiar em apenas um ou poucos parceiros internacionais que nos garanta os meios necessários à proteção da nossa soberania.

Isso posto, especialmente neste momento histórico de fortalecimento do protecionismo comercial, entendemos que é salutar para o Brasil expandir acessos a produção e aquisição de produtos, tecnologia e serviços de defesa.

No mais, as cláusulas pactuadas nesse acordo não implicam risco à defesa ou soberania do Brasil. Ao contrário, o texto é favorável à defesa nacional e traz reflexos positivos para a posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil no plano internacional. Portanto, o Congresso Nacional deve se mostrar favorável à ratificação do texto, evidenciando o papel do Poder Legislativo para o fortalecimento de alianças e entendimentos no domínio da defesa, contribuindo para o alcance do equilíbrio e da paz duradoura.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2024.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Tereza Cristina, que leu o relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

O último item de hoje, da nossa autoria.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a criação do grupo de trabalho (GT) com o objetivo de realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o acompanhamento do processo de aprovação e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Requer-se nos termos do art. 89, IX e X, e do art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura direta da análise sobre essa proposta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, Senador Nelsinho Trad, esse assunto é de máxima importância para o país, esse acordo comercial. Então, vou à leitura do requerimento.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 89, IX e X e do art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação do grupo de trabalho (GT) com o objetivo de realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o acompanhamento do processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).

Os membros do Grupo serão apresentados posteriormente.

Ao término dos trabalhos, será elaborado um relatório final que contemplará: a descrição das atividades realizadas e das contribuições recebidas; os dados levantados, e as conclusões, nas quais constarão sugestões de encaminhamentos e possíveis desdobramentos.

O GT poderá solicitar dados e informações a especialistas dos setores público e privado, bem como convidá-los para discutir pontos específicos da análise.

O GT deverá concluir seus trabalhos até 15 de Dezembro de 2026, de modo a garantir que os resultados sejam publicados ainda no presente ano.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serão tomadas as devidas providências e comunicadas a todos os senhores para a composição da Comissão, bem como para a indicação dos membros pertinentes.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Cumprida a finalidade da sessão, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Beto Faro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Augusta Brito, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Jorge Seif e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 83, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PEDRO MURILO ORTEGA TERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 84, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 85,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 3, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Aprovar o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho criado para acompanhar o processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE). **Resultado:** Aprovado o requerimento de aditamento, com designação dos membros do GT. Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

NOTAS TAQUIGRAFICAS REVIADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2ª Reunião, Extraordinária, 25 de fevereiro de 2026, quarta-feira, 10h da manhã.

Havendo número regimental no painel de presença, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão, ocorrida em 4 de fevereiro.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme a pauta publicada, esta reunião será dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à apreciação da indicação de quatro embaixadores para postos no exterior. A segunda parte destina-se à apreciação de requerimento e plano de trabalho referente ao GT do Acordo Mercosul-União Europeia. A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de urnas instaladas na localidade da reunião. Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até dez minutos para sua exposição inicial. Na sequência, será aberta a fase de inquirição, na qual os Senadores que quiserem poderão fazer seus questionamentos. Por fim, será feita a apuração dos votos devidamente cadastrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo a deliberação do Plenário, passemos às sabatinas em reunião aberta.

Gostaríamos de dar as boas-vindas aos Embaixadores que serão sabatinados – peço para que o Senador Mourão possa ingressá-los ao plenário do colegiado –: Embaixador Pedro Murilo Ortega Terra, Embaixador João Alfredo dos Anjos Júnior, Embaixador Ricardo Primo Portugal e Embaixador Alexandre Peña Ghisleni. Cada um na sua respectiva placa.

Atendendo a solicitação do Senador Mourão, que é Vice-Presidente de uma Comissão que está com os debates acalorados...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Acalorado é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – É pouco? (*Risos.*)

Em ebulição.

É muito importante a presença dele lá, nós vamos inverter a ordem passando de pronto a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que vai ler o relatório do Embaixador João Alfredo dos Anjos Júnior, designado para o Quênia, juntamente com Somália e Uganda.

Com a palavra o Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, eu lhe agradeço. Meu bom dia aos Srs. Embaixadores. Inicialmente, já lhes peço desculpas por não poder acompanhar integralmente essa sabatina, mas, como o Presidente Nelsinho Trad mencionou, eu sou Vice-Presidente – é uma sina que eu tenho, não é? – da CPI do Crime Organizado, e hoje nós temos 69 requerimentos para serem votados e alguns altamente sensíveis, o que já está gerando confusão, digamos assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, muito me apraz relatar o Embaixador João Alfredo dos Anjos Júnior, quem eu já conheço de outras atividades, estivemos juntos lá na Venezuela em um momento extremamente complicado. O João é pernambucano, é do Recife, até hoje tem uma diferença comigo a respeito do campeonato de 1987, mas nós vamos acertar isso aí. É formado em Direito, depois um mestrado em História, tem todos os cursos, óbvio, da carreira do Itamaraty. Destaco que ele publicou um livro em 2008, sob o título: *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*, revelando todo o seu conhecimento histórico. Serviu em várias missões nossas no exterior, bem como aqui no Brasil.

E ele recebe uma tarefa, que eu considero sensível, de representar o Brasil na porção centro-oriental da África, tendo como base o Quênia, na sua capital lá, Nairóbi, mas também representando o Brasil na Somália, que fica um pouco ao norte, e a Somália hoje passa por uma tentativa nova de divisão e a recriação daquilo que foi a Somalilândia; mais Uganda, país que em tempos passados ficou conhecido pela figura do seu ditador Idi Amin Dada, e hoje tem um Presidente que está há 28 anos no poder, segundo me consta; e temos também a representação que ele vai exercer no Burundi, que é outro local extremamente sensível.

O Quênia é o país mais importante, busca se colocar com uma liderança naquela região. É um país que nasce, efetivamente, nos anos 60, sempre lembrando da liderança do Jomo Kenyatta, que foi o grande fundador. O nome do país está muito ligado à principal elevação lá existente, que é o Monte Quênia, que tem neves externas, e acredito que o João vai escalar. Não tenho dúvida de que ele vai lá em cima do topo do Monte Quênia.

O Quênia tem um PIB nominal de US$120 bilhões.

As nossas relações diplomáticas se iniciaram no ano de 1964, com a embaixada aberta em 1967.

Existe uma Comissão Mista permanente de cooperação Brasil-Quênia, que foi criada em 2005, assim como um mecanismo de consultas políticas, que teve uma reunião no ano que passou, no ano de 2025.

O comércio bilateral é pequeno, em torno de US$95 milhões de dólares, e os principais produtos são açúcar, veículos, ferro gusa... Eu destaco que temos duas empresas gaúchas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu estado natal, o Rio Grande do Sul, que operam lá, entre outras empresas brasileiras: a Marco Polo e a Tramontina, que são empresas importantes.

A Somália repartiu um domínio britânico e italiano, com muitas décadas de instabilidade política.

Durante o período, de 2004 a 2016, a representação brasileira estava no Cairo e agora voltou para a Nairobi, tendo iniciado em Nairobi.

Por sua vez, a representação da Somália no Brasil está a cargo da missão permanente das Nações Unidas em Nova York.

O comércio bilateral também é pequeno, US$154 milhões – açúcar, melaço, artigos de confeitaria, pescados, matérias de perfume e sabor, geradores elétricos.

O Burundi é um dos países mais pobres da África, tendo se tornado independente em julho de 1962, também com colonização britânica, alemã e belga. A gente sempre lembra que, após a Conferência de Berlim, em 1885, traçaram-se várias linhas no papel que resultaram nos países africanos. Tem até, vamos dizer assim, um aforismo em inglês de que as *lines* se transformaram em *lies*, não eram *lines*, eram *lies*. É só no inglês que se entende isso. As linhas eram mentiras porque separaram nações, geraram todos os problemas de instabilidade que os países africanos dirigem, e o Burundi é um exemplo desses.

O comércio bilateral é muito pequeno: US$33 mil.

E Uganda também tornou-se independente do Reino Unido em 1962. O atual Presidente Museveni foi reeleito pela sétima vez consecutiva, e o intercâmbio chega, em câmbio comercial, a em torno de US$10 milhões.

A embaixada de Uganda no Brasil está em Washington. É ela que responde aqui pelo Brasil. No entanto, destaco que Uganda é um membro associado do Brics.

Portanto, Presidente, a tarefa que o Embaixador João Alfredo terá pela frente não é simples, é carregar a nossa bandeira nessa porção centro oriental da África, que não é uma região em que o Brasil tivesse uma influência inicial, como é o caso das antigas colônias portuguesas, principalmente a região da África Ocidental, mas, conhecendo o João, eu tenho absoluta certeza de que ele vai levar a cabo de forma extraordinária essa tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil precisa realmente se inserir mais na África, porque hoje quem domina são os chineses. São os chineses que fazem grandes negócios na África, e o Brasil precisa realmente se abrir para esses mercados.

Por isso, eu desejo sucesso ao João nessa nova tarefa dele.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Antes de passar a palavra ao Embaixador, por sugestão do próprio Senador Mourão, consulto o Colegiado, que está via remota e aqui, presencialmente, se a gente pode abrir a votação, uma vez que os relatórios já foram devidamente distribuídos no dia anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

Estão abertas as cabines de votação.

V. Exa., se tiver que se ausentar, já faz a votação e vai lá para a guerra que V. Exa. tem pela frente.

Com a palavra o Embaixador João Alfredo dos Anjos Junior. Pediria que se restringisse ao tempo de dez minutos.

O SR. JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de saudá-lo inicialmente, ao meu Relator, Senador Hamilton Mourão, a quem agradeço pelo relatório que apresentou, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, colegas Embaixadores, diplomatas que estão aqui presentes, muitos dos quais estão inscritos, Sr. Presidente, para servir na África, uma saudação também para os nossos colegas da assessoria parlamentar, que muito nos apoiam e a quem agradeço.

Sr. Presidente, eu inicio essa breve apresentação agradecendo ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação do meu nome.

E, como já indicou o Senador Mourão, chamo a atenção para o fato de que nós iremos representar o Brasil em quatro países, que foram aqui mencionados, e também junto aos programas das Nações Unidas que têm sede em Nairóbi. Esse é um desafio grande e, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar esse desafio, nós estamos centrados num programa, num planejamento estratégico que foi encaminhado aqui ao Senado e sobre o qual eu queria aqui apenas destacar alguns pontos.

Um deles é justamente a ampliação e diversificação do comércio do Brasil com esses países da África Oriental, países que têm um crescimento importante e que, portanto, oferecem oportunidades de cooperação e de comércio. Temos também vários acordos que estão em negociação e que pretendemos concluir, caso venha a ser, obviamente, aqui aprovado pelo Senado Federal. Temos também acordos a negociar, inclusive um acordo com a Somália, de cooperação, um país dos poucos países com os quais nós mantemos relações diplomáticas e com que não temos acordo de cooperação.

Um outro ponto importante também do nosso planejamento estratégico é a manutenção e o adensamento das relações políticas, que são importantes não apenas na relação bilateral, mas na ação multilateral. Esses países, esses quatro países, têm uma atuação internacional importante. O Quênia, por exemplo, hoje lidera a missão de apoio à segurança do Haiti. Tem uma missão extra-africana importante que eles têm liderado. O Burundi hoje está na Presidência da União Africana, por exemplo. A Somália está no Conselho de Segurança das Nações Unidas e estará durante todo o ano. E Uganda não só tem uma ação nas negociações de paz regionais, mas é hoje um membro do Brics ampliado.

Sobre esses países, eu creio que o Relator já chamou atenção para dados importantes que são dados relativos às suas economias e que, realmente, o Quênia tem apresentado um crescimento acima de 5%, Sr. Presidente, e tem uma capacidade tecnológica não apenas na área agrícola, mas também na tecnologia, nas manufaturas leves, que são importantes, são capacidades importantes e que se relacionam muito com o Brasil, porque nós também atuamos nessa área e podemos ampliar o comércio desses bens.

O Quênia tem também algo que é importante e em que se assemelha a nós: ele tem 85% da sua produção de energia em energia renovável, hidrelétrica, eólica, solar, geotérmica. Portanto, é uma área de interesse comum também.

O país tem enfrentado, combatido com sucesso questões como a inflação, tem ampliado a presença regional, tem uma liderança na comunidade dos países da África Oriental. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade importante, que se assemelha ao Mercosul, é uma união aduaneira, é um mercado comum que envolve oito países do Oriente, da África, dos quais de quatro estamos tratando agora, neste momento.

Uganda, rapidamente, Sr. Presidente, é um país que tem 50 milhões de habitantes e tem um crescimento acima de 7,5% ao ano, acima de 7,5% ao ano! Esse dinamismo econômico tem várias raízes, várias fontes, mas uma delas é o fato de que Uganda hoje se prepara para iniciar a exportação de petróleo. A produção de petróleo de Uganda será escoada via um oleoduto construído de 1,44 mil quilômetros até a Tanzânia. É uma produção de uma reserva, que vem uma reserva de mais de 6,5 bilhões de barris e tem uma capacidade, óbvio, de impulsionar não só o comércio de petróleo de Uganda, mas também toda uma rede que envolve empresas, que envolve prestação de serviços especializados, rede a qual... O Brasil conhece esse tipo de assunto e, portanto, temos que nos interessar sobre esse desenvolvimento. Mais de 150 mil empregos foram criados no último ano em Uganda, por conta desse comércio que vai se iniciar a partir de julho agora.

Como eu mencionei, o Uganda é um membro hoje do Brics ampliado. Portanto, temos um diálogo já em andamento nessa área política.

Eu gostaria de mencionar em relação ao Uganda, ainda, um projeto importante de cooperação que temos desenvolvido no país com o fundo Ibas, que é um fundo que envolve o Brasil, a Índia e a África do Sul. É um fundo para a agricultura, para aumentar a capacidade de produção agrícola do país. Esse projeto foi desenvolvido ao longo dos últimos anos e tem apresentado bons resultados.

Ainda, em relação à Uganda – apenas para completar e para que os senhores tenham uma ideia –, existe a conclusão, agora, de uma ligação férrea entre o país e o Porto de Mombasa, no Quênia, o que amplia também a capacidade de comércio do país. Então, temos uma capacidade de ampliação e diversificação de comércio com Uganda.

O caso da Somália que foi aqui mencionado pelo Relator, é um caso muito interessante. Nós temos relações com a Somália, que enfrenta, desde 1991, uma guerra civil. O atual Governo tem, obviamente, conseguido, com apoio internacional, administrar essa situação e atingir um nível de estabilidade política importante. Eles estão com um crescimento econômico a mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4% ao ano, nos últimos anos; uma população que também está estável, na casa dos 19 milhões; e um PIB que tem o seu dinamismo. Então, temos interesses em cooperar com a Somália, em estar mais próximos da Somália, compreendendo a complexidade da situação do país no momento.

O Burundi, eu também refiro, como eu mencionei aqui, hoje, na Presidência da União Africana... Com o Burundi, nós temos, por exemplo, mantido uma cooperação educacional interessante. Alunos do país têm vindo ao Brasil pelo programa chamado PEC-PG, de pós-graduação. Temos recebido alunos do Burundi. E essa cooperação educacional é muito importante não só para a formação acadêmica em diversas áreas, mas para a aproximação entre as nossas universidades.

Antes de concluir, Sr. Presidente, sendo muito rígido aqui em relação à questão do tempo, eu queria tocar em dois pontos importantes.

As Nações Unidas estão no Quênia, têm uma sede no Quênia, é a única sede das Nações Unidas no chamado Sul Global, as outras são conhecidas – Nova York, Viena e Genebra. E, lá no Quênia, nós temos dois programas importantes: o programa de meio ambiente, o Pnuma, e o programa sobre os assentamentos humanos, que é o ONU-Habitat, que cuida da questão das moradias. Esses dois programas têm uma atuação importante, e, neles, o Brasil é muito atuante, seguindo princípios tradicionais da nossa política externa em temas que, como todos sabem, são centrais para a nossa atuação internacional. No caso do Pnuma, por exemplo, eu cito apenas a título ilustrativo: a negociação atual é de um acordo para tratar da poluição por plásticos, que é um tema da maior complexidade, da maior relevância. O Brasil tem atuado nessa negociação intensamente. No caso do ONU-Habitat, Sr. Presidente, nós temos uma Diretora-Executiva brasileira, a Dra. Ana Cláudia Rosbach, e ela tem tido uma atuação também muito intensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR – Ela tem dito e repetido que um dos maiores desafios da organização é ajudar com políticas, políticas públicas nos países para combater o déficit habitacional mundial, que hoje atinge 300 milhões de pessoas sem habitação e mais de 3 bilhões de pessoas com habitação inadequada, para não falar de problemas de acesso à água, que também são problemas muito importantes e complexos. Nesses dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas das Nações Unidas, temos, por meio da nossa representação em Nairóbi, tido uma atuação muito presente e muito atuante.

Portanto, Sr. Presidente, caso venha a ser aprovado pelo Senado, poderei buscar, junto com a equipe que nós temos em Nairóbi, implementar esse programa, esse projeto, esse planejamento estratégico que foi aqui encaminhado aos senhores.

Agradeço muito pela oportunidade.

E fico à disposição de V. Exa. e dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador João Alfredo dos Anjos Junior.

Vamos já para o item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PEDRO MURILO ORTEGA TERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – O Relator é o Senador Chico Rodrigues. Como o Senador Chico Rodrigues não se encontra, eu vou ler *ad hoc* o relatório do Sr. Pedro Murilo Ortega Terra.

O Presidente da República, por meio da Mensagem 83, de 2025, indicou o nome do Sr. Pedro Murilo Ortega Terra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, na Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, é competência privativa do Senado apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Itamaraty elaborou currículo do indicado.

Ingressou na carreira diplomática em 1991, tendo sido promovido a Ministro Conselheiro em 2008, a Ministro de Segunda Classe em 2014, a Ministro de Primeira Classe em 2024.

Ao longo de sua carreira no Itamaraty, o diplomata Pedro Terra exerceu ampla gama de funções, entre as quais destacamos: Conselheiro na Embaixada brasileira em Nova Delhi, Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral do Brasil em Nova York, Cônsul-Geral em Cantão, além de postos de direção no Ministério das Relações Exteriores para Rússia, China e Ásia Central. Destaco também que o diplomata foi condecorado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo, elaborado sobre os cinco Estados para os quais o Ministro foi indicado para exercer a chefia de representação diplomática, que contém estatísticas e informações dos países, bem como elementos acerca das respectivas relações bilaterais.

Por fim, em termos gerais, há certas limitações comerciais apresentadas pelos países insulares da sub-região da Polinésia, que possuem mercados modestos, com populações pequenas e de baixa renda. Além disso, os Estados insulares do Pacífico estão entre os países mais vulneráveis aos impactos das mudanças do clima, como elevação do nível do mar, eventos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremos e degradação dos ecossistemas marinhos. Esse contexto geral merece a atenção do Brasil, que tem se apresentado como importante liderança global em temas climáticos e ambientais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sendo assim, concedo a palavra ao Sr. Pedro Murilo Ortega Terra, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, Reino Tonga, República de Kiribati e Tuvalu.

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. PEDRO MURILO ORTEGA TERRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Nelsinho Trad, gostaria de agradecer a V. Exa. a leitura do relatório e agradecer também a elaboração do relatório pelo Exmo. Sr. Senador Chico Rodrigues.

Senhoras e senhores, meus colegas Embaixadores, para um diplomata apresentar-se pela primeira vez perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal é um dos momentos mais marcantes de toda a carreira. Para mim, é uma honra encontrar-me aqui, hoje. Sinto-me muito agradecido por ter sido indicado pelo Senhor Presidente da República e pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para exercer a importante missão de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, com cumulatividades em Kiribati, Samoa, Reino de Tonga e Tuvalu.

Em que pesem os muitos traços que diferenciam e distanciam o Brasil e a Nova Zelândia, possuímos interesses em comum sobre assuntos relevantes para cada parceiro que soubemos identificar ao longo de 61 anos de relações diplomáticas. Nossa agenda bilateral é, em essência, positiva e desejamos cultivá-la. Mantemos desde 2001 um ativo mecanismo de consultas políticas que se reuniu, pela nona vez, em 2024. Compartilhamos valores e posições em relevantes temas da agenda internacional, como a defesa do multilateralismo e o desarmamento. Somos ambos tradicionais exportadores agrícolas, membros fundadores do Grupo de Cairns, e militamos pelo comércio internacional livre, mediado por regras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com forte desejo de que me caiba a honra de ser aprovado por esta Comissão, tratarei, na Embaixada em Wellington, com prioridade, os assuntos de interesse mútuo, em busca do fortalecimento das relações brasileiro-neozelandesas, ao mesmo tempo em que procurarei identificar novos espaços de cooperação bilateral, sempre em defesa dos interesses do Brasil, a começar pelo tema do comércio.

Há dez anos, a balança comercial bilateral é consistentemente superavitária para o Brasil. No entanto, o valor do intercâmbio comercial, de apenas US$200 milhões por ano, como ordem de grandeza, está aquém da nossa possibilidade. O principal item da parte exportadora brasileira para a Nova Zelândia são os chamados grãos de destilaria, utilizados como ração do gado ovino e bovino; portanto, um importante insumo inserido no centro do processo produtivo do setor agroexportador neozelandês. Também exportamos soja, café não torrado, entre outros produtos do nosso agro, além de tratores e equipamentos para tratores.

No conjunto da pauta exportadora, observamos um relativo equilíbrio entre produtos primários e manufaturados. Subsistem barreiras comerciais de ambos os lados, as quais, no entanto, vêm sendo superadas ao longo do tempo, de grande interesse para os exportadores brasileiros. Atualmente, a embaixada busca destravar a negociação de Certificado Sanitário Internacional para carnes bovinas, suínas e de aves.

No campo da atração de investimentos para o Brasil, também tem destaque o setor agrícola. É sabido que duas empresas neozelandesas desenvolvem significativos empreendimentos no setor de leite, em Goiás e na Bahia. No sentido inverso, uma grande empresa brasileira no ramo das proteínas animais possui duas grandes empresas de alimentos na Nova Zelândia, entre as quais a maior produtora local de presunto, toucinhos e congêneres.

Se eu for aprovado por esta Comissão, tratarei de contribuir para a consolidação e o aumento das exportações brasileiras, além de abrir outros mercados, sempre apoiado pelos subsídios técnicos do sistema de promoção comercial do Itamaraty, além da organização de eventos comerciais, da valorização da parceria da embaixada com a Câmara de Comércio Nova Zelândia-Brasil e com a Câmara de Comércio de Auckland-São Paulo, da promoção da marca Brasil e da elaboração de estudos de inteligência comercial. Um dos instrumentos de que eu pretendo lançar mão para atingir nossos objetivos comerciais será propiciar interações diretas entre agentes econômicos brasileiros e neozelandeses, o que me leva a abordar outro aspecto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de relevância para a agenda das relações bilaterais: a questão da conectividade. Aqui eu destaco o tema da Rota Aérea do Pacífico Sul, a conexão direta entre a América do Sul e a Nova Zelândia, que é explorada atualmente nos trechos Santiago-Auckland e Buenos Aires-Auckland-Xangai.

O projeto de estabelecimento de um voo direto entre um aeroporto brasileiro e a Nova Zelândia é um projeto que existe há muitos anos, mas cuja implantação representaria um salto quantitativo e qualitativo nas relações bilaterais, no plano comercial e no plano dos contatos interpessoais. Propiciaria, além do plano bilateral, a abertura de novas conexões do Brasil com a Ásia e com a Oceania, sem passar pela Europa, nem pela América do Norte, nem pelo Oriente Médio.

A função consular é uma das funções mais importantes na embaixada em Wellington, haja vista o tamanho da comunidade brasileira, que é, em termos relativos, bastante numerosa, calculada em cerca de 12 mil brasileiros, o que corresponde a comunidades brasileiras no Chile e no México.

As maiores comunidades brasileiras encontram-se em Auckland, em Kingston e em Christchurch, que ficam distantes da sede da embaixada, o que dificulta a prestação do atendimento consular presencial. Se me couber a honra de ser aprovado por esta Comissão, vou empenhar-me pela adoção da periodicidade anual dos consulados itinerantes a Auckland. É um pleito caro à comunidade.

O mais recente consulado itinerante ocorreu em novembro passado, após um longo hiato de quase três anos. Em um único dia, foram prestados mais de 200 serviços consulares, o que é indicativo da inconveniência de renovar a prestação de serviço e levá-lo, igualmente, a Kingston e Christchurch, além de, naturalmente, seguir prestando um serviço consular de qualidade em Wellington.

O tema da cooperação educacional precisa ser destacado. Boa parte dos brasileiros residentes são estudantes matriculados em instituições de ensino neozelandesas. A nossa embaixada em Wellington avalia que há espaço para ampliar as modalidades de cooperação educacional, e nós finalizamos, recentemente, a negociação de um novo instrumento bilateral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cooperação educacional atualizado, que deverá contemplar, entre outros aspectos, o intercâmbio de professores e de estudantes.

No plano da cooperação em ciência e tecnologia, Nova Zelândia possui excelência de classe mundial e nichos específicos que vale a pena explorar, sempre na perspectiva do interesse dos cientistas brasileiros.

No plano da política interna, eu limito-me a anotar que haverá, na Nova Zelândia, este ano, dia 7 de novembro próximo, eleições gerais. O tema que, no momento, aparentemente, galvaniza o eleitorado é o tema da economia.

Passo ao tema das ilhas do Pacífico, os Estados insulares do Pacífico, que são considerados por muitos diplomatas como a última fronteira da diplomacia, mas que possuem uma crescente expressão geopolítica e ambiental. Possui, cada um, uma identidade muito própria, decorrente da sua situação geográfica muito peculiar.

O Brasil tem intensificado sua aproximação com esses países, por meio de visitas diplomáticas e outras interações intergovernamentais, como na cooperação em termos multilaterais, doação de equipamentos e treinamento técnico, especialmente na área agrícola.

Na área ambiental, a questão da elevação do nível do mar confronta esses países a um desafio existencial. O tratamento multilateral de temas relacionados à mudança do clima, meio ambiente, direito do mar, pesca, exploração de recursos minerais no fundo do mar é priorizado pelos Estados insulares do Pacífico, que representam um influente bloco na ONU.

Esses países participaram da COP em Belém. Eu tive a oportunidade de avistar-me com o representante do Kiribati, que se mostrou encantado com a sua visita ao Pará e com a Amazônia brasileira.

Atualmente, o Brasil avalia a possibilidade de adesão ao Fórum das Ilhas do Pacífico, o FIP, na categoria de parceiro de diálogo – o FIP é o principal organismo regional de concertação.

Vinte países extrazona já são parceiros de diálogo do Fórum das Ilhas do Pacífico, entre os quais os Estados Unidos, o Chile, a China, a Alemanha e o Peru.

Antes de finalizar, eu gostaria de colocar-me à disposição para prestar a assistência que me couber às iniciativas do Senado brasileiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO MURILO ORTEGA TERRA – ... de diplomacia parlamentar relacionadas à Nova Zelândia, a Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, na esperança de que me caiba a honra de ser aprovado por esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos o indicado Pedro Murilo Ortega Terra, indicado para a Nova Zelândia, com Samoa, Tonga, Kiribati e Tuvalu. (*Pausa.*)

O próximo é a indicação do nome do Sr. Ricardo Primo Portugal, aqui ao meu lado.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação O Senador Esperidião Amin está a caminho, na quinta marcha, para poder chegar a tempo, e, tão logo ele chegue, nós vamos passar-lhe a palavra, para que possa proferir o relatório da indicação do Sr. Ricardo Primo Portugal.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para a leitura do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor já imaginou se eu chegasse (*Fora do microfone.*) cinco segundos atrasado, o escândalo que seria? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Estou antenado com V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, diplomatas indicados, Srs. Senadores, eu vou fazer um breve resumo do relatório que eu já apresentei a respeito do indicado. Vou terminar com uma pergunta.

O indicado, portanto, é o Sr. Ricardo Primo Portugal, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores. Trata-se da indicação para exercer o cargo de Embaixador na República Popular Democrática da Coreia, que nós conhecemos como Coreia do Norte.

Devo dizer que o seu currículo, como já está demonstrado no nosso relatório, cumpre plenamente aquilo que nós devemos cobrar e esperar de um diplomata, de um profissional, portanto, que obtenha a graduação no Instituto Rio Branco, que é uma instituição que faz bem ao Brasil, e, ao longo da nossa história, é isto que nós temos colhido, os bons frutos daquela escola e dos profissionais que dela vêm para a vida pública.

Portanto, o voto simplesmente confirma que as pré-condições são todas elas satisfeitas, e eu só – não é bem uma pergunta, mas uma reflexão – gostaria de deixar aqui assinalado que é uma fronteira difícil para o Brasil. Não é a nossa visão prioritária, mas ela faz parte, afinal, de um país que as vicissitudes de uma guerra relativamente recente dividiram. E essa divisão prossegue, pelo menos desde os anos 40, 50 do século passado, tendo o fosso que a representa, que representa a divisão, aprofundado por circunstâncias muito complexas.

A minha pergunta é a seguinte: é hábito que o nosso Embaixador na República Democrática da Coreia troque informações? Não precisa me dizer quais são, mas se faz parte do protocolo das responsabilidades da sua embaixada sintonizar especialmente com a Coreia do Sul e com as circunstâncias regionais; sem querer entrar no mérito do conteúdo, mas se faz parte da rotina da função que o senhor vai exercer se inteirar e se integrar numa visão daquela região do mundo cada vez mais importante para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos o Senador Esperidião Ami e passo a palavra, de pronto, ao Embaixador Ricardo Primo Portugal, indicado para a República Popular Democrática da Coreia.

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, desejo cumprimentar V. Exa. e, por seu intermédio, os demais Senadores e Senadoras da República, membros desta Comissão e do Congresso Nacional. Cumprimento especialmente o Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, relator dessa candidatura; cumprimento meus colegas, assim como o público aqui presente e que nos assiste virtualmente pela TV Senado.

Antes de mais, gostaria de agradecer ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, por sua confiança na indicação de meu nome para chefia da Embaixada em Pyongyang.

Agradeço, finalmente, ao Itamaraty, se me permitem, através da menção, *in memoriam*, a colegas e amigos que contribuíram decisivamente para a minha experiência como diplomata e, em particular, ao estabelecimento das relações do Brasil com a República Popular Democrática da Coreia e a Embaixada em Pyongyang, o Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto e sua esposa, a Embaixatriz Lucy Villa-Lobos, e também o Embaixador Arnaldo Carrilho.

Devo dizer que, caso mereça a aprovação de V. Exas., encararia essa missão com máxima dedicação e interesse. O Senador Amin apresentou relatório, sem dúvida, completo a V. Exas. sobre a República Popular Democrática da Coreia, deixando pouco que possamos acrescentar. Pretendo, então, sucintamente, concentrar minha exposição em aspectos centrais do planejamento proposto.

A exposição de motivos que propôs a abertura da embaixada residente Pyongyang em 2009 argumentava que os objetivos principais daqueles postos seriam, aspas, "contribuir para a aproximação da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) com a comunidade internacional, além de abrir novas oportunidades de atuação política, econômica e comerciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil na região". Assim, a embaixada criou-se com duas motivações claras. Primeiramente, estabelecer contato direto com o Governo local e desenvolver relações em todos os aspectos possíveis, como temos com qualquer país, como os demais que serão representados pelos meus colegas aqui, que nos representarão nesses países. Em segundo lugar, perseguir objetivos específicos na intervenção política internacional do Brasil, contribuindo para o encaminhamento da problemática regional que impacta a situação mundial e, mais diretamente, alguns dos nossos mais importantes parceiros da Ásia Oriental e nos Brics.

Minha indicação hoje para a embaixada em Pyongyang sobrevém a período de aproximadamente dez anos de diminuição geral das relações internacionais da Coreia do Norte, bastante agravadas pela crise sanitária da pandemia de covid-19 e após o fracasso de sucessivas negociações para desnuclearização do país, na esteira de seus numerosos testes nucleares e de mísseis, respondidos por severas sanções internacionais.

Nesse sentido, o trabalho a fazer hoje na embaixada em Pyongyang consiste, antes de tudo, na recuperação e retomada de um relacionamento bilateral que chegou a construir um patrimônio promissor de providências e dispositivos de cooperação e que hoje praticamente se relança, se reaviva, após uma contínua e drástica regressão. Além disso, é necessário prosseguir e aprofundar o que foi realizado constante e pacientemente por meus antecessores no acompanhamento político da situação da RPDC e da Península Coreana e no relacionamento entre governos.

Muito recentemente, no início de 2024, a Coreia do Norte vem, pouco a pouco, reabrindo-se para as relações exteriores, e o Brasil, vejam os senhores, está entre os primeiros e poucos países já autorizados pelo Governo local, já em 2024, a voltar a reassumir o funcionamento da embaixada, o que é uma deferência enorme ao nosso país.

Com efeito, poucos relacionamentos bilaterais do Brasil evidenciam com tanta clareza a confiança, a respeitabilidade que granjeamos a partir do papel que tradicionalmente nos capacitamos a exercer no mundo, nas Nações Unidas, e que bem se expressa nos princípios constitucionais de nossa política externa. A resolução pacífica de controvérsias e a priorização de negociação em um ambiente internacional democrático, baseado em regras e na igualdade entre os Estados, a não intervenção em assuntos internos de outros países, são princípios esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos acreditam como interlocutores valiosos, reconhecidamente dispostos a contribuir para o entendimento e a concertação entre as nações.

Para a própria RPDC, a embaixada brasileira garante a presença regular de um país de expressão e fluida interlocução internacional, com abertura e receptividade para sua visão e preocupações. Essa convergência reflete-se na intervenção de nossos dois países na ONU. É notável a tendência do Governo norte-coreano em se alinhar ao Brasil e votar conosco praticamente sempre em temas da agenda bilateral. Por exemplo, a RPDC apoiou o Brasil na iniciativa global contra a fome e a pobreza, em 2024, e participou com delegação importante na COP 30 e apoiou todas as nossas iniciativas.

A RPDC tem apoiado unilateralmente candidaturas brasileiras em diversos organismos internacionais, incluindo o pleito a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Então, tem um aspecto nitidamente onusiano, multilateral, no trabalho da embaixada em Pyongyang, que realmente se projeta em direção à ONU e à relação multilateral do Brasil.

No trabalho político da embaixada em Pyongyang é também essencial a obtenção de informações fidedignas, como levantou o Embaixador Amin. Para o acompanhamento da complexa questão da Península Coreana, o Governo brasileiro não pode prescindir de informações diretas, especializadas e bem estruturadas, a partir do nosso ponto de vista e interesses, num país que é centro de uma das mais prolongadas áreas de tensão da ordem internacional. Raros conflitos têm sido tão pouco compreendidos, assim como tão protelados em sua solução, quanto os da Península Coreana, onde posicionamentos hostis advindos da Guerra Fria persistem há quase 80 anos e tensões de um estado de guerra inconcluso, sem armistício firmado – não houve armistício na Guerra da Coreia, quer dizer, não houve tratado de paz na Guerra da Coreia, houve apenas um armistício –, se prolongam por mais de 70 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só aproveitando, tem algum outro caso, fora Israel e Palestina, que prossegue sem um tratado há tanto tempo?

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – Há tanto tempo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos falar de Ucrânia, que isso é uma coisa atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – É uma situação nova.

Ainda não houve, quer dizer, as negociações apenas recomeçaram. Apenas estão começando, estão em um andamento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas há um precedente semelhante?

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – Com esse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dois países, dois países que não terminaram a guerra.

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – Não... E, há muito tempo. E a questão é que, como a guerra é multilateralizada, isso dificulta terrivelmente o andamento de negociações...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Peço desculpa por interromper, mas foi uma frase muito contundente.

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – Eu lhe agradeço muito e terei todo o prazer em conversar mais com o senhor a esse respeito.

Nenhum processo negociador pode encaminhar positivamente o longo impasse político daquela região, sem levar em conta as preocupações de segurança da República Popular Democrática da Coreia e também da República da Coreia, porque, na verdade, são as mesmas preocupações de segurança.

No planejamento estratégico da Embaixada em Pyongyang, em relação àquela situação política na qual o Brasil não está diretamente implicado, cabe-nos apoiar o diálogo diplomático, procurando manter e sustentar os vínculos da comunidade internacional com a Coreia do Norte, contribuindo para mitigar seu isolamento, estimulando seu engajamento e observância das resoluções do Conselho de Segurança da ONU também em áreas sensíveis, como a dos direitos humanos. Cabe-nos, de maneira construtiva, sensibilizar a República Popular Democrática da Coreia para a importância e conveniência de cooperar com os regimes internacionais.

Na consecução desses objetivos, é importante a discussão política regular, o aumento das visitas de parte a parte, dos contatos entre autoridades. E, nesse contexto, as visitas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares estiveram e se mantém entre os principais instrumentos de contatos a contribuir para o entendimento bilateral, assim como para a obtenção de informações relevantes.

De nossa parte, pretendemos trabalhar para que continuem e aumentem. Uma de nossas prioridades deve ser, com o apoio desta Casa, a retomada do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte. Terei, certamente, o maior prazer em receber representantes do Congresso Nacional e desta Casa em Pyongyang, na Embaixada do Brasil.

Nosso planejamento estratégico também prevê a atuação em outras áreas de relacionamento bilateral, algumas pouco iniciadas e já interrompidas, outras que tiveram mais frutos, assim como a abertura de novas frentes que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – ... já se vislumbravam antes da pandemia.

Apenas concluindo, tivemos já uma relação de comércio e investimentos inicial – que, infelizmente, foi cancelada pelas sanções internacionais extremamente pesadas que o país, neste momento, sofre – e um relacionamento de cooperação, sobretudo cooperação agrícola, de tecnologia agrícola, já começado, inclusive com acordos internacionais já assinados, que precisam ser retomados. E há uma grande agenda de cooperação, que foi avançada aos senhores, acredito, pelo nosso planejamento estratégico.

Todos esses aspectos devem ser reiniciados, neste momento, a partir do trabalho dos meus antecessores e acompanhando a reabertura da Coreia do Norte ao exterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Ricardo Primo Portugal.

Senador Amin, tem algum questionamento? (*Pausa.*)

Passamos ao próximo sabatinado, Alexandre Peña Ghisleni.

Relatoria: Senador Laércio Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 3, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Com a ausência do Senador, eu vou fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

V. Exa. quer fazer?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode?

Então, o Senador Amin vai cumprir a gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Enquanto eu recebo o documento, com o qual eu concordo, gostaria de saber: isso pega a ilha de Kiribati? As Ilhas Marshall?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO MURILO ORTEGA TERRA – Kiribati é da competência da jurisdição da Embaixada da Nova Zelândia, minha jurisdição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Nova Zelândia.

O SR. PEDRO MURILO ORTEGA TERRA – Nova Zelândia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor vê que é conexo, não é?

O SR. PEDRO MURILO ORTEGA TERRA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, eu, com muito prazer, faço o resumo do voto do nosso querido amigo, o Senador Laércio Oliveira, que teve que se ausentar ontem.

Quero, em primeiro lugar, desejar sucesso ao Sr. Embaixador Alexandre Peña Ghisleni, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na comunidade da Austrália e, cumulativamente, no estado independente de Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji e na República de Vanuatu.

Eu fiz uma indagação extrarregimental, mas não ofensiva, sobre se abrangia a ilha de Kiribati por uma razão que eu não diria exótica, mas interessante: familiares meus já visitaram a ilha de Kiribati.

Saúdo aqui a nossa querida Senadora Ivete da Silveira, desfilando a sua classe, a sua generosidade, com uma vestimenta que caracteriza muito bem a mulher catarinense. Eu vou me erguer para cumprimentá-la.

Mas a ilha de Kiribati, se a memória não me falha, é uma república. É composta por várias ilhas, como a maioria – são arquipélagos –, e a altitude máxima, Senador Nelsinho, da ilha é de 11 metros, incluindo o coqueiro, ou seja, é de menos de 11 metros. O que se prevê é que, no caso da oscilação do nível do mar, ela possa ser, não o primeiro, mas um dos primeiros territórios habitados que ficarão relativamente inabitáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, no conjunto, é lógico, se destaca esse continente da Austrália, que é um continente cheio de mistérios, segredos e peculiaridades, desde a sua origem, formação étnica e ética dos primeiros, digamos, colonizadores – que não eram exatamente colonizadores, eram degredados –, mas que formaram um país extraordinário, fora do padrão convencional e, realmente, uma grande coluna da civilização naquela região.

Todos os aspectos formais estão, sabidamente, constantes nesse relatório do nobre Senador Laércio Oliveira, que demonstra a absoluta proficiência do indicado, do Embaixador Alexandre. Eu o complemento desejando apenas êxito. Eu acho que a complementaridade econômica, social, tecnológica e cultural do Brasil com esses países, especialmente com a Austrália, vem ao encontro dos interesses maiores da nossa nação. E desejo, desde já, antecipar sucesso, porque já votei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin, sempre muito assíduo, desempenhando um excelente trabalho aqui no Senado da República.

Passo, de pronto, a palavra ao Sr. Alexandre Peña Ghisleni.

Dez minutos.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Exmo. Senador Nelsinho Trad.

Muito obrigado, Srs. Senadores e Sra. Senadora que nos prestigiam na sessão de hoje, por cujas presenças agradeço muito.

Agradeço muito a leitura e o voto do relatório do Relator.

É com honra e um profundo senso de responsabilidade que venho submeter ao escrutínio de V. Exas. a visão de uma missão renovada à frente da representação diplomática do Brasil junto à Austrália, bem como junto a Vanuatu, Nauru, Fiji, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão.

O Brasil e a Austrália são os dois maiores países do Hemisfério Sul tanto em território quanto em PIB. São democracias, sociedades multiétnicas e defensoras do multilateralismo. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhamos valores e visões sobre os desafios que enfrentamos no cenário internacional. Isso nos permitiu estabelecer uma parceria multifacetada ao longo dos anos em áreas estratégicas, ao longo desses mais de 80 anos em que mantivemos um relacionamento bilateral.

Somos os dois países-membros fundadores da ONU, do G20, atualmente, o principal foro de cooperação econômica global e da OMC, onde desempenhamos um papel-chave na defesa de um sistema comercial internacional baseado em regras e da liberalização do comércio agrícola internacional por meio do Grupo de Cairns.

Na área ambiental, temos a peculiaridade de estabelecer um diálogo muito intenso neste ano mesmo, tendo em vista que a Austrália assumirá a Presidência da COP do Clima, Presidência essa que receberá do Brasil no próximo mês de novembro.

Se a interação em fóruns internacionais é expressiva, a interação direta no âmbito bilateral não mantém o mesmo passo. A Austrália é um país cujo PIB é de US$1,75 trilhões, cerca de US$450 bilhões a menos que o do Brasil, bastante parecido, e com uma renda *per capita* de US$64 mil, ou seja, cerca de seis vezes mais do que a do Brasil. É um país de alta renda. No entanto, o comércio bilateral em 2025 foi de menos de US$2 bilhões, com um déficit para o Brasil de 350.

A Austrália responde hoje em dia por apenas 0,3% do comércio exterior brasileiro. O potencial inexplorado é evidente. As circunstâncias, no entanto, podem conspirar a nosso favor. A instabilidade geoeconômica que tem prevalecido no passado recente, com seu impacto nos fluxos de comércio e nas cadeias de valor, gerou tanto no Brasil como na Austrália uma maior consciência sobre a importância da diversificação comercial e de investimentos.

O cenário é o mais adequado para a exploração de oportunidades, e isso deve ser feito por meio de um esforço combinado de Governo. No campo comercial, queremos facilitar o aproveitamento das mais de 300 oportunidades identificadas pela Apex Brasil, incluindo produtos de maior valor agregado, em um comércio bilateral ainda marcado por poucos produtos.

No âmbito do agronegócio – e saúdo, em particular, o Deputado Lupion, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, que me honra com sua presença –, os dois países têm mantido as costas viradas um ao outro, em grande medida, por serem competidores no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado internacional, em produtos como carne bovina, algodão, soja e açúcar. Mas há espaço para ampliação das nossas exportações na área de carne de aves, carne suína, suco de laranja, eventualmente milho, sem falar na expansão das nossas exportações de café. Abrimos, no passado recente, o mercado para apenas dez produtos do agro brasileiro, incluindo pescados e queijos. Com o adido agrícola em Camberra, queremos expandir esse rol de mercados abertos.

Os investimentos são um campo com conquistas a serem aprofundadas. Os investimentos diretos da Austrália alcançaram, em 2023, o valor de US$3,8 bilhões, sobretudo nas áreas de metalurgia, mineração e energia, incluindo petróleo e gás. Os investimentos brasileiros na Austrália, por sua vez, chegaram, no mesmo ano, ao valor de US$255 milhões, com empresas como a JBS, Minerva, Vale e Marcopolo atuando na Austrália. É uma tarefa primordial consolidar e ampliar os fluxos bilaterais de investimento.

Vista com atenção, a composição desses fluxos faz antever o potencial de que a cooperação econômica entre o Brasil e a Austrália permita a ambos os países assumir um papel de maior relevo na busca de soluções para alguns dos maiores desafios do nosso século. Uma parceria com a Austrália na exploração de minerais críticos e terras-raras nos permitiria maior participação no comércio de produtos-chave para a nova geração tecnológica e para a transição energética. A parceria na exploração de hidrogênio de baixo carbono, igualmente, nos daria maior peso na transição energética. Além disso, a cooperação no agro aumentaria a nossa importância para a segurança alimentar do planeta.

Isso me traz à terceira área em que é prioritário o fortalecimento da cooperação bilateral: a ciência e tecnologia. Brasil e Austrália são, além de tudo, os dois maiores produtores de ciência do hemisfério. Há interesse brasileiro em pesquisa conjunta em um temário tão diverso como gestão de recursos hídricos, energias limpas, biotecnologia e inteligência artificial. Chamo atenção para duas áreas, em particular: a Embrapa pode ter interesse em intercâmbios com sua congênere australiana para o desenvolvimento de inovações em agricultura de baixo carbono, e a Fiocruz e o Butantan, por sua vez, podem desenvolver projetos com centros de pesquisa australianos, aproveitando o fato de que a Austrália é o país desenvolvido com maior território em área tropical, sujeito, portanto, a muitos desafios sanitários que nós mesmos enfrentamos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decorre dessa proximidade de circunstâncias o fato de ter sido na Austrália que se desenvolveu a bactéria *Wolbachia*, hoje utilizada no Brasil como técnica para diminuir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir arboviroses, como zika, chicungunha e dengue.

Poderíamos falar, ainda, de outros temas relevantes para o relacionamento entre os dois países, como a promoção do turismo, da conectividade aérea e da divulgação cultural, mas eu não poderia deixar de mencionar a faceta mais humana da união entre os nossos países: a cooperação educacional, que permitiu a presença de 35 mil estudantes brasileiros em escolas australianas apenas no ano passado, apenas em 2025 – 93% dos quais são inscritos em cursos profissionalizantes de língua inglesa. Eles constituirão laços vivos entre os dois povos e merecem plena atenção dos nossos serviços consulares. Havia, na verdade, em 2024, um total de 73 mil brasileiros residentes na Austrália, o que representava um aumento de 300% da presença brasileira naquele país na última década. Caberá, portanto, cuidar da nossa comunidade, ao mesmo tempo que incentivamos o aprofundamento dessa cooperação educacional, trazendo inclusive mais estudantes australianos para o Brasil.

A conjugação de todos esses elementos compõe um quadro em que o desafio maior da representação brasileira em Camberra é impulsionar a transformação da convergência de valores e visões em resultados tangíveis, mutuamente benéficos para nossos povos e que melhor nos capacitem a influenciar agendas decisivas do século XXI. Para isso, será fundamental o fortalecimento do diálogo político, incluindo, particularmente, o diálogo parlamentar, para o qual será chave o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália, reinstalado em maio de 2024.

Eu não poderia encerrar, Sr. Presidente, sem falar das representações cumulativas junto a Nauru, Vanuatu, Fiji, Ilhas Salomão e Papua Nova Guiné. Apesar de países pequenos, constituem um grupo muito vocal em fóruns internacionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – E, aqui, eu me permito fazer um rápido adendo, comentando a intervenção feita pelo distinguido Senador Esperidião Amin, no sentido de que esses países, ainda que sejam pequenos em porte e em população, são líderes no tratamento do tema das mudanças do clima, porque, para eles, a mudança do clima é uma questão existencial. E esses países podem encontrar no Brasil um parceiro para tratar de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável esse tema. Por isso, nós temos o interesse de levar adiante uma cooperação técnica, uma cooperação humanitária, incrementar o comércio com esses países, mas também incrementar o diálogo político, de maneira que o Brasil possa se tornar uma parte da solução para os problemas, também, dessa parte do mundo.

Enfim, Sr. Presidente, essas são as minhas palavras iniciais.

Eu queria agradecer pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Alexandre Peña.

Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu entendo que o Itamaraty deveria reforçar duas pesquisas importantes.

É uma embaixadora que nos representa no IMO (International Maritime Organization). Ela esteve aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura. É muito importante nós acompanharmos essa escolha que está sendo feita ou já foi feita, favorável ao Brasil, por sinal, de um combustível marítimo novo, não poluente e de origem orgânica renovável. Isso, para nós, é de fundamental importância, porque as rotas oceânicas da nossa importação e exportação são as mais longas, sempre. Na imensa maioria das nossas rotas comerciais, nós vamos do sul para o norte ou estamos vindo do norte para o sul.

Portanto, são rotas longas. Qualquer penalização por uso de combustível inadequado para nós vai ser muito ruim. Então, nisso o Itamaraty já nos ajuda e acho que isso nos aproxima de vários países, inclusive asiáticos, não exatamente estes de menor dimensão.

Mas, aos de menor dimensão eu acho que o Itamaraty deveria colocar na pauta a questão do plástico. Não sei se alguém já visitou, viu fisicamente a ilha de plástico. A ilha de plástico é um continente, 2,5 milhões de quilômetros quadrados, na última medição. Foi descoberta por um navegador chamado Charles Moore, em 1997, e só cresceu. O que é? É uma confluência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correntes marítimas, uma confluência, ou seja, elas se encontram nesse ponto do Pacífico, que fica um pouco acima do Equador, eu acho. E só cresce, porque todo o plástico jogado no Oceano Pacífico, de um jeito ou de outro, vai parar lá. É um *iceberg* de plástico, só que um *iceberg* bem maior do que o do Titanic, mais frouxo, mas...

Então, nessa preocupação climática e na preocupação mundial sobre plástico, principalmente o plástico de uso único, o Brasil está fazendo um esforço. Temos vários projetos tramitando aqui sobre economia circular, mas temos poucas práticas. E vale a pena conhecer o filme, o filme é um pouco... Ninguém sabe a profundidade. E ele tem algumas elevações já. Quem é que postou essa foto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, tá. Então, pega o nome do filme da ilha do plástico.

Então, todas essas ilhas habitadas são sócias na busca de uma solução para isso aí. Porque já existe, é para evitar a proliferação. Mas preste bem atenção, há discussão sobre essa superfície, se ela é tão contínua assim, ou se é mais esparsa, mas, se forem buscar aí nos dicionários, no ChatGPT, na inteligência artificial, 2,5 milhões de quilômetros quadrados é um terço do Brasil – o exato seriam 2,7 milhões, seria um terço do país – que já compõe essa coisa. E estas ilhas, mais a ONU, mais organizações internacionais... E o Brasil poderia exercer um papel diplomático protagonista nessa questão, porque sempre vêm cobrar de nós. Cobra-se do Brasil uma legislação, mas o maior problema não é nosso. Nós não estamos derramando nada no Oceano Pacífico. E a cobrantina é sempre sobre coisas de que o Brasil não tem tanta culpa, não é que nós não tenhamos. A energia, por exemplo, tem alguém com energia mais limpa do que a nossa? Mas vêm nos cobrar. Então, eu acho que seria uma atitude não agressiva, mas uma atitude proativa e interessante que o Itamaraty poderia prescrever como agenda, já que praticamente aqui nós estamos falando com o Pacífico, não é?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a participação do e-Cidadania. Pelo adiantado da hora, eu vou compartilhar com os Embaixadores, para que eles possam fazer as respostas diretamente pelo *e-mail* do Portal e-Cidadania.

O Embaixador Alexandre Peña recebeu perguntas de: Vitor, da Bahia; Adrians, de São Paulo; e Danielle, do Distrito Federal.

O Embaixador Ricardo Primo Portugal recebeu perguntas de: Ronan, do Rio de Janeiro; Paulo, de Goiás; Givaldo, do Mato Grosso do Sul; Lara, de Minas Gerais; Raíssa, do Mato Grosso; Rodrigo, do Distrito Federal; Alexsandro, de Tocantins.

O Embaixador João Alfredo recebeu perguntas de: Mary, do Rio de Janeiro; Pedro, de Pernambuco; Marlon, do Maranhão; João, da Bahia; Paulo, de Goiás; Raíssa, de Mato Grosso; e Iamara, de São Paulo.

E o Embaixador Pedro Terra recebeu perguntas de: Gabriel, do Distrito Federal; da Raíssa, do Mato Grosso; João, da Bahia; Paulo, de Goiás; Pedro, de Pernambuco; Gabriella, de Minas Gerais; e Givaldo, do Mato Grosso do Sul.

Algum Senador quer fazer algum questionamento?

Pela ordem, com muita alegria, gostaria de registrar a presença do Deputado Pedro Lupion, que abrilhanta a manhã do nosso trabalho, ele que é o Presidente da FPA.

V. Exa. quer fazer um...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta, é apenas para desejar boa sorte a todos os Embaixadores. Eu tive a honra de recebê-los no meu gabinete e conversamos um pouco sobre a missão que eles têm de representar o Brasil nesses países que são importantes para o comércio brasileiro, para a sociedade brasileira. Então, quero desejar boa sorte a todos, em especial ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Ricardo, lá na Coreia do Norte. Qualquer coisa, se precisar de ajuda, me chame, viu? Eu estou pronto. (*Risos.*)

O SR. RICARDO PRIMO PORTUGAL – Vou precisar, Senador. Muito bom. Obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Deputado Pedro Lupion.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – Amigo Presidente, Senador Nelsinho Trad, obrigado. Não é praxe numa Comissão temática aqui do Senado um Deputado participar, mas eu fiz questão de hoje estar aqui. Obviamente, quero cumprimentar os nossos Embaixadores e desejar sucesso nas novas missões.

Obviamente, quero pedir um olhar especial para o nosso agro, que a gente consiga manter as boas relações. E o Brasil tem sido protagonista mundialmente em colocar comida na mesa de todo mundo e abrir novos mercados, e a gente tem participado muito disso.

Aliás, poucos dias atrás, tivemos uma rodada importante lá no Oriente Médio, na Arábia Saudita, Dubai e em tantos outros lugares, falando justamente da nossa proteína, né? Está chegando frango brasileiro lá, a torto e a direito, inclusive com a inauguração de plantas novas do Brasil.

Mas, para mim, é uma alegria poder participar deste momento. Vi que os desafios são os mais diversos possíveis, né? Eu não sei se eu fico feliz pelo lado de cá, triste pelo lado de lá, ou feliz pelo lado de lá, triste pelo lado de cá, mas eu sei que a carreira diplomática – eu sou um apaixonado pela diplomacia – tem seus desafios, li os currículos de todos e sei que já conhecem para onde estão indo.

Acho que o Embaixador Portugal já esteve em Pyongyang, já passou um período lá e sabe do desafio que vem pela frente.

Mas, em especial, ao Embaixador Ghisleni, nós tivemos uma relação muito próxima, Senador Nelsinho, meus amigos Senadores aqui, quando o Embaixador Ghisleni cuidava do agronegócio no Itamaraty. Ele era presença frequente conosco na FPA, sempre debatendo os nossos desafios, enfrentando os problemas junto conosco, inclusive numa relação muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima com o Embaixador Pedro Miguel, à época, lá em Bruxelas, nos enfrentamentos das narrativas da União Europeia contra a nossa produção. Tivemos vários debates extremamente construtivos.

Então, vim aqui, sem poder de voto, de veto, nem de apoio, para desejar a todos vocês muito sucesso. Que representem muito bem nosso país, contem com a amizade da bancada ruralista do Brasil, da Frente Parlamentar da Agropecuária, e logo espero encontrá-los lá na Coreia do Norte, se eu conseguir, mas, nos outros países, que a gente consiga botar os nossos produtos agropecuários e participar com vocês de debates importantes naqueles países.

Falava agora sobre a África, inclusive, o Brasil entrando pesadamente na África, entrando muito forte com a produção agropecuária na África também, em Angola especialmente, crescendo um projeto importante; e, na Oceania, a gente tem um grande concorrente nosso na produção de proteína bovina, talvez o maior que nós encontramos. Eu falava com o Senador Bagattoli agora sobre os volumes. Mataram fêmeas demais, tanto os Estados Unidos quanto a Austrália, e nós estamos aproveitando essa oportunidade para colocar o nosso produto lá fora. Então, vamos estar sempre tabelando esses números e buscando abrir novas oportunidades.

Aliás, desejo a todos vocês muito sucesso, que Deus abençoe a todos e bom trabalho representando a todos nós lá.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Deputado Pedro Lupion.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pedro Murilo Ortega Terra: 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

João Alfredo dos Santos Junior: 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

Ricardo Primo Portugal: 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

Alexandre Peña: 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro devidamente aprovados no âmbito da Comissão de Relações Exteriores os Embaixadores já nominados. (*Palmas.*)

As mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Suspendo a sessão por cinco minutos para a foto tradicional pós-aprovação.

Convido os Parlamentares para que possam vir aqui na frente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Segunda parte da sessão.

Passamos agora às deliberações referentes ao grupo de trabalho criado para acompanhar o processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia.

Requerimento de aditamento.

Foi apresentado o requerimento de aditamento ao Requerimento da CRE nº 3, de 2026, aprovado em 4 de fevereiro de 2026, que criou o grupo de trabalho com o objetivo de indicar os membros do núcleo político e núcleo técnico do referido grupo.

A composição é esta: Carlos Portinho, PL do Rio de Janeiro; Jaime Bagattoli, PL de Rondônia; Jaques Wagner, PT da Bahia; Jorge Seif, PL de Santa Catarina; Mara Gabrilli, PSD de São Paulo; e Nelsinho Trad, PSD do Mato Grosso do Sul. Comporão o núcleo técnico os Consultores Legislativos do Senado Arthur Lascala, Fernando Távora, Joanisval Brito, Karin Kässmayer e Tarciso Jardim; os assessores do Gabinete do Presidente Nelsinho Trad Thaisa Lima, Bruna Macedo, Flávio Bettarello, além do Secretário da Comissão, Marcos Aurélio Pereira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Nada mais havendo...

Dando sequência, o plano de trabalho foi apresentado também por mim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – V. Exa. está com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu quero aqui agradecer ao Senador Magno Malta por ele ter aberto esse espaço para mim e eu poder fazer participação aqui nesta Comissão, a CRE, em que eu posso participar dessa discussão sobre a União Europeia-Mercosul, ou Mercosul-União Europeia. É de suma importância isso para o nosso agronegócio brasileiro, é de suma importância esse acordo, que já faz mais de 20 anos que era para acontecer – esse acordo entre a União Europeia e o Mercosul –, mas nós precisamos detalhar, temos bastantes situações aí para analisar, principalmente nessa questão de cotas, nessa questão de percentual, caso extrapole os volumes de exportação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as suas considerações.

A síntese do plano de trabalho, dando a explicação para V. Exa. O acompanhamento foca em três pilares fundamentais: aspectos jurídicos e comerciais, meio ambiente e impactos na economia brasileira. Por meio de audiências, coletas de dados, entrevistas com especialistas, o grupo pretende produzir um relatório final até o fim do ano de 2026, com recomendações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativas. O objetivo central é garantir que a inserção externa do Brasil ocorra com segurança jurídica e proteção aos interesses nacionais, especialmente no agronegócio e na indústria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu passo à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Nada mais havendo a tratar, cumprindo integralmente a finalidade para a qual foi destinada, declaro encerrada, sob a proteção de Deus, a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dez minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Augusta Brito, Beto Faro, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento 72/2023-CI, de autoria do Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** discutir a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu. **Participante:** Enio José Verri, Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu Binacional. **Resultado:** audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Beto Faro e Lucas Barreto, o Deputado Federal Welter (PT-PR) e o ex-Deputado Federal Colombo (PT-PR). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de – citação – discutir a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, de autoria do Senador Esperidião Amin, o próprio.

Convido, para tomar lugar à mesa, o Sr. Enio José Verri, Diretor-Geral brasileiro da Itaipu Binacional, meu ex-colega de Comissão de Fiscalização, com grandes debates, imaginando sobre o futuro das finanças brasileiras.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelo nosso convidado.

Com a palavra o Sr. Enio Verri, ficando estabelecido o prazo de 20 minutos, claro que prorrogáveis, para a sua apresentação.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI (Para expor.) – Bom dia, Sr. Senador Esperidião Amin. É um grande prazer estar aqui ao seu lado depois de tantos anos de profundos debates sobre o futuro do país na Câmara dos Deputados, em especial na Comissão de Finanças e Tributação, onde tive a honra de partilhar dos seus conhecimentos e da sua experiência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A recíproca é verdadeira.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Obrigado.

Também quero cumprimentar a todas e a todos que aqui estão presentes.

Nós vamos fazer uma apresentação que espero que seja rápida, até porque é importante desmistificar muitos números que são colocados e colocar um pouco da evolução que nós fizemos nesse curto período em que estamos à frente, em Itaipu – nós estamos apenas há sete meses na gestão –, e, claro, mostrando um pouco da história da empresa.

Nessa... Qual é o botão aqui? (*Pausa.*)

Pronto.

A Itaipu, em números, de forma muito rápida – deixe-me voltar aqui –, tem uma potência instalada de 14 mil megawatts, mas a geração total – Deputado Elton Welter, bom dia – do que ela já gerou até agora, até 31/12, foi de 2.901 terawatts-hora. Só para que os senhores e senhoras tenham uma ideia, Senador Esperidião Amin, ela atenderia o mundo por 43 dias com o que foi produzido até agora; também o Brasil, por cinco anos e nove meses, com a produção; e o Paraguai, que é o nosso sócio, por 190 anos.

Em termos de suprimento, ela representa, em referência de 2022, 86% do Paraguai e, arredondando, 9% do Brasil, lembrando que Itaipu já representou 21%, 22%, há 15 anos – V. Exa. também sabe disso.

O Brasil tem o menor número de empregados – 1.261 do Brasil; do Paraguai, 1.679 – e somos considerados como área de segurança nacional.

Um aspecto muito importante que eu quero ressaltar de Itaipu é a sua governança, porque ela é muito específica.

Nós não somos brasileiros, nem somos paraguaios; somos uma empresa binacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um Conselho de Administração, que é composto de seis conselheiros nomeados pelo Governo do Brasil, e temos um representante que a gente chama das Altas Partes, que normalmente é o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e como espelho também é com o Paraguai. Portanto, nós nos subordinamos ao Conselho de Administração, onde nos reunimos a cada dois meses, com 12 conselheiros e mais um representante do Ministério das Relações Exteriores de cada país.

A nossa diretoria tem o mesmo perfil. Nós somos 12 diretores, seis diretores brasileiros e seis diretores paraguaios, na mesma função: Diretoria Técnica – eu estou aqui com o Diretor Técnico brasileiro Renato Sacramento –; o Diretor Financeiro – também está aqui o Dr. André Pepitone –; o Diretor de Coordenação, Dr. Carboni; o Diretor Administrativo, Dr. Iggor, que está conosco; e também o Diretor Jurídico, que está aqui, Dr. Delazari. Estão aqui.

Nós nos reunimos a cada duas semanas nessa Diretoria Executiva – no caso, foi ontem pela manhã –, onde nós aprovamos a questão, vamos chamar assim, tática, porque quem define a estratégia da empresa é o Conselho de Administração.

Nesse cenário, o que é importante destacar é que tudo tem que ser por consenso, até porque o Paraguai tem exatamente 50% da empresa e nós 50%. Então, o que determina a decisão da empresa não é a palavra "sim"; é a palavra "não". Se não há consenso, o projeto não é aprovado. Nós chamamos de repautar: não tem consenso, mantemos na pauta e vamos discutindo longamente, de forma exaustiva, para que possamos chegar a um acordo.

Eu quero destacar aqui uma grande diferença do que é Itaipu em relação às usinas da iniciativa privada: é a nossa missão. A nossa missão é gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai. É a missão de Itaipu, não da margem direita nem da margem esquerda, da empresa binacional. E a visão? Ser uma entidade binacional moderna, colaborativa e comprometida com a integração regional, reconhecida pela excelência na geração de energia limpa e renovável, e pela sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do Paraguai e do Brasil.

É importante destacar isso, porque essa é uma coisa que nos marca. Isso inclusive rendeu grandes premiações a Itaipu: em 2015 ela foi premiada pela ONU – Life e Água para a Vida –; em 2019 pela Unesco, como Reserva da Biosfera – em 2019 –, também por esse investimento e o cumprimento da sua missão, o que ela faz há muitos anos.

O debate hoje que é comum no mundo empresarial é o da ESG – hoje já traduzido, é ASG –, que é a característica das empresas, que Itaipu faz antes de esse debate ter se iniciado, eu diria, na maior parte do mundo, em especial no Brasil e no Paraguai.

Consequentemente, nós temos benefícios ambientais gigantescos que oferecemos à sociedade, que é a absorção do CO_2 das áreas protegidas, as emissões evitadas de frota de veículos, controle de erosão e assoreamento. Para nós isso é fundamental, a questão do assoreamento – já vou explicar –, isso amplia a vida útil do reservatório e das turbinas. Para que se tenha uma ideia, Itaipu tem uma previsão do reservatório de vida de 194 anos. Era 100. Isso é resultado da política ambiental que preserva e evita o assoreamento – por isso as políticas ambientais. E a melhora da qualidade da água do reservatório, que gera aí alternativas econômicas bastante importantes.

Uma pauta que é muito importante, Sr. Senador, refere-se aos custos, ou seja, qual é o custo unitário, como é que se calcula isso? Nós temos também aprovada no tratado a maneira como é feito esse cálculo do custo: chamamos de Cuse, que é o custo unitário dos serviços de eletricidade. Ele é dividido em dívida, que é o compromisso financeiro contraído; despesas de exploração, e aí estão os gastos relativos ao serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletricidade e também operação, manutenção, administração e também investimentos no campo da responsabilidade social e ambiental; saldo da conta, que depende do ano anterior, lógico, pode ser negativo ou positivo, é o que sobrou no caixa do ano anterior; e o que nós chamamos de encargos do Anexo C. Aí sim, tem um outro tipo de controle, isso faz parte do que vai ser iniciado agora na negociação do tratado, que trata de rendimento de capital, *royalties*, ressarcimento, ou seja, investimentos e também dívidas sociais e econômicas – não dá para separar –, que levam ao custo. A Itaipu não tem lucro. Ela não tem lucro, ela cobra... O cálculo dela é o Cuse, esse custo unitário.

Bem, no ano de 2023, que é o ano em que nós estamos, na parte que cabe à nossa margem – nós chamamos de margem esquerda, porque estamos à esquerda do rio, que é a margem do Brasil –, nós temos um total de investimentos de US$756,5 milhões. Desse total, nós distribuímos, de forma muito rápida aí, na modicidade tarifária: contribuímos com US$157,3 milhões (ENBPar). Também nós temos as despesas, investimentos com pessoal em US$180 milhões. E o restante são instalações e atualização tecnológica, materiais, serviços e outros, e também o programa Itaipu Mais que Energia, que é esse programa que tem as nossas políticas ambientais e sociais, que chegam a esse valor dos 756,5, distribuídos como está ali, naquele círculo.

Quero destacar aqui uma tarefa muito árdua, que é a redução da tarifa. De 2009 a 2021, a tarifa era em US$22,6, e sobre isso não foi possível fazer negociação nesse momento histórico. Em 2022, conseguiram uma queda para US$20,75. E nesse ano, que eu tive a oportunidade de participar dessa negociação, depois de uma reunião exaustiva – é muito difícil negociar com o nosso sócio, pelas características que eu já havia explicado aos senhores e senhoras –, nós conseguimos reduzir para US$16,71. Isso quer dizer que, em relação a 2021, nós obtivemos uma redução de 26% no preço da tarifa – 26! Se pegarmos em relação a 2022, em torno de 20% na redução, ou seja, entre aquilo que historicamente vinha sendo aplicado e o que nós conseguimos, nós obtivemos essa redução, que é, no nosso caso, pela dificuldade que foi, uma grande conquista.

E alguém pode perguntar assim, "mas por que essa dificuldade de negociar a queda da tarifa?". Porque os interesses são opostos. Segundo o tratado, aquela energia a que o Paraguai tem direito e não consome, ele tem que vender para o Brasil. Então, o que acontece? Na hora de negociar a tarifa, o que é que a margem esquerda quer? A tarifa mais baixa possível. Nós queremos uma tarifa baixíssima, porque a tarifa baixa é inclusão social. O Paraguai quer a tarifa mais alta possível, porque esse excedente é que faz com que o Paraguai faça os seus investimentos no seu país. Lembrem-se que o Paraguai tem 7 milhões de habitantes apenas.

Então, Itaipu é o equivalente, sei lá, a cinco Petrobras. Nesse sentido, essas negociações são muito exaustivas e lentas, por isso essa redução de 26% e as dificuldades que temos, como estamos tendo hoje, no dia de hoje, porque nós começamos em agosto a negociar a tarifa para o ano que vem, para 2024.

Qual é a posição do Paraguai? Paraguai quer voltar a tarifa a 20,75. Essa é a posição e é essa a briga que nós estamos tendo com eles. E as negociações... Nós temos um prazo, para não ocasionar nenhum dano à empresa, até dezembro, até 15 de dezembro, para que a gente resolva isso, e estamos construindo essa relação.

Mas é importante perceber...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O prazo é de quatro meses.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Não, o prazo começa em agosto e nós temos até a última reunião do Conselho de Administração...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – É: agosto, setembro, outubro, novembro, quase cinco, mas é um prazo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Não, não, é que nós iniciamos em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pois é.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Ah, está, bom, um detalhe: quatro meses. Está bom. Então...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Há quatro...

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Mas na verdade é um prazo bastante longo para se fazer uma negociação. É claro que no campo das relações internacionais, é um prazo curto, pelas diferenças de interesses, logo isso tem um peso muito grande, porque alguns pontos que precisam ser aprovados... Normalmente nós ouvimos assim nas reuniões: "Olhem, vamos aguardar e definir a tarifa. Vamos aguardar e definir a tarifa". Então, é um jogo de forças, o que é absolutamente normal e natural numa empresa absolutamente igualitária em termos de acionistas.

A partir dessas negociações que nós fizemos, hoje, em termos de custo de energia, nós conseguimos estar entre a terceira mais barata em produção de energia no Brasil, segundo fontes da CCEE.

Nós temos, claro, as hidrelétricas, com 213; a eólica, com 219; e a Itaipu, este ano, com 232. Depois tem as hidrelétricas de menor porte: solar, biomassa, natural, carvão, ou seja, essas são muito mais caras.

Nós conseguimos, portanto, um salto muito grande com essa negociação da redução em 26%, que, conforme disse, foi bastante exaustiva, mas conseguimos subir nesse patamar, visto que a energia de Itaipu antes estava a um preço muito alto, até por conta da dívida e também das dificuldades de negociação. Isso nos faz ficar bastante aliviados e esperamos continuar subindo nessa pilha que nós chamamos desse custo de energia.

É importante perceber... Vou pegar o exemplo da Enel, que foi de 4 de julho, ela é a maior participante daqueles que contribuem, que distribuem a energia de Itaipu. O preço médio, o custo médio da Enel está em 238,14, e Itaipu está com 232, ou seja, nós estamos conseguindo ter um preço abaixo do preço médio. Também isso é um avanço, levando em conta o histórico de Itaipu. Esse resultado da negociação mostra também que nesta pilha nós conseguimos dar um salto.

Quero destacar, antes que também alguém pergunte, o dólar a 4,94, porque o dólar é calculado na negociação 30 dias antes quando a Aneel fecha a negociação. Então, a data 27 de junho, que foi aprovada na Aneel, o dólar é calculado 30 dias antes. Mas, vejam, de novo nós contribuímos para a redução do custo médio.

Há um outro exemplo também, um mais recente, que é a Piratininga, deixe-me voltar aqui. A Piratininga, CPFL, nós conseguimos também ser a terceira... A Itaipu tem um custo de 234, contribuindo para a redução do custo médio que ela paga, que é 255,42, mostrando de novo, num exemplo bem atual, esse aqui é de 23 de outubro, comparando com a Enel, que é a maior. Portanto, para comparar que nós temos evoluído muito nessa política de redução.

E aí um grande exemplo é que a média das tarifas residenciais no Brasil é de R$726 por megawatt. A Região Sul e a Região Sudeste são responsáveis pelo financiamento e onde compra a nossa energia, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Região Sul tem a 644 e a Região Sudeste a 720. Portanto, nós contribuímos para a redução também do preço médio da tarifa no Brasil. Voltando a ressaltar esse salto que nós tivemos.

Isso aqui é uma coisa importante para ressaltar, dois pontos. Aqui é a cota-parte. Quais são as distribuidoras que ficam com a energia de Itaipu? Porque não é o Brasil todo, conforme já foi salientado. São as Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste que, através da ENBPar, fazem a distribuição da nossa energia. E vejam que essa distribuição é resultado de uma lei, aí não é do tratado. É uma lei de 1973 que faz a distribuição para o financiamento de Itaipu, mas eu preferi pegar a Enel, porque ela é a que consome 14%, portanto, é a maior responsável pela distribuição. Então, vale a pena destacar aquele preço médio com que nós contribuímos para a redução.

Bem, na pauta há responsabilidade socioambiental. Quando começa essa preocupação da responsabilidade socioambiental de Itaipu? Através de uma nota reversal de 2005. Portanto, de 2005 para cá, a Itaipu também passa a assumir a Itaipu Binacional. Volto a insistir, a empresa, o campo da responsabilidade socioambiental. Por isso que, quando eu iniciei a apresentação, eu prendi-me à missão da Itaipu, que a responsabilidade social e ambiental de Itaipu, tanto no Brasil como no Paraguai, é construída a partir de 2005 e mantida de lá até agora, claro, aprovada pelo Conselho de Administração e pelas Altas Partes também da empresa, no caso, os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países.

Eu gostaria só de dar um exemplo de algumas modificações que nós estamos fazendo, porque a preocupação que consta na nota reversal, Senador Esperidião Amin, é de que se trata de políticas ambientais e sociais. Nos últimos quatro anos, o investimento foi de R$1,6 bilhão, mas foi muito mais em infraestrutura. Eu não estou aqui para julgar se elas são benéficas ou não, mas foi a Ponte da Integração, a chamada segunda ponte, a Perimetral Leste, ou seja, obras rodoviárias, o Aeroporto de Foz do Iguaçu, a Estrada Boiadeira... Então, foram feitos muitos investimentos de infraestrutura. O que nós fizemos? Nós fizemos outro debate.

Primeiro, olhando toda a parte documental de Itaipu, qual é a missão de Itaipu? Produzir energia limpa, barata, de qualidade, com compromisso social e ambiental. Bom, mas para que isso? Por que social e ambiental? Para manter o reservatório por muito mais tempo vivo, aumentando o tempo de vida de Itaipu, de 194 anos para mais tempo.

O nosso corpo técnico de empregados e empregadas de Itaipu fez uma análise de qual região contribuía com resíduos para assorear o lago. Até 2003, entendia-se que a área de atuação de Itaipu era apenas de 16 municípios, chamados lindeiros, aqueles que recebem os *royalties*. De 2003 a 2017, os estudos apontaram para 29 municípios. Depois, de 2017 a 2019, os estudos apontaram que os efeitos do assoreamento chegavam a 54 municípios no Paraná, mais um município no Mato Grosso do Sul. De 2019 a 2022, 54 municípios no Paraná e mais 14 municípios no Mato Grosso do Sul. E os estudos que nós tínhamos, que já existiam em Itaipu, lógico, quando nós chegamos, estavam em 399 municípios, mais 35 municípios no Mato Grosso do Sul. Portanto, a área de atuação de Itaipu, na preocupação de garantir a ampliação do tempo de vida do reservatório, atinge 11 milhões de habitantes no Brasil e mais 6,704 milhões habitantes no Paraguai, o que dá um total de 17,704 milhões pessoas em que temos reflexos de ida e vinda: ida nas políticas ambientais que nós desenvolvemos, vinda na redução de resíduos que nós recebemos, e, com isso, podendo ampliar o tempo de vida do reservatório e o tempo de vida da usina hidrelétrica de Itaipu.

A partir daí e desse estudo é que, neste ano, somente neste ano, nós ampliamos e criamos a Itaipu Mais que Energia. Foi aprovada uma parceria com a Caixa Econômica Federal para que tivéssemos um processo de fiscalização eficiente, e nós desenvolvemos, então, uma área de abrangência, a partir desses estudos, de 399 municípios do Paraná e de 35 municípios do Mato Grosso do Sul. A partir dessa região e nesse projeto, nós desenvolvemos quatro grandes modalidades de investimento: saneamento ambiental,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energias renováveis, manejo integrado de solo, obras sociais, comunitárias e infraestrutura. Para quê? Atingir o nosso objetivo – a missão da empresa –, que é a política ambiental, somada à questão do tempo de vida do reservatório.

Dentro dessa política, nós nos prendemos à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que é a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseada nos Objetivos Estratégicos de Itaipu, que são: desenvolvimento sustentável na área de influência; garantir a segurança hídrica, consolidando o processo de gestão socioambiental por bacia hidrográfica; e desenvolvimento sustentável, turístico, energético, tecnológico e com a pesquisa e inovação nas áreas de interesse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Dentro disso é que, com essa parceria com a Caixa Econômica, nós podemos ter um modelo descentralizado. Se me permite, Senador, uma experiência nossa, é o modelo das emendas, ou seja, vem o projeto, os técnicos da Itaipu aprovam, esse projeto vai para a Caixa Econômica e a Caixa Econômica é a que faz a liberação do recurso e a fiscalização e entrega da obra. Com isso, nós temos mais transparência e com isso também os critérios de seleção passam a ser os mais técnicos possíveis.

Dentro desse cenário, eu ia passar um vídeo, mas eu vou soltar esse vídeo, Senador, dentro do tempo que o senhor me destinou. Se o senhor me permite, eu vou saltar, e colocar aqui o processo de seleção.

O Mais que Energia não tem um critério subjetivo. Nós fizemos uma tabela, levamos em conta o IDH do município, se ele está na bacia hidrográfica incremental de Itaipu, a receita bruta anual municipal é importante – quanto mais pobre o município, mais ele tem condições de receber o recurso –, e a existência de parceria vigente com Itaipu.

A ideia é que toda essa região, mas, pela ordem, os mais pobres, com menor receita, possam ter acesso a esse recurso e, depois, os mais ricos, que já têm uma boa receita, também recebam, mas caso tenha recurso para isso. A prioridade nossa é uma prioridade social e de inclusão, absolutamente ligada à política do Governo Federal.

Qual é o benefício do programa? Nós, com isso, cumprimos exatamente a missão da empresa: emprego e renda, inclusão social, crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida, redução das desigualdades socioeconômicas e regionais. Isso é fundamental, tendo em vista como funciona o oeste do Paraná: uma região é muito rica, mas o conjunto do Paraná tem regiões com IDH baixíssimo, assim como o Mato Grosso do Sul, mais baixo ainda, sem contar o nosso parceiro Paraguai. Combate às mudanças climáticas e preservação da biodiversidade e da qualidade ambiental. Isso nós já estamos envolvendo, já estamos andando.

Bem, eu quero encerrar aqui com uma observação que eu julgo muito importante. Eu disse que o projeto Itaipu Mais que Energia começa esse ano. Claro, pelo tamanho dele, a execução dele deve ir até o ano de 2024 e parte do ano de 2025. Entretanto, nós não poderemos repeti-lo a partir de 2024, por conta de alguns compromissos que atingem a questão da modicidade tarifária.

O HVDC é um desafio já muito antigo que tínhamos que fazer e isso teria que ser pago pelo sistema, que é a questão da revitalização do sistema de corrente contínua associada à usina. E Itaipu assumiu esse investimento, então nós vamos assumir integralmente esse investimento, US$380 milhões, estamos falando de quase R$2 bilhões que Itaipu vai pagar. Nesse caso, é Itaipu só a margem brasileira, porque é um problema do Brasil.

Estamos investindo em Itaipu como um todo, Brasil e Paraguai, na atualização tecnológica da usina, que também seria um desafio do Brasil, mas nós estamos assumindo integralmente isso como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento da própria usina, um investimento de US$956 milhões. E também estamos contribuindo no novo PAC para o Brasil, para quatro anos, e mais US$889 milhões.

Portanto, o que acontece? Esse quadro que nós chamamos de despesas de exploração na política ambiental e social não quer dizer que, dentro do planejamento da Itaipu, da gestão dela, Brasil-Paraguai, esteja fadado ao extermínio, não, porque faz parte da missão da empresa e está programado para ser mantido. Apenas os valores que foram investidos nos anos anteriores, por uma escolha do gestor – não estou aqui para avaliar isso –, e os que foram feitos este ano não poderão ser mantidos por conta desses investimentos do setor elétrico que se impõem nesse momento do país. Por isso, os nossos compromissos de benefício dos consumidores nacionais de uma energia limpa, de qualidade e cada vez mais barata, desenvolvimento social e econômico de ambos os países e manutenção da competitividade e da sustentabilidade financeira são compromissos que nós mantemos e temos construído de forma muito saudável.

Eu só quero encerrar fazendo o reconhecimento público aqui ao novo Presidente da República do Paraguai, Presidente Santiago Peña, e ao seu Diretor-Geral, o meu par, Justo Zacarías, que têm feito um trabalho de parceria conosco. E temos feito um trabalho de construção de forma muito saudável. Com exceção da tarifa, porque são absolutamente compreensíveis as nossas divergências, estamos construindo um trabalho coletivo muito saudável e muito benéfico para o Brasil e para o Paraguai.

De forma rápida, era isso. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

Quero saudar aqui a presença dos Parlamentares e, agora, com a presença do nosso querido Deputado Aguinaldo Ribeiro, que é um dos pais da nossa reforma tributária, que está em tramitação agora no Senado Federal, registrar a presença das autoridades. Peço até que a Secretaria, por favor, faça uma relação. Registro a presença do Prefeito de Irani, Vanderlei Canci.

Antes de informar as perguntas que já temos aqui do e-Cidadania – já temos oito indagações –, eu gostaria de assinalar aqui, como pontos para que o nosso convidado leve em conta no prosseguimento da sua exposição, o seguinte: eu tenho que prestar uma homenagem acadêmica. Como o nosso Diretor e Deputado Enio Verri também gosta de academia, em 2009, eu tive quatro alunos de vários cursos – Engenharia, Administração e Direito – que optaram por fazer o trabalho de negociação – o nome da disciplina era Empreendimentos e Modelos de Negociação –, em 2009, sobre as negociações do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai que tinham ocorrido no ano anterior, quando se completavam 35 anos do Tratado de Itaipu. Esses quatro alunos – Alice, Larissa Silveira, Rafaela Peralta Moreira e Vivian Canivel – fizeram um trabalho que hoje ainda é atual, porque estabeleceram quais foram as propostas e solicitações apresentadas pelo então Presidente do Paraguai, Lugo, ao Presidente do Brasil, que já era o Lula, e como é que tais demandas foram tratadas e equacionadas.

Então, faço esse registro apenas para iluminar essa nossa...

Você vê que é um capítulo de um livro que eu editei na época, sobre Itaipu, homenageando os alunos, exatamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, alunos de graduação. Alunos de graduação da disciplina "Empreendimentos e Modelos de Negociação".

Quero registrar aqui a presença do nosso Senador Beto Faro e fazer as seguintes colocações preliminares: pelo Tratado de Itaipu, que agora está tendo o seu Anexo C revisto, na forma já descrita pelo Diretor Enio Verri, a Lei 5.899 determina um conjunto de distribuidoras...

O senhor poderia até replicar aquele palanque ali das compradoras.

Considerando que Itaipu não enfrenta concorrência, é um mercado cativo.

Só para apresentar aquela sua, onde aparece lá Copel, com 9%, Celestica, com 7%... O Pepitônio deve saber isso tudo de cor, não é?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Adivinha quem fez?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deve ter sido feito por ele.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Adivinha quem foi que fez?

Fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acho que era...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um disco, daqueles...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A próxima... Aí, aí. Exato. Está aí.

Celestica, 7%; CPFL... Copel, 9%...

Se não enfrenta concorrência, eu acho que... E o Tribunal de Contas não participa ainda como deveria...

Uma das pendências que o Governo tem, em relação a isto... Vamos ser bem claros: todas essas despesas, no Brasil, têm que fazer parte do orçamento da União. Uma outra forma...

O Deputado Aguinaldo Ribeiro passou por aqui e disse: "Do que se trata? É RP10?".

Não, não é RP10, nem 9, porque não está prevista no orçamento. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Enio Verri nunca tomou conhecimento da RP9.

Mas o fato é o seguinte: nós estamos aguardando...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Nem V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. Só de longe. É uma miragem.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Não como eu gostaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por que razão... Essa é uma pergunta objetiva, e eu faço a pergunta aqui porque a sua participação... Eu quero aqui ser muito claro: o Diretor Enio Verri não era obrigado a vir. Nós não podemos convocar nem mesmo usar a alternativa do convite para um diretor de empresa, mas o seu espírito parlamentar, eu o consultei, e ele disse: "Não, eu vou com o maior prazer". E, realmente, não tem nada a esconder...

Agora, os convidados, para virem aqui, são o Ministro, a Aneel e o Tribunal de Contas da União, de forma que as perguntas não são feitas ao senhor, mas são as perguntas que nós temos a obrigação de fazer – e saúdo a presença do Senador Lucas Barreto – como Senado Federal.

Não se pode ter um orçamento de uma estatal com recursos para publicidade, para investimento em 399 municípios do Estado do Paraná... Nada contra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, são 399 municípios do Paraná e mais 35 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul ao arrepio do orçamento. E o que é pior: onerando a tarifa, porque, no final das contas, é transporta para toda tarifa brasileira. Ela impacta diretamente a nossa, a das compradoras, mas faz parte da média da tarifa de energia elétrica do país. Então, isso é para que fique registrado aqui. E eu repito: não é uma pergunta ao senhor.

O acordo para constituição da Comissão Binacional de Contas de Itaipu, que é uma instância autônoma de fiscalização e que contará com representantes do Tribunal de Contas da União, ainda não foi criado. Está previsto, Senador Beto Faro, Senador Lucas Barreto. Não foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto que cria isso. Então, hoje, realmente é a Diretoria – ou o conselho diretor, o nome que tenha – de Itaipu que dispõe sobre investimentos públicos, sejam eles de infraestrutura... Aliás, como o senhor mesmo disse... Não se trata de criticar. E o senhor foi muito ético. Ora, esses investimentos não são de natureza socioambiental. A Estrada Boiadeira é uma rodovia. Aeroporto de Foz de Iguaçu não é um investimento socioambiental.

O senhor podia retornar, por favor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que é atrás, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É adiante?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É aí! Nisso aí, nem a criatividade do Senador Lucas Barreto, que considera o estuário do Amazonas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, parte só do Amapá. (*Risos.*)

Não compreende nem a Guiana Francesa, que é a sua sócia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ponte da Integração binacional, a Perimetral Leste, a Rodovia das Cataratas, a iluminação da BR-277, a Estrada Boiadeira, o Aeroporto de Foz de Iguaçu, isso é investimento público! Não estou analisando o mérito. Agora, jogar isso sobre a tarifa da energia? E nós tínhamos... Então, esta é a primeira pergunta – o senhor não é obrigado a responder, mas a pergunta é: isso é investimento público ou é investimento de Itaipu?

E a segunda... Estou resumindo aqui. Eu tenho três páginas de indagações para fazer aos demais.

Quero esclarecer que o Ministro já esteve aqui em junho; o Presidente da Aneel já esteve aqui em junho. Aguardava-se a abertura da discussão, que começou em agosto. Esta aqui, portanto, é uma reunião, graças à correção, se me permite assim dizer, e à atitude republicana do Dr. Enio Verri, que eu quero aqui enaltecer. Mas isso aqui é parte de um processo que não vai terminar hoje e que parte, então, para a seguinte colocação: nós não temos ainda constituída a Comissão Binacional de Contas de Itaipu.

Segundo, estamos tomando conhecimento de investimentos em 2022 e de investimentos em 2023. Em 2023, os meus dados informam que as demonstrações financeiras de 2023 indicam que, até junho, foram despendidos nessas ações socioambientais, assim designadas, US$407 milhões, mais ações com publicidade também, sem que haja mercado a ser conquistado. E tudo isso onerando a tarifa.

E, finalmente, uma coisa auspiciosa para o Brasil: eu era guri quando, em 1973 – um jovem, não é? –, foi assinado o Tratado de Itaipu. Aquilo foi uma vitória espetacular da diplomacia brasileira, da economia brasileira, porque nós tínhamos três concorrentes na Argentina, que se consideravam afetadas pelas bacias de acumulação – e era motivo de grande debate. Fizemos uma obra sem ter o dinheiro para fazer a obra, e o Brasil teve que bancar integralmente. Você pode comparar isso com a barragem do Dnieper, na União Soviética, com Suez, no Egito, que hoje é trinacional – Sudão do Sul, Sudão e Egito são três países que são, digamos, geradores da água.

Está sendo disputado agora qual é o rio mais longo do mundo. Vocês sabiam que tem uma... A NASA está patrocinando para saber qual é o mais extenso do mundo, se é o Amazonas ou é o Nilo. Parece que a diferença vai dar uns 15km para mais ou para menos – mais ou menos como a margem de erro do Datafolha: 15km para mais ou para menos. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou um novo censo. Mas é uma curiosidade que eu tenho, portanto.

Isso foi pago. Preste atenção: esse empréstimo inalcançável foi pago, está zerado. A Itaipu é dos dois países, mas quem contraiu a dívida pagou. Está pago. Isso tem que representar esse benefício mesmo – que estava naquela sua outra transparência, me ajuda só para mostrar –, aquela queda de 26%. Acho que é para trás agora, não é? (*Pausa.*)

É uma coisa auspiciosa. A gente lamenta tanto de fatos negativos, de circunstâncias que nos deprimem. Isso é um fato fantástico.

Aí, olha!

Quer dizer, nós pagamos – joga fora a canga –, então isso tem que representar um benefício para todos nós. No caso, o benefício é o custo. Se a nossa matriz energética é a mais limpa do mundo, mas não é a mais cara do mundo, se deve a isso, aos cruzamentos...

O Aguinaldo não está aí, mas, na reforma tributária, um dos aspectos mais complexos a resolver é a questão da tarifa e dos cruzamentos que nós temos de compensações, subsídios. O Dr. Pepitone sabe quantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes nós já discutimos quanto que representa a CDE e quantas coisas justas a gente consegue incluir na CDE.

Então, isso é quanto à reforma tributária. Agora, nós não podemos oferecer uma tarifa já onerada pela fábrica. Colocar como despesa de fabricação... Eu queria que isso ficasse gravado. É a segunda pergunta que eu lhe faço, mas, principalmente, eu queria que a Secretaria da Comissão deixasse gravado para as novas audiências que teremos: é justo colocar como despesa de produção esses custos ou essas despesas tais, independentemente do seu mérito, não as reconhecendo no orçamento? Teoricamente, hoje, é possível que uma obra dessas ou um município desses receba recurso do orçamento e disso aqui também. Teoricamente, pode, porque uma coisa não conversa com a outra.

Então, é uma forma precária a que nós estamos vivenciando – e que bom que pertence ao período anterior e a este período, quer dizer, não foi criada agora –, mas que tem que ter um tratamento republicano.

Então, eu não quero lhe impor a colocação política – não vou fazer isso –, mas a minha pergunta, então... Eu caminho para o seguinte: contabilmente, o que pode ser considerado como despesa de geração nisso aí? Essa é a segunda pergunta. (*Pausa.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI (Para expor. *Fora do microfone*.) – Em quanto tempo eu respondo cada uma ou...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou, até para dar publicidade às perguntas, lhe passar... São mais ou menos convergentes.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI (*Fora do microfone*.) – Por favor. Aí eu já...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

E consulto desde já se algum Parlamentar deseja perguntar...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, vou conceder a palavra...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Pode ler...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só vou ler a pergunta do e-Cidadania...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e depois passo a palavra para o Senador Beto Faro, não sei se o Senador Lucas Barreto... Pode ser? Só para que não fiquem de fora as... Mas são perguntas convergentes.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Aqui é só lamentação porque a nossa tarifa é maior do que a que o senhor paga em Santa Catarina. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas tudo isso é a tarifa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, a voz da maldade ainda não... (*Risos.*)

A voz da maldade ainda não se fez presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ENIO JOSÉ VERRI (*Fora do microfone*.) – Mas não me inclui, não me inclui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, a voz da maldade está apenas preparando o bote, e o Beto Faro apenas deu o perfume...

Então, vamos lá.

Gabriel Fogliati, do Rio Grande do Sul: "Quais [...] as perspectivas para [...] [a] tarifa de energia de Itaipu e como ela poderá ser afetada por mudanças no setor elétrico?".

Ivan Berard, do Rio de Janeiro: "Qual é a contrapartida do Governo e da administração da usina para com os contribuintes? Haverá reforma administrativa e racionalização do efetivo?".

Kaio Nunes, do Acre: "Como as questões ambientais [...] [serão] consideradas na [...] composição [...] [tarifária]?".

Cláudio Carvalho, de São Paulo: "Contrato binacional formulado em dólar, manutenção e despesas em real, impactando moderadamente consumidores e acionistas. Que fator usar?".

Valdemagno Torres, de Pernambuco: "A proporção Brasil-Paraguai continua a mesma em relação aos recebíveis?".

Paulo Pessoa, do Rio de Janeiro: "Sugiro uma análise da composição da tarifa comercializada, visando transparência, equidade e incentivo ao uso sustentável da energia".

Alberto Filho, do Rio Grande do Sul: "Por que a geração doméstica de energia limpa não é incentivada? O BNDES poderia financiar a compra de painéis solares livres de impostos?".

Luiz Cláudio Souza, do Rio de Janeiro: "Os constantes [e injustificados] aumentos [...] [nas] tarifas de produção fazem com que os produtores de energia limpa sejam penalizados".

Eu não faço comentário, eu lhe entrego as indagações e concedo a palavra ao Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Esperidião Amin, parabenizo-o, inclusive, pela iniciativa da audiência, que é extremamente importante. Mais uma vez o Senado cumpre o seu papel ao convidar aqui a direção de Itaipu para que a gente possa mais uma vez estar avaliando essa situação das tarifas e o trabalho da questão da energia no Brasil. Então, eu o parabenizo.

Quero cumprimentar aqui o Senador Lucas, irmão lá da Região Norte, Pará e Amapá, que sofrem dos mesmos problemas, e os demais membros que estão participando.

Cumprimento aqui o Enio – o Enio, que foi meu Líder no mandato passado, na Bancada do PT, na Câmara. Estivemos por vários mandatos juntos, atuando juntos, e sempre foi uma das pessoas de destaque da nossa bancada, debatendo a questão orçamentária, debatendo as questões da economia. Eu, primeiro, quero parabenizá-lo pela nova função, inclusive renunciando ao mandato de Deputado Federal para assumir Itaipu. Então, queria parabenizá-lo, e parabenizá-lo já pela apresentação que você fez aqui para todos nós.

Ainda na questão dos cumprimentos, acho que não passaram para o nosso... A gente pediu ali a relação das autoridades.

Cumprimento aqui o Raí Moraes, que é Superintendente do Incra lá no Pará. No Pará, nós temos três superintendências do Incra. No estado, o Raí é Superintendente da 01, que tem 106 mil famílias assentadas em RB. Então, é a maior superintendência do país. E eu queria cumprimentá-lo, até por estar aqui no planejamento, na busca de orçamento também, para que a gente possa tocar essa outra importante política.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quantos assentados tem nesse distrito?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nessa superintendência, 106 mil famílias em RB. Nós temos duzentas e alguma coisa no Pará. Essa é a maior do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, e com todos os problemas que isso demanda. Mas o tema aqui não é esse, era só para fazer o registro aqui.

Quero, primeiro, parabenizar o trabalho que vem sendo feito. Essa questão ambiental é uma questão da hora. Vocês trabalham na recuperação, inclusive, do lago, de toda essa área, para dar um tempo de vida maior, mas acho que Itaipu pode contribuir bem mais do que só com a questão do lago, nessas práticas ambientais. O país precisa, o mundo precisa... Nós estamos vivendo momentos difíceis nessa área – seca num local, cheia no outro... E para aqueles que não acreditam, para aqueles que negam, há concretamente mudanças climáticas que nós precisamos ajudar.

Eu não sou daqueles que ficam: "Ah, porque outros países vêm impor ao Brasil". O Brasil tem que ter a sua agenda, e nós estamos montando a nossa agenda. Nós no Pará temos trabalhado muito neste sentido: diminuir desmatamento, recuperar área degradada, para até apresentar, na COP 30, já um resultado concreto dessa ação.

E eu quero parabenizar Itaipu por estar fazendo essas ações. E não acho que isso é gasto, não. Acho que tem que ter investimento mesmo nessa área. Portanto, quero colocar isso.

Essa diminuição das tarifas – até como foi colocado aqui, já pelos pagamentos dos custos anteriores – neste ano tem que ser perseguida para o próximo ano. Mesmo com essa posição do Paraguai, nós temos que continuar perseguindo essa diminuição. Se isso compõe o sistema nacional, para, inclusive, ajudar a gente a compor uma tarifa mais baixa... Eu vivo no Pará, que é um dos estados que mais contribui aí com a produção de energia, mas que tem uma das tarifas mais altas – tem a tarifa mais alta! Nós precisamos rever muita coisa. Não é possível que o cidadão que foi afetado pela construção de Tucuruí, que foi afetado pela construção de Belo Monte – o pequeno, gente pequena que tem lá dentro, que mora dentro de assentamento, mora dentro de áreas lá que foram afetadas – ainda pague a tarifa mais cara do país.

Não tem como só fazer... A justificativa é que é pela distância, pela implantação da energia naquelas regiões. Nós temos que mudar um pouco isso. Não podemos pagar por ter um estado com uma dimensão grande.

Daqui a pouco vem na nossa tarifa. E nós, paraenses, reclamamos muito disso. Então, Itaipu, com essa diminuição – e tem que continuar perseguindo a diminuição da tarifa –, pode contribuir no sistema nacional, inclusive, para diminuir as tarifas que nós temos. Eu acho que esse é um trabalho que tem que ser feito.

Era importante, já pela exposição, deixar claro que não tem como ter uma tarifa nacional e uma tarifa no Paraguai diferente. Nós temos que estar dialogando sempre para que essa tarifa dos dois países, a binacional, possa diminuir esses valores.

E quero dizer... Enio, primeiro, quero ressaltar aqui, não vou entrar numa pergunta direta, mas ressaltar aqui o espírito democrático e a disposição de vir, como o nosso Presidente Amin, conhecedor do nosso Regimento, profundo conhecedor, muito mais do que eu.

Sabe, V. Sa. nem tinha a obrigação de estar aqui, mas está aqui porque ninguém tem nada a temer. Você está há sete meses à frente de Itaipu, muitas tratativas e muitos acordos já estavam estabelecidos. Tem questões que nós precisamos mudar, e eu tenho certeza de que, com o espírito democrático que você tem, a defesa daquelas pessoas que mais precisam, que sempre foi pautada na sua vida, você vai estar sempre pendendo para que a gente possa estabelecer acordos e contratos dentro da Itaipu que favoreçam a inclusão social no nosso Brasil. E acho...

Inclusive, ressalto aqui já o valor considerável que vocês aplicam no PAC, que hoje é o que nós todos no Brasil esperamos: a volta de investimento, a volta de políticas que possam diminuir as desigualdades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais, que possam levar investimentos para o nosso país. Portanto, deixe-me parabenizá-lo e que você possa sempre estar nos fornecendo dados, até para que, com as outras audiências que nós teremos ainda aqui com o Ministério de Minas e Energia, a gente possa ter dados para poder fazer este debate.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado, Senador Beto Faro.

Essa sua observação sobre o distrito aí da... (*Pausa.*)

Sim, do Incra, mostra que o nosso país é um país de dimensões continentais mesmo, até dentro dos estados federados.

Eu concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto para preencher esse espaço reservado aos Senadores e depois teremos algumas outras intervenções.

Quero só, Senador Lucas, registrar aqui a presença dos Srs. José Euclides Franco Filho, da Diretoria Financeira Executiva de Itaipu; Luiz Fernando Ferreira Delazari, Diretor Jurídico de Itaipu – esse vai sair daqui com a orelha quente... (*Risos.*)

André Pepitone da Nóbrega.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai ter muita causa para defender. Isso é bom. A melhor frase que eu recebi... Eu me formei em Direito em 1970, ou seja, vai fazer 53 anos. E a melhor história que eu conheço de advogado me foi contada por um comandante de um desses Costas... Costa Atlântica, Costa... Um navio de... Ele estava triste, porque os dois filhos dele, comandante de navio, não quiseram seguir a carreira dele, foram ser advogados, e disse que o exemplo do advogado mais bem-sucedido de Gênova é o de que o filho assumiu o escritório e disse para ele: "Papá, papá, lembra do caso do Lucas Barreto?". "Claro que lembro, há 30 anos nós cuidamos do caso". "Resolvi". "Estúpido". (*Risos.*)

Não é para resolver, não é? "Estúpido".

Então, é ele dizendo que a nossa função, a do advogado, é não resolver. Vai sair daqui com a orelha quente e com muita coisa para fazer.

Dr. André Pepitone da Nóbrega, que é o Diretor Financeiro Executivo de Itaipu, ex-Diretor-Geral da Aneel, benfeitor de Urussanga e cercanias; Iggor Gomes, Diretor Administrativo de Itaipu; Renato Soares, Diretor Técnico Executivo de Itaipu; nosso Prefeito Vanderlei Canci... Eu acho que ele saiu lamentando, porque, como, no combate de Irani, nós expulsamos os paranaenses, quando ele soube agora que os municípios do Paraná são atendidos, ele lamenta profundamente que Irani não faça parte do Paraná. (*Risos.*)

É, saiu bravo.

O Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro e o Deputado Welter, que farão parte do segundo bloco.

Com a palavra, o Senador Lucas Barreto, se possível, contendo aqueles instintos mais primitivos. (*Risos.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Dr. Enio, nossos diretores aqui, sejam muito bem-vindos. (*Pausa.*)

Vocês ouviram a música.

Na sessão passada da CI, em que houve esse convite ao senhor, porque havia todas essas dúvidas do Senador Esperidião Amin, dúvidas que nós também tínhamos, porque concordamos que esses investimentos têm que ser feitos a partir do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a redução da tarifa é o objetivo, já que se pagou esse investimento lá, esse empréstimo, e que é totalmente diferente do Norte, como falou o nosso querido Senador Beto, lá do Pará.

Todo mundo fala que estão devastando a Amazônia. Lá no Pará, foram duas hidrelétricas: Tucuruí e Belo Monte. Imaginem a área devastada disso. Imaginem o impacto ambiental, social. E aí são os paraenses que estão devastando... No Amapá, há quatro hidrelétricas: Cachoeira de Santo Antônio, Cachoeira de Caldeirão, Ferreira Gomes e Paredão. Paredão, aliás, foi a primeira a ser feita no Norte. Ela originou a Eletronorte, que originou a Eletrobras.

E, para surpresa nossa, quando começaram a fazer as usinas lá, mais duas usinas – a Cachoeira de Caldeirão e a de Ferreira Gomes –, achamos que iam suprir as nossas necessidades energéticas e ter uma sobra, levaram o linhão para buscar a energia. E o que é mais grave: eles nos cobram o transporte da energia. Nós produzimos e injetamos mil megawatts no sistema, consumimos hoje 280 megas e pagamos o transporte. Aí eles nos vendem a energia de Tucuruí, do estado vizinho. E aí não é o Pará que tem a tarifa mais cara, é o Amapá. E agora a Aneel quer nos impor, a partir de um contrato que foi feito, de privatização, com a CEEE Equatorial, eles querem nos impor agora um aumento de 44,41%, a mais, quando no contrato se diz que só a partir de 2026 que eles podem cobrar esses investimentos.

E aí a gente vê no Amapá que eles estão trocando tudo quanto é poste. E, detalhe, é uma quantidade, assim... Poste que antes tinha um linhão que atendia a região lá com uma subestação pequena, porque Macapá, Santana e Mazagão têm 83% da população. Então, apesar de termos uma extensão grande também, mas temos uma população concentrada. Aí você vê poste de 50 em 50 metros, com uma nova rede, trocando os cabos.

E aí eles vêm dizer para a gente que os cabos alma de aço 1/0, 2/0 têm prazo de validade. Um absurdo! E aí a gente quer saber o que eles estão fazendo com esse material que está saindo, porque é material novo, não tem 15 anos. Os postes substituem o poste de concreto, que dura cem anos. Nos Estados Unidos, um poste de eucalipto, de pino de eucalipto tratado, dura 50 anos. Imagina um de concreto na Amazônia. E eles estão fazendo essa substituição, e numa cláusula lá que pouca gente viu, de que ele poderia cobrar esse investimento extraordinariamente.

Então, o povo do Amapá não aceita. E ontem saiu uma reportagem, acho que foi no *Valor Econômico*: na Amazônia, principalmente na Amazônia, a inadimplência disparou. No Amapá, 50% da população está inadimplente, sendo que 54% da população está abaixo da linha da pobreza. O maior número de pessoas proporcionalmente no CadÚnico é no Amapá. E como é que essas pessoas vão pagar?

E aí a empresa, o que a gente não entende também, dos inadimplentes, cobra o ICMS de 18% e repassa para o Governo, independente de terem pago ou não. Então ela vai quebrar, não tem como se sustentar. Só o ICMS, que ela tem que pagar lá, antecipado, ou na emissão da nota fiscal, já vai quebrar, porque ela não recebe e ela não tem outro tipo de financiamento. Eu não sei aonde eles querem chegar com essa dívida com a população. Então não adianta. É IDH, tem que avaliar tudo. É diferente, renda *per capita*. E o Amapá produz toda essa energia.

Inclusive, eu entrei com um projeto de lei aqui para que só se possa cobrar o transporte da energia a partir do momento em que haja essa equiparação de quem produz e o quanto consome, porque, senão, nós não vamos nunca chegar a lugar nenhum. Nós estamos do outro lado do Amazonas, temos um custo ambiental e social lá monstruoso, somos o estado mais preservado – lá não se pode fazer nada, não pode plantar, não pode ter nenhuma atividade econômica. Aí a definição é: vocês têm que ser escravos ambientais. Aí nós ajudamos a manter o clima de toda a América do Sul, do Brasil, mas ninguém nos paga por isso. A gente tem um ditado lá que diz que fantasma ou visagem é a mesma coisa, não é? Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, eu perguntei aqui para a Ministra Marina quanto foi do Fundo Amazônia para o Amapá e para o Norte. Ela me disse que só tinha um projeto, mas ninguém captou nada. Então, não existe. Então, a realidade é totalmente diferente, e nós temos que trabalhar essa realidade, como o Senador Esperidião Amin disse. Quer dizer, Itaipu lá, que Santa Catarina ajudou a pagar também, o Brasil ajudou a pagar esse empréstimo, está fazendo investimento, mas qual o critério? Qual é a prioridade? Por quê? Aquela ponte ou aquilo... Quem define isso? Então, a reforma tributária vai, com certeza, fazer com que nós tenhamos uma discussão muito mais ampliada sobre isso.

No Amapá, nós temos uma outra possibilidade agora. Eu quero dizer ao senhor que até que enfim, eu penso, a gente vai ter a condição de explorar o petróleo na costa do Amapá. Janeiro... A Ministra Marina disse que tem duas causas ainda que impedem: a política e a técnica. Isso já até aconteceu lá em Belo Monte – não é? –, quando ela tecnicamente negou e a Justiça garantiu que tecnicamente Belo Monte funcionasse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É. E, no caso político, ela perdeu o cargo, não é? Então, eu acho que ela não está arriscando muito agora.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que ela vai receber o título de cidadã benemérita, proposto o título por V. Exa.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Não, porque ela se mudou da Amazônia, não é? Ela não conseguiu mais viver de clorofila e nem fazer fotossíntese, aí ela teve que se mudar, já está lá em São Paulo.

Então, Sr. Presidente, agora começa um novo tipo de guerra, porque querem matar a economia do Amapá, porque, com a energia cara, quem vai investir do outro lado do Amazonas, apesar de termos uma posição geográfica privilegiada? E os consumidores? Como vão pagar a conta de luz? Não tem como, nós não temos como suportar. Imagina lá quem ganha R$600 – 54% da nossa população ganha R$600, e a conta de luz está em R$700, porque aumentou o valor, mas não aumentou... O megawatt, o quilowatt aumentou, mas a tarifa social continua a mesma. É um absurdo! Ou nós aumentamos a tarifa social ou nós não vamos conseguir, a população do Amapá não vai conseguir pagar. E lá tem um agravante ainda: nós vivemos lá na linha do Equador, no sol fulminante. O Senador Esperidião Amin não ia conseguir andar lá no sol...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sem chapéu.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... sem chapéu. É impressionante o calor. E com o aquecimento... Todo mundo fala: "A seca que está acontecendo na Amazônia...". Não é culpa da Amazônia. Quer dizer, todo mundo sabe que isso é sazonal. Na Amazônia, tudo é sazonal. Num ano tem uma seca de um tipo; no outro ano, é mais forte; no outro ano, é menor... Não necessariamente nessa ordem, mas é sazonal tudo na Amazônia.

"Ah, está morrendo peixe na Amazônia...". Todo ano morre peixe, que é para alimentar os pássaros, os que se alimentam de peixes.

Na Amazônia, tudo que acontece... Agora culpam El Niño, La Niña... Cada ano tem um, não é? Aquecimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É, mas o certo é que todos os países, os que se dizem ecológicos, os que fazem a proteção no meio ambiente... A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pode dizer que, por exemplo, o Canadá tem 11% da sua floresta primária preservada, os Estados Unidos, 17%, mas lá eles não afrouxam para dar autorização para fazer qualquer projeto que seja ativamente econômico que vá beneficiar a população, e na Amazônia não; tudo, na Amazônia, é proibido. Tudo, na Amazônia, não pode.

O Amapá, no caso, lá é o estado mais rico do planeta. Nós temos a maior reserva de gás e petróleo do mundo, e está comprovado já. Lá, o pré-sal é a foz do Amazonas. Foram 400 milhões de anos formando essa plataforma esponjosa, que vai até a Venezuela.

Ora, se a Venezuela, que está lá em cima, tem 25% do petróleo do mundo, imagina quem está aqui na costa equatorial, no início. Não é na foz do Amazonas, é a 15km ali do limite do mar territorial, a 50km de onde já estão explorando petróleo na Guiana Francesa, e na Guiana pode. E ninguém vê nenhuma ONG, nenhum famoso de palco ou de passarela criticar a exploração de petróleo a 50km do Amapá. Ninguém critica. Lá pode.

Quando teve um encontro agora, em Belém, Macron não veio. Por quê? Porque lá é uma atividade econômica. O PIB de Caiena e Suriname, este ano, vai aumentar 48 vezes. Vezes!

A indústria de óleo e gás, lá, explodiu. A gente fala que explodiu mesmo. E é a mesma plataforma. Eles estão, como a gente fala... Pegaram um canudinho de Coca-Cola e estão já tomando o petróleo da costa do Amapá. E é uma coisa da Petrobras.

A Petrobras tem 1 trilhão de metros cúbicos de gás. A Petrobras não pode deixar de explorar esse gás. É energia limpa. E está próximo do Amapá. Nós podemos transformar esse gás em energia e injetar no Linhão de Tucuruí também.

O Amapá é uma estufa a céu aberto, com um potencial monstruoso para usinas fotovoltaicas.

Então, é isso que se tem que conversar, tem que discutir, e o certo é que para nós, aqui, os Senadores do Amapá, tem duas pautas em que nós estamos juntos. As outras, o Senador sabe, há os *drones* apontados, mas, no caso da energia, do preço da energia e no caso do petróleo, essa pauta nos une.

Então, obrigado ao Senador Esperidião Amin. Quero pedir ao senhor que, como Presidente, já que o Senador Confúcio não está, adie a convocação que fizemos ao Diretor da CEEE Equatorial, os diretores do dia 1º, acho que logo para a outra semana, porque vai ter a semana do feriado, e a gente quer que todos os Senadores estejam aqui. Eu queria fazer essa solicitação.

No mais, quero agradecer a presença do senhor e desejar sucesso nessa nova missão em que o senhor está há pouco tempo e que ajude a criar esses mecanismos para que a gente possa fazer uma tarifa equitativa, quer dizer, 44,1% no Amapá... Não existe! Isso não cabe no bolso dos amapaenses em hipótese alguma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado, amigo Lucas Barreto.

Com a palavra, o Dr. Enio Verri.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI (Para expor.) – Antes de começar, Senador, o senhor vai ficar um pouco mais, não? Se não, eu vou saltar a ordem para lhe responder uma coisa que nós estamos fazendo, que eu acho que atinge um pouco o que o senhor está colocando – talvez, mas eu vou...

Primeiro, quero agradecer ao Senador Esperidião Amin pelas suas palavras; ao Senador Lucas Barreto também; e ao meu grande amigo Senador Beto Faro.

As perguntas inicialmente feitas pelo Senador Esperidião Amin... É importante... Primeiro, eu entendo... Aliás, entendo não, é um fato: a Itaipu é pública. E 50% são do Brasil, 50% são do Paraguai; somos sócios, temos que tomar todas as decisões de forma consensual, mas as duas são públicas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há dúvida sobre isso. Nesse sentido, tudo que é público – por formação, vou responder – tem que ser transparente. De todo investimento público a população tem que saber, tanto que me senti muito à vontade de trazer aqui e mostrar cada número, onde estão sendo investidos, os critérios de investimento... Há coisas que talvez alguns aqui tenham ficado surpresos com o que estamos fazendo, surpresos positivamente ou negativamente, e também com os investimentos anteriores. Então, eu entendo, Srs. Senadores, que o debate sobre um órgão, uma Comissão Binacional de Contas... Ela é positiva. Nós temos... Claro, a empresa tem *compliance*, tem auditoria, tem ouvidoria, tem tudo isso, como qualquer empresa, tem regras muito rígidas, mas a Itaipu, de maneira nenhuma – eu posso falar a partir de agora – foge da fiscalização externa da sociedade. Parece-me que, para quem foi Parlamentar como eu por cinco mandatos, o mínimo que se espera é que eu defenda essa transparência. Então, eu entendo que não há problema nenhum; pelo contrário, eu entendo que seria uma solução.

O investimento que nós fazemos é público, ele é público e é para o público, tanto que tem critérios técnicos que levam em conta o IDH em todo esse tipo de investimento.

E, por fim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Ah, se o senhor levar em conta, Sr. Senador, como disse o Senador Esperidião, este nosso país continental como ele é, as desigualdades regionais do nosso país são gigantescas. O senhor, por exemplo, ouviu falar que o meu Estado do Paraná... Vamos falar aqui do Paraná e de Santa Catarina. Claro, comparados com a sua realidade, nós estamos muito bem, mas nós temos municípios no Paraná e em Santa Catarina com IDH inferior ao de vocês. É inacreditável, mas tem! Nós temos no Paraná, no centro do estado, municípios em que não dá para financiar uma pessoa para abrir uma barraca de pastel porque a população não tem dinheiro para comprar o pastel. As pessoas que não são do Sul ficam surpresas. E eu estou falando também... É porque quem olha Santa Catarina olha o litoral, a indústria, mas eles também têm contradições como nós. Então, nós levamos em conta o seguinte: quanto mais pobre o município, mais recurso a ser destinado. É isso, mas não dá para comparar a sua realidade com a minha. Realmente, o seu estado tem contradições muito maiores do que o nosso, e eu tenho que reconhecer isso publicamente.

Há outro aspecto que eu gostaria de responder aqui, Sr. Senador. Dia 26 agora, na próxima quinta-feira, haverá reunião do Conselho de Administração de Itaipu. Portanto, os dirigentes, os Conselheiros paraguaios e brasileiros estarão aqui no Ministério de Minas e Energia às 10h da manhã e, nesta data, o Presidente Lula vai estar presente e o Presidente Santiago Peña também, porque será aberta a negociação do Anexo C. Portanto, dia 26 de outubro é a data que marcará o início das negociações dos 50 anos do tratado, Anexo C, e muitas pautas que são colocadas aqui e que envolvem o aporte financeiro serão iniciadas.

Quem é que negocia o Anexo C? Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu posso lhe informar...

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e a todos que nós fizemos, também, o convite para o Ministro das Relações Exteriores, mas no âmbito da CRE, a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, estão previstos, ainda, o Ministro de Minas e Energia de novo, o Presidente da Aneel e o Ministro das Relações Exteriores, este último na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Até porque, Senador, a Itaipu, dentro do tratado, tem um papel. Qual é? Nós somos auxiliares técnicos, nós fazemos as planilhas, nós fazemos os números e repassamos ao Ministério das Relações Exteriores, que vai ser o negociador, assim como o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai também irá compor esse grupo. Por isso, eu quero destacar que dia 26 será uma data histórica para nós Itaipu, para o Brasil e para a Argentina no início dessas negociações.

O que acontece? A preocupação de Itaipu, assim como os três Senadores fizeram observação, nossa, da margem brasileira, a prioridade dela é reduzir tarifa – aliás, na minha intervenção, foi a primeira coisa que eu disse –, agora, a prioridade do meu sócio é aumentar tarifa. E eu tenho que negociar. Por isso que eu fiquei tão feliz de mostrar esse número de queda de 26%.

Qual é o Cuse? Qual é a taxa que tinha que ser hoje a tarifa para ter um investimento mínimo? Era US$12,47. Isso é público. Fechamos 16,71. Segundo dados de um analista hoje, em um jornal de porte nacional, ele disse que ele pegou toda a receita de Itaipu e disse o seguinte: "Olha, se fosse reduzir, cairia em 1,8 o valor da tarifa". Na verdade, é só metade, porque metade só que é do Brasil. Então, não é um 1,8; é 0,9, menos de 1%. Se hoje nós conseguíssemos negociar com o nosso sócio, a quem respeitamos muito, porque tem 50% da empresa, e conseguíssemos chegar ao Cuse, que é 12,47, a tarifa hoje sofreria uma redução de 0,9%, 1%. Ou seja, não é o fim do mundo.

Agora a outra pergunta do Senador: você entende que esse investimento na área ambiental está na despesa da operação? Dentro da missão da empresa, está. O ano que vem haverá... Nós vamos manter o total de investimentos, mas, por exemplo, nós vamos investir em HVDC. HVDC é absolutamente técnico, é questão de qualidade de energia elétrica para o Brasil. Então nós vamos reduzir a o investimento ambiental e fazer o investimento em HVDC. Nós vamos investir na atualização. Isso é redução da política ambiental. Agora, nós entendemos que está escrito lá, desde 2005, o que é a nossa missão. Por isso que esse ano nós vemos essa política Mais Que Energia, para, para o ano, fazer esse tipo de investimento, que é muito importante. Portanto, esses investimentos entram, e nós continuamos, repito, com esse compromisso na negociação agora com o Paraguai, que não está misturada com a negociação do Anexo C.

O Anexo C é uma coisa, a tarifa é outra.

A tarifa se discute em todos os anos, a partir de agosto. Para que os senhores e senhoras tenham uma ideia, a tarifa, no ano passado, começou a ser discutida em agosto, e nós encerramos as negociações no final de abril deste ano.

Isso causou um grande problema, porque o Governo passado anunciou que a tarifa seria R$12,47, mas não conversou com o Paraguai – não conversou com o Paraguai. O que aconteceu? A Aneel, lógico, praticou os R$12,47 – a Aneel cumpriu o papel dela –, só que o sócio não concordou. Quando fechamos nos R$16,71, teve um buraco. Esse buraco sai de onde? Porque foi praticado um preço... A Itaipu tira do caixa e põe lá, senão aumenta o preço da energia por aquele período. Então, é fundamental a negociação para que você não cause mais prejuízos ao país.

No que se refere ao que disse o Senador Beto Faro – e eu agradeço também as suas palavras –, nós entendemos, sim, que a Itaipu é de todo o Brasil, até porque quem pagou a conta foi o Brasil inteiro. É claro que onde se sentiram os efeitos foi lá, quem teve inundadas as terras, terras – desculpe repetir de novo o nome do Senador Esperidião Amin, mas ele conhece da região – caríssimas. Aliás, a região do oeste do Paraná, quem não conhece – eu sou de outra parte, sou do norte do Paraná –, é uma região que tem pleno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego, salários médios muito altos pela presença das cooperativas e da agricultura familiar, destaque-se. São gigantes!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Ali, juntos, vizinhos.

A Copacol, que está ali também em Santa Catarina, é um modelo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – A Aurora...

Então, é uma coisa gigante aquilo, mas, por isso, àquelas terras que foram inundadas temos que dar uma atenção especial, porque tiveram um prejuízo econômico muito grande. Por isso, essa atenção.

Agora, sobre o olhar para o conjunto do país, está aí a nossa contribuição ao PAC, que é exatamente para isso, sem perder, de maneira nenhuma, de linha reduzir aquilo ali.

E, por fim, Senador Lucas Barreto, nós estamos agora com uma tarefa que talvez seja uma tarefa que influa diretamente na tarifa. A usina está no seu máximo, está trabalhando, só que ela é uma usina a fio d'água.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Está por cima deles. Seria de demanda de água?

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Sim.

O Renato Sacramento, que é o nosso Diretor, diz o seguinte: chove demais. Santa Catarina que o diga, e União da Vitória, no meu Paraná, também. Então, nós estamos com uma produção no teto.

Nós somos uma usina, diferentemente dessas que você citou, de fio d'água, de fio d'água muito grande.

Nós fechamos agora um convênio e estamos trabalhando junto com o Paraguai para produzir energia fotovoltaica no fio d'água. Então, quanto a isso, nós temos uma expectativa – não são dados oficiais – de que a gente possa ter 20% de uma Itaipu produzindo energia fotovoltaica. Isso reflete diretamente no preço da energia, embora não possamos abrir mão da energia hidroelétrica. Por quê? Porque a Itaipu deixou de ser uma grande produtora – ela ainda é, mas a economia do Brasil cresceu – e hoje ela representa 9% da produção. Ela é um grande *backup*. Teve agora – está aqui o representante da ENBPar e também do Ministério de Minas e Energia – aquele *blackout*, caiu a torre lá em cima, e vocês foram atingidos. Naquele momento, as energias alternativas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Foi o Ceará.

Naquele momento, as energias alternativas – a fotovoltaica e a eólica – estavam participando com 27% de produção. Quando aquilo caiu, a Itaipu, em 15 minutos, mexeu o botão e funcionou.

Então, hoje...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Porque Belo Monte estava desligada, só tinha uma turbina em Belo Monte.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Por conta da água baixa.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Estavam economizando água lá.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Exatamente, água baixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que a Itaipu hoje passa a ser um bombeiro, um corpo de bombeiros. Ou seja, a gente existe quando não chove. Quando chove, o tempo fecha, a fotovoltaica não funciona, quando para de ventar, quem garante que o copo fique sempre cheio é Itaipu. Então, ela passa a ter um papel absolutamente estratégico. Por isso que a gente chama de bombeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É o *backup* de todo mundo.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – É, o *backup* do Brasil, hoje, é Itaipu. Daí a importância dela. É claro que isso só aumenta essa nossa preocupação com o investimento que vamos fazer a partir do ano que vem, tanto na fotovoltaica, como no HVDC, em que a gente vai investir R$2 bilhões para garantir a qualidade da energia, porque, com uma torre dessas caindo, se a nossa capacidade de transmissão não está pronta, nós comprometemos e podemos ampliar essa crise. Essa é a diferença, destacando também, Senador – esse é um outro assunto –, que essas empresas privadas não têm compromisso ambiental; pelo contrário, e como V. Exa. disse, nós temos obrigação ambiental cobrada no acordo.

E por fim, nessa sua preocupação e também do Senador, nós temos um relacionamento muito forte com o Ministro Alexandre Silveira e com o Presidente Jean Paul, da Petrobras, em trabalhos em comum na tentativa de ampliar o que nós chamamos de energia alternativa. Nós temos dentro da Itaipu um parque tecnológico – o Prof. Irineu Colombo está aqui, que é o Diretor –, em que a gente está trabalhando muito com hidrogênio verde e alternativas fotovoltaicas para que Itaipu continue sendo uma grande produtora de energia, mas não necessariamente só hidroelétrica, porque aí sim, a gente consegue aumentar a produção, aumentar a oferta para o Brasil, não só para o Sul, e fazer cair a tarifa, que, essa sim, eu entendo, tem que ser a tarefa nossa, dessa gestão. Tarifa baixa é inclusão social. Isso é um fato concreto, e o senhor é um grande exemplo disso. Eu espero que a fotovoltaica os ajude nisso.

Por fim, se me permite, Senador, eu vou agora tentar rapidamente responder aqui para o e-Cidadania. A tarifa de energia em Itaipu, como perguntou o Gabriel, do Rio Grande do Sul, pode afetar a mudança no setor elétrico na capacidade que nós vamos desenvolver de produção de energia fotovoltaica. Produzindo energia fotovoltaica, nós podemos contribuir para a queda. A segunda contribuição é a nossa capacidade de negociação com o Paraguai, no sentido de conseguirmos baixar o preço da tarifa para o ano que vem. Não é uma tarefa fácil. Volto a insistir, foi árduo, isso custou alguns milhões de dólares por conta do atraso do resultado da negociação. Não podemos repetir e correr esse risco neste ano. Por isso, será uma briga bastante... Mas eu dependo do meu sócio, a quem eu respeito, porque tem 50% da empresa.

As questões ambientais são consideradas na tarifa, sim – o Senador, inclusive, disse isso. Até ele pergunta para mim se eu considero custo de produção. Portanto, nós temos um investimento muito alto na questão ambiental, e é por isso que nós temos os prêmios que nós temos e continuamos investindo nessa área.

Sobre o contrato binacional ser formulado em dólar numa economia que trabalha com reais, Cláudio Carvalho, de São Paulo... Não, desculpe, foi o Kaio Nunes, do Acre. Kaio, isso faz parte da negociação do Anexo C. Isso pode... Com a China, nós conseguimos agora, na primeira negociação Brasil-China, já não utilizar o dólar. Há um movimento no mundo em tirar o dólar não do dia a dia, mas tirar o dólar das relações de troca, criarmos um...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Colocá-lo numa cesta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Colocá-lo numa cesta, até porque isso também tem preocupações geopolíticas, e não cabe a mim, como Diretor de Itaipu entrar nesse debate. Se eu fosse Parlamentar, eu ia fazer um bom debate com o Senador Esperidião Amin, como já fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Considerando que o primeiro que teve essa ideia foi o Saddam Hussein e não foi muito bem-sucedido.... (*Risos.*)

... é sempre bom a gente tratar disso com uma certa neutralidade. Não pode adotar isso. O segundo foi o Ahmadinejad, do Irã.

Os nossos patronos não foram bem-sucedidos.

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Não, não. Mas caminhamos.

Agora, V. Exa. lembrou esses nomes, Senador Esperidião Amin... Por que será?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ENIO JOSÉ VERRI – Sem dúvida.

A questão da proporção Brasil-Paraguai é exatamente igual. Valdemagno Torres, de Pernambuco, é exatamente igual, 50%.

A transparência, a equidade e o incentivo ao uso sustentável de energia, Paulo, do Rio, isso é o que nos marca. Isso, tem. Você pode entrar no *site* de Itaipu. Lá tem todas as informações que você quiser de custo, de informação, onde é investido... A transparência não é o problema. O questionamento que é levantado aqui pelos Senadores... Trata-se de, se é um setor público, como é auditado, como as políticas públicas são desenvolvidas. Parece-me que é a essência. E há, se me permitem concluir – ninguém disse explicitamente –, uma compreensão de que temos um sócio. É sobre isso também.

Agora, a questão é um organismo de fiscalização, um organismo de auditoria e também de decisão sobre os investimentos, para que não fiquem restritos unitariamente à empresa Itaipu Binacional.

Sobre a questão da geração doméstica, há políticas hoje pelo BNDES, pela Petrobras, também pelo Governo Federal – muitos Governos estaduais estão fazendo – sobre a utilização de placas fotovoltaicas nas residências. Isso é muito forte. Das políticas que Itaipu faz, que nós explicamos, uma delas é incentivar os próprios públicos a utilizarem as placas. Se uma prefeitura pequena, pobre utiliza fotovoltaica – e a Itaipu tem essa parceria –, esse recurso que ela pagaria em energia elétrica, ela pode investir no seu desenvolvimento, na educação, na saúde. Nós já temos e temos essa parceria, mas teria que ser uma política nacional.

A questão de os produtores de energia limpa serem penalizados, aí, sim, é um grande desafio. E quem tem que decidir isso é o Governo Federal. No meu caso, eu dirijo só uma usina e não posso extrapolar muito essa avaliação.

Mas, de forma muito rápida, espero ter respondido às perguntas do e-Cidadania, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Normalmente, apenas Parlamentares participam da nossa reunião, que constato excepcional – até pela participação do Dr. Enio Verri, que não era, regimental ou constitucionalmente, obrigado a fazê-lo, e o fez por espírito público, que todos nós reconhecemos –, eu vou conceder a palavra, por até três minutos, para o Deputado Welter, do Paraná, e para o ex-Deputado Federal Professor Colombo também. Fixo esse prazo até pela questão... Que fique registrado que não sou o Presidente da Comissão, mas estou na Presidência. Não quero criar aqui um precedente, mas acho que a condução honesta desta reunião me permite isso.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Para expor.) – Muito bem, Senador.

Obrigado pela gentileza de me conceder a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu moro lá no oeste do Paraná, na cidade de Toledo. É a cidade que...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a primeira cidade em que a Sadia nos fez uma traição e se instalou lá.

A primeira traição que nós sofremos da Sadia foi quando ela se estabeleceu lá. (*Risos.*)

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) – Mas é uma lógica das fusões nacionais, das corporações que vendem alimentos para o mundo, e Santa Catarina e o Paraná trabalham com excelência com isso.

Senador, quando eu tinha seis anos, sete anos, foi assinado o tratado. Quando eu tinha 12 anos, eu fui visitar Sete Quedas, em Guaíra. Sete Quedas era uma das maravilhas do mundo, e ela foi encoberta. Isso é um prejuízo irreparável, se pensar ambientalmente e também de atração turística. Guaíra reclama até hoje. Se consultassem o povo de Guaíra: "Pode baixar a água que nós queremos Sete Quedas de volta". Claro que, para o bem do país, foi estratégico o Governo na época fazer esse grande investimento. As melhores terras produtivas, muitos e muitos milhares de hectares foram encobertos. Isso também é irreparável para quem teve que sair, gente que morava ali há anos e anos. Mas, enfim, foi estratégico para o país. E a Itaipu cumpre uma função estratégica nacional, ela realmente é uma bombeira, como o Enio falou.

E, como tem essa total transparência na execução dos projetos... Como sou produtor rural, quando se volta nessa questão ambiental, Enio, o pessoal não se lembra, mas, em 1982, começou a funcionar a primeira turbina. Eu era novinho ainda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) – Em 1982, foi criado também um grande programa de conservação de solos para as microbacias hidrográficas. Essas microbacias, Dr. Enio, precisam ser mantidas de pé e seguras, para não ir mais sedimento. Se der uma chuvarada como a que deu no Rio Grande do Sul e lá no Paraná, não sei quantos milhões de sedimentos vão parar dentro do lago. Então, nós temos que fazer um programa grandioso, gigantesco, para a gente proteger a Bacia do Paraná e para que o tempo de vida útil da usina aumente.

E em muitas curvas passa água por cima. Foi um investimento lá atrás. Não sei nem se Itaipu teve participação – não me lembro, tem que pesquisar –, mas isso é estratégico para evitar que... Isso é investimento ambiental correto que garante que o menor volume possível de sedimentos vão para dentro da usina. Eu vejo dessa forma.

Acredito que o sistema nacional, o Operador Nacional do Sistema... Itaipu, por ser 100% pública, metade do Paraguai e metade brasileira... Nós temos que combinar, inclusive, tudo com os paraguaios, não tem outro jeito. Às vezes, até nas reuniões que a gente faz aqui, talvez, tinha que ter gente até do Paraguai, porque não tem o que fazer. Nós temos que combinar com os caras, fazer acordo com eles.

E agora, pelo que eu vi, os investimentos em infraestrutura, investimentos em pontes, estradas foram feitos no Governo anterior. Nós vamos ter de cumprir esses contratos. Eu vejo isso, estou acompanhando. E agora se voltam novamente aos investimentos socioambientais. Eu vejo que o papel estratégico que a Itaipu cumpre e cumpriu com o país é de uma envergadura grandiosa. Se tivesse que dar uma opinião, eu diria que vejo isso com preocupação, porque quanto mais o tempo de vida útil de Itaipu for garantido melhor será para o próprio país.

A energia hidráulica... Apesar de estarem aumentando as outras energias renováveis, nós temos que fazer de tudo para evitar o máximo de sedimentos que estão no entorno das águas que abastecem o lago de Itaipu. Que tenha grandes programas nesse sentido e cuidado para que a gente mantenha essa usina, se possível, por dois, três séculos para frente ainda, porque ela é estratégica para o país. A água nós temos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abundância, desde que a gente cuide e preserve todas as nascentes que levem para lá. Se a gente preservar todas as nascentes, nós vamos garantir um tempo de vida útil muito maior.

Então, essa estratégia, esse planejamento deve ser compartilhado com mais entes federados, na minha visão. No entanto, o que o Paraná perdeu, o que a região oeste perdeu, quando perdeu as Sete Quedas e as terras que foram inundadas também, na minha visão, foi um prejuízo irreparável, por causa do... Para mim, foi um gesto de amor. Foi estratégico por parte do estado, mas a perda do espaço, do território que foi encoberto e o potencial turístico das Sete Quedas... O senhor deve tê-las conhecido, Esperidião. As Sete Quedas lá em Guaíra eram mais bonitas, na minha visão, que as Cataratas do Iguaçu. Eram muito mais bonitas, eram muito mais atraentes! Você passava...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sou tão antigo que eu fiz o álbum de figurinhas, e uma das figurinhas mais difíceis era a figurinha das Sete Quedas.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) – Olha aí.

Então, é isso, Senador.

Já falei meus três minutos e eu vejo que é muito...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mais...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está bom. Muito obrigado. Já tomei bastante água.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não, Dr. Colombo. Ponha o ovo de pé agora. (*Risos.*)

O SR. IRINEU MARIO COLOMBO – Isso.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, é uma satisfação falar contigo.

Sou Diretor Superintendente atualmente do Parque Tecnológico Itaipu, o braço tecnológico da Itaipu Binacional, que devolve para a sociedade brasileira pesquisa na fronteira do desenvolvimento tecnológico. E aqui quero dar uma boa notícia: nós fomos fundados a partir da experiência bem-sucedida de Santa Catarina, da Fundação Certi, que, inclusive, em 2006, fez nosso planejamento estratégico.

Hoje, o Parque Tecnológico Itaipu trabalha na gestão energética, desenvolvimento de soluções e tecnologia, sistematização, informatização, digitalização dos sistemas elétricos. Nós ajudamos as principais companhias energéticas do Brasil no desenvolvimento de tecnologias, porque não têm na prateleira para comprar muitas dessas tecnologias. Então, nós fazemos esse papel.

Quero aqui enaltecer a profundidade técnica da exposição do Diretor-Geral brasileiro, Enio Verri, no sentido de apontar esses aspectos importantes da Itaipu Binacional e ressaltar, Senador Esperidião Amin e demais Senadores desta Casa, que a importância da Itaipu e das usinas hidrelétricas de médio e grande porte no Brasil tem uma função físico elétrica, que é manter sempre a disponibilidade e a potência com a frequência de 60Hz no pico, com a sustentabilidade.

A fotovoltaica, pela sua abrupta variação, mantém a estabilidade do sistema através da vibração do transistor, enquanto que as hidrelétricas mantêm o sistema disponível, efetivo, na potência certa e na frequência certa no giro mecânico do rotor. Então, isso é como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRINEU MARIO COLOMBO – Perfeitamente, é um grande engenheiro. É isso aí, Senador. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Em sincronia.

Para encerrar, então, apenas ressaltar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Lá, três usinas vão de águas passadas movem moinhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRINEU MARIO COLOMBO – É verdade.

Então, Senador, o destaque trazido aqui pelo Diretor-Geral Enio Verri da atualização tecnológica, a Itaipu ainda é uma empresa que tem muitos aparatos eletromecânicos e controles eletromecânicos, e é importante que ela se atualize. Que ela se atualize para quê? Para continuar a sua disponibilidade. No momento em que o Brasil precisar, não só Itaipu, mas também outras usinas precisam estar a postos, e isso custa manutenção, desenvolvimento tecnológico...

Por exemplo, nós somos, a Itaipu Binacional é a primeira empresa do Brasil a importar aquele cão robô da Boston Dynamics para fazer inspeção em locais onde se corre risco de vida, que são os transformadores que têm gás venenoso. Então, isso é, agora, um investimento alto – um robô daqueles custa 4 milhões –, mas a médio prazo é diminuição de custo de vidas e melhoria na disponibilidade e na inércia da energia elétrica do Brasil.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa parte do cão eu vou pedir para ressaltar que é um robô, sob pena de o senhor ser incurso em algum... (*Risos.*)

... dispositivo do código de proteção...

O SR. IRINEU MARIO COLOMBO – Ah! Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... aos animais. (*Risos.*)

O SR. IRINEU MARIO COLOMBO – É um cão-robô. O nome dele é Spot. Ele tem um nome elegante.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qualquer confusão aí é perigosa.

O SR. IRINEU MARIO COLOMBO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só gostaria de, antes de encerrar, tratar de algumas questões da própria Comissão.

Primeiro, a pedido do Senador Lucas Barreto, fica registrado, então, que a audiência solicitada, da Equatorial, seria dia 7 de novembro, a data que o Presidente da Comissão, nosso amigo Confúcio Moura, concordaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu peço que seja renovado o agendamento do Ministro de Minas e Energia e do representante do Tribunal de Contas da União, com prioridade para este segundo; ou seja, renovar o convite, uma vez que o Regimento permite a convocação ou o convite do representante do Tribunal de Contas da União. Confere? (*Pausa.*)

Confere?

O representante do Tribunal de Contas da União já foi definido? (*Pausa.*)

Bom, mas, então, nós vamos... (*Pausa.*)

Cabe convocação? (*Pausa.*)

TCU, não. Só convite. Reiterar o convite, então. (*Pausa.*)

Está perfeito.

E do Ministro. (*Pausa.*)

Não, mas vamos... Eu estou pedindo que seja agendada, no caso do Ministro, a alternativa. Tenho certeza de que não será necessária. Mas a do TCU vamos solicitar mais uma vez.

E a do Senador Lucas Barreto, 7 de novembro. É isso? (*Pausa.*)

Então, já fica delimitado isso.

No mais, eu ainda gostaria de aproveitar... As colocações do Deputado Welter eu já fiz, mas, quanto às do Dr. Colombo, eu fico até emocionado com a sua fala a respeito da Fundação Certi e do que aquilo representou para Santa Catarina.

O nosso parque tecnológico data de 1985, é o segundo do mundo. O primeiro foi Bari, na Itália, e o segundo foi o nosso. Eu era Governador, nessa época, quando nós alugamos um supermercado, dois pavimentos, para a instalação da incubadora e do condomínio de informática. Várias empresas hoje, de porte internacional até, tiveram seu berço ali. E eu lhe sugiro... Já visitou o Sapiens Parque? (*Pausa.*)

Vá visitar.

O Sapiens Parque é um desdobramento, eu diria, monumental disso, além do Alpha Parque, são várias unidades descentralizadas e criadas descentralizadamente. O Sapiens Parque foi uma opção que o Município de Florianópolis – na época, a Prefeita era a Ângela – e o Estado de Santa Catarina fizeram para destinar uma área de 4 a 7 milhões de metro quadrados, no norte da ilha de Santa Catarina, para... É um pouco mais bonita do que a sua região. Todos vocês vão passar o verão lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e reclamar do preço.

Mas destinaram para esse Sapiens Parque, que é exatamente esse arcabouço de segurança, geração de alternativas sustentáveis. Vale a pena conhecer. Neste momento, por exemplo, a JBS está fazendo o cultivo de proteína numa unidade lá, ou seja, a fabricação de proteína. Não sei qual vai ser o sabor disso, ou seja, é inovação, é destinado à inovação. Quem inova, naturalmente, corre riscos, mas é fundamental para o processo de inovação com sustentabilidade. E segurança cibernética é um desses tópicos. Navegação autodirigida, inclusive com componentes dessa configuração... Acho que, na questão de energia, lá existem já algumas inovações muito interessantes e aplicações dessas pesquisas e inovações. Acho que seria interessante, até porque há uma complementaridade nesse assunto.

Quanto à participação do Dr. Enio Verri, eu só quero agradecer, acho que foi ilustrativa. As nossas dúvidas que remanescem não dizem respeito nem à gestão nem à qualidade da gestão e sim à definição republicana e política, primeiro, do que deve incidir ou não na tarifa. O que pode ser considerado o custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de produção? Isso não pode ser ao arbítrio de cada um de nós, tem que ter um parâmetro legal, e esse é um desafio para nós do Congresso.

Na questão da negociação internacional, eu acho que foi um grande êxito do Brasil conseguir, naquele momento, ultrapassar as dificuldades que existiam.

Havia conflitos já esboçados e delimitados com a Argentina, especialmente pelas suas propostas de construção de uma usina hidrelétrica. E isso é uma briga bíblica.

Esse pessoal é de onde? Nós estamos recebendo aqui a visita, até queria fazer o registro, dos nossos Vereadores Mirins do Município de Antônio Carlos, da Câmara Mirim de Antônio Carlos, que é um município próximo a Florianópolis. São bem-vindos!

Estamos terminando aqui uma audiência com o Diretor-Geral da Itaipu Binacional, que foi, primeiro, uma obra sonhada pelos brasileiros; naquela época representava entre 20% e 25% da nossa demanda de energia elétrica.

Eu lembro de uma particularidade: o Presidente Collor, ao final de 1991, foi inaugurar as duas últimas unidades de geração. Eu estava numa audiência com ele e, quando ele saiu, disse: "Amin, agora eu estou saindo daqui porque eu vou inaugurar duas..." Quantas comportas tem? São vinte? Então, deve ter sido a 19ª e 20ª, as duas últimas. Eu disse: "Olha, o senhor vai inaugurar uma obra que não construiria, porque, se fosse fazer hoje [eu disse para ele], o Príncipe Charles sentaria nas Sete Quedas e não aconteceria nada". Isso foi de 1991 para 1992. Quer dizer, foi inaugurar uma obra ou um pedaço da obra que não teria possibilidade de executar. O fato é que ela foi construída e esse sonho foi realizado. Hoje ela responde por 10%, digamos, da demanda de energia e continua sendo um monumento do Brasil, com compromissos ambientais, eu reconheço, mas com a necessidade de ter o seu custo operacional compatibilizado com a demanda do país e com esse cruzamento de subsídios que nós temos.

Eu quero agradecer ao Dr. Enio. Como eu previa, a sua presença só engrandeceu a sua missão, a sua carreira como político. Ainda que em partidos distintos, sempre colocamos o nosso ideal de ajudar o país acima de qualquer divergência.

Eu, agradecendo a presença de todos e particularmente dos queridos Vereadores e Vereadoras Mirins de Antônio Carlos, quero declarar encerrada a reunião, pedindo uma salva de palmas para os mais jovens, que têm menos culpas. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Cleitinho, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Paulo Paim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Vanderlan Cardoso e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 365, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que "Aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013", e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que "Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2386, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), para instituir a caução obrigatória para garantia do descomissionamento ou da descaracterização de barragens de rejeitos de mineração e de resíduos industriais." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4643, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com rejeição da emenda nº 1 e acolhimento da emenda nº 3. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2298, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para assegurar o acesso das escolas e creches públicas aos serviços de saneamento básico." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5310, de 2020 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Francisco Pereira Netto o viaduto situado sobre a rodovia BR-116, nas proximidades do km 117, no bairro Campo de Santana, no Município de Curitiba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2755, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar “Ponte Governador Jerônimo Santana” a ponte sobre o rio Madeira localizada na BR-364, na divisa dos Estados do Acre e de Rondônia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 78, de 2023** que: "Requer a inclusão de convidados da ANATRIP, CNT e ABRATI, na audiência pública objeto do REQ 66/2023." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 80, de 2023** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 63/2023-CI, destinada a instruir o PL 2788/2019, seja incluído entre os convidados um representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 81, de 2023** que: "Requer a realização de audiência Pública para instruir o PL 3784/2023" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 82, de 2023** que: "Requer aditamento do REQ 75/2023 - CI para inclusão de representante da Agência Nacional de Mineração como convidado." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 84, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a precariedade das Infra estruturas no estado do Maranhão, com ênfase na solução dos problemas de superlotação e desgaste das pontes interestaduais que ligam Timon (MA) a Teresina (PI)." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 86, de 2023** que: "Aditamento ao REQ 75/2023-CI, de aminha autoria, com o objetivo de discutir o potencial e os entraves da exploração de potássio no Brasil, especialmente estratégias em busca da autossuficiência, no contexto de dependência externa de fertilizantes pelo país, seja incluído o senhor José Cláudio Pereira dos Santos, Coordenador Geral do Conselho Indígena Mura – CIM." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra as Senadoras Augusta Brito e Daniela Ribeiro e os Senadores Luis Carlos Heinze, Jaime Bagattoli, Cid Gomes, Marcos Rogério, Otto Alencar, Lucas Barreto, Alan Rick, Jayme Campos Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro e Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentada à Comissão os seguintes documentos: Ofício 234/23, da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Santa Catarina, que encaminha o Projeto de Moção de Apoio nº 11, de 2023, referente à construção de um elevado no Trevão do Irani, no trecho do encontro da BR-282 e da BR-153, no intuito de aumentar a segurança do local. Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, o documento, já disponível para consulta na página da Comissão, aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores, pelo prazo de 15 dias, após ser arquivado.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

Como o Relator do item 1 da pauta, o Senador Otto, ainda não chegou, eu vou passar para o item 2. (*Pausa.*)

Muito bem, este Projeto de Decreto Legislativo é de autoria do ilustre Deputado Danilo Forte, que está ali sentado. O PDL 365 já foi lido anteriormente e, agora, nós vamos só colocar em discussão.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 365, DE 2022
- Não terminativo -

Susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que "Aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013", e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que "Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica".

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Danilo Forte

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após exame da CI, a matéria vai à CCJ

2. Em 5/07/2023 é realizada audiência pública de instrução do projeto

3. Em 29/08/2023 o Senador Luiz Carlos Heinze apresenta voto em separado, pela rejeição da matéria, com nova versão do voto em separado sendo submetida à Comissão em 4/10/2023

4. Em 1/09/2023 o Senador Jader Barbalho apresenta voto em separado, pela rejeição do projeto

5. Em 26/09/2023 é lido o relatório e concedida vista coletiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. Votação simbólica

O relatório, lido na semana retrasada, de autoria do Senador Otto, está em discussão.

Com a palavra, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Sr. Presidente, Senador Bagattoli, Deputado Danilo, a nossa contrariedade ao projeto do Deputado Danilo Forte e ao próprio relatório do Senador Otto Alencar, com relação a esse PDL, é porque ele aumenta a insegurança jurídica no setor elétrico uma vez que o Congresso Nacional sustaria de forma inconstitucional atos da Aneel.

Eu ouvi algumas conversas com relação a companhias estaduais em briga com a Aneel. Não é desse fato que nós estamos tratando aqui. Se o seu estado, se o estado do Senador Bagattoli tem problema da companhia com a Aneel, é outra história. Nós estamos tratando aqui de um projeto nacional.

O meu estado, Senador Bagattoli, hoje deve ter um investimento de mais de R$10 bilhões, e não são feitos para proteger empresas, não é o Nordeste, mas empresas do Nordeste. Então, não pode... Tanto que o Senador Jader Barbalho apresentou um voto semelhante ao meu, porque também sentiu o Norte prejudicado. O Sul, o Centro-Oeste e o Norte são prejudicados por esse projeto do Deputado Danilo Forte.

Além do mais, o Congresso não pode sustar uma decisão de um colegiado que é a Aneel. Esses investimentos, para nós, são fundamentais, porque hoje, por exemplo, qual é o problema? Essa energia produzida no Nordeste. Agora, o desenvolvimento do Sudeste... Por exemplo, para São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que demandam energia, para nós é mais caro trazer do Nordeste do que fazer eólicas no Rio Grande do Sul, por exemplo, em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro ou até em São Paulo. Ali produz, gera energia, produz e consome.

Então, é uma vantagem que nós temos se fizermos no Norte, no Sul, no Sudeste, e não apenas exclusivamente no Nordeste, como está sendo colocado aqui, pagando um pedágio que os outros não precisam pagar. Aqui não paga pedágio para levar energia para o Centro-Oeste, por exemplo, para o Norte, para o Sul ou para o Sudeste.

Então, é nesse sentido que nós precisamos... Essa discussão madura não é questão local. Outro dia, um Senador fez uma colocação dizendo que era uma briga com a Aneel. Eu não tenho briga com a Aneel. Quero dizer que não sou a favor da Aneel. Eu sou a favor de um ato inconstitucional que nós Senadores estaremos fazendo se aprovarmos o projeto de decreto legislativo do Deputado Danilo Forte, com quem eu concordo, afinal, ele defende a sua região, mas, no caso, aqui não é defender a minha região, eu defendo o Brasil, e citei várias situações, tanto que o próprio Senador Jader Barbalho entrou com o mesmo voto em separado que eu porque também sentiu que o Norte brasileiro, o Pará, por exemplo, o Amazonas, os seus estados são prejudicados.

Então, veja que é uma situação... Eu sou do Sul e ele é do Norte, e nós estamos com o mesmo pensamento, tanto que ele fez esse projeto. A nossa ideia é botarmos em votação, e o meu encaminhamento é para derrubar o voto do Senador Otto Alencar. Então, esse é o fato que tem.

Fizemos audiência pública. Todo o setor elétrico brasileiro veio, inclusive, Senador Confúcio e Senador Bagattoli, empresas que estão no Nordeste e também estão em outras regiões do país, não só do Nordeste, também se manifestaram contra; empresas que estão trabalhando no Nordeste, mas também querem fazer no Rio Grande do Sul, por exemplo, ou fazer em Santa Catarina, fazer no Paraná ou fazer no próprio Pará. São empresas multinacionais ou nacionais que querem também trabalhar em outros estados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não ficar exclusivamente no Nordeste. Dessa energia o Brasil precisa, e, da forma que está, vários estados brasileiros são prejudicados no processo.

Portanto, o meu encaminhamento é votar contra o projeto – está chegando aí o... –, contra o voto encaminhado pelo Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Agora que ele chegou, estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. A palavra, então, está à disposição dos Senadores presentes.

Quem quiser...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Deixa eu só fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, tá. Perfeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Otto, Marcos Rogério... Viu, Senador Otto? Eu estava falando, quando V. Exa. não estava, que são algumas regiões do país, todas as outras regiões... Não é uma briga de concessionária de energia com a Aneel; não me meto nesse assunto. É produção de energia, geração de energia de que o Brasil precisa, as regiões brasileiras precisam.

Então, nesse sentido, aqui está agora o Senador Marcos Rogério, que também é do Norte. Senador Marcos Rogério, o Senador Jader Barbalho fez um voto em separado semelhante ao meu, porque ele também, no Norte, se sentiu prejudicado. O Norte. Eu sou do Sul. Então, o Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná são prejudicados, como o Norte é prejudicado, a região de que são o Senador Bagattoli, Confúcio e V. Exa.

Então, Senador Otto Alencar, nós havíamos conversado sobre esse assunto, participamos de uma audiência pública sobre esse tema. O setor todo, do Brasil inteiro, todas as representações das empresas, através das suas associações, estiveram aqui, debateram o tema. Tem empresas que hoje estão sediadas no Nordeste e que também querem que se abra esse processo para que nós possamos fazer esse projeto em todo o Brasil. São empresas que hoje trabalham no Nordeste, mas também querem investir no Rio Grande do Sul, ou em Santa Catarina, no Paraná ou no Pará, por exemplo.

Então, eu peço aos colegas Senadores e Senadoras que nos ajudem. Eu estou procurando a Senadora Augusta Brito, que iria falar em nome do Governo, que também está alinhada com o nosso pensamento. Então, é isso que eu quero colocar a V. Exas. e quero pedir o apoio, para que nós possamos votar contra – não é contra o Senador Otto Alencar, mas ao projeto que ele apresentou –, para que a gente possa, então, discutir melhor e ouvir esse voto que eu tenho, e que o próprio Senador Jader Barbalho tem na mesma direção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A palavra está franqueada para discutir o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Como não há mais Senadores interessados em discutir, nós vamos...

Gostaria de falar? (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Bom dia, Senador Confúcio, Presidente da Comissão de Infraestrutura. Eu cheguei agora, um pouco atrasado, eu só ouvi agora o Senador falando sobre essa situação de incentivar mais os estados que podem não só gerar energia, mas onde o consumo é maior. Mas também quero dizer o seguinte, que lá em Rondônia, que é o meu estado, o estado do Senador Marcos Rogério, do Senador Confúcio, nós sabemos das duas usinas que são geradoras, que foram construídas, tanto a Jirau quanto a Santo Antônio.

Para você entender, para as pessoas entenderem, em Rondônia, nós tivemos, há 25, 30 anos, o maior problema de geração de energia elétrica; hoje nós somos exportadores de energia para outros estados da Federação.

O grande sonho do Estado de Rondônia é que hoje se poderia ter mais indústrias, mais geração de emprego, através da industrialização, porque hoje nós temos um excesso de energia e estamos mandando numa linha contínua direta – tanto a de Jirau quanto a de Santo Antônio vêm em linha contínua direto a Araraquara, que se encontra com a energia gerada pela Itaipu. Aí eu vejo a grande dificuldade que nós temos por estarmos numa região distante, onde nós precisávamos ter essa geração de emprego e renda através da industrialização.

Então esse é um debate que a gente precisa ver com muito carinho, porque as Regiões Norte e Nordeste, e parte do Centro-Oeste, realmente nós não somos grandes consumidores, mas tem que ver também onde temos o potencial de geração de energia, e ainda existe muito potencial de geração de energia na Região Norte, principalmente quando se fala em geração de energia hidráulica, não é a gerada no Nordeste, como a energia eólica, mas temos um grande potencial também na energia solar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A palavra ainda está franqueada a quaisquer dos Senadores para discutir o projeto lido e o relatório do Senador Otto Alencar.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Senadora Augusta Brito com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Bom dia, bom dia, nosso Presidente, Senador Confúcio, bom dia a todas as Senadores e Senadoras aqui presentes.

Eu venho aqui com a missão de fazer a orientação do voto da Liderança do Governo, que é contrário, com todo respeito, com todas as argumentações, inclusive já até conversei com o Relator anteriormente. Esse projeto vem de um Deputado lá do nosso Estado do Ceará, mas, por diversas outras *nuances* que vão prejudicar o ponto de vista do Governo Federal, a Aneel também, a gente vai orientar o voto contrário à relatoria do nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A palavra continua franqueada.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, nobre Senador.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para discutir.) – A política tem situações complexas. A questão da energia no Brasil é uma questão que vem sendo atacada, o Brasil tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguido avançar, o Brasil talvez seja hoje o país que tem a matriz energética mais limpa do mundo, como grande economia. Seguramente, entre as 20 maiores economias mundiais, o Brasil é o que tem percentualmente o maior índice de energia de geração renovável, se limitarmos à solar e eólica, mas principalmente se compreendermos que a hidráulica também é uma energia renovável.

Há controvérsias, a Europa faz contestações em relação ao reconhecimento da energia hidroelétrica, mas o senso comum entende que a energia hidroelétrica não é emissora de carbono. Fala-se das barragens, da vegetação da barragem, metano, mas isso acontece uma vez, se acontecer, depois já não existe mais praticamente vegetação, e a energia é gerada de forma limpa.

Conseguiu-se isso, Presidente, graças à sensibilidade, à compreensão de que energias renováveis têm que ser incentivadas. Têm que ser incentivadas. A partir disso, não só o Nordeste brasileiro e o Norte brasileiro, com a ampliação das hidroelétricas, o Nordeste, principalmente com solar e eólica; mas não só o Nordeste, o Rio Grande do Sul tem hoje um extraordinário potencial de energia eólica. E vários estados do Sudeste, e destaco aqui Minas Gerais, que é o maior produtor de energia solar do Brasil.

Então isso aconteceu em função de uma situação em que, de uma hora para outra, na calada da noite, a Aneel, que hoje, pelo visto, recebe aqui a solidariedade do Governo Lula, porque a Aneel fez isto no Governo Bolsonaro, na calada da noite: mudou o sistema de cobrança. Isso faz com que se estabeleça uma lógica que é a pior lógica do mundo, é a lógica do incentivo à concentração da renda. Todos nós devemos trabalhar pela desconcentração da renda, para que o Brasil seja um país equilibrado, para que a gente não tenha regiões com altíssimo PIB e regiões com baixíssimo PIB.

E eu estou surpreso com a notícia de que o Governo resolve acatar e resolve indicar voto na direção de aprovar um absurdo concentrador de renda, feito na calada da noite pela Aneel. Isso faz com que a energia no Rio Grande do Sul, em São Paulo, que já têm a indústria, que já têm a atividade econômica concentrada, que já têm os empregos... Em Santa Catarina, por exemplo, há uma disputa entre as empresas por funcionários, enquanto a gente, em outras regiões do país, vive a aflição do desemprego. Então, nesses lugares, a geração de energia vai ser mais barata e, nos lugares mais pobres do Brasil, a geração de energia vai ser mais cara.

Que lógica é essa? Que lógica é essa? E em nome de que o Governo resolve, um Governo em que eu acredito, em que eu confio, resolve apoiar? Perdoe-me, Senadora Augusta, me perdoe. A orientação que lhe deram, a orientação que atenta contra qualquer programa de desenvolvimento regional, qualquer preocupação com fomento às energias sustentáveis, às energias renováveis.

De maneira, Sr. Presidente, que eu queria aqui enaltecer o relatório do nosso Senador Otto. A rigor, isso é uma matéria que já foi aprovada na Câmara, e o Senado tem procrastinado a sua decisão. Já há mais de, pelo menos, seis meses que essa matéria está aqui.

Então eu peço a compreensão do Senador Heinze, eu peço a compreensão de, eventualmente, alguém desses estados. O que nós queremos é só manter a política anterior, que, repito, foi alterada na calada da noite no Governo Bolsonaro. Nós não podemos permitir que um órgão regulador faça uma iniciativa de tamanha repercussão e de tamanha injustiça social, econômica, energética, logo um órgão que deveria primar pelo principado da boa distribuição, do equilíbrio, do estímulo à produção de energias renováveis. Fazer isso em detrimento de quê? Fazer isso em prol de quê? – essa resolução da Aneel. É para restabelecer o carvão? E o carvão, que no Brasil é o mais poluente de todos, passar a ter estímulos, ter uma tarifa mais barata? Isso é a contramão do mundo, Sr. Presidente!

Então, eu queria reforçar e apelar os nossos pares para que apoiemos aqui o parecer exarado pelo nosso grande Líder Otto, da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, dando continuidade ao debate, às discussões, na sequência é o Senador Marco Rogério; a seguir, o Senador Otto Alencar. Temos mais algum inscrito? O Lucas Barreto...

Anote aqui para que não perder a ordem, por gentileza.

Marcos Rogério, Senador Otto Alencar, Lucas Barreto, Alan Rick e o Senador Heinze.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobre Senador Confúcio Moura, eu vou adotar nessa matéria uma posição intermediária. E por que digo isso? Porque essa matéria é apreciada no âmbito da Comissão de Infraestrutura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos ouvir o nosso Senador Marcos Rogério. Por favor, gente, não vamos ter discussões paralelas porque temos um orador com a palavra, por favor.

Espere aí, Lucas. Vamos aqui. Vamos lá.

Com a palavra, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu repito. Vou adotar uma decisão, com relação a essa matéria, Sr. Presidente, com reservas de posicionamento. Essa matéria está na Comissão de Infraestrutura e vai seguir, na sequência, para a Comissão de Constituição e Justiça, vai passar pela CCJ. Então, aspectos relacionados à questão da técnica e da constitucionalidade, de extrapolamento do poder regulatório ou não, penso que nós vamos ter a oportunidade de revisitar no âmbito da CCJ.

Com relação à questão de mérito, vou trazer alguns pontos aqui, mas... Olhar para esse, que é um dos problemas do Brasil, que é o custo da energia que chega à casa dos consumidores, que leva em consideração custo de geração, custo de transmissão, custo de distribuição, de comercialização, de tributação... É um sistema realmente complexo. E você onerar com base na distância, para estados como o de Rondônia, parece-me até uma contradição. E aí estou fazendo isso porque...

Eu quero, inclusive, checar essa informação com a própria agência. Porque em Rondônia, por exemplo, nós temos lá várias usinas, Senador Cid, que produzem energia em Rondônia, mas nós temos um modelo de concentração. Você pega a energia que é produzida em Rondônia, sai em rede contínua de lá e vem para São Paulo, vai lá para Araraquara. E aí você tem o tal do Sistema Interligado Nacional. Aí, vem cá: o que tem a ver o consumidor de Rondônia, o consumidor do Acre, que está lá do lado, de Mato Grosso pagar uma energia mais cara, porque a energia tem que sair de lá? Foi gerada lá, gerou impacto ambiental lá, gerou passivos sociais lá, mas aí ele tem que pagar mais caro, porque ela foi para São Paulo e tem que voltar, novamente.

Tudo bem que no nosso modelo, V. Exa. foi Governador do Estado de Rondônia e conhece, no nosso modelo, houve ali, depois, um arranjo, quando houve a elevação de cotas das nossas usinas, em que algumas turbinas passaram a destinar sua energia para o Estado de Rondônia e para o Estado do Acre. Agora nós estamos com um problema, porque o Madeira não tem água para tocar as usinas, e aí nós temos que nos socorrer do Sistema Interligado Nacional, a partir da mobilização das térmicas, com energia mais cara, suja, mas, enfim, o sistema é esse.

Então, é preciso olhar para essa matéria considerando a complexidade que o tema tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não é um tema tão simples.

Mas alguns pontos aqui.

As resoluções podem levar a um aumento dos custos de transmissão de energia em locais, repito, distantes dos grandes centros de consumo. Só nesse ponto aqui eu já tenho que botar o sinal amarelo para o meu Estado de Rondônia. Rondônia é grande centro de consumo? O Estado do Acre é grande centro de consumo? O próprio Mato Grosso, Senador Jayme Campos. Está aqui o Senador Jaime Bagattoli, que é lá de Rondônia. Nós consumimos energia, mas nós não somos grandes consumidores. Endereçam esse tema aqui: porque "é o Nordeste", "é o Norte"...

Então, como nós vamos ter essa matéria tramitando também no âmbito da CCJ, e aqui, estou fazendo essa ponderação, porque obviamente que a gente... As leis foram estabelecidas pelo Congresso Nacional, Câmara, Senado e sanção presidencial. Então, se a lei dá esse encaminhamento, não pode o Legislativo, por via diversa do devido processo legislativo, desautorizar algo que o regulador estabeleceu em cumprimento da lei. Mas essa é uma matéria que nós vamos avaliar no âmbito da CCJ.

A mudança do cálculo dessas tarifas pela Aneel é prejudicial às usinas geradoras de energia do Norte e do Nordeste. É o apontamento que a nossa consultoria me encaminhou. E aí a questão que fica aqui é se a Aneel agiu, decidiu, extrapolando os limites legais ou não, para legitimar o instrumento do projeto de decreto legislativo.

Quanto a esse aspecto, eu vou me reservar para me manifestar no âmbito da CCJ e, quanto ao mérito, eu vou acompanhar o relatório do eminente Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Dando continuidade, passo a palavra para o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, antes de tudo, eu quero acentuar que nós discutimos exaustivamente essa matéria dentro desta Comissão de Infraestrutura, inclusive com audiência pública, de que participaram representantes da Aneel, Senadores e Senadoras, porque eu queria ter essa noção exata de que o meu voto é um voto que, de alguma forma, vai, primeiro, estimular a minha região na produção de energia eólica, energia fotovoltaica. E o Nordeste precisa desse desenvolvimento, como precisa o Centro-Oeste e os estados do Norte, para ter um equilíbrio nacional, com igualdade de desenvolvimento econômico e social.

Por isso, dei essa posição, depois de muito debate e discussão e ouvindo também alguns colegas, que a princípio por exemplo, se colocaram numa posição contrária, mas que depois refluíram para o convencimento de que sustar essa resolução da Aneel é importante não só para a Região Nordeste, mas para o aumento da produção de energia limpa da nossa região.

O que me chamou a atenção – e eu concordo aqui com o meu colega Cid Gomes – é que, nesse período inteiro...

E eu sou Senador que apoiei e apoio desde 2002 o projeto do Presidente Lula. Em 2002, para o Governador da Bahia e, no segundo turno, entre Serra e Lula, votei no primeiro turno no irmão calmo aqui do Senador Cid Gomes, no meu amigo Ciro Gomes; e, no segundo turno, votamos no Presidente Lula. Foi assim desde 2006 e 2010. Então, eu apoio este projeto.

Depois de discutir exaustivamente isso e ter audiência pública, não pode, de maneira nenhuma – e faço essa crítica assim abertamente, inclusive com veemência –, a Liderança do Governo, depois de discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo isso, vir aqui no dia da votação para pedir o contrário. Alguma coisa está errada nesse sentido, algum encaminhamento está errado nesse sentido. Se se posicionasse lá na Comissão ou me avisasse, porque eu sou defensor e apoio o projeto do Governo, mas não me subordino absolutamente a tomar nenhuma decisão em cima da hora, depois de ler aqui um voto e esse voto apoiar e manter essa posição minha.

Então a minha posição é a manutenção do meu voto, pela minha região, pela produção de energia limpa, fotovoltaica, eólica.

Como o nobre Senador falou há pouco, o nosso Marcos Rogério, vai ser debatido lá na Comissão de Constituição e Justiça se é correto ou não – e eu acho que é – um projeto de decreto legislativo sustar uma decisão de uma agência. É perfeitamente correto. Isso é do Legislativo; temos essa prerrogativa, é nossa.

Portanto, eu mantenho o meu voto consciente de que isso vai estimular a produção de energia.

E, toda vez que se produz e se oferta mais energia ou qualquer outro produto, a tendência é caírem os preços lá adiante. Por isso, eu tenho consciência do que estou fazendo e também mantenho essa posição minha.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, conversando aqui com o Deputado Danilo Forte e com o Senador Otto Alencar, houve um acordo aqui de PDL.

Nós, quando tivermos a autorização da Aneel, quando a Aneel autorizar o aumento do Amapá de 44,41%, que nós já discutimos aqui, também farei um PDL para impedir esse aumento, porque aumento de tarifa é 13,7%; e lá no contrato de privatização da empresa diz que só poderá cobrar o investimento a partir de 2026. E, lá numa clausulinha escondida que o Governo fez, diz que se pode cobrar extraordinariamente. Aí eles estão trocando tudo quanto é poste de concreto, que dura 100 anos. Eles estão trocando para querer que o povo do Amapá pague. E é pior para eles, porque a inadimplência já está em 50%. Como eles vão conseguir manter?

O Grupo Equatorial comprou também uma concessão da Caesa. Está quebrada. Todo mundo sabe que ela vai falir. Ela deixou uma dívida de R$600 milhões para o estado, de causas trabalhistas, e quer passar agora, vai largar tudo e deixar para o estado a outra dívida, porque eles não conseguiram nem fazer captação de água.

E olhem que nós estamos lá na margem do Rio Amazonas. Lá, nós não temos água tratada. É água encanada. Eles só fazem encanar a água e mandam. Tem duas cidades: a cidade baixa e a cidade alta, como a gente chama, que é a Zona Norte.

Então, lá, esse aumento é impossível. Nós temos 54% de pessoas lá que estão no CadÚnico. Como pagar R$600, R$700 de energia se eles vivem disso? Então, o caos está instalado no estado, que é quente. Eu falo aqui que o Senador Esperidião Amin e o Senador Confúcio só podem andar lá de chapéu.

Nós discutimos aqui também, Senador, na semana passada, com o Senador Esperidião Amin, o caso da usina em que fizeram investimento. E o recurso, hoje, está sendo investido em estrada quando deveria estar sendo reduzido na conta do consumidor.

Agora, imaginem os senhores: nós somos o segundo maior produtor de energia da Amazônia – Pará, com Belo Monte, e a gente. Fizeram quatro hidroelétricas num rio e estão construindo a quinta, na Usina de Paredão.

A Usina de Paredão foi construída, e foi dela que se originou a Eletronorte. E, da Eletronorte, criou-se a Eletrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso votei contra também, porque sei da importância da Eletronorte lá para o Norte. Tínhamos a Eletronorte, que cuidava realmente da rede.

Então, levaram o Linhão de Tucuruí para buscar 1.000MW. Nós consumimos 280MW só. Produzimos mais do que consumimos.

Eu estou com um projeto de lei, aqui nesta Casa, para que nós tenhamos esta equiparação: só pode cobrar o transporte da energia quando nós alcançarmos os 1.000MW do que nós produzimos, porque, hoje, nós pagamos o transporte da energia que vem de Tucuruí.

Olhem o caos!

E eu sempre soube que energia e combustível eram iguais para todo mundo. E não estão sendo. O aumento lá é absurdo.

E é uma pauta que une os três Senadores do Amapá: eu, o Senador Randolfe e o Senador Davi. Nós não vamos permitir.

Então, ficou aqui o compromisso desta Comissão de também votar o nosso PDL, para que a gente não tenha esse aumento lá concretizado. Já foram 36%, e o aumento da tarifa só é de 13,7%. Agora, 44,41% é um absurdo!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade, eu passo a palavra ao Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, tenho aqui em minhas mãos um relatório realizado pela Consultoria do Senado justamente para que nós possamos ter os instrumentos necessários, Senador Marcos Rogério, para debater este tema.

Na mesma esfera de V. Exa., se a Aneel exorbitou ou não do seu poder de regulamentar, nós podemos discutir na CCJ. Agora, no que se refere aos resultados específicos para a região Norte, citando aqui os Estados do Acre e de Rondônia, Senador Jaime Bagattoli, eu quero aqui fazer uma leitura *ipsis litteris* do que o relatório nos apresenta.

Diz o seguinte: "Que, após as resoluções, os Estados do Acre e de Rondônia, apesar de geograficamente pertencerem à região Norte, em termos elétricos, estão situados na Região Sudeste. Isso ocorre em razão da forma de interligação desses estados ao Sistema Elétrico Nacional, pois, praticamente, não há restrição ao escoamento de energia entre esses estados e a Região Sudeste".

Por essa razão, esses estados – e eu cito aqui especificamente o Acre e Rondônia, Senador Marcos Rogério e Senador Jaime Bagattoli – experimentaram um aumento tarifário após a edição das resoluções normativas objetos deste PDL relatado pelo nobre Senador Otto Alencar.

Conforme demonstrado aqui, o Acre, um reajuste, um aumento, de 0,6% e Rondônia de 0,8%.

Mas isso impacta. Nós estamos em um período em que a NEO e a Energisa já discutem o reajuste tarifário que acontece em dezembro.

Eu me lembro, Senador Marcos Rogério, que, ainda em 2018, durante o debate desse reajuste, logo após o período de privatização da Eletrobras, nós fizemos uma grande mobilização. Creio que também a bancada de Rondônia fez; a bancada do Acre, o próprio Ministério Público Federal, a Defensoria Pública do Estado e a da União entraram no debate, ao observar que o aumento, àquela época, também em torno de 22%, exorbitava a capacidade econômica dos moradores.

Em que pese termos uma boa parcela da nossa população ainda alcançada pela tarifa social, qualquer impacto negativo gera inflação, aumento de preço, aumento de frete e tudo o que redunda de um aumento desta natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero aqui declarar o meu voto favorável ao relatório do Senador Otto Alencar e, claro, a matéria ainda vai à CCJ, onde nós podemos alinhar aquilo que precisa de debate de envergadura.

Então, gostaria de deixar aqui relatado o nosso voto favorável ao relatório do Senador Otto Alencar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senador Cid, só para esclarecer: aqui não foi na calada da noite; esse projeto está em discussão de quase cinco anos.

Então, não é calada, de ontem para hoje...

Esse é o próximo.

O que os colegas estão fazendo...

Respeito a posição do Nordeste, mas o Norte é prejudicado, o Centro-Oeste é prejudicado, e o Sul e o Sudeste são prejudicados.

Hoje eu tenho quase 20 bilhões de investimentos, tenho energia para consumir, e tenho que buscar essa energia do Nordeste.

Então, Senador Jaime, eu vi a sua fala e falei antes aqui.

Não é a Aneel e a empresa geradora de energia no Estado; foi citado agora no caso do Acre, do Pará, qualquer Estado. Esse é o fato que eu deixo aqui para os senhores raciocinarem conosco. Se puderem nos ajudar, porque aqui estão sendo condenadas quatro regiões, inclusive o Norte.

O Senador Jader Barbalho captou o que eu fiz e fez um projeto semelhante ao meu, porque sentiu também que o Norte é prejudicado.

Então, eu peço aos colegas, Senadoras e Senadores, que revisem sua posição em favor do voto do Senador Otto Alencar ou do projeto que eu tenho, que é o voto em separado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo Confúcio, e Sras. e Srs. Senadores, estão me chamando a atenção as palavras do Heinze aqui, dizendo que as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste vão ser prejudicadas.

Eu acompanhei aqui uma das audiências públicas, estava o Danilo, o Senador Otto Alencar estava presente; e, na verdade, o Brasil, de uma maneira geral, tem sido muito prejudicado, sobretudo por essa política nefasta da própria Aneel, porque é uma verdadeira caixa-preta o que existe lá na Aneel. Ninguém tem acesso a coisíssima alguma, é pela cabeça dos senhores diretores, que muitas vezes não têm compromisso com a sociedade, sobretudo com os menos favorecidos, os mais pobres deste país.

Particularmente, eu venho também de um estado de dimensão continental, um estado distante, longe dos grandes centros, e, por incrível que pareça – por que eu fico mais indignado, Senador Marcelo Castro –, nós temos uma alta produção de geração de energia e pagamos a energia mais cara do Brasil. Aí que pega. Como é que o Mato Grosso hoje é o maior exportador de energia – e se está comparando, eu acho, com o estado lá de Rondônia, com aquelas usinas elétricas – e nós pagamos a energia mais cara? E nós não temos a energia, o que é o mais grave. Lá, passaram esses últimos tempos, eu vi o Lucas Barreto dizendo das empresas lá, distribuidoras: só vai nego quebrado para lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anteontem mesmo, o Prefeito da cidade de Sorriso, uma das cidades mais prósperas deste país, desenvolvida, com uma alta produção, estava se queixando de que não pode instalar mais nenhuma indústria naquela região – ou seja, na sua cidade – porque não tem energia. Eu falei: não é possível! Só ao longo da BR-163 ali, no Rio Juruena e no Rio Teles Pires, nós temos oito usinas elétricas – na média, cada uma produzindo 200MW a 250MW. Ou seja, quase entra 1 milhão e eu cedo 2 milhões. Onde está essa energia?

Aqui, nessa audiência pública – eu fiquei mais indignado –, estava não só o Diretor da Aneel, como também as concessionárias, distribuidoras, altas autoridades, altos empresários do setor elétrico brasileiro. Alguém disse aqui, não sei se foi a Presidente da Associação das Distribuidoras, que no Brasil está sobrando energia, está em abundância e que não se sabe como vai fazer com o excesso da energia que hoje está no mercado e não tem gente para... ou seja, não tem consumidor. É uma inverdade!

Sou contra essa política da Aneel já há alguns anos. Com o primeiro mandato meu de Senador aqui, Marcelo Castro, eu ficava indignado. Desde a renovação das concessões da energia – ou seja, das hidrelétricas do Brasil, que já tinham vencido – por 30 anos, tem-se que pagar uma outorga, uma outorga razoável, porque já se explorou o sistema por 30 anos e não pagavam quase nada. Sabe por quê? Quantas usinas hidrelétricas no Brasil foram feitas e que não tinham as eclusas? Iniciando aqui, essas grandes usinas aqui no Brasil, que nem o que foram fazer aqui no Tucuruí depois de 20 anos. Essa eclusa custaria, nos preços iniciais daquela época, R$10 milhões. Passaram anos e anos, e ela custou R$400 milhões. Para quem? Para o bolso do consumidor brasileiro.

Está lá no Mato Grosso a mesma anarquia de hoje. Construíram oito usinas no Rio Juruena e deixaram sem eclusa. Rio navegável, para nós podermos escoar a nossa produção, pelo Teles Pires-Tapajós. Não é isso? Seria altamente navegável aquele rio lá, tranquilo... Não! Fizeram lá oito usinas. Os bacanas vão lá, Cid, enchem o bolso, enchem a tarrafa, só largam para nós nada lá, nem energia. Tem gente que mora perto da usina, a dois quilômetros, mas não tem a energia.

Isso é um desaforo! Isso aí é judiar, ser perverso com a nossa população brasileira, de forma que eu apoio plenamente aqui – com todo o respeito, Luis Carlos Heinze, eu vou votar com o nosso Relator aqui, Senador Otto Alencar. Nós temos que fazer um freio de arrumação na Aneel urgentemente. Não dão satisfação.

O Mato Grosso, Marcelo, paga a energia mais cara do Brasil e não tem energia, e nós somos produtores. Onde é que está o pulo do gato aí?

Aqui esteve um diretor de uma empresa, ou seja, da Aneel, que disse... Sabe o que ele disse? Que uma linha transmissão que custava, vou dar um exemplo aqui, R$50 milhões, quando foi para a concorrência pública baixou para R$25 milhões. O que você deduz? Estava inflada essa obra. Quando uma obra tem a API a preços iniciais de 50 milhões, e, quando vai para a concorrência pública, baixa para R$25 milhões, é sinal de que ela está extremamente inflada. Cabe até investigação, CPI, averiguação; tem que acionar o Tribunal de Contas da União. Sei lá, CGU, AGU têm que ir em cima. Como uma obra inicia com 50 a API e vai para a concorrência pública com 25 milhões? Inflou para caramba, não é? Qualquer tonto... É conta de padeiro!

Então, gente, quero dizer o seguinte: eu sou favorável ao PDL, vou votar com o Senador Otto Alencar e, sobretudo, aqui, meu Presidente Confúcio, nós temos que chamar essas autoridades do setor elétrico brasileiro para que não possam fazer essa exploração.

Isso é uma verdadeira exploração! Lá em Mato Grosso, qualquer casinha lá, a que paga menos, é R$300. O cara trabalha dia e noite só para pagar energia e não tem energia, é inconfiável.

E hoje virou aquele telefonema, em que você fala e só vem robô.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá tem região, Cid, que fica seis dias sem energia elétrica. E o povo ligando para os políticos, para os Senadores, dizendo: "Nós estamos sem energia, o senhor tem que tomar providência".

Que providência? Nós não apitamos nada em relação à Aneel. Nós temos que fazer valer o nosso mandato aqui e cobrar da Aneel as providências que se requerem.

A última empresa que chegou ao Mato Grosso chama-se Energisa, quebrada como uma rolha de terceira, não é capaz de limpar a faixa dessas linhas, ou seja... E é monofásico! Lá trovejou, *bye bye*, *bye bye*... Daqui a três, quatro dias volta para você a energia lá.

É isso.

Eu queria fazer este adendo aqui. Estou com o PDL e voto com o Senador Otto Alencar.

Muito obrigado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A próxima Senadora inscrita é a Senadora Daniella Ribeiro.

Logo depois, Senador, eu passo a palavra para V. Exa.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

Com certeza, as damas têm preeminência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra, Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu venho acompanhando de perto e aqui quero parabenizar tanto o Deputado Danilo Forte, pela autoria do projeto, bem como o Relator, o Senador Otto Alencar. Quando eu digo que venho acompanhando de perto, é porque a gente vem discutindo bastante, tendo as informações necessárias para ter tranquilidade e mais do que isso.

Parabenizo todos os colegas que me antecederam no sentido do apoiamento ao projeto, porque, mais do que isso, é proteger e, além de proteger, investir e cuidar de nossas regiões – e aqui falo particularmente também do meu estado, do Estado da Paraíba –, enquanto estamos avançando para um novo momento, um novo tempo de energia limpa; e lá o sol nasce primeiro.

Nós vimos, nesse projeto, uma luz extremamente importante para impedir que se pague ainda mais caro ante uma resolução como essa. Então, eu gostaria de parabenizar, dar aqui e dizer, de antemão, do meu apoiamento ao projeto, ao PDL.

Parabenizo os colegas por essa iniciativa, de forma muito especial o Deputado Danilo Forte, porque tem sido lutador, inclusive, conversando com todos, eu diria que não só com Senadores, mas com todos aqueles envolvidos, diretamente, na questão da energia, seja com o nosso Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, seja com Governo, com a própria Aneel, todas as instâncias necessárias para construir esse projeto, que vem para tratar de desenvolvimento para as regiões, eu diria, mais necessitadas do nosso país.

Obrigada e parabéns!

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Apenas gostaria de cumprimentar também o Deputado Danilo Forte, pelo trabalho e pela dedicação ao tema, e informar aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas Senadores que apresentei emenda à reforma tributária para reconhecer a energia elétrica como bem essencial, como um serviço e um direito essencial ao cidadão, portanto, incluindo-a no regime especial de tributação.

Eu creio que esta também é uma proposta importante. Estamos, neste momento, no debate da reforma tributária, e o mundo todo caminha para modelos de energia mais baratos, como energia eólica e energia solar, e nós ainda pagamos a energia mais cara do mundo, com o potencial hídrico que nós temos. Portanto, eu creio que seja uma das maneiras importantes de nós avançarmos no o tema, mais uma vez, cumprimentando o Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Regimentalmente, a votação da matéria poderia ser...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente, só para acrescentar, no dia da audiência pública, o Deputado Danilo Forte fez um levantamento a respeito do que falou o Senador Jayme Campos, que estava presente. Foi feita uma licitação para a contratação de um trecho de uma obra que pega Bahia e Pernambuco. Houve uma empresa que ganhou, e nós fizemos a denúncia à Aneel sobre a empresa Gênesis, no primeiro leilão, em 2023. Realmente, estava inflado, em quase R$34 milhões, o custo da obra. Fizemos a denúncia à Aneel, e a Aneel corrigiu. Recebi a informação, hoje, através do seu Diretor-Presidente, o Dr. Sandoval, que foi cancelada, para uma nova licitação, diante da inflação dos preços em R$34 milhões.

Então, realmente, isso que falou o Senador Jayme de uma agência dessa natureza... Aqui eu não quero colocar, de maneira nenhuma, falta de honra ou de dignidade de quem está por lá, mas podem acontecer fatos dessa natureza. Isso vai diminuir aqui, vai atrasar aqui o escoamento da energia, inclusive, em benefício do Nordeste da Bahia – pois passa por Recife e vai até Minas –, no mínimo, seis ou oito meses, atrasando o escoamento da energia limpa que a gente produz lá na nossa região.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A Senadora Augusta pediu a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, em uma missão não tão boa, mas reconhecendo, eu queria só falar que, realmente, foi discutido, foi conversado muito entre o Líder – e não fui eu – e o nosso Relator; agora é que eu estou aqui assumindo esse papel, neste momento. Já tive muitas conversas e participei de muitas audiências, inclusive com os Governadores do Nordeste como um todo, junto com o nosso querido Deputado Federal Danilo Forte.

Eu, por minha conta e risco, hoje representando aqui a Liderança do Governo, quero deixar a bancada aqui, nesta Comissão, liberada para votar da forma que sua consciência mandar, respeitando o trabalho que foi feito pelo Relator, por fazer parte da base, por ter discutido e conversado com ministros, por ter discutido e conversado com a Aneel, no que eu acredito, mas também pedindo que a gente possa fazer, novamente, conversas para que se chegue a um entendimento até antes de chegar ou chegando lá na CCJ, para que no Plenário seja construída uma forma que o Governo também possa aprovar e acatar por inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por minha conta e risco, já que estou exercendo esse poder agora, quero, aqui, neste momento, liberar a bancada, liberar todos da bancada do Governo para votar do jeito que achar, conforme sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Augusta.

Regimentalmente, a votação poderia ser simbólica. Contudo, considerando que a matéria é polêmica – vocês viram pelos debates –, como podemos inferir pelos votos em separado, consulto o Plenário sobre a pertinência de submetermos o relatório a votação nominal por meio de votação eletrônica.

Aqueles que estiverem favoráveis à votação nominal permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, vai ser votação nominal.

As senhoras e os senhores concordam com a votação nominal, já foi manifestado. Vamos, então, agora à votação do relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar ao Projeto de Decreto Legislativo 365, de 2022.

Vamos abrir o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente, só para esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Quem vota com o Relator vota "sim". Quem vota com o Senador Heinze vota "não".

Está aberta a votação.

Precisamos de 12 votos. Acho que nós temos os votos.

Vamos votar. (*Pausa.*)

Os Relatores dos itens 2 e 4 da pauta pediram o adiamento. Então, estão suspensos os itens 2 e 4.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 2386, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), para instituir a caução obrigatória para garantia do descomissionamento ou da descaracterização de barragens de rejeitos de mineração e de resíduos industriais.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CMA, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 2298, DE 2021
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para assegurar o acesso das escolas e creches públicas aos serviços de saneamento básico.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Após análise na CI, a matéria vai à CE, em decisão terminativa
2. Votação simbólica)

Vamos votando. Faltam três votos. Se alguém não votou ainda... Para fechar os 12 votos.

O quórum mínimo é de 12. Acho que nós temos 12 aqui, gente. Falta só um agora.

O Cid está votando, não é? Vamos esperar. (*Pausa.*)

Os ausentes aqui que queiram votar pelo aplicativo também podem cotar.

O Senador Esperidião Amin estava aqui, mas teve que sair. Ele queria votar, mas está relatando na CAE um projeto. Então, avisa lá o pessoal do Senador Esperidião Amin. Ele faz questão de votar, então avisem os assessores de gabinete dele, por gentileza, para ele votar pelo aplicativo.

Bem, eu acredito que nós vamos... Votou? (*Pausa.*)

Perfeito, então vamos fechar e anunciar o resultado.

Abra o painel com os resultados, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Quinze votantes. Aprovado.

SIM, 12; NÃO, 2.

Abstenção: nenhuma.

Está aprovado o relatório do Senador Otto Alencar.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – V. Exa. chamará o item 5?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos agora à pauta.

Ao item 5, o Veneziano quer... (*Pausa.*)

Vamos aqui ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 5310, DE 2020
- Terminativo -

Denomina Viaduto Francisco Pereira Netto o viaduto situado sobre a rodovia BR-116, nas proximidades do km 117, no bairro Campo de Santana, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação
Resultado: Aprovado
Observações:
Votação nominal
Autoria: Deputado Luciano Ducci.
Com a palavra, o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, eu o cumprimento...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Essa votação é também nominal; terminativo aqui.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Pois bem, Sr. Presidente, até para que nós garantamos ainda a presença de senhoras e senhores entre nós, em que pese a votação poder ser semipresencial, eu pediria a V. Exa. a permissão para que nós nos dirijamos à leitura a partir da análise.

Senhoras e senhores, compete à nossa Comissão, nos termos do nosso Regimento Interno, art. 104, opinar sobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... as proposições que tratam de "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações [...] [e] outros assuntos correlatos".

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Temos um Senador relatando, fazendo leitura. Por gentileza, silêncio.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91 também dessa norma, foi confiada a esta Comissão competência para decidir terminativamente sobre o mérito dela. Por esta razão, nós teremos votação nominal.

O projeto sob análise não apresenta quaisquer óbices relativos à sua constitucionalidade, à sua juridicidade e adequação ao Regimento da Casa, revelando-se, em particular, consoante aos critérios estabelecidos em lei própria – Lei 6.682, de 1979 –, que permite atribuir, mediante lei especial, designação supletiva aos terminais, obras de arte ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Registremos, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 1998.

No que diz respeito ao mérito, Sr. Presidente, Confúcio Moura, e demais outros e outras Srs. e Sras. Senadoras, a nosso ver a proposição merece prosperar.

Francisco Pereira Netto, nascido em 5 de novembro de 1929 no Município de São José dos Pinhais, era filho de Júlio Pereira Sobrinho e Maria Orso Pereira. Com apenas dois meses de vida, passou a residir em Campo Santana e ali construiu uma trajetória de sucesso e prosperidade. Campo Santana era, naquela época, formada por apenas algumas dezenas de famílias e o comércio local ainda era muito incipiente. Francisco Pereira Netto não se inibiu e, com grande tino empreendedor, começou com um pequeno armazém e bar. Em seguida, conseguiu abrir uma pequena granja...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... negócio que passou a ser sua grande paixão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – O Senador Veneziano está com a palavra, gente! Por favor, silêncio! Pessoal das assessorias, por gentileza!

Vamos lá, Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Consequência do árduo trabalho de Francisco, homenageado, e de sua família, a granja prosperou e se tornou a maior granja avícola do Estado do Paraná, chegando a ter mais de 300 mil aves. O empreendimento era responsável por gerar dezenas, centenas de empregos, especialmente para famílias que vinham do interior do Paraná em busca de melhores condições de trabalho.

A importância do Sr. Francisco Pereira Netto para a região foi muito além da figura de empregador. Durante um período em que o local não tinha acesso adequado a serviços médicos, ele se encarregava de transportar todas as pessoas que precisassem de ajuda para a unidade de saúde mais próxima, que geralmente estava a uma longa distância. Naquela época, a sua casa era o único local com telefone na vizinhança, o que a tornava também referência para quem precisava se comunicar por esse meio.

Católicos devotos, Francisco e a senhora sua esposa, Deomira Constantina Bonato, conhecida como Mira, foram os principais responsáveis pela criação da Paróquia Sant´Ana. Sempre próximos dos senhores padres e párocos, receberam, em uma noite no início dos anos 90, o Bispo D. Pedro, para um jantar em sua residência, ocasião em que foi feito o pedido para a criação de uma nova paróquia. O homenageado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... não mediu esforços e, com a ajuda de outros amigos, conseguiu concluir o desafio e deixar o legado para sua comunidade.

Francisco Pereira Netto faleceu no dia 20 de outubro de 2019, aos 89 anos de idade, deixando seu nome marcado na história de Curitiba e, particularmente, do bairro de Campo de Santana.

Consideramos, portanto, Sr. Presidente, justa a homenagem proposta pelo nosso querido companheiro Deputado Luciano Ducci. Tivemos nós, Senador Marcelo – não sei se V. Exa. também teve –, a oportunidade de sermos companheiros do competente Deputado paranaense Luciano Ducci e, considerando, portanto, meritória a sugestão por ele apresentada, a homenagem, nós votamos, com essa exposição, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.310, de 2020, Presidente Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o Projeto de Lei nº 5.310, de 2020, com o relatório pela aprovação. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, está em votação. E é nominal a votação, precisamos de 12 votos.

Pode abrir o painel de votação, por gentileza.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os Senadores que registraram presença – são 23 Senadores que registraram presença – podem votar de onde estiverem, pelo aplicativo do Senado.

Está em votação. Precisamos de 12 votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo o pessoal da secretaria vai ligando para os Senadores que registraram presença, para a gente fechar logo. Tem mais dois ou três projetos terminativos. Vamos dar uma acelerada nas ligações. O pessoal está votando muito devagar.

O Marcelo já votou. O Marcos Rogério já votou. O Izalci votou. Agora é ligação, vamos ligar. Temos sete. (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli, vamos votar. V. Exa. está presente? (*Pausa.*)

Vamos ligando, gente, para fechar logo, porque temos muito o que fazer ainda hoje aqui. Muitas votações. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, só para registrar: eu tentei, eu estava aqui na CAE e tentei votar esse item 1, PDL, em que eu votaria favoravelmente, mas acho que não deu certo.

Então, só quero registrar aqui meu apoio ao relatório do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador. Registrado.

Faltam quatro votos. Está chegando. (*Pausa.*)

Cid Gomes, Wilder, Esperidião, Mecias de Jesus. É só ligar, que eles votam rapidinho. Heinze também, Jayme Campos. (*Pausa.*)

Faltam três votos. Vamos intensificar aí.

Eu vou aproveitar a oportunidade, enquanto chegam esses três votos, para a gente fechar, para passar para a leitura do projeto não terminativo.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 4643, DE 2020
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com rejeição da Emenda nº 1 e acolhimento da Emenda nº 3

Resultado: Aprovado

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE em decisão terminativa

2. Em 12/04/2023 o Senador Wellington Fagundes apresenta a emenda nº 1

3. Em 26/09/2023 o Senador Jorge Kajuru apresenta a emenda nº 3

4. Votação simbólica

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Weverton...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem o item 6 na pauta aí, de que eu sou o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem. É o próximo aqui.

Enquanto fecha a votação, faltam dois votos, aí nós continuamos.

Pode fazer a leitura, Relator *ad hoc*, Senador Marcos Rogério, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., passarei direto à análise do projeto, para avançarmos na matéria.

A análise de constitucionalidade será formalmente realizada na CAE. Entretanto, em análise preliminar, entendemos que o presente projeto é constitucional, visto que, conforme o art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre trânsito e transportes. Assim, é correto que a União estabeleça a forma de pagamento a ser utilizada nas concessões rodoviárias federais.

Além disso, o PL 4.643, de 2020, está em consonância com a Lei 8.987, de 1995, que aponta, em seu art. 6º, que as concessões pressupõem a prestação de serviço adequado, isto é, que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.

Com relação ao mérito, a implementação do pagamento de pedágios com cartões de crédito e débito trará uma série de benefícios aos usuários das rodovias, como a comodidade e a segurança na realização do pagamento.

Ademais, cabe ressaltar que a grande maioria das pessoas já utiliza cartões de crédito e débito como meio de pagamento em outras vias, em outras áreas, como compras em estabelecimentos comerciais, por exemplo. Portanto, a implementação dessa medida não trará grandes dificuldades aos usuários das rodovias.

Não esqueçamos que o PL nº 4.643, de 2020, caminha em direção ao aprimoramento da qualidade do serviço de concessão de rodovias federais, não só pela comodidade que a medida trará aos usuários, mas também pela modernização do sistema de pagamento de pedágios.

Entretanto, o país tem como fundamento basilar de sua relação com os investidores o respeito aos contratos. Não seria salutar que, de tempos em tempos, os contratos administrativos sofressem modificações unilaterais, principalmente aquelas que pudessem desequilibrar a saúde econômico-financeira dos contratos, com repercussões regulatórias e burocráticas relevantes, principalmente para as agências reguladoras, no caso a Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) e para os órgãos de controle.

A ANTT, atualmente, administra 24 contratos de concessões rodoviárias que gerem 1.023.002km de rodovias federais. A alteração imediata das regras de todos esses contratos, mesmo que para um fim meritório, poderia causar um efeito adverso na própria regulação dos contratos, visto que para cada um deverá ser feita uma conta específica de equilíbrio das obrigações do concessionário. Além disso, as formas de pagamento são mutáveis com o avanço tecnológico. É bom lembrarmos que até o sal, que hoje utilizamos como condimento, já foi usado como meio de pagamento. Transformações nas formas de pagamento são intrínsecas a todas as sociedades. É bom lembrar que, há pouco tempo, não conhecíamos o PIX como método de pagamento. Os próprios cartões de crédito e débito são invenções relativamente recentes na história das transações bancárias. Assim, seria temerário condenar a ANTT a usar cartões de crédito e débito de forma obrigatória e perpétua nos pedágios se devido ao avanço da informática, em futuro bem próximo, tais meios de pagamento já poderão ter sido totalmente substituídos por outras formas mais céleres e seguras de pagamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, entendemos oportuno deixar tanto expresso que a nova obrigação valerá para os novos contratos licitados a partir de 1º de janeiro de 2025, quanto que os atuais contratos somente precisarão atender à nova regra a partir de 1º de janeiro de 2026, na ocasião da primeira revisão quinquenal após aquela data. Dessa forma, será respeitada a segurança jurídica e o devido impacto regulatório na aplicação da lei.

Entretanto, não se faz oportuno o acolhimento da Emenda nº 1, da CI, para definir que sejam adotados todos os meios de pagamento aceitos pelo Banco Central para transações comerciais de varejo, uma vez que a ANTT é a agência reguladora com competência sobre a matéria. Consideramos oportuno, também, substituir a espécie cartões de crédito e débito pelo conceito de meios de pagamento digitais. Assim, quando houver o surgimento de outras formas mais seguras e céleres de pagamento do que o cartão de crédito ou de débito – e certamente haverá em não muito tempo –, a lei não estará obsoleta. Assim, como também monitorar a aplicação da lei na prestação de contas anuais da ANTT, oportunidade em que a adoção dos referidos cartões poderá ser acompanhada pelo Congresso Nacional.

A pedido do Senador Eduardo Braga, deixamos claro no texto a posição de que os consumidores não deverão ser onerados pelas modificações aqui trazidas. Consideramos oportuno também substituir a espécie cartões de créditos e débitos pelo conceito meios eletrônicos, de forma atualizada com o avanço tecnológico. Assim, quando houver o surgimento de outras formas mais seguras e céleres de pagamento que o cartão de crédito ou de débito, e certamente haverá em não muito tempo, a lei não estará obsoleta.

Por fim, acolhemos a Emenda nº 3-CI, do Senador Kajuru, por entender que o ajuste redacional põe fim às interpretações contrárias ao entendimento original de que a ANTT tivesse a atribuição de autorizar os meios de pagamento em todo o país, o que não é a nossa intenção.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.643, de 2020, com rejeição da Emenda nº 1-CI e aprovação da Emenda nº 3-CI na forma da emenda apresentada.

É o voto do eminente Senador Relator Weverton Rocha, Sr. Presidente, que eu estou subscrevendo neste momento à Comissão de Infraestrutura.

E aí, se V. Exa. me permite, em relação a isso, é algo que eu penso que dispensaria o papel do Poder Legislativo se a Agência Nacional de Transportes Terrestres tivesse cumprido sua obrigação, tão simples, com relação a essa matéria. Obviamente que você tem que facilitar a vida do usuário das rodovias, do consumidor desse modal de transportes, do profissional do volante ao cidadão que sai com a sua família, vai viajar Brasil afora e passa por praças de pedágio.

Veja V. Exa.: o mais comum, talvez até o bom senso das concessionárias fosse colocar naqueles totens, naquela estrutura por onde passam todos os viajantes um QR *code* com o Pix, porque não custa nada para o operador, e o usuário, com seu celular ali, enfim, pudesse fazer.

Então, assim, às vezes, criam-se dificuldades para se entregar aquilo que é básico para o consumidor, aquilo que é básico para o usuário. Aí o Legislativo tem que se debruçar a fazer uma lei dessa natureza para entregar o óbvio.

Então, eu estou subscrevendo o relatório do eminente Senador Weverton com relação a essa matéria, cumprimentando o Senador Eduardo Girão, que apresentou a proposta, mas sublinhando que é um excesso o que o Legislativo está fazendo em razão de uma omissão, digamos assim, por parte do regulador, que podia resolver, ou mesmo bom senso por parte das concessionárias. Aí eles vão alegar: "Ah, mas a operação de crédito, o cartão de crédito, gera custo para o concessionário". O.k., então, você crie um modelo de cartão e vá administrar a sua própria bandeira, o seu próprio serviço. Quantas lojas Brasil afora não têm um cartão delas próprias? Você pode fazê-lo. Cria um modelo nacional, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso é uma questão de mercado, eu não quero entrar nessa discussão que é lá de quem está na ponta, trabalhando, mas o nosso papel aqui é defender, sobretudo, o direito do consumidor. Você não pode fazer com que o consumidor coloque uma quantidade de dinheiro no bolso para fazer uma viagem longa, em que vai passar por dezenas de pedágios se ele dispõe de outro meio para cumprir com essa obrigação.

Então faço o voto aqui, saudando os eminentes autor e Relator originário dessa matéria também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Vamos anunciar o resultado do item 5, que foi relatado pelo Senador Veneziano.

Podem abrir o painel para anunciarmos o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Voto SIM, 11 votos; NÃO, nenhum.

Abstenção nenhuma.

O projeto foi aprovado.

Agora o item 3, de que o Senador Marcos Rogério acabou de fazer a leitura do relatório, está em discussão.

Ele é sobre o pagamento dos pedágios; sobre se pagarem os pedágios por meios tecnológicos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, está em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2755, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar "Ponte Governador Jerônimo Santana" a ponte sobre o rio Madeira localizada na BR-364, na divisa dos Estados do Acre e de Rondônia.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação

Resultado: Aprovado

Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu peço a V. Exa., Sr. Presidente, permissão para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe à CI pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que a União detém competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental. Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou a pessoas jurídicas da administração indireta.

Como indicado na justificação da proposição, Jerônimo Garcia de Santana faleceu no dia 11 de setembro de 2014, preenchendo o pressuposto da referida lei.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

O Rio Abunã é um dos maiores afluentes do Rio Madeira e forma quase toda a fronteira norte entre a Bolívia e o Brasil – mais especificamente com o Acre e com Rondônia. É na região denominada Ponta do Abunã, na confluência do Abunã com o alto Madeira, que a BR-364 cruza este último curso d'água pela chamada Ponte do Abunã.

A estrutura de concreto e aço, uma das maiores já erguidas pela engenharia na Amazônia, possui 1,5km de extensão e mais de 14m de largura. A ponte possui duas pistas de rolagem, acostamento em ambos os lados e passarela para pedestres, e une Abunã e Fortaleza do Abunã, distritos do município de Porto Velho, no trecho em que se encontram separados pelo Rio Madeira.

A BR-364 é uma rodovia diagonal, com início no Município de Cordeirópolis, em São Paulo. Após cruzar os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia, finalmente ela alcança Mâncio Lima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no extremo oeste do Acre. Trata-se de uma das principais rodovias do interior do Brasil, de fundamental importância para o escoamento da produção das Regiões Norte e Centro-Oeste do País.

Antes da construção da BR-364, não existia transporte rodoviário até a região. Podia-se chegar a Porto Velho apenas por intermédio de transporte ferroviário, pela famosa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a partir de Guajará-Mirim; transporte fluvial, a partir de Manaus; ou transporte aéreo.

Foi o Presidente Juscelino Kubitschek que, em 2 de fevereiro de 1960, decidiu ligar Cuiabá, no Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre, abrindo o oeste brasileiro ao resto da nação. Pela importância do governante, na união daquela região ao restante do País, seu nome foi atribuído à rodovia, pela Lei nº 8.733, de 1993. Não! Deve estar errado aqui. Deve ser 1973... Excetua-se, todavia, apenas o trecho da BR-364 compreendido entre as cidades de Porto Velho e Rio Branco, batizado em homenagem ao Governador Edmundo Pinto. Este é, inclusive, o trecho no qual se localiza a Ponte do Abunã.

Decorridos sete anos do início das obras, a Ponte do Abunã foi finalmente inaugurada no dia 7 de maio de 2021. As obras de construção duraram sete anos, mas a espera para a população do município de Porto Velho foi de décadas. Afinal, além de a ponte ligar Porto Velho a si mesma, ela ainda ajudará no desenvolvimento de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia. Esses distritos, por estarem do outro lado do Rio Madeira, sentiam-se mais pertencentes ao Acre do que a Rondônia. Com a integração provida, essa população finalmente estará mais assistida pelos serviços municipais.

Destarte, atribuir o nome de Jerônimo Garcia de Santana a essa obra de arte se justifica tanto pela extrema importância da Ponte do Abunã quanto pela proeminência de uma das figuras mais emblemáticas da história política de Rondônia.

Ainda que tenha nascido aos 29 dias do mês de outubro de 1934 na próspera cidade de Jataí, no Estado de Goiás, foi na política rondoniense que Jerônimo Garcia de Santana – o Homem da Bengala – adquiriu notoriedade. Foi militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro e ingressou no MDB, vindo a ser eleito Deputado Federal por três mandatos seguidos, em 1970, 1974 e 1978. Com a reforma partidária efetuada durante o Governo João Figueiredo, Jerônimo ingressou no PMDB e foi candidato a Senador em 1982.

Foi eleito Prefeito de Porto Velho em 15 de novembro de 1985, mas veio a ser empossado apenas no primeiro dia do ano seguinte. Em maio de 1986 renunciou ao cargo a fim de disputar as eleições de novembro, ocasião em que foi o primeiro Governador de Rondônia a ser eleito pelo voto.

Além dos inúmeros feitos e contribuições de seu mandato para o Estado de Rondônia e para o desenvolvimento da Região Norte, Jerônimo também foi Relator da CPI da Terra (Sistema Fundiário Nacional), bem como membro das CPIs das Áreas Indígenas, da Política Mineral e da Ocupação da Amazônia.

Apesar de todos esses méritos, a principal justificativa para homenagear Jerônimo Santana nessa região específica está no fato histórico de que foi ele que enfrentou o desafio de reintegrar ao Estado de Rondônia meio milhão de hectares de terras na Ponta do Abunã.

A Ponta do Abunã integrou o território boliviano até 17 de novembro de 1903. Nessa data, foi firmado, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, acordo diplomático, entre os Governos brasileiro e boliviano, que anexou ao Brasil o Território do Acre.

Durante a década de 80, a falta de definição sobre a unidade federativa à qual o Território do Acre seria integrado passou a ser fonte de conflitos. Nem mesmo a criação do Estado de Rondônia pela Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, impediu que os vizinhos continuassem a considerar consolidada aquela faixa de terras.

Ciente da influência acreana na Ponta do Abunã, o Governador Jerônimo Santana lutou persistentemente pelo reconhecimento da Ponta do Abunã como território rondoniense, não medindo esforços durante seu mandato de Governador para lograr esse objetivo.

Assim, se o Município de Porto Velho continua até hoje com seus 34 mil quilômetros quadrados, área individualmente maior que a dos Estados de Alagoas e de Sergipe, isso se deve à estratégia e à disposição de Jerônimo Santana.

Jerônimo Garcia de Santana faleceu na manhã do dia 11 de setembro de 2014, aos 79 anos. Seu corpo foi velado e sepultado no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília.

Sua origem humilde foi a base sólida para esse governante, que sempre demonstrou comprometimento e paixão pelo bem-estar do povo. Jerônimo foi conhecido por sua habilidade nata em estabelecer diálogos e construir pontes entre grupos variados, evidenciando uma capacidade diplomática e visionária raramente vista.

Por tais razões, consideramos justa e merecida a homenagem ao maior líder político de Rondônia, que, com sua determinação e visão, deixou uma marca indelével na história de nosso país.

Assim sendo, o voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto 2.755, de 2023, de autoria do nobre Senador Confúcio Moura.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro, pelo relatório.

Está em discussão o relatório do eminente Senador Marcelo Castro.

Com a palavra...

Vou mandar abrir o painel, porque ainda vamos ter que buscar os votos que ainda não estão presentes, não é?

Enquanto se abre o painel, a palavra está com o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Na condição de Presidente, eu vou fazer só um agradecimento ao Marcelo. Ele enriqueceu muito o relatório, falou das qualidades do ex-Governador Jerônimo Santana, é uma ponte. Essa ponte foi iniciada no Governo da Presidente Dilma Rousseff, em 2014, e foi inaugurada recentemente, em 2021; era extremamente necessária.

A Presidente Dilma, sobrevoando a região comigo, na época, como Governador, viu as filas imensas de carretas que não conseguiam abastecer o Acre, aí ela ordenou que a ponte fosse construída. Ela tem um valor emblemático muito grande.

E nada mais tenho a acrescentar, porque o relatório do Senador Marcelo é completo, não precisa mais de nenhum complemento.

Então, assim sendo, o processo de votação adianta.

Eu gostaria que os Senadores fossem chamados ao telefone para votar pelo aplicativo.

Temos seis votos; precisamos de 13.

Enquanto não votam, eu vou continuar.

Item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 78, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados da ANATRIP, CNT e ABRATI na audiência pública objeto do REQ 66/2023.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Resultado: Aprovado

Requerimento nº 78, que requer audiência pública, objeto do Requerimento 66, com os seguintes convidados:

- Sr. Gustavo Lopes de Souza, advogado, da Associação Nacional de Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiro (Anatrip);

- Sr. Vander Francisco Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT);

- Sr. Paulo Alencar Porto Lima, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Esse requerimento é de minha autoria, de votação simbólica. Vamos deixar para votar ao final. Trata-se de uma audiência pública para discutir esses assuntos de infraestrutura.

Item 8 da pauta.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 80, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 63/2023-CI, destinada a instruir o PL 2788/2019, seja incluído entre os convidados um representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Resultado: Aprovado

Observações: *Requerimento aprovado ad referendum, com audiência pública realizada em 17/10/2023, na 41ª reunião da Comissão*

A votação será simbólica logo depois dessa votação que está em trânsito.

Item 9.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 81, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência Pública para instruir o PL 3784/2023

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Resultado: Aprovado

Proponho uma audiência com os seguintes convidados:

- Sra. Isabella Sene, Especialista Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar);

- Sr. Wanderley Baptista, Especialista em Políticas e Indústria/DRI da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Adalberto Maluf, Secretário Nacional do Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; e

- Sr. Ricardo Baitelo, gerente de projetos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

Daqui a pouco, eu passo a palavra ao Izalci, para justificar, enquanto transcorre a votação.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 82, DE 2023

- Não terminativo -

Requer aditamento do REQ 75/2023 - CI para inclusão de representante da Agência Nacional de Mineração como convidado.

Autoria: Senador Zequinha Marinho, Senador Izalci Lucas

Resultado: Subscrito pelo Senador Izalci, lido e aprovado

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – O Requerimento 75 trata do mesmo assunto, só que é da Senadora Tereza Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Izalci subscreve o requerimento da Senadora Tereza Cristina e do Senador Zequinha Marinho.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 86, DE 2023

Requerimento de aditamento ao REQ 75/2023-CI, com o objetivo de discutir o potencial e os entraves da exploração de potássio no Brasil, especialmente estratégias em busca da autossuficiência na produção de fertilizantes pelo país, para que seja incluído o senhor José Cláudio Pereira dos Santos, Coordenador Geral do Conselho Indígena Mura – CIM, na lista dos convidados.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Resultado: Subscrito pelo Senador Izalci, lido e aprovado

Esse é o requerimento também subscrito pelo Senador Izalci Lucas. Há também o do Senador Zequinha Marinho.

Vamos aguardar a votação.

Ainda faltam cinco votos.

Com um pouquinho de esforço, a gente consegue chegar.

Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 84, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a precariedade das Infra estruturas no estado do Maranhão, com ênfase na solução dos problemas de superlotação e desgaste das pontes interestaduais que ligam Timon (MA) a Teresina (PI).

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado

Propõe, para essa audiência, a presença dos seguintes convidados:

- Carlos Orleans Brandão Júnior, Governador do Estado do Maranhão;
- Rafael Fonteles, Governador do Estado do Piauí;
- Dinair Veloso, Prefeita de Timon;
- Fabricio Galvão, Diretor Geral do Dnit;
- Jader Barbalho Filho, Ministro das Cidades.

Vamos votar, depois, em bloco.

Então, está empacada ali a votação.

Vamos aguardar um pouquinho mais, porque estamos ali votando o projeto de lei relatado pelo Senador Marcelo Castro.

Acho que o Jayme Campos está fácil de localizar, a Daniella também, a Senadora Augusta, os Senadores Jaime, Marcos Rogério, Wilder, Tereza Cristina e Esperidião. É muita gente.

Vamos esperar cinco minutos.

Enquanto isso, a gente vai ficar aguardando aqui um pouquinho. (*Pausa.*)

Estão ligando para os Senadores, não é?

Cinco votos.

O Otto Alencar estava aqui com a gente.

Vou marcar aqui o tempo. São 12h41. (*Pausa.*)

Para a gente não ficar muito em silêncio, eu vou falar um pouquinho sobre este projeto que está em votação. Ele é de minha autoria.

Foi o Jerônimo que me introduziu na política na década de 80. Essa ponta depois da ponte era tida como pertencente ao Acre. Mas ele levantou uns estudos cartográficos e topográficos realizados no início do século XX pelo famoso escritor Euclides da Cunha. Euclides da Cunha também era engenheiro.

Ele foi designado pelo Governo de Campos Salles ou pelo Presidente Rodrigo, lá do Estado de São Paulo, para fazer esse levantamento histórico. Ele fez todo um mapeamento da região e escreveu o famoso Tratado de Petrópolis. Nesse Tratado de Petrópolis, ele incluía essa ponta. Quando se vê o mapa, é uma ponta muito aguda entre a Bolívia e o Estado do Amazonas. Fica esse dedo enfiado no meio da Bolívia e do Amazonas, que é chamado Ponta do Abunã.

Como o Acre ocupava os espaços da época, ele designou um coronel da Polícia Militar chamado Ferro, que, em sigilo absoluto, deslocou as tropas da Polícia Militar para esses distritos do outro lado da ponte e ocupou os prédios públicos. Logo a seguir, com a presença da polícia ali, ele implantou o domínio dessa região ao Estado de Rondônia O passo seguinte foi ele dar entrada no Supremo Tribunal Federal em uma ação realmente de domínio dessa área ao Estado de Rondônia.

Na época, o procurador e advogado do Estado de Rondônia conseguiu convencer todos os Ministros do Supremo, e foi uma votação unânime. E aquela ponta de terra passou a incorporar-se ao Estado de Rondônia.

Se vocês observarem, essa ponta pertence ao Município de Porto Velho. E a distância de Porto Velho até o último distrito dessa região é de 380km, para você ver a distância de Porto Velho até ali. Tudo é um distrito, é uma cidade-estado, é muito grande.

Acho que já preencheu os cinco minutos com a minha fala.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Vamos ser tolerantes com V. Exa., Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ficaram nove.

Então, eu posso continuar meu relatório.

O Coronel Ferro, numa ocupação, tipo um movimento de guerrilha, assumiu o território. Depois, o Supremo consagrou essas terras para o Estado de Rondônia.

Até hoje, do outro lado do rio, tem alguns distritos muito próximos. Tem distrito ali que tem 7 mil eleitores. Trata-se de Distrito de Extrema.

Para o Prefeito de Porto Velho arrumar uma estrada lá, ele tem que deslocar 380km. E é um distrito. Lá em São Paulo, a distância de uma cidade à outra são 30km, 20km, 50km. E, lá, uma mesma cidade, um distrito fica a 380km.

Então, diante de todos esses atos heroicos do ex-Governador Jerônimo, já falecido, eu propus essa homenagem a ele com o nome dessa ponte. É uma coisa simbólica o nome de ponte. Qual é a importância no nome de uma ponte? É um registro histórico que fica ali para que as populações que passam e são jovens venham, depois, perguntar quem foi Jerônimo Santana.

Ele, como Governador do estado e como Deputado Federal, transformou o Território Federal de Rondônia em estado. Foi votado aqui pelo Congresso Nacional da época a transformação em 1981 do Território Federal de Rondônia. É o único estado da Federação que tem o nome de um grande líder, que foi o Rondon. Não tem nenhum outro estado brasileiro que tenha o nome de uma figura histórica como foi o Marechal Rondon.

Quando eu cheguei a Rondônia, em 1975, 1976, ainda existiam os postes e os fios telegráficos esticados pelo Marechal Cândido Rondon. Os postes eram de ferro. Não sei como ele transportava esses postes naquele tempo, levando toda essa integração telegráfica, unindo o que se chamava naquela ocasião de "Brasil profundo", "Brasil estranho", "Brasil escondido", através dos fios telegráficos.

O Rondon foi uma pessoa fantástica, e a gente não pode deixar a imagem desse homem guerreiro, muito extraordinário, protetor dos índios.

Em certa ocasião, quando o Presidente Roosevelt perdeu a eleição nos Estados Unidos, ele foi conhecer o rio que tem o nome de rio Roosevelt. O Roosevelt fez uma expedição muito bonita.

Já chega de tanto falar, não é, gente? (*Risos.*)

Já deu.

Eu estava aqui enrolando, enchendo linguiça para poder atingir o quórum.

Então, vamos fechar ali e abrir o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – São 11 votos favoráveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Valeu a pena.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nenhum voto NÃO.

Então, o projeto foi aprovado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, vamos votar todos os requerimentos já lidos em bloco.

Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo com a aprovação dos requerimentos lidos há pouco permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados todos os requerimentos.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião.

Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Muito bem.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dois minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Izalci Lucas, Efraim Filho, Jader Barbalho, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Dr. Hiran, Marcos do Val, Giordano, Angelo Coronel e Jaques Wagner, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Beto Faro, Tereza Cristina e Ireneu Orth. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 74/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 91/2023 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto de 2023, e prestar informações sobre o Acórdão nº 2366/2023–TCU, em especial o item 9.1.2, que determina à Casa Civil da Presidência da República a elaboração de plano de ação visando à revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, que contemple critérios referentes aos projetos nos quais serão alocados os recursos de investimento socioambiental e em infraestrutura a serem realizados pela Itaipu Binacional. **Participante:** Rui Costa, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Janaína Farias, Teresa Leitão e Chico Rodrigues. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/30

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Nós vamos iniciar nossa audiência pública de hoje, previamente agendada, e com a presença do Ministro Rui Costa, cujo objetivo é discorrer sobre o Novo PAC e também sobre algumas pendências, algumas dúvidas de Senadores sobre a Itaipu Binacional.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa de Aceleração do Crescimento lançado em agosto de 2023 e prestar informações sobre o Acórdão 2.366, de 2023, do TCU, em especial o item 9.1.2, que determina à Casa Civil da Presidência da República a elaboração de um plano de ação visando à revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, que contempla critérios referentes aos projetos dos quais serão alocados recursos de investimentos socioambiental e infraestrutura a serem realizados pela Itaipu Binacional, em atenção ao Requerimento 74, de 2023, da CI, de minha autoria e do Senador Esperidião Amin.

Muito bem.

Eu convido, para tomar lugar à mesa... Eu vou buscar aqui o nosso Ministro Rui Costa, para nós darmos início à nossa audiência. (*Pausa.*)

Eu quero inicialmente agradecer a presença do Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa, que comparece a esta Comissão com o objetivo de prestar informações sobre o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto do ano passado, como já falei anteriormente.

Além de debater sobre o PAC, esta audiência pública pretende obter informações sobre o Acórdão 2.366, de 2023, do Tribunal de Contas, em especial sobre o item 9.1.2, que determina à Casa Civil da Presidência República elaborar plano de ação para rever o Anexo C do Tratado de Itaipu.

Por que debater o Novo PAC? Porque as versões anteriores deste programa, somados, custaram aos cofres públicos quase R$700 bilhões. Embora tenham contribuído para importantes obras, essas iniciativas também registraram inúmeras falhas que se traduziram em prejuízo para o país, diversas delas obras paralisadas.

Segundo o TCU, o índice de conclusão das obras do PAC ficou abaixo de 10% na primeira versão do programa, de 2007 a 2010, e pouco acima de 25% na segunda versão, a partir de 2010. Então foram índices muito baixos de eficiência daqueles dois programas anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora o Governo edita o Novo PAC. Conforme divulgado, terá investimento de quase R$2 trilhões, distribuído em nove eixos de atuação. Desse total, cerca de R$1,5 trilhão será investido em 2026 e R$320 bilhões após este ano. São valores muito expressivos, extremamente necessários, que, se bem aplicados, terão grande impacto na geração de emprego e de crescimento em nosso país. Esses investimentos podem contribuir para superar os já conhecidos gargalos de infraestrutura, que dificultam o desenvolvimento e contribuem para o custo Brasil.

Por isso, precisamos debater aqui nesta Comissão como serão alocados esses recursos e quais as garantias oferecidas pelo Governo para que as obras contratadas no âmbito do Novo PAC sejam de fato realizadas. Assim, evitaremos mais desperdícios e prejuízos para o país.

Outro ponto que iremos discutir é o Acórdão 2.366, de 2023, do TCU, que determina que a Casa Civil elabore plano de ação para rever o anexo do Tratado de Itaipu. O anexo estabelece as bases financeiras de comercialização de energia hidrelétrica binacional, que deve levar em conta a realidade e as assimetrias Brasil e Paraguai.

Decorridos quase 50 anos da assinatura do Tratado de Itaipu, devem ser iniciadas as negociações com vistas à revisão do Anexo C, que levarão em conta o fim da dívida da construção da usina. Além disso, precisamos discutir critérios de seleção e progressão de futuros projetos da Itaipu Binacional. São, de fato, segmentos muito importantes, sobretudo na área de saneamento ambiental, energias renováveis, manejo de água, solo e ainda obras sociais. Antes, porém, considero imprescindível discutirmos isso aqui nesta Comissão não apenas para tomar conhecimento de proposta, mas também para aperfeiçoá-la.

Então, *grosso modo*, esse é o objetivo de nossa audiência pública.

O Senador Kajuru, devido a um compromisso que ele tem na área de saúde agora, com horário marcado, pede para abrir uma exceção. Mesmo antes de o Ministro fazer as suas apresentações, o Kajuru deixará uma pergunta, para posterior resposta, que depois ele colherá nas notas taquigráficas e nas exposições feitas pelo Ministro em sua resposta.

Então, Senador Kajuru, o senhor pode fazer a pergunta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bem, antes de mais nada, Deus e saúde a todos e a todas presentes, especialmente a nossa pátria amada.

É sempre um orgulho estar aqui nesta Comissão, que, evidentemente, em toda a sua história, jamais teve um homem público com a experiência, com a capacidade e com a eficiência do Senador Confúcio Moura.

Aqui já está a minha querida amiga, destacada Senadora cearense, a Janaína.

Eu peço a compreensão também do meu irmão, querido catarinense Senador Amin, e peço desculpas aos demais companheiros.

Hoje é um dia muito importante na minha vida – o Senador Confúcio tem consciência disso – em função da minha visão com apenas 3%. Graças a Deus, parece que hoje vai ser o dia de salvar a minha visão com um Senador, o Dr. Hiran Gonçalves, que é um oftalmologista reconhecido, e com toda a sua equipe. E eu tenho que tomar as providências, porque é uma cirurgia em três etapas de oito horas no Hospital de Olhos do Distrito Federal.

Mas eu não poderia estar ausente neste momento, primeiro, para fazer aqui ao Parlamento de forma geral... Quando eu ouço algum colega reclamar: "Kajuru, você, que é Vice-Líder do Governo, poderia explicar por que, às vezes, eu tenho dificuldade de falar com o Ministro Rui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa?". Eu respondo: "Porque ele trabalha, ele não tem sábado, ele não tem domingo". E vou dizer uma coisa: ele trabalha mais até do que o Presidente Lula. O Presidente Lula, aos sábados, ainda se diverte com a Janja, almoça... Ele não. Ele e o Geraldo Alckmin, aos sábados, ficam respondendo, anotando as perguntas feitas durante a semana. Eu conheço bem o trabalho dos dois. Então, é uma defesa de um Ministro que tem uma responsabilidade enorme. Quer queira, quer não queira quem seja contra o Governo, o Novo PAC vai ficar na história do Brasil, e ponto final. Sobre isso não tem discussão.

E o que eu queria deixar aqui em nome do meu amado Estado de Goiás, Ministro Rui Costa, é que, depois daquela nossa conversa com o Presidente Lula, em que estava o meu Líder, minha referência, meu irmão Jaques Wagner junto, e também a Senadora Leila do Vôlei, o senhor deve se lembrar de que o Presidente Lula, sempre justo com suas palavras, fez questão de dizer ao senhor que esse era um pedido feito por Goiás, pelo Senador Kajuru, e, pelo Distrito Federal, pela Senadora Leila do Vôlei. Por quê? Porque, quando um filho é bonito, todo mundo quer ser pai, Janaína; quando um filho é feio, ninguém quer ser pai.

Então, o que eu vou falar aqui é que tem gente em Goiás dando crédito a si, dizendo que até R$2 milhões conseguiu com o Governo Lula e com o Ministro Rui Costa, que brincou um dia comigo – não vou nem citar nomes – e falou assim: "Kajuru, sobre esse cidadão de que você está falando, só se eu falei com ele por telepatia. Eu não conversei com ele, Kajuru". Prevalece o que o Presidente Lula falou, de que o Ministro Rui Costa e o Senador Jaques Wagner se lembram, que foi um pedido, em Goiás, feito por mim e, no Distrito Federal, pela Leila, porque esse é um sonho do entorno de Goiás. Nós vamos beneficiar 560 mil pessoas. Este Governo vai ficar na história do entorno em relação ao transporte de alta velocidade, seja o BRT, seja o VLT, ligando Santa Maria-Luziânia-Brasília; e, depois, o sonho do trem-bala Brasília-Goiânia.

Então, eram essas as considerações, respeitosamente, que eu queria fazer, dirigindo-me ao Ministro Rui Costa, para que Goiás tome conhecimento de quem realmente começou o Governo com essa preocupação e teve a palavra de ambos, que é o mais importante na vida pública para um Parlamentar: palavra. E isso para eles é questão de honra, tanto para o Presidente Lula quanto para o Ministro Rui Costa.

Presidente Confúcio, muito obrigado. Eu vou aguardar a resposta e me dirigirei ao hospital imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Boa sorte na intervenção, Kajuru. Que tudo corra bem. Nós estamos torcendo aqui por você, viu?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Felicidades para você!

Obrigado.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, Ministro Rui Costa, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo nosso Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, nós vamos iniciar a nossa audiência pública passando a palavra ao Ministro Rui Costa pelo tempo que ele julgar necessário.

Fique à vontade, Sr. Ministro.

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Quero, primeiro, agradecer a Deus a oportunidade que ele nos dá de estar aqui nesta manhã; cumprimentar e agradecer a toda a Comissão na pessoa do Presidente da Comissão, o Senador Confúcio Moura; agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui neste momento; saudar o Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner; saudar a nossa Senadora Janaína Farias; e saudar esse amigo e agradecer-lhes as palavras, o Senador Jorge Kajuru.

E, em função da sua necessidade de se ausentar em função da cirurgia, como ele acabou de citar, eu quero apenas registrar e confirmar as suas palavras no sentido da sua luta cotidiana. Todo lugar em que o Senador me encontra ou encontra o Presidente, reitera a necessidade de acelerar esse projeto, uma demanda absolutamente justa e necessária para garantir a mobilidade urbana, a redução do tempo de viagem e o conforto. E, como o Presidente já havia confirmado, há a inclusão desse projeto no PAC. E aqui, como eu vou demonstrar mais na frente, nós temos obras no PAC que são executadas diretamente pelo Governo Federal e temos outras obras que são executadas pelos entes estaduais ou municipais – é o caso dessa obra, que será executada pelo ente estadual, e, portanto, o ritmo e o processo licitatório são dados pelo ente com o qual nós fazemos a parceria, seja ele estadual ou municipal. Mas eu quero reiterar aqui nosso agradecimento ao Senador Kajuru e dizer que nós estaremos sempre à disposição para, no que depender de nós, acelerar. Sei da absoluta prioridade que o senhor tem dado a esse projeto, e o Presidente também é ciente disso, já me pediu algumas vezes para buscar dar celeridade a essa demanda, visto que o senhor reitera constantemente esse pedido. Então, eu quero agradecer e dizer que estamos cuidando com carinho e em breve iremos juntos, quem sabe, acompanhar a publicação do edital de licitação e o início das obras. Que Deus o abençoe e boa sorte na sua cirurgia.

Quero aqui iniciar dizendo que o Novo PAC trata-se, portanto, de um planejamento que não é apenas do Executivo Federal; é um plano de investimentos e tem o apoio desta Casa, o Senado, e o apoio da Câmara dos Deputados e tem uma participação direta dos entes tanto estaduais como municipais.

Para elaborar esse plano, Senador Confúcio, nós fomos dialogar com os 27 Governadores. O Presidente Lula, ao pautar que gostaria de retomar o PAC, disse: "É preciso reconhecer, valorizar a representação dos estados". Portanto, nós temos que compartilhar com o ente estadual, com o ente municipal o processo de escolhas, de definição de prioridades, porque, quando a gente envolve mais atores, mais representantes, a chance de acertar é maior. E assim fizemos, dialogamos com os 27 Governadores. Em seguida, no PAC Seleções – como eu vou apresentar aqui –, dialogamos com os Prefeitos e Prefeitas para abrir o processo de seleção de obras.

Eu começo a apresentação dizendo que o Novo PAC não é apenas um conjunto de obras; ele compõe também um plano de estratégia de desenvolvimento do país, de redução de gargalos, de aumento da capacidade competitiva do país, dos estados, para que a gente reduza o chamado custo Brasil e torne, portanto, as nossas empresas mais competitivas, com maior capacidade de alcançar mercados, não só no país, mas mercados internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, nós estamos discutindo – eu tive a oportunidade de me reunir, já algumas vezes, com o Senador Confúcio – medidas institucionais, de que eu vou falar. São medidas que buscam, desde mudança do arcabouço legal, de decretos de portaria, para tornar mais célere, mais sustentável o plano de investimento e obras, não só do PAC, mas outras obras federais, estaduais e municipais.

E aqui nós temos um total de investimento previsto de R$1,7 trilhão, dividido, nesse formato que está aí, entre o privado, o Orçamento Geral da União, financiamento a estados, municípios e entes privados e o investimento em estatais, com destaque para a Petrobras, no valor de R$394 bilhões.

Como os números apresentados mostram, o PAC, esse Novo PAC, está baseado, lastreado no investimento privado e na parceria com estados e municípios, e a sua menor parte no Orçamento Geral da União, o Orçamento direto, diferente dos outros PACs, que tinham, na maior parte do seu investimento, investimento do Orçamento da União.

E aqui nós temos os eixos. São nove eixos em que o PAC foi organizado.

Eixo de transporte eficiente e sustentabilidade, e os valores ali representados: R$369 bilhões.

Investimentos de abastecimento de água, o programa Água para Todos, que é o grande guarda-chuva dos diversos investimentos em abastecimento de água: R$30 bilhões.

Transição em segurança energética: R$596 bilhões. E aqui está um dos pilares centrais do Governo do Presidente Lula. O Brasil se destaca e é referência internacional na produção de energia limpa, sustentável, e não tenho receio de dizer que o Brasil é um dos países, se não o país, de melhor desempenho na produção de energia limpa, um país que se coloca nos primeiros lugares de competitividade da produção dessa energia.

Cidades sustentáveis e resilientes: R$601 bilhões.

Educação, ciência e tecnologia: R$45 bilhões.

Saúde: R$30 bilhões.

Inclusão digital e conectividade: R$28 bilhões.

Infraestrutura social e inclusiva: R$3,8 bilhões.

Inovação para defesa: R$52 bilhões.

Temos uma expectativa de gerar 2,5 milhões de empregos diretos, e esses números já começam a se materializar – eu vou mostrar mais à frente –, e 1,5 milhão de empregos indiretos.

E a próxima lâmina, eu entro aqui para destacar, Senador Confúcio, as medidas institucionais e, ao fazê-lo, eu quero reiterar aqui nosso agradecimento ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados. Como eu disse antes, o PAC não é apenas uma ação do Executivo, e sim, uma ação do Congresso, do Governo, dos Governadores, no sentido de desenvolver nosso país. Não é possível vencer e dar um desempenho adequado às obras se nós não atualizarmos um conjunto de marcos legais para dar celeridade, segurança jurídica e acelerar os investimentos no nosso país. Por isso, eu vou citar aqui algumas das leis que foram aprovadas: a Lei 14.592, que reduz o custo de crédito para inovação, inclusive em setores de infraestrutura; a 14.620 retoma o Programa Minha Casa, Minha Vida; a Lei Complementar nº 200 institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica; a 14.711 é o marco legal de garantias de empréstimos; a 14.719 institui o Pacto Nacional de Retomada de Obras de Engenharia da Educação Básica e Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Senador Confúcio, eu quero abrir um parêntese para dizer o quanto que essa lei foi importante.

No Brasil, normalmente se fazia contratos e convênios com os municípios, em especial – também com os estados, mas eu vou destacar aqui os municípios –, e, por problemas diversos, inclusive de abandono de obras, às vezes, por parte das empresas, uma obra ficava paralisada, e ia se arrastando a solução para uma nova licitação. Então, tínhamos obras que, iniciadas às vezes há cinco, seis, oito anos, dez anos, elas constavam no contrato, no convênio, com o valor histórico, e, portanto, o município... Uma obra que foi contratada de uma creche ou de uma escola que, à época, era R$4 milhões, o valor atual estava em R$7 milhões. Poucos municípios no Brasil, em termos de quantidade de municípios, têm capacidade de tirar R$3 milhões do seu caixa para terminar uma obra, e, por isso, nós só fazíamos aumentar o número de obras paralisadas.

E aí, essa lei foi importante – e a participação do Congresso Nacional – para possibilitar que o Governo Federal atualizasse, completasse o valor da obra, e, assim, nós estamos retomando as obras e dando celeridade, portanto, à entrega de escolas, creches e unidades de saúde.

A Lei 14.748 dispõe sobre o prazo de mobilidade urbana, o plano de mobilidade urbana; a 14.801 dispõe sobre as debêntures... E aqui quero destacar a participação do Senador Confúcio e dos outros Senadores, dos Deputados. Essa lei é importante porque cria um novo marco de financiamento para a infraestrutura do Brasil com o lançamento de debêntures, e ela já começou a ser utilizada pelo mercado, portanto, abrindo fontes de recursos para aqueles que querem fazer projetos estruturantes. Medidas que estão em tramitação aqui na Casa, seja na Câmara, seja no Senado: institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento o PL 6.235; o PL 5.719 autoriza o BNDES a constituir subsidiárias integradas e controladas; o PL 2.925 altera a Lei 6.385 e a Lei 6.404 para dispor sobre a transparência em processos arbitrais; o PL 2 autoriza a concessão de cotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas – esse é um projeto importante para incentivar o setor industrial a voltar a investir e se atualizar tecnologicamente –; o PL 412 institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – isso coloca o Brasil na dianteira para recepcionar investimentos que buscam capturar gases de efeito estufa –; institui-se o Programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover); o PL 7.063 atualiza a lei de PPPs – aqui reputo esse também muito importante, cresceu muito no Brasil o uso de parceria público-privada para os investimentos, e, portanto, ele é muito importante para que a gente possa acelerar e atrair mais investimentos –; o PL 528 dispõe sobre a mobilidade sustentável de baixo carbono; o PL 2.159 dispõe sobre licenciamento ambiental – sobre esse também tive a oportunidade de conversar com o Senador Confúcio. Esse reputo como um PL da maior importância, porque ele, uma vez aprovado e concluída a sua tramitação no Congresso, vai dar segurança jurídica aos atores, aos licenciadores, sejam eles municipais, estaduais ou federais, pela ausência de um marco legal que disponha sobre o processo de licenciamento. Nós já conhecemos o termo "síndrome da caneta", ou seja, o receio que nos agentes públicos, ao longo dos anos, foi crescente no sentido de adiar a liberação e a sua decisão sobre pontos da administração pública, em especial o licenciamento. Conhecemos dezenas, para não falar de centenas, de casos pelo país em que o técnico licenciou ou deixou de licenciar um projeto, e, muitas vezes, ele foi acionado legalmente para debater o seu mérito, a sua opinião sobre aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto. Isso traz uma insegurança jurídica, porque o servidor público, seja ele municipal, estadual ou federal, tem que se defender, arcando com seus custos individuais. Portanto, isso tem atrasado muito o processo de licenciamento no Brasil. Esperamos ansiosos, queremos nos colocar à disposição para todo debate, consulta, opinião que forem necessários, para a gente ver aprovado esse projeto aqui na Casa. O PL 2.159 é que eu reputo que vai acelerar, como eu disse, o licenciamento no nosso país.

Aí eu entro diretamente, agora, nos dados que mostram já, de forma muito consistente, a retomada dos investimentos. Esse dado não é governamental – tem, ali no canto, a fonte, Abdib – e mostra os investimentos no Brasil de 2010 a 2023: o azul mais claro é o investimento privado; o azul mais escuro é o investimento público. Dá para ver que, em 2023, no ano do lançamento do PAC e da retomada dos investimentos, nós tivemos um crescimento médio de 20%, incluindo o público e o privado: 14% do crescimento privado e 44% do investimento público. E aí tem o crescimento também com os valores pagos do Orçamento Geral da União. Comparado com os anos anteriores, nós podemos ver a retomada e a celeridade que foram dadas aos investimentos públicos no Brasil a partir do ano passado.

Aqui eu quero destacar outro dado importante. Como eu disse antes, o PAC não é apenas investimento de Orçamento Geral da União; ele é uma parceria com estados e municípios não só de recursos próprios dos estados e municípios, mas também de financiamentos dados pelo Governo Federal a estados e municípios para atender aos seus pleitos de obras estruturantes e de obras socialmente importantes. E aí podemos constatar que, em 2023, o número de empréstimos concedidos aos entes públicos para investimento e aos entes privados superam a somatória dos últimos quatro anos. Então, esse dado, esse gráfico é muito expressivo, porque mostra a forte retomada, eu diria, do respeito também, Senador Confúcio, ao pacto federativo.

Eu me lembro de que, em anos anteriores, os Governadores e os Prefeitos tinham imensa dificuldade de conseguir autorização para financiar seus projetos, e aqui Prefeitos e Governadores de todos os partidos políticos e de todas as regiões tiveram acesso a esses financiamentos.

Aqui, eu quero destacar, em especial, que o emprego, de forma geral, cresceu no ano de 2023, mas também destaco o crescimento do emprego da construção civil, que teve um aumento de 6,6%, o que mostra já o efeito daquele dado que eu tinha apresentado no início, da expectativa de geração de emprego no Brasil com o Novo PAC.

Na situação dos empreendimentos, o primeiro quadro está em valor, ou seja, apresentação do valor. Então, 49% dos valores estão em ação preparatória, 2,7% já estão em licitação, 41% já estão em execução, e 6,9% são obras que foram concluídas nesse período.

O segundo quadro mostra a situação dos empreendimentos em quantidade. Quero notar, é evidente, que grandes obras, em número, são menores, mas têm um valor maior e, portanto, às vezes, demoram mais no processo de licitação; em quantidade, nós temos valores com obras menores. Então, em quantidade, nós temos 25,9% em ação preparatória, 12,4% em licitação, 65% já em licitação ou em execução – melhor dizendo –, e 6,5% concluídas. Então, esse é um quadro que nós, evidentemente... É um quadro positivo, mas nós estamos trabalhando, dia após dia, em reunião com Governadores, com Prefeitos, com ministérios, para acelerar ainda mais essa retomada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero abrir um parêntese aqui para destacar, de forma especial, dentro do PAC, o programa Minha Casa, Minha Vida, não só pelo aspecto social e humano, mas pelos resultados já apresentados.

Nós, em 2023 e 2024, selecionamos já, dentro da faixa mais popular, 302 mil unidades habitacionais. Essa é a maior seleção dos últimos dez anos, sendo 14 mil moradias para quilombolas e 6 mil para indígenas. Foram 27,9 mil moradias entregues – nós recebemos um estoque alto, bastante elevado, de unidades, de conjuntos paralisados, e nós estamos retomando essas obras e entregando à população. Nos próximos dias, o Presidente Lula, inclusive, fará um novo lote de entregas, fazendo inaugurações simultâneas em todo o país. Temos a previsão, portanto, de que, até o final do ano, mais 29 mil moradias serão entregues. Tanto as 27,9 mil, como as 29 mil, referem-se ao estoque recebido de obras paralisadas.

Eu quero, Senador Confúcio, destacar aqui nessa lâmina próxima que, além da faixa mais popular, a faixa inicial do Minha Casa, Minha Vida, nós crescemos, e houve – eu diria – uma demanda muito forte, em 2023 e agora no início de 2024, pelo financiamento.

Nós fizemos uma pequena alteração, inclusive na Faixa 2, aumentando um pouco e colocando subsídio aqui na Faixa 2. São aquelas pessoas que têm uma renda um pouco melhor do que na faixa inicial e que, muitas vezes, não migravam para essa faixa, Senador Wagner, porque não tinham estímulo, não tinham subsídio. E nós colocamos na Faixa 2 um pouco de subsídio, e houve, portanto, uma explosão de demanda por essa unidade habitacional que, às vezes, tem um acabamento um pouco melhor, mais refinado; enfim, houve uma procura muito grande.

Aí temos um quadro já definido em termos de unidades e em termos de valores. Então, nós temos, na Faixa 1, 37% das unidades, representando 27% dos valores. Na Faixa 2, 28% das unidades, 26% do valor. Na Faixa 3, ou seja, financiamento que vai até R$8 mil de renda, 29% – e essa foi individualmente a faixa que absorveu o maior volume de financiamento: 34%. E acima de R$8 mil, 10,98% dos valores financiados.

Portanto, é de se destacar a retomada forte da construção civil e da construção de moradia no país, utilizando inclusive a ferramenta do financiamento subsidiado para a construção.

Aqui temos um gráfico mostrando o padrão ao longo... O gráfico está agregado a cada três meses e, portanto, mostra o forte desempenho da Faixa 3, como eu havia citado na tabela anterior, o que mostra uma presença forte do Minha Casa, Minha Vida nessa faixa de renda, também, das pessoas que ganham de R$4 mil a R$8 mil. Então é um desempenho espetacular. Acho que temos que comemorar muito. O setor da construção civil e o setor empresarial estão contratando fortemente e num ritmo acelerado. E nós teremos, portanto, no ano que vem, um volume de entregas, com a volta da entrega de unidades novas.

E aqui eu quero só ilustrar alguns dos conjuntos que foram retomados e entregues no Brasil inteiro. São unidades que estavam paralisadas, como eu citei anteriormente. Todas elas já foram retomadas e entregues aos moradores. Aí é só para ilustrar um conjunto de unidades que foram entregues e retomadas.

E aqui eu quero destacar o que nós fizemos do PAC Seleções. Se o PAC lançado em agosto do ano passado foi dialogado com os Governadores, o PAC Seleções permitiu que os estados fizessem propostas, mas, essencialmente, o maior volume em quantidade e valores foi destinado aos municípios. Então, nós tivemos... Falta ainda, como eu vou mostrar mais na frente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgar o resultado do Ministério das Cidades, mas nós já divulgamos o valor de R$23 bilhões. E nós conseguimos, buscando adotar critérios que dessem maior capilaridade aos investimentos e atendessem o maior número de municípios, contemplar, até agora, 3.269 municípios brasileiros. Portanto, quase 60% dos municípios já foram atendidos, ainda faltando o lançamento, como eu disse, do Ministério das Cidades. São 6.778 obras e equipamentos, e 176 milhões de pessoas serão beneficiadas.

E aqui nós temos, na área da saúde, Senador Confúcio o que o Presidente Lula tem colocado como absoluta prioridade e o que a gente chama de atendimento de especialidades, porque hoje – as pessoas que nos assistem sabem o que nós estamos dizendo –, no Brasil, em média, nós estendemos muito, com o investimento dos Governos do Presidente Lula, nos dois primeiros, e o do da Presidenta Dilma, e agora o Presidente Lula volta a retomada, a atenção básica. E, depois, temos uma rede de hospitais estaduais e municipais, mas tem um vazio assistencial forte, porque as pessoas saem da unidade básica de saúde, geralmente, com um pedido do médico para consultar um especialista, para fazer uma ressonância, uma tomografia, uma endoscopia, uma colonoscopia, e aí começa a dificuldade do cidadão comum na espera por esses exames.

Então, nós estamos focando para dar prioridade a esse vazio assistencial. A Ministra Nísia está, portanto, lançando um programa de especialidades que vai contratar no mercado, seja filantrópica, seja setor privado, quem queira ofertar esse serviço para a população – portanto, está estimulando Estados e municípios. E a União participará desse financiamento, assim como na construção de policlínicas, que são espaços para fazer esses exames e essas consultas.

Então, nós estamos selecionando policlínica pelo país inteiro, centro especializado em reabilitação... E, aqui, sabemos da preocupação de muitos Senadores e Deputados inclusive com o cuidado com autistas. E, aqui, esse centro de reabilitação vai ter uma área específica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUI COSTA – O Senador Jaques Wagner falou que vai ali na CCJ e já volta.

Maternidades e casas de parto para preencher vazios assistenciais. No Brasil, infelizmente, voltou a crescer o número de mortalidade infantil e de mães no parto. E nós queremos, evidentemente, voltar a reduzir de forma acelerada esses dados. E centros de atenção psicossocial também em construção no país inteiro.

E, aqui, na educação, eu quero destacar que o Presidente Lula lançou o projeto Escola em Tempo Integral, que é aquela escola em que o menino chega de manhã, 7h, 8h da manhã, e fica até a tarde, não só aprendendo matérias convencionais, mas aprendendo uma profissão, um curso profissionalizante, praticando esportes, praticando atividades culturais. Nós estamos selecionando aqui um número grande de escolas no país inteiro, tanto para estados, mas especialmente para municípios. Creches também, para preencher esse vazio de creches. Espaços esportivos, espaços culturais, porque, evidentemente, esses investimentos têm uma relação indireta com a redução da violência, com a inclusão social, com o abraçar da nossa juventude, da nossa meninada, colocando-os no caminho correto.

E aqui temos um mapa, para ilustrar, Senador Confúcio, da distribuição do PAC Seleções da saúde. Eu quero aqui abrir um parêntese para dizer que nessa legenda tem o vermelho, azul e branco, que alguém poderia dizer que são as cores do Estado da Bahia e eu poderia dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são do meu time, o Esporte Clube Bahia, que ganhou do Fluminense no último final de semana, e do Grêmio também. O vermelho significa projetos que foram selecionados. E nós criamos uma categoria aí de projetos habilitados. O que significa isso? São projetos que preencheram os pré-requisitos de serem atendidos, mas nós não tínhamos recursos suficientes no Orçamento da União para atendê-los, mas nós os colocamos na categoria de habilitados para que os Senadores e os Deputados, através de emendas de bancada, emendas de Comissão, emendas de relator, emendas individuais, enfim, possam abraçar essas propostas e, eventualmente, colocá-las como selecionadas, através de emendas. E nós daremos o tratamento como se do PAC ela fosse, dando a total prioridade e colocando no rol das obras do PAC.

Por isso, nós estamos destacando em todas as obras do PAC Seleções as habilitadas e selecionadas. Ali temos, ao lado, a quantidade: são 1,8 mil unidades básicas de saúde, 400 unidades móveis de odontologia, 237 ambulâncias do Samu, 150 Caps, 55 policlínicas, 36 maternidades, 30 centros de partos normais, 20 oficinas ortopédicas, 20 centros especializados em reabilitação – e eu sei que tem Senadores e Deputados que já procuraram esses centros, falando que querem ajudar, querem apoiar centros de atenção a crianças e jovens autistas, e esse centro de reabilitação está focado também nesta atenção –, e centrais de regulação do Samu.

Então, a qualquer momento, essas unidades podem ser incorporadas por emendas parlamentares.

E aqui o Mapa da Educação.

Transportes escolares são 1,5 mil; creches e escolas infantis, 1.178; escola de tempo integral, 685 escolas de tempo integral no país, totalizando 3.363 obras.

Na área de esporte, também seguindo saúde e educação, temos aí habilitadas e selecionadas. São espaços esportivos comunitários que nós selecionamos, e o número já está maior inclusive no atendimento. Chegaremos aí a 400 obras.

Aqui eu quero destacar a seleção do Ministério das Cidades, a que eu me referi.

Esse já foi disponibilizado para a agenda do Presidente. Nos próximos dias, portanto, teremos aí o lançamento dessas cinco áreas do Ministério das Cidades. São R$18 bilhões a mais em cinco modalidades: renovação de frota – e, aí, eu quero antecipar aqui: nós vamos atender aí praticamente a todos os pleitos apresentados –, periferia viva e urbanização de favelas, regularização fundiária, contenção de encostas e abastecimento de água rural.

Então, esses cinco itens, nós já finalizamos a análise técnica, e o Presidente, portanto, anunciará, nos próximos dias, os projetos selecionados.

E temos ainda a etapa que virá logo em seguida, mais 34 bilhões na modalidade de esgotamento sanitário, abastecimento de água urbana, macro da drenagem, resíduo sólido e mobilidade urbana das médias e grandes cidades.

Então, essas nós estamos em análise, com o Ministério das Cidades, e, logo em seguida, nós também faremos o anúncio dos projetos selecionados.

Na infraestrutura hídrica, eu quero aqui ilustrar com alguns projetos importantes, que alguns deles tiveram início lá no segundo mandato do Presidente Lula ou durante o mandato da Presidenta Dilma. São projetos de macroinfraestrutura de abastecimento de água, que visa a, portanto, viabilizar água para o Semiárido do Nordeste e outras regiões. Aqui temos o Ramal do Apodi, lá no Rio Grande do Norte. A obra já está com 54% de execução e está num ritmo bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acelerado de execução, e até ano que vem a gente deve entregar etapas desse projeto. Barragem de Baraúnas já com 65% de execução, lá na Bahia. Cinturão das Águas, no Ceará, 76% de execução, também uma obra absolutamente importante para o Estado do Ceará. Adutora da Fé, lá na Bahia, na região de Bom Jesus da Lapa, a primeira etapa já com 66% de execução. Barragem Oiticica, lá no Rio Grande do Norte, com 94% de execução, já em fase de conclusão e realizando obras de retiradas de obstáculos ou de obras complementares necessárias. Adutora Seridó, no Rio Grande do Norte, com 23% de execução. Vertentes Litorâneas, na Paraíba, com 82% de execução. Adutora do Agreste, em Pernambuco, em que o Presidente Lula esteve recentemente inaugurando uma das etapas, porque as obras, na medida em que vão sendo entregues e começam a ter funcionalidade, nós vamos entregando à população. O projeto de uma etapa já está com 79% em fase de execução, e em breve também concluiremos essa etapa.

Na parte de mobilidade urbana sustentável, nós temos projetos entregues em que o Presidente esteve presente recentemente: o BRT do Rio de Janeiro, obra concluída e entregue; o sistema metroviário de Salvador, que inclui a extensão do metrô até Águas Claras, o Tramo III, obra concluída e entregue à população; nessa semana, teve a inauguração, com a presença do Ministro das Cidades, Jader, lá em Salvador, do BRT Iguatemi-Lapa, que foi executado pela Prefeitura de Salvador, num contrato com o Governo Federal; o BRT Campinas, também concluído e em funcionamento; e o BRT Sorocaba, com inauguração prevista agora para maio, também concluída a obra.

Aqui temos obras de que o Governo Federal participa tanto com Orçamento da União, como também com financiamento específico: Linha 2 do Metrô de São Paulo; nós temos já aprovado o trem entre Campinas e São Paulo, que faz parte também do PAC; e o BRT Norte-Sul Goiânia.

Agora, o eixo Transportes. No ano passado, o volume de investimento foi quase equivalente aos quatro anos anteriores, com uma retomada forte. E aí tem a comparação com o período anterior. Então, há uma forte retomada do investimento em rodovia, que se expressou – quero destacar aqui, Senador Confúcio – na mudança imediata do perfil da malha rodoviária. Nós tínhamos, antes desses investimentos, comparando 2022 com 2023, que 52% da malha eram consideradas boas, e pulamos para 67%; regular, tínhamos 25%, portanto, melhorou a performance, indo para 20%; e ruim/péssimo, que era 23%, foi reduzido para 14%. Os investimentos continuam neste ano de forma acelerada, e, com certeza, no início do ano que vem, nós estaremos aqui mostrando números ainda melhores de avaliação das rodovias brasileiras.

Ilustrando com algumas obras em andamento, essa aqui é a BR-262, no Estado de Minas Gerais, e ali tem um mapa de tamanho diminuto, mas nós o mostramos para ilustrar que temos um volume grande de investimento em Minas, que eu quero destacar, porque, nas rodovias, nós temos investimento tanto de orçamento da União quanto de concessões públicas, num volume bastante substancial. BR-174, no Mato Grosso, que é restauração. BR-163, no Pará, restauração.

Ali sempre vem o mapa do estado mostrando as intervenções em execução ou programadas: BR-280, em Santa Catarina; BR-116, no Rio Grande do Sul; BR-153, no Rio Grande do Sul; BR-432, em Roraima; BR-163, em Santa Catarina; BR-174, em Mato Grosso; a BR-101, no Contorno da Serra do Mestre Álvaro. O Presidente esteve presente na inauguração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma obra importante que faz fluir o tráfico da BR-101. Nesse trecho era muito, muito, engarrafado. A obra foi concluída e entregue à população.

E aí estão as obras em andamento: BR-416, em Alagoas; BR-262, em Mato Grosso do Sul; BR-235, na Bahia – foi entregue um trecho e ela continua no trecho seguinte; BR-226; BR-367, em Minas Gerais; BR-156, no Amapá; BR-116, no Rio Grande do Sul; BR-316, no Piauí; BR-470, em Santa Catarina; BR-304, no Rio Grande do Norte; BR-135, no Maranhão, duplicação – essa foi entregue –; BR-280, em Santa Catarina; BR-316, no Pará; BR-425, em Rondônia; BR-153, em Tocantins; BR-080, em Goiás. Essa aqui eu sei que tem um carinho especial do Senador. Foi um pleito, Senador Confúcio, um pleito especial, uma obra que ele solicitou, falou da relevância dessa obra. Está em processo de licitação, Senador, uma obra absolutamente importante e estruturante para o Norte do país.

E aqui eu vou abrir este ano. Em 2024, nós teremos 13 leilões. Portanto, essa é uma estratégia, junto com o investimento direto que o Governo Federal lançou e reforçou.

Eu quero destacar aqui para esta Comissão, Senador Confúcio, que nós mudamos e aí cito a licitação feita no ano passado no Estado do Paraná, em que, depois de dialogar com a bancada de Senadores, Deputados, com a sociedade, nós fizemos um modelo, com o Senador e Ministro Renan, com a sua equipe, modelamos um formato de leilão de concessão no Paraná que é inovador e eu acho que muito positivo para a sociedade.

Buscando reduzir, portanto, o valor do pedágio, o Governo Federal não colocou o valor de outorga como a meta principal no leilão. Ou seja, porque nós víamos muitas vezes a imprensa ou até alguns analistas comemorando quando o valor da outorga para o poder público é alto. Todo serviço em que você coloca uma outorga alta, a tarifa subsequente virá alta para pagar essa outorga desembolsada pelo investidor. Se você licita água, esgoto, energia ou uma estrada com uma outorga muito alta, aquilo significa o investimento do empreendedor, que vai, através da tarifa, buscar seu retorno. Portanto, isso induz a uma tarifa mais alta.

O que nós fizemos no leilão do Paraná e vamos replicar nos outros leilões? Em vez de pedir uma outorga alta, nós focamos que a outorga iria constituir um fundo garantidor daquele projeto. Portanto, o recurso ficaria vinculado àquele projeto. E, se ao longo da execução houvesse problemas de execução, aquilo funcionaria como uma espécie de fundo garantidor repondo investimentos não realizados pelo setor privado. Ah, e se o privado fizer os investimentos? Aquele valor ali poderá ser utilizado no futuro para amortizar valor de tarifa. E, portanto, mantendo a modicidade tarifária para o consumidor.

O foco, portanto... O Governo Federal não quer financiar mais através de outorga, quer olhar o consumidor, o usuário do serviço e, portanto, tem que buscar em cada leilão a maior eficiência possível e a maior garantia possível. Então, esse modelo foi muito exitoso. Conseguimos reduzir bastante a tarifa que era praticada e trouxemos segurança para o projeto de leilão, que envolveu também, de forma inovadora, trechos de rodovias federais e estaduais. Ou seja, o Estado cedeu rodovias estaduais para, junto com as rodovias federais, constituir um sistema rodoviário, evitando rotas de fuga ou evitando que eventualmente veículos pesados danificassem estradas estaduais buscando fugir das praças de pedágio.

Com isso, com um sistema maior, a tarifa inclusive fica mais barata, o sistema fica mais equilibrado e foi um sucesso. Esse ano nós faremos aí, está na tela, esse conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessões e estamos formatando outras concessões que irão a leilão no primeiro semestre do ano que vem.

E aqui, também para ilustrar, algumas obras em andamento feitas por concessões: BR-101, em Santa Catarina; BR-153, em Tocantins; BR-116, em São Paulo; BR-116, no Rio de Janeiro. Apenas para ilustrar um conjunto de obras em andamento.

E o do Paraná, foi a esse que eu me referi. E junto com esses leilões, Senador Confúcio e os outros Senadores, nós estamos aqui, antes de passar para a ferrovia, nós estamos buscando, junto ao TCU, fazer um processo de renegociação daquelas concessões que estavam inadimplentes – inadimplentes. Nós pegamos algumas dezenas de concessões que estavam sem executar, na plenitude seus contratos, e estamos num processo de revisão desses contratos, um passo a passo homologado pelo Tribunal de Contas. Nós queremos, até o final do ano, no mais tardar, no primeiro semestre, renegociar todas essas concessões e fazê-las voltar a investir nas rodovias, que é o que a população quer. Então, até o final do ano, já teremos um número considerável de rodovias concedidas retomadas.

E aqui nas ferrovias, eu quero destacar a volta do investimento, tanto privado como público. A Fiol, nós temos alguns lotes. Os lotes 1 e 2 estão em concessão e em obras, neste momento, lá na Bahia, que liga a região de Ilhéus ao Centro-Oeste do país. A Fiol 2 está em obra, como obra pública. Portanto, é a mesma ferrovia, com lotes diferentes, uma parte já em concessão, outra parte como obra pública. E a Fiol 3, que nós queremos concedê-la também.

E a Fico, em construção. Essa obra é uma obra feita pela Vale, como contraprestação de serviço, como obrigação de fazer. A obra está em andamento. Aí a Fico 1.

A Transnordestina, que o Presidente esteve visitando recentemente, a obra foi retomada, a todo o vapor. Ela aí tem um L invertido, mas ela, na verdade, era um T invertido, porque tem um segmento que vai para Recife, para o Porto de Suape, que será continuado como obra pública. Essa obra está em concessão e a obra está bastante acelerada. São 1.206km de ferrovia. Essa obra está em execução. E aí, temos imagens de vários trechos dessa obra em execução.

Portos e aeroportos. Nós também retomamos um processo de investimento público e privado, através de concessão dos aeroportos. E estamos elaborando mais investimentos, que em breve anunciaremos, numa parceria e numa coordenação do Ministro Silvio Costa. Aí é o Aeroporto de Dourados, para ilustrar os investimentos em aeroportos.

O Aeromóvel de Guarulhos, feito pela concessão, para integrar o modal de metrô e de VLT aos terminais, integrando os terminais. Isso, apenas para ilustrar obras em aeroportos.

E aqui é um investimento que é bastante robusto, como foi mostrado anteriormente, na área da segurança energética. E eu quero destacar que nós retomamos os leilões de transmissão de energia, que, ao todo, chegam próximo a R$60 bilhões. Esses investimentos, Senador Confúcio, estavam impedindo o avanço de investimentos em eólica, solar e projetos híbridos, ou outras gerações de energia, por não ter como escoar a energia produzida. Esses leilões já foram realizados, dois desses contratos já assinados, e, portanto, esses investimentos já se iniciam imediatamente. E isso vai impactar muito a geração de emprego e renda, não só na transmissão, mas também na geração de energia.

Em Roraima, Boa Vista, investimento de linha de transmissão, para ilustrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, na geração 342 empreendimentos. Recentemente, o Presidente Lula publicou a medida provisória que reabilita muitos projetos, já teve acesso aos incentivos com prazo de início de execução de 18 meses. Portanto, nossa expectativa é de que esses valores colocados cresçam de forma bastante substantiva em termos de volume de investimento e geração de empregos na produção e transmissão de energia.

Do Luz para Todos, nós estamos com a meta bastante ousada de zerar o atendimento no Nordeste e no esforço grande de alcançar a mesma meta no Norte, embora seja um projeto mais rarefeito, em função da dispersão populacional, mas nós estamos buscando alternativas tecnológicas para garantir também no Norte a conclusão e a meta de 100% de famílias atendidas com energia elétrica.

E aqui a retomada no setor energético, em base de óleo, gás, a retomada da orla da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que o Presidente visitou recentemente. Isso é importantíssimo para garantir um crescimento da produção nacional de óleo, gás e de refino no Brasil, diminuindo, portanto, a importação e a volatilidade dos preços em função da importação.

Aqui, a chamada Rota 3, para trazer para terra o gás que está em alto mar, nas plataformas de petróleo. O gás para produzir, o Gás para Empregar é um programa nosso, em que nós temos absoluta prioridade. O gás, como molécula, é aquele gás que é usado na indústria para gerar plástico, gerar outros subprodutos, utilizado em vários setores industriais. Nós estamos buscando ampliar a oferta de gás, inclusive de fertilizantes. Produzir fertilizante nitrogenado é sinônimo de ter gás disponível, gás acessível, gás a um preço competitivo para que a gente possa... Já que o país se coloca no mundo como o maior produtor de alimentos, não é possível apenas produzir 20% dos seus fertilizantes, e nós temos que crescer.

Aqui eu quero destacar os combustíveis de baixo carbono. Nós estamos incentivando e apoiando toda a produção de biodiesel, biometano, diesel verde, captura de carbono e alguns projetos. Aqui, nós vamos ilustrar, já em execução no Brasil, que coloca o Brasil, portanto, na vanguarda da captura de gás carbônico no mundo. Com isso, portanto, o Brasil vai assumindo liderança, não só na produção de eólica e solar, mas de alternativas energéticas sustentáveis, ambientalmente sustentáveis, reduzindo a emissão de carbono.

Aqui, usinas também de etanol, de segunda geração, já em implantação, algumas em produção.

Os investimentos da defesa. O Presidente visitou, recentemente, e lançou ao mar o projeto Submarino, que tem o apoio e a parceria da França, no Rio de Janeiro.

Enfim, eu espero ter, de forma breve, no volume que nós teríamos, não necessariamente no tempo dado ao volume, mas espero ter dado um panorama do volume de investimentos que nós temos no PAC.

Quero só encerrar aqui a apresentação agradecendo aos Senadores. Como eu disse antes, para mim, isso tem um valor muito grande, a compreensão de que para fazer um projeto com essa capilaridade, com essa dimensão, o Executivo não é capaz de fazer sozinho, ele precisa do Senado, precisa da Câmara. Nós precisamos juntos planejar, destravar e criar condições para que os gestores, não só federais, mas muitos pares estaduais possam fazer com segurança, com celeridade. E nós precisamos compreender que essas obras não são apenas uma coletânea de obras públicas, mas boa parte delas significa acenar para o futuro do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando, Senador, a gente coloca ali escola de tempo integral e creche, quem está nos assistindo tem que compreender que isso... Se é importante a obra para ativar a cadeia produtiva da construção civil para gerar emprego, mais importante é quando ela ficar pronta, porque vai significar a oportunidade de jovens, de crianças terem o acolhimento e o estímulo psicopedagogo correto. O jovem terá oportunidade de ter educação profissional, de estar o dia todo na escola protegido e menos vulnerável às ruas.

Quando a gente fala de obras de portos, ferrovias, aeroportos, nós estamos falando de logística, estamos falando de reduzir custos das nossas empresas, reduzir custo do agronegócio brasileiro, portanto, tornando nossos preços mais competitivos para a concorrência acirrada internacional. Então, nós estamos falando de um projeto nacional, de um projeto que viabiliza investimentos privados. Esse conjunto de investimentos – não tenho dúvida em afirmar –, numa região por onde passará uma ferrovia, numa região que passa a ter uma rodovia de qualidade, estimula produtores industriais e agrícolas a fazerem investimento, a dizerem: "Agora eu tenho condições de escoar a minha produção; agora eu tenho condições de colocar meu produto a um preço competitivo".

Por isso, o efeito cascata desses investimentos é muito forte e muito relevante para o país. E nós temos certeza de que estamos construindo, no presente, o futuro deste país, do ponto de vista da sua capacidade de infraestrutura e de superar desafios crônicos que nós temos, a exemplo do saneamento básico, algo sobre o que nós temos que fazer um esforço enorme para no menor tempo possível superar.

Eu quero agradecer mais uma vez os Senadores e me colocar à disposição para perguntas e questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Então, nós ouvimos o nosso Ministro Rui Costa, que faz uma detalhada e didática apresentação do PAC, a sua extensão, os seus valores, os investimentos de obras por estados da Federação brasileira, de uma maneira muito boa para que todos os Senadores, todos os telespectadores possam ter agora argumentos e acompanhar justamente o desempenho desse volume de obras que é muito grande.

Então, aqui nós temos inscritos o Senador Esperidião Amin, como autor do requerimento; o Senador Kajuru, que já falou, já saiu; a Senadora Janaína; a Senadora Teresa Leitão, que está à distância; e o Senador Chico Rodrigues, que está presencial. Mais algum Senador que por acaso esteja assistindo por videoconferência, pelo Zoom, pode dar o sinal que nós inscreveremos aqui.

Dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... muito bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer minhas as palavras inicialmente proferidas pelo nosso amigo Jorge Kajuru Nasser, enaltecendo a sua ação como Presidente da nossa Comissão e agradecendo pela oportunidade.

Desejo também formular votos de que o nosso amigo Kajuru se saia bem nesta intervenção cirúrgica. Que a nossa querida entidade... O seu colega de medicina Hiran Gonçalves, Senador Confúcio, é uma entidade que abre os olhos de muitos Senadores e Deputados, é o grande iluminador do Congresso Brasileiro, na verdade. Então, desejo muita sorte para o nosso Kajuru.

E queria cumprimentar o Ministro Rui Costa pela sua apresentação. Modestamente, como professor há muitos anos, eu considero que foi didaticamente muito bem explanada e merece, por isso, o nosso maior respeito.

Gostaria ainda de, a propósito do PAC, enaltecer o papel do Congresso Nacional, que, em dezembro de 2022, aprovou... E o Senador Confúcio foi parte diretamente ligada a essa questão de infraestrutura, quando ajudamos a descomprimir o Orçamento da União, através da PEC da transição. Foi por isso que, na verdade, por exemplo, em matéria de obra rodoviária, nós saímos de um orçamento anual de R$6 bilhões para R$23 bilhões, em 2023. O orçamento total, incluindo conservação de rodovias, era de R$6,5 bilhões, em 2022, e, em 2023, chegou a R$23 bilhões. O Senador Confúcio, o Senador Marcelo Castro, eu próprio diligenciamos muito para que houvesse essa descompressão, cujos resultados foram aqui também apresentados.

Então, quero cumprimentar o Ministro Rui Costa e fazer apenas uma pequena retificação. O Bahia ganhou do Fluminense na rodada 2. Quem ganhou do Fluminense no último fim de semana foi o Corinthians, com um gol de Maradona, feito pelo menino Wesley. Nada contra as vitórias do Bahia, mas faça-se justiça: no último fim de semana, a vítima foi o Fluminense, do Corinthians, com um gol – o segundo gol – digno de Maradona, um minigol de Maradona.

Quanto ao tema que me fez requerer a sua presença, Ministro Rui Costa, eu vou endereçar ao senhor uma pergunta só, mas vou contextualizar.

O Tribunal de Contas da União emitiu o Acórdão 2.366, que o Senador Confúcio já descreveu. Nesse acórdão, o Tribunal de Contas da União endereça uma correspondência à Casa Civil da Presidência da República no sentido da elaboração de "proposta de critérios para orientar a seleção e priorização de projetos nos quais serão alocados os recursos de investimento socioambiental e em infraestrutura previstos para serem realizados por Itaipu". Portanto, esta é a única razão pela qual eu enderecei esse requerimento a V. Exa. Outros aspectos da gestão de Itaipu, que não são afetos à sua pasta, fazem parte do contexto, por isso eu vou mencioná-los, mas isso não é uma pergunta a V. Exa.

Primeiro, Itaipu vivenciou durante este ano uma controvérsia a respeito da tarifa. Nos três primeiros meses, a empresa estatal brasileira que compra a energia para distribuir aos estados do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul do Brasil, por dúvida quanto à tarifa, depositou em juízo, pelo menos até março deste ano – não sei como está a situação agora em abril nem imputo à Casa Civil a responsabilidade sobre esse assunto. Na recente viagem que o Presidente da República fez à Colômbia, no dia 16 de abril, na véspera, os Ministros de Minas e Energia... Na véspera, portanto dia 15 de abril – em 16 de abril foi a visita do Presidente, então dia 15 de abril –, o Ministro de Minas e Energia e o Ministro das Relações Exteriores estiveram no Paraguai para informar que não aceitam majoração da tarifa de Itaipu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, a questão dos custos operacionais é a razão pela qual V. Ex. é convidado a participar desta reunião, repito, para responder a essa demanda do TCU. Do que se trata? As alternativas para a tarifa de Itaipu variam de US$10,77, que é o que seria justo... Veja bem, Itaipu – é um orgulho para o Brasil a sua construção – é uma grande hidrelétrica completamente amortizada, ou seja, não tem mais custo de investimento para amortizar; ela está limpa, sem custos. Portanto, ela tem apenas custos operacionais, não tem custo de investimento para amortizar. Essa deveria ser a tarifa para nós, brasileiros, que compramos 85% dessa energia. E os estados do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste compram compulsoriamente, de acordo com o Tratado de Itaipu, que já completou, ou está completando 51 anos de existência. Portanto, as alternativas são: US$10,77 o quilowatt; US$14,77; US$16,71, que foi a tarifa do ano passado; e US$21 a US$22, que é a solicitação do Paraguai, compreensível porque, como nós é que consumimos a maior parte da energia, quanto mais se pagar melhor será para o caixa do Paraguai.

Finalmente, eu queria chamar a atenção para uma matéria que foi trazida pela *Folha de S.Paulo* ontem, repito, no caderno Mercado, p. 1: energia de Itaipu é a mais cara das grandes hidrelétricas. Os custos de Itaipu, os custos ditos não operacionais, mas que incidem sobre a tarifa, são os mais elevados, incluindo as hidrelétricas que ainda têm valores de investimento a amortizar, ou seja, nós estamos vivenciando, no caso de Itaipu, uma questão, em síntese, antissocial – antissocial. Nós estamos tendo custos que, na verdade, não são operacionais, como, por exemplo, os investimentos em projetos socioambientais, que, no ano passado, chegaram a US$362 milhões, ou seja, quase R$2 bilhões, investidos, ao arbítrio, por decisão da Diretoria de Itaipu, sem fazer parte do Orçamento da União, sem fazer parte do PAC, sem fazer parte de qualquer investimento do orçamento público nacional. Repito: só neste programa, US$362 milhões. Com mais os custos de pessoal, nós estamos tendo isto em Itaipu: gastos com projetos socioambientais e excesso de pessoal estão entre as razões da disparidade. Portanto, trata-se de uma questão de gestão, que eu não considero como sendo da sua responsabilidade responder, mas conhecer sim, até porque, Senador – e aí me dirijo ao nosso Senador Confúcio –, isso certamente vai ensejar outros convites cabíveis para esclarecer essa discrepância.

Ao senhor, Ministro Rui Costa, eu tenho mais esta pergunta para fazer, a única: quais são as sugestões de proposta para critérios visando orientar a seleção e a priorização de projetos nos quais estão sendo alocados recursos de investimento socioambiental e infraestrutura previstos para serem realizados por Itaipu?

Lembro, portanto, que, no ano passado, especificamente nesses projetos, foram investidos US$362 milhões sem qualquer controle dos órgãos nacionais, muito embora esses convênios tenham sido firmados com os 399 municípios do Paraná e com cerca de 40, 43 municípios do Mato Grosso do Sul.

Minha pergunta ao senhor, portanto, se restringe a essa questão, por força do acórdão do TCU. Mas, para que se perceba o contexto, eu fiz essa breve digressão.

Essa é a indagação, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, como o Senador Esperidião é o autor, junto comigo, desse requerimento específico, antes de passar a palavra para os demais, ele fez uma pergunta, eu creio que seja a única, sobre Itaipu. Para não misturar os assuntos, eu passo a palavra ao nosso Ministro Rui Costa para responder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esse questionamento. Logo a seguir, a gente passa para os outros Senadores, que devem falar sobre temas outros, diferentes de Itaipu.

Com a palavra, o nosso Ministro Rui Costa.

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Primeiro, eu quero cumprimentar, saudar e agradecer a pergunta do Senador Esperidião Amin e parabenizá-lo pela pergunta. Como sempre, muito qualificada a sua intervenção. Nas outras vezes em que eu estive aqui no Senado não foi diferente. O Senador sempre faz intervenções muito densas, muito qualificadas.

Senador, acho que parte da minha resposta está contida na formulação da sua pergunta. Itaipu é um projeto binacional, feito por um tratado, portanto, internacional entre duas nações independentes, autônomas, com legislações diferentes e não subordinadas a órgãos de controle seja de um país, seja de outro país, por se tratar de um projeto feito na fronteira, onde a fronteira contém o projeto. Portanto, esse tratado assinado lá no início, antes da construção, por se tratar de um tratado internacional, tem que ser cumprido exatamente dentro do marco legal internacional, nas normas de tratados internacionais.

Ali consta que as decisões sempre serão obrigatoriamente consensuais e, por isso, a gestão é paritária. Não há como um país impor ao outro uma decisão, ou se decide por consenso ou não se decide e se marca uma nova reunião para se avaliar novamente o ponto em divergência. No ano passado, ao assumirmos o Governo, os representantes do Governo na gestão de Itaipu pautaram a necessidade de atualizar e renegociar o chamado Anexo C, a que inclusive o acordo do TCU se refere. O Anexo C seria aquele anexo que dá diversas condições para uso e definição de tarifas e condições de gestão de Itaipu.

No ano passado, nós tivemos eleição presidencial no Paraguai. Ao encerrar o pagamento do financiamento do investimento, e o Senador foi preciso nisso, nós iniciamos a discussão com o Paraguai sobre a tarifa. O Presidente que estava concluindo o seu mandato solicitou, portanto, que essa discussão fosse feita após a eleição do novo Presidente, porque ele estava prestes a sair do Governo e não se considerava em condições de rediscutir o valor de uma tarifa, já que lhe faltavam alguns meses para deixar o Governo. Portanto, nós aguardamos a eleição do Paraguai, e o novo Presidente assumiu. E aí veio a divergência, citada corretamente pelo Senador, de que o Presidente eleito quis elevar a tarifa de energia de Itaipu, e o Governo brasileiro não aceitou. Por isso, nós estamos, até o dia de hoje, ainda sem uma solução definitiva, já que o impasse se colocou em relação à tarifa: o Governo do Paraguai buscando elevar o valor dessa tarifa, e o Governo brasileiro buscando reduzir o valor dessa tarifa.

A coordenação dessas negociações, por se tratar de um tratado internacional, não fica a cargo da Casa Civil e nem está dentro dos limites legais da Casa Civil – repito – por se tratar de um tratado internacional. Quem tem a responsabilidade de cuidar disso é o Ministro das Relações Exteriores, assessorado pelo Ministro de Minas e Energia. É assim que está no tratado, são os dois responsáveis, tanto do lado paraguaio como do lado brasileiro. A direção é paritária, de Itaipu, e as representações de negociação também são paritárias; portanto, está lá no tratado que a responsabilidade direta deve ser pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países e pelos Ministros que respondem pela área de energia dos dois países.

E assim tem sido feito. Nós temos participado das reuniões preparatórias que emitem a opinião do país, e eu diria, Senador Esperidião Amin, que o nosso foco hoje é negociar, o mais breve possível, o chamado Anexo C, e nós estamos discutindo, dentro do Governo, as alterações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Brasil pretende fazer no Anexo C, e isso tem vinculação direta com a tarifa que nós estamos discutindo neste momento.

Então, a tarifa é um componente, mas eu diria que neste momento o componente mais importante é a rediscussão do Anexo C, que vai definir a tarifa, a longo prazo, a ser paga pelo povo brasileiro. Eu espero que, em breve, o Presidente da empresa, o Ministro das relações internacionais e o Ministro de Minas e Energia possam vir aqui a público anunciar o acordo entre os dois países, porque as negociações e o diálogo estão acontecendo de forma intensa.

Sobre a matéria citada no jornal, ontem eu tive a oportunidade de ler uma nota de resposta de Itaipu, a qual contesta várias informações da matéria e, inclusive, coloca e expõe a falta de precisão nos dados colocados pela matéria exposta. A nota da Itaipu é bastante didática ao responder à matéria do jornal.

Mas eu diria que, em resumo, nós estamos participando. Nós recorremos desse acórdão do TCU, uma vez que não há, a nosso ver, amparo legal para colocar a Casa Civil como coordenadora de um tratado internacional porque, com um tratado internacional, o país se obriga a seguir aquilo que está assinado nesse tratado, e ali se expõe quem são os responsáveis pela negociação e pela coordenação da negociação.

Nós entramos e participamos, evidentemente, de forma acessória nesse processo de negociação. É por isso que nós recorremos do acórdão do TCU, informando que nós não temos como ultrapassar o aspecto legal de um tratado internacional e descumprir unilateralmente um tratado internacional.

Então, nós estamos impedidos legalmente de fazê-lo, mas a responsabilidade, portanto, cabe aos dois Ministros. Eu estou participando, de forma acessória, naquilo que couber, emitindo opinião e vendo alternativas. E eu diria que é a prioridade nossa.

Portanto, para resumir e finalizar a resposta, focar no Anexo C, porque ele assim trará, no médio e no longo prazo, uma redução bastante substantiva da tarifa cobrada por Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Esperidião, o senhor está satisfeito ou quer fazer mais um questionamento?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu só gostaria, Presidente, de deixar aqui consignada a minha satisfação pela resposta. Eu creio também que não se pode imaginar que seja a Casa Civil que vai responder por todas essas questões complexas. Um acordo muito importante, o Acordo de Itaipu foi uma vitória do Brasil, uma grande disputa, que envolvia outros interesses, de outros países. Itaipu foi uma conquista extraordinária do nosso país.

Agora, é evidente que nós vamos ter que acompanhar, Presidente Confúcio, as discussões a respeito da tarifa e dos custos, que eu considero não operacionais, ou seja, esses investimentos em convênios com municípios não podem ser transferidos para o custo da tarifa de energia elétrica, que os estados, que são, na verdade, cativos dessa compra compromissada de energia, tenham que onerar a tarifa com esses custos, como eu os mencionei aqui.

Eu concordo com o que disse o Ministro. Eu acho que essa atribuição não é propriamente da Casa Civil, mas foi assim que o acórdão mencionou. E, se houve um recurso, vamos aguardar o desdobramento desse recurso. Eu pessoalmente acho o recurso cabível, mas a questão de interesse público perdura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Anexo C tem que ser negociado pelo Ministério das Relações Exteriores, com o assessoramento do Ministério de Minas e Energia, com o acompanhamento da Presidência da República ou da Casa Civil. Isso é sobre o Anexo C.

Agora, despesas que, no território brasileiro, são produzidas e que não são operacionais, é o caso desses convênios de projetos socioambientais, isso não pode onerar o consumidor brasileiro. E é para essa questão que ainda vai restar uma obtenção de complemento de explicações por parte desta Comissão.

Mas eu fico satisfeito com a resposta do Ministro Rui Costa e acho que, no que toca à Casa Civil, eu não tenho mais nenhuma indagação a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. O Senador Esperidião iniciou essa sua discussão sobre Itaipu exatamente no mês de maio do ano passado. Então está completando um ano agora que ele vem insistentemente denunciando essa situação e essa liberalização, por parte da Diretoria da Itaipu, de liberar alguns milhões de dólares para municípios, sem nenhuma intervenção, assim, do Governo brasileiro para saber os motivos e as especificidades dessas transferências municipais. Isso, segundo ele tem defendido, onera demais o preço da energia de Itaipu.

Mas, se ele está satisfeito com a resposta, eu também fico. Nós acreditamos que as suas discussões, durante este ano, foram proveitosas para este momento.

Com a palavra a Senadora Janaína. Vou dar, a seguir, ao Chico Rodrigues, aliás, à Teresa Leitão e ao Chico Rodrigues.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente. É sempre um prazer estar aqui com você, com a Comissão.

Queria cumprimentar aqui o nosso Ministro Rui Costa, parabenizá-lo sempre. É um ex-Governador, um Ministro, que veio do Executivo, mais forte, com o estado. Então, quero parabenizar o nosso Ministro, e cumprimentar o nosso Senador Chico Rodrigues, que está aqui presente; o Jaques, que esteve aqui presente. Ao nosso Senador querido, Kajuru, quero desejar boa sorte na cirurgia, hoje. A gente fica torcendo, pois sabemos da importância dele aqui conosco. Então, a gente fica torcendo para a melhora dele, que ele volte logo, que ele fique bem recuperado. Eu queria aqui, na verdade, mais uma vez, parabenizar o nosso Ministro Rui Costa.

Presidente, eu tenho muito orgulho de fazer parte, neste momento, do Brasil, de um Brasil que tem como Presidente o Lula, que olha para a população independentemente de partidos, independentemente de ideologia política. Eu sei o que o Ceará passou durante os últimos anos, seis anos, quatro anos, sem um Presidente próximo, sem ministros que estivessem próximos a ele. Você vê que o Ministro Rui atendeu todos os Governadores, conversando com eles sobre quais as prioridades dos seus estados. A gente vê que é uma volta à questão da importância dos estados e dos municípios, independentemente, repito, de partidos. Então, eu queria aqui parabenizá-lo. Eu tenho muito orgulho, porque eu sei que quem está precisando é a população brasileira, não é o partido A, o partido B. A gente sabe dessa importância. Eu tenho muito orgulho de fazer parte disso, porque venho da realidade do Ceará, onde precisamos, e que teve... O Ministro Rui também deve ter sofrido lá na Bahia. Para os recursos da educação, o nosso Governador teve que entrar na Justiça para conseguir. A gente fica feliz de fazer parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil voltou ao desenvolvimento, tanto que o Ministro Rui apresentou que o investimento público teve um acréscimo de 46%. É claro que a gente deve ao Congresso, que, em 2022, aprovou a PEC da transição. Então, a gente deve a isso, mas a gente deve a um governo que, realmente, quer o desenvolvimento, quer a geração de emprego e renda. A gente fica feliz de fazer parte deste Governo. Tenho muito orgulho, tenho um carinho especial pelo nosso Presidente.

Mas eu queria aqui, também, dizer ao nosso Ministro Rui que, recentemente, nosso Presidente Lula esteve no Ceará, visitando a obra da Transnordestina, que é uma obra importantíssima para o Nordeste brasileiro, para o desenvolvimento e tudo. Eu sou de uma época em que, inclusive, andei de trem. O Presidente disse que vai servir para a questão da economia, mas que também vai tentar ver a questão de transporte da população. Tive esse prazer também de viajar de trem. Além, disso, ele foi lá.... Além da visita, ele foi lá também dar a ordem de serviço do Ramal do Salgado, que também é importante para a questão do abastecimento de água da população do nosso Ceará.

Então, assim, de fazer parte daquele estado, a gente tem orgulho – foram governantes que passaram, Cid Gomes, Camilo Santana e agora o Governador Elmano, que pensa nessa união do Ceará, em melhorias para o Ceará.

E também, hoje, no PAC Seleções, o Governo do Ceará foi selecionado. Dos municípios, foram 393 propostas selecionadas; 159 municípios foram beneficiados com alguma ação do PAC Seleções. A gente fica feliz por essa organização do estado e dos municípios, por lá existir essa parceria. Nesse PAC, de 184 municípios, 159 foram beneficiados com algum projeto e tudo.

Mas eu queria aqui pedir algo ao Ministro Rui Costa – e eu sei que ele já sabe do meu pleito, importante para a minha região do Sertão de Crateús, Presidente Confúcio –, porque lá, na minha região do Sertão de Crateús, são 13 municípios, que envolvem 400 mil pessoas, e lá nós temos uma grande obra que o Presidente também colocou em negociação com o Governador e o Ministro Rui: o projeto do Lago de Fronteiras, que é um reservatório de água, que vai beneficiar 400 mil pessoas naquela região, uma região muito seca do Nordeste, do Ceará. Uma das regiões mais secas do Ceará é Crateús. Então, assim, a gente espera que o nosso Ministro Rui Costa tenha um carinho. Ele já se colocou à disposição. Semana passada, estive lá na Casa Civil com a sua equipe técnica – quero agradecer, em especial, ao nosso amigo Mauricio. E ele colocou toda a equipe à disposição para ver isso, porque 45% da obra já estão concluídos, já foram feitos. O Ministro Waldez... Assim, tem várias outras obras importantes; eu queria, então, só que o nosso Ministro Rui colocasse aí com carinho a importância desse projeto para a região do Sertão de Crateús. A população precisa disso. E a gente sabe que o Presidente Lula vê a importância de abastecimento de água para a população. Então, a gente queria esse carinho com relação ao nosso pleito.

Fora isso, eu queria aqui, com relação ao PAC Seleções, Ministro Rui... Porque tem os prazos dos municípios apresentarem a finalização da sua proposta. Eu sei que o do esporte já encerrou no dia 18 de abril. Agora, no dia 6 de maio... Quero dar um alerta, Presidente Confúcio, para os municípios que foram selecionados no PAC de educação: encerra agora, no dia 6 de maio, a inscrição dos... Inclusive, recebi vários Prefeitos aqui e Vereadores, e eles estão bem atentos, pelo menos lá no Ceará, para que possam, até o dia 6, incluir a finalização das propostas. Inclusive, quero parabenizar a equipe do Governo Federal, o pessoal do FNDE. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até atualizaram os valores agora com relação às escolas e tudo. Sabemos que, dia 10 de maio, encerra o PAC Seleções da saúde também; e também o da cultura; então, encerra no dia 10 de maio.

Aí eu queria fazer uma pergunta ao nosso Ministro Rui sobre essa seleção. Por exemplo, o Ceará teve 393 propostas selecionadas. E se os municípios não apresentarem essas propostas? Vai ser aberta uma nova seleção? Qual vai ser o critério com relação aos municípios que não apresentarem suas propostas?

Então, eu queria mais fazer essa pergunta ao Ministro e também queria dar uma sugestão: que o Ministério da Casa Civil, que organiza todo o PAC, pudesse informar cada Parlamentar de quais são as obras e – se por acaso, depois que passar esse período de seleção, dos prazos – quais os municípios que não cumpriram com aquele prazo. Seria importante que os Senadores, as Senadoras e os Deputados soubessem disso, até para que pudessem informar à população, porque às vezes o município foi contemplado e o Prefeito, o gestor municipal ou a gestora municipal, não apresenta a proposta no prazo e acaba dizendo que não foi contemplado, que o Governo Federal tirou o recurso. Então, assim, é mais com relação a essa questão do PAC Seleções.

E repito: não se esqueça do nosso Sertão de Crateús.

Eu agradeço a sua atenção. Eu sei que sua equipe está lá à disposição. Mais uma obra muito importante começou, então temos que ter continuidade.

Então, quero parabenizar e dizer, mais uma vez, que sou muito feliz de participar deste Governo.

Presidente, eu vim do Ministério da Educação. A gente percebe como a nossa equipe, a equipe dos ministérios, os ministros, toda a equipe, como todos estão trabalhando, 24 horas ligados, para promover o desenvolvimento do país. Isso é uma cobrança do nosso Presidente Lula. Então, a gente fica feliz de ter feito parte deste Governo e, agora, aqui no Senado, de estar está defendendo. E repito: o nosso Governo do Presidente Lula defendeu o que for preciso.

Mais uma vez, agradeço aqui a atenção dos nossos colegas Senadores e Senadoras e dos que estão *online* também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Senadora Janaína. A senhora fez uma pergunta, e o nosso Ministro, daqui a pouco, responderá à senhora.

Com a palavra, pelo Zoom, a Senadora Teresa Leitão, que está lá em Recife.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia para V. Exa., Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Na sua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras que estão acompanhando esta audiência. Cumprimento o nosso querido Ministro Rui Costa.

Começo fazendo algumas observações, Ministro, do que destaquei como coisas muito importantes para este momento de retomada do crescimento no nosso país, que já apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados importantíssimos em relação ao desemprego, em relação ao aumento de renda, em relação a questões que de fato se inserem no contexto de país que nós queremos construir.

O PAC, como bem disse V. Exa., não é uma seleção de obras – foi muito importante essa abordagem –, não é uma coletânea de obras. O PAC são ações articuladas para o desenvolvimento econômico do nosso país, um desenvolvimento integrado e um desenvolvimento com inclusão social. A própria carta de ações do PAC demonstra isso. Não são apenas estradas e pontes; são estradas e pontes, escolas e ambiente saudável de saúde, é cultura também.

O Ministro estava aqui na última vez em que o Presidente Lula veio, e o Presidente conseguiu, nas três ações anunciadas aqui em Pernambuco, justamente contemplar esse arcabouço estratégico para a população. O Ministro falou da Adutora do Agreste, que teve a primeira parte inaugurada – portanto, água para plantar, água para beber, água para tomar banho. Depois, nós fomos para a Hemobrás, para tratar da ampliação da produção da Hemobrás no recombinante e na prevenção da hemofilia. E, depois, nós terminamos com a sanção do Plano Nacional de Cultura, do Sistema Nacional da Cultura. Veja, que coisa articulada, combinada e, ao mesmo tempo, dando conta das múltiplas dimensões de um governo, das múltiplas dimensões que a sociedade precisa como ação de governo.

Então, acho que o PAC tem sido isso.

Destaco três aspectos, Ministro, para depois a gente vir para cá, para o nosso território, não é?

O Minha Casa, Minha Vida, essa questão, que foi destacada por V. Exa., de ser a maior seleção dos últimos dez anos. O programa está sendo retomado, e, nessa retomada, o Minha Casa, Minha Vida - Entidades, que valoriza a luta das associações pela moradia, e o Minha Casa, Minha Vida - Rural, contemplando as populações indígenas e quilombolas. Isso, de fato, é um perfil importante da inclusão social, da inclusão, da valorização dos territórios via PAC.

Destaco também o PAC Seleções como uma ação de relação federativa exemplar – exemplar. Aqui, no nosso Estado de Pernambuco, foram 478 obras do PAC Seleções.

Senadora Janaína, 91% dos nossos municípios foram atendidos nessa primeira fase. Isso valoriza o ente municipal, isso valoriza a população, isso valoriza uma ação municipalista, no grande guarda-chuva de retaguarda do Governo Federal.

Os projetos padrão da saúde e o leque de projetos da educação. A educação em tempo integral, as escolas em tempo integral, os espaços esportivos, os espaços culturais e as creches, tudo de uma maneira muito bem articulada, que é outro destaque que eu faço: a Casa Civil, através do PAC, termina tendo uma relação interministerial fundamental para o êxito do próprio PAC.

Por fim, Ministro, nossa Transnordestina, que o senhor apresentou, o L investido, o L de Lula, porque a gente gosta muito dele, mas aqui, em Pernambuco, a gente quer o T de Teresa, a gente quer que volte o traçado original da Transnordestina. Sei que o Ceará está bem mais avançado. É importantíssimo, sem sombra de dúvida. O traçado original é perfeito. O Ceará andou mais rápido; Pernambuco foi ficando mais devagarzinho, mas eu acho que agora é hora de a gente puxar a outra perninha, para o L se transformar num T.

E aí os jornais daqui, do Estado, com muita ênfase, dão conta do edital, que foi aberto sexta-feira, para a conclusão... Porque a obra caminhou, ela está em Salgueiro, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade do nosso Sertão, do Sertão Central, mas ela tem que sair de Salgueiro até a região metropolitana, até Suape, que fica num dos maiores municípios da Região Metropolitana do Recife, que é Município de Ipojuca.

Então, a minha pergunta é um pouco nessa direção: que notícia boa o senhor tem a nos dar – que ultrapasse um pouco a frieza de um edital; edital está publicado, foi de sexta-feira agora, está fresquinho, fresquinho – em relação a essa Transnordestina, que é, inclusive, uma das obras prioritárias do PAC, como também é uma das obras prioritárias daqui, do nosso estado. A própria Governadora nos pediu apoio, pediu apoio aos três Senadores de Pernambuco, e eu tenho certeza de que o que o Presidente Lula disse aqui, em relação ao tratamento dessas questões, V. Exa. tem incorporado muito bem, que é dar curso àquelas coisas que são importantes para os territórios, para os estados da nossa Federação.

Parabéns, Ministro, não apenas pela exposição, mas parabéns também pelo trabalho que vem sendo feito nessa coordenação do PAC, que, sem sombra de dúvida, vai mudar a face do nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Senadora Teresa, a senhora como professora é bem didática, não é?

Muito bem. Senador Chico Rodrigues com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu dileto colega Confúcio Moura, nós que viemos de longa jornada na Câmara, depois como Governadores juntos, depois nos encontramos aqui na curva da vida, aqui no Senado, V. Exa. sempre muito diligente e tratando questões importantes do país com absoluta prioridade.

Eu quero cumprimentar todos os colegas Senadores, que, presencialmente ou não, participam desta exposição do Ministro Rui Costa, e cumprimentar obviamente V. Exa. pela qualidade das informações, a segurança e acima de tudo mostrando não apenas aos Parlamentares, mas para milhares de brasileiros que nos assistem, a importância do PAC para o Brasil, a retomada do PAC.

Na verdade, nós entendemos que um país gigante como o Brasil, um país continental como o Brasil precisa, na verdade, de programas desta envergadura e com essa grandeza para atender exatamente o grande *output*, o grande salto para o desenvolvimento do Brasil, programas estruturantes e que logicamente vão colocando o Brasil no cenário das grandes nações.

Nós vemos que V. Exa., com absoluto conhecimento do programa, tem procurado conduzi-lo de uma forma muito correta, mas, acima de tudo, muito competente, mostrando aos vários estados, aos representantes dos vários estados, aos Governadores, aos Parlamentares, Deputados e Senadores, o andamento e a execução do programa.

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que o nosso Estado de Roraima... Mas antes, eu gostaria apenas de deixar um questionamento. Primeiro, pela localização do Amazonas e de Roraima, nós somos os dois únicos estados do Brasil que não estamos ligados de uma forma segura via rodoviária. Por quê? Porque nós temos a questão da BR-319, que é o traço de união entre dois estados estratégicos, Roraima e Amazonas, e o resto do Brasil, e por questões ambientais, já vem se arrastando há muitos anos a dificuldade de se viabilizar o asfaltamento de forma definitiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquela importante rodovia, com pouco mais de 800km. Pela grandeza do Amazonas, pela ligação oceânica ao norte, via Venezuela ou via Guiana, nós precisamos sim de que o Governo, que não incluiu a 319 no PAC, tenha um compromisso de fazer com que esta obra seja asfaltada.

Todos nós, Senadores do Amazonas, Senadores de Rondônia, Senadores de Roraima, estamos, na verdade, na ansiedade de que haja um pronunciamento definitivo do Governo – sabemos que as coisas estão andando, mas de uma forma definitiva –, para que possamos ver o Brasil de norte a sul totalmente integrado.

Aquela é uma artéria fundamental. Houve uma manifestação talvez infeliz da Ministra Marina Silva, que acha que, com o asfaltamento daquela rodovia, nós vamos ter questões de danos ambientais, etc., mas nós temos o Governo para acompanhar, instalar, suprir, manter, acompanhar, fiscalizar, se manter presente. Então, acho que a Ministra deve fazer uma reflexão e ver que nós precisamos ligar o Brasil de ponta a ponta, em todos os sentidos.

Então, esse é o primeiro questionamento que eu gostaria de fazer a V. Exa. e queria rapidamente citar aqui o que o PAC representa para o nosso estado, o Estado de Roraima, que, no PAC Seleções, teve apenas 31 obras e equipamentos, no entanto essas obras são importantes, são estratégicas. Primeiro, a inclusão digital e conectividade está prevista com investimentos na ordem de R$1,3 bilhão. Na área da saúde, está previsto, com obras a serem construídas, saúde básica, policlínicas, maternidade, compra de ambulâncias, enfim, para montar a estrutura de saúde do nosso estado, através do PAC, aproximadamente R$1,4 bilhão. Na área de educação, ciência e tecnologia, aproximadamente R$14 bilhões, o que nos alegra. Na área de infraestrutura social inclusiva, em torno de R$300 milhões. Água para Todos, aproximadamente investimentos na ordem de R$2 bilhões, fazendo com que a nossa população como um todo tenha água de qualidade e em quantidade garantida – toda a nossa população. No eixo do transporte eficiente e sustentável, em torno de R$2,3 bilhões. E, no eixo da transição e segurança energética, R$3,3 bilhões. Na verdade, essa obra é o Linhão de Tucuruí, famoso Linhão de Tucuruí, que vinha se arrastando há aproximadamente 13 anos. Até por uma questão de justiça, porque os governos passam e os acertos e os erros ficam pelo retrovisor do tempo, nós, por um dever de justiça, gostaríamos de dizer que a retomada definitiva, para mitigar os efeitos dos ambientalistas, as questões que foram levadas durante todos esses anos, deixando no apagão energético o Estado de Roraima, se iniciou com uma determinação do ex-Presidente Bolsonaro, que reuniu o Conselho de Defesa, para dizer que aquela obra, sim, era uma obra estratégica para o país, porque nós temos ali nas nossas fronteiras dois países, com aproximadamente 2 mil quilômetros de fronteira – nós temos mil quilômetros de fronteira com a República Bolivariana da Venezuela e aproximadamente mil quilômetros de fronteira com a República Cooperativa da Guiana.

Então, é lógico, nós não tínhamos essa ligação, essa interligação energética ao SIN (Sistema Interligado Nacional). E, com essa obra, com a aprovação da condição dessa obra, veio o Presidente Lula e definitivamente assegurou, garantiu os recursos no valor de R$3,3 bilhões. Essa obra está a pleno vapor, com mais de 1,3 mil trabalhadores trabalhando no eixo da estrada, que tem aproximadamente 800km. Ou seja, há uma euforia por parte de toda a população do nosso estado, na certeza de que, com a garantia desses recursos através do PAC, nós definitivamente estaremos interligados ao Sistema Interligado Nacional. Até porque era um absurdo: gastavam-se em torno de R$2 bilhões por ano de combustíveis fósseis para gerar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia para o nosso estado. Então, esses itens, apesar do número na seleção das obras e dos equipamentos a serem recebidos, eu acho que contemplam muito bem o nosso estado.

Nós temos ainda uma observação a fazer, Ministro, sobre a questão da interligação do nosso estado à capital da Guiana, Georgetown, uma obra estruturante, estratégica, porque é a saída para o mar mais próxima. Quando nós saímos da nossa capital, para exportação de soja, milho e outras *commodities* agrícolas, damos uma volta de aproximadamente 2,4 mil quilômetros para chegarmos até o Oceano Atlântico, via Manaus, Itacoatiara, Belém e, daí, subindo o Atlântico, enquanto que, com essa interligação, nós teremos apenas 650km, mostrando de forma estratégica a importância dessa rodovia.

A Guiana, em função do *boom* que vive hoje do petróleo, com a descoberta de mais de 12 bilhões de barris de petróleo e já se transformando numa nova Dubai, tem feito investimentos, mas não na velocidade que nós esperamos, porque, obviamente, isso vai facilitar sobremaneira o escoamento da nossa produção, além da importação de outros insumos, tornando-os mais baratos para ajudar o estado a se desenvolver.

Portanto, gostaríamos de saber de V. Exa. como andam essas tratativas. O Presidente Lula recentemente esteve na Guiana, e devem ter sido tratadas com mais detalhe essas questões. E acho que essas informações devem chegar de uma forma decodificada em tempo real para os Parlamentares, porque às vezes você tem apenas um acompanhamento pela imprensa, mas para nós Parlamentares, que representamos os estados, seria necessário que tivéssemos essas informações mais pormenorizadas.

Então, Ministro, eu entendo que o PAC, realmente, está dando uma nova vida para o nosso país – são investimentos na ordem de R$1,7 trilhão, que vão ser transformados em obras estruturantes para que o país dê o grande salto para o desenvolvimento que precisa em todas as áreas –, mas gostaria, para facilitar inclusive a participação dos outros colegas Senadores, de deixar esses questionamentos para V. Exa. e apenas pedir que houvesse, em relação ao Minha Casa, Minha Vida, um pouquinho mais de incentivo, porque, em função da imigração venezuelana para o estado, como todos sabem, pelo nosso estado já passaram mais de 800 mil venezuelanos nesses últimos quatro anos. Vejam bem, vou repetir: já passaram mais de 800 mil venezuelanos pelo Estado de Roraima e lá vivem mais de 110 mil de uma população de 700 mil habitantes, incluindo os venezuelanos. Portanto, vejam que mais de 10% da população do estado é de venezuelanos. Isso tem causado um déficit habitacional gigantesco, e, pelos tratados internacionais, temos que acolhê-los, abrigá-los em função da situação da Venezuela.

Então, gostaríamos de uma atenção especial, Ministro. O senhor foi Governador e eu tenho certeza da sua sensibilidade na indução dessa nossa demanda para que possa realmente o Minha Casa, Minha Vida ser ampliado, inclusive apoiando o Minha Casa, Minha Vida-Entidades e o Minha Casa, Minha Vida-Rural, que, na verdade, vão dar uma acomodação razoável para essa população dos sem-teto, podemos assim dizer, no nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Nós ouvimos as palavras, os questionamentos das Senadoras Janaína e Teresa Leitão e do Senador Chico Rodrigues. Então, eu passo a palavra para o Ministro Rui Costa responder a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse bloco; a seguir, faço algumas perguntas; e vamos aos internautas. Aí nós conseguiremos fechar a nossa audiência.

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Quero agradecer à Senadora Janaína e a parabenizar pelo exercício do mandato. Eu sei do orgulho de representar o Ceará aqui.

Quero só reafirmar aquilo que havíamos conversado na audiência sobre a prioridade que temos nesse grande projeto que é o barramento para um reservatório de água de dimensões bastante expressivas. Portanto, além da obra da barragem em si, tem várias outras obras em função do volume de água que irá armazenar: se necessário, deslocar a ferrovia; subir o greide de ferrovia... Enfim, tem várias obras complementares. Nós já retomamos, nessa obra, tanto a obra do maciço da barragem, que é de responsabilidade direta do Governo Federal, quanto obras e projetos que estamos fazendo em parceria com o Governo do estado, como o projeto da rodovia e, também com a Infra S.A., da ferrovia para o deslocamento. Eu quero dizer que é prioridade, e nós haveremos de, em breve, ver o andamento não só do maciço da barragem, mas das obras complementares.

Sobre os prazos, eu quero lhe agradecer por lembrar os prazos aqui. Àqueles Prefeitos e Prefeitas que estão nos acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pessoal, por gentileza.

O SR. RUI COSTA – ... e servidores municipais e estaduais que estão nos acompanhando, quero lembrar dos prazos que a Senadora Janaína colocou aqui. De fato, agora dia 6, vence o prazo da educação; dia 10, da saúde. O esporte conseguiu concluir já o cadastro de todas as obras. Ontem à noite mesmo e hoje pela manhã, eu falava com o Ministro do Esporte, que já quer o orçamento para empenhar essas obras e iniciá-las imediatamente. Ele está com uma determinação muito grande e quer entregar essas obras até dezembro deste ano.

Então, lembro aos Prefeitos e às Prefeitas que é preciso ir tanto ao Ministério da Educação quanto ao Ministério da Saúde, através da Caixa Econômica, e lá formalizar os documentos. Para aquelas obras de escola, creche, policlínica, o Prefeito já pode iniciar a sondagem dos terrenos, reunir a documentação e iniciar o processo de preparação para que a gente dê sequência ao início das obras.

Em função, Senador Confúcio, do prazo eleitoral, nós estamos agilizando para que a transferência seja feita dentro do prazo legal eleitoral, ou seja, até junho, para que os municípios possam, uma vez tendo o depósito, uma vez caracterizados a conclusão da obra e o depósito feito, dar continuidade durante o período eleitoral. Mas, para isso – eu reitero aqui o pedido da Senadora –, é preciso essa colaboração dos Prefeitos e das Prefeitas no sentido de que agilizem a parte documental, o ingresso na Caixa, o registro e já iniciem as ações preparatórias, como a ação de sondagem dos terrenos, porque nós modificamos, inclusive, como falei nas medidas institucionais, e estamos revisitando todos os decretos e portarias para tirar os obstáculos da frente.

Então, há uma semana, nós publicamos o novo decreto do Presidente, corrigindo decretos anteriores que, a nosso ver, colocavam obstáculos desnecessários à execução das obras. Revisamos uma portaria do FNDE, e, nesta semana, a gente haverá de revisar uma portaria importante do MGI, porque, a nosso ver, tem coisas lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vez de buscar responsáveis – quem colocou no passado, em que ano colocou –, nós estamos buscando resolver. Por exemplo, Senador Confúcio, tem uma medida que eu acho tão inusitada que a tenho citado como exemplo. Alguém colocou nessa portaria, entre outras medidas inusitadas, que, se um município, por exemplo, que tenha um contrato com o Governo Federal para dez obras tiver problema em uma obra e atrasá-la por 360 dias, esse município fica impedido de receber recursos para as outras nove obras. Eu pergunto: qual é o sentido disso? Se você tem nove obras andando perfeitamente, de escola, de creche, de água, para atender a população, e uma obra teve problema – não sei exatamente qual foi o tipo de problema que essa ou aquela obra pode ter tido para ficar um ano paralisada –, aí a penalidade vai para quem? Para a população, parando as outras nove obras? Quer dizer, em que isso é medida corretiva? Isso é medida punitiva, primeiro, para a população, que não vai ter o serviço da creche, da vaga escolar ou da água, e é uma medida onerosa para o orçamento, porque todos nós sabemos que obra paralisada significa elevação de custos para a União, inclusive. Então, não faz sentido nenhum esse tipo de medida, como se isso fosse induzir ou agilizar a correção dessa obra que está com problema pelo gestor estadual ou municipal. Acho que a medida de indução não pode ser esta de paralisar as outras obras que estão andando perfeitamente bem. Por isso, nós estamos corrigindo essas medidas que, a nosso ver, não dialogam com a realidade e com a celeridade das obras. Nós já corrigimos um decreto, uma portaria, e, nesta semana, pretendo, portanto, corrigir essa outra portaria, e estamos buscando ouvir os ministros e, com base no diagnóstico, inclusive, do TCU, fazer as correções necessárias para essas obras terem celeridade.

E, entre essas medidas, nós adotamos o seguinte: antes, por exemplo, em uma escola... A escola é padrão do MEC. E a quem cabe fazer a implantação... Porque nem todo terreno é igual: um terreno precisa de uma terraplanagem assim; outro, assado; um precisa de um tipo de fundação, o solo é mais firme; outro solo é mais mole, o que pode mudar a fundação. O que acontecia? O FNDE analisava cada implantação de cada escola. Você imagine: ali nós listamos 1,9 mil, entre creche e escola. Você imagine analisar 1,9 mil projetos. É uma infinidade. Então, nós mudamos a norma, dizendo o seguinte: o projeto é padrão; e o ente que assina – o Governador ou o Prefeito – assume. Assina um termo de responsabilidade, inclusive técnica e financeira, de que obras complementares de terraplanagem ou a fundação correm sob a responsabilidade técnica do ente e sob os custos financeiros do ente. Com isso, o MEC não precisa mais analisar o projeto de fundação nem o projeto de terraplanagem. O município ou o estado tem técnicos competentes ou contrata técnicos, engenheiros com registro legal, que vão assinar a responsabilidade técnica, se a terraplanagem está bem feita, se a fundação está bem feita; e não precisa o FNDE gastar meses, com a equipe reduzida, para estar fazendo o retrabalho. Com isso, nós acreditamos que vamos dar muito mais celeridade a essas obras, com certeza.

À nossa Senadora Teresa Leitão também quero agradecer a deferência e o prestígio de estar *online* participando desta audiência e agradecer as perguntas. E a Senadora destacou o aspecto amplo e capilar do PAC na saúde, inclusive preenchendo vazios. O Presidente, nos últimos dias... Ela citou a inauguração, em Pernambuco, da unidade de hemoderivados. E, esta semana, o Presidente esteve inaugurando, em Minas, uma unidade de insulina, ou seja, são dois vazios de insumos importantíssimos para a saúde pública, e o Brasil passa a ter, portanto, produção ainda em etapas necessárias, complementares; mas já passam tanto a fábrica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hemoderivados em Pernambuco como a de insulina em Minas a participar do fornecimento do SUS.

E quanto à Transnordestina, Senadora Teresa Leitão, eu quero a tranquilizar, porque, em sua homenagem, o T de Teresa vai se materializar – o T invertido. Quero só ressaltar que, no projeto original, era o T numa concessão pública. Eu aqui não quero analisar nem reviver, mas, no passado recente, foi feita a renegociação com a concessão dessa ferrovia, em que se excluiu o trecho de Pernambuco da concessão, portanto ficou só o L invertido na concessão. E o contrato foi revisto, foi assinado um novo aditivo, e, portanto, nós estamos retomando a obra de Pernambuco como uma obra pública, inicialmente, enquanto a gente formata um novo edital de concessão.

Mas, para não ficar esperando a formatação, nós já iniciaremos a licitação desse ramal. A concessionária que já tinha feito um trecho dentro de Pernambuco tinha feito um projeto maior – só que o padrão de projeto de uma empresa privada; aqui ela está fazendo o projeto como concessão. Ela entregou parte desse projeto, e nós estamos atualizando esse projeto para imediatamente fazer a licitação desse trecho, ao mesmo tempo, Senadora, em que nós estamos reavaliando todo o traçado até chegar ao Porto de Suape e, em especial, na chegada do Porto de Suape, porque essas coisas acontecem às vezes no Brasil: você tem um traçado da ferrovia, está publicado, tem uma obra em andamento e se autorizou, no traçado da ferrovia, a construção de conjuntos habitacionais na chegada ao Porto de Suape. Portanto, terá que ser feito ali um novo traçado. Foram feitas intervenções urbanas que não permitem mais o traçado original. Portanto, nós estamos desenvolvendo um novo traçado. É a forma de evitar esses obstáculos criados nas construções de conjuntos ou nas construções viárias. Mas essa obra, fique tranquila, se iniciará o mais breve possível, ainda este ano - o trecho como obra pública e o restante, portanto, assim que os projetos ficarem corrigidos, para licitar ou em concessão ou também como obra pública.

Quero agradecer ao Senador Chico Rodrigues e convidá-lo – nós estamos programando um retorno lá a Roraima –, se V. Exa. puder, para nos acompanhar.

Eu destacaria aqui, antes de entrar nos pontos que o senhor colocou, uma obra que eu reputo importante que nós estamos fazendo. O Governador cedeu um hospital estadual e nós estamos transformando-o em um hospital universitário de alta complexidade, construindo mais três módulos grandes, inclusive com leitos de UTI, com unidade específica para atendimento indígena. Esse processo está em andamento e nós queremos iniciar essa obra o mais breve possível.

E quero tranquilizá-lo em relação à BR-319. O Presidente Lula teve oportunidade de atender já vários Senadores e Governadores. Nós incluímos, sim, essa obra no PAC. Inicialmente, essa obra foi incluída para um estudo mais detalhado de alternativas construtivas de menor impacto ambiental. Fizemos uma reunião recentemente com o Ministro Renan, e ele nos informou que está finalizando uma concepção, uma ideia de projeto que, portanto, a nosso ver, cria todas as condições para que essa obra seja licitada e iniciada; ou seja, é uma obra que adotará métodos construtivos e protetivos da floresta, no sentido, inclusive, de ter postos de fiscalização, não só nas extremidades, mas em alguns pontos estratégicos, para evitar movimentação de caminhões, carretas com madeiras ilegais ou produtos ilegais, além de um método construtivo que evite o desmatamento ilegal. Quanto a isso, portanto, eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tranquilizá-lo. Nós estamos, nos próximos dias, finalizando essa concepção e, a partir daí, iniciando o diálogo mais direto, mais objetivo, dando entrada no meio ambiente, no Ibama, para o licenciamento dessa concepção e desse projeto.

Com isso, nós entendemos, seguindo a orientação do Presidente Lula, nós podemos casar, combinar a proteção necessária ao meio ambiente, à floresta com o acesso, com o desenvolvimento para aquelas populações, um acesso digno, seguro, rápido e que reduza os custos dos produtos que aquela região consome, que vem de fora e que paga um preço elevado pela dificuldade de chegar às cidades. Então, quero tranquilizá-lo e dizer que nós vamos fazer, já é decisão do Presidente. E nós não podíamos fazer diferente senão adotando as medidas de máxima proteção ao meio ambiente.

E, sobre a ligação com a capital da Guiana, nós estamos dialogando e, assim que tiver uma posição mais concreta, nós vamos informar sobre essa obra. Aceitando a sua sugestão, Maurício, vamos ver se a gente até envia, o mais breve possível – se possível ainda esta semana – para os Senadores, a lista, inclusive, das cidades que, até este momento, não fizeram registro nas obras selecionadas no PAC Seleções, até para que os Senadores também possam motivar, alertar os Prefeitos com os quais têm relação da necessidade do cumprimento desses prazos. Uma motivação no contato pessoal com o Senador, não tenho dúvida de que também ajudará muito nessa mobilização.

Do Minha Casa, Minha Vida, eu não tenho os detalhes aqui, mas nós levamos muito em conta, no caso de Roraima, essa preocupação com a imigração. Com um número elevado de venezuelanos que entra no país, a maioria se dirige a diversas regiões, mas uma parte bastante substantiva fica no Estado de Roraima. Nós, eu diria, praticamente atendemos quase todas as propostas que foram apresentadas do Minha Casa, Minha Vida, tanto do Entidades como do Rural, como do setor privado. Nós teremos novas seleções no ano que vem, no início do ano que vem. Aí é preciso também elaborar esses projetos.

Agradeço aqui a oportunidade, deixo o convite. Nós estamos nos programando para voltar lá. As obras da Casai ficaram prontas. O novo restaurante ficou muito bonito. Nós vamos dar sequência ao diálogo que nós instituímos com a instalação da Casa de Governo para não só cuidar da questão ianomâmi, mas para cuidar do estado, já que é um estado que tem vivenciado essa vulnerabilidade em função da fronteira e da imigração dos venezuelanos. Temos várias ações em andamento. Articulados pela Casa de Governo, nós vamos fazer uma nova visita lá para ver o acompanhamento das ações que nós determinamos.

Agradeço mais uma vez e deixo esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem atendidos os questionamentos de três Senadores.

Vamos agora... Aqui nós temos... Eu devo muita audiência, pelas redes sociais, a esta audiência pública. Aqui, eu tenho certeza de que eu não vou dar conta de fazer as perguntas que chegaram, muitas perguntas – aqui são quatro páginas cheias. Vou fazer uma seleçãozinha. O senhor pode responder, assim, brevemente; é só anotar o nome da pessoa.

Quanto a alguns, nós vamos só agradecer a eles pela participação. Inicialmente, quero agradecer ao Cosme, do Rio Grande do Norte, ao Marcelo, de São Paulo; ao João, do Estado do Maranhão; à Júlia, de Goiás; ao Cássio, de Goiás; ao Eduardo, daqui, de Brasília; ao Mauro, de São Paulo; ao Carlos, do Paraná; ao Alexsander, do Maranhão; ao Fábio, do Paraná; ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio, de Minas Gerais; ao Danilo, de São Paulo; ao Edenir, de São Paulo; ao Átila, da Bahia; ao Alexsander, novamente do Maranhão – está bem ativo; Fábio, de São Paulo – também é a segunda pergunta dele; ao Edenir, de São Paulo; e ao Vilamir, do Estado do Paraná. Esses foram os que chegaram aqui. Logicamente, tem muitos cujas perguntas não foram selecionadas, mas muito obrigado a todos pela participação.

Sr. Ministro, eu acho tudo muito revolucionário. Por exemplo, há um ano, no mês de abril do ano passado, nós não falávamos dessa Ponte Binacional Brasil-Bolívia, uma ponte no valor de R$450 milhões. Isso foi tão rápido, o projeto de engenharia já está pronto e já se está finalizando o processo licitatório. Como é uma obra muito histórica, ela vem de acordos binacionais de 1903, do Tratado de Petrópolis, e agora se consuma.

Eu gostaria que, dentro do possível, tão logo fique pronto o processo licitatório – essa é uma ponte de uma valor histórico muito grande entre os países –, que o Presidente Lula se fizesse presente, agora, no mês de maio, ele conversasse com o Ministro dos Transportes para estar lá presente, para fazer essa ordem de serviço entre os dois países, como também a inauguração de vários trechos que já estão prontos, pontes também, trechos danosos na BR, porque ele, mesmo à distância, não indo aos locais, pode deflagrar todas essas obras como inauguradas e outras lançadas. É sempre importante.

Também um anseio... Nós temos uma única rodovia que traceja o eixo do Estado de Rondônia, de norte a sul, que é a BR-364, vai até o Estado do Acre, e também, futuramente, Manaus e Roraima. É a única rodovia.

Também não se falava nela, em sua duplicação, há um ano, e o projeto deve ficar pronto em novembro deste ano, e, logicamente, a concessão já está no Tribunal de Contas, para serem também lançados os seus editais e os pregões no final deste ano.

É uma velocidade extraordinária em que tudo aconteceu. Por isso que eu usei a expressão "revolucionário", porque foi mesmo.

Agora, mudando de assunto, eu não vi, nos cinco eixos, ali... Eu vi defesa, mas não vi segurança pública dentro do PAC. Assim, praticamente... A defesa eu não sei o que é que inclui, mas a segurança pública, em si, não está contemplada no PAC.

Segunda pergunta: nós sabemos que o grande problema das obras paralisadas dos PACs 1 e 2 foi justamente a burocracia – a burocracia. Então, as empresas, os empresários de muitos estados não são empresários milionários; são empresários médios, que não têm como esperar por muito tempo medições e a liberação do financeiro. Então, isso vai fazendo com que as empresas médias dos estados busquem dinheiro em banco para pagar a conta de pessoal, que é quinzenal, e outros fornecedores, chegando ao ponto de, com muitos se endividando com juros altos, eles paralisarem obras.

Agora, a Caixa será a grande responsável por esse PAC Seleções. A Caixa adotará os mesmos critérios do PAC tradicional ou ela dará maior celeridade, mais gente para atender, mais dinâmica, mais soluções, para evitar justamente de as empresas ficarem se endividando?

Quero contar uma história. No Município de Machadinho, do oeste de Rondônia, um empresário médio pegou duas obras, uma de 8 bilhões e outra de 3, 11 bilhões, e ele foi esperando e foi atrasando, foi atrasando, foi atrasando, e ele foi para a agiotagem, foi para todo canto buscar dinheiro, e atrasou tanto, que ele chegou ao suicídio. Ele paralisou as obras... Hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão todas as duas paralisadas. Uma não paralisou porque eu coloquei emenda, e ela está andando. A obra da escola paralisada, e nunca mais... Tem oito anos.

Então, chegou ao ponto de o empresário ir ao suicídio. Esse era um homem muito sério, que não aguenta pressão... Isso acontece.

Então, eu gostaria, para que as obras transcorressem como o planejado, que essa burocracia não atrapalhasse tanto a vida das empresas também. Tem que olhar o lado público e o lado das empresas, não é? Isso é fundamental.

Do outro lado, Sr. Ministro, nós temos acompanhado, por exemplo, a Caixa Econômica. Aqui nós tivemos uma audiência há poucos dias e houve muitas reclamações, principalmente de Senadores do Nordeste, sobre a demora, a burocracia, aquele vai e volta, aquilo demora muito; e também os encargos de 4,5% da taxa de administração. Eles têm reclamado disso, embora a Caixa diga que é muito pouco. Mas é uma das reclamações do pessoal.

E nós temos aqui, do... Já fez uma limpeza nas leis existentes justamente para facilitar a vida desses procedimentos, porque uma coisa é planejar, como eu falo assim, o pensador de obras, e outra é o fazedor da obra.

As obras, quando vão para a iniciativa privada, as grandes obras, deixando... Eles têm engenheiros tocadores de obras. Eu quero saber o seguinte, se entre planejar e executar, isso não terá um hiato dificultoso, nesse meio do caminho.

Tem o Decreto 10.526, de 2020, que estabelecia outros aspectos da formação de um comitê interministerial de planejamento de obra de infraestrutura. Esse decreto foi revogado e a pergunta é a seguinte: No lugar dele, esse comitê existirá? Existirá alguém que vai realmente acompanhar e monitorar? Essa é uma pergunta feita pelo nosso pessoal de assessoria.

Bem, essas são as minhas perguntas. Agora, vou já estocar aqui, para o senhor fazer um fechamento geral. Algumas são bem simples. Se o senhor sentir... A única pergunta sobre Itaipu é de Cosme, lá do Rio Grande do Norte: "Qual seria a vantagem competitiva de Itaipu Binacional para o Brasil no atual cenário de política ambiental e de sustentabilidade?" Ele pergunta qual é a vantagem de Itaipu.

Marcelo, de São Paulo. "[O PAC é de] R$1,7 trilhão [e contempla] infraestrutura [...] e a aplicação em meio ambiente nos locais [e pergunta se para esse dinheiro também está prevista] a aplicação em meio ambiente nos locais onde [...] a fauna e a flora [sofreram auto impacto]"?

O João, lá do Estado do Maranhão. "Quais são os principais desafios de governança...". Coincidiu com a minha pergunta. "Quais são os principais desafios de governança enfrentados pelo PAC na implementação de seus projetos de infraestrutura?". Coincide com o que eu perguntei.

Júlia, de Goiás: "Quais são as diretrizes para minimizar impactos negativos ao meio ambiente durante a execução [dessas] obras do PAC?". Sabemos que a questão... O pessoal está preocupado com a questão ambiental.

O Cássio pergunta aqui, mas a pergunta já foi respondida no transcorrer da sua exposição.

Eduardo, aqui de Brasília, também a sua pergunta já foi respondida durante a exposição.

Mauro, de São Paulo, a sua pergunta também já foi explicada pelo Ministro.

E Alexsander também, do Maranhão, as suas perguntas já foram respondidas.

Aqui, o Carlos, do Paraná, pergunta: "Na parte de infraestrutura, as demandas [...] [dos funcionários de] usina foram levadas em conta? A infraestrutura vai beneficiar [pessoas] no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entorno [dessas obras]?". Ele deve ser citando mais ou menos o que aconteceu lá em Brumadinho, também nas grandes obras de hidrelétricas do Estado do Amazonas.

Quanto ao Fábio, foi respondida a pergunta dele também; quanto ao Alexsander, do Maranhão, também sua pergunta foi respondida; a do Fábio também foi; a de Edenir, de São Paulo, também foi.

Ficaram aqui mais algumas perguntinhas mais simples.

Antônio, de Minas: "Com a geração de energia maior que o consumo, [...] [devido à] geração fotovoltaica [e eólica], o valor da energia que compramos do Paraguai ainda é vantajoso?". O Senador Esperidião Amin falou que é a mais cara do Brasil.

O Danilo pergunta – o Danilo é de São Paulo: "[...] [Por que o] PAC [...] não [...] prioriza [...] o saneamento básico das cidades, haja vista que isso impacta [...] na saúde [...]?". Acho que o Ministro respondeu já. Não precisa responder. Viu, Danilo? Já foi respondida a sua pergunta.

Edenir, de São Paulo, pergunta: "Quais estratégias serão consideradas para assegurar que pequenas e médias empresas brasileiras tenham participação [...] [direta no] PAC?".

Átila, da Bahia – é o único baiano aqui a perguntar, eu não poderia deixar de fazer: "A Bahia produz frutas, mas o custo para escoar as frutas entre as cidades é [...] [elevado]. Qual o planejamento para aproximar [essas] cidades?".

E, por fim, Vilamir, do Paraná: "O transporte de cargas no Brasil precisa passar por uma reformulação urgente". Ele fala: "Mais malhas ferroviárias e [...] [mais o transporte aquaviário]".

Encerradas as perguntas.

O senhor está com a palavra.

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Quero gradecer ao Senador Confúcio pelas observações e pelas perguntas. Pode ter absoluta certeza, eu acho que o Presidente Lula dará prioridade a estar presente. Eu já anotei aqui, vou hoje mesmo falar já, deixar pré-avisado o gabinete, que faz a agenda dele. Acho uma obra estruturante e importante, uma obra de integração entre dois países e com certeza será um marco na infraestrutura e no desenvolvimento daquela região. Acho que ele terá todo o interesse, em maio ou, no mais tardar, no início de junho, em a gente estar presente numa agenda. Com certeza, o senhor se fará presente a essa obra, até porque, nesse um ano e quatro meses, o senhor manifestou diversas vezes o seu desejo, a importância, ressaltou e qualificou a necessidade dessa obra. Por isso, ela ganha absoluta relevância.

Sobre segurança pública, algumas medidas estão no PAC, notadamente aquelas medidas que visam à prevenção. Então, ali as ações na área social, por exemplo... Não só a parte da educação propriamente dita, como instalação de escolas de creche, e nós levamos em conta a prioridade, inclusive, daquelas cidades, daquelas regiões e localidades com maior vulnerabilidade do ponto de vista da violência, mas também esses centros sociais, de cunho social, de integração que estão no PAC foram priorizados para essas áreas de maior violência.

Ontem mesmo o Presidente fez uma reunião longa, e já agendou outra para semana que vem, para discutir especificamente segurança. O Presidente está buscando, através do Ministério da Justiça e ouvindo outros parceiros, elaborar um programa, uma programação específica, que ele em breve poderá anunciar, de medidas do Governo Federal para a área da segurança pública. É evidente, em parceria com estados e municípios, nós temos em andamento hoje algumas medidas, como aquela GLO específica que está nos portos e aeroportos de São Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do Rio, que tem resultados extraordinários do ponto de vista de desarticulação de atos e de tráfico de produtos criminosos. Nós estamos dialogando toda uma programação, inclusive na área de presídios, na área de como recuperar presos e de como garantir presídios mais seguros e que de fato façam aquilo a que se propõe um presídio, que é não só a privação de liberdade para aqueles que cometeram crimes, mas também, para aqueles que desejam se ressocializar, voltar no futuro à sociedade, o presídio tem que cumprir essa função, assim como reforçar e combater as grandes quadrilhas, as grandes ações.

Ontem mesmo eu ouvi um relato do chefe da Polícia Federal de que, nesses 14 meses, só em ações do crime organizado, foram retirados de patrimônio deles algo na ordem de R$2,3 bilhões, em imóveis, em propriedades, ou seja, o crime organizado no Brasil tem se capilarizado nas atividades econômicas e buscado lavar recursos de forma para muitos surpreendentes, dado o volume de recursos que o crime hoje movimenta. E, portanto, a Polícia Federal tem adotado uma estratégia de prioridade para a desarticulação dessa estrutura financeira e de sustentação financeira do crime. É um número muito expressivo, e chama a atenção o ritmo de crescimento e de ganho do crime no Brasil, o que requer, portanto, uma estrutura de inteligência e uma estratégia nacional integrada e, eu diria, até articulada com outros países que fazem fronteira com o Brasil. Então, em breve o Presidente vai anunciar um pacote específico para a área de segurança.

O Senador reportou algo que também me preocupa muito. Assim como o Senador, eu também sou ex-Governador, e tem muitos motivos de atrasos de obras, não tem um só. Acho que, inclusive, eu sou a favor, como ex-Governador, de que haja uma rigidez maior da lei para aqueles empresários que, às vezes, sucessivas vezes entram em processo licitatório sem fazer as devidas contas, sem ter os devidos cuidados, e mergulham muitas vezes de forma excessiva nos preços. Se a tabela de preços que a gente licita, a tabela Sinapi, já é uma tabela muito ajustada, de que muitos empresários reclamam de preços desatualizados, e em cima dessa tabela muitas vezes se dão descontos, nós *a priori* já sabemos que a obra não será executada, porque não há milagre a fazer. Os insumos, os materiais não caem do céu, têm que ser adquiridos, e não existe, no mercado, ninguém doando material de construção para obra. Portanto, em alguns preços, a gente, de antemão, já sabe.

O gestor, um Prefeito ou um Governador, sempre fica com o pé atrás. De novo é a síndrome da caneta: ele sabe que, com aquele preço, a empresa não vai executar; se ele for lá e cancelar a licitação ou desclassificar, o órgão de controle vai dizer que ele está querendo direcionar o ganhador. Ele eventualmente não o faz e deixa o contrato ser assinado com aquele que deu um desconto inexequível. E não dá outra: com três, quatro meses, a obra é paralisada porque não é possível fazer a obra com aquele preço. E aí entra todo o processo legal de tirar aquela empresa, reatualizar o processo, pedir autorização do órgão de controle, licitar a obra e lá se vai um ano, um ano e meio e o valor fica desatualizado, assim como tem também a situação que o Senador Confúcio colocou de atrasos de pagamentos, que é um outro elemento também forte de atraso de obras.

Visando isso, nós estamos revisitando, inclusive, a forma de desembolso dessas obras. Então, a gente está buscando uma medida mediadora, porque, se você passa pouco recurso, o gestor municipal ou estadual tem que vir muitas vezes prestar contas e receber o valor e, com isso, a empresa fica sem dinheiro para tocar a obra; se você passa todo o valor de uma vez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece hoje o empoçamento. Por exemplo, na saúde, nós temos um empoçamento grande de recursos que estão nas contas municipais sem executar, com obras paralisadas, e todo o recurso está lá. Então, você empatou um recurso da União que poderia ter feito um posto de saúde, um hospital e está na conta de um município há dois, três, quatro, cinco anos. E aí a União tem que entrar muitas vezes na Justiça ou administrativamente para reaver esse recurso de uma obra que, pelo visto, o município não fará mais. Então, nós estamos buscando nem tanto, nem tão pouco, nem passar tudo que fique empoçado, nem passar a conta-gotas, o que vai levar à paralisação. Então, nós estamos buscando...

E também a Caixa... Eu também reclamei muito, quando Governador, da Caixa. Agora, do outro lado do balcão, na condição em que eu estou, eu fui fazer várias reuniões com a Caixa e verifiquei que muitas das exigências ou procedimentos que ela faz não são decisão da Caixa, são decisão do ministério que exigia aquilo através de portarias, de normas. Ela apenas executava essas normas ou essas exigências que o ministério que a contratou – ou seja, a Caixa é contratada de algum ministério – dizia: "Você vai exigir isso", e ela passava a exigir. Então, nós estamos discutindo a mudança dessas normas. Numa obra, por exemplo, de uma escola, você vai fazer a verificação, você antecipou 25% da obra e vai prestar contas desses 25%, se tem um erro, uma porta foi assentada de modo errado, ou com uma qualidade errada, em vez de parar a obra inteira, você eventualmente notifica e diz: "Olhe, eu vou liberar mais uma parcela, mas, na próxima, você terá que ter corrigido esse erro". É mais razoável do que você parar todo o repasse até que aquele erro seja corrigido. Então, você faz um novo repasse e condiciona os próximos à correção desse erro. Na próxima edição, será verificado se o erro de um item que eventualmente foi feito foi corrigido.

Então, nós estamos ajustando nesse nível de detalhe para dar fluidez no desembolso e, com isso, a gente reduzir, se possível, a zero o atraso dessas obras, mas fica aí o elemento do processo licitatório.

E nós estamos buscando fazer em todas as obras, acelerando com alguns estados que têm um corpo técnico mais robusto... Por exemplo, policlínica. Então, nós queremos fazer o primeiro edital com um estado e tentar oferecer esse edital padrão a todos os municípios e a todos os estados. Com isso, nós teríamos, em vez de cada um ficar fazendo um edital, o que poderia gerar erros diversos nos editais, nós queremos, combinado com eles, ter um edital mais ou menos padrão para evitar uma pulverização de modelos de edital de licitação. E, com isso, a gente garante mais segurança jurídica e mais celeridade nessas obras.

E sobre a governança, o Senador se referiu a um decreto e hoje tem um decreto publicado, que é o decreto de gestão do PAC, o Gepac, que faz esse monitoramento e essa gestão. E eu diria que a forma melhor, mais acertada, é dialogar e estar mais perto de quem está com a mão na massa. Toda vez que você fica... Você é Ministro, vai conversar só com o Governador ou só com o secretário, muitas vezes você não sabe o problema real de quem está tocando ali na ponta. Então, nós temos buscado fazer reunião inclusive com quem está lá na ponta fazendo edital, com quem está tocando obra de cada estado, para ver na prática qual é a dificuldade que ele está tendo, os problemas que eles estão tendo, para a gente ir ajustando isso rapidamente. Repito, com o ajuste dos procedimentos e das correções.

Sobre as perguntas aqui da internet, eu quero agradecer a todos que acompanharam. Cosme, Rio Grande do Norte, pergunta quais as vantagens de Itaipu. Olha, Itaipu é uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores obras do mundo, absolutamente necessária ao longo de anos e continua necessária. Eu sou um absoluto defensor da geração de energia eólica, solar. Só que hoje o Brasil produz em volume o dobro da energia que consome, o dobro. E, por isso, nós temos que estimular inclusive a alocação de investimentos que consomem energia em regiões que estão produzindo energia, para a gente não ter a necessidade de construir linhões atrás de linhões para trazer essa energia do Norte, do Nordeste para a Região Sudeste. É preciso levar empreendimentos para lá que consumam lá essa energia.

Mas a energia solar e a eólica têm a característica de não serem lineares. Não são energias seguras do ponto de vista da flutuação. Evidente que você tem vento, mas o vento não é uniforme 24 horas por dia. O sol, a partir das 18h, vai embora; só volta no outro dia às 4h30, 5h da manhã. Então, você não tem geração à noite. E, portanto, nós precisamos de energia firme, uma indústria petroquímica, química, indústrias diversas. Precisamos de energia firme, que não tenha falhas nem oscilações. Por isso, geração de energia como de Itaipu era e é absolutamente necessária.

Sobre o preço de Itaipu, a Itaipu soltou uma nota, e eu li a nota de Itaipu. Ela nem é a energia mais barata de usinas do perfil dela e nem de longe é a mais cara. Ela está numa posição intermediária, eu diria num quartil inferior do ponto de vista de preço, mas é uma estrutura e uma energia absolutamente necessária. Assim como o Brasil precisa e precisará ainda ter outras fontes de energia firmes, então é preciso não só na energia eólica ou na solar.

O futuro breve talvez nos indique outras opções. Está crescendo de forma acelerada. A China, em especial, e os países asiáticos, já têm reservas de grande porte com grandes baterias, já tem cidades de 50 mil habitantes ou de 100 mil habitantes, sendo sustentadas apenas com baterias a partir da geração do solar ou do eólico. Então, para esse desenvolvimento de armazenamento de energia, a tecnologia está evoluindo muito rapidamente e, em breve, talvez nós tenhamos soluções tecnológicas que deem maior segurança, do ponto de vista de energia firme, a essa geração de energia solar e eólica, importantíssima, mas que ainda precisa ser combinada com outra forma de energia firme.

Marcelo, de São Paulo, Júlia, de Goiás, e outros perguntaram sobre a questão ambiental: para nós, ela é absolutamente relevante. O Brasil tem uma imagem forte e lidera a questão ambiental no mundo e é importante manter essa imagem e o protagonismo do Brasil. Nós temos que combinar desenvolvimento com sustentabilidade, então todas as obras, sem exceção, precisam de licenciamento. O licenciamento pode ser municipal, estadual ou federal, e a maioria dos licenciamentos trazem a necessidade de investimentos que amenizem ou atenuem os impactos daquela intervenção.

Outras.... por exemplo, uma rodovia que está dentro da faixa de domínio está em uma área que já foi utilizada, portanto, não tem mais o valor ambiental que tinha no passado, então pode haver um licenciamento mais simplificado, porque se trata, às vezes, de uma duplicação de rodovia dentro da faixa de domínio existente da rodovia, mas eu posso tranquilizar vocês de que todas essas obras levam em conta aspectos ambientais.

Sobre governança eu já falei. E o Carlos, do Paraná, pergunta sobre funcionários da usina, benefícios, eu não sei exatamente ao que ele se refere, mas nós estamos – inclusive do ponto de vista de segurança das obras, de barragem, etc. – adotando todos os cuidados necessários e as medidas mitigadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio, de Minas Gerais, pergunta se, com a geração de eólica e solar, ainda se precisa de Itaipu, eu acabei de citar aqui que é necessária não só Itaipu, mas todas as formas de energias firmes

Edenir, de São Paulo, pergunta sobre a oportunidade de médias e pequenas empresas. Sim, esse conjunto de obras que nós... nós temos obras de grande porte que, obviamente, por serem de grande porte, vão requerer empresas com musculatura, não só de engenharia, mas financeira, para fazer essas obras, mas nós temos um conjunto de obras de pequeno porte, uma creche, essas unidades de esporte, e todas elas podem ser feitas por empresas pequenas ou médias. O que é importante, quando uma pequena ou média empresa entra, é que faça as contas direitinho, orce direito, se você tem condições de dar o desconto – eu só chamo atenção para isso – que você pretende dar, para a empresa não dar um desconto exagerado e assumir ou pegar obras além da sua capacidade, da sua musculatura, da sua capacidade financeira de rodar a obra, porque também esse é outro motivo de dificuldade.

Átila pergunta sobre frutas e escoamento. De fato, a Bahia está entre, se não for o maior, um dos maiores produtores de frutas do Brasil, em diversas regiões. E, aí, é o investimento em infraestrutura, não só de estrada, pois algumas frutas, pela perenidade, precisam sair de avião, como lá em Petrolina. Boa parte das frutas, às vezes, saem de avião para a Europa, porque elas precisam chegar com rapidez, com a qualidade, inclusive não só nutricional, mas, às vezes, de estética, porque o consumidor exige, e muitas vezes elas não podem esperar o transporte de navio e precisam de avião. Então, essa infraestrutura aeroportuária ajuda, mas também rodovias, em que nós estamos fazendo investimento.

Em particular, na Bahia, Átila, nós temos um grave problema, que é da concessão da Via Bahia, que nós estamos negociando, como eu citei aqui. Nós temos várias concessões que encontramos paralisadas, e nós negociamos um fluxo, um roteiro com o TCU, que, através de uma resolução recentemente publicada, deu o passo a passo. E a ideia nossa é que, até o final do ano, nós retomemos todas essas concessões, com novos contratos, novos aditivos e novas obrigações, para que as obras sejam retomadas, particularmente na Bahia. Refiro-me à 116, é uma rodovia importante, e à 324, as duas rodovias, junto com a 242 e a 101, mais estruturantes do estado.

Quero, ao finalizar, mais uma vez, agradecer à Comissão, agradecer ao Senador Confúcio, o Presidente, e, na sua pessoa, agradecer a todos os membros da Comissão, me colocar à disposição para atender, seja individualmente ou coletivamente, aos membros desta Comissão, e me colocar também, no celular ou pelos assessores que aqui estão, para receber sugestão, reclamação. Eu quero dizer que vocês – isto vale para todos os Senadores, sem exceção – podem se sentir à vontade: se tem alguma obra que a empresa não recebeu, que atrasou, problema técnico, por favor, nos informem. Podem informar no meu celular. Eu sou desses que sigo o ditado: o boi só engorda com o olho do dono. Então é preciso a gente acompanhar de perto, e eu faço questão de monitorar isso. E, portanto, a gente ajuda a mobilizar toda a equipe quando todo mundo está acessível, porque, se um pagamento atrasa 10, 15 dias, e a gente corrige, o empresário ou empreendedor não vai sofrer os custos que foram citados aqui pelo Senador Confúcio. E, portanto, quanto mais acessível a equipe for, mais ajustes em tempo real nós faremos e menor impacto teremos nas obras, portanto, dando celeridade a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo aqui o nosso Líder do Congresso e lhe agradeço a sua presença – sei que você está numa tarefa importantíssima –, o nosso Randolfe aqui. Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, muito obrigado, Senador Randolfe, pela presença honrosa.

Hoje a justificativa de ter baixa frequência de Senadores na nossa Comissão foi devido a este feriado de amanhã. O pessoal deve estar nos estados, não é? Muitos compromissos de um momento pré-político. Então, da arrumação dos partidos, está dando um trabalhão danado nos estados fazer essas composições de nominatas. Foi um deus nos acuda para todos nós fazer o fechamento dos nomes de candidatos a Vereadores nos respectivos municípios.

Mas agradeço muito ao Ministro Rui pela gentileza de nos atender. Ele já tinha agendado anteriormente, mas foi prorrogado, e ele está aqui hoje. Foi uma exposição muito clara – não deixou dúvida nenhuma –, muito abrangente, detalhada. Mesmo as pessoas leigas, fora do ramo da administração pública, conseguiram entender bem a grandeza do PAC. É um programa grandioso. Não é fácil tocar toda essa complexidade de projetos que estão em curso, obras grandes, obras menores, mas todas essencialmente necessárias.

Antes de fazer o encerramento do nosso trabalho, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata da presente reunião.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Bem, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatro minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Ireneu Orth, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Augusta Brito, Beto Faro, Wilder Morais, Tereza Cristina e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1051, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para prever a obrigação de elaboração de lista de passageiros e de itinerário da embarcação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2474, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre cessão de créditos obtidos em sistema de compensação de energia elétrica durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ireneu Orth. **Relatório:** Pela rejeição da emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5497, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 66, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar do ouro." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Alan Rick (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com as seis emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4804, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com acolhimento da emenda nº 1/CDH e acolhimento parcial da emenda nº 2/CAE, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5066, de 2020 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Chico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1-PLEN, 2-PLEN, 3/CCT e 4. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2931, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a prioridade dos trechos de rodovias federais com mais acidentes nos planos de investimento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4715, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1976 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e rejeição da emenda nº 1/CRE, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 23, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Pedro Maranhão, Presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA)." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 24, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, seja incluído entre os convidados um representante da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Federação Brasilcom)." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 25, de 2024** que: "Requer a retirada de tramitação do REQ 8/2024 - CI." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 26, de 2024** que: "Requer a inclusão do nome de André Meloni Nassar, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) na audiência pública objeto do REQ 21/2024-CI, de instrução do PL 528/2020." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 27, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 06/2024-CI, para instrução do PL 2736/2021, seja incluído entre os convidados o senhor Eduardo Rebuzzi, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística)." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 28, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, seja incluído entre os convidados o senhor Julio Cesar Minelli, Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil - APROBIO." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 29, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024-CI sejam incluídos entre os convidados um representante da UnB (Universidade de Brasília) e um representante da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 30, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Juan Diego Férres, Presidente do Conselho Superior da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (UBRABIO)." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 31, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluído entre os convidados o senhor Fábio da Silva Vinhado, Superintendente Adjunto de Biocombustíveis e Qualidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Ireneu Orth, e aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 32, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, com a presença de representantes das seguintes instituições: ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente; IATA - Associação Internacional do Transporte Aéreo; ATGAS - Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto; BrasilCom - Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis; ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e ABICOM - Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 33, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2024 - CI, seja incluído, como convidado, representante do IBP" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 34, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 18/2024 - CI seja incluído entre os convidados um representante da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA)." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 35, de 2024** que: "Requer a retirada de tramitação do REQ 8/2024 - CI." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 36, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, seja incluído o seguinte convidado: sr. Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 37, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 3/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 4392/2023, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal”, seja incluído o seguinte convidado: o senhor Henrique Hacklaender, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 38, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 3/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Henrique Hacklaender, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 39, de 2024** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 18/2024-CI e do REQ 33/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, sejam incluídos entre os convidados os deputados federais Arnaldo Jardim e Alceu Moreira." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Ireneu Orth, Jaime Bagattoli, Alan Rick, Cid Gomes, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/14

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número de regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de maio de 2024.

Eu comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

– Ofício nº 84, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que solicita apoio ao combate ao furto de cabos de cobre da rede de distribuição de energia elétrica da Neoenergia Cosern, no Rio Grande do Norte.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informo ainda o arquivamento dos expedientes com prazo de manifestação encerrados.

Bem, gente, nós estamos aí diante dessa tragédia do Rio Grande do Sul. Muita coisa tem uma ligação direta com a nossa Comissão de Infraestrutura.

Vocês viram o tanto que as rodovias daquele estado estão danificadas, pontes, bueiros.

Enfim, serão necessários investimentos para a reconstrução da parte de infraestrutura do estado, inclusive o Aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, que está com água. Com certeza, vários equipamentos de segurança de voo estão comprometidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vindo, bem-vindo.

Então, a situação do Estado do Rio Grande do Sul é extremamente grave.

No primeiro discurso após a abertura, depois do início das chuvas e da inundação, sugerimos, primeiro, a suspensão da dívida do estado por cinco anos, que é mais do que justo, neste momento de tragédia. O estado, que já tem um endividamento muito alto, se ficar tirando dinheiro do caixa para pagar ao Tesouro, não tem a menor condição de dar atendimento aos municípios.

A primeira conduta é a suspensão do pagamento da dívida do estado. A minha sugestão é que fosse por cinco anos, mas, ontem, eu ouvi o Presidente Lula falando que a suspensão da dívida será por três anos.

Já está razoável, mas não é suficiente, tendo em vista ainda a completa imprevisão dos custos de reconstrução de todos os danos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo é repetir, mais ou menos, o que nós fizemos na pandemia. Na pandemia, foram criados os créditos extraordinários.

Esses créditos extraordinários eram quase R$600, R$700 bilhões e foram feitos para a pandemia. Logicamente, para o Rio Grande do Sul, a gente não tem dados, mas eu acredito que em torno de R$50 bilhões seriam necessários para dar início a essa recuperação do estado. Tem muitos bairros que serão fechados, que serão reconstruídos em outros locais, algumas cidades também poderão ser transferidas para lugares mais altos. Muita coisa, ainda, nós só vamos saber depois que as águas abaixarem.

Precisamos, também, de recursos para as pequenas empresas. As pequenas empresas comprometidas aos seus negócios também vão precisar de linhas de crédito especiais, como nós fizemos na pandemia. É quase a mesma coisa, resguardada a dimensão dos custos que tem lá no Rio Grande do Sul. Então, essas atividades de reconstrução...

Além do mais, teria que modificar, adaptar, um novo urbanismo. Essa tragédia é tão grande que se tem que fazer um novo urbanismo sustentável para as cidades mais atingidas repetidamente. Então, nós temos aqui a elaboração de um pequeno discurso, mas eu fiz aqui bem simplificado, nós não vamos ficar repetindo. O certo é que o estado precisa desse apoio.

Agora mesmo eu estava ouvindo o Governador do Rio Grande do Sul. A gente tem visto, por exemplo que, em Petrópolis, em parte de São Paulo, no ano passado, houve um grande desmoronamento de encostas, mas são mais pontuais, as tragédias são mais localizadas. Para pegar um estado assim de uma maneira sistêmica, a gente não tem essa experiência. Então, o Rio Grande do Sul vai servir como um laboratório. A gente até espera que não se repita em outros estados. De qualquer forma, a situação é dramática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Comissão se solidariza com o povo, com os Prefeitos e o Governador do Rio Grande do Sul, com os Parlamentares todos. O nosso Partido, o MDB, aqui no Senado e na Câmara, resolveu fazer uma doação e destinar as emendas... Cada um tem o seu estado, que a gente representa. Abrimos mão e foi consensuado com o Presidente Baleia Rossi e com o nosso Líder Eduardo Braga, que todos nós destacaremos R$1 milhão para lá. Então, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais e os Senadores, todos nós, colocaremos R$1 milhão a mais para ajudar o Estado do Rio Grande do Sul. Então, todo o Congresso Nacional devia fazer o mesmo, porque o dinheiro lá vai faltar – mesmo pouco vai ajudar.

Quero também agradecer o senso de colaboração e solidariedade do povo brasileiro, de todo mundo, mesmo de estados distantes, porque é até difícil levar essas cargas para lá. Por exemplo, Rondônia, o nosso estado, conseguiu doação de muita água, mas a dificuldade era arrumar avião para levar a água, talvez o voo ficasse mais caro do que a água. Então, o certo é que eles deram um jeito e vão mandar mesmo de carro, porque transportar água é complicado, mas estão fazendo isso também. Todos os estados.

Eu acho que não tem um estado da Federação que não esteja fazendo esse movimento de doação de dinheiro ou mesmo doação de roupas, de outros alimentos e de materiais de higiene, e tudo isso sendo feito.

Eu queria avisar a todos os Senadores que estão nos seus gabinetes e aos chefes de gabinete – nós temos uma pauta hoje muito grande, muito cheia – que fossem dando presença, por favor. Os gabinetes do Jayme Campos, da Soraya, do Rodrigo Cunha e do Senador Eduardo Braga deem suas presenças. Veneziano, que nunca deixa de registrar, Senador Carlos Viana, Weverton, Izalci, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, os suplentes todos, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, que não marcou ainda, Otto Alencar, Augusta – Augusta está licenciada –, Teresa Leitão, Beto, Chico Rodrigues, Tereza Cristina e Cleitinho, por gentileza, as suas presenças. Peço aos gabinetes se mobilizarem para que o Senador já, mesmo à distância, registre sua presença.

Eu vou fazer a leitura, enquanto o quórum vai chegando dos...

Pois não, Senador Ireneu, V. Exa. está com a palavra.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Embora não esteja aberta a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já a abrimos. Pode ficar à vontade.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Não, eu só queria deixar registrado que, com relação ao adiamento das prestações que o Estado do Rio Grande do Sul deve para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o país – o total são noventa e poucos bilhões, e é uma conta que já se questionou várias vezes se ela já não foi paga e tal –, então, essa prorrogação de três anos nós encaminhamos aqui na Casa o PLP 75/2024, que já está tramitando e tem praticamente o mesmo conteúdo daquilo que o Presidente da República anunciou, agora, esses dias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Então, essa PLP nossa praticamente – não sei se foi copiada – tem o mesmo direcionamento.

Uma outra questão é, quando o senhor fala – e é uma verdade –: "O Governo anunciou R$50 bilhões de financiamento", a palavra de que eu gostei é quando o senhor disse que é o início, porque o prejuízo no Rio Grande do Sul é inestimável, é algo assustador.

Então, eu vejo que nós temos duas situações: uma é com relação ao que as pessoas e as empresas, tanto comerciais como industriais, deviam nas suas atividades do dia a dia, do cotidiano, porque não existe, na área agrária, na área agrícola, nem na área comercial e industrial, alguém que, de repente, num determinado momento, não devesse nada; isso não existe. Então, a gente pediu prorrogação também no pedido nosso para 12 meses o adiamento e para que, nesse período, se estudasse uma moratória de dez anos, no mínimo, com dois anos de carência, para acertar as contas que existiam.

Paralelo a isso, nós temos que injetar dinheiro em grande quantidade. Então, ali, onde o Governo anunciou R$50 bilhões, que é para financiamento das atividades dos três setores, seja comercial, industrial e agropecuário, com juros subsidiados, o dinheiro que o Governo coloca é apenas o subsídio do juro. Se o juro comercial for 10% e for cobrado do financiado 3%, o Governo pagaria os 7% restantes.

Mas R$50 bilhões, pelo estrago que tem, dão o começo. Não resta a menor dúvida. Mas isso não impede que, lá na frente, se possa ampliar. Nós vamos...

Para reiniciar as atividades econômicas, é uma questão; para recuperar o que foi estragado, como casas, moradias e assim por diante... o Katrina, lá nos Estados Unidos, que foi um evento climático com que o mundo inteiro se apavorou e se assustou e tal, foi um pouquinho mais da metade do nosso evento do Rio Grande do Sul. Então, o evento do Rio Grande do Sul foi extremamente maior que o do Katrina, e lá levaram dez anos para a reconstrução. Eu não sei se nós temos condições de, em dez anos, recuperar o Rio Grande. O estrago é inimaginável. Então, acho que todo o esforço que o Brasil inteiro fizer talvez ainda não seja o suficiente. Vai ter coisa que não vai se conseguir recuperar.

Então, é importante que nós da Casa revisora da legislação ajamos rapidamente. Esses PLs, que nem essa questão e outras que estão em andamento, eu já pedi pessoalmente para o Presidente Pacheco, porque a alguns tem que se dar celeridade, tem que se dar agilidade, tem que botar urgência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3BC3E7CA007690C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no assunto. Não dá para fazer os trâmites normais, que, às vezes, levam meses ou anos para serem resolvidos.

Tem gente que faleceu, que pereceu, tem outros desaparecidos, tem machucados e um grande número de pessoas não tem onde dormir, não tem casa, foi levado tudo embora. Então, é uma situação catastrófica. Eu estou aproveitando aqui para colocar, porque isso divulga. E a preocupação nossa, enquanto Senadores ou como Senadores aqui, que muitas vezes ou geralmente através da legislação temos que dar a palavra final, é que é importante ficarmos focados nesse problema, porque, afinal de contas, os gaúchos também são brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem razão, Senador Ireneu.

Inclusive, no período da pandemia, todo o Congresso fechou, não tinha nenhuma Comissão funcionando, só uma Comissão da covid, uma única, e eu presidi essa Comissão. Então, nesse período, os projetos eram votados com dispensa de passar pelas Comissões. O senhor pode solicitar isso no Plenário, coletando algumas assinaturas e solicitando a dispensa dos projetos para o Rio Grande do Sul para que sejam aprovados com Relatores nomeados em Plenário. Aí, sim, a coisa anda bem mais rápido, pode tramitar aqui na Casa com excepcionalidade e, de uma maneira surpreendente e sem prazo, conseguir ser aprovada. O senhor pode usar essa norma regimental, que foi muito usada no período da pandemia, de forma tal que os seus projetos tramitem rápido e o senhor dê uma resposta muito positiva ao povo do Rio Grande do Sul.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Uma questão de que me lembrei agora: saiu uma medida provisória em que os bancos autorizados a financiar essas pessoas que precisam eram o Banco do Brasil e a Caixa, que são bancos estatais. No entanto, no setor agrícola, os grandes financiadores são as cooperativas de crédito, e elas ficaram fora da medida. Nós fizemos vários pleitos para vários ministros, para o próprio Presidente da República, para mudar essa medida provisória. E, lá do Sul, eu já recebi vários chamados das pessoas: "Olhe, eu só trabalho com cooperativa de crédito, com Sicredi, Sicoob e tal".

Então, é premente, é urgente que essa medida seja alterada e sejam incluídas as cooperativas de crédito, que detêm hoje... Acredito que 70% a 80% das pessoas do meio rural atuam através desse sistema, e ele não está contemplado nessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. E a capilaridade das cooperativas está em municípios pequenos. Às vezes não tem nem outra agência de banco e as cooperativas estão presentes.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor tem toda a razão. O senhor pode se dirigir direto ao Ministro Haddad.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Nós já fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pronto. Aí o caminho é esse.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos, então, agora... Dê-me aí os requerimentos...

Eu vou fazer a leitura dos requerimentos – e depois nós votaremos em bloco – até que a gente atinja um quórum melhor.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 23, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Pedro Maranhão, Presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA).

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA).

É justamente para fazer uma audiência pública dele. No final, a gente vai colocar em votação. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, seja incluído entre os convidados um representante da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Federação Brasilcom).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO).

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a retirada de tramitação do REQ 8/2024 - CI.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE).

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a inclusão do nome de André Meloni Nassar, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) na audiência pública objeto do REQ 21/2024-CI, de instrução do PL 528/2020.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Há vários requerimentos.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 06/2024-CI, para instrução do PL 2736/2021, seja incluído entre os convidados o senhor Eduardo Rebuzzi, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística).

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ).

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 28, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, seja incluído entre os convidados o senhor Julio Cesar Minelli, Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil - APROBIO.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO).

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 29, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024-CI sejam incluídos entre os convidados um representante da UnB (Universidade de Brasília) e um representante da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO).

Solicitação minha.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 30, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Juan Diego Férres, Presidente do Conselho Superior da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (UBRABIO).

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS).

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 31, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Fábio da Silva Vinhado, Superintendente Adjunto de Biocombustíveis e Qualidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA).

Está bastante concorrida essa audiência pública. Vamos ter que desmembrá-la. Tem muitos convidados.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, com a presença de representantes das seguintes instituições: ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente; IATA - Associação Internacional do Transporte Aéreo; ATGAS - Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto; BrasilCom - Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis; ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e ABICOM - Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Tudo para instruir essa audiência pública.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2024 - CI, seja incluído, como convidado, representante do IBP

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Ele solicita a inclusão do representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás na mesma audiência que ele requereu antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 18/2024 - CI seja incluído entre os convidados um representante da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA).

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Aqui vai dar muita gente.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a retirada de tramitação do REQ 8/2024 - CI.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 19/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, seja incluído o seguinte convidado: sr. Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI).

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 3/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 4392/2023, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal", seja incluído o seguinte convidado: o senhor Henrique Hacklaender, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 38, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 3/2024 - CI seja incluído entre os convidados o senhor Henrique Hacklaender, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

É o mesmo objeto do requerimento do Senador Izalci. São dois Senadores pedindo a inclusão do mesmo cidadão.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 39, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 18/2024-CI e do REQ 33/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, sejam incluídos entre os convidados os deputados federais Arnaldo Jardim e Alceu Moreira.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

Esses são os requerimentos – olhem a quantidade de requerimentos –, quase todos com o mesmo objetivo, a mesma audiência pública.

Aqui vamos deixar para votar em bloco do final, não é? Vou deixar bem aqui todos os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já dá para a gente começar aqui a votar os não terminativos ? (*Pausa.*)

Eu preciso que os gabinetes... Estamos precisando de mais três presenças para ter o quórum antes de iniciar as votações.

Eu solicito aos gabinetes dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Eduardo Braga que peçam aos Senadores que deem a presença mesmo distantes.

Aos gabinetes dos Senadores Carlos Viana, Weverton, Izalci, Wellington Fagundes, Wilder, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, mobilizem-se, por gentileza.

Senadores Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta – da Augusta eu já falei, está licenciada.

Senadores Beto Faro – o Beto não falta, hein? –, Tereza Cristina e Cleitinho, por gentileza.

E os suplentes: Efraim, Alan, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Randolfe, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Laércio e Esperidião Amin.

Vamos mobilizar os gabinetes! Estão faltando duas presenças para nós podermos...

Eu vou fazer as leituras enquanto o quórum chega ao número regimental.

Item 5 da pauta. Trata-se do Projeto de Lei nº 4.804, de 2019...

Não, este aqui é terminativo. Eu vou ler, primeiro, os não terminativos.

Projeto de Lei N° 1.051, que é o tem 1 da pauta.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Este projeto altera a Lei nº 9.537, de 1997, para prever a obrigação de elaboração de lista de passageiros e de itinerário das embarcações.

O projeto é do Randolfe, que está preocupado com os naufrágios na Amazônia, e às vezes as pessoas não têm a listagem dos passageiros.

Este aqui vai ficar... Já, já a gente atinge o quórum.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2474, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre cessão de créditos obtidos em sistema de compensação de energia elétrica durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ireneu Orth

Relatório: Pela rejeição da emenda nº 2-PLEN

Observações:

1. Em 04/07/2023 a CI aprova relatório do Senador Luiz Carlos Heinze, que passa a constituir parecer favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1-CI (substitutivo)

2. Em 12/07/2023 o Senador Carlos Viana apresenta, perante o Plenário, a emenda nº 2-PLEN

3. A matéria está sob exame da CI para apreciação da emenda nº 2-PLEN

4. Votação simbólica

É de autoria do Deputado Federal Franco Cartafina.

O Relator é o Senador Ireneu Orth. Fala "Orth"?

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Orth.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Orth.

Já, já o senhor faz a leitura. Ele já pode fazer a leitura? (*Pausa.*)

Então, vamos passar para o Senador Ireneu já fazer a leitura, e, para a votação, a gente espera um pouquinho.

Mas o senhor pode fazer a leitura do item 2 da pauta, Senador Ireneu.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode já entrar na análise e no voto.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sim. Na verdade, se for para ler todo o assunto, é muito extenso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos direto à análise, então.

Primeiramente, é importante destacar a aprovação do parecer da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 2.474, de 2020, nos termos da Emenda nº 1 – CI – Substitutivo –, do Senador Luis Carlos Heinze. Dessa forma, não resta dúvida da competência desta Comissão para apreciar a Emenda nº 2, de Plenário, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

Também cabe observar que a Emenda nº 2, apresentada, em Plenário, pelo Senador Carlos Viana, em que pese pretender modificar o substitutivo apresentado, deve buscar emendar o próprio PL nº 2.474, de 2020. Apenas o substitutivo aprovado é submetido a turno suplementar para recebimento de emenda, conforme explicitado no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Ressalta-se que, por não se tratar de matéria de caráter terminativo, o projeto ainda será deliberado em Plenário.

Feitas essas considerações regimentais, partimos para análise da constitucionalidade da Emenda nº 2. Não se verificam óbices do ponto de vista material ou formal, pois a União tem competência privativa para legislar sobre energia, conforme determina o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e cabe, segundo o *caput* do art. 48 da Constituição, ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias que são de competência da União. Ademais, não se trata de matéria de competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo, conforme define o art. 61, §1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, a Emenda nº 2, está em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico pátrio e não viola qualquer princípio geral do Direito.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, a proposição não cria despesa pública, nem gera renúncia ou perda de receitas para o setor público.

Acerca da técnica legislativa, a Emenda nº 2 possui dispositivos que não respeitam o que preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao mérito, entendemos, respeitosamente, que a Emenda nº 2 inclui entidades em saúde com fins lucrativos em detrimento de escolas como beneficiários dos créditos de energia elétrica; restringe a autonomia do consumidor-gerador de doar créditos para a entidade de sua escolha; e pode ampliar o escopo de beneficiários para receber os créditos que diluirá os benefícios potenciais da cessão prevista pelo texto original do PL nº 2.474, de 2020, e cujo espírito foi mantido pela Emenda nº 1 – Substitutiva.

A inclusão de entidades em saúde com fins lucrativos como beneficiárias ocorre porque o critério estabelecido para escolha das entidades beneficiárias de cessão de créditos corresponde àquelas integrantes do cadastro de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), do qual fazem parte entidades com fins lucrativos e aquelas de natureza filantrópica, essas últimas o foco do PL nº 2.474, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020. Observe-se, ainda, que o PL e a Emenda nº 1 – Substitutiva, ao abrangerem apenas entidades beneficentes, alcançam escolas e unidades de saúde. Por isso, a Emenda nº 02, de Plenário, traz o risco de uma entidade de saúde que visa o lucro ser beneficiada em detrimento das unidades de saúde e escolares sem fins lucrativos.

Esse risco acima apontado é agravado pela exigência de que a unidade consumidora beneficiária esteja inscrita em programas de eficiência energética da distribuidora de energia elétrica, que nem sempre são capazes de atender toda a demanda existente. Observe-se que a simples retirada dessa exigência não seria suficiente para acolher a inclusão das entidades de saúde com fins lucrativos, pois os benefícios potenciais da cessão prevista pelo texto original do PL nº 2.474, de 2020, e cujo espírito foi mantido pela Emenda nº 1 (Substitutivo) seriam diluídos. Essa possibilidade apontada também está presente com a inclusão dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica como recebedores dos créditos cedidos. Dessa forma, a ampliação em questão teria como consequência a concessão de um benefício ínfimo a muitas unidades consumidoras.

As consequências acima expostas estão associadas à previsão de que o consumidor não terá autonomia na escolha dos beneficiários do excedente e do crédito a ele vinculados. Essa restrição de autonomia é oriunda da previsão de que os créditos serão destinados às entidades definidas pelas distribuidoras, de acordo com o consumo e com a inscrição em programas de eficiência energética. Ademais, retira incentivos do consumidor em engajar-se em ações voluntárias, pois, ao poder escolher o destinatário dos créditos que não utiliza, o consumidor é estimulado a pesquisar sobre as entidades beneficentes, a fiscalizá-las e a adotar outras ações junto à entidade por ele escolhida.

A restauração da autonomia do consumidor, todavia, não justifica a ampliação dos beneficiários da cessão dos créditos de energia porque uma ação dessa natureza enfraqueceria o objetivo do PL em contemplar as entidades beneficentes, para as quais as doações são fundamentais. Deve ser mencionado que são essas entidades que atendem a população de menor poder aquisitivo. Assim, o potencial benefício que alguns dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica teriam ao serem elegíveis ao recebimento dos créditos de energia teria como contrapartida não melhorar a situação de algumas entidades beneficentes que atendem muitos desses beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, pela adequação orçamentária, pela não observância da técnica legislativa e pela rejeição integral da Emenda nº 2 – PLEN ao Projeto de Lei (PL) 2.474, de 2020.

É isso, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Ireneu.

Está em discussão o projeto, que acaba de ser lido pelo Senador Ireneu Orth. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar...

Vamos aguardar um pouquinho, atingir o quórum para a gente votar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1051, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para prever a obrigação de elaboração de lista de passageiros e de itinerário da embarcação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

1. Após análise na CI, o projeto vai à CCJ, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

Relator: Jayme Campos.

Solicito ao Senador Jaime Bagattoli, para, *ad hoc*, fazer a leitura desse relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O Senador Confúcio é só me ver aqui que ele já me coloca para trabalhar. Não sei por quê. (*Risos.*)

Relatório.

De iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, o projeto sob exame pretende modificar o art. 8º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição contém apenas dois artigos, sendo que o primeiro acrescenta obrigação para que o comandante de embarcação que navegue em águas sob jurisdição nacional elabore e mantenha lista de passageiros e itinerário completo, a serem disponibilizados, obrigatoriamente, às autoridades responsáveis pela fiscalização. O segundo artigo prevê cláusula de vigência imediata, em se convertendo o PL em lei.

Segundo esclarece o autor, o objetivo é facilitar a fiscalização das autorizações para transporte aquaviário, bem como facilitar as operações de resgate em casos de acidentes.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PL no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes e assuntos correlatos.

Não há vício quanto à constitucionalidade e à juridicidade no PL nº 1.051, de 2020, pois é compatível com o texto constitucional e atende às regras de boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, é importante reconhecer que, embora exista, hoje, em normas infralegais, a obrigação de apresentação de lista de passageiros em situações específicas de tráfego e de permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras, tal obrigação não está presente na legislação vigente.

Dezenas de brasileiros são vítimas, por ano, de naufrágios, e, muitas vezes, o trabalho de resgate de sobreviventes ou de corpos é dificultado pela ausência de informações da quantidade de passageiros. Essa falta de informações à disposição das autoridades também dificulta a prevenção dos acidentes, por impedir a correta fiscalização das atividades.

Com o intuito ainda de facilitar a fiscalização das operações, a proposição inclui a obrigatoriedade de elaboração e manutenção do itinerário dos trajetos da embarcação como atribuição do comandante da embarcação.

Temos, contudo, que realizar ajustes na cláusula vigência. A fim de que os operadores e autoridades possam se preparar, nossa sugestão é que a cláusula de vigência seja de 180 dias.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 1.051, de 2020, com a alteração decorrente da seguinte emenda.

EMENDA Nº – CI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 2º do PL nº 1.051, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação oficial."

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Está em discussão o projeto, que é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, vamos deixar aqui – daqui a pouquinho, atingido o quórum, a gente já vota.

No item 3 da pauta, a Relatoria é do Senador Otto Alencar e a autoria do Projeto nº 5.097, da Senadora Daniela Ribeiro.

O Senador Otto Alencar pediu a retirada de pauta, que será deferida.

Então, isso aqui está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5497, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com as duas emendas que apresenta

Observações:

1. Após análise na CI, o projeto vai à CAS, em decisão terminativa

2. Votação simbólica)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 66, DE 2021

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar do ouro.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação com as seis emendas que apresenta

Como o Cid Gomes não chegou ainda, como é que eu faço? (*Pausa.*)

Como o Cid Gomes não chegou ainda, como é que eu faço? Mas ele ligou avisando? (*Pausa.*)

Confirma lá para mim, por favor.

O Senador Cid Gomes está a caminho? (*Pausa.*)

Então, vamos passar aqui, mesmo ele não vindo...

Alan, por gentileza?

Passe ali para o Senador Alan, para ele, *ad hoc*, fazer essa leitura para mim?

O Relator é o Senador Cid Gomes. Esse projeto é do Senador Chico Rodrigues, que está presente.

O senhor pode fazer a leitura, por gentileza, Senador Alan Rick?

Passe para o Senador.

Se quiser...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, vou direto a análise.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está perfeito!

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O PRS nº 66, de 2021, vem ao exame desta Comissão, conforme determina o inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, que prevê a competência da Comissão de Serviços de Infraestrutura de opinar sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

Importante mencionar que não há previsão regimental específica para a criação de frentes parlamentares. Entretanto, entendemos que isso não representa óbice à instituição desses colegiados. Tanto é assim que o Senado Federal possui, na presente data, 29 frentes parlamentares, sendo 17 em instalação e 12 em funcionamento. Esses órgãos são excelentes instrumentos de integração entre o Parlamento e setores específicos da sociedade, que possibilitam o desenvolvimento de profícuos debates e resultam na especialização da atuação dos congressistas.

Oportuno se faz recobrar o que o autor destacou em sua justificação, a respeito da importância do ouro na aplicação em nanotecnologia voltada a itens de saúde e bem-estar.

Conforme relatório elaborado pelo Conselho Mundial do Ouro, a ampla possibilidade de emprego do ouro na Medicina se explica pela sua estabilidade, facilidade de modificação e função e a segurança que oferecem quando administradas a humanos. Com isso, sua aplicação na Medicina tem se apresentado promissora em tratamentos contra tumores diversos, em que o metal precioso funciona como um veículo para a medicação atuar diretamente sobre as células doentes.

A importância do ouro para a sociedade brasileira, entretanto, vai ainda além dessa potencial revolução tecnológica. O ouro é um meio de vida para milhares de pessoas neste país, e são inúmeros os desafios enfrentados no desenvolvimento de uma cadeia produtiva baseada em parâmetros internacionais de responsabilidade socioambiental e na lisura na aplicação de regras tributárias.

Julgamos meritória, portanto, a iniciativa de apresentação do PRS nº 66, de 2021, contudo, alguns ajustes são pertinentes. O ouro pertence a um grupo de minerais considerados estratégicos para o país. De acordo com o Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021, são estratégicas as substâncias minerais que se enquadrarem em pelo menos um dos seguintes critérios:

1) o país depende de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais da economia;

2) têm importância pela aplicação em produtos e processos de alta tecnologia, ou detêm vantagens comparativas e que são essenciais para a economia pela geração de superávit na balança comercial brasileira.

Os minerais estratégicos desempenham, portanto, um papel central na construção da realidade cotidiana que conhecemos, sendo essenciais para viabilizar a evolução tecnológica e para garantir a segurança alimentar da população. Eles são vitais na produção de uma ampla gama de itens que fazem parte do cotidiano das pessoas. O ouro é considerado um mineral estratégico, o que nos levou a propor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ampliação do escopo do objeto da Frente Parlamentar para incluir esse conjunto de substâncias do qual ele faz parte.

Além dos minerais estratégicos, os minerais de transição assumiram um papel de destaque na expectativa de crescimento da economia nacional, com possibilidade de alçar o Brasil a líder mundial no fornecimento de energia limpa. Os minerais de transição enfrentam desafios igualmente complexos em relação a outros produtos minerários, incluindo longos prazos de maturação de projetos, exigências ambientais rigorosas e intensidade de capital investido. Dessa forma, como possuem importância capital em nossa economia, merecem um olhar diferenciado por parte do Estado brasileiro.

Tendo em vista o exposto, acreditamos que a Frente Parlamentar será um excelente ambiente de discussões para também endereçar a solução para os desafios associados aos minerais de transição. Nesse sentido, propusemos alterações na proposição de forma a abranger os minerais estratégicos e os minerais de transição, passando a denominar o órgão a ser criado como Frente Parlamentar dos Minerais Estratégicos e dos Minerais de Transição.

Entendemos oportuna, adicionalmente, uma alteração formal na proposição. A Frente Parlamentar parece ter sido desenhada para ser instituída no âmbito do Senado Federal. Entretanto, o *caput* do art. 3º prevê a inclusão de Deputados Federais em sua composição, e o parágrafo único do art. 4º adota o Regimento Interno da Câmara dos Deputados como um dos regulamentos a serem aplicados subsidiariamente para dirimir casos omissos do regulamento interno da Frente Parlamentar. Portanto, esses trechos devem ser retirados, razão pela qual propomos emendas ao texto com essas alterações.

Sugerimos, ainda, duas emendas de redação, nos arts. 1º e 2º, para ajustar o texto à boa técnica legislativa. No caso da emenda ao art. 2º, propusemos alterações nos objetivos da Frente Parlamentar, de forma a ampliar o objetivo de atuação da Frente, conforme anteriormente mencionado.

A proposição e as emendas apresentadas neste parecer atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e foram redigidas de acordo com a boa técnica legislativa. Logo, não identificamos óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

Consideramos, portanto, que a frente parlamentar em questão, nos termos propostos neste parecer, merece prosperar nesta Casa Legislativa.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2021, em conjunto com as emendas apresentadas a seguir:

EMENDA Nº – CI
(ao PRS nº 66, de 2021)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2021, a seguinte redação:

“Cria a Frente Parlamentar dos Minerais Estratégicos e dos Minerais de Transição (FPMET).”

EMENDA Nº – CI

(ao PRS nº 66, de 2021)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar dos Minerais Estratégicos e dos Minerais de Transição (FPMET).

§ 1º A FPMET reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência ou necessidade, reunir-se em qualquer outro local.

§ 2º São considerados minerais estratégicos:

I - que o país depende de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais da economia;

II - que têm importância pela aplicação em produtos e processos de alta tecnologia; e

III - que detêm vantagens comparativas e que são essenciais para a economia pela geração de superávit na balança comercial brasileira.

§ 3º São considerados minerais de transição as substâncias de ocorrência natural ideais para uso em tecnologia renovável.

§ 4º Incluem-se entre os minerais de que trata esse artigo os minérios de potássio, fosfato, molibdênio, cobalto, silício, estanho, grafita, platina, lítio, nióbio, níquel, tálio, terras-raras, titânio, tungstênio, urânio, vanádio, ferro, cobre, alumínio, manganês, ouro e outros que a Frente Parlamentar considerar adequados.” (NR)

EMENDA Nº – CI

(ao PRS nº 66, de 2021)

Dê-se art. 2º do Projeto Resolução do Senado nº 66, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º A FPMET é órgão político de caráter suprapartidário e tem por finalidades:

I – acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes às políticas públicas que se destinam a regular o mercado dos minerais estratégicos e dos minerais de transição e suas consequências econômicas, ambientais e sociais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – realizar encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a difundir as medidas legislativas necessárias à efetiva e necessária organização e regulamentação do segmento;
III – articular e integrar iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo, dos setores econômicos e sociais interessados e das entidades da sociedade civil;

É bem grande aqui, Presidente, com todas as emendas... Vou concluir aqui:

IV – promover o debate e a divulgação das atividades da Frente Parlamentar no âmbito do Parlamento e perante a sociedade;
V – fiscalizar as ações empreendidas pelo Poder Público no sentido de aprimorar as políticas públicas referentes aos minerais estratégicos e aos minerais de transição, sua prospecção, extração e comercialização;
VI – debater no âmbito do Congresso e em articulação com os poderes executivo e judiciário e a sociedade civil organizada a situação social, econômica e legal dos pequenos produtores de minerais estratégicos e minerais de transição, contemplando os interesses e necessidades de toda a cadeia produtiva;
VII – incentivar o desenvolvimento de cadeias produtivas e fomentar o crescimento da produção nacional com objetivo de reduzir a dependência externa por minerais estratégicos e minerais de transição; e
VIII – propor em decorrência do debate parlamentar, a organização dos setores, por meio do estabelecimento de um marco regulatório específico, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social dos participantes da cadeia produtiva dos minerais estratégicos e dos minerais de transição.” (NR)
EMENDA Nº – CI
(ao PRS nº 66, de 2021)
Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:
“Art. 3º A FPMET será integrada, inicialmente, pelos Senadores e Senadoras que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros do Senado Federal.” (NR)
EMENDA Nº – CI
(ao PRS nº 66, de 2021)
Dê-se ao parágrafo único do art. 4º do Projeto a seguinte redação:
“Art. 4º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional, nessa ordem." (NR)

EMENDA Nº – CI

(ao PRS nº 66, de 2021)

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 7º A FPMET não disporá de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa." (NR)

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Cid Gomes, esse é o seu relatório, que foi lido *ad hoc* pelo Senador Alan Rick.

Eu lhe passo a palavra para comentários sobre... Ele acabou de fazer a leitura agora; você pode ficar à vontade para fazer qualquer complementação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, pode ter certeza de que votarei a favor. Este é um relatório que foi feito com a participação intensa de servidores talentosos da Casa e que dá uma amplitude maior à intenção do nosso querido Senador Chico Rodrigues, que propõe, originariamente, a Frente Parlamentar do Ouro.

Foi incluído, então, uma série de outros minerais e o sentido estratégico que o ouro e outros minerais, na mesma classificação do ouro, obedecendo à tabela periódica, têm para o nosso país. De maneira que eu agradeço ao Senador Rick pela leitura do relatório e apelo aos nossos pares desta Comissão para que seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão.

Senador Esperidião Amin e, depois, o autor, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Com esta parceria – Chico Rodrigues, Alan Rick e Cid Gomes –, eu não quero fazer parte dessa frente. Sabe por quê? Porque quem for dessa frente parlamentar é altamente sequestrável. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É muito perigoso. Desde o tempo da escravidão é que o escravo, especialista em encontrar ouro, tinha um tratamento diferente. O livro de Laurentino Gomes conta bem essa história. O sujeito que conseguia fazer um desvio no rio e tinha olho para perceber que havia centelha de pepita na margem do rio, que ia sendo erodida, esse era o escravo rico. Ele colocava uma manta, um pelego de boi abatido, evidentemente, e ia recolhendo as pepitas minúsculas. Era bem tratado pelo senhor e comprava a sua própria liberdade. O livro de Laurentino Gomes mostra que essa frente parlamentar vai fazer muita diferença, especialmente pelo acréscimo desses outros minérios...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Minerais estratégicos, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E que são realmente estratégicos. São o ouro do momento, vitais para a inteligência artificial, para a indústria mais sofisticada, que utiliza o *touch,* seja no celular, seja no satélite. Então, eu queria dizer que é muito importante do ponto de vista estratégico, mas acho muito perigoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Senador Chico Rodrigues, autor do projeto de resolução.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Presidente Confúcio Moura, eu quero aqui parabenizar o Senador Cid Gomes pela relatoria perfeita, inclusive com uma proposta de alteração da denominação dessa comissão, quando ele sugere, de uma forma mais ampla, que passe a chamar não apenas Frente Parlamentar do Ouro, mas Frente Parlamentar de Minerais Estratégicos e dos Minerais de Transição. E aqui, na verdade, a gente vê, pela definição dos minerais que compõem esse elenco de complementação da tabela periódica, o potássio, o fósforo, o molibdênio, o cobalto, o silício, o estanho, a grafita, o urânio, o vanádio, o ferro, o alumínio, manganês e outros minerais. Portanto, essa denominação passa a ser bastante ampla.

O ouro, sendo considerado esse mineral estratégico e importantíssimo para a economia nacional, nós entendemos que era imprescindível que nós tivéssemos, aqui no Senado, uma comissão que viesse a tratar especificamente desses temas. E, lógico, a relatoria – tanto a relatoria *ad hoc* do nobre Senador quanto a relatoria oficial, do Senador Cid Gomes – mostrou exatamente, de uma forma clara, a importância estratégica desse tema para o país: polêmico, incompreendido, muitas vezes, inclusive, sem controle da própria produção nacional. Vocês vejam que países pequenos, vizinhos, têm uma exportação de ouro maior que a do Brasil. Então, tudo isso precisa ter uma comissão que possa acompanhar, estar lá, suprir e manter informações permanentes sobre esse tema que é fundamental para a economia nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero aqui deixar o elogio ao relatório do nosso querido Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, nós fizemos leitura e discussão de três projetos não terminativos: o Projeto nº 2.474; o Projeto de Lei nº 1.051, do Jayme Campos; e o Projeto de Resolução do Senador Chico Rodrigues.

Então, como já foram discutidos, estão em votação. Votação simbólica.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos aprovados.

Os requerimentos, cadê? (*Pausa.*)

Nós fizemos a leitura de inúmeros requerimentos, e esses requerimentos são sempre de inclusão de nomes para as audiências públicas.

Como já foram lidos e discutidos, estão em votação, em bloco, todos os requerimentos.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senador Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Ireneu.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Eu apenas quero que nós endossamos o requerimento do Senador Zequinha Marinho, o de nº 1.920/2024.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – A observação que eu queria fazer é a seguinte... Casualmente chegou o Senador Izalci. Nós temos, inclusive, um requerimento em comum, ou seja, são dois requerimentos, mas convocam a mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso caracteriza que há absoluta convergência de propósitos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Exatamente.

Tem aqui convite de sua autoria convidando Henrique Hacklaender para a audiência pública, e no do Izalci é o mesmo nome.

Então, todos os requerimentos foram lidos.

Em votação, em bloco, todos os requerimentos lidos anteriormente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos agora aos itens terminativos.

Item nº 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4804, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto, com acolhimento da emenda nº 1/CDH e acolhimento parcial da emenda nº 2/CAE, nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. O projeto tem parecer da CDH, pela aprovação com a emenda n 1/CDH, e da CAE, pela aprovação do projeto e o acolhimento da emenda nº 1/CDH, na forma da emenda nº 2/CAE (substitutivo)

2. Em 09/04/2024 foi lido o relatório

3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno

4. Votação nominal

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes. Como o Marcos Pontes não está, vamos passar para o Esperidião fazer essa leitura, por gentileza, *ad hoc*.

Passe para ele lá, por gentileza. (*Pausa.*)

Se quiser, pode entrar diretamente na análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de pedir pela ordem, na oportunidade, e fazer uma brevíssima comunicação sobre as questões relacionadas a Itaipu.

Nós fizemos vários requerimentos e houve uma deliberação do Governo brasileiro junto com o Governo paraguaio que eleva a tarifa de Itaipu numa celebração, a meu ver, equivocada, do fato de Itaipu não ter mais dívida, ou seja, Itaipu é uma usina hidrelétrica portentosa, orgulho para todos nós, absolutamente amortizada: ela não deve nada, só gira, gera e tem que ser mantida. E celebrando, portanto, os 50 anos, ao invés de termos uma redução, estamos tendo um aumento, uma elevação da tarifa de Itaipu: de US$16,71 para US$19 o quilowatt, o que vai repercutir especialmente nos estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, que são os compradores cativos da energia de Itaipu.

Estou fazendo essa breve remissão, porque o assunto evidentemente voltará à baila e V. Exa. tem sido muito criterioso na exigência de esclarecimentos a respeito disso. Nós vamos voltar a solicitar após isso, inclusive pedindo que o Tribunal de Contas da União se manifeste sobre aplicações que continuam sendo feitas, que não são operacionais, não são despesas operacionais, e contribuem para onerar a tarifa.

E o Presidente da República já manifestou várias vezes a sua preocupação com a tarifa de energia elétrica. Não sei se isso está sendo feito sem o conhecimento do Presidente, mas vai ser do conhecimento do bolso do cidadão.

Pedindo perdão, então, por ter me valido da condição de Relator para fazer essa comunicação, eu quero sintetizar o relatório, que é de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, referente ao Projeto de Lei 4.804, e de autoria da nossa querida Senadora Zenaide Maia, que garante assentos especiais no transporte público para as pessoas com deficiência e com obesidade mórbida.

A Senadora Zenaide Maia, que é uma profissional médica respeitável e muito querida, apresenta, acima de tudo, um projeto com elevada carga de humanidade, de humanismo.

A matéria já foi distribuída anteriormente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu parecer favorável. Aliás, ela recebeu parecer favorável, em ambas, com emendas.

Cabe agora a esta Comissão a decisão terminativa nos termos que o relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os atributos de generalidade e abstração são características essenciais da lei e esses critérios, esses atributos, desempenham papéis cruciais no sistema jurídico, contribuindo para a eficácia, aplicabilidade e adaptação das normas legais às diferentes situações.

Por isso, as mudanças que foram asseguradas na CAE merecem prosperar, segundo o Relator, o Senador Astronauta Marcos Pontes, observação com a qual eu concordo.

Ante o exposto, recomendando, portanto, às agências reguladoras, incluindo a Agência Nacional de Aviação Civil, para que se promovam os estudos necessários em função da frequência e da necessidade de ocupação de dois assentos por apenas um passageiro.

Votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.804, de 2019, pelo acolhimento da Emenda nº 1 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2 da CAE, nos termos do substitutivo a seguir.

Segue-se aí o texto que eu vou ler resumidamente:

> Art. 1º A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:
> Art. 3º- A. As empresas que atuam no transporte coletivo de passageiros, nos modos rodoviário, hidroviário, ferroviário, metroferroviário ou aeroviário reservarão assentos especiais para pessoas com deficiência ou com obesidade grau 3, na forma e percentuais previstos em regulamento das agências reguladoras [que serão, portanto, pela lei, uma vez aprovada, instadas a editar o regulamento da sua competência técnica].
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes, que, como tem brevê de pilotagem muito superior a qualquer um de nós – o meu modesto brevê é de planador, praticamente desaparece diante das altitudes alcançadas pelo Senador Astronauta Marcos Pontes –, faço meu o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido pelo Senador Esperidião Amin.

O relatório é de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e o projeto é de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos deixá-lo aqui sobrestado para votação com os outros, porque é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Projeto de Lei 5.066, de 2020, de autoria do Senador Plínio Valério e relatado pelo Senador Chico Rodrigues.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5066, DE 2020

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto com as duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1-PLEN, 2-PLEN, 3/CCT e 4

Observações:

1. Em 10/12/2020 foram apresentadas as emendas nº 1-PLEN, da Senadora Rose de Freitas, e 2-PLEN, da Senadora Zenaide Maia

2. O projeto tem parecer da CCT, pela aprovação com a emenda nº 3/CCT, e pela rejeição das emendas nº 1 e 2-PLEN

3. Em 10/05/2024 o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresenta a emenda nº 4

4. Votação nominal

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como decisão terminativa sobre o Projeto de Lei nº 5.066, de 2020, do Senador Plínio Valério, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

O relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 5.066, de 2020, de autoria do Senador Plínio Valério, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

O PL nº 5.066, de 2020, é composto por cinco artigos.

Como esses artigos já estão... o projeto já foi distribuído, Sr. Presidente, eu pediria autorização a V. Exa. para ir direto à análise.

Conforme o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura opinar sobre questões relacionadas a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Portanto, há pertinência do objeto da proposição aos temas de competência desta Comissão. Isso posto, passamos à análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do PL.

Quanto à constitucionalidade do PL nº 5.066, de 2023, não se verificam óbices do ponto de vista material ou formal, pois a União tem competência privativa para legislar sobre energia, conforme determina o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal e cabe, segundo o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias que são de competência da União.

Ademais, com os ajustes propostos a seguir, não se trata de matéria de competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo, conforme define o art. 61, §1º, combinado com o art. 84, III, ambos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade da proposição, existe inovação do ordenamento jurídico vigente, compatibilidade e alinhamento da norma com o ordenamento legal, bem como observação de atributos de generalidade. Além disso, a espécie normativa utilizada é adequada, pois a matéria não é reservada a lei complementar.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, a proposição não cria despesas públicas, nem gera renúncia ou perda de receita para o setor público. Em termos de regimentalidade e técnica legislativa, avalia-se que, feitos os ajustes propostos a seguir, o PL está adequado, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, o PL nº 5.066, de 2023, tem o louvável intuito de explicitar, na legislação do setor petrolífero, a obrigação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, interiorizar a aplicação desses investimentos em universidades e centros de pesquisa credenciados pela ANP, em todas as regiões do Brasil – vou repetir, Sr. Presidente –, em todas as regiões do Brasil, diferentemente de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funciona hoje, além de direcionar volume mínimo de recursos à exploração de bacias sedimentares terrestres.

Em vista dos possíveis benefícios proporcionados por esses investimentos, mas ciente de que direcionamentos econômicos podem tornar a alocação de recursos ineficiente, o autor estabelece um período de vigência de cinco anos aos arts. 3º e 4º da referida proposição.

Quanto à exploração de bacias sedimentares terrestres, pela clareza apresentada, adoto as seguintes palavras do nobre Senador Astronauta Marcos Pontes, Relator desta matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia:

> Segundo dados da ANP, em agosto de 2023, 97,7% do petróleo produzido no Brasil foi proveniente de campos marítimos, assim como mais de 86% do gás natural, embora a extração deste último hidrocarboneto esteja bastante aquém do volume produzido de petróleo. Mesmo que por fatores naturais e econômicos, as bacias marítimas sejam predominantemente no mercado, à medida que as pesquisas sobre as bacias sedimentares terrestres avançarem, poderemos ter uma maior participação da extração em solo firme, o que é especialmente relevante para o caso do gás natural. Inclusive, o Brasil ainda possui uma produção de gás natural aquém do seu potencial. Essa realidade precisa ser alterada, caso o país queira aproveitar o contexto internacional de reorganização das cadeias do comércio internacional de gás natural liquefeito (GNL), propiciada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Para o gás natural, destacam-se as reservas presentes nas bacias terrestres de novas fronteiras Parnaíba e Solimões.
> Conforme o estudo Produção de Petróleo Terrestre no Brasil, publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2019, não há dados individualizados sobre 15 bacias terrestres. Os autores do estudo argumentam que é provável que haja reservas de hidrocarbonetos nas bacias: Alagoas, Amazonas, Campos, Ceará (mar), Espírito Santo-Mucuri, Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Santos, Sergipe-Alagoas, Sergipe, Solimões e Tucano Sul, no leste de Roraima, ainda não mapeadas.

Ainda no parecer do Senador Astronauta Marcos Pontes:

> As bacias terrestres já em exploração enfrentam processo de esgotamento de recursos. Mesmo assim, a exploração econômica desses campos maduros é rentável para operadoras de pequeno e médio porte, o que é benéfico ao mercado, uma vez que possibilita uma menor concentração.

Às palavras do nobre Senador, acrescento que a promissora produção de gás natural em bacias sedimentares terrestres é especialmente importante para o desenvolvimento nacional, tendo em vista a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução do custo de escoamento desse combustível, que muitas vezes anda milhares de quilômetros para ser distribuído, Sr. Presidente.

Para evitar possível arguição de inconstitucionalidade do PL nº 5.066, de 2020, entendemos adequado retirar dos arts. 3º e 4º a atribuição de competências ao CNPE, órgão do Poder Executivo, e deixar tal definição para futura regulamentação. Assim, ficará prejudicada a Emenda nº 3-CCT.

Outro aspecto do PL nº 5.066, de 2020, que merece aprimoramento é o início de sua aplicação. O autor propõe uma *vacatio legis* de 180 dias, mas é importante ressalvar que devem ser preservados os projetos de PD&I já contratados ou iniciados, em homenagem à segurança jurídica das relações já estabelecidas.

Quanto às emendas propostas em Plenário, elas modificam o percentual previsto no art. 3º, o tempo de vigência dos arts. 3º e 4º e a *vacatio legis*. No entanto, em apreço às motivações do autor, entendemos adequado manter os percentuais e prazos originais do projeto.

Por fim, quanto à Emenda nº 4, avaliamos como inoportuna, visto que o PL nº 5.066, de 2020, trata especificamente das verbas obrigatórias de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das operadoras, contemplando todos os regimes de contratos entre estas e a ANP, não se confundindo com verbas que são direcionadas à União em razão de participações governamentais, tratadas nas Leis nº 9.478, de 1997, e nº 12.734, de 2012. Assim, a atribuição de verbas governamentais aos propósitos do PL nº 5.066, de 2020, necessitaria de proposição legislativa de iniciativa do Poder Executivo, por tratar-se de matéria relativa ao Orçamento da União. Destacamos que os recursos que abasteciam o CT-Petro eram oriundos de dispositivos da Lei nº 9.478, de 1997, revogados pela Lei nº 12.734, de 2012. Tais dispositivos se sustentam, atualmente, em razão de decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, que suspendeu diversas alterações promovidas pela Lei 12.734, de 2012. Na Lei 9.478, de 1997, ficou isso definitivamente caracterizado. Ou seja, não se trata de um recurso com a garantia adequada para os propósitos do PL 5.066, de 2020.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, votamos pela aprovação do PL 5.066, de 2020, com as emendas a seguir, e pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN, nº 2-PLEN, nº 3-CCT e nº 4.

EMENDA Nº - CI
(ao PL nº 5066, de 2020)
Dê-se ao art. 3º do PL nº 5.066, de 2020, a seguinte redação:
“Art. 3º As pesquisas para aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos em bacias sedimentares localizadas em áreas terrestres receberão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mínimo, 5% dos recursos da cláusula de pesquisa e desenvolvimento prevista nos contratos de produção entre a ANP e as operadoras, independentemente da fonte geradora do recurso.

Com isso, nós queremos dizer, Sr. Presidente, que vai oportunizar, inclusive, as universidades de todo o país e não as universidades, de forma mais concentrada, na Região Sudeste do país.

§1º O percentual de que trata o *caput* será reduzido caso a sua aplicação comprometa recursos alocados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que já estejam contratados ou tenham sido iniciados na data de publicação desta Lei.

É uma forma jurídica de assegurar, obviamente, aqueles projetos que já estão em execução.

§2º A redução prevista no §1º será aquela estritamente necessária para garantir os recursos alocados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que já estejam contratados ou tenham sido iniciados na data de publicação desta Lei.”

EMENDA Nº - CI
(ao PL nº 5066, de 2020)
Dê-se ao art. 4º do PL 5.066, de 2020, a seguinte redação:
“Art. 4º Os recursos da Cláusula P,D&I de que trata o inciso I do art. 8º-B da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, deverão ser aplicados às universidades e aos centros de pesquisa credenciados pela ANP, de forma que cada uma das regiões geográficas, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, receba, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos.

Aqui, Sr. Presidente, retornando à polêmica que foi gerada, ao longo desta relatoria, eu vou repetir que os Estados de Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, Amazonas e Pará tenham o mesmo direito que os estados já mais desenvolvidos onde a exploração é clara e onde, na verdade, está 97% da concentração de produção de petróleo e gás.

§1º O percentual de que trata o *caput* será reduzido caso a sua aplicação comprometa recursos alocados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que já estejam contratados ou tenham sido iniciados na data de publicação desta Lei.
§2º A redução prevista no §1º será aquela estritamente necessária para garantir os recursos alocados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação que já estejam contratados ou tenham sido iniciados na data de publicação desta Lei."

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto é meritório. Nós entendemos que há necessidade de, nas bacias sedimentares, serem desenvolvidos trabalhos de pesquisa muito localizados. Nós temos aí a academia que pode desenvolver, através de seus departamentos de Geologia, principalmente assessorados pela ANP, pesquisas que venham...

E nós sabemos que existem, em todos os países do mundo, nas bacias sedimentares, petróleo e gás, e por que não existe aqui, em abundância, no Brasil, em um país gigantesco como esse, com 8,5 milhões quilômetros quadrados? Então, essa é uma polêmica de concentração de poder de decisão. E nós queremos, sim, que a concentração de poder de decisão seja para atender todo o nosso país.

Então, esse é o relatório, Sr. Presidente.

E temos a consciência da importância da iniciativa do Senador Plínio Valério, porque ele está vendo essa questão em uma perspectiva nacional, assim como também esse Relator enxerga com essa perspectiva.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o relatório que acaba de ser lido pelo Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira usar a palavra, nós vamos já, já fazer a votação desses terminativos.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2931, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a prioridade dos trechos de rodovias federais com mais acidentes nos planos de investimento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 09/04/2024 foi lido o relatório

2. Votação nominal

O item 7 é de autoria do Senador Jayme Campos, relatado pelo Wellington Fagundes, já foi lido e discutido na sessão do dia 9 de abril e vai só ficar para votação.

O último projeto é o item 8 da pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 4715, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1976 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do projeto e rejeição da emenda nº 1/CRE, nos termos do substitutivo que apresenta

Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

Pois não, Senador.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Nós estamos pedindo a retirada de pauta deste projeto, o 4.715, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor quer a retirada de pauta ou vista?

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – A retirada de pauta. (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vai ser vista, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a vista o senhor já, já pode pedir, Senador, depois da leitura do Relator. Aí na hora da discussão o senhor pede vista, tá? O senhor pode aguardar um pouquinho só.

Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É Bagattóli ou Bagattoli?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, estou certo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Presidente, Senador Confúcio Moura, primeiramente, quero dizer que essa é uma situação de suma importância para os nove estados da Amazônia, 57%, 58% do território nacional, onde nós temos a maior dificuldade de linhas aéreas no Brasil hoje.

Eu queria, com sua permissão, Presidente, ir direto à análise.

O projeto foi distribuído a esta Comissão para análise, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, que nos atribui a competência de opinar sobre matérias relativas ao transporte aéreo.

Do ponto de vista formal, o projeto versa sobre matéria de competência legislativa da União, sendo lícita a iniciativa parlamentar, nos termos constitucionais. A juridicidade é adequada, sendo observados os atributos de generalidade, abstratividade, imperatividade e novidade.

Quanto à técnica legislativa, identificamos a necessidade de apresentar emenda para adequar o texto aos ditames dos arts. 7º e 8º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis". Os artigos comandam respectivamente que "o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico [...] da área respectiva" e que "será [...] reservada a cláusula 'entra em vigor na data de sua publicação' para as leis de pequena repercussão".

No mérito, concordamos com a restrição territorial proposta pela CRE, já que a Amazônia Legal é reconhecidamente a área mais carente de voos no território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que tal restrição já seria suficiente para garantir o atendimento a áreas mais carentes, e que a necessidade de autorização por parte da autoridade de aviação civil, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), criaria entraves burocráticos que caminham na contramão da solução da questão que motiva a aprovação da lei: empresas estrangeiras precisariam, além de encontrar rotas comercialmente viáveis na Região Amazônica, convencer a Anac de que sua operação é de interesse público.

Também reputamos excessiva a exigência de operação dos trechos domésticos com tripulação brasileira, visto que, embora não haja essa exigência no texto legal, os trechos em questão poderão ser operados de forma consecutiva, isto é, com a porção doméstica da rota sucedendo a uma operação internacional. A restrição proposta pela CRE faria com que os tripulantes estrangeiros precisassem ser substituídos por brasileiros no primeiro aeroporto em território nacional, para a operação do trecho doméstico. Na grande maioria dos casos, esses tripulantes não poderiam ficar em terra, inclusive porque a aeronave não necessariamente retornaria ao primeiro aeroporto após o trecho doméstico. Por exemplo, em um voo Miami-Belém-Manaus-Miami, todos os tripulantes estrangeiros teriam de ser levados a bordo no trecho Belém-Manaus, reduzindo significativamente a possibilidade de oferta de assentos para a população, que é o objetivo do PL.

Portanto, ao contrário do que propôs a CRE, para garantir a segurança jurídica e incentivar as operações, acreditamos que o correto seria explicitar em lei a dispensa de atendimento a esse requisito.

Por fim, consideramos prudente explicitar no texto legal ressalva para as hipóteses de voos domésticos previstas em acordos de serviços aéreos internacionais, que já são uma realidade na Europa e podem vir a ser um caminho trilhado pelo Mercosul.

Voto.

Em função do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 4.715, de 2023, com rejeição da Emenda nº 1-CRE, na forma da emenda substitutiva a seguir:

EMENDA Nº - CI
(substitutiva)
Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para permitir o transporte aéreo doméstico, com origem ou destino na Amazônia Legal, por empresas estrangeiras.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Esta Lei permite operações de transporte aéreo doméstico de passageiros e de carga, tendo como origem ou destino localidades na Amazônia Legal, por empresas estrangeiras, independentemente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reciprocidade, da existência de acordo de serviços aéreos internacionais, e da operação de trecho internacional anterior ou posterior ao trecho doméstico.
Art. 2º O art. 216 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 216. Os serviços aéreos de transporte doméstico são reservados a pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, ressalvadas as hipóteses previstas em acordos de serviços aéreos internacionais e as operações de transporte de passageiros e carga, por empresas estrangeiras, que tenham como pontos de origem ou destino localidades na Amazônia Legal.
Parágrafo único. Para as exceções previstas no *caput* não se aplica o disposto no § 2º do art. 6º da Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017." (NR)
Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Bem, é o seguinte, Senador Ireneu, como o autor está presente, que é o Senador Petecão, eu vou abrir só a discussão, e logo depois o senhor pode pedir a vista, tá? Já, já.

Está em discussão esse projeto de Lei 4.715. O Senador que quiser fazer uso da palavra...

Senador Petecão, e Alan Rick a seguir.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, primeiramente quero agradecer a V. Exa. Esse projeto, inclusive, nós chegamos a conversar sobre ele, porque não atende só o Acre, atende Rondônia. Com o Bagattoli, quando assumiu essa relatoria, nós também tivemos oportunidade de conversar várias vezes sobre o projeto.

Como V. Exas. são do Estado de Rondônia, vizinho, o problema de vocês não é diferente do nosso lá no Acre, é igual, que é a deficiência de voo e o alto preço das passagens, totalmente fora da realidade de uma região tão pobre como a nossa.

Eu tive a preocupação de discutir com a Anac, discutir com o Ministério da Fazenda, discutir com o Ministério de Relações Exteriores, discutir com a Casa Civil, para que a gente pudesse dar maior celeridade na aprovação desse projeto.

Esse é um tema que prejudica, e prejudica muito, a nossa região. Não justifica. Ali, ao lado do meu estado, o Estado do Acre, que faz fronteira com o Peru e com a Bolívia, nós temos uma das cidades mais visitadas do mundo, que é Cusco, no Peru. Em 30, 40 minutos de voo, de Rio Branco, você vai estar em Cusco. E qual o problema de essas aeronaves que estão em Cusco passarem em Rio Branco, passarem em Porto Velho, sei lá, passarem em Manaus? Eles é que vão decidir o que é melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No primeiro momento, eu confesso ao senhor, Presidente, que a ideia era vir até Brasília, mas, numa discussão... Porque, chegando a Brasília, como aqui é o tronco, você poderia pegar um voo para onde você quiser. Mas o Governo flexibilizou. Você vai poder pegar um avião na Amazônia e ir a qualquer lugar do Brasil com essas empresas que fazem voo internacional.

Eu acho... Eu acho, não, eu tenho certeza de que esse projeto... Eu não sabia que o colega tinha pedido vista, eu não sei qual é o motivo do pedido de vista, mas esse projeto foi discutido, rediscutido com o Governo e com todos esses órgãos que eu acabei de citar.

No mais, só quero agradecer ao Relator, Bagattoli, pela dedicação – ele tem a mesma preocupação que eu tenho –, para que nós possamos dar a maior celeridade possível na aprovação desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Agradeço, Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra, o Senador Alan Rick.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Não, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, perfeito.

Senador...

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Apenas para pedir vista, para poder estudar melhor, para analisar com mais tempo e para não pôr em votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Gostaria de usar a palavra?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Quero parabenizar o Senador Bagattoli pelo brilhante relatório de um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Ireneu, só aguarda um pouquinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Exa. tem que sair?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, tá. Pode ir.

A vista será concedida, mas é vista coletiva, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom. Então está bem.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Retomando, é um projeto fundamental para o Acre, para a Amazônia de uma forma geral.

Nós apresentamos, inicialmente, o Projeto 4.392, que é anterior ao projeto do Senador Petecão, do qual, inclusive, ele é Relator. E é exatamente o mesmo escopo.

É importante que a gente possa fazer a tramitação conjunta – eu estou entrando com requerimento para tramitar conjuntamente os dois projetos – uma vez que eles têm exatamente o mesmo sentido. Inclusive o Senador Petecão é Relator desse nosso Projeto 4.392, que prevê exatamente a cabotagem em voos internacionais na Amazônia Legal. O que significa? Empresas aéreas que fazem um trecho no Brasil e no estrangeiro poderiam fazer um trecho doméstico em aeroportos da Amazônia Legal, gerando mais concorrência, reduzindo o preço e garantindo mais voos na nossa região.

A proposta visa justamente dar condições ao nosso povo, principalmente nos aeroportos da Amazônia Legal, de ter mais oferta de voos a preços mais baratos. Esse é o escopo. Concomitantemente, há o projeto apresentado pelo Senador Petecão, há o nosso projeto, que é anterior ao dele, do qual, inclusive, ele é Relator.

Então, nada mais justo do que nós fazermos a tramitação conjunta dos dois projetos, que têm exatamente o mesmo objetivo, para que nós tenhamos, no relatório do Senador Bagattoli, algo mais substanciado para defender os interesses da Amazônia.

A proposta é absolutamente meritória.

Nós estamos buscando aqui resolver um grave problema que nós temos de falta de voos na Amazônia, de falta de concorrência, e obviamente isso é de interesse de todos nós.

Agradeço a aquiescência do nosso Relator para que a gente possa fazer essa tramitação.

Tenho certeza de que o Senador Petecão também concorda – são dois projetos, inclusive, ele é Relator do outro projeto – que possamos tramitar conjuntamente e aprovarmos uma matéria consubstanciada, que atenda aos nossos interesses e do povo da Amazônia como um todo.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, deixa eu só tentar fazer um esclarecimento, até porque eu fui citado?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – A minha assessoria aqui me informa, e esta era a nossa preocupação, que o projeto do Senador Alan Rick, de que eu sou Relator, é verdade, especifica o tráfico na Amazônia.

O nosso cuida do país todo, porque isso foi discutido com o Governo. Eles abriram essa brecha para as empresas sul-americanas, as nossas e as empresas do mundo todo.

Nós temos essa diferença, viu, Alan?

Eu penso que não tem nenhum problema em discutir, se tiver que apensar, apensa-se, mas o nosso projeto é mais completo, entendeu?

Eu estou disposto a conversar, a dialogar, mas nós não podemos, até porque nós avançamos nesse projeto. No primeiro momento, era isso. Mas nós fizemos um debate, mostramos para alguns ministérios a importância.

Eu, num primeiro momento, achei que nem era possível. Nós íamos restringir à Amazônia, mas, graças a Deus, nós conseguimos sensibilizar o Governo brasileiro, que flexibilizou para que nós pudéssemos avançar no projeto.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, apenas enriquecer aqui o debate.

O Senador Petecão, como Relator da matéria, tinha exatamente os instrumentos com os que nós também concordamos em integralidade, uma vez que também debatemos com o Ministério de Portos e Aeroportos, com o Ministério do Turismo.

O Relator da matéria poderia, simplesmente, nos apresentar um substitutivo ou apenas as alterações, e tudo estaria perfeito.

O Senador Petecão optou por apresentar um novo projeto.

Isso também nos causou uma certa estranheza, uma vez que ele era o Relator do projeto original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem problema, tramita o projeto do Senador Petecão. Mas, por uma questão de justiça, por eu ter apresentado o primeiro projeto, com a iniciativa de nós abrirmos os céus da Amazônia, que nós podemos abrir para o Brasil inteiro, completamente isso estava dentro do escopo do Relator.

Diante disso, nada mais justo do que tramitar as duas matérias, para que o Relator possa fazer o seu relatório final, uma vez que o primeiro projeto foi por nós apresentado.

É uma questão até de justiça, sabe, Sr. Presidente?

Eu entendo que, quando nós apresentamos um projeto e nós somos Relator, nós podemos fazer as alterações necessárias. Não precisamos apresentar um novo projeto. Basicamente, é assim que eu entendo, até por respeito ao autor da matéria inicial.

É isso que eu estou levando em consideração, uma vez que não fiz óbice nenhum ao Senador Petecão pegar o relatório da minha matéria, acreditando que nós iríamos fazer um trabalho conjunto para melhorar o projeto, para construirmos juntos, mas ele optou por apresentar um novo projeto.

Acho até mesmo que isso poderia ter sido evitado.

Enfim, é o direito dele. Ele está no direito dele, como eu estou no meu direito de pedir que os projetos tramitem em conjunto, uma vez que o meu é o projeto original.

Só isso, Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só para gente esclarecer, Presidente, porque, senão, fica uma versão que não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Só um pouquinho, deixa eu dar uma esfriadinha aqui.

Vou passar para o Chico.

Depois, devolvo-lhe a palavra, ao Senador Astronauta e ao Senador Bagattoli.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Presidente Confúcio, para mim, o importante é que haja unidade no essencial.

O que é unidade no essencial? O interesse do Senador Petecão é o interesse do Senador Alan Rick, que é o interesse do Senador Chico Rodrigues, que é o interesse do país inteiro.

De uma forma mais abrangente, um projeto que possa criar, na verdade, essa alternativa de os voos internacionais virem aqui e fazerem também esses voos nacionais, no *low cost*, como é no mundo inteiro, passagem barata, porque ninguém pode mais viajar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou lá no extremo mais setentrional do Brasil.

Roraima tem fronteira de 2 mil quilômetros com a Venezuela e com a Guiana.

A cidade mais próxima da nossa capital é Manaus, a quase 850km. As pessoas têm que ir de carro, de ônibus, de pau de arara, seja do que for, porque não têm condições de pagar uma passagem de R$2,5 mil para 50 minutos de voo.

Eu estou falando apenas um exemplo. Para Brasília, ida e volta, são quase R$5,5 mil!

Isso mostra, de modo geral, que a intenção dos dois é a mesma intenção nossa, que é a mesma intenção de todos os 81 Parlamentares, que, obviamente, é a intenção do Brasil.

É necessário que haja esse entendimento e que nós, de forma coletiva, possamos, na verdade, pregando a unidade no essencial, fazer com que as passagens do Brasil sejam realmente recalculadas, porque, como está, é impossível quase a pessoa comum viajar.

Era essa a observação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O apensamento de matérias é competência da Secretaria-Geral da Mesa. O apensamento tem que ser levado ao Secretário-Geral da Mesa ou à Presidência, para que eles determinem o apensamento ou não.

Enquanto não houver essa determinação, aqui, a gente vota em separado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, só para esclarecer, porque, senão, ficam dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu jamais teria interesse em prejudicar o andamento do projeto do colega, até porque, com certeza, eu penso que o interesse dele é melhorar a situação que nós temos no Acre.

Só que o projeto dele tem uma audiência pública ainda, chamada pelo Senador Wellington, salvo engano. Não é isso?

Eu tenho interesse em dar maior celeridade possível ao nosso projeto. Já passamos pela CRE. Esse nosso projeto já tramitou na CRE.

Agora, nós temos que finalizar aqui.

Eu tenho interesse em que nós possamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o projeto do Alan, nós tentamos várias vezes conversar com a assessoria dele, para que pudéssemos dar celeridade também, mas, infelizmente, não foi possível.

Eu tenho interesse em que o nosso projeto avance, porque eu vejo que ele atende a todos nós.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos marcar a audiência pública, Senador Alan, para o seu projeto?

Daqui a 15 dias, a gente faz a sua audiência pública.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu repito: solicitarei a tramitação em conjunto, uma vez que o nosso gabinete tem mantido total interlocução com o gabinete de Senador Petecão, total interlocução. Estão aqui os nossos assessores, que têm buscado entendimento.

Inclusive, há outro projeto de que o Senador também é Relator. Não fiz óbice nenhum. Acho até importante que um Senador acriano nos ajude.

Agora, por que o interesse do Senador Petecão de querer paralisar o meu projeto, de tocar só o dele? Isso, eu não acho correto. Nós temos que ser honestos aqui.

Vamos tramitar os dois em conjunto?

Apresentei o projeto inicialmente, o Senador foi Relator da matéria. Se quisesse fazer as alterações, faria tranquilamente. E apresenta um novo projeto, posterior ao meu, para parar o meu projeto!

Isso, eu não acho correto. Isso tem que ficar muito claro.

Se nós quisermos trabalhar em conjunto, vamos trabalhar, mas nós não podemos copiar o projeto do colega, com o objetivo de prejudicá-lo.

Isso não é correto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se não trouxer a verdade, eu não acho justo.

Quando ele me convidou para relatar o projeto dele, eu já tinha apresentado o meu projeto. O senhor pode ver nos *Anais* que o que ele está falando não é verdade.

É só ver o trâmite do processo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma observação: caso haja necessidade do apensamento, se os senhores concordarem, nós temos que devolver os dois projetos para a Mesa. A Mesa Diretora e a Secretaria-Geral da Mesa determinam o apensamento, e eles retornam às Comissões.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Olhem o tempo que a gente vai perder.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Olhem bem: esse é o trâmite regimental.

Depois, vocês conversam direitinho, para a gente poder tramitar.

Dando prosseguimento, com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, bom dia.

Bom dia a todos.

Tenho certeza de que esse assunto vai ser resolvido.

Gostaria de colocar só algumas considerações sobre isso.

Primeiro, parabenizo tanto o Alan Rick quanto o Senador Petecão, assim como o Bagattoli, nessa relatoria.

Este assunto é muito importante para um país das dimensões do Brasil.

Nós temos a aviação como um meio de transporte extremamente eficiente para conectar o país em todas as suas necessidades e modalidades.

Não só a Região Norte, mas também todas as regiões do país sofrem exatamente disso.

Nós temos poucas empresas aéreas. E há muitos lugares onde essas empresas não conseguem chegar, seja por questões de viabilidade econômica, como o tamanho das aeronaves, seja por questões técnicas, como o tamanho da pista ou os acessórios de apoio à navegação para pouso naquela pista.

Isso pode ser muito bem cumprido por aeronaves menores, que podem fazer essa aviação regional de forma eficiente e também economicamente eficiente, desde que nós possamos ajudar aqui nesse envolvimento.

Eu criei uma frente parlamentar para apoio à aviação civil no país, e este tema tem exatamente a ver com isso. Por isso eu quis falar um pouco sobre isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até gostaria de pedir aos amigos, aos colegas aqui que entrem nessa frente, para a gente abrir essa discussão no país inteiro, com Senadores do país inteiro, num trabalho junto com a Anac, em apoio às pequenas empresas, que podem ajudar nesse desenvolvimento. Mas isso não para só na parte comercial das empresas ou na parte operacional dessas empresas, que esse é o final, vamos dizer assim, do processo. Ele tem que começar lá embaixo também, na formação de pilotos, no apoio aos aeroclubes, no apoio à manutenção de aeroportos pequenos, como o Carlos Prates, lá em Minas Gerais e outros que têm ali já instituído escolas de aviação. Então, o trabalho tem que ser feito de forma integrada no país.

Eu espero contar com o apoio de todos os nossos colegas Senadores e Deputados para que nós possamos colocar em prática um plano para levantar a aviação comercial, a aviação civil no país, que é muito importante, e vai ser cada vez mais importante na conexão dessas cidades e com, assim, o desenvolvimento econômico e social em cada uma das regiões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Senador Bagattoli, por favor.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado pelas suas palavras, Senador Marcos Pontes, nada mais que um Senador que conhece o que são as dificuldades aéreas dos voos que nós temos no Brasil.

Eu queria pedir aqui ao Senador Petecão e ao Senador Alan Rick que, nesta questão aqui, eu gostaria muito que vocês dois se entendessem rapidamente sobre essa situação. Igual disse o Presidente aqui desta Comissão, Senador Confúcio Moura, para que isso tramite rapidamente. Vocês sabem que é uma necessidade urgente dos nove estados da Amazônia Legal. Nove estados da Amazônia Legal: já tem um terço do Senado. Eu tenho certeza de que os 27 Senadores que são da Amazônia Legal são favoráveis a isso.

Outro dia, até ouvi alguém do Nordeste – alguns Senadores do Nordeste – questionar sobre essa questão, sobre esse projeto de cabotagem, mas o Nordeste tem um ponto muito favorável, diferente de nós da Amazônia, Senador Confúcio Moura, Presidente. É muito diferente de nós, porque eles têm... Hoje qualquer... Você sai de Sergipe, vai para Recife, vai para qualquer lugar, de um estado para o outro, coisa que é difícil para nós hoje na Amazônia. O senhor sabe disso, o senhor está lá, é veterano tanto quanto eu lá naquela Amazônia. O senhor sabe – o senhor está lá, o senhor é veterano tanto quanto eu naquela Amazônia –, o senhor sabe que: nós pegávamos, no final da década de 1970, um avião de Porto Velho para ir a Manaus. Hoje tem que se rodar 24 horas para se chegar a Manaus: tem que vir a Brasília ou ir a São Paulo, nós não temos mais voo na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse projeto é um projeto urgentíssimo. Ele tem que passar... Eu peço encarecidamente ao Senador Petecão e ao Senador Alan Rick... Eu sei que vocês dois são lá do extremo do estado mais longínquo que tem do Brasil. Eu peço para vocês, vamos nos abraçar nessa causa urgentemente para nós resolvermos essa situação. Não vamos divergir neste momento, nessa questão partidária, nada disso. Nós temos que resolver: a Amazônia tem praticamente quase 60% do território nacional, e é onde nós temos as maiores dificuldades de voo do país.

Então, eu quero deixar aqui a minha mensagem, e quero dizer até para vocês dois: se quiserem mudar o projeto, um ser o idealizador do projeto e o outro ser Relator, sem nenhum problema. A única coisa que nós queremos é que se resolva. Eu sei que o Presidente desta Casa, Confúcio Moura, está de acordo, e ele quer que isso seja resolvido o mais breve, o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, é o seguinte, o roteiro da Comissão é o seguinte: o Senador Ireneu pediu vistas.

Devolver a vista... Já foi discutido, já colocamos em votação...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – E é terminativo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Se nós temos... O Relator, Senador Bagattoli, está fazendo um apelo aqui. Se é verdade que nós temos interesse em dar celeridade ao projeto, por que vistas?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Por que vistas? Então, nós não temos interesse em dar celeridade. Se vai pedir vista, vista é um artifício que a gente tem aqui na Casa para segurar o projeto, não para dar celeridade.

Então, o senhor me perdoe, que eu estou vendo aqui o apelo do colega. Eu não tenho nenhum problema em dizer que o projeto é de minha autoria, mas que o Alan Rick tem um projeto tão bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto o meu, qual o problema disso? O problema é que eu me preocupei, diante da situação que foi criada, e avancei.

Eu falei com V. Exa. várias vezes, falei com o meu Relator várias vezes, fui ao Governo, pedi ajuda do Governo, porque eu tenho interesse que isso seja votado o mais rápido possível. Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Bem, a vista é regimental, a gente não tem como não conceder. Ele tem um prazinho de uma semana, para trazer de volta o projeto à votação. A não ser que ele suspenda... Conversando com ele, ele determine que... Pode fazer isso regimentalmente?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Retirar a vista?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Retirar a vista?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Lógico que pode.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, se ele, se caso... Mas teria que vir hoje, não é? Agora...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu acho difícil ele vir aqui agora.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu só quero lhe comunicar que eu vou falar com o Presidente da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Sim...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... para que não faça esse apensamento, que vai demorar, que vai começar tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, o apensamento é só se aqui determinasse a devolução dos dois projetos lá para a Mesa Diretora. Como não há nenhum pedido nesse sentido, nós vamos dar seguimento. A não ser que o Senador Alan Rick solicite posteriormente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Da mesma forma como solicitaram audiência pública para o nosso projeto, para que a tramitação também fosse atrasada, é bom que se diga isso...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nosso projeto está aguardando audiência pública, que não foi nem marcada – nem marcada – para que houvesse essa manobra. A verdade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Exa. que pediu audiência pública?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, eu não solicitei audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Wellington Fagundes... Pede para o Wellington Fagundes retirar...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu vou solicitar ao Senador Wellington Fagundes para que retire...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Que retire... Perfeito...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... o pedido de audiência publica, para que a gente possa ter uma tramitação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O que eu peço, Sr. Presidente, está aqui, é que a gente faça justiça aqui. Eu sou incapaz de copiar o projeto de um colega meu. Eu não faço isso. Se eu pego um relatório e eu tiver alterações para fazer, eu combino com o autor, fazemos as alterações, elaboramos um relatório. Eu jamais, Presidente, pegaria um relatório de um projeto e apresentaria um outro totalmente semelhante e impediria que esse projeto inicial tramitasse.

Então, eu vou aqui, aproveitando a presença do Senador Wellington, solicitar a ele que retire aquela audiência pública e que a gente possa realmente trabalhar o projeto.

Eu tenho o maior interesse de que a matéria tramite. Agora, obviamente, que eu não posso ficar paralisado, vendo artifícios sendo criados para não tramitar nossa matéria. Isso não é correto, não é justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero trabalhar com todos os Parlamentares de forma conjunta, de forma que a gente se respeite, respeite o trabalho um do outro, como eu sempre faço. Se houver aqui uma matéria do Senador Petecão para que eu seja Relator, farei o possível para ajudá-lo a aprovar sua matéria. E eu esperava o mesmo dele, com o nosso projeto. E eu espero isso dele, porque ele sabe da importância desse projeto para a Amazônia. Só não acho justo apresentar um novo projeto, certo? Semelhante ao meu, praticamente o mesmo texto.

As alterações, como Relator, como ele citou, em vez de apresentar um novo projeto, ele apresentaria num substitutivo, simplesmente isso, construindo conosco. Não houve dificuldade nenhuma com o meu gabinete, isso não é verdade. É bom que se diga a verdade aqui. O que eu quero é construir.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu vou dizer a verdade.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É para construir...

Petecão, a palavra é minha.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Muito bem.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A palavra é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos manter a ordem aqui para que a gente possa trabalhar.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É isso que nós estamos pedindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É isso que nós estamos pedindo aqui, Presidente.

Eu acho que é justo. É justo. O Senador Petecão poderia ter apresentado substitutivo, não precisava apresentar um novo projeto.

O nosso projeto está paralisado por causa de audiência pública. Enfim, não tem necessidade disso. Eu acho que a coisa correta era ter trabalhado em conjunto, caminhando conosco. A nossa assessoria toda está à disposição para a gente tramitar rapidamente a matéria.

Então, é isso que eu estou colocando, Sr. Presidente. É isso que eu estou colocando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A relatoria que foi passada para mim é de outubro. Então, o meu projeto é de antes da relatoria dele. Só para esclarecer – tenho um pavor de mentira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Vamos dar a seguimento...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Petecão, pela palavra...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nós vamos ter que...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Senador Petecão disse que eu estou mentindo. O nosso projeto foi apresentado primeiro. O Senador Petecão sabe disso. Até o número do projeto...

Senador Petecão, o nosso projeto é anterior ao seu. Ele foi apresentado antes do seu, em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Alan... Senador Alan Rick, espere só um pouquinho.

Vamos fazer o seguinte: o projeto teve pedido de vista. Já foram concedidas vistas ao Senador Ireneu. Ele vai ficar aqui, guardadinho, para semana que vem.

Então, posteriormente... Eu estou vendo que há esse conflito, que é preciso que os dois decidam para que a gente possa trabalhar.

Bem, já foram discutidos os três projetos. O projeto de lei, o item 5 já foi discutido, lido. O item 6 e o item 7 são terminativos.

O senhor podia fazer uma indagação, ao microfone, solicitando ao Senador Wellington para retirar a audiência pública; e ele responde ao microfone, para ficar registrado em ata.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode falar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Wellington, é importante que o senhor explique por que...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Wellington...

A palavra foi concedida a mim, eu peço que haja respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Espere um pouquinho. Espere um pouquinho. Vamos. Vamos, Alan.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pede para o Senador aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ele está telefonando.

Perfeito. Pode falar.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Wellington, a respeito do PL 4.392, de 2023, que é de minha autoria, inclusive com relatório do Senador Petecão – nós não fizemos óbice algum quanto ao Senador Petecão ser o Relator, acreditando que nós faríamos um trabalho em conjunto –, foi feito um pedido de audiência pública por V. Exa.

Estou aqui, encarecidamente, pedindo a V. Exa. que faça a retirada do pedido da audiência, para que a gente possa fazer a tramitação da matéria, uma vez que o Senador Petecão apresentou um novo projeto, já há relatório dele pronto e nós queremos tramitar as matérias em conjunto.

Peço a aquiescência de V. Exa. para se fazer justiça, uma vez que são dois projetos com o mesmo escopo e nós precisamos dar celeridade. Então, é isso que eu peço: que não haja mais essa audiência pública, Senador Wellington.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom dia a todos. Primeiro, eu quero esclarecer, Presidente, a todos os companheiros da Comissão, que o meu pedido se deu exatamente por que, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, fomos procurados pelas empresas – praticamente todas as empresas – no sentido de ter uma audiência para que pudesse ser discutido o assunto.

Agora, a minha posição sempre é clara. Tem dois Parlamentares da região que estão trabalhando a mesma matéria; então, o que for possível para a gente dar celeridade para que os nossos projetos tenham tramitação, da minha parte, não tem óbice. Se isso é um problema, está retirado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É preciso fazer um requerimento, não é, Sr. Presidente?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Wellington. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Estão em votação os três projetos, em bloco: o Projeto 4.804, o item 6 e o item 7.

Estamos em processo de votação.

Por gentileza, vamos abrir o painel.

São terminativos. Precisamos de quórum para deliberar e ratificar os três projetos.

Vamos abrir o painel, por gentileza, para a votação.

E já podem mobilizar o pessoal para o voto, os que estão ausentes. Precisamos de 12 votos em Plenário.

Pode abrir.

Isso.

Em votação, gente! Vamos votar!

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Agora, vamos usar os telefones para todos que deram presença poderem votar os três projetos, que já foram lidos e discutidos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, só enquanto vota...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... eu gostaria que ficasse registrado, para que não paire nenhuma dúvida e ele não ache que eu tenho interesse em prejudicar, eu abro mão da minha relatoria do projeto dele. Ele arruma outro Relator para dar maior celeridade, porque até que nós tentamos dar celeridade, mas, infelizmente, não foi possível. Então, eu abro mão, Alan, para que você bote um novo Relator e possa dar a celeridade aí que você busca.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito. Eu aceito a proposta do Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O seu projeto está aqui comigo?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Você tem um nome para indicar? Ou eu posso escolher?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Eu vou passar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Está bem.

Vamos votar, meus amigos! Todos os Senadores.

Rodrigo Cunha, onde estiver, o seu voto.

Três projetos que já foram lidos e discutidos.

Veneziano.

Weverton.

O Senador Izalci passou por aqui. Deve estar na Educação.

O Wellington Fagundes está aí. Vamos votar, Wellington!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Eduardo Gomes.

Acho que o Marcelo está fora, no serviço médico. Onde estiver, Marcelo, vamos votar!

Cid Gomes.

O Senador Jaime Bagattoli estava aqui agora mesmo. Ele é o Relator de um deles. (*Pausa.*)

Votação nominal na Comissão de Infraestrutura.

Teresa Leitão.

O Marcelo já votou. Muito obrigado, Marcelo.

Veneziano, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião já votou e o Sérgio Petecão.

A Teresa Leitão deve estar na Comissão de Educação. Quem estiver perto da Teresa Leitão, avise-a para votar, rapidinho.

O Senador Izalci também está lá na Comissão de Educação. (*Pausa.*)

Vamos lá, gente.

Pessoal do gabinete do Senador Izalci, deem uma ligadinha para ele votar.

Então, vamos fechar, já atingimos o quórum, já está bom.

Vamos apresentar o resultado dos três projetos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Beleza.

São 11 votos favoráveis, SIM.

Abstenção: 0.

Aprovados os três projetos.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Atas aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (8ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (13ª REUNIÃO), EM 16 DE MAIO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e doze minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúnem-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Fernando Farias, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Irajá, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Alan Rick, Jaques Wagner, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Sérgio Petecão e Flávio Bolsonaro, e ainda dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Cleitinho, Esperidião Amin, Marcos do Val, Damares Alves, Eliziane Gama e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2023 - CDR, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI), e REQ 5/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Discutir os planos e necessidades de infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico e ambiental, para atendimento das necessidades básicas do cidadão e desenvolvimento urbano e rural dos municípios, bem como apresentar as ações do Ministério das Cidades para os próximos dois anos. **Participante:** Jader Filho, Ministro das Cidades. **Resultado:** Audiência pública realizada. Fazem uso da palavra as senadoras Damares Alves e Eliziane Gama, e os senadores Jorge Kajuru, Beto Faro, Randolfe Rodrigues, Rogério Marinho, Eduardo Braga, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira, Eduardo Gomes, Jayme Campos, Jorge Seif, Alan Rick, Jaques Wagner, Luiz Carlos Heinze, Cleitinho, Wellington Fagundes, Confúcio Moura e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 15, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2023 - CDR seja incluída a seguinte convidada: a Senhora Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2023 - CDR, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA), e REQ 15/2023 - CDR, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA). **Finalidade:** Debater sobre os papéis históricos desempenhados pelas Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, e sobre a necessidade atual de revisão das missões institucionais dessas autarquias para ajustá-las aos imperativos contemporâneos do processo de desenvolvimento das respectivas regiões. **Participantes:** Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Paulo Rocha, Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; Misael Moreno dos Santos, Gerente Executivo de Planejamento do Banco da Amazônia – BASA (representante de: Luiz Claudio Moreira Lessa, Presidente do Banco da Amazônia - BASA); José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste - BNB; Tânia Bacelar, Especialista em Desenvolvimento Regional e Professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Francisco Costa, Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; e Danilo Cabral, Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Beto Faro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de julho de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes: uma, deliberativa; a segunda, uma audiência pública interativa.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2023 - CDR seja incluída a seguinte convidada: a Senhora Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse é o único item da pauta deliberativa.

Vamos à segunda parte, que é a audiência pública.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os papéis históricos desempenhados pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste e sobre a necessidade atual de revisão das missões institucionais dessas autarquias, para ajustá-las aos imperativos contemporâneos do processo de desenvolvimento nas respectivas regiões, em atenção aos Requerimentos 12-CDR, de 2023, e 15-CDR, de 2023, ambos de autoria do Senador Beto Faro.

Cumprimento nossos convidados e convido os presentes para tomarem lugar à mesa: Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Política de Desenvolvimento Regional e Territorial.

Obrigado pela presença.

Sr. Paulo Rocha, Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, nosso ex-Senador.

Sr. Misael Moreno dos Santos, Gerente Executivo de Planejamento do Banco da Amazônia, que participará de forma interativa.

Os dois já apresentados, Sra. Adriana e Sr. Paulo Rocha, participarão de forma presencial.

Os outros cujos nomes vou ler participarão de forma interativa desta sessão: Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste (BNB); Tânia Bacelar, especialista em Desenvolvimento Regional e Professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco; Sr. Francisco Costa, pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; e Danilo Cabral, Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Antes de passar a palavra aos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida a Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Já temos aqui perguntas feitas via e-Cidadania, que serão respondidas posteriormente às exposições.

Vamos começar pela primeira exposição, com a Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Política de Desenvolvimento Regional e Territorial, por até dez minutos.

Obrigado pela disponibilidade.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Sou eu quem agradeço, Senador.

Cumprimento todos os integrantes desta audiência pública.

É uma satisfação discutir sobre um tema que, para nós que formulamos e implementamos a política regional brasileira, é extremamente caro, que é o papel das superintendências no processo de desenvolvimento regional do Brasil.

Eu trago aqui a saudação e os cumprimentos do nosso Ministro Waldez Góes, que, infelizmente, não pôde estar presente, mas tem demonstrado e atuado em prol do fortalecimento das superintendências de desenvolvimento regional, considerando o relevante papel que elas detêm no processo de desenvolvimento.

Falar do papel histórico das superintendências de desenvolvimento regional, Sudam, Sudene e Sudeco, cujos superintendentes presentes eu cumprimento, nos remonta à própria política. Então, as superintendências de desenvolvimento regional compõem, em primeira linha, o sistema que formula, que implementa a política regional brasileira, que implementa seus instrumentos, que monitora, que avalia e que prospecta novas frentes de atuação.

O papel das superintendências no processo de desenvolvimento regional, historicamente, foi, é e continuará sendo de extrema relevância. Aqui, nós defendemos, de uma forma muito clara, a necessidade cada vez maior do fortalecimento das superintendências exatamente porque o Brasil é um país ainda bastante desigual. As desigualdades se manifestam nas diferentes regiões, com especial atenção ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste, em diferentes escalas geográficas. Ainda que essas regiões possuem centros dinâmicos, expressivos, hoje elas ainda apresentam gargalos estruturais ao desenvolvimento que devem ser tratados. E existe também a necessidade de a gente fortalecer, cada vez mais, o diálogo federativo.

Aqui, eu já ressalto um papel importantíssimo das superintendências, que é trabalhar a cooperação, a coordenação, a harmonização de agendas com os entes federados, especialmente os estados.

Hoje, os estados federados dessas regiões já compõem, de uma forma autônoma, consórcios formalizados, que têm suas agendas de desenvolvimento já estabelecidas. E é necessária essa harmonização com as iniciativas que vêm sendo planejadas também pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero as superintendências também como importante elo nessa aproximação entre as iniciativas estratégicas e o planejamento estratégico que é feito no nível federal juntamente com o que vem sendo planejado e as agendas de desenvolvimento que vêm sendo discutidas e priorizadas nas esferas estaduais e também nos consórcios de estados.

A gente tem também uma importante frente de atuação, trabalhando junto com as superintendências, que os superintendentes, certamente, mencionarão em suas falas e que é uma fase muito interessante. Trata-se da formulação, do planejamento dos planos de desenvolvimento das superintendências regionais, os PRDs.

A gente está numa fase de revisão desses planos. Pela primeira vez na história, esses planos estão sendo elaborados em conjunto com o PPA federal, serão apresentados ao Congresso Nacional no final de agosto, juntamente com o PPA federal. E isso se coloca como uma oportunidade muito boa de alinhamento e de dotar o nosso planejamento federal de um olhar regional a partir da regionalização de metas, de indicadores. Tudo isso está sendo trabalhado no bojo da revisão dos planos regionais de desenvolvimento e da construção do novo PPA federal desse novo ciclo de Governo.

É importante a gente ressaltar também que, em relação à política regional brasileira, a PNDR, nós temos objetivos muito claros e que foram absolvidos nos planos regionais. A aposta do Plano Estratégico da Amazônia, por exemplo, é na bioeconomia – a questão de não se descuidar dos gargalos estruturais que a Amazônia ainda apresenta, no tocante à questão de infraestrutura, de logística, mas também de desenvolvimento produtivo, de cadeias produtivas ainda pouco encadeadas ou pouco articuladas aos mercados nacional e global. Isso também mostra que essa aposta também tem ressonância no que vem sendo desenhado pela própria Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério.

Hoje a gente tem em desenvolvimento um programa muito claro de bioeconomia que valoriza tanto os produtos e a produção da biodiversidade amazônica, como também abre agendas interessantes no tocante ao complexo econômico industrial da saúde, às oportunidades que surgem com os fármacos fitoterápicos ou homeopáticos, toda uma gama de produtos da biodiversidade que deve estar associada a uma produção industrial e ao desenvolvimento de uma indústria inovadora e uma indústria aderente ao potencial da região.

No Nordeste, o foco é na inovação, sem também descuidar dos gargalos estruturais da região, mas olhando o Nordeste para frente, para o futuro, como seus polos dinâmicos têm assumido importantes papéis no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, da inovação dos processos. Há importantes centralidades hoje no Nordeste que desenvolvem, que são importantes centralidades dinamizadoras dessa inovação. Campina Grande é um polo de inovação, por exemplo, e existem tantos outros.

Uma frente territorial também, e que o Censo Demográfico apontou como uma realidade hoje – o atual Censo, que foi recentemente divulgado – é no papel que as cidades médias desempenham para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento das nossas regiões-alvo aqui da política regional, especialmente Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E a Sudene, no seu plano regional, identificou isso e apostou no fortalecimento dessas cidades médias, como âncoras do desenvolvimento. Então, também é bastante interessante porque tem uma aderência clara a um dos objetivos da PNDR, que é fortalecer uma rede de cidades policêntrica.

A Sudeco, por sua vez, aposta na diversificação econômica e na agregação de valor, já que é uma região onde se tem uma produção de *commodities* muito forte, tanto agrícola quanto mineral. Então, a aposta na agregação de valor vem também corroborar um objetivo da política e também mostrar que existe um potencial ainda pouco aproveitado, que é a gente aproveitar esse dinamismo que as *commodities* agrícolas e minerais têm na região, mas que a gente consiga levar ou exportar um produto já com agregação de valor na própria região. Esse também é um plano bastante interessante que trabalha com a diversificação econômica, e também aproveita os potenciais e toda a questão da sustentabilidade associada aos processos produtivos, e que mostra que existem alternativas também à commoditização, e que tem um potencial de inclusão socioprodutiva bem interessante.

Então, em relação aos planos regionais, a gente vive um momento muito interessante. Aqui o Congresso recepcionará em breve esses planos, e isso mostra total aderência e um papel relevante que as superintendências têm no processo de planejamento e na retomada da importância do planejamento de base territorial para as nossas políticas públicas.

Em relação às superintendências, elas também têm um importante papel no tocante à gestão dos instrumentos de financiamento, dos fundos constitucionais, fundos de desenvolvimento e incentivos fiscais. Nós temos hoje importantes perspectivas de se trabalhar de forma associada diferentes fontes de financiamento e prospecção de novas possibilidades de arranjos de financiamento para levar a cabo os projetos de desenvolvimento regional.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Então, trabalhar as concessões, trabalhar a alavancagem de investimentos por meio de novas parcerias nacionais e internacionais, tudo isso são papéis importantes e dedicados às superintendências de desenvolvimento como uma necessidade que se tem de a gente ter um investimento mais assertivo no território e com potencial transformador maior.

Os fundos regionais hoje podem induzir determinados setores que ficaram um pouco arrefecidos nos últimos anos, como a indústria, o setor industrial. Então, como a gente pode trabalhar perspectivas de induzir melhor a atividade industrial por intermédio dos fundos, trabalhando contrapartidas com os tomadores, trabalhando linhas de financiamento específicas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Para finalizar, menciono o papel que as superintendências têm também na inteligência regional, na prospecção de novos setores, de novas frentes de atuação, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um papel relevante nesse processo atual e no contexto contemporâneo, em que a gente vive numa economia do conhecimento forte, em que a gente tem que aproveitar os potenciais regionais também como âncoras do processo de desenvolvimento.

Muito obrigada. Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Sra. Adriana Melo, Secretária Nacional de Política de Desenvolvimento Regional e Territorial.

Queria agradecer aqui ao Senador Marcelo Castro, que é o nosso Presidente da Comissão. Está me concedendo a honra, inclusive, de dirigir esta audiência.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Rocha, Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia.

O SR. PAULO ROCHA (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos e a todas! Quero saudar o nosso – chama-se decano – Marcelo Castro há muito tempo aqui no Congresso Nacional. Tenho muito o que aprender com ele.

Parabéns à Comissão e parabéns ao meu colega, meu amigo lá do Pará, o companheiro Beto Faro, pela convocação deste debate. Sei qual é a intenção, que é exatamente provocar esse debate sobre as questões das diferenças regionais, pelo qual já falou a nossa secretária de desenvolvimento do nosso ministério.

Como nós só temos dez minutos e o tema é bastante rico, eu vou falar pontualmente de vários assuntos, para exatamente provocar o debate e mostrar para todo o Brasil ainda o que padecem as nossas regiões, recuperando a história da construção destes instrumentos, uma espécie de braço do Governo Federal, nessas regiões mais distantes, chamado superintendência de desenvolvimento. Foi com essa visão de exatamente articular o desenvolvimento daquelas regiões para diminuir as diferenças entre o centro-sul do país e estas nossas regiões mais distantes...

Ao longo do tempo, essas superintendências sofreram altos e baixos, nesse papel de discutir o problema do desenvolvimento das nossas regiões. Como a Amazônia está hoje no centro do debate internacional, e esse debate internacional nos impõe um outro modelo de desenvolvimento, principalmente na questão ambiental e na questão do globo terrestre, a Amazônia é mais um desafio para nós brasileiros, principalmente nós amazônidas, de aproveitar este momento para poder resolver os problemas da nossa região, que são muitos.

Historicamente, a Amazônia sempre foi exportadora de matéria-prima para o centro-sul, para os nossos estados mais industrializados, assim como o Nordeste foi exportador de mão de obra barata para os estados desenvolvidos e industrializados. Na época dos militares, impuseram uma visão de desenvolver as nossas regiões que eu chamo de "de cima para baixo", ou seja, financiavam, a partir dos fundos condicionais, os grandes projetos. Lá, na nossa região, principalmente no Estado do Pará, financiaram-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os grandes projetos do agronegócio e da mineração. Qual foi a consequência disso? Aquilo que a gente quer tirar: a diferença entre o centro-sul e as nossas regiões, que se implementou internamente.

Lá, o Pará, por exemplo, é um estado daquele tamanho, com tanta riqueza tanto do subsolo quanto da floresta, quanto dos rios. Mas nós temos, mais ou menos, um centro-sul, sul, sudeste, Marabá para baixo até Redenção, por ali, em que os grandes projetos agropecuários se desenvolveram, e ali também coincidem com os grandes projetos minerais, principalmente os da Vale do Rio Doce. Então, nós temos um sul e um sudeste, mais ou menos, desenvolvidos, mas nós temos, ao lado da capital, um Marajó, que é o menor IDH do Brasil. É uma visão de desenvolvimento, imposta a partir dos grandes projetos, que deixou o pequeno de fora historicamente, além das consequências do acúmulo de terra e toda aquela questão que todo mundo conhece sobre a história da luta pela terra lá no Pará.

Qual é o desafio nosso agora? É, exatamente, contrapor essa visão de desenvolvimento com uma visão de desenvolvimento "de baixo para cima", em que se possam resolver os problemas, incluindo todo mundo. Nada contra o grande, absolutamente, mas é preciso cumprir um papel de gerar riqueza – exportam nossas matérias-primas, e pouco agregamento de valores se deixa.

Por exemplo, a questão mineral. Há exportação toda da Vale, do que é produzido, e se exporta tudo *in natura* – e ainda é incentivada pelos chamados incentivos fiscais. Só para você ter uma ideia agora, o que nós achamos um absurdo é esta discussão que foi feita aqui – e nós aprovamos – da questão dos incentivos fiscais, que precisa ser corrigida. Por exemplo: quanto se precisa para se instalar um negócio na Amazônia? De cinco anos? De dez anos? Aí, tudo bem, tem o incentivo fiscal para poder se implantar. Mas depois, quando o negócio começa a dar lucro, como no caso da mineração... Só para você ter uma ideia, depois de tantos anos que a Vale já participa lá do processo da exploração do minério, só este ano ela foi beneficiada com mais 22 bilhões, do ano de 2021, em incentivos fiscais. Mas a Vale tem bilhões em lucros trimestrais.

E ainda tem uma coisa: nós já estávamos aqui, Marcelo, quando se aprovou a Lei Kandir, que tem também isenção da exportação. Como é que vai se desenvolver uma região como essa, se ela exporta toda a sua matéria-prima *in natura* e tem todos esses incentivos? Esses são os desafios que estão postos, portanto, nessa questão.

Todo mundo sabe que o desenvolvimento regional é financiado por fundo, como os fundos constitucionais, que, no caso da Amazônia, é o FNO, mas foram criados depois os fundos que vêm do Tesouro, do nosso Orçamento, que lá tem o nome de FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia). Esse é mais direcionado para a infraestrutura. Tem a isenção fiscal. E, agora, com a Amazônia no centro do debate do chamado desenvolvimento sustentável, tem uma contribuição dos países que já exploraram as suas florestas – para incentivarem a Amazônia a manter a sua floresta em pé, eles têm uma contribuição que é o fundo FA, que hoje está sendo coordenado, controlado pelo BNDES. É um fundo muito importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente para colocar o pequeno no processo de desenvolvimento, a inclusão do pequeno no desenvolvimento regional.

A saída, por questão do desenvolvimento regional, em relação aos grandes, eu acho que nós temos que ter duas bandeiras para dialogar com esse setor: uma é a disciplina e o respeito à questão ambiental. Hoje, para ser mais justo, é uma minoria lá na Amazônia que ainda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA – ... insiste em fazer essa questão da devastação, da queimada da floresta, etc. Mas é fundamental também que o Estado brasileiro assegure a regulamentação fundiária, até para ter condições de discipliná-los no tamanho da terra regulamentada.

As questões que estão postas aí para a Amazônia... Eu acho que a própria diretora já falou um pouco sobre essas questões: a questão da bioeconomia; da economia solidária; do chamado integrado, envolvendo o poder público, o grande e o pequeno; e há a questão da ciência e tecnologia.

Os nossos pesquisadores, as nossas universidades, os próprios entes estatais, como a Embrapa, têm muito a contribuir nesse processo do desenvolvimento regional e do desenvolvimento sustentável.

Meu caro Marcelo, a Embrapa fez uma modificação genética na castanha-do-pará – vou dar esse exemplo para terminar aqui – que traz a solução para essa questão do desenvolvimento sustentável, para a questão da emissão de carbono e para a questão de manter a floresta. A Embrapa nos ofereceu, a partir das pesquisas, algo muito importante. A castanha-do-pará, todo mundo sabe, é uma riqueza, e a Amazônia já foi rica num período com a produção de castanha – depois da borracha veio a castanha. Na floresta nativa, a castanheira produz com 18 a 20 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA – Com a modificação genética que fizeram, que não mudou a qualidade nem a quantidade dos frutos, em quatro anos a árvore começa a produzir. Isso significa que o pequeno produtor e o médio produtor podem plantar centenas no seu lote pequeno. Com isso, não só recuperam a floresta com a plantação da castanheira como, ao mesmo tempo, geram renda e geram condições de vida melhores para a população. Aí é a chamada combinação de um desenvolvimento sustentável, capaz de agregar valores e renda para aquela família mais pobre.

Esses são exemplos a partir da ciência e da tecnologia que podem ajudar muito nesse processo de desenvolvimento regional.

Quero dizer que fui para a Sudam depois de muitos anos aqui no Parlamento...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA – ... e quero emprestar essa minha dedicação à busca de saídas para a nossa região.

As superintendências, a diretora aqui sabe, foram totalmente esvaziadas dos seus papeis, inclusive foi reduzido não só o seu papel, mas reduzidos também seus quadros técnicos, etc. Nós precisamos, primeiro, recuperar o papel da Sudam, das superintendências, e a sua estrutura para a gente poder dar conta de resolver os problemas da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Paulo Rocha, Superintendente da Sudam.

Queria cumprimentar aqui a presença do ex-Senador Sibá Machado, do Acre, e passar a palavra ao Sr. Misael Moreno dos Santos, Gerente Executivo de Planejamento do Banco da Amazônia.

O Danilo Cabral, que é o nosso Superintendente da Sudam, vai entrar um pouco mais tarde na sessão. Na hora em que entrar, a gente passa para ele. (*Pausa.*)

Misael... Acho que não está... É só uma questão de som, acho.

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está autorizado, Misael. Há um detalhe técnico aqui para resolver.

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia a todos.

Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode, sim.

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Beto Faro.

Quero iniciar a nossa fala cumprimentando-o e parabenizando-o pela iniciativa; cumprimentando o Presidente da Comissão, Marcelo Castro; quero cumprimentar a Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, que teve uma fala bastante feliz, a Dra. Adriana Melo; os Superintendentes da Sudene e da Sudam, dada a importância da pasta e da instituição que eles lideram; os nossos professores doutores Tânia Bacelar e Francisco; o meu par aqui de instituição financeira José Aldemir, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste; toda a audiência e demais presentes.

Eu sou Misael Moreno, sou Gerente Executivo de Planejamento Estratégico do Banco da Amazônia, sou residente da Amazônia há 30 anos. Então, é um assunto que me atinge de duas formas, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionalmente como morador da Região Amazônica, e estamos bastante felizes com o requerimento e com as contribuições que nós pudermos fazer pelo fortalecimento da Sudam e da Sudene, porque também entendemos da importância – Sudam, Sudene e Sudeco – dessas superintendências para o desenvolvimento regional.

Eu preparei uma pequena apresentação, não sei se a Comissão que coloca para mim ou se eu compartilho daqui. Precisava desse apoio. Ela é bastante sucinta, para entender a aderência do Banco da Amazônia, as ações coordenadas e conduzidas lado a lado com a Sudam e o impacto disso ao longo dos anos. É bem breve, mas só para colocar todos nós na mesma página.

Posso compartilhar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está autorizado.

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Conseguindo ver, me avisem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está o.k.

Senador Zequinha Marinho...

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – O.k.? Vou prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que já foi chamado de Zequinha do Basa, então, chegou na hora certa.

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Vamos lá.

O Banco da Amazônia nasceu no ano de 1942. Nós nascemos da exploração da biodiversidade da Amazônia, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e fomos fundados para fomentar especificamente a exploração da biodiversidade da Amazônia, sobretudo a da borracha.

Eu fiz um recorte rápido aqui de dez em dez anos para entendermos os principais marcos. Nos anos 50, o Banco da Amazônia funcionou como principal agente de fomento da Região Amazônica; nos anos 60, que é a década de nascimento da Sudam, juntamente com ela, começou a ampliar a sua vocação e a sua atuação nas obras de infraestrutura e desenvolvimento regional, como colocou o nosso Superintendente Paulo Rocha; nos anos 70, nós começamos a expandir isso para outras linhas, não só agronegócio e infraestrutura, mas entramos na indústria, comércio e serviços; nos anos 80, um ponto marcante, que eu acho que é o principal ponto, a virada que nós tivemos, foi com a culminação da Constituição de 1988; no finalzinho dessa década, a regulamentação dos fundos constitucionais, como o FNO, que no caso é operacionalizado juntamente com a Sudam aqui na Região Norte; descemos para a estrutura da agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar e, desde então, começamos o processo de expansão da rede de agências e modernização, justamente para que esses recursos chegassem de maneira mais rápida e célere para os nossos empreendedores aqui da Região Amazônica.

O Banco da Amazônia basicamente é um banco em que, apesar de ser um banco completo, nós temos esse viés de desenvolvimento e atuação nos setores produtivos, independentemente do porte, seja ele desde o informal até os grandes conglomerados econômicos.

A nossa missão é bem parecida com a da nossa Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, que é realmente lutarmos pelo desenvolvimento de uma Amazônia sustentável – do nosso lado, obviamente, com aplicação responsável do crédito, com soluções eficazes. Nós temos essa missão e a nossa visão de ser o principal banco de desenvolvimento, apesar de atuarmos também em outros bancos públicos, como Caixa Econômica, Banco do Brasil, cooperativas e demais empresas do setor financeiro. Mas o Banco da Amazônia ainda é o principal fomentador do setor produtivo na Região Norte.

Então, nós temos a nossa atuação muito ligada às políticas públicas. Daí que vem a aderência, que eu vou falar um pouco mais à frente, com a PNDR, com o PRDA e demais inciativas um pouco mais localizadas e concentradas, mas sempre trazendo esse viés de desenvolvimento, formação de novos polos e ataque, digamos assim, do ponto positivo, nos problemas estruturais que a Amazônia possui.

Para isso, nós temos uma estrutura de governança bastante robusta. Nós temos uma experiência de 80 anos na região, já próximo da região. Faremos 81 anos daqui a cinco dias, completaremos 81 anos, estaremos de aniversário nos próximos dias. E nós temos aí uma capilaridade de atendimentos bastante interessante, numa região que ocupa quase 60% do território nacional.

Nós somos divididos hoje em 120 unidades. Além dessas unidades de agência, nós temos ainda 29 polos de microfinanças, que operacionalizam o programa Amazônia Florescer, que é a porta de entrada do empreendedor informal e do microempreendedor no sistema bancário, com quase 500 mil atendimentos ao longo da existência do programa e quase R$1,2 bilhão aplicado no setor produtivo. Além disso, nós temos os canais digitais, que também amplificam aí, potencializam a chegada desses recursos para os nossos empreendedores. Somos organizados também em nove superintendências e nós temos praticamente 3 mil colaboradores, 2,9 mil colaboradores.

Entre as nossas principais fontes de financiamento, já foram citadas três: o BNDES, o FDA e o Fundo Constitucional do Norte. Acho que são os principais mecanismos de indução do ponto de vista financeiro de créditos não reembolsáveis aqui para a região. E eles não são distribuídos de maneira aleatória. Aí que começa realmente a integração e a importância dos planos regionais e dos planos nacionais de desenvolvimento.

Existem comissões que são formadas, com participação de diversos agentes, inclusive das entidades de classe e representantes, para definirmos as prioridades setoriais, as prioridades geográficas, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridades por programas, as prioridades por benefício, por porte, sempre priorizando os menores portes, os municípios com menor dinamismo econômico para a formação de novos postos. As prioridades geográficas também são definidas. Enfim, uma vez traçadas essas prioridades, que viram diretrizes, começa-se a distribuição desses recursos, separados obviamente por segmento, por porte, fazendo as emissões e os direcionamentos que foram traçados juntamente com os planos de desenvolvimento publicados.

Algumas diretrizes vigentes estão ali. Por exemplo, na vigência do plano atual, nós temos uma priorização de pequenos portes, o estímulo aos micronegócios, realmente direcionando e distribuindo esses recursos para os menores portes. O banco vem alcançando a marca de 60% a 70% dos recursos operacionalizados para os menores portes – agricultura familiar, microempreendedores, micro e pequenas empresas e miniprodutores rurais.

Temos também a missão da ampliação e do fortalecimento da infraestrutura regional, que, apesar de serem grandes operações, beneficiam diretamente os pequenos, dando condição a eles de produção, de escoamento dessa produção, até mesmo de aquisição de insumos de maneira um pouco mais barata, vamos chamar assim, para dar condições de concorrência a esses pequenos produtores.

Fomentamos muito a inovação, a integração de tecnologias, tanto nos nossos processos, como também nos tomadores de crédito. Nós fazemos um processo de indução de adoção de tecnologias nas suas atividades.

Temos um incentivo muito grande aos negócios verdes. Aí, nos negócios verdes, nós ficamos com aqueles que capturam carbono ou neutralizam, aqueles que têm alguma eficiência energética, aqueles que aplicam alguma tecnologia, recuperam área degradada. Enfim, todos aqueles que vêm, de certa forma, trazer benefícios ao meio ambiente ou benefícios sociais, nós os tratamos como negócios verdes. Nós focamos boa parte do nosso esforço de entrega também no apoio a esses empreendimentos.

E a transição realmente para uma economia mais resiliente, de baixo carbono, que, como eu já disse, são conectados.

Então é uma ação bastante orquestrada. É por isso que se reforça, mais uma vez, a importância da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que realmente tem esse olhar bastante especializado nos problemas da Amazônia. Então, não seria possível o banco cumprir as suas políticas públicas sem esse olhar especializado no suporte e o olhar das superintendências regionais.

Um pouquinho de um recorte rápido aqui de dez anos, nós temos aí, nos últimos dez anos, quase 65 bilhões em recursos colocados somente no FNO. Não coloquei outras fontes para não poluir muito a tela, mas esse é um recorte do FNO. O Pará vem liderando. Os estados que têm maior logística, vamos falar assim, são os que mais tomam crédito, que têm mais essa prioridade, para vocês verificarem o quão importante é a infraestrutura no desenvolvimento das regiões. Então, as regiões com maiores problemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infra geralmente são as que têm uma economia um pouco menos dinâmica, e, consequentemente, a tomada de recursos para investimentos também é proporcionalmente menor.

Falando rapidamente sobre o nosso esforço, justamente para chegarmos aos pequenos, nós temos buscado a missão de chegar até as populações tradicionais, aos menores portes. E isso vem sendo reconhecido com vários prêmios, inclusive o mais recente deles foi que o banco recebeu o reconhecimento em duas soluções do Basa Digital, que é o Basa na palma da mão e o assistente técnico, que consegue seguir até uma aldeia, uma população tradicional, uma comunidade quilombola, uma micro ou pequena empresa e fazer a operação de crédito ali. Então, foram dois reconhecimentos.

E aqui, só um registro fotográfico de uma contratação, por exemplo, que aconteceu no dia 1º agora, numa comunidade indígena aqui em Rondônia, no Município de Ji-Paraná, comunidade indígena Gavião.

Então, nós estamos engajados, e todo esse processo também foi conduzido e ajustado junto com a Sudam, que direcionou, obviamente, os nossos esforços para que os objetivos dos fundos e do desenvolvimento, de fato, aconteçam de maneira concreta.

Então, rapidamente, era isso.

Eu fico aqui à disposição da Comissão para aprender e também participar e contribuir com o que for necessário, dada a relevância e a importância desse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Misael, representante do Banco da Amazônia.

Passo a palavra ao Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste.

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Vocês estão me ouvindo bem? Posso continuar? (*Pausa.*)

Bom dia, Presidente! Bom dia aos demais participantes da Mesa.

Eu gostaria de saudar, em especial, a Profa. Tânia, na pessoa de quem eu saúdo todos os presentes e todos os que nos assistem.

Primeiro, quero apresentar a saudação do nosso Presidente, Paulo Câmara. Ele não pôde estar presente, pois está numa reunião agora da Diretoria Executiva do banco, mas é um prazer para o Banco do Nordeste participar deste evento.

O Banco do Nordeste, assim como os outros – como o Basa, que acabou de falar –, é meio que o braço operacional dos fundos de financiamento constitucionais e das agências de desenvolvimento do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco do Nordeste é hoje o maior banco regional da América Latina. Eu não vou fazer uma apresentação, mas vou citar aqui alguns grandes números do banco e algumas grandes questões que eu acredito que são os maiores desafios para instituições de fomento ao desenvolvimento, como é o caso do Banco do Nordeste, como é o caso do Basa, e também desafios para as superintendências de desenvolvimento.

Então, o banco não é um banco pequeno. O Banco do Nordeste, hoje, tem um total de ativos da ordem de R$65 bilhões, tem um patrimônio líquido de R$9 bilhões. Somente no ano passado, o banco emprestou cerca de R$46 bilhões em financiamento. Desses R$46 bilhões, nós temos o maior crédito, programa de microcrédito produtivo do país. Somente no Crediamigo e no Crediamigo Rural, a gente emprestou R$10,6 bilhões para microcrédito. Este ano, nós vamos emprestar, somente do FNE, quase R$40 bilhões.

O Banco do Nordeste é um banco que financia desde o microcrédito a pequenos empreendedores informais, com créditos muitas vezes de R$500, R$600, R$1.000, R$1.500, até grandes projetos de infraestrutura, de R$1 bilhão, R$ 200 milhões, R$300 milhões. Então, o banco atua em todos os estratos de demanda de crédito, desde o pequeno produtor individual, desde o trabalhador informal da zona urbana ou da zona rural, a mulheres – tem programas específicos para as mulheres –, e também financia micro, pequeno e os grandes projetos de infraestrutura do país.

E nós temos, hoje, o que podemos dizer ser a melhor linha de crédito que se pode oferecer na Região Nordeste. Inclusive, ela é insuficiente para cobrir toda a necessidade de investimento da região – e é uma questão que eu vou discutir daqui a pouco –, mas nós temos as melhores condições de crédito para o desenvolvimento da região.

Quais são hoje – e aqui entrando um pouco no tema da audiência – os grandes desafios que eu vejo para as agências de desenvolvimento regional e para a questão dos bancos de desenvolvimento regional?

Em primeiro lugar, há uma necessidade clara de que você tenha, nacionalmente, uma política de desenvolvimento regional, ou seja, não adianta você ter as agências atuando isoladamente, os agentes financeiros atuando isoladamente se você não tem, nacionalmente, uma política de desenvolvimento regional que leve em consideração a redução das disparidades regionais entre essas regiões menos beneficiadas, mas que também leve em consideração as disparidades dentro dessas próprias regiões. É um equívoco, por exemplo, se imaginar que o Nordeste é uma região única e só, pois o Nordeste congrega dentro de si uma infinidade de diversidades, que também carregam dentro de si desigualdades regionais que precisam ser equacionadas. Nem estou aqui entrando na questão das desigualdades sociais, mas apenas nas desigualdades regionais. Então, é preciso que você tenha uma política nacional, é preciso que você tenha uma gestão nacional que compreenda e que tenha estratégias para o enfrentamento e para a redução dessas disparidades regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que eu acho relevante – e aqui eu cito muito o caso do Banco do Nordeste – é a gente estreitar as nossas relações, enquanto instituição, com os órgãos nos quais nós atuamos diretamente: com os governos estaduais, com a própria Sudene, aqui, no Nordeste, com o Consórcio Nordeste, mas também com o Ministério da Integração Nacional. Eu estou recente no Banco do Nordeste, há pouco mais de dois meses, mas eu venho de um governo estadual. Eu era Secretário de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte e sei que, durante algum tempo, ocorreu um distanciamento, nos últimos anos, entre as superintendências estaduais e os estados, entre as instituições de crédito regionais e os próprios estados. É tanto que, nesse vácuo dessa ausência, por exemplo, da Sudene, você vê emergir o Consórcio Nordeste ou emergirem os consórcios como outras esferas de diálogo e de articulação política. Então, é preciso que a gente volte a ter uma maior integração entre as superintendências de desenvolvimento regional, entre os órgãos de fomento e desenvolvimento regional, entre os governos estaduais, entre as entidades produtivas da região e entre o governo central, principalmente através do Ministério do Desenvolvimento.

Um outro grande desafio que se apresenta para a gente é a necessidade de diversificação de *fundings*. Hoje, nós temos consciência, por exemplo, de que o nosso principal *funding*, a nossa principal fonte de investimento do Nordeste, de financiamento do Nordeste, que é o FNE, é insuficiente para bancar toda a necessidade de recursos de investimento de que a região precisa. E, olhando aqui para frente, vou citar só alguns exemplos claros. O Nordeste tem se desenvolvido como um grande *hub* mundial do Brasil de energia verde. Você precisa de pesados investimentos em energia verde na geração, na transmissão... E aí entra, por exemplo, no futuro a discussão do hidrogênio verde, com o Nordeste como um polo da emissão desse desenvolvimento. Além disso, nós vamos precisar de volumosos investimentos nos próximos anos em logística e em saneamento básico. Então, só de imaginarmos a necessidade do volume que nós vamos ter para energias verdes, para a infraestrutura logística e para infraestrutura de saneamento básico, percebemos nitidamente que o *funding* como FNE ou mesmo o *funding* lá para a Amazônia é insuficiente para dar conta de tudo isso.

Nós somos bancos regionais, temos limite de capacidade de financiamento, porque nós também seguimos as regras de Basileia. Então, nós não temos capacidade infinita de financiamento, mas é preciso pensarmos em fortalecer essas instituições financeiras e em diversificar o *funding* dessas instituições para que elas sejam capazes de ampliar os investimentos na região.

Precisamos também, e é outra grande preocupação que eu tenho... Há uma grande discussão na atualidade no Nordeste. É um fato que Nordeste se consolida como uma grande liderança nas energias renováveis do país. Há um grande potencial na região para você fazer investimento, por exemplo, em hidrogênio verde, mas me preocupa que a gente acabe não aproveitando suficientemente essa oportunidade. A gente não quer ser apenas produtor e exportador de energia verde, de *commodities* verdes. Nós não queremos aqui gerar energia verde e transportar para o Sudeste e para o Sul do país para que lá se industrializem os produtos com energia verde barata e a gente comprar de volta; ou a gente produzir hidrogênio verde, exportar para Europa, para a Europa tornar verde a sua indústria e nos mandar produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrializados de volta. Nós queremos aproveitar a oportunidade... E é importante que a Comissão discuta isto, que o Brasil discuta isto: uma estratégia de energias verdes... E eu estou me concentrando aqui em energia verde, porque é um grande tema para a região, que vem se destacando nesse papel. É importante que a gente aproveite essa oportunidade histórica que esse novo cenário está fazendo aparecer para o Brasil e para o mundo e que a gente industrialize o Nordeste ou reindustrialize o país e não transforme o Nordeste apenas em um produtor de uma *commodity* verde que vá ser industrializada agregando valor em outros espaços. Então, é preciso que a gente discuta isso. Os planos de desenvolvimento regional são importantes para isso, mas é importante que a gente pense agora que não basta a gente financiar apenas do mesmo ou, ao financiar as infraestruturas, que a gente financie apenas *commodity* para exportação.

E, por fim, para concluir, devemos imaginar que a gente também precise de volumosos recursos em logística e em saneamento básico, que são infraestruturas essenciais para o desenvolvimento das nossas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Aldemir Freire.

Passo a palavra à Sra. Tânia Bacelar, Especialista em Desenvolvimento Regional e Professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco.

A SRA. TÂNIA BACELAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu começo, como todo mundo, agradecendo o convite para estar aqui neste momento e partilhar essa mesa com vocês. Faço um agradecimento especial ao Senador Beto Faro, que foi quem nos convidou.

Vou tentar usar meus dez minutos com quatro pontos de reflexão.

Primeiro, é a visão sobre as instituições. Eu trabalhei as superintendências e os bancos, porque acho que os dois são importantes e estão aqui no debate. A visão importante sobre elas é que elas são seres vivos e, portanto, são frutos do ambiente socioeconômico e político em que nascem e em que atuam. E a gente já viu aqui que essas instituições, por exemplo, nasceram ali em meados do século passado, depois do pós-guerra, naquele Brasil que tentava chegar a ser uma potência industrial. Então, elas nascem num momento específico. Depois, a trajetória delas tem muitas semelhanças. Não é à toa que, em meados do século XX, elas se fortalecem. E são extintas por Fernando Henrique, em conjunto, as superintendências – não os bancos – que são recriadas por Lula, no Norte e Nordeste, e por Dilma, no Centro-Oeste. Então, isso mostra que tem um diálogo entre essas instituições e a dinâmica mais geral do desenvolvimento do país. Essa é uma visão que eu acho que nos guia para pensar o novo momento. Então, é com base nessa visão que eu vou tentar, num dos outros pontos, tratar do novo momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu segundo ponto é a visão sobre políticas regionais no Brasil, que é o objeto de atuação dessas instituições. E aí, de novo, eu acho que temos que estar atentos ao fato de que a visão se ampliou muito nos últimos anos.

E eu vou fazer quatro destaques.

Primeiro, no século XX, a visão era de políticas regionais em escala macrorregional com foco nas desigualdades regionais, que era produto da concentração industrial no Sudeste. É o que a gente chama hoje, na academia, de políticas regionais explícitas, mas a gente avançou. Principalmente no século XXI, nós temos exemplos muito interessantes do que a gente está chamando de políticas regionais implícitas. Por exemplo, o aumento do salário mínimo teve um impacto enorme no Nordeste e no Norte, muito diferente do que teve no Sul e no Sudeste: atuando como política de desenvolvimento regional.

As políticas setoriais também. Políticas setoriais que tiveram a visão regional tiveram impactos regionais também diferenciados. O exemplo que eu gosto de dar é o da interiorização das instituições de ensino superior. A ideia que eu tenho é que o MEC, na hora de montar o programa, disse: "Traga o mapa que eu vou botar mais onde tem menos". E foi isso que ele fez. E ele foi um elemento muito importante da dinamização de um ativo novo que a gente tem, de que a Adriana já falou, que são as cidades médias das nossas regiões, seguindo uma tendência macronacional.

Ainda no século XXI, construímos a PNDR e, como a Adriana falou, começamos a enfatizar que política regional não é só política macrorregional. Como o Aldemir falou, existem desigualdades intrarregionais. Portanto, é preciso que o debate sobre políticas regionais seja feito com múltiplas escalas. Só que a gente tem instrumentos para certas escalas e não tem para outras. Então, esse é um problema.

E o debate regional é a quarta mudança que eu acho relevante, é que ele é focado na questão das desigualdades, como eu falei, que é um passivo das regiões, mas hoje também tem um foco na valorização da diversidade regional brasileira, que não é passivo, é ativo. Então, acho que as políticas regionais precisam olhar para as duas vertentes – a da luta para recuperar passivos e a da identificação de ativos relevantes para serem lastros importantes das políticas regionais. Então, acho que isso nos ajuda a pensar o hoje. A gente não pode pensar com a cabeça de meados do século passado.

A terceira observação que eu faço é mais específica das agências públicas de desenvolvimento regional, principalmente as que estão aqui, bancos e superintendências. Elas se encontram hoje em momentos muito distintos, o que já apareceu aqui na exposição. As superintendências estão fragilizadas, sem definição clara mais de sua missão e convivendo com os consórcios, o que foi uma novidade muito importante para as nossas regiões, principalmente naquele momento em que o Governo Federal se negava a fazer a articulação interfederativa. Então, os consórcios tiveram um peso muito relevante. O exemplo que eu gosto de dar é a atuação do consórcio na pandemia, porque, quando começou a pandemia, todo mundo dizia que era o Nordeste que ia apresentar os piores resultados. O consórcio criou um comitê científico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez o que o Brasil devia ter feito: construiu uma estratégia em conjunto para enfrentar a pandemia. E, quando a gente olha os resultados, todos os estados do Nordeste têm número de mortes por 100 mil habitantes abaixo da média nacional, resultado da ação inteligente, apoiada na ciência, do consórcio. Então, o consórcio é muito importante.

Agora, o consórcio tem um limite. Ele é uma articulação entre governos, ele opera na escala federativa estadual. O desafio é: como é que articula com o Governo Federal, que agora quer o diálogo federativo? Como é que os Governadores de ambos os consórcios vão dialogar com a Sudene e com a Sudam? Quando essas instituições foram criadas, o coração delas era o conselho deliberativo; a secretaria executiva era um órgão de apoio ao conselho deliberativo, e o conselho deliberativo era o lócus de articulação interfederativa. A pergunta hoje é esta: vai voltar a ser? Em consórcio, os Governadores vão sentar no conselho deliberativo para dialogar com o Governo Federal? Para mim, não está clara a opção nem do Governo Federal nem dos Governadores. O Governo Federal, por enquanto, está se articulando muito mais fortemente estado por estado do que se articulando com os consórcios, embora esteja, e o conselho deliberativo eu não vi aparecer nesse debate com a força que precisa ter nas diversas regiões onde tem superintendências.

Acho que essa é uma discussão importante para as superintendências que se distinguem dos bancos que estão fortalecidos. Então, a gente tem superintendências esvaziadas e bancos fortalecidos. A gente ouve as duas exposições aqui dos bancos e vê claramente que o recurso dos fundos constitucionais que o Constituinte definiu, lá em 1988, fez essas instituições ganharem peso, mas eu acho que aí tem um debate importante: quem é que define a aplicação desses recursos? Eu vejo os dois bancos fazendo um esforço enorme para realizar essas escolhas. Por exemplo, recentemente, o Banco do Nordeste fez um plano estratégico para identificar o que tinha de relevante e de novo na região. É muito importante que o banco faça isso, mas e o plano estratégico do Nordeste? O plano estratégico do Nordeste a Sudene coordenou de uma maneira muito fragilizada. A própria recomposição desse plano agora, de que a Adriana falou, está sendo feita com muita rapidez para colar nesta oportunidade, de que ela também falou, que é ligar o PPA com os planos regionais, mas eu acho que isso é pouco. Eu acho que isso é pouco. É preciso ter uma visão muito clara dessa relação entre as diversas agências. E, na minha visão, os bancos precisam de Sudene, de Sudam e de Sudeco fortalecidas, porque, senão, eles ficam muito mais vulneráveis ao protagonismo dos agentes de mercado. Se a Sudene e a Sudam forem fortalecidas nas suas funções de propor a política mais geral de desenvolvimento regional, isso ajuda os bancos, não os atrapalha. Recentemente, você vê reuniões esvaziadas dos conselhos e o protagonismo na mão dos bancos.

A quarta reflexão que eu trago é o momento em que a gente vive, que é o momento de oportunidade – não é à toa que esta audiência pública está se realizando –, é o momento de recuperação de políticas regionais, é o momento de reafirmação das agências, mas também é o momento de reposicionamento do Brasil no mundo e de revisita às nossas instituições regionais. Então, é uma oportunidade, mas ela está impregnada de desafios, porque a gente não pode repetir o passado, nós temos que olhar agora para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo no mundo são mudanças de grande profundidade, a gente está chamando uma nova era. Nós temos que fazer esse debate sobre as instituições regionais olhando para essa nova era. Muitos dos que falaram aqui estão olhando, estão olhando para a crise ambiental, estão olhando para a revolução científico-tecnológica, estão olhando para a oportunidade da bioeconomia. É isto que a gente tem que fazer: nós temos que reposicionar as nossas políticas regionais e as instituições regionais com o olhar no futuro.

A dimensão ambiental ganhou relevância, veio para ficar, só que me preocupa... Quando a gente fala em dimensão ambiental, a gente fala em Amazônia, pelo peso mundial que a Amazônia tem. E a Caatinga? A Caatinga está num momento muito especial. Aquela estrutura que o Celso Furtado denunciou no GTDN do tripé ligado a algodão-policultura ruiu, o algodão sumiu, o tripé afundou. E nós temos um debate rico sobre a Caatinga e precisamos colocar o Nordeste no debate sobre a dimensão ambiental, do mesmo modo que a inovação é um elemento estratégico, como a Adriana falou.

Portanto, a gente precisa rediscutir a política regional no Brasil, olhando para o futuro e precisa reposicionar as nossas superintendências, porque, com elas reposicionadas, ajuda a reposicionar os nossos bancos regionais. Por isso que eu espero que este encontro seja apenas um dos primeiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Tânia Bacelar.

Passo a palavra ao Prof. Francisco Costa, pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

O SR. FRANCISCO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Obrigado pelo convite. Para mim é uma honra, um prazer também estar participando de uma discussão tão importante, tão fundamental para o país e para a nossa região.

Eu tratarei do que vejo como uma nova Sudam – há 20 anos, a Tânia deve lembrar, em discussões também sobre o processo de renovação das agências, a gente trazia esse termo.

Então, uma nova Sudam, que estaria, basicamente, orientada para cumprir o seu papel, a partir de uma condição essencial, institucionalmente falando, ela teria que, desde sua base central de operação, trazer a condição de ser agência de Estado, de Estado nacional, de operação do que seriam – usando uma noção que está sendo muito útil para tratar esses processos de interação Estado-sociedade-economia – as missões de certo modo irrecorríveis desse Estado, no que se refere a um desenvolvimento que, necessariamente, mediante todas ou as grandes, atuais tendências e necessidades, baseadas, contextualizadas por crises importantes e oportunidades também, teria que ser necessariamente sustentável ou ter a perspectiva da sustentabilidade no seu centro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma nova Sudam tem que ser uma agência central na orientação geral dos elementos de Estado na condição das suas missões, para um desenvolvimento dessa ordem, que abrigue, ao mesmo tempo, evolução de capacidades econômicas, com novas condições que refaçam o nosso país, e que busquem eliminar, no nosso país, as grandes desigualdades sociais, tudo isso em relação a um... quer dizer, tendo como base natural um bioma que, pelas suas características centrais, precisa ser preservado e mantido, etc. Então, a nova Sudam teria que ser uma agência central para o cumprimento dessas missões. Elas seriam, basicamente, três grandes aqui, que orientariam a nossa fala.

Em primeiro lugar, essa agência teria que ter ou arregimentar capacidades, ou, no mínimo, ter a capacidade de arregimentação de conhecimentos para a produção de um diagnóstico profundo do que está ocorrendo. Essa visão do que se passa hoje na Amazônia, ou as visões, são grandemente segmentadas, são postas num processo de visualização compartimentada das coisas. Compartimentada no sentido de que se passa dentro da região e que há diferenças internas, que já foram mencionadas aqui, as grandes distinções que existem internamente na região; e compartimentada em relação às dinâmicas sistêmicas que ocorrem dentro dela: o que ocorre que, por exemplo, destrói o bioma e o que ocorre que mantém o bioma. Essas são grandes formas de estruturação econômica que estão postas uma ao lado da outra, ou uma contra a outra, digamos assim. Essas coisas têm que ser bem postas, visíveis, etc., e também segmentadas no que se refere à relação entre o que ocorre na região e os efeitos e impactos desse processo no Brasil e no mundo.

Bom, então essa agência tem que ter, num primeiro movimento, a capacidade de reunir os conhecimentos que diagnostiquem essa complexidade de modo profundo, adequado, para poder partir para cumprir a sua primeira grande missão, que seria a de propor orientações consistentes para uma estratégia comum, aquilo que vem emergindo aqui na discussão como um plano de desenvolvimento regional que contemple a Amazônia com a complexidade que ela requer e, ao mesmo tempo, com uma visão integrada com os demais biomas e com o resto do país.

Trata-se de trazer as orientações para tanto através de um plano de longo, médio e curto prazo. Isto precisa ser resgatado: orientações para as agências de estado, para as diferentes áreas de Estado e para a própria sociedade civil. A carência disso tem levado ONGs com potência de formulação, por exemplo, a trazer estudos que pretendem preencher, digamos assim, esse vazio, essa lacuna muito importante. É claro, isso é meritório, mas é insuficiente, quer dizer, os limites desse tipo de iniciativa, e a necessidade ampla de visão exige um esforço de outra ordem que caberia a essa agência.

Isso tudo posto, quer dizer, dada a capacidade de diagnosticar, viria consigo uma capacidade mais consistente de prognosticar, de observar os cenários futuros de uma maneira também mais aderente, mais consistente, de modo a explicitar os riscos gerais, mas também as oportunidades de um modo mais profundo do que temos e, ao mesmo tempo, também mais integrado, numa visão conjunta das coisas, do que a forma, como já mencionei, fragmentada e parcial com que a problemática tem sido trazida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso posto, a nova Sudam deverá agora buscar o desenvolvimento para o cumprimento do seu papel na construção de um atributo de sustentabilidade, com ênfase, digamos assim, que está vindo de um modo também rápido, como noção, digamos, ninguém pode fugir dela, na bioeconomia. Isso teria que ser com vistas a um conhecimento mais consistente ou a partir de um conhecimento mais consistente, uma orientação a uma economia que já existe na região de modo bastante consolidado e antigo, mas uma economia que até agora tem se mantido ou tem sido mantida à margem das políticas gerais de desenvolvimento, o que o Paulo Rocha enfatizou muito bem na sua fala.

Quer dizer, a ênfase da velha Sudam, a tenacidade com que ela tratou de proporcionar as condições para que, o desenvolvimento com base em grandes propriedades, atividades, digamos assim, transformadoras do momento, essa mesma ênfase tem que ser alocada agora a uma visão de desenvolvimento em que se fortaleça uma bioeconomia referida ao bioma, uma bioeconomia que tire suas capacidades ou sua eficiência ou do bioma vivo ou da reconstituição do bioma. Uma nova Sudam deve operar com toda a força nessa direção, com a mesma ênfase que deu no passado a um desenvolvimento de outra ordem.

Agora, isso traz desafios para toda a operação e para a própria nova Sudam como a coordenadora ou orientadora desse processo, porque praticamente todos os instrumentos fundamentais para um desenvolvimento dessa ordem terão que ser mudados. O crédito, a operação creditícia por inteira deve ter um outro formato. A operação de conhecimento e inovação também tem que ter um outro formato porque, enfim, o tipo de tecnologia que se precisa nessa nova economia é completamente diferente, um outro paradigma de relação com a natureza de formas do passado.

E, por outro lado, por fim, um terceiro desafio institucional seria o de deter capacidade de controle sobre o mercado de terras novas, sobre o processo que, a partir de uma lógica de transformação da floresta em terra sem mata e por toda uma mercadoria de transação fluida, etc., numa lógica específica de produção de mercadoria, levando a uma ameaça e ao risco continuado de retirada da base fundamental dessa bioeconomia. Enfim, então, que esse mercado de terra seja contido. A agência teria que ter um papel aí também, por exemplo, dando suporte e condições para todas as áreas da sociedade e seus diversos poderes, inclusive de detecção de ilícitos com a agilidade que hoje os sistemas informacionais permitem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Prof. Francisco Costa.

Passamos então a palavra ao último convidado, que é o nosso Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste, da Sudene, Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia para todos, para todas.

Estão me escutando bem aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. DANILO CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiro cumprimento aí a nossa Mesa, cumprimentando o Senador Beto Faro; cumprimento também o Senador Marcelo Castro, que preside esta Comissão também; cumprimento muito em especial a Adriana, representando aí o ministério – é uma satisfação reencontrá-la, mesmo que virtualmente; estivemos juntos há poucos dias na Paraíba –; cumprimento nosso Superintendente da Sudam, Paulo Rocha – é uma satisfação também, Paulo, estar aqui com você –; Aldemir Freire; cumprimento Misael; nossa querida Tânia Bacelar, nossa Profa. Tânia – é uma satisfação, Tânia, estar aqui junto com você também.

Bom, minha gente, eu vou procurar... Primeiro, quero pedir desculpa por não estar presencialmente. Eu gostaria muito de estar aí no Congresso, participando com vocês aí, mas nós estamos aqui há poucos dias da nossa nomeação, estamos numa fase aqui de instalação, chegando aí com todo um processo de debate, discussão que vamos ter na próxima semana com a nossa posse aqui, inclusive com a presença do Ministro Waldez. E logo, ato contínuo, a primeira reunião do Condel, que vai discutir o nosso Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Isso nos demandou a presença aqui.

Mas parabenizo a iniciativa, que eu acho que é muito importante.

Vou procurar não ser redundante aqui com aquilo que eu já escutei, mas não podemos deixar de realçar também alguns pontos que foram colocados aqui.

Primeiro, quero falar do que é a Sudene. A Sudene é uma instituição de 63 anos, que é responsável por toda uma política de articulação, mobilização da Região não só Nordeste, nós estamos falando aqui para 11 estados da Federação, nove do Nordeste, mais uma parte de Minas, uma parte do Espírito Santo. Quase 60 milhões de brasileiros moram nessa área, ou seja, é uma região muito importante, que responde por 15% do Produto Interno Bruto do nosso país. E é uma região com muitos desafios. Como já foi colocado aí por outros que também falaram, acho que a gente tem muitas particularidades nesse ponto também.

Eu acho que a Sudene cumpriu, durante uma quadra da sua história, como foi dito aí pela Profa. Tânia, um papel estratégico naquilo que foi o pensamento, lá atrás, de Celso Furtado. E depois, junto com o que ocorreu com os órgãos de planejamento no país, sofreu um profundo processo de esvaziamento, que tirou da Sudene toda, eu diria, a autoridade que ela chegou a ter nesse debate do desenvolvimento regional. Isso não foi um privilégio nosso, como já foi dito aí, foi uma circunstância que nós vencemos no nosso país.

Mas é fato também que a gente sofreu, sobretudo nos últimos anos, um processo maior de distanciamento do diálogo federativo. O que nós vivenciamos aí, sobretudo no Governo do Presidente Bolsonaro, afastou ainda mais a Sudene da interlocução com os atores políticos locais, com os Governadores, com o setor produtivo, enfim, com todos que dialogam, os movimentos sociais, que dialogam com os desafios e a solução da Sudene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dito isso, eu acho que a primeira questão que eu queria reafirmar aqui, em que eu serei redundante, tenho certeza disso, mas não posso deixar de falar, é um desafio de natureza política, é de devolver às instituições de planejamento – e eu falo isso porque eu tive diálogo tanto com o Paulo, como com a Rose, lá no Centro-Oeste também – esse papel estratégico.

Nós precisamos fazer um reencontro dos órgãos de planejamento regional com o Governo Federal, com o fortalecimento da articulação política e o planejamento local. Esse é o primeiro desafio que está posto para todos nós: trazer de volta... Eu vi a Tânia falar aí. A primeira conversa que eu tive, nesse sentido, aqui no Nordeste... Fui buscar o Governador João Azevêdo, que é o Coordenador do Consórcio Nordeste, para que a gente possa integrar esse, que é um importante instrumento de nova governança, que é o consórcio, que teve que ocupar um espaço que não foi garantido a ele na relação institucional para poder fazer o debate. Então, nós queremos trazê-lo de volta, essa é a primeira disposição, seguindo a orientação do Presidente Lula, do Ministro Waldez, de radicalizar no diálogo. E essa a palavra que eu tenho usado aqui, passamos já de algumas atividades, eu acho que a gente precisa reabrir essas instituições para esse diálogo institucional e para o diálogo com a sociedade. Então, esse é um primeiro ponto que eu gostaria de destacar. Para que a gente possa aproveitar, como foi dito aqui também por Tânia, uma nova janela de oportunidade que eu visualizo de forma muito clara nesse momento.

Em que pese a gente ter tido aqui, no Nordeste, um conjunto de desafios, nós tivemos, sim, num passado muito recente, um conjunto de avanços que vivenciamos, sobretudo, na virada deste século, nas duas primeiras décadas, quando a gente viu o Nordeste, inclusive, crescer mais do que o Brasil. Se você pegar o acúmulo do PIB do Nordeste, de 2002 a 2019, nós crescemos 53% contra uma média, do Brasil, de 46%, chegando a um conjunto de avanços e transformações que trouxeram um processo de industrialização à região, que a gente tinha perdido, avanços na área da educação, como a gente viu acontecer aqui em Pernambuco, no Ceará, a chegada das universidades e institutos federais ao interior, a gente viu chegar a proteção social, a agricultura ser renovada a partir da mudança, como disse Tânia, da própria matriz... O Matopiba é um exemplo muito claro disso também. O que está acontecendo em Sergipe, em Alagoas e na Bahia, na questão do milho, é outro exemplo disso também, o petróleo no Rio Grande do Norte. Em todos os estados da Federação a gente tem algum tipo de avanço. Isso ocorreu fundamentalmente, lá atrás, na virada do século.

Então, o que eu quero dizer com isso? Nós temos, nesse momento, uma nova oportunidade histórica também. Com a chegada de volta do Presidente Lula, a gente viu que nós estamos fazendo um reencontro do Brasil com os brasileiros, um reencontro do Brasil com o mundo, com todo um conjunto de sinalizações que estão sendo dadas no sentido de reconquistar a confiança do investimento também para o Brasil.

E a gente precisa inserir o Nordeste novamente nesse processo. Qual é o desafio? É você garantir que a Sudene possa cumprir esse papel, e a palavra que eu acho chave nesse processo é, de fato, a integração, integração de tudo o que dialoga com essas questões que nós estamos falando aqui: o Governo Federal, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério, as superintendências, os Governadores, o setor produtivo, a sociedade. Nós temos que juntar esse conjunto de atores para que possamos voltar a construir um pensamento que reflita esses desafios do futuro.

Fazendo a mesma crítica que a Tânia fez também... A gente vai fazer aqui na próxima semana a reunião do Condel. Além da nossa posse – e eu quero até aproveitar e convidar aqui os presentes para a próxima segunda-feira, para quem puder estar aqui em Pernambuco –, a gente vai ter a primeira reunião do Conselho que vai ter como pauta o plano regional.

O plano que foi constituído lá atrás, inclusive em 2019, foi, digamos assim, atualizado, meio que de afogadilho, por conta da imposição legal. Mas, efetivamente, para que esse plano possa ter um avanço, nós precisamos aprofundar o diálogo com a sociedade, a gente precisa voltar a discutir esse plano, porque os prazos legais de incorporação dele ao PPA não nos permitiu que pudéssemos fazer um diálogo amplo sobre tudo o que está sendo posto. A gente imagina cumprir isso na tarefa de tramitação dentro do Congresso Nacional. Acho que é uma oportunidade para que a gente possa também discutir os desafios do Nordeste, a governança de tudo isso.

E uma questão central, que diz respeito à questão do financiamento: a necessidade de integração.

Quando eu falo integração, esse desafio precisa estar muito claro: nós precisamos integrar as instituições de financiamento nesse debate, todas elas. Esse já é uma manifestação que foi colocada, inclusive, pelo Ministro Waldez, que pretende aí, nos próximos dias, instituir, inclusive, um fórum, juntando as superintendências com as instruções financeiras que dialogam com o desenvolvimento regional. Aqui, no nosso caso, não é só o BNB; é o BNB, é a Caixa, é o Banco do Brasil, é o BNDES. Todos têm recursos que estão sendo investidos nos estados aí, mas que nós precisamos integrar, até para dar uma maior efetividade e otimizar esses recursos, para que não tenha, inclusive, nenhum tipo de superposição na utilização desses recursos.

Então, eu acho que é esse o conjunto de desafios que a gente tem. Repito: temos avanços, mas temos uma oportunidade. No nosso caso do Nordeste, além dessa sinergia política que nós estamos vivenciando hoje, dessa possibilidade de a gente fazer esse reencontro, do ponto de vista político, como já está sendo sinalizado pelo Presidente Lula e pelo Ministro Waldez, nós temos uma mudança e uma pauta que está sendo imposta aí, que é a pauta da sustentabilidade, que é uma janela de oportunidades. Tudo que a gente está vivenciando aqui, do ponto de vista da energia limpa, por exemplo... O Nordeste já é responsável, hoje, por 83% da energia limpa do país. Essa é uma imposição da agenda ambiental mundial, e a gente tem aqui uma grande oportunidade, mas, se não soubermos tratar dessa oportunidade, nós vamos perder essa janela.

A questão do bioma, como foi falado pela Profa. Tânia, do que representa o nosso Semiárido. Estamos falando aqui de 12% do território do país, de 28 milhões de brasileiros que moram nessa, que é a maior região semiárida habitada do mundo, que tem um bioma único, que é a Caatinga, onde tem muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidades dentro da sua biodiversidade. Ou seja, nós precisamos garantir a integração dessa pauta do Nordeste com toda essa questão que estamos colocando aí, do ponto de vista do diálogo internacional.

Por isso é que eu queria aqui, já chegando à nossa conclusão, parabenizar a iniciativa e nos colocar à disposição.

Nessa questão do financiamento, eu queria colocar uma questão que é fundamental e que acho que é presente também nas outras regiões: nós precisamos democratizar o acesso ao financiamento. O fato é que a gente precisa abrir o espaço para que o micro e o pequeno possam ter acesso a esses financiamentos que temos nos fundos constitucionais. Aqui no Nordeste nós estamos falando de algo em torno de R$40 bilhões, entre o FNE, o FDNE e os incentivos fiscais, aos quais muitos dos pequenos e micros não estão tendo acesso e que nós precisamos dar garantia. Além daquilo que está no Pronaf, que é muito importante, mas a garantia para outros tipos de empreendimento também acessarem esses recursos.

Então, de forma sintética, respeitando o tempo e parabenizando mais uma vez por essa iniciativa, nós nos colocamos à disposição e dizermos aqui, para resgatar aquilo que vai ser o instrumento nosso de diálogo com a sociedade e com eventos nos próximos anos, a visão que nós temos do nosso plano, que é querer – e vamos construir e lutar para isso – um Nordeste inovador, justo, próspero, reconhecido pela sua diversidade cultural, pela riqueza do seu bioma, pela força do seu povo e das instituições, onde as pessoas vivam com dignidade e qualidade.

Essa é a visão que nós queremos construir, e eu estou muito animado com essa visão, com essa missão, sabendo aqui que a gente tem muitos desafios, mas acreditando, como dizia meu saudoso companheiro de luta, Miguel Arraes – Tânia também conviveu tanto com o nosso saudoso Dr. Arraes –, e acreditando também nos sonhos de Celso Furtado, "o possível a gente faz, o impossível o povo ajuda a gente a fazer". E nós vamos fazer, com certeza, um novo tempo aqui no Nordeste também.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado ao Superintendente da Sudene, Danilo.

Temos algumas perguntas e falas, e eu queria falar aqui sobre algumas questões.

Primeiro, quero agradecer pela presença de todos. Foram falas muito esclarecedoras, de quem conhece aquilo que está sendo tocado. Eu acho que nós estamos vivendo, de fato, uma oportunidade.

Eu comentava aqui com o Paulo Rocha, inclusive, que, independente da matriz partidária ou coisa parecida, que cada um desses sobreviventes da Sudam, da Sudene, do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, e o próprio Ministro Waldez Góes, todos têm feito tratativas, discursos e se esforçado muito para que a gente resgate o papel dessas instituições para a região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar aqui de algumas questões, claro que muito mais baseado naquilo com que eu convivo há muito tempo, que é a Amazônia e as entidades da Amazônia, mas muitas delas têm coisas parecidas com o que aconteceu no Nordeste.

Na Sudam, de fato, hoje há um processo de esvaziamento, um esvaziamento do seu corpo, inclusive, funcional. O Paulo deve estar lá olhando o quanto diminuíram os técnicos, e técnicos que acumularam muito durante esse período todo e que saíram ou por aposentadoria ou por achar em outra instituição, por encontrar em outra instituição melhores condições, inclusive, de trabalho e de fazer aquilo que acredita na região. A Sudam, então, teve esse esvaziamento, e acho que hoje, esse debate... Eu fiz questão de trazer esse debate, porque eu acho que é um momento, de fato, de oportunidade.

O Governo tende a resgatar isso, mas nós precisamos reconstruir, Paulo, o papel dessas instituições, com base no que nós estamos vivendo hoje, porque, no momento... No ápice da Sudam, no momento mais importante da Sudam, grandes camadas da população da Amazônia ficavam ausentes de qualquer financiamento, de qualquer política naquela região. Era política para grande. Nós não tínhamos nenhuma política para os pequenos.

E nós precisamos resgatar dentro dessa visão, uma visão hoje ambiental, projetos ambientais, tem que resgatar o papel do conselho... Eu fiz parte, inclusive, do conselho da Sudam. Temos que aqui, na representação do ministério, discutir bem a composição, inclusive, do ministério, porque hoje são novos segmentos, novas instituições que se formalizaram na região e que precisam estar presentes onde é a instituição que tem que discutir essa questão do desenvolvimento. E é fundamental ali a participação de diversos segmentos, inclusive, dos trabalhadores, para poder estar debatendo.

Eu não acho razoável – e sou base aqui Governo –, por exemplo, nós estarmos hoje resgatando o Fundo da Amazônia, buscando, captando recursos inclusive externos, para garantir esse financiamento, e a Sudam não ter participação em como será implementado esse fundo na região, mesmo que ele não seja operado pelo Banco da Amazônia, como não é hoje – é implementado pelo BNDES –, mas o Conselho da Sudam tem que discutir diretrizes, tem que discutir ação de como fazer ou qualquer tipo de ação que nós estejamos fazendo. Então, nós temos que resgatar esse papel do Conselho e da Sudam.

O consórcio nascido no Nordeste e, agora, o consórcio dos Governadores na região foram extremamente importantes e vão estar dentro da Sudam, até porque a gente conhece quem está coordenando, como está sendo feito hoje, mas a gente precisa dar a esse Conselho Deliberativo da Sudam outro papel, na minha avaliação, fortalecer, e essa é uma das questões que eu quero trazer para cá.

O financiamento na Amazônia. E aí tratar diretamente com o Banco da Amazônia.

Primeiro, nós temos que... Esses fundos foram constituídos para diminuir as desigualdades entre as regiões. Acho que ainda persiste, porque as desigualdades não foram sanadas. Nós temos muita desigualdade. Daí a necessidade de os fundos constitucionais continuarem existindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que fazer um debate forte com o Banco da Amazônia, por exemplo, e com o Banco do Nordeste, como o Danilo colocou também, de quem para quem a gente aplica efetivamente os recursos. Eu sou um desses que acompanharam a história toda de aplicação desde a Constituição, briguei muito com o Banco da Amazônia, coordenando o movimento social, coordenando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, para democratizar o acesso ao FNO e incluir os pequenos, que não tinham acesso aos recursos do fundo constitucional. Briguei com o banco assim como abracei o banco quando tinham a intenção, às vezes, de acabar com o banco e transformá-lo apenas numa agência.

Então, eu sou defensor do Banco da Amazônia, mas é necessário, hoje, a gente rever, porque esse critério de estar-se financiando tanto para o pequeno... E quem é o pequeno que o Banco da Amazônia está considerando hoje? Não tem lá estabelecido o tamanho da propriedade? Não tem lá estabelecido o número da renda? Então, tem muita gente considerada pequeno que não é pequeno. Nós temos que estabelecer políticas de fato de microcrédito para vários segmentos que nós temos lá na região. Eu vou trabalhar projeto aqui no Congresso Nacional para que os critérios que a gente utiliza para quem é pequeno, para quem é médio e para quem é grande no projeto nacional sejam os mesmos que o Banco da Amazônia utiliza, para a gente poder ver, efetivamente, aquilo que está sendo aplicado lá na região.

Acho, e o Paulo, representante aqui do Ministério que também tem uma ingerência sobre isso... Nós nos acomodamos, eu acho, com o Banco da Amazônia. Acomodou-se com a história do FNO. Está resolvido porque tem o FNO para administrar. O Banco da Amazônia tem que brigar, no bom sentido, para poder gerenciar outros recursos. Está na Amazônia, é uma coisa falada hoje no mundo inteiro, todo mundo discute o que se vai fazer na Amazônia... Nós vamos ter COP 30, tem uma série de eventos... O Presidente Lula está indo agora, no início de agosto, à Cúpula da Pan-Amazônia... É necessário que o Banco da Amazônia se capacite e se organize para poder gerenciar outros recursos, outras fontes, porque existem e nós não estamos fazendo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – O Fundo da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Um deles. O Fundo da Amazônia e outros. Têm que se capacitar para dialogar sobre isso. Não é possível ficar acomodado porque tem ali o FNO.

Reestruturar as agências bancárias. Senador Zequinha, nós temos uma região lá, que você conhece e que o Paulo conhece bem, que é o Marajó, por exemplo, com 17 municípios e uma agência bancária. Você sabe como é a geografia daquela região. Temos uma agência bancária em Soure e não temos outra agência – nenhuma agência! – em nenhum município da nossa região, agência do Banco da Amazônia. Aí, se o cidadão que está lá em Gurupá tiver que ir a uma agência bancária para poder pegar um financiamento, se ele tiver que ir uma vez, uma única vez, se der tudo certo para ele poder pegar o financiamento – e ele vai a Belém, onde está a agência mais perto, porque Soure você sabe geograficamente onde está localizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, se for um microcrédito, um financiamento de R$15 mil, por exemplo, ou de R$10 mil, ele vai gastar uns 10% para ele ir uma única vez à agência bancária só com transporte, deslocamento e alimentação! Não pode o Banco da Amazônia ter uma visão só de ir aonde dá lucro, ao município que tem um potencial econômico mais forte; você também tem que levar em consideração essa realidade para poder aplicar.

E eu quero debater isso, fortalecer essas instituições, mas olhando claramente como nós estamos tocando na região, inclusive a composição do financiamento entre os estados da Federação. Nós já fizemos esse debate anterior no Banco da Amazônia. O montante que ficaria para cada estado pode não ter só o critério populacional, tem outros critérios que você pode estabelecer, mas isso precisa ficar bem mais transparente, na minha avaliação, para que a gente possa estar aqui...

Nós estamos vivendo um momento importante: diálogo sobre o PPA, diálogo daqui a pouco sobre a LDO, que, inclusive, nós teríamos que aprovar já antes do recesso. Acho que vai ser difícil a gente aprovar antes do recesso, pelas discussões que estão rolando, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a própria LOA. É um momento extremamente importante de nomeações do Governo, de estabelecimento dos planos do nosso Governo. A oportunidade é imensa, e essas instituições têm que estar bem mais próximas para que a gente possa, na luta e na defesa dessas instituições, adequá-las às condições regionais, pois eu acho que hoje não estamos adequados. Nós necessitamos fazer nessa região o financiamento do grande e do médio, como tem sido feito, mas, efetivamente, necessitamos pegar hoje o financiamento da agricultura familiar, produzir alimentos, fazer a questão do reflorestamento produtivo, inclusive, nessas regiões, discutir as condições e nos abrir, efetivamente, para poder fazer esse debate.

Nós precisamos ter, e nós nos ressentimos de ter, uma Sudam forte, com todas as características que nós temos na região, que respeite a nossa cultura regional, que dialogue sobre essa questão do desenvolvimento regional. E eu me coloco aqui... O debate que a gente está trazendo aqui é para exatamente a gente achar esse caminho, e as falas que foram feitas aqui são muito oportunas e importantes para que a gente possa debater isso.

Quero passar a palavra ao Senador Zequinha Marinho, que foi o primeiro inscrito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Beto, que preside esta audiência pública.

Saudações a todos que estão remotamente, assim como também aos que estão presencialmente.

Paulo Rocha, parabéns pela grande tarefa que tem pela frente, não só a de ressuscitar Sudam, mas a de fazer a Sudam chegar junto.

Dra. Adriana Alves, quero começar pela senhora, pode ser?

Do meu lado aqui eu tenho um colega muito amigo, mas eu já falei nos assuntos com ele aqui, e ele disse: "Não se mexe sobre isso". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento ao nosso ex-Senador e a todos.

Vamos lá.

Eu pedi aqui rapidamente ao gabinete a população do Nordeste, da Amazônia, da Amazônia Legal, e do Centro-Oeste, exatamente, que são as três superintendências, três fundos constitucionais etc., etc. A Região Nordeste tem 55,3 milhões de habitantes, detém 1,8% do fundo dos 3% destinados a desenvolvimento regional; a Região Amazônica, com 29,6 milhões de habitantes, detém 0,6%; a Região Centro-Oeste, com 16,29 milhões, detém 0,6% também.

Sabem aquela matemática... Como é que é que o pessoal fala? A do padeiro, quando a conta é bem simples. Somando todas essas três regiões aqui, pelo que me passaram, dá 101,19 milhões de habitantes. Quando eu pego 3% e divido por 101,19 milhões, naturalmente eu tenho um valor mais equilibrado para distribuir esse percentual de forma mais justa entre essas regiões. E, quando eu faço isso – o Senador Marcelo Castro vai ficar valente –, o Nordeste cairia para 1,64%, com base no Censo de 2022. E aí eu estou gestando um projeto de lei em que, de dez em dez anos, de acordo com o Censo, se atualizariam esses fundos constitucionais para... Então, o Nordeste ficaria com 1,64%. Doeu? Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Muito pouca a diferença.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É pouca. Perde bobagem aqui.

A Região Amazônica, que cresceu na população, ficaria com 0,88% em vez de 0,6%. E o Centro-Oeste, que só tem 16,29 milhões e que tem 0,6%, cairia para 0,48%. Mexe? Mexe, mas, lamentavelmente, nós não temos o que inventar, não é? Número é número, matemática é exata, o negócio é exato.

Doutora, a segunda coisa que o nosso Presidente ali da mesa falou, depois de falar sobre a Sudam de modo geral, foi financiamento. E aí entrou na linha do banco ou dos bancos, principalmente do nosso lá. E eu quero dizer que eu sou empregado do Banco da Amazônia. Estou há muito tempo de licença, mas continuo empregado do Banco da Amazônia. Estou lá com meus requerimentos, porque é uma instituição que é minha bandeira de luta. Eu acho uma ideia fantástica com relação a isso. É muito interessante que a gente possa ver isso.

Na nossa região lá, na Amazônia como um todo, não só no Pará, nós temos um problema sério da questão fundiária, falta de documento de terra. E V. Sa. sabe que o banco quer uma garantia real, e garantia real é um bem imóvel. Isso termina dificultando – o Beto sabe disso lá, da nossa dificuldade. Eu espero que a gente supere isso, porque não dá para ficar a vida toda chorando e reclamando da mesma coisa sem fazer nada significativo. Precisamos avançar. Pior é ficar falando e não resolver, mas eu acredito que a gente resolva isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo gargalo que nós temos naquela região é um embaralhado da questão ambiental. A gente precisa avançar aqui na legislação para poder dar segurança jurídica também. O banco precisa aplicar dentro da linha da sustentabilidade. O Banco Central até criou uma diretoria aqui para trabalhar isso. É um negócio muito... E temos que caminhar por aí.

A gente precisa resolver, para que o banco avance, três coisas ao mesmo tempo: a questão ambiental, a questão fundiária e a questão do dinheiro. Precisamos ajustar essa questão financeira, porque pensem no tamanho da Amazônia: nós só somos 58% do território nacional, com os mais diversos biomas. Não é o Bioma Amazônico; Bioma Amazônico, nada; você tem de tudo dentro daquela região. Então, esse era um ponto que eu queria deixar para reflexão, porque eu considero importante.

O outro é dar uma sugestão para o nosso Senador Beto com relação a banco. Abriu uma agência, uma nova agência... Eu já briguei muito por Breves, que já teve uma agência no passado, e fecharam. Eu lembro que a gente fez uma confusão danada com aquela Presidente conterrânea do nosso Senador...

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Flora Valadares.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Flora. Ela fechou oito agências em um tapa, em uma canetada. Não é por aí! "Ah, mas não está dando lucro." Sim, então, vai lá e ensina o gerente a trabalhar com a equipe, que vai dar resultado. Não fique naquele negócio de deitado esperando receber. Lá no nosso estado, tinha o antigo DER, até que mudaram de nome, e havia uma brincadeira que se tinha lá com DER (Departamento de Estado de Rodagem): como era pouco operante, o pessoal botou esse apelido lá "deitado, esperando". A gente não pode ficar esperando. Se nós temos um banco misto, um banco de economia mista, um pouco público e privado e tal, nós temos que também fazer a parte comercial, fazer captação. Nós temos dinheiro para emprestar? Temos. Isso é um ativo importante. A gente dá dinheiro, mas também pega o depósito. O Senador Beto falou que temos que aprender a administrar outros fundos. O recurso próprio é um fundo importante. Se a gente tem uma carteira de clientes boa... E nós temos aqui o que oferecer. "Ah, mas é pouca agência, nós estamos limitados a uma região." Não existe mais nada disso hoje. Você tem cartão, você vai em qualquer lugar, você movimenta, paga, saca, faz qualquer coisa. Com uma agência só, eu mexeria com esse mundo todinho; quanto mais com cento e poucas, um negócio assim.

Beto, aí vem aquela figura: em vez de você ter uma agência com caixa, porque aquilo é que onera, com tanta coisa, ter o escritório de negócio. O escritório de negócio é importante, Adriana. Não é uma agência com todo aquele aparato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... mas um escritório de negócio. Um escritório de negócio é fundamental. E aí você anda, verifica, olha, acompanha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financia, enfim, dinamiza a atuação do banco. Não precisa ser aquela agência tradicional, mas um escritório que resolva a parada, principalmente da assistência creditícia.

Para finalizar, já que o meu tempo já estourou, com relação ao nosso Senador Paulo Rocha, eu quero conversar sobre CDR (Centro de Desenvolvimento Regional), que é uma política pública que já é executada pelo setor privado, mas ela nasce dentro do público, dentro do ministério. Tem um CDR na região da Campanha, no Rio Grande do Sul, que é um pedaço que ficou sem se desenvolver, está ajeitando aquilo; tem um CDR em Campina Grande; tem CDR no Vale da Ribeira, no Estado de São Paulo; e está construindo um CDR aqui no Entorno do DF, nessas cidades goianas aqui, com muita dificuldade de gerar emprego. O CDR tem uma filosofia simples, Senador, que é trazer academia, trazer quem pensa, quem produz conhecimento, para sentar de frente com quem empreende, porque, às vezes, nossas universidades constroem um mundo para elas e acham que o resto... Não é assim! Não adianta produzir conhecimento se você não disseminar conhecimento. E, às vezes, os empresários, os setores ficam tentando. Enquanto isso, de repente, pode estar na gaveta de uma divisão, de uma diretoria, de alguém da universidade. Então, trazer a ciência para dentro da economia, para dialogar, é um negócio interessante.

E o CDR, Paulo, eu vou lá fazer-lhe uma visita, levar isso para... Nós já começamos. Vou botar mais uma emenda para dinamizar. É o negócio mais prático que eu já vi até hoje em termos de desenvolvimento endógeno regional.

Muito obrigado, Presidente.

Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Tem participante já levantando a mão, mas eu queria só organizar aqui. O Senador Marcelo Castro fará o uso da palavra. Em seguida, a gente faz a leitura das perguntas que os internautas participaram. E a gente volta, então, para todos os palestrantes aqui poderem ter a oportunidade de responder.

Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Eu quero dar um bom dia, cumprimentar todos, parabenizar o nobre Senador Beto Faro pela iniciativa desta audiência pública, tão importante para as nossas regiões.

E aqui, enquanto o nosso amigo Zequinha Marinho fazia a provocação do Norte contra o Nordeste, Senador Paulo Rocha, eu me lembrava de um Vereador que tinha lá em Teresina, que era um coronel e que tinha a fama de ser grosseiro. E, quando um jornalista fazia uma pergunta inconveniente, ele virava e dizia: "Vou lhe dar o calado por resposta". (*Risos.*) Eu vou saltar essa parte aqui da provocação do Zequinha e ir à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que todo país grande, de dimensões geográficas grandes, tem um problema que são os crescimentos desiguais das regiões. Então, de uma maneira geral, todo grande país tem políticas de desenvolvimento regional, porque, se você deixar um crescimento espontâneo, uma região cresce mais do que outra, e terminam regiões ficando subdesenvolvidas. Foi o que aconteceu aqui no nosso país, infelizmente: as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficaram para trás, enquanto as Regiões Sul e Sudeste se desenvolveram mais.

O nosso Centro-Oeste, graças às muitas providências tomadas... A Embrapa, que foi citada aqui pelo Paulo Rocha, principalmente com a soja tropical, principalmente com a cultura do Cerrado, com os capins, principalmente o braquiária, tornou-se o Centro-Oeste o celeiro do Brasil. Então, hoje, entre os maiores produtores de soja, de milho, de algodão e de bovinos, é evidente que o campeão nacional é o Centro-Oeste. E hoje, cidades do Centro-Oeste, inúmeras delas, têm as maiores rendas *per capita* do país. Então, eu acho que está na hora de a gente dizer: o Centro-Oeste não é mais um problema, superamos essa etapa.

Então, a grande desigualdade hoje no Brasil, evidentemente, está concentrada no Norte e no Nordeste. Apesar de o Nordeste ter crescido a uma taxa superior à do Brasil nos últimos 20 anos, isso ainda é muito insuficiente, porque, se nós não crescermos mais aceleradamente o Norte e o Nordeste, nós não vamos diminuir esse *gap*, essa diferença que tem entre as Regiões Sul e Sudeste, que estão sempre crescendo, se o Nordeste e o Norte não crescerem de maneira mais acelerada.

Qual é um dos grandes problemas que eu vejo, Senador Beto Faro, Senador Sibá, meu conterrâneo, ex-Senador e Deputado também, porque fomos colegas... Conterrâneo, não porque eu seja do Acre, mas é porque ele é do Piauí. (*Risos.*)

É que o Brasil, lá atrás, teve planejamento. Ora, se, planejando, a gente já tem uma boa probabilidade de errar; se a gente não planeja, a chance de errar é muito maior.

Eu fui professor durante muitos anos da minha vida. Por incrível que pareça, Senador Paulo Rocha, fui professor de Física, coisa concreta, e fui professor de Psiquiatria, do outro lado, uma coisa abstrata, muitos anos da minha vida. Quando eu era professor de Física, secundarista, eu gostava sempre de dizer para os meus alunos: "Olha, gaste o melhor das suas energias, perca a maior parte do seu tempo para entender o problema". Porque, se você não entende, você pode resolver o problema errado. Ora, qual é a chance que você tem de resolver o problema errado? Será muito maior se não houver um planejamento.

E, infelizmente, o Brasil perdeu a capacidade de planejar. Então, no Brasil, há muito tempo que a gente não faz planejamento. Infelizmente – e aqui eu não estou culpando A nem B nem C, culpo todos de uma maneira geral –, nós não temos mais políticas de desenvolvimento regional no Brasil, que foi abandonado. E não foi só pelo Governo anterior, que era nosso adversário, não; há muito tempo que vem assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora nós temos uma chance extraordinária: um Presidente, Lula, com uma Ministra do Planejamento que é do Centro-Oeste, com um Ministro da Integração Nacional que é do Norte, com um Ministro da Infraestrutura que é do Nordeste, com um Ministro das Cidades que é do Norte. Quer dizer, nós estamos com toda a possibilidade, com esses órgãos de desenvolvimento regional, com esses bancos de fomento que nós temos, que foram citados aqui, os fundos constitucionais de financiamento – FNE, FCO, FNO –, o Fundo de Desenvolvimento Regional do Nordeste e o do Norte. Então, está na hora de a gente fazer um planejamento sistêmico, integrado, e aproveitar essas oportunidades que nós estamos tendo, como a da valorização da energia limpa. O Nordeste tem um potencial fantástico. O Piauí, Senador Paulo Rocha, tem os maiores parques eólicos do Brasil, os maiores parques solares do Brasil, e nós só estamos no começo. E vem agora o hidrogênio verde com um potencial extraordinário.

Eu vi um trabalho outro dia e fiquei impressionado: a Toyota, que é a maior montadora mundial – disputa com a Volkswagen – e que começou os carros elétricos – o que o artigo diz? –, de um tempo para cá, refreou um pouco e está investindo em pesquisa para o hidrogênio verde, apostando na energia do futuro. E olhe a capacidade que nós temos! Porque não adianta produzir o hidrogênio, que é um combustível não poluente, se você for gastar energia poluente para produzir o hidrogênio. Mas aqui nós temos uma capacidade de produzir o hidrogênio verde através de energia limpa: hidrelétrica, energia eólica, energia solar. Então, tudo isso é um potencial extraordinário que nós temos.

De que é que nós precisamos, evidentemente? Aqui, Senador Beto Faro, que Presidente aqui a Comissão de Desenvolvimento Regional, é a gente fazer um trabalho aqui conjugado: a Comissão, com os ministros que eu citei, com o Ministério do Planejamento, para a gente realmente fazer um trabalho sistemático, planejado, e que o Governo possa abraçar isso aí para esse trabalho não terminar no nosso Governo, continuar nos governos sucessivos, porque, tendo um planejamento, a gente vai ter um crescimento maior das nossas regiões e vamos diminuindo essa diferença. Não se justifica que tudo isso esteja acontecendo, que o Nordeste e o Norte tenham a metade da renda *per capita* do Brasil, e que a gente não faça nada e fique aqui parado, esperando as coisas acontecerem.

Então, quero me somar a essa ideia de V. Exa., que foi brilhante, nesta oportunidade que nós tivemos hoje aqui, para a gente poder fazer esse trabalho conjugando todas essas forças – Governadores, Prefeitos, lideranças, ministros, órgãos de desenvolvimento regional, de fomento, os bancos – para que a gente possa efetivamente ter uma política nacional para cumprir os ditames da Constituição Federal, que diz lá, claramente, que o Orçamento tem que ser regionalizado.

Eu fui Ministro da Saúde e, pasmem V. Exas., fiz um levantamento do SUS *per capita* do Brasil. Os estados que tinham menor *per capita* do SUS do Brasil eram exatamente os estados mais pobres. Eu me lembro aqui de cor, ainda, que os estados que tinham o menor *per capita* do SUS eram: Amazonas, Pará, Maranhão, Amapá e Piauí – por sinal, os cinco estados ligados um ao outro. E estados com o IDH, com a renda *per capita* muito maior do que a desses estados tinham um SUS *per capita* – eu não estou falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor absoluto, não; estou falando de valor per capita pela população – em dobro, muito maior do que os outros estados.

A minha passagem no ministério infelizmente foi muito rápida, mas, nesse pouco tempo que eu tive, eu procurei, me esforcei, mandei recurso, aumentei o *per capita* do Pará, aumentei o do Maranhão, aumentei o do Piauí, aumentei de todos os estados mais pobres que recebiam um *per capita* menor do que os estados mais avançados. Evidentemente que tratei todos os estados muito bem, mas não vou mandar recurso para um lugar que já tem um *per capita* maior do que os outros.

Então, a gente precisa efetivamente fazer políticas dirigidas para a gente diminuir essa diferença das nossas regiões. Então, a minha intervenção aqui, não tenho perguntas a fazer, é só para parabenizar todos os palestrantes que se houveram muito bem aí, falando cada um na sua área. O Danilo Cabral mostrou toda a sua competência, nosso colega aqui, foi nosso colega lá na Câmara, a quem eu parabenizo, está à frente da Sudene; como parabenizo a todos que contribuíram. E quero dizer que está na hora de a gente pegar o boi pelo chifre, chamar nossa Ministra do Planejamento: "Olha, não podemos perder essa oportunidade. Vamos fazer um trabalho conjunto aqui para que a gente possa ajudar o nosso Brasil a ter um desenvolvimento mais harmonioso".

E muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Marcelo.

Vou fazer a leitura aqui das perguntas para que a gente possa voltar aos palestrantes.

Anna Lopes, de Minas Gerais: "Quais são os principais programas e políticas implementados para impulsionar o desenvolvimento em suas respectivas regiões?".

Audrey Botelho, de São Paulo: "[...] [Incentivar] o turismo [...] e o empreendedorismo [na Amazônia] seria benéfico para sua preservação?".

Fernando Chaib, de Minas Gerais: "[Sendo o segundo maior bioma da América do Sul] por que o Cerrado é desprotegido e não recebe a mesma atenção que a Amazônia [...]?".

Andressa, do Paraná: "[Como] está sendo [...] [feita] a dinamização da economia regional, de forma inclusiva e [...] sustentável?".

Léa Maria, de São Paulo: "Quais as providências estão sendo tomadas para a remoção do mercúrio das águas dos rios contaminadas pelo garimpo?".

Elaine Amaral, Pernambuco: "Qual o papel do brasileiro [...] [na] preservação cultural e desenvolvimento econômico no Nordeste, Centro-Oeste e na Amazônia junto ao Governo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Audrey Botelho, de São Paulo: "Quais os problemas [...] [enfrentados] para criar um órgão policial em grande escala para cuidar da Amazônia?".

Eu queria só levantar uma última questão. Neste ano a gente encerra a questão da política de incentivos fiscais e, ao longo dos anos, ela vem só sendo prorrogada com a mesma característica. Então tem um projeto já aprovado na Câmara que está vindo agora ao Senado, do Deputado Júlio Cesar, que prorroga o prazo para a aplicação dos incentivos fiscais. Eu tenho um projeto aqui no Senado que vai além da prorrogação, que tenta adequar esses incentivos fiscais à nossa realidade. Há projetos que podem gerar produção de alimentos, diminuir a pobreza, ter uma relação forte com essa questão da preservação ambiental. Na minha leitura, obviamente, é um projeto mais completo, e nós vamos precisar fazer esse diálogo aqui, no Senado, com o projeto que vem da Câmara – deve estar chegando por esses dias aqui, no Senado –, para que a gente possa achar um bom termo para prorrogar os incentivos fiscais mais adequados à nossa realidade.

Queria, então, por fim, passar a palavra à Dra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, por três minutos.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mais as considerações finais e tal.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Eu agradeço a oportunidade.

Vou passar rapidamente para algumas questões que me foram colocadas.

Primeiro, um tema que foi tratado aqui e que eu acho que vale a pena mencionar é a questão do microcrédito, Senador. Então, só estou dando uma excelente notícia, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, que está agora sob a incumbência do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, está sendo associado aos fundos constitucionais. Agora está se discutindo e construindo a forma da operacionalização desse programa associada aos fundos constitucionais. Então, aquela questão de que há dificuldade de o pequeno tomador acessar os fundos constitucionais vai ser bem mais facilitada agora, e essas diretrizes serão incorporadas aos agentes executores, que são os bancos de desenvolvimento regional: Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco do Brasil.

Em relação à pergunta que foi colocada dos programas de desenvolvimento regional – que foi feita pela Anna, de Minas Gerais –, quais estão sendo desenvolvidos, a gente trabalha com alguns na secretaria, e eu acredito que as superintendências tenham também seus programas e que os bancos tenham suas linhas de crédito específicas, todos corroborando um mesmo propósito, que é a redução das desigualdades e a valorização das potencialidades regionais, como bem mencionou a Profa. Tânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos um programa de desenvolvimento produtivo que busca o encadeamento produtivo a partir da valorização da diversidade regional, que é o Programa Rotas de Integração Nacional. Ele conta com uma governança territorial, com polos – são 11 rotas, 11 setores produtivos apoiados no Brasil, em 64 polos territoriais implantados –, e é um programa que também conta, de forma associada, com a parceria de outros ministérios e de agentes de fomento e agentes de desenvolvimento, como os bancos regionais e as superintendências.

Tem agora uma equipe discutindo um polo bem interessante, que é o Mangue Digital, em Recife, tratando da Rota da Tecnologia da Informação e Comunicação, reforçando o que o Superintendente Danilo falou sobre a inovação no desenvolvimento.

Sobre o turismo, o turismo na Amazônia, existem diversas formas. Quanto a uma pergunta colocada pelo Botelho, de São Paulo, existem diversas formas de a gente valorizar o turismo, promover o turismo e, ao mesmo tempo, reforçar o paradigma da sustentabilidade ambiental. Então, tem o turismo ecológico, o turismo rural, turismo de aventura, todas são estratégias do desenvolvimento do turismo, da atividade turística que dialogam, que não batem de frente, que na verdade ajudam também nas iniciativas de promoção da sustentabilidade ambiental na Amazônia.

Quanto ao Cerrado, um tema que foi colocado: por que o bioma Cerrado não tem a mesma valorização da Amazônia? Eu acho que é um tema que está sendo discutido também na Caatinga. A gente saiu de um seminário agora na Paraíba, em Campina Grande, que é um seminário de olhar o território, o desenvolvimento territorial a partir dos seus biomas, dos biomas das regiões. Então, o Cerrado e a Caatinga foram levantados também como biomas a terem o mesmo nível de valorização, e eu acho que é uma questão de a gente institucionalmente também promover o bioma também como um bioma a ser preservado.

Temos também outras perguntas, em relação às questões que envolvem o desenvolvimento da Amazônia. A gente acredita na promoção do desenvolvimento até nas áreas mais afastadas. Então, a faixa de fronteira também é uma região priorizada pela política regional brasileira, pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que existe e está vigente, então é preciso fortalecê-la, e a gente trabalha com a perspectiva de que o desenvolvimento territorial, por si só, já garante a segurança do território. Então, é uma iniciativa que a gente também tem atrelada à PNDR.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Sra. Adriana Melo Alves.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Rocha, Superintendente da Sudam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Para expor.) – Rapidinho, primeiro, quero parabenizar pelo debate, que realmente acabou cumprindo o papel do que o autor queria, que era exatamente provocar e levantar a importância para resolver os problemas do nosso país.

Eu queria afirmar algumas coisas aqui, rapidinho, que eu chamaria aqui... A tarefa nossa que está posta é de concertação. Primeiro, reorganizar o Estado brasileiro, reestruturá-lo. O que o último Governo fez no nosso país foi... Há todas essas denúncias que estão colocadas sobre ele, mas um dos graves problemas que ele fez foi desorganizar o Estado brasileiro, aquilo que a gente já tinha minimamente organizado, estruturado, fazendo chegar, inclusive, as políticas públicas para o cidadão mais comum lá embaixo, que estava abandonado pelo Estado brasileiro. Nós já tínhamos feito isso. A própria Profa. Tânia colocou que uma das principais questões no Nordeste foi, por exemplo, a interiorização do ensino superior, do ensino técnico. Isso foi organizado por governos anteriores.

Então, essa coisa de reestruturar o Estado brasileiro, reestruturar, inclusive, o Orçamento da União, aquilo que o Senador Marcelo falou, com planejamento, para poder prever os gastos, os investimentos, os pagamentos das políticas públicas etc. etc. Então, tudo isso nós temos que fazer em pouco tempo, rapidinho, que é reorganizar a estrutura. E foi consequência daquilo de que nós próprios já falamos aqui, todos, que foi o desmonte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA – ... a desestruturação das superintendências de desenvolvimento nas nossas regiões.

Depois, eu queria também colocar a questão muito importante que a Dra. Tânia colocou, que é a questão da concorrência. A conquista da democracia e de um governo democrático, como é o Governo Lula, ela tem que passar a ser, a organização... É aquilo que o próprio Beto também levantou, a questão dos vários partidos que estão em torno, mas a palavra de ordem é somatória; é somar esforços, somar qualidades, para a gente poder tirar o país desta situação, principalmente as nossas regiões. E nada de concorrência. Como a doutora disse, no destaque que ela colocou, foi a questão da concorrência que esvaziou as superintendências da nossa região.

Nós temos que somar, somar com os Governadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA – ... com os Prefeitos, etc., para a gente buscar uma saída.

Portanto, acho que a palavra... O Marcelo falou muito bem que nós temos que realmente, Secretária lá do nosso Ministério, planejar realmente as nossas regiões, os nossos projetos de desenvolvimento, e a gente tem que contar com tudo, porque essa é a minha intenção: contar com todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a gente criar um grande conselho em torno da nossa superintendência, chamando todos os setores, universidades, pesquisadores, produtores, enfim, trabalhadores, entidades, porque, aí, sim, a gente vai buscar, com as experiências acumuladas ao longo do tempo, seja nas universidades, seja nos pesquisadores, seja nos setores produtivos, grandes ou pequenos, a gente vai encontrar a solução dos problemas que vivem as nossas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Paulo Rocha, Superintendente da Sudam.

Passo a palavra ao Misael Moreno dos Santos, representante do Banco da Amazônia.

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vou só para complementar e esclarecer alguns pontos da fala do Senador, acho que estamos alinhados no mesmo pensamento, acho que as provocações colocadas como brigas, elas são válidas e elas sempre rendem frutos.

O Banco da Amazônia, nós temos 120 agências, conseguimos chegar a todos os municípios da Amazônia com ações itinerantes. Mas, como foi bem colocado, não é fácil você manter essa agenda de ações itinerantes com frequência, mais fácil seria criar meios de que o próprio produtor ou empreendedor chegasse de maneira mais fácil à própria unidade, à própria agência, ao próprio recurso, seja por meio físico ou seja por meio digital.

Algumas das coisas que o processo de pandemia mudou bastante no sistema financeiro foram mecanismos e tecnologias que facilitaram bastante o trabalho de digitalização e de tecnologia dos bancos, então o banco entrou realmente no aproveitamento dessas tecnologias para a melhoria dos seus processos e, com base nisso, conseguiu criar modelos de agências – assim como colocou o Senador e colega Zequinha Marinho –, agências com menor custo operacional a ponto de ficarem realmente presentes nos municípios mais distantes dos grandes polos.

Então, pegando o primeiro gancho, Breves, a unidade de Breves, o banco já está inclusive em fase de contratação e construção de uma unidade de negócio em Breves, com previsão de inauguração agora, se não fecharmos no finalzinho deste ano, já no início do próximo semestre de 2024 com uma agência, não só em Breves, como em mais 24 unidades novas para atendimento dos nossos clientes.

Estamos realmente fazendo o processo de expansão da rede, dadas essas novas tecnologias que foram possíveis de serem aproveitadas e incluídas nos nossos processos. E essas tecnologias de que nós estamos falando justamente viabilizaram o acesso aos pequenos, então hoje as nossas principais operações digitais são todas do Pronaf ou do Microcrédito Produtivo Orientado, do FNO, inclusive com a fonte de recursos do FNO.

Nós já temos operações contratadas no formato digital com recursos do FNO para atender os pequenos, então realmente nós estamos colocando um pouco de todos os nossos esforços para garantir que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pequeno acesse com maior celeridade e maior facilidade, menor custo, o acesso aos créditos, mas, ainda, os desafios – como foi também posto pelo Senador – persistem. Nós precisamos, realmente, de uma ação orquestrada, conjunta, de solução na questão fundiária. Nós não precisamos ter exatamente o título definitivo para acessar o crédito do Pronaf; se nós tivermos a segurança de que aquela ocupação é regular – seja por autorização de uso, seja por tempo de ocupação – por qualquer outro instrumento que dê essa condição, esse conforto jurídico, para quem opera um recurso controlado colocar esse recurso lá naquele local, naquela propriedade... Nós temos uma série de mecanismos que permitem fazer isso. Às vezes, não é nem bem a garantia em si, mas é realmente a condição de exploração daquele território, daquele pedaço, daquela fração de terra.

Então, a questão fundiária pode ser resolvida não necessariamente com título, mas com algumas autorizações de ocupação. E também a questão do licenciamento, um licenciamento prudente, obviamente responsável, mas que tem que ser um pouco mais simples, obviamente, dada a simplicidade que se tem geralmente nos créditos de pequena monta. Às vezes, eles são equivalentes, o que se exige de um grande também se exige para um pequeno, mas esse pequeno, justamente, não tem essa condição de apresentar a documentação que a própria legislação exige para ele acessar o crédito. Então, realmente é um ponto a ser discutido.

Nós estamos dispostos, obviamente, a colocarmos toda a nossa experiência, o nosso convívio operacional, para ajudarmos a construir um processo mais... (*Falha no áudio.*) ... para a entrega, obviamente, do crédito para esses produtores.

Nós atuamos com uma densidade demográfica bastante pequena comparada a níveis nacionais. Se formos ranquear hoje, com base em dados do IBGE, os municípios por densidade demográfica, o Norte tem uma média de 4 habitantes por quilômetro quadrado, se você pegar a Roraima ele vai ter 1,7 habitantes por quilômetro quadrado.

O nosso estado mais populoso, em termos de densidade demográfica, tratado com esse índice especificamente, chega a 7,8. Então, a distância entre os empreendimentos é muito grande, o custo Amazônia é muito alto. Mas nós estamos com várias iniciativas, como já disse, que viabilizaram esse acesso a esses produtores.

Eu tenho certeza de que com essas ações que nós já colocamos, mais essas próximas que nós iremos orquestrar com todos os agentes de desenvolvimento aqui da Região Norte, nós aumentaremos muito o acesso às linhas de financiamento do FNO.

Para concluir, sobre novas fontes de financiamento, dados os resultados que o banco vem apresentando, as melhorias operacionais, já estamos em tratativas, tanto com o BID quanto com o Banco Mundial e outras fontes que já procuraram o banco manifestando interesse, dada a nossa *expertise* de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação na Região Amazônica, justamente trazendo mais opções de financiamento para os pequenos produtores.

Então, estamos alinhados, estamos também animados e ansiosos para que esses recursos, esses processos, sejam materializados, para que essas novas fontes sejam colocadas no nosso orçamento, para que nós também coloquemos isso nas mãos dos nossos pequenos produtores e, obviamente, potencializaríamos bastante, de maneira significativa, o desenvolvimento da Amazônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Agradeço ao representante do Banco da Amazônia.

Passo a palavra ao Sr. José Aldemir Freire, Diretor do Banco do Nordeste. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desculpem-me, deu um pequeno problema aqui no meu áudio. Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estamos ouvindo sim.

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (*Por videoconferência*.) – Eu acho que...

Primeiro quero dar-lhe parabéns, Senador, pela organização desse evento.

Eu acredito que há uma grande convergência neste momento, porque a primeira convergência é que a gente precisa caminhar para o maior nível de diálogo, que é entre o Governo Federal – através do Ministério da Integração – as agências de desenvolvimento, o Consórcio Nordeste, as instituições financeiras locais, as organizações da sociedade civil, as organizações e os setores produtivos da Região Nordeste, para que a gente tenha uma ação conjunta e potencialize as nossas ações.

Mais do que disputa e concorrência entre a gente, acho que a grande convergência aqui é fazermos a unificação de sócios, e o Banco do Nordeste está nesse sentido disposto a estreitar as nossas relações com o Governo Federal, com as entidades produtivas, com a Sudene, a alinhar as nossas ações, a ampliar os fundos de investimento, a fazer com que o investimento chegue a mais espaços, a fazer com que o investimento chegue a quem mais precisa, e também no sentido da diversificação produtiva, do encadeamento das cadeias produtivas locais, da inovação tecnológica, das carências de infraestrutura. Eu acho que nós estamos no bom caminho e o momento é adequado para a gente fazer essa grande concertação não só do Nordeste, mas das regiões subdesenvolvidas deste país, para que a gente consiga dar um salto de qualidade no desenvolvimento.

Parabéns pela organização do evento e parabéns aos demais participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado ao representante do Banco do Nordeste. Passo a palavra para a Tânia Bacelar.

A SRA. TÂNIA BACELAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu ia rapidamente me referir a uma das perguntas em que a pessoa propõe preservar a cultura brasileira. E eu acho que, dentro desse tema de desenvolvimento regional, é muito mais do que preservar, é preservar e patrocinar a cultura no modelo da economia criativa, na promoção da economia criativa, porque ela é um dos segmentos mais interessantes do nosso país.

O Brasil é referência mundial na produção cultural. Esse potencial dialoga com a diversidade das regiões. Essa maravilhosa diversidade geográfica, cultural, produtiva do Brasil se transfere para a produção da economia criativa. Ela cria muito emprego e ela é uma das nossas riquezas. Portanto, ela deveria fazer parte, com muito destaque, de planos de desenvolvimento regional. Um sinal positivo é que os pontos de cultura estão sendo retomados e eles são muito importantes na promoção da economia criativa.

Acho que as demais perguntas foram respondidas. Só me resta agradecer a honra de ter podido participar do diálogo desta manhã. Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Tânia, pela contribuição.

Passo a palavra para o Prof. Francisco Costa, da UFPA.

O SR. FRANCISCO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu sublinharia um aspecto central da minha contribuição associando à fala do Prof. Marcelo.

O que eu procurei indicar como essencial, nesse processo de reconstrução de estado, etc., seria de fato a retomada de uma capacidade de planejar perdida, em geral, no país, mas fundamentalmente perdida em relação à Amazônia, trazendo com isso um resultado extraordinariamente importante, dado que a região tem especificidades muito próprias, tem características muito centrais em todas as esferas que requerem conhecimento para valer. E aí conhecimento, como insumo central para um bom planejamento, é aquele que, de fato, pode ser capaz de abrigar os grandes desafios do momento. No que se refere à região, na reorientação do modelo de desenvolvimento, implica tratar, na verdade, novos sujeitos, ou seja, novas condições sociais e enfatizar o pequeno, mencionado em diferentes momentos, o que quer dizer colocar...

A economia referida ao bioma, seja o bioma como objeto, dados, seja como formas reconstitutivas, através de sistemas agroflorestais, etc., é uma economia conduzida por camponeses fundamentalmente. E dado que, nessa base social, há dificuldade, digamos assim, de ser assimilada institucionalmente no país, desde sempre, o fortalecimento dela requer ajustamento dessas ordens, que pressupõem novamente conhecimento. O conhecimento que permitiria introduzir uma visão sistêmica, como mencionava o Senador, felizmente, é elemento-chave dessa dinâmica, que tem estado fora do planejamento, como se fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa apenas a ser tratada em perspectiva legal, como, por exemplo, a dinâmica fundiária. Quer dizer: se você não coloca essa variável no centro até da operação dessa dinâmica, você não vê muita coisa dela, não vê vários aspectos centrais.

O conhecimento permitiria trazer aí – usando a pergunta feita em relação à cultura como algo importante – a economia criativa, que aí, no caso do turismo, é a referência principal da pergunta, mas na Amazônia há uma diversidade cultural central, enorme, gigantesca, com possibilidades reais, quer dizer, com economias locais fundadas em torno delas e que são de enorme importância para um planejamento também regional com o atributo de sustentabilidade, que se exige para, enfim, o futuro.

No mais, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar neste fórum tão importante e me coloco à disposição para, enfim, outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Agradeço ao Prof. Francisco Costa, da Universidade Federal do Pará, assim como agradeço a todos que vieram aqui participar.

O Danilo teve uma questão, saiu, não está mais, acho que não aparece mais.

Agradeço a todos, mas, antes de finalizarmos este trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Randolfe Rodrigues, Fernando Farias, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Otto Alencar, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Zequinha Marinho e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Beto Faro, Jorge Seif e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 262, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 690, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão do Selo Estabelecimento Sustentável." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1077, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de Processo Produtivo Básico (PPB)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6046, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1199, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Transfere para o domínio do Estado de Tocantins as terras pertencentes à União nele localizadas." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com as 4(quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2492, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei nº 2.492, de 2019, com as 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 14, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Pública para instrução do PL 3481/2019, que "Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa”." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a ferrovia Ferrogrão." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 17, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os Acordos, dificuldades e encaminhamentos dos Diálogos Amazônicos da Cúpula da Amazônia." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 18, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater as "Estratégias de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste". Propõe para a audiência a presença do Senhor Mangabeira Unger, Professor da Universidade de Harvard." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de agosto de 2023.

Eu vou pedir aqui inversão de pauta para colocar em votação o item 10 da pauta, requerimento de minha autoria.

Se todos estiverem de acordo, nós vamos, então, ao item 10. (*Pausa.*)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater as "Estratégias de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste". Propõe para a audiência a presença do Senhor Mangabeira Unger, Professor da Universidade de Harvard.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Concedo a palavra...

Bom, esse requerimento foi por sugestão do Senador Confúcio Moura, que quer fazer essa audiência conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para ouvir esse nobre brasileiro que tanto tem se destacado nas propostas de desenvolvimento do nosso país, professor de Harvard superconceituado nacional e internacionalmente.

O requerimento está em discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, o nobre Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para fazer uma consideração.

Mesmo que não tenhamos a presença do Mangabeira – mas eu tenho certeza que virá –, que é muito inteligente e tem uma visão extraordinária, as duas Comissões, juntas, fazerem algum debate regionalizado sobre a questão da infraestrutura para o desenvolvimento regional já será um grande evento, um grande acontecimento.

Então, saudação aí pela iniciativa, e eu tenho certeza de que faremos um bom debate. E certamente vamos subsidiar o Governo nas suas decisões e encaminhamentos, para que a coisa melhore e a gente veja esse tão sonhado desenvolvimento regional acontecer na vida real.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ótimo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Mais uma vez pela ordem, Presidente.

Eu também solicito inversão de pauta do item 8.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Todos estando de acordo... (*Pausa.*)

Então, vamos fazer a inversão de pauta e vamos ao item 8...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... requerimento do Senador Zequinha Marinho.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a ferrovia Ferrogrão.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo ao Senador a palavra, para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a ferrovia conhecida como Ferrogrão, futura Ferrogrão.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Guilherme Quintella, CEO da Estação da Luz Participações (EDLP); o Sr. Flávio Acatauassú, Presidente da Associação dos Terminais Portuários da Bacia Amazônica (Amport); a Sra. Gleize Gealh, Diretora Geral do Norte da Hidrovias do Brasil; representante do Ministério dos Transportes, assim como também o Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Eu quero comunicar a esta Comissão que o novo Ministro do Turismo, Celso Sabino, espontaneamente se prontificou a vir à nossa Comissão para apresentar seu plano de desenvolvimento do turismo dos próximos dois anos. E nós, imediatamente, marcamos para a próxima semana e esperamos contar com o apoio de todos.

Eu vou pessoalmente convidar cada um dos participantes desta Comissão, por achar que será um evento muito importante e também para prestigiar o nosso novo Ministro, o nosso colega lá da Câmara dos Deputados, que tem se destacado, feito um bom trabalho como Parlamentar, e nós temos muita esperança de que ele fará um bom trabalho à frente desta pasta tão importante para o desenvolvimento do país.

Injustificado o nível de turistas que nós temos que visitam aqui o Brasil, sendo irrisória a quantidade, e isso não se justifica. Evidentemente que o país precisa focar nessa área tão importante para o emprego, para a melhora da renda e para o bem-estar das pessoas.

E nada mais havendo a tratar...

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 42 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3481, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com as 6 (seis) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com as emendas de 01 a 06 - CDR. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3144, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a região turística Vale do Panema como Área Especial de Interesse Turístico, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1869, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Aprovado o Req 26/2023. Fica sobrestado o PL 1869/2022 até a realização de Audiência Pública. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2592, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4622, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas e perfumes no regime fiscal aplicado à entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 26, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater o Projeto de Lei nº 1.869, de 2022, que altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **Observação:** Fica sobrestado o PL 1869/2022 (Item 3) até a realização de Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Senador Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de dezembro de 2023.

Comunicado.

Comunico que, no dia 15/12/2023, nesta sexta-feira, às 9h, realizaremos um encontro regional para debater a ferrovia Ferrogrão, no Município de Novo Progresso, Pará, em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2023-CDR, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

A ferrovia em questão teve sua construção suspensa pela ADI 6.553, do STF.

Fica aí o comunicado para quem da Comissão puder comparecer. Seria muito importante prestigiar o nosso colega Senador Zequinha Marinho, debatendo um tema de alta relevância para o desenvolvimento da Região Norte e do país como um todo.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3481, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação com as 6 (seis) emendas que apresenta.

Observações:

- Matéria constante na Pauta da 9ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

A autoria é do Senador Jader Barbalho, e a relatoria é do Senador Beto Faro, ambos representantes do glorioso Estado do Pará.

Concedo a palavra ao nobre Senador Beto Faro, para a leitura do seu relatório.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Senador Marcelo Castro, Presidente, o relatório já foi divulgado, ampliado. Este é um debate já há algum tempo na Casa. É um projeto de iniciativa do Senador Jader Barbalho. Nós fizemos, inclusive, uma audiência pública, que, a meu pedido, V. Exa. presidiu – e quero lhe agradecer por esse fato e pelo debate que nós promovemos. Como já foi amplo, vou partir da análise do projeto, pedindo permissão para ler a partir da análise.

Conforme o inciso I do art. 104-A do Regimento Interno, cabe à CDR analisar proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos estados e dos municípios. Nesta análise, o foco recai sobre o mérito da matéria. A análise de constitucionalidade e juridicidade será feita pela CAE, à qual cabe a decisão terminativa.

Lançado em 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel, a renda familiar e o valor da unidade habitacional. Trata-se, assim, de um programa cujo objetivo principal é reduzir o enorme déficit habitacional brasileiro. Contudo, como a construção civil é um segmento intensivo em mão de obra, o programa contribui também, de forma significativa, para geração de emprego e renda. Entre maio de 2009 e dezembro de 2018, foram cerca de 5,6 milhões de unidades habitacionais contratadas e 4,1 milhões entregues.

Contudo, há limitações às ações do programa nas chamadas comunidades ribeirinhas, que, principalmente na Amazônia Legal, vivem em casas sobre palafitas. Trata-se de um extrato populacional que merece a atenção do poder público, uma vez que, de modo geral, é formado por famílias com menores níveis de renda e sujeitas a diversos problemas ambientais.

As casas de palafita são normalmente feitas de madeira e posicionadas alguns metros acima do nível dos rios, para evitar que sejam invadidas pelas águas durante as enchentes. Muitas dessas casas são construídas precariamente pelos próprios moradores, prática, inclusive, incentivada pelo programa. Com efeito, entre as diretrizes do programa, estabelecidas pelo art. 3º da Lei nº 14.620,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2023, está o "incentivo à gestão, à construção e à reforma de unidades habitacionais pelas próprias famílias beneficiárias, quando organizadas por meio de associações e cooperativas habitacionais, garantida a assistência técnica gratuita". Há aqui, portanto, um amplo espaço para a atuação do programa.

Na audiência pública para instruir a matéria, realizada na CDR em 17 de outubro de 2023, manifestaram-se representantes de diversos órgãos e entidades federais e estaduais. A inexistência de óbices legais à inclusão da construção de moradias sobre palafitas em projetos no âmbito do programa nacional foi amplamente reconhecida pelos participantes.

Entretanto, entendemos que não está suficientemente clara na legislação a necessidade de atendimento da demanda habitacional das comunidades ribeirinhas que vivem em áreas alagadiças. O resultado disso é que, na prática, as famílias que vivem sobre palafitas estão excluídas do programa, pelo menos em projetos que busquem a fixação dessas comunidades nos locais de moradia atuais.

Além disso, a Lei nº 14.620, de 2023, embora não tenha revogado a Lei nº 11.977, de 2009, restringiu seu âmbito de aplicação. Novos projetos seguirão, necessariamente, o disposto na nova legislação do programa. É preciso atualizar o PL 3.481, de 2019, para que a construção de moradias sobre palafitas seja contemplada nos novos projetos habitacionais no âmbito do programa.

O art. 4º do PL 3.481, de 2019, merece análise mais detalhada.

A especificação precisa de materiais a serem utilizados na construção de palafitas traz consigo o risco de, com a contínua evolução tecnológica de materiais e técnicas construtivas, tornar a lei rapidamente obsoleta. Entendemos que a fórmula do inciso XI do art. 3º da Lei 14.620, de 2023, é suficiente. Esse dispositivo prevê a "utilização de sistemas operacionais, soluções de projeto, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia".

O art. 4º do projeto prevê ainda a inclusão de microssistemas de tratamento de esgoto sanitário e água. Essa previsão se mostra contemplada pela leitura conjunta dos incisos XI, já referenciado, e IV do art. 3º da Lei 14.620, de 2023, que determina "a promoção do planejamento integrado com as políticas [...] de infraestrutura, de saneamento [...] e de forma transversal com as políticas ambiental e climática, de desenvolvimento econômico e social e de segurança pública, entre outras, com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o art. 4º do projeto demonstra preocupação com o fornecimento de infraestrutura de comunicações. Consideramos que essa preocupação está contemplada pelo inciso XV do art. 3º da Lei nº 14.620, de 2023, que prevê a "redução das desigualdades sociais, regionais, culturais e informacionais do País, inclusive por meio da instalação de infraestrutura de acesso a serviços de telecomunicações que permita o provimento de conexão à internet e a distribuição de conteúdo audiovisual".

Ainda assim, optamos por manter as alterações na Lei 11.977, de 2009, que tratam dos Programas Nacionais de Habitação Urbana (PNHU) e Rural (PNHR), considerando que a Lei 14.620, de 2023, não trata diretamente desses temas.

Além disso, é preciso compatibilizar o disposto nos incisos I e V do parágrafo único do art. 3º da Lei 6.766, de 1979, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, que veda o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, em terrenos alagadiços e em áreas de preservação ecológica, com a realidade social, cultural e econômica das populações ribeirinhas, que têm seus saberes e fazeres atrelados ao seu modo de vida em palafitas.

As adequações que consideramos necessárias são feitas por meio das emendas apresentadas a seguir. É bom ressaltar que essas emendas, inclusive, se adequam à nova legislação do Minha Casa, Minha Vida.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 3.481, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDR
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.481, de 2019, a seguinte redação:
Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano, e as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que tratam do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para disciplinar a construção de moradias sobre palafitas para as comunidades tradicionais ribeirinhas.

EMENDA Nº - CDR
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.481, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano, e as Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que tratam do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para disciplinar a construção de moradias sobre palafitas para as comunidades tradicionais ribeirinhas.

EMENDA Nº - CDR

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.481, de 2019, a seguinte redação:

Art. 2º A Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

X – comunidades tradicionais ribeirinhas, em especial as famílias que moram sobre palafitas.

.....

§3º Para os fins desta Lei, entende-se por palafita o sistema construtivo utilizado em edificações localizadas em regiões alagadiças cuja função é evitar que as casas sejam inundadas ou arrastadas pela correnteza dos rios." (NR)

EMENDA Nº - CDR

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.481, de 2019, a seguinte redação:

Art. 3º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o saneamento da área e respeitados os aspectos sociais, culturais e econômicos das comunidades tradicionais ribeirinhas;

.....

V – em áreas de preservação ecológica, respeitados os aspectos sociais, culturais e econômicos das comunidades tradicionais ribeirinhas, ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção." (NR)

EMENDA Nº - CDR

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 3.481, de 2019, a seguinte redação:

Art. 4º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 5º-A.....

.....

V – adequação do projeto aos aspectos sociais, culturais e econômicos das comunidades tradicionais ribeirinhas, inclusive mediante a instalação de sistemas adequados de saneamento básico, de geração descentralizada de energia e de comunicações nas moradias sobre palafitas." (NR)

"Art. 11. O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares, trabalhadores rurais e ribeirinhos, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, desde 14 de abril de 2009." (NR)

EMENDA Nº - CDR

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei nº 3.481, de 2019, renumerando-se o art. 6º como art. 5º.

Sala de Comissões.

Nós somos pela aprovação com essas alterações, que adequam, inclusive, o projeto à nova lei do Minha Casa, Minha Vida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao nobre Senador Beto Faro, a matéria vai à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto-a à votação simbólica.

A Sra. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6, da CDR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 2 da pauta, não terminativo...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Sobre o item 2, Presidente, deixe-me fazer uma consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu estou aqui com um requerimento de audiência pública, em que a Frente Parlamentar da Agropecuária... Não, é o item 3. Pulou do 1 para o 3, foi? (*Pausa.*)

Desculpe aqui. Não é o item 2, mas o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tudo bem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos para o item 3, que é para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

A Frente Parlamentar da Agropecuária não tem clareza sobre isso. Eu gostaria de entrar com um requerimento, pedindo a V. Exa. a permissão, para a gente aprovar, a fim de que fizéssemos uma audiência pública para botar isso de forma bem clara, bem tranquila para todo mundo. Se V. Exa. me permitir, eu já leio o requerimento agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Permito, sim, Senador Zequinha Marinho.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 26, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater o Projeto de Lei nº 1.869, de 2022, que altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL nº 1869, de 2022, que "altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O Projeto de Lei nº 1.869, de 2022, que propõe alterações em diversas leis relacionadas aos cinturões verdes, emerge como uma iniciativa complexa e abrangente, com implicações significativas para o ordenamento jurídico vigente. Diante dessa complexidade e da relevância das mudanças propostas, defende-se a necessidade da realização dessa audiência pública como um instrumento essencial para fomentar o debate e enriquecer o processo legislativo.

Em primeiro lugar, ressalta-se que o PL 1.869, de 2022, busca alterar leis cruciais, incluindo o Estatuto da Cidade, a lei de mudança climática, o Código Florestal e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. A amplitude dessas mudanças requer uma análise aprofundada de especialistas e representantes setoriais, que podem oferecer perspectivas valiosas sobre as implicações nas diferentes esferas. A participação ativa nesse tipo de debate, que é tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevante, é fundamental para garantir uma visão abrangente dos impactos e benefícios dos cinturões verdes.

Além disso, o PL 1.869, de 2022, propõe a integração dos cinturões verdes nas políticas de mudança do clima e expansão urbana. A audiência pública possibilitará uma avaliação mais detalhada sobre como essas propostas se alinham com as metas climáticas nacionais e como podem influenciar o desenvolvimento urbano sustentável.

Eram essas a nossa justificativa e as nossas considerações, Presidente, solicitando aqui a aquiescência dos colegas na aprovação do requerimento, para que a gente possa fazer essa boa audiência pública e esclarecer exatamente a amplitude das mudanças provocadas por esse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com os esclarecimentos do Senador Zequinha Marinho, eu quero mostrar aos membros da Comissão que o item 3 da pauta seria o projeto de lei não terminativo de relatoria da Senadora Teresa Leitão, que altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades com o objetivo...

Esse projeto seria votado hoje, mas o Senador Zequinha Marinho apresenta o requerimento pedindo uma audiência pública antes de votar o projeto. Então, se nós aprovarmos o requerimento do Senador Zequinha Marinho, fica suspensa a votação do item 3, que só voltará à pauta após a realização da audiência pública.

Submeto à votação o requerimento de autoria do Senador Zequinha Marinho.

A votação é simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

E o item 3 está retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1869, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA e Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.)

Voltemos, então, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3144, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a região turística Vale do Panema como Área Especial de Interesse Turístico, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.*

A autoria é do Deputado Marcos Pereira, Republicanos, São Paulo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mecias de Jesus, para a leitura do seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, cumprimento V. Exa. e os demais colegas Senadores e Senadoras da Comissão.

Sr. Presidente, vou direto ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei nº 3.144, de 2021, do eminente Deputado Federal Marcos Pereira, que institui a região turística Vale do Panema, nos termos que especifica, como área especial de interesse turístico.

A proposição está organizada em quatro artigos.

O primeiro traz o objeto da proposição: instituir, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, a região turística Vale do Panema, que compreende o reservatório da Usina Hidrelétrica de Jurumirim e seu entorno, no Estado de São Paulo, como área especial de interesse turístico.

O art. 2º detalha os municípios abrangidos pela área: Piraju, Cerqueira César, Arandu, Tejupá, Avaré, Paranapanema, Itaí, Taquarituba, Itatinga e Angatuba, todos no Estado de São Paulo.

O art. 3º denomina a nova área de "Vale do Panema".

E o art. 4º determina a vigência a partir da publicação da lei.

O autor, em sua justificação, argumenta que o turismo, especialmente náutico e pesqueiro, é uma das principais atividades econômicas da região. Dessa forma, o reservatório da Usina Hidrelétrica de Jurumirim e seu entorno cumpririam as condições para serem considerados uma área especial de interesse turístico.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, conforme o art. 104-A, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), opinar sobre "proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo". Como o projeto foi distribuído apenas a esta Comissão, analisaremos, brevemente, também seus aspectos constitucionais.

No tocante a esses aspectos, não vemos óbices à aprovação do projeto. Em termos formais, o PL preenche os requisitos exigidos pela Constituição: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa e materializa-se na espécie adequada de lei. Ele está de acordo, portanto, com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61). Além disso, o projeto versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal (art. 24, VII).

Do ponto de vista material, não observamos igualmente qualquer inconstitucionalidade. O projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior, particularmente com o disposto no art. 180, que estabelece o dever de União, estados, Distrito Federal e municípios de promoverem e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Ademais, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e de regimentalidade.

Quanto ao mérito, não há dúvidas de que a proposição merece prosperar.

Conforme o art. 3º da Lei 6.513, de 1977, as áreas especiais de interesse turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico. Como bem destaca o autor da proposição, a região do Vale do Panema, com seus diversos atrativos, como a Praia dos Holandeses, a Praia Branca e a Enseada Azul, cumpre todos os requisitos para ser considerada uma área especial de interesse turístico. O PL 3.144, de 2021, encontra-se, portanto, em plena harmonia com o espírito da Lei 6.513, de 1977.

Note-se que a inclusão do Vale do Panema como área especial de interesse turístico não é inócua ou meramente simbólica. Como previsto no art. 11 da Lei 6.513, de 1977, tais áreas devem ser objeto de planos e programas destinados a promover o desenvolvimento turístico, assegurar a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural, estabelecer normas de uso e ocupação do solo e orientar a alocação de recursos e incentivos necessários a atender aos objetivos e diretrizes da mencionada lei. O Projeto de Lei 3.144, de 2021, de autoria do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Pereira, constitui, portanto, instrumento fundamental para promover a região do entorno da Usina Hidrelétrica de Jurumirim, preservando e estimulando sua vocação turística.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.144, de 2021.

São o relatório, o parecer, e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação simbólica.

As Sras. e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

O relatório, então, passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Nós tínhamos o item 3, que saiu da pauta.

O item 4 o Relator pediu para retirar.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2592, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Efraim Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

- Após deliberação na CDR a matéria, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.)

O item 5 também o Relator Mecias de Jesus...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fui vencido aqui pelo autor do projeto e eu não vou pedir a retirada do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, cancela-se a retirada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu retiro a retirada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4622, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas e perfumes no regime fiscal aplicado à entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB.

Autoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao nobre Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, com grande alegria e satisfação, passo a relatar o projeto do nosso colega eminente Senador Hiran Gonçalves. É um projeto que, sem dúvida nenhuma, é importante para a economia do Estado de Roraima, em especial as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e de Boa Vista.

Passo ao relatório.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei 4.622, de 2023, de autoria do eminente Senador Dr. Hiran, que altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas e perfumes no regime fiscal aplicado à entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e de Bonfim (ALCB).

A proposição é formada por três artigos. O art. 1º do Projeto de Lei 4.622, de 2023, indica o objeto da lei e seu âmbito de aplicação. O art. 2º altera o §2º do art. 4º da Lei 8.256, de 1991, para, na prática, estender o regime fiscal aplicado à entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Boa Vista e na Área de Livre Comércio de Bonfim a automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas e perfumes. O art. 3º contém a cláusula de vigência, que se dará a partir da data da publicação da lei resultante.

Na justificação, o Senador Dr. Hiran registra que:

> O art. 4º da Lei nº 8.256, de 1991, estabelece, para a entrada de mercadorias estrangeiras na ALCBV e na ALCB, a suspensão do imposto de importação e do IPI e sua conversão em isenção quando essas mercadorias forem destinadas a um amplo conjunto de atividades nessas áreas. Porém, o §2º do art. 4º exclui desse regime fiscal as seguintes mercadorias: armas e munições de qualquer natureza; automóveis de passageiros; bebidas alcoólicas; perfumes; e fumos e seus derivados. Isso quer dizer que essas mercadorias não gozam da suspensão ou da isenção do imposto de importação ou do IPI previstas no *caput* do art. 4º.

Argumenta-se que o comércio de bebidas, de perfumes e de automóveis pode ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda nas áreas de livre comércio de Roraima, especialmente tendo em vista a distância que o separa do centro econômico do país e sua relativa proximidade da Venezuela e da Guiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Na CDR, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Da análise.

O art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional opinar sobre matérias pertinentes a "proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios". Além disso, nos termos do inciso III do art. 104-A do Regimento Interno, compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

O foco da presente análise recai sobre o mérito do PL 4.622, de 2023, uma vez que aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa serão objeto de avaliação pela CAE, à qual cabe a decisão terminativa sobre a proposição.

No que diz respeito ao mérito, são plausíveis e meritórios os argumentos do eminente Senador Dr. Hiran, autor do Projeto de Lei 4.622, de 2023. De fato, a lógica inerente às áreas de livre comércio criadas no Brasil é promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, por meio da concessão de incentivos fiscais. No caso da Área de Livre Comércio de Boa Vista e da Área de Livre Comércio de Bonfim, o foco é promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte do estado e incrementar as relações bilaterais com a Venezuela e com a Guiana.

A extensão do regime fiscal aplicado à entrada de mercadorias estrangeiras nas áreas de livre comércio citadas aos automóveis de passageiros, às bebidas alcoólicas e aos perfumes ampliará as oportunidades de geração de emprego e renda em Roraima e contribuirá para a preservação da Floresta Amazônica.

Note-se ainda que a alteração proposta beneficia também a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), à qual se aplica, nos termos do art. 11 da Lei 8.387, de 1991, o disposto na Lei 8.256, de 1991, isto é, na lei que regulamenta as áreas de livre comércio de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, convém ressaltar que o PL 4.622, de 2023, tramitará na CAE não somente pela convergência temática, mas também por se tratar da Comissão à qual cabe a decisão terminativa sobre a matéria.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.622, de 2023, de autoria do meu colega Senador Hiran Gonçalves, a quem parabenizo e cumprimento pela ideia que certamente irá gerar renda, melhorar as oportunidades de emprego e certamente a qualidade de vida do povo roraimense.

São o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer apresentado pelo nobre Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente, querido amigo Senador Marcelo Castro, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem, meu querido amigo e Relator da matéria, Senador Mecias de Jesus, quero primeiro agradecer a V. Exa., Presidente, pela rapidez com que pautou este projeto tão importante lá para aquela nossa região tão distante do nosso país e que requer de nós um cuidado diferenciado.

Presidente, senhoras e senhores, quero também agradecer ao meu querido colega Senador Mecias de Jesus, que é um homem, pela sua história, que eu conheço há 40 anos e posso aqui testemunhar, de compromisso inabalável com o bem-estar das pessoas do meu estado. Parabéns, Mecias, pelo seu relatório!

Você conhece muito bem, nós sabemos que temos áreas de tributação diferenciada tanto do lado da Venezuela quanto do lado da Guiana.

E eu vou dar um exemplo muito prático aqui, Presidente. As pessoas vão à Área de Livre Comércio de Bonfim, que fica do outro lado do rio, compram uma série de produtos, de mercadorias, mas, quando querem comprar um perfume, ou elas vão atravessar o rio para comprar na Guiana ou elas vão para Manaus comprar o perfume lá em Manaus, na Zona Franca de Manaus. E há outros produtos também.

Em relação aos automóveis... Nós temos ali, Presidente, a Guiana, que é o país que mais cresce no mundo hoje. A Guiana está asfaltando uma estrada que vem de Georgetown, de Linden, no porto, até a fronteira. Nós já temos, mesmo numa estrada que não é asfaltada, um trânsito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande de pessoas. E os nossos motoristas que fazem transporte coletivo até Bonfim, em vez de irem até a Guiana, não passam... Por quê? Porque tem muitas vans de transporte público lá do outro lado que são compradas mais baratas, aí as pessoas atravessam e utilizam transporte, para Georgetown e outras áreas de mineração dentro da Guiana, com os motoristas guianenses. Tendo preços mais competitivos de automóveis de transporte, nós vamos competir com esse segmento que está do outro lado do rio e vamos, obviamente, gerar emprego, renda, bem-estar para aqueles incontáveis motoristas que fazem transporte diário de Boa Vista até Bonfim.

Eu quero aqui salientar – este é o nosso compromisso – que Bonfim é um município que é administrado por um Prefeito que trabalha muito, o Prefeito Joner, que é nosso parceiro. Nós temos também em Pacaraima o nosso Prefeito Juliano, que também foi vítima dessa imigração desenfreada, Presidente. Semana passada, estive lá em Pacaraima. Nós continuamos recebendo cerca de 600 – gravem bem: 600 – venezuelanos por dia na Operação Acolhida, Presidente. Então, nós precisamos criar marcos legislativos que privilegiem essas áreas para poder garantir mais emprego, renda e bem-estar para os nossos nacionais.

Eu quero agradecer a V. Exa. e a todos os Senadores e Senadoras que participam, aqui presentes ou remotamente, da aprovação deste projeto.

Eu quero também ressaltar o compromisso, a competência e a nossa parceria, Mecias. Muito obrigado, meu querido amigo. Vamos em frente, para o bem do nosso Estado de Roraima.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo do mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senhoras e senhores membros da Comissão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, esta é a nossa última reunião do ano. E eu vou fazer aqui um breve histórico daquilo que nós fizemos durante o ano inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começaria dizendo que a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional vem, ao longo dos últimos anos, adquirindo uma maior relevância, porque nós temos hoje três ministérios correlacionados aqui à nossa Comissão: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério das Cidades e Ministério do Turismo. São três áreas muito importantes, que têm muita capilaridade e atingem todos os estados e todos os municípios do Brasil, com obras muito relevantes, desde calçamento, asfalto, bueiro, ponte, drenagem, poços tubulares, estradas pavimentadas, estradas de piçarra, adutoras, sistema de abastecimento d'água, infraestruturas turísticas das mais variadas. Então, é uma Comissão que tem correlatos, como eu disse, três ministérios de grande alcance na infraestrutura do país em todas as áreas.

E todos os projetos de lei e requerimentos que chegaram à Comissão durante este ano – todos – foram pautados. Então, eu poderia dizer hoje que nós estaríamos zerando aqui a pauta, se não fossem alguns que os Relatores pediram para retirar. Então, não estamos deixando nada para o próximo ano. Nós pautamos tudo que chegou aqui este ano.

Ao longo do ano, foram realizadas mais de 20 reuniões. Tivemos aqui a presença de oito ministros de Estado, destacando a Ministra do Planejamento, Simone Tebet; o Ministro da Integração, Waldez Góes; o Ministro das Cidades, Jader Filho. Foram realizadas sete audiências públicas conjuntas com a Comissão de Infraestrutura (CI), presidida pelo nobre Senador Confúcio Moura. Um dos convidados foi o Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que tratou sobre o plano de atuação da empresa e a estruturação da política de preços e abastecimento de petróleo e combustíveis. A CDR, a nossa Comissão, também realizou audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente (CMA), presidida pela nobre Senadora Leila Barros.

Ao assumir o cargo, defendi – continuo defendendo – que a Comissão tem um papel relevante na diminuição das desigualdades regionais. O Brasil é um país continental, tem regiões de desenvolvimento desigual. Infelizmente, as Regiões Norte e Nordeste, principalmente, ficaram para trás, e nós temos que ter políticas públicas voltadas a essas duas regiões. Primeiramente, a gente incluía o Centro-Oeste também, mas o Centro-Oeste teve, felizmente, um impulso muito grande de desenvolvimento, e o grande problema hoje, do Brasil, do subdesenvolvimento, está concentrado nas duas regiões: Norte e Nordeste.

Aprovamos, este ano, aqui, na CDR, a criação do Calendário Turístico Oficial do país, cujo texto vai a Plenário, mas nós aprovamos aqui, na Comissão. O objetivo desse calendário é divulgar os eventos que acontecem anualmente no território nacional, a fim de promover o turismo e o desenvolvimento local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovamos também a prorrogação dos benefícios das áreas da Sudam e da Sudene. O projeto prorroga até 2028 os incentivos fiscais para as empresas na área de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). O projeto também altera os critérios para que os projetos possam ser beneficiados.

Aprovamos o PL 690, de 2019, que cria o Selo Estabelecimento Sustentável. O objetivo é atestar a sustentabilidade do processamento de alimentos em mercados, bares, restaurantes e estabelecimentos similares que adotarem medidas para reduzir o desperdício de alimentos.

Aprovamos o Projeto de Lei 2.875, de 2019, que incentiva a instalação de equipamentos voltados à acessibilidade em praias e parques, porque a gente sabe que pessoas que têm dificuldade de alguma deficiência, portadoras de alguma deficiência, têm dificuldade de acessar praias e parques – então, um lado humano aqui também da Comissão. O objetivo é garantir às pessoas idosas com dificuldade de mobilidade e às com deficiência o direito de participar das atividades esportivas e de lazer.

A nossa Comissão se notabilizou, senhoras e senhores, principalmente pelo volume de recursos que foram alocados este ano aqui na Comissão: nada mais, nada menos do que R$6 bilhões. Esses recursos foram todos distribuídos para praticamente todos os estados e praticamente todos os municípios do Brasil, como eu disse, com grande capilaridade, em pequenas obras que são significativas e importantes para quem mora lá nas localidades.

E também, aqui na CDR, nós cobramos melhorias na infraestrutura turística do nosso país. Não se justifica que um país de belezas tão grandes e diversificadas e de uma cultura tão rica como o Brasil tenha um turismo tão incipiente como nós temos ainda, e evidentemente a gente precisa se preocupar em melhorar a nossa infraestrutura turística.

E também aprovamos, inclusive hoje, a questão das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, também pegando palafitas. Esse não é um problema que diz respeito basicamente a muitas regiões do Brasil, mas principalmente às regiões onde chove muito, como no Pará. Aliás, o projeto é de autoria de um Senador paraense, e o Relator foi um Senador paraense também, mostrando que é uma necessidade, uma carência comum dessa região.

E aí, já encaminhando aqui para a finalização, não poderia encerrar o ano – porque aqui nós estamos encerrando a sessão e o ano conjuntamente – sem fazer aqui uma menção de gratidão pelo trabalho desenvolvido aqui pelos membros da Comissão. Em primeiro lugar, agradeço ao Marcus Guevara Sousa de Carvalho, que é o Secretário da nossa Comissão e que se houve sempre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito prontamente, com muita responsabilidade, dando conta de todas as tarefas e afazeres aqui da Comissão, que foi um ano muito rico e muito intenso. E evidentemente todos tivemos que trabalhar aqui de mãos dadas para dar conta dessa tarefa. Quero agradecer também ao Jazer Melo, que é o Secretário Adjunto, e à equipe técnica: à Daiane de Morais Soares, ao Gabriel Guimarães de Oliveira, à Luciana Ferreira Cardoso, à Rayanne Rossi Bougleux – eu acho que se pronuncia assim –, à Jéssica Vieira Barros e à Sophia Hernandes.

Aqui com os nossos agradecimentos à equipe aqui toda da Secretária de Desenvolvimento Regional, declaramos, então, encerrada a sessão de hoje e o ano legislativo.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Magno Malta e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 23/2023 - CDR, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), e PL 5187/2019, de autoria Senador Irajá (PSD/TO). **Finalidade:** Audiência Pública Interativa, com o objetivo de instruir o PL 5187/2019, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências". **Participantes:** Sr. Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR; Sr. Marcello Froldi Negro, Assessor Especial do Ministério da Fazenda; Sr. José Ricardo Sasseron, Vice-Presidente de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil - BB; Sr. Roberto Batista de Paula, Diretor de Crédito do Banco da Amazônia S.A. - BASA; e Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB. Fez uso da palavra o Sr. Marcelo Contreiras de Almeida Dourado, ex-Presidente e Superintendente da Sudeco. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa das leituras e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/09

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5.187, de 2019, da relatoria da Senadora Margareth Buzetti, que altera a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos fundos constitucionais de financiamento a instituições financeiras federais e dar outras providências, em atenção ao Requerimento 23, de 2023-CDR, de autoria dos Senadores Jaques Wagner e Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Eduardo Corrêa, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); o Sr. Marcello Froldi Negro, Assessor Especial do Ministério da Fazenda; o Sr. José Ricardo Sasseron, Vice-Presidente de Negócios, Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil; o Sr. Roberto Batista de Paula, Diretor de Crédito do Banco da Amazônia S.A. (Basa); e o Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis, como de praxe. Esta Presidência tem sido bastante tolerante para que a gente não perca em conteúdo.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Perguntas via e-Cidadania.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania, e já deixo aberto para que os expositores possam responder a eventuais questionamentos ou fazer comentários que julgarem necessários.

Então, as perguntas iniciais que foram feitas pelos internautas:

Entre eles, Severino, da Paraíba: "Esses repasses de recursos dos fundos constitucionais de financiamento chegam aos cofres públicos municipais de todo o país?".

Dorian, do Rio Grande do Sul: "Qual será o nível de transparência de gestão dos recursos públicos por bancos privados?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro, do Rio de Janeiro: "Como as alterações propostas no PL 5.187/2019 podem impactar a eficácia da política de assistência financeira?".

E Kiusley, de Santa Catarina: "Que tipos de medidas fiscais estão presentes para garantir o uso adequado do fundo?".

Sras. e Srs. Senadores, ilustríssimos senhores convidados, agradecemos a participação de todos, de V. Sas.

Aqui na Comissão, nós temos, por praxe, passar a Presidência àquele Senador que convocou a audiência pública. Sendo assim, eu convido o Senador Jaques Wagner para assumir a Presidência dos trabalhos, para darmos início à audiência pública.

Comunico que a Relatora desta matéria é a nobre Senadora Margareth Buzetti. Ela está avisada e já comunicou que está vindo aqui para o Plenário.

Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou convidar, então, os nossos convidados a fazerem uso da palavra.

Eu convido primeiro o Senhor Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para expor.) – Bom dia, Presidente.

Nas pessoas dos Senadores Jaques Wagner, que preside, e Senador Marcelo Castro, que preside também a CDR, gostaria de cumprimentar, em nome do Ministro Waldez, todos os Parlamentares desta Casa, agradecer novamente a disponibilidade de a gente trazer um tema tão relevante para a população, notadamente para as populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, que são as regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A gente buscou, Presidente, organizar as apresentações de forma a que cada banco pudesse também trazer um pouco das particularidades, perspectivas específicas de cada região, e a gente vai buscar trazer, então, uma visão mais ampla sobre o contexto e o PL especificamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, o que a gente traz para contextualizar é justamente o diagnóstico, ou seja, o que o PL traz de proposta, qual a preocupação do PL – e a preocupação, Senadores, de fato, se justifica porque há sempre, sim, espaço para a gente aprimorar os instrumentos de política regional. Então, o PL traz, por exemplo, uma preocupação com essa questão da capilaridade, ou seja, do alcance dos bancos, do alcance do financiamento lá na ponta, onde o cidadão precisa –; essa questão, então, do empoçamento, ou seja, uma discussão aí de que haveria, em tese, recursos que estariam ficando parados ao final de cada exercício dos bancos; e a questão da melhoria da eficiência.

E, durante as apresentações aqui, a gente vai trazer, com números, com dados – e ficamos à disposição, depois, para os desdobramentos, para que a gente possa agregar e aprofundar o tema com as respectivas assessorias –, que, na verdade, por mais que a gente tenha espaço, sim, para aprimorar os modelos, a solução de descentralizar, da forma como está sendo proposta, na verdade, cria um risco ainda maior para a gente concentrar os recursos dos fundos nas regiões de maior dinamismo, cria riscos para que a gente possa, na verdade, perder transparência, perder eficiência, aumentar os custos da operação e perder a aderência, a legitimidade de toda a governança que é trabalhada para a aplicação dos fundos constitucionais.

Então, a gente vai contextualizar um pouco. Essa apresentação fica com vocês.

A gente tem aqui os marcos legais. Mas, na história da construção dessa modelagem dos fundos constitucionais, o que a gente tem, na verdade, é uma construção de uma governança muito forte nos conselhos deliberativos, com a participação dos Governadores, de representantes dos municípios, de representantes de produtores, dos ministérios, e a ideia é que a gente possa, na verdade, fortalecer esses instrumentos.

Então, muitas vezes parece muito, quando a gente fala, Presidente, em 58 bilhões para os fundos constitucionais, mas quando a gente olha, por exemplo, o Norte e o Nordeste, particularmente, a gente vê que mais da metade da população continua abaixo da linha da pobreza, a gente tem regiões em que a participação populacional, por exemplo, no Nordeste chega próximo de 30%, e a gente ainda não tem 20% de participação no PIB. A gente, na Amazônia, tem aproximadamente 10% da população, mas não chegamos a 6% de participação no PIB, ou seja, são populações em muita vulnerabilidade, baixa cobertura de saneamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insegurança energética, deficiências logísticas, ou seja, do que a gente precisa, na verdade, é fortalecer esses instrumentos.

A ideia é que a gente possa trazer para esta Casa quais as alternativas para que a gente possa, inclusive, ampliar a capacidade dos bancos administradores de fazer parcerias, captar recursos externos, mas de fortalecer. E a ideia é que a gente possa, sim, trazer o mercado privado, ou seja, os bancos privados que ainda não estão na região, nessas regiões, que precisam efetivamente entrar, mas não com recursos dos fundos constitucionais, recursos que estão hoje no mercado e que, infelizmente, acabam ainda muito concentrados nas grandes economias, nas regiões de um grande dinamismo.

Então, a proposta que a gente fica à disposição para construir é justamente de que forma a gente pode, então, através dos fundos constitucionais, potencializar o trabalho que os bancos administradores fazem. E, eventualmente, essa proposta de descentralização, por vários motivos aqui, acaba, pelo que a gente traz aqui, por colocar em risco, colocar em xeque toda essa estrutura, para que a gente possa, sim, em conjunto com esta Casa, em conjunto com todos esses instrumentos democráticos, que a gente possa construir mecanismos para fortalecer esses fundos.

Então, um pouco das diretrizes, o marco legal, essa questão das prioridades. As prioridades já são os pequenos, os produtores, MEI, o microempresário. Hoje, dentro dos fundos constitucionais, a gente tem uma governança, um monitoramento e um controle do ministério, dos próprios órgãos de controle, da aplicação da programação financeira. Então, cada região, cada estado tem a prerrogativa de poder falar: "Olha, neste ano, o nosso foco é a agricultura familiar, neste ano o foco é a indústria, neste ano o foco é a bioeconomia". E cada um dos estados têm, inclusive, valores mínimos para serem aplicados, o que garante uma descentralização e um alcance muito amplo. Hoje, os bancos têm operações em todos os municípios. Eles vão mostrar um pouco mais, quando eles puderem falar, especificamente.

E hoje a gente tem dados importantes que são justamente o quê? A previsão dos fundos constitucionais anuais tem, na verdade, se mostrado sempre, ao longo da execução orçamentária, do exercício, como uma superação pelos bancos, ou seja, a previsão do ano passado foi superada em número de contratação. Isso mostra que, na verdade, o que a gente tem é uma demanda não atendida. Então, esses recursos hoje previstos para esse ano de mais de 58 bilhões são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insuficientes para a gente atender a toda demanda. Então, o que a gente precisa, na verdade, não é descentralizar, é reforçar esses recursos e aí com mecanismos como captações internacionais. A Fazenda acabou de lançar o Eco Invest, por exemplo. São formas alternativas para a gente fortalecer esses recursos e, na verdade, trabalhar com o desenvolvimento dessas regiões que estão muito abaixo do potencial e do que a gente precisa entregar.

Aqui a gente tem um pouco da governança, então, isso também, Srs. Senadores, a gente traz para reflexão: quando a gente descentraliza, quando a gente tira dos bancos administradores, a gente acaba perdendo o controle sobre como esses recursos vão ser aplicados lá na ponta, na descentralização.

Aqui, todo esse fluxo anual que é trabalhado com os bancos, com os Governadores, com os Prefeitos, com os representantes produtivos, para determinar quanto vai para a agricultura familiar, para a microempresa, para energias renováveis, isso na descentralização, inclusive em termos de aplicação desse *spread* de determinação das linhas de crédito que vão ser utilizadas, por exemplo, na priorização do FNE Mulher, do FNE Verde, enfim, todas essas linhas que são pactuadas em conjunto com os condeis, acabam comprometendo.

Respondendo até a uma das perguntas dos internautas: "Qual é o nível de transparência?". Invariavelmente, com a descentralização, a gente acaba perdendo um pouco dessa governança; ou seja, esses dados, Presidente, vão ser consolidados ao final do exercício, quando hoje, por exemplo, a gente consegue acompanhar, *pari passu*, as operações do banco, o que está indo para cada linha, em tempo real.

Eu não vou adentrar nessa tabela, mas ela fica à disposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES – ... depois, para consulta.

Mais um pouco da distribuição dos desafios. A gente tem, sim, regiões mais dinâmicas – eu já estou concluindo –, mas, de certa forma, é um pouco da garantia de que mesmo os estados com baixo dinamismo têm recursos reservados para serem acessados. A gente pode melhorar. Eu, por exemplo, sou adotado pelo Amapá, Presidente – estou lá há 12 anos –, e a gente vê um dos estados com baixo dinamismo, que tem uma dificuldade muito grande de acessar recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, precisamos melhorar? Precisamos melhorar, mas a ideia é que a gente possa fortalecer. E a descentralização, na verdade, cria um risco, porque a gente pode tirar 40% para descentralizar para as outras instituições financeiras, e qual é o regramento que vai garantir que elas vão lá para o Amapá, se hoje os bancos públicos que estão em todos os municípios têm dificuldade de alcançar.

Então, são várias reflexões. Eu acho que é um tema que merece, sim, a nossa atenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES – Acho que é uma grande contribuição.

Um pouco aqui do modelo e da estatística, Presidente, para mostrar para vocês que não é empoçamento. Esse dado aqui demonstra que hoje a gente contrata mais do que está previsto. Em 2023, por exemplo, a gente contratou 104% do que estava previsto. Então, a gente sempre está contratando mais do que está previsto; ou seja, a gente tem demanda e não empoçamento de recursos.

Aqui um pouco... Eu vou deixar para vocês que hoje o MDR tem um painel – esse QR Code quem tiver interesse pode acessar – que disponibiliza quantidade de operação por estado, por município, que tipo de operação, o que é micro, o que é grande, o que é empresa, o que é agro, está tudo hoje na internet à disposição de todos e desta Casa principalmente para a gente poder trabalhar com os Senadores e com as assessorias o aprofundamento da matéria.

E, para finalizar, Presidente, um pouco da comprovação de que, na verdade, a gente não tem empoçamento. No FNE e no FNO, por exemplo, o que a gente tem livre? Encerramos 2023 com 1,8% de disponibilidade que não tinha sido contratado. Então, não há empoçamento de recursos. O que acontece é muito disponibilidade contratada à disposição para ser liberada.

Eu coloco a carteira, também para finalizar. Este é um ponto importante, Senadores, que a gente traz aqui: a sustentabilidade dos bancos. Não acontece muito com o Banco do Brasil, que é um gigante de várias outras agendas e gigante do agro – depois ele vai poder ter oportunidade de falar –, mas, para o Basa e para o BNB, a descentralização compromete de forma incisiva a viabilidade, a sustentabilidade da instituição financeira.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES – Então, a gente avançar com esse projeto eventualmente pode criar a necessidade de a gente, na sequência, ter que estar trazendo para esta Casa um plano de socorro para esses bancos regionais, que são fundamentais para o desenvolvimento regional.

Para o BNB a gente tem 90% da carteira com fundos constitucionais e para o Basa também nessa ordem. Então, há mais de 80% de dependência desses bancos.

A gente agradece e se coloca à disposição para eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Eu passo, imediatamente, para o nosso próximo convidado, que é o Sr. Marcello Froldi Negro, Assessor Especial do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCELLO FROLDI NEGRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner, muito obrigado! Quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, a Senadora Margareth, todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham, meus colegas de mesa.

De fato, o Ministério da Fazenda, como ministério supervisor dos bancos públicos, também acompanha de perto a alocação dos recursos dos fundos constitucionais, tanto o FCO, como o FNE e o FNO. Como já foi mostrado aqui – eu vou ser um pouco repetitivo, porque boa parte da minha fala o Marcelo já fez aqui, inclusive, com uma apresentação visual –, a gente tem acompanhado, nos últimos anos, que não existe empossamento – a gente pode afirmar, até os números mostraram isso – de liquidez dos bancos, muito pelo contrário, a demanda por recursos é maior do que os recursos disponíveis nos fundos. Então, se hoje tivéssemos mais recursos, os bancos teriam capacidade de aplicá-los.

Quanto ao outro motivo que o PL alega, que é a capilaridade, aqui não nos resta dúvida de que os bancos públicos têm um nível de capilaridade que os bancos privados hoje não atendem. É pouco provável que um banco privado atenda, nos limites da Região Norte, onde o Basa atende, ou via agência, ou via agentes de crédito, correspondentes bancários; o Banco do Nordeste também atende todos os municípios da Região Nordeste, ou via agência, ou via agentes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito; e o Banco do Brasil atende todos os municípios do Centro-Oeste. Então, a gente não vê nenhum problema de capilaridade, reforçando aqui o que o Eduardo colocou.

Dessa forma, a gente entende que os recursos hoje são muito bem administrados e que uma eventual retirada de recursos dos bancos públicos realmente poderia comprometer o resultado dos bancos. Então, a gente tem hoje uma disponibilidade dos 100% alocados. Retirando 40% desses recursos dos bancos públicos, aí nós temos uma preocupação na Fazenda de que corramos o risco de que o resultado dos bancos, a saúde financeira seja comprometida e, consequentemente, que, ao invés de recebermos hoje dividendos desses bancos – porque os bancos hoje têm resultado positivo e pagam dividendos à União –, a União tenha que socorrer os bancos, comprometendo o fiscal, que hoje já não tem recursos para esse tipo de socorro. Então, eu concordo aqui com a colocação do Eduardo, o risco de comprometimento do resultado e da saúde financeira dos bancos públicos com uma eventual alocação de 40% dos recursos é iminente.

Outro risco que a gente enxerga é que os bancos privados, até pelas suas capacidades e categorias de crédito, tendem a emprestar para os melhores tomadores, para os clientes de menor risco, que provavelmente já são atendidos pelos bancos públicos e estão em regiões mais desenvolvidas.

Então, a gente teria, com alocação de 40% dos recursos, um risco de que os clientes de maior poder de pagamento acessem o fundo por três ou quatro portas diferentes. Hoje, esse risco não existe, porque os bancos têm o controle da operação, são os gestores e administradores. A partir do momento em que a gente abra essa porta para mais *players*, um melhor cliente pode acessar os recursos por duas ou três portas. E, com isso, como os recursos dos fundos são finitos, provavelmente o mais necessitado lá na ponta não será atendido. Então, a gente teria também aí um problema de... Com o intuito de melhorar a capilaridade, a gente na verdade estaria aumentando a concentração, diminuindo a capilaridade. Uma solução para isso seria obrigar os bancos públicos a atenderem só os menores. E aí a gente aumentaria o risco de resultado dos bancos públicos, porque hoje eles têm essa capacidade de gestão de inadimplência entre os melhores clientes e os menores, os de maior risco; eles hoje fazem essa gestão de risco, que comporta um resultado positivo. Quando eles ficarem só com os clientes de maior risco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente a operação será deficitária. Então, novamente, a gente incorre no risco fiscal de ter que socorrer os bancos.

Assim, teremos nessa medida três riscos: uma redução de dividendos, um aumento de risco de um potencial suporte aos bancos públicos e um terceiro derivado que é um potencial risco, pois, se os recursos forem distribuídos, esse repasse, para instituições isentas de pagamento do Imposto de Renda, a gente também teria uma redução da arrecadação, porque hoje os bancos pagam imposto, e algumas instituições financeiras são isentas. Então, esse repasse poderia também ter esse impacto, esse efeito colateral.

A gente enxerga vários riscos, fiscais inclusive, e vários impactos, inclusive na política, como o Eduardo já colocou muito bem, pois, sendo hoje centralizado, a gente consegue direcionar os recursos para diversas regiões, diversas modalidades, e, no momento em que a gente perder esse controle, o risco é grande, até provável, de que se concentrem em maiores tomadores em áreas já desenvolvidas, e o objetivo dos fundos é o desenvolvimento econômico e social. A gente pode perder o cerne da questão, que é o objetivo de desenvolvimento social da região.

Acho que a minha fala aqui foi mais rápida, mas o Eduardo realmente abrangeu bastante os pontos de que eu ia falar.

Eu fico à disposição aqui para alguma eventualidade, alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Marcelo.

E eu passo agora a palavra ao José Ricardo Sasseron, Vice-Presidente de Negócios, Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Primeiramente, queria agradecer ao Senador Marcelo Castro por abrigar esta audiência pública; ao Senador Jaques Wagner, que teve a gentileza de chamar esta audiência para que os bancos e os ministérios possam explicar quais as consequências e a sua posição a respeito do projeto; à Senadora Margareth, Relatora do projeto de lei; ao Deputado Fernando Mineiro, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aqui presente; e a todos os demais presentes. E queria agradecer a oportunidade de estar aqui representando o Banco do Brasil.

Eu queria falar um pouco sobre o FCO, o Fundo do Centro-Oeste, que abrange as quatro unidades da Federação aqui no Centro-Oeste, e dizer que, antes da criação do FCO, o Banco do Brasil já tinha uma atuação muito forte nessa região como o principal banco agrícola do país, financiando a agricultura, financiando a pecuária, financiando o desenvolvimento dessa região. Então, o banco tem uma presença muito forte aqui, tanto em relação às empresas quanto em relação aos micro e pequenos empreendedores, pequenos agricultores, pequenos empresários aqui da Região Centro-Oeste, onde nós estamos.

Esses são os cinco eslaides que eu vou mostrar para vocês, concretizando alguns dos dados, algumas das informações que os nossos colegas aqui do Ministério do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Fazenda trouxeram.

Em 2023, o FCO foi responsável pela aplicação de... os recursos disponíveis eram R$10,5 bilhões e foram aplicados R$11,2 bilhões, sendo que uma parte desses recursos eram recursos contratados no ano anterior e liberados no ano passado. Portanto, não há empoçamento de recursos. Aliás, se tivéssemos mais recursos, emprestaríamos mais. Desses R$11,2 bilhões, uma parte dos recursos são recursos disponibilizados no orçamento público no ano passado, R$5,2 bilhões, e o restante são recursos provenientes de pagamento de operações contratadas anteriormente. Então, não tem empoçamento de recursos.

A gente faz a distribuição no banco de acordo com o que é determinado no Condel, o Conselho Deliberativo do FCO, em que tem a presença dos quatro Governadores de Estado, do Banco do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Regional e da própria Sudeco.

Além dos R$11 bilhões liberados no ano passado – a grande maioria pelo Banco do Brasil – , nós emprestamos, no ano passado também, aqui no Centro-Oeste, mais R$82 bilhões de reais, destinados a várias atividades, inclusive ao agro, aos financiamentos agrícolas. Isso são 139 mil operações. Então, além daqueles R$11,2 bilhões, temos mais R$82 bilhões que foram disponibilizados aqui no Centro-Oeste no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a capilaridade, o Banco do Brasil, seja na forma de uma agência física, seja na forma de correspondentes bancários ou até pelo celular ou pelo digital, está presente em todos os 467 municípios do Centro-Oeste e, em todos eles, houve operações do FCO, com prazos maiores e taxas menores do que os empréstimos normais de qualquer banco. Há sobreposição de repasse em 399 desses municípios. Ou seja, em 68 deles só existe operações do Banco do Brasil. Então, se o objetivo do projeto de lei é aumentar a capilaridade, não é isso que nós observamos nos números concretos de repasse, da experiência que nós temos aí do Banco do Brasil nessas aplicações.

Um outro ponto que eu acho muito importante considerar é para quem é destinado o recurso do FCO: 82% das operações que fazemos via FCO no Banco do Brasil são destinadas aos mini, micro e pequenos empreendedores das cidades, empresas, ou mini, micro e pequenos produtores rurais. Ou seja, 82%, a grande maioria das operações é para esse público, exatamente aquele público para quem foi destinado a criação do FCO. Então esse é um ponto extremamente importante. Nas demais instituições, aquelas para as quais o banco faz o repasse, só 61% é destinado a esse público. O que mostra muito claramente que, se abrir um volume maior, destinar um volume maior para outras instituições, a tendência é concentrar na mão de produtores maiores, de empresas maiores. Então esse é um dado muito importante.

E o FCO é destinado tanto ao agro, quanto à pecuária, quanto às empresas. E, no caso do Banco do Brasil, a gente tem uma distribuição mais equitativa entre os dois lados, porque o desenvolvimento do Centro-Oeste não implica só financiamento à agricultura, implica também financiamento às empresas, indústrias, serviços, etc. No caso do Banco do Brasil, 94% dos recursos destinados às empresas é operado pelo Banco do Brasil.

No ano passado, por deliberação do Condel, foram criadas duas novas linhas: o FCO Mulheres Empreendedoras, para financiar, evidentemente, mulheres que abrem seus negócios; e o FCO Irrigação. Essas linhas foram operadas 100% pelo Banco do Brasil, de acordo com a deliberação tomada pelo Conselho Deliberativo do FCO. Então esse é um dado importante em relação à pulverização dos recursos para as várias atividades.

O planejamento para 2024 é este aí: 11 bilhões de aplicação no FCO; já tem previsto 2,7 bilhões de repasse para outras instituições financeiras e agências de desenvolvimento; para o FCO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronaf, 755 milhões, sendo que o Pronaf é basicamente operado pelo Banco do Brasil com recursos do FCO; 558 milhões em aplicação no FCO Verde. Essa linha prevê, inclusive, a recuperação de áreas degradadas, de pastagens degradadas no Centro-Oeste, que eu acho que é um dado muitíssimo importante, porque é um programa lançado recentemente pelo Governo Federal e nós temos toda a disposição no Banco do Brasil de apoiar esse programa, que pode ser uma grande fronteira agrícola do Brasil para recuperar exatamente as áreas degradadas para a agricultura, para a pecuária, etc.

E algumas ações que nós temos em andamento: FCO e Pronaf B, de aplicar recurso para microcrédito, vamos fazer piloto e começar a operação aqui no Centro-Oeste, de acordo com o determinado lá pelo Condel; e o FCO Leite, que é uma nova linha, aprovada recentemente, no final do ano passado, que vamos operar a partir desse ano.

Tem alguns pontos de atenção que eu acho muito importante lembrar. Como disse o colega Marcello aqui, do Ministério da Fazenda, quando a gente faz o repasse para as outras instituições, existe uma grande possibilidade de o mesmo tomador pegar crédito tanto no Banco do Brasil como em outra instituição financeira. E nós temos esses números demonstrando que isso é verdade na prática; ou seja, pode levar uma concentração do crédito na mão de poucos, principalmente os tomadores maiores.

E aí o foco, a tendência das instituições é emprestar para quem tem um risco menor de crédito, conforme o colega do Ministério da Fazenda estava dizendo. Isso se observa na prática; ou seja, destinando a outras instituições, a tendência é que elas vão emprestar para clientes que oferecem o menor risco de crédito e os bancos públicos, o Banco do Brasil, no caso, fica com o cliente de maior risco que tem o tíquete menor. Então, esse é um problema que acho que precisa ser muito bem pensado.

Redução da eficácia de política pública.

O Ministério do Desenvolvimento Regional junto com os Governadores de estados definem lá onde vão ser aplicados os recursos de acordo com os critérios definidos em lei. E essa destinação é cumprida à risca pelo Banco do Brasil na destinação, na aplicação dos recursos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON – Finalmente, o impacto nas contas públicas.

Eu acho muito importante dizer isso pelo seguinte: o Banco do Brasil, assim como os demais bancos, distribui dividendos para o seu controlador, que, no caso aqui, é o Governo Federal, que tem 50% das ações do Banco do Brasil. Então, o lucro da atividade bancária retorna, em boa parte, ao Governo Federal. E, segundo, é a questão tributária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON – Ah, está bom. (*Risos.*)

Não, eu posso falar porque o Banco do Brasil não tem esse problema.

E a outra questão é em relação à tributação, como foi muito bem lembrado pelo Marcelo. Os bancos recolhem tributos. Citando nominalmente, os bancos cooperativos não recolhem tributos. Então, se...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON – ... a gente destinar um recurso maior para lá, significa que haverá menos recolhimento de tributo para o Governo Federal. Isso fatalmente terá um impacto fiscal nas contas públicas. Então, esse é um ponto muitíssimo importante.

E, finalmente, só para demonstrar que não há empoçamento, eu trouxe aqui os dados do Plano Safra 2023-2024, que eu acho muito importante. Do Plano Safra anunciado pelo Governo de R$442 bilhões, o Banco do Brasil vai disponibilizar R$240 bilhões, sendo que a grande maioria desses recursos provém de LCA e poupança, recursos próprios de captação do Banco do Brasil que são destinados ao Plano Safra. Então, o Banco do Brasil opera aproximadamente 55% do Plano Safra deste ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON – Ponto importante: recursos equalizáveis destinados pelo Governo Federal. O Banco do Brasil tem R$35 bilhões que foram destinados, e, desses, o banco aplicou 73,5% de julho até março deste ano; ou seja, ainda temos três meses de Plano Safra – três, quatro meses. A Caixa e o BNDES, um montante muito parecido. As demais instituições financeiras a quem poderiam ser destinados recursos do FNO, do FNE e do FCO – olhe lá –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicaram somente 33%. Então, se houve empoçamento destes casos, não é do Banco Brasil, não é dos bancos públicos. O empoçamento de recursos ficou nas demais instituições.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON – É muito importante falar isso – só para terminar – pelo seguinte: no Plano Safra, se o agricultor não recebe recurso na hora certa, não adianta ele receber mais, porque a natureza não espera a hora de plantar, todos nós sabemos. Então, ele teria que ter recebido esse recurso das instituições financeiras no momento correto, lá no momento de plantar. Não receberam. Então, agora o recurso que ficou empoçado – e algumas instituições ganharam dinheiro em cima desse recurso – não vai servir mais para o Plano Safra. É essa a questão.

Então, a gente está demonstrando aí que o empoçamento não existe e, ficando esses recursos nos bancos públicos, a tendência – a gente demonstra pelos números que a gente aplica – é que esses recursos serão aplicados na hora certa, destinados para a população certa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON – ... principalmente míni, micro e pequenos agricultores e pequenos empresários, e favorecendo de fato o desenvolvimento das regiões e a geração de emprego nessas regiões.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu é que agradeço ao Marcelo, e passo a palavra para o José... não, perdão.

Agradeço ao Sasseron e passo a palavra para o Roberto Batista de Paula, Diretor de Crédito do Banco da Amazônia.

O SR. ROBERTO BATISTA DE PAULA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Queria agradecer o convite e saudar o Senador Jaques Wagner, que preside esta mesa; o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão; a Senadora Margareth Buzetti, Relatora do PL, na pessoa de quem eu saúdo a todos os presentes e saúdo também meus colegas de mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a gente vai ficando mais para frente nas falas, a gente acaba invariavelmente sendo um pouco repetitivo. Eu vou tentar ser o menos repetitivo possível, mas uma coisa fica clara na soma dos discursos de todos os que me antecederam: a gente às vezes traz o número apresentado de uma outra forma, mas a conclusão tende a chegar no mesmo caminho.

A gente, no Banco da Amazônia, operacionaliza o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o FNO, que, ano passado, em 2023, aplicou R$11,3 bilhões em todos os municípios da Região Norte. E, como todos aqui já disseram, não é o simples fato de fazer a aplicação dos R$11,3 bilhões. Esses R$11,3 bilhões se dão a partir de diretrizes organizadas, ordenadas, debatidas no Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, alinhadas com o MDR, com o Governo Federal, com os representantes dos Governos dos estados da região, dos sete estados da Região Norte.

Foram quase R$9 bilhões investidos em municípios de baixa e média renda, ou seja, os municípios que mais precisam que esses recursos sejam investidos. Foram quase R$6 bilhões aplicados em empresas de micro e pequeno porte. E foram quase R$6 bilhões também – R$5,8 bilhões – em linhas verdes. Muito na linha daquilo que o Sasseron falou, a gente está falando aqui de recuperação de áreas de pastagens degradadas; a gente está falando de eletrificação solar no campo; a gente está falando de plantio direto na palha; a gente está falando de modernizar o agronegócio sem exercer qualquer tipo de pressão sobre a floresta – e, quando a gente está falando de Amazônia, isso acaba sendo ainda mais amplificado. Quando a gente fala de descentralização de recursos, foram R$2,8 bilhões aplicados em municípios da faixa de fronteira, onde a gente precisa exercer nossa soberania, onde o Governo precisa estar presente.

Aqui é apenas para a gente ratificar: foram R$6,7 bilhões em linhas verdes, R$5,9 bilhões em empresas de micro e pequeno porte, R$765 milhões em agricultura familiar, um número crescente ano após ano. A gente estava falando que, em 2021, foram R$500 milhões, e, em 2020, esse número era ainda menor.

Próximo...

Aqui é uma visão um pouquinho diferente daquela que o Sasseron trouxe, mas o número é o mesmo. Obviamente, ele trouxe o do FCO, a gente está trazendo o do FNO. Aqui tem alguns dados que são muito importantes. O primeiro deles é: hoje, o orçamento de aplicação dos fundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionais é majoritariamente oriundo dos retornos dos créditos já investidos. Então, isso mostra que os três bancos têm feito seu dever de casa e que o dinheiro que está se emprestando está retornando para ser novamente emprestado. E o outro é que, quando a gente olha o regime de caixa especificamente, quando você vai olhar lá, no final do ano, parecia que tinha ali quase R$2 bilhões disponíveis no caixa do FNO. Só que a própria dinâmica dos financiamentos... E aqui, quando a gente está falando do tipo de financiamento que os bancos públicos operam – operações de investimento de longo prazo –, o desembolso não se dá no dia seguinte à assinatura do contrato. Precisa registrar contrato, pegar assinatura de todos os intervenientes. Então, tem um tempo entre o dia em que o contrato foi assinado e o dia que o recurso foi desembolsado, que é o que a gente chama de recursos comprometidos no jargão dos bancos administradores. A gente fecha o ano com, em tese, quase R$2 bilhões em caixa, mas com R$4,4 bilhões de cheques já assinados, com contrato pronto, assinado, compromisso de crédito firmado com o tomador, porque, a hora que ele apresentar esse contrato registrado em cartório com todas as condicionantes atendidas, os bancos fazem o desembolso; ou seja, no final do ano passado estavam faltando R$2,5 bilhões no caixa do FNO para gente fazer frente à estrutura de desembolso que a gente já tinha comprometido com os demais clientes que já tinham seus contratos assinados com o banco.

Próximo.

Aqui é uma distribuição também entre portes. A gente tinha uma meta de 51% com empresas de pequeno porte, nós fizemos 110% dessa meta. Fizemos R$800 milhões em operações de infraestrutura.

E para a Região Norte, que é a região mais carente de infraestrutura físico-social no país, isso é absolutamente relevante.

Próximo.

Aqui é a disponibilização. Quando a gente fala de repasse, a gente já tem recursos disponibilizados para repasse, mas é importante que do 1,2 bilhão, que foi disponibilizado no ano passado, 550 milhões não foram utilizados. A gente tem – da mesma forma, o Sasseron comentou – empoçamento, muitas vezes, do outro lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próxima.

Aqui é a nossa distribuição. Nós estamos presentes nos 450 municípios da região – e 450 municípios da região é muito desafiador, porque a gente está falando de uma região que é maior que a Europa. A gente está falando de uma região em que o deslocamento não se dá necessariamente por via rodoviária.É pouco provável a gente imaginar um apetite de banco privado se deslocando quatro ou cinco dias de barco para fazer uma operação com uma microempresa.

Próximo.

Aqui são os nossos compromissos ASG – e o banco se orgulha muito disso. Nós somos reconhecidamente um banco com uma pegada ASG muito forte. A gente faz questão de liderar toda a estrutura de sustentabilidade dentro da Amazônia.

Próximo.

Como o Eduardo bem disse, não está tudo bem. Tem coisa para melhorar. Tem coisa para aperfeiçoar. E o banco reconhece que tem muita coisa para aperfeiçoar. Isso já está definido, planificado, organizado dentro de um programa de transformação já instituído, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Banco da Amazônia, para que, nos próximos dois anos, a gente tire do papel uma série de iniciativas a partir de um diagnóstico feito com uma consultoria especializada, que vai trazer para o banco a condição de ter uma base de clientes ainda mais expandida – operando a partir da sua estrutura de contas dentro do Banco da Amazônia –, com um portfólio expandido de produtos de crédito. E por que um portfólio expandido de produtos de crédito? Porque a gente viu que o recurso do FNO não atende mais a todo o potencial de crédito da região e nem aos clientes que são clientes do Banco da Amazônia.

Para a gente trazer um exemplo disso aqui, há algumas semanas, o banco assinou a sua primeira captação de recursos internacionais com a Agência Francesa de Desenvolvimento. Então, a partir já de 2024, a gente vai operar recursos com fontes internacionais. Isso significa trazer recursos de fora da Região Amazônica, na verdade, de fora do país, para serem aplicados na Região Amazônica – muito em linha com aquilo que o Eduardo comentou há pouco. A gente não está precisando tirar recurso de lá, a gente está precisando é levar recurso lá para dentro. Estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando com estrutura multicanal, muito focada no digital, para que a gente consiga, cada vez mais, estar mais perto dos nossos clientes, mais perto dos tomadores. A gente está estruturando uma nova forma de relacionamento, para que a coisa ande de forma mais rápida e mais célere.

Para finalizar, se a gente está falando que é uma política pública, precisa fazer bem para a sociedade. Não pode ficar presa. E aqui é importante. Os recursos que a gente aplica – fora os tributos que são recolhidos pelo banco, fora os dividendos que o banco repassa para a União – são R$800 milhões de tributos recolhidos ao longo da cadeia de financiamento só pelos entes privados, porque a gente financia o pequeno agricultor e ele vai na loja de insumo. Essa loja de insumo paga tributos sobre aquela venda.

Essa estrutura toda nos dá R$800 milhões/ano, e isso retorna para os cofres públicos. A gente está falando de quase R$9 bilhões de impacto no PIB da Região Norte, que é uma região pequena, que é uma região com pouca estrutura econômica. A gente está falando de mais de 200 mil empregos gerados ou mantidos, também, a partir da aplicação desses recursos.

(*Soa a campainha.*)

É com muito orgulho que a gente se coloca como o banco que consegue viabilizar a política pública, consegue chegar lá aos mais longínquos rincões da Amazônia, para continuar sendo o banco que opera a política pública e que consegue promover o desenvolvimento daquela região.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Roberto, representante do Basa.

E eu passo a palavra ao José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste do Brasil.

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Quero saudar, especialmente, o Senador Jaques Wagner, que preside a sessão e que solicitou essa audiência pública; o Presidente da Comissão, Senador Marcelo Castro; a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Margareth Buzetti, Relatora do projeto; o Deputado Fernando Mineiro, meu conterrâneo lá do Rio Grande do Norte – estou avisando que eu votei nele para Deputado; meu Deputado ali. (*Risos.*)

Antes de mais nada, quero agradecer a participação, o convite para o Banco do Nordeste expor a sua posição em relação a esse projeto. Como eu também sou o último, então eu vou tentar não ser repetitivo, embora seja impossível.

Primeiro aspecto é como a gente faz o planejamento da aplicação desses recursos. Esses recursos do FNE não são programados e distribuídos – a sua utilização – nos estados e por setores a partir de cabeças iluminadas. A gente tem todo um trabalho de diálogo não só com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, através do ministério, mas também ouvindo os beneficiários desse programa. A gente faz eventos com Governadores, a gente faz eventos com a classe empresarial, a gente convida a classe trabalhadora, a gente passa por um processo – a gente começa ali pelo meio do ano até chegar ao fim do ano– para definir o que utilizar de recursos no ano seguinte. Então, não vem de cabeças iluminadas, e esses números não caem do céu por... Nós escutamos – eu acho que alguém aqui já falou, o Eduardo já falou... Nós sabemos o que está demandando cada estado, o que está demandando cada região, o que está demandando cada setor, e aí nós temos as condições de, anualmente, alocar os recursos para os diferentes desafios que vão aparecendo para a região.

Aqui é, novamente, aquela questão do empoçamento. Essa é uma questão extremamente relevante. Aqui são os últimos anos. Aqui é o que é programado no fim de um ano para o ano seguinte e o que você acaba contratando. Todo ano nós acabamos contratando mais do que o que havíamos programado para contratar lá atrás.

Isso aqui é o ano passado. No ano passado, o Banco do Nordeste emprestou R$43 bilhões. Foi o maior volume de financiamento do FNE da história do banco, mas ainda faltaram quase R$10 bilhões.

A gente tinha dentro de casa, entre propostas em carteira – ou seja, já estava quase tudo pronto, só faltava a aprovação final e a assinatura – e cartas-consultas, R$9,6 bilhões, mas que não foram atendidas, porque não havia disponibilidade de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós estamos fazendo aquilo que todos os bancos estão fazendo, e o Basa está fazendo; nós estamos, para complementar esses recursos do FNE, que são absolutamente insuficientes... E eu digo, pelo Nordeste, que o volume de financiamento que você tem para a região, nos próximos dez anos, é gigantesco.

Se nós pensarmos que a expansão do setor elétrico nacional vai acontecer com energias renováveis, solar e eólica, de onde virá isso? Principalmente do Nordeste. As linhas de transmissão para o escoamento dessa energia vão sair de onde? Vão sair do Nordeste.

Se imaginarmos, mais na frente, investimentos em energia eólica *offshore*, onde está o principal polo? No Nordeste. Se imaginarmos, um pouco mais à frente, o desenvolvimento do hidrogênio verde, qual é a região mais vantajosa do país para produzir hidrogênio verde? É o Nordeste. Se imaginarmos a necessidade de investimento, por exemplo, em saneamento básico – que é outra área em que o Banco do Nordeste está concentrando sua atenção... Imaginem a necessidade de recursos para universalização do saneamento básico, universalização do tratamento de esgoto e universalização do tratamento de lixo; o volume de recursos do Nordeste é significativo. Se imaginarmos os investimentos em infraestrutura logística, tanto dos nossos aeroportos quanto das nossas estradas e das nossas ferrovias; o investimento seria significativo.

Então nós olhamos para o futuro e vemos o Nordeste como um grande *drive* de desenvolvimento do país, e nós precisamos, portanto, de mais recursos. Nós hoje temos, em negociação, captação, cerca de R$12 bilhões – em negociação com organismos multilaterais e com organismos nacionais, aí estão Fungetur, a Finep, o BNDES. São organismos nacionais com os quais a gente está discutindo captação de recursos. Já assinamos... já temos recursos do Fungetur, já temos da Finep – estamos fechando com o BNDES –, já temos com a AFD; estamos terminando com BID, estamos terminando com o Banco Mundial, estamos em discussão com o NDB, estamos em discussão com a KfW. Então, nós já temos um portfólio de quase R$12 bilhões para a gente incorporar ao financiamento do banco, para dar conta da significativa demanda de investimentos que a região vai precisar nos próximos anos.

Aqui sobre a capilaridade. Nós atendemos, literalmente, a todos os municípios do Nordeste – todos. Por que em 2022 e em 2023 está em 99,4%? Porque, se vocês sabem, no final de 2022 a área de atuação da Sudene – o Semiárido brasileiro – foi expandida e entraram alguns municípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Espírito Santo e de Minas Gerais. Nesses municípios novos que entraram, em Minas Gerais – acho que uns 10 ou 12, eu não me recordo o número exato, são poucos –, a que nós ainda não chegamos, nós vamos chegar daqui a pouco.

Então nós atuamos nos 2.074 municípios, temos 5,4 milhões de clientes. Nós atuamos com agência, atuamos com os agentes de microcrédito e estamos ampliando. Nós vamos atuar também, mais à frente, com os correspondentes negociais, que são basicamente correspondentes bancários, e vamos ampliar os nossos escritórios de microcrédito – é o maior programa de microcrédito da América Latina, e nós vamos, praticamente, dobrar o número de escritórios de microcrédito na região.

Nós temos 9% da rede bancária na nossa área de atuação, mas a gente responde por quase 54% do crédito de longo prazo. Do crédito de longo prazo industrial e comercial são quase 60%; e rural e industrial são 48%. Só não são mais de 48%, porque o Banco do Brasil tem uma grande atuação lá, então, a gente perde um pouco, mas perdemos para o Banco do Brasil.

Mas isso aqui não representa tudo. Se nós olharmos estados como o Piauí, do Senador Marcelo, se olharmos o Rio Grande do Norte, o nosso estado, se olharmos estados como a Paraíba... No Rio Grande do Norte, o BNB é responsável por quase 78% do crédito de longo prazo.

Então, se você retirar 40% do recurso, quem garante que você vai ter esses recursos... que as instituições, outras, vão aplicar esses recursos que vão ser retirados do Rio Grande do Norte em outros estados? A mesma coisa é com a Paraíba, porque a gente tem uma obrigação, estabelecida pelo Condel, de você ter mínimos que você aplique em cada estado, e aí você reforça aqueles estados menores e reduz a participação naqueles maiores.

Então, nós temos uma presença forte no crédito de longo prazo da região –e bancos privados praticamente não têm participação nesse mercado. Os bancos privados participam desse mercado de crédito, quando nos fornecem – todo mundo passa por isso, nos bancos – a carta-fiança, que é aquele crédito temporário, enquanto você está em construção. Você pega um parque eólico daquele e, enquanto o parque está em construção e não está gerando renda, o banco privado entra com uma carta-fiança para a gente, como uma garantia, mas eles não participam desse financiamento de longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós atendemos a 64% do FNE, que vai para o Semiárido. Foram R$28 bilhões, no ano passado, no Semiárido – 156% além da meta –, sendo que 83% dos recursos vão para aqueles municípios prioritários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – ... na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Então, nós beneficiamos principalmente aqueles municípios mais necessitados de crédito na região. No ano passado, 51,9%foram para mini, micro e pequenos empreendedores, mas, neste ano, nós estamos ampliando esse percentual para 62%, então, nós estamos atendendo o pequeno, em todos os municípios.

Aqui a gente tem uma desconcentração territorial, mas tem uma desconcentração setorial também. A gente atende a todos os segmentos – e aqui acho que Marcelo tocou, muito bem, uma questão: por que a gente empresta só a pequeno? Porque os grandes, sobretudo nessa área de infraestrutura, têm uma inadimplência praticamente zero. Então, você emprestar uma parte desse recurso para o grande permite que você balanceie a sua carteira e você assuma um risco maior dos pequenos. Se você repassa o recurso e o outro vai atender ao grande, além de atender por lá e atender por aqui, a carteira do mini e pequeno, que tem uma inadimplência maior, vai sobrecarregar a gente e vai, consequentemente, levar a gente a resultados piores.

O Crediamigo é um programa importantíssimo. É o maior programa de microcrédito da América Latina. Nós desembolsamos, no ano passado, R$10,6 bilhões de microcrédito. Nós temos R$2 milhões – isso aqui é só urbano – e fazemos 14 mil operações por dia – por dia! Neste ano nós vamos emprestar, nesse aqui, R$11,3 bilhões. Nós temos aqui este ano... desses R$11 bilhões, R$3,8 bilhões vão vir do FNE. Nós baixamos os juros do microcrédito antes de o Banco Central iniciar o movimento de baixa de juros dele, por quê? Porque a gente, lá no ano passado, jogou recursos do FNE dentro dessa fonte aqui, para permitir os juros mais baixos.

Então nós hoje temos o microcrédito, que é o microcrédito mais barato do país, viabilizado por quê? Viabilizado porque 40% do... na verdade a gente está fazendo hoje 50% mais ou menos do *mix* de cada operação: a gente bota 50% de FNE e 50% de recursos de microcréditos para que se permita ter um custo mais baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui o outro programa de microcrédito em que a gente bota mais R$5 bilhões, que é o microcrédito voltado para o setor rural, o Agroamigo. Então, o PNMPO Urbano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – ... vai levar R$3,8 bilhões este ano. A agricultura familiar, esses R$8,8 bilhões aí são recursos do Pronaf, portanto, a gente retirar 40% é retirar 40% do microcrédito urbano e da agricultura familiar.

E, aqui, é semelhante ao que é o nosso impacto. A gente projeta quase 500 mil empregos, R$13,7 bilhões de valor agregado, quase R$30 bilhões de valor bruto da produção e R$1,35 bilhão em impostos.

Resumindo, não há empoçamento de recursos do BNB. Eu estou falando aqui do BNB, mas isso é replicar a... não há empoçamento de recursos no BNB, pelo contrário, o volume de recursos do FNE é insuficiente para atender a demanda atual e futura da região. Visualizamos a área de atuação do BNB demandando volumosos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – ... recursos de financiamento nos próximos anos em diversas áreas.

Atendemos plenamente aos critérios de capilaridade territorial e diversidade setorial.

Cumprimos as prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.

Mais do que simplesmente disponibilizar crédito, a gestão centralizada do FNE, da mesma forma que os outros fundos, possibilita realizar a política de desenvolvimento regional. Não basta só oferecer crédito – não é, não? O meu amigo Everton que fica me dizendo isso. Não basta apenas oferecer crédito, é preciso desenvolver essa política regional.

Com esse volume, com essa distribuição centralizada, você pode focar naquelas áreas estratégicas, nos territórios estratégicos, nas populações estratégicas, nos setores econômicos prioritários, porque você tem a gestão dos recursos. Se você retira essa gestão centralizada, você perde a capacidade de fazer esse movimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – E descentralizar a aplicação dos recursos – eu não tenho dúvida – compromete a eficácia, a eficiência e a efetividade da política de desenvolvimento regional, porque você vai perder o poder de potência da política. E a descentralização impõe à União um custo fiscal e encarece a gestão do programa, encarece o próprio programa.

E aí, para continuar, nós concordamos plenamente que é possível você melhorar a operação do programa. Acho que a gente pode discutir à vontade. O que a gente está discutindo é: esse talvez não seja o melhor caminho para você operacionalizar a melhor gestão do programa. Então, a gente está disposto a discutir a melhor operacionalização do programa, não tenho problema nenhum. Só discutimos que talvez a gente possa procurar outros caminhos que não esse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – Muito obrigado e desculpem pela demora.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado a você – aqui, tenho que pegar minha bengala ocular –, José Aldemir, do BNB.

Bom, eu que quero agradecer a exposição dos cinco expositores aqui, por terem aceito o nosso convite. Eu acho que foi muito substantivo. Não vi ninguém aqui adjetivar nada, ao contrário, se colocaram à disposição.

Evidentemente, agora, eu concedo a palavra: Marcelo, como Presidente; Senadora Buzetti, depois, evidente, como Relatora.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nobres palestrantes, em primeiro lugar, eu quero reforçar, aqui, as palavras do Senador Jaques Wagner, pela profundidade, pela clareza das informações que V. Sas. trouxeram aqui para nós, hoje.

A razão desse projeto, alegada pelo autor, era exatamente esses pontos que V. Sas. procuraram responder. O que justificaria repassar 40% dos recursos dos bancos – do Banco do Brasil, do Basa e do Banco do Nordeste, na administração dos fundos – seria exatamente para ter uma maior capilaridade, para que os recursos não ficassem empoçados, para que pudesse haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma universalização dos recursos, uma pulverização dos recursos e o empréstimo para todos os municípios e para todas as áreas.

Eu acho que V. Sas. conseguiram demonstrar isso de maneira clara e inequívoca, que essas razões não se justificam para que a gente possa aprovar esse projeto, porque, verdadeiramente, há universalização. Todos os municípios estão atendidos, todas as áreas de atividade estão atendidas, e é evidente que nós estamos... Na minha parte, eu, particularmente, estou bem atendido, com a minha expectativa de que tive as respostas necessárias para não ter nenhuma dúvida em dizer que esse projeto não se impõe, não há necessidade dele, uma vez que o que é alegado para a sua aprovação, eu acho que está aqui cabalmente respondido de que não haveria necessidade.

Em particular, quero parabenizar aqui o FCO do Banco do Brasil, que criou essa linha de crédito interessante, o FCO Mulheres Empreendedoras. Eu acho que essa é uma preocupação importante no momento que nós vivemos. A mulher precisa participar cada vez mais da vida econômica, social, política do Brasil, e esse FCO, eu acho que podia ser, se não foi ainda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já foi também? (*Risos.*) Então, quero parabenizar não só ao FCO, mas ao FNO, ao FNE...

A priorização, também, da irrigação, isso é uma coisa que sempre me intrigou, a capacidade que nós temos no Brasil para irrigar o nosso país. A gente tem um índice de irrigação baixíssimo se nós comparamos com um país como, por exemplo, a Índia, que tem um potencial muito menor do que o nosso, tem uma renda *per capita* muito menor do que a nossa, não é industrializado tanto quanto nós somos... Nós deveríamos ter uma participação muito maior. Temos um Semiárido imenso, extenso, de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, e nós deveríamos ter uma atenção maior para a irrigação. Essa é uma questão que eu me comprometo com V. Sa. de estudar, para ver se a gente apresenta um projeto de lei, para dar uma atenção maior a esse setor, porque não há coisa mais importante do que você produzir com a irrigação, porque você tem as safras garantidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há os exemplos notórios de Juazeiro, Petrolina e tantos outros no Brasil. Lá no Piauí, agora, eu vi um grande produtor – não é só o pequeno – de algodão, que tem pivô central, já tem 4 mil hectares irrigados e vai para 11 mil hectares. São pivôs que têm um raio, Wagner, de 1,2 mil metros, que irrigam, de uma vez só, 350ha. Cada poço, com a vazão de 500 mil litros por hora, dá para irrigar uma área dessa daí e garantir a safra. Ele é produtor de algodão, uma cultura que a gente sabe, de grande valor agregado, para poder sempre ter a produtividade máxima, porque, se houver um veranico, que é comum ter na nossa região, ele já bota os pivôs para manter aquele nível ótimo de umidade. No Nordeste, não precisa nem dizer, no Semiárido, há necessidade disso daí.

Também o FCO Leite. O meu estado, diferentemente do estado do José Aldemir, o Rio Grande do Norte, que sempre teve um programa de leite lá, porque o Governo sempre incentivou isso daí... O Piauí tem um déficit imenso na produção de leite, e é evidente que vamos levar essa ideia também para o Banco do Nordeste, para criar o FNE Leite, que é muito importante, para a gente não precisar importar leite de outras regiões.

Dizendo isso daí, chamou-me a atenção aqui o José Aldemir sobre essa questão do financiamento do saneamento. A gente sabe do déficit que tem o Brasil nessa área de saneamento, mas eu fico a me perguntar... Porque o FNE e os fundos, quando foram criados, a filosofia deles, originalmente, era para estimular a produção, quer dizer, para eles serem aplicados em atividades produtivas, para melhorar a renda das pessoas. É claro que melhora a vida das pessoas, mas, diretamente, assim não está produzindo renda, então, não sei se seria o caso de outras linhas, de outros bancos financiarem essa parte de infraestrutura de saneamento, porque não é uma atividade propriamente dita de produção.

Eu vou estudar isso melhor, para ver como é que a gente pode agir. O sentido aqui é só de melhorar, tornar mais eficiente e cumprir a finalidade para a qual foram criados esses fundos, que é para melhorar a renda, melhorar a vida das pessoas, para que as pessoas tenham acesso a um crédito mais barato, subsidiado, e que possam, sobretudo o mini e o pequeno produtor, melhorar a sua renda.

No mais, gostaria de parabenizar a todos pela exposição e dizer que eu me encontro aqui... Ah, ia me esquecendo de uma parte: a questão do cooperativismo. O projeto impõe também uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte desses recursos para as cooperativas, e sabemos que, no Norte e no Nordeste, não temos essa tradição de cooperativismo. Então, eu gostaria que V. Sas. falassem um pouco sobre isso, se não seria o caso de se tentar um estímulo também para fortalecer as cooperativas, porque a gente vê que quando há um sistema cooperativo as coisas funcionam mais cineticamente, a exemplo de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, onde promoveram um grande desenvolvimento, melhorando a renda desses estados, criando uma classe importantíssima de pessoas que têm um nível econômico de renda média, como o nome está dizendo, para poderem viver com dignidade e não no nível de pobreza que a gente sabe que existe, especialmente, no Norte e no Nordeste.

No mais, estou muito satisfeito. Quero parabenizar todos pelas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu passo a palavra para a Senadora Relatora, Margareth Buzetti, para as suas considerações.

Presidente... Para o Líder não é fácil. Estou me chamando lá na CAE para uma emergência, não sei se V. Exa... Eu gostaria até de ouvir V. Exa., Senadora Buzetti, mas estão aqui me buzinando, já dez vezes. O Randolfe está me ligando aqui, que tem...

Você pode?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora Buzetti, perdoe-me.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não, imagine.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só quero, antes de sair, dar o meu testemunho como ex-Governador da Bahia.

Realmente o papel – no caso específico, que eu conheço mais diretamente – do Banco do Nordeste é algo, na minha opinião, digno de registro, porque o que a gente conseguiu alavancar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive de cooperativas, Senador Marcelo Castro, lá... Nós temos muita agricultura familiar. Então, parece-me que os bancos...

Eu queria só chamar a atenção porque talvez a gente esteja se deparando com regiões que tenham naturezas diferentes. As Regiões Norte e Nordeste, eu diria, têm uma característica mais própria e a Região Centro-Oeste, particularmente – retirando o Distrito Federal e falando dos outros Estados –, têm um forte impacto do chamado agronegócio, das grandes cooperativas de crédito, etc. Então, talvez fosse interessante... Eu acho que, em linha geral – pessoalmente é evidente que eu concordo com o que foi colocado –, talvez fosse interessante o foco ser um pouco diferente porque, como o Senador Marcelo colocou, são realidades bem distintas o tipo de desenvolvimento de cada região dessa.

Mas eu, de novo, peço desculpas à Senadora, só porque eu tenho que estar lá e dar um socorro ao colega.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Jaques Wagner. Agora saúdo o Presidente da Comissão, Marcelo Castro. Quero dar as boas-vindas a todos que estiveram aqui.

Eu vim aqui mais para ouvir do que para falar porque, como Relatora, você tem que ouvir muito para chegar a uma conclusão. Como o Senador Jaques Wagner falou, são realidades muito diferentes.

O FCO, no Centro-Oeste, atende somente os grandes, não consegue atender aos pequenos. Tanto que o Governo do estado fez um fundo garantidor e está emprestando dinheiro, com juros subsidiados, para pequenos produtores, até R$400 mil, porque o Banco do Brasil e a Caixa Econômica não conseguem chegar até eles, porque quando chegam já foi tomado.

Outra coisa que eu vou dizer a vocês: eu fiz um FCO, acho que lá em 1992, jurei que nunca mais ia fazer, porque me deu uma úlcera, quase, de tanto documento exigido, de tanta... É muita coisa. E não é pedido de uma vez só. Não é um *check list* que é feito: "Olha, está faltando isso, isso e isso". Não. Ia lá, voltava a documentação e, quando vinha, estava faltando mais isso. Daí você apresentava mais isso, e faltava mais isso. Quer dizer, não pode ser assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu sou contra qualquer monopólio de qualquer empresa. Sou uma fã do cooperativismo. No meu estado, funcionam muito bem as cooperativas de crédito. E talvez seja isto: a gente ver as realidades de cada estado e pensar em alguma coisa nesse sentido. Está bom?

Muito obrigada pela presença de vocês. A gente vai conversando e vamos construir, com certeza, alguma coisa que atenda a todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Margareth Buzetti.

Agradeço a contribuição de V. Exa. e passo a palavra aos nobres palestrantes que acharem conveniente fazer algum comentário final.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Corrêa, do MIDR.

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para expor.) – Bom, Presidente, Senadora, é um pouco do que a gente tentou abordar, ainda que de forma mais superficial, mas de fato, primeiro, desde já, resgatar até a orientação do Presidente Lula de a gente buscar o pequeno, de a gente buscar a agricultura familiar. Eu acho que o reforço do Plano Safra é um exemplo concreto desse compromisso do Governo Federal com essa agenda.

Quero dizer também que o ministério, o MIDR, é parceiro das cooperativas. O programa Rotas de Integração Nacional, que é muito conhecido pelos Senadores, busca justamente isto: adensar cadeias e organizar os produtores em cooperativas. Então, a gente entende que o cooperativismo é, sim, uma solução fantástica e pode dar muita envergadura para a agricultura familiar, para a verticalização, para a geração de emprego e renda. E a gente tem, sim, desafios em relação ao microcrédito e ao crédito para o pequeno. Mas isso é um esforço que a gente tem feito. E aí eu preciso reconhecer aqui, não só a referência do BNB, com esse Agroamigo e o Crediamigo, como referência para a América Latina, até uma referência internacional.

A gente brinca, lá no MDA, com o Ministro Paulo Teixeira, enfim, e os demais ministros, que a gente geralmente tem as regiões, vindo aqui para Brasília ou para São Paulo, para fazer estudos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de casos nessa área financeira, mas, nesse caso específico do microcrédito, está todo mundo indo lá ao Nordeste aprender como é que faz.

Então, assim, há um compromisso, sim, dos diversos ministérios, do MDS, do Ministro Wellington, enfim, há vários ministros engajados nessa agenda – Ministro Fávaro –, para que a gente possa, no próximo Plano Safra, fortalecer os mecanismos do microcrédito, a própria mecanização da agricultura familiar e mecanismos alternativos.

Então, eventualmente, de que forma a gente pode chegar lá à ponta, chegar ao pequeno, facilitar, desburocratizar, simplificar? Eu acho que hoje os bancos têm trabalhado muito com essa questão da bancarização digital; são caminhos interessantes. Mas, no âmbito aqui dos ministérios, a gente tem trabalhado muito de que forma a gente pode potencializar. Então, Senadora, fica aí já o nosso compromisso de a gente marcar, fazer uma agenda específica com a senhora. A gente fica à disposição da sua assessoria também para trabalhar, eventualmente, Presidente, em algumas alternativas, eventualmente em alguns ajustes, para que a gente possa fortalecer, simplificar, garantir que o pequeno possa acessar os fundos constitucionais, inclusive no Centro-Oeste, que a gente sabe que tem alguns desafios adicionais.

E, por fim, quero destacar a importância de a gente trabalhar, sim, essa integração. As cooperativas de crédito estão muito no Plano Safra, mas é importante também a gente identificar a diferença entre a cooperativa de produção e a cooperativa de crédito e fortalecer as duas.

Eu acho que as cooperativas de crédito têm, sim, um papel fundamental, mas a gente precisa também resgatar e fortalecer, talvez, o acesso das cooperativas de produção, principalmente no Centro-Oeste, que eu acho que tem um *gap* muito grande. Realmente, o pequeno precisa ser enxergado, e a gente tem toda essa preocupação, Senadora. Então, fica aí o nosso compromisso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Margareth. Com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Só para complementar, o Sicredi, por exemplo, é uma cooperativa. Nós temos 141 municípios; o Sicredi está em 130. Então, eles também têm essa capilaridade e conseguem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender. Eu recebi agora a informação de que o Governo do estado, através desse programa em que até a MT Fomento também entra, pode avalizar e pode ser avalista de R$1 bilhão para microcréditos e pequenos proprietários; isso é muito importante e estava sendo necessário. O Governo tinha que fazer isso porque nós não tínhamos outra opção. Então, ainda bem que achou uma solução. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Com a palavra, V. Sa. Pode falar.

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON (Para expor.) – Queria falar um pouco sobre o cooperativismo. O Banco do Brasil tem uma parceria forte com muitas cooperativas, no Brasil inteiro, inclusive no Centro-Oeste, principalmente cooperativas de produção. Na semana passada... na semana retrasada, nós fizemos lá no banco uma reunião *online* com cerca de cem cooperativas das mais variadas regiões do país, cooperativas de produção agrícola e de agroindústria. Acho que isso é muito importante, porque é um setor que é fundamental, de fato, a gente chegar até eles. Então, essa é uma questão.

A segunda questão, Senador, é que nós mostramos aí na nossa apresentação que 82% dos recursos do FCO, aplicados e disponibilizados pelo Banco do Brasil, têm destinação para os pequenos – micro e pequenos produtores rurais, micro e pequenos empresários urbanos. Então, essa capilaridade, essa distribuição, a gente tem feito.

Uma questão que eu acho que é importante frisar, já que V. Exa. levantou a questão da documentação, é que hoje as operações do FCO levam, em média, três dias úteis para serem liberadas. Isso demonstra que já tivemos avanços na documentação. De fato, no passado existia uma burocracia muito maior do que existe hoje. Hoje, a gente, no banco e nos outros bancos também, avançou bastante nessa eficiência, com a digitalização, com todo o trabalho que vem sendo feito, para facilitar a vida das pessoas, facilitar a vida do cliente, facilitar a vida do tomador de crédito.

Então, isso a gente tem procurado fazer, mas, obviamente, como disseram os nossos colegas aqui, a gente sempre tem a melhorar, sempre tem condição de melhorar, de aplicar, de chegar lá à ponta com mais eficiência, com mais atenção ao tomador de crédito, porque a gente entende que isso é que vai levar ao desenvolvimento da região e isso que é o fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, nós fomos aprender com o Banco do Nordeste essa experiência exitosa que o Banco do Nordeste tem há 25 anos, se não me engano, de aplicação de microcrédito, tanto na parte urbana com o Pronaf B, que é para o pequeno, para o mini e microprodutor rural, quanto na parte urbana, com o mini e microempreendedor. Nós fomos lá aprender e agora, neste ano de 2024, vamos ampliar principalmente para o Centro-Oeste, a começar pelo Centro-Oeste, Minas Gerais e outras regiões do país. O Nordeste já está muito bem atendido com o microcrédito do Banco do Nordeste, a gente não precisa ir lá concorrer com eles. (*Risos.*)

Agora, nas demais regiões do país, a gente pretende levar o microcrédito, a gente já está desenvolvendo isso no Banco do Brasil, seja com recurso do próprio FCO, seja com recurso próprio do Banco do Brasil, porque tem a exigência de 2% dos recursos do depósito ao avistar serem aplicados no microcrédito.

O banco uma parte hoje repassa, uma parte aplica, mas nós queremos desenvolver isso, essa é a nossa... inclusive, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, exatamente para a gente atender essa demanda, que é fundamental. Hoje, o microempreendedor, o microprodutor rural é aquele que pode se tornar um pequeno, pode se tornar um médio, pode se tornar um grande lá no futuro. Então, nós, como banco, como agente de crédito, precisamos, de fato – e estamos fazendo isso –, apoiar esse empreendedor que vai chegar, porque a gente sabe que no Brasil os pequenos empreendedores e as pequenas empresas são os maiores empregadores, os maiores geradores de emprego, e é isso que a gente está fazendo e pretende fazer cada vez mais.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Pois não. Com a palavra.

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (Para expor.) – Quero me colocar à disposição, o Banco do Nordeste se coloca à disposição para discutir essa questão das cooperativas. A gente também compreende que o desenvolvimento do cooperativismo na Região Nordeste é algo fundamental. Então, talvez esse não seja o caminho, mas vamos encontrá-lo e vamos dialogar. A gente se coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dialogar com a Comissão, para dialogar com o gabinete do senhor, para a gente discutir alternativas para fortalecer o cooperativismo na região. A gente também tem essa visão muito importante.

A gente acha que o banco ficou um pouco afastado do cooperativismo por um tempo até por experiência. Quando você fala com o pessoal do crédito lá, o pessoal diz "a gente teve umas experiências meio traumáticas com o cooperativismo no passado". Mas eu acho que a realidade hoje é outra, o cenário da região é outro. Então, a gente se coloca à disposição para discutir esse e outros programas que eventualmente a gente possa fazer.

E, de fato, o Banco do Brasil já é um parceiro nosso porque boa parte do recurso que a gente utiliza no Crediamigo é repasse. Ele repassa um custo alto, a gente está querendo discutir o custo que ele repassa, mas uma parte do recurso lá... e, como ele vai usar agora, corre o risco de ele querer nos cobrar um custo mais alto ainda.

Não vamos discutir o custo do recurso, mas já é um parceiro grande, é o nosso maior fornecedor de recursos para o microcrédito, depois do FNE. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Marcello Froldi.

O SR. MARCELLO FROLDI NEGRO (Para expor.) – Só para concluir aqui, o Ministério da Fazenda tem apoiado os bancos nessa organização de grupos de trabalho. Desde o começo do ano passado, a gente identificou o êxito do programa Crediamigo, e ele serviu de modelo. A gente tem feito reuniões com os três bancos que estão aqui, mais a Caixa Econômica, que tem participado. São grupos de trabalho que preveem replicar ou pelo menos aprender com o modelo do BNB.

E o que nos chamou atenção é esse número que o Aldemir aqui trouxe, de 14,3 mil operações por dia, ou seja, o processo já é bem menos desburocratizado hoje do que era no passado. Então essa esteira de crédito que o BNB usa... a gente já tem um grupo de trabalho lá formado – tenho estudado isso – tentando replicar para os demais bancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Fazenda sempre tem apoiado. O nosso objetivo aqui é realmente aumentar a capilaridade, todos os bancos aqui reconheceram que podem melhorar e, aqui, a nossa atuação é nesse sentido, de ajudar na melhoria dos processos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Alguém mais gostaria de manifestar-se?

Pois não.

O SR. MARCELO CONTREIRAS DE ALMEIDA DOURADO (Para expor.) – Marcelo Dourado, ex-Presidente e Superintendente da Sudeco.

Eu só gostaria de fazer uma pergunta para o José Ricardo, e talvez o Eduardo também, sobre a aplicação do FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que nós criamos pensando na questão da logística e da infraestrutura de produção da Região Centro-Oeste.

Vou contar rapidamente uma experiência que eu tive com os produtores, principalmente, do setor primário de economia e agricultura, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, basicamente, também na região da Ride aqui no Distrito Federal, que é a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, e eles falaram que a melhor parte seria para silos e armazenagem da produção agrícola e também de infraestrutura e logística.

Eu não tenho nada contra o Porto de Santos, nem a favor, mas os grandes centros consumidores mundiais estão no Hemisfério Norte, leia-se: Estados Unidos, Canadá, Europa e o mercado asiático – estão no Hemisfério Norte.

O Brasil é o único país do planeta em que a malha ferroviária para exportação, tanto para cargas, como para passageiros, encolheu nos últimos cem anos. No mundo ela tem crescido vertiginosamente, no Brasil encolheu, e o Brasil, apesar de ser o segundo maior produtor e exportador de minério de ferro do mundo, não tem uma única fábrica de trilhos no seu território – o laminado do trilho, a base, é o minério de ferro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a pergunta que fica para o Ricardo e para o Eduardo é: como é que está a mecânica do FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste) para a implantação dessa malha de escoamento da produção?

Obrigado.

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para expor.) – É uma excelente pergunta. O FDCO e os fundos de desenvolvimento, de maneira geral, estão desde 2016 sem receberem novos aportes – então, estão trabalhando só com recursos de retorno. A gente tem, em média, R$3 bilhões por ano de movimentação, de disponibilidade, e na carteira aprovada tem R$9 bilhões – só por aí, a gente já vê a demanda reprimida. Por isso é que a gente fala, Presidente, da importância de a gente trabalhar, em conjunto com esta Casa, de que forma a gente pode captar recursos do mercado privado que ainda não estão nessas regiões, para que a gente possa alavancar esses fundos.

Aprovamos ano passado, junto ao Banco do Brics, uma captação de US$500 milhões, que vai para os fundos de desenvolvimento: US$300 milhões para o FDNE, US$100 milhões para o FDCO e US$100 milhões para o FDA. São recursos novos, que a gente deve contratar esta semana – deve vir para esta Casa, Presidente, para que vocês possam analisar e autorizar a contratação –, e a perspectiva é que a gente possa, assim, retomar o apoio a projetos estruturantes como o da Rumo, por exemplo. A Rumo está com projetos de expansão da malha; são projetos grandes, de R$15 bilhões e R$20 bilhões, e o FDCO, por exemplo, poderia participar desse *funding* junto com outras fontes de recursos, porque projetos estruturantes como esse, em que eu preciso de uma carência muito grande – 20 anos, 30 anos –, são projetos que casam bem com o perfil do fundo.

Então, a gente está trabalhando, sim, junto. O próprio Presidente anunciou sexta-feira passada; estava lá na Transnordestina, comprometendo o apoio do Governo Federal a essa agenda de logística ferroviária em todo o país.

O SR. JOSÉ RICARDO SASSERON (Para expor.) – O Eduardo já respondeu, mas estou só acrescentando algumas coisas: nessa captação que está sendo feita, o Banco do Brasil está atuando em parceria com o ministério e com o Governo para fazer a captação internacional para trazer recurso barato para aplicar aqui em infraestrutura, em várias modalidades. E nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuado – tem cerca de R$30 bilhões de captação internacional para trazer para o desenvolvimento das várias regiões do país, inclusive Centro-Oeste.

A gente sabe que o recurso, o número que o Eduardo mostrou aqui, não deixa mentir: temos muito mais demanda do que recurso disponível, então o mais viável seria ter uma disponibilização maior de recurso para todos os fundos constitucionais, inclusive o FNDO, porque nós temos capacidade de aplicação, temos demanda, temos os clientes, só falta dinheiro. (*Risos.*) Isso é o principal. E dinheiro barato, porque é para investimento em infraestrutura. A gente sabe que, para quem vai investir para ter um retorno daqui a 10 ou 20 anos, um retorno positivo vai depender de recurso de prazo longo e custo barato. Ele não vai querer um recurso caro, a gente sabe disso; desde investimento em energia, infraestrutura, ferrovia... A gente sabe a necessidade que tem no Brasil de ferrovia, de hidrovia para escoamento de produção de portos, para escoamento de produção aqui do Centro-Oeste e das demais regiões do país, então gostaríamos muito de ter um recurso maior disponível para isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permanecem como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado*.

Quero agradecer mais uma vez aqui a colaboração dos palestrantes e parabenizá-los pela consistência e profundidade das explanações, dos números e dos dados que nos trouxeram aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR seja incluído o seguinte convidado: representante da CNI - Confederação Nacional da Indústria." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 10, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR, seja incluído entre os convidados o Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos Requerimentos (REQ) 4 e 8/2024 - CDR, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA) e REQ 10/2024 - CDR, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Audiência pública interativa com o objetivo de debater a implementação do programa Nova Indústria Brasil - NIB, com as perspectivas de desconcentração regional, mediante o fortalecimento do programa na região Norte. **Participantes:** Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR; Sr. Felipe Machado, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços - MDIC; Sr. Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da CNI; Sr. André Godoy, Diretor Executivo da ABDE - Associação Brasileira de Desenvolvimento, representando o Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep; Sr. Luiz Lourenço de Souza Neto, Gerente Executivo de Pessoa Jurídica do Banco da Amazônia S.A. - BASA; Sr. Jorge Frota, Diretor de Fundos Unidos, Atração e Incentivo Fiscal - SUDAM; Sra. Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda; e Sr. João Paulo Pieroni, Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Beto Faro
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de abril de 2024.

Comunico que esta Presidência foi convocada, na qualidade de membro do Conselho Nacional de Turismo, a participar da reunião ordinária que acontecerá durante o evento do WTM Latin America, no dia 17 de abril de 2024, às 9h, no Expo Center Norte, na cidade de São Paulo.

Registro que a CDR possui um assento permanente neste Conselho, que voltou a se reunir após a pandemia de covid-19, período em que o Conselho teve suas atividades paralisadas.

A presente reunião está dividida em duas partes: uma deliberativa, e a segunda, em audiência pública interativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias de requerimentos apresentados nesta Comissão, que é a primeira parte, em que nós deliberaremos, inclusive, sobre dois requerimentos de pessoas que foram convidadas a participar como palestrantes desta Comissão e que precisam ser aprovados para que eles possam estar aqui à mesa.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR seja incluído o seguinte convidado: representante da CNI - Confederação Nacional da Indústria.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 10, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2024 - CDR, seja incluído entre os convidados o Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep.

.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

O Sr. Celso Pansera, Presidente da Finep, inclusive, está trazendo substituto; ele está indicando uma pessoa por outros problemas.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Ausente.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos, então, à segunda parte.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública interativa com o objetivo de debater a implantação do programa Nova Indústria Brasil (NIB), com a perspectiva de desconcentração regional, mediante o fortalecimento do programa na Região Norte, em atendimento aos Requerimentos nºs 4 e 8, de 2024, de autoria do Senador Beto Faro; e do Requerimento nº 10, de 2024, de autoria do Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados ou representantes: a Sra. Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. (*Pausa.*)

Obrigado, Adriana.

Sr. Felipe Machado, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). (*Pausa.*)

Obrigado, Felipe, também.

A Sra. Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável, do Ministério da Fazenda. Ela informou que deve estar... Ainda não está aqui, não é? Está chegando daqui a pouquinho, mas confirmou presença. Daqui a pouco, quando chegar, vem à mesa.

A Sra. Samantha Ferreira, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria; e o Sr. André Godoy, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento. Ainda, de forma remota, contamos com a participação dos seguintes convidados: Sr. João Paulo Pieroni, Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que está interativamente, não é? Confirmado, não é? (*Pausa.*)

O Sr. Luiz Lourenço de Souza Neto, Gerente-Executivo de Pessoas Jurídicas do Banco da Amazônia (Basa), e o Sr. Jorge Frota, Diretor dos Fundos Unidos, Diretor de Fundos Unidos, Atração e Incentivo Fiscal, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazer as suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos a exposição, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania. Então, leio aqui as perguntas, porque isso pode, inclusive nas falas – quem sabe? –, já ser respondido, as perguntas feitas pelo e-Cidadania.

Enzo, do Piauí: "Quais as medidas [...] [adotadas] para acompanhar a eficácia da Nova Indústria Brasil, principalmente em regiões industrialmente precárias?".

Clara, do Rio de Janeiro: "Quais serão as medidas para facilitar a transição ecológica e impulsionar a modernização do parque industrial brasileiro?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Athirson, de São Paulo: "Como a NIB conciliará o desenvolvimento industrial com a preservação da Amazônia e a promoção de práticas sustentáveis?".

Alan, de Goiás: "De quais formas o programa Nova Indústria Brasil pode revitalizar a indústria nacional brasileira?".

Letícia, do Mato Grosso: "Quais incentivos fiscais, apoio à infraestrutura e acesso ao crédito existirão por parte do Governo para o fomento da Região Norte?".

Ananias, da Bahia: "Quais serão as propostas para diminuir a carga tributária e [...] [garantir] que a indústria terá um crescimento real e sustentável?".

Antes de passar a palavra, também quero manifestar algumas questões, inclusive como Presidente aqui e como a pessoa que tomou a iniciativa para que a gente pudesse estar realizando esta sessão.

Agradeço aos colegas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a todas as pessoas presentes e, em especial, expresso nossos agradecimentos às autoridades e aos especialistas que nos brindarão com as suas apresentações nesta reunião de audiência pública que visa debater o programa de reindustrialização do Brasil.

Sem prejuízo de reflexões mais abrangentes sobre esse programa estratégico para o país, esperamos nesta reunião a abordagem do tema principalmente sob dois aspectos: o primeiro diz respeito às medidas que poderão ser adotadas pela Nova Indústria Brasil para garantir a desconcentração regional do desenvolvimento industrial.

O programa é um passo importante e decisivo para a economia brasileira, não apenas por se constituir no provável instrumento de reversão do acelerado processo de desindustrialização da economia brasileira, que se aprofundou nos últimos anos. Chegamos a um ponto, durante a pandemia, em que descobrimos a nossa incapacidade até de produzir máscaras e seringas para aplicação de vacinas. Porém, o NIB também deverá alterar de forma radical o padrão da estrutura industrial do país com a descarbonização e outras estratégias em conformidade com o desenvolvimento sustentável.

Contudo, achamos que o programa estará capenga e não cumprirá os seus propósitos políticos maiores caso não inclua diretrizes objetivas e substantivas para a industrialização de todos os estados brasileiros, em especial a Região Amazônica. Essa região tem ocupado espaço privilegiado em debates públicos, nacionais e internacionais, mas carece de políticas estruturantes para o desenvolvimento e a garantia das condições dignas de vida aos mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras que lá residem.

De outra parte, ainda que não previsto na proposição original desta reunião, também contamos com a manifestação dos nossos convidados, especialmente do representante do BNDES, sobre as ações que devem ser adotadas para enfrentar alguns gargalos para o NIB, por exemplo, seria impensável um processo de reindustrialização com a dependência do país em insumos estratégicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cito o caso das importações predatórias massivas de aço da China, que produz mais de 1 bilhão de toneladas do insumo, volume quase duas vezes maior que a soma da produção dos demais países que integram a lista dos dez maiores produtores mundiais do aço. Com grande excedente, a China está exportando aço diretamente ou via terceiros, a qualquer preço, o que faz triplicar importações pelo Brasil, de 2020 a 2023.

Em decorrência, estamos assistindo ao fechamento de altos fornos e revisão de investimentos, inclusive o fato impõe empecilhos para o processo de descarbonização da economia brasileira, à medida que empresas produtoras do aço verde, sobre o qual o Brasil apresenta potencial diferenciado, vêm anunciando o adiamento e cancelamento de investimento, dada a concorrência predatória do aço chinês.

Apresentamos projeto de lei que, tempestivamente, tenta conter esse processo, pois não podemos admitir, na indústria, o nível de dependência externa fatal que ocorre com o agronegócio nos insumos químicos e genéticos.

Desde logo, pedimos que os representantes dos órgãos do Governo presentes nesta reunião viabilizem o debate interno e o apoio político a essa proposição.

Portanto, temos enorme expectativa de que esta audiência pública venha a apresentar as soluções esperadas para os problemas postos e, assim, garantir maior envergadura socioeconômica e política para o NIB.

Então, passamos agora aos debates com a apresentação aqui dos palestrantes.

Com a palavra a Sra. Adriana Melo Alves, que representa a Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MDR).

Com a palavra por até dez minutos.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Obrigada, Senador. É uma satisfação poder estar aqui, representando o MDR. Falo em nome do nosso Ministro Waldez Góes e tratamos aqui da convergência, da proposta de convergência, exatamente do plano da nova política industrial brasileira, com as ações que o MDR desenvolve em relação ao desenvolvimento da Amazônia.

Primeiramente, contextualizando, a ação que o ministério desenvolve está respaldada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, uma política que olha a Amazônia como uma macrorregião prioritária – no caso, o recorte da Amazônia Legal –; olha para o acesso à renda, as dificuldades de acesso à renda que essa região ainda apresenta; para os déficits de competitividade que ainda apresenta; olha para suas cidades médias ou suas cidades intermediadoras, para além das capitais, mas que têm o potencial de dinamizar economias regionais; e olha para a necessidade de a gente diversificar a economia e agregar valor às áreas que são produtoras de *commodities* agrícolas e minerais. Então, o que nos respalda, o que respalda a atuação do ministério é a PNDR, que é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também um outro instrumento, que é capitaneado pela Sudam, que é o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

Aqui nós temos representantes, nesta audiência, da Sudam, mas o plano se encontra hoje no Congresso Nacional, para apreciação, e ele faz uma aposta estratégica clara no modelo de desenvolvimento da Amazônia, pautado na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento da economia da biodiversidade, ou seja, na bioeconomia. Então, considerando essa aposta estratégica do plano da Amazônia, considerando as premissas e os objetivos da PNDR, o ministério desenvolveu a sua atuação na Amazônia, buscando a transição de um modelo de desenvolvimento mais pautado na sustentabilidade e na inovação.

E aí nós temos o novo plano Nova Indústria Brasil. E como o MDR poderá contribuir com o plano?

Primeiro, acho que foi interessante que o MDR – e a gente já está trabalhando isso junto ao Mdic e ao Ministério da Fazenda – montou um grupo de trabalho que vai propor uma territorialização ou uma regionalização das metas do plano Nova Indústria Brasil. E aí, acho que o primeiro esforço que a gente pode fazer é elencar quais seriam as missões mais aderentes ao desenvolvimento da Amazônia e, a partir daí, regionalizar essas metas. A gente antecipou aqui as missões que diretamente dialogam com a Amazônia, mas que não são excludentes.

Então, a gente tem as cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; o forte complexo econômico e industrial da saúde; e a bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética. Então, essas três missões, Senador, já apontam para um protagonismo da Amazônia no plano da Nova Indústria Brasil.

E a partir daí, qual é a missão do MDR? É importante que a gente entenda que, quando nós tratamos de política de desenvolvimento industrial, ela vai ter uma base territorial, e o território tem que estar preparado e também estruturado para receber atividades industriais, sejam mais intensivas em conhecimento, sejam mais intensivas em mão de obra.

É preciso que trabalhemos também a questão da infraestrutura de escoamento dessa produção. É preciso que o setor primário, no caso da bioeconomia, por exemplo, esteja estruturado com produtos certificados, com manejo adequado da produção, para que a gente consiga e para que a região consiga absorver atividades industriais mais densas. Nós temos hoje a Zona Franca de Manaus, que trabalha com toda a gama de produtos com tecnologia de informação e comunicação, eletrônicos, mas a gente precisa que outras porções do território amazônico também estejam preparadas para absorver as atividades industriais mais densas.

É por isso que a gente vai lançar, Senador, já no próximo mês, o Programa Desenvolve Amazônia, que é um programa que é uma carteira de ações do sistema MDR destinada a três frentes: superar déficits infraestruturais da Amazônia Legal, o que vai contribuir com a implantação da atividade industrial; aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento produtivo com base nas vocações naturais da região; e é um programa executivo que tem um horizonte de três anos, em que o ministério já vai anunciar as frentes de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse programa vai tratar e vai buscar enfrentar alguns desafios da região: primeiro, a questão da resiliência territorial – então, com todo o advento das mudanças climáticas, é preciso que a gente tenha também territórios resilientes, e isso dialoga muito com a atividade produtiva, com a implantação das atividades produtivas que o NIB implementará regionalmente –; potenciais produtivos que requerem incentivos, equipamentos e parcerias; territórios fronteiriços que demandam coordenação de políticas públicas; crédito – ainda que haja oferta, existe uma subutilização dos instrumentos de crédito pelo público beneficiário –; desafios logísticos – infraestrutura hídrica, estradas, rodovias, hidrovias, energia e conectividade –; e cidades ainda com déficit de abastecimento de água, saneamento e outros serviços essenciais.

Então, esse programa poderá ter uma missão crucial e dialoga muito com o Nova Indústria Brasil, porque esse programa preparará o território para a implantação exatamente das atividades industriais mais densas na Amazônia. É um programa que parte do sistema MDR, então todas as suas secretarias e entidades vinculadas estão aderentes e fazem parte do programa, mas ele vai ser expandido, buscando a parceria com outros ministérios.

E aqui são os três eixos de atuação do Desenvolve Amazônia. A gente tem a resiliência territorial, a bioeconomia e a cooperação federativa, transversalidade e participação social.

Na resiliência, a gente trabalha com o ordenamento – por exemplo, o plano de ordenamento do entorno da Transamazônica está como uma ação prevista –; a gestão de riscos e desastres – como bem sabemos, a Amazônia vem sofrendo os efeitos das mudanças climáticas com secas extremas, enchentes extremas de outro lado –; a gestão dos recursos hídricos, infraestrutura e irrigação; a capacitação e regulação dos usos múltiplos da água. Esse é o primeiro eixo.

O segundo eixo é o da bioeconomia. Aí a gente tem a estratégia Rotas de Integração Nacional e BioRegio, que é o programa de bioeconomia; os fundos regionais e incentivos fiscais; as rodovias estaduais de suporte à produção; a infraestrutura complementar, máquinas e equipamentos.

E, na cooperação federativa, seria olhar sub-regionalmente que regiões da Amazônia merecem um destaque ou um olhar especial. Nós temos a faixa de fronteira, com todo o potencial de integração sul-americana que oferece; o Marajó-Bailique, dados os baixos indicadores socioeconômicos mais o grande potencial produtivo que tem; e a região do Xingu. Esses são alguns dos exemplos.

E aqui a gente trabalha e apresenta as Rotas de Integração Nacional. É importante exatamente a gente preparar essa produção primária. Temos o exemplo do Bailique, no Amapá, com a produção de açaí; Altamira, no Pará, com a questão do cacau, toda a produção de cacau, que precisa da agroindustrialização e de todos os requisitos para uma agroindustrialização que realmente amplie o mercado, tanto para exportação quanto para o mercado nacional; Boa Vista do Ramos, no Amazonas, que trabalha um mel de excelente qualidade, então precisamos também melhorar essa produção; Bico do Papagaio, no Tocantins, e aí pegando o recorte do Tocantins na porção amazônica, trabalhando o pescado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas cadeias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Posso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Elas têm um potencial gigantesco na Amazônia e todas elas estão sendo trabalhadas e também dialogam com a Nova Indústria e o seu propósito de valorização da bioeconomia e descarbonização da indústria.

Nós temos o financiamento do desenvolvimento da Amazônia e trabalhamos os fundos constitucionais de desenvolvimento e o Fdirs, que é o fundo de modelagens para infraestrutura sustentável. E aí a proposta é a gente ampliar 5% a cada ano, a partir de 2024, a participação do FNO – Amazônia Rural no Fundo Constitucional do Norte, com R$500 milhões adicionais a cada ano, ou seja, uma proposta clara e uma aposta clara na bioeconomia, numa maior participação da bioeconomia nos nossos fundos constitucionais de desenvolvimento da Região Amazônica. Lançamento do Pronaf Amazônia, voltado para sistemas agroflorestais e sociobioeconomia, com uma meta de crescimento de 5% ao ano; prospecção e estruturação da carteira de projetos no SEP, que é o Sistema de Estruturação de Projetos, para submissão ao Comitê do Fdirs, que é esse fundo que trabalha as modelagens de concessões e parcerias; e apoiar a estruturação de ao menos dois projetos de concessão para a Região Amazônica. E vamos trabalhar a infraestrutura verde, então nós também temos o propósito de fortalecer a infraestrutura resiliente e verde no crédito para o desenvolvimento, na oferta de crédito para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Uma outra frente de atuação do ministério que dialoga com a NIB é a faixa de fronteira. A gente entende que especialmente as cidades gêmeas são nós logísticos interessantes de integração sul-americana e que precisam de estruturação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – Então, nós propomos, com o Programa Fronteira Integrada, essa estruturação das cidades gêmeas, para que possamos também trabalhar, em parceria com o Ministério do Planejamento, nas rotas de integração sul-americana, o desenvolvimento da bioeconomia, perpassando as fronteiras como um elemento de integração sul-americana. Essa é a proposta do ministério, trabalhando com pelo menos quatro territórios, Oiapoque-Saint Georges, Pacaraima-Santa Elena... A gente tem aqui Tabatinga-Letícia; hoje a gente já tem centros de bioeconomia e biotecnologia médica sendo implantados na região e interligação com o CBA, o Centro de Bionegócios de Manaus, fazendo essa ponte de integração dos negócios com a oferta e a promoção da bioeconomia nos centros implantados em Tabatinga. E também Guajará-Mirim e Guyaramerín, Cáceres-San Matías, são todas propostas integradas às rotas de integração...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MELO ALVES – ... sul-americanas, que estão sendo trabalhadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Temos também a região do Xingu como uma região prioritária, com uma grande produção de chocolate, cacau, com um grande potencial para a agroindustrialização.

E, para finalizar, Marajó-Bailique, com toda a questão da produção bufalina, queijos de búfala, e toda uma forte frente de agroindustrialização que pode ser desenvolvida nessa região.

Fico por aqui, disponibilizo a apresentação e coloco-me à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Adriana, representando o Ministério de Desenvolvimento Regional.

Essa campainha, faltando um minuto, perturba um pouco, mas a Mesa vai ser tolerante.

Passamos a palavra ao Sr. Felipe Machado, representando a Secretaria de Desenvolvimento Industrial e Inovação, Comércio e Serviços do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O SR. FELIPE MACHADO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Por via das dúvidas, eu vou correr aqui para não ter esse problema num futuro próximo.

Queria começar agradecendo ao Senador e saudando a iniciativa. Nós aqui, obviamente, somos parciais, nós do MDIC, porque a gente considera que essa política industrial é o que pode efetivamente trazer uma transformação para a nossa economia e para a nossa sociedade, consequentemente.

O próprio Senador mencionou a preocupação com a desindustrialização. Há vários estudos que mostram, eu sempre cito isso, que a desindustrialização do Brasil é uma das mais graves do mundo. Na verdade, os estudos mostram que é a mais grave do mundo, desde a década de 70, final da década de 70 e 80. E isso tem um impacto gigantesco na qualidade de vida da nossa população. A gente tem muita dificuldade de, efetivamente, fazer com que o bem-estar da sociedade seja maior devido a essa desindustrialização precoce. As oportunidades nunca chegam para a maior parte da população. Então, com raras exceções, a gente tem crescimentos que são chamados pelos economistas de voos de galinha, nesses últimos 40 anos. E é isso o que a gente quer alterar com essa nova política industrial.

Essa política industrial, então, partiu desse diagnóstico do Governo que assumiu, agora no ano passado, de que a desindustrialização realmente é muito grave. Começou, principalmente, reestruturando o Estado. Se a gente ficou vários anos sem efetivamente implementar a política industrial, a gente precisava reforçar o Estado e fazer com que ele tivesse condições de implementar essas políticas industriais.

Então, o primeiro passo foi recriar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, no ano passado – se não me engano por volta de abril – que é um conselho formado por 21 membros de ministérios, 20 ministérios mais o BNDES, e ainda 21 da sociedade civil. O próprio MDR – o antigo MDR, agora MIDR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– também faz parte. Por quê? Porque a questão do desenvolvimento regional, a nossa preocupação com esse desenvolvimento regional é grande.

A própria Secretária Adriana mencionou antes que foi criado um grupo de trabalho no âmbito desse conselho nacional de territorialização. A intenção ali é criar um sistema nacional de territorialização da política industrial, do desenvolvimento industrial, e ele já está em andamento. A ideia é justamente fazer com que essas ações que são pensadas no âmbito da Nova Indústria Brasil tenham um melhor impacto com relação à redução de desigualdades. Aliás, a própria redução de desigualdades regionais faz parte da política industrial como um dos princípios básicos, ou seja, qualquer política, qualquer medida, qualquer ação que esteja sendo pensada, no âmbito da Nova Indústria Brasil, ela precisa ter isso em mente, ela precisa ter a redução das desigualdades regionais como cerne.

Eu gostaria também de mencionar aqui que essa nova política industrial é baseada em missões. Ela é inovadora em relação às políticas industriais do passado, porque ela pensa... o objetivo final é solucionar grandes gargalos sociais da sociedade. Então, a gente tem seis missões que foram estabelecidas. A própria Secretária Adriana mencionou três, que, na visão dela, teriam relação mais próxima com a questão da Amazônia, com a qual eu concordo. Então, isso mostra que, ao contrário do passado, dessa vez a gente está pensando a indústria como um meio de transformar a sociedade, como um meio de solucionar os grandes problemas da sociedade brasileira.

Eu vejo aqui também um participante da Secretaria de Economia Verde do ministério, saudando o Marcelo. Isso é importante, porque também faz parte de mais uma mudança institucional que o Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin trouxe, quando assumiu, que foi focar o ministério também na questão da economia verde. Então, ele criou essa secretaria, que não existia antes, e que, obviamente, como uma secretaria jovem tem sérias dificuldades em termos de busca de orçamento e de construção de pessoal etc. – isso faz parte –, mas isso já mostra muito claramente que o ministério tem esse foco na economia verde. Como tal, obviamente, a gente olha para o desenvolvimento regional, afinal de contas a nossa Amazônia se destaca quando se fala em economia verde. Temos a maior biodiversidade do mundo e, obviamente, a gente precisa utilizar isso para trazer desenvolvimento socioeconômico para a nossa sociedade.

Então, um dos aspectos que também foi salientado pela Secretária é a recriação, ou, digamos assim, o fortalecimento do Centro de Bionegócios da Amazônia. Pela primeira vez, ele flexibilizou a questão de fazer parcerias com o setor privado. Então, isso é uma possibilidade, isso traz a possibilidade de angariar mais recursos para realizar projetos no âmbito da bioeconomia lá na Amazônia. Ele tem 26 laboratórios, ele tem uma planta piloto industrial e, finalmente, a gente está com uma expectativa muito grande de que ele vai funcionar como ele deveria funcionar. A ideia é antiga, mas ele ficou, por muito tempo, subutilizado para uma série de questões, muitas delas formais, mas agora a gente tem grande expectativa de que ele vai ser um vetor de desenvolvimento da Amazônia, especialmente nas áreas de fitoterápicos, de cosméticos, de biocosméticos e também até mesmo de biocombustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outra iniciativa muito interessante que está sendo elaborada junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário diz respeito ao Programa Mais Alimentos. É a tentativa de – e aí faz parte muito da Missão 1, que foi mencionada também pela Secretária, da questão das cadeias agroindustriais – mecanização da agricultura familiar. E aí, quando a gente está falando da Amazônia, é uma tecnificação, uma mecanização principalmente da extração vegetal. Então, a própria Secretaria de Economia Verde está elaborando uma medida, uma ação nesse sentido que eu acho que vai ter um impacto gigantesco, Senador, inclusive, lá para o seu estado, que, afinal de contas, é o maior produtor, por exemplo, de açaí...

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – De cacau.

O SR. FELIPE MACHADO – Pois é, e de cacau também.

E a gente sabe também que são atividades perigosas e que, enfim, com a mecanização, com a ajuda da automação, a gente pode reduzir esses problemas laborais e aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores que estão nessas atividades no norte do país. Então, é uma iniciativa bem legal que está sendo feita em conjunto com vários ministérios e que eu gostaria de salientar aqui também.

E, por último, até para não ter o problema da campainha, eu gostaria de salientar também, para além da bioeconomia, a questão absolutamente relevante do setor eletroeletrônico no Norte do país, mais especificamente a questão da Zona Franca de Manaus, que teve boas notícias no ano passado. A Lei 14.788 estendeu até 2074 os benefícios da Zona Franca de Manaus. A gente trabalhou também em uma portaria para agilizar os prazos de análise dos chamados processos produtivos básicos lá da Zona Franca de Manaus, que nada mais é do que a tentativa de adensar essas cadeias, de fazer com que mais valor agregado seja adicionado aqui no país, especificamente naquela região. Então, a gente tem trabalhado para reforçar o papel da Zona Franca de Manaus como vetor de desenvolvimento regional, coisa que sempre foi o objetivo principal desse instrumento. E, mais do que um instrumento de política industrial – e até acho que mais importante do que isso –, ela é um instrumento de desenvolvimento regional e precisa ser vista dessa forma, inclusive avaliada dessa forma. E eu não tenho dúvida de que essas medidas que foram pensadas e outras que estão por vir vão reforçar esse papel da Zona Franca de Manaus como um vetor de desenvolvimento regional lá na Amazônia.

Bom, eu encerro só mencionando que, como eu falei, o desenvolvimento regional é um pilar da Nova Indústria Brasil e que também a gente tem consciência de que desenvolvimento regional não é simples. Se a gente for olhar para os últimos 100, 150 anos de desenvolvimento econômico no mundo inteiro, a gente não consegue citar, exceto os Estados Unidos, um país grande que tenha conseguido se desenvolver, e de forma igualitária nas suas diversas regiões. A China tentou isso de forma mais ambiciosa nos últimos 25 anos e teve bons resultados. E eu acho que a grande lição é que a gente precisa olhar, como a própria Secretária disse – ela falou antes de mim –, quais são as potencialidades de cada uma dessas regiões. Por exemplo, os chineses, com a questão da província de Xinjiang aproveitaram...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MACHADO – Não deu certo, viu?

Aproveitaram toda a questão de incidência solar para desenvolver uma cadeia de painéis solares naquela região, que é uma região bastante remota do país. Eles conseguiram fazer isso e eu acho que a gente precisa fazer isso também em relação às nossas regiões, porque há muita potencialidade, por exemplo, eólica *offshore* no Nordeste do país caindo de madura. Então, a gente precisa ter um carinho especial para as potencialidades que as diversas regiões do país têm, e eu tenho certeza que a gente vai conseguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Felipe Machado.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Lourenço de Souza Neto.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Beto Faro, do Felipe e da Adriana, eu cumprimento a todos da Mesa diretiva. Cumprimento também os Senadores presentes e a todos que estão na plenária, nesta audiência pública.

Gostaria de começar dizendo da importância e da responsabilidade que o Banco da Amazônia (Basa) tem para com a região e para com os projetos, seja no setor do turismo, seja na indústria como um todo.

O Banco da Amazônia não se exime da responsabilidade que tem de aplicar não só os recursos do FNO, mas os recursos de capital próprio do banco e também os recursos que estamos buscando, inclusive, em fontes internacionais, para fazer o atendimento.

É com muito orgulho que hoje em dia o Banco da Amazônia informa que praticamente zera os recursos do fundo – acaba não zerando porque muitas tranches que são liberadas no final do ano acabam contabilizando alguma coisa em janeiro, mas, se você for olhar mesmo no caixa, ele é todo voltado para o crédito.

O Banco da Amazônia tem, nos últimos cinco anos, cumprido o seu papel de colocar o recurso a quem precisa, especialmente a micro, pequenos negócios e projetos de infraestrutura também – temos 20% do FNO disponíveis para a área de infraestrutura. Então, aqui vale para portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, concessões rodoviárias, todos os financiamentos de energia – que é muito importante aqui – e telecomunicações também. Além disso, a gente ainda tem o setor industrial de médio e grande porte, que é bem atendido também e que a gente atende por obrigação do fundo com menos de 50% do valor do FNO, por conta das próprias regras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Então, o Banco da Amazônia quer continuar sendo o grande parceiro de desenvolvimento na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É com orgulho que a gente informa que, de cada cem negócios na Amazônia, pelo menos 65 têm a participação do Basa nesse financiamento, e, com isso, a gente cumpre o nosso papel como agente de desenvolvimento e banco de desenvolvimento regional.

Eu queria passar para a apresentação, se pudessem colocá-la na tela, por favor.

Vamos fazer uma breve apresentação das nossas linhas de oportunidades de crédito para o setor da indústria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode compartilhar, gente.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Posso compartilhar por aqui?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode sim.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Deixe-me entrar aqui pelo Zoom. (*Pausa.*)

Estou tentando aqui. (*Pausa.*)

Por algum motivo aqui, não está conseguindo carregar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Jorge, a gente pode passar por aqui a sua apresentação. Tem um registro aqui.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Pode passar por aí. Se puder passar por aí...

É o Luiz Lourenço que está falando, do Banco da Amazônia.

Pode passar por aí sem problema, que eu acompanho daqui.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (*Por videoconferência.*) – Está ótimo! Exatamente.

Pode passar essa primeira tela aí, por favor?

Como eu falei, a gente acredita, aqui no Banco da Amazônia, que o desenvolvimento sustentável é a melhor opção para o desenvolvimento e o bem-estar da nossa população. Por isso, a nossa missão é desenvolver uma Amazônia sustentável com créditos e soluções eficazes.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouquinho do setor de turismo e da indústria como um todo, só falando do segmento pessoa jurídica, que é o objetivo dessa reunião aqui, dessa audiência, nos últimos cinco anos, o Banco da Amazônia aplicou R$22,8 bilhões de fomento em pessoas jurídicas; R$9,1 bilhões em infraestrutura regional; 2,5 bilhões em crédito comercial, que é um crédito com recurso do próprio banco, muito voltado para giro e atendimento dessas empresas; R$6,4 bilhões desses recursos foram aplicados em pequenos portes; R$4,6 bilhões em crédito industrial, que é o objetivo aqui da reunião; e foram mais de 37 mil contratos que foram realizados, mais de 37 mil operações de crédito nesses últimos cinco anos.

Pode passar.

Falando um pouquinho para micro e pequenas empresas – porque também, embora a gente tenha as grandes indústrias, a gente tem muitas indústrias de pequeno porte na Amazônia, são empresas que faturam até R$4,8 milhões –, a gente aplicou mais de R$3 bilhões. E esses recursos são aplicados em todos os locais, seja no Amapá, seja em Roraima, seja no Tocantins; enfim, em toda a Região Norte do país, a gente tem aplicado.

Pode passar.

Vamos falar um pouquinho do nosso perfil do segmento de pessoa jurídica regional. Se a gente for olhar isso em quantidade de operações – não é em volume, porque, se a gente colocar em volume, os grandes portes acabam tendo poucas operações, mas um volume que distorceria essa média, então falando do apoio que a gente tem em termos de porte –, 73% do crédito praticamente é micro e pequena empresa, 14% pequena-média, 11% média e 2% seriam as grandes empresas.

Se a gente for olhar a finalidade, para onde tem sido deslocado esse crédito, têm sido feitas as aplicações de acordo com a demanda recebida, 78% desses portes, em quantidade de operações, são capital de giro, 19% de investimento, 3% de custeio e 2% de industrialização. Esses números, como custeio e industrialização geralmente são do segmento agro, mostram que, no segmento de pessoa jurídica, o setor do agronegócio tem demandado pouco crédito na área de pessoa jurídica do Basa. Embora a nossa carteira seja 65% de agro, a grande maioria é voltada para produtor rural, Pronaf, pequena agricultura familiar, agricultura de subsistência. Então, a gente tem muita oportunidade de financiamentos, através do Amazônia Rural, do programa do FNO, voltados para indústrias e indústrias do agronegócio. Então, a gente tem feito muita parceria com instituições, parceria com o próprio Ministério da Integração, com o Ministério de Desenvolvimento Regional também. Agora mesmo, o Ministro Waldez Góes estava lá em Boa Vista, salvo engano, e o nosso gerente de pequenos negócios, o executivo de pequenos negócios estava lá presente para apresentar as oportunidades do banco também.

Setores atendidos: principalmente aqui a maioria dos nossos setores, se a gente for olhar, é comércio e serviço. Nós temos 5% em termos de atendimento para indústrias e 6% da agricultura e pecuária, falando de pessoa jurídica – lembrando que esse recorte é pessoa jurídica e em quantidade de operações, não em volume, porque, em volume, a gente sabe que a indústria consome um capital relativamente grande nos projetos, não são projetos simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Falando um pouquinho dos setores, vou falar rapidamente dos setores, uma fotografia dos setores – e a gente falou bem aí, a Adriana falou dos bionegócios; é muito interessante o que a gente tem aí. Então, nós temos aí o desenvolvimento da cadeia do açaí muito forte na nossa região, seja no Amapá, seja no Amazonas, seja no Pará, principalmente no Pará e Amapá. Temos aí uma grande oportunidade da cadeia do açaí, industrialização, verticalização da nossa produção. Temos aí a questão dos grãos, de armazenamento de grãos, e há muita demanda aí. Com a chegada do agronegócio pujante na nossa região, a gente precisa também de armazenamento, de armazenagem.

Quero falar um pouquinho de turismo – a gente tem muito turismo, principalmente o bioturismo, o turismo voltado para as belezas regionais, voltado também para a gastronomia local, então a gente tem um investimento bastante significativo na cadeia do turismo – e de energia, porque se faz necessário você preparar toda a infraestrutura regional. A gente agora está participando do financiamento do último tramo de distribuição da Eletronorte, através Eletrobras e do grupo Alupar, a gente está fazendo o financiamento agora da Transnorte, que vai permitir ligar Roraima – no caso, Boa Vista – a Manaus. E Boa Vista é o último local do nosso... Roraima é o último tramo do sistema nacional de energia que não está ligado ao sistema nacional de energia, vai passar a estar ligado, e o Basa estará participando desse projeto.

Também falando um pouquinho de gás, eu destaco, aqui, nessa foto, que quem está aí é a Companhia de Gás do Pará, e o Senador Beto Faro conhece as iniciativas do Governo estadual, do nosso Governador e também as nossas intenções de fazer a matriz energética não só do Estado do Pará, mas de toda a Amazônia proliferar. Então, é um projeto de que o Basa também está participando. E colocar o gás ali na região de Barcarena não foi fácil, foi através de um navio que chega com gás GNL, transforma em GLP, para poder fazer o atendimento das indústrias locais. Isso vai diminuir custos, vai melhorar e abre espaço para estados aonde o gás natural não chega, onde a gente não tem postos de gás natural, como é o caso do Amazonas, onde a gente financia bastante também geração de energia. A gente vai conseguir atender a indústria local e possibilitar uma matriz energética mais sustentável para a nossa região.

Quero falar um pouquinho aqui da indústria no Tocantins, e a gente também coloca a panificação, o alimento, porque a gente trabalha bastante no setor industrial, são indústrias que vão colocar uma forma de atendimento. Então, a gente deu esse exemplo, para mostrar que o Banco da Amazônia está em todas as frentes industriais e os projetos que apoiam o desenvolvimento regional.

Pode passar.

Vou falar um pouquinho do processo de crédito, bem rapidamente.

O processo de crédito do Banco da Amazônia é um processo básico que envolve cadastro – apresentação da documentação básica da empresa e dos seus sócios –, abertura de uma conta no Banco da Amazônia. A partir daí, o Banco da Amazônia roda, com base nas demonstrações financeiras da empresa e na estratégia de negócio, um limite de crédito. Esse limite de crédito dá um portfólio de produtos e serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do banco, envolvendo inclusive várias fontes do banco, recursos próprios, FNO, BNDES. E as empresas podem, então, fazer uso diretamente, sem projeto, desse limite de crédito. Se houver já um projeto mais complexo, envolvendo construção civil, aliado a capital de giro, aliado a equipamento, projetos mistos, é possível fazer uma análise de projeto através de carta-consulta, se for necessário, para a empresa saber logo se tem enquadramento, qual seria o tipo de garantia e como o Basa poderia apoiar. Depois, parte-se para a contratação: aprovado isso, contratação e liberação de recursos.

Pode passar, por favor.

Vou falar um pouquinho das linhas que a gente tem, falar um pouquinho do giro, porque as indústrias precisam também de muito giro. Então, a gente tem dois tipos de giro: o giro FNO e o giro com recursos próprios do banco. O giro com recursos próprios do banco vai até 60 meses, com taxa pré e pós, só que aqui, nesse crédito, tem IOF e não tem carência, ou seja, o cliente contrata e já começa a pagar a partir do primeiro mês de vencimento. No caso do FNO, o prazo é até 36 meses, taxa pré e pós, sem IOF e até dois meses de carência.

Pode passar.

Falando aqui um pouquinho de linha de investimento, a gente tem aí o investimento da Amazônia, como eu falei, empresarial, que é o que está destacado em amarelo aí. Então, a gente tem até 20 anos, incluída a carência, com 4 anos de carência – em projetos de turismo podem chegar até 6 anos. Empresarial de até 17 anos, incluída aí uma carência de 4 anos também, e as taxas são todas calibradas por porte.

Pode passar.

As taxas, eu vou passar em frente, porque é a TFC do Banco Central, já divulgada, mas são taxas que, se vocês forem olhar, variam de 6%, 7% ao ano, pré-fixada, para pequena empresa. E grande empresa, geralmente, opta por pós-fixada, trabalhando IPCA, mais 4,70, mais 2,70, se for logística, e mais a variação do IPCA.

Pode passar.

Temos também as linhas do BNDES, para finalizar, dois tipos de linha. A BK Finame, para aquisição e comercialização de máquina e equipamento, em que você pode escolher a TLP, Selic, TFB ou TFBD e mais o *spread* do Basa, que gira em torno de 3% a 4% ao ano para essa linha.

Pode passar o último eslaide, por favor.

Aqui é o BNDES Automático, que já é para investimento. Também podem ser escolhidas essas variações. O BNDES cobra 1,25 de taxa, mais TLP, Selic, TFB ou TFBD, e a taxa do Banco da Amazônia é negociada com base no risco do cliente, também gira de 2% a 4%, dependendo do tipo de empresa.

Por favor, pode passar o último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, então, encerrar aqui e agradecer pela oportunidade de apresentar as linhas do banco, apresentar o trabalho que o Basa vem desenvolvendo no setor industrial e me colocar à disposição da plenária.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Luiz Lourenço, representante do banco Basa, Banco da Amazônia.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Frota, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Também é remoto, não é? (*Pausa.*)

O SR. JORGE FROTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Beto Faro, Presidente da Mesa. Em nome do nosso Superintendente, Paulo Rocha, eu lhe levo um abraço, a todos os presentes aqui também, à Adriana, representando o nosso ministério, a quem somos vinculados. É importante ressaltar essa pauta, a qual julgamos fundamental para o desenvolvimento da Amazônia. Principalmente quando se fala em desenvolvimento, não se pode deixar de falar de infraestrutura.

Se formos avaliar hoje todos os grandes empreendimentos na área de geração de energia, infraestrutura da nossa Amazônia, a Sudam tem tido uma participação fundamental. Esse é um importante instrumento, através do recurso do FDA, que é gerido através dos parceiros: Banco do Operador, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. E temos a meta, junto ao ministério, de vincular mais dois bancos ainda este ano, com os quais estamos já com as tratativas em andamento.

Foi colocado aqui pelo nosso colega do Banco da Amazônia, Luiz Lourenço, a participação nesses projetos de geração de energia, porque, quando se fala em desenvolvimento, o princípio básico é ter infraestrutura. Isso aí é óbvio.

E a participação no Estado de Roraima – em retirar aquele estado, ainda o único estado fora do sistema nacional de geração de energia – também tem sido uma atuação muito forte da nossa parte, junto às empresas que estão vinculadas à atuação naquele lote, entre outras.

Estamos tratando também, muito fortemente aqui, da questão dos grandes corredores de escoamento de produção, BR-163, lote da BR-163, que foi loteado, e agora estamos também nessas tratativas, considerando que são importantes para a economia daquela região.

Importante ressaltar, Senador, a sua atuação na prorrogação dos incentivos.

Importante instrumento esse. E agradecemos, nas pessoas de todos os servidores, toda a sociedade amazônica, porque, sem sombra de dúvida, quando se fala em custo Amazônia, sem incentivo é muito difícil fazer economia aqui na Amazônia. Dessas empresas, as indústrias se utilizam desse incentivo, que é fundamental para a sobrevivência e melhoria da economia da nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para trazer um dado mais concreto, em 2023, nós, que chegamos aqui na Sudam, no meio do ano praticamente, tivemos um recorde de aprovação de projetos: 132 projetos aprovados em 2023, que representam a manutenção de quase R$550 bilhões de investimento na Amazônia e mais R$1,7 bilhão de incentivos fiscais relacionados à redução de IR, que, concretamente, traz a manutenção e criação de quase 40 mil postos de trabalho. Isso, sem sombra de dúvida, é um reflexo da atuação desse importante incentivo, importante instrumento que a Sudam opera, mesmo tendo passado por um processo de desidratação por um tempo curto, mas, com a equipe, com a coordenação do nosso Superintendente Paulo Rocha e apoio da nossa bancada, temos conseguido avançar de forma muito eficiente, melhorando o processo. Sem sombra de dúvida, isso é fundamental, porque a empresa precisa ter previsibilidade, a empresa não pode entrar com um processo aqui e não ter data para sair. E nós temos trabalhado muito fortemente na revisão desse fluxo, Senador, junto ao ministério, junto à Procuradoria, junto ao CGU e TCU, para que nós possamos avançar com segurança e eficiência, porque não necessariamente acreditamos que burocracia é sinônimo de segurança, ao contrário.

Temos trabalhado também muito fortemente numa atuação para que a Sudam possa atuar de forma ativa e mudar um pouquinho essa visão que, ao longo dos anos, foi se enraizando, de que nós só trabalhamos propostas passivas, é o que chega para a Sudam. E a Sudam precisa ter um retrospecto de atuação nos estados, nós precisamos ter dados, até para prestar contas para a sociedade, de quão eficiente é a atuação dos nossos instrumentos. Isso nós não temos hoje, mas estamos trabalhando para ter, para que a Sudam possa identificar oportunidades, seja no setor de turismo, seja no setor industrial, seja no setor produtivo, e atuar de forma ativa. Como? Através de seminários, através de apresentação e desmistificação desse instrumento, que, sem sombra de dúvida, para alguns ainda parece algo impossível de acessar. Nós precisamos levar esse instrumento para a sociedade, para o povo. Parceria através das federações das indústrias dos estados, já estivemos fazendo no Amazonas. Temos trabalhado a questão da interiorização dos incentivos fiscais em parceria com a Suframa, o que tem dado excelentes resultados para a forma de atuação da nossa Sudam.

Nesta oportunidade nos colocamos à disposição para esclarecer, para fornecer mais dados e informações – para que a plenária possa questionar – e para subsidiar também a mesa para novas informações. Então, estamos à disposição, aqui, Senador Beto Faro e demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Jorge Frota, representante da Sudam.

Passo a palavra à Samantha Ferreira, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA (Para expor.) – Obrigada. Gostaria de agradecer o convite, Senador, e agradecer a todos pela oportunidade de falar desse tema que é tão importante para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente sempre começa lembrando de onde partimos e por que é tão positivo o momento em que estamos agora. Tem a ver justamente com o fato de o Brasil ter finalmente uma nova política industrial que está totalmente alinhada ao que o mundo está fazendo.

Então, o primeiro eslaide lembra um pouco de onde partimos e traz pontos que já foram mencionados aqui, seja pelo Senador, seja pelo Felipe, que dizem respeito à desindustrialização acelerada que o país vive, à perda de participação acelerada no PIB. Então, existe um movimento natural, o setor de serviços cresce em importância, no entanto, nós ainda somos um país de renda média e temos a mesma participação que um país de renda alta, por isso a gente fala que a participação da indústria no PIB é similar à dos países de alta renda, e ainda não somos um país de alta renda, por isso a gente fala que essa desindustrialização é precoce e acelerada.

A gente perdeu complexidade econômica, então, os setores que têm maior complexidade, que são mais sofisticados, perderam importância na nossa estrutura produtiva, consequentemente, na nossa pauta de exportações – a gente chama esse processo de primarização. Tudo isso tem a ver com a baixa produtividade da nossa economia, que também é reflexo da baixa inovação, do ambiente econômico desfavorável ao investimento, bem como do nosso elevado custo Brasil. A CNI, há mais de 20 anos, fala sobre a necessidade de combater o custo Brasil, que reúne os problemas econômicos e institucionais que aumentam os custos de se operar no Brasil – eu vou falar mais sobre isso à frente – e, além disso, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento produtivo e tecnológico de longo prazo. Então, dado todo esse cenário, é onde estamos agora. O nosso PIB, quando a gente olha o crescimento na última década, cresceu de maneira muito lenta, 0,5% ao ano em média. Isso aconteceu porque a nossa indústria de transformação encolheu 1,4% ao ano em média, enquanto o nosso setor agropecuário teve um crescimento de quase 3% e o nosso setor de serviços um crescimento de 1%.

Então, a indústria tem um papel, como o Felipe já disse, é um meio para o desenvolvimento econômico. Ela reúne os empregos de maior qualidade, paga salários maiores que a média do Brasil, é o setor que mais investe em pesquisa e desenvolvimento – quando a gente olha a participação nos gastos empresariais em P&D, são quase 70% feitos na indústria –, portanto, é um setor que importa para o nosso desenvolvimento de longo prazo, para a sustentabilidade do nosso crescimento econômico, para que a gente consiga crescer a taxas mais elevadas e, de fato, melhorar as condições de vida da população. Então, o tema hoje são as desigualdades regionais, a redução da pobreza, e isso tem a ver com retomar a indústria, retomar a industrialização em novas bases.

E, aí, do outro lado, a gente mostra o que o mundo vem fazendo. A gente tem um contexto econômico mundial bastante complexo, um contexto geopolítico complexo, marcado por várias tendências que a gente já conhece, como a tendência de digitalização, que tem a ver com as novas tecnologias digitais, seja a inteligência artificial, a computação em nuvem, a realidade aumentada, a robótica. Isso tudo significou uma oportunidade bastante grande de os países tentarem recuperar sua competitividade, principalmente as economias desenvolvidas, frente à concorrência asiática. Começaram a lançar planos ali, depois da crise econômica, em 2008, 2009, tentando recuperar sua competitividade e produtividade. Tivemos a pandemia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que reforçou essas tendências. E a gente tem o acirramento das disputas comerciais e tecnológicas, principalmente entre Estados Unidos e China, e tivemos agora, de forma mais urgente, a tendência de emergência climática. Então, os países lançaram ainda mais planos após a pandemia e têm nos seus planos – seja os Estados Unidos, seja a União Europeia, tem ali vários países importantes – o tamanho dos recursos que eles estão investindo para recuperar as suas indústrias domésticas, eles vêm tentando justamente construir as bases da nova indústria, que precisa reduzir os impactos no meio ambiente, afinal a gente está diante de um problema que afeta a nossa sobrevivência. Além disso, precisam se adaptar às questões que estamos vivendo. Então, tivemos a pandemia, tivemos a exposição de vulnerabilidades das cadeias produtivas, temos os países se preocupando mais com a segurança nacional diante do aumento dos conflitos que a gente está assistindo.

Então, a gente fez uma conta pegando planos lançados desde 2019 dos principais países do mundo e soma mais de US$12 trilhões. Esse gráfico mostra alguns dos países: Estados Unidos, US$2 trilhões; Reino Unido, US$1,7 trilhão; União Europeia, US$1,7 trilhão; Japão, US$1,3 trilhão. Então, o Brasil lançou a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano Mais Produção centraliza os recursos da NIB, são R$300 bilhões, quando a gente converte para dólares são US$60 bilhões. Então, é o início de uma política que deve ser uma política perene, que deve resistir às mudanças de Governo, porque ela dá o norte para o país. Ela está falando de criar as condições para que as empresas consigam se adaptar a essas novas tendências, é uma questão de sobrevivência, de competitividade.

Sou eu que passo, não é?

Então, o Nova Indústria Brasil está totalmente alinhado ao que o mundo está fazendo. Como o Felipe já disse, ele é uma política industrial moderna. Ele não parte da escolha de setores, ele não parte da escolha de empresas, de tecnologias, ele parte de missões. Então, a gente escolhe problemas contemporâneos da nossa sociedade para a gente resolver. E aí, por meio da indústria, por meio de todos os setores, por meio da sociedade, com a articulação de vários atores – a gente está falando da academia, do setor privado, dos trabalhadores, por isso a missão é tão complexa –, a gente tenta resolver esses problemas, e isso vai culminar na melhoria das condições de vida do nosso bem-estar em geral.

E aí, a gente tem um *mix* de vários instrumentos dentro da Nova Indústria Brasil. Eles foram organizados ali em três grupos: financeiros, regulatórios, compras públicas, e aqui eu aproveito para enfatizar o fato de que ali estão medidas para combater o custo Brasil. Afinal, a política industrial não acontece no vácuo, então o sucesso da política depende também da redução do custo Brasil.

Fatores críticos do custo Brasil: a gente teve agora a aprovação da reforma tributária, ainda temos passos a dar sobre a regulamentação, mas essa vai ser uma injeção de competitividade bastante importante nas empresas, porque reduz custos para as empresas, seja de investimento, seja de produção, seja de exportação. A gente está falando da redução da acumulatividade, por exemplo, da menor complexidade, e tudo isso vai significar maior competitividade e também vai ter uma contribuição sobre a redução das desigualdades regionais. Então esse foi um passo importante que demos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro fator crítico está na parte de custo do capital, disponibilidade de custo do capital. Temos um *spread* bancário bastante elevado, uma das maiores taxas de juros do mundo. Isso não incentiva o investimento, que é uma variável chave para a inovação, para a produtividade, então esse é um fator, é outro fator crítico.

Outros que a gente sabe bem que importam e que estão ali contemplados nos objetivos das políticas estruturantes do Governo, como por exemplo a infraestrutura, então ela está ali no PAC também, está aqui na Nova Indústria Brasil. Então para citar alguns fatores que importam para que a política também dê resultados.

Bom, essas são as seis missões da NIB, já foram citadas aqui as que mais têm aderência à Região Norte, quando a gente está falando aqui do tema principal da audiência hoje. Todas estão olhando para problemas, e é isso que eu quero enfatizar aqui.

A primeira está falando de segurança energética e segurança alimentar. A segunda está falando de reduzir as vulnerabilidades das cadeias produtivas relacionadas à saúde. Então, vacinas, medicamentos, dispositivos médicos, aumentar a nossa capacidade de produzir esses produtos e também de exportá-los. A Missão 3 está falando da infraestrutura para maior integração produtiva e maior bem-estar nas cidades. Então, melhorias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Ops... Eu tenho dez minutos e estou no terceiro eslaide. Puxa vida! (*Risos.*)

A transformação digital para aumentar a produtividade. Essa missão é transversal e ela beneficia todos os setores, todas as empresas. Também a Missão 5, porque fala de transição energética, e todos precisam se adaptar e reduzir os impactos ambientais. Então, a gente está falando de revolucionar a forma como a gente produz, reduzindo os impactos ambientais, reaproveitando a água, reduzindo o consumo, reaproveitando resíduos, etc. E a Missão 6, que cuida da segurança nacional. Então, por isso, ali está o setor de defesa, que é estratégico – os países estão gastando mais nessa área também – e gera transbordamentos para a economia como um todo. Foi assim a missão Apollo, que criou a internet e o GPS, por exemplo.

Agora vou me voltar... Bom, a gente dá destaque para o Plano Mais Produção, que centraliza os recursos da NIB – o BNDES vai falar também e a Finep também. A gente dá destaque aqui ao Brasil Mais Produtivo. E aqui é importante dizer que, para o desenvolvimento regional, isso importa muito: essa é uma missão transversal, e a gente está falando sobre modernizar a gestão das empresas, seja através das técnicas mais modernas de gestão, *lean manufacturing*, seja através das tecnologias digitais. E também tem as modalidades mais completas que querem que o Brasil seja capaz de desenvolver as soluções tecnológicas, porque tem a demanda nas empresas justamente para digitalização e aumento da produtividade. Então, a plataforma de produtividade já existe, o foco são pequenas e médias empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dados de desenvolvimento regional, isso já foi bem dito aqui. Existe uma desigualdade regional, e esses dados são para mostrar isso. A gente não precisa se ater a esse eslaide, a gente já conhece essa desigualdade, e isso persiste no tempo. Então, quando a gente olha a última década, a gente percebe que isso persiste no tempo. Por isso é que a perspectiva regional, como bem disse o Felipe, tem que ser uma perspectiva da política. Isso também está na nossa Constituição.

Então, a gente precisa ter esse olhar para tentar, justamente, aproveitar as vantagens dos locais e gerar desenvolvimento produtivo de acordo com as suas vocações.

A gente teve, sim, um movimento de desconcentração industrial, mas vejam que, do ponto de vista da produção industrial, a indústria como um todo ou a indústria de transformação é bastante concentrada, e essa redução foi muito pequena. Então, quando a gente olha para a indústria como um todo, dada ali a participação da indústria ativa, a gente teve o Norte ganhando a maior participação nesse período. Quando a gente olha só o segmento da transformação, a gente já vê o Norte perdendo participação.

Aqui, uma forma de tentar integrar com a NIB é olhar para o perfil da estrutura produtiva da região, dos estados. Então, cada um está fazendo este exercício de tentar se conectar com as tendências que já estão dadas na nova política.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Então, a gente está falando da cadeia agroalimentar, da descarbonização – e já foi citada aqui a questão da saúde.

Então, a gente tem os minerais estratégicos, tem a bioeconomia, aqui estão as vantagens do país.

Eu acho que eu fecharia dizendo que, no caso da descarbonização, da transição energética, essa é uma das tendências em que a gente pode ser líder. Então, a gente pode estar na frente em razão das nossas vantagens comparativas, que precisam também... Não pode ser só um ganho comoditizado.

A gente precisa agregar valor, a gente precisa também desenvolver as tecnologias. Então, não é só exportar energia verde. A gente precisa também complexificar, densificar e gerar as tecnologias aqui no país – essa é uma tendência importante –, e a região concentra recursos que têm tudo a ver com o momento atual, ligado à transição energética, ligado à descarbonização, ligado à bioeconomia, e aí tem a ligação com a saúde, tem os biofármacos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Então, eu acho que o foco é justamente a questão da transversalidade. Várias das missões são transversais e beneficiam todas as regiões.

Aqui é a agenda legislativa da CNI, e eu fecho com ela. São projetos importantes para o sucesso da NIB, por isso está destacado ali o programa Mover, como a depreciação acelerada, como as letras de desenvolvimento industrial, como o fundo que é criado pelo programa Mover para o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

industrial. Então, acho que a mensagem mais importante é que a gente precisa que essa política dure no tempo, porque ela diz respeito a um plano estruturante, ela diz respeito ao planejamento de longo prazo, e é isso que a gente precisa considerar.

Obrigada.

Desculpe por passar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Samantha.

Passamos a palavra ao André Godoy, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

O SR. ANDRÉ GODOY (Para expor.) – Olá! Bom dia!

Gostaria de saudar o Presidente, Senador Beto Faro, todos da mesa e todos que estão aqui conosco hoje.

Eu falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Desenvolvimento. Nós somos 34 associados, entre eles todos os bancos federais – há aqui alguns presentes: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia –, também todas as agências de fomento dos estados, os bancos de desenvolvimento dos estados, as cooperativas de crédito, que passaram a ter um papel muito importante na inclusão e no financiamento de todos os setores, os bancos públicos estaduais – Banpará, Banrisul –, para além da própria Finep, agência de inovação, e do Sebrae. Então, são 34 instituições que têm como propósito – para onde eu passo? – o tema do desenvolvimento. Então, *grosso modo*, a gente está falando de financiamento de longo prazo.

Essas instituições hoje respondem por quase metade do sistema financeiro nacional; 73% do financiamento de longo prazo; na parte do setor público, quase 100%; investimento em infraestrutura, 86%; crédito rural, 66%; então, tudo aquilo que a gente está falando que é investimento, são instituições que fazem investimento. E o forte – muito embora algumas tenham capital de giro – é o investimento, porque tem um efeito catalisador muito maior do que o de outro tipo de investimento. E eu ainda falaria do microcrédito, que tem um papel muito importante na redução das desigualdades.

Essas instituições financeiras, em 2022, concederam quase 19 bilhões para empreendedores formais e informais, o que é uma realidade hoje para quase metade da população empregada. A informalidade no Brasil é muito grande, é um problema a ser lidado, e o microcrédito faz essa função. E isso é muito forte nas Regiões Norte e Nordeste. Eu trago aqui o Banco do Nordeste como um exemplo mundial no que toca a quando a gente fala de microcrédito. Trago aqui como exemplo o Crédito Amazonas, falando aqui da realidade do Norte do país, e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que já é uma política de Estado. Então, acho que a gente falou aqui um pouco do tema da NIB, de se tornar uma política de Estado. O microcrédito se tornou uma política de Estado. Os governos passam e o programa permanece, isso é muito importante. E essas instituições financeiras de desenvolvimento, as pequenas, as agências de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fomento dos estados, quase todos os estados têm. Na Região Norte só três estados não têm, a gente está falando do Acre, de Rondônia e também do Maranhão, mas os demais, todos, ou têm um banco de desenvolvimento, ou têm uma agência de fomento que fazem esse papel importante do microcrédito para o turismo, no qual são muito fortes.

No turismo, especificamente, eu falaria aqui do Fungetur, que é um fundo muito importante. Hoje foram mais de 10 mil operações nos últimos cinco anos, 3 milhões em valores contratados. Ele tem um papel importante no micro produtivo. A gente está falando de crédito, mas que, efetivamente, vai gerar uma produção ali na frente.

E aí, como que o papel dessas instituições financeiras conversa com a política industrial, com a nova política industrial? Então, eu estou aqui falando um pouquinho hoje sobre a Finep, dou umas pinceladas ali com o BNDES, mas, enfim, hoje, se a gente falar que a taxa de juros do programa da Nova Indústria Brasil é de 2%, eu falo que 2%, que uma taxa de crédito dessa natureza, nem com a nossa mãe a gente consegue! Então, hoje a Finep e o BNDES vêm trabalhando com uma taxa de juros dessa natureza e passando para os agentes, para cada um dos estados, para que eles possam operar num patamar desse.

Aqui foi dito um pouquinho do tema das missões, aqui trazendo os dados um pouco da Finep, que são dados de 2024. Acho que a mensagem que eu quero passar aqui é o seguinte: a gente está falando ali, que já foi, já está falando de um valor aprovado deste ano da ordem de quase R$2 bilhões, só da Finep. Então, isso já está acontecendo, a política foi lançada em dezembro, não é? (*Pausa.*)

Em janeiro, foi em janeiro, e já foram R$2 bilhões só nestes quatro primeiros meses. Então, é muita coisa que já está acontecendo. Então, essas operações vão de forma direta pela Finep ou vão para os próprios parceiros nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e assim por diante.

Aqui um pouquinho os números da Finep – a gente fala de bilhão, milhão, às vezes a gente perde a noção se isso é mais ou menos, mas isso aqui é um pouquinho a média de 2019 a 2022 –, no gráfico à esquerda em volumes contratados e em número de projetos. Então, a gente está falando lá de um crescimento de 2 vezes, três vezes mais, quase 3 vezes mais em operações de crédito dessas instituições. Imaginem que isso aqui ainda vá gerar um efeito catalisador maior ainda quando entra no investimento produtivo, mas a gente fala de número, número, número... "Quero ver os projetos".

Vou trazer só três aqui como exemplos, que são projetos novos, imagino que foram aprovados agora: fertilizantes na Bahia – fertilizantes são um problema brutal para o país, todos nós sabemos, e isso veio à tona em função da guerra na Ucrânia –; sementes sintéticas para cana de açúcar – imaginem que isso é a nossa solução para a nossa descarbonização, poder fazer o nosso álcool, o nosso etanol ser produtivo na descarbonização dos nossos veículos –; e produção de hidrogênio a partir do biogás. Isso aí são exemplos de projetos.

Eu, em particular, tenho um contato muito grande com o Piauí, que tem projetos muito avançados na parte de hidrogênio verde, que pode ser uma solução para diversos estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Finep, em particular, se orientou por programas e também por missões, seguindo o exemplo do CNDI. Eu chamaria atenção para o programa 1 e para o programa 4, que são focados na Região Norte. O programa 1... E agora eu estou falando de ciência. Vou pular aqui a etapa, falar um pouquinho de ciência e não mais só de inovação, mas que é fundamental para que a gente complexifique a indústria nessa região. Há o Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica, então 30% dos recursos do FNDCT, no que toca a infraestrutura de pesquisas, vão para a Região Norte e Nordeste; e o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica ou Pró-Amazônia. Então, nesse primeiro programa, são R$300 milhões para essas três regiões, no mínimo, e aí a gente está falando de infraestrutura laboratorial, universidades, institutos. E, na parte de Amazônia, especificamente, só em abril, são R$450 milhões aí de programas, seja para bioeconomia, seja para infraestrutura científica, seja para projetos de pesquisa em rede. Então, são coisas que estão acontecendo. Esse aqui vai acontecer nesse mês. Mês que vem a gente poderia fazer outra apresentação e mostrar um pouquinho mais.

Sem antes falar um pouco dessa ação dessas instituições – no Senado e na Câmara dos Deputados existe uma frente parlamentar mista para poder tratar dessas instituições e de agendas importantes, dessas instituições de cada um dos estados, a Frente Parlamentar de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento –, aqui a gente tem algumas agendas importantes, algumas agendas legislativas importantes, entre elas, o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que permite que essas ações aconteçam; o Programa Mover, que é um programa muito importante; as Letras de Crédito de Desenvolvimento, que são uma agenda importantíssima para o financiamento da indústria, tais como as Letras de Crédito do Agronegócio, tais como as Letras de Crédito Imobiliário, tais como o agro, que deu certo. E a gente se vangloria de o Brasil ser uma potência mundial. A indústria tem esse potencial, e as Letras de Crédito de Desenvolvimento é justamente um incentivo com recursos privados, que não impactam no superávit fiscal, que efetivamente vão ser possíveis, para que a gente possa financiar a nossa indústria. E isso são pautas.

E, por último, não poderia deixar de falar, são eventos importantes que a gente está fazendo em conjunto com a Frente Parlamentar de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento, esse em particular no dia 25 de abril, no Rio de Janeiro, no BNDES (Banco de Desenvolvimento do Brasil), em que a gente vai discutir com cada um dos estados, então tem representantes dos estados do Sul, Parlamentares da Região Norte, Parlamentares do Nordeste, que vão poder discutir a efetiva realização da política, dos instrumentos de crédito, como que as Letras de Crédito de Desenvolvimento podem trabalhar, quais são as barreiras, as dificuldades das regiões, para que a gente não fique só, efetivamente, em Brasília ou no Rio de Janeiro e São Paulo, pensando o Brasil inteiro. Eu falo que a gente discute muito a Amazônia, mas é importante entender a realidade, o que está acontecendo lá dentro, para a gente não ser criticado, tal como, muitas vezes, a gente tem algumas observações com países que têm políticas para a Região Norte, para a Região Amazônica, mas, efetivamente, nunca pisaram lá.

Então, esse é o momento, esse é o momento de discussão. Eu gostaria de chamar a atenção para esses pontos. Fico aqui à disposição de todos, antes do sino. Muito obrigado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu me preocupei aqui em fazer...

A Cristina Reis, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Ministério da Fazenda, chegou. Acho que a gente podia dar uma puxadinha na cadeira mais para cá. Fiz questão de ela vir para sair na foto aqui com todos na mesa, porque senão ela seria...

A SRA. CRISTINA REIS (Para expor.) – Eu cheguei toda atrasada e ia sentar ali no cantinho, para não atrapalhar mais e nem perturbar a vida de vocês, porque já são muitas falas. Imaginem mais uma agora, no último minuto.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ainda tem mais uma.

A SRA. CRISTINA REIS – Mas o Senador foi supergentil e falou assim: "Pode se sentar à mesa, porque a gente veio aqui falar de um tema muito importante hoje que é a Nova Indústria Brasil".

Vou cumprimentar as minhas colegas de mesa: a Secretária Adriana; o Secretário Felipe; o André Godoy, da Finep e da ABDE, com quem a gente tem feito várias ações; a Samantha, que eu conheço de muitos anos de política industrial; e, claro, o Senador, a quem eu cumprimento em nome do Ministério da Fazenda e do meu chefe, Guilherme Mello, por todas as ações que vem liderando aqui.

Quero cumprimentar a Erica, com quem tenho um dos meus melhores artigos no *Journal of Economic Issues*, sobre a importância do investimento público brasileiro, que é também tema aqui da Nova Indústria Brasil.

Gente, eu não vou tomar os nove minutos que me cabem, justamente pelo meu atraso, mas o recado principal que eu quero deixar aqui é que o Ministério da Fazenda apoia a Nova Indústria Brasil, as seis missões, a neoindustrialização, e o Plano de Transformação Ecológica da Fazenda está aqui a serviço também das missões industriais.

Marcelo, já estou sentindo sua falta lá no grupo de trabalho Mercado de Carbono, viu? O Marcelo atuou muito ali e sabe como a gente tem tentado na Fazenda, junto ao Mdic, junto às diversas secretarias – a do Secretário Rollemberg e a do Secretário Uallace –, à Secretária-Executiva do Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial, Verena, dar esse suporte através dos instrumentos necessários para a neoindustrialização. E é sobre esses instrumentos que eu vim falar.

Para promover a descarbonização, gerar empregos, gerar oportunidades de trabalho decentes, gerar renda que imprima uma dinâmica sustentada da economia, ao mesmo tempo que se promove o meio ambiente – preserva-se, conserva-se e regenera-se –, combatem-se as crises climáticas e diminuem-se as desigualdades, sejam elas nas dimensões de gênero, étnico-raciais, regionais – e aqui está a Secretária que lidera a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e territoriais da renda –, é necessária uma visão integrada nos planos de Governo. Eu acho que esta mesa vem justamente sinalizar isso. Nossas visões são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integradas no sentido do desenvolvimento sustentável raiz, que é aquele que combate as desigualdades e, ao mesmo tempo, enfrenta a crise climática.

Mas quais são os instrumentos? Aí, geralmente, vem a pergunta, vem a Nova indústria Brasil, o Plano de Aceleração de Crescimento, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os planos do MCTI, o Plano Clima... Precisamos de incentivos econômicos e financeiros, e aí entra a Fazenda na jogada.

Então, a ideia do Plano de Transformação Ecológica é justamente esta: complementar, fornecer esses incentivos de uma forma coerente, que é essa ecologia.

E quais incentivos a gente tem desenhado? A gente dividiu, separou, para o nosso critério de organização e planejamento, as diferentes iniciativas na Esplanada e no Congresso também, designando alguns eixos de atuação, quais sejam: finanças sustentáveis, adensamento tecnológico, bioeconomia e sistemas agroalimentares, transição energética, economia circular e nova infraestrutura de adaptação. Nesses eixos, cada um deles tem um pacote de incentivos, de instrumentos, e aí eu vou chamar atenção para alguns deles, principalmente que impactam aqui a pauta da indústria.

Em primeiro lugar, o projeto de lei de mercado regulado do carbono, que consta, inclusive, na NIB como um dos instrumentos regulatórios, e a gente sabe que a nossa indústria está comprometida com a sustentabilidade. Eu sempre digo assim: o próprio setor demanda uma regulação, não é, Samantha? E, ao elaborar esse projeto de lei no Executivo que foi protocolado aqui no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, votado, aprovado, foi à Câmara e agora retorna ao Senado, a gente visa a uma total integridade do nosso processo de descarbonização, que vai gerar oportunidades de negócios, de inovação tecnológica, para que a indústria, principalmente, que afinal acabou sendo a mais afetada pelo projeto de lei, se descarbonize, mas, ao mesmo tempo, gerem-se incentivos para o mercado voluntário de créditos de carbono e para novas rotas tecnológicas. Então, para isso é preciso também ter projetos de crédito e financiamento para o investimento nessa pesquisa, nesse desenvolvimento tecnológico. E aí vem, por exemplo, o Fundo Clima, que é operado pelo Ministério do Meio Ambiente – perdão, a gestão é do Ministério do Meio Ambiente e é operado pelo BNDES – e que vai receber os aportes dos recém-lançados títulos soberanos sustentáveis para projetos de investimento e descarbonização. Então, a primeira emissão, no ano passado, desses títulos rendeu US$2 bilhões, boa parte alocada ao Fundo Clima para setores específicos de descarbonização.

Outra ação que eu quero ressaltar aqui é a taxonomia sustentável brasileira, que é aquela que vai dizer se uma atividade econômica é sustentável ou não, porque a palavra sustentável todo mundo entende, mas como se mede? Quais são os critérios? Então, a taxonomia vem para isso. Ela vai definir um rol de critérios que são coerentes com seus objetivos estratégicos, a saber, onze: sete ambientais e climáticos e quatro sociais. E essa é uma grande inovação da taxonomia brasileira, porque ela acrescenta objetivos sociais, que são esses que eu falei no começo da minha fala: redução de desigualdade, geração de emprego e universalização a serviços básicos para a qualidade da vida. Então, nós vamos examinar as atividades econômicas, os ativos financeiros, os projetos de investimento, estabelecer critérios, para apontar se eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são sustentáveis ou não, a partir dessa perspectiva ambiental, climática, social e econômica. Isso promete canalizar, direcionar investimentos produtivos para a sustentabilidade, mas não proíbe os demais, apenas concede incentivos para essa rota de sustentabilidade.

Então, eu acho, Senador, que esse aqui é um caminho importante para a nossa nova industrialização. Não se trata de necessariamente excluir setores ou um setor crescer para cima do outro. É possível uma rota de crescimento, de transição, mais além de transformação da matriz produtiva, porque é disso que se trata a neoindustrialização, para atividades e tarefas com maior intensidade tecnológica, maior complexidade econômica, e, assim, o Brasil adentrar em nichos estratégicos das cadeias globais de valor, que é um grande desafio neste momento em que a competição internacional de mercados e de países geopolítica está muito acirrada. Então, esse aqui é um panorama internacional e nacional dos objetivos da transformação ecológica que não pode prescindir da neoindustrialização. Como se sabe, a indústria é central para o desenvolvimento, é central para as inovações tecnológicas e para que um país se mantenha soberano e reduza sua dependência de tecnologia financeira e fique, assim, menos vulnerável às volatilidades macroeconômicas internacionais.

Com isso, encerro, Senador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Cristina.

Passamos, então, a palavra ao último palestrante, João Paulo, que é Superintendente de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos, colegas da mesa, amigos, Felipe, Cris, Samantha, todos...

Peço desculpas por não poder estar presencialmente aí, com vocês, mas vou tentar fazer a contribuição do banco aqui, também de forma rápida, Senador.

Eu não sei se a equipe do Senado pode colocar a apresentação do meu projeto por aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode compartilhar, sim.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (*Por videoconferência*.) – Só um instante, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se tiver alguma dificuldade, a gente apresenta aqui.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (*Por videoconferência*.) – Só um instante. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vocês veem a apresentação? (*Pausa.*)

Vocês veem a apresentação, pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (*Por videoconferência.*) – Vamos lá, então.

A minha apresentação aqui, Senador, como os meus colegas que me antecederam falaram bastante sobre a Nova Indústria Brasil, sobre a proposta das missões, eu vou tentar ser um pouquinho mais operacional aqui, no sentido dos instrumentos, e tentar trazer, agregar um pouco mais de informação, aqui para a Comissão, tá? Então, vou falar especificamente do Plano Mais Produção, que hoje é o braço financeiro da Nova Indústria Brasil. Então, a gente tem toda a montagem por meio das missões, das seis missões definidas pelo CNDI, os objetivos, as metas operacionais. E o plano de ação, que hoje a gente vem revisando, vem discutindo, baseia-se em três principais pilares: medidas regulatórias, medidas de compras públicas e medida de financiamento, que a gente organizou, num esforço conjunto, aqui, do BNDES, da Finep, da Embrapii, nesse primeiro momento, em torno do que nós chamamos de Plano Mais Produção.

O André Godoy até mostrou algumas informações da Finep muito interessantes, e todas elas fazem parte aqui de um agregado do Plano Mais Produção. Depois eu vou mostrar um pouquinho de como ele se organiza e um pouco dos resultados também para Região Norte, que é o principal objeto aqui da nossa discussão.

O que é o Plano Mais Produção? Como é que ele deseja impulsionar e apoiar as missões do CNDI?

A gente organizou o Plano Mais Produção em quatro principais vertentes, então, os instrumentos do BNDES, da Finep, da Embrapii, de crédito, de recursos não reembolsáveis, foram organizados em quatro pilares do que se deseja para indústria brasileira: uma indústria mais inovadora e digital, uma indústria mais verde, uma indústria mais exportadora e uma indústria mais produtiva. São esses quatro pilares que organizam os diferentes instrumentos do Banco e das instituições e que contribuem ali para gente atingir parte das metas da Nova Indústria Brasil.

No caso da frente Mais Inovadora, de uma indústria mais inovadora e digital, a gente tem, como principal instrumento, a taxa TR, seja pela Finep, seja pelo BNDES. Aqui eu acho que vale reforçar um alinhamento muito expressivo entre as duas instituições, que estão trabalhando nas mesmas condições, com os mesmos prazos, para a gente realmente ser complementar no nosso apoio.

Nós temos as chamadas de temas prioritários com recursos não reembolsáveis, que a Finep vem lançando, de subvenção econômica para cada uma das missões. A gente tem, no PL 914, que cria o Mover... a atualização do Rota 2030, a criação de um fundo nacional de desenvolvimento industrial e tecnológico, que vai ser operacionalizado pelo BNDES. Então, recursos de contrapartida do setor automotivo virão aqui para o BNDES para gente poder retomar a indústria, apoiando pesquisas de desenvolvimento e inovação para a mobilidade, para a descarbonização. E um fator interessante, e novo aqui também, Presidente, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trazer mercado de capitais, instrumentos de mercado de capitais, para apoiar a nova política industrial tão necessária para o país.

Além dos instrumentos de crédito, o BNDES vem montando fundos de investimento para apoiar temas prioritários das missões industriais. O primeiro deles, já anunciado, foi um fundo de minerais críticos para a transição energética. O Brasil tem uma dependência enorme de exploração do ferro, e a gente aqui está buscando ampliar, por meio desse fundo, outros minerais que são importantes para a transição, como o lítio, como as terras-raras, como o nióbio. Então são outras formas de minerais e de agregação de valor a partir da mineração.

Na frente Verde, estão previstos aqui R$12 bilhões para indústria. Eu acabei não mencionando, mas esse plano pretende, de 2023 – ou seja, ele já puxa informações do ano passado – até 2026, nesse ciclo de gestão, ter um apoio de R$300 bilhões à indústria brasileira, então esses R$300 bilhões estão divididos nesses quatro principais qualificadores.

No caso do Verde, o principal instrumento é o que a Cris acabou de mencionar, aí na audiência, que é o novo Fundo Clima, que é algo extremamente importante e inteligente, no formato que foi organizado pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Meio Ambiente, de captar recursos externos, com os *green bonds,* e repassar as taxas que o Governo brasileiro conseguiu no mercado internacional para estimular projetos de descarbonização no mercado interno.

Como a Cris comentou, esses US$2 bilhões que foram captados, cerca de R$10 bilhões, eles foram repassados ao BNDES, isso já foi realizado, e a gente começou, duas semanas atrás, a operacionalizar o novo Fundo Clima, que tem várias possibilidades de apoio à energia renovável, especialmente para a indústria verde, projetos de descarbonização da indústria de base, novos biocombustíveis, biometano. A gente tem um conjunto aqui de potenciais apoios a partir do novo Fundo Clima, com taxas que começam, aqui no caso da indústria, a 6,15% ao ano, que já tem um diferencial expressivo aqui em relação à taxa Selic.

E a gente também tem um fundo, atuação por meio de mercado de capitais, para a transição energética, de forma bastante extensiva.

A terceira frente do Plano Mais Produção é a vertente de Mais Produtividade. Essa é a que tem o maior valor do plano previsto, R$182 bilhões. Aqui nós utilizamos todos os instrumentos que o BNDES possui, seja de forma direta e especialmente de forma indireta, ou seja, por meio dos agentes financeiros, como os agentes aqui da ABDE, que fazem o repasse de recursos e permitem que esses recursos cheguem às micro, pequenas e médias empresas. Então esse é o grande objetivo aqui, ampliar a produtividade por meio dessa frente do Plano Mais Produção.

A gente tem um segundo programa, em parceria e liderança do Mdic, do Brasil Mais Produtivo, tanto com o BNDES quanto com a Finep apoiando, junto com o Senai, os planos de digitalização das MPMEs. Então são linhas de crédito também a condições em TR, com que a gente digitaliza aquelas empresas, coloca essas empresas nessa nova fronteira digital, com o apoio e a consultoria do Senai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o BNDES, por fim, é o principal gestor do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), e a gente tem um conjunto enorme de projetos que estão levando banda larga para as regiões mais afastadas do país, com prioridade para escolas, para conexão de escolas, para o ambiente rural e para favelas. Então a gente tem a expectativa de operacionalizar pelo menos R$1 bilhão por ano no Fust até 2026, para a expansão de banda larga, que permite obviamente ampliar também a produtividade.

E por fim, fechando aqui o Plano Mais Produção, nós temos a vertente de exportação. É um tema que é tão caro à indústria, à competitividade da indústria brasileira e que infelizmente vinha sendo relegado nos últimos anos. O BNDES volta com bastante força para essa pauta da exportação, desde 2023. Temos, neste momento, um projeto de lei em tramitação, para início de tramitação no Congresso, de criação de uma subsidiária do Exim Bank que, como os principais países do mundo detêm uma subsidiária específica, aqui, do BNDES, para tratar de exportação, isso tem uma série de vantagens e flexibilidade de instrumentos.

A gente tem linhas de financiamento de pré-embaque e pós-embaque. O BNDES voltou a operacionalizar essas linhas.

Aqui é uma etapa em que o BNDES, praticamente, é fundamental em bens industriais. A gente não apoia aqui *commodities*, sejam da agropecuária ou *commodities* de mineração. A gente apoia produtos industriais em linhas de mais longo prazo para exportação, ou seja, tornando condições mais compatíveis com o mercado internacional para que as empresas tenham esse espaço.

A gente tem aplicado reduções de *spread* constantes nessas linhas. Eu vou mostrar um pouco qual é o resultado dessas informações, dessas medidas.

Bom, então, para fechar o Plano Mais Produção, sintetizando, nós temos seis missões industriais. A gente tem esses quatro qualificadores – verde, produtiva, exportadora e inovadora – e um conjunto de recursos que, a gente enfatiza aqui, são um piso. A gente gostaria de fazer mais, a gente pretende fazer mais, com parte das medidas que estão tramitando no Congresso, em especial com a LCD, e destinar R$300 bilhões, nesse período de 2023 a 2026, para o financiamento do Nova Indústria Brasil.

E aí a gente tem, como eu comentei, uma divisão entre o que é crédito, o que é não reembolsável e o que também é *equity,* que é uma inovação aqui dessa política.

Para fechar um pouco os primeiros resultados, a gente já nota uma inversão da curva de aprovações do BNDES em três temas aqui muito caros, tanto ao apoio à indústria... Então aqui nesses dados vocês podem observar, de 2022 a 2023, qual é o salto aqui nesse apoio. Então, em relação à indústria, é um aumento de 40% do apoio do BNDES, entre 2022 e 2023. No caso da inovação é de mais de 132%, agora com a possibilidade de utilização das taxas TR. E na exportação há um salto ainda mais expressivo, no ano passado, de mais de 176%. A gente financiou mais de R$13 bilhões em exportações brasileiras em 2023.

Bom, então o Plano Mais Produção tem esse formato. O BNDES está trabalhando, Senador, em breve, ainda em abril, para lançar uma plataforma para acompanhamento desse plano, pela sociedade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

forma transparente, de todas as operações, da divisão por cada um dos eixos e da divisão por estados também.

Eu trago aqui uma primeira informação da nossa atuação na Região Norte, por exemplo, objeto da nossa Comissão. Então, desde 2023, o apoio do banco para a indústria, na Região Norte, somou R$3,180 bilhões, ao longo da Região Norte, em mais de 3.590 operações, majoritariamente de micro, pequenas e médias empresas, que foram a maior parte dos recursos. Aqui tem um pouquinho dessa divisão, nesse caso aqui, nos três eixos, nos temas do Mais Produção.

Um projeto de destaque, aprovado muito recentemente também, foi o investimento da Positivo, que tem várias unidades no Brasil, mas uma unidade bastante relevante em Manaus. Com recursos do Mais Inovação, a gente está atualizando aqui a planta, trazendo informações, tecnologias de 5G, para que a companhia também possa ganhar mais competitividade e avançar na transformação digital, que é uma das missões aqui da indústria.

Para encerrar a minha fala, porque eu já passei o tempo, a gente acredita que, de fato, a Região Norte tem um potencial óbvio enorme na bioeconomia, óbvio na infraestrutura, no saneamento. Acho que o BNDES tem tido um papel importante, mas eu queria trazer um destaque aqui para o turismo também. Eu acho que, com a COP a ser realizada em Belém, o banco está se posicionando tanto para apoiar o Município de Belém e o Estado do Pará na infraestrutura necessária para o recebimento do evento, mas também a gente tem feito... já fizemos quatro rodadas de encontros com empresários ainda no Pará, seja do setor hoteleiro, seja das outras atividades que vão compor, para que a gente possa dar o suporte possível para a boa realização do evento aqui. Pode ser uma grande alavanca para o Pará.

Obrigado mais uma vez, Presidente. Desculpe o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Presidente do BNDES.

Só um comentário rápido, antes de reabrir para os membros da mesa que quiserem se pronunciar – farão por mais dois minutos os comentários finais – sobre algum ponto que, por acaso, não tenham exposto na primeira fala.

Primeiro, quero dizer da minha alegria de ver hoje a tentativa de fazer uma integração entre os vários órgãos de Governo, os bancos, num diálogo aberto com os setores, inclusive produtivos, para que a gente possa trabalhar essa questão da Nova Indústria Brasil. Em muitos momentos da nossa história, cada um cuidava de si, cada um tinha uma integração efetiva de governo. Então, acho que é uma coisa extremamente importante para o sucesso desse plano.

Na nossa região, acho que nós temos que fazer um programa forte de comunicação, inclusive para poder colocar às pessoas – àquelas que querem empreender ali – as oportunidades que nós temos, nos bancos e no ministério, de todas as ações que nós temos feito, senão a gente acaba não tendo o sucesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desejado. Acho que essa questão da comunicação é fundamental. E já vejo iniciativa, não estou dizendo que estamos no zero, mas é preciso a gente trabalhar mais isso.

E uma última questão: é que, nessa coisa de diminuir a desigualdade entre as regiões, nós precisamos também trabalhar, nos projetos, a desigualdade entre as pessoas em cada região.

Eu vou falar aqui de três produtos nessa questão da bioeconomia, e que hoje, no meu estado, por exemplo, têm tido muito sucesso. O açaí é um dos produtos, e com uma rentabilidade quatro vezes mais do que é, por hectare, por exemplo, a questão da soja – quatro vezes mais. Hoje, o açaí no Pará dá R$150, R$170 uma lata de... uma rasa, como se chama lá, de 16kg, 17kg.

Então é uma coisa assim, uma rentabilidade enorme. Ele é produzido pela agricultura familiar e pelos pequenos. Começa um programa de industrialização que não é feito pelos pequenos.

E aí nós precisamos incentivar a questão das cooperativas e das organizações desses produtores para que a gente possa fazer a agregação, inclusive do valor, porque agrega muito. Eu estou falando isso do cacau, do açaí, do dendê.

Você pega todos esses produtos, com exceção do dendê, que tem grandes empresas atuando nessa produção, mas já tem muitos pequenos, os outros basicamente são produzidos por pequenos. E eu duvido que tenha um financiamento até hoje, nem do Banco da Amazônia, nem do BNDES, nem de qualquer banco, financiando uma cooperativa para poder industrializar esses produtos e agregar valor para esses pequenos. Não tem. Então, é necessário a gente ter uma orientação. O BNDES pode puxar isso, ou Banco da Amazônia, inclusive do fundo constitucional. Nós criamos o fundo na Constituição para diminuir as desigualdades regionais, mas também para diminuir as desigualdades que existem dentro da própria região. Então, como missão, o fundo é para isso.

Eu queria fazer esses comentários e abrir aqui a palavra, não necessariamente na mesma ordem em que se falou no início, para aqueles que quiserem se posicionar.

Felipe, podemos começar? (*Pausa.*)

Ela foi a última, não é? Mas pode falar.

A SRA. CRISTINA REIS (Para expor.) – Está funcionando? Alô... Agora, sim.

Bom, primeiro eu queria cumprimentar o João Pieroni, porque eu cheguei e não sabia que ele estava *online* também. Então, João, excelente apresentação!

Olha, Senador, eu estou plenamente de acordo, primeiro com a questão do conhecimento – vamos chamar assim –, de um processo de letramento para que as populações, os grupos populacionais conheçam essas diversas iniciativas de governo, essas possibilidades de financiamento, de empreendedorismo, de novos negócios que essa economia verde e sustentável vem trazendo. Então, isso é um ponto de pauta urgente, porque não há transformação se essa coletividade não estiver envolvida e sem que esse encontro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de demanda e oferta seja possibilitado. Os mercados não funcionam. Existe muita assimetria de informação para que essas forças da oferta e da demanda se encontrem automaticamente. A gente precisa contribuir, do ponto de vista mesmo de estratégias de comunicação, de conhecimento, de letramento, para que essas políticas cheguem a quem precisam chegar. Então, este é um ponto aqui que é uma pauta perene, que é do próprio processo democrático e que a gente precisa fortalecer. E é por isso que, mais uma vez, eu quero felicitar esta oportunidade aqui, esta audiência pública sobre esse tema, porque vem nesse sentido de disseminação do conhecimento, de disseminação das atividades de governo.

Agora, quanto às cadeias produtivas da bioeconomia, por exemplo, no Pará, no Norte do país, elas apresentam um potencial enorme para combater o desmatamento, para o uso sustentável do solo, para promoção, conservação, regeneração da nossa biodiversidade, ao mesmo tempo em que geram renda, geram emprego justamente para essas populações locais. Então, já tem aí exemplos mais consolidados, como açaí, cacau, dendê, mas há uma série de outras culturas da bioeconomia que a gente pode incentivar. E é preciso dizer que essa bioeconomia, mas sociobioeconomia, pode, sim, conviver também com a biomanufatura, com os biocombustíveis e com todo esse programa de neoindustrialização, que possui diferentes frentes de atuação que estão organizadas em missões.

Então, corroborando a sua fala, deixo aqui esta mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Cristina.

Passo a palavra para a representante da CNI.

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA (Para expor.) – Obrigada.

Acho que eu vou fechar também focando no primeiro ponto, que é o da sensibilização.

A CNI tem um planejamento – e já está trabalhando nisso – que é tentar traduzir as informações das medidas para as empresas, e a gente trabalha usando a capilaridade que o Sistema Indústria tem, então, em parceria com as federações de indústria, que foram mencionadas aqui em uma fala, em parceria com os núcleos de crédito nos estados. A CNI vem conversando muito com a Finep, com o BNDES, e foi lançada recentemente uma cartilha, divulgada pelo Núcleo de Acesso ao Crédito nos estados, que tenta justamente levar as informações para as empresas, são elas que vão fazer os investimentos.

A gente tem outros serviços, como, por exemplo, o MEI Tools, que faz uma lista dos incentivos à inovação, também no sentido de assessorar, de tentar levar as informações sobre as linhas, e assim queremos fazer para toda a política, levando as informações para os estados, para as empresas.

Quero destacar que, nesse trabalho que a gente vem fazendo aqui, muito junto com o ministério, acho que o passo que está se dando agora é justamente o de entender as características da indústria, então é justamente identificar, seja por porte, levando em consideração o porte das empresas, seja levando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consideração as regiões do país, todos os fatores que são importantes para o direcionamento dos investimentos, para alavancar o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Acho que era essa a minha mensagem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado à nossa representante da CNI.

Vamos fazer uma alternância com quem está remoto.

Vou passar a palavra ao representante do Banco da Amazônia.

O SR. LUIZ LOURENÇO DE SOUZA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sendo bem breve, Senador, eu queria agradecer pela possibilidade de estar apresentando aqui as linhas do banco e colocar o Banco da Amazônia à disposição de todos, para que a gente consiga alcançar êxito nesse programa da Nova Indústria Brasil. É muito importante avançar com isso. O senhor colocou bem esses exemplos da bioeconomia local aqui do nosso estado, mas em todos os estados da Amazônia a gente tem uma cadeia interessante a ser (*Falha no áudio.*).

Então a gente está aqui à disposição para contribuir com a Comissão, com essas iniciativas, com o programa da Nova Indústria Brasil, para que alcance esse resultado, em parceria com esses outros grandes agentes financiadores, como o caso do BNDES, como a Sudam, e também com o apoio de toda a sociedade brasileira.

É muito importante a gente alavancar a nossa indústria, colocar a verticalização da produção da Amazônia, que é um desafio grande, e a gente é conhecedor disso e sabe que esse programa tem tudo para ser um êxito, contando com o apoio dos ministérios e contando com o apoio também dessa Casa tão importante que é o Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Passo a palavra ao Felipe, do Mdic.

O SR. FELIPE MACHADO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou terminar explorando um ponto que eu acho que é fundamental, que o próprio Senador trouxe na fala dele, que diz respeito à coordenação e articulação: isso não se deu por acaso, se a gente olhar aqui nas próprias exposições, os presentes devem ter notado que o discurso está muito alinhado entre todos esses atores, os mais diferentes do Governo, e isso é resultado de uma determinação, inclusive, presidencial de criação, como eu já falei antes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e um esforço muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

grande da parte de todos os meus colegas para fazer com que realmente isso fosse levado a cabo. Então, a gente tem aí um discurso muito homogêneo, um senso de direção estratégico muito claro na cabeça de todo mundo. Eu acho que isso fica muito claro.

Senador, não é fácil trazer o Mdic, por exemplo, que gosta de gastar, com o Ministério da Fazenda, que gosta de poupar. (*Risos.*)

Então, já foi algo espetacular o que o senhor fez nesta manhã.

Então, acho que, para finalizar, fica muito claro também que a gente tem vários instrumentos. Acho que, como a Samantha falou, ainda são tímidos sob uma perspectiva internacional. Eu acho que, se a gente quer realmente transformar este país, a gente precisa pensar em investir muito mais do que a gente tem investido. Mas ainda assim é um bom início, e eu tenho certeza de que a gente vai ser bem-sucedido desta vez.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Passo a palavra ao representante da Sudam, Jorge Frota.

O SR. JORGE FROTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, Senador Beto Faro, por mais uma excelente iniciativa, sem sombra de dúvidas, de trazer todos esses atores aqui que fazem parte desse início, desse pontapé inicial para que nós possamos levar adiante a política pública. Como o colega e companheiro colocou aí, é uma determinação presidencial e vem com os nossos ministérios, o nosso Ministro Waldez Góes e o nosso Superintendente Paulo Rocha. Nós temos levado só adiante esse planejamento, essa execução do que se pensa em desenvolvimento da indústria, principalmente na nossa Amazônia.

E quero me colocar à disposição aqui da companheira da CNI, porque nós temos trabalhado de forma regionalizada com as federações, mas acredito que nós podemos também trabalhar de forma global para mapear as indústrias que podem acessar esses instrumentos que a Sudam operacionaliza na Amazônia Legal e trabalharmos de forma ativa, provocando as empresas, apresentando o produto, e, sem sombra de dúvidas, estar levando esse importante incentivo para que gere muito desenvolvimento e renda para a nossa região.

Deixo aqui a Sudam à disposição para participar dos demais eventos, para os quais estamos imbuídos em trazer o nosso principal instrumento que é o incentivo fiscal, e para levar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia para a nossa região. A Amazônia é que está precisando desse desenvolvimento e tem contado com apoio da bancada paraense, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Vou passar a palavra ao André Godoy, que é Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GODOY (Para expor.) – Senador, eu queria me ater exclusivamente ao primeiro item que o senhor colocou, que é o tema da comunicação. Digo que, nos dias de hoje, se você não comunica, mais do que antes até – já era assim, mas se você não se comunica efetivamente –, você não está fazendo, as pessoas não percebem. Isso é gritante.

E, falando sobre o tema da comunicação, acho que eu vou chamar a atenção para este esforço – e este em particular –, este evento que vai ser feito no Rio de Janeiro correalizado com o BNDES, que tem o propósito de aproximar a Casa Legislativa, as duas, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, a sociedade, as instituições financeiras e a imprensa, para que possa ser vislumbrado o que está acontecendo, o que está sendo feito, as dificuldades que existem ainda para que se consiga atingir os objetivos, as dificuldades que estão tramitando dentro do Senado Federal e dentro da Câmara dos Deputados, e para que, no final das contas, a gente consiga chegar dentro do possível a alguns consensos do que é necessário e do que está faltando ser feito. Então são esse evento em particular, no dia 25 de abril, para se tratar da industrialização, e o segundo, por um acaso, sobre o turismo no Rio Grande do Norte, em maio.

Então, os dois têm esse objetivo de poder sanar essa lacuna importante, que é o tema da comunicação. Acho que ficou claro aqui, para todos nós, que tem muita coisa sendo feita, muita coisa sendo feita em todas as regiões do país, que já está acontecendo, já é realidade. E a gente precisa efetivamente colocar isso para fora, que a imprensa possa ter o conhecimento disso, que as pessoas possam discutir, e a gente possa ter uma discussão produtiva, não uma discussão dogmática em cima de propósitos e em cima de políticas.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Passo a palavra ao João Paulo, representante do BNDES.

O SR. JOÃO PAULO PIERONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu agradeço o convite ao BNDES para participar da mesa. Eu acho que é uma satisfação.

É um acerto enorme do Governo brasileiro retomar a política industrial. Acho que a Nova Indústria Brasil é um enorme acerto para recuperar o protagonismo da indústria. Como mencionado, acho que a gente está bastante alinhado aqui entre as instituições, entre BNDES, o Mdic, o Ministério da Fazenda, o setor privado, a CNI, a Fiesp têm participado das discussões recorrentemente.

Faço aqui até um apelo ao colega do Basa e de outras instituições, para a gente juntar ainda mais, com o apoio do André, os bancos de desenvolvimento regionais no contexto da política, dentro do Plano Mais Produção. Acho que a gente pode fazer cada vez mais essa interação.

E eu acho que o momento agora, Senador, é justamente afunilar e descer dessas missões que são bastante abrangentes para aquilo que efetivamente os instrumentos vão ser mais capazes de induzir, de efetivar, para que a gente tenha uma efetividade lá na frente. Então acho que a gente tem um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agora de depurar um pouco melhor a política pública, para que a gente estabeleça focos mais claros, e aí, sim, a gente vai conseguir ter uma efetividade bastante ampla.

O BNDES está totalmente imbuído. A atual gestão do banco coloca a indústria como uma prioridade muito clara. Então a gente está totalmente imbuído no nosso apoio primordial, que é o financiamento, a estruturação de instrumentos, mas também na colaboração para estruturar essa política pública.

Estamos à disposição, mais uma vez, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Passando a palavra à última palestrante aqui, a Sra. Adriana, representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A SRA. ADRIANA MELO ALVES (Para expor.) – Eu agradeço ao Senador Beto Faro pelo convite, em nome do nosso Ministro Waldez Góes.

E reitero a parceria do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional na implementação do Plano Nova Indústria Brasil. Acho que a gente está num momento muito oportuno, após o lançamento nacional do plano, de a gente conseguir apostar na dimensão regional do plano Nova Indústria Brasil, valorizando o que as regiões têm de potencial, conseguindo evitar eventuais tendências de concentração regional do plano, e conseguirmos também olhar, internamente a essas regiões, oportunidades que temos nas cidades médias, na faixa de fronteira, com a produção regional.

O Senador muito bem mencionou o açaí, o cacau, o pescado. Temos tantos potenciais que podem ser alavancados aí. Essa economia regional pode ser alavancada com o plano Nova Indústria Brasil.

Acredito que é o momento de nós coordenarmos esforços, cooperar institucionalmente, colocando e disponibilizando os nossos instrumentos em torno desse propósito comum. A indústria é um grande vetor de desenvolvimento regional.

Vamos fazer diferente, vamos dar esse salto de qualidade, avançando e apostando na dimensão regional do NIB.

Então, meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de abril do ano corrente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço imensamente aqui a participação de todos os representantes de órgão, da CNI, dos bancos. E acho que contribuímos muito para conhecimento, para tirar as dúvidas sobre esse novo programa e, com certeza, há ainda muito debate – faremos tanto no Senado como na Câmara e na própria Região Norte do país.

Agradeço e declaro encerrada esta presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Cid Gomes e Fernando Farias, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Nelsinho Trad, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2492, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta e rejeição da Emenda nº 1 - CDR. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5788, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Relatório lido e vista concedida ao Senador Zequinha Marinho. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6046, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do substitutivo (Emenda nº 1-CDR). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4368, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer normas de proteção ao consumidor de serviços de turismo." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei Complementar n° 262, de 2019** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3100, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo e acolhimento parcial da Emenda 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 6, de 2024** que: "Requer aditamento da lista de convidados para a audiência pública derivada do REQ nº 03/2024-CDR, que tem como objetivo debater a MPV nº 1.202 de 2023, que revoga benefícios fiscais (dentre outras alterações correlatas), em especial sobre o tema afeto à extinção do PERSE – Programa de Retomada do Setor de Eventos." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 7, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a relação entre o desempenho econômico do país e o resultado divulgado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de modo a analisar as áreas que influenciam o indicador." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 9, de 2024** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Propõe para a audiência a presença da Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Cid Gomes. A ministra irá apresentar, dentre outros assuntos, as Rotas da Integração Sul-Americana, como recorte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nós temos como pauta desta reunião a deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O item 1 da pauta é um projeto de autoria do Senador Weverton e tem a relatoria do Senador Efraim Filho. Na sua ausência, nós, então, deixamos para outra oportunidade a deliberação desse projeto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pela ordem, a palavra está com o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Estou altamente pressionado com outros compromissos e eu queria pedir encarecidamente a inversão de pauta para o item 8, a fim de que eu pudesse ler e correr para outra...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – V. Exa. vai compreender, se eu explicar o seguinte: nós temos aqui o Senador Fernando Farias, que é Relator de dois projetos, que são os itens 3 e 4, igualmente também assoberbado com a enorme... A não ser que V. Exa. permita...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não... Pode ser sim. Pode ser sim.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

Então, com a concordância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só outra... O item 4 eu gostaria de tirar de pauta. O 4. Só vou apresentar o 3.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – V. Exa. eu acho que é Relator do item 3 e do item 4...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E do item 4.

O item 4 eu queria suspender e só relatar o item 3, para... Eu queria adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – V. Exa. queria não relatar hoje o item 4, apenas o item 3.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O item 3.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k., o.k. V. Exa. será atendido.

Então, Senador Zequinha, atendendo... Mas eu farei o seguinte: eu mesmo sou Relator de uma matéria, que é o item 2. Então...

Bom, eu vou atender ao pedido de V. Exa., que é a inversão de pauta.

V. Exa. relate o item 8 – é isso?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É, item 8.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem.

Eu só ponderaria a sua presença, logo na sequência, pelo menos para o item 2. Como é terminativo, ele precisa de quórum, não é votação simbólica.

Então, V. Exa. tem a palavra, para relatar o item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a relação entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenho econômico do país e o resultado divulgado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de modo a analisar as áreas que influenciam o indicador.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Procede?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Procede.

Excelência, eu tenho uma solicitação da Frente Parlamentar da Agropecuária, para... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Estava falando com ele aqui.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Está tudo bem. Eu vou esperar V. Exa. ler depois.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, V. Exa. tem a palavra para relatar o item 8.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – É com relação a ele mesmo. Eu vou aguardar.

Eu vou fazer aqui, então, o item 8.

Muito obrigado ao Senador Fernando Farias pela benevolência da oportunidade.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a relação entre o desempenho econômico do país e o resultado divulgado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de modo a analisar as áreas que influenciam o indicador.

Para compreender melhor o resultado divulgado recentemente e as perspectivas futuras do Brasil a respeito do IDH, o debate se voltará a políticas públicas nas áreas de saúde, educação e renda, levando em consideração a comparação internacional e as desigualdades regionais daqui do país.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante da Unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud; representante do Ministério da Fazenda; representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério da Educação; Dr. Marcelo Medeiros, pesquisador da Universidade de Columbia, especialista em distribuição de renda; e Dr. Michael Tulio Ramos de França, professor e pesquisador do Insper, especialista em desigualdade econômica de oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Desculpe-me, nobre Senador Zequinha Marinho. Eu achava que se tratava de um projeto; o item 8 é um requerimento.

Eu devia ter feito a leitura da ementa e colocado em votação, mas V. Exa. já supriu, leu o requerimento completo.

Então, é votação simbólica.

Aqueles que queiram discutir têm a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 7, que consta como item 8 da pauta desta reunião.

Aprovado o requerimento.

Serão providenciados os ofícios de convite, e a Presidência, posteriormente, marcará a data da realização da reunião demandada, solicitada e aprovada por esta Comissão.

Eu pediria ao Senador Fernando Farias que assuma a Presidência, porque do item 2 da pauta eu sou o Relator.

Então, eu farei a leitura do relatório e o colocaremos em votação.

É uma matéria terminativa, portanto, é uma votação que necessita de quórum. Enquanto faz-se o quórum, eu retorno à Presidência, o Senador Fernando Farias relata o item 3, e nós o colocamos em votação, de maneira que tenhamos agilidade nas deliberações desta reunião.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5788, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer aprovado;

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 19/03/2024;

3. Em 19/03/2024, retirado de pauta a pedido do relator, Senador Cid Gomes, para reexame;

4. Em 23/04/24, é apresentado novo substitutivo por parte do relator, Senador Cid Gomes;

5. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para dar celeridade à reunião, peço a devida licença para ir direto à análise, uma vez que o relatório já se encontra publicado.

Trata-se do relatório do Projeto de Lei nº 5.788, de 2019, que consta como o item 2 da pauta desta reunião, do dia 23.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 5.788, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e dá outras providências, para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados.

Com esse propósito, o Projeto de Lei nº 5.788, de 2019, em seu art. 1º, altera dispositivos dos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.827, de 1989. O art. 2º contém a cláusula de vigência, que se dará na data da publicação da lei resultante da proposição.

Na justificação, o Senador Randolfe Rodrigues argumenta que é preciso integrar os objetivos dos fundos constitucionais de financiamento a um modelo de desenvolvimento que priorize as atividades econômicas sustentáveis. No caso da região Norte, em particular, pondera que os investimentos rurais devem priorizar a redução do desmatamento e a recuperação das áreas já desmatadas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. Na Comissão de Meio Ambiente, o parecer foi favorável. Na Comissão de Desenvolvimento Regional, a proposição foi inicialmente distribuída ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira, que chegou a emitir relatório favorável, mas a matéria não chegou a ser apreciada. No final de 2022, a matéria continuou a tramitar e, em 2023, coube-nos relatá-la.

Passamos à análise.

Compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos dos incisos I e II do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios e a planos regionais de desenvolvimento econômico e social. Ao incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados pelos fundos constitucionais de financiamento, o PL nº 5.788 é, portanto, objeto de análise desta Comissão. Por se tratar de matéria terminativa, cabe a esta Comissão não apenas a análise do mérito, mas também dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

De modo geral, reiteramos aqui, com alguns pequenos ajustes, a análise do relatório já apresentado, no final de 2022, nesta Comissão.

Com relação à constitucionalidade formal, a matéria sob exame não apresenta vícios, uma vez que, de acordo com o inciso IX do art. 21 da Constituição Federal, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Além disso, o art. 48 da Constituição estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O assunto não figura entre as competências privativas do Presidente da República previstas nos arts. 61 e 84 do texto constitucional. Por fim, o PL 5.788 não importa em violação de cláusula pétrea.

A alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal estabelece que a União entregará 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento. Esse dispositivo da Constituição é regulamentado pela Lei nº 7.827, cujos arts. 2º, 3º e 4º são alterados pelo PL nº 5.788.

A proposição não apresenta vícios de juridicidade, pois não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento jurídico e tem poder coercitivo.

Com exceção de pequenos detalhes apontados adiante, a proposição está redigida em conformidade com a técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, à análise do mérito do Projeto de Lei nº 5.788, de 2019, que altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 1989, para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento. Entendemos que o tema não poderia ser mais oportuno.

De acordo com a proposição, o *caput* do art. 2º da Lei nº 7.827, de 1989, passa a estabelecer que os programas de financiamento deverão observar não somente os planos regionais de desenvolvimento, mas também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Entre esses objetivos, figuram acabar com a pobreza e com a fome, assegurar a educação inclusiva, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

A proposição inclui o §3º no art. 2º da Lei nº 7.827, de 1989, para estabelecer que, no caso da Região Norte, o FNO inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades regionais, atividades econômicas que sejam atinentes ao estabelecido nos incisos IV, XIV e XV do art. 3º, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal.

O art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece uma série de diretrizes a serem observadas na formulação dos programas de financiamento de cada um dos fundos, respeitadas as disposições dos Planos Regionais de Desenvolvimento. O PL nº 5.788, de 2019, passa a fazer referência, nesse caso, aos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável.

A proposição altera a quarta diretriz – preservação do meio ambiente – para incluir a recuperação de áreas desmatadas e o fortalecimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade. Além disso, acrescenta duas novas diretrizes ao art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989:

Estímulo à bioindústria e ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias baseadas no uso do patrimônio genético e no conhecimento tradicional associado, com a devida repartição de benefícios, nos termos da Lei; e estímulo ao turismo sustentável e ao ecoturismo.

Uma das diretrizes fixadas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, é o apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda – art. 3º, IX. O PL nº 5.788, de 2019, não altera esse dispositivo, mas acrescenta um parágrafo único ao art. 3º para estabelecer que, para a aplicação no disposto nessa diretriz, deverão ser priorizadas áreas que estejam realizando esforços efetivos para reduzir a área ilegalmente desmatada ou para recuperar as áreas já desmatadas, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, desde que o Estado tenha definido as normas específicas para implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) previstas no art. 59, §1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora a proposição não o especifique, trata-se de dispositivo da Lei nº 12.651, de 2012, cujo art. 59 estabelece que a União, os estados e o Distrito Federal deverão implantar Programa de Regularização Ambiental de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos fixados naquela lei.

Finalmente, o PL 5.788 altera o §1º do art. 4º da Lei nº 7.827, para permitir que os fundos financiem empreendimentos de infraestrutura social além daqueles de infraestrutura econômica. Esse dispositivo já prevê que esses projetos incluam também os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do poder público considerados prioritários para a economia por decisão do respectivo conselho deliberativo. O PL nº 5.788 acrescenta uma condição adicional: respeitar o estabelecido no inciso IV do art. 3º, isto é, a preservação do meio ambiente, a recuperação de áreas desmatadas e o fortalecimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade.

Conforme se vê, em seu conjunto, o PL 5.788, de 2019, aperfeiçoa a legislação vigente sobre os fundos constitucionais ao incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos. Nesse sentido, o projeto é claramente meritório.

Há, porém, aperfeiçoamentos que podem ser introduzidos na proposição.

Em primeiro lugar, entendemos que os programas de financiamento devem observar não somente os planos regionais de desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, mas também outros tratados internacionais com os quais o Brasil esteja vinculado.

Em segundo lugar, propomos excluir, da redação atribuída ao §3º a ser incluído no art. 2º da Lei nº 7.827, o trecho que destina metade dos recursos ingressados no FNO para as três diretrizes indicadas. Ocorre que a criação dessa obrigação poderia resultar em dificuldades práticas na aplicação desses recursos. Por exemplo, na ausência de demanda qualificada compatível com essas três diretrizes, poderia haver empoçamento de recursos do fundo. Por essa razão, optamos por remover esse trecho da redação proposta e por indicar que, no caso da Região Norte, o FNO inclua a finalidade específica de considerar – em lugar de necessariamente financiar – atividades econômicas que sejam atinentes ao estabelecido nos incisos IV, XIV e XV do art. 3º.

Em terceiro lugar, optamos por suprimir o parágrafo único proposto ao art. 3º da Lei 7.827, de 1989, que estabelece que, para a aplicação no disposto no inciso IX do *caput*, deveriam ser priorizadas áreas que estivessem realizando esforços efetivos para reduzir a área ilegalmente desmatada ou para recuperar as áreas já desmatadas. Entendemos que ficaria mais claro alterar o próprio inciso IX do art. 3º, incluindo, nessa diretriz, não só o estímulo à redução das disparidades intrarregionais de renda, mas também à redução de áreas ilegalmente desmatadas ou à recuperação de áreas já desmatadas – trocou-se parágrafo por inciso. Além disso, buscamos explicitar que se trata de ações de prevenção e de recuperação.

Por outro lado, propomos a inclusão de um parágrafo no art. 3º da Lei nº 7.827, para estabelecer que, na região do Semiárido, deverão ser priorizados investimentos e projetos com impactos efetivos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção dos recursos hídricos, na prevenção da desertificação e na recuperação de áreas em processo de desertificação. Fizemos um paralelo: o que estava proposto para o Norte, que é prioridade para o desmatamento; e, no Nordeste, deu-se uma prioridade para as áreas desertificadas ou em processos avançados de desertificação.

Além desses aperfeiçoamentos, outros pequenos ajustes podem ser feitos para aprimorar a redação da proposição. Em linhas gerais, a maior parte desses ajustes já havia sido proposta no relatório apresentado no final de 2022 nesta Comissão.

Em primeiro lugar, pode-se alterar a redação do *caput* do art. 2º da Lei nº 7.827, para ajustar a denominação dos objetivos de (e não do) desenvolvimento sustentável, e fazê-la convergir para a expressão usada pelas Nações Unidas.

Em segundo lugar, a redação proposta ao *caput* do art. 3º da Lei nº 7.827 faz referência aos planos regionais de desenvolvimento sustentável. Ocorre que a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal – que é o fundamento constitucional da Lei nº 7.827 – e vários outros dispositivos dessa lei usam a expressão "planos regionais de desenvolvimento". Para evitar essa inconsistência, a redação do *caput* do art. 3º poderia ser mantida como figura atualmente na Lei nº 7.827. Isso corresponde, na prática, a retomar a redação atualmente em vigor. Uma vez que os objetivos de desenvolvimento sustentável são mencionados na redação proposta ao *caput* do art. 2º da Lei nº 7.827, de 1989, a remoção da palavra "sustentável" dos planos regionais de desenvolvimento não afetará o objetivo pretendido com o PL nº 5.788.

Uma vez que esse conjunto de alterações é mais adequadamente tratado em uma emenda substitutiva, optou-se ainda por uma ementa mais sucinta (em que não se aninha a ementa da Lei nº 7.827, de 1989) e pela inclusão de um art. 1º indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação. Em virtude dessa inclusão, renumeraram-se os artigos subsequentes.

Todos esses aperfeiçoamentos são objeto da emenda substitutiva que ora apresentamos.

O voto.

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.788, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDR (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 5.788, DE 2019
Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Art. 2º Os arts. 2°, 3° e 4° da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável destas regiões, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e com tratados internacionais com os quais o Brasil esteja vinculado.

.....

§ 3º No caso da região Norte, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte inclui a finalidade específica de considerar – em condições compatíveis com as peculiaridades regionais – atividades econômicas que sejam atinentes ao estabelecido nos incisos IV, XIV e XV do art. 3º." (NR)

"Art. 3º .....

.....

IV – preservação do meio ambiente, recuperação de áreas desmatadas e fortalecimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade;

.....

IX – apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda, a redução de áreas ilegalmente desmatadas ou a recuperação de áreas já desmatadas.

.....

XIV – estímulo à bioindústria e ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias baseadas no uso do patrimônio genético e no conhecimento tradicional associado, com a devida repartição de benefícios, nos termos da Lei;

XV – estímulo ao turismo sustentável e ao ecoturismo.

Parágrafo único. Na região do semiárido, deverão ser priorizados investimentos e projetos com impactos efetivos na proteção dos recursos hídricos, na prevenção da desertificação e na recuperação de áreas em processo de desertificação." (NR)

"Art. 4º .....

§ 1º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos de infraestrutura econômica e social, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia por decisão do respectivo conselho deliberativo, respeitado o estabelecido no inciso IV do art. 3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o nosso parecer, Sras. e Srs. Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Cid Gomes.

Depois da leitura do nosso Líder Cid Gomes, a matéria está em discussão.

Com a palavra para discutir os Srs. Senadores.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Primeiro, quero cumprimentar, pelo belo relatório, o Senador Cid Gomes. É uma lei que, apesar de não, digamos, representar na prática muita novidade, é importante para que a gente leve em consideração, por exemplo, nossas regiões, e boa parte se dedica ao Norte, ao FNO. Eu sou empregado, sou funcionário do Banco da Amazônia, minha origem é lá, e lá a gente aprendeu a viver esse drama. Temos dificuldade de liberar recursos em função, por exemplo, da falta de regularização fundiária, que mais nos atrapalha; depois da questão fundiária vem a questão ambiental. Tudo no banco, literalmente tudo que se financia, com exceção de serviços, precisa do licenciamento ambiental do órgão público competente. Nesse licenciamento é que a gente coloca a confiança de que aquela atividade, certamente, é uma atividade sustentável, até porque o licenciamento ambiental representa exatamente a segurança de que aquilo que se vai construir ou financiar não esteja agredindo o meio ambiente.

Diante disso, nós já temos um problemaço na liberação dos recursos. Os recursos, às vezes, são retidos no banco, porque o problema ambiental é o que mais nos atrapalha a avançar na liberação deles.

Estabelecer que o objetivo do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas como critério de acesso aos fundos constitucionais pode acabar por dificultar o apoio às atividades econômicas, o que é o principal objetivo dos fundos de financiamento, que é o desenvolvimento econômico e social. Não há indicativos de que a definição dessas metas globais influencia significativamente de forma tangível as ações públicas e privadas.

Nós estaremos aqui precisando examinar com profundidade, Presidente, principalmente pela representação dos bancos, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, que são os bancos específicos, além deles, os bancos de repasse, o Banco do Brasil, os bancos cooperativos, que atuam financiando este desenvolvimento, além do ministério responsável por essas políticas públicas, que é o da integração nacional, hoje comandado pelo Waldez Góes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é um projeto importante, atualiza e compromete o Brasil com tratados relacionados a esse tema de forma internacional; além da questão das Nações Unidas, o relatório se refere a qualquer outro tipo de tratado.

Considerando que nós já temos, já estamos observando e que precisamos apenas compatibilizar e esclarecer, item por item, sobre as novas regras desse PL, a Frente Parlamentar da Agropecuária, do agro, principalmente, que é um setor importante dentro do escopo de financiamento do Fundo Constitucional do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, a gente requer vista do projeto, para que a gente possa fazer um debate com esses entes, tanto com a frente parlamentar quanto com o banco e o ministério, para que se possa dar ou ter clareza com relação a isso.

Portanto, aí, a argumentação e o motivo do nosso pedido de vista. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k., Senador Zequinha? Vista concedida – não é? –, regimental. Seria para a próxima semana.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Colocar em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – É importante e é profundo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Vamos ao terceiro item da pauta, que é o parecer ao projeto... Deixe-me procurar aqui a pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6046, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Fernando Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

A relatoria está a cargo do Senador Fernando Farias, a quem passo a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Peço para ir direto à análise.

É certo que adotar soluções construtivas, como as infraestruturas verdes e as soluções baseadas na natureza, que minimizam os impactos negativos da urbanização, é importante para garantir sustentabilidade e resiliência das cidades. Sabemos que o Brasil já possui um quadro normativo e institucional alinhado com a preservação do meio ambiente, mas ainda há espaço para avançar, sobretudo por meio de orientações mais claras para as administrações municipais sobre o assunto.

No entanto, cumpre lembrar que, conforme as disposições da Constituição Federal, ainda que o tema do direito urbanístico esteja inserido nas competências legislativas concorrentes da União, dos estados e do Distrito Federal, a execução da política urbana é de competência do poder público municipal, cabendo à União apenas a edição de diretrizes gerais.

O PL nº 6.046, de 2019, possui o mérito de prever o uso de soluções construtivas que são infraestruturas verdes, mas avança sobre as competências municipais ao definir procedimentos administrativos e **predeterminar** a adoção de soluções técnicas, como os telhados verdes e os reservatórios de águas pluviais, a serem obrigatoriamente empregadas nas edificações, salvo quando sua inviabilidade for tecnicamente atestada.

A aplicação de medidas tão específicas extrapola o escopo do que seria uma norma ou diretriz de caráter geral e pode impedir a avaliação de soluções mais adequadas às diferentes realidades locais. Além disso, é importante lembrar que a adoção das tecnologias verdes tem um custo. Um telhado verde, por exemplo, pode chegar a ser até 40% mais caro que uma cobertura com materiais convencionais da construção. Desse modo, acreditamos que esse movimento de tornar as edificações mais verdes e sustentáveis não deve se basear apenas em sanções, mas também vir acompanhado de medidas de incentivo, como tem sido feito em diversas cidades no Brasil e no mundo.

Trata-se de proposição bastante meritória que, a nosso ver, pode ser aprimorada tecnicamente, alinhando as competências da União no tema da política urbana, corrigindo termos tecnicamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inadequados e prevendo a possibilidade de uso de incentivos púbicos para a implementação de tecnologias verdes nas edificações. Por essas razões, sugerimos sua aprovação na forma de emenda substitutiva.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 6.046, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, na forma da emenda substitutiva.

Encerrado. É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Feita a leitura do relatório, passamos à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório de V. Exa.

Nós temos mais alguns itens constantes da pauta, mas os Relatores não se encontram presentes.

E temos aqui um requerimento, de autoria do Presidente desta Comissão, o Senador Marcelo Castro, constante do item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 9, DE 2024

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Propõe para a audiência a presença da Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Eu tomarei aqui a iniciativa de incluir o convite também ao Ministro da Casa Civil, uma vez que o PAC está sob a sua gestão.

Uma observação aqui é que a Ministra irá apresentar...

Bom, se bem que, em não podendo ser dois, vamos deixar só a Ministra do Planejamento mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: a Ministra irá apresentar, entre outros assuntos, as Rotas de Integração Sul-Americana como recorte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Alan Rick, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações das Emendas RP8/2026**. **Finalidade:** 1º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1 e nº 2, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: Senadora Professora Dorinha Seabra. A comissão recebeu o total de 1.161 (mil cento e sessenta e uma) indicações. Destas, 948 (novecentas e quarenta e oito) receberam parecer favorável (Anexo I); 92 (noventa e duas) foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado a esta Presidência (Anexo II); e 121 (cento e vinte e uma) tiveram sua deliberação adiada para a realização de análises adicionais (Anexo III). **Resultado:** Aprovadas as indicações constantes do Anexo I, que, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos respectivos ministérios. Antes de encerrar, a presente ata é aprovada, tendo dispensada a sua leitura, e será encaminhada a publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 17 de março.

A presente reunião destina-se à deliberação do primeiro ciclo de deliberação das indicações relativas às emendas RP 8 da Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, com redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2025.

Informo que a reunião ocorre de modo semipresencial.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Gostaria de registrar ainda que as indicações a serem deliberadas nesta data foram enviadas para apreciação desta Comissão, no período entre 24 de fevereiro e 16 de março, tendo sido este prazo amplamente divulgado no *site* da Comissão, bem como via *e-mail* para todos os Senadores e Senadoras e suas assessorias, com os prazos e orientações para envio e reutilização do sistema Sinec. O sistema permaneceu aberto até as 14h do dia 16 de março de 2026.

A coordenação das sugestões e de indicações no âmbito desta Comissão ficou a cargo desta Presidência, que recebeu exclusivamente, por meio do sistema, 1.161 indicações. Dessas, 948 receberam parecer favorável, Anexo I; 92 foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado a essa Presidência, Anexo II; e 121 tiveram sua deliberação adiada para a realização de análises adicionais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farei agora a leitura do relatório com breves considerações.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e das resoluções já citadas, resoluções do Congresso Nacional...

Vou direto ao texto.

A Comissão apresentou emendas nas programações abaixo:

1. Emenda 60110001

1.1.Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

1.2.Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

1.3.Função/Subfunção: 15 - Urbanismo / 244 - Assistência Comunitária

1.4.Subtítulo: 0001 - Nacional

1.5.Valor: R$600 milhões

2. Emenda 60110002

2.1.Programa: 2319 – Mobilidade Urbana

2.2.Ação: 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária

2.3.Função/Subfunção: 15 - Urbanismo / 451 - Infraestrutura Urbana

2.4.Subtítulo: 0001 - Nacional

2.5.Valor: R$400 milhões

3. Emenda 60110005

3.1.Programa: 2323 - Turismo, esse é o destino

3.2.Ação: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

3.3.Função/Subfunção: 23 - Comércio e Serviços / 695 - Turismo

3.4.Subtítulo: 0001 - Nacional

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3.5.Valor: R$300 milhões

4. Emenda 60110006

4.1.Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

4.2.Ação: 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte

4.3.Função/Subfunção: 15 - Urbanismo / 244 - Assistência Comunitária

4.4.Subtítulo: 0001 - Nacional

4.5.Valor: R$238,417 milhões

No prazo concedido por esta Comissão foram apresentadas 1.161 sugestões de indicações de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo à LOA 2026, listadas nos Anexos I, II e III.

As indicações constantes no Anexo I atendem a todos os requisitos formais; portanto, o voto é pela sua aprovação integral.

Em seguida, as indicações constantes no Anexo II foram retiradas por seus autores.

As indicações constantes no Anexo III tiveram adiada a sua deliberação.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I, rejeição daquelas constantes do Anexo II e adiamento das relacionadas no Anexo III.

Antes de abrir a discussão, cabe esclarecermos que se trata da primeira aprovação das indicações encaminhadas a esta Comissão no ano de 2026.

Aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a tabela com a totalidade das indicações válidas no Anexo I.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As indicações aprovadas da ata da presente reunião serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e aos respectivos ministérios.

Antes de finalizar os nossos trabalhos, submeto ainda à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo ainda que será realizada, logo após o término desta reunião, a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, destinada à deliberação de matérias. Portanto, solicito a presença e a participação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Informo ainda que o sistema Sinec será reaberto a partir de hoje, 17 de março, para envio de novas indicações, para correções necessárias e indicações já aprovadas. A deliberação do próximo ciclo ocorrerá em data ainda a ser definida.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

Emenda	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4394	Alan Rick Miranda	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Senador Guiomard- AC	Prefeitura Municipal de Senador Guiomard-AC	Senador Guiomard - AC	04.077.251/0001-25	AC	SENADOR GUIOMARD	4	40	Continuidade da Revitalização do Parque Urbano Águas do Quinari, no município de Senador Guiomard/AC	1.485.731
60110006	4394	Alan Rick Miranda	53000	53101	1211	Prefeitura de Tarauacá - AC	Município de Tarauacá - AC	Tarauacá - AC	34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Construção de Unidade de Acolhimento Institucional para Idosos no Município de Tarauacá – AC	1.180.745
60110006	4394	Alan Rick Miranda	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Brasiléia - AC	Município de Brasiléia- AC	Brasiléia- AC	04.508.933/0001-45	AC	BRASILEIA	4	40	Implantação de Pontes em Estradas Vicinais no município de Brasiléia - AC	1.180.744
60110002	4394	Alan Rick Miranda	56000	56101	00T1	Prefeitura de Sena Madureira	Município de Sena Madureira - AC	Município de Sena Madureira - AC	04.513.362/0001-37	AC	SENA MADUREIRA	4	40	Pavimentação e requalificação de vias urbanas em Sena Madureira - AC	1.980.974
60110001	4394	Alan Rick Miranda	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Porto Acre - AC	Porto Acre - AC	Porto Acre - AC	84.306.661/0001-30	AC	PORTO ACRE	4	40	Recuperação, Pavimentação ou Melhoria de Estradas Vicinais – Porto Acre/AC	2.971.461
60110001	4221	Alexandre Luiz Giordano	53000	53101	00SX	Município de Atibaia	Município de Atibaia	Município de Atibaia	45.279.635/0001-08	SP	ATIBAIA	4	40	Obras de infraestrutura no município	7.428.653
60110001	4221	Alexandre Luiz Giordano	53000	53101	00SX	Município de Atibaia	Município de Atibaia	Município de Atibaia	45.279.635/0001-08	SP	ATIBAIA	4	40	Obras de infraestrutura no município	2.951.862
60110005	4221	Alexandre Luiz Giordano	54000	54101	10V0	Município de Socorro	Município de Socorro	Município de Socorro	46.444.063/0001-38	SP	SOCORRO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	3.714.327
60110002	4221	Alexandre Luiz Giordano	56000	56101	00T1	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	Obras de infraestrutura no município	4.952.436
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Pé de Serra			13.232.913/0001-85	BA	PE DE SERRA	4	40	Obras de Infraestrutura Turística	600.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Azevedo Martins													
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Canarana			13.714.464/0001-01	BA	CANARANA	4	40	Obras de Infraestrutura Turística	2.000.000
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Jussara			13.717.277/0001-81	BA	JUSSARA	4	40	Obras de Infraestrutura Turísticas	500.000
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Lapão			13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Obras de infraestrutura turísticas	300.000
60110005	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Boa Nova			13.894.894/0001-52	BA	BOA NOVA	4	40	Obras de infraestrutura turística	314.327
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Macaubas			13.782.461/0001-05	BA	MACAUBAS	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	500.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim			13.988.308/0001-39	BA	SENHOR DO BONFIM	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	1.000.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho			16.417.784/0001-98	BA	SERRA DO RAMALHO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	500.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Utinga			13.811.807/0001-56	BA	UTINGA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	500.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa			14.105.183/0001-14	BA	BOM JESUS DA LAPA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	500.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Baianopolis			13.654.413/0001-31	BA	BAIANOPOLIS	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Azevedo Martins													
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	400.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Nova Viçosa			13.761.531/0001-49	BA	NOVA VICOSA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	4.680.515
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ibipeba			13.714.803/0001-50	BA	IBIPEBA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	1.000.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Nordestina			13.347.539/0001-63	BA	NORDESTINA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	400.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Boa Nova			13.894.894/0001-52	BA	BOA NOVA	4	40	Infraestrutura urbana	500.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa			14.105.183/0001-14	BA	BOM JESUS DA LAPA	4	40	Realização de Infraestrutura urbana	3.652.436
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Rita de Cássia			13.880.711/0001-40	BA	SANTA RITA DE CASSIA	4	40	Realização de Infraestrutura urbana	400.000
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santo Amaro			14.222.566/0001-72	BA	SANTO AMARO	4	40	infraestrutura urbana	400.000
60110001	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cruz da Almas			14.006.977/0001-20	BA	CRUZ DAS ALMAS	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cocal de Telha			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Iluminação pública	990.487

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Alves Sousa Lima													
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras em pista de caminhada - Passeio	1.980.974
60110005	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Construção de praças	742.865
60110005	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Construção de Praças	1.485.730
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Pavimentação de Vias Rurais (Estradas Vicinais)	3.000.000
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	2.076.103
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Dirceu Arcoverde			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais.	1.152.206
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piaui			01.612.573/0001-39	PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	400.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio			23.500.002/0001-45	PI	DOM INOCENCIO	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	571.461
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí			01.612.582/0001-20	PI	JUAZEIRO DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Alves Sousa Lima													
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Jurema			01.612.585/0001-63	PI	JUREMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000
60110002	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Olho D`Agua do Piaui			01.612.595/0001-07	PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais - Calçamento	500.000
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - 7ª Superintendência Regional (Teresina/PI) - CNPJ: 00.399.857/0025-01			00.399.857/0025-01	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de Equipamentos / Material Permanente	6.228.309
60110005	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurgueia			01.612.562/0001-59	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	40	Infraestrutura Turística	600.000
60110005	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Jaicos			06.553.762/0001-00	PI	JAICOS	4	40	Infraestrutura - Obras Turística	500.000
60110005	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Piauí			06.554.232/0001-78	PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	4	40	Infraestrutura - Obras Turística	400.000
60110005	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Piaui			06.553.960/0001-65	PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	4	40	Infraestrutura - Obras Turística	728.596
60110005	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Rio Pardo	Prefeitura Municipal de Rio Pardo		88.821.079/0001-62	RS	RIO PARDO	4	40	Pavimentação da orla do município de Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Portão	Prefeitura Municipal de Portão		87.344.016/0001-08	RS	PORTAO	4	40	Pavimentação asfáltica urbana	1.000.000
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Maria	Prefeitura Municipal de Santa Maria		88.488.366/0001-00	RS	SANTA MARIA	4	40	Investimentos em praça pública	500.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Novo Barreiro	Prefeitura Municipal de Novo Barreiro		92.410.521/0001-35	RS	NOVO BARREIRO	4	40	Aprimoramento de estradas vicinais	500.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Mato Queimado	Prefeitura Municipal de Mato Queimado		04.204.318/0001-45	RS	MATO QUEIMADO	4	40	Aprimoramento de estradas vicinais	500.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Poço das Antas	Prefeitura Municipal de Poço das Antas		91.693.333/0001-07	RS	POCO DAS ANTAS	4	40	Aprimoramento de estradas vicinais	500.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Rolante	Prefeitura Municipal de Rolante		90.936.956/0001-92	RS	ROLANTE	4	40	Aquisição de maquinários	500.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Quaraí	Prefeitura Municipal de Quaraí		88.123.492/0001-53	RS	QUARAI	4	40	Aquisição de maquinários	500.000
60110001	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves	Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves		87.849.923/0001-09	RS	BENTO GONCALVES	4	40	Aprimoramento de estradas vicinais	471.461
60110005	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Vicente Dutra	Prefeitura Municipal de Vicente Dutra		87.612.883/0001-79	RS	VICENTE DUTRA	4	40	Infraestrutura turística	485.731
60110002	4271	Antonio Hamilton Martins Mourão	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cândido Godoi	Prefeitura Municipal de Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Investimentos em praça pública	480.974
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	4.000.000
60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	CHOROZINHO			23.555.279/0001-75	CE	CHOROZINHO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	7.456.515

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4281	Augusta Brito de Paula	53000	53101	00SX	IBIAPINA			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110002	4281	Augusta Brito de Paula	56000	56101	00T1	ITAPIPOCA			07.623.077/0001-67	CE	ITAPIPOCA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	5.942.436
60110005	4281	Augusta Brito de Paula	54000	54101	10V0	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	2.228.663
60110005	4281	Augusta Brito de Paula	54000	54101	10V0	BEBERIBE			07.528.292/0001-89	CE	BEBERIBE	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	2.228.663
60110001	4568	Bruno Bierrenbach Bonetti	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA - RJ			32.415.283/0001-29	RJ	MIGUEL PEREIRA	4	40	Obras	4.152.206
60110005	4568	Bruno Bierrenbach Bonetti	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ			28.636.579/0001-00	RJ	SAO GONCALO	4	40	Obras	1.485.731
60110002	4568	Bruno Bierrenbach Bonetti	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ			28.636.579/0001-00	RJ	SAO GONCALO	4	40	Obras	1.980.974
60110002	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Envira			04.530.895/0001-27	AM	ENVIRA	4	40	Pavimentação urbana	3.000.000
60110002	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Pavimentação urbana	3.904.872
60110002	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Pavimentação urbana	3.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Anamã			04.628.020/0001-62	AM	ANAMA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Anori			04.262.762/0001-17	AM	ANORI	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura de Autazes			04.477.642/0001-37	AM	AUTAZES	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Beruri			04.628.111/0001-06	AM	BERURI	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos			04.629.283/0001-96	AM	BOA VISTA DO RAMOS	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Borba			04.477.568/0001-59	AM	BORBA	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Caapiranga			04.628.046/0001-00	AM	CAAPIRANGA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Coari			04.262.432/0001-21	AM	COARI	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Codajás			04.263.331/0001-75	AM	CODAJAS	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Envira			04.530.895/0001-27	AM	ENVIRA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
)06	2909	Carlos Eduardo	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		de Souza Braga													
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Humaitá			04.465.209/0001-81	AM	HUMAITA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Ipixuna			04.191.078/0001-91	AM	IPIXUNA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Juruá			04.588.596/0001-43	AM	JURUA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Lábrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Manacapuru			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Manicoré			04.197.166/0001-09	AM	MANICORE	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Máquinas e Equipamentos	1.000.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Nhamundá			04.283.578/0001-53	AM	NHAMUNDA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte			04.477.600/0001-04	AM	NOVA OLINDA DO NORTE	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Novo Airão			04.533.113/0001-03	AM	NOVO AIRAO	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã			04.278.818/0001-21	AM	NOVO ARIPUANA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Pauini			04.530.135/0001-10	AM	PAUINI	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã			04.628.418/0001-07	AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Tapuá			04.530.390/0001-62	AM	TAPAUA	4	40	Máquinas e Equipamentos	400.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Tonantins			04.628.608/0001-16	AM	TONANTINS	4	40	Máquinas e Equipamentos	400.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Urucará			04.477.782/0001-05	AM	URUCARA	4	40	Máquinas e Equipamentos	461.030
60110006	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Urucurituba			04.502.571/0001-85	AM	URUCURITUBA	4	40	Máquinas e Equipamentos	500.000
60110005	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Iranduba			04.628.533/0001-73	AM	IRANDUBA	4	40	Infraestrutura turística	3.500.000
60110005	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Infraestrutura turística	2.500.000
60110005	2909	Carlos Eduardo de Souza Braga	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Infraestrutura turística	1.428.654
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Aperibé/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Caminhão Basculante 12m³ 6x4	745.085
)01	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do	Município de Barra do Piraí/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira 80cv	309.111

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						Desenvolvimento Regional									
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Bom Jardim/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Caminhão Basculante 12m³ 6x4	745.085
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Cambuci/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Motocicleta 160cc	23.826
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Duas Barras/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Microtrator Agrícola 14 cv com Enxada Rotativa e Carretinha	27.207
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Laje do Muriaé/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Motocicleta 160cc	23.826
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Quatis/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira 80cv	309.111
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Rio Claro/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira 80cv	309.111
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Rio das Flores/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Dois Tratores Agrícola Cabinado de 110 cv	375.782
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Santa Maria Madalena		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Caminhão Basculante 12m³ 6x4	745.085
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de São José do Vale do Rio Preto		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira 80cv	309.111
60110001	4210	Carlos Francisco Portinho	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Município de Vassouras/RJ		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Um Trator Agrícola Cabinado de 110 cv e uma Motocicleta 160 cc	211.717
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Apuiares			07.438.468/0001-01	CE	APUIARES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	2.500.000
)01	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Assaré			07.587.983/0001-53	CE	ASSARE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	1.000.000
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Mauriti			07.655.269/0001-55	CE	MAURITI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	500.000
60110005	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	Município de Guaraciaba do Norte			07.569.205/0001-31	CE	GUARACIABA DO NORTE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Recuperação de Infraestrutura de Interesse Turístico	1.000.000
60110005	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	SETUR - Secretaria de Estado do Turismo			00.671.077/0001-93	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Recuperação de Infraestrutura de Interesse Turístico	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Infraestrutura Urbana	500.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Coreaú			07.598.618/0001-44	CE	COREAU	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Moraújo			07.598.675/0001-23	CE	MORAUJO	4	40	Infraestrutura Urbana	1.500.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Bela Cruz			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Jijoca de Jericoacoara			23.718.034/0001-11	CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Senador Sá			07.598.642/0001-83	CE	SENADOR SA	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Santana do Acaraú			07.598.659/0001-30	CE	SANTANA DO ACARAU	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Carnaubal			07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Infraestrutura Urbana	750.000
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Itarema			07.663.941/0001-54	CE	ITAREMA	4	40	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Pipa 12.000 L	559.075

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Acaraú			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Pipa 12.000 L	559.075
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Bela Cruz			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Pipa 12.000 L	559.075
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Santa Quitéria			07.725.138/0001-05	CE	SANTA QUITERIA	4	40	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Pipa 12.000 L	559.075
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Acaraú			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Rolo Compactador	382.470
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Itarema			07.663.941/0001-54	CE	ITAREMA	4	40	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Rolo Compactador	382.470
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Chaval			07.146.301/0001-77	CE	CHAVAL	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	998.760
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Santa Quitéria			07.725.138/0001-05	CE	SANTA QUITERIA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	400.000
60110005	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	SETUR - Secretaria de Estado do Turismo			00.671.077/0001-93	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Recuperação de Infraestrutura de Interesse Turístico	350.000
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Infraestrutura Urbana	904.872
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	56000	56101	00T1	Município de Tamboril			07.705.817/0001-04	CE	TAMBORIL	4	40	Infraestrutura Urbana	1.000.000
60110005	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	Município de Fortaleza			07.954.605/0001-60	CE	FORTALEZA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Recuperação de Infraestrutura	5.078.654

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														de Interesse Turístico	
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	5.000.000
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	5.000.000
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Município de Itarema			07.663.941/0001-54	CE	ITAREMA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	1.361.030
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	ARRAIAL			06.554.026/0001-68	PI	ARRAIAL	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	COLÔNIA DO PIAUÍ			41.522.376/0001-43	PI	COLONIA DO PIAUI	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	SÃO JULIÃO			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.000
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	56000	56101	00T1	SIMPLÍCIO MENDES			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.974
)01	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	ANGICAL DO PIAUÍ			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	CAXINGÓ			01.612.618/0001-75	PI	CAXINGO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ			01.612.593/0001-00	PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	RIACHO FRIO			01.612.606/0001-40	PI	RIACHO FRIO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	RIBEIRA DO PIAUÍ			01.612.604/0001-51	PI	RIBEIRA DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SANTA LUZ			06.554.398/0001-94	PI	SANTA LUZ	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DA CANABRAVA			12.066.973/0001-02	PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DA VARJOTA			01.612.676/0001-07	PI	SAO JOAO DA VARJOTA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	VÁRZEA GRANDE			06.554.950/0001-44	PI	VARZEA GRANDE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	552.206
60110005	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	SANTA CRUZ DO PIAUÍ			06.553.960/0001-65	PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	500.000
60110005	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	SÃO JOSÉ DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	485.731
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora			18.338.178/0001-02	MG	JUIZ DE FORA	4	40	Infraestrutura em estrada rural	2.971.461
60110002	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ubá			18.128.207/0001-01	MG	UBA	4	40	Infraestrutura urbana	1.980.974
60110005	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Minas Novas			22.516.405/0001-10	MG	MINAS NOVAS	4	40	Infra -Estrutura Turística	1.485.731
60110006	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	1211	COLORADO DO OESTE.	COLORADO DO ESTE.		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de Micro-ônibus Rodoviário.	700.000
60110006	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	1211	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Pavimentação.	2.251.862
60110002	4092	Confúcio Aires Moura	56000	56101	00T1	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Pavimentação.	2.476.218
60110002	4092	Confúcio Aires Moura	56000	56101	00T1	ROLIM DE MOURA	ROLIM DE MOURA		04.394.805/0001-18	RO	ROLIM DE MOURA	4	40	Pavimentação.	2.476.218
60110005	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	SÃO FELIPE D'OESTE	SÃO FELIPE D'OESTE		84.745.389/0001-94	RO	SAO FELIPE D'OESTE	4	40	Construção do centro de cultura.	2.000.000
60110005	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	ARIQUEMES	ARIQUEMES		04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Revitalização de museu.	1.714.327
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	ESPIGÃO D'OESTE	ESPIGÃO D'OESTE		04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Manutenção em estradas vicinais.	700.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	ESPIGÃO D'OESTE	ESPIGÃO D'OESTE		04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Aquisição de trator.	600.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	NOVA MAMORE	NOVA MAMORE		22.855.183/0001-60	RO	NOVA MAMORE	4	40	Aquisição de caminhão caçamba.	600.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	PRIMAVERA DE RONDÔNIA		84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Manutenção em estradas vicinais.	500.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	PRIMAVERA DE RONDÔNIA		84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Construção de ponte.	1.800.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4092	Confúcio Aires Moura	5300 0	5310 1	00SX	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba.	600.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	5300 0	5310 1	00SX	MINISTRO ANDREAZZA	MINISTRO ANDREAZZA		63.762.074/0001-85	RO	MINISTRO ANDREAZZA	4	40	Aquisição de caminhão basculante.	600.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	5300 0	5310 1	00SX	CANDEIAS DO JAMARI	CANDEIAS DO JAMARI		63.761.902/0001-60	RO	CANDEIAS DO JAMARI	4	40	Aquisição de tratores.	800.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	5300 0	5310 1	00SX	ALVORADA D'OESTE	ALVORADA D'OESTE		15.845.340/0001-90	RO	ALVORADA D'OESTE	4	40	Aquisição de caminhão frigorífico.	450.000
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	5300 0	5310 1	00SX	NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE		63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aquisição de Pá Carregadeira e Caminhão basculante.	778.652
60110001	4268	Damares Regina Alves	5300 0	5310 1	00SX	DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal			00.070.532/0001-03	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a implantação de infraestrutura produtiva e obras complementares	2.971.461
60110005	4268	Damares Regina Alves	5400 0	5410 1	10V0	SETUR - Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal			33.143.334/0001-73	DF	BRASILIA	4	30	Ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.485.731
60110002	4268	Damares Regina Alves	5600 0	5610 1	00T1	DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal			00.070.532/0001-03	DF	BRASILIA	4	30	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária	1.500.000
60110002	4268	Damares Regina Alves	5600 0	5610 1	00T1	CIDADE OCIDENTAL			36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária	480.974
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	5300 0	5310 1	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA - PB	ITAPORANGA - PB	00.043.711/0001-43	PB	ITAPORANGA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA - PB	SOLÂNEA - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB	MONTEIRO - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO - PB	BOQUEIRÃO - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.152.206
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	08.204.497/0001-71	Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	Aquisição de Usina de Asfalto	2.152.206
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Mossoró		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	Pavimentação do Bairro Alagoinha em Mossoró - Via CODEVASF	6.000.000
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	08.144.784/0001-33	Nova Cruz		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	Aquisição de Usina de Asfalto	2.228.309
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	56000	56101	00T1	08.241.747/0001-43	Natal		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	40	Pavimentação de ruas	4.952.435
60110005	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	08.196.941/0001-54	Monte das Gameleiras		08.196.941/0001-54	RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	4	40	Infraestrutura Turística	743.000
60110005	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	04.214.217/0001-55	Jundiá		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	Infraestrutura Turística	742.731
60110005	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	08.364.655/0001-50	Riachuelo		08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	Infraestrutura Turística	2.228.596
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner	Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner	Álfredo Wagner	83.102.608/0001-54	SC	ALFREDO WAGNER	4	40	Pavimentação de estradas vicinais	400.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Botuverá	Prefeitura Municipal de Botuverá	Botuvera	83.102.350/0001-96	SC	BOTUVERA	4	40	Pavimentação de estradas vicinais	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	2210	Esperidião Amin Helou Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Caibi	Prefeitura Municipal de Caibi	Caibi	82.940.776/0001-56	SC	CAIBI	4	40	construção de parques e praças	600.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Lacerdópolis	Prefeitura Municipal de Lacerdópolis	Lacerdopolis	82.939.471/0001-24	SC	LACERDOPOLIS	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	400.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Major Gercino	Prefeitura Municipal de Major Gercino	Major Gercino	82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	400.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de São José do Cedro	Prefeitura Municipal de São José do Cedro	São José do Cedro	83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	400.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Treze Tilias	82.777.251/0001-41	SC	TREZE TILIAS	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	400.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Maravilha	Prefeitura Municipal de Maravilha	Maravilha	82.821.190/0001-72	SC	MARAVILHA	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	400.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	Investimento em obras de infraestrutura para o setor produtivo	400.000
60110005	2210	Esperidião Amin Helou Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Jacinto Machado	Prefeitura Municipal de Jacinto Machado	Jacinto Machado	82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Obras de Infraestrutura turística	400.000
60110005	2210	Esperidião Amin Helou Filho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Gravatal	Prefeitura Municipal de Gravatal	Gravatal	82.926.569/0001-47	SC	GRAVATAL	4	40	obras de infraestrutura turística	485.731
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Angelina	Prefeitura Municipal de Angelina	Angelina	82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Obras de infraestrutura Urbana	480.974
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Modelo	Prefeitura Municipal de Modelo	Modelo	83.021.832/0001-11	SC	MODELO	4	40	Obras de Infraestrutura Urbana	500.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Schroeder	Prefeitura Municipal de Schroeder	Schroeder	83.102.491/0001-09	SC	SCHROEDER	4	40	Investimento em infraestrutura Urbana	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	452.206
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	Morro da Fumaça	83.000.323/0001-02	SC	MORRO DA FUMACA	4	40	Pavimentação de estradas Vicinais	400.000
60110002	2210	Esperidião Amin Helou Filho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ituporanga	Prefeitura Municipal de Ituporanga	Ituporanga	83.102.640/0001-30	SC	ITUPORANGA	4	40	Obras de Infraestrutura Urbana	500.000
60110005	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU		27.167.451/0001-74	ES	ITAGUACU	4	40	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.500.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS		27.174.085/0001-80	ES	PINHEIROS	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL		27.744.143/0001-64	ES	RIO BANANAL	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS		27.174.150/0001-78	ES	PANCAS	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	1.300.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI		27.165.190/0001-53	ES	GUARAPARI	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	900.000
60110002	4180	Fabiano Contarato	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA		01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS DAS VIAS URBANAS	952.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO		27.165.562/0001-41	ES	AFONSO CLAUDIO	4	40	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	5.080.515
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		31.796.659/0001-20	ES	ALTO RIO NOVO	4	40	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	700.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA		31.796.097/0001-14	ES	LARANJA DA TERRA	4	40	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	1.000.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA		27.165.554/0001-03	ES	VILA VELHA	4	40	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	1.800.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA		27.174.051/0001-96	ES	MONTANHA	4	40	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	900.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI		27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	900.000
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU		27.080.555/0001-47	ES	BAIXO GUANDU	4	30	AQUISIÇÃAO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	538.060
60110001	4180	Fabiano Contarato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS		27.080.555/0001-47	ES	DOMINGOS MARTINS	4	30	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO	500.000
)05	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA		01.612.155/0001-41	ES	SOORETAMA	4	40	APOIAR PROJETOS DE	900.042

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	
60110005	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO		27.165.182/0001-07	ES	FUNDAO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	885.715
60110005	4180	Fabiano Contarato	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ		36.388.445/0001-38	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	800.000
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	56000	56101	00T1	Município de Bodocó			11.040.862/0001-64	PE	BODOCO	4	40	Pavimentação	1.500.000
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	56000	56101	00T1	Município de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110002	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	56000	56101	00T1	Município de Ouricuri			11.040.904/0001-67	PE	OURICURI	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Motoniveladora	1.000.000
60110001	4252	Fernando Antonio Caminha Dueire	53000	53101	00SX	Município de Vicência			10.168.235/0001-40	PE	VICENCIA	4	40	Estradas vicinais	1.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Construção de Passagem Molhada	1.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Coité do Nóia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	1.000.000
60110005	4285	Fernando Lopes de Farias	54000	54101	10V0	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de Mirante.	2.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Mata Grande			12.226.205/0001-79	AL	MATA GRANDE	4	40	Construção de Passagem Molhada e estradas vicinais	1.500.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Igreja Nova			12.242.350/0001-43	AL	IGREJA NOVA	4	40	Estradas Vicinais	1.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Belo Monte			12.250.163/0001-01	AL	BELO MONTE	4	40	Construção de Passagem Molhada	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	5300 0	5310 1	00SX	Município de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Estradas Vicinais	1.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	5300 0	5310 1	00SX	Município de Coqueiro Seco			12.200.325/0001-05	AL	COQUEIRO SECO	4	40	Estradas Vicinais	500.000
60110005	4285	Fernando Lopes de Farias	5400 0	5410 1	10V0	Município de Marechal Deodoro			12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	Construção da Orla	1.714.327
60110002	2038	Flávio José Arns	5600 0	5610 1	00T1	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO			95.640.736/0001-30	PR	ALTO PARAISO	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.300.000
60110002	2038	Flávio José Arns	5600 0	5610 1	00T1	MUNICÍPIO DE IVATUBA			76.285.337/0001-54	PR	IVATUBA	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.250.000
60110002	2038	Flávio José Arns	5600 0	5610 1	00T1	MUNICÍPIO DE VIRMOND			95.587.622/0001-74	PR	VIRMOND	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.200.000
60110005	2038	Flávio José Arns	5400 0	5410 1	10V0	MUNICÍPIO DE CAMBIRA			75.771.287/0001-52	PR	CAMBIRA	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.	770.000
60110005	2038	Flávio José Arns	5400 0	5410 1	10V0	MUNICÍPIO DE MANDAGUARI			76.285.345/0001-09	PR	MANDAGUARI	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.	770.000
60110005	2038	Flávio José Arns	5400 0	5410 1	10V0	MUNICÍPIO DE MARIA HELENA			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.	770.000
60110002	2038	Flávio José Arns	5600 0	5610 1	00T1	MUNICIPIO			80.888.688/0001-27	PR	LUIZIANA	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA.	1.200.000
60110005	2038	Flávio José Arns	5400 0	5410 1	10V0	MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE			76.002.658/0001-02	PR	CAMPO DO TENENTE	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	650.000
60110005	2038	Flávio José Arns	5400 0	5410 1	10V0	MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO			01.603.719/0001-80	PR	FOZ DO JORDAO	4	40	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.	750.000
60110001	2038	Flávio José Arns	5300 0	5310 1	00SX	MUNICIPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇÚ			01.612.634/0001-68	PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	1.500.000
60110001	2038	Flávio José Arns	5300 0	5310 1	00SX	MUNICIPIO DE FAXINAL			75.771.295/0001-07	PR	FAXINAL	4	40	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - RURAIS.	1.480.000
60110001	2038	Flávio José Arns	5300 0	5310 1	00SX	MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA			76.970.383/0001-92	PR	JARDIM OLINDA	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - RURAIS.	1.400.000
)01	2038	Flávio José Arns	5300 0	5310 1	00SX	MUNICIPIO DE SALTO DO ITARARÉ			76.920.834/0001-87	PR	SALTO DO ITARARE	4	40	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														VICINAIS - RURAIS.	
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE TURVO			78.279.973/0001-07	PR	TURVO	4	40	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - RURAIS.	1.500.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE TUPASSI			77.877.116/0001-38	PR	TUPASSI	4	40	OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - RURAIS.	1.500.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE URAI			75.424.507/0001-71	PR	URAI	4	40	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - RURAIS.	1.500.000
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí/RJ			28.576.080/0001-47	RJ	BARRA DO PIRAI	4	40	Aquisição de 01 caminhão basculante	847.891
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itaboraí/RJ			28.741.080/0001-55	RJ	ITABORAI	4	40	Aquisição de 01 caminhão basculante	847.891
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de 01 caminhão basculante	847.891
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de 01 grade aradora 14x26	23.943
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de 01 carreta agrícola basculante 4 t	25.240
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de 01 caminhão basculante	847.891
60110001	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ			29.116.894/0001-61	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	4	40	Aquisição de 01 pá carregadeira 100 cv	700.393
60110002	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ			29.116.894/0001-61	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	4	40	Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas (urbana)	1.980.974
60110005	9219	Flávio Nantes Bolsonaro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Miguel Pereira/RJ			32.415.283/0001-29	RJ	MIGUEL PEREIRA	4	40	Revitalização do algo de javari (ponto turístico)	1.485.731
60110006	4143	Francisco de Assis Rodrigues	53000	53101	1211	Município de Caroebe	Município de Caroebe		01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da	2.951.862

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														Região do Calha Norte - Ampliação da Sede da Prefeitura de Caroebe	
60110005	4143	Francisco de Assis Rodrigues	54000	54101	10V0	Município de Caroebe	Município de Caroebe		01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turistica - Construção do Aerodromo	3.714.327
60110002	4143	Francisco de Assis Rodrigues	56000	56101	00T1	Município de Boa Vista	Município de Boa Vista		05.943.030/0001-55	RR	BOA VISTA	4	40	Implantação de Obras de Artes Especiais em Boa Vista	4.952.436
60110001	4143	Francisco de Assis Rodrigues	53000	53101	00SX	Município de Boa Vista	Município de Boa Vista		05.943.030/0001-55	RR	BOA VISTA	4	40	Pavimentação e Drenagem em áreas Rurais no município de Boa Vista	5.508.653
60110001	4143	Francisco de Assis Rodrigues	53000	53101	00SX	Governo do Estado de Roraima	IATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de Veículos Utilitários	1.920.000
60110005	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Manacapuru			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Cirandas	1.500.000
60110005	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Manaquiri			04.641.551/0001-95	AM	MANAQUIRI	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.000.000
60110005	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.200.058
60110002	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	56000	56101	00T1	Município de Iranduba			04.628.533/0001-73	AM	IRANDUBA	4	40	Pavimentação	6.933.410
60110005	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	54000	54101	10V0	Município de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.500.000
60110006	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	1211	Município de Japurá			04.505.509/0001-47	AM	JAPURA	4	40	Construção/Ampliação da Câmara Municipal.	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110006	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	1211	Município de Manicoré			04.197.166/0001-09	AM	MANICORE	4	40	Abastecimento de água	450.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.200.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Ipixuna			04.191.078/0001-91	AM	IPIXUNA	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Urucurituba			04.502.571/0001-85	AM	URUCURITUBA	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Barcelos			04.271.037/0001-05	AM	BARCELOS	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Tonantins			04.628.608/0001-16	AM	TONANTINS	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Autazes	Associação dos Moradores da Aldeia Indígena Igarapé-Açú		04.477.642/0001-37	AM	AUTAZES	4	40	Trator e implementos	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Autazes	Conselho Indigenista Mura		04.477.642/0001-37	AM	AUTAZES	4	40	Abastecimento de água	500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Novo Airão			04.533.113/0001-03	AM	NOVO AIRAO	4	40	Motores rabeta	200.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Manaquiri			04.641.551/0001-95	AM	MANAQUIRI	4	40	Abastecimento de água	500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Urucará			04.477.782/0001-05	AM	URUCARA	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Lábrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Coari			04.262.432/0001-21	AM	COARI	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.114
60110006	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	1211	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Infraestrutura	500.000
60110006	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	1211	Município de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Investimentos	1.000.000
60110006	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	1211	Município de Santo Antônio do Içá			04.532.057/0001-92	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	4	40	Investimentos	500.000
60110006	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	1211	Município de Careiro			04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Investimentos	682.607
60110005	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Limoeiro	Prefeitura Municipal de Limoeiro	Limoeiro	11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Obra de infraestrutura turística	814.327

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata	Nazaré da Mata	10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Obra de Infraestrutura Turística	700.000
60110005	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Panelas	Prefeitura Municipal de Panelas	Panelas	10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Obra de infraestrutura turística	600.000
60110005	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde	Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde	Santa Cruz da Baixa Verde	35.445.485/0001-01	PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	4	40	Obra de infraestrutura turística	400.000
60110005	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande	Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande	São José da Coroa Grande	10.111.631/0001-31	PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	4	40	Obra de infraestrutura turística	571.430
60110005	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Vicência	Prefeitura Municipal de Vicência	Vicência	10.168.235/0001-40	PE	VICENCIA	4	40	Obra de infraestrutura turística	1.000.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Catende	Prefeitura Municipal de Catende	catende	10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Cupira	Prefeitura Municipal de Cupira	Cupira	10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	40	Pavimentação	600.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Floresta	Prefeitura Municipal de Floresta	Floresta	10.113.736/0001-20	PE	FLORESTA	4	40	Pavimentação	495.240
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itaquitinga	Prefeitura Municipal de Itaquitinga	Itaquitinga	10.150.076/0001-57	PE	ITAQUITINGA	4	40	Pavimentação	500.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ipubi	Prefeitura Municipal de Ipubi	Ipubi	11.040.896/0001-59	PE	IPUBI	4	40	Pavimentação	500.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Jucati	Prefeitura Municipal de Jucati	Jucati	35.450.790/0001-91	PE	JUCATI	4	40	Pavimentação	500.000
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista	Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista	Santa Maria da Boa Vista	10.358.182/0001-20	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	40	Pavimentação	852.436
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Serrita	Prefeitura Municipal de Serrita	Serrita	11.361.250/0001-73	PE	SERRITA	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de BALNEÁRIO BARRA DO SUL			95.954.509/0001-80	SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	4	40	Implantação e Qualificação Viária no município	400.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de ITAIÓPOLIS			83.102.517/0001-19	SC	ANITAPOLIS	4	40	Implantação e Qualificação Viária no Município	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de JOINVILLE			83.169.623/0001-10	SC	JOINVILLE	4	40	Implantação e Qualificação Viária	1.600.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de LEOBERTO LEAL			82.924.390/0001-50	SC	LEOBERTO LEAL	4	40	Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de NOVA TRENTO			82.925.025/0001-60	SC	NOVA TRENTO	4	40	Implantação e Qualificação Viária	452.436
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de OTACÍLIO COSTA			75.326.066/0001-75	SC	OTACILIO COSTA	4	40	Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA			01.613.101/0001-09	SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	4	40	Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de TIJUCAS			82.577.636/0001-65	SC	TIJUCAS	4	40	Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5600 0	5610 1	00T 1	Prefeitura Municipal de VARGEM			95.995.130/0001-18	SC	VARGEM	4	40	Implantação e Qualificação Viária	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5300 0	5310 1	00S X	Prefeitura Municipal de ANCHIETA			83.024.687/0001-22	SC	ANCHIETA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5300 0	5310 1	00S X	Prefeitura Municipal de DESCANSO			83.026.138/0001-97	SC	DESCANSO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5300 0	5310 1	00S X	Prefeitura Municipal de FORMOSA DO SUL			80.637.424/0001-09	SC	FORMOSA DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5300 0	5310 1	00S X	Prefeitura Municipal de GRAO PARA			82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	360.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5300 0	5310 1	00S X	Prefeitura Municipal de Grão-Pará			82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	700.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	5300 0	5310 1	00S X	Prefeitura Municipal de ILHOTA			83.102.301/0001-53	SC	ILHOTA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento	360.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														o Sustentável Local Integrado	
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de IPORA DO OESTE			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de IRINEOPOLIS			83.102.558/0001-05	SC	IRINEOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de JARDINOPOLIS			80.637.457/0001-40	SC	JARDINOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de LAURENTINO			83.102.657/0001-97	SC	LAURENTINO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	360.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de LUIZ ALVES			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.515
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de MAFRA			83.102.509/0001-72	SC	MAFRA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de MAJOR VIEIRA			83.102.392/0001-27	SC	MAJOR VIEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de PRINCESA			01.612.836/0001-00	SC	PRINCESA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de QUILOMBO			83.021.865/0001-61	SC	QUILOMBO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														o Sustentável Local Integrado	
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de RIQUEZA			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SANTIAGO DO SUL			01.612.781/0001-38	SC	SANTIAGO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SAO CARLOS			82.945.718/0001-15	SC	SAO CARLOS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SAO JOAO DO OESTE			80.911.936/0001-03	SC	SAO JOAO DO OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SAO MARTINHO			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	300.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de XAXIM			82.854.670/0001-30	SC	XAXIM	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110005	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de BALNEARIO CAMBORIU			83.102.285/0001-07	SC	BALNEARIO CAMBORIU	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.000.000
60110005	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de BALNEARIO PICARRAS			83.102.335/0001-48	SC	BALNEARIO PICARRAS	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	500.000
60110005	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de CRICIUMA			82.916.818/0001-13	SC	CRICIUMA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	600.000
60110005	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de PORTO BELO			82.575.812/0001-20	SC	PORTO BELO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	614.327
)05	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de CAMBORIU			83.102.293/0001-45	SC	CAMBORIU	4	40	Apoio a Projetos de	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														Infraestrutura Turística	
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de RODEIO			83.102.814/0001-64	SC	RODEIO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110005	4136	Izalci Lucas Ferreira	54000	54101	10V0	Valparaiso de Goiás	Valparaiso de Goiás		04.786.328/0001-36	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	Apoio ao Infraestrutura turística ao Município de Valparaiso de Goiás	1.485.731
60110002	4136	Izalci Lucas Ferreira	56000	56101	00T1	Novo Gama	Novo Gama		01.629.276/0001-04	GO	NOVO GAMA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária ao Município de Novo Gama GO	1.980.974
60110001	4136	Izalci Lucas Ferreira	53000	53101	00SX	Alexânia	Alexânia		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado ao Município de Alexânia GO	4.152.206
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Acará			05.196.548/0001-72	PA	ACARA	4	40	Pavimentação.	1.000.000
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Baião.			05.425.871/0001-70	PA	BAIAO	4	40	Pavimentação.	952.436
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Breves.			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Pavimentação.	1.000.000
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itaituba			05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Pavimentação.	1.000.000
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itupiranga.			05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Pavimentação.	1.000.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa			04.873.600/0001-15	PA	AUGUSTO CORREA	4	40	Aquisição de maquina.	500.000
)01	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bagre			04.876.538/0001-15	PA	BAGRE	4	40	Aquisição de máquina.	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Bragança			04.873.592/0001-07	PA	BRAGANCA	4	40	Aquisição de máquina.	1.000.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Breu Branco			34.626.440/0001-70	PA	BREU BRANCO	4	40	Aquisição de máquina.	500.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Colares			05.835.939/0001-90	PA	COLARES	4	40	Aquisição de máquina.	500.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Curionópolis			22.938.732/0001-60	PA	CURIONOPOLIS	4	40	Aquisição de máquina.	628.653
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia			01.613.338/0001-81	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	40	Aquisição de máquina.	950.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Medicilândia			34.593.525/0001-08	PA	MEDICILANDIA	4	40	Aquisição de máquina.	450.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna.			01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Aquisição de máquina.	450.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Nova Timboteua			05.149.125/0001-00	PA	NOVA TIMBOTEUA	4	40	Aquisição de máquina.	950.000
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Placas			01.611.858/0001-55	PA	PLACAS	4	40	Aquisição de máquinas.	1.000.000
60110006	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Afuá			05.119.854/0001-05	PA	AFUA	4	40	Aquisição de maquina.	500.000
60110006	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Anajás			05.849.955/0001-31	PA	ANAJAS	4	40	Aquisição de máquina.	500.000
60110006	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Chaves			04.888.111/0001-37	PA	CHAVES	4	40	Aquisição de Máquina.	500.000
60110006	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Juruti			05.257.555/0001-37	PA	JURUTI	4	40	Aquisição de máquina.	951.862
60110006	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Soure			05.133.863/0001-50	PA	SOURE	4	40	Aquisição de máquina.	500.000
60110005	2263	Jader Fontenelle Barbalho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Monte Alegre			04.838.496/0001-28	PA	MONTE ALEGRE	4	40	Construção de mirante.	1.914.327
60110005	2263	Jader Fontenelle Barbalho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Santarém			05.182.233/0001-76	PA	SANTAREM	4	40	Implantação de infraestrutura de acesso à praia de Pajuçara.	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	2263	Jader Fontenelle Barbalho	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Santarém			05.182.233/0001-76	PA	SANTAREM	4	40	Construção de trapiche.	1.300.000
60110002	4272	Jaime Maximino Bagattoli	56000	56101	00T1	PREFEITURA			63.762.033/0001-99	RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	4	40	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIÁRIA URBANA DO DISTRITO DO RIO BRANCO	980.974
60110006	4272	Jaime Maximino Bagattoli	53000	53101	1211	PREFEITURA			63.761.977/0001-41	RO	RIO CRESPO	4	40	IMPLANTAÇÃO DE PONTES EM ESTRADAS VICINAIS	2.000.000
60110006	4272	Jaime Maximino Bagattoli	53000	53101	1211	PREFEITURA			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	IMPLANTAÇÃO DE PONTES EM ESTRADAS VICINAIS	2.152.206
60110002	4272	Jaime Maximino Bagattoli	56000	56101	00T1	PREFEITURA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIÁRIA URBANA	1.000.000
60110005	4272	Jaime Maximino Bagattoli	54000	54101	10V0	PREFEITURA			15.884.109/0001-06	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	40	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICA	700.000
60110005	4272	Jaime Maximino Bagattoli	54000	54101	10V0	PREFEITURA			15.845.340/0001-90	RO	ALVORADA D'OESTE	4	40	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICA	785.731
60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Andaraí			13.922.570/0001-80	BA	ANDARAI	4	40	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	700.000
60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	700.000
60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Carinhanha			14.105.209/0001-24	BA	CARINHANHA	4	40	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Piraí do Norte			13.071.220/0001-58	BA	PIRAI DO NORTE	4	40	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	700.000
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária.	1.147.676
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Ubatã			14.235.253/0001-59	BA	UBATA	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária.	700.000
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Mascote			13.818.018/0001-47	BA	MASCOTE	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária.	700.000
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Pilão Arcado			13.692.033/0001-91	BA	PILAO ARCADO	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária.	700.000
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária.	1.000.000
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária.	500.000
60110001	4080	Jaques Wagner	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR		13.221.247/0001-80	BA	SALVADOR	4	90	Aquisição de máquinas e equipamentos	11.418.575
60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Cristopólis			13.655.089/0001-76	BA	CRISTOPOLIS	4	40	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	400.000
60110002	4080	Jaques Wagner	56000	56101	00T1	Município de Maraú			13.848.973/0001-27	BA	MARAU	4	40	Implantação e qualificação de infraestrutura viária	700.000
60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Ibicoara			13.922.588/0001-82	BA	IBICOARA	4	40	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4080	Jaques Wagner	54000	54101	10V0	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	485.757
)01	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Apiacas			01.321.850/0001-54	MT	APIACAS	4	40	pavimentação	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	municipio de Santa Carmem			37.465.283/0001-57	MT	SANTA CARMEM	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	300.000
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Munícipio de Santo Afonso			37.464.161/0001-46	MT	SANTO AFONSO	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos.	200.000
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Guarantã do Norte			03.239.019/0001-83	MT	GUARANTA DO NORTE	4	40	aquisição de maquinas e equipamentos	1.900.000
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Municipio de Ribeirão Cascalheira			24.772.113/0001-73	MT	RIBEIRAO CASCALHEIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	1.500.000
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Terra Nova do Norte			01.978.212/0001-00	MT	TERRA NOVA DO NORTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	220.000
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Sinop			15.024.003/0001-32	MT	SINOP	4	40	Construção e pavimentação de vias.	1.508.000
60110001	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	00SX	Município de Cotriguaçu			37.465.309/0001-67	MT	COTRIGUACU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos.	800.653
60110006	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	1211	Municipio de Figueiropolis d' Oeste			01.367.762/0001-93	MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e bens permanentes.	650.000
60110006	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	1211	Município de São Felix do Araguaia			03.918.869/0001-08	MT	SAO FELIX DO ARAGUAIA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e bens permanentes	650.000
60110006	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	1211	Município de Santa Cruz do Xingu			04.178.518/0001-70	MT	SANTA CRUZ DO XINGU	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e bens permanentes.	650.000
60110006	2376	Jayme Veríssimo de Campos	53000	53101	1211	Município de Novo Horizonte do Norte			03.238.888/0001-93	MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e bens permanentes.	1.001.862
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Cuiabá			03.533.064/0001-46	MT	CUIABA	4	40	construção de praças e qualificação viária	2.300.000
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Nobres			03.424.272/0001-07	MT	NOBRES	4	40	Pavimentação	1.000.000
)02	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Barra do Bugres			03.507.522/0001-72	MT	BARRA DO BUGRES	4	40	construção de praça e	1.200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														requalificação viária	
60110002	2376	Jayme Veríssimo de Campos	56000	56101	00T1	Município de Guarantã do Norte			03.239.019/0001-83	MT	GUARANTA DO NORTE	4	40	construção de praças e qualificação viária	452.436
60110005	2376	Jayme Veríssimo de Campos	54000	54101	10V0	Município de Cáceres			03.214.145/0001-83	MT	CACERES	4	40	Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de interesse turístico.	2.714.327
60110005	2376	Jayme Veríssimo de Campos	54000	54101	10V0	Município de Guarantã do Norte			03.239.019/0001-83	MT	GUARANTA DO NORTE	4	40	Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de interesse turístico	1.000.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIALMA - GO		01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633
)01	9206	Jorge Kajuru Reis	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		da Costa Nasser													
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE GOIANESIA - GO		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE JARAGUA - GO		01.223.916/0001-73	GO	JARAGUA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE CORREGO DO OURO - GO		02.321.115/0001-03	GO	CORREGO DO OURO	4	90	CAMINHÃO BASCULANTE	585.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRICOLA 90 CV	123.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	90	CAMINHÃO BASCULANTE	585.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ITAGUARI- GO		24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	90	CAMINHÃO BASCULANTE	585.200
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ISRAELANDIA - GO		01.067.248/0001-32	GO	ISRAELANDIA	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ALEXANIA - GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE EDEIA - GO		01.788.082/0001-43	GO	EDEIA	4	90	CAMINHÃO COMPACTADOR 6M	446.633
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE IACIARA - GO		01.740.448/0001-04	GO	IACIARA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE FAINA - GO		25.141.318/0001-13	GO	FAINA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS - GO		25.043.621/0001-83	GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	4	90	CAMINHÃO TOCO CARROCERIA ABERTA	417.990

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS		25.043.621/0001-83	GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	4	40	OBRA DE INFRAESTRUTURA EM ESTRADAS VICINAIS	565.045
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	90	CAMIONETE 4X4	231.781
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE ABADIA DE GOIAS - GO		01.613.940/0001-19	GO	ABADIA DE GOIAS	4	90	PAVIMENTAÇAO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO - TSD	2.000.065
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	SINDICATO RURAL DE QUIRINOPOLIS - GO		02.617.256/0001-78	GO	QUIRINOPOLIS	4	90	TRATOR AGRICOLA 90 CV	123.201
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	SINDICATO RURAL DE QUIRINOPOLIS - GO		02.617.256/0001-78	GO	QUIRINOPOLIS	4	90	RETROESCAVADEIRA	329.175
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE SILVANIA - GO		01.068.030/0001-00	GO	SILVANIA	4	90	TRATOR AGRICOLA 90 CV	123.201
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE POSSE - GO		01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	90	CARRETA AGRÍCOLA DE MADEIRA 2 EIXOS CP 6 TON	22.154
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICIPIO DE POSSE - GO		01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	90	GRADE ARADORA COM 16 DISCOS DE 26	21.945
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	1.000.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE ANICUNS - GO	MUNICIPIO DE ANICUNS - GO		02.262.368/0001-53	GO	ANICUNS	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	1.000.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE CERES - GO	MUNICIPIO DE CERES - GO		01.131.713/0001-57	GO	CERES	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	952.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE ITAGUARI - GO	MUNICIPIO DE ITAGUARI - GO		24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	2.000.436
)05	9206	Jorge Kajuru Reis	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE ANICUNS - GO	MUNICIPIO DE ANICUNS - GO		02.262.368/0001-53	GO	ANICUNS	4	40	INFRAESTRUTURA TURISTICA	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		da Costa Nasser													
60110005	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE COLINAS DO SUL - GO	MUNICIPIO DE COLINAS DO SUL - GO		25.105.255/0001-40	GO	COLINAS DO SUL	4	40	INFRAESTRUTURA TURISTICA	722.341
60110005	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE DAMIANOPOLIS - GO	MUNICIPIO DE DAMIANOPOLIS - GO		01.740.505/0001-55	GO	DAMIANOPOLIS	4	40	INFRAESTRUTURA TURISTICA	1.991.986
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa		75.326.066/0001-75	SC	OTACILIO COSTA	4	40	Moradias Populares	500.000
60110005	4273	Jorge Seif Júnior	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Bombinhas	Prefeitura Municipal de Bombinhas		95.815.379/0001-02	SC	BOMBINHAS	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.485.731
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Palhoça			82.892.316/0001-08	SC	PALHOCA	4	40	Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	1.000.000
60110001	4273	Jorge Seif Júnior	53000	53101	00SX	Município de Biguaçu			82.892.308/0001-53	SC	BIGUACU	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	4.152.206
60110002	4273	Jorge Seif Júnior	56000	56101	00T1	Município de Penha			83.102.327/0001-00	SC	PENHA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	480.974
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	7.505.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PRATA	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	05.279.352/0001-41	PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	690.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	05.070.404/0001-75	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	4	90	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS RIBEIRINHAS DA REGIÃO DE ALTAMIRA	ALTAMIRA	18.591.090/0001-06	PA	ALTAMIRA	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	260.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DIVINO PAI ETERNO	SANTANA DO ARAGUAIA	02.592.007/0001-75	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	260.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DIVINO PAI ETERNO	SANTANA DO ARAGUAIA	02.592.007/0001-75	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	4	90	AQUISIÇÃO DE CASA DE FARINHA	275.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOC. TRABALHAD.E TRABALHADORAS RURAIS EXTRAT. PESCADORES E PESCAD. ARTESANAIS DA RESERV. EXTRATIV. DO ANILZINHO	MUNICÍPIO DE BAIÃO	06.231.891/0001-73	PA	BAIAO	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	260.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	700.000
60110002	4182	José da Cruz Marinho	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE RIO MARIA	MUNICÍPIO DE RIO MARIA	MUNICÍPIO DE RIO MARIA	04.144.176/0001-78	PA	RIO MARIA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	2.500.000
60110002	4182	José da Cruz Marinho	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE CURUÁ	MUNICÍPIO DE CURUÁ	MUNICÍPIO DE CURUÁ	01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	952.436
60110002	4182	José da Cruz Marinho	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	1.500.000
60110005	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	CONSTRUÇÃO DE ORLA	1.500.000
60110005	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE MARABÁ	MUNICÍPIO DE MARABÁ	MUNICÍPIO DE MARABÁ	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA	2.214.327
)01	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA,	INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E	MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA	43.231.435/0001-50	PA	AUGUSTO CORREA	4	50	Aquisição de Trator com	270.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						SALÉSIO OLIVEIRA	CIDADANIA, SALÉSIO OLIVEIRA							implementos agrícolas	
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE FARO	MUNICÍPIO DE FARO	MUNICÍPIO DE FARO	05.178.272/0001-08	PA	FARO	4	40	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	270.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	34.593.525/0001-08	PA	MEDICILANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	500.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA	34.593.525/0001-08	PA	MEDICILANDIA	4	40	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MULTIUSO	1.472.206
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS	MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS	MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS	17.349.848/0001-23	PA	MOJUI DOS CAMPOS	4	40	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	270.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES MONTE PIO	MUNICÍPIO DE ÁGUA AZUL DO NORTE	02.741.026/0001-16	PA	AGUA AZUL DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	270.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE XINGUARA	MUNICÍPIO DE XINGUARA	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO	560.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	MUNICÍPIO DE XINGUARA	MUNICÍPIO DE XINGUARA	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	270.000
60110002	4182	José da Cruz Marinho	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	1.980.974
60110005	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA	600.000
60110005	4182	José da Cruz Marinho	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE MOCAJUBA	MUNICÍPIO DE MOCAJUBA	MUNICÍPIO DE MOCAJUBA	05.846.704/0001-01	PA	MOCAJUBA	4	40	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA BIBLÍA	885.731
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTO-RES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAPITÃO POÇO	CAPITÃO POÇO	05.099.973/0001-43	PA	CAPITAO POCO	4	90	AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA COSTAL	30.515

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ABEL FIGUEIREDO	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ABEL FIGUEIREDO	ABEL FIGUEIREDO	08.657.042/0001-01	PA	ABEL FIGUEIREDO	4	50	Aquisição de Trator com implementos agrícolas	270.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE BELO MONTE- AL	MUNICIPIO DE BELO MONTE- AL	MUNICIPIO DE BELO MONTE- AL	12.250.163/0001-01	AL	BELO MONTE	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	500.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	CAMPESTRE - AL	CAMPESTRE - AL	CAMPESTRE - AL	12.227.971/0001-58	AL	CAMPESTRE	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	700.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	CHÃ PRETA - AL	CHÃ PRETA - AL	CHÃ PRETA - AL	12.334.629/0001-57	AL	CHA PRETA	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	800.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	PALMEIRA DOS INDIOS - AL	PALMEIRA DOS INDIOS - AL	PALMEIRA DOS INDIOS - AL	12.356.879/0001-98	AL	PALMEIRA DOS INDIOS	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	800.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	PAULO JACINTO - AL	PAULO JACINTO - AL	PAULO JACINTO - AL	12.335.030/0001-38	AL	PAULO JACINTO	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	528.653
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS -AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS -AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL	12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	900.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	CACIMBINHAS - AL	CACIMBINHAS - AL	CACIMBINHAS - AL	12.227.971/0001-58	AL	CACIMBINHAS	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	900.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO -AL	MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO - AL	MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO -AL	12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	800.000
60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA- AL	MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA- AL	MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA- AL	12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MARIBONDO - AL	MUNICÍPIO DE MARIBONDO - AL	MUNICÍPIO DE MARIBONDO - AL	12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.	800.000
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento.	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento.	Novo Repartimento.	34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	3.000.000
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio	Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio	Senador José Porfírio	05.421.110/0001-40	PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	4	40	Execução de obras de asfalto rural.	4.000.000
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itupiranga	Prefeitura Municipal de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Execução de obras de asfalto rural.	3.380.515
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Tracuateua	Prefeitura Municipal de Tracuateua	Tracuateua	01.612.999/0001-92	PA	TRACUATEUA	4	40	Execução de obras de pavimentação asfáltica.	2.000.000
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de pavimentação asfáltica.	2.000.000
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Piçarra	Prefeitura Municipal de Piçarra	Piçarra	01.612.163/0001-98	PA	PICARRA	4	40	Execução de obras de pavimentação asfáltica.	952.436
60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Rio Maria	Prefeitura Municipal de Rio Maria	Rio Maria	04.144.176/0001-78	PA	RIO MARIA	4	40	Obra de construção de Praça.	2.000.000
60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Chaves	Prefeitura Municipal de Chaves	Chaves	04.888.111/0001-37	PA	CHAVES	4	40	Obras para a construção de praça.	1.714.327
60110001	4266	José Roberto Oliveira Faro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	1.038.060
60110002	4266	José Roberto Oliveira Faro	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Augusto Corrêa	04.873.600/0001-15	PA	AUGUSTO CORREA	4	40	Execução de obras de pavimentação asfáltica.	495.240
60110005	4266	José Roberto Oliveira Faro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa	Augusto Corrêa	04.873.600/0001-15	PA	AUGUSTO CORREA	4	40	Obras de infraestrutura de estradas e rodovias de interesse turístico.	371.430

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	54000	54101	10V0	Arquivo Público do Distrito Federal	Arquivo Público do Distrito Federal		04.321.376/0001-59	DF	BRASILIA	4	30	Construir, revitalizar, reformar próprios do Arquivo Público do Distrito Federal	3.714.327
60110002	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	56000	56101	00T1	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL		00.070.532/0001-03	DF	BRASILIA	4	90	Construção de passarela na DF-020 km 17,7 próximo ao condomínio DVO.	4.952.436
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Alegrete	Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Revitalização e modernização de praças	800.001
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Dom Pedro de Alcantara	Dom Pedro de Alcantara		01.640.339/0001-15	RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	4	40	Modernização de Gruta Turística	285.729
60110005	4184	Luis Carlos Heinze	54000	54101	10V0	Mata	Mata		88.485.412/0001-00	RS	MATA	4	40	Pavimentação de acesso ao centro cultural e jardim paleontológico	400.001
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Capão do Cipó	Capão do Cipó		04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Pavimentação urbana	370.967
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Ibirapuitã	Ibirapuitã		92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Pavimentação urbana	370.003
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Marcelino Ramos	Marcelino Ramos		87.613.287/0001-03	RS	MARCELINO RAMOS	4	40	Reforma Ponte rodoferroviária urbana	500.001
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Quevedos	Quevedos		94.444.122/0001-10	RS	QUEVEDOS	4	40	Pavimentação Urbana	370.002
60110002	4184	Luis Carlos Heinze	56000	56101	00T1	Santo Antonio das Missões	Santo Antonio das Missões		87.612.974/0001-04	RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	4	40	Pavimentação urbana	370.001
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Capela de Santana	Capela de Santana		92.122.720/0001-48	RS	CAPELA DE SANTANA	4	40	Pavimentação rural - Trasaçoriana	1.000.002
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Centenário	Centenário		93.539.138/0001-44	RS	CENTENARIO	4	40	Construção de pontes	300.001
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Fontoura Xavier	Fontoura Xavier		87.612.768/0001-02	RS	FONTOURA XAVIER	4	40	Pavimentação rural	552.196
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Garruchos	Garruchos		92.891.035/0001-86	RS	GARRUCHOS	4	40	Pavimentação rural - Estrada Sambará	500.001
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Ilópolis	Ilópolis		88.186.424/0001-33	RS	ILOPOLIS	4	40	Pavimentação rural	400.002
60110001	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Pouso Novo	Pouso Novo		92.454.826/0001-49	RS	POUSO NOVO	4	40	Pavimentação Rural	400.003
)01	4184	Luis Carlos Heinze	53000	53101	00SX	Vale do Sol	Vale do Sol		94.577.574/0001-70	RS	VALE DO SOL	4	40	Obras na Ponte Rebentona	1.000.001

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE RUSSAS	MUNICIPIO DE RUSSAS		07.535.446/0001-60	CE	RUSSAS	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	1.000.000
60110002	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE PACAJUS	MUNICIPIO DE PACAJUS		07.384.407/0001-09	CE	PACAJUS	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	980.974
60110005	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE ANTONINA DO NORTE	MUNICIPIO DE ANTONINA DO NORTE		07.594.500/0001-48	CE	ANTONINA DO NORTE	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.485.731
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE ALTO SANTO	MUNICIPIO DE ALTO SANTO		07.891.666/0001-26	CE	ALTO SANTO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Construção de passagem molhada	1.000.000
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE IRAUÇUBA	MUNICIPIO DE IRAUÇUBA		07.683.188/0001-69	CE	IRAUCUBA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA		07.536.444/0001-95	CE	NOVA OLINDA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado para Construção de Parque da Feira e Eventos	1.464.694
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO JAGUARIBE - APROVALE - 17.577.225/0001-08	MORADA NOVA	00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	358.473
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS E OUTRAS CATEGORIAS DE	BANABUIU	00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	280.255

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

							JUREMA NOVA - 08.650.737/0001-61								
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores e Agricultures dos Cajueiros - 05.492.601/0001-82	TABULEIRO DO NORTE	00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	48.786
60110006	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP		23.066.632/0001-53	AP	TARTARUGALZINHO	4	40	Construção de prédio público.	1.000.000
60110006	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP		23.066.632/0001-53	AP	TARTARUGALZINHO	4	40	Pavimentação em bloquete na comunidade Lago Novo	500.000
60110005	4079	Luiz Cantuária Barreto	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Construção do Parque Linear da Zona Sul	3.714.327
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação dos Moradores e Produtores do Lago do Ajuruxi Reserva Extrativista do Cajari.		51.194.096/0001-07	AP	MAZAGAO	4	90	01 Caminhão	560.646
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Cooperativa das Mulheres Agricultoras, Extrativistas e Pescadoras do Rio Preto Município de Mazagão - CODMAERP		63.630.460/0001-13	AP	MAZAGAO	4	90	100 Roçadeiras; 100 Rabetas; 10 Kits Açaí; 05 Kits Costura	488.048
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação Comunitária e Beneficente Mãos que Ajudam - ASCBMA		61.683.185/0001-70	AP	MAZAGAO	4	90	311 Rabetas; 259 Roçadeiras ; 76 Kits Açaí ; 10 Kits Costura	2.065.980
)01	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba -	Associação de Moradores e Produtores da Reserva Agroextrativista do		18.802.146/0001-16	AP	MAZAGAO	4	90	01 Retroescavadeira	432.483

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Baixo Cajari - AMPRAEX-CA								
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Prefeitura Municipal de Cutias - AP		34.925.198/0001-36	AP	CUTIAS	4	90	100 Roçadeiras; 200 Rabetas; 10 Kits Costura	581.213
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Cooperativa de Pesca, Pecuária e Extrativismo do Sul do Amapá - COOPVITÓRIA		28.985.929/0001-36	AP	VITORIA DO JARI	4	90	01 Retroescavadeira; 30 Rabetas; 30 Roçadeiras; 05 Kits Açaí; 02 Kit Costura	623.482
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Produção Agroindustrial do Meio Ambiente e do Incentivo Social		15.329.772/0001-49	AP	SANTANA	4	90	01 Retroescavadeira; 50 Roçadeiras	468.843
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Prefeitura Municipal de Serra do Navio		34.925.230/0001-83	AP	SERRA DO NAVIO	4	90	50 Rabetas; 90 Roçadeiras; 10 Kits Açaí; 23 Kits Costura	860.797
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação das Mulheres e Agricultoras da Comunidade do Piquia		63.166.056/0001-30	AP	AMAPA	4	90	01 Casa de Farinha Móvel; 15 Rabetas; 15 Roçadeiras	227.825
)01	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	Associação dos Produtores Rurais do Cruzeiro		62.443.572/0001-00	AP	AMAPA	4	90	01 Casa de Farinha Móvel;	227.825

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra.

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)								15 Rabetas; 15 Roçadeiras	
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes de Quilombolas do Ambe da Pedreira		07.092.122/0001-02	AP	MACAPA	4	90	18 Roçadeiras; 10 Rabetas; 03 Kit Açaí	74.468
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Conceição do Macacoari - AMCQCM		07.557.123/0001-77	AP	MACAPA	4	90	18 Roçadeiras; 06 Rabetas; 02 Kit Açaí	53.138
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes do Quilombo Carmo do Maruanum - AMPRORQCAM		07.571.697/0001-08	AP	MACAPA	4	90	15 Kits Costura; 30 Rabetas; 05 Kit Açaí	490.787
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas do Mel da Pedreira - AMORQUIMP		07.571.697/0001-08	AP	MACAPA	4	90	02 Kit Açaí	32.216
60110001	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (11ª Superintendência Regional – Macapá/AP)	Associação de Apoio à Sociodiversidade da Reserva do Cajari ASPRORESX-BIO		63.182.085/0001-96	AP	MAZAGAO	4	90	50 Rabetas; 20 Roçadeiras; 10 Kit Açaí	240.902

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	4079	Luiz Cantuária Barreto	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Santana - AP	Prefeitura Municipal de Santana - AP		23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Pavimentação em vias urbanas no município de Santana	4.952.436
60110006	4079	Luiz Cantuária Barreto	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Cutias - AP	Prefeitura Municipal de Cutias - AP		34.925.198/0001-36	AP	CUTIAS	4	40	Construção de uma arena esportiva com grama sintética	1.451.862
60110002	2029	Magno Pereira Malta	56000	56101	00T1	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária.	990.487
60110002	2029	Magno Pereira Malta	56000	56101	00T1	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	990.487
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Ibitirama/ES			31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Infraestrutura produtiva, pavimentação de estradas vicinais e rodovias, aquisição de máquinas e equipamentos.	830.487
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Divino de São Lourenço/ES			27.174.127/0001-83	ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Infraestrutura produtiva, pavimentação de estradas vicinais e rodovias, aquisição de máquinas e equipamentos.	830.487

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Vila Valério /ES			01.619.232/0001-95	ES	VILA VALERIO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Infraestrutura produtiva, pavimentação de estradas vicinais e rodovias, aquisição de máquinas e equipamentos.	830.487
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de São Roque do Canaã/ES			01.612.865/0001-71	ES	SAO ROQUE DO CANAA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Infraestrutura produtiva, pavimentação de estradas vicinais e rodovias, aquisição de máquinas e equipamentos.	830.487
60110001	2029	Magno Pereira Malta	53000	53101	00SX	Município de Vargem Alta/ES			31.723.570/0001-33	ES	VARGEM ALTA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Infraestrutura produtiva, pavimentação de estradas vicinais e rodovias, aquisição de máquinas e equipamentos.	830.487
60110005	2029	Magno Pereira Malta	54000	54101	10V0	Município de Santa Leopoldina/ES			27.165.521/0001-55	ES	SANTA LEOPOLDINA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	500.000
60110005	2029	Magno Pereira Malta	54000	54101	10V0	Município de Guarapari/ES			27.165.190/0001-53	ES	GUARAPARI	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	2029	Magno Pereira Malta	54000	54101	10V0	Município de Castelo/ES			27.165.638/0001-39	ES	CASTELO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	485.731
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Uru	Municipio	Municipio	44.556.207/0001-12	SP	URU	4	40	Infra estrutura	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	COLÔMBIA	Municipio	Municipio	52.381.720/0001-48	SP	COLOMBIA	4	40	Infra estrutura	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	TAPABUÃ	Municipio	Municipio	45.128.816/0001-33	SP	TABAPUA	4	40	Custeio	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	TUPÃ	Municipio	Municipio	44.573.087/0001-61	SP	TUPA	4	40	Infra Estrutura	500.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	BURITAMA	Municipio	Municipio	44.435.121/0001-31	SP	BURITAMA	4	40	Infraestrutura	452.436
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	GUARACI	Municipio	Municipio	46.596.318/0001-88	SP	GUARACI	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Santa Albertina	Municipio	Municipio	45.135.530/0001-85	SP	SANTA ALBERTINA	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	ALVINLÂNDIA	Municipio	Municipio	44.518.405/0001-91	SP	ALVINLANDIA	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Itirapuã	Municipio	Municipio	45.317.955/0001-05	SP	ITIRAPUA	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	Murutinga do Sul	Municipio	Municipio	44.430.221/0001-75	SP	MURUTINGA DO SUL	4	40	Infraestrutura viária	400.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	Santa Clara D'Oeste	Municipio	Municipio	45.135.944/0001-04	SP	SANTA CLARA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	SANTA RITA D'OESTE	Municipio	Municipio	45.138.336/0001-53	SP	SANTA RITA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														cadeias produtivas	
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	Dirce Reis	Municipio	Municipio	65.711.988/0001-42	SP	DIRCE REIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	500.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI	46.614.400/0001-98	SP	CAJOBI	4	40	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	400.000
60110002	4094	Mara Cristina Gabrilli	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA	59.754.648/0001-04	SP	ILHA SOLTEIRA	4	40	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	400.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE	46.605.051/0001-48	SP	APARECIDA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícola	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA	46.611.117/0001-02	SP	URANIA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE	46.609.731/0001-30	SP	PALMEIRA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	46.603.395/0001-18	SP	SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	46.787.644/0001-72	SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPUÃ	45.134.236/0001-59	SP	PARANAPUA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ	45.124.344/0001-40	SP	CATIGUA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	600.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORAMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORAMA	45.122.942/0001-80	SP	PINDORAMA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA	65.711.954/0001-58	SP	NOVA CANAA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA	46.596.235/0001-99	SP	SEVERINIA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULÂNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULÂNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULÂNDIA	44.568.277/0001-90	SP	HERCULANDIA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	44.445.054/0001-36	SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	600.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI	PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI	PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI	45.547.395/0001-85	SP	IACRI	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ	46.137.436/0001-28	SP	AVAI	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	600.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA	45.291.234/0001-73	SP	COLINA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPUÃ	45.158.532/0001-90	SP	IRAPUA	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	580.515
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL	01.611.210/0001-89	SP	VITORIA BRASIL	4	40	Infrastrutura turística.	400.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBAÚBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBAÚBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBAÚBA	65.712.648/0001-36	SP	EMBAUBA	4	40	Infraestrutura turística.	400.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS	48.318.182/0001-70	SP	DOLCINOPOLIS	4	40	Infraestrutura turística.	400.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIÁCEA	44.437.549/0001-13	SP	RUBIACEA	4	40	Infraestrutura turística.	400.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ADELIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ADELIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ADELIA	46.599.270/0001-61	SP	SANTA ADELIA	4	40	Infraestrutura turística.	400.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ	45.128.816/0001-33	SP	TABAPUA	4	40	Infraestrutura turística.	414.327
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	46.522.942/0001-30	SP	SANTO ANDRE	4	40	Infraestrutura turística.	450.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO	45.709.912/0001-75	SP	VIRADOURO	4	40	Infraestrura turística.	400.000
60110005	4094	Mara Cristina Gabrilli	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO	45.739.174/0001-09	SP	AGUAS DE SAO PEDRO	4	40	Infraestrutura turística.	450.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	Prefeitura Municipal de Santa Filomena		03.353.358/0006-09	PI	SANTA FILOMENA	4	40	Motoniveladora 125 cv	540.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Caxingó			01.612.618/0001-75	PI	CAXINGO	4	40	Construção de uma passagem molhada	400.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cocal			06.553.895/0001-78	PI	COCAL	4	40	Construção do mercado municipal	2.500.000
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de São João do Piauí			06.553.655/0001-73	PI	SAO JOAO DO PIAUI	4	40	Infraestrutura turística no município.	1.500.000
)01	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de	Conceição do Canindé		03.353.358/0001-96	PI	CONCEICAO DO CANINDE	4	90	Aquisição de um Trator Agrícola 75 cv com grade	177.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						Desenvolvimento Regional e Territorial								aradora e carreta	
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	Prefeitura Municipal de Riacho Frio		03.353.358/0001-96	PI	RIACHO FRIO	4	90	Aquisição de um trator agrícola 75 cv com grade aradora e carreta	177.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial			03.353.358/0001-96	PI	PICOS	4	90	Aquisição de trator agrícola 110 vc com grade aradora e carreta	221.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial.			03.353.358/0001-96	PI	PICOS	4	90	Aquisição de um caminhão pipa 12.000 litros6x2 200cv	535.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Curimatá			06.554.273/0001-64	PI	CURIMATA	4	40	Pavimentação de vias na zona rural	400.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Instituto de Desenvolvimento Econômico do Piauí	Teresina - PI		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias rurais	500.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de São Julião			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Iluminação pública rural	400.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	Associação de Pequenos Agricultores da Comunidade Lages (CNPJ 64.102.481/0001-29)		03.353.358/0001-96	PI	TAMBORIL DO PIAUI	4	90	Aquisição de um trator agrícola 75 cv com grade e carreta	177.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí.			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Pavimentação de vias rurais	1.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Construção de barragem	2.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Construção de barragem.	2.000.000
60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Município de Bom Jesus - PI		06.553.499/0001-40	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação de vias	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	4183	Marcelo Costa e Castro	54000	54101	10V0	Secretaria de Turismo do Estado do Piauí	Município de Teresina - PI		06.553.499/0001-40	PI	TERESINA	4	30	Infraestrutura turística	4.500.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Pavimentação de vias rurais	3.000.000
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Padre Marcos			06.553.788/0001-40	PI	PADRE MARCOS	4	40	Pavimentação de vias rurais	1.500.000
60110001	4078	Márcio Miguel Bittar	53000	53101	00SX	ESTADO DO ACRE.	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE.		63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Obras.	4.152.206
60110002	4078	Márcio Miguel Bittar	56000	56101	00T1	MUNICIPIO DE PORTO ACRE	MUNICIPIO DE PORTO ACRE		84.306.661/0001-30	AC	PORTO ACRE	4	40	Obras.	1.980.974
60110005	4078	Márcio Miguel Bittar	54000	54101	10V0	Estado do Acre.	SECRETARIA DE ESTADO DE EMPREENDEDORISMO E TURISMO DO ESTADO DO ACRE.		13.127.442/0001-45	AC	RIO BRANCO	4	30	Obras.	1.485.731
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA - SP	45.732.013/0001-93	SP	CHARQUEADA	4	40	INFRAESTRUTURA URBANA	480.974
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES - SP	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	INFRAESTRUTURA URBANA	1.000.000
60110002	4265	Marcos Cesar Pontes	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS - SP	45.547.403/0001-93	SP	BASTOS	4	40	INFRAESTRUTURA URBANA	500.000
60110005	4265	Marcos Cesar Pontes	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP	46.643.482/0001-07	SP	MONTEIRO LOBATO	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.485.731
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP	45.318.995/0001-71	SP	RIFAINA	4	40	INFRAESTRUTURA	1.875.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI - SP	46.151.718/0001-80	SP	BIRIGUI	4	40	EQUIPAMENTOS	480.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPOAMA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPOAMA - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPOAMA - SP	65.712.580/0001-95	SP	MARAPOAMA	4	40	EQUIPAMENTOS	700.000
60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE- SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE- SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE- SP	01.611.211/0001-23	SP	SANTA SALETE	4	40	EQUIPAMENTOS	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4265	Marcos Cesar Pontes	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO - SP	01.613.202/0001-71	SP	NOVA CASTILHO	4	40	EQUIPAMENTOS	597.206
60110005	9204	Marcos Ribeiro do Val	54000	54101	10V0	MARECHAL FLORIANO			39.385.927/0001-22	ES	MARECHAL FLORIANO	4	40	PORTAL TURÍSTICO	350.000
60110001	9204	Marcos Ribeiro do Val	53000	53101	00SX	GOVERNADOR LINDENBERG			04.217.786/0001-54	ES	GOVERNADOR LINDENBERG	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	400.000
60110005	9204	Marcos Ribeiro do Val	54000	54101	10V0	VIL PAVÃO			36.350.346/0001-67	ES	VILA PAVAO	4	40	PORTAL TURÍSTICO	350.000
60110006	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Mirante da Serra			63.787.071/0001-04	RO	MIRANTE DA SERRA	4	40	Obras	1.856.103
60110006	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Chupinguaia			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	obra	1.856.103
60110006	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari			63.761.902/0001-60	RO	CANDEIAS DO JAMARI	4	40	equipamento	440.000
60110002	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Urupá			63.787.097/0001-44	RO	URUPA	4	40	obra	1.980.974
60110005	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Cerejeiras			04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	obras	1.485.731
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	APARECIDA DO RIO NEGRO	APARECIDA DO RIO NEGRO		25.086.638/0001-18	TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	4	40	ESTRADAS VICINAIS	1.357.306
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS		24.851.461/0001-36	TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	1.500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	ESPERANTINA	ESPERANTINA		25.064.080/0001-70	TO	ESPERANTINA	4	40	ESTRADAS VICINAIS	1.500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	ITACAJÁ	ITACAJÁ		02.411.726/0001-42	TO	ITACAJA	4	40	ESTRADAS VICINAIS	1.500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	LAGOA DA CONFUSÃO	LAGOA DA CONFUSÃO		26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	ESTRADAS VICINAIS	1.500.000
)01	4275	Maria Auxiliador	53000	53101	00SX	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS		25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		a Seabra Rezende													
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	ESTRADAS VICINAIS	6.000.000
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	56000	56101	00T1	PARANÃ	PARANÃ		01.126.556/0001-91	TO	PARANA	4	40	DRENAGEM	4.904.872
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	56000	56101	00T1	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	RECAPEAMENTO	5.000.000
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	LIZARDA	LIZARDA		02.070.571/0001-28	TO	LIZARDA	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.000.000
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	PALMEIRAS DO TOCANTINS	PALMEIRAS DO TOCANTINS		25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.428.654
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	5.000.000
60110006	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	1211	CHAPADA DE AREIA	CHAPADA DE AREIA		01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	PAVIMENTAÇÃO	903.724
60110006	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	1211	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS		25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	RECAPEAMENTO	1.000.000
60110006	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	1211	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	PERFURATRIZ	2.500.000
60110006	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	1211	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	RECAPEAMENTO	1.500.000
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de São Lourenço da Mata			11.251.832/0001-05	PE	SAO LOURENCO DA MATA	4	40	Pavimentação de ruas	2.000.000
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Pavimentação de ruas	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Itapetim			11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Infraestrutura e Pavimentação de ruas	552.436
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Olinda			10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	40	Infraestrutura e Pavimentação de ruas	400.000
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Agrestina			10.091.494/0001-10	PE	AGRESTINA	4	40	Pavimentação de ruas	1.000.000
60110002	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	56000	56101	00T1	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Infraestrutura e Pavimentação de ruas	495.240
60110005	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de São José do Belmonte			10.280.055/0001-56	PE	SAO JOSE DO BELMONTE	4	40	Construção e recuperação de infraestrutura de estrada e rodovias de interesse turístico	1.214.327
60110005	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Altinho			10.091.502/0001-29	PE	ALTINHO	4	40	Pavimentação e saneamento do entorno turismo da Cidade.	871.430
60110005	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Pedra			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Construção de um parque de exposição de animais, Primeiro Distrito da Pedra-PE	1.000.000
60110005	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Brejo da Madre de Deus			10.091.528/0001-77	PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	4	40	Construção e recuperação de insfraestrutura de estrada e rodovias de interesse turistico	500.000
60110005	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	54000	54101	10V0	Município de Panelas			10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Construção e recuperação de infraestrutura de estrada e rodovias de interesse turístico	500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES	Município de Caruaru - CNPJ 10.091.536/0001-13		00.399.857/0001-26	PE	CARUARU	4	90	Recapeamento /CBUQ	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa dos Gatos - CNPJ 10.192.854/0001-70		00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Recapeamento/ CBUQ	1.500.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores do Sítio Olho D´ Água - CNPJ 35.673.284/0001-61		00.399.857/0001-26	PE	AGRESTINA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Olho D´Água - CNPJ 10.920.665/0001-77		00.399.857/0001-26	PE	BEZERROS	4	90	20 Caixa d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores e Comerciantes do Sítio Bananas e Jardim Boa Vista Caruaru-PE - CNPJ 40.975.010/0001-67		00.399.857/0001-26	PE	CARUARU	4	90	40 Caixa d´água de 5.000 litros	66.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DOM HELDER CAMARA - CNPJ 05.615.726/0001-52		00.399.857/0001-26	PE	MORENO	4	90	Carreta Tanque 6.000 litros	21.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DOM HELDER CAMARA - CNPJ 05.615.726/0001-52		00.399.857/0001-26	PE	MORENO	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
)01	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES	Associação de Desenvolvimento Comunitário Sustentável dos		00.399.857/0001-26	PE	PALMARES	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Palmares - CNPJ 12.887.816/0001-68								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Trbalhadores Rurias com C Borba L N Gabioe - CNPJ 00.837.218/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	JOAO ALFREDO	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Trbalhadores Rurias com C Borba L N Gabioe - CNPJ 00.837.218/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	JOAO ALFREDO	4	90	2 Carretas Tanque de 6.000 litros	42.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associacao Comunitária de Moradores e Desenvolvimento Rural de Açudinho - ACOMDERA - CNPJ 03.495.838/0001-91		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	1 Carreta Tanque de 6.000 litros	21.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associacao Comunitária de Moradores e Desenvolvimento Rural de Açudinho - ACOMDERA - CNPJ 03.495.838/0001-91		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Aliança - CNPJ 10.164.028/0001-18		00.399.857/0001-26	PE	ALIANCA	4	90	Dois Kits Corte Costura	30.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores Familiar do Engenho Gurijó - CNPJ 21.052.649/0001-26		00.399.857/0001-26	PE	ITAQUITINGA	4	90	Perfuração de três poços	300.000
)01	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luiza Ferreira -		00.399.857/0001-26	PE	CONDADO	4	90	Carreta Tanque de 6.000 litros	21.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA	CNPJ 04.669.570/0001-20								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luiza Ferreira - CNPJ 04.669.570/0001-20		00.399.857/0001-26	PE	CONDADO	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação da Agricultura Familiar de Caueiras - CNPJ 52.759.962/0001-22		00.399.857/0001-26	PE	CONDADO	4	90	Perfuração de poços artesianos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Comunitária João Batista dos Moradores do distrito de Henrique Dias - CNPJ 11.614.066/0001-98		00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SERTANIA/PE - CNPJ 10.288.041/0001-89		00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Asssociação dos Agricultores da Fazenda Passagem de Pedras - CNPJ 44.407.227/0001-21		00.399.857/0001-26	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Asssociação dos Agricultores da Fazenda Passagem de Pedras - CNPJ 44.407.227/0001-21		00.399.857/0001-26	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Jovens e Adultos Quilombolas Novos Olhares - CNPJ 21.440.935/0001-69		00.399.857/0001-26	PE	OROCO	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Jovens e Adultos Quilombolas Novos Olhares - 21.440.935/0001-69		00.399.857/0001-26	PE	OROCO	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Produtores rurais do Sítio Oiticica - CNPJ 00.795.665/0001-39		00.399.857/0001-26	PE	VERDEJANTE	4	90	20 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Centro Cultural Vaca Profana - CNPJ 22.601.206/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	BELO JARDIM	4	90	01 Kit Corte Costura	15.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Centro Cultural Vaca Profana - CNPJ 22.601.206/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	BELO JARDIM	4	90	1 Kit Panificação	48.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação de Desenvolvimento Econômico e Sustentável - CNPJ 43.871.038/0001-42		00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	49.500
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Familiar do sítio São José e Adjacências - CNPJ 07.774.240/0001-92		00.399.857/0001-26	PE	ALAGOINHA	4	90	Perfuração de três poços artesianos	300.000
60110001	4278	Maria Teresa	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE	Associação Indígena da		00.399.857/0001-26	PE	MIRANDIBA	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	33.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Leitão de Melo				DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Comunidade Croata e Adjacências - 31.702.250/0001-05								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Indígena da Comunidade Croata e Adjacências - CNPJ 31.702.250/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	MIRANDIBA	4	90	Perfuração de dois poços artesianos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO SITIO OITICICA E COMUNIDADES RURAIS - AMOSOCR - CNPJ 05.696.686/0001-10		00.399.857/0001-26	PE	TRIUNFO	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	300.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL JAIME BEZERRA DE CARVALHO - CNPJ 62.076.563/0001-10		00.399.857/0001-26	PE	PARANATAMA	4	90	30 caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASPRAM - Associação dos Produtores Rurais do Sítio Pereiro, Salgado e Malhada - CNPJ 06.183.311/0001-10		00.399.857/0001-26	PE	ARCOVERDE	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Agropecuaristas de Carnaubeira da Penha - CNPJ 31.636.834/0001-11		00.399.857/0001-26	PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	4	90	Uma retroescavadeira	360.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Sítio São João		00.399.857/0001-26	PE	OURICURI	4	90	Perfuração de dois poços artesianos	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	ASSOCIACAO OURICURIENSE DE CULTURA E ARTE-AOCA - CNPJ 60.342.668/0001-49		00.399.857/0001-26	PE	OURICURI	4	90	2 Kits de Máquinas de Costura	30.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE - CNPJ 00.303.435/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	SAO LOURENCO DA MATA	4	90	Caminhão Baú com frigorifico	465.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Conselho municipal de desenvolvimento sustentável rural e urbano de Altinho - CNPJ 07.104.895/0001-53		00.399.857/0001-26	PE	ALTINHO	4	90	20 Caixas d´água de 5.000 litros	33.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Solidão - CNPJ 10.348.050/0001-18		00.399.857/0001-26	PE	SOLIDAO	4	90	Uma retroescavadeira	360.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Itacuruba - CNPJ 10.114.502/0001-05		00.399.857/0001-26	PE	ITACURUBA	4	90	Caminhão Toco Basculante	497.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Ruralista Comunitária do Sítio Riacho Fundo - CNPJ 09.234.518/0001-64		00.399.857/0001-26	PE	CAETES	4	90	Caminhonete 4x4	249.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Agricultores da Unidade Produtiva Asa Branca - CNPJ 21.317.134/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
)01	4278	Maria Teresa	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E		00.399.857/0001-26	PE	BELO JARDIM	4	90	Caminhão Toco com Carroceira	462.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra.
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Leitão de Melo				DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	AGRICULTORAS FAMILIARES DE BELO JARDIM PE - CNPJ 51.315.127/0001-30								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Saloá - CNPJ 11.455.714/0001-00		00.399.857/0001-26	PE	SALOA	4	90	Perfuração de Poços	484.015
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Cupira - CNPJ 10.191.799/0001-02		00.399.857/0001-26	PE	CUPIRA	4	90	Trator 75CV e implementos	200.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA		Município de Ilha de Itamaracá - CNPJ 09.680.315/0001-00	00.399.857/0001-26	PE	ILHA DE ITAMARACA	4	90	Caminhão Toco Basculante	497.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Belém de Maria - CNPJ 10.184.703/0001-70		00.399.857/0001-26	PE	BELEM DE MARIA	4	90	Retroescavadeira	360.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Buenos Aires - CNPJ 10.165.165/0001-77		00.399.857/0001-26	PE	BUENOS AIRES	4	90	Caminhão Toco Basculante	497.000
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Lagoa do Ouro - CNPJ 11.286.267/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DO OURO	4	90	Trator 75CV e implementos	181.060
)05	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Agua Clara	População		03.184.066/0001-77	MS	AGUA CLARA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.014.327

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Anaurilândia	População		03.575.727/0001-95	MS	ANAURILANDIA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.000.000
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Inocência	População		03.342.938/0001-88	MS	INOCENCIA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	500.000
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ: 06.189.978/0001-20	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	71	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária (Consórcio Público)	4.952.436
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Anastácio	População		03.452.307/0001-11	MS	ANASTACIO	4	40	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	200.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	PM de Angélica		03.747.649/0001-69	MS	ANGELICA	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Município de Angélica/MS - infraestrutura urbana	500.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	População de Bataguassu		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Município de Bataguassu/MS - infraestrutura urbana	2.000.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	População de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Município de	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														Douradina/MS - infraestrutura urbana	
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	População de Figueirão		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado Município de Figueirão/MS - infraestrutura urbana	500.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	População de Glória de Dourados		03.155.942/0001-37	MS	GLORIA DE DOURADOS	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no município de Glória de Dourados/MS - infraestrutura urbana	500.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	População de Itaporã		03.156.999/0001-50	MS	ITAPORA	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no município de Itaporã/MS - infraestrutura urbana	1.428.653
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Sudeco	População de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no município de Ivinhema/MS - infraestrutura urbana	1.000.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	PM de Porto Murtinho	População		03.107.539/0001-32	MS	PORTO MURTINHO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no município de Porto Murtinho/MS - estradas vicinais	500.000
)06	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	12111	PM de Jardim	População		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	Implementação de Infraestrutura	1.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra.

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														Básica nos Municípios da Região do Calha Norte no município de Jardim/Ms - iluminação	
60110006	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	1211	PM de Juti	População		24.644.296/0001-41	MS	JUTI	4	40	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte no município de Juti/MS - iluminação	1.451.862
60110005	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	Governo do Estado - CNPJ: 15.412.257/0001-28	PM de Fátima do Sul - CNPJ: 03.155.751/0001-75		15.412.257/0001-28	MS	FATIMA DO SUL	4	30	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística no Município de Fátima do Sul/MS	1.000.000
60110001	4181	Nelson Trad Filho	53000	53101	00SX	Município de Jateí	População		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no município de Jateí - obras de galeias em estradas rurais	500.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Prefeitura de Itaberaba/BA	Municipio de Itaberaba/BA	ITABERABA/BA	13.719.646/0001-75	BA	ITABERABA	4	40	Pavimentação urbana	1.900.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Conceição do Almeida/BA	Município de Conceição do Almeida/BA	Conceição do Almeida/BA	13.695.028/0001-32	BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	700.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de ITAPICURU	Município de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Estradas Vicinais	900.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Uibaí	Município de Uibaí	UIBAÍ	14.140.701/0001-30	BA	UIBAI	4	40	Estradas Vicinais	900.000
)01	3795	Otto Roberto	53000	53101	00SX	Município de LAPÃO/BA	Município de Lapão/BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Obras civis e pequenas infraestruturas.	800.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Mendonça de Alencar													
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Biritinga/BA	Município de Biritinga/BA	BIRITINGA/BA	13.835.558/0001-39	BA	BIRITINGA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	400.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de João Dourado/BA	Município de João Dourado/BA	JOÃO DOURADO-BA	13.891.510/0001-48	BA	JOAO DOURADO	4	40	Estradas Vicinais	1.000.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Arataca/BA	Município de Arataca/BA	ARATACA/BA	13.658.158/0001-03	BA	ARATACA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	680.000
60110005	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	54000	54101	10V0	Município de Iraquara/BA	Município de Iraquara/BA	IRAQUARA	13.922.596/0001-29	BA	IRAQUARA	4	40	Infraestrutura turística	1.500.000
60110002	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	56000	56101	00T1	Município de Ipirá/BA	Município de Ipirá/BA	IPIRÁ/BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Pavimentação	1.500.000
60110002	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	56000	56101	00T1	Município de Capim Grosso	Município de Capim Grosso	CAPIM GROSSO	13.230.982/0001-50	BA	CAPIM GROSSO	4	40	Pavimentação	2.000.000
60110002	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	56000	56101	00T1	Prefeitura de Iaçu/BA	Prefeitura de Iaçu/BA	Iaçu/BA	13.889.993/0001-46	BA	IACU	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110002	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	56000	56101	00T1	Município de São Felipe/BA	Município de São Felipe/BA	SÃO FELIPE/BA	13.827.027/0001-02	BA	SAO FELIPE	4	40	Pavimentação	452.436
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Alagoinhas/BA	Município de Alagoinhas/BA	ALAGOINHAS/BA	13.646.005/0001-38	BA	ALAGOINHAS	4	40	Infraestrutura produtiva	1.600.515
60110005	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	54000	54101	10V0	SETUR - (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia-BA)	SETUR - (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia-BA)	SETUR - (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia-BA)	08.579.242/0001-93	BA	SALVADOR	4	30	Infraestrutura turística	2.214.327
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Macajuba/BA	Município de Macajuba/BA	MACAJUBA/BA	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Pavimentação urbana	800.000
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Itarantim/BA	Município de Itarantim/BA	ITARANTIM - BA	13.751.276/0001-53	BA	ITARANTIM	4	40	Construção de ponte	700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	452.436
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Chuí			01.606.399/0001-11	RS	CHUI	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Coronel Pilar			04.215.013/0001-39	RS	CORONEL PILAR	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tupandi			92.122.712/0001-00	RS	TUPANDI	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Serafina Corrêa			88.597.984/0001-80	RS	SERAFINA CORREA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
)02	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Roque Gonzales			87.612.982/0001-50	RS	ROQUE GONZALES	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra.
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														Voltado à Implantação e Qualificação Viária	
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Pejuçara			87.566.188/0001-18	RS	PEJUCARA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Ponte Preta			93.539.161/0001-39	RS	PONTE PRETA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	450.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tunas			92.406.438/0001-92	RS	TUNAS	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	450.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Tucunduva			87.612.792/0001-33	RS	TUCUNDUVA	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Pouso Novo			92.454.826/0001-49	RS	POUSO NOVO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	400.000
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Encantado			88.349.238/0001-78	RS	ENCANTADO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	400.000
)05	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Lagoa dos Três Cantos			94.704.277/0001-49	RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Porto Alegre			92.963.560/0001-60	RS	PORTO ALEGRE	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	450.000
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Antônio Prado			87.842.233/0001-10	RS	ANTONIO PRADO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	400.000
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Vila Maria			92.406.115/0001-07	RS	VILA MARIA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	400.000
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Gramado			88.847.082/0001-55	RS	GRAMADO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	400.000
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Imbé			90.256.652/0001-84	RS	IMBE	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	400.000
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Pinheiro Machado			88.084.942/0001-46	RS	PINHEIRO MACHADO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	414.327
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Harmonia			91.693.283/0001-50	RS	HARMONIA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	401.430
60110005	2023	Paulo Renato Paim	54000	54101	10V0	Prefeitura de Travesseiro			94.706.124/0001-30	RS	TRAVESSEIRO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	420.000
60110002	2023	Paulo Renato Paim	56000	56101	00T1	Prefeitura de Doutor Maurício Cardoso			92.465.210/0001-73	RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	4	40	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	495.240
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Pavimentação	4.528.653
60110006	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	1211	Prefeitura Municpal de Ferreira Gomes	Prefeitura Municpal de Ferreira Gomes		23.066.814/0001-24	AP	FERREIRA GOMES	4	40	Quadras Esportivas	1.200.000
)06	2919	Randolph Frederich	53000	53101	1211	Prefeitura Municipal de Mazagão	Conselho Tutelar do Município de Mazagão		05.986.427/0001-24	AP	MAZAGAO	4	40	Veículo / Voadeira	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Rodrigues Alves													
60110002	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	56000	56101	00T1	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Passarelas	4.952.436
60110005	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	54000	54101	10V0	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Infraestrutura Turística	3.714.327
60110006	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	1211	Governo do Estado do Amapá	Município de Oiapoque AP		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Arena	1.551.862
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Maquinários	2.000.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículos	500.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículos	400.000
60110005	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Lambari			17.877.200/0001-20	MG	LAMBARI	4	40	Obra	2.000.000
60110005	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Porteirinha			18.013.326/0001-19	MG	PORTEIRINHA	4	40	Obra	1.714.327
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Buenópolis			17.694.852/0001-29	MG	BUENOPOLIS	4	40	Obra Urbana	452.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal Conceição da Aparecida			18.243.295/0001-92	MG	CONCEICAO DA APARECIDA	4	40	Obra Urbana.	500.000
)02	4140	Rodrigo Otavio	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Felisburgo			18.083.071/0001-60	MG	FELISBURGO	4	40	Obra Urbana	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Soares Pacheco													
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Obra Urbana	1.000.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Guaranésia			17.900.473/0001-48	MG	GUARANESIA	4	40	Obra Urbana	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Senador Firmino			18.128.231/0001-40	MG	SENADOR FIRMINO	4	40	Obra Urbana	1.000.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Serrania			18.243.261/0001-06	MG	SERRANIA	4	40	Obra Urbana	500.000
60110002	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de São Roque de Minas			18.306.670/0001-04	MG	SAO ROQUE DE MINAS	4	40	Obra Urbana	500.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Estadual do Dnoc's em Sergipe	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Ribeirinhas dos Povoados de Saramem e Resina / SE	Brejo Grande	45.857.223/0001-08	SE	BREJO GRANDE	4	90	Aquisição de equipamentos	300.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria do Dnoc's em Sergipe	Associação Beneficente Shalon	Neópolis	03.630.379/0001-01	SE	NEOPOLIS	4	90	Aquisição de equipamentos	300.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria do Dnoc's em Sergipe	Colonia de Pescadores Z-12 de Santo Amaro das Brotas	Santo Amaro das Brotas	06.149.665/0001-48	SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	4	90	Aquisição de equipamentos	120.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria do Dnoc's no Estado de Sergipe	Colônia de Pescadores do Município de Laranjeiras	Laranjeiras	06.320.432/0001-66	SE	LARANJEIRAS	4	90	Aquisição de equipamentos	90.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Colônia de Pescadores Z6	Nossa Senhora do Socorro	01.735.798/0001-82	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Aquisição de equipamentos	90.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação Comunitária Padre Nestor	Japoatã	02.308.569/0001-44	SE	JAPOATA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação dos Moradores e Amigos de São Francisco	São Francisco	00.498.192/0001-08	SE	SAO FRANCISCO	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação dos Amigos do Município de Divina Pastora	Divina Pastora	06.309.343/0001-19	SE	DIVINA PASTORA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação dos Moradores do Município de Feira Nova	Feira Nova	04.439.152/0001-46	SE	FEIRA NOVA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação dos Produtores Rurais de Feira Nova	Feira Nova	15.631.432/0001-78	SE	FEIRA NOVA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação Lourdense Juventude Viva	Nossa Senhora de Lourdes	17.818.991/0001-17	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras do Assentamento Padre Nestor	Pacatuba	18.367.655/0001-68	SE	PACATUBA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal de Poço Redondo		13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal de Santa Rosa de LIma		13.109.954/0001-89	SE	SANTA ROSA DE LIMA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação Produtores Rurais Joaquim Lopes de Almeida	Riachão do Dantas	48.635.618/0001-54	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Assistência Social e Ação Comunitária de Telha	Telha	16.457.335/0001-73	SE	TELHA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Associação Comunitária União dos Estudantes e Agricultores do Estado de Sergipe	São Domingos	11.006.555/0001-67	SE	SAO DOMINGOS	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal de Pedra Mole		13.100.482/0001-01	SE	PEDRA MOLE	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco		13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal de Simão Dias		13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Estradas Vicinais	2.500.000
)01	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal de São Domingos		13.104.732/0001-73	SE	SAO DOMINGOS	4	90	Calçamento	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			13.099.395/0001-73	SE	UMBAUBA	4	40	Calçamento	1.000.000
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			32.846.347/0001-46	SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	4	40	Urbanização de Orla	952.436
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal			13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	40	Aquisição de equipamentos	1.000.000
60110005	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			13.128.855/0001-44	SE	SAO CRISTOVAO	4	40	Infraestrutura turística	1.000.000
60110005	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	40	Obras	1.085.757
60110002	4095	Rogério Carvalho Santos	56000	56101	00T1	Prefeitura Tobias Barreto			13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	40	Pavimentação	2.495.240
60110005	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Prefeitura de Itabaianinha			13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Obras	1.000.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Prefeitura Municipal		13.108.089/0001-56	SE	DIVINA PASTORA	4	90	Aquisição de equipamentos	89.000
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Município de São Francisco do Canindé		13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Estradas Vicinais	3.356.019
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Coordenadoria Do Dnoc's no Estado de Sergipe	Município de Canindé de São Francisco		13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Aquisição de equipamentos	1.327.556
60110005	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			13.104.427/0001-81	SE	RIBEIROPOLIS	4	40	Construção e Reforma de Portais	500.000
60110005	4095	Rogério Carvalho Santos	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			13.104.427/0001-81	SE	RIBEIROPOLIS	4	40	Construção e Recuperação de Estradas e Rodovias de Interesse Turístico	500.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	AÇU			08.294.662/0001-23	RN	ACU	4	40	apoio para aquisição de trator agrícola e equipamentos via ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BODÓ			01.612.374/0001-20	RN	BODO	4	40	Apoios para aquisição trator agrícola e equipamentos via ata do MIDR	200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	BOM JESUS			08.002.404/0001-26	RN	BOM JESUS	4	40	Apoio para aquisição trator agrícola e equipamentos via ata do MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	GOIANINHA			08.162.687/0001-73	RN	GOIANINHA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	JUNDIA			04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	LAGOA DE PEDRAS			08.143.026/0001-09	RN	LAGOA DE PEDRAS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	202.206
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	LUCRÉCIA			08.349.045/0001-88	RN	LUCRECIA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	MACAU			08.184.434/0001-09	RN	MACAU	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRICOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	PENDENCIAS			08.122.657/0001-33	RN	PENDENCIAS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRICOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TENENTE ANANIAS			08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TRIUNFO POTIGUAR			01.612.376/0001-10	RN	TRIUNFO POTIGUAR	4	40	CONTSRUÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	TOUROS			08.234.155/0001-02	RN	TOUROS	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRÍCOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SERRINHA			08.144.792/0001-80	RN	SERRINHA	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR E INCREMENTOS AGRÍCOLAS, VIA ATA DO MIDR	200.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município	450.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DO SABUGI			08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE CARRO PIPA VIA ATA DO MIDR	480.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	EQUADOR			08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	APOIO PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA VIA ATA DO MIDR	320.000
60110005	4086	Soraya Vieira Thronicke	54000	54101	10V0	Município de Anaurilândia/MS			03.575.727/0001-95	MS	ANAURILANDIA	4	40	Revitalização de praças urbanas	1.000.000
60110005	4086	Soraya Vieira Thronicke	54000	54101	10V0	Município de Deodápolis/MS			03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Revitalização de praças urbanas	1.714.327
60110005	4086	Soraya Vieira Thronicke	54000	54101	10V0	Município de Angélica/MS			03.747.649/0001-69	MS	ANGELICA	4	40	Revitalização de praças urbanas	1.000.000
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	56000	56101	00T1	Município de Coronel Sapucaia			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Recapeamento e pavimentação de vias urbanas.	500.000
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	56000	56101	00T1	Município de Itaporã			03.156.999/0001-50	MS	ITAPORA	4	40	Recapeamento e pavimentação de vias urbanas.	1.452.436
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	56000	56101	00T1	Município de Camapuã			03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Recapeamento e pavimentação de vias urbanas.	1.000.000
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	56000	56101	00T1	Município de Pedro Gomes			03.352.986/0001-57	MS	PEDRO GOMES	4	40	Recapeamento e pavimentação de vias urbanas.	1.000.000
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	56000	56101	00T1	Município de Jaraguari			03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Recapeamento e pavimentação de vias urbanas.	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Ivinhema/MS			03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	40	Cascalhamento de estradas vicinais	1.000.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Instituto Federal de Educação. Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS			10.673.078/0001-20	MS	CAMPO GRANDE	4	90	Aquisição de maquinário	428.653
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Alcinópolis			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de estrada vicinais.	1.000.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Associação de Incentivo à Pesquisa e Ensino Plínio Mendes dos Santos			46.440.953/0001-71	MS	CAMPO GRANDE	4	50	Aquisição de equipamento e maquinários.	5.000.000
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional	AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul		03.353.358/0001-96	MS	CAMPO GRANDE	4	90	3 Veículos Sedã, 1 Picape	557.074
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	SEMADESC - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul		03.353.358/0001-96	MS	CAMPO GRANDE	4	90	2 Roçadeiras Hidráulicas, Veículo Sedan, Minicarregadeira, 3 Pás Carregadeiras, Trator 75CV, Kit Equipamentos Inova (Agr. Familiar) com 6 itens, Caminhão Basculante 12m³	2.410.551
60110005	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS	Bodoquena/MS		15.465.016/0001-47	MS	BODOQUENA	4	40	Ponte	800.000
60110005	4279	Tereza Cristina Corrêa	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Laguna Carapã/MS	Laguna Carapã/MS		01.989.813/0001-19	MS	LAGUNA CARAPA	4	40	2ª Etapa do Pavilhão de Eventos	685.731
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itaporã/MS	Itaporã/MS		03.156.999/0001-50	MS	ITAPORA	4	40	2ª Etapa da Praça São José	1.000.000
60110002	4279	Tereza Cristina Corrêa	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS	Ribas do Rio Pardo/MS		03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Praças do Jardim Alvorada	980.974

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Amambai/MS - SEMADESC		03.353.358/0001-96	MS	AMAMBAI	4	90	Motoniveladora	613.938
60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Amambai/MS - SEMADESC		03.353.358/0001-96	MS	AMAMBAI	4	90	Pá Carregadeira	309.320
60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Taquarussu/MS - SEMADESC		03.353.358/0001-96	MS	TAQUARUSSU	4	90	Kit Equipamentos Inova (Agr. Familiar) com 6 itens	250.000
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Aragoiânia		01.215.474/0001-13	GO	ARAGOIANIA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Anicuns		02.262.368/0001-53	GO	ANICUNS	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Barro Alto		02.355.675/0001-89	GO	BARRO ALTO	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Campo Alegre de Goiás		01.763.614/0001-98	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Ipiranga de Goiás		04.215.377/0001-19	GO	IPIRANGA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	329.175
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaberaí		02.451.938/0001-53	GO	ITABERAI	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaguaru		01.067.255/0001-34	GO	ITAGUARU	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Minaçu		02.215.275/0001-78	GO	MINACU	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Minaçu		02.215.275/0001-78	GO	MINACU	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Nova Roma		01.067.925/0001-12	GO	NOVA ROMA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Palmeiras de Goiás		02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Rianápolis		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Turvelândia		25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bom Jardim de Goiás		02.186.708/0001-04	GO	BOM JARDIM DE GOIAS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	451.934
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Arenópolis		00.007.914/0001-84	GO	ARENOPOLIS	4	90	Caminhão Basculante Trucado	585.200
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	Marzagão		01.174.580/0001-04	GO	MARZAGAO	4	90	Pá Carregadeira	351.120
60110001	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luis de Montes Belos		02.320.406/0001-87	GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	4	90	Pá Carregadeira	351.120
60110005	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	54000	54101	10V0	Aragarças	Aragarças		02.125.227/0001-99	GO	ARAGARCAS	4	40	Infraestrutura Turística	1.000.000
60110005	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	54000	54101	10V0	Chapadão do Céu	Chapadão do Céu		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Infraestrutura Turística	400.000
60110005	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	54000	54101	10V0	Jataí	Jataí		01.165.729/0001-80	GO	JATAI	4	40	Infraestrutura Turística	1.700.000
60110005	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	54000	54101	10V0	Rio Quente	Rio Quente		24.852.675/0001-27	GO	RIO QUENTE	4	40	Infraestrutura Turística	614.327
60110002	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	56000	56101	00T1	Iporá	Iporá		01.157.536/0001-88	GO	IPORA	4	40	Pavimentação - adequação de vias	1.700.000
60110002	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	56000	56101	00T1	Formosa	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Pavimentação - adequação de vias	1.552.436
60110002	4083	Vanderlan Vieira Cardoso	56000	56101	00T1	Quirinópolis	Quirinópolis		02.056.737/0001-51	GO	QUIRINOPOLIS	4	40	Pavimentação - adequação de vias	1.700.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte	Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte		03.239.019/0001-83	MT	GUARANTA DO NORTE	4	40	Equipamento	420.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	00SX	Prefeitura Municipal de Matupá	Prefeitura Municipal de Matupá		24.772.188/0001-54	MT	MATUPA	4	40	Equipamento	420.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	00SX	Prefeitura Municipal de Nova Guarita	Prefeitura Municipal de Nova Guarita		37.465.598/0001-02	MT	NOVA GUARITA	4	40	Equipamento	420.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	00SX	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena		04.214.704/0001-18	MT	NOVA SANTA HELENA	4	40	Equipamento	420.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	00SX	Prefeitura Municipal de Novo Mundo	Prefeitura Municipal de Novo Mundo		01.614.517/0001-33	MT	NOVO MUNDO	4	40	Equipamento	420.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	00SX	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo		03.238.631/0001-31	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	4	40	Equipamento	420.000
60110001	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	00SX	prefeitura municipal de Terra Nova do Norte	prefeitura municipal de Terra Nova do Norte		01.978.212/0001-00	MT	TERRA NOVA DO NORTE	4	40	Equipamento	420.000
60110006	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	1211	Prefeitura Municipal de Mirassol d Oeste	Prefeitura Municipal de Mirassol d Oeste		03.755.477/0001-75	MT	MIRASSOL D'OESTE	4	40	Caminhão Burro Preto	600.000
60110002	3805	Wellington Antonio Fagundes	5600 0	5610 1	00T1	Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso	Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM		59.558.305/0001-66	MT	CUIABA	4	71	Equipamentos	1.980.974
60110005	3805	Wellington Antonio Fagundes	5400 0	5410 1	10V0	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso		00.530.279/0001-15	MT	CUIABA	4	90	Participação em evento internacional para trazer visibilidade internacional ao Centro Oeste	300.000
60110006	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	1211	prefeitura municipal de Comodoro	prefeitura municipal de Comodoro		23.430.990/0001-01	MT	COMODORO	4	40	Equipamento	290.000
60110006	3805	Wellington Antonio Fagundes	5300 0	5310 1	1211	prefeitura municipal de Alto Araguaia	prefeitura municipal de Alto Araguaia		03.579.836/0001-80	MT	ALTO ARAGUAIA	4	40	equipamento	290.000
60110005	3805	Wellington Antonio Fagundes	5400 0	5410 1	10V0	Consórcio Interfederaditvo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso	Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM		59.558.305/0001-66	MT	CUIABA	4	71	Projetos	880.745
)06	4084	Weverton Rocha	5300 0	5310 1	1211	Gonçalves Dias			06.314.827/0001-56	MA	GONCALVES DIAS	4	40	Construção de Ponte	2.951.862

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

		Marques de Sousa													
60110002	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	56000	56101	00T1	Paço do Lumiar			06.003.636/0001-73	MA	PACO DO LUMIAR	4	40	Pavimentação asfáltica	4.952.436
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	FORTUNA			06.140.404/0001-67	MA	FORTUNA	4	40	implantação de estradas vicinais	2.428.653
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Jenipapo dos Vieiras			01.614.441/0001-46	MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	4	40	Implantação de estradas vicinais	5.000.000
60110005	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	54000	54101	10V0	RAPOSA			01.612.325/0001-98	MA	RAPOSA	4	40	Extensão e urbanização turistica do cais do Viva Raposa e Urbanização Turística do Município de Raposa	3.714.324
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	Prefeitura do Município de Valparaíso de Goiás		Valparaíso de Goiás	01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	Implantação de Ponte	1.000.000
60110005	2969	Wilder Pedro de Morais	54000	54101	10V0	Município de Jandaia			02.879.138/0001-38	GO	JANDAIA	4	40	Obras de modernização de implantação de infraestrutura turística	1.000.000
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	MODERNIZAÇÃO DE FEIRAS	1.000.000
60110005	2969	Wilder Pedro de Morais	54000	54101	10V0	Prefeitura de Britânia			02.296.325/0001-99	GO	BRITANIA	4	40	Obra de infraestrutura Turística	485.731
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		BRITÂNIA	03.353.358/0006-09	GO	BRITANIA	4	90	AQUISIÇÃO DE MINICARREGADEIRA 58CV	230.307
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL		MAMBAI	03.353.358/0006-09	GO	MAMBAI	4	90	AQUISIÇÃO DE MINICARREGADEIRA	230.307
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		JATAI	03.353.358/0006-09	GO	JATAI	4	90	AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR	418.792

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		TUVERLANDIA	03.353.358/0006-09	GO	TURVELANDIA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	470.953
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		JATAÍ	03.353.358/0006-09	GO	JATAI	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	513.889
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		ANAPOLIS	03.353.358/0006-09	GO	ANAPOLIS	4	90	AQUISIÇÃO DE MICROTRATORES AGRICOLA	287.958
60110005	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de Interesse turístico (Saneamento básico, sistema de drenagem urbana, paisagismo, sinalização turística; pavimentação, execução de calçadas, passeios iluminação pública e ciclovias/ ciclofaixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas e a outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa – croqui – que evidencie a associação àqueles atrativos)	2.000.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110005	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUACU	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUACU		08.085.318/0001-24	RN	IPANGUACU	4	40	Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de Interesse turístico (Saneamento básico, sistema de drenagem urbana, paisagismo, sinalização turística; pavimentação, execução de calçadas, passeios iluminação pública e ciclovias/ ciclofaixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas e a outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa – croqui – que evidencie a associação àqueles atrativos)	400.055
60110005	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA		08.159.089/0001-45	RN	TANGARA	4	40	Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de Interesse turístico (Saneamento básico, sistema de drenagem urbana, paisagismo,	600.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														sinalização turística; pavimentação, execução de calçadas, passeios iluminação pública e ciclovias/ ciclofaixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas e a outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa – croqui – que evidencie a associação àqueles atrativos)	
60110005	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de Interesse turístico (Saneamento básico, sistema de drenagem urbana, paisagismo, sinalização turística; pavimentação, execução de calçadas, passeios iluminação pública e ciclovias/ ciclofaixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças,	714.162

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

														orlas e a outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa – croqui – que evidencie a associação àqueles atrativos)	
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	Pavimentação Urbana	1.500.055
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA		08.309.536/0001-03	RN	JOAO CAMARA	4	40	Pavimentação Urbana	1.552.326
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	40	Pavimentação Urbana	1.000.055
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	40	Pavimentação Urbana	500.000
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO		08.311.904/0001-40	RN	POCO BRANCO	4	40	Pavimentação Urbana	400.000
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS		08.294.670/0001-70	RN	CARNAUBAIS	4	40	PAVIMENTAÇÃO RURAL E EQUIPAMENTO AGRICOLA	1.000.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA		08.294.688/0001-71	RN	AFONSO BEZERRA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.000
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO		08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	CAMINHÃO PIPA	600.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	PAVIMENTAÇÃO RURAL COM PASSAGEM MOLHADA	1.000.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.000
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA CAÇAMBA DE 12.000 CUBICOS	679.635
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA		08.142.887/0001-64	RN	LAGOA D'ANTA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS		08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA	400.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM		08.170.862/0001-74	RN	PARNAMIRIM	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	300.000
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM		08.145.153/0001-39	RN	PASSAGEM	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES	PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES		08.357.675/0001-02	RN	RAFAEL FERNANDES	4	40	CONSTRUÇÃO DO GALPÃO INDUSTRIAL	400.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA		08.357.634/0001-08	RN	RIACHO DE SANTANA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ		08.358.889/0001-95	RN	SANTA CRUZ	4	40	CONSTRUÇÃO DE POÇO DE ALTA PROFUNDIDADE	1.000.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 1ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026.

60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS		08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS NA ZONA RURAL	500.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	CAMINHÃO PIPA	600.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO		08.160.756/0001-00	RN	SITIO NOVO	4	40	CAMINHÃO PIPA	600.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU		08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	EQUIPAMENTO AGRICOLAS E PAVIMENTAÇÃO COM PASSAGEM MOLHADA	500.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA		08.085.771/0001-30	RN	UPANEMA	4	40	PASSAGEM MOLHADA	1.300.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	EQUIPAMENTO AGRICOLAS E PAVIMENTAÇÃO COM PASSAGEM MOLHADA	500.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1251074967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana, Efraim Filho, Paulo Paim, Marcos do Val, Zenaide Maia e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores em 2023, que é aprovada. A presidência registra a presença do Prefeito de Cacaulândia, município de Rondônia, Daniel Marcelino da Silva. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar nº 200, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de despesas do Programa Cisternas." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5826, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução de ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2218, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2975, de 2021 - Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 699, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 4174, de 2023 - Terminativo - que: "Concede o título de Capital Nacional da Farinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 1, de 2024 que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os gargalos e desafios para o escoamento da safra brasileira nos próximos anos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; • representante Ministério dos Transportes; • representante Agência Nacional de Transportes Aquaviários." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 2, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a situação da armazenagem de grãos no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; • representante Aprosoja Brasil; • representante Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA; • representante Associação Brasileira dos Produtores de Milho - ABRAMILHO; • o Senhor Thiago José dos Santos, Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento da CONAB." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. Usam da palavra os Senadores Angelo Coronel, Sergio Moro, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/02/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores de 2023.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos e três itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

Antes de iniciarmos a leitura dos itens da pauta, vamos para a retirada de pauta, a pedido dos Relatores, do Projeto de Lei Complementar nº 200, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedar a limitação de despesas do Programa Cisternas. A autoria do projeto é do Senador Rogério Carvalho e a relatoria é da Senadora Teresa Leitão. Retirada de pauta, item 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de despesas do Programa Cisternas.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A Matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5, Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e dá outras providências. A autoria é do Senador Laércio Oliveira. A Senadora Tereza Cristina, que se encontra recuperando-se de uma cirurgia, nos solicitou a retirada de pauta e, na sua volta, em seu retorno, nós voltaremos a reexaminar o seu relatório. Retirado de pauta, a pedido da Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 699, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE.

Observações:

- Em 19.09.2023, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE.

- Votação nominal.) (*Pausa.*)

Antes de nós iniciarmos a reunião, eu consultei o nosso querido Senador Hamilton Mourão sobre se ele aceitava assumir *ad hoc*...

Senador Angelo Coronel, grande liderança poderosa do nosso Senado Federal; Senador Sergio Moro!

O Senador Hamilton Mourão, na sequência, aceitou o nosso pedido, a solicitação para a leitura *ad hoc* do item 6, Projeto de Lei 4.174.

Vamos dar continuidade à nossa pauta.

Item 3. Projeto de Lei nº 2.218...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... de 2022...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel, muito obrigado; Senador Sergio Moro.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2218, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Deputado Evair Vieira de Melo, autor.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Angelo Coronel, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Um boa-tarde a todos.

Presidente, com sua vênia, eu vou direto aqui à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes sobre planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola. Além do mérito, uma vez que a CRA é a única Comissão de instrução da matéria, a presente análise abordará a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

No que se refere à constitucionalidade do PL 2.218, de 2022, observa-se que a União detém competência concorrente com os estados e o Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do inciso V do art. 24 da CF, e competência comum com os estados, o Distrito Federal e os municípios para fomentar a produção agropecuária (art. 23, inciso VIII, da CF).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF. Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: a edição de lei é a forma adequada para o alcance dos objetivos pretendidos; a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e afigura-se dotada de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, o projeto apresenta a boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar 107, de 26 de abril de 2001.

Em relação ao mérito, concordamos com o autor quanto à necessidade de políticas públicas que busquem fomentar a produção e o processamento de coco no Brasil, promover avanços tecnológicos na cocoicultura brasileira e incrementar sua competitividade. É de acordo com esses objetivos principais que a proposição estabelece as finalidades e os instrumentos da Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade.

Conforme explicou o autor da proposição, citando estimativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a cocoicultura gera aproximadamente 700 mil empregos diretos no País. Dados mais recentes da Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a produção brasileira de coco-da-baía, como também é chamado o fruto, em 2021, correspondeu a cerca 1,6 bilhão de frutos, produzidos em 186 mil hectares, distribuídos em 37 mil estabelecimentos.

Outro aspecto que justifica a especial atenção do poder público à cocoicultura é o fato de a sua produção estar concentrada principalmente nas Regiões Nordeste e Norte do País, especialmente no Ceará, Pará, Bahia e Sergipe, que juntos respondem por 62% da produção nacional. Diante disso, a defesa da cocoicultura constitui também relevante mecanismo de mitigação às desigualdades regionais.

Entendemos, dessa forma, que o PL nº 2.218, de 2022, atende aos pressupostos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e, no mérito, inova na legislação federal ao estabelecer política pública voltada ao fomento da cocoicultura.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.218, de 2022.

Presidente, é importante citar o apoio da Aprococo, na figura de Marcos David, lá do Município de Rodelas, na Bahia, que tem sempre me ligado para dar celeridade à votação desse projeto, que vai ser de grande valia para o desenvolvimento da cocoicultura brasileira. E olha que é até questão de foro íntimo, porque é chamado de coco-da-baía. Então, nós temos que, realmente, apesar de não ter nada a ver uma coisa com a outra, mas...

O General Morão, que é um apreciador de água de coco, eu sei, principalmente se botar alguma coisa para ficar marronzinha a água de coco, facilita, é bem melhor...

Então, gostaria do apoio dos nossos colegas Senadores, já que o projeto é em caráter terminativo, que apoiemos aqui, em conjunto, a cocoicultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Primeiramente, parabenizo o Senador Angelo Coronel pelo robusto e importante relatório.

A cocoicultura emprega mais de 700 mil brasileiros.

Indago ao nobre Relator, amigo Senador Angelo Coronel, se conhece o coco de Mâncio Lima, no Acre. É uma região extremamente profícua na produção de coco.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Traga para a gente fazer uma degustação.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vou trazer para V. Exa. provar um dos melhores cocos da sua vida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ele tem aquela aguinha transparente. A marronzinha... Tem um produto ali que o Senador Morão...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Sergio Moro disse que prefere quando a água vem mais escura, porque, quando é pouco, a água fica muito clara, então, confunde muito, às vezes, o paladar.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Abro a palavra aos Senadores.

Não havendo quem queira... Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Dada a importância da água de coco, agora, com essa questão da dengue, uma das recomendações é tomar muita água (*Fora do microfone.*) muito coco, não é? Água de coco, viu, Coronel?

Então, aprovamos num dia histórico aqui, porque a dengue tomou conta inclusive do DF.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É um soro natural a água de coco, não é?

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Fica o registro da oportunidade de apresentação e aprovação de um projeto que fomenta e dá incentivos a essa atividade, que é fonte de renda tão importante para muitos brasileiros. Ademais, também é um símbolo do Brasil, de certa maneira, o coco, especialmente na Região Nordeste, mas também em várias outras regiões, como foi aqui mencionado.

E todos os brasileiros gostam, não é?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu indago aqui ao nosso Senador Hamilton Mourão sobre esse coco de coloração meio amarronzada...

Senador Hamilton Mourão, explique-nos esse coco aí.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na realidade, Presidente, a água de coco tem as suas propriedades medicinais e, realmente, quando recebe um aditivo escocês... (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Escocês de 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Entendi, entendi. Entendi. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Pensei que era Nescau.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pô... Pensei que era guaraná. (*Risos.*)

Que maravilha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do nobre Senador Angelo Coronel, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado, para prosseguimento da tramitação.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Presidente.

Obrigado aos colegas por defender a cocoicultura brasileira (*Fora do microfone.*)

principalmente com aditivo escocês. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Item 6 da pauta, mais uma vez agradecendo ao ilustre Senador Angelo Coronel.

Um projeto de lei de nossa autoria, com relatoria do Senador Marcio Bittar, que não se encontra neste momento... Inclusive, ele nos solicitou que o projeto fosse relatado *ad hoc* pelo nobre Senador Hamilton Mourão, que já recebeu a matéria, e que trata de um tema muito importante para o Estado do Acre.

A farinha de Cruzeiro do Sul foi o primeiro alimento do Brasil a receber o selo de Indicação Geográfica pela sua qualidade e pela sua excelência, e, para fomentar a produção local, a indústria e as agroindústrias locais, nós propusemos o título de Capital Nacional da Farinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Acre, tema do mérito deste projeto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4174, DE 2023

- Terminativo -

Concede o título de Capital Nacional da Farinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que nos honra muito, para proferir a leitura do relatório.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, agradeço esta oportunidade de relatar esse projeto, que destaca a participação do nosso Estado do Acre não só na questão da cultura, mas, principalmente, na alimentação do brasileiro, em que a farinha de mandioca tem, de norte a sul do país, leste a oeste, o seu consumo realizado.

Peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento, agricultura familiar e segurança alimentar.

Também foi confiada à Comissão competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à CCJ, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito agrário e produção agropecuária, conforme inscrito nos arts. 22, inciso I, e 23, inciso VIII, da Carta Magna.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, devemos considerar que a mandioca constitui o principal produto agrícola do Acre e que a farinha de mandioca possui importância fundamental na segurança alimentar daquela população, visto constituir alimento essencial em todas as regiões do estado, marcando presença em todas as refeições.

Certos produtos agroalimentares apresentam características específicas, inerentes ao lugar onde são produzidos e que dão ao produto uma reputação. A tequila, o queijo *parmigiano reggiano*, o *roquefort*, o *champagne* e os vinhos do Vale dos Vinhedos, no Sul do Brasil, são alguns exemplos de nomes de produtos que adquiriram uma reputação ligada à sua origem geográfica. Isso significa que a qualidade específica do produto pode diferenciá-lo de outros da mesma categoria, diferença essa que é percebida pelos consumidores, qualquer que seja o mercado.

Indicações geográficas qualificam produtos que apresentam características genuínas que os vinculam à região onde são produzidos, seja por qualidades atribuídas ao meio ambiente (solo, clima, geografia), seja pelo saber-fazer tradicional transmitido de uma geração para outra ao longo de anos.

Conhecida regionalmente como farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul, esse produto da agricultura familiar do Estado do Acre hoje se destaca por ter ultrapassado os limites regionais e ter passado a desfrutar de notoriedade e de ampla aceitação pelo consumidor em diversas outras capitais do país.

As características particulares da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul são o seu teor de amido (sempre superior a 80%), a coloração (variando entre branco e creme), a granulometria (que classifica a farinha como grossa, média ou fina), bem como a crocância inconfundível, uma vez que o teor de umidade permanece sempre entre 8,1% e 12,02%.

Para sua fabricação, toda uma técnica precisa ser seguida, de acordo com a tradição dos antigos. O processo de produção é artesanal e, desde o início do século XX, por ocasião da colonização daquela fronteira brasileira, vem sendo passado de pais para filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul é notória por vincular a tradição e o conhecimento tradicional do saber-fazer diferenciado, razão pela qual somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Farinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.174, de 2023, Presidente.

E, como gaúcho, e sempre lembrando que foi um gaúcho que deu origem do Estado do Acre, Plácido de Castro, que foi aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, onde eu também estudei, e que lá no Rio Grande do Sul não se dispensa um churrasco com uma boa farinha, mais uma vez eu lhe agradeço a oportunidade de relatar esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, e a honra é dos acrianos pela leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Lógico que, pela iniciativa de V. Exa. e com o endosso aqui do nosso querido Senador Mourão, eu só vou sugerir que, no próximo almoço ou reunião, V. Exa. traga um pouquinho dessa farinha para que nós aqui possamos experimentar. Eu estou votando aqui e acreditando na iniciativa de V. Exa., mas é importante trazer uma farinhazinha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Estará em seu gabinete ainda hoje. Hoje mesmo estará em seu gabinete...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O Angelo Coronel vai trazer água de coco.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... um pacote de farinha de Cruzeiro do Sul.

É bom que se diga...

Concedo a palavra aos Senadores Bagattoli e Sergio Moro.

É bom que se diga que a farinha de Cruzeiro do Sul foi o primeiro alimento do Brasil a receber um selo de Indicação Geográfica pela excelência, pela qualidade, o que confere ao consumidor a garantia de que está adquirindo um produto oriundo realmente da região do Juruá, porque a farinha de Cruzeiro do Sul, estudada pela Embrapa e por outros órgãos, é reconhecida como uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores farinhas do planeta. E, hoje, a agroindústria da farinha, no Município de Cruzeiro do Sul e em vários outros municípios acrianos, representa o sustento de centenas de milhares de famílias no nosso estado. Então, nada mais justo do que garantir a excelência e fomentar a produção dessa farinha, o turismo regional, com o Festival da Farinha, que acontece anualmente no Município de Cruzeiro do Sul e que fomenta essa produção, essa cadeia e essa iguaria.

Eu vou providenciar para o Senador Izalci e para os demais que solicitarem.

Sergio Moro já almoçou com a gente lá no Bloco Vanguarda, já comeu dessa farinha, o Mourão também, eu acho que o Bagattoli também, mas o Izalci ainda não conhece. Vai ganhar farinha.

Senador Bagattoli...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Alan Rick.

Quero falar que você está de parabéns por esse seu projeto, até porque a gente sabe da importância que tem lá para o Acre o fomento para a agricultura familiar, e todos nós, que moramos lá vizinho, em Rondônia... Todos que vão ao Acre falam assim: "Tem que trazer farinha do Acre, porque dizem que a melhor farinha mesmo é a produzida lá no Acre".

Quero dizer a vocês que tem até um velho ditado de que só o acriano consegue comer farinha e assobiar ao mesmo tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Para vocês terem ideia, por mais de dez anos a Embrapa pesquisou o processo de produção dessa farinha nas casas de farinha da região. São cerca de 20 etapas produtivas.

A pesquisadora da Embrapa Joana Leite destaca que a Indicação Geográfica por procedência está associada também ao conhecimento tradicional, não só pela qualidade da mandioca, mas pelo modo de fazer a farinha. Resgata a história da farinha de Cruzeiro do Sul e cita exemplos de outros produtos que conseguiram a mesma certificação.

De acordo com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, na época do selo, o registro permite delimitar uma área geográfica, restringindo o uso de seu nome aos produtores e prestadores de serviço da região organizados em entidades representativas.

Encerrada a discussão e não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Vamos abrir a votação no sistema? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos abrir a votação no sistema então. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores podem votar pelo aplicativo.

Já está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Enquanto os Senadores votam, quero registrar o momento importante que é a aprovação desse projeto, que é histórico para o Acre, para o Município de Cruzeiro do Sul e para os demais municípios também da região do Juruá e de outras regiões, como a região de Tarauacá-Envira, do Alto e do Baixo Acre, que produzem também essa farinha que é reconhecida em todo o Brasil.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Registro aqui também...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Alan Rick, meus elogios pela iniciativa de V. Exa., que muito honra e dignifica a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, por essa produção.

Evidentemente, a gente sabe que a cidade tem outras qualidades.

Estive até lá, enquanto Ministro da Justiça, mas esse tipo de iniciativa, para algumas pessoas, às vezes, há alguns questionamentos, mas é para valorizar exatamente a cidade e a produção, e isso sempre...

O incentivo pode ser econômico, mas ele é moral também.

Então, fica o registro dos meus elogios à iniciativa de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Sérgio Moro.

Muitas vezes, os Parlamentares são questionados quando propõem matérias nesse sentido, de reconhecer uma cidade por causa da excelência de um produto, para que se dê um selo de qualidade a determinado produto, mas isso é fundamental para a região. Isso garante a procedência; isso garante que aqueles produtores estão sendo reconhecidos pelo seu modo de fazer aquele produto específico; isso garante o fomento ao turismo, ao turismo regional, ao turismo de eventos, às feiras... E tudo isso movimenta a economia de um município com cerca de 100 mil habitantes, que é Cruzeiro do Sul, e que realmente merece ser tratada com esse carinho, com esse reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questiono aos Senadores se todos já votaram. (*Pausa.*)

Estamos aguardando as demais votações.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Tem uma questão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Quero aproveitar, então, mas não é relacionado a esse projeto.

Em janeiro, houve invasões de populações indígenas – ou de pessoas que se apresentaram como população indígena – nas regiões ali de Guaíra e Terra Roxa, no Oeste do Paraná. Foi objeto até de noticiário nacional, porque houve alguns episódios de violência, de um lado e de outro, de colonos que ocupavam as terras e também de população indígena.

Hoje existe uma situação lá na região que está gerando uma certa perplexidade, porque a Funai, no Ministério da Justiça, está realizando processos de demarcação, e a grande incógnita é se será ou não respeitado o marco temporal que foi aprovado aqui por este Congresso.

Embora seja algo a ser definido, em princípio a lei é obrigatória e tem que ser aplicada. O fato é que há uma grave insegurança na região a respeito dessa situação, e é uma situação consolidada de invasões de terras, para as quais não foi possível fazer uma reintegração.

Eu trago esse assunto aqui à baila, até para o conhecimento dos colegas, porque o que acontece ali no oeste do Paraná pode ser um laboratório do que pode acontecer no restante do país se não for respeitada a legislação do marco temporal, e creio que é dever desta Comissão de Agricultura se debruçar sobre esse tema.

Eu vou conversar depois com a V. Exa. e com os pares, para que nós possamos analisar que caminhos poderíamos tomar, eventualmente uma visita à região, eventualmente o convite a agentes da Funai e do Ministério da Justiça para virem a esta Comissão, para que nós possamos ouvi-los e para que possamos ter a clareza de um posicionamento, porque a população lá da região não pode ficar nessa insegurança, sem saber o que vai acontecer.

E essa insegurança acaba fazendo também com que as pessoas tomem a justiça nas próprias mãos, sejam aqueles indígenas ou as pessoas que se apresentam como tais, querendo, por sua própria conta, tomar a iniciativa, sejam, eventualmente, colonos ou pessoas que ocupam algumas terras, que também, por sua própria conta, resolvem se defender, o que abre um espaço para a violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quis trazer este assunto aqui porque é a primeira sessão deste ano desta Comissão e a primeira sessão depois que esses fatos ocorreram, mas eu creio que há uma urgência para a Comissão do Senado se debruçar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a preocupação do Senador Sergio Moro.

É bom que se frise, Senador, que sua preocupação é extremamente pertinente e que uma legislação aprovada no Congresso, uma legislação já promulgada, uma legislação debatida amplamente nesta Comissão e nas demais Casas do Senado e da Câmara dos Deputados deve ser obedecida.

O Direito fala, um ditado antigo para quem estuda Direito é *dura lex, sed lex,* que significa que dura é a lei, mas é a lei, e, quando você estabelece critérios claros, específicos, repito, que já foram definidos inclusive pelo próprio Supremo Tribunal Federal, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, em Roraima, em 2006, que tornou o marco temporal, essa lei aprovada pelo Congresso, uma lei ampla, debatida e que estabeleceu aquilo que nós entendemos como segurança jurídica e como critério.

Agora, é importante que os órgãos que participam do debate, que fomentam os estudos e que definem a causa indígena respeitem o que foi aprovado pelo Congresso. E, obviamente, esse debate e esse diálogo têm que ser feitos, para que se evite, Senador Mourão, o conflito no campo, conflitos, muitas vezes, armados, conflitos, muitas vezes, com pessoas feridas e até mortas, porque foi para isso que o Congresso aprovou o marco temporal, para, além de justamente evitar a insegurança jurídica e a falta de critérios para que se delimitem áreas de reservas, estabelecer também a paz no campo, estabelecer também que se tenha o fim dos conflitos que já ceifaram muitas vidas.

Então, é muito pertinente, Senador Sergio Moro, a colocação de V. Exa., e eu acho importante nós buscarmos, inclusive formalmente, os órgãos que cuidam da causa indígena no Brasil, para que orientem, para que busquem a paz, para que busquem um equilíbrio e para que respeitem a legislação aprovada por este Congresso Nacional.

Senador Bagattoli, este é um tema importante para o Estado de Rondônia, um estado que eu visitei, na região do Abunã, que nós verificamos, no ano de 2019, 2020, uma série de invasões, com mortes, com assassinato de policiais militares.

Não estou falando de indígenas, mas de invasores de terras. O que o produtor rural quer hoje no Brasil é a segurança de que sua propriedade vai ser preservada, de que ele vai ter o direito de produzir, gerar riqueza na sua região, levar comida para a mesa das pessoas e ter tranquilidade para trabalhar sem que bandidos invadam suas áreas, porque aqueles invasores, o termo é exatamente esse, mataram policiais militares, mataram pessoas, destruíram pontes, destruíram celeiros, destruíram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pasto, tratores, queimaram propriedades. Enfim, é um absurdo o que se faz em nome de um movimento, muitas vezes, por grupos terroristas, por pessoas mal-intencionadas, por verdadeiros bandidos.

Então é importante que a gente busque essa paz e o marco temporal, no caso da questão de demarcação de terras indígenas, buscou exatamente isso. Da mesma forma, é o que nós temos buscado, como membros desta Comissão e do Congresso Nacional: a busca incessante da paz e do respeito à propriedade privada no Brasil.

Já alcançamos o quórum para deliberar. Vou pedir então o resultado da votação.

Está encerrada a votação. Vamos pedir o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 10 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Abstenção: nenhuma.

O Senador Alan Rick preside, não vota.

Está aprovado o projeto por unanimidade.

Agradeço o carinho, agradeço o respeito dos Srs. Senadores pelo Acre, pelo Município de Cruzeiro do Sul, pela melhor farinha do Brasil e do mundo. Eu agradeço a esta Comissão, aos Senadores presentes e àqueles que votaram pelo aplicativo.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2975, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Votação Nominal.

Matéria do Deputado Zé Vitor, Projeto de Lei 2.975, 2021, com relatoria do Senador Jayme Campos, e nós deliberamos *ad hoc* o Senador Sergio Moro para a leitura do relatório.

Com a palavra o Relator, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Boa tarde novamente aos pares, Senadores e Senadoras.

Estou relatando então *ad hoc* esse PL 2.975, de 2021, que tem como Relator originário o Senador Jayme Campos, circunstancialmente, por razões maiores, acabou não podendo relatar diretamente esse projeto.

Submete-se à deliberação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei 2.975, de 2021, de autoria do Deputado Zé Vitor, que institui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

A proposição busca instituir a referida efeméride, a ser comemorada no dia 15 de junho, por meio de exposições, seminários, palestras e outros eventos ou ações que contribuam para a divulgação e valorização da agricultura irrigada.

O autor da proposição justifica a iniciativa, ressaltando a necessidade de conciliar a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos em qualidade e quantidade suficientes para atender as crescentes demandas. Entre as várias tecnologias que têm contribuído para o aumento da produção agrícola no Brasil, a irrigação é, sem dúvida, uma das mais importantes. A comemoração, segundo o autor, visa criar uma postura crítica e ativa sobre a importância da agricultura irrigada para a sustentabilidade da produção alimentar, bem como o desenvolvimento e a segurança alimentar.

A Câmara dos Deputados aprovou o PL nas Comissões de Cultura e de Constituição e Cidadania.

Vou aqui para a análise.

Verifico o atendimento aos requisitos constitucionais formais porque não vulnera qualquer dispositivo da Constituição, sendo competência também do Senado e do Congresso a aprovação dessa proposta. Sem vícios também relacionados à constitucionalidade.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, com as determinações da Lei nº 12.345, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi realizada audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados no dia 23 de agosto para discutir a proposta de instituir essa data nacional com representação de órgãos e entidades do setor agropecuário.

No que se refere ao mérito da proposição, ela é inequívoca. A irrigação tem como principal objetivo fornecer meios viáveis para manejar a falta de recursos hídricos disponíveis. A baixa disponibilidade de água e a irregularidade de chuvas são fatores que podem comprometer a produção agrícola. Nesse sentido, a irrigação da agricultura surge como alternativa para garantir a produtividade, evitando perdas e prejuízos para o produtor rural e garantindo a oferta de alimentos e a segurança alimentar e nutricional da população.

O Brasil possui enorme riqueza em recursos hídricos, 12% da disponibilidade mundial de água doce, 0,6% das águas dos nossos rios é empregado na irrigação. A área irrigada brasileira corresponde a menos de 2% da área irrigada do mundo, com cerca de 8,5 milhões de hectares, menos de 1% do território nacional e menos de 8% da área agricultável do nosso território.

Há um potencial de aumento de 547% da área irrigada atual, que poderia alcançar a marca de 55 milhões de hectares, por meio de técnicas sustentáveis de alta tecnologia e produtividade. O aumento da irrigação é fundamental para a revolução agrícola e o atendimento da crescente demanda de alimentos.

Promover o uso da técnica da agricultura irrigada, como propõe o presente projeto, reforça o compromisso com atendimento aos direitos constitucionais da alimentação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, razão pela qual somos favoráveis à proposta.

Registramos aqui as nossas devidas homenagens à Senadora Professora Dorinha, que é autora de proposição da Câmara dos Deputados que também institui o dia nacional de agricultura irrigada e que veio a ser apensada à proposição principal. A Professora Dorinha é inclusive Senadora do nosso querido União Brasil.

O voto então, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 2.975, de 2021, pela importância que a agricultura irrigada tem apresentado no nosso país que, aliás, é o campeão mundial da produção de alimentos, conhecido também como o celeiro do mundo. E essa importância vai ser cada vez mais crescente nos anos que virão.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, ao Senador Sergio Moro pela leitura do relatório.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a discussão, em votação o projeto.

(*Procede-se à votação.*)

Vamos abrir agora para a votação pelo aplicativo.

Convido os Srs. e as Sras. Senadoras para iniciarmos, neste momento, a votação pelo aplicativo do Senado.

Está aberta a votação. (*Pausa.*)

Atingido o número regimental, pergunto aos Srs. e às Sras. Senadoras se podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Solicito a divulgação do resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 8 Srs. e Sras. Senadoras; votaram NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Quórum de nove.

Está aprovado o projeto.

Solicito que se preparem... Perdão.

Será comunicada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado.*

Parabenizo o Deputado Zé Vitor, autor; o Senador Jayme Campos, Relator; e o Relator *ad hoc,* Senador Sergio Moro.

Eu convido agora o Senador Jaime Bagattoli para assumir a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do nosso relatório.

Senador Jaime Bagattoli, assuma aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5826, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução de ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Autoria: Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A Matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a deferência de V. Exa.

Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado opinar sobre proposições pertinentes ao planejamento, acompanhamento e à execução da política agrícola, bem como à agricultura familiar, nos termos dos incisos II e IV, do art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por ser a CRA a única Comissão de instrução da matéria, a presente análise abordará, além do mérito, os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade, de regimentalidade e de técnica legislativa.

Registramos, inicialmente, que não vislumbramos óbices no que tange aos aspectos formais do projeto, que atendem aos pressupostos de constitucionalidade formal, uma vez que a competência da União sobre a matéria encontra-se albergada pelo inciso VIII, do art. 23 e pelo inciso V, do art. 24, da Constituição Federal. É observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, conforme estabelece o *caput* do art. 48, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, entendemos que a proposta realmente traz novos aspectos a serem considerados no planejamento e na execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, sendo, a nosso ver, eficaz em determinar que os aspectos relacionados à modernização e desenvolvimento sustentáveis e à inovação e desenvolvimento tecnológico sejam contemplados no planejamento e na execução da citada política.

Cabe registrar que a agricultura familiar tem importância essencial para o desenvolvimento rural no país. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 3,9 milhões dos estabelecimentos agropecuários do país atenderam aos critérios e foram classificados como de agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo.

Apesar de ocuparem apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, os estabelecimentos classificados como de agricultura familiar foram responsáveis por absorver 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Apesar da maior dificuldade que esse segmento da agropecuária encontra para se capitalizar, seja pela escala reduzida de produção, seja pela dificuldade de acesso ao crédito, o setor tem se modernizado, com incremento de quase 50% no nível de mecanização e de 48% na área irrigada, quando comparados aos censos anteriores, como o Censo Agropecuário de 2006.

De fato, a agricultura familiar vem evoluindo e se modernizando, buscando desenvolvimento sustentável, inovação e o uso de tecnologias para melhorar a produção de alimentos e a qualidade de vida dos agricultores. Entre as práticas inovadoras que vêm sendo utilizadas estão as tecnologias de agricultura de precisão, como GPS, *drones* e sensores, para otimizar o uso de recursos como a terra, a água e fertilizantes e para melhorar a eficiência na produção de alimentos. Aplicativos móveis também estão sendo usados para monitorar o clima, gerenciar o plantio e a colheita, bem como acessar informações sobre práticas agrícolas sustentáveis e de mercado.

Na pecuária, destacam-se os sistemas de monitoramento de gado e rebanhos, usados para monitorar a saúde e o bem-estar do gado, permitindo uma gestão mais eficaz.

Os produtores familiares estão implementando sistemas de agricultura vertical e estufas inteligentes, que permitem o cultivo de uma variedade de produtos em espaços limitados, usando menos água e recursos, além de utilizar tecnologias de conservação de água, como irrigação por gotejamento e captação de água da chuva, e fontes de energia renovável, como painéis solares e aerogeradores, para minimizar o impacto ambiental.

Já, para reduzir a dependência de produtos químicos sintéticos, estão sendo empregadas ainda técnicas de agroecologia, por meio da diversificação de culturas, rotação de cultivos e o uso de recursos naturais, e práticas de cultivo orgânico, que dispensa o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fundamental, portanto, que a Lei 11.326, de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, leve em consideração a necessidade de se compatibilizarem os objetivos da modernização e do desenvolvimento sustentáveis e de inovação e desenvolvimento tecnológico no planejamento e na execução dessa política.

Diante disso, entendemos que a matéria deve ser aprovada com apenas uma emenda de redação que oferecemos apenas para correção de grafia.

O nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do PL 5.826, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> Emenda da CRA
> No inciso XIII do art. 5º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, a ser incluído na forma do art. 2º do Projeto de Lei 5.826, de 2019, onde se lê "sustentáteis", leia-se "sustentáveis".

Essa é apenas a correção de redação.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Muito obrigado.

Primeiro, quero parabenizar o nosso querido Alan Rick, nosso Relator, e também evidentemente os autores, Deputado Gaguim, Cláudio Henrique, que conhece bem essa matéria.

Há uma diferença muito grande entre a iniciativa privada e a área pública. Na área privada, você faz o que você quiser, só não pode fazer o que é proibido. E na área pública, só pode fazer o que é permitido.

Então está se incluindo aqui na lei, na política de desenvolvimento, a tecnologia. E talvez a gente tenha que mudar um pouco isso, porque toda vez agora, para qualquer implementação de política pública, você tem que mudar a lei. Talvez até a gente precise modificar esse sistema, porque a inovação hoje é diária. Se tiver que mudar a lei toda vez....

Mas eu lembro que eu fiz aqui, na Comissão Senado do Futuro, três, quatro anos atrás, algumas audiências públicas, e uma delas foi exatamente com a Embrapa. Nosso querido e eterno Alysson Paulinelli, que faleceu recentemente, foi realmente um ícone na agricultura do Brasil, e a gente deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito a ele isso, o grande mentor da Embrapa, o qual investiu muito na agricultura. E também o ex-Presidente da Embrapa, inclusive mineiro também, da minha terra lá, que já discutia, naquela época, sobre a agricultura vertical e estufas inteligentes, quer dizer, lá atrás, a Embrapa já vinha trabalhando com isso.

E é tendência as pessoas começarem a produzir em espaços pequenos, limitados. Daqui a pouco, como no Japão inclusive, que tem restrição de área, você tem muita agricultura familiar dentro dos próprios apartamentos. E agora, nas fachadas dos prédios, há essa tendência.

Então, é importante a alteração dessa lei exatamente para incluir essa questão do desenvolvimento sustentável e também essa tecnologia na área da política do agro.

Então parabenizo-o e já manifesto o meu total apoio à aprovação do projeto.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Votação do relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CRA, de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Parabenizo aqui a autoria do Deputado Federal Carlos Henrique e também aí o Relator Senador Alan Rick.

E, neste momento, passo novamente a pasta, a Presidência aqui, ao nosso Presidente da Comissão de Agricultura Alan Rick.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço aos demais Senadores pela aprovação desta importante matéria.

Neste momento, concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, que tem dois requerimentos para apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de pedir a inclusão, como extrapauta, de dois requerimentos de audiências públicas.

O primeiro seria com o objetivo de debater os gargalos e desafios para o escoamento da safra brasileira nos próximos anos. E o outro é com o objetivo de discutir a situação de armazenagem de grãos no Brasil.

Nós temos dois gargalos. Essas duas situações aqui são muito importantes para a produção brasileira para que nós tenhamos condições... O Brasil, no segmento em que está indo na agricultura, na nossa produção, em que nós temos uma produção de larga escala e distante dos portos brasileiros, nós precisamos discutir seriamente essa situação não só de armazenagem, como a situação também dos gargalos, desse desafio para o escoamento.

Eu digo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, às pessoas que estão presentes neste momento aqui, que, se o Brasil não investir pesado em infraestrutura, nós não melhorarmos as nossas condições de rodovias e nós não enfrentarmos os desafios de perto para a abertura de novos portos para escoamento de exportação, e também se não ampliarmos as nossas linhas ferroviárias... O Brasil tem que fazer, no mínimo, nos próximos dez anos, de 6 a 8 mil quilômetros de trilhos pelo país afora, senão nós vamos entrar em colapso total nessa situação da infraestrutura para o escoamento da produção brasileira.

Então, é de suma importância que essas matérias, Presidente, sejam colocadas em pauta pelo menos no mês de março, mas, se não der, pelo menos dentro do mês de abril nós teríamos que colocá-las em pauta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

Pois não, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só queria aqui, neste momento, também, cumprimentar...

Nós estamos aqui com o nosso Prefeito de Cacaulândia, Daniel Marcelino da Silva. Cacaulândia é um município do nosso Estado de Rondônia, é um dos 52 municípios do Estado de Rondônia. Cacaulândia, Presidente, foi – e o é hoje ainda – um grande produtor de cacau. Por isso, até o nome Cacaulândia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dizer para vocês o seguinte sobre a suma importância do cacau. O cacau de Rondônia já foi considerado o melhor cacau – e o é ainda – do Brasil, e hoje nós temos o Estado do Pará também, que produz muito cacau.

Nós temos – e isso cabe para nós aqui também – discussões futuras próximas aí, juntamente com a Embrapa, de como a Embrapa desenvolveu muito a situação do café clonal. Lá no Estado de Rondônia, nós produzíamos pouco café, antigamente se produzia 15, 20 sacas por hectare. Para vocês terem uma ideia, com o café clonal robusto amazônico, hoje nós estamos produzindo até mais de cem sacas por hectare. Então, isso aí é de suma importância para a agricultura familiar.

Quero dar os parabéns ao Prefeito de Cacaulândia, que está aqui conosco, neste momento. O Município de Cacaulândia é praticamente 100% da agricultura familiar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli. Cumprimento o Prefeito de Cacaulândia.

Lá no Acre, nós temos a região do Vale do Juruá, que tem um cacau nativo de excelente qualidade, já pesquisado pela Embrapa também. A produção de cacau é fantástica no Brasil e tem um valor de mercado extraordinário. Quem está plantando cacau está ganhando dinheiro, e, como o Senador Jaime Bagattoli falou, com tecnologia, assistência técnica e investimento, você produz muito mais sacas por hectare, por exemplo, de café.

O Senador Jaime Bagattoli apresentou dois requerimentos de audiência pública: para discutir a situação da armazenagem de grãos no Brasil e para discutir os gargalos e desafios para o escoamento da safra brasileira nos próximos anos.

Coloco em votação os requerimentos, em globo. Ambos os requerimentos, de autoria do Senador Jaime Bagattoli, coloco, neste momento, em votação.

Em votação os requerimentos.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos, de autoria do Senador Jaime Bagattoli, para a realização das duas audiências públicas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Giordano, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Margareth Buzetti, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Arns, Ireneu Orth, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2648, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para criar a Subclasse Rural por Autogestão na classificação de consumidores de energia elétrica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3591, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3882, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, por doze meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta Lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 3-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 1931, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, que "autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996", para aumentar o prazo de prorrogação dos contratos temporários referidos." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2829, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica." Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC). Relatoria: Senador Ireneu Orth (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 467, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do § 9º do Art. 12 do Decreto nº 11.688, de 05 de setembro de 2023, que Altera o Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União em consonância com os art. 188, art. 225 e art. 231 da Constituição, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e susta os efeitos do Ofício Circular nº 1296/2023/DF/SEDE/INCRA- INCRA, em 05 de outubro de 2023, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688, de 05 de setembro de 2023." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5927, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 8 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1658, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, para destinar recursos ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – "Terra Brasil"." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Sem Emendas durante o Turno Suplementar, o Substitutivo aprovado ao Projeto no Turno Único é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 752, de 2022 - Terminativo - que: "Confere ao Munícipio de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e nove minutos. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Sergio Moro, Ireneu Orth e o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.
Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.
Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.
A presente reunião está destinada à deliberação de sete itens não terminativos e dois itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.
O primeiro item da pauta... (Pausa.)
A Secretaria já fez contato com o Senador Hamilton Mourão, e eu o designo Relator ad hoc do PL nº 1.931 de 2021.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 1931, DE 2021
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, que "autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996", para aumentar o prazo de prorrogação dos contratos temporários referidos.
Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Relatoria: Senador Marcio Bittar (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.
- Votação simbólica.
Relatoria: Senador Marcio Bittar, ausente por recuperação de cirurgia.
Relatoria: Senador Hamilton Mourão, ad hoc.
Com a palavra, o Relator Hamilton Mourão.
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, uma boa tarde a todos os presentes.
Presidente, peço permissão para ir direto à análise.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida.
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, nos termos do inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Em que pese o incontestável mérito da matéria, houve perda do objeto do PL nº 1.931, de 2021, uma vez que a alteração pretendida já foi realizada por outros diplomas normativos. Após a apresentação do projeto, em 25 de maio de 2021, foi editada a Medida Provisória nº 1.073, de 28 de outubro de 2021, convertida na Lei nº 14.323, de 12 de abril de 2022, que autorizou a prorrogação dos referidos contratos temporários por mais dois anos, a partir do vencimento, de 215 contratos por tempo determinado de médico veterinário a que se refere a Lei nº 13.996, de 2020.

Conforme a Exposição de Motivos Interministerial nº 304/2021, de 27 de outubro de 2021, a medida foi necessária pois o encerramento desses contratos deixaria uma lacuna impossível de ser preenchida na atividade de inspeção ante e post mortem dos animais de abate, o que acarretaria significativo risco à saúde pública e ao agronegócio. Na ocasião, havia ainda 215 médicos veterinários temporários atuando, dos 300 originalmente contratados.

Posteriormente à edição da Medida nº 1.073, de 2021, foi também aprovada a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, que se originou do PL nº 1.293, de 2021, a qual dispõe sobre os programas de autocontrole na defesa agropecuária e autorizou a prorrogação de 239 contratos por tempo determinado de médico veterinário nos exatos termos pretendidos pelo PL em análise, ou seja, por mais seis anos, além do limite temporal estabelecido pela Lei nº 8.745, de 1993.

Dessa forma, as alterações na legislação pretendidas pelo PL nº 1.931, de 2021, já foram integralmente promovidas pelas Leis nºs 14.323 e 14.515, ambas de 2022. Lembramos ainda que, embora o número de contratos cuja prorrogação foi autorizada pelos diplomas citados tenha sido menor do que o que consta no PL, isso se deve ao fato de que, em outubro de 2021, restavam ativos apenas 215 contratos, conforme consta da citada Exposição de Motivos Interministerial nº 304/2021.

Diante do exposto, o objeto do PL encontra-se prejudicado, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno deste Senado.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade do PL nº 1.931, de 2021.

É o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Hamilton Mourão e agradeço a relatoria ad hoc de V. Exa.

Cumprimento o Senador Ireneu Orth, o Senador Sergio Moro.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

Retomamos a nossa sequência.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3882, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -
Autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, por doze meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta Lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União.
Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Relatoria: Senador Sergio Moro
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.
- Votação simbólica.
Relator: Senador Sergio Moro, a quem destino a palavra.
O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço ao Sr. Presidente Senador Alan Rick, cumprimento aqui os colegas do Rio Grande do Sul, Senador Hamilton, Senador Ireneu.
É um momento difícil no Rio Grande do Sul e, talvez, até esse projeto, embora tenha sido formulado pelo Senador Heinze em um momento anterior a essa catástrofe que o Rio Grande do Sul está sofrendo, quem sabe também possa, de alguma maneira, ajudar ali nesse momento difícil.
Vou ao relatório, Sr. Presidente.
Submete-se à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei 3.882, de 2019, de autoria do ilustre Senador Luis Carlos Heinze, que autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4º da Lei 13.340, de 28 de setembro de 2016, por 12 meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União.
O PL é composto de seis artigos.
O art. 1º altera o caput do art. 4º da Lei nº 13.340 para autorizar a concessão de descontos para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado, por inscrição em dívida ativa da União.
O art. 2º autoriza a ampliação em 12 meses do prazo para concessão de descontos para a liquidação de dívidas, após a regulamentação de que trata os arts. 4º e 5º do PL em análise.
O art. 3º prevê que poderão ser contempladas com a concessão de descontos as operações encaminhadas para inscrição em dívida ativa da União até 90 dias antes da publicação da futura lei.
O art. 4º estabelece que o Poder Executivo, para os fins do disposto nos arts. 5º, 12, 15 e 16 da Lei Complementar 101, estimará o impacto orçamentário-financeiro resultante do disposto nos arts. 1º a 3º do PL em análise e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 dias da publicação da futura lei.
Na forma do art. 5º, as autorizações de concessão dos benefícios de que trata a futura lei estão condicionadas à inclusão nas respectivas leis orçamentárias dos montantes das despesas a serem arcadas pela União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei que ora se relata foi distribuído à CRA e à CAE, cabendo à última a decisão terminativa.
Não foram apresentadas emendas ao projeto.
Passo à análise.
Compete à CRA se manifestar sobre proposições que tratem de política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural.
A proposição contribui para aprimorar a Lei 13.340, de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural. Tal medida se faz necessária devido ao fato de que, haja vista as recentes crises econômicas ocorridas no País – e aqui a referência é ao ano passado, de quebras de safra especialmente, estiagem, e este ano mais ainda, por conta agora dessa catástrofe no Rio Grande do Sul –, constata-se haver considerável descapitalização dos agropecuaristas brasileiros, muitos dos quais ainda não tiveram a oportunidade para aderir à renegociação de que trata o art. 4º dessa lei.
A referida renegociação é imprescindível, sobretudo, para os pequenos e médios produtores rurais no Brasil, que se encontram em situação alarmante. O alto custo de energia elétrica, dos combustíveis e das despesas com insumos afetam negativamente a rentabilidade, agravada pelos recentes problemas climáticos e a queda nos preços dos principais produtos agrícolas, como bem alerta o autor, o Senador Heinze.
A proposição em tela é oportuna para possibilitar novo prazo para que os pequenos e médios produtores rurais tenham acesso à renegociação objeto da Lei 13.340. A extensão do prazo de que trata o PL também abrange as operações enquadradas no §5º do art. 4º da lei ora citada, o qual diz respeito a descontos para liquidação de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra).
Entendemos ser fundamental ampliar o prazo para as renegociações de dívidas rurais de que trata o projeto em análise.
Algumas adequações pontuais devem ser agregadas ao texto do projeto. Com a aprovação da Lei 14.275, de 2021, foi inserido o art. 4º-A na Lei 13.340 para conferir aos agricultores familiares brasileiros prazo específico para a concessão de descontos para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural de sua responsabilidade, inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de dezembro de 2021, relativas à inadimplência ocorrida até 30 de junho de 2021.
Entendemos ser oportuno que se atualizem os marcos temporais para a concessão dos referidos descontos aos agricultores brasileiros. Apresentamos uma emenda que aglutina os arts. 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei 3.882 em um único artigo, de modo a modificar o art. 4º da Lei 13.340, nos termos propostos. Com os ajustes temporais propostos, demonstra-se adequado alterar também a ementa da proposição, a fim de adaptá-la aos dispositivos a serem modificados
Também consideramos ser necessário realizar pequenos ajustes complementares na redação do PL 3.882, a fim de adequá-la à boa técnica de que trata a Lei Complementar 95. Os referidos ajustes também constam de emendas que propomos nesta ocasião.
O voto, Sr. Presidente.
Votamos pela aprovação do PL 3.882, de 2019, apresentado pelo Senador Heinze, com as seguintes emendas que estão aqui no texto do relatório e às quais já me reportei, que foram conversadas lá com o gabinete. São meros ajustes pontuais de remissões legislativas, tendo em vista o tempo em que o tempo esteve tramitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destacamos, mais uma vez, Senador Alan Rick, que o projeto foi feito sem que se tivesse pensado a situação específica agora do Rio Grande do Sul. É um projeto que abrange toda a agricultura brasileira, que tem sofrido com a queda de preços das commodities que são vendidas lá fora principalmente, mas também com a estiagem que houve no passado, enchentes mais localizadas em alguns lugares.
Agora nós estamos vendo esse cenário tenebroso no Rio Grande do Sul, que nós temos certeza de que será superado pela valentia e coragem do povo gaúcho, muito bem aqui representado pelos nossos Senadores, mas é um momento em que precisam também de todo o alívio possível. Uma forma de se fazer isso também é possibilitar a reabertura desse prazo para a resolução dessas dívidas inscritas em dívida ativa, inclusive com a previsão dos descontos necessários para a liquidação desses débitos, sem prejuízo, e por evidente, que, em vista da situação específica do Rio Grande do Sul, medidas outras legislativas sejam tomadas e até aumentem esses benefícios para aquela região específica.
É isso, é como voto.
E elogio aqui o Senador Heinze, que, infelizmente, não está presente, muito bem representado pelo Senador Ireneu. O projeto é da autoria dele e teve presente especialmente o compromisso que ele tem com a agropecuária do Rio Grande do Sul.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Parabenizo o Senador Sergio Moro pelo relatório e cientifico os demais participantes desta reunião de que há matérias semelhantes. Matéria muito importante, uma medida adequada a este momento que o Brasil enfrenta, notadamente o Rio Grande do Sul, o seu povo, a sua gente... Há a matéria do Senador Mecias de Jesus que trata de prorrogação de prazo de parcelas vencidas e vincendas de operações de crédito, crédito rural, prevendo essa situação, que nós relatamos e ampliamos, Senador Ireneu, pois ela era voltada para casos de estiagem agressiva, secas, mas nós ampliamos para a questão de enchentes, de cheias, o que atende neste momento também o povo do Rio Grande...
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fora do microfone.) – Está na CAE.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, ela está lá na CAE. E, creio, conversando com o Senador Vanderlan, que essa matéria volta na próxima semana.
Tem o Senador Hamilton Mourão matéria semelhante, assim como outros Parlamentares. Tem um projeto nosso que cria o auxílio para desastre rural, que prevê uma parcela, como no auxílio emergencial, de apoio àqueles que nada têm, que tudo perderam, que perderam o pouquinho que tinham e que não têm nem como sustentar suas famílias nem com o alimento, como na catástrofe tão grande que assolou o Estado do Rio Grande do Sul e em outras situações no Brasil.
É matéria extremamente meritória. Parabenizo o Senador Sergio Moro pelo belo relatório.
A matéria está em discussão.
Senador Ireneu Orth.
O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Quero apenas cumprimentar o Senador Sergio Moro pela brilhante explanação. Ela até ampliou o que está escrito aqui. Isso aqui é um assunto já passado, mas nada impede que isso seja votado, aprovado, tanto é que a proposta foi nesse sentido. E tudo o que se faz agora voltado para enchente também deve andar rapidamente. É outro fator, é outra situação, e tem pessoas que estavam no problema da seca e que agora estão no problema das enchentes também. Então, quero cumprimentar o Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E espero que isto possa ser efetivamente aprovado.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, parabenizo o Senador Ireneu Orth pela colocação oportuna.
Em votação o relatório.
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs1 e 3, da CRA.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação, em decisão terminativa. (Pausa.)
O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fora do microfone.) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Sergio Moro.
O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só aproveitando aqui o projeto que a gente acabou relatando, eu quero informar aqui que, no projeto do item 7, o Projeto 5.927, embora seja um projeto bastante pertinente de autoria do Senador Jader Barbalho, o Governo pediu que nós fizéssemos alguns ajustes, especialmente o Ministério de Minas e Energia, e nós assumimos o compromisso de tentar aprimorar o projeto para reapresentá-lo brevemente.
Então, eu pediria a compreensão dos pares para tirá-lo de pauta aqui para a sessão de hoje e recolocá-lo na próxima sessão desta Comissão.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Acatado, Senador Sergio Moro, o requerimento de sua autoria.
O item 7 foi retirado de pauta, bem como outros itens, a pedido dos Srs. Relatores ou autores.
(É o seguinte o item retirado de pauta:
ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 5927, DE 2023
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar.
Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)
Relatoria: Senador Sergio Moro
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.
Observações:
- Em 24.04.2024, LIDO o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.)
Item 8 da nossa pauta.

ITEM 8
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 1658, DE 2023
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, para destinar recursos ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – "Terra Brasil".
Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Turno Suplementar
Observações:
- Em 08.05.2024, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas Emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.
- Não sendo oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo aprovado no Turno Único será dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.
Foi votado na nossa reunião anterior. A Comissão aprovou em votação deste Colegiado.
Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo aprovado ao projeto no turno único é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.
Mesmo assim, coloco a matéria em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.
Item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 2829, DE 2021
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica.
Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)
Relatoria: Senador Jorge Seif (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad hoc: Senador Ireneu Orth
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 08.05.2024, LIDO o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.
- Votação simbólica.
Relatoria ad hoc do Senador Ireneu Orth. O Relator, Senador Jorge Seif, encontra-se gozando de licença.
Passo a palavra, portanto, ao Relator, Senador Ireneu Orth.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Eu peço permissão para não ler o relatório, apenas a análise, pode ser?
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senador. Como esse relatório foi lido na reunião anterior, passo à discussão para que V. Exa. possa fazer uma discussão e os demais Parlamentares também. Passo direto, portanto, à discussão, Senador Ireneu.
O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom, pode ser.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A matéria está em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Encerrada a discussão.
Em votação o relatório ad hoc do Senador Ireneu Orth.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).
A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Senadores Ireneu Orth, Hamilton Mourão, Sergio Moro e demais membros desta Comissão.
Está encerrada esta reunião.
(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e treze minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Beto Faro, Flávio Arns, Jorge Seif, Marcos Rogério, Ireneu Orth, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4718, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1536, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Concede remissão e posterga o pagamento das parcelas vencidas e vincendas em 2024 relativas, respectivamente, a financiamentos de custeio agropecuário e a financiamentos de comercialização e de investimento rural, contratados por produtores rurais que desenvolvem suas atividades em áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ireneu Orth. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 19, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo." **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 20, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Alceu Bittencourt, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 21, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Ribeiro Damaso, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores: Ireneu Orth, Beto Faro, Hamilton Mourão, Marcos Rogério e a Senadora Margareth Buzetti, Presidente Eventual da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Margareth Buzetti
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Bom dia. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 82, de 2024, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público, com manifestações acerca do PL 2.159, de 2021; Ofício 716, de 2024, do Presidente do Senado Federal, informando a conclusão da CPI da Braskem e a disponibilização de seu relatório final, que contém sugestões ao PL 2.159, de 2021.

A presente reunião está destinada à deliberação de itens não terminativos e requerimentos de informação, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 1536, DE 2024
- Não terminativo -

Concede remissão e posterga o pagamento das parcelas vencidas e vincendas em 2024 relativas, respectivamente, a financiamentos de custeio agropecuário e a financiamentos de comercialização e de investimento rural, contratados por produtores rurais que desenvolvem suas atividades em áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Ireneu Orth
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação simbólica
-> CAE (NT) -> Plenário

Autoria: Deputado Federal Zucco, Republicanos, Rio Grande do Sul.

Relatoria: Senador Ireneu Orth, PP, Rio Grande do Sul.

O relatório é pela aprovação do projeto.

Observações: a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação e votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Ireneu Orth para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Uma saudação toda carinhosa a nossa Senadora Margareth Buzetti, que preside esta sessão.

Relatório com relação ao Projeto de Lei 1.536, de 2024.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei (PL) nº 1.536, de 2024, de autoria da Câmara dos Deputados, que concede remissão e posterga o pagamento das parcelas vencidas e vincendas em 2024 relativas, respectivamente, a financiamentos de custeio agropecuário e a financiamentos de comercialização e de investimento rural, contratados por produtores rurais que desenvolvem suas atividades em áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

A proposição já tramitou pela Câmara dos Deputados. Em seguida, foi remetida ao Senado Federal, nos termos do art. 65 da Constituição da República Federativa do Brasil e do art. 134 do Regime Comum do Congresso Nacional, e, então, foi distribuída a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação e, posteriormente, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O PL em análise contém sete artigos. O art. 1º, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apenas indica o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

O *caput* do art. 2º detalha as condições para a remissão das parcelas, vincendas e vencidas em 2024, de dívidas contraídas no âmbito do crédito rural cuja finalidade seja o custeio agropecuário.

Também prevê, no §1º, que a remissão prevista no *caput*: a) não abrange as dívidas liquidadas ou amortizadas antes da data de publicação da futura lei e valores relativos à indenização pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou a cobertura por apólices de seguro rural; b) não ensejará devolução de valores a mutuários; e c) fica condicionada à apresentação de laudo técnico de constatação de perdas materiais assinado por profissional ou entidade habilitada.

O §2º dispõe que o regulamento determinará, com base em delimitação georreferenciada, as áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos.

Já o art. 3º determina a postergação em dois anos, após a publicação da lei, do pagamento das parcelas vencidas e vincendas em 2024, das operações de crédito rural que tenham como finalidade investimento e comercialização, concedidas a empreendimentos localizados em áreas atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul.

O §1º dispõe que sobre os valores postergados incidirão os mesmos encargos financeiros vigentes, sendo apenas excluídos os encargos e acréscimos relativos à multa, mora ou quaisquer outros decorrentes do inadimplemento ou honorários advocatícios.

O §2º determina que a postergação: a) não constitui impedimento para a contratação de novas operações de crédito rural nem motivo para o registro do produtor rural em cadastros restritivos; b) não abrange dívidas liquidadas ou amortizadas antes da data de publicação da futura lei nem valores relativos à indenização pelo Proagro ou a cobertura por apólices de seguro rural; c) deve ser efetivada até seis meses após a publicação da lei, podendo esse prazo ser ampliado por decisão do poder público e d) fica condicionada à apresentação de laudo técnico de constatação de perdas materiais assinado por profissional ou entidade habilitada.

O §3º estabelece que o regulamento determinará, com base em delimitação georreferenciada, as áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos.

O art. 4º dispõe que ficam suspensos, durante o prazo da postergação, as execuções judiciais e fiscais, os respectivos prazos processuais referentes às parcelas de que trata o art. 3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º autoriza a União a assumir o ônus decorrente das disposições constantes dos arts. 2º e 3º e a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às instituições financeiras os custos decorrentes dos benefícios definidos pela lei.

O art. 6º determina que os benefícios previstos serão concedidos à medida que os respectivos custos forem efetivamente assumidos pela União.

Por fim, o art. 7º, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apenas indica que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Os autores do PL em análise expõem que os eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, têm causado prejuízos significativos à produção agropecuária no Estado do Rio Grande do Sul, impactando negativamente a economia local e a subsistência dos produtores rurais.

Assim, a medida prevista nesta proposição se torna urgente para proporcionar alívio financeiro aos produtores e garantir a continuidade das atividades agropecuárias.

Análise.

Nos termos do art. 22, inciso VII, da CRFB, compete à União legislar sobre a política de crédito, matéria contida na proposição em tela.

Ademais, não há qualquer previsão de reserva de iniciativa de lei conferida ao Presidente da República para o presente projeto, nos termos dos art. 37, inciso X, do art. 40, §15, art. 61, §1º e art. 165 da CRFB.

Quanto à constitucionalidade material, o PL nº 1.536, de 2024, está em consonância com os comandos constitucionais, envidando esforços para proteger os direitos sociais – art. 6º, *caput,* da CRFB – dos agricultores gaúchos impactados pelos eventos climáticos extremos ocorridos em 2024.

Da mesma maneira, quanto à juridicidade em sentido estrito, a proposição dispõe de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade, coercibilidade e ainda não viola qualquer princípio geral do Direito.

Ainda, a proposição cumpre as disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto à regimentalidade, a CRA tem competência para se pronunciar sobre matérias relacionadas a financiamentos agropecuários e endividamento rural, em razão do disposto no art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Exauridas as questões formais e constatada a competência desta Comissão para a exame da proposição, podemos passar para a análise de mérito.

A concessão de remissão e a postergação do pagamento das parcelas de financiamentos são medidas que amenizam a grave situação, evitando a insolvência dos produtores e possibilitando a continuidade das atividades agropecuárias. A suspensão das execuções judiciais e fiscais, e a definição de metodologia para ressarcimento às instituições financeiras garantem a eficácia da proposta sem sobrecarregar o sistema financeiro.

Quanto ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, entende-se que a proposta faz parte do conjunto de medidas emergenciais adotadas para mitigar o estado de calamidade pública decorrente dos eventos climáticos extremos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 36, de 2024. Sendo assim, dispensam-se o atingimento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados fiscais e a obrigatoriedade de apontar medidas compensatórias, nos termos do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Perante a ampla desestruturação da capacidade produtiva agropecuária gaúcha, faz-se necessária a ação tempestiva do Poder Público, de forma a mitigar danos e viabilizar a retomada da atividade produtiva. A urgência da aprovação deste projeto é evidente, dado o impacto social e econômico dos eventos climáticos na região. A medida é essencial para garantir a recuperação e a sustentabilidade do setor agropecuário no Rio Grande do Sul, assegurando a manutenção de empregos e a segurança alimentar.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.536, de 2024.

Senador Alan Rick, Presidente, hoje representado pela Senadora Margareth, e Ireneu Orth, Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senador Orth.

O Senador Beto Faro pediu a palavra?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Isso.

Presidente e demais membros, essa é uma situação difícil, mas eu queria expor aqui uma posição, inclusive dialogando com o Governo. O Governo tem se preocupado com todas as questões com que nós vivemos no Rio Grande do Sul e tem feito um esforço grande, não só de um ministério, mas de todos, para poder atender às demandas que são gigantescas diante dessa tragédia que o Rio Grande do Sul viveu.

Esse projeto foi muito rapidamente analisado na Câmara. Nós estamos... O Congresso tem pressionado o próprio Governo pela manutenção da Lei de Responsabilidade Fiscal, para garantir isso, e nós estamos dialogando sobre fontes que possam garantir esse desembolso. Então, não é uma situação simples.

Na nossa avaliação – nós temos agora essas duas semanas de recesso; voltaremos –, como é uma situação de renegociação, inclusive, das dívidas, não há uma questão que em 15 dias a gente não possa tratar, do ponto de vista do Governo, com o Congresso, para poder achar um meio-termo, achar um bom termo para poder resolver essa situação dos agricultores gaúchos, porque nós sabemos as perdas todas que eles tiveram.

Por conta de tudo isso, pelo diálogo que eu estou fazendo, nós estamos pedindo vista nesse projeto, na forma regimental, e vamos fazer um processo de conversas, inclusive com os membros daqui da Comissão, mas com o Presidente do Senado, para que o Ministério da Fazenda, inclusive, já com o Gilson Bittencourt e com outras pessoas se colocando à disposição, para que a gente possa achar um termo e possa aprovar e garantir os recursos que são necessários para aquele estado e para aquela região.

Hoje, aqui, nós estamos pedindo vista, na forma do Regimento, desse projeto. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Concedida vista pelo regimento.

Eu passo a palavra para o Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Bom dia, Senadora Margareth; bom dia aos Senadores que estão nos acompanhando aqui, presencialmente, e aos outros, de forma semipresencial.

Eu entendo a razão do Governo, representado aqui pelo nosso colega, o Senador Beto Faro, mas o Rio Grande do Sul precisa de urgência. No último dia 4 de julho, nós tivemos a reunião, lá em Cachoeira do Sul, em que 6 mil produtores rurais estavam presentes; o Senador Ireneu estava lá. Vamos ter agora, no dia 19, na próxima sexta-feira, no interior, no Município de Rio Pardo, outra enorme manifestação dos nossos produtores. O tempo urge.

E aí, Senador Beto Faro, eu quero lembrar o seguinte: quem tem capacidade para fazer expansão fiscal para socorrer o Rio Grande do Sul é a União, e isso fica fora de arcabouço. O Governo Federal tem que entender a urgência para os produtores rurais do Rio Grande do Sul, sob pena de ter prejuízo para o próprio produto interno bruto do Brasil e para a própria arrecadação do Governo Federal.

O Governo, vou lembrar ao senhor, Senador Beto Faro, não teve a mínima dificuldade em alocar R$7 bilhões – quero lembrar aqui: R$7 bilhões! – para uma malfadada compra de arroz que não era necessária. Esses R$7 bilhões estão aí, voando. Eles podem ser utilizados e devem ser utilizados para socorrer o Rio Grande do Sul. É isso que eu quero deixar claro aqui.

Entendo a razão do pedido de vista, mas precisamos de urgência, e a vista é coletiva. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senador. Concedida vista coletiva.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as Resoluções CMN nº 5.081/2023 e BCB nº 140/2021, que têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Observações:

- Votação simbólica.

Essas resoluções têm gerado consideráveis prejuízos ao setor produtivo, na forma de seus textos publicados.

Com a palavra o autor, para encaminhar.

Senador Marcos Rogério, bom dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, na verdade, esse tema tem incomodado muito o setor produtivo brasileiro, não apenas essa resolução do Conselho Monetário, mas todas as normas editadas: o decreto editado pelo Governo Federal, que foi, inclusive, recentemente revogado, depois que nós conseguimos aprovar na Comissão de Agricultura um PDL, de minha autoria, que propunha justamente a revogação disso, a sustação dos efeitos desse decreto, e o Governo voltou atrás;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora ainda tem essa resolução do conselho; e temos ainda instruções normativas do Ibama, que travam o processo de financiamento de quem está no campo.

Então, o apelo que faço é pela aprovação desse requerimento para que o Ministro da Fazenda dê esclarecimentos quanto à extensão dessas restrições. Nós não podemos travar o crédito no campo em cima de algo que o Governo está criando e que o próprio Estado, o próprio Governo não consegue cumprir. Ou seja, as regras que estão ali dificultam a vida do produtor rural, e o produtor rural não tem outro caminho, porque ele não consegue resolver o que está lá porque o sistema não está apto para dar andamento, encaminhamento àquilo que o próprio Governo está impondo aos produtores rurais.

Por isso, o apelo que faço é no sentido de aprovarmos esse requerimento. O requerimento busca, nesse primeiro momento, informações junto ao Ministro da Economia para que ele possa esclarecer a extensão desse ato, mas o objetivo final é destravar os mecanismos para garantir crédito para quem está no campo produzindo. É o apelo que faço aos membros da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos os colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Beto Faro, Humberto Costa, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Flávio Arns, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jorge Seif e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1947, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para ampliar o regime de suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a venda no mercado interno de aves e reprodutores suínos." Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à CAE para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2181, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte ao Município de Guarapuava, no Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5587, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 800, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento da Emenda 1-T na forma da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 1970, de 2019 que: "Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela rejeição da Emenda 2-Plen. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2708, de 2024 - Terminativo - que: "Modifica a Lei n° 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever prioridade de aquisição e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 22, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os desafios da cajucultura e suas novas perspectivas para o Brasil." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 23, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do País", no contexto de regulamentação da Reforma Tributária. Para o debate, sugerimos a presença de autoridades governamentais, dirigentes de associações, produtores rurais e especialistas. Os nomes dos convidados para a Audiência Pública serão definidos oportunamente." Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Usam da palavra os Senadores: Sergio Moro, Bene Camacho, Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli e Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

- Ofício nº 78, de 2024, da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Santa Catarina, pleiteando por ações da União e do estado, voltadas à diminuição da importação de produtos lácteos de países vizinhos, diante do impacto negativo para a economia do país, em especial, da maioria dos pequenos produtores de Santa Catarina.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

Iniciamos com o item 2 da pauta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Um pequeno comentário a respeito desse assunto.

Desde algum tempo, os nossos produtores de leite... Nós temos bacia leiteira nos três estados do Sul e temos, obviamente, em outros estados do país, mas a importação do leite vindo da Argentina e do Uruguai a preços inferiores tem feito uma competição desleal com os custos dos nossos produtores.

Isso é exatamente o objeto desse documento que o senhor recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É um tema extremamente oportuno, Senador Mourão, uma vez que nós fizemos reuniões com o Ministro Fávaro, junto com a Frente Parlamentar da Agropecuária e representantes do setor leiteiro brasileiro, exatamente tratando dessa concorrência desleal e de medidas que o Governo do Brasil, o Governo Federal brasileiro, deve tomar. Obviamente, algumas delas foram tomadas, porém, nós percebemos que continuamos sofrendo com essa concorrência desleal dos países vizinhos. Portanto, é bastante oportuna a manifestação, uma vez que pequenos agricultores familiares brasileiros de vários estados brasileiros são responsáveis pela nossa produção de leite. Muito oportuna a sua manifestação.

Senador Moro, se quiser manifestar alguma coisa sobre o tema, está com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Temos esse problema também lá no Paraná, que tem uma produção de leite significativa, especialmente na região de Castro. E as reclamações são gerais e vêm sendo conduzidas, a meu ver, de uma maneira ineficiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Governo Federal, que cuida dessa questão de importação e que pode fazer alguma coisa. Ouve-se muita promessa, promessa, promessa, mas nada é feito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Há um requerimento aí a respeito da questão do caju, que eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Portanto, subscrito o requerimento para a audiência pública acerca da pauta do caju pelo Senador Hamilton Mourão.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2181, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte ao Município de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Votação nominal.

O projeto é de autoria do Deputado Federal Marco Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Senador Alan Rick, Presidente desta Comissão, e demais pares, com muito orgulho relato este projeto.

Guarapuava é uma cidade pujante, que muito nos orgulha, no centro do Paraná, com cerca de 190 mil habitantes, e é a maior produtora de cevada do Brasil, respondendo por cerca de 20% da produção nacional. E tem, ali no distrito de Entre Rios, ou seja, na sua área municipal, a maior produtora de malte do país, que é a Agrária Malte.

Vou aqui à parte formal do relatório.

Vem à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei 2.181, de autoria do Deputado Marco Brasil, que confere o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte ao Município de Guarapuava, no Estado do Paraná.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca conceder homenagem ao município paranaense bem como estabelecer, por fim, a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

Ela foi aprovada na Câmara dos Deputados pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela CCJ.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria foi distribuída aqui para análise exclusiva desta Comissão de Agricultura do Senado.

Já na análise, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de temas de agricultura, pecuária e abastecimento. Então, o projeto está no local próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A técnica legislativa, a observância dos Regimentos, a constitucionalidade formal do projeto estão todas em conformidade. Não existe aí qualquer vício em relação a esse tema. A juridicidade, igualmente.

Vou direto ao mérito da proposição.

De acordo com dados do IBGE, o Paraná é responsável por substancial parcela da produção nacional de cevada, com Guarapuava liderando essa estatística. Entre 2012 e 2021, o município respondeu, em média, por cerca de 20% do total da produção brasileira.

Há mais de uma década, o Município paranaense de Guarapuava tem se destacado por sua produção de cevada, cereal chave para a obtenção do malte utilizado por cervejarias de todo o país. Essa liderança é fruto da aposta feita pelos agricultores locais na cultura, com investimentos em seus sistemas produtivos e na gestão da atividade.

O ambiente favorável que se formou ao longo dos anos no município, em conjunto com políticas públicas locais e estaduais endereçadas ao setor, motivou a estruturação de parque produtivo que hoje abrange o cultivo da cevada, o processamento do cereal para a obtenção de malte, o fornecimento do produto para cervejarias de todo o país e a produção de cervejas artesanais locais, que tantos prêmios têm conquistado no Brasil e no exterior em razão da qualidade oferecida ao consumidor.

Os benefícios sociais e econômicos dessa longa cadeia produtiva não se restringem aos que nela atuam; também se fazem presentes no comércio municipal, na gastronomia e no turismo, que ganham em dinamismo e diversificação. O município alcançou até um novo patamar no turismo estadual, já que foi reconhecido, pela Lei Estadual nº 19.124, como Capital Paranaense da Cevada e do Malte. E hoje nós fazemos uma elevação maior, para reconhecê-lo como Capital Nacional da Cevada e do Malte.

Além de conferir maior visibilidade ao polo cervejeiro local, a concessão a Guarapuava do título de Capital Nacional da Cevada e do Malte servirá não apenas para celebrar suas conquistas excepcionais, mas também contribuirá para a consolidação do seu dinamismo econômico e para o seu reconhecimento como referência na produção de cevada e malte.

Essa cidade, com seus cerca de 190 mil habitantes, orgulha ali o Paraná com essa produção, a maior produção nacional de cevada, sendo também esse centro produtor significativo do malte, especialmente através da Agrária Malte, que tem contribuído tanto aí para essa produção significativa de cerveja e outros produtos derivados pelo Paraná.

Então, nós nos orgulhamos da cidade de Guarapuava e da sua produção. E quero aqui mandar um abraço especial a todos eles, especialmente na pessoa do meu amigo Samuel Ribas, lá da cidade.

O voto, então, é pela aprovação do Projeto de Lei 2.181, de 2023, Senador Alan Rick.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Parabenizo o Senador Sergio Moro pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Solicito que se prepare a votação – será votação nominal – para que possamos iniciá-la.

Os Senadores também podem votar pelo aplicativo no celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como hoje nós temos sofrido alguns problemas com a rede de computadores em várias Comissões, em vários plenários, eu acredito que a votação pelo celular deve ser mais rápida. No entanto, já solicitamos à Secretaria da Mesa para preparar a votação também pelos *laptops* da Comissão. (*Pausa.*)

Como nós estamos sofrendo com esses problemas, eu já solicitei à Secretaria da Mesa para iniciarmos a votação pelo aplicativo.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu solicito às assessorias dos Senadores que os avisem para poderem votar pelo aplicativo – os Senadores não presentes. (*Pausa.*)

Convido o Senador Hamilton Mourão para assumir a Presidência, enquanto eu marco presença no Plenário 2, do Parlamento do Mercosul.

Enquanto isso, nós aguardamos o atingimento do quórum da votação.

Senador Hamilton Mourão, por gentileza. (*Pausa.*)

Senador Bene Camacho, muito grato pela sua presença. Já solicito que V. Exa. possa exercer seu direito de voto.

O Senador Jaime Bagattoli, nosso Vice-Presidente, também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Está vindo. Ele disse que já está chegando.

Convido também o Senador Bagattoli para já exercer seu direito de voto. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator vota "sim". Os contrários ao relatório votam "não".

O tema é o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte ao Município de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Com mais dois votos, nós atingimos o quórum de votação.

Podem utilizar o celular também para votação.

Agradeço, Senador Bene Camacho.

Senador, é Bene ou Bené? (*Pausa.*)

Bene.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senador. Por favor.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – É Bene André.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Aperte o botão, Senador.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É Bene André, mas me chamam de Bene, não é? Então, Bene Camacho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Seja muito bem-vindo, Senador. É uma honra ter mais um ilustre representante do Estado do Maranhão.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso, de Imperatriz, portal da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Seja muito bem-vindo.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eita, então Rio Grande do Sul, Rondônia e Acre celebram sua chegada a esta Comissão.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu sou gaúcho e tenho o prazer aqui de estar do lado do Senador Mourão, porque ele é o gaúcho típico.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esse é o gaúcho da fronteira.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso. É lá indígena também, então estamos lá firmes, na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Maravilha. Seja bem-vindo, Senador. (*Pausa.*)

Atingido o quórum, indago às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores se já podemos encerrar a votação. Podemos?

Senador Mourão, Senador Bagattoli, Senador Bene. (*Pausa.*)

Encerrada a votação. Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 8 Sras. e Srs. Senadores; votaram NÃO, nenhum.

Abstenção 0. Quórum 9.

Está aprovado o relatório. (*Pausa.*)

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Parabenizo o autor, Deputado Federal Marco Brasil, e o Relator, Senador Sergio Moro, pela aprovação do projeto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2708, DE 2024

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever prioridade de aquisição e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, boa tarde. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, boa tarde a todos.

O projeto do nosso Presidente é um projeto simples, mas extremamente eficiente e eficaz para essa situação de desastres climáticos que vem reiteradamente acontecendo de norte a sul e de leste a oeste no nosso país.

Indo diretamente à análise, verificamos que, de acordo com o art. 23, inciso VIII, da Constituição, a União goza de competência administrativa para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar e, portanto, pode definir e implementar políticas públicas como aquela contida no presente PL.

Também não há qualquer previsão de reserva de iniciativa de lei conferida ao Presidente da República para a matéria tratada.

Quanto à constitucionalidade material, o PL está em consonância com os comandos constitucionais. Em especial, a inovação legislativa vai ao encontro do disposto no inciso III do art. 3º, que expressa ser um objetivo fundamental a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, assim como o inciso II do art. 187, que afirma que a política agrícola será planejada e executada levando em conta os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização.

Quanto à juridicidade em sentido estrito, a proposição dispõe de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade, e não viola qualquer princípio geral do direito.

O PL também atende à técnica legislativa de acordo com o que prevê a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, quanto à regimentalidade, esta Comissão tem competência para se pronunciar sobre agricultura familiar e segurança alimentar.

Esgotadas as questões formais e reconhecida a competência desta Comissão, vamos à análise de mérito.

As compras públicas e, em especial, o Programa de Aquisição de Alimentos desempenham um importante papel de fomento para a agricultura familiar brasileira, valorizando a produção local e garantindo o acesso direto a alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Ao mesmo tempo, conforme referi no início, nesse cenário de mudanças climáticas que ocorre no país, os eventos extremos são reiterados. Para enfrentar as suas consequências e reconstruir as regiões por eles acometidas, é necessário priorizar a aquisição e a distribuição de produtos do PAA nos municípios afetados pela situação de calamidade ou de emergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o presente PL é pertinente e relevante, uma vez que adapta políticas públicas já existentes em caso de ocorrência de eventos extraordinários, estabelecendo uma nova estratégia de atuação pública até a superação da situação catastrófica.

Assim, Presidente, diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL 2.708, de 2024.

Cumprimento V. Exa. por mais uma iniciativa extremamente importante e que vai ao encontro das necessidades das pessoas que sofrem no nosso país, não só pela situação difícil em que vivem, mas também agravada pela crise climática.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão, pelo brilhante relatório e inicio, portanto, a discussão da matéria.

Como o texto é de nossa autoria, exatamente ressaltando que, no momento em que o Brasil, todas as nossas regiões enfrentam desastres climáticos e V. Exa. é uma testemunha viva disso, por conta do que sofreu o Rio Grande do Sul... E lá no Acre hoje, depois de enfrentarmos uma das enchentes mais severas dos últimos anos, estamos agora enfrentando uma seca das piores da nossa história. O nível dos nossos rios, Senador Mourão, chega a menos de 1m; rios com 40cm de volume d'água, ou seja, impedindo a navegação, dificultando o abastecimento de água, gerando uma dramática situação ao homem do campo.

Portanto, um dos programas mais importantes, reputo eu, do Governo Federal para aquisição de alimentos, para a merenda escolar, para o estoque da Conab, para outros programas sociais, neste momento em que várias regiões do Brasil, várias cidades passam, Senador Bene, por esta situação, nada mais justo do que nós priorizarmos a aquisição e a distribuição dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos para municípios em situação de emergência ou estado de calamidade. É uma maneira de nós estarmos olhando com muito mais cuidado e atenção para aqueles que, neste momento, enfrentam fome, desabastecimento, perda de produção e outras intempéries.

Portanto, inicio a discussão, Senador Hamilton, agradecendo a V. Exa. pelo excelente relatório, pela sensibilidade, até mesmo, porque hoje V. Exa. é uma testemunha do que sofre o povo gaúcho com as intempéries e com aquela enchente histórica, dramática que tirou tantas vidas e prejudicou tanto o estado.

Agradeço a V. Exa. mais uma vez e deixo aberta a discussão, Senador Bagattoli, Senador Bene.

Com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Cumprimento aqui o nosso Presidente da CRA, o Senador Alan Rick; o Relator do projeto aqui, Senador Mourão.

Realmente, o Norte do Brasil... Até hoje eu participei, na CMA... Não é que nós estejamos vivendo uma das maiores secas; o que está acontecendo? O rio realmente tem baixado. O que aconteceu na Região Norte, Senador Mourão? É o caso de Rondônia. Em muitas regiões, choveu menos do que vinha chovendo, proporcionalmente aos outros meses, no período da chuva. Agora, para nós, lá em Rondônia, por exemplo, poucos municípios tiveram... Vilhena e mais uns dois ou três municípios só que tiveram o mesmo ou praticamente o mesmo volume de chuva dos anos anteriores. A maioria dos municípios teve um período... A chuva tardou. Este ano, todo ano, quando chegava o final de maio e o início de junho, ainda davam umas chuvas, mas, quando chegou praticamente o dia 15 de maio, na maioria dos municípios cortou. Então, você teve um período este ano menor de chuva, o que influenciou na seca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo projeto! Precisamos ajudar realmente as pessoas. Quando é estado de calamidade pública, nós sabemos que o setor público tem que entrar e tem que ajudar a população e, principalmente, os menos favorecidos.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Senador Bagattoli.

Concedo a palavra ao Senador Bene Camacho, mas, antes, solicito à Secretaria da Mesa que possamos iniciar o processo de votação.

A matéria também tem votação nominal.

Solicito também a todas as assessorias que entrem em contato com Senadores não presentes, que acompanham pelo aplicativo, para que votem pelo aplicativo.

Vamos, portanto, iniciar a votação.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra, enquanto o processo se desenlaça, ao Senador Bene Camacho.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa e pelo mérito e também ao Senador Mourão, que tão bem relatou, porque o que está aqui sendo posto, apesar de o exemplo ser o Rio Grande do Sul, é uma situação que pode ocorrer em toda a extensão geográfica desse nosso grande país. E aqui ele vai ao encontro de duas necessidades importantes numa situação dessas. Primeiro, porque atende ao pequeno produtor, que está ali com o seu produto, em um mercado, talvez, muito sem condição de ser colocado o seu produto, e, ao mesmo tempo, tem, na outra ponta, a população que necessita do benefício.

Parabéns! Acredito que vá ser uma ferramenta muito boa a ser utilizada. Estamos concordantes com o mérito e com o alcance da sua medida.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Senador Bene. Agradeço as palavras de V. Exa.

Realmente, todas as regiões do Brasil enfrentam esse momento de crises climáticas, e, portanto, é um olhar com muito cuidado, carinho e atenção àqueles que mais precisam neste momento, o público que produz e aqueles que recebem os alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA.

Solicito aos demais Senadores... Temos já no quórum de votação.

Aos Senadores que têm aqui suas assessorias que elas possam informar.

Enquanto se desenrola a nossa votação nominal, passo à leitura dos itens extrapauta.

Temos dois requerimentos extrapauta para a realização de audiências públicas.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os desafios da cajucultura e suas novas perspectivas para o Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Com a proposição de convidados já aqui inseridos.

Autoria do Senador Eduardo Girão, subscrito pelo Senador Hamilton Mourão. Requerimento de audiência pública.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o primeiro item extrapauta.

Segundo item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do País", no contexto de regulamentação da Reforma Tributária.

Para o debate, sugerimos a presença de autoridades governamentais, dirigentes de associações, produtores rurais e especialistas. Os nomes dos convidados para a Audiência Pública serão definidos oportunamente.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento extrapauta.

Portanto, as audiências públicas dos requerimentos extrapauta estão aprovadas. (*Pausa.*)

Atingido o quórum de votação, consulto os Srs. Senadores presentes sobre se podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Solicito que a Mesa apresente o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – SIM, 7; NÃO, 1.

Quórum: 9.

O projeto está aprovado – o relatório.

Parabenizo o Senador Hamilton Mourão mais uma vez e agradeço pelo brilhante relatório. E mais uma vez agradeço a esta Comissão pela aprovação da matéria.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Senador Jaime Bagattoli para assumir a Presidência desta Comissão, para que eu possa fazer a leitura do relatório do item 1, Projeto de Lei 1.947, de 2023, de autoria da Senadora Tereza Cristina.

Senador Jaime Bagattoli, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde a todos.

Vou assumindo aqui a Presidência e também vou pegar, depois, parte do salário do Presidente, hein?

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1947, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei n.º 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para ampliar o regime de suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a venda no mercado interno de aves e reprodutores suínos.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Agradeço ao Senador Bagattoli e peço a permissão ao Presidente Bagattoli para ir direto à análise.

Nos termos do inciso XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições que tratem de tributação da atividade rural. Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe a esta Comissão, nesta oportunidade, manifestar-se sobre o mérito da proposição.

O Projeto de Lei 1.947, de 2023, pretende apenas corrigir uma distorção na tributação e ampliar o regime tributário aplicado à cadeia produtiva de suínos e de aves.

De acordo com a autora do PL, Senadora Tereza Cristina, a Lei 12.350, de 2010, estendeu à cadeia produtiva de carnes suínas e de aves o regime de desoneração da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins anteriormente aplicada à cadeia bovina, por meio da Lei 12.058, de 13 de outubro de 2009.

No entanto, esse regime fiscal não cobriu inteiramente a sua cadeia produtiva, deixando excluídos diversos produtores rurais, especialmente pessoas físicas que também exercem a atividade agropecuária.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao avaliar o PL 1.947, de 2023, entendeu que a extensão da suspensão do pagamento de tributos nas operações com pessoas físicas que exercem atividade agropecuária contribuirá para o aumento da competitividade do setor em mercados locais e reduzirá o risco de informalidade nesses setores, com impactos positivos na qualidade dos produtos (agregação de valor), além de benefícios ao mercado de reposição (reprodutores).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em adição, a suspensão dos tributos impactará para baixo os custos de produção, fato que poderá estimular positivamente o consumo na ponta final dessas importantes cadeias do agronegócio brasileiro.

Portanto, a medida veiculada no PL, ao proporcionar mais justiça fiscal, estimulará a eficiência desse setor e contribuirá para o crescimento da atividade econômica do país, com reflexos positivos para muitos produtores rurais de pequeno e médio porte que são suinocultores e avicultores no Brasil.

Sob a ótica da agropecuária nacional, identificamos efeitos muito positivos vindouros com a aprovação do PL, porque a medida fortalecerá a agricultura familiar e promoverá equidade na tributação em relação a outros segmentos de carnes e dentro da própria cadeia produtiva.

A aprovação do PL é, igualmente, meritória, sobretudo quando se considera que seus efeitos são positivos para os produtores rurais, assim como traria impactos positivos ao setor, especialmente aos pequenos produtores.

O voto, portanto, é pela aprovação do PL 1.947, de 2023, nos termos do inciso I do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Primeiramente, eu queria dizer para você, Presidente Alan Rick, que esse incentivo – o incentivo do PIS-Pasep e da Cofins – já existe na cadeia da carne bovina. E, ele entrando agora na produção de suíno e de aves também, isso vai beneficiar quem? O pequeno produtor, realmente aquele da agricultura familiar, que é o grande agregado da indústria tanto de suíno quanto de aves. Eu sempre achei que esse incentivo já existia tanto na carne de suíno quanto em aves. Mas isso vai ajudar muito, principalmente na produção do pequeno e do médio produtor de suíno e de aves.

Então, eu quero dizer que eu concordo com a aprovação do projeto. Parabéns à Tereza Cristina. Parabéns ao Relator Alan Rick. Vamos em frente e vamos ajudar a nossa produção, a nossa pecuária, a nossa agricultura no Brasil.

Alguém mais quer discutir o assunto? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizo a autoria e a relatoria.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Fico feliz de poder relatar uma matéria tão meritória, em que pese nós estarmos debatendo exatamente uma reforma tributária para equalizar todas essas distorções. E a participação deste Senado da República é muito importante, tratando para que setores essenciais não sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demasiadamente tributados, para que nós possamos garantir uma cesta básica de alimentos com produtos isentos para a população brasileira, notadamente para a população mais pobre.

Então, agradeço a V. Exa., ao Senador Hamilton Mourão e aos demais membros desta Comissão; parabenizo a autora do projeto, Senadora Tereza Cristina; e fico muito honrado de poder relatá-lo e ver este relatório aprovado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Alan Rick, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Flávio Arns, Wilder Morais, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 25, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os possíveis impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação de medidas antidumping sobre a importação de folhas metálicas de aço carbono, ligadas ou não, provenientes da China, conforme estabelecido pela Circular SECEX/MDIC nº 9, de 29 de fevereiro de 2024. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora a Marcela Santos de Carvalho, Secretária Executiva da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX; • a Senhora Thais Fagury de Sá, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Embalagem de Aço - ABEAÇO; • o Senhor Marcelo Jorcovix, Representante da Zempack Embalagens Metálicas; • o Senhor Italo Renda Filho, Presidente das Insdústrias Reunidas Renda; • o Senhor Benjamin Steinbruch, Diretor-Presidente - Companhia Siderúrgica Nacional - CSN." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 25/2024 - CRA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). Finalidade: Debater os possíveis impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação de medidas antidumping sobre a importação de folhas metálicas de aço carbono, ligadas ou não, provenientes da China, conforme estabelecido pela Circular nº 9, de 29 de fevereiro de 2024, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Participantes: Rafaela Teixeira Vieira Noman, Diretora do Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC; Thais Fagury de Sá, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Embalagem de Aço – Abeaço; Luis Fernando Martinez, Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Italo Renda Filho, Presidente das Indústrias Reunidas Renda S/A; e Yi Shin Tang, Professor de Relações Internacionais - USP e Advogado. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos. Usa da palavra o Senador Jorge Seif, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos aqui na Comissão de Agricultura.

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de um requerimento, na primeira parte, e a realização da audiência pública, na segunda parte, conforme pauta previamente divulgada.

Primeira parte, item único.

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, DE 2024
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os possíveis impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação de medidas antidumping sobre a importação de folhas metálicas de aço carbono, ligadas ou não, provenientes da China, conforme estabelecido pela Circular SECEX/MDIC nº 9, de 29 de fevereiro de 2024.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Sra. Marcela Santos de Carvalho, Secretária Executiva da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex);

• a Sra. Thais Fagury de Sá, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Embalagem de Aço (Abeaço);

• o Sr. Marcelo Jorcovix, Representante da Zempack Embalagens Metálicas;

• o Sr. Italo Renda Filho, Presidente das Indústrias Reunidas Renda;

• o Sr. Benjamin Steinbruch, Diretor-Presidente - Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Observações: - *Votação simbólica.*

Como eu estou como Presidente eventual, coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Segunda parte agora.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater possíveis impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação de medidas *antidumping* sobre a importação de folhas metálicas de aço carbono, ligadas ou não, provenientes da China, conforme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido pela Circular Secex nº 9, do Mdic, de 29 de fevereiro de 2024, em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2024, da CRA, de minha iniciativa, Senador Jorge Seif, do PL, de Santa Catarina.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, ou pelo telefone 0800 0612211.

Obrigado às senhoras e aos senhores que comparecem aqui conosco e prestigiam.

Eu convido para compor a mesa para iniciarmos os nossos debates a primeira debatedora, Sra. Rafaela Teixeira Vieira Noman, Diretora do Departamento de Defesa Comercial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Bem-vinda! Muito obrigado. Seja muito bem-vinda, Dra. Rafaela.

Convido também a Sra. Thais Fagury de Sá, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Embalagem de Aço (Abeaço).

Bem-vinda! Obrigado. Por favor.

Convido ainda o Sr. Luis Fernando Martinez, Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Seja bem-vindo!

E, por fim, o Sr. Italo Renda Filho, Presidente das Indústrias Reunidas Renda S/A.

Bem-vindo!

Senhoras e senhores, o contexto geral é o seguinte. A audiência ocorre num momento de discussão sobre dois temas interligados: a preservação do mercado nacional, controle de custos para cumprimento das metas fiscais – no cenário macroeconômico, um debate sobre medidas protecionistas para proteger as empresas nacionais, tema recorrente em diversos países, inclusive, estamos acompanhando o que está ocorrendo, por exemplo, na França, com os agricultores da França –, e há uma preocupação com o controle da inflação e a manutenção do poder de compra, fatores essenciais para o desenvolvimento econômico do nosso Brasil.

O objetivo é ouvir representantes dos setores diretamente afetados para buscar esclarecimento sobre o tema e, logicamente, suas opiniões e pontos de vista.

Setores envolvidos: uma grande empresa produtora de aço, a CSN; fabricantes de embalagens que utilizam aço; e entidades governamentais.

Posições opostas. A CSN é a única produtora de folhas metálicas no Brasil e fornece 75% da demanda para fabricantes de embalagens, que solicitam aumento no preço do aço destinado à produção de latas de alimentos que compõem a cesta básica.

Fabricantes de embalagens. Dependem da CSN para a maior parte das suas matérias-primas, com 25% de importados. Alertamos para o impacto de um possível aumento de preços nos custos de alimentos básicos, como milho, sardinha, molho de tomate, leite em pó, que são amplamente consumidos pela população, especialmente a de baixa renda.

Impactos potenciais. O aumento no preço das folhas metálicas pode elevar os preços de produtos enlatados básicos, afetando principalmente a população de menor renda. A preservação da indústria nacional de aço pode gerar impacto negativo em 20 outras empresas nacionais do setor de embalagens, que possuem 30 plantas produtivas no Brasil.

Perguntas para debate. Como equilibrar a defesa da indústria nacional com os interesses de múltiplos setores? A política de proteção da indústria nacional deve considerar o impacto inflacionário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos alimentos básicos? A preservação de empregos deve priorizar empresas com maior capacidade de geração de postos de trabalho e presença no território nacional? Só para a gente dar uma clareada em eventuais perguntas e questionamentos aí da sociedade.

E a participação, mais uma vez, de representantes da CSN, fabricantes de embalagens, entidades de classe e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Quero agradecer também os internautas, as pessoas que nos acompanham pela TV Senado em todo o nosso Brasil.

Nós vamos conceder dez minutos para cada palestrante, com excedente máximo de cinco minutos, tá? Eu convido nossa primeira convidada, já agradecendo. A Sra. Rafaela, Diretora do Departamento de Defesa Comercial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), portanto ente governamental.

Sra. Rafaela, microfone aqui. A senhora tem dez minutos, com cinco de tolerância. Agradeço mais uma vez pela presença. A palavra está com a senhora.

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Obrigada aos Exmos. Senadores presentes também, aos meus colegas de mesa aqui e a todos os presentes. Agradeço muito a oportunidade de a gente falar sobre um tema tão relevante e que hoje está sob análise lá no Departamento de Defesa Comercial.

Eu vou pedir para a gente... Bem, eu acho que vou começando.

Vou dar um passo atrás para a gente entender do que a gente está falando aqui. O comércio exterior é regulamentado principalmente na Organização Mundial do Comércio. São regras multilaterais estabelecidas e negociadas entre os países-membros daquela organização.

E um dos acordos que regulamentam o comércio exterior no Brasil regulamenta a necessidade de se combater a prática de *dumping* nas exportações. E o que é o *dumping*? O *dumping* é uma discriminação de preço. Quando uma empresa exportadora exporta um determinado produto, as regras internacionais estabelecem que aquele preço daquele produto exportado não pode ser inferior ao preço pelo qual ela vende no seu próprio mercado interno. Essas regras – eu acho que a gente tem que ter isso bastante claro – são internacionais, são aplicadas pelos diferentes países do mundo e todas as empresas que comercializam com os países-membros da Organização Mundial do Comércio estão sujeitas a elas.

Então, não é por outro motivo, enfim, que a gente tem a China aplicando o *antidumping* contra o frango brasileiro, os Estados Unidos aplicando o *antidumping* contra as exportações de suco de laranja do Brasil ou a própria CSN sendo investigada, em uma investigação de aço sujeito à corrosão. E isso acontece porque todos os países do mundo aplicam a mesma regra, com o objetivo de garantir um comércio leal entre os países.

Então, esse é o nosso trabalho lá no Departamento de Defesa Comercial. Eu estou à frente do departamento, conduzindo as investigações que hoje estão lá, essas regras são regras muito detalhadas e a gente está sujeito ao seu cumprimento.

Uma avaliação que eu acho importante que a gente... (*Pausa.*)

É importante a gente entender que são regras bastante técnicas, e aqui a gente está falando, nas investigações de defesa comercial, em apuração de práticas desleais de comércio – simples assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como funciona o sistema de defesa comercial brasileiro? Acho que é importante a gente falar rapidamente sobre. Ele está baseado em um tripé de competências. Então, compete ao Departamento de Defesa Comercial conduzir as investigações que apuram essa prática de *dumping* e o efeito dessa prática de *dumping* na indústria brasileira; compete à Câmara de Comércio Exterior, composta por dez ministros de Estado, a competência de aplicar eventualmente essas medidas. E o que são essas medidas *antidumping*? São sobretaxas nas importações, com o objetivo de neutralizar essas práticas desleais.

Vejam bem, eu acho que aqui a gente está falando de proteção à indústria doméstica, e eu não gosto muito de usar esse termo, porque aqui a gente está falando de neutralização de prática desleal de comércio.

E um terceiro ente envolvido no sistema brasileiro de defesa comercial é a Receita Federal. Após a aplicação de uma eventual medida, a Receita faz a cobrança desses montantes na fronteira.

Os processos são técnicos, normalmente muito onerosos, burocráticos, demoram muito tempo, porque justamente existe uma preocupação, e as regras multilaterais estabelecem isso, para que a gente garanta o contraditório, a ampla defesa, para que todas as partes sejam ouvidas.

Eu acho que todos aqui hoje nessa mesa fazem parte do processo administrativo, estão presentes e participam do processo administrativo que está sendo conduzido no departamento.

Como funciona um processo de defesa comercial? A indústria brasileira, que está sofrendo com as importações alegadamente objeto de *dumping*, recorre ao departamento, apresenta seus dados, e, a partir daí, a gente inicia um processo administrativo, com uma investigação para apurar realmente se há prática de *dumping* e se essa prática tem um efeito na indústria brasileira. Recebendo essa petição da indústria nacional, a gente faz uma avaliação desses dados, decidindo abrir um procedimento, e todas as partes são chamadas – exportadores, importadores, produtores nacionais. O processo é muito complexo, todos os dados apresentados são sujeitos à auditoria dos técnicos do Governo brasileiro, existe a possibilidade de audiência pública no âmbito dos processos e, ao final, a conclusão ou não da existência ou não de prática desleal e, em caso de determinação positiva, a recomendação para aplicação da medida de defesa comercial pelo Decom.

Falando especificamente do caso de folhas metálicas, para todo mundo aqui, para a gente ter um contexto, esse é um caso apresentado pela CSN, lá atrás, em outubro de 2023. Esse caso foi iniciado em março, depois da avaliação de toda a documentação, a investigação segue em curso e já foram feitas as auditorias na própria CSN e nos produtores exportadores chineses. O que já se tem constatado aí? Existe, a princípio, uma confirmação de indícios de prática de *dumping* pelos exportadores chineses e um efeito aí sobre os indicadores da indústria brasileira, da CSN, com queda de produção, queda de venda, aumento de custo, aumento de estoque e uma retração de todos os indicadores financeiros da empresa e também uma constatação de um aumento significativo das importações chinesas de quase 300% nos últimos períodos. Isso aí é só uma previsão. A previsão é que essa investigação seja encerrada em março de 2025, com uma decisão pela Camex em abril de 2025.

E aí a gente passa a entender o que é o tema aqui desta audiência pública hoje, depois desse rápido *background* do que ocorre numa investigação *antidumping*.

Enfim, vou fazer uma ressalva primeiro. A legislação brasileira permite o que a gente chama de avaliação de interesse público no âmbito da defesa comercial brasileira. Isso não está previsto nas regras multilaterais, essa é uma regra estabelecida na legislação brasileira para que a gente realmente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliar a conveniência da aplicação de uma medida. Então, a primeira coisa é: qual é a regra? A regra é que o Governo brasileiro deve defender e garantir aos produtores nacionais um ambiente de comércio leal, condizente com as regras internacionais. Essa é a regra.

Excepcionalmente, existe a possibilidade de haver uma intervenção nessa decisão de aplicar uma medida para que ela seja suspensa ou aplicada em montante diferente ali do apurado tecnicamente. E como isso acontece? Depois de determinada a prática de *dumping*, de haver uma recomendação de aplicação de direito *antidumping*, haverá a possibilidade de se iniciar um processo administrativo para que haja essa avaliação sobre o chamado interesse público na imposição dessa medida. É um processo administrativo, como é o processo de defesa comercial, em que todas as partes serão chamadas, poderão apresentar argumentos e contrapor os argumentos das outras, de todos ali que estão no processo. E esse processo culminará com uma decisão do Conselho dos Ministros em suspender ou aplicar essa medida num montante diferente do recomendado tecnicamente para recomendar ali a prática desleal.

E o que acontece nesse processo? Enfim, a gente tem já determinado, neste momento, que acontecerá, lá em abril, uma prática... Se acontecer, se já houver a determinação de prática de *dumping*, de dano causado à indústria, pode haver a solicitação por parte de algum ente nacional, de alguma empresa afetada para que haja uma avaliação de interesse público.

E o que é essa avaliação de interesse público? É justamente a possibilidade de avaliação dos efeitos dessa medida, justamente o que a gente pretende discutir aqui. Como que isso é feito? Ah, Rafaela, é só avaliação de impacto no preço na cadeia a jusante? Não, não é esse o objetivo da avaliação de interesse público. Primeiro, existe o interesse público brasileiro de manter, de ter um sistema de defesa comercial, de garantir um comércio justo no Brasil, mas existem outras facetas aí do interesse do Governo brasileiro que devem ser avaliadas. Então, o que se analisa nessa avaliação é o seguinte: olha, esse produto que seria afetado, que vai estar sendo afetado por uma medida *antidumping*, no caso aqui das folhas metálicas, ele tem um substituto? Ele pode ser substituído por um produto de plástico? Como é o mercado? Existe um monopólio? Existe risco de desabastecimento no mercado? Existem outras fontes alternativas?

Porque é importante a gente deixar claro que não é o objetivo do *antidumping* restringir as importações ou inviabilizar as importações de qualquer produto. O objetivo do direito *antidumping*, como eu mencionei no início, é contrarrestar uma prática desleal de comércio, trazer aquela importação a um preço considerado justo pelas regras internacionais. Além disso, ele é direcionado a um determinado país. Então, se existem outras fontes, outros produtores mundiais, não existe nenhum impedimento ou não estão oneradas essas importações de fontes alternativas com eventual aplicação de uma medida *antidumping*. Essa avaliação é feita.

É feita também uma avaliação dos efeitos de uma medida *antidumping*, por exemplo, na cadeia a montante. Como a indústria siderúrgica brasileira, que está no elo anterior à produção de folhas metálicas... As empresas produtoras de laminados a quente, laminados a frio seriam afetadas por uma eventual medida *antidumping*? Da mesma forma, como é o impacto dessa medida no elo a jusante? No caso aqui, a gente está falando nas empresas fabricantes de embalagens em lata, em metal, tanto para alimentos quanto para tintas, construção civil, enfim, é mais uma variedade enorme aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, toda essa avaliação vai ser feita com base bastante técnica no âmbito desse processo; todo esse impacto vai ser contabilizado nos diferentes elos, caso haja esse pedido, para que os ministros possam, ao final, concluir pela eventual intervenção na medida de defesa comercial, e aí podendo ela ser suspensa ou mitigada ou reduzida.

Chamo de novo a atenção aí para o caráter excepcional da intervenção de interesse público, porque a regra é defender o comércio leal.

Desculpem o tamanho da fonte.

Eu queria falar um pouquinho do cenário internacional da siderurgia mundial e do cenário internacional do comércio exterior. Eu acho que é importante a gente ter isso em mente. Hoje a gente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Tenho cinco minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem mais... A senhora tem mais um minuto; este e mais um, tá?

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Está bem, obrigada.

Na verdade, eu queria só sinalizar que hoje a gente tem um cenário mundial bastante desafiador, em que eu tenho grandes *players* internacionais, como Estados Unidos e União Europeia, tomando, enfim, atitudes e medidas para defender a sua indústria, as suas indústrias nacionais, principalmente siderúrgicas. Os Estados Unidos clamam por uma questão de segurança nacional e, por isso, fogem das regras multilaterais para proteger essas indústrias. E, por outro lado, a gente tem, sim, uma preocupação com a inflação no mercado brasileiro, com o eventual impacto dessas medidas.

Eu acho que a avaliação de interesse público...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – ... que vai acontecer ao final do processo é oportunidade para a gente discutir tecnicamente nos autos do processo esses eventuais impactos, e, para isso, eu aguardo a colaboração e as informações que serão prestadas por todos que hoje compõem aqui a mesa comigo e participam desta discussão relevante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Rafaela, muito obrigado.

A Rafaela falou como Diretora do Departamento de Defesa Comercial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Passo já, em seguida, para a segunda expositora da nossa tarde, a Sra. Thais Fagury de Sá, que é Presidente Executiva da Associação Brasileira de Embalagens de Aço.

Sra. Thais, a senhora tem dez minutos, mais cinco de tolerância, para suas explicações. Muito obrigado pela presença da senhora. Está contigo a palavra.

A SRA. THAIS FAGURY DE SÁ (Para expor.) – Obrigada, Senador. Cumprimento o senhor e os demais membros da mesa, a Dra. Rafaela, o Dr. Italo, o Dr. Luis Fernando Martinez, partes integrantes aqui do processo conosco. Como bem disse a Rafaela, a discussão não se encerra aqui; ela vai além da nossa conversa e da nossa discussão aqui nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar um pouquinho sobre o setor, e a ideia aqui é a gente não fazer nenhuma referência à investigação técnica do Decom, e, sim, a gente falar dos impactos socioeconômicos que vão ser sentidos pelo setor em breve.

Falando um pouquinho da Abeaço. A Abeaço representa a cadeia de valor de embalagens de aço. É uma entidade sem fins lucrativos. A gente tem desde os fabricantes de matéria-prima não aço até fabricantes de latas e tampas para embalagens diversas. Hoje são 20 empresas associadas, empresas que representam em média 70% do mercado de latas de aço hoje no Brasil, empresas que são majoritariamente familiares, de médio porte. Aqui a gente tem um exemplo, que é o Sr. Italo, que vai falar na sequência. Essas empresas geram empregos locais e têm grande importância nos seus municípios onde estão inseridas.

Essas empresas hoje possuem 32 plantas produtivas, mas a gente não se limita a essas empresas, a gente tem outras empresas fabricantes nas cinco regiões do país, não só empresas fabricantes associadas à Abeaço, mas outras empresas também de grande importância, como empresas, por exemplo, na Região Norte, fabricantes de tampas para garrafas e para os mais diversos segmentos.

O setor hoje representado pela Abeaço gira em torno de 237 mil toneladas e são os mais diversos segmentos de atuação, desde tintas, como citou a Dra. Rafaela, alimentos, bebidas, higiene, limpeza, cosméticos, entre outras embalagens de aço.

Os associados da Abeaço têm grande relevância nesse setor, nesse segmento, grande relevância em toda a atuação, principalmente em itens superimportantes para o consumo brasileiro. Então, quando a gente fala de tintas e vernizes, são itens que estão incluídos em programas do Governo, como o Minha Casa, Minha Vida; quando a gente fala de alimentos, são alimentos esses hoje focados também na cesta básica; quando a gente considera o novo decreto da Cesta Básica Brasil, esses alimentos estão incluídos, como um leite em pó, um milho, um extrato de tomate, visto que esses alimentos têm alto valor nutritivo para o consumidor brasileiro, principalmente o de baixa renda.

E aí a gente fala um pouquinho dos riscos da investigação. Muito mais fora da avaliação técnica, a gente entende que a CSN aqui não perdeu representatividade, como parece. Por mais que a gente tenha um aumento de importações da China, esse aumento é justificado por uma troca de países simplesmente. A gente tem um monopólio com 75% de consumo de aço aqui, no mercado interno, de folhas de aço para a embalagem, contra 25% de aço importado. E, obviamente, houve uma troca de mercados: a gente tinha um mercado do Japão, que era muito maior e foi substituído por um mercado da China.

O monopólio infelizmente reforça, da forma como ele é executado, o encolhimento da cadeia de latas de aço, o que representa um risco até para o consumidor em relação ao produto que ele escolhe na gôndola, pela falta de opção desse produto. A gente tem uma ameaça direta aos empregos; então, a gente tem um setor hoje aqui representado por 25 mil empregos diretos, 100 mil empregos indiretos, contra uma única empresa monopolista que, se a gente considerar toda a linha de produção, sem exceção, a gente tem 15 mil empregos, e, se a gente considerar só a linha de embalagens, ele gera mais ou menos 600 empregos.

Então, aqui a gente tem impactos, de fato, diretos.

Obviamente, o monopólio, dependendo do valor comercial – e a gente vê que o valor hoje do aço no mercado interno, infelizmente, é de um aço muito mais caro do que no mercado internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um todo, e não só em relação ao mercado da China –, isso tira o poder de compra do consumidor brasileiro.

O aço representa para o setor de fabricantes de lata de aço, cerca de 70% do custo da embalagem. Então, é um custo bastante representativo. A grande preocupação é em relação não só aos riscos como mencionados anteriormente, mas também ao risco iminente de desabastecimento da indústria nacional.

Recentemente, há mais ou menos umas duas semanas, a gente teve aí um problema numa das linhas da CSN, na linha de decapagem – isso foi público –, que já está ocasionando atrasos nas entregas, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – O que aconteceu? Foi um incêndio?

A SRA. THAIS FAGURY DE SÁ – Foi um incêndio na CSN, na linha de decapagem, e obviamente vão ocorrer atrasos para as entregas, infelizmente, nos pedidos, e já está acontecendo isso.

Então, isso é um risco; o risco do monopólio é justamente esse. Não acontece só nesse setor – tem outros diversos setores em que a gente tem o monopólio –, mas, infelizmente, a gente tem um grande risco. Diferentemente dos outros tipos de aço aqui, no mercado nacional, em que a gente tem uma concorrência – a gente tem outras siderúrgicas que fornecem esse tipo de aço aqui, no mercado interno, para embalagens de aço –, para folhas metálicas de embalagens, a gente tem, sim, o monopólio.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIS FAGURY DE SÁ – E aí o que a gente tem é um estudo já bastante consistente da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos), alertando sobre o aumento dos preços nas gôndolas. Isso é, com certeza, um aumento inflacionário, que é uma das principais preocupações do Governo, obviamente, impactando o consumidor de baixa renda. Esse aumento na gôndola é calculado entre 3,1% e 5,1% nos produtos, alimentos enlatados especificamente, justamente com uma medida dessas, porque hoje já temos um direito provisório aprovado, como bem colocou aqui a Dra. Rafaela, pela qual já vamos sentir os impactos, com certeza, diretamente aí nesse consumidor, que é o consumidor focado principalmente na renda familiar, com impacto na renda familiar.

Aqui, alguns dos produtos impactados. Então, são produtos que fazem parte da cesta básica: leite em pó, sardinha, ervilha, milho, extrato de tomate. Temos outros segmentos também impactados, como o de tintas; tampas para embalagens diversas, como tampas, rolhas metálicas para cerveja, refrigerante, leite condensado, achocolatado. Então, são os mais diversos segmentos que vão ser impactados com uma medida como essa. Infelizmente, esses são os impactos que a gente vai ter na cadeia, no consumidor final. Não são impactos, única e exclusivamente, nas indústrias fabricantes de latas de aço, mas são impactos que, com certeza, vão ser sentidos no bolso do consumidor final: desde alimentos básicos até produtos um pouco menos de itens primários para o consumidor.

Esses impactos, com certeza, vão fazer com que o consumidor tenha uma opção: ou ele compra ou ele não compra o produto.

O produto enlatado hoje é um produto de extrema importância, principalmente quando a gente considera zonas de difícil acesso, de impactos relacionados à energia elétrica. Então, esses impactos, com certeza, serão sentidos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIS FAGURY DE SÁ – ... pela população de baixa renda.

E aí, quando a gente diz qual é o momento exato em relação à investigação – a Dra. Rafaela bem colocou que a gente tem aí uma avaliação de interesse público posterior à medida –, a gente entende que o momento exato é agora, porque, quando o mercado vai, ele não volta. E a gente já sentiu isso várias vezes, em diversos mercados relacionados a embalagens de aço.

Isto também foi bem colocado: "Pode ser substituído por um outro produto, por um outro material". Enfim, quando a gente fala de impactos de cadeia, de impactos pós-consumo, é por isso que a gente diz que o impacto é agora, porque, com certeza, eles vão ser substituídos por embalagens que protegem menos os produtos, que protegem menos os alimentos e que tenham impactos ambientais muito maiores do que as embalagens de aço, especificamente.

Eu agradeço, Senador, e passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

A senhora ainda tinha cinco minutos. É que aqui é difícil. Normalmente as mulheres têm um vocabulário mais rico, mas parabéns à senhora, obrigado pela apresentação. E, brincadeiras à parte, é muito importante ver esse olhar, conhecer o seu ponto de vista na abordagem sobre a questão do monopólio, do próprio mercado interno em risco, de ficar com toda a produção de uma importante indústria... Especialmente ali, as questões de embalagens ali, que a senhora apresentou, apresentam tantas funcionalidades e podem realmente causar impactos para o consumidor.

E agora, para fazer o contraponto à senhora, imagino eu, quero convidar o Sr. Luis Fernando Martinez, para apresentar também seus pontos de vista. Ele é Diretor-Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional.

Sr. Luis, muito obrigado pela presença do senhor. Há algumas perguntas da internet já chegando aqui, para nós, bem interessantes.

O senhor tem dez minutos, mais cinco minutos de tolerância, para fazer seus argumentos, seus contrapontos.

Muito obrigado pela sua presença. O microfone é seu.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (Para expor.) – O.k. Boa tarde a todos.

Primeiro, eu queria agradecer ao Presidente da Comissão, o Senador Alan Rick, e ao autor do requerimento, o Senador Jorge Seif.

Coisa importante que eu gostaria de salientar é que é um debate extremamente técnico, e a gente preparou esta apresentação para que a gente pudesse dar total transparência ao que vem sendo discutido aqui.

Então, voltando à questão do *antidumping*...

Deixe-me ver se vai aqui. Agora foi de uma vez. Desconta do meu tempo, hein?

A primeira coisa aqui. A investigação *antidumping* é algo que, apesar de a Dra. Rafaela já ter falado, é extremamente conhecido nessa indústria, em termos de defesa comercial, em termos de comércio exterior, e ele se caracteriza por algo muito simples: é uma exportação de produto com preço inferior ao preço praticado no mercado interno, que é o que a gente está experimentando não só nesse setor, mas em vários outros setores da cadeia produtiva brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é fato aqui – e é importante colocar de maneira muito técnica esse negócio –, primeiro, é que o *dumping* é uma prática desleal – primeira coisa, não é? – e condenável, constatado esse dano hoje pela indústria doméstica. Em resumo, é uma prática discriminatória de preço que fere as normas da OMC. Então, tudo que a gente fez aqui, todo esse trabalho segue *ipsis litteris* o regramento da OMC. Não há nada que a gente não tenha feito aqui que não siga esse regramento da OMC. E, para deixar mais claro ainda, fazendo uma analogia, o *antidumping* é o VAR do futebol. Então, não tem política aqui; aqui tem fatos, dados, técnica.

O *antidumping* no mundo. Para vocês terem uma ideia rápida do que está acontecendo hoje, de acordo com os dados da OMC, a gente tem praticamente 2,3 mil processos no mundo. O Brasil é alvo de 41 medidas *antidumping* e aplica 131 medidas contra produtos vindo de outros países.

Então, ali, no gráfico à direita, vocês podem ter uma ideia do número total de medidas *antidumping* no mundo e quais delas estão sendo colocadas contra a China. Quer dizer, nós não somos aqui nada diferentes nem muito diferentes do que está acontecendo no mundo. E os próprios chineses já aplicaram medidas *antidumping* com carne de frango brasileira, que duraram até pouco tempo, duraram até fevereiro.

Então, é algo técnico, é algo que não tem política, regramento da OMC, fatos e dados, e dados estão aqui. Quanto ao *antidumping* no mundo, colocando basicamente todas essas medidas que eu falei, que são 2.277 no mundo, a China é responsável por 107 delas. Ali, à direita, vocês podem perceber também os *top ten* países que têm mais medidas *antidumping* em vigor – ali Estados Unidos, Índia, Brasil, etc.

E outra coisa importante: fica muito evidente que grandes economias se utilizam das medidas *antidumping* para proteger suas indústrias e mercados nacionais de práticas desleais, que é outro ponto importantíssimo aqui. Aqui, nós estamos falando de proteger a indústria nacional, como está colocado aqui, e o que a gente está colocando aqui não é nem questão de proteção; nós estamos falando de uma questão de isonomia competitiva, porque é uma prática desleal. É isso, não é questão de protecionismo; a palavra é utilizada de maneira inadequada, porque o que a gente busca aqui é nada mais do que uma isonomia competitiva.

O *antidumping* na China. A China tem se tornado cada vez mais ativa nessas aplicações *antidumping,* nos últimos anos, e utiliza-as como uma ferramenta comercial e também, às vezes, como instrumento de retaliação política – no caso da China. Não é o caso do Brasil – totalmente diferente –, que eu vou comentar daqui a pouco.

Ela praticou isto daqui em produtos químicos, agora, em fevereiro de 2024; estendeu, por mais cinco anos, contra o cloro e a nitroanilina; na parte de energia solar, renovou o *antidumping* sobre o polissilício de grau importado, que é utilizado nas células fotoelétricas. Devido à superprodução de aço chinesa, vários países no mundo inteiro impuseram medidas *antidumping* contra a China, sem exceção praticamente, e, em resposta, a China também iniciou investigações *antidumping* sobre produtos siderúrgicos de outros países. Então, não é nada que a China também não esteja fazendo.

E hoje, sendo muito claro, no setor de aço, não existe exportação brasileira – é praticamente impossível. Você tem cotas, nos Estados Unidos, que se limitam a 10 mil toneladas de folha metálica ao ano. Você tem a América Latina completamente fechada e inundada por produtos chineses. Europa: *antidumping, countervailing duties* e sanções máximas. Então, simplesmente hoje a posição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportar não existe. Hoje nós somos o pinico do mundo, e o Brasil está sendo praticamente inundado por produtos chineses de todo lado.

Falando especificamente das importações de folhas metálicas chinesas, esse é o gráfico também, mais uma vez reforçando o caráter técnico, claro, *antidumping*, regramento, elaboração do próprio MDIC, e, como bem comentou a Dra. Rafaela, a gente teve um surto, uma importação do período que foi analisado, de aumento de 285%. Quanto às demais origens, caiu 41%. Vale salientar também, que eu já ouvi um comentário de que é de 75% no mercado interno; isso já não existe. Hoje, na verdade, esse número está com 58% a 42%, ou de 60% a 40%, porque isso aí só aumentou o nível de importação chinesa.

Alguns detalhes também sobre...

É importante mencionar que, durante o período de investigação, que foi de julho de 2018 a junho de 2023, foram importadas folhas metálicas de 35 origens distintas. Então, não há limitação para comprar, não há limitação para importar, não há nenhum tipo de barreira que permita às empresas do Brasil importarem.

E outra coisa importante também nesse período que a gente analisou: o maior importador nem foi a China, foi o Japão.

O volume total está ali, 530 mil, volume total de importações; e as importações originárias da China representaram, nesse período, 28% desse total; e a maior importação foi do Japão nesse período, foi de 32,4%.

E aí, falando especificamente dos três quesitos que regem o mecanismo de *antidumping*, você tem a questão da margem de *dumping*, e ali o art. 8º do Decreto 8.058, 2013, regulamenta todos os procedimentos.

Esse é um regramento que está na OMC, que o Brasil segue, o Decom segue exatamente o que está acontecendo aí. A gente corroborou aí com os dados, obviamente, passados para o Mdic e para todos os demais ministérios, e houve, na verdade, nesse caso aqui de margem de *dumping*, claramente colocado no Decreto 8.058, 2013...

O país que a gente estava analisando era uma economia de mercado – hoje a China não é economia de mercado –, e, hoje, o que é que a gente constatou? No preço de venda de produtos similares de um país substituto existe; no valor construído do produto similar em um país substituto; e no preço de exportação do produto similar de um país substituto para outros países, exceto o Brasil.

Então, nesse quesito aqui, não há muito o que a gente discutir.

E, quando começou a investigação também, os importadores e exportadores que estão aqui questionaram o Decom na questão dos países, e nós acatamos *ipsis litteris* o que foi sugerido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – Inicialmente, a Alemanha foi escolhida, e, por sugestão dos importadores e exportadores, colocamos o Japão, como foi pedido. E aí foi analisado México para o Japão.

No cálculo da margem, a gente chegou claramente a este cálculo também – fatos, dados, métricas –: entre 21,7% e 36%. Não é 35%, como foi falado; 35% são apenas de um item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provoca dano para a indústria doméstica brasileira. Isso está comprovado também, claramente, após a verificação *in loco*.

O que é a verificação *in loco*? Nós tivemos, durante uma semana, quatro técnicos do Governo na CSN e tivemos quatro técnicos do Governo na China. Isto foi feito: verificação *in loco*.

A indústria doméstica apresentou queda nas vendas de folha metálica no mercado interno, ao longo do período P1 a P5, uma conclusão clara ali.

A participação no mercado doméstico da indústria doméstica sofreu redução, na medida que as importações chinesas a preço de *dumping* aumentaram – e continuam aumentando. Hoje já estamos em nível de 40%.

A produção nacional de folhas diminuiu, ao mesmo tempo em que houve aumento dos estoques.

Então, falar de desabastecimento, de falta...

Esse negócio da decapagem é uma bobagem – uma bobagem. A gente tem três linhas de decapagem. Não existe isso daí. Isso é mentiroso. Não existe isso daí.

Não há problema de abastecimento no mercado, e acho até indelicado colocar um episódio desse numa audiência como esta.

Houve uma redução na receita líquida e nos preços médios ponderados praticados pela indústria doméstica, os resultados financeiros comprovados, tudo aqui.

Ainda falando de alguns outros dados, existência de subcotação em todos os períodos da investigação, claramente também colocado aqui.

Em relação às demais origens não investigadas, houve sobrecotação no mesmo período. Está claro em todo o processo, que é um processo muito bem coordenado ali pelo Decom e pelo MDIC, por toda a equipe.

E, aí, existência de depressão de preços entre P2 e P3, P4 e P5, e também supressão de preços de P1 a P5, quando os preços domésticos foram impedidos de aumentar proporcionalmente ao aumento dos custos.

Então, tem um período inclusive em que o custo subiu 8%, e nós demos desconto de 8%.

Aliás, nesse período aqui, até hoje a gente tem dado muito mais desconto do que aumento de preço. Não tem ninguém aqui com nota fiscal maior de aumento de preço.

E nexo causal, também claríssimo, que é o outro ponto, que nos termos da lei também é o terceiro pilar. O Decom concluiu claramente que as importações a preços inferiores ao valor normal coincidiram com os períodos de deterioração dos índices econômicos da indústria doméstica. Acabou. Está comprovado.

O aumento de volumes de importações chinesas também ocorreu em detrimento da produção e das vendas nacionais. Hoje, a gente tem 1 milhão de toneladas de capacidade. Estamos produzindo aqui no Brasil 200 mil. Não tenho para quem exportar... E aí, como é que faz? Fecha a indústria? Exporta para onde não pode, porque não existe.

Então, na verdade, o que a gente está colocando aqui claramente, com fatos e dados, é que essa investigação concluiu, na parte do direito provisório, também conforme o art. 66... Ela foi iniciada de acordo com as exposições constantes da Seção III do Capítulo V. Toda a parte de investigação está completamente transparente, está tudo no processo. Houve uma determinação preliminar positiva de *dumping*, de dano à indústria e de nexo causal. É unânime nisso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vale salientar também que, na própria Secex... O que é a Secex? Na verdade, nós estamos falando praticamente, lá, de dez entidades diferentes que estão olhando o produto. Nós estamos falando praticamente de sete ministérios em que a gente participou de reuniões *one-to-one* com todos – com MDIC, Casa Civil, Fazenda, Relações Exteriores, Agricultura, Minas e Energia, Defesa e Planejamento – e, em todas elas, a gente teve a oportunidade de ponderar e colocar tudo isso.

E lá na China também a gente foi investigar todas essas usinas que estão aí, e vocês depois vão poder ter um pouquinho mais de dados aí – se já não têm – das exportadoras, o que é que foi computado e o que é que está efetivamente colocado.

Outras investigações, a título de curiosidade, o que foi colocado... Está todo mundo se colocando em posições contra a China, seja a União Europeia, sejam os Estados Unidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – ... porque é simplesmente impossível competir.

Voltando aqui, em resumo, o Decom tem adotado todas as melhores práticas...

A indústria siderúrgica brasileira tem sofrido dano por causa de *dumping*. Isso aqui é inquestionável, não só na folha metálica, mas em todos os outros setores.

E o que eu gostaria de enfatizar, nos meus últimos 40 segundos, é que o Governo está trabalhando exaustivamente na reindustrialização do país, com o programa Nova Indústria Brasil, com o PAC... Isso aqui é notório.

Eu queria agradecer ao MDIC, que tem sido um parceiro fundamental nisso tudo, na pessoa do Senador Alckmin, do Presidente Alckmin, do Prefeito Alckmin – que é meu amigo pessoal, de Pindamonhangaba –, da Marcela, da Rafaela e da Tatiane.

E o Decom é uma das autoridades mundiais investigadoras mais respeitadas no mundo. E, para quem não sabe aqui, nesse fórum o Brasil nunca perdeu um caso de defesa comercial na OMC.

Então, apesar de toda a falta de funcionários no Mdic, os poucos funcionários que existem lá estão fazendo um trabalho maravilhoso: técnico, político, no VAR; técnico com o VAR, sem nenhum viés político.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Luiz Fernando, obrigado pela sua apresentação.

Peguei uma definição. Tem muitas pessoas nos assistindo, pessoas que vão assistir depois e que talvez não estejam acostumadas ou habituadas à palavra *dumping*. Peguei aqui uma definição para as pessoas compreenderem melhor o que está acontecendo, o que se está debatendo nessa mesa aqui.

Dumping é uma prática comercial em que uma empresa ou um país exporta produtos a um preço inferior ao praticado no mercado interno ou abaixo do custo de produção. O objetivo pode ser eliminar a concorrência no mercado estrangeiro, ganhar participação de mercado rapidamente ou criar dependência em relação a esses tipos de produtos.

Então, nós vimos aqui a Sra. Thais apresentando alguns argumentos, o Dr. Luis Fernando também apresentando seus contra-argumentos.

O ideal, pessoal... O que é que se desenha como um mundo ideal no comércio? Que eu, que sou brasileiro, compre produtos de uma empresa brasileira e que esteja dentro dos meus custos, que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha o meu lucro, que a empresa que me vende tenha seu lucro. Mas acontece que o mundo hoje é globalizado, e hoje nós sabemos que a China, dados os custos de produção dela, que são muito inferiores ao do Brasil e de outros países do mundo... Não é à toa que o Estados Unidos se desindustrializou, o Brasil se desindustrializou, a Europa a mesma coisa e tantos outros países. Isso se deu porque, lá atrás, talvez 20, 30 anos, a China veio com uma proposta de ser a fábrica do mundo.

Então, eles se propuseram ser a fábrica do mundo, começaram a oferecer produtos, na verdade, mão de obra muito mais barata. Por quê?

Vamos comparar rapidamente e já passo a palavra aqui para o Dr. Italo.

No Brasil, hoje, se você é funcionário, colaborador de uma empresa, você tem décimo terceiro, você tem férias, você tem vale-transporte, você almoça na sua empresa muitas vezes, tem vale-alimentação, muitas vezes tem plano de saúde, tem uma série de benefícios que o Brasil tem... E aqui eu não estou discutindo se eu sou a favor ou contra; nós estamos fazendo uma constatação sobre como é a forma de trabalho de um colaborador brasileiro para uma empresa brasileira.

Quando você compara esse mesmo custo, isso traz custo para as empresas, que naturalmente não são as empresas que pagam. Isso vai tudo embutido no custo do produto que você vê, depois, na gôndola do mercado ou no posto de gasolina, onde você compra; no que você compra vai estar embutido ali, mas tudo bem.

Então, o custo de um funcionário brasileiro é um. Quando isso é comparado... Já tem várias reportagens. Podem procurar aí no Google, no YouTube. Tem matérias que apresentam como é remunerado, como é a remuneração, quais são as garantias que um colaborador chinês tem.

São incomparáveis os custos de um funcionário, por exemplo, brasileiro, que tem muitas garantias, com os de um funcionário chinês, que, muitas vezes – vou dar uma exagerada aqui. Já melhorou –, segundo nós tínhamos notícias, tinha praticamente um trabalho escravo ou trabalhava por um prato de comida.

Por isso que, durante muitos anos, o mundo inteiro, que foi ganancioso – por exemplo, empresas de tênis, de roupas desportivas –, começou a produzir tudo na China, dizendo o seguinte: "Se eu produzo aqui no Brasil, custa R$10; se eu produzo na China, é R$1, com mais R$1 de transporte, vou botar R$8 de lucro aqui".

Então, esse foi um pensamento muitas vezes ganancioso, do mundo inteiro, sem saber as condições de trabalho, por exemplo, do trabalhador chinês – e tem outros países, não é só China não. Estou dando aqui um exemplo.

Assim, começamos a depender, muitas vezes, somente da China. Somos hoje – nós e muitos países do mundo – muito dependentes da China e estamos em sérias ameaças. Se hoje a China disser, sei lá, que não vende mais x produto para o Brasil, nós realmente, aqui no mercado interno, vamos ter problema, porque o mercado brasileiro se desindustrializou. Essas foram aqui as palavras que o Dr. Luiz nos trouxe.

Mas tem o contraponto. Tem o contraponto: o mundo é globalizado.

Por que é que o Brasil, hoje, é um grande produtor no agronegócio? Porque nós somos muito eficazes na produção; nós fazemos duas ou, às vezes, três colheitas por ano; nós temos as melhores técnicas de plantio direto; nós conseguimos economizar; nós conseguimos automatizar a produção; nós temos grandes propriedades; nós temos um clima tropical que ajuda; nós temos uma irrigação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito eficiente; nós temos agricultores – e pode ser o grande agricultor ou o pequeno, o agricultor familiar – muito eficientes no que fazem.

Por que, hoje, a maior vocação brasileira é o agronegócio? Porque nós somos muito bons quando se trata de agronegócio, e, assim, cada um se especializou.

No final das contas, pessoal, toda essa discussão é pelo seguinte: quem compra a lata, quem compra o material para produzir as latas dos alimentos, do querosene, da tinta, quem compra para a sua indústria quer comprar mais barato. Nós temos uma indústria no Brasil que produz e que fez uma denúncia dentro do Mdic, que é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, dizendo o seguinte: "Ó, eles estão vendendo, aqui no Brasil, mais barato do que eles vendem na China ou para outro país".

Eles querem quebrar a indústria nacional, para, mais uma vez, em vez de nós termos uma indústria aqui no Brasil, nós termos a necessidade de comprar deles lá fora.

Não estou fazendo papel de juiz. Nós estamos aqui numa discussão. Se você pegou essa discussão agora, no meio do caminho, volta a fita aí, volta o YouTube, e você vai ver as palavras aqui de todos que explanaram, e nós estamos debatendo com argumentos contra e a favor.

Aqui não é o Judiciário; aqui é uma Casa Legislativa, trazendo boas informações e o debate público para que você de casa, que, no final das contas, é quem paga essa conta, possa também tirar suas conclusões e entender o tipo de problema comercial que nós temos no Brasil, sejam empresas, sejam indústrias.

Sr. Italo Renda Filho, Presidente das Indústrias Reunidas Renda, obrigado pela presença do senhor, pela participação.

O senhor tem dez minutos, com mais cinco minutos de tolerância, para a sua explanação.

A palavra é sua.

O SR. ITALO RENDA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador e pessoal presente aqui também, à mesa.

Gostaria de falar algumas... Eu não coloquei e não tenho nada montado, mas gostaria de falar em nome da indústria de embalagens, de uma forma bem objetiva e bem clara.

No Decom, até pelo que nosso amigo Luis Fernando falou, não tenho dúvida alguma de que o trabalho é excelente e de plena confiança, pelo que vem sendo feito.

Diante do que a gente está conversando, que é: "Vamos separar a siderúrgica brasileira do problema do monopólio da folha de flandres", são dois itens totalmente diferentes, que, infelizmente, estão se colocando no mesmo cesto. É um problema, pois, na realidade, não se podem colocar, porque nós somos a favor de a Siderúrgica Nacional ser blindada, em função do que acontece no mundo – isso, sem dúvida alguma.

Porém, a indústria, que é um monopólio brasileiro que afeta mais de 200 mil empregos e por ter condições diferenciadas do mercado internacional, deixa a gente muito preocupado, porque a China não é o único o país fornecedor de folhas metálicas para o Brasil.

Eu, os nossos da Abeaço e outros que não estão importamos do Japão, importamos da Alemanha, importamos da Índia, e na Alemanha eu pago até mais barato do que, às vezes, na China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha média é uma média muito equilibrada, em função da logística que se deve ter, da distância que a Europa e a China têm em relação ao Brasil e também em relação a alguns produtos que hoje a gente procura ter e, às vezes, não consegue ter no mercado nacional.

O setor total tem mais ou menos 200 mil empregos diretos e indiretos, distribuídos em todo o país, e preocupa, principalmente, porque são municípios de pequena população, e isso representa bastante para o setor.

É importante colocar também que o Decom, em relação ao que foi colocado aqui pela CSN, avalia só o dano entre a CSN e a China; ele não está avaliando o dano da indústria realmente nacional, que são trinta contra uma, que é um monopólio, de que a gente está falando aqui, e não existe outro fabricante. Já no passado, há mais de 20 anos, a Usiminas tentou, mas não conseguiu, por problemas técnicos ou alguma outra coisa.

Nesse sentido, o Decom deveria posteriormente, em relação a esse tipo de avaliação, verificar que todos os importadores hoje não só trazem o aço da China, mas trazem o aço, conforme já está no relatório, de outros países.

Eu acho que um item também importante é que eu visitei algumas, tanto na China como na Alemanha, e a produtividade, como já foi falado aqui pelo Senador, das indústrias lá fora é bem maior do que a produtividade, infelizmente, da indústria...

Por que nós queremos penalizar a CSN? Não queremos penalizar ninguém, mas nós não podemos trabalhar para não ter resultado. O setor todo passa por um momento difícil – de dificuldade – em que, se não tiver um produto mais barato, a gente fica numa situação muito complicada, principalmente porque a gente trabalha com indústrias de grande porte, como Coral, Suvinil. São grandes empresas que procuram sempre, também, junto ao Governo Federal, tratar de uma forma bem objetiva a questão do preço do custo para Minha Casa, Minha Vida, para cesta básica, o que justamente afeta realmente...

O setor mesmo de sardinha, que é um produto de Classe C e D, é fundamental para que a população de baixa renda não fique numa situação pior, principalmente porque hoje a gente está com o problema das *bets,* em relação à questão de jogos. Juntando com esse custo, com essa dificuldade que nós vamos ter que colocar no nosso produto, haverá um impacto muito grande na sociedade brasileira, uma sociedade que já está passando por um momento de dificuldade em função da inflação – direta, agora, em função desse problema dos jogos, que dificulta mais a questão da pessoa de ou joga ou come, separa uma parte para se alimentar.

É importante porque a gente não está... Eu volto a falar: nós não estamos aqui pedindo para que a indústria siderúrgica brasileira seja penalizada; ao contrário, o Decom, pelo próprio trabalho que faz para defender CSN, Gerdau, Usiminas e outras... Nós estamos aqui até juntos para poder isso ser uma coisa importante. Agora, diante de um produto monopólico, que só eles produzem, nós não podemos estar juntos num momento de dificuldade. É a mesma coisa de quando a gente joga, em que cada um tem o seu time, mas, na hora de torcer pela Seleção, todo mundo está junto para torcer. Então, nesse momento, a gente infelizmente não está no mesmo campo, porque é muito danoso.

A gente não consegue tecnologicamente investir o bastante para que a gente melhore, em função de uma série de dificuldades que eu também não quero mencionar, mas tem grandes clientes que usam aço e que compram 100% lá de fora – e compram por algum motivo. Eu não vou entrar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em detalhes, porque, por mais que isso ocorra, são empresas de grande porte que têm um consumo extremamente importante na cadeia de alimento do setor.

Eu gostaria de agradecer a todos, a paciência do meu amigo aqui também, o Martinez, e à Dra. Rafaela. Mas não podemos esquecer: são 30 empresas contra uma unidade dentro da Siderúrgica Nacional, que é uma grande empresa nacional, feita na época dos anos 1960 por Getúlio Vargas, e que foi importante para o crescimento que o país teve naquela época. Infelizmente, hoje a gente não consegue mais ter o mesmo alinhamento.

Se Deus quiser, a gente conseguirá, de acordo com os investimentos, a parceria que possivelmente pode acontecer no futuro, mas que, no momento, infelizmente não acontece.

Muito obrigado ao Senador e a todos que estão me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Italo.

Nós tivemos aqui um orador inscrito de última hora, mas é sempre importante para enriquecer o debate, até porque ele é nosso Doutor e Professor de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Sr. Yi Shin Tang, que está aqui para fazer as suas contribuições como o último orador desta audiência.

Professor, a palavra é do senhor. Eu só não vou convidá-lo para cá, senão vai ficar apertado, mas o senhor tem...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Ele é professor ou advogado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele é professor.

O SR. YI SHIN TANG – E advogado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, e advogado também. Aqui só me escreveram...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Professor e advogado. Tem que colocar ali.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k.

Professor, a palavra está com o senhor, por dez minutos, podendo-se exceder por mais cinco.

Obrigado pela sua participação, pela sua presença.

A palavra é sua.

O SR. YI SHIN TANG (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu prometo não tomar os dez minutos que me foram alocados. Para fins de transparência, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, os membros da Comissão, na figura do Presidente Alan Rick, e também do Coordenador, Senador Jorge Seif.

Em particular, eu gostaria de cumprimentar a presença da Rafaela Noman, que tem feito um excelente trabalho junto ao Decom, motivo pelo qual nós estamos discutindo parte dessa questão no dia de hoje.

Para fins de transparência, eu gostaria de me apresentar. Meu nome é Yi Shin Tang, eu sou Professor de Relações Internacionais na Universidade de São Paulo, mas também sou advogado e representante legal da Abeaço na investigação *antidumping* que está ocorrendo neste momento.

As contribuições que eu gostaria de trazer em relação às manifestações dos presentes são bastante diretas. Como bem colocado no requerimento da sessão de hoje, o objetivo é discutir o impacto das medidas *antidumping* sobre as importações chinesas de folhas metálicas sobre a economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional; ou seja, não é nosso objetivo, não é o objetivo da Abeaço ou dos presentes, tratar dos méritos da investigação *antidumping* em si, que tem sido conduzida dentro do seu próprio rito, de uma forma excelente, como bem colocado pelo Dr. Fernando Martinez, de uma forma que não tem nenhuma crítica a ser feita. O Decom é conhecido por ser um dos órgãos mais técnicos e de maior excelência entre os diferentes entes da esfera federal. Inclusive, é um órgão reconhecido internacionalmente.

Portanto, o que nós temos aqui a trazer nesta audiência é justamente quais são os possíveis impactos da aplicação dessa medida *antidumping* sobre os diferentes interesses dentro da economia nacional e o bem-estar do consumidor brasileiro, em particular. E todos esses são temas que não foram ignorados pelo Decom. Não estão sendo ignorados pelo Decom, simplesmente não é competência do Decom analisar neste momento.

Eu faço referência, inclusive, que, por ocasião da determinação preliminar que recomendou a aplicação do direito provisório, o parecer do Decom disse expressamente: "[...] em que pese relevância dos impactos de eventual medida *antidumping* em empresas [...] [em] segmentos específicos ou, ainda, na economia nacional como um todo, a discussão a respeito deve ser suscitada em foro apropriado para tanto [...]". Ou seja, está aqui muito claro – e estamos plenamente de acordo – que os impactos dessas medidas não foram avaliados ou levados em consideração como justificativa para a recomendação da aplicação desse direito provisório.

E aqui eu gostaria de fazer referência também a um outro dispositivo legal, que é o próprio decreto *antidumping* vigente. No seu art. 3º, o decreto diz o seguinte:

> Em circunstâncias excepcionais, o Conselho de Ministros [no caso, a Camex] poderá, em razão de interesse público:
> [...]
> II - não aplicar direitos *antidumping* provisórios; [...]

Ou seja, considerando a própria posição do Decom no seu parecer e considerando o dispositivo no art. 3º, há, sim, a possibilidade e o dever de o Conselho de Ministros de Comércio Exterior, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) fazer uma avaliação de interesse público para avaliar se excepcionalmente haverá um impacto da aplicação dessa medida *antidumping* sobre os diferentes aspectos da economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Prof. Tang, só um minutinho.

Senhores, deixe-me lhes explicar algo. Nós tínhamos um orador chamado Marcelo Jorcovix, da empresa Zempack Embalagens Metálicas, que justificou sua ausência. Então, eu tinha já cinco oradores inscritos e um deles se ausentou.

Foi-nos trazido aqui – inclusive, não sei se foi a Senadora que nos pediu a inscrição –, teve uma Senadora que nos mandou uma mensagem pedindo para incluir mais um orador. Como eu tinha esse espaço aqui, eu precisaria ficar mais 15 minutos aqui, então nós incluímos o professor como forma de substituição do Sr. Marcelo Jorcovix, que não pôde comparecer.

No entanto, faltam seis minutos para as 15h e, em seguida, nós temos outras audiências. Então, eu lamento... Mas vocês poderiam ter incluído outras pessoas antes, não tinha problema nenhum. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui com cinco oradores inscritos, pois um se ausentou, mas eu o substituí pelo Professor e Advogado Shin Tang. E eu peço a compreensão dos senhores para, de preferência, não ficarem se movimentando, passando em frente à câmara, falando alto. E podemos, sim, fazer uma próxima sessão, um outro debate, quantos vocês quiserem. Vocês estão na Casa de vocês, na Casa do povo. No entanto, infelizmente, devido a outros compromissos, a própria Comissão será ocupada para outras reuniões, hoje nós não poderemos.

Então, agradeço aos senhores.

Prof. Tang, peço perdão pela interrupção, mas era para deixar as coisas claras aqui. Obrigado.

O SR. YI SHIN TANG – Muito obrigado, Senador.

Bom, como eu vinha falando, o objetivo então da discussão de hoje é avaliar justamente, abrir um debate sobre os impactos dessa medida *antidumping*, se aplicada, sobre toda a economia nacional e que foram temas que não foram endereçados pelo Decom ou por qualquer das partes interessadas na investigação presente.

Sobre esse ponto específico, eu gostaria de trazer alguns pontos que justamente devem ser tratados, inclusive com uma possibilidade de consideração do Conselho de Ministros da Câmara Exterior, a Camex, em uma possível, inclusive, reavaliação desse direito provisório, porque, ao ter deferido a recomendação do Decom pela aplicação desse direito provisório, não foram consideradas essas questões de interesse público.

E quais são as questões de interesse público que me parecem mais relevantes a gente ter atenção aqui? Como bem mencionado pelos diversos palestrantes aqui, a posição monopolista da CSN é um dos fatores, que inclusive está no decreto de interesse público. Então, a própria Rafaela mencionou. O art. 3º, inclusive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. YI SHIN TANG – O art. 3º, inclusive, menciona que a Camex tem a prerrogativa de não aplicar direito provisório por interesse público. Então, me parece que é uma questão jurídica superada.

Segunda questão importante, que não está sendo trazida na investigação *antidumping*, mas que tem que ser trazida nessas questões de interesse público: a questão da não conformidade das folhas metálicas para as cadeias dependentes desse produto no Brasil. Como já trouxemos em algumas ocasiões nessa investigação, algumas das empresas que importam folhas metálicas não importam folhas metálicas da China apenas por uma questão de preço ou predominantemente por uma questão de preço; é por uma questão de conformidade. Inclusive, o produto da CSN não está homologado por diferentes importadores no Brasil – ele não está homologado. Se ele não está homologado, é porque ele está ainda talvez em processo de homologação, mas não se consegue consumir o produto da CSN, porque não há uma questão de conformidade. Ou seja, se a gente pensa numa questão de interesse público, se houver a aplicação de uma sobretaxa *antidumping* e essa empresa continua precisando do produto importado, ela não vai consumir mais produto nacional, porque o produto nacional não tem conformidade. Ela vai continuar recorrendo ao produto importado, porém ele vai estar mais caro, o que vai continuar gerando um problema – de quê? – de impacto na cadeia produtiva como um todo, porque o produto fica mais caro, e ele tem um impacto na gôndola, no preço final ao consumidor. Ou seja, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ser repassado ao consumidor, e ele, ao desembolsar, não vai ter uma compensação ao consumidor por esse aumento de custo.

Alguns outros dados importantes aqui para aproveitar melhor o meu tempo: quando a Thais mencionou que produtos alimentícios enlatados são principalmente consumidos por famílias de baixa e média renda, só para a gente ter uma estimativa da própria Abia, considerando as famílias com até cinco salários mínimos, 70% do consumo dessas famílias é de alimento enlatado. Ou seja, pense no consumidor – ou no pai ou na mãe de família – que consome ervilha enlatada, milho enlatado e atum enlatado. Se todos esses produtos ficam simultaneamente 5% mais caros, que é a estimativa da Abia por ocasião da aplicação dessa medida *antidumping*, significa que o consumidor vai ter que passar a fazer uma escolha: ou eu consumo ervilha e milho, ou eu consumo milho e atum, ou eu consumo atum e molho de tomate. Alguma coisa vai sair da cesta básica desse consumidor.

Então, o impacto aqui é muito claro.

E, infelizmente, por uma questão até de não ser competência do próprio Decom, ela não foi analisada. Não foi uma questão analisada ao deferir a aplicação do direito provisório.

De novo – reforço: embora ele tenha sido aplicado, esse direito provisório, os impactos já estão sendo sentidos, provavelmente, como bem exposto por alguns dos presentes aqui; e, por esses impactos serem sentidos – talvez uma sugestão aqui a esta Casa –, que se reavalie a pertinência desse direito provisório, que tem a sua legitimidade de proteger uma indústria doméstica, mas, ao se pensar no interesse público como um todo, o interesse público também considera as outras empresas que também são parte da economia nacional...

E devemos lembrar que estamos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esses produtos enlatados afetam principalmente uma cadeia produtiva chamada setor agropecuário: o produtor da ervilha, o produtor do milho, o produtor da carne, que terão seus custos produtivos severamente aumentados.

E, ao haver um choque de demanda – porque o consumidor não consegue comprar todos esses produtos –, você também tem uma queda nas vendas dessa indústria, e essas indústrias, como um todo, sofrerão, terão um impacto importante.

De novo, reforço: não é uma crítica ao trabalho que tem sido feito pelo Decom, porque não é competência do Decom, mas são impactos que têm que ser considerados, ao se avaliar politicamente, junto à câmara de ministros, quando ele decidiu aplicar esse direito provisório; e, naturalmente, são impactos que têm que ser analisados por ocasião da avaliação de interesse público, em um momento posterior apropriado.

Com isso, eu encerro a minha exposição. Eram apenas esses comentários que eu gostaria de trazer.

Eu permaneço à disposição e agradeço novamente.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Eu queria pedir a palavra, Senador. Com licença.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Veja bem, veja bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou conceder um minuto ao senhor, impreterivelmente. Esta audiência foi solicitada por mim. Então, não há nenhum problema vocês fazerem novos debates aqui no Senado. Então...

Ninguém pediu aqui réplica. Mas, em respeito ao senhor vir – o senhor ficou indignado com algumas exposições...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – Indignado porque não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, tudo bem...

Na verdade, nós aqui...

Deixem-me explicar algo a vocês: nós não vamos tomar nenhuma medida legislativa, nada, sobre esta audiência. Isso aqui é para trazer um debate público, é um espaço que vocês, enquanto empresários, acima de tudo cidadãos, têm para a gente abrir o debate, conversar, talvez influenciar decisões, trazendo aqui a Rafaela, enfim...

Então, os Ministros que puderem ver esta audiência depois, eu tenho certeza de que verão, mas aqui não vai sair nenhuma medida legislativa. Então...

Claro, aqui cada um tem a sua verdade, cada um tem o seu ponto de vista, mas eu concedo para o senhor, e eu peço ao senhor respeito pelo tempo, Sr. Luis...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Martinez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... Sr. Luis Martinez, um minuto para a sua consideração final.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (Para expor.) – O.k., um minuto só.

Na questão da qualidade, o problema é que nós somos muito transparentes. Eu sou cartesiano porque eu sou engenheiro, não sou advogado.

A CSN já exportou para mais de 200 mil toneladas por ano para outros países. Estou homologado na Silga, na Crao, na BOL, na Campac, e exporto toda a minha cota para os Estados Unidos.

Algumas empresas que estão sentadas aqui, dentre elas a empresa que o doutor representa, inclusive têm material parado lá para homologar que está há mais de um ano parado e que, por razões estratégicas, não querem aprovar. Está escrito aqui.

Outra coisa importante: nós não somos um monopólio; nós somos o único produtor brasileiro. É uma indústria que foi criada pelo Governo. A gente mantém a competitividade no Brasil, os preços caíram..

Hoje, a importação da China foi para 40%, tem capacidade ociosa, não tem restrição de investimento, e vocês podem importar, como o meu amigo aqui colocou, por mais de 36 países diferentes.

E tem, além de tudo, materiais concorrentes.

Não é protecionismo, é isonomia competitiva: fatos, dados técnicos, sem política. Fatos, dados, analise e conclua.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senhores, quero agradecer a todos.

Tenho algumas perguntas aqui dos internautas que entraram em contato conosco e vou distribuir essas perguntas aqui.

Eu vou perguntar para a Sra. Rafaela, se quiser me responder... Na verdade, responder ao nosso internauta, que está acompanhando lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nome dele é Vitor e é de São Paulo.

O Vítor pergunta: "Como as medidas *antidumping* afetarão a relação comercial entre Brasil e China?".

A senhora tem um minuto para responder, por gentileza.

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN (Para expor.) – Agradeço, Senador.

Agradeço à pergunta do internauta que acompanha a nossa audiência e as discussões tão relevantes.

Na verdade, a prática de *dumping* é uma prática empresarial; ela não está relacionada ao governo dos países. Então, na verdade, é muito comum a aplicação das medidas *antidumping* entre os países, isso é realmente para contrarrestar práticas específicas das empresas.

Não acho, de forma alguma, que a aplicação dessas medidas afeta a relação Brasil-China. Não há nenhum melindre do lado de lá, nem do lado de cá, enfim... São questões comerciais tratadas muito tecnicamente, como a gente mencionou aqui.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Rafaela.

Nós temos a pergunta agora do Fredjoger, do Rio de Janeiro.

Ele pergunta o seguinte: "Como [...] [medidas como esta, no caso, essa medida de *antidumping*] irão favorecer o aumento da produtividade da economia brasileira e o processo de reindustrialização do Brasil?".

Também passo para a senhora, Dra. Rafaela, como membro do Governo.

Ele está dizendo o seguinte: essas medidas vão favorecer o aumento da produtividade na economia do Brasil, visto que eu não posso comprar de um país, preciso comprar no Brasil. Isso ajuda de alguma forma?

Isso é a visão do internauta, tá? Quer saber se isso ajuda no processo de reindustrialização do Brasil.

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN (Para expor.) – Na verdade, quando a gente aplica uma medida *antidumping*, você está contrarrestando uma prática desleal e fornecendo às empresas produtoras brasileiras igualdade de competitividade ou trazendo um ambiente competitivo leal, e você favorece a possibilidade, claro, de que elas passem a atuar de forma mais justa, e aí, sim, o que se espera é que haja um crescimento da indústria com novos investimentos, enfim...

Normalmente, é o que a gente vê como resultado das medidas *antidumping* aplicadas no setor que está sendo, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desonesto.

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Não, no setor que, na verdade, se beneficia da aplicação da medida, não é?

Na verdade, isso implica que haja condições melhores para a efetivação desses investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para regular o mercado, na verdade.

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN (*Fora do microfone.*) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Bernardo, do Rio Grande do Sul, pergunta o seguinte: "Já existe algum plano que vise a fomentar a fabricação desses produtos no mercado interno brasileiro, tornando-os mais competitivos?".

Na verdade, Bernardo, já temos aqui uma indústria, inclusive representada aqui pelo Sr. Luis Fernando Martinez, e nós só estamos discutindo aqui questões de preço, de importação, interesses, enfim, dependência, tanto exterior quanto interna. Então, já existe a indústria nacional que produz esse material para a fabricação dessas embalagens de lata, de aço carbono.

O Ivson, do Rio de Janeiro, pergunta: "O mercado nacional precisa ser competitivo ou seremos eternos fornecedores de minério. As políticas de preço do minério serão reavaliadas?".

Também vou responder.

Ivson, o minério de ferro é uma *commodity*, não somos nós que definimos as políticas de preço. Na verdade, eu posso até definir: "Olha, eu tenho esse cafezinho aqui, eu vou vender por R$1 mil reais a xícara". Será que alguém vai comprar se eu determinar o valor da minha xícara de café e se a xícara aqui do meu amigo Italo for R$2, por exemplo?

Então, as política de preço do minério, como se trata de uma *commodity*, é regulada pela produção e exportação mundial. Então, não há como, especialmente nas *commodities*, que são grãos, minério, entre outras coisas, dizer simplesmente "eu quero vender". Lógico, eu gostaria de vender minha xícara de café por R$1 mil, mas será que vai alguém comprar?

Então, se nós reavaliarmos as políticas sem respeitar esse mercado que se regula diariamente, nós vamos ficar encalhados com o nosso minério de ferro por aqui.

No mais, pessoal, nós temos outras muitas perguntas, mas não temos tempo.

Mais uma vez, eu coloco à disposição aqui a nossa Comissão de Agricultura para outros debates diversos, pode ser nesse tema ou não, e eu só tenho uma pergunta, se o Professor puder me responder, Prof. Tang...

Hoje, a China não é o único fornecedor desse material para o Brasil. Além da CSN e da China, existem outros países, correto?

O SR. YI SHIN TANG (*Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu vi que o senhor... Até depois descobri que o senhor é advogado da Abeaço – nenhuma objeção quanto a isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tudo bem.

A minha pergunta para o senhor é a seguinte: uma vez que seja implantada essa medida *antidumping*, porque determinou-se, investigou-se e se concluiu que, realmente, lá o material era inadequado, as práticas econômicas inadequadas para o mercado brasileiro, realmente, com práticas de *dumping* comprovadas, etc. – isso acontece todo dia: nós temos noticiário em casa, a OMC recebe dezenas de denúncias por dia de vários países, inclusive países contra nós e nós contra outros países.

Hoje, a Abeaço não tem condição de trazer de outros países, como Japão, como Alemanha, como Turquia, que já são fornecedores também desses materiais para indústrias brasileiras?

O SR. YI SHIN TANG – Senador, antes, um esclarecimento importante: eu não sou chinês; meus pais são de Taiwan, tá? Então, apenas para a gente quebrar um pouco o gelo aqui. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. YI SHIN TANG – Enfim...

Mas, voltando ao nosso tema aqui, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Seria o primeiro chinês – não é? –, na verdade, aqui brigando com o mercado brasileiro. (*Risos.*)

O SR. YI SHIN TANG – Se o senhor quiser ouvir uma má notícia, eu sou corintiano. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vá lá.

O SR. YI SHIN TANG – Senador, então, em relação à sua pergunta, acho que não é fácil fazer um exercício de futurologia aqui, mas o que a gente pode estimar em termos de análise econômica do comportamento de um produto que é internacional, não é?

Se nós temos um grande fornecedor, que é a China, tendo uma sobretaxa, significa que um dos grandes *players* do mercado terá o seu preço com teto, o que significa que todo o mercado internacional pode, eventualmente, acompanhar esse teto. Ou seja: diferentes origens – por exemplo, Alemanha, Japão, que são grandes portadores – podem se alinhar a um preço de um formador chamado China. É o que pode acontecer.

E, ao mesmo tempo, no mercado nacional, nós temos uma indústria doméstica que é representada por apenas uma empresa.

E, se todos os exportadores estão alinhados a um preço internacional superprecificado, a tendência é que o preço nacional também se superprecifique.

Então, é uma possibilidade. Mas, de novo: são cenários de uma análise econômica que tem que ser feita com apuro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Na verdade, quanto mais *players* no mercado, mais o Brasil ganha, mais o consumidor ganha, mais aumenta a competitividade. Essa é a nossa visão.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (Para expor. *Fora do microfone.*) – Desde que seja leal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro, com certeza. Desde que as práticas sejam leais. Ninguém está falando em deslealdade aqui, não é?

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Não, mas nós estamos o tempo todo em um processo que não é leal, é desleal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bom, tudo bem.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Senador, desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Imagine... Está ótimo.

Foi muito bom o debate. Às vezes, é acalorado, mas é bom para dar uma emoção já na terça-feira.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Só um minuto, Senador. Posso falar um minuto, uma questão de ordem só? Vou pedir uma...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Na verdade, nós não estamos numa sessão plenária para pedir ao Plenário, mas eu lhe concedo um minuto, vai...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – Por favor, uma gentileza..

Só uma coisa importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe que eu sou engenheiro, não sou advogado – não é? –, e uma coisa que eu peço é que, primeiro, na próxima reunião, a gente seja avisado, porque a gente foi avisado na última hora.

É óbvio que aprovar requerimento e fazer audiência no mesmo processo não é algo muito comum. O Presidente da empresa recebeu essa notificação no dia 21, e pessoas foram intimadas muito antes do requerimento.

Então, a gente gostaria de participar.

O nosso compromisso é com a transparência. Eu tenho até medo de perguntar para o senhor quanto custa uma lata de sardinha, ou para o Sr. Yi Shin Tang, e falar que é praticamente irrelevante o que nós estamos falando aqui, do ponto de vista de preços, porque a CSN, ao longo desse período, só tem adequado a sua capacidade para competir com o mercado. Nós somos talhados a competir.

O nosso produto é homologado nos estados Unidos. Ele tem que ter essa cadeia toda conosco. Nós não podemos ficar fora dessa cadeia de valor. É impossível.

Então, aqui o trabalho deveria ser muito mais de construção do que desconstruir algo que é desleal – só isso que eu estou falando. E é algo técnico, como a Dra. Rafaela colocou muito claramente aqui. Tem uma questão técnica.

Uma lata de sardinha... Você sabe quanto custa uma lata de sardinha, Professor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – É. R$4,79.

Sabe a quanto vai o aço na lata? R$0,44.

Se eu aumentar 5%, ela vai de R$4,79 para R$4,81.

Então, como o senhor bem falou, isso aqui precisa ser discutido. Não é dessa maneira como vai acontecer isso.

E o que foi colocado contra a China é para poder colocar no mesmo patamar de competição. Não existe isonomia competitiva. É isso que vocês precisam entender!

Nós estamos sendo invadidos aqui por todo o tipo de produto e de competição desleal. É claro isso daí! Ou alguém tem alguma dúvida ao abrir o jornal e ver que nós somos o quintal do mundo? Viramos o pinico do mundo. É isso que nós viramos.

O nosso compromisso aqui é empregar, investir e dar segurança para quem está vindo para o Brasil. Perguntem se eu consegui trazer alguma indústria de fora para cá? Vocês são todos donos de empresas, *old fashion*, que só vem a nós o nosso reino. Não vem uma indústria para cá; uma indústria! Nós tentamos trazer a Silgar. Quem trouxe? O alumínio. O alumínio trouxe. Por que promoveu o quê? Segurança jurídica, correção naquilo que está falando.

Então, aqui não é uma guerra. A nossa causa aqui é única. Nós queremos vender mais folha metálica no mercado brasileiro. Como eu vou vender folha metálica se não tiver cliente?

Agora, deslealmente, não dá para conversar. Aí nós vamos falar em outro patamar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Luis...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ – Desculpe-me pela...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, imagine...

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – É o meu jeito... Eu sou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não. Está tudo bem.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Os advogados queriam me prender hoje... Mas eu sou assim mesmo... (*Risos.*)

Eu vou continuar sendo assim mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Alexandre de Moraes está inspirando muita gente.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Não tem problema. Ele não me inspira, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nada mais havendo a tratar nesta reunião, declaro encerrada a presente, agradecendo a todos os participantes e aos internautas que nos acompanharam.

Muito obrigado.

Obrigado também à equipe aqui da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a todos os servidores do Senado Federal.

Que Deus os abençoe.

(*Iniciada às 13 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Romário, Dr. Hiran e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 1970, de 2019 que: "Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela rejeição da Emenda 2-Plen. Resultado: Aprovado Parecer contrário à Emenda 2-Plen. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 46, de 2021 - Não Terminativo - que: "Obriga a divulgação por fabricantes e comerciantes de produtos e serviços relacionados a animais de que a prática de abandono e maus-tratos a animais constitui crime." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à CTFC para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 383, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para prever a aplicabilidade das disposições referentes à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência ao produtor rural, às associações, às fundações e às cooperativas, excetuadas as de crédito, que exerçam atividade econômica, independente de inscrição ou natureza empresária." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2005, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Relatoria: Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1167, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para incluir carne de peixe e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus derivados no cardápio da educação escolar." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2282, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para incentivar a utilização de espécies frutíferas lenhosas na recomposição de áreas rurais consolidadas situadas em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame do Relatório. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2691, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Recuperação de Crédito dos Pequenos Agricultores – Desenrola Rural, altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e revoga o art. 4º da Lei nº 14.554, de 20 de abril de 2023." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3057, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de assegurar a oferta de alimentação adequada para suprir as necessidades nutricionais do educando, e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para instituir mecanismo de reconhecimento público de boas práticas na promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Margareth Buzetti. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas 1-T e 2-T apresentadas. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-T-CRA e 2-T-CRA. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 690, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a concessão do Selo Estabelecimento Sustentável." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda 1-CDR (Substitutivo). Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4384, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Plano Safra da Agricultura Familiar, e dá outras providências." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas 5-CAE a 8-CAE. Resultado: Aprovado com emendas. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5587, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 26, de 2024 que: "Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao senhor Alexandre Bompard, presidente e diretor-executivo do Grupo Carrefour, pela declaração de bloqueio - e incentivo ao bloqueio - da comercialização de carne do Mercosul." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Encaminhado ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 13 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 27, de 2024 que: "Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao deputado francês Vincent Trébuchet, pela declaração proferida no dia 26 de novembro de 2024, no Parlamento francês, que compara a carne brasileira a lixo." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Encaminhado ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 28, de 2024 que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a modernização do Seguro Rural no Brasil, que é objeto do Projeto de Lei (PL) n° 2.951, de 2024. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); • representante do Instituto Pensar Agropecuária (IPA); • representante da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg); • representante da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg); • representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber); • representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); • representante do Ministério da Fazenda; • representante da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Usam da palavra os Senadores: Teresa Leitão, Beto Faro, Tereza Cristina, Soraya Thronicke, Hamilton Mourão, Margareth Buzetti, Laércio Oliveira, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Jayme Campos, Beto Faro, Jussara Lima e Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de oito itens não terminativos e três itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Há sobre a mesa requerimento de inversão de pauta solicitado pela Senadora Teresa Leitão, em virtude de compromissos da Senadora, que coloco para aquiescência do nosso Plenário de Senadores – a Senadora Soraya, que seria a primeira a relatar, e o Senador Hamilton Mourão. (*Pausa.*)

Havendo concordância, está, portanto, feita a inversão de pauta para a leitura do relatório da Senadora Teresa Leitão, acerca do Projeto de Lei 2005, de 2023, que altera o art. 14 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.

Antes de passar a palavra à ilustre Relatora, apresento o requerimento de nossa autoria com um voto de repúdio ao Grupo Carrefour, ao Diretor-Executivo Alexandre Bompard.

E agora, causando-nos ainda mais revolta, a palavra, Senadora Tereza, a fala do Deputado francês na reunião do Parlamento daquele país, justamente tratando sobre o acordo entre a União Europeia e Mercosul, em que comparou a carne brasileira a lixo, inclusive ganhando aqui as manchetes de vários *sites* de notícias. É mais uma atitude que envergonha a França diante das relações amigáveis, diplomáticas com o Brasil, diante de uma longa relação de respeito pelos nossos acordos, pelos tratados dos quais são signatários os dois países. O que nós vemos – e por isso apresentamos nesta Comissão esta moção de repúdio –, justamente no momento em que se debate um acordo para que Mercosul e União Europeia possam estabelecer regras menos burocráticas e menos custosas do ponto de vista de tributos, tanto ao bloco sul-americano quanto ao bloco europeu, nós vemos um movimento, Senadora Tereza Cristina, lamentável; o Grupo Carrefour já voltou atrás, mas ainda recrudesce na França com a infeliz fala desse Deputado francês, comparando a nossa carne, a nossa produção a lixo. É lamentável. Por isso nós apresentamos, e a nossa assessoria já está apresentando uma nova moção de repúdio a este Deputado francês.

O Brasil precisa ser respeitado e os nossos produtores serem respeitados pelo que fazem. Somos a maior potência em geração de alimento para o mundo, Senadora Soraya. É o único país capaz, Senador Hamilton, de produzir mais alimento sem derrubar uma árvore. Há mais de 40 anos temos um comércio consolidado com a França e com os países do bloco europeu. Aliás, a nossa exportação de carne para a França representa 0,00047% das exportações do Brasil. É ínfima do ponto de vista das trocas comerciais, do valor, mas a maneira açodada, a maneira desrespeitosa, para dizer o mínimo, como foi conduzido pelo CEO do Carrefour e como tem sido conduzido na França esse processo, nos leva indelevelmente a apresentar este voto de repúdio, essa moção contra todos esses ataques que o agro brasileiro vem sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos sanidade animal comprovada, é um país livre de aftosa, sem vacinação; é um país que combateu zoonoses que a Europa não venceu no passado, que enfrentou crises como a vaca louca, e que nós temos combatido e vencido em nosso território. Aliás, há uma série de outras medidas ambientais.

Nós temos a legislação mais rígida do mundo, que é o nosso Código Florestal; temos um agro que obedece com rastreabilidade, com respeito às regras ambientais, com empreendimentos que, através da tecnologia, do uso, do manejo de pastagem, da adubação, uma produtividade que o mundo não consegue alcançar, daí a força da nossa produção rural. Então, está aqui, neste momento, apresentado nosso parecer, a nossa moção de repúdio a todas essas manifestações, que, infelizmente, trazem um açodamento às relações entre o Brasil e a França, no momento em que o Mercosul e o bloco europeu discutem uma relação ainda mais próxima e amigável de comércio e de relações entre importações e exportações dos blocos. Portanto, está feito o registro.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a moção permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a moção de repúdio.

Como nós temos um pedido de inversão de pauta devido à agenda, que já foi acatado pelo Plenário, neste momento concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, para a leitura de seu relatório ao PL 2.005, de 2023.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2005, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CE (T)

Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Pois não, Sr. Presidente. Agradeço ao senhor e aos demais membros a inversão de pauta, porque eu vou presidir uma sessão logo mais.

O projeto de lei do Senador Beto Faro altera o art. 14 da Lei 11.947, de 16 de julho de 2009, e dá outras providências. Ele se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e não será terminativo – daqui ele irá para a Comissão de Educação.

Peço a V. Exa. para ir imediatamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedido, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nos termos do inciso IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA se manifestar sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposições que tratem de agricultura familiar e segurança alimentar. Na oportunidade, analisaremos o mérito do PL 2.005, de 2023.

Entendemos que a proposição ora citada contribui para aprimorar a Lei nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar brasileira. As medidas propostas são importantes para propiciar mais eficácia na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no que diz respeito à oferta de produtos da agricultura familiar ao referido programa.

Concordamos com a justificação do PL de que é necessário proporcionar mais rigor no julgamento dos gestores do Pnae sobre as insuficiências da agricultura familiar em assegurar, em determinado município, a regularidade da oferta os alimentos, o que autoriza os gestores à decisão pela dispensa dessa obrigatoriedade legal.

Por esse motivo, consideramos acertada a garantia de que a referida decisão seja comunicada a entidades de representação dos trabalhadores rurais, prevendo-se também a possibilidade de essas entidades contestarem a decisão em tela, com base na realidade da agricultura familiar de cada município brasileiro.

Na oportunidade, consideramos que a proposição merece apenas um pequeno reparo: com a aprovação da Lei 14.660, de 23 de agosto de 2024, inseriu-se o §3º no art. 14 da lei ora proposta a ser alterada, a Lei 11.947, de 2009; por esse motivo, os §§3º e 4º a serem inseridos na referida lei por meio do art. 2º do projeto em análise devem ser renumerados como §§4º e 5º respectivamente.

Apresentaremos, portanto, emenda ao PL 2.005 a fim de providenciar a referida renumeração.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PL 2.005, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CRA
> Dê-se a seguinte redação ao art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.005, de 2023:
> "Art. 14 .....
> .....
> § 4º Os órgãos locais executores do PNAE comunicarão às entidades de representação legal dos trabalhadores rurais, nos Municípios, a dispensa do percentual de aquisição de gêneros alimentícios junto aos agricultores familiares pelas razões previstas no § 2º deste artigo.
> § 5º Em prazo a ser definido pelo FNDE, que não prejudique os fluxos regulares de aquisição e distribuição dos produtos, as entidades de que trata o § 4º poderão, nos termos do regulamento, contestar a decisão pela dispensa da aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, provocando a sua eventual reconsideração pelos órgãos gestores do PNAE."

No art. 2º, só a título de esclarecimento e de destaque, a suspensão será disciplinada pelas seguintes circunstâncias: impossibilidade de emissão de documento fiscal correspondente, inviabilidade de fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios e condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Então o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, com essa emenda lida no momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento a Senadora Teresa Leitão pela leitura do relatório.

Está, portanto, aberta a discussão, com prioridade ao autor do projeto, o Senador Beto Faro, se assim aceitar essa deferência.

Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, demais membros da Comissão, agradeço pela oportunidade de a gente estar dialogando, debatendo e, espero, aprovando esse projeto.

Na verdade, essa questão, quando estabelecida na lei essa regra de, no mínimo, 30% para a merenda escolar ser adquirida dos agricultores familiares e das entidades, foi fundamental para fomentar a própria agricultura nos municípios, incluir pessoas que às vezes até produziam, mas não tinham esse mecanismo da venda e, com isso, ao não ter a garantia da venda, acabavam diminuindo as suas rendas. Então esse é, primeiro, um programa extremamente importante para fomentar a agricultura familiar.

Ocorre que, muitas vezes, por qualquer tipo de problema ou problemas pequenos na minha avaliação, acabam burlando essa legislação, deixando de comprar desse agricultor familiar. O que nós estamos propondo aqui é que, no caso de a prefeitura e o Pnae perceberem que os agricultores, com as suas organizações, não têm essa condição de vender esse produto, eles possam oficializar essas entidades, até para que as entidades possam avaliar.

Nós estamos mesmo... Tem alguma reserva ou tem algum local que possa garantir que isso seja feito? Se tiver, recorre ao Pnae e, a partir daí, então, se estabelece o mecanismo de volta da compra desses produtores.

Então, é simplesmente para a gente poder deixar mais transparente esse mecanismo, que é fundamental, num programa que deu certo no Brasil, que ajuda a incluir pessoas pobres que produzem e que levou, inclusive, muita gente a se organizar. Hoje nós temos muitas organizações dos produtores, sejam associações, cooperativas ou outros mecanismos, o que faz com que eles possam ter acesso a esse programa. E é um dinheiro certo, um dinheiro que você tem ali e que garante a renda desses produtores. Portanto, aqui é um mecanismo de colocar transparência.

Quero agradecer à Senadora Teresa Leitão, que fez o relatório, e pedir a todos os pares aqui que a gente possa aprovar esse projeto, porque acho que isso ajuda a dar transparência para esse programa tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Beto Faro.

Com a palavra, a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Beto Faro e a autora, a Senadora Teresa Leitão, minha xará, pelo projeto e pelo relatório, e dizer que eu sou favorável.

Esse programa realmente trouxe organização, trouxe receita para a agricultura familiar, e nós precisamos implementá-lo cada vez mais, mas implementá-lo com transparência é mais importante ainda.

Então, parabéns pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento a Senadora Tereza Cristina.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CRA.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento de sua tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizo mais uma vez a Senadora Teresa Leitão pelo brilhante relatório. Parabéns, Senadora. Muito obrigado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senadora.

Dando continuidade à nossa reunião, item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1970, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela rejeição da Emenda 2-Plen.

Observações:

- Em 24.04.2024, o Senador Weverton apresentou a Emenda 2-Plen.

- Em 12.06.2024, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer pela rejeição da Emenda 2-Plen.

- Votação simbólica.

-> Plenário

Autoria: Deputado Federal Rogério Correia.

Concedo, portanto, a palavra, para a leitura do seu relatório, à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu cumprimento V. Exa. e, na sua pessoa, cumprimento todas as Senadoras e Senadores. Na pessoa do Pedro, querido, cumprimento todos vocês aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esse time aí vale o ouro. Parabéns, Pedro. Parabéns a todos vocês.

Bom, aqui é só a emenda, porque eu já li o relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei 1.970, de 2019, de autoria do Deputado Rogério Correia, que institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pequi (*Caryocar brasiliense*) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado, tramitou nas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária, tendo sido aprovado em ambas.

Concluída a instrução da matéria e aberto o prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, foi recebida em Plenário a Emenda nº 2, de autoria do Senador Weverton. Na 24ª Reunião da CMA, foi aprovado o relatório do Senador Jorge Kajuru, que passou a constituir o parecer da Comissão, pela rejeição da Emenda nº 2. A emenda proposta acrescenta um inciso, o inciso XIV, ao art. 1º do PL, que estabelece, entre as finalidades da política nacional, a de "incentivar a inserção da árvore do Pequi em projetos de paisagismo e agricultura urbana, bem como na recuperação de áreas degradadas". O autor da emenda justifica que o pequizeiro, por sua capacidade de desenvolver-se em solos pobres em minerais, se presta "adequadamente ao uso na recuperação de áreas degradadas, e suas características estéticas, como as belas inflorescências e o tronco extremamente ornamental, ao paisagismo urbano".

Passo para a análise.

Compete à CRA, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, analisar proposições que tratem da agricultura, silvicultura e política agrícola.

Quanto ao mérito da emenda proposta, destacamos que o Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023, que instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, inclui a recuperação de áreas degradadas como linha de ação, decreto esse que já embasaria a emenda em questão. Bem recentemente, esta Casa também aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências, tendo sido encaminhado à sanção presidencial em 5 de julho de 2024, e que, em 26 de julho de 2024, se tornou a Lei nº 14.935, de 2024, fato que já organiza e resolve a questão da emenda que estamos discutindo agora.

Não obstante concordemos com a importância e viabilidade do uso do pequizeiro como uma das alternativas para paisagismo urbano e recuperação de áreas degradadas, entendemos que tais aplicações devem ser fruto de análise técnica, caso a caso. Confiando que, com a sanção presidencial do PLC nº 182, de 2017, já temos uma lei que trata da agricultura urbana e periurbana, assim consideramos desnecessário incluir no PL nº 1.970, de 2019, a finalidade proposta pela emenda apresentada.

Ademais, a alteração do projeto de lei nessa fase de tramitação obrigará sua apreciação pela Câmara dos Deputados novamente, levando a um atraso na sua análise pela Presidência da República, sendo que se trata de proposição apresentada há cinco anos.

Entendemos que, oportunamente, o Poder Executivo poderá implementar a finalidade pretendida com a emenda na Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado, caso também concluam que seja necessário.

Diante do exposto, Presidente, voto pela rejeição da Emenda nº 2, oferecida ao Projeto de Lei nº 1970, de 2019, considerando ser, repito, desnecessária, porque este assunto já está abordado em lei, e devolveria um projeto tão importante que tramita há cinco anos para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento a Senadora Soraya Thronicke pela leitura do relatório e a justificativa para a rejeição da Emenda nº 2.

Coloco em discussão, portanto, neste momento, a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório da Senadora Soraya Thronicke, com o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 2, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para o prosseguimento de sua tramitação.

Parabenizo, mais uma vez, a Senadora Soraya pelo relatório.

Dando sequência a esta reunião, há um requerimento da Senadora Margareth Buzetti, em virtude de compromissos, para a inversão do item 8, que seria o item lido na sequência. Temos o item 2, com relatório *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão do PL 46, de 2021; na sequência, o PL 11.067, de 2024, com leitura *ad hoc* da Senadora Tereza; e, na sequência, seria o relatório da Senadora Margareth Buzetti.

Coloco para a apreciação do Plenário, novamente, a Senadora Margareth, porque são apenas mais dois itens. Inclusive, o meu eu já retirei para dar prioridade a V. Exa. Fica pela aquiescência do Plenário.

Temos dois itens, com relatório do Senador Hamilton Mourão; na sequência, o relatório da Senadora Tereza, e o da Senadora Margareth seria o próximo, o terceiro.

Eu consulto o Plenário, porque a decisão, obviamente, tem que ser colegiada.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Estou de acordo.

Eu só queria fazer um registro, porque coloquei um requerimento sobre a mesa, para propor uma audiência pública sobre o seguro rural, nosso projeto de seguro rural, com os representantes que participarão da audiência aqui. Então, eu gostaria só que o senhor, se pudesse, colocasse-o em votação, para que a gente pudesse convocar isso o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sem dúvida alguma, Senadora Tereza. Inclusive, nós já temos uma data reservada para a audiência pública. Como é uma audiência para a qual nós temos, inclusive, as datas, o requerimento da Senadora Tereza, para a gente dar continuidade...

Senadora Tereza, como é um requerimento de audiência pública, eu acredito que a gente já pode dar o prosseguimento e fazer a votação deste requerimento.

Eu consulto o Plenário sobre a votação do requerimento de audiência pública da Senadora Tereza Cristina, que acaba de ser... Senadora Tereza e, obviamente, Senador Jayme Campos. Autoria dos dois Senadores: Jayme Campos e Tereza Cristina.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado e com data já marcada pela competente Secretaria desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Dando continuidade, Senadora, item nº 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2021
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obriga a divulgação por fabricantes e comerciantes de produtos e serviços relacionados a animais de que a prática de abandono e maus-tratos a animais constitui crime.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CTFC (NT) > CMA (NT) > Plenário

De autoria do Deputado Federal Celso Sabino, hoje Ministro do Turismo.

A relatoria é da Senadora Jussara Lima.

Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, a quem já agradeço a assertividade na leitura deste relatório.

Item 2, Senador Hamilton Mourão, Projeto de Lei 46, de 2021.

Concedo, portanto, a palavra o Relator Hamilton para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Boa tarde às Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores.

Nos termos do art. 24, inciso VI, compete concorrentemente à União legislar sobre a conservação da natureza e a proteção ao meio ambiente, matéria contida no presente PL.

Também não há qualquer previsão de reserva de iniciativa de lei conferida ao Presidente da República para esse tipo de matéria tratada, nos termos dos art. 37, inciso X, do art. 40, §15, art. 61, §1º e art. 165, todos da Constituição.

Quanto à constitucionalidade material, o PL está em consonância com os comandos constitucionais. Em especial, a inovação legislativa vai ao encontro do disposto no art. 225, que afirma incumbir ao poder público promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (inciso VI) e proteger a fauna, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade (inciso VII).

Ademais, quanto à juridicidade em sentido estrito, a proposição dispõe de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e a coercibilidade. E, ainda, não viola qualquer princípio geral do direito.

O PL também atende às disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto à regimentalidade, a CRA tem competência para se pronunciar sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal e assuntos correlatos, em razão do disposto no art. 104-B, inciso VI, e XXI, do Regimento Interno deste Senado.

Esgotadas as formalidades, podemos passar para a análise de mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há tempos, a Lei nº 9.605, de 1998, previu que os maus-tratos de animais são crimes. Com a aprovação da Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, o tempo de reclusão previsto para essas condutas foi estendido para dois a cinco anos, multa e proibição da guarda, quando se tratar de cão ou de gato.

Mesmo assim, o abandono e os maus-tratos de animais, especialmente de cães e gatos, ainda são um problema grave no Brasil. De acordo com o Instituto Pet Brasil, em 2022, o Brasil possuía quase 185 mil animais abandonados ou resgatados após maus-tratos, sob a tutela de ONGs e grupos de protetores. E, além desses, há outras centenas de milhares de animais sem qualquer cuidado ou proteção e em situação de vulnerabilidade, especialmente em zonas urbanas.

Assim, o presente PL se soma aos inúmeros esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo poder público no sentido de fortalecer a proteção aos animais, promovendo a educação da população, com o objetivo de destacar a gravidade dos atos cometidos contra toda a fauna brasileira. Significa dizer que o Estado brasileiro, especialmente o nosso Parlamento, tem promovido políticas para proteger tanto os animais silvestres quanto os animais domésticos, especialmente cães e gatos.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 46, de 2021.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão pela leitura do relatório.

A matéria, portanto, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, lido *ad hoc* pelo Senador Hamilton Mourão, do Projeto de Lei nº 46, de 2021, de autoria do Deputado Federal Celso Sabino, que trata de divulgação, por fabricantes e comerciantes de produtos e serviços relacionados a animais, de que a prática de abandono e maus-tratos a animais constitui crime.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o prosseguimento da tramitação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de assegurar a oferta de alimentação adequada para suprir as necessidades nutricionais do educando, e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para instituir mecanismo de reconhecimento público de boas práticas na promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas 1-T e 2-T apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 22.08.2024, foram recebidas as Emendas 1-T e 2-T do Senador Mecias de Jesus.

- Votação simbólica.

Convido a Senadora para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Senador Alan Rick.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos III e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as matérias pertinentes a abastecimento, agricultura familiar e segurança alimentar.

Como a matéria é terminativa na Comissão de Educação e Cultura, nos deteremos apenas na análise do mérito do PL 3.057, de 2024. No entanto, importa destacar que o inciso VII do art. 208 da Constituição Federal determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. O §4º do art. 212 da Carta Magna, por sua vez, estabelece que programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

Estabelecido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal; nas entidades filantrópicas ou por elas mantidas; nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos; e nas escolas comunitárias conveniadas com os estados, o Distrito Federal e os municípios. O objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Entre as diretrizes da alimentação escolar, estabelecidas na lei do Pnae, está o "apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos".

Para atender os estudantes matriculados na educação básica pública das redes estadual, distrital e municipal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa às secretarias estaduais de educação e às prefeituras – de forma automática e sem necessidade de convênio ou instrumento congênere – os recursos financeiros federais do Pnae, em caráter suplementar e em até dez parcelas anuais, entre os meses de fevereiro e novembro, para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(TCU), pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. O valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

Pelos arts. 12 e 13 da lei que instituiu o programa, a aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do Pnae, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada. E será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas.

Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas.

Conforme o art. 14 da lei do Pnae, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do programa, "no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres".

Conforme notícia de julho de 2024 sobre audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, veiculada pela Agência Câmara de Notícias, o orçamento anual do Pnae é de R$5,5 bilhões; desse montante, R$1,6 bilhão vai para a agricultura familiar – a produção de 40 mil agricultores atende 40 milhões de estudantes de 150 mil escolas. Entre 2008 e 2023, o excesso de peso cresceu em todas as faixas etárias. Em 2023, quase 15% das crianças menores de 4 anos atendidas em unidades básicas de saúde já apresentavam o problema. Entre crianças de 5 a 9 anos, o excesso de peso é ainda maior, quase um terço das crianças atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS).

A Região Centro-Oeste recebeu, em 2023, mais de R$400 milhões, enquanto meu estado, Mato Grosso, teve garantidos R$101 milhões para merenda escolar, após reajuste de mais de 38,3% nos valores do programa. Registre-se que o Mato Grosso ultrapassou o percentual estabelecido pelo Pnae, passando de 26% em 2019, para 34,8%, o que é importante para apoiar a agricultura familiar no estado, tanto no cultivo quanto na comercialização da produção, e também pelo interesse em melhorar a qualidade das refeições servidas aos estudantes.

Todavia, uma pesquisa realizada pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) aponta alguns problemas na condução do programa em âmbito nacional, como o fato de que 36% das escolas têm infraestrutura e cozinhas escolares inadequadas, número insuficiente de nutricionistas e cozinheiros, e baixo investimento financeiro por parte do estado ou município.

No Congresso Nacional estão em discussão mais de 120 projetos para mudar a lei do Pnae, mas há um conjunto complexo de normativos infralegais, que são as resoluções do FNDE, que regulamentam a execução do Pnae.

Devido a essa complexidade, é necessário criar incentivos para que prefeituras e governos estaduais bem como outras entidades educacionais beneficiárias do programa possam receber os recursos e cumprir todas as regras adequadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Resolução FNDE nº 6, de 2020, estabelece aplicação de 75% dos recursos do Pnae para alimentos *in natura* e até 20% para alimentos processados e ultraprocessados.

A rede tem atualmente 3.626 nutricionistas, algo próximo a 60% da necessidade atual. Mais de 70% dos institutos federais não tinham responsável técnico.

Para o Observatório da Alimentação Escolar, os projetos de lei em tramitação devem estabelecer uma regra permanente de reajuste anual dos valores *per capita* do Pnae. O observatório também defende aumentar a previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo Federal para o ano de 2025.

No contexto dos PLs em tramitação, e diante dos problemas já diagnosticados de implementação do Pnae, é meritório o PL nº 3.057, de 2024, ao propor a instituição de um selo ou certificado para o reconhecimento público pela adoção das boas práticas de implementação do programa, o que beneficiará produtores rurais e, sobretudo, os agricultores familiares.

Por fim, quanto às Emendas 1-T e 2-T apresentadas, cremos que aperfeiçoam a proposição, podendo ser acatadas.

Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, somos favoráveis à aprovação do PL nº 3.057, de 2024, e das Emendas 1-T e 2-T apresentadas.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento a Senadora Margareth Buzetti.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Margareth Buzetti.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CRA, e 2, da CRA.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para o prosseguimento de sua tramitação, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1167, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para incluir carne de peixe e seus derivados no cardápio da educação escolar.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Votação simbólica.

-> CE (T)

Consulto a Senadora Tereza Cristina... Como o Relator acaba de chegar, eu transfiro a leitura do relatório ao Ilmo. Relator, Senador Laércio Oliveira, desde já agradecendo a generosidade e deferência da Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra, para a leitura do seu relatório, o Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente Alan Rick.

Certamente o relatório seria muito melhor se feito pela minha sempre Ministra e a minha Líder Tereza Cristina. Todo mundo concorda com isso, mas sigamos em frente.

Eu quero cumprimentar todos os meus colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, cumprimentar V. Exa., cumprimentar toda a equipe aqui da Comissão e todos que estão conosco participando desta Comissão.

Eu agradeço a gentileza de V. Exa., peço desculpas por não ter chegado a tempo de participar da reunião como um todo, mas, com a sua permissão, Sr. Presidente, eu gostaria de ir à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida a V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

Os incisos III e IV do art. 104-B do Regimento Interno estabelecem a competência da CRA para opinar em assuntos relacionados ao abastecimento e à segurança alimentar.

A proposição não encontra óbice constitucional, estando de acordo com o art. 6º da Constituição, que determina que a alimentação é um dos direitos sociais que devem ser assegurados, na forma ali determinada; também se alinha ao art. 208, o qual determina que a educação será efetivada mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de alimentação.

Há que se mencionar que não se trata de matéria vedada à iniciativa parlamentar, visto que não se inclui entre os temas de iniciativa privativa do Presidente da República, estabelecidos no art. 61 da Constituição Federal. Ademais, a proposição apresenta abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como inova no ordenamento jurídico.

Sobre o mérito deste projeto de lei, é preciso, em primeiro lugar, entender a importância da alimentação escolar no Brasil. Trata-se de uma garantia de segurança alimentar para milhões de estudantes, que, sem ela, não teriam assegurados os nutrientes necessários para o seu desenvolvimento. A alimentação escolar também colabora na educação alimentar dos estudantes, que ali adquirem hábitos que podem perdurar por toda uma vida. Nesse sentido, esta proposição é positiva, porque insere uma proteína nobre, o peixe, na alimentação das crianças, promovendo o hábito de seu consumo, que é muito saudável.

Para além de ser uma proteína de alto valor, é inegável que o peixe possui importantes atributos nutricionais que ajudam no desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Peixes são uma fonte rica de ácidos graxos ômega 3, que são essenciais para o desenvolvimento do cérebro. Esses ácidos graxos têm sido associados à melhora da função cognitiva, incluindo memória, atenção e habilidades de resolução de problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, faz-se necessário levantarmos questões que devem ser consideradas para efeito meritório desta proposta.

É sabido que a alimentação escolar enfrenta problemas importantes para o seu incremento, como o acesso a produtos de qualidade ou mesmo a disponibilidade econômica dos municípios e estados, dificultando a inclusão de alguns tipos de alimento no cardápio escolar.

A possibilidade de a alimentação ser vinculada à agricultura local pode representar um caminho salutar para essa questão, gerando muitos benefícios, como a associação de agricultores familiares a mercados locais, o que garante renda àquela região, reduzindo a importação de alimentos, favorecendo o comércio interno e permitindo a inserção de alimentos orgânicos e regionais no cardápio escolar. Desta feita, há ainda a promoção da cultura alimentar local, pois cada região do país tem a disponibilidade natural para certos tipos de alimento, o que privilegia as riquezas regionais.

Nesse sentido, vale o realce de que o autor da proposição levou em consideração questões que diversos gestores municipais enfrentam, que é a de falta de recursos. Ele acertou, portanto, ao inserir na lei a questão da disponibilidade orçamentária como requisito, o que evita que gestores que não tenham condições de cumprir de imediato a determinação venham a sofrer condenações injustas no desempenho de sua função.

Assim, avaliamos que essa alteração na proposta que ora analisamos incrementa seu escopo principal, a melhora significativa do cardápio escolar, com a inclusão de peixe no cardápio, bem como possibilita o respeito a cultura alimentar e a vocação agrícola de cada região. Portanto, Sr. Presidente, resta claro que a proposição é meritória, é constitucional e goza de boa técnica legislativa, podendo receber o devido apoio desta Comissão.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.167, de 2024, nos termos da emenda que apresento, constante do texto que ora apresento neste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Laércio Oliveira pela leitura do relatório.

Coloco a matéria, portanto, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Laércio Oliveira.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CRA, apresentada pelo Senador.

E a matéria vai ao Plenário do Senado Federal para o prosseguimento da tramitação.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – A palavra é com V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Eu queria cumprimentar o autor do projeto, o Senador Jorge Seif, profundo conhecedor do assunto, principalmente da necessidade... A inteligência dele levou a uma reflexão, olhando a sociedade, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidades das gerações que frequentam os bancos escolares, e a importância do alimento do peixe para a composição desse cardápio, para ser oferecido às crianças. Portanto, Senador Jorge Seif, eu quero me curvar à excelência da sua inteligência pela apresentação, ou melhor, à sensibilidade de V. Exa. de apresentar um projeto como esse, do qual tive a honra de ser o Relator. Meus parabéns, Senador!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senador Laércio, muito obrigado.

Na verdade, eu fico muito lisonjeado, porque nós conseguimos levar esse projeto adiante.

É um projeto, inclusive, de cunho não só nutricional, mas de cunho social, porque pescadores de todo o Brasil, de toda a nossa imensa costa, aquicultores, pescadores de rio, vão ter oportunidade de produzir e fornecer para escolas, para hospitais, para os quartéis, enfim. E isso é uma medida importantíssima, especialmente quando se trata de crianças, devido ao valor nutricional... É uma proteína rica, uma proteína magra. Nós vemos aí a longevidade dos povos orientais, e há várias pesquisas já comprovando que sua longevidade, seu índice de QI, sua inteligência, tudo é de acordo com o que eles se alimentam, e se alimentam muito de pescado.

Eu agradeço ao senhor por nos ajudar, por ter colocado aí também uma emenda, um destaque, um substitutivo maravilhoso. E estamos juntos aqui, em prol do nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Jorge Seif.

Há alguns pedidos de inversão, amigos – nós já colocamos em apreciação ao Plenário pelo menos dois deles –, em virtude dos diversos compromissos que os nossos Parlamentares têm. No entanto, peço novamente ao Plenário: nós temos três itens que são terminativos e de que, portanto, teremos que fazer votação. Inclusive, do nosso relatório eu abro mão, deixo para o final, para que nós possamos dar encaminhamento às matérias; embora o meu seja o próximo, eu abro mão neste momento para que possamos dar encaminhamento às matérias que são terminativas. Como é uma deferência nossa para encaminharmos, eu só peço a gentileza de que, na leitura do relatório, nós tenhamos, pelo menos, um pequeno quórum, para que não se esvazie o Plenário e para que a gente possa ter a votação simbólica. O.k.? Então, na sequência, os itens terminativos, iniciando pelo item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 690, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a concessão do Selo Estabelecimento Sustentável.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda 1-CDR (Substitutivo).

Observações:

- Em 12.09.2023, A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda 1-CDR (Substitutivo).

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo no Turno Único, será ele submetido a Turno Suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

-Votação nominal.

O Senador Jorge Seif tem, neste momento, a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o Jorginho Mello, que, enquanto esteve nesta Casa, fez coisas maravilhosas pelo Brasil, como o Pronampe e também, agora, mais um de seus projetos, a que nós vamos dar continuidade com a ajuda dos colegas.

Se o Sr. Presidente me permite, vou direto para a análise.

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes à comercialização e fiscalização de produtos agropecuários e à inspeção e fiscalização de alimentos, nos termos do inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Por se tratar de matéria apreciada terminativamente nesta Comissão, a presente análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do PL nº 690, de 2019.

Observa-se, Sr. Presidente, inicialmente, que o projeto atende aos pressupostos de constitucionalidade formal, uma vez que a competência legislativa da União sobre a matéria encontra-se albergada nos incisos V e VI do art. 24 da Constituição Federal; é observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, conforme dispõe o *caput* do art. 48 da Constituição Federal; são respeitadas as normas relativas à iniciativa, uma vez que não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, *caput* e §1º; e a espécie legislativa eleita para veicular a matéria – lei ordinária – não fere a Constituição, uma vez que não se trata de conteúdo reservado a lei complementar.

Com relação à constitucionalidade formal da matéria, há ressalvas quanto a algumas disposições pontuais, que serão abordadas na análise da emenda substitutiva da CDR, que visa, justamente, a aprimorar a redação nesses pontos. Ademais, não vislumbramos óbices no que concerne à constitucionalidade material das disposições que compõem o projeto, quanto à sua juridicidade ou à sua regimentalidade.

No que concerne ao mérito, Sr. Presidente, entendemos que o projeto tem o potencial de contribuir de forma significativa para a redução do desperdício de alimentos no país. Ações que visem à redução do desperdício de alimentos têm a virtude de, simultaneamente, contribuir para a solução de um problema de natureza ambiental, relacionado ao impacto na natureza e ao custo da disposição final ambientalmente adequada desses resíduos, e um problema de natureza social, que diz respeito à segurança alimentar e nutricional da população, especialmente das pessoas que se encontram em situação social de vulnerabilidade.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que entre um quarto e um terço dos alimentos produzidos anualmente para o consumo humano se perde ou é desperdiçado no mundo todo. No Brasil, a estimativa é de que a quantidade de alimento desperdiçada seria suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de 11 milhões de brasileiros.

Conforme muito bem anotado no parecer da CDR, o Senado Federal tem atuado na questão, cabendo registrar a aprovação nesta Casa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 672, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos e que aguarda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciação da Câmara dos Deputados, bem como do PL nº 1.194, de 2020, de autoria do Senador Fernando Collor de Mello, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de refeições prontas para o consumo e que foi encaminhado à sanção e convertido na Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

O PL nº 690, de 2019, soma-se, portanto, às iniciativas que visam a reduzir o desperdício de alimentos no país, estruturando uma ação de adesão voluntária, sem custos relevantes para os cofres públicos, uma vez que o projeto prevê que as despesas decorrentes das análises e vistorias sejam custeadas pelos estabelecimentos interessados, e que tem o potencial de gerar impactos positivos sob os pontos de vista ambiental e social.

Quanto ao substitutivo aprovado pela CDR, entendemos que as alterações propostas contribuem para o aperfeiçoamento da redação do projeto e o aprimoramento de disposições pontualmente eivadas de inconstitucionalidade, por dispor sobre matéria de competência privativa do Presidente da República prevista na alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal, notadamente, aqueles comandos que atribuem competência a órgãos da estrutura do Poder Executivo. Por esse motivo, Sr. Presidente, entendemos pertinente a aprovação do projeto em análise, nos termos do substitutivo da CDR.

Este é o voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 690, de 2019, nos termos da Emenda nº 1 – CDR (Substitutivo).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Seif.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo que tem preferência regimental.

Solicito que se prepare neste momento a votação para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim", e quem vota contrário ao relatório vota "não".

Portanto, vamos iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está iniciada a votação, que pode ser feita tanto pelos *notebooks* quanto pelo aplicativo no celular.

Quem vota com o Relator vota "sim"; contrário, vota "não". Pode usar também o aplicativo no celular.

Enquanto se desenrola a votação, está sobre a mesa o nosso requerimento de voto de repúdio.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao deputado francês Vincent Trébuchet, pela declaração proferida no dia 26 de novembro de 2024, no Parlamento francês, que compara a carne brasileira a lixo.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Nós já fizemos a justificativa no início desta reunião para o voto de repúdio. Apresento-o, portanto, ao Plenário.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, portanto, o voto de repúdio desta Comissão à infeliz fala do Deputado francês Vicente Trébuchet, à declaração proferida no Parlamento francês contra a carne brasileira. (*Pausa.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, o item 6 da pauta eu gostaria de retirar de pauta para reexame. Nós temos muitos pedidos, emendas propostas, Senadores que pediram, o próprio Governo pedindo para reexaminar algumas questões. Eu peço, por gentileza, à Comissão, ao senhor que retire nosso item de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Conforme já deliberado pela Secretaria desta Comissão com o gabinete de V. Exa., o item está retirado de pauta.

Já havia sido retirado de ofício, mas aquiesço, portanto, agora com o pedido de V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2282, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para incentivar a utilização de espécies frutíferas lenhosas na recomposição de áreas rurais consolidadas situadas em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.)

Peço à Secretaria da nossa Comissão que possa colocar o painel de votação, para que a gente possa acompanhar neste momento o placar. (*Pausa.*)

Enquanto buscamos resolver aqui um probleminha técnico, solicito apenas que nos forneçam o placar, neste momento, o número de votantes. (*Pausa.*)

Eu solicito que coloquem o painel para conhecimento dos Senadores para que eles possam ter, neste momento, e também... Poxa, desligou aí também, gente. É para que a gente possa demonstrar até mesmo para quem nos acompanha agora, pela TV Senado, o painel aqui, no monitor da Secretaria, e a gente possa encerrar a votação, atingido o número regimental. (*Pausa.*)

Preciso que a imagem seja mais nítida, para que os Senadores tenham o devido conhecimento da votação e também todos aqueles que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos quórum.
Vamos encerrar a votação.
Está encerrada a votação.
Veremos o placar.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 9 Sras. e Srs. Senadores.

Por unanimidade, está aprovado o relatório, que precisa de votação em turno suplementar.

Consulto o Plenário se nós já podemos colocar em votação o turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, solicito à Secretaria que possamos colocar em votação o turno suplementar. (*Pausa.*)

Aprovada a votação do turno suplementar.

Não havendo objeção, a matéria está em discussão em turno suplementar, como já dissemos.

Os Senadores que queiram discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas à discussão em turno suplementar, o Substitutivo aprovado ao projeto em turno único é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado.*

Parabenizo, mais uma vez, o Senador Jorginho Melo pela autoria e o Senador Jorge Seif pelo relatório.

ITEM 10
PROJETO DE LEI Nº 4384, DE 2023
- Terminativo -

Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Plano Safra da Agricultura Familiar, e dá outras providências.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas 5-CAE a 8-CAE.
Observações:
- Em 27.02.2024, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 5-CAE a 8-CAE.
- Votação nominal.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o Senador Alan Rick, o meu xará Jayme Campos e o Beto Faro, que é o autor desse projeto.

Quero falar para vocês da importância que tem a agricultura familiar no nosso Brasil.

Sr. Presidente, queria ir direto para a análise.

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes a planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, agricultura familiar e segurança alimentar, bem como política de investimentos e financiamentos agropecuários, nos termos dos incisos II, IV e X, do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal. Nesta ocasião, por se tratar de decisão terminativa nesta Comissão, a presente análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da matéria.

Inicialmente, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos de constitucionalidade formal, uma vez que a competência da União sobre a matéria encontra-se albergada pelo inciso VIII do art. 23 da Constituição Federal. É observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, conforme estabelece o *caput* do art. 48 da Constituição Federal.

São também respeitadas as normas relativas à iniciativa legislativa, uma vez que não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61 da CF, *caput* e §1º. A espécie legislativa eleita para veicular a matéria – lei ordinária – não fere a Constituição, uma vez que não se trata de conteúdo reservado a lei complementar. Ademais, não vislumbramos óbices no que concerne à constitucionalidade material das disposições que compõem o projeto.

A proposição não merece reparos no que tange à juridicidade e à regimentalidade, pois a matéria inova a legislação vigente, mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do direito e, além disso, tramita de acordo com o que preconiza o Risf.

No que concerne à técnica legislativa adotada, o projeto harmoniza-se com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, entendemos que o PL nº 4.384, de 2023, contribui para consolidar e aperfeiçoar o marco legal das políticas públicas destinadas à agricultura familiar. O Pronaf foi criado por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.191, de agosto de 1995. A partir daí o programa passou a contar com previsão em decretos da Presidência da República, sendo o Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, o último em vigor.

Nesse período, houve a promulgação da Lei nº 11.326, de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Embora essa lei tenha desempenhado um papel fundamental na consolidação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, ao definir em lei seus beneficiários e os princípios orientadores da política, ela não dispôs de forma específica sobre seus instrumentos, entre os quais o Pronaf se inclui.

Destinado a prover financiamento em condições adequadas à agricultura familiar, o Pronaf desempenhou um papel fundamental no âmbito da política agrícola nessas quase três décadas de existência, mas o fato de não estar consignado no âmbito da legislação ordinária sujeita esse programa a maior instabilidade nas normas que regem sua execução, conforme muito bem destacou o autor, Senador Beto Faro, na justificação do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, entendemos que o PL nº 4.384, de 2023, é meritório, devendo ser aprovado, pois contribui para consagrar esse importante programa no âmbito da legislação ordinária e, ainda, contribui para o seu aperfeiçoamento ao estabelecer critérios para a aplicação de seus recursos.

Cabe-nos, nesta ocasião, analisar também as Emendas nºs 5 a 8, aprovadas pela CAE, sendo que as Emendas nºs 1 a 4, são consideradas inexistentes, por não serem emendas de prazo regimental e por terem sido rejeitadas na Comissão em que foram apresentadas.

A Emenda nº 5-CAE, suprime o §2º do art. 2º do PL e ajusta a redação do §1º, renumerando-o e corrige remissão legal feita em seu texto. A Emenda nº 6-CAE, por sua vez, aperfeiçoa a redação do art. 7º do PL para simplificar o comando do dispositivo relativo às operações de financiamento do Pronaf. A Emenda nº 7-CAE aperfeiçoa a redação do §5º a ser acrescido ao art. 8º da Lei nº 8.171, de 1991, na forma do art. 8º do PL, e a Emenda nº 8-CAE suprime o art. 6º do PL por tratar de matéria de natureza orçamentária.

Consideramos, portanto, que as Emendas nºs 5 a 8, da CAE, também devam ser aprovadas, por contribuírem para aperfeiçoar a redação do Projeto.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2023, e das Emendas nºs 5 a 8-CAE.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Jaime pela leitura do relatório.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Queria fazer um comentário aqui, não só sobre a importância da agricultura familiar no Brasil e do nosso pequeno produtor, mas quero deixar uma ressalva aos Senadores. Hoje estivemos discutindo – V. Exa. estava lá – sobre as empresas que estão no Simples, e quero deixar aqui aos Senadores uma grande preocupação. Estava falando com o Senador Beto Faro da grande preocupação dos pequenos produtores que têm faturamento, Senador Jayme Campos, de até R$3,6 milhões, que estão no lucro presumido. Essa é uma grande preocupação, porque, da mesma forma como temos as empresas do Simples com esse problema, vamos ter os nossos pequenos produtores que estão no lucro presumido, com o faturamento de até R$3,6 milhões. Temos que nos debruçar em cima dessa situação, porque está chegando o momento de aprovar a reforma tributária.

Quero dizer aqui para você, Presidente, sobre essa situação que aconteceu hoje. É lamentável o que aconteceu, a alegação de que a nossa carne é um lixo.

Quero dizer para vocês que a única coisa de que os franceses têm medo, em relação a nós, é da competitividade. Hoje o preço do boi, em São Paulo, está na casa de R$350,00, o que significa, em dólar, em torno de US$60, enquanto o boi nos estados Unidos está a US$97, US$98. Então, o preço do boi hoje, no Brasil, é praticamente 60% do preço do boi lá nos estados Unidos. É a grande preocupação que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vejo na França... Eles são infelizes de falar um negócio desse. É inadmissível aceitarmos que falem isso sobre a nossa produção bovina e temos que, realmente, rebater essa situação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Jaime.

Informo que, sobre o tema do Simples, há uma emenda de autoria do Senador Irajá que trata desse tema e garante a manutenção dos benefícios fiscais do Simples aos nossos micros e pequenos empresários.

Em relação ao segundo tema levantado pelo Senador Jaime Bagattoli, aprovamos agora, nesta Comissão, com o voto de todas as V. Exas., uma moção de repúdio a esse Deputado francês que, lamentavelmente, embarca nesse desserviço às relações Brasil-França, ao livre comércio entre os países, com uma fala tão – para dizer o mínimo – infeliz, degradante. O Brasil vai responder na mesma medida, produzindo ainda mais alimento, alimentando o mundo com qualidade, respeito ambiental e sanidade animal que nós temos.

Muito obrigado, Senador Jaime, pelas considerações.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vou dar a palavra, agora, ao Senador Jayme. Iniciarei a votação para que os Parlamentares possam votar na matéria, enquanto o Senador Jayme faz uso da palavra.

Senador Jayme.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para, primeiramente, cumprimentar aqui e louvar a atitude desta Comissão de aprovar, com certeza, essa moção de repúdio a esse infeliz Deputado francês.

Isso nada mais é do que questão de comércio, de atividade comercial. Nós somos competitivos, e dizer que a carne brasileira... Eles não precisam comprar a carne brasileira, até porque isso não representa nada, não é verdade? É 0,2%, 0,3% de toda a exportação que nós fazemos. O que é ruim é ele fazer uma colocação daquela, condenando praticamente a nossa sanidade animal. Isso é muito ruim, não tem responsabilidade.

Infelizmente, isso tem acontecido quase recorrentemente em relação à questão de que o Brasil planta em áreas que não estão reguladas, como é o caso, agora, em Mato Grosso. Poucos dias atrás, as empresas, as *trades*, estavam fazendo moratória da soja. O senhor já imaginou as grandes *trades* fazerem uma política indecente como essa aí, prejudicando até mesmo... Nesse caso, particularmente, a nossa soja de Mato Grosso que não iria valer praticamente nada.

Entretanto, o Brasil é um país que tem o melhor código florestal do planeta. Aqui, ninguém pode desconhecer, as regras são rígidas, e nós as cumprimos literalmente. Agora, o produtor brasileiro é competente, nós produzimos de forma sustentável, produzimos, com certeza, com tecnologia, e isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem levado até ao cúmulo do absurdo de um Parlamentar do Congresso francês vir fazer essas acusações. Mas é bom porque nós fazemos uma ressalva aqui: por que ele não quer comprar carne nossa lá na França, e aqui no mercado inteiro compram de nós? Hoje, eles são os maiores na área dos supermercados atacadistas que vendem neste país, tanto o Carrefour como o Atacadão são do mesmo grupo francês.

Então, o Brasil precisa se impor mais diante de algumas situações. Lamentavelmente, os países estão querendo apontar o dedo sujo para a atividade aqui do campo do agronegócio brasileiro, mas eu tenho certeza absoluta de que nós estamos contribuindo, com certeza, com alimentos no mundo, ou seja, a segurança alimentar passa necessariamente pelo Brasil.

Vocês imaginam se o Brasil, que já reduziu a sua área plantada... Lá atrás para o dia de hoje, nós reduzimos 16% – 16% – sem derrubar um pé de árvore. Muito pelo contrário, só aproveitamos as áreas degradadas. E se nós fôssemos aproveitar as áreas degradadas do Brasil, nós teríamos, com certeza, a capacidade de produzir três vezes mais do que nós produzimos no dia de hoje.

Portanto, eu quero aqui dizer o seguinte: o nosso repúdio àqueles que querem meter aqui o dedo, querem apontar o dedo sujo e não fazem nada para melhorar, com certeza, a questão do clima do mundo.

Vou votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Sr. Senador Jayme Campos.

Solicito a V. Exa. que possa também votar na matéria neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Duas questões, Presidente.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Bagattoli, que fez o relatório ao nosso projeto, que institui lei à questão do Pronaf; nós trabalhamos hoje com uma questão de decreto. Por uma questão meramente processual aqui e de tempo, inclusive, para acelerar a votação, não expressei isso antes da votação, mas quero agradecer, e agradecer aos Parlamentares que estão votando favoravelmente a essa questão. O Pronaf é um programa... Se tem coisas que deram certo no Brasil, o Pronaf é uma delas, está certo? Então, instituiu, recuperou; é fundamental.

Com relação a essa questão da carne e das ações que primeiro começaram com o Carrefour e, agora, com o Deputado, acho que nós tomamos... o Governo, os empresários e agora o Parlamento tomaram as medidas no tom certo. A todo instante, desde o primeiro momento – quando foi feito aquilo pelo Carrefour –, o Governo, os empresários fizeram no tom certo o debate, e a posição brasileira foi correta. Por isso, eu votei favoravelmente aqui a uma moção de repúdio, porque entendo que não... é descabido, por outros motivos, porque estão querendo trabalhar essa posição de que a carne brasileira não estaria...

Pronto, nós queremos aqui saudar essa iniciativa da Comissão, e acho que fizemos num bom tempo e num termo certo a moção de repúdio.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Beto Faro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Plenário sobre se podemos encerrar a votação, atingido o número regimental. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Vamos agora ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 9 Sras. e Srs. Senadores; NÃO, nenhum.

Quórum: 10.

Está, portanto, aprovado o texto.

Será comunicada a decisão da Comissão do Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Antes de passarmos para o item 11, que seria o penúltimo item, solicito o nosso relatório, do item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2691, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Recuperação de Crédito dos Pequenos Agricultores – Desenrola Rural, altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e revoga o art. 4º da Lei nº 14.554, de 20 de abril de 2023.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CAE (T)

Esse item tem relatório nosso.

Como conversei anteriormente com o Senador Beto Faro, que pediu vista, vou fazer a leitura do voto e concedo vista coletiva para a próxima reunião, nesse acordo aqui de procedimentos.

Como já dito, este projeto de lei trata da criação do Programa Nacional de Recuperação de Crédito dos Pequenos Agricultores, o Desenrola Rural, e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei 14.166, de 10 de junho de 2021. Revoga o art. 4º da Lei 14.554, de 2023.

O voto é favorável ao projeto de lei, pelas razões que já estão expostas no relatório, que é de conhecimento de todos, porque já está no sistema, com as duas emendas também apresentadas.

Conforme solicitação do Senador Beto Faro, concedo vista coletiva, para que possamos apreciar a matéria na próxima reunião.

O último item da pauta, item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 5587, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo no Turno Único, será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

De autoria da nobre Senadora Jussara Lima e relatoria, *ad hoc*, do Senador Hamilton Mourão.

Relatora inicial: Senadora Professora Dorinha, União Brasil, Tocantins.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, não há ressalvas em relação à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é importante registrar que o PL aborda questões que devem, cada vez mais, demandar a atenção do poder público, especialmente o problema da sucessão rural, no caso de pequenas propriedades familiares, quando a divisão do imóvel, em virtude de partilha, é indesejável ou até mesmo inviável.

Quando o poder público atua para garantir a adequada sucessão em empreendimentos familiares rurais, ataca, ao mesmo tempo, dois problemas que poderiam ser gerados nessas situações: o aumento da concentração fundiária, quando o imóvel partilhado é vendido para proprietários de glebas maiores, e o desemprego, quando os herdeiros vocacionados para atividade agropecuária se veem sem terras para dar continuidade ao seu trabalho, tendo, por consequência, que emigrar para as cidades.

Outro ponto bastante relevante que o PL aborda é a oferta de capacitação no meio rural.

O Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores (PNSR-JA) é, portanto, meritório e tem o potencial de articular importantes políticas destinadas à agricultura familiar e contribuir para a melhoria do processo de sucessão no âmbito dos empreendimentos familiares rurais, bem como para tornar o trabalho no campo mais atrativo para os jovens agricultores.

Entendemos, contudo, haver oportunidade para que sejam promovidos aperfeiçoamentos ao texto do projeto. Por essa razão, oferecemos emenda para:

i) ajustar a nomenclatura da ação do poder público para que conste "política" em vez de "programa", por ser termo mais adequado ao nível de abstração da legislação ordinária;

ii) ampliar o escopo do projeto ao estabelecer o conceito de juventude rural e sucessão rural, para auxiliar na interpretação da futura norma;

iii) estabelecer que a Política de Juventude e Sucessão Rural seja formulada, gerida e executada em articulação com as políticas voltadas para a reforma agrária e com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

iv) definir as ações a serem executadas para o alcance dos objetivos do programa;

v) suprimir os dispositivos que tratam do FNSR-JA e de sua administração; bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vi) realizar diversos ajustes redacionais para o aperfeiçoamento do texto.

Ressaltamos que a supressão dos dispositivos que tratam do FNSR-JA e de sua administração tem apenas o objetivo de adequar o texto do projeto quanto à sua constitucionalidade formal e sanar eventual vício de iniciativa.

Ao regulamentar a lei resultante do PL, caberá ao Poder Executivo designar os órgãos responsáveis pela administração do programa, conforme preconizam os incisos IV e VI do art. 84 da Constituição Federal.

Dessa forma, Presidente, considerando o mérito da matéria e a oportunidade para aperfeiçoamento do texto, oferecemos emenda substitutiva que contempla todas as alterações descritas acima.

E, assim, somos pela aprovação do PL nº 5.587, de 2023, nos termos da emenda substitutiva que se segue.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Encerrado, Senador Hamilton?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Encerrado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado pela leitura do relatório.

A matéria está em discussão.

Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Boa tarde, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Alan Rick.

Eu gostaria de agradecer à Senadora Dorinha Seabra pelo brilhante relatório e também cumprimentar o nosso ilustre Senador Hamilton Mourão pela relatoria *ad hoc*.

Eu gostaria de falar que é uma satisfação estar presente aqui nesta sessão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para a apreciação por V. Exas. do PL 5.587, de 2023, de minha autoria, que trata da criação do Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores.

Esse projeto versa sobre tema essencial, haja vista a importância da agricultura no PIB brasileiro, em contraponto ao ritmo acelerado de envelhecimento da nossa população agrícola, agravado pelo fluxo cada vez mais intenso de jovens de comunidades rurais que optam por deixar suas raízes em busca de oportunidades nas áreas urbanas.

Esse movimento migratório ocorre por diversas razões. Dentre elas, a falta de estímulos do poder público para a permanência dos jovens no campo, como, por exemplo, a falta de acesso às novas tecnologias agrícolas e as dificuldades para a obtenção de crédito.

As consequências do abandono da agricultura familiar pelos jovens vão além da esfera econômica, impactando também a sustentabilidade das comunidades rurais e a capacidade das cidades de absorver saltos populacionais tão rapidamente. E, a longo prazo, a falta de um plano estratégico para a sucessão rural pode não apenas levar a uma queda na produção agrícola, mas também afetar a biodiversidade e o clima de diversas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, a implantação do Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores surge como estratégia oportuna. O programa oferecerá formação técnica e gerencial em agropecuária, abrindo portas para que os jovens se engajem na agricultura com uma abordagem moderna e eficiente.

Facilitando o acesso a crédito e terra, o programa será um mecanismo de inclusão, tornando a agricultura uma opção atraente e viável. E, ao promover práticas agrícolas sustentáveis, o programa se alinha com as metas globais de sustentabilidade, será um modelo de agricultura ambientalmente responsável.

Este programa tem o potencial de inibir a tendência de envelhecimento do setor agrícola e de reter jovens em comunidades diferentes.

A inclusão de comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais representa uma abordagem inclusiva, que considera as desigualdades sociais e econômicas muitas vezes acentuadas em áreas rurais.

Finalmente, agradeço de coração a sensibilidade da minha amiga Senadora Professora Dorinha na elaboração de relatório cuidadoso e colaborativo desse projeto de lei, recomendando sua aprovação aos membros desta importante Comissão, pela aprovação desse passo fundamental para o setor agrícola do nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento a Senadora Jussara Lima, autora deste projeto de lei.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem prevalência regimental.

Está iniciada a votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras podem votar pelo *notebook* ou pelo aplicativo no celular.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esta é a última votação, a última matéria desta reunião.

Solicito também a esta Secretaria que comunique aos demais Senadores, para que procedam à votação pelo aplicativo.

Alcançando o número regimental, encerraremos a votação.

Enquanto promovemos a votação da matéria, comunico, na posição de Presidente desta egrégia Comissão, informações sobre o Orçamento 2025.

Em conformidade com o cronograma oficial divulgado pela Comissão Mista de Orçamento, esta Presidência comunica às Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão o seguinte calendário para apresentação de emendas concomitantemente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLDO 2025 e PLOA 2025.

Abertura de prazo: nesta quinta-feira, 28 de novembro.

Encerramento: na segunda-feira, dia 2 de dezembro, impreterivelmente às 14h.

Deliberação: dia 4 de dezembro, quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contamos, portanto, com a colaboração dos pares para a estrita observância do prazo anunciado, em virtude da excepcionalidade da tramitação simultânea de ambos os projetos de lei de cunho orçamentário, o que tornou exígua a nossa janela de apreciação.

As propostas de emenda deverão ser elaboradas e enviadas exclusivamente pelo sistema de emendas, Lexor. A Secretaria da Comissão não está autorizada a receber emendas em outro formato ou por outro meio. (*Pausa.*)

Só um votinho.

Pronto, atingimos o número regimental: dez votos.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 9 Srs. e Sras. Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 10.

Está aprovado o substitutivo em turno único.

Consulto o Plenário se podemos realizar o turno suplementar na data de hoje. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, a matéria está em discussão, em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas em discussão suplementar, o substitutivo aprovado ao projeto no turno único é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Parabéns à Senadora Jussara Lima, ao relatório da Senadora Dorinha e ao Senador Hamilton Mourão, Relator *ad hoc* nesta Comissão.

Parabéns, Senadora.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jaime Bagattoli e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Alan Rick, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jorge Seif, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra ainda, a presença do senhor João Rabelo, Diretor do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB (Re) e o senhor Sérgio Bortolozzo, Presidente da Sociedade Rural Brasileira - SRB. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública (Req 28/2024-CRA), atendendo ao requerimento REQ 28/2024 - CRA, de autoria Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Finalidade: Debater a modernização do Seguro Rural no Brasil. Participantes: Vinicius Ratton Brandi, Subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira do Ministério da Fazenda; Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária; Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg; Guilherme Augusto Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Nilson Leitão, Presidente do Instituto Pensar Agropecuária - IPA; Alessandro Serafin Octaviani Luis, Superintendente de Seguros Privados - SUSEP; Gláucio Nogueira Toyama, Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais - FenSeg; e Rodolfo Jordão da Silva Filho, Analista Técnico-Institucional da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 29, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de colher informações sobre o abrupto aumento das alíquotas de importação de resinas plásticas, tendo por consequência o favorecimento de empresas monopolistas, como a Braskem, em prejuízo de todo o restante da cadeia produtiva nacional. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário-executivo da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); • a Senhora Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); • o Senhor José Ricardo Roriz Coelho, Presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST); • o Senhor Luiz Cornacchioni, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (ABRAFATI); • o Senhor Paulo Carvalho Engler Pinto Jr, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(ABIPLA); • o Senhor Lucas Ferraz, Professor de Economia na FGV/EESP e ex-Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia; • o Senhor Roberto Prisco Paraíso Ramos, CEO da Braskem." Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. Usam da palavra os Senadores: Sergio Moro, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze, Jorge Seif, Senadora Tereza Cristina e o Senador Jaime Bagattoli, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem, Senador Jaime Bagattoli.

Eu apresentei o Requerimento 29, de 2024, e eu queria pedir a vênia dos colegas Senadores para aprovar no começo desta sessão, porque o ano está se avizinhando do final, e a ideia era fazer essa audiência pública na próxima semana.

É um tema importante, inclusive, para a cadeia produtiva do agro.

Então, se pudéssemos só aprová-lo antes do início da audiência pública, eu seria todo agradecimento.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Você quer adiar?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pergunto ao Plenário se concorda com a inversão de pauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu não ouvi a Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Muito obrigado. Estou brincando.

Então, muito rapidamente aqui, trata-se do Requerimento 29, de 2024.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de colher informações sobre o abrupto aumento das alíquotas de importação de resinas plásticas, tendo por consequência o favorecimento de empresas monopolistas, como a Braskem, em prejuízo de todo o restante da cadeia produtiva nacional, inclusive a da agropecuária.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário-Executivo do MDIC; Sra. Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do MDIC; Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria do Plástico; Sr. Luiz Cornacchioni, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas; o Sr. Paulo Carvalho Engler Pinto Jr., Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene; o Sr. Lucas Ferraz, Professor de Economia na FGV e ex-Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia; o Sr. Roberto Prisco Paraíso Ramos, CEO da Braskem.

Justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presente requerimento tem por escopo debater a elevação abrupta pelo Governo Federal das alíquotas para importação de resinas plásticas.

Tal medida beneficia algumas poucas empresas no Brasil, como a Braskem e a Unipar, que já detêm um quase monopólio da produção nacional desses insumos e, consequentemente, prejudicam todo o restante da cadeia produtiva.

Com efeito, resinas termoplásticas, como o polietileno de alta densidade, o polietileno de baixa densidade, o polipropileno e o policloreto de vinila tiveram, recentemente, suas alíquotas de importação elevadas, de 12,6%, para 20%.

Tal elevação insere-se, ainda, em um quadro contínuo de aumentos durante a gestão do Governo Lula iniciada em janeiro de 2023.

A título ilustrativo, as alíquotas de importação do PVC e do PP eram de 4,4% até 31/03/2023, e agora já estão, como adiantado, em 20%.

Enquanto isso, a média da alíquota mundial praticada para importação desses produtos é de 7%.

Como se não bastasse, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços iniciou, a pedido da Braskem, investigações da prática de *dumping* nas exportações de alguns desses produtos para o Brasil.

Não é necessário lembrar que a Braskem, em passado não remoto, envolveu-se em relações espúrias com agentes públicos, tendo inclusive obtido da Petrobras, mediante suborno de um diretor, um contrato para o fornecimento de nafta por preço inferior àquele de referência internacional.

Não se afirma que algo inapropriado ou espúrio esteja ocorrendo agora, mas os episódios passados recomendam que o Congresso, como representante da população e no exercício do seu papel fiscalizador, faça um escrutínio rigoroso sobre as ações governamentais que possam resultar em benefícios para a Braskem em suas atividades empresariais.

Há ainda notícias de que a Novonor, a nova denominação da Odebrecht e atual controladora da Braskem, buscaria compradores para suas ações nas empresas e que a própria Petrobras estaria interessada. Assim, a proteção tarifária injustificada aos produtos da Braskem pode levar a uma valorização artificial das ações em prejuízo de uma eventual e futura aquisição pelos compradores – entre eles, a Petrobras.

Enfim, a elevação significativa de alíquotas para importação de insumos petroquímicos que já são produzidos no Brasil em regime de quase monopólio ou duopólio reclama explicações pormenorizadas por parte das autoridades governamentais, uma vez que gera ineficiência econômica, elevação de preços decorrente da restrição da concorrência, e tende a beneficiar poucas empresas em detrimento de todo o restante da cadeia produtiva.

A indicar a pertinência do assunto dentro das competências inerentes a esta Comissão, cumpre destacar que, na cadeia produtiva, o agronegócio é particularmente atingido pela elevação do preço da indústria de plásticos, dada sua versatilidade e larga utilização para as mais variadas finalidades – aqui cito fontes.

No setor do agronegócio, seu uso reduz perdas, facilita o manejo do solo e o controle das pragas.

Hoje, o consumo global de materiais plásticos para aplicações na agricultura já supera 6,5 milhões de toneladas, de acordo com informações da Abiplast.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No passado, o plástico era utilizado apenas como cobertura de estufas; no entanto, ele já substitui com sucesso outros materiais, como o vidro ou a palha, que era utilizada na cobertura de silos.

Assim, com esse objetivo, proponho a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para que a matéria possa ser debatida com profundidade pelos Parlamentares e pela sociedade.

Enfim, o que se vê é uma política do Governo Federal que favorece a Braskem e a Unipar na produção de plástico no Brasil. Isso está sendo feito mediante a elevação abrupta das alíquotas de importação desses produtos.

Como nós já vimos, no passado, relações espúrias do atual Governo Federal com essa empresa, não digo que algo esteja acontecendo nesse sentido no momento, mas precisamos fiscalizar isso com imenso rigor, até porque todo o prejudicado é a indústria nacional, que precisa do plástico, e aí ele é encarecido, e aí se exclui a cadeia produtiva da agropecuária – há larga utilização de plástico nessa cadeia produtiva para vários propósitos.

É isso, Sr. Presidente.

Agradeço a compreensão dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parabéns pelo seu requerimento, Senador Moro.

Em votação, requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu queria só queria fazer uma declaração ao ilustre e (*Fora do microfone.*) eminente Senador Sergio Moro.

Acho que o maior requerimento já proposto nesta Comissão e nas demais Comissões foi o do Sergio Moro, após 13 ou 14 anos que estou aqui. Ele já falou, já fez a justificativa, faltava só aqui já estar a audiência pública concretizada. (*Risos.*) Parabéns!

Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 29, de 2024, da CRA.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a modernização do seguro rural no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2024, da CRA, de iniciativa do Senador Jayme Campos e da Senadora Tereza Cristina.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0612211.

Antes de começar, a Senadora Tereza Cristina tem uma apresentação a fazer.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discursar.) – Muito obrigada, Senador Jaime Bagattoli.

Eu vou fazer um apanhado sobre o porquê de nós estarmos aqui discutindo e propondo uma lei para a modernização do seguro rural no Brasil, que é o PL 2.951, de 2024, da minha autoria e relatoria do Senador Jayme Campos.

Então, quero dizer para vocês da importância do seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que é importante o seguro rural? Porque ele protege o produtor rural de perdas inesperadas.

Nós temos uma indústria a céu aberto. Então, tem ano que chove muito, ano que chove pouco. Enfim, todos os intempéries que o produtor passa quando ele faz agricultura a céu aberto.

Então, o seguro rural, além de ele fazer com que o produtor se proteja de perdas inesperadas, podendo ele manter a sua capacidade financeira para honrar os compromissos quando ele tem problemas, arca com os custos do plantio da nova safra sem a necessidade do aumento de seu endividamento, o que nós vemos todos os anos, principalmente porque o Brasil é um país continental.

Então, se tem seca no Sul, o produtor perde por seca, aí ele não consegue pagar a sua dívida com o banco, aí ele precisa renegociar. Isso impacta o Tesouro, mas impacta sobremaneira a sua vida, a produção, porque ele não sabe se vai ter novo financiamento.

Enfim, é um círculo que não é virtuoso; é um círculo de problemas que ele acaba tendo ao longo dos anos.

Então, protege o produtor e as instituições financeiras, porque, nas operações de crédito, ele não perde o capital, recebe os recursos que foram emprestados e pode emprestar novamente. Então, não tem aquela insegurança que o produtor rural vive a cada ano, quando ele não tem um seguro para cobrir a sua safra.

Protege também as finanças públicas, principalmente. É aqui que eu quero chamar a atenção, porque eu acho que o Governo tem que ser o maior aliado de um projeto como esse, porque, todos os anos, quando nós fazemos um Plano Safra, é um problema arrumar recursos nesse orçamento curto que nós temos aí no país. Ele é pequeno hoje, para fazer frente ao tamanho da agricultura brasileira, que cresceu muito mais do que o Governo consegue emprestar com juros especiais, vamos assim dizer.

Quando o Governo... Se ele tiver o seguro, as instituições de crédito vão poder ter segurança, porque elas vão receber aquilo que elas emprestaram, e também eu acho que se pode diminuir as garantias, porque hoje o produtor é obrigado a colocá-las para tomar um empréstimo, seja ele menos de custeio, seja mais de investimento. Ele acaba tendo que dar uma garantia real, o seu patrimônio. Se ele tiver o seguro, essa garantia pode também ser diminuída.

Mas ainda utilizamos pouco o seguro no Brasil. Quando nós comparamos o Brasil, que é uma das maiores agriculturas do mundo, a quarta agricultura do mundo, a gente vê quão pequeno ainda é o seguro rural no nosso país.

E como é que nós devemos estruturar o mercado de seguro? É importante que a gente tenha uma abordagem ampla, que abranja um conjunto de instrumentos, de forma coordenada e harmônica, para que haja uma construção de uma rede de proteção ao produtor rural.

Então, aqui, neste projeto, nós estamos falando em aperfeiçoar os seguintes marcos regulatórios: a Lei nº 8.171, de 1991, que é a Lei de Política Agrícola; a Lei 10.823, de 2003, sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural; e a Lei Complementar 137, de 2010, sobre a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar de riscos do seguro rural.

E as inovações propostas nesse projeto de lei?

Na Lei nº 10.823, na subvenção econômica ao Prêmio de Seguro Rural, nós temos questões orçamentárias. As despesas com a subvenção econômica serão classificadas como operações oficiais de crédito, recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, precisa-se de uma base de dados, informações que devem ser prestadas pelas sociedades seguradoras em suas operações de seguro e pelo produtor rural. Como condição para acessar a subvenção econômica, ele também tem que fornecer dados referentes à sua atividade agropecuária, que vai ser segurada, com o objetivo da produção de estatísticas que facilitem os cálculos autoriais e a precificação do seguro rural.

Transparência na política pública.

Além de um banco de dados, há a construção de um manual codificando as regras que regem a subvenção ao seguro rural.

E o Conselho Monetário Nacional, que poderá dispor sobre a contratação de seguro rural nas operações de crédito, crédito rural.

Hoje nós vivemos uma incerteza todos os anos. Quanto é que vai ter de recursos alocados para o seguro rural? São 400 mil, 1 milhão, 1,4 milhão? De quanto é que nós precisamos? Com essa agricultura que a cada dia cresce, que a cada dia é maior, de quanto é que nós precisamos?

Então, o produtor não pode viver nessa incerteza, e as seguradoras também não podem viver nessa incerteza de saber quanto é que elas vão ter nessa subvenção.

Então, eu acho que as operações de crédito rural amparadas por um seguro rural robusto, amplo, terão benefícios e incentivos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, como taxas de juros em condições favorecidas ao tomador. Eu tenho certeza de que esse é o caminho, ou seja, o dia que a gente tiver essa lei de seguro implementada e de maneira correta para esse segmento.

Prioridade ao acesso do crédito rural, inclusive quando se tratar de prorrogação ou de renegociações, e o financiamento do prêmio do seguro.

Na Lei Complementar 137, de 2010, que é a participação da União no fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro, retirada de duas travas que são as principais à efetiva instituição, ou seja, são duas travas que atrapalham a instituição do fundo previsto desde 2010. É o setor privado que tem que manter a isenção dos tributos federais e o setor público, com a previsão de novas fontes de recurso para o aporte da União ao fundo, ou seja, esse fundo de participação acionária.

O fundo somente poderá auxiliar em operações de seguro rural que estejam contempladas em regra de zoneamento de risco agropecuário regulamentada pelo Poder Executivo Federal.

A participação das sociedades seguradoras e das sociedades resseguradoras do fundo tem que ser obrigatória para acesso ao programa de subvenção ao prêmio de seguro rural.

A participação no fundo das demais sociedades seguradoras e sociedades resseguradoras, bem como das empresas do agronegócio, das cooperativas de agropecuária, será então facultativa, nos termos do seu estatuto.

Reforço da governança no fundo é fundamental, instituição administradora com o conselho fiscal, e a importância do fundo de catástrofe na cobertura e precificação dos riscos.

Então, isso permitiria uma maior diluição dos riscos agropecuários entre os agentes públicos e privados, influenciando a precificação dos riscos pelas seguradoras e resseguradoras e, como consequência a isso, reduzindo os preços cobrados aos produtores rurais.

O PL 2.951, aqui nas suas considerações finais, busca aperfeiçoar os marcos legais relativos ao seguro rural através da efetiva instituição do Fundo de Cobertura Suplementar, um orçamento previsível para a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – acho que ninguém tem dúvida disso –, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento da governança de toda a rede de seguro rural que envolve a atuação, além do fundo, das seguradoras, das resseguradoras, dos peritos, dos corretores e dos órgãos reguladores, como a Susep, o CNSP e o próprio Conselho Monetário Nacional.

Como benefícios desse PL, esperamos que a instituição do Fundo de Cobertura Suplementar impacte a formação de preços, reduzindo os custos do setor produtivo, e que aumente a oferta de produtos adequados, mitigando o risco de vazio de seguro em alguns mercados específicos.

A ampliação do seguro tende a reduzir o custo nas operações de crédito. Nós já falamos que as taxas de juros devem ser mais baixas e sobre a retirada da exigência de outras garantias. Eu acho que isso aqui é um ponto que será muito importante e um atrativo muito grande para que o produtor venha cada vez mais tomar o seguro rural, principalmente neste momento de mudanças climáticas que a gente vive.

A ampliação do seguro rural melhorará a qualidade do gasto, eu não tenho dúvida disso, porque minimiza a necessidade de renegociação das dívidas rurais, aumenta a eficiência na utilização de recursos públicos alocados em outros instrumentos da política agrícola, como por exemplo o Proagro. No ano passado, gastaram-se R$9 bilhões somente com o Proagro, que é um seguro obrigatório para o pequeno produtor, para o produtor da agricultura familiar, e com a equalização do crédito rural.

Os principais desafios e obstáculos na implementação do fundo serão a alocação de recursos públicos ao longo dos anos para a sua sustentabilidade financeira, além da formação de uma equipe técnica especializada na instituição administradora desse fundo, dado que os aspectos são extremamente especializados e deverão ser decididos por esses gestores, por essa gestão.

Por fim, o aprofundamento do seguro rural no Brasil é um processo longo, mas que requer uma abordagem ampla, abrangendo um conjunto de instrumentos de forma coordenada e harmônica.

Eu acho que esses são os pilares, as bases para que a gente tenha um seguro rural moderno, eficiente, que dê segurança aos produtores rurais, às instituições financeiras e ao próprio Governo Federal, e que, com isso, eu tenho certeza de que a dependência da agricultura comercial, que hoje já tem uma série de ferramentas financeiras que não dependem mais só do Governo Federal, do Plano Safra.

Eu acho que esse é um mercado que pode crescer, e que pode vir mais gente para emprestar recursos para essa agricultura pujante, moderna e sustentável que nós temos no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina, pela sua explanação.

E após eu passar já, vou passar a Presidência para você conduzir esta audiência pública aqui, na condição de Presidenta. E eu queria fazer depois um pequeno comentário sobre essa situação do seguro rural. Mas eu passo a Presidência a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senadora, obrigado, Presidente.

Eu quero falar, assim, da suma importância que nós temos nesse projeto do seguro rural no Brasil. Nós sabemos que o Brasil praticamente é um continente, não é isso, Senador Jayme Campos? E nós temos diversas situações, diversas regiões, no Sul, no Sudeste, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a grande importância de nós termos um seguro rural, e esse seguro vai nos garantir, principalmente para os pequenos e os médios produtores, as cooperativas, vai dar mais segurança para as cooperativas na situação de financiamento, na situação de nós diminuirmos as taxas de juros no Brasil, do custeio rural.

Mas para isso, nós precisamos do empenho do Governo Federal. O Governo Federal tem que entender que, através desse projeto, o Governo vai ter que colocar, dentro desse projeto, aprovando esse projeto do PL 2.951, ele vai garantir... O Governo Federal tem que entender que ele precisa não só colaborar, não com os valores que estão hoje, mas nós precisamos de um valor expressivo hoje, para que isso dê tranquilidade ao nosso produtor. E só assim, nós vamos conseguir diminuir as taxas de juros, diminuir os riscos e dar mais garantias para os nossos produtores rurais.

Parabéns, Senadora Tereza Cristina, parabéns ao Relator Jayme Campos.

Eu tenho certeza de que esse projeto, independente de quem esteja no Governo, o Governo vai entender que isso é de suma importância para a produção, para o agronegócio brasileiro. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Jaime Bagattoli.

Nós agora vamos compor a mesa, e como são oito palestrantes aqui, nós vamos, oito oradores, eu vou dividir a mesa em duas. Vamos convidar quatro oradores, depois fazemos as perguntas, depois mais quatro oradores, com cinco minutos mais dois minutos de acréscimo para quem achar necessário.

Então eu quero convidar a CNA, o Sr. Guilherme Augusto Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Quero convidar o Ministério da Agricultura (Mapa), o Secretário Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Quero convidar a CNSeg, o Dr. Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

E quero convidar o Ministério da Fazenda, o Sr. Vinicius Ratton Brandi, Subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira do Ministério da Fazenda.

Sejam todos muito bem-vindos, por favor.

Ei, Guilherme, tudo bom? Prazer em vê-lo.

Olá. Como vai? (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ministra Tereza?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quero apenas um segundo de V. Exa. Eu vou ter que ir à Comissão de Orçamento agora, porque eu sou Vice-Presidente, ser Relator Setorial do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas daqui a pouquinho vou voltar, por sinal, como Relator da matéria tão importante do Projeto 2.951. Eu tenho quase a obrigação de ouvir as autoridades, em que pese muitos que estão aqui já terem estado conosco lá em Cuiabá, há 30 dias, mais ou menos, quando realizamos um evento, por sinal, muito proveitoso.

Eu quero deixar muito bem claro aqui registrado que o nosso propósito é fazer de forma zelosa o relatório, para que certamente possamos construir um projeto que fica para o futuro, sobretudo liderado e capitaneado por essa nossa maestra aqui, essa mulher valorosa, competente, que é a Ministra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tereza, que tem um conhecimento extraordinário. Certamente, o projeto que é proposto também teve a contribuição de vários segmentos do nosso país, particularmente do agronegócio, do seguro, etc., etc.

Portanto, eu caminharei até lá, mas pretendo voltar para fazer até algumas indagações aos nossos convidados.

Muito obrigado, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigado, Senador Jayme. Aguardamos o senhor ansiosamente.

Aqui é assim, nesta Casa, as coisas acontecem todas ao mesmo tempo. Então, a gente não consegue participar integralmente de tudo, mas vai lá que é importante, Senador.

Bom, então eu vou conceder a palavra ao Vinicius, Subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira do Ministério da Fazenda, para suas considerações.

Cinco minutos – mais dois, se for necessário. Se precisar de três, a gente dá três também.

Seja bem-vindo.

O SR. VINICIUS RATTON BRANDI (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Para mim, é uma satisfação muito grande estar aqui discutindo esse tema tão importante.

Eu agradeço a oportunidade, ao Presidente, pelo requerimento.

Vou falar de um setor que, de certa forma, é orgulho nacional, está bem ligado à identidade nacional, é um setor bastante relevante para a economia; com sua capacidade não só de geração de emprego, geração de renda também, importante nas relações internacionais, exportações, balança comercial, um setor que tem contribuído muito para gerar produtividade da economia também, então, enfim.

E quero falar também do mercado de seguros. O mercado de seguros é uma visão que eu acho que é compartilhada, bastante consensual em relação ao potencial que o mercado de seguros tem para contribuir para o país. Acho que a gente tem um espaço ainda muito grande de desenvolvimento.

Em particular, em relação ao agro, é o produto seguro, como foi bem demonstrado aqui na apresentação da Senadora, com essa capacidade de induzir ganhos de produtividade na atuação das seguradoras, no processo de seleção de escolha de riscos, no processo de regulação dos sinistros, que acaba induzindo boas práticas operacionais, boas práticas de gestão, adoção de boas tecnologias, adoção de bons processos operacionais. Isso acaba trazendo ganhos de produtividade para a economia.

Então, a atuação do mercado de seguros é extremamente importante também na questão da proteção ao produtor. Então tem aspectos sociais também envolvidos aí. A gente está falando muitas vezes de produtores individuais, às vezes de produtores menores. Enfim, esse aspecto é importante.

E há a questão do mutualismo, que o seguro traz na mitigação de risco também. Ele traz ganhos de eficiência em compartilhar risco, em evitar que, em algumas situações de sinistros, em algumas situações de perda, a gente tenha interrupção de atividade produtiva e tenha aquele prejuízo compartilhado por todos, o que acaba mitigando os efeitos, os impactos de catástrofe. Por esse motivo, inclusive, que o segmento de seguro rural é um segmento que, no mundo inteiro, o Governo tem atuado em parceria com o setor privado para definir mecanismos de atuação conjunta e gerar cobertura e incentivos, para que os produtores rurais adotem o seguro rural. A gente vê, das mais diversas formas, a atuação por meio de operações de cosseguro, por meio de resseguro público, por criação de fundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que tem de comum – os mecanismos são os mais variados – é esta necessidade mesmo de uma atuação do setor privado com o setor público, para induzir essas boas práticas, induzir a atuação do setor de seguros no setor rural, inclusive. Então, assim, a nossa visão em relação ao problema que a gente vive no Brasil é este: a gente tem uma necessidade grande de ampliação da capacidade de cobertura de seguro como um todo e de seguro rural em especial.

Olhando números da CNseg mesmo, a nossa área coberta por seguro no Brasil hoje eu acho que não chega a 10% da área cultivada. Então, assim, há um potencial de crescimento muito grande. A gente tem necessidade de complementar a capacidade de resseguro também. O resseguro privado, sozinho, não tem o incentivo e a capacidade para prover cobertura de resseguro. Então há necessidade de mecanismos adicionais. A gente tem um fundo hoje que é o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que, pela lei vigente, Lei Complementar 137, acabou sendo extinto após o início da operação do Fundo de Catástrofe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS RATTON BRANDI – É fundo que tem muitas dificuldades para a sua operação. Então a gente precisa realmente do...

Esse foi o meu tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, pode ir.

O SR. VINICIUS RATTON BRANDI – Não, não é? (*Pausa.*)

Tá joia!

De fato, a gente precisa ter um fundo de estabilização para complementar a necessidade de cobertura de riscos do seguimento rural.

Eu acho que essa discussão vem em muito boa hora. O Conselho Monetário Nacional e os órgãos de regulação do sistema financeiro vêm discutindo formas de criar incentivos cada vez mais para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Então, o projeto traz um pouco esta questão de vincular a atuação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural à utilização do Fundo de Catástrofe. Então, tem um ganho de trazer mais demanda, mais riscos para o fundo, e acaba tendo ganhos de produtividade e de eficiência, pela diversificação de riscos. Isso é bastante importante.

Enfim, no Ministério da Fazenda, a gente vem coordenando uma discussão, pela Secretaria de Reformas Econômicas, com as áreas técnicas da Secretaria de Política Econômica, da Susep e do Tesouro Nacional. Então, a gente entende que o projeto é extremamente importante. A gente tem aprofundado as discussões e quer contribuir também para esse debate. Eu acho que tem vários pontos ali que a gente quer estudar para entender melhor e ver como a gente pode trazer mais contribuições para esse debate.

Vou citar apenas alguns pontos que são importantes na nossa visão.

Essa questão da governança do fundo também. A questão de a legislação trazer segurança para que o fundo seja sustentável ao longo do tempo, eu acho que é importante, para que os produtores e as seguradoras possam aderir a ele, a credibilidade em relação a sua sustentabilidade.

A questão da obrigatoriedade de cobertura do fundo para participar do PSR realmente acho que é uma inovação que também traz... Eu acho que é uma das grandes mudanças estruturais no desenho do fundo, que acaba trazendo mais vantagens em relação até à precificação, um produto ter uma precificação mais barata, mais acessível também, porque isso acaba impactando o preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma discussão que a gente vem tendo também é em relação às letras de risco de seguro. Até que ponto faz sentido o fundo adquirir letras de risco de seguro, de riscos que não são correlacionados ao risco nacional? Será que esse é um instrumento que pode ser usado para o fundo também prover coberturas de riscos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS RATTON BRANDI – ... de seguro por meio das LRS?

Então, são vários temas, Senadora.

Parabenizo a senhora pela autoria do projeto. É um projeto bem oportuno, traz contribuições relevantes, e a gente vem discutindo, no âmbito da Fazenda, possibilidades de sugestões de aprimoramento e de aperfeiçoamento. No momento oportuno, a gente gostaria de trazê-las para o conhecimento do Congresso, do Senado para a gente avançar nesse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dr. Vinicius.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Tereza, perdoe-me.

Eles falam, e, depois, a senhora abre?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, tá.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Está bom?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vou ao gabinete e já volto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isto que eu vou combinar aqui: nós ouvimos os quatro, e aí a gente recebe as perguntas e as responde de três em três. Está bom?

Então, eu passo agora a palavra para o Dr. Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Guilherme, é com você.

O SR. GUILHERME CAMPOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado pela oportunidade de estar aqui representando o Mapa nesta Comissão do Senado de extrema importância nesse assunto.

A Senadora Tereza Cristina, que nos brindou com seu talento enquanto Ministra e enquanto Deputada, sabe muito bem desse tema, é autora de um projeto que versa sobre esse assunto. Com todos aqueles que estão convidados a participar para debater esse tema, é uma oportunidade ímpar de a gente ter essa conversa.

Na pessoa do Senador Heinze, cumprimento todos os Senadores presentes; o amigo Sérgio Bortolozzo, da Sociedade Rural Brasileira; o Deputado Nilson Leitão, do IPA; e tantos outros que nos brindam com a sua presença.

Seguro rural, seguro no agro. Acho que todo mundo tem a mesma leitura e a mesma avaliação. O modelo atual exauriu, não tem mais como dar conta do agro brasileiro.

O Plano Safra, que é o plano de Estado e o plano de governo mais longevo existente – começou lá atrás, com o Ministro Cabrera –, vem sendo o grande responsável pela expansão do agro; e, mesmo assim, com essa sua longevidade e com essa sua capacidade e sua pujança, neste ano chegando perto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$0,5 bilhão em aportes e subvenção da União, não é mais o grande responsável por financiar e custear o setor agro, a agroindústria, o setor que deixa o Brasil nessa condição de líder em tantas e tantas atividades.

O Plano Safra é mais ou menos um terço de tudo aquilo que o agro precisa para poder rodar ao longo do ano. É um terço do Plano Safra, um terço dos agentes financeiros, e outro terço do capital próprio e de outras possibilidades de financiamento. E o seguro rural está em um tamanho muito aquém da sua necessidade.

Senadora, desde que eu trato deste assunto, no tempo de Parlamentar ainda, é R$1 bilhão que se consegue, e são R$5 bilhões o que se pede – isso vem de mais de década.

E nós temos ainda um outro componente nesta equação, que é o Proagro, que também é uma forma de se segurarem, principalmente, os agricultores de menor porte, que também devem entrar nesse escopo, devem entrar nessa visão de como deve ser custeado e como deve ser alavancado o seguro.

Vamos repetir à exaustão que a necessidade do seguro é cada vez mais presente, com os fenômenos climáticos extremos acontecendo de uma maneira mais frequente, o risco da atividade agrícola cada vez maior, e nós precisamos achar a fórmula para diminuir esse risco, mitigar esse risco e expandir o seguro.

É uma preocupação do Ministro Carlos Fávaro, é uma preocupação deste Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS – ... liderado pelo Presidente Lula, para que possamos apresentar uma nova forma de se segurar o agro brasileiro.

Do jeito que está, estamos muito limitados e precisamos aproveitar este momento, com a apresentação desses projetos, o projeto de sua autoria, o fato de trazer para uma Comissão tão importante no Senado, como esta, e colocar este assunto na pauta.

Já está marcado para o ano que vem um grande congresso latino-americano de seguros, para acontecer aqui no Brasil, para se discutir este tema, e que nós vejamos os modelos de sucesso mundo afora e que possamos adaptar esses modelos de sucesso aqui, no Brasil.

É um processo que está em construção dentro do Ministério, agradeço a toda a equipe da Diretoria de Risco, representada pelo Diego Almeida, que nos acompanha aqui, e quero colocar o Ministério à disposição do setor, o Ministério à disposição do Senado, para que nós possamos construir a várias mãos, porque não é uma tarefa fácil. Tudo passa no tamanho de quanto o Governo, o Governo Federal, e as parcerias com os governos estaduais e municipais possam ajudar na subvenção aos produtores rurais, porque vai ser a grande pedra de toque, o quanto vai ser o aporte para a ajuda no prêmio dos seguros.

Nós não teremos jeito, teremos que apresentar uma solução, uma solução que seja a mais abrangente possível, de uma maneira mais transparente, mais rápida, usando todos os recursos de tecnologia que nós temos disponíveis e colocar para valer em andamento.

O nosso desejo, o nosso planejamento é que possamos apresentar já para o próximo Plano Safra um novo modelo, uma nova proposta para o seguro rural que deva ser colocada aos produtores de todo o país, de todos os tamanhos, do familiar, do pequeno, do médio, até do grande produtor. O grande se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vira, não é? O grande tem muitas alternativas, mas principalmente os médios e os pequenos precisam ter aí uma política bem clara de quanto pode ser colocado à disposição e ser implementado em sua atividade.

Seriam essas palavras que eu gostaria de falar para vocês, agradeço a oportunidade mais uma vez e parabenizo-os por esta audiência.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Guilherme, Secretário Guilherme, e precisa vontade política, porque esse assunto é um assunto recorrente.

Eu fui Ministra também e sofri essa agonia de não saber quanto é que a gente iria ter de liberação para o seguro rural, para a subvenção do seguro rural.

Então, você vai aos Estados Unidos e você vê a importância que se dá para o produtor americano. O seguro, o fundo de seguro deles lá é 45 bilhões e o Tesouro não pode... Se tiver problema, o Tesouro tem que aportar, não existe contingenciamento.

Tudo bem que é outra economia! Eles fazem lá 24, 25 trilhões por ano, é o tamanho do PIB, mas nós, com uma agricultura do tamanho da nossa, com o crescimento que a gente pode ter, esse é um assunto que não pode mais esperar. Nós precisamos nos debruçar sobre ele e resolver.

Então, eu fico muito feliz também de ser uma das prioridades do Ministro Fávaro junto com o senhor, no Ministério da Agricultura.

Eu quero passar agora a palavra para o Sr. Dyogo Oliveira.

Dyogo, é com você.

O SR. DYOGO OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Muito boa tarde, senhoras e senhores, muito obrigado pelo convite.

Dada a exiguidade do tempo, eu vou até ir direto ao ponto aqui.

Se puder colocar a apresentação, pessoal, eu vou inverter um pouco a ordem aqui e vou direto ao último eslaide, que vai um pouco na linha do que a Senadora está colocando, que é a comparação.

Todos sabem que o Brasil disputa com os Estados Unidos, ano a ano, o primeiro e o segundo lugares nas mais diferentes culturas e nos mais diferentes produtos do agronegócio. E os Estados Unidos têm um amplo e robusto programa de seguro. Na verdade, o seguro lá é praticamente obrigatório, porque quem não tem seguro não tem acesso aos programas de Governo, não tem acesso aos créditos, não tem acesso à assistência técnica, a todos os programas que o Governo oferece, nos Estados Unidos, o agricultor só tem acesso se tiver o seguro.

Então, nos Estados Unidos, a área segurada são 218 milhões de hectares; no Brasil, 6 milhões de hectares. Aqui o ano base é 2023. O valor total segurado, 1 trilhão nos Estados Unidos; no Brasil, 38 bilhões. A subvenção ao prêmio, nos Estados Unidos, R$63 bilhões; no Brasil, menos de R$1 bilhão. A subvenção média, nos Estados Unidos, é 62% do valor do prêmio; no Brasil, é 30% do valor do prêmio.

Então, só aí, a gente vê a completa diferença da maneira como essa questão está sendo tratada entre os dois maiores competidores do mundo. E sem nenhuma arrogância nisso, eu acho que nós é que estamos errados. Certamente essa maneira como eles lidam com os riscos é muito mais adequada do que a nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil foi um país que, durante muito tempo, a gente considerou um país não catastrófico do ponto de vista de clima. O Brasil era considerado um país não catastrófico do ponto de vista de seguro climático. Os últimos cinco anos mostraram um cenário totalmente diferente. Só no seguro rural, eu estimo que a gente deve ter pago, nesses últimos cinco anos, alguma coisa em torno de R$15 bilhões em indenizações.

A outra questão que eu acho importante salientar...

Aqui, se puder voltar os eslaides para o início.

A outra coisa que eu acho importante salientar é que o Programa de Seguro Rural no Brasil é um programa voltado para pequenos e médios produtores: 95% das apólices são para pequenos e médios produtores. Outra informação importante: 80% dos segurados têm uma área total de menos de 100ha; portanto, às vezes, há certa confusão de que, "ah, não, o PSR é para grandes produtores." Não é; é para pequenos e médios produtores.

E por que a gente tem insistido na expansão do seguro rural? Por alguns motivos que foram mencionados aqui, que eu vou tentar só organizar.

Eu entendo... Só para a senhora saber, Senadora, eu sou de família de produtor rural, pequeno produtor rural. E eu vivi, desde a infância, essa realidade dos impactos das perdas, por seca, por enchente, e o impacto disso na vida do produtor rural. O produtor rural, quando perde uma safra, não perde só a safra; às vezes, ele perde a propriedade, às vezes, ele tem que vender um outro imóvel, às vezes, tem que vender os equipamentos. É um impacto brutal, que impacta na produtividade do ano seguinte. Então é menos capacidade de fazer trato da terra, de fazer uma correta adubação, quer dizer, reduz toda a capacidade e aumenta o endividamento.

E a solução que foi dada, ao longo do tempo, no Brasil, foi renegociar as dívidas. Não, vá lá e renegocie de novo. Eu acho que todos aqui já passaram por isso e o final dessa linha é que o acúmulo de dívidas vai ficando. Tem produtor aí que tem dívidas de 20 anos atrás, depois renegociou, aí tem a de 10, a de 5 e a do ano; e isso vai comprometendo a capacidade do produtor. Então, a solução do seguro rural é a solução inteligente, porque o produtor foge desse risco.

O Brasil teve, nos últimos dez anos, R$300 bilhões em perdas decorrentes de incidentes climáticos; desses, 70% são do agronegócio. Então, eu acho que esse é um risco hoje muito mais presente no dia a dia do que já foi no passado.

Eu vou passar aqui rapidamente a comparação entre os diferentes programas, para a gente entender o quanto a gente precisa ampliar o nosso programa; o nosso programa é um programa tímido em dimensão e em escopo.

Se puder passar adiante.

O modelo americano é um modelo estruturado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que é o Ministério da Agricultura lá, e tem uma agência de gestão de risco, que faz a definição das condições do seguro, das apólices.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Como eu disse, os agricultores são obrigados a contratar esse seguro multirrisco, e as seguradoras são credenciadas dentro desse sistema. Hoje, existem 12 seguradoras credenciadas nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seguro lá cobre perda de produção, receita, margem bruta, perda de qualidade dos produtos e algumas coisas específicas, por exemplo, contra certos tipos de fungos e também riscos parametrizados.

Então, é um programa amplo de seguros, e o Governo subsidia, assim como no Brasil, o prêmio do agricultor e tem um sistema de equalização dos custos da seguradora – é um sistema no qual você amarra as duas pontas.

Então, digamos assim, há uma garantia, para todos os que estão dentro do sistema, de que o custo vai ficar dentro de um certo parâmetro e a rentabilidade também, tanto dos produtores quanto das seguradoras.

Pode passar ao próximo.

O modelo espanhol é um modelo menor também, em tamanho e escopo. Eles têm, na verdade, um sistema de cosseguro. Para quem não conhece o setor de seguros, cosseguro é um sistema no qual as seguradoras se associam, para fazer frente a um determinado risco. Então, na verdade, é um *pool* de seguradoras; elas se juntam e atuam, como se fossem uma única entidade.

O resseguro é feito por uma entidade pública, que é o Consórcio de Compensação de Seguros, que retém as perdas extraordinárias. Então, até um certo nível de perda, as seguradoras absorvem, pagam as indenizações e, quando extrapola ali um certo valor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DYOGO OLIVEIRA – ... ele atinge esse Consórcio de Compensação.

O tipo de seguro, basicamente, é um seguro de produtividade e é paramétrico, o que facilita o pagamento; e existe uma subvenção ao prêmio, assim como no Brasil.

Então, o nosso seguro hoje é um seguro limitado em termos de montante, como a gente viu, e, em termos de cobertura, ele também basicamente cobre perdas de produção. E eu acho que esse é um outro debate que a gente precisa ter também, que é o da expansão para outras coberturas.

E, aí, nós temos também, no setor de seguros aqui, um dever de casa a respeito disso, e a gente tem disposição para ter esse debate também. Eu acho que é plenamente viável estruturarem-se produtos que combinem opções de mercado financeiro com seguro e oferecer um seguro, por exemplo, de receita de faturamento para o segurado. Acho que isso teria uma atratividade também.

Então, eu acho que a gente está num momento muito interessante desse debate. Queria parabenizar a Senadora Tereza Cristina pela iniciativa e parabenizar, já antecipadamente, o Senador Jayme Campos pelo excelente relatório que ele certamente fará. (*Risos.*)

Colocamo-nos aqui à disposição para participar desse debate e contribuir no que for possível.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dr. Dyogo.

É isso mesmo. Nós temos que solidificar o seguro hoje da renda do produtor, mas, depois, nós temos que abrir e expandir – eu não tenho dúvida – para outros tipos de seguros. E eu tenho certeza de que, criando essa cultura do seguro, nós vamos poder ter outros tipos de seguro para que o produtor rural tenha aí as suas garantias.

Quero chamar agora o...

O SR. GUILHERME CAMPOS (*Fora do microfone.*) – Guilherme também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... Guilherme também. Então, Guilherme...

O SR. GUILHERME CAMPOS (*Fora do microfone.*) – Mas esse é Augusto; eu sou só Campos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Guilherme Augusto Costa Rios, da CNA.

Vamos lá, Guilherme.

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS (Para expor.) – Senadora, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

Quero agradecer o convite em nome do nosso Presidente, Sr. João Martins.

A gente já teve um encontro no Mato Grosso, não é, Senadora? Houve ali uma discussão com a base, que foi muito boa, trouxe um norte para a gente sobre o que esse projeto pode mudar.

Fico muito feliz também de que o Secretário Guilherme esteja aqui. Eu acredito que o Ministério da Agricultura é peça fundamental, além da política, é claro, para que a gente consiga efetivar todas essas medidas e reconhecer o trabalho do Ministério da Agricultura, mesmo diante de todas as dificuldades que a gente entende que são mais orçamentárias do que técnicas. Foi feito um trabalho excelente. O próprio Diego aqui sempre está discutindo com a gente essas questões, e é de fato um trabalho excelente.

Senadora, antes de entrar no mérito do projeto, eu gostaria de trazer um panorama das dificuldades que o setor tem enfrentado em relação ao clima e o que isso tem causado.

Se puder passar para o próximo eslaide, por favor...

Bom, aqui eu trago os dados fechados de 2023 em relação ao seguro rural. No ano passado, contando a parte subvencionada e a não subvencionada, nós cobrimos 11,4 milhões de hectares. Isso dá em torno de 16% da nossa área com agricultura. É uma área bem aquém se você parar para pensar na representatividade que esse setor tem no PIB brasileiro. Então, a gente está muito distante do que deveria cobrir. O pessoal da CNseg trouxe os dados dos Estados Unidos, país que é um competidor do mercado com a gente. Eles estão bem à frente; a gente está bem atrás no que se refere à gestão de risco.

Próximo eslaide, por favor.

Aqui eu trago um detalhamento, ano a ano, da área coberta com o seguro rural. A gente vê ali que, em 2020 e 2021 – anos, inclusive, em que a Senadora Tereza era Ministra da Agricultura, e a gente teve um olhar diferenciado para o PSR –, a gente alcançou nosso recorde de área coberta. Porém, desde então, essa área vem caindo. E, em 2023, houve a menor área coberta de forma geral no Brasil desde 2019.

Próximo eslaide.

E esse cenário de enfraquecimento dessa ferramenta vem num cenário climático bem preocupante para o produtor.

Neste gráfico, eu trago os intervalos de ocorrência entre os fenômenos El Niño e La Niña. A gente vê que, nas barras em cinza, que são os períodos de neutralidade, a gente tinha um espaçamento maior no passado. Era comum ouvir o produtor falando: "A cada quatro safras, eu perco uma". Porém, isso não tem ocorrido mais. A gente vê que o período entre um fenômeno e outro se estreitou, então, a gente atravessa uma safra e acaba, sai de um fenômeno e entra em outro, prejudicando o produtor. Aqueles períodos de tranquilidade que o produtor tinha em que ele falava: "A cada quatro, eu perco uma", isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem ocorrido mais. Então, ano após ano, ou o produtor encara o problema com excesso de chuva ou com seca, alternando entre um fenômeno e outro, o El Niño e o La Niña.

O próximo eslaide, por favor.

Reforçando isso, eu trago esses dados do próprio Ministério da Agricultura, que mostra que as quebras de safras têm deixado de ocorrer de forma regionalizada. A gente via que, no passado – esses dados pegam de 2000 a 2021 –, a gente tinha quebras de safras de forma localizada em algumas regiões. Porém, de algum tempo para cá, isso tem deixado de ocorrer, e a gente tem visto problemas com quebras de safras em diversas regiões de uma vez só. Então, é um cenário bem preocupante que a gente vem enfrentando em relação às questões climáticas no momento em que a nossa principal ferramenta de gestão de risco, que é o seguro rural, está bem enfraquecida.

O próximo eslaide, por favor.

Aqui já trazemos um cenário mais recente. Este gráfico detalha a inadimplência da carteira com crédito rural. Recursos livres – aquelas taxas definidas pelo mercado – são a barra verde, a linha verde; e as taxas direcionadas são a linha amarela. A gente vê que, de setembro de 2023 a setembro de 2024, teve um aumento considerável. As taxas definidas pelo mercado passaram de 1% de inadimplência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS – ... em 2023 para 3,5% em setembro de 2024. Então, muitos desses produtores foram produtores que não conseguiram contar com ferramentas de gestão de risco e agora estão solicitando medidas de renegociação e prorrogação.

Aí a gente pergunta: quanto será que vai ser gasto ou foi gasto com renegociações dessas operações de crédito rural? Será que se a gente tivesse aportado um orçamento robusto no PSR, lá no passado, para poder garantir esses produtores aqui, será que a gente estaria enfrentando esse cenário de inadimplência?

Esse cenário aqui traz desconfiança para o mercado de crédito. Os bancos, por não terem esse mitigador de risco, acabam elevando a sua régua de análise de crédito, e o produtor fica com dificuldade de acessar crédito em um momento bem delicado. A gente está com a Selic elevada, o dólar está bem elevado, e o produtor enfrenta esse cenário aí de dificuldade sem ferramenta de mitigação de risco. Essa ferramenta, uma vez que ela é a principal chave de acesso para o mercado de crédito, debilitada, em sua ausência, o produtor não acessa nem mesmo o crédito rural.

O próximo eslaide, por favor.

Aqui eu trago apenas uma comparação entre o Proagro e o PSR em termos de eficiência. A gente não desmerece o Proagro. A gente sabe que o Proagro muitas vezes é a única ferramenta que produtores possuem. Eu trago o exemplo de produtores de mandioca. Se não for o Proagro, eles não conseguem acessar nenhuma ferramenta de mitigação de risco. Então, o Proagro é extremamente importante, porém, a gente sabe que ele tem alguns problemas de governança e de eficiência.

Quando a gente olha, no ano passado, o Proagro arrecadou R$1,95 bilhão no adicional e pagou R$8 bilhões em indenizações. Ele teve uma sinistralidade, se a gente utilizar os mesmos termos do mercado de seguros, de 428%. Enquanto o PSR teve um orçamento aplicado de R$0,91 bilhão – 900 milhões – e cobriu uma área de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS – ... 6,24 milhões de hectares, o Proagro teve um custo dez vezes maior e cobriu apenas 4,7 milhões de hectares.

Então a gente tem ferramentas disponíveis para aqueles que estão em dificuldade e merecem ali ter todas essas adaptações que o projeto, por exemplo, traz, não desmerecendo o Proagro também, como a única ferramenta para um grande grupo, inclusive o Proagro para a agricultura familiar, que tem a possibilidade de ter o Garantia de Renda Mínima, que é um suporte para esse pequeno produtor que está contratando crédito. Então a gente tem duas ferramentas que estão em dificuldades em momentos diferentes: uma com gasto excessivo de orçamento; e a outra com um orçamento bem enxuto ali, precisando de maiores aportes.

Próximo eslaide, por favor.

Aqui, Senadora, eu não vou entrar no detalhamento, porém, a gente vem desenvolvendo um trabalho também em um GT de seguros rurais do IPA, e a gente fez uma pesquisa com os produtores para ver quais são as principais reclamações...

(*Soa a campainha.*)

... em relação ao seguro rural. E aqui a gente, com o apoio das federações de agricultura e pecuária, levantou um quadro, foram diversas questões, mas eu trouxe um recorte de quais seriam as principais reclamações. Os produtores apontaram que não têm oferta de seguro em algumas regiões; os produtos que são ofertados não são aderentes; a subvenção é insuficiente; tem problemas com a corretagem; o produtor compra um produto achando que ele está coberto ali por diversos riscos, porém, quando ele vai acionar, ele não está coberto; a gente tem em questão alguns produtores argumentando que a produtividade ofertada – algumas regiões utilizam a média do IBGE – não condiz com a realidade deles. Então são diversas as dificuldades que a gente precisa trabalhar para poder ofertar, de fato, ali um produto que seja aderente para o produtor, ou pelo menos ofertar. Algumas regiões, como o Norte, o Nordeste, os produtores apontaram que nem mesmo oferta eles estão tendo. Então se eles não utilizarem o Proagro quando financiar, eles ficam sem acesso a nenhuma ferramenta, e aí a gente sabe da dificuldade de acessar inclusive o mercado de crédito.

Próximo eslaide, por favor.

E tendo um resumo desse cenário que eu trouxe, a gente vê que a subvenção é fundamental, porém, ela precisa estar numa estrutura maior. O que essa estrutura tem que trazer junto com ela? O seguro ofertando produtos adequados; um resseguro fortalecido, trazendo proteção às seguradoras; um fundo de estabilização, que aí também seria um colchão de proteção às resseguradoras; uma peritagem fortalecida, mitigando as fraudes, os riscos morais em relação ao seguro rural; fortalecimento da corretagem também, uma transparência ao produtor, porque ele sabe o que ele está comprando; uma facilitação daquilo que está na apólice, a apólice tem diversas páginas, diversos termos complicados ali, alguns em inglês e tudo mais; então a gente precisa ali trazer isso de forma mais clara para o produtor, e tudo isso que o setor precisa está disposto dentro do PL 2.951.

Se puder passar para o próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CNA acredita que esse projeto pode ser a base para a gente construir um novo marco de seguro no Brasil. Ele não resolve todos os problemas, mas ele é a espinha dorsal para a gente começar a trabalhar, para poder dar condições para que as seguradoras, as resseguradoras consigam ofertar os produtos que o setor quer e, claro, consigam ter ali as suas condições de mercado como desejam.

Na nossa visão, esse PL traz algumas mudanças em relação ao Fundo Catástrofe, ele retira as amarras que impediam a operacionalização daquela lei de 2010 – já tem alguns anos que a lei foi aprovada, porém nunca se tornou operacional –, a gente sabe que tinha algumas amarras; ela possibilita um aporte diversificado pela União. Ali tem algumas questões de alguns títulos que a União poderia aportar para poder compor o patrimônio desse fundo; traz uma estrutura de administração sólida e participação efetiva dos cotistas; e garante fôlego ao mercado segurador frente às catástrofes.

Será que, agora em maio, no Rio Grande do Sul, se a gente tivesse uma estrutura dessa, será que as seguradoras precisariam passar todo o sufoco que estão passando ou ainda vão passar?

Em relação ao produtor rural, a gente tem um benefício no crédito rural que a senhora mesma citou, ou seja, o produtor que quer contratar o seguro rural vai ter facilidade no acesso ao crédito rural; ele tem a possibilidade do financiamento do prêmio do seguro; tem incentivos de diferenciação para as novas regiões e culturas; tem a garantia de orçamento de subvenção, uma vez que o texto pretende transferir o PSR para as operações oficiais de crédito – a gente teria ali um recurso de fato blindado de contingenciamentos, acabando com isso a que a gente vem assistindo, no ano a ano, de cortes no seguro rural –; e tem uma justa precificação. A questão da construção da base de dados, que está disposta no texto, pode levar à oferta de um produto que seja de fato aderente à realidade do produtor e precificado de acordo com o seu risco.

Já em relação aos produtos, a gente tem a possibilidade de ampliar a base de abrangência, ou seja, a gente pode ofertar produtos em todo o Brasil para diversas culturas, uma vez que a gente está dando condições para as seguradoras e as resseguradoras atuarem nessas outras regiões. Também dentro do texto é disposta a questão de estudos e fortalecimento da base de dados. Isso é extremamente importante não só para o seguro rural, mas para diversas outras políticas: a gente pode fortalecer o Zarc, a gente pode fortalecer o Programa de Garantia de Preços Mínimos, todos os outros com base nessas informações e também o mercado de capitais, que hoje está sendo um dos principais aliados do produtor quando o Plano Safra não chega.

E, em relação à governança, a proposta também traz disposições direcionando a atuação do regulador; coloca que as coberturas serão definidas por conselho diretor; e traz o órgão regulador atuando na fiscalização do fundo e em suas operações. Então, a gente tem uma estrutura sólida, com governança, tudo definido como deve ser.

Próximo eslaide, por favor.

E aqui finalizando, Senadora, como eu disse, o PL é a base fundamental, porém não resolve todos os problemas. Depois que a gente conseguir todas essas conquistas que o texto pretende, a gente precisa de muito trabalho ainda para fortalecer essa estrutura e de fato torná-la perene. A gente precisa de uma atuação infralegal, com uma forte atuação da Susep – estou muito feliz porque vi o pessoal da Susep aqui hoje; eles são fundamentais nesse processo de trazer essa nova roupagem para o seguro rural. Em relação ao PSR, uma vez que ele esteja nas operações oficiais de crédito ou com o orçamento blindado, é preciso que a gente trabalhe na lei orçamentária para garantir um orçamento robusto. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai estar blindado de cortes, porém a gente precisa que ele seja robusto também para de fato atender. E, na criação de produtos, uma vez que a gente vai ter esse mercado mais estabilizado para as seguradoras, para as resseguradoras e para o próprio produtor, a gente vai ter a possibilidade de universalizar a ferramenta, ofertá-la para diversas culturas, em todas as regiões do Brasil, de fato trazendo ali mutualismo e diluindo os riscos ao longo de todo o país. Para isso, novamente eu cito que o fortalecimento do banco de dados é essencial. Com esse banco de dados, a gente vai conseguir de fato ofertar o que o produtor precisa. E, como a senhora citou, o produtor também tem que abrir mão desses dados e se expor para o mercado para conseguir o produto que ele deseja.

Próximo eslaide.

Senadora, essa é a nossa posição, e a gente fica à disposição.

Eu novamente agradeço o convite. A gente está muito confiante em que esse PL vai trazer uma virada de mesa em relação ao seguro rural. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Guilherme. Muito obrigada pela sua explicação, a sua visão sobre o seguro.

E agradeço a contribuição de todos vocês que participaram aqui dessa primeira rodada.

Agora, eu vou pedir que vocês, por favor, sentem-se ali na primeira fileira porque vou chamar agora os outros quatro oradores.

Muito obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

Eu gostaria de chamar agora o IPA, com o Nilson Leitão, o Deputado Nilson Leitão, Presidente do Instituto Pensar Agro; a Fenseg, com o Sr. Gláucio Nogueira Toyama, Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais; a Susep... Onde é que está a Susep aqui? (*Fora do microfone.*)

O Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luis, Superintendente de Seguros Privados da Susep, prazer em recebê-lo; e a OCB, com o Rodolfo Filho.

Muito obrigada pela presença de vocês para este debate aqui sobre esta lei da modernização do seguro rural. Acho que as contribuições estão vindo em excelência para que a gente possa construir – o Senador Jayme, que não está aqui, Jayme Campos, e as equipes que estão trabalhando esta lei –, para que a gente possa construir o embrião do que nós queremos para um novo seguro rural no Brasil.

Muito obrigada.

Então, eu vou passar agora a palavra para o Nilson Leitão, do IPA.

Nilson, a palavra é sua.

O SR. NILSON LEITÃO – Boa tarde, Senadora Tereza.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – São cinco minutos, mas você pode extrapolar que eu te dou um tempo a mais.

O SR. NILSON LEITÃO (Para expor.) – Vai ser rápido.

Eu primeiro cumprimento a Senadora Tereza, que preside esta audiência pública, mas que também é a autora deste PL tão importante. Já cumprimento também o Senador Jayme Campos pela relatoria.

Antes mesmo de começar, Senadora, quero dizer da importância da provocação. Eu estava discutindo com os técnicos, o Sr. Hélio Porto me lembrava, que este tema muita gente discutia, mas de forma totalmente individualizada, separada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha a importância de este tema ser trazido para o Congresso, aqui para o Senado Federal: conseguiu unificar todo mundo numa mesa, debater um tema tão importante, até porque os dois temas mais importantes do agro brasileiro e da política agrícola do Governo, do Estado brasileiro, são o crédito e o seguro. Não tem outros temas que estão dentro da política agrícola do Estado brasileiro, mas se são os dois temas mais importantes, também é o que mais o Estado brasileiro tem de dívida com a agropecuária brasileira.

Então, essa iniciativa do Congresso, essa sua iniciativa, é de uma importância enorme, porque pode restabelecer uma situação desse setor econômico importante para o Brasil de um tema tão caro para a produção brasileira.

E quero lembrar que o seguro, nós... Só para quem não conhece esse instituto que nós presidimos, são 60 entidades da agropecuária, e não é só a soja, o milho, que são a importância de tudo isso. Há poucos dias, numa reportagem, vimos uma produção de cebola inteira sendo jogada fora e o produtor com um prejuízo enorme nas suas costas por não ter o básico que é a prevenção: o seguro rural para essa produção.

Então, não é apenas olhar para o grande quando se fala de seguro, olhar apenas para a grande produção, para as grandes propriedades – o que é muito importante –, mas é muito importante olhar para o setor como um todo.

O seguro acaba alcançando o pequeno e o médio, Guilherme, com mais força obviamente. O grande produtor se vira, ele tem lá. Mas tem que lembrar que o grande produtor é uma minoria em quantidade. Ele é a maioria que representa o setor econômico, muito forte, mas no conjunto da obra, esse pequeno, esse médio é totalmente desassistido.

O Brasil é um país que produz muito para o mercado interno, mas essa boa parte que é exportada, quando tem o prejuízo, não só da catástrofe ambiental, das questões climáticas, mas da catástrofe de preço, o mercado que acaba organizando tudo isso ou desorganizando tudo isso e deixando todo mundo, às vezes, numa contramão da história. E aí, é o produtor e o gerente do banco só. Não tem mais ninguém nesse meio para defendê-lo. É ele que tem que ir lá sentar no balcão do banco, implorar, se humilhar, negociar. E o Estado praticamente se esconde ou tem que criar uma ferramenta no Congresso Nacional, pela boa vontade do Governo de criar, quem sabe, um Refis, uma renegociação. E esse é o grande problema.

Eu quero aqui também lembrar que o IPA tem uma coordenação desse tema, que é o nosso querido Sérgio Bortolozzo, que é o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, que se faz presente aqui. Junto com ele, o Célio Porto, que é o nosso consultor, fez todo o trabalho de base para ajudar, assessorar tudo isso.

E a ideia de estar aqui hoje é justamente para poder lembrar, além disso, que o crédito rural, que é vinculado diretamente a essa questão do seguro, que é o crédito nosso, também é caro, também é de difícil acesso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILSON LEITÃO – ... dificulta muito a vida do produtor rural. E sem esse seguro, que seria, de fato, algo que poderia equilibrar, a distância dele acaba prejudicando ainda mais e trazendo uma insegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então veja bem, um país, como disse a Senadora no início da sua fala, o país que é o quarto maior e está entre os quatro maiores do mundo em produção, exportação e tudo mais, não ter essa prevenção? Não ter essa prevenção, que é o básico de tudo, para dar uma segurança naquilo que é mais importante, que é a produção de alimentos, é quase um apelo que precisa ter a sensibilidade do Estado brasileiro, de perceber que isso não é um gasto, que isso é um investimento.

A estrutura de seguradoras no Brasil está pronta para poder resolver o problema, mas sem o aporte e a organização de governança do Governo, nada disso vai adiantar – nada disso vai adiantar.

É o tema mais discutido e repetido talvez pelos líderes do setor agropecuário brasileiro e pelas entidades. É também muito debatido no Congresso Nacional. Mas eu acho que desta vez, Tereza, a sua passagem pelo ministério, você sair daqui com um grupo de Parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecer o sistema lá fora e poder convencer e dizer que isso não é para beneficiar seguradora brasileira, é para beneficiar a produção de alimentos no Brasil, e que esse conjunto precisa se juntar, eu acho que isso foi talvez o melhor que aconteceu dentro dessa iniciativa.

Bom, melhor prevenir do que remediar. Lembra que o nosso consultor Célio Porto lembrava que a agricultura é uma indústria a céu aberto. Então não ter seguro é você ver uma carreta, um bitrem carregado de alimentos, andando numa rodovia de uma pista só, de sete metros de largura, sem seguro. Essa é a produção brasileira, esse é o retrato da produção brasileira. Imagine isto: um bitrem carregado, um custo altíssimo de colocar esse produto em cima, andando numa rodovia de sete metros de largura, esburacada, sem seguro para o motorista, para a carreta e para o produto. Esse é o retrato da falta de seguro na produção agrícola brasileira, no preço, na questão climática ou em tudo que pode ocorrer. Então essa é uma ideia do que se tem.

O Fundo de Catástrofe já está há 14 anos aprovado, sem nenhum real aportado – não existe. O Legislativo fez a parte dele, então, eu acredito que o que falta é a parte do Estado. Não é preciso culpar Governo de partido A ou de partido B, mas é o Estado brasileiro que precisa priorizar isso.

Tem um ditado matuto que diz que "quando a gente quer, acha jeito; e, quando não quer, acha desculpa", e, até hoje, houve desculpa para não resolver o problema, tão importante, tão caro para a produção brasileira. É preciso sair dessa inércia, construir tudo isso, melhorar a governança entre o PSR e o Proagro – essa governança que é capenga, sem dúvida nenhuma – e reforçar a estrutura de gestão do PSR no Mapa.

O Ministério da Agricultura, Senadora Tereza, nos Estados Unidos, só para cuidar de seguro rural, tem 400 funcionários, o Mapa brasileiro tem 11. Então, é óbvio que não tem nem o peso para gerir o seguro rural.

É preciso publicar o manual do PSR, a exemplo do Manual de Crédito Rural, que é muito importante.

Pelo lado dos produtores, como foi bem colocado aqui pela CNA – e eu acho que o Dyogo também colocou –, há diferenças de necessidades regionais. O produtor do Mato Grosso precisa de um modelo de seguro rural, talvez, diferente do Nordeste, como diferente do Sul; e a concentração disso também. Não pode ser uma obrigação, aquele sistema bancário falar: "Se você veio buscar um financiamento aqui, é obrigado a fazer um seguro, porque precisa beneficiar aqui, nós vamos ganhar...". Não, não é por isso, não. Na exigência que a Espanha faz para poder beneficiar o produtor com incentivo do dinheiro federal, é uma coisa casada com a outra. Precisa-se pensar nesse modelo, cada vez mais, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer: "Olha, o seguro rural é algo que tem que andar junto com o crédito, tem que andar junto com a produção, porque é uma prevenção necessária num país que vive – quem tem a maior parte do seu PIB e tudo mais – da produção de alimentos". É a grande diferença.

O restante, tudo já foi colocado aqui de forma bastante clara. Então, essa ação do Estado eu acho que é o maior apelo aqui. O Congresso está fazendo a sua parte, mas eu acho, Vinicius, Guilherme, que é muito importante convencer o Governo de que talvez esse seja o maior ato a favor da produção brasileira de alimentos. Não tem uma ação que poderia ser mais importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILSON LEITÃO – ... para poder garantir essa produção brasileira de alimentos.

Então, o meu apelo aqui, em nome das entidades, é justamente este: o que o setor que produz espera é que o Governo, de fato, se concentre nisso e busque a forma de fazer com que esse fundo seja irrigado – com R$2 bilhões, R$4 bilhões, sei lá quanto.

É preciso iniciar modelos que já foram discutidos. Hoje falavam, no almoço, que poderia ser com o fundo lastreado por imóveis do Governo Federal – tem tantos imóveis, no Brasil inteiro, que poderiam ser um lastro –, outros lastros poderiam ser de ações garantidas. É achar um lastro para isso e poder, de fato, ter um fundo que funcione para o seguro.

Então, eu agradeço a oportunidade, o convite, e não deixo de reiterar isto: parabéns ao Legislativo brasileiro, ao Congresso, à Senadora Tereza, ao Senador Jayme Campos, que lidera, porque, no pior dos ambientes, eu tenho a certeza absoluta de que essa provocação vai trazer uma nova luz aí para este debate. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Nilson. (*Fora do microfone.*)

Muito obrigada. É isso mesmo.

Nós precisamos, agora... Como alguém falou aqui – um dos oradores da mesa anterior –, as coisas estão se encaminhando. Agora é vontade política, e a gente vai resolver esse assunto tão importante, esperado há tantos anos pela classe produtora brasileira.

Eu agora passo a palavra para o Sr. Alessandro Octaviani, Superintendente de Seguros Privados da Susep.

O SR. ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS (Para expor.) – Agradeço, Senadora, o convite para a Susep estar aqui, parabenizo também essa iniciativa.

O agro brasileiro é mais do que só uma cadeia econômica, é um orgulho nacional. Qualquer país do mundo que tivesse uma organização como a nossa honraria e zelaria por isso como um projeto estratégico. É isso o que a gente tem que fazer aqui também. Nós temos que olhar para o agro brasileiro como um projeto de país. É disso que a gente está falando aqui nesta tarde.

Na verdade, na junção desse olhar assim para o agro e desse olhar para a nossa indústria de seguros – e também é uma honra para o nosso país ter uma indústria de seguros como a que a gente tem –, certamente, a gente pode afirmar que estamos no melhor dos mundos, no mais virtuoso dos mundos, porque a gente pode juntar duas cadeias que têm muita competência e com o que contribuir para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui já foi dito, por vários dos oradores que me antecederam, que o mundo não tem preconceito entre estado e mercado para resolver o problema da sua produção agrícola, o mundo tem é uma ação pragmática. Os Estados Unidos, que aliás é o país que mais louva o livre mercado, o que o meu colega Dyogo trouxe aqui, tem uma atuação muitíssimo presente do estado e certamente arranjos muito inteligentes. Então, aqui não tem muito estado, pouco estado; muito mercado, pouco mercado, tem o melhor e mais propício desenho para as nossas realidades, o mais eficiente desenho.

É com essa postura que eu acho que a gente tem que se aproximar desse debate. Especificamente aqui no terreno vinculado à Susep ou no terreno de competência da Susep é que eu gostaria de adiantar um programa de disciplina legislativa do conteúdo contratual do seguro rural. Eu diria que aqui, provavelmente, de tudo o que a gente está falando, se não houver um adequado desenho do conteúdo contratual do seguro, nós podemos incorrer naquilo que é um fenômeno – eu sou professor de Direito, na velha Faculdade do Largo de São Francisco – chamado frustração contratual. Você contrata um negócio e, na hora em que você vai executar aquele negócio, ele não está na sua mesa. A resultante disso é que, no domingo, na hora da macarronada, você fala que aquilo não foi bem o que você gostaria de ter comprado e espalha aquilo na sua família. E aí várias famílias falam da mesma coisa. No final dessa conversa, nós temos uma percepção coletiva sobre um produto que não é bom.

Nós temos que afastar essa possibilidade da nossa conversa sobre o seguro rural. E, para isso, então, nós temos algumas propostas muito específicas aqui de como deveria ser a disciplina dessa normatização – e a gente está tendo a chance aqui de voltar a se debruçar em relação a ela – para o próprio contrato de seguro rural que eu, lá na ponta... Como advogado de produtor, como advogado de seguradora, enfim, em todas as pontas desse mercado, sei bem o que é, num momento, você precisar de um instrumento e, às vezes, ele não é exatamente aquilo que você precisava. Certamente a gente tem que ter a capacidade de afastar isso previamente, trazendo os conteúdos de segurança básica para essa legislação.

Portanto, o nosso programa, a nossa sugestão para esse nosso debate, em primeiro lugar, é deixar claro, nessa lei, que o contrato de seguro rural está funcionalizado pelos ditames da Constituição Federal e por todo o nosso capítulo de política agrícola, porque nós temos ali, na Constituição Federal, um programa de desenvolvimento. O 187, inclusive, traz ali o seguro agrícola como um instrumento dos mais relevantes e nós temos que ser capazes de montar a legislação e a disciplina jurídica do instrumento mais específico possível que o produtor está adquirindo. Nós temos que ser capazes de colocá-lo num sistema maior. O contrato de seguro rural serve aos fins do desenvolvimento nacional. É isso que nós temos que colocar como grande princípio organizador daquele produto que ali está sendo consumido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS – E eu vou encerrar, fazendo mais três brevíssimas sugestões aqui de conteúdo legislativo para esse contrato de seguro rural.

Em segundo lugar, nós temos que ter certeza jurídica daquilo que está se contratando e para isso tem que ter conteúdos mínimos. É claro que aqui não se trata de engessar a regulação, porque esta tem que ser dinâmica, mas conteúdos mínimos é a possibilidade de que nós, assim, explicitemos para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratante o que ele está comprando e, sabendo o que está comprando, ele certamente não vai ter frustração, porque aquilo que é combinado no começo e entregue no final é a garantia de confiança.

Nós temos que ser capazes, então, de dizer: "Você está comprando este conteúdo mínimo" e, a partir dali, comprando aquele conteúdo mínimo, ele voltará, certamente, para fazer uma segunda compra. E aí, com essa infusão de confiança no produto seguro rural, nós podemos expandir esse mercado de 15, 20, 16, 21, cada ano a gente sobe um pouquinho, desce um pouquinho. Nós temos que ter 90%. Nós temos que pensar grande, porque nós somos o Brasil. O Brasil tem que pensar grande. A nossa agricultura não é para ser a quarta do mundo, não, Senadora; nós temos que ser a primeira agricultura do mundo. E a indústria de seguros, a nossa indústria de seguros, tem que dar um grande salto e ser um instrumento para isso, porque ela também vai crescer muito a ponto de ser uma das primeiras do mundo.

É com essa visão que a Susep está aqui disposta a se engajar e se comprometer com este debate.

Como última sugestão aqui, eu diria que nós temos como meta de estruturação desse conteúdo mínimo uma premissa. Aqui a Presidência da CNseg teve uma larguíssima caminhada, Senadora, na aprovação do PL, da Lei do Contrato de Seguro. Aliás o seu gabinete e tantos outros Senadores também foram muitíssimo importantes nisso. Eu diria que a regulação do contrato de seguro rural é da Lei do Contrato de Seguro para frente. Aquelas proteções que estão ali são os direitos básicos do segurado e também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS – ... os direitos básicos do segurador, mas nós temos que pensar em dali para frente, como é que nós estruturamos isso.

E certamente, agora especificamente sobre o conteúdo da regulação, nós temos condições de inserir por dentro do contrato de seguro itens de cuidado com a segurança na produção, que serão capazes de colocar a própria produção brasileira num outro patamar com a sabedoria que as seguradoras que são gestoras de risco de muita qualidade podem aportar do ponto de vista ambiental e do desenvolvimento tecnológico.

Então, o seguro é um propulsor também de transmissão de conhecimento de um pedaço para outro da grande produção agrícola brasileira.

Por fim, e com isso termino, nós temos que ter cuidado aqui para afastar deficiências estruturais, como, por exemplo, se, por arranjos contratuais, nós empurrarmos paulatinamente a área agricultável brasileira e a produção agrícola brasileira para a resolução de conflitos no exterior. Via de regra, se isso for em Londres, isso aqui significará um pesadelo, será certamente um paraíso para os advogados que ali atuarão na arbitragem. Pagar uma libra para R$7 e discutir num idioma que não se conhece, num ambiente que é dominado por outras racionalidades que não a da defesa da economia brasileira, certamente esse ambiente tem que ser estruturalmente afastado. Isso hoje é garantido pela Lei do Contrato de Seguro, mas tem que ser objeto de atenção perene, inclusive na regulação e supervisão que a Susep fará sobre esta grande arquitetura que aqui está sendo hoje pensada.

Nós temos plenas condições, com a indústria de seguros que hoje a gente tem, com a indústria do agro que hoje a gente tem e com as entidades de Estado que hoje a gente tem, construir o país que o Brasil merece. Esse é o compromisso da Susep nesta tarde de hoje aqui com todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora, pela honra de ter nos chamado. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Desculpe.

... Presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg. Gláucio, é com você.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – Boa tarde. Tá ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Aí, tá ligado.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA (Para expor.) – Boa tarde. Senadora, muito obrigado pela oportunidade, em nome da FenSeg, das 15 seguradoras que operam no mercado de seguros agrícolas aqui no Brasil, dentre as outras tantas que já passaram por esse mercado extremamente volátil ao longo desses últimos 20 anos, no qual a gente tem operado de forma mais forte em termos de proteção de risco climático. É um prazer fazer parte, para todas nós, as seguradoras, desse mercado, nessa construção dessa repaginação que a gente precisa dar para o mercado de proteção de riscos rurais que a gente tem aqui no Brasil.

A gente tem trabalhado bastante, fortemente, nos grupos que tem trazido, principalmente pela liderança da senhora, ao longo desses últimos meses, provocando todas as entidades do mercado, junto ao IPA, à OCB, à CNA, junto às seguradoras e seguradores. Esse negócio tem trazido para a gente um momento bastante particular, um momento particular em que a gente consegue, de fato, enxergar uma boa convergência de para onde a gente deve caminhar, como a gente deve reestruturar esse modelo de proteção de negócios agrícolas, negócios pecuários, florestais e todo o embasamento de novos produtos que a gente tem para o país, e que precisa ser dado.

Antes de chegar aos pontos relativos à proposta de modernização do PL 2.951, eu queria trazer um pouco aqui da visão das seguradoras e das partes que operam dentro do mercado de seguros agrícolas aqui no Brasil: os corretores, os peritos e também todo o suporte dessas seguradoras.

Então, é um mercado que vem se desenvolvendo ao longo desses últimos 10, 20 anos, obviamente muito impulsionado pelo PSR, que trouxe uma nova retórica em termos de como a coisa deve funcionar, e trazer esse processo de aculturamento para o segmento agropecuário aqui no país.

Não é uma estrutura fácil; a gente precisa formar gente, precisa ter *expertise*. A gente tem uma agricultura dinâmica. Se a gente falar de produtividade de soja de 20 anos atrás, e o que a gente tem de produtividade de soja hoje no país, é totalmente diferente. Vinte anos atrás: tecnologia, regulamentações, processos produtivos, características do produtor, e tudo mais, para o que a gente tem hoje.

Falando dos outros cultivos que existem na operação, o milho safrinha, por exemplo, deixou de ser uma cultura marginal de décadas atrás para o principal cultivo no sistema produtivo de milho no país. Então, falar dessas situações todas envolve uma necessidade de você ter *experts* que entendam de agronomia, entendam de seguros de reflorestas, entendam de seguros pecuários dentro das seguradoras.

Então, quando a gente fala em estrutura de proteção de risco, a gente tem que pensar também em como a gente faz esse negócio acontecer, consolidando gente dentro das estruturas das seguradoras, ter corretores devidamente preparados e com capacidade de desenvolver o modelo de negócio na ponta, e formar uma rede de peritos, obviamente consolidando com toda essa tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o país já detém para a nossa operação aqui na agropecuária brasileira. A gente tem que fazer uso disso tudo.

Mas o que eu quero dizer com isso tudo é que não é fácil sair do zero para o um, não é fácil sair do um para o dois. A gente precisa caminhar de forma paulatina, orgânica, com estrutura, e nada acontece do dia para a noite.

Infelizmente, a agricultura não espera. A gente está no meio de uma campanha de milho safrinha – no meio de uma campanha de milho safrinha –, passando por uma safra que teve margens muito apertadas do produtor, com dificuldade de compra de seguros agrícolas na safra de inverno de 2024 e com alguma necessidade de compra de seguros agrícolas para a safra de 2025 e precisamos ter subvenção, precisamos ter capacidade de resseguro e precisamos ter produtos adequados na ponta.

Então, isso tudo traduz aqui o envolvimento do modelo de seguros agrícolas das seguradoras e dos resseguradores em investir nessa operação.

Do nosso lado, falando em nome de todas as seguradoras que operam e que já operaram, a intenção é de desenvolvimento, a intenção é de crescimento, a intenção é que a gente possa reduzir essa lacuna de mais de 90 pontos percentuais de falta de proteção de seguros agrícolas no mercado brasileiro. Obviamente, a gente não vai atingir 100%, uma base de produtores tem volatilidade climática muito adequada e consegue administrar muito melhor, mas uma boa parte dos produtores, que tem vulnerabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – ... que tem percepção de risco mais alta precisa de um programa de proteção de riscos climatológicos ou de renda que seja bastante adequado daqui para frente e para o futuro, e é nisso que a gente está disposto a avançar.

Nós, no mercado, sabemos que precisamos repaginar isso, seja na estrutura de programa de subvenção, seja na estrutura de resseguro, seja na estrutura da distribuição com tecnologia, mas, muito mais do que isso, em como a gente vende os nossos produtos e nas adequações que a gente precisa ter nos nossos produtos para um produtor que produz uva no Rio Grande do Sul contra um produtor que produz uva no Vale do São Francisco, porque é totalmente diferente olhar a estrutura de um produtor que tem uma área, em média, de 50 a 100 hectares na Região Centro-Sul do país contra um produtor que tem de 500 a 5 mil hectares na Região Centro-Oeste.

Para a informação de todos, o Estado de Goiás cresceu bastante em compra de seguros agrícolas nos últimos anos. A gente tem um desafio de chegar ao Mato Grosso, que é um desafio em que as seguradoras têm buscado como os produtos têm que se encontrar: se vai ser um produto paramétrico, se vai ser um produto de excesso de chuva, se vai ser um produto de renda... É uma possibilidade que as seguradoras já têm.

O que é importante nessa história toda é que com essa *expertise* instalada em todas as seguradoras, com os técnicos, com o suporte dos resseguradores que a gente tem no mercado brasileiro e no mercado externo, a gente consegue desenvolver produtos, a gente tem uma caixa de ferramentas para abrir. O fato é que a gente vem trabalhando a reboque do plano orçamentário da subvenção nesses últimos tantos tempos. A gente precisa mudar isso, a gente precisa se preocupar em criar ferramentas de diversificação geográfica, balanços de portfólio do nosso negócio muito mais adequados, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente consiga conquistar uma certa preferência no custo do produtor, para ele falar: "Olha, tem uma partezinha ali em que vale ter a compra do seguro agrícola na nossa proteção" – e a gente não chegou lá, então a gente precisa repaginar essa história toda.

Eu só queria trazer para vocês que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – Só ratificando: a intenção do mercado segurador, de todas as partes envolvidas, é que a gente dê um próximo passo – um próximo passo abrangente – de captura e de proteção de negócios no mercado brasileiro; que a gente tenha uma ferramenta muito mais adequada do que a que a gente tem hoje.

Sobre a modernização dos seguros rurais, Senador, eu gostaria de destacar alguns pontos.

O primeiro ponto, em relação ao crédito rural, é a ferramenta de seguro como sendo uma ferramenta importante que as relações comerciais de *trading*, da operação de troca de insumos possam trazer para que as instituições financeiras, essas pessoas que analisam risco falem o seguinte: "Olha, seguro agrícola composto com garantia deveria ter uma redução de preço, uma condição melhor", porque a gente não chegou lá ainda. É um processo de cultura, é um processo de regulamentação, mas a gente precisa trabalhar para que esse negócio aconteça não somente para as operações de *commodities*, mas para todo mercado que a gente consiga trazer. Em algumas regiões, a gente caminha superbem; em outras, a gente tem que fazer um esforço muito maior.

Na parte da subvenção, acho que o ponto principal que eu gostaria de destacar é o envolvimento dos estados e das regiões. Isso na subvenção, porque ao falar de uma subvenção federal, obviamente o Governo tem um olhar muito claro para todas as federações.

Quando a gente fala de São Paulo, quando a gente fala de Goiás, região do Maranhão, Matopiba, você tem outra dinâmica. Qual é o tipo de produto que eu quero investir na minha cadeia produtiva do estado?

Então, a subvenção estadual é fundamental para que ela participe e direcione política agrícola adequada para cada um dos estados. Esse é um ponto importante que eu gostaria de destacar nesta parte do projeto de lei.

E, por último, na parte do fundo, a gente tem um capital de risco que foge, ele não fica rodando esperando oportunidades. Se as condições de preço de negócio estão melhores em outro tipo de produto de seguros, ou estão melhores em outras regiões, é claro que a gente tem que brigar para que esse capital de risco fique para proteger a agricultura brasileira.

A gente está falando de mais de R$1 trilhão de PIB, considerando os 20 principais cultivos que a gente tem no país. Então, para a gente capturar e trazer esse capital de risco dos resseguradores, via ferramenta A, ferramenta B, ferramenta C, é necessário que a gente tenha uma construção estrutural de como a gente deve dar proteção, não só para os resseguradores, como vi em uma das apresentações, mas para as seguradoras.

Neste momento, as seguradoras têm sofrido muito por falta de capital de risco, porque tem condições de produto que protegem menos as seguradoras por conta das sinistralidades brasileiras.

Em 2021, a gente teve uma sinistralidade no centro-sul brasileiro por operação de verão, de soja e milho, que superou 400% de sinistralidade, o que significa que para cada R$1 que a seguradora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganhou neste ano, ela pagou R$4, e teve seguradores que pagaram R$8. É um superprejuízo. Não tem sociedade que consiga administrar um tamanho de catástrofe dessa natureza. Por isso, o mercado de resseguro é crucial.

A partir de 2022, a regra do jogo muda. E, se a regra do jogo muda, faz com que o nosso custo de captura de risco, desse capital de risco que a gente tem no mercado, fique mais caro. E a gente, obviamente, tem que traduzir isso em rentabilidades nas operações das seguradoras.

Nesse ponto, o Fundo Catastrófico, junto com o Programa de Subvenção, têm uma conexão muito umbilical, porque, a partir do momento em que o Fundo Catastrófico não existe, e a gente vive a volatilidade climática, mexendo tarifas que a gente tem na operação, o custo da subvenção fica mais alto para o Governo, a gente atende menos clientes que a gente já tinha atendido. Tivemos 14 milhões de hectares em 2022, caiu para 7 milhões de hectares nos últimos anos. Isso tudo tem uma ligação muito grande.

Esse custo de capital, com as regras do jogo do mercado de seguro, trazem para as seguradoras uma dificuldade de operar. Então, essa estrutura para a gente é fundamental.

Modernização toda do Programa de Seguros Agrícolas, seja no crédito rural, mecanismos e mecânicas de risco e proteção sustentáveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – ... a Operação de Subvenção Federal, mais os estados vindo a participar, e uma visão muito clara de como o capital de risco conecta com a operação de seguros agrícolas.

Essa entidade que está sendo pensada nesse projeto de lei, Senadora, é importante, porque essa *expertise* vai dar toda a segurança para que o mercado consiga, de forma adequada, trabalhar, precificar, obviamente, com a autarquia da Susep olhando esse negócio e todos os outros componentes na operação.

Gostaria de agradecer, é uma oportunidade extremamente importante para o mercado de seguros, para que a gente, de fato, revisite esse modelo de negócio e repagine esse negócio para os próximos anos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dr. Gláucio.

Eu passo agora a palavra para o Rodolfo Filho, que é analista da Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB).

O SR. RODOLFO JORDÃO DA SILVA FILHO (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a todos e, em especial, parabenizar a Senadora Tereza Cristina, que, ao longo dos anos, vem levantando e defendendo a bandeira do seguro rural, que, se não é o único, é um dos únicos instrumentos da nossa política agrícola que passa além da porteira do agronegócio. Ele é estruturante não somente para o dentro da porteira, mas para o Brasil como um todo.

E a ideia aqui hoje, Senadora, enquanto representante das cooperativas brasileiras, é trazer um pouco dessa percepção. Como as cooperativas enxergam o instrumento do seguro rural do jeito que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele está hoje, como as cooperativas enxergam a proposição legislativa que a senhora apresentou e o que o cooperativismo espera do seguro rural no futuro.

E para fazer essa apresentação, a gente entrou em contato com as cooperativas agropecuárias de todo o Brasil, com a gestão e governança dessas cooperativas, e a palavra que a gente mais ouviu é que o seguro rural... e aí vou aproveitar um pouco da fala do nosso grande Prof. Roberto Rodrigues, que sempre comenta que o agronegócio é um instrumento de paz e o seguro rural é um instrumento de tranquilidade. E é isso que a gente ouviu da gestão e governança das cooperativas brasileiras, que o seguro rural dá tranquilidade para o produtor rural honrar seus compromissos com os fornecedores, dá tranquilidade para os fornecedores saberem que vão receber pelos insumos que foram entregues, que as instituições financeiras vão receber o crédito fornecido, que as relações comerciais do agronegócio vão conseguir ocorrer em harmonia. E não somente as relações comerciais. Hoje, a gente está falando do agronegócio que tem cerca de 30% de participação no PIB do país e que emprega – tem pessoas ocupadas no agronegócio – cerca de 25 milhões de pessoas. Então, garante também o salário de muita gente e a movimentação econômica de muitas regiões. Então, primeiro, o cooperativismo enxerga o seguro rural como um instrumento estruturante para o setor e para o país.

Além disso, as cooperativas agropecuárias, por terem essa visão da essencialidade do instrumento, são grandes incentivadoras desse instrumento. É um instrumento que anda lado a lado com os engenheiros agrônomos, veterinários e zootecnistas que fazem parte do quadro social das cooperativas.

Hoje, quando um técnico da cooperativa vai a campo atender o cooperado, que é dono desse modelo de negócio, além de incentivar boas práticas agrícolas que ajudam também na gestão de riscos no campo, além de pensar o negócio do cooperado no longo prazo, porque um cooperado saudável é uma cooperativa saudável, ele coloca também um incentivo a esse instrumento de gestão de risco. E nesse ponto eu trago também uma fala dos gestores das nossas cooperativas, que colocam o seguro rural como um instrumento de sucessão no campo. É através desse instrumento que garante a atividade agropecuária ao longo dos anos que você vai ter uma geração cooperativista, a segunda geração cooperativista, a terceira geração cooperativista. Então, é um instrumento que tem todo esse poder de garantir a realidade desse produtor rural que está no campo, de manter a família dele lá. Essa foi uma das coisas, durante as nossas conversas com os gestores das cooperativas, que chamou mais a atenção. Eu nunca tinha ouvido o seguro rural como um instrumento de sucessão e que vai garantir aí as novas gerações no campo, não é Senadora?

Dito isso, não é só visão boa que o cooperativismo tem em relação ao seguro rural, tem desafios a serem vencidos, Senadora. Hoje, a previsibilidade do instrumento de seguro rural, e a gente está falando tanto em termos de disponibilidade do produto quanto em termos orçamentários, é um grande desafio levantado pelas cooperativas. E aí aproveito a presença aqui do representante do Ministério da Fazenda e do nosso Secretário de Política Agrícola para reforçar a importância de se ter um orçamento para o seguro rural robusto.

Mesmo que a ferramenta esteja sendo aprimorada ao longo dos anos, ter orçamento para garantir que o atendimento do seguro rural se mantenha...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODOLFO JORDÃO DA SILVA FILHO – ... e que se crie um ambiente favorável para seguradoras e resseguradoras estarem presentes no mercado é muito importante. E nisso contem também com cooperativismo, para a gente trabalhar em conjunto e buscar soluções não só no instrumento, mas também em relação ao Orçamento.

Além das questões orçamentárias e desses desafios colocados lá na apresentação de Cuiabá, Senador, a gente conseguiu ter uma fala do nosso Presidente Nelson Piccoli, que ressaltou a importância de um seguro rural que atenda às demandas regionais dos produtores rurais e que seja personalizável à realidade dos diferentes tipos de produção, dos diferentes perfis de produtores, que é mais um desafio apresentado.

Colocados aqui os desafios, a gente passa para a próxima etapa da minha fala que é mostrar como o PL de modernização do seguro rural tem a capacidade de, como bem disse o Guilherme, da CNA, criar uma espinha dorsal, um ambiente favorável para que a gente vença os desafios que estão colocados. Ao mexer na lei de política agrícola, na Lei do Fundo de Catástrofe e na Lei de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, ele abre, além de um espaço de debate muito importante, melhorias para os instrumentos que estão colocados atualmente.

Então a gente enxerga, enquanto cooperativismo, Senadora, o projeto de lei com muito bons olhos. Conte conosco durante esse processo e não somente durante esse projeto de lei, mas também por outras propostas que a senhora vem colocando aí ao longo dos anos.

Dito isso, o que o cooperativismo espera do seguro rural do futuro? Um seguro rural previsível, com produtos adequados à realidade do campo, das cooperativas, das diferentes produções, e que permita ser inserido – assim como hoje é o adubo, o fertilizante, o engenheiro agrônomo, as máquinas agrícolas – na linha de custo de produção, que seja amplamente utilizado pela base de produtores rurais inseridos no cooperativismo ou não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO JORDÃO DA SILVA FILHO – ... e que garanta, ao longo do tempo, a gestão dos riscos agropecuários e todo o ambiente favorável.

A gente, enquanto OCB, tem a missão de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios das cooperativas, de que o instrumento Seguro Rural é grande parceiro, não só para o cooperativismo, para os produtores rurais, para o setor agronegócio, mas também para o Brasil como um todo.

Então, Senadora, reforçamos nosso apoio de sempre e nos colocamos à disposição aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Rodolfo.

Essa eu também não tinha ouvido: importante na sucessão familiar a sucessão rural.

Bom, eu acho que tivemos aqui ótimas falas. As contribuições foram imensas e agora, então, eu vou abrir para as perguntas.

Eu começo dando a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, que é militante como eu da agricultura e pelos cabelos brancos – não é, Heinze, que nós temos? A gente falava uma coisa que disseram aqui hoje: a cada cinco safras, um pedaço, uma faixa do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rio Grande do Sul, nós tínhamos uma quebra de safra. E isso trouxe aí enormes prejuízos para os produtores rurais dessas regiões. E hoje nem isso vale mais.

Nós vimos ali nos gráficos que a CNA apresentou, que o Guilherme apresentou, como hoje as mudanças climáticas vêm acontecendo, e nós temos aí as mais variadas regiões brasileiras com perdas enormes.

Então, eu passo a palavra para o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ainda bem que não é militante do MST, não é Ministro? (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Boa tarde a todos.

Saúdo a Ministra, Senadora e Deputada Tereza, nossa parceira de longa data, desde o tempo da Farmasul, não é, Tereza? Faz tempo isso.

O Rodolfo fez a colocação das gerações. Eu ouço muito, lá no Rio Grande do Sul, o Célio deve lembrar – o Célio é um dos mais antigos da Conab, lá da W3; depois, do Ministério da Agricultura; depois, da Frente –: "vou deixar dívida para os meus filhos". A herança é uma dívida.

Tereza, um detalhe importante: não vi todo o seu projeto, mas um recado eu deixo aqui... Depois de ouvir as falas do Alessandro, do Gláucio, do Nilson – eu não ouvi o Guilherme Costa, nosso Secretário de Política Agrícola, falando –, com o Paolinelli, nós conversamos numa ocasião, a gente andou trabalhando nos ministérios e acabou que aquilo não evoluiu, porque as empresas não quiseram.

Qual é o detalhe? Aí queria ver, Dyogo, se vocês conseguem juntar, o Gláucio também. Quem financia a lavoura hoje? Bancos, vamos dizer 50%, e não dá bem isso. Depois, são cooperativas, Rodolfo, são cerealistas e são revenda de insumos, que compram seus produtos de uma indústria – fertilizante, defensivo, semente, enfim.

Se esse pessoal participasse do processo de seguro, quem pagaria? A indústria daria uma parte, que financiou a cooperativa, uma cerealista ou uma revenda; a cooperativa faria uma parte, cerealista ou revenda; o produtor, uma parte. Essa questão de juntar esse pessoal no processo, acho que a gente tinha que trabalhar no Brasil inteiro, porque aí se diminui. Esperar pelo Governo, dificilmente... Não é este Governo, qualquer Governo vai ter um volume insuficiente.

Eu até peguei esses dados para responder o que você já falou, na semana passada, retrasada, com relação à fala do Carrefour. Como você manifestou, nós não temos, no Brasil – o caso da França, especificamente –, o subsídio de US$112 bilhões que os europeus dão para os seus agricultores, inclusive a França; ou os US$326 bilhões que a China dá, ou os US$127 bilhões que os Estados Unidos dão.

Nós temos US$9 bilhões.

Então, o que nós temos que fazer? Fazer a participação de todos – produtor, cooperativa, cerealista, revenda, a indústria, que tem que entrar junto – e compor uma forma de seguro que barateie para todos, para todos terem segurança.

Eu vendi adubo através de uma revenda, e essa revenda deu a garantia para a empresa. O que ele pega do produtor? Uma CPR. Se o cara não colhe, não paga. Eu acho que este é o ponto importante de a gente bater neste processo: chamar as indústrias de fertilizantes, de defensivos, enfim, de sementes e fazer com que elas participem do processo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Celio me diz que a Syngenta faz. Poucas empresas fazem isso, mas elas têm que participar do processo porque elas são parte interessada. Vão cobrar um custo? O.k. Cobra o custo, mas tem garantia, a garantia do produtor, da revenda e também da empresa, da indústria.

Neste sentido, eu deixo o recado, Tereza: nós temos que achar uma forma de resolver o problema do seguro. Não tem jeito de fazer um seguro com essa subvenção que temos aí. Há muitos anos se bate nisso, e a gente não consegue evoluir mais.

O Fundo de Catástrofe, para nós, é importante, porque pode ajudar. Agora vamos liberar para o Pronamp ou para o Pronaf, o Fundo de Catástrofe. Tudo ajuda o produtor.

Nós sofremos, no estado, seca. E nós já conversamos há quantos anos sobre este pedaço do Mato Grosso Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul? Isso é histórico

A cada cinco, dez safras temos duas, três frustrações. Isso é normal. Para nós, é normal. Então, temos que achar mecanismos. O mais importante deles é a irrigação – quando é seca –, mas o fundamental é o seguro agrícola.

Vamos tentar construir, Tereza, essa formatação que nos ajudaria no processo.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigado, Senador Heinze.

Passo a palavra para o Jorge e depois para o João Rabelo.

Senador Jorge Seif.

Você quer seguro para peixe?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para a aquicultura, sim.

Ministra, quero, primeiramente, agradecer a senhora e parabenizá-la, porque, mais uma vez, ao discutir, ao propor o PL 2.951, junto com o Senador Jaime, a senhora deixou um legado para o Brasil, não é?

Eu fiz aqui um texto para a gente refletir algo sobre isso.

Na verdade, é o seguinte. O Brasil tem que parar de exterminar seus produtores, porque hoje – nós discutimos isso aqui, quando tivemos o problema do Rio Grande do Sul, assinei uma emenda com o Senador Heinze – o que acontece? Vem o evento climático. Nós vimos seca lá em cima; enchente lá embaixo, no Sul, fogo na terra da senhora... Então, assim, tem problema de tudo que é lado. E o que acontece? O produtor vai lá no banco, pega o dinheiro emprestado, ou pega dinheiro emprestado com as exportadoras, com as indústrias, endivida-se, acreditando, mas vem uma enchente, vem um fogo, vem uma seca e destrói tudo.

Aí, ou ele vai sair dessa vida, como foi dito aqui, deixando uma herança, uma dívida para os seus filhos, ou nós, enquanto Governo, nação ... Lembramos que o agronegócio, para não ser nada, é 30% do nosso PIB, para não ser nada, se fizer as questões indiretas aí, eu acho que passa de 50%, mas é um pensamento meu...

Então, vamos lá. O seguro rural no Brasil é um instrumento crucial para mitigar riscos associados à atividade agropecuária, como eventos climáticos e as diversas pragas e doenças. E visa a proteger a renda dos produtores e garantir a estabilidade do setor agrícola.

Ministra, acima de tudo, estamos falando de segurança alimentar do Brasil, do brasileiro e do mundo, visto que temos hoje uma grande responsabilidade em alimentar o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cobertura do seguro rural tem apresentado variações, nos últimos anos, vergonhosas, Ministra Tereza. Aproximadamente 14 milhões de hectares, em 2020, estavam segurados, e esse número caiu para 6,25 milhões em 2023, redução de 52,86%. É um absurdo.

Fragilidade. Uma baixa adoção, apenas 15% – de 10% a 15% da área plantada no país conta com a cobertura do seguro rural –, deixando uma parcela significativa dos produtores vulneráveis a perdas.

Dependência de subsídios. Inclusive fizemos muitas críticas ao Ministério da Agricultura, conversamos lá com o Ministro Fávaro, na ocasião, e com a sua equipe, sobre seguro rural, porque estavam repassando menos, ou segurando o que deveria ser repassado.

E eventos climáticos que já foram amplamente debatidos aqui por todos nós.

A oportunidade é uma expansão de cobertura. Temos aí muitos produtores que querem ser segurados, que já sofreram, são traumatizados, e a gente tem que viver aprovando aqui anistias para produtores rurais, justamente porque a gente, Rodolfo, não tem uma previsão de dar uma segurança para esse produtor – 90% são pequenos produtores, 95% –, e precisamos socorrer quem faz o nosso país andar. E, lógico, desenvolver produtos adequados às necessidades nas diferentes culturas. Isso é lógico, natural, e também vocês já abordaram.

Uma comparação internacional, Ministra Tereza: em países como os Estados Unidos, a área segurada ultrapassa 210 milhões de hectares; aqui – em cima, eu trouxe o número para nós: 14% –, 14 milhões de hectares. Poxa, é brincadeira! O Brasil é muito mais dependente do agronegócio do que os Estados Unidos, apesar de ser uma questão muito forte para o americano também.

Então, como considerações finais, para fortalecer o seguro rural é essencial garantir a consistência do seguro destinado ao PSR, desenvolver produtos de seguro alinhados e promover educação sobre o benefício do seguro rural.

Quero parabenizar a senhora e toda a equipe de expositores, obrigado pela participação.

Querido amigo Nilson, que bom vê-lo aqui no Senado nos visitando, nos prestigiando e enriquecendo o debate, e os demais debatedores que trouxeram o tema para nós.

Parabenizo a Senadora Tereza e o Senador Jayme por esse projeto maravilhoso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito bem, Senador Jorge Seif! É isso aí!

Vamos, então, agora passar a palavra para o Sr. João Rabelo.

O SR. JOÃO RABELO JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado pela possibilidade de falar.

Eu gostei muito de como a senhora e o Senador Jayme chamaram este debate: debate sobre a modernização do seguro rural.

Usando um pouco do que nós já conversamos aqui, os Estados Unidos estão nesse nível de proteção – os outros países também cresceram –, mas eles começaram lá atrás. Se a gente for lembrar bem, esse programa de seguro rural dos Estados Unidos começa em 1938 ainda e tem um grande avanço a partir de 1985. É isto que a gente tem que fazer: um passo de cada vez, construindo.

O nosso Superintendente da Susep conseguiu uma conquista muito grande, que é a Lei do Contrato de Seguro, que vai dar uma das bases para a gente poder crescer esse produto com qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, Senadora, esse PL que a senhora e o Senador Jayme trazem resolve um outro problema muito sério, que é a assimetria de informações, e nos permite juntar um grande banco de dados que vai possibilitar o desenvolvimento de novos produtos mais adequados aos nossos produtores, levando em consideração a produtividade que aqui a gente consegue.

A conjugação também de políticas públicas que esse PL permite vai fazer com que essa subvenção, que é pouca ainda, possa ser mais bem estruturada e trazer frutos maiores. Em especial, o fundo de estabilização vai dar também essa previsibilidade de preços, retirando os efeitos extremos que nós estamos enxergando.

Parabéns à senhora! Parabéns ao Senador Jayme!

Podem contar com a Associação Nacional das Resseguradoras Locais no apoio a esse projeto. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu quero passar a palavra agora para o Relator do projeto e dizer, Senador – eu sei que o senhor estava lá numa missão importantíssima também na Comissão de Orçamento – que foram ótimas todas as falas, foram muito ricas. A gente vê que o seu relatório está no caminho certo.

Então, muito obrigada a todos que falaram, que participaram e que trouxeram aqui as suas posições, para que a gente possa fazer o melhor para o produtor brasileiro, o melhor para a agricultura brasileira, que não só alimenta o Brasil, mas também uma boa parte do mundo.

Muito obrigada.

Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente, Ministra Tereza Cristina; convidados aqui, os quais saúdo a todos na figura do meu querido e estimado amigo particular, o Nilson; e as autoridades aqui, sendo seguradoras, representantes de entidades de classe.

Na verdade, estou aqui mais para ouvir, na medida em que, infelizmente, não pude ficar o tempo todo aqui, tendo em vista que eu sou Vice-Presidente da Comissão do Orçamento da União e Relator também do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mas eu vou dar uma notícia boa para a senhora, Ministra, mesmo tendo bastante paciência... Já foram liberados agora, para atender as emendas de bancadas e as emendas individuais, R$7,8 bilhões. Palavras do Líder do Governo no Congresso dizem que, a partir da manhã, vão começar a ser liberados. Eu falei: "Vai chover, não é?". (*Risos.*) Espero que sejam liberados.

Então, foi muito boa a reunião lá, e estamos votando já algumas peças orçamentárias. A previsão é para, até dia 18 no máximo, votarmos também o Orçamento da União.

Mas, como eu disse, e volto a repetir aqui, estou aqui mais é para ouvir, pela generosidade e bondade do ilustre Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, que me designou para que fosse Relator desse projeto tão interessante que certamente vai melhorar as condições em relação às atividades do campo, que é o Projeto de Lei nº 2.951. Principalmente, tenho a certeza de que as intenções são das melhores, da nossa autora do projeto, a Senadora Tereza Cristina, que está procurando fazer o melhor, sobretudo ao defender os interesses daqueles que, de fato, produzem e constroem a grandeza do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que esse projeto vai ter a construção feita por várias mãos. Temos que ter uma paciência, uma parcimônia de ouvir as pessoas que, certamente, possam contribuir na elaboração de um projeto que pode ficar perene.

No Brasil, todo mundo sabe, a cobertura do seguro rural é muito pouco ainda, diante de outros países, como é o caso dos Estados Unidos, em que ali se cobrem praticamente 85% das áreas produtivas. E, no Brasil, lamentavelmente, estamos bem aquém daquilo que, certamente, é importante.

Estamos dando o exemplo da nossa produção de forma sustentável, com tecnologia, etc. Contudo, todos os dias há gente apontando os dedos sujos para nós brasileiros. Nós não podemos, primeiro, concordar com essas declarações infelizes que, muitas vezes, partem até do campo privado, como é o caso do diretor do Carrefour, que, há poucos dias, fez uma declaração horrorosa. Aí, veio um Deputado de meia-tigela francês também condenar a produção brasileira.

Mas eu tenho a certeza – e vocês podem ficar conscientes disso – de que o nosso papel como Relator da matéria vai ser feito com muita responsabilidade. Não faremos nada daquilo que não seja bom para o setor e, sobretudo, para o nosso país. Infelizmente, eu tenho a sensação, e não é porque eu sou produtor, de que nós não temos o devido respeito que nós precisamos ter. Infelizmente, o próprio Governo trata muito mal aquele que produz no Brasil: uma carga tributária excessiva, uma política ambiental que nós fazemos já, há alguns anos, com o Código Florestal brasileiro. Mas, muitas vezes, somos perseguidos, vamos chamar assim, sobretudo quem está nessa vasta região do Brasil, que é a Região Amazônica; acima do paralelo 16, somos muito perseguidos.

E falta, com certeza, a consciência de com o que nós estamos contribuindo. A segurança alimentar não é só do Brasil, mas do mundo. Somos hoje os maiores exportadores de soja, de algodão, de milho, de bovino, de suíno, etc., etc.

Mas eu tenho certeza, Ministra Tereza, de que esta audiência foi muito proveitosa para colher subsídio. Eu saí, mas deixei assessores aqui, ouvindo, para que possa ser possível votarmos essa matéria. Conforme o diálogo que nós tivemos de entendimento com o Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, nós pretendemos votar em caráter terminativo na CCJ.

Eu imagino que, se Deus quiser, seja depois desta audiência que também estava num ritmo que nós estávamos projetando, Ministra. Nós esperamos votar, se Deus quiser, no máximo... Como hoje é dia 1º ou dia 2 –, até dia 15 ou dia 16, no máximo, já estará votado esse projeto e, a *posteriori*, será encaminhado para a Câmara. Se Deus permitir e eles também votarem, a partir de 2025, já teremos, com certeza, o Projeto 2.951 prevalecendo em sua plenitude, para atender às demandas reprimidas que nós temos nos setores, que são essenciais ao seguro rural.

Ademais, agradeço a presença de todos, em especial da nossa querida Senadora Tereza, que é a nossa mestra aqui. Ela é quem nos orienta, Nilson. E, graças a Deus, a equipe que está trabalhando na formatação desse projeto é uma equipe de gente preparada, consciente, com responsabilidade, para que possamos atender ao nosso objetivo.

Ademais, muito obrigado e um abraço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, meu querido amigo Senador Jayme Campos.

Tenho certeza de que, neste ano ainda, será votado na CCJ e encaminhado para a Câmara, para que eles possam votar também. Depois, volta. Se não tiver nenhuma mudança, eles aprovam; senão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volta aqui, para que a gente termine esse projeto tão importante e tão esperado pelos produtores rurais brasileiros.

Parece-me que o Sérgio Bortolozzo quer fazer uma palavra. Dou-lhe um minuto, Sérgio, para a gente encerrar aqui a nossa reunião.

O SR. SÉRGIO BORTOLOZZO (Para expor.) – É menos de um minuto, Ministra, o que vou precisar para agradecer o trabalho.

Na verdade, não vou fazer nenhuma consideração a mais, principalmente do ponto de vista técnico. Isso já foi muito discutido, Nilson, nas nossas reuniões, e Gláucio, com todas as pessoas envolvidas. Quero agradecer e parabenizá-la, mais uma vez, Ministra, pela iniciativa.

Eu acho que essas atitudes da senhora e do Senador Jayme Campos trouxeram à tona um trabalho que há muito tempo tem sido realizado, mas que, infelizmente, ficou um pouco ofuscado, vamos dizer assim, ultimamente, por dificuldades e tal... Isso me remete um pouco ao Ministro Paolinelli, que foi um dos idealizadores também de todo esse processo. Na verdade, eu acho que o grande avanço foi isso.

Hoje estamos aqui todos envolvidos discutindo alguma coisa que é importante para todos, para o agricultor, para as seguradoras, para os resseguradores, principalmente para o Brasil. Então, a minha palavra é curta e quero só dizer: parabenizo-a, mais uma vez, por essa iniciativa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Sérgio. E, se Deus quiser, vamos deixar aí uma lei, quer dizer, é um guarda-chuva. Como todos aqui falaram, é uma coisa lenta. Não é uma coisa que vai acontecer amanhã e será resolvida. É um caminho a ser seguido, mas é o início para que essa organização toda possa trazer o seguro, aquele seguro que, como você disse, Alessandro, o Brasil espera, e que nós vamos entregar ao Brasil que quer e que nós queremos uma coisa muito boa para os agricultores, para as seguradoras, para as instituições e para o Governo, que vai deixar de gastar todo ano, colocar R$15 bilhões que vão para o ralo. Esse recurso vai servir para dar previsibilidade, para dar tranquilidade para os produtores brasileiros.

Então, muito obrigada a todos e vamos lá esperar ansiosamente o relatório do Senador Jayme Campos que vai ser, tenho certeza, um senhor relatório.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Alan Rick, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Eduardo Girão e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Req 29/2024-CRA), atendendo ao requerimento REQ 29/2024 - CRA, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). Finalidade: Colher informações sobre o abrupto aumento das alíquotas de importação de resinas plásticas, tendo por consequência o favorecimento de empresas monopolistas, como a Braskem, em prejuízo de todo o restante da cadeia produtiva nacional. Participantes: Eduardo Carlos Weaver, Coordenador Geral do Complexo Químico e Petroquímico (SDIC/MDIC); Rafaela Teixeira Vieira Noman, Diretora do Departamento de Defesa Comercial da Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SECEX/MDIC); José Ricardo Roriz Coelho, Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST); Lucas Ferraz, Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV - EESP); Paulo Carvalho Engler Pinto Jr, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional (ABIPLA); Luiz Cornacchioni, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (ABRAFATI); e Guilherme Silveira Guimarães Rosa, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço - MDIC. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Usam da palavra os Senadores: Eduardo Girão, Hamilton Mourão, a Senadora Tereza Cristina e o Senador Sergio Moro, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Esta é a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, neste dia 10/12/24.

Sob a proteção de Deus, nós iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de colher informações sobre o abrupto aumento das alíquotas de importação de resinas plásticas, tendo por consequência o favorecimento de empresas monopolistas, como a Braskem, em prejuízo de todo o restante da cadeia produtiva nacional.

Esta audiência foi aprovada em atendimento ao Requerimento 29, de 2024, da CRA, de minha iniciativa.

Registro aqui que esta audiência é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0612211.

Agradeço aos ilustres convidados que compareceram nesta audiência.

Ouviremos aqui o Sr. Eduardo Carlos Weaver, Coordenador-Geral do Complexo Químico e Petroquímico (Sdic/Mdic); a Sra. Rafaela Teixeira Vieira Noman, Diretora do Departamento de Defesa Comercial (Secex/Mdic); o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast); e o Sr. Lucas Ferraz, Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ouviremos por videoconferência o Sr. Paulo Carvalho Engler, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional. Ouviremos também o Sr. Luiz Cornacchioni, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta (Abrafati). Também foi convidada a Braskem para enviar um representante, não houve resposta.

Registro aqui que – e peço até escusas aos convidados – demoramos um pouquinho por questões procedimentais relacionadas a este final de ano da legislatura, que sempre acaba sendo mais agitado, mas, antes de dar a palavra aos convidados, só gostaria de esclarecer que é uma audiência para se colherem informações e esclarecimentos. Houve um aumento significativo das alíquotas de importação para insumos plásticos, resinas plásticas. Como consta no requerimento, essas alíquotas chegaram a ser 4% no início de 2023 e hoje estão em 20%. É um produto que é utilizado como insumo em toda a cadeia produtiva nacional. Isso acaba encarecendo essa cadeia produtiva e também é um fator que acaba fomentando o aumento dos preços em geral. Precisamos ouvir e entender as razões do Governo a respeito desse aumento e igualmente ouvir, principalmente, os setores da economia mais diretamente afetados, embora sejam todos afetados, considerando essa longa cadeia de produção, inclusive o agronegócio. Daí o motivo de fazer esta audiência aqui na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Eu vou ouvir primeiro o representante do setor que é o Sr. José Ricardo Roriz Coelho e, em seguida, vou ouvir um representante do Governo, fazendo uma intercalação, para nós termos uma espécie de contraditório, embora todos estejam aqui certamente contribuindo para a informação desta Comissão e do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou conceder o prazo de dez minutos para cada um, evidentemente aberto a alguma tolerância. E, ao final das exposições, nós abriremos às indagações dos Senadores e Senadoras presentes, que vão chegando no decorrer da sessão.

Sem mais delongas, concedo dez minutos ao Sr. José Ricardo Roriz Coelho, que é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Indústria do Plástico (Abiplast).

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO (Para expor.) – Eu queria cumprimentar o Senador Sergio Moro, os Senadores aqui presentes, todas as autoridades presentes e todos que nos assistem também.

Eu vou falar, só para contextualizar um pouco, sobre o que é o setor de plástico, de onde vem, qual é a nossa cadeia produtiva.

Nós temos três gerações, que a gente chama de três gerações petroquímicas. A primeira geração é a geração que é 100% Petrobras, que é principalmente o gás e a nafta, que vem do petróleo. Quando você faz o craqueamento do petróleo, 10% são nafta; aquilo se transforma em produtos petroquímicos; e, lá no final, nós temos o plástico. Então, aqui é o domínio Petrobras, 100% Petrobras. Quando a gente vai para a segunda geração, aí no caso dos plásticos, 50%, vamos dizer assim, um pouco maior, a Novonor, na Braskem, e a Petrobras também. Então, é domínio... As empresas são controladas pela Petrobras e pela Novonor. E, lá na terceira geração, são cerca de 12,4 mil empresas que produzem transformados plásticos e fabricam mais de 200 mil produtos. Inclusive para a área tanto do agro como da pecuária, tem muitos produtos que são produzidos aqui, o que eu vou mostrar rapidamente mais na frente.

A indústria transformadora de plástico fatura R$123 bilhões por ano, é um dos cinco maiores setores da indústria, é o terceiro maior, é o que paga os maiores salários dos cinco maiores. São R$123 bilhões, 364 mil empregos diretos e 1 milhão de empregos indiretos. São 12,4 mil empresas, como eu falei, e um consumo de 7,490 milhões toneladas.

Ela está presente em praticamente todos os estados brasileiros. Qualquer município com mais de 3 mil, 4 mil, 5 mil habitantes tem uma empresa de transformação plástica lá presente. Então, ela está distribuída ao longo do Brasil inteiro.

Onde tem PIB tem plástico transformado. Primeiro, há na construção civil, nas casas, cada vez mais você usa produtos termoplásticos na construção civil. Há em alimentos, inclusive, o Brasil hoje é o maior exportador do mundo em alimentos industrializados, dois terços dos alimentos são embalados em produtos plásticos, e quase 100% da cesta básica são embalados em produtos plásticos. Há nos automóveis também, cada vez mais se usa mais plástico em automóveis; no início, foi até para diminuir o consumo de combustível e, depois, para dar maior segurança. Há em máquinas e equipamentos, principalmente máquinas agrícolas e equipamentos, quem conhece bem uma plantadeira, tratores, etc., desde tanques de combustível, como reservatórios e mangueiras, etc., são feitos em produtos termoplásticos. Há no segmento de bebidas. Há na agricultura porteira para dentro... Para fora, tem toda essa parte de alimentos. E, na agricultura porteira para dentro, você tem os defensivos agrícolas embalados em plástico, você tem os *big bags* de fertilizantes, você tem as embalagens de sementes, você tem, depois que colhe, os silos e bolsas, etc. Tanto na pecuária como na agricultura, é muito utilizado o produto plástico.

Os tamanhos de mercado. A construção civil, em plástico, consome R$26,8 bilhões de produtos plásticos; automóveis, R$6,8 bilhões; e alimentos e bebidas, R$22,8 bilhões. Nos alimentos, o plástico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embala, por exemplo, o arroz, o feijão, o açúcar, a farinha, a massa, o óleo de cozinha, a água, os refrigerantes, os biscoitos, os doces, os chocolates, etc. Então, ele é muito utilizado na produção de alimentos.

Agora, a gente fala aqui daquela segunda geração petroquímica que fabrica as resinas e o setor de transformados plásticos.

No setor de transformados plásticos, 96% dessa cadeia produtiva, dos empregos são gerados na transformação de plástico; na cadeia de resinas e elastômeros, só 4%, 4% não, porque ainda tem a recuperação, que é reciclagem de plástico depois, é até menos que isso, são 2%. É por isso que a gente fala que, em pouquíssimo tempo, você aumentou as alíquotas desses produtos que estão à esquerda, em detrimento de tirar a competitividade de todos aqueles que estão ali à direita, tanto da recuperação em reciclagem como de produtos transformados em plástico. E é também com os trabalhadores, beneficiando 14 mil trabalhadores em detrimento de todo aquele contingente de trabalhadores que está do lado de lá.

Quando a gente fala em agregação de valor, você tem a nafta petroquímica ou gás, como eu falei. Depois, você tem os produtos petroquímicos, que você adiciona quatro vezes o valor à nafta ou ao gás e oito vezes o valor adicionado na média dos 200 mil produtos plásticos. Então, ele é um grande agregador de valor. Todo o produto... Quanto mais o produto agrega valor, mais é uma embalagem mais sofisticada, etc., é onde o plástico tem uma participação preponderante, não só na área de cosméticos, mas em alimentos, produtos de limpeza e tudo mais. Então, numa seringa de injeção feita em plástico, aquela seringa da covid, por exemplo, você agrega valor na transformação plástica em 8 vezes; num para-choque de carro, 17 vezes; num filtro de tela *smart screen* utilizado em computador, você agrega 58 vezes. Então, é um grande agregador de valor, sem dúvida nenhuma, o produto transformado plástico.

Quando a gente olha para a evolução das alíquotas de importação... Eu quero lembrar que, quando isso foi aprovado pelo Cade, você tinha duas empresas, a Braskem e a Quattor, e, quando essas empresas se juntaram, ela foi ao Cade... Inclusive, o voto do Conselheiro Ruiz eu vou até ler inteiro aqui para vocês terem uma ideia:

> O que nós temos aqui é basicamente que a BRASKEM [...] [criou] um monopólio no mercado interno, ponto! [...] O grande porquê desse monopólio interno vamos dizer assim é porque existem vantagens, eficiências econômicas sobre diversos aspectos [...]. Obviamente, com isso vem junto também o exercício de poder de mercado [...]. Qual [é] o ponto central aqui para termos que as eficiências econômicas sejam dominantes: a questão do comércio internacional como cerceador do poder do mercado.

Na ocasião, o grande argumento da Braskem para fazer a fusão foi o de que o mercado era o mercado internacional, não era o mercado regional. Então, se você não tinha concorrência aqui, você poderia ter a concorrência no mercado internacional, e é justamente o que não está acontecendo. Num curto espaço de tempo, por algumas decisões que foram tomadas de aumento de alíquota e *antidumping*, você praticamente cerceou você acessar o mercado internacional e aumentou o poder do monopólio cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só continuando ali: "[...] a empresa aqui é capaz de tornar o mercado internacional em regional ou nacional, por conduta [é o que está acontecendo], via contratos que gerenciam um comércio internacional que ela mesma pleiteia aqui [...]".

E, no final, o que está em negrito lá: "[...] Qualquer conduta futura da Braskem que cerceie o fluxo de comércio internacional, que condicione, restrinja, vamos dizer assim, põe areia nas engrenagens do comércio [...]. A testemunha dessa conduta futura é a Braskem de agora".

Desde quando foi aprovado isso no Cade, há essa questão de que o mercado referência deveria ser o mercado internacional.

Aqui, são as resinas termoplásticas: monopólio, monopólio e duopólio. No caso do PVC, é duopólio, mas a matéria-prima principal, que é o eteno, também é da Braskem. Então, é quase que um monopólio aí também.

Quando a gente olha as alíquotas internacionais, aí estão países importantes, *players* importantes, produtores de plástico. O plástico não é só grande no Brasil; na maioria dos países, ele tem uma participação no PIB muito alta. O Brasil tem 20% de alíquota de importação sem considerar os *antidumpings* – sem considerar os *antidumpings*. Então, a média no mundo é 6,5%, sendo que você tem o Nafta, você tem a Europa e tem a Ásia. Como um país compra do outro e a alíquota lá é zero nessas regiões, a alíquota efetiva desses países é de cerca de 2,3% ou 2,5%, enquanto no Brasil é de 20%, ou seja, a nossa alíquota é muito maior do que lá fora. Além disso, o frete, a distância do Brasil aos países produtores é muito maior do que a desses outros concorrentes do Brasil. Então, nós temos um frete mais caro. E se aumentou a alíquota no momento em que o dólar vai a R$6, os fretes internacionais mais do que dobraram de preço desde a época da covid. E também há os contêineres, que aumentaram bastante de preço. Então, é uma superproteção para o monopólio que nós estamos dando aqui no Brasil. Para você ter uma ideia, na Argentina é 7,5% e agora em dezembro cai para zero.

Eu não estou dizendo que aqui tem que ser zero, mas como é que você vai disputar mercado, como é que você vai exportar? E, quando você for exportar alimento, por exemplo – eu vou mostrar mais à frente –, uma boa parcela do custo do alimento é embalagem. Todo esse custo aí está incluso.

Então, nesse curto espaço do tempo, o que eles conseguiram? Eles conseguiram mudar a Letec para incluir mais produtos; em 01/04, aumentaram a alíquota de importação; depois, aumentaram para 20%; e também a defesa comercial com *antidumping* em todas as resinas. Então, você teve um aumento gigantesco de resinas num curtíssimo espaço do tempo e também aumento de *antidumping*. Eu vou mostrar depois a diferença de preço do Brasil para esses outros mercados de que eu falei agora há pouco.

Bom, normalmente, nos países...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO – ... onde você agrega mais valor e cria mais emprego, você vai subindo a alíquota – é a chamada escalada tarifária. Por exemplo: a do algodão é 4,8%, e a do produto final é 26%; a do minério de ferro é zero, a do automóvel vai para 35%; a da nafta é zero – e aqui é o contrário –, você dá uma superproteção para a resina, e além disso tem *antidumping*, e o produto plástico não tem praticamente proteção nenhuma. Aí dá para vocês verem que a diferença de preço do Brasil para o mercado internacional é quase 50% maior nessas resinas onde tem monopólio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo aqui rapidamente.

As embalagens representam 15% a 20% do custo do produto alimentício, o que aqui para o agro tem um interesse muito grande – é agregação de valor, que é o que todos nós queremos –; dois terços das embalagens são produzidas com plástico; e, ao reduzir o custo da embalagem melhora a nossa situação para exportação.

Também tem alguns estudos demonstrando o impacto do *antidumping* – sem falar na alíquota; só o *antidumping* –, o tanto que prejudica: só o *antidumping* dá US$200 milhões de prejuízo à sociedade em consequência dessa medida.

Vou passar rápido aqui por causa do tempo.

E a outra coisa é a seguinte: muitas dessas exportações... Porque, no caso de plástico, falaram: "a gente lê nos jornais que o problema era a China". Não dão nem 3% as importações de resina da China. Então, embora a China seja culpada pela indústria química, que está invadindo o mercado brasileiro, isso pode acontecer em outras cadeias produtivas, mas não no plástico. E outra coisa: uma boa parcela dessa importação vai para Manaus, porque o preço do Brasil é tão alto que Manaus, que não paga Imposto de Importação, compra e, no número que é dado... "Ah, mas estão trazendo uma quantidade enorme de produtos de fora." Esse produto que entra vai para Manaus porque lá não tem alíquota de importação.

Desculpa ter passado um pouco do tempo, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço aqui a exposição. Até deixei passar um pouquinho, porque é a primeira exposição. Assim, dá para a gente e, principalmente, a audiência ou quem nos acompanha poder entender bem a questão.

Eu passaria agora, então, a um representante do Governo. Tem alguma preferência de ambos? (*Pausa.*)

Então, vou passar ao Sr. Eduardo Carlos Weaver, que é Coordenador-Geral do Complexo Químico e Petroquímico (Sdic/Mdic).

Sr. Eduardo, então, por dez minutos – não sei se tem apresentação também.

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER (Para expor.) – Não, não tenho. (*Fora do microfone.*)

Boa tarde.

Meu nome é Eduardo Weaver. Eu sou servidor público da carreira de Analista de Comércio Exterior, tenho 23 anos de Mdic.

Gostaria de cumprimentar o Senador Sergio Moro e as autoridades presentes. Cumprimento também os demais palestrantes que vão estar aqui nesta audiência. Cumprimento a todos os presentes.

Eu pediria licença inicialmente, antes de entrar no tema principal desta audiência, para fazer uma breve contextualização com relação à desindustrialização recente por que o Brasil vem passando. Eu estive, no meio do ano, lá na Câmara dos Deputados, numa audiência com o Centro de Estudos lá da Câmara, e eles trouxeram um dado interessante. Tem outros dados, mas eu gostaria de destacar este aqui: a participação da indústria no PIB brasileiro passa de cerca de 36% em 1985 para 12,3% em 2020.

A indústria química não foge a essa regra. Ela também vem sofrendo esse processo de perda de competitividade progressiva. E eu trago um dado, recente também, com relação à utilização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade instalada na indústria química: em 2022, a indústria química utilizava 70% da sua capacidade; em 2023, 64%; e este ano, já tem dado de que está utilizando 58%.

A conclusão desse debate lá na Câmara foi que não há uma solução única, uma bala de prata para resolver esse problema de competitividade. Certamente vai ser necessário um arranjo de ações e de iniciativas que combine medidas estruturantes, de médio e de longo prazo, com medidas emergenciais, de curto prazo, que possa fazer com que a indústria passe por este momento e consiga obter ganho de competitividade.

Com relação às medidas de médio e longo prazo, eu gostaria de citar a Nova Indústria Brasil, que é a política industrial brasileira atual. Então foi feito um desenho em seis missões, que abrangem boa parte dos setores produtivos da economia. E as medidas são amplas, passando pelo investimento público, compras governamentais, encomendas tecnológicas, regulação, infraestrutura da qualidade, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, apoio ao comércio exterior. Então essas medidas são amplas, só que a gente sabe que para uma política industrial, os efeitos dessas iniciativas alcançarem o setor produtivo, são efeitos de médio e longo prazo. Então a gente precisa estabelecer medidas de curto prazo, para que a indústria consiga começar a perceber os efeitos das mudanças estruturantes.

Então a gente fala das medidas de curto prazo. O Mercosul criou recentemente um mecanismo chamado DCC (Desequilíbrio Comercial Conjuntural), que determinou, indicou que, por fatores econômicos internacionais, onde houvesse desequilíbrios acentuados nas relações de comércio, que os países membros pudessem adotar alíquotas acima da TEC (Tarifa Externa Comum).

Então, falando um pouco do CAT (Comitê de Alterações Tarifárias), a gente começa a chegar ao alvo da audiência, esse comitê, o CAT, é composto por dez órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Casa Civil; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério do Planejamento; Ministério da Gestão; Ministério da Defesa; Ministério de Minas e Energia; e Ministério de Desenvolvimento Agrário. Então é um colegiado onde as decisões são tomadas de forma conjunta e colegiada e as manifestações de cada um dos componentes são levadas em consideração.

Continuando, falando um pouco do compromisso desse colegiado, do importante compromisso desse colegiado: é claro que ele precisa avaliar prós e contras de todas as medidas que vão ser tomadas – e aqui a gente está falando de 29 pleitos que foram deferidos, mas outros 34 pleitos foram indeferidos.

Vou dar um exemplo rápido de um indeferimento – ou indeferimento parcial – que proporcionou fechamento de empresa. Foi o caso da empresa Fortal, que solicitou, via DCC, o mesmo mecanismo, um aumento de zero para 20%. O Governo aplicou 12,8%, e a empresa encerrou sua produção no Brasil, porque não conseguiu gerar a competitividade necessária. A Rhodia paralisou sua produção de bisfenol A no Brasil, porque não houve tempo sequer de o CAT avaliar o pleito. Então, a tramitação do pleito não foi suficiente para que a empresa se mantivesse competitiva.

Falando um pouco do processo de avaliação desses 63 pleitos que foram solicitados pela Abiquim, houve um debate – um amplo debate – no Ministério, por, pelo menos, uns quatro ou cinco meses, com diversos órgãos internos do Ministério debatendo quais seriam os principais critérios para a gente fazer uma classificação justa e adequada, técnica e objetiva acerca desses pleitos.

Então, foram definidos os seguintes critérios que pudessem consubstanciar esse desequilíbrio comercial: primeiro, surto de importações, o aumento acelerado do volume de importações; segundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a queda de preços – essa avaliação de queda de preços é importante para a questão do impacto nas cadeias à jusante –; uma outra questão foi queda na produção nacional; e um quarto critério foi a baixa capacidade utilizada pela indústria química – só foram considerados pleitos em que a indústria química estivesse utilizando menos que 75% da sua capacidade instalada.

Os critérios são somados, então, os pleitos só foram considerados quando atendiam a todas essas variáveis. Isso é o cuidado que a gente teve de deferir, ou propor o deferimento apenas daqueles produtos que estivessem extremamente críticos. Então foi desta forma que foi feito: os critérios são objetivos, as informações são públicas – estão no *site* da Camex.

Há um período em que a gente ouve o setor produtivo. Tanto os atores favoráveis ao pleito quanto os atores contrários ao pleito tiveram 45 dias para se posicionar no devido processo administrativo. Cada um colocou seus argumentos, e todos os órgãos que compõem o CAT levaram esses argumentos em consideração.

Eu acho que era basicamente isso o que eu tinha para falar, Sr. Senador, dando uma visão geral de como se instruiu o processo de elevação tarifária dos 63 produtos protocolados pela Abiquim na Camex.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço as informações do Sr. Eduardo Carlos Weaver. Só faço aqui uma ponderação, depois a gente vai abrir para um debate. Quero agradecer a presença dos dois Senadores, do Senador Hamilton Mourão e do Senador Eduardo Girão.

Na linha do que foi colocado, o problema é a proteção, é a indústria brasileira sofrendo uma concorrência e sofrendo até uma diminuição do espaço econômico. Mas quando se eleva uma alíquota de um insumo básico para toda a cadeia produtiva, o plástico – que é utilizado pela indústria também, não só para a embalagem de produtos, mas para tudo praticamente –, isso não encarece a produção industrial brasileira e a deixa menos competitiva no todo? Porque, na verdade, é como se eu estivesse, de certa maneira, encarecendo o combustível, o que vai afetar toda a cadeia produtiva. E aí toda a cadeia produtiva fica menos competitiva com a produção lá fora.

E uma questão... Até vou aproveitar e passar a palavra já para a Sra. Rafaela. Eu ouvi a explanação de V. Sa., mas eu gostaria de saber desses dados também para esse assunto específico desse insumo básico, desses critérios que foram adotados, se pudéssemos ter informações mais específicas sobre as resinas plásticas. Eu não sei se a Sra. Rafaela tem isso na exposição ou se o Sr. Eduardo tem esses dados para nos ilustrar aqui nessa situação específica.

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Senador, os dados, como eu falei, foram considerados um aumento do volume de importação acima de 30%, uma queda de preços acima de 5%, a utilização de capacidade instalada abaixo de 75% e a queda na produção, todos esses fatores somados.

Com relação especificamente a resinas, a questão do impacto nos elos à jusante da cadeia, a gente observou muito a queda de preços recentes das importações. Então, como houve elevação, na maioria dos casos, de 12,5% para 20%, 7,5 pontos percentuais, a queda de preços de importação no patamar foi de 20%, 19%, 18%, 21%, 19%, 15%, 16%, 35% na queda de preços. Então, a elevação tarifária oriunda desse pleito é mais do que compensada com a queda recente de preços de importação. Esse foi um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatores analisados tanto pela Sdic quanto por todos aqueles dez órgãos que votaram para o deferimento do pleito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu tenho outras perguntas, mas vamos deixar então seguir a ordem aqui e deixo ali para fazer no final.

Só para esclarecer: esses dados que o senhor falou de queda de preços se referem especificamente a resinas ou estão falando em geral?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER (*Fora do microfone.*) – Sim, sim, resinas.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, vou conceder aqui também dez minutos para a exposição da Sra. Rafaela Teixeira Noman, que é a Diretora do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Mdic.

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN (Para expor.) – Perfeito, muito obrigada Senador.

Obrigada pela oportunidade de trazer aqui alguns esclarecimentos. Agradeço também aos Senadores e autoridades presentes. Muito obrigada pela presença aos ouvintes aí que nos acompanham pela internet e também, é claro, aqui aos meus colegas de mesa, para tratar do tema.

Bem, só para contextualizar, Senador, meu nome é Rafaela Noman. Eu também sou servidora pública da carreira de Analista de Comércio Exterior. Tenho 21 anos servindo ao Estado brasileiro, dos quais 17 anos dedicados à defesa comercial do Brasil.

Eu vou falar um pouquinho... O meu colega aqui de mesa, o Roriz, mencionou muitas vezes as aplicações pelo Governo brasileiro das medidas *antidumping* e são essas que estão sob a minha competência de condução das investigações no âmbito do departamento do qual hoje estou à frente.

Então, vou me permitir aqui falar um pouquinho, dar um contexto, explicar um pouco como funciona para que a gente possa chegar um pouco ao cenário internacional que a gente enfrenta hoje.

Só para contextualizar, a Organização Mundial do Comércio é uma organização multilateral que congrega mais de 170 países que acordaram, no âmbito daquela organização, sobre regulamentos e normas que hoje regem o comércio exterior mundial. Essas regras são aplicadas pelos países membros, algumas delas, como é o acordo *antidumping*, incluem propriedade intelectual, comércio de serviços, enfim, todo tipo de regras.

Um dos regulamentos que está no âmbito da Organização Mundial do Comércio é o do acordo *antidumping*, que visa contra-arrestar a prática de *dumping* no comércio entre os países. E aí já faço uma ressalva aqui de que essas são regras muito detalhadas, muito técnicas e que são aplicadas de forma comum e uniforme entre os diferentes países no mundo.

O que isso quer dizer? Isso significa que nos Estados Unidos há um departamento de defesa comercial responsável pela condução dessas investigações, na África do Sul, há uma autoridade que faz a mesma coisa que nós fazemos aqui, na União Europeia e em qualquer um dos países-membros da Organização Mundial do Comércio.

No Brasil, como é que o sistema de defesa comercial está estruturado? A gente tem no Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior, lá no Mdic, a autoridade responsável pela condução dos processos administrativos que apuram a prática de *dumping*, a prática desleal de comércio e os efeitos dessa prática. Depois há uma recomendação ao final desses procedimentos administrativos. Esta recomendação é levada à Câmara de Comércio Exterior, mencionada aqui pelo Weaver, composta por dez ministérios e que é a autoridade no Brasil responsável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por aplicar essas medidas – e sempre foi assim, desde 1995. E há também a Receita Federal no sistema de defesa comercial, responsável pelo recolhimento dessas medidas.

Eu vou passar bem rapidinho para que a gente entenda como funciona o sistema de defesa comercial.

Peço desculpas aí pelo tamanho da fonte, pequenininha.

Como funciona? Uma empresa... Aí talvez valha a pena a gente falar o que é *dumping*.

Desculpa, Senador.

A gente vai falar aqui sobre o que é *dumping*. É uma discriminação de preço. O regulamento internacional estabelece que as empresas, ao exportarem para outros países...

(*Intervenção fora do microfone.*)

... elas não podem exportar a um preço que seja mais baixo ali do que o que elas vendem no mercado interno ou de um outro referencial.

Então, quando uma empresa brasileira ou um setor produtivo brasileiro se sente afetado por importações com indícios dessa prática, ela recorre ao Governo brasileiro com dados – e aí, são dados dos mais diversos indicadores financeiros relativos à situação da indústria e também dados relativos às importações com indícios de prática desleal de comércio nessas importações.

O departamento apura essas informações e se inicia um procedimento administrativo – um procedimento administrativo longo, oneroso, burocrático, mas que tem como referencial a garantia, a ampla defesa e o contraditório de todas as empresas envolvidas. Então, Senador, quando a gente inicia um procedimento desse, a gente não escuta só o produtor nacional que vem reclamar, a gente notifica todos os importadores que adquirem essa mercadoria, todos os exportadores, o departamento realiza auditorias desses dados; então, isso é verificado tecnicamente e, a partir daí, a partir de critérios horizontais, há uma conclusão: se há a prática de *dumping*, se há o dano causado à indústria doméstica e se há uma relação de causalidade entre esses dois fatores.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para entender: quem requereu, quem impulsionou isso foi, então, a Braskem dentro do Mdic?

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Então... A gente tem, hoje, mais de 50 casos sob a minha jurisdição lá, Senador, e dos mais diversos setores. Eu tenho um caso de alho, eu tenho caso de leite...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Resinas plásticas?

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Resinas plásticas, eu tive no caso, por exemplo, do PVC, que é uma investigação solicitada pela Braskem e pela Unipar. No caso de resina plástica de filme PET, por exemplo, é um caso solicitado pela Terphane. Um caso de... Enfim, eu posso solicitar aqui para o senhor, PP Braskem, e alguns casos, enfim, são normalmente solicitados. Independentemente da empresa que solicita, os critérios são universalmente aplicados.

A conta matemática é feita Independentemente de o caso ser solicitado por um setor extremamente pulverizado, como é o caso, por exemplo, do setor produtor de leite, ou se é um setor monopolista, como é o caso da Braskem. As regras são as mesmas, e a conclusão é a mesma, relacionada ao cumprimento dessas regras multilaterais que estabelecem como que o comércio exterior deve ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também acho que vale pontuar que as empresas brasileiras, quando exportam, elas também estão sujeitas às mesmas regras nos países importadores. Então também haverá a possibilidade de condução de investigações da mesma forma nos outros países.

Lembrando aqui, Senador, que o objetivo das investigações de defesa comercial não é impedir a importação ou onerar uma importação; o objetivo das investigações de defesa comercial e a aplicação dos direitos *antidumping* é neutralizar uma prática desleal de comércio. Então, não há impedimento de que a importação seja feita da origem que está sendo investigada, ou de qualquer outra. Da origem que está sendo investigada, ela será feita com a neutralização dessa prática, se houver a conclusão positiva ao final do processo.

Então, acho que vale a pena eu mencionar que existe, no regulamento brasileiro, atualmente, uma possibilidade de que, ainda que eu constate haver uma prática desleal de comércio nas exportações, ainda que seja determinado dano à indústria brasileira, é possível, segundo a legislação brasileira – e isso é uma questão da legislação brasileira, não multilateral; nós incluímos isso na legislação brasileira –, uma possibilidade de intervenção nessas medidas.

O que é isso? É uma possibilidade de que essas medidas sejam suspensas ou de que elas sejam reduzidas, em função do contexto ou em função de uma avaliação de que o efeito delas, muitas vezes – pode ser um efeito na cadeia a jusante –, é pior do que o que o remédio causará à indústria. Existe a possibilidade dessa avaliação, existe um procedimento previsto para isso – ele ocorre normalmente ao final; agora, durante este Governo, ele ocorre depois da conclusão de que efetivamente essas práticas desleais foram constatadas –, enfim, aí haverá a possibilidade de discussão desse tema ao final das investigações *antidumping*.

Eu queria, por fim, aqui, fazer uma ressalva: hoje no departamento a gente tem, como mencionado aí pelo Roriz e pelo Senador, algumas medidas *antidumping* aplicadas que beneficiam – eu acho que é o foco aqui nosso hoje, Braskem e Unipar – o PVC... Eu diria explicitamente o PVC, o PP e agora o polietileno (PE). É uma investigação que foi recém iniciada pelo departamento, para a qual não há ainda nenhuma medida aplicada. Há um procedimento avaliativo, em que se avalia essa prática, mas eu acho que, no contexto dessa explanação que o Weaver colocou aqui, é importante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Vou pedir mais um minuto, Senador, por favor.

... a gente ter presente o que acontece hoje no mundo.

Em 2018, o Trump adotou uma série de medidas de proteção da indústria americana; entre elas, a elevação tarifária para produtos químicos chineses, siderúrgicos e muitos outros. Isso gerou uma guerra comercial, que a gente conhece e de que sabe bem, então, hoje, o que eu tenho, no caso específico dos químicos e dos produtores químicos, é um excesso, uma capacidade instalada bastante ampla, e esses países têm medidas restritivas ao comércio, uns contra os outros; a União Europeia também aparece impondo medidas ao comércio exterior bastante significativas, muitas vezes, sustentadas por um critério de sustentabilidade. Isso traz um novo contexto para o comércio internacional, bastante diferente daquilo com que a gente estava acostumado nos últimos anos.

Uma das coisas... E, também, eu acho que a pandemia trouxe um agravamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Não, tudo bem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Eu acho que a pandemia trouxe às empresas e aos mais diversos setores produtivos uma perspectiva do perigo da vulnerabilidade em que os setores ficam quando dependentes, única e exclusivamente, de um fornecedor, muitas vezes internacional. Isso gerou uma corrida, no mundo, a medidas protecionistas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – ... a gente tem um excesso de subsídios concedidos hoje nos países, como nos Estados Unidos e na União Europeia, às indústrias químicas especificamente, e a gente tem no processo químico um processo de produção em que você não desliga uma planta sem um custo muito grande.

Então, o que isso gera? Um excesso de capacidade, um excesso de produto, com muitas medidas protecionistas por muitos países, e uma tendência generalizada no mundo a uma adoção de medidas protecionistas. E aqui, Senador, eu falo da minha banquinha aqui, que é a aplicação das medidas *antidumping* e de defesa comercial, naquele gráfico ali, só para o senhor ter uma ideia, são as medidas *antidumping* aplicadas pelo mundo, por países do mundo, em plásticos e suas obras.

Então, esse é o cenário que a gente vê.

Hoje, existem medidas *antidumping* aplicadas por vários países, contra várias origens. Então, tenho 13 para o polietileno, 14 para o polipropileno, 21 para o PVC e investigações originais em curso. Peço desculpas ali, mas só para o PVC são 16 investigações em curso, com investigações iniciadas pela União Europeia, pela Índia e pelo Reino Unido.

Isso é um contexto internacional que a gente tem que enfrentar, enfim, o mundo, para o Brasil hoje, realmente, há um aumento de início de investigações aí, que é um pouco refletido aí nesse contexto internacional.

O recado final, eu acho, Senador, que eu queria deixar aqui, principalmente em relação às medidas antidumping, e repetir aqui, é de que, no caso específico das medidas de defesa comercial, a gente está falando de contrarrestar uma prática desleal de comércio. Na medida em que essa prática é contrarrestada, se essa importação é feita a um preço que cumpre as regras internacionais, que garante uma concorrência justa, de acordo com as regras...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – ... que são aplicadas por todos os países, não há nenhum problema ou nenhuma atividade do Governo que enseje oneração dessas importações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço à Sra. Rafaela pelas explanações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o próximo expositor, eu teria uma indagação, só para orientar as perguntas depois.

A senhora não tratou, dentro do Ministério, sobre a questão da elevação das alíquotas, mas está relacionando apenas sua tarefa aos procedimentos *antidumping*?

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN – Perfeito. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E aí, Sr. Eduardo, o senhor tratou dessa questão dentro do ministério relacionado ao aumento das alíquotas? O senhor participou desse processo decisório?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER (Para expor.) – Processo decisório, não. A área técnica instrui o processo, trazendo os elementos quantitativos que eu coloquei aqui, os filtros de volume de importação. Então, é a gente que faz toda a coleta de dados e instrui o processo. A tomada de decisão é feita no âmbito do CAT.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas o senhor participou dessa avaliação técnica, então, relacionada às resinas plásticas, propriamente dita?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Sim, eu participei da avaliação técnica do pleito da Abiquim, em 63 produtos...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu vou passar, então, a palavra, a exposição, ao Prof. Lucas Ferraz, que é professor da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, e que também foi membro, você foi secretário?

O SR. LUCAS FERRAZ – Secretário de Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Secretário de Comércio Exterior, do Governo anterior, não é?

O SR. LUCAS FERRAZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então vou lhe passar dez minutos. Também tem apresentação?

O SR. LUCAS FERRAZ – Tenho, tenho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tá. Então peço para que coloquem a apresentação.

O SR. LUCAS FERRAZ (Para expor.) – Bom, então, muito boa tarde a todos.

Antes de mais nada, quero cumprimentar os meus colegas de mesa, agradecer especialmente o convite do Senador Sergio Moro para participar desta sessão, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais Senadores e autoridades aqui presentes. Vejo aqui o Senador Girão, o Senador Mourão, Esperidião Amin, com quem tive a honra de interagir algumas vezes enquanto fui Secretário do Governo passado.

É uma honra muito grande, de fato, estar aqui falando de um tema com que eu trabalho já há mais de 20 anos, na verdade, e que também é um tema em que eu estive diretamente envolvido, de 2019 a 2022, como Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que antes de a gente entrar na pauta específica...
Eu não sei se eu consigo passar aqui. (*Pausa.*)
Acho que eu vou fazendo assim, não é? (*Pausa.*)
Isso. (*Pausa.*)
Eu aqui queria passar um rápido contexto internacional...
Está meio esquisito aqui, pessoal. Pronto, aqui acho que melhorou.

Eu queria fazer aqui um rápido contexto internacional. É evidente que o Governo passado – os senhores sabem, não é segredo para ninguém – tinha uma pauta de aumento da nossa inserção internacional. Nós acreditávamos que a abertura econômica, a inserção internacional é uma alavanca de crescimento econômico importante, porque ela traz produtividade e a produtividade aumenta as taxas de crescimento econômico de longo prazo das economias. Não há, senhores, na história econômica, nenhum processo de crescimento econômico de longo prazo sustentado que não tenha sido acompanhado por processos de inserção internacional das economias. E o país ainda tem, o nosso Brasil ainda tem uma longa lição de casa a ser feita nesse quesito.

Aqui eu cito o Brasil entre as dez maiores economias do mundo e a participação baixíssima no comércio exterior: a gente não alcança nem 1,5% das trocas comerciais mundiais, ainda que estejamos entre as dez maiores economias. A nossa corrente de comércio de bens, que figura ali mais ou menos entre 25% a 27% do nosso PIB, deveria ser, segundo estudos realizados dentro da própria FGV, da ordem de 52% a 55%, ou seja, mais que o dobro do que o valor atual.

E são várias as razões para explicar a nossa baixa em inserção. Primeiro, um Mercosul pouco dinâmico – recentemente, os senhores foram testemunha do anúncio, do reanúncio do acordo Mercosul-União Europeia, uma negociação que levou 25 anos para ser concluída, cerca de 80% do tempo de existência do próprio Mercosul; levamos 25 anos para concluir uma primeira negociação relevante, ou seja, um bloco realmente pouco dinâmico, que necessita de reformas –; tarifas de importação ainda acima da média mundial para países similares; excessos de medidas *antidumping;* barreiras não tarifárias, enfim, uma série de obstáculos à nossa inserção internacional.

Aqui no Brasil permeia, infelizmente, ainda a visão mercantilista de que exportar é bom e importar é ruim. E eu sempre gosto de frisar esse ponto, porque simplesmente inexiste nação que seja a grande exportadora, Senador Moro, Senador Girão, que não seja também grande importadora. Aqui no Brasil, a gente vive talvez a fantasia de que nos tornaremos, um dia quiçá, uma grande potência exportadora sem importar absolutamente nada, mas isso, infelizmente, não é um dado da realidade, não existe essa experiência.

O nosso ambiente de negócios, historicamente ruim, dificulta a economia política para esse movimento necessário de inserção internacional. E, ao fim e ao cabo, alguns setores mais influentes e outros menos influentes acabam sobrevivendo na nossa economia em função de subsídios, de suporte do Governo – e sem esse suporte fatalmente nem sequer eles estariam mais atuando no mercado. Então, necessitam constantemente dessa ajuda.

E aí tem um ponto importante que tem muito a ver com o que foi dito aqui nas falas que me precederam: a falta de parcimônia e visão holística na utilização dos instrumentos públicos de proteção e defesa comercial. E o que eu quero dizer com isso? A cadeia da indústria é uma cadeia longa, são vários elos. Se evidentemente você altera a proteção de um determinado elo, isso tem repercussão, em termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de preço, para todos os elos da cadeia, a jusante e a montante também. Na verdade, repercute em todo o sistema da indústria. Então, são louváveis os esforços do Governo, no sentido de fortalecer a indústria nacional, mas não se pode fortalecer a indústria nacional escolhendo ganhadores e perdedores.

Aqui bem lembrou o Senador Sergio Moro numa pergunta muito pertinente: o que adianta você proteger um setor que está lá no início da cadeia se essa proteção, ao fim e ao cabo, vai levar à perda de competitividade de todos os elos a jusante? E, no final das contas, o efeito líquido dessa medida é negativo para a própria indústria, para a própria geração de emprego e para a própria geração de renda do país.

E aqui, especificamente no tema desta sessão – a recente elevação das tarifas de importação de resinas plásticas no Brasil –, a decisão Camex é de 18 setembro de 2024, com um mecanismo novo, senhores. Este mecanismo "desequilíbrios comerciais conjunturais do Mercosul" foi discutido no Mercosul lá em 2015, internalizado por Paraguai, Uruguai e Argentina, mas não é coincidência que ele só tenha sido internalizado no ano passado. O Governo Temer não internalizou esse mecanismo no Brasil, o Governo Bolsonaro tampouco, porque o nosso temor era justamente que acontecesse a politização desse instrumento e o uso abusivo para proteger setores.

Vale lembrar que, diferentemente da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec), esse instrumento só pode ser utilizado para aumentar tarifas. O que incide é algo estranho, porque se há surto, aumento da capacidade de oferta de alguns países, pode haver também escassez. Então, você deveria também poder diminuir as tarifas de importação, mas ele simplesmente é um mecanismo assimétrico, que só permite que você eleve a tarifa de importação. E ele foi internalizado no Decreto 11.894, em 2024, pelo Governo atual.

Eu também gostaria de lembrar que, pelo menos na minha experiência enquanto Secretário – fui Secretário durante quatro anos –, me chamou muito a atenção um pleito de um único setor com mais de 60 NCMs para terem as suas tarifas elevadas. E nós estamos falando aqui de uma lista de um mecanismo que tem apenas cem NCMs. É algo realmente que salta aos olhos e merece um escrutínio realmente mais apropriado. Foram aprovadas, nessa primeira leva, 29, mas, pela informação que eu recebo, as outras 33 ainda estão pendentes de avaliação e podem também ser aprovadas.

O mecanismo, como eu disse, tem cem NCMs e define critérios relativamente razoáveis para a sua aplicação. E aqui é que mora o problema: esses critérios foram respeitados?

Então, o primeiro critério, por exemplo, fala que tem que ter um detalhamento da condição de desequilíbrio comercial, derivada de uma conjuntura econômica internacional. E aí começa a dificuldade: o que é um aumento conjuntural das importações e o que é um aumento estrutural das importações? Porque há uma diferença significativa, sob o ponto de vista técnico-econômico, entre essas duas coisas. Um aumento estrutural pode significar simplesmente a inexistência do produto no mercado – e o consumidor nacional está comprando de fora simplesmente porque não há a viabilidade – ou que o produto nacional é muito menos competitivo do que o internacional, e isso já de longa data; não é um surto, não é uma questão de oferta, não é uma questão de desvio de comércio.

A urgência e relevância da alteração proposta, considerando a limitação do número de vagas e a grande demanda pelo instrumento. Olhem só: o instrumento tem cem NCMs, e foram pedidas 62. É realmente é urgente? É um certo exagero, dado o espaço para os produtos? Mas, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui é muito grave – e também é o ponto do Senador Sergio Moro –: impactos nas cadeias a jusante, demonstração de como manter o escalonamento tarifário da cadeia produtiva e a participação dos insumos em bens finais (se aplicável). Aqui, a pergunta: realmente houve essa preocupação? Porque a gente sabe que as tarifas do setor químico, via de regra das resinas, já são altas vis-à-vis a média mundial. E muitas delas, como NCMs aqui importantes, já têm medidas *antidumping* aplicadas. Então, quando você soma a tarifa aplicada mais a medida *antidumping*, evidentemente você estará gerando proteção efetiva negativa para todos os elos a jusante da cadeia produtiva do setor industrial.

Investimentos realizados, bem como dados de geração de emprego. Oras bolas! Se eu vou aumentar o preço de um elo que está bem no começo da cadeia, isso vai gerar impacto negativo para todos os elos a jusante? É muito provável que o impacto líquido na geração de emprego e nos investimentos seja negativo e não positivo.

Aqui, alguns dados importantes sobre o nível de proteção do setor químico no Brasil.

Tarifas médias de importação aplicadas, em 2023: o Brasil, antes da decisão Camex...

Isso aqui, eu estou tomando 12 NCMs, pessoal, porque, das 29, apenas 12 representam 92,5% das importações. Então, para simplificar, estou pegando as 12 principais.

Então, essas 12, hoje, teriam uma tarifa aplicada – não é a MFN, é a aplicada – de 11,5%; país em desenvolvimento, uma média de 7%; Estados Unidos, 3,7%; OCDE 2,4%; Europa, 2,2%. E o Brasil agora sobe, com essa nova decisão, para algo em torno de 20%, o que significa quase três vezes a média dos países em desenvolvimento ou algo como seis a sete vezes a média dos países desenvolvidos.

Direitos *antidumping*.

Aqui, um ponto importante. Foi dito, na fala anterior, que vivemos uma conjuntura desafiadora sob o ponto de vista nacional recente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS FERRAZ – ... na medida em que há vários países se fechando ao comércio exterior, como o caso explícito dos Estados Unidos, da Europa. E aí vale uma distinção: esses países estão em guerra comercial e em disputa tecnológica com a China. Está longe de ser o caso do Brasil, está longe de servir de exemplo para países como o nosso e para o resto do mundo, que não têm que estar nessa guerra. Nossa postura é uma postura pragmática. Comercializamos com o mundo inteiro e estamos olhando para o mundo inteiro.

Mas olhem só: a questão do abuso do uso de medidas *antidumping* no Brasil não é conjuntural. Eu vou dar aqui um dado para os senhores: de 2006 a 2015, o Brasil foi o país que mais utilizou medidas *antidumping* no mundo – estou falando de 2006 a 2015 –, depois da Índia. A Índia foi o primeiro, o Brasil foi o segundo. Se a gente olhar o dado mais recente, o Brasil, hoje, é o terceiro país que mais aplica medidas *antidumping* no mundo, a despeito de ser o 27º maior importador do mundo. É claro que, se você olhar sob o ponto de vista de quem mais aplica, quem mais importa provavelmente vai ter mais problemas de *antidumping*, vai aplicar mais. E o Brasil é o 27º maior importador do mundo e é o terceiro maior aplicador de medidas antidumping.

Aqui, nós temos medidas *antidumping*, Senador Sergio Moro, para as 12 principais NCMs que nós estamos tomando, para um terço delas, para quatro. E, aqui, nós temos medidas *antidumping* contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China, contra os Estados Unidos, contra a Alemanha, contra a França, contra a Itália, contra o México, contra a Índia e contra a África do Sul.

Apenas para citar o exemplo das monoetanolaminas, existem *dumpings* aplicados com elevação da proteção tarifária atual de 12,6%, antes da medida, para cerca de 75%. Se a gente soma, agora, os 20% com os 75%, isso pode significar, simplesmente, o bloqueio do mercado internacional, o fim das importações para alguns produtos, a chamada tarifa proibitiva.

O setor químico é um setor aberto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS FERRAZ – E, aqui, uma perspectiva comparada também, Senador Sergio Moro, do total importado pelo setor químico mundo afora vis-à-vis a produção local do setor.

Aqui eu peguei uma amostra de países desenvolvidos, e a gente pode ver que o Brasil tem uma penetração de importações – esse é o indicador –, importações sobre produção, da ordem de 30%. E você tem países que podem chegar a até mais do que 100%. Quando a gente pega uma amostra de países em desenvolvimento, tampouco é possível concluir – porque o nosso setor químico é um setor muito aberto, sob o ponto de vista das importações, quando a gente faz uma análise comparativa internacional...

Aqui, o mais interessante, talvez, e importante: estamos, de fato, diante de um desequilíbrio comercial conjuntural, e aqui a dificuldade de a gente determinar o que seria esse desequilíbrio comercial conjuntural.

Aqui eu peguei o crescimento das principais NCMs – de 2017 a 2023, a taxa média de crescimento das importações dessas NCMs. E como é que eu vou tentar inferir se há um surto de importação? Eu criei aqui um critério. Para as NCMs que cresceram mais do que a média das importações nacionais, talvez eu tenha algum problema. Para aquelas NCMs que cresceram abaixo da média nacional, certamente não se configura nenhum tipo de surto de importação, simplesmente é o movimento natural da economia brasileira puxando as importações.

E, quando eu utilizo esse critério, eu vejo que, cerca de 52% do total importado pelas 29 NCMs deveriam estar fora, porque eles estão crescendo ou muito próximo do valor das importações totais do Brasil ou abaixo do valor dessas importações totais.

Vamos chegar um pouco mais para frente. Aqui é de 2017 a 2023.

Se eu usar um critério um pouco mais recente – afinal estamos falando de algo que é conjuntural –, de 2021 a 2023, por exemplo, pós-covid, para cá, eu tenho que cerca de quase 70% do total importado das 29 NCMs cresceu ou muito próximo das importações brasileiras totais ou abaixo dessas importações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS FERRAZ – E se eu pegar ainda um intervalo mais recente, de 2022 a 2023, eu tenho, basicamente, que em 83,17% do total importado pelas 29 NCMs, na verdade, caíram as importações. Assim como caiu a importação brasileira, também caiu a importação de uma série dessas NCMs, o que não configura – ou é difícil justificar, classificar isso – um surto de importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tem aquelas lá que cresceram mais. E aqui também vale uma observação. Pegando uma amostra, de 2000 até 2023, eu tenho cerca de três, quatro, cinco NCMs que, de fato, estão crescendo acima das importações brasileiras, que são as linhas pontilhadas em vermelho. Então, o que você observa? Isso aqui não tem nada de conjuntural, isso aqui é estrutural. Isso aqui acontece há pelo menos 23 anos e significa, na verdade, uma mudança de comportamento da demanda interna. Isso não pode ser classificado como conjuntural.

E aqui, por fim, Senador, meu último eslaide, que é exatamente voltando à pergunta que o senhor fez no início da fala. Qual é o impacto da elevação tarifária do setor químico em todos os elos à jusante da nossa indústria de transformação? Nós fizemos aqui uma análise de equilíbrio geral muito rápida, simples. Aumentamos, hipoteticamente, em 10% as tarifas de importação do setor químico, e olha só o que acontece com o PIB dos setores brasileiros que estão à jusante, que são consumidores dessas resinas: o PIB, evidentemente, do setor químico sobe, em detrimento de toda a cadeia, de todos os elos à jusante da indústria de transformação brasileira. Sofre mais aqui o setor de plástico e borracha, couro, açúcar processado, têxtil, vestuário e alimentos – quer dizer, o agro também está aqui envolvido... Enfim, uma série de setores que são prejudicados.

Aqui o meu comentário final, finalizando aqui. Esse mecanismo pode ser um mecanismo útil, sim, um mecanismo de desequilíbrios comerciais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS FERRAZ – Temos, de fato, uma nova conjuntura internacional muito complicada, mas ele tem que ser usado com parcimônia e inteligência. Não adianta a gente querer reindustrializar o Brasil sem nenhum critério de racionalidade, escolhendo setores que automaticamente significarão também a escolha de perdedores.

Então, agradeço-lhe o tempo, Senador Sergio Moro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço-lhe a exposição.

Vou passar já para o próximo palestrante.

Só, antes, aproveitando o ensejo, já encaminho algumas perguntas que faria ao final, mas as coloco para os nossos expositores – Sr. Eduardo e Sra. Rafaela – já pensarem nas respostas.

É claro que a gente tem que proteger a indústria nacional, mas, quando a gente vê esse cenário de uma alíquota de 20%, tão discrepante da prática comercial mundial, e os beneficiários são duas empresas basicamente – aí não sei se eu estou errado nisso, mas, se for o caso, o senhor e a senhora podem me corrigir –, que seriam a Braskem e a Unipar. Lá em seguida, na jusante, como se diz, já são 1,4 mil, mas, no fundo, é todo o mercado consumidor brasileiro depois.

O SR. LUCAS FERRAZ (*Fora do microfone.*) – São 14,2 mil.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – São 14,2 mil.

E o Prof. Lucas colocou alguns dados técnicos. Também eu recomendaria, Sr. Eduardo, que esses dados que V. Sa. falou que embasam essa elevação da alíquota fossem trazidos à Comissão para que nós pudéssemos entender essa decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu gostaria de entender melhor aí do senhor e da senhora, principalmente no que se refere à alíquota de importação, quem tomou essa decisão, afinal de contas? De quem é a responsabilidade? É do comitê? O Ministro teve participação? O Ministro da Indústria e Comércio participou de alguma forma? Esse assunto foi levado a ele? Por ser um assunto tão grave que afeta a cadeia produtiva brasileira, eu fico imaginando que o Ministro – o Vice-Presidente, que é Ministro também – tenha participado dessa deliberação. Se sim, quais foram as ponderações dele, ou seja, a decisão política? Sim, a decisão é técnica, mas vamos considerar que também tem uma decisão política aqui que é tomada, e eu gostaria de saber quem são os agentes políticos que participaram desse tipo de reflexão.

Até tomei a liberdade de adiantar essas questões para que possam preparar as respostas, mas, antes de abrir a palavra para o senhor e para a senhora, eu passarei ao Sr. Paulo Carvalho Engler, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene (Abipla), que vai falar por videoconferência.

Eu concedo ao Sr. Paulo dez minutos.

O SR. PAULO CARVALHO ENGLER PINTO JR (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Sergio Moro.

Eu pergunto: vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. PAULO CARVALHO ENGLER PINTO JR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Que bom!

É uma satisfação estar aqui perante esta ilustre Comissão e agradeço-lhes o privilégio de poder trazer a vocês algumas informações sobre o nosso setor.

Por que eu estou aqui? O setor de produtos de limpeza do Brasil é um grande usuário de embalagens, um dos maiores. Em volume, o Brasil, para se ter uma dimensão, é o quarto maior produtor e o quarto maior consumidor de produtos de limpeza do planeta; somos maiores do que a Índia nesse quesito.

Então, as nossas embalagens em sua esmagadora maioria são todas feitas de resinas, são embalagens plásticas homologadas pela agência regulatória. E não é só no Brasil, mas, no mundo todo, são as embalagens plásticas que carregam os produtos de limpeza; elas são eficientes para isso.

Bom, para se ter uma dimensão do nosso setor, nós estamos hoje com 8,1 mil fábricas no Brasil. Sim, é um setor muito grande que está em 1,2 mil municípios. E a fábrica média de produtos de limpeza no Brasil, Senadora, tem entre cinco e onze empregados, e uma fábrica pequenininha que está no interior do Brasil faz 29 tipos diferentes de produtos de limpeza, que são os feitos no mundo todo.

O Brasil é um país que mantém convergência regulatória com o mundo todo; ou seja, um fabricante de produtos de limpeza brasileiro, devidamente homologado pela agência Anvisa, pode exportar o produto de limpeza para o mundo todo.

Faladas todas essas considerações, o que eu tenho a falar com vocês é que eu não trouxe uma apresentação, mas, considerando que somos usuários extensivos de embalagens plásticas, quando fomos notificados de que haveria essa movimentação para o aumento das alíquotas do imposto de importação sobre as resinas, o nosso setor imediatamente se movimentou. Por quê? Nós, sim, somos importadores dessas resinas em grande quantidade, devido ao preço, sem dúvida alguma. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassamos o preço, esse preço que é mais baixo do que o que a gente paga no mercado nacional, para o consumidor final.

Isso é perfeitamente verificável perante o próprio IBGE. A inflação, vamos assim dizer, medida pelo IPCA e pelo INPC, de janeiro até novembro de 2024, foi maior do que o aumento do preço dos produtos de limpeza nas gôndolas dos supermercados; ou seja, nós não repassamos nem a inflação no produto de limpeza.

O produto de limpeza é algo essencial na vida do povo; mais do que isso: o produto de limpeza é essencial para a saúde pública, tanto é que, quando tivemos o surto e a pandemia de coronavírus, os primeiros produtos a serem considerados essenciais, por um decreto da Presidência da República, foram os remédios, os de higiene pessoal e os produtos de limpeza. Nós, de fato, limpamos e higienizamos todos os ambientes: as casas, o local de trabalho, o veículo, as fábricas, enfim...

O nosso produto é essencial à vida do brasileiro. Consequentemente, somos um produto extremamente sensível a preço, usado largamente pelas famílias. Então, nós temos uma sensibilidade a toda e qualquer variação de preço, o que pode, sim, descontinuar parte do nosso mercado.

Pois bem. Cientes desse aumento do imposto de importação das resinas, uma vez que a embalagem plástica, indiscutivelmente, é um dos principais itens de custo no nosso produto, chegamos à conclusão de que, ao repassar esses aumentos, nós teremos custos adicionais ao consumidor final. Por isso, nós nos insurgimos, nos manifestamos nos processos para que fôssemos ouvidos no sentido de "olha, somos um setor essencial de saúde pública, e, em qualquer variação no preço do produto de limpeza que for próxima à inflação – nem estou falando acima da inflação –, há um recuo das pessoas, das famílias ao adquiri-lo.

Para se ter uma ideia, em 2021, a informalidade dentro dos produtos de limpeza para uso doméstico alcançava 22%. Com a melhoria do ambiente, com a melhoria do emprego, com a melhoria da distribuição de renda, nós conseguimos bater o recorde histórico de produção e cair esse produto pirata, esse produto feito no fundo de quintal, de 22% para 11%. Então, como se vê, o nosso produto é extremamente sensível a preço, a custo. Então, logo que nós identificamos essa possibilidade desse aumento no nosso custo de aquisição das resinas para fazer a embalagem plástica, nós nos manifestamos, e por isso estamos aqui para fazer esse relato para vocês.

É isso.

Fico à disposição, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço as colocações do Sr. Paulo Carvalho Engler, representante da Abipla.

Passo de imediato a palavra, então, ao Sr. Luiz Cornacchioni, que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, Abrafati.

Também será por Zoom.

O SR. LUIZ CORNACCHIONI (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Senador Moro, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Estamos ouvindo.

O SR. LUIZ CORNACCHIONI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Obrigado, Senador Moro, pela oportunidade e pelo convite, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores presentes na audiência e também o Roriz, o Lucas, a Rafaela e o Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, rapidamente, o setor de tintas, hoje, nós somos o quinto maior produtor global de tintas, somos o maior produtor da América Latina de tintas, fazemos perto de 2 bilhões de litros de tintas por ano, de todos os tipos de tintas, desde imobiliárias e decorativas a tintas que todo mundo tem mais percepção, mais automotivas, industriais, aeronáuticas, plataformas de petróleos. O Brasil é um produtor importante de tintas.

Somos uma empresa nacional. As nossas indústrias estão no Brasil, nós produzimos tinta no Brasil em todas as regiões do Brasil, então a gente tem uma presença importante no Brasil. Faturamos hoje algo como R$60 bilhões por ano, geramos mais de 500 mil empregos, e não muito diferente das características da do Paulo, também somos uma indústria que temos produtores grandes, mas temos a grande maioria, em especial das tintas imobiliárias e decorativas, de pequenos produtores.

Trabalhamos sempre com uma margem muito apertada, a margem nossa é sempre muito apertada, e qualquer alteração nos nossos custos se reflete basicamente no nosso preço de venda. Se a gente não consegue repassar – e muitas vezes a gente não consegue –, obviamente, eu vou criar um problema ou de descontinuidade de linha de produção ou até de fechamento de algumas indústrias, obviamente com reflexo não só de inflação naquilo que eu repasso, mas principalmente nas indústrias.

Quando nós tomamos também conhecimento desse pleito, a nossa preocupação do setor de tintas não foi muito diferente da do Roriz, não foi muito diferente da do Paulo Engler. Digo, Senadores, não foi muito diferente de diversos outros setores, porque, assim como outros, nós somos usuários fortes de terceira geração da indústria química e, obviamente, qualquer alteração lá nos afeta. O que chamou muito a nossa atenção, quando chegou aos 62... Começou com 77, depois foi para 62 e acabou tendo aprovação agora dos 29. Desses 29, eu gostaria de pontuar também, Senador, que 13 nos afetam, não só de resinas, mas nos afetam os 13 desses 29.

É óbvio que a gente tem um efeito importante nos nossos custos. É óbvio que a gente vai ter efeito muito danoso, até porque, além da questão dessa Letec e DCC, também estamos enfrentando discussões de *antidumping*, também temos o dólar hoje na casa de R$6, quer dizer, estamos vivendo talvez a tempestade perfeita em termos de aumento de custo.

Quando a gente olha toda essa questão, eu acho que é esta a oportunidade – eu agradeço ao senhor, ao Senador Moro e aos demais Senadores –, de a gente poder expor as nossas preocupações e dialogar com todo mundo. Desde sempre, desde o começo deste pleito, tanto eu, quanto o Paulo, quanto o Roriz e os demais envolvidos sempre pedimos uma oportunidade de poder olhar o efeito disso na cadeia. Eu acho que o Lucas falou muito bem dessa questão, a gente tem que olhar esse efeito na cadeia. Nós também somos uma indústria nacional, nós também geramos emprego aqui. Então, a gente precisa olhar como isso fica na cadeia. Eu acho que isso, de alguma maneira, não foi, pelo menos a gente sempre pediu diálogo nessa questão.

Eu concordo com o Lucas, eu sempre digo, sempre disse, vou continuar dizendo, inclusive existem matérias minhas falando: esta é uma medida conjuntural e não vai resolver o problema estrutural que nós temos. O que nós temos de falta de competitividade é uma questão estrutural, não é conjuntural. Qualquer um que estudou administração e economia sabe, Senador, que não se resolve problema estrutural com medida conjuntural. É o que nós estamos fazendo aqui.

Alguém pode dizer para mim, Senador: "Há uma distorção, há uma importação abaixo do preço de custo, como a Rafaela concordou". Bom, então nós não vamos discutir, como bem disse o Lucas, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de Letec e DCC. Vamos discutir uma investigação de *dumping*, em que a gente pode olhar as coisas com mais critério. A gente vem insistindo, Senador, nessa questão, por quê? Porque nos preocupa muito a gente usar um mecanismo conjuntural que não vai resolver. Eu costumo dizer que, daqui a um ano, quando ela vencer – em setembro do ano que vem –, eu espero, sinceramente, que não seja renovada por mais um período. Isto porque é assim que se prevê o mecanismo. A gente estará exatamente no mesmo lugar. Não resolvemos ainda os problemas de competitividade, segundo a geração da petroquímica brasileira, porque não vai se resolver com uma medida conjuntural e vai prejudicar todo o elo da cadeia.

A oportunidade de a gente estar aqui hoje, Senadores, e poder expor um pouco isso é para abrir este debate e, obviamente, a gente se aprofundar um pouco nos números, nos detalhes, no processo que foi feito, em como a gente faz a indústria química também evoluir, ser mais competitiva, mas sem piorar, porque todos somos uma indústria nacional. O Lucas falou muito bem, a gente não pode enfrentar uma medida de um lado e esquecer toda a cadeia do outro.

Então, preocupa-nos muito como é que a gente vai administrar todos esses aumentos. Posso garantir para os senhores que teremos aumento, sim, e vamos repassar esses aumentos para a inflação, porque não tem jeito de a gente administrar com a margem pequena que nós temos no setor de tintas.

Eu costumo brincar com o Paulo, que é meu amigo, que o Paulo é o último e eu sou o penúltimo. A gente obviamente não vai conseguir administrar isso. Vamos ter que repassar isso e vai gerar inflação. Quando não conseguirmos repassar, nós vamos realmente ou fechar a linha de produção ou fechar uma indústria, o que não acho absolutamente factível para o Brasil, que quer ser competitivo na indústria.

É um pouco isso as minhas ponderações, Senador. Agradeço ao senhor e aos demais Senadores pela oportunidade de poder expor as nossas preocupações e sigo à disposição, não só agora, mas para outras audiências, outras conversas que julgamos necessárias.

Muito obrigado, Senador Moro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço as considerações do Sr. Luiz Cornacchioni.

Registro a presença aqui da Senadora Tereza Cristina e agradeço a presença.

Antes de passar a palavra aos colegas, então, só quero endereçar algumas perguntas da mesa. Tomo a liberdade de fazê-lo aqui aos representantes do Governo, o Sr. Eduardo e a Sra. Rafaela.

O que foi comentado aqui anteriormente é que as duas empresas beneficiadas por essa elevação da alíquota são a Braskem, em maior medida; em menor medida, a Unipar. Essa afirmação está correta ou está errada?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER (Para expor.) – Está correta em parte, Senador. Além de Braskem e Unipar, tem algumas outras: Dinâmica EPS, Inova, NewPop, Styropek, Termotécnica, Unigel, Alpek Polyester, Indorama, Elekeiroz, Embrapol, Oswaldo Cruz Química, PPG Industrial...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Da resina plástica?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – A Braskem é a que é beneficiada e é a produtora nacional do maior número de NCMs beneficiadas.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Qual é a percentagem do controle dado a esse mercado?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Para cada uma das NCMs, eu não sei informar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quando foi decidida essa questão da alíquota de importação de aumento foi levado em conta que nesse mercado existe um quase monopólio da Braskem ou uma participação dela na produção nacional, que é muito acima das demais?

Isso foi até objeto do registro aqui quando teve a fusão entre a Braskem e a Quattor. Isso foi levado em consideração?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Na instância técnica, não foi levado em consideração. Os critérios que a gente utilizou eu já descrevi aqui. Pelo menos na instância técnica, essa questão não foi observada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas não deveria ser considerado, Sr. Eduardo?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – O setor químico, principalmente em algumas NCMs, é por natureza oligopolizado, mas eu não tenho a informação se essa questão foi observada em instâncias hierárquicas superiores à minha.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor mencionou a questão técnica, mas chama muita atenção o que foi colocado ali pelos expositores: a discrepância da alíquota média mundial com a alíquota brasileira, de 20% contra 6%, 7% e igualmente esse aumento, desde 2003, pelo que eu vi aqui, algumas alíquotas foram de 4% a 20%. Como é que o senhor explica essa discrepância da prática brasileira com a prática mundial?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – É, para lhe falar a verdade, a gente não fez uma avaliação sob essa perspectiva. Eu poderia citar aqui para o senhor e para os presentes algumas reduções, quedas de preço de produtos, por exemplo: polietileno de densidade inferior a 0,94, queda de 21%; outros polietilenos carga e densidade maior que 94, queda de 18%; outros copolímeros de etileno, queda de 19%; copolímeros de etilenos alfa-olefina, 20,94%. Então os produtos que foram considerados foram aqueles que tiveram surto de importação associado à queda de preço.

Então, esse impacto, até colocando aí, me estendendo um pouco mais com o que foi falado no impacto das cadeias à jusante, algumas associações, empresas, já entraram com pleitos para elevar a alíquota de produtos da cadeia à jusante, e esses pleitos foram deferidos pelo argumento de cadeia. Nesse DCC, como a avaliação foi feita em conjunto das 63 NCMs, a questão da cadeia foi considerada em menor grau, as questões objetivas e as flutuações de comércio foram consideradas em maior grau, só que algumas associações e empresas já identificaram a possibilidade de alguns desses pleitos serem deferidos e entraram com o pleito já da cadeia à jusante, e esse pleito foi deferido junto com o produto à montante, aqui no caso, que iria impactar. Então houve essa preocupação com a questão da cadeia, e o que a gente tem observado é que muitas outras indústrias à jusante estão pensando em incluir o pleito, entrar com o pleito de elevação do elo à jusante.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão, se o preço fosse a justificativa para o aumento da alíquota, isso não teria sido um movimento internacional, já que esses preços, vamos dizer, são de certa maneira internacionais? Por que só o Brasil jogou a alíquota lá para 20% e ninguém mais fez isso, aparentemente, pelos dados que foram trazidos aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Por que outros países não estão se movimentando eu não tenho informação. O que a gente tem de informação é que os países estão adotando, inclusive os Estados Unidos, eu estive aqui em maio, adotaram elevação tarifária de até 100% para carros elétricos e baterias.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Resinas plásticas, estamos falando das resinas plásticas?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Resinas plásticas, eu não tenho informação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O objeto desta Comissão são as resinas plásticas.

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A senhora...

A SRA. RAFAELA TEIXEIRA VIEIRA NOMAN (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou sair um pouco aqui do que é a minha competência, mas eu não posso deixar de mencionar a questão de contexto internacional que a gente vive, discordando um pouco do meu colega aqui de mesa, Dr. Lucas, a quem eu respeito muito, mas essa elevação tarifária de 20% e a ausência de medidas por outros países não são coisas que se refletem no cenário internacional que a gente vê.

Vou dar um exemplo prático para o senhor de uma resina plástica que estamos discutindo aqui, que é o PVC. A União Europeia hoje tem uma investigação *antidumping* que propôs uma aplicação de direito provisório, que varia de 60% a 100% para a proteção da indústria nacional europeia.

A gente vive num contexto em que dizer que a gente não está envolvido na guerra comercial é basicamente dizer, enfim, que a gente não está num contexto de comércio exterior, porque, na medida em que o maior mercado do mundo fecha suas fronteiras e aí, Senador, eleva o imposto de importação e aplica medidas *antidumping* de forma bastante significativa, e eu estou falando dos Estados Unidos, com uma resposta bastante contundente pelos chineses também nos químicos, com aplicação de medidas *antidumping* relevantes e, também, agora, a União Europeia, um pouco mais tarde, Reino Unido, Turquia e Índia, esse produto sobra e tem que ser escoado em algum lugar.

Quando a gente recebe esse produto, e é claro que, quando o senhor pergunta se tem um impacto na cadeia à jusante, é lógico que isso faz parte da preocupação da decisão que é tomada ali dentro do ministério e aqui, não só do ministério – já respondendo um pouco a pergunta que o senhor fez, como o Weaver mencionou –, esse mecanismo é administrado pela Câmara de Comércio Exterior, composto por dez ministérios da Esplanada, e existe um órgão técnico do qual, enfim, eu não faço parte, a Secretaria do Weaver, enfim, participa mais ativamente da Secex com outro departamento, mas existe um grupo técnico que embasa as decisões de dez ministros de Estado – na verdade, essa decisão foi tomada no nível do Gecex, nível de secretários executivos –, com uma recomendação desse grupo técnico após a análise de todo o contexto que a gente vive.

Parece uma decisão esdrúxula, mas, quando a gente pensa que muitas vezes uma decisão, não neste contexto, mas, quando os países tomam medidas extremas e muito fora do que estamos acostumados, o que vem historicamente sendo adotado, mas, quando esses países tomam medidas extremas, a gente não fazer nada significa abrir mão de um elo da cadeia. E, quando a gente está falando de um elo da cadeia muito anterior, com muitos elos à jusante posteriores, a gente pode, sim, parecer estar prejudicando os elos à jusante, mas, como eu mencionei, durante a pandemia, ficou muito claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e essas medidas protecionistas vêm muito nesse contexto de que a vulnerabilidade de se depender única e exclusivamente de fornecedores externos para produtos estratégicos, como produtos químicos, produtos siderúrgicos, e aqui eu incluo os produtos das resinas plásticas, é uma estratégia também que, durante a pandemia, se mostrou bastante perigosa.

Então, a gente fica... Como Governo brasileiro – e aí, Senador, falando um pouco além aqui do que é da minha competência – não é uma decisão fácil. E claro que importam todos os elos da cadeia, como bem mencionou aqui o Dr. Luiz, são todos da indústria brasileira. O ministério e o Governo brasileiro têm esse olhar e precisam ter, mas, enfim, a decisão é tomada dentro de um contexto que hoje a gente enfrenta.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço.

Eu iria pedir só, Sr. Eduardo, que esses dados fossem encaminhados para a Comissão, talvez estejam até em transparência ativa, mas pediria a gentileza de eles serem encaminhados, ou eventualmente a cópia desse processo.

Faço coro aqui à afirmação da Sra. Rafaela de que não é uma decisão fácil.

Qual foi a posição política ali dentro do ministério sobre essas questões? Qual foi a posição do Ministro Alckmin, Vice-Presidente, ou do Presidente Lula sobre essa elevação da alíquota de importação das resinas com esses impactos na nossa cadeia produtiva?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – O posicionamento da hierarquia eu não acompanho. Não participei de nenhuma reunião com o ministro sobre esse assunto. A gente faz o encaminhamento técnico, como a Rafaela falou, e a decisão é tomada no Gecex, pelo colegiado do qual o Ministro participa. Normalmente, quem representa o ministério é o Secretário-Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas esse assunto o senhor não tem conhecimento de se foi levado ao conhecimento do Ministro Alckmin ou do Presidente Lula, um assunto tão sensível?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Eu não tenho conhecimento. Na minha esfera de atuação, no escopo de análise que a equipe técnica faz, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A alíquota foi aumentada para 20% nesse produto que é essencial para a cadeia e não teve uma posição política em cima disso, uma decisão política? Não que ela não fosse técnica, mas não teve uma decisão política em cima disso?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Pode ter tido alguma decisão política, mas não de que eu tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E quem teria conhecimento para informar? Porque a gente convocou os representantes do ministério para que tivesse essa informação.

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Provavelmente, um nível hierárquico mais alto, de Secretaria-Executiva e Gabinete do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu faço um registro aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME SILVEIRA GUIMARÃES ROSA (Para expor.) – Senador, eu posso me pronunciar? (*Fora do microfone.*) Meu nome é Guilherme Rosa, eu sou assessor da Secretaria-Executiva do Mdic.

Só sobre esse assunto, acho que o Weaver é a pessoa que tem maior competência técnica para falar dos produtos químicos.

As deliberações acerca da elevação de produtos químicos ocorrem em nível de Gecex. Existem a Camex, que é a Câmara de Comércio Exterior, vinculada à Presidência da República, que é presidida pelo Vice-Presidente, e o Gecex, que é um colegiado, como a Rafaela bem explicou, em nível de secretário-executivo. Então, a decisão geralmente é tomada por esses secretários-executivos ou por seus representantes dentro do colegiado.

Obviamente, todos os temas que são do Mdic passam pelo conhecimento do Ministro. O Ministro recebeu as associações que estão aqui, ele recebeu a Abiplast, ele recebeu a Abipla, ele recebeu a Abihpec, mas o Ministro também colhe as contribuições técnicas da sua equipe.

Então, existem camadas dentro desse Gecex. A primeira camada é que existe uma discussão no grupo técnico, que é o CAT (Comitê de Alterações Tarifárias). A gente tem as contribuições da Sdic e demais órgãos. E depois essa contribuição do CAT vai para o Gecex para os secretários avalizarem essa contribuição técnica.

Nas reuniões de que nós participamos – eu também não participei de todas as reuniões com o Ministro Geraldo Alckmin –, a recomendação, a orientação do Ministro Geraldo Alckmin foi que a gente conseguisse proteger a indústria química com o menor custo possível para a cadeia jusante. Então, essa é a orientação do Ministro e, a partir disso, ele recebeu as contribuições da Sdic e dos demais órgãos, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, que chegaram a essa proposta de 29 códigos.

O que eu queria ressaltar só, acho que o Dr. Lucas Ferraz já falou, todo mundo já falou, é que isso é uma lista de desequilíbrio comercial conjuntural.

A gente tem todo esse problema de protecionismo. Nós temos os químicos, uma questão que é do conflito da Ucrânia e da Rússia, então isso faz com que a Rússia não possa direcionar os seus produtos químicos, o seu petróleo para países ocidentais e destine esse produto para os países asiáticos, e isso causa um desvio de comércio para o Brasil. E essa medida que foi tomada, apesar de ter algum impacto na escalada tarifária, é uma medida pontual, uma ação pontual com duração de um ano. O ministério não espera que ela dure mais do que um ano. O ministério, a Camex não espera que ela dure mais do que um ano.

A gente sabe que esse não é o único problema o de competitividade da indústria química, mas também é um problema de competitividade da indústria química. Existem outras medidas que podem garantir a competitividade, mas a importação também é um problema.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para entender, o Ministro Geraldo Alckmin participou, então, dessa decisão de elevação da alíquota? Foi levada ao conhecimento dele? Ele recebeu a Abiquim, o senhor mencionou...

O SR. GUILHERME SILVEIRA GUIMARÃES ROSA – Ele recebeu a Abiquim, recebeu...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Recebeu a Abiplast também?

O SR. GUILHERME SILVEIRA GUIMARÃES ROSA – ... recebeu a Abiplast, recebeu a Abihpec. Está na agenda pública dele que ele recebeu todas as associações – as associações aqui são testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participei de reuniões com algumas pessoas aqui. E elas também podem testemunhar que esta foi a orientação do Ministro durante a reunião: uma medida que pudesse proteger a indústria química com o menor custo possível para a cadeia jusante.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E o Presidente Lula participou também dessas decisões ou não?

O SR. GUILHERME SILVEIRA GUIMARÃES ROSA – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu vou passar aqui, então, à lista de inscritos.

Eu tenho o Senador Girão inscrito para indagações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Senador Sergio Moro, em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública, extremamente esclarecedora de um assunto que não está no radar ainda da nossa sociedade, embora seja sociedade que vá pagar o preço disso – ficou muito claro aqui nas exposições.

Quero cumprimentar todos os expositores aqui. São dois funcionários de carreira – não é isso? – que fizeram apresentação, que a gente vê que têm um conhecimento técnico.

Agora, eu estou aqui com o nosso querido Senador Hamilton Mourão. A decisão foi política. A decisão, para mim, claramente... Até porque os secretários-executivos – e todo mundo sabe disso – são indicações políticas. E eu espero, sinceramente, com tudo o que eu ouvi aqui e com todo o respeito a quem pensa diferente... Eu acredito que está um disparate muito grande em relação ao cenário mundial esse aumento de 10% – já era alto. E, quando o senhor falou, meu xará, Eduardo Weaver... Aliás, tem uma pessoa que se chama Eduardo Weaver, aqui em Brasília também, que é um humanista que eu conheci, da União Planetária. Mas eu digo uma coisa para o senhor: quando o senhor coloca que essa decisão técnica não levou em consideração a questão do monopólio, isso me preocupou.

Eu não sei que tipo de encaminhamento o nosso Presidente, o Senador Sergio Moro, desta sessão, eventualmente, vai dar, mas eu estou com ele para que a gente possa não apenas pedir dados – sabe, Senador? Eu acho que a gente tem que se aprofundar nisso. Ou que o Governo volte atrás nessa decisão, que vai causar prejuízo a toda a cadeia jusante, mas também diretamente à população, porque quem vai pagar essa conta... Já não basta a crise que a gente está vivendo no país, com uma irresponsabilidade de gastos aí no Governo Federal; já não basta o dólar chegando a R$6,08, e a gente...

E está claro que vai ter esse impacto no consumidor final. Foi colocado aqui. Foi colocado aqui e com números claros, de forma muito aberta. O Dr. Luiz e o Dr. Paulo, que representam importantes setores do país, fora outros 12 mil, porque a gente tem aí cerca de 12 mil, é isso? Doze mil...

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO (Para expor.) – Catorze mil e quatrocentas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Catorze mil...

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO – ... e quatrocentas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e quatrocentas empresas, porque, em 2022, eram 12 mil.

Então, a gente não pode ter esse retrocesso.

E outra coisa, Senadora Tereza Cristina, gato escaldado tem medo de água fria. E a gente vê, quando se fala em monopólio, a gente se arrepia todo e vê essas empresas, Braskem, Unipar. E a gente está vendo, no Brasil, pessoas que causaram grandes escândalos no passado bem recente. A própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lava Jato mostrou isso, que é a questão da J&F, era JBS, agora J&F, e você vê essa turma voltando com todos os benefícios, todos os estímulos do atual Governo. E como mesmo disse o Ministro, que é o Vice-Presidente da República, voltando à cena do crime do Presidente Lula.

Eu digo uma coisa para você, Presidente: é muito preocupante, Senador Sergio Moro, essa questão, que começa a gerar dúvida. A quem interessa esse aumento da alíquota? A quem interessa? Essa é a pergunta. E a gente já teve aqui sinais fortes de uma resposta contundente, a quem interessa. Ao Brasil é que não é; aos brasileiros, tampouco.

Então, que a gente possa se aprofundar. E conte comigo no que o senhor precisar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Os questionamentos direcionados principalmente aos representantes do Governo aqui presentes, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu estou fazendo um comentário, uma abordagem de que nós vamos precisar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sem questionamento, mas acionar órgãos, não apenas pegar, eu acredito, o senhor está focado nesse assunto, mas eu digo que eu agora fiquei muito intrigado com o que eu ouvi aqui.

Então, eu gostaria apenas de juntar, depois fazer uma reunião com as nossas assessorias, ver que tipo de medidas podemos tomar até que o Governo – eu acredito que possa não esperar um ano, não esperar um ano – possa rever essa situação, que não parece ter nenhum tipo de sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Na esteira só das colocações do Senador Girão, eu vi uma matéria que me chamou a atenção, da *Folha de S.Paulo*, que é publicada em 19 de setembro de 2024. E ela é intitulada "Barreira de importação na petroquímica gera rumor de compra da Braskem". E aqui eu leio, não são palavras minhas: "O Governo agiu para que a Camex desse uma injeção de ânimo na indústria petroquímica, ao elevar as alíquotas de importação para 30 produtos químicos. A medida fez espalhar rumores nas mesas de operação das corretoras de que o Governo está 'dando um empurrão' na negociação entre Petrobras e Braskem para ajudar a Novonor [...]". É a matéria da *Folha de S.Paulo.*

Mas quando foi feita essa alíquota, esse aumento, essa proteção da indústria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Foi matéria de 19 de setembro de 2024.

Foi considerado que isso poderia impulsionar também o valor das ações da Braskem, já que ela praticamente domina esse mercado?

Ou o Governo tomou alguma providência para afastar esse tipo de rumor? A indagação é para o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER (Para expor.) – Essa questão de valor de ações absolutamente foi considerada. A equipe técnica se debruça em cima dos dados apresentados tanto pelo pleiteante –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele tem a oportunidade de instruir o processo com todas as informações de por que considera aquele pleito um pleito que tem o seu deferimento com justiça – quanto, também, os setores afetados negativamente. Como o Rosa falou, o ministério recebe tanto os pleiteantes quanto os impactados negativamente.

A equipe técnica avaliou todos os documentos anexados ao processo contra o pleito. Todas as considerações foram analisadas e, enfim... Dados de mercado não chegam para a análise técnica. O que a equipe técnica analisou foram os dados de comércio exterior, de impacto na indústria pleiteante. Foram essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O pleiteante, no caso, foi a Braskem?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Não, foi a Abiquim.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A Braskem esteve também dentro desse procedimento, em audiências lá no ministério?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – A Braskem se manifestou nos processos.

Mas aqui eu tenho... A Braskem, especificamente... Eu sei que algumas empresas, associações, procuraram tanto o Secretário-Executivo quanto o Ministro, tanto favoráveis quanto contra os pleitos. A Braskem, especificamente, não me recordo. Acho que não esteve, pelo menos com a equipe técnica não esteve.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Esteve com o Ministro ou com o Secretário-Executivo?

O SR. EDUARDO CARLOS WEAVER – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aproveitando aqui também a indagação, eu tomo a liberdade de perguntar ao Sr. Roriz, que falou no início. Sr. Roriz, é sobre esse impacto no setor produtivo e sobre esses rumores. Isso correu o mercado também? Queria que senhor pudesse nos responder sobre isso?

O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO (Para expor.) – Bom, eu vou citar o nome da empresa porque, como o nosso setor é o das quatro principais resinas – e três delas são do monopólio e da quarta a matéria-prima é do monopólio –, tenho que citar o nome Braskem. A Braskem é a principal empresa, 80% dessas quatro resinas vêm da Braskem.

Existe uma preocupação nossa... Não é só com a alíquota, há seis anos a Braskem está à venda. E ela não conseguiu, nesses seis anos... Está tentando negociar – porque a Novonor é sócia dela –, está tentando até vender as ações, pelo que a gente lê na imprensa, até porque tem uma dívida com os bancos. E nesses seis anos, de uma hora para a outra, começaram a ocorrer algumas coisas rapidamente. Por exemplo, veio o Reiq. O Reiq é de R$2,4 bilhões, sendo que foi noticiado pela imprensa que 98% vai para Braskem. Teve uma mudança na Letec, teve um aumento de alíquotas, tivemos os *antidumpings* correndo muito mais rápido do que o desejado.

As associações, por exemplo, vão ao ministério. Eu vou ao ministério e sou muito bem recebido lá pelo Ministro. Mas 20 associações pediram uma reunião com o Presidente e nós não conseguimos. Agora, a indústria química foi lá ao Presidente e conseguiu discutir esse assunto. Então, assim, eu acho que essa componente política é provável que esteja para arrumar a situação da Braskem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o nosso setor, é muito importante, porque até... Tão importante quanto essa alíquota é você ter uma empresa que há seis anos não tem perspectiva de futuro porque está à venda, porque um sócio está quebrado. Agora, ao mesmo tempo, o outro sócio dela é a Petrobras.

A Petrobras é a maior exportadora, exportou 46 bilhões. Ela até, Senadora Tereza Cristina, ultrapassou a soja ultimamente. Será que a Petrobras e a Novonor não têm condições de tornar essa empresa competitiva? Ela exporta, então, para a China para vir o produto plástico.

E a outra coisa é com relação ao *antidumping*. Se você pega quatro *antidumpings*... O processo de *antidumping* custa R$600 mil, para se contratar especialista, etc. Se você pega quatro *antidumpings*, você pega 200 mil produtos da nossa indústria. Agora, eu vou fazer um *antidumping* para cada 200 mil para defender o produto? Como foi dito aí, "Ah, porque tem alguns produtos que já estão pedindo *antidumping*". Eu vou fazer isso para 200 mil produtos? Não tem a menor capacidade.

Agora, o problema da Braskem está resolvido. E o problema dessas catorze mil e tantas empresas, que estão a jusante, que estão no Brasil inteiro? Como é que se faz? Resolveu-se o problema da Braskem e quem vai pagar a conta da embalagem do arroz, da farinha, do açúcar, da massa, do chocolate, dos alimentos todos? E todos os alimentos que a gente exporta, os alimentos industrializados vão dentro de uma embalagem e essa embalagem é de dois terços de plástico. Isso encareceu a nossa importação, vai encarecer o produto no mercado interno, mas aparentemente resolveu-se o problema da Braskem.

Então, essa é uma preocupação nossa, porque nós temos que pensar em cadeia. Toda vez que você otimiza um elo da cadeia, você faz isso em detrimento de outro. Quando você for olhar para uma cadeia de produção industrial, você tem que olhar a competitividade da cadeia como um todo.

Então, isso aconteceu e é uma preocupação muito grande nossa, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pelar ordem, rapidamente, Presidente.

Eu tenho um encaminhamento a fazer. Eu sei que não é na sessão de hoje, temos que levar isso para a Comissão para votar, mas outra matéria que saiu aqui do InfoMoney, em setembro, dia 13 de setembro, diz o seguinte: "Braskem sobe quase 8% por potencial votação sobre importação de plásticos".

Eu acredito que a gente pode fazer, Presidente, um requerimento para saber exatamente sobre esse questionamento de que o senhor falou das visitas da Braskem ao Ministro, ao Palácio do Planalto, fazer uma requisição das visitas que teve nesse período em que estava sendo instruído tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Os outros Senadores têm alguma questão a ser colocada?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Bom, Senador Sergio Moro, Senadora Tereza Cristina, Girão, membros da mesa.

Quero cumprimentar o Senador Sergio Moro pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Foi-me alertado aqui, Senador Mourão, para a gente dar uma agilizada só por conta da questão da LDO.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É rápido. É rápido e rasteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os dois representantes do Estado brasileiro. Não os considero representantes do Governo. São funcionários de carreira, prestarão serviço a qualquer Governo que estiver e são técnicos, trabalham tecnicamente.

Então, uma coisa tem que ficar clara: é decisão política. Há uma empresa, eu não vou dizer onde se localiza essa empresa. Essa empresa recebeu, um tempo atrás, umas petroquímicas, que também não vou dizer onde se localizam – eu acho que todo mundo sabe muito bem disso –, e ela precisa ser alavancada. É isso o que está acontecendo. Não há outra explicação para esse aumento desproporcional na tarifa de importação, independentemente do que vai acontecer com todas as empresas que dependem desse produto.

Essa é a realidade que a gente extrai de toda a conversa que tivemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muito obrigado pelas colocações.

Eu registro aqui e agradeço a todos os presentes, especialmente à equipe do Ministério que veio nos dar esclarecimentos – Sr. Eduardo e Sra. Rafaela.

Eu só aponto aqui que eu tinha convidado, feito o convite ao Secretário-Executivo e à Secretária de Comércio Exterior – Sr. Márcio Fernando e Sra. Tatiana Lacerda –, que não vieram, mas encaminharam os representantes, que nos prestaram aqui informações, mas a gente vê que tem algumas questões que seriam oportunas num nível mais alto de hierarquia e, talvez, fazendo coro aqui ao Senador Girão, fazer um convite, então, uma convocação ao Ministro Alckmin, para que ele venha e possa nos explicar essas situações, porque eu também não me sinto convencido de que a decisão é puramente técnica, já que há uma discrepância: são 20%, e a alíquota mundial é 7%, a média e, com esse aumento de 4% para 20% em dois, três anos, é realmente claro que – a gente respeita as explicações dadas aqui – há uma discrepância significativa aqui.

Agradeço a todos os presentes pela gentileza, pelas explicações. Vamos analisar o que vamos fazer adiante, aqui nesta Comissão, a respeito desse tema. Talvez seja seguir essa sugestão, muito bem colocada pelo Senador Girão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Convocar uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Convocando aqui a reunião agora para...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – ... para uma sessão da Comissão de Agricultura na CAE.

Esse assunto merece ser mais debatido.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito, podemos fazer isso.

Mediante requerimento, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Isso.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Isso, na CAE ou aqui na CRA mesmo, com a presença do Ministro.

Vamos, agora, seguir a Reunião 28ª, Ordinária, da CRA. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, e já convoco todos os presentes aqui para a 28ª Reunião, Ordinária, para discutir as emendas da LDO.

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e onze minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a presença das Senadoras Augusta Brito e Soraya Thronicke e dos Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Luis Carlos Heinze, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Magno Malta, Marcos do Val, Eduardo Girão e Laércio Oliveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: Moção de Apoio nº 57, de 2025, da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, em apoio aos produtores rurais diante do corte dos subsídios do seguro agrícola anunciado pelo Governo Federal; Moção de Apoio nº 6, de 2025, da Câmara de Vereadores de Itá, Santa Catarina, ao Projeto de Lei nº 4.309, de 2023, que proíbe a reconstituição de leite em pó importado por pessoa jurídica para venda como leite fluido no território nacional. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados; Moção de Apelo da Câmara Municipal de Vereadores de Saudades, do Estado de Santa Catarina, referente a medidas efetivas de apoio à cadeia produtiva do leite, em defesa da agricultura familiar e da manutenção dessa atividade, fundamental para o estado e para o Brasil; Moção de Apelo nº 14, de 2025, da Câmara de Vereadores de Palmitos, Santa Catarina, que solicita a instituição de um programa estadual de subsídio ao auxílio financeiro voltado ao custeio e georreferenciamento de imóveis rurais de pequeno porte, especialmente aqueles com área inferior a 25 hectares; Moção de Apelo nº 4, de 2025, da Câmara Municipal de Lacerdópolis, Santa Catarina, que solicita a adoção de medidas urgentes em defesa da cadeia produtiva do leite e da agricultura familiar catarinense. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão, na internet. Registra também os seguintes expedientes: Ofícios nºs 15 e 16, de 2026, da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério da Agricultura e Pecuária, informando que as alterações e as indicações às Emendas RP8, aprovadas nas 28ª e 33ª Reuniões da CRA, foram devidamente implementadas; Ofício nº 32, de 2026, da Ministra de Estado Substituta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com a Nota Técnica nº 31, de 2025, da Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em resposta às recomendações do relatório final da Subcomissão CRATERRAS, criada para acompanhamento de embargos de terras por parte do Ibama e o Ofício nº 426, de 2026, da Procuradoria da República no Estado do Pará, que informa as providências adotadas em resposta às recomendações desta Comissão, aprovadas no relatório final da Subcomissão CRATERRAS. O Presidente registra a presença da senhora Adriana Manfroi, ex-Vereadora, da cidade de Novo Progresso no Estado do Pará. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 3591, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 327, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Resolução nº 510 de 26 de junho de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze (*Ad hoc*), substituiu Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. Item 3 - Projeto de Lei n° 2500, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei n° 4206, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o incentivo à criação de hortas comunitárias suspensas em estabelecimentos de ensino e unidades de atendimento de assistência social." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação. Item 5 - Projeto de Lei n° 1, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para estimular o cumprimento de percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 1, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de averiguar, debater e esclarecer os procedimentos adotados quanto ao tratamento, guarda, possíveis maus-tratos e destinação de gado apreendido em operações de fiscalização ambiental conduzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), especialmente no estado do Pará. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), Presidente da Entidade representativa da sociedade protetora dos animais, Presidente da Associação dos Produtores Rurais (APRIA), Representante do Ministério Público. Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Item 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 2, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, por Sua Excelência o Senhor André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, informações sobre o atraso no pagamento do Seguro Defeso desde o ano de 2024." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Adiado. Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke e os Senadores Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/04

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Moção de Apoio nº 57, de 2025, da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, em apoio aos produtores rurais diante do corte dos subsídios do seguro agrícola anunciado pelo Governo Federal;

- Moção de Apoio nº 6, de 2025, da Câmara de Vereadores de Itá, Santa Catarina, ao Projeto de Lei nº 4.309, de 2023, que proíbe a reconstituição de leite em pó importado por pessoa jurídica para venda como leite fluido no território nacional. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados;

- Moção de Apelo da Câmara Municipal de Vereadores de Saudades, do Estado de Santa Catarina, referente a medidas efetivas de apoio à cadeia produtiva do leite, em defesa da agricultura familiar e da manutenção dessa atividade, fundamental para o estado e para o Brasil;

- Moção de Apelo nº 14, de 2025, da Câmara de Vereadores de Palmitos, Santa Catarina, que solicita a instituição de um programa estadual de subsídio ao auxílio financeiro voltado ao custeio e georreferenciamento de imóveis rurais de pequeno porte, especialmente aqueles com área inferior a 25ha;

- Moção de Apelo nº 4, de 2025, da Câmara Municipal de Lacerdópolis, Santa Catarina, que solicita a adoção de medidas urgentes em defesa da cadeia produtiva do leite e da agricultura familiar catarinense.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão, na internet.

Registro também o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofícios nºs 15 e 16, de 2026, da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério da Agricultura e Pecuária, informando que as alterações e as indicações à Emenda RP 8, aprovadas nas 28ª e 33ª Reuniões da CRA, foram devidamente implementadas;

- Ofício nº 32, de 2026, da Ministra de Estado substituta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com a Nota Técnica nº 31, de 2025, da Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, em resposta às recomendações do relatório final da Subcomissão CRATERRAS, criada para acompanhamento de embargos de terras por parte do Ibama;

- Ofício nº 426, de 2026, da Procuradoria da República no Estado do Pará, que informa as providências adotadas em resposta às recomendações desta Comissão, aprovadas no relatório final da Subcomissão CRATERRAS.

A presente reunião está destinada à deliberação de cinco projetos não terminativos e dois requerimentos, conforme pauta previamente já divulgada. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nas moções que V. Exa. recebeu, só quero me somar à questão do seguro agrícola, que o pessoal da uva tem reclamado.

Eu estive agora, num evento em Flores da Cunha, recentemente, onde a demanda do setor vitivinícola do estado é muito forte nesse volume do seguro agrícola. E, também, nessa segunda-feira, eu estive em Vacaria, no grande Rodeio Crioulo de Vacaria, o maior rodeio do país hoje. Essas vaquejadas, tudo começou com esse rodeio lá nos anos 50, 60. O Rodeio Crioulo de Vacaria é muito forte, e nesse dia eu conversei com o pessoal da maçã, que também tem a mesma demanda do setor vitivinícola.

Portanto, eu me somo à grande preocupação dos produtores na safra 2024-2025, porque caiu muito o volume de recursos do subsídio com relação ao seguro agrícola e, pior ainda, agora a preocupação deles é na safra 2025-2026. Temos que definir essa posição. Sei que o Ministério tem mais de R$1 bilhão no orçamento, agora nós temos que fazer com que esse recurso chegue aos agricultores. E o setor da uva e o setor da maçã são altamente demandantes desse recurso.

Então, a minha fala é em apoio aos agricultores não apenas da maçã e da uva, mas de tantos outros produtos que precisam do seguro agrícola.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Heinze.

Queria fazer um registro da visita de uma pessoa muito querida para nós da cidade de Novo Progresso, no Estado do Pará, BR-163, que é da ex-Vereadora, nossa liderança naquela região, Adriana Manfroi. Muito obrigado, Adriana, pela sua presença. É por aqui que caminhamos, né? Adriana é uma grande lutadora, principalmente no agro, que é forte naquela região, mas enfrenta enormes dificuldades.

Queridos, o item 6 de nossa pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de averiguar, debater e esclarecer os procedimentos adotados quanto ao tratamento, guarda, possíveis maus-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratos e destinação de gado apreendido em operações de fiscalização ambiental conduzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), especialmente no estado do Pará.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

• Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ);

• Presidente da Entidade representativa da sociedade protetora dos animais;

• Presidente da Associação dos Produtores Rurais (APRIA);

• Representante do Ministério Público.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Observações: Votação simbólica.

A autoria é desta Presidência.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 327, DE 2023

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Resolução nº 510 de 26 de junho de 2023 do Conselho Nacional de Justiça – (CNJ).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

A relatoria é do Senador Jayme Campos, e eu peço para que o Senador Heinze possa ser o Relator ad hoc desta matéria.

Com a palavra o Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos direto para a análise.

Do ponto de vista regimental, a matéria insere-se no campo de competência desta Comissão, conforme o art. 104-B, incisos II e XIV, do Risf, uma vez que trata de uso ou posse temporária da terra e regularização dominial de terras rurais, de sua ocupação e de colonização e reforma agrária.

Quanto à constitucionalidade formal, não se observam vícios, pois é competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa e zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes, nos termos do art. 49, incisos V e XI, da CRFB.

Além disso, a proposta harmoniza-se com as diretrizes constitucionais em vigor, representando um esforço relevante para a proteção da propriedade privada (art. 5º, inciso XXII), a observância do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV) e a garantia do juiz natural (art. 5º, inciso LIII), ao mesmo tempo que reafirma os limites constitucionais das competências do Conselho Nacional de Justiça, conforme previsto no art. 103-B, restringindo sua atuação ao controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

No mérito, a proposta busca conter o avanço de competências normativas do Conselho Nacional de Justiça, ao sustar os efeitos da Resolução 510, de 2023, que extrapolou sua função administrativa e disciplinar ao instituir procedimentos de caráter permanente em matéria processual e possessória. A resolução criou comissões de soluções fundiárias com atribuições autônomas, determinando a realização obrigatória de visitas técnicas e mediações previstas à execução de decisões judiciais de reintegração de posse. Essas medidas, originalmente concebidas em um contexto de excepcionalidade durante a pandemia da covid-19, acabaram transformadas em um regime de caráter permanente, o que representa inovação normativa sem respaldo legal e interfere diretamente no exercício da jurisdição e na celeridade da prestação judicial.

O PDL, nesse sentido, pretende restabelecer o equilíbrio entre os Poderes, reforçando o princípio da separação e harmonia estabelecido no art. 2º da CRFB. Ao sustar os dispositivos da Resolução nº 510, de 2023, reafirma-se que a edição de normas processuais e substantivas é competência privativa da União, conforme o art. 22, inciso I, da CRFB, e que o CNJ, como órgão de controle interno do Poder Judiciário, não possui competência legislativa nem pode inovar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem jurídica com força de lei. Ao agir dessa forma, a resolução incorre em usurpação de função legislativa, criando obrigações e restrições que somente poderiam ser instituídas mediante lei formal aprovada pelo Congresso Nacional.

Além disso, a proposição preserva garantias constitucionais fundamentais, como o direito de propriedade (art. 5º, XXII), também o devido processo legal o princípio do juiz natural. Ao impedir que instâncias administrativas interfiram no curso de decisões judiciais e na execução de ordens de reintegração de posse, o PDL assegura que a jurisdição permaneça sob a autoridade exclusiva do magistrado competente, evitando constrangimentos à autonomia judicial e assegurando tratamento isonômico às partes envolvidas em litígios fundiários. A criação de comissões com poderes investigativos e deliberativos autônomos compromete, em última análise, a imparcialidade do processo e introduz um viés político-administrativo indevido em temas de natureza essencialmente jurisdicional.

Do ponto de vista institucional, a iniciativa legislativa também se justifica como forma de controle político e jurídico sobre atos normativos que extrapolem o poder regulamentar de outros Poderes. Embora o art. 49, inciso V, da CRFB mencione expressamente o controle de atos do Poder Executivo, há sólida interpretação doutrinária e prática parlamentar no sentido de que o Congresso Nacional pode exercer controle análogo sobre atos de natureza regulamentar editados por órgãos do Judiciário, quando esses assumem função típica administrativa. Alternativamente, o art. 49, inciso XI, da Constituição Federal brasileira confere ao Legislativo a prerrogativa de zelar pela preservação de suas competências e pela observância dos limites institucionais entre os Poderes, o que fornece base suficiente para a iniciativa ora analisada.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2023.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

A matéria relatada está em discussão. (Pausa.)

Senador Jaime Bagattoli, para discutir.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, que também é o autor deste PDL, o Senador Zequinha Marinho, e a relatoria do Senador Jayme Campos, lida agora pelo nosso Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para você, para quem estiver nos acompanhando pela TV Senado que eu sou a favor da aprovação deste PDL, porque essa resolução, essa Resolução nº 510, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)... Eu quero que as pessoas entendam: já pensou uma área invadida, Senador Carlos Heinze, e a Justiça, o juiz não poder dar a liminar para tirar essas pessoas que invadiram essa propriedade? Imagine uma propriedade dessa ficar invadida, Senador Zequinha Marinho, por dois, três, quatro anos. Os invasores vão lá e, inclusive, derrubam a reserva legal, e quem vai responder por isso

é o proprietário do imóvel. É o que tem acontecido no Brasil, já aconteceu em casos passados, principalmente na Amazônia e na Região Centro-Oeste. Então, eu quero falar aqui, neste momento, que eu sou favorável à aprovação deste PDL.

E ele tem que ser aprovado com urgência, com urgência, porque isso não pode mais continuar no nosso país, essas questões de invasão de terra. Nós sabemos que o Governo tem terras para fazer distribuição, para fazer reforma agrária, e não precisa haver esse tipo de invasão, esses acontecimentos que estão ocorrendo em áreas de propriedade, principalmente em áreas que já são documentadas ou em áreas que já são consolidadas com posse pacífica, que nós temos muitas no Brasil por falta de regularização fundiária também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime.

Fazendo uma consideração, não é só, digamos assim, a propriedade rural; é qualquer imóvel, inclusive a casa de uma pessoa. Você pode estar em casa e, de repente, ser expulso da sua casa, pois chega um invasor e toma na marra. Aí tem que se esperar a Justiça criar uma comissão para vir fazer uma avaliação sobre quem é que está certo: o dono da casa ou o invasor do terreno urbano, enfim, de qualquer coisa.

Eu não posso admitir que o Conselho Nacional de Justiça quebre os mandamentos da Constituição para poder abrir uma exceção para esse tipo de procedimento. Todo mundo conhece quem é que trabalha com isso no Brasil. O MST é muito eficiente nesse tipo de coisa. Aí você sufoca a legislação, cria uma norma através de resolução para facilitar a vida do criminoso?! Para onde nós vamos num país desse jeito, não é? A segurança jurídica está ficando lá para trás, o direito de propriedade também está sendo completamente ignorado. Que coisa difícil!

Vamos aprovar. E eu quero, considerando que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já foi feita aqui a discussão, mas eu devolvo a palavra ao Relator, se quiser.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – V. Exa. está falando de um assunto, e o Bagattoli de outro.

Nós vimos, recentemente, agora, Bagattoli, lá no Rio Grande do Sul, na região de Getúlio Vargas, um produtor rural que estava dessecando uma pastagem que tinha, de aveia, e foi impedido por uma invasão indígena – foi impedido de dessecar a sua terra para plantar sua lavoura. E aí? Tinha que fazer a mesma comissão?! Pelo amor de Deus! Esse caso aconteceu recentemente em Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador.

Encerro a discussão.

A matéria está em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, para prosseguimento da tramitação.

Eu cumprimento aqui o nosso Relator ad hoc e o Relator titular, Jayme Campos, pela aprovação. (Pausa.)

Meus amigos, nós tivemos, durante esse recesso, uma boa e importante notícia, que é a aprovação do acordo entre o Mercosul com a União Europeia há muito tempo em debate, há muito tempo na pauta, que começou a andar.

Eu quero cumprimentar a Senadora Margareth pelo seu retorno. Saudade da senhora! Bem-vinda à sua Casa, à sua Comissão. Aqui – apesar de V. Exa. representar o Mato Grosso – só tem gente do sul. O outro é de Rondônia, mas também é do sul. O Bagattoli é catarinense, mas atua em Rondônia. Só tem um original, raiz, aqui mesmo, que é o Senador Luis Carlos Heinze. Bem-vindos, todos.

Eu queria, rapidamente, tecer alguns comentários sobre o acordo Mercosul-União Europeia.

É um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, sem dúvida, um dos mais importantes já firmados pelo Brasil, que conecta dois blocos que representam ou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondem por cerca de 25% do PIB mundial – algo simplesmente significativo –, reúne mais de 700 milhões de consumidores – são dois continentes muito fortes em termos de habitação – e abre oportunidade para relevantes exportações das nossas matérias-primas ou produtos já industrializados, principalmente do agronegócio, que é quem cresce e exporta, de fato, neste país hoje.

Após mais de 25 anos de negociações, o acordo foi assinado e agora chega ao Congresso Nacional. Essa etapa exige responsabilidade e debate profundo. Um texto dessa magnitude não pode ser analisado de forma apressada, sem diálogo amplo com os setores produtivos e sem avaliação técnica e rigorosa.

É importante destacar que o acordo, em seu conjunto, é positivo, atende demandas históricas da produção brasileira e amplia o acesso do país a mercados estratégicos aí fora. No entanto, há pontos que precisam ser ajustados, especialmente no que diz respeito às salvaguardas comerciais introduzidas por pressão de setores agrícolas da Europa. Essas salvaguardas permitem a suspensão das preferências tarifárias quando há aumento das exportações do Mercosul de produtos sensíveis, como carne bovina e aves. O problema é que os critérios foram tornados mais rígidos, com redução dos limites de tolerância e dos prazos de investigação, conferindo ao acordo um viés protecionista, que pode gerar insegurança aos produtores brasileiros.

Por isso, é legítimo afirmar que o Congresso ainda não está maduro para votar esse texto imediatamente. Não se trata de rejeitar o acordo, mas de corrigir distorções que colocam o Brasil em posição desfavorável em relação aos seus parceiros comerciais. Além disso, o próprio processo europeu ainda não está concluído, já que o texto foi enviado ao Tribunal de Justiça da União Europeia, o que pode atrasar sua entrada em vigor em até dois anos. Isso reforça a necessidade de cautela e de firmeza na defesa dos interesses nacionais.

O Brasil precisa de comércio aberto, competitivo e previsível, mas não pode aceitar cláusulas assimétricas ou excessivamente protecionistas. O caminho correto é o do diálogo, da articulação política e o da construção de um acordo equilibrado e justo. Diante desse cenário desafiador para todo o país, a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional assume papel central na defesa da soberania econômica e dos interesses estratégicos do setor produtivo brasileiro.

Nesse sentido, o Brasil, digo melhor, nesse sentido, o trabalho da FPA está a se concentrar em duas frentes prioritárias. A primeira é a regulamentação da Lei da Reciprocidade, que foi fruto do nosso trabalho, do meu projeto apresentado aqui no Senado Federal, o PL 2.088 de 2023, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se apresenta como instrumento fundamental para assegurar que o Brasil disponha de meios rápidos, firmes e proporcionais de reação diante de eventuais salvaguardas ou medidas unilaterais adotadas pela União Europeia. A segunda frente diz respeito à construção de um marco legal próprio para salvaguardas bilaterais, capaz de fortalecer a posição do Estado brasileiro nas negociações internacionais, conferir segurança jurídica aos produtores e garantir uma resposta efetiva na proteção da produção nacional e dos setores mais sensíveis da economia.

O Acordo Mercosul-União Europeia é estratégico para o país, desde que aprovado no tempo certo e nas condições certas, fortalecendo nossa economia e protegendo quem produz.

Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

A palavra está com o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu estive ontem na reunião da FPA.

Acho que V. Exa. não esteve lá ontem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Verdade. Eu tinha Prefeitos lá do vento aqui. Até hoje não consegui sair do gabinete. Só agora.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estive na reunião e tive a oportunidade de conversar com o Embaixador do Brasil que está diretamente discutindo essa situação, esse acordo da União Europeia com o Mercosul. Inclusive, um dos itens que eu citei para eles é que dentro desse acordo ficou que, se nós exportarmos mais do que 5% além do que exportamos no ano passado, em 2025, a carne bovina vai ser tarifada. Seria um dos itens importantes para o Brasil, que vai entrar na tarifa. Por quê? O que aconteceu? Em 2024, a União Europeia importou do Brasil em torno de 35 mil, 37 mil toneladas, o que é quase insignificante, pelo volume que o Brasil tem. E por que aumentou 70% em 2024/2025? Isso é algo explicável e fácil de se entender. Porque a carne bovina, Senador Carlos Heinze, a proteína, o boi do Brasil é o mais barato do mundo, ou seja, ele está sendo vendido hoje a quase 50%, praticamente 100% mais barato do que nos Estados Unidos. Uma arroba de boi no Brasil é em torno de US$50, de US$60, e nos Estados Unidos, US$120.

Então, nós somos muito competitivos. Mesmo assim, a União Europeia importar em torno de 60 mil toneladas é quase insignificante. Por quê? Porque é um navio. Não que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insignificante, ajuda demais o setor produtivo. Agora, sabemos que o aumento de 70% de um ano para o outro foi devido à viabilidade econômica para eles comprarem do Brasil.

E o grande desafio que nós temos dentro do setor produtivo... O mundo sabe, a União Europeia sabe que no Brasil somos competitivos é no campo, mas não no campo de futebol neste momento, é no campo da produção, é na agricultura primária. Nós somos fortes na soja, no milho, no café, no leite, no boi, na produção de madeira, principalmente

de madeira de reflorestamento, alguma coisa até de madeira nativa; nós somos muito fortes dentro do agronegócio, na produção primária.

E aí, para terminar minhas palavras, Presidente, o que eu citei lá, porque nós temos uma grande exportação de soja... De soja não se fala até nada, não se fala nem em cota, porque eles sabem que o Brasil... Quem compete com o Brasil, sendo o maior produtor de soja do mundo, hoje, Senador Carlos Heinze? Quem compete, Senadora Margareth?

Então, o grande desafio que nós temos hoje, e o grande gargalo... A única coisa que eles têm contra o Brasil o que é? É a questão da ecologia, a questão ambiental, essa é a grande... E aí foi um dos fatores que eu citei para eles, porque nenhum produtor do mundo preserva tanto quanto o nosso produtor brasileiro.

Então, esse acordo União Europeia-Mercosul, nós temos que nos debruçar sobre ele, o Congresso Nacional, sabendo que o acordo tem que ser bom para ambas as partes. Também, o agronegócio brasileiro não pode ser prejudicado, porque o que nós compramos deles hoje, o que nós importamos, é tecnologia e produtos industrializados, que são de alto valor agregado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Considerando que a Senadora... (Pausa.)

A Senadora Soraya Thronicke está participando remotamente. (Pausa.)

Vamos ver se ela dá sinal de vida. Eu vou fazer a leitura do item 4, do qual ela é Relatora. Vamos lá. Enquanto ela entra de novo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Vamos dar continuidade aqui ao assunto do Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bagattoli?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Só dando sequência à questão da União Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Veja, Bagattoli, um outro assunto de que eu já tratei anteriormente aqui, Senadora Margareth, é a questão da uva e do vinho. Com o alto custo da uva brasileira, a alta carga tributária do vinho brasileiro, do champanhe e dos sucos que nós temos aqui, jamais seremos competitivos com o que tem hoje na União Europeia.

Portanto, aniquila um setor altamente produtivo no Brasil, com mais de 30 mil famílias que plantam uva, 2, 3, 4ha – no Rio Grande do Sul, Paraná, em Santa Catarina e alguns outros estados da Federação. Então, temos que fazer essa discussão, Bagattoli, em vários aspectos.

Aqui nós somos altamente competitivos, mas nesse caso nós não temos como competir com os europeus. Portanto, é importante, sim, este debate, e esta Casa tem que se debruçar sobre ele.

E eu vou fazer um pedido, Bagattoli: fazermos uma audiência pública para debatermos esse tema aqui, nesta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

A Senadora voltou? (Pausa.)

Ainda não? (Pausa.)

Eu queria fazer um comentário rápido. Amanhã, dia 5, vou embarcar de Belém para Altamira – Transamazônica –, o berço da produção do cacau no Brasil. Hoje, o Pará é o maior produtor de cacau do Brasil. Nós não temos a maior área, mas temos a maior produção. Significa que nossas terras são melhores um pouco. E qual é o problema? O cacau, um tempo desses... Todo mundo sabe que o quilo subiu para sessenta e tantos reais, quase R$70 e, de repente, despenca. Por quê? O Brasil, de uma forma desorganizada, está importando cacau para valer da Costa do Marfim e inundando aqui o mercado, principalmente o das indústrias, que são os grandes compradores dos nossos produtores internos. Pense na situação! Estão vendendo hoje cacau a R$13 o quilo lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Pará, quando o custo de produção é de R$17. Como é que você paga R$17 para produzir e, na hora de vender, vende apenas por R$13? Está difícil a situação.

Uma outra complicação que a turma está discutindo lá – e nós vamos participar disso depois de amanhã, na cidade de Medicilândia – é o deságio entre o preço aqui, no grande mercado, a cotação, e o preço pago pelas compradoras lá embaixo. Aqui chega na faixa de R$22 o quilo, e eles querem pagar R$13 lá embaixo. Por cada quilo de cacau, o deságio aí vai a R$9. O negócio está desumano, quebrando e desesperando todo mundo. Não é só no Pará. Essa grande movimentação vai acontecer na Transamazônica, cidade de Medicilândia, na sexta-feira, mas o Brasil todo está chorando em função disso. Muita dificuldade.

Bom, nossa Senadora retornou. Eu vou ler agora a pauta do item 4. Diz o seguinte:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4206, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o incentivo à criação de hortas comunitárias suspensas em estabelecimentos de ensino e unidades de atendimento de assistência social.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

A Relatoria é da Senadora Soraya Thronicke, do Podemos, de Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke, remota neste momento, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora. Por videoconferência.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, meu correligionário.

Desejo a todos aí, nessa nossa primeira participação do ano, um feliz 2026; para o nosso agro – tanto o agro empresarial quanto a agricultura familiar –, um ano de muita prosperidade, de uma farta colheita; e, acima de tudo, que nós consigamos ajudar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores rurais que precisam a pagar suas dívidas, porque isso não está nada fácil, Presidente Zequinha. Vou fazer uma fala sobre isso no Plenário, logo mais.

Bom, passo à leitura do relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei nº 4.206, de 2023, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o incentivo à criação de hortas comunitárias suspensas em estabelecimentos de ensino e unidades de atendimento de assistência social.

O projeto em análise é composto por três artigos. O art. 1º tem o objetivo de inserir parágrafo único no art. 2º da Lei nº 11.947, de 2009, a fim de prever que os estabelecimentos públicos e privados de educação básica deverão promover, sempre que possível, o cultivo de hortas comunitárias suspensas com níveis diferenciados acessíveis, de modo a contribuir para a alimentação escolar saudável de todos os estudantes.

O art. 2º do projeto em análise acrescenta parágrafo único... (Pausa.)

Perdão, tem alguém me ligando. Desculpe-me aqui, Presidente.

O art. 2º do projeto em análise acrescenta parágrafo único ao art. 6º-D da Lei nº 8.742, de 1993, com o objetivo de prever que tanto os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), deverão promover, sempre que possível e compatível com suas finalidades, o cultivo de hortas comunitárias suspensas, com níveis diferenciados acessíveis, de modo a contribuir para a alimentação saudável e a educação ambiental de seus usuários.

Por fim, o art. 3º do PL em análise prevê que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa, o Senador Paulo Paim argumenta que o projeto tem o objetivo de incentivar diversas medidas de alimentação saudável por meio do cultivo progressivo de hortas comunitárias suspensas com níveis diferenciados acessíveis.

O Projeto de Lei nº 4.206, de 2023, foi distribuído a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, devendo tramitar posteriormente na Comissão de Educação, lá, com decisão terminativa.

No prazo regimental, o projeto não recebeu nenhuma emenda, Presidente. Passo à análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno, opinar sobre proposições que tratam de agricultura familiar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança alimentar. Na oportunidade, por não ser matéria terminativa, analisa-se o mérito do PL 4.206, de 2023. O mérito, neste momento, tão somente.

Destaco, de início, que a proposição é oportuna, principalmente considerando o contexto de altos níveis de insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Quando analisada a modalidade leve, preocupação com a falta de comida ou restrição na qualidade da comida consumida, ou a modalidade moderada, que é a falta de comida para os adultos do domicílio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que quase um terço dos domicílios no país, cerca de 27,6%, ainda se encontram nessa situação, infelizmente.

No mesmo ano em que o país chegou ao menor nível de pobreza da série histórica do IBGE, em 2023, 3,2 milhões de domicílios, que significa 4,1% do total, ainda enfrentavam a insegurança alimentar grave. E esse dado significa que quase 8,93 milhões de brasileiros estavam em situação de fome naquele ano de 2023.

que tange à qualidade dos alimentos consumidos, a situação é igualmente preocupante: de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o sobrepeso e a obesidade, antes problemas restritos a países de renda elevada, têm sido cada vez mais constatados nos países em desenvolvimento, dentre eles, o nosso Brasil.

O avanço tecnológico e as mudanças comportamentais recentes têm proporcionado ao público infantil estilo de vida que demanda menos calorias diárias. Desta feita, mantidas as médias históricas de ingestão de alimentos, mais crianças tendem a apresentar doenças que antes eram frequentes apenas entre adultos e idosos.

Então, nesse contexto, o Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim, de nº 4.206, do ano de 2023, pode contribuir para aumentar não apenas a quantidade, mas, principalmente, a qualidade dos alimentos consumidos no Brasil. A construção de hortas comunitárias suspensas nos Cras e nos Creas é estratégica para ampliar o acesso de comida saudável ao público que frequenta esses centros, compostos majoritariamente por crianças, mulheres e pessoas idosas, e em uma situação de vulnerabilidade, pessoas mais vulneráveis.

As medidas propostas no projeto de lei também favorecem a ampliação de infraestrutura verde no país, entendida como conjunto de espaços verdes interconectados em centros urbanos. Esses espaços são importantes porque conservam valores naturais de ecossistemas complexos, contribuindo para modernizar estratégias de desenvolvimento sustentável nas diversas regiões brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esse motivo, entendemos que o projeto de lei que ora analisamos deve ser acolhido pelos nobres pares desta Comissão.

E o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação *in toto* do Projeto de Lei 4.206, de 2023, de autoria do Senador Paulo Paim, sempre muito assertivo nas suas proposições.

Então, obrigada, Presidente, pela oportunidade e peço aos colegas o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório da Senadora Soraya Thronicke.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura, para prosseguimento de tramitação.

Parabéns ao autor e à Relatora da matéria.

Senhoras e senhores, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado aos Srs. Senadores, aos assessores, à imprensa e a todo mundo que participou desta primeira sessão da CRA em 2026.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Jussara Lima, Augusta Brito e Margareth Buzetti e dos Senadores Jayme Campos, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Oficio nº 311, de 2026, da Presidência do Ibama, com a Nota Técnica nº 31, de 2025, da Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental da Diretoria de Proteção Ambiental, em resposta ao Ofício nº 240, de 2025, desta Presidência, por meio do qual a Comissão encaminhou, para providências cabíveis, as recomendações constantes do relatório final da Subcomissão temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS); Ofício nº 1.654, de 2026, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, com a Nota Técnica nº 400, de 2026, do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, em resposta ao Ofício nº 258, de 2025, desta Presidência, por meio do qual esta Comissão encaminhou recomendações sobre a minuta de resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), que propõe a publicação da Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras no Brasil; Moção de Protesto nº 199, de 2025, da Câmara Municipal de Limeira, São Paulo, à Portaria nº 4.913, de 2025, da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que autoriza a cessão provisória de uso gratuito ao Incra do imóvel rural denominado Horto Florestal do Tatu para regularização fundiária e ampliação do assentamento rural Elizabeth Teixeira. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão na internet. A Presidência comunica a abertura do Sistema de Indicação de Emendas de Comissão (Sinec) para o primeiro bloco de apreciação das indicações dos Senhores Senadores à emenda RP 8 desta Comissão à LOA 2026. Prazo para apresentação de indicações: até dia 16 de março, segunda-feira. Primeira deliberação: 18 de março, quarta-feira, às 14h, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Dados da emenda: nº 60120002; Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário Nacional; valor de R$400 milhões. Passa-se à apreciação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 3591, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei n° 2500, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei n° 1, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para estimular o cumprimento de percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei n° 3784, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda." Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei n° 977, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, para estabelecer regras específicas sobre a busca e apreensão de maquinário agrícola vinculado à atividade produtiva." Autoria: Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). Vota vencido o Senador Beto Faro. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação. Item 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 3, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a proposta de criação e/ou implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau Ferro, especialmente no que se refere aos seus impactos sobre a atividade agropecuária, a segurança jurídica dos produtores rurais, o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento econômico local. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante da Prefeitura Municipal de Bossoroca/RS; representante da Prefeitura Municipal de Itacurubi/RS; representante da Prefeitura Municipal de Santiago/RS; representante da Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões/RS; representante da Prefeitura Municipal de Unistalda/RS; representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abastecimento; representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do RS; representante do Sindicato Rural de Santiago, Unistalda e Capão do Cipó; representante do Sindicato Rural de Bossoroca; representante do Sindicato Rural de São Luiz Gonzaga e Coordenadora da Regional 12 da Farsul; representante do Sindicato Rural de Itacurubi; representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago, Unistalda e Capão do Cipó; representante do Sindicato Rural de Santo Antônio das Missões." Autoria: Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS). Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 4, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja esclarecida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com os devidos estudos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, a real necessidade da criação de Área de Proteção Ambiental (APA) no Estado do Pará, que impactará as populações rurais dos municípios de Senador José Porfírio, Portel, Anapú e Pacajá. Os convidados serão indicados posteriormente." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Marcos Rogério, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Hamilton Mourão e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 311, de 2026, da Presidência do Ibama, com a Nota Técnica nº 31, de 2025, da Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental da Diretoria de Proteção Ambiental, em resposta ao Ofício nº 240, de 2025, desta Presidência, por meio do qual a Comissão encaminhou, para providências cabíveis, as recomendações constantes do relatório final da Subcomissão temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS);

- Ofício nº 1.654, de 2026, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, com a Nota Técnica nº 400, de 2026, do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, em resposta ao Ofício nº 258, de 2025, desta Presidência, por meio do qual esta Comissão encaminhou recomendações sobre a minuta de resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), que propõe a publicação da Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras no Brasil;

- Moção de Protesto nº 199, de 2025, da Câmara Municipal de Limeira, São Paulo, à Portaria nº 4.913, de 2025, da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que autoriza a cessão provisória de uso gratuito ao Incra do imóvel rural denominado Horto Florestal do Tatu para regularização fundiária e ampliação do assentamento rural Elizabeth Teixeira.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão na internet.

A presente reunião está destinada à deliberação de cinco itens não terminativos e um requerimento, além de um extrapauta, que está chegando aqui agora, conforme já foi divulgado. (Pausa.)

Quero aqui agradecer a presença dos nossos colegas Senador Hamilton Mourão, sempre firme, e Senador Marcos Rogério, que também está aqui correndo muito, mas obedeceu à convocação.

Muito obrigado, Senador.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 977, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, para estabelecer regras específicas sobre a busca e apreensão de maquinário agrícola vinculado à atividade produtiva.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores... Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. a confiança em me designar como Relator desta matéria e, atendendo ao chamado de V. Exa., aqui compareço para apresentar o relatório.

Eu vou fazer primeiro a apresentação técnica e, depois, se V. Exa. me permitir, farei algumas ponderações em relação ao mérito dessa matéria.

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes a direito agrário, política de financiamentos agropecuários e endividamento rural, nos termos dos incisos I e X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal. Na presente ocasião, por não se tratar de deliberação terminativa nesta Comissão, a presente análise ater-se-á ao mérito do projeto de lei.

O agronegócio enfrenta hoje, no Brasil, uma situação bastante delicada, com a inadimplência das carteiras de crédito rurais no nível máximo desde 2011, ano que marca o início da série histórica informada pelo Banco Central do Brasil.

Contribuiu para esse cenário a ocorrência de quebras de safra recorrentes nos últimos anos, em razão de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e excessos de chuvas, em diversas partes do país. Além disso, a queda consistente nos preços das commodities agrícolas desde 2022, associada à alta volatilidade no preço dos insumos agrícolas e ao aumento do custo do crédito, gerou uma situação para o agronegócio brasileiro que comumente se descreve como uma “tempestade perfeita”.

Diante desse contexto, é urgente a adoção de medidas que tenham por objetivo prover mecanismos para a superação dessa crise. Nesse sentido, o Projeto de Lei 977, de 2025, representa um passo fundamental na garantia da segurança jurídica de produtores rurais e da função social da propriedade rural. O agronegócio é a espinha dorsal da economia nacional, e, paradoxalmente, o produtor rural se encontra em uma situação de alta vulnerabilidade frente às execuções de dívidas. Tratores, colheitadeiras e implementos não são meros bens de consumo, pois constituem meio indispensável para a produção e, em última análise, para o sustento de toda a cadeia alimentar do país.

O projeto busca dar parâmetros que contribuam para dar maior equilíbrio nas relações entre instituições financeiras e produtores rurais no processo de busca e apreensão de bens que sejam essenciais à atividade produtiva, de forma a evitar a inviabilização da safra e da capacidade de recuperação financeira do devedor. Além disso, ao exigir uma decisão judicial prévia e fundamentada, o projeto reforça o papel do Poder Judiciário como garantidor da justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedindo que a simples mora contratual se traduza em uma sentença de morte econômica para a empresa rural.

Acrescente-se, ainda, que muitas das medidas preconizadas pelo projeto em análise já são, em maior ou menor grau, adotadas no âmbito de decisões judiciais. Ocorre, no entanto, que em razão da lacuna legislativa existente sobre o tema, não existe uniformidade nos entendimentos adotados pelos diferentes juízos ou tribunais, sujeitando produtores rurais que enfrentam dificuldades financeiras justamente às mazelas da falta de segurança jurídica para a manutenção dos meios necessários à produção.

Ressalta-se, por fim, que a medida não visa anular a dívida ou a garantia do credor, mas sim introduzir um filtro de razoabilidade e um tempo hábil para o ajuste das obrigações, protegendo a produção agrícola brasileira de interrupções desnecessárias e catastróficas.

Diante disso, aprovar o Projeto de Lei 977, de 2025, é garantir que a lei sirva como instrumento de desenvolvimento sustentável e justiça social, protegendo o elo mais fraco da cadeia – o produtor rural – sem desassistir o direito de crédito. É o caminho para conciliar o rigor contratual com a primazia da vida, do trabalho e da segurança alimentar do Brasil.

Tendo em vista a necessidade de ajustes pontuais na redação do projeto de lei que buscam dar maior clareza e equilíbrio a determinados dispositivos, apresentamos emenda substitutiva para essa finalidade.

Sugerimos a alocação das alterações propostas do art. 7º-B para o art. 3º-A do Decreto-Lei nº 911, de 1969, para que esteja próximo às disposições com maior pertinência em relação ao tema, como aquelas constantes do art. 3º. Além disso, propomos a supressão da exigência de que o credor comprove que não há impacto significativo na atividade produtiva do produtor rural, por se tratar de ônus excessivo à parte que não tem as melhores condições de avaliar o impacto na produção e pelo fato de que essa disposição adicionaria incerteza ao processo em razão da dificuldade de se definir de forma objetiva o que seria impacto significativo.

Outra alteração que reputamos necessária é a supressão da possibilidade de o produtor continuar utilizando o maquinário até o fim do processo. Apesar da louvável intenção do autor, essa medida inviabilizaria o andamento do processo de busca e apreensão, anulando, na prática, o direito do credor de executar a garantia. Alteramos também o prazo de suspensão da busca e apreensão, nos casos de inadimplência decorrente de fatores climáticos adversos ou de crise de mercado, para 180 dias, para que não seja maior que a proteção já prevista no caso das recuperações judiciais e pelo fato de que 180 dias já seriam prazo suficiente para garantir a posse do bem durante o transcurso de uma safra, dando o tempo necessário para que o produtor rural busque soluções alternativas.

Entendemos também ser necessária a supressão da obrigação de mediação extrajudicial prévia à busca e apreensão, uma vez que o procedimento burocratizaria excessivamente o instituto da alienação fiduciária. Nesse sentido, vale destacar que o art. 334 de Lei nº 13.105, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16 de março de 2015, já dispõe a respeito da obrigatoriedade da realização de audiência de conciliação ou de mediação, que só poderia ser afastada se ambas as partes manifestarem expressamente seu desinteresse. Entretanto, a jurisprudência tem mitigado essa exigência pela falta de eficiência das audiências conciliatórias, assim como da excessiva demora em sua realização, o que atrasa excessivamente o andamento do processo.

Por fim, no dispositivo que trata da limitação das taxas de juros aplicáveis à dívida no período de suspensão da busca e apreensão, suprimimos a possibilidade de o Poder Executivo definir outra taxa em substituição à taxa básica referencial (Selic), com vistas a dar maior segurança jurídica à proposta.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 977, de 2025, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

E aí, Sr. Presidente, considerando se tratar de uma matéria de mérito e sensível ao setor, normalmente não se leem as alterações que foram colocadas e não se faz menção,

porque estão no sistema de andamento do processo legislativo, mas, nesse caso, por ser uma matéria sensível aos produtores rurais, mas por ser também uma matéria que guarda relação com a questão da segurança jurídica e a previsibilidade contratual, eu faria aqui a leitura das mudanças que foram feitas e o texto que está permanecendo, para que os Senadores tivessem a possibilidade de votar esta matéria com a segurança necessária, sabendo que está atendendo uma demanda que vai cuidar de proteger o produtor rural, especialmente nesse contexto de safra, mas também deixando claro o requisito da segurança jurídica, da segurança contratual e a previsibilidade contratual. Por isso, faço a apresentação do texto.

O art. 1º cria regras específicas para a busca e apreensão de maquinário agrícola ligado à atividade produtiva, para evitar que a produção rural pare por falta de máquinas. É o cerne da diretriz do projeto.

O art. 2º é uma mudança no Decreto-Lei 911. A ideia geral é que as regras abaixo valham para a busca e apreensão de maquinário agrícola essencial à produção rural, que esteja em alienação fiduciária, financiado como garantia.

Inciso I. Quando a busca e apreensão pode acontecer? Só podem ocorrer com decisão judicial fundamentada; o juiz precisa justificar. O credor deve demonstrar que a dívida não foi renegociada dentro de, no mínimo, 30 dias após a notificação extrajudicial do devedor.

Inciso II. Quando o juiz pode suspender a apreensão? Se a inadimplência ocorrer por fatores climáticos adversos, por exemplo, seca, enchente ou por crise de mercado, e isso estiver comprovado, o juiz poderá suspender a apreensão por até 180 dias para permitir a renegociação da dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º. Quais bens entram nessas regras? Aplicam-se somente a bens usados na atividade produtiva rural ligados diretamente à produção rural. Não se aplicam a veículos de passeio e outros bens que não sejam vinculados diretamente à produção.

No §2º, o que vale durante o período de suspensão de até 180 dias? Prioridade – e aqui um ponto que está no inciso I –, prioridade à agricultura familiar: o agricultor familiar terá prioridade para acessar programas públicos de assistência financeira e consultoria técnica voltados à recuperação econômica e produtiva. E o inciso II trata de limites de juros: os juros da dívida durante a suspensão ficam limitados à taxa básica referencial.

Aqui estou falando das diretrizes que estão previstas nesse projeto, com a nova redação dada por esse Relator.

Então, com esses adendos, reitero os termos do voto apresentado, recomendando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Marcos.

Eu consulto o Senador Hamilton Mourão e o Senador Jaime Bagattoli se querem fazer o debate, o discurso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Consulte aqui o Senador Beto Faro também, Senador. **O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Beto Faro também.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Você é do Pará, pode deixar o Beto Faro de fora. Você que manda. O estado é maior, o seu é bem maior. (Risos.)

Presidente...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – E eu nem estou disputando com ele a eleição agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fora do microfone.) – Então tem que conquistar, então precisa conquistar. (Risos.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, eu quero fazer um pequeno relato aqui sobre esse PL 977, de 2025, de que o Senador Mecias é o autor e o Senador Marcos Rogério, o Relator.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse projeto me deixa à vontade para debater, porque falo aqui como alguém que conhece a poeira da estrada e o suor do campo. Como produtor e representante do Estado de Rondônia, sei que a justiça não pode ignorar o tempo da natureza e o ritmo da produção rural, nem deixar de olhar com atenção para quem garante a produção de alimentos no nosso país. Falo com a experiência de quem vive a realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do interior e com a responsabilidade institucional de quem foi eleito para defender nesta Casa a voz do homem do campo.

Estamos discutindo alterações do Decreto de Lei 911, de 1969, que trata da busca e apreensão de bens através do PL 977, de 2025, de autoria do Senador Mecias de Jesus, com relatoria do Senador Marcos Rogério, que trata justamente da proteção do maquinário agrícola vinculado à atividade produtiva. Essa proposta é importante para o campo, e registro que sou favorável ao que está na análise da Comissão.

Ao mesmo tempo, Presidente – ao mesmo tempo –, apresentei o PL 5.674, Senador Marcos Rogério, de 2025, que aborda o mesmo tema, porém com uma solução diferente. O foco é impedir o cumprimento de mandados de busca e apreensão de bens móveis utilizados em atividades produtivas rurais durante o período de plantio e colheita – depois vou explicar um pouquinho isso aqui. A ideia central é dar segurança mínima ao produtor para não ter o trator, a plantadeira ou o caminhão retirados justamente na fase em que ele precisa produzir para poder pagar a dívida. Pelo PL 5.674, de 2025, maquinários, implementos, sementes, caminhões essenciais ao transporte da produção ficam protegidos por um período definido de 30 dias antes do plantio e durante toda a colheita, conforme o calendário agrícola oficial ou comprovação técnica na fase produtiva.

Não se trata de perdoar obrigações, nem de autorizar calote. O texto deixa claro que a obrigação contratual permanece, mas garante que o produtor tenha as condições mínimas para colher o grão que vai honrar o compromisso com o credor. Sem máquina e sem semente na hora certa, não há safra; e sem safra não há pagamento, não há emprego e não há comida na mesa do brasileiro.

Por isso, além de manifestar o meu voto favorável ao PL 977, de 2025, do nobre Senador Mecias de Jesus, faço um apelo para que a Mesa do Senado dê andamento também ao PL 5.674, de 2025, para que ele possa seguir o trâmite regular pelas Comissões desta Casa. São iniciativas que ganham na mesma direção: proteger a produção e garantir segurança jurídica ao homem do campo sem romper os contratos, mas ajustando a execução das garantias ao ciclo real da agricultura.

Parabéns, mais uma vez, ao Senador Mecias de Jesus pela proposta. E parabéns ao Senador Marcos Rogério pela relatoria.

Registro o meu voto favorável.

Presidente, esse projeto é plausível, mas esse PL que eu apresentei ainda está lá para o Davi fazer o despacho para as devidas Comissões. Nesse projeto, o 5.674, Marcos Rogério, a única coisa que está fora do seu projeto é que ele garante naquele momento... Porque, às vezes, já está tramitando um processo de execução há muito tempo, e faltando lá 30, 40 dias ou se iniciando o plantio, o que acontece? Eles vêm, tiram o maquinário – porque o processo já está em andamento –, e o produtor já está com o adubo comprado, com semente ou com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação dentro das trades ou dentro de algum armazém que comprou o produto dele, que financiou naquele momento. Presidente Zequinha Marinho, quem não tem o crédito, se está com um problema bancário, geralmente está procurando uma outra alternativa para poder plantar. E aí é que vem o grande problema: às vezes, ele já está com a semente, com todos os insumos comprados, e chega a execução e tira esse maquinário dele.

Segue este projeto, mas, se vier o outro para cá, eu quero que ele seja plausível também. E a gente já conversou; inclusive, discutimos isso dentro da própria FPA.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Relator Marcos Rogério, demais Senadores, tinha um pedido nosso... tinham pedido a mim para pedir a retirada de pauta. Não vou fazer isso, até porque nós temos uma Comissão ainda para analisar o projeto, que é a Comissão de Constituição e Justiça, que entendo que, do ponto de vista da legislação, é a mais adequada, inclusive, para poder dialogar sobre a constitucionalidade dessa matéria.

Vou votar aqui contrário ao projeto, mas dando andamento... Registro o meu voto contrário, mas que a gente possa – claro, com a maioria que é estabelecida aqui na Comissão – fazer andar o projeto, até para ganhar o tempo e analisar isso daqui até a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Do ponto de vista do mérito, até sou muito simpático à proposição, mas tem avaliações de que isso fragilizaria essa questão do crédito, da política de crédito. Então, me resguardo para que eu possa analisar melhor isso até a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, mas não pedirei vista.

Eu vou pedir vista, se o Relator chegar – não sei se já chegou –, do item 1, Presidente. Desse eu vou pedir vista aqui, para que a gente possa analisar com maior tempo, mas quanto ao restante a gente pode tocar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Obrigado, Senador Beto.

Consulto o Senador Hamilton. Tudo bem? (Pausa.) Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco o relatório do Senador Marcos Rogério em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Então, com voto contrário do Senador Beto Faro e votos a favor do Hamilton Mourão, do Jaime Bagattoli e do Relator Marcos Rogério, o relatório está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

Parabéns ao autor e ao nosso Relator, que está correndo muito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, bom trabalho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos avançando? (Pausa.)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a proposta de criação e/ou implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau Ferro, especialmente no que se refere aos seus impactos sobre a atividade agropecuária, a segurança jurídica dos produtores rurais, o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento econômico local. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante da Prefeitura Municipal de BOSSOROCA - RS;
• representante da Prefeitura Municipal de ITACURUBI - RS;
• representante da Prefeitura Municipal de SANTIAGO - RS;
• representante da Prefeitura Municipal de SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES - RS;
• representante da Prefeitura Municipal de UNISTALDA - RS;
• representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
• representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
• representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do RS;
• representante do Sindicato Rural de SANTIAGO, UNISTALDA e CAPÃO DO CIPÓ;
• representante do Sindicato Rural de BOSSOROCA;
• representante do Sindicato Rural de SÃO LUIZ GONZAGA e Coordenadora da Regional 12 da FARSUL;
• representante do Sindicato Rural de ITACURUBI;
• representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de SANTIAGO, UNISTALDA e CAPÃO DO CIPÓ;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• representante do Sindicato Rural de SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Observações:

- Votação simbólica. Concedo a palavra ao autor do requerimento para encaminhar, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, eu fui procurado por sindicatos de agricultores e também por produtores rurais dessa região. É uma região na parte centro-oeste do Rio Grande do Sul, que abrange um quadrilátero com quatro municípios ali: São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Santiago, Bossoroca, Unistalda. De uma hora para a outra, todos foram surpreendidos com essa atividade do Instituto Chico Mendes, no intuito de criar uma área de proteção ambiental onde já existe uma atividade agrícola estabelecida de muitos anos.

Eu lembro que essa região é ocupada desde o século XVIII. Ali, habitavam os Sete Povos das Missões. Aqueles indígenas que habitavam a região naquela época já tinham uma atividade rural. E agora, de uma hora para a outra, surge essa história da criação da APA.

Então, nada mais justo que a gente trazer essa turma toda para conversar, de modo que a gente possa colher informações técnicas atualizadas sobre a proposta, ouvir os órgãos governamentais responsáveis, garantir voz aos agricultores e produtores diretamente afetados e avaliar soluções que mitiguem danos socioeconômicos caso essa APA venha, finalmente, a ser implementada.

Essa é a finalidade do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, então, marcar a audiência para as próximas sessões aqui. (Pausa.)

Eu quero aqui anunciar um extrapauta, um requerimento mais ou menos semelhante ao que o Senador Hamilton Mourão apresentou.

O ICMBio está querendo criar, no Estado do Pará, uma enorme área de proteção ambiental também, e a gente precisa ouvir o ICMBio com relação a isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – Qual é essa área, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É uma área que começa em Senador José Porfírio e pega Anapu, pega Portel, pega Pacajá.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – Seria uma audiência pública para a gente trazer os...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, para que o ICMBio justifique isso, não só do ponto de vista ambiental, mas econômico, social, enfim. A gente convida as partes para fazer um bom debate aqui...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... e tentar, então, achar um consenso para isso.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 4, DE 2026
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja esclarecida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com os devidos estudos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, a real necessidade da criação de Área de Proteção Ambiental (APA) no Estado do Pará, que impactará as populações rurais dos municípios de Senador José Porfírio, Portel, Anapu e Pacajá. Os convidados serão indicados posteriormente.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Os convidados serão anunciados posteriormente, porque a gente precisa consultar direitinho quem gostaria de indicar quem para esse debate.

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Eu só... É óbvio, mas queria garantir a presença do Governo do estado nesse...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Hã?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Do Governo do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, o pessoal que está andando nessa região e conversando com a população é do ICMBio.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Pois é, mas eu estou dizendo que eu queria garantir, nessa lista de pessoas que vêm fazer o debate, que o Governo do estado estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A Semas? O Secretário?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – É. Isso, isso, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso, o Secretário...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – O Governo do estado decide lá quem é que vai ser.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, aí ele manda quem quiser.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas vamos convidar o Secretário da Semas.

Tudo bem? (Pausa.)

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. (Pausa.) Comunicado aqui da Presidência.

Orçamento.

A CRA comunica a abertura do sistema Sinec – prestem atenção – para o primeiro bloco de apreciação das indicações dos Srs. Senadores à emenda RP 8 desta Comissão à LOA 2026.

Prazo para apresentação de indicações: até dia 16 de março, segunda-feira.

Primeira deliberação: 18 de março, quarta-feira, às 14h, aqui na Comissão.

Dados da emenda: nº 60120002; Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário Nacional; e o valor é de R$400 milhões.

Quero, neste momento aqui, agradecer aos Srs. Senadores, colegas que participaram desta reunião, agradecer aos assessores, agradecer à imprensa e a todos os amigos que aqui compareceram.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Soraya Thronicke, Jussara Lima, Augusta Brito, Margareth Buzetti e dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Alan Rick, e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: 1- Ofício nº 23, de 2026, da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, que encaminha a moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, que altera a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 1997), por entender que a referida proposição representa grave ameaça à segurança jurídica, à previsibilidade institucional e ao direito de propriedade para todos os produtores rurais brasileiros. 2 - Nota oficial enviada pelo Conselho Municipal de Proteção aos Animais (Comupa), de Curitiba, Paraná, em que se manifesta a indignação e o repúdio diante de crimes de maus-tratos que vitimaram os cães comunitários Orelha, em Santa Catarina, e Abacate, no Paraná. Solicita o aprimoramento da legislação protetiva dos animais e o fortalecimento de políticas públicas para o setor. Conforme a instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão, na internet. Passa-se à apreciação da pauta que se divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao requerimento 1, de 2026 -CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Averiguar, debater e esclarecer os procedimentos adotados quanto ao tratamento, guarda, possíveis maus-tratos e destinação de gado apreendido em operações de fiscalização ambiental conduzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente no estado do Pará. Participantes: Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Graziela Soares de Oliveira, Diretora Técnica de Defesa e Inspeção Animal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará); Vinicius Domingues Borba, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria); Bruno Valle, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uruará/PA; Alfredo Bertunes, Diretor de Assuntos Institucionais do Instituto de Direito Agroambiental (IDAM); e Paola Vasconcelos, representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 5, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforma Agrária (CRA), no dia 13 de março de 2026, sexta-feira, às 14 horas, durante a Expodireto Cotrijal 2026, no município de Não Me Toque, Estado do Rio Grande do Sul. A presente solicitação justifica-se pela necessidade de discutir os impactos da regulamentação da Lei nº 15.042, de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), no mercado de crédito de carbono e no agronegócio brasileiro. Proponho para o Ciclo de Palestras e Debates a presença dos seguintes convidados: Nei César Manica, presidente da Cotrijal e idealizador da Expodireto Cotrijal; Eloi Darci Podkowa, presidente da Cooperativa Agroindustrial Copagril; Caio Cezar Fernandes Vianna, presidente da Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL); Afonso Bertucci, Diretor de Tecnologia da Braspell Bioenergia." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Jaime Bagattoli e Luis Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Luis Carlos Heinze
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/04

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 23, de 2026, da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, que encaminha a moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, que altera a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 1997), por entender que a referida proposição representa grave ameaça à segurança jurídica, à previsibilidade institucional e ao direito de propriedade para todos os produtores rurais brasileiros.

- Nota oficial enviada pelo Conselho Municipal de Proteção aos Animais (Comupa), de Curitiba, Paraná, em que se manifesta a indignação e o repúdio diante de crimes de maus-tratos que vitimaram os cães comunitários Orelha, em Santa Catarina, e Abacate, no Paraná. Solicita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o aprimoramento da legislação protetiva dos animais e o fortalecimento de políticas públicas para o setor.

Conforme a instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão, na internet.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para averiguar, debater e esclarecer os procedimentos adotados contra o tratamento, guarda, possíveis maus-tratos e destinação de gado apreendido em operação de fiscalização ambiental conduzida pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente no Estado do Pará, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2026, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de iniciativa desta Presidência.

A Comissão de Agricultura debate apreensão e custódia de gado pelo Ibama, no Pará.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizará, nesta terça-feira, 4 de março, uma audiência pública para discutir e esclarecer os procedimentos adotados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na apreensão, guarda e destinação de gado durante as operações de fiscalização ambiental realizadas na Amazônia, especialmente no Estado do Pará.

O debate foi motivado por denúncias envolvendo a Operação 8 Segundos, conduzida pelo Ibama, no Município de Uruará, Pará. Na ação, 337 cabeças de gado foram apreendidas, mas apenas 180 retornaram para seus proprietários após decisão judicial, levantando suspeitas de mortes, desaparecimento de animais e falta de transparência sobre o tratamento e a custódia do rebanho durante o período de apreensão.

Para o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Zequinha Marinho (Podemos – PA), o debate é fundamental para garantir a transparência nas ações de fiscalização, segurança jurídica para o setor agropecuário e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao bem-estar animal. De acordo com Marinho, o caso expôs incertezas sobre a legalidade administrativa, protocolo de bem-estar animal,

fluxo de registro e guarda dos animais, além de possíveis impactos econômicos e sociais para os produtores rurais e para a cadeia produtiva da região.

A audiência reunirá representantes de órgãos de controle, entidades sanitárias, setor produtivo e Ministério Público, com o objetivo de esclarecer os fatos, avaliar a responsabilidade e buscar soluções que conciliem proteção ambiental, respeito aos direitos dos produtores rurais e segurança jurídica. (Pausa.)

Bom, a Graziela Soares de Oliveira, Diretora Técnica de Defesa e Inspeção Animal da Adepará (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará) está por Zoom. Agradecemos a sua presença.

Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama... Está presente? (Pausa.)

Por favor, aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vinicius Domingues Borba, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria).

Vinícius, por favor...

Paola Vasconcelos – está presente também? –, representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

Justificou a ausência o Ministério Público, a quem agradeço.

E Bruno Valle – está presente aqui? –, que é o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uruará, no Pará.

E também Alfredo Bertunes, Advogado e o Diretor de Assuntos Institucionais do Instituto de Direito Agroambiental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Foi solicitado aqui pelo nosso parceiro Vinicius que ele iniciasse a fala, para contextualizar o assunto.

Em primeiro lugar, eu queria justificar a ausência do Senador Zequinha Marinho, meu parceiro, que, por questões particulares, não está presente, mas estamos aqui em nome da Comissão, como membro da Comissão que sou, para tocar para frente.

Com a palavra, Vinicius Domingues Borba, por favor.

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA (Para expor.) – Bom dia a todos... Boa tarde, aliás.

Quero agradecer à Comissão de Agricultura do Senado, na pessoa do Presidente, Senador Zequinha Marinho, e do Presidente neste ato, Senador Luis Carlos Heinze.

Dr. Jair Schmitt, Dra. Paola Vasconcelos, nossos companheiros de luta aqui, Dr. Alfredo, Dr. Bruno, todos que nos assistem...

É sempre uma satisfação, um misto de satisfação e angústia retornar a esta Casa. Satisfação por poder falar em nome de milhões, milhares de pessoas, que são os amazônidas, os produtores rurais de toda a Amazônia, e uma certa insatisfação por sempre trazer assuntos polêmicos.

Eu conversava, agora há pouco, com o Dr. Jair Schmitt: eu estou cansado de repercutir assuntos negativos, de falar somente em problemas. Eu acho que passou da hora de a gente sentar – Congresso, Parlamentares, órgãos ambientais, ONGs, produtores amazônidas – e começar a achar soluções, porque nós estamos falando de uma Amazônia que possui 83,7% de floresta intocados, como Deus criou – e isso quem está falando é a Embrapa –, e de um agro da Amazônia – que é tão criminalizado – que ocupa 12% do território. Então, nós preservamos mais de 83%.

Então, não é justa essa narrativa. Eu acho que está na hora de a gente colocar luz.

Mas o que nos traz aqui hoje é a questão de apreensões de gado pelo Ibama, e é muito emblemática esta situação de hoje, em que eu estou sentado, inclusive, na mesma cadeira que o Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, sentou na audiência passada, Presidente. E, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência passada, ele falou, em alto e bom tom – está gravado pela TV Senado –, que as mais de 8 mil cabeças de gado que o Ibama apreendeu foram doadas para a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, que foram doadas para a merenda escolar do Estado do Pará.

Mentira. Por que eu falo que é mentira? Porque a própria Agência de Defesa Agropecuária negou isso. No primeiro momento – o Dr. Bruno e o Dr. Alfredo vão poder repercutir isso –, a própria Agência de Defesa Agropecuária, através de um documento oficial, falou: "Ah, não. Recebi só três mil e poucas cabeças". E, depois da repercussão do caso específico que o Dr. Alfredo e o Dr. Bruno vão retratar, ela voltou atrás, através de uma postagem oficial: "Não, não recebemos nenhuma cabeça de gado. A gente só faz o controle sanitário".

Então, é muito emblemático o fato de o Presidente do Ibama não estar aqui hoje e é muito emblemático e justificável o fato de o Diretor da Adepará, do Estado do Pará, não estar aqui. Porque eu tinha muita vontade de perguntar, olhando no olho de cada um: quem está mentindo nessa história? Porque um falou que foi doado, o outro falou que não recebeu.

Fato é que hoje eu posso falar, Dr. Bruno – mais de 10 mil cabeças, no universo do Estado do Pará e outros –, que o Ibama, para quem nos assiste, chegou à propriedade, seja uma propriedade embargada... Eu não vou entrar no mérito se pode ou não, mas eu volto à Constituição que fala que ninguém será privado dos seus bens e direitos sem o devido processo legal. Muitos desses produtores rurais estão com processos em discussão administrativa ou judicial, discutindo justamente esse embargo. Eu falo isso e provo, tanto eu quanto o Dr. Alfredo, que somos advogados, muitos dos processos em que clientes meus tiveram o gado apreendido, nós estamos com o processo sub judice. O Ibama sequer teve a dignidade de julgar o processo administrativo primeiro ou esperar o Judiciário analisar. "Não, eu fui lá e apreendi."

Mas o motivo da apreensão é muito simples. Com todo o respeito, Dr. Jair Schmitt, vocês precisam desse número, vocês precisam ir para a mídia internacional e em eventos da COP 30 falar: "Prendemos mil cabeças de gado dos desmatadores criminosos da Amazônia que estavam em área embargada". Isso é muito bonito, isso vende, Senador. O mundo quer comprar isso, só que se esquece de que aquilo ali é o patrimônio das pessoas.

Dra. Paola, é importante estar aqui, e eu sou um profundo admirador da ONG Fórum de Defesa Animal. "Mas como assim um advogado do agro ser admirador de uma ONG, da Fórum de Defesa Animal?" Se não me engano, o nome é esse mesmo, não é? Porque no auge – isso foi pouco repercutido, e aqui eu quero parabenizar publicamente –, no auge da desintrusão da Apyterewa – e muitos de vocês já devem ter visto aquelas cenas trágicas de gado, bezerro, cavalo morrendo ao longo do caminho, durante a desintrusão –, essa ONG que está aqui foi a única que teve a dignidade de peticionar na ADPF 709 do STF, pedindo a suspensão da desintrusão, tamanha a crueldade que estava acontecendo com aqueles animais.

E é importante tirar o gado – e eu quero falar um pouco de forma mais ampla; depois o Dr. Bruno e o Dr. Alfredo entram no caso concreto de que vamos tratar aqui –, é importante tirar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gado apreendido do papel, contextualizá-lo, Senador, porque aquele gado que o Ibama lança apenas como um papel, aquele ali, muito desse gado tinha até nome, era Mimosa, era Vaquinha Leiteira, que aquele produtor rural criou desde bezerro. Aquele produtor rural fez o cruzamento genético para chegar àquele ponto e era o que ele tinha para pagar o seu imposto. Se, eventualmente, ele o criava na área embargada, o Ibama tinha que ter a obrigação legal de ler o art. 50-A da Lei 9.605, que fala que não é crime o desmatamento quando para subsistência sua e de sua família. Basta você ler o art. 50-A.

Quantas dessas fazendas que foram apreendidas são inferiores a quatro módulos fiscais? Que dia que o senhor viu, Dr. Bruno, Dr. Alfredo, um estudo dentro do Ibama falando: "Não, esse aqui desmatou sem licença. Ele desmatou, mas é agricultura familiar, de pequena propriedade rural; não vou multá-lo porque há o art. 50-A da Lei 9.605". Eu nunca vi. Então não se separa o joio do trigo na hora que vai pegar o gado e colocar na carreta e levar sabe-se lá para onde. Então, antes de chegar ao ponto crucial, que é justamente a apreensão de gado, é importante contextualizar esse gado, porque é muito fácil, Dra. Paola, falar que o produtor rural é criminoso porque ele mata o boi no frigorífico, porque ele exporta o boi vivo e isso é maus-tratos. Isso é uma grande inverdade em que a gente não pode entrar, porque, se eu sou um produtor rural, um pecuarista, eu vivo da produção daquele gado; um boi só vai engordar para me dar lucro, a ponto de ele me dar lucro – isso qualquer criança sabe – se ele for bem tratado, bem alimentado. Um boi estressado chega nas condições...

Coloca as fotos, por favor.

Maus-tratos é isso aqui, Senador. Eu, na minha fazenda, nutro aquele boi, eu cuido daquele boi da melhor forma possível, para que ele produza mais carne, mais leite. Então eu não faço maus-tratos. Maus-tratos é isso aqui.

E tudo que eu vou colocar, é importante a gente retratar, que é dentro do processo judicial. Inclusive é o advogado que está aqui ao meu lado que vai retratar.

Esses foram...

Como é que faz para voltar aqui? Sou eu que volto? Pode parar, por favor, na foto de cima.

Esse é o processo judicial. Então aqui, Dr. Jair, nós não estamos inventando nada. Isso é um processo judicial na 9ª Vara Federal Ambiental. O advogado está aqui, o Dr. Alfredo Bertunes vai falar sobre isso.

Próxima foto, por favor.

Aqui o gado foi apreendido nessa operação. Olhem o aparato, helicóptero, viatura, e o gado foi levado. De forma muito competente, o Dr. Alfredo e tantos outros advogados conseguiram o ressarcimento do gado.

Dra. Paola, dá uma olhadinha em como esse gado foi devolvido.

Próxima foto, por favor. Pode parar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então quem vocês acham... Quem você acha que realmente promove maus-tratos aos animais? O produtor rural que trata aquele bezerro com todo tipo de medicamento, suplemento, comida, para ele poder chegar à sua plenitude, seja de carne ou de leite, para que ele possa custear os seus custos de produção e vender para um frigorífico, que é fiscalizado pelo Ministério da Agricultura, que tem que cumprir normas reguladoras do abate... Então não tem esse negócio de maus-tratos, de machadada, nada. Eu cuido do meu bezerro. E quem está falando é um pecuarista que é advogado, um advogado que é pecuarista; eu cuido com o maior zelo possível do meu rebanho, porque somente bem cuidado ele vai me produzir em sua plenitude carne ou leite. Então, eu que sou o causador dos maus-tratos ou o Ibama, que devolveu o gado nesse sentido?

Então eu quero deixar bem claro – pode retirar por favor, tem várias fotos, e depois o Dr. Alfredo vai utilizar – que é preciso, Presidente, a gente começar a colocar moral nessa situação, porque, primeiro, o Ibama tem que começar a cumprir a lei, isso é fato.

(Soa a campainha.)

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA – Devido processo legal, art. 5ª da Constituição: ninguém será privado dos seus bens e direitos sem o devido processo legal. Ora, como é que eu vou aprender um gado e levar o gado, sabe-se lá para onde, sendo que eu não analisei os processos ainda de defesa?

A destinação do gado: se eu tenho o Decreto 6.514, que fala que eu posso colocar o próprio autuado, o próprio dono do gado como fiel depositário, por que eu não coloco esse camarada como fiel depositário para evitar absurdos como esse? Mas, principalmente, que se comece a responsabilizar, porque eu repito, Senador, repito, Dr. Jair Schmitt, o que eu falei para o senhor agora há pouco: eu tenho certeza de que o senhor e o Presidente Rodrigo Agostinho não sabem das barbaridades que os agentes do Ibama estão cometendo lá na ponta, só que isso respinga na entidade que o senhor representa. Então, eu sugiro que se faça um curso de reciclagem, de bons modos, de cumprimento da Constituição para aqueles agentes de campo que vão para lá, aqueles fiscais, que são sempre os mesmos, os mesmos de sempre, que são truculentos, são desrespeitosos... Hoje a internet mostra isso, não sou eu que estou falando, basta ver os vídeos.

Por último, nós temos fiscais carregando mesa, cadeira, falando que estão precisando, e eles não têm nem, desculpa a palavra, vergonha na cara de falar isso publicamente: "Ah, levei a mesa e a cadeira porque eu estava precisando". Quem duvida procura na internet, o Roberto Scarpari falando isso, semana passada, lá em Trairão. Entrou numa marcenaria lá, numa movelaria, e a câmera de segurança o pegou carregando uma mesa e algumas cadeiras, como quem vai às compras, e, quando interpelado por populares, ele falou em alto e bom som: "Ah, eu estava precisando, eu peguei mesmo". O que é isso? Então, é moralizar isso, porque o risco do confronto, o risco da iminência de um embate está cada vez mais claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, voltando e finalizando ao que nos traz até aqui, é: para onde foram as 10 mil cabeças de gado? Porque o Dr. Alfredo e o Dr. Bruno vão contextualizar o caso. Casos como esse, Dr. Jair... Foi o primeiro, de uma primeira decisão, que criou o precedente. Eu garanto que em breve outras e outras decisões como essa vão vir, e o Ibama – ou a Adepará, porque agora a gente não sabe quem está mentindo, porque um fala que foi para a merenda escolar, o outro fala que não recebeu... Como é que faz, Senador?

Alguém vai pagar essa conta, porque hoje o único que está pagando essa conta chama-se produtor rural, que viu o seu gado sendo colocado num caminhão, escoltado por um aparato de guerra, e teve o seu gado levado sabe-se lá para onde, porque não tem transparência. Não adianta o senhor falar que tem um portal ali, que tem a lista dos embargos, lá não constam as informações principais. É importante esta Comissão – esta Comissão! – investigar, porque eu, infelizmente... Nem eu, nem o Dr. Bruno, nem o Dr. Alfredo podemos falar o que sabemos, porque existe, inclusive, um risco à nossa integridade pessoal, mas vocês têm que começar a apurar o que acontece nas entranhas dessa apreensão. Vocês vão descobrir coisas de que até Deus duvida.

Então, muito obrigado. Eu acho que é a hora de colocar a moralização. Primeira moralização: descobrir quem está mentindo, porque alguém está, ou o Presidente do Ibama ou o Diretor da Adepará, um dos dois está mentindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Vinicius.

Na sequência, Bruno Valle, por favor.

O SR. BRUNO VALLE (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Senador, queria dizer que a gente precisa achar um jeito de dar um basta nesses abusos do Ibama, está bom? Não que o Ibama não tenha que exercer suas funções; claro, tem que exercer a função dele de fiscalização, mas o que a gente questiona muito são os abusos e má destinação das coisas. A gente está careca de ver destruição de bens, maquinário, etc. e tal.

Esse caso do gado ficou muito emblemático porque foi um caso em que, muito sabiamente, o Dr. Alfredo judicializou tudo. Então, a gente consegue falar do caso porque ele está na Justiça, tem provas, comprovações, etc. No mais, a gente acaba ficando preso só em "Eu sei que teve aquilo", "Outro fulano viu aquilo". A gente sabe e tal, mas não tem documento para provar. E esse agora é provado, está tudo muito bem documentado. Então, acontece, isso não é de hoje, não é o único caso, existem diversos outros, basta investigação.

O Ibama precisa rever os seus procedimentos. Nós cobramos, da outra vez que a gente veio aqui, transparência para o Ibama, que o Ibama explique de fato para onde está indo esse gado, as coisas que estão acontecendo. Por exemplo, a Adepará tinha assumido, em julho do ano passado, que tinha recebido do Ibama – quando foi falado de oito mil e tantas cabeças na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época – 4.227 cabeças de gado. Dessas daí – olhe que coisa, viu, Dra. Paola? – que a Adepará ficou responsável de destinar junto com o Ibama, 218 morreram. Como é que esse gado morreu? De que forma? Em que condições? E 127 desapareceram, fugiram. Então, que procedimento é esse do Ibama? Que cuidado é esse em que morre essa quantidade de gado numa operação? Estou falando de várias operações aqui: a Operação 8 Segundos, que foi essa; a Apyterewa, que o Doutor citou aqui; a Ituna-Itatá; e a Cachoeira Seca. E ainda teve 1.878 cabeças que foram para um quarentenário e lá morreram mais de 18. Aí eu não estou nem dizendo se essa destinação que eles dizem que é feita para A, para B, para C realmente foi corretamente destinada, porque a gente percebe que não, justamente por esse caso que aconteceu em Uruará agora.

E aí tem esse documento da Adepará que fala dessa destinação, e agora a Adepará, depois de tanta repercussão que teve, fez esse documento aqui, que está no portal e que o Dr. Vinicius citou, que diz assim: "A Adepará informa que, em operações contra ilícitos ambientais relacionados à produção animal, atua apenas realizando o cadastro e a avaliação sanitária do gado apreendido. Toda a responsabilidade de autuação, traslado e destinação é do Ibama". E, de fato, é o que nós entendemos que realmente é a função: a Adepará só faz o controle sanitário; o Ibama é que destina. Então, o Ibama tem que ser responsável para onde é que vai o gado e o que acontece dali para a frente.

O que aconteceu agora? Quando houve ordem judicial para a devolução do gado – o Dr. Alfredo vai poder especificar melhor –, o gado foi devolvido. O que foi devolvido era: dentro das cabeças, coisa da metade só que foi devolvida; parte desse gado nem era o gado dele que foi entregue; o que foi entregue foi nessa condição; e o resto sumiu e morreu. Então, assim, gente, pelo amor de Deus, isso é um absurdo! E o responsável por isso é o Ibama. O Ibama é que tem que prestar contas. Graças a Deus, como eu falei, está judicializado. Então, está sendo muito bem explicado.

Só que isso não é de agora, viu, Senador? Já estivemos com o senhor aqui da outra vez também, falando sobre esses abusos do Ibama. Então, assim, precisamos – esta aqui é a Casa de Leis – encontrar caminhos para que o Ibama possa exercer a função dele, mas de forma responsável, que não cometa esses abusos absurdos que cometem com os produtores rurais. Cadê o tal do devido processo legal de que a gente tanto fala? E da feita de o produtor ganhar a devolução, como foi o caso agora? Devolveu o gado. E agora? Que gado? Quem vai indenizar? Os cofres públicos? O pagador de imposto vai pagar por isso agora também? Como é que vai ser isso?

Por que pelo menos o Ibama não faz uma avaliação daquele gado que ele está apreendendo? Porque, se o cara ganhar depois, que ele receba o recurso de volta. É um recurso que ele pode usar para a própria defesa, para pagar advogado, para pagar multa, para pagar recuperação de área degradada que seja se ele for condenado lá no final. Assim, o Ibama está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punindo a pessoa cautelarmente até com isso. Entendeu? Além de embargar, ele também está tomando o dinheiro dele, tomando o gado, o meio de vida e a subsistência dele. Então, é tanto abuso que a gente só tem para apelar realmente ao Congresso para que tome algumas atitudes e possa abrir investigações para acompanhar esse caso e diversos outros mais, mais de perto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Bruno.

O Vinicius falou aqui num amigo meu, Giovanni Queiroz, meu parceiro, foi Deputado comigo. Ele citou o caso Apyterewa, em que eu recordo que nós trabalhamos lá atrás, quando ele era Deputado junto comigo, alguns anos atrás. O Senador Bagattoli, lá de Rondônia, conhece também um pouco esse processo, ele está conosco aqui.

Alfredo Bertunes, Advogado, vai falar também sobre o caso, por favor.

O SR. ALFREDO BERTUNES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

A minha vinda hoje aqui para participar desta audiência pública se deu por dois motivos.

O primeiro motivo é contribuir para este debate relacionado à destinação dos animais que são apreendidos, porque nós que vivemos lá na Amazônia, nós que vivemos especificamente no Estado do Pará somos rotineiramente surpreendidos com essas operações de fiscalização, em que são apreendidos diversos animais. E a principal indagação, não só daquele que tem o seu animal apreendido, mas de toda a população da região, porque essas operações de fiscalização costumam ter uma repercussão e um impacto muito grande no local, a principal indagação que essas pessoas fazem é a seguinte: para onde vai esse gado que é apreendido? O que é feito com esse gado que é apreendido? E o caso que eu vou trazer para vocês aqui hoje, um caso concreto específico que ainda está em andamento, ilustra muito bem o que pode acontecer quando não existe a necessária transparência na condução da destinação desse gado que é apreendido; quando não existe a observância daqueles princípios da administração pública que estão insculpidos ali no art. 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

E agora eu vou adentrar especificamente nesse caso concreto. Nos dias 12 e 13, foram apreendidas, na zona rural do Município de Uruará, 337 cabeças de gado. Eu não vou entrar no mérito da legalidade ou não da apreensão, isso está sendo discutido em juízo, mas eu vou trazer para vocês a cronologia dos fatos ocorridos após a apreensão para que vocês entendam as portas que se abrem quando a situação não é conduzida da maneira como nós entendemos que ela deve ser conduzida. Esse gado foi apreendido nos dias 12 e 13, foram dois dias de operação nessa propriedade, porque eram 337 cabeças de gado, e fazer uma mobilização para remover essas 337 cabeças de gado não é fácil.

Na ocasião, no dia 13, eu estava lá pessoalmente, acompanhei toda a operação de fiscalização, e a retirada desses animais terminou no dia 13 de março, aproximadamente às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

21h30 da noite. Feita a apreensão, nós só recebemos o termo de apreensão depois que todos os animais tinham sido retirados. Essa foi a primeira circunstância que eu indaguei ao coordenador da operação. O termo de apreensão deveria ter sido entregue no início, e não depois que todos os animais tivessem sido retirados, até para a gente saber se os animais que estavam sendo retirados correspondiam àqueles descritos no termo de apreensão.

E a surpresa maior veio depois. No dia 14, nós já ajuizamos uma ação. E qual que é o objetivo dessa ação, gente? É garantir que o Ibama não promova o que eles chamam de destinação final sumária, que é encaminhar aqueles animais para abate ou adotar qualquer outro tipo de procedimento que, ao final do processo, inviabilize a retomada daqueles animais pelo produtor. Aí o Ibama sempre fala: "Não, mas qualquer coisa depois a gente indeniza". E o valor dessa indenização vai sair de onde? Dos cofres públicos. Por isso que é uma questão que eu trago aqui hoje para vocês de interesse público.

No dia seguinte, posteriormente, nós descobrimos que esses animais teriam sido doados para uma secretaria de educação de uma prefeitura de um município, só que as GTAs, que são as guias de trânsito animal que são emitidas para viabilizar o transporte, elas direcionavam aqueles animais para outro município. Aí já começou a chamar a nossa atenção. Quando nós levantamos algumas informações, nós identificamos que a fazenda para onde aqueles animais estavam sendo levados era do irmão da secretária de educação do município que seria o donatário do gado, e isso por si só já chamou a nossa atenção. E isso nunca foi explicado.

No decorrer do processo, o processo foi se desenvolvendo, em um momento em que o juiz solicitou algumas informações para o Ibama, proferiu a decisão falando o seguinte: "Primeiro, eu quero saber onde esses animais estão, porque até agora a gente não conseguiu descobrir onde que esses animais estão depositados e, segundo, Ibama, se abstenha de vender, doar ou leiloar, ou se precisar vender, doar ou leiloar, peça autorização para mim, e o dinheiro tem que ficar aqui depositado em juízo".

Quando o Ibama foi intimado para cumprir essa decisão, o que o Ibama falou no processo? Está no processo, num ofício assinado pelo então coordenador de fiscalização da flora, datado de 27 de março de 2025: "A entidade recebedora, secretaria de educação da prefeitura tal, encaminhou os animais para abate e destinação final, considerando tratar-se de produtos perecíveis considerados próprios para o consumo humano". Quando o Ibama afirma isso lá no processo, falou: "Não tem como cumprir a liminar porque os animais já foram encaminhados para abate". E o que o Ibama pede? Extinção do processo por perda do objeto. Eu venho lá e falo: "Não, esses animais não foram abatidos".

No dia 24 de abril de 2025, depois, o Ibama vem no processo mais uma vez e já se manifesta no seguinte sentido: "Localização e situação do gado apreendido. Os animais, antes destinados para a prefeitura tal, atualmente se encontram na fazenda tal, de propriedade do senhor tal, conforme GTAs emitidas e registradas no processo tal". Chamo atenção para esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto da manifestação do Ibama para que vocês confrontem com aquelas imagens do gado que foram apresentadas aqui anteriormente. "Os animais estão sendo monitorados por equipe do Ibama e encontram-se em bom estado de saúde",

ou seja, quando aqueles animais saíram da propriedade onde foram apreendidos e foram encaminhados para aquela propriedade intermediária – eu vou chamar assim, apesar de essa figura jurídica não existir –, eles estavam em bom estado de saúde e foram entregues daquele jeito que vocês viram.

O processo foi se desenvolvendo, debates jurídicos... No dia 19 de setembro de 2025, o Ibama peticionou nos autos já falando o seguinte: "Para que esse intermediário mantenha esses animais na propriedade dele, ele tem custos. Os custos são os seguintes: primeiro, R$200,00 de aluguel por cabeça".

Quem aqui tem propriedade rural no Estado do Pará sabe quanto é o aluguel por cabeça lá? Entre R$50,00 e R$60,00, para vocês terem uma ideia. Pelas 337, ele estava cobrando R$200,00 de aluguel por cabeça.

Mas o que chamou mais a nossa atenção foi um recibo. Esse recibo foi apresentado pelo Ibama. Esse depositário intermediário apresentou o recibo para o Ibama, e o Ibama trouxe para o processo. Era um recibo do frete. Ele supostamente pagou o frete para retirar os animais do local onde foram apreendidos e levá-los para a fazenda dele – R$66 mil. Com qual interesse ele custeou esse frete?

Quando nós olhamos o recibo, a pessoa que assinava o recibo... Para nós é muito fácil, porque todo mundo conhece todo mundo na região. E essa pessoa que assinou o recibo tem uma frota de caminhões? Ninguém conhecia. Quando nós aprofundamos, nós descobrimos que essa pessoa que assinou o recibo era funcionário contratado daquela mesma secretaria de educação que seria a donatária inicial do gado – mais uma coisa que nos chamou a atenção e, se isso não é estranho, que se explique aqui hoje, mas para mim é bastante estranho.

No dia 23 de setembro de 2025, diante de toda essa situação e da comprovação de que as circunstâncias em que aquele gado estava depositado não eram as melhores possíveis, o que o juiz falou? "A legislação autoriza excepcionalmente que o proprietário seja nomeado como fiel depositário. O proprietário já se manifestou e disse que tem condições de manter esses animais em uma área que não tenha nenhum problema ambiental. Então, eu o nomeio como fiel depositário".

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO BERTUNES – O Ibama foi intimado para cumprir essa decisão.

Depois de diversos debates jurídicos e do Ibama retardando o cumprimento dessa decisão, finalmente, já em dezembro, o juiz falou o seguinte: "Ibama, entregue esse gado em 48 horas, sob pena de aplicação de multa diária de R$5 mil". A partir de então, o Ibama disponibilizou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe, nós disponibilizamos os caminhões para ir lá na propriedade buscar esse gado. Essa operação de busca do gado foi feita no dia 24 de dezembro, véspera do Natal.

Chegando à propriedade, os fiscais do Ibama, com os caminhões, esse depositário intermediário fala: "Não vou entregar, porque eu preciso receber os custos pelo período que esse gado passou aqui". No dia 24 de dezembro, ele apresentou uma planilha cobrando um aluguel por 337 cabeças de gado. Guardem isso. E aí, ele foi lá no processo judicial, contratou um advogado e pediu para o juiz: "Autorize-me a reter esses animais aqui até eu receber, porque eu preciso receber esses valores". Naquele momento, a planilha dele dava uns R$700 mil, aproximadamente.

O Ibama, naquela ocasião, o notificou e, formalmente, falou: "Olha, é uma decisão judicial, o senhor tem que cumprir. Nós vamos te dar aqui dez dias, e o senhor tem que cumprir, porque está descumprindo uma decisão judicial". Finalmente, no dia 7 de janeiro de 2026, ele entregou o gado. Nós fomos lá buscar, eu fiz questão de acompanhar.

Quando nós chegamos ao local, o gado estava preso no curral. De antemão, eu já observei – porque eu estava no dia que o gado foi levado – que grande parte daquele gado que estava no curral não tinha a marca do proprietário, e as condições físicas desses animais eram daquela forma como vocês viram ali.

A grande maioria dos animais, como foi atestado por um médico veterinário que foi até o local, estava com o escore corporal baixíssimo – como o Exmo. Senador falou, couro e osso. Eu tenho foto de animal que, quando a gente estava manejando o curral, caía no chão. Alguns animais, para conseguirem entrar no caminhão, a gente tinha que empurrar; mas o problema não para por aí.

Lembrem-se de 337 cabeças que foram apreendidas. Ele trouxe um relatório falando: "Aqui, no curral, tem 180, 26 já foram animais que nasceram após a apreensão, porque eram vacas reprodutoras, em seu pleno potencial reprodutivo, só que 118 morreram". De 337, 118 morreram. "Mas no dia 24 de dezembro você não estava cobrando um aluguel de 337 cabeças? Quer dizer, então, que elas morreram do dia 24 de dezembro até agora?" Foi uma hecatombe que aconteceu lá para morrerem esse tanto de gado. "E 40 eu não consegui pegar, que desapareceram, fugiram". Nós levamos essas 180 cabeças de gado.

Lembrem: de 337, nós levamos 180, 26 já nasceram lá, ou seja, essas 26 não são contabilizadas no número inicial, porque elas nasceram lá na propriedade. Nós levamos 154 naquele estado. Depois disso... O Ibama tinha recorrido daquela primeira decisão. É normal, esses debates jurídicos se estendem. E qual era o objetivo do Ibama inicialmente? Leiloar aqueles animais. Leiloar esses animais aqui, nessas condições, depois disso tudo que aconteceu? E leiloar para que o dinheiro arrecadado seja utilizado para pagar os custos pelo período que os animais permaneceram naquela propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje a situação jurídica é essa. Existe uma determinação judicial que autoriza o Ibama a leiloar os animais. No dia 24 de fevereiro, último agora, o depositário intermediário entrou em contato e falou: "Achei mais 43". Nós fomos lá buscar. Da mesma forma, mais da metade sem a marca do produtor, e o estado de saúde delas – eu tenho as fotos aqui – é pior do que aqueles que vocês viram aqui.

E qual é o contexto geral que mais chama a minha atenção? São algumas posturas do órgão ambiental diante dessa situação. Em momento algum, aventou-se a possibilidade de se averiguar essa questão dessa destinação. Por que esses animais foram doados para lá? Por que foi para essa propriedade, para esse depositário intermediário? Com que objetivo? O que aconteceu com esses animais enquanto eles estiveram lá? Estou falando da morte de 118 animais, Senador, e outros entregues daquela maneira.

Estou quase finalizando, gente.

E o que ultimamente, agora, chama mais ainda a nossa atenção é uma manifestação do órgão ambiental datada de 18 de fevereiro de 2026, no processo judicial. Lembrem-se, tudo que eu estou falando aqui está no processo e é público, e, para quem quiser consultar depois, está lá. Portanto, o Ibama falando o seguinte, sobre os animais terem permanecido nessa propriedade intermediária: "Portanto, a definição de alocação do gado na fazenda tal foi tomada pelo então donatário do gado, prefeitura municipal tal. O Ibama não participou de qualquer negociação acerca de remuneração da fazenda. O Ibama não assumiu qualquer responsabilidade sobre o pagamento ou remuneração da fazenda como fiel depositária ou donatária do gado, uma vez que a mesma somente figurava como propriedade intermediária, e o seu proprietário não tinha interesse de estar lá". O Ibama se manifesta, nesse sentido, para pedir o seguinte: quem tem que custear o período em que o gado permaneceu nessa propriedade não é o Ibama. Esses animais têm que ser leiloados, e os frutos desse leilão têm que ser utilizados para pagar isso.

Só que o próprio Ibama juntou, no processo, um ofício – que eu vou ler aqui para vocês agora – datado do dia 21 de março de 2025. Lembrem-se de que nós estamos falando de uma apreensão que aconteceu nos dias 12 e 13 de março de 2025, e esse ofício é datado de 21 de março de 2025, assinado pelo então Coordenador de Fiscalização da Flora: "Assunto: recebimento de animais em sua propriedade. Solicita o proprietário fulano de tal que receba, na propriedade fazenda tal, os animais apreendidos pelo Ibama no âmbito da operação de fiscalização ambiental tal. Para maiores esclarecimentos, coloca-se à disposição o servidor tal."

Quem solicitou que os animais fossem para lá foi o Ibama. De quem, então, seria a responsabilidade pela guarda dos animais? Eu entendo que seria do Ibama. E são esses procedimentos que nós gostaríamos que fossem discutidos e debatidos aqui nesta Comissão, porque a forma como eles estão sendo conduzidos viabiliza situações como essa.

Só para finalizar... Vou finalizar com um último exemplo do quanto isso pode custar para a administração pública. Salvo engano, em 2023 foram apreendidas 1,2 mil cabeças de gado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também lá em Uruará. Essa apreensão, depois, foi anulada pela justiça. Hoje, a União tem que pagar para esse produtor rural quase R$5 milhões. Esse recurso vai sair de onde? Do bolso do contribuinte.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Alfredo.

Tem algumas perguntas do e-Cidadania.

Murilo, do Paraná: "Como o Ibama assegura transparência e evita maus-tratos no manejo e na destinação do gado apreendido em fiscalizações no Pará?";

Aloísio, do Rio de Janeiro: "[...] Em casos de abate sanitário de animais, [...] [qual será o] destino das carcaças?";

Renato, do Pará: "Quais critérios definem leilão, doação ou abate do gado apreendido?";

Gustavo, do Distrito Federal: "Em caso de maus-tratos, é feita apreensão. Existe infraestrutura física e técnica para cuidar dos animais?";

Gustavo, de Minas Gerais: "[...] [Que] procedimentos [são] adotados pelo Ibama para o tratamento, guarda e destinação do gado apreendido em fiscalizações ambientais no Pará?";

Guilherme, de São Paulo: "É melhor vender o gado em leilão e usar os recursos arrecadados para comprar gasolina e óleo diesel para os veículos de fiscalização do Ibama".

O.k. A palavra, agora, é de Paola Vasconcelos, representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

Paola, por favor.

A SRA. PAOLA VASCONCELOS (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos.

Falo enquanto representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e, em nome dele, cumprimento a mesa.

Agradeço o convite para tratar de um tema tão importante como o debate dos maus-tratos. Acredito que o convite tenha sido na intenção de o fórum falar sobre o tratamento dos animais que, supostamente, foram vítimas de maus-tratos pelos fiéis depositários, após a apreensão pelo órgão. Reforçamos a necessidade de que a apuração seja feita de forma rigorosa, de que seja feita fiscalização da situação desses animais atualmente e, além de tudo, reafirmar a necessidade de responsabilização de quem comete o crime dos maus-tratos.

Para além disso, eu acho que esta audiência vai... O tema vai além do caso concreto. O debate aqui é sobre os maus-tratos a animais de produção, porque os animais domésticos, os cães e gatos possuem tratamento diferenciado, as punições são maiores. Que se origine daqui uma proposta normativa para a melhoria da punição a maus-tratos aos animais de produção é de extrema importância. Trazer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o tema de maus-tratos a animais de produção é de extrema importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu parabenizo por trazer esse tema aqui. Imaginei que viria de uma Comissão de Meio Ambiente e tudo, mas falar dos animais de produção aqui é extremamente significativo, e eu agradeço extremamente por evidenciarem a importância do aprimoramento da legislação.

Os animais desse caso, eu ainda não tive acesso além das fotos que foram mostradas aqui e que foram postadas em redes sociais, mas são realmente animais que indicam que estão em situação de maus-tratos e que necessitam urgentemente de tratamento, de atenção necessária, que deve ser feita da forma mais ágil e rápida possível.

Eu agradeço por terem chamado o fórum para falar desse tema. É um tema extremamente importante, e eu sugiro que daqui saia um encaminhamento de aprimoramento da legislação, que seja feito de forma que participem produtores rurais e representantes dos produtores rurais e agricultores, que possuem contato com animais de produção, e que esta audiência vá além do caso concreto do Pará. Que vejam todos os animais apreendidos, que vejam todos os animais de produção em outras situações também, não só apreendidos, mas vejam os animais na situação de comércio, e que não vejam apenas uma finalidade econômica neles, nesses animais. Vejam além de tudo uma vida, e que sejam tratados de forma igual aos animais domésticos.

Eu agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Paola.

Dra. Graziela, que a senhora está no Zoom aí, por favor...

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Por videoconferência.) – Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está ouvindo, Dra. Graziela?

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Por videoconferência.) – Estou, claramente. Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Primeiro, eu quero...

Deixe-me lhe dizer, vou lhe passar a palavra como Diretora Técnica de Defesa e Inspeção Animal da Adepará (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará).

Deixo um abraço para o meu amigo Giovanni Queiroz, aí da Secretaria da Agricultura, que eu estou mandando um abraço aí, o Senador Luis Carlos Heinze, meu parceiro aqui, o Giovanni, lá do caso da Apyterewa.

Pode falar.

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Por videoconferência.) – Será dado.

Boa tarde a todos. Eu acho que... Não sei se está... Acho que estão ouvindo direito.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Estamos ouvindo bem.

Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Para expor. Por videoconferência.) – O.k.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão e demais Senadores, participantes desta audiência pública de forma geral, agradeço o convite à Agência de Defesa Agropecuária do Pará para contribuir com os esclarecimentos técnicos relacionados à discussão dessa audiência, relacionada à apreensão do gado, que foi relacionada ao gado do Ibama.

Compareço a esta audiência representando institucionalmente a agência, pelo meu Diretor Geral, Jamir Macedo, colocando a agência à disposição para todos e quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Em relação à agência de defesa, nós temos aí uma ação específica que foi já pautada e direcionada aqui em algumas falas. Nós atuamos com competências de instituição diferentes: a Adepará executa a ação de avaliação sanitária e emissão de documentos oficiais, e ela atua exclusivamente como apoio dessas ações.

Não é ela a responsável pelas ações de apreensão – acho que vale ressaltar isso –, mas ela atua como apoio dessas ações quando formalmente é solicitada pelos órgãos responsáveis pela ação e também através de solicitações jurídicas – como nós temos aí, dentro das terras indígenas, especificamente a ADPF 709, que estabelece inclusive ações e destinações que são necessárias quando são realizadas essas ações técnicas e que estão pautadas dentro do critério, e estão sendo realizadas dentro dos critérios que estão estabelecidos ali por essa determinação judicial.

E, obviamente, quando se fala de questão de bem-estar animal, em todas as atividades de que a Adepará participou, as ações – e aqui foi lida logo no início a questão das ações, porque não foram todas as ações de que a Adepará participou, mas aqui vale ressaltar o que está dito e oficializado em documento: Ituna/Itatá, Cachoeira Seca, Apyterewa, Operação 8 Segundos, sendo que, na Apyterewa, nós temos aí várias fases: um, dois, três e agora quatro, que foi a última ação.

Então, nessas ações específicas de que a Adepará participou, foram preconizados os protocolos que são estabelecidos na questão de bem-estar animal, conforme está lá na nossa IN 56 do Ministério da Agricultura, e foi conduzido da maneira como a legislação e a normatização nos orienta a ser feito.

Dentro do que foi já dito aqui, em relação ao que foi, inclusive, oficializado, em cima desses animais – já foram colocados aqui os números e registros, inclusive desses animais mortos, alguns animais que houve fugas, como foi dito –, esses animais estavam sob responsabilidade e guarda do Ibama.

Esses outros animais que foram mortos, segundo os nossos relatórios e o que estava estabelecido, os animais foram encontrados em desnutrição – em estágio de desnutrição –, e aí realmente aconteceu, mesmo entrando com medicações e tentando avaliar, a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5C9CE32007690C0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu manter esses animais. Então foram registradas essas mortes desses animais, conforme está descrito nos nossos relatórios já enviados e oficializados.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k., obrigado, Graziela.

O Vinicius aqui tem uma pergunta para você, por favor.

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA – Senador, é... Dra. Graziela, só duas perguntas, porque eu fiquei na dúvida. Confesso que agora, Dr. Bruno...

A senhora acabou de falar que os animais ficaram sob guarda e responsabilidade do Ibama. Então, como é que a senhora me explica que, em 28 de julho de 2025, o Sr. Jamir Junior Paraguassu Macedo, Diretor Geral da Adepará, encaminhou um ofício assinado por ele, abro aspas: "3.704 animais ficaram sob responsabilidade da Adepará. Os demais, 723, ficaram sob responsabilidade do Ibama". Posteriormente, a Adepará publicou, abro aspas: "A Adepará informa que, em operações contra ilícitos ambientais relacionados à produção animal, atua apenas realizando o cadastro e a avaliação sanitária do gado [...]. Toda a responsabilidade de autuação, traslado e destinação é do Ibama".

D. Graziela, a senhora pode me informar qual dessas informações é a verdadeira, se a do ofício ou a da postagem oficial? Porque agora eu fiquei na dúvida, Senador Jaime: ficou na guarda de quem? Porque nós não estamos falando aqui só de maus-tratos. O objeto da ação da audiência pública, além de maus-tratos, é principalmente destinação, para que a gente evite que aconteça novamente casos como esse que o Dr. Alfredo retratou tão bem. Então, qual das duas informações oficiais, D. Graziela, é a informação verdadeira e qual é a falsa? A senhora consegue me responder, por favor?

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Para expor. Por videoconferência.) – Com relação ao ofício encaminhado, como eu havia dito, nós temos isso estabelecido. Foram oficializados os dados, e esses animais ficaram... Dentro desses apreendidos, que foram 4.427 bovinos, incluindo a totalidade dessas ações, dessas operações de que nós participamos – porque teve operações de que nós não participamos, então estou me referindo apenas a essas –, desse número, 3.704 ficaram sob responsabilidade, sim, da Adepará. As destinações dadas a esses animais foram essas que foram descritas via documento. E, dentro dessas descrições, dentro dessas atribuições que foram dadas para a agência, nós só ressaltamos aqui que 1.481 animais foram abatidos, e aí eles foram destinados às instituições que estão ressaltadas dentro do nosso ofício que foi encaminhado. E, quando eu disse sobre guarda, eu falo sobre a observação – eu vou me referir aqui. Dentro desses animais especificamente, 127 animais, por exemplo, que estão descritos como fuga, esses animais ainda estavam sob observação, e aí ocorreu isso, apenas para explicar. Esses registros de mortes foram pautados nisso que eu descrevi: do ponto de vista sanitário, muitos animais foram encontrados caquéticos, animais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam em desnutrição, animais esses que foram até rechaçados – quando encaminhados para abate, por caquexia foram rechaçados. Então, foi esse o número.

Considerando a postagem, nós restabelecemos a questão da nossa atuação – e você fala da postagem do nosso Diretor que foi realizada –, nós ajustamos os nossos procedimentos. E realmente, como foi dito, como está estabelecido, dentro das nossas competências, nós estamos realizando as avaliações sanitárias e a emissão dos documentos oficiais.

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA – Senador, se me permite, só mais duas perguntas para a gente finalizar, porque uma vai levando à outra.

D. Graziela, só mais duas perguntinhas para finalizar. A 1.481 foi para Apae, Seaster, Funai, Prefeitura de Placas, Exército Brasileiro, Casa da Divina Providência, Prefeitura de Curuçá, obra social da prelazia do Xingu e IFPA. Como que foi feita essa escolha? Quem escolheu? Foi feita uma chamada pública, um processo licitatório, um processo de chamamento público? Como que se chegou à conclusão de que seriam essas as entidades a que seria entregue essa carne? E a senhora acompanhou a entrega dessa carne, um frigorífico, um caminhão frigorífico entregando esse bife? Como é que foi feita essa distribuição? Quem concluiu? Quem achou que seria essa...?

E a última pergunta: a senhora poderia me informar o número do processo administrativo de investigação ou ação judicial que a Adepará, sendo Agência de Defesa Agropecuária e de proteção da sanidade animal, ajuizou ou interpelou contra o Ibama? Porque a senhora acabou de confessar que a Adepará tomou conhecimento de um crime de maus-tratos a animais sob a tutela do Estado, e eu quero saber o que a Adepará fez ao tomar conhecimento desse crime cometido pelo órgão federal de meio ambiente.

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Por videoconferência.) – Olha, eu acredito que está sendo colocado... Não foi bem o que eu disse a respeito. Eu apenas trouxe para vocês a realidade do que foi contado, porque já foi oficiado para todos aqui, em relação ao que está descrito e o que foi feito de acordo com a nossa competência sanitária. Em relação a isso, foram as destinações, e a gente tem tudo isso registrado. Então, assim, sobre esses animais é preciso ressaltar o que foi feito dentro da destinação para ser o mais prudente possível dentro das nossas atribuições. Foi isso que eu quis dizer em relação à destinação como já está descrito e bem especificado no documento. Então, foi sobre isso.

Com relação à questão das doações, nós recebemos rotineiramente de algumas instituições os nomes dessas instituições, inclusive se colocando à disposição e habilitadas para receberem doações que não são frutos apenas dessas ações, por exemplo, com que se realizam fiscalizações, enfim, e que possam ser feitas dessa forma. Então, nós recebemos, nós temos uma listagem dessas entidades. Fora isso, dentro da ADPF, estão determinados também alguns locais aos quais a gente pode fazer esse tipo de doação, já estão sob determinação inclusive judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você relatou sobre registro. Nós temos registros de doações, inclusive registros fotográficos, matérias que foram realizadas e foram publicadas pela agência com essa destinação das carnes que foram doadas para as entidades.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senador Jaime, por favor.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Vinicius; o Alfredo, pela ótima explanação que você fez dessa situação do gado aí; o Bruno; o Jair Schmitt, que vai representar e deve falar pelo Ibama; e a Paola.

Eu quero falar para você, primeiramente, Paola, que o que me admira muito é o seguinte. Eu participei de uma audiência pública em que pessoas do próprio meio ambiente queriam fazer uma visita a um navio que exporta gado vivo para o exterior, para ver sobre denúncias de maus-tratos aos animais. Ora, um boi que vai para dentro de um navio e que alguém comprou no outro lado de lá, ou na Europa, ou na China, seja de onde for, você pode ter certeza de que ele não quer que esse boi chegue morto lá. Você pode ter certeza. Ele não comprou e pagou, e caríssimo... Estão pagando muito mais caro do que os próprios frigoríficos aqui no Brasil. Eu tenho vendido boi Aberdeen para o exterior, boi vivo, e quero conhecer realmente como funciona um embarque de 18 mil, 20 mil, 22 mil cabeças dentro de um navio desse. Aí lá se está preocupado. Aqui... Aí você fala que é só defesa para cachorro, gato, não sei o quê... Então, agora, na questão dos animais, precisa ter, por causa... Como é que eu vou dizer para você? Por serem animais de produção, aí precisa ter uma lei específica para isso? Não, eu não acredito que isso seja dessa maneira.

Aí, o que eu encontro nisso tudo é o seguinte. Só existe uma punição hoje neste Brasil, a única punição que tem neste Brasil hoje é... A maior punição é para o produtor rural, independentemente de onde ele se encontra, agricultura familiar, pequeno produtor, médio, grande, seja qual for... O produtor hoje é o ser humano mais – parece – odiado pela... Não sei. Pelos órgãos públicos, por muita gente neste país. Não entendo, não sei o porquê. Aí, quando faz essa apreensão de gado... Eu vejo a própria Polícia Rodoviária se vangloriando também de que faz apreensão de madeira pelo Brasil inteiro, principalmente na Região Norte. Sabem para quê? Sabe para quê, Presidente? Para deixar apodrecer. Não fazem nada com aquilo, deixam apodrecer. Aquilo podia ser leiloado, podia ser... Aquela indústria que comprou aquela especificação de madeira... Não vai para a indústria, não vai para lugar nenhum, aquilo apodrece, e está tudo certo. Este é o Brasil da impunidade. Agora, quem tem a penalidade é só quem produz mesmo neste país. Então, eu fico indignado com uma situação dessa!

Olhem o que aconteceu agora. Vou falar um caso que aconteceu em Rondônia. A questão da reserva Uru-Eu-Wau-Wau. Sabem o que aconteceu? Aquilo não era reserva indígena. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio Incra, o próprio Diretor do Incra de Rondônia não quis ir lá na hora de se tirarem os produtores lá, não quis, porque o Incra tinha dado, tinha sinalizado... Era tudo pequeno produtor! Sabe o que aconteceu, Carlos Heinze? Foram lá, Presidente, queimaram as casas... Justiça Federal! Queimaram as casas, cortaram o curral, fizeram tudo, expulsaram, tiraram o gado, ninguém sabe para onde foi. E é isso tudo o que aconteceu.

Agora o Gilmar Mendes, ontem, anteontem, suspendeu a desintrusão da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, dizendo o seguinte: os produtores podem ficar lá. Que Brasil em que nós vivemos? Que Brasil em que nós vivemos? Nós estamos no ano de 2026, não se tem respeito às pessoas neste país, não se tem mais respeito às pessoas. Sabe para quem que tem respeito neste país? Sabe para quem que tem? Quem saqueia os cofres públicos neste país, quem rouba o povo brasileiro. Essas pessoas, sim, são nota dez, inclusive para o Supremo Tribunal Federal – inclusive para o Supremo Tribunal Federal. Para essas pessoas, está tudo certo.

Agora, é muito simples – é muito simples – fazer isso que está acontecendo no Pará...

E uma outra coisa que eu estava olhando aqui é o seguinte. Eu vejo aqui: Adepará é quem dá a GTA, não é? Não é ela que estabelece a GTA, ou seja, que dá a guia de trânsito animal? Quem dá a guia de trânsito animal é responsável por aquela propriedade aonde foi o gado. Aquilo lá... na hora de tirar de lá, tem que constar esse gado lá. E aí, quando chega nesse denominador, um vai jogando para o outro, um vai jogando para o outro, e nunca se chega num esclarecimento. E quem perde – quem perde – é só o produtor. É só ele que vai perder.

E a gente fez... Eu fui Presidente de uma Subcomissão chamada CRATERRAS, em que nós fizemos audiências públicas, inclusive lá no Estado de Rondônia, sobre essas ilegalidades que tem dentro dessas áreas em que foram feitos os embargos. Aí os embargos são embargos absurdos. O Jair Schmitt está aqui, é do Ibama e sabe o que a gente discutiu, o que a gente vem falando sobre isso. É o maior absurdo do mundo. O produtor tem 7ha, 8ha embargados, a propriedade dele tem cem embargos, em 100% da área, entendeu? É uma coisa inexplicável – inexplicável.

Agora, olha o Daniel Vorcaro, está feliz da vida. Ainda bem que o prenderam hoje, de novo; talvez, agora dê alguma coisa, porque até agora nós não vimos nada. A todo mundo que faz esse tipo de barbaridade no país não acontece nada.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, meus colegas Senadores, representante do Ibama e demais membros, principalmente nossos produtores rurais, que nos acompanham, recentemente, através de nossa Subcomissão CRATERRAS, publicamos o relatório final, ressaltando que os embargos ambientais feitos de forma coletiva e genérica, via editais, são uma aberração jurídica. O Ibama está punindo por atacado, sem o devido processo legal, sem o direito ao contraditório. Essa prática não protege o meio ambiente; ela destrói a economia local e empurra o produtor para a ilegalidade. É um procedimento ilegal que ignora quem tem título da terra e quem preserva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje debatemos especificamente o tratamento do gado apreendido, com foco no Estado do Pará. É inadmissível que o estado, ao exercer seu poder de polícia, se torne agente de maus-tratos. Não quero saber se isso é pelo Ibama, se é pela Adepará, seja por quem for. Isso é inadmissível!

Onde está esse gado? Como está sendo feita a guarda desse gado? Quem está lucrando com a destinação apressada desses animais? Não podemos aceitar que seres vivos sejam tratados como entulho administrativo, porque isso sempre foi, isso é carga viva. Isso é carga com que tem que se ter responsabilidade. Ainda uma carga de madeira se jogar na rua e apodrecer, tudo bem, faz adubo, faz outra coisa, inventa outra coisa; agora, um animal desse aqui não. Isso aqui, antes de ser feita a apreensão e tirado de lá, tem que ser visto como é que se vai fazer a destinação.

Ou seja, dá uma greve geral de caminhoneiros aí na rua, aí no Brasil afora. O que é feito com um caminhão de gado? Ele tem que passar e ir embora. É carga viva. Percebendo, por falta de manejo adequado e sendo destinados de forma obscura, enquanto o produtor sequer teve a chance de se defender...

Senhores, não estamos aqui apenas para criticar. Estamos aqui para legislar e corrigir distorções. Por isso, tomei a iniciativa de protocolar o PL 4.554, de 2025. Meu projeto é simples e justo: ele estabelece a obrigatoriedade de uma advertência prévia antes de qualquer embargo cautelar. Além disso, o embargo deve se restringir ao local em que houve a supressão irregular, não afetando as outras áreas do imóvel rural. Precisamos de um rito que respeite a segurança jurídica e o direito de propriedade.

Além disso, a CRA avançou com o PL 6.141, de 2025, fruto direto do nosso suor na CRATERRAS. Vamos alterar a Lei 11.284, de 2006, para que parte das receitas das concessões florestais seja destinada para apoiar o nosso pequeno produtor rural – esse é o mais massacrado que tem. O produtor da Amazônia não é inimigo da floresta; o inimigo é a insegurança jurídica e a falta de critério técnico.

Exigimos transparência total do Ibama sobre operações no Pará. Não descansaremos enquanto o embargo não for um instrumento de proteção real, e não uma forma de perseguição política contra quem carrega este país nas costas.

Sr. Presidente, dessa situação do Pará, eu nem sabia, eu achei que era menos de mil cabeças, são mais de 3 mil cabeças, é isso que eu entendi?

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA – Senador, hoje o senhor pode falar seguramente – o Dr. Jair deve ter esse número – em mais de 10 mil cabeças.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí eu pergunto aos senhores, eu pergunto ao pessoal da vigilância sanitária: como que vocês fiscalizam tanto um produtor? Vocês não estão olhando para um político; estão olhando para um produtor rural, que conhece o sistema de animal e de larga escala – não é de pequena, é de larga escala. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é fiscalizado até... Se eu não posso, Presidente, comprar uma cabeça de gado de uma área... Eu não posso comprar um boi de uma área que tiver embargo lá no meu Estado de Rondônia, e olha que eu compro gado quase em todos os municípios. Eu não posso comprar uma cabeça de gado. Se eu comprar, na hora em que eu entrar, eu sou advertido pelos grandes compradores de frigorífico... Não preciso nem citar os nomes dos três grandes aí.

Quer dizer, nós somos fiscalizados: o pequeno, o médio e o grande. E aí, depois, quando se faz uma apreensão desses animais, todo mundo se esconde. Um fala uma coisa, o outro fala outra, e você viu que há contradição entre Ibama, entre Adepará, para onde foi, para quem vendeu...

E o maior absurdo que tem isso aí... Isso aí tinha que dar prisão, cadeia! Por quê? Você deixar uns animais desses morrerem, por falta de tratamento... Imagine se chegar a um produtor rural e acontecer um negócio desse aí... Eu duvido que o produtor não saia algemado! O produtor sairia algemado se acontecesse um negócio desse aí.

Agora, depois que é feita a apreensão, aí, dali para frente, ninguém mais tem responsabilidade.

Sr. Presidente, sei que V. Exa. pegou essa missão aqui hoje... O nosso Presidente da CRA, o Zequinha Marinho, eu sei que ele muito queria estar aqui neste momento, para presidir esta Comissão. Infelizmente, deu um problema de saúde nele, mas vai se recuperar, e V. Exa. está levando a audiência hiper bem aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – (Fora do microfone.) ... pelo desabafo do Bagatolli.

Jair Schmitt. Com a palavra o Jair Schmitt, em nome do Ibama. Já ouviu as ponderações todas. Por favor. Em nome do nosso Presidente Agostinho.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Obrigado a todos.

Na pessoa do Senador Luis Carlos Heinze, gostaria de cumprimentar a todos os participantes desta mesa; a nossa colega, a Dra. Paola; Dr. Vinicius; Dr. Bruno; Dr. Alfredo; Senador Jaime, aqui presente também... Sempre, em várias audiências, o Ibama aqui presente, Senador Jaime, prestando os esclarecimentos, contribuindo para o debate, Senador Luis, da Casa legítima para tratar de vários assuntos, dentre eles, a proteção do meio ambiente e tantos outros assuntos afetos aos interesses desta Comissão.

Eu estou aqui acompanhado pela Dra. Carolina, que é a nossa Coordenadora-Geral de Fiscalização, e pela Luiza, que é Assessora Parlamentar.

Eu vou só trazer alguns pontos, alguns esclarecimentos.

Peço ajuda aqui da equipe técnica para carregar uma apresentação.

É um debate sempre acalorado, e isso me parece um debate dos argumentos dos advogados e da vida prática aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brevemente, aqui, para que a gente possa focar a nossa fala nos elementos centrais, nos fatos, naquilo que é material, que é conhecido e pelo qual a instituição Ibama zela e tem aplicado todas as boas práticas públicas para que seja cumprido.

Todos os nossos procedimentos são registrados em processos, que é o que determina a legislação; todos os nossos atos são atos formais, vinculados, e aí eu vou trazer, nessa apresentação, alguns desses pontos.

Acho que é sempre importante contextualizar, trazer a todos que nos acompanham, o papel e o trabalho do Ibama, entre outros órgãos e instituições públicas, uma das atividades é a de fiscalização ambiental, o de combate a ilícitos ambientais. E, entre dessas tarefas, nós temos que combater o desmatamento nos vários biomas. Mas, desse desmatamento na Amazônia, cerca de 88%, mais ou eventualmente menos, desse desmatamento tem indícios de ilegalidade. Na sua grande maioria, ele não atende um dos dispositivos do Código Florestal, que é a autorização prévia para a supressão da vegetação para o uso alternativo do solo. Eu sei que isso, talvez, para alguns não é novidade, mas sempre é importante a gente trazer um pouco desse contexto. E, entre as várias missões do Ibama, então, esta é uma delas: aplicação da lei, das medidas legais para a penalização administrativa desses infratores.

Bom, para isso, o Ibama desempenha várias operações de fiscalização, e algumas dessas operações são aquelas voltadas ao cumprimento dos embargos, dos embargos que são estabelecidos em propriedades rurais que realizaram desmatamento ilegal ou, eventualmente, outras infrações. E as áreas embargadas dessas propriedades precisam ser desocupadas para evitar a continuidade dos danos ambientais. A legislação é muito clara, a lei, em relação ao cumprimento da medida de embargo, da medida cautelar. E o descumprimento desse embargo pode exigir novas penalizações, inclusive a apreensão de bens e produtos em decorrência da infração ambiental constatada.

Aqui no caso concreto, analisando aqui essas imagens, nós temos aqui à esquerda...

Será que o laser aqui está funcionando? Está, não é?

À esquerda, nós temos em vermelho o polígono da propriedade que foi objeto dessa fiscalização ambiental. Essa propriedade tem cerca de 200ha, segundo o proprietário que se declarou como tal. Em 2019, a gente pode observar, por imagem satélite, um pedacinho desmatado. Em 2019, isso ali aparece num pedaço maior. E, em 2020, aqui à direita, onde está a área desmatada ilegalmente, que foi autuada em novembro de 2022, embargada, e na ocasião, inclusive, até independentemente de notificação – isso é dever óbvio ali do autuado –, ele foi notificado a retirar bens e produtos dessa área justamente para que você não utilizasse a área, não auferisse lucro ou qualquer vantagem sobre o ilícito ali praticado. Foi instalado o processo administrativo e seguiu-se esse processo regularmente, como todo e qualquer processo de responsabilização e punição de infratores ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa aqui é uma imagem um pouco diferenciada em relação à primeira, mas ela dá um contexto um pouco maior. Ela dá o contexto de que essa propriedade está inserida na reserva legal de um assentamento, do assentamento PDS Santa Clara. Então, por si só, já é um outro problema, além do desmatamento, mas é a própria invasão de uma reserva legal, área pública, área de assentamento, e que até, em determinadas situações, acaba prejudicando o próprio assentado, porque parte daquela reserva, da reserva legal individual dele, está alocada na reserva coletiva. Ele, em tese, teria o direito ao uso completo da área, mas ele acaba sendo prejudicado por essa invasão.

Bom, só de curiosidade aqui, o proprietário, a pessoa que foi autuada pela infração ambiental reconheceu aqui que ela havia comprado essa terra sem nenhum documento, inclusive registrando ciência, que ela tinha conhecimento desse embargo. Então, houve uma aquisição de terra, que por si só já é uma discussão, em uma reserva legal, uma área desmatada legalmente, reconhecendo todo o ônus ali da propriedade. Bom, na rotina de trabalho de fiscalização ambiental do Ibama, o Ibama monitora, acompanha essas áreas embargadas presencialmente e por tecnologias remotas, e foi constatado que essa área estava ocupada com pastagem e outras instalações; foi realizada a apreensão do gado e do produto dessa área, e feita nova autuação por descumprimento do embargo – foi a segunda infração na mesma localidade. E, mais que isso, teve uma outra infração por impedir a regeneração. Detalhe: a primeira autuação foi em 2022 – notificado, alertado, avisado –, e essa nova autuação foi início de 2025.

Em decorrência, então, dessa autuação – esse é o documento embargo original –, foi feita a apreensão de 337 cabeças de gado e dois mulares, duas mulas que estavam ali presentes naquela área, que é o que determina a legislação ambiental nessas situações. O gado apreendido, que é esse que está aqui na imagem – inclusive há a foto ali de 12 de março, data da apreensão e registro – foi doado para a Secretaria de Educação da Prefeitura de Placas, o órgão donatário que atendia aos requisitos legais para receber esse gado. E, a partir do momento da doação, em que a autoridade competente recebe o gado, ela passa a ser a responsável pelo bem, pelo produto doado. Isenta-se o Ibama; ele deixa de ser responsável por aquele produto. Está ali registrada a assinatura, à data, da pessoa responsável que efetivou essa apreensão. E, por escolha, definição, enfim, de onde esse gado ia ficar alojado, depositado, para que a prefeitura desse a destinação pretendida – seja por um programa social, possivelmente alimentação escolar, outro fim que a legislação permite –, nós temos aqui uma das GTAs – o Senador comentou aqui das GTAs, que é a guia de transporte animal, na qual consta o interessado emissor dessa GTA, que é a Prefeitura de Placas –, e a indicação do local onde a prefeitura escolheu, determinou ou desejou que esse animal ficasse depositado, para que ela pudesse fazer o uso, a aplicação que assim fosse permitida. Havia animais jovens, adultos, alguns até, como já relatado, já de início, inclusive em algum estado de subnutrição. Então, a fazenda ali anunciada é a Fazenda Jarana II, no Município de Belterra. Então, a prefeitura, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

donatário, emitiu a GTA, seguindo as regras de vigilância sanitária, para onde se depositaria o gado. Bom, esse aqui é o registro de uma dessas etapas de transporte do gado, desembarque, embarque. Boa parte disso se encontra no processo, nós estamos aqui relatando os fatos, todos registrados.

Em final de março de 2025, por intervenção do infrator de quem o gado foi apreendido, houve uma decisão judicial para que o Ibama se abstivesse de doação de venda desse gado. Mas aí eu reforço e lembro, o gado não está sob gestão do Ibama, o gado passou a ser do destinatário ao qual foi doado, o donatário, a Prefeitura Municipal de Placas, que recebeu isso.

Então, intervieram vários atos judiciais, e obviamente o Ibama, instado no processo, tem que responder. Recordo-me que, na ocasião ainda, o responsável pela fazenda temia pelo recebimento desse gado e tinha dúvidas, inclusive, de qual era a origem desse gado: "Mas o Ibama apreendeu esse gado de fato?". Na ocasião, inclusive, a nossa equipe comunicou e avisou: "Essa é uma apreensão, foi destinada à Prefeitura de Placas, são esses os documentos, e todos os termos, os procedimentos que assim se seguem, seguem por conta do donatário". Inclusive, o Ibama não contratou, não pagou caminhão de transporte ou outra despesa que envolva especificamente esse contexto de transporte do gado.

Instado pela decisão judicial e pela circunstância, o Ibama até procurou possíveis outras entidades interessadas, Senador, na destinação do gado, instituições, centros educativos, mas aí... Tem até um caso aqui, um ofício de uma associação de combate ao câncer, lá do Mato Grosso, que tinha interesse em receber esse gado, mas existiam limites judiciais impostos pelo próprio infrator, proprietário do gado, que impediu o Ibama de dar prosseguimento a outra destinação ou, eventualmente, ao próprio leilão.

Então, foram sucessivas tratativas junto ao Poder Judiciário, está tudo registrado nos autos. Houve, inclusive, outras decisões ao longo do curso, uma dessas decisões tratava de que o fiel depositário... o proprietário do gado passasse a ser o fiel depositário, isso ocorreu no final do ano, e é neste momento aqui – acho que a data é 24 de dezembro – que essa pessoa acertada, contratada pelo donatário, que se coloca como fiel depositário, mas não do Ibama... O Ibama em nenhum momento declarou essa pessoa fiel depositário. Inclusive, até para esclarecer rito processual, fiel depositário tem um termo de fiel depositário. São esses os termos colocados; em todos os processos de apreensão, o eventual fiel depositário consta lá. É semelhante ao layout aqui anteriormente mostrado.

Mas aqui a pessoa, o proprietário do local onde estava esse gado, na sua requisição de indenização por ter guardado esse gado, se colocou aqui... Ele está colocando isso judicialmente, ele se coloca como fiel depositário, não por conta do Ibama. Não tem relação com o Ibama, pode ser que tenha relação com a prefeitura. Ele trata aqui que vai dar pastagem, comida, tratamento veterinário a esses animais e exige um valor de ressarcimento de algo que não foi acertado com o Ibama. Mais adiante, inclusive, ele comenta, no requerimento que ele fez na Justiça e em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pede um ressarcimento desse valor, e comunica que, lá no final de dezembro, todos os animais estavam com ele, sob sua guarda.

Enfim, eu quero trazer à tona aqui que, para além do papel do próprio donatário que recebeu o animal e os abandonou e na hipótese de esse cidadão aqui, requerendo indenização, de fato ser reconhecido como fiel depositário, é importante a gente trazer aqui os termos da lei. Na condição de fiel depositário, quando não cumpre suas obrigações, além de arcar com eventuais ônus, danos, ele também responde criminalmente em relação a ter sido um infiel depositário. Então, além de todas as circunstâncias, eventual reparação pela perda dos animais ou até mesmo – que está sob avaliação – maus-tratos causados aos animais, essa pessoa ou outros envolvidos podem ser responsabilizados por esses maus-tratos cometidos.

Por último aqui, finalizando, já em janeiro agora de 2026, a Justiça, o TRF1, determinou a possibilidade de que esse gado possa ter uma outra destinação para além do infrator que hoje se coloca como fiel depositário. Então, a Justiça autorizou a venda ou o leilão desse gado para que se dê uma outra forma de destinação para aquela que já havia sido estabelecida. E o Ibama segue no seu papel de cumprimento da decisão judicial.

Então, Senador, aqui para encerrar a minha fala e tornar tudo mais claro, além daquilo tudo que já é comunicado e tratado, todos os atos de fiscalização da instituição são feitos seguindo os preceitos legais que assim permitem que o Ibama atue, fiscalize e realize os seus atos. Todas as autuações por infração ambiental são registradas em processo, com todas as informações, os relatórios, os documentos, os termos de apreensão, os termos de destinação nas variáveis possíveis desses termos de destinação. Tudo isso é registrado para se dar clareza, segurança jurídica, transparência do que é realizado pela instituição enquanto órgão fiscalizador. Em outras eventuais situações, para além do caso concreto, sempre a instituição estará disponível para prestar os esclarecimentos, ressalvadas as situações eventuais de sigilo por conta de proteção legal, sigilo por conta de segredo de justiça.

Então, reafirmo aqui o compromisso da instituição com o devido trato, com a devida prática legal nos seus atos de fiscalização ambiental e no seu compromisso e papel de

combater os ilícios ambientais, o desmatamento ilegal e tantas outras mazelas aí que acometem o meio ambiente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Schmitt.

Para as considerações finais, passo a palavra então ao Vinicius; depois, na sequência, ao Bruno e ao Alfredo também, para nós arrematarmos.

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Tenho só alguns questionamentos, algumas dúvidas com que eu fiquei, Dr. Jair. Doutor, com todo o respeito, por toda essa fala do senhor aí, não saiu da minha cabeça aqui, Senador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma frase que eu ouço muito, até uso. A todo momento em que o senhor falava, me vinha uma frase, até um jargão popular: "A culpa é minha, eu coloco em quem eu quiser". Com todo o respeito. A gente que está lá na ponta sabe que não é assim. Pena que, antes de o senhor fazer esse powerpoint, o senhor não assistiu ao que o Dr. Alfredo falou, porque basta qualquer pessoa com dois neurônios para ver que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Mas eu vou embarcar nessa narrativa do senhor. Vamos falar do meio ambiente, porque eu poderia muito bem falar do produtor rural, Senador. Eu vejo que o senhor é Diretor de Proteção Ambiental do Ibama, e eu fui ver aqui no Regimento Interno do Ibama quais são as atribuições do senhor. E aí, o que o senhor fez para investigar esses crimes ambientais, esses crimes contra esses animais, seja contra o próprio servidor... Porque o Dr. Alfredo vai ler o documento, ele já leu para o senhor aqui, que desmente o que o senhor acabou de falar, com todo o respeito. Um documento que uma pessoa que a gente sabe quem é, e eu vou citar o nome, é o Hugo Loss – talvez o Dr. Alfredo não tenha falado –, que é uma das pessoas que tem grande poder dentro do Ibama... Foi ele que assinou esse documento que o Dr. Alfredo vai ler aqui.

Então não é tão romântico, tão bonito quanto o senhor falou aqui, não; é importante dizer isso. A culpa é minha, e o senhor a colocou em quem o senhor quis – na fazenda, no juiz, menos no senhor.

Mas então vamos fugir da narrativa. Eu quero só perguntar para o senhor, porque o senhor tomou conhecimento de um crime, seja pela prefeitura, seja pelo donatário, seja pelo fiel depositário, seja pelo fiscal, seja por quem for. E aí, o que o senhor fez? Porque o senhor mostrou uma foto aqui de um rebanho saudável, nutrido, e é um animal, resguardado pela Lei 9.605, e o cargo do senhor como Diretor de Proteção Ambiental determina que o senhor garanta a integridade dele. O que o senhor fez? E não venha alegar desconhecimento, porque o Ibama está peticionando nos autos tem muito tempo, então vocês sabem disso.

(Soa a campainha.)

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA – E a minha preocupação, Senador, é que nós estamos falando de 300 animais num universo de mais de 10 mil.

Um último questionamento, Sr. Jair Schmitt. Os outros 9,7 mil estão nas mesmas situações? Foram para onde? Com quem está? Quem foi o beneficiado? Porque a única certeza que nós temos, senhores que assistem, é que eles foram carregados, é que o dono daquele gado deixou de ter o seu patrimônio, sem devido processo legal, sem o Ibama fazer a outra parte.

Então tudo o que nós falamos aqui hoje foi com base em 300 animais, sobre os quais o senhor, mesmo tomando conhecimento como Diretor de Proteção Ambiental, ao

que tudo indica, parece que não fez nada. Preocupou-se muito em justificar o seu erro, mas não se preocupou com o animal que está sob sua tutela. Mesmo o senhor não tendo culpa, porque o senhor não é o fiel depositário, o senhor tem responsabilidade, porque o senhor é o Diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o senhor fez ou vai fazer por esses 10 mil animais? E ao lado do senhor tem uma ONG defensora dos animais que se sabe lá onde estão, em que situação estão, porque os primeiros 300 com que nós mexemos, Senador, já se abriu essa ferida aqui. Ainda faltam só 9,7 mil.

Então é importante a gente tratar um pouco mais com seriedade. Não é vir numa Comissão como essa, de tamanha importância, com um "powerpointzinho" aqui e a culpa é minha, eu ponho em quem eu quiser. E não é também com olharezinhos de escárnio e de risadinhas e sorrisinhos que eu vejo daqui, de onde eu estou, que pessoas como nós que moramos na Amazônia... Aqui eu falo em meu nome, do Dr. Bruno e do Dr. Alfredo, que são advogados, operadores da lei... E eu discordo do senhor e peço respeito enquanto advogado, o que nós falamos aqui não são joguinhos de advogado, de teses jurídicas, como o senhor quis falar. São amazônidas que estamos aqui representando milhares, porque aqui na minha frente tem a associação dos produtores rurais, instituto de meio ambiente, de direito, presidente de sindicato. Então, aqui nós estamos falando em nome de milhares de amazônidas que exigem respeito e não um "powerpointzinho" desse aqui, em que a culpa é minha, eu coloco em nome de quem quiser.

Eu esperava mais do senhor, principalmente uma preocupação sobre o animal. Eu percebi que fotos cadavéricas, de esqueletos de bois daqueles ali, que são seres vivos, para o senhor não interessa. O senhor só se interessa em prejudicar o produtor rural da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Fora do microfone.) – Bruno...

O SR. BRUNO VALLE (Para expor.) – Obrigado.

É o seguinte, eu queria aproveitar até que o Senador Jaime Bagattoli comentou sobre embargos coletivos, dizer que nós conseguimos em Uruará, no ano passado, uma decisão judicial da vara federal de Santarém, em que houve embargos coletivos do Ibama na região, 250 propriedades, e a juíza muito sabiamente decidiu que o gado não precisaria ser retirado da área onde ele estava. Eram diversas propriedades, maioria de pequenos produtores, nós detectamos mais de 90% de pequenos produtores, que inclusive nem deveriam ser embargados, por boa parte ser de subsistência. O Ibama nunca verifica isso, se o produtor está em condição de subsistência ou não para poder embargar alguma área. Mas, de qualquer forma, a juíza muito sabiamente decidiu que não precisaria retirar o gado da área, porque obviamente não saberia como que isso seria feito, em que condição que esse gado seria transportado, para onde esse gado iria, como iria ser tratado. Então, foi algo muito interessante. Então, a gente vê que se evitou uma série de problemas como esses que estão relatados e muitos outros que existem e que nem foram denunciados ainda.

Então, Senador, se for possível dar um encaminhamento aqui, no meu entender, no de nós todos aqui, o Ibama deveria imediatamente suspender apreensões de gado e rever os seus procedimentos. Não deveria mais fazer apreensão nenhuma de gado até revisar suas normas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua forma de fazer, seu procedimento adequado, como vai fazer isso daqui para a frente. Mesmo porque, como a juíza decidiu, você manter o gado numa área, mesmo que ela tenha incorrido em ilícito ambiental – aqui eu não estou nem dizendo se é um processo legal ou não, o certo é correr todo o processo legal, mas mesmo sendo comprovado o ilícito ambiental –, o gado permanecer ali não altera o fato do que ocorreu. Então, para que precisa tirar o gado de imediato da área, sem você saber para onde ele vai? Então, que corram processos adequados para que a pessoa tenha condições de fazer a destinação adequada do seu gado, isso dentro de um processo legal.

Então, eu entendo que deveríamos suspender de imediato as apreensões de gado, se for possível a Comissão encaminhar por esse lado, para que o Ibama reveja os seus processos, reveja os procedimentos e passe a agir de uma forma menos abusiva, menos absurda.

O SR. ALFREDO BERTUNES (Para expor.) – Dois questionamentos aqui para o Sr. Jair Schmitt. Se eu bem entendi, o que ficou muito claro aqui é que o entendimento do Ibama é o seguinte: depois da apreensão e da doação, o Ibama não possui mais nenhuma responsabilidade com esse gado que é apreendido. Isso foi o que eu entendi.

E, se, eventualmente, o proprietário, como a gente vê acontecer em vários momentos, conseguir anular essa apreensão na Justiça, de onde que o recurso vai sair para ressarci-lo? Dos cofres públicos da União. Então, apesar de hoje o entendimento do órgão ser nesse sentido, se for realmente isso, se essa for realmente a interpretação que o Ibama dá sobre a legislação, nós precisamos sair daqui hoje com encaminhamento efetivo em relação a isso, porque é muito fácil ir lá, apreender, doar para sabe lá quem e lavar as mãos depois dessa doação.

E, especificamente aqui, nesse caso concreto, eu vou pedir licença para discordar do Sr. Jair Schmitt, quando ele fala que o Ibama não teve nenhuma participação nessas tratativas com o depositário intermediário. Em um daqueles eslaides que ele passou, tem uma petição desse depositário intermediário, em que ele fala: "Em acordo verbal com o coordenador de fiscalização, nós ajustamos isso em relação à permanência desse gado aqui". E, além daquela manifestação desse depositário intermediário – que eu nunca vou conseguir entender –, que está lá no processo, esse mesmo depositário intermediário juntou um ofício desse mesmo coordenador de operação de fiscalização.

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO BERTUNES – Eu peço licença para ler de novo: "Solicito ao proprietário fulano de tal que receba na propriedade fazenda tal os animais apreendidos pelo Ibama". Então, tem uma solicitação formal do Ibama em relação à manutenção desse gado lá nessa propriedade.

Então, senhoras e senhores, eu entendo, sim, que o Ibama é responsável pelo que aconteceu com esses animais. E, se ele entende que não é responsável por sua interpretação da legislação, nós devemos exigir que isso seja feito de forma mais transparente. Exigir, pelo menos, que o Ibama consiga documentar, dentro dos seus processos administrativos, para quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse gado foi doado – o termo de doação existe –, mas saber de forma efetiva o que esse donatário fez com esse gado, porque isso, sem dúvida nenhuma, é de interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Dra. Graziela, a senhora ainda está na sua sala. Quer fazer alguma manifestação final para nós arrematarmos finalmente a reunião?

A SRA. GRAZIELA SOARES DE OLIVEIRA (Para expor. Por videoconferência.) – Oi, estou aqui.

Dentro do entendimento que foi colocado, só ressaltando a questão que, dentro dessas ações de apreensão, quando envolve a agência, existem os faseamentos em que é feita a apreensão pelo dono e, depois, entregue para a avaliação sanitária da agência. Dentro dessas avaliações, foi o que eu quis citar aqui, citei sobre a questão de encontrar animais que estavam desnutridos. E foram esses animais que foram pontuados dentro do relatório, que vieram a nós.

No mais, acredito que os esclarecimentos já foram dados, mas eu fico à disposição para qualquer outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k., Dra. Graziela

Schmitt? Paola? Quer fazer também alguma colocação, Paola?

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Eu vou falar rapidinho aqui.

Obrigado, Senador.

Eu acho que o primeiro ponto é reforçar: além daquilo que já foi dito e evidenciado, normalmente se traz um debate jurídico, em que você está se perdendo numa causa jurídica, com os fatos, com os argumentos, com as evidências são colocadas. Há a questão dos maus-tratos a esses e outros animais, transporte de carga viva, maus-tratos, inclusive, em fazendas agropecuárias. Teve um caso recente agora, em 2025, em que quase 9 mil animais estavam passando por falta de água, necessidade alimentar no Mato Grosso do Sul, e o órgão ambiental, junto com o Ministério Público, também atuou para responsabilização das pessoas que cometeram essas infrações.

Se nós olharmos de maneira geral, em muitas propriedades rurais na Amazônia, circunstâncias essas, às vezes, são comuns. Então, o papel do Ibama, em particular aqui, é apurar quem deu causa a esses maus-tratos e responsabilizar essas pessoas, para que elas não venham a cometer isso de novo, que sirva de exemplo a outras entidades.

Por fim, Senador, agradeço a oportunidade de aqui trazer os esclarecimentos. O Ibama tem um compromisso, reforço o compromisso de atuação na proteção do meio ambiente, no cumprimento legal, e seguimos à disposição desta Comissão do Senado para outros esclarecimentos que vierem a ser necessários.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Fora do microfone.) – Paola.

A SRA. PAOLA VASCONCELOS (Para expor.) – Eu queria agradecer, em nome do fórum, e aproveitar este momento para poder esclarecer uma fala do Senador que, infelizmente, não está mais aqui, mas gostaria de esclarecer.

Eu acho que, da interpretação da minha fala, acabou surgindo como se o fórum estivesse propondo algo com tratamento diferenciado. Atualmente, a legislação tem um tratamento diferenciado para animais de produção e animais domésticos. Então, a proposta feita pelo fórum foi de equiparar os maus-tratos a animais domésticos aos animais de produção, e seria de extrema importância, vindo desta Comissão, que fiscaliza e que tem tanto interesse em fazendas, em produtores rurais, em temas que envolvem animais de produção. Então, eu gostaria de esclarecer que a proposta é de aprimoramento legislativo para animais de produção.

Outros assuntos, como cargas vivas e tudo podem ser debatidos em outras audiências também, e ficamos muito felizes com o convite, caso queiram. Eu me coloco à disposição e coloco o fórum à disposição também.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Paola.

Obrigado, Dra. Graziela, ao Jair, ao Vinicius, à Paola, também ao Bruno e ao Alfredo.

Para dar uma finalização nesse tema que a gente ouviu bastante, eu não vou deixar esse assunto sem conclusão. Vou pegar o meu amigo, o nosso Deputado lá, o Giovanni Queiroz – viu, Dra. Graziela? –, vou conversar com ele depois, no particular, e vamos dar um desfecho a essa questão. Aqui nós temos um caso de trezentas e poucas cabeças de gado, e vi também ali, Schmitt, o cara cobrando R$67 mil por mês. Eu tenho gado, sou produtor rural, sei o que é isso. É um complicador. Então, nós temos que dar um desfecho nesse assunto, para não prejudicar ainda mais as pessoas que precisam lá, e são pequenos produtores; pelo que eu vejo ali, não são grandes produtores rurais.

Eu vou me socorrer do Giovanni; depois, na sequência, a gente conversa com ele – eu tenho o telefone dele também –, para a gente dar um finalmente sobre esse tema.

Então, agradeço a presença de vocês todos, o assunto foi posto aqui...

A parte que me couber eu vou fazer, e o Zequinha também vai entrar junto no processo, afinal, ele é da região, conhece melhor o assunto do que eu, mas eu quero também, com a minha experiência, colaborar, para evitar essas perdas que esse produtor teve e tantos outros, ao longo dessas 10 mil cabeças que foram citadas aqui também.

Obrigado a todos vocês.

E, da parte da audiência, eu já dou por encerrada e vou dar sequência à minha reunião de hoje aqui, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a vocês.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 5, DE 2026
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA -, no dia 13 de março de 2026, sexta-feira, às 14 horas, durante a Expodireto Cotrijal 2026, no município de Não Me Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de discutir os impactos da regulamentação da Lei nº 15.042/2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE, no mercado de crédito de carbono e no agronegócio brasileiro. Proponho para o Ciclo de Palestras e Debates a presença dos seguintes convidados:

- Nei César Manica, presidente da Cotrijal e idealizador da Expodireto Cotrijal;
- Eloi Darci Podkowa, presidente da Cooperativa Agroindustrial Copagril;
- Caio Cezar Fernandes Vianna, presidente da Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL;
- Afonso Bertucci, diretor de tecnologia da Braspell Bioenergia.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Esse é um assunto que nós já debatemos bastante aqui nesta Casa, várias audiências estamos fazendo, o Governo Federal está tratando da regulamentação dessa matéria, e vamos fazer um debate – que nós já fizemos aqui nesta Comissão –, especificamente no Rio Grande do Sul, com o pessoal da cooperativa de Marechal Cândido Rondon, que já tem um case de sucesso.

Isso aí para vocês, do Amazonas, também é importante, para vocês entenderem – e você também, Jair... A cooperativa Copagril, no Paraná, já está fazendo, numa área de 105 mil hectares, e, nesses 105 mil hectares desses produtores – a grande parte é de pequenos ou médios produtores –, eles plantam soja, trigo, milho, pastagem e APP, e eles hoje estão recebendo crédito de carbono. Então, é um valor que já faz três anos que essa cooperativa, que é um case de sucesso para nós, produtores rurais, recebe, de 6 a 12 créditos de carbono por hectare. Seis créditos, US$20. Isso é US$120 dólares, R$5, R$600 por hectare.

Isso é um caso específico, e vocês também, na Amazônia...

E tem, inclusive, de APP, de área de floresta preservada, em torno de 12 a 15, a US$20 por hectare preservado. Dá 12, R$13 mil por hectare. Quer dizer: tudo tem valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês, principalmente na Amazônia, para vocês entenderem, deve ter mais de 300, 400 milhões de hectares preservados, o que ninguém tem no mundo, e nós temos no Brasil e, principalmente, na região de vocês.

Então, esse é o tema que eu vou debater agora, na Expodireto, porque nós, produtores rurais, somos capturadores de carbono e não somos as pessoas que estão poluindo o meio ambiente. Nós fizemos essa limpeza no que muitos que estão sujando o meio ambiente fazem. Então, é o tema do debate que eu vou fazer agora na Expodireto Cotrijal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Então, agradeço a presença dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, dos nossos oradores, participando, e de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência Eventual do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Augusta Brito e Margareth Buzetti e dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wilder Morais, Beto Faro, Weverton, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim, Giordano e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício 581, da Câmara Municipal de São Bento do Sul, Santa Catarina, que encaminha Moção de Apelo 62, de 2025, solicitando aprovação do Projeto de Lei 6.088, de 2023, que estabelece em cinco mil metros quadrados a fração mínima de parcelamento de imóvel rural. O referido projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados; e Ofício 218, de 2025, da União dos Legislativos da Fronteira Oeste, que encaminha o Ofício 44, de 2025, da Câmara Municipal de Santa Catarina do Sul, no Rio Grande do Sul, solicitando apoio aos produtores rurais da região pela luta pela securitização de suas dívidas; e destaca ainda o PL 5.122, de 2023, que trata sobre a matéria. Conforme a instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão, na internet. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública atendendo ao requerimento REQ 4/2026 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Esclarecimento, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com os devidos estudos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, sobre a real necessidade da criação de Área de Proteção Ambiental (APA) no Estado do Pará, que impactará as populações rurais dos municípios de Senador José Porfírio, Portel, Anapu e Pacajá. Participantes: Sua Excelência o Senhor Jamilton da Costa Ataíde, Vereador da Câmara Municipal de Senador José Porfírio/PA; Sua Excelência o Senhor Charles Gonçalves, Vereador da Câmara Municipal de Portel/PA; Iara Vasco, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Daniel de Miranda Pinto de Castro, Coordenador de Criação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Marcelo Norkey Duarte Pereira, membro do Conselho Gestor da APA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Triunfo do Xingu e Estação Ecológica Terra do Meio; Vinicius Domingues Borba, Presidente da Associação de Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria); Gilmar Rodrigues de Oliveira, líder do Movimento Aliança Rural de Portel, Senador José Porfírio e Adjacências; e Maria Eldiane Pinheiro Vales, Engenheira Agrônoma, especialista em regularização fundiária e ambiental. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra o Senador Jorge Seif Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, por videoconferência, o Senador Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/11

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos na CRA.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado da República.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam, permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes.

- Ofício 581, da Câmara Municipal de São Bento do Sul, Santa Catarina, que encaminha Moção de Apelo 62, de 2025, solicitando aprovação do Projeto de Lei 6.088, de 2023, que estabelece em 5 mil metros quadrados a fração mínima de parcelamento de imóvel rural. O referido projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados;

- Ofício 218, de 2025, da União dos Legislativos da Fronteira Oeste, que encaminha o Ofício 44, de 2025, da Câmara Municipal de Santa Catarina do Sul, no Rio Grande do Sul, solicitando apoio aos produtores rurais da região pela luta pela securitização de suas dívidas, e destaca ainda o PL 5.122, de 2023, que trata sobre a matéria.

Conforme a instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão, na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para esclarecimento, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), com os devidos estudos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, sobre a real necessidade da criação da Área de Proteção Ambiental (APA), no Estado do Pará, que impactará populações rurais dos municípios de Senador José Porfírio, Portel, Anapu e Pacajá, em atendimento ao Requerimento 4, de 2026, da CRA, de iniciativa do Senador Zequinha Marinho.

Fala de abertura.

Senhoras e senhores, registro inicialmente a ausência física do Presidente desta Comissão e proponente desta audiência, meu amigo Senador Zequinha Marinho, que, por motivo de saúde, participará de forma remota. Diante da relevância do tema e da necessidade de promovermos um debate transparente e responsável, aceitei prontamente a tarefa de representá-lo e conduzir esta audiência.

Uma das principais preocupações refere-se à falta de informações técnicas claras sobre os critérios utilizados pelo ICMBio para embasar propostas de novas unidades de conservação. Produtores rurais e gestores locais relatam que a ausência de transparência tem gerado insegurança jurídica e impactos diretos em políticas públicas importantes, especialmente nos processos de regularização fundiária.

Levantamentos baseados em dados do Ministério do Meio Ambiente, associados ao Decreto 5.092, de 2004, indicam a existência de diversas propostas de áreas prioritárias para conservação que, embora ainda não tenham sido formalmente criadas, já aparecem como camadas georreferenciadas em sistemas de monitoramento territorial. Na prática, isso tem provocado entraves no processo de titulação de terras conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e por órgãos estaduais, gerando insegurança jurídica para famílias que aguardam há anos a regularização de suas propriedades, dificultando investimentos e iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Esse tipo de situação não é estranha a outros estados brasileiros. Na minha Santa Catarina, por exemplo, produtores e comunidades locais já enfrentam desafios semelhantes em processos de ampliação e consolidação de unidades de conservação ligadas ao Parque Nacional de São Joaquim, onde, por muitos anos, houve debates intensos sobre limites, atividades produtivas e segurança jurídica das propriedades.

A experiência mostra que a preservação ambiental é fundamental, mas precisa caminhar ao lado do diálogo, da transparência técnica e do respeito às pessoas que vivem e produzem nesses territórios. Nosso objetivo, portanto, é promover um debate equilibrado, ouvindo especialistas, gestores públicos, representantes da sociedade para compreender melhor os critérios técnicos adotados, impactos reais dessas propostas e os caminhos possíveis para a conciliação da proteção ambiental, segurança jurídica e desenvolvimento regional.

Gostaria de convidar os oradores para fazerem parte aqui da mesa conosco. Alguns oradores estão remotamente, por videoconferência, e outros estão aqui, presencialmente. Quero convidar S. Exa. o Sr. Jamilton da Costa Ataíde, Vereador da Câmara Municipal de Senador José Porfírio, no Pará. (*Pausa.*)

Bem-vindo, Jamilton.

O SR. JAMILTON DA COSTA ATAÍDE (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Convido a Sra. Iara Vasco, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Bem-vinda, Sra. Iara.

Eu sou Flamengo, mas não tenho nada contra a Iara Vasco, viu? (*Risos.*)

Bem-vinda.

O Sr. Marcelo...

Bem-vinda mais uma vez. Imagine.

Marcelo Norkey Duarte Pereira, membro do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu e Estação Ecológica Terra do Meio. Estivemos ontem já na CDH, em outra audiência pública. Bem-vindo de novo, Marcelo.

Convido também a Sra. Maria Eldiane Pinheiro Vales, engenheira agrônoma, especialista em regularização fundiária e ambiental – está chegando –; e o Sr. Gilmar Rodrigues de Oliveira, líder do Movimento Aliança Rural de Portel, Senador José Porfírio e adjacências.

Quero registrar também a presença, por videoconferência, pelo Zoom, de S. Exa. o Sr. Charles Gonçalves, Vereador da Câmara Municipal de Portel, no Pará, e também do Sr. Vinicius Domingues Borba, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria), por Zoom.

E também, logicamente, quero...

Justificam a ausência a Secretária de Estado do Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Eu gostaria de convidar o Senador Zequinha Marinho, que foi o proponente desta audiência pública, deste debate, para iniciar as falas.

Senador Zequinha, a palavra está com o senhor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Quero aqui cumprimentar, de forma muito especial, o Senador Jorge Seif por ter atendido a nossa solicitação, em função das nossas limitações de saúde por que passamos neste momento.

Quero cumprimentar e agradecer àqueles que se deslocaram de tão longe para estarem aí e colaborar de forma direta e efetiva, como o Vereador Jamilton, da Câmara Municipal de Senador José Porfírio. Obrigado pelo trabalho que tem feito lá coordenando, mobilizando, informando e nos representando neste importante debate.

Quero cumprimentar o Vereador Charles Gonçalves, que está presente remotamente, que vai entrar daqui a pouco também para trazer a sua contribuição, Presidente da Câmara Municipal do grande Município de Portel, onde se concentra, no meu ponto de vista, a grande área dessa APA que o MMA deseja criar.

Quero cumprimentar o Sr. Gilmar, que é líder dos produtores nessa região, produtor rural, lutador, batalhador, ligado, antenado nas dificuldades por que passa o nosso estado e, especialmente, essa região. Obrigado, Gilmar, pela sua participação, pela sua luta e obrigado pela sua presença aí com a gente.

Quero cumprimentar aqui a Dra. Iara Vasco, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação. Doutora, a sua participação é estratégica. A senhora exatamente, com certeza, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenar todos os estudos para apresentar à Diretoria do ICMBio pela criação ou não dessa unidade de conservação. Então, muito grato pela sua atenção, pela sua presença, porque eu tenho certeza de que as suas informações trarão para a gente muita coisa que está em dúvida, que está, digamos assim, cinzenta ainda, mas não se preocupe, nós somos da região, sabemos das lutas, e a gente quer compatibilizar as coisas.

Não podemos mais permitir que, em nosso estado, a gente só tome conhecimento da criação de uma nova unidade depois de que é publicado no *Diário Oficial*. Não é transparente, não é correto, não é decente, não é ético, em lugar nenhum do mundo, você impactar tantas vidas e, às vezes, inviabilizar vidas e projetos por falta de um debate aberto, transparente, consciente para todo mundo. Então, alto lá, nós temos que falar, nós temos que participar.

Deixe-me lhe falar que o Senado da República representa os estados, é a Casa da Federação. Eu acho muito esquisito, quando o Governo Federal faz uma intervenção branca, em qualquer estado, cria ou forma isso ou aquilo sem o devido conhecimento das instituições que deveriam estar presentes, debatendo, contribuindo, construindo, enfim. Então, é meio...

No meu estado, hoje, para a senhora ter uma noção, 60% do seu grande território já é todo unidade de conservação – 60%! Eu estou falando de um estado em que, V. Sa. sabe, o produtor rural só pode usar 20% da sua área – olhe só, o produtor rural só pode usar 20% – e 60% de todo esse território já é unidade de conservação. Isso corresponde, na vida real, a 75,6 milhões de hectares. Olhe só! Desses 75,6 milhões, 21,1 são unidades do Governo do estado e 55,5% são unidades do Governo Federal. E o Governo Federal, em momento nenhum, chamou o Senado da República para esse debate fundamental e transparente.

Por isso é que eu estranho muito nós começarmos a fazer um debate com pessoas, tecnicamente, com pouco conhecimento lá na base, sem envolver as pessoas que foram eleitas com essa finalidade. Então, a gente vai ter... Se não está na lei, está na ética; se não está no papel, está na vida, não pode ser diferente. Não se pode entrar lá, de qualquer forma, porque eu vou criar aqui... Inviabiliza-se.

Esses dias, eu estava discutindo com V. Sa., ou com alguém na sua função também, sobre outras APAs ali perto da cidade de Marabá. Para preservar o *modus vivendi* dos ribeirinhos, estavam impactando mais de 400 produtores rurais, 400 propriedades rurais. Então, por que não se atêm apenas àqueles que realmente têm um modo de vida compatível com aquilo que se faz dentro de uma reserva? Por que eu tenho que colocar no meio centenas de produtores rurais que ficariam engessados para o resto da vida em função da criação dessa unidade? Então, alto lá! A gente precisa conversar.

Quero continuar agradecendo a presença do Marcelo Norkey. Ele é produtor rural, morador há muitos anos de uma APA. Nós chamamos o Marcelo para dar o seu testemunho sobre como é que tem sido a vida naquela APA e nas demais APAs tanto do Governo Federal quanto do Governo do estado lá no Pará. Como é que fica, depois que sai no *Diário Oficial*, a criação da APA? Como é que fica? A coisa roda, para, engessa, enrola, complica? Então, o Marcelo vai trazer sua contribuição com relação a isso. E nós pedimos a sua presença em função disso.

Quero agradecer também, remotamente, ao Dr. Vinicius Borba, que é um lutador, um operário dessa luta, tentando fazer com que a coisa aconteça da forma mais transparente e justa possível no que diz respeito a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado pela presença dos senhores.

Nós queremos ouvir a Sra. Iara. Eu tenho certeza de que ela tem informações. Eu queria pinçar aqui alguns pedidos já de esclarecimento.

Qual é o impacto econômico que a criação de uma APA desse porte... Porque a gente não sabe ainda, o MMA está apenas buscando criar essa enorme unidade que impacta o Município de Senador José Porfírio, Município de Anapu, Município de Pacajá, Município de Portel. Quer dizer, não é pequena. Então, economicamente, Doutora, para que a senhora seja direta ao ponto, quais os números que a senhora vai nos apresentar sobre essa questão econômica em termos de prejuízo ou vantagem para o Estado do Pará e para o produtor rural que habita nessa região?

Ponto de vista social: qual o impacto social que essa reserva desse tamanho, atingindo tanta gente, vai trazer para essa população? A gente precisa botar isso de forma muito clara, muito transparente, muito evidente. Como disse, daqui para a frente não vamos mais baixar a cabeça para depois chorar e não ter mais remédio para curar a dor.

Então, muito obrigado a todos.

A razão do meu requerimento foi exatamente esta: atendo aqui a solicitação dos nossos Vereadores – aí o Jamilton, o Charles e tantos outros que não puderam comparecer –; atendo aos nossos produtores, como o Gilmar, que está aí presente, veio de longe, deixou tudo para fazer. Eu sou um pequeno produtor rural também e sei quanto serviço, Gilmar, a gente tem na propriedade. Você deixou um pouco para estar aqui com a gente. Parabéns!

Enfim, a gente precisa sair desta reunião hoje com a tranquilidade de que, se as coisas estiverem de forma correta, elas aconteçam. Mas, se elas estiverem sendo trabalhadas às escuras, reunindo com um produtor aqui, mas com um outro dali não... Porque o que aconteceu na região de Marabá foi exatamente isso. Eu fico até com vergonha de colocar isso para a senhora aqui, Dra. Iara. Porque, se vai fazer uma reunião, por que não se reúne com todo mundo?

A mesma coisa estava acontecendo, eu digo melhor, na cidade de Santarém: estão querendo criar uma reserva indígena numa região que não tem nada com índio, cheia de produtor rural, cheia de roça, de milho, de soja, de tudo lá. Quem é convidado? Convidado é uma meia dúzia de pessoas que não produzem nada, um modo de vida que é um modo tranquilo, é de pescar, é de sobreviver catando algumas coisas, deixando aqueles que produzem de fora, propositalmente. Se não tivéssemos mobilizado as pessoas para irem para lá, a reunião teria acontecido, o martelo teria sido batido e centenas de produtores rurais teriam ficado de fora, sem sequer dizer se concordariam ou se discordariam. Então, a gente precisa consertar esse nosso relacionamento, para que ele seja aberto, direto, franco, com todo mundo, porque é disso que a República precisa.

Muito obrigado, meu Presidente querido, muito obrigado por nos ajudar nos substituindo aí, não deixando parar, porque esse pessoal se mobilizou de longe, e, ao ter que cancelar isso para fazer em outro dia, o prejuízo seria grande para todos os lados: o tempo que passa rápido, o debate no ICMBio e a possibilidade de a gente não os ter em uma oportunidade mais remota. Então, obrigado por hoje. Estamos juntos nessa grande caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Zequinha. Para mim, é um prazer imenso. O senhor sabe que a CRA também é minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa, faço parte desta Comissão, e que, com certeza, estamos aqui para ajudar o nosso Estado do Pará também, assim como nós já tivemos audiência pública sobre APAs no Estado de Santa Catarina.

Ocorre que, realmente, o Brasil é o país que mais tem reservas no mundo, tem reserva ambiental, tem APA, tem reserva indígena, tem reserva quilombola. Esses dias, eu vi uma apresentação da Embrapa Territorial, e o Brasil já lidera, de longe, de longe, mas muito longe, os demais países. E, dos grandes países territoriais, o Brasil tem praticamente 70% a 80% a mais de todo tipo de reserva do que os demais países, como Canadá, Rússia, China, Estados Unidos. Então, o Brasil já faz mais sua parte no mundo do que todos esses países unidos.

Logicamente, é um debate, acima de tudo, legítimo as pessoas quererem entender porque sua área, sua terra, sua fazenda, sua chacrinha, sua área produtiva, pode, do dia para a noite, virar uma área ambiental e serem expulsos com uma mão na frente e outra atrás. Realmente, é preocupante.

Por isso, quero agradecer demais a Sra. Iara por estar aqui representando o ICMBio, para nos ajudar nessa conciliação, para nos ajudar nesse diálogo e, também, em eventuais conflitos e desentendimentos que ocorram nesse sentido.

Vou passar para a Sra. Iara e os demais expositores, que terão, no máximo, dez minutos. Eu peço que vocês respeitem esse limite, porque, já, já, começa a nossa plenária no Senado Federal e eu, como Líder do Partido Liberal, tenho comunicações, tenho votações a fazer. Então, peço a todos os expositores que se limitem aos seus dez minutos, por gentileza.

Sra. Iara, obrigado, mais uma vez, pela sua presença.

Sra. Iara Vasco, Diretora de Criação e Manejo de Unidade de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, a palavra está com a senhora.

A SRA. IARA VASCO (Para expor.) – Muito obrigada. Boa tarde.

Cumprimento o Exmo. Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão, e o Exmo. Senador Jorge Seif, que, atualmente, está como Presidente da Comissão nesta sessão; cumprimento os demais colegas aqui, na banca, senhoras e senhores. Trago também a saudação do nosso Presidente, Mauro Pires, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, quem eu represento neste momento.

Esta temática é associada à Diretoria da qual sou responsável. É só importante destacar o seguinte: as unidades de conservação fazem parte de uma política nacional e integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Então, a gente tem unidades de conservação no nível federal, que são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; no nível estadual, pelos órgãos ambientais, estaduais e também municipais; além das reservas particulares do patrimônio natural, que são os proprietários que, espontaneamente, destinam parte ou a integralidade de suas propriedades para a criação de uma unidade de conservação para a proteção desse patrimônio natural.

E aí, nesse conjunto, nós trabalhamos de forma, inclusive – tentamos –, complementar porque, diferentemente da realidade amazônica, onde a gente já tem um número considerável não só de unidades de conservação, mas também de territórios indígenas, de terras indígenas, que são também fundamentais para a conservação da biodiversidade e para os efeitos e as consequências da mudança climática, essa não é, infelizmente, a realidade dos outros biomas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros, como quando a gente fala do Pampa, da Caatinga, do próprio Cerrado – que é o berço das águas – e do próprio Pantanal.

E, assim, quando a gente vê a severidade hoje dos próprios incêndios, quando a gente fala que eles são de causas naturais, por exemplo, a gente já está tendo, em algumas áreas, inclusive, a transformação ecossistêmica daquela área. E a gente está tendo um problema gravíssimo de crise hídrica do Cerrado, porque a água que abastece o Pantanal vem do Cerrado. Então, quando a gente tem problemas no Cerrado, isso, consequentemente, afeta o Pantanal.

Estou dizendo isso, porque o sistema nacional foi pensado como política nessa perspectiva de complementariedade das ações. E nós temos 12 categorias de manejo de unidades de conservação: cinco de proteção integral, que são aquelas mais restritivas, e sete de uso sustentável, justamente para que a gente possa, no contexto de cada realidade local, adotar a categoria que melhor vai proteger a natureza e fazer a compatibilização com os usos já consolidados.

Então, assim, eu posso afirmar para vocês que a gente tem evoluído bastante. Inclusive, nos últimos anos, quando nós retomamos, agora, de 2023 para cá, a agenda de criação de unidades de conservação, os aprimoramentos que nós já fizemos nessa perspectiva não só de envolver os atores locais, mas também os atores públicos... E eu acho que, sobre a demanda parlamentar – e aí lhe atendendo, Senador Marinho –, a gente tem buscado, inclusive, pensar mecanismos, porque não basta só dialogarmos localmente com a Câmara de Vereadores, porque, em qualquer movimento que a gente faça no território, até mesmo os iniciais para os próprios estudos, a gente nunca deixou de receber nenhum Parlamentar de nenhuma Casa que tenha solicitado audiência para qualquer tipo de esclarecimento.

Então, eu só queria fazer esse preâmbulo para reforçar o respeito que nós temos adotado, na verdade, nesse trabalho de não só dialogar com os atores locais, mas também de estarmos melhorando e aperfeiçoando esse processo com o diálogo.

Nós temos, inclusive, o fórum de gestores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em que, no nível técnico, a gente dialoga com todos os estados. Por quê? Para que a gente não tenha iniciativas sobrepostas. Nem o Governo Federal nem os governos estaduais têm recursos para desperdiçar fazendo estudos paralelos ou consultas nesse sentido. Então, isso é muito importante deixar claro.

O objeto desta audiência, especificamente... É uma pena os colegas do Governo do estado não estarem presentes, porque essa área objeto, que foi até chamada de APA, é uma área que é prioritária para a conservação da diversidade biológica. A gente tem o decreto que institui as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em diferentes graus de proteção, e essa, seja para o Governo Federal, seja para governos estaduais ou municipais, é uma área importante para a conservação, mas não só para isso, porque, como a gente tem essas 12 categorias, quando a gente fala em conservação, a gente não está falando em engessamento do território, a gente está falando em proteção, e, num regime democrático, a gente fala em proteção de forma dialogada com os atores locais e com aqueles que já têm seus usos consolidados dentro da legalidade.

No caso específico dessa área, o ICMBio teve conhecimento de que, em julho de 2025... E muitos estados, no ano passado, fizeram um esforço grande de criar novas unidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação, porque o Brasil sediou a COP, do clima. As áreas protegidas são uma das principais estratégias e políticas, em termos mundiais, para o enfrentamento da mudança climática, porque elas cumprem um papel tanto de mitigação como de adaptação, de manutenção de serviços ecossistêmicos – da qual todos necessitamos, não só o setor produtivo, porque todo mundo precisa do ar, todo mundo precisa da água e todo mundo precisa do solo. Assim, é fundamental que a gente tenha clareza disso.

Nessa área, particularmente, em julho de 2025, o Governo do Estado do Pará, por meio do Ideflor-Bio, seu órgão estadual, fez consultas públicas para a criação de unidades de conservação, e essa área era uma área de interesse do Governo estadual. Quando nós tomamos conhecimento disso, nós, que já não tínhamos sequer iniciado a fase de estudos... Porque o processo de criação de uma unidade de conservação é muito longo; quando a gente vem a criar uma unidade, o processo e os estudos se iniciaram muito tempo atrás. A gente começa com a fase preliminar, a gente qualifica a proposta... Quando chega uma demanda, a gente qualifica essa proposta para ver se já tem alguma coisa criada na área, porque, se já tiver, não há essa necessidade. Quando a gente parte para os estudos, a gente faz os estudos, aí a gente conclui uma fase analítica, que é depois que fazemos os estudos e é o momento em que, quando a gente vai ao território fazer os estudos, nós fazemos a primeira abordagem.

Ontem, inclusive, a gente estava conversando com uma delegação de Santa Catarina justamente por conta de um parque sobre o qual nós iniciamos estudos. O secretário de meio ambiente do município estava lá e confirmou que a prefeitura foi o primeiro local que nós procuramos para comunicar: "Olhe, chegamos ao seu município, vamos iniciar os estudos". O Presidente da câmara de Vereadores estava lá e falou: "Mas eu não sabia". Aí é o que eu estou dizendo, do aprimoramento e do aprendizado: não basta só a visita ao Prefeito, ao município, entendeu? Então, é isso que a gente também vai internalizando e buscando aprimorar – dando esse exemplo prático –, só que, neste caso, não houve nenhuma iniciativa. Após...

Só para fechar esse esclarecimento dentro dos dez minutos: quando a gente conclui a fase de estudos é quando a gente elabora a primeira proposta, em que tem um primeiro perímetro e a caracterização da importância de criação da unidade de conservação. Aí, nós partimos para a fase consultiva.

A fase consultiva se inicia com reuniões setoriais. Então, a gente reúne os agentes públicos, a gente reúne os diferentes setores produtivos... E são reuniões para esclarecimento, porque a gente pode ter, numa proposta inicial, uma categoria, e isso muda completamente, e o Parque do Albardão foi um exemplo desse: mudou completamente depois que nós fizemos as reuniões setoriais e as consultas públicas.

E aí, quando a gente termina essas reuniões setoriais que antecedem a consulta pública, que é um instituto, num regime democrático, pelo qual você apresenta a política pública que a gente está propondo para aquele território, a gente dá um prazo ainda para que as pessoas e os setores encaminhem suas propostas, críticas, sugestões, recomendações. Tudo isso é internalizado no processo; aquilo que não é possível de ser incorporado é respondido para a pessoa que encaminha aquilo, e, só depois dessa fase em que a gente analisou todas as sugestões e recomendações...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IARA VASCO – ... é que nós fechamos a proposta e a encaminhamos para o Ministério do Meio Ambiente, que faz uma nova análise técnica, nova análise jurídica, e encaminha para a Casa Civil, que decide, politicamente, se vai ou não criar uma unidade de conservação.

Nesse caso, a área objeto dessa audiência não é uma área onde o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade está desenvolvendo qualquer iniciativa para a criação de uma unidade de conservação. Sequer fomos à área para iniciar os estudos.

Então, quanto a deixar essa tranquilidade que o Senador Zequinha Marinho pediu, que ele queria se sentir tranquilo, da parte do ICMBio, nessa área, não existe nenhuma propositura para a criação, por parte do Governo Federal, do Instituto Chico Mendes, para essa área.

Isso é muito importante a gente deixar aqui esclarecido.

Nós estamos, como sempre estivemos, à disposição do Governo do Estado do Pará, para, tecnicamente, subsidiá-lo para a criação da unidade de conservação, se ele vier a avançar, mas quero deixar claro o seguinte, gente: área de proteção ambiental é uma das categorias menos restritivas do nosso sistema. É um modelo de unidade de conservação basicamente para a gestão territorial com fins de sustentabilidade.

O conselho de uma APA deve, justamente, dialogar com todos os segmentos, porque você não impacta propriedade privada, você não impacta... Agora, se você está desenvolvendo alguma atividade ilegal – quer dizer, que hoje a legislação não permite –, aí você vai ter um gestão, seja do órgão federal, estadual ou municipal, que é obrigado a cumprir a lei e fazer cumprir a lei.

Então, só para deixar claro isso: a APA é a categoria de menor restrição.

Por isso, Senador Zequinha Marinho, a gente espera que não só a APA, mas outras categorias venham a potencializar e contribuir com o desenvolvimento não só social, não só ambiental, mas econômico também da região. Que venham fortalecer, porque essa política também traz muitos benefícios diretos e indiretos para o setor produtivo.

Obrigada e desculpe o decurso do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não tem problema.

Obrigado, Sra. Iara.

Senador Zequinha, a Sra. Iara Vasco comentou comigo que ela tem um compromisso em seguida – antes de iniciarmos inclusive a audiência, ela me comentou. Tem um representante aqui também do ICMBio que vai substitui-la, mas, como o senhor é o proponente desta audiência pública, pelo que eu entendi – a Iara está aqui do meu lado e pode confirmar –, não existe nenhuma iniciativa por parte do Governo Federal no que tange ao nosso tema de debate nesta audiência pública; se não, o Governo do Estado do Pará é que está buscando fazer ali essa área de proteção ambiental. É isso que eu entendi, não sei se é isso mesmo.

A SRA. IARA VASCO (*Fora do microfone*.) – É disso que a gente tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está o.k.

Então, eu gostaria de passar, mais uma vez, para o senhor, caso o senhor tenha mais um questionamento para a Sra. Iara, para aproveitar a presença dela aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria só de pedir, Presidente, que a Dra. Iara Vasco esperasse um momentinho, para que ouvíssemos pelo menos o Vereador Jamil, que foi o nosso contato, assim como o Gilmar. Bastam esses dois, resumidamente, cinco minutos para cada um, para que ela pudesse, então, se retirar e atender o compromisso que está precisando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Zequinha.

Com a palavra S. Exa. o Sr. Jamil da Costa Ataíde, Vereador da Câmara Municipal de Senador José Porfírio, no Pará, por cinco minutos.

O SR. JAMILTON DA COSTA ATAÍDE (Para expor.) – Senhores e senhoras, boa tarde.

A minha fala estava digitalizada, mas, com a colocação da Sra. Iara, perdeu o sentido o que eu trouxe aqui. Perdeu o sentido porque o brasileiro está bonito nas manchetes dos jornais, mas, na realidade, não é isso que acontece.

A senhora, não em nome do ICMBio, mas eu falo também em nome do Ministério do Meio Ambiente deste nosso país... Me envergonha ser brasileiro quando eu falo de Amazônia. Nós temos uma riqueza imensurável. A Amazônia é rica, é rica por natureza, é um potencial gigantesco, mas nós vivemos numa guerra na Amazônia. Quem dera a nós se fôssemos todos índios, porque eles sabem o valor da terra, o valor do mato! Na Amazônia, o fazendeiro é criminoso. Se você quer fazer o manejo de madeira, você vai ter que sofrer para se regularizar. E, quando consegue isso, você não tem condição mais de trabalhar. O Governo te sufoca.

Hoje, a minha fala vinha cobrar a coisa básica, que está aqui no art. 1º da Constituição: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana.

Por isso que eu digo que não tem mais sentido eu defender minha pauta aqui, porque, se for para a gente entender o brasileiro como um analfabeto que, no ano passado, foi visitado por uma equipe escoltada pela Força Nacional que entrou em suas propriedades, batendo GPS, fazendo perguntas, fazendo o que bem entendeu...

O colono não tem conhecimento para se defender. Ou os senhores acham que ele vai ter o jurídico suficiente para debater com as forças de segurança? Ele pode vir a mando o ICMBio, ele pode vir a mando do Estado, amando do Meio Ambiente. É uma covardia imensurável o que nós passamos na Amazônia, e eu quero deixar isso para o Brasil hoje ouvir a minha voz.

Eu sou amazônida, eu sou ribeirinho, eu sou professor. Eu aprendi a tirar da terra o melhor. Foi da farinha, foi do extrativismo que eu consegui manter uma faculdade, mas na minha terra não pode trabalhar, a gente é proibido de fazer um trabalho. Eu nunca fui contra a natureza. Eu sei que tem que ficar de pé a árvore, mas não temos regularização fundiária. A gente condenou os produtores rurais a viverem na miséria. No Polo II do meu município, teve produtor que se matou, gente, de desgosto, porque... A Força Nacional e o Ibama estão lá no meu município neste momento. A senhora pode ir lá visitar. Até me emociona.

Centenas de família não têm o que comer mais. A covardia que a falta de política pública no nosso país faz com o brasileiro já não é mais... Eu nem me preocupo com os casos de corrupção deste país, com escândalos e mais escândalos que o Governo acumula. Isso para mim já pouco importa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu olho, para mim, a lei está bonita. Eu fiz uma pergunta que eu trouxe e quero refletir para terminar minha fala. Eu não vou conseguir ser falso aqui o suficiente para dizer que está tudo bem na Amazônia. Nós estamos morrendo pelo Governo, o nosso maior inimigo é o Governo, porque nós queremos diálogo. E, quando entra um bendito agente dentro de uma propriedade, já quebrou o direito do cidadão; o cidadão não é dono mais do que ele construiu. "Ah, porque ele desmatou, e é ilegal". E qual foi a vez que o Governo teve a mesma vontade de ir lá regularizar e empenhar aquela força? "Agora vai resolver. A Amazônia vai ter regularização fundiária". Qual foi a vez que aconteceu isso? Mas lá, dentro do meu município, tem, só do Ibama, há 30 agentes muito bem armados e capacitados. Tem Força Nacional lá. O Exército estava lá. Esses dias também foi a Polícia Federal lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAMILTON DA COSTA ATAÍDE – O povo não sabe se defender. Está morrendo.

Se a gente não trabalhar a política pública ambiental deste país com responsabilidade, eu não penso mais em ser brasileiro, eu vou transferir a minha nacionalidade. Não tem sentido mais, porque a gente vem debater uma Amazônia que... Eu me envergonho de olhar hoje para nossa nação da forma como trata a Amazônia. Se tivesse, Doutora, um pouco do que a senhora falou aqui, eu não tinha necessidade de vir da minha casa para vir aqui ocupar o seu tempo, ocupar o tempo do Senador, que tem muita coisa para fazer. O Deputado, o Senador aqui... Mas é sufocante hoje olhar para centenas de famílias que estão pedindo cesta básica. Com a mesma força que o Governo bateu na sociedade, ele não deu cesta básica. Ele não tem plano B, só que você não pode fazer roça mais lá também, porque a nossa área está embargada; não pode fazer roça. Quem vai pescar do lado, tem uma reserva ambiental também; o Ibama prende a sua malhadeira, você não pode pescar.

Eu peço misericórdia hoje nesta Casa. Eu até fujo da pauta. Eu não tenho condição mais. Eu vim desmotivado, porque... Eu sou brasileiro, eu nunca roubei. Não tenho uma passagem pela polícia e me sinto indigno de hoje vir aqui olhar para o meu povo passando fome... A gente não vai voltar daqui com uma resposta para essa fome. Se a senhora desistisse de acabar com as reservas do Brasil... Mas não vai colocar alimento na mesa daquelas famílias. Tem criança sem estudar, e essa crise vai levar o meu município à falência. (*Manifestação de emoção.*)

A Amazônia está rica do meu lado, mas nós fomos condenados a seguir as regras. Nós, nós estamos seguindo as regras, e o Ibama acabou com tudo. Mas, dentro das reservas, mundo afora, tem gente explorando madeira de forma sustentável – ele não é pobre, ele é um bom político, ele é um bom empresário, mas nós não podemos fazer uma canoa.

Desculpem o meu desabafo, eu não queria fazer isso. Está aqui a minha escritura para fazer bonito hoje, defendendo a dignidade do brasileiro. Já não é mais nem direito à terra, é dignidade. Se não respeitarmos os cidadãos...

Deixei uma pergunta aqui. O Brasil tem dois elementos, a terra e a população. Será que teria Brasil sem população? Era só uma terra, seria só uma terra. Mas hoje é só uma terra, nós não somos respeitados.

Faço essa clemência aqui, esse pedido, esse apelo: eu espero que, com a mesma força com que o Meio Ambiente entrou no meu município hoje, ele volte lá e coloque alimento e opção de emprego agora para o meu povo, porque se decretarem falência pública, é o fracasso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decência humana, do art. 1º da Constituição Federal. Nós não somos cidadãos, não somos cidadãos brasileiros hoje na Amazônia; nós somos ladrões, tratados com a maior indiferença perante a lei, porque você condena um analfabeto a se defender do Ibama, da pessoa que estudou, que é formada. Ele não pode fazer nada a não ser ver as suas coisas indo embora.

Em nome de quem se matou no Polo II do meu município, eu digo: o Brasil hoje já não é mais dos brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Jamilton.

Eu passo a palavra para o proponente desta audiência pública, Senador Zequinha Marinho, para suas considerações.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, antes de ouvir o Gilmar, eu só queria passar a limpo se as autoridades, os servidores que estiveram lá tratando, levantando, reunindo, são do Governo Federal ou são do governo do estado. É só isso que eu gostaria que ficasse claro neste momento, porque a Doutora disse que o ICMBio não está na região, a população disse que o ICMBio está lá, então eu gostaria que os nossos representantes pudessem deixar isso claro. As pessoas que estavam lá não se identificaram, identificaram o governo que estavam representando? O Jamilton já terminou, mas falta o Gilmar agora, nos seus cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra o Sr. Gilmar Rodrigues de Oliveira, líder do Movimento Aliança Rural de Portel, Senador José Porfírio e Adjacências, por cinco minutos.

O SR. GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde.

Bom, quero aqui, em primeiro lugar, fazer menção ao Exmo. Senador Zequinha Marinho, uma pessoa batalhadora; a gente conhece a vida do Senador há vinte e tantos anos, um homem que nunca mudou o seu caráter, nunca mudou o seu perfil. Eu não poderia deixar de elogiá-lo, Senador, você é nosso representante, não só da nossa região, mas de todo o Pará; nós temos orgulho da sua pessoa. E aí estendo os cumprimentos também ao Senador Presidente desta audiência pública e também à representante do ICMBio.

Quero aqui dizer a vocês, entrando no tema que nós estamos discutindo: quando a senhora falou que não existe nada do ICMBio, está aqui no sistema. Eu tenho uma terra e eu, regularizando ela... Eu moro na terra, eu moro lá, eu não preciso contar o que alguém me conta, eu moro lá dentro.

Eu fui regularizar uma terra e, quando chegou à hora do título, estava travado lá porque o ICMBio... Está aqui. Se quiser, a Dra. Maria vai mostrar para senhora. Eu até preferiria que ela mostrasse antes de a senhora sair porque parece que nós estamos vindo aqui num movimento vazio e não é isso. A gente está sofrendo na pele. Eu sou um cidadão de 50 anos de idade, eu nasci na Amazônia, eu nasci plantando, criando uma vaca, criando um porco, e a minha dignidade e a da minha família estão atreladas a isso.

Quando a gente trata desse tema de unidade de conservação, talvez a senhora fale, porque a senhora não conhece lá a realidade... Eu até dispenso o comentário da sua pessoa, porque nunca pisou lá em casa alguém perguntando como era o meu modo de vida, o que eu fazia, na intenção de transformar ali numa unidade de conservação. Pelo contrário, Senador, nós fomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber da unidade de conservação pelo Estado do Pará... Nós tivemos 30 dias – está ali o Marcelo que sabe e que nos orientou –, formamos um grande movimento de protesto e conseguimos barrar antes da COP 30. Perfeito, estamos acompanhando, estamos gastando dinheiro. Está a Dra. Helen ali, que é nossa assessora, está aqui a Dra. Maria, que a gente contratou. A gente está numa luta e num sofrimento em que a gente não consegue ter paz no campo. Na realidade, eu venho aqui em nome de talvez 500 famílias, que estão ali onde... Esse mapa do ICMBio, que travou no Sigef, é de 500 mil hectares, Senador, é inviabilizar essa população que vive ali dentro, que não tem o que fazer.

O que acontece? Na APA, é tudo muito bonitinho, igual a senhora falou, mas é aqui dentro do escritório. Lá a prática não é essa, lá a gente recebe gente armada, a gente recebe comboio de polícia. O Governo não dá mecanismos para nós trabalharmos sem precisar, às vezes, queimar um pedacinho de terra para limpar para plantar, Senador. Mas você queima e, quando pensa que não, você recebe, sim, viatura de polícia com fuzil. Então, qual o valor tem a vida hoje diante dessa política ambiental? O que representa o ser humano?

Eu até de certa forma me emociono ao ver meu amigo, meu colega falar. Não é fácil, gente. Eu tenho visto, Senador, na nossa região, o ICMBio e o Ibama desconsiderarem quatro, cinco crianças chorando, a mãe chorando, o pai chorando e tocarem fogo na casa. A terra deixa de cumprir o seu papel social, e essas políticas de Governo estão dando muito mais valor hoje a aplicar o seu modo de, enfim, conservar, de... Porque quem tem cinco alqueires de terra não vai destruir o clima, ele usa a terra para sobrevivência. Eu tenho chorado constantemente porque eu não consigo ver quando eles botam fogo na casa de uma pessoa.

Então, nessa região, Senador, nós estamos todos com medo. Por quê? Se transformar numa área de reserva, numa unidade de conservação, igual a Doutora falou... Aqui é tudo muito bonito, vai gerar progresso... Pelo contrário, a gente tem informação de que onde o ICMBio chega é problema e mais problema. E é isto: a insatisfação, a incerteza. Nós não conseguimos viver com isso. A gente veio aqui, pediu ao Senador Zequinha Marinho para nos dar essa voz hoje, aqui dentro do Senado Federal. Assim, de certa forma, a gente sai alegre por poder falar isso para a senhora, falar para o Senador e falar aqui para quem está ouvindo esta audiência, quem está participando, porque a vida não está fácil no campo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA – A gente tinha paz, a gente tinha harmonia. Viver no campo significava você ter tranquilidade. Hoje você vive um pesadelo.

Então, eu peço aqui, encarecidamente, que a gente olhe para o valor das pessoas, o valor da vida. De que adianta preservar o meio ambiente se você destruir a vida humana? Eu acho que a vida humana, a dignidade humana... Se não existe isso, para que existe outra coisa? É o bem maior.

E aqui eu agradeço, agradeço imensamente ao Senador e agradeço a todos vocês, viu? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Gilmar.

Senador Zequinha, quer fazer mais algum comentário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Gostaria que a Dra. Iara Vasco pudesse responder ao Gilmar diante da afirmação de que o ICMBio está na região, sim, e que a área já está impactada e já faz parte do Sigef; que ela pudesse mandar fazer um levantamento, o devido levantamento de toda essa região, porque esse negócio não aconteceu, digamos, num sonho, isso é uma realidade presente lá, os técnicos estão indo à região, as pessoas estão sendo avisadas, estão sendo mobilizadas, estão com medo.

Nós precisamos de uma resposta, Doutora, não dá para... Lamento muito, a senhora fez um compromisso agora, mas sair de uma reunião desta e deixar o impasse de uma responsabilidade dessa envergadura eu acho que não dá, não é por aí. A senhora dirige um órgão, é diretora dessa área, e a senhora precisa nos dar uma informação efetiva. Por mais que atrase... Eu também marco audiência e, quando tenho um problema, eu peço para jogar para mais tarde, botar para amanhã, mas esse é um problema muito sério. Nós estamos tratando de vidas e de dúvidas com relação à questão pública.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra a Sra. Iara Vasco para os esclarecimentos.

A SRA. IARA VASCO (Para expor.) – Senador Zequinha Marinho e Jamilton, eu queria falar para os dois: na verdade, o Gilmar já respondeu que vocês barraram o movimento do Governo do estado porque, inclusive, as consultas públicas que o Governo do Pará realizou foram em Portel, em julho de 2025 – é o que nós temos aqui registrado. E, quando o senhor, na sua fala, falou que nós conseguimos barrar esse movimento do Governo do estado, que pretendia criar unidades de conservação para a COP, porque de fato não foram criadas... Então, muitos movimentos, inclusive, que os órgãos ambientais, o ICMBio ou órgãos estaduais, fazem, dependendo da reação que isso provoque, têm um aspecto que é um senso de oportunidade: a gente não vai criar um conflito maior do que o existente, tá?

Então, no caso de criação de unidade de conservação, não existe nenhuma iniciativa do Instituto Chico Mendes para criação de uma unidade de conservação hoje naquele local, porque, no ano passado, o estado tomou essa iniciativa. Se a dinâmica social barrou essa proposta no âmbito do estado, o ICMBio hoje, na sua agenda, até final de 2026, não tem a menor capacidade de se mobilizar para criar uma unidade de conservação nessa área.

Então, deixo isso claro sobre qualquer dúvida acerca da atuação do ICMBio para criação de unidade de conservação na região. Isso não quer dizer que a gente não tenha, e até o Daniel me passou aqui uma mensagem... O que acontece? A gente tem – e talvez seja do conhecimento de vocês, inclusive, porque foi um compromisso do Presidente Lula – a destinação das áreas federais, das florestas públicas federais não destinadas. Então, isso é um trabalho que, desde 2026, o Governo Federal está fazendo.

Eu teria que, inclusive, ver quando o senhor falou que foi... E aí o MMA, de fato, faz um bloqueio de gleba pública. Então, digamos que, se a comunidade, se a pessoa, se a família está numa gleba pública federal que não tem ainda uma regularização fundiária... Pode ser o seu caso, não posso falar exatamente, porque aí a gente teria que acessar os seus documentos e verificar se, por acaso, a sua propriedade está registrada no Sigef numa gleba pública federal que está em processo de destinação. Não posso afirmar, porque desconheço, mas o ICMBio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque pode ser uma área, por ser gleba pública federal, de interesse para a criação de unidade de conservação, mas uma coisa é uma gleba pública ser destinada para interesse de conservação, outra coisa é dizer que a presença do ICMBio numa região em que nós não estamos hoje presentes para criar unidade de conservação... Isso é diferente. Eu queria esclarecer isso para todos, para não restar dúvida nesse sentido.

A dinâmica social barrou a proposta do estado, porque eu tenho uma síntese aqui do que aconteceu, e justamente a consulta foi no Município de Portel. E, assim, a gente erra também, pode não ter tido a comunicação devida ou necessária a todos, mas é importante deixar claro isto: o estado fez esse movimento, realizou consultas públicas para a criação de quatro unidades de conservação, que não prosperaram, porque o senhor mesmo declarou que conseguiram barrar essa iniciativa do estado. E o ICMBio não está na área.

Nós coordenamos... O coordenador de área, o Daniel, está aqui também e, na minha ausência, fica à disposição para qualquer outro esclarecimento, mas, sobre essa área, a gente não tem mais o que dizer nesse sentido, porque não estamos atuando nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sra. Iara.

Dando continuidade à nossa audiência pública, eu quero convidar S. Exa. o Vereador Charles Gonçalves, da Câmara Municipal de Portel, que está conosco em videoconferência.

Charles, cinco minutos, por gentileza.

O SR. CHARLES GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de saudar o Presidente, Senador Jorge Seif, saudar também meu colega Vereador Jamilton, saudar o nosso Senador Zequinha Marinho, grande atuante Senador da nossa região do Pará, saudar a todos os presentes.

Quero dizer que quem sediou a audiência pública no Município de Portel foi a Câmara Municipal de Portel, e quem presidiu aquele movimento, naquele momento, fui eu, quando o Ideflor-Bio trouxe essa proposta de criação dessas áreas aqui no Município de Portel, a que nós fomos totalmente contrários por vários motivos. De fato, a gente já fica mais tranquilo em saber que essas áreas já não estão mais sendo discutidas para que sejam feitas essas criações, e quero dizer que a gente não concorda.

Portel, hoje, tem 85% da sua área preservada. Então, a gente está fazendo o nosso dever de casa, a preservação. Quem pode dar aula de preservação é o Município de Portel. O que a gente precisa hoje é evoluir... Assim como a D. Iara falou que eles estão em constante evolução, a gente precisa também evoluir economicamente. E a gente não vai conseguir evoluir economicamente com esses embargos, com essas áreas sendo criadas em cima do nosso território, que já tem 85% de reflorestamento, terra totalmente em pé junto com a mata. O que a gente precisa é evoluir economicamente, a gente precisa dessas áreas. O que a gente realmente exige – eu não vou pedir misericórdia aqui, eu vou pedir respeito pelo cidadão do Brasil, em especial pelos portelenses e por toda a nossa região aqui – é que parem de discutir essa questão de área ambiental aqui na nossa região de Portel e que venham fazer regularização fundiária. O que a gente precisa, hoje, é de regularização fundiária.

Hoje, nós temos aqui também um pedido para fazer: que sejam removidos os polígonos das áreas federais, como PDS Liberdade e também Terra para a Paz. E quero dizer que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não aguenta mais esse tipo de política pública. A gente está aqui com mais de 80% da nossa área preservada e, economicamente, para nós, não mudou, nosso povo continua na mesma situação. A gente precisa prosperar economicamente, a gente precisa parar de colocar o produtor rural como vilão, parar de querer jogar o produtor rural contra as famílias tradicionais. Vem gente ruim no meio de vários movimentos? Vem, mas o produtor rural é um povo trabalhador que quer ter sua regularização fundiária, para ajudar a investir no nosso município.

No mais, quero agradecer ao Zequinha Marinho, ao Senador Presidente, a todos que estão aqui, porque esse é um debate muito importante, que se iniciou aqui no Município de Portel, quando a gente disse "não" ao Ideflor-Bio, que veio aqui com essa proposta. E nós temos que dizer ao pessoal do ICMBio que a gente tem mais de 80% de área preservada. Então, a gente tem lugar de sobra para criar reserva. Agora, nessa área, não; essa área é importante para o Município de Portel economicamente.

A gente espera que a regularização fundiária venha para dar espaço para esses produtores rurais trabalharem e escoarem suas produções pelo Município de Portel, para que a gente sinta o impacto econômico. Só sabe da real necessidade dos Municípios de Portel e de Senador José Porfírio a gente que vive neles. Não é o pessoal que sequer sabe onde ficam essas determinadas áreas que vai querer dizer o que é bom para nós e o que não é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Vereador Charles.

Passo a palavra para o Senador Zequinha Marinho, para a demonstração de um mapa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Por videoconferência*.) – Presidente, quero só lhe pedir que mande jogar no telão, para que todo mundo possa ver o mapa que está sendo discutido, que o Gilmar apresentou. (*Pausa.*)

Está aí, então. Esse é o mapa onde essa região está localizada. Quem conhece a região mais de perto com certeza poderá identificar, de forma mais tranquila, onde está localizada. Esses mapinhas cor-de-rosa – ou vermelhos – já são todos reservas ambientais; o que sobra é essa área verde, e o restante já está tudo impactado com reserva. Esse é o mapa da região.

Agora, só para dizer para a Doutora que nós estamos satisfeitos com os esclarecimentos dela. Que o seu substituto possa continuar ouvindo os outros expositores e que esta conversa não termine aqui, mas que ela nos dê, efetivamente, resultado em cima do testemunho pessoal do Gilmar. Esse aí é um negócio interessante. Se tem uma testemunha ou alguém está impactado, alguém está no mapa, que a gente possa ter o esclarecimento, porque, como ele – vamos lá –, tem centenas na mesma situação.

Então, muito obrigado, meu querido Presidente, mais uma vez. E a gente fica com esse pedido, liberando a Doutora para o seu compromisso e deixando o seu substituto, para que a gente possa ouvir os demais participantes da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Zequinha.

A Sra. Iara Vasco tem uma nova informação para passar. Ela fez uma consulta, aqui, ao ICMBio e precisa dar uma declaração importante antes da sua ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IARA VASCO (Para expor.) – Primeiro, agradeço ao Exmo. Senador Zequinha Marinho. Fico eu satisfeita e feliz de ele se sentir satisfeito, porque o que colocamos até o momento é o que temos de informação.

E aí, de fato, a confirmação: a gleba está bloqueada, tudo lá está bloqueado, justamente porque está na Câmara de Destinação de Terras Públicas. Então, é por isso. E aí a gente tem que ver... Não sou eu que trato dessa política, porque isso é do MMA com o MDA. Então, o que vai acontecer eu já não poderia responder pelo ICMBio.

Mas, com relação... E aí foi muito importante a informação também do Vereador, que agora antecedeu o Senador Zequinha Marinho, de que ele próprio presidiu esta audiência pública que o Governo do estado realizou. Então, a Câmara Municipal de Portel tinha conhecimento, se manifestou e barrou.

Só que – importante aí –, do ponto de vista econômico também, porque o Senador Zequinha Marinho cobrou muito essa questão econômica, as unidades de conservação também são ativos econômicos; e até as unidades de proteção integral, se a gente falar nos parques nacionais, que tem esse potencial de visitação e de turismo muito grande, onde a gente tem uma boa infraestrutura e tem, inclusive, impacto sobre os municípios, e a gente pode citar desde Iguaçu, Tijuca e outros. Mas, principalmente no caso da Amazônia, onde a gente tem avançado com o manejo florestal, não só em escala industrial, mas também o manejo comunitário em unidades de conservação para os comunitários, no caso da Flona...

O SR. GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Caxiuanã.

A SRA. IARA VASCO – Caxiuanã?

Porque tem a Caxiuanã... Ah, então está errada, aqui, a grafia; mas tanto o Município Senador José Porfírio como o Município de Portel recebem recursos advindos da outorga do manejo florestal dessa Flona. Isso é muito importante, porque às vezes nem os próprios munícipes têm conhecimento de que esse recurso é um ingresso de recurso que é gerado nas unidades de conservação para benefício do município.

E, quando eu falo que a gente tem buscado essa evolução e esse aprimoramento constante, não é só nos procedimentos para a criação de unidades de conservação; a gente está trabalhando muito para ativar esse potencial econômico das unidades de conservação para gerar esses benefícios. A gente tem um legado de uma política que antes não trabalhava nessa perspectiva, mas a gente está muito empenhado em de fato ampliar a contribuição das unidades de conservação para além dos seus serviços ecossistêmicos.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar com vocês neste momento.

E o Daniel Castro vai assumir aqui em nome do ICMBio.

Muito obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Iara, muito obrigado pela participação da senhora como representante do ICMBio.

Então nós vamos substituir a senhora pelo...

A SRA. IARA VASCO (*Fora do microfone*.) – Daniel Castro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Daniel Castro, eu convido o senhor para participar aqui conosco, por gentileza. (*Pausa.*)

Tudo bem? Bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra imediatamente para o Sr. Vinicius Domingues Borba, Presidente da Associação de Produtores Rurais Independentes da Amazônia (Apria), que participa conosco, por videoconferência, pelo Zoom.

Vinicius, você tem cinco minutos para a sua exposição. (*Pausa.*)

Vinicius, abre o teu áudio aí que nós não estamos te escutando aqui. Vê se não está no mudo aí, no teu computador. (*Pausa.*)

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

Podem aumentar o volume dele, por gentileza?

Vamos fazer um teste aí.

Fala um, dois, três aí, Vinicius.

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA (*Por videoconferência*.) – Oi, oi, oi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pronto, estamos te ouvindo, sim.

Obrigado.

O SR. VINICIUS DOMINGUES BORBA (*Por videoconferência*.) – Senador Jorge Seif, Senador Zequinha Marinho, serei breve, porém muito contundente e verdadeiro, como o senhor, Senador Jorge Seif, foi na audiência pública de ontem, que lavou a alma de nós amazônidas. Tomara que a D. Iara esteja nos ouvindo, porque, a todo momento... Da mesma forma que o Jair Schmitt, do Ibama, Senador, tentou tirar o corpo fora: "Eu não tenho culpa, não foi ele, ninguém sabe de nada, é o Ideflor-Bio"... Acho que a gente tem que colocar aqui luz nessa situação toda.

E quem vai falar aqui é um brasileiro que vive na Amazônia há mais de 30 anos, que tem uma propriedade rural dentro de uma APA. Eu comprei uma propriedade rural, junto com a minha família, antes de ser criada a APA Triunfo do Xingu pelo Governo do estado, e sei bem, com o perdão da palavra, o inferno que é viver dentro de uma APA. O ICMBio, o Ideflor-Bio, a Funai, o Ibama – nem com tanto respeito, porque são órgãos a que não cabe nem respeito, porque eles não respeitam a gente – são tudo farinha do mesmo saco, Senador.

A gente não pode ficar aqui... Eu acho que já passou do tempo de palavrinhas bonitas e de discursos bonitos, como a D. Iara falou aí. Esse pessoal vive numa bolha criada por eles e alimentada por ONGs. Na verdade, o Ideflor-Bio, o ICMBio, Funai e Ibama são ONGs travestidas de institutos, fundações e autarquias. Por isso que eles são desvinculados da administração pública direta, porque não têm o dever moral e financeiro de prestar contas como outros órgãos teriam.

Então, é muito bonito um discurso desse, como o que a gente ouviu da servidora do ICMBio, de que "a natureza...". Chega a nos emocionar, mas o que não emociona são discursos como o do Gilmar, que são verdadeiros. Tudo além disso, Senadores e demais que nos assistem, são discursos vindos de uma bolha patrocinada e financiada por ONGs internacionais.

Então, todas essas unidades de conservação ambiental que foram criadas na Amazônia – e eu falo isso com a certeza de quem vive a realidade, de quem advoga há mais de 20 anos aqui somente nessa área – não foram criadas para fins ambientais. E uma explicação é clara: quando toda unidade de conservação ambiental é criada, os imóveis, as pessoas que ali vivem, tais quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as que o senhor ouviu ontem, Senador Jorge Seif, na Comissão de Direitos Humanos, pessoas que já viviam lá, aquelas áreas são declaradas de interesse público, de utilidade pública ou de interesse social, para que elas sejam indenizadas, realocadas, para que saiam daquelas áreas com dignidade, e aí sim o meio ambiente possa se fortalecer e florescer como esses "ambientaloides" aí querem.

Só que eles não cumprem nem o decreto de criação nas suas declarações de utilidade pública e interesse social. Aí fica o meio ambiente desassistido, fica a população que vive na cidade desassistida, fica o produtor rural que vive naquelas regiões desassistido, e só quem ganha são as COPs, são os fundos amazônicos, são os funcionários dessas ONGs travestidas de Ibama e Ideflor-Bio, que é tudo farinha do mesmo saco.

Então, a gente tem que parar de querer idolatrar e respeitar essa turma, porque o que eles estão fazendo na nossa região, Senador Jorge, Senador Zequinha, e todos que nos assistem? Eles estão sabotando a nossa Região Amazônica, pagos com dinheiro internacional. Então, na Comissão de Agricultura do Senado, não cabe passar pano para essa turma, que não passa de funcionários de ONGs. Basta ver o perfil. E aqui eu não vou ficar com muito dedo, muito respeitinho, porque essa senhora aí é uma funcionária pública, e eu sou patrão dela, como eu bem disse para o Presidente do Ibama. Então, não vamos ficar passando pano, porque eles são tudo farinha do mesmo saco. ISA, WWF, Greenpeace, Funai, Ibama e ICMBio, todos têm o mesmo objetivo, que é expulsar nós amazônidas. Até quando nós vamos ter audiências, no Senado, na Câmara, no Congresso, de amazônidas chorando, como eu já chorei aí de raiva na frente do Presidente do Ibama?

Eu acho que é hora de dar um basta. Eu acho que é hora de audiências como essas deixarem de existir e de colocar essas pessoas, esses funcionários de ONGs, como esse que está sentado do seu lado aí, Senador Jorge Seif – que não merece o meu respeito enquanto amazônida, porque ele não me respeita aqui –, nos seus devidos lugares, porque, se for bem avaliar, muitas dessas pessoas deveriam estar na cadeia, e não ao lado de Senadores honrados como o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vinicius, obrigado pela sua participação.

Eu vou passar para a Sra. Maria Eldiane Pinheiro, que é engenheira agrônoma e está aqui conosco presencialmente, especialista em regularização fundiária e ambiental, para a sua exposição.

Vinicius, o que eu posso falar contigo antes de passar a palavra para a Sra. Maria Eldiane? Eu não vou generalizar... Eu entendo a tua indignação, mas nós não podemos generalizar.

O que ocorre é que o Brasil, como falei no início da nossa audiência, infelizmente – infelizmente –, o Brasil hoje é o país com mais unidade de conservação, APA, APP, comunidade indígena, comunidade quilombola, comunidade da baleia, comunidade não sei quê. Então, o Brasil...

E eu faço um apelo para quem está nos assistindo: procurem a apresentação na Embrapa Territorial e vocês vão ver o disparate do que são as áreas de conservação, de tudo que é tipo de área, indígena, quilombola, APP, UC, enfim, de tudo que é tipo de proteção, o Brasil é o líder mundial de longe – de longe. Se você pegar todos os grandes países do mundo – estou falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de China, estou falando de Rússia, estou falando de Canadá, estou falando de Estados Unidos –, pode juntar todos eles, não têm 20% de áreas demarcadas como o Brasil. Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas é tudo demarcado. Não sobra nada para ninguém. É terra de ninguém, infelizmente, porque nós sabemos que essas áreas, no final, são usadas para tráfico de droga. Essas áreas são usadas para tráfico de arma. Essas áreas são usadas para exploração ilegal de ONG.

Nós aqui, Vinicius – e eu também faço um desafio a todos que estão nos assistindo –, tivemos a CPI das ONGs aqui, presidida pelo Plínio Valério, que é Senador do Amazonas, e pelo Senador Marcio Bittar, Senador pelo Acre, e nós vimos indígenas, sentados nessas cadeiras aqui, dizendo o que a Funai e as ONGs fazem com eles. Não é o Senador Jorge Seif que está falando. Eu estou falando do que eu assisti, do que eu ouvi, do que eu participei dentro do Senado da República.

Então, é lógico, a gente não vai, de forma nenhuma, ofender aqui o Daniel, nem a Iara. Não vou fazer isso, não é meu papel aqui, mas, de fato, existe um movimento no Brasil, especialmente liderado pela Marina Silva, como teve no passado pela Izabella Teixeira, que foram Ministras do Meio Ambiente do Governo Lula, em que realmente eles não estão nem aí para produtor rural. Eles não estão nem aí para ribeirinho. Eles não estão nem aí para quilombola e indígena.

Eu estou falando do que ouvi, não do que falam de bonito; do que eu ouvi de indígena aqui dentro, chorando, mostrando ferida no corpo, mostrando vídeo, passando fome, mostrando que eles plantavam mandioca e não sei o que para se manterem. E a Funai ia lá, desenterrava tudo e tocava fogo, porque eles têm que viver tipo animal, cercados, porque isso é uma narrativa internacional.

É lógico que tem WWF e Greenpeace... Eu não posso falar como Senador o que eu penso desse pessoal, mas tenham certeza de que é o pior lado do Senador Jorge Seif quando se fala de ONGs. Eu não respeito nenhuma delas – zero. "Ah, Seif, mas tem ONG boa que cuida de cachorro e gato." Tudo tem exceção, mas essas ONGs internacionais se instalam no Brasil para destruir o produtor rural, para sabotar a produção rural deste país, do povo, não só do povo amazônida, não; para sabotar nossa terra, para sabotar nosso país. Eu sei o que eu estou falando.

Então, eu entendo, Vinicius, a sua indignação. Não podemos aqui também colocar a culpa no Daniel. Ele é um servidor que está fazendo a parte dele, mas existe um movimento... E vocês têm que lembrar disso agora em outubro. "O que tem a ver isso Seif?". Cada Governo tem um *modus operandi*. Fale-me o que, no Governo do Presidente Bolsonaro, foi demarcado de terra indígena, de área de proteção permanente e de área de conservação? Falem aí uma, vocês que estão nos acompanhando da internet. Esse é o sistema de governo, é o Governo.

Ora bolas, se a Embrapa Territorial tem falado que o Brasil é o líder mundial em demarcação de tudo que é tipo de área e que não tem... Podem juntar os 200 países do mundo – sei lá quantos países tem, 230, sei lá –, juntem todos eles. Eu faço um desafio: botem aí no ChatGPT, no Gemini, no Grok... Todos eles unidos não têm metade do que o Brasil tem de área demarcada. É porque o Brasil é bonzinho e quer ser o modelo internacional? Para cima de mim? Isso é gente que está lá dentro da nossa Amazônia, onde vocês queriam plantar e colher,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubando o minério nosso, roubando o ouro, roubando o nióbio, roubando o grafeno, roubando terra-rara, entregando para outros países, como a China, explorarem o que é nosso. Enquanto isso, o Brasil tem que importar da Rússia, da Ucrânia e do Canadá produto para botar na terra, porque nós não podemos explorar, apesar de ter a maior reserva... Como é o nome do minério? (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A maior reserva de potássio do mundo está na Região Norte do Brasil. Aí sabem o que a gente faz? Importa da Ucrânia, importa do Canadá e importa da Rússia, porque a Funai, porque a WWF, porque o Greenpeace, porque os indígenas... Conversa! Mentira! Sabotagem! Eu sei do que eu estou falando.

Então, eu entendo a indignação dos senhores que estão nos assistindo. Em todo canto tem gente boa e ruim, não dá para generalizar. Não dá para pegar um servidor público para Cristo. Tem político bom, e tem político ladrão, tem político corrupto. Tem político que demarca terra indígena 24 horas, faz unidade de conservação 24 horas, e tem outro político que não faz nada, que não demarca uma terra. Então, tem tudo de tudo em tudo o que é lado: tem médico bom, médico ruim; professor bom, professor ruim; advogado bom, advogado ruim; servidor público bom, servidor público ruim.

Mas é isso. Vocês podem contar conosco aqui na Comissão de Agricultura, porque nós estamos vigilantes e, dentro das nossas atribuições, dentro do que nós podemos fazer, fazer debate, fazer esclarecimentos, ouvir todos os lados, fazer sessão temática no Senado, propor PDL para derrubar, por exemplo, demarcação... Nós podemos; Senador Zequinha vai fazer, tenho certeza, vai fazer PDL e o primeiro a assinar vai ser ele, e o segundo vou ser eu. Contem com esta Comissão e contem com esse Senador. Eu sou da bancada da agricultura.

Eu estou defendendo o desmatamento? Pelo amor de Deus, não! Não estou defendendo desmatamento, nem coisa ilegal, nem nada disso. Agora, o Brasil perdeu o bom senso há muito tempo, porque nós brasileiros – eu me incluo – escolhemos políticos errados durante muitos anos – agora nós temos acordado.

Eu quero ver quem está aqui votar em Lula – só se for louco; não vota. Está sofrendo na carne o que é repressão de estatal. Está sofrendo na carne. Vai votar no Lula? Boa sorte! Vota no Lula, porque aí Lula vem com Marina Silva de presente para você, vem com ISA. Eles são o que eu chamo aqui... O pessoal não gosta – é mês das mulheres, e eu respeito as mulheres –, mas a "globeleza" das ONGs no Brasil se chama Marina Silva. É assim que funciona.

Ela é, internacionalmente, "Nossa, Marina Silva, oh, protetora!". Agora vê, se ela vai no Acre se candidatar, se ela não toma pau lá. Não ganha! Tem que viajar para outro canto. Lá, no estado dela, ela não ganha não, porque o povo sabe quem ela é, mas tudo bem, já falei demais aqui.

Com a palavra, a Sra. Maria Eldiane Pinheiro Vales, para a sua exposição. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA ELDIANE PINHEIRO VALES – Boa tarde a todos.

Na explanação do ICMBio, ela informou que nós não tínhamos nenhum tipo de... (*Pausa.*)

Está ligado? Está, está ligado. Ah, tem que ser com raiva, né? Pode deixar. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou só demonstrar onde os dados estão inseridos, para que a gente tomasse conhecimento dessas informações.

Lá está o *link*, que são dados abertos do Ministério do Meio Ambiente, onde se informam as ações prioritárias. E aí, a gente tem... Esse é o desenho do Município de Senador José Porfírio. Para quem não sabe, é um município que é dividido em dois espaços. Então, nós temos do Rio Xingu, para cá, a parte de Senador que a gente chama, lá na região, de Assurini, tem a região do Assurini, enfim, várias comunidades, e o que eles chamam de Polo I, que é o lá de cima, o menor.

Esse é o um ou é o dois? Nunca lembro.

O SR. GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – É o um, o de cima...

O SR. JAMILTON DA COSTA ATAÍDE (*Fora do microfone*.) – É o um...

A SRA. MARIA ELDIANE PINHEIRO VALES – É o um, né? Está certo, então.

Essas nomenclaturas estão dentro do próprio *site* do Ministério do Meio Ambiente, que informa a gestão do ICMBio nas áreas, que está fazendo levantamentos e estudos para, então, poder estabelecer as criações de unidades de conservação.

Esse é o ponto principal desta Comissão, mas o que eu quero deixar claro aqui, como técnica da região, eu trabalho lá há dez anos, eu lido diretamente com o produtor rural todos os dias... Eu tenho, em média, ativos hoje, no meu escritório, 200 produtores rurais, com os quais a gente está trabalhando questões de financiamento rural, trabalho com crédito público, regularização fundiária, regularização ambiental.

Isso é importante, esta discussão aqui – eu fiquei extremamente feliz em poder vir falar os problemas que nós, como técnicos, como analistas, enfrentamos ao trabalhar no Estado do Pará –, porque você não consegue compreender, se você não for a campo, o sacrifício que é trabalhar naquela região. Eu não estou aqui politizando nem romantizando, mas eu estou falando a realidade técnica, a realidade financeira, a realidade até mesmo de assistência técnica, que nós não conseguimos, muitas vezes, mão de obra que consiga abarcar toda essa complexidade de demarcação, de classificação de sistemas, em que a gente tem que fazer levantamentos minuciosos para poder fechar um serviço e atender um produtor rural, seja ele de Senador José Porfírio, seja ele de Portel... Então, nós sempre temos essas dificuldades desses sistemas, dessas sobreposições.

Não tirando o foco, essa aqui é a região que vai ser impactada com a possível criação dessas unidades de conservação. Aliás, ela já está sendo. Por quê? Quando o Ministério do Meio Ambiente coloca esses dados no sistema, em um sistema que é consultado para uma possível emissão de título, esse título não sai. Eu não estou falando algo que alguém me contou; eu tenho inúmeros documentos que comprovam o que eu estou falando, porque eu trabalho em campo com isso, eu trabalho diretamente com essa análise.

Hoje mesmo, nós temos o sistema PGT, do Incra, no qual você consegue consultar, de forma *online*, com a senha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ELDIANE PINHEIRO VALES – ... com a senha do produtor rural e acessar quais são as pendências: sobreposição de unidade de conservação, pretensão de terra indígena...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? Esses pontos que vocês estão vendo são levantamentos que nós fizemos em campo de cada família. No processo de contestação da unidade de conservação em que o Ideflor-Bio, que é o instituto que faz a gestão das florestas no meu Estado do Pará, queria criar as unidades de conservação, a gente resolveu, os produtores rurais se uniram: "Não, a gente vai apresentar um estudo com pesquisa *in loco"*.

Nós temos declarações, relatórios, assinaturas, fotos, coordenadas de mais de 400 famílias, informando que nunca receberam visita, assistência técnica, que nunca receberam sequer a regularização fundiária que eles dizem que precisam, porque lá é assim: a nossa região é tão carente de informação e assistência técnica que eles acham que é o Incra que tem que ir lá e perguntar há quantos anos eles estão ocupando as áreas e fazer então cadastro para possivelmente fazer o seu assentamento, se for em área de assentamento, ou georreferenciamento, se for em área que eles chamam de Terra Legal, que é o antigo sistema Sigef, em que a gente faz a solicitação de titulação das áreas.

Esse desenho em verde é tudo área do Sistema Florestal Brasileiro, cadastrado lá no Sistema Florestal Brasileiro. Esse é o Estado do Pará hoje, com unidade de conservação federal, estadual, municipal, terra indígena, Sistema Florestal Brasileiro. Acredito que tem mais algum, temos a legenda ali. E essa é a nossa região, essa em laranja é a nossa região em áreas consolidadas. Nós temos... Isso aqui era só para eu lembrar, quando fosse falar a vocês.

Aqui, esse número, esses em rosa são as unidades de conservação federal, de gestão do ICMBio. Esses são os anos de criação dela. Esses desenhos sobre elas são georreferenciamento, processo de regularização fundiária. O Snuc, que regula a criação dessas unidades de conservação, prevê que a unidade de conservação deve gerar cotas para serem comercializadas, e essas cotas, convertidas em prioridade: regularização fundiária. Não vemos isso. A Flona, de que ela falou, Caxiuanã, 1961, não tem regularização fundiária dentro dela, dos imóveis particulares, mas eu conheço proprietários rurais que trabalham até hoje lá dentro, com suas escrituras, mas nunca tiveram um recorte dos seus limites. Porque, além de tudo, o Snuc prevê que, quem ocupa anteriormente à criação da unidade de conservação, pode pedir o recorte dos limites, para rever se está sobrepondo o direito das pessoas, do proprietário que tem a documentação que comprova a posse mansa e pacífica, que tem documentação que comprova. Mas imagina que o Snuc fala isso e vem uma instrução normativa e diz que não é assim que funciona, que, se for de interesse do Governo, do poder público, ele vai ficar lá e vai esperar um dia sair de lá com uma possível indenização, com uma possível realocação em outra área.

Então, todas essas unidades de conservação já estão homologadas e são de gestão do ICMBio. Não vemos regularização fundiária. Se esses produtores deviam estar recebendo, essas regiões deveriam estar recebendo esses recursos, os produtores que eu atendo, que estão nessa região, nunca me informaram sobre regularização fundiária ou mesmo sobre recebimento de algum recurso no sentido de benefício pelo crédito de carbono, cota ambiental, enfim.

Existem os cadastros, cadastros estaduais, lá no Estado do Pará, pela Semas, mas ainda não está funcionando para quem trabalha – eu estou misturando um pouco as informações – nas unidades de conservação estaduais; quanto à federal, eu desconheço se alguém tenha acesso.

Esses em verde são todos os processos de regularização em andamento, regularização fundiária em andamento, hoje, lá na região. Mas são processos que ainda estão em análise pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incra. Isso quer dizer que nenhuma dessas pessoas, ainda, recebeu os seus títulos. Nenhuma dessas pessoas.

Esse é o Estado do Pará hoje, com as pretensões de unidade de conservação, com as unidades de conservação já estabelecidas, com o georreferenciamento em andamento, que essas titulações levam... Eu tenho o histórico de georreferenciamento de 2008 e não tem resposta. Está embargado, não... está retido. Não consegue ser emitido o título por causa desses conflitos de sobreposição de área.

Acho que é só. Deixe-me ver se tem mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Maria Eldiane, já são quase 4 horas. Eu vou pedir para a senhora terminar a sua fala em 3 minutos, por gentileza.

A SRA. MARIA ELDIANE PINHEIRO VALES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Porque ainda temos o Marcelo para ouvir e também o Daniel de Castro, se quiser se manifestar. Já já vai começar o nosso Plenário.

A SRA. MARIA ELDIANE PINHEIRO VALES – Certo.

Então, o que eu quero trazer aqui não é só a questão do problema que estamos vivendo, mas sim da solução. Não é o ICMBio somente, não é o Ibama somente, não é a Semas somente, mas a nossa legislação precisa ser modificada, revista, porque quem está lá dentro trabalhando é que está sofrendo esses impactos.

Muitas vezes – eu sempre falo isso para os meus produtores rurais –, é difícil para um gestor ter o conhecimento de tudo que está acontecendo dentro daquele órgão que ele administra. Então, nós temos técnicos, analistas, enfim, uma infinidade de coisas para verificar, mas é importante que os órgãos comecem a conversar entre si. Nós temos sobreposições do ICMBio de áreas de conservação, de propostas de unidade de conservação, sobrepondo áreas de interesse do Ideflor. Então, eles falam "vamos resolver", mas não retiram os polígonos dos sistemas. Então, ou os órgãos começam a se organizar administrativamente para que essa bagunça de polígonos, de sobreposição, que impede a regularização fundiária, ambiental, o acesso ao crédito, termine... E, além do mais, a gente precisa também que essa legislação, como eu disse, seja revista, e seja consultado quem realmente está lá dentro do campo trabalhando para ver o que essa população especificamente precisa. E, quem sabe, até o próprio produtor rural receber por esses créditos, ele ser o gestor. Porque já existe uma legislação ambiental que o produtor rural tem que seguir. Por que não ele ser o gestor, ele ser o responsável? A responsabilização já existe: infração, embargo, processo judicial, ação civil pública.

O produtor rural paga caro para trabalhar na Amazônia, mas, pelo que eu estudei e conheço, não é um simples trabalho, é uma paixão, é uma forma de vida. Então, eles não sabem fazer outra coisa, eles só sabem fazer isto: produzir. Seja...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ELDIANE PINHEIRO VALES – Bem, era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado pela...

(*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Maria Eldiane, obrigado pela sua contribuição.

Também quero deixar à disposição aqui, em nome do Senador Zequinha Marinho e da CRA, que vocês, quando identificarem esse tipo de conflito, proponham legislação, nos ajudem. Como vocês estão lá na ponta – é como a senhora disse: a senhora vive uma realidade, ouve a realidade, vê realmente o que acontece, especialmente na questão burocrática –, pensem, nos ajudem. Façam uma... Tem uma... É SUG, que nós chamamos, não é? Sugestão de legislação, que nós colocamos aqui em debate, vamos procurar outros Senadores, passa pela CRA, depois passa pela CCJ. Porque o Incra... Parece-me que nós estamos com um problema no Incra há décadas.

O Incra, infelizmente, é ineficiente e ineficaz. Há muitos anos. E, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) também é muito demorado. Tudo é muito demorado. Então, nós somos absorvidos e entramos, às vezes, em conflitos por conta do excesso de burocracia do Estado brasileiro. E quem sofre com isso é o cidadão lá na ponta, sendo penalizado, sofrendo sanção, sofrendo multa, sofrendo embargo, queimando casa das pessoas, queimando trator, queimando equipamento. Então, nos ajudem. Eu faço esse apelo a você, como uma pessoa que conhece as dores do produtor lá na ponta. Estamos à disposição aqui, caso queira dar uma sugestão de legislação.

Eu passo a palavra, imediatamente, para o Marcelo Norkey Duarte Pereira, que é membro do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu e da Estação Ecológica Terra do Meio.

Marcelo, hoje eu preciso limitar em cinco minutos, realmente, porque nós vamos começar já, já o Plenário do Senado, e a gente tem que encerrar todas as audiências e Comissões antes de iniciar lá o Período do Expediente.

A palavra está contigo, meu amigo.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Jorge Seif, agradecer ao Senador Zequinha Marinho, também cumprimentar aqui a Doutora, todas as mulheres que estão aqui no mês da mulher – semana passada tivemos o Dia da Mulher – e cumprimentar, na pessoa da Maria, as mulheres não só daqui, mas todas as que estão nos assistindo.

Eu queria, principalmente, chamar à reflexão, aqui, o homem do campo, do Pará, os dois Vereadores... Nós temos aqui – na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – muita gente nos assistindo, principalmente produtores rurais. Vamos repetir agora em outubro. Eu estou em duas audiências públicas, praticamente, ontem e hoje, só para tratar de questões de unidades de conservação.

Infelizmente, ontem eu fui tratar de um problema de 21 anos, que foi criado quando foi criado o Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, e a gente se emocionou ontem, foi uma fala muito forte das pessoas que sofrem até hoje pela criação das unidades de conservação de forma totalmente – como eu vou dizer? – ilegal.

Não é falar contra a criação de unidades de conservação, Senador, até porque, para corroborar com a sua fala, o Brasil não é o país que mais tem unidades de conservação, não é esse o problema. Nós somos o único país que preservamos áreas de potencial produtivo, onde tem água, onde tem sol, onde tem solo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A China tem uma imensa unidade de conservação, mas é o Deserto de Gobi. Nos Estados Unidos, o Alasca, que é gelado; na Rússia, a Sibéria; na Europa, serras. E aqui nós preservamos, nós impedimos o desenvolvimento do futuro da nossa poupança. Nós não podemos passar uma estrada, porque criamos unidade de conservação onde deveria ter uma estrada.

A Amazônia tem quatro potenciais que só o Brasil tem. Os Estados Unidos têm a sua tecnologia, o Japão tem tecnologia, a Venezuela tem petróleo, o Irã tem petróleo. Todo mundo tem o seu benefício. Nós temos a Amazônia, Senador. O único país do mundo que conseguiu transformar uma floresta tropical em um potencial produtivo foi o Brasil, porque nós temos homens que vieram do Sul e do Sudeste para fazer isso. Nós temos sol, nós temos água, e eu sou produtor rural.

No ano passado, eu plantei mais de 50 mil árvores na região da Vila Canopus, lá onde eu moro, na Terra do Meio, na APA Triunfo do Xingu. Eu tenho um viveiro de mudas, e eu não posso usar as mudas legalmente, porque eu não consigo legalizar um viveiro de mudas para plantar mudas de floresta, porque eu estou dentro de uma APA, eu moro dentro de uma APA. Ela foi criada e, quando foi criada, eu lembro que a pessoa que cria também a unidade de conservação do Estado do Pará, Crisomar Lobato, fez uma audiência pública e falou assim: "Todo mundo daqui vai morar num paraíso. Isso aqui vai ser uma maravilha, nós vamos ter asfalto aqui para vocês", isso em 2005 ou 2006. Aí ninguém quis, aí ele falou assim: "Mas olhem o seguinte", e ninguém queria essa unidade de conservação. Ele falou assim: "É o seguinte: ou vocês criam uma APA, que realmente é a unidade de conservação menos restritiva do nosso código, da nossa Lei do Snuc, ou vamos criar aqui uma estação ecológica". Pronto, falei: "Esse é o motivo para a gente criar uma APA então". Já que é para cair no fogo, vamos pelo menos sair de cima de uma estação ecológica, que era o caso daquelas pessoas ontem.

Quando se cria uma unidade de conservação como uma APA, como a Doutora falou, realmente no começo você pensa até que ela é branda. Porém, você tem já no início um problema: os bancos já começam a cobrar um imposto, um juro mais alto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – ... porque você está em uma área de preservação. Até você explicar: vamos esperar um plano de manejo. Tá, o ICMBio tem uma APA aqui no Tapajós. Ela foi criada, Senador, em 2006 e até hoje não tem plano de manejo. O plano de manejo é a regra interna da unidade de conservação. Tem também a APA dos Meandros do Rio Araguaia, criada em 1998, até hoje não tem plano de manejo. Não tem dinheiro!

O TCU, em 2019, Senador, fez todo um estudo, uma auditoria sobre unidade de conservação do Brasil e não tem recurso, não tem dinheiro para fazer gestão. O problema não é criar a unidade de conservação; é criar unidade de conservação onde vai passar uma estrada, onde pode produzir soja, milho, algodão, onde tem minério.

Se você comparar os depósitos minerais já descobertos no Brasil, Senador, aí sim – aí sim! – é um golpe contra o Brasil. Uma vez eu peguei um geólogo e nós colocamos todas as maiores reservas conhecidas de minério do Brasil pela CPRM e colocamos sobrepostas ao Brasil as unidades de conservação, adivinhe o que aconteceu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Em número, gênero e grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão lá, é só olhar, é público. Vocês podem entrar no Sigmine, da ANM, e pedir isso aqui, o Senado pode pedir isso. Então, é assim que funciona.

E, Doutora, eu só tenho uma questão, para finalizar a minha fala, que é importante.

Não é, Senador, que nós estamos aqui atrás de regulação fundiária, não. Regulação fundiária hoje até que é possível, mas, na minha região, ninguém quer regulação fundiária. Se eu chegar lá, no Iterpa, hoje, para regularizar, você não vai regularizar uma propriedade. Por quê? Porque as pessoas não querem regularizar qualquer propriedade. Você tem que ter, no mínimo, o direito de usar 50% da sua área. A reserva legal do nosso estado, que é um estado que tem os marcos de zoneamento, que já tem áreas protegidas demais – mais de 65% de unidade de conservação, de áreas protegidas –, não tem mais necessidade de você ter uma reserva legal de 80%. O próprio Código Florestal brasileiro autoriza. O que é que falta? Não adianta você regularizar. Para quê? Para receber uma multa? Para receber um PRA, em que você vai perder R$1 milhão, R$2, R$3 milhões? Alguém já fez o cálculo das áreas que poderiam ser tituladas no Brasil, na Amazônia, e hoje estão embargadas porque ele desmatou mais do que 50%? Não estou falando a área toda, não, mas quem desmatou mais de 50%, que tem de 50% a 80%. Esses 30% que hoje estão embargados – na maioria, da Amazônia – se essas pessoas fizessem um cálculo de quantos hectares... Na minha região, é R$50 mil o alqueire. Acho que nós temos aí, tranquilamente, uns quatro milhões de hectares de alqueire, uns 20 milhões de hectares hoje, embargados na Amazônia. Quanto é que vale isso? Qual é o embargado? Qual é o valor de terra? Qual é o potencial? Qual é o ativo dos produtores rurais que hoje estão embargados, que eles não podem usar e podem ser multados? Eu acho que é uma conta trilionária.

Nós temos que criar uma legislação, como o senhor falou, para resolver isso. Nós não podemos deixar o Governo Federal, não podemos deixar o Governo do estado, os Poderes federais, o Executivo criar unidade de conservação. Ainda mais aqui de Brasília, que não sabe nem o que acontece lá em Portel. Ele não sabe. Eu duvido que ele saiba mesmo que o pessoal de Portel toma um açaí sem açúcar. Come é com peixe. A diferença é muito grande.

Então, nós não podemos aceitar mais, num Brasil como o nosso, que o Senado Federal, o Congresso Nacional autorize os Governos Executivos a criarem unidade de conservação sem passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Está aí uma PEC, uma proposta de emenda à constituição. Isso aí pode resolver o problema. Mas se o Pará, se a Amazônia não souber votar, não souber escolher bem seus Senadores, seus Deputados Federais, o Congresso Nacional, aí nós estamos ferrados. Aí é o fim. E todos esses R$1 trilhão em terras e o nosso potencial do Brasil do futuro, dos nossos filhos, vão ser engessados.

Então, eu peço ao Senador que assine a Emenda Constitucional 24, de 2025, para que a gente possa salvar a nossa Amazônia e o futuro do nosso país. Não é para parar de preservar, não. É para criar, mas criar bem-feito. Criar aqui, como nós estamos fazendo, uma audiência pública lá, discutir, discutir com os Senadores. É porque a Constituição fala que o direito emana do povo. E no Brasil esse poder é repassado para esses homens que estão aqui: os Senadores, os Deputados Federais. E é para isso que a Constituição fala que toda terra pública, para ser destinada ou ser criada unidade de conservação da terra indígena, tem que passar pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional. E há muito tempo uma questão inconstitucional acontece: é que o Executivo burla tudo e cria terra indígena, cria tudo isso sem passar pelos representantes do povo, que é o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

E espero que, no futuro, nós tenhamos um Brasil melhor e uma Amazônia realmente produtiva e que faça bem não só ao Brasil, mas ao mundo, , e que seja preservada, mas que, primeiramente, traga dignidade para a pessoa humana, porque esse é o princípio básico da nossa Constituição de 1988.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Marcelo.

Eu concedo a palavra, para as suas considerações, ao Daniel de Castro, que é da Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio.

Obrigado pela sua participação. A palavra está com o senhor por cinco minutos.

O SR. DANIEL DE MIRANDA PINTO DE CASTRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento a mesa aqui, na pessoa do senhor, e os demais participantes aqui da plenária, a todos que estão nos ouvindo.

Eu vou ser bem breve, porque a Iara trouxe os esclarecimentos que foram pedidos aqui por esta audiência, com uma pauta bem específica sobre um tipo de unidade de conservação que a gente tem, que é a APA. Eu acho importante deixar claro que esse tipo de unidade... Como já foi dito aqui por alguns membros, esse tipo de unidade é o tipo de unidade menos restritivo que tem; e ela visa, quando criada no âmbito do Governo Federal, trazer a força ali do poder federal para a região, para ajudar a observar aquele território, mas ela permite, sim, estrada, permite, sim, extração mineral, ela permite até uma indústria dentro de uma APA, e a gente tem exemplos disso. Então, quando se vai debater unidade de conservação, é importante, de fato, saber sobre qual tipo de unidade a gente está conversando.

Concordo plenamente com o que o Marcelo disse aqui a respeito do bom debate, do diálogo. A fala da Maria Eldiane também foi muito importante nesse sentido do diálogo interinstitucional. E, para criar unidade hoje, como foi dito pela Iara aqui à mesa, a gente tem procurado isto, de fato e de verdade: conversar tanto em reuniões setoriais, que ocorrem antes de consultas públicas, como na promoção de consultas públicas.

E aí repito e trago de volta o convite que a Iara fez aqui para qualquer Senador e qualquer Deputado que quiser estar com a gente. Inclusive agora, lá no ICMBio, tem um Deputado conversando sobre as unidades do Sul do país, e a gente está à disposição. A ideia é que, de fato... A gente acredita que, quanto maior o diálogo, melhor a criação, melhor vai ser o olhar para aquele território.

O que a gente traz enquanto órgão ambiental... Por ser um órgão ambiental, a gente tem essa vertente ambiental, a gente puxa, vamos dizer assim, para o lado ambiental, mas, na criação das unidades, a gente pensa num tripé, que é o tripé social, ambiental e econômico, acreditando que esse tripé é o tripé que traz sustentabilidade para o território. Então, trazemos o debate ambiental para que, junto com o debate social e com o debate econômico, consigamos pensar um Brasil melhor para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O debate ambiental trabalha muito com o futuro e, de fato, quando pensamos essas áreas, queremos proteger a natureza para os nossos filhos e netos, para as nossas futuras gerações, e acreditamos, sim, que isso precisa ser debatido com a área ambiental, com a área social, com a área econômica, para que juntos a gente tenha um Brasil, de fato, melhor.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Daniel, muito obrigado por suas considerações.

Nós estamos chegando no final da nossa audiência pública e, por deferência ao proponente, o Senador Zequinha Marinho, que me deu a honra de substituí-lo hoje, sobre esse tema com que nós estamos sempre preocupados, debatendo, pensando, ouvindo – ouvindo o pessoal do Instituto Pensar Agro (IPA), a CNA, a Frente da Agropecuária –, quero passar para o senhor, Senador Zequinha, para as suas considerações finais.

Já agradeço às senhoras e aos senhores que estão aqui conosco desde o início da audiência e também aos expositores. Obrigado por terem vindo de tão longe.

Obrigado também ao ICMBio, que enviou aqui a Sra. Iara e o Sr. Daniel para nos ajudar.

Lamento profundamente a ausência do representante do Governo do estado, afinal de contas, o que ficou muito claro para todos nós é que o motivo da nossa audiência pública, desse conflito, dessa insegurança realmente foram áreas que estão sendo demarcadas pelo Governo do Estado do Pará e não pelo ICMBio. Apesar de terem interlocução, apesar de ter servidores, lá no Pará, do ICMBio e do Ibama, da guarda nacional, da Polícia Federal, da Funai, etc. – porque tem que ter realmente –, especificamente desse tema de que nós estamos tratando nesta audiência pública, foi uma demanda do Governo do Estado do Pará e não do Governo Federal, do ICMBio.

Senador Zequinha, passo a palavra para o senhor, para suas considerações finais.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Meu Presidente, gratidão pela sua participação, pelo seu trabalho, sempre, sempre muito firme, muito determinado, numa comunhão de pensamentos, de ideias, da liberdade daqueles que querem produzir.

É muito difícil, para um país ou para uma sociedade, ter que estar se ajoelhando todo dia para pedir permissão para produzir, principalmente para um grupo político que não tem histórico de produção, em lugar nenhum do mundo, nem aqui no Brasil. Mas é a vida! Tudo isso tem solução quando o cidadão toma consciência e sabe o que fazer na hora certa. É esse o desafio do brasileiro neste momento. O pessoal que mora na Amazônia, então, precisa fazer uma senhora reflexão.

Quero agradecer a todos os nossos convidados que vieram de longe: Marcelo Norkey, que aproveitou, desde ontem, para contribuir lá na CDH; agradecer ao Jamil, nosso Vereador de Senador José Porfírio; agradecer ao nosso grande Vereador e Presidente da Câmara de Portel, Charles Gonçalves – muito obrigado, Charles, sua palavra foi muito decisiva e importante neste momento –; agradecer à Doutora que fez a exposição, a Dra. Maria – foi muito importante.

E aí eu quero fazer um acordo aqui com o Daniel – quando terminar esta reunião –, Maria, Jamil, Gilmar. Eu queria que vocês voltassem ao gabinete para a gente fazer uma videoconferência entre nós lá, porque nós precisamos avançar com isso. Se nós temos áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impactadas, seja lá por que motivo for ou que órgão for do Governo, a gente tem que se pronunciar, a gente tem que se movimentar e a gente tem que buscar a saída para isso. E eu quero fazer essa reunião, daqui a pouco, através de videoconferência, lá no gabinete.

Quero agradecer também ao que participou brilhantemente, de forma remota, o Dr. Vinicius Borba, e ao ICMBio, através da Dra. Iara e através do Dr. Daniel, que estão aí, que foram nos ouvir.

Olhem, a nossa angústia é muito grande. Vocês fazem parte de uma estrutura e vocês não têm culpa disso, vocês são servidores públicos, estão lá para desenvolver. Agora nós entendemos além dos muros do ICMBio e de todas as instituições ligadas a ele, e a coisa não se resume apenas a uma questão nacional.

Já dá para desconfiar, quando o Senador Seif colocou com muita propriedade que não tem país no mundo igual à gente, com tanta preservação. Não tem, não existe. Eu acho que é hora do próprio ICMBio, do próprio Governo... Eu acho que o ser humano tem uma hora que tem que fazer uma reflexão, uma autocrítica: "O que eu estou fazendo? O que eu estou fazendo é importante? Poxa, nós estamos matando gente de fome para poder fazer o que nós estamos fazendo".

O Estado do Pará é um colosso, no entanto, hoje, pelo IBGE, pelo Banco Mundial, somos o campeão nacional da insegurança alimentar. Insegurança alimentar é um nome bonito para uma situação complicada, que é fome, é falta de comida. Como é que se passa fome no Pará? Dá para explicar um negócio desse? Claro, um Governo que não liga para ninguém, gasta com qualquer coisa não tem problema nenhum. Ele está tranquilo, fazendo festa, fazendo grandes eventos, aparecendo, enganando todos os desavisados.

Agora, poxa, para quem realmente pensa, não dá para você permitir ser, hoje, o estado que mais tem insegurança alimentar no país. Ganhamos de longe do Nordeste. Antigamente só se pensava no Nordeste, no Piauí, sei lá. Não, hoje é no Pará. Chuva, terra, sol, tudo. Mas essa política nefasta, tanto do Governo do estado quanto do Governo Federal, está levando esse estado à desgraça.

Há uma insegurança jurídica violenta no campo, o produtor não sabe o que fazer, se planta ou se não planta... Ontem, houve o testemunho de uma pessoa ouvida lá, que estava fazendo muda de cacau: o ICMBio chegou, destruiu tudo, levou o que estava lá, botou fogo na casa. Não é papel de governo fazer isso.

Por que nós não vamos cuidar dos morros do Rio de Janeiro, do crime organizado que está dominando a Amazônia? Quer dizer, enquanto a polícia toma conta do coitado do produtor... Porque é facinho de prender um produtor, é facinho de botar fogo na casa dele, ele está lá, trabalhando. Agora por que não acha o traficante que está enchendo as cidades de droga, alugando os meninos, botando todo mundo para trabalhar? Lá em Belém, se você tiver uma lojinha com uma porta de dois metros, a tabela é tanto, você tem que pagar pela segurança dada pelo pessoal da milícia. Já pensou que situação? Acho que não é só o Belém não, a Amazônia está toda assim. Por quê? Porque a força policial está focada no lado errado. Enquanto trabalha contra a produção, criminalizando, perseguindo, destruindo, o crime organizado avança violentamente com toda a tranquilidade do mundo – com toda a tranquilidade do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pensar, vamos fazer uma autocrítica. O que nossos órgãos pagos pelo erário estão fazendo neste momento?

Então eu quero pedir à Maria, ao Gilmar, ao Jamil essa reuniãozinha lá no gabinete, a gente vai fazer por videoconferência, porque nós precisamos dar encaminhamento nisso, reconhecendo exatamente cada área afetada pelas ações, seja do ICMBio, seja do MDA, seja do MMA.

Enfim, muito obrigado, meu Presidente, muito obrigado a todos, muito obrigado aos seus assessores, muito obrigado ao Pedro, nosso Coordenador da Secretaria da CRA.

Um abraço a todo mundo. Que a gente possa estar presencialmente na outra semana, dando sequência a nossa luta, ao nosso trabalho aí, fazendo a CRA desempenhar o seu papel.

Boa tarde!

Sucesso a todo mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Zequinha.

Pessoal, quero só fazer mais um agradecimento aqui à Iara Vasco, que é Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio; ao Daniel de Castro, que a está aqui representando, já que ela teve um outro compromisso; quero agradecer ao Jamilton da Costa, que é Vereador lá de Senador José Porfírio; quero agradecer também ao Charles Gonçalves, que também participou conosco; quero agradecer ao Vinicius Domingues Borba, que é Presidente da Associação de Produtores Rurais; quero agradecer ao Marcelo Norkey, que é membro do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu; quero agradecer à Maria Eldiane, pelo esclarecimento, pelos mapas, mostrando a fragilidade, especialmente a fragilidade em relação à segurança jurídica, que as pessoas não têm hoje. Eu também já a convidei, junto com os demais, para proporem novas legislações, para a gente tentar ajudar aqui no Senado, para a gente ajudar, na verdade. Quero agradecer também ao Gilmar Rodrigues de Oliveira, que é Líder do Movimento Aliança Rural, e, logicamente, ao nosso querido amigo, Presidente da nossa CRA, lutador pelo Pará, lutador da agricultura, Senador Zequinha Marinho. Agradeço aqui a toda a nossa assessoria, às pessoas que nos acompanharam, aos representantes aqui de ministérios também.

Agradeço a presença das senhoras e dos senhores, dos nossos oradores, dos participantes, de todo mundo, de todos os grupos e, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a Deus por esta audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Angelo Coronel, Laércio Oliveira, Alan Rick, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Esperidião Amin, Wilder Morais, Romário, Eduardo Braga e Nelsinho Trad. Deixa de comparecer o Senador Beto Faro. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião destinada à instalação dos trabalhos e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2023/2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Chico Rodrigues comunica o recebimento do Ofício nº 8, de 2023, subscrito pelo Senador Oriovisto Guimarães, Líder do Podemos, que indica o Senador Carlos Viana para a Presidência da Comissão. Com anuência do Plenário, a presidência proclama eleito, por aclamação, o Senador Carlos Viana (Podemos/MG), Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2023/2024. Não havendo indicação, a eleição de Vice-Presidente da CCT é adiada. O Senador Astronauta Marcos Pontes solicita que seja consignado em ata a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo Partido Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, na votação para presidente da Comissão, manifestando a discordância pela forma como estão sendo conduzidas as eleições para a Presidência das Comissões, contrário ao que preconiza a Constituição Federal. O Presidente, Senador Carlos Viana, e os Senadores Izalci Lucas, Rodrigo Cunha e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2023-2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Há sobre a mesa Ofício nº 8, de 2023, subscrito pelo Senador Oriovisto Guimarães, Líder do Podemos, que indica o Senador Carlos Viana para a Presidência da Comissão.

Não havendo indicação para a Vice-Presidência, faremos apenas a eleição para o cargo de Presidente.

Consulto o Plenário se podemos proceder à eleição do Senador Carlos Viana por aclamação.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Peço pela ordem, nos termos do disposto no art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, para manifestar a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo Partido Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, na forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões no Senado Federal.

O Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, em seu discurso de posse, afirmou:

> O Brasil precisa mesmo de pacificação. Os Poderes da República precisam trabalhar em harmonia, buscando consenso pelo diálogo. Os entes federativos devem atuar de modo sincronizado para que políticas públicas possam, efetivamente, chegar à população. O Senado Federal também precisa de pacificação para bem desempenhar suas funções de legislar e de fiscalizar. Os interesses do país estão além e acima de questões partidárias, e nós, Senadores e Senadoras, precisamos nos unir pelo Brasil. [...] Pacificação é buscar cooperação. Pacificação é lutar pela verdade. Pacificação é abandonar o discurso de nós contra eles e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só.

Infelizmente, o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado Federal é exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º, do art. 58, da nossa Constituição Federal, o qual é cristalino em determinar que, na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. Na oportunidade, cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível", constante no artigo, é para garantir que, havendo um número maior de partidos ou blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade, mas não é o caso. Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco da Casa, o que garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, é importante observar que, na Comissão, diferentemente do que ocorre no Plenário, não há maioria dos membros; pelo contrário, os membros da Comissão são compostos pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente já que possui menos membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda, em nome de todos os nossos membros, informo que vamos nos abster de participar da votação por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade conforme determina a Constituição Federal. Registra-se que não é nada pessoal com os Senadores que estão compondo a chapa para a Presidência da Comissão, mas, sim, pela forma como estão sendo conduzidas as eleições para a Presidência das Comissões, contrário ao que preconiza a nossa Constituição Federal. Ademais, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das presidências das Comissões.

Ante o exposto, peço que registre em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e Novo, na votação para Presidente da Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Informo a V. Exa., nobre Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes, que será constado em ata o pleito apresentado por V. Exa. na ocasião desta eleição.

Consulto novamente o Plenário se podemos proceder à eleição do Senador Carlos Viana por aclamação. (*Pausa.*)

Havendo acordo, com a anuência das Sras. e Srs. Senadores, proclamo eleito, por aclamação, o Senador Carlos Viana, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Convido o Sr. Senador Carlos Viana para ocupar a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos os presentes, primeiramente, a todas as mulheres nossa homenagem, nosso aplauso pelo Dia Internacional das Mulheres e o nosso agradecimento a todas as servidoras do Senado, a todas aquelas que nos acompanham nesse dia em que a sociedade brasileira, o mundo todo precisa repensar a igualdade de gênero. Sintam-se aqui todas abraçadas e aplaudidas por nós que estamos acompanhando.

Quero agradecer aos Srs. Senadores que estão presentes, ao Marcos Pontes. Entendo perfeitamente o discurso de V. Exa. É natural desta Casa que nós tenhamos o respeito democrático. A abstenção gostaria eu que não existisse, para que pudéssemos ter aqui um consenso, mas V. Exa. é um dos nossos membros ilustres, um dos que pode nos levar, inclusive, a caminhos muito mais altos, a altitudes maiores na pesquisa da ciência e da tecnologia; e sinta-se abraçado em qualquer momento. Como Presidente, quero estar aqui com ouvidos, o tempo todo, abertos para que possamos trabalhar conjuntamente, deixando de lado as nossas querelas políticas.

Ao Senador Izalci meu agradecimento. Mineiro, como eu, de Araújos, com quem tenho aprendido e aprendido muito grandemente, nesses últimos quatro anos. Meu muito obrigado pela presença. Estamos aqui firmes em direção a isso.

Meu ilustre Senador do Estado de Alagoas, Presidente também de várias Comissões, jovem, de quem, inclusive, às vezes, eu tenho um pouco de ciúme, porque a minha mulher é fã do seu trabalho e da sua rede social. (*Risos.*)

Ela comenta sempre como sendo um exemplo de rede social. Ele ainda está com os cabelos pretos de natureza. Nós ainda não precisamos da tecnologia para esconder um pouco o tempo de que estamos falando. Meu muito obrigado.

Vou abrir a palavra aos Srs. Senadores que queiram se manifestar desde já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero cumprimentá-lo pela eleição, cumprimentar aqui meus colegas, tanto o Rodrigo, que foi meu colega no PSDB e também Presidente desta Comissão. Foi quando se afastou para ser candidato ao governo, e fez uma bela campanha, e está de volta aqui. E quem ganha com isso é o Congresso Nacional, em especial, o Senado.

Presidente, está aqui também o nosso ex-Ministro Marcos Pontes, que também, na área de ciência e tecnologia, foi Ministro durante o mandato passado e que teve uma atuação brilhante com relação aos projetos da ciência e tecnologia.

Desde quando entrei no Congresso, como Deputado, sempre presidi a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é onde temos trabalhado, em conjunto com a CCT, porque nós ainda temos uma dificuldade nessa área. Nós aprovamos a lei de minha autoria, a 177, proibindo o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é o principal financiador da estrutura que nós temos hoje neste país, mas sempre tivemos dificuldade de implementação, sempre um adiamento, sempre uma forma... Por exemplo, a parte reembolsável, a taxa de juros é maior do que a do próprio mercado. Se você for em qualquer banco particular, a taxa de juros é menor do que a do FNDCT, da Finep. Então, tivemos, durante esse período toda, essa luta. Aqui no Congresso, foi aprovado por unanimidade, tanto na Câmara, quanto no Senado.

Estive agora, recentemente, no ministério e houve o compromisso. Devem estar encaminhando, espero que seja o mais rápido possível, até porque já apresentei projeto, primeiro, mudando a taxa de juros – o que era fundamental; hoje é inconcebível você cobrar mais do que o mercado – e recompondo o recurso do FNDCT, que são 4,2 bilhões que foram retirados do orçamento para serem parcelados em vários anos, e caducou a medida provisória. E, com isso, o Governo assumiu o compromisso, já anunciou na imprensa, que estaria encaminhando para cá.

Então, só para dizer da importância desta Comissão. V. Exa. vai ter um papel fundamental, porque é uma briga de convencimento, porque nós precisamos pensar no futuro, precisamos formar esse jovem que está aí. Nós temos hoje milhões, quase milhões de vagas, na área de tecnologia, para serem ocupadas, e não tem mão de obra qualificada, e aqueles que são qualificados estão concorrendo, agora, com as empresas do exterior, internacional. Aí fica difícil para o Brasil competir com elas. Então, temos que dar uma atenção.

Fico feliz com o reajuste, que não é o ideal, mas pelo menos teve um, na questão do CNPq, que também era incrível, não é? Você pagar uma bolsa de mestrado e doutorado, de R$1,5 mil e R$2,2 mil, de dedicação exclusiva, e os jovens não podiam nem buscar outro emprego. Isso foi corrigido, agora, de certa forma, mas ainda está muito longe do que deveria ser.

Então, é só para dizer a V. Exa. que nós precisamos unir forças, e eu tenho certeza de que nós teremos o total apoio aqui dos membros desta Comissão, para tocarmos, em conjunto com a Frente Parlamentar, porque eu tenho certeza de que nós vamos mudar este país através da ciência, tecnologia, inovação e educação.

Então, parabéns a V. Exa.! Conte comigo, vamos estar juntos nesta luta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci. Conto com V. Exa. no aprendizado que tem, no conhecimento, para que possamos trabalhar juntos essas questões, desenvolver as soluções e oferecer ao Governo a possibilidade de resolvê-las.

Senador Rodrigo Cunha, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Senador Carlos Viana, nosso Presidente, parabéns a V. Exa.!

Fico muito feliz com esta condução, tendo certeza do seu perfil de fazer entregas, de ter eficiência e, principalmente, do comprometimento. V. Exa. está sempre se dividindo, em várias Comissões, ao mesmo tempo. Em todos os temas que são pautados, no Plenário, está ali discutindo, apresentando emendas, fazendo o seu papel, como legislador.

Esta Comissão é uma Comissão de extrema importância para o Senado e para o país. Quando a gente fala CCT, talvez reduza o tamanho dela, mas ela é extremamente transversal.

Se a gente for falar de educação, como é que a Comissão de Educação não vai se remeter à educação à distância, à educação virtual, à tecnologia, para que os professores ensinem os alunos, que estão, hoje, cada vez mais próximos da tecnologia? Se a gente for falar de saúde, a telemedicina é uma realidade já, no país, e tem muito a avançar ainda. Em ciência e pesquisa, nem se fala, salvam vidas!

Então, esta Comissão tem muitas contribuições e temas que passarão por vários projetos em tramitação nesta Casa. Na inovação dos temas de que esta Casa está tratando, dentro desta Comissão, sobre a eletromobilidade, sobre o futuro, que é a nossa realidade, também na condução de V. Exa. tenho certeza de que vão andar muito bem.

Além disso, da *expertise* de sua profissão, aqui é a Comissão de Comunicação. Então, V. Exa., como comunicador, sabe ainda da importância, desde uma rádio comunitária – e a função de aprovar as rádios comunitárias é desta Comissão – até a comunicação através do 5G, que, se teve a contribuição de muitos Senadores que estão aqui para a sua aprovação, vai requerer, desta Casa e, principalmente, desta Comissão, uma fiscalização, para que a chegada dessa tecnologia não seja mais excludente e só alguns tenham acesso, em algumas áreas do país, fazendo com que aqueles outros que já estão à margem de todo o meio de tecnologia fiquem ainda mais segregados.

Então, tem um cronograma a ser seguido. No mínimo, a tecnologia 4G é para estar em todos os municípios. Vai estar, tem que estar, e nós aqui, como fiscalizadores que somos, por sermos Senadores, teremos, dentro desta Casa, uma grande contribuição.

Confesso que fiquei com um gostinho de quero mais, porque, em boa parte do período de dois anos que passei aqui, não pude trabalhar, porque a Comissão, como estava no período de pandemia, não poderia se reunir, foi proibido seu funcionamento, e em outro momento eu me dediquei, me afastei para disputar o Governo do meu estado, e esta Comissão foi presidida pelo hoje Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates... Então, olha só a importância que têm todos os assuntos.

Então, tenho certeza de que, na condução de V. Exa., com esses colegas que estão aqui ao lado, iremos viver bons momentos.

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Rodrigo.

Tenho certeza de que haverá outra oportunidade. É ciclo. V. Exa. está novo. Seu estado tem muita confiança e vai reconhecer o seu esforço. O senhor é um dos jovens brilhantes aqui, um dos Senadores brilhantes desta Casa no trabalho de defesa do consumidor, na sua história de vida, da sua família... Alagoas tem uma boa representação. Então, haverá outras oportunidades. E assim a gente vai trabalhando.

Senador Marcos Pontes, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, antes de mais nada, quero parabenizá-lo por esse novo desafio e dizer que pode contar cem por cento comigo.

Ao longo da minha vida, tenho trabalhado, a maior parte dela, com ciência, tecnologia e inovação, e eu tive a oportunidade, como foi citado aqui, como Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que está dentro, também, do aspecto, de conhecer muito dos problemas que nós temos no país e das possíveis soluções para eles, que esbarram, muitas vezes, no Legislativo. Então, a gente tem aqui uma possibilidade muito grande de ajudar o setor. É um setor, como foi dito, transversal que afeta positivamente todas as áreas do país e que, em conjunto com a educação, foi o que transformou todos os países que hoje a gente chama de "desenvolvidos" em desenvolvidos. Então, educação, ciência e tecnologia são esse tripé que muda isso aí. Muitas vezes, a gente ouve falar de Coreia do Sul, do Japão, de Israel... O que esses países conseguiram ao longo do tempo foi graças a um esforço bem orquestrado, bem dirigido, com relação à ciência e tecnologia e à educação.

Eu tenho o prazer, agora, de poder participar das duas Comissões. Eu vou trazer tudo que eu aprendi ao longo do tempo para colocar aqui para que a gente possa trabalhar em conjunto. Pode contar cem por cento comigo e com os meus companheiros aqui do Bloco Vanguarda, que vão trabalhar junto, sem dúvida alguma. Eu posso falar por eles aqui também. Essa é uma coisa que a gente tem que fazer em conjunto. A gente viu, durante a pandemia, a importância da ciência e tecnologia. Está ali o Dr. Marcelo Morales, que era o Secretário Nacional de Pesquisa, responsável, inclusive, pelo fato de o Brasil ser hoje independente no desenvolvimento de vacinas, não na produção, o que a gente já fazia, com tecnologia de fora, mas no desenvolvimento de vacinas, e outras áreas importantes para o país.

Então, olha, eu estou muito feliz de poder participar, poder contribuir. Conte cem por cento comigo, a qualquer hora, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes.

Eu gosto muito de viajar ao estado. Os senhores sabem que Minas tem o maior número de municípios do país, talvez até do mundo, numa República, 853, e há, em nosso estado, um conceito que, no Brasil, hoje, é muito falado, mas que lá precisa ser aplicado com muita firmeza, que se chama igualdade, igualdade de desenvolvimento de oportunidades.

É um estado que tem uma parte já no futuro, numa fronteira do conhecimento em tecnologia e agronegócio, mas é também um estado que tem uma outra parte onde nós temos ainda famílias que vivem numa condição muito ruim de financiamento, de renda, de condições de saneamento básico.

Mas houve um caso, Senador Marcos e Senador Rodrigo, que me marcou muito, numa pequena cidade que eu visitei, em uma escola pública. A diretora pediu que nós fôssemos lá visitar – saio daqui e às vezes visito 12 cidades, 15, faço um roteiro. Houve um projeto, um programa do Governo: entregaram lá dez computadores novos para a escola para que os alunos pudessem ter a sua sala de computadores. O problema é que a fiação da escola era um fio praticamente único para toda a escola. Nesse ponto de energia se ligavam a geladeira, o *freezer* para a merenda escola, os ventiladores dos professores. Quando ligaram os computadores, houve um curto e sete desses computadores se perderam imediatamente ali, naquele momento. A Prefeitura não tinha recursos para poder arrumar os computadores, o Governo do Estado não se sentia nem um pouco interessado, porque não era verba dali, e o programa do convênio federal naturalmente não previa esse tipo de situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso mostra claramente a realidade do nosso país. O mundo tecnológico se desenvolve a cada momento, mas as realidades regionais de muitos dos estados brasileiros e regiões precisam do nosso apoio e do nosso entendimento.

E aqui adianto um dos pontos que quero tocar no discurso: é um trabalho de parceria com as universidades federais, universidades estaduais e outras universidades que queiram trabalhar pesquisa. Nós, do Senado, podemos incentivar isso e, naturalmente, ser uma ponte importante com o Governo Federal para que possamos melhorar a vida das pessoas com esse tipo de pesquisa.

Outra questão: a busca de patentes. Nós somos hoje um país que perde espaço no mundo em registro de patentes. Nós sabemos muito bem, os senhores sabem, que nós não vamos conseguir avançar na economia do terceiro milênio sem termos tecnologia e desenvolvimento de pesquisas e sem incentivar aqueles que trabalharam nessa área. Por isso a minha satisfação em tê-los aqui e presidir uma Comissão que pretende discutir essas questões e propor soluções.

O senhor disse bem: união, a eleição ficou para trás. Agora é a hora de pensarmos no Brasil e em como cumprirmos a nossa missão.

Senhores, as desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento estão relacionadas em boa medida com desigualdades tecnológicas, científicas e de inovação. As empresas enfrentam competição em escala global na qual o sucesso mercadológico depende fundamentalmente da sua capacidade de inovar. A manutenção e o incremento da competitividade comercial internacional são condicionados, cada um a sua maneira, a contínuos avanços tecnológicos.

O papel da adoção de tecnologias no processo de desenvolvimento tem sido essencial nos dias de hoje. O nível relativo de desenvolvimento entre os países permanecerá o mesmo caso a distribuição de tecnologia permaneça constante ao longo do tempo, ou seja, caso todos os países apresentem igual ritmo na adoção de tecnologias.

Para reduzir essa desigualdade, os países mais atrasados precisarão incrementar seu nível tecnológico o mais rapidamente possível, até mesmo fazendo frente aos mais avançados. Uma condição fundamental para transformar em realidade o discurso a respeito da importância da nossa Comissão para o desenvolvimento consiste na decisão firme dos governos, da sociedade e do setor produtivo no sentido de incorporar definitivamente ações dessa natureza à estratégia nacional de promoção do desenvolvimento. Tal incorporação deve se dar sob vários aspectos e ter como objetivo primordial a superação das assimetrias regionais, ou seja, a reversão das desigualdades entre os estados da Federação.

Como Presidente desta Comissão, vamos buscar ampliar a pesquisa científica, assegurar investimentos nesse setor tão importante para o desenvolvimento do nosso Brasil. Vamos dar celeridade à apreciação – e aqui vou pedir o apoio dos Senadores, nós temos 661 matérias que estão paradas nesta Comissão aguardando decisões. Observem a quantidade de pessoas, empresas, setores que estão aqui hoje nos observando e na expectativa de que nós possamos dar a eles respostas o mais rapidamente possível.

Quero também fazer aqui um compromisso com as universidades, com aquelas que queiram apresentar os projetos para que nós possamos transformá-los sempre em uma produção nacional de pesquisa de interesse do nosso país.

O desenvolvimento da humanidade está profundamente vinculado ao esforço das descobertas científicas, das conquistas tecnológicas e das inovações que elevaram o padrão de vida material das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por esta Presidência agora empossada, firmamos o compromisso de lutar pelo desenvolvimento da pesquisa, da ciência, da tecnologia, mas principalmente da igualdade entre todos os brasileiros quando falamos em questões de tecnologia. Vamos trabalhar com cooperação de todos os membros para um mandato produtivo.

Deixo aqui a palavra com os Senadores que queiram se manifestar mais uma vez. (*Pausa.*)

Portanto, dou por encerrada a nossa reunião e convoco a primeira reunião para a próxima quarta-feira, às 11h da manhã.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Esperidião Amin, Alan Rick, Soraya Thronicke, Dr. Samuel Araújo e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes e Carlos Portinho. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 1996/2022/SGM, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha cópia do Requerimento nº 9.752/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, contendo pedido de providência para a criação de um programa semelhante ao do Departamento de Energia dos Estados Unidos, com o objetivo de instalar painéis para geração de energia solar nas comunidades pobres. O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4486, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Daniella Ribeiro. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 53, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRO DO PIAUÍ - ADECORAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Ipanemense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipanema, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ambiental de Rondônia - ARCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Flor do Serrado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Wellington Fagundes. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Wellington Fagundes. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 581, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Wellington Fagundes. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 1, de 2023** que: "Requer que seja convidado o Ministro de Estado das Comunicações, o Senhor Juscelino Filho, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 2, de 2023** que: "Requer que seja convidada a Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Senhora Luciana Santos, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Observação: O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Presidente, Senador Carlos Viana, sugere para discussão em audiências públicas na Comissão temas como energia fotovoltaica; inteligência artificial e a tecnologia 5G. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas as presentes e aos presentes!

Com no mínimo três Senadores que estão aqui – quero dar o meu abraço especial ao Senador Confúcio, ao Senador Izalci, à Senadora Teresa Leitão, obrigado pela presença –, vamos dar início à 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Dando início aos trabalhos, quero propor aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nós recebemos, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Ofício nº 1.996, de 2022, da Secretaria-Geral da Mesa, que veio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha cópia do Requerimento nº 9.752, de 2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, contendo pedido de providência para a criação de um programa semelhante ao do Departamento de Energia dos Estados Unidos, com o objetivo de instalar painéis para a geração de energia solar nas comunidades mais pobres.

O expediente será lido na página da CCT pelo prazo de 15 dias... Ou melhor: será publicado na página CCT pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadoras membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Por se tratar de um tema que veio justamente da Assembleia Legislativa de Minas, pergunto aos Srs. Senadores se eu, como Presidente, poderia assumir o expediente para dar resposta à Assembleia do meu Estado. (*Pausa.*)

Havendo concordância...

Senadora Teresa Leitão concordando.

Portanto, de toda maneira, ficará disponível pelo prazo de 15 dias para que todos tenham conhecimento, mas vamos fazer o expediente para a resposta. No decorrer de todo o trabalho, se outros Senadores quiserem, poderão participar também – serão bem-vindos – de uma assinatura conjunta do que nós propusermos, ou seja, um projeto de lei ou apenas uma resposta breve.

Tenho conhecimento, Senador Izalci, de que vários programas sobre essa questão fotovoltaica já estão sendo implantados no nosso país. O que eles estão propondo aqui é a geração de energia para determinadas comunidades. Um dos projetos de que eu tive acesso recentemente e que me pareceu muito interessante, desta Comissão – e nós podemos até promover audiências públicas sobre o assunto –, é um em que pequenas usinas, de dois megas, são montadas em propriedades rurais pequenas, em comunidades de baixa renda e desenvolvimento humano. Nessas comunidades, a família é quem assume a responsabilidade pela manutenção e limpeza...

Senador Wellington Fagundes, seja muito bem-vindo!

Nessas comunidades, cada família, onde há uma pequena usina dessas, recebe em torno de R$600/mês, como forma de arrendamento do terreno e pagamento pelo trabalho. Se nós falarmos de comunidades onde a média é de um salário mínimo, é uma entrada extra importante e que, inclusive, favorece o sistema de energia. É uma discussão que nós podemos trazer aqui.

Eu vou ler com tranquilidade a proposta que veio da Assembleia Legislativa de Minas e nós vamos propor aqui as soluções ou os debates em relação ao que está posto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Queria só pedir a V. Exa...

Essa realidade é a realidade do país. Então, acho que, independentemente de ser de Minas – V. Exa. sabe que eu também eu sou mineiro –, eu acho que nós temos muitas regiões que merecem também esse mesmo tratamento. Então, vamos fazer um projeto que englobe também comunidades carentes de outros estados, porque é muito importante mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Informo que os itens 1, 8 e 9, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico. E os itens 2 a 7 da nossa pauta, que são terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Acredito que, se nós fizemos a leitura de todos os relatórios dos itens terminativos e depois abrirmos o painel para uma votação conjunta, nós teremos mais celeridade e a possibilidade de discussão. (*Pausa.*)

O Senador Wellington Fagundes solicita a retirada de pauta dos itens que estão sob a responsabilidade dele.

Está concedido.

Também a Senadora Daniella Ribeiro pediu a retirada do item 1, uma vez que ela foi participar de uma outra Comissão. E será colocado posteriormente para as nossas próximas reuniões.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4486, DE 2019
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*)

O item 2 da pauta, também da Senadora Daniella Ribeiro, foi passado *ad hoc* para o Senador Confúcio Moura, para que possa ler o relatório e nós possamos dar sequência. Trata-se do PDS 53, de 2016, para renovação de concessão na cidade de Juazeiro do Piauí.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 53, DE 2016
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRO DO PIAUÍ - ADECORAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra, o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Srs. Senadores, eu vou adiantar aqui, Sr. Presidente, a análise para ganhar tempo.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, como prevê a disciplina legal que rege o serviço.

Em resposta ao questionamento apresentado, a nota informativa elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações informou que, no processo de outorga, foi realizada rigorosa pesquisa com a finalidade de verificar eventual violação ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta a matéria, não tendo havido óbice de qualquer natureza para o deferimento do pleito. Da mesma forma, assevera que não foi encontrado nenhum registro de processo de apuração de infração sobre a manutenção de vínculo da entidade outorgada.

Assim, mediante os esclarecimentos apresentados, consideramos satisfeitas as condições legalmente previstas para a aprovação do PDS nº 53, de 2016.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 53, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Rádio Comunitária de Juazeiro do Piauí (Adecoraj) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Piauí, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como combinamos, será feita a votação nominal ao final das leituras dos relatórios que temos para a pauta de hoje.

Item 3, também da Senadora Daniella Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Ipanemense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Também Relator *ad hoc*: Senador Confúcio Moura.

Senador, por gentileza.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Bem, vamos direto à análise do projeto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre as suas competências, para resumir.

No parágrafo segundo, o serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 327, de 2021, não evidenciou violação de formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 327, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Ipanemense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipanema, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Coloco em discussão também o PDL 327, de 2021. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos e também o colocamos para votação nominal.

Quero pedir aos assessores dos Srs. Senadores que não estão presentes, mas que fazem parte da Comissão, que avisem por favor aos nossos colegas que a votação será nominal assim que terminarmos a leitura dos relatórios. Então, que possam ser informados da necessidade do voto e do apoio para que a gente possa dar sequência à reunião.

Item 4.

Também dessa vez original do Senador Confúcio Moura, que é nosso orador oficial hoje aqui na Comissão, como eu já fui para o Senador Izalci.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Nós dois aqui, mais o Senador, lemos aqui uns 30 relatórios para dar sequência a tudo que está parado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) –

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação Ambiental de Rondônia - ARCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeitamente.

De novo, vou entrar direto na análise.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem acerca de suas competências – eu vou resumir. Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, como prevê a disciplina legal que rege o serviço.

Em resposta ao questionamento apresentado, a já mencionada Nota Informativa nº 1.015/2020/SEI-MCTIC, elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informou que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. A verificação da inexistência de vínculos em entidades prestadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária é realizada mediante a consulta a sítios públicos, como Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal do Brasil, além da conferência da documentação apresentada pela entidade. Outras espécies de vínculo que não podem ser observadas mediante conferência documental são apuradas, caso a caso, mediante ação de fiscalização ou em decorrência de denúncia.

3. No caso da entidade Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação Ambiental de Rondônia (ARCAM), as verificações realizadas por este Ministério não apontaram a existência de vínculo, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19/02/199.

Assim, consideradas satisfeitas as condições legalmente previstas, entendemos que o PDL nº 103, de 2019, deve ser aprovado. Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 179, de 6 de junho de 2011, que deferiu a outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 103, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação Ambiental de Rondônia (ARCAM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Emenda Nº -CCT (de Redação)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É esse o relatório, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Damos as nossas boas-vindas e o nosso bom-dia ao Senador Fernando Dueire!

Obrigado, Senador Confúcio.

Coloco em discussão a matéria: PDL 103, de 2019, de Campo Novo de Rondônia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, também nós teremos a votação nominal desse item.

Solicitado pelo Senador Wellington Fagundes, os itens 5, 6 e 7 foram retirados de pauta para leitura posterior, não constando neste momento.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Flor do Serrado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 581, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)*

Nós vamos passar agora à leitura de um requerimento.

Senador Izalci, o senhor poderia assumir a Presidência, para que eu leia um requerimento de minha autoria, por gentileza? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Requerimento.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 1, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Ministro de Estado das Comunicações, o Senhor Juscelino Filho, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

Com a palavra, então, o autor.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, primeiramente, mais uma vez obrigado pela gentileza de estarmos todos juntos aqui e pelo privilégio e a responsabilidade de termos uma Comissão como esta do Senado, pela importância que tem e por estarmos trabalhando juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É papel nosso do Parlamento acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas, principalmente aquelas que possam garantir o acesso à tecnologia a todo povo brasileiro em várias áreas. Um dos pontos principais, um dos recortes que eu entendo como fundamentais aqui é a questão do acesso à informação, pela liberdade de imprensa, e naturalmente a formação de consciência do cidadão brasileiro diante do que é necessário, que é conhecer o que está sendo feito aqui.

O Ministro Juscelino Filho tem a responsabilidade de ser nosso parceiro nessa questão das concessões de televisão, nos projetos que nós temos para ampliação do sistema digital, na utilização inclusive de 5G nas regiões mais remotas; a questão da internet levada a todas as regiões do país. Penso ser muito interessante que ele seja convidado, para que possa expor os próximos dois anos aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, e colaborarmos, inclusive no que for necessário, para o debate e a ampliação dos temas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria das Comissões tomará as devidas providências.

Item 9.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 2, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que seja convidada a Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Senhora Luciana Santos, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

Com a palavra o autor.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Já a assessoria da Ministra, que se encontra presente, colocou-se à disposição para que ela possa vir. Teremos uma data no mês de abril já definida.

Peço aos Srs. Senadores a aprovação, para que possamos discutir com ela os programas de ampliação e de pesquisa em nosso país. Ciência e tecnologia é um dos pontos em que o Brasil perde na competição com os países mais desenvolvidos.

Esta Casa tem uma colaboração muito importante a dar, principalmente no orçamento e nas discussões de quais são os programas de que o Brasil precisa para o desenvolvimento de patentes e também para ampliação do atendimento à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Quero antes registrar, realmente, que estive, recentemente, com a Ministra, exatamente buscando a recomposição, e foi anunciado já que o Governo irá recompor a questão do FNDCT, pois, todos sabem, havia uma medida provisória que caducou, que estendia o prazo para 2026. Portanto, houve o anúncio da Ministra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

já, pois o Presidente da República assumiu o compromisso de repor esses recursos do fundo, que são em torno de 4,2 bilhões.

Uma medida que também estava na medida provisória é a mudança da taxa de juros, porque a taxa é TJLP, mais alta do que o que está no mercado praticamente. Então, praticamente a parcela que foi destinada, no orçamento, como reembolsável não estava tendo demanda exatamente porque o objetivo é trocar pela TR, para que seja mais atrativo.

Então, foi muito boa a reunião. É só para comunicar a disposição do ministério, realmente, de ter um olhar diferenciado para ciência e tecnologia. Está aí o exemplo que já foi anunciado. Não é o valor ideal, mas foi um aumento significativo das bolsas do CNPq, da Capes, que realmente estavam muito defasadas.

Consulto se há quem queira usar a palavra também para encaminhar esta votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Antes de abrir a votação, eu gostaria de conversar com os membros, Srs. Senadores e Senadoras, sobre se haveria, naturalmente, algum óbice, alguma questão quanto a nós fazermos um compromisso, devido à grande quantidade de outras Comissões que temos, de darmos sempre início às 11h e encerrarmos ao meio-dia. Hoje, por exemplo, discutimos aqui, mas, ao meio-dia, nós encerraríamos a Comissão. Isso tornaria, inclusive, mais fácil a participação de todos, até em votações. Concordam? Se concordarem com isso, vou procurar sempre manter essa linha de encerramento ao meio-dia.

Outro ponto importante é minha visão – e gostaria de externá-la – das audiências públicas que nós pretendemos fazer aqui, dos temas sobre ciência e tecnologia e comunicações. Pontos que nós já colocamos aqui, por exemplo: a questão da energia solar e fotovoltaica. Discutimos hoje qual é a fronteira do conhecimento, a aplicação dos recursos. Nós temos uma lei, que passou, inclusive, a cobrar dos geradores a energia distribuída, valores pela transmissão. Nós precisamos discutir isso para áreas remotas, a questão dos impostos sobre essa parte importante do fornecimento de energia em nosso país.

A questão da inteligência artificial é outro assunto sobre o qual esta Comissão deve também, a meu ver, se debruçar em audiências públicas, para que a gente possa entender o que está acontecendo, de fato, no mundo, estender esse conhecimento às nossas escolas públicas, ao serviço público do país e à maior parte da população, entendendo quais as regras que nós teremos que votar, porque tudo isso traz um mundo muito novo, e a legislação que nós temos é ultrapassada muito rapidamente. A Comissão pode se antecipar nas discussões.

Então, essa questão da energia fotovoltaica – os incentivos, a distribuição e o planejamento dentro do país – e a questão da inteligência artificial são pontos importantes que eu considero serem trazidos aqui para audiências públicas.

Outra questão, Senador Izalci, Senadora Teresa, é a questão do 5G. Nós já avançamos, mas ainda estamos muito aquém da tecnologia que nós precisamos para o tamanho do Brasil e a importância do nosso país no contexto mundial. Portanto, esse também será tema de audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui quero convidar os Srs. Senadores para que, definido um calendário, os senhores possam também trazer os assuntos que sejam de interesse dos senhores e da senhora sobre tecnologia, para que a gente possa, ao longo do ano, fazer essas audiências. E os Srs. Senadores seriam os Presidentes dessas audiências, fazendo aqui uma divisão dentro dessa discussão de temas importantes, que não caberá só a mim, como Presidente. Quero que todos os senhores se sintam participantes da Comissão, e estão convidados desde já a serem os Presidentes das audiências públicas dentro de um conjunto.

Eu sei que o Senador Eduardo Gomes, por exemplo, tem muito interesse na questão da inteligência artificial, mas não vejo como separarmos esses assuntos da atuação da Comissão. Nós temos que trazê-los para o bojo e o conhecimento de todos os Srs. Senadores.

Portanto, sintam-se à vontade de trazer aqui outros assuntos que nós possamos solicitar à nossa Secretaria para que já se busquem os especialistas, para que definamos claramente qual é a nossa pauta e, já ao longo do ano, distribuamos as datas para que os senhores possam se organizar.

Pois não, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Senadores aqui presentes.

Eu gostaria de me associar a essas iniciativas, que são bastante relevantes.

A questão, por exemplo, do incentivo à geração distribuída precisa ser estudada, mas nós temos hoje um passivo regulatório já reconhecido de bilhões de reais, que deve ser remetido ao consumidor brasileiro nos próximos dez anos. Então, é preciso que nós façamos uma reflexão para que não venha no futuro existir um desequilíbrio entre a disponibilidade dos consumidores brasileiros nas suas respectivas adimplências.

Há uma preocupação muito grande e, recentemente, inclusive, nós verificamos, nos jornais de circulação nacional, a distribuidora do Rio de Janeiro, Light, levantando a possibilidade – em função da dificuldade que tem de gerir o território do Rio de Janeiro, que é um território muito complicado em razão de perdas comerciais e perdas físicas –, cogitando a possibilidade de entregar a concessão à União de volta.

Então, é preciso ter certo cuidado com relação à questão de o que está sendo remetido ao consumidor, sob pena de, nos próximos cinco, sete, dez anos, nós termos uma dificuldade mais aguda com relação à adimplência dos consumidores brasileiros na quitação de suas contas.

Isso tem impacto de toda natureza, inclusive porque os estados são sócios, porque são arrecadadores substitutos. Eles terminam tendo que recolher à Fazenda de seus respectivos estados o imposto local, tendo pago ou não, o consumidor estando adimplente ou não.

Então, é preciso realmente – eu acho e me associo ao senhor e aos demais Senadores aqui presentes – que essa reflexão seja feita. É preciso que exista o incentivo, é preciso que nós tenhamos um endereço para a geração de energia que evite o carbono, mas é preciso também ter muito cuidado na equação de equilíbrio das distribuidoras de energia.

Portanto, eu gostaria não só de acrescentar isso, mas de aproveitar para também felicitá-lo pela iniciativa de convidar dois ministros que cuidam de pastas de assuntos preciosos para o país, para que nós possamos aqui saber, conhecer e discutir quais são os programas e o planejamento que nós temos para esse ano e, por conseguinte, para os anos vindouros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Com a palavra o Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, também quero alertar toda a Comissão sobre essas questões que foram faladas, inclusive pelo Senador Fernando, com relação à questão da energia solar, às questões das distribuidoras, mas a gente precisa ver também a segurança jurídica.

Eu tive informações recentemente de que a Aneel editou uma portaria que dá margem à interpretação de devolução de pagamentos anteriores. Então, a gente está vendo isto na área de tributos: o Supremo decidindo que as empresas que entraram na Justiça têm que pagar os últimos 15 anos; aqui no DF, recentemente, quanto à segurança agora, o Tribunal de Contas mandando os policiais devolverem coisas de 2014 e proibindo de pagar... Umas coisas assim que... Então, da mesma forma, a gente tem que avaliar.

Eu acho que vou até fazer um requerimento depois para a gente chamar aqui também, convidar o Presidente da Aneel, porque há informação de que a portaria extrapola, na regulamentação, a lei. Então, estou preocupado com isso. E nós temos que incentivar a geração de energia limpa, mas com esses cuidados que foram levantados aqui pelo Senador. Então, é bastante relevante.

E a questão... V. Exa. participou, todos aqui participaram, praticamente, do empenho que fizemos para colocar a banda larga nas escolas. Chegamos a aprovar a lei, que depois foi vetada. Derrubamos o veto, e até hoje as escolas continuam sem realmente banda larga. Está aí o 5G... A gente precisa atuar um pouco talvez mais duramente com relação a isso, porque a educação – o Senador Confúcio aqui é o nosso mestre – não vai funcionar sem tecnologia, sem acesso à internet. E começa tudo pela escola, pela educação.

Então, é isso.

Parabéns pela proposta dos temas que V. Exa. coloca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Senador Fernando, eu concordo plenamente com essa palavra bem equilibrada, porque esse é um setor que, no mundo todo, é complicado – não é só no Brasil. Energia é cara em todo o mundo. E soluções mágicas, como nós já tentamos no passado com decretos, não funcionam. Por mais que tenham boa vontade em agir, acabam sobrando para o nosso bolso.

Eu posso dizer de uma experiência pessoal. Eu sou nascido – meu pai era funcionário das Centrais Elétricas de Minas – em uma vila de uma usina da Cemig, que era sonho de um Presidente que teve uma visão de futuro para o Brasil que foi Juscelino Kubitschek.

Hoje, Senadora Teresa, a meu ver, nós aqui temos que nos antecipar. Enquanto o Governo Federal tenta resolver as questões imediatas, que são ligadas e que naturalmente exigem uma resposta, nós temos que pensar qual é o Brasil daqui a 15 anos, qual é o nosso parque de energia e sustentação que temos que ter daqui a 15 anos, porque nós somos atropelados pelo tempo. E, com essas tecnologias novas que vão surgindo a cada dia, nós vamos dando respostas que, muitas vezes, não são as melhores, porque nós não temos tempo para discutir e temos que nos adaptar. Então, nós podemos ter aqui uma contribuição de pensar o Brasil na questão da tecnologia e da ciência para a gente antecipar ao Governo Federal políticas públicas que possam ser trazidas o mais rapidamente possível para nos colocarmos *pari passu* com as outras nações desenvolvidas.

Obrigado.

Senhores, em votação os projetos constantes dos itens 2, 3 e 4, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que os Senadores e as Senadoras que concordam com os relatórios votam "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Assim que tivermos a votação, podemos dar o resultado.

Peço, mais uma vez, aos assessores que acompanham pela TV Senado nos gabinetes que avisem aos Srs. Senadores a gentileza do voto para que possamos encerrar a proposta da pauta de hoje. (*Pausa.*)

Um minutinho, senhores. Vão reiniciar o painel de votação para que os senhores possam dar sequência. (*Pausa.*)

Inclusive, Senador Izalci, o senhor que é um mineiro que veio para Brasília, recentemente, recebi um vídeo... (*Pausa.*)

Está reiniciado. O.k.

Recebi um vídeo com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek comentando sobre o primeiro gerador de energia que veio para Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – É, caiu no rio quatro vezes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Caiu no rio, exatamente. Foi preciso a Marinha, com o seu serviço, para tirar do rio o gerador que vinha para Brasília. Acabou que a ponte não sustentou... É um negócio impressionante! E olhe que isso não é tão velho, não é, Senador? Isso não é tão antigo. É para ver como que o Brasil tem que se adaptar muito mais rápido ao que acontece no mundo. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação. Já temos quórum suficiente para aprovação dos relatórios. (*Pausa.*)

Já encerrei.

Votaram nove Senadores? (*Pausa.*)

Oito.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – A Comissão aprova, por nove votos, os projetos constantes dos itens 2, 3 e 4, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Quero agradecer a presença dos consultores legislativos Marcus Martins e Rodrigo Abdalla, que se encontram aqui presentes. Muito agradecido a vocês.

Também todos os consultores e aqueles de empresas e, naturalmente, de grupos, organizações, terceiro setor que tenham interesse na questão da ciência e tecnologia, que possam apresentar temas para discussões em audiências públicas na Comissão de Ciência e Tecnologia. As sugestões serão bem-vindas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado aos senhores, obrigado à Secretaria.

(*Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e Dr. Samuel Araújo. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão, Carlos Portinho e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento da Moção nº 006/2022, da Câmara Municipal de Vereadores de Gentil, do Estado do Rio Grande do Sul, manifestando repúdio ao cerceamento da livre circulação de conteúdos jornalísticos, ideias e opiniões imposto pelas atuais decisões judiciais. O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4486, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4310, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CDH. **Observações:** Os Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relator, Senador Confúcio Moura. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outorgada à Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corumbiara, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 3, de 2023,** que: "Requer, em aditamento ao REQ 2/2023-CCT, que a reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que convida a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhora Luciana Santos, seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Observações:** O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 4, de 2023,** que: "Requer a realização de audiências públicas com o objetivo de discutir o tema: Inteligência Artificial." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Observações:** Os Senadores Izalci Lucas, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Viana e Rodrigo Cunha fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/22

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, meu bom dia a todos.

Peço a gentileza de que os senhores se acomodem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Meu agradecimento aos Srs. Senadores, mas, primeiro, um bom dia ao Confúcio e ao Marcos, que está ali recebendo as pessoas. O motivo do atraso é exatamente a gente poder receber a todos com muito carinho e atenção. Ao gabinete vieram os Prefeitos e os senhores sabem, como mineiro, que eu tenho 853 Prefeitos para dar atenção. Se quatro aparecem de uma hora para outra, você tem que... Não é, Marcos? "Como é que vai, Prefeito?" Dá cinco minutos... Aquela coisa toda.

Peço desculpas, portanto, pelo atraso.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, já de conhecimento de todos.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente interno:

- Moção nº 6, 2022, da Câmara Municipal de Vereadores de Gentil, do Estado do Rio Grande do Sul, manifestando repúdio ao cerceamento da livre circulação de conteúdos jornalísticos, ideias e opiniões imposto pelas atuais decisões judiciais.

O expediente lido será publicado na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para que os Srs. Senadores e Senadoras membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Câmara, assim como vários outros, faz menção às questões que nós tivemos nos últimos meses com relação à censura de opinião, ao cerceamento de redes sociais. É um assunto, Senador Marcos Pontes, que, eu entendo, nós precisamos discutir com muito equilíbrio, sem nenhum tipo de revanchismo ou mesmo viés político-ideológico, mas são fatos que o Brasil precisa repensar.

É uma experiência nova para nós. A Constituição de 1988 foi elaborada num outro momento do país, mais voltada para a questão do Governo de exceção, e hoje nós temos essas ferramentas todas de redes sociais, nós temos uma série de possibilidades novas que surgiram e que foram usadas, inclusive, com muita veemência, vamos dizer assim, durante a campanha eleitoral para a Presidência e que hoje, num outro momento, em que nós já temos ultrapassada essa fase, seria muito interessante nós discutirmos.

Até, ontem, recebi diversos ligados às *big techs.* Duas agendas vieram conversar sobre esse assunto e há pontos que, eu entendo, nós precisamos, sim, colocar em questão. Por exemplo, a identificação correta de quem envia as mensagens ou de quem faz as postagens. Hoje nós temos muitos perfis falsos que são criados e, daí a pouco, são desligados.

O próprio Churchill já disse que uma mentira corre milhões antes da verdade vestir as calças. Imagine, isso lá em 1940! Imagine ele falando isso para nós hoje no ano de 2023, em que estamos diante dessa tecnologia.

Acredito que os Senadores possam concordar comigo.

Senador Marcos Pontes, o que o senhor pensa a respeito desse assunto?

Com o senhor a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, antes de mais nada, feliz aniversário!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sem dúvida nenhuma, nós vivemos num mundo em que a tecnologia avança dia a dia, as ferramentas disponíveis, em todos os setores, são cada vez mais poderosas e alcançam mais pessoas.

A gente estava conversando, agora há pouco aqui, sobre inteligência artificial e, quando se trata de ferramentas para a comunicação, as redes sociais e os vários canais disponíveis, isso é algo que a gente tem que tratar aqui rapidamente. Aliás, esta Comissão tem que ter essa característica de avançar rapidamente, analisar rapidamente, porque, senão, a gente fica para trás.

Com relação a isso, eu concordo plenamente, Senador, porque a identificação, especificamente nesse ponto, de quem está ali do outro lado da linha, de quem está operando qualquer tipo de rede social, etc., é muito importante.

Então, esse é um dos pontos. Tem muitos outros que a gente precisa entrar aqui em relação à aplicação das redes sociais, em como que elas são gerenciadas, sempre garantindo, sim, a liberdade de expressão com responsabilidade, mas sempre garantindo a liberdade de opinião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É um assunto tão delicado que nós não podemos, em momento algum, querer censurar ou cercear. Eu concordo plenamente com V. Exa. A liberdade de opinião é um bem muito caro para nós que precisa ser preservado. A questão é a responsabilidade sobre quem está por trás de determinadas postagens.

Quero sugerir ao Senador Confúcio... O senhor tem alguma fala sobre esse assunto, Senador Confúcio? Qual é a sua opinião?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Quero saudar o Sr. Presidente Carlos Viana e parabenizá-lo pelo aniversário. Desejo a V. Exa., que é um Senador vibrante, atuante, que todo mundo gosta, aqui da Casa, uma simpatia, muita saúde, que possa trabalhar o seu mandato com bastante eficiência e ser bem reconhecido lá no Estado de Minas Gerais – e, por certo, será.

Mas, sobre esse assunto, Sr. Presidente, eu concordo porque vivemos num mundo de um dinamismo muito acelerado, temas novos entrando todos os dias em nossas vidas na área de tecnologia e as leis andam sempre atrás – sempre atrás. E, como é um assunto novo, todo mundo tem dúvida de como fazer, de como legislar sobre determinados assuntos que, por natureza, são polêmicos.

Aqui mesmo, quando abrirmos esse assunto para convocar uma audiência pública, muita gente vai ser a favor e outros vão ser contra, mas é importante a provocação, é importante debater, chamar o pessoal, ouvir e estabelecer os rumos de uma nova legislação brasileira para poder não frear tudo na internet, porque ela é irrefreável, ela é realmente descontrolada. Mas V. Exa. está com toda a razão, nós apoiamos a sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Senador Fernando Dueire, nós estamos falando aqui sobre a Moção nº 6, de 2022, da Câmara Municipal dos Vereadores de Gentil, lá do Rio Grande do Sul, com relação ao cerceamento da livre circulação de conteúdos jornalísticos, ideias e opiniões imposto por decisões judiciais.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente, Senadores aqui presentes.

É um assunto importante. Tenho, em minha mente, certa leitura que fiz, Senador Carlos Viana, em que nos adverte o autor sobre a revolução dos fatos contra os códigos. É preciso que nós tenhamos e estejamos atualizados com relação aos códigos para recepcionar os fatos como eles acontecem na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é preciso enfrentar assuntos nessa área, que é uma área que se expande a cada dia. Então, nós precisamos, de fato, discuti-la, e eu tenho a certeza, Presidente Carlos Viana, de que, com seu equilíbrio, seu espírito público e sua antevisão do futuro e do presente, esses assuntos virão à pauta desta Comissão.

Aproveito a oportunidade para me congratular, Presidente, pelo seu aniversário...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... desejando-lhe muita saúde, muitas bênçãos e que o senhor possa continuar essa pessoa que nós tanto admiramos, estimamos e por quem temos tanto apreço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Sobre essa questão do aniversário, para nós, em Minas, a vida do campo é parte da nossa natureza em meu estado. O meu pai, que era uma pessoa muito simples, nascida na roça, como nós falávamos, brincava e falava que, depois dos 60 anos, a cerca imbica para o brejo, porque, quem sabe cercar um terreno cerca primeiro pela parte alta; o brejo você não precisa cercar, porque o animal não passa, a vaca não passa. Quer dizer, a missão está acabando depois dos 60 anos. Hoje cedo, conversando com o meu filho, o Deputado Federal Samuel Viana, disse: "Seu avô falava que depois dos 60 a cerca imbica para o brejo. Vamos fazer uma coisa? Vamos avaliar comprar uma fazendo nova que eu quero começar a cercar tudo de novo?". (*Risos.*)

Não quero saber de cercas imbicando para o brejo absolutamente. A gente tem que... É um tempo diferente, não é? No tempo do meu pai, quando ele nasceu, as pessoas viviam 55 anos, essa era a média brasileira; com 60 anos, já se era muito idoso.

Vamos raciocinar: quem é da cidade não tem uma noção do que é uma pessoa, Astronauta Marcos Pontes, que vai com 12 anos, por exemplo, para a lida da roça, na enxada. No nosso caso, por exemplo, era uma bacia leiteira em que a maioria era tudo na mão. Eu mesmo, menino, às 4h30, 5h da manhã, aos 12 anos, ajudava meus tios e todo mundo a tirar leite. Olhem para se ver o que é isso! Então, isso desgasta muito essa população brasileira.

Eu sempre digo – até ontem nós estávamos falando sobre esse assunto com o Senador Paim – que temos de ter sensibilidade no país, em que já estamos numa fase em que boa parte dos nossos jovens e adolescentes estão no mundo tecnológico e há uma parte que ainda não chegou, que são os nossos alunos das escolas públicas. É um desafio nosso, nesta Comissão, fazer com que os alunos das escolas públicas tenham acesso a essa igualdade hoje no mundo, que é o conhecimento digital, para tirarmos o Brasil desse atraso, ter escolas todas com internet, para darmos a eles as oportunidades.

Mas existe um Brasil aí de 35 milhões de pessoas que vivem com cento e poucos dólares, são R$600. Esses brasileiros não têm a mesma arrancada que nós temos, são os brasileiros desse tempo, da lavoura, da agricultura, de comunidades... A gente tem que ter sensibilidade sobre isso no Brasil, das políticas públicas que façam igualdade. Então, nós estamos falando aqui em tecnologia, vamos discutir aqui a inteligência artificial num Brasil que ainda tem 15% da sua população vivendo em completa distância desse mundo que surgiu agora e que nós temos que enfrentar. Essa compreensão dessa diversidade brasileira é fundamental na política, não é?

Quero dar boas-vindas ao Senador Izalci também.

Anuncio os nossos itens da pauta: 1, 7 e 8, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico; e os itens de 2 a 6, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

painel eletrônico. Portanto, leremos os relatórios com mais rapidez e colocaremos a votação logo em seguida.

Os itens não terminativos 1, 7 e 8, eu coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os itens.

Serão publicados.

Então, vamos lá.

O item 1, para que haja boa transparência e divulgação do que está sendo votado aqui.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4486, DE 2019

Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Coloco em discussão matéria...

É *ad hoc* a Senadora Daniella Ribeiro, não é isso? É o 4.486, de 2019.

Então, vamos à leitura do relatório, Senador Confúcio Moura?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Apenas da parte da conclusão, porque assim nós damos mais celeridade.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Esse projeto é relatado pela Senadora Daniella Ribeiro.

Deixe-me só ver aqui, porque a análise dela é um pouco longa, não é?

Eu vou saltando aqui, vou ler uns tópicos só para o pessoal tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Muito bem, eu vou saltar alguns tópicos. Vou ler os dois últimos parágrafos.

Dado esse cenário, é razoável inferir que o incremento no uso dos serviços de comunicações móveis e na utilização de *smartphones* tenha sido acompanhado também pelas pessoas com deficiência, que passaram a ter, a seu alcance, equipamentos com mais recursos tecnológicos. Importante, então, que os serviços públicos de emergência sejam equipados com terminais que permitam o adequado atendimento a essa parcela da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A realidade descrita também foi considerada no texto proposto ao novo art. 66-A da Lei 13.146, de 2015, que prevê que os serviços públicos de emergência e os de recebimento de denúncias de toda natureza mantidos pelo poder público e pela iniciativa privada deverão oferecer, mediante quaisquer tecnologias, terminais de acesso, aplicações de internet ou plataformas digitais, atendimento prioritário e especializado a pessoas com deficiência.

Feitas essas considerações, votamos pela aprovação do projeto em exame, com os ajustes mencionados, que julgamos capazes de aperfeiçoar o alcance.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 4.486, de 2019, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH, nos termos da seguinte emenda substitutiva: o projeto de lei altera... Ela faz aqui o substitutivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para ampliar as condições de acesso aos serviços de telecomunicações e aperfeiçoar o atendimento dos serviços públicos de emergência às pessoas com deficiência.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A Pessoas com deficiência terão o direito ao acesso, ao atendimento prioritário e ao tratamento adequado na fruição de todos os serviços de telecomunicações, independentemente de seu regime de prestação, nos termos da regulamentação específica."

Art. 3º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 66-A:

"Art. 66-A. Os serviços públicos de emergência e os de recebimento de denúncias de toda natureza mantidos pelo poder público e pela iniciativa privada deverão oferecer, mediante quaisquer tecnologias, terminais de acesso, aplicações de internet ou plataformas digitais, atendimento prioritário e especializado a pessoas com deficiência, nos termos da regulamentação específica.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se serviço público de emergência aquele que possibilita atendimento imediato à pessoa sob risco iminente de vida, ou de ter sua segurança pessoal violada, mediante, entre outras formas, a utilização de código de acesso telefônico de fácil memorização."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

É este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

É um dos itens não terminativos para votação simbólica.

Coloco em votação e discussão a matéria.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram, como não temos também discussão. (*Pausa.*)

Está aprovado o item 1 da nossa pauta de hoje, cuja Relatora é a Senadora Daniella Ribeiro. Parabéns à Senadora pela sensibilidade nessa questão das pessoas com deficiência e no aprimoramento no atendimento com igualdade de acesso às questões de socorro.

Vamos votar, primeiro, esses itens que são não terminativos, pois aí a gente já...

Vamos ao item 7, que já anunciei desde o começo.

O Senador Confúcio está também no *ad hoc*? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É do Senador Marcos Pontes. Ótimo.
Anuncio o item 7.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 3, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao REQ 2/2023-CCT, que a reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que convida a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhora Luciana Santos, seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo-lhe a palavra para leitura do requerimento, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A ideia deste requerimento é basicamente o convite à Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Sra. Luciana Santos, para que seja realizada, então, essa audiência em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A razão disso é que, em muitos dos itens que nós temos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além desses temas específicos, eles tratam também da educação, no que concerne à promoção da ciência para o ensino de ciência nas escolas, as olimpíadas científicas, a popularização da ciência. Todos esses itens são de extrema importância para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das inovações no pais. Logicamente, eles têm uma ligação muito grande com o setor de educação.

Portanto, fazer essa audiência em conjunto com a educação é a situação mais lógica que nós temos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pergunto se algum Senador gostaria de se manifestar sobre o requerimento para audiência conjunta da Ministra da Ciência e Tecnologia com a nossa Comissão de Educação e Cultura. Até o Senador Flávio Arns conversou bastante sobre esse assunto; entendo-o bem pertinente.

Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Primeiro, Presidente, parabenizo-o pelo aniversário. Muita saúde e muita paz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Para continuar lutando pela população, pelos interesses do país.

Com relação aos requerimentos, ambos os requerimentos, tanto o de V. Exa. quanto agora o do Marcos Pontes, são de suma importância para ver inclusive qual é a proposta do Governo com relação à ciência e tecnologia.

Eu estive com a Ministra; ela anunciou uma série de coisas, e, depois, na sequência, o próprio Presidente disse que não podia mais falar nada antes de passar pela Casa Civil. É o momento de a gente, de fato, confirmar se tudo aquilo que foi colocado para nós – e eu fui, em nome da frente parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– realmente irá se concretizar, porque há muita coisa. O Senador Marcos Pontes fez um belíssimo trabalho, deixou muito projeto em andamento.

No Brasil, infelizmente, cada um que entra acaba com tudo e começa tudo de novo. A gente precisa transformar realmente a política de ciência e tecnologia em uma política de Estado, uma política em que não haja paralisação, como vem acontecendo. Pesquisa você não para e depois começa; não existe isso, tem que ter regularidade. É melhor ter pouco recurso com regularidade do que ter muito recurso só naquele ano, e no ano seguinte não ter. Então, eu o parabenizo.

Quanto a essa questão que V. Exa. coloca, e também tenho certeza de que o Senador Confúcio e o Senador Marcos Pontes têm essa preocupação, a questão da inteligência artificial, sobre que é o requerimento de V. Exa., a gente precisa dar um foco, no momento, na tecnologia. As pessoas aqui, os projetos que aqui tramitam, muitas vezes, têm um foco apenas jurídico e não deixam avançar... O Brasil está longe da tecnologia de ponta exatamente por isso.

Então, acho oportuno e parabenizo V. Exa. Inclusive são três audiências. Podemos até discutir o foco separadamente: questão jurídica e depois... O mais importante é não limitarmos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Inteligência artificial não tem controle em lugar nenhum. Em Israel mesmo, não há nenhuma limitação ou interferência do estado com relação a isso, mas é um tema atual, a gente precisa ter muito cuidado para não começar a limitar as coisas, porque o Brasil está perdendo muito. Nós estamos ficando para trás na área de tecnologia.

Então, parabenizo e já manifesto minha aprovação a ambos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Marcos Pontes.

Só quero cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha, que chegou agora, sempre muito elegante. Meus parabéns! Bem-vindo, Senador!

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveitando o tema, na continuidade do Senador Izalci, esse tema ciência e tecnologia, incluindo inteligência artificial, que nós conversamos ontem também no Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... eu quero ressaltar aqui a importância desse tema. Ele já está no nosso dia a dia, ele vai estar cada vez mais. A inteligência artificial é algo como... Não se limita o desenvolvimento da ciência e tecnologia, que não acontece obviamente só no Brasil, acontece em muitos países. Nós tivemos um avanço grande. Eu dei uma prioridade muito grande à inteligência artificial durante a minha gestão no Ministério de Ciência e Tecnologia. Nós tivemos a criação de oito centros de inteligência artificial: para agro 4.0, indústria 4.0, cidades inteligentes, saúde 4.0, segurança cibernética, etc. E isso não são só oito centros. Eles se conectam com outros centros em rede nos mesmos setores.

O Brasil se adiantou muito em termos de transformação digital. Hoje nós somos um dos primeiros países no planeta em transformação digital. Nós estamos no GPAI (Global Partnership on Artificial Intelligence). Eu era o representante do país lá. Entramos como membro associado e chegamos ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Diretor. Essa instituição basicamente direciona as aplicações de inteligência artificial no planeta. Ou seja, a gente tem que dar continuidade a isso.

E, dentro desse contexto – eu parabenizo o fato de nós termos aqui audiências públicas para tratar do tema –, hoje eu gostaria de propor extrapauta o requerimento que eu apresentei para a criação de uma Subcomissão com cinco Senadores. Por que uma Subcomissão? Para focar no tema, para não ficar diluído entre tantos temas importantes da ciência e tecnologia, para que nós possamos focar cinco Senadores sobre esse tema para tratar o desenvolvimento da tecnologia, o desenvolvimento da aplicação dessa tecnologia, as implicações dessa tecnologia e, logicamente, a parte jurídica, que, no meu ponto de vista, vem no final e não no começo. Primeiro, tem que se discutir tudo isso que existe para, depois, colocar, vamos dizer assim, as interpretações jurídicas daquilo lá, para que a gente tenha no Brasil o desenvolvimento da tecnologia sem o cerceamento desse desenvolvimento, mas, logicamente, preservando a ética, preservando a ética na utilização de dados e tudo mais.

Então, eu solicito ao Presidente que coloque como extrapauta esse requerimento para que nós possamos ter essa Subcomissão aqui dentro. Aliás, convido meus amigos aqui de Comissão para que participem disso, para que nós possamos ter então um foco muito grande nesse assunto, que, sem dúvida, é importante agora e vai ser cada vez mais no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senador Marcos Pontes, eu entendo bem o requerimento, até conversamos com muita clareza. Subcomissões surgem aqui dentro do Senado quando as Comissões não têm condição ou não têm espaço para uma discussão mais ampliada, como a CCJ, por exemplo. Criam-se Subcomissões de temas que muitas vezes são delongados, grandes arcabouços, marcos. Não é o nosso caso aqui.

Nós ainda temos uma outra questão que é, por exemplo, o Senador Eduardo Gomes, que é nosso colega, que já avançou nessa questão e que também gostaria da criação de uma Subcomissão.

Então, eu peço a V. Exa. o seguinte... Qual foi a decisão que eu entendi ser a melhor para nós? Nós criarmos três audiências públicas específicas sobre esse tema, em que cada audiência, inclusive, um Senador possa ser o Presidente: V. Exa. comandará uma e indicará todos os nomes que queira trazer; o Senador Eduardo Gomes também será Presidente de uma audiência pública; uma terceira estará à disposição dos Senadores que queiram compor, como o Senador Izalci, por exemplo, porque assim todos participam e a Comissão mantém, naturalmente, a discussão ativa.

Então, se V. Exa. entender de não apresentar o requerimento para que a gente possa discutir. Talvez até mais audiências públicas em que cada um dos Senadores possa trazer, num tema tão vasto, a sua contribuição... E a Comissão, naturalmente, terá abertura para que isso seja feito dentro de um colegiado. Coloco aqui a V. Exa. essa proposta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu entendo exatamente isso. Talvez, ao longo dessas audiências, de quando nós começarmos as audiências, uma das coisas que vão acontecer é que a gente vai notar que o tema é extremamente vasto e complexo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Com isso, talvez surja à frente a necessidade de um foco específico. Eu entendo – eu já tenho trabalhado com isso há bastante tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Claro, claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... que nós podemos começar com as audiências e, no decorrer desse trabalho, eu tenho, vamos dizer assim, quase certeza de que se vai convergir para o fato de se ter um grupo mais específico, detalhado nesse tema, mas a gente pode iniciar com as audiências, sem dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu acho que logo, logo nós vamos ter que criar uma comissão só para isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Eu acredito, eu acredito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A importância é muito grande.

Mas concordo também com V. Exa. no sentido de a gente fazer essas três audiências, porque o Eduardo Gomes, que é um Senador supercompetente, envolvido nessa área, tem um foco – o foco é jurídico, praticamente –, e a gente não pode, como disse o Senador Marcos Pontes, começar pelo fim. Nós temos que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – E, naturalmente, de respeitar o trabalho dele, o que já foi feito.

Agora, há uma questão também que ontem nós analisamos, Senador Rodrigo Cunha e Senador Confúcio. Eu parei para analisar o calendário ontem. Dentro dos assuntos que nós já conversamos como principais, nós temos: inteligência artificial, que já vai nos tomar três audiências públicas, já vamos avançar lá para o mês de junho; depois, nós temos a questão do 5G, que é outro assunto que nós precisamos urgentemente começar a debater no âmbito da Comissão para poder entender. V. Exa. fez um excelente trabalho de início do 5G, mas nós ainda não temos uma definição clara de metas e principalmente de que modelo de 5G – essa é outra discussão para que nós vamos ter que também abrir audiências públicas, e isso avança. Se nós começarmos a trabalhar no mês de junho, por exemplo, não vai dar tempo, mas a gente já define que vamos trabalhar a partir de julho, logo depois do recesso. Aí, nós já teremos agosto e setembro, pelo menos, para esse tema. A questão da internet nas escolas é outro assunto que nós precisamos também começar a discutir pela amplitude do tema. Ou seja, a gente já tem um calendário de um ano da Comissão, e, posteriormente, à medida que os relatórios forem sendo estabelecidos, nós vamos definindo políticas públicas já para o ano que vem em debates que possam ser apresentados ao Governo. Foi a leitura que eu fiz ontem de um ano que está começando, mas que já está, praticamente, todo tomado.

Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Bem, primeiro, está sendo discutido, e eu concordo, já separaram, inclusive, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o das Comunicações – são ministérios diferentes. Aqui há também de se discutir essa questão da divisão, porque ciência e tecnologia abrange muitos temas e acho que a comunicação... Eu acabei de chegar, agora, lá do Gama. O Ministro das Comunicações estava lá. Houve um projeto que eu comecei lá, quando fui Secretário, em 2004, para pegar os equipamentos usados dos órgãos ou entidades, recuperar e distribuir para as entidades – escolas ou entidades civis.

Então, hoje, o Ministro esteve lá, e a gente inclusive aprovou recentemente – eu fui Relator aqui – projeto no sentido de poder fazer com que, durante o ano eleitoral – e aqui nós temos eleições de dois em dois anos –, possam também ser distribuídos os computadores usados, porque não podia. E são milhares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito lá que nós temos hoje em torno de quase 1 milhão de alunos de escolas que não têm acesso a computadores, que não têm computador nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, hoje estavam entregando lá 300 computadores, simbolicamente. E eles fazem não só a recuperação, mas dão capacitação, treinamento, cursos de *design* e outros. Mas essa questão...

V. Exa. se lembra de que nós aprovamos aqui a banda larga das escolas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Por unanimidade aqui e na Câmara; depois, foi vetado; derrubamos o veto; e a coisa ainda não aconteceu.

Então, é só para colocar no farol aí que acho que essa questão das comunicações e da ciência e tecnologia são muitos temas para uma Comissão única, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A gente tem que se dedicar mais à ciência e à tecnologia, que realmente tem temas importantíssimos como esse.

Então, Presidente, acho que essas audiências são o primeiro passo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... e delas, com certeza, surgirão as necessidades de criação realmente de uma Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Numa segunda etapa, eu já conversando aqui com o Itamar e o Leomar, nós vamos definir os temas e outras audiências públicas para que a gente possa apresentar as datas e já definir, inclusive, os Senadores que tenham interesse em presidi-las.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E lembrando, Presidente, que nós temos aqui a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, em que a gente avançou bem, e a gente vai continuar trabalhando no sentido de ajudar, ampliar e discutir essas questões mais pontuais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

Só um minutinho, Senador Rodrigo Cunha.

Eu vou fazer uma inversão antes de ler o meu requerimento, e nós já vamos dar sequência, então, à pauta.

O Senador Confúcio vai ser o nosso leitor do item 2, o PL 4.310, logo após a manifestação do Senador Rodrigo Cunha.

Pois não, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, ainda em relação à audiência pública solicitada pelo nosso Senador Marcos Pontes sobre um assunto de extrema importância – a inteligência artificial –, não sei se foi tratado aqui, mas é um assunto que, durante os últimos quatro anos, dentro aqui do Senado, caminhou bastante, de tal forma que nós temos aqui, acredito, três projetos de Senadores, além de um projeto da Câmara, que chegou aqui ao Senado.

A importância foi tão grande – e a busca também por protagonismo de vários Senadores – que foi criada uma Comissão Especial com juristas, com especialistas, uma Comissão que durou 240 dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entregou um relatório com mais de 900 páginas, acredito, no final de dezembro; ou seja, a gente ainda não pôde analisar.

Então, acredito que, em busca da eficiência, o primeiro passo aqui, colocando-me ao lado do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, é chamar esses especialistas para que apresentem esse relatório, porque foi a busca de todos os projetos que tramitavam aqui e aquilo que já chegou da Câmara, ou seja, está bastante mastigado, já está bastante aprofundado. Se a gente começar agora um ciclo, que é importante, de palestras sobre o assunto, de repente, a gente vai chegar a algo que já foi debatido.

Fez-se um comparativo com as normativas mundiais de uma forma que não engesse o país, de uma forma que a gente busque aqui, pelo contrário, segurança para que haja investimentos aqui no nosso país.

Mas, pelo trabalho e pelas pessoas que estavam envolvidas – falando dos especialistas, desde a questão da proteção de dados até a questão mesmo de busca de desenvolvimento em tecnologia de ponta –, nós tivemos os melhores especialistas que existem neste país. Eles se debruçaram sobre o assunto por mais de 200 dias e fizeram um relatório de mais de 900 páginas, ao qual, confesso, ainda não tive acesso, mas com certeza é bastante enriquecedor. Que a gente possa já partir daí.

Então, é uma sugestão. Não sei se é do conhecimento ou se foi falado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É uma excelente ideia. Sabemos o que já veio de conclusão do que foi feito.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Foi criada uma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Como o nosso Senador Marcos Pontes falou, pedindo uma Subcomissão, é isto que eu venho falar: foi criada uma Comissão, cujo foco, além dos Senadores, eram os especialistas, os juristas. Então, é muito forte isso, para que a gente já possa avaliar e dali tentar, se não concordou, aprimorar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Concordo. Eu proponho que a primeira audiência pública marcada seja a apresentação dos relatórios do que a Comissão já fez.

Os senhores concordam?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É, exatamente. E as outras duas, Senador... Essa primeira, em deferência ao Senador Eduardo Gomes, que já fez o trabalho, ele comandaria – a gente comunica a assessoria dele –; na segunda, eu convido o Senador Marcos Pontes, inclusive, a trazer os nomes que queira; na terceira, que o Senador Izalci possa também trazer uma contribuição em relação a isso.

Os senhores concordam? Está feito assim? (*Pausa.*)

Então já deixamos alinhavado dessa maneira.

Encerradas as discussões...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Eu sou o quarto. Eu sou o primeiro depois do terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vai ser o... Nós temos muitos temas aqui. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muitos temas.

Terminada a discussão do Requerimento nº 3, item 7, Senador Astronauta Marcos Pontes, sessão conjunta CCT e Comissão de Cultura, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 4310, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1. A CDH aprovou Parecer favorável ao projeto com a Emenda 1;

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria do nosso Senador Confúcio Moura, que está sendo o nosso Relator aqui, o nosso orador oficial.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 4.310, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação.

Eu vou direto à análise.

Conforme os incisos VII e IX do art. 104-C do Regimento Interno, é uma das atribuições da Comissão justamente discutir e debater assuntos dessa natureza.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, inciso XII. O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material.

No que tange à juridicidade, de igual modo, a proposição se mostra adequada. A matéria trata do direito da pessoa com deficiência à informação e à comunicação social. Esse assunto é abordado no Capítulo II da Lei Brasileira de Inclusão, que, em seu art. 67, discrimina o padrão de acessibilidade a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

utilizado pelas emissoras de radiodifusão de sons e imagens. Ali, encontra-se a previsão de uso da subtitulação por meio de legenda oculta, da janela com intérprete de libras e da audiodescrição.

Conforme salientado no parecer aprovado pela CDH, o PL 4.310, de 2019, tem a virtude de detalhar que os programas de natureza jornalística e informativa devem ser veiculados com o recurso de legenda, tendo como objetivo garantir que milhões de pessoas com dificuldade de ouvir possam ter acesso ao conteúdo veiculado.

A proposição opera, portanto, no sentido de aperfeiçoar a norma já em vigor, ao determinar a obrigatoriedade do uso de legendas nos programas informativos.

Salientamos, contudo, que o Estatuto da Pessoa com Deficiência já prevê o uso de recursos de legenda oculta por parte dos veículos de TV aberta. De todo modo, é conveniente, portanto, que a obrigatoriedade seja implementada com o uso do recurso de subtitulação já previsto em lei.

Nesse sentido, somos favoráveis ao acolhimento da Emenda nº 1, da CDH, apresentada pelo eminente Relator da matéria na CDH, Senador Lasier Martins.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.310, de 2019, com a Emenda nº 1, da CDH.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Os Srs. Senadores gostariam de discutir? (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Acompanhei um pouco aqui o relatório ao lado do Senador Confúcio.

Eu só tenho uma dúvida: se, quando a gente se refere a empresas de comunicação, também aqui estamos falando daquilo que é divulgado, publicado e transmitido através da internet, se essa situação também de comunicação se dá através da internet, tendo em vista que a gente pode ter acesso a um conteúdo pelo YouTube, por exemplo, vindo de outro país para cá. Nessa situação, como é que ficaria? Não sei se tem essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Enquanto o Senador Confúcio busca o relatório...

Essa também é uma outra discussão importante a que, na CCT, nós teremos de reservar um espaço, porque as redes sociais juridicamente se consideram, se apresentam apenas como meio, e as empresas de comunicação perante a legislação brasileira são aquelas que formalmente têm uma concessão do Estado para a transmissão. Como, no passado, era uma plataforma tecnológica diferente, o Estado antes regulava. Essas empresas que a gente conhece são os canais abertos de comunicação, seja rádio, seja televisão, cujas concessões inclusive passam por aqui. Essas são consideradas empresas de comunicação. As *big techs*, que é o que a gente coloca, que estão hoje em rede digital, ainda não estão formalmente definidas na legislação brasileira. Isso inclusive gera discussões no âmbito da defesa do consumidor, por exemplo, no âmbito da identificação para reparação de dano no caso de algum tipo de informação incorreta ou de injúria. Essa é uma outra discussão que nós do Parlamento teremos que fazer.

Há a questão, por exemplo, do conteúdo. A Europa hoje já tem uma legislação muito avançada em remunerar quem produz um conteúdo intelectual. Então, se um jornalista, por exemplo, produziu uma reportagem e essa reportagem é replicada em rede social, o meio hoje não faz nenhum tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contribuição ao trabalho intelectual daquele profissional. E é uma discussão que nós temos que fazer também sobre isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Confúcio. Estava apenas colaborando aqui.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Na proposição do Senador Kajuru, no projeto de lei, ele fala em obrigatoriedade da apresentação de legendas nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação. Eu não sei se aqui se alcança toda a abrangência da internet, como YouTube e outros tantos, não é?

E aqui na frente também, na análise, a matéria trata de direito da pessoa com deficiência à informação e à comunicação social, que está abordado no Capítulo II da Lei Brasileira de Inclusão, que, em seu art. 67, discrimina o padrão de acessibilidade a ser utilizado pelas emissoras de radiodifusão de sons e imagens. Ali, encontra-se a previsão de uso da subtitulação por meio de legenda oculta, da janela com intérprete de libras e da audiodescrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ele se refere somente aos canais formais...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Formais, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – ... que a legislação brasileira define como canais de comunicação.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu creio que essa observação, Senador Rodrigo Cunha, pode ser acrescentada neste projeto de lei – não foi pensado, porque a lei do Kajuru não especifica, não é? – ou, então, em separado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Eu até consulto a Secretaria sobre se nós poderíamos sugerir, Senador, no relatório, de fazermos esta inclusão: além de empresas de comunicação, a internet e outros meios de rede social que divulguem conteúdo educativo, como o dos documentários. Se nós pudermos acrescentar no relatório... Aí teríamos que... (*Pausa.*)

Podemos, podemos.

Eu proponho, Senador Confúcio – aqui orientado pela Mesa –, então que, como é do Senador Kajuru, nós retiremos o item de pauta e que essa questão do Senador Rodrigo Cunha, que foi muito bem pontuada, seja levada ao Senador, para que no relatório, ele concordando, a gente possa acrescentar naturalmente a questão das redes sociais e da internet, que está regulada pelo marco civil. É diferente da lei das telecomunicações no Brasil, que ainda é a lei das concessões.

Se V. Exa. concordar e os Srs. Senadores concordarem...

Pois não, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu só gostaria de colocar um ponto com relação a isso.

Primeiro, é muito difícil... Quando a gente fala das TVs abertas, quando a gente fala das empresas de comunicação oficiais, logicamente, se a empresa não colocar a legenda, não tem outra maneira de acontecer, dificilmente o sistema vai conseguir colocar isso. Agora, para os conteúdos, por exemplo, do YouTube e outros, os sistemas agora, com o avanço de inteligência artificial – voltando ao tema do avanço em inteligência artificial –, já estão provendo, não todos e nem para todo conteúdo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Legendas automáticas.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... legenda automática. Então, ela entra automaticamente. No momento em que você aciona ali o *closed caption*, ele começa a colocar legenda na língua original daquele documentário, e algumas vezes tem opções de outras línguas, e possivelmente isso aí pode ser... Eu acho que seria até um tema interessante, para a gente empurrar um pouco as plataformas de internet para que elas desenvolvam ferramentas de inteligência artificial para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Em libras talvez...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ou em libras também, isso pode ser feito. Apesar de que a geração automática de libras, por exemplo, com um avatar, o pessoal não gosta muito dessa parte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Eu não sabia. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É, existe isso.

Agora, um ponto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É, por causa da expressão etc.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ah, sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E um ponto importante com relação a libras, agora vindo para esse lado, é o tamanho da... Às vezes a gente vê lá a libras num quadrinho, *picture in picture*, tão pequenininho, que é difícil de enxergar aquilo. Então, eu lembro que no próprio ministério eu fazia questão de colocar um tamanho adequado ao quadro do tradutor de libras para que as pessoas possam ver com mais clareza. Isso aí é um ponto que às vezes passa despercebido, mas é importante lembrar também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Os senhores concordam que nós retiremos o item de pauta e que seja levada ao Senador Kajuru essa ponderação com relação ao relatório? (*Pausa.*)

Então o item 2, PL 4.310, de 2019, retirado de pauta, será levado ao Relator para avaliação da proposta de inclusão de redes sociais, dentro do que está sendo objeto ali do *caput*.

Anuncio o item 3:

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Agora vamos tratar desse projeto sobre concessão de emissoras de rádio comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou direto ao voto porque é um assunto repetitivo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O voto desse primeiro aqui é uma rádio comunitária educativa interativa, de radiodifusão comunitária, na cidade de Jaru, Estado de Rondônia

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 409, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Em discussão o PDL 457, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, partimos para a votação.

Em votação a aprovação para continuidade dos trabalhos de rádio comunitária em Jaru; o PDL 409, de 2019. (*Pausa.*)

Está aprovado. (*Pausa.*)

Ah, sim, nós vamos votar em bloco aqui, me desculpe.

Obrigado.

Senador anunciamos o item 4 também:

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corumbiara, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Lembro aos Senadores que votaremos depois no painel todos os itens aqui que estão sendo colocados.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – É a renovação da autorização da Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM, no Município de Corumbiara, Estado de Rondônia.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 457, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corumbiara, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Em discussão o PDL 457, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, também será votado em bloco na votação nominal.

O último item, Senador Confúcio, é o item 5:

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 785, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Exatamente, é também para renovação de autorização para Associação Comunitária Verdes Matas.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 785, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Acoverma (Associação Comunitária Verdes Matas) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Em discussão o PDL 785, item 5 da pauta, concessão para a cidade de São Miguel do Guaporé. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, seguirá para votação em painel eletrônico.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rogério Carvalho.
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Senador nos pediu um Relator *ad hoc*. Convido o Senador Rodrigo Cunha para que possa fazer a leitura, por gentileza.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço licença e autorização para ir diretamente à leitura da análise do parecer do item 6.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 1998.

Aqui, Sr. Presidente, confirmamos que não há nenhum impedimento constitucional, nem jurídico, nem de técnica legislativa, e passamos diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 442, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, antes de pedir o voto dos colegas, apenas quero fazer um registro importante, também percebendo que muitos dos pareceres dos projetos que tramitam nesta Comissão se referem às rádios comunitárias. E ontem, hoje e amanhã aconteceu e estará acontecendo o maior evento de rádios comunitárias deste país, a união de vários comunicadores, aqui em Brasília. Nós temos hoje mais de 5,040 emissoras comunitárias presentes em mais de 3.500 municípios, inclusive nos menores municípios. E o que eles buscam nesse evento é justamente uma aproximação também com os atores do Legislativo, mencionando inclusive essa lei a que nós sempre nos remetemos aqui, a Lei 9.612, dizendo que ela não os contempla. Então, acredito que seja importante essa Comissão também sempre se colocar à disposição, tendo em vista que diariamente e semanalmente, nós estamos tratando das rádios comunitárias.

Todos nós sabemos a importância que tem a rádio comunitária, a dificuldade que é manter a porta aberta, o sinal chegando, e é uma luta por comunicação, por informação e por democracia. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente sabe que o viés político numa rádio comunitária é mais difícil. É uma rádio que não pode ter, inclusive dentre seus membros, alguém filiado a um partido sequer, quanto mais comprando um lado. Então, a busca pela democracia faz parte do nosso dia a dia e, através das rádios comunitárias, a gente se sente representado.

Então, aqui eu quero mencionar o Presidente Geremias dos Santos, que é o Presidente nacional da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), e em especial a nossa terra, a terra de Alagoas, onde temos o Mano Martins, da Rádio Tapera FM, e também o Paulo Bonfim, de São Sebastião. Então, na pessoa deles, eu parabenizo a todos que fazem as rádios comunitárias deste país.

E peço aqui, concluindo o nosso relatório, o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Eu, que militei no rádio por 12 anos seguidos e 23 anos no jornalismo, entendo, admiro e conheço de perto os desafios de todo esse setor. Obrigado.

Em discussão o item 6 da nossa pauta, o PDL 442, de 2019, para a cidade de Bom Conselho, Pernambuco. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, também será encaminhado para a votação em painel eletrônico.

Anuncio o nosso último item.

Peço ao Senador Izalci Lucas que me substitua aqui como Presidente, para que eu possa ler o requerimento de minha autoria, antes da nossa votação e encerramento da nossa Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Item 8 da pauta.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 4, DE 2023

Requer a realização de audiências públicas com o objetivo de discutir o tema: Inteligência Artificial.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Passo ao Senador Carlos Viana para fazer o relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Senador Izalci.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: inteligência artificial.

As audiências públicas ficam convocadas para as seguintes datas: 26/04/2023; 03/05 e 10/05/2023, com horário e a relação dos convidados a serem divulgados oportunamente.

A indicação de convidados deverá ser encaminhada pelos respectivos membros na forma regimental.

Presidirão as respectivas audiências os Senadores Eduardo Gomes, Marcos Pontes e Izalci Lucas.

Sala da Comissão, 22 de março de 2023.

É o requerimento, Sr. Presidente Izalci Lucas, conforme nós já conversamos e ficou pactuado aqui pelos Senadores membros da Comissão presentes. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Consulto se alguém quer usar a palavra para encaminhar a votação.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizar o Senador Carlos Viana pelo requerimento. É importante, e já tratou aqui do assunto.

Mas também pedi esse tempo para parabenizar a pessoa Carlos Viana pelo seu dia, pelo seu aniversário. É uma data para ser comemorada, sim. V. Exa. representa, com muito orgulho, o seu estado e todos aqueles que depositaram um voto de confiança. Tenho alegria de aprender ao seu lado no dia a dia. Aqui a gente aprende com os exemplos, não com as palavras – com os exemplos. Sua postura em principalmente, durante quatro anos, manter a coerência não é para todos. Aqueles que não mantêm infelizmente não dormem tranquilos, porque todo dia têm que se reinventar. E V. Exa., tenho certeza de que dorme com a consciência tranquila. Sua vida o credencia cada vez para saltos maiores, e aqui tem um admirador. Parabéns não só pelo requerimento, mas pelo seu aniversário!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Agradeço, Presidente. Inclusive já falei que, de vez em quando... Eu soube que a minha mulher é fã da rede social dele. Então, constantemente, ela diz: "Olha a rede social do Senador Rodrigo Cunha aqui!". Eu digo: "Ele é jovem, tem outra visão". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, vamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao nosso querido Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação eletrônica dos seguintes itens, que já foram lidos: PDL 4.310; PDL 409, de 2019; PDL 457, de 2019; PDL 785, de 2021; e o item 6, o PDL 442, de 2019.

O PDL 4.310, do Senador Kajuru, nós retiramos de pauta. É isso? O número está certo?

Então, os demais estão em votação no painel eletrônico, senhores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito bem, senhores, encerrada a votação, já temos o quórum mínimo.

Os itens de 3 a 6... (*Pausa.*)

Encerrada aqui, o.k. Ótimo.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a conferência dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito bem, nós temos, portanto, os nove votos.

Aprovados os itens de 3 a 6, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Houve 8 votos SIM.
As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa presente reunião.
Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Humberto Costa, Angelo Coronel, Marcelo Castro e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Beto Faro, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Flor do Serrado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 581, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 5, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção e incentivo à eletromobilidade no Brasil." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Observações:** Os Senadores Carlos Viana, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha e Fernando Dueire fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 6, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater acerca da regulamentação dos e-sports." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Observações:** Os Senadores Carlos Viana, Rodrigo Cunha e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/29

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Senhores, meu bom-dia a todos que nos acompanham pelas redes sociais do Senado; bom dia aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que estão acompanhando remotamente o trabalho da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, também aos assessores e a todos aqueles Consultores que estão presentes nesta quarta-feira.

Primeiramente quero agradecer a gentileza – quero fazer aqui um destaque – do Superior Tribunal Militar, que, hoje pela manhã, está comemorando 215 anos e agraciou com medalhas aqueles que prestaram serviços ao país e também às forças militares e à defesa do nosso Brasil. Tive a alegria de ser agraciado com a Medalha do Mérito de Serviços, pela qual agradeço. Quero fazer aqui um registro, portanto, ao Superior Tribunal Militar do meu muito obrigado. A cerimônia se deu agora pela manhã, motivo pelo qual nós tivemos um pequeno atraso.

Quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, que está em uma elegância impecável aí, com uma gravata verde, não é? O pessoal do Mato Grosso – não é, Senador? –, nós temos que...

Eu estive, nesse final de semana, no Triângulo Mineiro. Visitei Uberaba, algumas cidades e terminamos, ontem, na Feira do Café, em Araguari, cidade que desponta hoje de uma maneira impressionante no agro mineiro.

Estávamos conversando sobre as questões e os desafios do agro e do meio ambiente, que, hoje, estão em caminho paralelo. Apesar das várias críticas que surgem – o seu estado, por exemplo, tem sido um bom exemplo –, o agro produz cada vez mais com menos terreno e menos desmatamento. Há setores, naturalmente, ainda em áreas mais remotas da Amazônia, para as quais o país precisa ter uma política de maior fiscalização, mas onde o agro hoje está estabelecido como referência nacional, especialmente em Minas Gerais, nós temos um sistema de proteção do meio ambiente que está entre os modelos.

Tecnologia, essa é a grande palavra. O produtor brasileiro do agronegócio tem acesso aos diversos sistemas que produzem mais, que permitem uma produção muito maior em terrenos menores. Esse é um trunfo de que nós não podemos abrir mão. E, ontem, estávamos lá discutindo, no âmbito da Presidência desta Comissão, naquela feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Quero agradecer também, fazendo uma menção aqui, ao Prefeito da cidade de Araguari, Renato. Meu muito obrigado pela gentileza da nossa recepção ontem na cidade e pelas discussões em alto nível que tivemos com a cafeicultura brasileira, o que demonstra a preocupação que nós temos em fazer com que a tecnologia, Senador Wellington Fagundes, chegue principalmente aos pequenos produtores. Hoje, o agro de exportação, como eu disse, é referência no mundo, e a chegada aos pequenos produtores, ao que a gente pode chamar de agricultura familiar, é fundamental para que também haja um ganho de produção e de proteção ao meio ambiente.

Também externei ontem às autoridades presentes, especialmente do Instituto Mineiro de Agropecuária, o IMA, e às autoridades sanitárias – e aqui quero fazer menção ao Ministério da Agricultura – a preocupação que adidos estrangeiros, adidos de embaixadas, naturalmente, têm com relação à produção brasileira e à possibilidade de que novas epidemias cheguem e prejudiquem a produção. Há, hoje, uma epidemia de gripe aviária que atingiu a produção do Chile, da Argentina, e há uma preocupação muito grande de que essa gripe chegue à produção brasileira de frangos, o que tornaria a produção, naturalmente, inviável e geraria um colapso no mundo na questão alimentar, especialmente nos países do Oriente Médio.

No âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, é muito interessante que o Ministério da Agricultura possa fazer chegar, o mais rapidamente possível, todo o conhecimento aos estados da Federação, para que protejam a produção agrícola brasileira. E nós estamos aqui à disposição dos técnicos, inclusive da Embrapa, para que a gente possa ajudar nas pesquisas e na evolução de sistemas de combate e controle dessas pragas internacionais, para a produção do agro, especialmente dos animais abatidos na área de aves em nosso país.

Essa preocupação é muito grande, porque, com outros vizinhos nossos impossibilitados de exportar e tendo de sacrificar as produções, o Brasil se torna, mais uma vez, o ponto central para abastecimento em todo o país.

Senhores, vamos dar sequência aos nossos itens.

Informo que os itens de 1 a 3, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Os itens 4 e 5, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Flor do Serrado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Carlos Viana, com muita satisfação quero ler este relatório. Aliás, são três relatórios hoje: dois de Mato Grosso, e esse primeiro é do Município de Dom Aquino.

Da Comissão de Ciência e Tecnologia, outorga autorização à Associação Comunitária Flor do Serrado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente, para tentar ser mais rápido.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 190, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Sr. Presidente, como são três projetos da mesma natureza, eu gostaria que, nesta análise aqui, como são iguais, fique valendo a leitura para os três.

Então, acabo de ler aqui essa que autoriza a rádio de Dom Aquino...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador, mas o voto de cada um dos relatórios...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vou fazer separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ótimo! Excelente! Porque aí fazemos os três com mais tranquilidade. V. Exa. tem razão; é a mesma legislação, a mesma base.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É a mesma leitura. Estou tentando ser célere aqui.

Aqui também temos mais um, Sr. Presidente, então, na mesma linha, que é da Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã, exatamente para executar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sr. Senador, só um minutinho.

O item 2 é o PDL 548, de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Então, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está de acordo. Eu olhei a análise dos três aqui ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Só o voto...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E eu vou anunciar o voto depois, individualmente, de cada um, tá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – O item 2, então, é sobre o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2019.

E há, ainda, o item 3...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 581, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – É o Projeto 581 – é isso, não é, Presidente? –, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso.

Então, voltando aqui, no voto do item 1...

Na tentativa de ser mais célere, a gente acaba fazendo aqui uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Item 1: Dom Aquino, no Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu estou procurando o voto aqui. (*Pausa.*)

O Senador Izalci está me ajudando, porque encontrar o papel aqui ficou mais complicado.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 190, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Flor do Serrado para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Agora o item 2, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim, o.k.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 548, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o item 3 também.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 581, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São esses três itens, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Lidos os relatórios e os votos dos itens 1, 2 e 3 da pauta já previamente julgada, coloco em discussão as matérias. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós, portanto, encerramos a discussão.

A votação será nominal, em bloco, para todas essas que são terminativas. (*Pausa.*)

Chegou o nosso Senador Rodrigo Cunha aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Esses três itens são votos nominais?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – São votos nominais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Podia abrir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Solicito à Secretaria a abertura do painel.

Já vamos deixar aberto para que os Senadores possam votar. Hoje é um dia em que estamos aqui... (*Pausa.*)

Eu estou sendo informado aqui pela Secretaria que, se abrirmos, não há como votar o requerimento ao mesmo tempo. Então, temos que votar o requerimento para depois abrirmos o painel e, assim, votarmos.

Então, vamos fazer rapidamente o item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 5, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção e incentivo à eletromobilidade no Brasil.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, Srs. Senadores, eu apresentei dois requerimentos e farei a leitura do item 4, que é o nosso Requerimento nº 5, para que a gente possa debater, nesta Comissão, através de uma audiência pública, os incentivos para que o Brasil avance no que se refere à eletromobilidade.

Em uma oportunidade anterior, fizemos aqui, nesta Casa, um debate sobre os carros ultracompactos, reduzindo um pouco o tipo da discussão, mas agora ampliando, para que a gente possa acompanhar não só na legislação, inclusive para no momento da reforma tributária ser um dos itens prioritários, mas também tudo que está dando certo no mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, nós recebemos a visita de Deputados representantes do Parlamento inglês. Inclusive, o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes estava à frente, no momento em que eu cheguei, e um dos assuntos debatidos foi esse, tendo em vista que é uma realidade. Até o ano de 2030, não mais será produzido o carro a combustão, em vários países, dentre eles a Inglaterra. E no Brasil não há nenhuma perspectiva de se chegar nos quatro cantos do país.

Então, acredito que é um tema pertinente para que a gente busque legislações que estimulem atrair investimentos e trazer o desenvolvimento, principalmente buscando não só a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente, mas também a tecnologia e a inovação que se referem a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O senhor vai ler o requerimento?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Não. Acho que está lido. O assunto é esse. Inclusive, eu deixo em aberto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – ... para os colegas que quiserem fazer sugestões de palestrantes para também durante esse período.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ontem, inclusive, eu li uma declaração do nosso ex-colega Jean Paul Prates, hoje Presidente da Petrobras, uma declaração até muito corajosa sobre essa questão dos carros à combustão, ele dizendo que o Brasil, se não tomar cuidado, pode ser um dos últimos países do mundo a produzir petróleo. Uma fala muito corajosa dele, visionária, porque a partir de 2030, ainda que o prazo não seja cumprido, as restrições aos veículos a combustão se tornarão efetivas.

E V. Exa. tem toda razão, concordo. Entendo que o requerimento é importante. A Casa tem que discutir esse assunto, o que nós como autoridades, como país, temos de colocar para as empresas, porque, naturalmente, elas não vão querer fazer os investimentos antecipadamente dentro, vão esperar a legislação brasileira se adequar. Então, cabe a nós uma discussão ampla sobre prazos. E assim como a Europa já fez, que eu entendo que foi um bom exemplo nessa questão, definiremos também qual é o nosso calendário para... E o impacto que isso trará na nossa economia.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Exatamente. Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – ... continuando a fala do Senador e hoje Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ele é um entusiasta da eletromobilidade. Juntos criamos a frente da eletromobilidade, a qual será reapresentada agora, colhendo assinaturas, e não é porque ele foi para a Petrobras que deixou de incentivar. Na semana passada, ele estava acompanhando a corrida automobilística de carros elétricos que aconteceu em São Paulo. Então, é dessa forma que a gente busca colaborar para o desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Srs. Senadores... Nobre Senador Fernando Dueiri, um bom dia. Senador Izalci eu também não cumprimentei. Obrigado pela presença de todos aqui.

Consulto se há algum Senador que gostaria de comentar o item.

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha por esse tema que é extremamente importante, e dar algumas informações com relação a isso, no sentido do plano, que eu espero que seja continuado, de desenvolvimento de energias renováveis mais aplicáveis à parte de mobilidade, porque isso também inclui outros tipos de aplicação de energia – como a gente fala: energia eólica, energia solar, etc. –, mas aplicada à mobilidade, a ideia que está no plano estratégico lá do Ministério, muito junto com isso, inclusive é um trabalho que está sendo feito no Plano Nacional de Descarbornização, juntamente com a Anfavea.

A ideia é a seguinte: nós temos, por enquanto, uma quantidade muito grande de veículos operando em combustíveis fósseis. Isso não vai durar muito tempo, é fato. A Europa já está fazendo essa transição. Estive na Dinamarca recentemente, que já tem um plano muito bem definido para isso.

Agora, essa transição não pode acontecer na forma de uma função degrau, vamos dizer assim, como se, de fóssil, de repente, se passasse só para elétrico ou outros tipos. Tem uma transição. E, durante essa transição, nós temos aqui uma vantagem muito grande, no Brasil, com os biocombustíveis também, o que é importante levar em conta, porque a gente tem álcool, nós podemos ter biometano e uma série de outras alternativas para trabalhar, em parceria ou em conjunto, um carro híbrido com elétrico. À medida que você melhora essa propulsão elétrica também e esses outros combustíveis e vai utilizando esses carros híbridos, você vai reduzindo a necessidade de combustíveis fósseis. É mais difícil para os caminhões. Quero lembrar que, na parte de transporte pesado, para os carros menores, é mais simples fazer isso.

E, para essa transição gradual, é preciso o desenvolvimento de algumas tecnologias também acessórias, no que o Brasil pode levar vantagem, inclusive, em baterias para utilização nos carros – o pessoal chama de superbaterias. Nós já estamos avançados nesse ponto, com baterias de nióbio já em teste, 5 mil, com nióbio, nióbio e lítio, depois, nióbio, lítio e grafeno, para melhorar, ainda na segunda fase, as baterias e, no final, que elas sejam em estado sólido. Isso está sendo feito em parceria com o Japão – Japão, Brasil, CBMM e o Cnpem, lá em Campinas.

O desenvolvimento de baterias em paralelo com biocombustíveis vai permitir que o Brasil tome frente grande nisso, e o apoio da Petrobras seria muito interessante também nesse sentido. E, no final, também está sendo desenvolvido – inclusive, está em discussão numa Comissão aqui no Senado – o hidrogênio verde, que a gente vê como uma alternativa lá para a frente para que convirjam essas tecnologias. Ainda tem problemas a serem resolvidos em termos de mobilidade do hidrogênio verde, para manter o hidrogênio e a utilização ou usar conversores nos carros, mas já temos lá, no Cetene e no Insa, o desenvolvimento de tecnologias nacionais de hidrogênio verde vindas, inclusive, do álcool, do etanol, para que isso seja feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma pauta extremamente importante, que a gente tem que discutir e tem que trazer os aspectos de como fazer essa transição de forma prática. Certamente a gente vai poder ajudar aqui.

Eu queria colocar esses pontos, Presidente, porque – parabéns, Senador Rodrigo Cunha –, sem dúvida nenhuma, essa discussão vai ser de muita valia. Eu tenho, depois, algumas sugestões também de pessoas da área científica que podem ajudar nessa discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – ... eu também quero reforçar essas falas tanto do nosso querido autor, meu amigo, que foi Presidente aqui da Comissão, Rodrigo Cunha, quanto do Astronauta Marcos Pontes também, que foi Ministro.

Esse é um tema de relevância total. Você vê que, na Alemanha, já estão também abrindo espaço para outras formas, como foi dito aqui, como o hidrogênio. O Brasil já tem alguma experiência nisso. E eu acho que... Eu presidi, tive o privilégio de presidir a Comissão Senado do Futuro e tive a oportunidade de fazer várias audiências públicas no sentido de olhar um pouquinho, pelo menos um metro, à frente do nariz, porque as pessoas, realmente, normalmente, só pensam no mundo atual. Você não tem...

Na Finlândia... Para você ter ideia, Presidente, nós temos cinco países hoje que têm a Comissão Senado do Futuro, e o Executivo é obrigado a prestar conta na Comissão do que está sendo investido para os próximos 20, 30 anos. Então, a gente precisa ter essa visão.

Acho que esse requerimento é muito importante – eu quero, inclusive, depois indicar também –, assim como o segundo. Eu acho que o segundo também do Senador Rodrigo Cunha, esse próximo item também, que é a regulamentação do esporte eletrônico... Eu, inclusive, apresentei um projeto, porque, quando discutimos o Sistema Nacional do Esporte, ficou fora o esporte eletrônico. E a gente apresentou buscando também uma alternativa de recurso para que eles possam também ser incentivados, as confederações têm recurso para isso.

Mas é um tema que a gente precisa debater urgentemente, porque hoje é dominante quase. O esporte eletrônico hoje tem um recurso altíssimo, uma participação altíssima. Nós estamos discutindo, acabamos de discutir na CAS essa questão também do vício nas tecnologias e tal. E esse esporte disciplina, facilita o controle e a disciplina do atleta com relação ao uso dos equipamentos. Então, é um tema relevante. Eu já quero aqui manifestar a minha total aprovação e também quero contribuir com pessoas para participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Nessa questão, inclusive, Senador Rodrigo Cunha, da eletromobilidade, eu faço um paralelo aqui. Uma das leis mais importantes para os centros urbanos brasileiros foi a questão de um plano diretor obrigatório. Nossas cidades cresceram todas elas sem nenhum planejamento. As regiões metropolitanas brasileiras são adensamentos hoje absurdos, em termos, inclusive, de aproveitamento de solo, trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Seria muito interessante, no âmbito da sugestão do requerimento de V. Exa., uma discussão, por exemplo, sobre um plano de eletromobilidade para ônibus urbanos, o Brasil adotar um cronograma, nessa questão, inclusive, de descarbonização, de redução de emissão de combustíveis fósseis, um programa, inclusive, com financiamento por parte do BNDES, isso ser colocado numa discussão do Orçamento nacional, uma sugestão que dou a V. Exa., para que as capitais brasileiras pudessem ao longo de quem sabe dez anos para renovação de frota, é um prazo razoável, já estarem todas elas com ônibus elétricos ou com combustíveis alternativos que não os combustíveis fosseis, como o diesel. É uma discussão que poderíamos fazer, como uma espécie de plano diretor para a mobilidade urbana do transporte público brasileiro.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Perfeito, Presidente. Inclusive, acredito que, pegando a experiência de V. Exa. que sugeriu um ciclo de palestras sobre inteligência artificial, acho que será algo parecido, porque nós temos, inclusive aqui no Brasil, alguns *cases,* algumas situações que são protótipos que dão supercerto.

Aqui em Brasília mesmo, eu já vim trabalhar aqui no Senado duas vezes dirigindo um tuque-tuque, um ultracompacto do Governo do GDF, tem aqui cerca de 20 que ficam à disposição dos servidores públicos para fazerem seus transportes. E é um sucesso. A lista para as pessoas aderirem é muito grande. Chega ao órgão público e recarrega; quando volta para trabalhar, já está recarregado. E talvez seja o poder público por onde devam começar essas ações. Hoje é quase impossível pelo valor.

Então, você pode comprar um SUV zero ou um tuque-tuque, em que cabem duas pessoas, elétricos, não é? O consumidor vai escolher sempre o outro pelo conforto. Mas são valores que estão muito acima da média mundial. Inclusive, hoje, com esses acessos aos mercados internacionais, a gente está percebendo que, muitas vezes, estão comprando e montando aqui de qualquer jeito esses ultracompactos, o que a legislação não permite, porque, em alguns casos, a regra é a regra do quadriciclo, e aí você não pode transitar em algumas vias; e outra situação é a regra que tem que ter o *airbag*. Aí você pensa: se o *buggy* não tem que ter *airbag* e anda em rodovias, por que o ultracompacto tem que ter?

Então, o que me chama atenção neste tema específico sobre ultracompactos é que, na minha cidade, Arapiraca – que é a segunda maior cidade de Alagoas e é um reflexo de muitas cidades de médio porte do Nordeste inteiro –, 80% dos casos referentes a acidentes de trânsito são com motos. E, na maioria das vezes, mutilação, muito graves os casos. Em um tuque-tuque como esse, usa-se uma proteção e tem-se uma condição maior tanto de dar segurança para o motorista como para quem está sendo conduzido, e, se o valor for interessante, com certeza, quem usa o mototáxi ou quem usa a moto como transporte vai querer substituir. Então, a gente tem que pensar também nessa iniciativa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora, Presidente, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... aqui esse assunto, eu tive o privilégio de ser o primeiro a fazer esse transporte, como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia. Então, foi muito legal. Realmente, tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, um caso que aconteceu recentemente, antes até, no Governo passado: a Petrobras foi dispensada de cumprir uma obrigação que é investir um percentual em pesquisa e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Eu me lembro bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E depois...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – V. Exa. chamou muita atenção no Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... havia a possibilidade de pegar esse recurso da pesquisa e comprar, mudar a frota da Petrobras, quer dizer, a frota automobilística.

Então, a gente tem que sempre cobrar essa questão do investimento em pesquisa e tecnologia, porque é incrível como não se discute...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... a ciência e a pesquisa. Daí o papel fundamental desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É interessante, porque a legislação brasileira, Senador Fernando, nessa questão do transporte público, naturalmente exige do gestor a questão dos custos menores, o menor preço, dentro dos consórcios ou daqueles que vão ganhar a concessão. Nós não trabalhamos com autorizações no transporte público, é a concessão pública. E a empresa não vai, por si só, colocar ali custos de ônibus elétricos, que – disse bem, V. Exa. – são caros.

Mas, se nós discutirmos um plano diretor para a mobilidade brasileira e criarmos fundos, criarmos no orçamento a possibilidade de que as capitais utilizem esses recursos... E aí a fonte pode ser, inclusive, a própria CID, que, na Alemanha, tem a função de subsidiar o transporte público. Podemos rediscutir a questão da CID no Brasil, parte desse recurso, se já não existe, porque ela foi criada com esse objetivo, mas nunca foi usada, Senador Wellington, de como financiar a mudança dessa frota do combustível fóssil para os combustíveis não poluentes nas cidades hoje, porque a gente não leva em consideração o que a poluição traz de barulho, o que ela traz na questão dos orçamentos de saúde, das consequências na nossa vida, a redução do tempo de vida dos brasileiros... Isso não é levado em consideração, porque esses são fatores analisados separadamente, mas estão diretamente ligados à poluição, à baixa qualidade das cidades no transporte.

Acredito que podemos ter uma discussão muito profícua com a sugestão de V. Exa.

Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Nobre Senador Carlos Viana, nosso Presidente, colegas Senadores, primeiro, eu gostaria de manifestar aqui muito apoio à iniciativa do Senador Rodrigo. Esse é um assunto que precisa ser enfrentado.

Eu sou do Nordeste, minha cidade é o Recife. No transporte urbano, nós tivemos ônibus elétrico. Isso foi abolido e tivemos um retrocesso grande com relação a isso. Considerando que, na época, havia um entendimento de que, por ser uma cidade litorânea, a questão da poluição estaria mais bem atendida do que em cidades não litorâneas que não tivessem a brisa, enfim, os benefícios de uma situação e de um ambiente nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, acredito que o transporte... Nós devemos explorar a questão do transporte urbano, até porque hoje minha cidade, por exemplo, e sua expansão metropolitana recebem cerca de 5 mil ou 6 mil veículos novos por mês matriculados. É uma cidade, no caso nosso, segregada por camboas, por rios, por canais. O Recife tem cem canais, fora rios e camboas, é muito segregado, seu território tem que ser ligado por pontes, por aterros. E há um estrangulamento, como nas demais capitais, com a questão da mobilidade, dos tempos e movimentos do cidadão recifense, metropolitano e residente em outras capitais e em outras regiões metropolitanas.

Portanto, Senador Rodrigo, eu julgo que nós precisamos, de fato, enfrentar isso. Nós temos aqui Senadores muito qualificados e que conhecem... O Senador Marcos Pontes, por exemplo, é uma pessoa que, na sua exposição, colocou com muita propriedade a questão. Portanto, eu deixo aqui o nosso ânimo em discutir esse assunto e acho que essa motivação apresentada pelo Senador Rodrigo já dá o pontapé inicial para que nós possamos desenvolvê-lo.

O que o senhor falou sobre os planos diretores é muito consistente. Só se tem a compreensão do que nós vamos ter pelo futuro através de um planejamento no presente. O Brasil teve belas experiências na área de planejamento, que perpassaram governos. Nós tivemos a EBTU, o Geipot, que eram grandes agências que estudavam e tratavam da questão do transporte. Lastimavelmente, hoje nós não temos mais essas agências e se faz necessário que o poder público assuma essa liderança. E esse fórum é um fórum muito qualificado para isso.

O Poder Executivo tem as prerrogativas primárias de gestão do assunto, mas essas Comissões têm a capacidade de contribuir bastante para que nós tenhamos não só no Poder Executivo, mas espalhada nas cidades essa condição de criar uma projeção sobre a questão da mobilidade, usando um combustível eficiente e que não traga os prejuízos com relação à poluição e às externalidades, de que o senhor falou, com muita propriedade, a questão, inclusive, de tempo de vida, de qualidade, de poluição, que nós podemos enfrentar, nós temos até a obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Isso impacta no orçamento, mas não é percebido, não é?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é percebido.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Fernando Dueire.

Vou pedir ao Senador Rodrigo Cunha a leitura também do item 5, que é o Requerimento nº 6, e em seguida... (*Pausa.*)

Muito bem. Estou sendo informado de que nós temos que votar o primeiro requerimento para depois votarmos o segundo.

Terminada a discussão, em votação o item nº 4, Requerimento nº 5, do Senador Rodrigo Cunha.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Item 5, Requerimento nº 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 6, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater acerca da regulamentação dos e-sports.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Com a palavra, o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento acredito que vem num momento necessário, até para dar um empurrão no projeto de lei que tramita, aqui, de autoria do Senador Izalci, como ele menciona aqui – também tem outros tramitando pela Casa –, no que se refere à regulamentação do que chamamos de *e-sports*, que são esportes eletrônicos. Quem não acompanha toda essa evolução pode achar que é algo inusitado, que é algo midiático, ou que é algo desnecessário, e não é bem assim.

Eu me preocupei em fazer logo essa audiência pública, porque nós tivemos uma manifestação pública da Ministra do Esporte, Ana Moser, pelo menos assim foi noticiado pela imprensa – inclusive, ontem, pessoalmente, eu perguntei a ela se era esse o entendimento dela –, em que demonstrou que o *e-sports*, pelo menos é o que foi noticiado amplamente na mídia nacional, seria apenas entretenimento, e não esporte. Isso fez com que todos aqueles que, hoje, têm seu técnico, seu treinador, competem no mundo inteiro, dedicam horas de treinamento em um esporte que tem competições mundiais e que vários países hoje já regulamentam como sendo *e-sports* ficassem, aqui no Brasil, sem saber o passo a ser dado. Então, ontem, em audiência pública com a presença dela, fiz essa pergunta, e ela falou que não era bem assim, que realmente chegou há pouco tempo ao Ministério e está fazendo um grupo de trabalho para internalizar e saber realmente como deve ser tratado o *e-sports*.

Aqui, eu quero dizer que é um assunto que precisa, sim, que esta Casa se dedique. Nós temos aqui, inclusive, grandes investimentos que podem chegar ao Brasil com essa regulamentação através de federações; é possível fazer por federações, confederações; atrair investimentos e mais patrocínios. Lembro que essa é uma forma, hoje, também de tirar os jovens da ociosidade e do crime; é uma competição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim, corretíssimo!

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – O nosso amigo Senador Astronauta Marcos Pontes, a primeira coisa que, quando cheguei aqui, ele me perguntou: "Rodrigo, o xadrez não seria também uma situação semelhante?". É verdade, o xadrez é considerado um esporte. Pode não ser um esporte olímpico, porque, nesse caso, trabalha mais a mente, como também é no *e-sports*, então, este é um caminho. Inclusive, existem esportes olímpicos que trabalham praticamente a mente e a concentração, como é o caso do tiro. Então, há pessoas que não têm nenhum condicionamento físico para ser um atleta, mas é atleta de tiro, porque tem aquela aptidão, tem aquela dedicação e, assim, representa inclusive o Brasil, porque tem medalhas olímpicas de tiro também do Brasil. Então é uma discussão necessária. O momento em que a gente está é outro. Eu não sou nem tão velho assim, mas já acompanho essa evolução. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na minha época – e falo assim: na minha época –, quando meu pai me via jogando videogame, ele olhava para mim e dizia que eu estava isolado, que eu estava ali e era para estar brincando com os amigos, conversando com os amigos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Hoje, o meu filho, quando está jogando videogame, está falando com os amigos da escola, da cidade, do país inteiro, está interagindo, falando ao mesmo tempo, ou seja, está vivenciando aquela situação.

É lógico que tudo demais faz mal, todo excesso faz mal. Então tem que limitar, tem que ter exercícios físicos, sem dúvida nenhuma, mas é uma realidade.

Além disso, eu quero dar um exemplo aqui para os colegas Senadores – é sempre bom se trocar experiência –, mencionando o que acontece hoje na cidade de Maceió, no meu Estado de Alagoas. Alagoas é o estado que tem maior evasão e abandono escolar em todo o país. Tem uma escola em que as aulas começam às 8h. Dá 9h, dá 10h, e o aluno não vai para a escola. Ele falta aula, ele vai fazer outra coisa.

Eu fiz um investimento, um direcionamento de uma emenda, junto com uma ONG, e abrimos uma escola. E, nessa escola, quando dá 8h, que é a hora que ela começa, às 7h30 já tem gente na porta. Por quê? Porque é uma escola para *gamers*. É uma e-escola. E ali se desperta a curiosidade. Então a escola – a gente também está com esse debate na Comissão de Educação – tem que despertar, hoje, a curiosidade dos alunos.

Quem considera que o telefone vai afastar o aluno da educação, no meu ponto de vista, tem que repensar isso. Então, aquela situação de deixar o telefone fora não é bem assim. No meu ponto de vista, é como a gente insere o telefone para que, até em casa, a gente consiga monitorar, criar situações para prender a atenção do aluno e atrair a curiosidade dele e dos professores também.

Nós aprovamos nesta Casa, agora em dezembro – inclusive foi a última ação do Senador Jean Paul nesta Comissão –, a Política Nacional de Educação Digital, com o objetivo principal de fazer com que os professores saibam utilizar essa tecnologia. E aqui também me remeto à experiência que eu fui vivenciar em Alagoas: eu fui a uma escola que era tida como modelo, porque lá tinha internet em alta velocidade em computadores modernos. No entanto, quando acabou a aula, eu perguntei para o aluno se era interessante, se ele gostava daquela aula. Ele disse: "Não, tio, não gostei muito, não, porque a professora apenas digita, e aparece na tela. Não é isso o que a gente quer. A gente quer, quando falar sobre a Tailândia, que apareça a imagem da Tailândia, que tenha os gráficos e as fórmulas químicas para que a gente entenda mais do que está no papel". Ou seja, o professor também vai ter que passar por esse aperfeiçoamento. A gente não tem como exigir nada de imediato, mas já tem que se pensar. E essa Política Nacional de Educação Digital vem para isso, para que o professor já entre neste momento necessário para despertar a curiosidade. É um desafio grande.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É grande. É interessante que essa posição me fez lembrar aqui do nosso Senador Esperidião Amin. Se ele estivesse aqui, diria: "A professora ainda está no reino de Sião, e o aluno já está na Tailândia". (*Risos.*)

Já está muito mais moderno.

Um ponto na fala de V. Exa. me chamou a atenção: aqui, se nós pegássemos pelos nossos netos – eu e o Senador Wellington aqui já estamos nessa, acho que o Izalci e também a maioria aqui –, os bebês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

já aprendem pelo telefone. Se a gente pensar bem, os recém-nascidos, os pais e as mães ali na interação com as crianças, hoje eles já aprendem no telefone.

Então, é um pensamento muito fora de contexto achar que esse aluno numa escola vai se ater só a livros de papel ou a determinados... Ele já vai para a escola com a capacidade de entendimento do que está aqui. É uma colocação muito interessante.

Senhores, lido o requerimento colocado e terminada a discussão, coloco em votação...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Marcos. Fique à vontade.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Esse é um assunto que mexe muito com a gente pelo seguinte... Obrigado, Presidente. O que acontece? Quando a gente vê o desenvolvimento da tecnologia, geralmente o pessoal mostra aquela famosa curva de Moore – que, inclusive, faleceu recentemente –, que é a de um crescimento exponencial. Mais conhecimento gera mais conhecimento, que gera mais conhecimento, e, é lógico, isso dá uma curva exponencial. Então, é um crescimento exponencial. Quando a gente vê a educação, ela não consegue acompanhar esse mesmo crescimento, então sempre existe um *gap* entre como o aluno se forma e as necessidades que ele vai ter no mercado em termos de tecnologia. E aí vem a legislação, que vai lá embaixo, demora mais ainda para se ajustar do que a educação. Então, são três curvas com uma defasagem entre elas.

A gente tem que ver que a utilização de elementos digitais na sala de aula, de novas tecnologias... A inteligência artificial já está aí, assim como a parte de realidade aumentada, que pode ser muito utilizada. Ela já é utilizada em muitas empresas para treinamentos: o funcionário, para fazer o treinamento, utiliza sistemas em que, quando ele aponta para uma certa área real, um equipamento real, consegue ver ali no seu iPad ou no que seja como vai ser a manutenção que ele vai fazer ali, vê as coisas acontecendo na realidade. Isso aí, inclusive, faz parte dos treinamentos de astronautas atualmente. E a realidade virtual é outra coisa que pode e vai ser utilizada em escola.

O que o Senador Rodrigo Cunha falou é extremamente sério e importante: a gente precisa se adaptar. E eu vejo a possibilidade da utilização disso como mais uma motivação para os jovens na escola. A gente tem que trazer isso aí, largar de ficar olhando para o passado e olhar para frente. As escolas têm uma tendência muito de se agarrar ao passado, à tradição. É muito importante a tradição em muitas coisas, como valores, mas, em termos de utilização de tecnologia, a gente tem que olhar para frente. Então, as escolas vão ter que se adaptar, as universidades vão ter que se adaptar. A utilização dessas tecnologias vai ser o presente do dia a dia, vamos dizer, daqui para frente. Concordo com 100% do que ele falou.

Parabéns! Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Prof. Marcos Pontes.

Pergunto se algum Senador gostaria de se manifestar ainda. Posso dar encaminhamento? (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o item 5, Requerimento nº 6, do Senador Rodrigo Cunha.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Senhores, vamos colocar em votação os projetos constantes dos itens 1 a 3, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Enquanto fazemos aqui a votação, eu gostaria só de registrar o apoio do Prefeito Valdécio Luiz à aprovação desse projeto do Município de Dom Aquino. Normalmente, em cidades menores, que não têm ainda uma rádio, a rádio comercial ou a rádio comunitária cumpre muito bem esse papel. E eu sempre falo que uma rádio tem às vezes o papel não só da integração, do desenvolvimento social da cidade, mas até de salvar vidas.

Inclusive eu sempre cito um fato de um acidente que ocorreu bem próximo dessa cidade de Dom Aquino, na cidade de Jaciara, onde um ônibus de chocou com uma carreta carregada de madeira. E, se não fosse lá a presença de uma pequena rádio, através do médico, usando convocação da população para doar sangue, possivelmente mais de 30 vidas seriam perdidas.

Então, por isso, eu também sou um entusiasta das rádios comunitárias, claro, cumprindo o seu papel como uma rádio comunitária e não como uma rádio comercial – também a rádio comercial tem todo o seu compromisso de uma concessão, uma licitação e os compromissos fiscais também.

Da mesma forma, eu quero aqui cumprimentar a Senadora Tereza Cristina, que também me pediu pela aprovação desse relatório do Município de Ponta Porã, que é a Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã; e ainda o Prefeito Edegar José Bernardi, lá do Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, na aprovação da Associação Comunitária da Rádio Sucesso FM de Nova Ubiratã.

E ainda, Sr. Presidente, eu quero aqui cumprimentar o Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, que é a Abraço Brasil, Geremias dos Santos, que é lá do meu estado, que agora há poucos dias, em março, em 21, 22 e 23, esteve aqui em um grande encontro, um congresso, junto com o Ministro, enfim, e estão aqui até trabalhando na formação da frente parlamentar mista em defesa das rádios comunitárias.

Então, em nome do Prefeito Valdécio e também em nome do Geremias dos Santos, eu aqui cumprimento todas as rádios comunitárias do Brasil e, claro, também do meu Estado de Mato Grosso, aguardando aqui a aprovação de todas.

Eu vou votar ainda, viu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Estamos em processo de votação.

Eu solicito aos assessores dos Srs. Senadores que acompanham remotamente a Comissão, porque estão em outras... Inclusive eu mesmo tive que votar na CCJ, agora há pouco, em um projeto lá de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores que votem remotamente, para que possamos encerrar a nossa pauta de hoje prevista para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero pedir também aos Senadores, especialmente aos que vão presidir as audiências públicas já definidas sobre o tema da inteligência artificial, os nomes, as indicações, para que possamos já fazer os convites, e que a nossa Secretaria possa diligentemente receber e já providenciar, para que esses debates possam contribuir para a nossa legislação, o crescimento, os incentivos, porque normalmente se pensa muito aqui em fazer somente leis, não é, Senador? Mas eu vejo que nós também podemos ter uma discussão que traga para o país novas tendências e principalmente que mostre ao Governo onde o Governo precisa agir como parte do fomento.

Esses são pontos interessantes em que a Comissão, eu percebo, é muito mais ampla do que apenas a questão da legislação ou a importância das concessões, que são fundamentais. Mas é meu desejo que esta Casa e esta Comissão possam dar contribuições bem à frente até mesmo do seu tempo. Estávamos aqui prestando atenção sobre como a nossa tendência é nos apegarmos ao passado ou àquilo em que nós sentimos segurança, mas o mundo nos incentiva a muito mais!

Agradeço aqui a presença do Consultor Legislativo Marcus Martins, que está acompanhando conosco aqui a Comissão.

Estamos em votação dos itens 1 a 3, disponibilizados aos Srs. Senadores da Comissão, aguardando a finalização para que a gente possa ter o mínimo.

Obrigado, Senador Wellington.

Semana que vem, senhores, não teremos a nossa Comissão, uma vez que há um feriado prolongado. A Casa mesmo ainda não divulgou... Então, a sessão da Comissão nós teremos na semana seguinte.

Desde já, quero desejar a todos uma feliz Páscoa, um dia de muita alegria para todos. Normalmente, a gente pensa que a festa mais importante do cristianismo é o Natal, mas não é. A festa mais importante do cristianismo é a ressurreição daquele em quem nós acreditamos, essa passagem da morte para a vida, um tempo novo para todos nós.

Obrigado, Senador Izalci.

Pronto. Já temos os nove. (*Pausa.*)

A votação será encerrada dos itens 1 a 3, conforme a pauta.

Agradeço a todos que participaram conosco.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Resultado: a Comissão aprova por oito votos os projetos constantes dos itens 1 a 3, nos termos dos relatórios apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão da presente Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Dr. Hiran, Damares Alves, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Zenaide Maia, Soraya Thronicke e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 75/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações, comunicando a abertura da Tomada de Subsídio nº 6, de 2 de março de 2023, sobre a instrução do projeto de revogação de normativos (Guilhotina Regulatória 2023-2024). O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Porto da Folha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Carlos Viana. Manifestam-se na presente reunião, os Senadores Carlos Viana, Astronauta Marcos Pontes, Rodrigo Cunha e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom dia a todas as senhoras e aos senhores presentes. Meu muito obrigado pela gentileza de estarem acompanhando.

Bom dia ao Senador Fernando Dueire, companheiro.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Quero dar bom dia também a todos que vão nos acompanhar e estão nos acompanhando pelas redes sociais, aqueles que se interessam por um tema tão importante para o futuro do nosso país, e os debates, porque o Brasil precisa se atualizar com a maior rapidez possível.

Senador Fernando Dueire, esta semana recebi uma série de visitas, abri a agenda para vários setores da área de comunicação e tecnologia, e é premente o trabalho; é urgente que nós aqui aceleremos e busquemos realmente atualizar o país. Esta semana, falaram inclusive até em computadores quânticos, porque o Brasil ainda não tem nenhum tipo de pesquisa, pelo menos oficial, que esteja sendo apoiada em nossos centros, e que o mundo já está à frente em várias questões. Então, nós temos aqui um desafio muito grande. É o que eu tenho falado. E nós vamos buscar atender essa questão.

Também recebemos representantes das associações, sindicatos, representações internacionais da área de telecomunicações, e todos eles interessados em ampliar, no Brasil, as questões tecnológicas, mas muito preocupados com a questão da legislação. Infelizmente, as decisões que tivemos o ano passado, algumas delas inclusive por parte do STF sobre a questão da coisa julgada, geraram uma insegurança muito grande nos analistas internacionais sobre a perenidade e a sustentação das leis brasileiras, porque você tem tribunais que não se entendem, tomam decisões diferentes, apesar de estarem dentro dessa possibilidade, mas que geram, entre aqueles que acompanham o Brasil, uma dúvida: Poxa, hoje a lei é de um jeito, amanhã essa lei pode ser modificada? Então, essas questões todas acabam impactando muito no dia a dia do nosso país e nós vamos dar a nossa colaboração.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar também bom dia aos Senadores que estão nos acompanhando remotamente e que já marcaram a presença.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 75, de 2023, da Agência Nacional de Telecomunicações, comunicando a abertura da Tomada de Subsídio nº 6, de 2 de março de 2023, sobre a instrução do projeto de revogação de normativos, a chamada guilhotina regulatória.

O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

É importante chamar a atenção dos senhores assessores, Senadores – bom dia, Senador Wellington, bom dia, Senadora Daniella – sobre esses atos normativos das agências; eles têm impacto muito forte sobre a regulamentação em nosso país. Portanto, esta é a Casa onde eles têm que ser analisados e discutidos. E os Senadores, eu faço aqui este ponto, coloquem as assessorias para acompanhar as decisões que são encaminhadas pelas agências reguladoras. Uma vez colocadas em prática, depois a retirada é bem complicada e pode gerar uma série de impactos na sociedade.

Informo, senhores, que, como temos praticado aqui, os itens de 1 a 4 previstos na nossa pauta terminativa serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Assim ganhamos celeridade e vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Alguma observação, Senador Fernando? Senadora Daniella? Senadora Wellington? Podemos dar sequência aqui?

Bom dia, Senadora.

Muito elegante a Senadora Daniella. O outro também em um verde, muito bonito aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois é, olha aí. Está vendo? Meus parabéns.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório à Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Muito bom dia, Sr. Presidente, Senador Carlos Viana.

Quero cumprimentar os colegas Senadores e dizer que a brincadeira, na realidade, é que a gente estava falando sobre isso por causa da cor de campanha do Senador Wellington Fagundes, que é o verde. Aí eu disse para ele: "Então vou vender esse meu vestido para a sua esposa". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – E caro!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – E caro!

Mas, brincadeiras à parte, passo à leitura do relatório que trata da aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia.

Sr. Presidente, acho que, como todos colegas, acredito, já têm ciência do relatório, já tiveram acesso ao relatório, gostaria de ir direto para o voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Sr. Presidente.

Então, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 365, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, deixaremos para a votação em bloco posteriormente.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Porto da Folha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o Senador Flávio Bolsonaro, que está nesse momento na CCJ e nos pediu, autorizou um Relator *ad hoc*. Portanto, Senador Fernando Dueire aceitou a essa missão.

Passo-lhe a palavra, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Sr. Senador, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 446, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Porto da Folha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, o relatório já foi divulgado na íntegra com a devida antecedência, portanto, eu peço licença para irmos direto ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 446, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Porto da Folha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Está lido o relatório do PDL 414, ou melhor, desculpem, do PDL 446, de 2019.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, também seguiremos, portanto, para a votação em bloco.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Vou pedir também ao Senador Fernando Dueire que faça a leitura *ad hoc.* PDL 414, de 2021, de Goiás. Relator Senador Flávio Bolsonaro. Relator *ad hoc* Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 414, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da cidade de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiás, Estado de Goiás.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Sr. Presidente, o relatório já foi divulgado na íntegra com a devida antecedência, portanto, peço licença para irmos direto ao nosso voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 414, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da cidade de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiás, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Está lido o relatório do item 3, PDL 414, de 2021.

Eu pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se tem alguma discussão sobre os três itens da pauta já lidos: PDL 365, de 2019, da Senadora Daniella Ribeiro; PDL 446, de 2019, Porto da Folha; e o PDL 414, de 2021, lido agora também pelo Senador Fernando Dueire. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Eu comunico aos Srs. Senadores, aos nobres pares, que o item 4, que é o PDL 670, de minha relatoria, está retirado de pauta, e será reapresentado em data oportuna.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 670, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Senador Wellington...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Não. Aí vamos encerrar.

Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de registrar, porque eu acho que tem muito a ver com esta Comissão, a Comissão de Ciência e Tecnologia, um evento que tivemos aqui com o Senai Cimatec – está aqui chegando o nosso Ministro Marcos Pontes, que é extremamente conhecedor da área –, uma feira aqui e uma competição dos nossos estudantes brasileiros nessa área de tecnologia, principalmente robótica. A minha cidade, Rondonópolis, no Mato Grosso, teve uma das equipes que foi campeã nacional. Os alunos, inclusive, estão hoje aqui em Brasília. Quero levá-los lá ao Plenário para que eles conheçam também o nosso trabalho. São jovens de alta criatividade, que agora vão concorrer, representando o Brasil, internacionalmente numa grande feira nos Estados Unidos – parece-me que é em Houston. Então, eu registro isso aqui. Não tenho o nome preparado de todos agora aqui. Pedi para que me trouxessem. Se der tempo ainda, eu gostaria de falar inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas também, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui: eu sou um aluno da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente, Mato Grosso, que é a maior escola do Brasil, com mais de 5 mil hectares, bem próxima de Cuiabá, na confluência da BR-364, BR-163 e BR-070. Essa escola – eu estudei na década de 70 lá – agora está fazendo 80 anos. Então é uma escola para o nosso estado extremamente tradicional, cujo lema era "aprender fazendo". Quando eu estudei, era nessa linha. Nós todos éramos envolvidos na produção agropecuária.

Infelizmente, Senador Marcos Pontes, no intuito de evoluir a nossa legislação, hoje em uma escola agrotécnica você não pode mais botar o aluno para aprender fazendo. Ele tem que ver o monitor fazer para ele poder aprender. Olha, e quem – a gente fala assim principalmente por ser do Mato Grosso; eu sou veterinário – não põe a mão na massa, quem não pega no cabo da enxada, da foice ou às vezes do trator para dirigir o trator... Como que ele vai aprender se ele não sentir como é a realidade daquilo que ele está fazendo?

E aí eu gostaria aqui... A nossa Comissão é de Ciência e Tecnologia, mas eu até entendo – falei muito com o Ministro Marcos Pontes – que, na área do ensino profissionalizante, a ciência e tecnologia estão muito mais próximas. E quem sabe, um dia, a gente vai ver ainda essa área sendo tocada, sendo administrada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Hoje é do Ministério da Educação. O Ministério da Educação tem o ensino básico, o ensino infantil, o ensino profissionalizante e também o universitário. Por isso nós entendemos que seria mais oportuno.

Mas eu quero aproveitar, então, aqui, Sr. Presidente, para convidar também a todos para participarem dessas festividades. E queria convidar a nossa Comissão e, caso não seja possível, que V. Exa., inclusive, me credenciasse no sentido de representar a nossa Comissão, porque eu quero falar, se não for possível V. Exa. estar lá, de boca cheia, realmente o papel que nós poderemos estar trabalhando também com o Instituto Federal de Educação Tecnológica, que tem avançado muito no Mato Grosso. Só para se ter ideia, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso está presente, com 21 *campi*, em 19 cidades em todas as regiões do Estado de Mato Grosso. Tem 27 mil alunos, enquanto a universidade federal tem 23 mil. Portanto, é um instituto que está inovando muito, procurando a parceria com a iniciativa privada. Colocamos muitos recursos, inclusive de outros ministérios – principalmente, no nosso caso lá, a Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste). E com isso esse instituto tem sido extremamente inovador.

Eu tive a oportunidade agora de viajar com o reitor, todos os vice-reitores, todos os diretores dos *campi*. Fomos a Portugal e à Noruega para fazer intercâmbio com outras universidades, tudo isso com recurso próprio do instituto federal. Aliás, inclusive, convidamos também a Reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, que esteve conosco, também custeados por esse trabalho feito através da Uniselva, que é a Fundação de Apoio da Universidade Federal de Mato Grosso, da Universidade Federal de Rondonópolis e também do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por isso, quero parabenizar o Diretor Lívio Wogel, Diretor da Escola Agrotécnica de São Vicente, e também o Reitor Júlio César, com todos os seus pró-reitores e todos os diretores de todos os *campi*, que também estarão lá e com certeza estão fazendo parte dessa construção de sucesso do nosso Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Agora, na sexta-feira, estarei com eles também na cidade de Apiacás, Alta Floresta e outras cidades do Nortão de Mato Grosso, onde estamos ampliando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Eu falo assim, com muito entusiasmo, até porque também quero propor – vou ver se dá tempo ainda de propor – aqui, em um requerimento extrapauta, a possibilidade de a gente discutir aqui também a questão da segurança nas escolas. Ontem nós tivemos uma reunião na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação, onde tenho um projeto de lei que está tramitando, já faz algum tempo, e por coincidência o Relator desse projeto foi o Senador Jorginho, que hoje é o Governador de Santa Catarina. Nós tivemos infelizmente essa situação de barbárie acontecendo em uma das escolas. E eu tenho conversado muito com o Senador Jorginho, porque, quando ele relatou o projeto, ele já demonstrava preocupação com a questão da segurança nas escolas. E, claro, hoje a segurança nas escolas tem muito a ver com a tecnologia, que cada dia mais está avançando. Eu quero até dizer aqui que o nosso Ministro Marcos Pontes é o Relator desse projeto. E aí, por decisão da Comissão, faremos uma audiência pública ou até duas para melhorar o máximo possível o projeto. E eu acho que a Comissão de Ciência e Tecnologia hoje é a que mais pode contribuir com a segurança nas escolas, porque hoje nós temos instrumentos aí fantásticos, e é perfeitamente possível a gente fazer uma vigília com a participação desses instrumentos.

Inclusive, em Mato Grosso, eu quero aqui aproveitar, Sr. Presidente, também para elogiar o Governo Mauro Mendes. Hoje, inclusive, o nosso Governador está fazendo aniversário – está chegando a Brasília. Através da sua eficiência administrativa, uma gestão excelente, ele está conseguindo inclusive fazer algo inédito. Duas coisas: conseguimos implantar a primeira ferrovia por autorização estadual do Brasil, que vai avançar da minha cidade – V. Exa. me ajudou muito para que a gente votasse, lá no Plenário do Senado, o nosso novo plano ferroviário no Brasil –, Rondonópolis, Cuiabá também, até Lucas do Rio Verde. E ontem já tivemos a aprovação das licenças ambientais pela Sema para os primeiros 81km. E hoje o Governador estará aqui também para concluir uma coisa inédita, que é a estadualização de uma concessão de uma rodovia federal.

Todas as concessões que foram feitas no Governo retrasado infelizmente não deram certo. E, no nosso caso, a BR-163 pega do Sul do país e vai até os portos do Arco Norte, então, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No nosso caso a concessão é da divisa de Mato Grosso do Sul, Rondonópolis, até Sinop. E agora o MTpar fez uma proposta à ANTT para assumir a concessão, pagando as dívidas junto aos bancos e, claro, a ANTT também está, com isso, perdoando as multas pesadas pelo não cumprimento, e o Tribunal de Contas já aprovou.

Então, eu quero aproveitar também aqui para parabenizar o Governo Mauro, mas também o cidadão Mauro pelo aniversário que hoje está fazendo. Com certeza, espero que ele pelo menos pague um jantar para nós hoje, não é? E aí eu não posso convidar porque não sei se ainda terá. (*Risos.*)

Mas é isso, Sr. Presidente. Se chegar aqui, então, ainda a tempo, eu quero apresentar o requerimento e a possibilidade de a gente aprovar esse requerimento, para discutir a questão de como a ciência e a tecnologia – principalmente a tecnologia – podem ajudar na segurança nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senador. O senhor pode apresentar, vai ser recebido, nós vamos colocar à disposição de todos os Senadores para leitura e, na próxima reunião, nós já colocaremos em pauta para aprovação.

O Senador Wellington está me lembrando de um caso – mineiro sempre transforma fato em casos, não é, Senador Fernando? – de um radialista, amigo, pessoa muito conhecida Rodrigo, muito querido na cidade de Lavras. Um radialista muito antigo. E uma das turmas de agronomia, me parece, ia fazer um churrasco de formatura e convidou o radialista. E ele, numa satisfação muito grande, no ar, disse: "Olha, eu quero agradecer aqui o convite para o churrasco da formatura e tal e coisa, e tal e coisa". Uma multidão apareceu no churrasco na universidade.

É bom V. Exa. avisar, senão nós vamos estar lá hoje, prestigiando o Governador. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Já que ele vai pagar a conta, nós queremos participar também de tudo isso, não é?

Eu peço licença para abrirmos a votação dos itens, enquanto isso os Senadores vão se manifestando.

Senhores, em votação os projetos constantes dos itens 1 a 3, nos termos dos relatórios apresentados.

Eu solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Quero lembrar que quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar.

Nós vamos abrir aqui, não é isso? (*Pausa.*)

Só um instantinho que eu vou abrir para votação. Cadê o... Desse aqui, ó. (*Pausa.*)

Estava escondido aqui.

A leitura, espere aí. Vou repetir a leitura aqui. Um pouco mais de lado aqui.

Está aberto, não é?

Está aberta a votação, senhores. (*Pausa.*)

Vamos aprendendo aqui, não é?

Está aberto já.

Senador Marcos Pontes... Sim.

Peço aos Srs. Senadores e às Senadoras que possam votar, para que aprovemos os três itens.

Pode haver uma demora para quem está remoto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É em bloco. Itens de 1 a 3, já lidos os relatórios na Comissão.

Senhores, eu quero também aproveitar e lembrá-los das nossas audiências públicas sobre inteligência artificial, da questão dos participantes, dos nomes que os Senadores podem sugerir que estejam conosco aqui nos debates.

Estava comentando, Senador Marcos Pontes, que esta semana recebi diversos representantes, delegações inclusive, de setores que não foram ouvidos ainda nessa interdisciplinaridade, nesse contexto de disciplinas e de áreas. O setor de comunicações, por exemplo, telecomunicações, pediu para ser ouvido na questão da legislação. Nós já avançamos inclusive na possibilidade – quero dizer aos senhores aqui – de nós trabalharmos um marco brasileiro para inteligência artificial que não seja um marco apenas regulatório. Nós já caminhamos bem – foram feitas boas audiências aqui – na questão de juristas, mas agora temos que ouvir os cientistas, ouvir aqueles que executam, os engenheiros, para criarmos um macro regulatório para inteligência artificial no Brasil, o que pode ser uma contribuição muito interessante para o setor.

Pois não, Senador.

Com a palavra, Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela consideração. É justamente essa uma das questões que eu iria falar. Eu estou montando a lista para uma das audiências públicas e ela tende a aumentar o tempo todo. Estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tentando ver as maiores representações, em termos de indústrias, do setor científico, ou seja, basicamente, desenvolvendo a tecnologia, a aplicação da tecnologia. A implicação a gente já tem, mas tem que ter um certo estudo sobre isso, porque essa implicação pode ser positiva ou negativa. Então, é sobre como isso aí afeta os diversos setores. Eu estou para entregar, esta semana, a lista. E acredito que, ao longo do tempo, embora a gente coloque essa lista, ela vai ser preliminar, porque aparecerão outros setores que vão querer participar.

Eu lembro que, no começo, falei da importância, de como esse tema se amplia rapidamente. E a gente está assistindo a isso. Vai ser muito boa essa discussão. Eu vejo agora, no mundo, o pessoal com bastante receio do desenvolvimento da inteligência artificial, mas, como qualquer ferramenta poderosa, ela tem suas aplicações positivas e algumas possibilidades de aplicação negativa, e a gente tem que ajudar a reduzir ou mitigar esses riscos.

Se me permite, Presidente, queria também fazer um comentário aqui sobre alguns temas que surgiram na semana passada que é bom o pessoal conhecer, temas bons, vamos dizer assim. Eu estive em Botucatu, em São Paulo, na segunda-feira desta semana. Ali nós temos a Unesp e o Cevap. O Cevap é uma organização da Unesp onde eles desenvolvem remédios, medicamentos e outras coisas, com animais peçonhentos, fazem a utilização de veneno, por exemplo, para isso. Na minha gestão no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, eu fui lá, visitei – é a terceira ou quarta vez que vou lá. Na primeira vez em que eu fui, eles me mostraram que o Brasil será o primeiro país do planeta a desenvolver – já está em fase III de teste clínico – um medicamento para picada de abelha. Isso aí é como se fosse um soro. Temos o soro antiofídico e teremos esse daí para picada de abelha. E picada de abelha mata mais do que picada de cobra no mundo como um todo. Então, vai ser o primeiro no planeta. E está sendo desenvolvido aqui, por cientistas brasileiros, lá em Botucatu.

Quero parabenizar aqui o Professor Benedito e o Professor Rui, que têm trabalhado no desenvolvimento, e a própria Unesp, com o Reitor Pasqual, que tem sido uma universidade extremamente propositiva, uma universidade que trabalha no resultado.

Nós estabelecemos, lá atrás, o desenvolvimento, no Ministério, do centro nacional de tecnologia de medicamento. Naquela época, ele só estava no investimento e na terraplanagem, hoje já temos o prédio lá sendo feito e junta-se a isso também – e nós estivemos lá agora para anunciar – o centro translacional de ciências e biofármacos. Isso está sendo financiado pela Fapesp, em São Paulo. Junta-se a esse complexo e ali vai ser o centro do Brasil para reduzir a dependência do Brasil em medicamentos, para o desenvolvimento de medicamentos no Brasil a partir de nossa biodiversidade. Esse ganho – é difícil até de explicar – para a soberania do país é maravilhoso!

Então, eu quero aproveitar e parabenizar o trabalho que tem sido feito e rapidamente nós vamos ter fábricas de insumos, insumos para testes clínicos, que é um *gap* muito importante entre o conhecimento e o desenvolvimento do produto, e ali vai ser uma coisa que vai nos dar muito orgulho aqui no Brasil. Parabéns à Unesp e ao Cevap por isso.

Outra coisa, a gente sempre vem aqui e critica muitas coisas que acontecem erradas. Por exemplo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, eu conheço muito bem a estrutura, ainda não está completo com relação aos secretários, o que é uma perda muito grande para o Brasil. A gente já está na metade de abril e até agora o ministério não está completo, coisa que eu já tinha, lá em janeiro, em 1º de janeiro, o Ministério completo. Então, essa é uma parte negativa, mas quando tem coisa boa a gente tem que elogiar. Eu acabei de ver, nas notícias, o anúncio de um concurso público para pesquisadores e isso é uma coisa que eu tinha perseguido durante muito tempo e é muito importante. Parabéns ao Ministério por colocar esse concurso, por conseguir viabilizar esse concurso, porque muitos dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

centros de pesquisas estão operando com metade da capacidade de pesquisadores e, dessa metade que está trabalhando, metade pode se aposentar a qualquer momento e isso pode parar o sistema de pesquisas no Brasil. Então, parabéns por ter conseguido os recursos para fazer isso, porque isso é extremamente importante para o país e para a continuidade das pesquisas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Marcos Pontes, obrigado.

Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente, Srs. Senadores, bom dia.

Primeiramente, Presidente, nessa questão que V. Exa. levantou sobre os nomes para serem apresentados para o ciclo de palestras. Pelo menos na semana passada, quando a gente entrou em contato, o nosso gabinete foi informado que ainda seriam definidos os temas de cada ciclo, de cada audiência que seria realizada.

Então, eu queria saber se foram realizadas? Porque de acordo com o tema é que iremos fazer a indicação específica do especialista.

Na inteligência artificial, acredito que ela vai ser dividida por blocos, por temas, então, é importante saber disso. Por exemplo, se for a parte jurídica, já sabemos que já tem e estamos bem avançados, mas se for uma comparação com o que existe no mundo, se for algo que já acontece no país, se forem as plataformas de redes sociais, se forem as plataformas de mobilidade, enfim, é importante que já tivesse essa definição ou, se não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Então, vou fazer um compromisso aqui, Senador, pois é uma questão muito interessante.

Quinta-feira, amanhã, eu vou me reunir com a consultoria da Casa sobre essa questão que acompanha, inclusive, a inteligência artificial e vou dar a conhecer aos Srs. Senadores o horário dessa reunião para que, os que estiverem aqui amanhã e quiserem participar, a gente possa fazer um encontro de pelo menos uma hora para definir os temas e já deixar colocados.

Os senhores estão de acordo? Se estiverem, seria muito bom decidirmos isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Só um exemplo. Por exemplo, se for falar sobre inteligência artificial na educação, na saúde ou se não for falar, se o tema for outro, a nossa indicação vai ser de acordo com o que for determinado. Então, acho que vai ser muito produtiva essa reunião de quinta-feira.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Se me permite, Presidente, só um aparte...

O que acontece? Infelizmente, eu não vou estar aqui, pois estou indo para Roraima hoje para participar da visita aos indígenas, aos ianomâmis lá, mas eu vou pedir para alguém do meu gabinete acompanhar. Isso nos interessa e muito.

A gente já pode pensar, de antemão, em três blocos grandes que podem ser divididos em outros. Um deles é o desenvolvimento da tecnologia de inteligência artificial...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É.

O primeiro é o desenvolvimento da tecnologia de inteligência artificial, que passa pela parte de *software* e *hardware*. As novas tendências em desenvolvimento de tecnologia de inteligência artificial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

começam, hoje em dia, com uma maior capacidade em nanomateriais e uma série de coisas, vindo pelo lado do *hardware* aqui. Inclusive, há *designs* feitos pela IBM que eles chamam de *neuromorphic design*, que é muito interessante e foge do padrão comum, eles reconhecem mais padrões em vez de matemática, vamos chamar assim. Então, a parte de desenvolvimento de tecnologia é o primeiro ponto, uma grande vertente muito importante.

Uma vez que você tenha a tecnologia, você tem que aplicar. Aí vêm as aplicações. Há aplicações, por exemplo, na transformação digital para serviços, para educação, para telecomunicações, para aviação, para tomada de decisão, há toda essa área de aplicações.

Uma vez que você tenha as aplicações, aí vêm as implicações daquilo. Quando você começa a usar, por exemplo, inteligência artificial para fazer análise no setor jurídico para conseguir ler toda a papelada e tomar certas decisões preliminares, aí o ser humano tem que entrar no final para tomar a decisão final. Essa barreira ou linha até onde a inteligência artificial pode ir e, depois, onde o ser humano tem que assumir... É porque a inteligência artificial não pode – é o meu ponto de vista, isto é discutível – tomar decisões que vão afetar a vida humana. Por exemplo, em um hospital, você pode ter um equipamento, um robô com inteligência artificial – isso já existe – que fica analisando os testes diagnósticos de todas as pessoas em tempo real, 24 horas, por segundos ali. Então, a inteligência artificial consegue reconhecer quando uma pessoa está entrando em um estado de infecção generalizada ou, por exemplo, está dando sinais de que vai entrar, mas ela não pode tomar uma decisão, quem toma a decisão é o médico sobre o que fazer ali. Essa é a diferença...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Daqui a pouco, tem computador querendo fazer eutanásia aí.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, a gente não pode ter isso, do meu ponto de vista. De novo, essa é a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A inteligência artificial é um acessório. Então, vêm as implicações da utilização.

São três grandes blocos: tecnologia, desenvolvimento da tecnologia; as aplicações daquela tecnologia; e as implicações da aplicação da tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vou sugerir amanhã às 14h no meu gabinete.

O senhor estará aqui, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – De toda maneira, as sugestões do senhor... Se pude enviar um assessor, ele pode levar as sugestões.

Você estará aqui amanhã, Rodrigo?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Sim, estarei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Então, às 14h, podemos fazer. De 14h as 15h.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Aí nós já damos a conhecer os três temas sugeridos ou podemos acrescentar... Podemos fazer assim?

Então, às 14h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Wellington colocou um ponto muito interessante aqui sobre a questão dos ataques às escolas e como a tecnologia hoje pode nos ajudar a evitar a maior parte deles. Até ontem tive uma discussão sobre esse assunto com alguns especialistas, sempre. Diz-se muito sobre discursos atuais que levam a tragédias atuais. Esse é um tema muito pantanoso, porque eu lembrei ontem, por exemplo, que na questão das escolas muito antes de se ter qualquer embate ideológico no Brasil... Porque eu considero uma grande irresponsabilidade dar culpa à esquerda ou à direita de qualquer discurso por uma tragédia como a de Blumenau. Acho isso um despropósito ao país e que não leva à verdadeira discussão.

Por exemplo, em Minas Gerais, muito antes que tudo isso se tornasse notícia, teve uma invasão de uma escola em que uma pessoa com problemas psiquiátricos colocou fogo nas crianças. Os senhores se lembram bem que, em Janaúba, uma professora tentou defender e foi morta? Não foi reconhecido ainda, inclusive pelo próprio movimento feminista, o trabalho dessa professora em defesa das crianças. Quer dizer, essas tragédias fazem, infelizmente, parte da existência humana. O que nós temos que fazer é buscar sempre evitá-las, antecipar as questões.

Para isso a tecnologia funciona, e funciona bem o serviço de contrainformação. Essa questão, por exemplo, do controle nas redes sociais de um discurso de ataque às escolas é muito válida; os computadores podem nos ajudar nisso, temos uma política para isso. Mas, por exemplo, nós temos que começar a pensar em treinamento dos professores. Nos Estados Unidos, por exemplo, eu visitei uma escola na cidade de Wilmington, em que eles já tiveram... Então, eles têm um treinamento próprio: se um alarme é dado por qualquer pessoa sobre a possibilidade de um invasor na escola, imediatamente os professores trancam as portas e colocam as mesas como uma espécie de barricada nas salas, e as crianças, infelizmente, já se acostumam a deitar e a ficar debaixo das carteiras, já na expectativa de uma solução. Tem um carro lá, inclusive do xerife, que fica o dia inteiro nas escolas municipais. Essa é uma forma, inclusive, de se enfrentar uma realidade como essa, de, com os nossos educadores, fazermos isso de uma maneira com que as crianças não fiquem traumatizadas, mas que entendam que o mundo em que elas vivem exige cuidado. E, para isso, nós temos, por exemplo, vários centros de controle, câmeras que custam muito caro ao contribuinte brasileiro e que são câmeras de alta resolução, porque, quando usadas em processos judiciais, não podem ter indefinição de imagem de rostos de suspeitos, porque isso pode levar a problema processual. Porque, se a imagem não é clara, como que o juiz vai dizer se aquela pessoa é ou não é de fato responsável, se participou ou não? Então, as câmeras que nós usamos em setores públicos têm que ser câmeras mais caras mesmo para dar essa sequência.

Mas uma política de controle dessas escolas, uma central de controle, coisa que muitas das cidades hoje no Brasil não têm, capitais... Belo Horizonte criou uma durante a Copa do Mundo; depois ficou abandonada, completamente abandonada lá pelo Governo Federal. A Prefeitura criou uma, onde estão os Bombeiros, a Polícia Militar, Guarda Municipal, empresas de trânsito. Então, tem a cidade inteira em painéis, e uma ação mais rápida das autoridades.

Por que não podemos pensar isso também para as escolas? Hoje você passa na porta de uma escola, está a porta aberta, uma gradezinha fina e, muitas vezes, uma pessoa simples tomando conta. Nós temos que começar a pensar que não é mais esse tempo, acabou esse momento. De agora para frente, a gente tem que trabalhar com a possibilidade de evitar, de prevenção.

E a tecnologia, Senador Rodrigo Cunha, eu acho que é o melhor para que a gente possa pelo menos ajudar o país. Concorda comigo ou não?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Concordo plenamente, Presidente. Inclusive esta Comissão aqui pode dar uma grande contribuição. Pegando o exemplo de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Exa., que na quinta-feira vai fazer uma reunião com o pessoal de inteligência artificial e estendeu o convite para os nossos colegas Senadores, também quero aqui estender o convite a uma reunião que farei na terça-feira, no nosso gabinete, com a Meta, que representa o Facebook, o Instagram e o WhatsApp, o TikTok, o Twitter e o Google. Eu pensei em fazer uma audiência pública, mas a celeridade dos fatos que estão acontecendo faz com que a gente também busque outras formas alternativas. A reunião pode até, a depender da quantidade, ser feita aqui nesse mesmo local.

Qual o objetivo? Há quatro anos eu conheci um trabalho feito pelo Facebook, um trabalho espetacular, e eu fiz questão de me envolver e divulgar ainda mais. Muitas crianças e adolescentes buscam informações sobre suicídio, isso é muito presente. São dados que não são divulgados, e tem os seus motivos para não serem divulgados. É muito presente em todo o país, em todas as faixas etárias e todas as classes sociais. E o que é que o Facebook fez àquela época? Quando um jovem – ele sabe inclusive a idade que o jovem tem – está acessando sua rede social e passa mais tempo parado numa postagem feita sobre suicídio ou numa postagem que leva a identificar que ele está com depressão ou ele busca por informações de como cometer um suicídio, quem é que age aí? A inteligência artificial. E a próxima postagem, quando ele está no Facebook, vem com o número do CVV, que é o Centro de Valorização da Vida, vem uma mensagem positiva dizendo que a vida tem altos e baixos, e faz com que aquela criança, jovem, adolescente ou cidadão normal que estava acessando uma busca para tirar sua própria vida tenha ali um outro caminho e uma outra informação.

Isso é muito importante porque todos os algoritmos são feitos da seguinte forma: se você busca aquela informação, mais informação você vai ter sobre aquilo. Então tem que ter um alerta, e da mesma forma como é feito hoje, inclusive ressaltando esse trabalho do Facebook, em que eles fizeram vídeos educativos sobre isso, com jovens falando para outros jovens, um trabalho realmente para ser parabenizado.

E na mesma gravidade estão hoje esses ataques que estão sendo cometidos nas escolas. E essas redes sociais, essas plataformas não são culpadas, não é isso, mas podem estar contribuindo, porque quando alguém vai fazer uma busca de como fazer uma invasão numa escola com segurança, como chamar a atenção ou tirar vidas de uma quantidade de pessoas dentro de uma escola, o Facebook, as redes sociais, o Instagram, essas redes, o Google, em vez de mostrar como, a primeira mensagem tem que ser, no meu ponto de vista, de que a maioria das pessoas que cometem algum ato como esse se arrependem, ou todas as pessoas, porque quem vai ler ali já vai ter uma outra mensagem. E tem que dificultar o acesso a essa informação.

Então isso é a inteligência artificial, são os algoritmos, e são essas redes que têm, sim, que puxar para elas essa responsabilidade, fazer o seu papel social, se não por obrigação, através de uma legislação nossa, mas sim pela sua função social. Então acredito que na terça-feira seria muito produtivo. Não é uma audiência pública, mas uma grande reunião, um momento de ver como nós podemos fazer com que esse alerta aconteça.

Estamos vivendo, Senador Ministro Astronauta Marcos Pontes, um momento realmente assustador, de terrorismo. Eu imagino, porque eu vi a postagem da Prefeita querida do interior de Alagoas, Nordeste do país, Sertão alagoano, de Ouro Branco. Ela teve que ir para as redes sociais para desmentir *fake news* dizendo que ia ter ataques na escola. Chegou lá, chegou à cidade vizinha de Maravilha, chegou a vários outros municípios do Estado de Alagoas, chegou a todos os 5 mil municípios. Então, está um clima de terrorismo. E essas redes sociais tem como identificar isso com certeza absoluta e têm um trabalho já exitoso nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, deixo extensivo esse convite, vou passar a hora exata. O formato pode ser, inclusive dependendo da quantidade de pessoas participantes, até na Comissão, mas sem a formalidade de uma audiência pública. Seria realmente uma discussão para encontrar uma solução imediata para um problema urgente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Nessa questão inclusive das escolas, só fazendo um complemento aqui em dois pontos, nós discutimos lá – eu participei dessa discussão – sobre a guarda municipal nas escolas, mas aí, por exemplo, tivemos parte dos sindicatos dos professores que foi contra o guarda municipal armado, porque a arma poderia criar constrangimento nas crianças e, em áreas de risco, poderia ser inclusive um atrativo para que pudesse ser atacada, roubada. Houve uma discussão muito grande em torno desse assunto de como se fazer a segurança. É um tema que não foi resolvido, em que o país ainda não tomou uma decisão. Uma coisa é a pessoa não gostar de arma, outra coisa infelizmente é você enfrentar uma pessoa armada, e um policial que está ali na função dele está em situação de desigualdade. É um assunto que nós precisamos discutir no país: o uso correto dessas questões, inclusive na segurança de escolas, com câmeras e por aí vai.

Outro ponto é essa questão, por exemplo, do comportamento do suicídio. Isso não é um problema só nosso. Eu me lembro de um acidente aéreo que um *charter* da Lufthansa teve, em que o copiloto, quando o piloto saiu para o banheiro, trancou a porta e jogou o avião numa montanha da Suíça. Ele se matou e matou todo mundo. Mas já havia um comportamento anterior detectado de que ele estava com problemas de depressão e não foram tomadas as providências corretas.

Então, acho que essa reunião com a questão das redes sociais pode ser importante, sim. Buscou sobre suicídio, recebeu uma série de informações contra essa questão. É uma sugestão muito interessante.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Só para contribuir também com a fala de V. Exa., é um assunto, é uma temática nova, é uma política pública recentíssima de janeiro deste ano e com que esta Comissão pode contribuir bastante.

Na fala de V. Exa. e eu acredito que na do Ministro também, mencionou-se a questão do professor, de capacitar o professor para identificar... Em alguns estados e inclusive no meu estado, tem uma lei minha determinando que tenha mediação, que os professores trabalhem e sejam capacitados em mediação para realizá-la dentro da escola, resolver problemas, conflitos. Eles vivem com conflitos o tempo todo.

Acredito que, nessa linha de trabalho, se esta Comissão aqui se debruçar sobre um novo instrumento de política pública, inserido em janeiro, fruto do nosso trabalho aqui, inclusive desta Comissão, que se chama Política Nacional de Educação Digital, recentíssimo... O principal objetivo dela é dar instrumentos para que o professor seja capacitado para trabalhar com tecnologia, criar elementos para isso. Então, é uma nova política que não existia e agora existe no país no momento necessário e pode estar aí um viés de atuação importante para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador, qual a identificação? Eu esqueci o nome correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Reconhecimento facial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Reconhecimento facial é uma disponibilidade que existe hoje. Quem está transitando na escola? Essa pessoa é reconhecida? Não é reconhecida?

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de somar ao que o Senador Rodrigo Cunha falou a respeito, que, do ponto de vista de como a gente pode dividir isso aí, existem alguns riscos, algumas áreas de risco, vamos chamar assim. A primeira delas é a do setor cibernético. Riscos ao comportamento das crianças. A primeira parte da área cibernética. A segunda é inter-relacional. A terceira vamos chamar de área operacional. Já explico. Então, são três áreas.

Nessa parte cibernética, as crianças têm exposição... Vamos chamar de cibernética tudo que pode vir do meio digital ou TV. Então, elas têm exposição, por exemplo, nas redes sociais, e, como o Senador falou, isso é muito importante, e eles têm condições, as plataformas têm condição de utilizar inteligência artificial para reconhecer esses padrões e trabalhar no sentido positivo, para diminuir ou mitigar esse risco com os padrões de pesquisa das crianças nesse sentido. E é bom lembrar que qualquer pessoa que acesse as redes sociais pode colocar nome falso, dados falsos, que as plataformas têm condições de reconhecer quem é essa pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Verdade.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... fazendo cruzamento de dados. Para quem tenta se esconder atrás de perfil falso, isso não é possível hoje em dia. A inteligência artificial consegue resolver isso.

Então, são basicamente três áreas. A primeira são as redes sociais, em que a inteligência artificial pode ajudar bastante. A segunda é a chamada *dark web*, que aí quem trabalha com *hacker*, os *hackers* que trabalham com esse... Eu vou chamar de *hackers* éticos; eles conseguem ajudar nesse sentido, para que se possa reconhecer, na *dark web*, qualquer tipo de conversação ou levar para um certo tema que pode reverter numa atitude extrema como essa, de um jovem tomar... Qualquer tipo de planejamento feito ali também poderá ser perseguido. Então, rede social, *dark web* é outra parte.

A terceira é a própria mídia. Quando eu falo em mídia, eu falo o que tem de acesso na TV, em que as crianças são expostas o tempo todo, que é acessado em jogos, por exemplo, videogames que muitas vezes também incentivam certo tipo de movimento, que é a outra coisa em que a gente tem que prestar atenção.

Então, esse seria o primeiro tipo de risco, que vamos chamar de cibernético.

Aí tem um segundo, que é inter-relacional. Esse inter-relacional é onde a pessoa mora. Eu nasci na periferia, então, sei bem como é isso. A influência que você tem ao redor, em torno do crime, a vida fica mais fácil ali... É errado, mas é desse tipo. Então, essa influência ali, inter-relacional, de onde se mora, tem um peso muito grande.

O segundo é inter-relacional dentro da escola. É a questão de *bullying*. Muitos desses alunos que cometem violência foram vítimas de algum tipo de *bullying* intenso desse tipo. Então, essa relação dentro da escola também é importante demais.

O terceiro que acontece é em casa, é o relacionamento com os pais, o pai prestar atenção... Pode ser pai ou mãe, não é? Prestar atenção: o que o seu filho, a sua filha está fazendo? O que ele tem visto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mudou o comportamento? Não mudou? O que ele tem... Parece até uma invasão de privacidade, mas nós, como pais, temos a responsabilidade de olhar pelos nossos filhos. Então, o que tem na gaveta? O que ele tem visto? O que ele tem carregado? Ele tem alguma coisa? Tem que olhar, poxa vida! Tem que prestar atenção nos filhos. Então, essa é uma parte importante inter-relacional também ali.

E a terceira, eu digo "operacional", é o risco físico ali. Ele está na escola, está tranquilo, aí entra um cara com um fuzil ali dentro da escola. Então, essa invasão aí tem a parte de tecnologia toda ali da escola, mas esse risco de entrar um bandido lá dentro, um maluco para tentar fazer uma coisa de ruim, e não ter o terceiro risco que está ali.

E a gente tem que ter formas de mitigar esses riscos. Uma delas é utilização de inteligência artificial na parte cibernética; o maior controle, vamos chamar assim – não é controlar a mídia, veja bem –, de conteúdo que seja agressivo para as crianças, o acesso às crianças – tem lá aquele nível que é indicado para qual idade... Isso aí tem que ser observado com cuidado –; também, na parte de inter-relacional, a presença de psicólogos é importante nas escolas, isso já está previsto; o cuidado, como eu falei, dos pais; levar em conta onde a pessoa mora também; trazer para ensino profissionalizante, por exemplo, diminuindo o tempo desses alunos na proximidade do crime. Vamos dizer, traz para dentro da escola para aprender uma profissão, etc. Foi o que aconteceu comigo, e melhorou muito a minha vida dessa forma.

E, para o risco operacional, a gente tem sistema de segurança que pode ser colocado na escola; polícia especializada... Eu acredito nisso como uma solução, sim, como existe em outros países, inclusive a possibilidade de reconhecimento facial e tudo mais.

E, atrás de tudo isso aí – eu estou relatando o projeto do Wellington, por exemplo, com a parte de prevenção –, vem a punição. Então, eu também apresentei um projeto de lei que aumenta – e muito – a punição no Código Penal para qualquer crime cometido dentro da escola ou nos arredores, porque as pessoas têm que ter aquela noção de que ali é área protegida. Temos que coibir qualquer tipo de ação irregular dentro desse local. Então, isso é para aumentar – e muito – a penalidade para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Srs. Senadores, na próxima semana, não teremos a nossa Comissão. Temos uma semana com feriado e possivelmente não teremos as sessões da Casa, portanto está suspensa a Comissão de Ciência e Tecnologia na próxima semana.

Eu viajo a convite do Governo da China para uma visita à feira de Canton e aos projetos de tecnologia para a indústria, que foi feito à Comissão e está aberto, inclusive – ontem, o Senador Rodrigo Cunha e eu estávamos conversando –, aos Senadores que se interessarem. Está à disposição. Nós teremos lá vários encontros com a engenharia, com inteligência artificial, inclusive, de empresas chinesas. Fomos convidados também agora para a visita à empresa de aviação, de produção de aviões da China. Estão interessados em que a Comissão esteja com eles lá durante a Canton Fair e se desloque. O Governo se colocou à disposição de nos receber e de fazermos lá uma visita muito propositiva.

Na próxima semana, nós temos, em Las Vegas, uma feira internacional de comunicação. A Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV) estará lá, e nós estaremos presentes lá pela Comissão.

E o Senador Wellington nos representará lá em Mato Grosso. Tenho certeza de que é o melhor nome para nos representar lá junto ao instituto federal.

Senhores...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Então vai ser falado sobre o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – O requerimento de V. Exa. será feito na próxima reunião que nós tivermos aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não é possível V. Exa. colocar em apreciação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vamos dar conhecimento aos Senadores que não estão presentes. Inclusive, os relatórios...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está disponível, então? Já está registrado? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Exatamente. Está registrado, está recebido, e vamos votar na próxima reunião, porque assim todos os Senadores terão conhecimento do requerimento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Presidente, se permite um último registro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Acredito que todos nós sabemos como é importante...

Desculpe, eu cortei a palavra? V. Exa. estava falando?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de ver a possibilidade do seguinte: eu não estou indicando nomes para a audiência. O Senador já propôs aqui de forma diferente: ele quer um modelo que pudesse discutir, inclusive não na formalidade da Comissão para ser mais um debate, não é isso?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A sua proposta é para discutir segurança também na escola ou não?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Também, também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então a minha proposição é exatamente para fazer...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Não é na escola, é só nas plataformas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso, exatamente. A minha proposição é um tanto diferente.

Eu ainda gostaria exatamente que a Comissão, que os membros da Comissão pudessem propor essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por isso eu, inclusive não indiquei o nome.

Então, eu gostaria de pedir aqui à Secretaria ... olha, o requerimento já está apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, eu gostaria de pedir à Secretaria a possibilidade de passar isso a todos os Parlamentares da Comissão para que eles sugiram o nome, para que, quando a gente aprovar então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Já termos os nomes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já teríamos os nomes definidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Concedido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E a própria Secretaria da Comissão poderia selecionar esses nomes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E todos que estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria que fosse uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – V. Exa. está corretíssimo, e vamos dar publicidade ao requerimento a todos, para que, aprovado... Já está aprovado. Apenas eu quero que todos tenham conhecimento...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aí aprovaríamos com os nomes já definidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Concedido.

A Secretaria vai tomar as providências.

Pois não, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Um último registro, Presidente, importantíssimo.

Acredito que todos tenham essa certeza de que é importante investir em energia solar, que é uma linha de desenvolvimento necessária para o país e para o desenvolvimento sustentável. Inclusive isso reduz a dependência de outras fontes.

Além disso, o país, o nosso Brasil, tem a bênção de ser uma fonte natural, tendo em vista a grande incidência de energia solar no nosso solo. E já são mais de 20 mil empregos no setor de geração fotovoltaica. Estou dizendo isso porque, em 2019, eu recebi uma demanda da Abinee, associação que fica à frente também de todo o setor, porque, apesar de já ter naquele momento um programa que oferecia incentivos fiscais para a fabricação de painéis fotovoltaicos aqui no país, que se chamava Padis, identificamos a necessidade de melhorar a legislação e apresentamos um projeto de lei... indicação aos ministérios. Inclusive, tive a alegria de conhecer o Ministro Astronauta Marcos Pontes, fui fazer uma visita, porque, quando foi colocado o Padis, foi no final de um governo e no início do outro governo, não anexaram os elementos da fabricação das placas solares, o que fazia com que fosse mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

interessante importar essas placas do que fabricar essas placas aqui. Então o Ministro contribuiu bastante.

Aqui eu venho também parabenizar o momento agora em que os Ministérios de Ciência e Tecnologia, através também da nova Ministra Luciana Santos e do Ministro Alckmin, nosso Vice-Presidente da Indústria... Ontem publicaram a Portaria Interministerial 6.852, atualizando essa lista e dizendo também que os insumos necessários para a produção de placas solares e geradores fotovoltaicos terão alíquota zero de IPI, PIS, Cofins, incentivando a industrialização e a venda aqui no mercado interno e também externo.

Tenho certeza de que temos que nos debruçar sobre a vida do cidadão brasileiro. Quando eu falo sobre isso, a gente para e pensa: o que é que aperta a mente de um cidadão brasileiro? Entre vários assuntos, é o bolso, é estar devendo.

No meu Estado de Alagoas e no Nordeste brasileiro, o que mais deixa o cidadão hoje no SPC e Serasa não é o banco, não é o financeiro, não é o cartão de crédito, não é a telefonia. O nº 1 são serviços essenciais; o nº 1 é a energia elétrica, que é caríssima. Então o país tem que dizer se acredita ou não que a energia solar deve ser estimulada, deve ser uma fonte principal de fornecimento de energia para a nossa nação, porque ninguém aguenta mais pagar tão caro por um item que é essencial, que, se não pagar, fica no escuro, vai para o SPC e não consegue pagar essa conta. Então, a maior causa de endividamento hoje das famílias brasileiras é a energia elétrica.

Então, quando nós observamos que cada um, na sua contribuição – não é de um dia para o outro –, chega a soluções... E aqui eu falei do meu trabalho e remeto aos Senadores e a esta Comissão, que abraçou essa situação do Padis, demonstrando ao Governo Federal a importância de regulamentar os anexos que, por erro, não foram colocados em outra situação; do Ministro quando teve oportunidade de ocupar o espaço do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministro Marcos Pontes; agora da Ministra Luciana Santos e de todos aqueles que podem contribuir com aquilo que hoje já gera 20 mil empregos – e aqui eu estou falando só para a geração fotovoltaica, fora aqueles que trabalham na distribuição, que aí é uma infinidade de pequenos negócios.

Então, eu deixo aqui esse registro importante de uma luta que teve o começo, o meio e agora o fim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Senhores, pergunto se todos já votaram...

Pois não, Senador Wellington.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Depois. Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vamos aguardar o resultado para os três projetos. (*Pausa.*)

A Comissão aprova, por dez votos, os projetos constantes dos itens 1 a 3, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença dos Consultores Marcos Alberto Martins e Luiz Fernando Fauth – aqui cada um numa língua diferente, mas deve ser Fauth mesmo, do alemão.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é uma consulta que eu gostaria de fazer a V. Exa., porque o nosso sistema é presidencialista, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Apesar, claro, de o Plenário ser soberano, cada Presidente tem a sua forma de tocar a Comissão.

Eu gostaria de saber de V. Exa. se V. Exa. entende que a possibilidade de aprovação de Subcomissões seria também importante para a sua gestão. E eu falo isso porque eu pretendo apresentar um requerimento para a criação de uma Subcomissão voltada exatamente para a ciência e a tecnologia da agropecuária, porque hoje a força do Brasil está voltada principalmente para a produção agropecuária.

Eu sou médico veterinário, sou do Mato Grosso, somos o estado de maior produção, e hoje é o estado em que nós temos tecnologia de precisão sendo aplicada na nossa agricultura principalmente – na agricultura principalmente. Foi em Rondonópolis a primeira fazenda em que foi implantado o 5G, num campo experimental de produção de uma entidade lá de pesquisas do algodão. E isso foi feito pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério das Comunicações.

Então, eu faço isso exatamente porque entendo que a gente percebe no Brasil muitas ações que poderiam estar conectadas – e acho que o Ministro Marcos Pontes pode me ajudar muito nisso –, a começar pelas pesquisas.

A gente tem no Brasil a cultura da pesquisa de prateleira. O Ministro trabalhou muito nisso, e eu gostaria até que ele pudesse falar um pouquinho – se V. Exa. permitir, é claro, por causa do nosso tempo aqui também; não quero fazer aqui uma palestra sobre esse assunto agora, principalmente sem requerimento. E a gente percebe muito, como eu estava falando aqui, das pesquisas, dentro das universidades, principalmente públicas, institutos, pesquisas custeadas com recursos públicos, que depois aquilo não vai para o mercado. Mas a gente percebe também muita coisa sendo feita pela iniciativa privada que não se conecta também com o interesse, que poderia ser muito maior, da sociedade.

Toda pesquisa tem capacidade de ir além daquele objetivo específico que ela está fazendo. Eu quero dar um outro exemplo aqui: a questão das nossas estradas. Eu tenho conversado muito no Ministério dos Transportes sobre a questão das infovias. Nós trabalhamos – eu fui o Relator do Ministério da Defesa no passado –, e conseguimos colocar recursos expressivos exatamente para a gente conectar o trabalho das polícias: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal. Na nossa região, nós temos 720km, só no Estado do Mato Grosso, de divisa seca com a Bolívia. Então, nós temos problema sério na questão do narcotráfico, contrabando e tudo mais. Então, em tudo isso a ciência e tecnologia, se estiver conectada, pode ajudar muito.

E, no meu estado, especificamente, mas na região produtora do Brasil, é possível a gente fazer muito trabalho para ajudar a sociedade na segurança, na educação, enfim.

E a gente vê também muito o governo, de modo geral, os governos gastando dinheiro demais para produzir, digamos, estudos e desenvolvimento tecnológico igual ao de um ministério com outro e pagando os dois ministérios o mesmo dinheiro. Por que isso não é tudo conectado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero, na minha ideia – é o que eu tenho discutido com a minha equipe – é fazer isso voltado para o caso do agronegócio. Mas eu quero colocar aqui para apreciação, e V. Exa. pode opinar. Não sei se o Ministro Marcos Pontes também gostaria. E só quero fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... só vou fazer o requerimento se V. Exa. achar oportuno para o trabalho, no dinamismo que V. Exa. vai implementar aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Wellington, eu não tenho nenhuma restrição com relação a subcomissões. Se o tema é desejo e outros Senadores querem colaborar, para nós está tudo bem. A questão é que, por exemplo, nós tivemos um requerimento de subcomissão de inteligência artificial. O Senador Eduardo Gomes, que já vinha tocando, queria criar uma subcomissão. Mas nós tínhamos o desejo da subcomissão pelo Marcos Pontes, tínhamos o desejo da subcomissão pelo Senador Rodrigo Cunha. E aí, naturalmente, qual é o sentido de nós darmos a um e não darmos aos outros dois? Então, decidi pelas audiências públicas e por uma discussão conjunta dos temas, com cada um comandando uma das audiências. No caso da agropecuária, acredito que, pelo conhecimento que V. Exa. tem e por não termos outros pares, será muito bem-vindo o requerimento para que a gente possa instalar, com a colaboração dos outros Senadores. Perfeito?

Senhores, posso encerrar a nossa Comissão? (*Pausa.*)

Muito bem.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – O Senador Marcos Pontes vai me ajudar. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Realmente, eu só queria botar um ponto com relação a isso, que é o seguinte.

Nós temos no Brasil uma capacidade de produção científica magnífica, muito grande. E esse foi um dos pontos em que nós, durante o período de transição para o ministério, levantamos, fizemos todo um estudo aqui no Brasil e fora do Brasil. O Brasil tem muitos cientistas. Nós temos mais de cem institutos nacionais de ciência e tecnologia que nós financiamos, em várias áreas diferentes, e que a gente utiliza. São redes de cientistas. Aí tem um problema. Como transformar esse conhecimento, como eu costumava falar no ministério, em nota fiscal e emprego? Vou chegar lá.

A ciência básica, como o nome diz, é superimportante e, às vezes, para algumas das coisas que estão sendo pesquisadas, o pessoal não vê uma aplicação direta, mas têm com o somatório de tudo aquilo – num observatório da ciência você pode somar conhecimentos aqui e chegar lá.

Na época em que o Einstein estava estudando – ganhou o Prêmio Nobel por isso – o efeito fotoelétrico, ninguém sabia exatamente para o que servia. Hoje em dia você vê para tudo quanto é lado, até aqui, não? Em todo lugar tem isso aí.

O que a gente precisa é dessa interface. O que eu estava criando no ministério eram eixos estratégicos para isso, com a criação de centros de tecnologia aplicada – como um nome geral assim – , onde você transforma esse conhecimento em produto. Exemplo: Centro Nacional de Vacinas, lá em Minas Gerais. Ele transforma esse conhecimento em vacinas; desenvolve vacinas. Ele faz todo o regulatório, com recursos colocados ali, para transformar num produto final: vacina para qualquer coisa. Hoje o Brasil é independente nisso, graças a esse tipo de centro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O centro de que eu acabei de falar hoje é o Centro de Tecnologia de Medicamentos; mesma ideia. E a energia renovável, lá em Campina Grande. Então, essa transferência de conhecimento para produto é algo essencial aqui no Brasil. Eu tive muitos estudos feitos em conjunto com Israel, com Coreia do Sul, e a gente tem que continuar a trabalhar com eles neste sentido de ver como eles utilizam lá e como a gente faz aqui.

Aí, lógico, tem toda a parte de financiamento das diversas etapas, nos diversos níveis de maturidade de desenvolvimento de tecnologia, o que a gente chama de TRLs ali, que precisam ter... No começo, a gente investe com CNPq, por exemplo, para financiar a pesquisa, depois começa a entrar... Quando chega a um certo nível de maturidade e tecnologia, a gente começa a utilizar Finep, por exemplo, já para dar uma partida, começar as *startups*, os primeiros protótipos. E aí, quando o produto já começa a ficar mais desenvolvido, começa a ficar mais crescido, pode entrar a Embrapii, por exemplo, nessa aplicação, até chegar a algum produto muito bem desenvolvido lá na frente, para o BNDES poder fazer o financiamento completo do crescimento daquela empresa numa empresa muito maior.

E para passar esses estágios todos, os vales da morte que encontram no meio do caminho, precisa ter o financiamento contínuo. Não é à toa que eu ficava falando tanto em financiamento.

E a discussão aqui de como fazer isso no setor de agronegócio, por exemplo, é muito importante para o país, porque a utilização de tecnologia ali dentro é intensa. É o que é hoje graças à Embrapa – em grande parte, graças à Embrapa – e, sem dúvida nenhuma, a continuidade disso é importante. Então, estamos juntos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Será muito bem-vindo, Senador Wellington.

Senhores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Comissão, lembrando que nós teremos a próxima reunião já no dia 26 deste mês.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Damares Alves, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Dr. Samuel Araújo e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Dueire, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Não comparecimento justificado dos Senadores Carlos Viana, Rodrigo Cunha, Fernando Dueire, Carlos Portinho e Dr. Hiran, conforme REQ nº 128/2023-CDir; REQ nº 155/2023-CDir; REQ nº 188/2023-CDir; REQ nº 186/2023-CDir; e REQ nº 169/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Porto Real para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Ibititaense Rádio Rochedo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibititá, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária Divina FM - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cardeal da Silva, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Avante Jaguaquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Comunidade de Lages do Batata para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacobina, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 559, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Regional FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 163, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afrânio, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 7, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Observações:** A Senadora Teresa Leitão faz uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 8, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a segurança nas escolas, tendo em conta o aumento da incidência de atos de violência contra membros de comunidades escolares, especialmente estudantes e professores, ao longo dos últimos anos." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Observações:** O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicação da Presidência.

A Presidência comunica o recebimento do convite do Comandante Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen para a cerimônia do Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha a ser realizada hoje, 26 de abril, às 18h, no Clube Naval de Brasília.

Informo que os itens 1 a 10, terminativos, serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico, e que os itens 11 e 12, não terminativos, serão votados por processo simbólico.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Porto Real para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o Senador Eduardo Gomes, que já autoriza a indicação de Relator *ad hoc*. E a Senadora Jussara, então, fará a leitura do relatório.

Concedo a palavra para a leitura do relatório à Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia.

Eu quero cumprimentar a todos e a todas, o Presidente da Comissão, da CCT, o Senador Izalci Lucas.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 172, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação, para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 143, de 1º de fevereiro de 2016, que deferiu a outorga ora analisada. A referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações e não pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 172, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Porto Real para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 2, também da relatoria dos Senador Eduardo Gomes.

A Senadora Jussara fará *ad hoc* o relatório.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 192, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Jussara para fazer a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar indicação de registro de fiscalização por operação clandestina na localidade a ser atendida, conforme identificado pelo Parecer nº 205/2016/SEI-MC, de 18 de março de 2016, exarado pelo órgão de assessoria jurídica do Ministério.

Sobre a questão, a mencionada Nota Informativa nº 1.889/2020/SEI-MCTIC, de 27 de maio de 2020, indicou ter sido feita consulta à Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão responsável pelos sistemas de fiscalização utilizados pelo Ministério, constatando que, de 2003 até aquela data, "não foram registradas fiscalizações por operação clandestina na localidade de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins".

Assim, considerados os esclarecimentos prestados pelo Poder Executivo, entendemos que o PDL nº 192, de 2019, deve ser aprovado.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 1.581, de 10 de maio de 2016, que deferiu a outorga da autorização ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria... Ah, falta o voto.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 192, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Item 3, também da relatoria do Senador Eduardo Gomes, com relatoria *ad hoc* da Senadora Jussara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria *Ad hoc*: Senadora Jussara Lima
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Jussara para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, e do atendimento integral dos requisitos previstos no arcabouço normativo que rege o serviço de radiodifusão comunitária por todos os dirigentes da entidade.

A mencionada Nota Informativa nº 1.485/2020/SEI-MCTIC destacou que as verificações realizadas pela pasta não identificaram a existência de vínculo na entidade. Também encaminhou declaração dos dirigentes da entidade informando que residem em endereços localizados na área da comunidade a ser atendida e "que os mesmos têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o* e *p* da Lei Complementar nº 64/1990 – Lei da Ficha Limpa".

Assim, considerados os esclarecimentos prestados pelo Poder Executivo, entendemos que o PDL nº 475, de 2019, deve ser aprovado.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 475, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Item 4.

Eu vou passar a Presidência à Senadora Jussara porque eu sou o Relator da matéria. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 415, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Ibititaense Rádio Rochedo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibititá, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 415, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 415, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Ibititaense Rádio Rochedo FM para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibititá, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 629, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária Divina FM - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cardeal da Silva, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Vou direto para a análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 629, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 629, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária Divina FM, da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cardeal da Silva, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

O Item 11 é o Requerimento 7 de 2023.

Concedo a palavra para leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É o item 6?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – É o item 6? Não. É o item 11? (*Pausa.*)

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 685, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Avante Jaguaquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 685, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 685, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Avante Jaguaquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 7, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra ao Senador para a leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Dra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências; o Dr. Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; o Dr. Paulo Gandolfi, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da 3M América Latina; o Dr. Yurij Castelfranchi, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais; o Dr. Atila Iamarino, divulgador de Ciência do Instituto Não Ficção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo, realmente, é dar transparência à população sobre a importância da ciência, tecnologia e inovação, que normalmente não têm recursos no orçamento e não têm realmente o apoio necessário para avançarmos nessa área de pesquisa e inovação.

Então, peço o apoio dos colegas para a realização dessa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero, Presidenta; bem rapidinho, Senador.

Eu acho de muito boa lembrança essa audiência. Só queria pedir licença a V. Exa. para dar uma analisada nos convidados e, se houver espaço, fazer algum aditamento.

Pelo que eu ouvi, está bem completa a lista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só a curiosidade, e aí eu combino com o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A gente vota, e depois V. Exa. encaminha o nome que a gente coloca na audiência.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso, por um requerimento de aditamento; mas muito boa ideia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência a S. Exa. o Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Comunidade de Lages do Batata para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacobina, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Relatora Senadora Jussara Lima. Concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia a todos e a todas, meus cumprimentos, em especial, ao Presidente Izalci Lucas, e aos demais Senadores e Senadoras que aqui se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, são de suma importância os projetos que relato nesta Comissão hoje, e desde já agradeço a confiança em mim depositada. Peço a dispensa da leitura do relatório já disponível e acessível a todos e passo à leitura da análise do voto.

Trata-se do Decreto Legislativo (PDL) nº 374, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Comunidade de Lages do Batata para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacobina, Estado da Bahia.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 374, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação da Comunidade de Lages do Batata para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacobina, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 559, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Regional FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Jussara Lima
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório, à Senadora Jussara Lima, que é a nossa Relatora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Sr. Presidente, venho novamente manifestar-me, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 559, de 2019 (nº 1.084, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Regional FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí, o meu estado.

É com muita alegria que relato pauta que certamente beneficiará os cidadãos daquela região.

Peço a dispensa da leitura do relatório, já disponível e acessível a todos, e passo à leitura da análise e do voto.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar a confirmação de que todos os dirigentes da entidade atendem integralmente os requisitos previstos no arcabouço normativo que rege o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Sobre a questão, a mencionada Informativa nº 792/2020/SEIMCTIC informou que há, no processo, declaração dos dirigentes da entidade informando que residem em endereços localizados na área da comunidade a ser atendida, e "que os mesmos têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 – Lei da Ficha Limpa".

Assim, considerados os esclarecimentos prestados pelo Poder Executivo, entendemos que o PDL nº 559, de 2019, deve ser aprovado.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 559, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Regional FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Assim é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.
Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 163, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Teresa Leitão
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente e Sra. Senadora Jussara.

O requerimento está bem organizado, e eu peço licença para passar diretamente à análise, que, neste caso, é um pedido de renovação.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão – que é o caso –, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sobre a eventual existência do vínculo, vedado pela regulamentação do serviço, a nota informativa elaborada pela então Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações informou que, à época da edição do ato que renovou a autorização em análise, "não havia óbice de qualquer natureza para o deferimento do pleito", o que permitiu o prosseguimento regular do processo.

Assim, considerados os esclarecimentos prestados pelo Ministério das Comunicações, entendemos que o PDS nº 163, de 2018, deve ser aprovado.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2015, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, do meu Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.
Item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afrânio, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Teresa Leitão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Só uma curiosidade, Senadores: Afrânio é a cidade mais distante do Recife. Ela fica no sertão do São Francisco e é a última cidade da rota do Velho Chico, uma cidade pequena, mas muito atuante do ponto de vista cultural.

O relatório está bem instruído. Acho que tudo que é necessário dizer está dito e vou passar, então, diretamente para a análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar informações complementares capazes de confirmar o pleno cumprimento das exigências legais e regulamentares por parte da interessada, também na renovação da autorização para executar o serviço de radiodifusão comunitária.

Respondendo às questões encaminhadas, a mencionada Nota Informativa nº 1.614/2022/MCOM detalhou os dois processos de apuração de infração abertos em desfavor da Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio, ambos devidamente solucionados e arquivados, o que dá toda a condição de o pleito ser atendido. Salientou ainda o dito relatório que não houve aplicação de pena de revogação de autorização da entidade por decisão administrativa definitiva.

Assim, considerados os esclarecimentos prestados pelo Ministério das Comunicações, entendemos que o PDL nº 441, de 2019, deve ser aprovado.

O voto é pela aprovação, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL, não evidenciando nenhuma violação da legislação. E a outorga fica, então, renovada para a Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Afrânio, Estado de Pernambuco.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco.

Abertura do painel eletrônico. A votação.

Em votação os projetos constantes dos itens 1 a 10, nos termos dos relatórios apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.
Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos. Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pode votar. (*Pausa.*)
Só para informar, Senador Wellington, tenho um requerimento de V. Exa. – nós estamos em processo de votação em bloco –, que, na sequência, a gente passa a V. Exa., para que possa ler o requerimento de sua autoria. (*Pausa.*)
A votação será encerrada.
Votação encerrada.
O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A Comissão aprova por 10 votos SIM os projetos constantes dos itens 1 a 10, nos termos dos relatórios apresentados.
As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 8, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a segurança nas escolas, tendo em conta o aumento da incidência de atos de violência contra membros de comunidades escolares, especialmente estudantes e professores, ao longo dos últimos anos.
Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento.
O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a segurança nas escolas, tendo em conta o aumento da incidência de atos de violência contra membros de comunidades escolares, especialmente estudantes e professores, ao longo dos últimos anos.
Esse requerimento também, Sr. Presidente, eu faço em função de um projeto de lei que apresentei, o de nº 2.256, de 2019, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor exatamente sobre normas gerais de segurança. No nosso projeto, claro, há um destaque especial principalmente aos instrumentos tecnológicos possíveis e acessíveis hoje para melhorar a segurança nas nossas escolas. Como a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia é exatamente a Comissão temática para essa área – sabemos da experiência de V. Exa., que é um *expert* na ciência e tecnologia, mas na área de educação também –, nós poderemos discutir muito alternativas para que a gente possa melhorar essa questão.
Na Comissão de Educação, já estamos discutindo. O projeto de lei está na Comissão de Educação. Inclusive, já tivemos uma audiência pública semana passada, excelente audiência pública conduzida pelo nosso Presidente da Comissão de Educação. E, claro, eu tenho certeza de que esse trabalho nós poderemos fazer aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, ontem também nós estávamos querendo discutir numa sessão plenária também, dada a importância e principalmente a preocupação, porque, depois do que aconteceu lá em Santa Catarina, nós temos notícias muito fortes de muitas regiões do Brasil de que esse assunto volta à tona e, inclusive, que ameaças têm acontecido. Claro, nós queremos as crianças com segurança nas escolas, e não que a criança vá com temor de estar dentro da escola.

E aí eu tenho defendido muito, inclusive nessa audiência pública, a necessidade de a gente fazer – e V. Exa. tem experiência – o maior envolvimento das nossas famílias nesta questão da escola.

Todos nós sabemos que o papel da escola é ensinar, e o papel da família é educar. E hoje nós estamos tendo uma inversão. Muitas famílias acham: "Não, eu vou colocar meu filho lá, e o professor que se vire, ele que eduque meu filho". E não é bem esse o papel.

Então, quanto mais envolvimento nós tivermos da família e, principalmente, que as nossas escolas possam funcionar aos finais de semana – e, para isso, nós temos que oferecer, inclusive, segurança também... Tudo nós podemos discutir, não é? Hoje, a gente tem visto, no meu estado e em outros também, aumentar o muro das escolas, colocar aquelas cercas concertinas, parecendo que a escola é uma prisão. Eu acho que a escola tinha que ser um espaço aberto, democrático, como a gente vê em muitos locais. As praças não são cercadas de muro, com uma grade no máximo para dar um suporte de segurança, mas tem que mostrar a beleza da escola. Como é bom quando você, às vezes, vai a alguns países, inclusive países daqui, da América do Sul, como o Chile, e vê as criancinhas lá todas de uniforme, aquela coisa mais bonita, as pessoas saindo, as escolas ali, a integração com a família.

Então, eu acredito que a gente pode discutir muito isso para buscar alternativas de curto, médio e longo prazo, porque o problema não só de segurança, mas da evolução da nossa educação, com toda a tecnologia que estamos tendo, é perene.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. pela iniciativa. A gente precisa fazer essa integração com a educação, com a ciência e tecnologia, com a segurança pública, para que a gente possa ter ações integradas. Então, a proposta desse requerimento... Eu, particularmente, depois quero apresentar também alguns nomes para participar dessa audiência pública. Então, parabenizo V. Exa.

Consulto se há quem queira fazer uso da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aqui registrar também e agradecer a presença, em nossa reunião, do Consultor Legislativo daqui, do Senado, Luiz Fernando Fauth. Obrigado pela presença.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... eu teria um tempo curto, se V. Exa. me permitir? Não sei dos seus compromissos também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tem uma reunião do Congresso agora, às 12h, que é uma reunião importantíssima para nós, mas V. Exa. pode fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – É rapidamente, Sr. Presidente, pedindo a tolerância.

V. Exa. inclusive me ajudou muito, e nós conseguimos instalar lá, junto à Universidade Federal de Mato Grosso, o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal. É uma obra majestosa em termos físicos, são 5 mil metros quadrados de área. O Pesquisador Paulo Teixeira, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, idealizou, trabalhou muito isso, e essa obra ficou muito tempo construída e sem ocupação. Por quê? Porque o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal é um organismo do Ministério da Ciência e Tecnologia e não tinha os cargos.

Então, no Governo Bolsonaro, trabalhamos muito isso, conseguimos, junto ao Ministério da Economia, criar os cargos, e tivemos, então, a implantação definitiva do instituto. Inclusive, a atual Ministra da Ciência e Tecnologia já fez o ato de nomeação do Diretor, que é exatamente o nosso pesquisador Paulo Teixeira.

Felizmente, já está lá tudo instalado. Eu coloquei recursos no orçamento para comprar equipamentos, computadores, veículos. A obra é uma coisa magnífica em termos de arquitetura. Foi, inclusive, idealizada por arquitetos daqui, da UnB. Na segunda-feira, anteontem, nós estivemos lá, em primeira reunião, com a presença de Parlamentares – o ex-Senador e atual Deputado Júlio Campos, irmão do Senador Jayme Campos, que é o Relator, inclusive, de um projeto que apresentei que trata exatamente do Estatuto do Pantanal, e o Senador Jayme é o Relator.

Ontem, estivemos em tivemos reunião também com a Ministra Tereza Cristina, porque o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal pertence ao Mato Grosso e também ao Mato Grosso do Sul – a jurisdição é dos dois estados. Lá estava também o Deputado Coronel Assis, estava o Wilson Santos, e outros Parlamentares que se fizeram presentes. Inclusive, tivemos um ciclo de palestras sobre áreas úmidas, com palestrantes internacionais, com um palestrante da Universidade de Toulouse, da França.

Esse ciclo de palestras colocou, inclusive, como temas, incertezas, riscos e resiliência para a manutenção dos serviços ecossistêmicos do sistema de baías Chacororé e Sinhá Mariana, no Pantanal Mato-Grossense, e aí também com a participação da Profa. Carolina Joana, entre outros tantos.

Por isso, eu quero aqui dizer, concluindo, que esse prédio, além de abrigar o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, abriga também o Instituto Nacional de Áreas Úmidas, que faz parte do programa do CNPq; o Centro de Pesquisas da Unemat, os professores da Unemat; a Rede Bionorte, que é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para pesquisas e pós-graduação da Amazônia Legal; ainda a Rede Centro-Oeste, do Ministério da Ciência e Tecnologia, também; e mais cinco projetos de pesquisas da própria UFMT.

Por isso, eu registro aqui, e não sei se é possível na Comissão, mas gostaria de dar como lido todo esse pronunciamento, que gostaria que fizesse parte dos nossos *Anais*.

Sr. Presidente, eu quero também pedir aqui à nossa Comissão – vou enviar depois um requerimento – que a gente possa, se for o caso... Se for o caso, não. Quero propor que a gente faça lá, no Mato Grosso... Exatamente no Pantanal, nós temos um grande parceiro que é o Sesc Pantanal. Eu acho que V. Exa. já foi lá. É uma área de mais de 100 mil hectares. Quando houve as queimadas do Pantanal, foi o Sesc que deu toda a estrutura, através da sua infraestrutura lá, com a pista asfaltada, com a hotelaria... Ele fechou o hotel para cuidar exatamente da preservação ambiental para estancar aquela queimada tão forte que, infelizmente, causou danos praticamente irreparáveis. Felizmente, o Pantanal tem uma vida muito revigorada a cada ano, porque as águas que ali chegam...

Agora, inclusive, nos dias 4, 5 e 6, nós vamos ter a FIT Pantanal (Feira Internacional do Turismo do Pantanal), para a qual quero convidar a todos, inclusive V. Exa., mas eu quero propor para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comissão faça um evento específico lá, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Comissão, o Sesc Pantanal, que sempre tem se colocado à disposição para levar os Senadores para conhecer essa realidade, para que a gente possa ainda fortalecer o Pantanal, porque o Pantanal é um bioma específico e um patrimônio da humanidade. Inclusive, nós fazemos parte também da Amazônia Legal, e até o fundo da Amazônia nós podemos acessar. Eu estive agora na Noruega, em Portugal, e lá estivemos conversando exatamente para que a gente fizesse esse trabalho em conjunto.

Então, eu sei da sua experiência e o quanto V. Exa. poderá nos ajudar em mais esta grande empreitada que é fazer a verdadeira conservação do Pantanal. Não é preservação, é conservação. Por quê? Porque o Pantanal tem vida, tem vida humana, lá secularmente há a tradição da pecuária, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, a hotelaria, as hospedagens, todo o sistema de turismo que lá tem. Por isso eu falo com tanto entusiasmo. E aqui, Brasília, Mato Grosso, Goiás, todos nós daqui, do Centro-Oeste, pertencemos também, digamos assim, a toda essa região, que é muito propícia para que a gente possa melhorar mais a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Senador Wellington, conte comigo sempre, não é? Fica registrada a fala de V. Exa., e nas próximas reuniões a gente pode tratar especificamente desse assunto.

Nós temos agora reunião do Congresso Nacional, e eu tenho, inclusive, um destaque. Então, eu vou encerrar a sessão.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a sessão, e agradeço a presença de V. Exa.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia três de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Alan Rick, Jussara Lima, Teresa Leitão, Augusta Brito, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Não comparecimento justificado dos Senadores Daniella Ribeiro e Carlos Portinho, conforme REQ nº 195/2023-CDir e REQ nº 186/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente faz breve apresentação dos resultados das visitas técnicas realizadas aos Estados Unidos e a China. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª Parte - Emendas CCT (RP8) - Lei Orçamentária Anual (LOA 2023):** Apreciação da Indicação de Beneficiários e da Ordem de Prioridade das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (RP8), aprovadas na LOA 2023, para encaminhamento à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, conforme OFÍCIO CIRCULAR Nº 6/2023/GAB/SEPAR/SRI/PR. **Observações:** Os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Marcelo Castro fazem uso da palavra na fase de discussão. **Resultado:** Aprovada a seguinte indicação de beneficiários e ordem de prioridade das emendas: 1ª) Fundação Pio XII - R$ 5.000.000; 2ª) Instituto Brasileiro de Pesquisa Clínica Thomaz de Carvalho - R$ 5.000.000. **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 123, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Modelo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Rejeitado o projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 4**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2019** - **Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carpina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 5** - **Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 162, de 2018** - **Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto – ARACOTOB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 6** - **Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2019** - **Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gandu, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 9, de 2023,** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, informações sobre quais instrumentos internacionais foram assinados em razão da missão internacional (comitiva presidencial) à China e Emirados Árabes Unidos." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado, do requerimento de informações dirigido à Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 10, de 2023,** que: "Requer o aditamento do REQ 01/2023-CCT, para que seja realizada reunião conjunta entre a CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o intuito de ouvir o Exmo. Senhor Juscelino Filho, Ministro das Comunicações, acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 11, de 2023,** que: "Requer o aditamento do REQ 02/2023-CCT e do REQ 03/2023-CCT, para que seja realizada reunião conjunta entre a CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; a CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o intuito de ouvir a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/03

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Minha saudação a todos os Senadores presentes e àqueles que nos acompanham remotamente, também às assessorias dos Senadores, das Senadoras e aos técnicos dos ministérios que vieram a nosso pedido para orientação dos assuntos da pauta.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a reunião está dividida em duas partes. A primeira parte consiste na apreciação da indicação de beneficiários e da ordem de prioridade das emendas da Comissão (RP 8) aprovadas na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2023.

A segunda parte destina-se à apreciação de matérias.

O item 1, terminativo, será votado nominalmente com a abertura do painel eletrônico, e os itens de 2 a 9, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico.

Eu quero, antes de mais nada, agradecer ao Senador Izalci pela gentileza da Presidência na semana anterior.

Quero dar sequência aqui a um discurso que fiz ontem no Plenário, Senador Marcos Pontes e Senador Fernando, sobre os resultados das visitas técnicas que fizemos nas últimas semanas. A Comissão recebe uma série de convites, e nós atendemos a três.

A primeira delas em Las Vegas, na North American Broadcasting. Nós discutimos lá, juntamente com a Abert, os representantes do sistema de rádio e televisão brasileiro, a legislação do nosso país, com a preocupação do que já conversamos aqui: o surgimento do *streaming*, o pagamento dos direitos intelectuais. Mas um ponto muito importante: a televisão de terceira geração. Outros países já estão com a tecnologia pronta, e, naturalmente, para cada uma dessas tecnologias existe um pagamento dos direitos para elas. E o Brasil é um mercado muito cobiçado pelas vendedoras do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que mais choca é que, aqui no Brasil – e isto eu posso dizer pelo meu estado –, boa parte dos municípios ainda tem televisão no sistema analógico. Nós ainda temos uma boa parte do país não coberto por nenhum tipo de sinal de televisão; e principalmente na questão, por exemplo, das discussões sobre antenas conjuntas para a internet, transmissão de rádio, sistemas que se convergem hoje, a quantidade de escolas que nós temos no Brasil que também não têm internet disponível ou nenhum sinal de TV educativa que possa fazer o complemento da educação.

Então, nessa North American Broadcasting, a gente percebe o patamar em que o mundo está, já no avanço dessa tecnologia, e nós, aqui no Brasil, ainda numa dificuldade muito grande em levar pelo menos a igualdade de recepção para todas as pessoas.

E aqui eu estou com um requerimento em que vou dar entrada, se já não foi feito, para que a Anatel venha nos prestar esclarecimentos sobre os programas de digitalização que foram implementados nos últimos anos, e a gente entenda qual é a situação hoje no Brasil quando nós falamos em antenas para a transmissão de sinais de rádio e TV, principalmente na questão digital. Esse requerimento surgiu exatamente desse vazio que nós tivemos.

Outro ponto importante: na cidade de Orlando, uma das maiores feiras mundiais de mineração e aproveitamento de resíduos sólidos, e uma presença muito tímida do Brasil, muito tímida – o Brasil é um dos principais exportadores. E a discussão é: o mercado internacional começa a se preocupar com a exploração dessa *commodity* no Brasil, dessa pedra, da mesma forma que começa a se preocupar com a carne e outros produtos. Eles estão preocupados com o impacto ambiental. A discussão entre os grandes compradores é a de que a questão ambiental, ligada à mineração de pedras ornamentais, tanto a de minério de ferro, também lá fora vai começar a chamar a atenção do mundo. O Brasil terá de apresentar programas de reaproveitamento de áreas, de reutilização, inclusive, com controle para que o país possa manter determinados tipos de contrato. Quer dizer, para a área da mineração especialmente de pedras ornamentais, esse assunto começou a se tornar parte de uma discussão futura a que a gente precisa chegar.

Na última etapa, nós fomos convidados pelo Governo chinês, pela Embaixada da China. Eu e o Senador Rodrigo Cunha visitamos diversos centros de inteligência artificial e tecnologia na China. Na cidade de Xangai, por exemplo, nós visitamos dois grandes centros. A cidade tem um PIB maior do que o Brasil. A cidade de Xangai, com 30 milhões de habitantes, tem um PIB maior que o brasileiro.

Em determinadas regiões – o Senador pode dar sequência aqui –, eram áreas muito pobres, empresas manufaturadas, quer dizer, empresas primárias, e hoje são centros, Senador Izalci, de criação de *softwares*, de atendimento internacional. Chegam a faturar R$500 bilhões/ano nesse centro de Xangai. E os sistemas estão tão avançados que, por exemplo, nos atendimentos virtuais deles hoje com uma recepcionista virtual, você fala na sua língua e ela te responde na sua língua, e agora o gol deles lá, a meta deles é responder no seu sotaque. Então, isso é para você ter uma ideia. E isso vai nos preocupando.

Lá em Guangzhou, na região da Feira de Cantão, fomos a uma fábrica de veículos elétricos que quer, inclusive, se aproximar do mercado brasileiro. Vem agora uma grande comitiva, no segundo semestre, para o Brasil. O Governo de Guangzhou vem ao nosso país trazer as informações. O Senador pode nos contar sobre a questão dos robôs se quiser, Senador Rodrigo, dar o seu testemunho sobre o que nós vimos numa fábrica de produção de veículos. Hoje, em cada dez carros na China, três são elétricos. Toda a frota de táxi, Senador, foi substituída por veículos não poluentes.

Eu estou exagerando em alguma coisa aqui, Senador Rodrigo?

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Bem, Presidente, primeiro, quero reforçar que essa visita teve uma agenda extremamente produtiva. E um dos assuntos mais determinantes para que eu possa afirmar isso é observar o quanto o Brasil ainda tem que avançar no que se refere à inteligência artificial, que o mundo inteiro já trata com propriedade.

Vimos, na última reunião que realizamos aqui, que somos nós que sentamos nessas cadeiras da Comissão de Ciência e Tecnologia que vamos legislar sobre esse assunto. Então, é importante fazer uma visita técnica.

Foi importante observar como esse assunto está intimamente entrelaçado com assuntos ligados à saúde, à educação, ao bem-estar, à vida em geral. É lógico que a China tem um modelo diferenciado, mas tem um banco de dados gigantesco sobre a maior – ou era a maior até a semana passada – população do mundo. Então, ali eles já conseguem observar a curva de aprendizagem de um aluno para saber, desde a sua infância, com o que é que ele se identifica, qual é a sua maior aptidão, tirando os melhores para melhorá-los ainda mais. Então, é a busca total de eficiência utilizando a tecnologia.

O Presidente foi muito feliz ao mencionar uma cidade que foi criada dentro de um bairro, mas que hoje é considerado uma cidade tecnológica, em que só se trabalha na área de tecnologia de *blockchains*, de armazenamento de nuvens e de banco de dados e que tem um faturamento gigantesco. E todos ali têm um nível de qualidade de vida enorme.

Então, nós sabemos que o Brasil tem, sim, um potencial de seus cérebros, inclusive muitos estão indo para fora. Há hoje uma fuga de cérebros no Brasil, e um dos mercados é o mercado chinês.

Ao visitar uma fábrica de automóveis elétricos, observamos a tecnologia muito avançada, extremamente eficiente, com um resultado que faz com que o cidadão, hoje, opte por comprar um carro elétrico, mas, é claro que o Estado dá toda a viabilidade pra isso: reduzindo impostos, fazendo com que tenham prioridades – e as placas identificam os próprios carros elétricos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vagas separadas, não é?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – ... são placas diferenciadas –, circulam em locais diferenciados. Tem um estilo.

Aqui, no Brasil, a gente tem que falar abertamente. Temos uma preocupação. Foi importante a fala do Presidente da Petrobras, nosso colega Jean Paul, que sabe que o petróleo é finito, que nós temos, aqui, que buscar outras formas. Sabemos como é difícil hoje tratar de um assunto que deveria ser prioridade absoluta, já que os combustíveis, com o passar do tempo, a tendência é que fiquem cada vez mais caros. No entanto, são o que abastece os cofres dos estados, e a gente pode pensar num modelo para atrair fábricas para o Brasil de carros elétricos, e compensar, de alguma outra forma, os estados, sem dúvida nenhuma.

Carro elétrico, hoje, não pode ser um artigo de luxo, mas ainda o é.

Então, foi uma visita, Presidente, extremamente produtiva, principalmente com o vídeo feito por V. Exa., para os chineses comparecerem também ao Brasil, num momento em que nós estamos discutindo essa interação entre Brasil e China cada vez mais presente em vários âmbitos, mas um deles, e o principal talvez, seja o da ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Izalci, antes de lhe dar a palavra... Nessa fábrica dos automóveis, os robôs e os trabalhadores muito jovens. Eu observei isso tanto na fábrica de automóveis quanto numa fábrica de montagem de aviões, em que nós estivemos, que é a Comac, que também virá para o mercado brasileiro em produção de aviões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntei para o diretor da empresa o seguinte: mas os robôs estão diminuindo as vagas, estão reduzindo? Ele falou assim: "Não, esses jovens montam os carros, mas eles controlam os robôs. Então, na eventualidade de um deles perceber, na linha de montagem, que há um defeito sequencial, é preciso fazer um ajuste. Então, aquele jovem, que confere se o carro está pronto, ele mesmo vai, notifica que há um defeito sequencial, e eles fazem."

A China hoje já prepara os estudantes públicos, das escolas, para o controle dos robôs. Então, vai haver uma transferência da mão de obra de um setor para o outro. Essa é a preocupação que nós temos aqui, aqueles que amam a escola pública no Brasil, que é uma tecnologia para o acesso ao ensino, o fosso que nós temos e que a gente precisa discutir com muita seriedade e, principalmente, com muita transparência, independentemente de categorias ou questões de... porque não é falta de dinheiro, o nosso problema é como nós aplicamos os nossos recursos.

Senador Izalci com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu tive a oportunidade de, em 2007, como secretário, também, visitar Taiwan.

Era a mesma coisa, não tinha nada... E hoje, em cada carreta e cada coisa de transporte de café, de soja, de minério, eles mandam para a gente um "chipzinho" deles, eles produzem *chips* para... o que faltou aqui, inclusive, na indústria automobilística.

Então, agora, o que que é isso? É investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Nós, por exemplo, temos aqui uma empresa, que é a Embrapa, que é referência mundial. Agora, você vai aqui na CMO, – você vai ver agora, eu estou lá na CMO –, todo ano você tem que lutar para botar dinheiro para pagar a folha da Embrapa. Não é orçamento para investimento, não, é para pagar manutenção. É a maior fonte que nós temos de recursos, que é o agro, mas cadê? Quem é que fez tudo isso? Investimento em pesquisa, ciência e tecnologia.

Então, vamos lá. Eu fui o Presidente da Comissão do Novo Ensino Médio. Qual é a expectativa do novo ensino médio? É pegar esses jovens, que são 78% dos jovens que não vão para a universidade e nem para a faculdade, e dar a eles uma profissão técnica, que é o que está faltando no Brasil: não temos nem 10% dos jovens fazendo curso técnico. Tem vários países... Nesses países todos, 50%, 60%, até 70% fazem.

Vi, ontem, o Ministro falando que o ensino médio vai criar uma desigualdade maior ainda. Então, é o seguinte: tem escola que não tem energia. Então, primeiro tem que resolver tudo isso para depois... É um negócio assim, entendeu? Bem, tem 500 exemplos aí.

Mas a nossa mentalidade – digo nossa, porque fui Presidente da Comissão do Senado do Futuro – é pensar pelo menos um pouquinho à frente, 10 anos, 20 anos.

Na Finlândia, que é um dos países que tem a Comissão do Senado do Futuro – são cinco países –, por exemplo, o Executivo tem que prestar conta à Comissão do Senado do Futuro de o que ele está investindo em termos de inovação nos próximos 20, 30 anos. Aqui, já decidiram que vão acabar com a Comissão.

Então, a gente tem uma educação completamente atrasada, sem laboratório, sem inclusão digital, sem computador, sem energia, sem banheiro! Esta é a nossa educação: analógica! O nosso Governo é analógico. E é óbvio que esses países... O que algumas empresas americanas, chinesas investem em pesquisa e inovação é o que o Brasil investe aqui como um todo, na iniciativa privada e pública.

Eu já fiz algumas audiências... Fiz duas – muitas, não – audiências na Comissão Missa do Orçamento. Levei a Embrapa para falar o que é a Embrapa, porque as pessoas, às vezes, esquecem, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hora de fazer o orçamento, a importância dela. O brasileiro é muito criativo, o que falta é oportunidade. Por isso que os jovens estão indo embora. O cara vai para o exterior, estuda e, quando volta, fica desempregado. Tem gente com doutorado, pós-doutorado que chega aqui e está fazendo limpeza, ganhando R$2 mil por mês para sobreviver.

O Brasil, infelizmente, não tem política de Estado e, na área de ciência... Eu sou Presidente da Frente Parlamentar desde que entrei no Congresso, mas todo ano é essa briga para botar orçamento para ciência e tecnologia. Vão e cortam. Basta ver o 177 do contingenciamento. Aprovamos; Câmara, vetado; derrubamos o veto; depois veio o PLN, e o derrubamos; e agora, no arcabouço fiscal, volta-se à possibilidade de contingenciar.

Acho que esta bancada toda aqui tem essa noção. Mas e os 513 Deputados e mais os setenta e tantos Senadores? O discurso é muito bonito. Cara, eu fico triste porque a gente percebe que todo governo que entra faz questão de acabar com tudo o que existe e começar tudo de novo.

Então, eu tive essa oportunidade quando eu fui a Taiwan em 2007, e eles já estavam... Você já via o que ia acontecer. O que está acontecendo agora eles já tinham lá em 2007. E a gente aqui... Entendeu?

É só para registrar e parabenizar a iniciativa de vocês. Eu não sei quantos foram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo! Acho que é importante isso. Agora, tem que repercutir isso, mostrar o que está acontecendo. Nós somos os primeiros no etanol, a desenvolver o carro, movido pelo combustível etanol. Cadê? Morreu, praticamente morreu.

Para a gente, falta essa política de continuidade. Para os carros elétricos mesmo, nós temos tecnologia, tem um monte de coisa para fazer agora. Cadê o investimento? Basta ver que, na Finep, no FNDCT, metade é reembolsado.

Você pega a taxa de juros... Mudamos agora, mas com essa taxa de juros é melhor você ir ao mercado financeiro e pegar um empréstimo.

Então, se a gente não tiver essa prioridade com ciência, tecnologia, inovação e educação, porque educação é que faz isso, a gente vai ficar patinando aqui a vida toda.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Senador Marcos Pontes, a nossa discussão ainda é analógica. Nós ainda estamos na discussão de *fake news* e problemas de esquerda e direita, mas o mundo está muito mais adiantado na produção e nós estamos perdendo espaço.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, obrigado pela oportunidade, parabéns pela viagem e em trazer dados para cá.

Quando a gente olha, observando países – estou olhando o mapa aqui – como a China, mas eu ressalto também a Coreia do Sul, Israel, alguns outros países ali nórdicos e Japão... Há até uma frase que eu acho interessante: vejam o que eles não têm e vejam o que eles são. Eu vejo o Brasil, tudo o que a gente tem, capacidade de recursos, e vejo que nós não somos ainda, porque depende sempre de ciência e tecnologia.

Esses países se desenvolveram baseados em ciência e tecnologia, então, é uma mudança rápida, uma mudança muito extensa e intensa no país graças à ciência e à tecnologia.

Eu vou aproveitar algumas coisas que o Senador Izalci falou também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa importante, nós notamos que, no Brasil, nós temos uma base científica muito boa. A gente produz muitos *papers*, muita publicação científica, ou seja, tem um conhecimento. O problema que a gente tem no Brasil... Aliás, são dois problemas principais nessa área. Isso aí eu tive a oportunidade de analisar bastante e trabalhar em cima do assunto dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas isso não se faz em um mandato, isso é uma coisa de... Tem que ser um programa de Estado para ser feito ao longo de muito tempo, por isso, não se pode ir destruindo políticas públicas à medida que vai trocando o governo.

O que acontece? Esses países tiveram a capacidade de olhar para a frente, desenvolver uma meta muito bem específica e, a partir dessa meta, trabalhar numa estratégia desenhada para atingir essa meta gradualmente e foram aplicando isso aí. Os investimentos em ciência e tecnologia, se formos comparar o recurso todo de um país, entre aspas, tem que ser entre aspas aqui, "são irrisórios" com relação às outras áreas. E esse investimento é capaz de alavancar todas as outras áreas em economia e em desenvolvimento também.

Quando a gente fala isso aí, como a gente tem uma capacidade grande científica, o segundo problema, além do desenvolvimento de metas, como a China colocou lá para frente... Quando ela estava lá atrás ainda na situação ruim, ela colocou lá na frente: "Eu vou ser a fábrica do planeta". E eles se transformaram na fábrica do planeta, aproveitando o que eles tinham em termos de mão de obra, quantidade de mão de obra, mão de obra barata, aproveitaram o conhecimento de outros países para começar a desenvolver os primeiros produtos. Hoje ninguém pode falar que um produto chinês tem menor qualidade do que um produto feito nos Estados Unidos ou outros países, porque eles desenvolveram tecnologia suficiente para isso, mas eles desenharam esse caminho, aplicaram muito nisso aí. Essa é uma coisa que a gente precisa fazer no Brasil.

Lá no Ministério, eu coloquei, eu reinstituí o Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia justamente para pensar para a frente, 20 anos, 30 anos, e ajudar a desenhar a estratégia que depois é feita pela política do ministério, na tática, vamos dizer assim, do dia a dia. Então, esse é um primeiro ponto. O segundo ponto é fechar esse *gap* entre o conhecimento e o produto. Aqui, no Brasil, por alguma razão, o pessoal fica numa situação em que teria que se investir só na ciência básica. Ciência básica é muito importante, mas, se você não pegar aquele conhecimento e transformar aquele conhecimento em um produto comercial, fazer as devidas parcerias com o setor privado, trazer a participação do setor privado, tornar essa área com um ambiente de negócios adequado para o desenvolvimento de tecnologia, de empresas de tecnologia no Brasil, fica muito difícil a gente fazer esse *gap*.

O que eu criei ali no Ministério foram centros de tecnologia aplicados, por exemplo, para energia renovável, para vacinas, para medicamentos, então, tudo isso para fazer essa transformação, mas não é um trabalho que se faça em três anos, quatro anos, tem que fazer isso ao longo de 20 anos, 30 anos. Então, é um trabalho intenso e que precisa ser feito, sem dúvida nenhuma.

Com relação à TV digital, só um comentário sobre isso. Nós tínhamos um programa, e o programa continua, da implementação de TV digital no Brasil, inclusive com uma empresa destinada só para isso, para a aplicação dos *kits* com os recursos. Inclusive, sobrou recurso para isso, para cobrir o que tinha sido proposto a ser feito e sobraram recursos para serem utilizados naquele Conecta Brasil, Nordeste, Norte e Centro-Oeste com fibra ótica. Sobraram R$600 milhões que ficaram lá no Ministério das Comunicações para fazer esse serviço, mas ainda precisa de um trabalho maior. A gente tinha o Ginga, um sistema de interação com TV digital que seria muito útil e que nunca saiu do... foi para a prática, porque isso aí seria muito interessante que nós tivéssemos aqui no Brasil realmente implementado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A criação de empregos no setor também é um outro ponto, mas a gente precisa ter a formação, formação técnica. Tem muita vaga sobrando em tecnologia de informação e comunicação, mas a gente precisa das escolas técnicas participando. Enquanto a gente ficar nivelando pela mediocridade, vamos dizer assim, quando a gente fala que vai nivelar por baixo, não vai dar certo, a gente vai precisar ir para cima e, para isso, a gente tem modelos que funcionaram, como na Coreia do Sul, que a gente precisa aprender e copiar.

E só uma última emenda ao assunto, desculpem-me aumentar um pouco, mas é com relação à questão de mineração. Nós temos programas, o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia tem um programa chamado Regenera, para regeneração de áreas degradadas, feito com a melhor ciência e que pode ser aplicado em todos os biomas do Brasil. É importante para mostrar a esses países que muitas vezes apontam o dedo para gente e falam "Pô, vocês estão destruindo aqui, tal, tal"; ou que a gente precisa apresentar um plano de recuperação. É importante também que eles nos mostrem qual foi o plano de recuperação que eles fizeram quando eles degradaram as áreas de lá para a gente usar de exemplo nisso aí – o exemplo positivo, não o exemplo negativo, também tem muito exemplo negativo. Então, pegar o que eles fizeram lá para ver se é aplicável aqui. É importante não só cobrar dos outros, mas mostrar o que foi feito também para que a gente tenha aqui o nosso país tratado da maneira como tem que ser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Só para encerrar, não há um analfabeto lá na China com menos de 60 anos. Não há mais um analfabeto no país. É um negócio que a gente precisa repensar, não o sistema de governo, mas as nossas oportunidades que não são aproveitadas.

Vamos à primeira parte da nossa sequência de hoje.

Antes de procedermos à apreciação da indicação de beneficiários e da ordem de prioridades das emendas de autoria da Comissão (RP8), aprovadas na LOA 2023, faz-se necessário o seguinte esclarecimento:

A indicação de beneficiários e a ordem de prioridades devem ser tratadas pelo autor da emenda diretamente com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que encaminhará a relação de beneficiários e a ordem de prioridades aos órgãos setoriais do sistema de planejamento e de orçamento federal, responsáveis pela execução das emendas, conforme disposto no art. 37 da Portaria Ministerial nº 1 da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, de 3 de março de 2023. A falta da indicação configura impedimento técnico para a execução da programação das emendas (§2º, do art. 79, da Lei nº 14.436, de 2022).

As emendas de autoria da Comissão na LOA 2023 são as seguintes:

- nº 60130001 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo/Nacional – R$1 milhão;

- nº 60130002 - Ministério das Comunicações - Administração Direta - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital/Nacional – R$1 milhão;

- nº 60130003 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico/Nacional – R$1 milhão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- nº 60130004 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas/Prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer/Nacional – R$7 milhões.

Portanto, nossa Comissão tem um total de R$10 milhões dentro do Orçamento para indicação.

Feito o esclarecimento, quero colocar em discussão a indicação de beneficiários e a ordem de prioridade.

Primeiramente, quero dar a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, que foi o Presidente da Comissão e que deliberou, no ano passado, a indicação dessas emendas, para que faça o posicionamento dele como ex-Presidente.

Com a palavra, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, esse formato acredito que não era usual, mas está se tornando agora, e acredito que tem tudo para ser proveitoso. Que a gente possa ser assertivo e fazer com que esta Comissão cumpra com a sua função, que é trabalhar diretamente com eficiência nos assuntos relacionados à ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática.

Aqui, Sr. Presidente, nós fizemos as reuniões, ouvimos vários Parlamentares, então nenhuma emenda foi feita de maneira individual, mas sim de maneira coletiva.

Foram apresentadas, no momento, oito emendas, que foram quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Essas quatro que estão sendo discutidas agora tinham valores bem maiores do os que nós vamos discutir nesse momento. Por exemplo, a primeira, a segunda e a terceira tinham valores estimados em R$300 milhões, e foram reduzidos para R$1 milhão. Então, nós temos aqui que nos debruçar para ver a melhor forma de fazer uso desse recurso. E uma outra, cujo valor inicial era de R$200 milhões, ficou no valor de R$7 milhões. Então, é lógico que o Relator teve que fazer esse movimento para equalizar e contemplar um número maior de áreas.

E, dessa maneira, eu faço uma grande defesa, principalmente do item 4, que é o apoio a projetos de tecnologia aplicadas em prevenção, diagnóstico, tratamento de câncer, nacional, um assunto que já está, por si só, bem delimitado, o qual aqui foi debatido por todos os Parlamentares.

Então, é uma emenda coletiva, em que se chegou a um conceito de que existe, no Brasil, uma referência em toda a América Latina em prevenção, tratamento, combate ao câncer, o Hospital de Amor, que era conhecido antes como Hospital de Barretos, um hospital que atende 100% SUS, que trabalha com tecnologia de ponta e que está presente hoje em 14 estados, em 35 unidades, além das unidades móveis e além, também, do investimento em pesquisas constantes – então, não só pela acessibilidade do tema. Hoje, também, é grande referência no câncer infantil, uma especialidade que poucos abraçam nesse país, e, por isso, a destinação desse recurso foi bastante discutida com apresentações, com estatísticas, com números, demonstrando que esse recurso, principalmente por ser um hospital 100% SUS, que já está hoje abraçado por mais da metade do Brasil, seria uma boa destinação.

Então, aqui, junto aos colegas, de todos esses itens, eu acredito que é o item mais sensível. Inclusive não vai ser um recurso destinado para o Hospital de Amor em Arapiraca, o Hospital de Amor em Lagarto ou em Palmas, mas, sim, para a unidade investir em pesquisas na área de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, com alguém que já está caminhando bem. Acredito que se os senhores não o conhecem, devem conhecê-lo.

Particularmente, no meu primeiro ano de mandato, fui conhecê-lo e me sensibilizei com a temática e fiz as destinações de minhas emendas de bancada, que são impositivas; conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

construir o hospital. Somente no último ano atendeu mais de 30 mil mulheres no assunto que mais mata mulheres em todo o país, que é o câncer de mama.

Então o diagnóstico precoce, o diagnóstico efetivo, o diagnóstico rápido salva vidas. O câncer já foi uma sentença de morte, mas o câncer tem cura e está diretamente relacionado a um diagnóstico. Então faço aqui esse grande apelo, porque todos terão participação nesse investimento. Repito, não é algo para um estado ou para outro, mas é para o Brasil e, com certeza, estaremos contribuindo com essa nossa função social de investir em uma tecnologia para salvar vidas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Quero dar um bom-dia à Senadora Teresa Leitão. Senadora Damares, pela presença, obrigado.

Com a palavra o Senador Izalci; logo em seguida, o nosso Relator Marcelo Castro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu, é óbvio, inclusive com a colocação do nosso ex-Presidente da Comissão Rodrigo Cunha, que aqui fez uma bela gestão... É lógico que o Hospital de Barretos e outras instituições que trabalham com câncer, no que a gente puder ajudar, nós temos que ajudar.

Um dos pontos que foi colocado no relatório é a questão do Ipen. Eu me lembro, porque eu sempre participo da Comissão Mista de Orçamento, quando eu posso. E chegou, no ano passado, ano retrasado, a faltar insumos, matéria-prima, para o Ipen, que é o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, que eram exatamente os que eram usados na época do câncer. Foi quando foi um PLN para a CMO. Quase que para tudo, porque não tinha essa matéria-prima. Depois nós conseguimos, com muito esforço, colocar um PLN para suprir isso.

Eu não sei como é que está a situação do Ipen hoje em termos de orçamento, mas se foi colocado para o Hospital de Barretos, eu também não tenho nenhuma dificuldade. Agora, essa questão do câncer tem que ser tratada de uma forma prioritária. Por exemplo, aqui no DF, que é a capital do Brasil, nós temos simplesmente mil pessoas na fila para fazer o diagnóstico e o tratamento de radioterapia, que não tem.

E é coisa de quem já teve na família, quem conhece... Hoje todo mundo ou tem alguém da família ou tem um amigo ou um conhecido que está com câncer, que já está provado. Se não tiver um diagnóstico... Se você tratar com antecedência, após o diagnóstico e tal, você tem chance de 90% de se recuperar – 99% –, mas depois de um ano fica mais difícil. E essa é a situação do Brasil.

Então eu vejo assim, aproveitando a oportunidade aqui: essa questão do câncer é uma coisa que lá no orçamento da saúde nós temos que ajudar, na Comissão Mista de Orçamento.

Eu estou citando isso até porque acho que o Ipen foi indicado, não sei, nos favorecidos aí da emenda. Mas eu digo assim: quem conhece realmente o Hospital de Barretos sabe da importância de colocar emenda.

Eu não tenho nenhuma objeção, muito pelo contrário: acho que foi discutido, e o que foi discutido aqui e foi aprovado eu acho que não tem nem que se questionar.

Eu não tenho nenhuma objeção, muito pelo contrário, acho que foi discutido aqui e aprovado não tem nem que se questionar. É lamentável que de 300 milhões que foram colocados ficou um milhão, quer dizer... E nem sei se vai ser executado, ainda tem isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Reclamação direto ao cofre ali. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, a gente, às vezes, gasta uma energia danada, com uma discussão imensa, horas e horas, porque essa deve ser a décima reunião tratando desse assunto desde lá de trás, e, depois, não acontece nada. Então, é muito pouco mesmo. Mas o que foi resolvido na Comissão, quando foi aprovado, eu acho que é o que tem que prevalecer.

Falou-se aqui dos institutos, que nós temos no Brasil 140, 150 institutos, não sei, mas são de alto nível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E que hoje não têm dinheiro para pagar a conta de luz.

Então, a gente tem que dar uma atenção especial para os institutos, que é o patrimônio que nós temos, apesar de que mais de 50% dos pesquisadores já estão em idade de aposentadoria, e não há renovação desses pesquisadores e, quando há, parece que estão na prateleira. Não existe isso, não é? Se você não tiver uma transição para que os jovens entrem e vão tomando conhecimento da experiência, a gente vai ter dificuldade.

Então, também o que for possível colocar para os institutos nessas outras emendas aqui... É muito pouco, mas de qualquer forma ajuda. É importante visitar esses institutos aqui para ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Institutos de prevenção ao câncer a que V. Exa. se refere?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, tem todos. O Senador Marcos Pontes, que foi ministro, já sabe. Deve ter 140 institutos aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – De alto nível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Em todas as áreas. E que estão em dificuldade de pagar contas de água e de luz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Conheço muito um hoje, de ponta, em Juiz de Fora também, na questão de pesquisa e atendimento ao SUS.

Com a palavra, o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostei muito do debate que nós fizemos aqui em torno da ciência e tecnologia como fator impulsionador do desenvolvimento e da prosperidade dos povos. Eu ousaria dizer até que a história da humanidade é intimamente ligada à ciência e à tecnologia. Quer dizer, avançou, evoluiu, sobrepujou aquele que desenvolveu melhores técnicas ao longo da história.

E estou aqui na Comissão – com muito prazer para mim, já que não faço parte da Comissão –, porque eu gostaria de relatar aqui – eu fui o Relator-Geral do Orçamento – a memória do que está aqui desses recursos. Por ausência do Senador Wellington Fagundes, que está no exterior, a sua assessora me procurou e me pediu para vir aqui dar um depoimento do que ocorreu quando da confecção do Orçamento.

Então aqui são quatro emendas apresentadas, e o Senador Wellington Fagundes me procurou, pedindo para eu colocar um recurso para a Emenda nº 4. Então, ela tinha vindo do relator setorial – se a memória não me trai – com o valor de R$2 milhões. Ele me pediu para acrescentar mais R$5 milhões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e a assessoria dele me relembra aqui que a intenção era mandar esse recurso para o Instituto Brasileiro de Pesquisa Clínica Thomaz de Carvalho, que é sediado em São Paulo e pesquisa câncer nessa área da urologia, câncer de bexiga.

Então, como o Wellington está ausente, a assessoria dele me procurou, e eu me senti no dever, sem discordar em nada do que o Senador Rodrigo Cunha falou aqui sobre a excelência do Hospital de Barretos, que todos nós sabemos da importância no Brasil, mas só para lembrar à Comissão que eu coloquei a pedido do Senador Wellington Fagundes e, segundo me relembra aqui a assessoria, era para destinar para esse instituto específico aqui de pesquisa.

Então, não estou me intrometendo aqui no destino da Comissão. Estou apenas dando um depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Entendi.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que poderá servir de subsídio para a decisão de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Claro, claro.

E, se foi pedido do Senador Wellington, temos que colocar aqui à disposição de todos para discussão isso e respeitar. Entendo que é o momento inclusive, Senadoras e Senadores, de nós decidimos se mantemos as indicações como estavam, se acrescentamos essa que foi colocada pelo Senador Wellington... Essa é uma discussão nossa, e a palavra está aberta para quem queira participar ou dar sugestões.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Se me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para discutir.) – É louvável, com certeza, o assunto levantado pelo Senador Wellington, a destinação para outro local que com certeza seria também muito bem-vindo e útil.

Primeiro, esclareço ao Senador Izalci que esse recurso de que eu fiz a defesa não pode ser direcionado a insumos – sabemos que há uma necessidade também pelo Brasil inteiro –, mas, sim, ao apoio a projetos de tecnologia aplicadas.

Voltando ao Senador Wellington Fagundes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Senador Rodrigo, só quero corrigir, porque talvez eu tenha me expressado mal.

Quando eu falei de insumos, que houve a falta, foi uma discussão que fizemos lá de que eles estavam para fechar porque não tinham, mas não está relacionada a essa emenda "insumo", mas é...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Perfeito.

Eu usei esse exemplo justamente para esclarecer se alguém está pensando também que poderia ser destinado a... Então, não foi o caso de V. Exa., mas se alguém aqui pensa que poderia ser destinado para insumos, é bem específico que é apoio a projetos de tecnologias aplicadas em prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer.

No caso do Senador Wellington Fagundes, ele foi autor das Emendas nº 1, nº 2 e nº 3, e não da Emenda nº 4. Não houve discussão, durante os debates aqui com o Senador Wellington, referente a esse item de apoio de projetos e tecnologias aplicadas. Ele é o autor do item 1, fomento a pesquisa; do item 2, apoio a iniciativas; e do item 3, fomento a projetos de pesquisas. Então esse último item...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Rodrigo, só interrompendo para uma pergunta.

Quanto V. Exa. estava na Presidência, qual era o valor que estava previsto a ser destinado para o Hospital de Amor. O senhor lembra?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Não, não chegou a ser debatido um valor específico.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Na verdade, nessa fase, essa emenda aqui é uma emenda genérica. Ela está destinada aqui para apoio a projetos de tecnologia aplicada a prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer nacional. Quer dizer, ela pode... A Comissão tem autoridade para destinar onde convier à Comissão.

Então, eu estou apenas dando um depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... porque eu coloquei R$5 milhões, se a memória não me falha, a pedido do Senador Wellington Fagundes, que a destinação que ele tinha – assessoria é que me socorre – era para esse instituto aqui brasileiro de pesquisa clínica.

Agora, evidentemente a Comissão... Estou apenas dando um depoimento do pedido dele. Bom, ele fez um pedido; o pedido, foi atendido; mas a Comissão pode dizer: "Não. Nós julgamos mais relevante... Embora o Senador Wellington Fagundes tenha feito esse pedido e o Relator o tenha atendido, nós achamos mais relevante não mandar o dinheiro para o lugar A. Nós vamos mandar para o lugar B". Claro.

Eu não gostaria, como ele está ausente, de não trazer essas informações aqui, porque aí V. Exas. vão decidir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

Vamos fazer uma proposta salomônica, então, aqui, dos 7 milhões? Nós indicarmos metade para cada um dos beneficiários: para o hospital, metade, 3,5 milhões, e para a do Senador Wellington, que conseguiu, também 3,5 milhões. Se os Senadores concordarem, a gente dá esse encaminhamento e encerra esse assunto aqui.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Deixe-me só fazer outra sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Inclusive, aqui também falando do contato feito com a Ministra Luciana Santos, no qual também tratamos desse assunto específico... Não sei se tem alguém do ministério aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Tem. Os vários técnicos estão aqui hoje à disposição da Comissão.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Então, diretamente com ela, teria uma grande receptividade e interesse em avançar porque também é uma conhecedora dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

benefícios realizados pelo Hospital de Amor. A minha sugestão seria: já que há os outros três itens, e os três outros itens tiveram como autor o Senador Wellington Fagundes, o que dá em torno de R$3 milhões, que esses pudessem ser destinados para os objetivos que ele propôs, direcionando para o local que foi apresentado. A gente sabe que é um recurso importante sem dúvida nenhuma, mas, quando se fala em tecnologia de ponta e se fala em inovação, é um valor que é um pontapé inicial ou o complemento àquilo que já está sendo feito. Então, a minha sugestão seria abordar os três primeiros itens em favor da entidade que foi proposta aqui, que também é relacionada ao câncer, e permanecer esse outro, que é um valor importante, para o Hospital de Amor, que atende em 15 estados e em 35 unidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Então, se os outros 3 milhões estão destinados também a unidades hospitalares, se nós fizermos isso metade a metade... A não ser que algum outro Senador ou Senadora tenha alguma indicação que queira trazer, neste momento, aqui para apreciação da Comissão, nós poderíamos deixar 2 milhões, desses 7 milhões do item 4, para complementação dos 5 milhões, e deixar 5 milhões para o Hospital de Barretos.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Então, ficam cinco e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Então, coloco em votação pelos Srs. Senadores da Comissão a decisão final: 5 milhões destinados aos itens propostos pelo Senador Wellington e os outros 5 milhões propostos anteriormente pelo Senador Rodrigo Cunha.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão decididos assim os beneficiários, lembrando que a negociação terá que ser feita diretamente com a Presidência da República.

Feito o esclarecimento, coloco em discussão.

A ordem de prioridade já foi definida. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão da primeira parte da nossa reunião.

Está resolvido o assunto.

Aqui é o seguinte: nós temos uma ordem de prioridade. Nessa questão da ordem, nós vamos dar prioridade ao Senador Rodrigo, que está presente, para decidir a parte dele, porque ele está aqui presente agora. Combinados? (*Pausa.*)

Então, está resolvido esse assunto.

Vamos ao nosso primeiro item.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Modelo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a relatoria do PDS 123, de 2018, da cidade de Modelo, em Santa Catarina.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Primeiramente, quero agradecer a V. Exa. por ter pautado esse nosso parecer para hoje. Muito obrigado.

Relatório.

Retorna a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2018 (nº 1.537, de 2014 – olha bem, 2014, tem nove anos –, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Modelo para executar serviço de radiodifusão comunitária no estado.

Eu vou à análise.

Analisando a Nota Informativa nº 1.019/2020/SEI-MCTIC, verifica-se que não houve modificação da diretoria da entidade desde 2013 – há dez anos. Portanto, permanece inalterado o quadro de diretores anteriormente analisado pela CCT, em 2019, e, consequentemente, confirmam-se as vinculações apuradas naquela data.

A citada nota ainda reafirma as informações anteriormente identificadas pela CCT, indicando que o Presidente da entidade foi eleito Vice-Prefeito do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, em 2016; e que o Secretário, além de ter sido eleito Vice-Prefeito desse município, em 2012 – estando, portanto, no exercício do cargo no momento da aprovação da outorga pelo Poder Executivo –, exerceu diferentes cargos de direção de partido político.

Nesses termos, configuram-se vinculações vedadas pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Assim sendo, Sr. Presidente, infelizmente, pelo exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, porque os membros da diretoria dessa emissora estão vinculados a partidos e a cargos públicos eletivos.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Vamos colocar em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2018, nos termos do relatório apresentado.

Quem concorda com o Relator vai votar "não", quem concorda com o Relator é "não", pela rejeição do decreto.

Peço a abertura do painel para a votação dos Srs. Senadores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Os Senadores já podem votar, relembrando que quem vota com o Relator vota "não", pela rejeição do projeto decreto legislativo. (*Pausa.*)

Senadora Jussara Lima, do PSD, do Piauí, boa tarde já, seja bem-vinda!

Quem vota com o Relator, Senadora, vota "não", pela rejeição do projeto de decreto legislativo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente, enquanto aguarda a votação, se V. Exa. tiver informações sobre datas das audiências públicas, seria interessante, para que a gente possa se programar para estar presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim. Hoje à tarde eu tenho reunião com o Senador Eduardo Gomes. Vamos ter um encontro, vamos conversar e delimitar com ele a sequência do trabalho. Assim, nós já colocamos tudo em ordem na sequência da Comissão. Vai ser um bom encontro.

Estamos em votação. Item 1 da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia. O Relator é pela rejeição do projeto de decreto legislativo.

Peço aos assessores que peçam os votos aos Senadores e Senadoras.

Quem vota com o Relator vota "não". (*Pausa.*)

O item é terminativo. Será nossa única votação nominal desta sessão. Os demais, de 2 a 9, são itens não terminativos, vamos dar sequência com votação simbólica. (*Pausa.*)

Quem mais não votou ainda? Dos que estão presentes, só falta o Senador... (*Pausa.*)

Ótimo, temos tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ótimo.

Vamos encerrar a votação. Já temos os nove para a decisão.

A votação está encerrada, Srs. Senadores.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – A Comissão rejeita, por 8 votos, o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2018, de autoria do Senador Confúcio Moura.

Parabéns, Senador. Meu muito obrigado pela participação.

Como eu disse, os itens de 2 a 9 são não terminativos, nós vamos para a votação simbólica.

Item 2... A Senadora Teresa teria um pedido de antecipação, de inversão de pauta, Senadora?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Se a senhora tiver, perfeitamente. Temos o prazer de atendê-la, viu?

Senadora, é o item 4.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra a Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Peço a V. Exa. para ir diretamente ao voto, porque a análise está toda...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de acordo com os trâmites.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 369, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento nº – a ser dado –, de 2023.

O que se requer, nos termos da Constituição Federal combinado com o art. 16, é o seguinte:

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações; e
- parecer atestando a inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Os outros Srs. Senadores também podem ir diretamente ao voto, uma vez que a legislação e as citações são sempre as mesmas.

Os itens de 2 a 9 serão votados conjuntamente, simbolicamente, ao final dos relatórios.

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2019
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir diretamente à análise do voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar informações capazes de dar continuidade à análise do projeto em tela, via requerimento de informações ao órgão competente no Poder Executivo.

Em resposta aos questionamentos formulados, a então Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações destacou não constar dos autos do processo registro de apuração de infração relativo à manutenção de vínculo "que tenha culminado com a aplicação de pena de revogação da autorização". Descartou, portanto, a existência de vínculo que subordinasse a entidade interessada a quaisquer compromissos ou relações vedadas pela disciplina normativa que rege o serviço.

Note-se, todavia, que a pasta afastou a aplicação da pena de revogação da outorga por decisão administrativa definitiva, apenas por não ter sido constatado o mencionado vínculo, sendo que a informação requerida se referia a qualquer tipo de infração suscetível à sanção. Concluímos, assim, que a resposta encaminhada contemplou apenas parcialmente a questão formulada.

No tocante ao estatuto social da entidade, o Ministério das Comunicações esclareceu que, embora tenha sido notificada para atendimento da exigência, a entidade não encaminhou o documento e deverá responder por esse descumprimento. Informou ainda que uma nova notificação foi encaminhada, a fim de se obter o estatuto atualizado.

Nesse contexto, entendemos ser necessário o encaminhamento de novo requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher as lacunas identificadas.

E o voto, Presidente:

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL 463, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2023
>
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019: confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva e estatuto social atualizado da entidade.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, o projeto prosseguirá para a votação final.

Item 3, também do Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 628, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Da mesma forma, vou direto à análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nada obstante, entendo pertinente encaminhar requerimento de informações à pasta competente para complementar a instrução do feito, já que não foi encontrado, nos autos do processo, documento que comprove o atendimento ao art. 38, alínea "j", da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação dada pela Lei 13.424, de 28 de março de 2017, destinado a comprovar a idoneidade de todos os dirigentes da outorgada.

Da mesma forma, solicitamos comprovação das alterações do estatuto social da entidade recomendadas pela Consultoria Jurídica do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do Parecer nº 00582/2017/CONJURMCTIC/CGU/AGU, de 26 de maio de 2017.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 628, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2023
>
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2019:
>
> - cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa);
> - comprovação das alterações do estatuto social da entidade recomendadas pela Consultoria Jurídica do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do Parecer nº 00582/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 26 de maio de 2017.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, segue para votação.

Item 4 já foi lido pela Senadora Teresa Leitão.

Item 5, originalmente do Senador Rogério Carvalho, que nos autorizou Relator *ad hoc*, Senador Marcos Pontes.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, DE 2018
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto – ARACOTOB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2018 (nº 1.588, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe.

Análise.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à legalidade, entretanto, alguns aspectos da proposição devem ser avaliados com maior profundidade.

De acordo com a documentação que instrui a matéria e com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Josenilze Silva Santos, Diretora-Geral da entidade, teria exercido simultaneamente cargo de direção de partido político. Adicionalmente, Josenilze Silva Santos teria exercido o cargo de Secretária de Assistência Social no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe.

Dessa forma, a entidade poderia apresentar vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 162, de 2018, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2018:

a) composição da Diretoria da entidade desde 2013 até a presente data;

b) datas de início e de término do exercício de cargos em diretórios de partidos políticos por Josenilze Silva Santos, Diretora-Geral da entidade;

c) datas de início e de término do exercício do cargo de Secretária de Assistência Social do Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, por Josenilze Silva Santos, Diretora-Geral da entidade.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, vamos colocar em votação os itens 2 a 6, que já estão devidamente encaminhados.

Há mais um, não é, Senador? Perdoe-me.

Então, o item 6, também do Senador Rogério Carvalho. Senador *ad hoc* Senador Marcos Pontes.

PDL 255, de 2019, de Gandu, na Bahia.

Com a palavra, Senador.

2ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gandu, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Vou direto à análise.

De acordo com o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998, os dirigentes das entidades autorizadas a explorar o serviço devem manter residência na área da comunidade atendida.

Já o art. 11 do referido instrumento legal veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Detalhando esse dispositivo, o inciso III do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como não foram localizadas, nos autos do processo, a comprovação ou a declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida e o parecer atestando a inexistência de vínculo, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essas lacunas.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 255, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2019:

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Agora sim.

Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Coloco em discussão os relatórios, as matérias... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, e vamos colocar em votação simbólica os itens 2 a 6, lidos durante a audiência.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os relatórios.

A Secretaria dará o encaminhamento devido.

Item 7.

2ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 9, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, informações sobre quais instrumentos internacionais foram assinados em razão da missão internacional (comitiva presidencial) à China e Emirados Árabes Unidos.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele é do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Neste requerimento, eu requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestados pela Sra. Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, informações sobre quais instrumentos internacionais foram assinados em razão da missão internacional com a comitiva presidencial à China e aos Emirados Árabes.

Então, requisita-se cópia dos acordos de instrumentos assinados entre o Brasil e os países visitados, qual o planejamento que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações estabelecerá para o cumprimento dos acordos e quais os resultados que o Ministério espera nos próximos quatro anos com os acordos firmados.

A justificação também é que nós temos uma série de acordos em andamento, e é importante que nós tenhamos esse conhecimento, dada a necessidade de fiscalização de algumas das políticas que estão incluídas dentro desses acordos, como, por exemplo, a política espacial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Os itens 8 e 9 são de minha autoria.

Peço ao Senador Izalci Lucas que assuma a Presidência para o encaminhamento, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, item nº 8.

2ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 10, DE 2023
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 01/2023-CCT, para que seja realizada reunião conjunta entre a CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o intuito de ouvir o Exmo. Sr. Juscelino Filho, Ministro das Comunicações, acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento, ao nosso Presidente Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Item 8.

Requer o aditamento do Requerimento 01/2023 - CCT, para que seja realizada reunião conjunta...

Nós tivemos mudanças de data por conta de viagens do Ministro. Ele pediu que nós fizéssemos uma nova reunião. Como são dois temas em Comissões diferentes, decidimos fazer em conjunto. Daí a necessidade de apresentação de um novo requerimento e aprovação pela Comissão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, em votação simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

2ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 11, DE 2023
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 02/2023-CCT e do REQ 03/2023-CCT, para que seja realizada reunião conjunta entre a CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; a CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o intuito de ouvir a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Senador, aqui se trata da mesma questão em relação ao Ministro Juscelino Filho. Por datas divergentes de missão oficial, a Ministra não pôde atender ao nosso pedido, ao nosso convite, e também o Ministério decidiu.

Então, nós faremos uma sessão conjunta aqui na CCT, presidida por mim, e outra sessão conjunta, presidida pelo Senador Confúcio, que ouvirá a Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k.

Lido o requerimento.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouviremos aqui a Ministra da Ciência e Tecnologia e, lá, o Senador Confúcio, o Ministro Juscelino Filho.

Nada mais havendo...

Pergunto aos Srs. Senadores se há algum posicionamento.

Senadora Damares, algum posicionamento? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos o trabalho e a paciência.

Quero agradecer também aos Consultores Legislativos – cadê o nome do pessoal que estava aqui, que esteve conosco, por gentileza? – Luciano Gomes e João Barbosa pela presença na Comissão.

(*Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (8ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (21ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (15ª REUNIÃO), EM 17 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quinze minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Rodrigo Cunha, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Cid Gomes, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Damares Alves, Jussara Lima, Fernando Dueire e Flávio Arns, e ainda dos Senadores Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Laércio Oliveira, Esperidião Amin, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Leila Barros e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Beto Faro, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2023 - CCT, de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), REQ 16/2023 - CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), REQ 6/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 11/2023 - CCT, de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Finalidade:** Prestar informações sobre as ações do Ministério para os próximos dois anos; sobre os programas e projetos ligados à Popularização e Promoção do Ensino da Ciência; sobre a implantação de tecnologia disruptiva e estratégias previstas para melhoria da infraestrutura tecnológica do país e a previsão de conectividade para transformação digital das cidades. **Participante:** Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra as senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, e os senadores Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Confúcio Moura, Rodrigo Cunha e Cid Gomes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/17

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 21ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Portanto, temos aqui três Comissões representadas pelo mesmo convite à Ministra da Ciência e Tecnologia e também teremos outras reuniões conjuntas para o recebimento do Ministro Juscelino, das Comunicações.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com a Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, para prestar informações sobre as ações do ministério, para os próximos dois anos, sobre os programas e projetos ligados à popularização e promoção do ensino da ciência, sobre a implantação de tecnologia disruptiva e estratégias previstas para melhoria da infraestrutura tecnológica brasileira e a previsão de conectividade para a transformação digital das cidades, em cumprimento aos Requerimentos nº 2, de 2023, da CCT, nº 16, de 2023, da Comissão de Educação, e nº 06, de 2023, da Comissão de Infraestrutura.

O público interessado em participar da audiência poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para o 0800 0612211. Mais uma vez, todas as perguntas e participações da população são muito bem-vindas.

Senhoras e senhores, informo que serão adotados os seguintes procedimentos:

- Os Senadores poderão solicitar à Presidência a inscrição para interpelar a Sra. Ministra após a sua exposição. Aqueles que participam de forma remota podem fazê-lo por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A Ministra fará uso da palavra para exposição inicial por 30 minutos. Em seguida, aos Senadores inscritos, serão concedidos cinco minutos para interpelação, assegurando-se igual prazo para a resposta da Ministra, que poderá ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, sendo concedido o mesmo tempo para tréplica.

- Como Presidente, poderei utilizar a palavra a qualquer momento para o esclarecimento de dúvidas ou mesmo questionamentos por parte daqueles que nos acompanham.

Quero chamar à frente aqui, para que tome assento conosco, a Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, para que ela esteja conosco.

Seja muito bem-vinda, Ministra. (*Palmas.*)

Quero saudar o Senador Izalci Lucas, o Deputado Calheiros, que está aqui, o Wadson, que é o nosso parceiro de Minas Gerais – muito obrigado –, e os outros Srs. Deputados que estão presentes.

Vou ler rapidamente aqui uma biografia da nossa Ministra da Ciência e Tecnologia.

Luciana Barbosa de Oliveira Santos é engenheira eletricista, graduada pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi Presidente do Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (Ipem), Deputada Estadual, Prefeita de Olinda, Secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Deputada Federal e Vice-Governadora de Pernambuco, além de Presidente Nacional do PCdoB.

Senhores e senhoras, as novas tecnologias com as quais o mundo tem deparado impõem inéditas e significativas responsabilidades à administração pública. Trata-se de um cenário em que todas as nações precisam adaptar suas normas e sua administração para permitir que a transição digital produza apenas efeitos positivos sobre a vida das pessoas.

Com o Brasil não é diferente. Por isso, gostaria de iniciar a minha intervenção enaltecendo o senso de oportunidade demonstrado pelas três Comissões ao realizar a presente audiência pública para ouvir S. Exa. a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sra. Luciana Santos, sobre as ações da pasta prevista para os próximos dois anos.

Esse encontro poderá gerar reflexões que servirão de bússola para a atuação dos poderes públicos em todos os níveis e para uma participação mais efetiva da sociedade civil organizada nessas discussões. Aliás, é bom que se ressalte o caráter interativo da presente audiência, medida fundamental para a participação popular neste debate.

Com todas essas transformações, os Poderes da República precisarão atuar em sintonia para acompanhar e até se antecipar às tendências. Um bom exemplo é a necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorar os parâmetros de conectividade de nossa população. Para se ter uma ideia, de acordo com uma pesquisa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), quase 20 milhões de brasileiros não têm cobertura de internet.

A exclusão digital gera defasagem no processo de aprendizagem de nossos estudantes, dificulta a geração de emprego e renda, além de deteriorar a qualidade de vida como um todo. É um problema cuja solução depende, em grande medida, de uma boa vontade política e reforço orçamentário.

Mas, segundo a Anatel e o BID, com investimentos da ordem de US$9,5 bilhões, o Brasil conseguiria conectar 98,2% da população. É um valor significativo. Contudo, o montante se torna pequeno ante a perspectiva de crescimento do PIB que tais investimentos ensejariam.

Como sugere o mesmo estudo, esse incremento poderia ser de mais de 2,4% do PIB. Logo, não estamos tratando de um gasto infrutífero, mas de um investimento com retorno garantido.

Para além de alargar a cobertura, o Brasil precisa também melhorar a qualidade do serviço ofertado com novidades, como a internet das coisas, a telemedicina, a digitalização dos serviços públicos; precisamos garantir internet de alta velocidade e elevado grau de confiabilidade.

Pois bem, enquanto algumas nações já testam a sexta geração, ou seja, o 6G, nós ainda patinamos na implementação da quinta geração da internet, especialmente no formato conhecido como *steady low*, que possui menor latência, tempo de transmissão do comando e é mais adequado às novas demandas tecnológicas.

No cômputo geral, a Anatel anunciou, em seu Plano Estratégico 2023-2027, que espera expandir o 5G *steady low* para 57% da população até 2027. No diapasão previsto pela agência, todos os municípios com mais de 200 mil habitantes só estariam completamente cobertos por rede 5G em julho de 2026. Portanto, dentro de três anos.

Embora reconheça as dificuldades do processo, creio que essas metas sejam tímidas e insuficientes. Ora, todos os dias, nós tomamos conhecimento de inovações que dependem de redes mais ágeis e confiáveis. Assim, caso o Brasil espere demais, novamente perderá a oportunidade de aumentar a sua competitividade e melhorar o estado geral da nossa economia. Em outra frente, faz-se necessário agilizar as discussões sobre os limites éticos da adoção de tecnologias disruptivas e sobre as oportunidades que elas descortinam.

Novidades como a inteligência artificial generativa podem acarretar, ao mesmo tempo, a mitigação de problemas sociais crônicos e um imenso corte dos postos de trabalho formais. Tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai depender da velocidade e da intensidade com que forem inseridas no cotidiano dos contrapesos que nós agentes públicos introduzirmos nesse contexto.

Conceitualmente, as intervenções do Estado se justificam quando há reais necessidades da sociedade. Ocorre que, nos dias atuais e em determinados campos, a linha que delimita o interesse comum está ficando tênue e volátil. Precisaremos, então, de esforços harmonizados junto à opinião pública para delimitar o tipo e o nível de intervenção que os poderes públicos deverão adotar nesses cenários inéditos.

Equilíbrio é, ao meu sentir, a palavra-chave. Não podemos ser restritivos a ponto de atrapalhar o progresso técnico-científico, nem permissivos o suficiente para arriscar uma perda de controle da situação. A transição digital precisa ser levada a cabo, mas nós devemos criar salvaguardas para a população mais vulnerável.

Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados presentes, quero abordar ainda a questão dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que no Brasil seguem sendo muito baixos. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, o Brasil investiu em 2019 apenas 1,1% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento. À guisa de comparação, lembro que, no mesmo ano, os Estados Unidos investiram cerca de 3,1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento; e a Coreia do Sul, incríveis 4,6%.

Parece claro que o Estado brasileiro ainda não compreendeu seu papel no fomento à inovação. Por óbvio, essa não é uma missão exclusivamente estatal. Muito pelo contrário, nos países mencionados há grande parcela de dispêndios privados. Ocorre que uma ação mais proativa dos governos na indução desses investimentos costuma ter significativos efeitos multiplicadores. Em outras palavras, não precisamos que o Estado brasileiro, a meu ver, se torne perdulário em mais uma seara, mas tampouco podemos aceitar a inércia em ações que podem representar a diferença entre uma nação moderna, próspera, e um país estagnado.

Por fim, quero tratar da questão da popularização e da promoção do ensino da ciência. Sou sabedor das dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro e admito que elas se manifestam em praticamente todas as disciplinas da nossa anacrônica grade curricular. Prova disso é uma vexatória matéria publicada esta semana, segundo a qual nosso Brasil ficou em uma das últimas colocações em teste internacional de alfabetização realizado em 65 nações. Constrangidos, constatamos que o modelo de educação brasileiro como um todo precisa ser urgentemente remodelado.

Todo esforço em favor da ciência brasileira será recompensado pelo destino, pelas novas gerações, e há bons caminhos para fazermos isso acontecer. Naturalmente, o melhor caminho se trata do diálogo e da busca de consenso e da incorporação, nas políticas públicas, de tudo aquilo que nós precisamos para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nobres pares, a Ministra Luciana foi convidada para falar das ações planejadas por sua pasta para o próximo biênio.

Encerro as minhas palavras lembrando a todos que dois anos parecem pouco tempo, mas, em se tratando de tecnologia, muita coisa acontecerá. Dessa forma, peço celeridade em todas as medidas aqui debatidas. Essa premência não é imposta por mim nem por ninguém, mas pela marcha dos acontecimentos. É agir ou perder o chamado trem da nossa história.

Muito obrigado.

Aos Senadores que desejarem participar do debate, a lista de inscrições está aberta, bastando apenas se identificar.

Passamos, portanto, neste momento a palavra à Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos, para suas considerações, por 30 minutos.

Ministra, muito bem-vinda mais uma vez! Muito obrigado pela presença.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Sou eu quem agradeço, Presidente Senador Carlos Viana, Presidente da Comissão de Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado. Agradeço também o convite feito pelas outras duas Comissões.

Saúdo o Senador Izalci Lucas, com quem partilhei muitos momentos na Comissão de Ciência e Tecnologia na Câmara dos Deputados; o Senador Randolfe.

Muito obrigada pela sua presença.

Senadora Teresa Leitão, minha conterrânea, primeira mulher Senadora do nosso estado; Renildo Calheiros, nosso Deputado Federal, meu camarada; Eron Bezerra, que também já foi Deputado Federal no período de 2011-2015 e de 2015-2019; nosso Secretário Executivo Luis Fernandes; Fabio Larotonda, Secretário da Seppe, de programa estratégico, pois a Márcia está em viagem interacional; Inácio Arruda, que é Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social, que cuida da popularização da ciência; Henrique, que foi Senador aqui desta Casa; Henrique Miguel, que é o Secretário de Transformação Digital; Ricardo Galvão, Presidente do CNPq, que está aqui presente; Carlos Moura, Presidente da Agência Espacial Brasileira, muito obrigada pela presença.

Regina Célia, do Cemaden, do MCTI; Rosilda Prates, Presidente da P&D Brasil; Wadson Ribeiro, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste, da Finep; Ruben Delgado, Presidente da Softex; Fábio Guedes, Secretário Executivo da ICTP.Br; Rubens Diniz, Chefe do meu gabinete; Edvaldo, Chefe da Assessoria Especial, muito obrigada pela presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, é um prazer e uma honra maior ainda estar aqui nesta Casa para poder estabelecer este diálogo tão profícuo e tão necessário, num momento tão decisivo em que vive o mundo e vive o Brasil.

Obrigada, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu sou um velho companheiro dela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Está andando com comunista, não é, Amin?

A SRA. LUCIANA SANTOS – Sempre andou lá na Câmara, não é, Amin?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Senador, obrigado também pela sua presença.

Eu penso que, como bem expôs aqui na sua intervenção inicial o Presidente da Comissão, o Brasil está diante de grandes desafios.

Nós entendemos o tempo político que isso exige, a celeridade para poder, o Brasil, de fato entrar nas cadeias mais dinâmicas da economia global e das necessidades brasileiras.

Para isso, nós precisamos elevar os patamares de crescimento econômico. O problema do crescimento econômico é uma questão de desafio mundial. A média dos últimos três anos de crescimento no mundo é na casa de 3,5%, isso devido a um histórico recente da crise de 2008 no centro do capitalismo, nos Estados Unidos, depois acompanhado da covid, da guerra da Ucrânia Isso tudo são fatores que determinaram um rearranjo da própria lógica do desenvolvimento e do crescimento.

E a convicção, Presidente, que move o Presidente Lula e que move o nosso Governo é a de que nós precisamos nos reinserir nessa cadeia mundial com as possibilidades que nós temos. Nós somos um país de vocações infinitas, ainda nem sequer mensuradas, seja por conta do nosso potencial agrário, do nosso solo, seja pelas reservas de água doce que nós temos, das mais importantes do planeta, pela extensão do nosso litoral, pelo clima, pelos biomas, que são biomas diversos, pela nossa diversidade...

Então tudo isso e, principalmente, embora a gente tenha muita intolerância – quer dizer, não chega a ser uma intolerância, você pode dizer que existe muita discriminação, muito preconceito –, nós somos um povo que construiu um país miscigenado uno, e isso é um legado importante que, ao longo do tempo, o Brasil conseguiu estabelecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E todas as vezes em que a gente teve a possibilidade de dar oportunidades às pessoas, aos homens e às mulheres do nosso país, foi possível ver resultados extraordinários.

Então acho que são variáveis que determinam um país de muitas perspectivas, desde que a gente tenha uma política ousada, norteada pelo crescimento, pela busca do enfrentamento da desigualdade, que é uma das mazelas mais terríveis e inaceitáveis que o Brasil vive. Nós não podemos achar que é natural esse paradoxo de estarmos... Já estivemos entre as dez economias do mundo, no entanto amargamos ser um dos países mais desiguais do planeta.

E, quando se trata das nossas posições no que diz respeito à produção do conhecimento, nós somos também uma grande potência mundial. Estamos no *ranking* do 12º país do mundo em produção de *papers*, o que significa uma base científica à altura dos desafios nacionais, uma base científica de qualidade, dos seus institutos de ciência e tecnologia, das suas universidades.

É nas universidades públicas que são produzidas 90% das pesquisas do país, mas o grande paradoxo, Presidente, Senador, é que nós estamos na 57ª posição em inovação, o que significa que esse conhecimento não se realiza, não se traduz em processos e produtos que melhorem, que impactem a vida do povo brasileiro.

Então, nós estamos focados nisso.

Eu tenho dito, sistematicamente, que o entendimento que nós temos é de que a ciência e a tecnologia não são uma ação isolada, ou de uma ilha, do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da base científica e acadêmica. Elas são um instrumento, uma ferramenta de Governo, que vai ser transversal. Não há como enfrentar a fome sem usar a ciência, não há como buscar a retomada da atividade econômica sem uma reindustrialização contemporânea que nos coloque, o Brasil, na nova industrialização.

Então, o último Plano Nacional de Ciência e Tecnologia se deu em 2012. São mais de dez anos do último plano, e lá estão 13 eixos estratégicos. Quando nós olhamos, daqueles 13, de dez anos atrás, nós temos que os desafios do mundo todo passam por aquilo: a transição energética; a transformação digital, que o Senador bem pontuou; o desafio da agenda das mudanças climáticas... Também a ciência tem que estar a serviço do combate à fome...

Então, são desafios múltiplos e temos a convicção de que nós estamos, mais do que nunca, instados a enfrentar isso com este conceito de ação múltipla que reúna vários ministérios. Esse exercício a gente tem feito nesse período bem curto.

Então, eu passo à apresentação, Presidente, com essas considerações iniciais, para que a gente seja mais objetivo quanto ao que foi realizado durante pouco mais de quatro meses em que estou à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aí está a estrutura organizacional do nosso ministério. Cada caixinha dessas tem um conjunto de atribuições. A novidade é que nós temos uma secretaria executiva, quatro secretarias, e temos a Finep, que é a nossa agência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, a Agência Espacial Brasileira e a Cnen, que é a nossa Comissão Nacional de Energia Nuclear, que são tesouros do patrimônio da ciência e tecnologia brasileira.

Na Secretaria Executiva, nós criamos essas novidades. Aliás, uma novidade foi a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia. Ela não existia, e, pela importância estratégica que tem o Bioma Amazônia, nós colocamos essa subsecretaria.

Também a Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social não existia e a retomamos. Ela já existiu anteriormente, e nós a retomamos, porque entendemos que ciência e tecnologia precisam ser compreendidas. Mais do que nunca é preciso afirmar o óbvio: a ciência é algo necessário e natural para se resolver os problemas do dia a dia, do cotidiano do povo brasileiro.

Pode passar.

É esta a compreensão que a gente tem: a ciência é pilar do desenvolvimento nacional e precisa ser política de Estado. Por exemplo, eu quero fazer aqui um elogio especial aos servidores de carreira do Ministério da Ciência e Tecnologia, que são excelentes funcionários e têm garantido uma permanência na política de ciência e tecnologia do ministério. (*Palmas.*)

Então, a gente está focado, emergencialmente, na recuperação da capacidade científica, na medida em que muitos laboratórios e muitas universidades passaram por um período de cortes muito fortes e estão com seus laboratórios e equipamentos em condições precárias. Nós estamos tomando medidas, junto com o Ministério da Educação, para recuperação e financiamento do custeio e da manutenção desses laboratórios e equipamentos.

Também já estabelecemos, através de uma portaria, as novas diretrizes para este momento da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 23 a 30. Esses eixos e diretrizes deverão orientar nossa atuação porque nós queremos, até...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Aliás, no ano que vem, em 2024, nós vamos realizar, no primeiro trimestre, aliás, no primeiro semestre, a nossa Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, porque há dez anos que ela não acontece, e é preciso fazer essa ampliação do diálogo.

Por isso, já passo aí para a ampliação do diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos feito uma agenda intensa com a comunidade científica e com a comunidade acadêmica, realizamos pelo menos 216 reuniões com diversos setores da sociedade, além de visitarmos vários institutos de pesquisa, como o CNPEM, ou mesmo laboratórios da iniciativa privada, como a Embraer, líder, no mundo, na produção de aviões, sejam de defesa, sejam comerciais, também um orgulho nacional, tenho visitado instalações de ciência e tecnologia públicas e privadas nessa perspectiva de buscar cada vez mais essa interação entre a produção científica e o setor produtivo. Também reestruturamos o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, através de um decreto do Presidente Lula. Havia muitas reclamações de uma baixa representação dos setores mais amplos da comunidade científica e acadêmica e de tecnologia, e, no período em que o Presidente Lula foi Presidente, ele fez questão de participar das reuniões do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, e ele reitera esse compromisso da participação.

Pode passar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – A reintegração do fundo, né?

Esse também, Senador e Presidente, eu considero um dos principais feitos desse primeiro período, porque o fundo nacional de ciência e tecnologia sofreu um corte drástico. Nesse último período, não se realizou plenamente o uso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Há até uma lei que foi aprovada nesta Casa, no Congresso Nacional, que impede o contingenciamento da ciência e tecnologia. Então, no ano passado, acabou saindo uma medida provisória do Governo Federal que contingenciou o fundo até 2026. A opção que o Presidente Lula fez foi por esperar que a medida provisória caísse por decurso de prazo, e nós, então, pudemos, através de um PLN, que já foi aprovado por esta Casa, recuperar R$4,18 bilhões do fundo. Então, hoje isso é motivo de grande festa na comunidade científica e acadêmica e do setor produtivo também, que trata com inovação, poder contar com R$9,96 bilhões em 2023.

E mais: nós conseguimos que a parte que é não reembolsável pudesse ser praticada tendo como indexador a taxa TR, 2%. Com isso, nós conseguimos tornar mais atrativo para o setor produtivo a captação de recursos do fundo. Isso tudo são questões já realizadas durante esse período.

Pode passar.

O concurso público.

Também há dez anos não se realizava concurso público no Ministério da Ciência e Tecnologia. Com isso, nós estávamos com uma situação muito grave de pesquisadores nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institutos, de evasão de cérebros. E há um conjunto de situações que, na prática, significa que naquilo que é uma parte fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e da ciência, que são as pessoas, os pesquisadores e pesquisadoras, nós estamos com um déficit enorme. Então nós vamos fazer esse concurso público, que é o primeiro concurso público autorizado pelo Governo Lula, e o edital prevê 296 vagas para Analista em Ciência e Tecnologia; 253 para Pesquisador; e 265 para Tecnologista.

Pode passar.

O reajuste das bolsas – aqui é tudo na base dos dez anos: foram dez anos também sem reajuste das bolsas.

Esse reajuste foi também motivo de muita euforia por parte daqueles que se esforçam para seguir a carreira científica. Os pesquisadores têm dedicação exclusiva, então isso exige uma valorização do seu papel. Nós reajustamos, então, as bolsas, medida que representa investimento na casa de 2,32 bilhões na pesquisa científica, com correção dessa defasagem de dez anos. São 4,5 mil novas bolsas que foram implementadas e, com isso, nós estamos garantindo 150 milhões para o fomento à pesquisa científica. Então nós estamos nesse esforço de também...

Neste ano, Presidente, nós vamos conceder mais 10 mil novas bolsas, ou seja, além do reajuste, nós vamos garantir uma ampliação de bolsas, porque há uma grita geral pela necessidade de mais bolsas, de iniciação científica à produtividade, que é praticamente o fim da carreira. Então essa também é uma das questões em torno das quais existia uma expectativa por parte da academia.

Pode passar.

Outra preocupação nossa é a participação das meninas e mulheres na ciência. As mulheres já são a maioria das acadêmicas.

Muito obrigada por sua presença, Senadora Damares.

Nós, além de sermos mais da metade dos estudantes nas universidades, também temos uma forte presença nas bolsas de iniciação científica – somos 60% das bolsas de iniciação científica –, mas somente 35% terminam nas bolsas de produtividade. Então qual é o grande desafio da gente? Garantir a permanência dessas cientistas nos ambientes de pesquisa. E, com isso, tem várias questões da vida das mulheres que impactam as opções, as escolhas, que são legítimas, da maternidade, do cuidado com os idosos, e isso acaba recaindo sobre a responsabilidade das mulheres, e com isso muitas delas interrompem, e as pontuações não consideram essa especificidade. E nós vamos modificar isso numa perspectiva de garantir que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elas não tenham prejuízo pelo fato de ser mãe; muito pelo contrário, elas precisam ser valorizadas pelas opções que fazem.

Então achamos também, para além da igualdade de direitos e oportunidades, quando defendemos a participação feminina na ciência, nós estamos falando, viu, Amin, de excelência também, a participação dessa diversidade garante mais excelência na universidade da produção científica.

Pode passar.

Apoio e inovação. Exatamente em função desse crédito da taxa TR, foi possível liberar 1 bilhão até 14 de abril, ou seja, a execução do Fundo Nacional, que ficou robusta agora, nós estamos conseguindo fazê-la com celeridade. Metade dele aqui pode ser não reembolsável. Então nós já fizemos até 14 de abril aportes de 1 bilhão de créditos para inovação no Brasil. O volume chega a ser mais que o dobro do valor desembolsado no ano anterior. Então, nessa primeira leva, nós apoiamos projetos inovadores de empresas no agronegócio, nos alimentos e nos combustíveis sustentáveis.

Na indústria aeroespacial, eu participei semana passada, em São José dos Campos, que é o principal parque tecnológico aeroespacial, tive também a honra de conhecer o Inpe, do nosso Prof. Ricardo Galvão. Lá nós assinamos um contrato de 360 milhões para o desenvolvimento da tecnologia e estratégia na área aeroespacial. Nessa importante subvenção econômica – ou seja, esse não é recurso reembolsável, é subvenção econômica, sem contrapartida –, nós vamos garantir com isso a área tanto aérea quanto espacial, serão as duas. Os dois principais projetos são: propulsão mais sustentável ambientalmente para os aviões, para a aviação do futuro, como a elétrica, navegação não tripulada e mais autônoma; e também um edital de satélite de pequeno porte de observação da terra, mas de alta resolução, que é com o Visiona Tecnologia Espacial. Com ela nós vamos poder garantir uma tecnologia inovadora no Brasil, que é o satélite ótico também. Até agora nós desenvolvemos o satélite remoto, mas, com isso, nós vamos estar com o satélite ótico.

Pode passar.

Nós tivemos semana passada a primeira reunião do grupo de trabalho interministerial, com participação do Mdic, que é da indústria e comércio, do MCTI e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Programa Mais Alimentos.

Em Pernambuco foi lançado o PAA, que é a compra de alimentos da agricultura familiar. E nós, a partir disso, junto com o Mdic, estamos procurando financiar inovação nos equipamentos e máquinas de menor porte para a agricultura familiar. E, com isso, agregar valor e facilitar não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só a produção, mas também a própria comercialização desses produtos. Então, é a ciência também a serviço do combate à fome.

Pode passar.

Semicondutores. Os semicondutores, como nós sabemos, principalmente depois da guerra da Ucrânia, associada à pandemia, nós tivemos uma crise de produção de semicondutores no mundo. Até por ele ser um insumo decisivo que perpassa várias cadeias produtivas, o Brasil não pode deixar de desenvolver pesquisa na área de semicondutores.

Então, nós prorrogamos o Padis até 2026, que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. O primeiro foi ainda no tempo do primeiro Governo do Presidente Lula. E ainda incluímos insumos usados na fabricação de painéis solares no programa porque, Izalci, você sabe bem, a gente até produz painel fotovoltaico, mas a gente importa os insumos, os semicondutores, que são elementos contidos no painel fotovoltaico para o seu devido funcionamento.

Então, a gente, além de incentivar a indústria e gerar emprego, reflete o compromisso do nosso Governo com a matriz energética limpa e com a agenda da transição energética, em que o Brasil é líder. Como sabem, nós temos 87% da nossa matriz energética limpa ou renovável, mas nós não podemos perder a liderança da inovação tecnológica, que acontece com muita velocidade nessa transição energética.

Então, nós também estamos nesse grupo de trabalho para atualização.

Estão chegando bastantes Senadores. Senador Wellington Fagundes, eu agradeço pela presença. O nosso Senador Confúcio Moura, que eu agradeço pela presença, da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Senador Rodrigo Cunha, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O Senador Chico Rodrigues, da Comissão de Ciência e Tecnologia. A Senadora Damares, que eu já cumprimentei, e o Senador Esperidião Amin, a quem também já fiz os devidos cumprimentos.

Então, ainda nos semicondutores, pode passar.

Também o Senador Fernando Dueire, outro pernambucano, do MDB de Pernambuco. Obrigada pela presença, Senador.

Nós revertemos a liquidação e retirada da Ceitec da lista das privatizações. Já havia um investimento na casa de quase 1 bilhão para a formatação daquela fábrica, que é em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. E nós estamos com o liquidante lá para não liquidar, que é um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Gadelha, que é um especialista na área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos um grupo de trabalho interministerial para estudar as alternativas do uso e o foco dessa produção, porque existem semicondutores de alta complexidade e média complexidade, e a Ceitec já tinha ocupado espaços da metade do mercado para *chips* veiculares, para as estradas e rodovias privadas do país, e eles tinham ocupado metade do mercado de *chip* veicular. E também eles desenvolveram um *chip* que é genuinamente uma necessidade nacional, para as doenças típicas da pecuária brasileira, para monitoramento pecuário. Além dos passaportes.

Então há uma experiência, principalmente na formação de engenheiros nessa área, que infelizmente, na liquidação, se evadiram...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – ... porque são profissionais muito especialistas na área, mas nós estamos fazendo uma espécie de comitê de busca proativo, para atrair novamente esses cérebros, porque essa é a parte mais longeva dos investimentos que dão resultados, que é a inteligência. E esse é um desafio que está posto aí para a gente.

Pode passar.

Também a gente fez um... Estamos fazendo, não é? O Presidente Lula, como todos têm assistido, tem feito uma reinserção muito forte internacional, enxergando que, muitas vezes, é nesse contraditório de um mundo em crise e em transição que você aproveita uma janela de oportunidades, fazendo, com as devidas proporções, o que fez, por exemplo, no Governo de Getúlio Vargas, no fim da Segunda Guerra Mundial, em que atraiu a Companhia Siderúrgica Nacional para o Brasil e outras estruturas potentes de infraestrutura brasileira, que fizeram fortes investimentos no setor produtivo do nosso país, nos parques tecnológicos também.

Então nós retomamos e assinamos, na Argentina, o Reator Multipropósito Brasileiro. Ele tem uma importância muito grande, porque ele é importante para o desenvolvimento de radioisótopos, que é um tipo de elemento químico muito usado tanto na medicina, na indústria, na agricultura, no meio ambiente, ou seja, na ciência nuclear de uma maneira geral. Esse reator será implantado em Iperó, São Paulo, num investimento de US$500 milhões.

Pode passar.

Também nós demos continuidade ao mais longevo programa de satélites que nós temos no país. A parceria com a China começou com Renato Archer, quando era o primeiro Ministro da Ciência e Tecnologia, na década de 80. É a principal constelação de satélites que a gente tem. E agora reativamos para desenvolver o Cbers-6, que é uma nova tecnologia de abertura sintética, que permitirá a geração de dados em qualquer condição climática, através das nuvens. Todos sabem a importância que o satélite tem. Ele é capaz de fazer imageamento da Terra, e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequência, do próprio território brasileiro, para o monitoramento do desmatamento não só da Amazônia, mas de todos os biomas. Nós estamos, inclusive, no Inpe desenvolvendo programas e organizando pesquisadores bolsistas para poder, também, ampliar o foco do monitoramento no Cerrado brasileiro e em outros biomas nossos.

Hoje, pela importância que a Amazônia tem, nós estamos com esse monitoramento quase que diário do desmatamento da Amazônia. Ele também serve para o monitoramento de queimadas, dos recursos hídricos, das áreas agrícolas, do crescimento urbano. Portanto, é uma ferramenta de política urbana para as cidades brasileiras, para as cidades metropolitanas, da ocupação do solo e dos desastres naturais que têm acontecido com frequência exatamente por conta das mudanças climáticas.

Pode passar.

O Sirius é outra pérola. O Sirius é o maior complexo de infraestrutura de pesquisa do país. É no CNPEM. Quem imaginou isso, lá atrás, foi o nosso famoso físico Rogério Cerqueira Leite. Ele só tem dois... Esse tipo de equipamento, de quarta geração, só existe em dois locais do planeta, fora o Brasil: Suécia e França. Ele é capaz de produzir luz, que é a chamada luz síncrotron, que possibilita que a gente analise a matéria em escala microscópica, possibilitando, portanto, o conhecimento melhor não só das composições dos seres vivos, da fauna, da flora, numa perspectiva de resolver questões do dia a dia do cidadão, de doença a soluções na indústria. É hoje um celeiro também de inversão: ele atrai cérebros, pela potência que é, na medida em que só existem três no mundo de alta geração.

O próximo passo será fazer o laboratório de biossegurança B4 acoplado ao síncrotron, que será o único no mundo e trará, portanto, uma explosão de pesquisa muito estratégica para a missão industrial nessa diversidade que proporciona.

Pode passar.

Para o Sirius, só para completar, nós liberamos, este ano, 112 milhões, para o funcionamento dessas novas linhas de luz do Sirius, porque elas funcionam em seis estações de luz. Nós, rapidamente, poderemos chegar a 14, e o Sirius tem potência para estabelecer 36 estações de luz.

As ações futuras.

O MCTI está mobilizando todos os instrumentos de que a gente dispõe para implantar projetos estruturantes, modernizar a infraestrutura do país, transformar esse conhecimento, cada vez mais, em riquezas, como eu falei anteriormente, através de inovação, retomar o crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico, criar oportunidade de emprego e renda e ampliar o acesso da população aos benefícios da ciência e tecnologia.

Então, pode passar.

E com isso – ainda fazendo um comentário sobre a imagem anterior – a gente está, nesses eixos estratégicos, exatamente cuidando destes assuntos que são pautas nacionais: saúde, defesa, alimentos, energia. E, para isso, a gente estabeleceu essa nova estratégia de ciência e tecnologia numa portaria que saiu este mês.

O primeiro eixo é a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; e ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. Esses são os quatro eixos que nós estabelecemos em portaria.

Então, desenvolvendo um pouco dos eixos.

Pode passar adiante.

Nesse em que o Senador deu bastante ênfase, que é o da transformação digital, sobre o qual o Senador Carlos Viana falou aqui no início, a gente tem, de fato, um déficit enorme de profissionais nesta área. Esse não é um fenômeno só brasileiro. No mundo, há déficit desses profissionais. Mas nós temos a capacidade de responder a isso pela estrutura das universidades. Nós temos muitos centros de informática, não só nas universidades como nos IFs, que vão ser capazes de formar em escala, em vários estágios – desenvolvedores de *softwares* mais complexos, menos complexos –, contanto que a gente tenha um resultado de ter velocidade. Há cursos de dois anos e meio que formam, desde que a pessoa já tenha passado pelo Enem. Em dois anos e meio, forma-se tecnólogo de ensino superior, que, se atuando diretamente na indústria ou num determinado desafio objetivo na área de *software*, rapidamente aprende.

Por isso que a gente tem o Programa Residência em TIC, em que você vai aprendendo como se você estivesse dirigindo o carro e trocando o pneu ao mesmo tempo. Você vai aprendendo a teoria, enfrentando um desafio concreto e, com isso, você forma gênios que são carregados para fora do país. E isso também é a nossa diversidade. Mas o déficit de profissionais nessa área chega a 100 mil profissionais, e se calcula que, em 2025, nós vamos chegar a 500 mil. E nós precisamos avançar nessas tecnologias emergentes.

O fenômeno da inteligência artificial, a capacidade, com os algoritmos, de como as máquinas funcionam, com o raciocínio e com a repetição em escala muito grande por conta da base de dados e da capacidade de processá-los muito rapidamente, é um fenômeno fantástico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que faz com que os diagnósticos de doenças se deem através da inteligência artificial. E nós precisamos dominar bem e desenvolver muitos programadores na área da inteligência artificial.

A segurança cibernética é outro desafio mundial e, para isso, nós precisamos ter gente capacitada. A computação quântica...

Eu, quando fui, a convite do movimento empresarial para a inovação, em Oxford, fiz questão de conversar com os nossos bolsistas que estão fora.

Por exemplo, uma menina, de vinte e poucos anos, já estava contratada por uma grande empresa de *software* na Inglaterra; dois meninos estavam estudando física quântica e até topam voltar para o Brasil; e, assim, as pessoas que têm essas oportunidades – no mundo todo – procuram segurar essa inteligência. E nós temos que criar uma cultura de eles, de alguma maneira, interagirem com a nossa rede de pesquisa e interagirem com desafios brasileiros. Então, esse é um assunto contemporâneo, da nova indústria, em que nós precisamos, como dizemos lá em Pernambuco, entrar "de com força", com metas, com objetivos, com investimentos, para poder garantir, dentro dos prazos exequíveis, uma maior capacidade de formação nessas áreas mais estratégicas.

Por exemplo, o embarque digital, uma experiência pernambucana... Eu falo muito da experiência pernambucana, porque, além de ter sido Prefeita da minha cidade, Olinda, eu fui também Vice-Governadora até o ano passado. Então, lá é desenvolvida, pelo Prefeito do Recife, João Campos, uma experiência de embarque digital, junto com o Porto Digital, que é um parque tecnológico muito reconhecido nacionalmente. Em dois anos e meio, formam-se alunos e alunas que tiram as melhores notas no Enem, com corte racial. Metade das vagas são de jovens negros ou negras, e, com isso, em dois anos e meio, a gente forma e, rapidamente, já praticamente estão no mercado, com salários iniciais muito acima da média dos salários que a gente vê na lógica dos salários do mercado de trabalho brasileiro.

Pode passar a transformação digital.

Aí, sobre inteligência artificial, nós somos os responsáveis por implementar a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, que são dos principais suportes da transformação digital. E também a gente tem entendimentos com o Senado aqui e órgãos de governo para a construção de um marco legal da inteligência artificial. Nós achamos que é muito importante esse debate realizado aqui no Senado, que alinha a inovação ao desenvolvimento de novas tecnologias que podem se tornar uma base decisiva para a competitividade nacional. Então, a gente, nesse esforço, fomenta o ecossistema e apoia também novos negócios, que acontecerão de maneira muito rápida com o uso da inteligência artificial. Também a gente vai estruturar e operacionalizar o observatório brasileiro da transformação digital e da Inteligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Ainda, Senador, na parte que o senhor bem pontuou, da conectividade, nós temos a RNP, que é a maior base de infraestrutura de fibra ótica brasileira, que foi desenvolvida ainda, no ciclo político, no primeiro Governo Lula. Através da RNP, nós podemos ampliar muito, porque ela é uma base muito forte e estruturada de fibra ótica e, a partir dela, fazer investimentos de conectividade, inclusive modificando muitas tecnologias, porque são das antenas de fibra ótica. Mas há uma diversidade muito maior de possibilidades que nós estamos buscando, principalmente para os locais mais longínquos do país, para interiorizar a conectividade, porque sem ela não há digitalização de saúde, não há digitalização da educação, não há como os jovens e as pessoas acessarem a internet.

Ou seja, esse é um desafio estruturante, e nós vamos, junto com o Ministro Juscelino, dispor da nossa RNP; tem o dinheiro do Fust, que é um recurso que é decidido em parceria com o Mdic também, mas principalmente com o Ministro das Comunicações, o Juscelino, e nós podermos ter metas conjuntamente com o Ministério da Comunicação, para garantir essa grande infraestrutura que é necessária.

Então, a gente interage muito com o debate da conectividade, seja por conta da RNP, seja por conta das novas tecnologias, e ainda gerenciamos, junto com o Ministério da Educação, os recursos do Fust, que são determinados como financiadores da conectividade brasileira.

O complexo industrial de saúde...

Pode voltar.

O Complexo Industrial de Saúde é outro grande desafio brasileiro. Nada mais nada menos, o Brasil tem, no seu déficit da balança comercial, US$20 bilhões incluindo equipamentos, remédios e insumos.

Eu estive com a Ministra Nísia, por exemplo, na Hemobrás, que é uma das linhas de medicamento que nós não temos – nós não temos IFA. Nós temos capacidade de produzir vacina, como aconteceu no Brasil. O Butantan, junto com a CoronaVac, fez uma cooperação internacional e desenvolveu a vacina CoronaVac com os chineses; o nosso Fiocruz desenvolveu com a Inglaterra, pela Oxford, a AstraZeneca. Mas a gente teve que importar o insumo farmacêutico ativo – mundo todo fez isso – da Ásia, da China, da Índia. E nós já produzimos IFA, e nós temos inteligência para produzir. Então, nós estamos decididos a tirar essa dependência dos IFAs e também dos hemoderivados. Na cadeia dos hemoderivados, chega a ser de 1,5 bilhões a importação só na cadeia de medicamentos oriundos do plasma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil tem uma tradição muito grande de doação de sangue, são 3 milhões de brasileiros que doam sangue, por conta dos hemocentros. E nós estivemos lá e estamos comprometidos em financiar pesquisas na área de plasma, porque nós podemos produzir as nossas hemoglobinas, nós podemos produzir medicamentos que são decisivos para a imunodeficiência dos pacientes, para várias necessidades, e a Hemobrás também é um patrimônio e está entre esses desafios da saúde brasileira.

Também nós temos a Opas. O Presidente da Opas hoje é o Jarbas Barbosa, que também já foi presidente da Anvisa. E há um entendimento da Ministra Nísia comigo para a gente poder fazer uma espécie de *hub* do IFA, produzir IFA e exportar para a América Latina e para a África. Então, é por isso que está aí a Rede Proifa.

Pode passar.

Então, tem as chamadas públicas para 2023. Como o fundo nacional de ciência e tecnologia foi recomposto recentemente, na quinta-feira nós faremos a primeira reunião do conselho do fundo, e, em junho, nós estaremos para fazer as novas chamadas públicas.

Então, entre as prioridades, estão estas: o Proifa, que eu acabei de falar, que são os insumos farmacêuticos ativos; a Rede Vírus para a influenza aviária; em saúde mental; em síndrome de Down, por conta da importância de a gente ter proatividade nas políticas assistidas, que é uma responsabilidade inclusive da secretaria de Inácio, o ex-Senador; também a cadeia de hemoderivados; e em todas as outras que nós vamos pactuar com o Ministério da Saúde, porque hoje nós reativamos o grupo executivo do Complexo Econômico Industrial da Saúde, no sentido de consolidar essas políticas. Então, é coordenado pelo Ministério da Saúde, mas nós temos uma parceria no desafio de diminuir a nossa dependência nessa importação de medicamentos e equipamentos na área de saúde.

Podemos avançar.

O clima.

A gente tem duas ferramentas muito objetivas: o Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões (Sinapse), que é uma ferramenta oficial nossa, que é capaz de projetar cenários e efeitos da movimentação de políticas públicas, com a redução da emissão de gases de efeito estufa; e também o Adapta Brasil, que é uma outra plataforma que apresenta informações sobre o risco e o impacto climático para todos os municípios brasileiros. Os dados permitem que os gestores público–privados considerem o risco de impacto climático nos projetos.

Então, a gente tem também a missão de elaborar o inventário nacional. Na semana passada, nós anunciamos o novo inventário para o próximo ano, para a gente produzir dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inequívocos, científicos, na direção de a gente informar os estados e municípios quais são as principais atividades que impactam em cada região em produção dos gases do efeito estufa. Então, essa é uma grande agenda mundial até.

Podemos passar.

Os desastres naturais.

A gente também está expandindo, porque isso dialoga com a questão do clima. Os desastres naturais sofrem os efeitos das mudanças climáticas, do aumento da temperatura, do movimento dos oceanos, das enchentes, dos morros onde há um encharcamento, por conta das quantidades de chuvas. Mas é claro que isso é uma combinação entre os eventos climáticos e as condições subnormais em que vivem as concentrações urbanas. Mais de 80% população brasileira vivem nos centros urbanos e vivem em condições subnormais – ou em morros ou em alagados.

E nós temos que atuar em várias direções, na retomada de infraestrutura por parte do Ministério das Cidades, que também foi retomado no Brasil, para saneamento básico, para encostas, para dragagem dos rios, etc. E nós, com a tecnologia para poder aperfeiçoar o nosso sistema de alerta. O Cemaden foi criado no Governo Dilma, depois dos acidentes no Rio de Janeiro, no Serrano. E nós vamos ampliar, até o final do nosso mandato – é a nossa meta –, para 1.835 municípios o Sistema de Monitoramento e Alerta. Isso vai corresponder a 70% da população brasileira, mas é exatamente a parte mais adensada, onde ficam os centros urbanos e onde há os maiores riscos de perda de vidas, que é o nosso objetivo.

Então, nós vamos também lá no parque tecnológico de São José dos Campos, onde fica o Cemaden, exatamente por conta dos equipamentos usados de monitoramento dos satélites. Mas também nós temos equipamentos de estações geológicas e hidrológicas que são usadas em terra, para os quais a gente está fazendo um grande esforço não só para inovar, mas também para financiar.

O hidrogênio verde.

Vou passando, já.

O hidrogênio verde é uma espécie de estrela do momento para a transição energética. O hidrogênio verde hoje está hoje para a transição energética como esteve o etanol lá atrás. Como disse anteriormente, nós somos líderes mundiais na matriz energética renovável, limpa, mas para mantê-la nós temos que apostar efetivamente naquilo que está em evolução contemporânea. O hidrogênio é uma dessas matrizes energéticas brasileiras importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no programa nacional, a gente trabalha para fortalecimento de base científica e tecnológica. Temos 13 laboratórios muito focados no Nordeste, porque parte do processo químico de separação do oxigênio do hidrogênio é por fotólise, e por isso a luz e a vocação natural que nós temos da incidência de luz no Nordeste facilitam a elaboração dos laboratórios quando não se faz só por eletrólise. Com isso, a gente tem uma capacidade de, a partir disso, enfrentar as assimetrias regionais também, a desigualdade regional, que é muito grande na base científica e tecnológica brasileira.

Pode passar.

A popularização da ciência. Nós hoje teremos o maior orçamento da história na popularização da ciência. Nós achamos que é uma necessidade haver o convencimento da importância da ciência na vida das pessoas. Nós já anunciamos o edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que acontecerá em outubro deste ano, e vamos incorporar a agenda do Ministro Camilo com o Presidente Lula, que acabou de anunciar escola em tempo integral, Senadora Teresa – que é especialista nessa área da política da educação. Nós vamos, no tempo integral, fazer os laboratórios *makers* nas escolas públicas, para poder completar a carga. Com isso, nós vamos dialogar com os arranjos produtivos locais.

Pode passar.

Por fim é importante a agenda legislativa.

Temos o projeto de lei da inteligência artificial, do Senador Rodrigo Pacheco, que nós achamos muito relevante para a gente poder criar marcos numa área que tem que ter controle, por motivos óbvios, pelo que ele impacta na mudança da vida das pessoas.

Também, os Projetos, apresentados, nºs 1.878, de 2022, e 725, que criam política para a produção e uso de fins energéticos de hidrogênio verde. Também, para nós, são projetos relevantes.

Do Senador Chico Rodrigues, proposta sobre doações aos projetos de pesquisa por instituição.

Pode passar.

Da Luisa Canziani, projeto que trata do benefício fiscal no exercício subsequente, porque a gente tem a Lei do Bem, a Lei da Informática, que são instrumentos muito importantes para o financiamento da pesquisa brasileira, que se mostraram ferramentas exitosas. Mas, muitas vezes, eles não são executados porque não podem ser usados nos exercícios subsequentes. E nós queremos apoiar esse projeto para que seja um facilitador dos investimentos na inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cern é a cooperação que a gente tem exatamente para poder inserir o Brasil num mundo, com nossos equipamentos, porque, para que o síncrotron de luz, necessariamente, tenha os efeitos do uso e do impacto no setor produtivo, a gente precisa de associar ao Cern, que nos dá esse *status* de membro associado mundial do equipamento que existe em Genebra.

Com isso, encerro aqui.

Fico à disposição.

Esqueci também de dizer, Presidente, que uma das coisas que nós estamos montando no centro do Governo é a necessidade da política de compras para o conteúdo local. Por mais que você invista na inovação, se você não tiver uma política de compras por parte do Governo, o estímulo a essa produção de inovação não se realiza. E isso significa a gente ter produção de conteúdo local como sendo também um dos pilares do nosso conceito que está movendo o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigada, Ministra, pela exposição.

Apesar de ter-se estendido, foi muito clara. Creio que todos os pontos foram elencados, principalmente pelo tamanho do desafio que esta área tem, interdisciplinar, não só na questão da tecnologia aplicada à produção industrial, à pesquisa científica, mas às questões, principalmente, da saúde e até da prevenção de desastres e catástrofes em nosso país.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores que já estão inscritos, só quero comentar que, na semana passada, eu e o Senador Rodrigo Cunha estivemos na sede do Google, em Mountain View, nos Estados Unidos, e fomos convidados, pelo Presidente do Google, para participar do lançamento dos novos *hardwares* e da nova inteligência artificial que ainda não chegou ao Brasil, um sistema que eles deram o nome de Bard e vai ser instalado no Brasil a partir do mês que vem. É um sistema posterior ao Search, bem mais completo.

Mas um dos pontos que chamou bastante a atenção em nossa reunião com o Vice-Presidente do Google, que inclusive aceitou o convite da nossa Comissão para estar no Brasil agora, no segundo semestre, ele virá para uma das audiências públicas que queremos fazer sobre inteligência artificial e trará a contribuição da empresa, juntamente conosco, na questão legal, estão muito preocupados com o marco... Mas o mais importante, num dos pontos, Ministra, é o desenvolvimento que eles já têm hoje na questão da prevenção de catástrofes quando o assunto são as enchentes, o encharcamento de terra e a possibilidade... Eles colocaram esse sistema todo à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um centro de pesquisa na Universidade Federal de Minas Gerais do Google, funciona e é bem grande inclusive, um centro que não consegue contratar 40 novos engenheiros na qualificação que eles querem, que ainda não consegue a mão de obra. Eles mesmos revelaram que a grande dificuldade do Google no Brasil hoje é contratar mão de obra qualificada para as pesquisas que querem, mas colocou à disposição todo esse sistema de satélites para o Governo brasileiro, acompanhamento e alerta. Inclusive um sistema que, quando acessado, por exemplo, todos os celulares da região podem receber um alerta específico sobre a possibilidade de enchente e tudo o mais. Isso está à disposição do Governo brasileiro para, juntamente...

O Google tem uma sede em São Paulo, que administra toda essa questão. Nós podemos até passar o resumo dos contatos de todos. Esse sistema está à disposição e é um sistema gratuito. O Google está colocando à disposição do Governo brasileiro para a prevenção de enchentes e catástrofes. Acredito que a gente possa usufruir aí de uma maneira bem mais tranquila.

Vou passar a palavra ao Senador Izalci Lucas, que logo em seguida tem que seguir para outra reunião.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Primeiro, Presidente, agradeço essa deferência, mas eu quero aqui testemunhar a nossa relação antiga, não é, Luciana?

Fomos Secretários juntos, a gente trabalhou no Consecti muito tempo, e essa luta nossa é antiga. Então, a expectativa nossa, neste momento, diante da sua atuação como Ministra, acende realmente uma expectativa muito grande de lutas nossas antigas. Assim como trabalhamos juntos também, na Câmara, no marco regulatório de ciências e tecnologia, anos e anos que fizemos essa parceria, que é um assunto totalmente apartidário.

Então, Presidente, eu até quero aproveitar. Eu sempre fui aqui, na Casa, desde quando Deputado, Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Já estivemos juntos para discutir algumas matérias, mas, hoje, as frentes estão criando, assim, uma relevância muito grande no Congresso Nacional. Ontem mesmo, tive três reuniões de frentes: a Frente da Agropecuária, que foi com o próprio Vice-Presidente a reunião, com um imenso número de Deputados, Senadores e tal; depois, à noite, tivemos o Wellington Fagundes na Frente de Logística, também quatro Ministros, e todos Senadores e Deputados – fortíssimo...

A nossa Frente de Ciência e Tecnologia ainda é muito tímida, eu não sei, mas precisamos fortalecer isso, porque é uma frente que ignora essas questões ideológicas, partidárias e tal. Então, isso ajuda muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho aqui... Todos os temas colocados aqui na apresentação são temas que a gente tem alguns anos de expectativa.

A minha maior preocupação, hoje, primeiro, e eu fui o autor da lei do não contingenciamento do FNDCT, e foi uma luta, assim... Aprovamos por unanimidade no Senado, na Câmara, foi vetado, derrubamos o veto, depois veio um PLN mudando tudo, derrubamos, mas agora eu me preocupo aqui com o arcabouço fiscal.

Então, eu queria que os técnicos, todo mundo analisasse, assim, com a lupa, não é? Porque foi excluído aqui da questão do contingenciamento, do limite aqui, vários pontos. Não está explícita a questão do FNDCT. Então dá margem para interpretar que o FNDCT poderá ser contingenciado. A gente tem que ter um cuidado muito grande, e eu peço que o ministério também analise isso, com o Líder do Governo, que também sempre foi um defensor da ciência e tecnologia, para que não dê margem nenhuma de contingenciamento. Nós sabemos a importância disso.

Parabenizo. Já mudamos, não é? Tinha um projeto, mas foi colocado, na medida provisória, a mudança da taxa, que foi fundamental; estão mudando também no BNDES, e acho isso muito relevante.

A questão dos concursos. Fiquei animado, porque eu tenho certeza que não é o ideal ainda, mas já é o primeiro passo, porque quase todo mundo já está na idade de aposentar nos institutos. E a gente não faz, não é como em outras áreas, em que você faz o concurso, vai lá, e pega ali. Não; ciência e tecnologia tem uma transição de anos e anos. Então, a gente precisa, realmente, começar a transferir para esses novos concursandos, esses novos cientistas que estão aí, para dar a experiência para eles. Então, parabenizo e vamos continuar essa luta.

As bolsas nem se fala. O reajuste foi imenso, mas o valor ainda é insignificante. Se você vê a dedicação exclusiva, a importância deles, por mais que se tenha reajustado, até 200%, ainda ficou muito abaixo do que tem que ser, mas é também um avanço.

Eu tinha várias questões aqui de perguntas, mas todas já foram contempladas: a questão da segurança cibernética, a questão do hidrogênio... Ficou faltando apenas as cidades inteligentes. Eu não sei como ficou na... Teve uma carta sobre as cidades inteligentes, não sei como ficou na ciência e tecnologia o desenrolar disso, o apoio a essa carta das cidades inteligentes.

As doenças raras, não sei até que ponto também existe, sendo tratado no Ministério, esse tema das doenças raras, que é importante para nós, e não vi na apresentação, mas fico muito satisfeito com a forma com que foi colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico, a gente sabe que isso aqui é desejo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Por exemplo, está aqui o nosso querido Chico Rodrigues, que apresentou um projeto, eu acho que agora, com o apoio do ministério, não tem nem que discutir mais, é só colocar na pauta e votar.

Mas eu queria pacificar também um outro item, que foi citado na Câmara, e que tenho dois projetos aqui, que é a Lei do Bem. Nós temos aqui no Senado, já tramitando, já foi na pauta e tiraram da pauta essa questão que foi colocada; está na Câmara também, mas é o mesmo tema... E tem um outro tema da Lei do Bem, que é permitir que as empresas do lucro presumido possam participar, porque hoje é só lucro real e, mesmo assim, tem essa dificuldade; se der prejuízo, interrompe. Não basta recurso, tem que ter regularidade nos recursos.

Então, uma coisa que já estava discutida, se tivesse o apoio do ministério e também, consequentemente, do Líder do Governo, são esses dois projetos da Lei do Bem: um é esse da Câmara, que está aqui no Senado, já há algum tempo; ou outro é essa questão das pequenas e microempresas.

Então, Presidente, basicamente é isso. Essa pauta é a nossa pauta, da frente, mas eu convido todos os Deputados que aqui estão e os Senadores a fortalecer a Frente da Ciência e Tecnologia, para que a gente possa avançar. Não adianta só discurso. A ciência depende também de recursos e ações como essas que estão aqui no plano.

Então, conte comigo. Nós vamos lutar juntos para esta pauta se tornar realidade: a importância da inovação. Amanhã, sexta-feira, estarei em um congresso, em São Paulo, da MEI, que a Ministra citou. É muito importante agregar essa MEI ao sistema de inovação.

Obrigado! Parabenizo a Ministra e estamos juntos aqui com a frente parlamentar, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Vou pedir apenas que, quando formos fazer os pronunciamentos e as perguntas, fiquemos nos cinco minutos, para que possamos ter um tempo com a Ministra sempre mais tranquila.

Ministra, a senhora quer responder diretamente ou já se sente contemplada? Fique à vontade. (*Pausa.*)

Pois não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa... Aliás, se sobretudo a nossa Ministra achar mais conveniente e V. Exa. também, pela quantidade que imagino que vamos ter de colegas Senadores que deverão inquirir e debater com a Ministra, se fosse mais prático ou didático o procedimento de bloco com três...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Qual a senhora prefere?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Obviamente, se for mais confortável para a Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Exatamente. A nossa preocupação é a possibilidade de resposta.

Com três? (*Pausa.*)

Então, Randolfe, V. Exa. é o próximo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Pronto! (*Risos.*)

Não fui advogar em causa própria! Eu juro que não!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vou esperar aqui o compromisso do Líder do Governo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para interpelar.) – Bom, primeiro, Presidente, só quero fazer dois cumprimentos necessários.

Permita-me a Ministra, antes, que eu cumprimente o Senador Izalci. Muito bem ele abre esse bloco, eu tenho que reconhecer aqui. Falo isso com toda a isenção possível. O Senador Izalci não é da base de apoio ao Governo, é um Parlamentar independente aqui, mas da pauta e da agenda. Em relação à ciência e tecnologia, pode ter algum colega que defenda a pauta e a agenda tanto quanto o Izalci, mais que o Izalci, no Congresso Nacional, não conheço. Então, é necessário e justo fazer esse reconhecimento.

Quanto à exposição do Senador Izalci, eu quero registrar aqui os nossos acordos. O primeiro deles é que, para nós, a história de contingenciamento – não é, Teresa? – na regra fiscal, está sendo colocada pelo Parlamento lá na Câmara. A orientação do Presidente Lula a todos nós é acabar com essa história de "gasto" e falar "investimento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo – não é, Luciana? – é o que aconteceu na ciência e tecnologia, o que o próprio Izalci aqui reconheceu. No passado, foram retirados, com a MP 1.136, R$4 bilhões do fundo da ciência e tecnologia. Com o PLN 1, Luciana, sob sua orientação e sob a orientação, sobretudo, do Presidente Lula, nós o recompusemos.

Então, em primeiro lugar, estou de pleno acordo com o Senador Izalci em relação a esse tema e, sobretudo, em relação a não termos contingenciamento, em especial, dos recursos da ciência e tecnologia.

No mais, todas as homenagens possíveis à Ministra Luciana Santos, razão de muito orgulho de nosso Governo. Luciana, você sabe que você é pioneira em várias áreas. Foi a primeira mulher Vice-Governadora do nosso glorioso Estado de Pernambuco e a primeira mulher Ministra da Ciência e Tecnologia. Para também brindar com Pernambuco, você sucede na pasta que foi, no passado, ainda no Governo do Presidente Lula, ocupada pelo saudoso Eduardo Campos. Então, para glória e honra de Pernambuco, tem outra pernambucana também na pasta que já está dirigindo com total excelência e competência, como já foi dito aqui pelo Senador Izalci.

Em cinco meses da pasta no Governo do Presidente Lula, nós reajustamos as bolsas de mestrado e doutorado, Senador Carlos Viana, algo que foi possível ser realizado sobretudo também com o apoio do Congresso Nacional na PEC da Transição. Nós aumentamos, tivemos um reajuste de 40% nas bolsas de mestrado e doutorado e de 25% nas bolsas de pós-doutorado.

Presidente, há dez anos isso não acontecia, como foi assinalado aqui pela querida Ministra Luciana Santos.

E tivemos a recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na prática, o que a Luciana está fazendo, sob a orientação do Presidente da República, e agora com um valor de R$9,96 bilhões no fundo para investimento, na prática, o que ela está fazendo é a reconstrução da política de ciência e tecnologia, que, convenhamos, foi desmontada. O melhor exemplo ela deu aqui na sua exposição. Em algumas áreas nós estamos há dez anos sem concurso, em algumas áreas específicas de investimento para a área da ciência e da tecnologia.

Eu considerei importante a Ministra tratar do tema da inteligência artificial e, Presidente, também V. Exa. trazer esse tema a partir do encontro que V. Exa. teve com o Google internacional porque eu acho que nós temos que aprofundar esse debate sobre marco regulatório em relação a isso. E, quando nós falamos de marco regulatório, pode parecer bicho papão, mas eu sempre faço questão de lembrar que em 1962 o Congresso Nacional aprovou...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... o Código Brasileiro de Telecomunicações. E falo isto já para concluir. Tinha dez anos do surgimento da televisão aqui, no Brasil, Senador Confúcio, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

O Código Brasileiro de Telecomunicações, no art. 53, alínea "j", dizia que era proibida a disseminação de notícias falsas por meio de telecomunicação. Isso é de 1962. É só um exemplo, porque as novas tecnologias, inteligência artificial, redes sociais e tal precisam de marco regulatório. Isso não é nenhuma novidade. Isso está desde John Locke, desde Leviatã, de Thomas Hobbes, que dizia que a função do Estado é regular para que não triunfe o lobo como lobo do próprio homem. Isso é um princípio elementar da regulação e da existência do Estado.

Já concluí. Então, com todas essas referências, Ministra Luciana, eu queria só que V. Exa. discorresse rapidamente sobre como nós podemos aumentar e ampliar o investimento do setor privado na ciência e tecnologia, quais as iniciativas do ministério em relação a isso. No início deste mês, V. Exa. e a Finep assinaram um contrato no valor de R$360 milhões para o desenvolvimento da ciência e tecnologia estratégica no setor aeroespacial. Isso foi um recorde na nossa história, prova das ações de reconstrução que V. Exa. está dirigindo na pasta. Eu queria que V. Exa. detalhasse quais as repercussões desse investimento e dessa iniciativa que sua pasta e o Governo do Presidente Lula tiveram.

Obrigado, Presidente Carlos Viana e Presidente Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Aproveitando a participação de V. Exa., durante a reunião, em Mountain View, na sede do Google, foi colocado que o Brasil está entre os quatro países que já trabalham a regulamentação para a inteligência artificial, o que eles consideram um passo muito importante. Nos debates com os juristas, inclusive, ficou muito clara a preocupação de que a gente crie leis que tornem mais difícil a pesquisa. Então nós precisamos trabalhar mais a questão dos princípios, e há uma série de sugestões.

Eu anuncio inclusive à Comissão, aos Senadores que estão aqui, que ontem o Presidente Rodrigo Pacheco, em conversa comigo e com o Senador Eduardo Gomes, propôs a criação de uma Comissão Especial, Senado e Câmara, para fazer o debate do projeto que ele lançou com base em todas as intervenções e audiências que tivemos aqui no ano passado. Hoje nós devemos formatar esse trabalho. Essa Comissão terá a participação de todos, e, assim, evitaremos o trânsito em cada uma delas, conforme o que o Presidente do Senado quer. Mas é necessária a discussão da questão da regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu e o Senador Rodrigo Cunha, por exemplo, na China, há mais ou menos três semanas, deparamos com um médico robô formado em 2017. O médico atende nos hospitais até hoje! Quer dizer, qual é o limite disso? Qual é o limite da inteligência artificial?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Não, nós fomos apresentados a ele, fomos apresentados a ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Não, ainda não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, lembro que tem três audiências públicas já aprovadas aqui na Comissão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Essas três audiências serão feitas.

Pois não, Senador Aziz, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu, primeiro, não posso perder a oportunidade, tendo a Ministra aqui, de colocar algumas questões relativas à minha região, a Amazônia.

A gente vê os absurdos, Ministra, principalmente quanto à questão ambiental, quando a gente tem tecnologia de ponta no mundo para a exploração de petróleo sustentável. Agora mesmo, lá na terra do meu querido colega, amigo e irmão Randolfe Rodrigues, se questiona a exploração a 580km da foz do Amazonas.

Veja bem, a Guiana Francesa, que é dos franceses, e a Guiana Inglesa, que é dos ingleses, "os grandes" – entre aspas – protetores do meio ambiente mundial... Eles querem que a gente faça, mas eles não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pretensos, não é?

Eles estão explorando petróleo, e a gente, aqui... Tem gente tratando da questão ambiental que está a favor e a serviço dos americanos aqui, porque o Biden anuncia uma ajudazinha para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Fundo Amazônia para que a gente não explore petróleo e gás e a gente não se torne autossuficiente nessa área... De um lado a gente tenta gerar emprego e renda e trazer riqueza para o Brasil e, por outro lado, no próprio Governo, dentro do próprio Governo, há pessoas que trabalham contra.

Essa é uma outra questão. O que eu quero colocar é que, há duas semanas, o Presidente Lula deu corpo jurídico ao Centro de Bioeconomia da Amazônia, o CBA, que é uma luta antiga.

O CBA foi construído pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e se ficou mais de 20 anos numa discussão entre Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil... Era para saber como seria a formatação jurídica... Foram os dois Governos do Presidente Lula, os dois Governos da Presidente Dilma, do Temer, do Bolsonaro e, agora, nós conseguimos formatar.

Nós encaminhamos ao Ministro Alckmin, à sua assessoria, e conversei com ele sobre isso, Senador Randolfe, que o Amazonas, Manaus, a indústria de informática, no Brasil todo, é 4% do P&D, que são os recursos para pesquisa e desenvolvimento, coisa de que até hoje a gente não viu absolutamente nada. Esses recursos são mal aplicados, eles não têm um retorno para colocar na prateleira do cidadão brasileiro, e eu falo isso porque conheço bem essa área e posso falar. Se alguém me trouxer aqui um projeto aprovado, se passou recurso de P&D e disser: "Olha, isto aqui está funcionando, está salvando vida ou está melhorando a vida do brasileiro", é difícil encontrar. No resto do Brasil, a Lei de Informática, aprovada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, e passou por aqui também, é 4% de P&D para o Brasil todo e 5% se paga de P&D lá na indústria de informática de Manaus. Isso anualmente dá em torno de 2,3 milhões ou 2,4 milhões.

O que nós formatamos por um decreto – e aí eu queria pedir sua ajuda nisso, Ministra Luciana... Conversando com o Presidente Lula, ele disse: "Não, eu topo fazer". Nós sabemos da nossa biodiversidade que temos, mas não conhecemos essa biodiversidade. Você tem ali um trabalho muito difícil feito pelo Impa...

E aqui o Eron Bezerra, que é meu colega, meu companheiro, foi meu comandante quando eu fui do PCdoB, era o Presidente do PCdoB à época. Não era PCdoB porque estava na clandestinidade nessa época, Senador Viana.

Estou colocando isso para você porque é o seguinte: você vê um esforço muito grande da Embrapa para que a gente possa produzir sustentavelmente, principalmente o que nós temos de grande potência, que é o extrativismo, e não tem grandes produções porque o extrativismo é sazonal, uma série de dificuldades que a Amazônia tem. Quem não conhece fala, parece fácil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem conhece sabe como é difícil produzir. A Embrapa faz um trabalho muito grande nisso, mas estou falando sobre o CBA (Centro de Bioeconomia da Amazônia).

Se, desses 5%, 1% for direcionado diretamente ao CBA, nós sairíamos de um orçamento de 43 milhões para quase 500 milhões/ano e aí sim nós teríamos condições de literalmente pesquisar a biodiversidade da Amazônia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Para encerrar, eu queria sua ajuda para esse decreto – já está lá um esboço do decreto na mão do Ministério da Indústria e Comércio –, que a senhora conversasse com o Ministro Alckmin para que a gente desse agilidade a isso e pudesse ter esses recursos necessários para fazer essas pesquisas, que serão muito importantes para a ciência e tecnologia do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Aziz.

Dando sequência aos nossos oradores, a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Saúdo de maneira muito especial a nossa convidada, a Ministra Luciana Santos, não apenas minha conterrânea, mas também parceira de muitas caminhadas, inclusive na última eleição, quando estivemos juntas na chapa majoritária. Era a chapa que tinha não apenas o Presidente Lula apoiando, mas tinha um histórico das lutas democráticas no nosso estado de forma muito nítida. Era uma chapa que unia o PSB, PCdoB e PT. Inegavelmente, um campo histórico de lutas no nosso estado e no país.

Quero cumprimentar toda a equipe da Ministra, cumprimentar os servidores aqui presentes e saudá-la pela exposição.

Eu tenho feito, Ministra, em todas as exposições a que eu já assisti, diga-se de passagem, todas elas muito boas, uma toada: a toada que está presente no foco estratégico do nosso Governo. Sob a égide da democracia, da retomada do diálogo, do respeito federativo, duas coisas se sobrepõem a todas as outras: o combate às desigualdades e a inclusão social.

Fico muito feliz de ver isso em todas as ações dos ministérios. Por mais que se pense que a ação daquele ministério não tem nada a ver com isso, mas tem. E quero destacar na sua fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro a introdução, as variáveis que foram colocadas, que não foram ali exibidas, mas que foram colocadas com muita pertinência, do momento político que a gente vive, da importância da ciência para a civilização, da importância da ciência para a equidade, de como o Brasil pode se colocar à frente dos seus interlocutores para melhorar a vida da população em todas as matrizes, em todos os setores, que foram muito bem destacados.

Aí, eu quero destacar aqueles que para mim dizem muito respeito à busca da inclusão social e do combate às desigualdades.

Primeiro, a retomada da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Depois, o desenvolvimento social e combate à fome em articulação com o Ministério da Agricultura, entre outros. A política de estímulo às mulheres e às meninas cientistas, adiante conjugada com a ação do Ministério da Educação nas escolas de ensino médio, sobretudo, e nessa perspectiva da educação integral.

Eu acho que esse conjunto de ações que vão permear a ação mais finalística, digamos assim, do Ministério da Ciência e Tecnologia, o que é que trata e do que é que trata, mas sobretudo com esse foco estratégico de quem vai envolver.

E duas perguntas mais objetivas. Foi falado aí, está na exposição, o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, já também referido pelo nosso Presidente em relação à ação do Google nesse sentido. E a gente tem tido desastres naturais com mais frequência.

Recentemente, nós, lá na Região Metropolitana do Recife, e agora em fevereiro no litoral norte de São Paulo, fomos atingidos. Cruelmente atingidos porque são populações mais vulneráveis geralmente que estão envolvidas. E aí, apesar de ter sido tocado, Luciana, eu queria que fosse mais especificado em relação às perspectivas de melhorar a atuação desse órgão tão importante para torná-lo cada vez mais eficiente e consequentemente salvar mais vidas.

Em relação ao hidrogênio verde, o que a Ministra nos diz sobre Suape? Vai valer? Tem liga? Para olhar um pouquinho lá para o nosso estado. Suape vai ser recuperado, a gente sabe disso. A nossa luta pelo ramal da Transnordestina permanece, com apoio inclusive do Ministro Renan Filho, com apoio e pauta da...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Governadora, nós vamos de fato poder levar também essa experiência, essa perspectiva para Suape e trabalhar não apenas para Suape, mas para o Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Apenas complementando aqui, Ministra e Senadora, o responsável lá, que nos apresentou todo o sistema de prevenção e possibilidade de alerta do Google para a questão de desastres naturais e prevenção é um pernambucano. Chama-se Nilton Neto, professor. E hoje vai ser o contato da Ministra no desenvolvimento de um acordo multilateral.

Ministra, a senhora pode responder ou a senhora quer que passe para mais alguém?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Então sinta-se à vontade.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Quero agradecer a presença da Senadora Augusta, do Senador Omar Aziz, que acabou de sair, mas que marcou bem aqui a sua presença, com sugestões.

Senador, eu vou aproveitar e tratar das duas coisas, quando do assunto do desastre, aproveitar a última pergunta da Senadora Teresa Leitão e tratar as duas coisas juntas.

O nosso pessoal do Inpe acaba de me dizer que já está em parceria com o Google, o que é algo que vai agregar muito à experiência e ao domínio tecnológico que ele já tem, por conta das ferramentas e da capacidade. São mestres, doutores que participam desse esforço de monitoramento de desastres naturais. E a gente vai poder contar. A gente está aberto para todas as parcerias que possam salvar vidas e cuidar de uma agenda eficaz dos impactos da mudança climática. Então a gente já está em contato, exatamente para poder...

Bom que seja pernambucano, não é? Da Federal de Pernambuco. E a gente poder contar com a inovação que eles já desenvolveram, para a gente fazer um papel cada vez mais robusto no enfrentamento dessa situação.

A Senadora Teresa Leitão pergunta exatamente o que a gente tem desenvolvido, inclusive em parceria com o estado – não é, Teresa? –, e você conhece bem isso. Aliás, Renildo, que acabou de sair, foi Prefeito de Olinda também, como eu fui, e Teresa também conhece. Nesse tempo, nós reduzimos... A média de mortes por deslizamento de barreiras era cinco por ano, e nós reduzimos a quase zero. E num período de oito anos, em que eu fui Prefeita, a gente infelizmente ainda teve só uma perda de vida. Só não, qualquer vida não tem quantidade, não é? Infelizmente tivemos, mas era uma média de cinco por ano, porque a gente fez um trabalho muito forte de mobilização social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A defesa civil precisa existir. O monitoramento não tem resultados se não existir, na base, a ação da defesa civil. A gente fez um plano de alto, de médio e de baixo risco e uma forte mobilização na experiência do Viva o Morro, que Teresa deve lembrar bem, que era uma ação integrada dos Prefeitos da Região Metropolitana e que integrava a Juventude Popular, para o convívio com a barreira, para não plantar bananeira. Foi um trabalho contando com a *expertise* da Universidade Federal de Pernambuco, de tecnologias mais baratas de contenção de encosta, como a tecnologia rip-rap, que envolvia mulheres; um trabalho muito bonito, que cada vez mais precisa agregar tecnologia, como essa da Google, que vai chegar ao celular, numa perspectiva... Porque a gente tem o Sirene, a gente tem o Adapta Brasil, a gente tem que ter o sistema de alerta e a gente tem – é o que a gente fez recentemente, Teresa... Porque a nossa região metropolitana foi uma das mais impactadas por desastre natural: teve 120 mortes, no ano passado. Só outra região, acho que foi o Rio, teve igual – ou foi São Paulo, não me lembro –, mas foi um dos maiores impactos de perda de vida.

Nesse sentido, eu fiz um convênio com o Governo do Estado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – ... da Apac, da nossa agência pernambucana, que faz, também, junto com a estrutura do Cemaden, esse monitoramento. A gente fez um investimento de R$2 milhões para a estação geológica e hidrológica, que são sensores e radares, seja, no caso da parte hidrológica, para monitorar as enchentes dos rios e da ligação que tem com o movimento dos oceanos, seja, na parte hidrológica, o encharcamento do solo. Nós fizemos esse convênio e vamos fazer novos editais, no caso, também, para que as pessoas possam se apropriar dos pluviômetros.

Os pluviômetros... Nós achamos que a manutenção é muito custosa e que existem novas tecnologias para um outro determinado tipo de pluviômetro. Eles são mais leves, de maior manutenção e de maior acessibilidade por parte das pessoas. A gente está nesse foco, agora, de um novo edital que, inclusive, tem o BNDES. O BNDES vai participar porque eu estou atrás dos primos ricos, que são o BNDES e a Petrobras.

Inclusive, com o BNDES, nós estamos fazendo um convênio de inovação nessa área de novos equipamentos de monitoramento, mais leves, com menor custo, com menor capacidade de manipulação e de mobilização, porque a prevenção de desastre prevê várias etapas: alertas, mas, principalmente, a ação da defesa civil na ponta.

O Izalci, meu colega de anos nessa luta à frente da ciência, tecnologia e inovação, muito respeitado e querido pela comunidade científica e acadêmica, porque, independentemente das posições de Governo, é um defensor da ciência e tecnologia, pergunta sobre a questão das cidades inteligentes, das doenças raras. Nós estamos... A transformação digital tem o foco, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas cidades inteligentes, porque a gente é uma abrangência muito grande de frentes, seja partindo da conectividade, entrando para o processo de digitalização, seja da internet das coisas, porque é ela que vai fazer o sistema de ligação das ferramentas tecnológicas que as cidades poderão desenvolver.

Então, isso é um desafio importante que vai dar um salto de qualidade na urbanização e na qualidade de vida das pessoas, que é uma necessidade. A digitalização do sistema de saúde, de educação... Quem teve a oportunidade de conhecer esse sistema, por exemplo, do Sarah Kubitschek, é um espetáculo! É um exemplo de eficácia e de melhoria na qualidade do serviço que é praticado por aquela bela instituição.

Assim como, também, das doenças raras, Izalci. Dentro do complexo industrial de saúde, estão esses desafios, um conjunto de possibilidades de a gente desenvolver isso, que vai ser, exatamente, pactuado com o Ministério da Saúde: que editais nós vamos começar a fazer, inclusive a partir do aporte que nós tivemos no fundo.

O Randolfe, nosso Líder do Governo – que é pernambucano também, é um acriano que foi exportado de Pernambuco –, pergunta sobre esse programa aeroespacial que eu aqui procurei citar como sendo, e, de fato, foi, o maior investimento da história aeroespacial em subvenção econômica. O aporte anterior tinha sido de R$30 milhões. É mais de dez vezes o que foi aportado.

Então, a gente vai poder nessa área aeroespacial... Só um dos contratos, Randolfe, é de R$219 milhões, com a Visiona Tecnologia. O segundo maior é de 120, que foi firmado com a Embraer. E o importante é que elas são indústrias brasileiras que, portanto, vão desenvolver inovações e tecnologias genuinamente nacionais e vão poder garantir que o Brasil, por exemplo, seja autônomo no satélite ótico de alta definição que poderá monitorar, de forma melhor e com maior precisão, florestas, rios, mares, fazer proteção de terras indígenas contra garimpo ilegal, inovações, identificação de ilícitos de pesca ilegal, ou seja, será uma ferramenta decisiva para uso pela defesa e pela segurança pública. A Embraer é líder desse ecossistema aeroespacial, que é um patrimônio brasileiro, muito caro, decidido na década de 60. E, hoje, nós somos os terceiros produtores do planeta tanto em defesa como em aviação comercial.

O Omar Aziz aponta muito bem... Ele já foi, mas, de fato, sempre teve uma disputa. Eu mesma disputei com o Alckmin, mas prevaleceu eu ficar no Mdic. Mas, no grupo de transição, o povo disse: "Tem que ficar na Tecnologia". Mas eu não fiz muita briga não. Acho que o importante é que seja do Governo. E, de fato... O Alckmin dizia assim: "Então a Embrapii vai ficar sob o nosso vínculo". Eu disse: "Não, Presidente, assim eu vou querer o CBA".

Mas essa é a boa disputa, a boa briga. A gente quer...

Oi, Senador! Tudo bom, Cid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a boa briga, a boa disputa: todo mundo querendo ficar com a gestão para poder ver as coisas acontecerem.

Então, sobre o Centro de Bionegócios da Amazônia, acabou que teve já o edital e, finalmente, saiu do papel e nós vamos tocar. Mas, como bem disse Omar, sobre os R$500 milhões, eu vou conversar com o nosso Alckmin para, de fato, a gente dar... O importante é que o nosso Centro de Bionegócios da Amazônia vai estar vinculado tanto à base científica, que é uma parceria com... Não me lembro exatamente de se é a Uema ou se é a federal do Amazonas, que vai ficar na gestão do CBA e, com isso, vai poder também fazer uma interseção com o setor, com todo o beneficiamento da biodiversidade da Amazônia.

Nós já temos vários exemplos de bioeconomia lá, como a do pirarucu, do açaí, dessa diversidade que é desconhecida, da fauna, que é muito rica para medicamentos. Quando eu for lá, eu vou visitar, por exemplo, a Natura – o Eron está aqui, que é um especialista também nessa área – e a nossa Embrapa, também com um papel decisivo.

E podemos seguir.

Teresa Leitão, sobre o Suape.... Acaba de chegar o Senador Cid Gomes. O hidrogênio verde vai, em Pernambuco... Essa é outra boa disputa entre Ceará e Pernambuco. (*Risos.*)

Inclusive, da Transnordestina... Está o Inácio lá no ministério. Então, a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Lá, no Suape? Não; o Suape tem os contêineres também do hidrogênio verde. E a gente está aí nessa boa disputa. O importante é que a gente fortaleça a nossa Região Nordeste, fazendo a boa briga, a briga para ver quem é melhor. E essa é uma boa briga.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – E, olha, de briga o Cid entende. (*Risos.*)

Senhores, na sequência aqui, o Senador Wellington Fagundes está com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Quero saudar aqui o nosso Senador Carlos Viana, o Senador Confúcio Moura, representando aqui as duas Comissões – CCT e CI –, e também a Ministra Luciana e todos os Senadores e companheiros que nos assistem aqui e através da TV Senado.

Ministra, como a senhora já sabe, já fui muito bem recebido no seu Ministério. A senhora conhece bem o Mato Grosso, conheceu até a Escola Tatu, lá de Barra do Garças, com o Prefeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chaparral à época... É uma escola feita com o todo o formato de um tatu – uma coisa muito bonita feita pelos indígenas –, e a Ministra lá esteve, à época ainda como Deputada Federal.

E nós temos ali sempre, Ministra, a preocupação, que eu quero focar aqui nesta reunião, com a questão do Pantanal. Eu já tive a oportunidade de estar com a senhora. Quero agradecer, inclusive, já a nomeação do responsável pelo INPP, que, embora ainda esteja de forma interina, já está exercendo a função. Agora, nós aguardamos, exatamente, a conclusão da nomeação desses cargos para que o INPP, que é o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, tenha o seu funcionamento na plenitude.

Só para aqui esclarecer, Senador Carlos Viana, é uma construção de mais de 5 mil metros quadrados dentro da universidade, com laboratórios. Aloquei recursos no Orçamento para equipar toda essa estrutura com veículos, enfim, e hoje é uma estrutura muito eficiente. É uma boa estrutura que temos lá de apoio após as queimadas do Pantanal em 2019. Inclusive, o Ministério da Ciência e Tecnologia criou o Rede Pantanal de pesquisa e o INPP, instalando definitivamente este que é o nosso Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

Inclusive, o Ministério da Agricultura, a Ministra Tereza Cristina alocou recurso à época, ainda quando Ministra, para fazer um estudo de levantamento de todo o potencial do Pantanal. Eu quero, inclusive, Ministra – não sei se a senhora já o tem em sua mão –, entregá-lo em hora oportuna. Esse estudo foi todo ele feito pelo Sebrae.

E agora eu quero aqui rapidamente ler que, como é de conhecimento, o nosso Pantanal é patrimônio da humanidade e reserva mundial da biosfera. O Pantanal de Mato Grosso congrega fauna, flora e belezas cênicas que chamam a atenção de todo mundo.

Segundo a Lista de Ramsar, o Pantanal está entre uma das áreas úmidas de maior importância mundial por sua biodiversidade biológica, por regular regimes hidrológicos de todo o continente e contribuir para a estabilidade climática do planeta. E toda essa riqueza ainda requer a atenção do mundo para a sua conservação de forma a garantir que a vida se reproduza em toda a sua dimensão para as futuras gerações.

Nesse aspecto, a contribuição da ciência é inegável, assim como a adoção de novas tecnologias que possam promover a exploração sustentável de toda essa riqueza.

É nesse sentido que eu quero, Ministra, inclusive, convidá-la – esse convite já está no ministério –, pois na segunda-feira nós teremos a abertura do 2º Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas do País, do Brasil, que é liderado pelo Conselheiro Sérgio Ricardo, a partir das 9h da manhã. Serão três dias de evento, mas a abertura, então, será segunda-feira às 9h da manhã, lá em Cuiabá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teremos visitas técnicas também, mas a importância do ministério é fundamental para que a gente possa, então, discutir esse assunto tão importante para o nosso estado, e, quando a gente fala "nosso estado", são Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente – ainda Bolívia, Argentina –, mas no caso do Mato Grosso mais ainda porque nós temos lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... um Pantanal relativamente abandonado.

E eu sou autor, em função das queimadas, do Estatuto do Pantanal, que tramita aqui na Casa. Nós precisamos de um regramento jurídico exatamente para dizer o que pode e o que não pode.

E hoje nós temos o Pantanal de Mato Grosso muito desvalorizado. Mato Grosso do Sul é um pouco mais estruturado, e a maior parte do Pantanal também está no Mato Grosso do Sul, dois terços no Mato Grosso do Sul.

Eu tenho aqui uma pergunta rápida e, inclusive, quero fazê-la também em nome do Senador Marcos Pontes, que não está aqui hoje.

Ministra, primeiro, a senhora poderia nos falar como está o Programa Nacional de Fertilizantes?

Sabemos da luta da comunidade científica em favor de melhores investimentos para a ciência, tecnologia e inovação. A senhora poderia nos explicar o valor orçamentário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2023? E, inclusive, quanto ao fundo, como está mesmo o pensamento de liberação desses recursos? Quais valores destinados para cada secretaria finalística e também para as subsecretarias?

Como a senhora analisa o fim do Programa Bolsa de Iniciação Científica Júnior, que premia estudantes e integrantes de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil? Hoje esse programa atende 10 mil jovens em todo o Brasil – grande parte na Região Nordeste.

Bom, Ministra, eu quero aqui finalizar dizendo que para todos nós desta Comissão, com certeza, esse ministério é o ministério mais importante, principalmente neste momento.

Ontem nós tivemos o relançamento da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura. Eu quero agradecer aqui a todos que lá estiveram. Foi um excelente encontro, muito prestigiado, com a presença de cinco ministros. E é claro que, ao falar da retomada econômica, a infraestrutura é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas hoje, principalmente voltando aqui num país rodoviário como o nosso, a gente falar em estradas hoje é muito mais: é falar em infovias, porque não adianta uma estrada só, mesmo que não esteja esburacada. O produtor e a produção hoje estão lincados à colheita, à máquina, ao trator, que hoje tudo precisa da telecomunicação. A ciência e a tecnologia estão lincadas nesse trabalho, porque também não tem ciência e não tem tecnologia sem toda essa disponibilidade da telecomunicação.

Também eu falo aqui com entusiasmo, observando as nossas universidades federais de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Rondonópolis e a Unemat, e também o Instituto Federal de Educação Tecnológica, que está aqui hoje conosco, o Reitor Julio Cesar, nesse trabalho conjunto que a gente precisa desenvolver, em apoio ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Nós queremos que o Ministério da Ciência e Tecnologia seja e se transforme cada vez mais no ministério mais importante para o Brasil.

Então, Ministra, contem com o nosso apoio, inclusive no trabalho aqui no Orçamento, naquilo que for preciso. Eu tenho uma emenda que trabalhamos para a questão da pesquisa do câncer. Fizemos um entendimento aqui na Comissão e parte dela vai atender Minas Gerais, sem problema nenhum. A gente começando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ficou para onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não tem problema nenhum. O importante é que a gente comece a fazer o trabalho. Acho que começando, a gente pode colocar mais recurso durante esse ano e atender as duas demandas.

Mas essa pesquisa, no caso da pesquisa do câncer, é fundamental, porque ela vai desenvolver uma experiência espelho no mundo em relação ao câncer de bexiga.

Então, Ministra, eu queria pedir atenção, já que a Comissão já fez a indicação, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Já fizeram algumas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois é, já foi feito, Ministra, para que a gente possa dar prosseguimento, de acordo com a decisão da Comissão, de acordo com o entendimento da Comissão. O.k.?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Senador Chico Rodrigues e Rodrigo Cunha e possivelmente à nossa Senadora Augusta, o Senador Confúcio tem uma palavra rápida.

Inclusive, ontem comemorou mais um ano de experiência, não é, Senador Confúcio?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Mais uma vez, parabéns!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Obrigado. Muito obrigado.

Bem, essa audiência pública é conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Infraestrutura e tem mais uma Comissão... A de Educação, que está fazendo parte.

Eu quero aqui, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, e a Senadora Augusta, como Vice, agradecer à Ministra por estar presente, por atender a esse chamado conjunto das três Comissões e dizer que eu tenho muita confiança na relação da senhora com a Ministra Nísia Trindade, que também é da área da Fiocruz, muito devota à pesquisa científica. Então, é muito importante esse trabalho. Além do mais, qual é o ministério que não vai depender, qual é o município, qual é o estado que não depende de ciência e tecnologia no país? Todos precisam de ciência e tecnologia. O Brasil é um país que vai aos solavancos. Sempre o que um governo faz, o outro se preocupa em desfazer. Então, é um vai-volta permanente. Isso tem desanimado muito os pesquisadores brasileiros, que vão, pouco a pouco, se desiludindo com o nosso próprio país, e aqueles maiores expoentes da pesquisa, estudiosos, terminam saindo para outros cantos do mundo. Isso para nós é um prejuízo extraordinário, muito grande.

Dias atrás esteve aqui um ex-reitor da Universidade do Pará falando sobre a Amazônia. Hoje, todo dia, em qualquer noticiário, está lá a Amazônia, desmatamento, garimpo ilegal, isso e aquilo outro. Na realidade, assim como o Cerrado brasileiro reagiu nos últimos 40 anos de uma região arenosa, ácida, dos ermos gerais decantados na obra de Guimarães Rosa, para hoje um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celeiro e orgulho brasileiro na produção de grãos, que é a parte que mais se destaca na economia brasileira, de positivo. Então, esse reitor falou: nós precisamos criar uma Embrapa para a Amazônia, com outro nome, com outra cara. E essa Embrapa da Amazônia é o que o nosso ex-Governador do Amazonas falou aqui, Senador, falou aqui: é o CBA, o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Foi criado – eu era Deputado Federal na época – lá nos idos de Fernando Henrique. Ficou ocioso esse tempo todo. A gente precisa estudar a Amazônia melhor. Isso da Amazônia é tão decantado... Em qualquer encontro internacional se fala em Amazônia. É o debate, é o desmatamento. Então, nós precisamos realmente colocar a pesquisa científica na Amazônia, para podermos avaliar suas potencialidades e riquezas, que tem por lá, para destacar também, como o Cerrado e outras áreas brasileiras.

Também nos interessa muito o tema da energia, a partir do hidrogênio verde. O hidrogênio também é um tema da nossa comissão. Além do mais, a interiorização da internet, quaisquer que sejam as vias – ou via satélite ou via fibra ótica. Entrar no Brasil profundo da Amazônia. Eu sou de Rondônia. A gente precisa levar para as comunidades indígenas, ribeirinhas, extrativistas, o direito fundamental – deviam colocar como direito fundamental na Constituição – à internet, porque hoje é um direito básico das pessoas ter acesso à internet. Nós precisamos disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu sou um parceiro do Ministério da Ciência e Tecnologia. Desde o início do meu mandato, todos os anos a gente coloca recursos justamente para incentivar a pesquisa científica do Brasil, inclusive as chamadas cidades inteligentes. Lá no estado de Rondônia temos quatro projetos em andamento, todos com recursos em parceira com o Instituto Federal de Educação.

Então, Sra. Ministra, eu desejo a V. Exa. muito sucesso. Os temas são realmente muito complicados. A senhora está pegando uma parte do país que foi sensivelmente desmontada para poder agora, reerguer as bases novamente da pesquisa no Brasil, da ciência e da tecnologia como algo importante.

Até para poder o nosso Presidente, Senador Carlos Viana, ir ao Google, ele tem que ter um fator de comparação do Brasil com os Estados Unidos, do Brasil-China, Brasil-Taiwan, Brasil-Vietnã, do Brasil com o mundo.

E nós estamos aqui, capengando, como sempre, na área de ciência e tecnologia.

São essas as minhas palavras, mais de agradecimento por participar desta audiência conjunta de três Comissões.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para interpelar.) – Primeiro, parabenizo os Presidentes: Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão de Infraestrutura; e o Presidente desta importante Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o nosso amigo Carlos Viana.

Falando diretamente para a Ministra, quero dizer, Ministra Luciana, que fiquei muito feliz com as suas explicações, porque, em todo momento, demonstrou carinho e atenção pelo nosso Nordeste. Demonstrou um carinho a mais pelo seu Estado de Pernambuco, e, como somos vizinhos, me sinto também abraçado, por ser alagoano.

Mas, Ministra, vou ser extremamente objetivo aqui nos direcionamentos das perguntas. São três perguntas. Uma é algo que, de certa forma, foi dito pelo Senador Confúcio.

Durante a pandemia, para se ter ideia da importância, foi feito um decreto estabelecendo uma lista dos itens que são essenciais, ou seja, aqueles itens que são indispensáveis para uma vida de qualidade. Entre eles, colocaram-se telecomunicação e internet.

Nós temos, hoje, no país um satélite que tem possibilidade de levar internet a todos os locais do território nacional, internet de banda larga, de alta velocidade. O Governo anterior tinha um programa chamado Wi-Fi Brasil. Era uma forma de levar esse acesso para as pessoas.

Minha pergunta é: existe hoje, dentro do ambiente governamental, uma política pública voltada para universalizar a internet?

Esse satélite, que, inclusive, pela informação que eu tinha, era subutilizado, por ter uma capacidade muito maior de alcance, vai ser turbinado para permitir que as pessoas tenham acesso à internet?

Eu digo isso porque, no meu caso particular – inclusive, eu era Presidente da Comissão na gestão anterior –, eu investi minhas emendas de bancada quase que 100% e consegui levar, para todos os municípios de meu estado, um ponto de internet gratuito, no mínimo um. Eu tenho uma convicção e uma certeza absoluta de que uma pessoa que tem acesso à internet, hoje, tem muito mais condições de crescer na vida do que uma pessoa que não tem acesso à internet. Então, isso, por si só, justificaria colocar um recurso, apesar de, politicamente, ter algumas resistências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muita gente fala ainda, nos corredores aqui, que tecnologia não enche a barriga de ninguém. E nós temos que mudar esse paradigma.

Então, hoje, temos um satélite com essa potência, permitindo que os brasileiros tenham acesso à internet. Eu sei que existe toda uma delegação, toda uma concessão de serviço para as operadoras, mas em situação de vulnerabilidade é onde entra nesse projeto.

E nós inovamos. Eu consegui mudar a interpretação, porque não era permitido levar para grandes centros a internet *wi-fi*, mas eu disse e fiz essa defesa, e conseguimos convencer sobre poder levar para os grandes centros. Se o foco é a vulnerabilidade, nos grandes centros tem favelas, tem pessoas que não conseguem pagar pela internet. Hoje nós conseguimos colocar, somente em Maceió, 40 pontos de internet.

Então, essa é a minha primeira pergunta, relacionada à política pública. Já que é um item essencial, deve, no mínimo, estar disponível para a população um serviço de internet gratuita.

Uma segunda pergunta é sobre uma legislação extremamente recente – inclusive esta Comissão teve uma grande importância –, mas que surgiu na Câmara dos Deputados, por uma Deputada Federal também muito atuante na causa, que é a nossa Deputada Angela Amin. Trata-se da Política Nacional de Educação Digital, uma legislação extremamente necessária, porque o objetivo dela, além de fazer com que os jovens se abram para o mercado de trabalho digital...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – ... isso é uma situação de futuro, ela tem o objetivo imediato de despertar a curiosidade e o interesse dos jovens nas salas de aula hoje. Já é necessário que ela se coloque em prática, ativamente.

A forma de se fazer a própria lei diz como: capacitando os professores. A pandemia demonstrou que 90% dos professores não tinham aptidão para fazer uma aula digital. Aí a minha pergunta: essa política vai ficar restrita aos municípios ou o Governo Federal tem algum projeto para realizar a capacitação dos professores para utilizar bem a internet? Eu já frequentei e fui em busca da escola, no meu estado, que é referência em tecnologia, mas era referência em tecnologia porque tinha internet rápida, computador na sala e uma tela digital. Mas eu perguntei para os alunos o que eles achavam da aula e nenhum aluno estava satisfeito. Por quê? Porque o professor não tinha habilidade para utilizar o computador e tornar a aula atrativa, que não é apenas você digitar um texto e ele sair em uma tela digital. Não é isso. É você criar elementos para despertar essa curiosidade nessa geração, em que é difícil prender a atenção.

Então, eu vejo nessa legislação uma forma não é nem de melhorar, é de criar uma nova maneira de realizar o ensino hoje, devido à celeridade de informação que as pessoas recebem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde cedo, que é infinitamente maior do que era há dez anos. Digo isso porque eu tenho uma filha de 11 anos e, para prender a atenção dela, por quatro horas, em uma sala de aula, na frente do professor, o professor realmente tem que se desdobrar muito, porque ela é acostumada, toda hora, não passam nem 15 segundos, já está passando uma notícia, passa outra notícia... O cérebro das crianças já é acelerado.

Então, essa lei, eu peço para que o ministério também se debruce, um pouco mais, sobre ela. Ou, se já está, qual é o posicionamento que tem nesse sentido?

Só voltando ao primeiro o item, rapidamente, o foco, hoje, pelo que eu sei, de toda essa disponibilidade da internet, está com o Ministério das Comunicações. Eu queria saber como é esse diálogo e se realmente vai ficar somente por lá e se o Ministério tem a ver.

Para finalizar, uma pergunta bastante rápida. O nosso Senador Carlos Viana mencionou as experiências, principalmente, na China. Eu queria saber se, internamente, no nosso país, existe um foco direcionado a políticas voltadas para estimular a fabricação, a importação e o uso de automóveis elétricos, tendo em vista que já são uma realidade no mundo inteiro. Na China, 30% dos carros já são elétricos. Fábricas chinesas querem exportar aqui. Por outro lado, eu não vejo incentivos, principalmente, diretos, para o cidadão realizar essa aquisição e se tornar também o Brasil um novo modelo de mobilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Por último, a Senadora Augusta Brito e, assim, encerramos, a não ser que o Senador Cid queira participar também.

Senadora Augusta Brito, por favor.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde. Já no final, não existe mais quase pergunta.

Quero aqui cumprimentar a nossa Ministra e também parabenizar o Presidente da Comissão, juntamente com o Presidente Confúcio, o meu Presidente – como costumo dizer –, porque sou Vice da Comissão de Infraestrutura.

À nossa Ministra Luciana, com quem eu tive o prazer de conviver, quando também participei do PCdoB, algum tempo atrás, quero dizer da minha felicidade em ver uma mulher em uma pasta que eu digo que é um ministério essencial para todos os ministérios. Hoje, não se pode falar em nenhum tipo de desenvolvimento que não esteja atrelado, realmente, à ciência e à tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos, agora, há pouco tempo, o período da pandemia, que mostrou a grande necessidade de a gente realmente investir, ainda mais, na questão da ciência junto com a tecnologia.

Como eu disse que eu não tenho mais perguntas, eu vou só ressaltar aqui um projeto. Eu quero, primeiro, agradecer também a receptividade que tive quando fui até o ministério. Quero reafirmar o convite para que a senhora... Você possa ir até o nosso Estado do Ceará, para que a gente possa fazer o grande lançamento de um projeto do nosso estado, um projeto piloto, que é a implantação do C-Jovem, a capacitação, na rede pública estadual, de 200 professores, até agora, que já estão repassando conhecimento para, praticamente, 4,5 mil alunos, mas que tem uma previsibilidade de, em cinco anos, atender 100 mil alunos do ensino médio e do ensino profissionalizante da escola pública.

Então, é um projeto, eu diria, inovador para o nosso estado. Queria só ressaltar a importância dessa parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, até porque a gente precisa também do recurso que vai ser aportado para que isso aconteça. Nesse primeiro momento, se eu não me engano, são R$34 milhões, chegando até mais R$11 milhões, para que aconteça não só essa capacitação desses jovens, especialmente, no que se refere à ciência, tecnologia e vários projetos de TI. São alunos que estão dentro da rede pública.

Então, trata-se da importância de a gente ampliar esses serviços para os jovens. Por isso, o nome do programa: a importância de a gente ampliar esses serviços de ciência e tecnologia, incentivando, como já foi dito aqui por outros Senadores, a juventude.

Fiquei muito feliz também em ver essa questão específica para a cientista mulher, para meninas e mulheres. Eu acho importante a gente ressaltar a importância de estar sempre dando um incentivo a mais, para que a gente possa ter despontando também essas mulheres dentro da ciência.

Agradeço, mais uma vez, a disponibilidade. Estamos lá ansiosos para recebê-la, para que a gente possa dar continuidade a esse projeto. Aliás, começar esse nosso projeto no Estado do Ceará. Eu quero ressaltar aqui o papel importantíssimo do nosso querido Inácio Arruda, quando esteve lá na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que fez todo o formato para que isso pudesse acontecer com as instituições – como a universidade federal, a universidade estadual, o Instituto Federal de Educação do Ceará e o Instituto Atlântico – que fazem essa capacitação dentro das escolas públicas do nosso estado.

A gente não vê a hora de poder começar e ter esse grande aporte de, aproximadamente, R$35 milhões para o início, com toda uma história de outros, até um total de mais de R$100 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pelo papel que vem desenvolvendo. Gostei muito da apresentação! Acredito muito no ministério! Acredito muito na sua participação dentro dele e no nosso Presidente Lula! Eu tenho certeza de que a gente vai contribuir para que não só o Estado do Ceará, mas o Brasil todo possa se desenvolver.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora Augusta Brito.

Senador Cid Gomes, para encerrarmos a participação dos Senadores.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. e os integrantes desta e das outras Comissões que, conjuntamente, têm o privilégio de receber, hoje, a nossa Ministra Luciana.

A Luciana é alguém prática, com experiência de gestão, e eu não tenho dúvida de que dará cabo a essa enorme responsabilidade que é, praticamente, refundar o ministério, superando o que eu chamaria de idade das trevas, que foi, lamentavelmente, o que o Brasil viveu durante o período recente da sua história.

Eu não quero ficar monotemático, embora, com muito orgulho, esteja presidindo a Comissão Especial desta Casa para tratar do tema hidrogênio verde, mas é importante, até como prestação de contas, que eu possa aproveitar aqui a presença da Ministra, para dar conhecimento da visita que fiz, em missão oficial, a dois países da Europa, Holanda e Bélgica.

Holanda, porque esse país, por intermédio do seu principal porto, que é o único porto ocidental, Ministra, é o único porto do Ocidente que está entre os dez maiores do mundo. Todos os outros nove portos, entre os dez maiores do mundo, estão na Ásia, que é o continente que vem concentrando o maior volume e intensidade de negócios, em função da China e de outros países que têm uma grande participação no comércio internacional.

Nos Estados Unidos seria natural que tivessem algum, mas eles têm, como praxe, uma distribuição, e nenhum porto se concentra a ponto de se situar entre os dez maiores do mundo. Então, o Porto de Roterdã tem uma parceria próxima com o Brasil. No encontro em que estivemos lá, quando o Primeiro-Ministro da Holanda estava no Brasil, foi celebrado o que estão chamando de "corredor do hidrogênio verde", entre o Porto do Rio Grande, o Porto de Paranaguá e o Porto do Pecém.

É claro que cabem aí muitos outros portos, como o Porto do Açu, o Porto de Santos, o Porto do Rio de Janeiro, o Porto de Suape, para onde deveremos ir, nesta sexta-feira. A Comissão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hidrogênio Verde deverá se reunir, pela primeira vez, fora do ambiente aqui de Brasília, no Estado de Pernambuco, demonstrando uma atenção ao potencial que esse estado tem.

Eu acho que não há razão nenhuma para ter briga interna entre nós – ao contrário. O hidrogênio verde é um combustível que, diferente dos outros, não emite carbono, porque a queima é só do hidrogênio. É uma das alternativas na transição energética, já com estimativas no mundo e, de forma muito mais detalhada, na Europa. Daí a razão dessa nossa visita, não só a Roterdã, na Holanda, mas, principalmente, a Bruxelas, que sedia o Executivo da União Europeia.

Lá nós tivemos a oportunidade de ver – de quem conduz esse tema na Europa – que eles já têm um planejamento das coisas que nós precisamos intensificar aqui no Brasil. Embora seja um assunto muito novo, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... ele já tem um cronograma para 2030. Às vezes, a gente pode achar que 2030 está muito longe, mas nós estamos em 2023, portanto, são só sete anos. O objetivo da Comunidade Europeia para 2030, portanto – me perdoe ser repetitivo, é porque, na cabeça da gente, parece que está muito longe –, é de que 55% da matriz elétrica da Europa já seja de origem renovável. Isso inclui, obviamente, a hidroelétrica, inclui a eólica, inclui a solar, mas fundamentalmente a que tem maior tendência de crescimento é a utilização do hidrogênio verde.

O hidrogênio verde – diga-se de passagem para quem nos escuta – recebe esse nome, porque a origem da energia para a industrialização do hidrogênio tem que ser renovável, portanto, hidrogênio verde. Então, eles têm estimativa, na Europa – meu caro conterrâneo, amigo, ex-Senador desta Casa Inácio Arruda –, de que, em 2030, consumam 20 milhões de toneladas de hidrogênio, todo ele de origem renovável, portanto, hidrogênio verde. Desses 20 milhões de toneladas, metade seria produzida na própria Europa e a outra metade, onde nós nos inserimos, seria fruto de importação.

O Brasil tem uma localização geográfica estratégica para exportação para a Europa; tem parcerias, notadamente essa com o porto de Roterdã, mas principalmente nós temos uma coisa que nenhum país dos que compõem as 20 maiores economias do mundo tem: a nossa matriz energética já é mais de 90% de origem renovável; nenhum país do mundo, entre as 20 maiores economias, tem esse perfil! E nós, portanto, já estamos atendendo hoje uma regulação da Europa, da Comunidade Europeia para a importação do hidrogênio que estará valendo para 2030. O Brasil já atende hoje, portanto, isso nos dá uma vanguarda e uma possibilidade de que esse nicho da economia seja um nicho explorado e aproveitado por vários estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, não enxergo nenhum motivo para briga, para competição; ao contrário, o que nós temos é que somar esforços, o que nós temos é que nos antecipar também na regulação dessa questão, na legislação, para que o Brasil possa ter uma legislação que esteja já sintonizada com esse mercado potencial de exportação. Mas o que eu enxergo mesmo, Ministro – e esse era o maior sentido da minha palavra aqui –, é que o hidrogênio não deve ser enxergado pelo Brasil, pelos brasileiros, pelos estados que estão estrategicamente pensando nessa nova matriz energética, como um combustível para exportação, e, sim, que nós, no Brasil, passemos a considerar o hidrogênio verde como matriz elétrica ou matriz de combustão para diversos setores, notadamente aqueles que são de uso intensivo de energia. Eu me refiro, por exemplo, à indústria siderúrgica. E o Brasil, em se antecipando e utilizando o hidrogênio verde, já vai estar se habilitando para exportar minério de ferro; não minério de ferro, mas aço, exportar aço feito com uma fonte renovável de energia, portanto, já considerando exigências que serão feitas certamente para este mundo. Falo da indústria de vidro, que também é intensiva de energia, enfim, de outras utilidades, como em veículos, principalmente, aqueles veículos de maior porte: em trens é recomendável. Creio que o hidrogênio verde será uma excelente alternativa.

Então, Ministra, dada aqui, perdoe... Eu estou muito mais prestando contas dessa viagem, eu cheguei ontem, mas queria dizer da importância que esta Casa dá a essa questão e apelar a V. Exa., ponderar que V. Exa. seja uma embaixadora. O Ministério da Ciência e Tecnologia é certamente um daqueles estratégicos na concepção da política nacional do hidrogênio verde. Então, queria dizer da importância desse tema e pedir, naturalmente, o engajamento, o envolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia nessa que, não tenho dúvida, será uma fonte de muita valia nesse objetivo mundial que é descarbonizar e pôr regras, enfim, na preocupação com o aquecimento global em função da emissão de carbono.

Obrigado à senhora pela presença nesta Casa. Conte sempre conosco aqui. Não tenho dúvida de que a senhora fará um extraordinário trabalho à frente desse ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Bem, Ministra Luciana, com a última explanação dos Senadores inscritos, V. Exa. tem uma difícil missão, que é de responder aqui a todos os questionamentos que foram postos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Primeiro, eu quero dizer que fico feliz com a presença tão de qualidade e quantitativa. São três Comissões, mas, de fato, esses são assuntos da Ciência e Tecnologia que mobilizam esta Casa e que a movimentam numa perspectiva de debater uma política tão estratégica para o país. Eu é que agradeço por ser um debate tão efervescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Wellington, do nosso Mato Grosso, esteve lá no ministério – eu o recebi – com muita disposição. Ele chegou focado e preocupado com o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal. Nós avançamos na solução de dirigentes, mas ainda precisamos dar conta do desafio de garantir uma ferramenta para cuidar de uma biodiversidade tão importante para o país e que precisa de mais cuidados, de uma política pública mais arrojada, que dê conta das potencialidades e dos desafios do Pantanal. Ainda muito conhecido em novelas brasileiras, é preciso que ele se traduza além de uma área muito falada em prosa e verso, pela beleza, pela diversidade, ele precisa se traduzir em riquezas e sustentabilidade para o povo de toda a região.

Então, estou à disposição para a gente continuar esse debate, acolher essas ideias do Sebrae, que é uma instituição muito reconhecida por desenvolver políticas que conseguem fazer com que as vocações econômicas das regiões se traduzam em modelos de negócios e arranjos produtivos locais que agreguem valor, que deem sustentabilidade. Estarei aberta para isso.

Agradeço também o convite para participar desta atividade dos tribunais de contas – ainda vou olhar na minha agenda a possibilidade. E passarei aqui a responder as perguntas.

Em relação à questão do Plano Nacional de Fertilizantes, uma das coisas com que o nosso Ministro Fávaro tem se preocupado é exatamente a dependência que a gente tem de fertilizantes. Aliás, o mundo todo. Ainda mais com a crise da Ucrânia, nós tivemos uma crise de desabastecimento no mundo em relação a esse importante insumo para uma das principais economias do país, que é a nossa capacidade de produção de alimentos, que é a agropecuária.

Então, nós fizemos esse diagnóstico na nossa área, no nosso ministério, do plano, que justamente destacou que a agricultura é um tipo de agricultura tropical, num mundo em que as tecnologias para nutrição de plantas têm foco na sustentabilidade e com o uso de micro-organismos, que é o foco que a gente precisa exatamente dominar, compreender, pela diversidade que isso tem, e é pouco conhecido. Então, a área de pesquisa é vasta nessa direção.

O Ministro Fávaro tem dito que os biofertilizantes são algo sustentável, de um custo factível a que pode se dar escala. Então, é algo que nós queremos desenvolver com o Ministério da Agricultura, para aumentar esse uso de micro-organismos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – ... não só porque isso diminui os gases do efeito estufa, como também... (*Risos.*)

Não, eu acho que é água mesmo, Ministro.

Então, nós vamos usar, sim, insumos biológicos, biofertilizantes. Isso faz parte do nosso foco, porque a orientação é diminuir a nossa dependência, sermos mais autônomos e soberanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma questão que faz parte dessa política de soberania nacional, que é tão estruturante para um modelo brasileiro de desenvolvimento.

Então, nós vamos, sim... São as metas, estamos atento às metas do plano, que vai até 2050. São 121 ações e programas, e nós vamos, conjuntamente com o Ministério da Agricultura, dar o desdobramento que o assunto merece, até porque isso vai reduzir a carga de carbono no agronegócio brasileiro, que é também uma resultante que todos nós perseguimos com muito afinco.

Na outra pergunta, se fala das inovações. Exatamente porque nós conseguimos recompor o fundo – o fundo estava na metade do que é hoje; nós estamos dobrando o fundo – é que nós vamos estabelecer novos editais na inovação. É esse fundo robusto que vai possibilitar uma escala muito maior em parceria com o setor produtivo, que foi a grande luta da indústria brasileira. A CNI, de que o Izalci aqui falou, e o movimento empresarial pela indústria fizeram uma luta, uma verdadeira saga para garantir que o corte não fosse feito. Teve que se derrubar veto do próprio ex-Presidente da República. Não foi uma luta fácil. Foi uma verdadeira saga, que juntou... Porque, se fosse dependesse só da academia e do movimento científico, da comunidade científica, a gente não teria recomposto o fundo, e, mesmo assim, o Governo anterior fez uma medida provisória no último ano, contingenciando até 2026.

Agora, sim, nós vamos poder, com o dobro do fundo, garantir políticas de inovação em áreas estratégicas. Aliás, é por isso que nós fizemos a portaria. Então, a indagação, por sua voz, feita pelo ex-Ministro Marcos Pontes, é exatamente observar a portaria que nós fizemos, da nova estratégia de ciência e tecnologia, que busca os eixos estratégicos de inovação, que são esses dos quais eu também fiz a exposição, da transição energética, tão bem posta aqui por Cid Gomes, da agenda das mudanças climáticas, da nossa necessidade da cadeia de indústria. Então, tudo isso faz parte do pacote de inovação que nós estamos estabelecendo nessa retomada do fundo nacional, que foi reduzido à metade, e nós estamos exatamente recompondo, dobrando esse fundo, para viabilizar a política de inovação no nosso país.

E o fim da Bolsa de Iniciação Científica não existe. Pelo contrário: nós aumentamos a Bolsa de Iniciação Científica Júnior. Ela era de R$400 e subiu para R$700. E a de Iniciação Científica Júnior para o ensino médio passou de R$100 para R$300. Não só mantivemos, como quase que dobramos. A última, a do ensino médio, nós triplicamos.

E nós vamos... O MDS – talvez seja isso que tenha motivado a pergunta –, o Ministério do Desenvolvimento Social, está colocando prazos para ela porque faz parte da revisão que o Ministério do Desenvolvimento Social está fazendo no Bolsa Família, porque a Bolsa de Iniciação Científica Júnior e a Bolsa de Iniciação Científica estão dentro, principalmente... Aliás, a Júnior é que está dentro do pacote do Bolsa Família, e o MDS está revisitando, não na perspectiva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar... Aliás, não acabou. Ela está prevista para, em novembro, passar por uma revisão, até para ampliar a Bolsa de Iniciação Científica Júnior, inclusive porque isso dialoga com as medalhas, com os medalhistas das olimpíadas que a gente faz.

Aliás, as olimpíadas foram... A olimpíada de Matemática, por exemplo, que se ampliou para a rede pública, foi uma decisão ainda do Presidente Lula, quando o Eduardo era o Ministro da Ciência e Tecnologia, e deu a escala que nós temos hoje, de, se eu não me engano, 22 milhões de estudantes que participam das olimpíadas de Matemática. Então, isso é uma iniciativa ainda do ciclo político em que Eduardo foi Ministro de Lula Presidente, e nós estamos exatamente com todo o interesse de, ao contrário, da amplitude, inclusive entregando essas medalhas na agenda do próprio Presidente Lula.

O nosso Presidente, Senador Confúcio Moura, da Comissão de Infraestrutura também dá ênfase a esta questão das cidades inteligentes, buscando puxar a dimensão de que impacto isso tem na qualidade de vida nas grandes cidades. E a gente está procurando, na agenda da transformação digital, buscar os investimentos que façam a confluência. E, por isso, há a importância do Fust, a importância da integração disso com o Ministro Juscelino para que a gente faça, aproveitando, repetindo...

E, um pouco respondendo a Rodrigo, que levantou... Tive a honra de recebê-lo no ministério. Ele fez, como Senador, emendas que impactaram muito nas cidades do Estado de Alagoas, com uma forte conectividade, e pergunta sobre o programa Wi-Fi Brasil. De todos os programas que funcionaram, que têm resultados, que produziram, portanto, um interesse público e que fizeram com que a gente viabilizasse uma infraestrutura na conectividade, nós não vamos abrir mão. Pelo contrário, nós queremos ampliá-los com outros tipos de ferramentas tecnológicas que viabilizem a conectividade.

O que eu falei aqui antes é que a gente tem uma rede muito potente, que é a RNP, que é a nossa rede nacional que é de fibra ótica, que tem uma estrutura espalhada no Brasil e que é uma base para que a gente faça a partir da RNP, dessa grande infraestrutura de fibra ótica, outros tipos de conectividade e abra novas tubulações por que possa passar fibra ótica com ramais, a partir da RNP, amplificando e barateando o custo da conectividade nas diversas regiões do país, principalmente as mais longínquas a que o próprio Senador Rodrigo se referiu. O grande desafio é exatamente fazer chegarem essas tecnologias aonde a fibra ótica não vai chegar. Por isso, há as antenas do Wi-Fi e tantas outras possibilidades que existem hoje, como a computação em nuvem e outras possibilidades que nós estamos estudando para poder viabilizar um plano cada vez mais arrojado, considerando os que já existem, porque já existem desde nossos outros governos. A RNP já tinha um plano de conectividade, e nós queremos é dar escala, procurando os recursos para isso. E o Fust entrando dá outro peso a esse desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o... Quem falou da eletromobilidade aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Foi você mesmo. E também de Angela Amin foi você também, não é? Pronto.

O projeto de lei de Angela Amin eu realmente não conhecia, mas vou tomar pé, porque isso está dentro do nosso escopo, da nossa orientação que, como eu falei na intervenção inicial, é fazer uma forte escala em pouco tempo para capacitação na área de TI, pelo déficit que existe. São 100 mil hoje, e se preveem 500 mil até 2050.

E nós temos que garantir uma forte capacitação nessa área pela importante estratégia que têm essas novas ferramentas tecnológicas, da inteligência artificial, da internet das coisas. E nós precisamos ter desenvolvedores de *software,* programadores, seja em qual escala for numa perspectiva de garantir... E mais quando se fala da capacitação dos profissionais, dos nossos educadores e educadoras. Nós sentimos na pele o que aconteceu na pandemia. Eu estava como Vice-Governadora e vi a dificuldade que nós tivemos para exatamente garantir ensino à distância com a baixa capacitação digital que têm os nossos professores. Eu sei disso, porque eu também sou fruto dessa geração; isso até também é geracional, eu ainda sou analógica. Mas, de fato, isso é imperativo. Nós temos que acelerar o processo de educação digital não só para jovens, mas principalmente para capacitar uma grande rede que possa capacitar mais gente. Esse é o desafio que está posto.

Por isso que os conceitos dos programas de capacitação que nós estamos imaginando são sempre a partir de uma fonte capaz de dar às pessoas que estão aptas, que são as instituições... Os Ifes e as universidades federais têm centros de informática com capacidade para formar professores, estudantes; o que nós precisamos é dar uma gestão que possibilite isso, como algumas experiências vitoriosas, de que eu falei também no início: residência em TIC é uma, embarque digital é outra. Que, a partir da estrutura que existe na universidade, você capacite em escala, em curto período, programadores. Muitas vezes, com dois anos e meio, tecnólogo de ensino superior, você capacita para qualquer tipo de desafio de baixa complexidade ou de alta, mas que esses alunos já se educam praticando, já inseridos no parque tecnológico, com desafios concretos e, com isso, há uma explosão de possibilidades nessa direção.

A eletromobilidade, Senador, eu vi que V. Exa. tem pautado aqui na Casa. A eletromobilidade é também um dos grandes desafios da mobilidade urbana, pessoal. Eu brinco que eu acho que às vezes fica passando um filme na minha cabeça, de quando eu assisti a Os Jetsons. A gente achava que era um mundo fantástico e que não iria acontecer. E está aí o carro autônomo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Será que muita gente aqui sabe o que era Os Jetsons?

A SRA. LUCIANA SANTOS – Será que é do tempo aqui? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Eu já ouvi falar muito.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Eu já assisti.

Então, um pouco é esse fenômeno que está acontecendo em relação à eletromobilidade, à autonomia dos carros, etc.

Uma das pessoas com que eu tenho conversado bastante é da Ford, é o CEO da Ford no Brasil, que é lá da Bahia, onde tem o laboratório do Cimatec, uma estrutura, um parque tecnológico muito potente, que está focado nesse desafio da eletromobilidade.

E os chineses também. Na visita que nós fizemos à China, um dos assuntos que a gente tratou com a indústria automobilística foi como a gente se inserir de maneira a ter um plano objetivo com metas na eletromobilidade também, porque esses são os carros previstos em não muito tempo: nós estamos em 2022, e eles têm planos para em 2030 já entregar uma grande leva de carros com autonomia, com *design* completamente moderno, com uma instalação de *software* muito sofisticada e com a base da energia elétrica como a combustão principal por onde passa o transporte. E, quando você coloca isso na escala pública, no transporte público, também, na China, os veículos de grande velocidade que têm os chineses são fruto exatamente dessa inovação na área da eletromobilidade, e nós estamos também atentos e atentas a esse desafio.

A nossa querida Augusta, que eu não consigo ver que não seja como camarada... Aliás, aqui o Omar acabou de dizer que também foi do PCdoB, e aqui, aliás, tem vários Senadores: a Gleisi, que já foi Senadora também e que é Presidente Nacional do PT; o Lindbergh também já foi do PCdoB.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Eu desconfio que Cid foi da Viração. (*Risos.*)

Esse foi defender.

Mas são muitos, é uma escola. Portanto, eu fico feliz de ver uma escola de formação de grandes quadros políticos da cena brasileira ser oriunda desse partido centenário, que fez 101 anos agora em março. Eu saúdo todos vocês pelo carinho e pela deferência que fazem a esse partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava dizendo que você para mim continua sendo a camarada. (*Risos.*)

E, falando em Omar, só resgatando o assunto que ele colocou aqui importante, que é essa questão da cadeia de petróleo, e o Brasil tem muita autoridade técnica e de inovação para falar disso, porque é quem tem o maior domínio de extração de petróleo no mundo, inclusive em águas profundas, então, hoje, no Cenpes e em vários laboratórios brasileiros... Eu me esqueci de registrar, por exemplo – estava aqui na sala –, o Florival, que foi Diretor da ANP, e José Bertotti, que é químico industrial e que foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco. Eles desenvolvem no laboratório Litpeg, da Universidade Federal de Pernambuco, uma tecnologia em que você embute o gás carbônico de modo a evitar que, na exploração do petróleo, o gás carbônico não retorne: que esses gases fiquem embutidos nas rochas do pré-sal e não causem impacto na atmosfera nem muito menos na sociedade.

Então, são inovações que vão viabilizando muitas cadeias e, por isso, o Omar aqui inquieto com a possibilidade de extração no Amazonas, na Região Amazônica.

São coisas com que nós estamos, na Região Amazônica, dispostos a colaborar, numa perspectiva de garantir que o desenvolvimento seja sustentável, e para o desenvolvimento ser sustentável, necessariamente tem que ter inovação, ciência e tecnologia.

E finalmente aqui... Antes, o Senador Chico Rodrigues pediu para que eu registrasse aqui duas coisas. A inquietação que ele está tendo porque acabou não tramitando... Tem uma posição da Fazenda de análise do projeto de lei dele, mas eu já tive aqui informação do Governo de que há interesse, sim, do Governo na proposição dele, que é garantir, permitir a dedução de doações a projeto de pesquisa, a dedução das doações. Vai para a CAE e depois volta para ir para o Plenário, mas há uma simpatia do Governo em relação a essa iniciativa, assim como há do ministério, mas há também hoje... Embora a Fazenda tenha pedido apenas algumas análises que certamente podem se traduzir em alguma emenda, há também um interesse por parte do Ministério da Fazenda na direção de tramitação dessa proposição do Senador Chico Rodrigues.

Ele pediu para que eu também destacasse, em nome dele, a relevância que ele dá à Estação Antártica, e eu disse a ele que de fato aquilo ali, para nós... A gente acabou de liberar recursos para desenvolvimento dos equipamentos, das ferramentas para aquele estratégico laboratório de pesquisa que está na Estação Antártica. Eu, inclusive, ainda não o conheço, mas está na minha agenda a visita a esse importante e estratégico centro de pesquisa e de estudos.

Cid Gomes, nosso Senador cearense, de fato, Cid, a gente nunca abriu... No máximo a gente tem uma arenga, como a gente diz lá em Pernambuco, mas de fato é o que você diz: isso é um potencial para o Nordeste, para toda a região, mais do que para outras regiões do país, e isso vai ao encontro de a gente enfrentar desigualdades e assimetrias regionais, porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma vocação natural muito maior por conta de que a separação do oxigênio e do hidrogênio pode se dar por conta da luz, por causa da fotólise, que faz com que a gente tenha mais potencial, e também por conta da nossa posição estratégica, que sempre foi uma variável competitiva na relação com a Europa.

E acho que você tocou num assunto que é exatamente o que o Presidente Lula falou na Comissão de Política Energética, essa foi a questão que ele destacou. Depois que todo mundo debateu, que levantou, que explicou... Porque eu disse aqui na intervenção inicial, Cid, que eu acho que o hidrogênio verde é a estrela do momento, assim como o etanol foi – continua sendo, mas foi num determinado período –, exatamente pelo fato de o Brasil liderar uma matriz energética limpa e renovável, por ser responsável... Nós temos essa liderança porque quase 90% da nossa matriz, oitenta e poucos por cento, quase 90% da nossa matriz energética é limpa e renovável, e nós não podemos perder essa liderança nem deixar de aproveitar a oportunidade, seja porque a gente tem uma base científica que tem soluções, que resolve, tem competência técnica para isso, tem uma base científica capaz, seja de equipamento, seja de inteligência.

E a gente, portanto, não pode perder o *timing*, o tempo. E, no caso do hidrogênio verde, nós não estamos devendo a nenhum país do mundo; nós estamos *pari passu* ali, desenvolvendo na mesma complexidade e na mesma velocidade em que há essas descobertas.

E, para isso, nós tivemos, Cid... Voltando ao que você destacou e que o Presidente Lula destacou. Depois que ele ouviu várias universidades e a comissão de política energética, ele disse: "Mas nós precisamos cuidar disso não para a exportação; nós precisamos cuidar disso para o nosso mercado, para a gente poder usar a nossa riqueza para nós mesmos". Foi exatamente esse ponto que o Presidente destacou na reunião da comissão de política energética. E você, de fato, aborda algo que é estratégico na ótica da nossa soberania, da nossa autonomia nacional.

E, nesse sentido, Cid, na semana passada, eu e o Secretário Luis Fernandes – que já foi Secretário de Eduardo Campos, o nosso Luis, como a gente o chama carinhosamente, Luis Português – estivemos lá numa reunião com o Jean Paul, Presidente da Petrobras, com o Gordon, que é o Diretor do BNDES, que foi Presidente da Embrapii, e com o gigante – como é o nome dele? – Tolmasquim. Nós tivemos uma conversa na direção de a gente fazer um pacote de investimentos que inclua Petrobras – porque, como eu disse aqui, brincando com todo mundo, eu fico atrás dos primos ricos que o ministério tem – e BNDES, para a gente fazer um fundo. Não é que cada R$1 que a gente bote da Finep, não – que é a nossa mais potente... Até porque tem que ser proporcional aos orçamentos. Eu disse a eles que tem que ser proporcional aos orçamentos. Mas a gente fazer um bem bolado, com foco, com metas, focado na transição energética. E, entre eles, está lá, com um papel de destaque, o desenvolvimento da pesquisa no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrogênio verde e tudo que isso enseja de infraestrutura e os impactos objetivos na vida dos brasileiros e brasileiras.

Então, estamos muito sintonizados nesse sentido. É o que a gente está procurando exatamente desenvolver, e eu fico feliz...

Eu ainda não fui lá no Porto de Suape, nesses contêineres que tem lá. O Lucchesi, que é do CNI, já me falou da importância de eu também conhecer lá o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Não, o Cimatec também, mas eu digo o Porto de Suape também. O Cimatec eu falei que estava no meu radar, que é exatamente no caso da eletromobilidade; mas, no caso do hidrogênio verde, ele sugeriu que eu fosse conhecer o Porto de Suape. Quem sabe eu consigo encaixar uma viagem bate e volta. Dependendo do que tiver na minha agenda, eu acompanho a sua Comissão para a gente aproveitar e apagar qualquer divergência sobre a Transnordestina. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ministra...

A SRA. LUCIANA SANTOS – Estou brincando aqui, Senador.

Um grande abraço e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Caminhando para o nosso encerramento já, antes de passar às perguntas dos nossos espectadores, internautas, eu gostaria de só comentar com a senhora um ponto, uma preocupação que me veio aqui de uma parte da apresentação.

Acho muito interessante, como citou o Senador Cid, que sejam retomados programas bem-sucedidos, e que tenham sequência, mas que este Governo também não cometa os erros que cometeu no passado, porque não foram somente acertos.

Vou citar, por exemplo a Venezuela, era sócia pretensa de uma refinaria no seu estado, não cumpriu, e o prejuízo ficou para os brasileiros, para os nossos contribuintes; quando nós descobrimos o pré-sal, nós poderíamos pegar o gás produzido nas plataformas e torná-lo a segunda fonte de energia para a indústria brasileira, mas não, decidimos comprar o gás da Bolívia, porém a estatal boliviana não tem produtividade, e hoje a gente tem 20% a menos do que precisa. Nós estamos 20 anos atrasados na questão do gás natural para as empresas. Eu acredito que o melhor passo que se tenha dado foi a votação do marco do gás, que vai permitir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desenvolvimento mais ágil de políticas. Quer dizer, foi um tropeço, na minha opinião, naquele momento da política externa.

Aqui a senhora citou a questão de um Reator Multipropósito Brasileiro com a Argentina. Esse reator é um assunto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, mas nós sabemos que a Argentina não tem condição de pagar nenhum tipo de compromisso hoje. Tanto que o próprio ministro, o atual Ministro da Economia, está pedindo ajuda para o país. A senhora acredita mesmo que essa parceria possa sair do papel? Não acaba sendo somente por conta do orçamento do nosso país?

Outra coisa, a senhora citou a formação de 100 mil profissionais de tecnologia que podem chegar a 500 mil em 2023, se não estou enganado aqui, não é?

A SRA. LUCIANA SANTOS (*Fora do microfone*.) – É o défict.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É o déficit, não é? Mas como fazer isso em tão pouco tempo? Quais as políticas que nós vamos ter que implantar para a gente conseguir triplicar o número de profissionais dessa mão de obra que a senhora citou aqui? Por favor.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – A decisão política que levou o Lula naquele tempo e que hoje preside a política externa brasileira é que a gente é um país que precisa se reinserir, porque o Brasil ficou muito isolado neste período anterior, e pelo prestígio que o Presidente Lula tem em todas as partes do mundo. Quando foi à Europa, nós fomos bastante acolhidos pelo Primeiro-Ministro da Espanha, assim como também pelo Presidente de Portugal, assim como a visita que nós fizemos à China, que nós fizemos à Argentina ou ao Uruguai.

O que preside a lógica da política externa brasileira? É a gente ter um espírito de cooperação internacional, aproveitando as potencialidades daquele país e fazendo trocas de experiência pela *expertise*, pelo acúmulo, pelo que eles compreendem, e a gente desenvolver várias possibilidades: de transferência tecnológica, como nós estamos fazendo, por exemplo, na Hemobrás, com os franceses; também com os espanhóis, uma parte da cadeia é desenvolvida com os espanhóis, ou seja, onde houver *expertise*, troca de possibilidades, é a aposta que se faz. Eu penso que esse é o espírito que move o Presidente.

Por exemplo, quando ele decide ir à Argentina, porque o Brasil tinha desistido de sentar na Celac, é para poder restaurar relações com os países da América Latina e do Caribe, sendo o Brasil aquele que pode liderar os interesses dessa região. Aliás, o mundo todo se move no sentido de criar mercados regionais mais fortes, para que disputem com outros mercados em condições melhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, esse é um debate que a gente está fazendo em relação à cooperação, que há mais de 20 anos não sai do papel, dos países do Mercosul com a comunidade europeia.

Então, nós vamos nos mover principalmente pelo interesse nacional. É certo que às vezes essas apostas são apostas que não deram certo, entre elas essa que o senhor citou. De fato, a Venezuela... A Refinaria Abreu e Lima, lá de Pernambuco, não teve a reciprocidade que se esperava da Venezuela, mas era, na época, algo lógico, porque a maior economia venezuelana é na área de petróleo, e não é desprezível. Portanto, com o acúmulo que eles têm na área de petróleo, era até natural que isso desenvolvesse. Foi uma aposta que se fez num país que tem como principal economia a cadeia do petróleo. E de fato não deu certo.

O Brasil acabou assumindo, mas, hoje, nem por isso a Refinaria Abreu e Lima deixou de cumprir o seu papel precípuo, a que se propunha. A gente hoje desenvolve o diesel muito refinado. Se eu não me engano, a gente é responsável por quase 30% do... Não sei se é o S-10 ou o S-20, porque não estou lembrada exatamente. E, na verdade, o que mais retrocedeu na política da refinaria foi a decisão do Governo anterior de privatizar. Nós até hoje... Resultado: a Refinaria Abreu e Lima paralisou, nem privatizou e nem andou, porque o segundo trem da refinaria ficou paralisado, e a gente passou a ter uma abissal e estrondosa importação de derivado de petróleo. Nos dez primeiros ou vinte primeiros produtos de importação, estão lá os derivados de petróleo. Isso, sim, eu acho que é... Porque é um conceito de... Você acaba aumentando a dependência dos derivados de petróleo. E acho que refinaria por si só é algo que precisa existir para a gente dominar a tecnologia e diminuir o déficit da balança comercial que nós temos dos derivados de combustível. Mas, de fato, naquela época, a resultante foi essa.

A mesma coisa em relação... Quando se tem um conceito de integração dos países da América Latina, eu acho que é correto, pressuposto que você tenha que ter uma relação de os países mais potentes economicamente ajudarem os mais frágeis – essa é uma relação de cooperação, não é uma relação de exploração, e, ao mesmo tempo, uma cooperação que procura absorver o que há de *expertise*, de domínio tecnológico. É o caso da Bolívia, que tinha e tem ainda uma das principais reservas de gás, e o Brasil tinha uma relação draconiana com a Bolívia. Era para restaurar uma relação numa outra qualidade, num outro patamar. De fato, é outro tipo de experiência que, na resultante, foi uma aposta que que não teve a lógica do ganha-ganha que deve presidir as nossas relações, mas é o conceito de uma política externa em que se possa ser parceiro dos vizinhos, e não exercer uma força econômica maior para subjugar economicamente os países. Foi um pouco o que aconteceu quando se restaurou o acordo que se tinha com Itaipu; era algo muito desigual para o Paraguai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são reformulações de relações contratuais de interesse multieconômico que se deram numa lógica de respeito, e, ao mesmo tempo, com isso, o Brasil não perde, também ganha. Então, isso é o que, por exemplo, aconteceu em relação a Itaipu.

Com a Argentina, embora a Argentina passe por uma situação econômica desequilibrada, essa não é uma cooperação nova; ela é bastante antiga, porque a Argentina tem *expertise*, são eles que fazem o projeto. Nós não temos *expertise* para fazer um projeto de reator multipropósito; a gente contrata a empresa de ciência e tecnologia que é capaz de desenvolver o projeto. Então, é algo em que a gente tem um ganho por isso, porque objetivamente nós não temos *expertise* para desenvolver um projeto de reator. Aliás, nessa parceria – de que eu não me lembro a data, mas é de vários anos, é mais de uma década de parceria –, eles andaram muito mais rápido com o reator deles, e a gente não. A gente é que está atrasado na cooperação, que é longeva; não é do período de Lula e Dilma, é do período do Estado brasileiro, assim como são os satélites, é da década de 80, não é? São coisas que a gente estabelece procurando ter alguma linha de permanência numa política de Estado que interessa ao Brasil. A gente quer ter o reator multipropósito, e a Argentina tem a *expertise*. É algo que a gente vem desenvolvendo não só nesse período mais recente, mas já há algumas décadas.

E, para a capacitação, Presidente, a gente ainda não botou meta, mas a gente está de olho no déficit, que é esse de 100 mil, e nós vamos fazer um verdadeiro, vamos dizer assim, mosaico de possibilidades, que são muitas: lei de informática e tudo que tiver. Eu sempre digo o seguinte, Presidente, eu sou adepta da Lei de Lavoisier: nada se cria, tudo se transforma, porque parto do seguinte pressuposto, o que deu certo, o que existe de experiência positiva – eu conheço a experiência de Londrina, quer dizer, conheci agora, já conhecia a de Pernambuco, estou conhecendo a residência em TICs –, onde tiver experiência positiva, nós vamos fazer uma grande equação, um pacotaço numa perspectiva de estabelecer metas com todas as fontes de financiamento que estejam ao nosso alcance, numa perspectiva de fazer uma forte capacitação para responder a um desafio que é imperativo: ou a gente faz isso, ou a gente vai perder a capacidade de responder à transformação digital, que é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É preciso reconhecer que há um atraso muito grande, em todas as áreas.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Em algumas delas; em outras, a gente consegue liderar – não é? –, a aérea, a matriz energética, mas essa da transformação digital é algo de que a gente está precisando correr atrás.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Bem, nós vamos encerrar com as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que boa parte do que está aqui já foi respondido pela Ministra.

Por exemplo, José Pedro, aqui do Distrito Federal – Ministra, a senhora me corrija se quiser complementar algum ponto, só por alguma fala a mais que a senhora queira ter aqui –: "Existem entes públicos de pesquisa e desenvolvimento aplicado suficientes para os desafios do país? Quais áreas merecem um centro novo?". A senhora já falou sobre esse assunto, sobre as questões inclusive de desenvolvimento com as universidades federais e os institutos federais, não é isso? Então, obrigado ao José Pedro.

A Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Quais são as principais medidas para ampliar o acesso à educação científica e tecnológica, especialmente para as comunidades marginalizadas?". A senhora quer comentar? Acho que já falamos bastante também.

Eduardo Witter, de Goiás: "O que deve ser feito no ministério para melhorar o desenvolvimento do país?". Também a Ministra explanou muito bem.

Lucineide Alessandra, do Distrito Federal: "Como as ações do ministério cooperam para que os estudantes compreendam, utilizem e criem tecnologias?".

Ismael Vieira, de Sergipe: "Quais estratégias serão adotadas para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e promover a inclusão digital?".

José Cleiton, da Bahia: "Quais estratégias para transformar o Brasil em um *player* competitivo em ciência e tecnologia na economia mundial?". Também foi falado.

Caê Moura, do Distrito Federal: "Quais as ações para a ampliação do serviço de conectividade satelital no país? Algo sobre satélites de baixa órbita?". Ministra, sobre isso eu acho que nós não falamos ainda.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Sim. Esse da Embraer tem satélite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Tem satélite.

A senhora quer complementar alguma coisa, algo sobre satélite de baixa órbita?

A SRA. LUCIANA SANTOS – Dessa subvenção econômica, dos 360 milhões, uma parte é exatamente para satélite de pequeno porte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ótimo.

Alexandre Souza, do Rio Grande do Sul: "A Ceitec será inserida na política nacional de semicondutores e microeletrônica, para não acontecer uma nova liquidação da empresa?". A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora já comentou que ela agora é prioridade inclusive na retomada do desenvolvimento de microprocessadores.

Comentários, Ministra.

Natanael Dias, de São Paulo: "Bolsistas PCI, do CNPq, ainda não receberam os reajustes das bolsas, somente aqueles que têm força de representação. Se a senhora quiser perguntar a alguém da...

Todos recebem conjuntamente?

A SRA. LUCIANA SANTOS – Veja o nosso Presidente do CNPq ali.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Presidente.

O SR. RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO (Para expor.) – Bom, essa é uma pergunta recorrente. É que as bolsas PCI são sustentadas por recursos do FNDCT. Eram esses recursos que tinham sido contingenciados. Isso estava na medida provisória do Governo Bolsonaro, que contingenciou os fundos. Agora, recuperando, então, teremos recursos para aumentar o valor das bolsas PCI. Foi uma consequência da ação do Governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – E há uma previsão para o pagamento, Presidente?

O SR. RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO – Nós estamos agora vendo direitinho quanto tem de recurso do FNDCT e esperamos ainda este semestre poder fazer um aumento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – O.k. Muito obrigado pelo esclarecimento.

Josianne Pantoja, do Amazonas, comentário: "Que a tecnologia e inovação venham para ajudar a vida da população brasileira".

José Cleiton, também da Bahia, participante: "Eu me sinto muito feliz por estar em um país com uma mulher liderando a ciência e tecnologia. Espero que possa empoderar grandes mentes" – faz um elogio aqui à trajetória da Ministra.

A senhora quer fazer algum comentário final, Ministra, antes do encerramento? Fique à vontade.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Só quero agradecer mais uma vez, Presidente, Senador Carlos Viana, a todos os outros Senadores e Senadoras que se fizeram aqui presentes. Eu penso que a presença desses Senadores e Senadoras revela o quanto esta Casa tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar prioritário para a política de ciência, tecnologia e inovação no país. Fico contente por isso e também pela produção legislativa, que é bastante rica e densa, no sentido de, cada vez mais, agregar ao programa e ao plano que nós estamos debatendo.

Tudo o que nos move é atender ao programa eleito nas urnas, pelo Presidente Lula, que é enfrentar as desigualdades no país, que é garantir a retomada da atividade econômica, o processo de reindustrialização para a atividade econômica. Ele é decisivo e ele precisa se dar, nessas novas tecnologias, nas cadeias produtivas mais dinâmicas que há no mundo e no Brasil.

Além desses desafios, que são próprios brasileiros, na nossa cadeia de saúde: nós temos o SUS, que é um patrimônio do povo brasileiro. Só no nosso SUS, nós temos uma imensidão, uma base científica arrojada, que não deve a nenhum país do mundo da sua capacidade científica, tecnológica, demonstrada com muita eficácia, com muita firmeza no período mais recente da pandemia. Se não fosse o SUS, com os impactos de ter sido o segundo pior resultado do mundo em mortes, nós não teríamos respondido àquele momento por que o mundo todo passou.

Ou seja, eu tenho muito otimismo, sabe, Presidente, porque nós temos uma base científica e acadêmica potente, arrojada, e nós precisamos fazer com que essa produção vá, cada vez mais, ao encontro das necessidades dos cidadãos e cidadãs brasileiras.

Nesse sentido, vejo vontade política no Presidente Lula, convicção desse caminho. Por isso mesmo que ele procura restabelecer ferramentas e instrumentos que vão financiar, como é o caso do fundo, como é o caso do diálogo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, ou seja, há um movimento em curso, entendendo a velocidade com que nós temos que responder, que é um desafio do mundo inteiro, de entrar nos grandes desafios de inovação tecnológica, e a gente está, portanto, 100% mobilizado nessa direção.

Tenho certeza de que vou contar, como contei aqui, no dia de hoje, com um debate elevado, com um debate no plano das ideias. É assim que a gente faz valer um caminho mais correto, que o povo brasileiro espera de nós. A gente vai, portanto... Quando eu digo "a gente", nossa equipe toda vai estar à disposição para que a gente avance muito nos desafios brasileiros para inovação e tecnologia na nossa ciência.

Viva a ciência brasileira!

Um grande abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Desejo muito boa sorte à Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma questão que não envolve posicionamentos políticos ideológicos; é uma questão de interesse nacional. Que o Brasil possa se desenvolver soberanamente e ocupar o espaço que merece, porque a gente percebe a importância que o mundo dá ao nosso país, o quanto nós podemos colaborar, e é hora de realmente nós termos um centro muito grande na formação dos jovens, na formação dessa mão de obra, na distribuição da igualdade na tecnologia, de nós trabalharmos um país que seja de maior oportunidade para todos, principalmente neste mundo em que a gente obtém o chamado – retomei uma expressão antiga – "admirável mundo novo". Isso é uma coisa lá dos anos 80...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – ... "admirável mundo novo", e que agora está aí, batendo em nossa porta.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença da Sra. Ministra Luciana Santos e encerro esta audiência conjunta.

Muito obrigado a todos, senhores.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Alan Rick, Teresa Leitão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Damares Alves, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Não comparecimento justificado do Senador Carlos Portinho, conforme REQ nº 186/2023-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 7ª, 8ª e 9ª reuniões, que são aprovadas. O Senhor Presidente faz breve apresentação do resultado da visita técnica realizada à empresa Google internacional, em Mountain View, na Califórnia, Estados Unidos. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2374, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dá nova redação os dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CCT a 5-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4310, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CDH/CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 103, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 130, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novo Amanhecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Dutra, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dueire (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maragogipe, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Jaguarari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguarari, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Recanto Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matelândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Pojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pojuca, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Caruaru, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/24

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª, 8ª e 9ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que o item 1, não terminativo, será votado pelo processo simbólico e os itens 2 a 14, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico ao final leitura dos relatórios.

Gostaria de levar aos Srs. Senadores o resultado de uma visita que fizemos a convite da empresa Google internacional, em Mountain View, na Califórnia. Eu e o Senador Rodrigo Cunha estivemos presentes no lançamento dos novos *hardwares* da Google e do novo sistema de inteligência artificial, que chegará ao Brasil agora, me parece, no mês de junho, que é o Bard. Fomos muito bem recebidos como Comissão, saudados, inclusive, pelo Presidente da empresa. Foi uma apresentação muito, muito inteligente, uma coisa muito bem feita lá na sede do Google.

Nós tivemos também uma reunião com a vice-presidência da empresa, que se posicionou com relação à propositura de legislação sobre a questão da inteligência artificial no Brasil, que está nesta Comissão. Eles demonstraram pontos de preocupação e pontos de colaboração, que entendi que são muito bem-vindos por conta daqueles que executam a inteligência artificial.

E lá, para surpresa, ou melhor, não surpresa, encontrei um pernambucano, como os muitos inteligentes que há em Pernambuco, que é hoje um dos diretores internacionais do Google. E ele nos colocou à disposição uma ferramenta que o Google desenvolveu para prevenção de enchentes por satélites. A prevenção, a leitura é feita em áreas que constantemente têm problemas de inundação, e esse sistema foi colocado à disposição do Brasil. A Ministra de Ciência e Tecnologia, que esteve conosco aqui na semana passada, recebeu já a notícia, e o Ministério da Ciência e Tecnologia está em conversa com o Google para que esse sistema possa ser trazido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu pensei, imediatamente, em duas capitais importantes que sempre têm dificuldades, que é a minha Belo Horizonte e Recife, que são cidades com bacias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Isso, cidades com bacias muito intensas e que sofrem com problemas de inundação.

A empresa tem um interesse muito grande em colaborar com o país, utilizando as imagens de satélite, inclusive com um sistema de alerta às prefeituras e aos governos estaduais, por meio de prevenção, que podem ter um cadastro de todas ou usar as antenas de celular que estão ao redor e que fazem a cobertura daquela parte geográfica e dar um alerta a todos os telefones celulares daquela região sobre a questão das inundações e a prevenção no caso de risco.

Foi uma conversa muito produtiva com a direção do Google. Ele também se prontificou a nos visitar aqui e participar das audiências da Comissão, numa visita ao Brasil que fará muito breve. Eles querem estar conosco aqui nas audiências públicas para que possam trazer a experiência do Google com relação à inteligência artificial e colaborar. Somos quatro países no mundo hoje que têm a proposta de um arcabouço para essa questão de um marco para a inteligência artificial. Entendo que se trata de prestígio para o Senado, prestígio para a nossa Comissão. Na medida do possível, vamos delimitando essas datas para que a gente possa fazer essa apresentação e ouvir a direção internacional da empresa Google aqui no Senado Federal.

É uma das experiências mais interessantes você estar no centro de desenvolvimento. E aí a gente percebe, Senadora Jussara, que o trabalho é muito mais amplo do que apenas a legislação. Vamos esperar um pouco mais outros Senadores, mas nós temos um projeto de lei que foi apresentado que traz a experiência dos debates que foram feitos no ano passado, mas apenas pelo lado legal. Nós temos que fazer mudanças nesse projeto para naturalmente não criar amarras na produção e na pesquisa. Mas que a gente possa pelo menos dar um sistema de princípios a essa questão da inteligência artificial, no respeito ao ser humano, à ética, à questão dos dados pessoais. Acho que nós estamos avançando num passo muito seguro. Já temos o projeto da legislação, agora nós vamos fazer a parte da discussão com a sociedade para que a gente possa apresentar todo o resultado.

Eu pergunto aqui aos Senadores se concordam com a inversão de um item. O Senador Fernando Dueire solicitou que o item 12 fosse lido em primeira mão para que ele pudesse ter os compromissos já agendados cumpridos.

Então Senador Fernando Dueire, a palavra, por favor.

O Senador vai nos trazer o PDL 134, de 2022.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

À vontade.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Bom dia, querido Presidente, Senador Carlos Viana, Senadores e Senadora Jussara.

Presidente, em primeiro lugar, peço a sua permissão, antes de ir direto ao projeto de decreto, para elogiar a iniciativa da visita que a Comissão fez, representada por V. Exa. e pelo Senador Rodrigo. É fundamental a troca de experiências e, sobretudo, a busca de conhecimentos nessa área tecnológica. Isso traz avanços significativos para matérias como a inteligência artificial e, de repente, a disponibilidade de ferramentas que possam vir a ajudar a população brasileira, em particular as grandes cidades que sofrem com problemas de pluviometria.

O Recife, por exemplo, citado por V. Exa., é um território com 200km² e – fora o Rio Capibaribe e o Rio Beberibe – com cerca de 99 canais, 100 canais. Então é uma cidade que não aguenta uma pluviometria mais forte, é uma cidade que sofre bastante e que tem uma população vulnerável também muito grande.

Lá em Recife, Senador Carlos Viana, nós temos o chamado Porto Digital, onde nós abrigamos ecossistemas de empresas na área de tecnologia que formam capital humano e prestam grandes serviços ao país. Certamente, esse pernambucano que V. Exa. encontrou deve ter vindo desse ecossistema bastante relevante. Dessa forma, quero elogiar a visita que V. Exa. fez com o Senador Rodrigo Cunha.

Indo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 134.

Sr. Presidente, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 134, de 2022, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, o relatório já foi divulgado na íntegra, com a devida antecedência. Portanto, peço licença para irmos direto ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 134, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto que encaminho, Sr. Presidente, aos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Coloco em discussão a matéria, lido o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O item seguirá para votação nominal em bloco, como já anunciado por esta Presidência.

Vamos anunciar agora o item da Senadora Jussara.

Só um minutinho... Aqui.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maragogipe, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Senadora Jussara Lima, concedo-lhe a palavra para leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento aqui o Senador Carlos Viana, Presidente da CCT; cumprimento aqui o nosso querido Senador de Pernambuco, o Senador Fernando, que é essa simpatia. O povo pernambucano está de parabéns.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maragogipe, Estado da Bahia.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

Análise.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 383, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maragogipe, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado à Senadora Jussara Lima, pela leitura do relatório do PDL 383, de 2019.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Também, item para votação nominal em bloco.

Eu convido a Senadora Jussara Lima a assumir a Presidência para a leitura do meu relatório, que está previsto aqui na pauta. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Concedo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero agradecer aqui ao nosso Presidente por esta oportunidade. Muito obrigada pela confiança.

O item 6 é o PDL 383, não é isso? (*Pausa.*)

Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 670, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo-lhe a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Senadora.

Bom dia ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Bom dia, Senador Viana. Bom dia, Senadora Jussara.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Bem-vindo!

Aqui preciso ler o relatório completo, uma vez que esse item voltou, mas não é longo. Nós procuramos fazer um relatório bem sucinto.

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2019 (nº 1.044, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O referido ato foi objeto do Requerimento nº 12/2022-CCT, aprovado pela Comissão Diretora desta Casa em 25 de maio de 2022, que solicitou ao Ministro de Estado das Comunicações documentação da entidade e de seus dirigentes originalmente não acostada aos autos do processo, capaz de comprovar o devido cumprimento das exigências legais e regulatórias para a execução do serviço.

A resposta ao requerimento veio por meio do Ofício nº 14.965/2022, de 30 de junho de 2022, a partir do qual a pasta responsável pela outorga encaminhou a Nota Informativa nº 776/2022, de 14 de junho de 2022, elaborada por sua então Secretaria de Radiodifusão.

Em 12 de dezembro daquele ano e no último dia 23 de março, foram juntados ao processo documentos relativos ao pleito aprovado por esta Casa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar junto ao Ministério das Comunicações a comprovação da existência de todos os documentos, tanto da entidade interessada pela outorga quanto de seus dirigentes, aptos a contemplar as exigências legalmente estabelecidas.

Em resposta ao questionamento apresentado, a já mencionada Nota Informativa nº 776/2022 informou que toda documentação solicitada por esta Comissão teria sido acostada aos autos do processo, o que só foi efetivamente realizado a partir da anexação de certidões realizada em 12 de dezembro de 2022 e no dia 23 de março recente.

Após o exame dos referidos documentos, constatamos que ficaram satisfeitas as condições legalmente previstas para a outorga da concessão objeto do PDL nº 670, de 2019, que deve ser aprovado.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 670 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sra. Presidente.

Fico feliz em poder ler e aprovar o relatório de quem presta bons serviços a Minas Gerais. Infelizmente, por conta da ausência de documentos anteriores, não foi possível, mas agora estamos entregando aqui a aprovação para que os Srs. Senadores possam votar em bloco, mais à frente.

Bom dia, Senador Flávio Bolsonaro, bem-vindo!

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Devolvo a Presidência ao Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Poderia continuar, está indo muito bem.

Obrigado, Senadora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vou ler o item 1. Senador Flávio, podemos ler o relatório?

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2374, DE 2019
- Não terminativo -

Dá nova redação os dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com cinco emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra para a leitura, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos aqui da Comissão.

Trata-se do projeto de autoria do Senador Romário, que dá nova redação aos dispositivos da Lei 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica e dá outras providências.

Esse Projeto de Lei é o nº 2.374, de 2019, e eu tomo a liberdade, Presidente, de passar diretamente à leitura da análise do parecer.

O PL 2.374, de 2019, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à CCT opinar sobre proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica. Como a proposição será analisada posteriormente pela CAE, iremos nos ater apenas aos seus aspectos relacionados à ciência e tecnologia.

As dificuldades e os custos decorrentes da burocracia envolvida na importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica no Brasil são do conhecimento de todos que atuam na área, e a proposição de autoria do Senador Romário aqui analisada pode contribuir para sua superação. Com o intuito de aprimorar a matéria, apresentamos cinco emendas.

A primeira emenda propõe a supressão da redação dada pelo projeto ao §2º do art. 1º da Lei 8.010, de 1990, já que tal dispositivo foi introduzido pela Lei 13.322, de 2016, com redação substancialmente idêntica à proposta no projeto.

A segunda emenda propõe mudança na redação do §4º do art. 2º da proposição, de forma a suprimir a expressão "isentos de pagamento de tributos de qualquer natureza". Essa expressão pode ser interpretada como uma possível ampliação das isenções previstas no *caput* do art. 1º da Lei 8.010, de 1990, invadindo a competência dos estados em legislar sobre impostos de sua alçada, o que certamente poderá vir a se constituir em obstáculo à aprovação e sanção do projeto de lei.

A terceira emenda propõe mudança na redação do §9º do art. 2º do projeto de lei com dois objetivos.

O primeiro objetivo é evitar que apenas o pesquisador seja responsabilizado pelos problemas especificados e também tornar as instituições e entidades credenciadas a realizar importações de bens de pesquisa como corresponsáveis.

O segundo objetivo é o de tornar indivíduos, instituições e entidades credenciadas a importar bens para a pesquisa corresponsáveis por desvios da finalidade declarada das importações ou por desrespeito às normas de segurança estabelecidas em regulamento para a importação de bens que envolvam riscos humanos e ambientais.

A quarta emenda propõe a introdução de um art. 3º que determine a elaboração, pelo Poder Executivo, de regulamento para a aplicação das normas previstas no projeto de lei em um prazo de 180 dias. Espera-se que tal regulamento venha a orientar a atuação dos órgãos públicos responsáveis pelo controle e fiscalização das importações, no sentido de promover a desburocratização e a simplificação das importações de bens para pesquisas previstas neste projeto de lei.

A quinta emenda altera a numeração do art. 3º do projeto de lei e altera o prazo para que a lei entre em vigência após os 180 dias previstos para que o Poder Executivo publique a regulamentação da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto Lei 2.374, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCT
Suprima-se a redação dada ao § 2º do art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, conforme constante do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.374, de 2019.

EMENDA Nº 2 - CCT
Dê-se ao § 4º do art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, conforme constante do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.374, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 2º .....
'Art. 1º .....
.....
§ 4º Os bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, como estipulado no § 3º deste artigo, terão licenciamento, desembaraço aduaneiro e liberação automáticos e imediatos, independente de seu valor declarado, mediante assinatura de termo de liberação pelo credenciado no CNPq.
.....' (NR)"

EMENDA Nº 3 - CCT
Dê-se ao § 9º do art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, conforme constante do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.374, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 2º .....
'Art. 1º .....
.....
§ 9º Os indivíduos e instituições credenciados nos termos do § 2º deste artigo a realizar importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica serão corresponsáveis, na medida de seus atos ou omissões, por desvios da finalidade declarada para o ingresso do material e por desrespeito às normas de controle e vigilância estabelecidos em regulamento.' (NR)"

EMENDA Nº 4 - CCT
Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 2.374, de 2019, renumerando-se os demais:
"Art. 3º A aplicação desta lei à importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica será objeto de regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 180 dias."

EMENDA Nº 5 - CCT
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2.374, de 2019, a seguinte redação, renumerando-o para Art. 4º:
"Art. 4º Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação."

Esse é o relatório, Presidente.

Só para comunicar também que todas as alterações foram feitas em conjunto com a assessoria do Senador Romário para que o projeto fosse aprimorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, pedindo sua aprovação com as emendas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

É uma proposta muito interessante essa do Senador Romário de facilitar a importação de equipamentos para pesquisa. Muito apropriada.

Esse é o único item não terminativo que nós temos na pauta. Portanto, a votação será simbólica para que o item possa ser encaminhado a outra Comissão.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório lido pelo Senador Flávio Bolsonaro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria, portanto, será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Eu pedi ao Senador Fernando Dueire que fizesse uma leitura *ad hoc* de projeto da relatoria do Senador Eduardo Gomes, que está pedindo a gentileza de passar adiante e a gente poder ir liberando a nossa pauta.

Agradeço a paciência, viu, Fernando? Eu sei que você está com pressa.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 524, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novo Amanhecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Dutra, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Gomes
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Leitura, *ad hoc*, do Senador Fernando Dueire.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sra. Senadora Jussara, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 524, de 2019 (nº 2.801, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novo Amanhecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Dutra, Estado da Bahia.

Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, o relatório já foi divulgado na íntegra com a devida antecedência. Portanto, peço licença para irmos direto ao voto.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 524, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novo Amanhecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Dutra, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº -CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a votação.

A votação será nominal e em bloco.

Antes de darmos sequência à pauta, gostaria de perguntar ao Senador Rodrigo Cunha se gostaria de se manifestar sobre a visita que fizemos à Google na semana retrasada, em que ele esteve conosco. Já fiz aqui um primeiro apanhado do nosso trabalho.

Logo em seguida eu quero ouvir dos Senadores sobre a questão das nossas audiências públicas.

Senador Rodrigo Cunha, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente, Senador Carlos Viana, é importante tratar dessa viagem porque é um assunto sobre o qual esta Comissão, acredito que na primeira reunião, já se debruçou, que é a importância da regulamentação da inteligência artificial, que é algo que pode parecer longe para alguns, mas que está perto de todos, desde os nossos profissionais da comunicação até os usuários de serviços públicos e também quem utiliza a internet e não apenas isso.

Então, estar no maior evento de uma das maiores empresas do planeta que escolheu como tema justamente a sua ferramenta de inteligência artificial, isso demonstra que investimentos pelo mundo inteiro não param e que o Brasil não pode ficar para trás. Então, nós temos que ter cuidado nessa legislação.

Eu confesso que eu recebi até com uma grande surpresa, ao estar uma semana praticamente ausente, a informação de que houve a apresentação de um novo projeto para regulamentar a inteligência artificial, projeto que foi proposto inclusive pelo nosso Presidente, Rodrigo Pacheco, mas que, com certeza, deve ter seus argumentos para isso. Eu digo surpresa porque no ano passado foi criada uma Comissão exclusiva com especialistas, com juristas, com a academia, com Senadores, com o Judiciário, Comissão da qual saiu um farto relatório, salvo engano, de mais de 90 laudas, que foi apresentado em dezembro do ano passado. Ou seja, ali já seria o ponto de partida que esta Comissão entendeu que assim deveria ser e, por isso, criou um ciclo de palestras para debater todos os projetos que estavam em tramitação na Casa que foram apensados. No entanto, surgiu mais um novo projeto, e confesso aos senhores que eu quero saber o que foi que ele trouxe de novidade.

Então, nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, a nossa missão é grande. V. Exa. sabe como o mundo está desenvolvendo para uma linha absoluta de investir em tecnologia, para não ficar atrasado. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A experiência que nós tivemos também foi chocante em outros pontos. Algo que, para mim, eu acreditava que estava apenas de maneira experimental, através de protótipos, por exemplo, como o carro autônomo, e já funciona como nós utilizamos o Uber aqui. Então, eu inclusive imaginei que o carro autônomo andava que nem tartaruga, mas não. Anda numa velocidade, muito inteligente, câmeras de todos os lados...

E, aí, olha só como é importante a gente não ficar congelado no tempo: os taxistas ficaram preocupados com a chegada do Uber, porque tiraram os empregos de taxistas. Então, vocês lembram, chegavam carros pretos, muitos com retrovisores quebrados, eram perseguidos... Não conseguiram segurar aquela tecnologia que chegou ali. Da mesma forma, os motoristas agora dos aplicativos de transporte como o Uber já estão preocupados. Têm que ficar preocupados, porque está chegando uma inteligência artificial cuja função objetiva não é tirar empregos, mas é sim oferecer novos serviços. Lógico que muitos vão se sentir ameaçados.

Então, não tem como frear, não tem como fazer uma lei para engessar. Isso só vai fazer o Brasil deixar de atrair investimentos.

Então, a nossa missão, Senador Carlos Viana, V. Exa., como Presidente, que esteve inclusive com o Vice-Presidente do Google, fez o convite, e estarão presentes aqui nessas discussões, isso vai fazer com que esta Comissão eleve também o nível da discussão.

E repito mais uma vez: que todos os Senadores entendam o tamanho da nossa responsabilidade. Ninguém aqui está numa Comissão para ser figurante. Então, se tem algum projeto que tramita sobre tecnologia, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal é quem deve ter esse protagonismo. Sem dúvida nenhuma. É inaceitável que se pulem etapas, é inaceitável que não se tenham reuniões de trabalho sobre esses assuntos. Eu falei, a princípio, da inteligência artificial, mas qualquer um outro.

Então, a gente sabe que, quando são distribuídas as Comissões, todo mundo fala: "Ah, quero ir para as Comissões principais", e nunca citam a de Ciência e Tecnologia. É sempre aquela que sobra na rebarba ali. Mas não é assim. E eu tenho certeza de que, na condução do nosso Presidente... E nessas brigas que não podem ser solitárias, têm que ser coletivas, para que esses assuntos necessariamente sejam pautados por esta Comissão, daqui para o Plenário... CCJ com certeza, para passar a parte constitucional, mas, quanto à parte temática, esta Comissão, necessariamente, tem que dar uma palavra mais firme quando se falar desses assuntos.

Então, Presidente, V. Exa. está puxando essa responsabilidade, não vai estar sozinho. Então vamos exigir aquilo que é nosso como prerrogativa, que é opinar e debater sistemas, para que cheguem maduros para o conhecimento de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Um dos pontos lá, assim, um dos mais interessantes da... Um ponto interessante, porque todos foram muito interessantes, mas eles têm lá um esqueleto de um Tiranossauro Rex bem no meio do pátio. Então, todo mundo que entra na área, na parte das salas de pesquisa do Google, nas cantinas, tem que passar por esse Tiranossauro Rex. E é um gigante, não é? Aí fico pensando assim: por que é que esse pessoal resolveu colocar esse dinossauro aqui? Mas é aquela questão assim: quem patrocinou o Google, quando eles começaram, era uma gigante que dominava o mercado e que era, naquela época, o terror, vamos dizer assim, da área de informação, e que acabou. Então, o tiranossauro está lá como exemplo, para os que chegam, de que se não se modernizarem vão ficar como aquele dinossauro que está ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Extinto. Exatamente. Uma grande representação, amedrontador, mas extinto.

O Senador Marcos Pontes quer fazer uso da palavra?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Realmente, eu só gostaria de fazer minhas as palavras do nosso Senador. Por quê? Realmente, Rodrigo... Eu acabei de vir da Coreia do Sul, e eu vi o cuidado que eles estão tendo para ter o desenvolvimento da inteligência artificial com toda a sua amplitude. Lógico que com o respeito à ética, à utilização etc., mas com todo o cuidado de não barrarem essa tecnologia. Ela já está operando entre nós, em todos os lugares, e isso vai ser cada vez mais e precisa passar por aqui. Esta é a Comissão que, realmente, trata desses assuntos.

Não sei.... Como foi falado pelo Senador Rodrigo Cunha, não se pode pular etapas, gente, tem que passar por aqui. E nós estamos aqui, justamente, para defender esse ponto junto com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Aqui eu quero colocar, Senador Jorge Seif, Marcos Pontes, Rodrigo, Fernando e Senadora Jussara, que o Presidente Rodrigo Pacheco apresentou um projeto para a regulamentação da inteligência artificial. Foi apresentado, foi até uma surpresa para mim, eu não sabia. Isso foi colocado... Já se apresentou com base nos encontros e debates que foram feitos no ano passado.

Procurado pelo Presidente, conversando, ele propôs – e, naturalmente, como Presidente ele tem essa prerrogativa – criarmos uma Comissão Especial para discutir o assunto, cuja Presidência ficaria comigo, pela Comissão, e o Senador Eduardo Gomes seria o Relator. Nós conversamos sobre esse assunto.

Eu coloquei esse posicionamento de que nós já havíamos, aqui na Comissão, debatido a proposta de três audiências, de nós darmos sequência aos debates, agora pelo lado dos produtores – e não pelo lado dos legisladores –, dos engenheiros e de quem trabalha na produção, mas o Presidente quer que haja mesmo a sequência do projeto que ele apresentou. Então, o projeto vem para a Comissão, naturalmente uma Comissão Especial em que cada partido vai indicar os seus representantes e onde nós vamos fazer as mudanças que forem necessárias no projeto, inclusive com as audiências públicas que nós já havíamos previsto. Agora nós vamos discutir com todos os aplicadores o que está sendo proposto na lei, que agora está para ser tramitada no Senado.

Eu gostaria de ouvir de cada um dos senhores e das senhoras o posicionamento sobre esse assunto, para que a gente possa fazer o melhor encaminhamento possível com relação a esse projeto que já foi apresentado. Quer dizer, não temos muito o que fazer. Poderíamos ter sido até consultados, mas é uma questão mesmo de transição de um ano para o outro. Eu entendo que a intenção foi a de dar agilidade, em momento algum foi a de criar conosco aqui qualquer tipo de não evidência ou importância da Comissão.

Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu vou insistir nesse ponto, porque, inclusive, nós somos da Comissão de eficiência: Ciência, Tecnologia, Inovação é buscar eficiência, fazer mais com menos.

Nós estamos criando a Comissão, da Comissão, com o apoio da nossa Comissão. Por que eu digo isso? Porque... Vou ler aqui a matéria do Senado do dia 6 de dezembro de 2022: "Comissão conclui texto sobre regulação da inteligência artificial no Brasil".

Foi criada, em março do ano passado, uma Comissão idêntica à que está sendo criada agora. Dessa Comissão, foram 240 dias de trabalho, apresentaram um texto com mais de 40 artigos distribuídos em um relatório de mais de 900 páginas para serem apreciadas pelos Senadores. É o nosso ponto de partida, que já é o ponto final desta Comissão que foi criada.

Então, acredito que a condução que estava sendo feita por V. Exa... Inclusive, não foi na primeira reunião que V. Exa. disse isto: num primeiro momento, ia-se discutir o assunto da inteligência artificial. Falei sobre essa Comissão, que foi uma comissão trabalhosa, com grandes especialistas, e V. Exa. reconheceu e disse: "Rodrigo, então vamos começar chamando aqueles que já fizeram parte dessa Comissão", ou seja, é um retrabalho – é um retrabalho!

Então, no meu ponto de vista, esse assunto específico já deveria estar no comando desta Comissão, absorvendo o assunto da outra Comissão Extraordinária, que foi criada durante o ano passado todo. Nós vamos perder tempo, nós vamos repetir aquilo que já foi feito, e V. Exa. já e o Presidente desta Comissão.

Eu acredito que tudo é diálogo, mas seria o momento de buscar forças internas e dizer: não, esse assunto já foi, vamos tratá-lo na Comissão, porque, senão, vai daquela Comissão para o Plenário, provavelmente, e nós queremos também fazer parte aqui de todas essas discussões.

Sei que os partidos podem indicar seus Parlamentares, mas nem todos poderão, pela quantidade aqui dentro, fazer parte dela. É um assunto que é motivante para todos que aqui estão. A gente tem assuntos aqui que são burocráticos, mas que são necessários, como a grande maioria da pauta que é de rádio comunitária, extremamente importante para o país. Mas esse que traz a efervescência da curiosidade, da busca do aprimoramento, já houve um trabalho seríssimo corroborado por especialistas. Então, se não foi o melhor, a gente vai aprimorar a partir dali.

Foi isso que eu fiquei sem entender, pois os critérios não ficaram claros para mim. Acredito que esta Comissão, recebendo aquilo que foi feito, vai ter o aval da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado.

Eu sei que o Presidente tem essa prerrogativa. Não conversei com V. Exa. e eu o respeito. Se V. Exa. já teve uma decisão, vai ter o meu apoio, inclusive. Vai ter o meu apoio, inclusive! Mas, se quiser refletir e dizer: "Não, o comando vai ficar sob esta Comissão", nós podemos, positivamente – não é comprar a briga –, esclarecer todos esses pontos.

São 900 páginas, um trabalho de 120 dias, e não foi aleatório, foi feito com grandes especialistas. Aqui eu cito um que fez parte, que foi o Danilo Doneda, que, inclusive, já faleceu. Ou seja, teve o trabalho dele que foi feito. A gente prestou homenagem no Plenário. Ou seja, uma contribuição que não pode parar por ali.

Então, só repetindo, se V. Exa. tomou essa decisão, e, se não for uma decisão terminativa, se for uma decisão que possa depois ser dividida com os Senadores para abrir um novo diálogo, isso vai ficar no comando do Presidente desta Comissão. Vai ter aqui, com certeza, o nosso apoio também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Rodrigo, nós em Minas Gerais aprendemos desde cedo que a gente só vai à guerra quando a guerra é necessária, mas a gente vai para vencer a guerra.

Então, há determinados momentos em que a gente precisa ter a tranquilidade de buscar o diálogo.

Eu acredito, assim, que teria sido muito melhor se a Comissão tivesse sido consultada – eu não tenho dúvida sobre isso –, que nós poderíamos dar a última palavra, como podemos dar, em relação a esse assunto. Mas nós todos da Comissão – e eu digo aos senhores aqui que não é terminativo – podemos ir ao Presidente do Senado e dizer a ele que nós queremos que o projeto tramite dentro da nossa Comissão. É uma posição conjunta que nós vamos tomar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Só uma sugestão: o Relator pode ser o mesmo, o Presidente seria o mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Hã-hã.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – ... e V. Exa., querendo, deixaria um dia específico, diria que seria prioridade absoluta desta Comissão, fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É uma boa sugestão.

Eu quero ouvir dos senhores um posicionamento para que a gente possa ir até lá.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Não mudaria nada, não mudaria nada, mas só para não perder essa nomenclatura. Foi criada uma Comissão à parte. Já tendo sido criada uma Comissão para isso, é um retrabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É, nós tivemos, nessa mudança agora de gestão, pontos que foram totalmente diferentes dos anteriores – não é? – e que não estão previstos e também não há contra, que é a questão das escolhas das Comissões. Muitos Senadores reclamaram de não terem posicionamento. Então, nós tivemos fase muito nova, que nós precisamos agora, pelo menos, entender e acomodar nesse aspecto. Se os senhores entenderem que a gente deva ir ao Presidente do Senado e dizer a ele que nós queremos que o projeto tramite por aqui, nós o faremos conjuntamente. E vamos com o Senador Eduardo Gomes e lá argumentamos todos juntos, porque esta é uma Casa do diálogo e é uma Casa em que a gente tem que buscar solucionar o problema.

Hoje, nós temos que entregar ao país uma legislação sobre esse assunto. Já foi feito um trabalho, como V. Exa. disse, de um ano. A minha ideia era nós darmos sequência nesse trabalho, como uma discussão com a sociedade.

E veio o projeto, que já está pronto, que já está proposto, e nós vamos agora decidir: ele vai para uma Comissão em separado ou ele vem para cá? É o que eu gostaria de ouvir.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Olha, eu concordo com o Senador Rodrigo Cunha nesse ponto em que...

Aliás, eu lembro que, no começo, nós tínhamos proposto, inclusive, uma subcomissão, dada a amplitude do tema, para buscar os dados anteriores e aperfeiçoar e ampliar, trazendo a parte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, trazendo a parte de aplicação da tecnologia, trazendo a parte de implicações da tecnologia, para, aí, sim, testar no modelo jurídico, vamos dizer assim, do que se trata, se esse modelo que foi colocado atende ou não atende a essas três partes que são essenciais. Afinal de contas, a gente quer o desenvolvendo da tecnologia no país.

Aí eu lembro que foi decidido que nós teríamos as audiências, em substituição a essa subcomissão, de forma a ser mais expedito, por aí, e que todos pudessem participar também, todos da Comissão.

Eu vejo a criação de uma comissão externa daqui estranha no mesmo sentido que o Senador Rodrigo disse, porque nós estamos aqui justamente para isso, nós somos desta Comissão para analisar sistemas, analisar qualquer tipo de projeto de lei sobre tecnologia, que trate de tecnologia.

Então, eu acho que é um retrabalho. Isso aí já tem. A gente pode pegar aquele trabalho e trabalhar dentro da Comissão. Corre o risco, por exemplo, de algum Senador desta Comissão ficar fora de uma comissão externa para tratar de um tema de tecnologia, o que é estranho demais: Senadores – nada contra – que fazem parte de outras Comissões tratando de um tema de tecnologia em vez de Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, o que me parece meio contrassenso, não funciona muito bem dessa forma.

Então, eu concordo com essa ideia de nós irmos em conjunto conversar sobre isso. Esse é um tema que eu tenho trabalhado desde 1996, faz um pouco de tempo já com inteligência artificial, trabalhando sobre esse tema, então eu acho que tenho bastante a contribuir. Agora, corre o risco, por exemplo, de haver uma Comissão Externa e eu não estar nessa Comissão Externa, vai ficar muito esquisito para a gente explicar para as pessoas uma situação dessa, para a população.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Eu tenho muita tranquilidade pelo relacionamento que conheço, que o Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, será muito sensível a nos ouvir para tomarmos uma decisão conjunta. É um homem de diálogo, uma pessoa de construção. Naturalmente que esses pontos a gente pode esclarecer e buscar a união, especialmente, Senador Marcos Pontes, com relação à participação de V. Exa. e de todos os outros. Nós temos que ter garantido isso durante todo o período para todos.

Em contrapartida – Senador Jorge Seif, gostaria de ouvi-lo também –, eu já solicitei à Secretaria da Comissão o desenvolvimento de um plano de trabalho com todos os projetos que nós temos aqui, e que, em caso de nós decidimos pela questão da Comissão Especial, nós também teremos um plano totalmente diferente para o desenvolvimento ao longo do ano desta Comissão em outros assuntos que também são muito preponderantes. A inteligência artificial ganhou um destaque muito grande, mas nós temos aqui uma série de proposições com relação à ciência e tecnologia e nós precisamos estar atentos a elas. Então, os nossos servidores já estão com esse plano sendo finalizado. Até ontem nós teríamos uma reunião, mas, por indisponibilidade de tempo, eu não pude sentar, para que a gente possa apresentar depois aos senhores.

Eu gostaria de ouvir o Senador Jorge Seif sobre esse assunto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia para o senhor, demais Senadores e Senadoras.

Na verdade, eu tenho uma pergunta: se o Senador Rodrigo Cunha participou desse relatório que foi preparado, que foi base para essa proposição do Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Eu acho que a gente pode começar por aí. Eu era o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e não participei dessa Comissão que foi criada à parte. Então, olha o risco. De repente a gente até já tivesse realizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poderia muito bem ter realizado o ciclo de palestras aqui, e chegar agora e dizer: "Não, vamos agora tratar desse assunto numa Comissão específica". É uma situação que é temática, nós temos uma Comissão temática e temos um Presidente aqui que conduz da melhor forma democrática possível. E aí, se o Presidente decidir fazer uma Subcomissão, ele faz sobre esse assunto. O que não pode é a gente ficar suscetível a mudanças, mesmo sendo do nosso Presidente – que respeito muito. Nunca fiz um discurso, inclusive, discordando de nada do que foi posto até hoje por ele, mas, nesse caso específico, no momento – não falo contrário, mas pelo fato de estar num momento de pandemia –, eu me coloquei de uma maneira mais tranquila. Estava também em campanha no meu estado, foi exatamente nesse período e sabia que estava sendo conduzida dessa maneira. Mas finalizou e, além de tudo, tem um retrabalho, porque não é só discutir inteligência artificial numa Comissão Externa da Comissão temática, é discutir em uma Comissão de uma Comissão recentíssima. Porque poderia falar: "Ah, mas a legislação falar sobre tecnologia é uma mudança muito constante". Foi entregue em dezembro – foi entregue em dezembro –, é recentíssimo – é recentíssimo! Como nós vamos chamar os especialistas todos para começar de novo? Onde? Numa Comissão Externa.

Então, Sr. Presidente, eu só queria deixar claro que a condução de V. Exa. tem o nosso total apoio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – ... total apoio. E, se quiser somar forças nesse sentido de abrir o diálogo – que eu já percebi – com o Presidente junto com os demais componentes, para não correr o risco – no ano passado eu era Presidente, fiquei fora porque criaram uma Comissão e só vi pelo *Diário*, quando já tinha sido criada –, pode deixar aqui o único astronauta do país que fez questão disto: "Esqueça o planeta, mas eu quero estar na Comissão de Ciência e Tecnologia para decidir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Mas participação dele é uma questão *sine qua non*.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Pode ser ele, assim como pode ser qualquer outra pessoa que esteja aqui com o ímpeto de contribuir.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Com base no depoimento do Senador Rodrigo Cunha, entendo que nós temos hoje uma autoridade com quem tive a honra de servir durante o Governo do Presidente Bolsonaro, o Astronauta Marcos Pontes. É uma pessoa que até hoje participa de eventos na Nasa, é um orgulho para o Brasil, é um orgulho para América Latina, uma pessoa extremamente ligada a questões tecnológicas, espaciais, astrofísicas etc.

Também, eu acho que vale destacar, recentemente o Brasil e o mundo estão estarrecidos – positivamente surpresos talvez seja a melhor expressão – com as funcionalidades de um aplicativo chamado ChatGPT, que realmente traz respostas incríveis e é totalmente baseado em inteligência artificial.

Então eu creio que o Senador Rodrigo Pacheco... Não creio que devamos criar uma subcomissão, mas, sim, sob a gestão do senhor, sob a Presidência do senhor, discutirmos alguns pontos a mais, no intuito de melhoria, para não haver retrabalho e para não perdermos mais tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por último, no mundo inteiro – li isto recentemente –, alguns países, alguns parlamentos já têm decidido alguma questão de regulamentação sobre inteligência artificial, o que poderá também trazer excelentes ideias para incorporarmos às leis brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu proponho, para encerrarmos, que hoje, durante a sessão legislativa, nós procuremos o Senador Presidente do Senado e coloquemos primeiro a nossa preocupação de que todos os partidos e todos os integrantes da Comissão tenham o direito de participar dessa comissão especial e coloquemos, Senador Rodrigo, o nosso posicionamento de que gostaríamos que esta Comissão tivesse sido o palco.

Mas se há um desejo da Presidência, eu entendo que a gente possa colaborar para que a gente dê sequência ao assunto e possamos legislar o mais rápido possível. Se os senhores concordarem, caminharemos nesse sentido.

Inclusive, Senador Jorge Seif, há um convite do Governo britânico agora. Eles vão lançar o arcabouço legal deles, me parece, no mês de junho ou julho – agora me falhou a data –, sobre esse assunto. É um dos quatro países, juntamente com o Brasil, que já estão bem adiantados na questão da legislação.

Pois não, Senador Marcos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – É só um complemento. Concordo 100% com o que o Presidente falou, mas tem um ponto que provavelmente não vai ser a última vez que aconteça. Por quê? Isso é uma experiência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Como a tecnologia é transversal, está em todas as áreas, não é de se estranhar, por exemplo, que um setor, vamos dizer assim, minas e energia... Minas e energia têm as usinas nucleares para a produção de energia elétrica, não é? E pode ser que a discussão nuclear migre para Comissão de Infraestrutura ou outra parte e se fale assim: "Poxa, mas aí tem uma parte intensa de tecnologia ligada". Então a nossa Comissão, queira ou não queira, embora não seja tão alvejada... não seja tão almejada quanto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Alvejada, talvez. V. Exa. tenha usado... (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... almejada quanto as outras, mas é uma Comissão importantíssima nesse sentido.

Nós vemos que todos os países desenvolvidos têm ciência e tecnologia desenvolvida, e aqui esses temas vão e precisam passar por aqui.

Então, concordo. Acho que nós podemos conversar lá, mas ficar com isso aí em mente, porque não vai ser a última vez que vai acontecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vou me permitir contar uma piada aqui, rapidamente, sobre os mineiros. Como eu falei, nós só vamos à guerra quando a guerra é necessária.

Dois mineiros políticos estavam conversando, e passou um elefante voando. Um fato absurdo, estranho, não é? Mas quem ia ter coragem de falar que viu? Fingiram que não era nada. De repente, outro elefante voando. Aí ficou grave a situação. Os dois mineiros ficaram calados lá como se nada tivesse acontecido. Aí passou um filhote de elefante voando. Aí não teve jeito, alguém tinha que se manifestar, porque a situação chegou a um limite absurdo. Aí um olhou para o outro e falou assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"Você viu?". Ele falou assim: "Vi". "O que é que você viu?" "O que eu vi eu não sei, não, mas que o ninho deles não é longe, não é, não." (*Risos.*)

Então, vamos à guerra quando a guerra for necessária.

Anuncio o item 2 dois da pauta. O Senador Confúcio Moura não está presente, mas esclareço aos Srs. Senadores desta Comissão que o relatório foi lido na terceira reunião, em 22/03/2023, e foi retirado naquele momento pelo próprio Senador. Já fui informado de que não tivemos modificações; o relatório é o que foi lido anteriormente.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 4310, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CDH.
Observações:
1. A CDH aprovou Parecer favorável ao projeto com a Emenda 1;
2. Em 22/03/2023, após a leitura do relatório, o projeto foi retirado de pauta para reexame do relator, que devolveu sem alteração no relatório;
3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

É um serviço que a inteligência artificial já tem dado, mas agora a proposta do Senador Kajuru é que se torne obrigatório.

O Senador Confúcio leu o relatório.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O item 2 também será levado para votação em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Nosso bom-dia, Senadora Damares.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jorge Seif
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo-lhe a palavra para a leitura, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Presidente, eu estou muito feliz porque, de todos as matérias que eu relato, essa é a primeira terminativa e vai beneficiar o Município de Águas de Chapecó, no oeste catarinense. Estou feliz. Para mim, nesse nosso início de legislatura, é um marco importante.

Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2015 (nº 1.605, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Som das Termas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Chapecó, no lindo Estado de Santa Catarina.

Eu vou direto para o voto, Sr. Presidente, se o senhor me permitir.

Bom, nosso voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 103, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Som das Termas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado e estou muito feliz por prestigiar a cidade de Águas de Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Uma boa leitura. É um estado muito lindo o de V. Exa.

Vou pedir, inclusive, Senador Jorge Seif, que V. Exa. possa ler *ad hoc* o relatório do item 4, PDS 130, o.k.? Mas antes eu preciso...

Está lido o relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o PDS 103, de 2015, encerro a discussão.

A votação também será nominal, em bloco.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 130, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Teresa Leitão
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

A Senadora Teresa Leitão pede a leitura *ad hoc*.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sim, Sr. Presidente.

Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2018 (nº 1.593, de 2014, na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da linda Bahia.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente, se me permite.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2018, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Essa é a emenda da Senadora Relatora, Teresa Leitão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Está lido o relatório do PDS 130, de Nova Viçosa, na Bahia.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Vamos direto ao item 7 da pauta... (*Pausa.*)

Ah, o do Marcos Pontes. Cadê? Tem o dele aqui? (*Pausa.*)

Está aqui, justamente...

Obrigado, Jorge.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Tenho outra Comissão ali para participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Vai lá!

Obrigado.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 321, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia.

V. Exa. me permite ir direto ao voto? (*Pausa.*)

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 321, de 2019 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São esses o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Está lido o relatório do PDL nº 321, de Ibicuí, na Bahia.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, e vamos para a votação nominal do item.

No item 9, o PDL 173, de 2019, de Matelândia, no Paraná, o Senador Flávio Arns nos pediu a leitura *ad hoc.*

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matelândia, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Jussara Lima
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Solicito à Senadora Jussara Lima para fazer a leitura do voto, por favor.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com relação ao assunto que foi abordado sobre a inteligência artificial, o meu posicionamento é de que ele continue aqui, afinal de contas é a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, que, sob o seu comando, vem, com muita capacidade, conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – O senhor conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito agradecido. Conversaremos hoje com o Presidente sobre esse assunto.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar informações capazes de dar continuidade à análise do projeto em tela, via requerimento de informações ao órgão competente no Poder Executivo.

Em resposta ao questionamento formulado, a nota elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do antigo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ressaltou que a alínea "j" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1962, foi integralmente cumprida por meio de declaração dos dirigentes da entidade, conforme demonstrado pela documentação anexada à citada nota informativa.

Assim, tendo em vista os esclarecimentos prestados pela referida pasta ministerial, entendemos que o PDL nº 173, de 2019, deve ser aprovado.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Jussara Lima.

Item 9 lido, PDL 173.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Vamos ao item 14, do Senador Rodrigo Cunha.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, faço a leitura do relatório do item 14, que aprova o ato que renova a autorização outorgada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, e divulgar um dos maiores são-joões que tem neste planeta.

Peço licença para ir diretamente à leitura da análise do projeto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar informações capazes de dar continuidade à análise do projeto em tela, via requerimento de informações ao órgão competente no Poder Executivo.

Em resposta ao questionamento formulado, a então Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações descartou a existência de vínculo que subordinasse a entidade interessada a quaisquer compromissos ou relações vedadas pela disciplina normativa que rege o serviço.

Assim, considerado o esclarecimento prestado pelo Poder Executivo, entendemos que o PDL 154, de 2019, deve ser aprovado.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 3.428, de 2015, que deferiu a renovação da autorização ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 154, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Lido o item 14, PDL 154, de 2019, de Caruaru, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Seguimos para votação em bloco.

Anuncio, logo em seguida também, pedindo ao Senador Rodrigo Cunha a leitura *ad hoc*, o item 11. A origem é do Senador Izalci Lucas, que pediu a gentileza da leitura.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Pojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pojuca, Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu fiz uma leitura sobre esse relatório que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Pojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pojuca, Estado da Bahia.

A análise se dá da mesma forma como foi lido no último relatório, ela se repete em todas as situações. Assim, se V. Exa. permitir, eu irei diretamente ao voto.

Tendo em vista que foi identificado que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 211, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Pojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pojuca, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a matéria será votada em bloco.

Nós vamos diretamente agora ao item 8 da pauta, penúltimo.

O Senador Beto Faro pediu a leitura *ad hoc*. A Senadora Damares Alves já está convidada.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Recanto Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Beto Faro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Senadora, V. Exa. está com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2019, que aprova o ato que outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autorização à Associação Beneficente Recanto Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Permita-me, Presidente, ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 303, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente Recanto Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Agradeço à Senadora Damares Alves a leitura do relatório do PDL 303, de 2019, de São Luís, do Maranhão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Seguiremos para a votação em bloco.

Anuncio o último item da pauta, o item 7, originalmente da relatoria do Senador Rogério Carvalho. Peço ao Senador Marcos Pontes a leitura do voto *ad hoc*.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Jaguarari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguarari, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Por gentileza.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

A leitura: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2019 (nº 1.081, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Jaguarari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguarari, Estado da Bahia.

Se me permite, vou direto ao voto, pois não houve alteração.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 259, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Jaguarari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguarari, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É essa a leitura, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação.

Senhores, em votação os projetos constantes dos itens 2 a 14, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos. (*Pausa.*)

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Peço às assessorias que nos acompanham que alertem os Senadores que não estão presentes, para que possam fazer a votação e nós deixarmos a nossa pauta cumprida, como a proposta para o dia de hoje.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Só uma dúvida, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Essa votação pode ser feita de maneira remota?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pode. (*Pausa.*)

Quero agradecer aqui a presença dos consultores legislativos Rodrigo Abdalla – que aqui no Brasil é Abdala, não é? – e Luana Lund. Obrigado pela presença. Sejam sempre bem-vindos e também os demais consultores de empresas e aqueles que nos acompanham diariamente.

Com muita alegria, estamos recebendo aqui o Senador Jorge Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Meu amigo Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – ... meu companheiro de televisão e trabalhos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Prazerosamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Seja muito bem-vindo, viu?

Pois não. Estamos aqui encerrando os...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – E, Presidente, nós, que trabalhamos em televisão, eu mais velho do que você, com 45 anos de carreira nacional, trabalhei em todas, Pontes, querido astronauta, e fui demitido inclusive ao vivo... (*Risos.*)

O único jornalista do Brasil que foi demitido ao vivo. Por Aécio Neves. Um abraço, Aécio.

Mas, querido Viana, eu estou ansioso pelo meu projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e fiquei aturdido, porque algumas emissoras de televisão chegaram a falar comigo que não tinha nada a ver esse projeto, que respeita a audição. Perfeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja: você legendar os telejornais nas televisões e nas redes sociais para mim é uma obrigação! Você viajou o mundo inteiro – e viaja: em qualquer lugar do mundo – qualquer lugar do mundo –, os telejornais são legendados, porque o mundo inteiro sofre de audição, especialmente o nosso país.

Inclusive, estou muito preocupado, Senador Carlos Viana, com a audição das crianças. Lá em Goiás, estou criando um instituto para cuidar das crianças com problemas de audição. É fone, celular, o tempo inteiro, é música, e as crianças estão perdendo algo precioso, que é a audição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem toda razão. Inclusive, fiz um comentário aqui – logo quando colocamos o item para votação, que está sendo votado agora – de que, hoje, a inteligência artificial, que estamos discutindo, já dá essa ferramenta com muita facilidade. Então, naquele momento ali o Senador Confúcio acabou retirando, mas entendo que o trabalho é muito bem-vindo e a ideia é fundamental para a questão da igualdade com as pessoas com deficiência.

Está de parabéns V. Exa. pelo projeto! Tenho confiança de que vamos aprová-lo hoje e vamos dar sequência nele.

Parabéns, Senador Kajuru!

E a demissão, naturalmente, é parte da vida de quem se manifesta da maneira que acha melhor, não é? Isso sempre, na nossa profissão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu nem me manifestei. Aliás, um Deputado ali, o Barbosa, junto com o General Mourão, os dois vieram me cumprimentar porque, na época, Senadora Damares, eu fui fazer uma defesa dos cadeirantes no Mineirão que não podiam entrar no portão especial, que você conhece bem, Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o único estádio do Brasil que tem um portão para pessoas especiais.

E, na época, ele lançou a candidatura dele à Presidência da República, você se lembra bem, em 4 de junho de 2004 – não vou esquecer nunca, pois foi quando eu fui demitido ao vivo. (*Risos.*)

E ganhava 350 pilas. (*Risos.*)

Imaginem!

E aí, simplesmente, ele ligou para o Presidente da Band para me tirar do ar, eu fui demitido ao vivo, e eu não fiz uma ofensa ao Aécio. Eu apenas registrei e entrevistei os cadeirantes que estavam com suas credenciais, porque eles não tiveram acesso ao portão deles, não assistiram ao jogo histórico das eliminatórias da Copa do Mundo – Brasil 3, Argentina 0, com três gols do Ronaldo Fenômeno –, porque ele convidou 10 mil pessoas, atores, atrizes, cantores, cantoras, periquito, papagaio, o que vocês imaginarem; foram entrando no portão dos cadeirantes, e eles não viram o jogo, meu Deus do Céu! Eu não podia... Eu não fiquei ali porque eu quis; a direção da Band me colocou ali, eu tinha que entrevistá-los, porque eu era o único presente. E eles disseram: "Kajuru, eu quero falar, eu quero falar".

Então, esse dia foi triste, mas o Mourão e o Deputado Gonzaga foram falar comigo e eu fiquei muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – V. Exa. está tocando num momento em que nós, jornalistas de Minas Gerais, vivemos uma situação muito complicada, que era a questão de as notícias passarem por crivos nas redações. Eu, na época, era Diretor do Sindicato dos Jornalistas, e a Fenaj, a federação nacional, fez uma denúncia sobre esse assunto, que havia uma pessoa do Governo de Minas, naquela época, encarregada de saber se a notícia era favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ou não ao Governo. E eu fui testemunha disso, fizemos uma denúncia. A *Folha de S.Paulo* fez uma grande matéria, à época, e esse processo recuou. O próprio Governo reconheceu, ou pelo menos se sentiu amedrontado naquele momento. E falo que não foi uma boa fase para o jornalismo de Minas Gerais, tanto que...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Muitos demitidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – ... muitos demitidos e perda de credibilidade em vários aspectos, que posteriormente, hoje, a gente vê os frutos daquilo que foi plantado lá atrás, porque árvore boa não dá fruto ruim nessa história toda.

Mas me lembro bem do dia. Houve uma indignação muito grande no Sindicato dos Jornalistas pela sua demissão, inclusive da federação, da forma como foi feita, pela trajetória de V. Exa. – de você, nosso companheiro, a gente se trata assim dentro do jornalismo brasileiro –, mas serve de experiência e de vida.

Eu acho que pior foi o dia do boxeador, hein, Kajuru? (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, deixe-me fazer parte desse diálogo aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora Damares. Enquanto nós não temos o quórum ainda suficiente, pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Perdeu quem demitiu, ganhou a gente aqui no Senado.

O Senador Kajuru é essa figura por quem a gente se apaixona quando a gente conhece, quando a gente está perto. Eu tenho sido muito grata a ele pelo apoio que ele tem me dado neste primeiro mandato. Ele me orienta, me ajuda, me pega pela mão, me chama à atenção às vezes. O Senador Kajuru tem sido, assim, essa pessoa incrível.

Inclusive, Senador, ele está com o nosso lacinho do Maio Laranja. Ele aderiu à campanha. E que bom que ele está ali com o nosso lacinho!

E aí já fica a sugestão, Senador Carlos Viana: no ano que vem, como é que nós podemos, nesta Comissão, participar da campanha? As rádios comunitárias do Brasil inteiro poderiam estar falando hoje do Maio Laranja...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... orientando os pais, lá na ponta, sobre como prevenir a violência sexual. Às vezes, eles não estão vendo o que está acontecendo. No meu caso, Senador Carlos Viana – todo mundo conhece, e não é fácil para mim me expor –, no momento em que eu estava sendo estuprada, eu me sentia suja, e eu lavava a mão o tempo todo. Se alguém tivesse orientado meus pais lá atrás: "Olha, tem alguma coisa errada com ela", meus pais teriam interrompido um ciclo de dor e sofrimento. Quem sabe nesta Comissão, no ano que vem, a gente possa vir a participar dessa campanha no Brasil inteiro?

E aí o Senador Kajuru tem nos ajudado muito na discussão sobre o esporte. Houve a recente aprovação da Lei Geral do Esporte, com a presença do Senador, e ele traz aí essa questão da pessoa com deficiência: o esporte acessível, o esporte inclusivo e o esporte para combater crimes de preconceito, discriminação, como nós aprovamos aqui na Casa – o Senador Marcos Pontes está aqui, e para a gente foi uma honra participar dessa discussão final –, para a gente ter os nossos grandes jogos também para fazer o enfrentamento ao racismo, e nesta semana em que estamos vivenciando tanto isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há uma emenda que nós apresentamos de que o esporte tem que combater todos os tipos de preconceito e discriminação. Então, o Senador Kajuru tem nos inspirado muito nisso. Olha só: ele fez isso há quantos anos, lá atrás, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Em 2004.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Preocupado com o torcedor na cadeira de rodas. E a gente aprova agora, em 2023, uma lei para que todos eles tenham acesso e para que nós venhamos combater, por meio do esporte, todo tipo de preconceito, todo tipo de discriminação e, claro, o racismo, da forma como tem sido colocado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senadora, obrigado pelo posicionamento.

Quando se constitui a ata para a fundação de uma TV ou rádio comunitária ou associativa, já é obrigatório lá constar a questão do combate aos preconceitos de todo tipo. Agora, V. Exa. poderia apresentar um projeto para que as rádios educativas e TVs educativas abordassem obrigatoriamente esses temas de que nós estamos tratando aqui, do Maio Laranja, das prevenções, porque isso é passível de uma legislação, uma vez que são concessões públicas para a educação. Sugiro a V. Exa., como autora da ideia e do comentário que trouxe, que apresente uma normativa para que elas possam, obrigatoriamente, discutir e que essas datas todas façam parte do calendário das TVs educativas.

Eu vou encerrar a votação.

Pois não, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu penso que esse projeto, Presidente Viana, será aprovado por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... nesta Casa e é a cara da Senadora Damares, tem o perfil dela.

Quanto ao que ela disse, além de agradecer, porque quem não tem gratidão não tem caráter, eu sei – e a Carol, minha assessora, uma das principais desta Casa, sabe – o quanto eu sofro, como Líder do Governo, em função da minha amizade pessoal com Geraldo Alckmin, desde 2004. Eu aceitei o convite... E muita gente do Governo não gosta quando eu falo isso, mas eu falo. Quanto mais não gostarem, mais ainda eu falo, inclusive. Se quiserem me tirar da Vice-Liderança, podem me tirar também. Eu nunca vi uma oposição aqui, nesta legislatura, tão preparada como esta e tão diferenciada, respeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, você tem o Astronauta Pontes, você tem o Mourão, você tem o Rogerio Marinho, você tem a Tereza Cristina, que virou minha amiga pessoal – eu a levei para conhecer o cantor Ivan Lins, que é meu padrinho de casamento, porque ela queria muito conhecer o Ivan Lins. O Ivan Lins é petista apaixonado e ficou encantado com a Senadora Tereza Cristina. Ele só errou uma coisa: ficou encantado também com o governista Eduardo Gomes. Que graça tem o Eduardo Gomes? (*Risos.*)

Ele ainda quis cantar com o Ivan Lins. Olha que agressão aos tímpanos do melhor músico brasileiro.

Eu só quero fazer aqui uma justiça: eu nunca chamei à atenção a Senadora Damares; pelo contrário, é ela que pode ter o direito de me chamar à atenção, porque, quando eu faço elogios sobre ela em especial e alguém do Governo não gosta, eu falo: "Vai lá ver o preparo dela, a forma como ela se posiciona".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, para mim, conviver com divergentes é respeitá-los...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e saber reconhecer as suas qualidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu reconheço as qualidades e tenho um convívio extraordinário.

E concluo aqui, para não ser longo: quando eu comentei com o Ministro Astronauta Pontes do meu projeto do primeiro centro diabético do Brasil, que está em Goiânia – o segundo, em Rio Verde, Goiás –, mais de 5 mil cirurgias até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Podemos levá-lo para Belo Horizonte, hein?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu queria lhe oferecer isso.

São cirurgias bariátricas e cirurgias metabólicas, que são aquelas diabéticas – aquela do Faustão, a minha, a do Romário – e que salvam vidas, literalmente. Mais de 5 mil cirurgias.

O Astronauta Marcos Pontes, Senador, imediatamente procurou a minha assessoria – imediatamente – e vai fazer o mesmo em São Paulo, porque, pasmem, São Paulo não tem um centro diabético, o Rio de Janeiro não tem, a sua Belo Horizonte não tem, e vai ter agora, se Deus quiser.

Então, isso é muito bonito você ver no comportamento e no nosso convívio de Parlamento, de Parlamentares.

Quando o Senador Astronauta chegou, ele ficou até assustado. Ele me procurou e todo mundo dizendo: "Kajuru, o bolsonarista Astronauta o procurou". Que bolsonarista? Não tem "Bolsonaro" no nome dele. É Marcos Pontes. Eu conheço a história dele, até porque o homem foi lá em cima, gente. Aqui ninguém foi. Ele veio me pedir um espaço no meu gabinete, e não é porque é meu, não: é porque esse gabinete foi do Alvaro Dias e foi do Pedro Simon. É realmente o melhor gabinete daqui: tem dois andares, tem espaço enorme. Ele foi lá pedir um espaço para fazer reunião, porque fica próximo da parte inferior do gabinete. Eu falei: "É sua a sala, pode usar à vontade". Ainda teve assessor meu que falou: "Kajuru, mas e aí? A gente vai poder ouvir e ele vai poder ouvir o que a gente faz aqui?". Eu falei: "Claro! Não tem nada para esconder".

Então, é só isso que eu queria registrar.

Um prazer tê-los como amigos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Se há algo que nós precisamos – e acredito que vamos – aprender com esses eventos passados é colocar o Brasil no centro das nossas discussões, porque nós podemos ter pontos de vista ideológicos diferentes principalmente na questão da economia... Quando a gente fala em bandeiras sociais, todos nós queremos, mas a visão econômica é que é uma visão diferente, a visão de estrutura de governo.

Quanto a esse radicalismo, a tudo isso que nós vivemos recentemente, eu penso que, inclusive conversando, nesses dias, com o Senador Jaques Wagner, nós precisamos responsavelmente, maduramente sentar e repensar o país em vários aspectos: esta questão, por exemplo, da legislação eleitoral, torná-la mais próxima da população, não fechada nos partidos; a questão do Supremo Tribunal Federal, cuja função fundamental precisa ser revista no limite entre os Poderes. É fundamental que nós Senadores tenhamos essa iniciativa de discutir o país e entender o que aconteceu, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

futuramente a gente não viva as mesmas cenas que nós vivemos e naturalmente as mesmas agressões ou dúvidas que surgiram.

O Parlamento é para isso. Nós temos que aprender com o que aconteceu e deixar para as próximas gerações, até de políticos, um tempo melhor, porque foi um tempo bem difícil essa transição da virada do ano para cá, e agora é que nós estamos começando a deixar para trás.

Pois não, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente e Kajuru, realmente esse contato... Nós estamos no Parlamento e é normal numa democracia, é importante, preservar justamente um regime democrático. A discussão, a discussão saudável... Eu posso acreditar em algumas coisas, defendo um certo ponto de vista, outro defende um outro ponto de vista, e não tem... É assim que a gente vai para a frente.

Só vou dar um exemplo aqui, rapidamente, enquanto a gente espera, porque a gente costuma falar na estação espacial. Pense na estação: na estação nós temos pessoas de culturas diferentes, raças diferentes, religiões diferentes, línguas diferentes, trabalhando em conjunto pelo bem da Terra, do planeta Terra. E aí, se você tiver um problema – vamos dizer ser assim, para imaginar –, um problema no centro de uma mesa-redonda, cada uma dessas pessoas, por causa das culturas diferentes, terá uma perspectiva diferente daquele problema, um *approach* diferente para resolver o problema. O que a gente precisa aprender a fazer é ouvir, ouvir o outro lado, porque pode ser que ele tenha a melhor solução para aquele problema. A gente tem que ouvir. Se a gente conseguisse traduzir isso para o planeta inteiro, seria muito bom.

E aqui dentro do Parlamento, a mesma coisa: ouvir, ouvir as ideias e trazer soluções melhores para o país, porque as pessoas precisam realmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Vamos encerrar a votação.

Itens de 2 a 14 da nossa pauta de hoje, os relatórios lidos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Ótimo: 11 – tivemos uma boa presença, não é?

A Comissão aprova, por 11 votos, os projetos constantes dos itens 2 a 14, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Agradeço a presença de todos aqueles que nos acompanharam pela TV Senado e também pelas redes sociais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, José Lacerda, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Dr. Hiran e Damares Alves, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Plínio Valério, Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcos do Val e Vanderlan Cardoso. Deixa, ainda, de comparecer a Senadora Daniella Ribeiro, conforme o Requerimento nº 762/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 34ª e 35ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública:** Discussão e votação do relatório, do senador Astronauta Marcos Pontes, da Avaliação da Política Pública sobre o tema "Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População". **Observação:** Os senadores Astronauta Marcos Pontes e Flávio Arns fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação de Indicação ao Presidente da República Federativa do Brasil. Passa-se a **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4007, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para prorrogação do prazo de vigência de incentivos e acrescentar à relação de bens beneficiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3563, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Altera as leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018 e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a publicidade, o patrocínio e a promoção de apostas esportivas e jogos on-line, bem como apostas que envolvam resultados de eleições, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 3586, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a exploração de aposta de quota fixa que tenha por objeto resultado de eleição para cargo no Poder Executivo ou no Poder Legislativo." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do PL 3563/2024, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição do PL 3586/2024. **Observação:** Os senadores Lucas Barreto e Damares Alves fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Concedida vista coletiva, solicitada do senador Lucas Barreto. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 4621, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relatório favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCT a 4-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buerarema, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro das Comunicações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Forquilha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Forquilha, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacaembu, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã de Cananéia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cananéia, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 667, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarumã, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Catanduva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Catanduva, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1061, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Condorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Associação dos Músicos Caxienses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Feliz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 162, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto - ARACOTOB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Comunicação de Muriaé - ASCCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoval para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoval, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1021, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Melo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Munhoz de Melo, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com as Emendas nº 1-CCT e 2-CCT. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Alternativa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2025 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Arapiraca, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Soteropolitana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1143, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarantim, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2025 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Televisão Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 48, de 2025,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 32/2025-CCT, destinada a instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados". **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 30 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 49, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o PL 3563/2024, que altera as normas que regulamentam as apostas esportivas on-line (Leis 13.756/2018 e 14.790/2023)." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Requerimento retirado pelo autor, senador Lucas Barreto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/149015

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 34ª e da 35ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião será dividida em duas partes.

A primeira parte destina-se à discussão e à votação da política pública sobre o tema, abro aspas, "Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População".

E a segunda parte destina-se à apreciação de matérias.

Os itens 1 a 4, 29 e 30 serão votados pelo processo simbólico. E os itens 5 a 28, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Por solicitação da Senadora Damares Alves, Relatora do item 2 da pauta, se não houver objeção do Plenário, faremos a inversão de pauta. (*Pausa.*)

Exato.

Eu estou sendo lembrado de que existe um requerimento para a realização de audiência pública sobre essa matéria. Como o Relator... o autor não está presente, a gente... (*Pausa.*)

Tudo bem, Senador Marcos Pontes.

A gente discute na sequência, então, e fica prejudicado o requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra a Senadora Damares Alves para o item nº 2 da pauta, PL 3.563/2024, não terminativo.

2ª PARTE
ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI Nº 3563, DE 2024
- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera as leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018 e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a publicidade, o patrocínio e a promoção de apostas esportivas e jogos on-line, bem como apostas que envolvam resultados de eleições, e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Vai para CCJ ainda, e há outros projetos com o mesmo conteúdo em discussão lá. Ele tramita em conjunto com PL 3.586, de 2024, cuja relatoria é da cara Senadora Presidente da CDH.

É uma honra tê-la nesta Comissão também. (*Pausa.*)

Concedo, então, a palavra para a leitura do seu relatório, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu peço escusas aqui ao Senador Marcos Pontes. É só porque ela vai presidir a CDH...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, já em seguida voltamos ao item nº 1 da pauta, que é a política pública sobre inteligência, com a vênia de V. Exa., que nem os advogados falam.

A gente passa a palavra novamente à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise; o relatório já está publicado, a matéria amplamente debatida, conhecida, e ela vai seguir para a CCJ, onde terá uma discussão maior.

Inicialmente, Presidente, destacamos que os dois projetos buscam impor limites para a atuação das operadoras de apostas de quota fixa, de vedar apostas em resultados de eleições. Entendemos que tal medida é meritória e necessária, pois, como bem pontuou o autor da matéria, Senador Kajuru, apostas dessa natureza fragilizam o compromisso estatal com eleições justas, livres e com igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Ademais, essas apostas criam incentivos monetários para se votar em determinados candidatos, o que pode deteriorar a percepção da integridade das eleições. Destaco ainda que, mais grave, é a possibilidade de que tais apostas sejam objeto de interferência de grupos econômicos internacionais com o objetivo de influenciar resultados de eleições, atentando contra a soberania nacional.

Com relação à questão da publicidade das apostas, é oportuno destacar a dimensão que o mercado de apostas *online* alcançou no Brasil em um curto período, saindo de uma receita de cerca de R$500 milhões em 2018 para quase R$9 bilhões em 2023, um crescimento muito acima da média global.

Segundo dados do Banco Central, no Estudo Especial nº 119, os brasileiros gastam em média cerca de R$20 bilhões por mês com apostas, o que pode levar a um valor de R$240 bilhões gastos em 2024, algo próximo ao valor da exportação brasileira de soja em grãos em 2023.

Outro aspecto que me chamou a atenção, no relatório do Banco Central, foi o perfil dos apostadores, predominantemente jovens, e o fato de que em agosto de 2024, 5 milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram R$3 bilhões para empresas de aposta utilizando a plataforma Pix.

A saúde mental, Presidente, é outro fator preocupante. Em uma audiência pública recente no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliar a manipulação de jogos e apostas esportivas neste Senado, os convidados destacaram que a ludopatia já é a terceira dependência mais frequente no Brasil, ficando atrás apenas do tabaco e do álcool.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A revista *Lancet*, um dos periódicos da medicina mais tradicionais do mundo, publicou em 2024, um relatório alertando para os riscos das apostas para a saúde pública. O estudo estima que transtorno do jogo pode afetar 9% dos adultos e 16% dos adolescentes que fazem apostas esportivas *online*.

O alcance das propagandas de jogos *online* é tão pervasivo que há relatos da disseminação do hábito de realização de apostas entre povos indígenas, com consequente endividamento e fragilização de suas comunidades. São povos que já são vulneráveis a doenças, desnutrição e agora a questões de saúde mental provocadas por jogos de azar. Trata-se de mais de um fator que coloca em risco a preservação da vida de seu patrimônio.

Outras formas utilizadas pelas operadoras de apostas para alcançar vulneráveis, em particular, crianças e adolescentes, envolvem o uso de influenciadores mirins, com dicas detalhadas de como realizar apostas e patrocínios de torneios esportivos infantojuvenis, em que a participação é condicionada a ato de baixar o aplicativo da casa de aposta, que oferece bônus para uso imediato.

Por serem menores de idade, e considerando que a legislação brasileira assegura o sigilo total de seus dados pessoais, como nome e idade, não é possível, nem recomendável, mencionar aqui informações pormenorizadas acerca desses casos, mas tão somente exemplos reais e divulgados a esse respeito na imprensa.

O Instituto Alana denunciou a empresa Meta ao Ministério Público de São Paulo após identificar dez perfis de influenciadores mirins oriundos dos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio e São Paulo, que teriam sido recrutados para divulgar esses e outros jogos de azar no Instagram e Youtube, tendo como público-alvo adolescentes. Além disso, os conteúdos publicados por esses influenciadores mirins costumam permanecer disponíveis por 24 horas e incluem um *link* onde se afirma que a plataforma indicada está realizando pagamentos a quem decidir apostar.

Em complemento a esses dados, é importante registrar que o Senado Federal já se debruçou de forma sistemática sobre o tema das apostas *online*. A Comissão Parlamentar de Inquérito das Bets foi instalada após a aprovação do Requerimento 680, com a finalidade de investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas no orçamento das famílias brasileiras, a possível associação dessas plataformas com organizações criminosas e o uso de influenciadores digitais na promoção dessas atividades.

Entre novembro de 2024 e junho de 2025, a CPI realizou 20 reuniões, 16 das quais dedicadas à oitiva de pessoas convidadas ou convocadas. Ao todo, foram colhidos 19 depoimentos, sendo seis de pessoas formalmente convocadas.

Compareceram àquela CPMI, entre outros, delegados de polícia, representante da Anatel, o Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, o Secretário Especial da Receita, o Presidente do Banco Central, entre outros.

Os dados consolidados pela CPI evidenciam o rápido crescimento desse mercado e a sua capilaridade social. Levantamento realizado em 2024 apontou que cerca de 25 milhões de brasileiros iniciaram a prática de apostas *online* apenas nos sete primeiros meses do ano, o que demonstra a velocidade de difusão dessas plataformas e a urgência de medidas regulatórias mais firmes. Essa expansão acelerada recai, em grande medida, sobre públicos vulneráveis, com efeitos relevantes sobre o consumo das famílias, o superendividamento e a destinação de recursos que deveriam ser utilizados.

É a isto que esses projetos se propõem: a regularização da publicidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante dos fatos, entendemos que a principal causa dos vários problemas sociais e econômicos relatados é justamente o uso incessante e indiscriminado da publicidade para induzir a ideia de que as apostas podem constituir um meio de obtenção de ganhos econômicos e independência financeira.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, para 53% dos apostadores, a principal razão para apostar é "ganhar dinheiro", e apenas 22% apostam por entretenimento. Entretanto, 86% das pessoas que apostam estão com dívidas e 64% estão negativadas no Serasa.

Tais efeitos negativos sobre a saúde mental, as finanças pessoais e a economia do país não podem ser classificados como inesperados. Diversos estudos acadêmicos apontam para o potencial negativo das atividades de apostas quando associadas à gamificação.

Nesse sentido, destaco que votei contra o Projeto de Lei 3.626, que originou a atual Lei das Bets. Cabe-nos, agora, buscar formas de limitar os danos causados por meio do aperfeiçoamento das normas legais em vigor.

É preciso que o Governo forneça o tratamento adequado para o transtorno do jogo para todos os que buscam apoio, além de buscar formas de proteger crianças, adolescentes e idosos.

Além das repercussões sobre a saúde mental e o endividamento das famílias, há ainda mais um desdobramento particularmente sensível dessa expansão das apostas, que é a sua incidência sobre o próprio funcionamento da vida política quando se passa a apostar em resultados de eleições, referendos e plebiscitos.

Como abordado pelo Senador Kajuru na justificativa da sua proposta legislativa, tais apostas criam incentivos monetários para se votar em determinados candidatos, o que pode deteriorar a percepção da integridade institucional e a confiança social no sistema eleitoral.

Nesse contexto, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução nº 23.744, de 2024, incluiu as apostas eleitorais no rol de condutas que podem configurar ilícito eleitoral, ao reconhecer que tais práticas podem caracterizar crime ou abuso de poder e comprometer a lisura e a segurança do processo eleitoral. Ao fazê-lo, a Justiça Eleitoral deixou claro que transformar eleições, referendos e plebiscitos em objeto de aposta não é um simples entretenimento, mas uma atividade que cria incentivos econômicos indevidos em torno do resultado do pleito e amplia o risco de interferências.

Assim, Sr. Presidente, explicando o risco da publicidade e explicando o outro projeto, que é a aposta nos cargos eletivos, o meu voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.563, de 2024, na forma da emenda substitutiva que apresento, e pela rejeição do Projeto 3.586, de 2024, conforme o substitutivo devidamente publicado.

Este é o voto, este é o relatório, esta é a análise, e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa. pelo relatório, Senadora Damares Alves.

Eu só vou fazer os esclarecimentos que eu havia feito agora há pouco, também. O Senador Marcos Pontes estava chegando e havia um requerimento verbal da Senadora Damares Alves para haver uma inversão de pauta, já que ela, daqui a pouco, presidirá a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e ela sempre gosta de chegar antes para começar no horário. Então, não houve objeção do Plenário; houve inversão de pauta.

Na ocasião eu, inclusive, disse que o requerimento do Senador Lucas Barreto para a realização de audiência pública havia sido prejudicado pela não presença, mas ele está presente agora; então, não está prejudicado. Nós estamos fazendo a discussão da matéria... Vamos fazer a discussão da matéria e,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

então, nesse sentido, vamos discutir a matéria para que possam ser esclarecidos pontos eventualmente necessários para alguma explicação.

Eu quero salientar para todos os que estão aqui presentes e nos acompanham que este projeto de lei, depois desta Comissão, vai para a Comissão de Constituição e Justiça daqui, do Senado Federal. Aqui, ele já está apensado a outro projeto e, lá, a outros projetos com o mesmo conteúdo, ou conteúdo afim, que também serão apreciados. Então, até se discutia, Senador Lucas Barreto – mas queremos ouvir, claro, V. Exa. como autor do requerimento –, senão seria mais interessante fazermos audiência pública do conjunto dos projetos em tramitação, mas V. Exa. é o dono, como se costuma dizer, do requerimento, então gostaríamos de ouvir, se fosse possível, V. Exa.

Eu só estou dando esta explicação porque foi exatamente a explicação que eu dei agora há pouco na sua ausência. O Senador Marcos Pontes, que tem o primeiro item da pauta, da política pública. Invertemos pelas razões que foram mencionadas e, na sequência, voltaremos para o item 1 da pauta.

Com a palavra V. Exa., caro Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, desculpe, mas é que abriu a sessão, e eu me dirigi do gabinete... Foi o tempo... Aí já.... Mas estava presente ali, eu tinha marcado presença...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, sim...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Então, não estava presencialmente, porque estava caminhando...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não presencialmente presente. (*Risos.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É.

Sr. Presidente, eu penso que é muito importante que esta audiência pública seja feita aqui, já no projeto da Senadora Damares. Por quê? Porque nós podemos já daqui sair com o projeto de consenso, com o projeto da Senadora Damares.

Este projeto tem muita importância. Ele proibiu patrocínio de clubes se está regulamentado, se está legal... E nós vamos botar tudo na ilegalidade! É aí que vão aumentar mesmo os jogos... Hoje, as plataformas iniciam, tem gente apostando, daí a pouco alguém ganha, a plataforma é extinta. Então, a gente tem que ver esse lado da ilegalidade, não do que está regulamentado. Por exemplo, as TVs, Globo, Record e as outras que também recebem patrimônio, são legais e estão lá. Tudo que nós precisamos é especificar o que pode e o que não pode, quem pode ser responsabilizado, quem vai ser, o que é proibido para fazer essa regulamentação realmente rigorosa.

Eu queria pedir a V. Exa. que mantivesse o meu requerimento e que ainda fizesse a inclusão aqui dos representantes da Libra e dos representantes do Flamengo, se possível, porque, entre, Sr. Presidente, essas principais mudanças, a gente tem que destacar a proibição da exploração comercial de apostas em eleições e a vedação de qualquer forma de publicidade relacionada a apostas em meios como rádio, televisão, internet e redes sociais. Então, cada uma é uma regulamentação, não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Certo. Eu só gostaria...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Cada uma tem uma peculiaridade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, no ponto específico da publicidade, entende-se ser indispensável um debate mais aprofundado, considerando se tratar de tema recém-regulamentado e ainda em fase de consolidação.

Nesse sentido, eu sugiro a V. Exa. que aprecie... A gente poderia protelar, pedir vista, mas não. Nós estamos pedindo uma audiência pública para que todos tenham a oportunidade de se manifestar e mostrar os prós e contras e o que pode e o que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu agradeço a V. Exa.

Como a matéria está em discussão e o requerimento tem prioridade na apreciação da matéria, eu peço a V. Exa. que dê um encaminhamento para o requerimento, colocando os nomes que foram já salientados, e, se houver acréscimo de nomes, que esses nomes venham por escrito para a Secretaria da Comissão de Ciência. Primeiro, vamos apreciar, então... Está em apreciação, na discussão, o relatório da Senadora Damares Alves. O requerimento apresentado por V. Exa. será colocado em votação, na sequência, para que possamos dar o encaminhamento para a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, deixe-me... Eu posso...?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senador Lucas, o requerimento entrou ontem meia-noite, e a gente sabe que é para protelar a aprovação, para discutir. Esse projeto está nesta Comissão há um ano, gente, eu esperei um ano, e só não apresentei o voto antes porque eu tinha pedido à Mesa para desapensar o do Kajuru e o do Randolfe, para a gente encaminhar o do Kajuru separado, porque eu sei que o do Randolfe causaria isto aqui: *bets*, times de futebol, televisão, porque fizeram isso o ano inteiro comigo, mas não me trouxeram respostas.

Então assim, Senador, aprovar uma audiência pública, aí a gente suspende hoje, aprova audiência pública, faz audiência, no dia de votar vai se pedir vista, mais quanto tempo? Então, se o objetivo é não votar hoje, peça vista, mas uma audiência pública, um tema debatido nesta Casa inúmeras vezes, o tema não é novidade, Senador Lucas. Teve CPI, inúmeros debates e tem outros projetos. Eu até sugeriria, se o setor quer fazer um debate à altura, a CCJ é o melhor caminho, porque esses dois sobem, quem sabe até lá a Mesa desapensa o do Kajuru, porque essa questão da eleição é complicada. Apesar de que o Tribunal Superior Eleitoral já está classificando como crime, mas a gente precisa ter isso regulamentado como lei. Sobe para a CCJ, lá tem outras matérias, junta tudo e lá seria um foro extraordinário de discussão. E entendo, inclusive, que, se os senhores se articularem lá na CCJ, o Otto poderia criar um grupo de trabalho juntando todos os que estão lá sobre publicidade. O tema vai ser regulamentado, todo mundo sabe disso, mas a gente já tiraria desta Comissão, mandaria para a CCJ.

Seriam duas soluções, Senador. Eu me comprometo, na CCJ, mesmo não sendo membro, a sentar e discutir todas as matérias lá, mas vir aqui hoje, nesta Comissão, depois de um ano a matéria aqui, eu esperando conversar com todo mundo, e aí agora a gente impede o andamento aqui tão somente para protelar a votação, porque assim, mais cedo ou mais tarde, vai ter que ser votado. Que seja mais cedo. As crianças têm sido o maior alvo dessa publicidade não regulamentada. O PL do Randolfe não está proibindo, gente, está trazendo tão somente algumas regras, então não vejo prejuízo algum. Então, assim, a minha sugestão seria, Senador Lucas: se não quer votar hoje, se entende que não é o dia, use o instrumento certo, que é o pedido de vista, vocês ganham aí até fevereiro. Mas entendo que pedir uma

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública, a gente vai marcar lá para março, um monte de gente vai apresentar um monte de expositores, vamos ter que dividir em dez audiências. Aí, no dia em que eu for discutir a matéria, pede vista. Não dá, gente. Eu sou defensora da infância e preciso dizer uma coisa para os senhores que estão aqui, conheço muito dos senhores: estou do lado da criança e sou Relatora dessa matéria tão somente por isso, tão somente.

Então eu gostaria muito de pedir ao Senador Lucas, em nome das crianças, se quiser protelar a votação hoje, use o instrumento certo, pede vista, mas não vamos nesta Comissão protelar mais esse debate. As crianças estão se matando por causa dos vícios em jogos de aposta, as famílias estão em desespero. As famílias do Brasil contam comigo e estão reclamando porque eu segurei um ano aqui, sendo Relatora dessa matéria, esperando contribuição e não veio nada de diferente que me garanta que as crianças serão protegidas. Então eu faço esse apelo ao meu querido Senador Lucas, que é um amigo, que é um parceiro, que em todas as matérias da infância vota comigo, inclusive me alimenta, manda peixinho no dia da votação, para eu ficar bem.

Vocês sabiam que a minha relação com o Lucas é desse jeito? Sou apaixonada pelo Senador Lucas – apaixonada –, e ele sabe disso; em tudo, nós estamos juntos.

Então, Senador Lucas, fica a sugestão, a audiência pública é incabível, não dá mais. Já foi muito discutido, gente, nesta Comissão aqui. Vamos para CCJ, e lá eu ajudo a criar um grupo de trabalho e a gente encontrar um melhor caminho. Mas seria hoje uma resposta para a infância a gente não aprovar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senadora.

Senadora Eudócia, quer falar? (*Pausa.*)

O Senador Lucas, primeiro, para responder à Senadora Damares.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Presidente, eu estou, na verdade, eu não faço parte da CCJ, eu sou suplente aqui na CCT, inclusive, mas eu penso que essa alternativa de debater aqui, de fazer esta audiência pública já vai fazer com que nós tenhamos celeridade nesse seu projeto, na sua relatoria, Senadora Damares, nas outras Comissões. E aí nós vamos fazer, dizer: "Não, já debatemos e fizemos lá na CCT", porque uma alternativa mais efetiva é essa. Aqui, em vez de proibir publicidade, nós devemos é reforçar a fiscalização e o combate às operações ilegais, porque eu não estou vendo nada contra isso, contra as operações ilegais não tem nenhuma ação.

Então, nós temos que aprimorar esses mecanismos de proteção a menores e aqui com a participação minha e da senhora, coibindo mensagens enganosas, fortalecendo exigências de jogos responsáveis, em consonância com o arcabouço já vigente. Se a gente conseguir dar celeridade aqui na CCT, onde estamos eu e a senhora, e onde nós não estamos, lá na CCJ... Lá vai ter pedido de vista, vai ter audiência. Se a gente levar uma coisa pronta, já debatida, discutida, eu penso que a gente pode avançar muito mais.

E a senhora sabe que as suas pautas são minhas prioridades. Não pense que aqui a gente quer protelar, até porque eu não fiz pedido de vista, nada, eu quero a última audiência pública para a gente dizer: "Não, isso aí foi esgotado, esgotou-se com esta audiência pública".

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lucas, as pessoas que vão falar em audiência pública...

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – ... não podem fazer o que eles vão falar em contribuição escrita para mim? Quem sabe a gente muda o relatório e aí no período de vista a gente senta e discute? Eu só queria, assim, que a gente usasse o instrumento. Por que não pedimos essa audiência pública ao longo do ano, gente? Estava aqui a matéria. Então, assim, para nós, que estamos trabalhando com a proteção da vida, da família, das crianças, eu estou achando muito ruim.

Aí, Lucas, a contribuição que eles vão dar aqui numa audiência pública, até a gente agendar... Contribuam por escrito comigo, com a Relatora. Vamos sentar, vamos ler a contribuição deles, porque, eu vou lhe dizer uma coisa, Lucas: qual é a garantia que vocês têm que na audiência pública eu vou mudar meu relatório? Qual é? Que eu vou sentar aqui, vou ouvi-los e vou mudar meu relatório? É, de fato, protelação.

Então, se tiver uma contribuição que me convença de verdade, ela virá por escrito ou na audiência. E aí a gente pode, Lucas, o meu gabinete e o seu sentarmos, lermos as contribuições que os preletores que você indicou têm e talvez por escrito eles possam trazer uma colaboração até mais recheada, porque não têm o tempo dos dez minutos para falar. Vamos sentar, mas vamos usar o instrumento certo, e aí a gente trabalhar.

Existem outros projetos de lei que estão muito mais avançados, gente. Esse daqui não vai impedir... Nós temos projetos de lei que estão bem mais avançados na CCJ, que é possível que passem antes dele. E vou dizer uma coisa: eu acho que o meu está bem melhor que alguns que estão lá – bem melhor –, porque Randolfe não está proibindo; ele está trazendo algumas regras tão somente.

Então, eu vou fazer mais um outro apelo, mas é regimental: votar o requerimento, e, se for votar, eu vou pedir verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senador Lucas, com alguma ponderação que queira fazer ou não? Já fez todas. (*Risos.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Se ela aceita as ponderações de todas as entidades aqui para recepcionar as ponderações, então, aí é melhor pedir vista enquanto ela recebe as ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Então, V. Exa. está pedindo vista do PL. Está concedida vista coletiva. E o requerimento, então, por enquanto, fica prejudicado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Isso, o requerimento se transforma para as entidades. Nós vamos informar as entidades para que todas elas façam as suas considerações...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... à Senadora Damares, e que na próxima sessão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Eita, hoje eu vou comer um peixe contigo! Hoje quem vai pagar o peixe sou eu.

Senador, eu prometo, todas as contribuições eu vou receber.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gente, o meu único alvo são as crianças. (*Fora do microfone.*) O que vocês vão fazer depois das 10h, das 9h, das 8h, é com vocês, mas, eu prometo que eu ouvirei vocês com todo carinho. Eu só quero que a gente...

As outras vão passar na frente dessas e as outras não são boas. Acreditem em mim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa., então, caro Senador Lucas Barreto, também grande amigo, também companheiro aí de tantas batalhas e lutas, está retirando o requerimento...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para comunicar às entidades, para que elas façam as contribuições a que a Relatora está se referindo, é isso?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordo.

Então, está retirado o requerimento por solicitação do Senador Lucas Barreto, e, ao mesmo tempo, está concedida vista coletiva sobre o projeto. Está bem?

Muito bem. Assunto encaminhado.

Aliás, eu apreciei muito a sugestão. Eu acho que o assunto é extenso, com muitas iniciativas, complexo, por outro lado. Eu acho que nós poderíamos falar com o Senador Otto Alencar, que é o Presidente da CCJ, para pensarmos juntos numa alternativa, porque são muitos projetos em andamento sobre, mais ou menos, o mesmo direcionamento. Eu acho que ficaria bom para, justamente, atender o que o V. Exa. está solicitando, que não haja depois uma procrastinação; que haja, sim, um debate, uma discussão e se chegue, na medida do possível, a uma convergência sobre o assunto. Isso facilitaria a tramitação do projeto, subsequentemente, o.k.?

V. Exa. gostaria de acrescentar alguma coisa?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É isso, Presidente. É que haja discussão para o que a gente quer: aprofundar e aumentar a investigação sobre o que é ilegal, porque o que é legal já está regulamentado, e a gente tirar isso não vai conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – E tudo que é proibido totalmente prolifera.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Esclarecendo, Senador: esse projeto, indo para lá, se soma aos outros que já estão lá. Há vários projetos, e é bom, quando há vários projetos, você constituir algum estudo bem específico sobre o assunto, mas agradeço a V. Exa.

Nós vamos passar à primeira parte. Foi invertido porque, como eu mencionei, a Senadora Damares Alves preside a Comissão.

Agradeço, Senadora Damares Alves.

O assunto retorna à pauta no ano que vem.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente, eu vou ter que ir a uma outra Comissão, mas, antes disso, tenho que mandar preparar o peixe da Senadora Damares. (*Risos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas também... É isso. Está ótimo então. Está bom.

Agradeço a V. Exa., caro Lucas Barreto.

Agora nós vamos, então...

Houve a inversão de pauta. Passamos à primeira parte da reunião, que é a avaliação da política pública sobre inteligência artificial no Brasil.

A proposta foi do caro Senador, ex-Ministro, integrante, com muita honra, desta Comissão, Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, eu ressalto que eu vou fazer a leitura de um resumo do relatório, um relatório muito extenso. Então, para que não tome tanto tempo aqui, este é um resumo, e o relatório fica à disposição na Comissão.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente gostaria de agradecer a todos que colaboraram com esse trabalho, especificamente aos servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, aos servidores do meu gabinete, à Consultoria Legislativa e pesquisadores consultados e, por fim, a todos aqueles que participaram das audiências públicas ou que enviaram suas contribuições por meio da internet.

Apresento a esta Comissão o relatório final da avaliação de políticas públicas referente à Política Nacional de Inteligência Artificial, realizada ao longo do ano de 2025 pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal.

Esse trabalho examina, de forma integrada, três instrumentos centrais da política brasileira de inteligência artificial: a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e o Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, aprovado por esta Casa e, atualmente, em análise na Câmara dos Deputados.

Nós nos guiamos pelo referencial para avaliação de políticas públicas do Senado Federal, preservando seus nove critérios de análise: planos, objetivos, monitoramento, institucionalização, participação, capacitação organizacional, orçamento, coordenação, gestão de riscos e a contabilidade, com participações com adaptações necessárias para esse contexto tecnológico.

Principais avanços identificados.

É preciso destacar que a inteligência artificial deixou de ser apenas uma fronteira tecnológica; ela se tornou um dos principais fatores de transformação econômica, produtiva, científica e social em todo o mundo. Por isso, políticas públicas de inteligência artificial não podem ser improvisadas, tampouco dispersas, precisam ser coerentes, avaliáveis e juridicamente seguras e orientadas ao interesse público.

Aqui, só um comentário para aqueles que nos assistem que toda política pública, é importante ressaltar, tem alguns níveis: a política em si; depois, a estratégia, para que aquela política seja alcançada; e, depois da estratégia, os planos que atendem a essa estratégia.

Então, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial foi publicada em 2021 e estabeleceu diretrizes estratégicas e princípios éticos alinhados às melhores práticas internacionais, como a OCDE e a Unesco; reforçou a necessidade de inovação responsável, proteção de direitos e investimento contínuo em pesquisa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O programa, ou melhor, a política, por sua vez, representa avanço importante, traduz a visão estratégica em ações programáticas e estimativa de investimentos – corrigindo –, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, por sua vez, apresenta avanço importante, pois traduz visão estratégica em ações programáticas e estimativa de investimentos da ordem de R$23 bilhões, entre 2024 e 2028, contemplando supercomputação, formação de talentos, transformação digital de serviços públicos e fortalecimento dos Centros de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial.

Também reconhecemos o papel do Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, que estabelece um marco regulatório baseado em risco, alinhado a modelos internacionais e que oferece salvaguardas éticas de segurança, transparência, auditoria e responsabilização. Nesse sentido, é importante afirmar que o Parlamento brasileiro assumiu o protagonismo ao estruturar um marco legal amplo, moderno e equilibrado. A consolidação desse projeto é decisiva para dar segurança jurídica a empresas, pesquisadores, órgãos públicos e cidadãos.

Lacunas e desafios encontrados.

Apesar dos avanços, a avaliação revela lacunas estruturais que podem comprometer a efetividade da Política Nacional de Inteligência Artificial:

Primeira: a ausência de metas, indicadores e linhas de base. A estratégia brasileira e o plano brasileiro não apresentam metas quantificadas nem indicadores claros de resultado e impacto. Sem métricas, o país não consegue avaliar se investimentos produzem valor público, eficiência ou inclusão social.

Segunda: falta de governança unificada e coordenação interministerial – isso aqui é primordial. Há esforços isolados em diversas pastas, mas ainda falta uma instância permanente, com prerrogativas claras para integrar ações, resolver conflitos e garantir padronização nacional. Aqui, como sugestão – eu fui Ministro da pasta de Ciência, Tecnologia e Inovação –, essa pasta é justamente aquela que tem o condão, vamos dizer assim, a capacidade e deveria ter a competência em termos, obviamente não é de saber fazer, mas competência no sentido de ter escopo organizacional para ser a coordenadora dessas ações no Brasil.

Terceira: fragilidade na gestão de dados e interoperabilidade. O Brasil possui bases de dados valiosas, especialmente em saúde, clima e biodiversidade, mas ainda não dispõe de uma arquitetura integrada de governança, com padrões de qualidade, interoperabilidade e segurança.

Quarta: capacidade limitada do Estado. Embora haja excelência acadêmica e centros de pesquisas avançados, o Estado carece de servidores especializados, programas permanentes de capacitação e plano de alocação e competências.

Quinta: déficits na sustentabilidade financeira. O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial estima investimentos expressivos, mas ainda falta um arcabouço orçamentário transparente que permita rastrear execução, metas físicas e resultados de maneira integrada ao PPA e às LOAs.

Sexta: ausência de mecanismos formais de gestão de riscos e auditoria algorítmica. Apesar de a política reconhecer riscos, ainda não há metodologia de gestão de riscos nem protocolos públicos de testes, monitoramento de incidentes e auditoria independente.

Sétima: territorialização insuficiente. As capacidades de pesquisa e infraestrutura digital estão fortemente concentradas no Sul e Sudeste. A política precisa interiorizar investimentos e reduzir desigualdades regionais no acesso à tecnologia e à formação profissional.

Elemento central, dados e interoperabilidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As audiências realizadas revelaram um tema transversal absolutamente decisivo: a gestão e a interoperabilidade dos dados públicos brasileiros. Sem dados padronizados, seguros e interoperáveis, não há inteligência artificial confiável nem desenvolvimento tecnológico sustentável. Destaco especialmente a área de saúde, em que o SUS, por sua capilaridade e amplitude, poderia se beneficiar enormemente da vigilância epidemiológica em tempo real, predição de agravos, otimização de logística e apoio à decisão clínica, mas, para isso, é necessária uma arquitetura nacional inspirada em modelos como o HITSP, o ONC e o TEFCA, utilizados nos Estados Unidos. O Brasil também possui potencial único em modelagem climática e biodiversidade, com conjuntos de dados que podem posicionar o país na fronteira mundial da ciência aplicada, mas, tudo isso depende de integração, documentação e governança responsável.

O papel dos Centros de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial.

O relatório destaca os protagonismos dos Centros de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial, criados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e parceiros desde 2020. E eu me lembro muito bem da criação desses centros em áreas específicas. Eles já operam como laboratórios nacionais que conectam universidades, Governo e setor produtivo. São centros que desenvolvem tecnologias aplicadas, treinam profissionais e testam, em ambiente controlado, padrões éticos e protocolos de governança de IA. Contudo, sua continuidade depende do financiamento plurianual estável, integração federativa, métricas de desempenho transparentes e a expansão para regiões ainda sub-representadas como Norte e Centro-Oeste.

Recomendações do Senado Federal ao Poder Executivo.

Em razão das conclusões da avaliação, esta Comissão apresenta as seguintes recomendações ao Presidente da República:

1. Instituir um painel nacional de indicadores de inteligência artificial, com dados públicos atualizados, interoperáveis e desagregados por região e por características populacionais;

2. Criar modelo de financiamento plurianual para os Centros de Inteligência Artificial, com metas de impacto científico, social e econômico;

3. Ampliar programas de formação técnica e científica, priorizando institutos federais e universidades estaduais nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

4. Estabelecer instância interministerial permanente de coordenação da Política Nacional de Inteligência Artificial;

5. Elaborar normas complementares de auditoria algorítmica e avaliação de impacto alinhadas ao futuro marco legal;

6. Integrar a política de IA às estratégias de inovação industrial, estimulando soluções éticas, interoperáveis e desenvolvidas no país.

Essas medidas visam corrigir lacunas críticas, fortalecer governança, assegurar segurança jurídica e consolidar a inteligência artificial como um vetor de desenvolvimento público e privado.

Conclusão.

Senhoras e senhores, por fim, é de se concluir que, embora exista arcabouço jurídico mínimo, ainda não há um marco legal sistematizado e específico que integre todos os componentes essenciais da política de inteligência artificial, assegurando simultaneamente a proteção de direitos e a segurança jurídica, sem comprometer a flexibilidade necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil reúne condições únicas para assumir posição de destaque na inteligência artificial global. Possuímos centros de pesquisa de excelência, sistemas públicos robustos, biodiversidade incomparável e uma tradição na produção científica respeitada internacionalmente. Mas nenhum desses ativos se sustentará se nós não tivermos governança sólida, métricas claras, segurança jurídica, interoperabilidade de dados, formação de pessoas, políticas duradouras orientadas pelo interesse público. A Política Nacional de Inteligência Artificial precisa evoluir de planos setoriais para uma verdadeira arquitetura de Estado, capaz de resistir ao tempo, aos ciclos políticos e ao dinamismo tecnológico.

Este relatório aponta caminhos concretos para que isso se torne realidade no nosso país. Submeto-o, portanto, à consideração desta Comissão, convicto de que contribuirá para que o Brasil avance com responsabilidade, segurança e ambição na construção de uma inteligência artificial orientada ao bem comum.

Este é o resumo do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao caro colega Senador Astronauta Marcos Pontes, que foi designado em função de uma proposta realizada por V. Exa. para que essa política pública fosse a política pública desta Comissão do corrente ano a ser analisada.

Coloco em discussão a matéria.

Eu quero, antes de encerrar a discussão, Senador Marcos Pontes, solicitar para a Secretaria a remessa do relatório e da síntese do relatório para o Ministério, para que o Ministério possa, no ano que vem, numa das nossas reuniões, também analisar em conjunto com a Comissão o posicionamento do Ministério em relação ao relatório que está sendo apresentado – se V. Exa. concordar também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Cem por cento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Cem por cento. Então, está bom.

A Secretaria da Comissão providenciará esse encaminhamento. (*Pausa.*)

Isso, na página da Comissão, para todos que nos acompanham pelo Brasil.

É importante que nós tenhamos também essas contribuições que venham do país. Estará na página da Comissão integralmente e a síntese também, mas é importante porque há recomendações para o Governo, e o Governo, nesse caso, é o Ministério.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente só um comentário.

Durante a leitura eu citei aqui a questão de auditoria algorítmica. É um termo um pouco técnico, mas eu acho importante que nós possamos explicar para a população, principalmente a que nos acompanha, a necessidade desse tipo de auditoria – e constantemente.

O que acontece? Um sistema de inteligência artificial opera baseado em dados; esses dados são divididos em dados de treinamento e depois em dados que são utilizados pelo modelo também durante a operacionalização.

O próprio treinamento é feito em diversas etapas e depois é solto, vamos dizer assim, ele é colocado em operação. O que acontece é que, muitas vezes, os dados que são utilizados são a raiz do problema do funcionamento da inteligência artificial de forma irregular, no caso da existência dessas tendências na base de dados de forma irregular, com riscos à ética, à discriminação, etc. E são várias as

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

razões por que isso pode acontecer: pode ser que as pessoas que montam os bancos de dados tragam esses dados já, vamos dizer assim, viciados, com algum tipo de tendência, e isso aí seria uma tendência histórica, um erro de dados historicamente incorretos.

Por exemplo, os dados são trazidos, de alguma forma, com o racismo embutido ali dentro, há uma possibilidade desse erro histórico. Outras vezes, tem erros no banco de dados de representação. E o que significa isso aí? Que nos dados alguns grupos são sub-representados, ali dentro, e, com isso, obviamente, você vai ter uma tendência de favorecimento. E são dois os tipos de prejuízos que podem acontecer por esses erros: um prejuízo é o de alocação e o outro de representação. De alocação é quando a inteligência artificial ajuda na tomada de decisão de alocação, por exemplo, de bolsas, alocação de algum tipo de vantagem ou benefício, o que pode acontecer de forma, eu diria, injusta, porque alguns grupos são sub-representados. Ou de representação, realmente, quando existe a necessidade de você se dirigir àquilo lá como representatividade entre os grupos, e aquilo não acontece porque algum grupo não está sendo representado.

Por que eu estou chamando a atenção? E tem outros erros possíveis também no banco de dados. Por que eu estou chamando a atenção também? Porque um dos erros principais que podem acontecer, que é um erro de avaliação, é quando a inteligência artificial utiliza alguns dados para treinamento e, na hora da operação, utiliza dados diferentes. Explico. Por exemplo, dados são coletados em algum país, deixe-me exagerar aqui, em algum país nórdico, os dados que são coletados são os dados de saúde lá e, depois, esses dados de saúde são usados para o treinamento de uma inteligência artificial que, posteriormente, vai ser utilizada aqui no Brasil com condições completamente diferentes, utilizando dados locais que são diversos por causa justamente do tipo diferente de pessoas, saúde, exposição diferente, doenças diferentes e assim por diante. Com isso, logicamente, o funcionamento vai ser irregular e vai ter certas tendências, o que não deveria acontecer.

E por que eu estou falando tudo isso? Porque é muito importante esse acompanhamento, essa auditoria algorítmica, que vai de dados, modelo, *deployment*, saída do modelo, utilização daquele sistema. E isso tem que ser feito de forma contínua, para reduzir as possibilidades de injustiças, de discriminação, problemas éticos, etc. Isso é essencial.

E nós precisamos também desenvolver uma governança de dados nacionais para que dados nacionais sejam coletados, tratados da maneira correta, para colocar o *labeling*, vamos dizer assim, ajustar esses dados da forma correta com uma auditoria, exatamente, que é um ponto em que podem acontecer também erros gravíssimos, porque os seres humanos têm tendências. Então, tudo isso tem que ser feito com supervisão e com auditoria aqui no Brasil. É uma parte difícil, mas é uma parte que precisa ser feita aqui no Brasil, sem dúvida nenhuma. Isso faz parte das recomendações que nós temos aqui nesse relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Vamos discutir tudo isso com o ministério, numa das primeiras reuniões do próximo ano.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu os cumprimento pelas audiências, pelo conhecimento, pela apresentação do resultado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos, em seguida, ao item 3 da pauta.

Quero saudar o colega Oriovisto Guimarães, do Paraná também, e parabenizá-lo pelo trabalho aqui no Senado Federal. Há um reconhecimento grande, no Brasil, em termos da competência, da dedicação e do conhecimento em todas as áreas.

Item 3.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 4621, DE 2024
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o projeto, na sua essência, é bastante simples. Então farei apenas uma explicação inicial e, depois, se me permite, irei direto à análise.

É um projeto do Senador Esperidião Amin, aqui da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. É o Projeto de Lei nº 4.621, de 2024, que institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências.

Aqui no relatório, basicamente, nós destacamos os méritos desse projeto, porque o Brasil importa muitos motores, principalmente motores para máquinas agrícolas e outros. Então esse projeto estabelece políticas, principalmente financiamentos para a indústria nacional, para que possamos reequilibrar a nossa balança de pagamentos nesses itens e ter desenvolvimento de tecnologia nacional, desenvolvimento de motores com combustíveis alternativos, notadamente biocombustíveis. Com isso, criaremos mais empregos, teremos uma maior tecnologia e também teremos uma balança de pagamentos mais favorável nesse item.

Dito isso, vamos à análise.

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade e dos aspectos regimentais, não foram identificados vícios capazes de prejudicar a proposição. Outrossim, proporemos algumas emendas com o intuito de afastar quaisquer dúvidas nesse sentido, como buscaremos apresentar ao longo deste texto.

O PL 4.621, de 2024, apresenta mérito incontestável ao propor ações coordenadas para o desenvolvimento de um setor estratégico da economia nacional. A proposição visa instituir a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores e é amplamente positiva por buscar promover o desenvolvimento da indústria nacional de motores, estimulando o aumento da capacidade produtiva no país e fortalecendo a cadeia automotiva por meio da substituição de importações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a proposta é benéfica por fomentar a inovação tecnológica, sustentabilidade no setor, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento em eficiência energética e biocombustíveis, além de contribuir para o desenvolvimento regional e a qualificação de mão de obra brasileira, gerando empregos e reduzindo disparidades econômicas ao estimular novas instalações fabris.

Com o intuito de promover alguns aprimoramentos ao PL 4.621, de 2024, sugerimos emendas que promovem avanços formais e jurídicos para mitigar riscos de inconstitucionalidade e eliminar redundâncias normativas sem modificar o cerne da política, que é a tentativa de substituir importações de motores.

Propõe-se emenda para tornarem mais realistas os objetivos do PL, modulando a expectativa de substituição de importações, que pode soar como uma meta ampla e de difícil execução, para fomento à produção nacional, com critérios de viabilidade econômica e tecnológica. Essa mudança reconhece que nem todos os segmentos de motores podem ser produzidos de forma competitiva no Brasil.

Propomos também, visando à mitigação do risco de inconstitucionalidade, emendas para criar linhas de crédito que possam utilizar recursos disponíveis na Lei nº 15.103, de 22 de janeiro de 2025, Programa de Aceleração da Transição Energética. Essa vinculação ancora o financiamento em mecanismos previamente autorizados e direciona os incentivos para motores com menor pegada de carbono, conectando o plano nacional de incentivo à fabricação de motores à Agenda de Descarbonização. Sugerimos a supressão do inciso IV do art. 3º, que propõe a criação de um selo nacional de qualidade e sustentabilidade. A justificativa é que os fabricantes de motores já seguem rígidos padrões internacionais, como a ISO e a ABNT, e a criação de um selo nacional resultaria em sobreposição normativa e custos burocráticos sem ganhos reais e competitividade.

Além dessa supressão, recomendamos também a retirada do inciso V, que estabelece a revisão anual do Ex-Tarifário. Isso se deve ao fato de que o regime de Ex-Tarifário já é disciplinado pela Camex Gesex, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e pode ser revisto a qualquer momento. A inclusão de uma regra específica em lei ordinária para um procedimento já regulado por norma infralegal consolidada evitaria o engessamento normativo e duplicidade regulatória.

Por fim, o artigo 4º estabelece o prazo de 90 dias para a regulamentação da lei pelo Poder Executivo. Propomos ampliar o prazo para 120 dias. Essa alteração é razoável, pois confere ao Executivo maior tempo para realizar o diálogo necessário com o setor produtivo e órgãos envolvidos, favorecendo uma regulamentação mais consistente. Além disso, por se tratar de um segmento de economia em constante evolução, incluímos previsão para que o regulamento atualize o rol das tecnologias a serem fomentadas pela lei em intervalos não superiores a cinco anos.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.621, de 2024, com as seguintes emendas.

As emendas que eu já mencionei. Acho que podemos dispensar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Podemos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. As emendas já constam, inclusive, do material disponibilizado para os Senadores, já foram apreciadas também e estão disponíveis no relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Oriovisto Guimarães pela leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada também à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos aos itens 4, 5 e 6 da pauta de relatoria da Senadora Dra. Eudócia.

Já houve aquiescência do Senador Oriovisto Guimarães para ser o Relator *ad hoc* desses itens.

Então, passamos ao...

Se V. Exa. desejar, pode ir diretamente ao voto no final do relatório, que é uma síntese, na verdade, do relatório.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buerarema, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Como eu falei, a Senadora Dra. Eudócia é Relatora; Senador Oriovisto Guimarães é Relator *ad hoc.*

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Vamos direto ao voto, então.

O item 4 é um projeto que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Buerarema, Estado da Bahia.

O voto.

Tendo em vista o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para o deslinde da matéria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo, para executar serviço de rádio difusão comunitária no Município de Buerarema, Estado da Bahia, de que trata o Projeto Decreto Legislativo nº 385, de 2019:

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 5.223, de 28 de setembro de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos ao item 5 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Forquilha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Forquilha, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

A Relatora é a Senadora Dra. Eudócia; Senador Oriovisto Guimarães, Relator *ad hoc.*

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – O item 5 aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Forquilha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Forquilha, Estado do Ceará.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 479, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Forquilha para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Forquilha, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

Passamos ao item nº 6 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria Dra. Eudócia, Senador Oriovisto Guimarães como Relator *ad hoc*.

Novamente concedo a palavra a V. Exa. Aliás, antes, desculpe, quero saudar – assim sempre faço com muita alegria, com muita honra – o nosso Vice-Presidente, referência nesta Comissão e na Casa, o Senador Hamilton Mourão.

Com a palavra V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Dra. Eudócia, prossiga. (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Muito obrigado, é um elogio!

Bem-vindo, General.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E brincalhão ainda, além de tudo, mas numa boa. É bom isso!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2019. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados. Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o reexame da documentação que acompanha o PDL 251, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

Obrigado, Senador Oriovisto. Grande abraço.

Item nº 7 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Examinada a documentação, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 403, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacaembu, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.
Passamos ao item nº 8 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã de Cananéia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 406, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã de Cananéia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cananéia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por" Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será também nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

2ª PARTE
ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 667, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarumã, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Também sob a relatoria de V. Exa., Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 667, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarumã, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item nº 10 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Catanduva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Catanduva, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
A relatoria também é de V. Exa., Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 437, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Município de Catanduva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Catanduva, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico, na sequência.

Quero destacar também a presença do caro Senador Izalci Lucas. É uma honra sempre tê-lo aqui na Comissão.

Passamos ao item nº 12, o PDL 292, de 2002, terminativo, com a relatoria do caro Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, o item 11 também é de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se V. Exa. permitir, só vou olhar aqui; desculpe-me, caso eu tenha pulado.

De fato, V. Exa. tem razão.

Então, passamos ao item nº 11 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1061, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Condorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, tendo analisado a documentação e nada constando que a desabone, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.061, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Condorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório, Presidente. Destaco que o Município de Condor não tem nada a ver com a minha idade, que é a idade do condor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não é só a sua idade, é a minha também. (*Risos.*)

Eu acho que não é o seu caso, porque eu sei que V. Exa. faz exercícios diariamente, corrida, caminhada, sou testemunha disso, mas eu preciso fazer, de fato, alguns exercícios a mais.

Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 12 da pauta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Músicos Caxienses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 292, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Músicos Caxienses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada posteriormente com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 13 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Feliz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 305, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Feliz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será nominal, realizada posteriormente com a abertura do painel eletrônico.

Item nº 14 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Com a relatoria de V. Exa., Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto ao voto, Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 433, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró-Desenvolvimento Cerro Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada posteriormente com a abertura do painel eletrônico.

Agradeço, Senador Hamilton Mourão.

Passamos em seguida ao item nº 15 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 15

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto – ARACOTOB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a relatoria do caro Senador, a quem quero saudar também, Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

É o item nº 15, Senador. Se V. Exa. desejar, pode ir diretamente ao voto com alguma observação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou direto ao voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à Comissão de Direito Digital opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Devido à não instalação da CCDD e, nos termos do art. 48, incisos VIII e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência despachou a matéria a esta CCT, em decisão terminativa. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho também de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação aos indícios de vinculação da entidade, apontados no Parecer nº 29, de 2023–CCT, a Nota Informativa nº 60/2025, do Ministério das Comunicações, da Assessoria da Coordenação-Geral de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inovação, Regulamentação e Sistemas do Ministério das Comunicações, esclarece que, à época em que foi analisado, o processo se encontrava instruído em conformidade com a legislação. Informa ainda que "à luz do entendimento adotado pela consultoria jurídica vinculada a este ministério, eventual vínculo existente à época, caso tivesse sido identificado, seria considerado passível de regularização".

Com relação à composição atualizada da diretoria da entidade a partir de 2013, solicitada por este Relator, através da Comissão, a referida nota registra que, mesmo tendo questionado a entidade por duas vezes, não recebeu resposta. A falta dessas informações, entretanto, não impede a apreciação da matéria no período avaliado e não invalida a avaliação do ministério.

Portanto, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2018, à luz dos esclarecimentos prestados pelo Ministério das Comunicações, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998 e normas correlatas.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria 97, de 19 de abril de 2013, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações, mas o texto do projeto se refere ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte redação: substituir o nome do Ministério de Ciência e Tecnologia por Ministério das Comunicações.

Esse é o voto, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão a matéria.

Eu até quero destacar, para quem nos acompanha pelo Brasil, que quando o projeto chega à Comissão para ser apreciado, ele já vem subsidiado por toda a informação que foi lida, e essa informação faz parte de todos os PDLs e PDSs eventualmente que passem por esta Comissão. E além desse cuidado, assim, para olhar a parte da legalidade, constitucionalidade, a formação, a própria Secretaria da Comissão examina os projetos todos, para que eles possam vir para a pauta da reunião.

Agradeço.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo, em seguida, ao item 16 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2024
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Comunicação de Muriaé - ASCCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

V. Exa. pode ir para o voto, no final do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bem, como V. Exa. já falou, este outorga autorização à Associação de Cultura e Comunicação de Muriaé (Asccom).

Voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 150, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Comunicação de Muriaé (Asccom) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Senador Izalci Lucas.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

2ª PARTE
ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoval para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoval, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a Relatoria de V. Exa., Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, também trata da autorização e outorga da Associação Cultural e Comunitária de Guidoval, Minas Gerais.

O voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 244, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Guidoval para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guidoval, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada posteriormente com a abertura do painel eletrônico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, tem o item 24 também, que é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos exatamente ao item nº 24, PDL 542, de 2024, terminativo, com a relatoria de V. Exa., Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE
ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 542, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Arapiraca, Estado de Alagoas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Trata realmente da outorga e concessão de Alagoas Comunicação Ltda.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 542, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão a Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Arapiraca, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Izalci Lucas.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, em seguida, a palavra ao Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Muito bem. Passamos ao item – antes disso, caro Senador Chico Rodrigues – nº 29, o Requerimento nº 48, do Senador Hamilton Mourão. (*Pausa.*)

Aliás, antes do item 29, quer dizer, temos o item nº 28. Eu até já deveria ter concedido a palavra antes, não tinha me apercebido de que o item 28 tem a Relatoria de V. Exa. também. Então, o item 28, em primeiro lugar, se V. Exa. não se opuser.

2ª PARTE
ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, essa autorização de outorga tinha sido objeto de um requerimento. O requerimento foi respondido pelo Ministério das Comunicações. Então, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 64, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão a matéria. O relatório já foi lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

Passo, inclusive, a palavra a V. Exa., novamente, Senador Hamilton Mourão.

Item nº 29.

2ª PARTE
ITEM 29
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 48, DE 2025
- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 32/2025-CCT, destinada a instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados".

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, trata-se de requerimento para incluir mais dois debatedores em audiência pública por mim solicitada para instrumentar o PL nº 2.197, de 2025, que trata da questão das terras-raras aqui no Brasil, da exploração das terras-raras. E, aí, eu fui procurado pela assessoria do Partido dos Trabalhadores, que me pediu, então, a inclusão do Sr. Ezequiel Costa e Silva, Consultor Sênior para Avaliação de Ativos Greenfield e Avançados, em todos os estados do Brasil, na empresa Geopedra; e o Sr. Marco Antônio Freire Ramos, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho NRM, que atualiza e aperfeiçoa as normas de reguladoras de mineração da Agência Nacional de Mineração.

A justificativa é que a inclusão desses especialistas vai enriquecer o debate em tema que é tão necessário no atual momento, principalmente pela importância que a exploração das terras-raras adquiriu no contexto da geopolítica mundial.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aliás, eu tenho enaltecido, em todos os debates dos quais eu participo, que essa matéria está sob a relatoria de V. Exa. As audiências públicas estão acontecendo e é uma pauta das mais importantes para este ano e para o ano que vem também, inclusive já tivemos audiências públicas sobre esse assunto, mas quero parabenizar V. Exa.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero saudar a Senadora – que bom que V. Exa. está aqui – Ivete da Silveira, junto com Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Izalci Lucas e outros Senadores que já passaram aqui pela Comissão.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Pela ordem.) – Eu quero pedir desculpa pelo atraso, é porque (*Fora do microfone.*) eu estava em outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é, quarta-feira pela manhã, é um dia em que nós temos que nos multiplicar para atendermos as reuniões todas, mas a gente sabe disso e agradecemos a presença. E quero cumprimentar o povo de Santa Catarina também pela Senadora aqui presente no Senado Federal.

Passamos ao item 18.

Senador Chico Rodrigues, podemos passar para os seus itens? (*Pausa.*)

Se V. Exa. quiser ir diretamente ao voto também, por favor.

2ª PARTE
ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1021, DE 2021
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, fui incumbido de fazer a relatoria deste projeto, que é interessante, sobre a Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes, serviço de radiodifusão comunitária de Ribeirão Preto, São Paulo.

Eu vou ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.021, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 19 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

É da relatoria também de V. Exa., Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Vamos ao voto deste PDL, Sr. Presidente, sobre rádio comunitária no Município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

Vou ao voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 204, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Vou passar novamente a palavra a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, para o item 20 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão a Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Este PDL, Sr. Presidente, é sobre a transmissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais. E ele tem.

Agora, o meu voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 250, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão para Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, caro Senador Chico Rodrigues.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a Presidência ao caro Senador amigo, Líder, sempre enaltecendo seu trabalho com muita competência, sobriedade, representando tão bem o Estado do Rio Grande do Sul, Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Presidente.

Assumindo a função, vamos ao item 21 da pauta

2ª PARTE
ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 673, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Melo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Munhoz de Melo, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é V. Exa., a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização à Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello para executar serviço de radiodifusão comunitária no querido Município – acrescentando o "querido" aqui, porque eu conheço o município – de Munhoz de Mello, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2021, o nome "Munhoz de Melo" por "Munhoz de Mello".

E mando o meu abraço para a rádio também, para a associação, que desempenha um papel muito importante no município.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Anuncio o item 22 da pauta, que é o PDL 417, de 2024, terminativo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 417, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Alternativa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
O Relator é o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço novamente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 417, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rede Alternativa de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Vamos ao item 23 da nossa pauta de hoje, o PDL 291, de 2025.

2ª PARTE
ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2025
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Relatoria do Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 291, de 2025, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Anuncio o item 25 da pauta, que é o PDL 896, de 2021, terminativo.

2ª PARTE
ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 896, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Soteropolitana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o Senador Efraim Filho, e o Relator *ad hoc*, o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 896, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Soteropolitana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Item 26 da nossa pauta.

2ª PARTE
ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1143, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarantim, Estado da Bahia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

PDL 1.143, de 2021, também da relatoria do Senador Efraim Filho; o Relator *ad hoc* é Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra pela leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 1.143, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarantim, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada mediante abertura do painel eletrônico.

Item 27 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 2025
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Televisão Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

PDL 146, de 2025, terminativo, relatoria do Senador Efraim Filho. Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra pela leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 146, de 2025, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Televisão Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Presidente, a Presidência retorna a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão. Obrigado.

Só um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, agora, colocaremos em votação os projetos constantes dos itens 5 a 28, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico, para a votação.

Quem concorda com os votos dos Relatores e das Relatoras vota "sim" aos projetos. (*Pausa.*)

Os Senadores já poderão votar em alguns instantes. Ainda não. Só um minutinho. (*Pausa.*)

Muito bem.

Os Senadores e Senadoras já podem votar, porque a abertura do painel eletrônico já aconteceu.

Quem concorda com o voto dos Relatores e das Relatoras vota "sim" aos projetos.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu solicito às assessorias dos Senadores e Senadoras que possam contactar também os Senadores e Senadoras que já estiverem, inclusive, participando da reunião aqui, mas têm que atender a outras Comissões também, para que possam votar remotamente. (*Pausa.*)

Eu quero lembrar que a Senadora Dra. Eudócia, inclusive, teve que se ausentar do Senado, mas o Senador Astronauta Marcos Pontes também passou por aqui, o Senador Eduardo Girão, a Senadora Damares Alves, que está presidindo lá – talvez a Fernanda possa pedir para a Senadora Damares Alves só votar, caso ela tenha uma folga lá na Presidência da CDH –, o Senador Lucas Barreto já esteve aqui também, o Senador Rogério Carvalho também. Precisamos de mais um voto, Senador Izalci Lucas, para encerrarmos a votação. O Senador Marcos Pontes também, o Oriovisto Guimarães também esteve aqui. A participação foi boa, bastante numerosa, só que as demandas nas várias Comissões, numa quarta-feira pela manhã, também são intensas, mas já atingimos o quórum também. (*Pausa.*)

Nós vamos ainda aguardar um minuto que a assessoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, até já temos o quórum, mas nós vamos aguardar um minuto para ver se o Senador Carlos Portinho ainda quer relatar o item nº 1 da pauta, cuja votação é simbólica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A assessoria foi ver se ele está relatando outra matéria. (*Pausa.*)

Muito bem, já atingimos o quórum. Ultrapassamos, inclusive, o quórum necessário para a deliberação.

Então, a votação está encerrada.

O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico.

(*Procede-se à apuração.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já foi apresentado.

Votaram SIM 10 Senadores; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Então, a Comissão aprova por dez votos os projetos constantes dos itens 5 a 28, nos termos dos relatórios apresentados.

Essas matérias aprovadas serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu quero, ainda no meio-tempo, agradecer por todo o trabalho, colaboração, cooperação, solidariedade e amizade de toda a Secretaria da Comissão e dos meios de comunicação do Senado, que procuram aproximar os debates não só desta Comissão, mas das outras e do Plenário com a sociedade.

Quero dizer para a sociedade toda que todo o material está disponível na página da Comissão.

Agradeço à Consultoria do Senado aqui na Comissão, à assessoria, particularmente, da minha parte. Que bom, parabéns!

E quero desejar, porque é a última reunião da Comissão deste ano, a todos e a todas um feliz Natal, feliz Ano-Novo, com saúde, com paz. E que a imagem da manjedoura, que é mundialmente colocada, reflita a necessidade da humildade, das pessoas humildes e simples como no nascimento do Menino Jesus, mas de grandiosidade ao mesmo tempo; humildade na grandiosidade, na transformação do mundo que todos nós desejamos. Então, feliz Natal, feliz Ano-Novo para todos!

Declaro, então, encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Pausa.*)

Fazendo uma complementação a pedido da Secretaria, o item 1, da relatoria do amigo Carlos Portinho, fica adiado.

(É o seguinte o item adiado:

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4007, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para prorrogação do prazo de vigência de incentivos e acrescentar à relação de bens beneficiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.)

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3246266854

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Weverton, Leila Barros, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Damares Alves, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (PL 2088/2023)**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2024 - CMA, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 8/2024 - CMA, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), REQ 56/2024 - CMA, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), e PL 2088/2023, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Finalidade:** Instruir o PL 2088/2023, que "acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro". **Participantes:** Sr. Augusto Silva, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Agricultura Sustentável (IBA); Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério de Relações Exteriores (MRE); Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Sra. Sueme Mori Andrade, Diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Fernando Sampaio, Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes (ABIEC); Sra. Gislaine Balbinot, Diretora Executiva da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); Sr. Ricardo Andrade, Assessor de Sustentabilidade e Relações Institucionais do Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB); e Sr. André Nassar, Presidente-Executivo da da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Tereza Cristina
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Fala da Presidência.) – Imediatamente, então, vamos partir para a abertura da 45ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de dezembro de 2024.

Peço aqui desculpas pelo atraso da nossa audiência, que é porque o Senador Contarato teve que terminar esse relatório. Na Casa aqui, a gente trabalha sempre correndo contra o tempo, então, peço desculpa a quem vai participar das falas hoje na nossa reunião.

Então, objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.088, de 2023, que acrescenta o art. 12-A à Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil para disponibilização de bens no mercado brasileiro, em atenção aos Requerimentos 1, 8 e 56, de 2024, da Comissão de Meio Ambiente.

Peço aos convidados presentes no plenário que tomem o seu lugar à mesa.

Participam do debate hoje: o Sr. André Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que está participando de maneira virtual; o Sr. Augusto Silva, Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Agricultura Sustentável (IBA), que também está de maneira virtual; a Sra. Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – por favor, Secretária, sente-se aqui conosco à mesa –; o Sr. Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores – prazer em recebê-lo, por favor, Embaixador –; o Sr. Fernando Sampaio, Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que acho que também está de maneira virtual; a Sra. Gislaine Balbinot, Diretora-Executiva da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que também acho que está de maneira virtual; o Sr. Ricardo Andrade, Assessor de Sustentabilidade e Relações Institucionais do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB); a Sra. Sueme Mori Andrade, Diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sueme também está de maneira presencial; e o Sr. Marcos Antonio Matos, Diretor-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), que ainda não está presente e também não sabemos se vai participar de maneira virtual.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu gostaria de combinar com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que nós pudéssemos ouvir três expositores e aí fazer as perguntas, porque senão, enfim, ficará muito longa a nossa audiência pública. E todos hoje temos aí um dia intenso de trabalhos, tanto aqui quanto no Executivo.

Temos o pedido para que seja o primeiro a falar, em função da agenda, o Sr. Augusto Silva, do IBA. Pergunto se alguém tem objeção. (*Pausa.*)

Então, vamos passar a palavra primeiramente para o Sr. Augusto Silva.

O SR. AUGUSTO SILVA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Iniciando aqui, eu vou fazer uso da palavra por uns três minutos para dizer que agradeço a participação de todos os convidados que gentilmente aceitaram contribuir com esta audiência e ao público que nos acompanha aqui e pelas redes de comunicação do Senado.

Meus amigos e amigas, este nosso encontro, marcado já há algum tempo, acabou coincidindo com a repercussão dos lamentáveis fatos que ocorreram na semana passada, quando os nossos produtos agropecuários, em especial a carne do Brasil e dos nossos parceiros do Mercosul, foram alvo de violenta campanha de difamação na França. O maravilhoso churrasco brasileiro, argentino, uruguaio, paraguaio chegou a ser chamado de lixo por Parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

franceses. Não há como começarmos nosso debate aqui, hoje, sobre o projeto da lei da reciprocidade, de autoria do meu amigo querido, Senador Zequinha Marinho, do qual sou Relatora, sem tocar neste assunto, pois ambos estão conectados.

Essa campanha difamatória ocorreu justamente em meio às novas negociações sobre o tratado comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Pressionado por seus agricultores altamente subsidiados, na noite do dia 26/11, o Parlamento francês rejeitou simbolicamente o Acordo Mercosul-União Europeia, acordo esse que será examinado em breve pela União Europeia como um todo.

Reafirmo que, se a França é contra, se não quer comprar do Brasil ou do Mercosul, é um problema da França, mas dizer que os nossos produtos não prestam, não cumprem as leis ambientais e sanitárias, como fez também a Ministra da Agricultura francesa, é injusto, é indigno e é inaceitável. Nosso agro vende para 160 países, é reconhecido mundialmente por sua qualidade, pelo cumprimento das mais exigentes normas internacionais. E é nesse ponto que a nossa audiência e o projeto que estamos discutindo se conectam. O que nós vimos em ação na semana passada, a partir de Paris, foi o mais puro protecionismo comercial disfarçado de preocupação ambiental, uma hipocrisia.

Quero dar um exemplo didático para todos entenderem o que está acontecendo. Todos sabem que nós produzimos, no sul do Brasil, região de forte migração alemã e italiana, vinhos maravilhosos, espumantes premiados, mas que seriam muito impactados caso os vinhos franceses entrassem aqui sem impostos, sem cotas. Isso nós tivemos de negociar lá em 2019, quando o acordo foi fechado. Seria difícil para o Brasil superar a invasão das vinícolas francesas, mas nem por isso eu vou dizer, por protecionismo, por medo da competição, que o vinho da França é uma porcaria e não merece chegar às nossas mesas. Foi isso que eles fizeram com a nossa carne. E vejam bem, vendemos pouquíssima carne para eles e, mesmo com o acordo, as cotas são muito modestas para nós.

Se a França ou outros países da Europa ou não querem impor barreiras comerciais ao Brasil, devemos adotar medidas equivalentes para produtos desses países ou blocos. Não podemos aceitar que interesses protecionistas prejudiquem nossa balança comercial, nossa economia e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prosperidade das nossas famílias. Aliás, não podemos aceitar não da Europa, de qualquer país que compra ou para quem nós vendemos, importamos ou exportamos.

Esse projeto trata justamente de enfrentar de forma racional essa ameaça. Pretendo ouvir todos os nossos convidados mais uma vez antes de elaborar e apresentar, em breve, um substitutivo a esse projeto. Desde a primeira audiência, estamos debatendo como reagir à nova lei antidesmatamento da Europa, seu impacto sobre as exportações brasileiras e, em especial, sobre a vigência do acordo Mercosul-União Europeia.

Em 2023, o Brasil exportou 21,6 bilhões em produtos agropecuários para a União Europeia, sendo 15 bilhões em produtos das sete cadeias que serão afetadas pela nova legislação europeia: soja, carne bovina, cacau, café, madeira, óleo de palma e borracha. Para entidades do agronegócio brasileiro, a lei é arbitrária e agride a soberania nacional. A Europa parece ignorar que o Brasil já adota rígidos padrões ambientais, como o Código Florestal, e lidera práticas de produção sustentável globalmente. O Brasil preserva mais de 60% da nossa vegetação nativa, sem falar da produção de energia limpa, que chegou a 93% em 2023. Com a reciprocidade ambiental, vamos estabelecer critérios similares aos impostos pela União Europeia para as exportações brasileiras.

Nós sabemos que muitos países concorrentes do Brasil não têm o nosso desempenho. Na Europa, exigem 4% de pousio, enquanto os produtores rurais brasileiros preservam de 20% até 80% na Região Amazônica de suas terras, com vegetação nativa. Isso já gera disparidades nos custos de produção e dificulta a competitividade do Brasil no mercado internacional. Nossa posição é impedir a concorrência desleal imposta por outros países. Sabemos que para isso será necessária a atuação firme da Câmara de Comércio Exterior (Camex), a fim de manter o equilíbrio no comércio exterior. Se houver medidas absurdas unilaterais contra nossas exportações, estabeleceremos também em lei cláusulas-espelho restritivas contra as exportações desses países para o Brasil.

Vamos em frente. Há muito a debater e muito obrigada.

Então, agora vamos passar a palavra, sem mais delongas, para o Sr. Augusto Silva, para que ele possa fazer a sua exposição, dez minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discursar.) – Para complementar.

Parabenizo V. Exa. pela fala.

Aqui está o Embaixador Pimentel, que sabe das relações do Brasil com outros países.

Eu falava agora com o Zequinha, Tereza, V. Exa. também não estava aqui. Em 1999, quando eu fui Deputado pela primeira vez, Pratini de Moraes, depois do Turra, foi Ministro da Agricultura. A partir do Pratini, o Brasil se tornou o maior produtor e o maior exportador de carne bovina do mundo. Depois criou a Abiec, e a iniciativa privada tornou, com os produtores e as indústrias, essa excelência de carne, que é a carne brasileira, tomando conta do mercado mundial, pela nossa capacidade. O Turra, na sequência, foi chamado também pelo pessoal do frango e do suíno. E, também, o Brasil é o maior produtor e o maior exportador de carne de frango do mundo. V. Exa., como Ministra da Agricultura, fez muito também por esse processo.

Então, é uma história dos produtores, das indústrias e do Governo brasileiro ao longo dessa história do Pratini para cá. Não podemos admitir que os franceses venham nos criticar.

Ontem eu citei e repito aqui: a União Europeia subsidiou, em 2022, dados da OCDE, com US$112 bilhões os seus produtores rurais; os Estados Unidos, US$127 bilhões; a China, US$328 bilhões; e os brasileiros, apenas US$9 bilhões.

Aqui começa, Embaixador Fernando Pimentel, o problema: eles não conseguem concorrer. Mesmo assim, sem os subsídios que eles têm – europeus, asiáticos, americanos –, nós somos os maiores e melhores em soja, em fumo, em laranja, em cana-de-açúcar, em várias questões, enfim. Aqui está a razão.

O Zequinha tem falado no Senado, eu o ouço falar, com relação à reserva legal de 4% que os europeus não querem – 4%. No estado do Zequinha, são 80%; no meu estado, são 20%, Tereza.

Aqui estão as razões e, mesmo assim, nós somos melhores que eles. Sem seguro, sem subsídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, parabenizo-a e faço apenas esse desabafo, como produtor rural que sou – Tereza também é produtora rural –, na defesa dos nossos colegas, produtores rurais gaúchos, sul-mato-grossenses, paraenses e brasileiros.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senador Heinze.

Vamos, então, agora ouvir o Sr. Augusto e depois teremos tempo para todos se manifestarem.

Augusto, por favor, a palavra está com você.

O SR. AUGUSTO SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento V. Exa., Senadora Tereza Cristina, parabenizo-a por todo o trabalho excelente e também estendo o cumprimento a todos os presentes.

Bom, que o nosso agronegócio é sustentável, é basicamente chover no molhado dizer isso aqui. Agora, existem alguns pontos bastante estratégicos para comunicarmos ao mundo e para também implementarmos como regras, por exemplo: algo que vem crescendo muito é a agricultura regenerativa, tropical. O que ela tem de diferente? Porque não só não prejudicar, mas sim regenerar os ambientes produtivos...

E aqui já fica meu primeiro ponto, minha primeira sugestão: o saldo de carbono negativo em nossa agricultura é possível. E nas demais agriculturas de clima temperado? Fica uma pergunta. Quais são as práticas de carbono de saldo negativo? Ou seja, a nossa agricultura, a nossa agropecuária não como emissoras, mas como um setor com uma atividade que incrementa carbono no solo através de práticas sustentáveis e regenerativas.

Quando eu vejo, muitas vezes, a Europa apenas com a questão do desmatamento, sem um olhar para que tipo de agricultura está sendo praticada ali... E existe um indicador muito importante para simplificar o tipo de agricultura que é avaliar a saúde do solo.

Então, é claro que o nosso Código Florestal... É claro que as nossas fazendas têm áreas preservadas superiores à maioria dos outros países que são nossos parceiros comerciais. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o olhar para as práticas sustentáveis e regenerativas acredito que nos traz de fato uma vantagem competitiva que ainda está sendo pouco explorada.

Esse saldo de carbono por unidade de produção, o saldo de carbono por saco de soja produzido, por saco de milho produzido...

A agricultura sustentável é feita de práticas. Então, como estamos na questão do uso de bioinsumos e como os outros países do mundo estão relacionados a isso? Quando nós temos mais o uso de bioinsumos, nós temos menos o uso de pesticidas químicos, que podem trazer impactos para o ambiente e impacto para a qualidade do ambiente.

Agora, qual é o país líder no uso de bioinsumos no mundo? Será que não faz sentido exigirmos da mesma forma essas práticas? Será que não faz sentido colocarmos uma lupa maior nas práticas de fato? Porque nós, do Instituto Brasileiro de Agricultura Sustentável, estamos preocupados de fato com o agricultor, com o pecuarista e com o que ele está fazendo com o solo dele, na prática.

Então, alguns produtores do Nordeste, por exemplo, que, por alguma dificuldade financeira, não conseguiram abrir toda a sua área, o que, legalmente, pela nossa soberania nacional, eles poderiam... Ele vai ter um mercado limitado, porque, por exemplo, a Europa quer limitar que ele utilize a terra dele dentro das nossas normas nacionais, sendo que a questão de que tipo de agricultura tem sido praticada nem é levantada.

O plantio direto, em que nós preservamos o carbono no solo: será que os outros países do mundo têm esse tipo de prática? Ou eles fazem o revolvimento do solo e estão perdendo esse carbono do solo? Porque temos mais carbono no solo, por exemplo, do que nas árvores. Então, onde está o nosso olhar para o solo, para construir indicadores de solo que mostram que a nossa agricultura incrementa a biodiversidade e incrementa carbono no solo, que a nossa agropecuária tem esse potencial e que os nossos produtos podem ter – e muitos já têm – um saldo de carbono negativo?

Até essa questão conceitual é bastante importante entender: uma agricultura de baixo carbono é ruim, porque nós precisamos incrementar muito o carbono no sistema para termos um saldo de carbono positivo no solo. E isso... Os agricultores e pecuaristas que implementam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas sustentáveis de produção, como o uso de bioinsumos, por exemplo, o uso de remineralizadores e a questão do uso dos fertilizantes minerais altamente solúveis, que muitas vezes nós importamos, e vêm de outros lugares, e com uma distância, e têm um gasto de combustíveis fósseis, e têm um impacto ambiental, e chegam aqui aos nossos solos com baixa eficiência, sendo que nós temos um potencial... E muitos agricultores e pecuaristas estão utilizando, por exemplo, os remineralizadores, produtos regionais que têm um potencial de incrementar também carbono no solo e incrementar a biodiversidade.

Como estão os outros países no tratamento de resíduos? Aqui no Brasil, temos o uso de composto orgânico através de reaproveitamento do esterco, por exemplo, uma prática sustentável que tem um saldo de carbono extremamente positivo, que diminui o uso de fertilizantes minerais altamente solúveis, tem o potencial de incrementar carbono no solo e trata resíduos da melhor forma. Há o uso de plantas de cobertura, por exemplo, dentro de uma rotação de culturas, o que incrementa carbono e incrementa a biodiversidade; os consórcios.

Então, as próprias métricas internacionais de grandes empresas, por exemplo, que vão medir o carbono... E atender a essas demandas da Europa de medição de carbono... São metodologias – eu não vou citar o nome aqui – adequadas para o clima temperado, sendo que uma lavoura de café, por exemplo, na rua do café, quando você planta uma braquiária, que é uma prática sustentável, que vai incrementar carbono, é penalizada nessa questão do carbono. Uma prática boa é considerada ruim por uma metodologia equivocada internacional. Então, na agricultura regenerativa tropical, na agricultura sustentável tropical, quem define essas métricas e quem entende disso somos nós.

E, a essas práticas, eu percebo que o olhar não está tão voltado a elas, o olhar não está voltado para as práticas sustentáveis, para a saúde do solo, mas, simplesmente, apenas para a questão da reserva legal. Ela é importante, mas a soberania nacional tem que ser respeitada. Então, que tal olhar para os outros países do mundo e mostrar isso que nós temos? E que tal também, de alguma forma, exigir isso deles?

Agora, é claro que precisamos tomar cuidado para que a gente não caia em algum tipo de demagogia, pois de alguns produtos nós precisamos aqui e nós iremos de alguma forma adquiri-los, independentemente das regras. Agora, essas regras são de extrema importância na minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opinião, e eu reforço aqui, parabenizo a Senadora Tereza Cristina por todo o trabalho excelente que vem fazendo em prol do nosso agronegócio brasileiro.

E a minha sugestão, simplificando aqui, é não só olhar apenas para a questão da reserva, mas, sim, para as nossas práticas sustentáveis, para o nosso saldo de carbono, para o nosso uso de bioinsumos, para a agricultura regenerativa, remineralizadores, compostos orgânicos de qualidade, uso de resíduos na agricultura. E, em tudo isso que é sustentável e que nós fazemos, será que os outros países do mundo têm essas práticas? E será que por aí nós não vamos conseguir começar a inverter essa narrativa e mostrar que de fato o agro não é o problema, mas, sim, que o agro é a solução?

Quando dizemos essa frase, nós invertemos toda essa lógica de quem critica o agronegócio e mostramos: não nos defendemos de que somos o problema ou não. Nós não somos o problema, nós somos a solução, porque nós não só temos uma agricultura que é sustentável, mas que regenera o planeta, que soluciona problemas climáticos mundiais, que fomenta a nossa economia, que distribui renda, que traz biodiversidade através das práticas regenerativas de produção.

Muito obrigado pela palavra.

Que Deus abençoe o trabalho de todos vocês para que vocês possam cada vez mais fazer o bem para o povo brasileiro e para o agronegócio brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Augusto, pela sua excelente exposição.

Eu acho que você falou duas coisas com que eu concordo plenamente. Nós precisamos, Secretária Ana Toni, colocar isso de maneira muito firme lá fora. A nossa agricultura é tropical. A agricultura tropical não tem nada a ver com a agricultura de clima temperado, e é por isso que nós temos que ter as nossas práticas e não podemos adotar as deles, porque não vão funcionar.

Então, obrigada, Augusto, pela sua exposição.

Quero passar, então, agora a palavra para o Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do MRE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador, por favor, dez minutos.

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria primeiro agradecer, então, à Presidente da mesa, Senadora Tereza Cristina, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores presentes.

Eu já estive aqui, na primeira vez que tivemos uma conversa, em maio, se não me engano, numa outra audiência, quando a gente debateu pela primeira vez esse tema, e eu queria também destacar, primeiro, a visão do Senador Zequinha, que trouxe esse assunto para o debate já em maio.

A gente agora está mais preparado para enfrentar as atuais contingências graças a essa visão e também à liderança da Senadora, que tem tratado com muita serenidade, muita firmeza esse tema. A gente reconhece a importância, a gente reconhece também que as pressões desde maio para cá só vêm aumentando. As pressões em relação ao comércio e à vinculação de comércio e meio ambiente só vêm aumentando – as pressões de comércio em geral. A gente prevê um ano complicado, o ano que vem, etc., mas a gente está se cacifando, se preparando para reagir e atuar nesse cenário com bastante tranquilidade. A gente está pronto para continuar cooperando.

Acho que é importante trazer a visão de que, desde maio, muita coisa prosperou. A gente continua atuando. O Governo continua... Por exemplo, em relação à lei antidesmatamento, a gente deu curso à nossa estratégia, que a gente chama de frente dupla, de atuar tanto no enfrentamento da medida, principalmente nos aspectos que a gente considera inadequados, protecionistas, unilaterais, quanto na melhoria dos nossos processos de adaptação, para tentar atingir as expectativas e cumprir com as expectativas do setor privado, que nos procura sempre e nos traz seus pontos de preocupação. E a gente tem levado, nesse caso, para os produtores europeus, como foi mencionado aqui, e a gente teve algum sucesso. A gente vê como positivo, digamos, o adiamento da lei, mas isso não resolve por si só o problema. Há muita coisa ainda a ser feita. Eu acho que do nosso lado também, então, essa situação internacional tem que ser reforçada por instrumentos próprios do Brasil, que nos qualifiquem a reagir também com serenidade, mas com firmeza e altivez, às pressões do comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pensando nisso e nesse trabalho que a gente vem fazendo ao longo desses meses, dentro do Governo e também aqui com a parte mais técnica do Senado, a gente está convencido da necessidade e da premência de um instrumento que permita que o Brasil responda... A gente está vendo também que os acordos que a gente vai assinar possivelmente também têm um impacto sobre o perfil exportador brasileiro e a gente tem que estar preparado para, digamos, todo tipo de eventualidade. O comércio internacional vai enfrentar aí, ao longo dos próximos anos, um período mais confuso. A Organização Mundial do Comércio está muito fragilizada, debilitada, e o Brasil também tem que, então, dispor dos seus próprios instrumentos.

Então, o que a gente pensa e acha importante trabalhar é um projeto que tenha algumas coisas. Eu lembro que, da última vez que a gente conversou aqui, ficou muito clara na minha ideia a história do tiro no pé, para ser um processo que não prejudicasse a própria economia brasileira. Então, é a gente pensar num modelo de projeto que tenha um gatilho que não dispare a todo momento: que seja um gatilho que permita ao Governo brasileiro reagir, mas que não seja, assim, tão sensível e dispare a qualquer hora.

A gente tem a ideia, então, de um projeto que tenha algumas premissas: que ele respeite, digamos, a regulação nacional e, como foi mencionado aqui, o muito que já fazemos, que o Brasil já faz e que já codificou na nossa legislação ambiental – que isso seja respeitado; que os ativos ambientais brasileiros sejam respeitados e levados em consideração na adoção desse tipo de reação de reciprocidade; e que seja um processo claro, crível e compassado, ou seja, que dê, ao longo do tempo, um período também... Que tenha duas coisas: uma clareza de uma reação brasileira ao final do processo, mas que também, durante o processo, permita um espaço para negociação, porque o objetivo de qualquer ação do Governo nesse sentido não é apenas reagir, digamos assim, com o sentido punitivo. A gente quer resolver o problema; a gente não quer punir o parceiro comercial. O objetivo final é tentar resolver o problema em um projeto, em uma solução, em um instrumento que tenham essa retratação no tempo e que permitam, pelo menos, a gente tentar resolver o problema. Isso seria positivo.

Essas são algumas das características que a gente considera importantes olhando para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para reiterar, a gente acha fundamental, essencial ter realmente um instrumento que permita ao Brasil atuar nessa arena. A arena do comércio nacional está mais complicada, vai ficar mais complicada ainda ao longo do tempo – a gente antevê –, e a gente está preparado e disposto a cooperar aqui com o Senado, com a Senadora, para tentar obter um projeto que nos permita, digamos, atuar com serenidade e firmeza nessa área.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador... Eu estou lhe chamando de Senador, hein? Embaixador Pimentel.

É isso mesmo: nós não podemos fazer uma lei voltada só para um país ou para um bloco; nós temos que fazer uma lei para todos os 160 países com quem a gente mantém relações comerciais.

Então, eu passo a palavra agora para a Secretária Ana Toni.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Quero agradecer pelo convite, cumprimentar a Senadora Tereza Cristina, cumprimentar o Senador Seif, o Senador Zequinha – na pessoa deles, quero cumprimentar os outros Senadores –, cumprimentar o nosso Embaixador Pimentel e os nossos outros colegas. É uma honra estar aqui para este importante debate.

O tema de protecionismo verde não é novo, é bastante antigo. Por acaso é uma pauta em que eu trabalho há um tempo, desde ali do Gatt – há muito tempo –, e vem se repetindo. A gente vê isso voltando para a agenda cada vez mais, mas eu acho que a gente está num momento muito específico e, com essas medidas que já foram mencionadas – a lei antidesmatamento, Cbam, todas as novas tarifas, por exemplo, contra os painéis solares dos chineses –, a gente vê que cada vez mais esse tema está na pauta – e a minha sensação, como foi dito pelo Embaixador, é que isso vai continuar na pauta.

Parabenizo aqui o Senado por a gente antecipar o que vai vir ainda pior e ter leis brasileiras para que possam nos ajudar, nos proteger, para trabalhar esse tema de uma maneira, como foi dita, altiva e proativa.

Nas negociações de mudança do clima, Senadora, esse tema sempre volta – sempre volta –, e de maneira recorrente. Principalmente os países em desenvolvimento, liderados pelo Basic,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seriam Brasil, África do Sul, China e Índia, trazem esse tema, logicamente reclamando de medidas unilaterais de maneira constante nos debates climáticos. Acabamos de chegar de Baku, e, nessa própria conferência, os países do Basic trouxeram para a pauta querendo que esse tema fosse debatido, porque essas medidas unilaterais estão, sim, prejudicando principalmente os países emergentes de uma forma muito explícita.

Então, em toda reunião de clima, os países – e Brasil liderando, com China e com outros países – trazem esse tema para a agenda pedindo que seja pautado, e a gente ainda não conseguiu que ele seja pautado para ter uma conversa, no âmbito dos debates internacionais de clima, de como essas medidas unilaterais que a gente está vendo são contra clima. Então, isso está sendo bastante debatido e talvez, até na nossa COP, na COP 30, a gente tenha a oportunidade de pautar esse tema de uma maneira madura, para que o debate climático se aproprie e não ache que medidas curtas de protecionismo vão ajudar o tema climático porque elas não parecem estar, assim, ajudando.

No G20, na TF-Clima, no grupo de trabalho de clima, a gente trouxe esse tema de uma maneira bastante também afirmativa, até saiu na declaração final da TF-Clima contra medidas unilaterais como medidas protecionistas.

Então, eu acho que o Brasil, liderado pelo Itamaraty e com parceria com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Meio Ambiente, está muito sensível e preocupado também com essas medidas que vêm aí e estão sendo colocadas.

Da nossa perspectiva, não vendo o projeto, a gente acha que essas medidas são talvez importantes, como foram colocadas, mas talvez a Política Nacional sobre Mudança do Clima não seja o melhor lugar para debatê-las, porque, como foi dito: que problemas estamos querendo resolver? E não é na política nacional – e todos nós, como falamos, sabemos que o Brasil tem tanto a mostrar – que está o problema. Em quais políticas, na parte de comércio, estão ali os problemas? Na Camex, na Secretaria de Política Externa, no Mdic e, logicamente, no Itamaraty.

Então, eu acho que o tema é muito importante, mas talvez colocar um foco na PNMC (Política Nacional sobre Mudança do Clima) pode ser o que o Embaixador falou: um tiro no pé, porque parece que a gente está usando das mesmas medidas que eles usam. E o problema é o protecionismo verde, e não as políticas climáticas, que, no caso, o Brasil tem e, provavelmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses outros países têm; é o mau uso da política comercial para isso. Então, eu acho que talvez tenha um deslocamento aí de qual política ser colocada para vocês considerarem.

Em termos de política nacional – e o nosso primeiro palestrante mencionou –, o Brasil tem muito a se orgulhar. Não só a lei brasileira nos ajuda muito, mas o Brasil está fazendo muito. Acabamos de anunciar nossa nova contribuição nacionalmente determinada com uma meta entre 59% e 67% para mitigação com o ano-base de 2005. A gente sabe que, para isso, vai precisar de muita ajuda, de investimentos. Então, o Plano Clima vai detalhar de que investimentos precisamos, sentando com o setor privado, sentando com os diversos ministérios, para os sete planos de mitigação que vão estar aí desenhados.

Lançamos a Plataforma Brasil de Investimento, na qual até pastagens degradadas entraram, porque isso é uma medida que o Brasil já tem: o Plano ABC. O Brasil já está na frente com o Plano ABC. Se queremos acelerar, precisamos também de investimentos para essa área. O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima criou recentemente – e foi novamente mencionado, Senadora – um grupo técnico para rever as metodologias do inventário brasileiro, porque um dos grandes problemas é que, como foi dito, no inventário brasileiro a gente ainda não olha para muitas das metodologias que mostram como a agricultura brasileira é sumidoura, está sequestrando o carbono. Esse trabalho está sendo liderado pela Embrapa e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, para a gente ver: será que estamos usando metodologias não de agricultura tropical, mas metodologias para contar no nosso inventário de agricultura temperada e, por isso, no nosso inventário não estamos colocando essas metodologias?

Então, foi aberto um grupo de trabalho, que está sendo liderado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente, com participação do Mapa, mas liderado pela Embrapa e pela Rede Clima de cientistas, para a gente ver exatamente isto: que metodologias são essas e como é que a gente dá luz à agricultura regenerativa tropical, para que isso seja a nossa porta-bandeira, para mostrar quais são as vantagens da perspectiva climática para isso.

Fazendo agora todos os cenários climáticos de médio e longo prazo para o Brasil, não resta dúvida de que o Brasil tem um potencial imenso na sua agricultura, logicamente na sua floresta e reflorestamento, também na sua área de energia por causa dos nossos biocombustíveis, para todos esses setores serem sequestradores de carbono em uma solução climática para o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como foi dito, o Brasil é solução climática; o Brasil não é problema. E acho que a gente tem aí uma oportunidade muito grande, obviamente chegando agora a COP 30, de ter essa convergência, de mostrar esses setores – e na área de energia ainda mais, temos uma energia bastante também renovável – e de colocar o Brasil como essa potência de soluções climáticas. E, se tem políticas comerciais que tentam falar o contrário disso, que a gente lide nas políticas comerciais, que são aí mais adequadas para isso.

Então, eu agradeço muito o convite e coloco a Secretaria Nacional de Mudança do Clima e o Ministério do Meio Ambiente à disposição...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA TONI – ... para continuar trabalhando com o Senador Zequinha e com a Senadora Tereza Cristina nesse tema.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Secretária Ana Toni.

E é isso mesmo, nós temos que verificar por que algumas tecnologias estão fora. Por exemplo, o Augusto citou o PronaSolos, que é um programa que o Brasil já tem há muitos anos, que é para medir o que nós temos de carbono no solo. Eu, lá no ministério, ressuscitei esse programa, que estava parado, e agora estão dando continuidade, com a Embrapa. Eu tenho colocado emendas impositivas individuais, minhas emendas, para poder fazer isso caminhar, porque isso é importantíssimo para que a gente tenha as métricas e para que a gente possa avaliar o que é que nós precisamos colocar nesse inventário.

Bom, eu vou abrir, então, para perguntas, só que eu vou pedir para o Senador Zequinha ficar no meu lugar, porque eu preciso relatar uma embaixadora agora na Comissão de Relações Exteriores e já volto para cá.

Por favor, Senador, o senhor pode ficar aqui na Presidência?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Não nos deixe, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas eu já volto. É só ler o relatório, porque a embaixadora está lá esperando para ir para o Chipre.

A SRA. ANA TONI – Senadora, eu estou, por acaso, hoje, aqui no Senado – e agradeço o convite –, mas está tendo, muito perto daqui também, a PEC das praias. Não poderia não expressar as nossas preocupações, como Ministério do Meio Ambiente, sobre a PEC que será votada. Então, quero pedir aos Senadores que ali estarão para olharem para esse tema também com bastante carinho.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Bom dia a todos.

Nós temos e-Cidadania? Cadê? (*Pausa.*)

No e-Cidadania, o camarada faz pergunta de onde...

Eu gostaria aqui, primeiro, de cumprimentar os nossos expositores, o Embaixador e a Dra. Ana. Queria cumprimentar... Você ainda não falou, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Em vez de a gente começar as perguntas, eu queria dar a oportunidade para a Sueme.

Vamos lá. Sueme Mori Andrade, Diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Vamos lá, porque é mais curto CNA, não é? Muito obrigado. Por favor, com a oportunidade.

Depois a gente entra aqui nas outras...

A SRA. SUEME MORI ANDRADE (Para expor.) – Obrigada.

Obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço pelo convite para vir falar aqui em nome da CNA. É um tema que a gente acompanha muito de perto. Tivemos uma reunião ontem em que também passamos rapidamente por esse assunto.

Queria começar dando uma contextualização de dizer por que esse PL é tão importante, por que tratar desse tema é tão importante.

O agro brasileiro cada vez tem ampliado a sua liderança no comércio internacional. Em 2000, nós exportamos US$20 bilhões em produtos agropecuários e, no ano passado, a gente alcançou US$165 bilhões. O Brasil é o maior exportador líquido de alimentos do mundo e o terceiro maior exportador geral. Então, com a posição que a gente alcançou hoje – e a gente ainda não alcançou tudo que a gente consegue alcançar, o nosso potencial não foi alcançado ainda –, isso só vai aumentar. Com o aumento da relevância e da liderança do agro brasileiro no mercado internacional, a gente sofre cada vez mais ataques. A gente viu, na semana passada, o que aconteceu com relação ao Carrefour e ao Parlamento francês. E a gente fala muito de União Europeia, mas eu acho que é importante a gente falar do mundo como um todo.

Primeiro, o mundo está se tornando cada vez mais protecionista. O enfraquecimento de organizações tão importantes como a OMC só prejudica e torna isso mais preocupante ainda. O crescimento da participação do agro brasileiro faz com que a gente esteja mais na vitrine, ou seja, leve mais pedrada também nesse sentido. Por isso que esse PL é tão importante, para a gente discutir de que forma a gente vai responder.

Esse é um lado.

Então, eu acho que é necessário algum tipo de proposta governamental, porque, na lógica de comércio, um país, uma rede, um importador dizer que não vai importar do outro é uma lógica de comércio, isso faz parte: "Eu quero a certificação A, B, C e D". O que a gente está vendo acontecer cada vez mais são iniciativas governamentais de terceiros países falando como que país A, B ou C – no caso, o Brasil – tem que se comportar. É disso que a gente está falando aqui. Por isso que é necessário também ter uma resposta governamental, porque o que a gente está querendo responder aqui são iniciativas governamentais de outros países. Isso eu acho que é absolutamente necessário. Parabenizo o Senador Zequinha com relação à iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando de reequilibrar relações. Eu acho que, nessa semana, em que se tem a expectativa, por exemplo, da conclusão da etapa de negociações do acordo Mercosul-União Europeia, isso fica mais claro ainda, porque a gente está falando em negociar abertura bilateral e, por outro lado, a gente está aqui discutindo como é que a gente vai responder a iniciativas unilaterais que impactam negativamente o comércio. Acho que a centralidade é reequilíbrio nessas relações.

A Secretária falou da questão da participação do MMA, e, no comércio internacional, a centralidade disso é barreiras comerciais relacionadas à clima. É por isso que é tão importante o MMA estar presente e estar engajado nessa discussão. Ontem eu falei até numa reunião com o embaixador, estava o Fabrício também e outros, e eu disse que o Ministério da Agricultura falar sobre práticas sustentáveis e credenciais ambientais do agro brasileiro é esperado e é normal. Agora, o engajamento do MMA, o engajamento da Ministra especialmente, que é uma pessoa muito respeitada lá fora, faz uma diferença nesse debate. Então, para a gente realmente trazer todos os atores, eu acho fundamental a participação do MMA nesse sentido.

A CNA é favorável à adoção de alguma medida para reequilibrar essas relações, mas a gente tem que tomar muito cuidado. Primeiro, porque a gente não está falando só de União Europeia, a gente está falando do mundo inteiro. E a gente não está falando só de agro, a gente está falando de todos os setores. Então, é um projeto de lei ou uma iniciativa que vai abarcar todo mundo. O agro brasileiro, e o Brasil, hoje é um grande fornecedor de meio de cadeia. Ele está no meio da cadeia, assim como hoje com o mundo tão globalizado como está. Então, a gente importa muito e a gente exporta muito, ou seja, a centralidade de cadeia. Nesse sentido, é importante que a gente tenha cuidado para que, em qualquer iniciativa em que a gente fale de reciprocidade – eu confesso que eu tenho um pouco de receio com esse nome de reciprocidade, mas eu acho que é reequilibrar essas relações –, a gente tenha que pensar no impacto geral como um todo.

Têm-se discutido muito no âmbito da OMC e na nossa relação bilateral com a União Europeia as chamadas cláusulas-espelho. O que a União Europeia está querendo é que o resto do mundo replique as suas práticas, as suas normativas com relação ao uso de defensivos, com relação ao uso do solo, com relação à abertura diária, com relação a tudo. Tem que tomar cuidado, porque a Senadora Tereza Cristina falou aqui da diferença entre agricultura tropical e a agricultura de clima temperado. Ou seja, assim como a União Europeia não pode chegar aqui e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que a gente tem que implantar exatamente o que ela implantou, a gente dizer que tem que fazer exatamente como está do outro lado também não é uma realidade. Então, é esse cuidado que a gente tem que ter.

Apesar de enfraquecido, existe um juiz nesse mundo do comércio internacional que se chama OMC. Ele pode até não estar tão atuante, mas as suas normas estão escritas, ou seja, a gente sabe o que está lá. Então o cuidado que a gente tem que ter, eu acho, é fazer uma medida para que não coloquem telhado de vidro na gente. E, se a gente for fazer algum questionamento com relação a essas medidas lá fora, a gente estará fazendo a mesma coisa.

Eu acredito muito na competência do Itamaraty, na competência da Camex, do Mdic, que são conhecedores profundos desses normativos, para a gente não cometer esse erro, ou seja, a gente fazer uma norma, fazer um PL que respeite os normativos da OMC e que não seja prejudicial à economia brasileira como um todo. Lembro que o nosso agro é altamente exportador, 50% da balança comercial brasileira de exportações é do agro. O que a gente tem de superávit hoje de balança comercial brasileira é só por causa do agro. Então, a gente não pode comprometer o nosso meio de cadeia: nem o que a gente importa, nem para onde a gente exporta.

Com isso, eu encerro, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Só observando aqui, Doutora, o parágrafo único diz o seguinte: "Parágrafo único. Os padrões previstos no *caput* deste artigo restringem-se aos bens e produtos oriundos de blocos econômicos e países que imponham restrições ambientais, de qualquer ordem, ao comércio internacional". A cobrança aqui é para quem cobra da gente. Quem não cobra não tem absolutamente nenhuma ação a respeito, porque todo mundo entende que cada país é soberano, que cada país tem a sua legislação e que eu aqui tenho a obrigação de respeitar a legislação daquele país, seja lá onde for. Agora, eu não posso admitir a hipocrisia. O cara não faz lá, mas quer me obrigar a fazer aqui, porque eles jamais dariam conta de fazer aquilo que pedem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos rapidinho? Eu queria só pedir aos nossos expositores que estão no remoto para a gente apressar aqui o passo em função da dificuldade de alguns expositores, como a Dra. Ana, que precisa também se retirar.

Vamos chamar rapidamente aqui com a palavra o Sr. Fernando Sampaio, Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Por favor, Fernando.

O SR. FERNANDO SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os presentes, Secretária, Embaixador Pimentel.

Eu vou pedir licença, Senador Zequinha, para passar alguns eslaides aqui que a gente preparou para esta audiência. (*Pausa*.)

Bom, acho que está todo mundo vendo e ouvindo.

Rapidamente, a Abiec é hoje a associação que representa a indústria exportadora de carne. São 43 empresas responsáveis por 80% dos abates e 98% das exportações. Aqui é só para dar uma ideia dos nossos principais mercados de carne bovina hoje: China, Estados Unidos, Emirados Árabes. A União Europeia é o quarto maior mercado para carne bovina. Apesar de ser só 4%, mas é o quarto maior mercado, porque a China deixa os outros muito para trás no volume de importações.

E, voltando a atenção para o centro do PL, que são esses parágrafos, eu queria trazer alguns elementos aqui para a gente poder pensar junto.

Olhando aqui o art. 12, em que só poderão ser disponibilizados no mercado bens e produtos originados de países que cumprem os níveis de emissões de gases de efeito estufa iguais ou menores que os do Brasil, esse aqui é um gráfico que mostra os maiores emissores de gases de efeito estufa – e tem China, tem Estados Unidos, tem Europa, tem Japão, tem Índia, ou seja, alguns dos nossos principais mercados –, e todos eles emitem mais gases de efeito estufa do que o Brasil.

Olhando esse outro parágrafo que fala que os países de origem de produtos que o Brasil importa teriam que cumprir uma legislação compatível com o Código Florestal brasileiro, eu queria trazer aqui como insumo esse estudo que acabou de sair da Fundação Getulio Vargas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compara as legislações de proteção de florestas no mundo. Na verdade, a conclusão é que ninguém tem um código florestal igual ao do Brasil – talvez Angola.

E o Senador Zequinha falou que, na verdade, as restrições se aplicariam somente a países ou blocos que criem restrições ambientais, e aí a gente tem um exemplo óbvio da Europa, da legislação do desmatamento.

Quanto à legislação, todos nós temos uma série de críticas à forma como ela foi construída, à forma como ela foi pensada. É uma legislação excludente, é uma legislação que não considera os procedimentos que já existem nos países, nas indústrias exportadoras. Mas o fato é que a Europa continua sendo um mercado relevante, é um mercado que... Hoje a gente tem o maior preço médio da nossa carne exportada para a União Europeia. E isso aqui é o que o Brasil importa da União Europeia. Aqui é outra pergunta também, se o Brasil está de fato disposto a abrir mão desse leque de importações que hoje vem de lá.

A minha questão aqui, Senadores, é que... Assim, de uma forma simplificada, como é que a gente enxerga? A questão de acesso a mercados depende dessa escadinha aqui. Para a gente, sempre a principal barreira de acesso a mercados foram garantias sanitárias. E hoje o Brasil exporta carne para mais de 150 mercados no mundo porque todo mundo confia no Serviço de Inspeção Federal, no Ministério da Agricultura brasileiro, no nosso sistema de defesa agropecuária. O Brasil é muito bom nisso. Um outro degrau tem a ver com acordos comerciais, que são o que vai dar para a gente cotas, tarifas diferenciadas. E, por último, há a questão de imagem e reputação do país. O que vem acontecendo, e a gente já viu isso muito no setor privado, é que, cada vez mais, são exigidas garantias ambientais, além das garantias sanitárias, e que nenhum acordo comercial hoje, no mundo, é feito sem levar em conta a agenda de desenvolvimento sustentável, de clima. E, por último, a nossa imagem depende diretamente do impacto que o nosso setor causa também.

Esse relatório aqui da Organização Mundial do Comércio detalha bem a relação entre comércio internacional e clima. Cada vez mais, você tem acordos comerciais que entram na agenda do clima e trazem medidas ali para tentar mitigar o efeito de mudanças climáticas, mas o comércio pode ter esse efeito positivo também de ajudar os países a reduzirem suas pegadas, vamos dizer assim, em relação ao impacto em emissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um exemplo. Apesar de o multilateralismo estar enfraquecido, esse gráfico mostra como medidas ambientais têm sido incorporadas cada vez mais nos acordos regionais de comércio.

Eu trago aqui um *paper* também do Rodrigo Lima, da Agroicone, que escreveu sobre isso. Assim, a gente tem uns acordos da OMC, um Acordo SPS, um Acordo TBT, com essa previsão de que os membros reconheçam a equivalência entre as medidas adotadas para alcançar objetivos sanitários, fitossanitários e ambientais. Acontece que, na questão sanitária, a gente tem isso muito bem estabelecido, a equivalência. Então não interessa se a lei de um país é diferente da do outro país, o que interessa é se elas garantem a mesma adequada proteção ali na questão de evitar contaminação, doença, enfim. Então não interessa muito se as regras são diferentes, desde que elas sejam equivalentes em relação aos fins. Na área ambiental, essa discussão não aconteceu. E o que a gente tem visto é que há um risco muito grande. Os países criarem medidas relacionadas a clima de ordem comercial é uma tendência. A Europa foi o primeiro bloco que fez isso, mas o Reino Unido vai fazer, outros mercados vão seguir no mesmo caminho. Então, vai ter vários países que vão criar medidas para o comércio que têm relação com a agenda do clima. E aí a gente tem um risco muito grande de o Brasil, naquele PL de dizer que só vai poder mandar produto para cá quem tiver um Código Florestal igual ao nosso ou emissões menores que as nossas, entrar numa guerra comercial de sanções e retaliações que pode prejudicar todo mundo.

O Brasil tem vantagens comparativas muito grandes. Ninguém tem essa agricultura de baixo carbono, essa agropecuária de baixo carbono, o Código Florestal, os ativos ambientais que a gente tem. Então, o Brasil tem tudo a ganhar, a liderar essa discussão de equivalência. Como é que a gente define que um produto é tão ambientalmente correto de um país como o que é produzido em outro país, ainda que as leis sejam diferentes? Como reconhecer essa equivalência? Eu acho que essa é uma discussão extremamente complexa.

Eu queria trazer aqui algumas recomendações, para de fato a gente pensar bem se o PL pode gerar uma guerra comercial de retaliações futuras que vão prejudicar as nossas exportações, para a gente falar não em reciprocidade, no sentido de que eu quero que o outro país tenha a mesma lei, a mesma regra que o Brasil tem, mas a gente falar em equivalência. E essa discussão sobre equivalência tem que ser multilateral: ou ela é feita dentro da discussão de um acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercial que o Brasil ou o Mercosul vão ter com outro bloco, ou ela é feita usando os acordos já existentes dentro da OMC.

Para a gente, o Brasil tem que liderar essa discussão, porque justamente a gente tem a ganhar com isso. O Brasil pode ser um contribuinte no comércio internacional, principalmente de produtos agrícolas. A gente vai ajudar países como a China a reduzirem a pegada deles justamente porque o nosso sistema de produção de alimentos é mais eficiente em termos de emissões do que se eles tentassem produzir lá.

Então, além dessas recomendações aqui, há algumas coisas que são lições de casa nossas. Para o Brasil, para a gente de fato conseguir avançar nessa agenda, a gente tem um dever muito grande de acabar com ilegalidade. O Ministério do Meio Ambiente está empenhado nisso, mas ocupação e desmatamento ilegal de terras públicas continuam sendo um imenso constrangimento para o nosso setor, para todo o setor, o que mancha a imagem do país – é uma minoria, mas isso precisa acabar. Não adianta a gente falar que tem um Código Florestal se a gente não consegue implementar essa legislação, se a gente não consegue validar CAR, se não consegue fazer essa agenda andar nos estados. E a gente precisa de uma infraestrutura digital de informação que permita demonstrar essa rastreabilidade de produtos agropecuários, demonstrar que o nosso sistema produtivo está reduzindo emissões e monitorar as políticas públicas que são direcionadas ao campo.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Fernando Sampaio, da Abiec.

A Senadora Tereza acaba de chegar.

Eu vou chamar aqui a Sra. Gislaine Balbinot, Diretora-Executiva da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), e pediria à nossa querida Senadora para assumir – ou reassumir – a Presidência da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GISLAINE BALBINOT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer ao Senador Zequinha, à Senadora Tereza Cristina pela oportunidade, pelo convite.

Rapidamente só quero dizer, em nome da Abag, de todos os nossos associados e de nossa diretoria – eu falo aqui em nome do nosso Presidente Caio Carvalho –, que é de extrema relevância essa discussão. Eu reitero aqui as palavras do Fernando, da Abiec, dizendo que é importante nós termos esse cuidado de que nós precisamos realmente pensar mais na equivalência muitas vezes do que na reciprocidade, para que também nós não tenhamos retaliações dos nossos produtos.

Nós vimos que essa campanha é motivada realmente por uma questão de protecionismo feita principalmente pela França, mas nós podemos ter uma sequência dessas ações futuras, porque realmente os produtos brasileiros estão tomando mercados que eram de outros países. E nós precisamos tomar determinados cuidados, porque hoje a nossa carne está sendo atacada, mas nós temos muitos outros produtos que dependem das exportações e que protegem também a nossa balança comercial.

Hoje não é fácil fazer o comércio que a gente faz, vender alimento, e da forma como nós estamos fazendo, que é ter ainda uma proteção das nossas matas, com um agronegócio extremamente sustentável. Isso vem realmente incomodando muito os nossos concorrentes.

Então quero reiterar aqui o apoio da Abag a todas as associações que lidam diretamente com produtos, mas nós temos essa missão de fazer um equilíbrio das cadeias produtivas. Então quero só reiterar o nosso apoio a todo esse trabalho que vem sendo feito e parabenizar a nossa Senadora Tereza Cristina na condução exemplar deste assunto.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Gislaine, da Abag.

Eu passo, então, agora, a palavra para o Ricardo Andrade, Assessor de Sustentabilidade e Relações Institucionais do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB).

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Eu preciso relatar um projeto ali na CCJ. Eu queria fazer algumas considerações, porque de repente eu corro lá, pode terminar aqui e eu não chego a tempo.

Protecionismo comercial, Dra. Ana, usando como pano de fundo a questão ambiental já é um negócio bastante conhecido de todos nós. Então, o problema não é ambiental, o problema é outro. A gente não pode ser tão criança, tão ingênuo. Esse jogo é extremamente duro e não é para amador – não é para amador –, Embaixador.

Muito bom. Quero celebrar a sua presença aqui, porque eu tinha a vontade de fazer essa conversa assim. Depois a gente pode conversar à parte, tentar pensar em outras formas.

O meio ambiente é um debate de interesse global. Então, eu, como país soberano e tal, tenho obrigações, preciso, não posso agir sem a responsabilidade devida, temos que ser corretos. Se nós temos uma lei dura, restritiva, temos que trabalhar com ela, com essa lei que foi aprovada. Lamentavelmente, não há respeito por isso lá fora. Por isso é que o projeto de lei aqui caminha na direção de ser a carta na manga para quem não reconhece a gente e tenta impor de cima para baixo – ou garganta adentro, de qualquer forma – as suas vontades para fazer a sua proteção comercial.

Então a gente entende que o Brasil precisa de uma ferramenta. O senhor precisa sentar à mesa como uma nação soberana. Não pode ficar ali: "Mas qual é a sua... O que você tem?", "Não, eu tenho isso, tenho aquilo". Cai numa... E, quando a gente aumenta essa conversa para frente, se você pega as vantagens comparativas do Brasil com relação a qualquer país no mundo, mas especialmente países europeus, que praticamente destruíram quase tudo e são quem mais reclama em função da dificuldade da produção lá... Aqui, graças a Deus, nós não temos culpa de sermos brasileiros e termos nascidos aqui, não é? Nós temos que produzir, trabalhar, vender, comercializar. E seria maravilha se o céu fosse de brigadeiro, mas não é.

Já foi dito aqui por nossa Dra. Balbinot ali, à medida que a gente vai avançando, vai encontrando dificuldades. Alguns jogam, como diz o Bolsonaro, dentro das quatro linhas, não é? Mas outros jogam fora das quatro linhas. As declarações que a Ministra da Agricultura da França

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e as empresas francesas, três empresas que se manifestaram sobre esse assunto... Não é por aí o jogo, não é? Não é por aí o jogo.

Portanto, a gente não pode ficar só ouvindo; nós temos que construir ferramentas, e esta Casa é responsável por subsidiar os senhores do Governo com alguma coisa que possa ajudar. É perfeito? Vai ficar quase perfeito, porque minha madrinha aqui, eu confio nela, a audiência pública aqui está acontecendo para que ela possa ouvir todo mundo e ter o relatório o mais próximo possível do ideal. Mas do que nós estamos precisando é de alguma coisa na mão para que, para aqueles que nos restringem comercialmente, a gente diga: "Olhe, eu tenho isso aqui, vamos negociar? Vamos ver se a gente...". E aí, ela vai fazer o relatório, e eu tenho certeza de que ela vai colocar isto: à medida que os senhores forem precisando... "Mas não dá para fazer agora, precisa ser daqui a três anos", então está bom, que a lei também dê possibilidade para que os senhores possam negociar um prazo de x tempo e todo mundo possa se adequar. Ninguém quer ficar isolado; no mundo globalizado não se fala de isolamento, não é? A gente toma Danone aqui – pelo menos tomava até um dia desse, agora está proibido. (*Risos.*)

É, eu faço, lá em casa o negócio... A gente compra pouco, eu digo: "Olhe, não é para passar mais na porta do Carrefour, tem que passar lá por trás e comprar no MiniBox ali". Poxa, tem que ter um mínimo de orgulho próprio, os caras não conhecem a gente e disparam no mundo...

E aí eu quero aplaudir aqui o Presidente da CNA, nosso João Martins. Ele contratou advogado lá fora, Senadora, e pagando caro. Eu ainda dei uma sugestão que vou dar daqui a pouco para os senhores também. Está lá, falou mal, difamou, caluniou, é? É. Ação judicial. A gente fica só escutando, chorando... Para com isso, esse jogo aqui é para gente grande, é para adultos, é para profissional. E, se a gente ficar aqui só "Sim, senhor", "Ah, que pena, bateram na gente", "Não é assim, foram desleais"... Ah, é? Acabou isso. Eu acho que a CNA agora vai para cima. Vai pagar isso? Vai, vai pagar. Mas falou mal, caluniou, difamou, manchou a imagem do nosso produto lá fora: está bom, quanto custa isso? Que prejuízo as empresas do pessoal aqui tiveram no mercado, mundo afora, por causa de uma declaração infeliz e ciumenta? Não é verdade?

Mas vamos lá: vantagem comparativa, quem é que tem lá o que nós temos aqui? Nada, começando por uma matriz energética limpa de 92% de toda a energia. Quem é que tem lá? Não tem, não é? Quem é que tem 66% de cobertura vegetal original? Ninguém tem, certo? Quem é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem 30% de reservas públicas? No máximo 10%, nós temos 30% do território destinado pelo Governo Federal, estadual e municipal em reserva. Quem é que tem mais de 14% de reserva de terra indígena para alojar e aldear seus índios? Ninguém. Índio mora em deserto lá. Deserto é fácil para você fazer reserva, ninguém quer, então faz reserva de deserto.

Um ministro nosso, um tempo desses, conversando com outro Ministro do Meio Ambiente lá, disse: "Vocês não têm problema de invasão aqui?". "Temos muito problema." "Mas como assim?" "Os caras que querem fazer aquele *motocross*, correr pelo deserto." A reserva é um deserto. Até eu faço reserva de deserto, não tem problema. Área produtiva jamais se bota para ser reserva por lá.

Quem é que tem o que nós temos? Por exemplo, reserva legal: a menor reserva, vocês conhecem, é 20%, vai para 35%, vai para 80% na Amazônia, em área de floresta. A reservinha da França é 4%. Estavam recomendando botar para 7%, eles pararam o país, pararam os vizinhos todos, ninguém ia, ninguém vinha. O Macron ficou doido, disse: "Não, para, para, vamos jogar isso para o ano que vem, a gente vê". Não tem nem moral nem coragem para abordar isso lá. Poxa, você tem uma reserva de 4% e a minha menor aqui é 20% da área, você tem moral para falar comigo o quê?

Então todo mundo sabe que esse não é um debate que tem como foco questão ambiental. Por isso é que a gente pensou num projeto de lei que... "Você está exigindo de mim?" "Estou." "Então eu tenho regras aqui também para a gente poder se entender com relação a isso." Como é que é? Cadê as matas ciliares dos rios europeus? Os caras fazem um muro, parede de arrimo, porque eles usam muito na navegação para lá e para cá. Não tem nem árvore para as raízes sustentarem contra a erosão. Aqui você tem um código que manda: de acordo com a largura do rio, da grota, do riacho, também é a extensão aqui do lado da mata ciliar. Um negócio civilizado. Poxa, por que...

Quando você pega, por exemplo, a relação dos países que acumularam na atmosfera todo o CO_2, todo o gás de efeito estufa, começa com a China. Cadê a China? Diz: "Não, eu não posso entrar nesse negócio aí, não, que eu estou aqui precisando crescer". Mas a China tem mais de 30% de passivo de CO_2, de gás de efeito... Aí vem para os Estados Unidos, o Trump já disse: "Eu estou fora desse negócio, que a economia tem que crescer". É verdade isso? Ou é só para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminar os outros? Por que não vão lá para os Estados Unidos e botam ordem lá para eles, ver se alguém vai dar bola para eles lá? Por que não vão para a China, impor à China alguma coisa? Por que não vão para a Índia também? A Índia é um grande emissor. Poxa! Aí quando você vai pegando a lista, vai descendo, onde é que está o Brasil? Menos de 3% do passivo de CO_2 acumulado. Aí nós temos que pagar essa conta desse jeito, brigando com nossos produtos, sujando, sabe, difamando...

Então, Embaixador, a gente precisa fazer valer o bóton de embaixador e tal. Vamos conversar. Queremos continuar vendendo e comprando de todo mundo. Nós não somos isolados do mundo, ninguém é Coreia do Norte aqui. Temos que manter, mas a gente também tem que se fazer respeitar. A carta na manga é fundamental. Sem ferramentas, o senhor fica meio na mão. E nós temos isso, temos aquilo...

Por último, para poder ir embora para relatar outro projeto ali, teve um cara, parece que foi aquele que é autor da letra do Hino Nacional, Joaquim Osório Duque Estrada, que falou, faz muito tempo, e os outros vão repetindo, o Carlos Lacerda, uma mulher e tal, dizendo o seguinte: não basta ser honesto, tem que parecer.

Não basta o Brasil ser altamente sustentável, o Brasil precisa também... E essa é a grande missão do Itamaraty. A CNA contratou um escritório de advocacia que vai fazer um trabalho importante para a gente tomar uns centavos lá, mas nós precisamos fazer a nossa propaganda. Nós somos bons em sustentabilidade, e eu tenho que trabalhar essa imagem lá fora.

Dra. Tereza Cristina, quando for candidata a Governadora do seu Estado do Mato Grosso do Sul... (*Risos.*)

Não, não adianta, vai chegar lá. Essa é uma questão... Vamos empurrando a senhora, até eu vou para lá ajudá-la.

Prestem atenção, candidata, digamos, hipoteticamente, faz uma pesquisa qualitativa, identifica os pontos vulneráveis, entrega na mão do cara do *marketing*, da estrutura, e ele vai dizer: "Vamos fazer assim, vamos fazer assim". Nós estamos precisando lá da mesma coisa. A gente tem, mas não vende essa imagem de sustentabilidade, até porque nós temos alguns brasileiros que são traidores da pátria e ficam escrevendo coisa ruim e botando lá fora – ganhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro para isso, naturalmente. Mas não pode ser desse jeito, quer dizer, eu sou brasileiro, sou pago para falar mal da minha terra... Pô, paciência com isso, não é? É um verdadeiro mercenário! Não é assim.

Mas nós temos que encarar esse povo, faz parte do jogo, e nós temos que ter uma imagem lá fora bem arrumada, Doutora e meu Embaixador. Isso é com os senhores, é o Governo trabalhando para ter essa imagem positiva, e o Governo também não pode se contradizer ao chegar lá fora e de repente estar falando mal do próprio Brasil. Parece que parou um pouco, mas no começo do mandato o negócio esteve meio barulhento com relação a isso, muita reclamação. Se nós tivermos que lavar nossa roupa, vamos lavar aqui dentro, não lá fora. Correto? Lá fora nós estamos unidos no mesmo discurso, defendendo os interesses da nossa pátria, da nossa nação, que é a melhor de todas no mundo. Alguém pode botar defeito, mas nós, não. Não é verdade? Nós não.

Então eu queria deixar aqui essa reflexão. Vou correr ali um pouco, porque aqui a gente bate às vezes de escanteio e tem que ajudar a fazer o gol.

Eu desejo que a gente continue, minha Senadora, a audiência com muito sucesso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senador.

Vamos agora ouvir o Ricardo Andrade.

O SR. RICARDO ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos; bom dia, Senadora; bom dia, Senador Zequinha.

Muito obrigado pelo convite.

Rapidamente, vou passar um pouco aqui do CICB: o CICB é uma associação que representa as indústrias de curtume do Brasil, é uma associação que hoje trabalha com 65 associados, que são responsáveis por 80% das exportações de couro do Brasil. É importante destacar que, também no caso do couro, o Brasil exporta entre 70% e 80% da sua produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é hoje o maior produtor de couro do mundo, é o terceiro maior exportador de couro do mundo, é um *player* absolutamente relevante nesse mercado, que tem colaborado obviamente na geração de valor para as nossas indústrias e para... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Voltou, Ricardo?

O SR. RICARDO ANDRADE (*Por videoconferência.*) – Voltou. Agora sim.

Para nós, do setor de couros, até em nível mundial, é importante destacar, especificamente sobre a legislação da União Europeia, que houve uma disputa muito grande para que o couro não fosse incluído na legislação, uma vez que o couro é considerado um coproduto, ou seja, ninguém cria animal para poder vender o couro, o animal é criado para que seja utilizada a carne e o leite, o couro é um subproduto, assim como outros mais de 50 coprodutos que são oriundos no abate dos animais – e isso também gera uma certa preocupação, porque agora foi o couro, amanhã vai ser a gelatina, amanhã vai ser a heparina, amanhã vão ser vários outros subprodutos que são utilizados na indústria.

É também importante destacar que o couro representa somente 1% do valor do animal, então, incluir o couro na legislação como sendo um impulsionador do desmatamento é claramente uma ação oportunista e protecionista, entendendo que o setor de couros possa pressionar a indústria de carne bovina para as melhores práticas, sendo que na verdade isso não é necessário. A nossa indústria é uma indústria que durante muitos anos teve um crescimento, em termos de organização, em termos de prática de sustentabilidade: hoje os curtumes do Brasil são certificados por organizações internacionais; o Brasil é o país que mais tem curtumes certificados com a questão de sustentabilidade. Então, a nossa indústria é uma indústria moderna, uma indústria altamente capacitada para atender todos os mercados, e a inclusão do couro na legislação certamente não faz nenhum sentido, uma vez que o poder comercial, o poder de ação comercial dos curtumes frente à sua cadeia de fornecimento é absolutamente irrisório.

Vale destacar também que, no caso da Europa, a Europa tem uma participação muito relevante nas exportações de couro do Brasil, então é um mercado extremamente relevante. Dessas exportações, 80% vão para a Itália, ou seja, nós temos aí uma parceria com a Itália de muitos anos de construção entre as nossas relações comerciais, entre as nossas indústrias, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente essa legislação trará um impacto muito significativo em toda essa cadeia de aprendizado, de troca de tecnologia, de troca de ações que é feita entre os países.

Então a gente apoia seguramente todas as ações que estão sendo tomadas. Acreditamos que de fato o setor não é a favor da legislação, como eu disse, e acreditamos, inclusive, que, com esse tempo adicional que nos parece ser dado pela União Europeia, vamos continuar insistindo para que os couros, o setor de couro seja retirado da legislação, continuamos entendendo isso.

Recentemente foi publicado um importante artigo, um material de pesquisa na União Europeia, comprovando que o couro não é o direcionador, o impulsionador do desmatamento. Isso não foi levado em consideração pela União Europeia. E seguramente nós temos um grande desafio, tendo que, se a gente entender que o couro é um coproduto da indústria de carne bovina... E quando a gente olha especificamente para as exportações de carne bovina do Brasil, elas se dão a partir de 1,2 mil a 1,3 mil propriedades que já têm uma pré-aprovação para exportação para a Europa, e no caso do couro, nós podemos exportar couro de 2,5 milhões de propriedades rurais; então o desafio da rastreabilidade desde a origem e do monitoramento socioambiental para atendimento dos requerimentos da legislação se torna praticamente intransponível no prazo que foi dado.

Apesar de a nossa indústria estar absolutamente preparada tecnicamente para fazer, nós não temos as informações hoje vindas do campo que são necessárias para que a gente possa apresentar toda a documentação relacionada ao *compliance* socioambiental. Então nós entendemos assim e estamos absolutamente alinhados com a Abiec.

Na questão do conceito da equivalência, entendemos que talvez esse conceito, se mais bem explorado, possa nos dar uma condição mais justa de implementação de práticas e continuação de aplicação de práticas sustentáveis no Brasil. Assim como os outros países também podem ter as suas práticas, que a gente possa trabalhar dentro do universo de cooperação e de comércio que seja justo e que respeite, obviamente, as nossas condições, sendo o Brasil um grande *player* no mercado mundial de couros, o Brasil tendo uma reputação muito importante nesse setor e, obviamente, com uma condição de poder seguir exportando.

Também vale aqui destacar um ponto que nós achamos relevante: a legislação europeia, num segundo momento, entende que será necessário também travar o fluxo de produtos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virão da China para a Europa, ou seja, hoje a legislação está sendo implementada do Brasil para a Europa. No caso da carne, nisso não há problema, porque não há esse trânsito de mercadorias da China para a Europa, mas, no caso do couro, sim, há esse trânsito. Muitas vezes nós exportamos produtos para a China que são processados, manufaturados e são enviados à União Europeia, e a União Europeia seguramente deve exercer o direito, na legislação, de também solicitar aos chineses que eles também façam, devido à diligência, dos produtos que têm como fonte matérias-primas vindas do Brasil, o que pode aí sim colocar o nosso setor numa situação ainda bem mais complicada, tendo em vista que a China representa mais de 50% das nossas exportações.

Então, novamente, aqui, em nome do CICB, nós estamos totalmente alinhados e de acordo de que seja feito esse trabalho em relação ao Brasil, uma resposta do Brasil, mas entendemos e estamos alinhados com a Abiec de que nós deveríamos trabalhar dentro de um cenário de conceito de equivalência, para que a gente não tenha mais problemas do que a gente supostamente já tem agora que enfrentar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Ricardo.

Eu vou passar a palavra para a Secretária Ana Toni, porque ela vai ter que nos deixar. E aí nós vamos para o André Nassar. O.k.?

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Peço desculpas por ter que sair um pouquinho mais cedo porque tenho um outro compromisso. Então peço desculpas.

Só queria mencionar – acho que o Senador Zequinha Marinho mencionou também – que o Brasil tem muito a ganhar numa economia global de baixo carbono. Então é de interesse nacional uma economia de baixo carbono. O Brasil, implementando as nossas próprias leis, com as nossas métricas, não tem para ninguém, não é? O Brasil estaria numa posição de ser esse provedor de soluções climáticas, como a gente mencionava, Embaixador, para a China, para a Europa, porque aqui conseguimos produzir esses produtos com uma pegada de carbono menor. Então acho que isso é importante para nos guiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quero celebrar também que o Brasil tem que combinar esse jogo multilateralmente, bilateralmente. O que não pode são essas atitudes unilaterais que pegam, como foi dito ali, as pessoas de surpresa, as empresas de surpresa. Então, quando tem o acordo e o Brasil coloca clima nos acordos, ótimo, a gente se prepara, não tem problema nenhum. O problema são as medidas unilaterais.

Nossa colega da CNA mencionou a atuação do MMA e me lembrou de que eu estive com a Ministra Marina no encontro do G7, na Itália, recentemente, e havia uma grande conferência sobre biocombustível. Foi a Ministra Marina que foi lá defender o biocombustível brasileiro, e ninguém esperava ser a Ministra do Meio Ambiente. Foi muito interessante ver a reação, principalmente dos europeus, que são contra os nossos biocombustíveis. E a gente tem tentado atuar cada vez mais dando essa cara, falando de comércio, porque é um tema que interessa a todos nós brasileiros e, para a área de meio ambiente, é também fundamental.

Eu só quero deixar aqui um abraço, primeiro agradecer à Senadora Tereza Cristina e nos colocar à disposição, mas também deixar um obrigado para a Senadora Leila, que ajudou muito também, como a senhora, Senadora, na lei do mercado de carbono. Fico muito feliz de que esta Casa tenha aprovado a lei do mercado de carbono. Em Baku também foi acordado, e acho que isso coloca o Brasil nessa posição de liderança também nesse tema.

Então quero agradecer e pedir desculpas novamente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Secretária.

Vou falar com a Senadora Leila, vou estar com ela daqui a pouco e dizer que a senhora deixou aqui um abraço para ela, que tem feito aqui um excelente trabalho nesta Comissão, como Presidente. Bom, agradeço a sua participação.

Então vamos para o nosso último convidado, que é o André Nassar.

O SR. ANDRÉ NASSAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Tereza.

Perdão por não estar presente aí. Infelizmente eu tive que ficar aqui em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Senadora, o Embaixador Fernando, a Secretária Ana, que já saiu, mas também quero cumprimentá-la. Quero cumprimentar a Sueme, em nome dos demais do setor privado. Não sei se o Senador Zequinha está aí ainda – acho que não –, como o Senador Heinze, mas já deixo meu cumprimento a eles também.

Senadora Tereza, eu fiz um PowerPoint bem focado no assunto, sabe? Eu tenho esse negócio de ir direto ao ponto, eu acho melhor. Então eu tentei trazer coisas aqui que são bem focadas no assunto.

Só para comentar, se eles puderem passar ao próximo, que são os associados da Abiove... A gente sempre faz essa explicação.

A Abiove representa essas empresas aí, que são exportadoras e processadoras de oleaginosas – a soja é a principal – e também um grupo de empresas que produz biodiesel. Então é claro que o assunto de mudança do clima, de legislação europeia e de outras legislações que estão vindo aí está no cerne do nosso trabalho institucional e evidentemente também no dia a dia de negócio de cada uma dessas empresas.

A Abiove, nesses temas de sustentabilidade, tem um certo reconhecimento por ter sido inovadora e ter adotado certas práticas – práticas hoje que estão aí sofrendo bastante, porque estão sendo interpretadas como práticas que estão restringindo a expansão da produção no Brasil. Então esse é um debate que nós estamos enfrentando e vamos enfrentar com muitas conversas com os produtores, com o Parlamento brasileiro e, inclusive, com as Assembleias Legislativas estaduais.

Só queria dar esse contexto, mas agora eu vou direto ao ponto, que são os meus próximos eslaides. Então eu não vou falar do setor, eu vou falar do mérito em si da proposta, tá?

Então a primeira coisa que eu queria comentar é que eu entendo que é necessário que o Congresso Nacional politize o tema, porque esse tema das restrições e exigências de caráter ambiental impostas – estou usando o termo imposto, porque em geral é unilateral – por países e regiões importadoras precisa ser politizado. Se os outros estão fazendo, a gente precisa fazer também, e eu entendo que o Congresso Nacional é o espaço, o local ideal para que esse debate ocorra e que, a partir desse debate, emerjam legislações aqui dando um norte de como é que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos tratar essa questão da – vou usar o termo que o Fernando Sampaio usou, porque eu acho que é melhor – equivalência, tá?

Esses países são da União Europeia, mas amanhã vão ser outros, não é? Mesmo que um país venha a adotar, por exemplo, a exigência de cumprimento da lei no país de origem, que é o que deve ocorrer com a Inglaterra e talvez venha a ocorrer com os Estados Unidos, ou seja, que não exigem desmatamento zero, esses países têm formas específicas de querer que a gente comprove como é que a gente cumpre a nossa legislação. E isso é bastante perigoso, porque quem tem que dizer como é que a gente cumpre a legislação são as autoridades brasileiras e, evidentemente, os setores que são o sujeito passivo, vamos dizer assim, do cumprimento dessas legislações, e não um terceiro país. Então acho que, nesse sentido, a gente precisa... Esses países precisam ver que os países exportadores estão reagindo em igual medida, tá? Então, no meu entendimento, o Congresso Nacional não tem a opção de não fazer nada, ele precisa fazer algo.

O que eu entendo que não deve ser feito? Eu acho que é muito importante, Senadora, definir o que não deve ser feito e, a partir daí, discutir o que precisa ser feito. Então, no meu entendimento, o que não pode ser feito?

Impor restrições ao Governo do Brasil para assinar acordos. Quer dizer, você não pune o Governo brasileiro porque um terceiro lá está impondo restrição. Não existe isto de o terceiro impor a restrição e você ir lá proibir o Governo brasileiro de atuar. A meu ver, isso não é uma boa ideia.

Impor restrições às companhias operando no Brasil. Também, no meu entendimento, não se punem companhias porque elas decidiram, visando manter seus mercados e seus negócios, seguir as legislações de terceiros mercados. A gente não faz isso, a gente apoia as empresas que querem exportar e querem garantir a manutenção dos mercados. O que a gente tem que fazer é impor restrição ao que vem de lá para cá, não ao que sai daqui para lá.

Aprovar legislações vagas, pouco específicas e que não se baseiam em mensuração objetiva de impacto. Se a gente ficar com legislação vaga, não vai dar certo. Então, a meu ver, essa discussão precisa ser muito aprofundada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa é que a gente não deve focar em mercados específicos porque a gente não pode ser discriminatório. Certo? Então, isso é muito importante de a gente entender. Quer dizer, não pode ser uma legislação contra a Europa, uma legislação... Não é por aí a solução.

Agora, vou para aquilo que eu entendo que a gente deve fazer, que é o próximo e último eslaide, por favor.

Então o que a gente deve fazer?

Primeiro, focar em indicadores.... Perdão. O que eu sugiro que o Congresso faça, e nós estamos preparados para contribuir?

Focar em indicadores que podem ser mensurados de forma objetiva. Eu acho que isso é muito importante, porque a subjetividade só vai gerar insegurança jurídica para quem está dentro do Brasil.

O que eu entendo que a gente deve fazer?

Impor uma tarifa de carbono na fronteira para produtos importados. Por que isso? Primeiro, nós estamos aprovando o mercado regulado de carbono no Brasil. Então, se nós já temos uma legislação interna, por que não colocar isso para os produtos importados? A Europa já tem o sistema dela, o Cbam, e outros vão impor. A meu ver, a nova geração de barreiras no modelo tarifário vai vir em tarifas de carbono. Então acho que o Brasil precisa se antecipar a essa discussão; e estabelecer uma tarifa de carbono na fronteira é compatível com a legislação que afeta as companhias nacionais, porque nós já temos o nosso mercado de carbono. Então nós não temos problema nenhum em impor isso na fronteira.

Não faria isso para tudo. Eu acho que a gente tem que definir setores específicos. Estou fazendo uma sugestão aqui, que são setores, produtos que são carbono ou energia intensivos, porque esses aí é que vão carregar uma pegada muito grande. Então, no meu entendimento, a gente deveria olhar para isso. O Brasil tem enorme conhecimento nesse assunto, e a gente pode definir tecnicamente e cientificamente quais são esses setores, ou seja, eu não faria para tudo, eu faria uma escolha de setores.

Permitir ao importador compensar a emissão adicional comprando certificados de conservação de vegetação nativa no Brasil. Nós temos a CPR Verde, a gente pode viabilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiramente a CPR Verde. O que significa isso? Você vai medir lá a emissão de um determinado produto, você vai dizer se passou de um certo patamar, você o tarifa ou, se você não tarifar, ele compensa comprando algum ativo verde no Brasil. Ele fica isento da tarifa, mas ele comprou aquele ativo verde e isso gerou renda para quem tem esse ativo verde protegido no Brasil.

Temos que criar um sistema de registro disso, mas nós já vamos ter que criar para o nosso mercado de carbono. Então não vejo nenhuma dificuldade em criar isso para o importado.

E tem que ter uma linha de base de emissões em CO_2 equivalente por tonelada, diferentemente do nosso mercado de carbono, que vai ser a emissão do estabelecimento. Agora não lembro os termos lá. Nesse caso, tem que ser por tonelada de produto, porque quem vai ser taxado é o produto. Então isso tem uma certa diferença.

Então, como proposta, Senadora – aí talvez, não sei, ultrapassando um pouquinho o meu limite já como sugestão para aquilo que a senhora poderia fazer –: buscar um substitutivo para o 2.088, porque eu acho que esse é o melhor projeto, que se apoie nas propostas acima ou equivalentes. E só para fazer uma sugestão já tem um projeto de lei na Câmara dos Deputados que tem alguns desses conceitos que eu citei ali em cima e que podem ser aproveitados. Eu não concordo com esse outro projeto lá, porque ele é só contra a Europa e, a meu ver, isso não faz sentido, mas eu iria por esse caminho, que é um caminho mais complexo, talvez um pouco mais sofisticado, mas eu acho que é um caminho que a gente tem a ganhar e que não vai gerar, vamos dizer assim, perda de competitividade. Quer dizer, depende de como vai ser feito, porque ele não pode gerar perda de competitividade para as indústrias que estão importando esses produtos que são carbono ou energia intensivos, a gente tem que pensar bem isso, mas o conceito é esse aí.

Obrigado, Senadora Tereza.

E mais uma vez desculpas por não estar presente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, André. Já tomei aqui nota das suas sugestões. Do que não fazer fique tranquilo, porque tudo que você sugeriu ali nós não pretendemos fazer. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, quero também dizer que nós não podemos fazer uma lei – e eu disse isso na minha fala inicial – para um bloco, para um país; enfim, é inconstitucional. Nós temos que fazer uma lei que seja uma lei que atenda a todos os países com quem nós temos comércio. Então não é uma lei focada num único bloco, num único país.

Eu também gostaria de dizer que estou conversando lá na Câmara, já conversei com o Deputado Zé Vitor, para que quando vier isso para cá... Eu estou fazendo um substitutivo, já estamos trabalhando nele, e vamos aí para isso, essas audiências públicas, para a gente ouvir de todos os setores, e aí depois a gente sentar e escrever essa lei. E que ela não saia de afogadilho. Uma lei tem que viver muitos anos, até que ela deixe de ter efetividade. Então nós queremos fazer uma lei para esse novo momento que vive o mundo aí, e não podemos fazer uma lei de afogadilho porque tivemos uma ou outra discussão, enfim. Essa lei antidesmatamento é uma ingerência sobre os países em desenvolvimento e tem que servir para todos. Então, como poucos ainda têm o que desflorestar, essa lei está sendo feita mirando os países que ainda têm, como nós, mais de 66% da vegetação, 33% de reserva nas propriedades particulares, privadas, enfim. Mas nós vamos tentar fazer o melhor. Então todas as sugestões são muito bem-vindas.

Essa parte de tarifar, a gente tem pensado. Acho que a sugestão do carbono eu quero discutir um pouco mais. Acho que pode ser interessante, mas temos que ver se ela realmente se encaixa.

Muito obrigado aí pelas considerações de todos que vieram aqui hoje, para poder engrandecer este debate, para que a gente possa fazer uma lei que realmente atenda o Brasil e que não deixe que as ingerências ou o protecionismo do mundo possam recair sobre o Brasil, que faz o seu dever de casa. Mas nós temos que mostrar também lá fora aquilo que a gente faz com maestria aqui, com essa agricultura regenerativa, de baixo carbono, enfim.

Mas eu concordo com você que o Parlamento, este Parlamento não poderia se furtar de ter essa conversa, de começar essa discussão e chegar a uma lei, para que nós tenhamos uma lei que possa se contrapor ao protecionismo que o mundo hoje vem aplicando através desse protecionismo verde, que na verdade é muito mais comercial do que verde, até porque verde nós temos aí muito a mostrar, como todos aqui muito bem colocaram.

Eu tenho aqui perguntas dos internautas, que foram colocadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio, de São Paulo: "[...] [Devemos] discutir a extensão rural [...] planejamento agrícola [...] [de forma] ampla [...] [com a participação dos] profissionais de ciências agrárias.".

Thais: "O agronegócio brasileiro é o líder [...] [no uso de] agrotóxicos no mundo. A redução e o controle efetivo [...] [desse uso seriam] estratégicos?". Não é bem assim, mas aí eu precisaria de uma outra audiência pública para conversar com você, Thais, mas nós vamos responder a sua pergunta. E ontem, aproveitando, aprovamos a lei de bioinsumos e o Brasil sai na frente, sendo protagonista também dos bioinsumos no mundo.

César, de Minas Gerais: "Não seria adequado estabelecer um tipo de reciprocidade ambiental? Países de clima temperado têm políticas [...] de conservação [diferentes]. É um dos pontos que nós estamos aqui colocando, César.

Melissa, de São Paulo: "Por que não [...] [focar]na agricultura familiar também?". É para toda agricultura. Não se faz diferença, na lei, para a agricultura pequena, média ou de grande produtor. É que os grandes exportam, mas os pequenos já começam a exportar também vários produtos, para a nossa satisfação e felicidade. Muitas empresas menores da agricultura familiar já vêm conseguindo. A CNA tem um programa muito interessante para isso e a gente tem visto muitas empresas exportando mel, exportando frutas mais sofisticadas.

Carlos, da Bahia: "Essa medida [...] [será benéfica] para o agronegócio? [Ajudará nossos negócios a ganhar reconhecimento mundial? Está dando certo e continuará dando?]".

Luís, de São Paulo: "Incentivar [...] a entrada de produtos brasileiros em mercados alternativos e/ou difíceis [por meio da redução de impostos, financiamento de consultorias]".

O Leonardo, de São Paulo: "Como o Governo poderia auxiliar o agronegócio frente às políticas protecionistas dos países desenvolvidos?".

Maria, do Rio Grande do Sul: "Por que nossa política [...] [de agronegócio desvaloriza] nossos produtos, [tanto] na balança comercial interna [quanto] externa?"

Heliomar, de Minas Gerais: "[...] [Como a] restrição à importação de produtos [...] de países com normas ambientais [...] [mais flexíveis] pode [incentivar práticas mais sustentáveis]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renato, da Paraíba: "O que foi debatido, quanto ao assunto, na reunião da Cúpula de Líderes do G20?".

Nós vamos encaminhar essas perguntas para alguns painelistas aqui e depois serão encaminhadas a vocês.

Eu quero aqui... Alguém deseja fazer alguma consideração final? Sueme?

Você não é painelista, você está ficando mal acostumado. Vou abrir para você. Está bom, fala, Sérgio Bortolozzo, da Sociedade Rural Brasileira.

O SR. SÉRGIO BORTOLOZZO (Para expor.) – Bem, muito obrigado, Senadora. Eu não sou painelista e tenho, às vezes, até abusado um pouco da sua paciência...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Estou brincando com você.

O SR. SÉRGIO BORTOLOZZO – ... ao longo do tempo.

Eu queria descrever até que a Ministra... Eu era coordenador da comissão de endividamento, e um dia, eu sempre insistindo, e ela como Ministra, chegou um dia e falou assim: "Você não me apareça aqui para falar de endividamento – ela falava – enquanto a soja estiver a US$15 o *bushel*, e enquanto essa coisa está lá livre". Aí eu prometi, eu deixei de incomodá-la.

Mas, de qualquer forma, eu queria parabenizar mais uma vez a senhora e o Senador Zequinha, principalmente por este momento, esse é um assunto de extrema importância. Como também entendo que não seria necessário para a senhora fazer audiências públicas, para a senhora fazer um substitutivo, uma vez que o conhecimento da senhora do setor é amplo. Mas, desde que mais uma vez a senhora abriu esse espaço, é por isso que eu me intrometi e me achei no direito de estar falando.

O que eu queria dizer? Primeiro, destacar também a participação da Secretária Ana Toni, que tem feito um grande trabalho, principalmente na elaboração do Plano Clima. Hoje a Sociedade Rural Brasileira tem participado, via intermediação da Fundação Dom Cabral, desse novo processo do Plano Clima. Então a Secretária Ana Toni tem sido fabulosa com relação à abertura de espaço para o setor produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu sou obrigado, em determinado momento, a discordar um pouco dela, tanto dela quanto do Embaixador Fernando Pimentel, quando entendem que poderia ser um tiro no pé a gente tentar deslocar esse assunto para a questão climática e na questão da diplomacia. Concordo, nesse ponto eu concordo. Só que o que nós esperamos como classe produtora, como produtores rurais, é que também tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o Itamaraty também não ficassem inertes quanto a essa possibilidade.

Nós percebemos que é um assunto que, na verdade, tem um comprometimento difuso em todos os setores e principalmente no setor produtivo. E existem algumas coisas que já a gente percebe e que seria muito importante a participação ativa também do Ministério do Meio Ambiente, também da diplomacia.

Vocês vejam o que tem acontecido? A comunidade europeia tentou, via Green Deal, que eles fizeram lá, estabelecer um novo regramento global. O *side letter*, que eles nos mandaram como exigência para fazer a assinatura do Mercosul – Sueme acompanhou de perto disso – foi uma afronta, uma tentativa de afronta às intenções e à soberania nacional. E, nesse momento, o que a gente espera, Embaixador, é que o Itamaraty seja aliado nosso, como o Brasil, como o produtor. E nesse momento em que se impõe e se apresente esse projeto de... Pode ser até de equivalência, eu não vejo a diferença, mas de respeito às nossas condições, eu acho que é muito importante a nossa diplomacia, o Itamaraty, é muito importante o Ministério do Meio Ambiente ser aliado nosso e não ficar só assistindo a nossa briga como se não fosse da área deles. Então fica como sugestão, já sei que já existe esse tema, mas é sugestão.

Por último, Ministra, eu quero só fazer uma observação ao que o André falou com relação às coisas de não fazer. Eu sempre... Eu nunca ousei discordar de nada o que o André propõe, mas, quanto ao item de não fazer restrições a companhias que operam no Brasil dentro do setor, eu queria dizer que a gente precisa modificar um pouco essa sugestão do ponto de vista de que não sejam repassados todos os ônus que são impostos para o produtor rural, sob o argumento de que temos que manter mercados. Isso é uma coisa que precisava ser melhor... Mas isso é uma coisa que a gente tem tratado com o André, com a Abiove e tal, porque não se justifica o fato de que a exigência é essa e isso ser repassado para o produtor. Então, a gente também conta às vezes até com as indústrias, com as empresas, com a Abiove, no sentido de nos defender também nesse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, por último, Ministra, eu vou discordar do Senador Zequinha quando ele falou a respeito da sua candidatura ao Governo do Estado do Mato Grosso. Eu queria dizer que a grandeza da Senadora Tereza Cristina transcende o Mato Grosso do Sul.

É só isso, está bom?

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Pode sim.

Por favor, Embaixador.

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado pelo comentário.

Eu só queria precisar um ponto. Quando a gente está falando de tiro no pé, era uma frase muito específica em relação ao tipo de retaliação que a gente pode fazer, que a gente deve fazer. A gente não quer um sistema, um mecanismo onde a gente está brigando com todo mundo a todo tempo, porque custa para a economia brasileira retalhar.

A gente tem um caso muito claro, o caso do algodão, da OMC, a gente ganhou e brigou, e essa sempre foi a atitude do Itamaraty, de estar presente apoiando o agronegócio brasileiro em tudo, e continuamos aqui com essa lei. Essa é a nossa atitude, essa é a nossa política, mas às vezes, na hora de discutir como você vai retalhar, como é que você vai fazer valer um tipo de punição, você pode acabar se machucando sem entender as consequências. Então é isso que eu estou falando do tiro no pé, muito específico em relação a que tipo de "punição", entre aspas, adotar.

De outra maneira, o Itamaraty tem uma posição super ativa. Nesse episódio, por exemplo, inaceitável do Carrefour, a gente mandou nota. E aqui a nossa atuação é mais no exterior. A gente viu aqui, com muita alegria, as manifestações tanto do Governo quanto do setor privado, mas o nosso posicionamento foi no exterior. A gente mandou nota para a imprensa francesa, nota da embaixada, nosso Ministro assinou uma nota dura em relação a manifestações de empresas ou de governos em relação à sanidade da nossa produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também atua, como falam, em todas as frentes, desde a OMC, muito falada aqui, que é uma frente que, apesar de estar ainda fragilizada, é muito importante. A gente atua, como a gente está falando, em todas as frentes: na frente da negociação bilateral, com os europeus nesse caso, na frente multilateral e também agora na frente... O Itamaraty é um dos que mais pede esse instrumento, essas alavancas para a gente poder botar pressão de volta nos nossos parceiros comerciais.

A gente entende que o mundo está mudando. Como a Senadora falou, é um mundo futuro, é um mundo de protecionismo no comércio, e o Brasil, por enquanto, não tem instrumentos legais para atuar nesse mundo. A gente está buscando, em cooperação aqui com o Parlamento, encontrar esses instrumentos legais de uma maneira que faça sentido. Mas é para continuar brigando, não é para ficar passivo, não.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Embaixador.

É isso mesmo, nós, logo depois, quando a pandemia veio, e o mundo viu que algumas coisas que aconteceram durante a pandemia foram muito complicadas, então o mundo... A gente sabia que o mundo ia se voltar, os países iam se voltar mais para dentro e que esse protecionismo viria, seja ele ambiental, comercial, enfim, e nós temos que estar preparados.

Então essa lei é uma lei que precisa mesmo ser discutida. Eu não tenho essa capacidade. Muito obrigada por achar que eu tenho, mas a gente precisa ouvir muito. Acho até que a gente tem que ouvir outros setores, não só o agro, não é? O agro hoje é o principal atingido quando você trata da lei antidesmatamento, que aí é uma ingerência, uma agressão à soberania nacional dos países emergentes. Não vamos falar que ela foi feita para nós, ela foi feita quase que 90%... Ela tinha um endereço, mas ela foi feita teoricamente para atingir os países emergentes e que têm floresta ainda.

Então o que nós precisamos fazer é uma lei bem pensada, uma lei inteligente. Que possamos continuar crescendo no nosso comércio internacional, porque o Brasil é uma potência agroambiental. Eu vou voltar a falar de novo esse termo, que eu falava muito quando era Ministra e ia lá para fora. O Brasil é uma potência agroambiental, e é por isso que nós somos temidos, porque nós temos aqui muita coisa que lá fora eles não têm mais. Mas nós precisamos, sim, ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismos de... Não é protecionismo, mas é... Eu não sei se é equivalência, nós precisamos achar esse termo. Talvez misturar isso tudo e ver o que é que sai disso aí, mas ter uma lei efetiva que consiga proteger de maneira justa os nossos produtores, os nossos produtos, a nossa indústria, enfim, o nosso mercado brasileiro.

Então, que eles cuidem dos deles, nós vamos cuidar dos nossos; então nós temos que ter alguma coisa na balança aí que dê equilíbrio.

Muito obrigada a todos que participaram. Mais uma vez, uma audiência super proveitosa, para que a gente possa caminhar para fazer uma lei, que seja uma lei que dure, uma lei que pegue, uma lei que traga realmente eficiência para aquilo que nós estamos buscando.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dois minutos do dia doze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 28/2023 - CSP, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Debater a situação atual do Estado Democrático de Direito, as liberdades e garantias individuais na Venezuela e o reflexo dessa instabilidade na segurança pública. **Participante:** Sra. María Corina Machado, Fundadora e Coordenadora Nacional da Frente Venezuelana e ex-Deputada da Assembleia Nacional. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Damares Alves e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, contrário à emenda nº 4 e, ainda, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às emendas nºs 1-CDH-CSP, 2-CDH-CSP, com a emenda nº 5-CSP, e contrário à emenda nº 4. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator “ad hoc” o Senador Flávio Bolsonaro. É realizado acordo com o Senador Sérgio Moro, autor da emenda nº 4, pela desistência de sua votação em separado. Prejudicado, dessa forma, por perda de objeto, o Requerimento nº 54/2023-CSP. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3707, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer o sigilo dos dados de qualificação ou de identificação da vítima ou testemunha nos depoimentos sobre crimes praticados mediante violência ou grave ameaça." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 829, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o parentesco civil na causa de aumento de pena de lesão corporal praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, bem como para incluir no rol dos crimes hediondos a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra parentes por afinidade dos referidos agentes ou autoridades." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1, 2 e 3-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Fabiano Contarato. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 80, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria a Lei de Proteção a Animais Policiais ou Militares, para coibir a violência contra animais a serviço de corporação policiais ou militares." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, pelo acolhimento da emenda nº 1 na forma de emenda que apresenta, contrário à emenda nº 2, apresentando, ainda, mais uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, inicialmente Deus e saúde a todos e todas aqui presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação em toda a pátria amada.

Hoje é terça-feira, 12 de dezembro de 2023, Comissão de Segurança Pública e, havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da importante Comissão de Segurança Pública, da qual sou o Vice-Presidente.

Nosso amigo, querido Presidente Sérgio Petecão, está em uma reunião partidária e virá daqui a pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 39ª reunião, realizada em 5 de dezembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta. A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente nesta Casa.

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que os itens 3 – Projeto de Lei 3.707/2020 –, 4 – PL 829/2022 – e 5 – PL 80/2023 – foram retirados da pauta, a pedido de seus respectivos Relatores: Senadora Ana Paula Lobato, Senador Jorge Seif e Senador Nelsinho Trad.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3707, DE 2020

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer o sigilo dos dados de qualificação ou de identificação da vítima ou testemunha nos depoimentos sobre crimes praticados mediante violência ou grave ameaça.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 829, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o parentesco civil na causa de aumento de pena de lesão corporal praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, bem como para incluir no rol dos crimes hediondos a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra parentes por afinidade dos referidos agentes ou autoridades.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 80, DE 2023

- Não terminativo -

Cria a Lei de Proteção a Animais Policiais ou Militares, para coibir a violência contra animais a serviço de corporação policiais ou militares.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, pelo acolhimento da emenda nº 1 na forma de emenda que apresenta, contrário à emenda nº 2, apresentando, ainda, mais uma emenda.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Deliberativa, item 1.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, pela ordem, nosso querido Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não sei se o Senador Fabiano Contarato tem alguma objeção ao item 4 da pauta. Caso não tenha, eu queria pedir a V. Exa. que o mantivesse em pauta. Eu vou solicitar ao Senador Jorge Seif se é possível renomear o Relator *ad hoc*, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De minha parte, nenhum problema.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Senador, eu não tenho objeção nenhuma. Perfeitamente. Eu só pediria, por gentileza, se fosse possível, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Como já foi lido o relatório do item 1, abrir a discussão e, se não houver discussão, Senador Flávio, a gente votar esse item 1, que eu acho de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo plenamente.

Então, o Projeto de Lei nº 2.326, de 2022, é não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 4/9/2023, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 24/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

3. A matéria seguirá posteriormente à CMA e, após, à CCJ. Eu consulto o Senador Fabiano Contarato – ele já antecipou aqui – se deseja fazer uso da palavra e se já vamos para a discussão. Confirma o que o senhor pediu anteriormente?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Confirmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Então, em discussão. Para discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.326, de 2022, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, para uma rápida declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É só para justificar o voto favorável a esse projeto, sendo coerente com o que nós defendemos, de que aquelas pessoas que cumpram os requisitos legais possam ter acesso a adquirir uma arma e até portar uma arma se estiverem qualificadas para isso, e obviamente não pode ser diferente com o servidor público, em especial também os membros da Funai que, sem dúvida alguma, durante a sua atividade, durante seu trabalho, praticam atos de risco. Sofrem ameaças e o instrumento que muitas vezes a pessoa tem que usar para se defender é a arma de fogo. Então, por isso, sendo coerente com o que eu sempre defendi, o voto foi favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns pela sua coerência, Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também pede a palavra o Senador, querido amigo, Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu quero aqui acompanhar a reflexão do Senador Flávio, porque essa atividade envolve um risco e há casos de conhecidos. Então, com o devido cuidado, com o devido treinamento, é necessário, com ponderação, evidentemente. E claro, se tiver alguma situação de mau uso do armamento, certamente haverá consequências. Mas, por uma questão de coerência, o servidor exposto a um risco tem que ter a possibilidade de portar uma arma excepcionalmente dentro do exercício da sua função. Então também quero justificar aqui meu voto favorável, muito embora, claro, a gente sempre fique receoso com o uso indevido do armamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ótimo. Aqui prevaleceu, então o bom senso e, evidentemente, a sensatez.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 829, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o parentesco civil na causa de aumento de pena de lesão corporal praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, bem como para incluir no rol dos crimes hediondos a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra parentes por afinidade dos referidos agentes ou autoridades.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A autoria é do Senador Flávio Bolsonaro, presente nesta reunião da Comissão de Segurança Pública. A relatoria é do Senador catarinense e também amigo Jorge Seif, que está ausente.

Portanto, como solicitou o Senador Flávio Bolsonaro e devidamente atendido pelo Senador Fabiano Contarato, é ele quem faz, via *ad hoc*, o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este projeto foi favorável com três emendas que apresenta. Observações: a matéria seguirá posteriormente à CCJ em decisão terminativa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É porque eu estou vendo aqui agora que acabaram de apresentar algumas emendas ao projeto. Eu não sei quais são as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Neste momento? (*Pausa.*)

Posso seguir?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, relatório *ad hoc, q*uerido Fabiano Contarato, com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo direto à análise.

O parentesco consanguíneo previsto na lei penal é aquele que liga pessoas por um código genético, rastreável até um ascendente comum. O parentesco civil ou afim inclui todo parentesco que decorra de origem não consanguínea.

Na lei penal, parentes consanguíneos até o terceiro grau incluem ascendentes (pais, avós, bisavós), descendentes (filhos, netos, bisnetos) e colaterais (irmãos, tios e sobrinhos). Não estão abrangidos os parentes por afinidade, ou seja, aqueles que a pessoa adquire em decorrência do casamento ou união estável, como cunhados, sogros, genros e noras, ou por adoção. Assim, se o criminoso lesionar sogro, cunhado, genro, nora ou filho adotivo de um policial que o investigou não sofrerá o aumento de pena.

A mesma circunstância é prevista como crime de homicídio qualificado no Código Penal (art. 121, §2º, VII). Contudo, o PL não propôs alteração nesse dispositivo, e não apontou a razão. A rigor, nada justifica a proteção limitada aos parentes consanguíneos, deixando a descoberto o parentesco civil. Não é possível consertar a lacuna legislativa mediante o recurso da analogia porque constituiria analogia *in*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

malam partem (para prejudicar o réu), vedada no âmbito criminal. No caso do homicídio, se resolve enquadrando o crime em outra qualificadora, aspas, "motivo torpe", mas o mesmo coisa não poderia ser feito para o crime de lesão corporal.

Ademais, esta relatoria observa, nesta proposição, a ausência de uma categoria de policiais que, embora numericamente pequena, é muito importante para a manutenção da democracia em nosso país. Os policiais legislativos, cuja previsão constitucional se encontra nos arts. 27, 51 e 52, realizam a segurança de Parlamentares, o policiamento das Casas do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas além da apuração de infrações penais ocorridas nos Parlamentos ou contra eles.

Sendo assim, é notório o risco de morte a que estão sujeitos e, por conseguinte, seus familiares também.

A proposta é oportuna e poderia ser estendida ao homicídio, o que propomos, conforme emendas sugeridas ao final.

Também julgamos importante estender a tutela legal aos policiais legislativos. Os atentados contra a ordem democrática do dia 8 de janeiro de 2023 deixaram clara a importância dessa medida.

Sr. Presidente, o voto: diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 829, de 2022, com o oferecimento das emendas já apresentadas.

Esse é o relatório.

Quero, neste momento, parabenizar a relatoria do Senador Jorge Seif e a autoria desta Comissão de Segurança Pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, como eu amo não perder a piada e o bom humor, esta sessão teve momentos aqui espíritas, porque eu, educadamente, chamei o Fabiano, o Flávio e o Moro de "querido amigo". E vocês devolveram para mim só "Presidente". Parece que é um Presidente invisível, não tem um nome.

Entendem? Se eu falo "Senador Flávio Bolsonaro, querido amigo" e você se dirige a mim "Presidente", eu tenho um nome, caramba.

Só isso.

Bem, coloco a matéria em discussão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É carente, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sou carente, realmente. Eu não sou carioca, Excelência. Carioca não é carente. Eu sou.

E você é bem casado, eu não sou. Também tem isso.

Senador Sergio Moro, querido.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, Senador Jorge Kajuru, eu quero aqui aproveitar o momento só para elogiar a Presidência de V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Permite-me um aparte, Senador? Eu também quero parabenizar o Presidente Senador Jorge Kajuru.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar também o Presidente e amigo Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Estou me sentindo amado, gente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Temos que parabenizar a condução de V. Exa. não por causa de hoje. Hoje, é uma sessão tranquila. Mas V. Exa. tem feito um grande trabalho como Vice-Presidente da Comissão, deixando esta Comissão funcionar, em pé. Isso é importante.

O Senador Petecão também está, evidentemente, empenhado, mas é importante que a gente mantenha a constância destas sessões.

Eu só queria fazer o registro aqui de elogio ao projeto, em especial um elogio à introdução dos policiais legislativos, neste relatório final, pelo Senador Contarato. A gente tem visto a grande dedicação desses profissionais aqui para a Casa. De fato, muitas vezes, porque é um corpo funcional não tão expressivo numericamente, embora expressivo na importância, acaba ficando de lado da legislação.

Fora isso, sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador paranaense Sergio Moro.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E coloco à votação, simbolicamente.

Em votação o relatório apresentado.

O item 2 não seria do Senador Otto Alencar, o relatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Otto está numa reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório *ad hoc* do Senador Fabiano Contarato, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 829, de 2022, e às Emendas nºs 1, 2 e 3, da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Otto está em uma reunião, neste momento.

Seria o item 2 da pauta.

Os demais foram retirados pelos respectivos Relatores Ana Paula e Nelsinho Trad.

Pois não, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu faço um apelo aqui ao Senador Sergio Moro e ao Senador Flávio para retirarem o destaque, porque essa população LGBT, nós sabemos a violação no sistema prisional como um todo, tanto é que o Supremo já reconheceu isto: uma violação dos direitos humanos.

Se nós entendemos que todos são prioridade, ninguém é prioridade. É igual a uma fila de banco: você tem lá idosos, gestantes etc. Se você fala "todos têm que ser atendidos no horário", ninguém vai ser atendido com prioridade.

Vidas negras importam. Aí vem a discussão e fala-se: "todas as vidas importam". É claro que todas as vidas importam. Mas quem está morrendo são pretos e pardos.

Então, eu faço um apelo ao Senador Sergio Moro para manter o relatório e retirar o destaque que ele apresentou. E a gente fecha o ano aprovando essa medida que está em sintonia com o que o Supremo já determinou, que a população LGBTQIA+ tem que ter, no mínimo, uma cela diferenciada, porque ela sofre violação constantemente ali.

Todos sofrem? Eu não tenho dúvida de que sofrem. Eu não tenho dúvida de que sofrem, porque o perfil socioeconômico de quem, infelizmente, está preso, nós sabemos qual é. Não são crimes contra a ordem tributária nem de colarinho branco, Senador Flávio Bolsonaro. Eu queria muito que tivesse cheio de empresários, de banqueiros que praticam crimes, que violam direitos elementares. Mas não é essa a população.

Agora, a população LGBTQI, dentro do sistema prisional, está sendo vilipendiada de manhã, de tarde e de noite. E o mínimo que nós estamos pedindo é: que sejam feitas essas celas destinadas a essa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço esse apelo para que nós possamos votar esse projeto na forma do relatório apresentado pelo Senador Otto.

E eu agradeceria a sensibilidade do Senador Sergio Moro e do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, de minha parte, eu 100% penso como o Senador Fabiano Contarato, mas a Secretaria informa, neste momento, que o Senador Otto pede para retirar de pauta exatamente em função dessa polêmica.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Vejam, nós apresentamos uma proposta de emenda porque não temos nenhum óbice à tomada de medidas contrárias à violência à população LGBT. E mecanismos de proteção são necessários. Apenas a única ponderação é que outros grupos também em risco acabam ficando excluídos.

Às vezes, essa legislação que acaba dando um tratamento não vou dizer privilegiado, necessário de proteção a um grupo e deixando outro de fora acaba até deixando ressentimento.

Mas não é um ponto, Senador Contarato, de princípio que eu faça questão.

Caminhando para ajudar, compreendendo as razões e entendendo que essas medidas são necessárias, embora lamentando que elas não estejam sendo estendidas a outros grupos, isso pode ser consertado com uma legislação posterior.

Então, eu faço uma deferência a V. Exa. e abro mão do destaque.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nesse sentido, Sr. Presidente, eu agradeço ao Senador Sergio Moro e ao Senador Flávio.

Aí a gente pode colocar em votação já que a retirada de pauta pelo Senador Otto se deu exclusivamente tendo em vista a apresentação do destaque. Se foi retirado o destaque, mantém-se o voto dele. Aí nós poderíamos votar e fecharíamos o ano com mais esse avanço nesta Comissão.

Agradeço, Senador Sergio Moro e Senador Flávio, a deferência.

Volto a falar: nós sabemos que há violação com todos, mas se a gente fala que todos devem ser prioridade, ninguém passa a ser prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, graças a Deus, a pátria amada está vendo aqui sensatez de cada Parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabamos de receber a posição do Senador Otto Alencar, que concorda evidentemente, então, que coloquemos em aprovação o item 2, o Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021. Ele é não terminativo.

Só peço aqui para definirmos quem será o Relator *ad hoc*. O Senador Flávio Bolsonaro ou o Senador Sergio Moro?

Quem pode ser?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu posso. Mas já não foi lido o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É melhor que seja o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas já foi lido o relatório, Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já foi lido?

Então, é só colocar em votação?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-CDH-CSP e 2-CDH-CSP, contrário à Emenda nº 4 e, ainda, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 17/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. Em 19/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Sérgio Moro.

3. Em 24/10/2023, foi lido novo relatório pelo Senador Otto Alencar e concedida vista coletiva.

4. A matéria seguirá para deliberação pelo Plenário do Senado.

A relatoria seria do Senador Otto Alencar. Somente pela formalidade, informo que a relatoria *ad hoc* é do Senador Flávio Bolsonaro, que pede a dispensa em função de já ter sido lido.

Perfeito?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Apenas só para constar que, nesta aprovação, o Senador Sergio Moro retira o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Já foi cumprimentado por isso, inclusive.

Colocamos em votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021, e às Emendas nºs 1-CDH-CSP e 2-CDH-CSP, contrário à Emenda nº 4.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O Contarato chegou aqui, às costas, e falou: parabéns, Senador Kajuru!

Hoje, eu estou meio carente, realmente. Amanhã, não estarei de novo. Voltarei a ser aquele chato de sempre.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve declaração de voto sobre este projeto, que eu acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É a oportunidade de, mais uma vez, externar que a gente precisa quebrar os falsos rótulos, as narrativas, como se quem fosse de direita fosse contra *gay*, lésbica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E não é nada disso.

Aqui, nesta situação deste projeto de lei complementar, a realidade se impõe, Senador Kajuru, porque, se temos presídios masculinos, se temos presídios femininos, muitas decisões judiciais acabam permitindo que homens que nasceram homens biologicamente homens, ao se declararem mulheres ou se sentirem mulheres, acabam obtendo direito de serem transferidos para um presídio feminino. E não são raras as matérias jornalísticas, inclusive, mostrando que essas pessoas engravidam mulheres, praticam violência contra as mulheres, por serem fisicamente mais fortes, e uma série de problemas que eles acabam sofrendo também não só de preconceito, mas de agressões físicas, enfim, uma série de contratempos dentro dos presídios.

É natural que se busque um caminho para essas pessoas da população LGBT, para que tenham, sim, algum tipo de proteção do Estado quando encarcerados já que a realidade, mais uma vez, se impõe nessas situações.

Obviamente, não é normal você querer impor que mulheres estejam presas junto com homens que biologicamente são homens, apesar de se sentirem ou de se declararem mulheres.

Então, é uma situação real da nossa sociedade que nós, como legisladores, precisamos dar um norte.

Apenas para fazer esse registro e declarar que votei a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi importante esse seu posicionamento até porque, aqui, faço uma revelação, que contei, quando o Senador Flávio chegava, para que ele tomasse conhecimento. E talvez a imprensa brasileira não saiba disso.

Inclusive, na camada da esquerda brasileira, eu ouço muito nas ruas, em restaurantes, em aeroportos e eu ouvi ontem do vice-presidente da mais importante emissora deste país que, na família Bolsonaro, o mais sensato de todos é o senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu agradeço o elogio de V. Exa., mas eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é elogio meu. É reconhecimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero deixar registrado aqui que não tem nada disso. Cada um tem um perfil. E o meu professor, o meu mestre de vida, de trabalho, de profissão e de política chama-se Jair Messias Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parece-me que não haverá reunião na semana que vem. (*Pausa.*)

Ainda não sabe. Vamos aguardar a posição do Senador Sérgio Petecão.

Então, eu deixo para a semana que vem o desejo de feliz Natal e agradeço à mesa, competentíssima, desta Comissão, formada pelo Secretário Waldir Miranda, pelo João Murce, pela Clarissa Hayashi, pelo Thiago Albuquerque e pela Geisa Lopes.

Agradecidíssimo. Abraço a todos. Deus e saúde!

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Segurança Pública.

Agradecidíssimo.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Paulo Paim e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apreciação de relatório de avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Apreciação do relatório de avaliação de política pública realizada pela CSP, no ano de 2024, a respeito da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos do Requerimento nº 9/2024-CSP. Relator: Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação de indicação, nos termos do art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Margareth Buzetti
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/17

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório de avaliação de política pública realizada por esta Comissão neste ano.

Apreciação do relatório de avaliação de política pública realizada pela CSP, no ano de 2024, a respeito da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos do Requerimento nº 9, de 2024, da CSP.

Relatora: Senadora Damares Alves

O relatório é pela apresentação de indicação, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Damares Alves, para a leitura de seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou fazer uma leitura de uma síntese do relatório. O relatório já foi publicado. Inclusive, nós já vamos enviá-lo para o gabinete de todos os membros da Comissão e para outras autoridades também.

Relatório final de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Antes de iniciar a leitura de uma síntese do relatório, eu gostaria de agradecer nominalmente à equipe desta Comissão e da Consultoria Legislativa do Senado, que trabalhou arduamente para que este trabalho fosse realizado e apresentado nesta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Waldir, Secretário desta Comissão, e, na pessoa dele, a todos os servidores que fazem parte da equipe dele, aos Consultores Raphael Menezes e Victor Meleiro, que se encontram aqui.

Que time, Presidente! Deram um *show*.

Minha equipe e eu somos muito gratos a eles por toda dedicação e apoio na construção desta avaliação.

Bem, por que estamos aqui avaliando a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas? Porque o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, até o último dia útil do mês de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas.

Em cumprimento a esse dispositivo legal, esta Comissão de Segurança Pública aprovou, em 2 de abril, o Requerimento nº 9, de 2024, de minha autoria e de autoria do Senador Jorge Kajuru, para que a política pública avaliada por esta Comissão fosse a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, que foi instituída em 16 de março de 2019, pela Lei nº 13.812, de 2019, e regulamentada pelo Decreto nº 10.622, de 2021.

A mim, enquanto um dos autores do requerimento, também coube a relatoria da matéria.

Para realizar este trabalho, a avaliação da política foi organizada em três etapas principais: coleta de dados, análise de informações e elaboração de recomendações.

A coleta de dados ocorreu pela realização de quatro audiências públicas entre os meses de junho e outubro de 2024, que contaram com a participação de mais de 20 especialistas, representantes de órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e de entidades da sociedade civil. O objetivo foi identificar boas práticas, desafios operacionais e lacunas na implementação da política.

Além disso, Presidente, foram realizadas três diligências nas unidades federativas do Pará, Distrito Federal e Santa Catarina, onde foi observada *in loco* a execução da política. Essas visitas foram fundamentais para a compreensão das diferenças regionais e dos fatores que influenciam a implementação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, foram enviados ofícios a diversos órgãos públicos, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e outras entidades relevantes, solicitando dados e informações sobre a implementação dessa política. Em que pesem os esforços desta Comissão na obtenção de respostas, foram poucas as respostas recebidas até a conclusão deste relatório.

Após a etapa de coleta de dados, as informações obtidas por meio das audiências, diligências e solicitações aos órgãos competentes foram sistematizadas no relatório final da avaliação da política, cujos principais aspectos abordados e recomendações sugeridas eu resumo a seguir.

Antes, porém, cabe salientar que o relatório completo se encontra disponível na página da Comissão de Segurança Pública no *website* do Senado Federal.

As recomendações propostas no relatório foram organizadas em recomendações ao Poder Executivo, para o Sistema de Justiça e para o Congresso Nacional, em especial para este Senado Federal e esta Comissão de Segurança Pública.

No que se refere às recomendações ao Poder Executivo, destaco as seguintes, Presidente:

1. Implementação completa da Carteira de Identidade Nacional, de modo a uniformizar o documento de identificação em todo o território nacional, facilitando a identificação rápida de desaparecidos;

2. Expansão de cartórios integrados em maternidades para o registro imediato de nascimento, prevenindo o sub-registro e, portanto, o desaparecimento de crianças.

Aqui, Presidente, eu destaco, nós observamos regiões, especialmente no Norte do país, em que não há registro de nascimento de crianças; é muito, muito baixa a notificação de registros de nascimento. Por exemplo, nós temos um dado que informa que, na Ilha de Marajó, nascem em torno de 1,5 mil crianças por ano sem certidão de nascimento. Nós observamos, por exemplo, que em comunidades indígenas a Declaração de Nascido Vivo é feita por quem? Na região ribeirinha que tem parteiras tradicionais, nasce o bebê. Quem faz a Declaração de Nascido Vivo? E essas Declarações de Nascido Vivo estão se tornando realmente certidão de nascimento? Os dados estão sendo cruzados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Presidente, se não sabemos quantas crianças estão nascendo no Brasil, não sabemos quantas de fato estão desaparecendo, estão vivas ou faleceram.

Outras sugestões:

3. Padronização de dados coletados nos boletins de ocorrência, nos estados e no DF, para possibilitar o cruzamento e a integração de dados e a divulgação de estatísticas oficiais confiáveis sobre os desaparecimentos no país;

4. Implantação completa de Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e de Crianças e Adolescentes Desaparecidos;

5. Criação de protocolos específicos de investigação com base no perfil do desaparecido, qualificando e otimizando as buscas;

6. Registro efetivo do reaparecimento de pessoas desaparecidas, para garantir estatísticas confiáveis sobre localização. A família faz um B.O. de que a pessoa desapareceu, a pessoa volta e a família não dá baixa. Então, a gente também tem esse conflito de dados;

7. Criação de um Observatório Nacional de Desaparecimentos, para monitorar e avaliar as ações da política nacional, promovendo maior controle e transparência;

8. Expansão do Alerta Amber para todas as regiões do país e para envio de SMS e implementação do Silver Alert para desaparecimento de idosos – um alerta para o desaparecimento de idosos;

9. Intensificação das campanhas de conscientização da população, destacando os riscos de desaparecimentos e os mecanismos de busca;

10. Capacitação permanente de profissionais de segurança pública em assuntos diversos relativos à política;

11. Fortalecimento da polícia científica e criação de rede de perícia para dar mais celeridade à investigação de desaparecimentos;

12. Estruturação de polícias fluviais para patrulhamento e prevenção de desaparecimentos via áreas alagadas e litorâneas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13. Implementação de protocolos de busca imediata após o desaparecimento;

14. Efetivo apoio psicossocial às famílias de pessoas desaparecidas, conforme o art. 15 da Lei 13.812 de 2019.

Presidente, quando uma criança desaparece, a família entra em desespero e se desestabiliza. Essa família precisa de uma assistência imediata. A mãe perde o emprego; o pai, na ânsia de achar a criança, não vai trabalhar. A lei já prevê uma assistência a essa família, e essa assistência, em lugar nenhum do Brasil, está sendo feita;

15. Acolhimento de pessoas que optam por desaparecer voluntariamente, com a busca pela reintegração à sua família.

Existe o desaparecimento forçado e o desaparecimento voluntário, e a gente precisa dar uma atenção àqueles que estão desaparecendo voluntariamente. É uma mulher fugindo do marido violento? É um menino fugindo do tráfico? A gente tem que ter essa observação sobre esses que fugiram, sumiram, desapareceram voluntariamente e a reintegração deles à família no momento em que eles quiserem voltar.

16. Adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação da execução e dos resultados da política.

Além das recomendações ao Executivo, o relatório de avaliação também apresenta recomendações para o sistema de Justiça. Dentre elas, estão:

1. Integração do Sinalid com o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, com vistas à divulgação de estatísticas oficiais unificadas sobre desaparecimentos no país.

Presidente, tem vários cadastros. O Sinalid fala que tem 101 mil pessoas desaparecidas no Brasil. Aí, a gente vai para o Ministério da Justiça e ele tem um outro número; a gente vai às secretarias de segurança, elas têm um outro número. Nós precisamos ter a integração dos cadastros. Até hoje, não há compartilhamento de dados. Esse foi o maior problema e há um capítulo inteiro no relatório falando, Senador Seif, sobre a integração de dados;

2. Unificação de protocolos específicos de buscas e investigação de desaparecimentos entre órgãos do Executivo e do sistema de Justiça;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Registro de reaparecimento de pessoas desaparecidas no Sinalid.

Por fim, destaco as recomendações para o Poder Legislativo, em especial, para esta Comissão de Segurança Pública:

1. Revisão do conceito de desaparecimento na Lei 13.812, abrangendo desaparecimentos voluntários e forçados.

Essa revisão deverá ser por meio de projeto de lei;

2. Tipificação – um outro projeto de lei – do crime de desaparecimento forçado no Código Penal;

3. Revisão da Lei Geral de Proteção de Dados para permitir a quebra de sigilo de dados em caso de desaparecimento.

Em muitos momentos não se quebram os dados, e a gente precisa. Se for registrado um boletim de ocorrência, que alguns dados sejam quebrados para a delegacia que está investigando.

Prossigo:

4. Responsabilização legal de autoridades que falharem na busca e no apoio a familiares desaparecidos;

5. Padronização de procedimentos de identificação e sepultamento de corpos não reclamados.

Cada estado tem um prazo. Nós chegamos a um estado que tinha corpos há dez meses, mas tem lugares que sepultam cinco dias depois a pessoa não identificada. E, com esses corpos por mais tempo no IML, numa geladeira, o que está acontecendo? Venda de órgãos, venda de membros, doação dos corpos sem autorização para estudos e pesquisas em universidades. Então, nós vamos ter que nos debruçar sobre uma norma no Brasil. Eu sei que isso depende muito do município, é uma questão municipal, mas nós vamos ter que ter pelo menos uma diretriz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, Presidente, nós estivemos no IML do Pará, e o maior problema do IML para enterrar os corpos não identificados é que não tem vaga. O IML... Foram eles que compraram pá, eles que foram ao cemitério pedir para o coveiro fazer a cova. A Prefeitura não dá cova. Então, a gente está aí diante de um problema muito sério, que é, inclusive, uma violação de direitos humanos pós-morte.

Continuando:

6. Ampliação do investimento público para a execução e o aprimoramento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas por meio de inserção de diretrizes específicas na LDO e de indicação de emendas individuais e de Comissão para esse propósito.

Nós vamos trabalhar para que, no ano que vem, esta Comissão destine uma emenda específica para a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Pois bem. A avaliação da Política de Busca de Pessoas Desaparecidas evidencia o papel central de uma abordagem coordenada e integrada entre os três Poderes, com participação ativa da sociedade civil.

As recomendações propostas visam fortalecer a gestão de informações, a investigação, a prevenção e o acolhimento psicossocial de familiares.

Destaca-se que, para a efetivação plena da política, é necessária a continuidade dos investimentos financeiros e o aprimoramento das tecnologias de informação, bem como o fortalecimento da formação dos agentes públicos envolvidos.

O relatório também aponta a importância de se criarem instrumentos de monitoramento e avaliação para aferir o impacto e a efetividade da política, garantindo o aperfeiçoamento constante.

O sucesso da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas depende da colaboração entre órgãos governamentais, entes federativos e entidades da sociedade civil. Com a adoção das medidas propostas, espera-se reduzir significativamente o número de desaparecimentos, ampliar expressivamente o número de pessoas localizadas, além de tornar efetivo o apoio às famílias afetadas por esse fenômeno social tão sensível e complexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Presidente, mas eu vou aproveitar que o Senador Seif está aqui e agradecer. O Senador Seif me acompanhou em uma das diligências, que foi no Estado de Santa Catarina.

Presidente, nós fomos ao Pará, no Norte, a Santa Catarina, no Sul, e pegamos o DF também, no Centro-Oeste. No Pará, menos de 10% das pessoas desaparecidas são encontradas. E detalhe: muitos desaparecimentos não são notificados. Inclusive, no Pará, nós pedimos que o caso de uma menininha chamada Elisa, na cidade de Anajás... Inclusive, quem sequestrou a menina está indo à casa da família fazer ameaça para a família, e ninguém encontra essa criança. Eles levam vídeo da criança viva e mostram para a família. Nós estamos pedindo – inclusive, eu já pedi uma audiência com o Ministro da Justiça – que esse caso seja federalizado. No Pará, menos de 10% de pessoas são encontradas.

Aí, a gente chega a Santa Catarina: 98% a 99% das pessoas desaparecidas são encontradas. O que nós encontramos em Santa Catarina? Um programa espetacular, criado em 2012 pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e pela Polícia Científica, usando todas as tecnologias. Então, nós temos dois brasis, duas realidades.

No nosso DF também, pela nossa Polícia Científica e porque o nosso espaço territorial é muito pequeno também, 98%, 99% das pessoas são encontradas, o que nos levou a concluir, Presidente, que os entes federativos vão ter que se envolver mais com essa política.

Senador Seif, obrigada por ter nos ajudado lá na diligência.

E parabéns ao Estado de Santa Catarina. O Governador me recebeu com muito carinho. O Governador está muito, muito empenhado nessa política. Agradeço ao Governador Jorginho. E parabéns pelo que o Estado de Santa Catarina faz nessa política.

Muito obrigada.

Esse é o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senadora Damares.

Em votação... Em votação, não, em discussão o relatório apresentado, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente Margareth, senhora eterna Ministra e, orgulhosamente, Senadora do nosso DF, Senadora Damares, é com grande honra que uso este espaço para parabenizar pelo trabalho incansável a Senadora Damares Alves e a nossa Comissão de Segurança Pública, que foi a Comissão que mais entregou ao Brasil nesses últimos dois anos. Tivemos entregas importantes para a sociedade brasileira.

Especialmente, Senadora Damares, hoje um tema que mais preocupa os brasileiros é a questão de segurança pública. Então, o Brasil espera muito de nós.

E quero parabenizar a Senadora Damares pelo relatório de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Esse relatório é um marco, não apenas por sua profundidade analítica, mas por oferecer caminhos concretos para enfrentar um tema tão sensível e urgente na nossa sociedade.

Sra. Presidente, a senhora imagina – Ministra Damares, a senhora imagina – uma pessoa que perde seu pai, cujo pai desaparece, ou seu filho, seu marido, sua esposa, e não encontra meios, dentro do Estado brasileiro, dentro das polícias, dentro do Governo Federal, da Polícia Federal, para encontrá-lo. Está vivo? Está morto? Foi sequestrado? Está numa clínica? Acidentou-se? Esse desespero, essa agonia, que afeta milhões de brasileiros que não têm o suporte do Estado brasileiro para acolhê-los, é um tema sobre o qual nós precisamos nos debruçar para corrigir.

Imaginem esse caso de que a Senadora Damares falou agora, de uma criança que ninguém sabe onde está, que foi sequestrada. Será que está sendo usada como escrava sexual? Quantas coisas acontecem no coração aflito de um pai, de uma mãe e, logicamente, da vítima?

Então, eu quero destacar aqui a liderança de Santa Catarina no tema, quero destacar, com muito orgulho, a diligência realizada em Santa Catarina, onde eu e a Senadora Damares tivemos a oportunidade de acompanhar as ações de perto, além do Governador; do Coronel Pelozato, que é Comandante-Geral da nossa Polícia Militar; do Delegado Ulisses, que é nosso Delegado-Geral da Polícia Civil; e da perita Andressa Boer, que também nos atendeu. Fizemos reuniões maravilhosas, mostrando, aprendendo, verificando o que é que Santa Catarina tem de diferente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que praticamente resolve 100% dos casos. É um caso a ser copiado. Não é um programa novo. Nós não estamos falando de um ano de sucesso, vem desde 2012.

Ontem, Presidente, eu estive com o Coronel Pelozato, nós estivemos numa formatura de novos policiais que vão atender nossos turistas agora no verão, e uma coisa me chamou a atenção. O Coronel Pelozato me falou assim: Senador Seif, sabe qual é a principal ação da Polícia Militar quando nos reportam um desaparecimento? Nós não aguardamos 24, 48 ou 72 horas. Nós, vamos atrás do cidadão na mesma hora. Já mobilizamos nossas equipes, já iniciamos as investigações, porque cada minuto pode fazer a diferença entre encontrar ou não encontrar nunca mais uma criança, um idoso.

Então, o nosso estado, Sra. Presidente Margareth, se mostrou um exemplo de boas práticas na implementação da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas. O programa SOS Desaparecidos, coordenado pela nossa Polícia Militar, com o apoio das demais Forças de segurança, é um dos maiores orgulhos da nossa nação, com uma taxa de sucesso próxima de 100% na localização de desaparecidos. E o programa, Sra. Presidente, combina o uso de inteligência, tecnologia, redes sociais, comunidade. E tem uma abordagem humanizada. Primeiro de tudo: o policial precisa se sensibilizar, precisa se colocar no lugar da pessoa que está reportando o desaparecimento. E nisso a Polícia Militar de Santa Catarina dá um exemplo claro. Por isso resolvemos praticamente 100% dos desaparecimentos. E essa atuação, Sra. Presidente, vai além da eficiência técnica; ela carrega um profundo significado social e emocional. Além disso, nós temos uma delegacia de pessoas desaparecidas, que conseguiu reduzir os casos registrados para menos de 2 mil, graças à colaboração integrada entre as Forças de segurança, que já mencionei anteriormente, sociedade civil e voluntários. A Polícia Científica, por sua vez, tem investido em tecnologias multibiométricas e campanhas de DNA, que ajudam na identificação de desaparecidos e, mais importante, trazem alívio às famílias que buscam respostas.

Eu quero também mencionar, também destacar algumas questões, após ler o relatório da Senadora Damares. Apesar dos avanços destacados, o relatório aponta desafios importantes, que não podem ser ignorados. Questões como subnotificação de reaparecimentos, obstáculos legais para a declaração de óbito de desaparecidos, falta de integração entre a base de dados essenciais, como CadÚnico e Datasus, são barreiras que comprometem a eficiência da política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente. A necessidade urgente de ajustes na Lei Geral de Proteção de Dados também é crucial, especialmente para garantir a quebra de sigilo em casos de desaparecimento que envolvam o interesse público. E é imprescindível também, Senadora Damares, que trabalhemos em conjunto para remover essas barreiras legais e aprimorar o sistema como um todo.

Eu tenho agora uma crítica ao Governo Federal, ao Ministério da Justiça, uma crítica construtiva. Nessas diligências, nessas visitas que nós fizemos, Senadora Margareth, os policiais abriam o sistema do Governo Federal... Alguns sistemas não são atualizados desde 2018! A senhora lembra? Eles não atualizam, provavelmente não têm departamentos ou pessoas encarregadas de pegar essas informações, em nível nacional, e inserir nos sistemas existentes. Sistema tem, programas de integração de forças e ajuda mútua entre as forças de segurança de todo o país existem, mas não existem responsáveis por manter esses sistemas atualizados.

Por exemplo, uma pessoa que desaparece em Santa Catarina não pode ter sido sequestrada e levada para o Rio de Janeiro? É claro que pode, e por que ninguém inclui isso no sistema nacional?

E esse atual Governo, o Ministro da Justiça e o Ministério da Justiça e Segurança Pública querem agora fazer uma PEC para trazer todas as decisões dos estados para a União. Eles não têm competência, não têm capacidade nem de cuidar dos atuais sistemas e ainda me falam em uma unificação, um comando central de polícia... Estou fazendo aqui um paralelo ao que nós estamos falando, mas eles não cuidam nem do que existe, não cuidam dos desaparecidos. Nós não estamos falando de pouca gente, não; estamos falando de mais de 100 mil brasileiros desaparecidos, de mais de 100 mil famílias, amigos, familiares com coração aflito: "Meu filho está vivo ou está morto? Meu filho está sofrendo o quê? Meu filho está fazendo trabalho escravo? Meu filho é escravo sexual? Cadê meu filho? Cadê minha filha? Cadê minha esposa? Meu pai?".

Eles não cuidam nem disso, desde 2018. Eu não estou falando do que eu acho. As forças de segurança pública de Santa Catarina nos mostraram os sistemas do Governo Federal, e estão lá tudo desatualizado.

Continuando aqui, entre as recomendações, Senadora Damares, destaco algumas prioritárias: implementação da Carteira de Identidade Nacional com dados biométricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dias nós estávamos conversando aqui, discutindo com outros Senadores, para se pegar, para se fazer amostra de DNA de criminosos ou confessos, ou pegos em flagrante, para termos um banco de dados de DNA, porque, com essa política de desencarceramento desse desgoverno e dessas audiências de custódia vergonhosas que têm custado a vida de muitos brasileiros, o cara é pego em flagrante, cometeu um crime, um assassinato, um estupro... E aqui tinha Senador falando: "Ai, medida invasiva". Pegar um cotonete, Senadora Margareth, passar na língua ou na gengiva e colher o perfil de DNA desse cara para amanhã, se ele for solto – que provavelmente vai ser –, se acontecer algum outro evento, nós termos ali alguma amostra para encontrar esse cara e saber que ele é reincidente, inclusive para ter penas mais duras contra esse criminoso.

Então, uma Carteira de Identidade Nacional com dados biométricos, e não estou falando de criminosos, estou falando de todo cidadão de bem. Se nós tivéssemos um controle de DNA de cada um de nós, de todos os cidadãos brasileiros, ia facilitar muito às forças de segurança pública encontrarem os desaparecidos.

Continuando: expansão de protocolos de investigação específicos. O que nós vimos? A Senadora Damares está aqui, que não me deixa negar: Santa Catarina faz de um jeito, o Pará faz de outro, São Paulo faz de outro. Nós precisamos, de alguma forma, especialmente destacando Santa Catarina, com quase 100% dos desaparecidos encontrados, fazer uma política nacional que seja seguida pelas forças de segurança.

Criação de um observatório nacional de desaparecimentos. É o que eu estou falando para a senhora. O sistema já tem, mas ninguém atualiza. É fundamental, Senadora Margareth, para se entenderem as causas e padrões de desaparecimentos em diferentes regiões do país e notificar... Todo o Brasil precisa saber se um cidadão catarinense desapareceu, se um cidadão gaúcho desapareceu. Nós precisamos ter um banco de dados atualizado. As polícias de todos os estados, especialmente a Polícia Federal, precisam manter esses dados atualizados dia a dia, hora a hora.

E maior apoio psicossocial às famílias, centros especializados que ofereçam suporte emocional e benefícios sociais para os familiares que enfrentam o drama do desaparecimento.

Eu não queria estar... Alguém aqui, quem está nos acompanhando pela TV Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, uma vez, eu estava em Santa Catarina, era verão, e criança nos cega, Senadora Damares. Senadora Margareth, criança nos cega. Estávamos numa praia, nosso filho, sobrinho, amigos. Daqui a pouco, meu filho desapareceu. Olha, foi uma questão de dez minutos. Estava brincando com outra criança com bola, sumiu, desapareceu da nossa frente. Foram os dez minutos de mais sofrimento e agonia na minha vida. Eu estou falando de dez minutos, mas tem gente que está há anos com essa mesma agonia – anos.

Então, precisamos, também, Senadora Margareth Buzetti, nossa Presidente eventual, de sistemas de alerta como o Amber e o Silver Alert, com foco especial em crianças e idosos com condições neurodegenerativas, ou seja, o avozinho, a avozinha com mal de Parkinson, com esclerose, Alzheimer, sai para comprar alguma coisa, se esquece disso, perde o caminho de casa e depois não sabe o que fazer.

Bom, outro ponto de extrema relevância, Senadora Damares, foi a audiência pública e realizada em agosto de 24, que reuniu representantes de movimentos civis, especialistas e lideranças das forças de segurança. As contribuições apresentadas, como as da organização Mães da Sé e do programa Hope & Justice, reforçam a importância de uma abordagem humanizada e de uma maior integração entre sociedade civil e órgãos públicos.

O testemunho do Coronel Jailson Aurélio Franzen da Polícia Militar de Santa Catarina... E quero mandar agora um abraço para o Coronel Franzen. Estivemos ontem na formatura dos novos policiais que vão cuidar dos nossos turistas. Ele fez aqui um testemunho importante por destacar os desafios enfrentados pelo Banco Nacional de Desaparecidos e a necessidade de maior adesão dos estados a essa ferramenta essencial.

Já comentei antes, existe a ferramenta, mas os estados, as forças policiais precisam alimentá-lo.

E uma conclusão e um reconhecimento agora.

Senhoras e senhores, o que esse relatório nos traz não é apenas um diagnóstico, mas nos chama a atenção pela gravidade. Implementação de políticas públicas voltadas para a busca de desaparecidos, Senadora Damares, não é apenas uma questão técnica. É uma questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dignidade humana. Cada pessoa localizada é uma vida restaurada, uma família reconstruída e um passo a mais em direção a uma sociedade mais justa e mais segura.

A Senadora Damares Alves, com sua liderança e dedicação, nos deu um roteiro claro para o futuro da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Agora, Sra. Presidente, cabe a nós, enquanto parlamentares, darmos seguimento a essas recomendações – conclusões técnicas baseadas em entrevistas, em audiências públicas, em diligências feitas por todo este Brasil – e assegurar que nenhuma família brasileira fique sem resposta.

Parabenizo, mais uma vez, a Comissão de Segurança Pública, liderada pelo nosso Senador Petecão; a Polícia Militar de Santa Catarina, orgulho para o Brasil, considerada a melhor polícia militar do Brasil; e todos envolvidos nesse trabalho exemplar.

E vamos juntos, Senadora Margareth, fazer a diferença!

Muito obrigado.

Parabéns, Senadora Damares Alves!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada. (*Fora do microfone.*)

Presidente, é apenas para registrar que todos os encaminhamentos propostos serão feitos para os órgãos competentes pelo Presidente da Casa, porque agora o relatório se torna também um instrumento do Senado Federal: é a colaboração do Legislativo na avaliação dessa política pública.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senadora Damares, eu fico muito feliz que seja o meu estado de origem, Santa Catarina, que tenha quase 100% de localização dos seus desaparecidos, mas uma coisa me chamou atenção, um fato me chamou atenção: se nós não temos nem o registro de nascimento, como é que nós vamos ter do desaparecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que me causa perplexidade é o fato de as forças de segurança terem que esperar 48 horas para darem início às buscas de um desaparecido. Tem que ser na hora, imediatamente, porque, senão, você perde um tempo precioso e você não sabe o que está acontecendo. Eu já tive contato com várias pessoas que têm filhos desaparecidos já há cinco anos, sem saberem se morreram, o que aconteceu. Gente, é uma agonia sem fim – sem fim.

Então, Senadora, meus parabéns! O Senado Federal está cumprindo algo importantíssimo. A senhora está entregando algo importantíssimo para o Senado Federal, e vamos juntas fazer com que isso se torne realidade, porque nós não precisamos inventar a roda; é só copiar o que Santa Catarina está fazendo. Pronto, está tudo certo, está bom?

Vamos colocar em votação – a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, que conclui pela apresentação da indicação, nos termos do art. 224, do Regimento do Senado Federal. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Aprovação da ata.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Margareth Buzetti e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Eduardo Girão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 190, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 193, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcio Bittar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(UNIÃO/AC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 213, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao PDL nº 190/2023 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 193 e 213, ambos de 2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 190 de 2023 e pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 193 e 213, ambos de 2023. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 20, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 321 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar a concessão de liberdade provisória, com ou sem o pagamento de fiança, a réu que tenha praticado crime com resultado morte causado a título doloso." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4283, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nos casos de condenação a pena cujo cumprimento inicial seja em regime aberto, pela prática de crime cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, se não houver, nos termos da lei, estabelecimento adequado para o cumprimento da pena." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4283 de 2023, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 494, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de furto de aparelho de celular" **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 494 de 2025, com as Emendas nºs 1-CSP, 2-CSP e 3-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/24

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Vamos começar esta Comissão de Segurança Pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 35ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2025.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito para cumprimentar aqui o ilustre Senador Marcio Bittar, presente com os projetos aqui engatilhados, para que nós possamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Registro, antes de iniciar a pauta, que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Representação do Sr. João Aparício de Souza para atuação do Ministério Público Federal contra portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública que condiciona repasses federais a critérios de segurança pública, com violação ao pacto federativo e à Constituição Federal;

- Moção de Repúdio 5, de 2025, da Câmara Municipal de Descalvado, São Paulo, que manifesta veemente repúdio às declarações do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que, em discurso público, na Indonésia, afirmou que o traficante é vítima do viciado.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informo, desde logo, que foi solicitada a retirada dos itens 2 e 5 da pauta, PL 20, de 2021, e PLP 41, de 2025, pelos Senadores Styvenson Valentim e Damares Alves, respectivos relatores dos projetos.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 321 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar a concessão de liberdade provisória, com ou sem o pagamento de fiança, a réu que tenha praticado crime com resultado morte causado a título doloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.)

Vamos, então, à pauta.

Item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2023

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2023

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao PDL nº 190/2023 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 193 e 213, ambos de 2023.

Observações:

1. As matérias seguirão à CCJ.

Se aprovadas, as matérias seguirão à CCJ.

Passo a palavra, então, ao ilustre Senador Marcio Bittar, para a leitura do seu relatório.

Só antes de passar, Senador, quero só comunicar também: o Senador Girão e o Senador Hamilton Mourão aqui presentes vieram prestigiar a leitura do seu relatório, então lhe passo a palavra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Eu quero cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Sergio Moro, se Deus permitir, futuro Governador do querido Estado do Paraná, estado rico e próspero; meu querido amigo Senador Girão, que me dá o privilégio de revezar na CPMI do INSS a titularidade, muito obrigado por esse desprendimento; nosso ex-Vice-Presidente da República, Senador Mourão, é um prazer estar aqui também ao lado dele, que ainda está no meio do mandato, tem muito tempo pela frente; nossa querida Senadora, tive a oportunidade de relatar um projeto de sua autoria, muito obrigado, muito grato pela sua presença.

Senador Presidente Sergio Moro, eu sempre entendi que passar a mão em cabeça de bandido não é a solução. O Brasil hoje tem um quarto da sua população dominada por facções criminosas. Portanto, um quarto, significa mais de 50 milhões de pessoas no Brasil, elas não estão mais sob o regime do Estado de direito democrático, elas estão sob o regime das facções criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse lá no Ceará, indo prestigiar um encontro do querido Girão: isso é resultado de quase 30 anos de governos de esquerda. Fernando Henrique Cardoso, PSDB, e cinco mandatos do PT, são cinco... Sete mandatos, portanto 28 anos, de pessoas que têm uma prática de se preocupar muito mais com o bandido, com o estuprador, do que com a vítima. Então, o Brasil de hoje não é resultado de ontem, é resultado de quase 30 anos dessa política. E quando o Presidente Lula, que faz parte dessa visão, faz essa mudança, nós temos que corrigir, porque toda dificuldade para que um cidadão de bem possa ter, em querendo, uma arma, nós devemos prestigiá-lo. Não é obrigatório, é uma opção da pessoa. Se eu não quero ter uma arma na minha casa, eu não posso impor ao meu vizinho a minha opinião. Basta que a pessoa que não queira não tenha.

Então, da análise.

De acordo com a alínea "n" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes ao controle e comercialização de armas.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade nos projetos.

Quanto ao mérito, os projetos são convenientes e oportunos.

De fato, o Decreto nº 11.615, de 2023, contém diversos vícios, como:

• atribuir à Polícia Federal competências legalmente designadas ao Exército;

• prejudicar a prática do tiro desportivo e o lazer;

• tornar restritos diversos calibres, trazendo prejuízos econômicos para os fabricantes e comerciantes de armas e munições;

• exigir distância mínima de 1km entre clubes de tiro já instalados e instituições de ensino, prejudicando o ato jurídico perfeito;

• diminuir de 10 (dez) para 3 (três) anos a validade de certificados de registro de arma de fogo já vigentes, prejudicando novamente o ato jurídico perfeito;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• prever suspensão cautelar de Craf e do porte com base em meros indícios e suspeitas, sem laudo;

• proibir o tiro recreativo para maiores de 18 (dezoito) anos sem certificado de registro;

• atribuir níveis a atiradores com base no calibre; e

• exigir certidões em que constem registros de execuções penais e procedimentos investigatórios em trâmite, enquanto o Estatuto do Desarmamento considera suficiente a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal.

Apesar de os três PDLs terem o mesmo intuito, por mandamento regimental, o mais antigo deve ser aprovado, e os demais, considerados prejudicados.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PDL nº 190, de 2023, restando prejudicados os PDLs nºs 193 e 213, ambos de 2023.

Era o voto. Cumprimentando o nosso Senador autor do projeto de lei.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Matéria em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, eu queria fazer apenas uma colocação.

Quero cumprimentar o meu amigo, o meu irmão Senador Marcio Bittar, um dos melhores Senadores desta Casa – eu aprendo muito com ele. E você está fazendo muito melhor do que eu.

Ontem eu assisti à CPMI e, quanto a esse revezamento, só o Brasil tem a ganhar com a sua presença ali, Senador Marcio Bittar. A CPMI do INSS, que está desvendando a roubalheira que foi multiplicada neste Governo de uma forma avassaladora, neste Governo do PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este assunto me toca profundamente a alma. Eu estou aqui no Senado, inclusive, porque houve um atentado numa escola onde meus filhos estudavam. Eu gosto sempre... Eu tenho um dever de revelar isso sempre que eu posso, porque a minha filha foi poupada por livramento. Os colegas foram mortos, o professor foi morto em sala de aula, por um rapaz que comprou uma arma legal, nos Estados Unidos, e metralhou no Dia dos Namorados, dia 14 de fevereiro de 2018...

Eu estava em um projeto familiar lá – não sei se eu lhe contei esses detalhes –, ia passar uma temporada grande lá, estava zero de eleição.–Essas pautas da vida sempre me motivaram, mas eu estava em um outro projeto. Aquele fato, para mim, foi um chamamento para entrar na política. Eu larguei tudo, voltei para fazer campanha ao Senado – e Deus me abençoou – por causa dessa pauta. Tenho outras que eu defendo junto com os senhores aqui, mas esse foi muito marcante para mim, porque eu sabia que esse assunto ia chegar, em 2019, forte, aqui, ao Congresso Nacional, e eu tinha que dar meu testemunho, e tentar agregar à discussão. É um debate legítimo, completamente legítimo.

Senador Jayme, meus cumprimentos; Senadora Margareth; Senador Hamilton Mourão; Senador Sergio Moro.

Este é um assunto muito polêmico, extremamente polêmico, que nós vamos ter a oportunidade... Eu não sou desta Comissão de Segurança Pública e até agradeço ao Senador Sergio Moro por ter me passado a palavra aqui; eu vou concluir. Este é um assunto que me toca profundamente a alma, porque eu respeito muito a posse de arma. Que você possa ter em casa, que você possa ter no seu comércio, o.k. Mas, com relação ao porte, você andar armado nas ruas, eu acho que é um retrocesso sem precedentes na questão civilizatória, no meu modo de entender. Briga de trânsito, briga passional de namorado, namorada, marido, mulher, briga de bar, restaurante, o cara bebeu... Então, o acesso fácil à arma de fogo é muito perigoso. A gente tem estatísticas. Eu já presenciei outras situações, e é algo que me toca profundamente a alma.

Esse decreto tem pontos equivocados. Por exemplo, clube de tiro: praticamente foi exterminado no Brasil. Há uma quantidade de pessoas que perderam a oportunidade do seu trabalho legal ali, de pessoas que estão ali para treinar. Aquilo é um esporte para muita gente. Então, foi feito de uma maneira que perdeu a mão o decreto. Precisa-se realmente de uma revisão, não tenho dúvida, embora, na essência, algo possa ser extraído de positivo em outros pontos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decreto. Mas isso vai ser outra discussão na CCJ, como foi colocado aqui pelo Presidente, porque vai para lá.

Eu só tenho a cumprimentá-lo pelo relatório em termos de uma convicção que o senhor tem muito forte. Isso faz parte da democracia. E a gente vai tentar ouvir um lado, ouvir o outro de uma forma democrática, tentar ver o que é que é possível se fazer na CCJ. É um assunto que me interessa, e eu vou participar ativamente desse debate lá.

Parabéns!

Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, também um dos melhores Senadores que nós temos nesta Casa, uma referência há décadas – não quero entregar –, mas uma referência há décadas para mim, como pessoa.

Que Deus nos abençoe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O assunto continua em discussão. Mais alguém gostaria de discutir? (*Pausa.*)

Eu vou registrar só aqui a minha posição em relação a esse tema, porque o que a gente viu, desde o início deste Governo, Senador Marcio Bittar, foi que o foco da segurança pública do Governo Lula, em vez de se direcionar ao combate ao crime organizado, ao PCC, ao Comando Vermelho ou mesmo a essas milícias... O que ele fez?

Primeiro, a preocupação em colocar câmeras corporais em todos os policiais, que é uma política pública que se pode discutir validamente – as condições e circunstâncias de se colocar câmera corporal –, mas ficou o carro-chefe dessa administração nos primeiros dois anos.

O outro ponto da política pública de segurança do Governo Lula foi dificultar enormemente a posse, o porte de arma e a atividade dos CACs. Aqui, existe uma questão legal: pode-se até discutir os limites, mas existe uma lei que tem que ser cumprida, e o decreto regulamentar não pode criar condições que não estão previstas na lei – e que, muitas vezes, sequer fazem sentido racional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos uma audiência pública aqui mesmo, nesta Comissão de Segurança, e ouvimos a confusão que se tornou esse setor por conta desses decretos malfeitos no âmbito do Governo Lula e da transferência das atribuições que antes eram das Forças Armadas, do Exército, para a Polícia Federal.

Eu quero aqui destacar que concordo com o projeto de V. Exa. de suspensão desses decretos. De fato, é um tema em que se precisa ter muita reflexão, mas a gente não pode concordar com essa visão do Governo Federal, do Governo Lula, de que o problema da segurança pública do Brasil são os policiais e os CACs – ao contrário! Cadê as políticas efetivas contra o Comando Vermelho, contra o PCC? No fundo, a percepção que a gente tem é a de que o Governo Lula descobriu que tem crime organizado no país ano passado, quando o tema entrou na pauta eleitoral.

A gente tem que colocar, sim, as coisas no devido lugar, endurecer a legislação penal, como a gente tem feito em relação ao crime violento, em relação ao crime organizado, mas não faz sentido equiparar quem exerce uma atividade lícita – como são os CACs e os atiradores, aqueles que praticam esporte de tiro – com criminosos, que muitas vezes é o que faz esse decreto mal redigido, mal colocado e *extra legem* do Governo Lula.

Então, eu quero registrar a minha posição favorável também a esse projeto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2023, e pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo 193 e 213, ambos de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias vão à CCJ.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente Sergio, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Bom dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Bom dia, colegas.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma indagação a V. Exa. Nós temos um projeto de nossa autoria, que é o 4.283, que está na pauta da Ordem do Dia de hoje desta Comissão. Eu indago a V. Exa. se é possível nós conseguirmos votar esse projeto no dia de hoje; entretanto, através da manifestação do senhor, que talvez pudéssemos fazer alguma correção lá na CCJ.

Eu gostaria de ver a possibilidade de nós aprovarmos esse projeto nesta Comissão, diante de o parecer de V. Exa. ser favorável. Evidentemente, lá na CCJ dependerá, com certeza, do encaminhamento que vai ser feito lá naquela Comissão.

Eu peço a V. Exa., se possível, para votarmos ainda agora o pedido no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Certamente.

Registro aqui meus cumprimentos ao Senador Jayme Campos.

Aproveito também para cumprimentar a Senadora Margareth Buzetti e registro aqui também meus cumprimentos ao Senador Esperidião Amin.

Sim, vamos votar. Eu manifestei a V. Exa. que gostaria de corrigir alguns pontos do meu relatório, mas, como ele ainda vai à CCJ, creio que podemos fazer isso, para que não percamos tempo de procedimento legislativo lá na CCJ, evidentemente com a sua concordância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e com os ajustes do texto em que buscaremos ali um consenso. É mais, na verdade, responsabilidade minha, porque eu queria modificar o meu relatório do que tanto o projeto de V. Exa..

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode ter certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas eu aí convidaria, então, o Senador Marcio Bittar para ocupar a Presidência desta Comissão, já que eu sou Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Se me permite, deixe-me só...

Vamos voltar ao que está na pauta e eu vou para a Presidência, que é o projeto do Senador Flávio Bolsonaro, que fala sobre endurecimento de pena para furto de celular.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Podemos fazer.

Na verdade, eu coloquei esse primeiro para que nós possamos usar de V. Exa. como Presidente.

Mas, havendo o compromisso de permanecer...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Permaneço. Permaneço sim.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, vamos para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 494, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de furto de aparelho de celular

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Um breve comentário.

Essa coisa do celular virou tema, ganhou repercussão, quando o atual Presidente, o Lula, mencionou "a pessoa está furtando um celular" como se aquilo fosse uma coisa menos importante.

Então, vamos lembrar, primeiro, que o furto de celular alimenta o crime organizado. Segundo: ele atinge os mais pobres, pessoas que compram um celular e vão pagando por 12 meses. Depois, não é apenas o roubo de um aparelho. Ele está roubando uma senha bancária, ele está roubando a intimidade das pessoas, que depois poderão ser chantageadas.

Enfim, então, é uma coisa que merece uma atenção maior, e me parece que foi isso que o nosso colega, o Senador Flávio Bolsonaro, nosso pré-candidato à Presidência do Brasil, meu pré-candidato à Presidência do Brasil, procurou fazer.

Portanto, vamos ao relatório.

Vem à Comissão de Segurança Pública o Projeto de Lei nº 494, de 2025, que altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de furto de aparelho de celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição acrescenta o §8º ao art. 155 do Código Penal (CP), para cominar pena de reclusão, de quatro a oito anos, e multa para o furto de aparelho celular móvel.

Na justificação, o autor da proposição, o Senador Flávio Bolsonaro, alerta para a grande incidência desse tipo de crime no Brasil, citando a estatística de mais de 100 milhões de aparelhos celulares subtraídos.

Alerta ainda que, em razão dos recursos tecnológicos embarcados nos *smartphones*, há possibilidade de lesão patrimonial pelo esvaziamento das contas bancárias das vítimas, além de potencial invasão de sua privacidade, com risco à sua segurança pessoal e integridade emocional.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

Após, a matéria seguirá para a CCJ, que decidirá terminativamente.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública.

A despeito de a análise quanto à constitucionalidade do projeto ser incumbência da CCJ, não observamos, de nossa parte, vício de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbice de natureza regimental.

A matéria versa sobre direito penal, situando-se no campo da competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. Além disso, no caso, admite-se a iniciativa parlamentar, consoante disposição do art. 61, *caput*, da Carta Política.

No mérito, consideramos que o projeto é conveniente e oportuno.

O furto e o roubo de celulares atingiram patamares alarmantes. Somente na cidade de São Paulo, de janeiro a agosto de 2025, foram registrados 124.377 casos – contra 122.186 no mesmo período do ano anterior. Ou seja, na capital paulista ocorrem, na média, cerca de 500 furtos ou roubos de celulares por dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Rio de Janeiro, acontecem, em média, 148 furtos ou roubos de celulares por dia. Entre janeiro e agosto de 2025, foram registrados 36.158 casos, segundo dados do Instituto de Segurança Pública.

A alta incidência desse tipo de crime não se circunscreve às grandes metrópoles. Considerando a taxa de incidência por cada 10 mil habitantes, as dez cidades mais afetadas por furtos e roubos de celulares são, pela ordem: São Luís (MA), Belém (PA), São Paulo (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Porto Velho (RO), Timon (MA), Olinda (PE), Teresina (PI) e Recife (PE).

Estamos diante, portanto, de uma evidente epidemia de furtos e roubos de aparelhos celulares, situação que demanda o endurecimento da resposta penal. Nesse sentido, é imprescindível o incremento da pena de furto, quando a coisa subtraída for aparelho celular móvel, como faz o PL ora analisado.

Contudo, entendemos que também é necessário endurecer a pena prevista para o roubo, o que demanda alteração no art. 157 do CP, para inserir o roubo de celular entre as hipóteses de aumento de pena. Propomos, assim, emenda nesse sentido.

No mais, faz-se necessário ajuste meramente redacional, no sentido de redesignar como §9º o dispositivo que o PL insere no art. 155 do CP, pois já existe o §8º, supervenientemente acrescentado pela recente Lei nº 15.181, de 28 de julho de 2025.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 494, de 2025, com as seguintes emendas: emenda... (*Pausa.*) ... conforme as emendas apresentadas.

Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Matéria em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

Apenas queria fazer algumas considerações. O projeto é meritório, louvável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso ao senhor que o Brasil, lamentavelmente, está vivendo quase uma epidemia, como você bem disse aqui, é real.

Isso não é privilégio só de São Paulo, que teve, não sei quantos mil... Cento e vinte mil, né?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E, assim, no Mato Grosso também está tendo a mesma demanda – vamos imaginar assim – de assalto ou de roubo de telefone.

Agora, seria muito bom, seria bacana que fosse acrescentado aí, Senador Marcio Bittar, já que muitos desses roubos vêm sendo cometidos como latrocínio: roubam e ainda matam o cidadão, como já veio a acontecer... Eu acho que a pena nesses casos teria que ser muito maior. Nesse caso aí eu não sei se o juiz poderá acrescentar. É porque eu vi lá em São Paulo, pouco tempo atrás – pude acompanhar pela imprensa nacional –, um cidadão que mataram para roubar um telefone. Ele estava fazendo uma caminhada, numa daquelas vias em São Paulo; além de roubarem o telefone, fuzilaram o cidadão. Então, um cara como esse aí tem que ter uma pena dura. Não é só o roubo do telefone, do aparelho, do telefone. Ele cometeu um assassinato, um latrocínio. Nesse caso, o projeto é muito bom.

Agora podemos na CCJ até acrescentar lá – não sei se é possível, mas o senhor que é grande jurista aqui... E nesse caso a pena será de 30 anos –, em último caso, como essa dosimetria vai ser praticada naturalmente para penalizar, ou seja, punir dentro da lei e da ordem, de forma implacável, esses cidadãos que lamentavelmente viraram uma indústria no Brasil.

Há poucos dias, eu vi no Estado do Piauí uma campanha que fizeram lá. A polícia agiu e, só em três dias, 10 mil celulares foram apreendidos lá e devolveram para os proprietários. Então, é um assunto seríssimo isso aí, que tem que ser tratado com o devido respeito e valor e que merece a atenção do Congresso Nacional.

Parabéns pelo seu relatório e parabéns também para o autor, o Senador Flávio Bolsonaro.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Matéria em discussão. (*Pausa.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de perguntar para o Relator qual foi a pena? Ficou em quantos anos?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – De quatro a oito de furto, e roubo aumento de um terço até a metade.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Não, é porque hoje nós temos três problemas no Brasil. Se você não tiver pelo menos cinco anos de pena, não tem chance de o cara ficar na cadeia, não vai para a cadeia, infelizmente. Ninguém tem medo da Justiça. As pessoas acham muito mais fácil roubar do que trabalhar, porque é mais vantajoso. Aí nós temos um receptador. Eu sou favorável a qualquer aumento de pena. O senhor sabe dos meus projetos.

Mas também temos um problema grave que é a interpretação ao bel-prazer da Justiça hoje. Estão interpretando da forma como querem, não como a lei fala. E nós temos vários casos, nos últimos dias, que relatam isso, que a Justiça está interpretando. Falam em nome da Constituição, interpretando em nome da Constituição, o que nada tem a ver com a Constituição. É lamentável o que está acontecendo hoje na nossa Justiça.

Mas parabéns pelo relatório.

Sou totalmente favorável, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Margareth.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço à Senadora Margareth.

Algum outro Senador? (*Pausa.*)

Antes quero fazer dois registros aqui muito rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero concordar com o projeto. Só quem minimiza furto e roubo no país é o Presidente Lula, com aquelas declarações dele de que não tem problema furtar celular. Na verdade, isso infeniza a vida das pessoas. E esses aparelhos, *smartphones*, não são baratos. As pessoas muitas vezes têm que trabalhar muito tempo, principalmente as pessoas mais humildes, para comprar um aparelho, um *smartphone*. E de repente, num zap, num momento de descuido, esse aparelho acaba sendo subtraído, gerando enorme prejuízo para aquela pessoa. E os números, muito bem apontados pelo Senador, de 120 mil furtos só em São Paulo revelam que existe uma epidemia. E é claro que, nessa epidemia, esses celulares vão para algum lugar e estão alimentando quadrilhas enormes que se dedicam à prática desse delito.

Também concordo com a Senadora Margareth. Infelizmente, Senadora, a pena privativa de liberdade real só começa a partir dos quatro anos; e diria que, na verdade, real mesmo, só a partir dos oito anos, por conta da generosidade na nossa legislação. E nós vamos flexibilizando isso de um jeito que o crime tomou conta.

Nesse final de semana, no Estado do Paraná, numa pequena cidade do interior, Ivaí, uma freira foi assassinada, freira Nadia Gavanski – Irmãs Servas de Maria Imaculada. O indivíduo entrou no convento para cometer um furto, aparentemente, e matou, a pauladas, uma freira de 85 anos – e esse indivíduo já tinha passagem na polícia. E vai entrando nessa porta giratória e volta a cometer crimes, até que chega o momento em que comete um crime atroz.

Então, começa assim, Senador Bittar, com furto de celular, que o Presidente da República disse que não tem problema nenhum, o problema são os policiais que tem que andar com câmera, e os problemas são os CACs. Agora, quanto a quem furta o celular tem que passar a mão na cabeça. E vão se criando monstros, porque não tem a resposta penal adequada. Até que aquele furto de celular se transforma depois num roubo, a mão armada, se transforma num latrocínio, e agora, como a gente vê, um crime atroz dessa espécie, porque o nosso sistema não mantém as pessoas presas e não dá a punição adequada.

Então, quero registrar aqui o meu apoio ao projeto. Precisamos, sim, endurecer penas – ajuda, e é importante.

E eu quero também fazer esse registro aqui específico de homenagem desta Comissão de Segurança, e lamento por esse assassinato cruel, covarde, da freira Nadia Gavanski, das Irmãs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Servas de Maria Imaculada, que aconteceu infelizmente no nosso estado, mas que são tragédias que nós encontramos em todos os estados da Federação. Em todos os estados da Federação, hoje, as pessoas vivem com medo, porque a nossa legislação é fraca, porque a nossa polícia não é valorizada, e porque nós temos maus exemplos também no comando da República, que minimizam a prática de crimes contra a população.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 494, de 2025, com as Emendas 1-CSP, 2-CSP e 3-CSP.

A matéria vai à CCJ.

Convido, então, o Senador Marcio Bittar para assumir aqui a Presidência, já que sou o Relator do próximo projeto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Cumprimento a todos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4283, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nos casos de condenação a pena cujo cumprimento inicial seja em regime aberto, pela prática de crime cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, se não houver, nos termos da lei, estabelecimento adequado para o cumprimento da pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

A autoria do projeto é do Senador Jayme Campos, que estava aqui presente até agora há pouco, e a relatoria é do querido Senador Sergio Moro.

Passo a palavra ao nobre Relator do projeto, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Eu vou direto à análise, Presidente.

Compete a esta CSP opinar sobre a matéria versada no PL, nos termos dos arts. 91, I, e 104-F, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A análise quanto à constitucionalidade e à juridicidade caberá à CCJ.

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno.

É preciso deixar claro que o regime aberto de cumprimento de pena é uma ficção. Quem recebe uma pena de até quatro anos privativa de liberdade, na verdade, não é preso; é para ficar em regime aberto, na chamada Casa do Albergado, que praticamente não existe nos estados. Então, isso acaba sendo convertido numa espécie de prisão domiciliar, normalmente até sem qualquer espécie de mecanismo de controle, como a tornozeleira eletrônica.

Então, esse projeto do Senador Jayme Campos visa permitir que a pena privativa de liberdade em regime aberto, que não existe na prática, seja convertida em penas restritivas de direito, prestação de serviços à comunidade. Pelo menos, assim há uma resposta penal para essa questão.

Como adiantei ao Senador Jayme Campos, eu fiz aqui o relatório, mas, numa última reflexão, após a leitura do meu relatório, gostaria de fazer algumas alterações, as quais promoverei na CCJ, com a concordância do Senador, mas o propósito basicamente deste projeto é este: substituir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime prisional de cumprimento de pena que, na verdade, não existe, por uma medida que pelo menos é mais efetiva. Na verdade, talvez o remédio mais apropriado fosse acabar com o regime aberto, pura e simplesmente, e determinar que a pena fosse, sim, cumprida em semiaberto, então, ou mesmo em regime fechado. Talvez isso não seja possível dentro do escopo deste projeto, mas é um avanço em relação à ficção que se trata do regime aberto.

Então, voltando aqui ao relatório, nos termos do art. 44, inciso I, do CP – desde que presentes concomitantemente as condições previstas nos incisos II e III seguintes –, tem-se, como regra geral, que a pena restritiva de direitos substitui a privativa de liberdade: quando aplicada esta por até quatro anos e o crime foi praticado sem violência ou grave ameaça; ou, qualquer que seja a pena privativa de liberdade aplicada, se o crime for culposo.

O que o PL pretende é inserir uma exceção, para que, ainda que o crime tenha sido praticado com violência ou grave ameaça, possa operar-se a substituição da pena privativa, desde que o regime inicial de cumprimento da pena seja o aberto.

Nesse ponto, cabe registrar que, a despeito de o art. 17 da Lei nº 11.340 vedar, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a aplicação de "penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária", certo é que outras espécies de restrições podem ser impostas ao condenado em substituição à privação de liberdade.

Diante desse contexto, consideramos adequada substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, nos moldes delineados pelo PL.

Relativamente à previsão de que devem ser impostas quatro penas restritivas, sendo duas delas de natureza punitiva e as outras duas com o objetivo de ressocialização do condenado, observamos que a lei não classifica tais penas em punitivas ou ressocializadoras. O objetivo da execução da pena sempre é, na verdade, de ressocialização, ainda que possa ter também caráter aflitivo.

Entendemos que, no caso concreto, caberá ao magistrado sopesar a intensidade e a quantidade das restrições impostas ao apenado em substituição à pena privativa de liberdade.

Entendemos, portanto, ter de alterar o projeto para suprimir esse §7º que o PL pretende inserir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.283, com a seguinte emenda...

Aí segue a emenda que suprime o §7º do projeto.

E aqui, em particular, Senador, há esse ponto que eu gostaria de rever até, na CCJ, para manter o §7º, mas com uma redação um pouquinho diferente, porque concordo com que sejam quatro penas restritivas de direito, mas sem aquela referência a que seja punitiva e ressocializadora.

Mas, como nós temos – acho – a condição de atingir um consenso e fazer alteração lá na CCJ, seguimos adiante neste momento.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Quero cumprimentar o nobre Relator Sergio Moro e a iniciativa do querido colega Jayme Campos, do nosso Mato Grosso.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o autor da matéria, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Marcio Bittar, prezado e caro amigo Senador Sergio Moro, que é o Relator desta matéria, primeiro, eu quero dizer que, partindo de V. Exa. as emendas que vamos propor lá, para melhorar a redação – com certeza – deste projeto, não tenho dúvida alguma de que é para aprimorar e melhorar. A sua contribuição é de grande valia para nós melhorarmos, com certeza, este projeto aqui.

O Projeto de Lei nº 4.283, de 2023, de minha autoria, é uma iniciativa que busca enfrentar um dos mais graves desafios do nosso país: a persistência e a sensação de impunidade dos crimes cometidos contra a mulher.

Hoje, em uma grande parte das nossas comarcas brasileiras, inexiste estabelecimento adequado para o cumprimento de pena em regime aberto. Diante dessa lacuna, o Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal tem autorizado, de forma recorrente, o cumprimento de pena em prisão domiciliar. Essa solução revela-se, na prática, inadequada e socialmente injusta, sobretudo nos casos de violência contra a mulher.

Em regra, Sras. e Srs. Senadores, a pena aplicada à maioria dos crimes dessa natureza é cumprida em regime aberto, especialmente quando o condenado é primário. No entanto, pela falta de unidades apropriadas, essa pena acaba sendo convertida em prisão domiciliar. O resultado concreto é perverso: o agressor permanece no convívio social, muitas vezes próximo da vítima, enfraquecendo o caráter pedagógico na cessação penal, estimulando reincidência e ampliando na sociedade a dolorosa sensação de impunidade.

Portanto, eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Sergio Moro, pelo excelente relatório apresentado neste projeto de lei. Todavia, aguardando, com certeza, na CCJ, talvez aprimorarmos alguns... E também emenda de redação, talvez, se for o caso.

Não podemos admitir que a deficiência estrutural do Estado se transforme em benefício para o agressor. A aprovação dessa proposta vai apresentar, mais do que um ajuste legal, um compromisso moral com a dignidade, a segurança e a vida das mulheres brasileiras. É um passo firme para restaurar a confiança da sociedade na justiça, garantir que a punição seja efetiva e impedir que a impunidade continue alimentando o ciclo da violência em nosso país.

Esse é um breve comentário. Agradeço a V. Exa. e aos demais pares aqui. Tenham certeza, a intenção do nosso projeto é melhorar esse ambiente do nosso Brasil que, lamentavelmente – eu falo pelo meu querido Mato Grosso, que é bicampeão, neste ano passado, em relação ao feminicídio. O senhor imagine, bicampeão. E algumas providências têm que ser tomadas urgentemente. Não sei qual o caminho, talvez seja o endurecimento das leis ou até um estudo sociológico, falando qual será a medida que podemos tomar para evitar esse aumento, um aumento aqui dramático e violento que, lamentavelmente, tem levado a óbito, ou seja, ao assassinato de algumas centenas de mulheres em nosso país.

Muito obrigado pelo relatório. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – De fato, o Senador Jayme Campos menciona que aqui ter um projeto de lei apresentado que tem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator o Senador Sergio Moro – com o conhecimento que ele tem, com a possibilidade de que ele ainda ajude a aprimorar a redação na CCJ –, de fato, é um privilégio. Mas por que merece essa atenção? Porque o projeto apresentado por V. Exa., Senador Jayme Campos, mereceu a atenção também dos colegas de tão qualificado, como o Senador Sergio Moro.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*) Senadora Margareth?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Com a palavra a Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para discutir.) – Olha, como eu disse anteriormente, eu sou favorável aos aumentos de penas porque a pena é pedagógica, ela tem que ser aplicada com rigor.

E o senhor está coberto de razão, Senador Jayme Campos. A violência contra a mulher é algo que está nos assustando, e muito, e muito mais ainda quando se trata da violência da família, porque hoje não só matam as mulheres, como a gente viu, agora estão matando os filhos para punir as mulheres. É algo que a gente precisa realmente rever.

Tudo começa na educação. Não adianta nós falarmos que não, porque tudo começa na educação, mas nós temos que incluir, na grade curricular de ensino, uma matéria que fale sobre isso: que a criança entenda que o pai que está batendo numa mulher está cometendo um crime; que o filho saiba que o pai está cometendo um crime; e que a menina saiba que a mãe estar apanhando não é normal, que ela não pode apanhar quando ela crescer porque isso não vai ser normal; e isso tem que ser ensinado desde criança nas escolas.

Nós temos dois assuntos, Senador Jayme Campos, que estão assolando o país: um é a violência contra mulheres e crianças, e o outro é simplesmente a pedofilia em si, como um comércio bilionário que está existindo. Isso é algo que nos está deixando fora do eixo; como mãe, como avó, isso me deixa fora do eixo quando eu vejo o que anda acontecendo no Brasil em termos de pedofilia, comercialização de imagens de crianças com conteúdos de pedofilia, crimes contra mulheres e crianças. É algo que está nos deixando assustados e, ao mesmo tempo, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medo: medo de sair às ruas, medo de conversar, medo de encontrar as pessoas... Isso não pode acontecer! Nós vivemos em um país livre. Nós estamos perdendo o direito de ir e vir com tranquilidade, Marcio Bittar, e isso é muito sério, Presidente.

Parabéns pelo projeto; parabéns pelo relatório do Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Um breve comentário, concordando com as falas: a Senadora Margareth traz aquilo que eu considero também muito importante, que é a família, a educação. Parece que hoje, depois de uma lavagem cerebral de algumas décadas, muitos pais e mães estão abrindo mão do seu dever e da sua obrigação e tentando transferir isso para outros, inclusive a escola. Não! É do pai e da mãe.

Eu já mencionei uma vez, e repito: eu aprendi a respeitar mulher, a respeitar gente mais nova e gente mais velha em casa. Foram meu pai e minha mãe que me ensinaram isso. Agora, quando, tendo uma base familiar, uma educação familiar rígida, mesmo assim o cidadão comete o crime de estupro, de feminicídio, de violência contra a criança, aí a pena tem que ser exemplar, né? Tem que ser exemplar! Não adianta nada... Agora mesmo no meu estado há uma denúncia de que jogadores de um determinado time de futebol teriam cometido – eu falo "teriam" porque tem que ter um processo, então, enfim, até que não se prove, é um processo – assédio, até estupro contra algumas mulheres. Um grupo de jogadores.

Pois bem, é claro que isso tem que ser averiguado, pesquisado e, se for comprovado, punido com o rigor máximo da lei. O que me chama a atenção é que várias lideranças de esquerda do meu estado fizeram várias manifestações condenando estupro de forma geral, feminicídio de forma geral, que eu também condeno, mas o problema é que, na hora de endurecer a lei, essas lideranças são contrárias, então não adianta!

O meu estado foi governado 20 anos por essa mentalidade; a esquerda governou o Acre 20 anos, e num momento em que eles tinham o apoio federal e internacional. Eu cansei de ver campanhas – "Mexeu com uma, mexeu com todas" –, seminários e mais seminários, ao longo de décadas, e mesmo assim o meu estado, infelizmente, continua batendo o recorde de feminicídio, de estupro a vulnerável! Quer dizer, o que é estupro a vulnerável? É a idosa, a idoso, a criança!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não sou contra as campanhas de esclarecimento, mas elas terão que ser, para terem efetividade, complementares ao rigor da lei! Campanha por campanha, sem rigor da lei... Você tem casos de sujeito que mata pela segunda vez; ele comete o mesmo crime, pela segunda vez, de feminicídio – se ele estivesse preso, não cometia o segundo! Poucos meses atrás, aqui na região, aconteceu isso de novo. Então, vejam, as campanhas, eu repito, têm seu papel, mas teriam que ser um complemento do endurecimento da lei. Na hora em que um estuprador, em que um feminicida, em que um cara que faz atentado a crianças, a pessoas idosas, pagar, mofar na cadeia, isso, sim, será um exemplo inibidor.

Então, eu quero concordar com a Senadora Margareth e com a ideia do Senador Jayme Campos e dizer que, sim, eu dou muita importância à família, à criação, ao berço.

Já cheguei a mencionar que eu tenho uma irmã mais nova, que teve problemas no parto. Foi a única pessoa que me agrediu fisicamente "n" vezes e eu nunca revidei. Ora, eu não tinha idade para entender, eu sou o quinto e ela é a sexta. Eu não tinha idade para entender o assunto, por que ela tinha aquele comportamento. Mas por que eu não revidava? Porque eu sabia que tinha um pai, porque eu sabia que tinha uma mãe e que eu não podia, porque é minha irmã, mais nova e mulher. E, claro, os estudos provam também isso: que a educação, a família, são muito importantes.

Agora, passou na família e, mesmo assim, cometeu crime, meu amigo, tem que ter rigor na lei. Bandido que, vira e mexe, passa na catraca de uma audiência de custódia e no outro dia está solto, é o maior incentivo à criminalidade.

Mas eu repito que esse sentimento de insegurança que o Brasil vive, onde um quarto da população brasileira vive sob os ditames de facção criminosa, é o resultado de sete governos de esquerda. São quase 30 anos na mesma política de passar a mão na cabeça de bandido, de aprovar leis e mais leis, favorecendo o bandido. É a saidinha, é a progressão de pena. Isso que nós vivemos hoje é o resultado de décadas de uma mentalidade que, repito, se preocupa muito mais com o bandido do que com a vítima.

Bem, não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão, parabenizando o autor do projeto, Senador Jayme Campos, e o Relator, Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*) Aprovada.

A matéria vai para a CCJ.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.283, de 2023, com a Emenda nº 1 da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Davi Alcolumbre, Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran e Esperidião Amin, e ainda do Senador Rogerio Marinho, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 77, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CAE/CCDD. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 24/2023-CCDD). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 7, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 25/2023-CCDD). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 830, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4187, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acresce § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para equiparar a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ao reconhecimento de firma." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1049, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 159, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 20/2023-CCDD). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 170, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corguinho, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 473, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 534, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 21/2023-CCDD). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 620, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmares Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 538, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 639, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 686, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 718, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porteiras - SAICP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porteiras, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 869, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussari, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 275, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida" - Teodoro Sampaio-SP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 728, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 22/2023-CCDD). **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 786, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 537, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 23/2023-CCDD). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/06

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo poderão declarar o voto verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou pelo *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Comunico a V. Exas. que o Senador Nelsinho Trad solicitou a retirada de pauta do item 5, do PL 1.049, de 2022, de sua relatoria, tendo em vista que não poderá comparecer à reunião em razão de compromisso inadiável.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1049, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ainda que o Senador Hamilton Morão solicitou a inclusão do PDL 537, de 2021, como item extra da pauta. Assim, a pauta da presente reunião passa a ser composta por 17 itens, sendo um projeto de lei complementar, três projetos de lei e 14 projetos de decreto legislativo.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAE.

Relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, Relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra, então, ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores que nos acompanham.

Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado se pronunciar sobre temas afetos à internet e à política nacional de comunicações e respectivo regime jurídico, entre outros temas correlatos. Uma vez que será a última Comissão analisar a matéria, incumbe-lhe também manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No que diz respeito à constitucionalidade formal, verifica-se que o tema versado na proposição integra o rol das competências normativas privativas da União, nos termos do art. 22, inciso IV, da Constituição. Paralelamente, o Congresso Nacional é competente para legislar sobre a matéria, consoante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o disposto no art. 48, inciso XII, da Lei Maior. Outrossim, não se identifica a violação das hipóteses de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo previstas no §1º do art. 61 do texto constitucional.

Observa-se que o projeto veicula normas próprias de lei complementar, como aquelas atinentes à alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, e outras de lei ordinária, como as relativas à modificação da Lei nº 9.998, de 2000. Consoante entendimento assentado pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 377.457/PR, a lei resultante da aprovação do projeto será, quanto a estas últimas, apenas formalmente complementar. Do ponto de vista material, essas disposições serão consideradas como de natureza ordinária e poderão, portanto, ser alteradas por outras leis ordinárias.

Já no que se refere à constitucionalidade material, o projeto, ao potencializar investimentos na expansão do acesso a redes e serviços de telecomunicações, especialmente em áreas sem atendimento adequado, harmoniza-se com os objetivos fundamentais de erradicação da pobreza e de redução das desigualdades sociais e regionais, conforme preconizado no art. 3º, inciso III, da Constituição.

Quanto à regimentalidade, não se identifica violação das disposições pertinentes do Regimento Interno do Senado Federal. De forma semelhante, em relação à juridicidade, observa-se que o projeto apresenta conformidade aos atributos de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade. No que se refere à técnica legislativa, mostra-se pertinente o ajuste proposto no parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em relação aos impactos da medida, convém registrar que, nos exercícios de 2021 e 2022, de acordo com dados da Anatel, as receitas das fontes do fundo totalizaram, respectivamente, R$1,32 bilhão e R$1,28 bilhão, decorrentes da contribuição devida ao fundo pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, de receitas de outorgas e multas, além de outras receitas próprias. Em 2023, ainda de acordo com dados da Anatel, a arrecadação até o mês de julho chegou a R$602 milhões.

De acordo com dados do Painel do Orçamento Federal, em 2022, foram empenhados recursos do Fust no valor total de R$1,2 bilhão. Para o corrente exercício, a dotação atual é de R$914 milhões. Já para o ano de 2024, a previsão orçamentária chega a R$1,11 bilhão. Caso aprovado o projeto, esses recursos serão destinados integralmente a operações reembolsáveis e não reembolsáveis no âmbito de programas e projetos aprovados pelo Conselho Gestor do Fust.

Quanto ao mérito, é pertinente recordar que a autora do projeto, a nossa Senadora Daniella Ribeiro, ressalta que buscou inspiração na Lei Complementar nº 177, de 2021, que estabeleceu regras semelhantes para os recursos do FNDCT. Naquele caso, a disponibilidade integral dos recursos arrecadados pelas fontes que compõem o fundo permitiu não só a retomada de esforços de grande porte no campo da ciência, da tecnologia e da inovação, como também o planejamento de longo prazo das ações do setor e a continuidade dos projetos de pesquisa e desenvolvimento ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é certo que o PLP nº 77, de 2022, constitui elemento primordial na reformulação da regulamentação do Fust, pois poderá propiciar maior estabilidade e previsibilidade orçamentária para os programas, projetos, planos, atividades, inciativas e ações a serem financiados com recursos do fundo em sua concepção atual. Com sua aprovação, o Fust poderá transformar-se em instrumento efetivo para a expansão da conectividade e do acesso às tecnologias da informação e comunicação não só em setores essenciais – como educação e saúde – como em regiões ainda não adequadamente atendidas.

Diante dessas considerações, propõe-se que esta Comissão se manifeste pela aprovação do projeto com a emenda sugerida no parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 77, de 2022, e da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE e da Comissão de Comunicação e Direito Digital.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, atendendo à solicitação da autora, a Senadora Daniella Ribeiro, e tendo em vista a importância para a garantia da aplicação eficiente dos recursos do Fust, eu solicito a aprovação de requerimento de urgência da matéria para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está em discussão a solicitação do Senador Hamilton Mourão e da Senadora Daniella Ribeiro para a solicitação de regime de urgência. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado regime de urgência para a matéria.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 7, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é do nobre Deputado Marcos Pereira.

Sob nossa relatoria, solicito ao Senador Hamilton Mourão que assuma a Presidência para que eu possa ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão de Comunicação e Direito Digital o Projeto de Lei nº 7, de 2023, do Deputado Federal Marcos Pereira, que altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

O Decreto-Lei nº 236, de 1967, regulamenta o serviço de radiodifusão, juntamente com a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

O PL nº 7, de 2023, promove duas modificações no Decreto-Lei nº 236, de 1967.

A primeira alteração, no art. 4º, permite que as sociedades nacionais de qualquer natureza jurídica, incluída a unipessoal, possam executar serviço de radiodifusão. O texto proposto prevê, ainda, que em caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de subscrição de cotas ou ações, deverá ser observado o disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal, que limita a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão.

A segunda alteração é feita no art. 12, que delimita o número de estações de rádio e televisão que podem ser outorgadas a cada entidade em determinada localidade. De acordo com a proposta, cada ente poderá deter até 20 outorgas de rádio e outras 20 de televisão.

O projeto foi distribuído para este Colegiado.

Com base no art. 129 do Regimento Interno do Senado Federal, avoquei a relatoria da matéria.

Análise.

Nos termos do art. 104-G, inciso VI, do Risf, cumpre à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar acerca de proposições que versem sobre os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A proposição em exame insere-se, portanto, no rol de matérias sujeitas ao exame desta Comissão.

A radiodifusão brasileira ainda hoje é regulamentada por uma legislação editada nos anos 60, no século passado – não sei por que essa crítica, Presidente; é o ano em que eu nasci. Além de louvável, a iniciativa é para atualizar o marco legal do setor com o objetivo de torná-lo mais competitivo e sem amarras para o seu pleno desenvolvimento, além de diminuir as atuais assimetrias em relação às novas mídias digitais.

Conforme salientado pelo autor da iniciativa, uma das medidas criadas com o intuito de dar maior dinamismo e desburocratizar a atividade empresarial foi a criação da sociedade unipessoal pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Essa inovação legislativa, infelizmente, não pode ser aplicada ao setor de radiodifusão. Oportuna, portanto, a alteração proposta para o art. 4º do Decreto-Lei nº 236, de 1967, que elimina o rol taxativo de entidades aptas a prestar serviço de radiodifusão, permitindo que sociedades nacionais de qualquer natureza jurídica possam participar do processo licitatório para obtenção de outorga, o que certamente irá contribuir para democratizar o serviço e ampliar a concorrência nesse setor.

Igualmente oportuna é a atualização das regras que delimitam o número de outorgas. Os novos limites propostos irão contribuir para a finalização do processo de migração das rádios AM para FM. Trata-se de política pública desenvolvida pelo Ministério das Comunicações que tem como objetivo o fortalecimento do setor de radiodifusão e das pequenas emissoras de rádio AM, prejudicadas pelo abandono dos ouvintes diante do aumento das interferências e ruídos, especialmente nas áreas urbanas. Acontece que algumas entidades detentoras de outorga de rádio AM se encontram impossibilitadas de realizar a migração, pois ultrapassariam o limite atualmente vigente de seis estações FM.

Além disso, cabe considerar que o setor de radiodifusão de sons e imagens vem sendo bastante impactado pelo processo de convergência tecnológica, liderado pela internet, que viabilizou o florescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das mídias digitais e dos serviços de vídeo sob demanda. Registre-se que a nova geração da TV digital prevê a adoção de um sistema muito mais dinâmico e conectado à internet, oferecendo muito mais possibilidades de exibição de conteúdos. Assim, diante desse cenário de maior competição e dinamismo, tenho por pertinente estender para as outorgas de televisão os mesmos limites propostos para as rádios.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Gomes para que dê continuidade aos trabalhos.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a inversão de pauta, já que eu tenho só um item para relatar e tenho outras Comissões. É o item 13.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela impossibilidade de negar qualquer coisa para a senhora...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Inversão de pauta aprovada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Peço permissão, Presidente, para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 686, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação.

Relatora: Senadora Margareth Buzetti, que tem a palavra para fazer a leitura pela aprovação do seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente. Peço permissão para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 686, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado do Mato Grosso, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senadora Margareth Buzetti.

Por ser terminativa a matéria e por constarem outras matérias análogas, faremos a votação em conjunto.

Eu agradeço a V. Exa.

Passo ao próximo item.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, atendendo aí à solicitação da Liderança do meu partido, o Republicanos, o PL que o senhor relatou, o PL 7, teve origem na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Marcos Pereira, Presidente do Partido, e o tema que ele envolve é extremamente pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, solicito o requerimento de urgência para esse PL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Coloco em discussão o requerimento de urgência sobre o PL 7, de autoria do Deputado Marcos Pereira, por solicitação do Senador Hamilton Mourão, anuída por outros Parlamentares; eu pessoalmente.

Está em discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que queiram discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Como não há quem queira discutir, está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que votarem de acordo permaneçam como estão.

Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência para votação em Plenário do PL 7.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que deseja falar pelo sistema remoto e a quem eu digo bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador!

Bom dia, Senador Mourão!

Bom dia, Senadora Margareth!

Presidente, eu deveria falar com o senhor, prezado amigo, pessoalmente. A assessoria, a Consultoria Legislativa do Senado me adverte que nós deveríamos cuidar de atualizar o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, para permitir, efetivamente, cadeias e associações de concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, porque, na verdade, o Decreto-Lei 236, de 1967, tem uma concepção – eu acho até saudável – de descentralização. E eu cheguei a apresentar um projeto de lei nesse sentido. É lógico que eu não vou embaraçar a aprovação dessas renovações de concessão, especialmente porque, já aprovadas pela Câmara, seria um transtorno, até porque todas elas trafegaram de boa-fé, inclusive algumas cujas relatorias estão sob minha responsabilidade.

Mas o que eu gostaria de sugerir é que V. Ex. pedisse à assessoria da Comissão que analisasse, então, o projeto de lei, que é de conhecimento da sua assessora – acho que isso não é responsabilidade dela; pelo contrário, é do meu assessor. Eu já protocolei o projeto de lei. Mandei protocolar agora. Consegui dez subscrições. Não quero embaraçar essa tramitação, mas acho que nós deveríamos destinar a próxima reunião para debater o escopo desse projeto, ou seja, se tem razão a Consultoria Legislativa, seria bom nós transformarmos o projeto não no projeto de um Senador, mas da Comissão. E, se não tenho razão, se a Consultoria Legislativa não tem razão, não há necessidade de tramitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que é o escopo? O que o projeto pretende? Trazer para a realidade atual. Veja bem, nós estamos numa época de internet, com ampliação do acesso de diferentes conteúdos, desde audiovisual. A descentralização das emissoras de radiodifusão perdeu um pouco a relevância. Hoje, mesmo que nós não gostemos, nós temos que saber quantas bombas estão explodindo em Gaza, quantos prédios foram derrubados, quantos ônibus, quantos caminhões entraram em Gaza. A globalização predomina. Então, uma adequação a este projeto me parece que seria oportuna. Eu repito: é um decreto-lei de 1967. Nada contra que ele seja recepcionado, mas, se há um setor que revolucionou... Mesmo o senhor, que é um admirador da boa música, quantos *long plays*, aqueles bolachões, o senhor tem guardado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Uns 10 mil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Pois é. E quantos estão na nuvem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Verdade. É verdade. Todos. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Falar em cadeia, associação, monopólio? Isso é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É ultrapassado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Então, essa pequena adequação para que o nosso parecer diga o seguinte: "Essa emissora de rádio que eu estou aqui renovando a concessão é independente; ela não tem nada a ver com o que está acontecendo sob o domínio de tal ou qual cadeia". Isso não existe.

Então, é esse momento de reflexão que eu coloco, mas repito: peça à assessoria que analise se vale a pena nós tratarmos desse assunto agora ou deixarmos para o começo do ano que vem. Não é emergencial, mas não pode ficar como está.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu peço à assessoria que providencie os estudos imediatamente.

E, por ser uma questão de 1967, eu vou designar o Senador Hamilton Mourão para a relatoria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu acho que talvez ele tenha até inspirado o decreto. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É verdade.

Então, passamos ao próximo item.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu quero dizer que, na época, eu nem residia no Brasil. Eu residia em Washington, nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está vendo? Desde Washington...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Trouxe a modernidade de lá.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bom dia.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4187, DE 2023

- Não terminativo -

Acresce §3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para equiparar a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ao reconhecimento de firma.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relator: Senador Hamilton Mourão, a quem passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-G, IV, tratar sobre direito digital e outros temas correlatos. O Projeto de Lei nº 4.187, de 2023, aprimora o texto da MPV nº 2.200-2, de 2001, considerando os avanços tecnológicos ocorridos ao longo das últimas duas décadas.

A medida provisória em questão foi responsável por instituir a ICP-Brasil como uma cadeia hierárquica de confiança, que visa a garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de aplicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que utilizem certificados digitais e transações e documentos em forma eletrônica. Vinte e dois anos se passaram e o Sistema Nacional de Certificação Digital se consolidou como o padrão público no ramo, provendo a assinatura eletrônica qualificada à sociedade, tanto para o cidadão quanto para as empresas.

As políticas da ICP-Brasil são mantidas e executadas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, sendo a primeira autoridade da cadeia de certificação, além de seguir regras de funcionamento estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, cujos membros são representantes dos poderes públicos, da sociedade civil organizada e pesquisa acadêmica, nomeados pelo Presidente da República.

Conforme o padrão estabelecido pelo ICP-Brasil, a assinatura digital é dotada de autenticidade, integridade, confiabilidade e o não repúdio. Essas características garantem que o autor não poderá, por forças tecnológicas e legais, negar que seja o responsável por seu conteúdo. Para tanto, o art. 10 da MP nº 2.200-2, de 2001, já concede aos certificados digitais a mesma validade jurídica que documentos em papel com assinaturas manuscritas.

Entretanto, ainda não há dispositivo no ordenamento jurídico que conceda integralmente ao seu uso a mesma validade que o reconhecimento de firma realizado por tabeliães. A Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde, define critérios mais exigentes para que determinada assinatura eletrônica seja considerada qualificada, definindo-a como a que possui nível mais elevado de confiabilidade a partir de suas normas, de seus padrões e de seus procedimentos específicos.

Feitas essas considerações, é notória a necessidade de equiparar a assinatura eletrônica qualificada ao reconhecimento de firma tratado no inciso IV do art. 7º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para fins de ampliar as opções da população nos casos em que haja essa exigência, seja no exercício de seus direitos ou na concretização de seus negócios jurídicos.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, quanto ao mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.187, de 2023.

Esse é o relato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senhoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 3 da pauta, Senador Flávio Bolsonaro.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 830, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Morão para ler o seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente.

Conforme dispõe o art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se, entre outros pontos, sobre regime jurídico das comunicações, direito digital, meios de comunicação social e redes sociais, internet e questões éticas referentes à comunicação.

É necessário reconhecer que a crescente expansão do alcance e da diversidade das redes e dos serviços digitais tem sido acompanhada, infelizmente, por um aumento constante das estatísticas de crimes cometidos com o uso dessas tecnologias, notadamente contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a organização não governamental SaferNet Brasil, que opera a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, relatou que, no período de janeiro a setembro de 2023, houve um aumento de 84% nas denúncias relacionadas a imagens de abuso e exploração sexual infantil, em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao mesmo período do ano passado. Em números absolutos, a quantidade de denúncias encaminhadas ao Ministério Público saltou de 29.809, de janeiro a setembro de 2022, para 54.840, no mesmo período de 2023.

Em termos de operações da Polícia Federal, os números também são crescentes. Segundo informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ano passado, foram realizadas 369 operações relacionadas a crimes cibernéticos cujas vítimas eram crianças ou adolescentes, que resultaram na prisão de 199 pessoas. Já neste ano, foram realizadas 627 operações da mesma natureza, com a prisão de 291 pessoas.

Tais dados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, também refletem o uso cada vez mais disseminado das tecnologias da informação e da comunicação por crianças e adolescentes. De acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2023, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 95% da população brasileira entre 9 e 17 anos de idade usam ou já usaram a internet. Chama a atenção o fato de que 24% dos usuários de internet de 9 a 17 anos tiveram seu primeiro contato com a rede antes de completarem 6 anos de idade. Em 2015, essa proporção era de apenas 11%.

A mesma pesquisa também revela dados que causam grande preocupação em relação à exposição de crianças e adolescentes a conteúdo sexual na internet. De acordo com a pesquisa, 17% dos usuários com idade entre 11 e 17 anos já se sentiram incomodados ao ter contato com mensagens de conteúdo sexual na internet. Adicionalmente, 16% já receberam mensagens de conteúdo sexual pela internet, e 9% já foram solicitados a enviar foto ou vídeo em que deveriam aparecer nus.

Esses dados demonstram a pertinência das medidas preconizadas no projeto para enfrentar esse grave desafio que se impõe à nossa sociedade. A disseminação do acesso às tecnologias da informação e da comunicação, especialmente por crianças e adolescentes, pode ter impactos extremamente positivos para a educação, a cultura, a prestação de serviços públicos e a inclusão social. No entanto, não se pode negar que o mesmo fenômeno deixou esse público mais vulnerável a uma série de novas ameaças. Portanto, é oportuno o projeto, que busca atuação mais vigorosa do aparelho repressivo do Estado contra aqueles que se usam das novas tecnologias para constranger, abusar e explorar sexualmente crianças e adolescentes.

A partir dessas considerações, entendemos que esta Comissão, no escopo de suas atribuições regimentais, deva pronunciar-se favoravelmente à aprovação da matéria.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 830, de 2022, de autoria do preclaro e grande amigo Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passa a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, autor do projeto, para falar sobre a matéria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

Eu não sabia se tinha no Regimento um dispositivo de declaração de voto aqui, mas agradeço a V. Exa.

Eu quero agradecer ao Senador General Hamilton Mourão pelo relatório, detalhando ainda mais, com números, estatísticas, uma triste realidade que temos no Brasil hoje. Eu desconheço alguém próximo que já não tenha passado por um problema como esse.

Essas crianças hoje, Senador Zequinha, têm acesso muito cedo aos aparelhos celulares, a aplicativos que acabam interagindo com outras crianças e a um ambiente que está sempre suscetível para que pessoas maldosas, criminosos da pior espécie, se utilizem da inocência de crianças para tentar seduzi-las de alguma forma e abusar até fisicamente, além de psicologicamente, das nossas crianças. Então, eu acredito sempre que a impunidade é o combustível que dá margem à criminalidade.

Então, se nós estamos ampliando aqui, colocando leis apenas mais rigorosas para esse tipo de crime abominável, estamos caminhando no sentido daquilo que a sociedade espera que nós façamos: proteger nossas crianças e botar atrás das grades pessoas com esse perfil, que não pode ser tratado como doença. Pedofilia não é doença, pedofilia é crime dos mais abomináveis, e cabe a nós a responsabilidade, sim, de colocar na legislação penal penas mais duras, como estamos fazendo aqui hoje.

Eu agradeço a todos, Presidente Eduardo Gomes, pela aprovação unânime do parecer do Senador General Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

A matéria pertinente à Comissão de Comunicação e Direito Digital... Até disse a V. Exa. que estamos à disposição para até, se for o caso, instalar uma Subcomissão permanente para que a gente faça as audiências públicas. Realmente esse é um problema absolutamente presente na vida de todos os brasileiros. Não há quem não conheça um caso de abuso ou de falta mesmo de informação, o que faz com que o acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja cada dia mais precoce e sem nenhum tipo de segurança em relação aos crimes que acontecem na rede como um todo.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que os itens de 6 a 19 da pauta são projetos de decreto legislativo relacionados aos serviços de radiodifusão, sendo dez itens com relatório pela aprovação ou aprovação com emendas de redação, e quatro itens com relatório pela apresentação de requerimento de informações. Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, procedemos à discussão de todos os itens em votação das matérias em globo. (*Pausa.*)

Não havendo quem faça objeção a essa condução, anuncio o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 159, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

O Relator é o Senador Nelsinho Trad; e o Relator *ad hoc,* o Senador Hamilton Mourão.

Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, face a esses relatórios serem praticamente todos um carimbo, eu peço permissão para o senhor para ir direto ao voto.

Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 159, de 2018, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal:

Requerimento:

> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte informação, referente à renovação da concessão outorgada à RÁDIO PANAMERICANA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2018:
– relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que controla o referido serviço de radiodifusão.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passamos, então, ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 170, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corguinho, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Nelsinho Trad; Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, para fazer a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 170, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corguinho, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relato, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 473, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Relatoria: Senador Nelsinho Trad; Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, a quem eu passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, esse relato tem apenas uma emenda de redação.

Então, indo ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 473, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº -CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É esse o relato, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 534, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

Relatoria: Senador Nelsinho Trad; Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, a quem eu passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, da mesma forma do item anterior, haverá um requerimento a ser enviado ao Ministério das Comunicações para complementar esse processo.

Então, o voto é: diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 534, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal– assim diz o requerimento:

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

> Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação, referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VICENTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2019:
> – Histórico da composição da diretoria da entidade, desde 2012 até a presente data.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Convido agora para a leitura do item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 620, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmares Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Relatoria do Senador Nelsinho Trad. Relatoria *ad hoc* do Senador Zequinha Marinho, a quem passo a palavra para a leitura do voto final.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Vou localizar isso aqui... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos fazer *ad hoc* do *ad hoc* Senador Hamilton Mourão e V. Exa. no próximo item.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a exemplo de item anterior, também haverá uma emenda de redação neste relatório.

Então, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passo a ler agora o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 538, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Relatoria do Senador Izalci Lucas. Relatoria *ad hoc* do Senador Zequinha Marinho, a quem passo a palavra para leitura do voto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Quero permissão para ir direto à análise do projeto e da seguinte maneira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 1.955, de 7 de junho de 2017, que deferiu a renovação ora analisada. O referido ato foi editado pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 538, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Era esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao item 12:

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 639, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria original do Senador Izalci Lucas. Relator *ad hoc* Senador Flávio Bolsonaro, a quem passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Izalci Lucas está disponível a todos aí e já foi publicizado oficialmente.

Então eu passo direto ao voto, que é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Ambiental de Formosa (Ascaf) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Passo agora ao item 14...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Tem uma coisa com a qual não me conformo nunca, quando eu vejo o Ministério das Comunicações e Inovação, do ponto de vista da nossa língua, não está correto, mas não é nossa culpa aqui. Só quero fazer essa ponderação. Está completamente precisando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O Ministério das Comunicações comunica mal?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Comunicação é inovação e acabou. E daí deriva tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Concordo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas deixa para lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Questão de comunicação, *marketing*.

Passo ao item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 718, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porteiras, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

A Senadora Daniella Ribeiro é a Relatora original.

Passo ao Senador Zequinha Marinho, para a leitura direta do voto do relatório, que é pela aprovação.

Com a palavra, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu sigo aqui o meu querido amigo Flávio Bolsonaro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que o relatório, a análise, assim como também o voto estão disponíveis no sistema e todo mundo deve já ter lido, eu quero apenas ler o voto aqui da nossa querida Daniella Ribeiro.

É o seguinte: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 718, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porteiras, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o nosso voto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Passo ao item 15.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 869, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussari, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro.

O Relator *ad hoc* é o Senador Flávio Bolsonaro, a quem passo a palavra para a leitura do seu relatório.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório do PDL 869, de 2021, é pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Jussari, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Passo ao item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 275, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida" - Teodoro Sampaio-SP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação.

A Relatora é a Senadora Daniella Ribeiro.

O Senador Flávio Bolsonaro é o Relator *ad hoc*, a quem passo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – O parecer da Senadora Daniella ao PDL 275, de 2022, é pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida" - Teodoro Sampaio, São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Faço a leitura agora do item 17.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 728, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

O Relator é o Senador Hamilton Mourão, a quem passo a palavra para a leitura do seu voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, uma rápida observação sobre a análise.

Na análise, verificamos que não foram encontradas as certidões atualizadas de regularidade fiscal perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Assim, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 728, em 2021, nos termos do art. 335 do Regulamento Interno do Senado Federal:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2023
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à outorga da autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CARAVAGGIO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2021:
> - certidões atualizadas de regularidade fiscal perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passo ao item 18.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 786, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, na análise da documentação, tudo está pertinente, tudo está de acordo com a regulamentação.

Sendo assim, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 786, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Como último item da pauta, passo à leitura do item extrapauta, item 19.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 537, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, no exame da documentação que acompanha o PDL nº 537, de 2021, não foi encontrada comprovação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, conforme reza o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, regulamentado pelo inciso II do art. 380 da Portaria nº 9.018, de 2023.

Assim, em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 537, de 2021, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2021:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Está aberta a discussão dos itens 6 a 19 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

Colocamos em votação, em grupo, os seguintes itens da pauta: item 7, PDL 170, de 2019; item 8, PDL nº 473, de 2019; item 10, PDL nº 620, de 2019; item 11, PDL 538, de 2021; item 12, PDL 639, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021; item 13, PDL nº 686, de 2021; item 14, PDL nº 718, de 2021; item 15, PDL nº 869, de 2021; item 16, PDL nº 275, de 2022; e item 18, PDL nº 786, de 2021.

A votação será nominal.

Os senhores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Srs. e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Presidente. (*Pausa.*)

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Só para informar, prestar contas de que o meu voto já foi depositado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... em confiança a V. Exa., a todos os Relatores e aos apoiadores dos Relatores, como é o caso do Senador Flávio Bolsonaro, porque percebendo que o projeto tinha sido bem recebido, resolveu reforçá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Portanto, segui o voto dos Relatores, de V. Exa. e dos apoiadores dos Relatores, categoria que inclui o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado. *Shalom*!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Apoiadores dos Relatores.

Um bom dia!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Shalom – shalom*!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – *Salaam Aleikum*!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Salaam Aleikum! (*Risos.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que faça a apuração dos votos.

Aprovado.

Dez votos SIM, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os projetos, nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Esclareço a V. Exas. que os itens 6, 9, 17 e 19 possuem relatórios pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações. Portanto, a votação desses itens será realizada no processo simbólico.

Em votação os relatórios apresentados.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, que passam a constituir os pareceres preliminares da Comissão para apresentação de requerimento de informações.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada no dia 29/11/2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Teresa Leitão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 113, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de provedores de aplicações de internet." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5497, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do PL 5497/2019 com a rejeição das Emendas n° 1 e 2-CCDD e prejudicialidade do PL 4764/2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, contrário às Emendas nº 1 e 2-CCDD e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.764, de 2023. À CAE. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ 28/2023-CCDD). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 300, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de indicação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela conversão do Projeto de Lei nº 300, de 2022, em apresentação de Indicação, nos termos que apresenta. À CTFC. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1049, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas n° 1-CCDD e 2-CCDD. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ 26/2023-CCDD). À CCJ. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ 29/2023-CCDD). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 106, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 459, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG - Associação Comunitária de Guapó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 210, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 26, de 2023** que: "Requer a Retirada de Emenda da Emenda 3 - CCDD, apresentada ao PL 5497/2019." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo previamente a V. Exas. que o Senador Astronauta Marcos Pontes não poderá comparecer à reunião e, por consequência, solicitou a retirada do PL 113, de 2020, que é o item 1 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 113, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de provedores de aplicações de internet.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.)

Anuncio o item 2 da pauta.

Antes de iniciarmos o item 2, consulto V. Exas. se podemos incluir, como item extrapauta, o Requerimento nº 26-CCDD.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 26, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a retirada de Emenda da Emenda 3 - CCDD, apresentada ao PL 5497/2019.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

O requerimento solicita a retirada da Emenda nº 3, de autoria deste Presidente, ao PL 5.497, de 2019.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 26, 2023, da CCDD.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 5497, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 4764, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que "estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências", e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que "cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências" para reinstituir a obrigatoriedade de exibição comercial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de obras cinematográficas brasileiras até 31 de dezembro de 2038, exigir análise de impacto regulatório para definição do número de sessões destinadas a obras brasileiras e remover os limites de aporte de recursos em projeto de obras audiovisuais brasileiras.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do PL 5497/2019 com a rejeição das Emendas n° 1 e 2-CCDD e prejudicialidade do PL 4764/2023.

O relator é o Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores...

Sr. Presidente, peço autorização a V. Exa. para que eu possa fazer já a análise, a leitura da análise, para que nós possamos ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Autorizado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nos termos do disposto pelo art. 104-G do Regimento Interno do Senado, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre as políticas nacionais de comunicação e direito digital.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. É legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, já que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Portanto, quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor ao PL nº 5.497, de 2019, e ao PL nº 4.764, de 2023.

No mérito, os projetos merecem prosperar.

A cota de tela para o cinema estipula a compulsoriedade para as empresas exibidoras de incluir em sua programação obras cinematográficas nacionais, com ênfase atual em longas-metragens, com o propósito de oferecer oportunidades para a difusão da produção audiovisual brasileira nas salas de projeção. Semelhantemente, a cota de programação da TV paga, aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa, assegura a presença de conteúdo nacional nas programações de canais por assinatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias ora submetidas a este Colegiado, asseguram à população o acesso a produções brasileiras, respeitando os preceitos constitucionais que atribuem ao Estado a obrigação de garantir que todas as cidadãs e todos os cidadãos brasileiros tenham o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além do apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais.

Trata-se a cota de tela de um dos instrumentos pioneiros instituídos pelo Estado brasileiro com o intuito de fomentar a produção cinematográfica doméstica. Tornou-se fato jurídico em 1932, quando o Presidente Getúlio Vargas editou o Decreto nº 21.240, de 4 de abril daquele ano. Desde então, o mecanismo passou por modificações e ajustes, tendo em alguns momentos abarcado formatos tanto de curta quanto de longa-metragem.

A cota de tela para o cinema é regrada pela MPV nº 2.228-1, de 2001.

Anualmente, mediante a edição de um decreto presidencial, são estipulados: o número de dias destinados ao cumprimento da cota, a variedade de títulos que precisam ser apresentados e o limite máximo de salas de um determinado complexo que podem ser ocupadas pela mesma obra cinematográfica. A Agência Nacional do Cinema (Ancine) define outros critérios e condições para a observância e verificação da cota, mediante a publicação de uma instrução normativa, além de ser a entidade competente pela fiscalização.

Expirada em 5 de setembro de 2021, a cota de tela para o cinema brasileira é um dos principais mecanismos para a reconfiguração do setor audiovisual brasileiro, especialmente por estabelecer critérios essenciais para o acesso da população à produção nacional e para garantir espaços de exibição à produção audiovisual brasileira. Este Colegiado, que já se dedicou a analisar a cota de tela para a TV por assinatura, hoje discute mais uma política de acesso à cultura, de valorização das produções nacionais, reforçando mais uma vez o compromisso deste Congresso Nacional com a restruturação do setor cultural brasileiro.

Quanto às emendas apresentadas ao PL 5.497, de 2019, entendemos que estas não devem ser acatadas.

A Emenda nº 1, apresentada nesta Comissão por parte do Senador Astronauta Marcos Pontes, determina que a regulamentação de que trata o §5º, do art. 55, incluído pelo art. 1º do PL deverá dispor sobre as medidas que garantam a variedade, a diversidade, a competição equilibrada e a permanência efetiva em exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem, inclusive por meio de incentivos para a ocupação de sessões de maior procura.

Ocorre que a Lei nº 11.437, de 2006, que regulamenta o Fundo Setorial do Audiovisual, já aponta mecanismos de incentivos e fomento aos deferentes agentes da cadeia do audiovisual, uma vez que estes podem participar das linhas que sejam lançadas dentro dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine), ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav) e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual (Pró-Infra). Desta forma, a emenda reafirma uma prerrogativa legal que já se encontra estabelecida na legislação em vigor.

A Emenda nº 2-CCDD, também do nobre Senador Astronauta Marcos Pontes, promove alteração no inciso II, do art. 59, da Medida Provisória nº 2.228-1, de setembro de 2001, na forma do art. 1º do PL, para excluir da base de cálculo da multa de que trata o inciso as verbas devidas aos distribuidores.

Tal proposição novamente retroage ao debate acerca da capacidade de aferição dos dados quando a base de referência não é a receita bruta, uma vez que os pagamentos devidos a distribuidoras são negociados no mercado audiovisual de maneira individualizada em cada projeto de filme a ser exibido nas salas. Além disso, de forma análoga, outros instrumentos administrativos que utilizam a multa como forma de penalidade utilizam a receita bruta como base de cálculo, o que torna razoável a intenção do autor da matéria em manter esta mesma lógica.

Em que pese, no mérito, as duas proposições versarem sobre o mesmo tema, convém destacar um ponto do PL 4.764, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que difere da matéria oriunda da Câmara dos Deputados: a revogação dos limites para aportes de recursos em projetos de obras audiovisuais brasileiras.

Compreendemos que os limites atuais estão obsoletos, considerando que a lei que trata desta temática é da década de 90, o que resulta em grandes perdas para as políticas de incentivo nacional. Concordamos com o autor da matéria quando este afirma que é fundamental a atualização e modernização deste importante instrumento de incentivo, sobretudo por um setor que está em constante evolução, seja na produção e no desenvolvimento, seja na forma de exibição.

Todavia, este é um tema que requer um debate cauteloso e minucioso, uma vez que toda a legislação precisa ser revista, não apenas o dispositivo revogado pelo autor, o que melhor poderá ser feito em um projeto autônomo.

Por fim, como apontado anteriormente, as proposições versam sobre o mesmo tema e, por esta razão, estão tramitando em conjunto. No entanto, o Projeto de Lei nº 5497, de 2019, procedente da Câmara dos Deputados, tem precedência regimental, nos termos da alínea "a", do inciso II, do art. 260, do Regimento Interno do Senado Federal. Por esta razão, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4764, de 2023, louvando as importantes contribuições do Senador Eduardo Gomes, não só na discussão desta matéria, como de muitas outras que são igualmente importantes para o setor cultural brasileiro.

Este é o relatório.

Voto.

Conforme o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4764, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que a matéria possa ser colocada em regime de urgência para ser votada o mais brevemente possível.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador. Será colocada.

Coloco em votação o requerimento de urgência apresentado verbalmente pelo Senador Humberto Costa.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada sua solicitação, Senador Humberto Costa.

Agora, sim, vamos para o Nelsinho.

Anuncio o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1049, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Hamilton Mourão, demais colegas presentes, tanto na Comissão quanto virtualmente, preço licença a V. Exa. para ir direto à análise, e as minhas escusas por estar gripado e com máscara.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei 1.049, que institui, no Código Penal, o rol de crimes de extorsão digital.

Nesse esforço, verifica-se que o projeto busca tipificar a conduta conhecida como *ransomware*. Trata-se da invasão de dispositivo ou sistema informático seguida do bloqueio total ou parcial do acesso aos dados neles armazenados, usualmente com emprego de criptografia. O traço distintivo dessa modalidade é a exigência de pagamento de um "resgate" para recuperação dos dados ou para que informações confidenciais ou comprometedoras não sejam divulgadas.

Pelo que eu entendi aqui, isso é um sequestro digital de dados. Onde a gente vai parar? Mas vamos lá.

O Brasil figura entre os principais alvos de ataques do gênero.

Alguns aperfeiçoamentos são necessários na nossa relatoria. Em relação ao texto do novo art. 158-A, que o projeto pretende introduzir no Código Penal, diversos aprimoramentos devem ser feitos. O *caput* do artigo alude a "constranger alguém mediante o uso de *software*", mas essa ferramenta não se presta para o constrangimento, senão para a invasão do sistema ou dispositivo informático. Nesse sentido, propomos aprimoramento da descrição da conduta, consistente no constrangimento mediante a invasão de dispositivo informático que torne indisponíveis os dados ou informações nele armazenados ou que comprometa seu funcionamento.

Com relação às penas propostas, deve-se tomar cuidado com a proporcionalidade em relação à gravidade da conduta. Por exemplo, na hipótese de comprometimento da segurança nacional, a pena mínima seria de dez anos de reclusão, que é superior à pena máxima prevista para o crime de sabotagem (art. 359-R do Código Penal), que é conduta indiscutivelmente mais grave, porque atenta contra o Estado democrático de direito.

Dessa forma, propomos pena equivalente à prevista no §3º do art. 154-A, que trata da invasão de dispositivo informático em que há acesso a comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industriais, informações sigilosas ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido, qual seja, de reclusão de dois a cinco anos, acrescida de multa.

Cumpre esclarecer, todavia, de acordo com a segunda emenda que propomos, que a pena relativa à extorsão digital propriamente dita não prejudica a aplicação das sanções correspondentes à invasão do dispositivo, já previstas no art. 154-A do Código Penal.

Por essas razões, entendemos que esta Comissão deva manifestar-se pela aprovação da matéria, com as emendas que apresentamos.

Voto.

O voto é pela aprovação, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº -CCDD
> Dê-se ao *caput* do art. 158-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.049, de 2022, a seguinte redação:
> "Extorsão digital Art. 158-A. Constranger alguém, mediante invasão de dispositivo informático que torne indisponíveis os dados ou informações nele armazenados ou que comprometa seu funcionamento, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem econômica indevida.
> Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Outra emenda:

> EMENDA Nº -CCDD
> Insira-se o seguinte §2º no art. 158-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, designando-se seu parágrafo único como §1º, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.049, de 2022:
> "Art. 158-A. .....
> §1º .....
> §2º Aplicam-se as penas deste artigo sem prejuízo daquelas decorrentes da invasão do dispositivo informático."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A matéria está em discussão.

Eu gostaria apenas, então, de comentar que essa questão do *ransomware* é algo que veio se multiplicando aí, ao longo dos últimos tempos. O próprio tribunal de justiça do meu estado teve os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados sequestrados há cerca de dois anos, e o resgate, o pedido foi de 5 milhões, Senador Humberto Costa.

Não colocamos no mesmo nível, mas é similar ao ataque sofrido aí nas contas da esposa do Senhor Presidente da República.

Então, são por fatos dessa natureza que nós temos aqui o dever de melhorar a legislação, no sentido de buscar coibi-los e punir, com mais gravidade, as pessoas que assim se comportam.

Alguém mais deseja discutir o assunto? (*Pausa.*)

Pois não, Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou na mesma linha do comentário de V. Exa. Eu digo que os problemas da sociedade são dinâmicos, constantes, e vêm, dia após dia, atualizados, e nós temos que estar atentos para poder corrigir eventuais distorções e adequar a legislação ao avanço que a criminalidade está nos impondo.

Então, eu quero parabenizar o autor dessa proposta e dizer que, realmente, isso é algo que precisa ser avançado, e, na mesma linha do Senador Humberto Costa, eu pediria a V. Exa. a urgência para a pauta também desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Inicialmente, votaremos o relatório.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Coloco também em votação simbólica o requerimento verbal feito pelo Senador Nelsinho Trad solicitando urgência para a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a solicitação do Senador Nelsinho Trad, a matéria irá, com o regime de urgência, seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que os itens seguintes da pauta são projetos de decreto legislativo relacionados ao serviço de radiodifusão. Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, proceder à discussão de todos os itens e à votação das matérias em globo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, anuncio o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação.

Conceda a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Hamilton Mourão, chega à Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 106, de 2019, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria 486, de 10 de julho de 2014, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo nenhum reparo quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PDL 106, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o voto e o relatório, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Será votada, conforme orientado, posteriormente esta matéria.

Vou passar agora a Presidência ao Senador Humberto Costa.

Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 300, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800).

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de indicação

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VII, cumpre a esta Comissão opinar sobre assuntos correlatos às comunicações, o que insere o projeto em exame no seu rol de atribuições.

Inicialmente, cabe destacar que a proposta é dotada de elevado mérito. Ela tem fundamento na busca por uma maior inclusão no acesso à informação pública. A Lei de Acesso à Informação (LAI) é reconhecidamente um notável avanço social, pois consiste em um instrumento vital para assegurar a transparência governamental e permitir que os cidadãos participem mais ativamente no controle das ações estatais. A proposição, ao introduzir um serviço de atendimento telefônico gratuito (0800) para os cidadãos, representa um esforço adicional para democratizar o acesso às informações mantidas por órgãos e entidades públicas, direito garantido pela Constituição Federal.

Na situação atual, segmentos significativos da população estão excluídos da citada garantia constitucional por conta de barreiras tecnológicas, uma vez que o meio de acesso às informações públicas é exclusivamente pela internet. De acordo com a última pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, mesmo com o aumento da conectividade entre 2021 e 2023, aproximadamente 29 milhões de brasileiros não tiveram acesso à internet neste ano, sendo a sua maioria pertencentes às classes econômicas D e E.

Ao reconhecer que um número considerável de brasileiros não tem acesso à internet, o projeto busca remediar uma desigualdade digital que, inadvertidamente, gera uma distinção de acesso a direitos.

Nota-se, portanto, que a implementação de um serviço telefônico gratuito é uma medida alinhada com o princípio da isonomia, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica, possam exercer o direito de solicitar e receber informações públicas. Tal serviço permitiria que aqueles sem acesso à internet ou com limitações para adquirir crédito telefônico pudessem se informar, questionar e acompanhar as atividades governamentais de forma equitativa.

Ademais, a disponibilização de um número 0800 servirá como um canal direto e eficiente de comunicação, aumentando potencialmente a responsividade do governo às demandas e preocupações dos cidadãos. Isso pode levar a uma melhoria na qualidade dos serviços públicos e fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade civil. Dessa forma, como parte do rol dos direitos e garantias fundamentais inscritos no art. 5º da Constituição Federal, o direito do cidadão de obter dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse geral ou coletivo deve obter a amplitude necessária para que tenha a eficácia requerida.

Tratando-se da Lei de Acesso à Informação, o saudoso constitucionalista Celso Ribeiro Bastos registra, em seus *Comentários à Constituição do Brasil,* que estes direitos precisam ser ampliados, exatamente para dar efetividade ao direito de informação nele previsto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ainda fazer referência ao *caput* do art. 37 da Carta Magna, que consagra a eficiência como um dos princípios que devem ser obedecidos pela administração pública brasileira, em todos os níveis de governo.

Entretanto, em relação à constitucionalidade formal, a matéria padece de vício insanável de iniciativa, fundamentado no art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência do Presidente da República para tratar do funcionamento da administração federal. O dispositivo mencionado confere ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

A proposta de alteração legislativa em questão dispõe sobre a organização da administração pública. Isso porque a implementação de um serviço de atendimento telefônico gratuito (0800) implica aspectos organizacionais e potencialmente gera aumento de despesa para a União.

Caso similar já foi discutido no STF, mediante ADI nº 2.443-RS, decidindo-se que "a iniciativa de projeto de lei objetivando a disciplina de central de atendimento telefônico de serviço do Executivo cabe a este último e não ao Parlamento", mantendo-se a incompatibilidade com a Constituição Federal ante o vício de iniciativa e a ofensa ao princípio da separação dos Poderes.

Conforme assevera, a norma modifica o funcionamento e a operacionalização de serviço essencial prestado pela administração pública, alterando a estrutura e as atribuições de órgão do Poder Executivo.

Dada a validez da matéria e com vistas a aproveitar seu conteúdo, que é sumamente meritório, encontramos a saída regimental na forma de conversão do PL nº 300, de 2022, em indicação.

Voto.

Ante o exposto e com fundamento no art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela conversão do PL nº 300, de 2022, em apresentação de indicação, nos seguintes termos:

> INDICAÇÃO Nº - CCDD
> Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República adotar as gestões necessárias para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800) com vistas ao aumento da eficácia da Lei de Acesso à Informação.

Fundamentados no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o disposto no inciso VI, alínea "e", do art. 84 da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa do Presidente da República para "dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal", com o intuito de aumentar a eficácia da Lei de Acesso à Informação, propomos a presente indicação e rogamos o apoio do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o relatório do Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório do Senador Hamilton Mourão, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela conversão do Projeto de Lei nº 300, de 2022, em indicação.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 459, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG - Associação Comunitária de Guapó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela rejeição.

O Relator é o Senador Izalci Lucas. Eu peço, se possível, que o Senador Hamilton Mourão possa assumir a condição de Relator *ad hoc*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A análise da documentação que instrui a matéria revela que, durante o trâmite do processo de renovação no Ministério das Comunicações, por duas vezes foi identificada a vinculação da entidade, o que inviabilizaria a renovação proposta. Após a identificação desses vícios por duas vezes, foi concedida à entidade a oportunidade para seu saneamento, por meio de alteração na composição de sua diretoria.

O procedimento adotado não se amolda ao estabelecido na regulamentação da matéria vigente à época, especificamente no que tange ao disposto no parágrafo único do art. 132 da Portaria 4.334, de 17 de setembro de 2015, do próprio Ministério das Comunicações, segundo o qual a existência de vínculo, verificada no curso do processo de renovação, é vício de caráter insanável.

Deve-se destacar que a citada Portaria 4.334, de 2015, do Ministério das Comunicações, teve sua redação alterada pela Portaria nº 1.909, de 5 de abril de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Com as modificações introduzidas, passou a ser "conferida uma única oportunidade" para o saneamento de vícios de vinculação, durante processos de renovação, sob pena de seu indeferimento.

Portanto, mesmo considerando a nova regra mais branda, não é permitida uma segunda oportunidade para sanear vícios de vinculação durante processos de renovação, sob pena de violação do princípio da legalidade, que vincula a administração pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PDL nº 459, de 2021, que renova a autorização outorgada à Ascog (Associação Comunitária de Guapó) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Em discussão o relatório de V. Exa. (*Pausa.*)

A votação vai ser em bloco, então eu peço a V. Exa. que relate também o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2022, que também é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 210, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Efraim Filho.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, na condição de Relator *ad hoc.*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concedida.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não foi constatada nenhuma intercorrência em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se também que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 210, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Centro Integrado de Ações Comunitárias pela Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão os itens 5 a 7 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vamos partir agora para a votação, que será nominal.

Os Senadores que concordam com o teor dos relatórios apresentados pelo Senador Hamilton Mourão votam "sim"; os que discordam votam "não".

Peço aqui à nossa assessoria da Comissão e às nossas assessorias parlamentares que possam mobilizar os Senadores no sentido de que possam participar dessa votação.

Votação iniciada.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Já tendo sido atingido o quórum regimental, declaro encerrada a votação.

Peço que o painel possa ser aberto.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve 8 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Declaro aprovados os projetos nos termos dos seus respectivos pareceres.

Agradeço ao Senador Mourão pela assunção da posição de Relator *ad hoc* desses projetos.

Estão aprovados os projetos nos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Fernando Dueire, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Eduardo Girão e Cleitinho, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 6, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 – CEsp e nº 2 – CEsp. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para reconhecer os esportes da mente como práticas desportivas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2200, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2207, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para acrescentar vedação na utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos na referida Lei." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5436, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para estabelecer que o atleta condenado por dopagem somente terá suspenso o pagamento da Bolsa-Atleta após sentença transitada em julgado imposta por Tribunal de Justiça Esportiva." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CEsp. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 67, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competições internacionais." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CEsp (Substitutivo). **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4146, de 2023 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Balonismo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4149, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4150, de 2023 - Terminativo -** que: "Declara Robson Sampaio de Almeida, Patrono do Paradesporto Brasileiro." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de dezembro de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicado da Presidência.

Comunico que esta Comissão de Esporte recebeu o Ofício nº 848, de 2023, do Ministério do Esporte, com esclarecimento sobre a informação que recebemos, na 10ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, de que a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) passaria a divulgar, em seu sítio eletrônico, o nome de atletas suspensos que se enquadrassem nas categorias de atletas recreativos menores de idade, dentre outros.

Na resposta, o Ministério do Esporte informa que a ABCD reavaliou o entendimento anterior e passará a divulgar apenas os nomes de atletas suspensos por violação à regra antidopagem que se enquadrassem na categoria de atleta recreativo, adotando-se o entendimento de que crianças e adolescentes não estão compreendidos nessa categoria.

O referido ofício já foi encaminhado aos gabinetes dos Senadores, membros desta Comissão.

Antes de começar a sessão, quero deixar aqui um registro dos meus parabéns à Apae pelos 69 anos de fundação, completados ontem, dia 11 de dezembro.

Essa longa história começou em 1954, no Rio de Janeiro, quando Beatrice Bemis chegou ao Brasil e constatou que não havia nenhuma instituição que pudesse apoiar a educação e a socialização de seu filho. Ela tomou esse propósito como missão de vida. Passadas quase sete décadas, são mais de 2 mil APAEs espalhadas por todo o Brasil.

Eu posso afirmar, sem sombra de dúvida, que a Apae teve e tem um papel central em toda essa revolução que estamos vendo. A inclusão e as oportunidades de hoje, conquistadas pelas pessoas com deficiência, têm uma enorme contribuição da Apae. A luta iniciada por eles foi abraçada pelo Brasil inteiro. O exemplo de cuidado e amor levado por seus familiares e milhares de voluntários tocou os corações de cada família brasileira.

Desde o meu primeiro mandato, ainda como Deputado Federal, tive a sorte de contar com essa parceria, construída ao longo de mais de 12 anos, que gerou frutos, na forma de leis, na destinação de recursos e nas ações conjuntas. Onde for possível, estarei junto sempre com a Apae. Por isso, deixo aqui os meus parabéns à Apae Brasil, desejando muito sucesso nessa luta que também é nossa. Conte sempre comigo. (*Pausa.*)

Vamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4146, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Confere ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Balonismo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, Senador Romário, primeiro me somo à homenagem que V. Exa. fez à Apae. Parabéns pelo pronunciamento. Se me permitir, eu assino embaixo dessa homenagem concedida à Apae.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma honra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, como Relator desse projeto que V. Exa. já anunciou, eu passo a fazer a leitura do relatório.

Vem à análise da Comissão de Esporte (CEsp) o Projeto de Lei nº 4.146, de 2023, (Projeto de Lei nº 9.073, de 2017, na Casa de origem). A autoria do falado projeto que estou relatando é do Deputado Alceu Moreira, que confere ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Balonismo.

A proposição contém três artigos. O art. 1º apresenta o escopo da futura lei, conforme descrito em sua ementa. Já o art. 2º confere o título de Capital Nacional do Balonismo ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul. Por fim, o art. 3º encerra a cláusula de vigência, prevendo a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o nobre Deputado, autor, ressalta a relevância do Município de Torres para o balonismo. Destaca a realização, há 29 anos, do Festival Internacional de Balonismo naquela cidade – eu assino embaixo porque já estive lá também e de fato é uma maravilha –, o maior festival do ramo na América Latina. Aponta ainda a movimentação da economia ensejada pela realização do evento, que conta ainda com feira de negócios, espaço cultural, agricultura familiar e outras atrações de diversos segmentos.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da CEsp e não recebeu emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 104-H, incisos IV e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp manifestar-se em propostas que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, bem como sobre outros assuntos correlatos.

Considerado o caráter exclusivo da distribuição à CEsp, cabe a esta Comissão, igualmente, apreciar os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto em análise.

Com efeito, no que tange à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que se refere à técnica legislativa, não havendo qualquer óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No mérito, igualmente, a proposição merece acolhida.

É inegável a importância do Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, para o balonismo não só em nosso país, mas em todo o mundo.

O balonismo é uma atividade fantástica que combina aventura, beleza e tranquilidade nas alturas. Com uma rica história e uma comunidade de entusiastas em todo o mundo, o balonismo oferece uma maneira emocionante e memorável de experimentar o mundo de uma perspectiva completamente nova, flutuando suavemente nas correntes de ar.

Durante o Festival Internacional de Balonismo de Torres, maior festival de balonismo da América Latina, os céus da cidade são invadidos por uma variedade de balões de ar quente, criando um espetáculo colorido e, eu diria, mágico. O evento atrai anualmente milhares de turistas de todo o Brasil e até de outros países, que vêm testemunhar a beleza dos balões que flutuam sobre o mar e as lindas praias de Torres e acompanhar as emocionantes competições.

O evento oferece diversas atividades relacionadas ao balonismo, com destaque para a ampla variedade de provas, dentre as quais mencionamos a Caça à Raposa, a Prova da Chave, a Valsa da Hesitação e o Alvo Declarado pelo Juiz. Ao cair da noite, ocorre a famosa Night Glow, atração em que os pilotos se juntam e iluminam a noite com seus balões decorados flutuando a poucos metros do solo e encantando a todos que presenciam o espetáculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, Presidente, sob o âmbito econômico, também salta aos olhos a importância do Festival Internacional de Balonismo de Torres. O evento é fonte de renda, emprego e oportunidades para empresas e empreendedores que participam de forma organizada, movimentando fortemente os setores hoteleiro, comercial e gastronômico.

O bolsonarismo já se tornou parte... O balonismo... (*Risos.*)

O que foi? Qual é o problema? Eu não sei por que todo mundo riu. (*Risos.*)

Não foi para descontar, Senador. Não tem nada a ver.

O balonismo já se tornou parte da cultura de Torres, mobiliza a cidade e atrai praticantes, turistas e interessados durante o ano todo. Em 2024 ocorrerá a sua 34ª edição e o reconhecimento da importância de Torres para o balonismo vem em boa hora.

Diante disso, entendemos ser justa e meritória a homenagem que se pretende prestar ao Município de Torres, concedendo-lhe o título de Capital Nacional do Balonismo.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.146, de 2023.

Sr. Presidente, esse é o nosso parecer e faço questão de dizer que o projeto é de autoria do Deputado Alceu Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Esta Presidência esclarece que os Senadores e Senadoras poderão votar tanto nos computadores localizados nos plenários quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu vou ali à CAE votar a autoridade e volto para cá para acompanhar a sessão presidida por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Não esquece de votar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que o senhor é meu Presidente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Imagina o seu projeto não passar por um voto. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois é. É só abrir aqui que eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o dele. Ele é o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, daí estou desmoralizado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por nada. (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Presidente Romário, pela ordem, só para falar sobre a pauta. Assim que terminar, poderia ler os relatórios dos itens 1 e 6?

Obrigada. (*Pausa.*)

Desculpe, é 1 e 7. Não é 1 e 6, não; é 1 e 7. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está encerrada a votação.

Verificando-se o resultado, vamos lá.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Votaram 5 SIM; 0 NÃO.

Uma abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esporte. Cumprimento também o Senador Paulo Paim e o Senador Carlos Portinho.

Bom, vou ao relatório.

Vem à Comissão de Esporte (CEsp) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 6, de 2017, de autoria do Deputado Veneziano Vital do Rêgo – que hoje está conosco, aqui no Senado Federal –, que tem por finalidade obrigar laboratórios farmacêuticos a alertar sobre a presença de substância proibida em seus produtos que possa caracterizar dopagem.

A proposição altera a Lei nº 6.360, de 1976 – antiga, não é, Senador Carlos Portinho? –, para determinar que os medicamentos que contenham substâncias proibidas pelo Código Mundial Antidopagem tragam alerta sobre essa informação nas bulas e nos materiais destinados à propaganda e publicidade.

O texto prevê que a lei entrará em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que a inserção da informação, colocada nos rótulos, embalagens, bulas e material de propaganda do medicamento, acerca da presença de substâncias proibidas pelas entidades esportivas nacionais e internacionais, seria providência útil a evitar o chamado *doping* acidental.

O projeto foi aprovado pela CTFC e será examinado pela Comissão de Esporte, de onde seguirá ao Plenário.

Foi apresentada uma emenda de redação, a Emenda n°1–CMA, do Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Presente principalmente no mundo do esporte de alto rendimento, o *doping* consiste no uso de substâncias ou na aplicação de métodos específicos com o fim de melhorar o desempenho de atletas em competições. A prática é proibida por ser antiética, por gerar vantagens desproporcionais para um competidor em detrimento dos demais, além de criar riscos elevados para a saúde.

Segundo a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) o *doping*, ou dopagem, é popularmente conhecido como a utilização de substâncias ou métodos proibidos capazes de promover alterações físicas e/ou psíquicas que melhoram artificialmente o desempenho esportivo do atleta.

O *doping* consiste na ocorrência de uma ou mais violações do Código Mundial Antidopagem. Segundo o art. 2.1 do código, configura dopagem a presença de uma substância proibida, de seus metabólitos ou marcadores na amostra de um atleta.

O que busca a proposição em análise é justamente impedir ou reduzir a probabilidade de que atletas façam uso de medicamentos que porventura contenham substâncias proibidas pelas autoridades antidopagem e que, consequentemente, incorram no que se conhece como *doping* acidental, em que não há intenção de se obter as vantagens competitivas proporcionadas pela prática.

Dentre os inúmeros casos de *doping* acidental, destaca-se o da ex-ginasta Daiane dos Santos. Ao se submeter a um tratamento estético, a atleta fez uso inadvertido de um medicamento diurético que continha uma substância proibida. Cabe lembrar que a lista de substâncias proibidas é constantemente atualizada, tornando o acompanhamento extremamente complexo. Nesse episódio, Daiane foi considerada culpada e suspensa por cinco meses das competições.

A divulgação da informação sobre a presença de substâncias proibidas nas bulas e nos materiais de publicidade contribuirá para evitar a ocorrência de novos casos de *doping* acidental e servirá como mais um instrumento para proteger os atletas brasileiros.

O projeto em análise, portanto, é meritório.

Relativamente à técnica legislativa, cabe aprimorar a redação da ementa.

O voto.

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2017, com uma emenda de redação, Emenda n°1-CMA, proposta pelo Senador Carlos Portinho.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, mas já reforço com os colegas e parabenizo também o Senador Carlos Portinho. Certamente, ele vai explicar o motivo da sua emenda, mas fomos atletas, tanto eu como o senhor, e nós sabemos que existe, sim, o tal do *doping* acidental. Comigo já aconteceu em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações... Não comigo, atleta, mas com colegas que tomaram, à época, uma Neosaldina, e tinha uma substância dopante, e ela, uma atleta que era muito importante para o grupo, não pôde competir conosco por causa de um comprimido. Então, isso é muito comum acontecer.

Parabenizo o Senador Veneziano Vital do Rêgo – Deputado à época –, por essa proposição, que é muito importante para o mundo esportivo daqui, do nosso país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também passei por isso: minoxidil.

Senador Portinho, com a palavra, para discutir.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Senadora Leila, acho que não teria, Senador Paim, querido Senador Romário, um momento mais oportuno do que este. Poderia, certamente, ter acontecido a aprovação desse projeto anteriormente; não dependia de nós, esse projeto é de legislaturas passadas, e certamente, Senador Paim, teríamos evitado diversos casos de dopagem.

O Senador Romário sabe, sou dos poucos, posso dizer assim, especialistas em dopagem no Brasil – foi a minha formação dentro do Direito Desportivo –, e o caso, que eu posso afirmar, em que eu defendi atletas com maior frequência foi pelo uso da Neosaldina. A Neosaldina, eu considero o melhor remédio para dor de cabeça – é o único que funciona comigo –, mas eu não sou atleta. Qualquer um de nós aqui poderia tomar uma Neosaldina. Eu imagino um atleta em casa, com dor de cabeça, fala para sua esposa: "Estou com uma dor de cabeça". Ela saca a Neosaldina e dá para ele; inadvertidamente, ele toma, sem saber que, na Neosaldina, há uma substância ainda proibida no esporte, que é o isometepteno, que está na lista das substâncias proibidas pela WADA.

E houve um fato curioso – por isso que eu digo, que é muito oportuno o projeto. Essa semana, o nosso craque, grande atleta, Endrick do Palmeiras, fechou um contrato, Senador Paim, pasmem, com a Neosaldina, para ser o seu garoto propaganda. É piada pronta – é piada pronta. É verdade.

Então, você vê que, inadvertidamente, até para sua imagem, eu espero que ele não tome a Neosaldina. Ele pode fazer a propaganda, mas você vê que ele vai acabar incentivando algum atleta a tomar. Um atleta da base, que o tem como ídolo, vai falar: "Ah, não, toma aquele lá, que o Endrick está lá na capa, faz o anúncio", e vai cair no exame de dopagem. É muito sério isso.

Eu fui às redes essa semana, acusar esse caso, acusar, relatar – noticiar esse caso é o melhor termo –, porque tenho certeza de que o atleta não pensou que está associando a sua imagem... Qualquer um poderia fazê-lo, mas ele está associando a, talvez, o melhor remédio para dor de cabeça, mas que é proibido, porque tem uma substância proibida no esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deve ter a advertência na propaganda, como bem colocou a Senadora Leila, na bula, e essa emenda de redação no rótulo, porque, originalmente, o projeto falava também de no rótulo ter a tarja. Não vai ser venda controlada, mas vai ter a advertência de que há substância proibida no esporte naquele medicamento. Aí o atleta não vai poder alegar o desconhecimento.

Também vai ter que ter esse cuidado, porque é um *doping* acidental, na medida em que o atleta, não necessariamente, tem conhecimento de toda substância.

Todo atleta deve consultar o seu médico ou um médico do clube antes de tomar qualquer medicamento, que é a recomendação – vocês, atletas, nossos ídolos, sabem disso –, mas podem ser induzidos a isso por desconhecimento, inclusive pela propaganda do próprio atleta Endrick, que, essa semana, fechou um contrato – grande até – com a Neosaldina.

Nada contra ele ganhar dinheiro não, tem mais é que ganhar dinheiro, sua imagem vale muito, mas acho que isso deve ser repensado, porque pode induzir outros atletas.

Então, parabéns, Senadora Leila.

Eu até disse, nas minhas redes – e vou fazer aqui a correção, para terminar –, que seria uma iniciativa minha e do Romário, porque nós discutimos isso nesta Comissão de Esporte, aliás, exaltando as audiências públicas que têm sido realizadas nesta Comissão. Você vê que elas estão dando resultado, está havendo produção legislativa com base nessas audiências públicas, mas eu não tinha percebido que a Senadora Leila já estava com a relatoria e que já existia esse projeto, que veio da Câmara inclusive.

Então, levaremos ao Plenário, peço aqui a aprovação de todos – apoiando, no meu voto, o relatório da Senadora Leila, com o reparo de redação – e, posteriormente, no Plenário, para que a gente possa levar ainda mais conhecimento aos atletas e evitar esse *doping* acidental. Certamente ninguém vai correr mais porque tomou uma Neosaldina.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CEsp.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 67, DE 2015

- Terminativo -

Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou, inicialmente, contextualizar aqui com o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Esporte (CEsp), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 67, de 2015, do Senador Romário.

A proposição altera a Lei Pelé, para obrigar as entidades de administração do desporto a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais também para os atletas, profissionais ou amadores, que representem o país em competições internacionais.

Na justificação, o autor destaca o elevado risco associado às atividades desenvolvidas pelos atletas, não apenas durante as competições, mas também durante o período de treinamento. Argumenta, ainda, que a lei não protege adequadamente os atletas brasileiros que participam de competições internacionais e propõe que as entidades de administração do desporto responsáveis por representar o Brasil no exterior se encarreguem de contratar as apólices de seguro em favor dos atletas a elas vinculados.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, a proposição recebeu parecer favorável.

Na então Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Senador Roberto Muniz apresentou relatório pela prejudicialidade da matéria. Na mesma linha, esta Senadora apresentou relatório por sua prejudicialidade em março de 2019. Os relatórios, entretanto, não chegaram a ser votados. Com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despacho do projeto para apreciação exclusiva e terminativa da CEsp, manifestamo-nos novamente sobre o seu teor.

Análise.

Não encontramos óbices quanto aos aspectos constitucionais da proposição. Entretanto, verificamos que o projeto deve passar por adaptações, na forma de um substitutivo, para que a matéria não seja considerada prejudicada.

À época da apresentação do PLS, não havia norma que obrigasse as entidades de administração do desporto a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais para os atletas não profissionais que representassem o Brasil em competições internacionais. O art. 45 da Lei Pelé previa que as entidades de prática desportiva devam contratar seguro de vida e de acidentes pessoais apenas para os atletas profissionais. O assunto ganhou destaque por conta do acidente envolvendo a atleta brasileira Lais da Silva Souza, ocorrido em 2014, na cidade norte-americana de Salt Lake City. Lais acidentou-se durante treino preparatório para os Jogos Olímpicos de Inverno. Entretanto, logo após a apresentação da proposição em março de 2015, outra lei foi aprovada disciplinando o mesmo assunto.

A Lei 13.155, de 2015, acrescentou o art. 82-B à Lei Pelé, determinando que fosse contratado seguro de vida e de acidentes pessoais para atletas não profissionais de modalidades olímpicas ou paralímpicas. Tal obrigação recai tanto sobre as entidades de prática desportiva que mantenham equipes de treinamento de atletas não profissionais de modalidades olímpicas ou paralímpicas quanto sobre as entidades de administração do desporto nacionais.

Posteriormente, foi aprovada a Lei Geral do Esporte (LGE), que avocou a competência da Lei Pelé para tratar do tema. A obrigatoriedade da contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais passou a ser tratada no art. 84 da Lei Geral do Esporte. O referido art. 84, no entanto, não faz distinção entre a obrigatoriedade de contratação do seguro para atletas profissionais ou não profissionais e não traz a mesma clareza quanto à responsabilidade da contratação. O texto não permite afirmar, por exemplo, se atletas não profissionais e não vinculados a organizações dedicadas à prática esportiva profissional estariam cobertos por seguro ao participarem de competições olímpicas e paralímpicas nacionais, trazendo incertezas aos atletas e insegurança jurídica.

Com os vetos presidenciais à LGE, ainda não apreciados, não houve a revogação total da Lei Pelé, de maneira que seu art. 82-B continua vigente. Entretanto, para sanar os problemas mencionados, propomos um substitutivo que acrescente à Lei Geral do Esporte as garantias constantes da Lei Pelé referentes à contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais para atletas não profissionais, seguindo a mesma linha do seu autor, Senador Romário.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2015, na forma do substitutivo apresentado, a que acho que todos os colegas já tenham tido acesso, através do nosso sistema.

Era esse o voto, Sr. Presidente, já parabenizando pela excelente iniciativa e oportunidade de a gente reparar erros que fazem parte do nosso processo aqui.

Eu sempre comento que o legal do legislador é isso. A gente estarta um processo e, nessa trajetória de um projeto se tornar lei, a gente sempre está aqui para resolver e sanar qualquer gargalo. E o Senador Romário teve uma excelente iniciativa.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora Leila. Parabéns pelo excelente relatório. Não poderia estar em melhores mãos.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2015, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Quem vota com a Relatora vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está encerrada a votação.

Vamos verificar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Votaram SIM 5; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovada a Emenda nº 1 – CEsp (Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2015).

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2200, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para fazer um requerimento aqui para poder ordenar, esse é o projeto nº 2 da pauta. Eu tenho também o nº 3, o nº 4 e o nº 6. O nº 2 é o que está...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o 3.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o 3? Perdão. Ah, tá.

Então, eu vou fazer uma sugestão, Sr. Presidente: no item 3 e no item 4, eu estou até com o meu relatório já pronto, só que ele trata da lei de incentivo, em que, na Lei Geral do Esporte, houve um veto... Na verdade, a Senadora Leila trazia a lei de incentivo para dentro da Lei Geral do Esporte – aliás, muito inteligente – e criava o sistema, etc., só que isso foi vetado.

Como a gente ainda não teve a reunião sobre vetos – eu acho até que vai ser mantido o veto sobre isso, a gente não chegou a acordar a derrubada sobre ele –, eu vou esperar ele ser mantido para poder apresentar o meu relatório nos itens 3 e 4, se todos concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k., retirados de pauta os itens 3 e 4.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2200, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2207, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para acrescentar vedação na utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos na referida Lei.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Não apresentado)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o item 2, Senador Romário, Presidente, é sobre esporte também...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O próximo seu é o item 6.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seis? Ah, perdão, desse eu tenho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5436, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para estabelecer que o atleta condenado por dopagem somente terá suspenso o pagamento da Bolsa-Atleta após sentença transitada em julgado imposta por Tribunal de Justiça Esportiva.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Eu sou o autor do projeto; e o Senador Carlos Portinho, o Relator.

Eu concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Romário.

Esse é mais um projeto, Senadora Leila, fruto das audiências públicas que realizamos com frequência aqui.

É um projeto que visa a manter o Bolsa Atleta do atleta enquanto ele exerce o seu legítimo direito de defesa.

Então, eu vou pedir para ir direto à análise, Sr. Presidente.

Passo à análise.

De acordo com o art. 104-H, incisos I e V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp manifestar-se em proposições relativas a normas gerais sobre esporte e para esporte e à Justiça Desportiva, temas presentes no PL 5.436, de 2023.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao mérito da proposição, uma vez que o exame dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será realizado pela CCJ, quando a matéria for deliberada por aquele Colegiado, nos termos do art. 101 do Regimento Interno.

O PL 5.436, de 2023, busca promover alteração na LGE, a fim de aperfeiçoar previsão concernente à suspensão do recebimento de Bolsa Atleta para o atleta condenado por dopagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, a atual redação do §1º do art. 52 da LGE carece de reparo, uma vez não deixar clara a duração dessa suspensão, bem como o momento de sua aplicação, além de remeter à esfera infralegal a regulamentação da questão. Como bem explicitado na justificação da proposição, da forma como está redigido o §1º, pode-se interpretar que, uma vez condenado o atleta por violação à regra de dopagem, ele nunca mais faria jus ao benefício do Bolsa Atleta. Então, embora a sua condenação pudesse ter um prazo certo, como há de ser, de suspensão, a ausência de recebimento do Bolsa Atleta poderia ser uma pena eterna. No entanto, é certo que a suspensão do pagamento do Bolsa Atleta deve perdurar apenas durante o tempo em que o atleta estiver cumprindo a punição imposta pelo Tribunal de Justiça Desportiva – aqui no Brasil, o Tribunal Antidopagem.

Assim, a alteração promovida pelo PL é meritória, ao estabelecer o prazo de suspensão e garantir ao atleta o direito ao esgotamento das instâncias ordinárias.

Não obstante, observamos que, ao fixar a suspensão no âmbito do programa Bolsa Atleta apenas após o trânsito em julgado da sentença condenatória, poder-se-ia, Senador Romário, permitir que o atleta continuasse recebendo o benefício enquanto aguardasse o desfecho do processo no âmbito do Tribunal Arbitral do Esporte, o que poderia levar muitos anos – e a gente sabe que, na instância última recursal, que é a Corte Arbitral do Esporte ou Tribunal Arbitral do Esporte, os processos, principalmente de dopagem, têm um prazo de duração médio de um a dois anos.

Propomos emenda para prever a suspensão a partir da condenação em última instância no âmbito da Justiça Desportiva Antidopagem no Brasil, de modo a coadunar os direitos fundamentais do devido processo e da presunção de inocência com a proteção à integridade esportiva e com o princípio da moralidade. Então, o atleta terá o direito de se defender ainda recebendo o Bolsa Atleta e, quando condenado aqui no Brasil em última instância, a partir daí é que se dará a suspensão, ainda que haja recurso à Corte Arbitral do Esporte e, por isso, ainda que não haja o trânsito em julgado na esfera internacional.

Observamos também a louvável alteração do termo "condenado por dopagem", entre aspas, pela expressão, que é a expressão correta de ser usada, aspas, "resultado adverso em exame oficial antidopagem ou violação das regras antidopagem contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, promulgada pelo Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008", que internalizou aqui essa disposição internacional. Essa modificação vai ao encontro do rigor técnico e jurídico concernente às disposições normativas esportivas internacionais.

Por fim, não nos parece salutar deixar o detalhamento da questão para o regulamento a ser editado pelo Poder Executivo, conforme o atual teor da norma da Lei Geral do Esporte. Cumpre ao Parlamento o estabelecimento de parâmetros claros sobre a matéria, uma vez em jogo princípios como a integridade do esporte, a presunção de inocência e o devido processo legal. Revela-se, mais uma vez, a adequação do presente projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse contexto, a proposição sob análise se revela muito meritória e oportuna, na medida em que traz importante aperfeiçoamento para a nossa legislação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.436, de 2023, com a emenda a seguir, já descrita na minha análise.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho. Parabéns pelo brilhante relatório.

Não havendo quem queira discutir...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Autora da lei... (*Risos.*)

Deixe-me comentar uma coisa.

Primeiro, quero parabenizar a dupla, que está funcionando bem aqui na Comissão de Esporte.

Eu acho que, no texto, ali no final da justificação, Senador Portinho, foi o que você falou e, coincidentemente, eu falei antes. Cada legislação sempre tem o seu *timing* de aperfeiçoamento. E que bom que já foi detectado, até porque vocês participaram comigo desse processo.

É muito importante, antes de colocar de fato o trem nos trilhos, que a gente possa fazer aperfeiçoamentos e que vocês possam trazer, não só através da Comissão de Esporte, mas através de todos os pares desta Casa, aperfeiçoamentos para a Lei Geral.

A lei tem mais de 100 vetos; então, nós sabemos que ela foi... São 300 vetos; então, ela foi bem... Existe uma tentativa clara de fazer muitas e grandes modificações, grandes retiradas, retiradas importantes, mas, sem sobra de dúvida, com relação à dopagem, a gente sabe que muitas vezes o atleta, quando detectado o *doping* dele, porque eu já convivi, não para as atividades dele. E a gente sabe que a bolsa é para justamente manter a estrutura para que ele possa exercer a atividade dele.

Então, é absolutamente pertinente essa mudança no texto para dar tranquilidade a esse atleta até que possa correr toda a ação, ele ser julgado e ser retirada ou não a bolsa.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns aos dois! Parabéns, Portinho e Romário!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Leila.

Agora, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CEsp.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu gostaria de passar a Presidência da reunião à Senadora Leila Barros para que eu possa fazer a leitura do meu relatório, por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Se me permite, só com relação ao item 2 da pauta, (*Fora do microfone.*) que é sobre os jogos da mente, eu estou ainda finalizando o texto. Então, vou pedir a retirada de pauta para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k. Retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2127, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para reconhecer os esportes da mente como práticas desportivas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Não apresentado

Observações:)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 4149, DE 2023

- Terminativo -

Institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 08/11/2023, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Romário para leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Leila.

Vem ao exame da Comissão de Esporte (CEsp), em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 4.149, de 2023, do Senador Confúcio Moura, que institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência.

Na justificação, o autor do projeto destaca o objetivo do PL de dar evidência à importância da prática de atividade física por pessoas com deficiência.

Análise.

O mérito da proposição é inegavelmente louvável, pois promove a causa do paradesporto, destacando as demandas dos paradesportistas brasileiros e buscando fortalecer a qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência. Também sensibiliza a população em geral sobre essa importante causa, destinando uma data e um mês inteiro para ações direcionadas que não são comuns, nem coincidem com outros eventos ou datas comemorativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade, é legítima. Não há vícios de ordem constitucional. Não há também vício insanável de injuridicidade, tendo em vista a realização de audiência pública para instruir a matéria, que aconteceu no dia 8 de dezembro deste ano.

Diante do exposto, solicito aos meus pares a aprovação desse projeto. E o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.149, de 2023.

Senadora Leila, bem rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Romário.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 4.149, de 2023, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Romário.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço para que a Secretaria abra o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Consulto os Senadores se todos os que estão presentes já votaram. (*Pausa.*)

Bom, vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – SIM foram seis Senadores; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção também.

Então, o projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora eu passo a Presidência ao Presidente de fato, o Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Leila.

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4150, DE 2023

- Terminativo -

Declara Robson Sampaio de Almeida, Patrono do Paradesporto Brasileiro.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Presidente.

Eu posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Nos termos do disposto pelo inciso I do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre normas gerais sobre esporte e paradesporto.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre desporto, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Dessa forma, em todos os aspectos, verificam-se a constitucionalidade e a regimentalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º dessa lei, o patrono de determinada categoria será escolhido entre brasileiros mortos há pelo menos dez anos que tenham demonstrado especial dedicação ou se distinguido por excepcional contribuição ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma. A seu turno, o art. 2º da mesma norma define que a outorga de referido título é homenagem cívica a ser sugerida em projeto de lei específico, da qual deverá constar a justificativa fundamentada da escolha do nome indicado.

No caso ora em tela, observamos que o homenageado faleceu em 11 de janeiro de 1987, portanto há mais de dez anos. Outrossim, é inegável o seu legado para o segmento de atuação, qual seja, o paradesporto brasileiro.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, o projeto também merece prosperar.

Se o Brasil é hoje considerado uma das grandes potências do paradesporto, a trajetória de Robson Sampaio de Almeida merece ser sempre lembrada e exaltada. Ele foi, sem dúvida, um dos responsáveis pelo desenvolvimento dessa prática em nosso país.

Sampaio havia viajado para estudar nos Estados Unidos e lá sofreu um grave acidente enquanto trabalhava numa fábrica de papel, o que o deixou paraplégico. Durante o processo de fisioterapia, ele teve contato com a prática esportiva adaptada e, em especial, com o basquete em cadeira de rodas.

Ao regressar ao Brasil, Sampaio trouxe também o paradesporto e, ainda no final da década de 1950, fundou o Clube do Otimismo, primeiro movimento nacional voltado para a prática esportiva por pessoas com deficiência, ainda antes da realização dos primeiros Jogos Paralímpicos, em Roma, em 1960.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estreia do Brasil no Jogos Paralímpicos se deu na edição de 1972, realizada em Heidelberg, na Alemanha Ocidental. Robson Sampaio competiu tanto no basquete quanto no atletismo, especificamente na prova de arremesso de dardo de precisão. Foi na edição seguinte, em 1976, que o nome de Sampaio ficou eternizado no paradesporto brasileiro, ao conquistar, ao lado de Luiz Carlos Costa, a primeira medalha paralímpica para o nosso país, na modalidade *lawn bowls*, uma variação da bocha praticada em campos de grama. Robson Sampaio ainda participou da competição de tiro nessa edição.

Declarar Robson Sampaio de Almeida Patrono do Paradesporto Brasileiro fará jus à relevância de seus feitos paradigmáticos para o paradesporto nacional e servirá de inspiração para as futuras gerações. Diante do exposto, não há dúvida de que o projeto sob exame é meritório.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.150, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora Mara. Como sempre, brilhante. Parabéns!

Parabéns ao Senador Confúcio também pela autoria do projeto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 4.150, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está encerrada a votação.

Vamos verificar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São 5 SIM; 0 NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abstenção: 0.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Romário e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Avaliação de política pública**. **Finalidade:** Deliberação do relatório da senadora Mara Gabrilli referente à avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Mara Gabrilli, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à apresentação, nos termos do art. 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, de Indicação a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte (MEsp), a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2025.

Sras. e Srs. Senadores, convidados presentes, autoridades do esporte e todos que nos acompanham pela TV Senado e Rádio Senado também, bom dia.

Hoje temos uma pauta de grande importância para a política esportiva nacional. Vamos deliberar sobre a avaliação de política pública referente ao Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025, relatado pela Senadora Mara Gabrilli. Trata-se de um programa essencial para a inclusão, o desenvolvimento e o fortalecimento do esporte paraolímpico no nosso país.

Quero desde já registrar o reconhecimento desta Comissão de Esporte ao trabalho sério, dedicado e tecnicamente qualificado da Senadora Mara Gabrilli, cuja contribuição é central para o aperfeiçoamento às ações do Estado brasileiro no paradesporto.

A avaliação não é um rito; é um instrumento de melhoria contínua, de transparência e de responsabilização.

Senhores, antes de registrar os demais acontecimentos do esporte brasileiro, é preciso celebrar uma conquista histórica. Foi sancionada pelo Presidente da República, o Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula, a quem agradeço em nome do esporte, a Lei de Incentivo ao Esporte permanente – agora permanente –, que tive a honra e a responsabilidade de relatar aqui no Senado Federal. Esta é, sem exagero, uma das decisões mais importantes para o futuro do nosso esporte brasileiro há décadas. A partir de agora, o esporte deixa de viver sob as incertezas de renovações periódicas. Atletas, entidades, projetos sociais e todo o ecossistema esportivo passam a contar com a segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade para planejar seus ciclos. O Estado brasileiro assume compromisso definitivo com uma ferramenta que já demonstrou impacto social, educacional, econômico e formativo.

Como ex-atleta e, agora, como legisladora, sei exatamente o quanto isso representa. É uma vitória construída a muitas mãos e que reforça a missão desta Comissão de trabalhar por políticas públicas estáveis, modernas e capazes de transformar vidas.

Vamos, então, aos demais acontecimentos recentes do esporte brasileiro.

O Brasil viveu um momento histórico na semana passada, no último sábado, com o Flamengo se tornando o primeiro clube brasileiro tetracampeão da Copa Libertadores da América. Como flamenguista – todos vocês sabem; fui atleta também, inclusive, do Flamengo –, eu confesso a minha alegria, mas, acima de tudo, destaco o que isso representa para o nosso esporte nacional. Representa excelência, mobilização, identidade e, é claro, paixão. Quem é flamenguista, quem ama o esporte nacional sabe do que eu estou falando. A festa no centro do Rio de Janeiro, com trio elétrico e milhares de torcedores, demonstrou o tamanho dessa conquista para todos os torcedores rubro-negros.

Eu aproveito também para parabenizar a Sociedade Esportiva Palmeiras, na figura da sua Presidente, a minha xará, Leila, e sua imensa torcida pelo vice-campeonato e pela campanha histórica na Libertadores, confirmando que o futebol brasileiro se tornou hegemônico no nosso continente.

Ainda no futebol, registro também a importante iniciativa do Corinthians e do Botafogo no combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio, exemplo de como o esporte pode, sim, mobilizar e deve também educar e transformar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O basquete brasileiro também brilhou: foi bronze para as Seleções Masculina e Feminina na AmeriCup, no basquete 3x3; vitória da nossa Seleção Masculina nas eliminatórias da Copa do Mundo, superando um apagão e vencendo o Chile em casa.

Em Brasília tivemos um final de semana muito especial, com a vitória do Nelsinho Piquet na etapa da Stock Car, fortalecendo a posição da nossa capital como sede de grandes eventos esportivos.

No tênis, o jovem tenista Luis Guto Miguel conquistou o título do J500 de Mérida, sinalizando que o Brasil segue revelando talentos competitivos no cenário internacional.

O COB viveu um dia de importantes avanços, com destaque para Davi Souza de Lima, no atletismo, e Clarisse Vallim, no judô, nos Jogos da Juventude, patrocinados pela Caixa; a criação da Medalha Vanderlei Cordeiro de Lima, que homenageia um dos maiores símbolos do espírito olímpico; parceria com o Ministério da Igualdade Racial para desenvolver o mapeamento da discriminação racial no Brasil – no nosso esporte de modo geral, no nosso país –; e mais uma edição marcante do Prêmio Brasil, consagrando os destaques do ano, que será agora no dia 11. Quero convidar todos os brasileiros e brasileiras para acompanharem esse importante prêmio.

Eu fui... Olha, eu gosto muito de lembrar, porque a gente tem uma história no esporte brasileiro. No ano de 2000, eu ganhei Melhor Atleta na minha modalidade, voleibol, e fui a Melhor Atleta Feminina no ano de 2000. Fomos eu e o Guga Kuerten, do tênis. Então, olha só, é um prêmio que realmente é, digamos, o Oscar do esporte nacional. Existe desde 1999 – eu me lembro da primeira edição –, e estamos em 2025, mostrando que o Comitê Olímpico do Brasil faz questão, e é importante a gente registrar os destaques do ano e suas modalidades, o trabalho dos técnicos, das comissões técnicas, enfim, desse ecossistema enorme que nós temos reunido nesse grande evento que é o Prêmio Brasil, do Comitê Olímpico Brasileiro. Então, parabéns à administração do COB, na figura do seu Presidente, Marco La Porta.

Eu gostaria também... É claro, é impossível não relacionar à pauta desta reunião a avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede e as conquistas recentes do movimento paraolímpico.

O Brasil sediará os mundiais de futebol de cegos, feminino e masculino, em 2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado de São Paulo venceu as Paralimpíadas Escolares pela décima terceira vez.

O rondoniense Cristian Ribera abriu a temporada com dois ouros na neve, na Copa Continental, na Noruega.

O Instituto Athlon foi campeão da Copa do Brasil de Paraciclismo de Estrada.

E, por fim, meus parabéns à CBAt, que é a nossa Confederação Brasileira de Atletismo, que celebrou 48 anos, registrando o melhor mundial de sua história, fruto do trabalho técnico e, é claro, da gestão eficiente na figura do Wlamir, que é o Presidente – eu não lembro, perdão, o sobrenome do Wlamir, mas tem feito uma excelente gestão. Eu o parabenizo e todo o corpo técnico da Confederação Brasileira de Atletismo.

Tudo isso demonstra, de forma incontestável, o potencial do Brasil e a relevância de termos políticas públicas bem-avaliadas, estruturadas e, é claro, monitoradas, para vermos toda a sua eficiência.

Que tenhamos uma reunião produtiva, guiada pela responsabilidade pública, pela transparência e pelo compromisso com o esporte brasileiro forte, moderno, inclusivo e estruturado.

Muito obrigada.

Agora vamos aos comunicados da Presidência.

Eu gostaria de comunicar, com grande pesar, que, no dia de hoje, faleceu aos 55 anos o ex-árbitro de futebol Luiz Antônio Silva dos Santos, mais conhecido como Índio. O Índio participou e promoveu relevantes contribuições ao grupo de trabalho desta Comissão que debateu a profissionalização dos árbitros de futebol, enriquecendo os debates com a experiência adquirida durante toda a sua trajetória profissional. Então, em nome desta Comissão, desta Presidência, nós nos solidarizamos com a família e com todos os amigos do nosso querido e saudoso Índio.

Vamos à aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Bom, a primeira parte da nossa reunião é a avaliação de política.

A presente reunião está destinada à deliberação do relatório da Senadora Mara Gabrilli referente à avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.

Eu concedo a palavra à minha querida Senadora, minha companheira de bancada, Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, minha Senadora, nossa Presidente Leila. Bom dia para todos.

É uma honra, Leila, estar aqui neste momento, num dia como hoje, que é um dia muito especial, para poder fazer a leitura da avaliação da política pública do nosso Programa Paradesporto Brasil em Rede, do Ministério do Esporte. E minha honra, Leila, é porque hoje é dia 3 de dezembro. Hoje é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e no nosso relatório da avaliação da política pública da CEsp nos debruçamos sobre o Programa Paradesporto Brasil em Rede, do Ministério do Esporte, a partir dos Requerimentos nºs 6 e 40, de 2025, ambos de minha autoria.

O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência foi instituído em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de envolver todos os países na comemoração da data, gerando conscientização, compromisso e ações que promovam os direitos à inclusão social das pessoas com deficiência. E o esporte, aliado à educação, são as nossas ferramentas mais poderosas de inclusão. Eu vivo repetindo isto: nada é tão poderoso aliado à educação como o esporte pode ser para transformar vidas. Tanto é que as primeiras Paralimpíadas foram promovidas em 1960, em Roma, como uma forma de valorizar e reabilitar as milhões de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feridas na guerra mundial; e foram 400 atletas inscritos, de 23 países, com o lema "Espírito em movimento".

As últimas Paralimpíadas, em 2024, em Paris, reuniram mais de 4,4 mil atletas, de 185 países, participando de 22 modalidades esportivas. O Brasil enviou uma delegação, Leila, de 280 atletas, sendo a sua maior participação feminina na história dos Jogos, e isso nos dá muita alegria. E nossas atletas e nossos atletas brasileiros conquistaram um recorde de 89 medalhas em Paris: 25 de ouro, 26 de prata, 38 de bronze. Essa foi a melhor campanha do Brasil nos Jogos Paralímpicos, superando as 72 medalhas de Tóquio, em 2020, e do Rio de Janeiro, em 2016.

E hoje, no dia 3 de dezembro, eu presto todo o meu respeito e a minha homenagem aos nossos paratletas e a todas as pessoas com deficiência que praticam esporte. E quero aproveitar, já que falamos tanto das Paralimpíadas de Paris, e cumprimentar também, então, o nosso Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado, que fez toda a diferença nesse trabalho no Brasil. O Brasil vai ser eternamente grato pelos resultados de Paris ao Mizael também.

Peço licença para a nossa Presidente para apresentar um resumo do relatório da avaliação da política pública da CEsp, já que a sua íntegra, com tabelas e dados completos, já está disponível para todos desde 11 de novembro, quando a gente protocolou no *site* da Comissão. E trata-se de um relatório com 37 páginas, bastante robusto, detalhado, do trabalho que realizamos.

Só que eu queria agradecer, especialmente, todo o apoio que a gente recebeu, ao longo dessa avaliação, da nossa querida Presidente, a Senadora Leila, e de toda a equipe da Comissão, na pessoa do Secretário Flávio Eduardo de Oliveira Santos.

Agradecemos também pela parceria e dedicação da nossa Consultoria Legislativa do Senado Federal, na pessoa dos consultores Leonardo de Vargas Marques e Gabriel Penna Firme de Mello. Sempre um agradecimento, com todo o coração, à nossa Consultoria Legislativa, que tanto nos ensina.

Introdução e contextualização da nossa política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão de Esporte realizou a avaliação do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), do Ministério do Esporte, que foi instituído em março de 2024. Trata-se de uma política pública federal estruturante e inovadora, concebida para fomentar uma rede colaborativa que articule a prática esportiva, a inclusão social e a produção de conhecimento científico aplicado para pessoas com deficiência.

De acordo com dados de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil possui 14,4 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, sendo que 8,25 milhões são mulheres. Complementarmente, dados da Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPar) do Ministério do Esporte indicam que 80% dos municípios brasileiros não dispõem de ações esportivas específicas para esse público, uma lacuna que o programa em avaliação visa preencher.

Por outro lado, nunca é demais lembrar que a inação diante desse cenário implica custos sociais, custos de saúde a longo prazo, revelando que iniciativas como o PPBR devem ser comprometidas e compreendidas como investimentos inteligentes e sustentáveis na construção de uma sociedade muito mais saudável, inclusiva e feliz.

Ademais, a ausência de políticas públicas possui reverberações em âmbito regional, como aponta o núcleo da Universidade Federal de Catalão sobre a carência de apoio no interior de Goiás, sublinhando o papel essencial do PPBR como, muitas vezes, a única iniciativa estruturada nessas localidades.

A arquitetura operacional do PPBR é fundamentada em um modelo de rede colaborativa que articula três componentes principais: a Secretaria Nacional de Paradesporto, que atua como a entidade governamental responsável pelo fomento e supervisão da política; o Núcleo Gestor, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que funciona como o centro de coordenação, responsável pelo acompanhamento, monitoramento e padronização dos processos; e, por fim, os Núcleos de Atendimento, baseados em instituições federais de ensino superior e que são as unidades executoras que implementam diretamente as atividades de extensão, pesquisa e informação.

Os objetivos estratégicos do programa são superclaros e alinhados às necessidades identificadas no país. São eles: ampliar o acesso ao paradesporto, com foco deliberado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expandir a oferta para localidades onde as iniciativas são escassas, priorizando as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; promover a equidade de gênero, estabelecendo a diretriz de garantir que 50% das vagas sejam destinadas a meninas e mulheres com deficiência, um público que enfrenta vulnerabilidades ampliadas e, infelizmente, acumuladas; e fomentar a tríade universitária, integrando, de forma indissociável, o ensino, com formação de novos profissionais, a pesquisa, com a produção de conhecimento científico qualificado, e a extensão, com serviço direto e transformador à comunidade. (*Pausa.*)

Eu vou para a análise dos resultados.

A análise das informações disponibilizadas pelo Ministério do Esporte e dos depoimentos permite inferir que o PPBR, apesar de operar em um cenário de barreiras sistêmicas, tem alcançado sucessos notáveis, mesmo diante de limitações orçamentárias e atrasos recorrentes nos repasses em algumas instituições federais – apontaram.

O programa também demonstra ser um modelo eficaz na expansão do acesso ao paradesporto e na geração de impacto positivo e multifacetado. Ressalta-se que essas conquistas, embora significativas, foram obtidas sem o PPBR. Por exemplo, fornecer ou subsidiar transporte aos atletas com deficiência que eram participantes dos eventos e que precisavam deslocar-se por conta própria e enfrentar uma barreira adicional, já que, infelizmente, ainda não há o pleno transporte acessível nos municípios brasileiros, especialmente quando falamos de transporte intermunicipal e redes de mobilidade urbana, sendo que, pela legislação brasileira, todo sistema de transporte brasileiro já deveria ser acessível desde 2014.

A expansão do programa é um de seus principais êxitos. Atualmente são 558 pessoas com diferentes deficiências atendidas em dez núcleos em operação, e muitos superam as metas de atendimento.

A Universidade Federal da Grande Dourados, por exemplo, atende 109 beneficiários, e a meta era de 100, nas modalidades de atletismo, *crossfit* e jiu-jítsu; enquanto a Universidade Federal do Mato Grosso alcançou 62 participantes, numa meta de 55, no golbol, no atletismo paraolímpico, na natação paraolímpica e, também, na equoterapia, atividade sobre cavalo, que não é modalidade paraolímpica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A forte demanda é evidenciada pelo núcleo do Instituto Federal de Juazeiro do Norte, no Ceará, que já possui lista de espera e oferece as modalidades de bocha, natação, halterofilismo e golbol, todas paraolímpicas, e ainda o futsal e o voleibol, para pessoas surdas e com deficiência intelectual, que não são modalidades paraolímpicas, assim como o atletismo, para pessoas com deficiência intelectual.

O modelo... Eu estou aqui sorrindo, Leila, porque é muito interessante a gente ver tantas modalidades paraolímpicas que não existem no esporte olímpico, mas muitas pessoas que não têm deficiência buscam essas modalidades porque são novidades, são diferentes, e isso é muito gratificante.

O modelo de execução por meio das universidades federais gera retornos expressivos sobre o investimento, especialmente em suas três áreas-chaves, que são as seguintes.

Primeira, a formação de capital humano. O programa cria uma força de trabalho rara, especializada em paradesporto, e, ao preencher uma lacuna nacional de competências a um custo reduzido, a gente já ganha. E aí, ao oferecer bolsas de extensão, consolida-se como um campo prático fundamental para estudantes de educação física, fisioterapia, terapia ocupacional, qualificando a sua formação com experiência direta e supervisionada.

Segunda, produção científica e inovação. A vinculação ao ambiente acadêmico resultou em uma vasta produção de conhecimento, incluindo trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e artigos científicos. Destaca-se a criação do manual de avaliação PPBR, pelo Núcleo Gestor da UFMG, uma ferramenta que padroniza a coleta de dados em toda a rede, além de fortalecer o potencial de pesquisa e a geração de evidências para a formulação de políticas públicas.

A terceira é o impacto social e comunitário. Os depoimentos das beneficiárias, que a gente colheu em audiências públicas realizadas aqui na CEsp, revelam duas realidades. Onde a coesão comunitária existe, os participantes superam as falhas sistêmicas por meio de ajuda mútua, como a rede de caronas descrita por Rosenilda Aoyama, beneficiária do núcleo da UFGD: "Um dá carona para o outro, o outro dá carona, então a gente vai se ajudando". Onde essa rede não existe, o fardo recai sobre o indivíduo, impondo custos financeiros e físicos significativos, como relata Maria Furtado, da IFCE, que enfrenta, lá no Ceará – segundo ela nos disse –, o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacrifício para conseguir se deslocar ainda de mototáxi. E, ainda assim, o programa também gera resultados competitivos, como o atleta de bocha do IFCE que se tornou campeão regional.

Outro item, o transporte e a acessibilidade.

Este é, inequivocamente, o desafio mais recorrente e crítico, citado por coordenadores de múltiplos núcleos da UFGD, da UFPA, da UFCAT. O testemunho da Maria Furtado, beneficiária do PPDR, no *campus* do Juazeiro do Norte, é contundente ao descrever o custo financeiro e o sofrimento físico do seu deslocamento. Ela diz: "Eu não posso pagar um carro Uber, eu estou indo de moto, eu sinto dores também na coluna"; ou seja, é inegável a ausência de transporte público acessível e adaptado. A falta de transporte impõe-se como uma das principais barreiras, se não a principal de todas as barreiras à participação e à permanência no programa.

Outro item, financiamento e infraestrutura.

Limitações orçamentárias, igualmente, representam um obstáculo significativo. O relatório do IFCE, de Juazeiro do Norte, por exemplo, detalha múltiplos atrasos de meses na liberação de recursos, o que comprometeu severamente o planejamento. Há também uma carência de materiais esportivos oficiais, como também exemplificado por Rosenilda Aoyama, beneficiária do núcleo da UFGD, que adquiriu com recursos próprios um dardo de R$2 mil para poder treinar na modalidade. A precariedade de infraestrutura universitária, mencionada pela Profa. Marília Passos Magno e Silva, da UFPA, também restringe a qualidade e a segurança das práticas.

E, por último, os desafios regionais e operacionais. Questões específicas de cada localidade adicionam complexidade. O núcleo da UFGD está localizado a 15km do centro de Dourados, dificultando o acesso. No entorno do *campus* da UFPA, em Belém, graves problemas de segurança pública impedem a oferta de atividades noturnas. Em nível nacional, dados da Secretaria Nacional de Paradesporto indicam que 80% dos municípios carecem de ações específicas para o estímulo do paradesporto, cenário espelhado regionalmente, como aponta o relatório do núcleo da UFCAT sobre a carência de apoio no interior de Goiás, que reforça o papel do PPBR como a única iniciativa disponível em muitas regiões.

Agora vamos para a gestão, governança e perspectivas futuras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A governança do PPBR tem evoluído para fortalecer sua estrutura e para garantir maior eficácia. Em janeiro agora de 2025, o Núcleo Gestor foi transferido para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que assumiu a função estratégica de monitorar, padronizar e apoiar a rede.

Esforços de padronização, como a criação do Manual de avaliações do PPBR, são extremamente necessários para a geração de dados robustos e comparáveis em toda a rede. Ademais, o tratamento de dados é essencial para se pleitear mudanças de políticas públicas, pois podem quantificar com precisão o impacto de barreiras, como as falhas de transporte, nos resultados do programa.

Nesse sentido, o avanço foi a institucionalização do PPBR como política pública permanente, formalizada pela Portaria nº 38 do Ministério do Esporte, em 19 de março de 2024. Tal medida representa uma transição de um modelo pendente e dependente de termos de execução descentralizada (TEDs) para um programa de Estado. E conforme destacou o Prof. Mário Sérgio, da UFGD, essa formalização permite que "a gente possa realizar um planejamento maior", diz ele, por conferir visão de longo prazo e estabilidade aos núcleos.

Os planos de expansão apresentados por Rodrigo Abreu, Coordenador-Geral da SNPar, apontam a necessidade de se capilarizar o acesso ao paradesporto. Conforme apresentado pelo representante do Ministério do Esporte, na audiência pública que realizamos em 14 de outubro de 2025, o planejamento para 2025 contempla o acréscimo de quatro novos núcleos, elevando o total da rede para 14 unidades operacionais. É relevante mencionar que, até o final de 2025, o investimento total previsto para os 14 núcleos é de R$4,182 milhões.

A meta final e estratégica do programa é alcançar a expansão para todas as 27 unidades federativas do Brasil, ou seja, a obtenção plena dessa meta implicaria a adição de 13 novos núcleos à rede já existente.

Os custos projetados para a concretização dessa universalização são os seguintes. Primeiro, investimento para a implementação, para a implantação. O custo adicional de implantação para os 13 novos núcleos necessários para se atingir a meta do total das 27 unidades foi estimado em R$2,860 milhões; o custo de manutenção anual para a manutenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da rede completa dos 27 núcleos, o custo anual projetado, com base, em média, de R$115 mil por núcleo, alcançaria um somatório de R$3,1 milhões.

Esse valor, contudo, está sujeito a variações, podendo aumentar em função de necessidades adicionais, como a aquisição de material de consumo, a reposição de equipamentos ou uniformes e o fornecimento de transporte acessível para os beneficiários com deficiência.

Conclusão.

O Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) afirma-se como um modelo de política pública de alta relevância social, que demonstra resultados expressivos na promoção da inclusão, da saúde e da cidadania das pessoas com deficiência. Sua arquitetura, que integra a *expertise* das universidades federais na tríade de ensino, pesquisa e extensão, prova ser eficaz, além de um vetor de formação de capital humano e produção de conhecimento. Conclui-se, pois, que o programa possui uma estrutura bem-sucedida e um impacto transformador na vida de seus beneficiários; e, no entanto, seu potencial é severamente limitado por barreiras de financiamento, mas também por barreiras estruturais, que extrapolam sua governança. Os desafios relacionados ao transporte e à infraestrutura são os principais gargalos que impedem que mais cidadãos sejam alcançados por essa iniciativa.

Diante do exposto, recomenda-se que esta Comissão de Esporte considere os resultados desta avaliação para propor ações que visem fortalecer o PPBR. São elas recomendadas, em especial:

a) Indicação ao Poder Executivo de sugestão de encaminhamento ao Presidente da República para que o Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte, criem uma modalidade ou diretriz específica do Programa Caminho da Escola. O objetivo é garantir recursos perenes e interministeriais para o transporte adaptado dos beneficiários do PPBR, com vistas à superação da vulnerabilidade logística.

b) Formação contínua. Recomenda-se ao Núcleo Gestor a consolidação de um programa de formação continuada obrigatória para bolsistas e acadêmicos, com foco em protocolos de avaliação física e métodos de ensino ou aprendizagem específicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) Gestão do conhecimento. Recomenda-se o treinamento de gestores locais no uso de plataformas de visualização e análise de dados, como Power BI e o Microsoft Forms, para garantir a higidez, a tempestividade e a qualidade da avaliação de impacto do programa.

d) Catalogação de recursos. Recomenda-se o mapeamento de equipamentos e instalações disponíveis nas esferas municipais e estaduais, para que os núcleos de atendimento possam estabelecer parcerias estratégicas para uso compartilhado de recursos.

Por fim – já estou terminando –, agradeço aos participantes da audiência pública interativa que foi realizada em 14 de outubro de 2025, incluindo o representante do Ministério do Esporte, Rodrigo Abreu de Freitas Machado, aos Professores e pesquisadores Andressa da Silva de Mello, Ialuska Guerra, Mário Sérgio Vaz da Silva, Marília Passos Magno e Silva, e às beneficiárias Maria Furtado de Souza e Rosenilda Aoyama.

Eu gostaria de destacar a importância de termos gestores como o ex-Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que eu já mencionei, o meu querido amigo Mizael Conrado, que é um grande atleta, bicampeão paraolímpico de futebol de cegos, e que se mostrou realizando um trabalho de total excelência à frente do CPB entre 2017 e 2024 – e continua lá executivamente nos ajudando. Através do Mizael, quero cumprimentar toda a equipe que trabalhou pelas Paralimpíadas, que trabalham no CPB e que deram de um tudo, todos os esforços possíveis, para que a gente tivesse o resultado que tivemos. Suas brilhantes contribuições resultaram em avanços expressivos, um verdadeiro salto gigante ao nosso paradesporto brasileiro.

Parabenizo também o Ministro do Esporte, André Fufuca, por dar prioridade ao paradesporto em sua pasta.

Eu finalizo o nosso relatório, Sra. Presidente, com um profundo desejo de que o Programa Paradesporto Brasil em Rede seja cada vez mais ampliado, com novos núcleos, maior abrangência pelas regiões do país e novas modalidades do paradesporto, para atrair e oferecer oportunidades a mais atletas com deficiência de poder participar.

Agradeço a oportunidade de fazer a avaliação de um programa tão relevante. O esporte sempre fez parte da minha vida, desde criança. Depois do acidente que mudou todos os meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parâmetros da vida, há 30 anos, eu fundei uma organização, inicialmente chamada de Projeto Próximo Passo, que hoje é o Instituto Mara Gabrilli, com o objetivo de ajudar a melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência, principalmente através do esporte, que foi uma das ferramentas mais potentes que nós conseguimos achar. E muitos dos nossos atletas nos trouxeram medalha.

Muito do que eu aprendi e que hoje norteia o meu trabalho parlamentar foi com os atletas. Leila, foram os atletas do meu instituto que me pediram para que eu saísse candidata a Vereadora. Eu tenho muita gratidão por eles, muito do que eu aprendi foi com eles, no meu trabalho parlamentar, e já incentivamos cerca de 200 paratletas no instituto, em modalidades como natação, basquete, atletismo, ciclismo, remo. Eu sou muito grata aos atletas, porque foram eles que me imbuíram do desejo de transformar as cidades.

Nosso trabalho de avaliação na CEsp foi muito gratificante. Aprendemos mais sobre o paradesporto, conhecemos novos atletas motivados e inspiradores, mais profissionais que trabalham para ampliar o acesso ao esporte e a inclusão social dos brasileiros com deficiência.

E neste 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, queremos, cada vez mais, essa motivação que o esporte nos traz, com doses de esperança, alegria, inspiração e muita superação.

Inclusive, eu gostaria de ressaltar que amanhã, dentro das iniciativas que o Senado Federal promove todos os anos em sua semana de acessibilidade, acontecerá a inauguração da Sala de Descompressão Sensorial. Trata-se de um espaço dedicado a oferecer acolhimento e autorregulação emocional para todas as pessoas com autismo e neurodivergentes que trabalham aqui ou visitam a nossa Casa.

Eu quero parabenizar a nossa querida Diretora-Geral, a Ilana Trombka, por liderar esse trabalho brilhante. Ilana, meus parabéns!

O Senado brasileiro, com certeza, conquistou mais uma... É mais uma conquista, porque eu não tenho dúvida de que foi o primeiro Parlamento no mundo a oferecer um espaço assim. E esse espaço oferecido, um espaço seguro, livre de poluição visual, livre de poluição sonora, com mobiliário especialmente selecionado para garantir conforto e bem-estar, reforça o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso do Senado Federal e de todos os seus membros com a inclusão e com o cuidado e respeito à diversidade humana.

Nossa, é muito gratificante, para mim, fazer essa leitura diante de uma Presidente como você, Leila, diante de uma atleta que tanto agregou, que tanta felicidade trouxe ao nosso país. Eu quero, então, na sua pessoa, parabenizar os nossos times vencedores, porque o Palmeiras também foi um vencedor, mas vencedor é o Brasil, é o nosso esporte. Cumprimento a todos. E me solidarizo com a morte do atleta que você mencionou.

Um bom Dia Internacional da Pessoa com Deficiência para todo mundo! Um dia bom para a gente refletir, Leila, que um país que é bom para quem tem uma deficiência, seja no esporte, seja na saúde, seja no transporte, seja no trabalho, seja na cultura, seja onde for, se o país for bom para quem tem deficiência, ele vai ser muito melhor para todos os cidadãos.

Obrigada, Leila. Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Mara, nós que agradecemos – eu, em particular – o privilégio de ter você como membra desta Comissão, uma parceira da Bancada Feminina, um exemplo de força, de resiliência, de uma pessoa cheia de atitude, de amor pela vida. Cara, desculpa, eu estou aqui na TV Senado, mas quero falar para você que você é tudo de bom nessa vida, uma alma maravilhosa. Nossa, que prazer!

E, olha, quero te dar os parabéns pelo relatório, um relatório muito preciso. Parabenizo a sua equipe; a Consultoria aqui do Senado; a nossa Comissão de Esporte, os servidores da nossa Comissão de Esporte, na figura do nosso Secretário Flávio.

Enfim, é um prazer, um prazer mesmo, estar todo dia aqui com vocês, aprendendo, evoluindo, entendendo os inúmeros desafios que a gente tem aqui dentro desta Casa. Porque a gente trata de tudo, a gente vivencia tudo, a gente experimenta de tudo; são inúmeras sensações: é frustração, é alegria. Num dia, que tem 24 horas, você vive inúmeros sentimentos e emoções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito bom estar nesta manhã, agora, no dia 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, lendo sobre a avaliação desse programa importante, que é o Programa Paradesporto em Rede, tendo um relatório tão preciso e, ao mesmo tempo, preocupante. É claro que a gente sabe que é um relatório que fala de um projeto que é bem-sucedido, em termos da essência dele, mas pensar que, num país continental, dentro do Ministério do Esporte, a gente tenha apenas de orçamento R$3 milhões para atender 27 núcleos e, para esses núcleos, apenas R$115 mil, que vão chegar, num total, a um pouco mais de R$3 milhões para atender o que de fato nós precisamos atender, em termos de acesso, de ter o esporte acessível à pessoa com deficiência, é muito preocupante.

Você falou do básico, que é o transporte que não é adaptado, da dificuldade de orçamento, do acesso a essas pessoas. É um projeto que a gente sabe que, se for investido, será muito exitoso, mas ainda assim carece de estrutura, carece de financiamento, como você falou, e carece de vontade política, porque quem decide orçamento são os políticos, são os ministros, é o Executivo, somos nós aqui. Você abriu uma janela para nós, uma janela de oportunidades, porque, ao mesmo tempo em que você fala das preocupações, fala dos gargalos, você traz sugestões. Enfim, quero parabenizá-la, parabenizar os nossos paratletas e todas as pessoas com deficiência no nosso país por este dia importante, porque é importante reforçar essa luta, essa união de todos nós no sentido de trazer acessibilidade, de trazer dignidade e de tratar dessa política com responsabilidade. Esse programa é fundamental.

Assim como eu gostaria de citar aqui a presença do nosso Presidente, o atual Presidente do CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), Sr. José Antônio Freire, e está aqui o Daniel Brito também, que representa o CPB, mas também cumprimentar, além dos dois, o Mizael, o Yohansson também, enfim, todo o corpo técnico e administrativo do CPB.

Eu tive a oportunidade, Mara, agora, você sabe disso, porque você iria, mas, enfim, você teve, com essa agenda louca nossa, esse compromisso, não é? Você fez falta ali, mas eu sei que você entende e sabe muito da estrutura, porque você é muito próxima ao Mizael, você sabe ali da luta, porque você também participou para que o CPB tivesse aquela estrutura hoje que tem ali em São Paulo, uma estrutura maravilhosa. Nós estivemos lá, a Camila e o Fábio estiveram comigo lá, visitando a estrutura do CPB, que não deve para nenhum país de primeiro mundo. Quero parabenizar – já aproveitando, Mara e todos que nos assistem hoje à leitura do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório – o José Antônio por estar aqui, acompanhando a leitura do seu relatório, junto com o Daniel, que representam... E fazem um trabalho belíssimo. E a gente tem que tratar também de orçamento para o CPB, porque, se hoje o Brasil é uma potência paraolímpica, certamente foi o trabalho do Mizael, com a continuidade do José Antônio e de toda a equipe que está ali, e aquela estrutura que nós temos, fora os núcleos, porque nós estivemos lá acompanhando – estava tendo até os jogos escolares paraolímpicos – e estava incrível, cheio de jovenzinhos com deficiência, já estavam fazendo os testes ali, para ver em quais categorias iriam participar em suas modalidades; um trabalho incrível, com profissionais extremamente qualificados. E aí a gente vê por que, hoje, o Brasil é uma das cinco principais potências paraolímpicas mundiais.

Hoje o Brasil é a quinta potência no mundo do movimento paraolímpico e, é claro, a gente deve ao investimento... A mudança foi por isso. A Lei das Loterias foi um momento de virada de chave com relação ao movimento paraolímpico. Mas a gente sabe que, com o potencial que o Brasil tem com esses programas, como o programa sobre o qual você leu aí, que é o Paradesporto em Rede, com os trabalhos desenvolvidos pelo CPB, o Brasil pode e deve ser muito mais visto e, digamos, respeitado. E, acima de tudo, quanto à questão do investimento de todos nós, figuras públicas, pessoas que, de fato, estão aqui decidindo o orçamento, a gente tem que dar, digamos, mais oportunidades para que essa gestão, que é uma gestão exitosa, faça o seu trabalho, como ela vem desenvolvendo e se comprometendo com o movimento do paradesporto no Brasil, tá?

Então... (*Pausa.*)

Sim.

Eu vou passar a palavra para a Mara, mas Mara, eu vou passar para você a palavra, mas a gente tem aqui o José Antônio. Eu queria passar a palavra, rapidamente, para ele, porque acho que é importante a gente ter aqui o Presidente do nosso Comitê Paralímpico Brasileiro, acompanhando a leitura do seu relatório, acho que é importante dar a fala a ele. Mas é isso, amiga, quero lhe dar os parabéns pelo seu trabalho, pela sua luta, por esse dia tão especial, que é o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. E esse relatório, eu vou fazer questão, Mara – questão –, de entregá-lo pessoalmente, até o final do nosso ano legislativo, ao Ministro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte, André Fufuca, para que ele possa apreciar, junto com a sua equipe, esse lindo trabalho que você fez e, hoje, nos brindou com essa leitura maravilhosa do seu relatório. Obrigada, viu?

Vou passar, rapidamente, para o José Antônio e, na sequência, para você.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Quero saudar a nossa Senadora Leila, Presidente desta Comissão, agradecendo desde já a visita que Leila fez, junto com o Senador Chico Rodrigues, ao CT, nosso Centro de Treinamento Paralímpico, em que sentiu a realidade dos nossos projetos, que têm grande relevância para as pessoas com deficiência.

Quero saudar a nossa Senadora Mara Gabrilli. O Instituto Mara Gabrilli treina também, no CT. Mara Gabrilli é uma guerreira na defesa dos nossos direitos, da pessoa com deficiência.

Hoje, 3 de dezembro, é este dia que a gente tem como um dia internacional, e a gente tem sempre que se encorajar para que possa, cada vez mais, defender os nossos direitos, seja na saúde, na educação, na assistência social, seja principalmente no esporte, em que hoje eu milito.

E, rapidamente, Senadora Leila, o que nos trouxe hoje ao Senado foi uma reunião com a Diretora do Senado, a Ilana, porque um filho da Presidente da Tanzânia ficou paraplégico e está aqui, fazendo a sua reabilitação no Sarah, e ela nos convidou, com a Embaixadora da Tanzânia e o próprio rapaz que ficou paraplégico, para que a gente tivesse uma breve conversa, e o CPB se comprometeu em ir para a Tanzânia, criar o Comitê Paralímpico da Tanzânia e fazer com que aquele povo comece também a prática de esportes – foi bem-dito pelas Senadoras aqui que o esporte é saúde e educação. Então, foi uma boa reunião, e, logo mais, a gente vai estar... O rapaz que ficou paraplégico gosta muito de basquete, e a gente vai se comprometer não só em levar o basquete, como levar outros esportes para este país. Então, foi um momento de muito contentamento para a gente, por a Tanzânia escolher o Brasil, para vir fazer a reabilitação do filho da Presidente e, por fim, vir aqui e pedir que o CPB auxilie. Então, isso foi muito importante para o CPB.

E, como bem-dito pela nossa querida Leila, na Paralimpíada Escolar, a gente teve 3 mil crianças e adolescentes de todo o Brasil em duas semanas, na maior Paralimpíada Escolar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, com certeza, envolvendo as pessoas com deficiência já no seu iniciar da sua carreira como atleta.

Então, mais uma vez, Leila, agradeço o espaço, colocando o CPB sempre à disposição, porque o CPB, na sua missão, tem um grande objetivo que é fazer a inclusão das pessoas com deficiência.

Muito obrigado e um abraço para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Por favor, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Nós que agradecemos, Presidente, a sua presença aqui, com o Daniel, e, mais uma vez, quero reforçar o trabalho. Vocês são uma referência. Está aí a prova disso, a nossa Diretora-Geral, a Ilana Trombka, que também o parabeniza pela iniciativa de hoje estar sendo um parceiro para a criação do Comitê Paralímpico da Tanzânia – assim, é incrível!

E outra coisa: eu gostei da iniciativa das Paralimpíadas Escolares, já imbuindo aquele espírito dos jogos escolares e Paralimpíadas; enfim, 3 mil jovens com deficiência naquele espaço maravilhoso, desenvolvendo, praticando e tendo acesso ao esporte.

Parabéns, meus amigos!

Agora, eu vou passar a palavra para a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Eu não consigo ver as pessoas daqui. Eu não tinha sido avisada de que o Presidente José Antônio estava aí. Então, eu quero cumprimentá-lo e quero cumprimentar o Daniel, porque eles fazem parte de todo esse trabalho. Infelizmente, não pude ir com você, mas eu fico imaginando sua emoção ao assistir aquilo, porque é muito bonito, é muito bem cuidado, é muito cauteloso e é muito acolhedor.

Eu só queria fazer uma última observação, Leila, porque a gente está falando de muito pouco recurso, que transforma a vida das pessoas. Se a gente for fazer conta, olha o quanto que a gente economiza na saúde, por essas pessoas estarem praticando esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, além de a gente ganhar contribuintes, pessoas que contribuem com o país e são pessoas muito guerreiras, porque, para ter uma deficiência e conseguir sobreviver no nosso país, a gente tem que ter muita disciplina, muita força, ainda, você está tirando a pessoa da invisibilidade, dando saúde a ela e fazendo com que ela não precise – entendeu? – de tantos recursos de saúde de que ela vai precisar se ela for sedentária. Só queria complementar com isso e cumprimentar o nosso Presidente, você e o Daniel.

Muito obrigada, muito obrigada a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Mara.

É isso aí, tirando da invisibilidade, trazendo saúde, trazendo dignidade e autoestima também.

Eu falo que o movimento paraolímpico e olímpico no Brasil é para além de formação de atletas. O esporte brasileiro, de um modo geral, além da promoção da saúde... A gente fala que o esporte é muito um tema transversal, seja na área social, seja na saúde, promovendo a saúde e o bem-estar, trazendo – o importante é isso –, desde pequenininho, a cultura do esporte, da promoção da saúde e de se cuidar, que é o mais importante. E também tem a questão da segurança pública. Muitos desses jovens são salvos em áreas de vulnerabilidade, de assédio, de tráfico, de violência.

A gente sabe a importância do esporte. E você – que foi atleta e é hoje uma paratleta, porque eu sei que você se cuida muito –, sendo uma referência, é muito importante tê-la conosco aqui nesta Comissão de Esporte.

Eu queria também só reconhecer aqui, porque eu não falei, não citei, e eu quero agradecer ao José Antônio por ter citado, que, na visita nossa ao CPB, nós tivemos a presença – a excelente presença, porque ele adorou o espaço; é mais um que se junta a nós aqui, nesse pequeno e seleto grupo de pessoas que defendem muito o esporte aqui no Congresso Nacional – do Vice-Presidente desta Comissão, da nossa Comissão de Esporte, Senador Chico Rodrigues, que esteve conosco, de fato. E é um grande parceiro, um grande parceiro nosso nas pautas hoje que envolvem o esporte! Tem nos ajudado muito nesse trabalho junto à Comissão. Então, quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer também ao Senador Chico Rodrigues e a toda a sua equipe por essa parceria aqui na Comissão de Esporte.

Bom, eu vou ter que encerrar, infelizmente, porque eu adoro, gente, quando chega – minha equipe sabe –, quando chega quarta-feira, é pauta boa, é pauta que trata de um tema que é muito relevante para o nosso país e que precisa de muita voz aqui dentro do Congresso Nacional, porque nós não estamos falando só de alto rendimento, nós temos uma cadeia, um ecossistema enorme que precisa ter voz aqui dentro.

E esta Comissão é essa célula – essa pequena célula – que trata de um tema muito importante para o nosso país, que promove cidadania, que traz dignidade, que cuida de saúde, enfim, da segurança pública. É um tema – como eu falei – transversal e que precisa muito desse espaço, desse espaço de diálogo, de trazer esses atores que fazem, neste país enorme, um trabalho incrível, e que transformam vidas através do esporte.

Então, quero agradecer, de uma forma muito especial, também, ao Presidente Davi, que confiou em mim. O Davi Alcolumbre confiou a mim esta Presidência e a instalação, a continuidade do trabalho desta Comissão de Esporte aqui dentro da Casa do Senado Federal.

Vamos encerrar. Próxima semana estaremos de volta. (*Pausa.*)

Ai, meu Deus, perdão, estou tão empolgada hoje, aqui. (*Risos.*)

A Mara me inspirou, gente, nossa!

Eu preciso colocar em votação o relatório, claro.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado – o excelente relatório apresentado – pela Senadora Mara Gabrilli.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório aprovado, da Senadora Mara Gabrilli, favorável à apresentação, nos termos do art. 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, de indicação a ser encaminhada ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil para sugerir ao Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Ministério do Esporte, a criação de uma modalidade ou diretriz específica no âmbito do Programa Caminho da Escola, que vise garantir o acesso logístico e o transporte adaptado dos beneficiários dos Núcleos de Atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR).

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada, pessoal. Até a próxima semana.

(Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Bruno Bonetti, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1476, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Jorge Kajuru, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da reforma tributária, especialmente da Lei Complementar nº 224, de 2025, nas organizações esportivas sem fins lucrativos e no esporte nacional como todo." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Deliberar o relatório da senadora Teresa Leitão referente à avaliação do Programa Segundo Tempo, no exercício de 2025. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Teresa Leitão, favorável à apresentação, nos termos do art. 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, de Indicação a ser encaminhada ao Poder Executivo, sugerindo providências no âmbito do Programa Segundo Tempo, e à adoção de medidas pelo Poder Legislativo a fim de permanente fiscalização da execução do programa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.066896/2026-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/04

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, meu amigo Kajuru. Bom dia a toda a nossa Secretaria da nossa Comissão, aos servidores.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de março.

Sras. Senadoras e Senadores, demais participantes da reunião, declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal neste ano letivo. Hoje, retomamos oficialmente os trabalhos com o mesmo espírito de responsabilidade, entusiasmo e compromisso com o esporte brasileiro. Começamos este novo ciclo com a convicção de que será um ano de grandes decisões e grandes realizações, dentro e fora das quadras, dos estádios, das pistas, até mesmo nas montanhas nevadas do mundo.

Infelizmente, eu preciso iniciar esta fala com algo que já deveria estar superado e que, apesar de ter ocorrido há algumas semanas, eu não posso ignorar e também não pode ser ignorado por esta Comissão. Mais uma vez, o jogador brasileiro Vini Jr., do Real Madrid, foi alvo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ataques racistas em um estádio europeu, agora em Portugal, em partida realizada há cerca de duas semanas contra o Benfica, pela Uefa Champions League. Bom, não preciso dizer que isso é revoltante, inaceitável e vergonhoso. Racismo, todos sabem, é crime, não é provocação, não é rivalidade esportiva, é violência. E deixo aqui a minha absoluta indignação e a minha total solidariedade ao Vini. Ele é incrível, a força dele, porque ele não se curva, ele denuncia, ele enfrenta e tem sido um exemplo mundial de coragem e um grande orgulho para nós brasileiros. Eu faço uma cobrança muito firme à Uefa, à FIFA, à CBF e à Conmebol. Essas punições – não é, Kajuru? A gente vem conversando muito aqui – precisam ser verdadeiramente grandes. E realmente tem que haver punição! A gente tem visto que acontece, e as punições são muito brandas. Então, a gente não consegue ter avanços nesse sentido. Elas precisam ser exemplares. Eu gostaria de reforçar aqui ao Vini que todos nós brasileiros, esta Comissão, o Senado Federal, estamos 100% com ele. Que ele siga firme aí nesse enfrentamento.

E, como se não bastasse o racismo, tivemos também, há pouco mais de uma semana, um episódio grave de machismo no futebol brasileiro. No Campeonato Paulista, um jogador da Red Bull Bragantino fez comentários machistas contra a árbitra Daiane Muniz, questionando sua capacidade profissional. Bom, é outra vergonha! O futebol realmente tem que fazer uma avaliação clara do comportamento seja do torcedor, seja dos jogadores, enfim, de todos que fazem parte desse espetáculo.

Nós estamos presenciando cenas de machismo, de racismo, de violência entre torcidas, ameaças a jogadores. Realmente, essas instituições, essas entidades precisam dar respostas firmes e punições severas quando acontecem esses atos, e a gente não vê isso acontecer.

Superados esses registros necessários, eu passo agora aos feitos que orgulham o Brasil. O país encerrou sua participação no Milão-Cortina, em 2026, que é a Olimpíada de Inverno, com o melhor desempenho da história nos Jogos Olímpicos de Inverno. E tivemos um marco absoluto que foi o ouro olímpico de Lucas Pinheiro Braathen, que ganhou o ouro no esqui alpino, um feito histórico – em cem anos de Olimpíada, você ver um jovem que representa um país sul-americano ganhar um ouro que – bom, para quem entende de esporte – é algo impossível, praticamente impossível! Claro, o Lucas tem uma mãe brasileira, um pai norueguês, passou a primeira fase da infância aqui no Brasil, depois foi para a Noruega morar com o pai aos 12 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e se tornou uma grande promessa do esporte norueguês. Inclusive da Olimpíada anterior ele participou, que acho que foi no Japão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... na China, ficou em 13º lugar, resolveu se aposentar e, graças a Deus – quis o destino –, procurou a Confederação de Desportos na Neve. E quero parabenizar a entidade e também o Comitê Olímpico do Brasil na figura do seu Presidente, Marco La Porta, que abraçaram esse jovem, e hoje ele é campeão dos esportes olímpicos de inverno pelo Brasil. Ao Lucas, à Isadora, a sua namorada... Nós estivemos, semana passada, Kajuru, com o Presidente Lula, a Primeira-Dama, Janja, e todos os representantes das entidades, sejam do esporte na neve, a confederação, sejam pelo Comitê Olímpico do Brasil. Enfim – está aqui o Pinheiros, que é o representante do COB –, foi muito emocionante ver aquele jovem, que, por mais que tenha... Você vê que até o cabelo dele é de *viking*. (*Risos.*) Ele tem todo o tipo, assim, de *viking*, mas a alma, o espírito, a alegria, o carisma – me desculpem o povo norueguês – é todo brasileiro, né? Então, ao Lucas a nossa gratidão.

Estou pulando aqui, para ser rápida, né?

Eu quero também cumprimentar, porque nós tivemos desempenhos expressivos, entre eles, o de Nicole Silveira, que alcançou o melhor resultado da história do Brasil no esporte de gelo, da equipe de *bobsled*; de Alice Padilha, que recolocou o Brasil no esqui alpino feminino olímpico, após 12 anos; e dos atletas de *snowboard* e do *cross-country*, que consolidaram a nossa evolução técnica. O Brasil segue firme em algo... Porque eu sempre falo: esporte de inverno é algo impensável, e a gente segue firme! Então, a esses atletas que nos representaram, que nos deram muito orgulho os nossos parabéns e, enfim, a nossa gratidão por representarem tão bem o nosso país mundo afora.

No tênis também, nós tivemos uma semana memorável: o Marcelo Melo e o João Fonseca conquistaram o título de duplas do Rio Open, levando o troféu diante da torcida brasileira. E João Fonseca seguiu embalado: venceu o MGM Slam, faturando o prêmio milionário e consolidando-se como uma das maiores promessas do tênis mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tênis de mesa, essa semana passada, nós tivemos um feito extraordinário: a Bruna Takahashi e o Hugo Calderano conquistaram o título do Grand Smash, ao superarem os melhores do mundo – uma vitória incrível –, os chineses, né?

A gente sabe que, de todo o *ranking* ali, pelo menos os quatro primeiros ou os cinco melhores são asiáticos; só está ali o Hugo no meio desse seleto grupo. Então, o Hugo e, agora, a sua namorada, a Bruna, os dois fazendo uma dobradinha incrível no tênis de mesa. À dupla eu mando os meus parabéns também. Torci muito e vibrei muito – foi incrível.

No atletismo, o domínio absoluto no Sul-Americano Indoor, com ouro para diversos atletas brasileiros que consolidaram o pentacampeonato continental. E destaco também o Caio Bonfim, medalhista de prata na meia-maratona, voltando a bater recordes e mantendo-se, aliás, entre os grandes nomes da marcha atlética mundial.

Na esgrima, o Brasil brilhou no Pan-Americano, com pódios tanto no individual quanto por equipes, com atletas que vêm consolidando o país como potência também continental. Parabenizo também os atletas Vince Liu, Marcus Pinto, Matheus Brandt, Ana Beatriz Fraga e Valentina Basso. E, no *taekwondo*, tivemos ouro, prata e bronze, no Canada Open, com atletas brasileiros subindo ao pódio e reafirmando a força da modalidade no cenário mundial.

No triátlon também, uma verdadeira chuva de medalhas do Sul-Americano disputado na Argentina, com os atletas brasileiros dominando as provas e consolidando a liderança regional. Na ginástica rítmica, a Geovanna, Jojô Santos, fez história, ao conquistar duas medalhas nas finais do Grand Prix de Tartu, elevando o nome do Brasil no circuito europeu.

No boxe, quatro medalhas de prata no tradicional Torneio de Strandja 2026, com atletas brasileiros alcançando as finais em categorias de altíssimo nível técnico. Parabenizo as atletas Rebeca Lima e Viviane Pereira e os atletas Luiz Oliveira, Bolinha, Yuri Falcão e Kaian Reis.

E, no esporte paralímpico, seguimos sendo referência, é claro. No Pan-Americano de Paraciclismo de Estrada, o Brasil fechou a competição com impressionantes 85 medalhas, resultado do trabalho de uma geração forte e que promete muito nas próximas competições internacionais. Na paraesgrima, tivemos medalha de bronze com o Jeovane Guissone, reafirmando sua trajetória vitoriosa, porque já é um atleta consagrado. No halterofilismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralímpico, três recordes brasileiros, já na primeira etapa do circuito nacional, mostrando renovação em alto nível.

E seguimos nos preparando para os Jogos Paralímpicos de Inverno Milão-Cortina 2026, após uma campanha histórica nos Jogos Olímpicos de Inverno.

Senhoras e senhores, o esporte brasileiro vive um momento de afirmação, mas vive também um momento de desafios estruturais. E é por isso que esta reunião apreciará o Requerimento nº 1, de minha autoria, que propõe audiência pública para debater os impactos da reforma tributária.

Nós já tivemos algumas decisões em nível de Governo Federal, mas eu acho que vale, sim, continuarmos com este debate sobre as organizações esportivas, especialmente as sem fins lucrativos. Houve a mobilização recente do COB. Eu quero parabenizar o COB pela liderança na mobilização em Brasília, que mostrou que o tema é urgente. A nova sistemática tributária pode gerar assimetria entre entidades associativas e estruturas empresariais, afetando, é claro, diretamente a base de formação do esporte olímpico e paralímpico de toda a comunidade esportiva do Brasil.

A gente sabe da importância dos clubes. São eles que formam e também abraçam aqueles atletas que já são consagrados. Ali é um grande templo, um grande reduto, um grande espaço de promoção e de construção de atletas e de gerações dentro do esporte brasileiro.

É isso.

Eu não vou ler mais não, porque nós já estamos muito atrasados. Nós temos muito o que tratar ainda aqui.

Então, quero agradecer a todos já no início desta 1ª Reunião nossa do ano, mais uma vez reforçando o nosso trabalho e o nosso compromisso com o esporte olímpico e paraolímpico do nosso país.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião, realizada em 3 de dezembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; a segunda, avaliação de políticas públicas.

Vamos para a primeira parte.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1476, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 05/11/2025, 10/12/2025 e 17/12/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao meu querido companheiro e parceiro, Senador Jorge Kajuru, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom dia. Deus e saúde aos presentes e ausentes que nos acompanham em mais uma reunião desta importante Comissão de Esporte, presidida – nada mais, nada menos – por ela, Leila do Vôlei, que, seguramente, nas urnas deste ano, será novamente reconhecida e ficará dando orgulho ao seu Distrito Federal – Leila, nascida em Taguatinga –, aqui no Senado Federal. Tenho certeza e estarei, evidentemente, a seu lado.

Sobre o Vini, acompanho suas palavras, já me revoltei tanto, o nojo é enorme. E eu cuspiria na cara daquele argentino, tranquilamente. Por isso que eu não posso jogar futebol, eu não tenho paciência de Jó, né? Ele tem paciência de Jó. O Jó era afobado – o Jó da Bíblia –, perto dele.

Sobre o Lucas, medalha de ouro, nada de surpresa para mim, até porque todo Lucas... Lucas não é um nome em vão, né? A Leila tem o seu filho único, Lukas, ainda jovem: entre cem concorrentes em Minas Gerais, ele ficou simplesmente entre os três melhores e agora é levantador do Cruzeiro. Vamos vibrar com ele e ver medalhas. E já mais alto do que você e do que o Emanuel.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E o pai, 15 anos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou direto à análise.

Em todos os aspectos, verificam-se a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da iniciativa.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que tange ao mérito, o projeto também merece prosperar.

É inegável que a inclusão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) no processo de reconhecimento das organizações esportivas formadoras de atletas representa um avanço relevante na articulação entre as políticas públicas de esporte e de proteção integral à infância e à adolescência.

O CMDCA, órgão colegiado e deliberativo, é responsável por acompanhar e fiscalizar programas voltados a esse público, assegurando que seus direitos fundamentais sejam respeitados. A proposta reforça, assim, o caráter educativo e formativo do esporte, especialmente nas categorias de base.

Para tanto, a medida busca garantir que os programas de formação esportiva e complementação educacional sejam devidamente registrados e supervisionados no âmbito municipal, permitindo o acompanhamento contínuo das condições oferecidas aos jovens atletas. Essa integração entre o sistema esportivo e o sistema de garantia de direitos amplia a transparência, fortalece o controle social e contribui para coibir práticas inadequadas ou abusivas nos centros de treinamento, infelizmente ainda vistas nos dias de hoje.

É preciso reconhecer que, por trás de cada jovem atleta, há uma criança ou adolescente em fase de formação, com sonhos e direitos que precisam ser preservados. A busca pelo desempenho esportivo jamais pode se sobrepor à proteção da integridade física, emocional e moral desses meninos e meninas. A presença do CMDCA nesse processo contribui justamente para assegurar que o ambiente esportivo seja também um espaço de cuidado, aprendizado e desenvolvimento humano.

Ao voto.

Ante o exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.476, de 2022, de autoria do escorreito Deputado Federal Milton Coelho, Presidente Leila do Vôlei.

Agradecidíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Senador Jorge Kajuru.

A matéria está em discussão.

Bom dia, Senadora Teresa Leitão. Seja bem-vinda! Com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Bom dia, Presidenta. Bom dia, Senador Kajuru.

Demorou a tramitação desse projeto, mas ele vem com um relatório muito consistente. Para nós, da educação e que lidamos também com o direito da criança e do adolescente, é muito importante a gente ver que esses organismos de defesa da criança e do adolescente dialogam e se integram à política de esportes, que é notada e reconhecidamente uma política de proteção de crianças, de adolescentes e de jovens.

E, sobre a nossa Presidenta, Senador Kajuru, o nosso partido, aqui, no Distrito Federal, aprovou por unanimidade, ontem, a sua tática eleitoral para as eleições de 2026, e nós vamos ter duas mulheres apoiadas pelo PT ao Senado da República: a Deputada Erika Kokay e a Senadora Leila do Vôlei, com muita alegria para mim, pessoalmente, Leila.

Não sou candidata, não voto aqui, mas, se precisar de mim para a campanha, estou à disposição. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou aproveitar este momento e agradecer a sua fala, Senadora Teresa, e me junto a você nesse comentário a respeito do projeto do Senador Jorge Kajuru, muito assertivo, no momento certo também... Ter a presença do CMDCA, envolvido no movimento esportivo, é muito importante, porque, de fato, o esporte é um espaço que necessita dessa proteção, de ter a criança como centro desse cuidado e de desenvolvimento humano.

Então, parabéns pelo relatório.

E quero agradecer ao PT do Distrito Federal, também ao Presidente Lula, à Bancada do PT aqui no Senado Federal, pelo apoio à minha reeleição. Grata mesmo pela confiança. Sigamos firmes. Quero aproveitar este espaço para agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Presidente Lula apenas cumpriu uma palavra dada a você dois anos atrás – eu estava ao seu lado –, de que daria total apoio a você, além de ao seu partido – sempre seu companheiro, que é o PDT... Perfeito? –, e quero dizer ao Presidente Lula que ele não precisa se preocupar comigo, embora tenha dito que me apoiaria em Goiás, porque eu não vou ser candidato, Presidente. Então, cuide da Leila, cuide de outros, até porque o senhor não cumpriu a palavra comigo. Então, eu também não vou cumprir com o senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você vai cuidar da sua saúde, que é o mais importante agora.

Bom, eu vou encerrar a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jorge Kajuru.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria agora vai ao Plenário.

Parabéns, Senador.

Bom, vamos para o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da reforma tributária, especialmente da Lei Complementar nº 224, de 2025, nas organizações esportivas sem fins lucrativos e no esporte nacional como todo.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Os convidados para a audiência são: representante do Ministério do Esporte; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Comitê Olímpico Brasileiro (COB); um representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); um representante do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); um representante do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); e um representante da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes).

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora vamos para a segunda parte da nossa reunião, que é a avaliação de políticas públicas.

A presente reunião é destinada à deliberação do relatório da Senadora Teresa Leitão referente à avaliação do Programa Segundo Tempo, no exercício 2025.

Já agradecendo a presença e o trabalho da Senadora Teresa Leitão, a ela e à sua equipe, eu concedo a palavra à nobre Senadora Teresa para a leitura do seu relatório.

Bom dia, mais uma vez, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Leila. Eu quero combinar com V. Exa. e com o Senador Kajuru de ir direto para as conclusões e recomendações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira parte do relatório se destina a uma análise histórica do programa. Cito alguns elementos da literatura, algumas leis, mas nada que seja analítico. É só realmente uma contextualização do programa, diga-se de passagem, bastante exitoso, citações que ocorreram, emendas parlamentares, enfim, é um apanhado geral.

E aí iremos direto para as conclusões e recomendações, com a sua autorização.

O Programa Segundo Tempo constitui uma das mais relevantes iniciativas de política pública voltada à democratização do acesso ao esporte no Brasil. Criado em 2003, por meio de portaria interministerial entre o Ministério do Esporte e o MEC, o PST tem buscado promover a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, utilizando o esporte educacional como instrumento de formação cidadã, desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida.

A avaliação conduzida pela Comissão de Esporte, embora limitada pela realização de apenas uma das duas audiências públicas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... inicialmente previstas no plano de trabalho, permitiu reunir elementos suficientes para identificar avanços, desafios e oportunidades de aprimoramento do programa. Os depoimentos colhidos na audiência pública de 8 de outubro de 2025, as informações prestadas pelo Ministério do Esporte e a análise de documentos e estudos anteriores evidenciam que o PST é reconhecido por gestores, pesquisadores e órgãos de controle como política pública de grande potencial transformador, mas que ainda enfrenta obstáculos estruturais que comprometem sua efetividade plena.

Entre os méritos do programa, destacam-se a concepção pedagógica orientada pelos princípios do esporte educacional, o foco em populações vulneráveis, a articulação entre esporte, educação e cidadania, e o legado de formação continuada e produção de material didático construído ao longo de duas décadas, com mais de 30 obras publicadas entre 2004 e 2019. A recente atualização das diretrizes do programa, com a inclusão de quilombolas, indígenas, encarcerados e assentados da reforma agrária entre os públicos prioritários, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a incorporação do paradesporto, demonstram o compromisso do Ministério do Esporte com a ampliação do alcance da política.

Merece destaque a integração do PST ao Programa Escola em Tempo Integral, parceria entre Ministério do Esporte e MEC que já alcança quase 6 mil unidades educacionais no Brasil. Essa articulação intersetorial potencializa os resultados do programa e favorece a inserção do esporte no projeto pedagógico das escolas.

Contudo, os desafios identificados são significativos e demandam atenção prioritária. A restrição orçamentária impactou a expansão do programa, de modo que, dos 563 municípios e 93 organizações classificadas no edital de 2023, apenas dois municípios estão efetivamente executando o PST em 2025 – assunto para a nossa audiência pública agora aprovada. (*Risos.*)

A descontinuidade das ações, a desigualdade regional no acesso, a precariedade da infraestrutura esportiva escolar, a fragmentação das ações orçamentárias e a fragilidade dos mecanismos de monitoramento são problemas que se acumulam e comprometem o alcance dos objetivos do programa.

A aprovação da Lei Geral do Esporte em 2023 e a perspectiva de implementação do Sistema Nacional do Esporte representam oportunidade histórica para a superação de alguns desses entraves. O modelo por adesão, com transferências fundo a fundo, pactuação de responsabilidades entre os entes federativos e estruturação de planos locais de esporte, poderá conferir maior perenidade às parcerias e reduzir a burocracia que hoje dificulta o acesso de municípios menos estruturados à política pública.

Diante do exposto, são apresentadas as seguintes recomendações:

Elaboração de Indicação ao Poder Executivo sugerindo:

Considerando os desafios estruturais identificados ao longo desta avaliação, especialmente a severa restrição orçamentária que paralisou a expansão do programa nos exercícios de 2023 e 2024, a descontinuidade das ações decorrente do modelo de convênios, a desigualdade regional no acesso à política pública e a fragilidade dos mecanismos de monitoramento, entende-se oportuna a elaboração de indicação ao Poder Executivo, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, sugerindo as seguintes providências para o aprimoramento do Programa Segundo Tempo:

1. Assegurar previsão orçamentária estável e compatível com as metas de expansão do Programa Segundo Tempo;

2. Regulamentar e efetivar a destinação dos recursos lotéricos de titularidade do Ministério do Esporte para o financiamento do PST e demais programas de esporte educacional, considerando que há quase R$3 bilhões em recursos disponíveis que poderiam viabilizar a retomada dos editais e a expansão do atendimento;

3. Acelerar a implementação do Sistema Nacional do Esporte, previsto na Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597, de 2023), com a regulamentação das transferências fundo a fundo e a pactuação de responsabilidades entre União, estados, Distrito Federal e municípios;

4. Ampliar a cobertura territorial do programa, priorizando a instalação de núcleos nas regiões Norte e Nordeste e em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, adotando mecanismos que reduzam o viés de seleção negativa que favorece municípios com maior capacidade administrativa;

5. Fortalecer a parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, consolidando a integração do PST ao Programa Escola em Tempo Integral;

6. Articular com o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a ampliação dos investimentos em infraestrutura esportiva nas escolas públicas, considerando que apenas 38% das escolas da rede pública possuem quadras esportivas, segundo o Censo Escolar de 2024;

7. Instituir sistema integrado de monitoramento e avaliação do PST, com indicadores padronizados que permitam mensurar os impactos sociais, educacionais e de saúde do programa, assegurando transparência e prestação de contas à sociedade;

8. Retomar e fortalecer as ações de formação continuada dos profissionais envolvidos na execução do PST, incluindo coordenadores, professores e monitores, em parceria com as universidades públicas, resgatando o legado pedagógico construído pelo programa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9. Estimular a criação e o fortalecimento de Conselhos Municipais e Estaduais de Esporte, como instâncias de participação social e controle das políticas esportivas locais, em consonância com o Sistema Nacional do Esporte;

10. Efetivar a Rede de Desenvolvimento do Esporte, instituída pelo Decreto nº 11.766, de 1º de novembro de 2023, como mecanismo de governança intersetorial e intergovernamental para o fomento das práticas esportivas no país.

Essas seriam sugestões a serem encaminhadas ao Poder Executivo, notadamente ao MEC e ao Ministério dos Esportes.

No âmbito do Congresso Nacional, faço também cinco sugestões.

No exercício da competência fiscalizatória atribuída ao Congresso Nacional pelo art. 49, X, da Constituição Federal e em cumprimento ao disposto no art. 96-B do nosso Regimento Interno, que determina às Comissões Permanentes a avaliação de políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo, recomenda-se a adoção das seguintes medidas no âmbito do Poder Legislativo:

1. Acompanhar a execução orçamentária do Programa Segundo Tempo, solicitando informações periódicas ao Ministério do Esporte sobre o número de núcleos em funcionamento, beneficiários atendidos, recursos aplicados e resultados alcançados, tendo em vista que a resposta ao Requerimento de Informação nº 33, de 2025, não atendeu à integralidade das informações solicitadas – o que seria objeto da nossa própria avaliação da política, Senadora;

2. Fiscalizar a implementação do Sistema Nacional de Esporte e a efetiva regulamentação dos recursos lotéricos destinados ao esporte, verificando a aplicação desses recursos em programas de esporte educacional;

3. Avaliar a pertinência de proposições legislativas que assegurem maior estabilidade orçamentária para políticas de esporte educacional, considerando a prioridade constitucional conferida a essa manifestação esportiva pelo art. 207, inciso II, da Constituição Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Promover audiências públicas periódicas para acompanhamento do PST, com a participação de beneficiários, educadores esportivos, gestores e representantes da sociedade civil, de modo a assegurar o controle social sobre a política pública.

E, por fim:

5. Acompanhar a articulação entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação na execução do PST, no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, verificando a efetiva integração das ações e a qualidade pedagógica das atividades ofertadas.

Em aparte, eu me coloco também, Senadora, como Presidenta da Comissão de Educação, disponível a fazer qualquer ação, entre as nossas duas Comissões, que possa levar à superação de alguns elementos aqui apontados no nosso relatório.

Esse é o relatório, que submeto aos meus pares desta Comissão.

Muito obrigada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senadora Teresa, primeiro eu quero parabenizá-la pelo relatório, que vem com detalhes muito ricos.

E, sobre essa questão da pactuação, a primeira pactuação que tem que ter é entre os ministérios. Eu acho que houve uma desconexão entre... A iniciativa do Programa Segundo Tempo, do PST, lá atrás, era perfeita. Para quem... Eu tive a oportunidade, nos anos de 2010, 2012, de acompanhar a execução do programa, e ele realmente funcionava nas escolas. Com o passar do tempo, justamente pela redução orçamentária, também houve essa, digamos, desconexão mesmo, porque, querendo ou não, o programa é executado pelo Ministério do Esporte, mas a educação tem que ser muito parceira nisso. Então, eu falo os diretores de escolas, os professores, houve realmente uma desconexão geral sobre o programa.

Eu estou realmente triste, porque a adesão para 2025 só foi de dois municípios. Isso é muito sério, para um programa que lá atrás certamente abrigou inúmeros jovens, principalmente no contraturno, porque eu me lembro disso. Alguns desses programas eram executados em centros olímpicos aqui do Distrito Federal, e eles foram extinguidos no passar do tempo. Então, eu quero muito, depois, me sentar com a senhora e a gente ver uma provocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse sentido de fazer audiência pública mesmo, chamar o ministério, chamar, como você falou, os representantes de escola, o próprio MEC, para a gente ver essa questão do acompanhamento orçamentário. Se houve uma redução severa, a gente, enfim, buscar saber o porquê da redução e, se houver a falta, estamos aqui para tentar, também, na medida do possível, restabelecer esse orçamento aí para o Segundo Tempo, para o Programa Segundo Tempo, que realmente foi um programa – hoje não é mais –, mas nós estamos aqui para resolver esse problema.

Então, quero parabenizá-la pelo relatório.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Teresa Leitão, favorável à apresentação, nos termos do art. 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, de indicação a ser encaminhada ao Poder Executivo, sugerindo providências no âmbito do Programa Segundo Tempo e a adoção de medidas pelo Poder Legislativo a fim de permanente fiscalização da execução do PST.

Eu vou encerrar a sessão, mais uma vez agradecendo a presença aqui do Senador Jorge Kajuru, Senadora Teresa Leitão, por estarem comigo aqui conduzindo a reunião, e quero agradecer também a presença e a participação de todos os que nos acompanharam aqui nesta sessão.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Boa quarta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8746E6AE007690BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 69BB92ED007690BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.